PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE RONDÔNIA
DIÁRIO DA JUSTIÇA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANO XLI | NÚMERO 131 | PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 18 DE JULHO DE | 2023

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2022/2023

PRESIDENTE
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

VICE-PRESIDENTE
Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior

CORREGEDOR-GERAL
Desembargador José Antonio Robles

CONSELHO DA MAGISTRATURA E DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia (Presidente)
Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior (Vice-Presidente)
Desembargador José Antonio Robles (Corregedor-Geral)
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Desembargador Sansão Saldanha
Desembargador Alexandre Miguel
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos

TRIBUNAL PLENO
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia (Presidente)
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Desembargador Rowilson Teixeira
Desembargador Sansão Saldanha
Desembargador Kiyochi Mori
Desembargador Miguel Monico Neto
Desembargador Raduan Miguel Filho
Desembargador Alexandre Miguel
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos
Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Desembargador Hiram Souza Marques
Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Desembargador José Antonio Robles
Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior
Desembargador José Torres Ferreira
Desembargador Álvaro Kalix Ferro
Desembargador Jorge Luiz dos Santos Leal
Desembargador Glodner Luiz Pauletto
Desembargador Francisco Borges Ferreira Neto

1ª CÂMARA CÍVEL
Desembargador Raduan Miguel Filho (Presidente)
Desembargador Rowilson Teixeira
Desembargador Sansão Saldanha

2ª CÂMARA CÍVEL
Desembargador Isaias Fonseca Moraes (Presidente)
Desembargador Kiyochi Mori
Desembargador Alexandre Miguel
Desembargador José Torres Ferreira

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS
Desembargador Raduan Miguel Filho (Presidente)
Desembargador Rowilson Teixeira
Desembargador Sansão Saldanha
Desembargador Kiyochi Mori
Desembargador Alexandre Miguel
Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Desembargador José Torres Ferreira

1ª CÂMARA CRIMINAL
Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior (Presidente)
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Desembargador Jorge Luiz dos Santos Leal

2ª CÂMARA CRIMINAL
Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz (Presidente)
Desembargador Álvaro Kalix Ferro
Desembargador Francisco Borges Ferreira Neto

CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS
Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz (Presidente)
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior
Desembargador Álvaro Kalix Ferro
Desembargador Jorge Luiz dos Santos Leal
Desembargador Francisco Borges Ferreira Neto

1ª CÂMARA ESPECIAL
Desembargador Glodner Luiz Pauletto (Presidente)
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos

2ª CÂMARA ESPECIAL
Desembargador Hiram Souza Marques (Presidente)
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Desembargador Miguel Monico Neto

CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS
Desembargador Hiram Souza Marques (Presidente)
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Desembargador Miguel Monico Neto
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos
Desembargador Glodner Luiz Pauletto

SECRETARIA GERAL
Juiz de Direito Rinaldo Forti da Silva
Secretário-Geral

COORDENADOR DO NUGRAF
Administrador Enildo Lamarão Gil

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRESIDÊNCIA

ATOS DO PRESIDENTE

Ato Nº 974/2023

Institui a Comissão Temporária de Baixa dos Materiais Permanentes e de Consumo da Comarca de Alta Floresta d'Oeste, designa membros(as) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a Instrução 88/2022 que dispõe sobre os procedimentos de baixa e desfazimento de bens móveis de consumo e permanentes do Poder Judiciário do Estado de Rondônia,

CONSIDERANDO o Processo Eletrônico SEI n. 0000071-18.2023.8.22.8017,

R E S O L V E:

Art. 1º INSTITUIR a Comissão Temporária de Baixa dos Materiais Permanentes e de Consumo da Comarca da Comarca de Alta Floresta d'Oeste/RO, em caráter temporário, visando a baixa dos bens daquela comarca.

Art. 2º DESIGNAR os(as) servidores(as) abaixo relacionados(as) para comporem a Comissão:

Cadastro	Nome	Cargo	Lotação	Função
2062232	CIRLOANDA SARACINI	T é c n i c o (a) Judiciário(a)	AFLADM - Administração do Fórum da Comarca de Alta Floresta D'Oeste/RO	Presidente
2049163	IVANEY CARVALHO BRAGA		Segesc - Seção de Gestão de Estoques e Controle Patrimonial	Secretário
2070626	ROGERIO FERRAZ DE CASTORINO		AFLNI - Núcleo de Informática da Comarca de Alta Floresta D'Oeste/RO	Membro

Art. 3º PRAZO: 30 (trinta dias) para conclusão dos trabalhos com efeitos a partir da publicação.

Art. 4º A Gratificação Temporária de Trabalhos Extraordinários será paga, mediante apresentação do relatório de produtividade que evidencie os dias efetivamente trabalhados pelos(as) membros(as).

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.
Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:10 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 17/07/2023, às 14:03 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464097e o código CRC CF9A51AB.

Ato Nº 975/2023

Institui a Comissão Temporária de Baixa dos Materiais Permanentes e de Consumo da Comarca de Vilhena, designa membros(as) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a Instrução 88/2022 que dispõe sobre os procedimentos de baixa e desfazimento de bens móveis de consumo e permanentes do Poder Judiciário do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO o Processo Eletrônico SEI n, 0000281-78.2023.8.22.8014.

R E S O L V E:

Art. 1º INSTITUIR a Comissão Temporária de Baixa dos Materiais Permanentes e de Consumo da Comarca da Comarca de Vilhena/RO, em caráter temporário, visando a baixa dos bens daquela comarca.

Art. 2º DESIGNAR os(as) servidores(as) abaixo relacionados(as) para comporem a Comissão:

Cadastro	Nome	Cargo	Lotação	Função
2045540	José Antonio Sant'Ana Lopes	Técnico Judiciário	VILADM - Administração do Fórum da Comarca de Vilhena/RO	Presidente
2059266	Evan Uilson Siqueira de Oliveira		Segesc - Seção de Gestão de Estoques e Controle Patrimonial	Secretário
2038935	Anilton dos Santos	Agente de Segurança	VILNUSEG - Núcleo de Segurança da Comarca de Vilhena/RO	Membro

Art. 3º PRAZO: 30 (trinta dias) para conclusão dos trabalhos com efeitos a partir da publicação.

Art. 4º A Gratificação Temporária de Trabalhos Extraordinários será paga, mediante apresentação do relatório de produtividade que evidencie os dias efetivamente trabalhados pelos(as) membros(as).

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:10 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 17/07/2023, às 14:03 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464126e o código CRC 74225EE1.

Ato Nº 967/2023

Dispõe sobre solicitações de desenvolvimento de melhorias em sistemas existentes e desenvolvimento ou implantação de novos sistemas.

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a Resolução n. 205/2021-TJRO que aprova a Estratégia do Poder Judiciário do Estado de Rondônia para o interstício de 2021-2026;

CONSIDERANDO o Ato n. 474/2022, de 26/4/2022, que institui o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do Poder Judiciário do Estado de Rondônia para o exercício de 2022-2026;

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar o processo de solicitação de desenvolvimento de melhorias em sistemas existentes e o desenvolvimento ou implantação de novos sistemas,

R E S O L V E:

Art. 1º Toda solicitação de desenvolvimento de melhorias em sistemas existentes, desenvolvimento ou implantação de novos sistemas, deverá ser realizada por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e encaminhada à Divisão de Projetos de TIC/DIPRO, utilizando-se respectivamente dos questionários contidos no "ANEXO I - SOLICITAÇÃO DE MELHORIAS EM SISTEMAS EXISTENTES" ou "ANEXO II - SOLICITAÇÃO DE NOVOS SISTEMAS" deste ato.

Parágrafo único. A solicitação deverá ter concordância expressa do(a) responsável estratégico da unidade, caso contrário, será desconsiderada.

Art. 2º Todas as solicitações de serviço, que não se enquadrem nas hipóteses contidas no art. 1º deste Ato, deverão ser realizadas pelo Sistema de Gerenciamento de Serviços (Sistema Por Aqui).

Art. 3º Todas as solicitações que não estiverem previstas no Planejamento Estratégico Institucional (PEI), Plano Diretor de TIC (PDTIC) e Plano de Gestão do Biênio serão classificadas conforme critérios contidos no Anexo III deste Ato.

§ 1º Nas solicitações que importem em melhoria de serviço da Plataforma Digital do Poder Judiciário, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC limitar-se-á ao levantamento de requisitos para submissão ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

§ 2º As solicitações serão submetidas à análise técnica conforme os critérios contidos no Anexo III deste Ato e posteriormente para priorização do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação/CGTIC.

§ 3º As solicitações, que não tenham iniciado a execução até a data da publicação deste Ato, serão submetidas à análise técnica conforme os critérios contidos no Anexo III deste Ato e posteriormente para priorização do CGTIC.

Art. 4º Fica revogado o Ato n. 036/2022 de 25 de janeiro de 2022 que dispõe sobre as solicitações de desenvolvimento de melhorias em sistemas existentes, e desenvolvimento ou implantação de novos sistemas.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Presidente do Tribunal Justiça

ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE MELHORIAS EM SISTEMAS EXISTENTES

1. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE	
1.1. Unidade:	
1.2. Requisitante:	
1.3. Telefone:	
1.4. E-mail:	

2. MELHORIA EM SISTEMA JÁ EXISTENTE	
2.1. Em qual sistema você deseja que seja feita a melhoria?	Ex. SIGA Ex. Qlik
2.2. Em qual Módulo ou tela deverá ser feita a melhoria?	Ex: Painel de orçamento Ex. O módulo ainda não existe, deve ser criado um novo módulo.
2.3. Qual é o caminho da tela?	Ex: Sistema SIGA>Planejamento>Proposta>Cadastro Ex. Não existe.
2.4. Qual problema você acredita que será resolvido com essa melhoria?	Ex: Impossibilidade de cadastrar Programa Ex: Analisar o que foi empenhado com o que foi liquidado
2.5. Qual é o motivo para resolver esse problema? Justifique sua resposta:	Ex: Ao decorrer dos anos alguns programas, objetivos estratégicos e metas acabam mudando, por exemplo: tal meta foi alcançada, assim, o usuário iria trocar a meta utilizada por aquele objetivo estratégico. Ex: Para melhorar a eficiência da execução orçamentária.
2.6. Descreva a melhoria sugerida:	Ex. Criar tela que possibilite o GGOV cadastrar os programas. Ex. Criar painel demonstrativo com gráficos de barras e tabelas que demonstram a proporção entre empenho e liquidação por programa orçamentário, por fonte de recurso, por unidade, por projeto.
2.7. Como é feito o procedimento atualmente?	Ex. Atualmente, quando há mudança no programa é feito pela STIC. Ex. Por planilhas em excel, conforme modelo em anexo.
2.8. Quais são os benefícios esperados?	Ex: O GGOV por ter autonomia de poder realizar tais cadastros, a STIC por não precisar alterar direto no sistema quando o usuário solicita mudança e o Tribunal por ter maior agilidade ao ser definido dentro do sistema Siga as estratégias institucionais Ex: O ordenador de despesa, bem como o gestor de cada unidade poderá acompanhar a execução do orçamento de forma fácil, rápida e transparente.
2.9. Há algum processo definido/institucionalizado do fluxo das informações? Qual? Insira o link ou o número do normativo.	Ex. Sim/Não. Se sim, qual? Se possível informar o link para a documentação.
2.10. Existe Obrigatoriedade Legal para implantar este sistema?	Possui alguma lei, decreto, art. para a mudança? Ex: Estratégia Institucional 2020/2027 Ex. Não.
2.11. Existe prazo legal para ser cumprido ou implementado este sistema? Qual?	Ex.
2.12. Quais setores serão diretamente beneficiados com a melhoria?	Ex: Somente o Degov. Ex: Alta Gestão e gerentes de programa.

2.13. A solicitação contribui para quais objetivos estratégicos?	· Garantia dos Direitos Fundamentais; · Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade. · Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional; · Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa; · Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos; · Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios; · Promoção da Sustentabilidade; · Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal; · Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa, da Governança Judiciária e da Proteção de Dados. · Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas; · Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira; · Fortalecimento da Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação. · Não Identificado
2.14. Quais servidores podem ajudar a compor a equipe, com informações de regra de negócios, testes e homologação do novo software?	Ex: Simone Soares Sena de Oliveira-DEGOV; Allan Tito-Diese.
2.15. Você conhece algum sistema pronto que tenha essa funcionalidade?	( ) Não( ) Sim.
2.16. Se sim, qual é o sistema?	
2.17. Qual a quantidade potencial de usuários após a implementação da melhoria?	1 - Até 50 usuários; 2 - Até 200 usuários; 3 - Até 1000 usuários; 4 - Até 5000 usuários; 5 - Acima de 5000 usuários;
2.18. A solicitação contribui DIRETAMENTE com algum item do Prêmio CNJ de Qualidade? Indique o artigo e o inciso conforme portaria do CNJ.	
2.19. O produto da solicitação pode ser identificado como uma inovação? Por que? Conceito de inovação: processos ou serviços disruptivos que trazem melhorias significativas para a sociedade ou o Poder Judiciário do Estado de Rondônia.	Ex. Sim/Não. Se sim, justifique.
2.20. Observações que você acha necessárias acrescentar a esta solicitação: (Descrever aqui o que achar relevante)	

ANEXO II

SOLICITAÇÃO DE NOVOS SISTEMAS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE	
1.1. Unidade:	
1.2. Requisitante:	
1.3. Telefone:	
1.4 E-mail:	

2. NOVO SISTEMA	
2.1. Problema a resolver	Ex: multiplicidade de controles para gerenciamento da estratégia e de projetos.
2.2. Motivo/Justificativa: (Porque se quer esse sistemas?)	Ex: Centralização das informações referente aos programas, projetos e acompanhamento das tarefas são essenciais para uma boa gestão e para o alcance dos objetivos estratégicos….
2.3. Benefícios esperados:	Ex: Maior controle sobre o alcance das metas do planejamento estratégico, maior transparência no gerenciamento dos projetos…..
2.4. Há algum processo definido/institucionalizado do fluxo das informações? Qual? Insira o link ou o número do normativo.	Ex: Sim, processo de gerenciamento de projetos institucional e o Processo de Gerenciamento de Projetos (MGP)
2.5 Como o processo é executado atualmente? Quais são as ferramentas de apoio?	
2.6. Existe software no mercado que atenderia as necessidades? Qual?	
2.7. Quem utilizará o novo sistema?	Ex: Todos os gerentes estratégicos, GGOV, Gerentes de projeto e demais envolvidos no projeto
2.8. Qual a quantidade potencial de usuários após a implementação da melhoria?	1 - Até 50 usuários; 2 - Até 200 usuários; 3 - Até 1000 usuários; 4 - Até 5000 usuários; 5 - Acima de 5000 usuários;

2.9. A solicitação contribui para quais objetivos estratégicos?	· Garantia dos Direitos Fundamentais; · Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade. · Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional; · Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa; · Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos; · Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios; · Promoção da Sustentabilidade; · Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal; · Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa, da Governança Judiciária e da Proteção de Dados. · Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas; · Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira; · Fortalecimento da Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação. · Não Identificado
2.10. Quais servidores a STIC poderá contatar para requisitar informações de regras de negócio e sanar quaisquer dúvidas referente ao novo sistema?	Ex: Simone Soares Sena de Oliveira-DEGOV; Allan Tito-Diese.
2.11. O produto da solicitação pode ser identificado como uma inovação? Por que? Conceito de inovação: processos ou serviços disruptivos que trazem melhorias significativas para a sociedade ou o Poder Judiciário do Estado de Rondônia.	Ex. Sim/Não. Se sim, justifique.
2.12. Existe prazo legal para ser cumprido? Qual?	
2.13 A solicitação contribui DIRETAMENTE com algum item do Prêmio CNJ de Qualidade? Indique o artigo e o inciso conforme portaria do CNJ.	
2.14. Observações: (Descrever aqui o que achar relevante)	

ANEXO III

CRITÉRIOS PARA A ANÁLISE TÉCNICA DE SOLICITAÇÕES DE MELHORIA EM SISTEMAS EXISTENTES OU SOLICITAÇÕES DE NOVOS SISTEMAS

Os critérios e os pesos distribuídos a cada um dos quesitos modulam a percepção do valor que cada solicitação tem para o negócio da instituição, ranqueando-as segundo esses valores, a fim de que sejam priorizadas para execução pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, conforme ordem de importância e relevância para o Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

CRITÉRIOS		PONTUAÇÃO MÁXIMA
1. DETERMINAÇÃO LEGAL	1.1 Lei em sentido estrito e normativos	30
	1.2 Recomendações	10
2. CONTRIBUIÇÃO INSTITUCIONAL	2.1 Contribuição Estratégia	7
	2.2 Prêmio CNJ de Qualidade	5
	2.3 Quantidade Potencial de Usuários	5
	2.4 Evolução Técnica	6
	2.5 Alinhamento à estratégia do PJRO	4
	2.6 Inovação	3
3. ESFORÇO	3.1 Característica da Solução	20
4.COMPLEXIDADE	4.1 Risco Inerente da Execução	10
TOTAL		100

As solicitações serão avaliadas em cada um dos critérios definidos. Para cada critério será associada uma nota que será multiplicada por seu respectivo peso, e a soma de todos os resultados definirá a nota de prioridade da demanda. Quanto maior a nota, maior a prioridade. Em caso de empate, serão consideradas para desempate as notas obtidas nos critérios de maior para menor peso sucessivamente.

1. DETERMINAÇÃO LEGAL
Classifica a solicitação por ter a motivação direta relacionada com o cumprimento de lei, por normativos infralegais ou ainda recomendações.

1.1 LEI EM SENTIDO ESTRITO E NORMATIVOS
Classifica a solicitação por ter a motivação direta com o cumprimento de lei, e normativos infralegais e pelo prazo restante para entrada em vigor dos seus efeitos ou dos efeitos sancionatórios.

- Não se aplica, ou a determinação legal poderá ser cumprida sem solução de tecnologia da informação; (0 pontos)
- Demanda legal e/ou normativa com prazo superior a 24 meses; (5 pontos)
- Demanda legal e/ou normativa com prazo entre 12 e 24 meses; (15 pontos)
- Demanda legal e/ou normativa com prazo entre 6 e 12 meses; (25 pontos)
- Demanda legal e/ou normativa com prazo inferior a 6 meses. (30 pontos)

1.2 RECOMENDAÇÕES

Classifica a solicitação por ter a motivação direta com o cumprimento de recomendações.

- Não se aplica, ou o instrumento poderá ser cumprido sem solução de tecnologia da informação; (0 pontos)
- Prazo de cumprimento superior a 24 meses; (2,5 pontos)
- Prazo de cumprimento entre 12 e 24 meses; (5 pontos)
- Prazo de cumprimento entre 6 e 12 meses; (7,5 pontos)
- Prazo de cumprimento em até 6 meses; (10 pontos)

2. CONTRIBUIÇÃO INSTITUCIONAL

Busca avaliar os impactos positivos diretos esperados da implementação do produto solicitado, que agreguem valor ao Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

2.1 CONTRIBUIÇÃO ESTRATÉGICA

A solicitação busca melhoria ou novas funcionalidades em:

- Sistema estratégico (7 pontos)
- Sistema desenvolvido (5 pontos)
- Sistema suportado/adquirido (3 pontos)
- Novo sistema (2 pontos)

2.2 PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

Classifica a solicitação de acordo com a CONTRIBUIÇÃO DIRETA aos itens do Prêmio CNJ de Qualidade. Para a referida premiação, o CNJ se utiliza de uma metodologia de avaliação dos tribunais sob o olhar do acompanhamento das políticas judiciárias, eficiência, gestão e organização de dados. A pontuação deste item será proporcional a contribuição do item no prêmio. Ressalta-se que deve ser uma contribuição direta, que impacte positivamente no resultado alcançado.

- Não se aplica; (0 pontos)
- Até 20 pontos; (2 pontos)
- Entre 20 e 50 pontos; (3 pontos)
- Entre 50 e 100 pontos; (4 pontos)
- Entre 100 e 200 pontos. (5 pontos)

2.3 QUANTIDADE POTENCIAL DE USUÁRIOS

Classifica a solicitação de acordo com a quantidade potencial de usuários após a implementação. Objetiva-se com isso a relevância para a missão institucional.

- Até 50 usuários; (1 ponto)
- Até 200 usuários; (2 pontos)
- Até 1000 usuários; (3 pontos)
- Até 5000 usuários; (4 pontos)
- Acima de 5000 usuários; (5 pontos)

2.4 EVOLUÇÃO TÉCNICA

Busca avaliar os benefícios técnicos resultantes dos produtos gerados pela solicitação. Este critério é dividido em perguntas que devem ser respondidas com “sim” ou “não”. Essas perguntas têm pesos próprios na composição da nota do critério.

Pergunta	Respostas
1. Garante continuidade de sistema estratégico para o Poder Judiciário do Estado de Rondônia.?	Sim (1,2 pontos) Não (0 pontos)
2. Melhora a segurança da informação de sistema já existente?	Sim (1,2 pontos) Não (0 pontos)
3. Diminuirá obsolescência de tecnologia utilizada ou débito técnico nos sistemas existentes?	Sim (1,2 pontos) Não (0 pontos)
4. Outra demanda dependerá de algum resultado gerado na demanda aqui proposta?	Sim (1,2 pontos) Não (0 pontos)
5. Proporciona aperfeiçoamento nos sistemas existentes?	Sim (1,2 pontos) Não (0 pontos)

2.5 ALINHAMENTO À ESTRATÉGIA DO PJRO

A solicitação contribui para algum dos objetivos estratégicos?

Respostas	Valor
· Garantia dos Direitos Fundamentais; · Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade. · Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional; · Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa; · Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos; · Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios; · Promoção da Sustentabilidade; · Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal; · Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa, da Governança Judiciária e da Proteção de Dados. · Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas; · Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira; · Fortalecimento da Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação. · Não Identificado	Sim (4 pontos)
Não identificado	Não (0 pontos)

NOTA 1: Será considerado ponto para apenas um objetivo estratégico atendido. Caso atenda mais de um, a pontuação continuará sendo apenas 4 pontos.

2.6 INOVAÇÃO
Busca avaliar se a solicitação propõe implementar processos ou serviços disruptivos que trazem melhorias significativas para a sociedade ou o Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

Pergunta	Respostas
O produto da solicitação pode ser identificado como uma inovação?	Sim (3 pontos) Não (0 pontos)

3. ESFORÇO
3.1 CARACTERÍSTICA DA SOLICITAÇÃO
Avalia de maneira preliminar e sem refinamento as características do que foi solicitado conforme documentação do Modelo de Gerenciamento de Projetos.

- Projeto; (20 pontos)
- Plano de Ação; (10 pontos)
- Melhoria; (5 pontos)

4. COMPLEXIDADE
4.1 RISCO INERENTE DA EXECUÇÃO
Avalia o grau de maturidade, conhecimento e a necessidade de envolver outras unidades para execução. A existência de processos mapeados diminui a complexidade na compreensão do que deve ser feito, bem como o conhecimento técnico da unidade demandante sobre o objeto da solicitação. Envolver mais de uma unidade administrativa pode comprometer o tempo de execução em virtude de: negociação das entregas, dificuldade de agenda das partes interessadas com poder de decisão, alteração do escopo, etc.

Perguntas:	Respostas
1. Existe Processo Mapeado? (existe fluxo de trabalho mapeado)	Sim (2,5 pontos) Não (0 pontos)
2. O Processo Mapeado foi atualizado nos últimos 2 (dois) anos?	Sim (2,5 pontos) Não (0 pontos)
3. O demandante demonstra conhecimento e/ou maturidade sobre o que foi solicitado?	Sim (2,5 pontos) Não (0 pontos)
4. A solicitação envolve mais de uma Unidade?	Sim (0 pontos) Não (2,5 pontos)

NOTA 1: Para efeito deste Ato, considera-se unidade judiciária e unidade administrativa aquelas dispostas no Anexo Único da Instrução n. 043/2019-PR.

5. CLASSIFICAÇÃO

NOTA: _____

Classificação	Intervalo	Expectativa
Altamente Recomendado	Maior ou igual 65 pontos	Comitê de Governança de TIC prioriza a execução
Recomendado	Maior ou igual 35 pontos e menor que 65 pontos	Comitê de Governança de TIC aguarda para priorizar após execução do altamente recomendado
Não Recomendado	Menor que 35 pontos	Comitê de Governança de TIC devolve ao solicitante informando que não foi priorizado

NOTA 1: A ordem de priorização a ser cadastrada para execução na STIC será fornecida pelo CGTIC, que poderá considerar o resultado desta análise em sua priorização.
NOTA 2: A unidade proprietária do sistema terá sua manifestação colhida pela STIC atendendo às competências previstas no art. 3º do Ato 120/2023-PR de 10 de março de 2023 que identifica as proprietárias dos Sistemas de Informação desenvolvidos e/ou suportados no Poder Judiciário do Estado de Rondônia e determina suas competências.
NOTA 3: Os projetos, planos de ação e melhorias devem ser priorizados pelo CGTIC e organizados de acordo as filas de trabalho informadas pela STIC.

Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 14/07/2023, às 13:53 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3460759e o código CRC 434C0BC8.

Portaria n. 383/2023-PR

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 67 do RITJ/RO;

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n. 0004096-53.2023.8.22.8800,

R E S O L V E:

I - DECLARAR vacância do cargo efetivo de Técnico Judiciário, Padrão 1, ocupado pelo servidor DIVO ALEXANDRE SOARES ROCHA, cadastro 5064280, lotado na CPE1G - Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau, por motivo de exoneração a pedido, nos termos do inciso I, do artigo 40, da LC n. 68/92.

II - EFEITOS a partir de 30/06/2023.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 14/07/2023, às 13:12 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 14/07/2023, às 13:53 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3461314e o código CRC 266AD6D1.

Portaria n. 384/2023-PR

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 67, do RITJ/RO;

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n.0010053-10.2023.8.22.8000.

R E S O L V E :

EXONERAR e NOMEAR as servidoras abaixo qualificadas:

CADASTRO	NOME	CARGO	LOTAÇÃO	EXONERAR	NOVA LOTAÇÃO	NOMEAR	EFEITOS
5004713	LUCIANE BUZAGLO CORDOVIL BETTI	Comissionada	Jux-2 - Juiz Auxiliar 2	Assistente Técnico II - DAS1	NUAD - Núcleo de Admissibilidade	Assistente de Desembargador II - DAS1	07/07/2023
8017468	LIDIANI SILVA RAMIRES DONADELLI		-	-	Jux-2 - Juiz Auxiliar 2	Assistente Técnico II - DAS1	

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 14/07/2023, às 13:12 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 14/07/2023, às 13:53 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3461698e o código CRC 2C6ECEFC.

Portaria n. 385/2023-PR

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 67 do RITJ/RO;

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n. 0003680-85.2023.8.22.8800,

R E S O L V E:

I - INTERROMPER a pedido, licença sem vencimentos para tratar de interesse particular, concedida ao servidor ALLEXANDRE RAFFAEL TRES, cadastro 2068664, Técnico Judiciário, conforme Portaria Presidência n. 908/2021 (2492385), publicada no DJE n. 222 de 30/11/2021.

II - RELOTAR o servidor da Secretaria de Gestão de Pessoas para a Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau- CPE1G.

III - EFEITOS a partir de 11/7/2023.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:10 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 17/07/2023, às 14:03 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464240e o código CRC 5926BD1E.

Portaria n. 386/2023-PR

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 67 do RITJ/RO;

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n. 0000707-63.2022.8.22.8002,

R E S O L V E:

I – NOMEAR a Senhora LEONTINA PUCCI PATRIARCHA, brasileira, para ocupar o cargo de Juíza de Paz, perante o Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município de Alto Paraíso, comarca de Ariquemes/RO, pelo período de 4 (quatro) anos.

II – NOMEAR a Senhora CLEVANIR ANTUNES CARDOSO COSTA, brasileira, para ocupar o cargo de Suplente de Juíza de Paz, a fim de atuar durante as faltas e impedimentos da titular, pelo período de 4 (quatro) anos.

III – EFEITOS a partir da publicação.

IV - Conforme art. 6º da Resolução n. 007/2007-PR, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da divulgação da informação no Diário da Justiça Eletrônico.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:10 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 17/07/2023, às 14:03 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464713e o código CRC 7DAE59EB.

Portaria n. 387/2023-PR

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 67 do RITJ/RO;

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n. 0000708-48.2022.8.22.8002,

R E S O L V E:

I – NOMEAR a Senhora EDNA CORDEIRO DA SILVA, brasileira, para ocupar o cargo de Juíza de Paz, perante o Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município de Cujubim, comarca de Ariquemes/RO, pelo período de 4 (quatro) anos.

II – NOMEAR o Senhor ALTAIR JAIME BENDER, brasileiro, para ocupar o cargo de Suplente de Juíza de Paz, a fim de atuar durante as faltas e impedimentos da titular, pelo período de 4 (quatro) anos.

III – EFEITOS a partir da publicação.

IV - Conforme art. 6º da Resolução n. 007/2007-PR, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da divulgação da informação no Diário da Justiça Eletrônico.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:10 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 17/07/2023, às 14:03 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464717e o código CRC 55993904.

Portaria n. 388/2023-PR

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 67 do RITJ/RO;

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n. 0000392-26.2022.8.22.8005,

R E S O L V E:

I – NOMEAR a Senhora PATRÍCIA NANTES DE OLIVEIRA, brasileira, para ocupar o cargo de Juíza de Paz, perante o 2º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município e comarca de Ji-Paraná/RO, pelo período de 4 (quatro) anos.

II – NOMEAR a Senhora FLÁVIA REBECCHI ESTEVES DA SILVA ASSUMPÇÃO, brasileira, para ocupar o cargo de Suplente de Juíza de Paz, a fim de atuar durante as faltas e impedimentos da titular, pelo período de 4 (quatro) anos.

III – EFEITOS a partir da publicação.

IV - Conforme art. 6º da Resolução n. 007/2007-PR, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da divulgação da informação no Diário da Justiça Eletrônico.

Registre-se.

Cumpra-se.

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:10 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 17/07/2023, às 14:03 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464718e o código CRC 4312F3CD.

Portaria n. 389/2023-PR

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 67 do RITJ/RO;

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n. 0000661-74.2022.8.22.8002,

R E S O L V E:

I – NOMEAR a Senhora MARIZETE PEREIRA DOS SANTOS, brasileira, para ocupar o cargo de Juíza de Paz, perante o 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município e comarca de Ariquemes/RO, pelo período de 4 (quatro) anos.

II – NOMEAR a Senhora CRISTIANA ARANTES POLO, brasileira, para ocupar o cargo de Suplente de Juíza de Paz, a fim de atuar durante as faltas e impedimentos da titular, pelo período de 4 (quatro) anos.

III – EFEITOS a partir da publicação.

IV - Conforme art. 6º da Resolução n. 007/2007-PR, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da divulgação da informação no Diário da Justiça Eletrônico.

Registre-se.

Cumpra-se.

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:10 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 17/07/2023, às 14:03 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464719e o código CRC DACD4117.

Portaria n. 390/2023-PR

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 67 do RITJ/RO;

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n. 0000706-78.2022.8.22.8002,

R E S O L V E:

I – NOMEAR a Senhora SÔNIA RAMOS MIRANDA SÁ, brasileira, para ocupar o cargo de Juíza de Paz, perante o Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município de Rio Crespo, comarca de Ariquemes/RO, pelo período de 4 (quatro) anos.

II – NOMEAR a Senhora CAROLINA CLÁUDIA DA SILVA DE MOURA, brasileira, para ocupar o cargo de Suplente de Juíza de Paz, a fim de atuar durante as faltas e impedimentos da titular, pelo período de 4 (quatro) anos.

III – EFEITOS a partir da publicação.

IV - Conforme art. 6º da Resolução n. 007/2007-PR, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da divulgação da informação no Diário da Justiça Eletrônico.

Registre-se.

Cumpra-se.

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:10 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 17/07/2023, às 14:03 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464720e o código CRC 3EC0F920.

Portaria n. 391/2023-PR

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 67 do RITJ/RO;

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n. 0000705-93.2022.8.22.8002,

R E S O L V E:

I – NOMEAR a Senhora VALÉRIA ZANOTELLI, brasileira, para ocupar o cargo de Juíza de Paz, perante o Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município de Monte Negro, comarca de Ariquemes/RO, pelo período de 4 (quatro) anos.

II – NOMEAR a Senhora CLAUDINÉIA DOS SANTOS SILVA, brasileira, para ocupar o cargo de Suplente de Juíza de Paz, a fim de atuar durante as faltas e impedimentos da titular, pelo período de 4 (quatro) anos.

III – EFEITOS a partir da publicação.

IV - Conforme art. 6º da Resolução n. 007/2007-PR, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da divulgação da informação no Diário da Justiça Eletrônico.

Registre-se.

Cumpra-se.

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:10 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 17/07/2023, às 14:03 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464721e o código CRC 9CC4FC49.

Portaria n. 392/2023-PR

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 67 do RITJ/RO;

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n. 0000703-26.2022.8.22.8002,

R E S O L V E:

I – NOMEAR a Senhora HELENA FERREIRA DOS SANTOS, brasileira, para ocupar o cargo de Juíza de Paz, perante o 2º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município e comarca de Ariquemes/RO, pelo período de 4 (quatro) anos.

II – NOMEAR a Senhora MARIA ADRIANA SANTOS DE OLIVEIRA DIAS, brasileira, para ocupar o cargo de Suplente de Juíza de Paz, a fim de atuar durante as faltas e impedimentos da titular, pelo período de 4 (quatro) anos.

III – EFEITOS a partir da publicação.

IV - Conforme art. 6º da Resolução n. 007/2007-PR, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da divulgação da informação no Diário da Justiça Eletrônico.

Registre-se.

Cumpra-se.

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:10 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 17/07/2023, às 14:03 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464723e o código CRC 81496D0D.

Portaria n. 393/2023-PR

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 67 do RITJ/RO;

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n. 0000432-17.2022.8.22.8002,

R E S O L V E:

I – NOMEAR a Senhora NILMA GON LIMA SANTOS, brasileira, para ocupar o cargo de Juíza de Paz, perante o Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município de Cacaulândia, comarca de Ariquemes/RO, pelo período de 4 (quatro) anos.

II – NOMEAR a Senhora ELISÂNGELA DA SILVA LIMA DE OLIVEIRA, brasileira, para ocupar o cargo de Suplente de Juíza de Paz, a fim de atuar durante as faltas e impedimentos da titular, pelo período de 4 (quatro) anos.

III – EFEITOS a partir da publicação.

IV - Conforme art. 6º da Resolução n. 007/2007-PR, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da divulgação da informação no Diário da Justiça Eletrônico.

Registre-se.

Cumpra-se.

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:10 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 17/07/2023, às 14:03 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464724e o código CRC DDB4409E.

Portaria n. 395/2023-PR

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 67 do RITJ/RO;

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n. 0000171-97.2023.8.22.8008,

R E S O L V E:

I - DECLARAR vacância do cargo efetivo de Técnico Judiciário, Padrão 1, ocupado pelo servidor SIDIMAR BELO RODRIGUES, cadastro 5045270, lotado no EDO1GENCAR - Cartório da 1ª Vara Genérica da Comarca de Espigão d'Oeste/RO, por motivo de exoneração a pedido, nos termos do inciso I, do artigo 40, da LC n. 68/92.

II - EFEITOS a partir de 18/06/2023.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:10 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 17/07/2023, às 14:03 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464727e o código CRC E0A4D058.

Portaria n. 396/2023-PR

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 67 do RITJ/RO;

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n. 0000217-74.2023.8.22.8012,

R E S O L V E:

I - DECLARAR vacância do cargo efetivo de Técnico Judiciário, Padrão 1, ocupado pelo servidor SIDNEI MAZITO DA MOTA, cadastro 5043170, lotado no CDO1CIVCAR - Cartório Cível das Varas Genéricas da comarca de Colorado do Oeste/RO, por motivo de exoneração a pedido, nos termos do inciso I, do artigo 40, da LC n. 68/92.

II - EFEITOS a partir de 14/07/2023.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:10 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 17/07/2023, às 14:03 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464728e o código CRC F52607E4.

Portaria n. 397/2023-PR

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 67 do RITJ/RO;

Considerando os termos da Resolução nº 203/2021-TJRO publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº de 15/6/2021 que dispõe sobre a participação de servidores e servidoras do Poder Judiciário do Estado de Rondônia em ações de capacitação e dá outras providências,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n. 0001143-28.2023.8.22.8700,

R E S O L V E:

CONVOCAR os(as) servidores(as) abaixo relacionados(as) para participarem do curso: "Infra as Code Expert", no período de 1º/12/2023 a 1º/12/2026, na Plataforma LINUXtips, na modalidade EaD, assíncrona, sendo disponibilizada 1 (uma) hora por dia para realização das atividades do curso, de acordo com o §4º do Art. 10 da Resolução n. 203/2021-TJRO, conforme Projeto Pedagógico 240 (3446700).

CADASTRO	SERVIDOR(A)	LOTAÇÃO
2069920	ANDREW RAMIRES MAY	Seção de Gerenciamento de Sistemas
2043963	BRUNO SPADETO	Divisão de Infraestrutura
2070812	CHARLES DIAS DE MELO	Seção de Servidores e Armazenamento
2064367	LUIZ DONIEC DOS SANTOS DE SOUSA	Seção de Gerenciamento de Sistemas
2071690	RODRIGO DUARTE DE OLIVEIRA TOLEDO	Divisão de Integração e Qualidade Dos Sistemas
2070804	ROUSSEAU LOBO BRAGA	Seção de Gerenciamento de Sistemas
2050145	SILVIA ZEILA SOUZA DE CASTRO MANOEL	Seção de Gerenciamento de Sistemas
8040478	YUJI FELIPE ROQUE KURODA	Seção de Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:10 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 17/07/2023, às 14:03 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464763e o código CRC 2366F725.

Portaria n. 398/2023-PR

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 67 do RITJ/RO;

Considerando os termos da Resolução nº 203/2021-TJRO publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº de 15/6/2021 que dispõe sobre a participação de servidores e servidoras do Poder Judiciário do Estado de Rondônia em ações de capacitação e dá outras providências,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n. 0001206-53.2023.8.22.8700,

R E S O L V E:

CONVOCAR os(as) servidores(as) abaixo relacionados(as) para participarem do curso: "Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua", no período de 1º/08/2023 a 30/08/2023, no Ambiente Virtual da Escola Virtual de Governo (EVG), modalidade assíncrona, sendo disponibilizada 1 (uma) hora por dia para realização das atividades do curso, de acordo com o §4º do Art. 10 da Resolução n. 203/2021-TJRO, conforme Projeto Pedagógico (3440134).

CADASTRO	SERVIDOR(A)	LOTAÇÃO
5044110	ADRIELY DE ALMEIDA SOUZA	Central de Atendimento da Comarca de Alvorada do Oeste
2056208	ALINI SILVA RIBEIRO DE MORAES	Central de Atendimento da Comarca de Vilhena/RO
2072050	ANGELA MARIA FABIANO DA SILVA	Central de Atendimento da Comarca de Ariquemes/RO
2042223	AZENAIDE ALVES DOS SANTOS NEVES	Central de Atendimento da Comarca de Costa Marques
2070910	BEATRIZ MORAIS RAPES ASSIS	Central de Atendimento da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO
2071100	CAMILA ARAUJO CARVALHO	Central de Atendimento da Comarca de Porto Velho
2057131	CESARIO DOS SANTOS FERREIRA	Central de Atendimento da Comarca de Porto Velho
2040395	CLAITON VENDRAMETTO	Central de Atendimento da Comarca de Cacoal
2066785	CLAUDINEI PESSOA PAIVA	Central de Atendimento da Comarca de Ji-Paraná/RO
2061635	DANIELLE CORDEIRO RAMALHO	Central de Atendimento da Comarca de Pimenta Bueno/RO
2054108	DIMEIA DE OLIVEIRA LINO RODRIGUES	Central de Atendimento da Comarca de Ji-Paraná/RO
2065037	ELIANA MARTINS DOS SANTOS	Central de Atendimento da Comarca de Ji-Paraná/RO
2052814	EMACULADA MARIA DE OLIVEIRA	Central de Atendimento da Comarca de Presidente Médici
5044190	ERICA FRANCA OLIVEIRA	Central de Atendimento da Comarca de São Francisco do Guaporé
2066068	EVERTON AUGUSTO ALVES DA COSTA	Central de Atendimento da Comarca de Santa Luzia do Oeste
2060191	FELIPE BERNARDINO DOS SANTOS	Central de Atendimento da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO
2063158	FILIPE BAZETH DURCE DE OLIVEIRA	Central de Atendimento da Comarca de Nova Brasilândia do Oeste
2070669	GISLAINE MAGGIONI DA PAIXAO SILVA	Central de Atendimento da Comarca de Jaru
2062658	HERBERT DA SILVA REZENDE	Central de Atendimento da Comarca de Ji-Paraná/RO
2070421	ITALO RENATO FERREIRA	Central de Atendimento da Comarca de Ariquemes/RO
5048990	IVSON MARCELO VITOR ALVES DE OLIVEIRA	Central de Atendimento da Comarca de Machadinho d'Oeste/RO
2036177	JONAS DE LACERDA	Central de Atendimento da Comarca de Cerejeiras
2037807	JULIO CESAR GALIOTTO	Central de Atendimento da Comarca de Ariquemes/RO
2074524	LAISE SOARES RAMOS DE MOURA	Central de Atendimento da Comarca de Cacoal
2046075	LEONARDO GOMES DE MOURA	Central de Atendimento da Comarca de Rolim de Moura/RO
2062461	LIDIANE NIZ LONGO DAMASCENO	Central de Atendimento da Comarca de Ariquemes/RO
5043140	LUANA JACQUELINE SANTOS SILVA ANTONIO	Central de Atendimento da Comarca de Vilhena/RO
2031876	LUCIANO MACHADO MELO	Central de Atendimento da Comarca de Alta Floresta d'Oeste
2053250	LUCILENE DE PAULA ROSA	Central de Atendimento da Comarca de Rolim de Moura/RO
2040263	MARCIO FRAZAO VILANOVA	Central de Atendimento da Comarca de Cacoal
2062356	MARCIO GREY LEAL NEVES	Central de Atendimento da Comarca de Jaru
8018995	MARCUS SANTIAGO DE OLIVEIRA	Central de Atendimento da Comarca de Porto Velho
5002087	OTONIEL DE OLIVEIRA PONTES	Central de Atendimento da Comarca de São Miguel do Guaporé/RO
2047616	PATRICIA DA SILVA SENA COSTA	Central de Atendimento da Comarca de Porto Velho
2065975	PRISCILA AGUIAR DE FREITAS DINIZ	Central de Atendimento da Comarca de Ji-Paraná/RO
2072009	RENATA ALVES BARRETO	Central de Atendimento da Comarca de Ariquemes/RO
2048957	ROSEMEIRE BARBOSA	Central de Atendimento da Comarca de Cacoal
2070847	ROZILANE XIMENES DE OLIVEIRA	Central de Atendimento da Comarca de Porto Velho

2067986	VANILDO PEIXOTO DE FREITAS	Central de Atendimento da Comarca de Porto Velho
2069490	WESLEY TRISTAO PACHECO	Central de Atendimento da Comarca de Guajará-Mirim/RO

Registre-se.
Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por GUACYMARA BARBOSA GORAYEB, Diretor (a) de Divisão em Substituição, em 14/07/2023, às 10:46 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por HUDSON SOARES SILVA, Chefe de Seção, em 14/07/2023, às 11:15 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3457933 e o código CRC 0FC793E0.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:10 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 17/07/2023, às 14:03 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464765e o código CRC C59B6D5D.

Portaria n. 400/2023-PR

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 67, do RITJ/RO;

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n. 0003982-17.2023.8.22.8800,

R E S O L V E:

I - DECLARAR vacância do cargo efetivo de Técnico Judiciário, Nível Médio, Padrão 5, ocupado pelo servidor LUIZ ANTONIO BIZERRIL DA SILVA, cadastro 2070952, lotado na CPE1G - Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau, em face ao pedido de exoneração, em razão de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do inciso V do artigo 40 da LC n. 68/92.

II - EFEITOS a partir de 30/06/2023.

Registre-se.
Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:10 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 17/07/2023, às 14:03 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464771e o código CRC 03E34AF5.

Edital Nº 3, de 11 de julho de 2023.

EDITAL DE SELEÇÃO DE MAGISTRADOS(AS) PARA PARTICIPAÇÃO NA ETAPA DA JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA e o PRESIDENTE DO NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS - NUPEMEC, no uso de suas atribuições legais, regimentais e institucionais,

CONSIDERANDO o artigo 4°, II e IV da Resolução N. 146/2020-PR, que dispõe sobre a Política Judiciária Estadual de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO o Provimento n. 20/2012 do CNJ, que regulamentou a participação de magistrados(as) na troca de experiências em mutirões, Justiça Itinerante e em atividades jurisdicionais e institucionais em outras unidades federativas do Brasil,

CONSIDERANDO o contido no SEI 0003986-54.2023.8.22.8800 sobre projeto de autoria conjunta da CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA, NUPEMEC, EMERON e FONAJE de viabilizar intercâmbio entre Tribunais para que juízes atuando nos juizados especiais e em sistemas de justiça itinerante para conhecer novas experiências baseadas em práticas conciliatórias,

RESOLVEM TORNAR PÚBLICO, a todos(as) os(as) magistrados(as) dos Tribunais de Justiça do Brasil, exceto Rondônia, convite para participarem da realização de justiça itinerante fluvial em comunidades ribeirinhas no Estado de Rondônia nas localidades de São Carlos, Cavalcante, Nazaré, Santa Catarina, Papagaio, Ressaca, Calama e Demarcação, no período de 18/09/2023 a 29/09/2023.

1 - DAS VAGAS

1.1 - Serão disponibilizadas 6 (seis) vagas para magistrados(as), sendo uma para cada Estado, exceto o Estado de Rondônia, e o critério será o de ordem de manifestação no e-mail do Nupemec. Na hipótese de não haver interessados para preencher as vagas, excepcionalmente será admitido mais de um(a) magistrado(a) por tribunal.

1.2 - Em caso de desistência, será convidado(a) automaticamente o(a) magistrado(a) subsequente na lista gerada;

2 - DAS INSCRIÇÕES

2.1 - O documento constante do Anexo I será preenchido pelo(a) interessado(a) e submetido à autorização do(a) Presidente do seu Tribunal;

2.2 - O(a) interessado(a) enviará o documento de inscrição com autorização do(a) Presidente do seu Tribunal para o e-mail do Nupemec/RO - nupemec@tjro.jus.br - até a data de 18/08/2023;

2.3 - Se em 24h da remessa do e-mail não chegar confirmação de recebimento, recomenda-se que o(a) interessado(a) faça contato com o Nupemec no tel. 69 3309-6036.

3 – DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 - A participação dos(as) magistrados(as) selecionados(as) fica condicionada à autorização de afastamento pelo Tribunal de origem, consoante o parágrafo primeiro do art. 1º do Provimento n. 20/2012 do CNJ, que se fará cumprido com a anuência do Presidente do Tribunal cedido;

3.2 - Os(as) magistrados(as) selecionados ou seus Tribunais deverão arcar com as despesas de passagens aéreas (ida e volta) e alimentação no período de realização do evento, não sendo devido pelo Tribunal de Justiça de Rondônia qualquer custeio de despesa, pagamento de diária ou de coloboração externa, conforme art. 3º, do Provimento n. 20/2012 do CNJ, nem tampouco responsabilidade por danos materiais ou morais decorrentes de acidente, enfermidade ou atentado;

3.3 – O(a) magistrado(a) participante preencherá ao final da viagem, relatório das atividades no modelo do Anexo II deste edital e apresentará em até 5 (cinco) dias, a contar do desembarque em Porto Velho, ao Nupemec no e-mail nupemec@tjro.jus.br e ao Tribunal de origem;

3.4 - Fica automaticamente excluído(a) da seleção prevista neste edital o(a) Magistrado(a) que não atender aos requisitos estabelecidos.

3.5 - As situações não previstas neste edital serão analisadas e decididas pelo Presidente do Nupemec.

Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia
Des. Daniel Ribeiro Lagos
Presidente do Nupemec

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 12/07/2023, às 12:34 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por DANIEL RIBEIRO LAGOS, Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, em 17/07/2023, às 07:59 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3454317e o código CRC AF103F03.

CORREGEDORIA-GERAL

ATOS DO CORREGEDOR

Provimento Corregedoria Nº 11/2023

Dispõe sobre regulamentação da expedição de certidões judiciais de 1º grau no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, de 5 de outubro de 2010, que dispõe sobre a divulgação de dados processuais eletrônicos na rede mundial de computadores, expedição de certidões judiciais e dá outras providências.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 81 das Diretrizes Gerais Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO a instituição do Sistema de Certidão Estadual Unificada e necessidade de definir e regulamentar os tipos e forma de expedição das certidões judiciais de primeiro grau;

CONSIDERANDO que cabe a Corregedoria Geral da Justiça a uniformização e normatização dos procedimentos das unidades do primeiro grau de jurisdição de modo a atender aos princípios da economia, modernidade e eficiência;

CONSIDERANDO o processo SEI n. 0011852-59.2021.8.22.8000;

RESOLVE:

Art. 1º A expedição de certidões judiciais no âmbito do 1º grau do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia observará o disposto na Resolução n.º 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça e respectivas alterações, nas Diretrizes Gerais Judiciais do Tribunal de Justiça

do Estado de Rondônia e neste Provimento e será feita de forma unificada, contemplando os registros de processos e procedimentos distribuídos em todas as comarcas do estado.

Art. 2º As certidões judiciais de 1º grau abrangem, exclusivamente, as ações originárias do 1º grau de jurisdição, ainda que remetidas à instância superior para apreciação de recurso, e destinam-se a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em nome do titular da informação a respeito do qual a certidão é emitida e nos quais essa figure no polo passivo da relação processual, até a data da emissão da certidão, ressalvadas as peculiaridades e parâmetros de expedição previstos para cada modalidade de certidão.

§ 1º Constará no sítio eletrônico do sistema de Certidão Estadual Unificada do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia o alerta de que o uso indevido das informações obtidas poderá acarretar a responsabilização civil, penal ou administrativa.

§ 2º Constará no sítio eletrônico a informação de que o tratamento de dados pessoais necessários para a emissão das certidões judiciais se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em nome da pessoa que figura no polo passivo da relação processual, conforme exigência do inciso I do artigo 23 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Art. 3º A expedição das certidões judiciais previstas neste Provimento é isenta do pagamento de taxas ou emolumentos.

Art. 4º As certidões judiciais reguladas neste Provimento serão elaboradas segundo a ordem cronológica da solicitação, obedecidos os seguintes prazos para expedição:

§ 1º A certidão negativa pública solicitada por meio do sistema de Certidão Estadual Unificada será emitida automaticamente, caso não existam registros de processos em face da pessoa requerida.

§ 2º Se a certidão não for gerada de forma automática pelo sistema de Certidão Estadual Unificada, o prazo para a sua emissão ou retificação pelos(as) atendente(s) será de 5 (cinco) dias úteis, após a solicitação de emissão de certidão negativa, formulada pelo requerente mediante o preenchimento do formulário disponibilizado na internet, solicitação no sistema de atendimento “Por Aqui” ou requerimento presencial, conforme o caso.

§ 3º Sempre que possível, ressalvados os casos de indisponibilidade do sistema ou situações de sigilo e segredo de justiça, deve o setor competente para a emissão da certidão consultar as informações eletrônicas disponíveis nos sistemas processuais, especialmente o inteiro teor dos autos, para assegurar a fidedignidade das informações.

Art. 5º Os(as) atendente(s) dos Cartórios Distribuidores ou Centrais de Atendimento deverá(ão) fornecer ao solicitante, de maneira presencial, via balcão virtual ou outros meios cabíveis, orientações sobre os procedimentos e informações necessárias para a emissão de certidões, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada e os tipos de certidões judiciais expedidas pelo Poder Judiciário de Rondônia, submetendo eventuais dúvidas ao(à) Diretor(a) do Cartório Distribuidor ou da Central de Atendimento, ou, ainda, ao(à) Diretor(a) do Fórum local.

Art. 6º A solicitação das certidões judiciais poderá ser feita por pessoa natural ou por pessoa jurídica sobre as quais as informações da certidão se refiram, seu representante legal, seu procurador regularmente constituído, por pessoa juridicamente interessada, pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou mediante requisição judicial, respeitado o disposto em lei para situações de sigilo e segredo de justiça.

§ 1º Considera-se pessoa juridicamente interessada aquela que receber o consentimento pelo titular da informação de forma expressa, que necessite da certidão para cumprir obrigação legal ou regulatória ou o exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, devidamente comprovado pelo solicitante ou outras hipóteses previstas em leis específicas, observadas as disposições da Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

§ 2º Havendo dúvida quanto ao interesse do solicitante para obter a certidão, o pedido deverá ser submetido ao(à) Diretor(a) do Fórum local, o(a) qual deliberará quanto à possibilidade de entrega da certidão judicial.

Art. 7º A solicitação das certidões será feita pelo requerente, preferencialmente, virtualmente, no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia na internet, por meio do sistema de Certidão Estadual Unificada, ou, subsidiariamente, presencialmente, diretamente no balcão dos Cartórios Distribuidores ou Centrais de Atendimento.

§ 1º Para emissão de certidão negativa pública de 1º grau, o solicitante deverá acessar o sistema de Certidão Estadual Unificada disponível no site do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, indicar o tipo de pessoa a qual a certidão se refere (física ou jurídica), em seguida o número do respectivo documento - Cadastro de Pessoas Físicas na Receita Federal do Brasil (CPF) ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica na Receita Federal do Brasil (CNPJ) -, cujo respectivo nome será importado da base de dados da Receita Federal de forma automática, a instância da certidão (1º grau ou 2º grau), selecionar o tipo de certidão conforme as opções disponíveis e clicar no botão “emitir certidão”.

§ 2º Caso não existam registros em nome da pessoa pesquisada no polo passivo dos parâmetros do tipo de certidão consultado, o sistema de Certidão Estadual Unificada gerará a certidão negativa, que será disponibilizada automaticamente ao solicitante, em formato .PDF.

Art. 8º Caso existam registros de processos ativos ou baixados em nome da pessoa pesquisada ou registros de processos referentes a possíveis homônimos, conforme os parâmetros da certidão pretendida, o solicitante receberá mensagem informando que não foi possível emitir a certidão negativa e será direcionado a realizar solicitação de emissão de certidão negativa pelo distribuidor, devendo preencher o formulário virtual disponibilizado na página do sistema de Certidão Estadual Unificado ou acessar o sistema de atendimento “Por Aqui”.

§ 1º Para realizar a solicitação de emissão de certidão negativa pelo distribuidor o solicitante deverá indicar o nome completo do requerente, número do CPF, nome completo da mãe, e-mail e telefone ou celular para contato, endereço, especificar a finalidade da certidão (conforme opções disponíveis no formulário) e informar a comarca de atendimento, bem como enviar cópia digitalizada, nos formatos .PDF ou .JPG, do comprovante de residência e do documento de identificação (CPF).

§ 2º Ao receber o chamado de emissão de certidão negativa pelo distribuidor, o(a) atendente responsável analisará os documentos do solicitante e os processos eventualmente selecionados, a fim de garantir a sua correta identificação, e emitirá a certidão pertinente que será enviada ao e-mail informado pelo requerente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação.

§ 3º Se o pedido de emissão de certidão negativa ao distribuidor formulado pelo solicitante estiver incompleto ou houver dúvida quanto ao interesse jurídico do solicitante na certidão, o atendente deverá requerer a complementação da informação, inclusive mediante assinatura de termo de responsabilidade quanto às informações prestadas ou homonímia, quando necessário, devendo emitir a certidão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a apresentação complementação das informações.

§ 4º Caso o solicitante deixe de apresentar as informações e documentos complementares requeridos pelo atendente, após 15 (quinze) dias corridos da solicitação de complementação, o chamado poderá ser encerrado sem emissão da certidão.

Art. 9º Se o solicitante formular o pedido de certidão presencialmente, no atendimento do balcão dos Cartórios Distribuidores ou Centrais de Atendimento, o atendente deverá emitir e entregar imediatamente a certidão requerida ou, não sendo possível conceder o acesso imediato, disponibilizar a certidão no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, no e-mail indicado pelo solicitante ou para retirada presencial.

Art. 10. A solicitação de emissão de certidão judicial formulada por estrangeiro, residente ou não no Brasil, deverá se dar, preferencialmente, com a informação do número de inscrição do solicitante no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), disponibilizado pela Receita Federal para estrangeiros, consoante a Lei n.º 14.534/2023.

Parágrafo único. Se o solicitante estrangeiro não possuir CPF, os(as) atendentes dos Cartórios Distribuidores ou Centrais de Atendimento deverão orientar o solicitante sobre o procedimento para obtenção do CPF junto à Receita Federal para permitir a emissão do documento perante o judiciário, sem prejuízo da emissão imediata da certidão em situações urgentes ou excepcionais.

Art. 11. Quando a pessoa sobre a qual se requer a emissão de certidão, brasileiro ou estrangeiro, não possuir CPF, o solicitante deverá formular o pedido de certidão de presencialmente, no atendimento do balcão dos Cartórios Distribuidores ou das Centrais de Atendimento, ou, ainda, de maneira virtual, utilizando o sistema de Certidão Estadual Unificada, por meio da opção de emissão de certidão negativa pelo distribuidor, devendo preencher o formulário disponibilizado ou acessar o sistema de atendimento “Por Aqui”.

Parágrafo único. No caso descrito no caput, a solicitação deverá ser registrada no sistema de atendimento “Por Aqui” e instruída com cópias de documentos que permitam a identificação da pessoa a qual a certidão se refere, tais quais o Registro Nacional Migratório (RNM) ou o Registro Nacional de Estrangeiro, comprovante de residência, entre outros, anexados ao pedido, devendo constar a observação “sem CPF” na certidão.

Art. 12. Estando suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, deverá ser expedida certidão negativa quando houver registro de processo referente a homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, caso em que deverá constar essa observação.

Art. 13. A entrega de certidão positiva na qual conste processo(s) sujeito(s) a sigilo ou segredo de justiça deve ser realizada ao próprio titular das informações ou seu(sua) procurador(a) expressamente autorizado(a), mediante apresentação de procuração com poderes para solicitar certidões e de cópia legível do documento oficial de identificação do outorgante e outorgado, ou para instrução processual mediante requisição judicial, respeitado o disposto em lei para situações de sigilo e segredo de justiça.

§ 1º. A entrega de certidão positiva poderá ser feita a(aos) interessado(s) que não o titular da informação, desde que a certidão não contenha dado(s) ou processo(s) sujeito(s) a sigilo ou segredo de justiça.

§ 2º. O disposto no caput e parágrafo anterior não se aplica às certidões circunstanciadas requisitadas por autoridade judiciária ou policial, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública para instrução de processos ou feitos pré-processuais.

Art. 14. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado e a verificação da autenticidade da certidão judicial é de responsabilidade do destinatário da certidão que deve acessar o site do TJRO (https://www.tjro.jus.br/certidao-unificada/) e validar a certidão informando o número de controle exatamente como consta na certidão emitida, ou, se disponível, via QR Code constante da certidão.

Art. 15. Se constatado erro ou inconsistência na certidão expedida, é facultado ao interessado solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.

§1º A solicitação mencionada poderá ser realizada por comparecimento pessoal do interessado, seu representante legal ou procurador regularmente constituído, ou, via sistema de atendimento “Por Aqui” ou outro sistema eletrônico disponível.

§2º No caso de suspeita de homonímia, é ônus do solicitante, seu representante legal ou procurador fornecer à administração judiciária documentos suficientes para eventual retificação da certidão, circunstância em que poderá ser exigida, se for o caso, declaração de homonímia assinada nos termos da Lei n. 7.115, de 29 de agosto de 1983, conforme Anexo I.

§ 3º Salvo comprovado erro em sua emissão, a certidão judicial não poderá ser cancelada.

Art. 16. Para fins da expedição de certidões judiciais disciplinadas neste Provimento, os sistemas de tramitação e acompanhamento processual utilizarão as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário, criadas pela Resolução n. º 46/2007 do CNJ e suas alterações.

Art. 17. As certidões judiciais de distribuição no 1º grau serão fornecidas nas seguintes modalidades:

I – Certidão judicial cível (1º grau);

II – Certidão judicial criminal (1º grau);

III – Certidão cível e criminal para atendimento à Resolução n.º 156/2012 do CNJ (1º grau);

IV - Certidão de Falências e Recuperações Judiciais (1º grau); e

V – Certidão judicial circunstanciada.

Art. 18. A certidão judicial cível de 1º grau informará os processos distribuídos das classes cíveis e fiscais, inclusive cumprimento de sentença, execuções extrajudiciais, insolvências cíveis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas e demais procedimentos regidos por leis especiais, bem como as execuções fiscais, nos quais a pessoa mencionada figure no polo passivo.

§ 1º A certidão judicial cível será negativa sempre que não houver registro de processo em tramitação na qual a pessoa pesquisada figure no polo passivo ou o(s) processo(s) existente(s) esteja(m) arquivado(s) definitivamente.

§ 2º A certidão judicial cível será positiva sempre que houver registro de processo em tramitação na qual a pessoa pesquisada figure no polo passivo e o processo não tenha sido arquivado definitivamente, isto é, quando existentes processos ativos, suspensos e arquivados provisoriamente, desconsiderando-se eventuais registros de cartas precatórias oriundas de outros estados.

§ 3º A certidão judicial cível positiva deverá indicar o número, classe e juízo de tramitação do(s) processo(s) distribuídos.

Art. 19. A certidão judicial criminal de 1º grau informará os processos distribuídos das classes criminais, inclusive na justiça criminal militar estadual, juizado especial criminal e execuções penais e não abrangerá procedimentos criminais na fase pré-processual como inquéritos policiais, inquéritos policiais militares, procedimentos investigatórios criminais, termos circunstanciados, entre outros.

§ 1º A certidão judicial criminal será negativa quando:

I - Não houver registro de processo em tramitação no qual a pessoa pesquisada figure no polo passivo.

II - Constar registro de distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou ação penal em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado.

III - Constar registro de benefício de suspensão condicional da pena (sursis), de transação penal, de suspensão condicional do processo e de acordo de não persecução penal, ou nos quais a pena já tenha sido extinta ou cumprida, hipóteses em que não constarão do rol da certidão.

IV - Suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, houver registro de processo referente a homônimo, e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário.

V – Houver sentença absolutória, com trânsito em julgado;

VI – Houver a declaração de extinção da punibilidade ou reabilitação, com trânsito em julgado;

VII - O processo estiver arquivado definitivamente.

§ 3º A certidão judicial criminal somente será positiva quando houver sentença condenatória transitada em julgado, até que seja lançado o registro do cumprimento ou da extinção da pena fixada.

§ 4º Compete ao juízo da execução penal informar a extinção ou cumprimento da pena para o lançamento do registro previsto no parágrafo anterior.

§ 5º A certidão judicial criminal positiva deverá indicar o número, classe e juízo de tramitação do(s) processo(s) distribuídos.

Art. 20. A Certidão cível e criminal para fins de atendimento à Resolução n.º 156/2012 do Conselho Nacional de Justiça no 1º grau abrangerá os processos para a responsabilização de atos (cíveis ou criminais) tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral (Lei Complementar n.º 64/90 - Lei das Inelegibilidades, com as alterações da Lei Complementar n.º 135/2010 - Lei da Ficha Limpa).

§ 1º A Certidão cível e criminal para fins de atendimento à Resolução n.º 156/2012 do Conselho Nacional de Justiça no 1º grau abrangerá processos para apuração de:

I - Atos de improbidade administrativa;

II - Crimes:

a) contra a administração pública;

b) contra a incolumidade pública;

c) contra a fé pública;

d) hediondos, conforme rol da Lei n.º 8.072/90;

e) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

f) de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;

g) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

h) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

§ 2º A certidão descrita no caput será negativa quando não houver processo distribuído contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada e quando:

I – A infração penal praticada pelo acusado seja contravenção penal, crime culposo ou considerado de menor potencial ofensivo, ou seja, aqueles a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa, conforme artigo 61 da Lei n.º 9.099/95;

II - Decorridos cinco anos:

a) Da extinção da punibilidade do crime, salvo em caso de absolvição pela instância superior, que retroagirá para todos os efeitos;

b) Da decisão que tenha ocasionado a exclusão do exercício profissional, a perda do cargo ou emprego público;

c) Da rejeição das contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas; ou

d) Da cessação dos efeitos da suspensão dos direitos políticos.

§ 3º A certidão será positiva quando a pessoa a respeito da qual foi solicitada a certidão tiver sido condenada pelos atos e crimes descritos, em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado.

§ 4º Existindo registros de processos vinculados a pessoa a respeito da qual a certidão judicial para atendimento à Resolução n.º 156/2012/CNJ se refira nas classes descritas no §1º deste artigo, a certidão emitida constará como positiva, mas deverá indicar o número, classe e juízo de tramitação do(s) processo(s), a fim de que o destinatário analise os registros, conforme parâmetros da hipótese de incidência na vedação.

Art. 21. A certidão judicial de falências e recuperações judiciais informará os processos distribuídos das classes de falência, recuperação extrajudicial e recuperação judicial, inclusive os processos em tramitação e os arquivados provisoriamente ou em virtude de execução frustrada, referentes à pessoa que figure no polo passivo da relação processual originária.

§ 1º A certidão judicial de falências e recuperações judiciais será negativa sempre que não houver registro de processo em tramitação na qual a pessoa pesquisada figure no polo passivo ou o(s) processo(s) existente(s) esteja(m) arquivado(s) definitivamente.

§ 2º A certidão judicial de falências e recuperações judiciais será positiva sempre que houver registro de processo nas classes selecionadas em tramitação na qual a pessoa pesquisada figure no polo passivo e o processo não tenha sido arquivado definitivamente, isto é, quando existentes processos ativos, suspensos e arquivados provisoriamente, desconsiderando-se eventuais registros de cartas precatórias oriundas de outros estados.

§ 3º A certidão judicial de falências e recuperações judiciais positiva deverá indicar o número, classe e juízo de tramitação do(s) processo(s) distribuídos.

Art. 22 A certidão judicial circunstanciada de processos cíveis e criminais será requisitada para a instrução de processo judicial, mediante determinação judicial, requerimento do Ministério Público, ou do interessado, para fins de análise de concessão de benefícios processuais e deverá informar todos os registros constantes em nome da pessoa referida.

§ 1º Na certidão judicial circunstanciada de processos cíveis e criminais constará todos os registros nos quais a pessoa a quem a certidão se refere conste no polo passivo ou terceiro interessado, inclusive os inquéritos policiais, os termos circunstanciados, autos de prisão em flagrante, pedidos de prisão preventiva, pedidos de prisão temporária, cartas precatórias, entre outros e abrangerá processos e procedimentos ativos, suspensos, arquivados provisória ou definitivamente.

§ 2º Na certidão judicial circunstanciada constará a relação dos feitos existentes contendo os números, suas classes e os juízos da tramitação originária, inclusive os processos ou feitos extrajudiciais com atributo de segredo de justiça.

§ 3º A certidão indicará um breve resumo do processo contendo, ao menos, a natureza da ação, partes, principais atos praticados - sentenças, instauração de incidentes, suspensão, trânsito em julgado - movimentação, intimações das partes e a fase processual, isto é, a situação atual do processo.

§ 4º A certidão judicial circunstanciada de natureza civil deverá indicar a ocorrência de benefícios processuais de natureza civil, como acordo de não persecução civil, termo de ajuste de conduta, composição civil, acordo de leniência, transação, entre outros previstos pelas legislações aplicáveis.

§ 5º A certidão judicial circunstanciada de natureza criminal deverá indicar a concessão de benefícios despenalizadores como transação penal, suspensão condicional do processo, acordo de não persecução penal, sursis, acordo de colaboração premiada, acordo de leniência, entre outros previstos pelas legislações aplicáveis.

§ 6º Havendo registro de concessão de benefício processual ou despenalizador, a certidão judicial circunstanciada deverá indicar o tipo do benefício; data da celebração e/ou homologação do benefício; prazo de cumprimento; suspensão ou prorrogação do prazo; data da decisão de extinção do benefício pelo cumprimento ou descumprimento, quando couber.

§ 7º As certidões descritas no caput poderão ser expedidas mediante requerimento formulado pela parte ou seu advogado, com a apresentação de sua carteira de inscrição na OAB, ou representante expressamente autorizado para este fim, juntando-se, neste caso, cópia legível do documento de identidade do requerente. As certidões poderão ainda ser requisitadas por meio de ofício de autoridade judiciária ou policial, membros do Ministério Público, da Defensoria Pública ou Presidente de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Art. 23. Com a publicação deste Provimento, a certidão negativa de 1º grau para fins de instrução de processo de admissão em concurso público ou para emprego privado (Provimento n.º 08/2009/CGJ), deixa de existir de forma autônoma, sendo compreendida no conteúdo da modalidade Certidão judicial cível (1º grau) e da Certidão judicial criminal (1º grau), conforme disposto neste Provimento.

Art. 24. A emissão de certidões judiciais de 1º grau para finalidades diversas das compreendidas nas modalidades previstas no artigo 16 deste Provimento, poderá ser requerida por pessoa juridicamente interessada, justificadamente, mediante indicação dos fundamentos e parâmetros necessários, cujo requerimento será apreciado pelo Diretor(a) do Cartório Distribuidor ou da Central de Atendimento, ou, ainda, ao(à) Diretor(a) do Fórum local, privilegiando a emissão das modalidades já previstas, caso se adéquem ao pretendido.

Art. 25. A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) promoverá a adequação no conteúdo e identidade visual das modalidades de certidão de 1º grau, observando-se as disposições deste Provimento.

Art. 26. Os casos omissos serão tratados pela Corregedoria Geral da Justiça, devendo ser submetidos para apreciação via Sistema Eletrônico de Informações (Sei).

Art. 27. Fica revogado o Provimento da Corregedoria-Geral da Justiça n.º 008, de 07 de setembro de 2009.

Art. 28. Este Provimento entra em vigor a partir de sua publicação, devendo-se implementar as adequações necessárias nos sistemas de informação e portal eletrônico do TJRO no prazo de 30 dias.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

ANEXO I

TERMO DE RESPONSABILIDADE

NOME: _____
FILIAÇÃO: Mãe: _____
Pai: _____
DATA DE NASCIMENTO: _____ /_____ /_____
CPF: _____
RG: _____
Declaro que as informações e documentos de identificação apresentados são verídicos.
Declaro ciência de que, em caso de falsidade das informações prestadas e documentos apresentados, estarei sujeito(a) às sanções previstas no Código Penal e às demais cominações legais aplicáveis.

(Local/data): _____

_____
(Assinatura)

DECLARAÇÃO DE HOMONÍMIA

NOME: _____
FILIAÇÃO: Mãe: _____
Pai: _____
DATA DE NASCIMENTO: _____ /_____ /_____
CPF: _____
RG: _____
Município de nascimento: _____UF: _____
Declaro que não se refere(m) a minha pessoa, e sim a homônimo, o(s) processo(s) a seguir discriminados:
_____
_____
_____
_____
_____
Declaro ciência de que, em caso de falsidade das informações prestadas e documentos apresentados, estarei sujeito(a) às sanções previstas no Código Penal e às demais cominações legais aplicáveis.

(Local/data): _____

_____
(Assinatura)

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ ANTONIO ROBLES, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 14/07/2023, às 14:12 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3463065e o código CRC 2A9F11C9.

Portaria n. 296/2023-CGJ

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 35, § 2º, e art. 50, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado (COJE),

CONSIDERANDO o disposto no artigo 139, incisos XXIII e XXIV do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 18, parágrafo único das Diretrizes Gerais Judiciais,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1°, inciso II e §1° da Instrução Conjunta n. 001/2020-TJRO-CGJ,

CONSIDERANDO o SEI n. 0010589-21.2023.8.22.8000,

RESOLVE:

Art. 1° ALTERAR PARCIALMENTE a Portaria n. 232/2023-CGJ, DJe n. 104 de 07/06/2023, republicada no DJe n. 111 de 20/06/2023, alterada parcialmente pela Portaria n. 266/2023-CGJ, DJe n. 115 de 26/06/2023, para modificar a data de designação da magistrada BRENDA AGUIAR VASCONCELOS, Juíza Substituta, lotada na 2ª Seção Judiciária, designada inicialmente para responder pela 1ª Vara Criminal da comarca de Ariquemes no período de 10 a 29/07/2023, mantendo-se inalterados os demais itens da portaria:

Para onde se lê:

Brenda Aguiar Vasconcelos	1ª Vara Criminal de Ariquemes	10/07 a 29/07 30/07	Responder Auxiliar

Leia-se:

Brenda Aguiar Vasconcelos	1ª Vara Criminal de Ariquemes	10/07 a 11/07 12/07 a 31/07	Auxiliar Responder

Art. 2° Os acessos aos sistemas da unidade judiciária serão solicitados pela Divisão de Controle Disciplinar e Movimentação de Magistrados (DCMAG).

Publique-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ ANTONIO ROBLES, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 17/07/2023, às 14:12 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3462256e o código CRC 727A3166.

Portaria n. 298/2023-CGJ

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 35, § 2º, e art. 50, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado (COJE),

CONSIDERANDO o disposto no artigo 139, incisos XXIII e XXIV do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 18, parágrafo único das Diretrizes Gerais Judiciais,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1°, inciso II e §1° da Instrução Conjunta n. 001/2020-TJRO-CGJ,

CONSIDERANDO o SEI n. 0007785-80.2023.8.22.8000,

RESOLVE:

Art. 1° ALTERAR PARCIALMENTE a Portaria n. 258/2023-CGJ, DJe n. 115 de 26/06/2023, para modificar a data de designação do magistrado VITOR MARCELLINO TAVARES DA SILVA, Juiz Substituto, lotado na 1ª Seção Judiciária, designado inicialmente para responder pela Vara de Execuções e Contravenções Penais da comarca de Porto Velho de 07 a 26/07/2023, mantendo-se inalterados os demais itens da portaria:

Para onde se lê:

19	VITOR MARCELLINO TAVARES DA SILVA	Vara de Execuções e Contravenções Penais da comarca de Porto Velho - VEP	Auxiliar	03 a 06/07/2023
			Responder	07 a 26/07/2023
			Auxiliar	27 a 30/07/2023

Leia-se:

19	VITOR MARCELLINO TAVARES DA SILVA	Vara de Execuções e Contravenções Penais da comarca de Porto Velho - VEP	Auxiliar	03 a 09/07/2023
			Responder	10 a 14/07/2023
			Auxiliar	15 a 16/07/2023
			Responder	17 a 21/07/2023
			Auxiliar	22 a 23/07/2023
			Responder	24 a 28/07/2023
			Auxiliar	29 a 30/07/2023
			Responder	31/07 a 04/08/2023

Art. 2° Os acessos aos sistemas da unidade judiciária serão solicitados pela Divisão de Controle Disciplinar e Movimentação de Magistrados (DCMAG).

Publique-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ ANTONIO ROBLES, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 17/07/2023, às 14:12 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3465698e o código CRC C16C5A87.

Portaria n. 299/2023-CGJ

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 35, § 2º, e art. 50, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado (COJE),

CONSIDERANDO o disposto no artigo 139, incisos XXIII e XXIV do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 18, parágrafo único das Diretrizes Gerais Judiciais,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1°, inciso II e §1° da Instrução Conjunta n. 001/2020-TJRO-CGJ,

CONSIDERANDO o disposto no SEI n. 0000484-76.2023.8.22.8002

RESOLVE:

Art. 1° DESIGNAR a magistrada BRENDA AGUIAR VASCONCELOS, Juíza Substituta, lotada na 2ª Seção Judiciária, para, sem prejuízo das designações anteriores, auxiliar a 2ª Vara Criminal de Ariquemes no dia 17/07/2023.

Art. 2° Os acessos aos sistemas da unidade judiciária foram solicitados pela Divisão de Controle Disciplinar e Movimentação de Magistrados (DCMAG).

Publique-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ ANTONIO ROBLES, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 17/07/2023, às 14:12 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3466610e o código CRC 5337FFA6.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Rua José Camacho, nº 585 - Bairro Olaria - (69) 3309-6011 - CEP 76801-330 - Porto Velho - RO - www.tjro.jus.br/corregedoria/

EDITAL Nº 3, DE 11 DE JULHO DE 2023.

EDITAL DE SELEÇÃO DE MAGISTRADOS(AS) PARA PARTICIPAÇÃO NA ETAPA DA JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA e o **PRESIDENTE DO NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS - NUPEMEC**, no uso de suas atribuições legais, regimentais e institucionais,

CONSIDERANDO o artigo 4°, II e IV da Resolução N. 146/2020-PR, que dispõe sobre a Política Judiciária Estadual de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO o Provimento n. 20/2012 do CNJ, que regulamentou a participação de magistrados(as) na troca de experiências em mutirões, Justiça Itinerante e em atividades jurisdicionais e institucionais em outras unidades federativas do Brasil,

CONSIDERANDO o contido no SEI 0003986-54.2023.8.22.8800 sobre projeto de autoria conjunta da CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA, NUPEMEC, EMERON e FONAJE de viabilizar intercâmbio entre Tribunais para que juízes atuando nos juizados especiais e em sistemas de justiça itinerante para conhecer novas experiências baseadas em práticas conciliatórias,

RESOLVEM TORNAR PÚBLICO, a todos(as) os(as) magistrados(as) dos Tribunais de Justiça do Brasil, exceto Rondônia, convite para participarem da realização de justiça itinerante fluvial em comunidades ribeirinhas no Estado de Rondônia nas localidades de São Carlos, Cavalcante, Nazaré, Santa Catarina, Papagaio, Ressaca, Calama e Demarcação, no período de 18/09/2023 a 29/09/2023.

1 - DAS VAGAS

1.1 - Serão disponibilizadas 6 (seis) vagas para magistrados(as), sendo uma para cada Estado, exceto o Estado de Rondônia, e o critério será o de ordem de manifestação no e-mail do Nupemec. Na hipótese de não haver interessados para preencher as vagas, excepcionalmente será admitido mais de um(a) magistrado(a) por tribunal.

1.2 - Em caso de desistência, será convidado(a) automaticamente o(a) magistrado(a) subsequente na lista gerada;

2 - DAS INSCRIÇÕES

2.1 - O documento constante do Anexo I será preenchido pelo(a) interessado(a) e submetido à autorização do(a) Presidente do seu Tribunal;

2.2 - O(a) interessado(a) enviará o documento de inscrição com autorização do(a) Presidente do seu Tribunal para o e-mail do Nupemec/RO - nupemec@tjro.jus.br - até a data de **18/08/2023;**

2.3 - Se em 24h da remessa do e-mail não chegar confirmação de recebimento, recomenda-se que o(a) interessado(a) faça contato com o Nupemec no tel. 69 3309-6036.

3 – DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 - A participação dos(as) magistrados(as) selecionados(as) fica condicionada à autorização de afastamento pelo Tribunal de origem, consoante o parágrafo primeiro do art. 1º do Provimento n. 20/2012 do CNJ, que se fará cumprido com a anuência do Presidente do Tribunal cedido;

3.2 - Os(as) magistrados(as) selecionados ou seus Tribunais deverão arcar com as despesas de passagens aéreas (ida e volta) e alimentação no período de realização do evento, não sendo devido pelo Tribunal de Justiça de Rondônia qualquer custeio de despesa, pagamento de diária ou de coloboração externa, conforme art. 3º, do Provimento n. 20/2012 do CNJ, nem tampouco responsabilidade por danos materiais ou morais decorrentes de acidente, enfermidade ou atentado;

3.3 – O(a) magistrado(a) participante preencherá ao final da viagem, relatório das atividades no modelo do Anexo II deste edital e apresentará em até 5 (cinco) dias, a contar do desembarque em Porto Velho, ao Nupemec no e-mail nupemec@tjro.jus.br e ao Tribunal de origem;

3.4 - Fica automaticamente excluído(a) da seleção prevista neste edital o(a) Magistrado(a) que não atender aos requisitos estabelecidos.

3.5 - As situações não previstas neste edital serão analisadas e decididas pelo Presidente do Nupemec.

Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia

Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia

Des. Daniel Ribeiro Lagos

Presidente do Nupemec

Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA**, **Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia**, em 12/07/2023, às 12:34 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **DANIEL RIBEIRO LAGOS**, **Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos**, em 17/07/2023, às 07:59 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador **3454317** e o código CRC **AF103F03**.

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO - JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE FLUVIAL TJRO

Nome completo:	
Cidade de residência:	**Celular/Whatsapp:**
e-mail:	**CPF:**
Juízo/Lotação:	
Atua em Justiça Itinerante: ____ sim ____ não	**Atua em juizado ___ sim ___ não**
Possui alguma restrição alimentar:	
Possui alergia:	
Tipo Sanguíneo:	
Contato de emergência:	

_____

Assinatura do(a) Voluntário(a)

Autorização do Presidente do Tribunal de Justiça de origem.

Autorizo o(a) participante acima qualificado(a) a participar do projeto Justiça Rápida Itinerante Fluvial Integração Nacional, realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia no período de _____ a _____. Nos termos do Provimento 20/2012 CNJ.

ANEXO II

RELATÓRIO

1- Quais as suas impressões sobre a operação da Justiça Rápida do TJRO que participou?
2- Quais os problemas identificados?
3- Na sua visão o que pode ser melhorado?
4- Aplicaria alguma prática daqui, no seu tribunal de origem?
5- Alguma prática do seu tribunal poderia ser aplicada aqui?
6- Com relação a estrutura e logística oferecida pelo TJRO, quais as suas impressões e sugestões para melhoria?
7- Autoriza publicar seu relatório? ____ sim ____ não

SECRETARIA GERAL

PORTARIAS

Portaria Conjunta n. 1737/2023-JSG-SGP

O JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato n. 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE n. 007 de 12/1/2022.

Considerando o que consta na Resolução n. 020/2014-PR, que estabelece os valores e os procedimentos para a concessão de diárias, Indenização de Deslocamento Intermunicipal e passagens aéreas no Poder Judiciário do Estado de Rondônia

Considerando o que consta na Instrução n. 112/2023-TJRO, que dispõe sobre a instituição do módulo de diárias no eGesp e os procedimentos de solicitação, concessão e prestação de contas de diárias, Indenização de Deslocamento Intermunicipal e passagens aéreas no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

Considerando o Protocolo n. 2023/112665, constante no Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (eGesp).

R E S O L V E M:

I - CONCEDER ½ (meia) diária aos(as) servidores(as) abaixo relacionados(as), pelo deslocamento no dia 17/07/2023 ao município de Alto Alegre dos Parecis/RO, para realizar estudos psicossociais.

Cadastro	Nome	Cargo	Lotação
8047464	JOICY KARLA MANCINI DE OLIVEIRA	Assistente Social	AFLNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Alta Floresta D'Oeste/RO
2038200	VALTER PIMENTA DA SILVA	Supervisor de Segurança - FG3	AFLDONUSEG - Núcleo de Segurança da Comarca de Alta Floresta D'Oeste/RO

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 15 e 16 da Instrução n. 112/2023-TJRO, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário, nos termos do artigo 17 da referida norma.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:12 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO LUIZ SEVEGNANI NICOCELLI, Secretário (a) de Gestão de Pessoas, em 17/07/2023, às 13:13 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3461283e o código CRC 5694BAE2.

Portaria Conjunta n. 1739/2023-JSG-SGP

O JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato n. 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE n. 007 de 12/1/2022.

Considerando o que consta na Resolução n. 020/2014-PR, que estabelece os valores e os procedimentos para a concessão de diárias, Indenização de Deslocamento Intermunicipal e passagens aéreas no Poder Judiciário do Estado de Rondônia

Considerando o que consta na Instrução n. 112/2023-TJRO, que dispõe sobre a instituição do módulo de diárias no eGesp e os procedimentos de solicitação, concessão e prestação de contas de diárias, Indenização de Deslocamento Intermunicipal e passagens aéreas no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

Considerando o Protocolo n. 2023/112668, constante no Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (eGesp).

R E S O L V E M:

I - CONCEDER ½ (meia) diária aos(as) servidores(as) abaixo relacionados(as), pelo deslocamento no dia 12/07/2023 ao município de Mirante da Serra e a comarca de Ouro Preto do Oeste/RO, para realizar estudos psicossociais.

Cadastro	Nome	Cargo	Lotação
2055210	ANGELICA GRAZIELI SILVA COSTA	Assistente Social	JIPNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Ji-Paraná/RO
38296	DORIVAL ALVES DE MORAES	Motorista	JIPNUSEG - Núcleo de Segurança da Comarca de Ji-Paraná/RO
2064480	VALERIA SCHEIDEGGER DA SILVA	Psicóloga	JIPNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Ji-Paraná/RO

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 15 e 16 da Instrução n. 112/2023-TJRO, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário, nos termos do artigo 17 da referida norma.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:12 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO LUIZ SEVEGNANI NICOCELLI, Secretário (a) de Gestão de Pessoas, em 17/07/2023, às 13:13 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3461409e o código CRC 8B0E564C.

Portaria Conjunta n. 1740/2023-JSG-SGP

O JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato n. 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE n. 007 de 12/1/2022;

Considerando o que consta na Resolução n. 020/2014-PR, que estabelece os valores e os procedimentos para a concessão de diárias, Indenização de Deslocamento Intermunicipal e passagens aéreas no Poder Judiciário do Estado de Rondônia,

Considerando o que consta na Instrução n. 112/2023-TJRO, que dispõe sobre a instituição do módulo de diárias no eGesp e os procedimentos de solicitação, concessão e prestação de contas de diárias, Indenização de Deslocamento Intermunicipal e passagens aéreas no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia,

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n 0009910-21.2023.8.22.8000,

R E S O L V E M:

ALTERAR parcialmente a Portaria Conjunta n. 1539/2023 (3418295), disponibilizada no DJE n. 117 de 28/6/2023, que concedeu diárias aos(as) servidores(as) HEMILY CARLA JERÔNIMO DE MACEDO, cadastro 2068265; MARIA GISELLE ANDRADE DE CASTRO BARBOSA, cadastro 2074303 e PETERSON VENDRAMETO, cadastro 2045672, pelo deslocamento à comarca de Vilhena/RO, para realizar reuniões de alinhamento e capacitação visando melhorias constantes na prestação jurisdicional junto a central de atendimento, nos seguintes termos, mantendo-se inalterado os demais termos da Portaria.

Para onde se lê: “à comarca de Vilhena/RO”.

Leia-se: “à comarca de Ji-Paraná/RO”.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:12 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO LUIZ SEVEGNANI NICOCELLI, Secretário (a) de Gestão de Pessoas, em 17/07/2023, às 13:13 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3461911e o código CRC CBD8E2B4.

Portaria Conjunta n. 1741/2023-JSG-SGP

O JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato nº 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE nº 007 de 12/1/2022;

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n. 0008859-72.2023.8.22.8000

R E S O L V E M:

RELOTAR o servidor abaixo qualificado:

CADASTRO	NOME	CARGO	LOTAÇÃO	NOVA LOTAÇÃO	EFEITOS
5058330	RANON RODRIGUES CAVALCANTE	ANALISTA DE SISTEMAS	DIDESJUD - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas Judiciais	Sesisad - Seção de Sistemas de Apoio Administrativo e Gestão de Bens	01/06/2023

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:11 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO LUIZ SEVEGNANI NICOCELLI, Secretário (a) de Gestão de Pessoas, em 17/07/2023, às 13:12 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464194e o código CRC 6DE108BE.

Portaria Conjunta n. 1742/2023-JSG-SGP

O JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato n. 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE n. 007 de 12/1/2022.

Considerando o que consta na Resolução n. 020/2014-PR, que estabelece os valores e os procedimentos para a concessão de diárias, Indenização de Deslocamento Intermunicipal e passagens aéreas no Poder Judiciário do Estado de Rondônia

Considerando o que consta na Instrução n. 112/2023-TJRO, que dispõe sobre a instituição do módulo de diárias no eGesp e os procedimentos de solicitação, concessão e prestação de contas de diárias, Indenização de Deslocamento Intermunicipal e passagens aéreas no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

Considerando o Protocolo n. 2023/112170, constante no Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (eGesp).

R E S O L V E M:

I - CONCEDER diárias aos(as) servidores(as) abaixo relacionados(as), pelo deslocamento à comarca de Buritis/RO, para realizar ações da Corregedoria-Geral de Justiça do PJRO.

Cadastro	Nome	Cargo	Lotação	Data Início	Data Fim	Qtd.
38962	JOSE DUARTE FILHO	Motorista I - FG3	Segeop - Seção de Gestão Operacional do Transporte	10/7/2023	12/7/2023	2 ½
5009464	LUANA BRUNA SABION ALVES TRINDADE	Assistente Técnico II - DAS1	DCP - Divisão de Correição Permanente			

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 15 e 16 da Instrução n. 112/2023-TJRO, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário, nos termos do artigo 17 da referida norma.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:12 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO LUIZ SEVEGNANI NICOCELLI, Secretário (a) de Gestão de Pessoas, em 17/07/2023, às 13:13 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464268e o código CRC DA68467F.

Portaria Conjunta n. 1743/2023-JSG-SGP

O JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato n. 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE n. 007 de 12/1/2022.

Considerando o que consta na Resolução n. 020/2014-PR, que estabelece os valores e os procedimentos para a concessão de diárias, Indenização de Deslocamento Intermunicipal e passagens aéreas no Poder Judiciário do Estado de Rondônia

Considerando o que consta na Instrução n. 112/2023-TJRO, que dispõe sobre a instituição do módulo de diárias no eGesp e os procedimentos de solicitação, concessão e prestação de contas de diárias, Indenização de Deslocamento Intermunicipal e passagens aéreas no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

Considerando o Protocolo n. 2023/112395, constante no Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (eGesp).

R E S O L V E M:

I - CONCEDER ½ (meia) diária aos(as) servidores(as) abaixo relacionados(as), pelo deslocamento no dia 19/06/2023 à zona rural da comarca de Ji-Paraná/RO, para realizar estudos psicossociais.

Cadastro	Nome	Cargo	Lotação
2055210	ANGELICA GRAZIELI SILVA COSTA	Assistente Social	JIPNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Ji-Paraná/RO
38296	DORIVAL ALVES DE MORAES	Motorista	JIPNUSEG - Núcleo de Segurança da Comarca de Ji-Paraná/RO

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 15 e 16 da Instrução n. 112/2023-TJRO, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário, nos termos do artigo 17 da referida norma.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:12 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO LUIZ SEVEGNANI NICOCELLI, Secretário (a) de Gestão de Pessoas, em 17/07/2023, às 13:13 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464406e o código CRC 4EBA2422.

Portaria Conjunta n. 1744/2023-JSG-SGP

O JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato n. 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE n. 007 de 12/1/2022.

Considerando o que consta na Resolução n. 020/2014-PR, que estabelece os valores e os procedimentos para a concessão de diárias, Indenização de Deslocamento Intermunicipal e passagens aéreas no Poder Judiciário do Estado de Rondônia

Considerando o que consta na Instrução n. 112/2023-TJRO, que dispõe sobre a instituição do módulo de diárias no eGesp e os procedimentos de solicitação, concessão e prestação de contas de diárias, Indenização de Deslocamento Intermunicipal e passagens aéreas no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

Considerando o Protocolo n. 2023/112671, constante no Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (eGesp).

R E S O L V E M:

I - CONCEDER ½ (meia) diária aos(as) servidores(as) abaixo relacionados(as), pelo deslocamento no dia 30/08/2023 a município de Mirante da Serra/RO, para realizar atendimento psicossocial.

Cadastro	Nome	Cargo	Lotação
205521	ANGELICA GRAZIELI SILVA COSTA	Assistente Social	JIPNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Ji-Paraná/RO
038296	DORIVAL ALVES DE MORAES	Motorista	JIPNUSEG - Núcleo de Segurança da Comarca de Ji-Paraná/RO
206448	VALERIA SCHEIDEGGER DA SILVA	Psicólogo (A)	JIPNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Ji-Paraná/RO

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 15 e 16 da Instrução n. 112/2023-TJRO, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário, nos termos do artigo 17 da referida norma.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:12 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO LUIZ SEVEGNANI NICOCELLI, Secretário (a) de Gestão de Pessoas, em 17/07/2023, às 13:13 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464456e o código CRC 6FF88B5A.

Portaria Conjunta n. 1745/2023-JSG-SGP

O JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato nº 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE nº 007 de 12/1/2022;

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n. 0009264-11.2023.8.22.8000,

R E S O L V E M:

DESIGNAR o servidor abaixo qualificado:

CADASTRO	NOME	CARGO	LOTAÇÃO	DESIGNAR	EFEITOS
2061570	WILMO ANDREY SOARES MENDONCA	Analista Processual	CCIVEL-CPE2G - Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos de Segundo Grau	Serviço Especial I - FG5	11/07/2023

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:11 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO LUIZ SEVEGNANI NICOCELLI, Secretário (a) de Gestão de Pessoas, em 17/07/2023, às 13:12 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464752e o código CRC 8F9CC3DC.

Portaria Conjunta n. 1746/2023-JSG-SGP

O JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato nº 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE nº 007 de 12/1/2022;

Considerando o que consta nos processos eletrônicos SEI abaixo,

R E S O L V E M:

DESLIGAR os(as) estudantes abaixo relacionados(as) do Quadro de Estagiários(as) do Poder Judiciário do Estado de Rondônia:

CADASTRO	NOME	LOTAÇÃO	PROCESSO ELETRÔNICO SEI	MOTIVO DO DESLIGAMENTO (Resoluçãon°026/2012-PR)	EFEITOS DO DESLIGAMENTO
5009707	EDUARDO PEREIRA DA SILVA	PVH1CIVGAB - Gabinete da 1ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO	0002373-68.2023.8.22.8001	Conforme artigo 25, inciso I	01/07/2023
5025524	MELYSSA VITÓRIA TAVARES SILVA	CEM - Central de Mandados	0004542-56.2023.8.22.8800	Conforme artigo 25, inciso III	11/07/2023

Publique-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:11 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO LUIZ SEVEGNANI NICOCELLI, Secretário (a) de Gestão de Pessoas, em 17/07/2023, às 13:12 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464755e o código CRC 3B63D627.

Portaria Conjunta n. 1747/2023-JSG-SGP

O JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato nº 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE nº 007 de 12/1/2022;

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n. 0003737-06.2023.8.22.8800,

R E S O L V E M:

DISPENSAR e RELOTAR o servidor abaixo qualificado:

CADASTRO	NOME	CARGO	LOTAÇÃO	DISPENSAR	NOVA LOTAÇÃO	EFEITOS
2052318	JOAO FABRICIO DE CAMARGO GARCIA	Técnico Judiciário	CEM - Central de Mandados	Coordenador (a) III - DAS3	SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas	27/06/2023
			SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas	-	SEAP - Seção de Análise e Publicação de Atos	13/07/2023

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:11 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO LUIZ SEVEGNANI NICOCELLI, Secretário (a) de Gestão de Pessoas, em 17/07/2023, às 13:12 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464757e o código CRC 94E161CD.

Portaria Conjunta n. 1748/2023-JSG-SGP

O JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato nº 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE nº 007 de 12/1/2022;

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n. 0007485-21.2023.8.22.8000,

R E S O L V E M:

I - DISPENSAR, REMOVER, LOTAR e DESIGNAR a servidora abaixo qualificada, com fundamento na Instrução Conjunta n. 011/2022-TJRO-CGJ, nos termos da Decisão 3464 (3460556), conforme quadro abaixo:

CADASTRO	NOME	CARGO	LOTAÇÃO	DISPENSAR	REMOVER		LICENÇA TRÂNSITO (dias)	NOVA LOTAÇÃO	DESIGNAR	EFEITOS
					DE	PARA				
2066580	MÁRCIA DE MELLO LIMA	Técnica Judiciária	NUCOMED-SL - Núcleo de Conciliação e Mediação da Comarca de Santa Luzia D'Oeste/RO	Conciliadora - FG4	Santa Luzia D'Oeste/RO	Rolim de Moura/RO	1 (um)	RDM1CRIGAB - Gabinete da Vara Criminal da Comarca de Rolim de Moura/RO	Assessora de Juiz - DAS1	Dispensa: a partir do Trânsito Trânsito: a partir da publicação; e Designação: a partir do término da licença trânsito

II - Conforme art. 6º da Resolução nº 007/2007-PR, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da divulgação da informação no Diário da Justiça Eletrônico.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:11 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO LUIZ SEVEGNANI NICOCELLI, Secretário (a) de Gestão de Pessoas, em 17/07/2023, às 13:12 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3464759e o código CRC AB1DE91A.

Portaria Conjunta n. 1749/2023-JSG-SGP

O JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato n. 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE n. 007 de 12/1/2022.

Considerando o que consta na Resolução n. 020/2014-PR, que estabelece os valores e os procedimentos para a concessão de diárias, Indenização de Deslocamento Intermunicipal e passagens aéreas no Poder Judiciário do Estado de Rondônia

Considerando o que consta na Instrução n. 112/2023-TJRO, que dispõe sobre a instituição do módulo de diárias no eGesp e os procedimentos de solicitação, concessão e prestação de contas de diárias, Indenização de Deslocamento Intermunicipal e passagens aéreas no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

Considerando o Protocolo n. 2023/112674, constante no Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (eGesp).

R E S O L V E M:

I - CONCEDER Diárias aos(as) servidores(as) abaixo relacionados(as), pelo deslocamento aos distritos de Nova Dimensão, Jacynópolis, Campo Novo e Vila da Penha - Nova Mamoré/RO, para realização das triagem e prestarem apoio as audiências da Operação Justiça Rápida.

Cadastro	Nome	Cargo	Lotação	Data Início	Data Fim	Qtd.
2038005	ALBA VALERIA BARROS DA SILVA	Conciliadora - FG4	NUCOMED-PVH-JE - Seção dos Juizados Especiais do Nucomed da Comarca de Porto Velho/RO	9/7/2023	15/7/2023	6 ½
2032988	EMMANUEL BARBOSA DE OLIVEIRA	Técnico Judiciário	SEAT-PVH - Serviço de Atermação da Comarca de Porto Velho/RO			
5065840	GABRIEL DE CAMILO KLOSINSKI					
0030775	JOSE MARINHO FILHO	Motorista	Segeop - Seção de Gestão Operacional do Transporte			
0040843	MARCO AURELIO PENEDO CESAR	Chefe do Núcleo de Conciliação e Mediação - FG5	NUCOMED-PVH-CIV - Seção Cível do Nucomed da Comarca de Porto Velho/RO			
2072440	NATA ALVES RODRIGUES JUNIOR	Técnica Judiciária	SEAT-PVH - Serviço de Atermação da Comarca de Porto Velho/RO			

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 15 e 16 da Instrução n. 112/2023-TJRO, implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário, nos termos do artigo 17 da referida norma.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:12 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO LUIZ SEVEGNANI NICOCELLI, Secretário (a) de Gestão de Pessoas, em 17/07/2023, às 13:13 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3465112e o código CRC D76210D1.

Portaria Conjunta n. 1754/2023-JSG-SGP

O JUIZ SECRETÁRIO GERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato n. 24/2022 (2544342), disponibilizada no DJE n. 007 de 12/01/2022;

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI 0010555-46.2023.8.22.8000,

R E S O L V EM:

I - INTERROMPER a partir de 01/07/2023 a cedência do servidor LORISMAR LIMA ROSENDO, cadastro 5051340, Analista de Sistemas, para o Ministério Público do Estado de Rondônia -MP/RO, autorizada por meio da Portaria Conjunta JSG e SGP 630 (3241364), disponibilizada no DJE n. 53, de 21/03/2023, conforme Despacho 69880 (3457782).

II - RELOTAR o servidor do GabStic - Gabinete da Stic para o DSI - Departamento de Sistemas/Stic.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:11 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO LUIZ SEVEGNANI NICOCELLI, Secretário (a) de Gestão de Pessoas, em 17/07/2023, às 13:12 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3466327e o código CRC 5AEACBD6.

Portaria Conjunta n. 1759/2023-JSG-SGP

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 67, do RITJ/RO;

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI n. 0000249-85.2023.8.22.8010,

R E S O L V E M:

RELOTAR a servidora abaixo qualificada:

CADASTRO	NOME	CARGO	LOTAÇÃO	NOVA LOTAÇÃO	EFEITOS
5044210	LORENA KEMPER CARNEIRO BAUMANN	Técnica Judiciária	RDMCC - Cartório Contador do Fórum da Comarca de Rolim de Moura/RO	RDMADM - Administração do Fórum da Comarca de Rolim de Moura/RO	01/07/2023

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral, em 17/07/2023, às 13:11 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO LUIZ SEVEGNANI NICOCELLI, Secretário (a) de Gestão de Pessoas, em 17/07/2023, às 13:12 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3466762e o código CRC D9C6CADB.

SECRETARIA JUDICIÁRIA

COORDENADORIA DA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRONICOS DO 2º GRAU

PRESIDÊNCIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA Classe: Precatório
Processo: 0807527-78.2023.8.22.0000
REQUERENTE: OSVALDO DANIN ROSSENDY
ADVOGADOS DO REQUERENTE: BRUNA GISELLE RAMOS, OAB nº RO4706A, GRAZIELA PEREIRA DANILUCCI, OAB nº RO4805A, LUDMILA MORETTO SBARZI GUEDES, OAB nº RO4546
REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
O Precatório foi formalizado de acordo com o artigo 6º da Resolução n. 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com a Resolução n. 290/2023 deste Tribunal.
Requisite-se o pagamento e inclua-se na ordem cronológica, considerando-se como momento de apresentação a data do recebimento do ofício precatório neste Tribunal, conforme disposto no inciso VII do artigo 2º da Resolução n. 303/2019 do CNJ.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Ilisir Bueno Rodrigues
Juiz de Direito
(Ato nº 741/2022-PR)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA Classe: Precatório
Processo: 0807529-48.2023.8.22.0000
REQUERENTE: MARIA DIONE DA SILVA SANDRES
ADVOGADO DO REQUERENTE: KARINA DA SILVA SANDRES, OAB nº RO4594A
REQUERIDO:
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
O Precatório foi formalizado de acordo com o artigo 6º da Resolução n. 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com a Resolução n. 290/2023 deste Tribunal.
Requisite-se o pagamento e inclua-se na ordem cronológica, considerando-se como momento de apresentação a data do recebimento do ofício precatório neste Tribunal, conforme disposto no inciso VII do artigo 2º da Resolução n. 303/2019 do CNJ.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Ilisir Bueno Rodrigues
Juiz de Direito
(Ato nº 741/2022-PR)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA Classe: Precatório
Processo: 0807530-33.2023.8.22.0000
REQUERENTE: ALESSANDRA DE OLIVEIRA MARTINS
ADVOGADOS DO REQUERENTE: RAUL RIBEIRO DA FONSECA FILHO, OAB nº RO555A, ELTON JOSE ASSIS, OAB nº RO631, VINICIUS DE ASSIS, OAB nº MG47751
REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
O Precatório foi formalizado de acordo com o artigo 6º da Resolução n. 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com a Resolução n. 290/2023 deste Tribunal.
Requisite-se o pagamento e inclua-se na ordem cronológica, considerando-se como momento de apresentação a data do recebimento do ofício precatório neste Tribunal, conforme disposto no inciso VII do artigo 2º da Resolução n. 303/2019 do CNJ.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Ilisir Bueno Rodrigues
Juiz de Direito
(Ato nº 741/2022-PR)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA Classe: Precatório
Processo: 0803182-74.2020.8.22.0000
REQUERENTE: LUIZ CARLOS DE AZEVEDO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: UILIAN HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO6805A, RAIRA VLAXIO AZEVEDO, OAB nº RO7994A
REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA

ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
LUIZ CARLOS DE AZEVEDO postulou a antecipação de pagamento a título humanitário, na condição de pessoa idosa (Id. 20341286).
A Coordenadoria de Gestão de Precatórios - COGESP certificou nos autos que o requerente é credor originário deste precatório, de natureza alimentar, que não houve pagamento de créditos humanitários no referido processo, bem como que o ente devedor está submetido ao regime especial de pagamento de precatórios (Id. 20429514).
Instado a se manifestar, o Estado de Rondônia não se opôs ao pedido (id. 20564816).
É a síntese necessária.
O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT estabelece os requisitos a serem observados quando do pagamento de parcela superpreferencial para os entes devedores vinculados ao regime especial, in verbis:
Art. 102. Enquanto viger o regime especial previsto nesta Emenda Constitucional, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos recursos que, nos termos do art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, forem destinados ao pagamento dos precatórios em mora serão utilizados no pagamento segundo a ordem cronológica de apresentação, respeitadas as preferências dos créditos alimentares, e, nessas, as relativas à idade, ao estado de saúde e à deficiência, nos termos do § 2º do art. 100 da Constituição Federal, sobre todos os demais créditos de todos os anos.
(...)
§ 2º Na vigência do regime especial previsto no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, as preferências relativas à idade, ao estado de saúde e à deficiência serão atendidas até o valor equivalente ao quíntuplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, admitido o fracionamento para essa finalidade, e o restante será pago em ordem cronológica de apresentação do precatório. (Grifou-se)
No mesmo sentido, a Resolução nº 303/2019-CNJ, que dispõe sobre a gestão dos precatórios e respectivos procedimentos operacionais no âmbito do Poder Judiciário, dispõe que:
Art. 74. Na vigência do regime especial, a superpreferência será atendida até o valor equivalente ao quíntuplo daquele fixado em lei para os fins do disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, sendo o valor restante pago em ordem cronológica de apresentação do precatório. (Grifou-se)
Outrossim, a Resolução nº 303/2019-CNJ estabelece o conceito de pessoa idosa no inciso I do art. 11, como o exequente ou beneficiário que conte com sessenta anos de idade ou mais, antes ou após a expedição do ofício precatório.
Depreende-se dos normativos supracitados que o pagamento de parcela superpreferencial aos idosos, portadores de doença grave ou pessoas com deficiência se restringe aos créditos de natureza alimentar.
Assim, considerando que a parte credora LUIZ CARLOS DE AZEVEDO comprovou a condição de pessoa idosa, nos termos da lei, conforme documento sob id. 8636598, pág. 17, bem como não recebeu créditos humanitários no referido processo, conforme informação da Coordenadoria de Gestão de Precatórios (Id. 20429514), defiro o pedido de antecipação de pagamento.
Inclua-se na listagem apropriada e encaminhem-se os autos à Contadoria da COGESP para apontar o valor da parcela superpreferencial, observando o disposto no art. 8º, §4º da Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça.
Após, manifestem-se as partes sobre os cálculos, consignando o prazo de dez dias para o credor e 20 (vinte) dias para o devedor, nos termos do artigo 183 do Código de Processo Civil.
Havendo impugnação, à contadoria para manifestação. Após, intime-se novamente as partes, no mesmo prazo supracitado.
Não havendo impugnação, promova-se o depósito, via Sistema de Administração de Precatórios, se existente disponibilidade financeira, observando-se os descontos pertinentes, o limite constitucional e a legislação local que disciplina o valor da Requisição de Pequeno Valor.
Aguarde-se o pagamento do saldo remanescente, se houver, nos termos da parte final do § 2º do art. 102 do ADCT. Lado outro, não restando saldo, dê-se ciência às partes e ao juízo da execução acerca da quitação, conforme §1º, do art. 31 da Resolução n.º 303/2019 do CNJ, e arquive-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA Classe: Precatório
Processo: 0806994-22.2023.8.22.0000
REQUERENTE: GEORGETE JAFURI PINHEIRO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: EDISON CORREIA DE MIRANDA, OAB nº RO4886A, MOEMA SUELEN DE OLIVEIRA DE MIRANDA, OAB nº RO6188
REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Considerando os documentos de ids. 20584541 e 20589766, na qual GEORGETE JAFURI PINHEIRO DA SILVA manifesta desistência do pedido de antecipação de pagamento a título humanitário de id. 20140901, não se faz necessário qualquer providência.
Dê-se ciência.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA Classe: Precatório
Processo: 0801371-79.2020.8.22.0000
REQUERENTE: LUIZ CAITANO DE ANDRADE
ADVOGADOS DO REQUERENTE: SERGIO ABRAHAO ELIAS, OAB nº RO1223A, LAERCIO MARCOS GERON, OAB nº RO4078A
REQUERIDO: MUNICIPIO DE MONTE NEGRO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
DECISÃO
Luiz Caitano de Andrade peticionou requerendo o encaminhamento dos autos para elaboração dos cálculos (id. 20564692).
A Coordenadoria de Gestão de Precatórios - COGESP certificou que este processo está na fila da contadoria e que existem outros processos com data de despacho anteriores ao deste processo aguardando cálculos (Id. 20580415).
Dito isso, é necessário aguardar a realização dos cálculos pela contadoria, posto que esta obedece a cronologia dos precatórios apresentados ao setor, observando-se todas as prioridades.
Intime-se para ciência.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA Classe: Precatório
Processo: 0811947-63.2022.8.22.0000
REQUERENTE: CREUNICE ALVES DANTAS DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JORDAN LUIZ MIRANDA HOLANDA, OAB nº RO10573A
REQUERIDO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
DESPACHO
Na decisão de id. 20334001 foi determinado que oficiasse o juízo da execução para que indicasse os dados necessários para retificação deste precatório.
Em resposta, o juízo determinou a retificação no sentido de incluir o destacamento dos honorários contratuais em favor de Holanda e Calado Advogados Associados, CNPJ 42.865.999/0001-81 (Ids. 20552952 e seguintes).
Apesar da ausência de indicação do percentual da verba pelo juízo, observando os termos do contrato de prestação de serviços encaminhado por este (Id. 20552950), à COGESP para destaque dos honorários contratuais em 20% (vinte por cento), em favor de Holanda e Calado Advogados Associados.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

TRIBUNAL PLENO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0806851-33.2023.8.22.0000
Classe: Mandado de Segurança Cível
Polo Ativo: EDNA CAMILA SANTOS E SILVA
ADVOGADO DO IMPETRANTE: EDNA CAMILA SANTOS E SILVA, OAB nº RO10484A
Polo Passivo: P. D. I. D. O.
IMPETRADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
EDNA CAMILA SANTOS E SILVA impetra mandado de segurança com pedido liminar em face do ato emanado do PREFEITO DE ITAPUÃ DO OESTE, cujas atividades são vinculadas à Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste/RO.
Ato contínuo a distribuição do mandamus a esta Relatoria (fl. 109), a impetrante apresentou petição (fl. 120) desistindo do prosseguimento da ação, requerendo a extinção do feito, sem resolução do mérito.
É o relatório.
Examinados, decido.
Considerando a existência de precedente do Supremo Tribunal Federal, o qual garante a desistência da ação de mandado de segurança, independentemente de aquiescência da autoridade coatora, homologo a desistência do presente mandamus, nos termos do art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil.
Ao departamento para as providências de praxe.
P. I. C.

1ª CÂMARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
COORDENADORIA CÍVEL DA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS DO 2º GRAU
PROCESSO: 7043669-31.2019.8.22.0001 AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO (PJE)
ORIGEM: 7043669-31.2019.8.22.0001 - PORTO VELHO / 1ª VARA CÍVEL
AGRAVANTES: INCORPORADORA IMOBILIÁRIA PORTO VELHO LTDA. E OUTRA
ADVOGADO(A): RAFAELA MOREIRA CAMPELO – GO37281
ADVOGADO(A): THIAGO KASTNER DO NASCIMENTO – GO40620 / RO12397
ADVOGADO(A): LUCAS LIMA RODRIGUES – GO38049 / RO12007
ADVOGADO(A): TRONCOSO SOCIEDADE DE ADVOGADOS – GO2335
ADVOGADO(A): DANIELA MATIAS TRONCOSO CHAVES – GO56262
AGRAVADA: IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
ADVOGADO(A): IAF AZAMOR BARBOSA – RO3339
ADVOGADO(A): MONICA MARIA TREVISANE – RO2601
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
INTERPOSTO EM 14 /07//2023
ABERTURA DE VISTA
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, e dos artigos 203, § 4º c/c 1.042, § 3º, ambos do CPC, fica a parte agravada intimada para, querendo, apresentar a resposta ao agravo em recurso especial, no prazo legal, via digital.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Rilia Natori
Serviço Especial/CCIVEL-CPE2G

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
COORDENADORIA CÍVEL DA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS DO 2º GRAU
PROCESSO: 7001643-30.2020.8.22.0018 AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL (PJE)
AGRAVANTES: LAZARO COSTA PEREIRA, JAINE DA SILVA LOBO
ADVOGADO: WILLIAM MAXSUEL DE BARROS DIAS - RO10732
APELADOS: ADEMIR JOSE BELTRAME, VALDIRENE FERREIRA BELTRAME
ADVOGADA: SHARA EUGENIO DE SOUZA - RO3754
RELATOR : DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
INTERPOSTO EM 14/07/2023
ABERTURA DE VISTA
Nos termos dos artigos 203, § 4º c/c 1.021, § 2º, ambos do CPC, ficam as partes agravadas intimadas para, querendo, apresentarem a contraminuta ao agravo interno, no prazo legal, via digital.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Rilia Natori
Serviço Especial/CCIVEL-CPE2G

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
COORDENADORIA CÍVEL DA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS DO 2º GRAU
PROCESSO: 7022917-33.2022.8.22.0001 RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL (PJE)
RECORRENTE: MÁXIMO ALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR
ADVOGADO(A): ALTANIRA ULCHOA ALMEIDA OLIVEIRA - RO2858
RECORRIDA: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
ADVOGADO(A): DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
RECORRIDA: SAGA AMAZÔNIA COMÉRCIO DE VEICULOS LTDA.
ADVOGADO(A): MAGDA ZACARIAS DE MATOS - RO8004
ADVOGADO(A): RUY AUGUSTUS ROCHA - GO21476
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
INTERPOSTO EM 14/07/2023
ABERTURA DE VISTA
Nos termos dos artigos 203, § 4º c/c 1.030, ambos do CPC, ficam as partes recorridas intimadas para, querendo, apresentarem as contrarrazões ao recurso especial, no prazo legal, via digital.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Rilia Natori
Serviço Especial/CCIVEL-CPE2G

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
COORDENADORIA CÍVEL DA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS DO 2º GRAU
PROCESSO: 7038599-28.2022.8.22.0001 RECURSO ESPECIAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO (PJE)
RECORRENTE: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO(A): GEORGE OTTÁVIO BRASILINO OLEGÁRIO – PB15013
RECORRIDO: MOSTAFÁ EZEN MAHMOYD

ADVOGADO(A): KEILA MARIA DA SILVA OLIVEIRA – RO2128
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
INTERPOSTO EM 14/07/2023
ABERTURA DE VISTA
Nos termos dos artigos 203, § 4º c/c 1.030, ambos do CPC, fica a parte recorrida intimada para, querendo, apresentar as contrarrazões ao recurso especial, no prazo legal, via digital.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Rilia Natori
Serviço Especial/CCIVEL-CPE2G

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807343-25.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: P. A. M., J. R. M. C.
ADVOGADO DOS AGRAVANTES: INEZ GOMES DA SILVA TEIXEIRA, OAB nº RO13156
Polo Passivo: E. D. S. R., M. S. M.
AGRAVADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por J. R. M. C. e P. A. M. em face da decisão proferida na ação ação revisional de guarda c.c fixação de convivência avoenga e declaração de alienação parental, de nº 7004892-93.2023.8.22.0014, em trâmite na 2ª Vara Cível de Vilhena, ajuizada pelo agravante em desfavor de E. da S. R. e outro.
A decisão agravada deferiu parcialmente o pedido de tutela provisória para regulamentar que o direito de visitas da requerente ao neto seja exercido, por ora, em finais de semana alternados, das 09h de sábado até as 18h de domingo, podendo as partes convencionarem de forma diversa.
Inconformados, os agravantes recorrem relatando que o agravado Jhonatan R. M. C. e a agravada Elienai S. R. são genitores do menor Miguel S. M. e em meados de 2020 firmaram acordo de guarda visitas e pensão, que foi devidamente homologado nos autos de nº 7005081-42.2021.8.22.0014.
Afirmam os agravantes que após a homologação, diversas atitudes abusivas e autoritárias da agravada colocaram a harmonia da relação familiar em estado de permanente insegurança, além de nutrir corriqueira postura negligente e descuidada com o filho, transformando de forma definitiva a realidade fática existente ao tempo do acordo pactuado.
Alegam que tomaram conhecimento que o menor está sendo negligenciado quanto aos cuidados familiares maternos, com relação aos horários, rotina, higiene e alimentação.
Informam que recentemente tiveram conhecimento que a genitora levará o filho para Porto Velho, visando entregá-lo para sua mãe (avó materna no menor), ocasião em que ele não terá mais contato periódico com a avó paterna e o pai, fatos que motivam o ajuizamento da ação de origem.
Sustentam que apesar dos motivos expostos na inicial, o juízo a quo deferiu apenas o pedido de visitação para a agravante (avó) e indeferiu o pedido de fixação cautelar do domicílio.
Argumentam que, observado o real risco de mudança de domicílio e alteração repentina da rotina, contato com a família e tratamento, tudo fundamentado na raiva injustificada da mãe do menor que fora convidada a pensar nas próprias condutas, deve ser impedido que o menor seja levado para Porto Velho de forma definitiva e sem prévia justificativa, afastando-o do mínimo de segurança que possui, impossibilitando o ato de alienação parental em curso, consistente no afastamento ilícito da criança do convívio com a avó paterna e o genitor.
Dessa forma requerem a concessão da tutela provisória de urgência e, no mérito, o provimento do recurso para reformar a decisão proferida em primeiro grau e consequentemente fixar o domicílio do menor Miguel S. M., na cidade de Vilhena – RO, impedindo qualquer mudança de residência sem prévia justificativa e necessidade.
É o relatório.
Decido.
Cinge-se a controvérsia acerca da decisão que deferiu parcialmente a tutela de urgência.
Pela sistemática prevista no art. 995, § único, do CPC, "a eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso."
Ao seu turno, a concessão de efeito ativo ao agravo, atualmente denominado de antecipação da tutela recursal, depende da demonstração dos requisitos da tutela de urgência, consubstanciado em elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, conforme inteligência do art. 300 c/c o art. 1.019, I, do novo diploma processual.
Desta feita, em juízo de cognição sumária, não vislumbro preenchidos os requisitos autorizadores à concessão do efeito.
Pelo exposto, indefiro o efeito ativo/suspensivo vindicado.
Colha-se informações do juiz da causa.
Intime-se os agravados para, querendo, contraminutar o recurso, no prazo legal.
Após, à PGJ para parecer.
Publique-se. Intime-se, servindo esta de carta/ofício/mandado.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
COORDENADORIA CÍVEL DA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS DO 2º GRAU
PROCESSO: 0811536-20.2022.8.22.0000 RECURSO ESPECIAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJE)
ORIGEM: 7008679-43.2021.8.22.0001 - PORTO VELHO / 7ª VARA CÍVEL

RECORRENTE: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A
ADVOGADO(A): MUDROVITSCH ADVOGADOS – DF2037/12
ADVOGADO(A): DANIEL NASCIMENTO GOMES – RO6981 / SP356650
ADVOGADO(A): GABRIEL RIGOTTI DE ÁVILA E SILVA - DF67285
ADVOGADO(A): MAIRA BEATRIS BRAVO RAMOS – DF49648
ADVOGADO(A): TIAGO BATISTA RAMOS – RO7119
ADVOGADO(A): FELIPE NOBREGA ROCHA – SP286551
RECORRIDOS: G. A. R. DA S. E OUTROS REPRESENTADOS POR P. S. DA S.
ADVOGADO(A): VINÍCIUS JÁCOME DOS SANTOS JÚNIOR – RO3099
TERCEIRA INTERESSADA: SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A
ADVOGADO(A): CLAYTON CONRAT KUSSLER – RO3861
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
INTERPOSTO EM 14/07/2023
ABERTURA DE VISTA
Nos termos dos artigos 203, § 4º c/c 1.030, ambos do CPC, ficam as partes recorridas intimadas para, querendo, apresentarem as contrarrazões ao recurso especial, no prazo legal, via digital.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Rilia Natori
Serviço Especial/CCIVEL-CPE2G

Gabinete Des. Raduan Miguel
Número do processo: 0806258-04.2023.8.22.0000- VIII
AGRAVANTE: DIRECIONAL AMBAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
ADVOGADO DO AGRAVANTE: MARCOS MENEZES CAMPOLINA DINIZ, OAB nº MG115451A
AGRAVADO: MOACIR RIBEIRO DA SILVA JUNIOR
ADVOGADO DO AGRAVADO: RENAN GOMES MALDONADO DE JESUS, OAB nº RO5769A
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Direcional Ambar Empreendimentos Imobiliários Ltda. em face da decisão proferida pelo Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho que, nos autos do cumprimento de sentença que lhe move Moacir Ribeiro da Silva Junior, rejeitou a impugnação aos cálculos apresentada pela agravante.
Em suas razões, afirma que a Contadoria Judicial atualizou equivocadamente os valores devidos a título de saldo remanescente, pois procedeu a incidência dos juros de mora sobre o valor da multa e honorários de execução do art. 523, CPC.
Defende que a multa refere-se à condenação acessória, ou seja, decorrente de cominação no âmbito de obrigação de fazer e, por ser uma penalidade imposta à parte vencida na condenação, não deve sobrepor outra penalidade, que, no caso em tela, seriam os juros moratórios.
Sustenta que há perigo de dano na manutenção da decisão objurgada, pois será obrigada a pagar valor equivocado e excessivo, sendo certo, inclusive, que se não o fizer, poderá incorrer em atos constritivos.
Pugna pela concessão de efeito suspensivo e, no mérito, a revogação da decisão agravada.
É o relatório.
A atribuição do efeito suspensivo ao agravo de instrumento só se dará em situações que possam resultar em dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
No caso em análise, o perigo de dano alegado pela recorrente não se mostra patente, eis que o valor impugnado corresponde a R$15.235,48, quantia equivalente a aproximadamente 12% do débito principal executado (R$124.646,23). Ademais, não é crível que o valor discutido inviabilizará as atividades empresariais da agravante ou tem capacidade de fazer substancial falta em seu orçamento ou impactar sua saúde financeira.
Ressalte-se que a Contadoria Judicial esclareceu os cálculos no ID90220036 apontando que “separou o valor dos juros do valor corrigido, fazendo desde modo incidir juros apenas sobre os valores corrigidos e sobre os juros apenas correção monetária”. Assim, tem-se por ausentes os pressupostos para concessão do pedido inicial da parte agravante.
Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao recurso.
Comunique-se o juízo a quo, servindo a presente decisão como ofício.
Intime-se a parte agravada para, querendo, manifestar-se, no prazo do art. 1019, II, CPC, facultada ainda a juntada de documentação que entender necessária ao julgamento do recurso.
Após, retornem os autos conclusos.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Relator

Gabinete Des. Raduan Miguel
Número do processo: 0806469-40.2023.8.22.0000- VIII
AGRAVANTE: EINSTEIN INSTITUICAO DE ENSINO LTDA - EPP
ADVOGADO DO AGRAVANTE: IGOR JUSTINIANO SARCO, OAB nº RO7957A
AGRAVADO: RAIANE FERREIRA DE FREITAS
AGRAVADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Einstein Instituição de Ensino Ltda. em face da decisão proferida pelo Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho que, nos autos de execução de título extrajudicial movido em desfavor de Raiane Ferreira de Freitas, indeferiu o pedido de pesquisa de endereço pelos sistemas conveniados.
Em suas razões, alega que a decisão agravada não atende ao princípio da cooperação entre as partes (art. 6º, CPC) ao não utilizar os meios à disposição do judiciário. Defende não ser exigível dois ou mais atos mínimos pela parte para deferimento do pedido pelo juízo. Informa que

o pedido de SISBAJUD foi a primeira diligência requerida nos autos. Pugna pela concessão de efeito suspensivo e, no mérito, a reforma da decisão para deferir o pedido de busca de endereço via SISBAJUD para encontrar válidos para citação da agravada.
É o relatório.
A atribuição do efeito suspensivo ao agravo de instrumento só se dará em situações que possam resultar em dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
No caso em análise, verifico que a agravante faz o requerimento de forma genérica, sem indicar os motivos pelos quais pretende a concessão do efeito suspensivo ou, ainda, qual seria o prejuízo em aguardar o julgamento deste recurso. Entendo, portanto, que não há efetivo pedido de efeito suspensivo.
Comunique-se o juízo prolator da decisão agravada, servindo a presente como ofício.
Intime-se a parte agravada para, querendo, manifestar-se, no prazo do art. 1019, II, CPC, facultada ainda a juntada de documentação que entender necessária ao julgamento do recurso.
Após, retornem os autos conclusos.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Raduan Miguel
Processo: 7006633-44.2022.8.22.0002 - T-V
Classe: Apelação Cível
APELANTES: GILSON FRANCISCO SILVA, MAELZA RODRIGUES FERREIRA
ADVOGADO DOS APELANTES: EDSON RIBEIRO DOS SANTOS, OAB nº RO6116A
APELADO: EDSON FAGUNDES BRASILEIRO DA SILVA
ADVOGADO DO APELADO: KASSIA MOTTER PINHEIRO, OAB nº RO9026A
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação interporto por Gilson Francisco Silva e Maelza Rodrigues Ferreira contra sentença proferida pelo juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes, nos autos da ação de cobrança c/c arresto que lhe move Edson Fagundes Brasileiro da Silva, que julgou procedente o pedido inicial.
Verifico que o pagamento do preparo não foi comprovado no ato de interposição do recurso de apelação, porquanto requer a concessão da justiça gratuita.
A gratuidade judiciária funda-se no preceito basilar segundo o qual a todos, indistintamente, é garantido o acesso à justiça (princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição).
Ocorre que, no caso dos autos, inexiste demonstração de que os apelantes não possuem condições de arcar com o valor do preparo, sendo possível a comprovação da sua real capacidade financeira através da juntada de documentos hábeis a este fim, a exemplo do contracheque atualizado, pró-labore, declaração de imposto de renda, extratos bancários, comprovantes de despesas fixas mensais, os quais, se analisados conjuntamente, possibilitam a formação do juízo de valor acerca da pretensão.
Ante o exposto, indefiro, neste momento, a benesse pretendida, possibilitando aos apelantes, no prazo de 05 dias, comprovar a alegada condição de hipossuficiência econômica ou, no mesmo prazo, o recolhimento do preparo, sob pena de não conhecimento do recurso em razão da deserção.
Após, retornem os autos para decisão.
Intime-se.
Porto Velho/RO, data da assinatura digital.
Juíza convocada Juliana Paula Silva da Costa
Relatora

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Raduan Miguel
Processo: 7036061-11.2021.8.22.0001 - T-V
Classe: Apelação Cível
APELANTES: ZENEIDA NASCIMENTO PEREIRA LINS AZEVEDO, ANA RAIMUNDA NASCIMENTO PEREIRA
ADVOGADOS DOS APELANTES: LEONARDO ANTUNES FERREIRA DA SILVA, OAB nº RO131906, UELITON FELIPE AZEVEDO DE OLIVEIRA, OAB nº RO5176A
APELADO: LOURA JUNIOR & FERREIRA NETO ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADOS DO APELADO: MANOEL VERISSIMO FERREIRA NETO, OAB nº RO3766A, FLORISMUNDO ANDRADE DE OLIVEIRA SEGUNDO, OAB nº SE9265A
Relator: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação interporto por Zeneida Nascimento Pereira Lins Azevedo contra sentença proferida pelo juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, nos autos da ação indenizatória que lhe move Veríssimo & Justo Advogados Associados - Me, que julgou procedente o pedido inicial.
Verifico que o pagamento do preparo não foi comprovado no ato de interposição do recurso de apelação, porquanto requer a concessão da justiça gratuita.

A gratuidade judiciária funda-se no preceito basilar segundo o qual a todos, indistintamente, é garantido o acesso à justiça (princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição).
Ocorre que, no caso dos autos, inexiste demonstração de que a apelante não possui condições de arcar com o valor do preparo, sendo possível a comprovação da sua real capacidade financeira através da juntada de documentos hábeis a este fim, a exemplo do contracheque atualizado, pró-labore, declaração de imposto de renda, extratos bancários, comprovantes de despesas fixas mensais, os quais, se analisados conjuntamente, possibilitam a formação do juízo de valor acerca da pretensão.
Ante o exposto, indefiro, neste momento, a benesse pretendida, possibilitando à apelante, no prazo de 05 dias, comprovar a alegada condição de hipossuficiência econômica ou, no mesmo prazo, o recolhimento do preparo, sob pena de não conhecimento do recurso em razão da deserção.
Após, retornem os autos para decisão.
Intime-se.
Porto Velho/RO, data da assinatura digital.
Juíza convocada Juliana Paula Silva da Costa
Relatora

Gabinete Des. Raduan Miguel
Número do processo: 0807154-47.2023.8.22.0000- VIII
AGRAVANTE: B J PROJETOS E EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: ENDRIO DE MELO BOGOEVICH, OAB nº RO9337A
AGRAVADO: JOAO CLOSS JUNIOR
ADVOGADO DO AGRAVADO: CARLOS ALBERTO MARQUES DE ANDRADE JUNIOR, OAB nº RO5803A
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por BJ Projetos e Empreendimentos Ltda. em face da decisão proferida pelo Juízo da 6ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho que, nos autos da ação de liquidação de sentença n. 7062352-14.2022.8.22.0001 que lhe move João Closs Junior, declarou líquida a obrigação cobrada nos autos principais n. 0006148-50.2014.8.22.0001 ante a não manifestação da agravante quanto aos cálculos apresentados pelo credor.
A recorrente pleiteia a Justiça Gratuita afirmando não ter condições de arcar com as despesas processuais e acostando declaração de hipossuficiência. No mérito, alega que "após manifestação da parte exequente é que poderia a agravante exercer o contraditório, já que na intimação foi incluída inclusive a possibilidade de arquivamento". Requer o restabelecimento de seu prazo processual.
É o sucinto relatório.
A concessão do benefício da gratuidade às pessoas jurídicas é possível, desde que comprovada a incapacidade para arcar com as custas e despesas processuais, o que não se mostra suficiente mediante apresentação de mera declaração de hipossuficiência. É necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais, restando que a ausência de elementos objetivos impossibilita a concessão (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000. Relator: Des. Raduan Miguel Filho. Data de Julgamento: 05/12/2014. Publicado em 17/12/2014).
Assim, intime-se a agravante para, no prazo de 05 (cinco) dias, demonstrar a sua alegada hipossuficiência financeira ou efetuar o pagamento do preparo, sob pena de não conhecimento do recurso. No mesmo prazo, deverá esclarecer suas razões recursais observando a necessária dialeticidade, sob pena de não provimento do agravo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Relator

Gabinete Des. Raduan Miguel
Número do processo: 0806578-54.2023.8.22.0000- VIII
AGRAVANTE: A. V. C. A.
ADVOGADO DO AGRAVANTE: TALLITA RAUANE RAASCH, OAB nº RO9526A
AGRAVADO: L. M. M. A.
AGRAVADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Antonio Virgilio Correa Augusto em face da decisão proferida pelo Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Cacoal que, nos autos da ação de alimentos que move em desfavor de seu filho menor L. M. M. A., indeferiu a tutela antecipada de urgência para reduzir os alimentos pagos pelo agravante ao importe de 20% do salário-mínimo.
Em suas razões, afirma que está desempregado desde setembro/2022 e não possui mais condições de arcar com a prestação de alimentos estipulada antes, no valor correspondente a 68% do salário-mínimo vigente (R$897,60). Informa que tem tido dificuldades para conseguir novo emprego, enquanto a genitora do alimentando é servidora pública municipal com renda estável.
Pugna pela suspensão da decisão agravada e concessão de tutela antecipada para reduzir o valor dos alimentos para 20% do salário-mínimo (R$264,00). No mérito, a revogação da decisão objurgada.
É o relatório.
A atribuição do efeito suspensivo ao agravo de instrumento só se dará em situações que possam resultar em dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
Para a concessão da tutela de urgência, é necessário que fiquem demonstrados a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, CPC), desde que não haja perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, sendo que os requisitos devem ser vislumbrados em conjunto.
No caso em análise, entendo que os requisitos legais da tutela antecipada não restaram devidamente demonstrados nos autos de origem, tampouco nestes. Isso porque, ainda que o genitor tenha comprovado não possuir mais vínculo empregatício formal desde setembro/2022, não esclareceu como tem sobrevivido supostamente sem renda desde então até o ajuizamento da ação em junho/2023, de modo a justificar a redução da prestação alimentícia em favor de seu filho menor impúbere atualmente com 10 (dez) anos de idade. Ausente, pois, a

probabilidade do direito na medida em que a situação econômica do agravante carece de mais provas para determinação de sua condição de pagar alimentos.
Ademais, tenho que o perigo de dano é mais patente ao alimentando do que ao agravante, na medida em que terá o valor de R$633,60 imediatamente reduzido para suas despesas presumidamente essenciais a título de alimentação, saúde, vestuário e educação.
Destarte, tem-se por ausentes os pressupostos para concessão do pedido inicial da parte agravante. Ante o exposto, indefiro a tutela antecipada recursal.
Por fim, a suspensão da decisão agravada em nada alteraria a situação do agravante, que permaneceria obrigado a prestar alimentos nos termos da sentença proferida na ação anterior. Logo, não conheço de tal pleito por não verificar utilidade na medida pleiteada.
Comunique-se o juízo a quo, servindo a presente decisão como ofício.
Intime-se a parte agravada para, querendo, manifestar-se, no prazo do art. 1019, II, CPC, facultada ainda a juntada de documentação que entender necessária ao julgamento do recurso.
Intime-se o Ministério Público de Rondônia para intervir como fiscal da ordem jurídica, conforme art. 178, II do Código de Processo Civil.
Após, retornem os autos conclusos.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Relator

Gabinete Des. Raduan Miguel
Número do processo: 0806311-82.2023.8.22.0000 - I
AGRAVANTE: MARCOS AURELIO DE MENEZES ALVES
ADVOGADO DO AGRAVANTE: GEORGE ALEXSANDER DE OLIVEIRA MORAES CARVALHO, OAB nº RO8515A
AGRAVADO: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS UNIRONDONIA LTDA
AGRAVADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Marcos Aurélio de Menezes Alves em face da decisão proferida pelo juízo da 1ª Vara Cível da comarca de Porto Velho que, nos autos de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos materiais e morais ajuizada em desfavor da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Unirondônia Ltda., indeferiu a tutela de urgência pretendida, consistente em baixa/quitação dos débitos e a retirada do nome do autor dos órgãos de proteção ao crédito.
Pretende o agravante a reforma da decisão agravada a fim de que se determine à cooperativa agravada promover a baixa/quitação dos débitos de energia elétrica, água e IPTU que se encontram em nome do agravante, gerados após a assinatura do contrato de locação firmado entre as partes em 01/11/2022, bem como que providencie a baixa do nome do agravante nos órgão de proteção ao crédito (SERASA) e 2º Tabelionato de Protesto, no prazo de 72 horas, sob pena de multa diária em valor não inferior a R$ 2.000,00. Subsidiariamente, requer seja oficiado à SERASA e ao 2º Tabelionato de Protesto de Títulos e Documentos de Porto Velho para que promovam a suspensão da inscrição do agravante até final julgamento da lide, referente aos débitos gerados no imóvel do agravante, após a assinatura do contrato de locação.
É o relatório.
Em análise aos autos de primeiro grau, para fins de julgamento, constatei que as partes promoveram acordo, o qual foi homologado pelo juízo de primeiro grau em 05/07/2023, extinguindo o feito, sem julgamento de mérito.
Destarte, com a prolação da sentença ocorreu a perda superveniente do objeto deste agravo de instrumento que objetivava a revogação da tutela de urgência concedida.
Nesse sentido:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL TIRADO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO NA ORIGEM. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE MÉRITO. PERDA DE OBJETO. RECURSO PREJUDICADO. AGRAVO INTERNO DAS EMPRESAS DESPROVIDO. 1. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que, tendo sido prolatada, na origem, sentença de mérito, os efeitos das decisões que a antecederam serão por ela absorvidos, prejudicando o exame do Recurso Especial contra decisões interlocutórias . 2. Na hipótese, o Apelo Nobre foi tirado de Agravo de Instrumento que sequer foi conhecido, sendo posteriormente proferida sentença de mérito nos autos principais, julgando improcedente o pedido, razão pela qual é impositivo o reconhecimento da perda de objeto do presente Recurso Especial. 3. Agravo Interno das Empresas desprovido. (AgInt no AgInt no AREsp 1479615/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/11/2020, DJe 17/11/2020)
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO PRINCIPAL. TRÂNSITO EM JULGADO. PERDA DO OBJETO. 1. Consoante a jurisprudência deste Superior Tribunal, a prolação de sentença de mérito, cuja cognição é exauriente, enseja a perda de objeto do recurso especial interposto contra acórdão que examinou agravo de instrumento que se insurge contra decisão interlocutória. Precedentes. 2. Caso em que já houve o trânsito em julgado do processo principal, circunstância que, de fato, acarreta a perda do objeto do apelo especial. 3. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1604323/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/06/2020, DJe 16/06/2020)
AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RETIFICAÇÃO DE REGISTROS PÚBLICOS. IMÓVEL. PEDIDO DE PROVIDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. ART. 1.015 DO CPC/2015. AGRAVO. CABIMENTO. PERDA DO OBJETO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE MÉRITO. PREJUDICIALIDADE. MULTA. ART. 1.021 DO CPC/2015. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2 A superveniência de sentença de mérito, mediante cognição exauriente, enseja a perda de objeto do recurso especial oriundo de decisão interlocutória. 3. A Segunda Seção decidiu que a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015 não é automática, pois não se trata de mera decorrência lógica da rejeição do agravo interno. 4. Agravo interno não provido. (AgInt nos EDcl no REsp 1745432/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/2019, DJe 14/06/2019)
Ante o exposto, julgo prejudicado o presente recurso, pela superveniente perda do objeto, nos termos do artigo 932, III, do Código de Processo Civil.
Publique-se. Intimem-se.
Procedidas as anotações necessárias, arquivem-se.
Porto Velho, data da assinatura digital.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Relator

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
REPUBLICAÇÃO Processo: 7015351-30.2022.8.22.0002
Classe: Apelação Cível
Assunto: Alienação Fiduciária
APELANTE: BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADOS DO APELANTE: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº SP192649A, JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS, OAB nº AC4846, PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
APELADO: DAIANE PAULINO CARNEIRO DE PADUA, CPF nº 08183633986
APELADO SEM ADVOGADO(S)
Relator: Rowilson Teixeira
Decisão
Vistos.
ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A, peticionou requerendo a desistência do recurso interposto sob os ID's n. 20405147 e 20378876.
Ante a expressa manifestação de falta de interesse recursal, nos termos do art. 998 do Código de Processo Civil, declaro a perda do objeto e, restando prejudicado, não conheço do recurso, nos termos do art. 932, inc. III do mesmo códex.
Publique-se. Intime-se.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
REPUBLICAÇÃO Processo: 7015351-30.2022.8.22.0002
Classe: Apelação Cível
Assunto: Alienação Fiduciária
APELANTE: BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADOS DO APELANTE: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº SP192649A, JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS, OAB nº AC4846, PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
APELADO: DAIANE PAULINO CARNEIRO DE PADUA, CPF nº 08183633986
APELADO SEM ADVOGADO(S)
Relator: Rowilson Teixeira
Decisão
Vistos.
ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A, peticionou requerendo a desistência do recurso interposto sob os ID's n. 20405147 e 20378876.
Ante a expressa manifestação de falta de interesse recursal, nos termos do art. 998 do Código de Processo Civil, declaro a perda do objeto e, restando prejudicado, não conheço do recurso, nos termos do art. 932, inc. III do mesmo códex.
Publique-se. Intime-se.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
REPUBLICAÇÃO
Autos n. 0807080-90.2023.8.22.0000
Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO
AGRAVANTE: DORVALINO LUIZ ZANCHETTA
Advogado do AGRAVANTE: RENATA DA SILVA TANABE - RO12098-A
AGRAVADO: BANCO BMG S.A.
Advogado do REU: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA - MG108112
Decisão
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por DORVALINO LUIZ ZANCHETTA contra decisão proferida na ação declaratória de inexistência de contrato de nº 7007328-46.2023.8.22.0007, em trâmite na 4ª Vara Cível de Cacoal, ajuizada pelo agravante em desfavor do Banco BMG SA.
A decisão recorrida indeferiu o pedido de Tutela de Urgência em razão dos descontos ocorrerem desde Setembro de 2020 e o autor ter percebido somente recentemente, fato indicativo de que o valor da prestação não representava peso sobre sua finanças, pois, se assim o fosse, tão logo ocorrido o primeiro desconto já teria o autor percebido o valor faltante em sua aposentadoria.
Inconformado, o agravante recorre afirmando que é pessoa idosa, simples e pensou que os descontos que vinha sofrendo eram de tarifas bancárias e por essa razão nunca se atentou que poderia ser um empréstimo de cartão de crédito.
Alega que apenas veio a tomar conhecimento que se tratava de um contrato de cartão – RMC em uma conversa com a atendente do banco que o informou que os descontos não eram de tarifas bancárias.
Frisa que não possui qualquer relação jurídica com o banco agravado, pois não firmou nenhum contrato de cartão de crédito com desconto em sua aposentadoria, nunca contratou nenhum serviço de cartão de crédito - reserva de margem consignável.
Argumenta que estão presentes os requisitos para concessão do pedido liminar, uma vez que a probabilidade do direito invocado pelo agravante consiste na fraude na contratação do cartão -RMC, posto que ocorreu sem o consentimento do agravante.

Dessa forma requer a concessão de efeito para o fim reformar a decisão agravada, concedendo a suspensão dos descontos indevidos na aposentadoria do agravante.
É o relatório.
Decido.
Cinge-se a controvérsia acerca da decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência
Pela sistemática prevista no art. 995, § único, do CPC, "a eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso."
Ao seu turno, a concessão de efeito ativo ao agravo, atualmente denominado de antecipação da tutela recursal, depende da demonstração dos requisitos da tutela de urgência, consubstanciado em elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, conforme inteligência do art. 300 c/c o art. 1.019, I, do novo diploma processual.
Desta feita, em juízo de cognição sumária, não vislumbro preenchidos os requisitos autorizadores à concessão do efeito.
Pelo exposto, indefiro o efeito ativo/suspensivo vindicado.
Colha-se informações do juiz da causa.
Intime-se o agravado para, querendo, contraminutar o recurso, no prazo legal.
Publique-se. Intime-se, servindo esta de carta/ofício/mandado.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
REPUBLICAÇÃO
Autos n. 0807080-90.2023.8.22.0000
Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
AGRAVANTE: DORVALINO LUIZ ZANCHETTA
Advogado do AGRAVANTE: RENATA DA SILVA TANABE - RO12098-A
AGRAVADO: BANCO BMG SA
BANCO BMG S.A.
Advogado do REU: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA - MG108112
Decisão
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por DORVALINO LUIZ ZANCHETTA contra decisão proferida na ação declaratória de inexistência de contrato de nº 7007328-46.2023.8.22.0007, em trâmite na 4ª Vara Cível de Cacoal, ajuizada pelo agravante em desfavor do Banco BMG SA.
A decisão recorrida indeferiu o pedido de Tutela de Urgência em razão dos descontos ocorrerem desde Setembro de 2020 e o autor ter percebido somente recentemente, fato indicativo de que o valor da prestação não representava peso sobre sua finanças, pois, se assim o fosse, tão logo ocorrido o primeiro desconto já teria o autor percebido o valor faltante em sua aposentadoria.
Inconformado, o agravante recorre afirmando que é pessoa idosa, simples e pensou que os descontos que vinha sofrendo eram de tarifas bancárias e por essa razão nunca se atentou que poderia ser um empréstimo de cartão de crédito.
Alega que apenas veio a tomar conhecimento que se tratava de um contrato de cartão – RMC em uma conversa com a atendente do banco que o informou que os descontos não eram de tarifas bancárias.
Frisa que não possui qualquer relação jurídica com o banco agravado, pois não firmou nenhum contrato de cartão de crédito com desconto em sua aposentadoria, nunca contratou nenhum serviço de cartão de crédito - reserva de margem consignável.
Argumenta que estão presentes os requisitos para concessão do pedido liminar, uma vez que a probabilidade do direito invocado pelo agravante consiste na fraude na contratação do cartão -RMC, posto que ocorreu sem o consentimento do agravante.
Dessa forma requer a concessão de efeito para o fim reformar a decisão agravada, concedendo a suspensão dos descontos indevidos na aposentadoria do agravante.
É o relatório.
Decido.
Cinge-se a controvérsia acerca da decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência
Pela sistemática prevista no art. 995, § único, do CPC, "a eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso."
Ao seu turno, a concessão de efeito ativo ao agravo, atualmente denominado de antecipação da tutela recursal, depende da demonstração dos requisitos da tutela de urgência, consubstanciado em elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, conforme inteligência do art. 300 c/c o art. 1.019, I, do novo diploma processual.
Desta feita, em juízo de cognição sumária, não vislumbro preenchidos os requisitos autorizadores à concessão do efeito.
Pelo exposto, indefiro o efeito ativo/suspensivo vindicado.
Colha-se informações do juiz da causa.
Intime-se o agravado para, querendo, contraminutar o recurso, no prazo legal.
Publique-se. Intime-se, servindo esta de carta/ofício/mandado.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
REPUBLICAÇÃO
Autos n. 0807080-90.2023.8.22.0000
Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
AGRAVANTE: DORVALINO LUIZ ZANCHETTA

Advogado do AGRAVANTE: RENATA DA SILVA TANABE - RO12098-A
AGRAVADO: BANCO BMG SA
BANCO BMG S.A.
Advogado do REU: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA - MG108112
Decisão
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por DORVALINO LUIZ ZANCHETTA contra decisão proferida na ação declaratória de inexistência de contrato de nº 7007328-46.2023.8.22.0007, em trâmite na 4ª Vara Cível de Cacoal, ajuizada pelo agravante em desfavor do Banco BMG SA.
A decisão recorrida indeferiu o pedido de Tutela de Urgência em razão dos descontos ocorrerem desde Setembro de 2020 e o autor ter percebido somente recentemente, fato indicativo de que o valor da prestação não representava peso sobre sua finanças, pois, se assim o fosse, tão logo ocorrido o primeiro desconto já teria o autor percebido o valor faltante em sua aposentadoria.
Inconformado, o agravante recorre afirmando que é pessoa idosa, simples e pensou que os descontos que vinha sofrendo eram de tarifas bancárias e por essa razão nunca se atentou que poderia ser um empréstimo de cartão de crédito.
Alega que apenas veio a tomar conhecimento que se tratava de um contrato de cartão – RMC em uma conversa com a atendente do banco que o informou que os descontos não eram de tarifas bancárias.
Frisa que não possui qualquer relação jurídica com o banco agravado, pois não firmou nenhum contrato de cartão de crédito com desconto em sua aposentadoria, nunca contratou nenhum serviço de cartão de crédito - reserva de margem consignável.
Argumenta que estão presentes os requisitos para concessão do pedido liminar, uma vez que a probabilidade do direito invocado pelo agravante consiste na fraude na contratação do cartão -RMC, posto que ocorreu sem o consentimento do agravante.
Dessa forma requer a concessão de efeito para o fim reformar a decisão agravada, concedendo a suspensão dos descontos indevidos na aposentadoria do agravante.
É o relatório.
Decido.
Cinge-se a controvérsia acerca da decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência
Pela sistemática prevista no art. 995, § único, do CPC, “a eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.”
Ao seu turno, a concessão de efeito ativo ao agravo, atualmente denominado de antecipação da tutela recursal, depende da demonstração dos requisitos da tutela de urgência, consubstanciado em elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, conforme inteligência do art. 300 c/c o art. 1.019, I, do novo diploma processual.
Desta feita, em juízo de cognição sumária, não vislumbro preenchidos os requisitos autorizadores à concessão do efeito.
Pelo exposto, indefiro o efeito ativo/suspensivo vindicado.
Colha-se informações do juiz da causa.
Intime-se o agravado para, querendo, contraminutar o recurso, no prazo legal.
Publique-se. Intime-se, servindo esta de carta/ofício/mandado.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: Sessão n. 244, 11 de Julho de 2023 - Presencial
AUTOS N. 7008337-29.2021.8.22.0002
CLASSE: APELAÇÃO (PJE)
APELANTE : E. APARECIDO VIDIGAL – EPP
ADVOGADO(A): VERGÍLIO PEREIRA REZENDE – RO4068
ADVOGADO(A): JENIPHER DUTRA SCHNEIDER BORBA – RO11797
APELADA : LIDIA DE PAULA RAMOS FONSECA
ADVOGADO(A): LORENA MARTINS RAPOSO RODRIGUES – RO10388
ADVOGADO(A): FRANCILENE BORBA DE LIMA – RO10663
RELATOR : DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 03/05/2023
DECISÃO: “RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.”
EMENTA
Apelação Cível. Indenização por danos morais. Situação vexatória. Acusação de cometimento de ilícito sem justificativa. Acionamento da polícia militar. Danos morais configurados. Recurso improvido.
Configurado o direito à reparação pelos danos morais causados à vítima acusada de cometimento de ilícito, apropriação de bem, sem justificativa, e exposta à situação vexatória com o acionamento da polícia militar.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento Sessão n. 241, 27 de Junho de 2023 - Presencial:
AUTOS N. 7004579-07.2019.8.22.0004
CLASSE: APELAÇÃO (PJE)
APELANTE : BANCO BMG S/A

ADVOGADO(A): FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA – MG108112
APELADA : EDITE DOS SANTOS MOITINHO
ADVOGADO(A): FERNANDO MARTINS GONCALVES – RO834
ADVOGADO(A): SÉRGIO GOMES DE OLIVEIRA – RO5750
RELATOR : DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, POR MAIORIA, VENCIDOS OS DESEMBARGADORES KIYOCHI MORI E ISAIAS FONSECA MORAES."
EMENTA
Responsabilidade civil. Declaratória de inexistência de débito. Empréstimo consignado. Ausência de contratação. Descontos indevidos. Benefício previdenciário. Dano moral. Valor.
Deixando a instituição financeira de comprovar a suposta contratação de empréstimo consignado, deve ser reconhecida a inexistência da relação jurídica, bem como o dever de indenizar.
O valor da condenação em danos morais deve ser reduzido para adequação aos valores geralmente fixados pela Câmara em situações análogas.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: AUTOS N. 7001861-26.2022.8.22.0006
CLASSE: APELAÇÃO (PJE)
APELANTE : ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO(A): DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA – RO7828
APELADA : NEUZA JORDÃO DOS SANTOS
ADVOGADO(A): ALESSANDRO RIOS PRESTES – RO9136
ADVOGADO(A): JOSÉ ANDRÉ DA SILVA – RO9800
RELATORA : JUÍZA CONVOCADA JULIANA PAULA SILVA DA COSTA
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/05/2023
DECISÃO: "RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA, À UNANIMIDADE."
EMENTA
Rede elétrica rural. Construção pelo consumidor. Despesas. Restituição.
As redes particulares devem ser incorporadas ao patrimônio da respectiva concessionária de distribuição, sendo exceção apenas os casos que dispuserem de ato autorizativo do Poder Concedente para atuarem. E, ante a incorporação, é devido o ressarcimento dos valores despendidos com a construção da rede elétrica, sob pena de enriquecimento ilícito da concessionária, excluindo-se apenas o custo dos itens de responsabilidade do consumidor relativo ao padrão de entrada.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: Sessão n. 244, 11 de Julho de 2023 - Presencial
AUTOS N. 7006801-56.2021.8.22.0010
CLASSE: APELAÇÃO (PJE)
APELANTES: JANAINA APARECIDA CRISTAL E OUTROS
ADVOGADO(A): EDUARDO BELMONTH FURNO – RO5539
APELADA : D T DE OLIVEIRA IMOBILIÁRIA LTDA.
ADVOGADO(A): REGIANE TEIXEIRA STRUCKEL – RO3874
RELATOR : DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 26/04/2023
DECISÃO: "RECURSO NÃO CONHECIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA
Apelação cível. Exibição de documentos. Ausência de impugnação aos fundamentos da sentença. Recurso não conhecido.
O princípio da dialeticidade ou da motivação exige que qualquer recurso venha acompanhado dos fundamentos de fato e de direito que dão substrato ao pedido de nova decisão, devendo os argumentos reformadores, pela base principiológica referida, estarem em contraposição ao conteúdo do provimento judicial atacado.
Na hipótese, a sentença apelada julgou procedente ação e tendo sido cumprida sua finalidade, foi declarada extinta.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: Sessão n. 241, 27 de Junho de 2023 - Presencial
AUTOS N. 7002212-83.2019.8.22.0012
CLASSE: APELAÇÃO (PJE)
APELANTE : BANCO BMG S/A
ADVOGADO(A): ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO – PE23255
APELADA : IRIA WESCHENFELDER
ADVOGADO(A): HURIK ARAM TOLEDO – RO6611

RELATOR : DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 02/01/2023
Decisão: "RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, POR MAIORIA, VENCIDO PARCIALMENTE O DES. KIYOCHI MORI E INTEGRALMENTE O DES. SANSÃO SALDANHA."
EMENTA
Responsabilidade civil. Declaratória de inexistência de débito. Empréstimo consignado. Ausência de contratação. Descontos indevidos. Benefício previdenciário. Dano moral. Valor.
Deixando a instituição financeira de comprovar a suposta contratação de empréstimo consignado, deve ser reconhecida a inexistência da relação jurídica, bem como o dever de indenizar.
O valor da condenação em danos morais deve ser reduzido para adequação aos valores geralmente fixados pela Câmara em situações análogas.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: Sessão n. 244 - Presencial
AUTOS N. 7001632-42.2022.8.22.0014
CLASSE: APELAÇÃO (PJE)
APELANTE : PRISMA PVH COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS LTDA.
ADVOGADO(A): FÁBIO FEDRIGO CAMELO – GO54493
APELADA : ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DE CAMINHÕES DO NORTE
ADVOGADO(A): FERNANDO CÉSAR VOLPINI – RO610-A
RELATOR : DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 04/05/2023
DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA
Apelação cível. Acidente de trânsito. Reparação por danos materiais. Responsabilidade pelo sinistro. Culpa de terceiro não demonstrada. Ônus da prova. Recurso improvido.
Tratando-se de responsabilidade civil subjetiva da parte ré, incumbe à parte autora provar a conduta culposa do agente, o dano e o nexo de causalidade, a fim de emergir o dever indenizatório. Por sua vez, a parte ré poderá excluir ou diminuir a sua responsabilidade se comprovar que o evento danoso ocorreu por culpa exclusiva da vítima ou de terceiro, culpa concorrente ou caso fortuito ou força maior.
O acervo fático probatório dos autos corrobora a versão dos fatos trazidos pela parte autora. Cabia, no entanto, à parte ré/denunciada, nos termos do art. 373, inciso II, do Código de Processo Civil, comprovar qualquer excludente de sua responsabilidade, o que não ocorreu.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: 11/07/2023
AUTOS N. 7045394-50.2022.8.22.0001
CLASSE: APELAÇÃO (PJE)
APELANTE/APELADA: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO(A): DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA – RO7828
APELADA/APELANTE: CLEUSA ANA TILP BUEKE
ADVOGADO(A): MÁRCIA TEIXEIRA DOS SANTOS – RO6768
RELATORA : JUÍZA CONVOCADA JULIANA PAULA SILVA DA COSTA
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 25/04/2023
DECISÃO: "RECURSO DE ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A PROVIDO PARA ACOLHER A PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO E RECURSO DE CLEUSA ANA TILP BUEKE NÃO CONHECIDO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA, À UNANIMIDADE."
EMENTA
Rede elétrica rural. Subestação. Construção pelo consumidor. Dano material. Restituição. Prescrição. Prazo. Termo inicial. Incorporação fática.
Nas ações de restituição de valores despendidos na construção de subestação de energia elétrica, o prazo prescricional para o ajuizamento deve ter como termo inicial o momento da incorporação fática que coincide com a conclusão da obra e energização, porquanto há a redução do patrimônio do autor em prol do enriquecimento da concessionária.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: AUTOS N. 7012768-09.2021.8.22.0002
CLASSE: APELAÇÃO (PJE)
APELANTE : GILMARQUE DELFINO PORTUGAL
ADVOGADO(A): JULIANE SILVEIRA DA SILVA – RO2268
APELADO : BUREAU VERITAS DO BRASIL SOC CLAS E CERTIFICADORA LTDA.
ADVOGADO(A): PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES – DF39291
APELADA : ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

ADVOGADO(A): GEORGE OTTAVIO BRASILINO OLEGARIO – PB15013
APELADA : ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A
ADVOGADO(A): JACÓ CARLOS SILVA COELHO – RO9866
RELATORA : JUÍZA CONVOCADA JULIANA PAULA SILVA DA COSTA
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 05/05/2023
DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA, À UNANIMIDADE."
EMENTA
Responsabilidade civil. Acidente de trânsito. Ônus da prova. Comprovação mínima das alegações. Ausência.
Conforme dispõe o art. 373, I, do CPC, compete à parte autora comprovar os fatos constitutivos de seu direito.
Se os documentos que instruem a inicial são insuficientes à comprovação do próprio fato, não tem o julgador condições de valorá-lo adequadamente e concluir pela procedência do pedido.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0802672-56.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: UNIMED RIO BRANCO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: JOSIANE DO COUTO SPADA, OAB nº AC3805A
Polo Passivo: ANTONIO ROSMAR CARDOSO DOS SANTOS
ADVOGADO DO AGRAVADO: OPPENHEIMER HERBERT HANS MEDEIROS QUEIROZ, OAB nº AC3997
Vistos.
À Coordenadoria Cível para cumprir as determinações da decisão de Id 19304932, notadamente a solicitação de informações do juiz da causa, intimação do agravado para contraminutar o agravo de instrumento e, após, à PGJ para emissão de parecer.
Cumpridas as diligências, retornem-me o feito para análise do mérito do agravo interno e do agravo de instrumento.
Intime-se. Publique-se.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0801415-93.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: R. B. D. S. P.
ADVOGADO DO AGRAVANTE: DAYANE CRUZ SOUSA, OAB nº RO8844A
Polo Passivo: R. D. S. P.
AGRAVADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por R. B. de S. P. representado por sua genitora Z. de S. B. P. em face da decisão proferida na ação de alimentos c/c pedido de alimentos provisórios de nº 7079442-35.2022.8.22.0001, em trâmite na 1ª Vara de Família de Porto de Porto Velho, ajuizada pelo agravante em desfavor de R. da S. P.
A decisão agravada arbitrou alimentos provisórios em 15% (quinze por cento) dos rendimentos líquidos, incidentes inclusive sobre 13º salário e mês das férias, a serem descontados na folha de pagamento do alimentante.
Inconformado, o agravante recorre defendendo que o valor fixado, além de não espelhar a realidade dos fatos, gera verdadeira situação gravosa.
O pedido de efeito suspensivo foi indeferido (Id 18825721).
Ocorre que, compulsando os autos de origem, constata-se que foi proferida sentença no dia 25/05/2023, que extinguiu o feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, IV, do CPC, nos seguintes termos:
"Determinada a citação pelo Juízo, não foi o requerido encontrado, e instada a parte autora para manifestação, diante do disposto no art. 240, § 2º, do CPC/2015, nada requereu quanto à citação.
Portanto, hão que ser aplicadas as regras dos artigos 240, § 2º e 485, IV, ambos do CPC/2015, dada a ausência de pressuposto de constituição válida e regular do processo, porquanto a parte requerente não providenciou o necessário para a viabilização da citação regular do requerido.
Assim, JULGO EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil/2015.
Revogo os alimentos provisórios outrora arbitrados."
Assim, o presente recurso perde a razão de ser, porquanto a sentença proferida nos autos originários, após a interposição do agravo de instrumento, importa em perda superveniente do interesse recursal.
Desta forma, julgo prejudicado o agravo de instrumento com fulcro no art. 932, III, do CPC.
Dê-se ciência ao Juiz da causa e ao Ministério Público.
Publique-se. Intime-se.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807406-50.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento

Polo Ativo: MARIA ORISLENE MOTA DE SOUSA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: MARIA ORISLENE MOTA DE SOUSA, OAB nº RO3292A
Polo Passivo: LUCILENE GOMES PINHEIRO PIMENTEL
ADVOGADO DO AGRAVADO: LUZINETE XAVIER DE SOUZA, OAB nº RO3525A
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Maria Orislene Mota de Sousa em face da decisão proferida no cumprimento de sentença de nº 7012204-09.2016.8.22.0001, em trâmite na 4ª Vara Cível de Porto Velho ajuizada pela agravante em desfavor de Lucilene Gomes Pinheiro Pimentel.
A decisão agravada indeferiu a penhora de pensão por morte, em razão da previsão do art. 833, IV, haja vista seu caráter alimentar.
Inconformada, a agravante recorre relatando que na origem trata-se de processo que se encontra em fase de cumprimento de sentença, tendo sido requerido o bloqueio dos honorários advocatícios da pensão do devedor, que se encontra inerte desde a intimação da sentença, ignorando o trânsito em julgado da ação e a intimação para cumprimento da sentença.
Alega que o indeferimento do pedido de penhora parcial do valor recebido mensalmente pela executada, que é pensionista do TRT da 14.ª Região no valor bruto de R$17.700,61 (dezessete mil setecentos reais e sessenta e um centavos) e no valor líquido de R$12.019,90 (doze mil e dezenove reais e noventa centavos), se mostrava contraditória e em dissonância com a jurisprudência do STJ.
Defende a possibilidade da penhora ser realizada diretamente nos proventos da pensão na hipótese de débito de caráter alimentar (honorários advocatícios).
Dessa forma requer a concessão de efeito ativo e, no mérito o provimento do recurso para o fim de deferir a penhora da pensão que a executada recebe, em parcelas suficientes à quitação do valor total executado, em percentual de até 30% (trinta por cento) dos rendimentos líquidos ou 15% (quinze por cento) do rendimento bruto que comprovadamente.
É o relatório.
Decido.
Cinge-se a controvérsia acerca da decisão que indeferiu o pedido de penhora de pensão.
Pela sistemática prevista no art. 995, § único, do CPC, "a eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso."
Ao seu turno, a concessão de efeito ativo ao agravo, atualmente denominado de antecipação da tutela recursal, depende da demonstração dos requisitos da tutela de urgência, consubstanciado em elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, conforme inteligência do art. 300 c/c o art. 1.019, I, do novo diploma processual.
Desta feita, em juízo de cognição sumária, não vislumbro preenchidos os requisitos autorizadores à concessão do efeito.
Pelo exposto, indefiro o efeito ativo/suspensivo vindicado.
Colha-se informações do juiz da causa.
Intime-se a agravada para, querendo, contraminutar o recurso, no prazo legal.
Publique-se. Intime-se, servindo esta de carta/ofício/mandado.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807396-06.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: BANCO BMG SA
ADVOGADOS DO AGRAVANTE: AUGUSTO DE ABREU RODRIGUES, OAB nº MG159580, JESSICA APARECIDA RESCIGNO DE FRANCA, OAB nº SP358742, ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A
Polo Passivo: DALMEZIO ESTORARI
ADVOGADO DO AGRAVADO: CRISTIANE DE OLIVEIRA DIESEL, OAB nº RO8923A
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo Banco BMG S/A contra decisão proferida na ação declaratória de inexistência de relação jurídica de nº 7002471-63.2023.8.22.0004, em trâmite na 2ª Vara Cível de Ouro Preto do Oeste proposta por Dalmezio Estorari em desfavor do agravante.
A decisão agravada deferiu o pedido de tutela de urgência requerida e, em consequência, determinou que a requerida promovesse a cessação dos descontos BANCO BMG S.A. da parcela do suposto empréstimo contratado sob o n. 15008389 em nome do requerente, de seu benefício previdenciário, sob pena de multa diária no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) para o caso de descumprimento injustificado do preceito até valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Inconformado, o banco recorre alegando que o agravado aderiu junto ao recorrente, de livre e espontânea vontade ao contrato que objetiva discutir em juízo, por via transversa, tendo pleno conhecimento das cláusulas
Alega que a parte agravada efetuou uma operação junto ao Banco BMG S/A e obteve o cartão de crédito BMG CARD Nº 5259.1128.8471.0351 e conta nº 0000.0000.0495.2189, com reserva de margem consignável (RMC) e autorização de desconto em folha, conforme percebemos nas disposições contratuais.
Afirma que, quando efetuou a cobrança, apenas agiu no exercício regular do direito, inexistindo ilegalidade em cobrar um numerário que era devido e que a manutenção/inclusão de devedores nos órgãos de restrição cadastral permite que as instituições de crédito os consultem, dotando o sistema financeiro de maior segurança e liquidez.
Argumenta o agravante que hoje em dia é comum a prática utilizada por alguns falsos contratantes, que realizam contratos com instituições financeiras e, logo em seguida, ingressam com ações judiciais objetivando inibir as obrigações convencionadas, com a simples alegação de que não leram o conteúdo do contrato, ou que o contrato é de adesão ou que fora vítima de fraude.

Consigna ser desnecessária a cominação de multa quando não estiver comprovado o suposto descumprimento ou resistência, ressaltando que o valor arbitrado é excessivo, bem como sua periodicidade.
Dessa forma requer a concessão de efeito suspensivo e, ao final, o provimento do recurso para reformar integralmente a decisão recorrida, pleiteando, na hipótese de manutenção, a redução do valor da multa.
É o relatório.
Decido.
Cinge-se a controvérsia acerca da decisão que deferiu a tutela de urgência.
Sobre os requisitos da tutela de urgência antecipada:
Agravo de instrumento. Agravo interno. Obrigação de fazer. Antecipação de tutela. Gênero tutela de urgência. Prova inequívoca. Fumus boni iuris e periculum in mora. Demonstração. Ausência. Irreversibilidade da medida. Observância. Entrega de ambulâncias. Inadimplemento do ente estatal. Exigência em sede liminar. Temeridade. Agravo de instrumento provido e prejudicado o agravo interno.
A tutela antecipada, espécie do gênero tutela de urgência, é providência de natureza jurídica mandamental que se efetiva mediante execução lato sensu, com o objetivo de entregar ao demandante, total ou parcialmente, a própria pretensão deduzida em juízo ou os seus efeitos, ou seja, "tutela satisfativa no plano dos fatos" (Nery), mas, para tanto, é imprescindível a demonstração dos requisitos legais.
A tutela deverá ser concedida desde que não haja perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, conforme prevê o art. 300, § 3º, do CPC, visto que não se pode beneficiar uma parte em prol do prejuízo da outra, quando se está diante de uma tutela de natureza satisfativa, entretanto, provisória.
A exigência para entrega das ambulâncias em sede de tutela antecipada se mostra temerária, se, pelos documentos apresentados, depreende-se que efetivamente houve atraso, quiçá, inadimplemento por parte do ente estatal nos pagamentos, de modo que é impossível tal exigência. (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0802158-79.2018.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Roosevelt Queiroz Costa, Data de julgamento: 15/02/2022) gn
Acerca do tema, vejamos o seguinte julgado do STJ:
RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE. ARTS. 303 E 304 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU QUE REVOGOU A DECISÃO CONCESSIVA DA TUTELA, APÓS A APRESENTAÇÃO DA CONTESTAÇÃO PELO RÉU, A DESPEITO DA AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRETENDIDA ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA. IMPOSSIBILIDADE. EFETIVA IMPUGNAÇÃO DO RÉU. NECESSIDADE DE PROSSEGUIMENTO DO FEITO. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.
1. A controvérsia discutida neste recurso especial consiste em saber se poderia o Juízo de primeiro grau, após analisar as razões apresentadas na contestação, reconsiderar a decisão que havia deferido o pedido de tutela antecipada requerida em caráter antecedente, nos termos dos arts. 303 e 304 do CPC/2015, a despeito da ausência de interposição de recurso pela parte ré no momento oportuno. 2. O Código de Processo Civil de 2015 inovou na ordem jurídica ao trazer, além das hipóteses até então previstas no CPC/1973, a possibilidade de concessão de tutela antecipada requerida em caráter antecedente, a teor do que dispõe o seu art. 303, o qual estabelece que, nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial poderá se limitar ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo. 2.1. [...]. 5. Recurso especial desprovido. (STJ - REsp 1760966/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 07/12/2018)
No caso dos autos, o juízo a quo, ao deferir a tutela imediatamente, o faz dentro de um juízo de precaução, e não dentro de um cenário de afirmação de existência ou não de direito, o qual será verificado ao final da instrução na sentença.
No presente caso, para a revogação da tutela de urgência antecipada, haveria de ter prova inequívoca (e produzida sobre contraditório) da inexistência do direito da parte, provas estas que ainda estão por vir no decorrer da instrução processual.
Ademais, esta Câmara vêm decidindo sobre a ilicitude da modalidade de cartão de crédito consignado, como se empréstimo fosse, sem a devida ciência ao consumidor da modalidade do serviço contratado:
Contrato bancário. Empréstimo. Benefício previdenciário. Cartão de crédito. Reserva de Margem Consignável. Modalidade desconhecida ao consumidor. Ilicitude. Dano moral. Quantum.
A instituição financeira deve responder pelos danos causados ao consumidor quando disponibiliza cartão de crédito consignado, gerando encargos abusivos, como se fosse empréstimo para desconto em benefício previdenciário, sobretudo quando não comprova que o contratante tinha ciência da modalidade do serviço colocado a sua disposição.
Se a indenização por dano moral se mostrar suficiente ante a lesão causada ao ofendido, de modo que compense a vítima e desestimule o causador do dano a reiterar a conduta abusiva, não há motivos para modificação. (TJRO Apelação Cível nº 7004483-80.2019.8.22.0007, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, 1ª Câmara Cível, julgado em 16/06/2020)
Portanto, neste momento processual, entendo adequado manter a tutela da forma lançada, pois a agravada que poderá sofrer periculum in mora inverso caso a tutela de urgência seja suspensa.
Inclusive, o agravante não sofrerá prejuízo irreversível, porquanto, na hipótese da demanda ser julgada improcedente, os descontos serão retomados e o período de suspensão será cobrado em liquidação de sentença.
Noutro campo, com relação a multa, é consabido que o objetivo das "astreintes" não é obrigar o réu a pagar o valor da multa, mas compeli-lo a cumprir a obrigação na forma específica.
No caso dos autos a multa diária foi fixada na quantia de R$ 1.000,00, até o limite de R$ 20.000,00.
Assim, analisando as peculiaridades do caso concreto e considerando que o valor das parcelas do empréstimo era de R$ 52,25, entendo ser necessária adequação da periodicidade da multa, devendo incidir apenas por evento descumprido, ou seja por desconto mensal.
Isso porque, o valor da multa (ou astreinte) pode ser revogado ou reduzido consoante o próprio comportamento da parte adversa, sendo apenas instrumento de efetivação jurisdicional, como já decidiu o col. STJ:
AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MULTA DIÁRIA. DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. MANUTENÇÃO DO VALOR. SÚMULA 7/STJ. 1. É possível a redução do valor da multa por descumprimento de decisão judicial (art. 461 do CPC) quando se verificar que foi estabelecida fora dos parâmetros da razoabilidade ou quando se tornar exorbitante, o que não ocorre no caso dos autos. 2. O valor da multa cominatória não é, nesta fase processual, definitivo, pois poderá ser revisto na sentença de mérito ou em qualquer fase processual, caso se revele excessivo ou insuficiente (CPC, art. 461, § 6º). 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no AREsp 86.591/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 09/03/2016)
Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c Súmula 568 do STJ, dou parcial provimento ao recurso para fixar a multa em R$ 200,00 por desconto mensal, limitado a R$ 2.000,00.
Intime-se.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0806809-81.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: HENRIQUE RODRIGO RODRIGUES
ADVOGADOS DO AGRAVANTE: CAMILA VALERA REIS HENRIQUE, OAB nº SP391508, PAULO ROBERTO MELONI MONTEIRO, OAB nº RO6427A, EVERTON BALBO DOS SANTOS, OAB nº DF22691, BRUNO NEVES DA SILVA, OAB nº RO11544A
Polo Passivo: ALTAIR RECH
ADVOGADOS DO AGRAVADO: CARLA FALCAO SANTORO, OAB nº MG76571A, PRISCILA SAGRADO UCHIDA, OAB nº RO5255A, SANDRA VITORIO DIAS, OAB nº RO369A
Decisão
Vistos.
O presente agravo de instrumento foi distribuído a esta relatoria, todavia, conforme certificado no termo de triagem, pela origem de nº 0005311-73.2002.8.22.0014, existe Apelação de nº 0005311-73.2002.8.22.0014, distribuído à relatoria do Des. Alexandre Miguel, no sistema PJe2G, ocorrendo hipótese de eventual prevenção, nos termos do artigo 1º, §2º da Instrução Conjunta n. 003/2017-PR/VPR.
Assim, considerando a incidência do instituto da prevenção, conforme preceitua o art. 142 do Regimento Interno desta Corte, declino a competência e encaminho os autos à Vice-Presidência.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7074560-64.2021.8.22.0001
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: BANCO BRADESCO
ADVOGADOS DO APELANTE: WILSON BELCHIOR, OAB nº CE17314A, BRADESCO
Polo Passivo: SABRINA DA SILVA GONCALVES
ADVOGADO DO APELADO: DANIEL TADEU ROCHA, OAB nº GO57811A
Vistos.
Em detida análise dos autos e diante da manifestação do apelante acerca da possibilidade de realização de acordo, determino o encaminhamento dos autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), para as providências necessárias.
Em atenção ao SEI nº 0010192-59.2023.8.22.8000 (Id 20559028), à Coordenadoria da Central de Processos Eletrônicos de Segundo Grau - CPE2G para remeter o processo ao primeiro grau, com baixa, para que seja designada a audiência de conciliação.
Na hipótese de restar infrutífera a conciliação, que os autos sejam devolvidos ao 2º grau para análise e julgamento do recurso de apelação.
Intime-se.
Cumpra-se.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807338-03.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: C. P. M.
ADVOGADO DO AGRAVANTE: JOAO FRANCISCO MATARA JUNIOR, OAB nº RO6226A
Polo Passivo: G. H. F. M., C. F. M., D. F. M.
ADVOGADO DOS AGRAVADOS: RENATO FIRMO DA SILVA, OAB nº RO9016A
Autos n. 0807338-03.2023.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO AGRAVANTE: CRISTIANO POLINI MOREIRA - Em segredo de justiça Advogado do(a) AGRAVANTE: JOÃO FRANCISCO MATARA JÚNIOR - RO6226-A
AGRAVADO: CALEBE FERREIRA MOREIRA; DAVI FERREIRA MOREIRA; GABRIEL HENRIQUE FERREIRA MOREIRA; JANAÍNA DE PAULA FERREIRA - Em segredo de justiça
Advogado do(a) AGRAVADO: RENATO FIRMO DA SILVA - RO9016-A
Relator : Desembargador Rowilson Teixeira
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por C. P. M. em face da decisão proferida proferida na ação de execução de alimentos de nº 7006927-18.2021.8.22.0007, fase de cumprimento de sentença, em trâmite na 3ª Vara Cível da Comarca de Cacoal, ajuizada por C. F. M., D. F. M. e G. H. F. M. representados por sua genitora J. P. F.
A decisão agravada rejeitou a impugnação ao cumprimento de sentença, mantendo bloqueio realizado nas contas de titularidade do executado no valor de R$ 5.261,51 (cinco mil, duzentos e sessenta e um reais e cinquenta e um centavos), transferidos para a conta judicial.
Inconformado, o recorrente agrava, requerendo os benefícios da gratuidade de justiça, e no mérito, alega que os valores bloqueados são oriundos do soldo do executado, assim sendo impenhoráveis, conforme estabelece nosso Ordenamento Jurídico vigente, não sendo o caso em tela, nenhuma das hipóteses de exceção, pois tal execução, não trata-se de verbas alimentares.

Defende que não possui condições de arcar com as despesas processuais, e que, teve deferido o pedido de gratuidade em outra demanda. Aduz que a exceção para impenhorabilidade do salário é tão somente quando diante de pretensão alimentícia, o que não é objeto do caso em tela, pois a presente execução visa tão somente a cobrança dos valores decorrente de plano de saúde devidos aos filhos menores, que são crianças saudáveis, tratando-se o plano de saúde de benefício não essencial.
Assim, concessão dos benefícios da gratuidade e a reforma da decisão agravada, declarando a impenhorabilidade do soldo militar do Agravado, com base no artigo 833 inciso IV do Código de Processo Civil.
É o relatório.
Decido.
Analisando os autos, verifica-se que o agravante não faz jus ao benefício, uma vez que os documentos juntados não são aptos a comprovar sua situação de miserabilidade.
Como é sabido, a declaração de pobreza goza de presunção relativa de veracidade, conforme já ficou decidido em recente incidente uniformização julgado pelas Câmaras Cíveis Reunidas, em virtude de posicionamentos divergentes adotados pelas Câmaras Cíveis desta e. Corte, vejamos:
TJRO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE.
A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos, é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado.
(TJRO - Câmaras Cíveis Reunidas - Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, J. 05/12/2014).
Esta Corte aliou-se ao que vem julgando o e. STJ sobre a matéria:
O benefício da assistência judiciária gratuita pode ser pleiteado a qualquer tempo, sendo suficiente que a pessoa física declare não ter condições de arcar com as despesas processuais. Entretanto, tal presunção é relativa (art. 99, § 3º, do CPC/2015), podendo a parte contrária demonstrar a inexistência do alegado estado de hipossuficiência ou o julgador indeferir o pedido se encontrar elementos que coloquem em dúvida a condição financeira do peticionário. (STJ - AgInt no AREsp 1311620/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2018, DJe 14/12/2018). gn
Assim, pacificou-se que a simples declaração aliada à situação fática apresentada pode ser o suficiente para o deferimento do benefício, como, também, é possível que o magistrado investigue a real situação do requerente do beneplácito, exigindo a respectiva prova, quando os fatos levantarem dúvidas acerca da hipossuficiência alegada.
Conquanto o agravante alegue não dispor de renda suficiente para arcar com as custas processuais, o comprovante de rendimentos de id 20541635 demonstra que tem renda bruta mensal de R$8.366,37, descontos de R$5.223,15 e renda líquida de R$3.143,22, não podendo, portanto, ser considerado pobre na forma da lei. Os recibos e notas juntadas pela agravante estão em nome de terceira pessoa que não pertence à lide e, portanto, não comprovam a hipossuficiência para pagar o valor das custas no valor de R$404,00.
O instituto da Justiça Gratuita foi concebido para aqueles que realmente encontram-se na miséria, sem qualquer agasalho estatal, sem condições mínimas de sustentabilidade, o que não é o caso do requerente.
É importante destacar que a condição de hipossuficiência é avaliada com base na renda da parte e não nos gastos, uma vez que, não como pode se condicionar o deferimento do benefício ao fato do indivíduo ter renda sobrando no final do mês para arcar com as despesas processuais, sob pena de acarretar ao Estado a obrigação de assumir os custos daqueles que gastam tudo que ganham ou mais.
A assistência judiciária se destina a amparar aqueles que, efetivamente são desprovidos de recursos materiais mínimos, necessitam da demanda para promoverem a defesa de seus direitos e pretensões.
Dessa forma, ausente comprovação da hipossuficiência alegada pela parte e existindo elementos nos autos que contrapõem a declaração de pobreza, de rigor o indeferimento da assistência judiciária gratuita.
Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC, nego provimento ao recurso.
Comunique-se ao juízo, servindo esta de ofício/mandado.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807454-09.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: ELVIRA DE LIMA RIBEIRO
ADVOGADO DO AGRAVANTE: LEILA MAYARA CASSIA MENEZES, OAB nº RO6495A
Polo Passivo: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A.
ADVOGADOS DO AGRAVADO: LARISSA SENTO SE ROSSI, OAB nº BA16330A, MAURO PAULO GALERA MARI, OAB nº RO4937A, REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI, OAB nº AC3936, PAULO EDUARDO PRADO, OAB nº AL1829510, PROCURADORIA BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
DECISÃO
Vistos.
O presente agravo de instrumento foi distribuído a esta relatoria, todavia, conforme certificado no termo de triagem, pela origem de nº 7012630-95.2019.8.22.0007, existe Apelação de nº 7012630-95.2019.8.22.0007, distribuído à relatoria do Des. Sansão Saldanha, no sistema PJe2G, ocorrendo hipótese de eventual prevenção, nos termos do artigo 1º, §2º da Instrução Conjunta n. 003/2017-PR/VPR alterada pela Instrução Conjunta n. 002/2020-PR/VPR.
Assim, considerando a incidência do instituto da prevenção, conforme preceitua o art. 142 do Regimento Interno desta Corte, declino a competência e encaminho os autos à Vice-Presidência.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Processo: 7032551-53.2022.8.22.0001
Classe: Apelação Cível
APELANTE: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
ADVOGADOS DO APELANTE: MARIA BEATRIZ ALBUQUERQUE MOURA DE OLIVEIRA, OAB nº PB20422A, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664A, ENERGISA RONDÔNIA
APELADO:
ADVOGADO DO APELADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RELATOR: DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL FILHO
DECISÃO
Vistos.
Considerando a certidão de id n. 20586386, cujo teor noticia a realização de acordo entre as partes, homologo o acordo entabulado, pelo exposto, nos termos do art. 932, III, do NCPC, dou por prejudicado o presente recurso, e por consequência, julgo-o extinto.
Publique-se.
Providencie a Coordenadoria Cível as baixas necessárias e remessa dos autos a origem.
Porto Velho, data da assinatura digital.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0806904-14.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA - CAERD
ADVOGADOS DO AGRAVANTE: MARILIA NUNES MACIEL DA SILVA, OAB nº RO9073A, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
Polo Passivo: MARCILENE FRANCISCA DA SILVA
AGRAVADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD em face da decisão na ação monitória de nº 7002269-86.2023.8.22.0004, em trâmite na 1ª Vara Cível de Ouro Preto, ajuizada pela agravante em desfavor de Marcilene Francisca da Silva.
A decisão agravada determinou a intimação da parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, para adequar o rito ou promover a exclusão dos meses que ultrapassam o limite temporal supracitado, sob pena de indeferimento da inicial.
Decido.
Em consulta ao sistema PJE 1º Grau, restou averiguado que no dia 05/07/2023 (id 92889985) a magistrada de primeiro grau, em juízo de retratação, reviu o entendimento anteriormente manifestado e recebeu a inicial.
A agravante manifestou ciência no id 92942394 (Autos nº 7002269-86.2023.8.22.0004), informando que iria peticionar a desistência do presente agravo de instrumento.
Deste modo, há natural perda de objeto, tornando o presente recurso prejudicado.
A propósito cito:
PROCESSO CIVIL. CONSUMIDOR. CONTRATOS DE CONSUMO. FORNECIMENTO DE ENERGIA. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DA AÇÃO ORIGINÁRIA.
I - Trata-se, na origem, de agravo de instrumento objetivando cassar a decisão que, em autos de ação declaratória de inexistência de débito, c/c a indenizatória por danos morais, deferiu o pedido de tutela antecipada, determinando qualquer ato tendente à suspensão do fornecimento de energia. No Tribunal a quo, o pedido foi julgado improcedente. Nesta Corte, o recurso especial foi julgado prejudicado ante a perda de seu objeto.
II - O recurso especial foi interposto contra decisão proferida no bojo de antecipação de tutela. Ocorre que, em consulta ao sítio oficial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verifica-se que, em 2/10/2019, foi proferida decisão de parcial procedência dos pedidos expostos nos autos principais, decisão, inclusive, objeto do recurso de apelação.
III - Dada a superveniência do julgamento da ação originária, não mais persiste a discussão acerca da decisão interlocutória, nos termos do firme entendimento jurisprudencial desta Corte: AgInt na Pet 11.504/AM, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 15/5/2018, DJe 21/5/2018; AgInt no AREsp 922.790/BA, Rel.Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 7/11/2017, DJe 17/11/2017.
IV - Agravo interno improvido.
(STJ - AgInt no REsp 1821813/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/08/2020, DJe 28/08/2020)
Pelo exposto, nos termos do art. 932, III, do CPC, dou por prejudicado o presente recurso, e por consequência, julgo-o extinto.
Intime-se, servindo a presente de carta/ofício.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0804284-29.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: ROBERTO CALIXTO DE SOUZA

ADVOGADOS DO AGRAVANTE: CARLOS ALBERTO TRONCOSO JUSTO, OAB nº AC1248, MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA, OAB nº RO1073A
Polo Passivo:
ADVOGADOS DO AGRAVADO: MARCELO LESSA PEREIRA, OAB nº RO1501A, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO, OAB nº RO635A
Decisão
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Roberto Calixto de Souza em face de decisão proferida no cumprimento de sentença nº 7049146-40.2016.8.22.0001, em trâmite na 3ª Vara Cível de Porto Velho, ajuizada pelo agravante em desfavor da OI S.A. - Em Recuperação Judicial.
A decisão agravada indeferiu o pedido de processamento do cumprimento de sentença com relação aos honorários sucumbenciais, entendo que, conforme Aviso 78/2020 do TJRJ, deve o crédito ser habilitado no processo de recuperação judicial.
O agravante apelante peticionou no id 20224062 requerendo a desistência do recurso interposto, uma vez teve conhecimento do ajuizamento da 2ª Recuperação Judicial pela agravada, oportunidade que foram suspensas todas as execuções nos tribunais por 180 dias.
Dessa forma, ante a expressa manifestação de falta de interesse recursal, nos termos do art. 998 do CPC, declaro a perda do objeto e, restando prejudicado, não conheço do recurso, nos termos do art. 932, inc. III do referido diploma legal.
Publique-se. Intime-se.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807450-69.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: ANDERSON AZARIAS
ADVOGADO DO AGRAVANTE: JOSUE LEITE, OAB nº RO625A
Polo Passivo: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Anderson Azarias contra decisão proferida no cumprimento de sentença de nº 7003089-07.2016.8.22.0019, em trâmite no 1º Juízo de Machadinho do Oeste, ajuizada pelo Ministério Público em desfavor do agravante.
A decisão agravada foi proferida nos seguintes termos:
"[...]
DECISÃO
Vistos.
Tendo em vista as manifestações apresentadas aos IDs. 89111140 e 89371313, bem como o distrato ocorrido (ID. 89111145) e a concordância do Parquet (ID. 92120447), DEFIRO o pedido de redirecionamento do cumprimento de sentença.
Assim, retifico de ofício o polo passivo da demanda, passando a figurar no polo passivo o Sr. ANDERSON AZARIAS, com a consequente exclusão de ELES CORTES MOREIRA.
No mais, intime-se o Ministério Público para que, no prazo de 15 (quinze) dias de andamento válido ao feito.
Decorrido o prazo, com a apresentação da manifestação ministerial, concluso para deliberação.
[...]"
Inconformado, o agravante pleiteia, em suma, a reforma da decisão e a concessão da Justiça Gratuita, ao fundamento da impossibilidade arcar com as custas processuais. Assim, requereu a concessão da benesse processual.
É o relatório.
Decido.
Com relação ao pedido de Justiça Gratuita, analisando os autos, verifica-se que o agravante não faz jus ao benefício, uma vez que os documentos juntados não são aptos a comprovar sua situação de miserabilidade.
Pois bem, a declaração de pobreza goza de presunção relativa de veracidade, conforme já ficou decidido em recente incidente uniformização julgado pelas Câmaras Cíveis Reunidas, em virtude de posicionamentos divergentes adotados pelas Câmaras Cíveis desta e. Corte, vejamos:
TJRO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE.
A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos, é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado.
(TJRO - Câmaras Cíveis Reunidas - Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, J. 05/12/2014).
Esta Corte aliou-se ao que vem julgando o e. STJ sobre a matéria:
O benefício da assistência judiciária gratuita pode ser pleiteado a qualquer tempo, sendo suficiente que a pessoa física declare não ter condições de arcar com as despesas processuais. Entretanto, tal presunção é relativa (art. 99, § 3º, do CPC/2015), podendo a parte contrária demonstrar a inexistência do alegado estado de hipossuficiência ou o julgador indeferir o pedido se encontrar elementos que coloquem em dúvida a condição financeira do peticionário. (STJ - AgInt no AREsp 1311620/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2018, DJe 14/12/2018). gn
Assim, pacificou-se que a simples declaração aliada à situação fática apresentada pode ser o suficiente para o deferimento do benefício, como, também, é possível que o magistrado investigue a real situação do requerente do beneplácito, exigindo a respectiva prova, quando os fatos levantarem dúvidas acerca da hipossuficiência alegada.

O instituto da Justiça Gratuita foi concebido para aqueles que realmente encontram-se na miséria, sem qualquer agasalho estatal, sem condições mínimas de sustentabilidade, o que não é o caso do requerente.
Deste modo, o recorrente não faz jus ao benefício.
Pelo exposto, indefiro a Justiça Gratuita, e determino que, no prazo de 5 dias, o agravante promova o recolhimento do preparo.
Intime-se.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Raduan Miguel
Processo: 7001397-08.2022.8.22.0004 -
Classe: Apelação Cível
APELANTE: THIAGO LOPES DA SILVA
ADVOGADO DO APELANTE: ROSILENE PEREIRA DE LANA, OAB nº RO6437A
APELADO: YURI DE OLIVEIRA SOUZA
ADVOGADOS DO APELADO: ENZO EDER GOMES BICALHO, OAB nº RO12409A, ODAIR JOSE DA SILVA, OAB nº RO6662A
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação interposto por THIAGO LOPES DA SILVA, contra decisão que, rejeitou os Embargos Monitórios apresentado por Yuri de Oliveira Souza.
No ID.18798074, determinei a intimação do apelante, para que, no prazo de 15 dias, comprovasse a sua hipossuficiência, com documentos referentes ao ano vigente, para assim, proceder com a análise da concessão da benesse processual.
É o relatório. Decido.
Cuida-se de pedido formulado por pessoa física ao fundamento de que não possui condições de arcar com as custas processuais.
Ocorre que, como é sabido, não basta o simples pedido em petição de gratuidade, sendo necessário que haja comprovação da situação de hipossuficiência, afinal, a veracidade da afirmação de que a parte não pode arcar com custas e honorários sem prejuízo próprio ou da família, não é absoluto.
Nesse sentido, é o entendimento do e. STJ:
AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE. PRECEDENTES. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. OFENSA. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. Não enseja interposição de recurso especial matéria que não tenha sido ventilada no v. aresto atacado e sobre a qual, embora devidamente opostos os embargos declaratórios, o órgão julgador não se pronunciou e a parte interessada não alegou ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil. A simples oposição dos aclaratórios não é suficiente para caracterizar o requisito do prequestionamento. Incidência da Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.
2. Nos termos da orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, a declaração de pobreza goza de presunção relativa de veracidade, podendo a parte contrária impugnar o benefício da justiça gratuita, ou mesmo o magistrado exigir sua comprovação. Precedentes.
3. Na hipótese dos autos, diante da manifestação da parte contrária de que os ora agravantes possuíam condição financeira de arcar com as despesas processuais, além de residirem no bloco mais luxuoso do condomínio, o Juízo de primeiro grau, na r. sentença, indeferiu o pedido de gratuidade de justiça. A Corte local, por sua vez, manteve o indeferimento por não ter vindo aos autos nenhuma prova em tal sentido. Infirmar as conclusões do julgado, para reconhecer a insuficiência de recursos da parte agravante, encontra óbice na Súmula 7 desta Corte Superior.
4. É inviável a análise de contrariedade a dispositivos constitucionais, nesta via recursal, o que implicaria a usurpação de competência constitucionalmente atribuída ao eg. Supremo Tribunal Federal (CF/88, art. 102).
5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 1369436/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 25/11/2015)
Tal situação já foi inclusive objeto de discussão no incidente de uniformização de jurisprudência de n. 0011697-44.2014.8.22.0000, onde ficou assentado que a presunção de veracidade da afirmação de pobreza não é absoluta.
Pois bem.
O art. 99, § 2º, do CPC, estabelece que o juiz somente poderá indeferir o pedido de justiça gratuita quando for evidente “a falta dos pressupostos legais para a concessão”. E o § 3º, do mesmo dispositivo, é expresso ao determinar que “presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural”.
A orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça é que a concessão da gratuidade de justiça deve ser feita com base no caso em concreto:
AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. DECISÃO QUE INDEFERE O PEDIDO DE GRATUIDADE TÃO SOMENTE COM BASE NA REMUNERAÇÃO PERCEBIDA PELO AUTOR DA DEMANDA. CRITÉRIO NÃO PREVISTO EM LEI . DECISÃO QUE SE MANTÉM POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. Na linha da orientação jurisprudencial desta Corte, a decisão sobre a concessão da assistência judiciária gratuita amparada em critérios distintos daqueles expressamente previstos na legislação de regência, tal como ocorreu no caso (renda do autor), importa em violação aos dispositivos da Lei nº 1.060/1950, que determinam a avaliação concreta sobre a situação econômica da parte interessada com o objetivo de verificar a sua real possibilidade de arcar com as despesas do processo , sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. Precedentes. 2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AgInt no AREsp 868.772/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 26/09/2016)
No caso dos autos, o apelante juntou documentos com a intenção de demonstrar a real condição para arcar com as custas do presente processo, de modo que a situação deste é a que deve ser levada em consideração para fins de análise do pedido de concessão da benesse da gratuidade.

Na hipótese em comento, contudo, somente juntou certidão negativa junto ao DETRAN (id.20094864), certidão negativa de débitos municipais junto a prefeitura do município de Ji-Paraná (id. 20094865), bem como documentos médicos. Da análise do citado expediente documental, se verifica que os documentos trazidos a lume, nada tem a ver com o que fora determinado, cabendo ao apelante ter que demonstrar, a sua impossibilidade de arcar com o pagamento das custas e emolumentos no processo, tendo sido a decisão, proferida nos seguintes termos:
"Considerando que a parte apelante não juntou documentos suficientes que comprovassem a real necessidade da gratuidade, intime-se o apelante, na pessoa do seu advogado, para que no prazo de 15 (quinze) dias comprove a hipossuficiência, com documentos referentes ao ano vigente."
O instituto da Justiça Gratuita foi concebido para aqueles que realmente encontram-se na miséria, sem qualquer agasalho estatal, sem condições mínimas de sustentabilidade, o que não é o caso do requerente.
Assim, em que pese os documentos juntados, não há evidências que seja pobre na forma da lei.
Dessa forma, indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita.
Intime-se o apelante, para, no prazo de 5 (cinco) dias, juntar o comprovante do recolhimento do preparo recursal, sob pena de deserção.
Qualquer manifestação protelatória ensejará em multa.
Publique-se. Intime-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0806900-74.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA - CAERD
ADVOGADOS DO AGRAVANTE: MARILIA NUNES MACIEL DA SILVA, OAB nº RO9073A, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
Polo Passivo: MILTON CAMPOS DA SILVA
AGRAVADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD em face da decisão na ação monitória de nº 7002263-79.2023.8.22.0004, em trâmite na 1ª Vara Cível de Ouro Preto, ajuizada pela agravante em desfavor de Milton Campos da Silva.
A decisão agravada determinou a intimação da parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, para adequar o rito ou promover a exclusão dos meses que ultrapassam o limite temporal supracitado, sob pena de indeferimento da inicial.
Decido.
Em consulta ao sistema PJE 1º Grau, restou averiguado que no dia 05/07/2023 (id 92894408) a magistrada de primeiro grau, em juízo de retratação, reviu o entendimento anteriormente manifestado e recebeu a inicial.
A agravante manifestou ciência no id 92943955 (Autos nº 7002263-79.2023.8.22.0004), informando que iria peticionar a desistência do presente agravo de instrumento.
Deste modo, há natural perda de objeto, tornando o presente recurso prejudicado.
A propósito cito:
PROCESSO CIVIL. CONSUMIDOR. CONTRATOS DE CONSUMO. FORNECIMENTO DE ENERGIA. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DA AÇÃO ORIGINÁRIA.
I - Trata-se, na origem, de agravo de instrumento objetivando cassar a decisão que, em autos de ação declaratória de inexistência de débito, c/c a indenizatória por danos morais, deferiu o pedido de tutela antecipada, determinando qualquer ato tendente à suspensão do fornecimento de energia. No Tribunal a quo, o pedido foi julgado improcedente. Nesta Corte, o recurso especial foi julgado prejudicado ante a perda de seu objeto.
II - O recurso especial foi interposto contra decisão proferida no bojo de antecipação de tutela. Ocorre que, em consulta ao sítio oficial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verifica-se que, em 2/10/2019, foi proferida decisão de parcial procedência dos pedidos expostos nos autos principais, decisão, inclusive, objeto do recurso de apelação.
III - Dada a superveniência do julgamento da ação originária, não mais persiste a discussão acerca da decisão interlocutória, nos termos do firme entendimento jurisprudencial desta Corte: AgInt na Pet 11.504/AM, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 15/5/2018, DJe 21/5/2018; AgInt no AREsp 922.790/BA, Rel.Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 7/11/2017, DJe 17/11/2017.
IV - Agravo interno improvido.
(STJ - AgInt no REsp 1821813/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/08/2020, DJe 28/08/2020)
Pelo exposto, nos termos do art. 932, III, do CPC, dou por prejudicado o presente recurso, e por consequência, julgo-o extinto.
Intime-se, servindo a presente de carta/ofício.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7004364-03.2020.8.22.0002
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: C. A. R. F.
ADVOGADOS DO APELANTE: RINALDO OLIVEIRA ARAUJO DE FARIA, OAB nº GO21083A, ANDRE LUIZ LIMA, OAB nº RO6523A
Polo Passivo: L. K. R. C.
ADVOGADO DO APELADO: CORINA FERNANDES PEREIRA, OAB nº RO2074A
Vistos.
C. A. R. F. opôs embargos de declaração (Id 20129116), em face do acórdão de Id 19807322.
Dessa forma, em atenção ao princípio do contraditório, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC, faculto o embargado se manifestar acerca do aludido recurso, no prazo de 5 (cinco) dias.
Transcorrendo in albis o prazo processual, retornem os autos conclusos.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807287-89.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: MACHADO E MACHADO ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADO DO AGRAVANTE: MOACYR RODRIGUES PONTES NETTO, OAB nº RO4149A
Polo Passivo: YURI MENDES CHADDAD
AGRAVADO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Machado e Machado Advogados Associados em face da decisão proferida na ação de nulidade de ato jurídico c/c inexistência de relação jurídica, inexigibilidade de débito e dano moral com pedido de tutela antecipada de urgência de nº 7039196-60.2023.8.22.0001, em trâmite na 10ª Vara Cível de Porto Velho, ajuizada pela agravante em desfavor de Yuri Mendes Chaddad.
A decisão agravada concedeu parcialmente o pedido de tutela de urgência formulado pela parte autora apenas para determinar a suspensão de levantamento de valores na ação de execução 7073222-55.2021.8.22.0001 até decisão final neste processo.
Inconformado, o agravante recorre por entender que a decisão do magistrado de primeiro grau não se adequa e não se mostra proporcional a um juízo de cognição sumária relacionado ao momento processual ao exigir provas suficientes acerca da nulidade do título.
Relata que tramita no juízo a quo (10ª Vara Cível desta Capital) Ação de Execução de título extrajudicial, autuada sob o número N. 7073222-55.2021.8.22.0001, em que figuram como parte executada a ora Recorrente, e, como parte exequente, o agravado.
Informa que a demanda executiva teve origem a partir de um alegado título Executivo Extrajudicial que não é reconhecido pela agravante, pois decorre de um ato jurídico nulo em que não participou, motivo pelo qual a inexistência de relação jurídica, inexigibilidade de débito e dano moral.
Argumenta que, para evitar lesão e ameaça de lesão, propôs a ação de nulidade de ato jurídico c/c inexistência de relação jurídica, inexigibilidade de débito e dano moral com pedido de tutela antecipada de urgência, que foi autuada sob o n. 7039196-60.2023.8.22.0001, distribuída por dependência à execução.
Alega que para o deferimento da antecipação dos efeitos da tutela a legislação não exige provas suficientes e sim probabilidade do direito, probabilidade esta que acabou por reconhecer o próprio Juízo ao entender que apenas a proibição de levantamentos de porventura constrições seria suficiente para resguardar a empresa de prejuízos.
Defende que não se mostra razoável a agravante aguardar a instrução processual e, ao mesmo tempo, ter que suportar todos os efeitos deletérios das diversas formas de constrições pessoais e patrimoniais permitidas em direito, ainda mais quando há nos autos pedido de que a sub-rogação dos atos de execução passem a recair sobre a figura dos seus sócios.
Sustenta a existência da probabilidade do direito e o perigo da demora ante a pretensão de inclusão dos sócios no polo passivo da demanda executiva.
Dessa forma requer a concessão do pedido de tutela provisória de urgência para suspender o processo de execução ou dos atos de constrição e negativação e, no mérito, o provimento do recurso e consequente confirmação da liminar.
É o relatório.
Decido.
Cinge-se a controvérsia acerca da decisão que deferiu parcialmente o pedido de tutela de urgência..

Pela sistemática prevista no art. 995, § único, do CPC, "a eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso."
Ao seu turno, a concessão de efeito ativo ao agravo, atualmente denominado de antecipação da tutela recursal, depende da demonstração dos requisitos da tutela de urgência, consubstanciado em elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, conforme inteligência do art. 300 c/c o art. 1.019, I, do novo diploma processual.
Desta feita, em juízo de cognição sumária, não vislumbro preenchidos os requisitos autorizadores à concessão do efeito.
Pelo exposto, indefiro o efeito ativo/suspensivo vindicado.
Colha-se informações do juiz da causa.
Intime-se o agravado para, querendo, contraminutar o recurso, no prazo legal.
Publique-se. Intime-se, servindo esta de carta/ofício/mandado.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807479-22.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: JOSE SOARES FERREIRA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: GILVANE VELOSO MARINHO, OAB nº RO2139A
Polo Passivo: ANTONIO FERREIRA DA SILVA, DERLANI DA SILVA VICENTE FERREIRA
ADVOGADO DOS AGRAVADOS: TIAGO FERNANDES LIMA DA SILVA, OAB nº RO6122A
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por José Soares Ferreira contra decisão proferida no cumprimento de sentença de nº 7023507-15.2019.8.22.0001, em trâmite no 8º Vara Cível de Porto Velho, ajuizada por Antonio Ferreira da Silva e outro em desfavor do agravante.
A decisão agravada foi proferida nos seguintes termos:
"[...]
Em razão do exposto:
a) DEFIRO o bloqueio de eventuais cartões de crédito em nome da parte executada a saber:
EXECUTADO: JOSE SOARES FERREIRA, CPF nº 20413165272
Para tanto, deverá a parte exequente, indicar os bancos ou outras instituições financeiras que possam ter emitido cartão de crédito à parte executada. A indicação deve vir acompanhada de endereço para destinação da ordem de bloqueio assim como o recolhimento da taxa judicial respectiva para cada ofício a ser emitido. Com estas informações e recolhimento expeça-se a CPE o necessário para implementação da ordem de bloqueio.
Por esta feita, determino a suspensão dos cartões de crédito em nome dos executados.
Sirva-se esta decisão de ofício.
Cumprirá ao exequente apresentar esta decisão às instituições bancárias que entender pertinente, as quais deverão, em resposta, encaminhar ofício a este juízo, no prazo de 10 (dez) dias, preferencialmente, via e-mail, ao endereço 8civelcpe@tjro.jus.br, informando o cumprimento da determinação ou a justificada impossibilidade do cumprimento.
Deverá o exequente informar nos autos o protocolo da decisão, servida de ofício, perante as instituições que eleger viáveis.
b) DEFIRO a suspensão da CNH do(s) EXECUTADO: JOSE SOARES FERREIRA, CPF nº 20413165272.
Oficie-se à CIRETRAN.
c) DEFIRO a suspensão do passaporte do(s) EXECUTADO: JOSE SOARES FERREIRA, CPF nº 20413165272.
Oficie-se à Polícia Federal para que se o executado possua passaporte vinculado a seu CPF se proceda com sua suspensão.
2. Recolha a parte exequente as custas para realização da diligência de expedição e remessa dos ofícios indicados nas alíneas "b" e "c", correspondente a R$ 20,24, para cada expediente pretendido, conforme o regimento de custas do Tribunal deste Estado, delineado pela Lei Estadual nº 3.896 e sua atualização para o ano de 2023, emitida através do Provimento da Corregedoria sob o nº 017/2022, publicado no Diário da Justiça nº 233 de 15/12/2022.
Prazo: 15 dias, sob pena de arquivamento.
3. Recolhidas as custas, expeçam-se as comunicações necessárias relativas às alíneas "b" e "c", dando-se preferências para encaminhamentos eletrônicos como e-mail ou malote digital..
[...]"
Inconformado, o agravante pleiteia, em suma, a reforma da decisão e a concessão da Justiça Gratuita, ao fundamento da impossibilidade arcar com as custas processuais. Assim, requereu a concessão da benesse processual.
É o relatório.
Decido.
Com relação ao pedido de Justiça Gratuita, analisando os autos, verifica-se que o agravante não faz jus ao benefício, uma vez que os documentos juntados não são aptos a comprovar sua situação de miserabilidade.

Pois bem, a declaração de pobreza goza de presunção relativa de veracidade, conforme já ficou decidido em recente incidente uniformização julgado pelas Câmaras Cíveis Reunidas, em virtude de posicionamentos divergentes adotados pelas Câmaras Cíveis desta e. Corte, vejamos:
TJRO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE.
A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos, é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado.
(TJRO - Câmaras Cíveis Reunidas - Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, J. 05/12/2014).
Esta Corte aliou-se ao que vem julgando o e. STJ sobre a matéria:
O benefício da assistência judiciária gratuita pode ser pleiteado a qualquer tempo, sendo suficiente que a pessoa física declare não ter condições de arcar com as despesas processuais. Entretanto, tal presunção é relativa (art. 99, § 3º, do CPC/2015), podendo a parte contrária demonstrar a inexistência do alegado estado de hipossuficiência ou o julgador indeferir o pedido se encontrar elementos que coloquem em dúvida a condição financeira do peticionário. (STJ - AgInt no AREsp 1311620/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2018, DJe 14/12/2018). gn
Assim, pacificou-se que a simples declaração aliada à situação fática apresentada pode ser o suficiente para o deferimento do benefício, como, também, é possível que o magistrado investigue a real situação do requerente do beneplácito, exigindo a respectiva prova, quando os fatos levantarem dúvidas acerca da hipossuficiência alegada.
O instituto da Justiça Gratuita foi concebido para aqueles que realmente encontram-se na miséria, sem qualquer agasalho estatal, sem condições mínimas de sustentabilidade, o que não é o caso do requerente.
Deste modo, o recorrente não faz jus ao benefício.
Pelo exposto, indefiro a Justiça Gratuita, e determino que, no prazo de 5 dias, o agravante promova o recolhimento do preparo.
Intime-se.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807290-44.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: BANCO VOLKSWAGEN S.A.
ADVOGADOS DO AGRAVANTE: FLAVIO NEVES COSTA, OAB nº DF28317, RICARDO NEVES COSTA, OAB nº SP120394, RAPHAEL NEVES COSTA, OAB nº SP225061
Polo Passivo: WERLANDIA MENDES DE PAULA
AGRAVADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Banco Volkswagen SA em face da decisão proferida na ação de busca e apreensão de nº 7037984-04.2023.8.22.0001, em trâmite na 8ª Vara Cível de Porto Velho, ajuizada pelo agravante em desfavor de Werlandia Mendes de Paula.
A decisão agravada deferiu liminarmente a medida, bem como que, no prazo de 15 dias, a contar da citação, o devedor fiduciante poderá apresentar contestação, atentando-se ao disposto no art. 231, II do CPC.
Inconformado, o demandante recorreu defendendo que o prazo de defesa deve ser contado da execução da liminar da busca e apreensão. Pretende seja revista a decisão que determinou que os prazos a que se referem os parágrafos 2º, 3º e 4º do art. 3º do Dec.-Lei nº 911/69, contam-se a partir da citação e não da execução da liminar, tendo em vista que é contrária a determinação legal.
Prequestiona os temas em debate com relação aos textos legais citados neste recurso, bem como o dissídio jurisprudencial existente sobre a matéria, com base nos julgados citados, Tema 1040 dos Recursos Repetitivos, e outros no mesmo sentido pugnando pela sua análise específica.
Pleiteia a concessão de efeito suspensivo para conceder a tutela antecipada, revogando-se a decisão agravada, no que se refere ao início da contagem dos prazos para purgar a mora e apresentar defesa e ao final o provimento total do recurso.
É o relatório.
Decido.
Destaca-se, em suma, que o agravante combate despacho inicial que, cumprida a liminar, determinou a citação da parte ré para contestar.
Pois bem, estabelece o art. 1.015, do NCPC o seguinte:
Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:
I - tutelas provisórias;
II - mérito do processo;
III - rejeição da alegação de convenção de arbitragem;
IV - incidente de desconsideração da personalidade jurídica;
V - rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação;
VI - exibição ou posse de documento ou coisa;
VII - exclusão de litisconsorte;
VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio;
IX - admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;
X - concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução;
XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1o;
XII - (VETADO);

XIII - outros casos expressamente referidos em lei.
Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.
Denota-se que, contrapondo as pretensões postas no presente instrumento com o rol taxativo contido no art. 1.015 do Diploma Processual, que não há margem para o manuseio do recurso contra a decisão que fixou o prazo para citação a partir da partir da juntada do mandado de citação devidamente cumprido.
Por fim, importante ressaltar que a liminar de busca e apreensão não ficou condicionada à juntada da contestação, não havendo, portanto, prejuízo à instituição bancária, razão pela qual ao presente deve ser negado seguimento.
Isso porque, o citado dispositivo do Diploma Processual trouxe, como inovação, o sistema recursal fechado, donde as hipóteses de cabimento do recurso são exaustivas e fechadas, não comportando ampliação interpretativo-sistêmica, de tal modo que, não se enquadrando em qualquer de suas hipóteses, encontra-se vedado o manejo recursal.
Tampouco há de se cogitar a mitigação albergada recentemente pelo col. STJ (in RESp 1.704.520/MT, em regime de Recurso Repetitivo) na tentativa de fazer o presente instrumento ser acolhido.
Com efeito, para lucidar cito o aresto paradigma:
RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. NATUREZA JURÍDICA DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015. IMPUGNAÇÃO IMEDIATA DE DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO PREVISTAS NOS INCISOS DO REFERIDO DISPOSITIVO LEGAL. POSSIBILIDADE. TAXATIVIDADE MITIGADA. EXCEPCIONALIDADE DA IMPUGNAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI. REQUISITOS.
1- O propósito do presente recurso especial, processado e julgado sob o rito dos recursos repetitivos, é definir a natureza jurídica do rol do art. 1.015 do CPC/15 e verificar a possibilidade de sua interpretação extensiva, analógica ou exemplificativa, a fim de admitir a interposição de agravo de instrumento contra decisão interlocutória que verse sobre hipóteses não expressamente previstas nos incisos do referido dispositivo legal.
2- Ao restringir a recorribilidade das decisões interlocutórias proferidas na fase de conhecimento do procedimento comum e dos procedimentos especiais, exceção feita ao inventário, pretendeu o legislador salvaguardar apenas as “situações que, realmente, não podem aguardar rediscussão futura em eventual recurso de apelação”.
3- A enunciação, em rol pretensamente exaustivo, das hipóteses em que o agravo de instrumento seria cabível revela-se, na esteira da majoritária doutrina e jurisprudência, insuficiente e em desconformidade com as normas fundamentais do processo civil, na medida em que sobrevivem questões urgentes fora da lista do art.
1.015 do CPC e que tornam inviável a interpretação de que o referido rol seria absolutamente taxativo e que deveria ser lido de modo restritivo.
4- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria taxativo, mas admitiria interpretações extensivas ou analógicas, mostra-se igualmente ineficaz para a conferir ao referido dispositivo uma interpretação em sintonia com as normas fundamentais do processo civil, seja porque ainda remanescerão hipóteses em que não será possível extrair o cabimento do agravo das situações enunciadas no rol, seja porque o uso da interpretação extensiva ou da analogia pode desnaturar a essência de institutos jurídicos ontologicamente distintos.
5- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria meramente exemplificativo, por sua vez, resultaria na repristinação do regime recursal das interlocutórias que vigorava no CPC/73 e que fora conscientemente modificado pelo legislador do novo CPC, de modo que estaria o
PODER JUDICIÁRIO, nessa hipótese, substituindo a atividade e a vontade expressamente externada pelo Poder Legislativo.
6- Assim, nos termos do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, fixa-se a seguinte tese jurídica: O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.
7- Embora não haja risco de as partes que confiaram na absoluta taxatividade com interpretação restritiva serem surpreendidas pela tese jurídica firmada neste recurso especial repetitivo, eis que somente se cogitará de preclusão nas hipóteses em que o recurso eventualmente interposto pela parte tenha sido admitido pelo Tribunal, estabelece-se neste ato um regime de transição que modula os efeitos da presente decisão, a fim de que a tese jurídica somente seja aplicável às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do presente acórdão.
8- Na hipótese, dá-se provimento em parte ao recurso especial para determinar ao TJ/MT que, observados os demais pressupostos de admissibilidade, conheça e dê regular prosseguimento ao agravo de instrumento no que tange à competência.
9- Recurso especial conhecido e provido.
(STJ – CORTE ESPECIAL - REsp 1704520/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, julgado em 05/12/2018, DJe 19/12/2018) (g.n)
Está claro no citado aresto, que somente é admitida a interposição de agravo na forma mitigada, “quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação”, o que não há a hipótese dos autos.
Neste aspecto, a presente pretensão recursal não é cabível.
Pelo exposto, nos termos do art. 932, III, do CPC, não conheço do recurso.
Intime-se e comunique-se o juízo a quo, servindo esta de ofício/carta.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Raduan Miguel
Processo: 7013587-46.2021.8.22.0001 -
Classe: Apelação Cível
APELANTES: LOTHAS MATHEUS BELARMINO DA SILVA, R. MOURA RIBEIRO LTDA
ADVOGADOS DOS APELANTES: DENIO MOZART DE ALENCAR GUZMAN, OAB nº RO3211A, ROMULO BRANDAO PACIFICO, OAB nº RO8782A
APELADOS: JOSE FRANCISCO DE SOUZA COELHO, R. MOURA RIBEIRO LTDA, LOTHAS MATHEUS BELARMINO DA SILVA
ADVOGADOS DOS APELADOS: ROMULO BRANDAO PACIFICO, OAB nº RO8782A, DENIO MOZART DE ALENCAR GUZMAN, OAB nº

RO3211A
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação interposto por R. MOURA RIBEIRO LTDA, contra sentença que, proferida nos autos da ação de indenização por reparação de danos materiais com cobrança de lucros cessantes c/c indenização por danos morais, julgou parcialmente procedente e condenou a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor que sucumbiu, e a parte requerida ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §2º, c/c 86, ambos do CPC/2015.
Em suas razões recursais, o apelante pede a concessão da justiça gratuita, e ou parcelamento das custas processuais.
É o relatório. Decido.
Cuida-se de pedido formulado por pessoa jurídica ao fundamento de que não possui condições de arcar com as custas processuais.
É certo que as pessoas jurídicas podem ser agraciadas com tal benesse, porém, desde que, efetivamente comprovada a hipossuficiência.
No mesmo compasso, também é inequívoco, que estar em situação de extrema dificuldade, por si só, também não induz à insolvência da instituição, devendo, sob efeito da primeira premissa, comprovar sua condição de inferioridade econômica.
No caso dos autos, a instituição não trouxe documentos que comprovasse a sua hipossuficiência.
Além do mais, ao contrário das pessoas físicas, com relação às pessoas jurídicas, não lhes milita a presunção de hipossuficiência a ponto de ser-lhes concedido o benefício pela simples alegação, sendo exigível, de forma inconteste, a incapacidade financeira, como já se decidiu pacificamente o Col. STJ:
PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA A PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO - DESCABIMENTO - NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS.
1. É inviável a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita quando o interessado não comprova sua situação financeira precária.
2. A alegação de a empresa estar em dificuldades financeiras, por si só, não tem o condão de justificar o deferimento do pedido de justiça gratuita, não sendo possível ao STJ rever o entendimento das instâncias ordinárias, quando fundamentado no acervo probatório dos autos, sem esbarrar no óbice da Súmula 7/STJ.
3. Agravo regimental não provido.
(STJ - AgRg no AREsp 360.576/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/11/2013, DJe 29/11/2013)
AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. SÚMULA Nº 481/STJ. HIPOSSUFICIÊNCIA AFASTADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7/STJ.
1. A prova da hipossuficiência para fins de concessão do benefício da gratuidade da justiça incumbe à pessoa jurídica, sendo irrelevante a finalidade lucrativa ou não da entidade requerente, consoante jurisprudência da Corte Especial do STJ e do STF.
2. A revisão do acórdão recorrido, que desacolhe fundamentadamente o pedido de gratuidade de justiça, demanda o reexame do conjunto fático-probatório, providência inviável em sede especial.
3. Agravo regimental não provido.
(STJ - AgRg no AREsp 401.457/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/11/2013, DJe 25/11/2013)
Cite-se a inequívoca Súmula 412 do STJ em que: “Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.”.
Como se sabe, a pessoa jurídica com fins lucrativos faz jus ao benefício da assistência gratuita desde que comprove satisfatoriamente sua hipossuficiência, o que não foi feito pela apelante
Assim, diante da ausência de efetiva prova da hipossuficiência, o recurso navega contra Súmula do STJ.
O instituto da Justiça Gratuita foi concebido para aqueles que realmente se encontram na miséria, sem qualquer agasalho estatal, sem condições mínimas de sustentabilidade, o que não é o caso da apelante.
Dessa forma, indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita.
Nada obstante, tenho que o pedido alternativo referente ao parcelamento do preparo deve ser deferido.
A Lei n. 4.721, de 23/03/2020, autorizou o parcelamento das custas dos serviços forenses no âmbito do
PODER JUDICIÁRIO.
O art. 6º do Provimento 17/2022 deste Tribunal, atualizou os valores constantes da Lei 4.721/20. O apelante requer o parcelamento do preparo em 6 prestações mensais. O inciso VI do referido artigo dispõe que quando o valor das custas estiver entre 2.115,15 (dois mil cento e quinze reais e quinze centavos) a R$ 2.776,35 (dois mil setecentos e setenta e seis reais e trinta e cinco centavos), tal valor poderá ser parcelado em até 6 parcelas.
Considerando o pedido do apelante, defiro o pagamento em 6 parcelas independente do valor da causa/condenação.
O pagamento deverá ser efetuado até o dia 30 de cada mês, iniciando-se no prazo de 5 dias a contar da publicação desta decisão, sob pena de indeferimento. Ressalto que somente após o pagamento de todas as parcelas é que o recurso será analisado.
Providencie-se o necessário.
Publique-se. Intime-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807411-72.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO DO SUDOESTE DE RONDONIA LTDA - CREDISIS SUDOESTE/RO
ADVOGADO DO AGRAVANTE: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586A
Polo Passivo: ADRIANO PEREIRA DA ROCHA
AGRAVADO SEM ADVOGADO(S)

DECISÃO
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO DO SUDOESTE DE RONDONIA LTDA - CREDISIS SUDOESTE/RO contra decisão proferida na ação de execução de título extrajudicial de nº 0802230-90.2023.8.22.0000, em trâmite na 1ª Vara Cível de Pimenta Bueno, ajuizada pela agravante em desfavor de Adriano Pereira da Rocha.
A decisão agravada indeferiu a renovação de atos constritivos por meio do sistema SISBAJUD.
Inconformada, a agravante recorre relatando que, apesar do entendimento do magistrado de primeiro grau, a única tentativa de pesquisa de ativos financeiros foi realizada há mais de um ano, não podendo ser descartada a possibilidade de alteração da condição financeira do agravado.
Ressalta que o pedido de bloqueio on line é pertinente, tendo em vista o lapso temporal decorrido e que atualmente o
PODER JUDICIÁRIO dispõe da pesquisa de reiteração diária por meio da ferramenta ‘’teimosinha’’, medida essa ainda não realizada pelo Juízo a quo.
Consigna o TJRO tem se posicionado estabelecendo que não há impedimento na repetição de pesquisa de bens penhoráveis do devedor quando decorrido tempo razoável entre as medidas executivas.
Pondera que, no caso concreto, a última pesquisa de bens foi feita em 2021, antes mesmo da implantação da repetição programada teimosinha, circunstância fática essa que torna pertinente a nova pesquisa por ativos financeiros.
Dessa forma requer o provimento do recurso e consequente deferimento da realização de nova pesquisas no SISBAJUD.
É o relatório.
Decido.
Em síntese, o caso dos autos retrata a pretensão de reiteração de busca de bens de devedor via SISBAJUD, indeferida em primeiro grau.
A questão se apresenta de fácil conclusão à medida em que o Superior Tribunal de Justiça já pacificou a questão nos seguintes termos:
CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NÃO LOCALIZAÇÃO DE BENS PENHORÁVEIS. REITERAÇÃO DO PEDIDO DE DILIGÊNCIA VIA BACENJUD. POSSIBILIDADE, DESDE QUE OBSERVADO O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. PRECEDENTES. INEXISTÊNCIA, NO CASO, DE ELEMENTOS CONCRETOS QUE IMPONHAM SEJA RENOVADA A DILIGÊNCIA. PROVIDÊNCIA INDEFERIDA COM FUNDAMENTO NA ANÁLISE DE FATOS E PROVAS. SÚMULA Nº 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.
1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.
2. O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou acerca da possibilidade de reiteração do pedido de penhora eletrônica, via sistema Bacenjud, desde que observado o princípio da razoabilidade.
3. Impossibilidade de revisão das conclusões do Tribunal a quo quanto a ausência de demonstração da alteração na situação financeira do executado. Súmula nº 7 do STJ.
4. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.
5. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.
6. Agravo interno não provido, com imposição de multa
(STJ - AgInt no AREsp 1494995/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 30/09/2019, DJe 03/10/2019)
AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. REITERAÇÃO DO PEDIDO DE DILIGÊNCIA VIA BACENJUD. AUSÊNCIA DE MODIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO DEVEDOR. MOTIVAÇÃO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.
1. O eg. Tribunal de Justiça indeferiu o pedido da agravante, sob o fundamento, entre outros, de que não “(...) se vislumbra a razoabilidade da realização de nova diligência pelo sistema BACENJUD, porquanto, tendo sido infrutífera a última pesquisa realizada no mencionado sistema - juntamente com todas as outras diligências realizadas com auxílio do Juízo -, não foi carreada ao instrumento qualquer demonstração acerca de eventual modificação na situação econômica da Executada”. A pretensão de modificar tal entendimento, considerando as circunstâncias do caso concreto, demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, consoante preconiza a Súmula 7/STJ. 2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a reiteração ao Juízo das diligências relacionadas à localização de bens do executado depende de motivação do exequente, devendo-se observar, também, o princípio da razoabilidade.
3. Estando o v. acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência desta eg. Corte, o apelo nobre encontra óbice na Súmula 83/STJ.
4. Agravo interno desprovido.
(STJ - AgInt no REsp 1807798/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 11/09/2019)
Deste modo, o pedido de novas buscas via SISBAJUD é plausível a medida em que há possibilidade de alteração do quadro do devedor, sendo minimamente razoável que se investigue o executado, mormente ao fato de que já transcorreu quase 3 anos da outra consulta realizada na origem (16/08/2021 - id 61259631 - Autos nº 7003905-77.2020.8.22.0009).
Esta Corte já se manifestou sobre o tema:
Execução de título extrajudicial. Buscas de bens. Sistemas judiciais. Renajud. Infojud. Sisbajud. Repetição. Razoabilidade. Lapso temporal. Possibilidade.
É possível a realização de nova consulta aos sistemas judiciais (Bacenjud, Renajud, Infojud e Sisbajud) para busca de ativo financeiro, quando infrutíferas as pesquisas anteriores, sendo razoável a reiteração da medida, a exemplo da alteração na situação econômica do executado ou do decurso de tempo suficiente. (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0806458-79.2021.822.0000, Tribunal de Justiça

do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 27/04/2022)
Pelo exposto, nos termos do art. 932, V, do CPC c/c Súmula 568 do col. STJ, dou provimento ao agravo de instrumento para o fim de determinar que seja procedida à consulta junto ao sistema SISBAJUD, visando obter as informações de interesse da agravante, desde que mediante o pagamento da referida taxa processual.
Intime-se e comunique-se o juízo, servindo esta de ofício/mandado.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Raduan Miguel
Processo: 0807016-80.2023.8.22.0000 - T-V
Classe: Agravo de Instrumento
AGRAVANTES: TERESA DE JESUS FONSECA PEREIRA, DURVALINO EVANGELISTA PEREIRA NETO
ADVOGADO DOS AGRAVANTES: RODRIGO FERNANDES DE OLIVEIRA, OAB nº RS89078
AGRAVADO: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO DO AGRAVADO: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº RJ110501A
DECISÃO
Vistos.
DURVALINO EVANGELISTA PEREIRA NETO e TERESA DE JESUS FONSECA PEREIRA opuseram embargos de declaração em face da decisão de id 20466997 que, nos termos do art. 932, III, do CPC, deu por prejudicado o agravo instrumento, e por consequência, julgando-o extinto.
Nas razões recursais, id 20557983, os embargantes alegam que a decisão contém erro material, pois ainda persiste o interesse recursal do agravante, afirmando que não fora apreciado o pedido de gratuidade da justiça.
Requer sejam acolhidos os embargos recebidos e providos, para o fim de apreciar e sanar o erro material; e que seja admitido e julgado o mérito do Agravo de instrumento.
É o relatório. Decido.
Os embargos, como cediço, visam integrar decisão omissa, esclarecer contradições ou obscuridades, bem como sanar erro material, nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil.
Na decisão embargada, foram suficientemente explicados os fundamentos jurídicos que a embasaram, não havendo que se falar em erro material. A fundamentação foi clara e suficiente para conduzir a uma conclusão lógica, sendo desnecessária qualquer consideração ulterior.
Apesar dos embargantes alegarem que a decisão embargada contém erro material em razão de ter reconhecido a perda do objeto do agravo de instrumento ante o proferimento de sentença extintiva do processo de primeiro grau, tal não merece prosperar.
Como é sabido, conforme entendimento do STJ, proferida sentença no processo principal, perde o objeto o recurso de Agravo de Instrumento interposto contra decisão interlocutória, nesse sentido vejamos os seguintes julgados do STJ:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RECURSO ESPECIAL EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE DEFERIU TUTELA DE URGÊNCIA. POSTERIOR PROLAÇÃO DE SENTENÇA. PERDA DE OBJETO CONFIGURADA. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Na hipótese em análise, a parte autora ajuizou ação de obrigação de fazer cumulada com indenizatória, visando compelir a Ré para que proceda às adequações necessárias e impostas por Lei para acessibilidade, na Estação Jardim Primavera-Duque de Caxias/RJ, bem como lhe indenizar pelos danos morais causados. Em primeira instância, foi deferida a tutela antecipada, para determinar que a ré proceda às adequações necessárias na infraestrutura de acesso à Estação Jardim Primavera, no prazo de 60 dias, de modo a possibilitar o embarque e desembarque de pessoas com deficiência física, sob pena de multa de R$50.000,00 para a hipótese de descumprimento. Interposto agravo de instrumento, o Tribunal de origem deu provimento ao recurso para reformar a decisão agravada e reconhecer a ilegitimidade ativa da parte agravada, extinguindo o feito na forma do art. 485, inciso VI, do CPC. 2. Conforme informado pela parte recorrida, a parte autora desistiu do pedido relativo à obrigação de fazer e foi prolatada sentença pelo juízo de primeiro grau, que extinguiu o feito sem resolução do mérito em relação à obrigação de fazer e determinou o prosseguimento da ação somente em relação aos danos morais. 3. Tendo em vista que o agravo de instrumento interposto pela ora recorrida visava tão somente a reforma da sentença que deferiu a antecipação de tutela acerca da obrigação de fazer, deve ser reconhecida a perda do objeto do agravo de instrumento interposto contra decisão que deferiu a referida antecipação de tutela. Isso porque é o entendimento desta Corte Superior, que perde o objeto o agravo de instrumento interposto contra decisão que defere ou indefere liminar com a superveniência da prolação de sentença. 4 . Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1930551/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/11/2021, DJe 11/11/2021)
RECURSO FUNDADO NO NOVO CPC/2015. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE MÉRITO. PERDA DO OBJETO. 1. A jurisprudência desta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que resta prejudicado, pela perda de objeto, o recurso especial interposto contra acórdão que examinou agravo de instrumento, quando se verifica a prolação da sentença de mérito, haja vista que nela a cognição é exauriente.
2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 922.370/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/09/2016, DJe 07/10/2016)
Em face do exposto, nego provimento aos embargos de declaração.
Intime-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7029920-10.2020.8.22.0001
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: GEREMIAS CARMO NOVAIS
ADVOGADOS DO APELANTE: GEREMIAS CARMO NOVAIS, OAB nº RO5365A, JOSE SEVERINO DOS SANTOS, OAB nº AC2336A
Polo Passivo: GABRIEL DA SILVA PERUZZOLO, CRISTIANE LEBIT, TOKIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME
ADVOGADOS DOS APELADOS: MURILO HENNEMANN SILVA, OAB nº SC31371A, MARIA ALMEIDA DE JESUS, OAB nº RO663
Vistos.
Em detida análise dos autos e diante da manifestação do apelante acerca da possibilidade de realização de acordo, determino o encaminhamento dos autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), para as providências necessárias.
Em atenção ao SEI nº 0010192-59.2023.8.22.8000 (Id 20584437), à Coordenadoria da Central de Processos Eletrônicos de Segundo Grau - CPE2G para remeter o processo ao primeiro grau, com baixa, para que seja designada a audiência de conciliação.
Na hipótese de restar infrutífera a conciliação, que os autos sejam devolvidos ao 2º grau para análise e julgamento do recurso de apelação.
Intime-se. Cumpra-se.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807518-19.2023.8.22.0000
Classe: Ação Rescisória
Polo Ativo: A. G. L.
ADVOGADOS DO AUTOR: OTAVIO SUBTIL DE OLIVEIRA AQUINO, OAB nº RO10905A, MARCO AURELIO DE OLIVEIRA SOUZA, OAB nº RO10829A
Polo Passivo: M. D. N. L., R. M. D. C. L.
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de ação rescisória ajuizada por Anderson G. L. em face de sentença de mérito, transitada em julgado, proferida na ação de guarda c/c alimentos de nº 0006805-43.2015.8.22.0102, tendo como parte autora Raimunda M. da C. L e Manoel do N. L. e parte requerida Anderson G. L.
A Certidão de Triagem de id 20590951 informou a ausência de recolhimento das custas iniciais e do depósito prévio.
A Lei 3.896/2016 que dispõe sobre o Regimento de Custas do TJRO prevê que:
"Art. 12. As custas judiciais incidirão sobre o valor da causa, da seguinte forma:
[...]
II - 3% (três por cento) como preparo da apelação ou do recurso adesivo, ou, nos processos de competência originária do Tribunal; e [...]"
O art. 968, II, e § 3º, CPC, dispõe ainda que:
"Art. 968. A petição inicial será elaborada com observância dos requisitos essenciais do art. 319 , devendo o autor:
I - cumular ao pedido de rescisão, se for o caso, o de novo julgamento do processo;
II - depositar a importância de cinco por cento sobre o valor da causa, que se converterá em multa caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.
§ 1º Não se aplica o disposto no inciso II à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, às suas respectivas autarquias e fundações de direito público, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos que tenham obtido o benefício de gratuidade da justiça.
§ 2º O depósito previsto no inciso II do caput deste artigo não será superior a 1.000 (mil) salários-mínimos.
§ 3º Além dos casos previstos no art. 330 , a petição inicial será indeferida quando não efetuado o depósito exigido pelo inciso II do caput deste artigo.
[...]"gn
Em que pese o autor ter informado que o valor do cumprimento de sentença da ação de guarda c/c alimentos de nº 0006805-43.2015.8.22.0102 encontra-se caucionado no referido processo, importa dizer que tal não o exime do recolhimento das custas da presente ação rescisória.
Dessa forma, em razão da ausência do pedido de gratuidade da justiça, determino a intimação do autor para realizar o recolhimento das custas iniciais e do depósito prévio, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial.
Cumpra-se, servindo esta de ofício/carta/mandado.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
PROCESSO: 7012575-70.2016.8.22.0001 - AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO (PJE)
ORIGEM: 7012575-70.2016.8.22.0001 - Porto Velho - 9ª Vara Cível
AGRAVANTE/RECORRENTE: GAFISA SPE-85 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
ADVOGADO(A): JUNIA MAISA GONTIJO CARDOSO – RO7888
ADVOGADO(A): RODRIGO BORGES SOARES – RO4712

AGRAVADA/RECORRIDA: RESERVA DO BOSQUE CONDOMINIO RESORT
ADVOGADO(A): CARLOS ALBERTO MARQUES DE ANDRADE JÚNIOR – RO5803
ADVOGADO(A): ROBERVAL DA SILVA PEREIRA – RO2677
AGRAVADA/RECORRIDA: SUZY ANNE RIBEIRO HASSEM ANDRADE
ADVOGADO(A): FÁBIO DE MELLO ANDRADE – RO1275
RELATOR : DESEMBARGADOR VICE-PRESIDENTE DO TJ/RO
INTERPOSTO EM 14/07/2023
ABERTURA DE VISTA
Nos termos dos artigos 203, § 4º c/c 1042, § 3º ambos do CPC, fica a parte agravada intimada para, querendo, apresentar contraminuta ao Agravo em Recurso Especial no prazo legal, via digital, conforme artigo 10, §1º, da Lei Federal n. 11.419/2006.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Coordenadoria Cível – CPE2ºGRAU

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Cível
Processo: 7000441-93.2021.8.22.0014
APELANTE: A. L. D. S. S.
ADVOGADO DO APELANTE: ROBERY BUENO DA SILVEIRA, OAB nº SP303253A
APELADO: A. D. L.
ADVOGADOS DO APELADO: HANDERSON SIMOES DA SILVA, OAB nº RO3279A, CRISTIAN MARCEL CALONEGO SEGA, OAB nº RO9428A
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto por A. L. D. S. S., com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal, em que são apontados como dispositivos legais violados os artigos 1.658, 1.659 e 1.661 do Código Civil.
O Acórdão recorrido restou assim ementado:
Apelação cível. União estável. Reconhecimento e Dissolução. Partilha de bens. Recurso improvido
Tendo o patrimônio partilhado em sentença sido adquirido na constância da união estável e pelo esforço comum do casal, conforme as provas produzidas nos autos, deve ser mantida a partilha.
Em sede de razões recursais, a recorrente sustenta que a aquisição do bem em questão foi feita na constância da união estável, todavia, o crédito para compra do bem teve sua origem anterior a união estável da Recorrente com o Recorrido, qual seja, a venda do gado que seu falecido marido deixou.
Contrarrazões pela não admissão do recurso.
Examinados, decido.
A admissibilidade do recurso especial encontra óbice na Súmula 07 do Superior Tribunal de Justiça segundo a qual “a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”, tendo em vista que aferir se estão presentes todos os requisitos de validade da partilha, perpassa necessariamente pelo reexame do conjunto probatório. (STJ - AgInt no REsp: 1980863 SP 2022/0007157-1, Data de Julgamento: 15/08/2022, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/08/2022) e (STJ - AgInt no AREsp: 1701665 RS 2020/0112349-9, Data de Julgamento: 23/08/2022, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/09/2022).
Ante o exposto, não se admite o recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Cível
Processo: 7047056-83.2021.8.22.0001
APELANTE: MARIVALDO LEAO FEITOSA
ADVOGADO DO APELANTE: BRUNO CEFAS FIGUEIROA DE FRANCA RAMALHO, OAB nº RO8658A
APELADO: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
ADVOGADOS DO APELADO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº AC4788, ENERGISA RONDÔNIA
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de Agravo em Recurso Especial interposto por MARIVALDO LEÃO FEITOSA, com fundamento no art. 1.042 do Código de Processo Civil.
Foi certificada a intempestividade do recurso (ID 20232705).
Contudo, o juízo de admissibilidade do Agravo contra a decisão que não admite o Recurso Especial é de competência exclusiva do Superior Tribunal de Justiça, cabendo a esta Corte tão somente processar o Agravo e remetê-lo ao Tribunal Superior, vedado o juízo prévio de admissibilidade, sob pena de usurpação de competência da Corte Superior.
Assim, em observância aos termos do artigo 1.042, § 4º, do Código de Processo Civil, subam os autos ao Superior Tribunal de Justiça para processamento do agravo.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Agravo de Instrumento
Processo: 0801396-24.2022.8.22.0000
AGRAVANTES: RONIEDER TRAJANO SOARES SILVA, S. L. DA SILVEIRA & CIA LTDA - ME, JESUALDO EDUARDO MARTINS
ADVOGADOS DOS AGRAVANTES: SAIERA SILVA DE OLIVEIRA, OAB nº RO2458A, RONIEDER TRAJANO SOARES SILVA, OAB nº RO3694A
AGRAVADO: BANCO BRADESCO
ADVOGADOS DO AGRAVADO: WILSON BELCHIOR, OAB nº CE17314A, BRADESCO
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recursos especiais interpostos por RONIÉDER TRAJANO SOARES SILVA e outros e pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECÇÃO DE RONDÔNIA, no qual verificou-se aparente divergência entre o acórdão e a tese firmada, razão pela qual encaminhou-se ao Relator para exame quanto à pertinência do juízo de retratação ou da manutenção do pronunciamento, à luz do disposto no artigo 1.030, II, do CPC.
Em sede de juízo de retratação o Relator rejeitou os embargos de declaração e manteve seu pronunciamento, restando o acórdão assim ementado:
Embargos de declaração em Agravo de instrumento. Interposição de Recurso Especial. Juízo de Conformidade pelo Presidente do Tribunal. Acórdão da 1ª Câmara Cível. Divergência de Acórdão com Tema do STJ. Inexistência.
Diante da ausência de divergência de entendimentos entre acórdão discutido e tese fixada pelo Superior Tribunal de Justiça, mantém-se o julgamento proferido pelo órgão julgador respectivo.
Após o juízo de retratação o feito foi arquivado equivocadamente e os embargantes RONIÉDER TRAJANO SOARES SILVA e outros, opuseram embargos de declaração com efeitos infringentes visando o julgamento do recurso especial pendente.
Em suas teses recursais, alegam os recorrentes que o acórdão fixou os honorários advocatícios em desconformidade com o entendimento jurisprudencial e violou os arts. 926, 927 e 928 do CPC. Requerem o provimento recursal para fixar os honorários entre 10 e 20% sobre o proveito econômico obtido, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC e do Tema 1076/STJ.
Contrarrazões pelo não provimento recursal.
Examinados, decido.
Os recorrentes alegam que a fixação dos honorários não pode ocorrer por meio da apreciação equitativa, pois é possível avaliar o proveito econômico.
Destaque-se que no julgamento dos Recursos Especiais 1.850.512/SP, 1.877.883/SP, 1.906.623/SP e 1.906.618/SP - Tema 1.076, firmou-se a seguinte tese:
1) A fixação dos honorários por apreciação equitativa não é permitida quando os valores da condenação ou da causa, ou o proveito econômico da demanda, forem elevados. É obrigatória, nesses casos, a observância dos percentuais previstos nos parágrafos 2º ou 3º do artigo 85 do Código de Processo Civil (CPC) – a depender da presença da Fazenda Pública na lide –, os quais serão subsequentemente calculados sobre o valor: (a) da condenação; ou (b) do proveito econômico obtido; ou (c) do valor atualizado da causa.
2) Apenas se admite o arbitramento de honorários por equidade quando, havendo ou não condenação: (a) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (b) o valor da causa for muito baixo.
No caso, em sede de juízo de retratação, o órgão julgador entendeu que o valor fixado referente aos honorários advocatícios está de acordo com a legislação e não há se falar em aplicação diversa. O acórdão recorrido restou assim ementado:
Agravo de instrumento. Fixação de honorários sucumbenciais. Aplicação do art. 85, §2º, do CPC. Proveito econômico. Impossibilidade. Cumprimento provisório de sentença.
Tratando-se de cumprimento provisório da sentença e tendo sido fixados honorários apenas sobre a parte líquida da condenação, qual seja, o valor da condenação por danos morais, correta é a fixação por arbitramento, nos moldes do art. 85, §8º, do CPC.
Observa-se, no entanto, que o acórdão fixou os honorários equitativamente, com base no art. 85, §8º do CPC, sob o fundamento de que houve cumprimento apenas parcial da obrigação, e que somente foram fixados honorários sobre a parte líquida referente a condenação por danos morais.
Não obstante, em se tratando de cumprimento de sentença em que é possível aferir a vantagem econômica obtida, o Acórdão que fixou honorários advocatícios por equidade conflita com a tese jurídica firmada no tema 1.076/STJ.
Ante o exposto, remeta-se o recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 1.041, do CPC.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Cível
Processo: 7018400-16.2021.8.22.0002
APELANTE: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBL MUNICIPAIS DE ARIQUEMES
ADVOGADOS DO APELANTE: CYNTHIA PATRICIA CHAGAS MUNIZ DIAS, OAB nº RO1147A, WAGNER FERREIRA DIAS, OAB nº RO7037A
APELADO: ISAAC JULIO DA SILVA
ADVOGADOS DO APELADO: RAYSA SOARES DE OLIVEIRA, OAB nº RO11468A, DAYANE DA SILVA MARTINS, OAB nº RO7412A
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recurso especial, interposto pela Associação dos Servidores Públicos Municipais de Ariquemes, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, em face de decisão monocrática que julgou deserta a apelação (ID. 19648231).
Examinados, decido.

Não comporta conhecimento o apelo especial interposto em face de decisão monocrática, tendo em vista que não ocorreu o exaurimento de instância. O seguimento do recurso encontra óbice na Súmula 281 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual:"É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.".
Não é demais consignar que a Súmula 281 do STF aplica-se analogicamente ao recurso especial, a propósito:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO CUMULADA COM COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 281/STF. NECESSIDADE DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO DO ART. 1.021 § 2º, DO CPC/15. 1. Ação declaratória de inexigibilidade de título cumulada com compensação por danos morais. 2. Não se pode conhecer do recurso especial interposto contra decisão monocrática, tendo em vista que não houve o necessário esgotamento das instâncias ordinárias. Aplicação, por analogia, da Súmula 281 do STF. Precedentes. 3. A existência de decisão colegiada em sede de embargos de declaração não tem o condão de afastar a necessidade de interposição do agravo interno, porquanto este é o recurso apto a levar ao órgão coletivo à apreciação da questão debatida nos autos, nos termos do artigo 1.021, § 2º, do CPC/15. 4. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.. (STJ, AgInt no AREsp 1557971 / SP, Relator(a): Ministra NANCY ANDRIGHI ; Órgão Julgador: T3- TERCEIRA TURMA; Data do Julgamento: 18/11/2019; Data da Publicação: DJe 20/11/2019 - Destacou-se).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DELITOS DOS ARTS. 5.º, 9.º E 16, TODOS DA LEI N.º 7.492/1986. ALEGAÇÕES DE CERCEAMENTO DE DEFESA E DE IMPROPRIEDADES NA INDIVIDUALIZAÇÃO DAS SANÇÕES. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. APELO NOBRE INTERPOSTO DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SÚMULA N.º 281 DA SUPREMA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO. 1. Consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, é necessário que a parte interponha todos os recursos ordinários no Tribunal de origem antes de buscar a instância especial (Súmula n.º 281 do STF). Tal entendimento também é aplicado em hipóteses como a dos presentes autos, em que ao acórdão do Tribunal de origem foram opostos embargos de declaração, julgados monocraticamente, ou seja, por meio de decisão singular, contra a qual foi diretamente interposto recurso especial, sem que houvesse, portanto, o necessário exaurimento das instâncias ordinárias. 2. E ainda que fosse possível a superação do referido obstáculo, os embargos de declaração quando não conhecidos não interrompem o prazo para a interposição de outro recurso. 3. Nas razões do regimental, não foi infirmado esse fundamento, mas apenas o óbice da Súmula n.º 281/STF, o que faz incidir o impedimento da Súmula n.º 182/STJ. 3. Agravo regimental não conhecido. (AgRg no REsp 1831973/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 23/06/2020, DJe 04/08/2020 - Destacou-se).
Ante o exposto, não se admite o recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Sansão Saldanha
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7030407-48.2018.8.22.0001
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: D. S. D. S., R. M.
ADVOGADOS DOS APELANTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: C. S. M. P. M.
ADVOGADO DO APELADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos.
Preenchidos os requisitos de admissibilidade recursal, conheço da Apelação interposta, recebendo-a em seu duplo efeito.
Considerando a matéria em debate, e tendo em vista as normas procedimentais inerentes ao feito, intime-se o Ministério Público para se manifestar com urgência nestes autos (art. 178, II, CPC).
Ato contínuo, intime-se pessoalmente a Defensoria Pública, pois o presente recurso será levado à mesa de julgamento na Sessão Presencial nº 248, designada para o dia 25/07/2023, a partir das 8h30min.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, julho de 2023.
Desembargador Sansão Saldanha, Relator.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Cível
Processo: 7005828-65.2020.8.22.0001
APELANTES: AMERON - ASSISTENCIA MEDICA RONDONIA S.A., TATIANE COSTA DA SILVA, JOACY CESAR ALMEIDA DE OLIVEIRA FILHO, PRO SURGICAL MATERIAIS MEDICOS LTDA.
ADVOGADOS DOS APELANTES: HARLEI JARDEL QUEIROZ GADELHA, OAB nº RO9003A, FERNANDA MAIA MARQUES, OAB nº RO3034A, MARILIA GUIMARAES BEZERRA, OAB nº RO10903A, JAIME PEDROSA DOS SANTOS NETO, OAB nº RO4315A, JONATAS JOEL MORETES SILVESTRE, OAB nº RO10021A, HARLEI JARDEL QUEIROZ GADELHA, OAB nº RO9003A, FERNANDA MAIA MARQUES, OAB nº RO3034A
APELADOS: TATIANE COSTA DA SILVA, JOACY CESAR ALMEIDA DE OLIVEIRA FILHO, PRO SURGICAL MATERIAIS MEDICOS LTDA., AMERON - ASSISTENCIA MEDICA RONDONIA S.A.
ADVOGADOS DOS APELADOS: RODRIGO BORGES SOARES, OAB nº RO4712A, HARLEI JARDEL QUEIROZ GADELHA, OAB nº RO9003A, HARLEI JARDEL QUEIROZ GADELHA, OAB nº RO9003A, FERNANDA MAIA MARQUES, OAB nº RO3034A, MARILIA GUIMARAES BEZERRA, OAB nº RO10903A, JAIME PEDROSA DOS SANTOS NETO, OAB nº RO4315A, JONATAS JOEL MORETES SILVESTRE, OAB nº RO10021A
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto por PRO SURGICAL MATERIAIS MÉDICOS LTDA – ME e outros, com fundamento no art. 105, inc. III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, apontando como dispositivos violados os artigos 1.022, I, II, parágrafo único, I e II, 489, § 1º, I, II, III, IV, V e VI, 99, § 2º e 101, §§ 1º e 2º do CPC, bem como a ocorrência de dissídio jurisprudencial.
O acórdão recorrido restou assim ementado:
Ação de rescisão contratual c/c indenizatória material e moral. Contrato de prestação de serviços de assessoria, consultoria e comercialização de planos de saúde. Descumprimento das cláusulas contratuais. Inadimplemento contratual. Culpa recíproca. Danos morais. Não comprovados. Litigância de má-fé. Inocorrência.
Em se tratando de contrato de prestação de serviços de assessoria, consultoria e comercialização de planos de saúde, em que se observa o descumprimento das cláusulas contratuais tanto pela contratante quanto pelo contratado, é de ser mantida a sentença que determinou a rescisão por culpa recíproca das partes.
Uma vez reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato, não há que falar em condenação no pagamento de indenização por danos morais e incidência de cláusula penal.
Não havendo a comprovação do dolo da parte, ou seja, a intenção de obstrução do trâmite regular do processo ou de causar prejuízo à parte contrária, não há que se falar em litigância de má-fé.
Alega a recorrente que o acórdão violou os dispositivos acima citados e o princípio do devido processo legal, uma vez que não concedeu prazo para o recolhimento das custas processuais, ensejando sua nulidade e a necessidade de retorno dos autos à origem para comprovar sua hipossuficiência financeira.
Sem contrarrazões.
Examinados, decido.
Quando à violação aos artigos 1.022, I, II, parágrafo único, I e II, 489, § 1º, I, II, III, IV, V e VI, do Código de Processo Civil, verifica-se que a recorrente se limita a apontar genericamente a existência de vícios no acórdão, sem apresentar argumentos de maneira a demonstrar de que forma teriam ocorrido, o que inviabiliza o conhecimento do recurso especial por aplicação da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual “é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”. (STJ, AgInt no AREsp 1546431/AL, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/04/2020, DJe 24/04/2020).
Referente à violação aos arts. 99, § 2º e 101, §§ 1º e 2º do CPC, o seguimento do recurso especial encontra óbice na Súmula 07 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual “a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”, tendo em vista que a análise quanto ao deferimento da assistência judiciária perpassa necessariamente pelo reexame do conjunto probatório. A propósito:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MORTE DENTRO DA PRISÃO. CARÊNCIA DE PROVA DOS RENDIMENTOS DO FALECIDO OU DE SEUS GASTOS PARA COM OS FILHOS. MONTANTE DOS ALIMENTOS REDUZIDO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS ARTIGOS VIOLADOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. REDUÇÃO DO VALOR DA PENSÃO ALIMENTÍCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. É inadmissível o recurso especial que deixa de apontar o dispositivo de lei federal que o Tribunal de origem teria violado, incidindo a Súmula 284 do STF. 2. O tribunal de origem, ao reduzir o valor da pensão alimentícia para cada filho, avaliou o contexto fático-probatório dos autos. A inversão do julgado redundaria na formação de novo juízo acerca dos fatos e provas, e não de valoração dos critérios jurídicos concernentes à utilização da prova e à formação da convicção, o que impede o seguimento do recurso especial. Sendo assim, incide a Súmula 7 do STJ, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial. 3. Agravo interno a que se nega prov imento. (STJ - AgInt no AREsp: 1803437 MS 2020/0326383-8, Relator: Ministro MANOEL ERHARDT (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF5), Data de Julgamento: 27/09/2021, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 29/09/2021 - Destacou-se).
Em relação ao dissenso jurisprudencial, não houve a demonstração da divergência por meio da realização do cotejo analítico, com a transcrição de trechos que demonstrassem a similitude fática e a diferente interpretação da lei federal, consoante determina o art. 255, § 2º, do RISTJ (REsp n. 1.706.108 – SP, Ministro Sebastião Reis Júnior, julgado em 18.12.2017), o que impede à admissão recursal pelas alíneas “a” e “c”, III, do art. 105 da CF.
Pelo exposto, não se admite o recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

Apelação Cível
Processo: 7005828-65.2020.8.22.0001
APELANTES: AMERON - ASSISTENCIA MEDICA RONDONIA S.A., TATIANE COSTA DA SILVA, JOACY CESAR ALMEIDA DE OLIVEIRA FILHO, PRO SURGICAL MATERIAIS MEDICOS LTDA.
ADVOGADOS DOS APELANTES: HARLEI JARDEL QUEIROZ GADELHA, OAB nº RO9003A, FERNANDA MAIA MARQUES, OAB nº RO3034A, MARILIA GUIMARAES BEZERRA, OAB nº RO10903A, JAIME PEDROSA DOS SANTOS NETO, OAB nº RO4315A, JONATAS JOEL MORETES SILVESTRE, OAB nº RO10021A, HARLEI JARDEL QUEIROZ GADELHA, OAB nº RO9003A, FERNANDA MAIA MARQUES, OAB nº RO3034A
APELADOS: TATIANE COSTA DA SILVA, JOACY CESAR ALMEIDA DE OLIVEIRA FILHO, PRO SURGICAL MATERIAIS MEDICOS LTDA., AMERON - ASSISTENCIA MEDICA RONDONIA S.A.
ADVOGADOS DOS APELADOS: RODRIGO BORGES SOARES, OAB nº RO4712A, HARLEI JARDEL QUEIROZ GADELHA, OAB nº RO9003A, HARLEI JARDEL QUEIROZ GADELHA, OAB nº RO9003A, FERNANDA MAIA MARQUES, OAB nº RO3034A, MARILIA GUIMARAES BEZERRA, OAB nº RO10903A, JAIME PEDROSA DOS SANTOS NETO, OAB nº RO4315A, JONATAS JOEL MORETES SILVESTRE, OAB nº RO10021A
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto por AMERON – ASSISTÊNCIA MÉDICA RONDÔNIA S/A, com fundamento no art. 105, inc. III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, apontando como dispositivos violados os artigos 1.022, I, II, 11, caput e 373, I do CPC, artigos 476 e 477 do Código Civil e art. 93, IX da Constituição Federal, bem como a ocorrência de dissídio jurisprudencial.
O acórdão recorrido restou assim ementado:
Ação de rescisão contratual c/c indenizatória material e moral. Contrato de prestação de serviços de assessoria, consultoria e comercialização de planos de saúde. Descumprimento das cláusulas contratuais. Inadimplemento contratual. Culpa recíproca. Danos morais. Não comprovados. Litigância de má-fé. Inocorrência.
Em se tratando de contrato de prestação de serviços de assessoria, consultoria e comercialização de planos de saúde, em que se observa o descumprimento das cláusulas contratuais tanto pela contratante quanto pelo contratado, é de ser mantida a sentença que determinou a rescisão por culpa recíproca das partes.
Uma vez reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato, não há que falar em condenação no pagamento de indenização por danos morais e incidência de cláusula penal.
Não havendo a comprovação do dolo da parte, ou seja, a intenção de obstrução do trâmite regular do processo ou de causar prejuízo à parte contrária, não há que se falar em litigância de má-fé.
Alega a recorrente que o acórdão desconsiderou o fato da culpa pela inadimplência contratual ser da recorrida, razão pela qual tinha o direito de reter sua parte da prestação referente aos planos de saúde. Requer o provimento recursal para anular o decisório.
Contrarrazões pela não admissão recursal e, no mérito, pelo não provimento.
Examinados, decido.
Tem-se que a interpretação de preceitos e dispositivos constitucionais (art. 93, IX, da CF), em sede de recurso especial, encontra óbice no artigo 102, III, da Constituição da República, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal (AgRg no AREsp 1407512/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/12/2019, DJe 17/12/2019).
Quando à violação ao artigo 1.022, I, II do CPC, verifica-se que a recorrente se limita a apontar genericamente a existência de vícios no acórdão, sem apresentar argumentos de maneira a demonstrar de que forma teriam ocorrido, o que inviabiliza o conhecimento do recurso especial por aplicação da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual “é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”. (STJ, AgInt no AREsp 1546431/AL, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/04/2020, DJe 24/04/2020).
Em relação à violação aos arts. 373, I do CPC e 476 e 477 do Código Civil, observa-se que a recorrente rediscute cláusulas contatuais e seu descumprimento, entretanto, o seguimento do recurso especial encontra óbice na Súmula 05/STJ “A simples interpretação de cláusula contratual não enseja Recurso Especial”, bem como da súmula 07 do Superior Tribunal de Justiça segundo a qual “a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”, tendo em vista a rediscussão de elementos fático-probatórios relacionados ao contrato.
Nesse sentido:
AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA. JULGAMENTO ANTECIPADO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. CIRURGIA REPARADORA. PACIENTE PÓS-CIRURGIA BARIÁTRICA. CIRURGIAS PLÁSTICAS. NECESSIDADE. CARÁTER FUNCIONAL E REPARADOR. RECUSA INJUSTA . DANO MORAL. CABIMENTO. REVISÃO. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. A determinação para realizar provas é uma faculdade do magistrado, incumbindo-lhe sopesar sua necessidade e indeferir diligências inúteis, protelatórias ou desnecessárias. 3. É pacífico o entendimento firmado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS é meramente exemplificativo, reputando-se abusiva a negativa de cobertura pelo plano de saúde de tratamento considerado adequado para resguardar a saúde e a vida do paciente. 4. A jurisprudência desta Corte Superior possui entendimento de ser cabível indenização por danos morais advindos da injusta recusa de manutenção de cobertura de plano de saúde, visto que o fato agrava a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do segurado. Precedentes. 5. No caso, reverter a conclusão do tribunal de origem para acolher a pretensão recursal demandaria a análise e a interpretação de cláusulas contratuais e o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos. Incidência das Súmulas nºs 5 e 7/STJ. 6 . Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp: 1720864 SP 2020/0155303-1, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 26/04/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/05/2021 – Destacou-se).
Referente ao dissenso jurisprudencial, não houve a demonstração da divergência por meio da realização do cotejo analítico, com a transcrição de trechos que demonstrassem a similitude fática e a diferente interpretação da lei federal, consoante determina o art. 255, § 2º, do RISTJ (REsp n. 1.706.108 – SP, Ministro Sebastião Reis Júnior, julgado em 18.12.2017), o que impede à admissão recursal pelas alíneas “a” e “c”, III, do art. 105 da CF.
Pelo exposto, não se admite o recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Cível
Processo: 7000695-27.2016.8.22.0019
APELANTE: ALBAUGH AGRO BRASIL LTDA
ADVOGADOS DO APELANTE: LUIZ ALCESTE DEL CISTIA THONON FILHO, OAB nº SP211808A, MICHEL CRISTIAN DE OLIVEIRA, OAB nº SP402464A, CARINA MOISES MENDONCA, OAB nº SP210867A
APELADO: TARCISIO ROECKER
ADVOGADO DO APELADO: ROBSON ANTONIO DOS SANTOS MACHADO, OAB nº RO7353A
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Subam os autos ao Tribunal competente para processamento do agravo, nos termos do artigo 1.042, §7º, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Cível
Processo: 7005826-03.2022.8.22.0009
APELANTE: JESSICA KESLEY CASAGRANDE SOUZA DA SILVA
ADVOGADOS DO APELANTE: PRYCILLA SILVA ARAUJO ZGODA, OAB nº RO8135A, LUANA ALINE HENDLER FELISBERTO QUARESMA DE ARAUJO, OAB nº RO8530A
SEM ADVOGADO(S)
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Subam os autos ao Tribunal competente para processamento do agravo, nos termos do artigo 1.042, §7º, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Cível
Processo: 7004119-92.2020.8.22.0001
APELANTE: ROGERIO MAURO SCHMIDT
ADVOGADOS DO APELANTE: ROGERIO MAURO SCHMIDT, OAB nº RO3970A, SANDRO LUCIO DE FREITAS NUNES, OAB nº RO4529A
APELADO: WESLEY VILACA MELO
ADVOGADO DO APELADO: ORLANDO LEAL FREIRE, OAB nº RO5117A
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto por Rogério Mauro Schmidt, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal, e no art. 1.029, do Código de Processo Civil.
O prazo para interposição de Recurso Especial é de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1003, §5º do Código de Processo Civil.
Na espécie, o acórdão recorrido foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico n. 087 de 12/05/2023 (sexta-feira), considerando-se como data da publicação o dia 15/05/2023 (segunda-feira), de modo que o prazo recursal teve início em 16/05/2023 (terça-feira) e término em 05/06/2023 (segunda-feira). Assim, mostra-se flagrante a intempestividade do recurso interposto no dia 06/06/2023.
No tocante à eventual suspensão do prazo recursal no dia 24 de maio, feriado municipal (N. S. Auxiliadora – Padroeira dos municípios de Porto Velho), o entendimento do STJ é de que não se trata de feriado nacional, eis que carece de previsão em lei federal, de modo que incumbe à parte comprovar a suspensão do expediente forense quando da interposição do recurso.
A propósito:
AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ART. 1003. § 6º, CPC/2015. FERIADO DE ENDOENÇAS. TIRADENTES. DIA ANTERIOR. PONTO FACULTATIVO. SUSPENSÃO. FERIADO LOCAL. NÃO COMPROVAÇÃO NO ATO DE INTERPOSIÇÃO. RECURSO INTEMPESTIVO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.
1. Segundo o entendimento da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, o art. 1.003, § 6º, do CPC/2015 estabelece que o recorrente comprovará a ocorrência de suspensão processual, feriado local ou de sua prorrogação no ato de interposição do recurso, o que impossibilita a regularização posterior.
2. A simples menção, no bojo das razões recursais, da ocorrência do feriado local não é suficiente para a comprovação da suspensão do prazo processual, de acordo com a regra do art. 1.003, § 6º, do CPC/2015. Precedentes.
3. No caso dos autos, a parte recorrente não comprovou, por ocasião da interposição do recurso, o período alegado de suspensão dos prazos processuais na origem e dos feriados locais, não havendo como afastar a intempestividade do agravo em recurso especial.
4. Com efeito, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, “a quinta-feira da semana santa, que antecede a sexta-feira da paixão, não é feriado nacional, por ausência de previsão legal, sendo considerada, por conseguinte, como feriado local caso haja a suspensão do expediente forense no Tribunal de origem, seja em razão de lei estadual ou municipal, seja por ato administrativo da Corte de origem (AgInt nos EDcl no AREsp 1.553.768/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 22/4/2020, DJe 27/4/2020).
5. Agravo interno improvido.
(STJ - AgInt no AREsp n. 2.130.535/GO, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 13/3/2023, DJe de 16/3/2023 - Destacou-se).
Frise-se que o recorrente não cumpriu com seu ônus de demonstrar eventual feriado local que conferisse tempestividade ao recurso, conforme determina o art. 1.003, § 6º do CPC, pois não anexou documento idôneo a comprovar a ausência de expediente na quinta-feira santa.
Nesse sentido:
AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PREPARO IRREGULAR. RECOLHIMENTO. DEFICIÊNCIA NA COMPROVAÇÃO. ART. 1.007 DO CPC/2015. DESCUMPRIMENTO. DESERÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FERIADO LOCAL. EXPEDIENTE FORENSE. SUSPENSÃO. COMPROVAÇÃO POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. ART. 1.003, § 6º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. NOVO REGRAMENTO PROCESSUAL EXPRESSO.
1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. É deserto o recurso especial na hipótese em que a parte recorrente, mesmo após intimada a regularizar o preparo, não o faz devidamente (art. 1.007, § 7º, do CPC/2015). Precedentes. 3. É intempestivo o agravo em recurso especial interposto após o prazo de 15 (quinze) dias previsto nos arts. 219 e 1.003, § 5º, do Código de Processo Civil de 2015. 4. A partir da redação do art. 1.003, § 6º, do CPC/2015, conclui-se que eventual documento idôneo apto a comprovar a ocorrência de feriado local ou a suspensão do expediente forense deve ser colacionado aos autos no momento de sua interposição, para fins de aferição da tempestividade do recurso. Precedente da Corte Especial. 5. A interpretação literal da norma expressa no § 6º do art. 1.003 do CPC/2015, de caráter especial, sobrepõe-se a qualquer interpretação mais ampla que se possa conferir às disposições de âmbito geral insertas nos arts. 932, parágrafo único, e 1.029, § 3º, do citado diploma legal. 6. Agravo interno não provido.

(STJ - AgInt no AREsp: 1692201 MT 2020/0090721-6, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 08/02/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 12/02/2021 - Destacou-se). Neste sentido, resta configurada a intempestividade do recurso.
Ante o exposto, não se admite o recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Cível
Processo: 7042730-17.2020.8.22.0001
APELANTE: JOAO ALBERICO RIBEIRO VILELA
ADVOGADOS DO APELANTE: JEOVA RODRIGUES JUNIOR, OAB nº RO1495A, JOSE TEIXEIRA VILELA NETO, OAB nº RO4990A, ISAC NERIS FERREIRA DOS SANTOS, OAB nº RO4679A
APELADO: WELLINGTON GLADISTON VANZELER ROCHA
ADVOGADO DO APELADO: KELVE MENDONCA LIMA, OAB nº RO9609A
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Subam os autos ao Tribunal competente para processamento do agravo, nos termos do artigo 1.042, §7º, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente
Gabinete Des. Raduan Miguel
Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO CEP 76801-330
Número do processo: 0804856-82.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: TAIANA TERESA PEREIRA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: THIAGO DE SOUZA GOMES FERREIRA, OAB nº RO4412A
Polo Passivo: PATRICIA NASCIMENTO FASHION BRASIL LTDA
ADVOGADOS DO AGRAVADO: MARIO DE SOUZA CARVALHO, OAB nº MG58739, CRISTINA HELIODORO DA SILVA, OAB nº MG84653
DECISÃO
Vistos,
Intime-se a embargada para apresentar contrarrazões aos embargos de declaração de ID20124259 opostos pela agravante.
Publique-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Juliana Paula Silva da Costa Brandão - Relator

Gabinete Des. Raduan Miguel
Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO CEP 76801-330
Número do processo: 0801333-62.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: F.H.C. SERVICOS E LOCACOES DE VEICULOS LTDA - ME
ADVOGADOS DO AGRAVANTE: LISA PEDOT FARIS, OAB nº RO5819A, DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS, OAB nº RO2013A, PEDRO HENRIQUE AVELAR CANTANHEDE, OAB nº RO9146A
Polo Passivo: COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS, IDEUZINA GALDINA DA SILVA
ADVOGADOS DOS AGRAVADOS: JULIO CESAR GOULART LANES, OAB nº AL9340, RODRIGO VINICIUS DO PRADO VIEIRA, OAB nº RO10728A
DECISÃO
Vistos,
Intime-se parte embargada para apresentar contrarrazões aos embargos de declaração de ID20135201 oposto pela agravante.
Publique-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Relator

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇADO ESTADO DE RONDÔNIA
COORDENADORIA CÍVEL DA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS DO 2º GRAU
PROCESSO: 7075717-72.2021.8.22.0001 - APELAÇÃO CÍVEL (PJE)
APELANTE : ZURICH BRASIL SEGUROS S/A
ADVOGADO(A): FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JÚNIOR - PE23289
APELADA : LARISSA FERREIRA MARTINS
ADVOGADO(A): RAFAEL BENEDET CAMISÃO -SC15202
ADVOGADO(A): ARAMIS CABEDA FARIA - SC15739
APELADA: ANITA INES SOUPINSKI
DEFENSOR(A) PÚBLICO(A): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
RELATOR: DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA
Data distribuição: 04/04/2023
Despacho
Vistos.
Intime-se a autora Anita Ines Soupinski, através da Defensoria Pública, e o requerido Zurich Brasil Seguros S/A, para se manifestarem sobre a petição de Id 20523686.
Desembargador ROWILSON TEIXEIRA - Presidente da 1ª Câmara Cível em substituição regimental

2ª CÂMARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7005322-12.2022.8.22.0004
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: DELIDIA MUNIZ DA FRAGA
ADVOGADO DO APELANTE: EDNA GONCALVES DE SOUZA ALMEIDA, OAB nº RO6874A
Polo Passivo: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS DO APELADO: BERNARDO BUOSI, OAB nº SP227541A, MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES, OAB nº PB27598A
Vistos,
DELIDIA MUNIZ DA FRAGA apela da sentença prolatada pelo juízo da 2ª Vara Cível da comarca de Ouro Preto do Oeste, nos autos em que litiga BANCO DO BRASIL S/A.
A apelante propôs ação anulatória de leilão e arrematação de imóvel, levado a efeito no Processo 7001042-66.2020.8.22.0004.
A sentença (fls. 71/72) julgou extinto o feito, sem análise de mérito, em razão da coisa julgada, tendo sido prolatada nos seguintes termos:
Vistos.
Trata-se de ação anulatória de leilão e arrematação proposta por Delídia Muniz Fraga em face do Banco do Brasil S/A.
A requerente interpôs a presente ação em razão da penhora e arrematação de imóvel realizada nos autos de execução que tramita sob o n. 7001042-66.2020.8.22.0004. Aduz que a penhora e arrematação foi realizada de forma ilegal e, visando a anulação da arrematação do imóvel, interpôs a presente ação.
No entanto, naqueles autos de execução a autora interpôs recurso em face da decisão que julgou improcedente os embargos à arrematação, recurso este que lhe foi negado seguimento em razão da parte autora não ter realizado o pagamento do preparo recursal.
Assim, considerando que a presente ação discute coisa julgada nos autos de execução (7001042-66.2020.8.22.0004), como ocorre na situação em tela, a sentença só é atacável, em princípio, pelas vias da ação rescisória e da querela nullitis insanabilis (ação declaratória de nulidade de sentença), as quais se constituem em vias processuais excepcionalíssimas e com rígidos pressupostos de cabimento, haja vista encontrar-se o ordenamento pátrio regido pelo princípio da segurança jurídica.
Portanto, inviável é a presente demanda, carecendo o autor de interesse processual, o que autoriza a extinção do processo sem julgamento de mérito, com fulcro no art. 485, V e VI, do CPC, que assim dispõe:
"Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:
I - indeferir a petição inicial;
[...]
IV - verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;
V - reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada;
VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;
[...]
§ 3º O juiz conhecerá de ofício da matéria constante dos incisos IV, V, VI e IX, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado."
Dessa forma, por se constituir a presente ação anulatória em remédio processual inadequado para atacar a coisa julgada, como demonstrado supra, JULGO EXTINTA a presente ação, com fulcro nos artigos 485, inciso VI, sem apreciação do mérito.
Isento de custas processuais em razão da gratuidade.
Honorários indevidos, pois não houve formação da relação jurídico-processual.
Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Novo Código de Processo Civil.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, CITE-SE a parte adversa para apresentar contrarrazões (CPC, art. 331, §1º), no prazo de 15 (quinze) dias. Após, subam os presentes autos ao Eg. Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens.
Não interposto o recurso (CPC, art. 331, §3º), intime-se a parte ré do trânsito em julgado da sentença, nos termos do 241 do CPC.
Nada mais havendo, certifique-se a escrivania o trânsito em julgado desta e, observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos com as anotações de estilo.
SERVIRÁ A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
P. R. I. C., promovendo-se as baixas devidas no sistema.
No apelo (fls. 131/149) discorre, longamente, sobre o leilão e os atos processuais praticados no processo em referência. Apresenta as razões que entende ser o leilão e a arrematação nulos e, alfim, requer o provimento do recurso para que os pedidos sejam acolhidos.
Contrarrazões (fls. 155/160) traz matéria alienígena ao processo.
Relatado. Decido.
O recurso não ultrapassa as barreiras da admissibilidade, pois não combate os fundamento da sentença.
A sentença julgou extinto o feito por reconhecer a ocorrência de coisa julgada, cuja estabilidade somente pode ser desafiada via ação rescisória.
Em seu apelo, a apelante busca a reforma da sentença para que o pedido seja acolhido, não tendo uma linha sequer que afirme que a ação correta foi a proposta e que não seria caso de rescisória.
Sequer poderia o tribunal apreciar o apelo, pois não houve análise de mérito e o processo não foi instruído.
Pode-se concluir que o presente recurso afronta disposição expressa do art. 1.010, inc. III do CPC, que consagra o Princípio da Dialeticidade Recursal.
O referido princípio esclarece que o recorrente deve demonstrar a juízo ad quem as razões de fato e de direito que fundamentam a reforma ou anulação da sentença recorrida sob pena de não conhecimento do recurso. Ou seja, a parte precisa impugnar os fundamentos da decisão e demonstrar porque o julgamento proferido não se ajusta ao direito e merece ser modificado.

Percebe-se, portanto, que a impugnação específica é elemento formal indispensável ao conhecimento do recurso, pois sem saber exatamente as razões do inconformismo do recorrente, não é possível ao tribunal apreciar e corrigir o possível erro apontado na decisão atacada.
O que mais chama a atenção são as contrarrazões apresentadas pelo apelado, uma das maiores instituições financeiras do País, que, em vez de alegar a preliminar de ofensa ao princípio da dialeticidade, aborda matéria completamente alienígena ao processo.
Ante ao exposto, nos termos do art. 932, III do CPC, não conheço do recurso.
Deixo de majorar a verba honorária, eis que não houve condenação neste sentido.
Após a estabilidade desta decisão, à origem.
P. I. C.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7007509-96.2022.8.22.0002
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: ESPÓLIO DE ADAO HERNANI PEREIRA COSTA
ADVOGADOS DO APELANTE: MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA, OAB nº RO10196A, NAIANA CASARIL DA SILVA, OAB nº RO8622A, GUSTAVO HENRIQUE MACHADO MENDES, OAB nº RO4636A
Polo Passivo: ORESTES FERNANDES POLO
ADVOGADO DO APELADO: ERLETE SIQUEIRA, OAB nº RO3778A
Vistos,
ESPÓLIO DE ADÃO HERNANI PEREIRA COSTA apela da sentença prolatada pelo juízo da 4ª Vara da comarca de Ariquemes, nos autos da ação monitória que lhe move ORESTES FERNANDES POLO.
O apelante vindica os benefícios da AJG ao argumento de que possui diversas cobranças e todo o patrimônio está imobilizado.
Os benefícios da AJG devem ser conferidos a quem comprova preencher os pressupostos para tanto, n]ao sendo, no momento, o caso dos autos.
Na forma do art. 99, §2º do CPC, concedo o prazo de 5 (cinco) dias, para que o apelante comprove fazer jus ao benefício ou, se preferir, recolha o preparo recursal na forma simples.
Após, volte-me conclusos.
C.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860
Número do processo: 0000287-49.2015.8.22.0001
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: R. O. MARTINS & MARTINS LTDA - ME, MARIA FRANCISCA PEREIRA DA CRUZ CARNEIRO
ADVOGADOS DOS APELANTES: MARGARA BEZERRA DO NASCIMENTO OLIVEIRA, OAB nº DF6549, BENTO MANOEL DE MORAIS NAVARRO FILHO, OAB nº RO4251A, RAFAEL NEVES ALVES, OAB nº RO9797A, ROMULO BRANDAO PACIFICO, OAB nº RO8782A, ORLANDO RIBEIRO DO NASCIMENTO, OAB nº RO177
Polo Passivo: R. O. MARTINS & MARTINS LTDA - ME, MARIA FRANCISCA PEREIRA DA CRUZ CARNEIRO
ADVOGADOS DOS APELADOS: MARGARA BEZERRA DO NASCIMENTO OLIVEIRA, OAB nº DF6549, ROMULO BRANDAO PACIFICO, OAB nº RO8782A, BENTO MANOEL DE MORAIS NAVARRO FILHO, OAB nº RO4251A, RAFAEL NEVES ALVES, OAB nº RO9797A, ORLANDO RIBEIRO DO NASCIMENTO, OAB nº RO177
Vistos,
Intime-se a embargada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre os embargos de declaração.
Após, volte-me conclusos.
C.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807508-72.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: L. O. D. S.
ADVOGADO DO AGRAVANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: W. L. D. S.
ADVOGADO DO AGRAVADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos,
L. O. DE S. REPRESENTADA POR N. C. DE O. interpõe agravo de instrumento em face da decisão proferida pelo Juízo da 4ª Vara Cível da comarca de Ji-Paraná, na ação de cumprimento de decisão interlocutória n. 7009591-28.2021.8.22.0005, movida em face de W. L. DE S.
Combate a decisão que indeferiu o pedido de prisão do ora agravado:
(…) As pensões que deram ensejo ao presente cumprimento de sentença já foram pagas, assim como não há pensões atuais em atraso (ID n. 89780579).
Assim, indefiro o pedido de ID n. 89780579, devendo a exequente converter o presente cumprimento para o rito da penhora ou ajuizar cumprimento de sentença autônomo nesse sentido.
Nada sendo requerido em 15 dias, arquivem-se.

Diz que o agravado informou que satisfez a obrigação e juntou comprovantes de pagamento, contudo, quando a agravante atualizou os valores com as devidas deduções, verificou que o recorrido, ainda, está inadimplente com o valor de R$619,43 (seiscentos e dezenove reais e quarenta e três centavos), pugnando pelo prosseguimento do feito sem prejuízo da expedição de mandado de prisão, a fim de compelir o devedor a adimplir o débito.
Diz que há equívoco na decisão combatida, sobretudo pelo fato de o art. 528, §7º, do CPC dispor que o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo, ou seja, no caso em tela, o devedor de alimentos não pagou, totalmente, a dívida, sendo, portanto, legítimo o pleito da recorrente em prosseguir com o cumprimento de sentença sob o rito da prisão.
Requer o provimento do recurso para que seja determinado o prosseguimento do feito nos termos do art. 528 e seguintes do CPC.
É o relatório. Decido.
Trata-se de agravo de instrumento por meio do qual a agravante alega que a decisão combatida deve ser reformada e seja determinado o prosseguimento do feito nos termos do art. 528 e seguintes do CPC.
Ante a inexistência de pedido de atribuição de efeito suspensivo e exposição de eventuais motivos a ensejar sua concessão, deixo de concedê-lo.
Intime-se a parte contrária para responder ao recurso interposto, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento no prazo legal (art. 219 c/c art. 1.019, inc. II, ambos do CPC).
Comunique-se ao juiz da causa sobre o teor desta decisão e para que preste as informações que julgar necessárias, servindo a presente como ofício.
Encaminhem-se os autos à Procuradoria-Geral de Justiça de Rondônia para manifestação.
Expeça-se o necessário.
P. I.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0800672-49.2023.8.22.9000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: VALDINEI SANTOS SOUZA FERRES
ADVOGADO DO AGRAVANTE: VALDINEI SANTOS SOUZA FERRES, OAB nº RO3175A
Polo Passivo: CESAR DA SILVA SANTOS DE FREITAS
ADVOGADO DO AGRAVADO: VANUSA ALVARENGA ESTENIER, OAB nº RO5661A
Vistos,
VALDINEI SANTOS SOUZA FERRES interpõe agravo de instrumento em face da decisão prolatada pelo juízo da 1ª Vara Cível da comarca de Cacoal, nos autos da ação de execução que move em face do agravado, CESAR DA SILVA SANTOS DE FREITAS.
O agravante vindica os benefícios da AJG, entretanto, apenas afirmou não possuir condições de arcar com as despesas do processo.
Verifico que o agravante é advogado e litiga em causa própria, além de que, o preparo recursal para fins de interposição de agravo de instrumento possui valor fixo que não se mostra elevado.
Assim, por ora, INDEFIRO o pedido e concedo o prazo de 5 (cinco) dias para que o agravante recolha o preparo recursal na forma simples ou, se desejar, no mesmo prazo, comprouve preencher os pressupostos para a percepção do benefício
Após, volte-me conclusos.
C.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7002844-19.2022.8.22.0008
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
ADVOGADOS DO APELANTE: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº AC4788, ENERGISA RONDÔNIA
Polo Passivo: ELISMAR COUTINHO DE SOUZA
ADVOGADO DO APELADO: FRANK ANDRADE DA SILVA, OAB nº RO8878A
Vistos,
ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A apela da sentença prolatada pelo juízo da 1ª Vara Genérica da comarca de Espigão do Oeste, nos autos da ação declaratória de inexistência de débito que lhe move, ELISMAR COUTINHO DE SOUZA.
A apelada propôs a ação alegando ter recebido fatura de energia elétrica no valor de R$ 1.135,66 (um mil, cento e trinta e cinco reais e sessenta e seis centavos)
Alegou que a apelante não fez a leitura da energia injetada pela usina solar.
Diz que no escritório da apelante, foi surpreendida com uma fatura de R$ 1.756,70 (um mil, setecentos e cinquenta e seis reais e setenta centavos), um aumento de R$ 600,00 sem justificação.
Requereu a devolução em dobro dos valores pagos a mais, bem como a reparação por danos morais.
A sentença (fls. 102/105) julgou procedente os pedidos, merecendo a seguinte parte dispositiva:
Isto posto e por tudo mais que dos autos consta, julgo com fundamento no art. 487 – I, do Código de Processo Civil, e dispositivos do Código de Defesa do Consumidor, com resolução do mérito, PROCEDENTE a AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS ajuizada por ELISMAR COUTINHO DE SOUZA , contra ENERGISA RONDÔNIA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., CNPJ 05.914.650/0001-66, e, via de consequência, CONDENO a requerida:
a) restituir o valor pago na fatura R$ 1.756,70 (id80296232 - Pág. 2), a título de repetição de indébito, acrescidos de juros e correção monetária desde o desembolso, conforme Súmula 43 do STJ);

b) CONDENO a requerida ao pagamento de custas processuais e honorários de advogado que fixo em 10% (vinte por cento) do valor da condenação, o que faço amparado nos termos de art. 85, §2º, do CPC.
Havendo recurso, intime-se a parte contrária para contra-arrazoar, remetendo-se, em seguida, os autos ao Juízo ad quem.
Sentença Publicada e registrada nesta data.
IV - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Ocorrendo o trânsito em julgado, dê-se vista à parte autora para dar início à fase de cumprimento de sentença. Após, conclusos.
Nada sendo requerido, arquive-se.
No apelo (fls. 107/111) sustenta não ter praticado ato ilícito gerador do dever de reparação moral. Assevera que se tratou de mera cobrança indevida, não causando dano moral.
Aduz que não houve suspensão dos serviços ou inscrição do nome da apelada em órgão restritivo de crédito.
Questiona a condenação de repetição em dobro. Afirma que não houve a prova de má-fé.
Faz prequestionamento.
Sem contrarrazões.
Relatado. Decido.
O recurso não ultrapassa as barreiras da admissibilidade. Explico.
As matérias devolvidas ao Tribunal dizem respeito a condenação por danos e a repetição em dobro.
Quanto a repetição do indébito, por mais que na fundamentação tenha constado que esta se daria na forma do art. 42, Parágrafo único do CDC, a condenação constante na parte dispositiva se deu na forma simples.
Em relação ao dano moral, de igual forma, não houve condenação neste sentido, ou seja, deixou a apelante de combater os fundamentos da sentença.
Pode-se concluir que o presente recurso afronta disposição expressa do art. 1.010, inc. III do CPC, que consagra o Princípio da Dialeticidade Recursal.
O referido princípio esclarece que o recorrente deve demonstrar a juízo ad quem as razões de fato e de direito que fundamentam a reforma ou anulação da sentença recorrida sob pena de não conhecimento do recurso. Ou seja, a parte precisa impugnar os fundamentos da decisão e demonstrar porque o julgamento proferido não se ajusta ao direito e merece ser modificado.
Percebe-se, portanto, que a impugnação específica é elemento formal indispensável ao conhecimento do recurso, pois sem saber exatamente as razões do inconformismo do recorrente, não é possível ao tribunal apreciar e corrigir o possível erro apontado na decisão atacada.
O que mais chama a atenção são as contrarrazões apresentadas pelo apelado, uma das maiores instituições financeiras do País, que, em vez de alegar a preliminar de ofensa ao princípio da dialeticidade, aborda matéria completamente alienígena ao processo.
Ante ao exposto, nos termos do art. 932, III do CPC, não conheço do recurso.
Majoro a verba honorária para o percentual de 20% (vinte por cento) sobre a base de cálculo fixada na sentença.
Após a estabilidade desta decisão, à origem.
P. I. C.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7036721-10.2018.8.22.0001
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: IGOR DE OLIVEIRA XAVIER, UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA
ADVOGADOS DOS APELANTES: ADEVALDO ANDRADE REIS, OAB nº RO628A, DELSON FERNANDO BARCELLOS XAVIER, OAB nº RO795A, JEFERSON ARAUJO SODRE, OAB nº RO7728A, THIAGO MAIA DE CARVALHO, OAB nº RO7472A, RODRIGO OTAVIO VEIGA DE VARGAS, OAB nº RO2829A
Polo Passivo: UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA, IGOR DE OLIVEIRA XAVIER
ADVOGADOS DOS APELADOS: ADEVALDO ANDRADE REIS, OAB nº RO628A, RODRIGO OTAVIO VEIGA DE VARGAS, OAB nº RO2829A, THIAGO MAIA DE CARVALHO, OAB nº RO7472A, JEFERSON ARAUJO SODRE, OAB nº RO7728A, DELSON FERNANDO BARCELLOS XAVIER, OAB nº RO795A
Vistos,
Intime-se o embargado para que, no prazo de 5 (cinco), manifeste-se sobre os embargos de declaração.
Após, volte-me conclusos.
C.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7032860-74.2022.8.22.0001
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA
ADVOGADOS DO APELANTE: RODRIGO OTAVIO VEIGA DE VARGAS, OAB nº RO2829A, THIAGO MAIA DE CARVALHO, OAB nº RO7472A, EURICO SOARES MONTENEGRO NETO, OAB nº RO1742A
Polo Passivo: JAKELINE CAVICHIOLE, RAIATI GOMES DE SOUZA
ADVOGADO DOS APELADOS: GABRIELE SILVA XIMENES, OAB nº RO7656A
Vistos,
UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA apela da sentença prolatada pelo juízo da 3ª Vara Cível da comarca de Porto Velho, nos autos em que contende com JAKELINE CAVICHIOLE e RAIATI GOMES DE SOUZA.
Concedo o prazo de 10 (dez) dias para que as partes se manifestem sobre a falta de interesse recursal, eis que, aparentemente, não há condenação em desfavor da apelante.
Após, volte-me conclusos.
C.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807420-34.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: D. O. B.
ADVOGADO DO AGRAVANTE: ERONILCO MAIA CHAVES, OAB nº AC1878
Polo Passivo: V. F. D. P. B.
ADVOGADOS DO AGRAVADO: ELAINE TORRES DE SOUZA MESTOU, OAB nº RO10587A, BASSEM DE MOURA MESTOU, OAB nº RO3680A
Vistos,
D. O. B. interpõe agravo de instrumento em face da decisão que não acolheu impugnação ao cumprimento de sentença por si oposto.
Alega, longamente, que não reconhece a dívida cobrada ao argumento de ter firmado acordo extrajudicial com a representante da agravada, e vinha cumprindo o acordo, não tendo esta promovido o desconto dos valores adimplidos.
Informa ter adimplido a importância de R$ 56.357,28 (cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos), atualizada até 14/02/2023.
Argumenta ter comprovado o acordo tácito realizado sendo que este possui valor jurídico.
Sustenta a má-fé da representante da agravada e que o valor cobrado, sem desconto dos valores pagos constituem enriquecimento ilícito.
Diz reconhecer um débito de R$ 73.329,27 (setenta e três mil, trezentos e vinte e nove reais e vinte e sete centavos) e não de R$ 120.208,00 (cento e vinte mil, duzentos e oito reais).
Oferece em penhora, para garantia do juízo, um veículo da marca VW/VIRTUS GTS AE, placa QWM6H42, no valor de R$ 117.605,00 (cento e dezessete mil, seiscentos e cinco reais – (tabela FIPE doc. anexo). O Valor pago do veículo é superior ao valor devido de R$ 73.329,27 (setenta e três mil, trezentos e vinte e nove reais e vinte e sete centavos).
Relatado. Decido.
Na dicção expressa do art. 1.019, inc. I, do Código de Processo Civil, recebido o agravo de instrumento, o relator poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal.
A concessão de efeito suspensivo ou deferimento de tutela em agravo de instrumento somente é cabível quando afigurados, in limine, a presença da probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, consoante disposto no art. 300, caput, do Código de Processo Civil.
Na espécie não vislumbro o preenchimento dos requisitos para a concessão do efeito suspensivo, eis ausente o perigo da demora.
Assim, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo.
Comunique-se ao juiz da causa, servindo a presente decisão como ofício.
Intime-se a agravada para que, no prazo de 15 (quinze) dias, responda os termos do recurso, facultando-lhe juntar documentos que entenda necessário a seu julgamento.
Após, colha manifestação da Procuradoria-Geral de Justiça.
Concluídas as diligências, volte-me conclusos.
C.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807483-59.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: ANTONIO MAYLESON SILVA E SILVA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: BARTOLOMEU SOUZA DE OLIVEIRA JUNIOR, OAB nº RO10498A
Polo Passivo: IMPERIUM CONSULTORIA E INVESTIMENTOS LTDA, CREDCON ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA
AGRAVADOS SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
ANTÔNIO MAYLESON SILVA E SILVA interpõe agravo de instrumento contra a decisão prolatada pelo juízo da 3ª Vara Cível da comarca de Porto Velho, nos autos da ação de rescisão contratual c/c reparação por danos materiais e morais n. 0807483-59.2023.8.22.0001, ajuizada em face de CREDCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA. E OUTRA.
Combate a decisão que indeferiu os benefícios da justiça gratuita nos seguintes termos:
(…) Vale lembrar que o benefício da gratuidade não pode ser concedido indiscriminadamente, sem a demonstração efetiva da hipossuficiência, nos termos do art. 98 do CPC, porquanto a banalização do instituto prejudica os fins sociais e o bem comum a que se destina. No presente caso, a parte autora não comprovou a hipossuficiência alegada.
Assim, o franqueamento desmotivado onera o Estado e o
PODER JUDICIÁRIO, que este deixa de ser remunerado por diligências e atos, havendo desestímulo da busca por métodos alternativos de solução de conflitos e ainda encorajamento da judicialização de demandas.
Tal entendimento possui sintonia com as decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de Rondônia, consoante se infere das ementas abaixo indicadas:
Agravo de instrumento. Gratuidade da justiça. Hipossuficiência. Demonstração. Ausência. Para concessão da gratuidade da justiça faz-se necessária a demonstração do estado de hipossuficiência financeira, sem a qual o pedido deve ser indeferido. (TJRO, Agravo de Instrumento, Processo nº 0801226-57.2019.822.0000, 2ª Câmara Cível, Relator do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 24/04/2020).
Por todo o contexto apresentado, indefiro os benefícios da Justiça Gratuita.
Diz que está desempregado, recebendo seguro-desemprego no valor de R$1.592,37 (mil quinhentos e noventa e dois reais e trinta e sete centavos), benefício este que se encerra em outubro do corrente ano.

Acrescenta que o valor da causa não pode ser utilizado como fundamento para a negativa do benefício da justiça gratuita, sob pena de se criar óbice para o acesso à justiça aos hipossuficientes.
Afirma que é direito constitucional e legal a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita aos hipossuficientes, desde que comprovado a incapacidade de arcar com as custas e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, o que resta evidente no presente caso.
Requer a concessão de efeito suspensivo ao recurso e, no mérito, a reforma da decisão agravada para que seja deferido o benefício da gratuidade da justiça.
É o relatório. Decido.
O agravo de instrumento interposto tem como objeto a concessão da gratuidade judiciária.
A concessão de efeito suspensivo ou deferimento de tutela em agravo de instrumento, somente, é cabível quando afigurados, in limine, a presença da probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, consoante disposto no art. 300, caput, do Código de Processo Civil.
No caso em debate, sem averiguar acerca do direito sustentado pela agravante, verifica-se que a não concessão do efeito suspensivo culminará em risco ao resultado útil do processo, uma vez que o feito poderá ser extinto por ausência de recolhimento das custas iniciais antes da apreciação do mérito recursal.
Assim, por entender prudente, CONCEDO o efeito suspensivo ao recurso até o julgamento do mérito deste agravo.
Desnecessária a intimação da parte agravada, visto que não formalizada a representação processual.
Comunique-se ao juiz da causa sobre o teor desta decisão e para que preste as informações que julgar necessárias, servindo a presente como ofício.
C.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807477-52.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: BANCO BRADESCO
ADVOGADOS DO AGRAVANTE: LARISSA SENTO SE ROSSI, OAB nº BA16330A, BRADESCO
Polo Passivo: EDMILSON DA CONCEICAO
ADVOGADO DO AGRAVADO: EVALDO ROQUE DINIZ, OAB nº RO10018A
Vistos,
BANCO BRADESCO S/A interpõe agravo por instrumento com pedido de concessão do efeito suspensivo contra a decisão prolatada pelo Juízo da Vara Única da comarca de Santa Luzia do Oeste, nos autos da ação anulatória de débito c/c repetição de indébito e indenização em referência, proposta por EDMILSON DA CONCEIÇÃO.
Combate a decisão que deferiu a antecipação de tutela, nos seguintes termos:
Destaca que possui contrato livremente firmado pelo agravado sendo lícito os descontos.
Argumenta que não cometeu irregularidade, pois agiu tão-somente de acordo com o legalmente contratado com o agravado, não procedendo, portanto, com cobrança indevida e abusiva.
Questiona o prazo concedido para o cumprimento da medida. Diz ser exíguo.
Ressalta que não houve a fixação de um teto para a multa, o que pode torná-la excessiva.
Combate a multa aplicada. Afirma ser elevada e requer a minoração.
Requer a concessão do efeito suspensivo ao recurso e, no mérito, o provimento do agravo de instrumento, para que seja reformada a decisão agravada, por ter sido amparada indevidamente e inclusive em dissonância com o entendimento jurisprudencial dominante, para que afaste a imposição da multa, até o deslinde final da lide.
É o relatório. Decido.
Cinge-se a controvérsia recursal acerca do deferimento da tutela pleiteada, consistente na suspensão dos descontos realizados no benefício previdenciário do agravado, sob pena de aplicação de multa.
No tocante a suspensão dos descontos, infere-se dos autos que o agravado alega não ter firmado o contrato de cartão de crédito consignado com o agravante. Assim, a discussão sobre a regularidade ou não da dívida autoriza a suspensão dos descontos em vista do risco ao resultado útil do processo.
Imperioso consignar que, caso fique demonstrada a sua legalidade, os descontos poderão ser retomados pelo agravante.
Destarte, INDEFIRO o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Dê-se ciência ao juízo, servindo a presente como ofício.
Com fulcro no art. 1.019, inc. II, do Código de Processo Civil, intime-se o agravado para, querendo, oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias.
Após, volte-me conclusos.
C.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PROCESSO: 0806087-47.2023.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO
Origem: 7021617-02.2023.8.22.0001 - Porto Velho/1ª Vara de Família
AGRAVANTE: L. de A. M.
Advogado(a): RAFAEL APARECIDO GONCALVES - MG151330
AGRAVADO: R. S. da S.
Relator: Des. ISAIAS FONSECA MORAES
Data distribuição: 15/06/2023

_____
Faço vistas à Procuradoria-Geral de Justiça, conforme determinado na decisão de ID nº 20237626.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Kiyochi Mori
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 PROCESSO: 0806985-60.2023.8.22.0000 IMPETRANTES: N. K. M. D. C., J. V. M. D. C. D. A., K. A. M. D. C. D. A.
ADVOGADOS DOS IMPETRANTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
IMPETRADO: J. D. D. D. 2. V. D. F. D. C. D. P. V. -. R.
IMPETRADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por N. K. M. de C. contra decisão do juiz da 2ª Vara de Família da Comarca de Porto Velho/RO que nos autos da ação de modificação de guarda, convivência e alimentos ajuizada em face de J. C. N. de A. (Processo n. 7028487-63.2023.822.0001), por meio da qual se designou audiência de conciliação para o dia 18/07/2023, na forma presencial, nos seguintes termos:
"1. Defiro a gratuidade.
2. Trata-se de ação de modificação de guarda, convivência e revisão de alimentos.
3. Não obstante a manifestação da requerente pela não realização da audiência de tentativa de conciliação, o Código de Processo Civil estabelece que, a audiência só não se realizará se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição (art. 334, parágrafo 4º, inciso I). Ademais, em casos de família a conciliação é primordial e na própria audiência de conciliação, havendo consenso, a pretensão poderá ser de plano homologada. Se assim, Designo audiência de conciliação para o dia 18 de julho de 2023, às 08:45 horas (horário local - Porto Velho/RO). Cite-se o requerido e Intimem-se as partes acima qualificadas (autor e requerido), para que compareçam à audiência, que se realizará no Centro de Conciliação de Família (Fórum Geral Des. César Montenegro - Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO - CEJUSC - 9º andar).
4.. Considerando o ATO CONJUNTO N. 010/2022-PR-CGJ, a audiência será realizada presencialmente."
Afirma que ao ajuizar a demanda requereu que fosse adotado o juízo 100% digital e que não fosse realizada audiência de conciliação ou mediação, uma vez que é vítima de violência doméstica, aventando que, nessa situação, a vulnerabilidade da mulher fragiliza sua manifestação de vontade perante o agressor.
Aponta a ilegalidade da determinação de realização da audiência por meio presencial, porquanto viola o Ato Normativo n. 14/2022-PR-CGJ, segundo o qual a adoção do Juízo 100% Digital é uma faculdade da parte e não do magistrado, mormente em caso de parte vítima de violência doméstica e familiar.
Sustenta, ainda, a sua nulidade, uma vez que motivada em ato normativo que não possui pertinência com as razões levantadas na petição inicial.
Requer a concessão do benefício da gratuidade, e que seja concedida tutela liminar para determinar que a autoridade coatora adote o Juízo 100% Digital nos Autos n. 7028487-63.2023.822.0001, com o fim de que seja disponibilizado link para que possa participar da audiência de conciliação de forma virtual, com a concessão da segurança, ao final.
Examinados, decido.
De início, observo que a impetrante já consta como beneficiária da justiça gratuita (ID n. 91549191 dos autos de origem), razão pela qual os efeitos se estendem a este mandamus.
Com efeito, nos termos do artigo 1º da Lei n. 12.016/2009, "conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça".
No presente caso, extrai-se que, sob o fundamento de que não seria concebível se dispensar a audiência de conciliação, sendo esta primordial, ante a matéria tratada e a possibilidade de, havendo consenso, se homologar de plano a pretensão, determinando-se o comparecimento das partes para a realização desta, o juiz acabou por indeferir os pedidos da parte para que o ato não fosse promovido ou que se sucedesse de forma virtual.
Destarte, resta flagrante a natureza jurídica de decisão do ato judicial impugnado, nos termos do artigo 203, § 2º do Código de Processo Civil, pelo que se conclui que o presente mandado de segurança foi utilizado como sucedâneo recursal, haja vista que o rol do artigo 1.015 do CPC/2015 possui taxatividade mitigada, segundo o entendimento da Corte Especial do STJ (Tema 988/STJ).
A inadequada utilização de mandado de segurança como sucedâneo recursal foi, inclusive, cristalizada no Enunciado n. 267 da Súmula de jurisprudência do STF, in verbis : "Não cabe Mandado de Segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição."
Nesse passo, a mera insatisfação com a decisão não desafia a impetração de mandado de segurança, sobretudo quando a parte dispõe de recurso próprio para externar sua inconformidade.
A propósito, cito precedentes que bem ilustram a impossibilidade de ajuizamento de ação mandamental como substitutivo de agravo de instrumento, considerando-se a taxatividade mitigada do rol do artigo 1.015, do Código de Processo Civil:
AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. INCIDENTE DE SUSPEIÇÃO EM AÇÃO DE DESTITUIÇÃO DE PODER FAMILIAR. INDEFERIMENTO. IMPUGNAÇÃO DE DECISÃO JUDICIAL. EXCEPCIONALIDADE. ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. INEXISTÊNCIA. SUCEDÂNEO RECURSAL. DESCABIMENTO. SÚMULA N. 267/STF. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Deve ser aplicado o entendimento desta Corte Superior no sentido de que não se afigura adequada a utilização de mandado de segurança como sucedâneo recursal, cristalizada, inclusive, no Enunciado n. 267 da Súmula de jurisprudência do STF, in verbis: "Não cabe Mandado de Segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição." 2. Como bem assinalou o Tribunal de origem, o writ interposto na origem é substitutivo de agravo de instrumento, haja vista que o rol do art. 1.015 do CPC/2015 possui taxatividade mitigada, segundo o entendimento da Corte Especial do STJ (Tema 988/STJ). 3. Agravo interno desprovido. (STJ - AgInt no RMS: 69181 SP 2022/0203437-6, Data de Julgamento: 13/02/2023, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 16/02/2023)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO DECLINATÓRIA DE COMPETÊNCIA. CABIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. TAXATIVIDADE MITIGADA. TEMA REPETITIVO 998. IMPUGNAÇÃO POR MANDADO DE SEGURANÇA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. SÚMULA 267 DO STF. AGRAVO INTERNO DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. o Mandado de Segurança não é substitutivo nem sucedâneo do recurso adequado, exceto em casos de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, nos termos do art. 5o., inciso II da Lei 12.016/2009, e do Enunciado 267 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não podendo ser utilizado de forma substitutiva, sob pena de se desnaturar a sua essência constitucional. 2. No caso dos

autos fora impetrado Mandado de decisão que declinou da competência para o Juizado Especial Cível. 3. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que o rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação. Tema 988 (REsp. 1.696.396/MT, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Corte Especial, DJe de 19.12.2018). 4. A decisão interlocutória sobre competência desafia a interposição de Agravo de Instrumento. Precedentes: RMS 56.135/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 11.10.2019; AgInt no RMS 55.990/PR, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJe 14.2.2019 e AgInt no AREsp. 1.248.906/AM, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe 14.6.2019. 5. Diante da possibilidade de interposição do Agravo de Instrumento em face da decisão interlocutória sobre competência, a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é firme quanto à impossibilidade de ajuizamento de ação mandamental. 6. Agravo Interno do Particular a que se nega provimento. (STJ - AgInt no RMS: 54987 RS 2017/0197353-9, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 03/12/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/12/2019)

À luz do exposto, indefiro a petição inicial, o que faço com fulcro no artigo 10, caput, da Lei n. 12.016/09 e extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do artigo 485, I, do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

Paulo Kiyochi Mori

Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Gabinete Des. Alexandre Miguel

Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7010665-95.2022.8.22.0001

Classe: Apelação Cível

Polo Ativo: ANNE GABRIELLY OLIVEIRA DE SOUZA

ADVOGADOS DO APELANTE: CLAYTON DE SOUZA PINTO, OAB nº RO6908A, WANESKA FARIAS OLIVEIRA, OAB nº RO10892A

Polo Passivo: TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA

ADVOGADOS DO APELADO: RAFAELA FONTOURA SANTOS, OAB nº BA70284A, GILBERTO RAIMUNDO BADARO DE ALMEIDA SOUZA, OAB nº BA22772A, RENATA MALCON MARQUES, OAB nº BA24805A

Vistos.

Em análise aos autos, verifico que existe Agravo de Instrumento de 0803461-89.2022.8.22.0000, sob a relatoria do e. Desembargador Raduan Miguel Filho.

Desta forma, há de se aplicar neste caso a redistribuição dos autos por prevenção, nos termos do art. 142 do RITJ/RO.

Posto isso, determino o encaminhamento dos autos à Vice-Presidência, para as providências necessárias.

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

Desembargador Alexandre Miguel

Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Gabinete Des. Alexandre Miguel

Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7001774-27.2023.8.22.0009

Classe: Apelação Cível

Polo Ativo: OSMUNDO LIMA DE OLIVEIRA, JOSEFA PEREIRA DE SANTANA

ADVOGADO DOS APELANTES: HERICK REGLY DE OLIVEIRA, OAB nº RO10788A

Polo Passivo: BANCO DO BRASIL SA

APELADO SEM ADVOGADO(S)

Vistos.

Em análise aos autos, verifico que existe Agravo de Instrumento de nº 0804943-38.2023.8.22.0000, sob a relatoria do e. Desembargador Isaias Fonseca Moraes.

Desta forma, há de se aplicar neste caso a redistribuição dos autos por prevenção, nos termos do art. 142 do RITJ/RO.

Posto isso, determino o encaminhamento dos autos à Vice-Presidência, para as providências necessárias.

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

Desembargador Alexandre Miguel

Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Gabinete Des. Alexandre Miguel

Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7021532-50.2022.8.22.0001

Classe: Apelação Cível

Polo Ativo: EDSON MOREIRA, ADELAIDE LORENA KELLER

ADVOGADO DOS APELANTES: MARCELA DE SA SALES, OAB nº RO10605A

Polo Passivo: IRINEU BATISTA

ADVOGADO DO APELADO: FABIO ANTONIO MOREIRA, OAB nº RO1553A
Vistos.
Em análise aos autos verifico que existe Agravo de Instrumento de 0804308-91.2022.8.22.0000, sob a relatoria do e. Desembargador Rowilson Teixeira.
Desta forma, há de se aplicar neste caso a redistribuição dos autos por prevenção, nos termos do art. 142 do RITJ/RO.
Posto isso, determino o encaminhamento dos autos à Vice-Presidência, para as providências necessárias.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Alexandre Miguel
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7005378-20.2023.8.22.0001
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: COSMO ADELINO DE ARRUDA
ADVOGADOS DO APELANTE: PEDRO RODRIGUES DE SOUZA, OAB nº RO10519A, THIAGO APARECIDO MENDES ANDRADE, OAB nº RO9033A
Polo Passivo: BANCO BRADESCO
ADVOGADOS DO APELADO: LARISSA SENTO SE ROSSI, OAB nº BA16330A, BRADESCO
Vistos.
Em análise aos autos, verifico que existe Agravo de Instrumento de nº 0802013-47.2023.8.22.0000, sob a relatoria do e. Desembargador Isaias Fonseca Moraes.
Desta forma, há de se aplicar neste caso a redistribuição dos autos por prevenção, nos termos do art. 142 do RITJ/RO.
Posto isso, determino o encaminhamento dos autos à Vice-Presidência, para as providências necessárias.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Alexandre Miguel
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807532-03.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: S. P. A.
ADVOGADO DO AGRAVANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: E. C. D. C.
AGRAVADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
Da análise dos autos, verifica-se que pela origem de n. 7006739-82.2022.8.22.0009, existe agravo de instrumento 0802075-87.2023.8.22.0000 distribuído à relatoria do Des. Torres Ferreira.
Desta forma, há de se aplicar neste caso a redistribuição dos autos por prevenção, nos termos do art. 142 do RITJ/RO.
Posto isso, determino o encaminhamento dos autos à Vice-Presidência, para as providências necessárias.
Publique-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Alexandre Miguel
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7008753-85.2021.8.22.0005
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: ALTAIR PEREIRA MACHADO
ADVOGADO DO APELANTE: BASSEM DE MOURA MESTOU, OAB nº RO3680A
Polo Passivo: NATHALI DOS SANTOS VILAS BOAS
ADVOGADOS DO APELADO: CLAUDICEIA MENEZES DA SILVA, OAB nº RO11479A, BRENDA MARTINS KREISEL, OAB nº RO11458A, NEUMAYER PEREIRA DE SOUZA, OAB nº RO1537A
Vistos etc.
ALTAIR PEREIRA MACHADO recorre da sentença proferida em ação de embargos à execução, movida por NATHALI DOS SANTOS VILAS BOAS.
Requer a concessão da justiça gratuita, afirmando que não possui condições de recolher as custas processuais sem prejuízo de seu sustento próprio.

Assim, em especial atenção ao que dispõe o art. 99 do CPC, intime-se a apelante para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove não possuir condições de arcar com o preparo recursal.
Intime-se. Publique-se. Cumpra-se.
Decorrido o prazo, retornem conclusos.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Processo: 0801775-28.2023.8.22.0000 - Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7016757-23.2021.8.22.0002-Ariquemes / 3ª Vara Cível
Embargante: Diogo Nunes dos Santos
Advogado : Halmerio Joaquim Carneiro Brito Bandeira de Melo (OAB/RO 770)
Advogado : Thales Antunes Bandeira de Melo (OAB/RO 11724)
Embargada: Arroba Agronegócios Ltda - EPP
Advogada : Yasmine Pivotti Arneiro (OABRO 9499)
Advogado : Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641)
Advogada : Mayra Miranda Gromann (OAB/RO 8675)
Relator : DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Opostos em 12/07/2023

_____

Vistos,
Intime-se a embargada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os embargos de declaração.
Após, voltem-me os autos conclusos.
C.

2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Torres Ferreira
Processo: 7018930-20.2021.8.22.0002 - APELAÇÃO CÍVEL (198)
Relator: Des. JOSE TORRES FERREIRA
Data distribuição: 14/11/2022 10:30:44
Data julgamento: 26/06/2023
Polo Ativo: Em segredo de justiça
Advogados do(a) APELANTE: AMAURI LUIZ DE SOUZA - RO1301-A, LINDIOMAR SILVA DOS ANJOS - RO10079-A
Polo Passivo: Em segredo de justiça
Advogados do(a) APELADO: JOAO BATISTA BATISTI - RO7211-A, MARCELO BARBOSA - RO10818-A
RELATÓRIO L.F.S.M apela da sentença proferida pelo juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes em que se julgou procedentes os pedidos formulados por O.V, determinando a partilha do imóvel residencial urbano localizado no Lote 09, Quadra 11, situado na Rua Vale do Anari, n. 1786, Bairro Jardim Coqueiral, nesta cidade de Ariquemes/RO, bem como a partilha do veículo de PSG/Automóvel; Marca/Modelo: Fiat/Uno Mille Fire; Ano Fab/Mod. 2004/2005; Cor; Azul; Placa: NCK8D28; Chassi: 9BD15802554605714; Renavam: 834907739.
Discorre que o imóvel e o veículo foram adquiridos por esforço exclusivo anterior a união estável, com enquadramento da regra estampada no art. 1.659, I e II, do Código Civil.
Defende que o julgamento antecipado da LIDE se traduz em cerceamento de defesa e invalida a procedência dos pleitos do autor, pois não houve saneamento do feito e nem designação de audiência de instrução e julgamento para oitiva de testemunhas.
Postula pelo acolhimento da preliminar e anulação da sentença ou a reforma da sentença para improcedência dos pedidos formulados à inaugural.
Contrarrazões pelo desprovimento do apelo.
Manifestação do Ministério Público pelo desinteresse na lide.
É o relatório.
VOTO
DESEMBARGADOR TORRES FERREIRA
Presentes as condições recursais (legitimidade, interesse e possibilidade jurídica) e os pressupostos legais (órgão investido de jurisdição, capacidade recursal das partes e regularidade formal - forma escrita, fundamentação e tempestividade), a apelação deve ser conhecida.
O recurso merece provimento parcial.
O feito não foi saneado e foi sentenciado sem que se realizasse audiência para oitiva de testemunhas arroladas pela apelante, de modo que, patente o cerceamento de defesa. Neste sentido:
Julgamento antecipado. Cerceamento de defesa. Desconstituição da sentença. Produção de provas.
Quando há fatos controvertidos a serem apurados, o julgamento antecipado da lide implica no cerceamento do direito de defesa e leva à desconstituição da sentença.
APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7006889-94.2021.822.0010, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 16/12/2022 – Destaquei.
APELAÇÃO. Ação de reconhecimento de união estável c.c partilha de bens. Sentença de improcedência. Insurgência do autor. Pedido expresso de produção de provas. Cerceamento de defesa configurado. Dilação probatória necessária para a apuração dos fatos. Necessidade de retorno dos autos ao juízo de origem para abertura da fase instrutória. Sentença anulada. Recurso a que se dá provimento. [TJ-SP - AC: 10101637420218260361 SP 1010163-74.2021.8.26.0361, Relator: José Rubens Queiroz Gomes, Data de Julgamento: 21/06/2022, 7ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 21/06/2022] – Destaquei.
À luz do exposto, acolho a preliminar e concedo parcial provimento ao recurso, cassando a sentença e determinando a devolução dos autos à origem para regular instrução do feito.

Ressalto que esta decisão não tem o condão de influenciar na decisão que o juízo a quo tomará após a necessária e regular instrução do feito.
Por fim, ressalto que o julgador não é obrigado a enfrentar um a um os argumentos deduzidos pelas partes. O contexto geral do julgado demonstra quais foram acolhidos e/ou rejeitados, advertindo, evitando decisão surpresa ou de terceira via (art. 10 do CPC), que em caso de interposição de recurso meramente protelatório, incorrerá a parte nas sanções previstas no art. 77, §2, art. 81 ou art. 1.026, §2, todos do CPC.
É como voto.
EMENTA
Apelação Civil. Julgamento antecipado. Cerceamento de defesa. Desconstituição da sentença. Produção de provas. Recurso provido parcialmente.
Quando há fatos controvertidos a serem apurados, o julgamento antecipado da lide implica no cerceamento do direito de defesa e leva à desconstituição da sentença.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, em, PRELIMINAR ACOLHIDA E RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
Porto Velho, 14 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE TORRES FERREIRA
RELATOR

2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Torres Ferreira
Processo: 7007139-20.2022.8.22.0002 - APELAÇÃO CÍVEL (198)
Relator: Des. JOSE TORRES FERREIRA
Data distribuição: 31/01/2023 09:03:58
Data julgamento: 26/06/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) APELANTE: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664-A
Polo Passivo: LINDAMAR PEREIRA RIGOLON
Advogados do(a) APELADO: CINTIA SAIONARA SANTOS MARINHO - RO10606-A, JACIMAR PEREIRA RIGOLON - RO1740-A
RELATÓRIO
Energisa Rondônia apela da sentença proferida pelo juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes que declarou inexistente débito de recuperação de consumo e a condenou, além dos ônus sucumbenciais, ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco) mil reais à título de danos morais a Lindamar Pereira Rigolon.
Discorre que a autora acompanhou a inspeção realizada no medidor e que foi comprovado in loco que havia fase invertida. Defende a legalidade da interrupção do serviço essencial e que não houve danos morais.
Defende a validade de sua conduta e que, subsidiariamente, a quantia fixada deve ser reduzida.
Postula o provimento do apelo para improceder os pleitos da inaugural.
Sem contrarrazões.
Parecer do Ministério Público pelo conhecimento e desprovimento do apelo.
É o relatório.
VOTO
DESEMBARGADOR TORRES FERREIRA
Presentes as condições recursais (legitimidade, interesse e possibilidade jurídica) e os pressupostos legais (órgão investido de jurisdição, capacidade recursal das partes e regularidade formal - forma escrita, fundamentação e tempestividade), a apelação deve ser conhecida.
O recurso não merece provimento.
Enquadrando-se as partes nos conceitos legais de consumidor e fornecedor (artigos 2º e 3º do CDC), o contrato de compromisso de compra e venda de imóvel se sujeita às disposições da legislação consumerista, de modo que ainda que se trate de contrato de adesão, incide sobre a relação à norma consumerista. Neste sentido:
AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO INDENIZATÓRIA - COMPRA E VENDA DE IMOVEL - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - APLICABILIDADE - TEORIA FINALISTA MITIGADA - CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DO FORO - NULIDADE - HIPOSSUFICIÊNCIA CONFIGURADA. Conforme entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, “o adquirente de unidade imobiliária, mesmo não sendo o destinatário final do bem e apenas possuindo o intuito de investir ou auferir lucro, poderá encontrar abrigo da legislação consumerista com base na teoria finalista mitigada se tiver agido de boa-fé e não detiver conhecimentos de mercado imobiliário nem expertise em incorporação, construção e venda de imóveis, sendo evidente a sua vulnerabilidade. Em outras palavras, o CDC poderá ser utilizado para amparar concretamente o investidor ocasional (figura do consumidor investidor)”. Possibilidade de declaração da nulidade da cláusula de eleição de foro estipulada em contrato de adesão, quando configurada a vulnerabilidade ou a hipossuficiência do aderente ou o prejuízo no acesso à justiça. (DES;A MÔNICA LIBÂNIO) (vv) EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. COMPETÊNCIA. INAPLICABILIDADE DO CDC. CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO. VALIDADE. SÚMULA 335 DO STJ. RECURSO PROVIDO. 1. Não se aplicando o Código de Defesa do Consumidor, podem as partes eleger o foro para dirimir as controvérsias oriundas do contrato. 2. Se da análise do contrato celebrado entre as partes não ficou comprovada abusividade, nos termos da Súmula 335 do Superior Tribunal de Justiça: “é válida a cláusula de eleição do foro para os processos oriundos do contrato”. 3. Recurso provido. (DES. MARCOS LINCOLN)
(TJ-MG - AI: 10079140116561004 Contagem, Relator: Marcos Lincoln, Data de Julgamento: 16/03/2022, Câmaras Cíveis / 11ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 28/03/2022)
Ao cerne da questão.
Não se descura que eventualmente haja, nas residências, um maior consumo capaz de gerar picos maiores nas faturas, todavia, na espécie, tenta a Energisa cobrar valor pretérito por estimativa, cuja menção de alteração de fiação no borne não restou devidamente comprovada.
Restou comprovado que a medição anterior à inspeção e posterior da autora é uniforme, com poucas oscilações, de modo que não se pode admitir recuperação de consumo por estimativa. Neste sentido:

Apelação Cível. Fornecimento de energia elétrica. Perícia unilateral. Recuperação de consumo. Cobrança indevida. Estimativa de Valor. Negativação Indevida. Dano moral. Configurado. Pagamento. Compensação. Negado. Recurso não provido. Embora possível que a concessionária de serviço público apure a recuperação de consumo de energia elétrica em razão de supostas inconsistências no consumo pretérito, se faz necessária a comprovação do cumprimento rigoroso dos procedimentos normativos da ANEEL, sob pena de desconstituição do débito apurado apenas por meio de perícia unilateral. A perícia realizada em medidor de energia elétrica, deve observar, entre outros, o exercício do contraditório e ampla defesa da parte contrária, sendo imprescindível sua participação, mediante sua regular notificação para comparecimento. Caso contrário, tratar-se-á de perícia unilateral, totalmente nula. O parâmetro a ser utilizado para o cálculo do débito, deverá ser a média de consumo dos três meses, imediatamente, posteriores à substituição do medidor e, pelo período pretérito máximo de doze meses. A recuperação de consumo não poderá se basear em valores apurados por estimativa. É devida indenização por dano moral ao consumidor, em razão da negativação indevida de seu nome no cadastro de inadimplentes. Não cabe a compensação prevista no art. 113, II, e § 3º da Resolução 414 da ANEEL, para o pagamento de condenação em danos morais.
(TJ-RO - AC: 70010117620218220015 RO 7001011-76.2021.822.0015, Data de Julgamento: 01/12/2021) – Destaquei.
A Autora também comprovou que não acompanhou a inspeção, que reside sozinha e que por vezes, deixa o imóvel vazio para buscar tratamento de saúde, de modo que, óbvio que o consumo reduzirá, de modo que não se pode postular pela recuperação de 12 meses pelo maior consumo como se em todos este ocorresse, dentro do contexto dos autos.
Não fosse a medida de tentar receber o que não tem direito, a concessionaria recorrente ainda interrompeu sem qualquer aviso prévio a energia elétrica na unidade consumidora da autora, o que lhe trouxe problemas de todas as montas, inclusive prejudicando sua frágil saúde, como comprovado nos autos.
Estando o valor fixado à título de danos morais dentro dos parâmetros que vem adotando esta Corte, descabida a minoração do quantum. Neste sentido:
Apelação cível. Energia elétrica. Faturas exorbitantes. Inexistência de débito. Suspensão do fornecimento do serviço. Dano moral. Configuração. Quantum indenizatório mantido. Recurso não provido.
Não comprovado pela concessionária de energia o efetivo consumo de energia pela parte-autora que pudesse ocasionar o aumento significativo nas faturas, torna-se indevido o débito cobrado, sobretudo ante a discrepância entre o levantamento de carga e as faturas cobradas.
A suspensão ilegal do fornecimento do serviço e a inscrição indevida do nome do consumidor em órgão de restrição ao crédito dispensam a comprovação de efetivo prejuízo, uma vez que o dano moral, nesses casos, opera-se in re ipsa.
O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e ao conceito social das partes, devendo ser mantido se atender tais parâmetros.
APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7003914-89.2022.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 03/05/2023 - Destaquei.
Pelo exposto, nego provimento ao apelo.
Majoro a verba sucumbencial para 20% (vinte por cento).
Por fim, tenho por prequestionados os artigos ventilados no apelo e nas contrarrazões, e ressalto que o julgador não é obrigado a enfrentar um a um os argumentos deduzidos pelas partes. O contexto geral do julgado demonstra quais foram acolhidos e/ou rejeitados, advertindo, evitando decisão surpresa ou de terceira via (art. 10 do CPC), que em caso de interposição de recurso meramente protelatório, incorrerá a parte nas sanções previstas no art. 77, §2, art. 81 ou art. 1.026, §2, todos do CPC.
É como voto.
EMENTA
Apelação cível. Energia elétrica. Recuperação de consumo. Inexistência de débito. Suspensão do fornecimento do serviço. Dano moral. Configuração. Quantum indenizatório mantido. Recurso não provido.
Não comprovado pela concessionária de energia o efetivo consumo de energia pela parte-autora, torna-se indevido o débito cobrado relativo à recuperação pretérita por estimativa, sobretudo quando inexiste discrepância entre as faturas anteriores e posteriores a vistoria.
A suspensão ilegal do fornecimento do serviço e a inscrição indevida do nome do consumidor em órgão de restrição ao crédito dispensam a comprovação de efetivo prejuízo, uma vez que o dano moral, nesses casos, opera-se in re ipsa.
O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e ao conceito social das partes, devendo ser mantido se atender tais parâmetros.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, em, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
Porto Velho, 14 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE TORRES FERREIRA
RELATOR

2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Torres Ferreira
Processo: 7061798-16.2021.8.22.0001 - APELAÇÃO CÍVEL (198)
Relator: Des. JOSE TORRES FERREIRA
Data distribuição: 01/12/2022 08:27:34
Data julgamento: 30/06/2023
Polo Ativo: J. P. A. N.
Advogado do(a) APELANTE: SAULA DA SILVA PIRES - RO7346-A
Polo Passivo: AMERON - ASSISTENCIA MEDICA RONDONIA S.A.
Advogados do(a) APELADO: JAIME PEDROSA DOS SANTOS NETO - RO4315-A, JONATAS JOEL MORETES SILVESTRE - RO10021-A, MARILIA GUIMARAES BEZERRA - RO10903-A
RELATÓRIO

João Pedro Arantes Nogueira apela da sentença proferida pelo juízo da 8ª Vara Cível desta Comarca, em que se julgou improcedente o pedido de dano moral e suporte com pedagogo formulado na ação indenizatória que move em desfavor de Ameron – Assistência Médica e Odontológica Rondônia S/A.

Discorre que faz jus a cobertura de tratamento e suporte pedagógico, haja vista que somente assim terá garantido o direito à saúde, medida sine qua non para o seu desenvolvimento integral.

Alega ter sofrido constrangimento ilegítimo e que a negativa de cobertura ultrapassa a esfera do mero aborrecimento aceitável do cotidiano.

Postula a reforma da sentença para reconhecimento e procedência de todos os pedidos formulados à inaugural.

Contrarrazões pelo improvimento do apelo.

Parecer do Ministério Público pelo conhecimento e provimento do apelo.

É o relatório.

VOTO

DESEMBARGADOR TORRES FERREIRA

Presentes as condições recursais (legitimidade, interesse e possibilidade jurídica) e os pressupostos legais (órgão investido de jurisdição, capacidade recursal das partes e regularidade formal – forma escrita, fundamentação e tempestividade), a apelação deve ser conhecida.

O recurso merece provimento.

Na hipótese, o menor João Pedro Arantes Nogueira foi diagnosticado com transtorno do espectro autista por neuropediatra, que entendeu pela necessidade de acompanhamento, dentre outros, de psicopedagogo (laudo no id. n. 18144450).

A ANS tornou obrigatória a cobertura, pela operadora de plano de saúde, de qualquer método ou técnica indicada pelo profissional de saúde responsável para o tratamento de Transtornos Globais do Desenvolvimento, entre os quais o transtorno do espectro autista, Síndrome de Asperger e a Síndrome de Rett e ainda que assim não o fosse, este TJRO já o fazia, sendo indiscutível que a apelada tinha e tem conhecimento do entendimento desta Corte quanto à matéria.

A Lei Federal n. 12.764 de 27 de dezembro de 2012 assegura os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, de modo que é injusta e ilegal a negativa de cobertura ou seu oferecimento de forma deficitária. Assim, tenho como indevida a negativa de fornecimento de tratamento com psicopedagogo devidamente recomendado por médico especialista. Neste sentido:

Agravo interno. Saúde. Criança portadora de TDAH, TDL e TOD. Terapia psicopedagógica. Necessidade comprovada. Rediscussão da matéria. Vedação.

O custeio de tratamento pelo plano de saúde pressupõe a existência de previsão de cobertura da patologia, e não da terapia recomendada pelo médico assistente para tratá-la, a quem compete prescrever a melhor orientação terapêutica diante das condições específicas e particulares do paciente, de modo que, estando presentes os requisitos para a concessão da tutela de urgência, quais sejam, probabilidade do direito e perigo de dano à saúde, há de ser mantido o deferimento da medida.

Ausente a demonstração de inconsistência na decisão julgada monocraticamente, deve o agravo interno ser desprovido (Agravo de Instrumento n. 0808106-60.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, rel. do acórdão: desemb. José Torres Ferreira, data de julgamento: 2/5/2023).

Vê-se que a negativa do tratamento amplo e adequado de que necessita a parte recorrida configura ato ilícito, bem como gera dano moral indenizável na medida em que houve recusa de tratamento, situação esta de aflição psicológica e de angústia no espírito do usuário, já abalado. Neste sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. TERAPIA ABA. COBERTURA. NEGATIVA. ESPECTRO AUTISTA. ANS. ROL. MITIGAÇÃO. HIPÓTESES. DANOS MORAIS. REVISÃO. SÚMULAS Nº 5 E 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado em data anterior à publicação da Emenda Constitucional n. 125.

2. A controvérsia dos autos busca definir a natureza do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, elaborado periodicamente pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), se exemplificativo ou taxativo.

3. A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça uniformizou o entendimento de ser o Rol da ANS, em regra, taxativo, podendo ser mitigado quando atendidos determinados critérios. Precedente.

4. Na hipótese, a ANS já reconhecia a Terapia ABA como contemplada nas sessões de psicoterapia do Rol da Saúde Suplementar, havendo também considerações da CONITEC a respeito da viabilidade não só desse método no tratamento de determinados graus de TEA, mas também de outros métodos a serem discutidos com o profissional da saúde.

5. A ANS tornou obrigatória a cobertura, pela operadora de plano de saúde, de qualquer método ou técnica indicada pelo profissional de saúde responsável para o tratamento de Transtornos Globais do Desenvolvimento, entre os quais o Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Asperger e a Síndrome de Rett (RN-ANS n. 539/2022).

6. A Autarquia Reguladora aprovou o fim do limite de consultas e sessões com psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas e revogou as Diretrizes de Utilização (DU) para tais tratamentos (RN-ANS n. 541/2022).

7. Conforme entendimento firmado pelas Turmas de Direito Privado do Superior Tribunal de Justiça, a recusa indevida e injustificada, pela operadora do plano de saúde, em autorizar a cobertura necessária para tratamento médico a que esteja legal ou contratualmente obrigada, enseja a reparação a título de dano moral, por agravar a situação de aflição psicológica e de angústia do beneficiário.

8. No caso, acolher a tese pleiteada pela agravante acerca do não cabimento da indenização por danos morais exigiria exceder os fundamentos do acórdão impugnado e adentrar no exame das provas e na relação contratual estabelecida, procedimentos vedados em recurso especial, a teor das Súmulas n. 5 e 7/STJ.

9. Agravo interno não provido (AgInt no REsp n. 1.973.863/SP, relator ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 13/3/2023, DJe de 16/3/2023.) – Destaquei.

Apelação cível. Ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais. Plano de saúde. Sessões de Fonoterapia. Município do beneficiário. Menor de idade. Limitação atendimento. Abusividade. Dano moral configurado.

Revela abusiva a cláusula contratual ou o ato da operadora de plano de saúde que nega atendimento no domicílio de residência de beneficiários que não tem profissional credenciado na rede do plano de saúde.

Configurada a falha na prestação do serviço caracteriza-se a responsabilidade civil de reparação dos danos morais, especialmente quando demonstrado que o menor não conseguiu atendimento na forma requerida.

Para a fixação da indenização por danos morais, o juiz deve levar em consideração a extensão dos danos, orientando-se pelos critérios sugeridos na doutrina e na jurisprudência e com razoabilidade valer-se de sua experiência e do bom senso (Apelação Cível n. 7002018-21.2021.822.0010, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, rel. do acórdão: desemb. Alexandre Miguel, data de julgamento: 2/9/2022) – Destaquei.

Como visto, a apelada expôs o paciente à situação de desamparo, quando perseguia o suporte indispensável à proteção da sua saúde e da vida, situação hábil a romper o equilíbrio psicológico do homem médio e a lhe causar angústia intensa.
Logo, o caso dos autos revela que não está a tratar-se de mero aborrecimento ou dissabor, mas, sim, legítima ofensa ao direito da personalidade do indivíduo, que desfruta de proteção legal.
Com efeito, é devida a indenização por dano moral, cujo valor deve ser fixado com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, à capacidade econômica das partes, cabendo ao juízo orientar-se pelos critérios sugeridos na doutrina e na jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, sabendo, também, que há a necessidade de reprimir esse tipo de comportamento do ofensor, de modo a evitar a reincidência da conduta.
Na espécie, observados os requisitos mencionados, fixo a indenização a título de danos morais em R$ 3.000,00 (três mil reais), valor que se revela compatível com o caso concreto, bem como em consonância com o parâmetro adotado por esta Câmara em casos similares.
Por arremate, convido a apelante a analisar o que decidido recentemente pelo STJ, ao julgar o REsp 2.043.003, que reafirmou que “o tratamento multidisciplinar de autismo deve ser coberto de maneira ampla por plano de saúde”, o que evitará superlotação do PODER JUDICIÁRIO com matéria pacífica.
Ante o exposto, dou provimento ao recurso e, como consequência, reconheço o direito do autor a receber cobertura do plano de saúde requerido quanto à prestação de serviço psicopedagógico.
Condeno a recorrida ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, acrescidos de juros a partir da citação e corrigido monetariamente a partir da presente data
Custas, despesas e honorários pelo plano recorrido, estes no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).
Por fim, tenho por prequestionados os artigos ventilados no apelo e em contrarrazões e ressalto que o julgador não é obrigado a enfrentar um a um os argumentos deduzidos pelas partes. O contexto geral do julgado demonstra quais foram acolhidos e/ou rejeitados, advertindo, evitando decisão surpresa ou de terceira via (art. 10 do CPC), que em caso de interposição de recurso meramente protelatório, incorrerá a parte nas sanções previstas no art. 77, §2, art. 81 ou art. 1.026, §2, todos do CPC.
É como voto.
EMENTA
Apelação cível. Plano de saúde. Negativa do plano quanto a tratamento multidisciplinar em favor de menor portador de transtorno de espectro autista. Dano moral configurado. Provido.
É abusiva a recusa de cobertura de procedimento terapêutico prescrito pelo profissional que acompanha o paciente portador de espectro autista.
A negativa de cobertura da operadora caracteriza dano moral passível de compensação.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, em, RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE TORRES FERREIRA
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Processo: 7002806-04.2022.8.22.0009 Apelação (PJE)
Origem: 7002806-04.2022.8.22.0009-Pimenta Bueno / 2ª Vara Cível
Apelante : Edna Evangelista de Souza
Advogado : Luiz Fernando Cardoso Ramos (OAB/MS 14572)
Apelada : Crefisa S/A Credito Financiamento e Investimentos
Advogado : Lazaro José Gomes Júnior (OAB/GO 31757)
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 11/04/2023
Redistribuído por Prevenção em 18/04/2023

_____
DECISÃO
Vistos.
Ante a decisão colegiada em recurso de apelação, consoante Acórdão de ID 200015038, esgotou-se a competência desta relatoria.
Considerando a petição de ID Num. 20511470 encaminhe-se os autos ao Presidente da 2ª Câmara Cível, em observância ao artigo 141, VI, do RITJRO.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Paulo Kiyochi Mori
Relator

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Processo: 7000364-02.2021.8.22.0009 - APELAÇÃO CÍVEL (198)
ORIGEM: 7000364-02.2021.8.22.0009 - Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
APELANTE: SULATO E SULATO COMERCIO DE METAIS LTDA
ADVOGADO: VALDEMAR ALVES DOS REIS JUNIOR - SP226299
APELANTE: YAPAY PAGAMENTOS ONLINE LTDA
ADVOGADO: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU - SP117417
APELADO: MILENI CASSIMIRO

ADVOGADO: GENIVAL DE OLIVEIRA SOUZA - RO9595
RELATOR: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 24/02/2023

_____

Vistos,
O procurador da parte recorrente, por meio da petição acostada à fl. 436 id 20315777, comunica a renúncia ao instrumento de mandato que lhe foi outorgado por SULATO E SULATO COMÉRCIO DE METAIS LTDA, juntando cópia da respectiva notificação devidamente recebida (id 20315778).
No entanto, verifico que o apelante não constituiu novo causídico para assumir o patrocínio da causa.
Desta feita, com fundamento no art. 76, § 2º, inc. I, do Código de Processo Civil, intime-se pessoalmente o apelante para regularizar a representação processual, no prazo de 5 (cinco) dias.
Oportunamente, faça-me a conclusão.
C.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Processo: 7041440-64.2020.8.22.0001 - APELAÇÃO CÍVEL
Relator: TORRES FERREIRA
Polo Ativo: Em segredo de justiça e outros
Advogado do(a) APELANTE: CRISTIANE PASSOS DE SOUSA - DF48111-A
Polo Passivo: Em segredo de justiça
Advogado do(a) APELADO: ALEX NASCIMENTO DE OLIVEIRA - RO7670-A
DESPACHO
Vistos,
Atento a juntada de documentos novos pelo apelante e que tais podem vir eventualmente a influenciar no julgamento, intime-se, com supedâneo no que disciplina o art. 10 do CPC, a parte recorrida para, querendo, se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias.
Após, concluso para nova inclusão em pauta.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho – RO, data de assinatura no sistema.
Juiz Convocado Danilo Paccini

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PROCESSO: 7002071-14.2021.8.22.0006 - APELAÇÃO CÍVEL (198)
ORIGEM: 7002071-14.2021.8.22.0006 - Presidente Médici - Vara Única
APELANTE/APELADO: COOPERATIVA MISTA ROMA
ADVOGADO: CRISTIANO REGO BENZOTA DE CARVALHO - BA15471
ADVOGADA: NATHALIA GONCALVES DE MACEDO CARVALHO - SP287894
APELADO/APELANTE: MARIA IVONEIDE VIEIRA DE SOUSA ARAUJO
ADVOGADA: SARA GESSICA GOUBETI MELOCRA - RO5099
APELADO: RIO MACHADO REPRESENTACOES LTDA
ADVOGADA: JESSICA CHAVES DOS SANTOS - GO53086
ADVOGADA: MARCIA ALEXSANDRA ALVES TUMA DE ANDRADE - GO48245
RELATOR: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 20/06/2023

_____

Vistos,
Em vias de julgamento, verifiquei que a apelada RIO MACHADO REPRESENTAÇÕES LTDA está desassistida de patronos, ante a renúncia aos poderes conferidos aos advogados que atuavam no feito e, até o momento, não veio aos autos a habilitação de outro profissional apto a patrocinar a causa.
Dessa forma, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que os apelados regularizem a sua representação.
A Coordenadoria adianto que a intimação deve realizada em nome da empresa, via correio, tal como realizado em primeiro grau, vez que o patrono cadastrado, já não possui poderes para representá-los.
Após, conclusos para decisão.
C.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: Sessão Virtual N. 822 – 28/06/2023 à 05/07/2023
7009378-70.2022.8.22.0010 Apelação (PJE)
Origem: 7009378-70.2022.8.22.0010-Rolim de Moura / 2ª Vara Cível
Apelante : Nildon Cesario da Silva
Advogado : Felipe Wendt (OAB/RO 4590)
Advogado : Weverton de Souza Pires Santos (OAB/RO 10792)
Apelado : Banco Itaú Consignado S/A
Advogado : Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB/RO 9354)

Relator : DES. ALEXANDRE MIGUEL
Distribuído por Sorteio em 12/05/2023
Decisão: ''RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.''
EMENTA
Apelação cível. Ação declaratória. Indeferimento da inicial. Junta de documentos. Falta de emenda. Condenação em custas. Justiça gratuita. Pedido de assistência judiciária gratuita formulado na inicial. Ausência de manifestação do juízo. Deferimento tácito. Recurso provido.
Presume-se o deferimento do pedido de assistência judiciária gratuita não expressamente indeferido por decisão fundamentada, devendo a omissão do julgador ser atuada em favor daquele que requereu a benesse, fazendo constar no dispositivo da sentença a condição suspensiva do art. 98, §3º, do CPC.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: Sessão Virtual N. 822 – 28/06/2023 à 05/07/2023
7059506-24.2022.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7059506-24.2022.8.22.0001-Porto Velho / 6ª Vara Cível
Apelante : Unimed Porto Velho - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.
Advogada : Raquel Grécia Nogueira (OAB/RO 10072)
Advogado : Eurico Soares Montenegro Neto (OAB/RO 1742)
Advogada : Amanda Elise Castoldi dos Santos (OAB/RO 9950)
Advogado : Adevaldo Andrade Reis (OAB/RO 628)
Advogado : Rodrigo Otávio Veiga de Vargas (OAB/RO 2829)
Advogado : Thiago Maia de Carvalho (OAB/RO 7472)
Apelado : P. dos S. T. representado por A. dos S.T.
Advogado : Ryan Marques de Oliveira Medeiros (OAB/RO 9711)
Advogado : Juscelino Moraes do Amaral (OAB/RO 4405)
Advogado : Jorge Avelino Lima do Amaral (OAB/RO 10555)
Relator : DES. ALEXANDRE MIGUEL
Distribuído por Sorteio em 04/05/2023
Decisão: ''RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.''
EMENTA
Apelação cível. Ação de indenização por danos morais. Plano de Saúde. Período de carência. Recém-nascido. Internação. Caráter emergência e urgência. Negativa de cobertura. Dano moral configurado. Quantum reduzido. Recurso parcialmente provido.
A cláusula contratual que prevê prazo de carência para utilização dos serviços prestados pelo plano de saúde não é considerada abusiva, desde que não obste a cobertura do segurado em casos de emergência ou urgência, como no caso dos autos, hipótese que configura o dever de arcar com a indenização por danos morais.
O quantum indenizatório deve ser fixado com moderação, considerando a extensão dos danos, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos na doutrina e na jurisprudência com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, operando-se sua redução quando a quantia fixada não corresponde aos precedentes desta Câmara.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Processo: 7003735-37.2017.8.22.0001
APELANTE: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADOS DO APELANTE: LUCIANA SALES NASCIMENTO, OAB nº RO5082A, FABIANE OLIVEIRA MONTEIRO, OAB nº RO8141A, ISABELE FERREIRA PIMENTEL, OAB nº RO10162A, PRISCILA RAIANA GOMES DE FREITAS, OAB nº RO8352, FELIPE BRAGA PEREIRA FURTADO, OAB nº RO9230A, FRANCISCO LUIS NANCI FLUMINHAN, OAB nº MS5526S, BRUNA REBECA PEREIRA DA SILVA, OAB nº RO4982A, MARCELO FERREIRA CAMPOS, OAB nº RO3250A, CLAYTON CONRAT KUSSLER, OAB nº RO3861A
APELADOS: ZENILTON DE OLIVEIRA DOS SANTOS, CLEMILDA ALVES DA FONSECA, MEIRILANE DAS NEVES DE OLIVEIRA, IRAILTON FERREIRA DA SILVA, ONIAS VIDAL LEITE, ANA CRISTINA DE CASTRO FURTADO, LUIZ CLAUDIO FERREIRA SENA, SEBASTIANA OLIVEIRA LOBATO, ALDAMIRO DAMACENO REGO, OLENILDE RAMOS BRITO
ADVOGADOS DOS APELADOS: JEANNE LEITE OLIVEIRA, OAB nº RO1068A, ANTONIO DE CASTRO ALVES JUNIOR, OAB nº RO2811A
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Subam os autos ao Tribunal competente para processamento do agravo, nos termos do artigo 1.042, §7º, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 7 de julho de 2023.
Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Presidente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Processo: 7003735-37.2017.8.22.0001
APELANTE: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADOS DO APELANTE: LUCIANA SALES NASCIMENTO, OAB nº RO5082A, FABIANE OLIVEIRA MONTEIRO, OAB nº RO8141A, ISABELE FERREIRA PIMENTEL, OAB nº RO10162A, PRISCILA RAIANA GOMES DE FREITAS, OAB nº RO8352, FELIPE BRAGA

PEREIRA FURTADO, OAB nº RO9230A, FRANCISCO LUIS NANCI FLUMINHAN, OAB nº MS5526S, BRUNA REBECA PEREIRA DA SILVA, OAB nº RO4982A, MARCELO FERREIRA CAMPOS, OAB nº RO3250A, CLAYTON CONRAT KUSSLER, OAB nº RO3861A
APELADOS: ZENILTON DE OLIVEIRA DOS SANTOS, CLEMILDA ALVES DA FONSECA, MEIRILANE DAS NEVES DE OLIVEIRA, IRAILTON FERREIRA DA SILVA, ONIAS VIDAL LEITE, ANA CRISTINA DE CASTRO FURTADO, LUIZ CLAUDIO FERREIRA SENA, SEBASTIANA OLIVEIRA LOBATO, ALDAMIRO DAMACENO REGO, OLENILDE RAMOS BRITO
ADVOGADOS DOS APELADOS: JEANNE LEITE OLIVEIRA, OAB nº RO1068A, ANTONIO DE CASTRO ALVES JUNIOR, OAB nº RO2811A
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Subam os autos ao Tribunal competente para processamento do agravo, nos termos do artigo 1.042, §7º, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 7 de julho de 2023.
Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Presidente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Processo: 7003735-37.2017.8.22.0001
APELANTE: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADOS DO APELANTE: LUCIANA SALES NASCIMENTO, OAB nº RO5082A, FABIANE OLIVEIRA MONTEIRO, OAB nº RO8141A, ISABELE FERREIRA PIMENTEL, OAB nº RO10162A, PRISCILA RAIANA GOMES DE FREITAS, OAB nº RO8352, FELIPE BRAGA PEREIRA FURTADO, OAB nº RO9230A, FRANCISCO LUIS NANCI FLUMINHAN, OAB nº MS5526S, BRUNA REBECA PEREIRA DA SILVA, OAB nº RO4982A, MARCELO FERREIRA CAMPOS, OAB nº RO3250A, CLAYTON CONRAT KUSSLER, OAB nº RO3861A
APELADOS: ZENILTON DE OLIVEIRA DOS SANTOS, CLEMILDA ALVES DA FONSECA, MEIRILANE DAS NEVES DE OLIVEIRA, IRAILTON FERREIRA DA SILVA, ONIAS VIDAL LEITE, ANA CRISTINA DE CASTRO FURTADO, LUIZ CLAUDIO FERREIRA SENA, SEBASTIANA OLIVEIRA LOBATO, ALDAMIRO DAMACENO REGO, OLENILDE RAMOS BRITO
ADVOGADOS DOS APELADOS: JEANNE LEITE OLIVEIRA, OAB nº RO1068A, ANTONIO DE CASTRO ALVES JUNIOR, OAB nº RO2811A
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Subam os autos ao Tribunal competente para processamento do agravo, nos termos do artigo 1.042, §7º, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 7 de julho de 2023.
Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Presidente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Processo: 7003735-37.2017.8.22.0001
APELANTE: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADOS DO APELANTE: LUCIANA SALES NASCIMENTO, OAB nº RO5082A, FABIANE OLIVEIRA MONTEIRO, OAB nº RO8141A, ISABELE FERREIRA PIMENTEL, OAB nº RO10162A, PRISCILA RAIANA GOMES DE FREITAS, OAB nº RO8352, FELIPE BRAGA PEREIRA FURTADO, OAB nº RO9230A, FRANCISCO LUIS NANCI FLUMINHAN, OAB nº MS5526S, BRUNA REBECA PEREIRA DA SILVA, OAB nº RO4982A, MARCELO FERREIRA CAMPOS, OAB nº RO3250A, CLAYTON CONRAT KUSSLER, OAB nº RO3861A
APELADOS: ZENILTON DE OLIVEIRA DOS SANTOS, CLEMILDA ALVES DA FONSECA, MEIRILANE DAS NEVES DE OLIVEIRA, IRAILTON FERREIRA DA SILVA, ONIAS VIDAL LEITE, ANA CRISTINA DE CASTRO FURTADO, LUIZ CLAUDIO FERREIRA SENA, SEBASTIANA OLIVEIRA LOBATO, ALDAMIRO DAMACENO REGO, OLENILDE RAMOS BRITO
ADVOGADOS DOS APELADOS: JEANNE LEITE OLIVEIRA, OAB nº RO1068A, ANTONIO DE CASTRO ALVES JUNIOR, OAB nº RO2811A
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Subam os autos ao Tribunal competente para processamento do agravo, nos termos do artigo 1.042, §7º, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 7 de julho de 2023.
Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Presidente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Processo: 7003735-37.2017.8.22.0001
APELANTE: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADOS DO APELANTE: LUCIANA SALES NASCIMENTO, OAB nº RO5082A, FABIANE OLIVEIRA MONTEIRO, OAB nº RO8141A, ISABELE FERREIRA PIMENTEL, OAB nº RO10162A, PRISCILA RAIANA GOMES DE FREITAS, OAB nº RO8352, FELIPE BRAGA PEREIRA FURTADO, OAB nº RO9230A, FRANCISCO LUIS NANCI FLUMINHAN, OAB nº MS5526S, BRUNA REBECA PEREIRA DA SILVA, OAB nº RO4982A, MARCELO FERREIRA CAMPOS, OAB nº RO3250A, CLAYTON CONRAT KUSSLER, OAB nº RO3861A
APELADOS: ZENILTON DE OLIVEIRA DOS SANTOS, CLEMILDA ALVES DA FONSECA, MEIRILANE DAS NEVES DE OLIVEIRA, IRAILTON FERREIRA DA SILVA, ONIAS VIDAL LEITE, ANA CRISTINA DE CASTRO FURTADO, LUIZ CLAUDIO FERREIRA SENA, SEBASTIANA OLIVEIRA LOBATO, ALDAMIRO DAMACENO REGO, OLENILDE RAMOS BRITO

ADVOGADOS DOS APELADOS: JEANNE LEITE OLIVEIRA, OAB nº RO1068A, ANTONIO DE CASTRO ALVES JUNIOR, OAB nº RO2811A
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Subam os autos ao Tribunal competente para processamento do agravo, nos termos do artigo 1.042, §7º, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 7 de julho de 2023.
Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Presidente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Processo: 7003735-37.2017.8.22.0001
APELANTE: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADOS DO APELANTE: LUCIANA SALES NASCIMENTO, OAB nº RO5082A, FABIANE OLIVEIRA MONTEIRO, OAB nº RO8141A, ISABELE FERREIRA PIMENTEL, OAB nº RO10162A, PRISCILA RAIANA GOMES DE FREITAS, OAB nº RO8352, FELIPE BRAGA PEREIRA FURTADO, OAB nº RO9230A, FRANCISCO LUIS NANCI FLUMINHAN, OAB nº MS5526S, BRUNA REBECA PEREIRA DA SILVA, OAB nº RO4982A, MARCELO FERREIRA CAMPOS, OAB nº RO3250A, CLAYTON CONRAT KUSSLER, OAB nº RO3861A
APELADOS: ZENILTON DE OLIVEIRA DOS SANTOS, CLEMILDA ALVES DA FONSECA, MEIRILANE DAS NEVES DE OLIVEIRA, IRAILTON FERREIRA DA SILVA, ONIAS VIDAL LEITE, ANA CRISTINA DE CASTRO FURTADO, LUIZ CLAUDIO FERREIRA SENA, SEBASTIANA OLIVEIRA LOBATO, ALDAMIRO DAMACENO REGO, OLENILDE RAMOS BRITO
ADVOGADOS DOS APELADOS: JEANNE LEITE OLIVEIRA, OAB nº RO1068A, ANTONIO DE CASTRO ALVES JUNIOR, OAB nº RO2811A
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Subam os autos ao Tribunal competente para processamento do agravo, nos termos do artigo 1.042, §7º, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 7 de julho de 2023.
Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Presidente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: Sessão Virtual N. 822 – 28/06/2023 à 05/07/2023
7002699-69.2022.8.22.0005 Apelação (PJE)
Origem: 7002699-69.2022.8.22.0005-Ji-Paraná / 4ª Vara Cível
Apelante : Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A
Advogada : Luciana Goulart Penteado (OAB/RO 11221)
Apelados : Luiz Leandro da Silva e outros
Advogada : Marlene Sgorlon (OAB/RO 8212)
Relator : DES. ALEXANDRE MIGUEL
Distribuído por Sorteio em 25/01/2023
Decisão: ''PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. NO MÉRITO, RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.''
EMENTA
Apelação cível. Ação de indenização por danos materiais e morais. Cancelamento de voo em decorrência da pandemia causada pelo COVID 19. Restituição integral do valor das passagens. Dano moral. Ausência.
Estando a pandemia caracterizada como força maior, é de se isentar ambas as partes de responsabilidade pelo rompimento do contrato.
O contrato se resolve sem multa ou indenização por dano moral, devendo as partes retornar ao status quo ante, o que implica na restituição integral dos valores pagos pelo consumidor.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: 28/06/2023
7046406-36.2021.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (PJE)
Origem: 7046406-36.2021.8.22.0001-Porto Velho / 8ª Vara Cível
Embargante/Embargada: Unimed Porto Velho – Sociedade de Cooperativa Médica Ltda
Advogado : Eurico Soares Montenegro Neto (OAB/RO 1742)
Advogado : Edson Bernardo Andrade Reis Neto (OAB/RO 1207)
Advogado : Adevaldo Andrade Reis (OAB/RO 628)
Advogado : Rodrigo Otávio Veiga de Vargas (OAB/RO 2829)
Advogada : Amanda Elise Castoldi dos Santos (OAB/RO 9950)
Advogada : Raquel Grécia Nogueira (OAB/RO 10072)
Advogado : Thiago Maia de Carvalho (OAB/RO 7472)
Embargado/Embargante: I. O. S. representado por L. R. O. V.
Defensor(a) Público(a): Defensoria Pública do Estado de Rondônia

Relator : DES. KIYOCHI MORI
Interpostos em 24/03/2023 e 10/04/2023
DECISÃO: “EMBARGOS REJEITADOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.”
EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIO. DESCABIMENTO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PREQUESTIONAMENTO.
O acolhimento dos embargos de declaração pressupõe a presença de pelo menos uma das hipóteses elencadas de forma taxativa no art. 1.022 do Código de Processo Civil, sem os quais não se pode alterar a conclusão do julgado.
A contradição que enseja a oposição de embargos de declaração é aquela em que o dispositivo não decorre logicamente da conclusão, o que não é o caso.
Os embargos declaratórios não se prestam a rediscutir o que fora decidido por não se tratar de sucedâneo recursal.
Ainda que para fins de prequestionamento, descabe o manejo de embargos quando ausentes as hipóteses autorizadoras do art. 1.022 do CPC/2015.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: Sessão Virtual N. 822 – 28/06/2023 à 05/07/2023
7002950-96.2022.8.22.0002 Apelação (PJE)
Origem: 7002950-96.2022.8.22.0002-Ariquemes / 4ª Vara Cível
Apelante : E. M. R.
Defensor(a) Público(a): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelada : L. V. da M. R. representada por A. A. da M.
Defensor(a) Público(a): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator : DES. ALEXANDRE MIGUEL
Distribuído por Sorteio em 23/03/2023
Decisão: ‘’ BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA PARA O PREPARO, CONCEDIDOS. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.’’
EMENTA
Apelação cível. Revisional de alimentos. Necessidade/possibilidade. Presunção. Prova da capacidade financeira. Valor fixado na origem mantido. Recurso não provido.
As necessidades dos filhos menores de idade são presumidas, competindo aos genitores lhes prestar assistência. Outrossim, constitui encargo do alimentante provar sua incapacidade econômica de prestar os alimentos no percentual fixado, o que não ocorreu no caso.
A majoração do percentual dos alimentos anteriormente fixados não se mostra desproporcional ou desarrazoado, de modo que deve ser mantido.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: Sessão Virtual N. 822 – 28/06/2023 à 05/07/2023
7038821-93.2022.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7038821-93.2022.8.22.0001-Porto Velho / 2ª Vara de Família
Apelante : A. da S.
Advogado : Rodrigo Reis Ribeiro (OAB/RO 1659)
Apelada : L. O. da S. representada por N. O. M.
Curador(a) : Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 29/03/2023
Decisão: ‘’RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.’’
EMENTA
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. ALTERAÇÃO DA CONDIÇÃO ECONÔMICA DO ALIMENTANTE. NÃO COMPROVAÇÃO.
Na ação revisional de alimentos, cabe ao autor provar o fato constitutivo de seu direito, isto é, quando proposta pelo alimentante, a incapacidade de continuar provendo a verba alimentícia no montante antes fixado, diante da alteração relevante de sua situação econômica, nos termos do art. 1.699 do Código Civil.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: Sessão n. 821 de 28/06/2023
n. 7018464-97.2019.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7018464-97.2019.8.22.0001-Porto Velho / 8ª Vara Cível
Apelantes : Vanusia Franca da Costa Sousa e outros
Advogado : Antônio de Castro Alves Júnior (OAB/RO 2811)
Apelada : Santo Antônio Energia S/A.
Advogado : Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)

Relator : DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 27/03/2023
Redistribuído por Prevenção em 18/04/2023
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA
Apelação cível. Dano ambiental. Cheia. Ação individual. Prescrição trienal. Termo inicial. Teoria da Actio Nata.
O prazo prescricional para ajuizamento de ações indenizatórias por danos decorrentes da construção de usina hidrelétrica é trienal, cujo termo a quo seria a partir da data em que o titular do direito toma ciência inequívoca do fato e sua extensão, consoante o princípio da actio nata.

Vistos,
LUIS FERNANDO NUNES DE OLIVEIRA e outros interpõem agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo em face da decisão prolatada pelo juízo da 1ª Vara Cível da comarca de Pimenta Bueno, nos autos da execução de título extrajudicial n. 7005249-35.2016.8.22.0009, proposta por CICLO CAIRU LTDA.
Combatem a decisão de fls. 398/402 id 92012334, que rejeitou a impugnação à penhora do imóvel urbano de matrícula 7.082, localizado na comarca de Mineiros/GO, bem como rejeitou o pedido de gratuidade da justiça.
Arguem a impenhorabilidade do imóvel por se tratar de bem de família, com uso exclusivo pelo agravante e sua família. Juntam documentos e fotografias.
Requerem a concessão de efeito suspensivo e, no mérito, o reconhecimento do bem de família, tornando sem efeito a penhora.
Passo à análise do pedido de efeito suspensivo.
Cinge-se a questão acerca da impenhorabilidade de imóvel urbano, sob a alegação de se tratar de bem de família.
Na dicção expressa do art. 1.019, inc. I, do Código de Processo Civil, recebido o agravo de instrumento, o relator poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal.
A concessão de efeito suspensivo ou deferimento de tutela em agravo de instrumento somente é cabível quando afigurados, in limine, a presença da probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, consoante disposto no art. 300, caput, do Código de Processo Civil.
Na hipótese, os agravantes juntam documentos e fotos que, a princípio, indicam tratar-se da moradia do executado.
Portanto, havendo indícios de se tratar de bem de família, necessária uma análise mais acurada sobre a questão, até para que não sejam tomadas decisões que configurem perigo de dano e coloque em risco o resultado útil do processo.
Assim, em razão das peculiaridades do caso e vislumbrando o preenchimento dos requisitos do art. 300 do CPC, CONCEDO efeito suspensivo ao recurso, até o julgamento do mérito deste agravo.
Intime-se a agravada para que responda ao recurso, no prazo legal.
Comunique-se ao juiz da causa sobre o teor desta decisão, servindo a presente como ofício.
Expeça-se o necessário.
C.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Kiyochi Mori
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 PROCESSO: 7001117-09.2023.8.22.0002
APELANTES: P. R., CPF nº 00760238260, P. L. D. S., CPF nº 02245421256
ADVOGADOS DOS APELANTES: ALINE PEREIRA MILAN, OAB nº RO13363, BELMIRO ROGERIO DUARTE BERMUDES NETO, OAB nº RO5890A
APELADO: 1. O. D. R. C. D. P. N. E. T. D. N. D. M. D. A., CNPJ nº 22929565000190
APELADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação interposto por P. R. e P. L. S. nos autos da ação para resguardar o direito de registro civil do nascituro em nome das genitoras socioafetivas (dupla maternidade) - inseminação caseira em face do 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS, em que o juízo a quo declarou extinto o feito, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso IV do CPC, ante a ausência de interesse de agir da causa.
Nas razões recursais, defende que a ação anteriormente ajuizada difere do presente feito, com causas de pedir distintas, uma vez que, nesta, foi inserido o tópico referente ao direito do nascituro garantido pela Constituição Federal.
Argumentam que o objetivo principal é assegurar o direito do nascituro de obter o seu registro civil de inserção de filiação parental, mas não a emissão de registro civil do nascituro.
Sustentam que o nascituro tem previsão para nascimento em julho, assim, a ação tem a finalidade de evitar que a recém-nascida fosse registrada com o nome de apenas uma das genitoras, o que poderá ocasionar desgaste emocional e financeiro, uma vez que a legislação atual ainda não permite o registro civil com a filiação parental fruto de inseminação caseira.
Discorrem acerca da proteção conferida pela Constituição Federal às uniões homoafetivas e à realidade enfrentada.
Pugnam pela anulação da sentença para que os autos retornem ao juízo de primeiro grau para processamento, alternativamente, a procedência dos pedidos iniciais.
Sem contrarrazões.
Parecer da Procuradoria de Justiça pelo não provimento do recurso (ID Num. 20127917).
Examinados. Decido.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Pretendem as autoras a obtenção de autorização judicial para que seja assegurado o direito de emissão da declaração de nascido vivo e lavratura do registro de nascimento no Cartório de Registro Civil, constando o nome das requerentes como suas genitoras, bem como de seus respectivos ascendentes.

No caso, em despacho inicial, o juízo a quo mencionou acerca do anterior ajuizamento da demanda n. 7000775-95.2023.8.22.0002, não sendo este o fundamento utilizado para a extinção do feito.
Em verdade, concluiu pela ausência de interesse de agir para o ajuizamento da ação, uma vez que a requerente P. R. encontra-se em fase gestacional de nascituro, havendo ainda expectativa de direitos, que somente se concretizará no mundo jurídico, a partir do nascimento com vida do feto.
Sobre o tema, estabelece o art. 2º do Código Civil:
Art. 2º - A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
O direito pleiteado refere-se à filiação e registro civil, decorrentes do nascimento com vida, não existindo, neste momento, interesse jurídico para a pretensão.
Como consignou o magistrado, "sequer possui o beneficiário personalidade civil e, via de consequência, direitos de filiação e registro civil a serem resguardados, impondo-se a extinção do feito por carência da ação, face à ausência de interesse de agir para a causa".
A propósito, cito os seguintes julgados:
APELAÇÃO. ALVARÁ JUDICIAL. AUTORIZAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. DUPLA MATERNIDADE. INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL CASEIRA. Sentença de improcedência. Insurgência das autoras. Argumento de que, por se tratar de inseminação artificial, não é possível atender às diretrizes do Provimento CNJ 63, motivo pelo qual necessitam do alvará judicial. Parecer da Douta Procuradoria-Geral de Justiça aduzindo, preliminarmente, a carência de ação das autoras. Filio-me a esta solução. Nascimento não ocorrido, caracterizando mera expectativa de direito do nascituro. O Código Civil adota a teoria natalista ao exigir o nascimento com vida para a aquisição da personalidade jurídica, ressalvando a possibilidade de preservação dos direitos do nascituro. O direito aqui pleiteado, contudo, não surge antes do nascimento, carecendo as autoras de interesse de agir. Recurso desprovido. Sentença reformada ex officio, para julgar o processo extinto sem resolução do mérito.
(TJ-SP - AC: 10247092620228260224 SP 1024709-26.2022.8.26.0224, Relator: Pastorelo Kfouri, Data de Julgamento: 09/11/2022, 7ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 10/11/2022)
AÇÃO DECLARATÓRIA DE DUPLA MATERNIDADE – Procedência – Insurgência do Ministério Público – Cabimento – Autoras que pretendem a declaração de dupla maternidade do filho que está sendo gerado pela coautora F .E. – Provimento nº 63/2017, do CNJ, que dispõe sobre o registro de nascimento dos filhos gerados por reprodução assistida, sem disciplina legal para a hipótese de "inseminação caseira" – Ainda que seja possível o reconhecimento da maternidade socioafetiva da coautora S. em relação ao/à filho/a que está sendo gerado/a por F.E., é necessário considerar que se trata de um nascituro, desprovido de personalidade civil, e que apenas os interesses das autoras está sendo trazido a debate – Direito de reconhecimento à ancestralidade que deve ser preservado (CC, art. 2º, parte final)– Improcedência da ação que é medida de rigor – RECURSO PROVIDO.
(TJ-SP - AC: 10013501620228260008 SP 1001350-16.2022.8.26.0008, Relator: Miguel Brandi, Data de Julgamento: 30/06/2022, 7ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/06/2022)
No mesmo sentido, o Parecer da Procuradoria de Justiça no ID Num. 20127917:
"(...) Independentemente de se tratar de um casal homoafetivo, é fato que inexiste qualquer disciplina legal para o registro de nascimento na hipótese de "inseminação caseira".
Não desconheço que é possível o posterior reconhecimento da maternidade socioafetiva da coautora (...) em relação à filha que está sendo gerada (...). No entanto, deve-se levar em consideração que, antes do interesse ou do direito das coautoras, estão sendo trazidos interesses ou direitos do nascituro.
Nesse rumo, entendo que não seria possível de se emitir a declaração pretendida pelas autoras, ora recorrentes, no sentido de se reconhecer, antes do nascimento, a relação socioafetiva (que pressupõe ao menos dois sujeitos de direito) com a requerente não gestante (...) e assim autorizar que no (futuro) registro civil de nascimento também conste o nome dela como genitoras/ascendente.
" O art. 2º, do Código Civil, prevê que "A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro."
Ainda que se considere a salvaguarda dos direitos do nascituro desde a concepção, bem como o planejamento familiar defendido pelas autoras, é necessário considerar, ao lado do invocado direito das coautoras, o direito da criança que está sendo gerada ao reconhecimento de sua ancestralidade.
O método informal adotado pelas autoras ainda não é regulado no ordenamento, tampouco e ao que se sabe, é disposto na literatura médica.
Deste modo, inexistindo disciplina legal regulamentando a hipótese de" inseminação caseira "e considerando que o nascituro, detentor de expectativa de direito, especialmente ao de ver futuramente reconhecida sua ancestralidade, a improcedência da ação realmente é medida de rigor. (...)"
Desse modo, tendo em vista que o nascituro possui apenas expectativa de direito, não há como alterar a conclusão exarada na sentença de que as requerentes não possuem interesse de agir, devendo ser mantida a extinção do feito, sem resolução de mérito.
Ante o exposto, nos termos do artigo 932 do Código de Processo Civil, nego provimento ao recurso.
Publique-se.
Expeça-se o necessário.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Paulo Kiyochi Mori
Relator

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: Sessão Virtual N. 822 – 28/06/2023 à 05/07/2023
0806784-05.2022.8.22.0000 Ação Rescisória (PJE)
Origem: 7015683-31.2021.8.22.0002-Ariquemes / 4ª Vara Cível
Autor : E. da S. de O.
Defensor(a) Público(a): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Réu : C. R. de O.
Defensor(a) Público(a): Defensoria Pública do Estado de Rondônia

Relator : DES. ALEXANDRE MIGUEL
Distribuído por Sorteio em 14/07/2022
Decisão: : ''AÇÃO RESCISÓRIA JULGADA PROCEDENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.''
EMENTA
Ação rescisória. Ação de exoneração alimentos. Menor relativamente incapaz. Necessidade de assistência. Representação processual não regularizada. Violação à norma jurídica. Ação procedente.
O art. 1.634, inc. VII, do Código Civil, prescreve a necessidade de representação dos menores, judicial e extrajudicialmente, até os 16 anos de idade, e de assistência após essa idade.
Inobservada a necessidade de regularização da representação processual do menor, uma vez que deveria ser assistido, está configurada a violação de norma jurídica, impondo-se a rescisão da sentença homologatória de acordo, firmado por menor à época da sua realização.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Processo: 0009687-87.2015.8.22.0001- Apelação Cível (198)
Apelante: Ronne Beleza Hitzschky
Advogado(a): Carlos Alberto Troncoso Justo – (OAB/RO535-S)
Advogado(a): Maria Nazarete Pereira da Silva – (OAB/RO1073)
Apelado: Claro S.A.
Advogado(a): Paula Maltz Nahon – (OAB/PA16565)
Relator: Des. Torres Ferreira
Data distribuição: 21/11/2023
ABERTURA DE VISTA
Fica o apelante Ronne Beleza Hitzschky intimado do parcelamento das custas processuais anexados nos autos, devendo recolher a primeira parcela no prazo de 05 dias, sob pena de deserção.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Lucélia Diniz Bezerra
Assistente judiciário CCIVEL – CPE2G

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Cível
Processo: 7020250-50.2017.8.22.0001
APELANTES: MARIA MARILENI DILMAR DA SILVA FABRICIO, RAIMUNDA FERREIRA DE SOUZA, RENIRA FLORENCIO FREIRE LIMA, SEBASTIANA BEZERRA DA CONCEICAO, SILEUDA MONTEIRO DA SILVA SANTOS, VIRGINIA CLEMENTINA DA SILVA LIMA, ISABEL CRISTINA BEZERRA RODRIGUES VASCONCELOS
ADVOGADOS DOS APELANTES: JEANNE LEITE OLIVEIRA, OAB nº RO1068A, ANTONIO DE CASTRO ALVES JUNIOR, OAB nº RO2811A
APELADO: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADOS DO APELADO: FRANCISCO LUIS NANCI FLUMINHAN, OAB nº MS5526S, LUCIANA SALES NASCIMENTO, OAB nº RO5082A, MARCELO FERREIRA CAMPOS, OAB nº RO3250A, CLAYTON CONRAT KUSSLER, OAB nº RO3861A
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto por MARIA MARINELI DILMAR DA SILVA FABRICIO e outros, com fulcro no art. 105, III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal e art. 1.029 do CPC, apontando como dispositivos violados os artigos 8º, 373, II, 374, I, 489 § 1º, III, IV, V c/c parte final do art. 375, 1.022, parágrafo único, II e 1.025 todos do CPC, arts. 3º, II e IV, 4º, I, VI e VII, 5º, parágrafo único, 9º, III e 14 § 1º da Lei Federal nº 6.938/81, bem como a ocorrência de dissenso jurisprudencial.
O acórdão recorrido restou assim ementado:
Apelação cível. Preliminar de ofensa ao princípio da dialeticidade. Rejeitada. Ação de indenização por danos materiais e morais. Construção da Usina Hidroelétrica de Santo Antônio. Cheia do rio Madeira. Nexo de causalidade não comprovado. Recurso desprovido.
Afasta-se a preliminar de ofensa ao princípio da dialeticidade quando o recorrente impugna, adequadamente, os fundamentos da decisão recorrida.
Não restando comprovado que após a abertura das comportas da Usina de Santo Antônio houve o agravamento da cheia do rio Madeira no imóvel da lide, afasta-se o nexo de causalidade com os danos verificados no imóvel decorrentes apenas da cheia do rio.
Alegam os recorrentes que o dano ambiental tratado nos autos deve ser enfrentado sob o prisma da responsabilidade objetiva, independente de comprovação de culpa, considerando que a atividade da usina causou danos aos seus imóveis. Requerem o provimento recursal para julgar procedente às indenizações por danos morais e materiais.
Contrarrazões pelo não conhecimento recursal e, no mérito, pelo não provimento.
Examinados, decido.
Observa-se que quanto aos artigos 3º, II e IV, 4º, I, VI e VII, 5º, parágrafo único, 9º, III, da Lei 6.938/81 e artigos 8º, 374, I, 375, 489, §1°, III, IV, V, 1.022, parágrafo único, II e 1.025, do Código de Processo Civil, embora os recorrentes apontem a violação de tais dispositivos, não explicam de forma clara e direta de que maneira o acórdão objurgado os teria afrontado.
Desse modo, o recurso encontra óbice na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”. A respeito, não é demais consignar que a Súmula 284 do STF aplica-se ao recurso especial porquanto se trata de recurso de natureza extraordinária. (STJ - AgInt no AREsp: 1341810 SP 2018/0199466-1, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 14/05/2019, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 22/05/2019).
Em relação aos artigos 373, II, 374, I e 375, do CPC e artigo 14, §1º, da Lei n. 6.938/81, afirmam os recorrentes que o acórdão fundamentou-se na ausência de nexo de causalidade para atribuição dos danos à recorrida, violando os supracitados dispositivos na medida em que aplicável ao caso a responsabilidade civil objetiva. No entanto, o entendimento firmado analisou as provas dos autos e concluiu que não houve nexo de causalidade entre a conduta da recorrida e os danos alegados pelos recorrentes.

Nessa linha de raciocínio, a modificação dos fundamentos adotados, como pretendem os recorrentes, necessariamente, perpassa pela análise do conjunto probatório, razão pela qual o seguimento do recurso especial encontra óbice na Súmula 07 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual "a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial". Neste sentido:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E SEGURANÇA JURÍDICA. INOVAÇÃO RECURSAL. MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM. LEGITIMIDADE JURÍDICO-CONSTITUCIONAL VALIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC. INOCORRÊNCIA. DANO AMBIENTAL. NEXO DE CAUSALIDADE. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA SÚMULA N. 7/STJ. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO. I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015. II - A alegação de que recente decisão desta Corte teria reconhecido a violação do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor determinando o retorno dos autos à origem para obrigar a empresa a provar a inexistência ou irrelevância dos prejuízos alegados, tornando possível que se aplicasse ao presente caso decisão semelhante, em obediência aos princípios da isonomia e segurança jurídica, não foi suscitada nas razões do recurso especial, sendo trazida tão somente em sede de agravo regimental, o que, no ponto, configura indevida inovação recursal e impede o conhecimento da insurgência, em decorrência da preclusão consumativa, ainda que verse sobre matéria de ordem pública. III - O Supremo Tribunal Federal chancelou a técnica da motivação per relationem, por entender que se reveste de "plena legitimidade jurídico-constitucional e se mostra compatível com o que dispõe o artigo 93, IX, da Constituição Federal. A remissão feita pelo magistrado - referindo-se, expressamente, aos fundamentos (de fato e/ou de direito) que deram suporte à anterior decisão (ou, então, a pareceres do Ministério Público ou, ainda, a informações prestadas por órgão apontado como coator)- constitui meio apto a promover a formal incorporação, ao ato decisório, da motivação a que o juiz se reportou como razão de decidir". IV - A Corte de origem apreciou todas as questões relevantes apresentadas com fundamentos suficientes, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao posicionamento jurisprudencial aplicável à hipótese. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade. V - In casu, rever o entendimento do Tribunal de origem, a firmeza do laudo pericial ao apontar a não verificação de quaisquer danos extraordinários aos pescadores da região atribuíveis exclusivamente à Recorrida, nem mesmo a inviabilidade do exercício da atividade pesqueira e que não restaram comprovados os danos decorrentes da suscitada degradação ambiental e nem mesmo, caso comprovados, a existência do nexo de causalidade a demonstrar que as atividades desempenhadas pela pela ré foram fatores determinantes para a ocorrência dos prejuízos alegados, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7/STJ. VI - O recurso especial não pode ser conhecido com fundamento na alínea c, do permissivo constitucional, porquanto o óbice da Súmula n. 7/STJ impede o exame do dissídio jurisprudencial quando, para a comprovação da similitude fática entre os julgados confrontados, é necessário o reexame de fatos e provas VII - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida. VIII - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso. IX - Agravo Interno improvido. (STJ - AgInt no REsp: 1747869 SC 2018/0096832-7, Relator: Ministra REGINA HELENA COSTA, Data de Julgamento: 29/04/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/05/2019 - Destacou-se).
Em relação ao dissenso jurisprudencial, não houve a demonstração da divergência por meio da realização do cotejo analítico, com a transcrição de trechos que demonstrassem a similitude fática e a diferente interpretação da lei federal, consoante determina o art. 255, § 2º, do RISTJ (REsp n. 1.706.108 – SP, Ministro Sebastião Reis Júnior, julgado em 18.12.2017), o que impede à admissão recursal pelas alíneas "a" e "c", III, do art. 105 da CF.
Pelo exposto, não se admite o recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Cível
Processo: 7002421-83.2018.8.22.0013
APELANTE: BOASAFRA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
ADVOGADOS DO APELANTE: GIANE ELLEN BORGIO BARBOSA, OAB nº RO2027A, JOSE VITOR COSTA JUNIOR, OAB nº RO4575A, ERICA CAROLINE FERREIRA VAIRICH, OAB nº RO3893A
APELADOS: ROSELI COUTO GEMELLI, ANTONIO JOSE GEMELLI
ADVOGADOS DOS APELADOS: SILVANE SECAGNO, OAB nº AC5139A, SANDRO RICARDO SALONSKI MARTINS, OAB nº RO1084A
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Subam os autos ao Tribunal competente para processamento do agravo, nos termos do artigo 1.042, §7º, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Cível
Processo: 7003949-81.2020.8.22.0014
APELANTE: UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA
ADVOGADOS DO APELANTE: EURICO SOARES MONTENEGRO NETO, OAB nº RO1742A, THIAGO MAIA DE CARVALHO, OAB nº RO7472A, RAQUEL GRECIA NOGUEIRA, OAB nº RO10072A, RODRIGO OTAVIO VEIGA DE VARGAS, OAB nº RO2829A, ADEVALDO ANDRADE REIS, OAB nº RO628A, EDSON BERNARDO ANDRADE REIS NETO, OAB nº RO1207
APELADO: NOEMI SCHRAMM DE SOUZA

ADVOGADOS DO APELADO: VERA LUCIA PAIXAO, OAB nº RO206A, NEWTON SCHRAMM DE SOUZA, OAB nº RO2947A, AMANDA IARA TACHINI DE ALMEIDA, OAB nº RO3146A, ANTONIO EDUARDO SCHRAMM DE SOUZA, OAB nº RO4001A
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE DE COOPERATIVA MÉDICA LTDA, com pedido de efeito suspensivo, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, c/c art 1.029 do Código de Processo Civil, em que são apontados como dispositivos legais violados os artigos 1.022, II, e parágrafo único, II, 489, § 1º, IV,, todos do CPC, 10, § 4º, 12, VI, da Lei n. 9.656/98, 4º, III, da Lei n. 9.961/00, 422 do Código Civil.
O Acórdão recorrido restou assim ementado:
Apelação cível. Plano de saúde. Procedimento indicado pelo profissional de medicina. Custeio devido. Recurso desprovido.
O plano de saúde pode estabelecer as hipóteses de cobertura, mas não que tipo de tratamento está alcançado para a respectiva cura, de modo que, havendo previsão contratual e no rol da ANS acerca do procedimento necessitado pelo paciente, mostra-se abusiva a recusa de sua realização.
Em sede de razões recursais, a recorrente sustenta omissão quanto à necessidade de limitação do pedido de reembolso à sua tabela de preços, e que a negativa de cobertura é exercício regular de direito, não havendo obrigação das operadoras de saúde prestar cobertura aos procedimentos que não constam no rol ANS.
Ademais, alega ausência de responsabilidade quanto ao reembolso de procedimentos sem comprovação de urgência e emergência.
Contrarrazões pela não admissão do recurso.
Examinados, decido.
Em relação aos arts. 489, §1º, IV e 1.022, II, do CPC, esta Corte prestou a tutela jurisdicional por meio de fundamentação jurídica que condiz com a resolução do conflito de interesses apresentado pelas partes, havendo pertinência entre os fundamentos e a conclusão do que foi decidido. A aplicação do direito ao caso, ainda que através de solução jurídica diversa da pretendida por um dos litigantes, não induz negativa ou ausência de prestação jurisdicional.
A propósito: "2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração. 3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15" (STJ - AgInt no AREsp: 1782946 DF 2020/0285748-1, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 21/02/2022, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/03/2022).
Quanto à insurgência acerca dos procedimentos que não constam no rol ANS, observa-se que o seguimento do recurso especial encontra óbice na Súmula 05 "A simples interpretação de cláusula contratual não enseja Recurso Especial", bem como na Súmula 07 do Superior Tribunal de Justiça, "a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial". Nesse sentido:
AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PLANO DE SAÚDE. REALIZAÇÃO DE CIRURGIA. MAMOPLASTIA REDUTORA. MELHORA FUNCIONAL. NATUREZA ESTÉTICA. AUSÊNCIA. NEGATIVA DE COBERTURA. ANS. ROL EXEMPLIFICATIVO. INJUSTA RECUSA. DANOS MORAIS. COMPROVAÇÃO. REJULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. O rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) tem caráter meramente exemplificativo, sendo abusiva a negativa da cobertura, pelo plano de saúde, do tratamento considerado apropriado para resguardar a saúde e a vida do paciente. 3. Na hipótese, acolher a tese pleiteada pela agravante, no sentido de que não tem obrigação de custear o tratamento médico indicado, exigiria exceder os fundamentos do acórdão impugnado e adentrar no exame das provas e na relação contratual estabelecida, procedimentos vedados em recurso especial, a teor das Súmulas nºs 5 e 7/STJ. 4. Em regra, a recusa indevida pela operadora de plano de saúde de cobertura médico-assistencial gera dano moral, porquanto agrava o sofrimento psíquico do usuário, já combalido pelas condições precárias de saúde, não constituindo, portanto, mero dissabor, ínsito às hipóteses correntes de inadimplemento contratual. 5. Agravo interno não provido.
(STJ - AgInt no REsp: 1923495 SP 2021/0051251-3, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 14/03/2022, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/03/2022 - Destacou-se).
Ademais, o seguimento do recurso especial encontra óbice na Súmula 83 do Superior Tribunal de Justiça segundo a qual "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".
Nota-se que este egrégio Tribunal de Justiça decidiu em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça ao assentar que não é plausível a negativa de cobertura do procedimento indicado pelo médico, e que é cabível a condenação em indenização por danos morais, tendo em vista o abalo psicológico do paciente. A propósito:
AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. COBERTURA. RECUSA INJUSTIFICADA. ANS. ROL DE COBERTURA MÍNIMA. TRATAMENTO NÃO INCLUÍDO. ROL EXEMPLIFICATIVO. DEVER DE COBERTURA. DANO MORAL. RECONHECIMENTO. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça reafirmou a jurisprudência no sentido do caráter meramente exemplificativo do rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), reputando abusiva a negativa da cobertura, pelo plano de saúde, do tratamento considerado apropriado para resguardar a saúde e a vida do paciente. 3. Esta Corte Superior reconhece a possibilidade de o plano de saúde estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não o tipo de tratamento utilizado para a cura de cada uma delas. Precedentes. 4. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça reconhece o direito ao recebimento de indenização por danos morais oriundos da injusta recusa de cobertura por parte do plano de saúde, pois tal fato agrava a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do usuário, já abalado e com a saúde debilitada. 5. Agravo interno não provido.
(STJ - AgInt no AREsp: 1953880 RJ 2021/0250943-7, Data de Julgamento: 30/05/2022, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/06/2022 - Destacou-se).
AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. COBERTURA. RECUSA INJUSTIFICADA. ANS. ROL EXEMPLIFICATIVO. TRANSTORNO DEPRESSIVO GRAVE . TRATAMENTO. DEVER DE COBERTURA. RECUSA INDEVIDA. DANOS MORAIS. CARACTERIZAÇÃO. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça reafirmou a jurisprudência no sentido do caráter meramente exemplificativo do rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), reputando abusiva a negativa da cobertura, pelo plano de saúde, do tratamento considerado apropriado para resguardar a saúde e a vida do paciente. 3. A jurisprudência desta Corte Superior reconhece a possibilidade de o plano de saúde estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não o tipo de tratamento utilizado para a cura de cada uma delas. 4. É abusiva a negativa da cobertura, pelo plano de saúde, de tratamento/medicamento considerado apropriado para resguardar a saúde e a vida do paciente. 5. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento

no sentido de que, tendo se caracterizado a recusa indevida de cobertura pelo plano de saúde, deve ser reconhecido o direito à indenização por danos morais, pois tal fato agrava a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do usuário, já abalado e com a saúde debilitada. 6. Agravo interno não provido.
(STJ - AgInt no REsp: 1976123 DF 2021/0384772-5, Data de Julgamento: 28/11/2022, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/12/2022 - Destacou-se).
Ante o exposto, não se admite o recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Cível
Processo: 7073664-21.2021.8.22.0001
APELANTE: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
ADVOGADOS DO APELANTE: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº AC4788, ENERGISA RONDÔNIA
APELADO: BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS
ADVOGADOS DO APELADO: SERGIO PINHEIRO MAXIMO DE SOUZA, OAB nº RJ135753A, PROCURADORIA BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recurso especial, interposto pela Energisa Rondônia Distribuidora de Energia S/A, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea “a” , da Constituição Federal, em face de decisão monocrática que negou provimento ao apelo, nos termos da Súmula 568 do STJ c/c art. 123, XIX, do RITJ/RO (ID. 19773587).
Examinados, decido.
Não comporta conhecimento o apelo especial interposto em face de decisão monocrática, tendo em vista que não ocorreu o exaurimento de instância. O seguimento do recurso encontra óbice na Súmula 281 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual:“É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.”.
Não é demais consignar que a Súmula 281 do STF aplica-se analogicamente ao recurso especial, a propósito:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO CUMULADA COM COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 281/STF. NECESSIDADE DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO DO ART. 1.021 § 2º, DO CPC/15. 1. Ação declaratória de inexigibilidade de título cumulada com compensação por danos morais. 2. Não se pode conhecer do recurso especial interposto contra decisão monocrática, tendo em vista que não houve o necessário esgotamento das instâncias ordinárias. Aplicação, por analogia, da Súmula 281 do STF. Precedentes. 3. A existência de decisão colegiada em sede de embargos de declaração não tem o condão de afastar a necessidade de interposição do agravo interno, porquanto este é o recurso apto a levar ao órgão coletivo à apreciação da questão debatida nos autos, nos termos do artigo 1.021, § 2º, do CPC/15. 4. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.. (STJ, AgInt no AREsp 1557971 / SP, Relator(a): Ministra NANCY ANDRIGHI ; Órgão Julgador: T3- TERCEIRA TURMA; Data do Julgamento: 18/11/2019; Data da Publicação: DJe 20/11/2019 - Destacou-se).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DELITOS DOS ARTS. 5.º, 9.º E 16, TODOS DA LEI N.º 7.492/1986. ALEGAÇÕES DE CERCEAMENTO DE DEFESA E DE IMPROPRIEDADES NA INDIVIDUALIZAÇÃO DAS SANÇÕES. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. APELO NOBRE INTERPOSTO DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SÚMULA N.º 281 DA SUPREMA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO. 1. Consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, é necessário que a parte interponha todos os recursos ordinários no Tribunal de origem antes de buscar a instância especial (Súmula n.º 281 do STF). Tal entendimento também é aplicado em hipóteses como a dos presentes autos, em que ao acórdão do Tribunal de origem foram opostos embargos de declaração, julgados monocraticamente, ou seja, por meio de decisão singular, contra a qual foi diretamente interposto recurso especial, sem que houvesse, portanto, o necessário exaurimento das instâncias ordinárias. 2. E ainda que fosse possível a superação do referido obstáculo, os embargos de declaração quando não conhecidos não interrompem o prazo para a interposição de outro recurso. 3. Nas razões do regimental, não foi infirmado esse fundamento, mas apenas o óbice da Súmula n.º 281/STF, o que faz incidir o impedimento da Súmula n.º 182/STJ. 3. Agravo regimental não conhecido. (AgRg no REsp 1831973/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 23/06/2020, DJe 04/08/2020 - Destacou-se).
Ante o exposto, não se admite o recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Cível
Processo: 7050127-93.2021.8.22.0001
APELANTE:
ADVOGADOS DO APELANTE: GUILHERME HENRIQUE ORRICO DA SILVA, OAB nº DF67018A, EDUARDO DA SILVA CAVALCANTE, OAB nº DF24923A, ANDERSON DE SOUZA OLIVEIRA, OAB nº DF36168
APELADO: URSULA DEPEIZA MALONEY
ADVOGADOS DO APELADO: ROOSEVELT ALVES ITO, OAB nº RO6678A, STANLEY JORGE MALONEY, OAB nº RO5881A
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto por GEAP AUTOGESTÃO EM SAÚDE, com fundamento no artigo 105, III, alínea “a”, da Constituição Federal, em que se aponta como dispositivos violados os artigos 10, 12 e 35-F da Lei 9.656/98 e artigos 188, 927, 421 e 422 do Código Civil.
O acórdão recorrido restou com a seguinte ementa:

Processual civil e consumidor. Plano de saúde. Tratamento de saúde. Tratamento necessário indicado pelo médico especialista. Negativa da operadora. Alegação de exclusão contratual e do rol da ANS. Negativa abusiva. Contrato de adesão. Interpretação da norma mais favorável ao consumidor. O plano de saúde pode estabelecer as doenças que terão cobertura securitária, mas não pode limitar o tipo de tratamento a ser utilizado pelo paciente. A indicação terapêutica do profissional que atua no caso, acompanhando pessoalmente o enfermo, deve prevalecer sobre a listagem proferida por agências reguladoras, ante a análise das especificidades.
A recorrente insurge-se contra o acórdão alegando que demonstrou não ter praticado ilícito a ensejar indenização, aduz que o procedimento não consta no rol da ANS, razão pela qual não seria obrigada a custeá-lo, bem como forneceu material que atendia a necessidade do segurado de acordo com os preceitos legais, e que não se haveria falar em recusa imotivada de atendimento.
Contrarrazões pela não admissão do recurso e, no mérito, pelo seu desprovimento, além da majoração dos honorários sucumbenciais.
Examinados, decido.
Acerca da violação dos artigos 10, 12 e 35-F da Lei 9.656/98 e artigos 188, 421 e 422, todos do Código Civil, a admissão do Recurso Especial pressupõe o prequestionamento da matéria insculpida no dispositivo legal federal alegadamente violado, ou seja, exige que a tese recursal tenha sido objeto de efetivo pronunciamento por parte do Tribunal de origem, ainda que em via de embargos de declaração, o que não ocorreu no caso em tela, haja vista não ter a parte sequer suscitado a questão em sede de declaratórios.
Configurada a carência do indispensável requisito do prequestionamento, impõe-se o não conhecimento do recurso especial, a teor das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, aplicáveis ao recurso especial analogicamente. Nesse sentido:
AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL NA PLANTA. DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. ARTS. 26, 27 e E 29 DA LEI 9.514/97. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO SÚMULAS 282 E 356/STF. 1. O prequestionamento é exigência inafastável contida na própria previsão constitucional, impondo-se como um dos principais pressupostos ao conhecimento do recurso especial. Por isso que, não decidida a questão pela instância ordinária e não opostos embargos de declaração, a fim de ver suprida eventual omissão, incidem, por analogia, os enunciados n. 282 e 356 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1772273/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2020, DJe 12/02/2020 - Destacou-se).
No tocante à alegação de ofensa ao artigo 927, do CC, que dispõe sobre responsabilidade civil e o dever de indenizar, o seguimento do recurso especial encontra óbice na Súmula 07 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual "a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial", tendo em vista que a análise quanto a existência dos requisitos ensejadores da responsabilidade civil, bem como a fixação do quantum, perpassa necessariamente pelo reexame do conjunto probatório, a propósito:
CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE CONHECIMENTO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO E OMISSÃO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 186, 188, 927 E 953, TODOS DO CÓDIGO CIVIL. INVIABILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. DISPOSITIVO INDICADO COMO VIOLADO NÃO GUARDA PERTINÊNCIA TEMÁTICA COM A TESE DEFENDIDA. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 284 DO STF. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA. 1. […] 3. A análise da existência dos requisitos da responsabilidade civil é matéria que exige inevitável reexame de fatos e provas, inviável na estreita via do recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula nº 7 do STJ. 4. É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de somente permitir a modificação dos valores fixados a título de indenização por danos morais se estes se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, tendo em vista o óbice contido na Súmula nº 7 do STJ, o que não se verifica na presente hipótese. […] 7. Agravo interno não provido, com imposição de multa.(STJ - AgInt no AREsp: 1251980 DF 2018/0038514-0, Relator: Ministro MOURA RIBEIRO, Data de Julgamento: 26/06/2018, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/08/2018 - Destacou-se).
Ressalto, ainda, que o seguimento do recurso especial encontra óbice na Súmula 126 do Superior Tribunal de Justiça segundo a qual "é inadmissível Recurso Especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário", tendo em vista que, na decisão recorrida, o Tribunal decidiu a causa com base em argumentos constitucionais e infraconstitucionais (STJ - REsp: 2056610, Relator: HERMAN BENJAMIN, Data de Publicação: 14/04/2023). Transcrevo trecho do acórdão:
"[...]A despeito de não constar do referido rol, em observância ao princípio da boa-fé objetiva, em harmonia com o disposto no art. 170, V, da CF/88, deve haver equilíbrio nas relações entre as partes, razão pela qual não se admite qualquer obrigação desproporcional ou abusiva contra o consumidor[...]"
Por fim, no que tange ao pedido de honorários recursais em contrarrazões de recurso especial, o arbitramento é cabível apenas em relação ao recurso que dá causa à abertura de determinada instância recursal, ou seja, no momento em que proferida a primeira decisão pelo julgador no próprio recurso principal, seja monocrática ou colegiada, assim, é incabível tal análise no momento processual.
Ante o exposto, não se admite o recurso especial.
Intimem-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Cível
Processo: 7015847-67.2019.8.22.0001
APELANTE: HUDSON CORDEIRO PESTANA
ADVOGADO DO APELANTE: PAULO BARROSO SERPA, OAB nº RO4923A
APELADOS: SUELI ARAUJO SILVA, GUSTAVO ARAUJO BATISTA
ADVOGADOS DOS APELADOS: WASHINGTON BORBA SOUZA JUNIOR, OAB nº GO48593A, SILVANA FELIX DA SILVA, OAB nº RO4169A
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Subam os autos ao Tribunal competente para processamento do agravo, nos termos do artigo 1.042, §7º, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: Sessão n. 819 de 14/06/2023
7010694-64.2021.8.22.0007 Apelação (PJE)
Origem: 7010694-64.2021.8.22.0007-Cacoal / 1ª Vara Cível
Apelante : Azul Linhas Aérea Brasileiras
Advogada : Luciana Gourlart Penteado (OAB/RO 11221)
Apelados : J. F. R. e outra representadas por R. R. de P.
Advogado : Robson Reinoso de Paula (OAB/RO 1341)
Relator : DES. ALEXANDRE MIGUEL
Distribuído por Sorteio em 14/02/2023
DECISÃO: "PRELIMINAR REJEITADA NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE. NO MÉRITO, RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, POR MAIORIA, VENCIDOS OS DESEMBARGADORES ISAIAS FONSECA MORAES E TORRES FERREIRA."
EMENTA
Apelação cível. Responsabilidade civil. Transporte aéreo de passageiros. Cancelamento. Excludente de responsabilidade civil. Mau tempo. Comprovação. Assistência material comprovada. Ausência do dever de indenizar. Recurso provido.
Comprovada a excludente de responsabilidade civil, rompe-se o nexo de causalidade e consequentemente afasta-se o dever de indenização.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Desembargador TORRES FERREIRA
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Autos n. 0802801-61.2023.8.22.0000 CLASSE: Agravo de Instrumento AGRAVANTES: M. O. D. S., CPF nº 62293001253, R. F. F., CPF nº 63812703220 ADVOGADO DOS AGRAVANTES: BIANCA CAMARA CAXIAS, OAB nº RO12063A AGRAVADO: T. D. S. T., CPF nº 70005076242 AGRAVADO SEM ADVOGADO(S) DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/03/2023
DECISÃO
Vistos.
M. O. D. S. e R. F. F. interpôs agravo de instrumento em face da decisão prolatada pelo juízo da 2ª Vara Cível da comarca de Ariquemes, na ação de adoção c/c destituição do poder familiar, com pedido de tutela para concessão de guarda provisória n. 7002508-96.2023.8.22.0002. Combatem a decisão que indeferiu a guarda provisória do infante Heitor D. S. T.
Pois bem.
Decido.
Consultando o processo principal, constata-se que houve a prolação de sentença, em 29/04/2023, julgando improcedente o pedido inicial e extinguindo o feito, com resolução do mérito, nos termos do artigo art. 487, I, do Código de Processo Civil.
Em face do exposto, julgo prejudicado o presente recurso pela perda superveniente de seu objeto, o que faço monocraticamente com supedâneo nos arts. 932, III, do CPC e art. 123, V, do RITJ/RO.
Após o decurso do prazo, ao arquivo.
Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, data de assinatura no sistema.
Juiz Convocado Danilo Paccini

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: Sessão Virtual N. 822 – 28/06/2023 à 05/07/2023
7000351-66.2022.8.22.0009 Apelação (PJE)
Origem: 7000351-66.2022.8.22.0009-Pimenta Bueno / 1ª Vara Cível
Apelante/Apelada: Unimed Rondonópolis – Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.
Advogado : Paulo Sérgio Cirilo (OAB/MT 5448-B)
Apeladas/Apelantes: F. M. A.T. e outra
Advogado : Ozeias de Oliveira Sobrinho (OAB/AM 12031)
Relator : DES. ALEXANDRE MIGUEL
Distribuído por Sorteio em 27/02/2023
Redistribuído por Prevenção em 14/03/2023
Decisão: ''RECURSO DE UNIMED RONDONÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA PROVIDO E DE F. M. A.T. E OUTRA PREJUDICADO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.''
EMENTA
Apelações Cíveis. Ação de obrigação de fazer. Dano moral e material. Plano de saúde. Cancelamento requerido pelo titular. Comprovação de desligamento de todos os usuários. Impossibilidade de restabelecimento do plano. Dano moral não configurado. Recurso do requerido provido e da autora prejudicado.
Comprovado que o titular solicitou o cancelamento do contrato de plano de saúde e confirmou estar ciente das consequências daí advindas, não há como determinar o restabelecimento do plano relativo aos dependentes, o que enseja a improcedência da ação.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: Sessão n. 821 de 28/06/2023
n. 7005593-60.2018.8.22.0004 Apelação (PJE)
Origem: 7005593-60.2018.8.22.0004-Ouro Preto do Oeste / 1ª Vara Cível
Apelante : Divino Alves Galvão
Defensor(a) Público(a): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado : Clarino Clauzo Lourenço
Advogada : Veralice Gonçalves de Souza (OAB/RO 170-B)
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 23/09/2022
Redistribuído por Prevenção em 15/02/2023
Decisão: "PRELIMINAR DE INOVAÇÃO RECURSAL AFASTADA. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA
APELAÇÃO CÍVEL. INOVAÇÃO RECURSAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. PENHORA. IMÓVEL RURAL. REQUISITOS. NÃO DEMONSTRAÇÃO.
A jurisprudência do STJ orienta que a impenhorabilidade de bem de família é matéria de ordem pública, suscetível de análise a qualquer tempo e grau de jurisdição.
Ausente provas de que o imóvel rural penhorado seja explorado para a subsistência da família, de que sirva de moradia do devedor e sua unidade familiar, bem como de que seja seu único imóvel, não há que se falar em impenhorabilidade.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Cível
Processo: 7005514-80.2020.8.22.0014
APELANTE: HIPERHAUS CONSTRUCOES LTDA
ADVOGADOS DO APELANTE: RAYANNA DE SOUZA LOUZADA NEVES, OAB nº RO5349A, PATRICIA MAGALHAES SALES SILVA, OAB nº RO10725A, GIULIANO DOURADO DA SILVA, OAB nº RO5684A, ALBERT SUCKEL, OAB nº RO4718A
APELADOS: HELEN SIMONE REZENDE, NATALIA REZENDE ALVES, CLOVIS MORAES ALVES, MERCEDES JUSTINO DA SILVA
ADVOGADO DOS APELADOS: RONIEDER TRAJANO SOARES SILVA, OAB nº RO3694A
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto por Natália Rezende Alves e outros, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, em que se aponta como dispositivos legais violados os artigos 186, 187 e 927, do Código Civil, 83, da Lei 5.108/66,102 e 225, da Lei 9.503/97, 373, II, do CPC, além de dissenso jurisprudencial.
O acórdão recorrido restou assim ementado:
Apelação cível. Ação de indenização por acidente de trânsito. Ilegitimidade passiva. Responsabilidade do transportador e do proprietário da carga. Solidariedade. Preliminar afastada. Ausência de prova do nexo de causalidade. Responsabilidade afastada. Recurso provido.
Nos termos da jurisprudência de STJ, "diante da existência de interesse econômico no serviço, consistente no lucro decorrente da entrega dos produtos a seus destinatários, exsurge, em regra, a responsabilidade solidária entre a tomadora e a empresa de transporte de cargas, devendo ambas responderem perante terceiros no caso de acidente ocorrido durante o deslocamento da mercadoria.".
Ausente a prova do nexo de causalidade entre o dano e ação ou omissão da parte requerida, não há como imputar a esta a responsabilidade por danos decorrentes de acidente de trânsito.
A parte recorrente alega violados os dispositivos citados, ao argumento de que cabia à recorrida comprovar a ausência de culpa pelo acidente, que o nexo de causalidade está configurado, ante a negligência da parte contrária por não se ter retirado os grãos de soja que teriam ocasionado o acidente, bem como pela ausência de sinalização no local do sinistro.
Contrarrazões pela não admissão e, no mérito, pelo não provimento do recurso.
Examinados, decido.
Em relação à alegada violação aos artigos 186, 187 e 927, do Código Civil e 373, II, do CPC, verifica-se que o acórdão recorrido concluiu pela ausência de provas quanto à tese de que a perda do controle do veículo se deu em decorrência da presença de grãos na pista. Desse modo, a análise do recurso perpassaria por nova apreciação do conjunto probatório para se chegar a conclusão diversa sobre a culpa pelo acidente, bem como sobre o valor da indenização.
Neste sentido, o seguimento do recurso especial encontra óbice na Súmula 07 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual "a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (STJ - AgInt no REsp: 1747869 SC 2018/0096832-7, Relator: Ministra REGINA HELENA COSTA, Data de Julgamento: 29/04/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/05/2019).
Quanto à alegada violação aos artigos 83, da Lei 5.108/66,102 e 225, da Lei 9.503/97, a admissão do Recurso Especial pressupõe o prequestionamento da matéria insculpida no dispositivo alegadamente violado, ou seja, exige que a tese recursal tenha sido objeto de efetivo pronunciamento por parte do Tribunal de origem, ainda que em via de embargos de declaração, o que não ocorreu no caso em tela.
Configurada a carência do indispensável requisito do prequestionamento, impõe-se o não conhecimento do recurso extraordinário, a teor das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, aplicáveis ao recurso especial analogicamente (AgInt no REsp 1772273/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2020, DJe 12/02/2020).
Observe-se que os mesmos óbices impostos à admissão pela alínea "a", III, do art. 105 da CF impedem a apreciação recursal pela alínea "c", estando, portanto, prejudicada a análise do dissídio jurisprudencial.
Ante o exposto, não se admite o recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Alexandre Miguel
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807457-61.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: GERALDO GOMES DE FREITAS, ISAIAS FERREIRA DE FREITAS
ADVOGADO DOS AGRAVANTES: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS, OAB nº RO5822A
Polo Passivo: RITA APARECIDA FERREIRA DE FREITAS
AGRAVADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
GERALDO GOMES DE FREITAS, ISAIAS FERREIRA DE FREITAS e THAIS APARECIDA GOMES DA SILVA agravam de instrumento da decisão proferida nos autos de da ação de inventário pelo rito do arrolamento comum em que indeferido o pedido de gratuidade e deferido o recolhimento das custas ao final.
Sustentam que não dispõem de recursos para arcar com as despesas processuais nem agora nem ao final, sendo que o único bem deixado pela falecida foi um imóvel urbano no valor declarado é de R$ 15.000,00.
Pedem a reforma da decisão agravada para deferir a gratuidade.
Examinados, decido.
Trata-se de ação de inventário em que há um imóvel a ser partilhado no valor de R$ 15.000,00, valor dado à causa, sendo os herdeiros pessoas simples, que não dispõe de renda para arcar com as despesas processuais no momento, tampouco para se diferir o recolhimento das custas ao final.
O fato dos agravantes terem de abrir o inventário para ver transferido o bem da falecida é ato obrigatório, entretanto, observa-se que não se trata de espólio de valor considerável, sendo as partes pessoas de baixa renda.
Tenho por comprovado que as despesas processuais possam causar prejuízo aos agravantes caso tenham que desembolsar valores no curso do processo, o que justifica a alegada impossibilidade de pagamento.
Posto isso, dou provimento ao recurso para conceder a gratuidade.
Transitada em julgado, arquivem-se os autos.
Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se.
Comunique-se o juiz da causa servindo esta como ofício.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Alexandre Miguel
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807537-25.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: VERA LUCIA PARREIRA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: DANIEL HENRIQUE BRANDAO ALMEIDA, OAB nº MG86232
Polo Passivo: BANCO DO BRASIL SA
AGRAVADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
VERA LUCIA PARREIRA agrava de instrumento da decisão proferida nos autos dos embargos à execução 7002525-32.2023.8.22.0003, distribuído por dependência à execução 7001153-48.2023.8.22.0003, vinculado aos autos 7001803-95.2023.8.22.0003, ação declaratória de prorrogação de contrato, em que interposto agravo de instrumento 0805165-06.2023.8.22.0000 distribuído à relatoria do Des. Sansão Saldanha, estando pendente de julgamento.
Desta forma, há de se aplicar neste caso a redistribuição dos autos por prevenção, nos termos do art. 142 do RITJ/RO.
Posto isso, determino o encaminhamento dos autos à Vice-Presidência, para as providências necessárias.
Publique-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Cível
Processo: 7001952-27.2019.8.22.0005
APELANTE: ARGO III TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A.
ADVOGADOS DO APELANTE: CHAIANE DE PAULA PEREIRA, OAB nº MT19008A, MURILO DE OLIVEIRA FILHO, OAB nº SP284261S, ALECSANDRO RODRIGUES FUKUMURA, OAB nº RO6575A
APELADO: ELIAS ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADOS DO APELADO: LUCILEIDE OLIVEIRA DOS SANTOS, OAB nº RO7281A, JOBECI GERALDO DOS SANTOS, OAB nº RO541S
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto por ARGO III TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A., com fundamento no artigo 105, III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, indicando como dispositivos legais violados os artigos 15-A, §1º e 15-B, do Decreto 3.365/41, bem como o artigo 1.022, I, do Código de Processo Civil.

Insurge-se a recorrente em face do acórdão assim ementado:
Apelação cível. Preliminares de intempestividade, nulidade da sentença por deficiência de fundamentação e cerceamento de defesa, afastadas. Servidão administrativa. Perícia judicial e metodologia utilizada. Validade. Manutenção. Juros moratórios e compensatórios devidos. Correção de erro material na sentença. Possibilidade. Recurso desprovido.
A oposição de embargos de declaração interrompe o prazo recursal, valendo dizer que este volta a correr em sua integridade.
A sentença concisa, mas que aborda todos os elementos dos autos, não sofre do vício de nulidade.
Não ocorre cerceamento de defesa quando a prova pretendida for desnecessária para o deslinde da causa.
A indenização oriunda de servidão administrativa deve considerar o efetivo prejuízo a ser suportado pelo proprietário, devendo prevalecer o método adotado pelo perito, quando utilizados critérios objetivos e avaliação pormenorizada do impacto que acarretará na propriedade, fixando a justa indenização, nos termos legais.
São devidos os juros moratórios quando o depósito inicial não se dá na integralidade do montante devido.
Não há falar em afastamento dos juros compensatórios, na medida em que não há questionamentos acerca da (in)ocorrência da perda de renda sofrida pelo proprietário, sob pena de infringir o princípio do tantum devolutum quantum appellatum.
Constatada a existência de erro material na sentença, deve o Tribunal promover a correção de ofício, sem implicar em ofensa ao princípio da reformatio in pejus.
Em razões recursais, a recorrente sustenta que não é possível a cumulação dos juros compensatórios e lucros cessantes fixados na indenização e, também, que houve cerceamento de defesa, tendo em vista a não permissão para produção de provas. Argumenta que o percentual aplicado aos juros moratórios deve ser de 6% ao ano a partir do trânsito em julgado da sentença.
Aduz também que o acórdão foi contraditório pois proferiu entendimento oposto ao disposto em norma legal.
Sem contrarrazões.
Examinado, decido.
Quanto à tese relacionada ao cerceamento de defesa, verifica-se a ausência de expressa indicação dos dispositivos legais que teriam sido violados. Desta forma, o seguimento do recurso especial encontra óbice na Súmula 284, do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia". (STJ - AgInt nos EDcl no AREsp: 2027946 SP 2021/0367104-2, Data de Julgamento: 23/05/2022, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/05/2022).
Em relação ao art. 15-A, §1º, verifica-se que os fundamentos recursais da recorrente se baseiam na ocorrência de bis in idem na condenação ao pagamento de juros compensatórios e lucros cessantes. Ocorre que o acórdão levou em consideração a deficiência argumentativa quanto ao pleito, pois a não incidência dos juros compensatórios é permitida apenas na hipótese discutida na ADI 2332/DF, argumento não suscitado pelo recorrente, o que impede eventual mudança na disposição dos juros e lucros cessantes.
Logo, a decisão recorrida se firmou em fundamento não atacado pela recorrente, o qual, por si só, é capaz de manter a conclusão do julgado quanto ao ponto.
Destarte, inviável o conhecimento do recurso especial ante a incidência, por analogia, das Súmulas 283 e 284, do Supremo Tribunal Federal.
Para ilustrar, cito o precedente do STJ: "O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor das Súmulas n. 283 e 284 do STF" (AgInt no AREsp 1566114/PR, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 23/03/2020, DJe 26/03/2020).
No que tange ao art. 15-B, do Decreto 3.365/41, a admissão do Recurso Especial pressupõe o prequestionamento da matéria insculpida no dispositivo legal federal alegadamente violado, ou seja, exige que a tese recursal tenha sido objeto de efetivo pronunciamento por parte do Tribunal de origem, o que não ocorreu no caso em tela, porquanto a tese que discorre a incidência de juros moratórios em percentual de 6% ao ano, não foi combatida pelo acórdão recorrido.
Configurada a carência do indispensável requisito do prequestionamento, impõe-se o não conhecimento do recurso especial, a teor das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, aplicáveis ao recurso especial analogicamente.
A respeito da apontada violação ao art. 1.022, I, do CPC, não se deve confundir negativa de prestação jurisdicional com a mera irresignação às conclusões do julgado, em desfavor da recorrente, que analisa todas as questões suscitadas, tal como se dá nos autos, não autorizando esta situação o cabimento do recurso excepcional, na forma de reiterados precedentes do Superior Tribunal de Justiça.
A propósito: "3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15" (STJ - AgInt no AREsp: 2143947 RJ 2022/0169859-0, Data de Julgamento: 14/11/2022, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/11/2022 - Destacou-se).
Os mesmos óbices impostos à admissão pela alínea "a", III, do art. 105 da CF impedem a apreciação recursal pela alínea "c", estando, portanto, prejudicada a análise do dissídio jurisprudencial.
Ante o exposto, não se admite o recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

Apelação Cível
Processo: 7001952-27.2019.8.22.0005
APELANTE: ARGO III TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A.
ADVOGADOS DO APELANTE: CHAIANE DE PAULA PEREIRA, OAB nº MT19008A, MURILO DE OLIVEIRA FILHO, OAB nº SP284261S, ALECSANDRO RODRIGUES FUKUMURA, OAB nº RO6575A
APELADO: ELIAS ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADOS DO APELADO: LUCILEIDE OLIVEIRA DOS SANTOS, OAB nº RO7281A, JOBECI GERALDO DOS SANTOS, OAB nº RO541S
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recurso extraordinário interposto por ARGO III TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A., com fulcro no artigo 102, III, alínea "a" da Constituição Federal, que aponta como dispositivo violado o artigo 176, §1º, da Constituição Federal.
Insurge-se a recorrente em face do acórdão assim ementado:

Apelação cível. Preliminares de intempestividade, nulidade da sentença por deficiência de fundamentação e cerceamento de defesa, afastadas. Servidão administrativa. Perícia judicial e metodologia utilizada. Validade. Manutenção. Juros moratórios e compensatórios devidos. Correção de erro material na sentença. Possibilidade. Recurso desprovido.
A oposição de embargos de declaração interrompe o prazo recursal, valendo dizer que este volta a correr em sua integridade.
A sentença concisa, mas que aborda todos os elementos dos autos, não sofre do vício de nulidade.
Não ocorre cerceamento de defesa quando a prova pretendida for desnecessária para o deslinde da causa.
A indenização oriunda de servidão administrativa deve considerar o efetivo prejuízo a ser suportado pelo proprietário, devendo prevalecer o método adotado pelo perito, quando utilizados critérios objetivos e avaliação pormenorizada do impacto que acarretará na propriedade, fixando a justa indenização, nos termos legais.
São devidos os juros moratórios quando o depósito inicial não se dá na integralidade do montante devido.
Não há falar em afastamento dos juros compensatórios, na medida em que não há questionamentos acerca da (in)ocorrência da perda de renda sofrida pelo proprietário, sob pena de infringir o princípio do tantum devolutum quantum appellatum.
Constatada a existência de erro material na sentença, deve o Tribunal promover a correção de ofício, sem implicar em ofensa ao princípio da reformatio in pejus.
Em razões recursais, a recorrente sustenta que o recorrido não possui outorga para a extração da argila e assim a indenização não deve ser concedida baseada apenas em potencial exploratório, sendo necessária autorização do órgão competente para que seja analisada a viabilidade de eventual compensação.
Sem contrarrazões.
É o relatório. Decido.
O seguimento do recurso extraordinário encontra óbice na Súmula 279 do Supremo Tribunal Federal segundo a qual “Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário”, tendo em vista que analisar os fatores específicos da terra, perpassa necessariamente pelo reexame do conjunto probatório. (STF - ARE: 1380445 MG, Relator: LUIZ FUX, Data de Julgamento: 22/08/2022, Tribunal Pleno, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-175 DIVULG 01-09-2022 PUBLIC 02-09-2022).
Ante o exposto, não se admite o recurso extraordinário.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: Sessão Virtual N. 822 – 28/06/2023 à 05/07/2023
7038490-48.2021.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7038490-48.2021.8.22.0001-Porto Velho / 3ª Vara Cível
Apelante : Unimed Seguros Saúde S/A
Advogado : Thiago Pessoa Rocha (OAB/PE 29650)
Apelada : Tânia Mara Monteiro Afonso Coelho
Advogada : Luana Alice Castro de Oliveira (OAB/RO 9158)
Apelada : FAMA – Federação das Unimeds da Amazônia
Advogado : Hermano Gadelha de Sá (OAB/PB 8463)
Advogado : Leidson Flamarion Torres Matos (OAB/PB 13040)
Apelada : IBRASA – Associação de Benefícios, Assistência Médica dos Empresários e Trabalhadores da Indústria Comércio e Serviços
Relator : DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 05/05/2023
Redistribuído por Prevenção em 16/05/2023
Decisão: ‘’PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.’’
EMENTA Apelação cível. Ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos materiais e morais. Plano de saúde. Notificação prévia. Ausência. Cancelamento indevido. Dano material devido. Dano moral. Configuração. Quantum proporcional. Recurso desprovido.
O cancelamento de plano de saúde, de maneira unilateral, sem a prévia notificação da consumidora, mostra-se indevido, sobretudo quando demonstrada a inexistência de inadimplemento da obrigação desta.
O cancelamento indevido e equivocado do plano de saúde acarreta o dever de indenizar o dano moral suportado pela parte, bem como a restituição do importe pago correspondente à mensalidade pelo período em que permaneceu sem a cobertura assistencial, a fim de evitar o enriquecimento sem causa.
Segundo orientação do STJ, cabe ao Tribunal rever o valor de indenização por danos morais fixados pela instância ordinária, quando este se mostrar irrisório ou exorbitante, o que não ocorreu no caso em tela.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Cível
Processo: 7004514-91.2019.8.22.0010
APELANTES: AMALIA CAROLINA DE MORAIS GONCALVES, ALEX DE MORAIS GONCALVES, ALESSANDRO DE MORAIS GONCALVES, ALESSANDRO DE MORAIS GONCALVES & IRMAOS LTDA - ME
ADVOGADOS DOS APELANTES: MARIELLE DE MATOS SOARES, OAB nº MT9920A, ANDERSON VATUTIN LOUREIRO JUNIOR, OAB nº MT3876A
APELADO: BANCO DA AMAZONIA SA
ADVOGADOS DO APELADO: GILBERTO SILVA BOMFIM, OAB nº RO1727A, DANIELE GURGEL DO AMARAL, OAB nº RO1221A, MARCELO LONGO DE OLIVEIRA, OAB nº RO1096A, MONAMARES GOMES, OAB nº RO903A

Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
As partes informam que realizaram composição e que o processo de execução foi extinto, com fundamento no art. 487, VI do Código de Processo Civil.
Considerando as informações trazidas aos autos, homologo, para que produza seus efeitos legais, o pedido de desistência, declarando a extinção do procedimento recursal, nos termos dos arts. 998 do CPC e 110, I, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Desembargador TORRES FERREIRA
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Autos n. 0801308-49.2023.8.22.0000 CLASSE: Agravo de Instrumento AGRAVANTES: ANALIA DA SILVA RODRIGUES, CPF nº 24217883234, MOISES RODRIGUES, CPF nº 14019027153, SAYMON DA SILVA RODRIGUES, CPF nº 94266670249 ADVOGADO DOS AGRAVANTES: MIGUEL ANGELO FOLADOR, OAB nº RO4820A AGRAVADO: , CNPJ nº 07467822000126 ADVOGADO DO AGRAVADO: CELSO UMBERTO LUCHESI, OAB nº BA19494 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 13/02/2023
DECISÃO
Vistos,
A orientação jurisprudencial deste egrégio Tribunal é no sentido de que a superveniência da sentença de mérito, nos autos de origem, como no caso, conduz à prejudicialidade do agravo de instrumento, a autorizar o relator a negar-lhe seguimento, pela posterior perda de objeto. Neste sentido:
Agravo interno. Agravo de instrumento. Ação indenizatória. Sentença prolatada na origem. Recurso prejudicado.
1. Mantém-se a decisão que julgou prejudicado o recurso em virtude da prolação de sentença, situação superveniente que ocasiona a perda de objeto do agravo de instrumento e de eventuais agravos internos interpostos em decorrência do primeiro, pois julgada a demanda em primeiro grau, o agravo interno interposto em face de decisão monocrática que não conheceu do agravo de instrumento perde seu objeto, devendo, também, ser julgado prejudicado.
2. Recurso prejudicado.
[AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0805261-26.2020.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. José Torres Ferreira, Data de julgamento: 23/11/2021]. - Destaquei.
Com efeito, em virtude da existência de sentença, proferida na primeira instância, não resta satisfeito o requisito de admissibilidade, fato que impede o prosseguimento do feito.
Forte nestas razões, e em consonância com o disposto no art. 932, III, do CPC/15 e 123, V do Regimento Interno deste e. TJRO, DECLARO a perda superveniente do objeto do presente agravo de instrumento, NEGANDO-LHE SEGUIMENTO.
Intime-se. Cumpra-se.
Arquive-se imediatamente.
Porto Velho – RO, data da assinatura no sistema.
Juiz Convocado Danilo Paccini

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Alexandre Miguel
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807305-13.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: PATRICIA FIAMETTI MEIRA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: NESTOR NEGRELLI NETO, OAB nº SP195635
Polo Passivo: LUCIANO DOUGLAS RIBEIRO DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO DO AGRAVADO: LUCIANO DOUGLAS RIBEIRO DOS SANTOS SILVA, OAB nº RO3091A
Vistos.
PATRICIA FIAMETTI MEIRA agrava de instrumento da decisão proferida nos autos do cumprimento de sentença que homologou o valor de R$ 23.214,64 a título de honorários advocatícios em favor do exequente/agravado e deferiu a penhora no rosto dos autos 7000164-28.2022.8.22.0019 e 7000163-43.2022.8.22.0019.
Sustenta em suas razões recursais que ao ser proferida a sentença deixou o magistrado singular de se manifestar acerca do seu pedido de gratuidade, condenando-a ao pagamento das verbas sucumbenciais, sendo que antes do trânsito em julgado o advogado do agravado, autor, ingressou com a execução de honorários, onde foram apresentados embargos de declaração, o qual acolhido para sanar a omissão, indeferindo o pedido de gratuidade.
Acresce que apelou e teve provimento o recurso concedendo a gratuidade, transitando em julgado em 03/05/2023, tendo o agravado ingressado com cumprimento de sentença, ignorando a gratuidade e a suspensão da inexigibilidade da verba sucumbencial prevista no art. 98, §3º, do CPC.
Ressalta que é causa para a extinção da execução a inexigibilidade da obrigação, nos termos do art. 525, §1º, III, do CPC.
Assevera que a condenação se mantida é excessiva, pois o valor dado à causa foi de R$ 15.000,00 e a condenação em 10%, o que perfaz o montante de R$ 1.500,00 e não R$ 23.214,64.
Pede a reforma da decisão agravada para reconhecer a inexigibilidade da obrigação, com a sua extinção, com a condenação do agravado ao pagamento das verbas sucumbenciais sobre o valor da execução ou, alternativamente, reconhecer o excesso de execução, e homologar o valor de R$ 1.500,00 a título de sucumbência.

Examinados, decido.
Não há pedido de efeito suspensivo à decisão agravada.
Intime-se o agravado para querendo apresentar contrarrazões no prazo legal.
Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se.
Comunique-se o juiz da causa servindo esta como ofício.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Alexandre Miguel
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7054205-96.2022.8.22.0001
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: CENTRAL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA, GILVAN GUIDIN
ADVOGADO DOS APELANTES: MAXIMILIANO GOMES MENS WOELLNER, OAB nº PR31117A
Polo Passivo: RUBIA BEATRIZ GUIDIN
ADVOGADOS DO APELADO: CARLOS HENRIQUE DE MATTOS SABINO, OAB nº PR36546A, LEANDRO PEREIRA DA COSTA, OAB nº PR63456A, PAULO VIRGILIO DE CARVALHO CANTERGIANI, OAB nº PR39667A
Vistos.
Em análise aos autos, verifico que existe no 1º grau distribuição por dependência aos autos de nº 7037944-56.2022.8.22.0001 e conjunto a esse há Agravo de Instrumento de nº 0810730-82.2022.8.22.0000, sob a relatoria do e. Desembargador Raduan Miguel Filho.
Desta forma, há de se aplicar neste caso a redistribuição dos autos por prevenção, nos termos do art. 142 do RITJ/RO.
Posto isso, determino o encaminhamento dos autos à Vice-Presidência, para as providências necessárias.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Cível
Processo: 7032502-85.2017.8.22.0001
APELANTES: WANDERSON FIDELES DA SILVA, ELESSANDRA LOPES FIDELES ARAUJO, VANESSA FIDELES DA SILVA
ADVOGADOS DOS APELANTES: DEBORA PANTOJA BASTOS, OAB nº RO7217A, DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA, OAB nº RO1996A, VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA, OAB nº RO2479A
APELADO: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADOS DO APELADO: CLAYTON CONRAT KUSSLER, OAB nº RO3861A, LUCIANA SALES NASCIMENTO, OAB nº RO5082A, EVERSON APARECIDO BARBOSA, OAB nº RO2803A, ARI BRUNO CARVALHO DE OLIVEIRA, OAB nº RO3989A, FELIPE BRAGA PEREIRA FURTADO, OAB nº RO9230A, JULIANA SAVENHAGO PEREIRA, OAB nº RO7681
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recurso especial, interposto por VANESSA FIDELES DA SILVA e Outros, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal e 1.029 e seguintes do Código de Processo Civil, em que apontam como dispositivos legais violados o art. 27, do Código de Defesa do Consumidor, art. 189, do Código Civil, bem como, artigo 1º, “c”, da Lei nº 9.494 de 10 de setembro de 1997. O acórdão recorrido ficou assim ementado:
Ação indenizatória. Direito ambiental. Construção de Usina Hidrelétrica. Prescrição. Prazo trienal. Termo inicial. Ciência inequívoca do fato gerador. Ocorrência. Recurso desprovido. A prescrição tem seu termo inicial o conhecimento do fato, sendo trienal o prazo prescricional para buscar reparação por danos morais.
Aduziu o recorrente que o acórdão violou os dispositivos supracitados, em razão de interpretação divergente relativa à prescrição.
Contrarrazões pelo desprovimento do recurso.
Examinados, decido.
Acerca dos artigos supracitados, a admissão do recurso pressupõe o prequestionamento das matérias insculpidas nos dispositivos legais federais alegadamente violados, ou seja, exige que as teses recursais tenham sido objeto de efetivo pronunciamento por parte do Tribunal de origem, o que não ocorreu no caso em tela.
Configurada a carência do indispensável requisito do prequestionamento, impõe-se o não conhecimento do recurso especial, a teor das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, aplicáveis ao recurso especial analogicamente. Nesse sentido:
AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL NA PLANTA. DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. ARTS. 26, 27 e E 29 DA LEI 9.514/97. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO SÚMULAS 282 E 356/STF. 1. O prequestionamento é exigência inafastável contida na própria previsão constitucional, impondo-se como um dos principais pressupostos ao conhecimento do recurso especial. Por isso que, não decidida a questão pela instância ordinária e não opostos embargos de declaração, a fim de ver suprida eventual omissão, incidem, por analogia, os enunciados n. 282 e 356 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1772273/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2020, DJe 12/02/2020 - destaquei).
Por fim, observe-se que os mesmos óbices impostos à admissão pela alínea “a”, III, do art. 105 da CF impedem a apreciação recursal pelas alíneas ‘b’ e “c”, estando, portanto, prejudicada a análise do dissídio jurisprudencial.
Ante o exposto, não se admite o recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Alexandre Miguel
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0806792-45.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADOS DO AGRAVANTE: LUCIANA SALES NASCIMENTO, OAB nº RO5082A, MARIANA DE JESUS SILVA, OAB nº SP441276, ALBERTO DE PINHO NOVO JUNIOR, OAB nº SP252594
Polo Passivo: ORLANDO JOSE GUIMARAES
AGRAVADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração opostos pela SANTO ANTONIO ENERGIA S.A. em face da decisão monocrática que deu provimento ao agravo de instrumento para determinar a consulta no sistema INFOJUD como requerido por ela.
A agravante sustenta que houve erro material na decisão monocrática que determinou a consulta no INFOJUD quando o pedido era para inclusão do nome do agravado no SERASAJUD.
Pede o acolhimento dos embargos para sanar o erro material e determinar a inclusão do nome do embargado no sistema SERASAJUD.
Examinados, decido.
Com razão a embargante.
A decisão deixou de analisar o pedido de inclusão do nome do agravado/embargado no sistema SERASAJUD.
Ocorre que referido sistema encontra-se disponibilizado conforme convênio com o
PODER JUDICIÁRIO, o qual permite a inclusão rápida de dados do executado no cadastro de inadimplentes, garantindo efetividade na prestação jurisdicional.
Portanto, havendo requerimento da agravante/exequente e possibilidade de utilização do sistema pelo Juízo originário, a negativa do ato é incabível, pois viola os princípios da celeridade e cooperação.
A propósito cito jurisprudência nesse sentido:
Agravo de instrumento. Cumprimento de sentença. Ausência de cumprimento espontâneo. Inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes via Serasajud. Possibilidade. Não havendo cumprimento espontâneo da obrigação de pagar, ensejando medidas executivas coercitivas contra o executado e, sendo infrutíferas, é possível a inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes via Serasajud a pedido da parte. (TJRO, AI 0811159-49.2022.822.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, j. em 31/03/2023)
Agravo de instrumento. Cumprimento de sentença. Não cumprimento espontâneo. Inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplente via SERASAJUD. Possibilidade. Recurso provido. Não havendo cumprimento espontâneo da obrigação de pagar, ensejando medidas executivas coercitivas contra o executado e, sendo infrutíferas, é possível a inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes via SERASAJUD a pedido da parte. (TJRO, AI 0804479-53.2019.822.0000, Rel. Des. Isaias Fonseca Moraes, j. em 4/5/2020)
AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CIVIL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO. INCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. POSSIBILIDADE PREVISTA NO ARTIGO 782, PARÁGRAFO 3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONVÊNIO DO TRIBUNAL. CELERIDADE PROCESSUAL. COOPERAÇÃO. PRÉVIA RECUSA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. A inovação trazida no Código de Processo Civil, com a possibilidade de inclusão do nome do devedor no cadastro de inadimplentes, imprime a chamada execução coercitiva ou indireta, que é aquela em que o Estado não atua diretamente na execução dos bens do devedor, mas usa mecanismos de convencimento para que o próprio devedor venha a quitar suas obrigações inadimplidas. 2. É certo que ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios já foi disponibilizado o convênio denominado SerasaJud, o qual permite a inclusão rápida de dados do executado no cadastro de inadimplentes, garantindo efetividade na prestação jurisdicional. 3. A inclusão de dados da parte executada em cadastro de inadimplentes, mediante o sistema SerasaJud, não está condicionada à demonstração de diligências infrutíferas promovidas pelo exequente, perante mantenedoras de cadastros de devedores. 4. Desta forma, havendo requerimento do credor e possibilidade de utilização do sistema pelo Juízo originário, descabida a negativa, que atenta contra a Celeridade Processual e Princípio da Cooperação. 5. Recurso conhecido e provido. (TJDF, AI 0738715-69.2021.8.07.0000, Rel. Des. EUSTÁQUIO DE CASTRO, j. em 03/03/2022) (g.n.)
Posto isso, acolho os embargos de declaração para sanar o erro material e dou provimento ao recurso para reformar a decisão agravada e determinar que o juízo singular promova a inclusão do nome do agravado/embargado no sistema SERASAJUD.
Transitada em julgado, arquivem-se os autos.
Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se.
Comunique-se o juiz da causa servindo esta como ofício.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Alexandre Miguel
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807542-47.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: SIDNEY NOIBAL, GIVA BARBOSA NOIBAL, MADALENA EDUARDO STOFEL NOIBAL, ESPÓLIO DE FLORIANO NOIBAL
ADVOGADO DOS AGRAVANTES: CASSIA DE ARAUJO SOUZA, OAB nº MT10921A
Polo Passivo: BANCO DA AMAZONIA SA
ADVOGADOS DO AGRAVADO: MONAMARES GOMES, OAB nº RO903A, GILBERTO SILVA BOMFIM, OAB nº RO1727A
Vistos.
SIDNEY NOIBAL, GIVA BARBOSA NOIBAL, MADALENA EDUARDO STOFEL NOIBAL, ESPÓLIO DE FLORIANO NOIBAL agravam de instrumento da decisão proferida nos autos da ação de execução de título extrajudicial que não analisou o pedido de nova avaliação do bem por reconhecer ter ocorrido a preclusão temporal e homologou o edital de leilão, nos seguintes termos:

"[...]A parte executada, pela derradeira petição, roga pela declaração de nulidade do laudo de avaliação do imóvel levado a leilão, pugnando por nova avaliação do bem.
Pois bem.
A disposição legal do Código de Processo Civil, nos apresenta que:
Art. 223 - Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa.
Art. 278 - A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
Sobre tais dispositivos se pautam o instituto jurídico da preclusão.
Segundo prega a doutrina, Preclusão é a perda, extinção ou consumação de uma situação jurídica ativa processual. Nessa linha, segundo clássica sistematização do instituto, que remete a Chiovenda, fala-se em preclusão "temporal (decorrente do esgotamento do prazo para o exercício de determinada situação jurídica ativa processual), lógica (em virtude da prática de outro ato incompatível com a situação jurídica ativa que se pretende exercer) e consumativa (em razão de, bem ou mal, já ter sido exercida a situação jurídica ativa processual, não sendo possível emendar ou melhorar o ato praticado).
No presente caso, constata-se que a parte executada não levantou qualquer impugnação oportuna à avaliação do imóvel produzida e juntada nos autos ao id 59320542, bem como deixou de realizar qualquer impugnação à decisão que homologou tal avaliação na decisão de ID 89362846.
Assim, entendo que no presente caso ocorreu a preclusão temporal da parte executada levantar qualquer arguição de nulidade e/ou impugnação ao laudo de avaliação do imóvel, bem como da decisão que o homologou para fins de alienação judicial, motivo pelo qual, deixo de analisar a impugnação.
Prosseguindo, HOMOLOGO o edital de leilão apresentado pela Leiloeira ao id 91800768."
Sustentam em suas razões recursais o imóvel questionado foi dado em garantia de cédula de crédito rural, em que rejeitada a exceção de pré-executividade e a impugnação à penhora ordenada uma nova avalição do bem dado em garantia por oficial de justiça, a qual questionada a ocorrência de vício, também rejeitada, sendo que após 2 anos designou-se o leilão, requerendo nova avaliação, a qual indeferida.
Acrescem que o laudo não especificou os bens, suas características e o estado em que se encontram, conforme estabelece o art. 872, do CPC, eis que a propriedade contém estrutura completa para criação e abate de suínos, tendo 2.792m² de área construída, bem como possui ativo ambiental e recursos naturais, onde o laudo indica a existência de 5 barracões, quando existem 6.
Ressaltam que o laudo não especificou cerca de 30% da área total, o que deprecia o valor em mais de R$ 1.490.000,00.
Enfatizam que a alegação de preço vil é matéria de ordem pública, sendo que a última avaliação ocorreu em junho/2021, tendo havido majoração significativa quanto à terra nua; custo da construção civil; pesquisa realizada em oferta imobiliária.
Asseveram que o bem foi avaliado por imobiliária em R$ 4.530.000,00, ou seja, três vezes o valor que o oficial de justiça o avaliou.
Pedem a concessão da tutela recursal para suspender a ordem judicial para realização de leilão agendado para 18/07/2023 e, no mérito, a reforma da decisão agravada para designar que nova avaliação seja realizada.
Examinados, decido.
Nos autos observa-se que a irresignação dos agravantes diz respeito ao indeferimento do pedido de nova avaliação do imóvel.
Nota-se que quando realizada a avaliação do imóvel pelo oficial de justiça houve irresignação por parte dos agravantes, mas que dela não houve interposição de recurso próprio.
De lá para cá o que poderá ocorrer é a atualização do valor da avaliação, sendo desnecessária, a princípio, a realização de nova avaliação.
Portanto, não estando presentes os requisitos para a concessão da tutela recursal pretendida, no caso a probabilidade do direito invocado pelos agravantes, bem como o perigo na demora, onde desde 05/2023 os agravantes tinham ciência da data em que o leilão estava designado, agindo com desídia para interpor o agravo de instrumento na véspera da hasta pública.
Posto isso, indefiro o pedido de tutela recursal.
Intime-se o agravado para querendo apresentar contrarrazões no prazo legal.
Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se.
Comunique-se o juiz da causa servindo esta como ofício.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Desembargador TORRES FERREIRA
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Autos n. 7015470-88.2022.8.22.0002 CLASSE: Apelação Cível APELANTE: ORLANDO PEREIRA DA SILVA JUNIOR, CPF nº 59523719220 ADVOGADO DO APELANTE: GLEISSON VIANA DE SOUZA, OAB nº RO11454A APELADOS: LAUDINEIA GOMES DE OLIVEIRA, CPF nº 41872940234, FRANCISCO MARTINS FERREIRA, CPF nº 13083813600 ADVOGADO DOS APELADOS: BRUNO ALVES DA SILVA CANDIDO, OAB nº RO5825A DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2023
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de apelação interposta por ORLANDO PEREIRA DA SILVA JUNIOR contra sentença proferida pelo Juízo da 4ª Vara Cível da comarca de Ariquemes que julgou procedente os embargos de terceiro, porém, em vista do princípio da causalidade e das razões expostas, condenou o embargante, ora apelante, ao pagamento das custas processuais e honorários sucumbenciais.
O apelante foi intimado para comprovar a alegada hipossuficiência.
Antes de ser apreciado o referido pleito, sobreveio aos autos petição noticiando a formalização de acordo entre as partes (ids 20426337 e 20488497).
Tendo em vista que o feito envolve particulares e o acordo encontra-se devidamente assinado por seus representantes legais com procuração nos autos, bem como constando expressamente que as partes anuem pela solução do processo em caráter de irrevogabilidade e irretratabilidade, nada obsta a sua homologação.
Registro que consta do acordo que eventuais custas e despesas processuais ficam a cargo do embargante, ora apelante.

Em face do exposto, homologo o referido pedido para que produza seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do artigo 487, III, b do Código de Processo Civil.
Por preclusão lógica, o feito transita nesta data.
Intimem-se. Cumpra-se.
Após, remeta-se o feito à origem.
Porto Velho/RO, data de assinatura no sistema.
Juiz Convocado Danilo Paccini

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Torres Ferreira
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7009958-25.2021.8.22.0014
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: WILSON DOURADO DA SILVA
ADVOGADO DO APELANTE: ERIC JOSE GOMES JARDINA, OAB nº RO3375A
Polo Passivo: JOAO DEBASTIANI
ADVOGADO DO APELADO: NEI JOSE ZAFFARI JUNIOR, OAB nº RO7023A
DESPACHO
Vistos.
A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXXIV, dispõe o seguinte: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;" Negritei
O Código de Processo Civil, em seu artigo 98, dispõe o seguinte: "A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei."
O CPC, no seu artigo 99, § 2º dispõe que: "O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos."
A Constituição Federal é a matriz do arcabouço jurídico do país. Como lei maior, a Constituição Federal delimita a atuação do legislador ordinário, que a ela obrigatoriamente deve obediência. O dispositivo constitucional citado acima, é claro ao dispor que a assistência jurídica comporta comprovação.
Já os dispositivos do CPC devem ser interpretados contextualmente e não isoladamente, bem como devem obediência à Constituição Federal. Ora, se o CPC dispõe que o julgador pode indeferir o pedido de gratuidade (art. 99, § 2º), é evidente que pode determinar a comprovação da alegada hipossuficiência, consoante a disposição constitucional que assim o autoriza.
A respeito, os seguintes precedentes:
TJRO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos, é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Câmaras Cíveis Reunidas, J. 05/12/2014).
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico-financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014).\
Com essas premissas, determino que a parte recorrente comprove, por meio idôneo (documental), sua incapacidade financeira para pagar as custas processuais, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não conhecimento do recurso. Alternativamente, recolha as custas processuais do recurso.
Intime-se.
Porto Velho/RO, data de assinatura no sistema.
Juiz Convocado Danilo Paccini
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Torres Ferreira
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7037696-61.2020.8.22.0001
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: IRMAOS GONCALVES COMERCIO E INDUSTRIA LTDA.
ADVOGADOS DO APELANTE: ATILA DAVI TEIXEIRA, OAB nº RO11012A, ELISA DICKEL DE SOUZA, OAB nº RO1177A, MAGALI FERREIRA DA SILVA, OAB nº RO646A
Polo Passivo: ELIZVANY DA SILVA AMORIM
ADVOGADOS DO APELADO: LUIZ CARLOS PACHECO FILHO, OAB nº RO4203A, EMANOELITA SILVA DE AMORIM ABREU, OAB nº RO9356A

Vistos,
Muito embora haja precedentes mínimos que permitam julgamento monocrático do feito, para evitar eventual alegação de ofensa ao princípio da colegialidade, reconsidero, por ora, a decisão unipessoal, para melhor análise do caso posto, com o fim de dar deslinde, inclusive para inclusão em pauta, se for o caso.
Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho – RO, data de assinatura no sistema.
Juiz Convocado Danilo Paccini

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: Sessão Virtual N. 820 – 14/06/2023 à 21/06/2023
0809884-65.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7003662-62.2017.8.22.0002-Ariquemes / 2ª Vara Cível
Agravante : R. de J. A.
Advogado : Álvaro Alexander de Oliveira (OAB/MT 16611/O)
Agravados : R. R. S. A. representado por E. da S. M e outra
Advogada : Bruna Fernanda Dantas Cabral (OAB/RO 8856)
Relator : DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 10/10/2022
DECISÃO: ‘‘RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.’’
EMENTA
Agravo de instrumento. Cumprimento de sentença. Nulidade de citação. Não ocorrência. Execução de alimentos. Ordem de prisão. Pagamento das últimas parcelas. Manutenção da ordem. Possibilidade. Recurso desprovido.
A citação por edital somente é nula quando não esgotados todos os meios necessários para localização do réu, não sendo este o caso dos autos, é de se validar o ato.
Não há ilegalidade na ordem de prisão, caso o alimentante comprove o pagamento das três últimas parcelas, pois sua execução pode se efetivar caso não comprove, mês a mês, o adimplemento da obrigação alimentar.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807370-08.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: AILTON MOREIRA
ADVOGADOS DO AGRAVANTE: BRUNA SILVA FAGUNDES, OAB nº RO11070, ALLAN SOUZA DE MORAES SARKIS, OAB nº RO2682A
Polo Passivo: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA
ADVOGADO DO AGRAVADO: BRADESCO
Vistos,
AILTON MOREIRA interpõe agravo por instrumento contra a decisão prolatada pelo juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes nos autos da ação de consignação em pagamento c/c indenização por danos morais n. 7010078-36.2023.8.22.0002 ajuizada em desfavor da instituição financeira agravada BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A.
Combate a decisão que, tacitamente, indeferiu as benesses da gratuidade da justiça, concedendo o prazo de 15 (quinze) dias, para a agravante comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição.
Alega que é aposentado e recebe aposentadoria por invalidez no valor de R$2,025,93 (dois mil e vinte e cinco reais e noventa e três centavos) de seu benefício previdenciário, sendo este sua única fonte de renda.
Diz que não tem condições de pagar as custas do processo sem prejuízo do próprio sustento ou da sua família.
Assevera que a decisão não possui nenhum fundamento para a negativa do benefício pleiteado e, ainda, não verificou o disposto no §2º do art. 99, do CPC.
Defende que a gratuidade é benefício garantido pela Constituição Federal a todos aqueles que comprovarem a insuficiência de recursos para arcar com as custas na via judicial.
Assevera que o indeferimento da justiça gratuita é um óbice ao acesso à justiça, pois impõe barreiras injustificadas que dificultam claramente o acesso à justiça, violando preceitos constitucionais, nos termos do art. 5º, incisos XXXIV e XXXV, da Constituição Federal.
Sustenta que, caso seja mantida a decisão de indeferimento da gratuidade judiciária, será obrigado a desistir da ação e, consequentemente, de seu direito.
Justifica que acostou aos autos, documentos aptos e suficientes a comprovar sua hipossuficiência.
Requer seja concedido a tutela de urgência recursal para deferir as benesses pleiteada e, no mérito, o provimento do recurso para reformar a decisão combatida, a fim de que seja confirmada a benesse da gratuidade judiciária.
Relatei.
Examinados, decido.
Preambularmente, saliento que o agravo de instrumento interposto tem como escopo a gratuidade judiciária.
Deste modo, sendo a concessão de tal benefício justamente o seu fundamento, condicionar o conhecimento do recurso ao pagamento do preparo importaria em impedimento à análise da questão pelo colegiado.
Assim, no resguardo do direito de acesso à justiça, concedo a gratuidade da justiça ao agravante, lembrando que, havendo alteração em sua situação econômica, o benefício poderá ser revogado.

Pois bem.
Na dicção expressa do art. 1.019, inc. I, do Código de Processo Civil, recebido o agravo de instrumento, o relator poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal.
A concessão de efeito suspensivo ou deferimento de tutela em agravo de instrumento somente é cabível quando afigurados, in limine, a presença da probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, consoante disposto no art. 300, caput, do Código de Processo Civil.
Na espécie, sem se perscrutar acerca do direito sustentado pelo agravante, verifica-se não ser o caso da concessão da tutela recursal. Contudo, a não concessão do efeito suspensivo culminará em risco ao resultado útil do processo, uma vez que o feito poderá ser extinto por ausência de recolhimento das custas iniciais, antes da apreciação do mérito recursal.
Assim, por entender prudente até julgamento final deste agravo, CONCEDO efeito suspensivo ao recurso, a fim de obstar o prosseguimento da ação, com fulcro no art. 1.019, inc. I, do Código de Processo Civil.
Desnecessária a intimação da parte adversa, uma vez que não formalizada a relação jurídica processual.
Comunique-se ao juiz da causa sobre o teor desta decisão, servindo a presente como ofício.
Após, tendo em vista que o caso envolve interesse de pessoa idosa, à Procuradoria-Geral de Justiça para oferecimento de parecer.
Somente, então, faça-me a conclusão.
Expeça-se o necessário.
C.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Desembargador TORRES FERREIRA
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Autos n. 0801128-33.2023.8.22.0000 CLASSE: Agravo de Instrumento AGRAVANTE: RONDOTERRA - CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA - EPP, CNPJ nº 02498361000135 ADVOGADO DO AGRAVANTE: TIAGO JOSE ROTUNO VIEIRA, OAB nº RO9787A AGRAVADO: JOSE GONCALVES AMADOR, CPF nº 13899716272 ADVOGADO DO AGRAVADO: LUIS FERREIRA CAVALCANTE, OAB nº RO2790A DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/02/2023
DESPACHO
Vistos.
Torno sem efeito a decisão de Id 20394663, já que se refere a outro feito, equivocadamente aqui lançada. Proceda-se o cancelamento de sua visualização.
Na sequência, retornem conclusos.
Porto Velho – RO, data de protocolo no sistema.
DANILO PACCINI
Juiz convocado

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: Sessão Virtual N. 822 – 28/06/2023 à 05/07/2023
7004363-79.2020.8.22.0014 Apelação (PJE)
Origem: 7004363-79.2020.8.22.0014-Vilhena / 3ª Vara Cível
Apelante : L. B. da C.
Defensor(a) Público(a): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado : F. M. P. C.
Advogada : Elisângela de Moura Dolovetes (OAB/RO 8399)
Advogada : Vitória Silva Pereira (OAB/RO 12966)
Relator : DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 26/04/2023
Decisão: ''RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.''
EMENTA Apelação cível. Reconhecimento de paternidade. Alimentos. Filhos menores. Quantum. Fixação em patamar razoável. Manutenção da sentença. Recurso desprovido.
Os alimentos devem ser arbitrados em valor que garanta uma proporcionalidade entre as necessidades de quem vai recebê-lo e a capacidade financeira de quem vai prestá-lo.
Mantém-se o valor dos alimentos, fixados em percentual da renda do alimentante, quando este não se mostra irrazoável.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: Sessão Virtual N. 818 – 31/05/2023 a 07/06/2023
7002150-72.2021.8.22.0012 Apelação (PJE)
Origem: 7002150-72.2021.8.22.0012-Colorado do Oeste / 1ª Vara
Apelante : Banco BMG S/A
Advogado : Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB/RO 9241)
Apelada : Maria Gonçalves da Silva
Advogado : Alex Fernandes da Silva (OAB/RO 11562)
Relator : DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 08/03/2023
Redistribuído pro Prevenção em 27/03/2023

Decisão: ''RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.''
EMENTA
Apelação cível. Ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos materiais e morais. Falta de interesse de agir. Afastada. Empréstimo consignado. Documento original não apresentado. Perícia prejudicada. Relação jurídica não comprovada. Descontos indevidos. Devolução cabível. Dano moral configurado. Quantum mantido. Recurso desprovido.
Não se exige, em ações em que se pretende a declaração de inexistência de relação jurídica e indenização por dano material e moral por descontos indevidos, o prévio requerimento administrativo e a comprovação de sua resistência, sob pena de violação do princípio da inafastabilidade da jurisdição.
Em sendo prejudicada a feitura de perícia grafotécnica designada em razão da inércia da instituição financeira, que não juntou a via original do contrato, tampouco apresentou justificativa de eventual impossibilidade em assim proceder, deve ser declarada a inexistência de relação jurídica entre as partes, notadamente diante das normas insertas no art. 400, I, e art. 429, II, ambos do CPC.
Demonstrada a ausência de relação jurídica, restam indevidos os descontos realizados em benefício previdenciário, o que causa o dever de devolução, bem como o dano moral indenizável, cujo valor se mantém por ser razoável e proporcional ao dano experimentado pela vítima.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0805302-85.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: ESPÓLIO DE JECE SALES
ADVOGADO DO AGRAVANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: GECIELLE MARQUES SALES, GISELLE MARQUES SALES, JECIANA DE OLIVEIRA SALES, JUCIANA OLIVEIRA SALES, MAYKON FERNANDES SALES, MONIQUE FERNANDES SALES, SUELLEN FERNANDES SALES
AGRAVADOS SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
ESPÓLIO DE JECE SALES, defendido pela Defensoria Pública do Estado de Rondônia, interpõe agravo por instrumento com pedido de efeito suspensivo em face da decisão prolatada pelo juízo da 1ª Vara Cível da comarca de Guajará-Mirim, nos autos da ação de inventário n. 7001414-74.2023.8.22.0015, promovida por GECIELLE MARQUES SALES e demais herdeiros.
Combate a decisão que indeferiu o pedido de gratuidade da justiça, ao fundamento de que, quem suporta os ônus e custas processuais é o espólio e não os herdeiros, razão pela qual diferiu o recolhimento das custas iniciais, nos seguintes termos:
4. Quanto ao pedido de gratuidade, adotando os ensinamentos de Maria Berenice Dias (Manual das Sucessões. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 531), lembra-se que a responsabilidade pelo pagamento dos encargos processuais é do espólio e não dos herdeiros, pelo que irrelevante a situação financeira destes. Verificados bens suficientes e capazes de suportar os encargos do processo, é de se indeferir a concessão da gratuidade. Contudo, possível o deferimento do pagamento ao final, ante a inexistência de bens com liquidez imediata (TJ-RS. 7ª Câmara Cível. AI 70022778799, rel. Ricardo Raupp Ruschel, j. em 07/04/2008). Assim, considerando que ainda não foram listados os ativos/passivos do espólio, fica o recolhimento das custas diferida para o final. Ressalta-se que, em caso de diferimento, as custas serão recolhidas ao final, mas antes do julgamento da partilha, conforme prevê a legislação de regência. Corroborando tal entendimento, cita-se o art. 20 do referido Regimento de Custas do TJ/RO que dispõe sobre o recolhimento postergado apenas das custas finais. Vejamos: "Art. 20. Nos processos em que haja partilha de bens ou direitos, as custas judiciais finais serão recolhidas antes da adjudicação ou da homologação da partilha, de acordo com o valor total dos bens que integram o monte mor, inclusive a meação do cônjuge supérstite, nos inventários e arrolamentos."
Aduz que o espólio possui patrimônio de R$27.920,00 (vinte e sete mil, novecentos e vinte reais), proveniente de um de consórcio/seguro que o de cujus deixou junto à HONDA, que deverá ser partilhado entre os 9 (nove) herdeiros.
Assevera que a rentabilidade da massa é baixa, sendo gravoso o ônus de exigir que o espólio pague as custas judiciais.
Requer a concessão do efeito suspensivo ao recurso e, no mérito, o provimento do agravo de instrumento, a fim de que seja concedido o benefício da assistência judiciária gratuita ao agravante.
Decisão inicial (fls. 62/64), indeferindo o efeito suspensivo.
Sem contrarrazões, uma vez que não formalizada a relação processual.
Parecer da Procuradoria-Geral de Justiça pelo qual verifica a presença
de interesse indisponível, descabendo, assim, a intervenção ministerial (ID n. 20593220 – fls. 1/3)).
É o relatório.
O espólio de Jece Sales pretende a gratuidade judiciária na ação de inventário, sob alegação de não possuir condições de arcar com as custas processuais.
O Agravo de Instrumento é um recurso cuja urgência de julgamento está atrelada à sua própria natureza, já que se trata de um recurso cabível contra decisões interlocutórias, as quais não encerram o processo, mas podem modificar todo o andamento processual e a relação entre os litigantes.
Não à toa o art. 946 do CPC/15 prevê que o agravo de instrumento deve ser julgado antes da apelação interposta no mesmo processo, e, se ambos os recursos houverem de ser julgados na mesma sessão, terá precedência do agravo de instrumento.
No mesmo alinhamento, a tese adotada pelo STJ no Tema nº 988 dos recursos repetitivos, reafirmou o caráter de urgência do agravo de instrumento no nosso ordenamento jurídico ao estabelecer que o rol de cabimento definido pelo art. 1.015 do CPC/15 é de taxatividade mitigada, admitindo-se, portanto, a interposição deste recurso quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.
Significa dizer que, tem prioridade o julgamento do agravo de instrumento pela urgência que este representa por sua própria natureza, quanto que não há óbice para que o relator profira, de imediato, decisão no referido recurso quando já há entendimento pacificado no tribunal a respeito da matéria nele abordada.
A isso se somam os princípios constitucionais da duração razoável do processo e do acesso à justiça.
Ambos funcionam como garantia devida ao cidadão, respectivamente, de ter com brevidade a solução jurisdicional do conflito apresentado ao judiciário, bem assim assomar-se aos poderes da sociedade à busca da prestação do serviço de interesse público (CF, art. 5º, LXXVIII e XXXV).

É consabido que o inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal estabelece o direito de todo cidadão à duração razoável do processo, no sentido de assegurar que deva haver por parte dos agentes da justiça o máximo de agilidade possível na condução de seus processos judiciais e administrativos, para que a realização da justiça seja feita da melhor e mais célere maneira.

Por sua vez, o inciso XXXV do art. 5º da Constituição Federal assegura a inafastabilidade da jurisdição, ou do acesso à Justiça, definindo que a lei não excluirá da apreciação do PODER JUDICIÁRIO lesão ou ameaça a direito.

Assim, preenchidos os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso, e, dada a urgência da matéria e do instrumento recursal em si, bem como o entendimento assente já existente nesta Corte sobre a matéria recursal, decido.

A agravante pretende a gratuidade judiciária na ação de inventário, no rito de arrolamento sumário, do espólio deixado por Antônio Sousa Mendonça, sob alegação de que não possui condições de arcar com as custas processuais.

A garantia da assistência judiciária gratuita encontra guarida no art. 98, do CPC e §§ seguintes, cuja previsão assegura à pessoa física ou jurídica, que não possui condições de arcar com o ônus do processo, o acesso à justiça, sendo concedida aos que demonstrarem não dispor de recursos financeiros para arcar com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios, sem que importe em prejuízo para o seu próprio sustento e para o de sua família.

Ainda, sobre o tema da gratuidade judiciária, a jurisprudência tem assentado no sentido de que, conforme previsão contida no art. 5º, inc. LXXIV da Constituição Federal, existe a necessidade da comprovação do estado de hipossuficiência para sua concessão.

Trago à baila o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE.

1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário.

2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico-financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência.

3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014) [g.n.]

Nesta Corte, a questão foi matéria de incidente de uniformização de jurisprudência, julgado pelas Câmaras Cíveis Reunidas, que se aliou ao esposado pelo Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:

TJRO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE.

A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos, é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Câmaras Cíveis Reunidas, J. 05/12/2014).

Assim, conclui-se que a gratuidade da justiça somente será concedida aos que demonstrarem não dispor de recursos financeiros para arcar com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios, sem que importe em prejuízo para o seu próprio sustento e para o de sua família.

Todavia, em processo de inventário, a obrigação de arcar com as custas do processo é do espólio e não dos herdeiros. Em outras palavras, os herdeiros não possuem legitimidade para requererem a gratuidade, ainda que sejam hipossuficientes

Desse modo, para efeito de concessão da justiça gratuita, faz-se necessária a comprovação da insuficiência de recursos do monte-mor frente as despesas do processo, o que não se confunde com a condição financeira da inventariante ou dos herdeiros.

Ademais, admite-se o deferimento do benefício, especialmente quando evidenciado que o patrimônio deixado pelo autor da herança não for suficiente para cobrir as despesas processuais.

Portanto, a concessão da gratuidade da justiça, neste caso, demanda a análise de requisitos específicos, quais sejam: a modéstia do monte a ser transmitido e a impossibilidade de atendimento das despesas inerentes ao processo judicial, pois parte-se do pressuposto de que as despesas processuais serão suportadas pelos bens inventariados, em virtude de seu cunho econômico.

Nesse sentido é a jurisprudência do STJ:

STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CAUTELAR. ESPÓLIO. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS.

1. Ação de cautelar de protesto contra alienação de bens com pedido liminar de tutela de urgência.

2. Apenas se o espólio provar que não tem condições de arcar com as despesas do processo pode obter o benefício da justiça gratuita.

3. Agravo interno desprovido. (AgInt nos EDcl no REsp 1800699/MG, Relª Minª ANDRIGHI, Nancy, Terceira Turma, julg. 16/9/2019, DJe 18/9/2019)

A jurisprudência desta Corte adota o mesmo posicionamento:

TJRO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ESPÓLIO. MONTE-MOR. RECOLHIMENTO DE CUSTAS INICIAIS. GRATUIDADE. INDEFERIMENTO.

Apenas se o espólio provar que não tem condições de arcar com as despesas do processo, pode obter o benefício da justiça gratuita. (TJRO. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0800546-67.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 27/05/2022)

Assim, há de se apurar, o valor e a liquidez do monte-mor.

Pois bem.

Denota-se dos autos que o patrimônio a ser partilhado é o valor de R$27.920,00 (vinte e sete mil, novecentos e vinte reais), proveniente de um de consórcio/seguro que o de cujus deixou junto à HONDA, que deverá ser partilhado entre os 9 (nove) herdeiros.

Vê-se, pois, que o patrimônio deixado pelo inventariado é de valor considerável, porém, não está a disposição destes, no ato.

Nesse passo, não havendo disponibilidade imediata de recurso para o pagamento das custas iniciais e, ausente liquidez do valor do patrimônio a ser partilhado, está evidenciada a temporária impossibilidade do espólio de arcar com as custas processuais.

Assim, em não havendo disponibilidade imediata de recurso para o pagamento das custas iniciais, é possível permitir o seu recolhimento ao final do processo, quando encerrado o inventário e a partilha.

Vejamos:

TJSC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVENTÁRIO. DECISÃO DE INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. RECURSO DO INVENTARIANTE. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. ILIQUIDEZ DO PATRIMÔNIO DO ESPÓLIO

AUTOR. POSSIBILIDADE DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS AO FINAL DO PROCESSO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Tratando-se de pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita formulado por espólio, não é o patrimônio dos herdeiros que deve ser analisado para fins de concessão, mas os bens do acervo. Assim, constatando-se a existência de patrimônio que permite arcar com as despesas, o pagamento das custas processuais deve ser relegado ao final do processo na hipótese de falta de liquidez.
(TJ-SC - AI: 50424485920208240000 Tribunal de Justiça de Santa Catarina 5042448-59.2020.8.24.0000, Relator: João Batista Góes Ulysséa, Data de Julgamento: 08/04/2021, Segunda Câmara de Direito Civil)
TJRS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUCESSÕES. SONEGADOS. CUSTAS QUE DEVEM SER SUPORTADAS PELO ESPÓLIO. POSSIBILIDADE DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS AO FINAL DO PROCESSO. PRECEDENTES. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. RECURSO PROVIDO.
(TJ-RS - AI: 50943796620228217000 SANTO AUGUSTO, Relator: Roberto Arriada Lorea, Data de Julgamento: 12/05/2022, Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: 12/05/2022)
Esta Corte também assim tem decidido:
TJRO. Agravo de instrumento. Ação de abertura de inventário. Imóvel. Gratuidade de justiça. Indeferimento. Diferimento das custas. Possibilidade. Recurso parcialmente provido.
A não comprovação, efetiva, de hipossuficiência impossibilita a concessão do benefício da Justiça Gratuita.
A obrigação de arcar com as custas do processo é do espólio. Evidenciada a falta de liquidez para, no momento, o espólio arcar com as despesas iniciais do feito, deve ser postulado o pagamento das custas ao final da demanda.
AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0812226-83.2021.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Sansão Saldanha, Data de julgamento: 27/04/2022
TJRO. Apelação cível. Inventário. Imóveis e móveis. Documentos que indicam a existência de bens, embora parciais. Necessidade de processamento da ação. AJG diferimento. Possibilidade. Recurso provido.
É possível o processamento de inventário com prova mínima da existência dos bens.
Não tendo, a parte autora, condições de recolhimento das custas iniciais em processo de inventário, estas podem ser recolhidas ao final.
APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7002062-25.2021.822.0015, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 17/03/2022
Desse modo, entendo ser acertada a decisão do juízo, que indeferiu os benefícios da gratuidade processual e postergou seu recolhimento ao final, razão pela qual a mantenho inalterada.
À luz do exposto, nego provimento ao agravo de instrumento, nos termos do art. 932, VIII, do CPC c/c Súmula nº 568/STJ e art. 123, XIX, "a", do RITJ/RO.
Comunique-se imediatamente ao juízo da causa, servindo a presente decisão como ofício.
Procedidas às anotações necessárias e transitado em julgado, arquive-se.
P. I. C.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7012750-49.2021.8.22.0014
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA., RODOBENS CAMINHOES RONDONIA LTDA
ADVOGADOS DOS APELANTES: RICARDO GAZZI, OAB nº BA61713, FELIPE QUINTANA DA ROSA, OAB nº RS56220A, Procuradoria da Rodobens
Polo Passivo: VINICIUS EUGENIO FOLETO
ADVOGADO DO APELADO: NEUZA DETOFOL FOLETO, OAB nº MT4313
Vistos,
Em face dos embargos de declaração opostos por MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA, intimem-se os embargados para que se manifestem no prazo de 05 (cinco) dias (CPC, art. 1.023, § 2º).
Após, concluso para decisão.
C.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0806205-23.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: J. L. D. S., K. H. S., E. F. D. S.
ADVOGADOS DOS AGRAVANTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: J. D. D. D. 2. V. C. D. C. D. R. D. M.
AGRAVADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
E. F. D. S e outros interpõem agravo de instrumento contra a decisão prolatada pelo juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura, nos autos da ação consensual de reconhecimento e dissolução de união estável com partilha de bens, guarda, alimentos e visitas n. 7006000-12.2022.8.22.0009, na qual requer a homologação firmado entre as partes.
Combate a decisão que indeferiu a gratuidade da justiça, intimando os agravantes para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas iniciais, sob pena de indeferimento da inicial, que ora transcrevo:
Os autores compareceram em Juízo formulando pedido consensual de reconhecimento e dissolução de união estável c/c partilha de bens, pugnando pela concessão dos benefícios da gratuidade judiciária.

Quanto ao pedido de concessão dos benefícios da gratuidade judiciária, ainda que os autores declarem não ter condições de arcar com as custas processuais e esta declaração tenha a presunção de ser verdade (§ 3º do art. 99 do CPC), ela não é absoluta (§ 2º do art. 99 do CPC). Ademais, se há presunção de veracidade de sua alegação de hipossuficiência, também é de se presumir que auferem renda, dada suas ocupações econômicas declaradas, além de partilha de 3 (três) imóveis.
A toda evidência, pelos elementos que os próprios autores informam, eles não estão em estado de insuficiência de recursos, não se encontram em condição de miserabilidade ou vulnerabilidade econômica/social para o pagamento das custas processuais, vez que amealharam 03(três) imóveis durante a união, razão pela qual, INDEFIRO o pedido de gratuidade judiciária.
Consigno que apenas estar assistido pela Defensoria Pública NÃO acarreta Assistência judiciária gratuita automaticamente.
[…]
Assim, intimem-se as partes para, no prazo de 15 dias, emendarem a inicial, recolhendo o valor das custas processuais de 2%, pro rata, vez que não haverá audiência de conciliação, nos termos dos art. 319 a 321 do CPC, sob pena de indeferimento.
[...]
Alegam não possuir condições de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios, sem que lhes cause prejuízo para o sustento próprio e da família.
Declaram que são pobres na acepção jurídica do termo.
Disseram que não deve prosperar o argumento do magistrado de que, por possuírem patrimônio (alienado) a ser partilhado, não carecem das benesses da gratuidade da justiça.
Asseveram que, ao indeferir o pedido de gratuidade, violou normas constitucionais e as previstas no CPC, em seu art. 98.
Afirmam que juntaram aos autos, documentos aptos e suficientes a comprovar a hipossuficiência das partes.
Requerem o provimento do recurso para reformar a decisão combatida, a fim de que lhes sejam concedidos as benesses da gratuidade judiciária.
Decisão inicial (fls. 7/9), concedendo o efeito suspensivo.
Sem contrarrazões.
Parecer (fls. 17/18) pelo qual a PGJ pugna pelo conhecimento e, no mérito, pelo não provimento, determinando-se o recolhimento das custas ao final
É o relatório.
O Agravo de Instrumento é um recurso cuja urgência de julgamento está atrelada à sua própria natureza, já que se trata de um recurso cabível contra decisões interlocutórias, as quais não encerram o processo, mas podem modificar todo o andamento processual e a relação entre os litigantes.
Não à toa o art. 946 do CPC/15 prevê que o agravo de instrumento deve ser julgado antes da apelação interposta no mesmo processo, e, se ambos os recursos houverem de ser julgados na mesma sessão, terá precedência do agravo de instrumento.
No mesmo alinhamento, a tese adotada pelo STJ no Tema nº 988 dos recursos repetitivos, reafirmou o caráter de urgência do agravo de instrumento no nosso ordenamento jurídico ao estabelecer que o rol de cabimento definido pelo art. 1.015 do CPC/15 é de taxatividade mitigada, admitindo-se, portanto, a interposição deste recurso quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.
Significa dizer que, tem prioridade o julgamento do agravo de instrumento pela urgência que este representa por sua própria natureza, quanto que não há óbice para que o relator profira, de imediato, decisão no referido recurso quando já há entendimento pacificado no tribunal a respeito da matéria nele abordada.
A isso se somam os princípios constitucionais da duração razoável do processo e do acesso à justiça.
Ambos funcionam como garantia devida ao cidadão, respectivamente, de ter com brevidade a solução jurisdicional do conflito apresentado ao judiciário, bem assim assomar-se aos poderes da sociedade à busca da prestação do serviço de interesse público (CF, art. 5º, LXXVIII e XXXV).
É consabido que o inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal estabelece o direito de todo cidadão à duração razoável do processo, no sentido de assegurar que deva haver por parte dos agentes da justiça o máximo de agilidade possível na condução de seus processos judiciais e administrativos, para que a realização da justiça seja feita da melhor e mais célere maneira.
Por sua vez, o inciso XXXV do art. 5º da Constituição Federal assegura a inafastabilidade da jurisdição, ou do acesso à Justiça, definindo que a lei não excluirá da apreciação do PODER JUDICIÁRIO lesão ou ameaça a direito.
Assim, preenchidos os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso, e, dada a urgência da matéria e do instrumento recursal em si, bem como o entendimento assente já existente nesta Corte sobre a matéria recursal, decido.
A questão dos autos versa sobre a irresignação dos agravantes em relação à decisão do juízo a quo que indeferiu o pedido de gratuidade judiciária.
Os agravantes pleiteiam a gratuidade judiciária em razão de sua alegada hipossuficiência financeira.
Pois bem.
Analisando os presentes autos, bem como a ação em 1º grau, verifico que os agravantes demonstraram, a contento, a incapacidade, ao menos, por ora, de arcar com as despesas processuais.
Verifiquei, ainda, que a fim de subsidiar minimamente seus desígnios, acostaram aos autos originário, declaração de hipossuficiência feita junto à Defensoria Pública do Estado de Rondônia, CTPS do agravante E. F. D. S., na qual consta o vínculo empregatício com a empresa Com. de Cereais 2 Irmãos, no cargo de serviços gerais, o histórico de créditos do INSS, da agravante J. L.D. S., certidão de nascimento do menor K. H. S. F. D. S.
No meu sentir, entendo que os documentos carreados aos autos, são suficientes para comprovar a impossibilidade dos agravantes, ao menos por ora, de arcar com o pagamento das custas e despesas processuais.
Ademais à causa foi atribuído o valor de R$157.968,56 (cento e cinquenta e sete mil novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), e as custas iniciais (2%), perfazem o montante de R$3.159,37 (três mil, cento e cinquenta e nove reais e trinta e sete centavos). Este valor, é maior do que a soma do que as partes percebem mensalmente e, com certeza, importa na impossibilidade de prover aquilo que é essencial à sua subsistência e da família.

Certo é, que o cenário econômico atual mostra-se deveras difícil dado o encarecer das coisas, de modo que, o importe das custas processuais, acarretarão prejuízo aos agravantes.
Portanto, salta aos olhos, a impossibilidade dos agravantes em arcar com as custas processuais.
Ainda, importante ressaltar, que as despesas processuais não se limitam, apenas, ao pagamento de custas iniciais ou finais, mas, sim, a todos os atos praticados e necessários ao deslinde do feito.
Com base nessas considerações, em que pese o entendimento explicitado na decisão hostilizada, entendo que o pagamento das despesas com o processo poderá comprometer a subsistência dos agravantes.
Enfatizo, ainda, que a premissa primeira ao deferimento ou não da justiça gratuita é a situação econômica do requerente, a qual não lhe possibilita suportar as custas processuais, no momento, sem que lhes cause prejuízo do sustento próprio e da sua família.
A concessão do benefício da gratuidade judiciária, não implica exigir que o pleiteante esteja em estado de miséria absoluta.
Assim, havendo elementos aptos a comprovar a alegada hipossuficiência financeira, a decisão agravada deve ser reformada, a fim de conceder a gratuidade judiciária em sua totalidade ao recorrente.
A propósito:
TJRO. Agravo de instrumento. Gratuidade da justiça. Demonstração da hipossuficiência financeira. Deferimento do benefício.
Demonstrada a hipossuficiência financeira da parte requerente, impõe-se a concessão da benesse da gratuidade.
AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0811688-05.2021.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 31/03/2022
TJRO. Agravo de instrumento. Ação de rescisão contratual c/c busca e apreensão. Assistência judiciária gratuita. Hipossuficiência financeira comprovada. Recurso provido.
Havendo elementos aptos a comprovar a alegada hipossuficiência financeira, o pedido de assistência judiciária gratuita deve ser deferido.
AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0812245-89.2021.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Minha relatoria, Data de julgamento: 29/03/2022
Portanto, do que se apresenta, verifico ser o caso de concessão da gratuidade da justiça.
Pelo exposto, dou provimento ao agravo e concedo os benefícios da AJG aos agravantes, nos termos do art. 932, VIII, do CPC/15 c/c Súmula nº 568/STJ e art. 123, XIX, "a", do RITJ/RO.
Comunique-se ao juízo da causa, servindo a presente decisão como ofício.
Procedidas às anotações necessárias e transitado em julgado, arquive-se.
P. I. C.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: Sessão Virtual N. 822 – 28/06/2023 à 05/07/2023
7054064-14.2021.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7054064-14.2021.8.22.0001-Porto Velho / 2ª Vara Cível
Apelante : Maria Ireuda Pereira de Alencar
Defensor(a) Público(a): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelada : Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A
Advogado : Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB/RO 7828)
Relator : DES. ALEXANDRE MIGUEL
Distribuído por Sorteio em 15/09/2022
Decisão: ''RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.'
EMENTA
Apelação Cível. Energia elétrica. Revisão de faturas. Irregularidade não comprovada.
Inexistindo prova de falha na medição ou, ainda, excesso de cobrança nas faturas de energia elétrica, descabe o pedido revisional.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
ACÓRDÃO
Coordenadoria Cível da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau
Data de Julgamento: Sessão Virtual N. 820 – 14/06/2023 à 21/06/2023
0801983-12.2023.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7000313-42.2022.8.22.0013-Cerejeiras / 1ª Vara Genérica
Agravante : Eliane Ramos Souza
Defensor(a) Público(a): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravada : Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875-A)
Relator : DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 06/03/2023
Decisão: ''RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DIVERGENTE DO DES. KIYOCHI MORI, POR MAIORIA, VENCIDO O RELATOR.''
EMENTA
Agravo de instrumento. Penhora. Conta corrente. Não comprovação acerca da impenhorabilidade dos valores constritos.
É da parte devedora o ônus de comprovar que a constrição incidiu sobre valores impenhoráveis, nos termos do artigo 854, § 3º, I, do Código de Processo Civil. Ausente prova nesse sentido, mantém-se a constrição.

1ª CÂMARA ESPECIAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Glodner Pauletto
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7088853-05.2022.8.22.0001
Classe: Remessa Necessária Cível
Polo Ativo: J. D. D. D. 2. V. D. F. F. P. D. C. D. P. V.
JUIZO RECORRENTE SEM ADVOGADO(S)
Polo Passivo: C. D. R. E., LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVICOS LTDA
ADVOGADO DOS RECORRIDOS: JOVINO PEREIRA DE BRITO JUNIOR, OAB nº MG181493
RELATÓRIO
Tratam os autos de reexame necessário em face de sentença que determinou que o impetrado se abstenha de: a) cobrar o ICMS-DIFAL de consumidor final não contribuinte, antes do período de 90 dias de vacatio legis previsto no art. 3º da LC 190/2022, assegurado o direito da impetrante em realizar a compensação tributária; b) praticar qualquer ato sancionatório (lavrar auto de infração, inscrição em cadastro restritivo, promover execução fiscal, negar expedição de certidão de regularidade fiscal, cancelar inscrições estaduais, revogar/indeferir concessão de regimes especiais) relativo a esse tributo, no período do item anterior e; c) realizar a apreensão de mercadorias da Impetrante, quando transitarem nos postos de fiscalização do Estado, utilizando-se a apreensão como condição da exigibilidade do tributo (ICMS-DIFAL).
É o relatório.
Decido.
Pois bem, aqui convém colacionar alguns conceito:
Diz o prof Celso Ribeiro Bastos:
Do princípio da anterioridade:
Também conhecido como o princípio da não surpresa, o principio da anterioridade tem o objetivo de limitar o poder do Estado no tempo da cobrança de um novo tributo instituído.
Os princípios da anterioridade e da irretroatividade estão abrangidos pelo Princípio da Não surpresa, que prioriza a proteção do contribuinte em face da atuação dos entes federados, possibilitando que o cidadão seja respeitado, tendo um prazo para se preparar para a cobrança de um novo encargo ou seu aumento, e não seja compelido a arcar com um ônus maior sem se programar.
o princípio da anterioridade visa resguardar o prazo a que o contribuinte tem direito, e constitui uma maneira de proteção ao direito adquirido pelo contribuinte de ter um prazo razoável para se preparar para realizar o pagamento de um novo tributo ou de um tributo que sofreu majoração.
Sua previsão legal está disposto no artigo 150, III, b, da Constituição federal, que caso havendo a criação de um novo tributo ou a majoração de um já existente, deve-se respeitar dois requisitos, a anterioridade de exercício e a anterioridade nonagesimal.
Tal princípio é especificadamente do direito tributário, já que tem o intuito única e exclusiva de proteger a tributação, seja ela federal, estadual, municipal ou do distrito federal.
Conforme supramencionado, tal princípio tem previsão legal no artigo 150, III, b, da Constituição federal, onde é descrito em seu dispositivo legal que:
“Art. 150 – Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios...
III – cobrar tributos (...)
b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.”
O dispositivo constitucional ira regulamentar que, caso seja constituído novo tributo ou seja ele majorado, deverá se esperar o exercício seguinte para que ele seja cobrado, sendo que exercício é o primeiro dia do ano seguinte.
Porém, tal princípio apenas regulamento a anterioridade de exercício, mas só que acontecerá caso haja a criação de um tributo no dia 31 de dezembro, ou seja, último dia do ano, e que no caso ele passa a valer no dia seguinte, que será 1 de janeiro.
Para que o contribuinte não seja lesado com tal manobra, existe o princípio da anterioridade nonagesimal, ou seja, para que um tributo possa ser constituído, devem-se respeitar os dois princípios, o de exercício, e o nonagesimal.
Conforme o caso mencionado acima, somente poderá ser cobrado novo tributo 90 após a sua criação, para que se respeitem os dois princípios, ou seja, um requisito não excluí o outro.
Porém, haverá casos em que devido a sua urgência, não será necessário respeitar ou a anterioridade de exercício, ou a anterioridade nonagesimal.
(autor citado in Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário, Editora Saraiva, 9ª edição, 2006).
Ao que se extrai, referido princípio, visando proteger o contribuinte do poder de exação do Estado, estabelece explicitamente a vedação de cobrança decorrente de lei que promove criação e majoração de tributo no mesmo exercício.
Contudo, no caso dos autos não se trata de criação de tributo e/ou majoração.
Com efeito, o acórdão em sede de Repercussão Geral que analisou a questão do diferencial da alíquota, estabeleceu:
Recurso extraordinário. Repercussão geral. Direito tributário. Emenda Constitucional nº 87/2015. ICMS. Operações e prestações em que haja a destinação de bens e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS localizado em estado distinto daquele do remetente. Inovação constitucional. Matéria reservada a lei complementar (art. 146, I e III, a e b; e art. 155, § 2º, XII, a, b, c, d e i, da CF/88). Cláusulas primeira, segunda, terceira e sexta do Convênio ICMS nº 93/15. Inconstitucionalidade. Tratamento tributário diferenciado e favorecido destinado a microempresas e empresas de pequeno porte. Simples Nacional. Matéria reservada a lei complementar (art. 146, III, d, e parágrafo único, da CF/88). Cláusula nona do Convênio ICMS nº 93/15. Inconstitucionalidade.
1. A EC nº 87/15 criou nova relação jurídico-tributária entre o remetente do bem ou serviço (contribuinte) e o estado de destino nas operações com bens e serviços destinados a consumidor final não contribuinte do ICMS. O imposto incidente nessas operações e prestações, que antes era devido totalmente ao estado de origem, passou a ser dividido entre dois sujeitos ativos, cabendo ao estado de origem o ICMS calculado com base na alíquota interestadual e ao estado de destino, o diferencial entre a alíquota interestadual e sua alíquota interna.
2. Convênio interestadual não pode suprir a ausência de lei complementar dispondo sobre obrigação tributária, contribuintes, bases de cálculo/alíquotas e créditos de ICMS nas operações ou prestações interestaduais com consumidor final não contribuinte do imposto, como fizeram as cláusulas primeira, segunda, terceira e sexta do Convênio ICMS nº 93/15.

3. A cláusula nona do Convênio ICMS nº 93/15, ao determinar a extensão da sistemática da EC nº 87/2015 aos optantes do Simples Nacional, adentra no campo material de incidência da LC nº 123/06, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte, à luz do art. 146, inciso III, d, e parágrafo único, da Constituição Federal.
4. Tese fixada para o Tema nº 1.093: "A cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe edição de lei complementar veiculando normas gerais".
5. Recurso extraordinário provido, assentando-se a invalidade da cobrança do diferencial de alíquota do ICMS, na forma do Convênio nº 93/1, em operação interestadual envolvendo mercadoria destinada a consumidor final não contribuinte.
6. Modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade das cláusulas primeira, segunda, terceira, sexta e nona do convênio questionado, de modo que a decisão produza efeitos, quanto à cláusula nona, desde a data da concessão da medida cautelar nos autos da ADI nº 5.464/DF e, quanto às cláusulas primeira, segunda, terceira e sexta, a partir do exercício financeiro seguinte à conclusão deste julgamento (2022), aplicando-se a mesma solução em relação às respectivas leis dos estados e do Distrito Federal, para as quais a decisão deverá produzir efeitos a partir do exercício financeiro seguinte à conclusão deste julgamento (2022), exceto no que diz respeito às normas legais que versarem sobre a cláusula nona do Convênio ICMS nº 93/15, cujos efeitos deverão retroagir à data da concessão da medida cautelar nos autos da ADI nº 5.464/DF. Ficam ressalvadas da modulação as ações judiciais em curso.
(STF – TRIBUNAL PLENO - RE 1287019, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: DIAS TOFFOLI, julgado em 24/02/2021, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-099 DIVULG 24-05-2021 PUBLIC 25-05-2021)
Extrai-se do julgado paradigma em questão, que a Suprema Corte reconheceu a inconstitucionalidade da normatização da cobrança do ICMS na modalidade do diferencial de alíquota por meio de ato administrativo – CONFAZ, devendo ser regulamentado por Lei Complementar, por disposição constitucional e também estabeleceu a inexistência de efeito ex tunc, já que impôs ao referido julgado ex nunc.
Pois bem, a cobrança do ICMS, pela transação interestadual, com base na diferença de alíquota interestadual para a alíquota interna – DIFAL, existe a muitos anos, em normativos estaduais vindo a ser regulamentado nacionalmente por ato do CONFAZ. Inclusive, e de se ressaltar que em nenhum momento esta modalidade de tributação é aplicável tão somente ao comércio eletrônico, mas também, às atividades normais e comuns no âmbito presencial.
Deste modo, o advento da Lei Complementar n. 190/22 não se tratou de criação ou majoração de tributo, mas sim, de sua regulamentação no âmbito nacional. Isso porque, no âmbito do Estado de Rondônia a Lei Complementar Estadual nº 688/96 (vide art. 10), permite essa cobrança desde o ano de 2004.
Destarte, não há o caráter surpresa (principal motivador do princípio da anterioridade) no caso dos contribuintes locais, porquanto o tributo permaneceu intacto vindo somente a ser regulamentado no âmbito nacional.
Assim, a incidência do referido Princípio da Anterioridade se aplica taxativamente aos casos de criação e majoração o que não se trata do caso concreto.
E em sede de Repercussão Geral já decidiu:
CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. ICMS. PRINCÍPIO DA NÃO-CUMULATIVIDADE E REGIME DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS. PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL. DISCIPLINA POR LEI COMPLEMENTAR. NÃO INCIDÊNCIA DE ANTERIORIDADE NONAGESIMAL NA PRORROGAÇÃO DA COMPENSAÇÃO. PROVIMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.
1. A Constituição Federal trouxe, no artigo 155, §2º, I, a previsão do princípio da não-cumulatividade relativamente ao ICMS e, em seu inciso XII, alínea c, determina que compete à lei complementar regulamentar o regime de compensação do tributo.
2. Dessa forma, embora a Constituição Federal tenha sido expressa sobre o direito de os contribuintes compensarem créditos decorrentes de ICMS, também conferiu às leis complementares a disciplina da questão.
3. O contribuinte apenas poderá usufruir dos créditos de ICMS quando houver autorização da legislação complementar. Logo, o diferimento da compensação de créditos de ICMS de bens adquiridos para uso e consumo do próprio estabelecimento não viola o princípio da não cumulatividade.
4. O Princípio da anterioridade nonagesimal (ou noventena) é exigível apenas para as leis que instituem ou majoram tributos. A incidência da norma não precisa observar o prazo de 90 (noventa) dias da data da publicação que prorrogou o direito à compensação, nos termos do artigo 150, III, alínea c, da Constituição.
5. Recurso Extraordinário do Estado do Rio Grande do Sul a que se dá PROVIMENTO, para denegar a ordem. Fixadas as seguintes teses de repercussão geral no Tema 346: "(i) Não viola o princípio da não cumulatividade (art. 155, §2º, incisos I e XII, alínea c, da CF/1988) lei complementar que prorroga a compensação de créditos de ICMS relativos a bens adquiridos para uso e consumo no próprio estabelecimento do contribuinte; (ii) Conforme o artigo 150, III, c, da CF/1988, o princípio da anterioridade nonagesimal aplica-se somente para leis que instituem ou majoram tributos, não incidindo relativamente às normas que prorrogam a data de início da compensação de crédito tributário".
(STF – TRIBUNAL PLENO - RE 601967, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, julgado em 18/08/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-221 DIVULG 03-09-2020 PUBLIC 04-09-2020)
E ainda:
O Supremo Tribunal Federal definiu sua jurisprudência no sentido de que a revogação de isenções e as demais majorações indiretas de tributos não estão sujeitas ao princípio da anterioridade. Veja-se a ADI 4.016-MC, Rel. Min. Gilmar Mendes. Neste julgado ficou definido que se até mesmo a revogação de uma isenção não pode ser equivalente a instituição ou majoração para fins de incidência da anterioridade, a revogação de um desconto também não estaria acobertada pela tutela da não surpresa.
(STF – Primeira Turma - RE nº 682.631/MG, rel. Min. Roberto Barroso, em 02/05/2014).
CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. ISENÇÃO: REVOGAÇÃO. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE.
I. – Revogada a isenção, o tributo torna-se imediatamente exigível. Em caso assim, não há que se observar o princípio da anterioridade, dado que o tributo já é existente.
II. – Precedentes do Supremo Tribunal Federal.
III – R.E. conhecido e provido.
(STF – Segunda Turma - RE 204.062/RJ, Min. Carlos Veloso, em 19/02/96).
E da mesma forma o próprio Princípio Nonagesimal também inaplicável.
Tanto que a própria Suprema corte já decidiu:
ADI 7070 / DF - DISTRITO FEDERAL
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES
Julgamento: 17/05/2022

Publicação: 19/05/2022
Partes
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO
Trata-se de um conjunto de Ações Direta de Inconstitucionalidade, todas com pedido de medida cautelar, propostas pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, ABIMAQ (ADI 7066), pelo Governador do Estado de Alagoas (ADI 7070), pelo Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Produtos Siderúrgicos, SINDISIDER (ADI 7075) e pelo Governador do Estado do Ceará (ADI 7078), nas quais se questiona a Lei Complementar 190/2022, no que altera a Lei Complementar 87/1996 (Lei Kandir) para tratar da cobrança do ICMS nas operações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto, em vista do que foi decido pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no julgamento da ADI 5469, no sentido de que as alterações da Emenda Constitucional 87/2015 dependeriam de regulamentação por lei complementar.
Transcrevo os dispositivos impugnados:
Lei Complementar 87/1996
Art. 24-A. Os Estados e o Distrito Federal divulgarão, em portal próprio, as informações necessárias ao cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, nas operações e prestações interestaduais, conforme o tipo.
(...)
§ 4º Para a adaptação tecnológica do contribuinte, o inciso II do § 2º do art. 4º, a alínea "b" do inciso V do caput do art. 11 e o inciso XVI do caput do art. 12 desta Lei Complementar somente produzirão efeito no primeiro dia útil do terceiro mês subsequente ao da disponibilização do portal de que trata o caput deste artigo.
Lei Complementar 190/2022
"Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, observado, quanto à produção de efeitos, o disposto na alínea "c" do inciso III do caput do art. 150 da Constituição Federal".
Na ADI 7066, a ABIMAQ sustenta que a LC 190/2022 "criou uma nova relação jurídica, definiu os contribuintes, estabeleceu a forma escritural e operacional das regras de imposto; fixou estabelecimento responsável pelo recolhimento do tributo tendo por base o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços; fixa a base de cálculo de modo que o montante do imposto a integre". Entende, portanto, incidir a anterioridade geral prevista no art. 150, III, "b", da Constituição Federal, e não apenas a regra nonagesimal, conforme o disposto no no art. 3° acima transcrito.
Destaca que no julgamento conjunto da ADI 5469-MC-Ref/DF e do RE 1287019-RG, em que declarada a inconstitucionalidade do Convênio CONFAZ ICMS 93/2015, a CORTE concluiu que a EC 87/2015 modificou a sujeição ativa da obrigação tributária e, como consequência, o disposto na LC 190/2022 deve obedecer ao princípio da anterioridade de exercício.
Requer a concessão de medida cautelar para suspender de imediato os efeitos da LC 190/2022 e, ao final, seja conferida ao dispositivo impugnado interpretação conforme à Constituição Federal, sem redução de texto, para determinar a observância, quanto à produção dos efeitos da LC 190/2022, dos preceitos inscritos no art. 150, III, "b" e "c", da CF.
O Governador do Estado de Alagoas (ADI 7070), por sua vez, sustenta que a CORTE, no referido julgamento da ADI 5469 e do RE 1.287.019, assentou que a EC 87/2015 teria estabelecido uma nova relação jurídica tributária, mas não seria possível considerar o diferencial de alíquota de ICMS nas operações interestaduais como um novo tributo. E o princípio da anterioridade, em qualquer de suas facetas, só teria aplicabilidade nas hipóteses de instituição ou aumento de tributos e, no presente caso, "o DIFAL não configura a instituição de um novo tributo e, tampouco, importa em majoração daquele já existente, visto que materializa, tão somente, a repartição da receita do ICMS entre os estados da federação envolvidos nas operações de consumo, conclui-se pela absoluta impertinência de submetê-lo à anterioridade, seja do exercício, seja nonagesimal".
Alega, ainda, que a suspensão da exigibilidade do tributo, por força do disposto no art. 24-A, §4º, da LC 87/1996 e no art. 3º da LC 190/2022, viola o pacto federativo, por limitar o exercício da competência tributária dos Estados, e equivale a uma espécie de isenção heterônoma do ICMS concedida pela União.
Argui que a repartição, já a partir do ano de 2015, das receitas da diferença entre as alíquotas interna e interestadual do ICMS instituída pelo art. 99 do ADCT (EC 87/2015) evidencia que se alei complementar tivesse sido editada naquele mesmo ano poderia ela produzir efeitos no próprio exercício financeiro no qual teria sido sancionada. Acrescenta, além disso, que o elemento temporal inserido na LC 190/2022 é desproporcional, já que a cobrança do DIFAL já vinha sendo exigido dos contribuintes desde 2015, com expressa autorização desta CORTE, ante a modulação dos efeitos das decisões que invalidaram sua exigência com fundamento no Convênio 93/2015.
Alerta para as indesejáveis consequências decorrentes da limitação temporal para a exigência do DIFAL, na medida em que as remessas de bens para consumidor final nas operações interestaduais estariam parcialmente desoneradas, submetendo-se apenas ao recolhimento da alíquota interestadual, enquanto as operações internas permaneceriam integralmente oneradas. Com isso, além do prejuízo fiscal para os Estados de destino das mercadorias, a capacidade de concorrência da indústria e do varejo nestas unidades da federação seria afetada negativamente.
Requer a concessão de medida cautelar para suspender os efeitos do § 4º do art. 24-A da LC 87/1996 e do art. 3º da LC 190/2022 e conferir integral eficácia à LC 190/2022 a partir de sua publicação e, no mérito, pede a declaração de inconstitucionalidade do § 4º do art. 24-A da LC 87/1996 e da expressão "observado, quanto à produção de efeitos, o disposto na alínea 'c' do inciso III do caput do art. 150 da Constituição Federal" contida no art. 3º da LC 190/2022.
O SINDISIDER (ADI 7075), afirma que a "única interpretação do artigo 3º da Lei Complementar nº 190, de 04 de janeiro de 2.022, que se mostra compatível com o texto constitucional é aquela que determine seja observada, quanto à produção de efeitos, o disposto nas alíneas 'b' e 'c' do inciso III do caput do art. 150 da Constituição Federal, ou seja, produção de efeitos tão somente a partir de 01º de janeiro de 2023".
Invoca o entendimento firmado por este SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no julgamento conjunto da ADI 5469 e do RE 1.287.019, para deduzir que a circunstância de se tratar de nova incidência tributária, premissa que teria justificado a exigência de edição de lei complementar, também atrairia as regras da anterioridade tributária, tanto a geral quanto a nonagesimal (art. 150, III, "b" e "c", da CF).

Requer a concessão de medida cautelar para suspender a "produção de efeitos da Lei Complementar nº 190/22 para todo o presente ano de 2022" e, ao final, a procedência do pedido para, dando-se ao art. 3º da LC 190/2002 interpretação conforme à Constituição Federal, sem redução de texto, assentar que a LC 190/2022 somente produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Por fim, o Governador do Estado do Ceará (ADI 7078) defende que a declaração de inconstitucionalidade de cláusulas do Convênio 93/2015 não teria invalidado as leis estaduais instituidoras do diferencial de alíquota introduzido pela EC 87/2015, que continuaram a ser aplicadas durante o exercício de 2021, nos termos da modulação dos efeitos da decisão Plenária. Sustenta, assim, que os valores da segurança jurídica e da boa-fé estariam preservados, na medida em que se tem ciência dessa nova relação jurídico tributária desde a edição das leis estaduais, cujos efeitos foram temporariamente suspensos até a edição da lei complementar exigida.

Invocando o entendimento firmado pelo Tribunal Pleno, afirma que as leis instituidoras da exação passaram a produzir imediatamente após a publicação da lei complementar contendo as normas gerais do diferencial de alíquota do ICMS, não havendo espaço para invocação das anterioridades nonagesimal e anual.

Alega, ainda, que a norma impugnada viola o pacto federativo (CF, art. 18 e art. 60, § 4º, I) e a competência tributária dos Estados e do Distrito Federal (CF, art. 155, II), além de transgredir o princípio da isonomia (CF, art. 150, II) e a vedação de concessão de isenções heterônomas (CF, art. 151, III), pois "(...) implica a incidência exclusiva da alíquota interestadual nas operações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuintes do ICMS"; comprometendo, assim, a livre concorrência e a neutralidade tributária (CF, 146-A E art. 170, IV), na medida em que "(...) passará a ser mais vantajoso para o contribuinte realizar compras junto a estabelecimentos localizados em outros Estados, o que hoje já é prática comum, devido às facilidades da internet e às mudanças da hábito oriundas da pandemia" e impacta a arrecadação tributária dos Estados e do Distrito Federal.

Finalmente, diz que "(...) a Lei Complementar nº 192/2022 não criou ou majorou tributo, sendo, portanto, inconstitucional que os Estados sejam impedidos de imediatamente cobrar o Diferencial de Alíquota de ICMS nas operações interestaduais envolvendo mercadorias a consumidor não contribuinte".

Requer a concessão de medida cautelar para suspender a eficácia da expressão observado, quanto à produção de efeitos, o disposto na alínea c do inciso III do caput do art. 150 da Constituição Federal, constante do art. 3º da LC 190/2022.

A Presidência da República, ao prestar as informações solicitadas, suscitou preliminar de ilegitimidade ativa ad causam da ABIMAQ (ADI 7066) e do SINDISIDER (ADI 7070), por não representarem as respectivas categorias em sua totalidade, na medida em que a primeira representa apenas uma fração das empresas do setor fabril (fabricantes de máquinas, equipamentos e seus componentes e assessórios) e o segundo representa apenas uma fração das empresas das "categorias econômicas pertencentes ao ramo da indústria, comércio e distribuição de produtos siderúrgicos na base territorial do Estado de São Paulo", e de pertinência temática, pois qualquer ato normativo que disponha sobre matéria empresarial ou tributária, em geral, afetaria os interesses dos associados da ABIMAQ e do SINDISIDER, de modo o reconhecimento de que são partes legítimas para a propositura das ADIs 7066 e 7075, respectivamente, significaria atribuir-lhes "uma verdadeira legitimidade universal".

Quanto ao mérito, defendeu que o ICMS é um tributo sujeito às limitações de tributar relativas à anterioridade, geral e nonagesimal, sendo-lhe inaplicável a exceção prevista no art. 155, §4º, "c", da CF, e que a LC 190/2022 – por disciplinar essa nova relação jurídica tributária estabelecida entre o remetente de bens ou serviços nas operações interestaduais e o Estado de destino – ensejou, por si, instituição ou majoração de tributo, devendo submeter-se ao princípio da anterioridade.

Pretende afastar as alegações no sentido de que a LC 190/2022 instituiu a concessão de isenção heterônoma sob o fundamento de que:

"(...) O condicionamento ao início de vigência ou da produção de efeitos em nada se assemelha a uma regra de exclusão do crédito. Aliás, somente será possível falar em isenção se a norma de incidência a permitir a ocorrência de fato gerador e o nascimento da obrigação tributária estiver em vigor e apta a produzir efeitos. Como, no caso, não há sequer o surgimento do fato gerador, em razão da produção dos efeitos não ter iniciado-se, não haverá como falar em regra de isenção produzindo efeitos. Não há, por óbvio, regra de isenção. Não havendo regra de isenção, não se pode falar em isenção heterônoma."

Ao prestar as informações que lhe foram solicitadas, o Senado Federal arguiu, preliminarmente, a ilegitimidade ativa da ABIMAQ e do SINDISIDER para a propositura das ADI 7066 e 7075, respectivamente, argumentando a ausência de representatividade, de abrangência nacional e de pertinência temática das entidades.

Quanto ao mérito, afirma que o princípio da anterioridade não se aplica à LC 190/2022 porque ela não criou, não instituiu nem majorou o tributo, chamado DIFAL, que desde 2015 vem sendo exigido por meio da disciplina normativa do Convênio ICMS 93/2015.

Alega que o prazo de 90 dias para a vigência da lei tem por objetivo a adaptação tecnológica dos contribuintes do tributo que já existia. Destaca que esta CORTE modulou os efeitos do decidido na ADI 5469 mantendo a cobrança do DIFAL, e conclui, por isso, que a LC não o criou.

Com relação à tese dos Governadores, entende pela impossibilidade de cobrança imediata do DIFAL, pois o legislador, após amplos debates, tem competência para fixar o melhor prazo para o início da vigência da lei. Conclui pela improcedência das ações.

Ao manifestar-se, a Advocacia-Geral da União também suscitou preliminar de ilegitimidade ativa ad causam às entidades autoras dos pedidos formulados nas ADIs 7066 e 7075.

Sustentou que falta à ABIMAQ representatividade, por congregar mero segmento de empresas do setor fabril e não se qualificar como entidade representativa da totalidade de determinada classe, além de inexistir, na espécie pertinência temática, pois o caso não envolve interesse direto e de caráter corporativo da respectiva categoria.

Defendeu a ausência de legitimidade do SINDISIDER para deflagrar processo de controle normativo abstrato por consistir em associação sindical de primeiro grau, tendo o permissivo constitucional (art. 103, IX) atribuído apenas às confederações sindicais, entidades de grau superior, a qualidade para provocar a instauração de processo objetivo de controle de constitucionalidade das normas. Além disso, ressaltou a existência de defeito na representação processual ante a ausência de poderes específicos para questionar a validade constitucional da norma impugnada no instrumento de mandato outorgado aos advogados constituídos pelo sindicato autor.

Sobre o mérito, a Advocacia-Geral da União manifestou-se favoravelmente às pretensões deduzidas nas ADIs 7066 e 7075 e contrariamente aos pedidos formulados nas ADIs 7070 e 7078, sob o fundamento de que a EC 87/2015 teria criado uma nova relação jurídico-tributária entre o remetente de bens ou serviços e o Estado de destino nas operações interestaduais quando o consumidor final destinatário não é contribuinte do ICMS, que foi regulamentada pela LC 190/2022. A inovação normativa teria produzido significativa alteração no cenário tributária, equivalente à própria instituição de um tributo, submetendo-se, por isso mesmo, ao princípio da anterioridade, nos termos do disposto no art. 150, "caput", III, "a" e "b", da CF.

A Procuradoria-Geral da República opinou pelo não conhecimento das ADIs 7066 e 7075, apontando a ilegitimidade da ABIMAQ e do SINDISIDER, sob o argumento de que a primeira não se qualifica como entidade de classe de âmbito nacional e congregaria mero segmento

de empresas do setor fabril. Quanto ao SINDISIDER, diz que os sindicatos não estariam legitimadoss pela Constituição para provocarem a jurisdição da CORTE em sede de controle concentrado de constitucionalidade.

Sobre o mérito da controvérsia constitucional ora examinada, concluiu que "a nova relação jurídico-tributária entre o remetente e o estado de destino da operação ou prestação interestadual, criada pela EC 87/2015 e materializada pela LC 190/2022, equivale à própria instituição de tributo , o que atrai a observância às regras das anterioridades de exercício e nonagesimal (CF, art. 150, III, 'b' e 'c')", razão pela qual opinou pela procedência da ADI 7066, caso seja ultrapassada a questão preliminar relativa à legitimidade da associação autora, e pela improcedência das ADIs 7070 e 7078.

É o relatório. Decido.

Analiso, em primeiro lugar, as preliminares de ilegitimidade ativa ad causam suscitadas na ADI 7066, proposta pela ABIMAQ, e na ADI 7075, proposta pelo SINDISIDER.

A propósito da questão, anoto que esta SUPREMA CORTE já reconheceu a legitimidade da ABIMAQ para deflagrar o processo de controle abstrato por ocasião do exame da ADI 3413 (Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Pleno, DJe 1º/8/2011) e também da ADI 3702 (Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Pleno, Dje 30/8/2011), sendo que ambas tinham por objeto a impugnação de normas relativas ao ICMS, tal como no presente processo. Lê-se da ementa desta última Ação Direta, no que interessa à causa de que ora se cuida (grifos aditados):

Ação direta de inconstitucionalidade. Decreto nº 1.542-R, de 15 de setembro de 2005, do Estado do Espírito Santo. Inclusão de hipótese de diferimento de ICMS. Descaracterização do instituto. Benefício fiscal. Ausência de convênio entre os estados-membros. Inconstitucionalidade. 1. Caracterização da ABIMAQ como entidade de classe de âmbito nacional. O novo estatuto social prevê que a associação é composta apenas por entidades singulares de natureza empresarial, com classe econômica bem definida, não mais restando caracterizada a heterogeneidade de sua composição, que impedira o conhecimento da ADI nº 1.804/RS. Prova, nos autos, da composição associativa ampla, estando presente a associação em mais de nove estados da federação. Cumprimento da exigência da pertinência temática, ante a existência de correlação entre o objeto do pedido de declaração de inconstitucionalidade e os objetivos institucionais da associação."

Em relação à ADI 7075, a Ação Direta não reúne as condições processuais indispensáveis ao seu conhecimento, pois o SINDISIDER carece de legitimidade ativa para postular em desfavor da validade constitucional do dispositivo sob censura na sua petição inicial.

Ressalte-se, que embora a Constituição de 1988, alterando uma tradição em nosso direito constitucional, que a reservava somente ao Procurador-Geral da República, tenha ampliado a legitimidade para propositura da ação direta de inconstitucionalidade, transformando-a em legitimação concorrente, a jurisprudência desta CORTE consolidou orientação, em relação ao que se contém no art. 103, IX, da CF, no sentido de reconhecer apenas às confederações sindicais, e não às entidades sindicais de primeiro e de segundo graus, qualidade para agir em ordem a ativar a jurisdição deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL em sede de controle concentrado de constitucionalidade (vide ADI 54, Rel. Min. MARCO AURÉLIO Pleno, DJ 6/9/1996; ADI 920 MC, Rel. FRANCISCO REZEK, Pleno, DJ 11/4/1997; ADI 1149 AgR, Rel. ILMAR GALVÃO, Pleno, DJ 6/10/1995; ADI 1562 QO, Rel. Min. MOREIRA ALVES, Pleno, DJ 9/5/1997; ADI 1599 MC, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Pleno, DJ 18/5/2001; ADPF 96 AgR, Rel. Min. ELLEN GRACIE, Pleno, DJe 11/12/2009; dentre muitos outros julgados).

Portanto, AFASTO A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE EM RELAÇÃO À ADI 7066, mas NÃO CONHEÇO DA ADI 7075, a qual nego seguimento, com base no art. 21, IX, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no art. 485, VI, do Código de Processo Civil de 2015.

Superada a questão preliminar, passa-se ao exame dos pedidos de concessão de medida cautelar formulados.

A concessão de medida cautelar nas ações de jurisdição constitucional concentrada necessita de comprovação de perigo de lesão irreparável (IVES GANDRA MARTINS, Repertório IOB de jurisprudência, n 8/95, p. 150/154, abr. 1995), uma vez tratar-se de exceção ao princípio segundo o qual os atos normativos são presumidamente constitucionais (ADI 1.155-3/DF, Pleno, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJ de 18/5/2001), conforme ensinamento de PAULO BROSSARD, segundo axioma incontroverso, a lei se presume constitucional. A lei se presume constitucional, porque elaborada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Poder Executivo, isto é, por dois dos três poderes, situados no mesmo plano que o Judiciário (A constituição e as leis a ela anteriores. Arquivo Ministério da Justiça. Brasília, 45 (180), jul./dez. 1992. p. 139).

A análise dos requisitos do fumus boni iuris e periculum in mora para a concessão de medida liminar em sede de controle abstrato de constitucionalidade admite maior discricionariedade por parte do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, com a realização de verdadeiro juízo de conveniência política da suspensão da eficácia (ADI 3401 MC, Rel. Min. GILMAR MENDES, Pleno, decisão: 3/2/2005), pelo qual deverá ser analisada a conveniência da suspensão cautelar da lei impugnada (ADI 425 MC, Rel. Min. PAULO BROSSARD, Pleno, decisão: 4/4/1991; ADI 467 MC, Rel. Min. OCTÁVIO GALLOTTI, Pleno, decisão: 3/4/1991), permitindo, dessa forma, uma maior subjetividade na análise da relevância do tema, bem assim em juízo de conveniência, ditado pela gravidade que envolve a discussão (ADI 490 MC, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno, decisão: 6/12/1990; ADI 508 MC, Rel. Min. OCTÁVIO GALLOTTI, Pleno, decisão: 16/4/1991), bem como da plausibilidade inequívoca e dos evidentes riscos sociais ou individuais, de várias ordens, que a execução provisória da lei questionada gera imediatamente (ADI 474 MC, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Pleno, decisão: 4/4/1991), ou, ainda, das prováveis repercussões pela manutenção da eficácia do ato impugnado (ADI 718 MC, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno, decisão: 3/8/1992), da relevância da questão constitucional (ADI 804 MC, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Pleno, decisão: 27/11/1992) e da relevância da fundamentação da arguição de inconstitucionalidade, além da ocorrência de periculum in mora , tais os entraves à atividade econômica (ADI 173 MC, Rel. Min. MOREIRA ALVES, Pleno, decisão: 9/3/1990) ou social.

Na presente hipótese, ainda em sede de cognição sumária, fundada em mero juízo de probabilidade, entendo AUSENTES os requisitos necessários para a concessão da medida liminar pleiteada por todos os Requerentes.

A CORTE apreciou matéria relacionada à instituição do diferencial de alíquota de ICMS no julgamento do RE 1.287.019-RG, Relator para acórdão o Ministro DIAS TOFFOLI, julgado sob o rito da repercussão geral (Tema 1093), fixou tese no sentido de que:

"A cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe edição de lei complementar veiculando normas gerais."

Naquela mesma oportunidade, julgou-se a ADI 5469, também da relatoria do Min. DIAS TOFFOLI, com conclusão no sentido de que as inovações operadas pela EC 87/2015 importariam em "uma nova relação jurídico-tributária entre o remetente do bem ou serviço (contribuinte) e o estado de destino nas operações com bens e serviços destinados a consumidor final não contribuinte do ICMS".

Desse modo, a "substancial alteração na sujeição ativa da obrigação tributária" exigiria regulamentação por lei complementar, o que não era satisfeito pelos convênios interestaduais, e somente veio a ser sanado pela LC 190/2022, na linha do que fora assinalado pela CORTE, como modulação de efeitos da declaração de inconstitucionalidade, para sanar a irregularidade formal sem descontinuidade do arranjo fiscal estabelecido pela EC 87/2015, já praticado pelas Fazendas estaduais.

A Requerente ABIMAQ invoca esse precedente para defender que a mesma premissa – de que a "novidade" operada pela EC 87/2015 caracterizaria relação nova, a ser regulada por lei complementar – imporia a aplicação da regra constitucional que limita a eficácia de toda instituição ou majoração de tributos ao exercício financeiro seguinte.
O efeito pretendido pela Requerente é diverso daquele apreciado pelo Plenário no mencionado julgamento, considerando, sobretudo, a singularidade da sucessão normativa que tratou das alterações do ICMS em operações interestaduais.
Naquela oportunidade, observei que a situação atinente ao diferencial de alíquotas sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, na previsão do art. 155, II, e também do § 2º, VII e VIII, da CF, com a redação da EC 87/2015, reclamava uma rigorosa comparação com o regime anterior a essa Emenda Constitucional, no qual, para as hipóteses em que o consumidor destinatário final fosse contribuinte do ICMS, já era adotada a alíquota interestadual, cabendo ao Estado de localização do destinatário o montante referente ao diferencial de alíquotas (diferença entre a alíquota interna e a interestadual).
Ou seja, já existia essa destinação de receita, recolhido mediante a cobrança do diferencial, em razão do que não se pode afirmar ter surgido uma inovação com a Emenda Constitucional.
Antes da EC 87/2015, a Constituição impunha, no que concerne ao ICMS devido nas operações e prestações interestaduais, a adoção (a) da alíquota interestadual quando o destinatário fosse contribuinte do referido imposto, direcionando ao Estado da localização do destinatário a diferença entre a alíquota interna e a interestadual, e (b) da alíquota interna, na hipótese de o destinatário não ser contribuinte.
Eis o teor do art. 155, II, § 2º, VII e VIII, da Constituição em sua redação original:
Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:
[…]
II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;
[…]
§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:
[…]
VII – em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:
a) a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto;
b) a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele;
VIII – na hipótese da alínea "a" do inciso anterior, caberá ao estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual.
Consideradas essas regras de repartição do ICMS, no julgamento da ADI 4628 (Rel. Min. LUIZ FUX, Pleno, DJe de 24/11/2014), o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL declarou a inconstitucionalidade do Protocolo ICMS 21/2011, celebrado no âmbito do CONFAZ, que, regulando a incidência do ICMS em operações interestaduais não presenciais, estabelecia a tributação pelos Estados de origem e de destino, independentemente de os consumidores finais serem ou não contribuintes do imposto.
Nada obstante, sobretudo em razão da ampliação do e-commerce na conjuntura econômica nacional e, por consequência, da denominada guerra fiscal do comércio eletrônico, a EC 87/2015 constitucionalizou a sistemática estabelecida pelo referido Protocolo, suprimindo a distinção de tratamento entre operações e prestações interestaduais em razão da condição do destinatário (se contribuinte ou não do imposto).
Em relação às operações e prestações que destinassem bens ou serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS, localizado em outro Estado, adotava-se apenas a alíquota interna.
Nessas hipóteses, a arrecadação do tributo não era adequadamente distribuída entre os estados envolvidos. Por isso, havia, antes da Emenda, uma concentração apenas nos Estados de origem da mercadoria, e a alteração objetivou uma arrecadação mais equânime e isonômica entre os Estados envolvidos.
A EC 87/2015, portanto, apenas ampliou o âmbito de aplicabilidade da técnica fiscal consistente no diferencial de alíquota, exatamente para distribuir o produto da tributação de forma mais equânime, com as regras necessárias para tanto, inclusive mediante a recepção da legislação que regulava a incidência do diferencial de alíquota para a hipótese originária.
A EC 87/2015, frise-se, estendeu a sistemática de aplicação do diferencial de alíquota do ICMS em operações e prestações que destinassem bens e serviços a consumidor final contribuinte para aqueles também não contribuintes, especialmente – ponto em que havia a necessidade de adequação legislativa – nas operações interestaduais provenientes do comércio eletrônico.
Nesse cenário, houve a estipulação de novas regras de divisão de receitas do ICMS na circulação interestadual de mercadorias e serviços, sem o propósito de elevar o ônus fiscal a cargo do contribuinte. Como mencionado, as alterações no texto constitucional visaram a conciliar um conflito entre as Fazendas dos Estados, sem repercussão fiscal e econômica sobre os sujeitos passivos da tributação.
Deve-se reconhecer que a compreensão majoritária da CORTE no julgamento do RE 1.287.019-RG e ADI 5469 apontou a impossibilidade de que tais alterações normativas se consolidassem no mundo jurídico apenas com a normatividade estabelecida na própria Constituição, sendo necessária a edição de lei complementar pelo Congresso Nacional para a regularização do novo arranjo fiscal relacionado à sujeição ativa do ICMS nas operações em questão (divisão da arrecadação na operações interestaduais destinadas a consumidor não contribuinte).
A conclusão daquele julgamento, entretanto, não parece ser suficiente para impor a incidência do princípio da anterioridade, como apontado pela Consultoria-Geral da União, em informações acostadas aos autos da ADI 7066 pelo Presidente da República (doc. 119), da qual transcrevo:
Não há uma correlação apriorística entre exigência de lei complementar e submissão ao princípio da anterioridade. O fato de a matéria ter natureza tributária não exige, por esse motivo isoladamente, que às regras da anterioridade seja submetida. Será necessário, pois delinear o conteúdo normativo em testilha para concluir se está submetido, ou não, ao princípio da anterioridade e em que termos.
(...)
34. A indagação que se pretende apresentar é a seguinte: a Lei Complementar nº 190/2022, ao regulamentar a cobrança do ICMS, nos seus exatos termos, (i) instituiu ou (ii) majorou o ICMS nas operações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto? Esse aspecto não foi objeto de julgamento na ADI nº 5.469 e no RE nº 1.287.019. Nesse ponto, encontra-se a distinção com o objeto da presente ADI, centrado na observância, ou não, da Lei Complementar nº 190/2022 ao princípio da anterioridade geral
As hipóteses são distintas, pois uma coisa é averiguar se a cobrança do DIFAL atrairia a incidência do art. 146, da CF, em vista da alegação de se tratar de "norma geral de direito tributário", por regular uma relação entre sujeitos antes não diretamente vinculados (contribuinte e Fazenda do Estado de destino da mercadoria); questão diversa, e mais específica, é definir se a regulamentação do DIFAL pela LC 190/2022 importou naquilo que o art. 150, III, "b", da CF, menciona como "lei que os instituiu ou aumentou", referindo-se a "tributos" que se pretenda cobrar no mesmo exercício; o que, nesse juízo de cognição sumária não parece ter ocorrido.

O princípio da anterioridade de exercício posto no art. 150, III, “b”, da CF, é, notadamente, um instrumento constitucional de limitação do poder de tributar, pelo qual, em regra, nenhum tributo, seja da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, poderá ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a Lei que o instituiu ou aumentou, tendo por finalidade evitar a surpresa do contribuinte em relação a uma nova cobrança ou um valor maior, não previsto em seu orçamento doméstico.
A LC 190/2022 não modificou a hipótese de incidência, tampouco da base de cálculo, mas apenas a destinação do produto da arrecadação, por meio de técnica fiscal que atribuiu a capacidade tributária ativa a outro ente político – o que, de fato, dependeu de regulamentação por lei complementar – mas cuja eficácia pode ocorrer no mesmo exercício, pois não corresponde a instituição nem majoração de tributo.
A qualificação da incidência do DIFAL em operações interestaduais como nova relação tributária (entre o contribuinte e a Fazenda do Estado de destino) não é capaz de mitigar o fato de que a EC 87/2015 (e a LC 190/2022, consequentemente) preservou a esfera jurídica do contribuinte, fracionando o tributo antes devido integralmente ao Estado produtor (alíquota interna) em duas parcelas devidas a entes diversos.
O Congresso Nacional orientou-se por um critério de neutralidade fiscal em relação ao contribuinte; para este, não é visada, a princípio, qualquer repercussão econômica relacionada à obrigação principal da relação tributária, apenas obrigações acessórias decorrentes da observância de procedimentos junto às repartições fazendárias dos Estados de destino, em acréscimo ao recolhimento junto à Fazenda do Estado de origem (por uma alíquota menor). E tais obrigações, por não se situarem no âmbito da obrigação principal devida pelo contribuinte, não se sujeitam ao princípio da anterioridade, na linha do que afirmado pela CORTE em relação a obrigações acessórias tais como prazo, condições e procedimentos para pagamento.
Nesse sentido a Súmula Vinculante 50:
“Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade”.
O Princípio da anterioridade previsto no art. 150, III, “b”, da CF, protege o contribuinte contra intromissões e avanços do Fisco sobre o patrimônio privado, o que não ocorre no caso em debate, pois trata-se um tributo já existente (diferencial de alíquota de ICMS), sobre fato gerador antes já tributado (operações interestaduais destinadas a consumidor não contribuinte), por alíquota (final) inalterada, a ser pago pelo mesmo contribuinte, sem aumento do produto final arrecadado.
Em momento algum houve agravamento da situação do contribuinte a exigir a incidência da garantia constitucional prevista no referido artigo 150, III, “b” da Constituição Federal, uma vez que, a nova norma jurídica não o prejudica, ou sequer o surpreende, como ocorre com a alteração na sujeição ativa do tributo promovida pela LC 190/2022 (EC 87/2015).
A EC 87/2015 previu a progressiva substituição da incidência da alíquota interna pela soma da alíquota interestadual com o DIFAL, transferindo a receita dos Estados de origem para os Estados de destino, nessa modalidade de operação (art. 99 do ADCT).
A disciplina do Convênio ICMS CONFAZ 93/2015 pretendeu alcançar o mesmo arranjo fiscal que, agora, a LC 190/2022 preservou, a fim de sanar o vício formal apontado pela CORTE no julgamento da ADI 5469, mas sem qualquer inovação relevante no tratamento da matéria.
Além disso, a suspensão da incidência do DIFAL, mantida a incidência apenas da alíquota interestadual, seria inconsistente sob o ponto de vista de que essa tributação não ocorria assim antes da lei impugnada (ou da EC 87/2015), quando incidia a alíquota interna em favor do Estado de origem. Caso se entendesse que a nova sistemática de tributação não poderia ser exigida no presente exercício, como pretende a Requerente ABIMAQ, a solução adequada seria resgatar a sistemática anterior à EC 87/2015, e não aplicar parte da regulamentação que se reputa ineficaz, sob pena de, a pretexto de evitar majoração, causar decesso na arrecadação do tributo.
Dessa maneira, em sede de cognição sumária, não se constata a presença do fumus boni juris a justificar a suspensão da eficácia da norma impugnada.
Em relação ao pedido de medida cautelar formulado pelos Estados de Alagoas e Ceará quanto ao art. 3º da LC 190/2022, no que faz referência ao art. 150, III, “c”, da CF, deve-se reconhecer que o decurso de mais de 90 dias desde a edição da norma descaracteriza a presença do requisito do periculum in mora, necessário para a apreciação desse pedido em sede provisória.
Diante do exposto:
(a) JULGO EXTINTO o processo, sem solução de mérito, com base no art. 21, IX, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no art. 485, VI, do Código de Processo Civil de 2015, relativamente à ADI 7075, proposta pelo SINDISIDER;
(b) INDEFIRO AS MEDIDAS CAUTELARES requeridas na ADI 7066, proposta pela ABIMAQ, bem como aquelas pleiteadas pelos Governadores dos Estados de Alagoas e do Ceará, respectivamente, nas ADIs 7070 e 7078.
Publique-se.
Brasília, 17 de maio de 2022.
Ministro Alexandre de Moraes
Relator”
No mesmo sentido, colaciono julgados da 1ª Câmara Especial deste Tribunal de Justiça:
Constitucional e Tributário. ICMS. Diferencial de Alíquota – DIFAL. Incidência do RE 1287019 – TEMA 1.093. Lei Complementar n. 190/22. Princípio da Anterioridade e Nonagesimal. Não aplicação.
A Suprema Corte, no RE 1287019 – TEMA 1.093, apesar de reconhecer a inconstitucionalidade das estipulações do Convênio ICMS nº 93/15, entabulou os efeitos da decisão proativos a partir de 2022, quando adviesse lei regulamentadora.
A Lei Complementar nº 190/22 não cria tampouco majora tributo, de tal modo que não lhe recai a garantia (Princípios) constitucional da Anterioridade e Nonagesimal. Precedentes do STF.
REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL, Processo nº 7038810-35.2020.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Glodner Luiz Pauletto, Data de julgamento: 09/11/2022
AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. ICMS. DIFAL. REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 1093. MODULAÇÃO. LEI SUPERVENIENTE. EFICÁCIA. ADIs NO STF. LIMINAR NEGADA. ANTERIORIDADE ANUAL AFASTADA E NONAGESIMAL PREJUDICADA.
Reconhece-se os efeitos de provimento judicial provisório da Corte Constitucional Suprema, afastando a anterioridade anual, em prejuízo aos pressupostos da nonagesimal, para revogar liminar concedida, e denegar a segurança garantindo a exigibilidade imediata de recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS.
AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0802533-41.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Daniel Ribeiro Lagos, Data de julgamento: 16/11/2022
Mandado de Segurança. ICMS. DIFAL. Repercussão geral. Tema 1093. Modulação. Lei superveniente. Eficácia. Anterioridade nonagesimal. Discutíveis os pressupostos da anterioridade anual e nonagesimal, revoga-se a liminar concedida, para denegar a segurança aos fins de garantir a exigibilidade imediata de recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS. MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL, Processo nº

0802753-39.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Daniel Ribeiro Lagos, Data de julgamento: 24/10/2022
Constitucional e Tributário. Empresa optante do SIMPLES NACIONAL, Importação produto. Sujeito passivo do ICMS. Legalidade da exação. Diferencial de Alíquota. RE 287019 (Tema 1093). Efeitos retroativos da cobrança. Impossibilidade. Lei Complementar nº 190/2022.
As empresas optantes do SIMPLES podem ser tributadas pelo ICMS na modalidade do Diferencial de Alíquota. Precedentes do STJ.
Também conhecido como o princípio da não surpresa, o principio da anterioridade tem o objetivo de limitar o poder do Estado no tempo da cobrança de um novo tributo instituído. Os princípios da anterioridade e da irretroatividade estão abrangidos pelo Princípio da Não surpresa, que prioriza a proteção do contribuinte em face da atuação dos entes federados, possibilitando que o cidadão seja respeitado, tendo um prazo para se preparar para a cobrança de um novo encargo ou seu aumento, e não seja compelido a arcar com um ônus maior sem se programar. o princípio da anterioridade visa resguardar o prazo a que o contribuinte tem direito, e constitui uma maneira de proteção ao direito adquirido pelo contribuinte de ter um prazo razoável para se preparar para realizar o pagamento de um novo tributo ou de um tributo que sofreu majoração.(Celso Ribeiro Bastos) Neste conceito, a Lei Complementar nº 190/2022, não criou tampouco majorou tributo, de tal modo que as exações tributárias – de ICMS - em período anterior, na modalidade do Diferencial de Alíquota, são legítimas, não cabendo declaração de compensação retroativa (modulação do RE 287019 -Tema 1093). APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7008810-18.2021.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Glodner Luiz Pauletto, Data de julgamento: 21/10/2022
Deste modo, até que o Supremo Tribunal Federal pacifique o tema mantenho a linha adotada nos julgamentos anteriores.
Dispositivo:
Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ, bem como do RE 1294053, do STF em sede de remessa necessária, reformo a sentença de forma monocrátiva para julgar improcedente o pedido de incidência do Princípio da Nonagesimal e Anual, e em consequência, manter a concessão da segurança apenas na vedação da apreensão de mercadorias.
Sem honorários face o art. 25 da Lei 12.016/2009. Custas de lei.
Intimem-se e dê-se ciência à d. PGJ.
Desembargador Glodner Luiz Pauletto
relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Glodner Pauletto
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7011288-62.2022.8.22.0001
Classe: Remessa Necessária Cível
Polo Ativo: J. D. D. D. 1. V. D. F. P. D. C. D. P. V.
JUIZO RECORRENTE SEM ADVOGADO(S)
Polo Passivo: DISTRIBUIDORA BRASIL COML DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP, ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADOS DOS RECORRIDOS: CARLOS EDUARDO CARDOSO RAULINO, OAB nº DF34973A, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vistos,
Intime-se à parte contrária pra contrarrazões.
Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Glodner Pauletto
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7026002-27.2022.8.22.0001
Classe: Apelação / Remessa Necessária
Polo Ativo: J.D. ZINETTI COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS E ELETRONICOS LTDA
ADVOGADO DO APELANTE: RAKEL SILVEIRA LEITAO DE ALMEIDA, OAB nº SP309504
Polo Passivo: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO APELADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
RELATÓRIO
Trata-se de Mandado de Segurança impetrado visando que a exação cobrada a título de ICMS-DIFAL seja realizada apenas a partir de janeiro de 2023.
O Juiz sentenciante concedeu parcialmente a segurança para determinar que o impetrado se abstenha de: a) cobrar o ICMS-DIFAL de consumidor final não contribuinte, antes do período de 90 dias de vacatio legis previsto no art. 3º da LC 190/2022; b) praticar qualquer ato sancionatório (lavrar auto de infração, inscrição em cadastro restritivo, promover execução fiscal, negar expedição de certidão de regularidade fiscal, cancelar inscrições estaduais, revogar/indeferir concessão de regimes especiais) relativo a esse tributo, no período do item anterior e; c) realizar a apreensão de mercadorias da Impetrante, quando transitarem nos postos de fiscalização do Estado, utilizando-se a apreensão como condição da exigibilidade do tributo (ICMS-DIFAL).
O Apelante requer que seja afastada a cobrança do DIFAL no período de 2022.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o relatório.
Decido.
Compreende-se que a impetrante, ora recorrida pretendeu, em suma, a suspensão da exigibilidade da cobrança do ICMS na modalidade de diferencial de alíquota ao fundamento sua exigibilidade é inconstitucional, até o advento da Lei Complementar n. 190/22 (que regulamentou o diferencial de alíquota).
Pois bem, aqui convém colacionar alguns conceito:
Diz o prof Celso Ribeiro Bastos

Do princípio da anterioridade:
Também conhecido como o princípio da não surpresa, o principio da anterioridade tem o objetivo de limitar o poder do Estado no tempo da cobrança de um novo tributo instituído.
Os princípios da anterioridade e da irretroatividade estão abrangidos pelo Princípio da Não surpresa, que prioriza a proteção do contribuinte em face da atuação dos entes federados, possibilitando que o cidadão seja respeitado, tendo um prazo para se preparar para a cobrança de um novo encargo ou seu aumento, e não seja compelido a arcar com um ônus maior sem se programar.
o princípio da anterioridade visa resguardar o prazo a que o contribuinte tem direito, e constitui uma maneira de proteção ao direito adquirido pelo contribuinte de ter um prazo razoável para se preparar para realizar o pagamento de um novo tributo ou de um tributo que sofreu majoração.
Sua previsão legal está disposto no artigo 150, III, b, da Constituição federal, que caso havendo a criação de um novo tributo ou a majoração de um já existente, deve-se respeitar dois requisitos, a anterioridade de exercício e a anterioridade nonagesimal.
Tal princípio é especificadamente do direito tributário, já que tem o intuito única e exclusiva de proteger a tributação, seja ela federal, estadual, municipal ou do distrito federal.
Conforme supramencionado, tal princípio tem previsão legal no artigo 150, III, b, da Constituição federal, onde é descrito em seu dispositivo legal que:
"Art. 150 – Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios...
III – cobrar tributos (...)
b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou."
O dispositivo constitucional ira regulamentar que, caso seja constituído novo tributo ou seja ele majorado, deverá se esperar o exercício seguinte para que ele seja cobrado, sendo que exercício é o primeiro dia do ano seguinte.
Porém, tal princípio apenas regulamento a anterioridade de exercício, mas só que acontecerá caso haja a criação de um tributo no dia 31 de dezembro, ou seja, último dia do ano, e que no caso ele passa a valer no dia seguinte, que será 1 de janeiro.
Para que o contribuinte não seja lesado com tal manobra, existe o princípio da anterioridade nonagesimal, ou seja, para que um tributo possa ser constituído, devem-se respeitar os dois princípios, o de exercício, e o nonagesimal.
Conforme o caso mencionado acima, somente poderá ser cobrado novo tributo 90 após a sua criação, para que se respeitem os dois princípios, ou seja, um requisito não excluí o outro.
Porém, haverá casos em que devido a sua urgência, não será necessário respeitar ou a anterioridade de exercício, ou a anterioridade nonagesimal.
(autor citado in Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário, Editora Saraiva, 9ª edição, 2006).
Ao que se extrai, referido princípio, visando proteger o contribuinte do poder de exação do Estado, estabelece explicitamente a vedação de cobrança decorrente de lei que promove criação e majoração de tributo no mesmo exercício.
Contudo, no caso dos autos não se trata de criação de tributo e/ou majoração.
Com efeito, o acórdão em sede de Repercussão Geral que analisou a questão do diferencial da alíquota, estabeleceu:
Recurso extraordinário. Repercussão geral. Direito tributário. Emenda Constitucional nº 87/2015. ICMS. Operações e prestações em que haja a destinação de bens e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS localizado em estado distinto daquele do remetente. Inovação constitucional. Matéria reservada a lei complementar (art. 146, I e III, a e b; e art. 155, § 2º, XII, a, b, c, d e i, da CF/88). Cláusulas primeira, segunda, terceira e sexta do Convênio ICMS nº 93/15. Inconstitucionalidade. Tratamento tributário diferenciado e favorecido destinado a microempresas e empresas de pequeno porte. Simples Nacional. Matéria reservada a lei complementar (art. 146, III, d, e parágrafo único, da CF/88). Cláusula nona do Convênio ICMS nº 93/15. Inconstitucionalidade.
1. A EC nº 87/15 criou nova relação jurídico-tributária entre o remetente do bem ou serviço (contribuinte) e o estado de destino nas operações com bens e serviços destinados a consumidor final não contribuinte do ICMS. O imposto incidente nessas operações e prestações, que antes era devido totalmente ao estado de origem, passou a ser dividido entre dois sujeitos ativos, cabendo ao estado de origem o ICMS calculado com base na alíquota interestadual e ao estado de destino, o diferencial entre a alíquota interestadual e sua alíquota interna.
2. Convênio interestadual não pode suprir a ausência de lei complementar dispondo sobre obrigação tributária, contribuintes, bases de cálculo/alíquotas e créditos de ICMS nas operações ou prestações interestaduais com consumidor final não contribuinte do imposto, como fizeram as cláusulas primeira, segunda, terceira e sexta do Convênio ICMS nº 93/15.
3. A cláusula nona do Convênio ICMS nº 93/15, ao determinar a extensão da sistemática da EC nº 87/2015 aos optantes do Simples Nacional, adentra no campo material de incidência da LC nº 123/06, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte, à luz do art. 146, inciso III, d, e parágrafo único, da Constituição Federal.
4. Tese fixada para o Tema nº 1.093: "A cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe edição de lei complementar veiculando normas gerais".
5. Recurso extraordinário provido, assentando-se a invalidade da cobrança do diferencial de alíquota do ICMS, na forma do Convênio nº 93/1, em operação interestadual envolvendo mercadoria destinada a consumidor final não contribuinte.
6. Modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade das cláusulas primeira, segunda, terceira, sexta e nona do convênio questionado, de modo que a decisão produza efeitos, quanto à cláusula nona, desde a data da concessão da medida cautelar nos autos da ADI nº 5.464/DF e, quanto às cláusulas primeira, segunda, terceira e sexta, a partir do exercício financeiro seguinte à conclusão deste julgamento (2022), aplicando-se a mesma solução em relação às respectivas leis dos estados e do Distrito Federal, para as quais a decisão deverá produzir efeitos a partir do exercício financeiro seguinte à conclusão deste julgamento (2022), exceto no que diz respeito às normas legais que versarem sobre a cláusula nona do Convênio ICMS nº 93/15, cujos efeitos deverão retroagir à data da concessão da medida cautelar nos autos da ADI nº 5.464/DF. Ficam ressalvadas da modulação as ações judiciais em curso.
(STF – TRIBUNAL PLENO - RE 1287019, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: DIAS TOFFOLI, julgado em 24/02/2021, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-099 DIVULG 24-05-2021 PUBLIC 25-05-2021)
Extrai-se do julgado paradigma em questão, que a Suprema Corte reconheceu a inconstitucionalidade da normatização da cobrança do ICMS na modalidade do diferencial de alíquota por meio de ato administrativo – CONFAZ, devendo ser regulamentado por Lei Complementar, por disposição constitucional e também estabeleceu a inexistência de efeito ex tunc, já que impôs ao referido julgado ex nunc.
Pois bem, a cobrança do ICMS, pela transação interestadual, com base na diferença de alíquota interestadual para a alíquota interna – DIFAL, existe a muitos anos, em normativos estaduais vindo a ser regulamentado nacionalmente por ato do CONFAZ. Inclusive, e de se ressaltar que em nenhum momento esta modalidade de tributação é aplicável tão somente ao comércio eletrônico, mas também, às atividades normais e comuns no âmbito presencial.

Deste modo, o advento da Lei Complementar n. 190/22 não se tratou de criação ou majoração de tributo, mas sim, de sua regulamentação no âmbito nacional. Isso porque, no âmbito do Estado de Rondônia a Lei Complementar Estadual nº 688/96 (vide art. 10), permite essa cobrança desde o ano de 2004.

Destarte, não há o caráter surpresa (principal motivador do princípio da anterioridade) no caso dos contribuintes locais, porquanto o tributo permaneceu intacto vindo somente a ser regulamentado no âmbito nacional.

Assim, a incidência do referido Princípio da Anterioridade se aplica taxativamente aos casos de criação e majoração o que não se trata do caso concreto.

E em sede de Repercussão Geral já decidiu:

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. ICMS. PRINCÍPIO DA NÃO-CUMULATIVIDADE E REGIME DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS. PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL. DISCIPLINA POR LEI COMPLEMENTAR. NÃO INCIDÊNCIA DE ANTERIORIDADE NONAGESIMAL NA PRORROGAÇÃO DA COMPENSAÇÃO. PROVIMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

1. A Constituição Federal trouxe, no artigo 155, §2º, I, a previsão do princípio da não-cumulatividade relativamente ao ICMS e, em seu inciso XII, alínea c, determina que compete à lei complementar regulamentar o regime de compensação do tributo.

2. Dessa forma, embora a Constituição Federal tenha sido expressa sobre o direito de os contribuintes compensarem créditos decorrentes de ICMS, também conferiu às leis complementares a disciplina da questão.

3. O contribuinte apenas poderá usufruir dos créditos de ICMS quando houver autorização da legislação complementar. Logo, o diferimento da compensação de créditos de ICMS de bens adquiridos para uso e consumo do próprio estabelecimento não viola o princípio da não cumulatividade.

4. O Princípio da anterioridade nonagesimal (ou noventena) é exigível apenas para as leis que instituem ou majoram tributos. A incidência da norma não precisa observar o prazo de 90 (noventa) dias da data da publicação que prorrogou o direito à compensação, nos termos do artigo 150, III, alínea c, da Constituição.

5. Recurso Extraordinário do Estado do Rio Grande do Sul a que se dá PROVIMENTO, para denegar a ordem. Fixadas as seguintes teses de repercussão geral no Tema 346: "(i) Não viola o princípio da não cumulatividade (art. 155, §2º, incisos I e XII, alínea c, da CF/1988) lei complementar que prorroga a compensação de créditos de ICMS relativos a bens adquiridos para uso e consumo no próprio estabelecimento do contribuinte; (ii) Conforme o artigo 150, III, c, da CF/1988, o princípio da anterioridade nonagesimal aplica-se somente para leis que instituem ou majoram tributos, não incidindo relativamente às normas que prorrogam a data de início da compensação de crédito tributário". (STF – TRIBUNAL PLENO - RE 601967, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, julgado em 18/08/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-221 DIVULG 03-09-2020 PUBLIC 04-09-2020)

E ainda:

O Supremo Tribunal Federal definiu sua jurisprudência no sentido de que a revogação de isenções e as demais majorações indiretas de tributos não estão sujeitas ao princípio da anterioridade. Veja-se a ADI 4.016-MC, Rel. Min. Gilmar Mendes. Neste julgado ficou definido que se até mesmo a revogação de uma isenção não pode ser equivalente a instituição ou majoração para fins de incidência da anterioridade, a revogação de um desconto também não estaria acobertada pela tutela da não surpresa.

(STF – Primeira Turma - RE nº 682.631/MG, rel. Min. Roberto Barroso, em 02/05/2014).

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. ISENÇÃO: REVOGAÇÃO. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE.

I. – Revogada a isenção, o tributo torna-se imediatamente exigível. Em caso assim, não há que se observar o princípio da anterioridade, dado que o tributo já é existente.

II. – Precedentes do Supremo Tribunal Federal.

III – R.E. conhecido e provido.

(STF – Segunda Turma - RE 204.062/RJ, Min. Carlos Veloso, em 19/02/96).

E da mesma forma o próprio Princípio Nonagesimal também inaplicável.

Tanto que a própria Suprema corte já decidiu:

ADI 7070 / DF - DISTRITO FEDERAL
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES
Julgamento: 17/05/2022
Publicação: 19/05/2022
Partes
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de um conjunto de Ações Direta de Inconstitucionalidade, todas com pedido de medida cautelar, propostas pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, ABIMAQ (ADI 7066), pelo Governador do Estado de Alagoas (ADI 7070), pelo Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Produtos Siderúrgicos, SINDISIDER (ADI 7075) e pelo Governador do Estado do Ceará (ADI 7078), nas quais se questiona a Lei Complementar 190/2022, no que altera a Lei Complementar 87/1996 (Lei Kandir) para tratar da cobrança do ICMS nas operações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto, em vista do que foi decido pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no julgamento da ADI 5469, no sentido de que as alterações da Emenda Constitucional 87/2015 dependeriam de regulamentação por lei complementar.

Transcrevo os dispositivos impugnados:

Lei Complementar 87/1996

Art. 24-A. Os Estados e o Distrito Federal divulgarão, em portal próprio, as informações necessárias ao cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, nas operações e prestações interestaduais, conforme o tipo.

(...)

§ 4º Para a adaptação tecnológica do contribuinte, o inciso II do § 2º do art. 4º, a alínea "b" do inciso V do caput do art. 11 e o inciso XVI do caput do art. 12 desta Lei Complementar somente produzirão efeito no primeiro dia útil do terceiro mês subsequente ao da disponibilização do portal de que trata o caput deste artigo.

Lei Complementar 190/2022
"Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, observado, quanto à produção de efeitos, o disposto na alínea "c" do inciso III do caput do art. 150 da Constituição Federal".
Na ADI 7066, a ABIMAQ sustenta que a LC 190/2022 "criou uma nova relação jurídica, definiu os contribuintes, estabeleceu a forma escritural e operacional das regras de imposto; fixou estabelecimento responsável pelo recolhimento do tributo tendo por base o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços; fixa a base de cálculo de modo que o montante do imposto a integre". Entende, portanto, incidir a anterioridade geral prevista no art. 150, III, "b", da Constituição Federal, e não apenas a regra nonagesimal, conforme o disposto no no art. 3° acima transcrito.
Destaca que no julgamento conjunto da ADI 5469-MC-Ref/DF e do RE 1287019-RG, em que declarada a inconstitucionalidade do Convênio CONFAZ ICMS 93/2015, a CORTE concluiu que a EC 87/2015 modificou a sujeição ativa da obrigação tributária e, como consequência, o disposto na LC 190/2022 deve obedecer ao princípio da anterioridade de exercício.
Requer a concessão de medida cautelar para suspender de imediato os efeitos da LC 190/2022 e, ao final, seja conferida ao dispositivo impugnado interpretação conforme à Constituição Federal, sem redução de texto, para determinar a observância, quanto à produção dos efeitos da LC 190/2022, dos preceitos inscritos no art. 150, III, "b" e "c", da CF.
O Governador do Estado de Alagoas (ADI 7070), por sua vez, sustenta que a CORTE, no referido julgamento da ADI 5469 e do RE 1.287.019, assentou que a EC 87/2015 teria estabelecido uma nova relação jurídica tributária, mas não seria possível considerar o diferencial de alíquota de ICMS nas operações interestaduais como um novo tributo. E o princípio da anterioridade, em qualquer de suas facetas, só teria aplicabilidade nas hipóteses de instituição ou aumento de tributos e, no presente caso, "o DIFAL não configura a instituição de um novo tributo e, tampouco, importa em majoração daquele já existente, visto que materializa, tão somente, a repartição da receita do ICMS entre os estados da federação envolvidos nas operações de consumo, conclui-se pela absoluta impertinência de submetê-lo à anterioridade, seja do exercício, seja nonagesimal".
Alega, ainda, que a suspensão da exigibilidade do tributo, por força do disposto no art. 24-A, §4º, da LC 87/1996 e no art. 3º da LC 190/2022, viola o pacto federativo, por limitar o exercício da competência tributária dos Estados, e equivale a uma espécie de isenção heterônoma do ICMS concedida pela União.
Argui que a repartição, já a partir do ano de 2015, das receitas da diferença entre as alíquotas interna e interestadual do ICMS instituída pelo art. 99 do ADCT (EC 87/2015) evidencia que se alei complementar tivesse sido editada naquele mesmo ano poderia ela produzir efeitos no próprio exercício financeiro no qual teria sido sancionada. Acrescenta, além disso, que o elemento temporal inserido na LC 190/2022 é desproporcional, já que a cobrança do DIFAL já vinha sendo exigido dos contribuintes desde 2015, com expressa autorização desta CORTE, ante a modulação dos efeitos das decisões que invalidaram sua exigência com fundamento no Convênio 93/2015.
Alerta para as indesejáveis consequências decorrentes da limitação temporal para a exigência do DIFAL, na medida em que as remessas de bens para consumidor final nas operações interestaduais estariam parcialmente desoneradas, submetendo-se apenas ao recolhimento da alíquota interestadual, enquanto as operações internas permaneceriam integralmente oneradas. Com isso, além do prejuízo fiscal para os Estados de destino das mercadorias, a capacidade de concorrência da indústria e do varejo nestas unidades da federação seria afetada negativamente.
Requer a concessão de medida cautelar para suspender os efeitos do § 4º do art. 24-A da LC 87/1996 e do art. 3º da LC 190/2022 e conferir integral eficácia à LC 190/2022 a partir de sua publicação e, no mérito, pede a declaração de inconstitucionalidade do § 4º do art. 24-A da LC 87/1996 e da expressão "observado, quanto à produção de efeitos, o disposto na alínea 'c' do inciso III do caput do art. 150 da Constituição Federal" contida no art. 3º da LC 190/2022.
O SINDISIDER (ADI 7075), afirma que a "única interpretação do artigo 3º da Lei Complementar nº 190, de 04 de janeiro de 2.022, que se mostra compatível com o texto constitucional é aquela que determine seja observada, quanto à produção de efeitos, o disposto nas alíneas 'b' e 'c' do inciso III do caput do art. 150 da Constituição Federal, ou seja, produção de efeitos tão somente a partir de 01º de janeiro de 2023".
Invoca o entendimento firmado por este SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no julgamento conjunto da ADI 5469 e do RE 1.287.019, para deduzir que a circunstância de se tratar de nova incidência tributária, premissa que teria justificado a exigência de edição de lei complementar, também atrairia as regras da anterioridade tributária, tanto a geral quanto a nonagesimal (art. 150, III, "b" e "c", da CF).
Requer a concessão de medida cautelar para suspender a "produção de efeitos da Lei Complementar nº 190/22 para todo o presente ano de 2022" e, ao final, a procedência do pedido para, dando-se ao art. 3º da LC 190/2002 interpretação conforme à Constituição Federal, sem redução de texto, assentar que a LC 190/2022 somente produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.
Por fim, o Governador do Estado do Ceará (ADI 7078) defende que a declaração de inconstitucionalidade de cláusulas do Convênio 93/2015 não teria invalidado as leis estaduais instituidoras do diferencial de alíquota introduzido pela EC 87/2015, que continuaram a ser aplicadas durante o exercício de 2021, nos termos da modulação dos efeitos da decisão Plenária. Sustenta, assim, que os valores da segurança jurídica e da boa-fé estariam preservados, na medida em que se tem ciência dessa nova relação jurídico tributária desde a edição das leis estaduais, cujos efeitos foram temporariamente suspensos até a edição da lei complementar exigida.
Invocando o entendimento firmado pelo Tribunal Pleno, afirma que as leis instituidoras da exação passaram a produzir imediatamente após a publicação da lei complementar contendo as normas gerais do diferencial de alíquota do ICMS, não havendo espaço para invocação das anterioridades nonagesimal e anual.
Alega, ainda, que a norma impugnada viola o pacto federativo (CF, art. 18 e art. 60, § 4º, I) e a competência tributária dos Estados e do Distrito Federal (CF, art. 155, II), além de transgredir o princípio da isonomia (CF, art. 150, II) e a vedação de concessão de isenções heterônomas (CF, art. 151, III), pois "(...) implica a incidência exclusiva da alíquota interestadual nas operações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuintes do ICMS"; comprometendo, assim, a livre concorrência e a neutralidade tributária (CF, 146-A E art. 170, IV), na medida em que "(...) passará a ser mais vantajoso para o contribuinte realizar compras junto a estabelecimentos localizados em outros Estados, o que hoje já é prática comum, devido às facilidades da internet e às mudanças da hábito oriundas da pandemia" e impacta a arrecadação tributária dos Estados e do Distrito Federal.
Finalmente, diz que "(...) a Lei Complementar nº 192/2022 não criou ou majorou tributo, sendo, portanto, inconstitucional que os Estados sejam impedidos de imediatamente cobrar o Diferencial de Alíquota de ICMS nas operações interestaduais envolvendo mercadorias a consumidor não contribuinte".
Requer a concessão de medida cautelar para suspender a eficácia da expressão observado, quanto à produção de efeitos, o disposto na alínea c do inciso III do caput do art. 150 da Constituição Federal, constante do art. 3º da LC 190/2022.
A Presidência da República, ao prestar as informações solicitadas, suscitou preliminar de ilegitimidade ativa ad causam da ABIMAQ (ADI 7066) e do SINDISIDER (ADI 7070), por não representarem as respectivas categorias em sua totalidade, na medida em que a primeira

representa apenas uma fração das empresas do setor fabril (fabricantes de máquinas, equipamentos e seus componentes e assessórios) e o segundo representa apenas uma fração das empresas das "categorias econômicas pertencentes ao ramo da indústria, comércio e distribuição de produtos siderúrgicos na base territorial do Estado de São Paulo", e de pertinência temática, pois qualquer ato normativo que disponha sobre matéria empresarial ou tributária, em geral, afetaria os interesses dos associados da ABIMAQ e do SINDISIDER, de modo o reconhecimento de que são partes legítimas para a propositura das ADIs 7066 e 7075, respectivamente, significaria atribuir-lhes "uma verdadeira legitimidade universal".

Quanto ao mérito, defendeu que o ICMS é um tributo sujeito às limitações de tributar relativas à anterioridade, geral e nonagesimal, sendo-lhe inaplicável a exceção prevista no art. 155, §4º, "c", da CF, e que a LC 190/2022 – por disciplinar essa nova relação jurídica tributária estabelecida entre o remetente de bens ou serviços nas operações interestaduais e o Estado de destino – ensejou, por si, instituição ou majoração de tributo, devendo submeter-se ao princípio da anterioridade.

Pretende afastar as alegações no sentido de que a LC 190/2022 instituiu a concessão de isenção heterônoma sob o fundamento de que:

"(...) O condicionamento ao início de vigência ou da produção de efeitos em nada se assemelha a uma regra de exclusão do crédito. Aliás, somente será possível falar em isenção se a norma de incidência a permitir a ocorrência de fato gerador e o nascimento da obrigação tributária estiver em vigor e apta a produzir efeitos. Como, no caso, não há sequer o surgimento do fato gerador, em razão da produção dos efeitos não ter iniciado-se, não haverá como falar em regra de isenção produzindo efeitos. Não há, por óbvio, regra de isenção. Não havendo regra de isenção, não se pode falar em isenção heterônoma."

Ao prestar as informações que lhe foram solicitadas, o Senado Federal arguiu, preliminarmente, a ilegitimidade ativa da ABIMAQ e do SINDISIDER para a propositura das ADI 7066 e 7075, respectivamente, argumentando a ausência de representatividade, de abrangência nacional e de pertinência temática das entidades.

Quanto ao mérito, afirma que o princípio da anterioridade não se aplica à LC 190/2022 porque ela não criou, não instituiu nem majorou o tributo, chamado DIFAL, que desde 2015 vem sendo exigido por meio da disciplina normativa do Convênio ICMS 93/2015.

Alega que o prazo de 90 dias para a vigência da lei tem por objetivo a adaptação tecnológica dos contribuintes do tributo que já existia. Destaca que esta CORTE modulou os efeitos do decidido na ADI 5469 mantendo a cobrança do DIFAL, e conclui, por isso, que a LC não o criou.

Com relação à tese dos Governadores, entende pela impossibilidade de cobrança imediata do DIFAL, pois o legislador, após amplos debates, tem competência para fixar o melhor prazo para o início da vigência da lei. Conclui pela improcedência das ações.

Ao manifestar-se, a Advocacia-Geral da União também suscitou preliminar de ilegitimidade ativa ad causam às entidades autoras dos pedidos formulados nas ADIs 7066 e 7075.

Sustentou que falta à ABIMAQ representatividade, por congregar mero segmento de empresas do setor fabril e não se qualificar como entidade representativa da totalidade de determinada classe, além de inexistir, na espécie pertinência temática, pois o caso não envolve interesse direto e de caráter corporativo da respectiva categoria.

Defendeu a ausência de legitimidade do SINDISIDER para deflagrar processo de controle normativo abstrato por consistir em associação sindical de primeiro grau, tendo o permissivo constitucional (art. 103, IX) atribuído apenas às confederações sindicais, entidades de grau superior, a qualidade para provocar a instauração de processo objetivo de controle de constitucionalidade das normas. Além disso, ressaltou a existência de defeito na representação processual ante a ausência de poderes específicos para questionar a validade constitucional da norma impugnada no instrumento de mandato outorgado aos advogados constituídos pelo sindicato autor.

Sobre o mérito, a Advocacia-Geral da União manifestou-se favoravelmente às pretensões deduzidas nas ADIs 7066 e 7075 e contrariamente aos pedidos formulados nas ADIs 7070 e 7078, sob o fundamento de que a EC 87/2015 teria criado uma nova relação jurídico-tributária entre o remetente de bens ou serviços e o Estado de destino nas operações interestaduais quando o consumidor final destinatário não é contribuinte do ICMS, que foi regulamentada pela LC 190/2022. A inovação normativa teria produzido significativa alteração no cenário tributária, equivalente à própria instituição de um tributo, submetendo-se, por isso mesmo, ao princípio da anterioridade, nos termos do disposto no art. 150, "caput", III, "a" e "b", da CF.

A Procuradoria-Geral da República opinou pelo não conhecimento das ADIs 7066 e 7075, apontando a ilegitimidade da ABIMAQ e do SINDISIDER, sob o argumento de que a primeira não se qualifica como entidade de classe de âmbito nacional e congregaria mero segmento de empresas do setor fabril. Quanto ao SINDISIDER, diz que os sindicatos não estariam legitimadoss pela Constituição para provocarem a jurisdição da CORTE em sede de controle concentrado de constitucionalidade.

Sobre o mérito da controvérsia constitucional ora examinada, concluiu que "a nova relação jurídico-tributária entre o remetente e o estado de destino da operação ou prestação interestadual, criada pela EC 87/2015 e materializada pela LC 190/2022, equivale à própria instituição de tributo , o que atrai a observância às regras das anterioridades de exercício e nonagesimal (CF, art. 150, III, 'b' e 'c')", razão pela qual opinou pela procedência da ADI 7066, caso seja ultrapassada a questão preliminar relativa à legitimidade da associação autora, e pela improcedência das ADIs 7070 e 7078.

É o relatório. Decido.

Analiso, em primeiro lugar, as preliminares de ilegitimidade ativa ad causam suscitadas na ADI 7066, proposta pela ABIMAQ, e na ADI 7075, proposta pelo SINDISIDER.

A propósito da questão, anoto que esta SUPREMA CORTE já reconheceu a legitimidade da ABIMAQ para deflagrar o processo de controle abstrato por ocasião do exame da ADI 3413 (Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Pleno, DJe 1º/8/2011) e também da ADI 3702 (Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Pleno, Dje 30/8/2011), sendo que ambas tinham por objeto a impugnação de normas relativas ao ICMS, tal como no presente processo. Lê-se da ementa desta última Ação Direta, no que interessa à causa de que ora se cuida (grifos aditados):

Ação direta de inconstitucionalidade. Decreto nº 1.542-R, de 15 de setembro de 2005, do Estado do Espírito Santo. Inclusão de hipótese de diferimento de ICMS. Descaracterização do instituto. Benefício fiscal. Ausência de convênio entre os estados-membros. Inconstitucionalidade. 1. Caracterização da ABIMAQ como entidade de classe de âmbito nacional. O novo estatuto social prevê que a associação é composta apenas por entidades singulares de natureza empresarial, com classe econômica bem definida, não mais restando caracterizada a heterogeneidade de sua composição, que impedira o conhecimento da ADI nº 1.804/RS. Prova, nos autos, da composição associativa ampla, estando presente a associação em mais de nove estados da federação. Cumprimento da exigência da pertinência temática, ante a existência de correlação entre o objeto do pedido de declaração de inconstitucionalidade e os objetivos institucionais da associação."

Em relação à ADI 7075, a Ação Direta não reúne as condições processuais indispensáveis ao seu conhecimento, pois o SINDISIDER carece de legitimidade ativa para postular em desfavor da validade constitucional do dispositivo sob censura na sua petição inicial.

Ressalte-se, que embora a Constituição de 1988, alterando uma tradição em nosso direito constitucional, que a reservava somente ao Procurador-Geral da República, tenha ampliado a legitimidade para propositura da ação direta de inconstitucionalidade, transformando-a

em legitimação concorrente, a jurisprudência desta CORTE consolidou orientação, em relação ao que se contém no art. 103, IX, da CF, no sentido de reconhecer apenas às confederações sindicais, e não às entidades sindicais de primeiro e de segundo graus, qualidade para agir em ordem a ativar a jurisdição deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL em sede de controle concentrado de constitucionalidade (vide ADI 54, Rel. Min. MARCO AURÉLIO Pleno, DJ 6/9/1996; ADI 920 MC, Rel. FRANCISCO REZEK, Pleno, DJ 11/4/1997; ADI 1149 AgR, Rel. ILMAR GALVÃO, Pleno, DJ 6/10/1995; ADI 1562 QO, Rel. Min. MOREIRA ALVES, Pleno, DJ 9/5/1997; ADI 1599 MC, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Pleno, DJ 18/5/2001; ADPF 96 AgR, Rel. Min. ELLEN GRACIE, Pleno, DJe 11/12/2009; dentre muitos outros julgados).

Portanto, AFASTO A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE EM RELAÇÃO À ADI 7066, mas NÃO CONHEÇO DA ADI 7075, a qual nego seguimento, com base no art. 21, IX, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no art. 485, VI, do Código de Processo Civil de 2015.

Superada a questão preliminar, passa-se ao exame dos pedidos de concessão de medida cautelar formulados.

A concessão de medida cautelar nas ações de jurisdição constitucional concentrada necessita de comprovação de perigo de lesão irreparável (IVES GANDRA MARTINS, Repertório IOB de jurisprudência, n 8/95, p. 150/154, abr. 1995), uma vez tratar-se de exceção ao princípio segundo o qual os atos normativos são presumidamente constitucionais (ADI 1.155-3/DF, Pleno, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJ de 18/5/2001), conforme ensinamento de PAULO BROSSARD, segundo axioma incontroverso, a lei se presume constitucional. A lei se presume constitucional, porque elaborada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Poder Executivo, isto é, por dois dos três poderes, situados no mesmo plano que o Judiciário (A constituição e as leis a ela anteriores. Arquivo Ministério da Justiça. Brasília, 45 (180), jul./dez. 1992. p. 139).

A análise dos requisitos do fumus boni iuris e periculum in mora para a concessão de medida liminar em sede de controle abstrato de constitucionalidade admite maior discricionariedade por parte do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, com a realização de verdadeiro juízo de conveniência política da suspensão da eficácia (ADI 3401 MC, Rel. Min. GILMAR MENDES, Pleno, decisão: 3/2/2005), pelo qual deverá ser analisada a conveniência da suspensão cautelar da lei impugnada (ADI 425 MC, Rel. Min. PAULO BROSSARD, Pleno, decisão: 4/4/1991; ADI 467 MC, Rel. Min. OCTÁVIO GALLOTTI, Pleno, decisão: 3/4/1991), permitindo, dessa forma, uma maior subjetividade na análise da relevância do tema, bem assim em juízo de conveniência, ditado pela gravidade que envolve a discussão (ADI 490 MC, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno, decisão: 6/12/1990; ADI 508 MC, Rel. Min. OCTÁVIO GALLOTTI, Pleno, decisão: 16/4/1991), bem como da plausibilidade inequívoca e dos evidentes riscos sociais ou individuais, de várias ordens, que a execução provisória da lei questionada gera imediatamente (ADI 474 MC, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Pleno, decisão: 4/4/1991), ou, ainda, das prováveis repercussões pela manutenção da eficácia do ato impugnado (ADI 718 MC, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno, decisão: 3/8/1992), da relevância da questão constitucional (ADI 804 MC, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Pleno, decisão: 27/11/1992) e da relevância da fundamentação da arguição de inconstitucionalidade, além da ocorrência de periculum in mora , tais os entraves à atividade econômica (ADI 173 MC, Rel. Min. MOREIRA ALVES, Pleno, decisão: 9/3/1990) ou social.

Na presente hipótese, ainda em sede de cognição sumária, fundada em mero juízo de probabilidade, entendo AUSENTES os requisitos necessários para a concessão da medida liminar pleiteada por todos os Requerentes.

A CORTE apreciou matéria relacionada à instituição do diferencial de alíquota de ICMS no julgamento do RE 1.287.019-RG, Relator para acórdão o Ministro DIAS TOFFOLI, julgado sob o rito da repercussão geral (Tema 1093), fixou tese no sentido de que:

“A cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe edição de lei complementar veiculando normas gerais.”

Naquela mesma oportunidade, julgou-se a ADI 5469, também da relatoria do Min. DIAS TOFFOLI, com conclusão no sentido de que as inovações operadas pela EC 87/2015 importariam em “uma nova relação jurídico-tributária entre o remetente do bem ou serviço (contribuinte) e o estado de destino nas operações com bens e serviços destinados a consumidor final não contribuinte do ICMS”.

Desse modo, a “substancial alteração na sujeição ativa da obrigação tributária” exigiria regulamentação por lei complementar, o que não era satisfeito pelos convênios interestaduais, e somente veio a ser sanado pela LC 190/2022, na linha do que fora assinalado pela CORTE, como modulação de efeitos da declaração de inconstitucionalidade, para sanar a irregularidade formal sem descontinuidade do arranjo fiscal estabelecido pela EC 87/2015, já praticado pelas Fazendas estaduais.

A Requerente ABIMAQ invoca esse precedente para defender que a mesma premissa – de que a “novidade” operada pela EC 87/2015 caracterizaria relação nova, a ser regulada por lei complementar – imporia a aplicação da regra constitucional que limita a eficácia de toda instituição ou majoração de tributos ao exercício financeiro seguinte.

O efeito pretendido pela Requerente é diverso daquele apreciado pelo Plenário no mencionado julgamento, considerando, sobretudo, a singularidade da sucessão normativa que tratou das alterações do ICMS em operações interestaduais.

Naquela oportunidade, observei que a situação atinente ao diferencial de alíquotas sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, na previsão do art. 155, II, e também do § 2º, VII e VIII, da CF, com a redação da EC 87/2015, reclamava uma rigorosa comparação com o regime anterior a essa Emenda Constitucional, no qual, para as hipóteses em que o consumidor destinatário final fosse contribuinte do ICMS, já era adotada a alíquota interestadual, cabendo ao Estado de localização do destinatário o montante referente ao diferencial de alíquotas (diferença entre a alíquota interna e a interestadual).

Ou seja, já existia essa destinação de receita, recolhido mediante a cobrança do diferencial, em razão do que não se pode afirmar ter surgido uma inovação com a Emenda Constitucional.

Antes da EC 87/2015, a Constituição impunha, no que concerne ao ICMS devido nas operações e prestações interestaduais, a adoção (a) da alíquota interestadual quando o destinatário fosse contribuinte do referido imposto, direcionando ao Estado da localização do destinatário a diferença entre a alíquota interna e a interestadual, e (b) da alíquota interna, na hipótese de o destinatário não ser contribuinte.

Eis o teor do art. 155, II, § 2º, VII e VIII, da Constituição em sua redação original:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

[…]

II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

[…]

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

[…]

VII – em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:

a) a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto;

b) a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele;

VIII – na hipótese da alínea "a" do inciso anterior, caberá ao estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual.

Consideradas essas regras de repartição do ICMS, no julgamento da ADI 4628 (Rel. Min. LUIZ FUX, Pleno, DJe de 24/11/2014), o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL declarou a inconstitucionalidade do Protocolo ICMS 21/2011, celebrado no âmbito do CONFAZ, que, regulando a incidência do ICMS em operações interestaduais não presenciais, estabelecia a tributação pelos Estados de origem e de destino, independentemente de os consumidores finais serem ou não contribuintes do imposto.

Nada obstante, sobretudo em razão da ampliação do e-commerce na conjuntura econômica nacional e, por consequência, da denominada guerra fiscal do comércio eletrônico, a EC 87/2015 constitucionalizou a sistemática estabelecida pelo referido Protocolo, suprimindo a distinção de tratamento entre operações e prestações interestaduais em razão da condição do destinatário (se contribuinte ou não do imposto).

Em relação às operações e prestações que destinassem bens ou serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS, localizado em outro Estado, adotava-se apenas a alíquota interna.

Nessas hipóteses, a arrecadação do tributo não era adequadamente distribuída entre os estados envolvidos. Por isso, havia, antes da Emenda, uma concentração apenas nos Estados de origem da mercadoria, e a alteração objetivou uma arrecadação mais equânime e isonômica entre os Estados envolvidos.

A EC 87/2015, portanto, apenas ampliou o âmbito de aplicabilidade da técnica fiscal consistente no diferencial de alíquota, exatamente para distribuir o produto da tributação de forma mais equânime, com as regras necessárias para tanto, inclusive mediante a recepção da legislação que regulava a incidência do diferencial de alíquota para a hipótese originária.

A EC 87/2015, frise-se, estendeu a sistemática de aplicação do diferencial de alíquota do ICMS em operações e prestações que destinassem bens e serviços a consumidor final contribuinte para aqueles também não contribuintes, especialmente – ponto em que havia a necessidade de adequação legislativa – nas operações interestaduais provenientes do comércio eletrônico.

Nesse cenário, houve a estipulação de novas regras de divisão de receitas do ICMS na circulação interestadual de mercadorias e serviços, sem o propósito de elevar o ônus fiscal a cargo do contribuinte. Como mencionado, as alterações no texto constitucional visaram a conciliar um conflito entre as Fazendas dos Estados, sem repercussão fiscal e econômica sobre os sujeitos passivos da tributação.

Deve-se reconhecer que a compreensão majoritária da CORTE no julgamento do RE 1.287.019-RG e ADI 5469 apontou a impossibilidade de que tais alterações normativas se consolidassem no mundo jurídico apenas com a normatividade estabelecida na própria Constituição, sendo necessária a edição de lei complementar pelo Congresso Nacional para a regularização do novo arranjo fiscal relacionado à sujeição ativa do ICMS nas operações em questão (divisão da arrecadação na operações interestaduais destinadas a consumidor não contribuinte).

A conclusão daquele julgamento, entretanto, não parece ser suficiente para impor a incidência do princípio da anterioridade, como apontado pela Consultoria-Geral da União, em informações acostadas aos autos da ADI 7066 pelo Presidente da República (doc. 119), da qual transcrevo:

Não há uma correlação apriorística entre exigência de lei complementar e submissão ao princípio da anterioridade. O fato de a matéria ter natureza tributária não exige, por esse motivo isoladamente, que às regras da anterioridade seja submetida. Será necessário, pois delinear o conteúdo normativo em testilha para concluir se está submetido, ou não, ao princípio da anterioridade e em que termos.

(...)

34. A indagação que se pretende apresentar é a seguinte: a Lei Complementar nº 190/2022, ao regulamentar a cobrança do ICMS, nos seus exatos termos, (i) instituiu ou (ii) majorou o ICMS nas operações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto? Esse aspecto não foi objeto de julgamento na ADI nº 5.469 e no RE nº 1.287.019. Nesse ponto, encontra-se a distinção com o objeto da presente ADI, centrado na observância, ou não, da Lei Complementar nº 190/2022 ao princípio da anterioridade geral

As hipóteses são distintas, pois uma coisa é averiguar se a cobrança do DIFAL atrairia a incidência do art. 146, da CF, em vista da alegação de se tratar de "norma geral de direito tributário", por regular uma relação entre sujeitos antes não diretamente vinculados (contribuinte e Fazenda do Estado de destino da mercadoria); questão diversa, e mais específica, é definir se a regulamentação do DIFAL pela LC 190/2022 importou naquilo que o art. 150, III, "b", da CF, menciona como "lei que os instituiu ou aumentou", referindo-se a "tributos" que se pretenda cobrar no mesmo exercício; o que, nesse juízo de cognição sumária não parece ter ocorrido.

O princípio da anterioridade de exercício posto no art. 150, III, "b", da CF, é, notadamente, um instrumento constitucional de limitação do poder de tributar, pelo qual, em regra, nenhum tributo, seja da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, poderá ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a Lei que o instituiu ou aumentou, tendo por finalidade evitar a surpresa do contribuinte em relação a uma nova cobrança ou um valor maior, não previsto em seu orçamento doméstico.

A LC 190/2022 não modificou a hipótese de incidência, tampouco da base de cálculo, mas apenas a destinação do produto da arrecadação, por meio de técnica fiscal que atribuiu a capacidade tributária ativa a outro ente político – o que, de fato, dependeu de regulamentação por lei complementar – mas cuja eficácia pode ocorrer no mesmo exercício, pois não corresponde a instituição nem majoração de tributo.

A qualificação da incidência do DIFAL em operações interestaduais como nova relação tributária (entre o contribuinte e a Fazenda do Estado de destino) não é capaz de mitigar o fato de que a EC 87/2015 (e a LC 190/2022, consequentemente) preservou a esfera jurídica do contribuinte, fracionando o tributo antes devido integralmente ao Estado produtor (alíquota interna) em duas parcelas devidas a entes diversos.

O Congresso Nacional orientou-se por um critério de neutralidade fiscal em relação ao contribuinte; para este, não é visada, a princípio, qualquer repercussão econômica relacionada à obrigação principal da relação tributária, apenas obrigações acessórias decorrentes da observância de procedimentos junto às repartições fazendárias dos Estados de destino, em acréscimo ao recolhimento junto à Fazenda do Estado de origem (por uma alíquota menor). E tais obrigações, por não se situarem no âmbito da obrigação principal devida pelo contribuinte, não se sujeitam ao princípio da anterioridade, na linha do que afirmado pela CORTE em relação a obrigações acessórias tais como prazo, condições e procedimentos para pagamento.

Nesse sentido a Súmula Vinculante 50:

"Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade".

O Princípio da anterioridade previsto no art. 150, III, "b", da CF, protege o contribuinte contra intromissões e avanços do Fisco sobre o patrimônio privado, o que não ocorre no caso em debate, pois trata-se um tributo já existente (diferencial de alíquota de ICMS), sobre fato gerador antes já tributado (operações interestaduais destinadas a consumidor não contribuinte), por alíquota (final) inalterada, a ser pago pelo mesmo contribuinte, sem aumento do produto final arrecadado.

Em momento algum houve agravamento da situação do contribuinte a exigir a incidência da garantia constitucional prevista no referido artigo 150, III, "b" da Constituição Federal, uma vez que, a nova norma jurídica não o prejudica, ou sequer o surpreende, como ocorre com a alteração na sujeição ativa do tributo promovida pela LC 190/2022 (EC 87/2015).

A EC 87/2015 previu a progressiva substituição da incidência da alíquota interna pela soma da alíquota interestadual com o DIFAL, transferindo a receita dos Estados de origem para os Estados de destino, nessa modalidade de operação (art. 99 do ADCT).
A disciplina do Convênio ICMS CONFAZ 93/2015 pretendeu alcançar o mesmo arranjo fiscal que, agora, a LC 190/2022 preservou, a fim de sanar o vício formal apontado pela CORTE no julgamento da ADI 5469, mas sem qualquer inovação relevante no tratamento da matéria.
Além disso, a suspensão da incidência do DIFAL, mantida a incidência apenas da alíquota interestadual, seria inconsistente sob o ponto de vista de que essa tributação não ocorria assim antes da lei impugnada (ou da EC 87/2015), quando incidia a alíquota interna em favor do Estado de origem. Caso se entendesse que a nova sistemática de tributação não poderia ser exigida no presente exercício, como pretende a Requerente ABIMAQ, a solução adequada seria resgatar a sistemática anterior à EC 87/2015, e não aplicar parte da regulamentação que se reputa ineficaz, sob pena de, a pretexto de evitar majoração, causar decesso na arrecadação do tributo.
Dessa maneira, em sede de cognição sumária, não se constata a presença do fumus boni juris a justificar a suspensão da eficácia da norma impugnada.
Em relação ao pedido de medida cautelar formulado pelos Estados de Alagoas e Ceará quanto ao art. 3º da LC 190/2022, no que faz referência ao art. 150, III, "c", da CF, deve-se reconhecer que o decurso de mais de 90 dias desde a edição da norma descaracteriza a presença do requisito do periculum in mora, necessário para a apreciação desse pedido em sede provisória.
Diante do exposto:
(a) JULGO EXTINTO o processo, sem solução de mérito, com base no art. 21, IX, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no art. 485, VI, do Código de Processo Civil de 2015, relativamente à ADI 7075, proposta pelo SINDISIDER;
(b) INDEFIRO AS MEDIDAS CAUTELARES requeridas na ADI 7066, proposta pela ABIMAQ, bem como aquelas pleiteadas pelos Governadores dos Estados de Alagoas e do Ceará, respectivamente, nas ADIs 7070 e 7078.
Publique-se.
Brasília, 17 de maio de 2022.
Ministro Alexandre de Moraes
Relator"
No mesmo sentido, colaciono julgados da 1ª Câmara Especial deste Tribunal de Justiça:
Constitucional e Tributário. ICMS. Diferencial de Alíquota – DIFAL. Incidência do RE 1287019 – TEMA 1.093. Lei Complementar n. 190/22. Princípio da Anterioridade e Nonagesimal. Não aplicação.
A Suprema Corte, no RE 1287019 – TEMA 1.093, apesar de reconhecer a inconstitucionalidade das estipulações do Convênio ICMS nº 93/15, entabulou os efeitos da decisão proativos a partir de 2022, quando adviesse lei regulamentadora.
A Lei Complementar nº 190/22 não cria tampouco majora tributo, de tal modo que não lhe recai a garantia (Princípios) constitucional da Anterioridade e Nonagesimal. Precedentes do STF.
REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL, Processo nº 7038810-35.2020.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Glodner Luiz Pauletto, Data de julgamento: 09/11/2022
AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. ICMS. DIFAL. REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 1093. MODULAÇÃO. LEI SUPERVENIENTE. EFICÁCIA. ADIs NO STF. LIMINAR NEGADA. ANTERIORIDADE ANUAL AFASTADA E NONAGESIMAL PREJUDICADA.
Reconhece-se os efeitos de provimento judicial provisório da Corte Constitucional Suprema, afastando a anterioridade anual, em prejuízo aos pressupostos da nonagesimal, para revogar liminar concedida, e denegar a segurança garantindo a exigibilidade imediata de recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS.
AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0802533-41.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Daniel Ribeiro Lagos, Data de julgamento: 16/11/2022
Mandado de Segurança. ICMS. DIFAL. Repercussão geral. Tema 1093. Modulação. Lei superveniente. Eficácia. Anterioridade nonagesimal. Discutíveis os pressupostos da anterioridade anual e nonagesimal, revoga-se a liminar concedida, para denegar a segurança aos fins de garantir a exigibilidade imediata de recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS. MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL, Processo nº 0802753-39.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Daniel Ribeiro Lagos, Data de julgamento: 24/10/2022
Constitucional e Tributário. Empresa optante do SIMPLES NACIONAL, Importação produto. Sujeito passivo do ICMS. Legalidade da exação. Diferencial de Alíquota. RE 287019 (Tema 1093). Efeitos retroativos da cobrança. Impossibilidade. Lei Complementar nº 190/2022.
As empresas optantes do SIMPLES podem ser tributadas pelo ICMS na modalidade do Diferencial de Alíquota. Precedentes do STJ.
Também conhecido como o princípio da não surpresa, o principio da anterioridade tem o objetivo de limitar o poder do Estado no tempo da cobrança de um novo tributo instituído. Os princípios da anterioridade e da irretroatividade estão abrangidos pelo Princípio da Não surpresa, que prioriza a proteção do contribuinte em face da atuação dos entes federados, possibilitando que o cidadão seja respeitado, tendo um prazo para se preparar para a cobrança de um novo encargo ou seu aumento, e não seja compelido a arcar com um ônus maior sem se programar. o princípio da anterioridade visa resguardar o prazo a que o contribuinte tem direito, e constitui uma maneira de proteção ao direito adquirido pelo contribuinte de ter um prazo razoável para se preparar para realizar o pagamento de um novo tributo ou de um tributo que sofreu majoração.(Celso Ribeiro Bastos) Neste conceito, a Lei Complementar nº 190/2022, não criou tampouco majorou tributo, de tal modo que as exações tributárias – de ICMS - em período anterior, na modalidade do Diferencial de Alíquota, são legítimas, não cabendo declaração de compensação retroativa (modulação do RE 287019 -Tema 1093). APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7008810-18.2021.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Glodner Luiz Pauletto, Data de julgamento: 21/10/2022
Destarte, é improcedente a pretensão da impetrante.
Dispositivo:
Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ, bem como do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso, e, nos termos do art. 496, também do CPC, em sede de remessa necessária, reformo da sentença para julgar improcedente o pedido de incidência do Princípio da Nonagesimal, e em consequência, denegar integralmente a segurança. Sem honorários face o art. 25 da Lei 12.016/2009. Custas de lei.
Intimem-se e dê-se ciência à d. PGJ.
Desembargador Glodner Luiz Pauletto
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Glodner Pauletto
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0004316-73.2014.8.22.0003
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: FUNDO DE INVESTIMENTO RECUPERACAO BRASIL RENDA FIXA LONGO PRAZO, INSTIT DE PREVID DOS SERVID PUBLICOS DO MUN DE JARU
ADVOGADOS DOS APELANTES: FELIPE VARELA MELLO, OAB nº RJ221962A, KARINE NAKAD CHUFFI, OAB nº RO4386, CLAUDIO VITA NETO, OAB nº SP173112, BRUNO CASTRO CARRIELLO ROSA, OAB nº RJ97854A, INSTIT DE PREVID DOS SERVID PUBLICOS DO MUN DE JARU
Polo Passivo: INSTIT DE PREVID DOS SERVID PUBLICOS DO MUN DE JARU, FUNDO DE INVESTIMENTO RECUPERACAO BRASIL RENDA FIXA LONGO PRAZO
ADVOGADOS DOS APELADOS: BRUNO CASTRO CARRIELLO ROSA, OAB nº RJ97854A, CLAUDIO VITA NETO, OAB nº SP173112, FELIPE VARELA MELLO, OAB nº RJ221962A, KARINE NAKAD CHUFFI, OAB nº RO4386, INSTIT DE PREVID DOS SERVID PUBLICOS DO MUN DE JARU
Vistos.
Analisando os autos de 0004316-73.2014.8.22.0003, constato existir a Apelação de nº 0004316-73.2014.8.22.0003, distribuído à relatoria do Des. Gilberto Barbosa, fato que enseja a prevenção do citado magistrado para processar e julga ro presente recurso nos termos do que estabelece o art. 142 do RITJRO.
Ante o exposto, declino da competência e encaminho os autos à Vice-Presidência.
Desembargador Glodner Luiz Pauletto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Glodner Pauletto
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7000888-33.2020.8.22.0009
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: ROGERIO METRAN DIAS DOS SANTOS
ADVOGADOS DO APELANTE: FRANCISCO ALVES PINHEIRO FILHO, OAB nº RO568A, CESARO MACEDO DE SOUSA, OAB nº RO6358A
Polo Passivo: M. (. P. D. R.
ADVOGADO DO APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vistos,
Remetam-se os autos à PGJ para contrarrazões.
Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Glodner Pauletto
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0064953-40.2007.8.22.0001
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO APELANTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: JOSE LUIZ LENZI, LUIS RODRIGUES BARBOSA, GERSON ACURSI, CLEOMILDO DE MELO FREIRE
ADVOGADOS DOS APELADOS: TIAGO RAMOS PESSOA, OAB nº RO10566A, JOSE GIRAO MACHADO NETO, OAB nº RO2664A, ANA CRISTINA DA SILVA BARBOSA, OAB nº RO3232A, JOSE DE ALMEIDA JUNIOR, OAB nº RO1370A, CARLOS EDUARDO ROCHA ALMEIDA, OAB nº RO3593A, JANIO SERGIO DA SILVA MACIEL, OAB nº RO1950A, AUGUSTO DE ALMEIDA MAIA, OAB nº RO7390A
Vistos.
Analisando os autos de origem nº 0064953-40.2007.8.22.0001, vejo que é conexo (com prejudicialidade externa) com os autos de nº 0178517-94.2007.8.22.0001 e em relação a este existe Agravo de Instrumento de nº 0802487-91.2018.8.22.0000, distribuído à relatoria do Des. Hiram Souza Marques , fato que enseja a prevenção do citado magistrado para processar e julgar o presente recurso, diante do que estabelece o art. 142 do RITJRO.
Ante o exposto, declino da competência e encaminho os autos à Vice-Presidência.
Desembargador Glodner Luiz Pauletto.

ABERTURA DE VISTA
RECURSO ESPECIAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0803520-77.2022.8.22.0000 (PJE)
ORIGEM: 0000317-31.2013.8.22.0009 PIMENTA BUENO/1ª VARA CÍVEL
RECORRENTE: IPERON - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO ESTADO DE RONDONIA
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
RECORRIDA: ANDREIA APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADA: VALERIA PINHEIRO DE SOUZA (OAB/RO 9188)
RECORRIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
RELATOR: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
INTERPOSTO EM 28/06/2023

Nos termos do Provimento nº 001/2001/PR, de 13/09/2001, fica o recorrido (ANDREIA APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS) intimado para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Belª Joana Lima
Assistente Jurídico - CPE/2º GRAU
REMESSA
Faço remessa destes autos à Procuradoria Geral do Município para ciência do acórdão.
Porto Velho, 17/07/2023.
LUCÉLIA DE LIMA NEGREIROS
CPE/2ºGRAU
REMESSA
Faço remessa destes autos à Procuradoria Geral do Estado para ciência do acórdão.
Porto Velho,17/07/2023.
LUCÉLIA DE LIMA NEGREIROS
CPE/2ºGRAU

7016266-16.2021.8.22.0002 Apelação (Recurso Adesivo)
Origem: 7016266-16.2021.8.22.0002 Ariquemes/4ª Vara Cível
Apelante/Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Apelante/Recorrido: Município de Ariquemes
Procurador: Paulo César dos Santos (OAB/RO 4768) SUST. ORAL
Apelado/Recorrente: Michele Fernanda Bueno
Advogado: Gabriel Maifrede Galvani (OAB/ES 29252) SUST. ORAL
Advogado: Alex Souza de Moraes Sarkis (OAB/RO 1423)
Advogado: Carlos Henrique N.Colomari (OAB/RO 7907)
Apelado/Recorrente: H. D. S. X.
Advogado: Gabriel Maifrede Galvani (OAB/ES 29252) SUST. ORAL
Advogado: Alex Souza de Moraes Sarkis (OAB/RO 1423)
Advogado: Carlos Henrique N.Colomari (OAB/RO 7907)
Apelado/Recorrente: Rodrigo de Souza Xavier
Advogado: Gabriel Maifrede Galvani (OAB/ES 29252) SUST. ORAL
Advogado: Alex Souza de Moraes Sarkis (OAB/RO 1423)
Advogado: Carlos Henrique N.Colomari (OAB/RO 7907)
Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO
Distribuído em 12/05/2023
DECISÃO: “RECURSOS PROVIDOS E RECURSO ADESIVO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE”
EMENTA
Apelação. Direito administrativo. Responsabilidade Civil do Estado. Pressupostos de responsabilidade civil. Nexo de causalidade. Omissão específica do Estado. Dano moral. Recursos providos.
1. A responsabilidade específica restará configurada nas hipóteses em que o Estado tem a possibilidade de prever e evitar o dano, mas permanece omisso.
2. Os autores não demonstram qualquer erro de diagnóstico ou tratamento, tendo sido seguido todos os protocolos médicos. Logo, não é cabível a responsabilização do Estado no presente caso.
3. Recursos providos.

7009048-37.2021.8.22.0001 Agravo em Apelação
Origem: 7009048-37.2021.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara da Fazenda Pública
Agravante: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Advogada: Júlia Leite Alencar de Oliveira (OAB/SP 266677)
Advogado: Gustavo Basaglia Martins (OAB/SP 426661)
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO
Interposto em 26/09/2022
DECISÃO: “RECURSO PROVIDO, À UNANIMIDADE.”
EMENTA
Agravo Interno. DIFAL. Mandado de Segurança. Data da Publicação. Agravo provido.
1. O STF modulou os efeitos da decisão, de forma que esta produza efeitos apenas a partir de 2022, dando oportunidade ao Congresso Nacional para editar lei complementar sobre a questão, ficando afastadas da modulação as ações judiciais em curso sobre a questão, que compreende até a data da publicação da ata de julgamento do recurso, ocorrida em 3 de março de 2021.
2. Logo, presente ação foi protocolada no dia 02 de Marco de 2021, se adequando à exceção da regra da modulação. Sendo ilegítima a cobrança pelo Estado de Rondônia do DIFAL e de todas as obrigações tributárias acessórias decorrentes, devendo ser mantida a sentença.
3. Agravo provido.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Glodner Pauletto
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807462-83.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

ADVOGADO DO AGRAVANTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: ANTONIO VIANA INACIO DA COSTA
AGRAVADO SEM ADVOGADO(S)
VISTOS.
Trata-se de Agravo de instrumento interposto pelo Estado de Rondônia em face de decisão que indeferiu a inclusão do nome da parte executada via sistema SERASAJUD.
O agravante requer o provimento do agravo para que se determine a inclusão do nome do executado através da plataforma SERASAJUD.
É o relatório.
Pois bem,
O SERASAJUD serve para facilitar a tramitação dos ofícios entre os tribunais e a Serasa Experian, através da troca eletrônica de dados, utilizando a certificação digital para mais segurança.
Conforme o CNJ, são perfis de usuários:
– O magistrado poderá cadastrar diretamente os ofícios ou,ainda, designar servidor para cadastrar e enviar os ofícios em seu nome;
– O servidor devidamente designado pelo magistrado poderá cadastrar os ofícios e acompanhar as respectivas respostas. Diretores das unidades (dirigentes) poderão habilitar ou desabilitar os magistrados para as unidades pelas quais são responsáveis. Os dirigentes terão acesso a todas as requisições da unidade (vara) e também poderão cadastrar ofícios.
Como bem dito pelo magistrado, o sistema é utilizado por esta unidade jurisdicional para dar mais celeridade às decisões de antecipação de tutela que suspendem anotação de inscrição negativa.
O argumento da decisão atacada de que a providência de incluir nome da parte executada no cadastro dos órgãos de proteção ao crédito pode ser facilmente realizada pela parte, independentemente de intervenção estatal não prospera, já que, especificamente quanto ao SERAJUD quem possui acesso a inscrição é o próprio magistrado ou servidor designado.
Desta forma, a decisão merece reparo.
Ante o exposto, dou provimento monocrático ao agravo de instrumento, determinando a inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes através do SERASAJUD.
Intime-se, Cumpra-se.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Cível
Processo: 7002314-19.2016.8.22.0010
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
APELADOS: ROSIMAR DA SILVA ARAUJO, MAYCON DOUGLAS MACHADO, ROSANGELA VERAS DA SILVA, MARCELO DIAS FRANSKOVIAK, SEBASTIAO DIAS FERRAZ
ADVOGADOS DOS APELADOS: CARLOS EDUARDO ROCHA ALMEIDA, OAB nº RO3593A, JOSE DE ALMEIDA JUNIOR, OAB nº RO1370A, REGIANE TEIXEIRA STRUCKEL, OAB nº RO3874A, LUIZ EDUARDO STAUT, OAB nº RO882A
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Subam os autos ao Tribunal competente para processamento dos agravos, nos termos do artigo 1.042, §7º, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Glodner Pauletto
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7071862-51.2022.8.22.0001
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: ROSANGELA DE CASTRO RIBEIRO
ADVOGADO DO APELANTE: RAIMUNDO SOARES DE LIMA NETO, OAB nº RO6232A
Polo Passivo: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
ADVOGADOS DO APELADO: RAIMUNDO LAUREANO DA SILVA NETO, OAB nº RO10540A, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI
RELATÓRIO
Trata-se de apelação Cível interposta por Rosangela de Castro Ribeiro em face do Município de Candeias do Jamari/RO.
Rosangela de Castro Ribeiro ajuizou a presente ação ordinária em face do Município de Candeias do Jamari/RO, objetivando a implementação de piso salarial nacional de Odontólogos em seus vencimentos.
A pretensão foi julgada improcedente (vide sentença de fl. 33, ID 2057576).
Inconformada, a demandante apela narrando que “Trata-se de Apelação interposta em face da respeitosa decisão de ID. , proferida nos autos de n. 70711862-51.2022.8.22.0001 da Ação Condenatória em face do Município de Candeias do Jamari/RO, no MÉRITO requereu a condenação do Apelado ao pagamento da importância devida a título de diferença de vencimentos, bem como condenação a implantação do piso salarial do cirurgião dentista, com fundamento na Lei n.3.999/61, à Apelante. […] O juízo “a quo” proferiu sentença julgando improcedente o pedido postulado na inicial .”.
Avançando, alega que “em que pese as alegações trazidas na fundamentação do r. Juízo de primeiro grau, esta estar em desacordo com a nossa Constituição Federal, bem como com o próprio entendimento do Supremo Tribunal Federal. Conforme a nossa Carta Magna, em seu artigo7º, V, são direitos dos trabalhadores, vejamos: Art. 7º da Constituição Federal São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (…) V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; Perceba, Excelência, que em nenhum momento a Apelante omitiu que é cirurgiã dentista e servidora pública Municipal regida por regime

juridico próprio, contudo, o regime próprio de qualquer orgão federativo não pode ir de encontro com a norma constitucional. O que estar sendo requerido é que o Apelado cumpra a norma pré-estabelecida constitucionalmente. Vale ressaltar que o cirurgião dentista possui salário mínimo profissional estabelecido por Lei Federal, Lei n. 3.999/61, na qual dispõe sobre o salário mínimo profissional dos médicos e cirurgiões dentistas. A Lei Federal n.º 3.999/61, por sua vez, em seus arts. 5º e 22, estabelece piso salarial para as profissões de médico e cirurgião dentista, em valor correspondente a 3 (três) salários mínimos, com uma jornada de 20 (vinte) horas semanais, o que não se mostra compatível com o que o Apelado paga como remuneração aos seus servidores municipais da categoria de cirurgiões dentistas. A Constituição prescreve, no art. 22, do da Constituição que, in verbis: Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: (…) XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões; Destaque-se que referido dispositivo constitucional estabelece a competência privativa da União para legislar sobre as condições para o exercício de profissões, pelo que é possível concluir a prevalência do que determina os dispositivos da Lei n. 3.999/61, que regula o piso salarial e caga horária dos cirurgiões dentistas, sobre eventual norma diversa promulgada pelo Município ora Apelado. Assim, havendo competência privativa da União, eventual lei municipal que trata de forma diversa da questão já disciplinada em lei nacional deve ser considerada inconstitucional, mesmo que verse sobre o regime jurídico de seus servidores, uma vez que o município não dispõe de competência plena sobre o tema, ou mesmo competência supletiva à da União. […] Doutos Desembargadores, a Lei n. 3999/61 (Lei Nacional), que regula o piso salarial e carga horária dos médicos e cirurgiões dentistas deve prevalecer sobre eventual norma ou ato administrativo diverso editado pelo Município ora Apelado. Excelências, não trata os autos de concessão de aumento de salário para a categoria pelo
PODER JUDICIÁRIO, mas controle judicial para fins de obediência à hierarquia das normas, devendo o Apelado cumprir com o que determina a Constituição, e por consequência a Lei n. 3.999/61 (Lei Nacional). […] Excelências, há uma Lei Nacional que fixa o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas, além de uma decisão do STF onde afirma que a lei que instituiu o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas deve ser observado por todos os entes da federação, aplicando portanto aos servidores municipais, logo, por tais razões, deve ser, com a devida vênia, reformada a injusta sentença proferida pelo r. Juízo de primeiro grau, uma vez que estar em discordância com o nosso ordenamento jurídico, bem como com o entendimento pacificado do Supremo Tribunal Federal. Ante o exposto, e considerando toda sapiência jurídica destes Doutos Desembargadores, requer que seja reformada a injusta sentença proferida no juízo "a quo", como medida da mais cristalina Justiça, para condenar o Apelado a pagar o piso salarial do cirurgião dentista estabelecido na Lei n. 3.999/61, bem como seja o Apelado condenado a pagar os valores das diferenças salariais devidas a ora Apelante ".
Ao final requereu provimento do recurso "Julgar totalmente procedente os pedidos formulados na inicial pela requerente ora Apelante nos termos ali formulados ".
Contrarrazões pelo apelado ao ID 20575773.
É o relatório.
Decido.
O caso dos autos, constata-se que a recorrente, servidora pública municipal, pretende a implementação de piso salarial nacional referente aos Odontólogos.
Ora, analisando a questão, percebe-se que a controvérsia gira em torno da obrigatoriedade ou não, do Município, em promover a aplicação da Lei Federal n. 3.999/61, que versa sobre o piso salarial da categoria – Odontólogos.
A questão não se apresenta com muita dificuldade.
Há muito, já se concebeu o conceito de que aos servidores públicos não se aplicam, salvo raríssimas exceções, as regras de regulação profissional privada (em especial a questão salarial).
Isso porque, tal contexto levaria à inevitável violação constitucional do Art. 37, e ss, da CF/88, que concede à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, auto-regulamentarem os seus serviços públicos, inclusive, remuneração dos servidores Públicos.
O Pleno da Suprema Corte já decidiu:
Ação direta de inconstitucionalidade. Inciso XII do art. 55 da Constituição do Estado de Alagoas. Vinculação de vencimentos de servidores estaduais a piso salarial profissional. Artigo 37, XIII, CF/88. Autonomia dos estados. Liminar deferida pelo pleno desta Corte. Procedência.
1. Enquanto a Lei Maior, no inciso XIII do art. 37, veda a vinculação de 'quaisquer espécie remuneratórias para efeitos de remuneração de pessoal do serviço público', a Constituição do Estado de Alagoas, diversamente, assegura aos servidores públicos estaduais 'piso salarial profissional para as categorias com habilitação profissional específica', o que resulta em vinculação dos vencimentos de determinadas categorias de servidores públicos às variações do piso salarial profissional, importando em sistemática de aumento automático daqueles vencimentos, sem qualquer interferência do chefe do Poder Executivo do Estado, ferindo-se, ainda, o próprio princípio federativo e a autonomia dos estados para fixar os vencimentos de seus servidores (arts. 2º e 25 da Constituição Federal).
2. A jurisprudência da Corte é pacífica no que tange ao não cabimento de qualquer espécie de vinculação da remuneração de servidores públicos, repelindo, assim, a vinculação da remuneração de servidores do Estado a fatores alheios à sua vontade e ao seu controle; seja às variações de índices de correção editados pela União; seja aos pisos salariais profissionais. Precedentes.
3. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.
(STF – TRIBUNAL PLENO – ADI n. 668, rel. Minº, Dia Tóffoli, em 28/03/2014).
E no caso específico dos Odontólogos, também já decidiu a Suprema Corte:
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.361.341 CEARÁ
RELATOR: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S): CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARA
AGDO.(A/S):MUNICIPIO DE JUAZEIRO DO NORTE
Agravo regimental em recurso extraordinário. Constitucional e Administrativo. Ação civil pública. Concurso público municipal. Cirurgião-dentista. Remuneração inicial do cargo prevista no edital. Vinculação de vencimentos de servidores municipais a piso salarial profissional. Impossibilidade. Precedentes.
1. É pacífico na Suprema Corte o "não cabimento de qualquer espécie de vinculação da remuneração de servidores públicos, repelindo, assim, a vinculação da remuneração de servidores do Estado a fatores alheios à sua vontade e ao seu controle; seja às variações de índices de correção editados pela União; seja aos pisos salariais profissionais", conforme consignado pelo Plenário do STF no acórdão da ADI nº 668/AL, de minha relatoria.
2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).
3. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC, haja vista tratar-se, na origem, de ação civil pública (art. 18 da Lei nº 7.347/85)
(STF – Primeira Turma - Ag.Reg. no Recurso Extraordinário 1.361.341/CE, rel. Min. Dias Tóffoli, em 09/08/2022)
E no citado acórdão, verberou-se:

"RELATÓRIO
O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):
Conselho Regional de Odontologia do Ceará interpõe tempestivo agravo regimental contra decisão mediante a qual neguei seguimento ao recurso, ante a consonância do acórdão recorrido com a jurisprudência desta Corte.
Alega o agravante, em suma, ser "obrigatória a observância do piso salarial da categoria profissional, estabelecido por lei federal, inclusive em relação a cargos público, ante a competência da união conforme previsto no art. 22, XVI, da Constituição federal, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal".
Nesse sentido, defende que, "[n]o caso dos autos, a Lei nº 3.999/61 fixa o piso salarial e
a jornada máxima para as profissões de médico e cirurgião dentista, estabelecendo o valor de 3 salários-mínimos para uma jornada de 20 horas semanais.
Assim sendo, em havendo lei federal própria disciplinando o tema, esta prevalece sobre eventual norma diversa promulgada pelo município. A competência para legislar sobre condições para o exercício de profissões é privativa da União (piso salarial), e devem prevalecer a norma federal sobre qualquer lei estadual
ou municipal.
O tema da aplicabilidade do piso salarial dos cirurgiões dentistas prevista na Lei Federal 3.999/61 editada em observância art. 22, XVI, da Constituição Feral, tem aplicabilidade aos entes municipais".
Requer o agravante, assim, a reconsideração da decisão agravada ou a submissão do recurso ao órgão colegiado competente.
Em atenção ao princípio da celeridade processual e por não verificar prejuízo para a parte agravada, deixei de abrir prazo para contrarrazões.
É o relatório.
VOTO
O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):
O inconformismo não merece prosperar.
Conforme já consignado na decisão agravada, o acórdão recorrido está alinhado com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da impossibilidade de vinculação de vencimentos de servidores municipais a piso salarial profissional.
O Tribunal de origem assentou a impossibilidade de impor ao Município o piso salarial estabelecido na Lei Federal nº 3.999/61, pois a fixação dos vencimentos do servidor público estatutário é matéria de natureza administrativa que afeta a própria autonomia do ente federal Subsistem, portanto, as razões de decidir expendidas em sede monocrática, as quais mantenho na íntegra:
"Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão proferido pela Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:
'CONSTITUCIONAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL. CIRURGIÃO DENTISTA. PISO SALARIAL PREVISTO NO EDITAL MANTIDO. ADEQUAÇÃO DA CARGA HORÁRIA AOS PRECEITOS DA LEI Nº 3.999/61.
1. Apelações interpostas em desafio a sentença que julgou procedente a demanda, para determinar o cancelamento de todos os atos atinentes aos cargos de cirurgiões dentistas praticados no certame público regulamentado pelo ao Edital nº 001, de 20 de março de 2019, da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte. Honorários sucumbenciais fixados em favor do autor em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § § 1º e 3º, do CPC.
2. O Conselho Regional de Odontologia do Ceará pleiteia a correção da remuneração prevista no edital ao piso salarial e carga horária dispostos na Lei 3.999/61, tanto para os servidores estatutários, como para os celetistas e contratados, sob pena multa diária; a reabertura do período de inscrição para os cargos de cirurgiões-dentistas ofertados, designando novas datas, seja de 90 dias ou outro prazo razoável; e a aplicação do salário inicial previsto na Lei 3.999/61 caso o certame tenha sido encerrado com convocação de cirurgião-dentista.
3. Por sua vez, o Município de Juazeiro do Norte/CE argui a nulidade da sentença, por ofensa ao princípio do processo legal e pela ausência de formação de litisconsórcio passivo necessário ou assistência litisconsorcial dos candidatos aprovados no certame. Ainda, defende a inaplicabilidade da Lei Federal nº 3.999/61 nas contratações realizadas por pessoa jurídica de direito público, bem como a inconstitucionalidade na aplicação da Lei nº 3.999/61 ao presente caso, nos termos da ADPF 151/ DF.
4. Também recorre Ana Vitória Leite Luna, candidata aprovada no 1º lugar do concurso regido pelo edital 001/2019 do Município de Juazeiro do Norte-CE para o
cargo de Odontopediatria (Código 1301 - fl. 81 de id 17236891), pede a anulação da sentença e o retorno dos autos para habilitação de todos os candidatos nos autos, bem como a concessão dos benefícios da justiça gratuita. Subsidiariamente, pede a improcedência da ação.
5. Na ação ajuizada, o Conselho Regional de Odontologia do Estado do Ceará objetiva o cancelamento de todos os atos atinentes aos cargos de cirurgiões
dentistas praticados no certame público regulado pelo Edital nº 001/2019, bem como que determine a observância e a aplicação do piso salarial e da carga horária previstos na Lei n 3.999/61, que regulamenta a categoria, tanto para os servidores estatutários, como para os celetistas e contratados que desenvolvem a atividade na Municipalidade. Alternativamente, no caso de já ter sido encerrado o certame com a convocação dos aprovados, que seja observada a legislação sobredita. Alega o Conselho que o valor de R$ 4.646,80 (quatro mil, seiscentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos), para o cirurgião-dentista com carga horaria de 40 horas semanais, bem como o valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), para a carga horária de 20 horas semanais não obedece ao disposto na Lei nº 3.999/61.
6. A sentença de origem indeferiu o pedido de ingresso na ação, na qualidade de litisconsorte necessária, formulado por Ana Vitória Leite Luna.
7. Não há nulidade a ser declarada. O concurso encontrase em fase de resultado preliminar (fls. 80/81 de id. 17236891), podendo ainda sua situação vir a se modificar com o resultado definitivo do concurso, de forma que a candidata possui, no máximo, mera expectativa de direito à nomeação, o que torna dispensável a formação de litisconsórcio necessário.
8. Não se desconhece que devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 3.999/61 na contratação de médicos e cirurgiões dentistas por entes públicos, contudo, não é possível impor ao Município o piso salarial estabelecido na Lei Federal, pois a fixação dos vencimentos do servidor público é matéria de natureza
administrativa que afeta à própria autonomia do ente federal.
9. O entendimento da Segunda Turma do TRF 5ª Região se orienta no sentido de que não se pode pretender alterar a remuneração prevista para o cargo de cirurgiãodentista, adequando-a ao piso salarial da categoria, uma vez que a remuneração dos servidores públicos só pode ser fixada ou alterada por lei específica, obedecendo, ainda, as regras de dotação orçamentária Precedente:
TRF5, 2º Turma, AC - 08015871920194058201, rel. Des. Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, Julgamento: 27/11/2019.

10. Quanto à jornada de trabalho do profissional da Odontologia, a Segunda Turma deste Regional possui entendimento no sentido de que, considerando que a legislação federal prevalece sobre a municipal, no que concerne ao exercício da profissão, a aplicação da Lei 3.999/1961 é medida que se impõe. (PROCESSO: 08007274620204050000, AGRAVO DE INSTRUMENTO, DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO MACHADO CORDEIRO, 2ª TURMA, JULGAMENTO: 30/06/2020)
11. Assim, deve ser retificada a carga horária no edital, adequando-a às disposições da Lei 3.999/1961 (20 horas semanais), mantendo-se o piso salarial nele previsto, com posterior prosseguimento do certame.
12. Apelação do Conselho Regional de Odontologia do Ceará parcialmente provida, para determinar que o município retifique no edital, a carga horária para os odontólogos, nos termos da Lei 3.999/1961.
13. Apelações do Município de Juazeiro do Norte/CE e de Ana Vitória Leite Luna parcialmente providas, para se manter o piso salarial previsto no edital'.
Sustenta o recorrente violação do artigo 22, inciso XVI, da Constituição Federal.
Afirma, em síntese, que 'é obrigatória a observância do piso salarial da categoria profissional, estabelecido por lei federal, inclusive em relação a cargos público, ante a competência da união conforme previsto no art. 22, XVI, da Constituição federal'.
É o relatório.
Decido.
A irresignação não merece prosperar, uma vez que a Corte de origem não divergiu da jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, segundo a qual 'não cabe qualquer espécie de vinculação da remuneração de servidores públicos, repelindo, assim, a vinculação da remuneração de servidores do Estado a fatores alheios à sua vontade e ao seu controle; seja às variações de índices de correção editados pela União; seja aos pisos salariais profissionais', conforme consignado pelo Plenário desta Corte no acórdão da ADI nº 668/AL, de minha relatoria, assim ementado:
'Ação direta de inconstitucionalidade. Inciso XII do art. 55 da Constituição do Estado de Alagoas. Vinculação de vencimentos de servidores estaduais a piso salarial profissional. Artigo 37, XIII, CF/88. Autonomia dos
estados. Liminar deferida pelo pleno desta Corte.
Procedência.
1. Enquanto a Lei Maior, no inciso XIII do art. 37, veda a vinculação de 'quaisquer espécie remuneratórias para efeitos de remuneração de pessoal do
serviço público', a Constituição do Estado de Alagoas, diversamente, assegura aos servidores públicos estaduais 'piso salarial profissional para as categorias com habilitação profissional específica', o que resulta em vinculação dos vencimentos de determinadas categorias de servidores públicos às variações do piso salarial profissional, importando em sistemática de aumento automático daqueles vencimentos, sem qualquer interferência do chefe do Poder Executivo do Estado, ferindo-se, ainda, o próprio princípio federativo e a autonomia dos estados para fixar os vencimentos de seus servidores (arts. 2º e 25 da Constituição Federal).
2. A jurisprudência da Corte é pacífica no que tange ao não cabimento de qualquer espécie de vinculação da remuneração de servidores públicos, repelindo, assim, a vinculação da remuneração de servidores do Estado a fatores alheios à sua vontade e ao seu controle; seja às variações de índices de correção editados pela União; seja aos pisos salariais profissionais. Precedentes.
3. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente' (DJe de 28/3/14).
Ainda nesse sentido, cito os seguintes precedentes: 'Direito administrativo e constitucional. Agravo interno no agravo em recurso extraordinário. Piso salarial nacional. Servidor titular de cargo efetivo. 1. Agravo interno em agravo em recurso extraordinário em que se impugna acórdão de Tribunal de Justiça que aplicou o piso salarial nacional de técnicos de radiologia à remuneração de servidores estaduais ocupantes de cargo público efetivo. 2. Conforme o art. 39, § 3º, da Constituição, o direito a um piso salarial nacional não é garantido aos servidores públicos estatutários. 3. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de que,salvo quando existente previsão constitucional específica, a remuneração do serviço público estatutário dos entes federados subnacionais não
pode ser submetida à regência de lei federal, sob pena de ofensa ao pacto federativo (CF/1988, art. 18). 4. Agravo interno provido' (ARE nº 1.209.895/PE-AgR, Primeira Turma, Redator para o acórdão o Ministro Roberto Barroso, DJe de 21/10/21).
'AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STF. 1. Recurso Extraordinário interposto em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia que denegou a segurança e reconheceu a impossibilidade de aplicação do piso salarial fixado pela Lei Federal 7.394/85 ao impetrante, técnico em radiologia servidor público estatutário do referido Estado, em respeito à autonomia político-administrativa dos entes federativos. 2. A jurisprudência desta CORTE é no sentido de ser indevida a vinculação de vencimentos de servidores públicos estaduais a piso salarial profissional da União. 3. Agravo Interno a que se nega provimento. Na forma do art. 1.021, §§ 4º e 5º, do Código de Processo Civil de 2015, em caso de votação unânime, condeno o agravante a pagar ao agravado multa de um por cento do valor atualizado da causa, cujo depósito prévio passa a ser condição para a interposição de qualquer outro recurso (à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de gratuidade da justiça, que farão o pagamento ao final)' (RE nº 1.339.419/BA-AgR, Primeira Turma, Relator o Ministro Alexandre de Moraes, DJe de 14/10/21). Ante o exposto, nos termos do artigo 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, nego seguimento ao recurso."
Aplicando essa orientação, destaca-se o recente julgado da Primeira Tura desta Corte:
"Agravo regimental em recurso extraordinário. Administrativo. Técnico em radiologia. Aplicação do piso salarial fixado pela Lei Federal 7.394/85. Vinculação de vencimentos de servidores municipais a piso salarial profissional. Impossibilidade. Precedentes.
1. É pacífico na Suprema Corte o 'não cabimento de qualquer espécie de vinculação da remuneração de servidores públicos, repelindo, assim, a vinculação da remuneração de servidores do Estado a fatores alheios à sua vontade e ao seu controle; seja às variações de índices de correção editados pela União; seja aos pisos salariais profissionais', conforme consignado pelo Plenário do STF no acórdão da ADI nº 668/AL, de minha relatoria .
2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).
3. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC, haja vista tratar-se, na origem, de mandado de segurança (art. 25 da Lei nº 12.016/09)" (RE nº 1.329.864/PB-AgR, de minha relatoria, DJe de 12/5/22).
Por ser manifestamente improcedente, nego provimento ao agravo regimental e condeno a parte agravante ao pagamento de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa, consoante disposto no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil, caso seja unânime a votação. Não se aplica ao caso o art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, haja vista tratar-se, na origem, de ação civil pública (art. 18 da Lei nº 7.347/85).
É como voto.".
Deste modo, o ato combatido, ao menos prefacialmente, goza de presunção de legitimidade e veracidade.

E sobre o referido instituto, cito a inquestionável profª Maria Sylvia Zanella Di Pietro:
De acordo com a dicotomia existente no direito civil, a noção de ato é necessariamente ligada a uma conduta humana, ao passo que a ocorrência de um fato está condicionada a acontecimentos naturais independentes da interferência do homem, que poderá ser apenas indireta.
Nas hipóteses em que uma norma legal descreve a existência de determinado fato, a sua ocorrência produzirá efeitos jurídicos; por isso, a ele denominamos fato jurídico. Caso os efeitos jurídicos sejam produzidos na área do direito administrativo, tratar-se-á de um fato administrativo, como no caso da morte de um servidor público (que gera a vacância do cargo anteriormente ocupado por ele), ou do simples decurso do tempo (que gera a prescrição administrativa). Contudo, quando a ocorrência de um fato não produzir nenhum efeito jurídico ligado ao direito administrativo, estaremos diante de um fato da Administração. O termo atos da Administração, por sua vez, representa o gênero composto por todos os atos praticados no exercício da função administrativa.
Ora, o próprio Código Civil Brasileiro dá a chave para obtermos a definição de ato administrativo. Se ato jurídico é toda manifestação lícita da vontade humana que tem por objetivo imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar e extinguir direitos, o ato administrativo, sendo espécie do ato jurídico, nada mais será do que todo ato produzido por agente credenciado da Administração, que tem por efeito imediato a aquisição, o resguardo, a modificação, a transformação ou a extinção de direitos, em matéria administrativa.
Assim, temos as seguintes características do referido instituto: 1) é uma declaração jurídica que produz efeitos, como a certificação, declaração, criação, extinção, transferência, ou modificação de direitos ou obrigações; 2) provém do Estado, ou de quem esteja investido de prerrogativas públicas; 3) a autoridade que o pratica encontra-se regido pelo Direito Público; 4) é providência jurídica complementar à lei (infralegal ou sublegal) a título de lhe dar cumprimento (todavia, excepcionalmente, existem atos administrativos complementares à Constituição – infraconstitucionais); 5) submete-se a exame de legitimidade pelo
PODER JUDICIÁRIO (controle judicial), podendo ser invalidados em casos de ilegalidade.
Esta definição engloba, além dos atos administrativos em sentido estrito, os atos normativos da Administração Pública, que são gerais e abstratos (como regulamentos, instruções e resoluções), além dos atos convencionais (os contratos administrativos).
Por outro lado, pode ser adotado um conceito em sentido estrito, levando-se em conta apenas os atos administrativos que apresentem as características de concreção e unilateralidade, excluindo-se os atos normativos da Administração Pública (gerais e abstratos) e os atos convencionais (contratos administrativos).
[…]
Pra que o ato administrativo se aperfeiçoe, reunindo condições de eficácia para a produção de efeitos jurídicos válidos, a sua estrutura deverá ser composta por certos requisitos: competência, finalidade, forma, objeto e motivo.
A competência é o primeiro e o mais importante requisito exigido para a prática de um ato administrativo. Trata-se de um requisito de ordem pública, que resulta da lei, intransferível e improrrogável pela vontade dos interessados.
[…]
Nesse sentido, Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo (2008, p. 401) definem a competência como o "poder legal conferido ao agente público para o desempenho específico das atribuições de seu cargo".
Por ser elemento vinculado de todo ato administrativo, sempre que um agente praticar um ato sem a devida competência, ou quando ultrapassar os limites por ela delimitados, esse será inválido "por lhe faltar elemento básico de sua perfeição, qual seja, o poder jurídico para manifestar a vontade da Administração" (MEIRELLES, 2004, p. 149).
[…]
Assim como a competência, a finalidade também é um requisito vinculado de todo ato administrativo, porque o ordenamento jurídico não permite que a Administração Pública atue de maneira a distanciar-se ou desviar-se da finalidade pública.
Representa, pois, o interesse público a ser atingido, indicado pela lei de maneira explícita ou implícita, sendo vedado ao administrador, em quaisquer hipóteses, escolher outra finalidade a ser atingida pelo ato, ou substituir a prevista em lei (MEIRELLES, 2004, pp. 149-150).
As atividades desempenhadas pela Administração Pública são voltadas para a realização do interesse coletivo; portanto, os atos deverão buscar o fim público, caso contrário, serão considerados nulos. Quando o administrador alterar a finalidade, contida explicitamente na norma legal ou de modo implícito no ordenamento jurídico, restará caracterizado o desvio de poder, o que torna o ato administrativo passível de invalidação, em razão da ausência da finalidade pública – um dos seus requisitos de validade.
[…]
A forma – requisito vinculado para a edição, modificação e desfazimento do ato administrativo – pode ser definida como o revestimento material exteriorizador do ato. Em princípio, todo ato administrativo é formal e, normalmente, na forma escrita; todavia, existem atos que se manifestam sob as formas de ordens verbais (nos casos das instruções de superior a inferior hierárquico) e sinais convencionais (como ocorre no trânsito e nas abordagens policiais) (MEIRELLES, 2004, pp. 150-151).
Se no direito privado os atos jurídicos gozam da liberdade de forma (desde que não seja utilizada uma proibida por lei), com os atos administrativos é diferente, visto que estes se submetem a um regime jurídico de direito público, e para esse ramo do direito a liberdade de forma é a exceção. A forma é, em regra, um requisito vinculado, haja vista que a lei define previamente o modelo de exteriorização a ser utilizado em um ato administrativo (por exemplo, decreto, resolução, portaria). Entretanto, em alguns casos, a lei prevê mais de uma forma possível para a edição de um mesmo ato; nessas hipóteses, haverá discricionariedade em relação à forma.
[…]
O objeto é o conteúdo do ato administrativo, por meio do qual a Administração Pública cria, modifica ou comprova determinadas relações jurídicas que digam respeito a pessoas, coisas ou atividades sujeitas à tutela do Poder Público (MEIRELLES, 2004, p. 152). É um requisito que poderá ser vinculado – nos casos em que a lei apontar apenas um objeto como possível para a consecução de algum fim –, ou discricionário – quando existirem vários objetos possíveis, previstos em lei e voltados para a consecução do mesmo fim.
[…]
Como último requisito, surge o motivo, definido como pressuposto de fato e de direito que determina ou autoriza a edição do ato administrativo, sendo responsável por integrar a perfeição do ato. (MEIRELLES, 2004, p. 151). O motivo do ato administrativo, a depender do caso, poderá ser vinculado ou discricionário. Será vinculado quando a lei, ao descrevê-lo, utilizar noções precisas, vocábulos unissignificativos, conceitos matemáticos, que não dão margem a qualquer apreciação subjetiva.
[…]
Por outro lado, será discricionário quando: a) a lei não o definir, deixando-o ao inteiro critério da Administração; b) a lei define o motivo utilizando noções vagas, vocábulos plurissignificativos, os chamados conceitos jurídicos indeterminados, que deixam à Administração a possibilidade de apreciação segundo critérios de oportunidade e conveniência administrativa. A motivação, prevista expressamente como

princípio[7] pela Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, é a indicação dos pressupostos fáticos e jurídicos que possibilitaram a prática do ato, assim como a correlação lógica entre os eventos e situações ocorridos e a sua edição.
O princípio constitucional da moralidade (CF, art. 37, caput) e outras passagens da nossa Lei Maior[8] (art. 1º, II, parágrafo único; art. 5º, XXXV) fundamentam a obrigatoriedade da motivação dos atos administrativos, que só não existirá quando a lei a dispensar, ou caso seja incompatível com a natureza do ato.
Assim, a Administração Pública deverá, ao praticar um ato, indicar o motivo que impulsionou a sua atuação. Quando a matéria de fato ou de direito em que se fundamenta o ato for materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido, o ato poderá ser invalidado judicialmente.
[…]
Para conseguir concretizar o interesse do povo – titular da coisa pública –, a Administração precisa estar em posição de supremacia sobre os particulares. Destarte, ela dispõe de poderes-deveres que a auxiliam na busca da realização da finalidade pública.
Não obstante, o exercício dos poderes administrativos deve se dar sempre conforme a lei, haja vista que um Estado Democrático de Direito subordina-se ao princípio da legalidade, com o escopo de combater os abusos de poder e as arbitrariedades.
Desse modo, os poderes exercidos pela Administração Pública são regrados pelo ordenamento jurídico. Há casos em que tal regramento atinge os vários aspectos de uma determinada atividade, isto é: a lei estabelece a maneira pela qual a Administração Pública deverá agir, sem deixar opções – temos aí o poder vinculado.
A vinculação existirá quando uma lei, ao regular determinada situação, antecipar (ou estabelecer) de maneira rigorosamente objetiva os requisitos necessários para a edição de um ato administrativo perfeito. Assim, sempre que a situação hipotética regulada pela lei ocorrer, a Administração Pública (ou quem lhe faça as vezes) deverá atuar concretamente, através de um ato administrativo que será vinculado (BANDEIRA DE MELLO, 2004, p. 885).
O poder vinculado não deixa opções ao administrador, pois estabelece previamente a forma através da qual se dará a sua atuação – a lei, diante de certa situação de fato, prevê uma única solução possível. Em tais casos, pode ser dito que os particulares, desde que preencham certos requisitos, possuem o direito subjetivo de exigir da Administração Pública a prática de determinado ato administrativo (como, por exemplo, a outorga de uma licença para dirigir automóveis ou de uma admissão para estudar em uma escola pública)
Por outro lado, em certas hipóteses a lei não regra todos os aspectos de uma determinada atividade administrativa, deixando uma parcela de liberdade decisória para que o administrador, diante do caso concreto, escolha uma dentre as soluções possíveis e válidas. Nessas hipóteses, a Administração Pública faz uso do poder discricionário, que lhe permite encontrar uma solução para o caso concreto seguindo critérios próprios de oportunidade, conveniência, justiça e equidade.
Ao conceituar a discricionariedade, Celso Antônio Bandeira de Mello (2012, p. 48) nos lembra que o seu exercício deve estar sempre condicionado aos limites de razoabilidade, de modo que seja possível concretizar a finalidade legal:
Discricionariedade, portanto, é a margem de liberdade que remanesça ao administrador para eleger, segundo critérios consistentes de razoabilidade, um, dentre pelo menos dois comportamentos cabíveis, perante cada caso concreto, a fim de cumprir o dever de adotar a solução mais adequada à satisfação da finalidade legal, quando, por força da fluidez das expressões da lei ou da liberdade conferida no mandamento, dela não se possa extrair objetivamente, uma solução unívoca para a situação vertente.
O motivo e o objeto são requisitos do ato administrativo que, a depender da situação, poderão ser discricionários, ou seja, poderão ser decididos livremente pela Administração Pública, desde que respeitado o princípio da legalidade e, por conseguinte, os princípios da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade.
Destarte, percebe-se que o motivo e o objeto do ato administrativo discricionário guardam relação direta com o mérito administrativo, porque este estará presente “toda vez que a Administração decidir ou atuar valorando internamente as consequências ou vantagens do ato” (MEIRELLES, 2004, p. 152).
O princípio da legalidade nasceu com o Estado de Direito e constitui uma das principais garantias de respeito aos direitos individuais, já que a lei ao mesmo tempo em que os define, estabelece também os limites da atuação administrativa que tenha por objeto a restrição ao exercício de tais direitos em benefício da coletividade. Aqui se enquadra aquela máxima de que, na relação administrativa, a vontade da Administração é que decorre da lei.
[…]
Na realidade, essa prerrogativa, como todas as demais dos órgãos estatais são inerentes à ideia de “poder” como um dos elementos integrantes do conceito de Estado, e sem o qual este não assumiria a sua posição de supremacia sobre o particular.
[…]
Diversos são os fundamentos que os autores indicam para justificar esse atributo do ato administrativo:
1. O procedimento e as formalidades que precedem a sua edição, os quais constituem garantia de observância da lei;
2. O fato de ser uma das formas de expressão da soberania do Estado, de modo que a autoridade que pratica o ato o faz com o consentimento de todos;
3. A necessidade de assegurar celeridade no cumprimento dos atos administrativos, já que eles têm por fim atender ao interesse público, sempre predominante sobre o particular;
4. O controle a que se sujeita o ato, quer pela própria Administração , quer pelos demais Poderes do Estado, sempre com a finalidade de garantir a legalidade;
5. A sujeição da Administração ao princípio da legalidade, o que faz presumir que todos os seus atos tenham sido praticados de conformidade com a lei, já que cabe ao poder público a sua tutela.
[…]
Presunção relativa, é certo; contudo, é do devedor o ônus de produzir a prova que elida essa presunção, devendo apontar e comprovar os vícios, formais ou materiais.
Não se trata, portanto, da presunção absoluta, juris et de jure, que é aquela que não admite prova em contrário. Outrossim, caberá ao devedor apresentar prova inequívoca capaz de afastar a referida presunção”.
(autora citada in Direito Administrativo, 30ª edição, Editora Gen Forense, 2018).
E cito jurisprudência sobre o tema:
ADMINISTRATIVO. DIREITO AMBIENTAL. ARTIGO 60 LEI 9.605/98. TIPO DE AÇÃO MÚLTIPLA. LEGALIDADE DE REGULARIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.
1. A Lei 9.605 organizou, tipificou e definiu sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. O artigo 60 trouxe especificamente a conduta praticada pelo autor, cujo tipo é de ação múltipla, visto que a configuração depende da prática

de qualquer um dos verbos nucleares do artigo: construção, reforma, ampliação, instalação e funcionamento de estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores.
2. Não se pode olvidar que os atos administrativos gozam de presunção de legalidade e legitimidade, incumbindo à parte autuada produzir contraprova à presunção, demonstrando, de forma inequívoca, a incoerência da infração capitulada ou a existência de vício capaz de caracterizar a nulidade do auto de infração, o que, no caso, não ocorreu. Portanto, considerando que o entendimento majoritário da jurisprudência é de que não cabe ao
PODER JUDICIÁRIO substituir- se ao administrador, sob pena de invasão no mérito do ato administrativo, não há razões para intervenção. A atuação do judiciário está limitada, assim, à análise da legalidade do ato administrativo que, no caso, a observou estritamente os elementos e os parâmetros legais.
(TRF4, AC 5005843- 05.2012.404.7205, Terceira Turma, Relatora p/ Acórdão Salise Monteiro Sanchotene, juntado aos autos em 12/12/2014)
Assim, a decisão de primeiro grau deve ser mantida, o que torna a presente pretensão recursal improcedente a medida em que contrária a entendimento decorrente de Repercussão Geral.
Dispositivo:
Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso.
Saliento à parte apelante, que em caso de agravo interno, haverá majoração da verba sucumbencial.
Intimem-se.
Após o trânsito em julgado, à origem.
Desembargador Glodner Luiz Pauletto
relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Glodner Pauletto
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7076291-61.2022.8.22.0001
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO APELANTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: GOHOBBY DISTRIBUIDORA DE VANT LTDA
ADVOGADOS DO APELADO: SYLVIE BOECHAT, OAB nº SP151271A, HELVIO SANTOS SANTANA, OAB nº SE8318A
Vistos,
Intime-se à parte contrária para contrarrazões.
Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Glodner Pauletto
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7008550-38.2021.8.22.0001
Classe: Apelação / Remessa Necessária
Polo Ativo: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO APELANTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: WEBFONES COMERCIO DE ARTIGOS DE TELEFONIA S.A., WEBFONES COMERCIO DE ARTIGOS DE TELEFONIA S.A., WEBFONES COMERCIO DE ARTIGOS DE TELEFONIA S.A.
ADVOGADOS DOS APELADOS: DANIEL CLAYTON MORETI, OAB nº SP233288A, MARCUS PAULO JADON, OAB nº SP235055A
Vistos,
Intime-se à parte contrária para contrarrazões.
Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Glodner Pauletto
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807559-83.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: JOSE INACIO DA SILVA
ADVOGADO DO AGRAVADO: JACSON DA SILVA SOUSA, OAB nº RO6785A
Vistos.
Necessária a oitiva do juízo a quo bem como da parte contrária.
Ante o exposto, solicite-se as informações do juízo.
Ao mesmo tempo, intime-se o agravado para contrarrazões no prazo legal.
Cumpra-se, servindo esta de carta/ofício.
Desembargador Glodner Luiz Pauletto
relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Glodner Pauletto
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0004706-17.2012.8.22.0002
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: CRISTOBAL MOPI SOLIZ
ADVOGADO DO APELANTE: CRISTIAN RODRIGO FIM, OAB nº RO4434A
Polo Passivo: MUNICIPIO DE ARIQUEMES
ADVOGADO DO APELADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
Vistos,
Intime-se o Município de Ariquemes para contrarrazões.
Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Glodner Pauletto
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7071025-30.2021.8.22.0001
Classe: Remessa Necessária Cível
Polo Ativo: J. D. D. D. 2. V. D. F. F. P. D. C. D. P. V.
JUIZO RECORRENTE SEM ADVOGADO(S)
Polo Passivo: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO, SECRETARIA DE ESTADO DE FINANCAS, ESTADO DE RONDONIA, S. -. S. D. E. D. F. D. E. D. R., EDERSON HASSEGAWA MOSCOSO ROHR
ADVOGADOS DOS RECORRIDOS: MARCELO MALDONADO RODRIGUES, OAB nº RO2080A, WELINTON RODRIGUES DE SOUZA, OAB nº RO7512A, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
RELATÓRIO
Trata-se de reexame necessário em face de sentença que concedeu a segurança por restar comprovado o direito líquido e certo do impetrante, assim, declarou a ilegalidade do Ato Administrativo da Coordenadoria da Receita Estadual, 1º Delegacia Regional da Receita Estadual, que indeferiu o pedido de isenção do IMCS na aquisição de veículo para pessoa portadora de deficiência física. Determino que a Coordenadoria da Receita Estadual da Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia, no prazo de 30 (trinta) dias, conceda a isenção do ICMS ao impetrante para aquisição de veículo para pessoa portadora de deficiência.
Em síntese, trata-se de Mandado de Segurança impetrado por Ederson Hassegawa Moscoso Rohr contra suposto ato coator do Diretor Técnico da Habilitação e Medicina de Trânsito e Delegado Regional da 1º Delegacia Regional Estadual.
Alega o impetrante que é portador de deficiência física e, por esta razão, em 08 de janeiro de 2021, se submeteu a junta médica do Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia – DETRAN-RO, a fim de obter a isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a isenção de ICMS para aquisição de veículo destinado a deficiente físico condutor.
Requer a concessão da segurança para determinar a suspensão do ato do Delegado Regional 1º Delegacia Regional da Estadual – SEFIN-RO que indeferiu o pedido de isenção de ICMS para aquisição de veículo destinado a deficiente físico condutor, determinando a SEFIN-RO emitir a isenção de ICMS para aquisição de veículo destinado a deficiente físico, visto que o Laudo já foi emitido por profissionais credenciados (Junta Médica) indicados pelo Órgão Executivo de Trânsito do Estado de Rondônia e determinando ainda, que o DETRAN-RO emita novo Laudo Médico, com data atualizada, conforme modelo vigente a partir 01/01/2021 aprovado pelo Convênio ICMS 59/2020 e integrado ao Regulamento do ICMS/RO, Anexo I, Parte 3, Item 46 e ainda IN 57/2020/GAB/CR, vez que não está de acordo com o modelo supracitado (Convênio ICMS 59/2020).
É o relatório.
DECIDO.
Em primeiro, é importante lembrar que a ação mandamental deve estar impregnada do direito líquido e certo. Consoante específica o art. 5º, LXIX da Constituição Federal, mandado de segurança é a ação civil de rito especial, pela qual qualquer pessoa pode provocar o controle jurisdicional quando sofrer lesão ou ameaça de lesão a direito líquido e certo não amparado por habeas corpus, nem por habeas data, em decorrência de ato de autoridade, praticado com ilegalidade ou abuso de poder.
Sendo assim, além dos pressupostos processuais e das condições da ação exigíveis em qualquer procedimento, constitui pressuposto específico do mandado de segurança a liquidez e a certeza do direito. Hodiernamente, pacificou-se o entendimento de que a liquidez e certeza do direito referem-se aos fatos e não à complexidade do direito.
Além disso, exige-se prova pré-constituída – uma vez que a via estreita do mandamus não admite dilação probatória – da lesão ou ameaça de lesão ao comprovado direito líquido e certo do impetrante.
O sentido da liquidez e certeza do direito defendido é processual e não material, mesmo porque, embora entendendo-se que o autor tenha direito à ação, onde se requer segurança, a sentença poderá afirmar que o direito não exista. Direito líquido e certo é o que pode ser reconhecido apenas pela apreciação do modelo jurídico próprio com o fato nele adequado, sem necessidade de se socorrer de provas, ou quando muito, somente da documentação induvidosa, onde se resume e se esgota toda a indagação probatória do fato. Se a questão depender de outras provas, as vias ordinárias são o caminho específico. (Santos, Ernane Fidélis. Manual de Direito Processual, 3ed., Saraiva, 1994, p. 169).
Em análise dos autos, o contribuinte não pode ser prejudico pelo conflito de entendimento entre os entes públicos. No caso vertente, conforme se verifica nos documentos anexados, o impetrante anexos os laudos médicos emitido por médicos ortopedistas. Anexa, ainda, autorização de isenção de IPI para pessoa com deficiência emitido pela Delegacia da Receita Federal e Laudo de Avaliação Deficiência Física emitida pelo Departamento Estadual de Trânsito em 20 de maio de 2021, assinadas por médicos do trânsito, conforme documento ID: 65356709. Dessa forma, os laudos médicos apresentados, a qual idoneidade se presume, mostra-se suficiente para identificar a condição de pessoa portadora de deficiência para concessão da isenção do ICMS.
Logo, o direito líquido e certo foi reconhecido apenas pela apreciação do modelo jurídico próprio com o fato nele adequado, sem necessidade de se socorrer de provas, ou quando muito, somente da documentação induvidosa, onde se resume e se esgota toda a indagação probatória do fato.
Pelo exposto, nego provimento monocrático ao reexame necessário.
Intime-se. Cumpra-se.

2ª CÂMARA ESPECIAL

7065423-34.2016.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação
Origem: 7065423-34.2016.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara de Fazenda Pública
Embargante: Sindicato dos Servidores do
PODER JUDICIÁRIO do Estado de Rondônia - SINJUR
Advogado: Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Advogado: José Eduardo Pires Alves (OAB/RO 6171)
Advogado: Amanda Azevedo Reis (OAB/RO 7096)
Advogado: Bruno Andrade de Miranda (OAB/7680)
Advogado: Cléverton Reikdal (OAB/RO 6688)
Advogada: Viviane Sodré Barreto (OAB/RO 7389)
Advogada: Ellen Cavalcante Andrade (OAB/RO 7685)
Advogada: Larissa Carvalho Torres Seixas (OAB/RO 7702)
Embargado: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES
Opostos em 10/03/2023
DECISÃO: “EMBARGOS NÃO PROVIDOS, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.”
EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. COM FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO.
Pretensão exclusiva de prequestionamento Impossibilidade de acolhimento do recurso.
Embargos não providos.

7018256-16.2019.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara de Fazenda Pública
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Apelada: Energia Sustentável do Brasil S. A.
Advogado: Daniel Nascimento Gomes (OAB/SP 356650) - SUST. ORAL
Advogado: Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch (OAB/DF 26966)
Advogado: Felipe Nóbrega Rocha (OAB/RO 5849)
Advogado: Alex Jesus Augusto Filho (OAB/RO 5850)
Advogada: Ana Letícia Carvalho dos Santos (OAB/DF 52903)
Advogado: Tiago Batista Ramos (OAB/RO 7119)
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES
Distribuído em 20/02/2020
DECISÃO: “JULGADO PREJUDICADO O REQUERIMENTO DE INSTAURAÇÃO DE IAC. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.”
EMENTA
APELAÇÃO. DIREITO TRIBUTÁRIO. ISENÇÃO DE ICMS-DIFAL PARA AQUISIÇÃO DE BENS PARA COMPOR ATIVO IMOBILIZADO. DEC. EST. 10.663/03. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. EFEITOS EX NUNC. ILEGALIDADE DA COBRANÇA. RECURSO NÃO PROVIDO.
1. Em controle difuso, este Tribunal, declarou a inconstitucionalidade do art. 1° do Dec. Estadual n. 10.663/03, atribuindo-lhe efeitos ex nunc.
2. Tratando-se de ação proposta anteriormente à discussão, deve ser mantida a aplicação da norma de isenção, sendo evidente a ilegalidade da cobrança, com base no princípio da segurança jurídica.
3. Recurso não provido.

0801212-34.2023.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 7001410-52.2018.8.22.0002 Ariquemes/2ª Vara Cível
Agravante: Alexandre Jenner de Araújo Moreira
Advogado: Alexandre Jenner de Araújo Moreira (OAB/RO 2005)
Advogada: Juliane Silveira da Silva (OAB/RO 2268)
Agravado: Município de Ariquemes
Procurador: Procurador-Geral do Município de Ariquemes
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES
Distribuído em 10/02/2023
DECISÃO: “RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.”
EMENTA
APELAÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA. PENHORA. VERBA ALIMENTÍCIA. MATÉRIA INCOMPATÍVEL COM A VIA ESCOLHIDA FACE A NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA.
Incumbe ao excipiente demonstrar a ausência certeza e liquidez oriunda do título executivo, conforme art. 204 do CTN e art. 3º da LEF.
A exceção de pré-executividade consiste em uma espécie excepcional de defesa, específica do processo de execução, onde o devedor, independentemente de penhora ou embargos, nos próprios autos de execução e em qualquer fase do procedimento, poderá alegar matéria atinente aos pressupostos processuais, condições da ação, nulidades e/ou defeitos do título executivo, desde que comprovada de plano.
A ausência de provas da natureza salarial da verba penhorada conduz ao improvimento da demanda.
Recurso não provido.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Cível
Processo: 7043329-24.2018.8.22.0001
APELANTE: MARIA DAS GRACAS BRITO DA SILVA
ADVOGADO DO APELANTE: ANDERSON FELIPE REUSING BAUER, OAB nº RO5530A
APELADO: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO APELADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Subam os autos ao Tribunal competente para processamento dos agravos, nos termos do artigo 1.042, §7º, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Cível
Processo: 7043337-93.2021.8.22.0001
APELANTE: MAISA GARCIA
ADVOGADOS DO APELANTE: BRUNA RODRIGUES DA SILVA, OAB nº RO11298A, MARCIO VALERIO DE SOUSA, OAB nº MG130293, NATHALY DA SILVA GONCALVES, OAB nº RO6212A
APELADO: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO APELADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto por Maisa Garcia, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal, em que aponta como dispositivos legais violados os artigos 186, 187 e 927 caput e seu § único do Código Civil, 1.022, do CPC e 37, § 6º da CF.
O acórdão recorrido restou assim ementado:
Apelação cível. Direito administrativo. Concurso público. Nomeação por decisão judicial. Nomeação tardia. Indenização por danos materiais e morais. Impossibilidade. Arbitrariedade flagrante não demonstrada. Precedente do STF n. 724347/DF. Recurso não provido.
Como decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário n. 724.347/DF, com repercussão geral (Tema 671), na hipótese de posse em cargo público determinada por decisão judicial, o servidor não faz jus à indenização, sob fundamento de que deveria ter sido investido em momento anterior, salvo situação de arbitrariedade flagrante.
A recorrente alega violados os dispositivos citados, ao argumento de omissão no acórdão quanto à fixação de indenização pelos danos morais e materiais, sendo estes decorrentes da responsabilidade objetiva do estado, o qual teria postergado indevidamente a sua nomeação em cargo público.
Contrarrazões pela não admissão e, no mérito, pelo não provimento do recurso.
Examinados, decido.
A matéria do recurso está relacionada ao Tema 671 do STF: “Direito de candidatos aprovados em concurso público a indenização por danos materiais em razão de alegada demora na nomeação, efetivada apenas após o trânsito em julgado de decisão judicial que reconheceu o direito à investidura”, no qual se firmou a seguinte tese:“Na hipótese de posse em cargo público determinada por decisão judicial, o servidor não faz jus a indenização, sob fundamento de que deveria ter sido investido em momento anterior, salvo situação de arbitrariedade flagrante”.
Verifica-se que a conclusão alcançada pela c. Corte Julgadora no presente processo está em consonância com a tese firmada no precedente citado, como se observa no trecho seguinte:
[...] “A respeito do tema, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou, em sede de repercussão geral (tema 671), sobre a ausência do direito à indenização nas hipóteses de nomeação tardia do candidato em virtude de decisão judicial,
[...]
Entretanto, no caso sub judice, a apelante não comprovou a existência de situação de arbitrariedade flagrante ou fatos extraordinários que ensejem as indenizações pretendidas”.
Ante o exposto, em observância ao procedimento previsto no artigo 1.030 do Código de Processo Civil, por se encontrar em conformidade com a tese firmada no tema, nega-se seguimento ao recurso, conforme previsto no art. 1.030, I, “b”, do CPC.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Miguel Monico
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860
Número do processo: 7000983-58.2023.8.22.0009
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: APELANTE: LUCILENE GOMES DA SILVEIRA
ADVOGADO DO APELANTE: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA, OAB nº RO9117A
Polo Passivo: APELADO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO
ADVOGADO DO APELADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Miguel Monico Neto
Vistos.
Encaminhem-se os autos à Procuradoria de Justiça para, querendo, emitir parecer.

Serve a presente como ofício/mandado.
Publique-se.
Porto Velho, data da assinatura eletrônica.
Desembargador Miguel Monico Neto
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Miguel Monico
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807485-29.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: PEDRO TIMOTEO DE LIMA
ADVOGADOS DO AGRAVANTE: PEDRO FELIPE DE OLIVEIRA MIRANDA, OAB nº RO9489A, ELISANGELA DE OLIVEIRA TEIXEIRA MIRANDA, OAB nº RO1043A
Polo Passivo: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido liminar, interposto por Pedro Timóteo de Lima contra decisão interlocutória do juiz da 2ª Vara Cível da comarca de Ouro Preto do Oeste que indeferiu a tutela de urgência pleiteada na ação de obrigação de fazer manejada contra o Estado, na qual pretendia vê-lo obrigado a realizar procedimento cirúrgico urgente de Revascularização do Miocárdio e implante Valvar Mitral.
Defende ser equivocado o entendimento do magistrado no sentido de não haver urgência no procedimento. Aduz que não se trata de cirurgia eletiva tendo em vista que os documentos e laudos médicos comprovam efetivamente a necessidade e emergência do mesmo, sendo mencionado risco de infarto agudo do miocárdio, arritmia cardíaca severa, insuficiência cardíaca congestiva, hipertensão pulmonar irreversível e MORTE SÚBITA.
Assevera que a cirurgia foi solicitada perante o SUS, entretanto, não houve qualquer indicação de quando referido procedimento será realizado. Pontua que no dia 06/07/2023, o agravante foi novamente avaliado por um médico especialista, tendo sido recomendada a realização de cirurgia de revascularização do miocárdio e implante de válvula mitral, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, COM RISCO DE MORTE SÚBITA CASO O PROCEDIMENTO NÃO SEJA REALIZADO
Assim, discorrendo sobre o direito e afirmando estarem presentes os requisitos necessários, postula a concessão de liminar para que sjea o agravado compelido a, no prazo de 05 (cinco) dias, realizar o procedimento cirúrgico de que necessita, bem como exames pré-operatórios, tratamento pós-operatório e, sendo necessário, providencie o transporte do Agravante, sob pena de sequestro dos valores necessários para a realização do procedimento em unidade hospitalar privada, nos termos dos orçamentos em anexados aos autos principais.
É o relatório. DECIDO.
O preparo não foi recolhido posto que deferida a gratuidade na origem.
Inicialmente, cumpre destacar que o Código de Processo Civil, em seu art. 1.019, prevê a possibilidade de atribuição de efeito suspensivo ou a antecipação da tutela recursal pela via do agravo de instrumento, sempre que preenchidos os requisitos previstos no parágrafo único do art. 995, do NCPC, quais sejam, a probabilidade de provimento do recurso e o risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, quando a parte demonstrar que a espera do julgamento do agravo de instrumento poderá gerar o perecimento do seu direito.
Então, para a atribuição do efeito ativo ao presente recurso, é imprescindível que se analise a probabilidade do direito e o risco de ineficácia da decisão, caso se aguarde o julgamento final do agravo.
Pois bem.
Da análise do efeito ativo ao presente recurso, inicialmente, como cediço, é dever do Estado disponibilizar os recursos e meios necessários à efetivação da saúde aos cidadãos, pois a saúde é direito de todos e dever do Estado, conforme regra expressa do art. 196 da CF.
Nas palavras do ministro Celso de Mello, o direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível, assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República. Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas idôneas à assistência farmacêutica e médico-hospitalar (RE 393175 AgR).
Da mesma forma, insta destacar o entendimento desta Corte, no sentido de que a inobservância da fila do SUS se justifica em caso de urgência. Confira-se:
TJRO - Remessa necessária. Mandado de segurança. Direito administrativo. Realização de cirurgia. Urgência. Direito líquido e certo. Manutenção.
1. Demonstrado que o tratamento solicitado é necessário à saúde da paciente e que se encontra previsto na lista de procedimentos realizados pelo SUS, é dever do ente público impetrado fornecê-lo.
2. Entende-se por eletivos os procedimentos médicos considerados sem urgência e emergência, que podem ser programados; no entanto, comprovada a urgência é possível avançar na fila.
3. Negado provimento à remessa necessária.
(REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL 7002625-61.2017.822.0014, Rel. Des. Eurico Montenegro, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 1ª Câmara Especial, julgado em 11/07/2019).
Outrossim, para dar cumprimento aos ditames constitucionais e às disposições do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), cumpre ao Poder Público garantir o direito à proteção integral à saúde da pessoa idosa. Oportuno destacar uma questão de grande relevância do ponto de vista constitucional, que é a proteção integral e absoluta ao idoso, garantida no art. 230 da CF/88.
Na hipótese dos autos, não obstante os fundamentos da decisão do juízo a quo, nota-se que, ainda no início do mês de junho, foi solicitada a assistência especializada para os procedimentos via SUS, na qual consta a urgência do caso (ID. 20578556 - Pág. 1).
Ademais, o laudo médico assinado por cirurgião cardiovascular juntado no id. 20578558 - Pág. 2, dá conta de que é necessário o procedimento com urgência devido “altíssimo risco de infarto agudo do miocárdio, arritmia cardíaca severa, insuficiência cardíaca congestiva, hipertensão pulmonar irreversível e morte súbita”.
Dessa forma, por se tratar de procedimento essencial para o tratamento da saúde do agravante (direito fundamental de pessoa idosa), com indicação de urgência, deve ser deferida a liminar, sob pena de se agravar o quadro do paciente.

Assim, em sede de cognição sumária, verifico a presença da probabilidade de provimento do recurso.
Isso posto, defiro a liminar pretendida pelo agravante, determinando ao Estado de Rondônia que providencie a CIRURGIA CARDÍACA DE REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA E IMPLANTE VALVAR MITRAL, bem como realize exames pré-operatórios, tratamento pós-operatório e, sendo necessário, providencie o transporte do Requerente, sob pena de sequestro dos valores necessários para a realização do procedimento em unidade hospitalar privada.
Intime-se o(s) agravado(s), para, em 15 (quinze) dias, oferecer contraminuta, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso, nos termos do art. 1.019, II, do CPC/15. Havendo a juntada de documentos novos, intime-se o agravante para, querendo, em 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a defesa e a juntada de documentos, nos termos do art. 437, §1º do CPC/15, em respeito ao princípio do contraditório.
Advindo informações acerca de eventual retratação exercida pelo juízo de primeiro grau, na forma do art. 1.018, § 1º, do CPC, intime-se o agravante para manifestar acerca da perda do objeto.
Ao final, encaminhe-se os autos à Procuradoria de Justiça.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Sirva a presente decisão como mandado/ofício/carta.
Porto Velho, data da assinatura digital.
Des. Miguel Monico Neto
Relator

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Cível
Processo: 7002913-03.2021.8.22.0003
APELANTE: LUIZ HENRIQUE ALVES NUNES
ADVOGADO DO APELANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
APELADOS: JOAO GONCALVES SILVA JUNIOR, MUNICÍPIO DE JARU
ADVOGADOS DOS APELADOS: HIAGO LISBOA CARVALHO, OAB nº RO9504A, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JARU
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recurso extraordinário interposto pelo Município de Jaru, em que aponta como dispositivos violados os artigos 30, I e II, 97, da CF, além de violação à súmula vinculante n. 10 do STF.
O acórdão recorrido restou assim ementado:
Apelação. Processo administrativo disciplinar. Inconstitucionalidade circunstancial da lei municipal. Processo administrativo disciplinar. Pena de suspensão. Ausência de justa causa. Atuação legítima. Anulação do processo administrativo.
1. Compete ao
PODER JUDICIÁRIO apreciar, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal e examinar a proporcionalidade e razoabilidade na imposição de penalidades administrativas.
2. Resta desprovida de justa causa a aplicação de penalidade em desfavor de servidor público que agiu dentro de sua função legalmente prevista.
3. Recurso conhecido e provido.
O recorrente alega violados os dispositivos citados, ao argumento de que a penalidade aplicada ao servidor se deu em observância às leis municipais e aos princípios constitucionais, sendo vedado ao
PODER JUDICIÁRIO decidir acerca da constitucionalidade do ato administrativo em questão.
Contrarrazões pela não admissão e, no mérito, pelo não provimento do recurso.
Examinados, decido.
Em relação à afronta ao art. 30, I e II, 97, da CF, a admissão do Recurso Extraordinário pressupõe o prequestionamento da matéria insculpida no dispositivo constitucional alegadamente violado, ou seja, exige que a tese recursal tenha sido objeto de efetivo pronunciamento por parte do Tribunal de origem, ainda que em sede de embargos de declaração, o que não ocorreu no caso em tela, assim, resta configurada a carência do indispensável requisito do prequestionamento, impõe-se o não conhecimento do recurso extraordinário, a teor das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.
Ademais, o Tribunal decidiu a controvérsia com fundamento na legislação infraconstitucional local aplicável à espécie (Leis Municipais n. 2.228/2017, 1.827/2013 e 28/1985), cuja análise se revela inviável em sede de recurso extraordinário. Incide, na espécie, o óbice da Súmula 280 do STF, de seguinte teor: "por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário". Nesse sentido:
"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO. SUBSÍDIO. NATUREZA JURÍDICA. EXTENSÃO AOS INATIVOS. INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 280 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO" (RE 812.573-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 17.02.2016).
"Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Administrativo. Prequestionamento. Ausência. Agente penitenciário estadual. Gratificação de atividade policial. Cumulação com adicional de periculosidade. Pagamento por subsídio. Prescrição. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Precedentes. 1. É inadmissível o recurso extraordinário se a matéria constitucional que nele se alega violada não está devidamente prequestionada. Incidência das Súmulas nºs 282 e 356/STF. 2. Não se presta o recurso extraordinário para a análise de matéria infraconstitucional. 3. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC). 4. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita.
(STF - ARE: 1278509 AL 0734395-84.2016.8.02.0001, Relator: LUIZ FUX (Presidente), Data de Julgamento: 16/09/2020, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 29/10/2020)"

Cumpre consignar que o Recurso Extraordinário não constitui via adequada para averiguação de eventual ofensa a enunciado sumular, por não estar este compreendido na expressão “dispositivo constitucional”, constante da alínea “a” do inciso III do art. 102 da Constituição Federal, conforme teor da Súmula 518, do STJ, aplicado por analogia ao caso.
Ante o exposto, não se admite o recurso extraordinário.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Criminal
Processo: 0008861-40.2020.8.22.0501
APELANTE: CARLOS MAGNUM FERREIRA DE SA
ADVOGADOS DO APELANTE: CEZAR ARTUR FELBERG, OAB nº RO3841A, JOANE MAGNO DE SOUZA SANTOS, OAB nº RO3523A, JOSE MARIA DE SOUZA RODRIGUES, OAB nº RO1909A, IVANILDE MARCELINO DE CASTRO, OAB nº RO1552A
APELADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Subam os autos ao Tribunal competente para processamento do agravo, nos termos do artigo 1.042, §7º, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Miguel Monico
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0803044-05.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
ADVOGADO DO AGRAVANTE: MARIA LETICE PESSOA FREITAS, OAB nº RO2615A
Polo Passivo: MARIO SERGIO LEIRAS TEIXEIRA
AGRAVADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
Intime-se o agravado Mário Sérgio Leiras Teixeira no endereço indicado pelo agravante (ID. 20567065), para, em 15 (quinze) dias, oferecer contraminuta, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso, nos termos do art. 1.019, II, do CPC/15.
Serve a presente decisão como mandado/ofício/carta.
Cumpra-se. Intime-se.
Porto Velho, data da assinatura digital
Desembargador Miguel Monico Neto
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Miguel Monico
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860
Número do processo: 7007070-83.2021.8.22.0014
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE VILHENA
ADVOGADO DO APELANTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
Polo Passivo: ELAINE DOMINGUES FERREIRA ANDRADE DA SILVA
ADVOGADO DO APELADO: GILSON ELY CHAVES DE MATOS, OAB nº RO1733A
Vistos.
Já concluso para julgamento o Município de Vilhena peticionou alegando prescrição do fundo de direito, id. 19009513.
Para evitar qualquer cerceamento de defesa, intime-se o autor/apelado para manifestação sobre os termos da petição.
Após retorne-me concluso para julgamento.
Porto Velho - RO, data da assinatura digital.
Des. Miguel Monico Neto
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Miguel Monico
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0804752-90.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento

Polo Ativo: YEM SERVICOS TECNICOS E CONSTRUCOES - EIRELI - EPP
ADVOGADO DO AGRAVANTE: LARISSE GADELHA FONTENELLE, OAB nº AM14351
Polo Passivo: MADECON ENGENHARIA E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO AGRAVADO: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS, OAB nº RO3208A
Vistos.
Em razão da natureza do processo, abra-se vista dos autos à Procuradoria de Justiça para parecer.
Serve a presente decisão como mandado/ofício/carta.
Cumpra-se. Intime-se.
Porto Velho, data da assinatura digital
Desembargador Miguel Monico Neto
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Miguel Monico
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0806566-40.2023.8.22.0000 (PJE)
AGRAVANTE: SBF COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA
ADVOGADO: RONALDO RAYES-(OAB/SP 114521)
ADVOGADA: ANA CRISTINA MAIA MAZZAFERRO-(OAB/SP 261869)
ADVOGADO: BRUNO HENRIQUE COUTINHO DE AGUIAR-(OAB/SP 246396)
AGRAVADO: ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO E RONDÔNIA
RELATOR: DES. MIGUEL MONICO NETO
INTERPOSTO EM 13/07/2023
Vistos.
Trata-se de Agravo Interno interposto por SBF COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA contra a decisão monocrática que indeferiu o pedido de efeito suspensivo constante em Agravo de Instrumento também interposto pelo agravante.
De início, compulsando os autos, verifico que a agravante não recolheu o preparo recursal, conforme certificado pelo departamento (ID. 20590559).
Assim, nos termos do § 4º do art. 1.007 do CPC/15, intime-se a agravante para que, no prazo de 5 (cinco) dias, comprove o recolhimento do preparo recursal, EM DOBRO, sob pena de não conhecimento do recurso por deserção.
Após o prazo, caso não seja providenciado o recolhimento na forma supra, certifique-se e retornem os autos conclusos a este gabinete.
Por outro lado, comprovado recolhimento do preparo, intime-se o agravado, para, querendo e no prazo legal, apresentar sua contraminuta ao recurso, nos termos do art. 1.021 § 2º, do CPC.
Ao final, voltem os autos conclusos.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, data da assinatura digital.
Desembargador Miguel Monico Neto
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Miguel Monico
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807469-75.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO AGRAVANTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Polo Passivo: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADOS DO AGRAVADO: CLAYTON CONRAT KUSSLER, OAB nº RO3861A, HENRY GONCALVES LUMMERTZ, OAB nº RJ151581
Antes de analisar o pedido liminar do agravo, entendo necessário colher esclarecimento com a parte agravante.
Na sua fundamentação menciona que após a citação válida na ação de execução fiscal nº 7041505-98.2016.8.22.0001 (feito de origem), a empresa Santo Antônio Energia S.A, apresentou defesa na forma de exceção de pré-executividade em 4 (quatro) momentos processuais, citando o primeiro como tendo sido protocolado “na data de 12/09/2016, onde argui prejudicialidade na regular tramitação da ação exacional, por pendência de julgamento nos autos do Mandado de Segurança nº 7040455-37.2016.8.22.0001, ao que requer e obtém a suspensão da execução”
Intime-se a agravante para que se manifeste sobre eventual prevenção ao relator do referido MS, a saber, Desembargador Gilberto Barbosa.
Porto Velho - RO, data da assinatura digital.
Des. Miguel Monico Neto
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Miguel Monico
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0806845-26.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento

Polo Ativo: MUNICIPIO DE CACOAL
ADVOGADO DO AGRAVANTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL
Polo Passivo: LUCIENE MARTINS DA SILVA
AGRAVADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
Município de Cacoal agrava da decisão do Núcleo de Justiça 4.0 – Execução Fiscal, que nos autos de Execução Fiscal (7001692-23.2023.8.22.0000) declarou a prescrição de IPTU's referentes aos anos 2014, 2015, 2016 e 2017, da CDA n. 855/2022.
Por não haver pedido liminar, intime-se a agravada, para, no prazo legal, oferecer contrarrazões, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso, nos termos do art. 10 c/c art. 1.019, II, do NCPC.
Havendo a juntada de documentos novos, intime-se o agravante para, querendo, no prazo legal, manifestar-se sobre a defesa e a juntada de documentos, em respeito ao princípio do contraditório.
Após, sendo hipótese de intervenção, abra-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça para parecer.
Advindo informações acerca de eventual retratação exercida pelo juízo de primeiro grau, na forma do art. 1.018, § 1º, do CPC, intime-se o agravante para manifestar acerca da perda do objeto.
Serve a presente decisão como mandado/ofício/carta.
Cumpridas as referidas providências, voltem-me conclusos para análise do mérito.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, data da assinatura eletrônica.
Desembargador Miguel Monico Neto
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Miguel Monico
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860
Número do processo: 0807554-61.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: INDUSTRIA DE PORTAS BRAZIL LTDA
ADVOGADO DO AGRAVADO: TAYSSA SIMONE DE PAIVA MOHANA PINHEIRO COSTA, OAB nº MA12228
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento.
Por não haver pedido liminar, intimem-se os agravados, para, no prazo legal, oferecerem contrarrazões, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso, nos termos do art. 10 c/c art. 1.019, II, do NCPC.
Havendo a juntada de documentos novos, intime-se o agravante para, querendo, no prazo legal, manifestar-se sobre a defesa e a juntada de documentos, em respeito ao princípio do contraditório.
Advindo informações acerca de eventual retratação exercida pelo juízo de primeiro grau, na forma do art. 1.018, § 1º, do CPC, intime-se o agravante para manifestar acerca da perda do objeto.
Serve a presente decisão como mandado/ofício/carta.
Cumpridas as referidas providências, voltem-me conclusos para análise do mérito.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, data da assinatura eletrônica.
Desembargador Miguel Monico Neto
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Miguel Monico
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7009764-93.2023.8.22.0001
Classe: Apelação Cível
Polo Ativo: PARIS INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA
ADVOGADOS DO APELANTE: BRENO DIAS DE PAULA, OAB nº RO399A, ALINE DE ARAUJO GUIMARAES LEITE, OAB nº RO10689A
Polo Passivo: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO APELADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vistos.
Nos termos da certidão do Departamento de Distribuição, denota-se que, em relação aos autos principais, há recurso anterior, o qual foi distribuído à relatoria do Desembargador Hiram Souza Marques.
Dessa forma, em conformidade com o disposto no art. 142 do Regimento Interno desta e. Corte, é o caso de se realizar a redistribuição por prevenção do presente recurso.
Isso posto, declino da competência.
Encaminhe-se os autos à Vice-Presidência para as providências que entender cabíveis.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, data da assinatura digital.
Desembargador Miguel Monico Neto
Relator

COORDENADORIA CRIMINAL

Secretaria Judiciária do Segundo Grau
Coordenadoria Criminal da Central de Processos Eletrônicos de Segundo Grau
1ª CÂMARA CRIMINAL
ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 30/06/2023
Processo: 7006759-97.2022.8.22.0001 Apelação
Origem: 7006759-97.2022.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara Criminal
Apelante: Douglas Mello de Oliveira
Advogado: Dielson Rodrigues Almeida (OAB/RO 10628)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 15/12/2022
Impedimento: Des. Francisco Borges Ferreira Neto
DECISÃO: "APELAÇÃO NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".
EMENTA: Apelação criminal. Porte ilegal de arma de fogo. Munições. Autoria. Materialidade. Comprovação. Absolvição. Não reconhecimento. Sentença mantida.
1. O crime de porte de arma de fogo é delito de mera conduta e de perigo abstrato, consumando-se com o simples ato de levar a arma consigo, uma vez que se presume a ofensividade ao bem jurídico tutelado.
2. Impõe-se a condenação se se encontram comprovadas a autoria e a materialidade do delito de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
3. O depoimento de agentes estatais (policiais) tem força probante, sendo meio de prova válido para fundamentar a condenação, mormente se colhido em juízo, com a observância do contraditório, e em harmonia com os demais elementos de prova.

Secretaria Judiciária do Segundo Grau
Coordenadoria Criminal da Central de Processos Eletrônicos de Segundo Grau
1ª CÂMARA CRIMINAL
ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 30/06/2023
Processo: 0000500-06.2021.8.22.0014 Apelação
Origem: 0000500-06.2021.8.22.0014 Vilhena/1ª Vara Criminal
Apelante: Isaias de Paulo
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 03/05/2022
Redistribuído por prevenção em 14/10/2022
DECISÃO: "AFASTADA A ALEGADA ILICITUDE DAS PROVAS. NO MÉRITO, APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. TUDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".
EMENTA: Apelação crime. Maus tratos a animais (art. 32 da Lei n. 9.605 /98). Alegação de prova ilícita. Ofensa ao princípio constitucional da inviolabilidade de domicílio. Entrada de policiais sem autorização. Não acolhimento. Flagrante de crime permanente. Autoria. Materialidade. Comprovação nos autos. Laudo de constatação. Testemunhos dos policiais militares. Animais em estado degradante. Dolo evidenciado. Acervo probatório suficiente. Manutenção da condenação. Dosimetria. Culpabilidade acentuada. Fração 1/6.
1. Considerando que o crime de maus tratos a animais é permanente em que há prolongamento do estado de flagrância, é possível a entrada de policiais sem autorização do proprietário do imóvel, consoante entendimento do art. 303 do Código de Processo Penal, constituindo-se na exceção ao princípio de inviolabilidade de domicílio previsto no art. 5º da Constituição Federal.
2. Mantém-se a condenação da ré pelo delito de maus tratos a animais diante do robusto acervo probatório existente nos autos, principalmente pelas declarações das testemunhas e do laudo de constatação, que demonstram suficientemente a prática da conduta delituosa.
3. É evidente que a apelante tinha pleno conhecimento das condutas praticadas e agiu com dolo, uma vez que os animais se encontravam em ambiente inapropriado, onde não havia água nem comida para eles.
4. A circunstância judicial atinente à culpabilidade diz respeito ao grau de censurabilidade da conduta, e não à natureza do crime. O réu deixou quatro animais em ambiente sem água e alimentação, suportando sofrimento físico em decorrência dos ferimentos. Dessa forma, o grau de censurabilidade da conduta é acentuado, ultrapassou, e muito, o tipo penal.
5. Em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, entende-se que a exasperação da pena-base pela existência de circunstâncias judiciais negativas deve seguir o parâmetro da fração de 1/6 para cada circunstância judicial negativa (STJ - AgRg no AREsp 1823762 PR 2021/0023943-9, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgamento 22/06/2021 - Quinta Turma, publicação DJe 28/06/2021).

Secretaria Judiciária do Segundo Grau
Coordenadoria Criminal da Central de Processos Eletrônicos de Segundo Grau
1ª CÂMARA CRIMINAL
ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 10/07/2023
Processo: 0000075-84.2018.8.22.0013 Apelação
Origem: 0000075-84.2018.8.22.0013 Cerejeiras/2ª Vara Genérica
Apelante: A. D. de S. M.

Advogado: Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089)
Apelante: E. F. de S.
Advogado: Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089)
Advogada: Valdete Minski (OAB/RO 3595)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 28/12/2021
Redistribuído por prevenção em 21/01/2022
Retirado de julgamento em 07/07/2022
Retirado de julgamento em 28/07/2022
Retirado de julgamento em 22/09/2022
Retirado de julgamento em 02/02/2023
DECISÃO: "PRELIMINAR REJEITADA. NO MÉRITO, APELAÇÃO NÃO PROVIDA. TUDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".
EMENTA: Apelação. Crime de Quebra de Segredo da Justiça. (Art. 10, Lei nº9296/96). Falso Testemunho. Materialidade e Autoria. Conjunto Probatório Harmônico. Print whatsapp. Indício.
Comprovada a autoria e a materialidade do crime descrito na denúncia, por meio de conjunto probatório sólido, não há que se falar em absolvição por insuficiência de provas.
Embora o Superior Tribunal de Justiça registre precedentes que relativizam a validade probatória de prints de conversas de Whatsapp, aqui não se está diante de uma prova em si, mas, sim, de indício que resultou, justamente, em medidas destinadas à obtenção de outras provas, que possam elucidar a ocorrência de crime.
O crime de falso testemunho é de natureza formal, consumando-se no momento da afirmação falsa a respeito de fato juridicamente relevante, aperfeiçoando-se quando encerrado o depoimento.

Secretaria Judiciária do Segundo Grau
Coordenadoria Criminal da Central de Processos Eletrônicos de Segundo Grau
1ª CÂMARA CRIMINAL
ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 10/07/2023
Processo: 7079977-61.2022.8.22.0001 Apelação
Origem: 7079977-61.2022.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara Criminal
Apelante: Jorge Luiz Santana Costa
Advogado: Jared Icary da Fonseca (OAB/RO 8946)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 08/11/2022
Redistribuído por prevenção em 16/11/2022
DECISÃO: "APELAÇÃO NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".
EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. DOSIMETRIA DA PENA. REDUÇÃO DA PENA-BASE. CIRCUNSTÂNCIA IMPUGNADA SEQUER FOI VALORADA NA SENTENÇA. NÃO ACOLHIMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO.
1. É destituído de fundamento o pedido de redução de pena-base ao mínimo legal quando o Apelante impugna circunstância judicial que sequer foi valorada na sentença.
2. Não há que se falar em redução da pena por entendê-la exacerbada, uma vez que o Magistrado bem sopesou as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal e fixou-a em obediência aos ditames legais.
3. Recursos não providos.

Secretaria Judiciária do Segundo Grau
Coordenadoria Criminal da Central de Processos Eletrônicos de Segundo Grau
1ª CÂMARA CRIMINAL
ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 30/06/2023
Processo: 7005292-02.2021.8.22.0007 Apelação
Origem: 7005292-02.2021.8.22.0007 Cacoal/2ª Vara Criminal
Apelante: Weliton da Silva Valesko
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 27/09/2022
DECISÃO: "APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".
EMENTA: Apelação criminal. Furto qualificado. Qualificadora do abuso de confiança. Configurada. Dosimetria da pena. Primeira fase. Circunstância judicial fundamentada inidoneamente. Necessidade de afastamento. Recurso parcialmente provido.
A qualificadora do abuso de confiança tem por escopo punir mais severamente o agente que se vale da relação de confiança e credibilidade nele depositada para conseguir, com maior facilidade, praticar o furto, como no presente caso.
Devem ser afastadas as circunstâncias judiciais valoradas de forma genérica e inidônea na primeira fase da dosimetria da pena, redimensionando a pena aplicada o quanto necessário.

Secretaria Judiciária do Segundo Grau
Coordenadoria Criminal da Central de Processos Eletrônicos de Segundo Grau
1ª CÂMARA CRIMINAL
ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 12/05/2023
Processo: 7005224-67.2021.8.22.0002 Apelação
Origem: 7005224-67.2021.8.22.0002 Ariquemes/2ª Vara Criminal
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: P. L. F.
Advogado: Sidnei Ribeiro de Campos (OAB/RO 5355)
Relator: DES. JORGE LEAL
Relator para acórdão: DES. ÁLVARO KALIX FERRO
Distribuído por sorteio em 05/07/2022
Pedido de vista formulado na sessão de julgamento realizada em 02/03/2023
Pautado em conformidade com o Art. 131, § 1º do RI/TJRO
Distribuído por sorteio em 27/09/2022
DECISÃO: "APELAÇÃO PROVIDA POR MAIORIA, NOS TERMOS DO VOTO-VISTA DO DESEMBARGADOR ÁLVARO KALIX FERRO, QUE LAVRARÁ O ACÓRDÃO. VENCIDO O RELATOR.".
EMENTA: Apelação criminal. Lesão corporal em contexto de violência doméstica e familiar (art. 129, §9° do Código Penal). Palavra da vítima corroborada pelas provas coletadas. Reforma da sentença. Apelo provido.
1. A palavra segura e coerente da vítima, sob o crivo do contraditório, corroborada pelos demais elementos de prova é suficiente para a condenação do acusado.
2. Apelo ministerial provido.
Secretaria Judiciária do Segundo Grau

Coordenadoria Criminal da Central de Processos Eletrônicos de Segundo Grau
1ª CÂMARA CRIMINAL
ACÓRDÃO
Data de JULGAMENTO: 30/06/2023
Processo: 0805111-40.2023.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 1000582-24.2015.8.22.0501 Porto Velho/Vara de Execuções e Contravenções Penais
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Valdeir Marcelino da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Distribuído por sorteio em 22/05/2023
DECISÃO: "AGRAVO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".
EMENTA: Agravo em execução penal. Progressão de regime. Multa não adimplida. Hipossuficiência. Declaração. Má-fé. Fraude. Indícios. Ausência. Requisitos objetivo e subjetivo. Cumprimento. Desprovimento.
1. Inexiste óbice à concessão da progressão de regime ao apenado que preenche os requisitos objetivo e subjetivo parametrizados na lei e, no caso do acolhimento de justificativa para o inadimplemento da multa penal, compete ao juízo de primeiro grau a devida análise a partir de elementos fáticos que venham a aferir a capacidade econômica do apenado para o pagamento devido, sendo a declaração de hipossuficiência suficiente a esse propósito, quando a irresignação do Ministério Público não vir acompanhada de indícios de fraude ou má-fé do declarante.
2. Recurso conhecido e não provido.

Secretaria Judiciária do Segundo Grau
Coordenadoria Criminal da Central de Processos Eletrônicos de Segundo Grau
1ª CÂMARA CRIMINAL
Processo n.: 7035835-69.2022.8.22.0001 - APELAÇÃO CRIMINAL (417) APELANTE: T. O. de C.
Advogados do(a) APELANTE: ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO - RO303-A, FELIPE AUGUSTO RIBEIRO MATEUS - RO1641-A, IRAN DA PAIXAO TAVARES JUNIOR - RO5087-A, JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117-A, PAULO BARROSO SERPA - RO4923-A
APELADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
Relator: Desembargador VALDECI CASTELLAR CITON
INTIMAÇÃO
Nos termos do Art. 600, §4º do CPP, ficam os Patronos do apelante T. O. de C. INTIMADOS a apresentarem as razões recursais, no prazo legal.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
VANESSA JACINTA DINON
CCRIM/CPE2G

Secretaria Judiciária do Segundo Grau
Coordenadoria Criminal da Central de Processos Eletrônicos de Segundo Grau
1ª CÂMARA CRIMINAL
Processo n.: 0001719-27.2020.8.22.0002 - APELAÇÃO CRIMINAL (417) APELANTE: EDVALDO VATRIN DA SILVA
Advogados do(a) APELANTE: HUGO HENRIQUE DA CUNHA - RO9730-A, ODAIR JOSE DOMINGOS - RO10252-A
APELADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
Relator: Desembargador JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL

INTIMAÇÃO
Nos termos do Art. 600, §4º do CPP, ficam os Patronos do apelante EDVALDO VATRIN DA SILVA INTIMADOS a apresentarem as razões recursais, no prazo legal.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
VANESSA JACINTA DINON
CCRIM/CPE2G

Número do processo: 0807436-85.2023.8.22.0000
Classe: Habeas Corpus Criminal
Polo Ativo: LUCAS PACHECO SOARES
ADVOGADO DO PACIENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: J. D. D. D. 1. V. D. T. D. J. D. C. D. P. V.
IMPETRADO SEM ADVOGADO(S)
D E C I S Ã O
Trata-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado por Diego César dos Santos, Defensor Público, em benefício de Lucas Pacheco Soares, figurando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Porto Velho que, em sede de reavaliação de prisão preventiva em atendimento ao art. 316 do CPP, manteve a prisão preventiva pela suposta prática dos crimes tipificados como tentativa de homicídio qualificado, dano e furto (artigos 121 , §2º , inciso II, c.c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal (1º fato), artigo 163, inciso IV, do Código Penal (2º fato), artigo 155, caput, do Código Penal, todos c/c art. 69 do mesmo diploma legal.).
Informa o impetrante que após o encerramento da instrução criminal em 21/11/2022, apresentou as alegações finais combinado com pedido de revogação de prisão preventiva, pugnando pela desclassificação do crime de tentativa de homicídio qualificado para crime diverso não doloso contra a vida, bem como a revogação da prisão preventiva com aplicação de outras medidas cautelares. Ao decidir, o juízo a quo pronunciou o paciente e, superada a fase do art. 422, do CPP, a sessão do Tribunal do Júri foi designada para o dia 22/11/2023, às 08h.
Alega que ante a situação fática, verifica-se desnecessária a manutenção do cárcere, sob alegação da existência de manifesta ilegalidade, pois a manutenção da prisão não se justifica ante a fundamentação, frisando que somente a existência de materialidade e autoria não são elementos aptos a manutenção da prisão, pautando-se apenas por haver supostos indícios, estando ausentes uma análise adequada dos requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal.
Aduz que na decisão que dá guarida à decretação da prisão preventiva, observa-se não haver risco à ordem pública, tampouco para instrução do processo, e muito menos para a aplicação da lei penal, visto que não ficou minimamente evidenciado tal risco, mas tão somente lastreada em motivação genérica.
Ao fim de seus argumentos, assevera que a obrigatoriedade da prisão cautelar não pode advir de um automatismo da lei ou da mera repetição judiciária dos vocábulos componentes do dispositivo legal, e sim do efetivo periculum libertatis, consignado em um dos motivos da prisão preventiva, quais sejam, a garantia da ordem pública ou econômica, a conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal (art. 312, CPP).
Com essas alegações requer a concessão de liminar para ver reconhecido o excesso de prazo e revogada a decisão que decretou a prisão preventiva, com a imediata expedição do alvará de soltura. Subsidiariamente, pugna pela liberdade clausulada. No mérito, requer a confirmação da liminar e a concessão da ordem visando se resguardar a liberdade do paciente até o julgamento.
É o suficiente ao relato.
A decisão inicial que homologou a prisão em flagrante e a converteu em preventiva, proferida em 10/05/2022, cuja fundamentação se deu por meio de gravação digital, não foi juntada restando ausente nos arquivos das audiências gravadas nos autos de origem (audiência de custódia - id ID 76687299).
Tal fato impede a adequada compreensão acerca das circunstâncias fático-jurídicas da espécie ou até mesmo o conhecimento do remédio jurídico, já que, sem a visualização da íntegra da decisão que decretou ou manteve a prisão preventiva do paciente, não é possível verificar seus fundamentos e, portanto, analisar se os requisitos estão preenchidos.
Tratando-se de remédio constitucional impetrado através de defesa técnica (defensoria pública) é sabido que cabe ao impetrante a correta instrução da petição inicial de habeas corpus por exigir tal ação prova pré-constituída, capaz de evidenciar de plano o constrangimento ilegal delineado na causa de pedir da peça vestibular.
Isto posto, faculto à parte impetrante complementar a documentação necessária à continuidade da análise deste habeas corpus, no prazo de 5 (cinco) dias, juntando a decisão que decretou a prisão preventiva e, se a fundamentação desta foi prolatada de forma oral em vídeo, proceda-se a juntada da referida mídia ou sua degravação na íntegra.
Atendida esta determinação, solicitem-se, com urgência, as informações da autoridade tida como coatora, que deverão ser prestadas no prazo de 48 horas, por e-mail CCRIM-CPE2G@tjro.jus.br, ou via malote digital ou outro meio expedito.
Ultimadas as diligências, retornem os autos conclusos para análise do mérito.
Expeça-se o necessário.
Intime-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Desembargador Jorge Luiz dos Santos Leal
Relator

Secretaria Judiciária do Segundo Grau
Coordenadoria Criminal da Central de Processos Eletrônicos de Segundo Grau
2ª CÂMARA CRIMINAL
Processo n.: 0807298-21.2023.8.22.0000 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO (426) RECORRENTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA RECORRIDO: GLEICIANE LOBATO DA SILVA Advogado do(a) RECORRIDO: MAURICIO BONI DUARTE AZEVEDO - RO6283-A
Relator: Desembargador FRANCISCO BORGES FERREIRA NETO
INTIMAÇÃO
Nos termos do Art. 600, §4º do CPP, fica(m) o(s) Patrono(s) do(a) recorrido(a) GLECIANE LOBATO DA SILVA , INTIMADO(S) a apresentar(em) as contrarrazões recursais, no prazo legal. Porto Velho, 17 de julho de 2023.
GEAN CARLOS ARRUDA LEMOS
CCRIM/CPE2G

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Criminal / Gabinete Des. Jorge Leal
Processo: 0015583-27.2019.8.22.0501 - APELAÇÃO CRIMINAL (417)
Relator: Des. JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Data distribuição: 24/10/2022 14:05:07
Polo Ativo: LEANDRO MENEZES BEZERRA e outros
Advogado do(a) APELANTE: DIMAS QUEIROZ DE OLIVEIRA JUNIOR - RO2622-A
Polo Passivo: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
Despacho
Em análise aos autos, extrai-se que o v. acórdão foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico Nacional, do Conselho Nacional de Justiça de 22.05.2023 e Diário da Justiça Eletrônico n. 94 de 23.05.2023, considerando-se como data da publicação o dia 25.05.2023, iniciando-se a contagem do prazo processual em 26.05.2023, primeiro dia útil seguinte à data considerada de publicação (artigo 224, §§ 2º e 3º do CPC, artigo 4º, §§ 3º e 4º, da Lei nº 11.419/2006, c/c artigo 6º, caput e §1).
O v. acórdão transitou em julgado em 13.06.2023 (ID n. 20169648 - Pág. 1) e os presentes embargos de declaração foram somente aviados em 27.06.2023, isto é, muito além do prazo de 02 (dois) dias, previsto no art. 619, do CPP.
Ante o exposto, por serem manifestamente intempestivos não conheço dos embargos de declaração opostos pela defesa de Leandro Menezes Bezerra, nos termos do art. 123, V, do RI/TJRO.
No mais, considerando o trânsito em julgado dos presentes autos (ID n. 20169648 - Pág. 1) e a imposição do regime inicial semiaberto na condenação do recorrente Leandro Menezes Bezerra, encaminhem-se o feito a origem para cumprimento do art. 23, da Resolução n. 417/2021.
Intime-se e cumpra-se.
Porto Velho, 11 de julho de 2023.
Desembargador Jorge Leal
Presidente em Substituição da 1ª Câmara Criminal

Secretaria Judiciária do Segundo Grau
Coordenadoria Criminal da Central de Processos Eletrônicos de Segundo Grau
2ª CÂMARA CRIMINAL
Processo n.: 7074052-84.2022.8.22.0001 - APELAÇÃO CRIMINAL (417) APELANTE: J. P. D. L. Advogado(a): JANDERKLEI PAES DE OLIVEIRA - RO6808-A Advogado(a): JOSE GOMES BANDEIRA FILHO - RO816-A Advogado(a): LUKAS MOTA DE JESUS - RO638-A APELADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA Relator: Desembargador FRANCISCO BORGES FERREIRA NETO
INTIMAÇÃO
Nos termos do Art. 600, §4º do CPP, fica(m) o(s) Patrono(s) do(a) apelante J. P. D. L. , INTIMADO(S) a apresentar(em) as razões recursais, no prazo legal.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Jorge Leal
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0806613-14.2023.8.22.0000
Classe: Agravo de Execução Penal
Polo Ativo: GUILHERME HENRIQUE DA SILVA COSTA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: CLEIA APARECIDA FERREIRA, OAB nº RO69A
Polo Passivo: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
D E C I S Ã O
Vistos etc.
Considerando o pedido de desistência recursal (id 20532383) no sentido de não mais ter interesse no prosseguimento do agravo, verifica-se, por via reflexa, o surgimento da ausência do interesse de agir, razão pela qual, não conheço do recurso, porque prejudicado pela perda do objeto.
Diante das razões expostas, com fulcro no artigo 123, inciso V do RI/TJRO, JULGO PREJUDICADO o recurso.
Publique-se.
Intime-se
Expeça-se o necessário.
Após o trânsito em julgado, com as baixas pertinentes, arquive-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Desembargador Jorge Luiz dos Santos Leal
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Criminal
Processo: 7000590-22.2021.8.22.0004
APELANTES: FABIANE CRISTINA VIEIRA FREIRE, GUILHERME FIDELIS SOUZA SILVA CABRAL
ADVOGADO DOS APELANTES: ODAIR JOSE DA SILVA, OAB nº RO6662A
APELADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto por FABIANE CRISTINA VIEIRA FREIRE e OUTRO, com fundamento no art. 105, inc. III, alínea “a”, da Constituição Federal, indicando como dispositivos legais violados os artigos 226 e 244, ambos do Código de Processo Penal.
O Acórdão recorrido restou assim ementado:
Apelação criminal. Tráfico. Associação para o tráfico. Nulidade. Busca pessoal. Inocorrência. Suspeita demonstrada. Materialidade. Autorias. Comprovação. Depoimento policial. Investigação pretérita. Conjunto probatório harmônico. Condenações mantidas. Pena-base. Mínimo legal. Atenuante da confissão espontânea. Não incidência. Súmula 231 do STJ. Minorante do §4º do art. 33 da Lei 11.343/06. Inaplicabilidade na espécie. Recurso não provido.
1. Inexiste nulidade se a busca pessoal decorrer de fundadas suspeitas de que os recorrentes estavam transportando expressiva quantidade de droga.
2. Mantêm-se as condenações por tráfico e associação para o tráfico de drogas se comprovadas a materialidade e autoria delitivas e as circunstâncias fáticas denotarem o mercadejo ilícito de forma habitualmente associada.
3. As circunstâncias atenuantes não podem conduzir a pena-base aquém do mínimo legal já aplicado, conforme a Súmula 231 do STJ.
4. A condenação pelo crime de associação para o tráfico impede a aplicação da minorante do §4º do art. 33 da Lei 11.343/06. Precedentes.
5. Recurso que se nega provimento.
Em suas razões, os recorrentes alegam que o Tribunal teria violado os artigos supracitados, uma vez que não teria declarado nula a busca pessoal, porquanto foi realizada com base em denúncia anônima. Ademais, alegam vícios no procedimento de reconhecimento fotográfico.
Contrarrazões pela não admissão do recurso e, no mérito, pelo não provimento deste.
Examinados, decido.
Quanto à tese de ocorrência de vícios no procedimento de reconhecimento fotográfico, observa-se que a admissão do recurso pressupõe o prequestionamento, exigindo-se que a tese recursal tenha sido objeto de pronunciamento por parte do Tribunal de origem, ainda que em via de embargos de declaração, o que não ocorreu no caso em tela. Desta forma, o recurso encontra óbice nas Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal (STJ - AgRg no AREsp: 1586859 MG 2019/0282744-2, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 06/02/2020, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 21/02/2020).
Ademais, verifica-se que a admissão do recurso esbarra no óbice da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual “a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”, tendo em vista que alterar as conclusões do acórdão no tocante à validade da abordagem policial depende de reanálise do conjunto fático probatório, vedado em sede de recurso especial. Nesse sentido:
PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INVASÃO DE DOMICÍLIO. OFENSA AO ART. 157, CAPUT E § 1º, DO CPP. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDADAS RAZÕES. DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA PARA AQUELA PREVISTA NO ART. 28 DA LEI 11.343/2006. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Demonstrada a fundada suspeita da prática de tráfico de drogas no local, afasta-se a alegada nulidade por violação de domicílio. No caso, policiais militares que efetuaram o flagrante receberam informações do Setor de Inteligência da Polícia Militar, acerca da existência do serviço de tele-entrega de drogas naquela localidade. Ao avistarem um dos acusados, saindo da residência de motocicleta, apreenderam em sua posse certa quantidade de cocaína. Na sequência, o agravante, ao perceber a chegada da guarnição, arremessou um pacote de conteúdo desconhecido em direção ao terreno adjacente, que, posteriormente localizado e entregue pelo vizinho, constatou-se conter mais cocaína. 2. Ressalte-se que, “de acordo com a jurisprudência predominante deste Superior Tribunal de Justiça, são válidos os depoimentos dos policiais em juízo, mormente quando submetidos ao necessário contraditório e corroborados pelas demais provas colhidas e pelas circunstâncias em que ocorreu o delito” (AgRg no Ag n. 1.336.609/ES, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 6/8/2013, DJe de 14/8/2013), assim como ocorrido no caso em apreço. [...] 4. Nesse contexto, a alteração do julgado, quanto ao ponto, somente seria possível a partir de uma nova análise do arcabouço fático e probatório dos autos, providência incompatível com a via estreita do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ. 5. Agravo regimental a que se nega provimento.(STJ - AgRg no AREsp: 2224461 SC 2022/0295307-7, Data de Julgamento: 07/03/2023, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 13/03/2023 - Destacou-se).
Ante o exposto, não se admite o Recurso Especial.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Criminal
Processo: 7009384-04.2022.8.22.0002
APELANTE: PABLO MIKAEL RAIKA SOUZA SANTOS
ADVOGADO DO APELANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
APELADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto por Pablo Mikael Raika Souza Santos, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea “a” da CF, contra acórdão exarado pela 1ª Câmara Criminal desta Corte, assim ementado:
APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. ABSOLVIÇÃO. FALTA DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. PALAVRA DAS VÍTIMAS. RECONHECIMENTOS FOTOGRÁFICOS. CONTEMPORANEIDADE.
A constatação de múltiplo reconhecimento das vítimas, em procedimento de reconhecimento contemporâneo aos fatos e próximo do ideal delineado pelo art. 226 do CPP, é prova suficiente para a condenação do acusado pelo crime de roubo.
Em suas razões, o recorrente aponta violação do art. 226, do CPP, alegando, em síntese, a fragilidade das provas acostadas aos autos, uma vez que sua condenação foi mantida com base exclusivamente em reconhecimento fotográfico realizado pela vítima, não corroborado por outras provas produzidas nos autos, motivo pelo qual pleiteia a absolvição.
Contrarrazões apresentadas pela inadmissibilidade do recurso.
Examinados, decido.

Em que pese a discussão acerca do caráter obrigatório ou não das formalidades previstas no artigo 226, do CPP, para o reconhecimento pessoal, verifica-se que o acórdão atacado decidiu nos termos do entendimento do STJ, haja vista que não utilizou o reconhecimento fotográfico realizado na esfera policial pelas vítimas como único fundamento para manter a condenação, mas também em outros elementos de prova (testemunhais e documentais), produzidos sob o crivo do contraditório.

Assim, à admissibilidade do recurso encontra óbice na Súmula 83/STJ, segundo a qual "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

A propósito:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO. NULIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 226 DO CPP. INOCORRÊNCIA. RECONHECIMENTOS PESSOAIS E FOTOGRÁFICO REALIZADOS EM SEDE EXTRAJUDICIAL DEVIDAMENTE RATIFICADOS EM JUÍZO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - Com efeito, "ainda que o reconhecimento do Réu na fase policial não tenha observado as disposições contidas no art. 226 do Código de Processo Penal, se for posteriormente ratificado pelas vítimas no curso da instrução judicial, não há falar em absolvição do Réu em decorrência da suscitada nulidade do procedimento, sendo plenamente válido para comprovar a autoria delitiva, especialmente quando aliado às demais provas constantes dos autos, como na hipótese em epígrafe" (AgRg no HC n. 608.756/SP, Sexta Turma, Relª. Minª. Laurita Vaz, DJe de 19/10/2020).

II - Como bem observado pelo acórdão recorrido, "a própria redação do art. 226, II, do CPP não exige a obrigatoriedade de a pessoa a ser reconhecida seja colocada ao lado de outras com características físicas semelhantes, mormente porque a redação do artigo refere-se à "possibilidade" e não a "obrigatoriedade" do cumprimento de tal regra. Assim, não se tratando de regra cogente, sua inobservância não pode gerar nulidade absoluta" (fl. 533), ainda mais porque devidamente ratificada em Juízo.

III - Dessa forma, tendo sido comprovada a participação do envolvido na empreitada criminosa pelo reconhecimento fotográfico, ratificado em juízo, e outras provas - depoimentos da vítima -, não há como afastar a condenação.

Agravo regimental desprovido. (STJ, 5ª Turma, AgRg no AREsp 1953126/RS, Rel. Min. JESUÍNO RISSATO (Desembargador Convocado), julgado em 19/10/2021 e publicado no DJe de 05/11/2021 – Destacou-se).

Além disso, ainda que se superasse tal óbice, à admissão do recurso especial esbarra no teor da Súmula 7/STJ, pois para alterar as premissas do acórdão recorrido quanto à materialidade, autoria e a comprovação, demandariam necessariamente aprofundado revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado, à espécie (STJ - REsp n. 2.000.868, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 15/06/2022).

Ante o exposto, não se admite o Recurso Especial.

Intime-se.

Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.

MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA

Presidente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Agravo de Execução Penal

Processo: 0811008-83.2022.8.22.0000

AGRAVANTE: LUAN GOMES BARROS

ADVOGADO DO AGRAVANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

AGRAVADO: M. (. P. D. R.

ADVOGADO DO AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por LUAN GOMES BARROS, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, indicando violação ao artigo 86, I, do Código Penal e artigo 142 da Lei 7.210/84.

Insurge-se o recorrente em face de acórdão assim ementado:

Agravo de Execução Penal. Livramento Condicional. Revogação do benefício. Condenação por novo crime. Alteração da data-base.

1. Como é cediço, a prática de novo crime no curso do livramento condicional é causa de revogação do benefício e não do reconhecimento de falta grave. São institutos que não se confundem.

2. Nos termos do art. 88 do Código Penal, a revogação do livramento condicional por crime cometido no gozo do benefício, tem por consequência a perda dos dias em que o apenado esteve liberado, não se aplicando os consectários da falta grave.

3. É firme na jurisprudência deste Tribunal, bem como na do Superior Tribunal de Justiça, o entendimento de que a última prisão/recaptura efetuada é o marco temporal para a obtenção dos novos benefícios na execução de pena.

4. Na hipótese, a data-base deve ser a data da prisão pelo novo crime, não por se tratar de falta grave, mas por ser o último incidente na execução (retorno ao cumprimento de pena).

5. Agravo não provido.

O recorrente sustenta que o crime praticado durante o gozo de livramento condicional não tem o condão de gerar os efeitos próprios da prática de falta grave, não havendo, portanto, a interrupção da contagem para fins de progressão de regime.

Afirma ainda que deve ser mantida a data-base para o cálculo da progressão de regime utilizada anteriormente, qual seja, 12/09/2019, quando atingiu o requisito objetivo para a progressão de regime.

Contrarrazões pela não admissão e, no mérito, pelo desprovimento do recurso.

É o relatório, decido.

Na espécie, verifica-se que este Tribunal decidiu no sentido de ser considerada a data da última prisão ou a data da última infração disciplinar para a progressão de regime.

O acórdão recorrido, portanto, está em harmonia com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO. LIVRAMENTO CONDICIONAL. TERMO INICIAL PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. DATA DA PRISÃO EM FLAGRANTE. INVIABILIDADE. DATA DA ÚLTIMA PRISÃO. INÍCIO DO CUMPRIMENTO DE PENA.

1. O acórdão impugnado está em harmonia com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual, seja no caso de unificação de penas, ou de crime único, deve ser considerada, para obtenção de futuros benefícios carcerários, a data da última prisão, sob pena de se proclamar, como pena efetivamente cumprida, o período em que ele permaneceu em liberdade.

2. No caso, o recorrente fora preso em flagrante em 15/12/2015 e solto diversas vezes durante as instruções de ações penais em curso. Em 26/10/2018, foi preso novamente para dar início ao cumprimento da pena.
3. Agravo regimental improvido.
(AgRg no HC n. 756.257/GO, relator Ministro Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do TJDFT), Sexta Turma, julgado em 27/3/2023, DJe de 31/3/2023 – Destacou-se).
Desse modo, a conclusão alcançada por esta Corte no presente processo encontra-se em conformidade com a jurisprudência consolidada pela Corte Superior, tendo em vista que este Tribunal se absteve de modificar a data-base, mantendo-a na data do último incidente na execução da pena, logo, a admissibilidade do recurso encontra óbice na Súmula 83/STJ.
Além disso, ainda que se superasse tal questão, observa-se que o recurso não preenche os requisitos de admissibilidade quanto a indicação de violação aos arts. 86, inciso I, do CP e 142, da Lei de Execução Penal, isso porque, o recorrente deixou de demonstrar de modo claro e fundamentado de que forma o acórdão teria afrontado tais dispositivos.
Assim, tendo em vista que o aresto recorrido se manteve intocado, o seguimento do recurso especial encontra óbice nas Súmulas 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicadas por analogia ao recurso especial (STJ - AgInt no AREsp: 1341810 SP 2018/0199466-1, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 14/05/2019, T4- QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 22/05/2019).
Ante o exposto, não se admite o Recurso Especial.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Criminal
Processo: 1000962-67.2017.8.22.0019
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
APELADO: MATHEUS MAYAN TRINDADE DA SILVA
ADVOGADO DO APELADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de Recurso Especial interposto por MATHEUS MAYAN TRINDADE DA SILVA, com fundamento no art. 105, inc. III, alínea “a”, da Constituição Federal, indicando como dispositivos legais violados os artigos 59 do Código Penal.
O acórdão recorrido restou assim ementado:
APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. CABIMENTO. CULPABILIDADE NEGATIVA. PREMEDITAÇÃO. PERSONALIDADE. PISTOLEIRO. RECURSO DA ACUSAÇÃO PROVIDO.
1. A premeditação do delito demonstra maior reprovabilidade na conduta, sendo cabível o aumento da pena-base em razão da valoração negativa da culpabilidade sob esse fundamento.
2. Muito embora não seja cabível a utilização de antecedentes para desabonar a circunstância judicial da personalidade (Tema repetitivo 1077), depreende-se que o apelado é pistoleiro homicida, o que é comprovado por já responder a outros processos de homicídio e, inclusive, terem-no buscado em outra cidade para a prática do presente fato, evidenciando personalidade distorcida e perigosa.
O recorrente aponta violação ao artigo 59 do CP, sustentando ter ocorrido a inadequada valoração das circunstâncias judiciais que norteiam a fixação da pena-base.
Requer a diminuição da pena ao mínimo legal.
Contrarrazões pela não admissão do recurso e, no mérito, pelo seu desprovimento.
É o relatório. Decido.
No que se refere à alegada violação ao artigo 59 do CP, a admissão do recurso esbarra no óbice da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual “a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”, tendo em vista que alterar as conclusões do acórdão no tocante aos requisitos para fixação da pena base dependeria de reanálise do conjunto fático probatório, vedado em sede de recurso especial. A propósito:
RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. DELITO DE ROUBO. EMPREGO DE ARMA BRANCA. LEI N. 13.654/2018. REVOGAÇÃO DO INCISO I, DO § 2º, DO ART. 157, DO CÓDIGO PENAL ? CP. NOVATIO LEGIS IN MELLIUS. NÃO CONFIGURAÇÃO DE CAUSA DE AUMENTO. USO DO FUNDAMENTO PARA ALTERAÇÃO DA PENA-BASE. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO. TRANSPOSIÇÃO VALORATIVA OU DETERMINAÇÃO NESSE SENTIDO. IMPOSSIBILIDADE. DISCRICIONARIEDADE DO JULGADOR. CIRCUNST NCIAS DO CASO CONCRETO. NÃO CONTRARIEDADE AOS ENTENDIMENTOS EXTERNADOS. DESPROVIMENTO DO RECURSO. FIRMAMENTO DAS TESES. RECURSO DESPROVIDO.
[...] 2.2. A revisão das sanções impostas só é admissível em casos de ilegalidade flagrante, consubstanciadas no desrespeito aos parâmetros legais fixados pelo art. 59, do CP, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório dos autos, que está intimamente atrelado à avaliação do melhor juízo, àquele mais atento às peculiaridades do caso concreto, sob pena de incidência da Súmula n. 7/STJ. [...] 3. Recurso especial desprovido.
(STJ - REsp: 1921190 MG 2021/0036401-9, Data de Julgamento: 25/05/2022, S3 - TERCEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 27/05/2022 - Destacou-se).
Ante o exposto, não se admite o Recurso Especial.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Criminal
Processo: 0000358-10.2018.8.22.0013
APELANTE: NILDO DOMINGOS DA COSTA
ADVOGADO DO APELANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
APELADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA

ADVOGADO DO APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto por NILDO DOMINGOS DA COSTA, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a", da Constituição Federal, em que aponta violação aos arts. 155, § 4º e 345 do Código Penal.
O Acórdão recorrido restou com a seguinte ementa:
Apelação Criminal. Furto Qualificado. Desclassificação para Exercício Arbitrário das Próprias Razões. Conjunto probatório harmônico. Impossibilidade. Isenção da pena de multa. Impossibilidade. Recurso não provido.
1. Mantida a condenação por furto quando a conduta praticada se amolda ao tipo penal, portanto descabida a desclassificação para o crime de Exercício Arbitrário das Próprias Razões.
2. Inviável a desclassificação do delito quando presentes elementos de convicção coletados nos autos harmônicos e seguros a evidenciar a prática do crime em julgamento.
3. A pena de multa no crime de furto é sanção prevista legalmente para ser aplicada cumulativamente com a pena privativa de liberdade, sendo inadmissível sua exclusão. A eventual insuficiência financeira do apelante pode ser objeto de apreciação pelo juízo da execução, que examinará as condições socioeconômicas para o seu pagamento.
4. Recurso não provido.
Em suas razões, o recorrente alega que o acórdão atacado violou os dispositivos indicados, uma vez que é possível a desclassificação do crime de furto qualificado (art. 155, § 4º, II do CP) para o crime de exercício arbitrário das próprias razões, previsto no art. 345 do CP.
Contrarrazões pela não admissão e, no mérito, pelo desprovimento do recurso.
Examinados, decido.
Quanto à indicada violação aos arts. 155, § 4º e 345 do CP, sobre a tese de possibilidade de desclassificação da condenação para o delito de exercício arbitrário das próprias razões, o Tribunal consignou o entendimento de que:
[...]
A despeito disso, a Defesa técnica insiste que a conduta praticada não se amolda à descrição do crime de furto, aduzindo que houve na prática o exercício arbitrário das próprias razões.
A tese, todavia, não merece prosperar, pois conforme se pode observar pelas declarações acima, tanto a vítima quanto a testemunha Nildo, ouvidas em juízo, confirmaram que o acusado subtraiu as madeiras sem a permissão do gerente ou dono da propriedade.
O art. 345, do Código Penal, dispõe que: "Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite.
Tal artigo não se amolda ao presente caso, pois embora o réu tenha argumentado que levou os bens em troca de serviços prestados na fazenda, essa alegação encontra-se isolada nos autos. Portanto, não fez justiça pelas próprias mãos para satisfazer pretensão sua, descabida a desclassificação do delito de furto.
[...]
Nessa linha, a alteração dessa conclusão somente seria possível mediante o reexame do conjunto fático-probatório, de modo que o seguimento do recurso encontra óbice na Súmula 07 do Superior Tribunal de Justiça segundo a qual "a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial", a propósito:
PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 155 E 168, AMBOS DO CP. FURTO QUALIFICADO PELO ABUSO DE CONFIANÇA. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Tendo as instâncias ordinárias concluído pela ocorrência de crime de furto qualificado pelo abuso de confiança - uma vez que a ré não detinha a posse desvigiada dos valores subtraídos da conta da vítima - inviável na seara do recurso especial infirmar tal conclusão, pois seria necessário o reexame de fatos e provas, providência incabível. Incidência da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp: 1702407 SP 2017/0256595-5, Relator: Ministro RIBEIRO DANTAS, Data de Julgamento: 17/04/2018, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/04/2018 - Destacou-se).
Ante o exposto, não se admite o recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Criminal
Processo: 7000491-92.2021.8.22.0023
APELANTES: GENIVAL DE SOUZA TEMOTEO, UEDSON GOMES DA SILVA
ADVOGADOS DOS APELANTES: VANDERLEI KLOOS, OAB nº RO6027A, EVANDRO JOEL LUZ, OAB nº RO7963A
APELADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recurso especial, interposto por Genival de Souza Temoteo, com fulcro no art. 105, III, alínea "a" e "c", da Constituição Federal, que aponta como dispositivo violado os artigos 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006 e 159, §1º e §2º do Código de Processo Penal.
O acórdão recorrido restou com a seguinte ementa:
Apelação Criminal. Tráfico de drogas. Recurso da defesa. Ilegalidade da transcrição de dado extraído de celular feito por agente policial. Inexistência. Materialidade e autoria do proprietário do caminhão comprovadas. Minorante especial do § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06. Grande quantidade de entorpecente descabimento. Recurso do proprietário do caminhão não provido. Apelação do corréu. Motorista do caminhão. Droga encontrada muito bem escondida entre os trilhos do caminhão conduzido pelo réu, contratado unicamente para transportar o veículo. Alegado desconhecimento da existência da droga. Dúvida razoável, considerando os depoimentos dos policiais. Absolvição necessária.

1. Conforme precedente desta Corte, a simples transcrição de mensagem de texto e degravação de áudios extraídos de aparelho celular não configura ato de perícia a exigir seja realizado perito oficial com diploma superior, podendo ser realizado pela própria autoridade policial ou pelo agente de polícia civil.
2. Mantém-se a condenação do proprietário do caminhão por tráfico de drogas quando comprovadas a materialidade e autoria delitivas e as circunstâncias fáticas denotarem o mercadejo ilícito de forma habitualmente associada.
3. Na esteira dos precedentes deste Sodalício, na hipótese de o réu caracterizar-se como transportador de grande quantidade de substância entorpecente (33kg de cocaína), aliado às mensagens extraídas de seu aparelho celular, não se mostra plausível o reconhecimento dos requisitos "não participar de organização criminosa" e "não se dedicar a atividades criminosas", impossibilitando, portanto, o deferimento do privilégio previsto no § 4º do artigo 33 da Lei n. 11.343/2006.
4. A utilização simultânea da quantidade do entorpecente, em uma das etapas da dosimetria da pena e no momento de estabelecer o regime inicial de cumprimento da reprimenda, não configura bis in idem, podendo o regime fechado ser mantido em razão da vultosa quantidade de entorpecente apreendida. Precedentes.
5. O motorista do caminhão contratado exclusivamente para transportar o veículo, que alega desconhecimento da droga escondida no caminhão, aliado aos depoimentos policiais que atestam este fato, a declaração do corréu (proprietário do caminhão) que o isenta da culpa e a ausência de mensagens comprometedoras em seu aparelho celular, traz dúvida sobre o dolo do agente, de modo que a absolvição do apelante é medida que se impõe, em razão do princípio do in dubio pro reo.
Em suas razões, o recorrente indica violação ao artigo 159, §§ 1º e 2º, do CPP, ao argumento de que houve ilegalidade na extração dos dados telemáticos, uma vez que o laudo foi elaborado por peritos não oficiais, e sem termo de compromisso.
Pleiteia a absolvição, uma vez que restou comprovado a ausência de dolo na prática do tráfico.
Subsidiariamente, pleiteia a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no §4º, do art. 33, da Lei de Drogas.
Pleiteia ainda a aplicação da pena no mínimo legal, a conversão da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos e a devolução dos bens apreendidos.
Contrarrazões pela não admissão do recurso e, no mérito, pelo seu desprovimento.
Examinados, decido.
A respeito da alegava violação ao artigo 159, §§1º e 2º do CPP, verifica-se que o tribunal concluiu que é descabida a alegação de nulidade nas degravações ou traduções dos diálogos interceptados, uma vez que a extração dos dados foi precedida de autorização judicial, bem como de que a simples transcrição de mensagem de texto e degravação de áudios extraídos de aparelho celular não configura ato de perícia a exigir seja realizado perito oficial com diploma superior.
Nesse sentido, este Tribunal de Justiça decidiu em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:
PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. CONDENAÇÃO. FARTO CONJUNTO PROBATÓRIO. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. LAUDO DE DEGRAVAÇÃO. PERITOS OFICIAIS. ART. 159 DO CPP. IRREGULARIDADES NÃO DEMONSTRADAS. PRECLUSÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO NO MOMENTO OPORTUNO. ART. 563 DO CPP E SÚMULA 523/STF. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. ORDEM DENEGADA. [...] 2. "É válida a prova obtida por meio de interceptação de comunicação telefônica, quando a autoridade policial observa todos os requisitos exigidos pela Lei n. 9.269/1996, que, ressalte-se, não determina que a degravação das conversas interceptadas seja feita por peritos oficiais" (HC n. 66.967/SC). 3. Resta preclusa a matéria não impugnada no momento oportuno, não havendo alegar nulidade, especialmente quando não demonstrado o efetivo prejuízo (art. 563 do CPP e Súmula 523/STF). 4. Ordem denegada. (HC n. 136.096/RJ, Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJe 7/6/2010)
Por conseguinte, o seguimento do recurso especial encontra óbice na Súmula 83 do Superior Tribunal de Justiça segundo a qual "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".
Além disso, o seguimento do recurso especial encontra óbice na Súmula 07 do Superior Tribunal de Justiça segundo a qual "a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial", tendo em vista que alterar as conclusões do julgado, a fim de afim de albergar o pleito de aplicação da causa de diminuição de pena, enseja o reexame do conteúdo probatório dos autos.
A propósito:
AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. VIOLAÇÃO DO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. PLEITO DE AFASTAMENTO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA. REQUISITOS ATESTADOS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AFASTAMENTO. INVIABILIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. 1. Consta do combatido aresto que, no presente caso, o apelante é primário e não possui maus antecedentes, sendo que, ainda que não tenha comprovado o exercício de trabalho lícito, bem como, tenha sido, agora, condenado pela prática do delito de tráfico de drogas, tais fatos não são hábeis, por si só, para comprovar que ele habitualmente se dedica a atividades criminosas. [...] Assim, preenchidos os requisitos do referido artigo, o apelante faz jus à causa de diminuição de pena, não restando demonstrado nos autos que ele se dedica a atividades criminosas. 2. De rigor, a aplicação do óbice contido no citado enunciado sumular, porquanto, tendo a Corte de origem concluído que o agravado preenchia os requisitos para se beneficiar da causa de diminuição do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, notadamente pela não dedicação a atividades criminosas, é inviável entender de modo diverso, dada a necessidade de revisão de elementos fático-probatórios, vedada nesta via recursal. 3. Mutatis mutandis: assentado pela instância antecedente, soberana na análise dos fatos, que o recorrente se dedica a atividade criminosa, a alteração desse entendimento - para acolher a pretensão de incidência da causa de diminuição do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 - encontra óbice no Enunciado Sumula n. 7 desta Corte, pois a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial (AgRg no REsp n. 1.780.993/RO, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 19/2/2019). 4. Agravo regimental improvido.
(STJ - AgRg no REsp: 1783939 PR 2018/0322633-5, Relator: Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Data de Julgamento: 23/04/2019, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/05/2019)
Acerca dos pedidos de absolvição, de aplicação da pena no mínimo legal, de conversão da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos e de devolução dos bens apreendidos, verifica-se que o recorrente deixou de indicar quais dispositivos da lei federal supostamente teriam sido violados.
Em que pese ter mencionado em suas razões recursais os artigos 386, VI, do CPP e 20, do CP, o recorrente não apontou estes como violados pelo Acórdão.
Não obstante, o conhecimento do apelo especial pela alínea "c" exige a demonstração do dissídio jurisprudencial, por meio da realização do indispensável cotejo analítico, para demonstrar a similitude fática entre o v. acórdão recorrido e o eventual paradigma, consoante determina o art. 255, § 2º, do RISTJ, o que não foi observado pelo recorrente.
Nessa linha de raciocínio, o seguimento do recurso encontra óbice na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Precedente do STJ - AgInt no REsp: 1860286 RO 2020/0024697-0, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Data de Julgamento: 10/08/2020, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/08/2020.
Não é demais consignar que a Súmula 284 do STF aplica-se ao recurso especial porquanto trata-se de recurso de natureza extraordinária (STJ - AgInt no AREsp: 1341810 SP 2018/0199466-1, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 14/05/2019, T4-QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 22/05/2019).
Ante o exposto, não se admite o recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Agravo de Execução Penal
Processo: 0801648-90.2023.8.22.0000
AGRAVANTE: HEMITON MIRANDA FAGUNDES
ADVOGADO DO AGRAVANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
AGRAVADO: M. (. P. D. R.
ADVOGADO DO AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto por Hemiton Miranda Fagundes, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea “a”, da CF, contra acórdão exarado pela 2ª Câmara Criminal desta Corte, assim ementado:
Agravo Interno. Agravo de execução conhecido e não provido monocraticamente. Extinção de punibilidade. Ausência de pagamento de multa ou comprovação de impossibilidade em fazê-lo. Agravo interno não provido.
1. O agravante pretende rediscutir matéria já decidida por meio de decisão monocrática que negou provimento ao agravo em execução, referente à não declaração de extinção de punibilidade do agravante pelo juízo da execução, ante ausência de comprovação do pagamento de multa ou impossibilidade em fazê-lo.
2. Caso em que a decisão monocrática está de acordo com pacífica jurisprudência do TJRO e STJ (Tema 931).
3. Agravo interno não provido.
Em suas razões, o recorrente alega violação do art. 51 do CP, sob a assertiva que este Tribunal não considerou a extinção da punibilidade da pena de multa.
Acrescenta que os elementos demonstram por si só, que não tem condições de efetuar o pagamento, tendo em vista que foi assistido desde o início pela Defensoria Pública, presumindo-se sua hipossuficiência.
Contrarrazões apresentadas pelo não provimento do recurso.
Examinados, decido.
A admissibilidade do recurso esbarra na Súmula 83/STJ, uma vez que o acórdão recorrido seguiu entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que é incabível declarar a extinção da punibilidade pelo cumprimento integral de pena privativa de liberdade quando pendente o pagamento de multa criminal.
A propósito:
PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO INTEGRAL DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. PENDÊNCIA DE PAGAMENTO DE MULTA CRIMINAL. IMPOSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADI N. 3.150/DF. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DECISÃO MANTIDA.
1. À luz do art. 5º, XLVI, da Constituição Federal, a multa, ao lado da privação de liberdade e de outras restrições - perda de bens, prestação social alternativa e suspensão ou interdição de direitos -, é espécie de pena aplicável para retribuir e prevenir a prática de crimes, não perdendo a natureza de sanção penal (STF, ADI n. 3.150/DF).
2. Incabível declarar a extinção da punibilidade pelo cumprimento integral de pena privativa de liberdade quando pendente o pagamento de multa criminal.
3. Mantém-se integralmente a decisão agravada cujos fundamentos estão em conformidade com o entendimento do STJ.
4. Agravo regimental desprovido.
(AgRg no AgRg no REsp n. 1.866.188/SP, relator Ministro João Otávio de Noronha, Quinta Turma, julgado em 18/5/2021, DJe de 21/5/2021 – Destacou-se).
Além disso, o acolhimento da pretensão recursal de reconhecimento da hipossuficiência do recorrente demandaria a reanálise do conjunto fático-probatório, providência vedada em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ (STJ - AgRg no AREsp: 2206174 SP 2022/0284796-2, Data de Julgamento: 07/02/2023, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 13/02/2023).
Ante o exposto, não se admite o recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Criminal
Processo: 1001071-72.2017.8.22.0022
APELANTE: SAULO BORGES DA SILVA
ADVOGADO DO APELANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
APELADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto por SAULO BORGES DA SILVA, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea “a”, da Constituição Federal, em que se aponta como dispositivo legal violado o artigo 386, VII, do Código de Processo Penal.
Insurge-se o recorrente em face de acórdão assim ementado:
Apelação criminal. Furto. Repouso noturno. Reincidência. Absolvição. Depoimento de policiais. Fragilidade Probatória. Condenação mantida. Apelo não provido.
1- Alega a inexistência de indícios comprobatórios mediante a fragilidade das provas, sob o argumento de que a condenação foi baseada única e exclusivamente nos depoimentos da vítima, dos outros acusados e dos policiais militares.
2- São válidos os depoimentos dos policiais envolvidos com a ação investigativa, e revestidos de eficácia probatória, mormente quando em harmonia com as demais provas e confirmados em juízo, sob a garantia do contraditório.
3- A mera declaração de inocência do acusado em contradição com o lastro probatório não é suficiente para a absolvição.
O recorrente aponta violação ao artigo 386, VII, do CPP, pleiteando a sua absolvição, ao argumento de que as provas constantes nos autos, referente à autoria delitiva, não são suficientes para o decreto condenatório.
Contrarrazões pela não admissão e, no mérito, pelo desprovimento do recurso.
É o relatório. Decido.
O seguimento do recurso especial encontra óbice na Súmula 07 do Superior Tribunal de Justiça segundo a qual “a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”, tendo em vista que a desconstituição do julgado, por ausência de provas, necessariamente perpassa pelo reexame do conjunto fático probatório, inviável na via eleita. A propósito:
PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO. ABSOLVIÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. REINCIDÊNCIA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Para alterar a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias e decidir pela absolvição por insuficiência de provas, demandaria, necessariamente, revolvimento do acervo fático-probatório delineado nos autos, procedimento que encontra óbice na Súmula 7/STJ, que dispõe: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.” 2. A jurisprudência desta Quinta Turma reconhece que o princípio da insignificância não tem aplicabilidade em casos de reiteração da conduta delitiva, salvo excepcionalmente, quando as instâncias ordinárias entenderem ser tal medida recomendável diante das circunstâncias concretas do caso, o que não se infere na hipótese em apreço, máxime por se tratar de réu reincidente. Precedentes. 3. Agravo regimental não provido.
(STJ - AgRg no AREsp: 598573 DF 2014/0271026-5, Relator: Ministro RIBEIRO DANTAS, Data de Julgamento: 16/02/2017, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/02/2017)
Ante o exposto, não se admite o recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Agravo de Execução Penal
Processo: 0800315-06.2023.8.22.0000
AGRAVANTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AGRAVADO: MARCOS VINICIUS CHAVES DA CRUZ
ADVOGADO DO AGRAVADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
A controvérsia contida nos autos trata da necessidade de comprovação do adimplemento da pena de multa ou da impossibilidade de fazê-lo para a concessão da progressão de regime.
A tese arguida no recurso especial encontra-se em discussão no Superior Tribunal de Justiça, em regime de recursos repetitivos pendentes de julgamento, Recursos Especiais n. 1959907/SP e 1960422/SP, TEMA 1152/STJ cuja questão submetida a julgamento se trata de “Definir se o adimplemento da pena de multa imposta cumulativamente na sentença condenatória também constitui requisito para deferimento do pedido de progressão de regime”, cuja tese resultante repercutirá no julgamento do presente recurso.
Desse modo, diante da pendência de julgamento do TEMA 1152/STJ, determino a baixa dos autos ao Departamento, onde deverá permanecer sobrestado até o pronunciamento final pela Corte Superior, nos termos do artigo 1.030, III, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Criminal
Processo: 0000400-25.2019.8.22.0013
APELANTE: WILLYAN BARBOSA LIMA
ADVOGADO DO APELANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
APELADO: M. (. P. D. R.
ADVOGADO DO APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto por Willyan Barbosa Lima, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea “a”, da CF, contra acórdão exarado pela 1ª Câmara Criminal desta Corte, assim ementado:

Apelação. Posse de arma de fogo. Mandado de busca e apreensão. Irregularidades. Crime de natureza permanente. Irregularidades não comprovadas. Conduta típica. Súmula 231 Do STJ. Ausência dos requisitos. Afastamento da pena de multa. Hipossuficiência. Inviabilidade. Recurso não provido.
1. Em se tratando de crimes de natureza permanente, como é o caso da posse irregular e posse ilegal de arma de fogo, mostra-se prescindível o mandado de busca e apreensão para que os policiais adentrem o domicílio de quem esteja em situação de flagrante delito, não havendo que se falar em eventuais ilegalidades relativas ao cumprimento da medida.
2. Não há que se falar em ilicitude de provas, quando não comprovada qualquer irregularidade na busca realizada na residência do réu.
3. O crime de posse de arma de fogo é de perigo abstrato, razão pela qual é dispensável, para sua configuração, que a arma de fogo apreendida apresente efetivo potencial lesivo.
4. Inviável o acolhimento do pedido de redução da pena quando esta já foi fixada no patamar mínimo, ainda que existentes circunstâncias atenuantes que, por obediência à Súmula 231 do STJ, não conduzem à extrapolação do limite mínimo da pena, entendimento reafirmado em sede de repercussão geral (Tema 158) e recurso repetitivo (Tema 191).
5. A multa é um preceito secundário da norma penal, não sendo possível seu afastamento ou isenção, sob pena de violação ao Princípio da Legalidade, sendo, no entanto, cabível a redução quando ficar comprovada a incapacidade financeira do réu.
Em suas razões, o recorrente aponta violação dos arts. 5º, inciso LVI, da CF, 245, §7º, 386, incisos V e VII, e 564, inciso IV, todos do CPP, e 59, do CP, sob a assertiva de que este Tribunal deixou de deixou de reconhecer a nulidade por invasão de domicílio sem fundadas razões. Sustenta, ainda, a ausência de provas hígidas para manter a condenação, momento em que pleiteia a absolvição.
Contrarrazões apresentadas pela inadmissibilidade do recurso.
Examinados, decido.
No que concerne à alegação de violação ao art. 5º, inciso LVI, da CF, não comporta conhecimento pela via especial, sob pena de configurar usurpação de competência do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, da CF (STJ, AgRg no REsp n. 1.983.709/SC, REL. Ministro JESUÍNO RISSATO (Desembargador Convocado do TJDFT), Quinta Turma, julgado em 19/4/2022, DJe de 26/4/2022).
No tocante ao apontamento de violação aos arts. 245, §7º, e 564, inciso IV, ambos do CPP, verifica-se que a admissibilidade do recurso esbarra na Súmula 83/STJ, pois este Tribunal decidiu em consonância com o entendimento da Corte Superior no sentido de que, o ingresso forçado em domicílio sem mandado judicial se revela legítimo em situação de flagrante delito.
A propósito:
PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. CONDENAÇÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL ESTADUAL. FLAGRANTE. INVASÃO DE DOMICÍLIO. RESPALDO LEGAL. CRIME PERMANENTE. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. WRIT NÃO CONHECIDO. 1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado. 2. “O ingresso regular em domicílio alheio depende, para sua validade e regularidade, da existência de fundadas razões (justa causa) que sinalizem para a possibilidade de mitigação do direito fundamental em questão. É dizer, somente quando o contexto fático anterior à invasão permitir a conclusão acerca da ocorrência de crime no interior da residência é que se mostra possível sacrificar o direito à inviolabilidade do domicílio” (REsp 1.558.004/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 31/8/2017). 3. A inviolabilidade do domicílio (art. 5º, XI, da CF) não é garantia absoluta nas hipóteses de flagrância de delito de natureza permanente, como no caso dos autos, em que o paciente foi flagrado por tráfico ilícito de entorpecentes, crime de natureza permanente, elementos que legitimam o acesso ao domicílio do agente infrator. 4. Se as instâncias ordinárias, mediante valoração do acervo probatório produzido nos autos, entenderam, de forma fundamentada, ser o réu autor do delito descrito na exordial acusatória, a análise das alegações concernentes ao pleito de absolvição demandaria exame detido de provas, inviável em sede de writ. 5. Habeas corpus não conhecido.
(STJ - HC: 443056 RJ 2018/0070910-3, Relator: Ministro RIBEIRO DANTAS, Data de Julgamento: 24/05/2018, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/05/2018 – Destacou-se).
Ademais, a pretensão relativa ao reexame do mérito da condenação proferida por este Tribunal, ao argumento de ausência de suporte fático-probatório (art. 386, incisos V e VII, do CPP), nos termos expostos nas razões recursais, não encontra amparo na via eleita. É que, para acolher-se a pretensão de absolvição, seria necessário o reexame aprofundado do conjunto fático-probatório, providência incabível na via estreita do recurso especial, conforme enunciado da Súmula 7/STJ (STJ - AgRg no AREsp: 2116525 PR 2022/0127165-7, Data de Julgamento: 13/09/2022, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/09/2022).
Além disso, ainda que se superasse tais questões, a análise de violação do art. 59 do CP, também esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, isso porque, para alterar as conclusões do acórdão no tocante aos requisitos para fixação da pena base dependeria de reanálise do conjunto fático-probatório, providência vedada em sede de recurso especial (STJ - AgRg no AREsp n. 1.997.477/DF, relator Ministro Messod Azulay Neto, Quinta Turma, julgado em 20/6/2023, DJe de 26/6/2023).
Ante ao exposto, não se admite o recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Agravo de Execução Penal
Processo: 0800349-78.2023.8.22.0000
AGRAVANTE: M. (. P. D. R.
ADVOGADO DO AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AGRAVADO: DANIEL VIEIRA DA SILVA
ADVOGADO DO AGRAVADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de Recurso Especial interposto pelo Ministério Público do Estado de Rondônia, com fundamento no art. 105, inc. III, alínea “a”, da CF, contra acórdão exarado pela 1ª Câmara Especial, assim ementado:

AGRAVO EM EXECUÇÃO DE PENA. LIVRAMENTO CONDICIONAL. NULIDADE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NÃO OCORRÊNCIA. MULTA. PAGAMENTO. IMPRESCINDIBILIDADE. REQUISITOS. PREENCHIMENTO. TEMA 931/STJ. APLICABILIDADE. REQUISITOS OBJETIVO E SUBJETIVO. PREENCHIDOS. RECURSO DESPROVIDO.
1. Não há que se falar em ofensa ao artigo 5º, inciso LXXIV, da CF por inversão do ônus da prova, quando o reeducando comprovar a ausência de recursos financeiros através da declaração de hipossuficiência.
2. A multa integra o preceito secundário do tipo penal e não pode ser inadimplida sem a efetiva prova da impossibilidade econômica do sentenciado.
3. Nos termos do §3º do art. 99 do CPC, a declaração de hipossuficiência firmada tem presunção de veracidade, podendo a parte interessada produzir provas ao contrário, o que não ocorreu nestes autos.
4. A declaração de hipossuficiência subscrita por apenado, associada à inexistência de trabalho comprovado nos autos, é circunstância suficiente para comprovar sua impossibilidade econômica de arcar com a pena de multa, principalmente nos casos em que a parte contrária apenas alega a fragilidade da declaração de hipossuficiência para esse fim, nada trazendo de prova da capacidade do apenado em arcar com o pagamento da multa.
Em suas razões, o recorrente alega violação dos arts. 32, inciso III, 49 e 50, todos do CP, sob a assertiva que este Tribunal concedeu o livramento condicional sem que houvesse o pagamento da pena de multa ou a comprovação da impossibilidade de fazê-lo.
Contrarrazões apresentadas pela inadmissibilidade do recurso.
Examinados, decido.
Da análise das razões recursais, observa-se que o recurso preenche o requisito constitucional do prequestionamento quanto à matéria referente à legislação federal indicada, bem como encontram-se presentes os demais pressupostos de admissibilidade.
Ante o exposto, admite-se o Recurso Especial.
Subam os autos ao Superior Tribunal de Justiça para processamento do recurso especial, nos termos do art. 1.030, inciso V, do CPC.
Intimem-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Criminal
Processo: 0001081-04.2019.8.22.0010
APELANTE: ANTONIO CARLOS DE JESUS
ADVOGADO DO APELANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
APELADO: M. (. P. D. R.
ADVOGADO DO APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto por ANTÔNIO CARLOS DE JESUS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal, indicando como dispositivos legais violados os arts. 155 do Código Penal e 386, inciso III, do Código de Processo Penal.
O Acórdão restou com a seguinte ementa:
Apelação criminal. Furto. Princípio da insignificância. Reincidência. Inaplicabilidade. Confissão. Inexistência. Compensação. Inviabilidade. Recurso não provido.
1. A jurisprudência é pacífica no sentido de inaplicabilidade do princípio da insignificância nos casos em que o agente for reincidente.
2. Não há que se falar em compensação da confissão com a reincidência, se o apelante optar por permanecer em silêncio, inexistindo confissão.
3. Recurso que se nega provimento.
O recorrente aponta violação aos artigos 155 do Código Penal e 386, III, do CPP, pleiteando a absolvição e o reconhecimento da atipicidade material da conduta, ante a insignificância dos bens encontrados em sua posse, alegando ser ínfimo o valor da res furtiva.
Acrescenta a possibilidade de reconhecimento da insignificância ainda que o réu seja reincidente ou possua maus antecedentes, uma vez que devem ser analisadas as circunstâncias objetivas em que se deu a prática delituosa e não os atributos inerentes ao agente.
Contrarrazões pela não admissão do recurso e, no mérito, pelo seu desprovimento.
Examinados, decido.
Na espécie, no que se refere à alegada violação aos arts. 155 do Código Penal e 386, inciso III, do Código de Processo Penal, o Tribunal decidiu em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de ser inaplicável o princípio da insignificância ao réu reincidente e portador de maus antecedentes. A propósito:
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME DE FURTO. TENTATIVA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. REINCIDÊNCIA. HABITUALIDADE DELITIVA. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. A aplicação do princípio da insignificância, segundo a orientação do Supremo Tribunal Federal, demanda a verificação da lesividade mínima da conduta, apta a torná-la atípica, considerando-se: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) a inexistência de periculosidade social na ação; c) o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada. O Direito Penal não deve ocupar-se de condutas que, diante do desvalor do resultado produzido, não representem prejuízo relevante para o titular do bem jurídico tutelado ou para a integridade da própria ordem social. 2. A reincidência e a habitualidade delitiva, caracterizadas pela existência de outras ações penais ou inquéritos policiais em curso, justificam o afastamento da incidência do princípio da insignificância. 3. Mantém-se integralmente a decisão agravada cujos fundamentos estão em conformidade com o entendimento do STJ sobre a matéria suscitada. 4. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no REsp: 1939237 RJ 2021/0153487-3, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 09/11/2021, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 16/11/2021 - Destacou-se).
Nesse sentido, o seguimento do recurso especial encontra óbice na Súmula 83 do Superior Tribunal de Justiça segundo a qual “não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida”.
Quanto ao pleito de absolvição, sob a tese de atipicidade material da conduta, o seguimento do recurso especial encontra óbice na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual “a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”, tendo em vista que alterar as conclusões do acórdão recorrido, a fim de abrigar o pleito absolutório de atipicidade material da conduta perpassa pelo reexame

do conjunto fático probatório, inviável na via eleita. Precedente do STJ - AgRg no AREsp: 1739684 SP 2020/0198548-8, Relator: Ministro RIBEIRO DANTAS, Data de Julgamento: 15/12/2020, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/12/2020.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Agravo de Execução Penal
Processo: 0802418-83.2023.8.22.0000
AGRAVANTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AGRAVADO: ERICK GABRIEL COSTA CAIRES
ADVOGADO DO AGRAVADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de Recurso Especial interposto por ERICK GABRIEL COSTA CAIRES, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea “a”, da Constituição Federal, indicando como dispositivos legais violados os artigos 51, do Código Penal, artigo 174, da Lei nº 5.172/1966 e Lei nº 6.830/1980.
Insurge-se o recorrente em face de acórdão assim ementado:
AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. PENA DE MULTA. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 114, II, DO CP. REFORMA DA DECISÃO. AGRAVO PROVIDO.
1. Consoante disposição do art. 114, inciso II, do CP, o prazo prescricional da pena de multa é o mesmo da pena privativa de liberdade cumulativamente aplicada.
2. A pena de multa é dívida de valor com natureza de sanção penal, gênero do qual é espécie, ao lado da pena privativa de liberdade e restritivas de direitos.
3. Agravo em execução provido.
Em suas razões, o recorrente alega violação aos arts. 51 do CP e 174 do CTN e Lei 6.830/1980, sob a assertiva que este Tribunal não considerou a prescrição da pena de multa.
Afirma que, após o trânsito em julgado, a pena de multa passa a ser uma obrigação de natureza fiscal e, consequentemente, deve ser regulada pela Lei n. 6.830/80 e pelo Código Tributário Nacional (CTN), os quais preveem o prazo de 5 (cinco) anos para prescrição da pretensão executória.
Contrarrazões pela não admissão e, no mérito, pelo desprovimento do recurso.
Examinados, decido.
A admissibilidade do recurso esbarra na Súmula 83/STJ, uma vez que o acórdão recorrido seguiu entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que o prazo prescricional da pena de multa é o mesmo da pena privativa de liberdade cumulativamente aplicada, nos termos do art. 114, inciso II, do CP.
A propósito:
PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO DA PENA DE MULTA. DÍVIDA DE VALOR. PRAZO DO ART. 114, II, DO CP. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Ausente ofensa ao princípio da colegialidade nos casos em que o agravo em recurso especial é improvido, monocraticamente, com esteio em jurisprudência dominante desta Corte superior. 2. Prevalece o entendimento de que a nova redação do art. 51 do Código Penal não retirou o caráter penal da multa. Assim, embora se apliquem as causas suspensivas da prescrição previstas na Lei n. 6.830/80 e as causas interruptivas disciplinadas no art. 174 do Código Tributário Nacional, o prazo prescricional continua sendo regido pelo art. 114, inciso II, Código Penal (HC 394.591/AM, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, DJe 27/09/2017). 3. O prazo prescricional da pena de multa é o mesmo da pena privativa de liberdade cumulativamente aplicada, nos termos do art. 114, inciso II, do CP. 4. Agravo regimental improvido.
(STJ - AgRg no AREsp: 1249343 ES 2018/0035379-7, Relator: Ministro NEFI CORDEIRO, Data de Julgamento: 18/09/2018, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/10/2018 – Destacou-se).
Ante o exposto, não se admite o Recurso Especial.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Criminal
Processo: 0003254-25.2019.8.22.0002
APELANTE: LEANDRO MACHADO DA SILVA
ADVOGADO DO APELANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
APELADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto por Leandro Machado da Silva, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea “a”, da CF, contra acórdão exarado pela 1ª Câmara Criminal desta Corte, assim ementado:
APELAÇÃO CRIMINAL. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. TESTE DO ETILÔMETRO. COMPROVADA ALTERAÇÃO PSICOMOTORA.

O artigo 306, § 1º, inc. I, do CTB prevê que a capacidade psicomotora alterada estará comprovada quando o teste do etilômetro concluir pela concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar, sendo exatamente o caso dos autos.
Em suas razões, o recorrente aponta violação do art. 386, inciso VII, do CPC, sob a assertiva de que não há provas nos autos suficientes a comprovar a autoria do delito.
Contrarrazões apresentadas pela inadmissibilidade do recurso.
Examinados, decido.
A admissibilidade do recurso esbarra na Súmula 83/STJ, uma vez que o acórdão recorrido seguiu entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que é de perigo abstrato o delito previsto no art. 306 do CTB, sendo suficiente para a sua caracterização que o condutor do veículo esteja com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou outra substância entorpecente, dispensada a demonstração da potencialidade lesiva da conduta.
A propósito:
PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE. PROVA DA ALTERAÇÃO DA CAPACIDADE PSICOMOTORA PARA DIRIGIR VEÍCULO AUTOMOTOR. DESNECESSIDADE. CONDENAÇÃO BASEADA NAS PROVAS PRODUZIDAS NOS AUTOS. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. O crime previsto no art. 306 da Lei n. 9.503/1997 é de perigo abstrato, não se exigindo mais para sua tipificação, posteriormente à edição das Leis n. 11.705/2008 e 12.760/2012, a prova da alteração da capacidade psicomotora do agente. 2. Se a condenação do agente baseou-se nos elementos probatórios produzidos nos autos, particularmente nos depoimentos dos policiais responsáveis pela abordagem, a revisão das conclusões a que chegaram as instâncias ordinárias encontra óbice na Súmula n. 7 do STJ. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 1873064 TO 2021/0107697-8, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 03/08/2021, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 06/08/2021 – Destacou-se).
Além disso, ainda que se superasse tal questão, o recurso encontra óbice na Súmula 7/STJ, isso porque, para acolher o pleito de absolvição, seria necessário o reexame fático-probatório, providência vedada à espécie (STJ - AgRg no AREsp n. 1.317.916/PR, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, DJe de 5/8/2019).
Ante o exposto, não se admite o recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Recurso em Sentido Estrito
Processo: 0006988-21.2014.8.22.0014
RECORRENTE: ANDIELSON ALMEIDA DA ROCHA
ADVOGADO DO RECORRENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RECORRIDO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto por Andielson Almeida da Rocha, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea “a” da CF, contra acórdão exarado pela 1ª Câmara Criminal desta Corte, assim ementado:
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. DESPRONÚNCIA. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE. PALAVRA DA VÍTIMA CORROBORADA PELOS DEMAIS ELEMENTOS DE PROVAS. PRONÚNCIA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.
Incabível a despronúncia do acusado, quando há indícios suficientes de autoria e prova da materialidade delitiva, corroboradas pelas declarações da vítima.
Em suas razões, o recorrente alega violação dos arts. 413 e 414, ambos do CPP, sob a assertiva que este Tribunal decidiu contrariamente à norma processual penal e às garantias processuais ao negar provimento ao recurso em Sentido Estrito, sob o fundamento de que o princípio do in dubio pro societate não justifica a submissão da matéria ao tribunal do júri.
Contrarrazões apresentadas pela inadmissibilidade do recurso.
Examinados, decido.
No que concerne à aludida afronta aos artigos supracitados, observa-se que o recurso não preenche os requisitos de admissibilidade, isso porque, o recurso especial não impugnou o fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, qual seja, a certeza da materialidade e indícios suficientes da autoria justificam a subsunção da conduta do recorrente ao Conselho de Sentença, e não o princípio do in dubio pro societate, tal como alegado pela defesa.
Assim, tendo em vista que o aresto se manteve intocado e incólume nas razões do recurso especial, há de ser aplicado na hipótese, a incidência das Súmulas 283 e 284 do STF (STF, RE nº 880.247/PE–AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 20/5/1921).
Além disso, o acolhimento da pretensão recursal encontra impedimento na Súmula 83/STJ, uma vez que o acórdão recorrido seguiu entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, havendo a constatação de indícios de materialidade e autoria, cabe ao Conselho de Sentença conhecer da integralidade da acusação.
A propósito:
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO. PRONÚNCIA. LEGÍTIMA DEFESA. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. INVIABILIDADE. VERSÕES CONFLITANTES. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL DO TRIBUNAL DO JÚRI. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. A decisão de pronúncia não requer o mesmo juízo de certeza necessário para o édito condenatório, senão apenas prova da materialidade e indícios de autoria, aferidos judicialmente. 2. Sendo possível identificar a versão antagônica à tese da legítima defesa, qual seja, a prática de homicídio doloso não amparado por excludente de ilicitude, tal divergência deve ser solvida pelo Conselho de Sentença, evitando-se a indevida invasão de sua competência constitucional. Precedentes. 3. O enfrentamento da versão segundo a qual o agravante teria praticado o delito em legítima defesa demandaria revolvimento fático-probatório, em indevida

subtração à apreciação do Juri, além de ser incompatível na presente via, em razão da incidência da Súmula nº 7 desta Corte. 4. Agravo regimental desprovido.
(STJ - AgRg no AREsp: 2031725 MS 2021/0397029-4, Data de Julgamento: 10/05/2022, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 13/05/2022 – Destacou-se).
Ademais, ainda que tais óbices pudessem ser afastados, o que não é o caso, observa-se que o recurso não preenche os requisitos de admissibilidade, isso porque, para rever o entendimento deste Tribunal para concluir pela impronunciar do recorrente, ensejaria a verificação da presença dos indícios suficientes de autoria, o que não é possível na via eleita, haja vista a necessidade de revolvimento dos elementos fáticos-probatórios dos autos, a teor da Súmula 7/STJ (STJ, AgRg no AREsp 1686045/TO, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUINTA TURMA, julgado em 02/02/2021, DJe 08/02/2021).
Ante o exposto, não se admite o recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Criminal
Processo: 1007693-88.2017.8.22.0501
APELANTE: DOUGLAS RIBEIRO DAS NEVES
ADVOGADO DO APELANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
APELADO: M. (. P. D. R.
ADVOGADO DO APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de Recurso Especial interposto por DOUGLAS RIBEIRO DAS NEVES, com fundamento no art. 105, III, alínea “a” e “c” da Constituição Federal, indicando como dispositivo legal violado os artigos 33 e 59 do Código Penal.
O acordão recorrido restou com a seguinte ementa:
Apelação criminal. Roubo. Absolvição. Conjunto probatório harmônico. Incabível. Dosimetria da pena. Redução da pena-base. Não acolhimento. Regime inicial fechado. Modificação. Impossibilidade. Recurso não provido.
Não há como acolher a tese defensiva de absolvição por insuficiência de provas acerca da autoria do crime, tendo em vista que o conjunto probatório coligido aos autos mostra-se firme, coeso e conclusivo quanto à autoria do acusado em relação ao delito de roubo.
Não há que se falar em redução da pena por entendê-la exacerbada, uma vez que o Magistrado bem sopesou as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal e fixou-a em obediência aos ditames legais.
Na hipótese em que a pena definitiva seja superior a 4 anos e não exceda a 8 anos, havendo circunstâncias judiciais desfavoráveis, é cabível a fixação do regime inicial mais gravoso.
O recorrente aponta violação ao artigo 59 do CP, buscando a reforma do acórdão para redução da pena-base em seu patamar mínimo, uma vez que houve equívoco na valoração das circunstâncias judiciais.
Indica violação ao artigo 33 do CP, pleiteando a modificação de regime inicial de cumprimento de pena para o semiaberto, sob o argumento de que sua pena encontra-se dentro do lapso legal previsto, uma vez que não superam os oito anos de reclusão.
Contrarrazões pela não admissão e, no mérito, pelo desprovimento do recurso.
Examinados, decido.
No que se refere à alegada violação ao artigo 59 do CP, a admissão do recurso esbarra no óbice da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual “a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”, tendo em vista que alterar as conclusões do acórdão no tocante aos requisitos para fixação da pena base dependeria de reanálise do conjunto fático probatório, vedado em sede de recurso especial. A propósito: STJ - AgRg no REsp 1.643.793/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 30/03/2017.
Quanto ao artigo 33 do CP, verifica-se que o recorrente pleiteia a aplicação do regime aberto, todavia deixou de particularizar o inciso/parágrafo do referido artigo, de modo que o conhecimento do recurso é inviabilizado por aplicação da Súmula 284 do STF, segundo a qual “é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”, aplicada por analogia. A propósito STJ - REsp: 1906857 SP 2020/0308446-0, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Publicação: DJ 09/02/2021.
Não obstante, verifica-se que este Tribunal de Justiça decidiu em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis justificam o regime mais gravoso para o cumprimento de pena. Nesse sentido:
HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. RECEPTAÇÃO. REINCIDÊNCIA. BIS IN IDEM. INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REGIME FECHADO. PACIENTE REINCIDENTE. CIRCUNST NCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. 1. Esta Corte - HC 535.063/SP, Terceira Seção, Rel. Ministro Sebastião Reis Junior, julgado em 10/6/2020 - e o Supremo Tribunal Federal - AgRg no HC 180.365, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 27/3/2020; AgR no HC 147.210, Segunda Turma, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 30/10/2018 -, pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado. 2. O capítulo acerca da progressão de regime não foi devolvido para o Tribunal a quo, nem por ele apreciado, por ocasião da apelação, tendo apenas exercido cognição acerca da questão do crime único de receptação. Portanto, como não há decisão de Tribunal, é inviável a apreciação do tema por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância e alargamento inconstitucional da hipótese de competência do Superior Tribunal de Justiça para julgamento de habeas corpus, constante no art. 105, I, c, da Constituição da República. 3. Quanto ao regime prisional, de acordo com a Súmula 440/STJ, “fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito”. De igual modo, as Súmulas 718 e 719/STF, prelecionam, respectivamente, que “a opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada” e “a imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea”.

4. No caso dos autos, não se infere qualquer desproporcionalidade do imposição do meio inicialmente mais gravoso para o desconto da reprimenda, pois, nada obstante ser a pena inferior a 4 anos de reclusão, as circunstâncias judiciais desabonadoras implicaram majoração da pena-base, tendo, ainda, sido reconhecida a sua reincidência, não havendo se falar em negativa de vigência à Súmula 269/STJ. 5. Habeas corpus não conhecido.
(STJ - HC: 592078 PR 2020/0153183-8, Relator: Ministro RIBEIRO DANTAS, Data de Julgamento: 06/10/2020, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 16/10/2020 - Destacou-se).
Por conseguinte, o seguimento do recurso especial encontra óbice na Súmula 83 do Superior Tribunal de Justiça segundo a qual "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".
Ante o exposto, não se admite o recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Apelação Criminal
Processo: 0001088-47.2020.8.22.0014
APELANTE: O. R. D. S.
ADVOGADO DO APELANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
APELADO: M. P. D. E. D. R.
ADVOGADO DO APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Subam os autos ao Tribunal competente para processamento do agravo, nos termos do artigo 1.042, §7º, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Agravo de Execução Penal
Processo: 0800576-68.2023.8.22.0000
AGRAVANTE: ZIVALDO FERNANDES JUNIOR
ADVOGADO DO AGRAVANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
AGRAVADO: M. (. P. D. R.
ADVOGADO DO AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto pelo Ministério Público de Rondônia, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, e aponta como dispositivo legal violado o artigo 126, § 2º, da Lei n. 7.210/1984 - LEP.
O acórdão recorrido restou com a seguinte ementa:
AGRAVO DE EXECUÇÃO DE PENA. REMIÇÃO POR ESTUDO À DISTÂNCIA. REQUISITOS. PREENCHIMENTO. CREDENCIAMENTO DA INSTITUIÇÃO PELO PODER PÚBLICO. RECURSO PROVIDO.
A realização de estudo na modalidade à distância, para fins de remição da pena, deve atender a critérios mínimos, inclusive convênio prévio entre a unidade prisional e o Poder Público, a fim de demonstrar a sua sintonia e adequação aos propósitos da Lei de Execução Penal. É indispensável, ainda, a supervisão pela unidade prisional, o acompanhamento pelo juiz da execução e a fiscalização pelo Ministério Público
Em suas razões o Parquet sustenta a inviabilidade da remição de pena pela realização de curso sem a certificação pela autoridade educacional competente, uma vez que a instituição educadora (CPR Cursos) não era integrada ao projeto político-pedagógico (PPP) da unidade ou do sistema prisional local, além de, à época, não ser devidamente autorizada ou conveniada com a unidade prisional em que o recorrido se encontrava.
Contrarrazões pela não admissão do recurso e, no mérito, pelo não provimento deste.
Examinados, decido.
Verifica-se que este Tribunal concluiu que "da análise dos documentos presentes no processo de execução (SEEU – mov. 227.1), denota-se a comprovação das cargas horárias e do conteúdo programático de estudo pelos certificados de conclusão, além de constar declaração do chefe do Núcleo de Educação e Capacitação – NUECA atestando que o reeducando foi submetido às avaliações correspondentes aos cursos em questão, as quais foram aplicadas por servidor do NUECA, o que demonstra consonância com a Lei de Execução Penal e a Resolução n. 391/2021- CNJ".
Assim, o seguimento do recurso especial encontra óbice na Súmula 07 do Superior Tribunal de Justiça segundo a qual "a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial", tendo em vista que, para se chegar a conclusões diversas da que chegou este Tribunal, seria inevitável o revolvimento do arcabouço carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial.
A propósito:
PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. REMIÇÃO. ART. 126 DA LEP. ATIVIDADES DE ARTESANATO. HORAS TRABALHADAS. FISCALIZAÇÃO E REGISTRO DE RETRIBUIÇÃO ECONÔMICA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ACÓRDÃO PROFERIDO EM HABEAS CORPUS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. O Tribunal de Justiça manteve a remição em virtude de trabalho artesanal desenvolvido pelo apenado nos meses de agosto a novembro de 2012, porquanto a atividade foi devidamente atestada pelo Coordenador da respectiva Unidade Prisional. 2. Para afastar a idoneidade da certidão ou reconhecer eventual falha na fiscalização exercida pelos agentes públicos seria necessário o reexame de fatos não delineados no acórdão recorrido, o que atrai o óbice da Súmula n. 7 do STJ. 3. A jurisprudência deste Superior Tribunal é pacífica quanto à impossibilidade de acórdão proferido em habeas corpus servir de paradigma para fins de comprovação de alegado dissídio jurisprudencial. Ressalva deste relator. 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 509.311/GO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 07/02/2017, DJe 16/02/2017- Destacou-se).
Ante o exposto, não se admite o Recurso Especial.
Intimem-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

Número do processo: 0807557-16.2023.8.22.0000
Classe: Habeas Corpus Criminal
Polo Ativo: ALEX SANTOS VALOIS, ANDRE ARAUJO CONSTANTINO
ADVOGADOS DOS PACIENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: J. D. D. D. 3. V. C. D. C. D. P. V.
IMPETRADO SEM ADVOGADO(S)
D E C I S Ã O
Trata-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado por Silmara Borghelot, Defensora Pública, em benefício de Alex Santos Valois e André Araújo Constantino, figurando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca de Porto Velho, que homologou prisão em flagrante convertendo em prisão preventiva pela suposta prática do crime tipificado como furto qualificado (art. 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal).
Colhe-se dos documentos policiais (autos origem AuPrFl 7044242-30.2023.822.0021 - id n. 93346088, B.O Nº 75153/, págs. 4-5) que a medida cautelar aqui noticiada é decorrente dos seguintes fatos:
"Esta guarnição do setor 12 do 5° BPM, se deslocou até o endereço supracitado, onde foi acionada por populares que nos informaram estar havendo um furto no local, que ao chegar no local, foi visualizado por esta guarnição dois homens deitados no solo, cercado por populares que estariam detendo os suspeitos, que ao fazer contato com os populares, eles nos informaram que os dois foram vistos entrando na propriedade da vítima, e que ao ver a situação incomum estranharam, que tempo depois os suspeitos foram vistos saindo com vários objetos da casa, que ao sair da propriedade os mesmos foram parados e detidos por vizinhos e populares que viram próximo ao local do fato, que costumeiramente os suspeitos, estavam realizando furtos pela área onde houve o furto de hoje e que desta vez foram pegos no ato, onde foi acionado a PM e informado a dona da casa sobre a situação, que a vítima informou não estar indo com frequência pra casa, pois está em tratamento de saúde, mas informou não haver solicitado serviço de frete a ninguém Eu estou em tratamento de saúde por esse motivo fui obrigada a deixa minha casa só já há alguns meses e por várias vezes fui furtada, um motosserra still 180. Uma geladeira grande, máquina de lavar, 2 uma centrífuga, roupas, sapatos, perfumes, bamba d'água, os fios elétricos da casa, uma televisão 32 polegadas Philco, dois ventiladores, dois bebedores, um forno elétrico da Philco, louças, talheres e várias panelas. e reconheceu os materiais que estava de posse dos suspeitos como sendo seu, que foi perguntado ao senhor ALEX SANTOS VALOIS, o que teria acontecido e o mesmo nos informou que, O carrinho é meu, então eu vim ajudar o André a pegar as coisas. Mas as pessoas viram a gente pegando as coisas e chamaram a Polícia, que foi perguntado ao conduzido ANDRE ARAÚJO CONSTANTINO o que teria ocorrido e o mesmo informou que uma amiga minha chamada Nelma me passou que havia algumas coisas nessa casa, e que era pra eu vir buscar, e ela iria me dar R$ 30,00 pra eu vir pegar os objetos. Então eu chamei ANDRE ARAÚJO CONSTANTINO, para me ajudar a pegar as coisas da casa, que a dona Nelma, me passou o endereço certo, e que acertei de primeira, que pegamos o material que estava na casa, e ao sair da casa, fomos abordados por várias pessoas, que informamos que estávamos fazendo frete, e os mesmos nos mandaram largar tudo e nos mandaram deitar no chão que a dona não teria pedido nenhum frete, que em ato seguinte uma viatura da PM chegou ao local e fomos presos. Que diante dos fatos foi dado voz de prisão aos conduzidos, dito seus direitos constitucionais e entregue nesta delegacia de Polícia. Objetos dos envolvidos: conduzido Alex: 5 reais em cédula Conduzido André: 1 isqueiro roxo, 1 chave de motocicleta com cordão vermelho, 1 pulseira prata e dourada"; questionado, afirma que não possui nada mais a acrescentar. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) Delegado(a) de Polícia, pelo(a) condutor(a) e por mim, Escrivã(o) de Polícia que o digitei. "
A impetrante alega a ausência de requisitos do artigo 312 do CPP para a decretação da prisão preventiva, asseverando que em relação a situação concreta dos autos que resultou na prisão dos pacientes, verifica-se a inexistência de prova da materialidade do delito e indícios mínimos de autoria, como exige o art. 312 do CPP, pois em que pesem as informações contidas no B.O., não há prova nos autos de que os custodiados adentraram no imóvel onde estavam os bens, porque nenhuma testemunha foi ouvida nesse sentido na fase extrajudicial, razão pela qual há fundada dúvida acerca da materialidade delitiva.
Desta feita, diz não haver nenhum elemento nos autos que possa relacionar os pacientes ao suposto furto ora investigado e muito menos aos crimes anteriores narrados pela vítima.
Em relação aos antecedentes, a Defensoria Pública informa que Alex Santos Valois é tecnicamente primário e não ostenta antecedentes criminais recentes, apenas um processo na VEPEMA que iniciou em 2010. Já o paciente André Araújo Constantino, embora esteja cumprindo pena, encontra-se em livramento condicional referente a condenação proferida há mais de 10 (dez) anos, conforme se depreende das certidões de antecedentes presentes nos autos de referência.
Com essas alegações roga pela revogação da prisão preventiva, com a possibilidade de sua substituição por medidas cautelares alternativas, pois, sob sua ótica, preenche os requisitos para a concessão da liminar que objetiva a revogação prisional ou liberdade clausulada.
Requer a concessão de liminar para ver revogada a decisão que decretou a prisão preventiva com a imediata expedição do alvará de soltura. Subsidiariamente, substituição da custódia cautelar por medidas cautelares diversas da prisão presentes no art. 319 do CPP. No mérito, requer a concessão da ordem para o fim de resguardar a liberdade dos pacientes.
É o suficiente ao relato.
Passo à análise do pedido liminar.
A concessão de liminar em sede de habeas corpus é medida excepcional, que exige a constatação inequívoca de manifesta ilegalidade ou abuso de poder na decretação da prisão preventiva.
Consta nos autos de origem (AuPrFl n. 7044242-30.2023.8.22.0001 – audiência de custódia, aos 32min08seg) que na decisão que converte a situação de flagrante em prisão preventiva dos pacientes, o magistrado ponderou que as circunstâncias em que se deram os fatos, a princípio, demonstram de per si sua gravidade e se enquadram nos artigos 312 e 313 do Código Penal, pois da análise das provas indiciárias coligidas aos autos observa-se claros indícios dos requisitos autorizadores da prisão preventiva com circunstâncias concretas que justificam a segregação cautelar em prol da preservação da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, ante a existência de materialidade e indícios de autoria. Sobre a suposta agressão perpetrada na abordagem policial, determinou a apuração dos fatos.
Acrescido a isto, o parquet salientou (aos 23min28seg da audiência de custódia) que em consulta aos sistemas do SEUU, constatou-se em nome dos flagranteados, ora pacientes, extenso histórico de antecedentes criminais, inclusive um deles ainda se encontra em cumprimento de pena, o que demonstra a personalidade voltada ao crime.
Diante de tal situação, no caso em análise preambular, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não visualizo, de plano, aparentes ilegalidades na decretação da prisão cautelar do paciente e a presença de pressupostos autorizativos para a concessão da tutela de urgência, o que enseja analisar o mérito sob um melhor prisma quando vindas as informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, razões pela qual INDEFIRO o pedido de liminar.
Requisitem-se informações à autoridade tida como coatora, facultando prestá-las no prazo de 48h no e-mail CCRIM-CPE2G@tjro.jus.br ou por malote digital com solicitação de confirmação de recebimento, ou outro meio que atenda celeridade e economia processuais.
Após, à Procuradoria de Justiça para parecer.
Ultimadas as diligências, retornem os autos conclusos para análise do mérito.
Expeça-se o necessário.
Intime-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Desembargador Jorge Luiz dos Santos Leal
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Gabinete Des. Álvaro Kalix Ferro
Rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 0807092-07.2023.8.22.0000
Classe: Revisão Criminal
Polo Ativo: E. D. S.
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUCIMARA GOMES DA ROCHA, OAB nº RO10801A
Polo Passivo: M. P. D. E. D. R.
ADVOGADO DO REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Considerando a ausência da última folha referente ao acórdão ID 20474155 (fl. 14 PDF), intime-se o advogado do revisionando para juntar aos autos cópia completa do acórdão, no prazo de 48h.
Após a juntada da referida certidão, tornem conclusos para análise da liminar pleiteada.
Porto Velho/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Álvaro Kalix Ferro

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Exceção de Impedimento
Processo: 7008222-71.2022.8.22.0002
EXCIPIENTE: LEANDRO JOSE DA SILVA
ADVOGADOS DO EXCIPIENTE: ELISEU MULLER DE SIQUEIRA, OAB nº RO394A, FILIPE CAIO BATISTA CARVALHO, OAB nº RO2675A
EXCEPTO: L. P. D. A. L.
EXCEPTO SEM ADVOGADO(S)
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto por LEANDRO JOSE DA SILVA, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, em que aponta como dispositivos legais violados os artigos 112, caput, 252, I, e 619, todos do Código de Processo Penal, bem como o artigo 8º do Decreto 679/93 (Pacto de San José da Costa Rica) e artigo 14 do Decreto 592/92 (Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos).
O Acórdão recorrido restou assim ementado:
Agravo interno. Exceção de impedimento. Ação penal. Magistrada. Inquérito. Autoridade policial. Delegado de polícia. Cônjuges. Impedimento. Não ocorrência. Recurso não provido.
I - É inviável o reconhecimento de impedimento de magistrada casada com delegado de polícia se este não funcionou como autoridade policial no inquérito policial que originou ação penal que tramita perante o juízo daquela.
II - As hipóteses de impedimento elencadas no art. 252 do CPP constituem um numerus clausus, e não comportam interpretação ampliativa.
III - Agravo interno não provido.
Alega o recorrente que o acórdão recorrido violou os dispositivos supracitados, uma vez que deixou de reconhecer o impedimento suscitado, negando vigência aos tratados internacionais, além de manter a omissão e contradição questionadas nos embargos de declaração.
Contrarrazões pela inadmissão do recurso e, no mérito, pelo seu desprovimento.
Examinados, decido.
No tocante à apontada violação ao artigo 619, do Código de Processo Penal, não se deve confundir negativa de prestação jurisdicional com a mera irresignação às conclusões do julgado, em desfavor do recorrente, que analisa todas as questões suscitadas, tal como se dá nos autos, não autorizando esta situação o cabimento do recurso excepcional, na forma de reiterados precedentes do Superior Tribunal de Justiça.
A propósito: "1. Não há falar em vícios no julgamento do apelo defensivo pelo Tribunal de origem se o acórdão recorrido apreciou as teses defensivas com base nos fundamentos de fato e de direito que entendeu relevantes e suficientes à compreensão e à solução da controvérsia, revelando-se suficiente ao exercício do direito de defesa. 2. O fato de não ter sido acolhida a irresignação da parte, apresentando a Corte local fundamentação em sentido contrário, não importa violação dos arts. 619 e 620, ambos do CPP, mas inconformismo com o resultado desfavorável do julgado" (STJ - AgRg no REsp: 2003710 RS 2022/0152531-2, Relator: REYNALDO SOARES DA FONSECA, Data de Julgamento: 22/11/2022, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/11/2022 - Destacou-se).
Verifica-se que o Tribunal, baseando-se nos elementos probatórios concluiu pelo não reconhecimento do impedimento suscitado, sob o fundamento de que os atos realizados pelo delegado durante uma das diligências realizadas foram meramente institucionais, visando fiscalizar a atuação de outro delegado em sua jurisdição.
Desta forma, observa-se que para modificar as conclusões do acórdão recorrido é necessária a análise do conjunto probatório, razão pela qual o seguimento do recurso especial encontra óbice na Súmula 07 do Superior Tribunal de Justiça, "a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".
Nesse sentido:
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUSPEIÇÃO DE MAGISTRADO. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO. ROL TAXATIVO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Para reverter a conclusão das instâncias ordinárias e afastar o entendimento de que não está configurada qualquer causa de suspeição da Magistrado, seria necessário revolver o contexto fático-probatório, providência inadmissível em recurso especial. Incidência do Enunciado n. 7/STJ. 2. As causas de impedimento e suspeição de magistrado estão dispostas taxativamente no Código de Processo Penal, não comportando interpretação ampliativa. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 1881330 SP 2021/0134381-9, Relator: Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Data de Julgamento: 21/09/2021, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/09/2021 - Destacou-se).
Ante o exposto, não se admite o Recurso Especial.
Intime-se.
Porto Velho/RO, 16 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

Exceção de Impedimento
Processo: 7008222-71.2022.8.22.0002
EXCIPIENTE: LEANDRO JOSE DA SILVA
ADVOGADOS DO EXCIPIENTE: ELISEU MULLER DE SIQUEIRA, OAB nº RO394A, FILIPE CAIO BATISTA CARVALHO, OAB nº RO2675A
EXCEPTO: L. P. D. A. L.
EXCEPTO SEM ADVOGADO(S)
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
DECISÃO
Trata-se de recurso extraordinário interposto por LEANDRO JOSE DA SILVA, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, que aponta como dispositivo constitucional violado o artigos 5º, LIII e LIV, e 93, IX, ambos da Constituição Federal.
O Acórdão recorrido restou assim ementado:
Agravo interno. Exceção de impedimento. Ação penal. Magistrada. Inquérito. Autoridade policial. Delegado de polícia. Cônjuges. Impedimento. Não ocorrência. Recurso não provido.
I - É inviável o reconhecimento de impedimento de magistrada casada com delegado de polícia se este não funcionou como autoridade policial no inquérito policial que originou ação penal que tramita perante o juízo daquela.
II - As hipóteses de impedimento elencadas no art. 252 do CPP constituem um numerus clausus, e não comportam interpretação ampliativa.
III - Agravo interno não provido.
Alega o recorrente que o acórdão recorrido violou os dispositivos supracitados, uma vez que deixou de reconhecer o impedimento suscitado, violando os princípios do juiz natural e do devido processo legal.
Contrarrazões pela inadmissão do recurso e, no mérito, pelo seu desprovimento.
Examinados, decido.
Constitui requisito de admissibilidade específico para interposição do Recurso Extraordinário a demonstração da Repercussão Geral da questão constitucional no caso concreto, conforme determinam os artigos 102, § 3º da Constituição Federal e 1.035, §2º do Código de Processo Civil, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso a apresentação formal e motivada da repercussão geral, de forma a demonstrar a existência de grande interesse geral na solução das questões suscitadas, sob pena de não conhecimento.
O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que é ônus do recorrente a demonstração formal e fundamentada de repercussão geral da matéria constitucional discutida no recurso extraordinário, requisito indispensável ao seu conhecimento.
Nesse sentido:
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. INSUFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO QUANTO À ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. OFENSA CONSTITUCIONAL MERAMENTE REFLEXA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 279/STF. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
1. Os Recursos Extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso, a apresentação formal e motivada da repercussão geral, que demonstre, perante o Supremo Tribunal Federal, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares.
2. A obrigação do recorrente em apresentar formal e motivadamente a preliminar de repercussão geral, que demonstre sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional e legal (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do CPC/2015), não se confunde com meras invocações desacompanhadas de sólidos fundamentos no sentido de que o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico, ou que não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide, muito menos ainda divagações de que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras de igual patamar argumentativo.
[...]
(STF - ARE: 1330464 RS 0003410-83.2014.8.21.0012, Relator: ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 17/08/2021, Primeira Turma, Data de Publicação: 19/08/2021).
Na espécie, o recorrente deixou de apresentar, formal e motivadamente, a repercussão geral a respeito das teses apresentadas, restringindo-se à breve alegação de violação dos princípios do juiz natural e do devido processo legal.
Quanto às alegadas violações, observa-se que o recorrente faz alegações genéricas, limitando-se a afirmar que o acórdão carece de fundamentação e que não observou os princípios supracitados. Contudo, não explica e fundamenta adequadamente de que maneira o Acórdão teria efetivamente violado o dispositivo da Constituição indicado - mormente porque deixa de abordar o cerne do fundamento esposado no acórdão, de que "É inviável o reconhecimento de impedimento de magistrada casada com delegado de polícia se este não funcionou como autoridade policial no inquérito policial que originou ação penal que tramita perante o juízo daquela".
Deste modo, o seguimento do recurso especial encontra óbice na Súmula 284/STF, que aduz: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia" (STJ - AgRg no AREsp: 1064522 MS 2017/0049057-9, Relator: Ministro FELIX FISCHER, Data de Julgamento: 14/11/2017, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 22/11/2017).
Não obstante, este Tribunal entendeu devidamente fundamentada a decisão, ainda que de forma sucinta, consoante jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, reafirmada no julgamento, sob o regime de repercussão geral do AI-RG-QO 791.292/PE, "o artigo 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas" (Tema 339/STF).
Ante o exposto, com base no artigo 1.030, inciso I, alínea "a", do Código de Processo Civil, nega-se seguimento ao recurso no que diz respeito ao Tema 339 do STF e, no mais, não se admite o Recurso Extraordinário.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente

PAUTA DE JULGAMENTO

1ª CÂMARA ESPECIAL

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
1ª Câmara Especial
Coordenadoria Especial – CPE 2G
Pauta de Julgamento
Sessão 1159

Pauta elaborada nos termos da Resolução 354/2020-CNJ e artigo 53 do Regimento Interno deste Tribunal, relativa aos processos abaixo relacionados que serão julgados em Sessão Ordinária, que se realizará de forma presencial (art. 1º, parágrafo único, I, do Ato n. 148/2023-PR), no Plenário II, aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às 8h30min.

Observações: 1) Fica assegurada aos(às) advogados(as) a promoção de sustentação oral de forma híbrida, a saber: presencialmente em Plenário, hipótese em que deverá promover a respectiva inscrição até o início da sessão, de conformidade com o art. 937, § 2º, do CPC; e/ou por videoconferência, (inclusive pelo(a) advogado(a) que possui domicílio profissional na cidade de Porto Velho), observado o disposto no art. 2º da Resolução n. 031/2018-PR, cuja inscrição deverá ser efetuada até as 8h30min (horário local) do dia útil anterior ao da sessão, mediante o encaminhamento de e-mail à Coordenadoria (cesp-cpe2g@tjro.jus.br) atentando-se às demais disposições do art. 937, § 4º, do CPC.

2) Nos termos do que dispõe o art. 2º da Resolução n. 031/2018-PR deste Tribunal, fica estabelecida a plataforma Google Meet para realização da sessão de julgamento, acesso, assistência e eventuais participações para sustentações orais por videoconferência.

3) Aos(Às) advogados(as) e demais interessados que desejarem acompanhar o julgamento dos processos, será disponibilizado, momento antes da sessão, link de acesso no site desta Corte (https://www.tjro.jus.br).

4) Para proferir sustentação oral, é obrigatório o uso de vestes talares pelo(a) advogado(a) conforme disposto no art. 57, § 2º, do RITJRO e no art. 4º da Resolução n. 31/2018-PR.

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 01 7001709-90.2018.8.22.0014 Apelação
Origem: 7001709-90.2018.8.22.0014 Vilhena/3ª Vara Cível
Assunto: Improbidade administrativa/Violação aos princípios administrativos/Dano ao erário/Enriquecimento ilícito
Apelante: Josué Donadon
Advogado: Demétrio Laino Justo Filho (OAB/RO 276)
Advogado: José Marcelo Cardoso de Oliveira (OAB/RO 3598)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Distribuído em 07/12/2022

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 02 7023497-97.2021.8.22.0001 Apelação
Origem: 7023497-97.2021.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara da Fazenda Pública
Assunto: Isenção tributária/Patrimônio indígena/Cancelamento de lançamentos e inscrição em dívida ativa
Apelante: Associação Akot Pytim Adnipa – Do Povo Indígena Karitiana
Advogado: Mário Jonas Freitas Guterres (OAB/RO 272)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Distribuído em 05/06/2023

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 03 0002607-11.2011.8.22.0002 Apelação
Origem: 0002607-11.2011.8.22.0002 Ariquemes/3ª Vara Cível
Assunto: Desocupação de propriedade/Recuperação de áreas degradadas/RESEX/APP
Apelante: Chaules Volban Pozzebon
Advogada: Corina Fernandes Pereira (OAB/RO 2074)
Apelante: Laerte Manoel Correa
Advogada: Corina Fernandes Pereira (OAB/RO 2074)
Apelante: Gilberto Assis Miranda
Advogado: Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303)
Advogado: Gustavo Caetano Gomes (OAB/RO 3269)
Advogado: Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923)
Advogado: Iran da Paixão Tavares Júnior (OAB/RO 5087)
Advogado: Thaline Angélica de Lima (OAB/RO 7196)
Advogado: Wilson Vedana Júnior (OAB/RO 6665)
Apelante: João Gilberto Assis Miranda
Advogado: Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303)
Advogado: Gustavo Caetano Gomes (OAB/RO 3269)
Advogado: Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923)
Advogado: Iran da Paixão Tavares Júnior (OAB/RO 5087)
Advogado: Thaline Angélica de Lima (OAB/RO 7196)
Advogado: Wilson Vedana Júnior (OAB/RO 6665)

Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Redistribuído em 01/12/2022

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 04 0802101-85.2023.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 7015240-37.2022.8.22.0005 Ji-Paraná/3ª Vara Cível
Assunto: Realização de cirurgia
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Agravado: Altemar Pereira da Silva
Advogado: Robson Ferreira Pego (OAB/RO 6306)
Advogada: Larissa Moreira do Nascimento (OAB/RO 10928)
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Distribuído em 08/03/2023

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 05 0800374-91.2023.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 7000507-17.2018.8.22.0002 Ariquemes/4ª Vara Cível
Assunto: Aplicação de lei/Alterações no CAR
Agravante: Agropecuária Nova Vida Ltda
Advogado: Renato Maurilio Lopes (OAB/SP 145802)
Advogado: Pedro Henrique Gomes Peterle (OAB/RO 6912)
Advogado: Severino José Peterle Filho (OAB/RO 437)
Advogado: Sandro Cesar Ramos Bertasso (OAB/SP 322034)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Redistribuído em 09/02/2023

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 06 0800377-46.2023.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 0016498-88.2000.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara de Fazenda Pública
Assunto: Exceção de pré-executividade/Execução
Agravante: SB Comércio Ltda
Advogado: Amadeu Guilherme Lopes Machado (OAB/RO 1225)
Advogado: Amadeu Guilherme Matzenbacher Machado (OAB/RO 4)
Advogado: Moacyr Rodrigues Pontes Netto (OAB/RO 4149)
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Redistribuído em 06/02/2023

n. 07 0801884-42.2023.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 7001762-26.2022.8.22.0016 Costa Marques/Vara Única
Assunto: Fornecimento de tratamento cirúrgico/Revogação
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Agravado: Soely Cassol
Defensor Público: Defensor Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Distribuído em 02/03/2023

n. 08 7088254-66.2022.8.22.0001 Apelação
Origem: 7088254-66.2022.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara de Fazenda Pública
Assunto: Transferência para UTI/Hospital de base ou rede particular/Tratamento médico
Apelante: Priscila Fonseca da Silva
Defensor Público: Defensor Público do Estado de Rondônia
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Distribuído em 21/06/2023

n. 09 0801554-45.2023.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 7014871-37.2022.8.22.0007 Cacoal/4ª Vara Cível
Assunto: Fila de espera do SUS/Realização de procedimento cirúrgico
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Agravado: Aristides Rodrigues
Defensor Público: Defensor Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Redistribuído em 28/02/2023
n. 10 7081956-58.2022.8.22.0001 Apelação

Origem: 7081956-58.2022.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara de Fazenda Pública
Assunto: Execução de multa/Descumprimento de decisão judicial
Apelante: H. M. C.
Advogado: Anne Bianca dos Santos Pimentel (OAB/RO 8490)
Advogada: Luciana Mozer da Silva de Oliveira (OAB/RO 6313)
Advogada: Carina Gassen Martins Clemes (OAB/RO 3061)
Advogado: Lucas Henrique da Silva Gil de Oliveira (OAB/RO 11998)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Apelado: I. A. S.
Apelado: M. M. D. A.
Apelado: F. R. M.
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Distribuído em 02/05/2023

n. 11 7020659-21.2020.8.22.0001 Apelação
Origem: 7020659-21.2020.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara de Fazenda Pública
Assunto: Cobrança/Atraso de pagamento/Atualização monetária e juros
Apelante: Caleche Comércio e Serviços Ltda - Me
Advogada: Raira Vlaxio Azevedo (OAB/RO 7994)
Advogado: Ian Barros Mollmann (OAB/RO 6894)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Distribuído em 27/07/2022

n. 12 0801855-89.2023.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 7016691-91.2022.8.22.0007 Cacoal/1ª Vara Cível
Assunto: Fornecimento de acompanhamento regular em neuropsicologia
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Agravado: Vanda Alves dos Santos
Defensor Público: Defensor Público do Estado de Rondônia
Agravado: H. S. D. B. F.
Defensor Público: Defensor Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Distribuído em 02/03/2023

n. 13 7023511-52.2019.8.22.0001 Apelação
Origem: 7023511-52.2019.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara de Fazenda Pública
Assunto: Pagamento da diferença de vencimentos/Subsídio não pago conforme a legislação
Apelante/Apelado: André Luiz Moura Uchôa
Advogado: João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3669)
Advogada: Maiara Lima Ximenes Trench (OAB/RO 5776)
Apelado/Apelante: Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON
Procurador: Procurador-Geral do IDARON
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Distribuído em 06/02/2020

n. 14 7011160-08.2023.8.22.0001 Apelação
Origem: 7011160-08.2023.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara de Fazenda Pública
Assunto: Concurso público/Nulidade da exigência das fases de TAF e avaliação psicológica/Reingresso na fase competitiva
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Apelado: José Ferreira da Silva Junior
Advogado: Lucas Vieira Pereira de Luna (OAB/AM 4541)
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Distribuído em 02/06/2023

n. 15 7088136-90.2022.8.22.0001 Apelação
Origem: 7088136-90.2022.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara de Fazenda Pública
Assunto: Concurso público/Anulação de questões/Correção da prova discursiva
Apelante: Ramon Rezende da Cunha
Advogada: Katlen de Araújo Delgado (OAB/AM 16571)
Advogado: Leudyano Adeodato Venancio (OAB/AM 11234)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Apelado: CEBRASP - Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos
Advogado: Daniel Barbosa Santos (OAB/DF 13.147)
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Distribuído em 13/06/2023

n. 16 7002007-79.2022.8.22.0002 Apelação
Origem: 7002007-79.2022.8.22.0002 Buritis/2ª Vara Genérica
Assunto: Flexibilização de horário especial/Servidor público estudante
Apelante: Daniel Mesquita de Lacerda Lamarca Cardoso Salvador
Advogado: Rodrigo de Barcelos Taveira (OAB/RO 10421)
Advogado: Roxane Fernandes Ribeiro de Barcelos (OAB/RO 8666)

Apelado: Município de Campo Novo de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Município de Campo Novo de Rondônia
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Distribuído em 16/05/2023

n. 17 7002178-67.2021.8.22.0003 Embargos de Declaração e Agravo Interno e Apelação
Origem: 7002178-67.2021.8.22.0003 Jaru/2ª Vara Cível
Assunto: Nulidade de ato administrativo/Reintegração em cargo público/Indenização por danos morais e materiais/Pagamento de vencimentos
Embargante/Agravada/Apelado: Nubia Rodrigues da Silva
Advogado: Reynaldo Diniz Pereira Neto (OAB/RO 4180)
Embargado/Agravante/Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO
Redistribuído em 18/10/2022

n. 18 7031613-58.2022.8.22.0001 Apelação
Origem: 7031613-58.2022.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara Cível
Assunto: Incapacidade laboral/Acidente de trabalho/Aposentadoria por invalidez
Apelante: Adriana Barbosa da Ressurreição
Advogada: Denise Gonçalves da Cruz Rocha (OAB/RO 1996)
Advogado: Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479)
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Procurador: Procurador Federal do INSS
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Distribuído em 28/06/2023

n. 19 0003779-23.2014.8.22.0021 Apelação
Origem: 0003779-23.2014.8.22.0021 Buritis/2ª Vara Genérica
Assunto: Execução fiscal/Dívida não tributária
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Apelado: Valmir Rodrigues dos Santos
Defensor Público: Defensor Público do Estado de Rondônia
Apelado: Rainha Importação e Exportação Ltda – Me
Defensor Público: Defensor Público do Estado de Rondônia
Apelado: Espólio de Albenite Rodrigues Pego
Defensor Público: Defensor Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Redistribuído em 05/06/2023

n. 20 0802245-59.2023.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 7001479-21.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível
Assunto: Execução fiscal/Nulidade de CDA
Agravante: Supermercados Trento de Rondônia Ltda
Advogado: Sabrina Puga (OAB/RO 4879)
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Distribuído em 13/03/2023

n. 21 7005455-34.2020.8.22.0001 Apelação
Origem: 7005455-34.2020.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos
Assunto: Exceção de pré-executividade/Litispendência/Prescrição intercorrente
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Apelado: Wilson Luiz Carnelos
Advogada: Cristiane Silva Pavin (OAB/RO 8221)
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Distribuído em 05/06/2023

n. 22 0019818-63.2011.8.22.0001 Apelação
Origem: 0019818-63.2011.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara de Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Cíveis
Assunto: Execução fiscal/Cobrança de crédito não-tributário/Ressarcimento ao erário/ Cancelamento CDA
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Apelado: Renato da Costa Mello
Advogado: Miguel Garcia de Queiroz (OAB/RO 3320)
Apelado: Espólio de Liduino Cunha representado pela inventariante
Advogado: David Pinto Castiel (OAB/RO 1363)
Apelada: Maria Araújo Torres
Advogada: Iris da Silva Borges (OAB/RO 7756)
Advogado: Francisco Lopes Coelho (OAB/RO 678)
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Redistribuído em 17/04/2023
n. 23 7007652-07.2021.8.22.0007 Apelação

Origem: 7007652-07.2021.8.22.0007 Cacoal/2ª Vara Cível
Assunto: Execução fiscal/Prescrição/Cobrança do crédito tributário
Apelante: Município de Cacoal
Procurador: Procurador-Geral do Município de Cacoal
Apelado: São Pedro Construções e Incorporações Ltda
Advogado: Fernando da Silva Azevedo (OAB/RO 1293)
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Distribuído em 22/06/2023

n. 24 0013432-09.2014.8.22.0002 Apelação
Origem: 0013432-09.2014.8.22.0002 Ariquemes/1ª Vara Cível
Assunto: Execução fiscal/Prescrição intercorrente
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Apelado: L A da Silva Indústria e Comércio de Madeiras Brutas e Beneficiadas
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Distribuído em 28/06/2023

n. 25 7011163-65.2020.8.22.0001 Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação
Origem: 7011163-65.2020.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara de Fazenda Pública
Assunto: Omissão/Contradição/Obscuridade
Embargante: E J Construtora Ltda - Me
Advogado: José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718)
Advogado: Gustavo Gerola Marsola (OAB/RO 4164)
Embargado: Departamento de Estradas, Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos do Estado de Rondônia – DER/RO
Procurador: Procurador-Geral do DER
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Opostos em 20/04/2023

n. 26 7004761-31.2021.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação
Origem: 7004761-31.2021.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara de Fazenda Pública
Assunto: Omissão/Contradição/Obscuridade
Embargante: Marilena Pedrosa Araujo Gonçalves
Advogado: Carlos Eduardo Vilarins Guedes (OAB/RO 10007)
Embargado: Município de Porto Velho
Procurador: Procurador-Geral do Município de Porto Velho
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Opostos em 06/12/2022

n. 27 0803251-04.2023.8.22.0000 Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento
Origem: 7003453-74.2023.8.22.0005 Ji-Paraná/2ª Vara Cível
Assunto: Omissão/Contradição/Obscuridade
Embargante: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Embargado: Claildo Antonio Tozzo
Advogada: Larissa Moreira do Nascimento (OAB/RO 10928)
Advogado: Robson Ferreira Pego (OAB/RO 6306)
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Opostos em 20/06/2023

n. 28 0802521-95.2020.8.22.0000 Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento
Origem: 0105325-36.2004.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Assunto: Omissão/Contradição/Obscuridade
Embargante: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Embargado: Jamari Distribuidora de Bebidas Ltda – Me
Advogado: Mateus Fernandes Lima da Silva (OAB/RO 9195)
Advogada: Liliane Buge Ferreira (OAB/RO 9191)
Advogado: Rodrigo Tosta Giroldo (OAB/RO 4503)
Embargado: Eustáquio da Silveira Vargas
Advogado: Mateus Fernandes Lima da Silva (OAB/RO 9195)
Advogada: Liliane Buge Ferreira (OAB/RO 9191)
Advogado: Rodrigo Tosta Giroldo (OAB/RO 4503)
Embargado: Fabienne Ignachiti Vargas
Advogado: Mateus Fernandes Lima da Silva (OAB/RO 9195)
Advogada: Liliane Buge Ferreira (OAB/RO 9191)
Advogado: Rodrigo Tosta Giroldo (OAB/RO 4503)
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Opostos em 08/06/2021

n. 29 0811842-86.2022.8.22.0000 Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento
Origem: 7011297-82.2022.8.22.0014 Vilhena/4ª Vara Cível
Assunto: Omissão/Contradição/Obscuridade
Embargante: José Carlos Bezerra de Souza
Advogado: Lester Pontes de Menezes Junior (OAB/RO 2657)
Advogado: Maguis Umberto Correia (OAB/RO 1214)

Advogado: Allan Pereira Guimarães (OAB/RO 1046)
Embargado: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Opostos em 30/05/2023

n. 30 0801298-05.2023.8.22.0000 Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento
Origem: 7016331-79.2019.8.22.0002 Ariquemes/4ª Vara Cível
Assunto: Omissão/Contradição/Obscuridade
Embargante: Larynutri Comércio de Alimentos Eireli – Epp
Advogado: Leonardo Falcão Ribeiro (OAB/RO 5408)
Advogado: Josiane Ormond Nobre (OAB/RO 8470)
Advogada: Maria Luiza da Silva Piccoli (OAB/RO 8916)
Embargado: Município de Ariquemes
Procurador: Procurador-Geral do Município de Ariquemes
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Opostos em 23/05/2023

n. 31 7015020-51.2022.8.22.0001 Agravo em Apelação
Origem: 7015020-51.2022.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara de Fazenda Pública
Assunto: Matrícula em curso de habilitação/Sargentos
Agravante: Uilson Marques dos Santos
Advogada: Fabrine Felix Fossi Bastos (OAB/RO 5918)
Agravante: Leandro da Silva Anacleto
Advogada: Fabrine Felix Fossi Bastos (OAB/RO 5918)
Agravante: Rodrigo Martins Daleprani
Advogada: Fabrine Felix Fossi Bastos (OAB/RO 5918)
Agravante: Wennes de Lima Medeiros
Advogada: Fabrine Felix Fossi Bastos (OAB/RO 5918)
Agravante: Edvan Pereira de Oliveira Bastos
Advogada: Fabrine Felix Fossi Bastos (OAB/RO 5918)
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO
Interposto em 11/10/2022
Retirado em 23/03/2023

n. 32 0805163-36.2023.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento
Origem: 7004384-50.2023.8.22.0014 Vilhena/4ª Vara Cível
Assunto: Realização de procedimento cirúrgico
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Agravado: Valdino Spiess
Advogado: Miguel Adilson de Arruda Moura (OAB/MT 12749)
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Interposto em 22/06/2023

n. 33 0021111-63.2014.8.22.0001 Agravo em Apelação
Origem: 0021111-63.2014.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara de Fazenda Pública
Assunto: Indenização por danos morais e materiais/Imperícia médica
Agravante: Monica Oliveira dos Santos
Defensor Público: Defensor Público do Estado de Rondônia
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia
Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO
Interposto em 15/03/2023

n. 34 0809812-78.2022.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento
Origem: 7002079-42.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível
Assunto: Execução fiscal/Suspensão de efeitos
Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394)
Agravado: Município de Rolim de Moura
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Interposto em 23/05/2023

n. 35 7004022-21.2022.8.22.0002 Agravo em Apelação
Origem: 7004022-21.2022.8.22.0002 Ariquemes/3ª Vara Cível
Assunto: Embargos à execução fiscal/Extinção de débitos tributários
Agravante/Agravado: Nilce de Santana Conejo Silva
Advogado: Job da Silva Ferreira (OAB/RO 5591)
Advogado: Jean Carlos Cordeiro (OAB/RO 11466)
Agravado/Agravante: Município de Ariquemes
Procurador: Procurador-Geral do Município de Ariquemes
Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO
Interposto em 07/03/2023
Interposto em 05/04/2023

n. 36 7049088-95.2020.8.22.0001 Agravo em Apelação

Origem: 7049088-95.2020.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara de Fazenda Pública
Assunto: Cobrança/Saldo de contrato administrativo de obra pública/Reajuste de preço
Apelante/Agravante: E J Construtora Ltda – Me
Advogado: José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718)
Advogado: Gustavo Gerola Marsola (OAB/RO 4164)
Apelado/Agravado: Departamento de Estradas, Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos do Estado de Rondônia – DER/RO
Procurador: Procurador-Geral do DER
Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO
Interposto em 19/04/2023

n. 37 0800951-69.2023.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento
Origem: 7077971-81.2022.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara de Fazenda Pública
Assunto: Inclusão no Simples Nacional
Agravante: Casulinho Cuidados em Pediatria Sociedade Simples
Advogado: Fábio Resende de Almeida Dueti (OAB/AC 5822)
Agravado: Município de Porto Velho
Procurador: Procurador-Geral do Município de Porto Velho
Agravado: Secretário da Fazenda do Município de Porto Velho
Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO
Interposto em 19/06/2023

Porto Velho, 17 de julho de 2023

Exmo. Des. Glodner Luiz Pauletto
Presidente da 1ª Câmara Especial

1ª CÂMARA CRIMINAL

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
1ª Câmara Criminal
Pauta de Julgamento
Sessão n. 1776

Pauta elaborada nos termos da Resolução n. 354/2020-CNJ e artigo 53 do Regimento Interno deste Tribunal, relativa aos processos abaixo relacionados que serão julgados em Sessão Ordinária, que se realizará de forma presencial (art. 1º, parágrafo único, I, do Ato n. 148/2023-PR), no Plenário I, aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às 8h30min.
Observações: 1) Fica assegurada aos(às) advogados(as) a promoção de sustentação oral de forma híbrida, a saber: presencialmente no Plenário I, hipótese em que deverá promover a respectiva inscrição até o início da sessão, de conformidade com o art. 937, § 2º, do CPC; e/ou por videoconferência (inclusive pelo(a) advogado(a) que possui domicílio profissional na cidade de Porto Velho), observado o disposto no art. 2º da Resolução n. 031/2018-PR, cuja inscrição deverá ser efetuada até as 8h30min (horário local) do dia útil anterior ao da sessão, mediante o encaminhamento de e-mail à Coordenadoria (pautascriminaisc@tjro.jus.br) atentando-se às demais disposições do art. 937, § 4º, do CPC.
2) Nos termos do que dispõe o art. 2º da Resolução n. 031/2018-PR deste Tribunal, fica estabelecida a plataforma Google Meet para realização da sessão de julgamento, acesso, assistência e eventuais participações para sustentações orais por videoconferência.
3) Aos(Às) advogados(as) e demais interessados que desejarem acompanhar o julgamento dos processos, será disponibilizado, momento antes da sessão, link de acesso no site desta Corte (https://www.tjro.jus.br).
4) Para proferir sustentação oral, é obrigatório o uso de vestes talares pelo(a) advogado(a) conforme disposto no art. 57, § 2º, do RITJRO e no art. 4º da Resolução n. 31/2018-PR.

n. 01 - 0809258-46.2022.8.22.0000 Revisão Criminal
Origem: 0004041-83.2012.8.22.0007 Cacoal/1ª Vara Criminal
Revisionando: Jeferson Morais Santos
Advogado: Rhazzes Morais Delgado (OAB/MT 20707)
Advogada: Adrielly de Jesus Botelho de Oliveira (OAB/MT 31097)
Revisionado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 26/09/2022
Pedido de vista formulado na sessão de julgamento realizada em 13/07/2023
Pautado em conformidade com o Art. 131, § 1º do RI/TJRO
Decisão parcial: “APÓS O RELATOR VOTAR PARA NÃO CONHECER A REVISÃO CRIMINAL, PEDIU VISTA ANTECIPADA O DESEMBARGADOR JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ. O DESEMBARGADOR VALDECI CASTELLAR CITON AGUARDA.”.

n. 02 - 0804089-44.2023.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 1005626-86.2017.8.22.0005 Porto Velho/Vara de Execuções e Contravenções Penais
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Otacílio Paiva Filho
Advogada: Jaqueline Mainardi (OAB/RO 8520)

Relator: DES. JORGE LEAL
Distribuído por sorteio em 28/04/2023
Pedido de vista formulado na sessão de julgamento realizada em 13/07/2023
Pautado em conformidade com o Art. 131, § 1º do RI/TJRO
Decisão parcial: "APÓS O RELATOR VOTAR PELO PROVIMENTO DO AGRAVO, PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR VALDECI CASTELLAR CITON. O DESEMBARGADOR JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ AGUARDA.".

n. 03 - 0805041-23.2023.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 0002190-79.2012.8.22.0501 Porto Velho/Vara de Execuções e Contravenções Penais
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Wagner Marques de Sá Azevedo ou Fagner Marques de Azevedo
Advogada: Ilka da Silva Vieira (OAB/RO 9383)
Relator: DES. JORGE LEAL
Distribuído por sorteio em 19/05/2023
Pedido de vista formulado na sessão de julgamento realizada em 13/07/2023
Pautado em conformidade com o Art. 131, § 1º do RI/TJRO
Decisão parcial: "APÓS O RELATOR VOTAR PELO PROVIMENTO DO AGRAVO, PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR VALDECI CASTELLAR CITON. O DESEMBARGADOR JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ AGUARDA.".

n. 04 - 0802486-33.2023.8.22.0000 Embargos de Declaração em Habeas Corpus
Origem: 7001680-64.2023.8.22.0014 Vilhena/1ª Vara Criminal
Embargante: Sidiney Lima do Carmo
Advogado: Helio Rodrigues dos Santos (OAB/RO 7261)
Advogado: Luciano Alves Rodrigues dos Santos (OAB/RO 8205)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Opostos em 31/05/2023

n. 05 - 0804117-12.2023.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 7001893-85.2023.8.22.0009 Pimenta Bueno/1ª Vara Criminal
Paciente: Weverson Rener do Nascimento Silva
Impetrante: (Advogado): Maxcilio Bezerra Lima (OAB/CE 46078)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Pimenta Bueno/RO
Relator: DES. JORGE LEAL
Distribuído por sorteio em 29/04/2023
Redistribuído por sorteio em 02/05/2023

n. 06 - 7001078-46.2022.8.22.0002 Apelação
Origem: 7001078-46.2022.8.22.0002 Ariquemes/3ª Vara Criminal e de Delitos de Trânsito
Apelante: Luiz Fernando Fabri
Advogado: Reginaldo Ferreira dos Santos (OAB/RO 5947)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por sorteio em 02/05/2023

n. 07 - 7000396-61.2022.8.22.0012 Apelação
Origem: 7000396-61.2022.8.22.0012 Colorado do Oeste/1ª Vara Genérica
Apelante: Andresson da Silva Dantas
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por sorteio em 20/06/2023

n. 08 - 7006612-93.2021.8.22.0005 Apelação
Origem: 7006612-93.2021.8.22.0005 Ji-Paraná/3ª Vara Criminal e de Delitos de Trânsito
Apelante: Ademilson de Almeida Farias
Advogado: Nilton Cezar Rios (OAB/RO 1795)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por sorteio em 23/05/2023

n. 09 - 0001667-46.2016.8.22.0010 Apelação
Origem: 0001667-46.2016.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Criminal
Apelante: Rafael Pereira Da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por sorteio em 04/05/2023

n. 10 - 7015020-82.2021.8.22.0002 Apelação
Origem: 7015020-82.2021.8.22.0002 Ariquemes/3ªVara Criminal
Apelante: Gilmar Candido Goncalves
Advogado: Igor Henrique Domingos (OAB/RO 9884)
Advogado: Edinalvo Antônio de Oliveira (OAB/RO 10765)
Advogado: Hugo Henrique da Cunha (OAB/RO 9730)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Osny Claro de Oliveira
Distribuído por sorteio em 06/02/2023

n. 11 - 7013541-11.2022.8.22.0005 Apelação
Origem: 7013541-11.2022.8.22.0005 Ji-Paraná/1ª Vara Criminal
Apelante: Osmar Santana
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: Marcio de Oliveira Ferreira
Advogada: Letícia Eler de Almeida (OAB/RO 9453)
Advogada: Eliana Aparecida Francisca de Abreu (OAB/RO 7917)
Advogado: Marcos Medino Poleski (OAB/RO 9176)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Osny Claro de Oliveira
Distribuído por sorteio em 14/11/2022

n. 12 - 7011704-18.2022.8.22.0005 Apelação
Origem: 7011704-18.2022.8.22.0005 Ji-Paraná/1ª Vara Criminal
Apelante: Henrique Kauã da Silva Toscano
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Osny Claro de Oliveira
Distribuído por sorteio em 25/05/2023

n. 13 - 7009222-34.2021.8.22.0005 Apelação
Origem: 7009222-34.2021.8.22.0005 Ji-Paraná/3ª Vara Criminal e de Delitos de Trânsito
Apelante: Flávio Diogo
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Osny Claro de Oliveira
Distribuído por sorteio em 29/03/2023

n. 14 - 7007237-36.2021.8.22.0003 Apelação
Origem: 7007237-36.2021.8.22.0003 Jaru/1ª Vara Criminal
Apelante: Welington Leandro Alves de Moura
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: Wdson Alves da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Osny Claro de Oliveira
Distribuído por sorteio em 10/02/2023

n. 15 - 7007019-50.2022.8.22.0010 Apelação
Origem: 7007019-50.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Criminal
Apelante: Weverton da Silva Venâncio
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: Rafael Medeiro Sabino
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Osny Claro de Oliveira
Distribuído por sorteio em 30/01/2023
Redistribuído por prevenção em 08/02/2023

n. 16 - 7003105-29.2023.8.22.0014 Apelação
Origem: 7003105-29.2023.8.22.0014 Vilhena/1ª Vara Criminal
Apelante: Halan Bruno Felipe de Souza Gonçalves
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia

Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Osny Claro de Oliveira
Distribuído por sorteio em 13/06/2023

n. 17 - 7002283-08.2021.8.22.0015 Apelação
Origem: 7002283-08.2021.8.22.0015 Guajará Mirim/1ª Vara Criminal
Apelante: Deivid Pereira Pinheiro
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Osny Claro de Oliveira
Distribuído por sorteio em 26/06/2023

n. 18 - 7001990-82.2023.8.22.0010 Apelação
Origem: 7001990-82.2023.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Criminal
Apelante: Cleverson Schmidt
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Osny Claro de Oliveira
Distribuído por sorteio em 22/06/2023

n. 19 - 7000584-39.2022.8.22.0017 Apelação
Origem: 7000584-39.2022.8.22.0017 Alta Floresta do Oeste/Vara Única
Apelante: Guilherme Esmeralino Costa
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Osny Claro de Oliveira
Distribuído por sorteio em 25/05/2023

n. 20 - 0015764-04.2014.8.22.0501 Apelação
Origem: 0015764-04.2014.8.22.0501 Porto Velho/2ª Vara Criminal
Apelante: Jhonatan Batista Eguez
Advogada: Brena Juliane Teixeira de Andrada (OAB/RO 12602)
Advogado: Gabriel Martins Monteiro (OAB/RO 9839)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Osny Claro de Oliveira
Distribuído por sorteio em 09/02/2023

n. 21 - 0004831-38.2019.8.22.0002 Apelação
Origem: 0004831-38.2019.8.22.0002 Ariquemes/1ª Vara Criminal
Apelante: Elvis Freitas de Souza
Advogado: Francis Hency Oliveir Almeida de Lucena (OAB/RO 11026)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por sorteio em 24/03/2022

n. 22 - 0001847-42.2019.8.22.0015 Apelação
Origem: 0001847-42.2019.8.22.0015 Porto Velho/3ª Vara Criminal
Apelante: Michel Pereira Mota
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: Osmar Willi Eckert Filho
Advogado: Guilherme dos Santos Scheidt (OAB/RO 11303)
Advogada: Yamile Nataly Esper (OAB/RO 12580)
Advogada: Janaina Pereira de Souza Florentino (OAB/RO 1502)
Advogada: Cherislene Pereira de Souza (OAB/RO 1015)
Advogado: Aurison da Silva Florentino (OAB/RO 308)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Osny Claro de Oliveira
Distribuído por sorteio em 13/04/2023

n. 23 - 0001459-32.2020.8.22.0007 Apelação
Origem: 0001459-32.2020.8.22.0007 Cacoal/2ª Vara Criminal
Apelante: Izac dos Santos
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia

Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Osny Claro de oliveira
Distribuído por sorteio em 11/05/2023

n. 24 - 0001402-05.2011.8.22.0015 Apelação
Origem: 0001402-05.2011.8.22.0015 Guajará Mirim/1ª Vara Criminal
Apelante: Edmundo de Souza Cruz
Advogada: Suelen Nara Lima da Silva (OAB/RO 8667)
Advogado: Alexandre dos Santos Nogueira (OAB/RO 2892)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Osny Claro de Oliveira
Distribuído por sorteio em 28/02/2023

n. 25 - 0000693-92.2019.8.22.0013 Apelação
Origem: 0000693-92.2019.8.22.0013 Cerejeiras/2ª Vara Genérica
Apelante: Dionismar Pereira dos Santos
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Osny Claro de Oliveira
Distribuído por sorteio em 13/03/2023

n. 26 - 0000256-80.2016.8.22.0005 Apelação
Origem: 0000256-80.2016.8.22.0005 Ji-Paraná/3ª Vara Criminal e de Delitos de Trânsito
Apelante: Joelson da Silva Resende
Advogada: Jakeline Gella de Oliveira (OAB/RO 9114)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Osny Claro de Oliveira
Distribuído por sorteio em 13/04/2023

n. 27 - 0000152-25.2020.8.22.0013 Apelação
Origem: 0000152-25.2020.8.22.0013 Cerejeiras/1ª Vara Genérica
Apelante: Marcos Haniell Cortes Feliciano
Advogado: Fernando Milani e Silva (OAB/RO 186)
Advogado: Fernando Milani e Silva Filho (OAB/PR 80244)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Osny Claro de Oliveira
Distribuído por sorteio em 12/04/2023

n. 28 - 0000113-68.2019.8.22.0011 Apelação
Origem: 0000113-68.2019.8.22.0011 Alvorada do Oeste/Vara Única
Apelante: Jonatas Cesar de Jesus
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Osny Claro de Oliveira
Distribuído por sorteio em 17/03/2023

n. 29 - 0000036-07.2020.8.22.0017 Apelação
Origem: 0000036-07.2020.8.22.0017 Alta Floresta do Oeste/Vara Única
Apelante: Tiago de Azevedo
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Osny Claro de Oliveira
Distribuído por sorteio em 25/05/2023

n. 30 - 0000018-38.2019.8.22.0011 Apelação
Origem: 0000018-38.2019.8.22.0011 Alvorada do Oeste/Vara Única
Apelante/Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelada/Apelante: Alcione Cagliari Barbosa
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado/Apelante: Guilherme Antonio Piva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado/Apelante: Ivo Lacerda dos Santos

Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado/Apelante: Jaine da Silva de Oliveira
Advogado: Rafael Silva Arenhardt (OAB/RO 10525)
Apelado/Apelante: Elivelton de Souza
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Danilo Santos Barbieri
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Luan Patrik de Jesus da Cruz
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 20/10/2021
Adiado da sessão em 27/04/2023
Retirado da sessão em 04/05/2023

n. 31 - 0000013-50.2018.8.22.0011 Apelação
Origem: 0000013-50.2018.8.22.0011 Alvorada do Oeste/Vara Única
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Lucianno Feitosa da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Distribuído por sorteio em 29/11/2022

n. 32 - 0001041-73.2020.8.22.0014 Apelação
Origem: 0001041-73.2020.8.22.0014 Vilhena/1ª Vara Criminal
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Francisco Farias da Glória
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Distribuído por sorteio em 19/08/2022
Redistribuído por prevenção em 21/11/2022

n. 33 - 0014713-79.2019.8.22.0501 Apelação
Origem: 0014713-79.2019.8.22.0501 Porto Velho/1ª Vara do Tribunal do Júri
Apelante: Leonardo Santana Mendes
Advogado: Manoel Nazareno Carvalho da Silva Junior (OAB/RO 8898)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 26/09/2022
Redistribuído por prevenção em 08/11/2022

n. 34 - 7001338-17.2022.8.22.0005 Apelação
Origem: 7001338-17.2022.8.22.0005 Ji-Paraná/3ª Vara Criminal e de Delitos de Trânsito
Apelante: Bruna Késia dos Santos Feitosa
Advogado: Paulo Vindoura Gomes (OAB/MT 27980)
Advogado: Marciano Xavier das Neves (OAB/MT 11190)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 08/08/2022
Redistribuído por prevenção em 19/08/2022

n. 35 - 0001943-05.2015.8.22.0013 Apelação
Origem: 0001943-05.2015.8.22.0013 Cerejeiras/1ª Vara Genérica
Apelante: Eliseu Fernandes da Silva
Advogada: Monica Grasiela de Matias (OAB/RO 11148)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 04/11/2022

n. 36 - 0015774-77.2016.8.22.0501 Apelação
Origem: 0015774-77.2016.8.22.0501 Porto Velho/2ª Vara Criminal
Apelante: Fabrício de Oliveira Siqueira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 25/11/2022

n. 37 - 0000436-23.2021.8.22.0005 Apelação
Origem: 0000436-23.2021.8.22.0005 Ji-Paraná/1ª Vara Criminal
Apelante: Pedro Pereira da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 14/11/2022

n. 38 - 7000423-47.2022.8.22.0011 Apelação
Origem: 7000423-47.2022.8.22.0011 Alvorada do Oeste/Vara Única
Apelante: Jaqueline Granja de Almeida
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 13/12/2022

n. 39 - 7010251-92.2021.8.22.0014 Apelação
Origem: 7010251-92.2021.8.22.0014 Vilhena/1ª Vara Criminal
Apelante: Patrick Jhonatan Lerois Alves
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 13/12/2022

n. 40 - 7045059-65.2021.8.22.0001 Apelação
Origem: 7045059-65.2021.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Apelante: Jandir Salcedo Vassinave
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 07/11/2022
Adiado da sessão em 15/06/2023
Retirado da sessão em 22/06/2023

n. 41 - 0002467-15.2018.8.22.0007 Apelação
Origem: 0002467-15.2018.8.22.0007 Cacoal/2ª Vara Criminal
Apelante: Italo Henrique de Souza
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 03/11/2022
Adiado da sessão em 15/06/2023
Retirado da sessão em 22/06/2023

n. 42 - 0001226-71.2021.8.22.0501 Apelação
Origem: 0001226-71.2021.8.22.0501 Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Apelante: Rosinaldo Alves Feitosa
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 18/11/2022

n. 43 - 7004312-61.2021.8.22.0005 Apelação
Origem: 7004312-61.2021.8.22.0005 Ji-Paraná/1ª Vara Criminal
Apelante: Eliseu Segatto Pereira
Advogado: Dheime Sandra de Matos (OAB/RO 3658)
Advogada: Márcia de Oliveira Lima (OAB/RO 3495)
Advogada: Layanna Mabia Mauricio (OAB/RO 3856)
Advogada: Fernanda Naiara Almeida Dias (OAB/RO 5199)
Advogado: Mauricio Mauricio Filho (OAB/RO 8826)
Advogado: Eduardo Belmonth Furno (OAB/RO 5539)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA

Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 07/11/2022
Redistribuído por prevenção em 08/11/2022

n. 44 - 7001331-25.2022.8.22.0005 Apelação
Origem: 7001331-25.2022.8.22.0005 Ji-Paraná/3ª Vara Criminal e de Delitos de Trânsito
Apelante: José Paulo Silva Santos
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Distribuído por sorteio em 25/11/2022

n. 45 - 0001300-51.2018.8.22.0010 Apelação
Origem: 0001300-51.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Criminal
Apelante: Lucas Nunes de Souza
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 24/11/2022

n. 46 - 7038301-36.2022.8.22.0001 Apelação
Origem: 7038301-36.2022.8.22.0001 Porto Velho/4ª Vara Criminal
Apelante: Jardel Silva Vieira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: Leonardo Ferreira de Oliveira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 15/12/2022

n. 47 - 0005545-32.2018.8.22.0002 Apelação
Origem: 0005545-32.2018.8.22.0002 Ariquemes/3ª Vara Criminal
Apelante: Luís Gonzaga Matos Nascimento
Advogado: Dimas Queiroz de Oliveira Júnior (OAB/RO 2622)
Advogado: José de Souza Lima Junior (OAB/RO 1622)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 28/09/2022
Redistribuído por prevenção em 12/12/2022

n. 48 - 1001913-76.2017.8.22.0014 Apelação
Origem: 1001913-76.2017.8.22.0014 Vilhena/1ª Vara Criminal
Apelante: Teo Sanderson Rodrigues da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 08/12/2022

n. 49 - 7042892-41.2022.8.22.0001 Apelação
Origem: 7042892-41.2022.8.22.0001 Porto Velho/3ª Vara Criminal
Apelante: Ivan Bento da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 14/12/2022

n. 50 - 7004061-76.2022.8.22.0015 Apelação
Origem: 7004061-76.2022.8.22.0015 Guajará Mirim/1ª Vara Criminal
Apelante: Luiz Angelo Lima Ferreira
Advogado: André Lima Sousa (OAB/CE 32709)
Advogado: Nivaldo Ribera de Oliveira (OAB/RO 3527)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 15/12/2022

n. 51 - 0000131-74.2019.8.22.0501 Apelação
Origem: 0000131-74.2019.8.22.0501 Porto Velho/1ª Vara Criminal
Apelante: Willian Aparecido Garcia
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 02/12/2022

n. 52 - 0001748-41.2020.8.22.0014 Apelação
Origem: 0001748-41.2020.8.22.0014 Vilhena/1ª Vara Criminal
Apelante: Jeferson Rafael Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Distribuído por sorteio em 08/12/2022

n. 53 - 7000751-53.2022.8.22.0018 Apelação
Origem: 7000751-53.2022.8.22.0018 Santa Luzia do Oeste/Vara Única
Apelante: Weverton dos Santos
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 04/11/2022
Adiado da sessão em 15/06/2023
Retirado da sessão em 22/06/2023

n. 54 - 7036520-13.2021.8.22.0001 Apelação
Origem: 7036520-13.2021.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara Criminal
Apelante: Mailson Nascimento Santos
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 22/11/2022

n. 55 - 7012104-66.2021.8.22.0005 Apelação
Origem: 7012104-66.2021.8.22.0005 Ji-Paraná/1ª Vara Criminal
Apelante: Eduardo Sérgio Barbosa dos Santos Júnior
Advogado: Alexandre Barneze (OAB/RO 2660)
Advogado: Nilton Cezar Rios (OAB/RO 1795)
Advogado: Clederson Viana Alves (OAB/RO 1087)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 30/11/2022

n. 56 - 0000695-82.2021.8.22.0501 Apelação
Origem: 0000695-82.2021.8.22.0501 Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Apelante: Cristian Marques Souza Ribeiro
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 28/09/2022
Redistribuído por prevenção em 10/10/2022

n. 57 - 0000247-61.2020.8.22.0011 Apelação
Origem: 0000247-61.2020.8.22.0011 Alvorada do Oeste/Vara Única
Apelante: Fabrício dos Anjos Saturnino
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 01/12/2022

n. 58 - 0003316-55.2016.8.22.0007 Apelação
Origem: 0003316-55.2016.8.22.0007 Cacoal/1ª Vara Criminal
Apelante: Jeferson Félix da Silva
Advogado: Nilton Cezar Rios (OAB/RO 1795)

Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 14/10/2022
Redistribuído por prevenção em 06/12/2022

n. 59 - 7006390-22.2021.8.22.0007 Apelação
Origem: 7006390-22.2021.8.22.0007 Cacoal/1ª Vara Criminal
Apelante: Edilson Júnior Silva Alves
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 13/04/2022

n. 60 - 1000420-03.2017.8.22.0002 Apelação
Origem: 1000420-03.2017.8.22.0002 Ariquemes/1ª Vara Criminal
Apelante: Francivaldo Gomes dos Santos
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 13/09/2022
Redistribuído por prevenção em 06/12/2022

n. 61- 0000418-45.2020.8.22.0002 Apelação
Origem: 0000418-45.2020.8.22.0002 Ariquemes/3ª Vara Criminal
Apelante: Ronaldo Rodrigues Pegos
Advogado: Maurício Boni Duarte Azevedo (OAB/RO 6283)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Distribuído por sorteio em 10/11/2022

n. 62 - 0005392-20.2019.8.22.0501 Apelação
Origem: 0005392-20.2019.8.22.0501 Porto Velho/1ª Vara Criminal
Apelante: Roberta Bento Marcondes Guidio
Advogado: Odalto Massayuki Yaguinuma Júnior (OAB/RO 9071)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Distribuído por sorteio em 02/12/2022

n. 63 - 0001169-27.2019.8.22.0015 Apelação
Origem: 0001169-27.2019.8.22.0015 Guajará Mirim/2ª Vara Criminal
Apelante: Weuller Acacio Ferreira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: Ezequiel Velarde Idagua
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 08/02/2023

n. 64 - 0000333-26.2020.8.22.0013 Apelação
Origem: 0000333-26.2020.8.22.0013 Cerejeiras/1ª Vara Criminal
Apelante/Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado/Apelante: Jeferson de Andrade Alvisi
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 06/09/2022

n. 65 - 7004318-68.2021.8.22.0005 Apelação
Origem: 7004318-68.2021.8.22.0005 Ji-Paraná/1ª Vara Criminal
Apelante: Erivelton Pereira
Advogado: Justino Araújo (OAB/RO 1038)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 29/05/2023

n. 66 - 1000368-77.2017.8.22.0011 Apelação
Origem: 1000368-77.2017.8.22.0011 Alvorada do Oeste/Vara Única
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Sebastião Pereira do Nascimento
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 24/05/2023

n. 67 - 7018454-45.2022.8.22.0002 Apelação
Origem: 7018454-45.2022.8.22.0002 Ariquemes/3ª Vara Criminal
Apelante: Cleiton de Oliveira Santos
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 05/05/2023

n. 68 - 0002657-43.2021.8.22.0501 Apelação
Origem: 0002657-43.2021.8.22.0501 Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Apelante: Andre Luis Mendonca de Lima
Advogada: Ivanilde Marcelino de Castro (OAB/RO 1552)
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 24/11/2021

n. 69 - 7081718-39.2022.8.22.0001 Apelação
Origem: 7081718-39.2022.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara de Delitos de Tóxicos
Apelante: Ferdinandes Duran Santana
Advogado: Noé de Jesus Lima (OAB/RO 9407)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 02/06/2023

n. 70 - 7013925-71.2022.8.22.0005 Apelação
Origem: 7013925-71.2022.8.22.0005 Ji-Paraná/1ª Vara Criminal
Apelante: Marcos Del Puppo Poiqui
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 21/11/2022

n. 71 - 0000675-55.2020.8.22.0007 Apelação
Origem: 0000675-55.2020.8.22.0007 Cacoal/2ª Vara Criminal
Apelante: Cleiton da Luz da Silveira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 23/03/2023

n. 72 - 7000622-66.2022.8.22.0012 Apelação
Origem: 7000622-66.2022.8.22.0012 Colorado do Oeste/1ª Vara Genérica
Apelante: Wanderley Silva Alves Macedo
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: Maycon Tallis Oliveira de Moraes
Advogado: Maycon Cristian Pinho (OAB/RO 2030)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 09/02/2023

n. 73 - 0003349-55.2019.8.22.0002 Apelação
Origem: 0003349-55.2019.8.22.0002 Ariquemes/3ª Vara Criminal
Apelante: Geovane Ferreira de Macedo

Advogado: Cesar Eduardo Manduca Pacios (OAB/RO 520)
Apelante: Raimundo Nonato Lima Paiva
Advogado: Wladislau Kucharski Neto (OAB/RO 3335)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 24/01/2023

n. 74 - 1000588-75.2017.8.22.0011 Apelação
Origem: 1000588-75.2017.8.22.0011 Alvorada do Oeste/Vara Única
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Dorival Pedro da Silva
Advogado: José de Arimatéia Alves (OAB/RO 1693)
Apelada: Andressa Pedroni da Luz
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 28/12/2022

n. 75 - 0002509-66.2020.8.22.0501 Apelação
Origem: 0002509-66.2020.8.22.0501 Porto Velho/2ª Vara do Tribunal do Júri
Apelante: Carlos Pereira de Oliveira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 24/03/2022
Redistribuído por prevenção em 28/04/2022

n. 76 - 7000438-28.2022.8.22.0007 Apelação
Origem: 7000438-28.2022.8.22.0007 Cacoal/2ª Vara Criminal
Apelante: Vanderli Carlos Bernardino
Advogado: Thiago Luis Alves (OAB/RO 8261)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 02/03/2023

n. 77 - 7056962-63.2022.8.22.0001 Apelação
Origem: 7056962-63.2022.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara Criminal
Apelante: Rodrigo Cesar Paes Amaral
Advogada: Naylin Nicolle Paixão Nunes (OAB/RO 9228)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 21/06/2023

n. 78 - 1001251-48.2017.8.22.0003 Apelação
Origem: 1001251-48.2017.8.22.0003 Jaru/1ª Vara Criminal
Apelante: Jeferson Peixoto Ramos
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 19/06/2023

n. 79 - 7001910-71.2021.8.22.0016 Apelação
Origem: 7001910-71.2021.8.22.0016 Costa Marques/Vara Única
Apelante: Herivelton Ferreira Camargo
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 18/01/2023

n. 80 - 7009093-29.2021.8.22.0005 Apelação
Origem: 7009093-29.2021.8.22.0005 Ji-Paraná/3ª Vara Criminal e de Delitos de Trânsito
Apelante: Fábio de Jesus Modesto
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia

Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 18/01/2023
Redistribuído por prevenção em 03/02/2023

n. 81 - 0016475-33.2019.8.22.0501 Apelação
Origem: 0016475-33.2019.8.22.0501 Porto Velho/4ª Vara Criminal
Apelante: João Paulo Ribeiro de Lima
Advogada: Talissa Naiara Elias Lima (OAB/RO 9552)
Advogado: Álvaro Alves da Silva (OAB/RO 7586)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Distribuído por sorteio em 21/03/2023

n. 82 - 0004491-31.2018.8.22.0002 Apelação
Origem: 0004491-31.2018.8.22.0002 Ariquemes/3ª Vara Criminal
Apelante: Cleimar Piva de Oliveira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Distribuído por sorteio em 04/04/2023

n. 83 - 0000286-12.2021.8.22.0015 Apelação
Origem: 0000286-12.2021.8.22.0015 Guajará Mirim/2ª Vara Criminal
Apelante: Jonas Cajareco Atiare
Advogado: Aurison da Silva Florentino (OAB/RO 308)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Distribuído por sorteio em 05/04/2023

n. 84 - 7010791-14.2023.8.22.0001 Apelação
Origem: 7010791-14.2023.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara Criminal
Apelante: Alessandro Vieira Nobre
Advogada: Adriana Nobre Belo Vilela (OAB/RO 4408)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Distribuído por sorteio em 27/04/2023

n. 85 - 0000964-22.2019.8.22.0007 Apelação
Origem: 0000964-22.2019.8.22.0007 Cacoal/2ª Vara Criminal
Apelante: Luana da Silva Sales
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 30/01/2023

n. 86 - 7079384-32.2022.8.22.0001 Remessa Necessária Criminal
Origem: 7079384-32.2022.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara Criminal
Requerente: Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho/RO
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Reabilitante: Caio Souza Araujo
Advogada: Naylin Nicolle Paixão Nunes (OAB/RO 9228)
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por sorteio em 09/05/2023
Redistribuído por prevenção em 26/05/2023

n. 87 - 7000862-36.2023.8.22.0007 Remessa Necessária Criminal
Origem: 7000862-36.2023.8.22.0007 Cacoal/2ª Vara Criminal
Requerente: Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cacoal/RO
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Reabilitante: Mario Cesar Barroso Siqueira
Advogado: Johnny Roberto de Castro Santana (OAB/SP 343919)
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por sorteio em 25/04/2023
Redistribuído por prevenção em 26/05/2023

n. 88 - 7004297-18.2023.8.22.0007 Remessa Necessária Criminal
Origem: 7004297-18.2023.8.22.0007 Cacoal/1ª Vara Criminal
Requerente: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Cacoal/RO
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Reabilitante: Jucimar Storari do Carmo
Advogado: Hiosef Kenedy Santos Storari (OAB/ES 34265)
Advogada: Ágatha Kris dos Santos Storari (OAB/ES 32078)
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 04/05/2023
Redistribuído por prevenção em 27/06/2023

n. 89 - 0807131-72.2021.8.22.0000 Revisão Criminal
Origem: 0003379-08.2010.8.22.0002 Ariquemes/1ª Vara Criminal
Revisionando: Erbisson Ferreira Fonseca
Advogado: Juscelio Angelo Ruffo (OAB/RO 8133)
Revisionado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 27/07/2021
Redistribuído por sorteio em 31/05/2023

n. 90 - 7004088-64.2023.8.22.0002 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 7004088-64.2023.8.22.0002 Ariquemes/1ª Vara Criminal
Recorrente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Recorrido: Júnior Gonçalves Pereira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por sorteio em 06/06/2023

n. 91 - 7011979-58.2022.8.22.0007 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 7011979-58.2022.8.22.0007 Cacoal/2ª Vara Criminal
Recorrente: Fábio Júnior Martins da Silva
Advogado: Thiago Luís Alves (OAB/RO 8261)
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Distribuído por sorteio em 23/11/2022

n. 92 - 0802573-23.2022.8.22.0000 Agravo Interno em Agravo de Execução Penal
Origem: 0129407-81.2007.8.22.0501 Porto Velho/Vara de Execuções e Contravenções Penais
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Alexandre de Freitas Souza
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Interposto em 10/10/2022

n. 93 - 0804153-88.2022.8.22.0000 Agravo Interno em Agravo de Execução Penal
Origem: 2000274-29.2019.8.22.0501 Porto Velho/Vara de Execuções e Contravenções Penais
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Pedro Henrique Salviano Barros
Advogado: Kelve Mendonça Lima (OAB/RO 9609)
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Interposto em 26/10/2022

n. 94 - 0803299-94.2022.8.22.0000 Agravo Interno em Agravo de Execução Penal
Origem: 0013521-19.2016.8.22.0501 Porto Velho/Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Rodrigo Sales dos Santos
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Interposto em 14/11/2022

n. 95 - 0803136-80.2023.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 4001351-68.2021.8.22.0501 Porto Velho/Vara de Execuções e Contravenções Penais
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravada: Arcilaine Beatriz da Silva Chaves
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Distribuído por sorteio em 05/04/2023

n. 96 - 0800590-52.2023.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 0017435-82.2002.8.22.0501 Porto Velho/Vara de Execuções e Contravenções Penais
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Vanciclei Lima de Araújo
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Distribuído por sorteio em 26/01/2023

n. 97 - 0801823-84.2023.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 1000081-12.2011.8.22.0501 Porto Velho/Vara de Execuções e Contravenções Penais
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Adriano Ribeiro de Castro
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Distribuído por sorteio em 01/03/2023
Redistribuído por prevenção em 29/03/2023

n. 98 - 0812559-98.2022.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 2000098-84.2018.8.22.0501 Porto Velho/Vara de Execuções e Contravenções Penais
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: André da Silva Gualbano
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Distribuído por sorteio em 21/12/2022

n. 99 - 0803437-27.2023.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 4000564-05.2022.8.22.0501 Porto Velho/Vara de Execuções e Contravenções Penais
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: David Eduardo Meireles Aquino
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Distribuído por sorteio em 13/04/2023

n. 100 - 0800262-25.2023.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 1003467-40.2017.8.22.0501 Porto Velho/Vara de Execuções e Contravenções Penais
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Davi da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Distribuído por sorteio em 17/01/2023

n. 101 - 0800550-70.2023.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 0011791-70.2016.8.22.0501 Porto Velho/Vara de Execuções e Contravenções Penais
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Leandro Alves Aguiar
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Distribuído por sorteio em 25/01/2023

n. 102 - 0800577-53.2023.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 1000527-73.2015.8.22.0501 Porto Velho/Vara de Execuções e Contravenções Penais
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Lucileudo Ferreira do Nascimento
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Distribuído por sorteio em 26/01/2023

n. 103 - 0801277-29.2023.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 0007905-39.2011.8.22.0501 Porto Velho/Vara de Execuções e Contravenções Penais
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Felipe Paranhos Costa Fernandes ou Hélio Jesus Neves ou Hélio Dutra Siqueira de Souza
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Distribuído por sorteio em 13/02/2023

n. 104 - 0802890-84.2023.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 0014520-06.2015.8.22.0501 Porto Velho/Vara de Execuções e Contravenções Penais
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: João Gabriel Euzébio

Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Distribuído por sorteio em 30/03/2023

n. 105 - 0803063-11.2023.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 4000094-94.2019.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Criminal
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Alex Sandro Bonetto dos Santos Júnior
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Distribuído por sorteio em 04/04/2023

n. 106 - 0804242-77.2023.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 4000047-97.2022.8.22.0016 Costa Marques/Vara Criminal
Agravante: Adriano Lobo Leite
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Distribuído por sorteio em 05/05/2023

n. 107 - 0803863-39.2023.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 4000038-31.2023.8.22.0007 Cacoal/2ª Vara Criminal
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Adriano Paula Ramos
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Distribuído por sorteio em 25/04/2023

n. 108 - 1000657-74.2017.8.22.0022 Apelação
Origem: 1000657-74.2017.8.22.0022 São Miguel do Guaporé/Vara Única
Apelante: J. C. F.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por sorteio em 09/05/2023

n. 109 - 7002144-32.2021.8.22.0023 Apelação
Origem: 7002144-32.2021.8.22.0023 São Francisco do Guaporé/Vara Única
Apelante: K. H. S.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por sorteio em 28/03/2023

n. 110 - 7003523-95.2022.8.22.0015 Apelação
Origem: 7003523-95.2022.8.22.0015 Guajará Mirim/2ª Vara Criminal
Apelante: A. P. do N.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por sorteio em 09/03/2023

n. 111 - 7011731-76.2023.8.22.0001 Apelação
Origem: 7011731-76.2023.8.22.0001 Porto Velho/Vara Infracional e Medidas Socioeducativas
Apelante: M. A. da S. J.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por sorteio em 08/03/2023

n. 112 - 7053133-11.2021.8.22.0001 Apelação
Origem: 7053133-11.2021.8.22.0001 Porto Velho/2º Juizado da Violência Doméstica e familiar Contra a Mulher
Apelante: E. da S. M.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por sorteio em 12/05/2023
Redistribuído por sorteio em 22/05/2023

n. 113 - 7019162-32.2021.8.22.0002 Apelação
Origem: 7019162-32.2021.8.22.0002 Ariquemes/2ª Vara Criminal
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: E. S. da S.
Advogada: Jussara dos Santos Ramos (OAB/RO 6758)
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Osny Claro de Oliveira
Distribuído por sorteio em 10/08/2022
Redistribuído por prevenção em 29/08/2022

n. 114 - 7011149-71.2022.8.22.0014 Apelação
Origem: 7011149-71.2022.8.22.0014 Vilhena/1ª Vara Criminal
Apelante: Y. E. da S.
Advogado: Carlos Pereira Lopes (OAB/RO 743)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Osny Claro de Oliveira
Distribuído por sorteio em 06/03/2023

n. 115 - 7004438-77.2022.8.22.0005 Apelação
Origem: 7004438-77.2022.8.22.0005 Ji-Paraná/2ª Vara Criminal
Apelante: E. F. L.
Advogado: Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Osny Claro de Oliveira
Distribuído por sorteio em 18/10/2022

n. 116 - 1000157-08.2017.8.22.0701 Apelação
Origem: 1000157-08.2017.8.22.0701 Porto Velho/Vara de Proteção à Infância e Juventude
Apelante: R. C. B.
Advogado: Rogerio Silva Santos (OAB/RO 7891)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Osny Claro de Oliveira
Distribuído por sorteio em 03/02/2023

n. 117 - 0000235-20.2020.8.22.0020 Apelação
Origem: 0000235-20.2020.8.22.0020 Nova Brasilândia do Oeste/1ª Vara Criminal
Apelante/Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado/Apelante: G. M. da S.
Advogado: Erivelton Kloos (OAB/RO 6710)
Advogada: Betânia Rodrigues Cora (OAB/RO 7849)
Apelado/Apelante: P. L. dos S.
Advogado: Erivelton Kloos (OAB/RO 6710)
Advogada: Betânia Rodrigues Corá (OAB/RO 7849)
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Revisor: Des. Jorge Leal
Distribuído por sorteio em 19/05/2021
Redistribuído por prevenção em 30/06/2021
Retirado da sessão em 27/04/2023
Retirado da sessão em 18/05/2023
Retirado da sessão em 25/05/2023

n. 118 - 7017730-41.2022.8.22.0002 Apelação
Origem: 7017730-41.2022.8.22.0002 Ariquemes/2ª Vara Cível
Apelante: W. de J. S.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Distribuído por sorteio em 13/02/2023

n. 119 - 7000775-14.2022.8.22.0008 Apelação
Origem: 7000775-14.2022.8.22.0008 Espigão do Oeste/1ª Vara Genérica
Apelante: L. T. A. dos S.
Advogado: Erick Cortes Almeida (OAB/RO 7866)
Apelante: D. de A. S.
Advogado: Erick Cortes Almeida (OAB/RO 7866)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia

Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Distribuído por sorteio em 01/08/2022
Redistribuído por prevenção em 17/08/2022

n. 120 - 0004940-73.2020.8.22.0501 Apelação
Origem: 0004940-73.2020.8.22.0501 Porto Velho/1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
Apelante: R. da C.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Distribuído por sorteio em 02/02/2023

n. 121 - 7011194-05.2022.8.22.0005 Apelação
Origem: 7011194-05.2022.8.22.0005 Ji-Paraná/2ª Vara Criminal
Apelante: A. N. de C.
Advogado: Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 14/12/2022
Redistribuído por prevenção em 28/12/2022

n. 122 - 7001600-64.2022.8.22.0005 Apelação
Origem: 7001600-64.2022.8.22.0005 Ji-Paraná/2ª Vara Criminal
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: M. L. R.
Advogado: Neumayer Pereira de Souza (OAB/RO 1537)
Advogada: Brenda Martins Kreisel (OAB/RO 11458)
Advogada: Claudiceia Menezes da Silva (OAB/RO 11479)
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 03/02/2023

n. 123 - 0010301-71.2020.8.22.0501 Apelação
Origem: 0010301-71.2020.8.22.0501 Porto Velho/2ª Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
Apelante: A. A. A. J.
Advogada: Eudislene Mendes de Oliveira (OAB/RO 1462)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Distribuído por sorteio em 01/11/2022

n. 124 - 1000505-80.2017.8.22.0004 Apelação
Origem: 1000505-80.2017.8.22.0004 Ouro Preto do Oeste/1ª Vara Criminal
Apelante: T. T. Z. G. (Assistente de acusação)
Advogado: Edilson Stutz (OAB/RO 309)
Apelado: L. A. Z. G. F
Advogado: Romilton Marinho Vieira (OAB/RO 633)
Advogado: Pitágoras Custódio Marinho (OAB/RO 4700)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 29/11/2022

n. 125 - 7003878-08.2022.8.22.0015 Apelação
Origem: 7003878-08.2022.8.22.0015 Guajará Mirim/1ª Vara Criminal
Apelante: I. R. C.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por sorteio em 19/06/2023

n. 126 - 0004244-37.2020.8.22.0501 Apelação
Origem: 0004244-37.2020.8.22.0501 Porto Velho/1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
Apelante: I. S. F.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Distribuído por sorteio em 08/02/2023

n. 127 - 7011344-77.2022.8.22.0007 Apelação
Origem: 7011344-77.2022.8.22.0007 Cacoal/2ª Vara Cível
Apelante: C. A. D.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Distribuído por sorteio em 15/12/2022

n. 128 - 0004645-36.2020.8.22.0501 Apelação
Origem: 0004645-36.2020.8.22.0501 Porto Velho/2º Juizado da Violência Doméstica
Apelante: P. C. de O.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. JORGE LEAL
Distribuído por sorteio em 18/01/2023

n. 129 - 0804755-45.2023.8.22.0000 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 7001432-44.2022.8.22.0011 Alvorada do Oeste/Vara Única
Recorrente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Recorrido: J. C. N.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por sorteio em 15/05/2023

Porto Velho, 17 de julho de 2023.

Desembargador OSNY CLARO DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Câmara Criminal

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 027/2023-SA

PROCESSO DIGITAL Nº 0000045-02.2023.8.22.8023

1º DOADOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA

2º DONATÁRIO: NÚCLEO DA DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ-RO

3º OBJETO: O DOADOR repassa, a título de doação, os bens relacionados a seguir, de acordo com a Lei nº 1.632/2006, desembaraçados e isentos de ônus, transferindo-os ao patrimônio do DONATÁRIO, que declara aceitá-los.

ASSINARAM O TERMO DE DOAÇÃO: Excelentíssimo Senhor Juiz Secretário do TJRO RINALDO FORTI DA SILVAA e a Senhora CAROLINE LAGOS DE CASTRO, Representante legal do Donatário, em 14/07/2023.

ITEM	TOMBO	UO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO	ESTADO DO BEM	VALOR CONTÁBIL LIQUIDO
1	56634	TJ	Monitor de Video LCD 19, modelo W1942PE, marca ITAUTEC.	Ocioso	BOM	R$ 27,40
2	59778	TJ	Monitor de video LCD 19 ITAUTEC,modelo W1942PE.	Ocioso	BOM	R$ 27,00
3	52411	FUJU	Microcomputador Padrao Mini Desktop, marca Positivo, modelo Master C810 MINIPRO	Ocioso	BOM	R$ 272,95
4	54011	FUJU	Teclado USB Padrao ABNT2, Marca Positivo	Ocioso	BOM	R$ 3,05
TOTAL						R$ 330,40

TERCEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE PORTO VELHO

ESCALA DE PLANTÃO

Escala de Plantão Nº 36 / 2023 - PVHADM/PVHDF/CMPVH
O Juiz Diretor do Fórum Desembargador César Montenegro, da Comarca da Capital, Dr. SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna pública a ESCALA SEMANAL DO PLANTÃO FORENSE, a qual compreenderá o período de 17 a 24 de julho de 2023, realizado em dias e horários em que não houver expediente forense:
ÁREA A (Cível; Fazenda Pública e 1º Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal)
9ª VARA CÍVEL
Juíza: VALDIRENE ALVES DA FONSECA CLEMENTELE
Assessora de Juiz: DANIELA CORREA DO NASCIMENTO
Fone: (69) 98444-8882
Oficial de Justiça: TARSO AZEVEDO CARDOSO
Fone: (69) 98407-3226

ÁREA B (Família; Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública; Execuções Fiscais; Cível, Administrativa e Correicional da Infância e Juventude e 2º Núcleo de Justiça 4.0 - Energia).
2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Juiz: ENIO SALVADOR VAZ
Assessora de Juiz: RENATA LIRA BARBOZA DE FARIA
Fone: (69) 98407-3146
Oficial de Justiça: TARSO AZEVEDO CARDOSO
Fone: (69) 98407-3226

ÁREA C (Criminal; Juizado Especial Criminal; Criminal e Infracional da Infância e Juventude)
VARA DE EXECUÇÕES E CONTRAVENÇÕES PENAIS
Juiz: VÍTOR MARCELLINO TAVARES DA SILVA
Assessor de Juiz: VAGNER RODRIGUES CHAGAS
Secretário de Gabinete: JOSÉ LUIZ DA SILVA FILHO
Fone: (69) 98444-8880
Oficial de Justiça: GALDIANA DOS SANTOS SILVA
Fone: (69) 98454-0432

OFICIAL DE JUSTIÇA PLANTÃO RURAL

Plantão rural 1 – BR 364, sentido Cuiabá (MT)
Oficial de Justiça: ROGÉRIO LOPES BARBOSA - Fone: (69) 98454-1611
Plantão rural 2 – BR 364, sentido Rio Branco (AC)
Oficial de Justiça: MICHAEL DOUGLAS DE ALCÂNTARA ROCHA - Fone: (69) 98479-8530
Plantão rural 3 – Baixo Madeira, BR 319 e Assentamento Joana D'arc
Oficial de Justiça: MILTON CORREIA DOS SANTOS FILHO - Fone: (69) 98473-4130

Porto Velho, 10 de julho de 2023.

SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA
Diretor do Fórum

Documento assinado eletronicamente por SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA, Juiz (a) Diretor (a) do Fórum, em 13/07/2023, às 12:18 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3452651e o código CRC 3030A8DC.

TURMA RECURSAL

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7006695-87.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 04/05/2023 16:30:13
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ADEMILSON FERREIRA DE SOUZA
Advogado do(a) RECORRENTE: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR - RO2640-A
Polo Passivo: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado do(a) RECORRIDO: SUELLEN PONCELL DO NASCIMENTO DUARTE - PE28490-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Defiro o pedido de justiça de gratuita em favor da parte autora, pois constam dos autos que os vencimentos líquidos não são altos, e aliado ao valor da causa, permite o entendimento de que não consegue arcar com as custas e despesas do processo sem comprometimento de seu sustento. Recebo o recurso inominado do recorrente, posto que tempestivo e beneficiário da justiça gratuita.
Após analisar diversas pretensões, contra as mais variadas instituições financeiras, consigo estabelecer premissas comuns a todas elas. Algumas partes falam em terem sido abordadas pela instituição financeira, umas falam em oferta de empréstimo consignado, enquanto outras mencionam a busca por crédito.
O elemento comum a todas essas formas de apresentação do “produto”, é o de que não há negativa de que houve a contratação.
A modalidade de contrato, em casos quejandos, é por adesão, método permitido por lei e que, por força do princípio da transparência, deve ser claro, objetivo.
Enquanto a parte autora trouxe sua pretensão e diz ter buscado modalidade de empréstimo, sendo surpreendida por metodologia diversa, a instituição financeira fez prova de que o contrato têm em seu cabeçalho, expressamente, a modalidade de contratação por meio de cartão de crédito. O contrato tem a assinatura da parte, menção a juros, pagamento mínimo.
Aqui é necessário aclarar que a modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa.
Esclarecendo, a modalidade de empréstimo utiliza como premissas a liberação de valores de forma antecipada ao recebimento do plástico que, após sua entrega, pode ser usado como um cartão de crédito convencional – permitindo saque e compras, sendo que a fatura é encaminhada para pagamento, normalmente.
Muitas petições iniciais inserem a problemática aí, mencionando a questão específica do PAGAMENTO MÍNIMO como um elemento presumidamente de fraude, haja vista que, com o simples pagamento mínimo, tornar-se-ia impossível a quitação do contrato, dando a entender que à parte é impossível pagar a fatura além do mínimo, ou que isso não encontra assento no contrato. Os juros não são aqueles estabelecidos para os cartões de crédito regulares, não associados a contratos de pagamento por consignação e, embora a modalidade pratique juros acima daqueles correspondentes a empréstimos consignados “puros”, não podem ser considerados vedados, porquanto dentro dos limites praticados em um mercado que é regulado pelo Banco Central.
O valor mínimo que está lançado na fatura corresponde, via de regra, ao limite consignável e, quando esse já foi comprometido, àqueles 5% que foram permitidos pelo legislador ordinário nos incisos I e II do §1º do artigo 1º da Lei 10.820/2003. Em outras palavras, por força de contrato, mas, principalmente, por força de lei, a instituição financeira não pode extrapolar os limites consignáveis sob pena de, aí sim, promover a conduta ilegal, reprovável e indenizável.
Quando se conspurca a metodologia de forma absoluta, tratando-a como NULA, e não meramente anulável sob certas condições, despreza-se, além da própria regulamentação do Estado, a capacidade dos indivíduos, suas experiências comerciais em geral e torna presunções relativas em absolutas. Não se pode partir da premissa de que todos os consumidores são inexperientes, incautos e desprotegidos. Em muitos casos, a impugnação ao contrato veio após dois, três ou mais anos. Como compreender que há um recebimento, descontos por meses a fio e que só surpreendem o consumidor após tamanho decurso de tempo?
Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca.
As provas aqui, em geral, são documentais e o consumidor, embora hipossuficiente em relação a instituição financeira, por força da boa-fé objetiva, deve trazer elementos claros que demonstrem a causa da anulabilidade, somente sendo passível a inversão do ônus da prova naqueles casos em que não detém meios de acostar os documentos por circunstâncias justificáveis, e que devem estar ancoradas na inicial. Trazer a causa da anulabilidade de forma objetiva é o que baliza, também, o exercício da defesa, sem o qual demoniza-se o contraditório, lhe relegando um papel de impossibilidade e de mera formalidade teórica.
No Brasil houve a adoção do pacta sunt servanda, ou seja, a não ser em hipóteses específicas, os contratos devem ser cumpridos, de forma que, portanto, o exame de anulabilidade deve corresponder a uma circunstância específica que justifique a quebra e eventual descumprimento de contrato, vedando-se o enriquecimento sem causa.
Desta forma, havendo contrato assinado entre as partes, observadas as formalidades necessárias, a clareza de que se trata de um instrumento representativo de empréstimo por meio de cartão de crédito consignado, respeitando-se os limites legais da consignação e juros admitidos pelo BACEN, não havendo provas de vícios capazes de invalidá-lo, deverá ser considerado válido.
No caso em testilha, como na maioria deles, cinge-se o recurso na análise da legalidade do contrato de cartão de crédito na modalidade de RMC - Reserva de Margem Consignável, firmado entre as partes, e, consequentemente, se for o caso, a restituição em dobro dos valores descontados, bem como da indenização por danos morais acerca da efetivação dos referidos descontos.

A parte autora aduz que realizou empréstimo com a instituição bancária, contudo desconhecia a modalidade de cartão de crédito pela Reserva de Margem Consignada – RMC.
O banco recorrido, por sua vez, argumentou acerca da regularidade de sua conduta, juntando cópia do contrato entabulado bem como outros documentos que evidenciam o negócio entabulado entre as partes.
Da análise dos autos, tem se que a despeito das alegações da parte autora de que foi induzida a erro, as provas demonstram o contrário. No contrato de ID 19643139, assinado pela parte autora, está bem destacado a modalidade contratada não havendo que se falar em ausência de informação adequada.
Embora haja a negativa veemente da parte autora acerca da ciência da modalidade contratada, nos autos não restou demonstrado minimamente o vício de consentimento na celebração do referido contrato com as cláusulas que autorizam a reserva de margem consignável referente ao valor mínimo do cartão de crédito consignado.
Inexistindo provas de que houve vício na contratação entre as partes deve-se observar o princípio do pacta sunt servanda. Dessa maneira, ante a ausência de ilícito civil cometido pelo requerido o pleito da parte autora deve ser negado.
Nesse sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, destacando-se que o alinhamento desta turma com a Corte Estadual é medida que favorece a segurança jurídica. Vejamos:
Apelação cível. Ação de restituição de valores c/c indenização por dano moral. Cartão de crédito consignado. RMC. Contratação. Legalidade. Desconto mensal. Valor mínimo. Folha de pagamento. Exercício regular de direito. Dano moral. Inexistente. Recurso provido. Comprovada a contratação do cartão de crédito com margem consignável mediante contrato com cláusula expressa quanto ao desconto mensal do valor mínimo indicado na fatura, não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de RMC, ou caracterização do dano moral, devendo-se observar o princípio pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7003965-22.2021.822.0007, Rel. Des. Alexandre Miguel, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 6/12/2021).
Apelação cível. Contrato de Cartão de Crédito Consignado. Reserva de Margem Consignável – RMC. Contratação comprovada. Dano moral. Não configuração. Repetição do indébito. Indevido. Comprovada a contratação de cartão de crédito consignado, inclusive com termos claros e inequívocos quanto ao seu objeto, não há que se falar em indenização por dano moral ou repetição de indébito, mormente se considerar que o desconto se efetiva nos termos previamente contratados (TJ-RO – AC: 7002361-60.2020.822.0007, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 22/10/2021).
Apelação cível. Cartão de crédito consignado. Margem consignável. RMC. Descontos em benefício previdenciário. Relação jurídica comprovada. Assinatura da contratante. Ausência de vício. Recurso provido. Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral, devendo-se operar o princípio do pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7010666-33.2020.822.0007, Rel. Des. José Torres Ferreira, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 9/12/2021).
Desta forma, considero que houve a contratação de forma espontânea e que, ao alegar a existência de defeito no negócio jurídico, a parte atraiu o ônus de prová-lo, do que não se desincumbiu, razão pelas quais seus pedidos devem ser julgados improcedentes.
Pelos mesmos argumentos não merecem subsistir a pretensão de conversão em contrato de empréstimo consignado e de indenização por danos morais.
Diante do exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela parte consumidora, mantendo a sentença inalterada.
Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente vencido ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, com base no artigo 55 da Lei 9.099/95, o qual fica suspenso em razão da gratuidade deferida ao consumidor.
Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.
É como voto.
EMENTA
Recurso Inominado. Cartão de crédito consignado. A modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa. AUSÊNCIA DE NULIDADE ABSOLUTA. Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/ transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca. Não existindo tais elementos nos autos, a pretensão é improcedente. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7001527-59.2022.8.22.0016 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 01/06/2023 16:23:13
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: MARIA MONGE CHAVES
Advogados do(a) RECORRENTE: JOILSON SANTOS DE ALMEIDA - RO3505-A, PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR - RO2394-A
Polo Passivo: ESTADO DE RONDONIA
RELATÓRIO Dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.

VOTO Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”
Para melhor visualização da decisão, transcrevo-a na íntegra:
SENTENÇA
Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA C/C DANOS MORAIS ajuizada por MARIA MONGE CHAVES em face do ESTADO DE RONDÔNIA. Alega a parte autora que, atualmente, é servidor(a) público(a) federal transposto(a) ao quadro de servidores do Ex-Território da União. Aduz que no período em que era servidor(a) efetivo(a) teve incorporado(a) em sua remuneração por meio de sentença judicial transitada em julgado a rubrica denominada “INCORPORAÇÃO T. A. BRESSER”. Ao ser desligamento do(a) do quadro de servidores, o requerido não mais pagou a referida rubrica, tampouco indenizou o(a) requerente quanto a(s) parcela(s) inadimplida(s). Requereu o recebimento retroativo, bem como pugnou pela condenação do Estado em danos morais.
O Estado de Rondônia apresentou contestação, e arguiu preliminares de incompetência da justiça estadual, pelo fato de o acordo ter sido homologado perante a justiça do trabalho, ausência de condições da ação, ausência de documento essencial e prescrição. No mérito, afirmou que a parte autora não comprovou os fatos constitutivos de seu direito. Sustentou a referida verba não é extensível automaticamente aos servidores públicos estaduais, e portanto o acordo firmado na reclamação trabalhista mencionada na inicial é invalido. Asseverou a inexistência de responsabilidade do Estado pelos fatos narrados. Formulou pedido contraposto, destacando que as parcelas recebidas pelo requerente devem ser devolvidas ao ente público. Requereu a improcedência da ação.
O requerente apresentou réplica.
Passo à análise das preliminares.
Preliminar de incompetência da justiça estadual
O Estado de Rondônia arguiu preliminar de incompetência da justiça estadual, alegando que o requerente busca o cumprimento de um acordo formulado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado de Rondônia, nos autos da ação judicial de n. 00554-1990-02-14-00-9, que tramitou perante a 2a Vara do Trabalho de Porto Velho, e que portanto, este seria o órgão competente para o julgamento da causa.
De fato, a parte autora sustenta que seu direito se originou da Reclamação Trabalhista que foi proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado de Rondônia - SINDSAÚDE em face do Estado de Rondônia, onde o requerido foi condenado ao pagamento de 120 parcelas dos valores da rubrica INCORPORAÇÃO T. A. BRESSER.
Nos autos da reclamação trabalhista, foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos iniciais do SINDSAÚDE, a qual foi mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho, em acórdão publicado em abril de 1991.
Posteriormente, em setembro de 2008, o SINDSAÚDE e o Estado de Rondônia firmaram acordo nos autos da reclamação trabalhista e homologado perante a 2ª Vara do Trabalho da comarca de Porto Velho.
O art. 516 do Código de Processo Civil estabelece que o cumprimento de sentença ocorrerá perante o juízo que decidiu a causa em primeiro grau:
Art. 516. O cumprimento da sentença efetuar-se-á perante:
I - os tribunais, nas causas de sua competência originária;
II - o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição;
III - o juízo cível competente, quando se tratar de sentença penal condenatória, de sentença arbitral, de sentença estrangeira ou de acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo.
Tratando-se de acordo coletivo, a competência para o seu cumprimento é atribuída ao órgão que o homologou, nos termos da jurisprudência do STJ:
PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CUMPRIMENTO DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. RELAÇÃO TRABALHISTA. AÇÃO PROPOSTA EXCLUSIVAMENTE CONTRA EMPREGADOR. COMPETÊNCIA DO JUÍZO TRABALHISTA. (STJ - CC: 177836 SP 2021/0056640-0, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Publicação: DJ 18/06/2021)
Da mesma forma, é a intelecção que se faz do dispositivo constitucional, adiante transcrito:
Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
I as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
Trata-se, pois, da hipótese dos autos, de incompetência absoluta deste Juízo, o que torna inviável o prosseguimento da presente lide nesta justiça comum, razão pela qual o processo merece ser extinto, por ausência de pressupostos de desenvolvimento válido e regular.
Ante o exposto, com fundamento no art. 51, II, da Lei 9.099/95 c/c art. 485, IV, do CPC, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito.
Em respeito as razões recursais destaco que tendo a ação sido julgada na Justiça do Trabalho esta é a competente para executar as decisões prolatadas no processo de conhecimento transitado em julgado, é o que se extrai do art. 659, II da CLT, assim como do art. 516, II do CPC, in verbis:
Art. 659 - Competem privativamente aos Presidentes das Juntas, além das que lhes forem conferidas neste Título e das decorrentes de seu cargo, as seguintes atribuições:
II - executar as suas próprias decisões, as proferidas pela Junta e aquelas cuja execução lhes for deprecada;
Art. 516. O cumprimento da sentença efetuar-se-á perante:
II - o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição;
Por tais considerações, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado, mantendo a sentença inalterada.
Condeno a Recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55, da Lei 9.099/95. Ressalvada eventual justiça gratuita deferida nos autos.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.

EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITOS DO SERVIDOR. SENTENÇA PROFERIDA PELA JUSTIÇA DO TRABALHO ANTES DA EC/45/2004. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA EXECUTAR SUAS DECISÕES. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.
Tendo a ação sido julgada pela Justiça do Trabalho, conforme regramento vigente à época, eventual descumprimento de sentença deverá ser distribuído naquela justiça especializada, visto que aquela é competente para executar seus próprios julgados.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7005028-71.2019.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 26/11/2019 10:20:17
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: RONALDO CASTRO BEZERRA
Advogados do(a) RECORRENTE: MARCOS ANTONIO ARAUJO DOS SANTOS - RO846-A, VICENTE ANISIO DE SOUSA MAIA GONCALVES - RO943-A
Polo Passivo: BANCO DO BRASIL SA e outros
Advogado do(a) RECORRIDO: ALFREDO ZUCCA NETO - SP154694-A
Advogado do(a) RECORRIDO: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA - RJ110501-A
RELATÓRIO
Trata-se de Embargos de Declaração opostos por RONALDO CASTRO BEZERRA, alegando a existência de omissão, ou erro material, no acórdão recorrido sobre o termo inicial da incidência dos juros e da correção monetária, que entende cabível do ajuizamento da ação e não da data da citação.
Postula a reforma do julgado.
É o sucinto relatório.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso interposto.
Os embargos declaratórios têm por intento sanar eventual obscuridade, contradição e/ou omissão existente em qualquer decisão judicial, conforme preceituado no art. 1.022 do CPC/2015:
Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:
I – esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;
II – suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;
III – corrigir erro material.
Os embargos de declaração, conforme previsão do art. 1.022 do Código de Processo Civil, são cabíveis somente para o fim de suprir omissão, esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, bem como corrigir erros materiais, porventura, verificados no acórdão, não tendo o condão de reexaminar as razões recursais, de debater o contexto fático probatório dos autos ou mesmo de modificar a decisão.
Vale destacar que na responsabilidade civil contratual, em regra, os juros fluem a partir da citação (CC, art. 405).
No mérito, devem ser rejeitados, e isso porque resta claro que a irresignação manifestada por intermédio do presente recurso é simplesmente contra o entendimento adotado pelo Juízo, contrário aos interesses do Embargante, e não que a decisão é omissa (art. 1.022, CPC). Pretende o embargante, tão somente, reanálise do conteúdo decisório já precluso.
Quanto às demais questões, é oportuno ressaltar ser desnecessário o julgador pronunciar-se sobre todos os pontos do recurso, desde que claros e suficientes os fundamentos que embasaram a solução dada à celeuma.
Sobre o tema, anotam-se os seguintes trechos de julgados do E. Superior Tribunal de Justiça:
"(…) 5. Como é cediço, o julgador não é obrigado a rebater cada um dos argumentos aventados pela defesa ao proferir decisão no processo, bastando que pela motivação apresentada seja possível aferir as razões pelas quais acolheu ou rejeitou as pretensões da parte, exatamente como se deu na hipótese em análise. (AgRg no AREsp 1009720/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 05/05/2017)."
"(...) 2. O julgador não é obrigado a manifestar-se sobre todas as teses expostas no recurso, ainda que para fins de prequestionamento, desde que demonstre os fundamentos e os motivos que justificaram suas razões de decidir . (EDcl no AgRg no HC 302.526/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 01/02/2017)."
Por fim, anoto que os embargos possuem caráter integrativo e não substitutivo da decisão, não se prestando para o reexame da matéria e, ou, prequestionamento quando inexistente omissão ou qualquer vício, afinal, toda a extensão constitucional e infraconstitucional se encontra amplamente debatida na decisão.
Ante o exposto, VOTO para REJEITAR os embargos de declaração.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
Embargos de declaração. Omissão. Juros e correção monetária. Termo inicial. Ausência de omissão ou erro material. Rediscussão de matéria. Impossibilidade. Embargos rejeitados. Decisão mantida.
Se o acórdão embargado trata do ponto suscitado no recurso, inexistindo omissão, contradição, obscuridade ou erro material no acórdão, os embargos devem ser rejeitados. Portanto, incabíveis os embargos de declaração quando não estão presentes quaisquer das hipóteses do art. 48 da Lei 9.099/95.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, EMBARGOS DE DECLARACAO CONHECIDOS E REJEITADOS A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7014000-07.2022.8.22.0007 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 07/06/2023 05:49:49
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
Polo Passivo: GELSON GUILHERME DA SILVA
Advogado do(a) RECORRIDO: GELSON GUILHERME DA SILVA - RO8575-A
RELATÓRIO
Trata-se de ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais, em razão da construção de subestação de energia elétrica, na qual os pedidos foram julgados procedentes.
Inconformada a concessionária de serviços alega que parte autora não apresentou as provas necessárias à demonstração da construção da subestação, e ainda, aduz que a concessionária deve indenizar o Recorrido até o ano de atendimento o município, qual seja 2026, na forma do Decreto n. 11.111/2022. Requereu a reforma da sentença.
É o relatório.
VOTO
Trata-se de ação indenizatória que objetiva a restituição dos valores investidos com a construção de rede de eletrificação rural.
Necessário destacar que a demanda deverá ser analisada à luz do Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se, ainda que de maneira relativa, a inversão do ônus da prova.
Verifico que a parte autora juntou aos autos documentos suficientes para comprovar a construção da subestação elétrica (Projeto, CRT, Comprovante de Residência/fatura de energia e Notas Fiscais), o que sustenta o direito, considerando a incorporação, ao ressarcimento dos valores investidos nesta.
Da análise sistemática das disposições constantes da Resolução nº 229/2006 – ANEEL, em especial, artigos 4º e 9º, extrai-se que somente não serão indenizadas as construções daquelas redes elétricas localizadas no interior das propriedades e que atendam ao interesse exclusivo dos particulares, situação não verificada nestes autos.
De toda forma, independentemente da utilização ou não por outros consumidores de energia, a empresa ré impôs ao consumidor o ônus de adquirir equipamentos para serviços prestados exclusivamente por ela na condição de concessionária. Assim, a parte autora não poderá utilizar os equipamentos adquiridos, para qualquer outra finalidade que não seja receber os serviços da empresa ré.
Ademais, mesmo a concessionária alegando que a legislação lhe possibilita a indenização das redes até 2026, é certo que o recorrido despendeu os valores em Fevereiro de 2022, e a prorrogação do prazo não significa dizer que as concessionárias devem ressarcir as redes somente após o ano constante na tabela, mas até esta data. Em momento algum exclui o direito da parte recorrida de pleitear o ressarcimento dos valores que entende devido.
Saliento ainda que aguardar que a concessionária de energia elétrica formalize voluntariamente a incorporação da subestação, seria admitir a perpetuidade do não reembolso das despesas feitas pelo particular, justamente pelo fato da concessionária figurar como devedora.
Entender de modo contrário seria permitir enriquecimento sem causa da concessionária que, ao se comportar à revelia da lei – deixando de adotar providências para incorporar redes de particulares e pagar as respectivas indenizações – visou atender exclusivamente seu próprio interesse econômico. Quanto a esse raciocínio, o Superior Tribunal de Justiça:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ENERGIA ELÉTRICA EXPANSÃO E INSTALAÇÃO DA REDE ELÉTRICA. INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO DA RÉ INDENIZAÇÃO PRESCRIÇÃO NÃO OCORRÊNCIA ART. 515, §3º, DO CPC APLICABILIDADE ABUSIVIDADE RECONHECIDA DEVOLUÇÃO DAS QUANTIAS PAGAS RECURSO PROVIDO. […] Comprovado terem os autores realizado a implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, que incorporou o patrimônio da concessionária ré, deve o montante desembolsado ser restituído, sob pena de enriquecimento ilícito". (REsp 754.717/MG, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/05/2006, DJ 22/06/2006, p. 186).
A alegação de omissão acerca de itens não indenizáveis não se sustenta, pois, a recorrente deveria ter apresentado um orçamento alternativo ao apresentado pela parte recorrida, onde poderia demonstrar de forma clara e direta a abusividade, questionar os itens existentes no orçamento, apresentar os itens adequados e indicar o valor que entendia correto para o ressarcimento. Contudo, a recorrente não fez nada disso, não conseguindo demonstrar a abusividade do orçamento apresentado nos autos.
Diante do exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto, mantendo-se a sentença inalterada
Em razão da sucumbência, CONDENO a recorrente ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, esses fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 55 da Lei n. 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
Energia elétrica. Subestação. Preliminar rejeitada. Construção particular. Incorporação. Ressarcimento ao consumidor. Ônus da prova. Indenização. Valor despendido. Notas fiscais apresentadas. Preliminar rejeitada. Sentença de procedência mantida.
– O proprietário de rede particular de energia elétrica incorporada pela concessionária de serviços públicos, deve ser ressarcido pelo valor equivalente ao despendido, sendo seu o ônus da prova nesse sentido.
– Afigura-se indispensável documento comprobatório do desembolso, sendo parâmetro para restituição de valores, os contratos firmados para execução da obra relacionada a subestação.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7009575-52.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 08/05/2023 20:23:57
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
Polo Passivo: TEREZINHA FRANCALINO DA SILVA
Advogados do(a) RECORRIDO: INGRID JULIANNE MOLINO CZELUSNIAK - RO7254-A, LILIAN FRANCO SILVA - RO6524-A, RENATA SALDANHA REGIS DE MELO - RO9804-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”.
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
“S E N T E N Ç A
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se, em verdade, de ação de revisional de fatura (dezembro/ 2021 - R$ 1.839,54) cumulada com declaratória de inexigibilidade de débito (faturas de setembro, outubro e novembro de 2016 - ID 68645864), repetição de indébito em dobro e indenização por danos morais decorrentes de cobrança de valores abusivos e suspensão indevida do fornecimento de energia, nos moldes do pedido inicial e dos documentos apresentados, sendo concedida a tutela antecipada.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando designação de audiência de instrução e julgamento ou eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e “maduro” para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Havendo arguições preliminares, passo ao estudo preambular antes de ingressar no mérito da causa.
O mérito irá aclarar a eventual responsabilidade civil, de modo que recomendável o afastamento da arguida carência de ação, aplicando-se a teoria da asserção.
A preliminar arguida (falta de interesse de agir), em razão de o autor não ter realizado pedido administrativo na plataforma “consumidor.gov.br”, não deve prosperar, posto que, como resta cediço, o acesso ao Poder Judiciário prescinde da busca preliminar do direito pelas vias administrativas ou do esgotamento dos recursos nessa previstos, em nome do princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV da CF).
O cerne da demanda reside basicamente na alegação de falha na prestação do serviço da requerida, consistente no “corte” indevido de energia por débitos já pagos, e a revisão da fatura de dezembro de 2021 que veio embutida cobrança abusiva referente a multas, juros e atualização de débitos já pagos (faturas de setembro, outubro e novembro de 2016), gerando transtornos e acarretando os danos extrapatrimoniais alegados na inicial.
Sendo assim, verifico que a autora comprova o pagamento de todas as faturas ameaçadas de protesto (ID 68645864). O pagamento foi realizado em 30/09/2021 com vencimento em 01/10/2021, restando incontroverso a sua adimplência junto a ré em relação a estes débitos.
Sabe-se que quem solicita o protesto é o credor, in casu, a ré, de modo que vem consubstanciado na intimação extrajudicial o valor que a RÉ entende devido. Por conseguinte, a então devedora, ora autora, efetuou o pagamento antes do título ser levado a protesto, isto é, antes do vencimento.
Logo, delimita-se a controvérsia da lide tão somente quanto à inclusão de cobranças abusivas na fatura de dezembro/2021 decorrentes de dívida já paga, não se levando a efeito se ocorreu notificação prévia antes do corte de energia, posto que a fatura objeto do “corte” de energia, incluem valores indevidos e já pagos dentro do prazo de intimação do protesto, sob pena de caracterizar o bis in idem, porquanto caso a consumidora efetuasse o pagamento da fatura de dezembro, configuraria o enriquecimento ilícito da ré.
Desse modo, devem-se declarar inexigíveis os débitos impugnados (setembro, outubro e novembro de 2016) e, por conseguinte, revisionar a fatura de dezembro de 2021, bem como demais faturas seguintes com valores embutidos a título de multas, atualização/correção monetária e juros decorrentes das faturas de outubro, setembro e novembro de 2016.
Portanto, verifico que houve efetivamente falha na prestação do serviço da ré, gerando o dever de indenizar por suspensão indevida no fornecimento de energia por dívida já paga, mormente quando há descumprimento de ordem judicial expressa para não fazê-lo (ID 68647293 e 74198635).

Ademais disto, a ré não se desincumbiu do ônus de comprovar a fatos impeditivos, modificativos e extintivos do pleito autoral, tornando incontroversos e comprovados os fatos ensejadores do dever de reparar o dano causado.
Para a configuração da responsabilidade civil é indispensável a ocorrência do dano, ou seja, a agressão a interesse juridicamente tutelado, patrimonial ou extrapatrimonial, de forma a sujeitar o infrator ao pagamento de uma compensação pecuniária à vítima.
O dano moral restou comprovado, devendo a respectiva responsabilidade indenizatória ser decretada. Os documentos apresentados bem comprovam o indevido apontamento financeiro e, por via de consequência, o corte indevido de energia o que causa danos presumidos pelo ataque à honra objetiva do consumidor, caracterizando o chamado danum in re ipsa.
Entende-se pacificamente nos corredores jurídicos que os danos morais estão consubstanciados nos próprios fatos que causaram aborrecimentos e constrangimentos ao jurisdicionado. Trata-se de sensação e, portanto, direito subjetivo que se projeta de várias formas nas diferentes pessoas que compõem o meio social.
O dano moral está provado, valendo relembrar o seguinte entendimento:
"Neste ponto, a razão se coloca ao lado daqueles que entendem que o dano moral está ínsito na própria ofensa, decorre da gravidade do ilícito em si. Se a ofensa é grave e de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum. Assim, por exemplo, provada a perda de um filho, do cônjuge ou de outro ente querido, não há que se exigir a prova do sofrimento, porque isso decorre do próprio fato de acordo com as regras de experiência comum; Provado que a vítima teve seu nome aviltado ou sua imagem vilipendiada, nada mais ser-lhe-á exigido provar, por isso que o dano moral está in re ipsa; decorre inexoravelmente da gravidade do próprio fato ofensivo, de sorte que, provado o fato, provado está o dano moral "2
Na mensuração do quantum indenizatório, acompanho o seguinte entendimento da jurista e Magistrada Helena Elias (op.cit.):
"O princípio da exemplaridade foi recentemente adotado na jurisprudência do STJ. Luiz Roldão de Freitas Gomes defende, em sede doutrinária, a aplicação de tal princípio. Após afirmar que, 'sob a égide da atual Carta Magna, a reparação dos danos morais é ampla e desprovida de limitações, que não sejam as decorrentes de sua causalidade', anota que, com a expressa previsão constitucional, aquela reparação ganhou autonomia, 'deixando de ter por fundamento exclusivamente a culpa, que inspirava uma de suas finalidades: servir de exemplaridade ao infrator. Em consulta ao dicionário Aurélio , encontra-se, para o verbete exemplaridade, o significado de 'qualidade ou caráter de exemplar'. Exemplar, por seu turno, é aquilo 'que serve ou pode servir de exemplo, de modelo'. O critério de exemplaridade parece estar apto a substituir o dano punição do ofensor na avaliação do dano moral, por oferecer a vantagem se amoldar, com maior grau de adequação e aceitabilidade, ao ordenamento jurídico pátrio, sem o inconveniente, apontado por Humberto Theodoro Júnior, de ensejar uma pena sem prévia cominação legal. Em recente acórdão, da relatoria do Min. Luiz Fux, o STJ adotou expressamente o princípio da exemplaridade, ao assentar que a 'fixação dos danos morais deve obedecer aos critério da solidariedade e da exemplaridade, que implica na vaporação da proporcionalidade do quantum e na capacidade econômica do sucumbente".
O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.
Sendo assim e considerando a anotação desabonadora e única, bem como a condição/capacidade econômica das partes, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum no importe de R$ 10.000,00 (dez mil reais), de molde a disciplinar a concessionária requerida e dar satisfação pecuniária à requerente.
Mesma sorte, contudo, não ocorre em relação ao pleito de repetição de indébito em dobro, posto que os débitos ameaçados de protesto eram devidos, tornando legítima a cobrança pela ré nesse aspecto. Somente tem direito a restituição, em dobro, aquele que pagou indevidamente por valores cobrados arbitrariamente, conforme se preconiza o artigo 42, parágrafo único do CDC "O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável".
Esta é a decisão que mais justa emerge para o caso, dada a necessidade de se aplicar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade com cada ocorrência casuística.
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo(a) autor(a) para o fim de:
A) CONDENAR A REQUERIDA NO PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), À TÍTULO DOS RECONHECIDOS DANOS MORAIS, ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA (TABELA OFICIAL TJ/RO) E JUROS LEGAIS, SIMPLES E MORATÓRIOS, DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, A PARTIR DA PRESENTE CONDENAÇÃO (SÚMULA 362, STJ); e
B) DECLARAR A INEXISTÊNCIA/INEXIGIBILIDADE DOS DÉBITOS AMEAÇADOS DE PROTESTO REFERENTE ÀS FATURAS DOS MESES DE SETEMBRO, OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2016 (ID 68645864).
C) CONDENAR a empresa concessionária de energia elétrica requerida à REVISIONAR A FATURA REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO/2021, BEM COMO DE QUAISQUER OUTRAS FATURAS SEGUINTES com valores a título de atualização/correção monetária, multas e juros referentes aos meses de setembro, outubro e novembro de 2016, fazendo constar somente os valores referentes ao respectivo consumo mensal, de modo que os valores excedentes/inexigíveis deverão ser absorvidos pela empresa como ônus operacional, caso não seja possível excluir-se do sistema.(...)"
Em respeito as razões recusais, no caso em análise, resta indubitável que mesmo após o pagamento da dívida exigida e protestada, o consumidor foi surpreendido com nova cobrança referente à mesma dívida, inclusive tendo o fornecimento de energia elétrica suspenso.
Assim, os temos da sentença de origem merecem ser mantidos em sua integralidade, sem qualquer reforma.
Por tais considerações, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.
Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. PROTESTO. PAGAMENTO. COBRANÇA DE NOVOS VALORES REFERENTE A MESMA DÍVIDA. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA. DANO MORAL DEVIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR PARA O ACÓRDÃO

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7004667-15.2023.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 31/05/2023 14:10:18
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. e outros
Advogado do(a) RECORRENTE: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
Advogados do(a) RECORRENTE: BRUNO PAIVA OLIVEIRA - RO8056-A, JEANDERSON LUIZ VALERIO ALMEIDA - RO6863-A, MATHEUS LIMA DE MEDEIROS - RO10795-A
Polo Passivo: JUCELINA CORDEIRO DE SOUZA e outros
Advogado do(a) RECORRIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
Advogados do(a) RECORRIDO: BRUNO PAIVA OLIVEIRA - RO8056-A, JEANDERSON LUIZ VALERIO ALMEIDA - RO6863-A, MATHEUS LIMA DE MEDEIROS - RO10795-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO
Conheço dos recursos interpostos, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
A autora alega que ficou mais de 96 horas sem energia elétrica em sua residência.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
Na petição inicial, a consumidora informa que ficou sem energia elétrica em sua residência, anexando números de protocolos e vídeo, sendo que a parte recorrida nada fez para amenizar os prejuízos sofridos pela recorrente.
Assim, acolho como verossímil a alegação da consumidora, uma vez que em sede de contestação a concessionária alega que, de fato, houve a interrupção do fornecimetno de energia, porém em razão de caso foirtuito e força maior. Apesar do alegado, não fez prova de tal fato impeditivo do direito do autor.
Portanto, no caso há dano moral reparável, tendo em vista que o fornecedor do serviço responde de forma objetiva, independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços (art. 14, do CDC).
Na hipótese dos autos, como a apuração da responsabilidade se relaciona com a atividade desenvolvida por pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, a hipótese, em se constatando os seus requisitos, é de aplicação da responsabilidade objetiva (art. 37, §6º, da Constituição Federal).
Como cediço, a responsabilidade objetiva, norteada pela teoria do risco administrativo, dispensa a prova de culpa da Administração. Assim, se comprovada a ocorrência do dano e sua relação de causalidade com a atividade administrativa, certa será a obrigação de indenizar.
Dessa forma, estabelecida a incidência do dano moral, a fixação deve ser compatível com o poder econômico da empresa recorrente e suficiente para reparar o dano do ofendido.
É cediço que o quantum indenizatório deve ser estipulado pelo magistrado de forma equitativa, de modo que não seja muito alto a ponto de implicar enriquecimento sem causa do ofendido, nem tão inexpressivo, sob pena de não produzir no ofensor a sensação de punição, constrangendo-o a se abster de praticar atos similares. Para tanto, devem ser consideradas as condições econômicas dos envolvidos, a culpa do ofensor e a extensão do dano causado ao ofendido.
Diante da situação concreta, tenho que o valor deve ser majorado para R$ 5.000,00 (cinco mil reais), pois se afigura mais razoável e proporcional, sendo o valor suficiente para compensar o transtorno, aborrecimentos e aflições inerentes.
Por tais considerações, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto pela concessionária de energia e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Recurso Inominado interpostoo pela consumidora para majorar o valor indenizatório para R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia desde a data da publicação desta decisão (Súmula 362 do STJ), com juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar do arbitramento.
Em razão da sucumbência, condeno a concessionária de energia ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Deixo de condenar o consumidor em custas e honorários eis que o deslinde do feito não se encaixa nas hipóteses previstas no artigo 55 da Lei 9099/95
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. ENERGISA. INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO DA EMPRESA NÃO PROVIDO.
- A interrupção injustificada do fornecimento do serviço de energia elétrica por tempo relevante e sem justificativa plausível obriga o ofensor a compensar os danos morais experimentados pelo consumidor.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE. RECURSO DO REQUERIDO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. TUDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7016499-79.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 10/02/2023 11:05:05
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ELIANE DA GUARDA COSTA
Advogado do(a) RECORRENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073-A
Polo Passivo: BANCO PAN S.A
Advogados do(a) RECORRIDO: JOAO VITOR CHAVES MARQUES DIAS - CE30348-A, MARIA CAROLINA TEIXEIRA DE PAULA ARAUJO - RN17119-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
O consumidor recorrente pleiteia pela procedência dos pedidos iniciais.
Pois bem. Desde as primeiras sessões na turma, esclareci que o tema me intrigava e que, tão logo tivesse meios para me dedicar a fundo na matéria, a analisaria para além da colegialidade, com a finalidade de continuar a acompanhá-la com maior reforço, contribuindo com os argumentos ou para chegar as minhas conclusões e ofertá-las à turma. Pois bem, após semanas analisando e refletindo sobre o tema, cheguei a uma conclusão diversa daquela que vem sendo adotada neste colegiado e, então, passo a delimitar os parâmetros do meu convencimento.
Após analisar diversas pretensões, contra as mais variadas instituições financeiras, consigo estabelecer premissas comuns a todas elas. Algumas partes falam em terem sido abordadas pela instituição financeira, umas falam em oferta de empréstimo consignado, enquanto outras mencionam a busca por crédito.
O elemento comum a todas essas formas de apresentação do “produto”, é o de que não há negativa de que houve a contratação.
A modalidade de contrato, em casos quejandos, é por adesão, método permitido por lei e que, por força do princípio da transparência, deve ser claro, objetivo.
Enquanto a parte autora trouxe sua pretensão e diz ter buscado modalidade de empréstimo, sendo surpreendida por metodologia diversa, a instituição financeira fez prova de que o contrato têm em seu cabeçalho, expressamente, a modalidade de contratação por meio de cartão de crédito. O contrato tem a assinatura da parte, menção a juros, pagamento mínimo.
Aqui é necessário aclarar que a modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa.
Esclarecendo, a modalidade de empréstimo utiliza como premissas a liberação de valores de forma antecipada ao recebimento do plástico que, após sua entrega, pode ser usado como um cartão de crédito convencional – permitindo saque e compras, sendo que a fatura é encaminhada para pagamento, normalmente.
Muitas petições iniciais inserem a problemática aí, mencionando a questão específica do PAGAMENTO MÍNIMO como um elemento presumidamente de fraude, haja vista que, com o simples pagamento mínimo, tornar-se-ia impossível a quitação do contrato, dando a entender que à parte é impossível pagar a fatura além do mínimo, ou que isso não encontra assento no contrato. Os juros não são aqueles estabelecidos para os cartões de crédito regulares, não associados a contratos de pagamento por consignação e, embora a modalidade pratique juros acima daqueles correspondentes a empréstimos consignados “puros”, não podem ser considerados vedados, porquanto dentro dos limites praticados em um mercado que é regulado pelo Banco Central.
O valor mínimo que está lançado na fatura corresponde, via de regra, ao limite consignável e, quando esse já foi comprometido, àqueles 5% que foram permitidos pelo legislador ordinário nos incisos I e II do §1º do artigo 1º da Lei 10.820/2003. Em outras palavras, por força de contrato, mas, principalmente, por força de lei, a instituição financeira não pode extrapolar os limites consignáveis sob pena de, aí sim, promover a conduta ilegal, reprovável e indenizável.
Quando se conspurca a metodologia de forma absoluta, tratando-a como NULA, e não meramente anulável sob certas condições, despreza-se, além da própria regulamentação do Estado, a capacidade dos indivíduos, suas experiências comerciais em geral e torna presunções relativas em absolutas. Não se pode partir da premissa de que todos os consumidores são inexperientes, incautos e desprotegidos. Em muitos casos, a impugnação ao contrato veio após dois, três ou mais anos. Como compreender que há um recebimento, descontos por meses a fio e que só surpreendem o consumidor após tamanho decurso de tempo?
Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca.
As provas aqui, em geral, são documentais e o consumidor, embora hipossuficiente em relação a instituição financeira, por força da boa-fé objetiva, deve trazer elementos claros que demonstrem a causa da anulabilidade, somente sendo passível a inversão do ônus da prova naqueles casos em que não detém meios de acostar os documentos por circunstâncias justificáveis, e que devem estar ancoradas na inicial. Trazer a causa da anulabilidade de forma objetiva é o que baliza, também, o exercício da defesa, sem o qual demoniza-se o contraditório, lhe relegando um papel de impossibilidade e de mera formalidade teórica.

No Brasil houve a adoção do pacta sunt servanda, ou seja, a não ser em hipóteses específicas, os contratos devem ser cumpridos, de forma que, portanto, o exame de anulabilidade deve corresponder a uma circunstância específica que justifique a quebra e eventual descumprimento de contrato, vedando-se o enriquecimento sem causa.

Desta forma, havendo contrato assinado entre as partes, observadas as formalidades necessárias, a clareza de que se trata de um instrumento representativo de empréstimo por meio de cartão de crédito consignado, respeitando-se os limites legais da consignação e juros admitidos pelo BACEN, não havendo provas de vícios capazes de invalidá-lo, deverá ser considerado válido.

No caso em testilha, como na maioria deles, cinge-se o recurso na análise da legalidade do contrato de cartão de crédito na modalidade de RMC - Reserva de Margem Consignável, firmado entre as partes, e, consequentemente, se for o caso, a restituição em dobro dos valores descontados, bem como da indenização por danos morais acerca da efetivação dos referidos descontos.

A parte autora aduz que realizou empréstimo com a instituição bancária, contudo desconhecia a modalidade de cartão de crédito pela Reserva de Margem Consignada – RMC.

O banco recorrido, por sua vez, argumentou acerca da regularidade de sua conduta, juntando cópia do contrato entabulado bem como outros documentos que evidenciam o negócio entabulado entre as partes.

Da análise dos autos, tem se que a despeito das alegações da parte autora de que não possui/não autorizou o contrato com a instituição financeira/requerida, as provas demonstram o contrário. No contrato assinado de forma eletrônica, contendo a geolocalização da parte autora (ID 18672627) está bem destacado a modalidade contratada não havendo que se falar em ausência de informação adequada.

Embora haja a negativa veemente da parte autora acerca da ciência da modalidade contratada, nos autos não restou demonstrado minimamente o vício de consentimento na celebração do referido contrato com as cláusulas que autorizam a reserva de margem consignável referente ao valor mínimo do cartão de crédito consignado.

Inexistindo provas de que houve vício na contratação entre as partes deve-se observar o princípio do pacta sunt servanda. Dessa maneira, ante a ausência de ilícito civil cometido pelo requerido o pleito da parte autora deve ser negado.

Nesse sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, destacando-se que o alinhamento desta turma com a Corte Estadual é medida que favorece a segurança jurídica. Vejamos:

Apelação cível. Ação de restituição de valores c/c indenização por dano moral. Cartão de crédito consignado. RMC. Contratação. Legalidade. Desconto mensal. Valor mínimo. Folha de pagamento. Exercício regular de direito. Dano moral. Inexistente. Recurso provido. Comprovada a contratação do cartão de crédito com margem consignável mediante contrato com cláusula expressa quanto ao desconto mensal do valor mínimo indicado na fatura, não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de RMC, ou caracterização do dano moral, devendo-se observar o princípio pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7003965-22.2021.822.0007, Rel. Des. Alexandre Miguel, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 6/12/2021).

Apelação cível. Contrato de Cartão de Crédito Consignado. Reserva de Margem Consignável – RMC. Contratação comprovada. Dano moral. Não configuração. Repetição do indébito. Indevido. Comprovada a contratação de cartão de crédito consignado, inclusive com termos claros e inequívocos quanto ao seu objeto, não há que se falar em indenização por dano moral ou repetição de indébito, mormente se considerar que o desconto se efetiva nos termos previamente contratados (TJ-RO – AC: 7002361-60.2020.822.0007, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 22/10/2021).

Apelação cível. Cartão de crédito consignado. Margem consignável. RMC. Descontos em benefício previdenciário. Relação jurídica comprovada. Assinatura da contratante. Ausência de vício. Recurso provido. Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral, devendo-se operar o princípio do pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7010666-33.2020.822.0007, Rel. Des. José Torres Ferreira, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 9/12/2021).

Desta forma, considero que houve a contratação de forma espontânea e que, ao alegar a existência de defeito no negócio jurídico, a parte atraiu o ônus de prová-lo, do que não se desincumbiu, razão pelas quais seus pedidos devem ser julgados improcedentes.

Pelos argumentos acima expostos não merecem guarida a pretensão de nulidade e inexistência do débito referente ao contrato de empréstimo consignado e de indenização por danos morais.

Diante do exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela parte consumidora, mantendo a sentença inalterada.

Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente vencido ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, com base no artigo 55 da Lei 9.099/95, o qual fica suspenso em razão da gratuidade deferida ao consumidor.

Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.

É como voto.

EMENTA

Recurso Inominado. Cartão de crédito consignado. A modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa. AUSÊNCIA DE NULIDADE ABSOLUTA. Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca. Não existindo tais elementos nos autos, a pretensão é improcedente. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7000813-23.2018.8.22.0022 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 20/03/2019 09:21:11
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: COMETA JI PARANA MOTOS LTDA
Advogado do(a) RECORRENTE: PATRICIA JORGE DA CUNHA VIANA DANTAS - MT8014-A
Polo Passivo: ANDREIA BARBOSA DE SOUZA
Advogados do(a) RECORRIDO: MARCELO BUENO MARQUES FERNANDES - RO8580-A, RILDO RODRIGUES SALOMAO - RO5335-A
RELATÓRIO Dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”
Para melhor visualização da decisão, transcrevo-a na íntegra:
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado.
Preliminarmente, impugna a ré da gratuidade judiciária.
A alegação da ré não se sustenta, eis que em sede de Juizados Especiais, ao menos em primeiro grau de jurisdição não são recolhidas as custas judiciais, portanto, não há que se falar em deferimento ou indeferimento de gratuidade. Tal matéria, poderá ser apreciada pelo juízo em grau de recurso, caso haja interposição.
Assim, rejeito a preliminar arguida, passando à análise do mérito.
Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais ajuizada por ANDREIA BARBOSA DE SOUZA em face da empresa COMETA JI PARANA MOTOS LTDA.
Aduziu a autora, em síntese que, adquiriu uma motocicleta da marca HONDA, modelo CG 125i Cargo, ano 2017, nova, junto a requerida em 29/01/2018. Afirmou que tinha a intenção de adquirir um modelo de passeio, isto é, que comportasse o transporte de 02 passageiros, no entanto, teria sido convencida pelo vendedor de que poderia adquirir um modelo CARGO, disponível e em promoção na loja, o qual poderia ter sua categoria modificada junto ao DETRAN-RO, passando a servir como veículo de passeio. O negócio foi formalizado. Ao realizar o emplacamento junto ao DETRAN-RO, foi informada de que não poderia trafegar com 02 passageiros. Ao buscar a ajuda da requerida, estes se isentaram de qualquer responsabilidade, e que não aceitariam a devolução do produto.
A requerida apresentou contestação (ID 19306767). Aduziu que a parte autora pôde verificar todas as condições antes de finalizar a negociação, que todas as informações acerca do modelo e de sua finalidade foram prestadas, e que a tentativa de desfazimento deste negócio se deu por mero arrependimento.
Afirmou que os danos materiais não foram totalmente comprovados e é ausente a rescisão contratual.
Realizada audiência de instrução e julgamento (ID 75499404).
É o breve relatório. Decido.
FUNDAMENTAÇÃO
Não se pode olvidar que a matéria discutida nestes autos submete-se ao regime da Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, por força do § 2º do art. 3º. Com efeito, a parte autora é consumidora porque adquiriu produto (motocicleta) como destinatário final. Por outro lado, a ré é fornecedora porque desenvolve a atividade comercial de venda de veículos no mercado de consumo.
Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, passo à análise dos fatos e elementos relevantes para o presente julgamento.
O cerne da questão encontra-se na informação prestada ao consumidor no momento da negociação, uma vez que as dificuldades administrativas com o registro do veículo não se enquadram como vício do produto.
Resta analisar as provas no que diz respeito ao dever de informação.
A resolução da matéria perpassa pela análise do art. 6 do Código de Defesa do Consumidor, que dispõe, in litteris:
“São direitos básicos do consumidor:
I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;
II - a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;
III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem (grifei);
(...)”
Consoante se extrai do dispositivo legal acima transcrito, buscou o legislador resguardar o consumidor quanto ao dever de informação adequada, idônea e clara acerca dos produtos colocados à disposição deste nos estabelecimentos. Assim, responsabiliza-se o fornecedor de produtos por vício relacionado à violação do dever de informação.
Na hipótese dos autos, conforme as provas acostadas, tem-se que a compra se deu em período de promoção, ou “campanha” de fechamento de mês, e que a motocicleta adquirida estava em promoção, conforme narrado pela testemunha, vendedor da requerida à época dos fatos. As diferenças mais apontadas pelas partes nos autos, entre os modelos Cargo e o de passeio é a garupa maior, e a ausência de apoio para os pés do passageiro.
Na audiência de instrução, a partir do minuto 12, indagado acerca da equiparação entre os custos da mudança de categoria do modelo Cargo e do valor do modelo convencional, a testemunha, vendedor à época, disse não ter conhecimento, e que não tinha conhecimento acerca das questões de despachante e do Detran.

Acerca do retorno da autora à loja, após os entraves junto ao Detran-RO, a testemunha disse não se recordar (minuto 12:36 e ss.). Todavia, pouco depois (minuto 13:50 a 14:16), indagado se, diante da expertise de vendedor do ramo, saberia se é possível fazer a mudança de categoria entre categoria Cargo e Convencional, disse: "sim, pelo pouco conhecimento que sei, é possível fazer isto junto ao Detran". Perguntado sobre ter tomado conhecimento sobre o por que não ter sido possível fazer a mudança pela requerente, este afirma: "olha, me parece que foi tirado, foi descaracterizado a moto, antes de fazer o emplacamento, ante de levar ao Detran, documentá-la certinho, este é o processo né, e logo após estar pedindo essa mudança de categoria".

Desta feita, acerca do ponto crucial para a solução da lide, tem-se que a testemunha, responsável pela negociação à época dos fatos, se contradiz, evidenciando que sabia que o modelo vendido não se adequava ao buscado pela autora, e que haveria severo trâmite burocrático para adequá-la aos fins que a autora desejava.

Ademais, das provas acostadas, ao ID 19306949, pg 58, documento da proposta, tem-se que se trata de um veículo sem placa, e destaca-se o brinde de um capacete, com o desconto de 25% no preço do segundo capacete, o que corrobora a narrativa da autora de ter buscado um veículo para 02 passageiros.

Portanto, entendo que houve falha da requerida quanto ao dever de informação clara acerca do produto, permitindo que a autora adquirisse um veículo inadequado para os fins que desejava.

Acerca do pedido de indenização por dano moral, não restam dúvidas de que a requerida falhou ao não prestar as devidas informações à consumidora, vulnerável na relação, permitindo que esta viesse a adquirir a motocicleta inadequada para os fins pretendidos, o que é capaz de ensejar a reparação por danos morais, haja vista a razão pela qual o veículo foi adquirido.

É sabido que para ser definida a indenização por danos morais, o magistrado não deve permitir o enriquecimento fácil, mas, ao mesmo tempo, deve perseguir um montante que, ao menos, sirva de alerta ou freie atitudes semelhantes no futuro, por parte do infrator.

Para a fixação do quantum indenizatório, deve-se levar em consideração, ainda, o caráter dúplice da medida, visando a punição do agente e a compensação da dor sofrida.

Assim, levando em consideração os elementos dos autos, bem como a teoria do desestímulo e da proporcionalidade na fixação do dano moral, entendo como valor razoável para compensar a dor sofrida e responsabilizar a requerida a importância R$ 6.000,00 (seis mil reais).

DISPOSITIVO

Posto isso, JULGO PARCILAMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para:

a) CONDENAR a requerida à restituição do valor pago pelo bem no valor de R$ 7.550,00 (sete mil e quinhentos e cinquenta reais), devidamente atualizado a contar do ajuizamento da ação, acrescido de juros de 1% ao mês, estes a contar da citação;

b) CONDENAR a requerida a pagar a autora, à título de indenização por danos morais, o valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), corrigidos a partir desta data, eis que na fixação foi considerado o valor atualizado.

Por fim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Por tais considerações, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado, mantendo a sentença inalterada.

Condeno a Recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55, da Lei 9.099/95.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESCUMPRIMENTO DE OFERTA DE PRODUTO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. ARBITRAMENTO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA.

Nos termos do artigo 373, II, do CPC, incumbe ao réu o ônus da prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Por ser o consumidor hipossuficiente, o fornecedor tem o dever de prestar informações claras e adequadas nas tratativas e na conclusão do contrato, devendo observar o dever de lealdade, boa fé e informação.

Demonstrada a falha na prestação do serviço, bem como o dano gerado ao consumidor, a fornecedora de bens ou serviços responde objetivamente pelos prejuízos extrapatrimoniais do ofendido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 28 de Junho de 2023

Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02

Processo: 7001900-78.2022.8.22.0020 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS

Data distribuição: 03/05/2023 10:41:35

Data julgamento: 28/06/2023

Polo Ativo: SILVIA MARCELINO DE SOUZA

Advogados do(a) RECORRENTE: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS - RO5822-A, ROGER ANDRES TRENTINI - RO7694-A

Polo Passivo: ZURICH BRASIL CLUBE DE SEGUROS

Advogado do(a) RECORRIDO: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR - PE23289-A

RELATÓRIO Em síntese, trata-se de ação Indenizatória com o objetivo de restituição em dobro de descontos atinentes a rubrica seguro pecúlio, além de indenização por danos morais decorrentes de descontos que a parte autora alega indevidos.

A sentença de origem julgou parcialmente procedentes os pedidos iniciais.

Irresignada, a parte autora apresentou recurso inominado pugnando pela reforma parcial da sentença para condenar a requerida pelos danos morais sofridos.

VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.

Neste tipo de demanda já existe entendimento desta Turma Recursal de que os descontos a título de seguro pecúlio na folha de pagamento dos servidores que não aderiram ao termo de adesão ou não informaram outra fonte de adimplemento do seguro após a intervenção da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas em 2016, são indevidos e devem ser ressarcidos em dobro, além disso a prática abusiva enseja o pagamento de Danos Morais.
Nesse sentido precedentes desta Turma Recursal:
Recurso inominado. Juizado Especial. Seguro pecúlio. Não contratação. Dano moral. Ocorrência. Quantum indenizatório. Proporcionalidade. 1. É ilegal a cobrança de seguro pecúlio diretamente no contracheque do servidor sem a devida contratação. 2. O quantum indenizatório deve ser proporcional ao abalo suportado pelo ofendido. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7005567-54.2021.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Data de julgamento: 28/06/2022.
O recolhimento do seguro de vida pecúlio que era compulsório (na forma do art. 18 da Lei Estadual nº 135/1986), com a emenda Constitucional nº 20/1988 (alterou o art. 40 da CF), tornou-se facultativo, sendo, posteriormente, revogado tacitamente com o advento da Lei Complementar Estadual nº 228/2000. É indevido o desconto feito a título de seguro de vida, sem a devida permissão do servidor público. Havendo descontos indevidos, faz jus o ofendido a restituição dos valores cobrados indevidamente, bem como ao dano moral. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7001853-37.2022.822.0010, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator (a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 01/03/2023 (TJ-RO - RI: 70018533720228220010, Relator: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de Julgamento: 01/03/2023)
Assim, diante dos descontos indevidos, verifica-se que as recorridas cometeram ato ilícito e devem responder pelos prejuízos causados a parte recorrente, pois realizou descontos referente a contrato de seguro sem sua solicitação ou autorização.
Logo, demonstrado o nexo de causalidade entre a conduta das recorridas e os danos causados a parte recorrente, devem aquelas reparar os danos morais suportados pois, é inegável os transtornos sofridos em razão da conduta lesiva. A situação demonstrada nos autos, ultrapassa o mero dissabor do cotidiano, o que enseja a condenação das recorridas ao pagamento de indenização por danos morais.
Sobre o quantum a ser fixado deve este se mostrar proporcional, razoável e suficiente a reparar a lesão causada ao ofendido, sobretudo considerando que a reparação deve ser suficientemente expressiva a fim de compensar a vítima e desestimular o causador do dano, objetivando evitar a repetição de conduta do mesmo gênero, sem provocar o enriquecimento sem causa do vencedor da demanda. Nesse sentido, necessário sopesar a repercussão dos fatos na seara pessoal do ofendido.
Analisadas as circunstâncias do caso, tem-se que o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) se mostra adequado a atender critérios de proporcionalidade e razoabilidade, especialmente porque decorre de ato que culminou na redução da remuneração do servidor (a), cuja natureza é alimentar.
Por tais razões, VOTO no sentido de DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO para Condenar as recorridas, solidariamente, ao pagamento de Danos Morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e com juros de 1% (um por cento) ao mês, ambos a contar da data da publicação desta decisão.
Sem custas e honorários advocatícios, eis que o deslinde não se encaixa no teor do art. 55, da Lei nº 9.099/1995.
Oportunamente, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. SEGURO PECÚLIO. LEGITIMIDADE PASSIVA DESCONTO EM FOLHA. NOTIFICAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO SOBRE INTERESSE NA CONTINUAÇÃO DO CONTRATO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO. CANCELAMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. É ILÍCITO OS DESCONTOS COMPULSÓRIOS NO VENCIMENTO DO SERVIDOR. DANO MORAL. CONFIGURADO.
- Tem legitimidade para figurar no polo passivo da demanda referente a seguro pecúlio. aqueles que efetuaram descontos indevidos, ou se favoreceram deles, realizados nas folhas de pagamento dos servidores, mormente quando não houve manifestação no sentido de continuar com o contrato de seguro.
- É indevido o desconto feito pelo instituto de previdência, pela seguradora ou pelo Estado a título de seguro de vida, sem a devida permissão do servidor público.
- Havendo descontos indevidos, faz jus o ofendido a restituição dos valores cobrados indevidamente.
- A cobrança por serviços não contratados caracteriza prática abusiva, admitindo-se a indenização por dano moral.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7008558-78.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 16/05/2023 13:13:44
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: JOSE RODRIGUES
Advogados do(a) RECORRENTE: ALCIENE LOURENCO DE PAULA COSTA - RO4632-A, DENIS ROBERTO NITIBAILOF - RO11687-A, LUIS SERGIO DE PAULA COSTA - RO4558-A
Polo Passivo: SAGA ASIA COMERCIO DE VEICULOS, PECAS E SERVICOS LTDA e outros
Advogados do(a) RECORRIDO: MAGDA ZACARIAS DE MATOS - RO8004-A, RUY AUGUSTUS ROCHA - GO21476-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.

Analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão:
"Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão".
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
"SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A parte autora, em síntese, pretende a declaração de nulidade de tarifas contratuais, as quais reputa abusivas, bem como a restituição em dobro de valores supostamente pagos indevidamente, além de indenização a título de danos morais.
As tarifas questionadas são as seguintes: três seguros (de garantia estendida Volkswagen, Gap – veículo e acidentes pessoais, e cobrança de despesas do emitente). Tais tarifas, segundo o requerente, teriam gerado um acréscimo indevido no contrato de R$ 4.072,86 (quatro mil e setenta e dois reais e oitenta e seis centavos) a título de seguros e de R$ 471,36 (quatrocentos e setenta e um reais e trinta e seis centavos) em relação às despesas de emitente.
De início, calha ressaltar que o banco requerido não compareceu à audiência inaugural, embora regularmente citado (ID 59904629) e não justificou sua ausência à solenidade. Nesse contexto, verifica-se a revelia do banco requerido.
Apesar disso, calha consignar que os efeitos materiais da revelia, previstos no art. 344 do CPC (presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor), não se aplicarão ao caso em espeque, porquanto houve apresentação de contestação pelo litisconsorte passivo. É o que dispõe o art. 345, I, do CPC: "art. 345. A revelia não produz o efeito mencionado no art. 344 se: I - havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação;". (Grifos aditados)
No mais, o processo suporta o julgamento no estado em que se encontra, conforme o que preceitua o art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, sendo desnecessária a produção de outras provas para formar o convencimento deste julgador, visto que o contrato firmado entre as partes é suficiente para a resolução da controvérsia.
Ultrapassados esses pontos, por uma questão de antecedência lógica, convém enfrentar preliminar de ilegitimidade passiva suscitada pela parte ré SAGA ÁSIA COMÉRCIO DE VEÍCULOS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. Tal alegação, no entanto, não merece prosperar.
É que, adotando a Teoria da Asserção, utilizada pelo STJ, a legitimidade, assim como outras condições da ação, é aferida de forma abstrata a partir das alegações das partes. Somado a isso, a relação entre as partes é submetida ao Código de Defesa do Consumidor, de sorte que impera, nessa seara, a solidariedade de todos aqueles que integrarem a relação de consumo nas hipóteses de vícios de produtos e serviços.
Portanto, rejeito a preliminar suscitada pela concessionária, mesmo porque a contratação do financiamento teria se dado nas dependências da vendedora do veículo, contando, por consequência, com a participação da concessionária.
Conforme exposto, a relação jurídica em questão é regida pelo Estatuto Consumerista, o qual traz normas de ordem pública e de interesse social (artigo 1º), prevalecendo as cláusulas gerais de boa-fé objetiva (artigo 4º, inciso III). Os bancos ou instituições financeiras são considerados prestadores de serviços e estão submetidos às disposições do CDC, o qual versa expressamente sobre o assunto no §2º do seu artigo 3º.
Também a Súmula 297 do Superior Tribunal de Justiça dispõe que as operações bancárias estão sujeitas ao CDC, norma especial e de caráter público.
Além disso, é perfeitamente possível o afastamento de cláusulas abusivas dos contratos com base no Código Civil, por força dos princípios da função social do contrato, boa-fé objetiva, razoabilidade, proporcionalidade e equilíbrio contratual.
Fixadas tais premissas, passo ao exame da legalidade da cobrança das tarifas referidas na peça inicial, exigidas na cédula bancária anexa ao ID 68520492.
Urge consignar, por oportuno, que, no bojo de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), o STJ firmou a Tese nº 958, nos seguintes termos: "Validade da tarifa de avaliação do bem dado em garantia, bem como da cláusula que prevê o ressarcimento de despesa com o registro do contrato, ressalvadas a abusividade da cobrança por serviço não efetivamente prestado; e a possibilidade de controle da onerosidade excessiva, em cada caso concreto". (Grifos aditados)
No caso em concreto, há no contrato de financiamento fixação de tarifa de "despesas do emitente", no importe de R$ 471,36 (quatrocentos e setenta e um reais e trinta e seis centavos), sendo que, por outro lado, não há especificação de quais seriam essas despesas e tampouco provas de que os serviços que supostamente geraram esses custos foram, de fato, prestados. Nesse viés, reputo abusiva a referida previsão contratual, sendo devida, assim, a restituição dos valores pagos a esse título.
Da mesma forma, legitima-se a declaração da abusividade das cobranças inseridas no contrato atinentes a "seguros" no importe total de R$ 4.072,86 (quatro mil setenta e dois reais e oitenta e seis centavos), porquanto o consumidor não pode ser compelido a contratar tal serviço. Essa cobrança somente se revela legal caso seja demonstrado que o consumidor realmente quis o serviço em questão, havendo respeito à sua liberdade de contratar e escolher a seguradora.
No caso em espeque, entendo que não restou efetivamente demonstrada a vontade do demandante quanto à contratação dos seguros, já que esses serviços constaram no contrato de adesão principal, sem claros esclarecimentos sobre o pacto acessório, o que denota a ocorrência da prática de venda casada.
Por fim, rejeito o pleito de devolução em dobro dos valores indevidamente pagos, porque a simples previsão de cobrança abusiva não implica dizer, necessariamente, que houve má-fé da instituição financeira. Afinal, as tarifas inclusas no contrato são admitidas pelo ordenamento jurídico, sendo que, especificamente no caso concreto, não houve demonstração de que o serviço de "despesas do emitente" foi prestado e de que houve realmente o consentimento do autor quanto à adesão aos seguros.
Impende salientar que esse é o entendimento pacífico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:
Revisão de contrato. Negócios jurídicos bancários. Juros remuneratórios. Tarifa de cadastro. Taxa de Registro de Contrato. Juros moratórios. IOF. Seguro. Venda casada. Desconstituição da mora. Inaplicabilidade. Repetição do indébito. Forma simples. Danos morais. Não cabimento. Quando a taxa contratada de juros remuneratórios está muito superior ao percentual médio aferido pelo Bacen para o período, deve haver a modificação, pois comprovadamente excessiva. É possível a cobrança da taxa de abertura de cadastro quando expressamente pactuada no contrato e não demonstrada a abusividade do valor exigido. A tarifa por taxa de registro é despesa inerente ao serviço proposto pela instituição financeira. O seu repasse ao consumidor configura vantagem exagerada e ofende os princípios que regem a relação de consumo. Se verificado que a cobrança do percentual de juros moratórios está de acordo com o limite legal estabelecido em 1%, inexiste abusividade a ser declarada.É lícito aos contratantes convencionar o pagamento do Imposto sobre Operações Financeiras e de Crédito (IOF) por meio financiamento acessório ao mútuo principal, sujeitando-o aos mesmos encargos

contratuais. Comprovada a venda casada de seguro por ocasião da contratação de empréstimo, devida a declaração de abusividade, com a restituição do valor a tal título. Ainda que reconhecida a abusividade contratual, não há se falar em descaracterização da mora, se inadimplente o contratante. A restituição de valores pela instituição financeira deve ocorrer na forma simples, quando não configurada má-fé. Incabível a condenação do banco em indenização por danos morais, quando não comprovado que a situação experimentada ultrapassou a barreira do mero aborrecimento. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7001700-13.2022.822.0007, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator (a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 29/11/2022 (TJ-RO - AC: 70017001320228220007, Relator: Des. Raduan Miguel Filho, Data de Julgamento: 29/11/2022)
(Grifos aditados)
Nesse viés, a parte requerente faz jus à devolução simples das quantias indevidamente pagas em relação às tarifas questionadas. No entanto, os valores considerados abusivos deverão ser compensados com os montantes ainda devidos em relação ao financiamento. Isso porque, conquanto haja sido reconhecida a ilegalidade das tarifas, o fato de os valores estarem embutidos nas parcelas conduz à conclusão de que o autor ainda não desembolsou totalmente as quantias necessárias ao custeio das cobranças reputadas abusivas.
A cédula de crédito bancário juntada aos autos (ID. 68520492) revela que a última parcela do contrato vence tão somente em 28/01/2026. Logo, o requerente ainda não desembolsou totalmente as tarifas consideradas ilegais.
Relativamente à indenização por danos morais, impende consignar que, de acordo com o STJ, “o mero descumprimento contratual não enseja indenização por dano moral”. (AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.994.102/MG, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 12/12/2022, DJe de 16/12/2022.)
Em controvérsias que envolvem questões contratuais o dano moral não é presumido. É imperioso que a parte demonstre, efetivamente, fatos capazes de abalar os seus direitos de personalidade, o que não ocorreu no caso em tela.
Não há provas, por exemplo, capazes de atestar que o aumento das parcelas, em decorrência das tarifas indevidas, gerou qualquer impacto na subsistência do autor ou no cumprimento de suas obrigações. A simples cobrança de valores indevidos não é situação apta a gerar direito à percepção de indenização a título de danos morais quando não comprovado prejuízo que haja extrapolado a esfera patrimonial.
Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão autoral, a fim de reconhecer a ilegalidade da tarifa paga a título de “despesas do emitente”, no importe de R$ 471,36 (quatrocentos e setenta e um reais e trinta e seis centavos) e dos três seguros impugnados, no montante total de R$ 4.072,86 (quatro mil e setenta e dois reais e oitenta e seis centavos), cujos valores efetivamente pagos deverão ser restituídos, de forma simples, ao autor, mediante compensação em relação ao saldo devedor, bem como acrescidos de correção monetária desde a data do desembolso e juros a partir da citação, conforme índices adotados pelo TJRO.
Sem custas e sem honorários nesta instância, haja vista tratar-se de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95.
Intimem-se.“
Em que pese os argumentos da parte autora/recorrente, não logrou êxito em demonstrar via recurso inominado argumentos que pudessem mudar o entendimento balizador da sentença sob ataque, acresço que a respeitável sentença deve ser mantida quando estabelece a devolução simples dos valores cuja cobrança ora foi declarada indevida. A pretensão do Autor em ter a devolução dos valores na forma dobrada, não merece guarida, conforme previsão do parágrafo único do artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor, somente tem aplicação aos casos em que evidenciado pagamento efetuado em decorrência de má-fé do credor, o que não ocorre na hipótese em apreço, cuja cobrança decorre de prévia e, até então, válida pactuação. Desta forma a devolução deve ocorrer de forma simples.
Quanto ao dano moral, não vislumbro qualquer excepcionalidade capaz de ensejar a indenização pretendida, pois em que pese a situação ser indesejável, a respectiva situação não tem o condão de ultrapassar os meros dissabores da vida cotidiana a que todos estão expostos. Ademais, o entendimento jurisprudencial é no sentido de que o mero descumprimento contratual, por si só, não gera indenização por danos morais, salvo se evidenciado situação excepcional em que reste configurada a violação aos atributos de personalidade e ultrapassem o mero dissabor.
Para que ocorra o dever de indenizar é necessário a demonstração da conduta lesiva do agente, da existência do dano efetivo e do nexo de causalidade entre o ato lesivo e o resultado, pressupostos não atendidos no presente caso.
Por tais considerações, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela parte autora mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.
Condeno a parte autora/recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, em razão da sucumbência, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido da condenação, segundo termos do artigo 55 da Lei 9.099/95, por força da gratuidade de justiça concedida.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. AUTOR. REVISÃO CONTRATUAL. FINANCIAMENTO VEÍCULO. TARIFAS DE DESPESAS EMITENTES E SEGURO ILEGAIS. DEVOLUÇÃO SIMPLES. DANO MORAL INDEVIDO. MERO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. SENTENÇA MANTIDA. ART. 46 LEI 9099/95. RECURSO AUTOR IMPROVIDO.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7021197-31.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 20/03/2023 06:16:23
Data julgamento: 05/07/2023

Polo Ativo: VRG LINHAS AEREAS S.A. e outros
Advogado do(a) RECORRENTE: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059-A
Advogado do(a) RECORRENTE: RODRIGO SOARES DO NASCIMENTO - MG129459-A
Polo Passivo: ALDENICE MEDEIROS TEIXEIRA
Advogados do(a) RECORRIDO: RONALDO FERREIRA DA CRUZ - RO8963-A, VEIMAR PEREIRA DE BRITO - RO8621-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Recorre a companhia aérea buscando reforma da sentença que julgou procedente os pedidos contidos na inicial, pugnando pela reforma da sentença para julgar improcedente o pedido da recorrida.
Aduz o conumidor, que celebrou contrato de transporte com a empresa aérea requerida, mas viu seu trecho ser cancelado unilateralmente, de modo que a parte autora acabou não usufruindo da passagem adquirida, causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
O cancelamento do voo é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela recorrente em virtude da restruturação de malha aérea. Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que houve tão somente a alteração unilateral do contrato firmado, caracterizando-se como má prestaçao do serviço. Nesse sentido, o aresto:
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não Configurado. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade.1-O cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2-A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3-A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00(dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019)
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais.
Quanto o quantum indenizatório, em condenações desta natureza, deve o juízo a quo atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.
No caso dos autos, verificadas as circunstâncias em que ocorreram os fatos, o cancelamento unilateral, o valor a título de dano moral fixado em R$ 10.000,00 (dez mil reais), se mostra suficiente para compensar o dano sofrido, atendendo o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, não devendo ser modificado.
Ante ao exposto, conheço o recurso inominado interposto, rejeito as preliminares e, no mérito, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO para manter a sentença vergastada inalterada.
Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se à origem.
Oportunamente, arquive-se.
É como voto
EMENTA
Recurso inominado. Consumidor. Aviação. Contrato de transporte aéreo. Cancelamento de voo. Malha aérea. Dano moral. Configurado. Quantum indenizatório. Sentença mantida pelos próprios fundamentos.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7027571-63.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 03/04/2023 16:28:17
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ASSUNCAO DE MARIA SERRAO FERREIRA
Advogado do(a) RECORRENTE: RODRIGO STEGMANN - RO6063-A
Polo Passivo: BANCO BMG SA
Advogado do(a) RECORRIDO: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA - MG108112-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.

Pois bem. Desde as primeiras sessões na turma, esclareci que o tema me intrigava e que, tão logo tivesse meios para me dedicar a fundo na matéria, a analisaria para além da colegialidade, com a finalidade de continuar a acompanhá-la com maior reforço, contribuindo com os argumentos ou para chegar as minhas conclusões e ofertá-las à turma. Pois bem, após semanas analisando e refletindo sobre o tema, cheguei a uma conclusão diversa daquela que vem sendo adotada neste colegiado e, então, passo a delimitar os parâmetros do meu convencimento.

Após analisar diversas pretensões, contra as mais variadas instituições financeiras, consigo estabelecer premissas comuns a todas elas. Algumas partes falam em terem sido abordadas pela instituição financeira, umas falam em oferta de empréstimo consignado, enquanto outras mencionam a busca por crédito.

O elemento comum a todas essas formas de apresentação do "produto", é o de que não há negativa de que houve a contratação.

A modalidade de contrato, em casos quejandos, é por adesão, método permitido por lei e que, por força do princípio da transparência, deve ser claro, objetivo.

Enquanto a parte autora trouxe sua pretensão e diz ter buscado modalidade de empréstimo, sendo surpreendida por metodologia diversa, a instituição financeira fez prova de que o contrato têm em seu cabeçalho, expressamente, a modalidade de contratação por meio de cartão de crédito. O contrato tem a assinatura da parte, menção a juros, pagamento mínimo.

Aqui é necessário aclarar que a modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa.

Esclarecendo, a modalidade de empréstimo utiliza como premissas a liberação de valores de forma antecipada ao recebimento do plástico que, após sua entrega, pode ser usado como um cartão de crédito convencional – permitindo saque e compras, sendo que a fatura é encaminhada para pagamento, normalmente.

Muitas petições iniciais inserem a problemática aí, mencionando a questão específica do PAGAMENTO MÍNIMO como um elemento presumidamente de fraude, haja vista que, com o simples pagamento mínimo, tornar-se-ia impossível a quitação do contrato, dando a entender que à parte é impossível pagar a fatura além do mínimo, ou que isso não encontra assento no contrato. Os juros não são aqueles estabelecidos para os cartões de crédito regulares, não associados a contratos de pagamento por consignação e, embora a modalidade pratique juros acima daqueles correspondentes a empréstimos consignados "puros", não podem ser considerados vedados, porquanto dentro dos limites praticados em um mercado que é regulado pelo Banco Central.

O valor mínimo que está lançado na fatura corresponde, via de regra, ao limite consignável e, quando esse já foi comprometido, àqueles 5% que foram permitidos pelo legislador ordinário nos incisos I e II do §1º do artigo 1º da Lei 10.820/2003. Em outras palavras, por força de contrato, mas, principalmente, por força de lei, a instituição financeira não pode extrapolar os limites consignáveis sob pena de, aí sim, promover a conduta ilegal, reprovável e indenizável.

Quando se conspurca a metodologia de forma absoluta, tratando-a como NULA, e não meramente anulável sob certas condições, despreza-se, além da própria regulamentação do Estado, a capacidade dos indivíduos, suas experiências comerciais em geral e torna presunções relativas em absolutas. Não se pode partir da premissa de que todos os consumidores são inexperientes, incautos e desprotegidos. Em muitos casos, a impugnação ao contrato veio após dois, três ou mais anos. Como compreender que há um recebimento, descontos por meses a fio e que só surpreendem o consumidor após tamanho decurso de tempo?

Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca.

As provas aqui, em geral, são documentais e o consumidor, embora hipossuficiente em relação a instituição financeira, por força da boa-fé objetiva, deve trazer elementos claros que demonstrem a causa da anulabilidade, somente sendo passível a inversão do ônus da prova naqueles casos em que não detém meios de acostar os documentos por circunstâncias justificáveis, e que devem estar ancoradas na inicial. Trazer a causa da anulabilidade de forma objetiva é o que baliza, também, o exercício da defesa, sem o qual demoniza-se o contraditório, lhe relegando um papel de impossibilidade e de mera formalidade teórica.

No Brasil houve a adoção do pacta sunt servanda, ou seja, a não ser em hipóteses específicas, os contratos devem ser cumpridos, de forma que, portanto, o exame de anulabilidade deve corresponder a uma circunstância específica que justifique a quebra e eventual descumprimento de contrato, vedando-se o enriquecimento sem causa.

Desta forma, havendo contrato assinado entre as partes, observadas as formalidades necessárias, a clareza de que se trata de um instrumento representativo de empréstimo por meio de cartão de crédito consignado, respeitando-se os limites legais da consignação e juros admitidos pelo BACEN, não havendo provas de vícios capazes de invalidá-lo, deverá ser considerado válido.

No caso em testilha, como na maioria deles, cinge-se o recurso na análise da legalidade do contrato de cartão de crédito na modalidade de RMC - Reserva de Margem Consignável, firmado entre as partes, e, consequentemente, se for o caso, a restituição em dobro dos valores descontados, bem como da indenização por danos morais acerca da efetivação dos referidos descontos.

A parte autora aduz que realizou empréstimo com a instituição bancária, contudo desconhecia a modalidade de cartão de crédito pela Reserva de Margem Consignada – RMC.

O banco recorrido, por sua vez, argumentou acerca da regularidade de sua conduta, juntando cópia do contrato entabulado bem como outros documentos que evidenciam o negócio entabulado entre as partes.

Da análise dos autos, tem se que a despeito das alegações da parte autora de que foi induzida a erro, as provas demonstram o contrário. No contrato de ID 19267214, assinado pela parte autora, está bem destacado a modalidade contratada não havendo que se falar em ausência de informação adequada.

Embora haja a negativa veemente da parte autora acerca da ciência da modalidade contratada, nos autos não restou demonstrado minimamente o vício de consentimento na celebração do referido contrato com as cláusulas que autorizam a reserva de margem consignável referente ao valor mínimo do cartão de crédito consignado.

Inexistindo provas de que houve vício na contratação entre as partes deve-se observar o princípio do pacta sunt servanda. Dessa maneira, ante a ausência de ilícito civil cometido pelo requerido o pleito da parte autora deve ser negado.

Nesse sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, destacando-se que o alinhamento desta turma com a Corte Estadual é medida que favorece a segurança jurídica. Vejamos:

Apelação cível. Ação de restituição de valores c/c indenização por dano moral. Cartão de crédito consignado. RMC. Contratação. Legalidade. Desconto mensal. Valor mínimo. Folha de pagamento. Exercício regular de direito. Dano moral. Inexistente. Recurso provido. Comprovada a contratação do cartão de crédito com margem consignável mediante contrato com cláusula expressa quanto ao desconto mensal do valor mínimo indicado na fatura, não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de RMC, ou caracterização do dano moral, devendo-se observar o princípio pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7003965-22.2021.822.0007, Rel. Des. Alexandre Miguel, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 6/12/2021).
Apelação cível. Contrato de Cartão de Crédito Consignado. Reserva de Margem Consignável – RMC. Contratação comprovada. Dano moral. Não configuração. Repetição do indébito. Indevido. Comprovada a contratação de cartão de crédito consignado, inclusive com termos claros e inequívocos quanto ao seu objeto, não há que se falar em indenização por dano moral ou repetição de indébito, mormente se considerar que o desconto se efetiva nos termos previamente contratados (TJ-RO – AC: 7002361-60.2020.822.0007, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 22/10/2021).
Apelação cível. Cartão de crédito consignado. Margem consignável. RMC. Descontos em benefício previdenciário. Relação jurídica comprovada. Assinatura da contratante. Ausência de vício. Recurso provido. Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral, devendo-se operar o princípio do pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7010666-33.2020.822.0007, Rel. Des. José Torres Ferreira, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 9/12/2021).
Desta forma, considero que houve a contratação de forma espontânea e que, ao alegar a existência de defeito no negócio jurídico, a parte atraiu o ônus de prová-lo, do que não se desincumbiu, razão pelas quais seus pedidos devem ser julgados improcedentes.
Pelos mesmos argumentos não merecem subsistir a pretensão de conversão em contrato de empréstimo consignado e de indenização por danos morais.
Diante do exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela parte consumidora, mantendo a sentença inalterada.
Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente vencido ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, com base no artigo 55 da Lei 9.099/95, o qual fica suspenso em razão da gratuidade deferida ao consumidor.
Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.
É como voto.
EMENTA
Recurso Inominado. Cartão de crédito consignado. A modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa. AUSÊNCIA DE NULIDADE ABSOLUTA. Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/ transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca. Não existindo tais elementos nos autos, a pretensão é improcedente. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7009002-84.2022.8.22.0010 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 02/05/2023 17:02:16
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: ROSANGELA ROCATTO PONCE
Advogado do(a) RECORRENTE: VALTER CARNEIRO - RO2466-A
Polo Passivo: ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A. e outros (2)
Advogado do(a) RECORRIDO: EVELYSE DAYANE STELMATCHUK - PR100778-A
Advogado do(a) RECORRIDO: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR - PE23289-A
Advogados do(a) RECORRIDO: HELVIO SANTOS SANTANA - SE8318-A, SYLVIE BOECHAT - SP151271-A
RELATÓRIO Em síntese, trata-se de ação Indenizatória com o objetivo de restituição em dobro de descontos atinentes a rubrica seguro pecúlio, além de indenização por danos morais decorrentes de descontos que a parte autora alega indevidos.
A sentença de origem extinguiu o feito em razão de reconhecer a ilegitimidade das requeridas.
Irresignada, a parte autora apresentou recurso inominado pugnando pela reforma da sentença.
VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Primeiramente, não há que se falar em ilegitimidade das seguradoras, esta Turma Recursal tem entendimento que tanto Estado, IPERON e as seguradoras são responsáveis solidárias pelo ressarcimento dos valores indevidamente descontados das remunerações dos servidores estaduais, Nesse sentido:
Recurso Inominado. Estado de Rondônia. Seguro de vida. Pecúlio. Ausência de contratação. Preliminar de ilegitimidade passiva afastada. Devolução devida. Recurso improvido. O recolhimento do seguro de vida pecúlio que era compulsório (na forma do art. 18 da Lei Estadual nº 135/1986), com a emenda Constitucional n° 20/1988 (alterou o art. 40 da CF), tornou-se facultativo, sendo, posteriormente, revogado tacitamente com o advento da Lei Complementar Estadual nº 228/2000. Havendo descontos indevidos, faz jus o ofendido a restituição dos valores cobrados indevidamente. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7033150-94.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Cristiano Gomes Mazzini, Data de julgamento: 29/06/2022 (destaquei).

RECURSO INOMINADO. IPERON. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DE POLO PASSIVO AFASTADA. RESPONSABILIDADE DE PROCEDER A REGULARIZAÇÃO OU EXCLUSÃO DOS SERVIDORES DO SEGURO DO IPERON RESTITUIÇÃO DE SEGURO DE VIDA PECÚLIO. QUANTIA PAGA INDEVIDAMENTE. AUSÊNCIA DE CONTRATO DE ADESÃO. SITUAÇÃO NÃO REGULARIZADA. RESTITUIÇÃO DEVIDA. ILÍCITO OS DESCONTOS COMPULSÓRIOS NO VENCIMENTOS DO SERVIDOR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (RI de n. 0007460-07.2014.8.22.0601, Relator: Arlen José Silva de Souza, data do julgamento: 04.05.2016) (destaquei).
Recurso inominado. Preliminar Rejeitada. Seguradora. Seguro de vida. Pecúlio. Ausência de contratação. Devolução devida. Recurso Improvido. Sentença Mantida. 1 – É indevido o desconto feito pelo instituto de previdência a título de seguro de vida, sem a devida permissão do servidor público. 2 – Havendo descontos indevidos, faz jus o ofendido a restituição dos valores cobrados indevidamente. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7001094-22.2021.822.0006, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator (a) do Acórdão: Juiz Audarzean Santana da Silva, Data de julgamento: 26/02/2022.

Dito isso, e tendo em vista que o feito encontra-se maduro para julgamento, passo a analisar a questão de fundo da controvérsia.

O contrato de seguro de vida em grupo foi originado na Lei nº135/1986, onde o servidor associado ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia ficou obrigado a contribuir com o seguro de vida-pecúlio:

art. 18 - Os associados do IPERON contribuirão compulsoriamente para um seguro de vida-pecúlio, cujo benefício, valor de contribuição e demais condições serão estipulados no regulamento. (destaquei)

Assim, um seguro de vida foi contratado pela autarquia e os seus descontos realizados diretamente na folha de pagamento dos servidores. Todavia, a Lei Complementar nº 228/2000 revogou a Lei nº 135/1986, passando a estabelecer a contratação facultativa do seguro de vida, mas permitindo para aqueles servidores que aceitassem o termo de adesão a manutenção da consignação em folha de pagamento do valor do prêmio do seguro.

Os descontos consignados perduraram até outubro de 2016, quando a Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas determinou a interrupção desse adimplemento automático. A partir disso, os segurados interessados pela manutenção do seguro de vida deveriam indicar uma forma de pagamento alternativa, conforme mensagem emitida nos contracheques dos servidores segurados e em publicações em jornais de grande circulação na época.

Em 2017 os Sindicatos interessados se reuniram e manejaram a ação distribuída na 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho (7020057-35.2017.8.22.0001). Em sede de tutela antecipada, foi retomado o desconto em folha de pagamento por conta do contrato de seguro de vida, bem como determinado que a Zurich Minas Brasil Seguros S.A. mantivesse em plena validade a apólice que dá cobertura aos sinistros. Posteriormente, foram remanejados agravos de instrumento que concluíram pela exclusão da retomada dos descontos daqueles servidores que optaram pela cobrança por meio diverso do desconto da folha de pagamento, além daqueles que não apresentaram termo de adesão a partir de outubro de 2016 e isentou, por ora, da obrigatoriedade do Estado de Rondônia em devolver os valores.

Impende registrar que até o presente momento a demanda coletiva não foi sentenciada. Também, destaca-se que ações individuais como esta, nos termos dos artigos 81 e 104 do Código de Defesa do Consumidor, configura-se como interesse individual homogêneo, logo, não há tese que impeça o julgamento deste recurso em decorrência do trâmite da ação coletiva.

Quanto ao dever de ressarcimento dos descontos posteriores a outubro de 2016 e Danos Morais, o Egrégio TJRO consignou o seguinte entendimento na Apelação Cível nº 7002377-20.2020.8.22.0005, sob relatoria do Desembargador Raduan Miguel:

Seguro de vida em grupo. Dialeticidade. Afastada. Desconto em folha. Notificação para manifestação sobre interesse na continuação do contrato. Segurado. Inerte. Cancelamento.

Quando o recurso ataca os fundamentos da sentença não há que falar em ofensa ao princípio da dialeticidade.

Deixando o segurado de manifestar sobre a continuidade do contrato de seguro quando notificado para o fazer, conforme relatado pelo mesmo, subsistindo os descontos do valor do prêmio, na sua folha de pagamento, impõe-se a seguradora o dever de restituí-lo na forma dobrada, porquanto indevida a cobrança, bem como o dever de indenizar, sendo desnecessária a efetiva demonstração do dano moral.

O quantum fixado deve se mostrar proporcional, razoável e suficiente a reparar a lesão causada ao ofendido, sobretudo considerando que a reparação deve ser suficientemente expressiva a fim de compensar a vítima e desestimular o causador do dano, objetivando evitar a repetição de conduta do mesmo gênero, sem causar o enriquecimento sem causa do vencedor da demanda.

APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7002377-20.2020.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 02/05/2022 (destaquei)

Assim, caso o servidor não demonstre interesse na manutenção do vínculo contratual, inclusive de forma tácita, os demandados devem proceder a devolução dos valores de forma dobrada, além do dano moral. Ou seja, se os descontos continuaram a ocorrer mesmo que o servidor tenha deixado de aceitar o termo de adesão ou não tenha indicado outra fonte de adimplemento do seguro após a intervenção da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas em 2016, devem os demandados promoverem o ressarcimento em dobro das quantias descontadas ilegalmente além do pagamento de Danos Morais.

Ainda, deve ser observada a prescrição quinquenal nas demandas dessa esfera. Isso porque, por envolver (mesmo que de forma solidária) interesse da Fazenda Pública, a prescrição é quinquenal. Ademais, essa questão está pacificada há tempos no Tribunal de Justiça de Rondônia:

Seguro vida pecúlio. IPERON. Desconto compulsório do salário do servidor. Ilegalidade. Restituição. Prescrição. Prazo.Inexistindo opção do servidor beneficiário, ilícito é o desconto em folha de pagamento para pagamento de seguro de vida pecúlio a partir do momento em que este, em decorrência de disposição legal, deixou de ser compulsório.Merece rejeição a tese de irresponsabilidade baseada na alegação de ser mera estipulante, pois a autarquia é a única responsável no trato dos descontos efetuados nos contracheques do servidor.A prescrição, na hipótese, tratando-se de cobrança contra a Fazenda Pública, é qüinqüenal, conforme disposto no Decreto n. 20.910/1932, sendo por ela fulminadas as verbas pretéritas anteriores a cinco anos, contados da data do ajuizamento da ação.100.001. Apelação Cível - Rito Sumário (TJ-RO - AC: 10000120070275415 RO 100.001.2007.027541-5, Relator: Desembargador Renato Mimessi, Data de Julgamento: 20/05/2008, 2ª Vara da Fazenda Pública)

Em análise aos autos, verifica-se que as requeridas não comprovaram o termo de adesão ou opção da parte recorrente em dar manutenção do contrato por outro meio de pagamento, tampouco demonstraram a falta de repasse por parte da Administração dos valores descontados nos contracheques da servidora.

Logo, incontroverso o seu dever de restituir em dobro os valores descontados elencados na peça vestibular que não foram alcançados pela prescrição quinquenal.

Ainda, faz-se necessária a menção da responsabilidade solidária da Seguradora em promover as indenizações em comento, haja vista que enquanto integrante da cadeia de consumo, colhe bônus da relação jurídica formada, não havendo maneira de se eximir de sua responsabilidade por eventual prejuízo ocasionado e deixar seus consumidores sem qualquer proteção jurisdicional ao retardar ou impedir a sua defesa. Do mesmo modo, a responsabilidade do Estado de Rondônia e do IPERON também devem ser considerados, em vista da responsabilidade de proceder a regularização dos registros funcionais de seus servidores, em especial da exclusão dos descontos daqueles que não firmaram termo de adesão ou que não indicaram outra fonte de pagamento.
Sobre os danos morais, o quantum fixado deve se mostrar proporcional, razoável e suficiente a reparar a lesão causada ao ofendido, sobretudo considerando que a reparação deve ser suficientemente expressiva a fim de compensar a vítima e desestimular o causador do dano, objetivando evitar a repetição de conduta do mesmo gênero, sem causar o enriquecimento sem causa do vencedor da demanda. Nesse sentido, necessário sopesar a repercussão dos fatos na seara pessoal do ofendido.
Analisadas as circunstâncias do caso, tem-se que o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) se mostra adequado a atender critérios de proporcionalidade e razoabilidade, especialmente porque decorre de ato que culminou na redução da remuneração da servidora, cuja natureza é alimentar.
Por tais razões, VOTO no sentido de DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO para:
a) Determinar que a requerida promova a extinção do contrato denominado seguro pecúlio;
b) Condenar as requeridas na devolução em dobro das cobranças atinentes ao Seguro Pecúlio ocorridas após outubro de 2016, respondendo cada uma, individualmente pelo período que era a responsável pelo contrato de seguro, cujos valores deverão ser apurados em liquidação de sentença, ressalvada a prescrição quinquenal;
c) Condenar as requeridas, solidariamente, ao pagamento de Danos Morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e com juros de 1% (um por cento) ao mês, ambos a contar da data da publicação desta decisão.
Sem custas e honorários advocatícios, eis que o deslinde não se encaixa no teor do art. 55, da Lei nº 9.099/1995.
Oportunamente, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. SEGURO PECÚLIO. LEGITIMIDADE PASSIVA DESCONTO EM FOLHA. NOTIFICAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO SOBRE INTERESSE NA CONTINUAÇÃO DO CONTRATO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO. CANCELAMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. RESTITUIÇÃO DEVIDA. ILÍCITO OS DESCONTOS COMPULSÓRIOS NO VENCIMENTO DO SERVIDOR.
- Tem legitimidade para figurar no polo passivo da demanda referente a seguro pecúlio. aqueles que efetuaram descontos indevidos, ou se favoreceram deles, realizados nas folhas de pagamento dos servidores, mormente quando não houve manifestação no sentido de continuar com o contrato de seguro.
- É indevido o desconto feito pelo instituto de previdência ou pelo Estado a título de seguro de vida, sem a devida permissão do servidor público.
- Havendo descontos indevidos, faz jus o ofendido a restituição dos valores cobrados indevidamente.
- A cobrança por serviços não contratados caracteriza prática abusiva, admitindo-se a indenização por dano moral.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7033459-13.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 28/04/2023 10:45:29
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ERICA LIMA RAMOS
Advogado do(a) RECORRENTE: ALLAN OLIVEIRA SANTOS - RO10315-A
Polo Passivo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso apresentado.
Inicialmente é preciso registrar que o presente caso deve ser solucionado à luz da Lei n. 8.078/90, por ser de consumo a relação havida entre as partes, em virtude do disposto nos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor, que conceituam, respectivamente, as figuras do consumidor e do fornecedor.
Cinge-se a análise do presente recurso, quanto à legalidade de dívida constituída em procedimento de recuperação do consumo, pleiteando pela incidência dos danos morais.
Considerando que somente a parte autora recorre da sentença pleiteando pela concessão dos danos morais, e que o entendimento desta Turma Recursal é de que comprovado por meio de documentos que houve desvio de energia atribuível ao consumidor é possível a Cia de Energia Elétrica promover a recuperação de consumo, desde que sejam garantidos no processo administrativo o contraditório e a ampla defesa, entendo que a situação apresentada não é passível de ser reconhecida a indenização por danos morais.
A jurisprudência do STJ é no sentido de que comprovado por meio de documentos que houve desvio de energia atribuível ao consumidor é possível a Cia de Energia Elétrica promover a recuperação de consumo, desde que sejam garantidos no processo administrativo o contraditório e a ampla defesa. E ainda que sejam realizados os procedimentos elencados nos arts. 590 e 591 da Resolução 1000/2021 da ANEEL:

Art. 590. Na ocorrência de indício de procedimento irregular, a distribuidora deve adotar as providências necessárias para sua fiel caracterização, compondo um conjunto de evidências por meio dos seguintes procedimentos:
I - emitir o Termo de Ocorrência e Inspeção – TOI, em formulário próprio, elaborado conforme instruções da ANEEL;
II - solicitar a verificação ou a perícia metrológica, a seu critério ou quando requerida pelo consumidor;
III - elaborar relatório de avaliação técnica quando constatada a violação do medidor ou demais equipamentos de medição, contendo as informações técnicas e a descrição das condições físicas de suas partes, peças e dispositivos, exceto quando for solicitada a perícia metrológica do inciso II;
IV - avaliar o histórico de consumo e das grandezas elétricas; e
V - implementar, quando julgar necessário:
a) medição fiscalizadora, com registros em memória de massa de pelo menos 15 dias consecutivos; e
b) recursos visuais, tais como fotografias e vídeos.
§ 1º A medição fiscalizadora, calibrada conforme padrão do INMETRO ou órgão metrológico delegado, pode permanecer instalada no circuito da medição de faturamento da unidade consumidora, com o objetivo de comparação das grandezas elétricas medidas, pelo tempo que a distribuidora julgar necessário.
§ 2º Enquadra-se como procedimento irregular o aumento de carga à revelia da distribuidora que cause defeito no sistema de medição, o que deve ser comprovado pela distribuidora.
§ 2º Enquadra-se como procedimento irregular o aumento de carga ou de geração à revelia da distribuidora que cause defeito no sistema de medição, o que deve ser comprovado pela distribuidora. (Redação dada pela REN ANEEL 1.059, de 07.02.2023)
§ 3º Em caso de defeito na medição sem comprovação do procedimento irregular ou do aumento de carga à revelia, a distribuidora deve proceder conforme Seção V do Capítulo VIII do Título I, não se aplicando o disposto neste Capítulo.
Art. 591. Ao emitir o TOI, a distribuidora deve:
I - entregar cópia legível ao consumidor ou àquele que acompanhar a inspeção, mediante recibo com assinatura do consumidor ou do acompanhante; e
II - informar:
a) a possibilidade de solicitação de verificação ou de perícia metrológica junto ao INMETRO ou ao órgão metrológico delegado;
b) os prazos, os custos de frete e de verificação ou da perícia metrológica, e que o consumidor será responsabilizado pelos custos se comprovada a irregularidade, vedada a cobrança de outros custos.
§ 1º É permitida a emissão eletrônica do TOI e a coleta eletrônica da assinatura do consumidor ou daquele que acompanhar a inspeção, devendo a distribuidora garantir a impressão no local ou o envio ao consumidor com comprovação do recebimento.
§ 2o Se o consumidor se recusar a receber a cópia do TOI, a distribuidora deve armazenar evidências que comprovem a recusa, inclusive, se for o caso, com prova testemunhal.
§ 3º Em caso de recusa do recebimento do TOI ou se não for o consumidor que acompanhar a inspeção, a distribuidora deve enviar ao consumidor em até 15 dias da emissão, por qualquer modalidade que permita a comprovação do recebimento, a cópia do TOI e demais informações dos incisos do caput.
§ 4º O consumidor tem 15 dias, contados a partir do recebimento do TOI, para solicitar à distribuidora a verificação ou a perícia metrológica no medidor e demais equipamentos junto ao INMETRO ou órgão metrológico delegado.
§ 5º As marcas de selagem que são controladas pelo INMETRO ou pelo órgão metrológico delegado não podem ser rompidas pela distribuidora enquanto dentro do prazo do § 4º ou antes da realização da verificação ou da perícia metrológica.
§ 6º A cópia do TOI e do conjunto de evidências utilizados para caracterização da irregularidade devem ser disponibilizadas adicionalmente no espaço reservado de atendimento pela internet. (grifei)
Portanto a parte recorrida realizou todas as etapas do procedimento de recuperação de consumo pretérito conforme artigo acima (realização da vistoria, fotos do medidor constatando as irregularidades, emissão do TOI, notificação do cliente – documentos colacionados na contestação).
A despeito da ausência de perícia técnica, as provas produzidas não deixam dúvidas quanto as irregularidades existentes no medidor, mormente porque a irregularidade se encontrava na área externa do medidor, sendo de fácil constatação. Nesse sentido:
APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. ENERGIA ELÉTRICA. DESNECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. FRAUDE NO MEDIDOR. IRREGULARIDADE COMPROVADA. 1. Preliminar afastada. A revisão do critério adotado para apurar o cálculo de recuperação de consumo se mostra como um provimento parcial dos pedidos e não como julgamento extra petita. 2. O serviço público de energia elétrica está abrangido pelo Código de Defesa do Consumidor, que estabelece normas de ordem pública e interesse social, segundo disposto no artigo 1º da Lei nº 8.078/90, razão pela qual devem ser observadas as regras dispostas na legislação consumerista, de modo a evitar eventuais desequilíbrios entre as partes, especialmente em virtude da hipossuficiência do consumidor em relação ao fornecedor. 3. Nos termos do artigo 14, caput, do CDC, a concessionária prestadora do serviço público responde na forma objetiva pelo fato do serviço, observadas as determinações contidas no artigo 22 do mesmo diploma legal. 4. Constatada a fraude no sistema de fornecimento de energia elétrica, visivelmente atingindo o medidor e comprovado o aumento do consumo após a substituição do medidor, mostra-se desnecessário o encaminhamento do equipamento para perícia, pois é evidente o registro parcial da energia consumida. 5. Embora não tenha sido produzida a prova pericial no caso dos autos, a concessionária demonstrou que os danos apontados no medidor teriam ensejado registro menor ao efetivamente consumido, porquanto os dados apresentados revelam alteração nas medições durante o período de recuperação calculado, comparado com o consumo nos meses posteriores à constatação da irregularidade. 6. Hipótese em que o critério de cálculo fixado na sentença se mostra mais benéfico à parte autora do que o que vem sendo adotado por esta Câmara. 7. Devem ser deduzidos os valores já pagos pelo autor no período a ser considerado para o cálculo da recuperação de consumo, sob pena de enriquecimento ilícito da concessionária.PRELIMINAR AFASTADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.(TJ-RS - AC: 70074341629 RS, Relator: Sergio Luiz Grassi Beck, Data de Julgamento: 09/08/2017, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 28/08/2017).
Ademais, a jurisprudência do Tribunal de Justiça de Rondônia também é no sentido de que realizados os procedimentos elencados na Resolução e comprovado a alteração no consumo da unidade consumidora é exigível o débito pretérito:
Apelação cível em ação de desconstituição de débito. Consumo energia elétrica. Apuração de irregularidade. Débito exigível. Diferença de consumo. Possibilidade de novo faturamento. Recurso provido. Constatada a irregularidade no medidor e oportunizadas a ampla defesa e o contraditório ao consumidor no processo de apuração e recuperação de consumo, não há de se falar em inexistência do débito. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7004648-44.2016.822.0004, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 21/10/2019.

Por fim, considerando que diante do entendimento atual desta Turma Recursal, o procedimento foi considerado regular, não havendo que se falar em circunstâncias que justifiquem a imposição de danos morais, e que somente a parte autora recorre da sentença, entendo pela improcedência do pedido autoral.
Por tais considerações, VOTO no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo os demais termos da sentença inalterados.
Deixo de condenar o recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, eis que o deslinde do feito não se encaixa nas hipóteses restritas do art. 55 da Lei n. 9.099/95.
Oportunamente, remetam-se à origem.
É como voto.
EMENTA
Recurso inominado. Consumidor. Recuperação de consumo. Procedimento realizado dentro das normas. Dano moral. Não configurado. Sentença Mantida.
- Segundo a jurisprudência do STJ, os débitos pretéritos apurados por fraude no medidor de consumo podem ser cobrados por meio do processo de recuperação, desde que observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como os procedimentos elencados nos arts. 129 e 133 da Resolução 414/2010 da ANEEL
- Não há que se falar em indenização por danos morais quando comprovada a fraude no medidor e a regularidade no procedimento de recuperação de consumo.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7000549-69.2023.8.22.0009 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 12/05/2023 13:37:26
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: CLAUTON DE SAULO MACIEL DE SOUZA
Advogado do(a) RECORRENTE: ANA PAULA SANCHES MENEZES - RO9705-A
Polo Passivo: ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A. e outros (2)
Advogado do(a) RECORRIDO: EVELYSE DAYANE STELMATCHUK - PR100778-A
Advogado do(a) RECORRIDO: HELVIO SANTOS SANTANA - SE8318-A
Advogado do(a) RECORRIDO: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR - PE23289-A
RELATÓRIO Em síntese, trata-se de ação Indenizatória com o objetivo de restituição em dobro de descontos atinentes a rubrica seguro pecúlio, além de indenização por danos morais decorrentes de descontos que a parte autora alega indevidos.
A sentença de origem julgou parcialmente procedentes os pedidos iniciais.
Irresignada, a parte autora apresentou recurso inominado pugnando pela reforma parcial da sentença para aplicação da prescrição quinquenal bem como a condenação das requeridas em danos morais.
VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Neste tipo de demanda já existe entendimento desta Turma Recursal de que os descontos a título de seguro pecúlio na folha de pagamento dos servidores que não aderiram ao termo de adesão ou não informaram outra fonte de adimplemento do seguro após a intervenção da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas em 2016, são indevidos e devem ser ressarcidos em dobro, além disso a prática abusiva enseja o pagamento de Danos Morais.
Nesse sentido precedentes desta Turma Recursal:
Recurso inominado. Juizado Especial. Seguro pecúlio. Não contratação. Dano moral. Ocorrência. Quantum indenizatório. Proporcionalidade. 1. É ilegal a cobrança de seguro pecúlio diretamente no contracheque do servidor sem a devida contratação. 2. O quantum indenizatório deve ser proporcional ao abalo suportado pelo ofendido. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7005567-54.2021.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Data de julgamento: 28/06/2022.
O recolhimento do seguro de vida pecúlio que era compulsório (na forma do art. 18 da Lei Estadual nº 135/1986), com a emenda Constitucional nº 20/1988 (alterou o art. 40 da CF), tornou-se facultativo, sendo, posteriormente, revogado tacitamente com o advento da Lei Complementar Estadual nº 228/2000. É indevido o desconto feito a título de seguro de vida, sem a devida permissão do servidor público. Havendo descontos indevidos, faz jus o ofendido a restituição dos valores cobrados indevidamente, bem como ao dano moral. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7001853-37.2022.822.0010, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator (a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 01/03/2023 (TJ-RO - RI: 70018533720228220010, Relator: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de Julgamento: 01/03/2023)
Assim, diante dos descontos indevidos, verifica-se que as recorridas cometeram ato ilícito e devem responder pelos prejuízos causados a parte recorrente, pois realizou descontos referente a contrato de seguro sem sua solicitação ou autorização.
Logo, demonstrado o nexo de causalidade entre a conduta das recorridas e os danos causados a parte recorrente, devem aquelas reparar os danos morais suportados pois, é inegável os transtornos sofridos em razão da conduta lesiva. A situação demonstrada nos autos, ultrapassa o mero dissabor do cotidiano, o que enseja a condenação das recorridas ao pagamento de indenização por danos morais.
Sobre o quantum a ser fixado deve este se mostrar proporcional, razoável e suficiente a reparar a lesão causada ao ofendido, sobretudo considerando que a reparação deve ser suficientemente expressiva a fim de compensar a vítima e desestimular o causador do dano, objetivando evitar a repetição de conduta do mesmo gênero, sem provocar o enriquecimento sem causa do vencedor da demanda. Nesse sentido, necessário sopesar a repercussão dos fatos na seara pessoal do ofendido.

Analisadas as circunstâncias do caso, tem-se que o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) se mostra adequado a atender critérios de proporcionalidade e razoabilidade, especialmente porque decorre de ato que culminou na redução da remuneração do servidor (a), cuja natureza é alimentar.
Quanto ao prazo prescricional, em que pese o entendimento do juízo a quo, acerca da prescrição trienal, tenho que não deve prosperar, Isso porque o caso envolve (mesmo que de forma solidária) interesse da Fazenda Pública.
O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento, quanto a prescrição contra a fazenda pública, no sentido de aplicar o art. 1º do Decreto nº 20.910/1932, ou seja, a prescrição de ações de indenização contra a fazenda pública será de 5 anos.
Ademais, essa questão está pacificada há tempos no Tribunal de Justiça de Rondônia:
Seguro vida pecúlio. IPERON. Desconto compulsório do salário do servidor. Ilegalidade. Restituição. Prescrição. Prazo. Inexistindo opção do servidor beneficiário, ilícito é o desconto em folha de pagamento para pagamento de seguro de vida pecúlio a partir do momento em que este, em decorrência de disposição legal, deixou de ser compulsório. Merece rejeição a tese de irresponsabilidade baseada na alegação de ser mera estipulante, pois a autarquia é a única responsável no trato dos descontos efetuados nos contracheques do servidor. A prescrição, na hipótese, tratando-se de cobrança contra a Fazenda Pública, é qüinqüenal, conforme disposto no Decreto n. 20.910/1932, sendo por ela fulminadas as verbas pretéritas anteriores a cinco anos, contados da data do ajuizamento da ação.100.001. Apelação Cível - Rito Sumário (TJ-RO - AC: 10000120070275415 RO 100.001.2007.027541-5, Relator: Desembargador Renato Mimessi, Data de Julgamento: 20/05/2008, 2ª Vara da Fazenda Pública)
Neste sentido, deve-se respeitar a prescrição quinquenal no presente caso, contados da distribuição da ação.
Por tais razões, VOTO no sentido de DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado para:
a) Condenar as recorridas, solidariamente, ao pagamento de danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e com juros de 1% (um por cento) ao mês, ambos a contar da data da publicação desta decisão;
b) Aplicar, no que se refere a devolução de valores, a prescrição quinquenal, contados da distribuição da ação.
Sem custas e honorários advocatícios, eis que o deslinde não se encaixa no teor do art. 55, da Lei nº 9.099/1995.
Oportunamente, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. SEGURO PECÚLIO. DESCONTO EM FOLHA. NOTIFICAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO SOBRE INTERESSE NA CONTINUAÇÃO DO CONTRATO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO. CANCELAMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. É ILÍCITO OS DESCONTOS COMPULSÓRIOS NO VENCIMENTO DO SERVIDOR. DANO MORAL. CONFIGURADO. FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.
- É indevido o desconto feito pelo instituto de previdência, pela seguradora ou pelo Estado a título de seguro de vida, sem a devida permissão do servidor público.
- Havendo descontos indevidos, faz jus o ofendido a restituição dos valores cobrados indevidamente, respeitada a prescrição quinquenal.
- A cobrança por serviços não contratados caracteriza prática abusiva, admitindo-se a indenização por dano moral.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7002492-40.2022.8.22.0015 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 21/11/2022 12:03:09
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: IVANEDE XIMENDES CUNHA e outros
Advogado do(a) RECORRENTE: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - MG76696-A
Advogado do(a) RECORRENTE: ARYANE KELLY SILVA SAMPAIO - RO8625-A
Polo Passivo: TIM S/A e outros
Advogado do(a) RECORRIDO: ARYANE KELLY SILVA SAMPAIO - RO8625-A
Advogado do(a) RECORRIDO: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - MG76696-A
RELATÓRIO Dispensado nos termos do artigo 46, caput, da Lei 9.099/95.
VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos recursos.
A questão deve ser examinada à luz do CDC, vez que se trata de relação de consumo.
Importante mencionar que por se tratar de relação consumerista o ônus da prova, no presente caso, é da parte requerida. Contudo, a empresa de telefonia não trouxe aos autos qualquer comprovação da regularidade da contratação. Diante da ausência de prova da contratação, que restou incontroversa nos autos, necessária a declaração de inexistência do débito.
Restou devidamente comprovado que a inscrição promovida pela parte Recorrida foi indevida. Nesse contexto, indiscutível que houve falha na prestação do serviço e a condenação em indenização por danos morais é medida que se impõe.
A jurisprudência já está pacificada no sentido de que o dano moral em caso de negativação indevida se configura in re ipsa, isto é, prescinde de outra prova, in verbis:
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. NEGATIVAÇÃO EM CADASTROS DE INADIMPLENTES. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO. 1.- “Nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura in re ipsa, isto é, prescinde de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica.” (REsp 1059663/MS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe 17/12/2008). 2.- A intervenção do STJ, Corte de caráter nacional, destinada a firmar interpretação geral do Direito Federal para todo o país e não para a revisão de questões de interesse individual, no caso de questionamento do valor fixado para o dano moral, somente é admissível quando o valor

fixado pelo Tribunal de origem, cumprindo o duplo grau de jurisdição, se mostre teratólogico, por irrisório ou abusivo. 3.- Inocorrência de teratologia no caso concreto, em que, em razão da indevida inscrição do nome do autor em cadastros de inadimplentes, foi fixado o valor de indenização de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), a título de danos morais, devido pelo banco ora agravante ao autor, a título de danos morais. 4.- O agravante não trouxe nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos. 5.- Agravo Regimental improvido. (g.n. AgRg no AREsp 501.533/DF, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/05/2014, DJe 13/06/2014).

Dessa forma, estabelecida a incidência do dano moral, a fixação deve ser compatível com o poder econômico da empresa recorrida e suficiente para reparar o dano do ofendido.

É cediço que o quantum indenizatório deve ser estipulado pelo magistrado de forma equitativa, de modo que não seja muito alto a ponto de implicar enriquecimento sem causa do ofendido, nem tão inexpressivo, sob pena de não produzir no ofensor a sensação de punição, constrangendo-o a se abster de praticar atos similares.

Portanto, valor arbitrado pelo juiz sentenciante, R$ 5.000,00 (cinco mil reais), não se mostra razoável ao caso, visto que a parte autora teve seu nome negativado por dívida inexistente.

Logo o montante dos danos morais fixados na origem deve ser redimensionado para o atual entendimento deste Colegiado, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), por estar em consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, especialmente em face dos valores discutidos nos autos.

A propósito:

NEGATIVAÇÃO INDEVIDA DE INSCRIÇÃO EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO PROVIDO EM PARTE. O valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais) de condenações em caso de negativação indevida em cadastros de proteção ao crédito é justo, quando a negativação for originada por grandes litigantes (Bancos e empresas de telefonia).” (Recurso Inominado 7003775-67.2014.8.22.0601. Data do Julgamento: 03/11/2016. Relator: Jorge Luiz dos Santos Leal).

Por tais considerações, VOTO para:

a) NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado da parte requerida.

b) DAR PROVIMENTO ao recurso inominado da parte autora, para majorar o quantum indenizatório para o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e com juros de 1% (um por cento) ao mês, ambos a contar da data da publicação desta decisão, mantendo-se inalterado os demais termos da sentença, mantendo-se inalterado os demais termos da sentença.

Sucumbente, condeno a parte requerida/recorrente ao pagamento custas e honorários advocatícios, sendo estes em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, o que faço na forma do art. 55, da lei nº 9.099/95.

Oportunamente, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA CONSUMIDOR. DÍVIDA INEXISTENTE. COBRANÇA INDEVIDA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. ARBITRAMENTO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

É devida indenização por dano moral ao consumidor em razão da negativação indevida de seu nome no cadastro de inadimplentes.

No tocante ao quantum indenizatório, este deve atender aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, para que não seja considerado irrisório ou elevado, de modo que a condenação atinja seus objetivos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO DO REQUERIDO CONHECIDO E NAO PROVIDO. TUDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 28 de Junho de 2023

Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02

Processo: 7000868-62.2022.8.22.0012 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS

Data distribuição: 10/11/2022 13:51:19

Data julgamento: 28/06/2023

Polo Ativo: JAIR FERREIRA DOS SANTOS

Advogados do(a) RECORRENTE: JOILSON SANTOS DE ALMEIDA - RO3505-A, PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR - RO2394-A

Polo Passivo: Estado de Rondônia e outros

Advogado do(a) RECORRIDO: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR - PE23289-A

RELATÓRIO Dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.

VOTO Conheço do recurso interposto eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.

Ao analisar a decisão embargada, sobretudo nos pontos mencionados pela embargante, verifico não ter havido qualquer dos vícios mencionados no art. 48 da lei nº 9.099/95.

É nítida que a irresignação manifestada por intermédio do recurso em comento visa unicamente a reapreciação do conteúdo decisório, o que não pode ser concebido por embargos de declaração.

Observa-se que houve a análise detida dos pontos necessários para convencimento do Juízo acerca dos fatos narrados no processo, de sorte que o acórdão não merece reparos.

Quanto à inexistência dos vícios previstos no art. 48 da lei 9.099/95, importante transcrever o seguinte aresto desta Turma Recursal:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. OMISSÃO. DÚVIDA. INEXISTÊNCIA. Inexistindo na decisão embargada quaisquer dos defeitos previstos no art. 48 da Lei n. 9.099/95, devem ser rejeitados os embargos de declaração. Embargos de Declaração em Recurso Inominado nº 0022254-24.2013.8.22.0001. Julgado em: 24/08/2016. Rel. Juíza Euma Mendonça Tourinho.

O art. 46 da Lei 9.099/95 aduz que "O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão". Oportuno relevar que é desnecessário o julgador pronunciar-se sobre todos os pontos do recurso, desde que claros e suficientes os fundamentos que embasaram a solução dada.
Sobre o tema, anotam-se os seguintes trechos de julgados do E. Superior Tribunal de Justiça:
"(…) 5. Como é cediço, o julgador não é obrigado a rebater cada um dos argumentos aventados pela defesa ao proferir decisão no processo, bastando que pela motivação apresentada seja possível aferir as razões pelas quais acolheu ou rejeitou as pretensões da parte, exatamente como se deu na hipótese em análise (…)". (AgRg no AREsp 1009720/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 05/05/2017).
"(…) 2. O julgador não é obrigado a manifestar-se sobre todas as teses expostas no recurso, ainda que para fins de prequestionamento, desde que demonstre os fundamentos e os motivos que justificaram suas razões de decidir (…)". (EDcl no AgRg no HC 302.526/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 01/02/2017).
Os embargos possuem caráter integrativo e não substitutivo da decisão, não se prestando para o reexame da matéria de mérito e/ou prequestionamento quando inexistente omissão, afinal, toda a extensão constitucional e infraconstitucional se encontra amplamente debatida na decisão.
O entendimento aqui delineado já foi decidido em sessão plenária por esta Turma Recursal, Autos 0000439-80.2014.8.22.0018, cuja ementa segue abaixo colacionada:
EMBARGOS DECLARATÓRIOS. […] IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DOS EMBARGOS PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO.
Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores do presente recurso, resta patente o intuito infringente da irresignação, que objetiva não corrigir erro material, suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas sim reformar o julgado por via inadequada, o que não se pode admitir.
Ante o exposto, voto para REJEITAR os embargos de declaração.
Após o trânsito em julgado, remeta-se os autos à origem.
EMENTA Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição ou obscuridade. Rediscussão. Impossibilidade. Embargos rejeitados.
– Não havendo omissão, contradição ou obscuridade na decisão atacada, os embargos de declaração devem ser rejeitados de plano.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, EMBARGOS DE DECLARACAO CONHECIDOS E REJEITADOS A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7001418-15.2021.8.22.0005 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 27/01/2022 11:21:50
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA
Advogados do(a) AUTOR: THIAGO MAHFUZ VEZZI - RO6476-A, VILSON MOREIRA JUNIOR - RO6479-A
Polo Passivo: SILAS ROSALINO DE QUEIROZ
Advogado do(a) AUTOR: SILAS QUEIROZ JUNIOR - RO10086-A
RELATÓRIO Dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. "Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão."
Para melhor visualização da decisão, transcrevo-a na íntegra:
SENTENÇA
Relatório dispensado, nos termos do artigo 38 da LJE.
Trata-se de ação de obrigação de fazer c.c. indenização por danos material e moral, fundada em suposto vício no produto e falha na prestação do serviço de garantia de microcomputador.
O processo comporta julgamento antecipado, pois a prova documental é suficiente à solução do litígio.
Inicialmente, rejeito a preliminar de incompetência deste juízo, pois, o vício apresentado no produto é incontroverso, tanto que a requerida afirmou na contestação que o defeito seria relacionado "à performance do programa ou software instalado no equipamento" (id. 57196772 p. 2 de 16), dispensando, portanto, prova pericial para avaliar a origem do vício.
No mérito, os pedidos do autor merecem procedência. Isso porque, conforme nota fiscal apresentada no id. 54653473, o aparelho foi adquirido em 18/02/2020, constando na descrição Core i7-9700, RAM 16GB, GeForce GTX 1660Ti, HDD 1TB, Wifi + BT, DVD+-RW, MCAFEE 12 MESES, Office 365, Win10 Home Advanced, sendo o defeito verificado e reclamado menos de 6 meses da compra, consoante id. 54653476, portanto, dentro do prazo razoável de critério de vida útil do bem, em que pese garantia legal de 90 dias. Releva notar ainda que a requerida não informou nos autos sobre a garantia contratual.
O microcomputador foi vendido com o software instalado, conforme descrição na nota fiscal referida (Win10 Home Advanced), sendo componente que agrega valor ao produto e é vinculado à funcionalidade do aparelho (vide https://tecnoblog.net/311647/o-que-e-software/). Portanto, o fabricante, que neste caso também é o comerciante, tem responsabilidade pelo correto funcionamento integral do microcomputador (hardware e software), de acordo com o artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

Neste caso, a requerida teve a oportunidade de sanar o vício, conforme protocolos administrativos feitos pelo autor (id. 54653476), porém, não o fez, cobrando por serviço que deveria ser gratuito e, seguidamente, a máquina apresentou o mesmo vício, provocando direito à substituição do produto pelo requerente, tal como disposto no § 1º do artigo referido:

§ 1° Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;

II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III - o abatimento proporcional do preço.

Assim, o autor merece procedência em seu pedido de substituição do produto e indenização por dano material pelo conserto ineficiente, no valor de R$ 373,16 (NF id. 54653474), acrescido de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada do desembolso (08-01-2021), consoante Súmula 43 do STJ.

Com relação ao dano moral, também merece procedência o pedido, pois se trata de produto essencial, especialmente neste momento de pandemia, cujo defeito não foi resolvido de forma célere pela requerida, que sequer recebeu o produto para assistência técnica gratuita, situação que obstou o uso regular do aparelho, obrigando o requerente a procurar o Judiciário para ter seu direito garantido.

Destarte, considerando que o ordenamento determina que o problema seja resolvido em até 30 dias (art. 18, § 1º, do CDC), constata-se ser ilegal o não atendimento para solucionar a questão, mormente se tratando de notável empresa, a qual dispõe (ou deveria dispor) de operacionalização destinada a resolver infortúnios dessa natureza, evitando-se demandas judiciais nesse sentido.

Diante disso, é seguro afirmar que, por conta de tal situação retratada na inicial, a qual se originou da falha da prestação dos serviços por parte da requerida, o requerente, de fato, sofreu transtornos que afetaram sua vida privada, retirando-o de sua regular vivência e convivência, afetando-lhe o estado de espírito, sendo, pois, aptos a ensejarem a condenação da requerida ao pagamento da indenização por danos morais.

Quanto ao valor indenizatório, embora a lei não estabeleça os parâmetros para fixação dos danos morais, impõe-se ao magistrado observar os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, de modo a arbitrar os danos morais de forma moderada, que não seja irrisório a ponto de não desestimular o ofensor, e que não seja excessivo a ponto de configurar instrumento de enriquecimento sem causa.

Dessa forma, levando-se em consideração as peculiaridades do caso concreto, atento ao grau de culpa do ofensor, à gravidade do dano, à capacidade econômica das partes e a reprovabilidade da conduta ilícita, considero o valor de R$ 3.000,00 suficiente para compensar o autor pelos danos morais e apto a desestimular novas condutas ilícitas dessa natureza por parte da requerida.

Nesse sentido, colhe-se entendimento da jurisprudência:

Apelação cível. Tempestiva. Revelia. Rejeitadas. Direito do consumidor. Vício oculto. Defeito manifestado após o término da garantia contratual. Observância da vida útil do produto. Dano moral. Configuração. Indenização. Valor. Parâmetros de fixação. Redução. Impossibilidade. Considerando que o recurso foi protocolado no prazo estabelecido em lei, não há que se falar em sua intempestividade. Em se tratando de vício oculto não decorrente do desgaste natural gerado pela fruição ordinária do produto, mas da própria fabricação, o prazo para reclamar a reparação se inicia no momento em que ficar evidenciado o defeito, mesmo depois de expirado o prazo contratual de garantia, devendo ter-se sempre em vista o critério da vida útil do bem, que se pretende “durável”. A doutrina consumerista – sem desconsiderar a existência de entendimento contrário – tem entendido que o CDC, no § 3º do art. 26, no que concerne à disciplina do vício oculto, adotou o critério da vida útil do bem, e não o critério da garantia, podendo o fornecedor se responsabilizar pelo vício em um espaço largo de tempo, mesmo depois de expirada a garantia contratual. Assim, independentemente do prazo contratual de garantia, a venda de um bem tido por durável com vida útil inferior àquela que legitimamente se esperava, além de configurar um defeito de adequação (art. 18 do CDC), evidencia uma quebra da boa-fé objetiva, que deve nortear as relações contratuais, sejam elas de consumo, sejam elas regidas pelo direito comum. O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e ao conceito social das partes, devendo ser mantida quando se mostrar compatível com tais parâmetros. (TJ-RO - AC: 70282122720178220001 RO 7028212-27.2017.822.0001, Data de Julgamento: 16/09/2019). (Grifei).

RECURSO INOMINADO. ASSISTÊNCIA TÉCNICA. GARANTIA CONTRATUAL QUE LIMITA A MESMA AO HADRWARE. IMPOSSIBILIDADE. FORNECIMENTO DO PRODUTO QUE INTEGRA HARDWARE E SOFTWARE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO QUE A FALHA DECORRE DE RISCOS QUE SE USUALMENTE PODE SE ADMITIR DA UTILIZAÇÃO DO SOFTWARE. ÔNUS DO FORNECEDOR. ART. 18, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO COMERCIANTE PELO VÍCIO DO PRODUTO. DANO MORAL. SOLIDARIEDADE EVIDENCIADA PELO APONTAMENTO DE PESSOA A PROMOVER O REPARO. INTEGRAÇÃO DA CADEIA DE FORNECIMENTO. DESCUMPRIMENTO DE GARANTIA LEGALMENTE ESTABELECIDA. VIOLAÇÃO A DIREITO DO CONSUMIDOR, CONSIDERADO ELEMENTO QUE INTEGRA A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. DANO MORAL EVIDENCIADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. : Pelo exposto, decidem os Juízes integrantes da 1ª Turma Recursal do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e no mérito, negar-lhe provimento, nos exatos termos deste vot (TJPR - 1ª Turma Recursal - 0006958-83.2012.8.16.0026 - Campo Largo - Rel.: Juiz Gustavo Tinôco de Almeida - J. 13.08.2014) (TJ-PR - RI: 00069588320128160026 PR 0006958-83.2012.8.16.0026 (Acórdão), Relator: Juiz Gustavo Tinôco de Almeida, Data de Julgamento: 13/08/2014, 1ª Turma Recursal, Data de Publicação: 15/08/2014). (Grifei)..

Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos iniciais e, via de consequência: a) condeno a requerida na obrigação de fazer consistente em substituir o produto, por outro de igual espécie e configurações (microcomputador Dell XPS 8930, Core i7-9700, RAM 16GB, GeForce GTX 1660Ti, HDD 1TB, Wifi + BT, DVD+-RW, MCAFEE 12 MESES, Office 365, Win10 Home Advanced), em perfeitas condições de uso, no prazo de 10 dias úteis contados desta sentença, mediante recolhimento do aparelho que está com o requerente, tudo às expensas da requerida, concedendo neste ato o pedido de tutela antecipada provisória, fixando multa no valor de R$ 1.000,00 até o limite de R$ 10.000,00, por dia de descumprimento, sem prejuízo de outras medidas que assegurem o resultado prático equivalente (art. 497 do CPC); b) condeno a requerida a pagar ao autor indenização por danos materiais, no valor de R$ 373,16 (NF id. 54653474), acrescido de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada do desembolso (08-01-2021), consoante Súmula 43 do STJ; c) condeno a requerida a pagar ao requerente indenização por dano moral, no montante de R$ 3.000,00, já atualizado nesta data, incidindo correção monetária e juros de mora de 1% ao mês a partir desta decisão.

Por tais considerações, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado, mantendo a sentença inalterada.

Condeno a Recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55, da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. DEFEITO NO PRODUTO. RESISTÊNCIA DA REQUERIDA EM RESOLVER O PROBLEMA. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. VIA CRUCIS PERCORRIDA PELO CONSUMIDOR NA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA. DANOS MORAIS E MATERIAIS. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
Comprovado nos autos a ocorrência do prejuízo sofrido, o nexo de causalidade e a culpa da outra parte, os danos materiais devem ser indenizados, devendo o fornecedor substituir o produto defeituoso por outro da mesma espécie.
Quando o caso extrapola a esfera do mero dissabor, incorre na lesão de cunho moral passível de reparação, pelo transtorno passado na busca de resolver um problema o qual não deu causa, percorrendo uma via crucis indevida e desnecessária, com perda de tempo e sensação de impotência.
A indenização a título de dano moral deve obedecer a proporcionalidade e a razoabilidade ao caso concreto apresentado.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7001899-54.2021.8.22.0012 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 06/04/2022 15:52:58
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: GFG COMERCIO DIGITAL LTDA.
Advogados do(a) RECORRENTE: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU - SP117417-A, MARIO THADEU LEME DE BARROS FILHO - SP246508-A
Polo Passivo: ANDREIA MACARIO DA SILVA
Advogado do(a) RECORRIDO: DIEGO HENRIQUE NEVES ROSA - RO8483-A
RELATÓRIO Dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”
Para melhor visualização da decisão, transcrevo-a na íntegra:
SENTENÇA
Dispensado o relatório na forma do artigo 38 da Lei 9.099/05.
Trata-se de ação rescisória cumulada com devolução de valores e indenização por danos morais proposta por Andréia Macário da Silva, em desfavor de GFG Comércio Digital LTDA, partes já devidamente qualificadas nos autos.
A autora relata que, em 04 de julho de 2021, adquiriu três calçados infantis, no sítio eletrônico da ré, pelo valor de R$89,00 (oitenta e nove reais), com previsão de entrega para03 de agosto de 2021. Sustentou que os produtos adquiridos seriam presentes de aniversário para o seu enteado, razão pela qual devia chegar dentro do prazo, o que não ocorreu. Disse que, no dia previsto para a entrega, entrou em contato com a central de atendimentos da promovida e solicitou informações sobre os produtos, oportunidade em que foi aberto protocolo de sua solicitação, e que, no décimo terceiro dia de atraso, no dia 16 de agosto de 2021, verificou uma atualização no aplicativo de rastreio de encomendas dos Correios, no qual constava que o bem estava na agência de Colorado do oeste – RO. Disse que, ao receber outra encomenda, questionou o entregador dos Correios acerca dos produtos adquiridos junto à ré, informando o código de rastreio, oportunidade em que este lhe informou que remetente havia suspendido a entrega da encomenda. Afirmou que entrou em contato com prepostos da requerida imediatamente para informar que os produtos já estavam na cidade da autora e que esta pretendia fazer a retirada da encomenda, contido, foi informada que o sistema não havia atualizado a informação, então não conseguia ver a localização do produto, logo não seria possível retirar a encomenda.
Afirmou que, no dia 19 de agosto de 2021, a autora recebeu um e-mail de um vale-troca no valor de R$89,00 (oitenta e nove reais), entretanto, como a promoção já havia se encerrado, não conseguiria adquirir três calçados por este preço, tendo a parte ré se comprometido a criar um cupom de exceção para que a oferta fosse cumprida. Sustentou que, em 28 de agosto de 2021, a requerente foi informada que a situação já havia sido resolvida e poderia realizar nova compra, contudo, diversos fatores têm prejudico a aquisição dos produtos pela promovente, tais como, inoperabilidade do sistema, erro no comum, cupom inexistente, cobrança de frente, dentre outros. Disse a autora que realizou um total de 13 (treze) ligações para a central de atendimentos da ré, no intuito de resolver o problema, sem lograr êxito. Com isso, requereu indenização pelos danos morais sofridos.
Devidamente citada e intimada, a requerida apresentou defesa. Inicialmente, arguiu preliminar de ausência de legitimidade passiva, sob o argumento que atua apenas comerciante dos produtos e que entrega é de responsabilidade da transportadora dos produtos. No mérito, disse que o pedido foi devidamente enviado para o endereço da requerente, no entanto, durante a remessa, foi verificado o seu extravio Reforçou a tese de ausência de responsabilidade e disse que adotou as medidas necessárias para solucionar o problema enfrentado pela parte autora. Ao final, requereu a improcedência do pedido da autora.
É o necessário. Decido.
Antes de analisar o mérito, reputo necessário o enfrentamento da preliminar arguida pelo réu.

Inicialmente, reconheço que o caso em tela versa sobre relação de consumo, pois a autora se enquadra no conceito de consumidor, previsto no artigo 2º do Código de Proteção e Defesa do Consumidor e a ré, no de fornecedor, nos termos do artigo 3º do mesmo diploma legal.
Dito isso, afasto a preliminar de ilegitimidade passiva, vez que, nos termos do art. 7º, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, todos que participam da relação de consumo são responsáveis, solidariamente, pelos danos causados ao consumidor, sendo-lhe facultado litigar conta qualquer um dos coobrigados.
Além disso, ao adquirir o produto, a própria comerciante fornece o serviço de entrega no endereço da adquirente, de modo que, ainda que o serviço seja prestado por terceiro, a parte requerida é a responsável perante o consumidor pelo transporte até a efetiva entrega.
Convém ressaltar que a opção de compra pela internet visa trazer a conforto ao consumidor, já que não tem que se deslocar até o comércio para adquirir o bem, bastando que realize a escolha pelo sítio eletrônico, com o pagamento do valor devido, para que receba o produto em sua residência, dentro de um prazo previamente estipulado.
Dito isso, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva.
Vencida essa primeira etapa, passo à análise do mérito.
Conforme já mencionado, a relação existente entre autor e réu é eminentemente de consumo, observada a configuração da figuras do consumidor e fornecedor, nos moldes trazidos pelos artigos 2º e 3º, do Código de Defesa do Consumidor.
Dito isso, observo que a falha na prestação de serviços, intermediação de compra e venda de produto em website, restou demonstrada e comprovada nos autos, mormente diante da ausência de impugnação específica da ré, neste ponto, a qual se limitou a imputar a terceiro a responsabilidade pela não entrega do produto.
A responsabilidade pela entrega do produto adquirido e/ou serviço contratado, é consectário lógico do inadimplemento contratual: os fornecedores têm a obrigação solidária de assegurar a entrega do bem ofertado, nos moldes do artigo 35 do Código Consumerista.
Dito isso, verifico que a análise dos autos leva à procedência do pleito inicial, uma vez que a ré se limitou a confessar que o produto não foi entregue, todavia, sob a justificativa de que houve extravio da encomenda, o que, ao contrário do alegado, não a exime de responsabilidade. Além disso, a requerida tentou demonstrar a adoção de meios de solucionar o problema enfrentado pela parte autora, os quais apenas demonstram o longo caminho percorrido pela consumidora, com várias ligações, para receber seu produto ou adquirir outro da mesma espécie e pelo mesmo valor, sem nenhum êxito.
A parte autora trouxe aos autos os protocolos das ligações realizadas à central de atendimentos da ré, na qual demonstra que esta tentou solucionar o problema. A parte autora, inclusive, informou aos prepostos da ré que a mercadoria ESTAVA NA AGÊNCIA DOS CORREIOS DA CIDADE de residência da consumidora, contudo, NÃO conseguiu receber a encomenda porque a requerida suspendeu a entrega sem nenhuma justificativa, fato não impugnado especificamente por esta.
Além disso, os demais protocolos de ligações demonstram as tentativas da autora de adquirir outros produtos, no mesmo valor daqueles que não foram entregues, no entanto, vários foram os percalços enfrentados, o que trouxe a desistência de uma solução amigável. Nesse diapasão, resta claro que a mercadoria não foi entregue sem qualquer justificativa plausível, restando configurado o defeito na relação de consumo.
Configurado o defeito na relação de consumo, indiscutível a responsabilidade da requerida em reparar o dano, restando evidente o dever de restituir à autora o valor pago pelos produtos, o que corresponde a R$89,00 (oitenta e nove reais).
O cerne da discussão concentra-se na ocorrência de dano de natureza anímica.
Como é cediço, não é toda situação desagradável e incômoda, aborrecimento ou desgaste emocional, que faz surgir, no mundo jurídico, o direito à percepção de ressarcimento por danos morais. A pensar de outro modo, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenização pelos mais triviais aborrecimentos da vida cotidiana.
No presente caso, todavia, entendo que a situação perpassada pelo autor não pode ser enquadrada como mero aborrecimento da vida cotidiana, eis que o produto foi adquirido pelo autor no intuito de presentear um ente querido, na data comemorativa de avinersário. Ocorre que, a falha na entrega do produto frustrou a expectativa do requerente, causando-lhe sofrimento. Ademais, verificou-se que a consumidora tentou, de todas as formas possíveis, resolver o problema de forma administrativa, sem, contudo, obter êxito.
Assim, entendo que a frustação causada no autor que, após adquirir o produto para presentar um ente querido em seu aniversário e, ainda, após a não entrega do produto, tentou, por diversas formas, solucionar o problema, sem êxito, não pode ser considerado mero aborrecimento, mas sim verdadeira ofensa aos seus direitos da personalidade, apto a configurar danos morais indenizáveis.
Há que se considerar a via crucis percorrida pela consumidora na busca da solução do problema. Nesse mesmo sentido:
RECURSO INOMINADO. AQUISIÇÃO DE PRODUTO PELA INTERNET. PRODUTO NÃO ENTREGUE NO PRAZO ESTIPULADO. TENTATIVA DE RESOLUÇÃO DO PROBLEMA PELA VIA ADMINISTRATIVA. VIA CRUCIS PERCORRIDA PELA CONSUMIDORA. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. MAJORAÇÃO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO PROVIDO.– Quando o caso extrapola a esfera do mero dissabor, incorre na lesão de cunho moral passível de reparação, pelo transtorno passado na busca de resolver um problema o qual não deu causa, percorrendo uma 'via crucis' indevida e desnecessária, com perda de tempo e sensação de impotência. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7003526-45.2020.822.0007, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Audarzean Santana da Silva, Data de julgamento: 26/11/2021. CONSUMIDOR. AQUISIÇÃO DE PRODUTO PELA INTERNET. PRODUTO NÃO ENTREGUE NO PRAZO ESTIPULADO. TENTATIVA DE RESOLUÇÃO DO PROBLEMA PELA VIA ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE ÊXITO. VIA CRUCIS PERCORRIDA PELO CONSUMIDOR . DANO MORAL. OCORRÊNCIA. MAJORAÇÃO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. – Quando o caso extrapola a esfera do mero dissabor, incorre na lesão de cunho moral passível de reparação, pelo transtorno passado na busca de resolver um problema o qual não deu causa, percorrendo uma 'via crucis' indevida e desnecessária, com perda de tempo e sensação de impotência. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7021148-58.2020.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Glodner Luiz Pauletto, Data de julgamento: 12/08/2021. CONSUMIDOR. AQUISIÇÃO DE PRODUTO VIA INTERNET. DEMORA NA ENTREGA DA MERCADORIA. VIA CRUCIS PERCORRIDA PELO CONSUMIDOR NA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7008804-79.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Audarzean Santana da Silva, Data de julgamento: 08/09/2020. No caso em apreço, o dano moral restou configurado em razão dos sentimentos de angústia, frustração à legítima expectativa e indignação vivenciados pelo consumidor, visto que não se trata de mero descumprimento de dever legal ou contratual, mas sim de conduta abusiva que por sua carga lesiva extrapola a esfera patrimonial.

O dano moral atinge, fundamentalmente, bens incorpóreos, a exemplo da imagem, da honra, da privacidade, da autoestima. No caso em apreço, o dano se evidencia a partir da longa espera pela entrega do produto, aliado ao transtorno de não obter a solução do problema amigavelmente, sendo necessária a interpelação judicial.
Cumpre salientar que o direito a indenização tem que ser visto sobre vários aspectos, o primeiro é de ressarcimento pelo estresse psicológico causado, o segundo tem que ser encarado como um meio de deter estas práticas abusivas de cobrança pela requerida, o terceiro analisa-se o binômio empresa-pagadora pelo dano e pessoa física assalariada-pelo ressarcimento.
Com efeito, a sociedade empresária ré mantém um sítio eletrônico com inúmeras ofertas, ofereceu a comodidade da compra em casa pela internet e no final apenas deu aborrecimentos e frustrações à autora, que agora precisa exigir o cumprimento da obrigação via judicial.
Logo, ante a constatação do fato lesivo, do dano produzido, e do nexo causal entre a conduta ilícita e o dano perpetrado contra o autor, configurado está a violação da honra objetiva da autora.
Assim, considerando as condições sociais e econômicas da parte requerida, fixo a indenização no patamar de R$3.000,00 (três mil reais), valor que entendo ser capaz de amenizar o dano moral sofrido, bem como servir para dissuadir a parte requerida da prática de novos atos como o presente.
DISPOSITIVO
Ante ao exposto, julgo procedente o pedido formulado Andréia Macário da Silva, em desfavor de GFG Comércio Digital LTDA, e o faço para rescindir o contrato entabulado entre as partes e condenar a ré a promover a devolução da quantia de R$89,00 (oitenta e nove reais)) referentes ao valor pago pelo produto, com correção monetária desde a data da aquisição do objeto e juros de mora desde a citação, até o efetivo pagamento, bem como ao pagamento de danos morais, no valor de R$3.000,00 (três mil reais) com a incidência de juros de 1% ao mês e atualização monetária, esta sob os índices do TJ/RO, a partir da publicação desta sentença (súmula 362 do STJ).
Ante o exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, mantendo-se inalterada a sentença.
Condeno a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sob o valor da condenação, nos termos da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. NEGÓCIO DESFEITO PELA EMPRESA. AUSÊNCIA DE ASSISTÊNCIA. VIA CRUCIS PERCORRIDA PELO CONSUMIDOR. DANO MORAL DEVIDO. QUANTUM ARBITRADO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA.
Quando o caso extrapola a esfera do mero dissabor, incorre na lesão de cunho moral passível de reparação, pelo transtorno passado na busca de resolver um problema o qual não deu causa, percorrendo uma via crucis indevida e desnecessária, com perda de tempo e sensação de impotência.
A indenização a título de dano moral deve obedecer a proporcionalidade e a razoabilidade ao caso concreto apresentado.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7002122-66.2023.8.22.0002 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 05/06/2023 08:18:43
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: MARIA APARECIDA DOS SANTOS
Advogado do(a) RECORRENTE: LEDAIANA SANA DE FREITAS - RO10368-A
Polo Passivo: Banco Bradesco
Advogado do(a) RECORRIDO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - RO4875-A
RELATÓRIO Dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Inicialmente destaco que embora já tenha me manifestado em oportunidades anteriores entendendo pela abusividade do contrato de empréstimo consignado com cartão de crédito com reserva de margem consignável, após uma reflexão mais detida e aprofundada do tema, ouso modificar meu entendimento, o que se verifica plenamente possível, por ser tratar o direito de uma ciência dinâmica e, por isso, encontrar-se em constante transformação.
Conclui, pois, a suposta abusividade dessa espécie de contrato, não pode ser considerada de forma absoluta, havendo necessidade de análise de circunstâncias individuais, como o grau de conhecimento da parte autora, as informações prestadas pela instituição financeira, os destaque no contrato evidenciando sua modalidade, além de outros elementos que confirmem ou não ter sido o consumidor induzido a erro na contratação do cartão de crédito consignado.
Após analisar diversas pretensões, contra as mais variadas instituições financeiras, consigo estabelecer premissas comuns a todas elas. A modalidade de contrato, nos casos deste jaez, é por adesão, método permitido por lei e que, por força do princípio da transparência, deve ser claro, objetivo.
Aqui é necessário aclarar que a modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa.
Quando se questiona a metodologia de forma absoluta, tratando-a como NULA, e não meramente anulável sob certas condições, despreza-se, além da própria regulamentação do Estado, a capacidade dos indivíduos, suas experiências comerciais em geral e torna presunções relativas em absolutas. Não se pode partir da premissa de que todos os consumidores são inexperientes, incautos e desprotegidos.

No caso em exame, enquanto a parte autora trouxe sua pretensão e diz ter buscado modalidade de empréstimo, sendo surpreendida por metodologia diversa, a instituição financeira fez prova de que o contrato, apesar de digital, têm expresso a modalidade de contratação por meio de cartão de crédito.
As provas aqui, em geral, são documentais e o consumidor, embora hipossuficiente em relação a instituição financeira, por força da boa-fé objetiva, deve trazer elementos claros que demonstrem a causa da anulabilidade, somente sendo passível a inversão do ônus da prova naqueles casos em que não detém meios de acostar os documentos por circunstâncias justificáveis, e que devem estar ancoradas na inicial.
Trazer a causa da anulabilidade de forma objetiva é o que baliza, também, o exercício da defesa, sem o qual demoniza-se o contraditório, lhe relegando um papel de impossibilidade e de mera formalidade teórica.
No Brasil houve a adoção do pacta sunt servanda, ou seja, a não ser em hipóteses específicas, os contratos devem ser cumpridos, de forma que, portanto, o exame de anulabilidade deve corresponder a uma circunstância específica que justifique a quebra e eventual descumprimento de contrato, vedando-se o enriquecimento sem causa.
Desta forma, havendo contrato entre as partes, observadas as formalidades necessárias, a clareza de que se trata de um instrumento representativo de cartão de crédito consignado, respeitando-se os limites legais da consignação e juros admitidos pelo BACEN, não havendo provas de vícios capazes de invalidá-lo, deverá ser considerado válido.
No caso em testilha, como na maioria deles, cinge-se o recurso na análise da legalidade do contrato de cartão de crédito na modalidade de RMC - Reserva de Margem Consignável, firmado entre as partes, e, consequentemente, se for o caso, a restituição em dobro dos valores descontados, bem como da indenização por danos morais acerca da efetivação dos referidos descontos.
A parte autora aduz que nunca contratou serviços com a instituição bancária.
O banco recorrido, por sua vez, argumentou acerca da regularidade de sua conduta.
Da análise dos autos, tem se que a despeito das alegações da parte autora de que foi induzida a erro, as provas demonstram o contrário.
Em que pese a ausência de contrato assinado pela parte autora, o banco recorrente, juntou aos autos prova de que houve a utilização regular do cartão de crédito para compras, provas essas que fragilizam as alegações dispostas na inicial.
Embora haja a negativa veemente da parte autora acerca da ciência da modalidade contratada, nos autos não restou demonstrado minimamente o vício de consentimento na celebração do referido contrato com as cláusulas que autorizam a reserva de margem consignável referente ao valor mínimo do cartão de crédito consignado.
Assim, inexistindo vício na contratação entre as partes deve-se observar o princípio do pacta sunt servanda. Dessa maneira, ante a ausência de ilícito civil cometido pelo requerido o pleito da parte autora deve ser negado.
Sobre o tema, precedentes do Tribunal de Justiça de Rondônia:
Apelação cível. Ação de restituição de valores c/c indenização por dano moral. Cartão de crédito consignado. RMC. Contratação. Legalidade. Desconto mensal. Valor mínimo. Folha de pagamento. Exercício regular de direito. Dano moral. Inexistente. Recurso provido. Comprovada a contratação do cartão de crédito com margem consignável mediante contrato com cláusula expressa quanto ao desconto mensal do valor mínimo indicado na fatura, não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de RMC, ou caracterização do dano moral, devendo-se observar o princípio pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7003965-22.2021.822.0007, Rel. Des. Alexandre Miguel, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 6/12/2021).
Apelação cível. Contrato de Cartão de Crédito Consignado. Reserva de Margem Consignável – RMC. Contratação comprovada. Dano moral. Não configuração. Repetição do indébito. Indevido. Comprovada a contratação de cartão de crédito consignado, inclusive com termos claros e inequívocos quanto ao seu objeto, não há que se falar em indenização por dano moral ou repetição de indébito, mormente se considerar que o desconto se efetiva nos termos previamente contratados (TJ-RO – AC: 7002361-60.2020.822.0007, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 22/10/2021).
Apelação cível. Cartão de crédito consignado. Margem consignável. RMC. Descontos em benefício previdenciário. Relação jurídica comprovada. Assinatura da contratante. Ausência de vício. Recurso provido. Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral, devendo-se operar o princípio do pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7010666-33.2020.822.0007, Rel. Des. José Torres Ferreira, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 9/12/2021).
Neste contexto, considerando que houve a contratação de forma espontânea e que o ônus da prova sobre a leitura do contrato recai sobre a parte autora, seus pedidos devem ser julgados improcedentes. Pelos mesmos argumentos não merecem subsistir a pretensão de indenização por danos morais.
Por tais considerações, VOTO no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado, mantendo-se inalterados os termos da sentença.
Condeno a parte recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, nos termos do artigo 55 da Lei n. 9.099/95, com ressalva aos benefícios da assistência judiciária gratuita.
Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.
É como voto.
EMENTA Recurso inominado. Cartão de crédito consignado. UTILIZAÇÃO. FATURAS. Legalidade. Vício de consentimento. Não comprovação.
– A modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1° do Artigo 1° daquele diploma.
– Restando demonstrada a contratação do cartão de crédito com margem consignada, e não logrando o autor demonstrar a existência de vício de consentimento que macule o negócio realizado, deve ele ser considerado válido, em atenção ao princípio do pacta sunt servanda.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7027159-35.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 01/06/2023 16:49:25
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: BANCO PAN S.A
Advogados do(a) RECORRENTE: JOAO VITOR CHAVES MARQUES DIAS - CE30348-A, MARIA CAROLINA TEIXEIRA DE PAULA ARAUJO - RN17119-A
Polo Passivo: EVA VILMA SERRAO FILGUEIRA
Advogado do(a) RECORRIDO: JORGE AVELINO LIMA DO AMARAL - RO10555-A
RELATÓRIO Dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Prescrição Trienal
A requerida argumenta que decorreu mais de três anos entre a data do desconto inicial e a data da propositura da ação, motivo pelo qual ocorreu a prescrição trienal prevista no art. 206, § 3º, IV do Código Civil, ensejando a extinção do feito com resolução do mérito.
A preliminar deve ser rejeitada, pois, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o termo inicial do prazo prescricional é a data do último desconto indevido. Senão vejamos:
AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE DÉBITO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. FATO DO SERVIÇO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. TERMO INICIAL APLICÁVEL À PRETENSÃO RESSARCITÓRIA ORIUNDA DE FRAUDE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ÚLTIMO DESCONTO INDEVIDO. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que, em se tratando de pretensão de repetição de indébito decorrente de descontos indevidos, por falta de contratação de empréstimo com a instituição financeira, ou seja, em decorrência de defeito do serviço bancário, aplica-se o prazo prescricional do art. 27 do CDC. 2. O termo inicial do prazo prescricional da pretensão de repetição do indébito relativo a desconto de benefício previdenciário é a data do último desconto indevido. Precedentes. 3. O entendimento adotado pelo acórdão recorrido coincide com a jurisprudência assente desta Corte Superior, circunstância que atrai a incidência da Súmula 83/STJ. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ - AgInt no AREsp: 1720909 MS 2020/0159727-2, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 26/10/2020, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/11/2020)
No caso dos autos, a parte autora vem sofrendo os descontos em seu benefício previdenciário, assim, considerando que na data da propositura da ação não tinha iniciado sequer o termo inicial do prazo prescricional, a preliminar deve ser rejeitada.
Mérito
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”
Para melhor visualização da decisão, transcrevo-a na íntegra:
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
Trata-se de ação de nulidade de contratação de empréstimo via Cartão de Crédito com Reserva de Margem Consignável (RMC), declaração de quitação da dívida, bem como danos morais (R$ 10.000,00).
A parte requerida, em contestação, arguiu preliminares. Quanto ao mérito assevera que a parte requerente contratou cartão de crédito consignado e autorizou o desconto em folha do valor mínimo indicado na fatura mensal, sendo que o saldo remanescente deveria ser pago por meio da fatura. Argumenta que cumpriu o dever de informação e que não houve vício de consentimento, tendo o requerente conhecimento dos termos da contratação. Nega o ato ilícito e pugna pela improcedência dos pedidos.
Da preliminar de ausência de interesse de agir
A preliminar de falta de interesse de agir não merece prosperar, haja vista que não é necessário que a parte consumidora esgote a esfera administrativa para buscar o direito na via judicial, pois a Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, inciso XXXV, garante o Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição. Além disso, o binômio necessidade/adequação, foi efetivamente demonstrado até mesmo pela apresentação de defesa por parte do banco requerido.
Da impugnação ao pedido de justiça gratuita
Em vista da gratuidade no 1º grau, em sede de Juizados Especiais, deixo de analisar neste momento a impugnação ao pedido de justiça gratuita. O pleito será analisado no momento oportuno, caso haja interposição de recurso pela parte autora.
Da preliminar de liquidação extrajudicial do Banco Cruzeiro do Sul
A ré alega que adquiriu carteira de cartão de crédito consignado do falido Banco Cruzeiro do Sul, tendo cumprido todas as exigências do Banco Central. Em 07/2013, através de operação coordenada pelo BACEN, o banco PAN assume os direitos creditórios arrematados via leilão de parte da carteira de cartão consignado do Cruzeiro do Sul, efetuando a replastificação dos cartões consignados e a cobrança dos ativos adquiridos, passando a partir daí a ter responsabilidade pelos descontos realizados pelos órgãos pagadores.
Com isso, resta claro que a responsabilidade pela cobrança de dívidas oriundas de cartão de crédito consignado do falido Banco Cruzeiro do Sul é do Banco Panamericano sendo parte legítima para figurar no polo passivo.
Superadas as questões preliminares, passo ao mérito.
O contrato objeto de conflito entre as partes constitui uma relação de consumo, na medida em que a parte autora se enquadra na definição de consumidora e o banco requerido na de prestador de serviços (arts. 2º e 3º e seu § 2º, todos da Lei n. 8.078/1990), de modo que se aplica ao caso as normas da lei consumerista.
O banco requerido não apresentou contrato assinado pela parte consumidora referente à contratação de cartão de crédito com reserva de margem consignável.
A parte autora não nega que tenha tomado para si valores emprestados. As partes divergem tão somente quanto à natureza do crédito contratado, uma vez que a parte autora argumenta nunca ter contratado cartão de crédito, e sim empréstimo consignado, com parcelas a serem descontadas diretamente em seu contracheque.

Nota-se, assim, que a intenção consubstanciada na vontade declarada pela parte autora consistiu na formalização de um mútuo bancário com consignação em folha de pagamento, mas a literalidade defendida pelo requerido consta como sendo um contrato de cartão de crédito consignado, de forma que deveria ter apresentado nos autos o instrumento de contratação formalizado entre as partes.

Corrobora a versão autoral o fato de que jamais utilizou o cartão de crédito, pois nas faturas apresentadas nos autos (ID 84394047) não consta nenhuma compra realizada no comércio local ou virtual. Além disso, o requerido não trouxe para os autos comprovação de que a parte autora tenha sido esclarecida de que estava contratando o cartão de crédito consignado.

No caso, ficou demonstrado nos autos que a parte autora desconhecia o fato de ter contratado cartão de crédito – margem consignável, mormente pela ausência de explicação de como seria realizado o pagamento, tampouco que seria utilizado o crédito rotativo, já que ausente comprovação de que ela fora previamente informada das condições ou que tenha se utilizado do cartão para outros fins que não o empréstimo, gerando altos encargos a serem exigidos pela instituição financeira requerida.

Nesse cenário, induvidoso que a oferta realizada pelo requerido induziu a parte requerente crer que estaria realizando um empréstimo bancário consignado, quando, na verdade, a natureza da operação contratada tinha relação com cartão de crédito, com pagamento mediante a constituição de uma reserva de margem consignável em folha de pagamento.

O art. 31 do CDC impõe ao fornecedor o ônus de prestar informações adequadas e suficientemente precisas sobre os produtos e serviços ofertados ao Consumidor, sob pena de ineficácia (art. 46 do CDC).

Por isso que, em se tratando de relação consumerista, competia à parte requerida, em razão da inversão do ônus da prova, provar que prestou informação clara e precisa acerca das condições do negócio jurídico firmado com a parte autora, ou, ainda, que ela efetivamente utilizou o cartão de crédito objeto do contrato, o que não aconteceu.

Em consequência, conforme dito acima, como efeito da constatação de insuficiência na informação ao consumidor no momento da contratação, ou previamente a este, impõe-se a não vinculação deste às referidas regras contratuais aludidas pelo requerido.

Não bastasse isso, constata-se a manifesta desproporcionalidade entre esta operação de crédito, que gera para a parte autora um débito impagável, porquanto o consumidor passa a sofrer desconto de valor praticamente fixo no seu contracheque, enquanto a dívida do cartão cresce exponencialmente. Inclusive, sequer consta dos autos comprovação do efetivo envio das faturas para o pagamento e quitação pela parte autora.

A conduta do banco réu violou direito da parte consumidora, na medida em que forneceu à parte autora produto diverso do pretendido, ou seja, em vez de disponibilizar somente o cartão de crédito ou o empréstimo consignado pretendido, forneceu à parte autora cartão de crédito com reserva de margem consignável, cujos juros muitas vezes diferem de um empréstimo consignado.

Resta, pois, patente o desrespeito aos direitos básicos do consumidor como o princípio da boa-fé objetiva e seus deveres anexos da informação e da transparência (art. 422 do Código Civil, art. 4º, III, e 6º do CDC).

As provas confirmam que a parte autora vem sofrendo vários descontos em sua folha de pagamento desde o início do contrato e não sabe quando quitará a dívida, por se tratar de crédito rotativo de cartão, e não empréstimo em consignação, com parcelas fixas.

Por esta razão, nos termos do art. 112 do Código Civil e 47 do CDC, o contrato firmado entre as partes deve ser interpretado de forma a considerá-lo como um empréstimo comum, com os juros comumente praticados pelo banco requerido, na modalidade de empréstimo consignado.

Tal interpretação se justifica porque a prática pretendida pelo requerido se trata de exigência de vantagem manifestamente excessiva e desproporcional, afigurando-se abusiva nos termos dos arts. 39, V, e 51, IV, ambos do CDC, e, por isso, é nula. E esta situação, aliada ao já exposto anteriormente, não autorizam outra conclusão senão a de que o pretendido contrato de cartão de crédito consignado não pode obrigar a parte requerente (art. 46 do CDC).

É por isso que o Tribunal de Justiça de Rondônia reconhece a legalidade da modalidade, todavia, exige prova inequívoca da contratação:

Contrato bancário. Cartão de crédito consignado. Reserva de margem consignável. Benefício previdenciário. Relação jurídica comprovada. Pacta sunt servanda. Comprovado que o consumidor aderiu à aquisição de cartão de crédito consignado com ciência do tipo de transação pactuada, tanto que o utilizou na forma de cartão para realização diversos saques, sem comprovar o pagamento integral do valor das faturas, há que prevalecer a modalidade contratada, por observância ao princípio do pacta sunt servanda, não havendo que se falar em nulidade do instrumento pactuado. (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7010594-30.2021.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 12/05/2022) (destaquei).

No mesmo sentido tem decidido a Turma Recursal Única do Poder Judiciário Estado de Rondônia:

Recurso inominado. Juizado Especial. Empréstimo por meio de cartão consignado. Reserva de margem consignável. Dívida infinita. Abusividade. Dano moral e material. Ocorrência. Quantum indenizatório. Proporcionalidade. Sentença Mantida. 1. Se mostra abusiva a negociação de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito, vinculado a reserva de margem consignável, cujos descontos mensais não abatem o valor original da dívida em virtude dos encargos financeiros incidentes mês a mês, tornando a dívida excessiva; 2. O quantum indenizatório deve ser fixado em valor justo e proporcional ao abalo suportado pelo consumidor. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7000040-79.2021.822.0019, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Data de julgamento: 12/04/2022).

Deve-se, portanto, proceder ao aproveitamento do negócio jurídico visado pela parte consumidora, conforme princípio da conservação dos negócios jurídicos, esculpido nos arts. 170 e 184 do Código Civil.

Caso após a adequação do contrato seja verificado que houve pagamento a maior pela parte autora, deverá a requerida devolver de forma simples o valor eventualmente pago a maior. Caso o pagamento tenha sido a menor, poderá haver compensação com outro crédito da parte autora.

Em relação ao pleito indenizatório já foi fixado entendimento na Turma Recursal acerca de sua ocorrência, haja vista que a parte consumidora é exposta ao pagamento de dívida excessiva, causando transtornos que ultrapassam a esfera do mero aborrecimento.

Com relação ao quantum indenizatório, considerando o efeito pedagógico da indenização, para desestimular a requerida a se aproveitar de consumidor desatento e desesperado por crédito para propor negócio impagável (empréstimo pelo cartão), a capacidade financeira da parte recorrida, o caráter pedagógico (desestimular a requerida a oferecer produto tão nocivo sem a devida clareza), fixo a indenização por dano moral no valor descrito a seguir no dispositivo.

Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial e, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC, EXTINGO O FEITO com resolução do mérito, para o fim de:

a) DECLARAR rescindido o contrato elencado na inicial, referente ao empréstimo/cartão de crédito consignado discutido nestes autos, sem ônus para a parte autora, CONVERTENDO tal "empréstimo do cartão", inclusive em relação aos débitos lançados, em EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, aplicando-se a ele (empréstimo consignado) os juros do valor médio de mercado para esse tipo de contratação, vinculado ao pagamento do órgão empregador. Destaco que devem ser considerados na conversão para empréstimo consignado todos os valores disponibilizados para a parte autora, inclusive compras e eventuais pré-saques;
b) caso na fase de cumprimento, após a adequação do item "a" verificar-se pagamento a maior pela parte autora, deverá a requerida devolver de forma simples o valor eventualmente pago a mais;
c) caso após a adequação do item "a" verificar-se pagamento a menor pela parte autora, autorizo compensação com outro crédito da parte autora;
d) CONDENAR a parte requerida a pagar à parte autora, a título de indenização por DANO MORAL, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), atualizado monetariamente segundo fator de correção disponibilizado no site do TJRO e acrescido de juros de 1% ao mês (Súmula 362 do STJ e REsp nº 903258/RS), ambos a partir desta decisão.
Diante do exposto, VOTO no sentido de REJEITAR a preliminar e no mérito NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterados os termos da sentença.
Condeno a parte recorrente/requerida ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sob o valor da condenação, nos termos da Lei 9.099/95.
Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.
É como voto.
EMENTA Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de empréstimo via cartão de crédito. Reserva de margem consignável. Desconto indevido. Conversão em empréstimo consignado convencional. Devolução da diferença dos valores pagos a maior. Danos morais configurados. Quantum indenizatório. Proporcionalidade e razoabilidade.
1 – Configurada a prática abusiva pela instituição financeira, diante de típica venda casada, o empréstimo deve subsistir na modalidade de consignado convencional, rescindindo-se a contratação do cartão de crédito.
2 – Cabível a devolução em dobro dos valores descontados a maior após a conversão do contrato, em razão dos descontos indevidos no benefício do autor com a utilização de cartão de crédito não desejado.
3 - A indenização a título de dano moral deve obedecer a proporcionalidade e a razoabilidade ao caso concreto apresentado.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, PRELIMINAR REJEITADA. NO MERITO, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO. TUDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7002127-68.2022.8.22.0020 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 23/05/2023 13:03:53
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: JOAO MOREIRA RODRIGUES
Advogado do(a) RECORRENTE: ROGER ANDRES TRENTINI - RO7694-A
Polo Passivo: ZURICH BRASIL CLUBE DE SEGUROS
Advogado do(a) RECORRIDO: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR - PE23289-A
RELATÓRIO Em síntese, trata-se de ação Indenizatória com o objetivo de restituição em dobro de descontos atinentes a rubrica seguro pecúlio, além de indenização por danos morais decorrentes de descontos que a parte autora alega indevidos.
A sentença de origem julgou parcialmente procedentes os pedidos iniciais.
Irresignada, a parte autora apresentou recurso inominado pugnando pela reforma parcial da sentença para condenar a requerida pelos danos morais sofridos.
VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Neste tipo de demanda já existe entendimento desta Turma Recursal de que os descontos a título de seguro pecúlio na folha de pagamento dos servidores que não aderiram ao termo de adesão ou não informaram outra fonte de adimplemento do seguro após a intervenção da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas em 2016, são indevidos e devem ser ressarcidos em dobro, além disso a prática abusiva enseja o pagamento de Danos Morais.
Nesse sentido precedentes desta Turma Recursal:
Recurso inominado. Juizado Especial. Seguro pecúlio. Não contratação. Dano moral. Ocorrência. Quantum indenizatório. Proporcionalidade. 1. É ilegal a cobrança de seguro pecúlio diretamente no contracheque do servidor sem a devida contratação. 2. O quantum indenizatório deve ser proporcional ao abalo suportado pelo ofendido. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7005567-54.2021.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Data de julgamento: 28/06/2022.
O recolhimento do seguro de vida pecúlio que era compulsório (na forma do art. 18 da Lei Estadual nº 135/1986), com a emenda Constitucional nº 20/1988 (alterou o art. 40 da CF), tornou-se facultativo, sendo, posteriormente, revogado tacitamente com o advento da Lei Complementar Estadual nº 228/2000. É indevido o desconto feito a título de seguro de vida, sem a devida permissão do servidor público. Havendo descontos indevidos, faz jus o ofendido a restituição dos valores cobrados indevidamente, bem como ao dano moral. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7001853-37.2022.822.0010, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator (a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 01/03/2023 (TJ-RO - RI: 70018533720228220010, Relator: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de Julgamento: 01/03/2023)
Assim, diante dos descontos indevidos, verifica-se que as recorridas cometeram ato ilícito e devem responder pelos prejuízos causados a parte recorrente, pois realizou descontos referente a contrato de seguro sem sua solicitação ou autorização.

Logo, demonstrado o nexo de causalidade entre a conduta das recorridas e os danos causados a parte recorrente, devem aquelas reparar os danos morais suportados pois, é inegável os transtornos sofridos em razão da conduta lesiva. A situação demonstrada nos autos, ultrapassa o mero dissabor do cotidiano, o que enseja a condenação das recorridas ao pagamento de indenização por danos morais.
Sobre o quantum a ser fixado deve este se mostrar proporcional, razoável e suficiente a reparar a lesão causada ao ofendido, sobretudo considerando que a reparação deve ser suficientemente expressiva a fim de compensar a vítima e desestimular o causador do dano, objetivando evitar a repetição de conduta do mesmo gênero, sem provocar o enriquecimento sem causa do vencedor da demanda. Nesse sentido, necessário sopesar a repercussão dos fatos na seara pessoal do ofendido.
Analisadas as circunstâncias do caso, tem-se que o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) se mostra adequado a atender critérios de proporcionalidade e razoabilidade, especialmente porque decorre de ato que culminou na redução da remuneração do servidor (a), cuja natureza é alimentar.
Por tais razões, VOTO no sentido de DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO para Condenar a recorrida ao pagamento de Danos Morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e com juros de 1% (um por cento) ao mês, ambos a contar da data da publicação desta decisão.
Sem custas e honorários advocatícios, eis que o deslinde não se encaixa no teor do art. 55, da Lei nº 9.099/1995.
Oportunamente, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. SEGURO PECÚLIO. LEGITIMIDADE PASSIVA DESCONTO EM FOLHA. NOTIFICAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO SOBRE INTERESSE NA CONTINUAÇÃO DO CONTRATO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO. CANCELAMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. É ILÍCITO OS DESCONTOS COMPULSÓRIOS NO VENCIMENTO DO SERVIDOR. DANO MORAL. CONFIGURADO.
- Tem legitimidade para figurar no polo passivo da demanda referente a seguro pecúlio. aqueles que efetuaram descontos indevidos, ou se favoreceram deles, realizados nas folhas de pagamento dos servidores, mormente quando não houve manifestação no sentido de continuar com o contrato de seguro.
- É indevido o desconto feito pelo instituto de previdência, pela seguradora ou pelo Estado a título de seguro de vida, sem a devida permissão do servidor público.
- Havendo descontos indevidos, faz jus o ofendido a restituição dos valores cobrados indevidamente.
- A cobrança por serviços não contratados caracteriza prática abusiva, admitindo-se a indenização por dano moral.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7001963-27.2022.8.22.0013 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 18/01/2023 10:07:34
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A. e outros (2)
Advogado do(a) RECORRENTE: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR - PE23289-A
Advogado do(a) RECORRENTE: EVELYSE DAYANE STELMATCHUK - PR100778-A
Advogado do(a) RECORRENTE: HELVIO SANTOS SANTANA - SE8318-A
Polo Passivo: CONSTANTINA MONGE DALLA COSTA
Advogado do(a) RECORRIDO: OTONIEL BRAZ ODORICO - RO8852-A
RELATÓRIO Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço os recursos.
Passo a julgar conjuntamente.
O contrato de seguro de vida em grupo foi originado na Lei nº135/1986, onde o servidor associado ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia ficou obrigado a contribuir com o seguro de vida-pecúlio:
art. 18 - Os associados do IPERON contribuirão compulsoriamente para um seguro de vida-pecúlio, cujo benefício, valor de contribuição e demais condições serão estipulados no regulamento. (destaquei)
Assim, um seguro de vida foi contratado pela autarquia e os seus descontos realizados diretamente na folha de pagamento dos servidores. Todavia, a Lei Complementar nº 228/2000 revogou a Lei nº 135/1986, passando a estabelecer a contratação facultativa do seguro de vida, mas permitindo para aqueles servidores que aceitassem o termo de adesão a manutenção da consignação em folha de pagamento do valor do prêmio do seguro.
Os descontos consignados perduraram até outubro de 2016, quando a Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas determinou a interrupção desse adimplemento automático. A partir disso, os segurados interessados pela manutenção do seguro de vida deveriam indicar uma forma de pagamento alternativa, conforme mensagem emitida nos contracheques dos servidores segurados e em publicações em jornais de grande circulação na época.
Em 2017 os Sindicatos interessados se reuniram e manejaram a ação distribuída na 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho (7020057-35.2017.8.22.0001). Em sede de tutela antecipada, foi retomado o desconto em folha de pagamento por conta do contrato de seguro de vida, bem como determinado que a Zurich Minas Brasil Seguros S.A. mantivesse em plena validade a apólice que dá cobertura aos sinistros. Posteriormente, foram remanejados agravos de instrumento que concluíram pela exclusão da retomada dos descontos daqueles servidores que optaram pela cobrança por meio diverso do desconto da folha de pagamento, além daqueles que não apresentaram termo de adesão a partir de outubro de 2016 e isentou, por ora, da obrigatoriedade do Estado de Rondônia em devolver os valores.

Impende registrar que até o presente momento a demanda coletiva não foi sentenciada. Também, destaca-se que ações individuais como esta, nos termos dos artigos 81 e 104 do Código de Defesa do Consumidor, configura-se como interesse individual homogêneo, logo, não há tese que impeça o julgamento deste recurso em decorrência do trâmite da ação coletiva.
Quanto ao dever de ressarcimento dos descontos posteriores a outubro de 2016 e Danos Morais, o Egrégio TJRO consignou o seguinte entendimento na Apelação Cível nº 7002377-20.2020.8.22.0005, sob relatoria do Desembargador Raduan Miguel:
Seguro de vida em grupo. Dialeticidade. Afastada. Desconto em folha. Notificação para manifestação sobre interesse na continuação do contrato. Segurado. Inerte. Cancelamento.
Quando o recurso ataca os fundamentos da sentença não há que falar em ofensa ao princípio da dialeticidade.
Deixando o segurado de manifestar sobre a continuidade do contrato de seguro quando notificado para o fazer, conforme relatado pelo mesmo, subsistindo os descontos do valor do prêmio, na sua folha de pagamento, impõe-se a seguradora o dever de restituí-lo na forma dobrada, porquanto indevida a cobrança, bem como o dever de indenizar, sendo desnecessária a efetiva demonstração do dano moral.
O quantum fixado deve se mostrar proporcional, razoável e suficiente a reparar a lesão causada ao ofendido, sobretudo considerando que a reparação deve ser suficientemente expressiva a fim de compensar a vítima e desestimular o causador do dano, objetivando evitar a repetição de conduta do mesmo gênero, sem causar o enriquecimento sem causa do vencedor da demanda.
APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7002377-20.2020.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 02/05/2022 (destaquei)
Assim, caso o servidor não demonstre interesse na manutenção do vínculo contratual, inclusive de forma tácita, os demandados devem proceder a devolução dos valores de forma dobrada, além do dano moral. Ou seja, se os descontos continuaram a ocorrer mesmo que o servidor tenha deixado de aceitar o termo de adesão ou não tenha indicado outra fonte de adimplemento do seguro após a intervenção da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas em 2016, devem os demandados promoverem o ressarcimento em dobro das quantias descontadas ilegalmente além do pagamento de Danos Morais.
Ainda, faz-se necessária a menção da responsabilidade solidária da Seguradora em promover as indenizações em comento, haja vista que enquanto integrante da cadeia de consumo, colhe bônus da relação jurídica formada, não havendo maneira de se eximir de sua responsabilidade por eventual prejuízo ocasionado e deixar seus consumidores sem qualquer proteção jurisdicional ao retardar ou impedir a sua defesa.
Em análise aos autos, verifica-se que as recorrentes não comprovaram o termo de adesão ou opção da parte recorrida em dar manutenção do contrato por outro meio de pagamento, tampouco demonstraram a falta de repasse por parte da Administração dos valores descontados nos contracheques da servidora.
Logo, incontroverso o seu dever de restituir em dobro os valores descontados elencados na peça vestibular que não foram alcançados pela prescrição quinquenal.
Sobre os danos morais, configurada a falha na prestação do serviço pelos descontos indevidos, o quantum fixado deve se mostrar proporcional, razoável e suficiente a reparar a lesão causada ao ofendido, sobretudo considerando que a reparação deve ser suficientemente expressiva a fim de compensar a vítima e desestimular o causador do dano, objetivando evitar a repetição de conduta do mesmo gênero, sem causar o enriquecimento sem causa do vencedor da demanda. Nesse sentido, necessário sopesar a repercussão dos fatos na seara pessoal do ofendido.
Em relação a devolução dos valores descontados a título de seguro pecúlio, deverá ser realizado individualmente e proporcional ao período em que cada seguradora era a administradora do contrato de seguro.
Por tais razões, VOTO para DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado da recorrente Generali para que na devolução de valores as seguradoras respondam, cada uma, somente pelo período que era a titular e responsável pelo contrato de seguro, cujos valores deverão ser apurados em liquidação de sentença,
Sem custas e honorários, por parte da seguradora Generali.
Condeno a Seguradora Zurich ao pagamento de 50% das custas processuais, e de honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sob o valor da condenação, nos termos da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, retorno dos autos para a origem.
É como voto
EMENTA RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. SEGURO PECÚLIO. LEGITIMIDADE PASSIVA DESCONTO EM FOLHA. NOTIFICAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO SOBRE INTERESSE NA CONTINUAÇÃO DO CONTRATO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO. CANCELAMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. RESTITUIÇÃO DEVIDA. ILÍCITO OS DESCONTOS COMPULSÓRIOS NO VENCIMENTO DO SERVIDOR. FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.
- Tem legitimidade para figurar no polo passivo da demanda referente a seguro pecúlio. aqueles que efetuaram descontos indevidos, ou se favoreceram deles, realizados nas folhas de pagamento dos servidores, mormente quando não houve manifestação no sentido de continuar com o contrato de seguro.
- É indevido o desconto feito pelo instituto de previdência ou pelo Estado a título de seguro de vida, sem a devida permissão do servidor público.
- Havendo descontos indevidos, faz jus o ofendido a restituição dos valores cobrados indevidamente, respeitada a prescrição quinquenal.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7002701-25.2021.8.22.0021 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 27/04/2022 11:06:09
Data julgamento: 28/06/2023

Polo Ativo: CENEDINA LAGASSE MARTINS
Advogado do(a) RECORRENTE: MICHELY APARECIDA OLIVEIRA FIGUEIREDO - RO9145-A
Polo Passivo: BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS e outros
Advogados do(a) RECORRIDO: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA - RJ110501-A, NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - RO4875-A
Advogado do(a) RECORRIDO: MAURICIO MARQUES DOMINGUES - SP175513-A
RELATÓRIO Trata-se de ação na qual a parte autora requer o ressarcimento pelos danos materiais suportados em razão de doença grave que estava acobertada por seguro.
A sentença julgou improcedentes os pedidos da autora.
Inconformado a parte autora recorre sustentando que é devido o pagamento do prêmio bem como que a conduta da requerida lhe acarretou danos de ordem moral.
VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Destaco inicialmente que havendo pedido apresentado (danos morais) apenas em sede recursal, este não merece conhecimento sob pena de configurar supressão de instância, pois a análise de pedido novo em sede recursal importa na violação do duplo grau de jurisdição sendo vedado no nosso ordenamento jurídico.
Dos documentos constantes na inicial, nota-se que de fato ocorreu o sinistro (doença grave), obtendo a recorrente prejuízo de ordem material. Realizada a comunicação à seguradora, houve a negativa ante a não cobertura dos danos decorrentes de doença grave visto que a requerida alegou doença preexistente.
Pois bem.
O art. 757, do Código Civil, aduz que pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados.Dos autos extrai-se os seguintes documentos:- Contrato de seguro, ID 15559742, assinado em 17/10/2019.- Exame indicando a presença da doença grave na segurada, ID 15559747, datada de 31/08/2020.Da análise destes documentos, tenho que os pedidos da autora procede, posto que a doença foi diagnosticada 8 meses após a assinatura do contrato, portanto, neste caso, não há que se falar em doença preexistente.Ademais nos termos da Súmula 609 do STJ, não é possível à seguradora recusar a cobertura securitária alegando a existência de doença preexistente se deixou de exigir, antes da contratação, a realização de exames médicos pela parte segurada. Nesse sentido colaciono o seguinte julgado do Tribunal de Justiça de Rondônia: Seguro de vida. Óbito do segurado. Negativa de cobertura. Doença preexistente. Ausência de exames prévios. Prova da má-fé. Seguro devido. Conforme entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, seguradora não pode – sob a justificativa de doença preexistente – eximir-se do pagamento de seguro se não exigiu a realização de exames médicos prévios ou provou a má-fé do segurado. (TJ-RO - AC: 70007755720178220018 RO 7000775-57.2017.822.0018, Data de Julgamento: 28/07/2020)
É fato incontroverso nos autos que a seguradora não solicitou exames prévios a assinatura do contrato, e além disso, os exames que demonstram a presença da doença foram realizados 8 meses após a formalização do contrato de seguro, e ainda considerando que a boa fé se presume, tenho que não restou comprovada a má-fé por parte da segurada.
Assim, com base na jurisprudência dos Tribunais e no fato de que a má-fé não se presume, mas depende de prova, ônus esse que a seguradora não se desincumbiu, a sentença merece reforma. Sobre esse ônus colaciono o seguinte julgado:
Seguro de vida em grupo. Invalidez permanente. Doença profissional. Cláusula de exclusão de cobertura. Abusividade. Desvantagem exagerada ao consumidor.
É ônus da seguradora demonstrar que o segurado tinha conhecimento, antes da contratação, da doença que lhe acometia, bem como comprovar a má-fé do contratante ao omitir informações relevantes quando preencheu a proposta do seguro, não podendo se eximir do dever de indenizar, se dele não exigiu exames clínicos ou não houve prova de má fé.
As cláusulas que preveem a exclusão de cobertura em caso de doença profissional são nulas de pleno direito, haja vista serem abusivas, representando desvantagem exagerada ao consumidor. (Apelação, Processo nº 0011232-32.2014.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, julgamento 16/8/2017). (destaquei)
Portanto, diante do conteúdo probatório, tenho que a autora demonstrou o fato constitutivo de seu direito, devendo a seguradora responder pela obrigação contratual assumida, efetuado o pagamento do prêmio nos valores descritos no contrato para a cobertura contratada.
Diante do exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, para o fim de reconhecer a procedência do pedido indicado na inicial, condenando à seguradora ao pagamento do valor do seguro devido na data da apresentação do pedido administrativo, valor este que deverá ser corrigido monetariamente pela tabela do Tribunal de Justiça de Rondônia, acrescido de juros moratórios a partir da data da negativa administrativa.
Sem custas e sem honorários.
Após o trânsito em julgado, remeta-se à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO. DOENÇA PREEXISTENTE. NÃO REALIZAÇÃO DE EXAMES PRÉVIOS. RISCO DA SEGURADORA. COBERTURA SECURITÁRIA. DEVIDA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
Havendo previsão contratual de cobertura para o evento que deu azo ao prejuízo experimentado pelo segurado, deve a seguradora efetuar o pagamento do respectivo prêmio.
Nos termos da jurisprudência do STJ, é ilícita a recusa da cobertura securitária, sob a alegação de doença preexistente à contratação do seguro, se a seguradora não submeteu a parte segurada a prévio exame de saúde e não comprovou má-fé desta.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7005249-22.2022.8.22.0010 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 15/12/2022 11:24:38
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: AVISTA S/A ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO
Advogado do(a) RECORRENTE: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES - SP131600-A
Polo Passivo: DOUGLAS TRAPP LORENZETT
Advogado do(a) RECORRIDO: CATIANE DARTIBALE - RO6447-A
RELATÓRIO Dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”
Para melhor visualização da decisão, transcrevo-a na íntegra:
S E N T E N Ç A
De fato e conforme bem se ressaltou no ID: 81470626 “...a própria tela juntada pela parte requerida em sede de contestação, onde demonstra mês a mês as faturas do cartão da parte requerente, sendo que ali não consta nenhuma fatura no valor de R$5.240,74 (Cinco mil duzentos e quarenta reais e setenta e quatro centavos), com vencimento em 05/04/2022, conforme se deu a inscrição nos órgãos de proteção ao credito e que foi juntado aos autos.
Assim e tendo em vista os art. 14, do CDC, não haveria como deixar de reconhecer aqui o necessário vínculo de causa e efeito entre a conduta da fornecedora de “negativar” sem justo motivo o nome de DOUGLAS TRAPP LORENZETT (vide extrato anexo ao ID: 78787195) e o dano psicológico que ele afirma haver experimentado1, até porque essa é a posição que prevalece na e. Turma Recursal do TJ/RO: RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DÍVIDA PAGA. MANUTENÇÃO INDEVIDA NO ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7020892-81.2021.822.0001, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 02/12/2021.
Ante o exposto, ratificando a decisão que indeferiu a tutela de urgência, julgo procedente o pedido, para declarar nulo o débito acima e condenar WILL S.A. MEIOS DE PAGAMENTO. à entrega de R$ 10.000,00, pelos danos morais, fora acréscimo monetário e juros conforme Súmula 362 do STJ, observando-se que do trânsito em julgado e independentemente de qualquer outra intimação o início do prazo para cumprimento voluntário da sentença.
Em respeito às razões recursais, acresço que por se tratar de relação consumerista o ônus da prova, no presente caso, é da parte requerida, ora recorrente. Contudo, a recorrente não trouxe aos autos qualquer comprovação da regularidade da dívida contraída em nome da parte autora. A ausência de provas da regularidade da origem e cobrança da dívida, leva a procedência dos pedidos da inicial.
Quanto ao dano moral, sem razão à parte recorrente. Isso porque a parte recorrida teve seu nome negativado por cobrança indevida, e neste caso, é pacífico que o dano moral é in re ipsa.
Com relação ao quantum indenizatório arbitrado, considerando que a indenização tem a finalidade de proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição, mas como um desestímulo à repetição do ilícito, assim, leva-se em consideração as condições econômicas dos envolvidos, a culpa do ofensor e a extensão do dano causado ao ofendido. Diante disso, o valor fixado pelo juiz sentenciante de R$ 10.000,00, deve ser mantido por estar em consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
Por tais considerações, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado, mantendo a sentença inalterada.
Condeno a Recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55, da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇA INDEVIDA. DÉBITO INEXISTENTE. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. ARBITRAMENTO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA.
Nos termos do artigo 373, II, do CPC, incumbe ao réu o ônus da prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
Demonstrada a falha na prestação do serviço, bem como o dano gerado ao consumidor, a fornecedora de bens ou serviços responde objetivamente pelos prejuízos extrapatrimoniais do ofendido.
A inscrição do nome do consumidor em órgão restritivo sem a prova da legalidade do débito gera dano moral presumido.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7005474-50.2019.8.22.0009 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 30/06/2020 12:05:30
Data julgamento: 28/06/2023

Polo Ativo: JOSE NILO DE SOUSA
Advogados do(a) AUTOR: IVAN DOUGLAS BAPTISTA CARDOSO - RO7320-A, ROSIEL GALVAO DOS SANTOS - RO10415-A
Polo Passivo: BANCO DO BRASIL SA
Advogado do(a) PARTE RE: SERVIO TULIO DE BARCELOS - MG44698-A
RELATÓRIO Nos autos foi prolatado acórdão não conhecendo do recurso em razão da deserção.
A parte autora peticionou informando que recolheu o preparo dentro prazo, no entanto, por erro no sistema a comprovação não foi anexada na petição de ID 9119880, por essa razão, requer a reconsideração da decisão ou a devolução do valor pago pelas custas.
Analisando a petição de ID 14127564, verifica-se que o pagamento foi realizado dentro do prazo concedido no juízo a quo para recolhimento do preparo, dessa forma, defiro o pedido de reconsideração, e passo a análise do mérito.
VOTO Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”
Para melhor visualização da decisão, transcrevo-a na íntegra:
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
Ademais, as partes consignaram no termo de audiência que não têm outras provas a produzir.
Da justiça gratuita
Em se tratando de demanda que tramita sob os critérios da Lei 9.099/95, a cobrança de custas somente será analisada no caso de recurso.
Da preliminar ausência de condições da ação – Interesse de agir
A ré arguiu falta de interesse de agir, sob a alegação de que tal se dá ao fato de não haver irregularidade praticada pela ré, a qual agiu conforme as regras do contrato.
Pois bem. O Código de Processo Civil estabelece que para se postular em juízo é necessário o interesse e legitimidade (art. 17 do CPC). O interesse de agir exige o preenchimento do binômio necessidade e adequação. A adequação se refere à via eleita, e no presente caso não há dúvida quanto ao acerto pelo autor e a necessidade está atrelada à pretensão do autor, que não a alcançou, ou não teve interesse de buscar o direito, de outra forma, ou seja, a ação é necessária para o autor buscar (e não alcançar) o direito que entende ter.
Nesse momento não há análise de mérito, de modo que não é adequado fazer juízo de valor quanto a existência ou não de irregularidade contratual.
Assim, afasto a preliminar.
Mérito
A pretensão do autor visa a condenação da ré ao pagamento, em dobro, da quantia supostamente paga a maior, bem como indenização por danos morais, no valor de R$ 15.000,00.
Aduz que adquiriu uma dívida referente ao Cartão de Crédito, no total de R$ 8.058,04, firmando acordo para quitação de R$ 5.058,20, sendo uma entrada de R$ 3.000,00, somada a 20 parcelas de R$ 252,91. Informa que pagou o valor referente a entrada, bem como 17 parcelas. Por dificuldade financeira não conseguiu adimplir o valor das 3 últimas parcelas e em momento posterior, ao tentar quitar a dívida, foi informado que o valor remanescente seria de R$ 5.934,53.
A ré, devidamente intimada, apresentou, tempestivamente, contestação afirmando que os valores cobrados estão de acordo com o que foi pactuado. Informa que o autor tinha ciência de que o acordo não se tratava de novação da dívida e, em não havendo a quitação conforme, o acordo seria desfeito, sendo a dívida cobrada integralmente e os valores pagos constituiriam amortização do saldo devedor. Dessa forma, não havia falar em repetição do indébito, tampouco em dano moral.
Primeiramente importante estabelecer que o primeiro acordo realizado pelo autor com a ré não foi do pagamento de apenas R$ 5.058,20, conforma alegado pelo autor, uma vez que o Compromisso de Pagamento (ID 32908530) juntado pelo autor é claro ao estabelecer que o saldo devedor é de R$ 8.058,20, que não há abatimento e, ainda, que o valor acordado é de R$ 5.058,20 somado ao valor da entrada de R$ 3.000,00, que totaliza, obviamente R$ 8.058,20.
Até mesmo porque, basta um simples cálculo aritmético para perceber que as 21 parcelas somadas a entrada de R$ 3.000,00 ultrapassariam o valor de R$ 5.052,20.
O Compromisso de Pagamento nº 201800410434 (ID 32908530) apresenta o valor de 2.99% de Encargos Financeiros com Custo Efetivo Total (CET) de 42,41%, correção referente ao reparcelamento da dívida.
Logo, diferente do afirmado pelo autor, este valor não foi quitado com o pagamento da sétima parcela, pois somente estaria quitado após o pagamento da 21ª parcela.
Desta feita, afastado está o pedido de repetição do indébito.

Quanto ao valor remanescente de R$ 5.934,53, apesar de não ter ficado claro nos autos, uma vez que o valor se trata de vários reparcelamentos do cartão de crédito, é certo que o autor anuiu com o valor, conforme se observa do Compromisso de Pagamento – Extrajudicial nº 201901023677, o qual foi assinado pelo autor no dia 06/11/2019 (ID 34367716), ou seja, novo reparcelamento da dívida. O autor tinha conhecimento de que o não pagamento do Compromisso de Pagamento ensejariam em desfazimento do acordo e continuidade da cobrança do débito original.
Os contratos gozam de presunção até que seja comprovado algum vício, hipótese não aventada nos presentes autos.
Registre-se que o autor vem realizando reparcelamentos de cartão de crédito desde o ano de 2013, não se tratando de descontrole financeiro somente das últimas 3 parcelas do Compromisso de Pagamento nº 32908530.
Em face do acima exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados por JOSE NILO DE SOUSA em face de BANCO DO BRASIL S.A. extinguindo o processo, com resolução de mérito, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil.
Em respeito as razões recursais destaco que nos autos consta o contrato assinado pelo recorrente, demonstrando que aceitou o que ali estava pactuado. Uma vez assinado, o contrato deve ser cumprido, nos termos do art. 422 do CC/02:
Os contratantes são obrigados a guardar, assim, na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.
Tal dispositivo traduz a obrigatoriedade no cumprimento do pactuado pelos contratantes, fazendo observar os princípios da lealdade, honradez, integridade e confiança recíproca, garantindo a segurança nas relações firmadas entre as partes. Em momento algum, o recorrente comprovou qualquer vício na declaração de vontade expressa no contrato, motivo pelo qual há de se entender que possuía plena ciência das obrigações que estavam sendo assumidas.
Ao analisar o contrato de ID 9119800, renegociação de dívida, dispõe a cláusula 1.4 que caso houvesse inadimplemento do contrato renegociado com o desconto, a dívida seria cobrada pelo seu valor original. Portanto, restou acordado que o desconto dado ficava condicionado ao pagamento pontual.
Na inicial, o próprio recorrente afirma que deixou de adimplir algumas parcelas, sendo assim, o valor devido é o valor integral da dívida, e as parcelas pagas constituem mera amortização do saldo devedor. Portanto, considerando o pactuado, os cálculos apresentados pelo autor estão equivocados.
Deve-se frisar que as estipulações contratuais quando devidamente pactuadas devem ser respeitadas, não podendo o Poder Judiciário ser utilizado como meio a constantemente revisar contratos sem qualquer comprovação de irregularidade.
Por tais considerações, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado, mantendo a sentença inalterada.
Condeno a Recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 55, da Lei 9.099/95. Ressalvada eventual justiça gratuita deferida nos autos.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. INSURGÊNCIA CONTRA CLÁUSULAS CONTRATUAIS. ESTIPULAÇÃO DE ACORDO COM O SISTEMA FINANCEIRO. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.
Não há que se falar em ilegalidade contratual quando há previsão expressa em cláusula na qual se declara que em caso de descumprimento da avença, estaria assegurado o direito do credor ao recebimento da totalidade do crédito.
Não é ilegal a cobrança de juros, desde que estipulada em cláusula contratual, de acordo com o sistema financeiro nacional e com os precedentes do STJ. Posto que os encargos remuneratórios são calculados no início do contrato e diluídos em prestações iguais, periódicas e sucessivas.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7006117-68.2020.8.22.0010 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 07/04/2021 10:13:17
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S. A.
Advogado do(a) RECORRENTE: LEANDRO CESAR DE JORGE - SP200651-A
Polo Passivo: FABIO PEREIRA DE OLIVEIRA
Advogado do(a) RECORRIDO: DAGMAR DE MELO GODINHO KURIYAMA - RO7426-A
RELATÓRIO Dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Preliminares
Da sentença extra petita causa de pedir alterado em sede de réplica
Sem razão a parte recorrente. Nos termos do Enunciado 157 do FONAJE “Nos Juizados Especiais Cíveis, o autor poderá aditar o pedido até o momento da audiência de instrução e julgamento, ou até a fase instrutória, resguardado ao réu o respectivo direito de defesa”.
Ao analisar o processo, verifica-se que foi garantido o contraditório e a ampla defesa, no recurso anterior, para que o recorrente se manifestasse acerca dos pedidos realizados em sede de réplica.
Quanto ao fato de o juízo a quo extinguir a relação existe entre as partes, tenho que correta a decisão, porque a inadimplência ocorrida em 18/03/16, se deu após a morte da consorciada (afiançada) 07/03/16. Assim a garantia pessoal cessou com o falecimento do afiançado, sendo de rigor reconhecer que não há que se falar na legitimidade de cobrança contra o fiador, Nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL Nº. 1.708.999-9 DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA - 2ª VARA CÍVEL NÚMERO UNIFICADO: 39669-41.2016.8.16.0014 APELANTE: UNIÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/C LTDA APELADO: AURÉLIO DIAS DA COSTA NETO RELATOR: DES. MARCELO GOBBO DALLA DEAAPELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO EM GRUPO DE CONSÓRCIO. MORTE DO AFIANÇADO. EXTINÇÃO DA FIANÇA. AFASTAMENTO DA RESPONSABILIDADE DA FIADOR. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O contrato de fiança é personalíssimo, pactuado "intuitu personae", sendo extinto pela morte do afiançado, independentemente da natureza do contrato garantido, eis que se trata garantia autônoma. 2. Considerando que a dívida perseguida pela execução teve origem após o falecimento do afiançado, de rigor o reconhecimento da ilegitimidade do fiador para integrar o polo passivo da execução. (TJPR - 18ª C.Cível - AC - 1708999-9 - Região Metropolitana de Londrina - Foro Central de Londrina - Rel.: Desembargador Marcelo Gobbo Dalla Dea - Unânime - J. 04.10.2017) (TJ-PR - APL: 17089999 PR 1708999-9 (Acórdão), Relator: Desembargador Marcelo Gobbo Dalla Dea, Data de Julgamento: 04/10/2017, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 2135 20/10/2017) (destaquei).

Da ilegitimidade Ativa e Passiva

Não há que se falar em ilegitimidade passiva ou ativa, visto que não foi aventado nos autos pedido para recebimento de indenização securitária, mas tão somente danos morais decorridos da inscrição negativa.

Portanto Rejeito as preliminares.

Mérito

Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. "Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão."

Para melhor visualização da decisão, transcrevo-a na íntegra:

S E N T E N Ç A

É legítima sim a presença das partes nesta relação processual, pois Fábio Pereira de Oliveira é quem argui haver sofrido dano psicológico em decorrência de comportamento da Canopus Administradora de Consórico S/A e não de outra pessoa jurídica qualquer, circunscrevendo-se ao mérito da causa apurar se de fato isso aconteceu e quais seriam os desdobramentos jurídicos.

Expondo de outra maneira, a análise das condições da ação se dá in statu assertionis, ou seja, segundo o deduzido na inicial1.

Idem, quanto a competência deste juízo ao julgamento da lide, pois conforme se perceberá adiante prescindível a feitura de perícia alguma, o que, por hipótese, tornaria complexa a causa, nos termos do art. 3º da Lei nº 9.099/95.

Noutro giro, desnecessária a inclusão do BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. no polo passivo da demanda, visto a jurisprudência da e. Turma Recursal do TJ/RO de que todos osque participam da cadeia de fornecedores respondem de forma igual por eventuais falhas na prestação de serviços, podendo o autor escolher qualquer deles para cobrar o que entender de direito (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7037487-92.2020.822.0001, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 13/12/2022).

No mais, interessaria sim a Fábio Pereira demandar em face da ré, já que não disporia de outro meio legítimo que não o processo para obrigá-la a satisfazer a pretensão ora em debate.

Pois bem.

A teor da Súmula 609 do STJ a recusa de cobertura securitária, sob a alegação de doença preexistente, é ilícita se não houve a exigência de exames médicos prévios à contratação ou a demonstração de má-fé do segurado.

No caso dos autos, a própria administradora no ID: 85746738, invocando o princípio da boa-fé, esclareceu que se deixou mesmo de exigir da segurada exame médico algum uma vez que ela declarara expressamente "...não ter problemas de saúde...".

De outro norte e pelos papéis anexos ao ID: 85746748 (fichas de atendimento, laudos etc.) verifica-se que a propalada doença preexistente haveria sido descoberta em 2015, ou seja, vários anos depois da contratação do seguro (2011).

Fora isso, a certidão de óbito indica como causa da morte de Fabiana Pereira, além do tumor de fossa posterior, insuficiência respiratória aguda, dengue hemorrágica e hidrocefalia, de modo que nem se poderia afirmar que o falecimento ocorreu por conta de uma moléstia anterior.

Assim, inoportuna a alegação segundo a qual "...diante da doença preexistente do consorciado/segurado, bem como em virtude da ocultação de informação sobre o seu verdadeiro estado de saúde no ato da contratação, o pleito inicial não merece ser acolhido." (85746738).

Em termos diversos, não haveria de se falar aqui, conforme sustentado pela ré no ID: 54634299 p. 11 de 28, que "...o nome da parte autora foi anotado no cadastro de devedores inadimplentes da SERASA em razão da inadimplência do consorciado Fabiana Pereira de Oliveira (CPF/MF: 002.969.772-76 - RG: 857776- SP/RO), quanto ao pagamento das parcelas mensais das cotas de consórcio vencidas a partir de 18/03/2016, inclusive, acrescidas de reembolso de despesas, custas e dos seus respectivos encargos moratórios e contratuais...".

Desse modo, reconhece-se na espécie o obrigatório liame de causa e efeito (CDC, art. 14, ou, CC, art. 927) entre a atitude de cobrar do autor, mediante cadastro do nome dele em órgão protetivo de crédito, pendência financeira inexistente e o dano psicológico que Fábio afirma haver experimentado, até porque essa é a posição que prevalece na e. Turma Recursal do TJ/RO:

JUIZADO ESPECIAL. SEGURO PRETAMISTA. MORTE DA CONTRATANTE. AUSÊNCIA DE QUITAÇÃO. COBRANÇA INDEVIDA DO CÔNJUGE. NEGATIVAÇÃO. INEXISTÊNCIA DO DÉBITO. DANO MORAL. QUANTUM. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7006312-48.2018.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Amauri Lemes, Data de julgamento: 04/12/2019.

Ante o exposto, ratificando a decisão que indeferiu a tutela de urgência, julgo procedente o pedido para declarar nulo o gravame ora em comento (vide consulta anexa ao ID: 52942046 p. 1 de 1) e condenar CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. à entrega de R$ 10.000,00, mais acréscimo monetário e juros conforme Súmula 362 do STJ, observando-se que do trânsito em julgado e independentemente de qualquer outra intimação o início do prazo para cumprimento voluntário da sentença.

Em respeito às razões recursais, acresço que por se tratar de relação consumerista o ônus da prova, no presente caso, é da parte requerida, ora recorrente. Contudo, esta não trouxe aos autos nenhuma comprovação da regularidade da cobrança, mormente quando a dívida foi inadimplida após a morte do afiançado.

Quanto ao dano moral, sem razão à parte recorrente. Isso porque a parte recorrida teve seu nome negativado por cobrança indevida, e neste caso, é pacífico que o dano moral é in re ipsa.

Com relação ao quantum indenizatório arbitrado, considerando que a indenização tem a finalidade de proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição, mas como um desestímulo à repetição do ilícito, assim, leva-se em consideração as condições econômicas dos envolvidos, a culpa do ofensor e a extensão do dano causado ao ofendido. Diante disso, o valor fixado pelo juiz sentenciante de R$ 10.000,00, deve ser mantido por estar em consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
Por tais considerações, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado, mantendo a sentença inalterada.
Condeno a Recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55, da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. COBRANÇA INDEVIDA. MORTE DO AFIANÇADO. EXTINÇÃO DA FIANÇA. DÉBITO INEXISTENTE. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. ARBITRAMENTO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA.
Nos termos do artigo 373, II, do CPC, incumbe ao réu o ônus da prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
Demonstrada a falha na prestação do serviço, bem como o dano gerado ao consumidor, a fornecedora de bens ou serviços responde objetivamente pelos prejuízos extrapatrimoniais do ofendido.
Nos termos da jurisprudência do STJ, o contrato de fiança tem natureza intuitu personae, extinguindo-se a fiança com o evento morte, nesse sentido, a dívida inadimplida pelo afiançado, após a sua morte, exonera da obrigação o fiador.
A inscrição do nome do consumidor em órgão restritivo sem a prova da legalidade do débito gera dano moral presumido.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7021472-82.2019.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 23/03/2020 11:31:20
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: ANA FLAVIA DE LIMA SOUSA
Advogado do(a) RECORRENTE: DANILO HENRIQUE ALENCAR MAIA - RO7707-A
Polo Passivo: L. R. DO NASCIMENTO ENTRETENIMENTO - ME
Advogado do(a) RECORRIDO: GUSTAVO NOBREGA DA SILVA - RO5235-A
RELATÓRIO Dispensado nos termos do artigo 46, caput, da Lei 9.099/95.
VOTO Conheço o recurso, porque presentes os pressupostos de admissibilidade.
A sentença foi proferida nos seguintes termos:
Sentença
Relatório dispensado na forma da lei (art. 38 da LF 9.099/95).
ALEGAÇÕES DA AUTORA: Narra que em 30.12.2016 adquiriu ingresso para o evento “Reveillon 2017”, que foi cancelado horas antes do início, causando-lhe profunda decepção. Relata não ter recebido o reembolso do valor pago e pede indenização por danos morais e materiais.
ALEGAÇÕES DA REQUERIDA: Relata que a área onde ocorreria o evento não possuía alvará do Corpo de Bombeiros, o que foi levado a seu conhecimento horas antes do início da festa e culminou no necessário cancelamento do evento. Nega a ocorrência de danos morais e materiais, pedindo a improcedência da demanda.
PROVAS E FUNDAMENTAÇÃO: A lide deve ser resolvida sob a ótica do CDC, ante a relação de consumo existente. Ademais, é hipótese de julgamento antecipado do feito nos termos do art. 355, I, do CPC, não se justificando a designação de audiência de instrução e julgamento quando as partes abrem mão da produção de provas (id 34724993).
É incontroverso que em 30/12/2016 a parte autora adquiriu o ingresso da festa “Reveillon 2017” pelo valor de R$ 100,00 (cem reais) e que o evento foi cancelado horas antes de seu início.
Pois bem. Em que pesem os argumentos da parte requerida, nota-se que estes não se fizeram acompanhar de provas, ônus que competia à prestadora dos serviços. Configurado, pois, o injustificado cancelamento do evento e, por conseguinte, a falha na prestação dos serviços.
Diante disso, evidente o dano material correspondente ao valor do ingresso, que deve ser corrigido monetariamente desde o desembolso, a fim de recompor integralmente o valor da moeda. De outro lado, considerada a absoluta falta de prova de tentativa de recebimento dos valores pela requerente, considero que o termo inicial dos juros moratórios deve contar da citação válida.
Por fim, o vício do serviço não é hipótese de dano moral in re ipsa. Entretanto, o cancelamento do evento a poucas horas antes do Reveillon frustrou a expectativa da requerente em usufruir dos serviços na data comemorativa, como planejado, situação capaz de afetar o equilíbrio psicológico da consumidora, causando transtornos ensejadores de danos morais.
Considerando a ausência de outros desdobramentos prejudiciais, os argumentos expostos, os elementos constantes nos autos, a condição econômico-financeira da requerente, a repercussão do ocorrido, e, ainda, a culpa da requerida, bem como a capacidade financeira desta, fixo a indenização por dano moral em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), de modo a disciplinar a requerida e dar satisfação pecuniária à autora.
Esta é a decisão que mais justa se revela para o caso concreto, nos termos do art. 6º da Lei Federal n. 9099/95.
DISPOSITIVO: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial formulado pela parte autora em desfavor da parte requerida para CONDENAR a empresa ré ao pagamento de:

a) R$ 100,00 (cem reais) a título de danos materiais, corrigido monetariamente com índices do E. TJRO desde a data do pagamento (30/12/2016), bem como acrescido de juros legais, simples e moratórios, de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação (Tabela Oficial TJ/RO); e
b) R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) a título dos reconhecidos danos morais, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária com índices do TJRO a partir da publicação da sentença (S. 362, STJ).
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, III e IV, LF 9.099/95 e Enunciado Cível FOJUR nº 05, sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015), não sendo aplicável a parte final do §1° do artigo 523 do CPC, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
Assim, restou devidamente comprovado nos autos que houve falha na prestação dos serviços da requerida, visto que ofertou um produto ao público sem verificar antecipadamente se o local estava com a documentação de funcionamento atualizada ou se tinha as devidas autorizações para funcionamento, nesse contexto, indiscutível que o serviço prestado foi inadequado acarretando danos de ordem moral na pessoa da autora.
Não há que se falar em ausência de responsabilidade da recorrida pelo evento danoso, uma vez que o cancelamento do evento, nos moldes ocorrido, está inserido nos riscos inerentes ao empreendimento, não se tratando, portanto, de fato de terceiro ou de ausência de falha no serviço. Trata-se, com efeito, de risco inerente à atividade comercial, devendo a empresa demandada arcar com sua responsabilidade.
Havendo falha na prestação do serviço prestado aos consumidores, como é o caso, verifica-se configurada a responsabilidade da fornecedora do serviço, que é objetiva (art. 14, caput, do CDC).
Diante dos fatos e estabelecido a incidência do dano moral, a fixação deve ser compatível com o poder econômico da empresa recorrida e suficiente para reparar o dano do ofendido.
É cediço que o quantum indenizatório deve ser estipulado pelo magistrado de forma equitativa, de modo que não seja muito alto a ponto de implicar enriquecimento sem causa do ofendido, nem tão inexpressivo, sob pena de não produzir no ofensor a sensação de punição, constrangendo-o a se abster de praticar atos similares.
O valor arbitrado pelo juiz sentenciante no valor de R$ 1.500,00, não se mostra razoável ao caso, visto que a parte autora amargou com o cancelamento momentos antes do evento, e até a distribuição da ação não tinha sido reembolsada do valor pago pelo ingresso. Logo o montante dos danos morais fixados na origem deve ser redimensionado para o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), por estar em consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, especialmente em face da situação discutida nos autos.
Por tais considerações, VOTO no sentido de DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, para majorar o quantum indenizatório para o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e com juros de 1% (um por cento) ao mês, ambos a contar da data da publicação desta decisão, mantendo-se inalterado os demais termos da sentença.
Sem custas e honorários advocatícios, eis que o deslinde não se encaixa no teor do art. 55, da Lei nº 9.099/1995.
Oportunamente, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. EVENTO CANCELADO HORAS ANTES DO INÍCIO. RISCOS INERENTES AO EVENTO. DEMORA EXCESSIVA NO REEMBOLSO. DANO MORAL. CONFIGURADO. ARBITRAMENTO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO PROVIDO.
Demonstrada a falha na prestação do serviço, bem como o dano gerado ao consumidor, a fornecedora de bens ou serviços responde objetivamente pelos prejuízos extrapatrimoniais do ofendido.
Estabelecida a incidência do dano moral, a fixação deve ser compatível com o poder econômico da recorrida e suficiente para reparar o dano do ofendido. Além disso, deve levar em conta a longa espera na solução do problema, que poderia ter sido resolvido extrajudicialmente e sem o desgaste de tempo.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7011497-47.2021.8.22.0007 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 09/06/2022 07:42:33
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: DAVID LUCAS
Advogado do(a) RECORRENTE: LUCAS VENDRUSCULO - RO2666-A
Polo Passivo: MERCADOPAGO.COM REPRESENTACOES LTDA.
Advogado do(a) RECORRIDO: EDUARDO CHALFIN - RO7520-A
RELATÓRIO Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Em síntese, trata-se de recurso inominado interposto pela parte autora em face da sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos iniciais da ação declaratória de inexigibilidade de débitos cumulada com indenização por danos morais decorrentes de suposta negativação indevida. A sentença de origem não reconheceu a existência dos danos morais.
Frise-se que foi declarada a inexigibilidade do débito porque a requerida não apresentou nenhuma prova documental da contratação dos serviços ofertados pela parte requerida, que teriam gerado a dívida negativada e tampouco apontou a origem da dívida, não preenchendo o que preceitua o art. 373, II do CPC. A irresignação da recorrente cinge-se na não condenação pelos danos morais.

Em análise aos fatos narrados e documentos apresentados, verifica-se que a sentença merece reforma, isso porque a parte recorrente trouxe no pedido inicial a certidão oficial do SCPC (ID. 16078057) onde é possível verificar a restrição discutida, bem como a inexistência de anotações anteriores.

A jurisprudência já está pacificada no sentido de que o dano moral em caso de negativação indevida se configura in re ipsa, isto é, prescinde de outra prova, in verbis:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. NEGATIVAÇÃO EM CADASTROS DE INADIMPLENTES. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO. 1.- "Nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura in re ipsa, isto é, prescinde de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica." (REsp 1059663/MS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe 17/12/2008). 2.- A intervenção do STJ, Corte de caráter nacional, destinada a firmar interpretação geral do Direito Federal para todo o país e não para a revisão de questões de interesse individual, no caso de questionamento do valor fixado para o dano moral, somente é admissível quando o valor fixado pelo Tribunal de origem, cumprindo o duplo grau de jurisdição, se mostre teratólogico, por irrisório ou abusivo. 3.- Inocorrência de teratologia no caso concreto, em que, em razão da indevida inscrição do nome do autor em cadastros de inadimplentes, foi fixado o valor de indenização de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), a título de danos morais, devido pelo banco ora agravante ao autor, a título de danos morais. 4.- O agravante não trouxe nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos. 5.- Agravo Regimental improvido. (g.n. AgRg no AREsp 501.533/DF, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/05/2014, DJe 13/06/2014).

Dessa forma, estabelecida a incidência do dano moral, a fixação deve ser compatível com o poder econômico da empresa recorrida e suficiente para reparar o dano do ofendido.

É assente que a indenização por dano moral tem a dupla função de reparar o dano sofrido, sem que haja enriquecimento sem causa da autora e punir a ré da ilicitude, de modo, inclusive, a compeli-la a rever seus procedimentos administrativos. Com enfoque em tais circunstâncias, fixo a indenização para a hipótese vertente em R$ 10.000,00 (dez mil reais), seguindo os parâmetros observados por esta Turma Recursal.

Ante o exposto, voto para DAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, para condenar a parte requerida a pagar à parte requerente a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de indenização por danos morais, corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e com juros de 1% (um por cento) ao mês, ambos a contar da data da publicação desta decisão, mantendo-se inalterado os demais termos da sentença.

Sem custas e sem honorários advocatícios, eis que o deslinde do recurso não se encaixa na hipótese restrita do art. 55 da Lei n. 9.099/95.

Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.

É como voto.

EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA.

- A negativação indevida do nome do consumidor junto aos órgãos de cadastro de inadimplentes ocasiona dano moral in re ipsa.
- O quantum indenizatório deve ser fixado em valor justo e proporcional ao abalo suportado pelo ofendido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 28 de Junho de 2023

Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02

Processo: 7016160-23.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS

Data distribuição: 05/06/2023 14:45:20

Data julgamento: 28/06/2023

Polo Ativo: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Advogados do(a) RECORRENTE: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A, SUELLEN PONCELL DO NASCIMENTO DUARTE - PE28490-A

Polo Passivo: TIAGO GERONIMO DE FARIAS

Advogados do(a) RECORRIDO: JACIRA SILVINO - RO830-A, JORGE AVELINO LIMA DO AMARAL - RO10555-A, JUSCELINO MORAES DO AMARAL - RO4405-A, RYAN MARQUES DE OLIVEIRA MEDEIROS - RO9711-A

RELATÓRIO Trata-se de recurso inominado interposto pela requerida em face da sentença que julgou procedente em parte o pedido inicial na ação de obrigação de não fazer cumulada com pedido indenizatório em razão de alegadas ligações excessivas.

VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Na inicial, o autor relata que é titular da linha e não é o real devedor do banco, no entanto no áudio colacionado no ID 20101997, pelo próprio autor, ao se perguntado se era o Douglas Borges, respondeu que sim, ora se o próprio autor se apresentar como o devedor, é esperado que a parte requerida vincule o seu número ao cadastro do verdadeiro devedor.

Para fins de comprovação do excesso de ligação, juntou no ID 20101990, o print das ligações recebidas no seu telefone fixo com a cobrança de débito desconhecido.

Pois bem.

Em que pese os argumentos da parte autora, é de se reconhecer que os telefonemas e mensagens, em si só considerados, não constituem ofensa significativa à honra do consumidor, ainda mais quando este se identifica como sendo o próprio devedor do débito.

Para fins de indenização por danos morais não basta apenas existência do ato ilícito, deve ficar comprovado nos autos o resultado negativo suficiente a causar sofrimentos que ultrapassem os limites das irritações comuns do dia a dia.

Conforme entendimento jurisprudencial dominante a mera cobrança por telefone não gera danos morais. O que causa direito a indenização é a abusividade. Pelos documentos apresentados com a inicial, verifica-se que o número de ligações comprovados nos autos (10 ligações) não foi excessivo e são insuficientes para configurar transtornos/abuso, não ultrapassando o mero aborrecimento, não fugindo ao limite do aceitável para interferir no cotidiano da parte autora.

Nesse sentido:

EMENTA: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COBRANÇAS EXCESSIVAS. LIGAÇÕES TELEFÔNICAS E MENSAGENS. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I. Em exercício regular do direito, pode-se realizar cobranças, desde que não haja exposição vexatória do devedor ou incômodos exagerados e, mesmo que direcionada por erro a pessoa diversa do devedor, somente será capaz de gerar danos se ultrapassados os limites da normalidade, resultando no mesmo exagero ou incômodo exigido para o devedor efetivo. II. In casu, a parte autora aduz que passou a receber diversas cobranças efetuadas por preposto da instituição financeira ré, com cobranças em nome de terceiro, motivo pelo qual intentou a demanda, requerendo a declaração de inexistência de relação jurídica, bem como indenização pelos danos morais. A sentença julgou procedentes os pedidos iniciais e, irresignada, a parte reclamada interpôs recurso inominado visando a exclusão, ou minoração, do quantum arbitrado a título de danos morais. III. O dano moral indenizável decorre de constrangimentos, sofrimentos e humilhações que ultrapassem angústias e dissabores do cotidiano e evidenciem violação à dignidade da pessoa humana. IV. No presente caso, embora demonstrada a falha na prestação de serviços, uma vez que a empresa recorrente não comprovou que as cobranças eram oriundas de relação jurídica entre as partes litigantes, não foi apresentada qualquer comprovação de que o autor sofreu violações de elementos relativos à personalidade e, não havendo maiores consequências daí advindas, deve ser considerado mero aborrecimento da vida cotidiana, não dando ensanchas a danos morais indenizáveis. IV. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Sentença reformada para excluir os danos morais fixados pela sentença recorrida. Sem ônus sucumbencial porque recorrente vencedor. (TJ-GO 56435555020208090051, Relator: JOSE CARLOS DUARTE, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, Data de Publicação: 16/12/2021).

Não se nega que a situação descrita pelo autor é desagradável, no entanto não se vê como possível seu enquadramento na figura dos danos morais, tendo em conta que a situação deve ser excepcional e em que reste configurada a violação aos atributos da personalidade e ultrapassem o mero dissabor. Para que ocorra o dever de indenizar é necessário a demonstração da conduta lesiva do agente, da existência do dano efetivo e do nexo de causalidade entre o ato lesivo e o resultado, pressupostos não atendidos no presente caso.

Dessa forma, não merece guarida a pretensão autoral, por não se vislumbrar violação a direito de personalidade, tem-se assim que não restaram caracterizados os danos morais supostamente sofridos, portanto a improcedência do pedido de indenização em danos morais é medida que se impõe.

Quanto ao dano material, tenho que este não é devido, o simples fato do autor ter desembolsado valores ao adquirir gravador para provar o alegado não pode ser imputado à conta e responsabilidade da requerida. Pois o dano material a ser ressarcido deve estar relacionado a falha na prestação dos serviços da parte contrária, que de acordo com a fundamentação acima, não restou comprovado neste autos.

Por tais considerações, VOTO no sentido de DAR PROVIMENTO ao recurso inominado da requerida para reformar a sentença, julgando improcedentes os pedidos da inicial.

Sem custas e honorários.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA RECURSO INOMINADO. EXCESSO DE LIGAÇÃO. COBRANÇA INDEVIDA DE DÉBITO DESCONHECIDO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO PROVIDO.

Telefonemas e mensagens por si só considerados, não constituem ofensa significativa à honra do consumidor.

Para fins de indenização por danos morais não basta apenas existência do ato ilícito, deve ficar comprovado nos autos o resultado negativo suficiente a causar sofrimentos que ultrapassem os limites das irritações comuns do dia a dia.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 28 de Junho de 2023

Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02

Processo: 7023259-78.2021.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS

Data distribuição: 25/04/2022 06:35:21

Data julgamento: 28/06/2023

Polo Ativo: RAFAEL PRETTZ CAMARA CANTO

Advogado do(a) RECORRENTE: PATRICK DE SOUZA CORREA - RO9121-A

Polo Passivo: FINANCEIRA ITAU CBD S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Advogado do(a) RECORRIDO: ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO - BA29442-A

RELATÓRIO Dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.

VOTO Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.

Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”

Para melhor visualização da decisão, transcrevo-a na íntegra:

SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38, da Lei 9.099/1995.
O autor ajuizou a presente ação em desfavor do réu visando à declaração de inexistência do débito apontado no Score do órgão de proteção ao crédito e indenização por danos morais. Afirma que desconhece por completo a origem da dívida.
O contexto do feito está a demonstrar que a pretensão autoral é desprovida de razão.
Isto porque, analisando os documentos trazidos ao feito, verifico que o réu é credor do autor. O contrato, devidamente assinado, anexo ao ID 60976853 demonstra que o autor realizou negócio jurídico com réu contratando cartão de crédito, sendo que o autor não questionou na réplica a assinatura. Além disso, as documentações juntadas pelo réu demonstram que o autor é devedor do réu.
É inconcebível, portanto, acolher a tese autoral de total desconhecimento do contrato e dos débitos dele originados.
A baixa do Score do autor é exercício regular do direito do requerido, de modo a receber o valor devido. Improcedem, por conseguinte, os pedidos declaratórios e indenizatórios, porquanto não há conduta ofensiva passível de responsabilização civil, na forma dos artigos 186 e 927, do Código Civil.
A instituição bancária produziu prova que impede o direito do autor, consoante dispõe o art. 373, II, do CPC, a improcedência do pedido é de rigor.
Conclui-se, via de consequência que o autor encontra-se inadimplente com o réu no valor de R$ 2.707,91 (dois mil setecentos e sete reais e noventa e um centavos) e é por isso que seu nome está com redução no Score.
Quanto ao pedido contraposto, deve ser julgado procedente para o fim de condenar o autor a pagar referido débito nos termos do contrato que firmou com o banco réu, até porque as inúmeras faturas não quitadas demonstram a existência da dívida.
Nos termos dos artigos 80 e 81 do CPC, reconheço, igualmente, a litigância de má-fé do requerente, pelas razões que passo a expor.
O autor alegou na inicial, que não possui débito algum com o réu, entendendo serem indevidas, tanto a cobrança quanto a baixa de seu Score.
Pois bem.
O réu apresentou todos os documentos que comprovam a assinatura do contrato de adesão.
Ora. Não pode o demandante agir de forma desleal, com intuito de tirar proveito próprio, utilizando o judiciário de forma indevida. O consumidor não agiu com lisura na presente demanda, razão pela qual o condeno nas penas de litigância de má-fé, conforme dispõe art. 80, II, do CPC, devendo pagar o valor de 3% (três por cento) sobre o valor atualizado da causa.
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, em contrapartida, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO para CONDENAR O AUTOR A PAGAR AO RÉU a quantia de R$ 2.707,91 (dois mil setecentos e sete reais e noventa e um centavos), corrigida monetariamente, de acordo com índice do TJRO, a partir do ajuizamento da ação, e acrescido de juros legais, estes a partir da citação, bem como a pagar ao réu a multa de 3% (três por cento) sobre o valor da causa em razão da litigância de má-fé. Com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por extinto o feito com resolução de mérito.
Em respeito às razões recursais, destaco que o ônus da prova dos fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor incumbe ao requerido, conforme dispõe o art. 373, II, do CPC, e pelas provas coligidas verifica-se que a empresa requerida se desincumbiu deste, posto que trouxe aos autos o contrato assinado, faturas, bem como demonstrou a utilização do cartão de crédito. Portanto, ausente a prova da quitação da dívida por parte da autora não há que se falar em ato ilícito cometido pela empresa requerida, visto que essa agiu no exercício regular do seu direito.
Esclareço que em que pese se trate de uma relação de consumo, não fica o consumidor livre da produção de provas, devendo provar minimamente os fatos constitutivos de seu direito, trazendo aos autos elementos que sejam capazes de sustentar e dar verossimilhança às suas alegações, situação não ocorrida nos autos.
Os princípios informadores do Juizado devem prestigiar a simplicidade e favorecer a defesa do consumidor. No entanto, não se pode abrir mão da segurança jurídica e do ônus de o consumidor provar o que alega.
Ante o exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, mantendo-se inalterada a sentença.
Condeno a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sob o valor da causa, nos termos da Lei 9.099/95, com as ressalvas da justiça gratuita concedida.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO. CONTRATO ASSINADO. FATURAS. UTILIZAÇÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. NÃO COMPROVAÇÃO DE ELEMENTOS MÍNIMOS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA.
É ônus do autor provar fato constitutivo de seu direito, consoante determina o artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil.
O consumidor deve se mostrar minimamente diligente naquilo que estava ao seu alcance probatório.
Restando demonstrada a regularidade da relação jurídica e o débito discutido nos autos por meio de documentos comprovando a evolução da dívida, não há o que se falar em ato ilícito cometido pelo fornecedor e, consequentemente, inexistente é o dever de indenizar.
Inexistindo a comprovação do direito constitutivo da parte autora, deve ser mantida a sentença de improcedência.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7070177-09.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 09/05/2023 08:03:10
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: MARINEIDE TENORIO DE OLIVEIRA
Advogado do(a) RECORRENTE: VALTER CARNEIRO - RO2466-A
Polo Passivo: ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A. e outros (2)

Advogado do(a) RECORRIDO: EVELYSE DAYANE STELMATCHUK - PR100778-A
Advogado do(a) RECORRIDO: HELVIO SANTOS SANTANA - SE8318-A
Advogado do(a) RECORRIDO: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR - PE23289-A
RELATÓRIO Em síntese, trata-se de ação Indenizatória com o objetivo de restituição em dobro de descontos atinentes a rubrica seguro pecúlio, além de indenização por danos morais decorrentes de descontos que a parte autora alega indevidos.
A sentença de origem extinguiu o feito em razão de reconhecer a necessidade do Estado de Rondônia integrar o polo passivo da demanda. Irresignada, a parte autora apresentou recurso inominado pugnando pela reforma da sentença.
VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Primeiramente, não há que se falar na necessidade do Estado de Rondônia integrar o polo passivo da demanda, visto que esta Turma Recursal tem entendimento que tanto Estado, IPERON e as seguradoras são responsáveis solidárias pelo ressarcimento dos valores indevidamente descontados das remunerações dos servidores estaduais, podendo quaisquer delas integrar o polo sozinhas ou em conjunto, Nesse sentido os seguintes julgados:
Recurso Inominado. Estado de Rondônia. Seguro de vida. Pecúlio. Ausência de contratação. Preliminar de ilegitimidade passiva afastada. Devolução devida. Recurso improvido. O recolhimento do seguro de vida pecúlio que era compulsório (na forma do art. 18 da Lei Estadual nº 135/1986), com a emenda Constitucional n° 20/1988 (alterou o art. 40 da CF), tornou-se facultativo, sendo, posteriormente, revogado tacitamente com o advento da Lei Complementar Estadual nº 228/2000. Havendo descontos indevidos, faz jus o ofendido a restituição dos valores cobrados indevidamente. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7033150-94.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Cristiano Gomes Mazzini, Data de julgamento: 29/06/2022 (destaquei).
RECURSO INOMINADO. IPERON. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DE POLO PASSIVO AFASTADA. RESPONSABILIDADE DE PROCEDER A REGULARIZAÇÃO OU EXCLUSÃO DOS SERVIDORES DO SEGURO DO IPERON RESTITUIÇÃO DE SEGURO DE VIDA PECÚLIO. QUANTIA PAGA INDEVIDAMENTE. AUSÊNCIA DE CONTRATO DE ADESÃO. SITUAÇÃO NÃO REGULARIZADA. RESTITUIÇÃO DEVIDA. ILÍCITO OS DESCONTOS COMPULSÓRIOS NO VENCIMENTOS DO SERVIDOR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (RI de n. 0007460-07.2014.8.22.0601, Relator: Arlen José Silva de Souza, data do julgamento: 04.05.2016) (destaquei).
Recurso inominado. Preliminar Rejeitada. Seguradora. Seguro de vida. Pecúlio. Ausência de contratação. Devolução devida. Recurso Improvido. Sentença Mantida. 1 – É indevido o desconto feito pelo instituto de previdência a título de seguro de vida, sem a devida permissão do servidor público. 2 – Havendo descontos indevidos, faz jus o ofendido a restituição dos valores cobrados indevidamente. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7001094-22.2021.822.0006, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator (a) do Acórdão: Juiz Audarzean Santana da Silva, Data de julgamento: 26/02/2022.
Dito isso, e tendo em vista que o feito encontra-se maduro para julgamento, passo a analisar a questão de fundo da controvérsia.
O contrato de seguro de vida em grupo foi originado na Lei nº135/1986, onde o servidor associado ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia ficou obrigado a contribuir com o seguro de vida-pecúlio:
art. 18 - Os associados do IPERON contribuirão compulsoriamente para um seguro de vida-pecúlio, cujo benefício, valor de contribuição e demais condições serão estipulados no regulamento. (destaquei)
Assim, um seguro de vida foi contratado pela autarquia e os seus descontos realizados diretamente na folha de pagamento dos servidores. Todavia, a Lei Complementar nº 228/2000 revogou a Lei nº 135/1986, passando a estabelecer a contratação facultativa do seguro de vida, mas permitindo para aqueles servidores que aceitassem o termo de adesão a manutenção da consignação em folha de pagamento do valor do prêmio do seguro.
Os descontos consignados perduraram até outubro de 2016, quando a Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas determinou a interrupção desse adimplemento automático. A partir disso, os segurados interessados pela manutenção do seguro de vida deveriam indicar uma forma de pagamento alternativa, conforme mensagem emitida nos contracheques dos servidores segurados e em publicações em jornais de grande circulação na época.
Em 2017 os Sindicatos interessados se reuniram e manejaram a ação distribuída na 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho (7020057-35.2017.8.22.0001). Em sede de tutela antecipada, foi retomado o desconto em folha de pagamento por conta do contrato de seguro de vida, bem como determinado que a Zurich Minas Brasil Seguros S.A. mantivesse em plena validade a apólice que dá cobertura aos sinistros. Posteriormente, foram remanejados agravos de instrumento que concluíram pela exclusão da retomada dos descontos daqueles servidores que optaram pela cobrança por meio diverso do desconto da folha de pagamento, além daqueles que não apresentaram termo de adesão a partir de outubro de 2016 e isentou, por ora, da obrigatoriedade do Estado de Rondônia em devolver os valores.
Impende registrar que até o presente momento a demanda coletiva não foi sentenciada. Também, destaca-se que ações individuais como esta, nos termos dos artigos 81 e 104 do Código de Defesa do Consumidor, configura-se como interesse individual homogêneo, logo, não há tese que impeça o julgamento deste recurso em decorrência do trâmite da ação coletiva.
Quanto ao dever de ressarcimento dos descontos posteriores a outubro de 2016 e Danos Morais, o Egrégio TJRO consignou o seguinte entendimento na Apelação Cível nº 7002377-20.2020.8.22.0005, sob relatoria do Desembargador Raduan Miguel:
Seguro de vida em grupo. Dialeticidade. Afastada. Desconto em folha. Notificação para manifestação sobre interesse na continuação do contrato. Segurado. Inerte. Cancelamento.
Quando o recurso ataca os fundamentos da sentença não há que falar em ofensa ao princípio da dialeticidade.
Deixando o segurado de manifestar sobre a continuidade do contrato de seguro quando notificado para o fazer, conforme relatado pelo mesmo, subsistindo os descontos do valor do prêmio, na sua folha de pagamento, impõe-se a seguradora o dever de restituí-lo na forma dobrada, porquanto indevida a cobrança, bem como o dever de indenizar, sendo desnecessária a efetiva demonstração do dano moral.
O quantum fixado deve se mostrar proporcional, razoável e suficiente a reparar a lesão causada ao ofendido, sobretudo considerando que a reparação deve ser suficientemente expressiva a fim de compensar a vítima e desestimular o causador do dano, objetivando evitar a repetição de conduta do mesmo gênero, sem causar o enriquecimento sem causa do vencedor da demanda.
APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7002377-20.2020.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 02/05/2022 (destaquei)
Assim, caso o servidor não demonstre interesse na manutenção do vínculo contratual, inclusive de forma tácita, os demandados devem proceder a devolução dos valores de forma dobrada, além do dano moral. Ou seja, se os descontos continuaram a ocorrer mesmo que o servidor tenha deixado de aceitar o termo de adesão ou não tenha indicado outra fonte de adimplemento do seguro após a intervenção da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas em 2016, devem os demandados promoverem o ressarcimento em dobro das quantias descontadas ilegalmente além do pagamento de Danos Morais.

Ainda, deve ser observada a prescrição quinquenal nas demandas dessa esfera. Isso porque, por envolver (mesmo que de forma solidária) interesse da Fazenda Pública, a prescrição é quinquenal. Ademais, essa questão está pacificada há tempos no Tribunal de Justiça de Rondônia:

Seguro vida pecúlio. IPERON. Desconto compulsório do salário do servidor. Ilegalidade. Restituição. Prescrição. Prazo.Inexistindo opção do servidor beneficiário, ilícito é o desconto em folha de pagamento para pagamento de seguro de vida pecúlio a partir do momento em que este, em decorrência de disposição legal, deixou de ser compulsório.Merece rejeição a tese de irresponsabilidade baseada na alegação de ser mera estipulante, pois a autarquia é a única responsável no trato dos descontos efetuados nos contracheques do servidor.A prescrição, na hipótese, tratando-se de cobrança contra a Fazenda Pública, é qüinqüenal, conforme disposto no Decreto n. 20.910/1932, sendo por ela fulminadas as verbas pretéritas anteriores a cinco anos, contados da data do ajuizamento da ação.100.001. Apelação Cível - Rito Sumário (TJ-RO - AC: 10000120070275415 RO 100.001.2007.027541-5, Relator: Desembargador Renato Mimessi, Data de Julgamento: 20/05/2008, 2ª Vara da Fazenda Pública)

Em análise aos autos, verifica-se que a requerida não comprovou o termo de adesão ou opção da parte recorrente em dar manutenção do contrato por outro meio de pagamento, tampouco demonstrou a falta de repasse por parte da Administração dos valores descontados nos contracheques da servidora.

Logo, incontroverso o seu dever de restituir em dobro os valores descontados elencados na peça vestibular que não foram alcançados pela prescrição quinquenal.

Ainda, faz-se necessária a menção da responsabilidade solidária da Seguradora em promover as indenizações em comento, haja vista que enquanto integrante da cadeia de consumo, colhe bônus da relação jurídica formada, não havendo maneira de se eximir de sua responsabilidade por eventual prejuízo ocasionado e deixar seus consumidores sem qualquer proteção jurisdicional ao retardar ou impedir a sua defesa. Do mesmo modo, a responsabilidade do Estado de Rondônia e do IPERON também devem ser considerados, em vista da responsabilidade de proceder a regularização dos registros funcionais de seus servidores, em especial da exclusão dos descontos daqueles que não firmaram termo de adesão ou que não indicaram outra fonte de pagamento.

Sobre os danos morais, o quantum fixado deve se mostrar proporcional, razoável e suficiente a reparar a lesão causada ao ofendido, sobretudo considerando que a reparação deve ser suficientemente expressiva a fim de compensar a vítima e desestimular o causador do dano, objetivando evitar a repetição de conduta do mesmo gênero, sem causar o enriquecimento sem causa do vencedor da demanda. Nesse sentido, necessário sopesar a repercussão dos fatos na seara pessoal do ofendido.

Analisadas as circunstâncias do caso, tem-se que o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) se mostra adequado a atender critérios de proporcionalidade e razoabilidade, especialmente porque decorre de ato que culminou na redução da remuneração da servidora, cuja natureza é alimentar.

Por tais razões, VOTO no sentido de DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO para:

a) Determinar que as requeridas promovam a extinção do contrato denominado seguro pecúlio;

b) Condenar as requeridas na devolução em dobro das cobranças atinentes ao Seguro Pecúlio ocorridas após outubro de 2016, respondendo cada uma, individualmente pelo período que era a responsável pelo contrato de seguro, cujos valores deverão ser apurados em liquidação de sentença, ressalvada a prescrição quinquenal;

c) Condenar as requeridas, solidariamente, ao pagamento de danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e com juros de 1% (um por cento) ao mês, ambos a contar da data da publicação desta decisão.

Sem custas e honorários advocatícios, eis que o deslinde não se encaixa no teor do art. 55, da Lei nº 9.099/1995.

Oportunamente, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. SEGURO PECÚLIO. LEGITIMIDADE PASSIVA DESCONTO EM FOLHA. NOTIFICAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO SOBRE INTERESSE NA CONTINUAÇÃO DO CONTRATO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO. CANCELAMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. RESTITUIÇÃO DEVIDA. ILÍCITO OS DESCONTOS COMPULSÓRIOS NO VENCIMENTO DO SERVIDOR.

- Tem legitimidade para figurar no polo passivo da demanda referente a seguro pecúlio. aqueles que efetuaram descontos indevidos, ou se favoreceram deles, realizados nas folhas de pagamento dos servidores, mormente quando não houve manifestação no sentido de continuar com o contrato de seguro.
- É indevido o desconto feito pelo instituto de previdência ou pelo Estado a título de seguro de vida, sem a devida permissão do servidor público.
- Havendo descontos indevidos, faz jus o ofendido a restituição dos valores cobrados indevidamente.
- A cobrança por serviços não contratados caracteriza prática abusiva, admitindo-se a indenização por dano moral.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 28 de Junho de 2023

Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02

Processo: 7081441-23.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS

Data distribuição: 01/06/2023 10:27:46

Data julgamento: 28/06/2023

Polo Ativo: GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.

Advogado do(a) RECORRENTE: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059-A

Polo Passivo: POLENYA DA SILVA LIMA

Advogados do(a) RECORRIDO: PHILIPE DIONISIO MENDONCA - RO7579-A, RODOLFO JENNER DE ARAUJO MOREIRA - RO5572-A

RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.
"Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.".
Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:
SENTENÇA
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/1995.
Trata-se de ação de indenizatória por danos morais, em que a Autora afirma que teve seu voo cancelado em 28/10/2022, sendo realocada num novo voo no dia seguinte, chegando ao destino somente 24 horas depois da previsão inicial. Requer a condenação da Requerida em indenização por danos morais, no valor de R$ 10.000,00.
A Requerida contestou suscitando preliminar de incompetência territorial absoluta do juízo e, no mérito, alega que em razão da intensidade do tráfego aéreo, o voo contratado sofrera sensíveis alterações, vindo a ser então cancelado, reacomodando os passageiros em voo subsequente.
Da preliminar
Afasto a preliminar de incompetência territorial alegada, pois a exigência de somente admitir o comprovante de residência em nome da Autora é desarrazoada, afrontando seu direito de acesso à Justiça.
Do mérito
A matéria já é pacificada perante a egrégia Turma Recursal Única do Poder Judiciário do estado de Rondônia.
Consta dos autos que a Autora celebrou contrato de transporte aéreo com a companhia, mas viu seu voo ser prejudicado por cancelamento unilateral da Requerida.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros.
O cancelamento do voo é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela parte Requerida em virtude de intensidade do tráfego aéreo. Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que houve tão somente a alteração unilateral do contrato firmado, caracterizando-se como má prestação do serviço, provocando um atraso na viagem da Autora, entorno de 24 horas.
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir, a Requerida incorreu em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa da passageira que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, do CDC.
Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais, em face aos desdobramentos fáticos narrados na petição inicial, que transbordaram o mero dissabor, independentemente da efetiva e cabal comprovação dos danos imateriais experimentados.
Nesse sentido trago à colação o seguinte aresto da egrégia Turma Recursal Única do Poder Judiciário do estado de Rondônia:
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não configurada. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade.1- cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2- A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3- A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019).
Com relação ao valor indenizatório, em condenações desta natureza, deve o Juiz atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.
E no caso dos autos, sopesas as circunstâncias, o atraso prejudicial à parte consumidora e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade o valor do dano moral obedece à tais parâmetros que constará da parte dispositiva.
Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC, EXTINGO O FEITO, com resolução do mérito, para CONDENAR a Requerida a pagar o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) à Autora, a título de indenização por DANO MORAL, atualizado monetariamente segundo fator de correção disponibilizado no site do TJRO e acrescido de juros de 1% ao mês (Súmula 362 do STJ e REsp nº 903258/RS), ambos a partir desta decisão.
Incabíveis custas e honorários advocatícios nesta fase.
Intimem-se.
Ante o exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado, mantendo inalterada a sentença.
Condeno a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sob o valor da condenação, nos termos da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
CONSUMIDOR. AVIAÇÃO. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. ALTERAÇÃO DO VOO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA.
– O cancelamento/alteração injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. O quantum indenizatório deve se coadunar com o prejuízo efetivamente sofrido pelo consumidor, de forma proporcional e razoável.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7000090-76.2023.8.22.0006 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 09/05/2023 18:49:06
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogados do(a) RECORRENTE: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871-A
Polo Passivo: PETRUCIO SEVERINO DOMINGOS
Advogados do(a) RECORRIDO: ANDRE TOMAZ EVENCIO - RO10930-A, SARA GESSICA GOUBETI MELOCRA - RO5099-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso interposto eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.
Ao analisar a decisão embargada, sobretudo nos pontos mencionados pela embargante, verifico não ter havido qualquer dos vícios mencionados no art. 48 da lei nº 9.099/95.
É nítida que a irresignação manifestada por intermédio do recurso em comento visa unicamente a reapreciação do conteúdo decisório, o que não pode ser concebido por embargos de declaração.
Portanto, observa-se que houve a análise detida dos pontos necessários para convencimento do Juízo acerca dos fatos narrados no processo, de sorte que o acórdão não merece reparos.
Quanto à inexistência dos vícios previstos no art. 48 da lei 9.099/95, importante transcrever o seguinte aresto desta Turma Recursal:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. OMISSÃO. DÚVIDA. INEXISTÊNCIA. Inexistindo na decisão embargada quaisquer dos defeitos previstos no art. 48 da Lei n. 9.099/95, devem ser rejeitados os embargos de declaração. Embargos de Declaração em Recurso Inominado nº 0022254-24.2013.8.22.0001. Julgado em: 24/08/2016. Rel. Juíza Euma Mendonça Tourinho.
Oportuno relevar que é desnecessário o julgador pronunciar-se sobre todos os pontos do recurso, desde que claros e suficientes os fundamentos que embasaram a solução dada.
Sobre o tema, anotam-se os seguintes trechos de julgados do E. Superior Tribunal de Justiça:
"(…) 5. Como é cediço, o julgador não é obrigado a rebater cada um dos argumentos aventados pela defesa ao proferir decisão no processo, bastando que pela motivação apresentada seja possível aferir as razões pelas quais acolheu ou rejeitou as pretensões da parte, exatamente como se deu na hipótese em análise (…)". (AgRg no AREsp 1009720/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 05/05/2017).
"(…) 2. O julgador não é obrigado a manifestar-se sobre todas as teses expostas no recurso, ainda que para fins de prequestionamento, desde que demonstre os fundamentos e os motivos que justificaram suas razões de decidir (…)". (EDcl no AgRg no HC 302.526/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 01/02/2017).
Os embargos possuem caráter integrativo e não substitutivo da decisão, não se prestando para o reexame da matéria de mérito e/ou prequestionamento quando inexistente contradição, obscuridade e/ou omissão, afinal, toda a extensão constitucional e infraconstitucional se encontra amplamente debatida na decisão.
O entendimento aqui delineado já foi decidido em sessão plenária por esta Turma Recursal, Autos 0000439-80.2014.8.22.0018, cuja ementa segue abaixo colacionada:
EMBARGOS DECLARATÓRIOS. […] IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DOS EMBARGOS PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO.
Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores do presente recurso, resta patente o intuito infringente da irresignação, que objetiva não corrigir erro material, suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas sim reformar o julgado por via inadequada, o que não se pode admitir.
Ante o exposto, voto para REJEITAR aos embargos de declaração.
Após o trânsito em julgado, remeta-se os autos à origem.
EMENTA
Embargos de declaração. Contradição. Omissão. Obscuridade. Inexistência. Rediscussão de Matéria. Impossibilidade. Prequestionamento. Não Cabimento.
Incabíveis os embargos quando ausentes os defeitos previstos no art. 48 da Lei n° 9.099/95 e utilizado referido instrumento apenas para rediscutir a matéria meritória.
Para que o prequestionamento seja possível por meio dos embargos de declaração há necessidade de que tenha restado configurado algumas das hipóteses do artigo 1.022 do CPC.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, EMBARGOS DE DECLARACAO CONHECIDOS E REJEITADOS A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7059025-95.2021.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 12/04/2022 15:07:23
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: LUZIA LUCIENE DA SILVA SALES DE SOUZA
Advogados do(a) RECORRENTE: LEANDRO NASCIMENTO DA CONCEICAO - RO10068-A, POLLYANA JUNIA MUNIZ DA SILVA NASCIMENTO - RO5001-A
Polo Passivo: BAIRRO NOVO PORTO VELHO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO S/A e outros
Advogado do(a) RECORRIDO: CYNTHIA MARIA TAVARES DA FONSECA LIMA - BA12589-A

RELATÓRIO Dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. "Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão."
Para melhor visualização da decisão, transcrevo-a na íntegra:
Sentença
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
ALEGAÇÕES DA AUTORA: Alega que as rés descumpriram o contrato firmado entre as partes ao atrasarem a entrega do imóvel. Pretende a condenação das empresas ao pagamento de lucros cessantes e danos morais.
ALEGAÇÕES DAS REQUERIDAS: Suscitam preliminar de ilegitimidade passiva da ré Odebrecht e de prescrição. No mérito, sustentam que o contrato foi livremente pactuado entre as partes e não há se falar em nulidade ou qualquer anulabilidade, quer do contrato, quer de suas cláusulas, já que firmado nos moldes e sob os pressupostos de validade do negócio jurídico. Informa a legalidade da cláusula de prorrogação de prazo por mais 180 (cento e oitenta) dias, sem a necessidade de motivação. Alegam ainda que o atraso decorreu de chuvas inesperadas, especificamente, em 13 de março de 2012 houve o desabamento da BR364, consistindo em caso fortuito hábil a dilatar o prazo de entrega. Por fim, alegam ausência de provas do alegado lucro cessante, inocorrência de danos morais e pleiteiam a improcedência dos pedidos formulados.
PRELIMINAR: A preliminar de ilegitimidade passiva da ré Odebrecht merece ser rechaçada, uma vez que a requerida é parceira do Bairro Novo na construção do empreendimento, constatando-se a pertinência subjetiva da demanda, a autorizar a composição do polo passivo pela ré.
Assim, conheço da preliminar, mas a afasto e passo ao mérito.
PROVAS E FUNDAMENTAÇÃO: A questão deve ser examinada à luz do CDC, ante à clara relação de consumo.Ademais, sendo o magistrado o destinatário das provas, verifico que o feito comporta julgamento no estado em que se encontra, uma vez que se mostra desnecessária a produção de novas provas.
Pois bem. Nestes autos restam comprovados a data da compra e venda do imóvel, o financiamento do bem e a data da entrega das chaves.
Com relação à cláusula de tolerância, não identifico a alegada abusividade, uma vez que em relação às obras de construção civil, "a complexidade do negócio justifica a adoção no instrumento contratual, desde que razoáveis, de condições e formas de eventual prorrogação do prazo de entrega da obra, o qual foi, na realidade, apenas estimado" (STJ, REsp n. 1.582.318 -RJ. J. 12/09/2017). Mesmo entendimento mantém a Turma Recursal deste Poder Judiciário (Recurso Inominado n 1004978-69.2014.8.22.0601, Rel. Juiz Enio Salvador Vaz, Julgado em 28/02/2018).
Desta forma, concluo pela validade da cláusula prorrogação, regularmente ajustada entre os contratantes, de forma que o término do empreendimento deveria ocorrer até janeiro/2013.
Ainda assim, a carta de habite-se foi emitida apenas em novembro/2013 e as chaves foram entregues em 27/01/2014, evidenciando o atraso na conclusão das obras.
Neste aspecto, as rés argumentam a ocorrência de caso fortuito, a justificar a dilação do prazo. Cabe-nos, portanto, analisar se há responsabilidade das requeridas pelo atraso.
O caso fortuito/força maior alegado (rompimento da BR-364) ocorreu em março/2012, ou seja, meses antes do prazo final de entrega das obras, considerando o prazo de tolerância, inclusive. Mesmo considerando-se eventuais atrasos e o prazo final para encerramento do empreendimento, no período em houve o rompimento da via a obra já deveria estar em fase de finalização. Em sendo o imóvel entregue tão somente em janeiro/2014, não há como se concluir de forma favorável à empresa.
Assim, é clara a responsabilidade das empresas rés pelo atraso na entrega do imóvel, inexistindo fatos que afastem a responsabilidade civil objetiva.
Nada obstante, não há como acolher o pedido de lucros cessantes formulado pela autora. Explico. A autora pleiteia danos materiais, correspondentes ao de um aluguel no mesmo patamar do imóvel adquirido, ou seja, de 1 a 2% do valor do imóvel, correspondendo ao valor de R$ 632,00 a R$ 1.200,00, auferido o valor total de R$ 11.658,96., referente ao período de agosto de 2012 a abril de 2014, conforme planilha acostada aos autos.
O art. 402 do Código Civil, estabelece que as perdas e danos abranjam tanto o dano emergente quanto o lucro cessante, in verbis:
Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar.
No caso em exame, não há qualquer indicativo real de que a autora utilizaria o imóvel para alugar, nem tampouco que despendeu gastos com aluguel. As alegações de que sofreu prejuízos decorrentes da mora ou inadimplemento não são suficientes para ensejar a condenação das rés a título de lucros cessantes, razão pela qual improcede o pedido neste particular.
Quanto ao dano moral, razão está com a demandante, isto porque, não há dúvida que o significativo e injustificado atraso na entrega do bem adquirido para moradia e convívio familiar, por mais de um ano, causou frustração e expectativa, bem como incômodos e aborrecimentos que ultrapassam o mero dissabor e configuram o dano moral. Nesse sentido:
Recurso Inominado. Juizado Especial Cível. Consumidor. Atraso Injustificado na entrega da obra. Caso fortuito e força maior. Não demonstração. Dano Moral Cabível. Lucros Cessantes Não Configurados. Recurso Parcialmente Provido. Sentença Parcialmente Reformada.– A demora injustificada na entrega da obra, ausentes o caso fortuito e a força maior, gera indenização por dano moral.– É necessário lastro probatório suficiente para a comprovação de que houve caso fortuito ou força maior como forma de excludente de responsabilidade civil da parte empreendedora.
RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7016595-36.2018.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Glodner Luiz Pauletto, Data de julgamento: 07/05/2020
Caracterizado o dano, resta fixar o quantum indenizatório e, no caso dos autos, filio-me ao entendimento da Turma Recursal de Porto Velho/RO, e arbitro o montante de R$ 8.000,00 (oito mil reais), por ser valor proporcional e adequado às circunstâncias do caso concreto.

DISPOSITIVO: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial formulado pela autora em face das requeridas, para CONDENAR as empresas requeridas, solidariamente, ao pagamento de R$ 8.000,00 (oito mil reais) a título dos reconhecidos danos morais, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação e atualização monetária, com índices do TJRO, a partir do arbitramento (Súmula n. 362, do STJ).
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015), não sendo aplicável a parte final do §1° do referido artigo, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
A situação posta no feito extrapola a condição de mero dissabor da vida cotidiana, e gera angústia e intranquilidade, o consumidor sente-se desamparado e a mercê dos procedimentos e normas das empresas de grande porte.
A condenação, nestas circunstâncias, deve ter também caráter pedagógico, mesmo porque atinge coletividade de pessoas. Portanto, diante das circunstâncias do caso, deve ser mantido o importe fixado pelo juiz sentenciante no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais).
No que se refere ao pleito para que seja a empresa condenada ao pagamento de lucros cessantes, também não merece prosperar.
Para a configuração dos lucros cessantes, é indispensável à demonstração objetiva de sua ocorrência, com base em provas seguras e concretas, não bastando expectativa ou dano hipotético, conforme previsão no artigo 402 do Código Civil. No presente caso os lucros cessantes não foram devidamente comprovados pela recorrente, a quem incumbia o ônus da prova.
Diante do exposto, VOTO no sentido NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterados os termos da sentença.
Condeno a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sob o valor da causa, nos termos da Lei 9.099/95. Ressalvada a justiça gratuita deferida nos autos.
Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.
É como voto.
EMENTA Recurso Inominado. Obra. Atraso. Responsabilidade objetiva. Fornecedor. Danos morais comprovados. Quantum razoabilidade e proporcionalidade. Lucros cessantes não comprovados. Recurso não provido.
– A demora injustificada na entrega da obra, ausentes o caso fortuito e a força maior, gera indenização por dano moral.
– Para fazer jus a indenização por lucros cessantes, deve restar devidamente comprovado que o demandante deixou de auferir renda.
- O quantum indenizatório deve se coadunar com o prejuízo efetivamente sofrido pelo consumidor, de forma proporcional e razoável.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7001991-31.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 17/03/2023 19:45:22
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: MARIA DA CONCEICAO MARTINS DE FIGUEIROA FARIA
Advogado do(a) RECORRENTE: KELISSON MONTEIRO CAMPOS - RO5871-A
Polo Passivo: GOL LINHAS AEREAS S.A. e outros
Advogado do(a) RECORRIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço dos recursos, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Recorre a consumidora pretendendo a reforma da sentença que julgou improcedentes os pedidos contidos na inicial, pugnando pela sua reforma para ver a empresa aérea requerida condenada ao pagamento de indenização por danos morais.
Aduz o consumidor que celebrou contrato de transporte com a empresa aérea requerida, mas viu seu trecho ser prejudicado por cancelamento do voo que sairia de Recife com destino a Porto Velho. Com o cancelamento, apenas foi disponibilizado voo saindo de cidade diversa da residência do consumidor.
Pois bem. A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
O cancelamento do voo é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela empresa aérea em virtude da reestruturação de malha aérea. Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que houve tão somente a alteração unilateral do contrato firmado, caracterizando-se como má prestação do serviço. Nesse sentido, o aresto:
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não Configurado. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade.1-O cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2-A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3-A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00(dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019)

Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Diante disso, entendo como legítima a pretensão de ressarcimento a título de danos morais sofridos.
Com relação ao quantum indenizatório, em condenações desta natureza, deve o juízo a quo atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.
No caso dos autos, verificadas as circunstâncias em que ocorreram os fatos e o prejuízo delas advindos, o valor a título de dano moral fixado em R$ 10.000,00 (dez mil reais) é suficiente para compensar o dano sofrido, atendendo o princípio da proporcionalidade e razoabilidade.
Ante ao exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso do consumidor, reformando a sentença com o intuito de condenar a empresa de transporte aéreo ao pagamento de indenização por danos morais, esta fixada em R$ 10.000,00 (dez mil reais) reais), corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia desde a data da publicação desta decisão (Súmula 362 do STJ), com juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação.
Deixo de condenar a Recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, eis que o deslinde do feito não se encaixa nas hipóteses restritas do art. 55 da Lei n. 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
Consumidor. Aviação. Contrato de transporte aéreo. Cancelamento de voo. Dano moral. Configurado. Recurso provido.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7038724-98.2019.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 31/05/2020 22:14:09
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: BRAZILINO CARVALHO VIANA
Advogado do(a) RECORRENTE: BRAZILINO CARVALHO VIANA - RO553-A
Polo Passivo: ASSOCIACAO DOS PROCURADORES DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO - APROM
Advogado do(a) RECORRIDO: CARLOS HENRIQUE CASTELO BRANCO MESQUITA - RO9345-A
RELATÓRIO.
Dispenso o relatório na forma da lei 9.099/95.
VOTO.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Os presentes embargos são claramente improcedentes.
Nos termos do art. 48 da Lei 9.099/95, cabem embargos de declaração somente quando a decisão for obscura, contraditória, omissa ou duvidosa entre seus próprios termos, o que não se verifica no caso em comento. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material no acórdão desta Turma Recursal.
Pelo exposto, verifica-se que a insurgência do embargante é em relação ao entendimento desta Turma Recursal, ao conteúdo do julgado que lhe é desfavorável, fugindo das hipóteses legais, razão pela qual o presente recurso não pode servir, sequer, para prestar esclarecimentos, e a irresignação da parte deve ser deduzida pelos meios legais próprios.
Como bem salientado no acórdão combatido os honorários advocatícios sucumbenciais devidos aos advogados públicos, devidamente previstos em lei, ostentam caráter remuneratório e de contraprestação de serviços realizados no curso do processo. Assim, esses honorários devem ser considerados como parcela remuneratória devida em razão do serviço prestado. Isso significa que esses honorários recebem tratamento equivalente aos vencimentos e subsídios, sendo, inclusive, reconhecido o seu caráter alimentar.
Por essa razão, mesmo sendo compatível com o regime de subsídio, a possibilidade de advogados públicos perceberem verbas honorárias sucumbenciais não afasta a incidência do teto remuneratório estabelecido pelo art. 37, XI, da Constituição Federal.
Neste sentido:
"É constitucional o pagamento de honorários sucumbenciais aos advogados públicos, observando-se, porém, o limite remuneratório previsto no art. 37, XI, da Constituição. STF. Plenário. ADI 6159 e ADI 6162, Rel. Min. Roberto Barroso, julgados em 25/08/2020. É constitucional a percepção de honorários de sucumbência por procuradores de estados-membros, observado o teto previsto no art. 37, XI, da Constituição Federal no somatório total às demais verbas remuneratórias recebidas mensalmente. STF. Plenário. ADI 6135/GO, ADI 6160/AP, ADI 6161/AC, ADI 6169/MS, ADI 6177/PR e ADI 6182/RO, Rel. Min. Rosa Weber, julgados em 19/10/2020 (Info 995)."
Inicialmente, então fica notório que o recebimento de honorários dos procuradores é constitucional. Quanto a possibilidade de legislação municipal regular o referido tema.
Desde a vigência do CPC foi entendido pela grande maioria dos doutrinadores e da jurisprudência que o pagamento das verbas está condicionado a edição de lei específica por ente federado, a qual estabelecerá os limites e regras sobre o tema.
Caberá a tais normas preencher as lacunas deixadas pelo novo Código de Processo Civil, como por exemplo, as regras para a divisão dos honorários recebidos – que poderão ser depositados em um fundo e divididos pelos advogados que participaram do feito, ou se destinar igualmente a todos os procuradores vinculados ao órgão ou entidade.

Logo, a lei Complementar Municipal nº 772/2018 nada mais fez do que regulamentar, no âmbito do Município de Porto Velho, o pagamento e a forma de distribuição dos honorários de sucumbência nos casos em que tal ente federado sagra-se vencedor nas demandas judiciais. Ou seja, não tem violação a competência, apenas o cumprimento de um comando legislativo que estava previsto no Código de Processo Civil.

Com efeito, não merecem acolhimento embargos declaratórios que, a pretexto de sanar omissões da decisão embargada, traduzem, na verdade, o inconformismo do embargante com a conclusão adotada, pretendendo reanálise do conteúdo decisório.

Portanto, observa-se que houve a análise detida dos pontos necessários para convencimento do Juízo acerca dos fatos narrados no processo, de sorte que o acórdão não merece reparos.

Quanto à inexistência dos vícios previstos no art. 48 da lei 9.099/95, o seguinte aresto desta Turma Recursal:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. OMISSÃO. DÚVIDA. INEXISTÊNCIA. Inexistindo na decisão embargada quaisquer dos defeitos previstos no art. 48 da Lei n. 9.099/95, devem ser rejeitados os embargos de declaração. Embargos de Declaração em Recurso Inominado nº 0022254-24.2013.8.22.0001. Julgado em: 24/08/2016. Rel. Juíza Euma Mendonça Tourinho.

Com essas considerações e firme no aresto acima mencionado, VOTO PELA REJEIÇÃO dos embargos de declaração, mantendo inalterada a decisão atacada.

Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem.

EMENTA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE RECURSO INOMINADO. MATÉRIAS ANALISADAS NO ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. - Não havendo omissão, contradição ou obscuridade na decisão atacada, os embargos de declaração devem ser rejeitados de plano.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, EMBARGOS DE DECLARACAO CONHECIDOS E REJEITADOS A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01

Processo: 7060801-33.2021.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

Data distribuição: 18/11/2022 17:19:49

Data julgamento: 05/07/2023

Polo Ativo: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL

Advogado do(a) RECORRENTE: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635-A

Polo Passivo: JOAO BATISTA JANUARIO DE FARIAS

Advogados do(a) RECORRIDO: CELIO OLIVEIRA CORTEZ - RO3640-A, SILVANA FELIX DA SILVA - RO4169-A

RELATÓRIO

Dispensado nos termos do artigo 38, da Lei n. 9.099/95.

VOTO

Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.

Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.

“Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”.

Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:

“S E N T E N Ç A

Vistos e etc...,

Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).

FUNDAMENTAÇÃO.

Trata-se, em verdade, de ação declaratória de inexistência de vínculo contratual e consequente inexistência/inexigibilidade de débitos, cumulada com indenização por danos morais decorrentes de inscrição indevida perante as empresas arquivistas, conforme fatos narrados na inicial e dos documentos apresentados, sendo concedida tutela antecipada para fins de imediata “baixa”/retirada da anotação desabonadora.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória da demandada para juntada de novos documentos.

A matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!

Por conseguinte, INDEFIRO eventual pedido de produção de outras provas, nos exatos termos do arts. 32 e 33, da LF 9.099/95, bem como 370 e 371, ambos do NCPC (LF 13.105/2015 – disposições compatíveis com o microssistema e com o rito sumaríssimo e especial dos Juizados Especiais).

Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e “maduro” para julgamento deve promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.

Não havendo arguição de preliminares, passo diretamente ao mérito da demanda, consignando que a alegação de inexistência de contrato ou relação de consumo não impede a aplicação dos dispositivos norteadores do Código de Defesa do Consumidor (CDC - LF 8.078/90) e a inexorável aplicação dos princípios de proteção em prol do consumidor, parte mais frágil nas relações comerciais e negociais, posto que a requerida responde objetivamente pelo risco operacional e administrativo (art. 14, CDC – LF 8.078/90).

Pois bem!

O cerne da demanda reside basicamente nos alegados danos ofensivos à honra objetiva e subjetiva da parte autora, levadas a efeito em razão de apontada conduta negligente da empresa requerida que, de forma unilateral e não autorizada pelo requerente, "criou" contrato, gerando débitos e inscrição no rol das empresas arquivistas, ocasionando prejuízos morais a demandante.
Tem-se tornado corriqueira a propositura de várias ações nesse mesmo sentido, reclamando-se de contratos não existentes e débitos não ocasionados pelos respectivos autores, demonstrando-se efetiva falta de controle das empresas que, sem ressalvas, respondem pelo risco administrativo.
O ônus da prova, no caso em apreço e em atenção ao sistema de proteção do consumidor, que é a parte mais débil da relação, compete ao réu (ônus inverso - art. 6º, VIII da Lei 8.078/90), que detém todos os registros, anotações e está na posse do suposto contrato (cópia dos documentos do contratante, termo de adesão vistado, termo de instalação do serviço, cópia da ligação telefônica, etc...), que gerou os débitos responsáveis pela restrição creditícia.
Como a prova colhida nos autos objetiva a formação do convencimento do julgador, considero, no caso sub judice, o(a) requerente hipossuficiente tecnicamente, posto que não tem como ingerir no sistema interno da demandada e nem mesmo tem acesso aos documentos arquivados nas dependências da empresa requerida.
Deve a requerida ter todos os documentos e contratos arquivados, de modo que só a ela compete apresentar a prova da contratação e da efetivação do serviço ou serviços que geraram os débitos ora negados pelo(a) requerente, daí a configuração da inversão do ônus da prova.
A requerida recebeu contrafé no ato da citação e pode observar que o requerente impugnava tanto o contrato quanto os valores anotados, de modo que deveria ter trazido à baila documentos e fatos extintivos, modificativos ou impeditivos do direito vindicado (art. 6º, VIII, CDC). Contudo, nada fora apresentado, sendo certo que a alegação de possibilidade de caso fortuito por ato de terceiros não aproveita à requerida, caracterizando justamente a falha administrativa da empresa demandada.
Por conseguinte, procedente se revela o pleito declaratório de inexistência de relação jurídica e de consequente inexigibilidade de débitos, podendo o caso representar verdadeira fraude e com a qual conta e responde a requerida, dada a responsabilidade civil objetiva.
Por derradeiro, não se justifica a manutenção do nome da parte autora nos cadastros de pessoas inadimplentes, quando o débito, em verdade, não existe.
Evidenciada a responsabilidade, procedente também se revela a indenização pelos danos morais ocorridos de forma inequívoca.
É inegável que os serviços de proteção ao crédito, existentes em todo o mundo, desempenham função de relevo, destacando-se a rapidez e a segurança na concessão do crédito. Mas, por outro lado, o serviço é potencialmente lesivo à privacidade e à honra das pessoas, de modo que o legislador previu rígido controle nos procedimentos de inscrição de nomes em base restritiva de crédito.
A questão da utilização indevida do nome do requerente, o registro indevido no Sistema de Proteção ao Crédito e o vexame sofrido com a descoberta repentina da restrição creditícia apontam o abalo moral.
O dano moral está provado, valendo relembrar o seguinte entendimento:
"Neste ponto, a razão se coloca ao lado daqueles que entendem que o dano moral está ínsito na própria ofensa, decorre da gravidade do ilícito em si. Se a ofensa é grave e de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum. Assim, por exemplo, provada a perda de um filho, do cônjuge ou de outro ente querido, não há que se exigir a prova do sofrimento, porque isso decorre do próprio fato de acordo com as regras de experiência comum; Provado que a vítima teve seu nome aviltado ou sua imagem vilipendiada, nada mais ser-lhe-á exigido provar, por isso que o dano moral está in re ipsa; decorre inexoravelmente da gravidade do próprio fato ofensivo, de sorte que, provado o fato, provado está o dano moral" (Elias, Helena - O Dano Moral na Jurisprudência do STJ - pag. 99/100 - Rio de Janeiro - Editora Lumen Juris – 200).
E, na mensuração do quantum indenizatório, acompanho o seguinte entendimento da jurista e Magistrada Helena Elias (op.cit.):
"O princípio da exemplaridade foi recentemente adotado na jurisprudência do STJ. Luiz Roldão de Freitas Gomes defende, em sede doutrinária, a aplicação de tal princípio. Após afirmar que, 'sob a égide da atual Carta Magna, a reparação dos danos morais é ampla e desprovida de limitações, que não sejam as decorrentes de sua causalidade', anota que, com a expressa previsão constitucional, aquela reparação ganhou autonomia, 'deixando de ter por fundamento exclusivamente a culpa, que inspirava uma de suas finalidades: servir de exemplaridade ao infrator. Em consulta ao dicionário Aurélio , encontra se, para o verbete exemplaridade, o significado de 'qualidade ou caráter de exemplar'. Exemplar, por seu turno, é aquilo 'que serve ou pode servir de exemplo, de modelo'. O critério de exemplaridade parece estar apto a substituir o dano punição do ofensor na avaliação do dano moral, por oferecer a vantagem se amoldar, com maior grau de adequação e aceitabilidade, ao ordenamento jurídico pátrio, sem o inconveniente, apontado por Humberto Theodoro Júnior, de ensejar uma pena sem prévia cominação legal. Em recente acórdão, da relatoria do Min. Luiz Fux, o STJ adotou expressamente o princípio da exemplaridade, ao assentar que a 'fixação dos danos morais deve obedecer aos critério da solidariedade e da exemplaridade, que implica na vaporação da proporcionalidade do quantum e na capacidade econômica do sucumbente".
O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.
Tem-se observado no cotidiano que a fixação de indenizações módicas não tem servido à finalidade proposta, pois as empresas condenadas não adotaram melhores cautelas e controles para evitar a repetição dos fatos ofensivos, sendo muito comum, ainda, a inscrição indevida do nome de consumidores em empresas arquivistas, mesmo estando em dias os pagamentos ou não havendo nenhum vínculo contratual, de modo que as fixações têm que sofrer uma majoração significativa para que a indenização exerça sua função punitivo pedagógico com eficiência.
Sendo assim e constatando a existência de outra anotação desabonadora, bem como atento à capacidade econômica das partes, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum indenizatório em R$ 10.000,00 (dez mil reais), de molde a disciplinar a demandada e a dar satisfação pecuniária ao(à) requerente, não se justificando o valor pleiteado na inicial.
É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, a imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas demandadas. R$ 10.000,00 (dez mil reais) não irá "quebrar" a ré e, muito menos, "enriquecer" o requerente.
Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9.099/95 e art. 373, II do CPC, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo(a) autor(a) para o fim de:

A) DECLARAR A INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO JURÍDICO ENTRE AS PARTES LITIGANTES ATÉ A DATA DO AJUIZAMENTO DA PRESENTE AÇÃO, BEM COMO DECLARAR INEXIGÍVEIS/INEXISTENTES OS DÉBITOS APONTADOS NOS ÓRGÃOS ARQUIVISTAS (R$ 131,53 - contrato nº5099537496577);
B) CONDENAR a empresa requerida ao pagamento indenizatório de R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), à título dos reconhecidos danos morais, acrescido de correção monetária (tabela oficial TJ/RO) e juros legais, simples e moratórios, de 1% (um por cento) ao mês a partir da presente condenação (Súmula 362, STJ);
Por fim, CONFIRMO INTEGRALMENTE A TUTELA ANTECIPADA CONCEDIDA ANTERIORMENTE, e JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015)..”
Em respeito às razões recursais, ressalto que, diferentemente do alegado pela recorrente, tem-se que não logrou êxito em comprovar a regularidade da cobrança via inscrição nos cadastros de inadimplentes, portanto não se desincumbiu de demonstrar fato impeditivo ou extintivo do direito do autor, o que impõe a manutenção da sentença recorrida.
Por tais considerações, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, mantendo-se inalterada a sentença vergastada.
CONDENO a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação, nos termos do artigo 55 da lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DÉBITO INEXISTENTE. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7068294-27.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 15/06/2023 07:05:04
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: Banco Bradesco
Advogado do(a) RECORRENTE: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - RO4875-A
Polo Passivo: LEILA DE SOUSA CARVALHO
Advogados do(a) RECORRIDO: EBER COLONI MEIRA DA SILVA - RO4046-A, FELIPE WENDT - RO4590-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos do artigo 38 da lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos recursos.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.
“Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”
Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:
“SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38, da Lei 9.099/95.
ALEGAÇÕES DA PARTE REQUERENTE: Aduz que não contratou um contrato de empréstimo com valores a serem descontados em seus proventos, contudo, descobriu que na verdade tratava-se de cartão de crédito.
ALEGAÇÕES DA PARTE REQUERIDA: Suscita preliminares. No mérito informa que a contratação foi regular, tendo a parte autora conhecimento dos serviços, não havendo prática de ato ilícito, bem como junta contrato celebrado entre as partes.
PRELIMINARES:
Da falta de interesse de agir.
Não existe previsão legal para que a parte antes de ingressar com a presente ação intente em solucionar a lide de forma administrativa, salvo se tratasse de ações da justiça desportiva, habeas corpus ou sobre seguro DPVAT.
Da impugnação à gratuidade da justiça.
Como é de conhecimento geral, em sede de primeiro grau dos Juizados Especiais Cíveis não há análise do pedido de gratuidade, pois não há cobrança de qualquer custas processuais para o ingresso, sendo certo que sua análise é feita tão somente quando e se for interposto recurso inominado.
Da inépcia da inicial.
Por fim, não vislumbro a inépcia da inicial, sendo certo que a falta de prova é matéria de mérito
e nele será analisada. Assim, afastam-se as preliminares e passa-se ao mérito.

Assim, pelas razões acima expostas, rejeito as preliminares.
DOS FATOS E FUNDAMENTOS: Tratando-se de relação de consumo, aplicam-se ao caso as regras do CDC.
Anoto, o juízo, ao decidir o mérito, aterá aos limites propostos e provados pelas partes, sendo vedado conhecer de questão não suscitadas, conforme artigo 141 do CPC.
A grande questão cinge-se em saber se há vício de consentimento no negócio jurídico celebrado e se as cobranças efetuadas são legais.
A parte autora afirma que não contratou o cartão de crédito consignado, pois a requerida simulou uma contratação de cartão de crédito, onde efetua descontos mensais do benefício previdenciário.
Analisando os documentos e fatos apresentados, verifico assistir razão à autora, posto que não houve demonstração das cláusulas contratuais.
Explico.
A peculiaridade do caso é que a operação não é tão simples como a aquisição de um produto, mas, refere-se a um contrato complexo, que demanda fatores a serem externados no momento da celebração, como por exemplo, a taxa de juros, o valor mínimo a ser descontado em folha, forma de quitação e demais cláusulas contratuais.
À parte requerida era dada a obrigação de juntar o instrumento da transação, já que é operadora do serviço e beneficiária direta, mas não o fez, o que não pode ser aceito ante a complexidade da relação jurídica, como acima explicado.
O consumidor e o contratante tem direito mínimo às informações básicas dos serviços ofertados e adquiridos, principalmente no que se refere à transações financeiras, haja vista que há diversos fatores que incidem, como é o caso da taxa de juros, números de parcelas, valor liberado, necessidade de autorização de desconto em folha, entre outros.
Dentre os princípios básicos dos contratos está previsto o direito à informação, clara e objetiva, boa-fé objetiva, função social e transparência, que não foram respeitados por não ser possível aferir se realmente houve o envio dos dados básicos para que a consumidora tivesse conhecimento de todas as cláusulas incidentes à operação, em que pese haver tal afirmação pela funcionária na gravação juntada na defesa.
Por se tratar de relação de consumo e por estar evidente a vulnerabilidade e hipossuficiência da parte autora, caberia à empresa ter juntado todas as provas, seja quanto ao envio da cópia do contrato, ou das informações mínimas prestadas ou quanto ao envio do cartão e senha ao endereço da contratante, que inclusive, trata-se de uma obrigação processual em provar fato extintivo do direito, nos termos do inciso II, art. 373 do CPC.
Desse modo, tendo em vista inexistir provas de que tenha sido oportunizado À consumidora conhecer das cláusulas contratuais, não há outra medida a ser tomada, senão reconhecer o contrato celebrado como nulo, por ausência de elementos básicos para sua formação, nos termos do inciso V, art. 166 do Código Civil.
Quanto ao pedido de repetição do indébito, tenho que não merece prosperar, vez que a nulidade reconhecida nos autos deve-se à falta de informação quanto ao produto adquirido, pois a empresa pecou em não provar que deu conhecimentos básicos do serviço, devendo assim, a restituição ocorrer de forma simples.
Destarte, considerando a nulidade da relação entre as partes, há incidência de efeitos ex tunc, ou seja, retroativos – retorna-se ao status quo ante - onde a parte autora tem por obrigação restituir o valor recebido e à parte requerida o que foi pago, a fim de evitar o enriquecimento sem causa, fato vedado pelo art. 884 do Código Civil.
Nesse sentido:
“Apelação. Cartão de crédito consignado. Reserva de margem consignável. Cobrança indevida. Ato ilícito. Declaração de nulidade do contrato. Retorno ao status quo. Dano moral. Não configurado. Ausente a comprovação de anuência para contratação de cartão de crédito consignado, mas sim para o contrato de mútuo (empréstimo consignado), declarou-se a nulidade da contratação, e evitando-se o enriquecimento sem causa, deve o consumidor devolver o valor recebido e o banco, o valor descontado. É assente na jurisprudência que a cobrança indevida não é passível de indenização, tratando-se de simples descumprimento contratual. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7014444-26.2020.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 27/10/2021.”.
Em relação ao pedido de reparação por danos morais, em que pese a parte aduzir que houve perda do tempo útil, deixou de provar as tentativas em solucionar a lide, as quais não era impossíveis de serem anexadas à inicial. Sendo certo que o mero descumprimento contratual, por si só, não é capaz de ensejar dano à honra, conforme entendimento do Tribunal de Justiça de Rondônia abaixo transcrito:
Apelação. Cobrança. Venda. Valor não pago. Inadimplemento contratual. Ausência de repercussão negativa do fato. Danos morais não configurados. A indenização por danos morais só é devida na hipótese de o evento repercutir de maneira negativa na vida do indivíduo, atingindo sobremaneira sua honra, imagem ou intimidade, provocando abalos psicológicos que ultrapassam o mero dissabor. Ausentes tais requisitos, é descabida a indenização por dano moral. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7008580-39.2018.822.0014, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Sansão Saldanha, Data de julgamento: 16/12/2020.
À parte autora é dada a obrigação de provar os fatos constitutivos do direito alegado, principalmente quanto ao dano moral - que é um bem personalíssimo – sendo de valia ressaltar que a inversão do ônus da prova não pode ser utilizado como substituto da obrigação prevista no inciso I, art. 373 do CPC, nem para trazer veracidade a fatos que demandam a produção de provas materiais.
A litigância de má-fé é previsto no Código de Processo Civil para punir aqueles que utilizam o processo para obter proveito ilegal, que alterem a verdade dos fatos ou que utilizem formas temerárias, não sendo o presente caso, haja vista que a autora ingressou com a ação judicial com o fito de discutir um direito legítimo e que ao final foi reconhecido parcialmente procedente, não sendo evidenciada nenhuma conduta arbitrária praticada nos autos, razão pela qual deve o pedido ser julgado improcedente.
Essa é a decisão que mais justa e equânime emerge para o caso concreto (art. 6º, da LF 9.099/95).
DISPOSITIVO: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE os pedidos iniciais formulados pela parte autora em desfavor da parte requerida declarando a nulidade do contrato de cartão de crédito consignado. E, como consequência da nulidade, determino à parte requerida, os valores pagos/descontados do contra cheque/proventos da autora, com correção monetária, nos termos da tabela adotada pelo PJ-RO e juros legais de 1% ao mês, a contar da data do depósito/descontos.
Ainda, informo que em fase de cumprimento de sentença, as partes devem apresentar tabela de cálculo referente à cada operação, seja quanto ao(s) depósito(s) ou aos descontos realizados, bem como apresentarem provas documentais dos mesmos, ficando desde já cientes de que caso não haja a juntada da prova documental, os valores não serão considerados para fins de possível execução.

Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015, ficando as partes cientes da obrigação de pagar os valores, nos termos fixados no dispositivo, no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015), não sendo aplicável a parte final do §1° do referido artigo, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE n.o 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária prevista em Lei.
Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de sentença as partes deverão apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretendem que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD).
Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário a parte beneficiária somente poderá levantar o alvará judicial se tiver procedido ao depósito do valor referente à obrigação que lhe corresponde.
Caso as partes pretendam recorrer da presente decisão, sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício, no ato da interposição do recurso, sob pena de deserção.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente como comunicação.
Porto Velho, 7 de março de 2023.
Danilo Augusto Kanthack Paccini .”
Em respeito às razões recursais, ressalto que, de fato, o banco não comprova a regularidade de sua conduta, não trazendo aos autos os termos do contrato de RMC supostamente assinado pelo autor, apenas meras alegações em sede de contestação. Assim, ao proceder dessa forma, seja pela regra do ônus estático da prova ou pela inversão do ônus, o banco réu deixou de cumprir com seu ônus probatório não cumprindo com seu dever de informação. Logo, a manutenção da declaração de nulidade do contrato de cartão de crédito consignado, devolução dos valores descontados é medida que se impõe.
Por tais considerações, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, mantendo-se inalterada a sentença vergastada.
CONDENO a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sob o valor atualizado da condenação, nos termos do artigo 55 da lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. CONTRATAÇÃO NÃO DEMONSTRADA. DESCONTO INDEVIDO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7005985-07.2022.8.22.0021 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 16/06/2023 10:35:15
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871-A
Polo Passivo: JOAO ALVES PEREIRA
Advogado do(a) RECORRIDO: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES - RO2383-A
RELATÓRIO
Trata-se de ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais, em razão da construção de subestação de energia elétrica, na qual os pedidos foram julgados procedentes.
Inconformada a concessionária de serviços alega que parte autora não apresentou as provas necessárias à demonstração da construção da subestação, e ainda, aduz que a concessionária deve indenizar o Recorrido até o ano de atendimento o município, qual seja 2026, na forma do Decreto n. 11.111/2022. Requereu a reforma da sentença.
É o relatório.
VOTO
Conheço o recurso, porque presentes seus requisitos legais de admissibilidade.
Trata-se de ação indenizatória que objetiva a restituição dos valores investidos com a construção de rede de eletrificação rural.
Necessário destacar que a demanda deverá ser analisada à luz do Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se, ainda que de maneira relativa, a inversão do ônus da prova.

Verifico que a parte autora juntou aos autos documentos suficientes para comprovar a construção da subestação elétrica (Projeto, CRT, Comprovante de Residência/fatura de energia e Notas Fiscais), o que sustenta o direito, considerando a incorporação, ao ressarcimento dos valores investidos nesta.
Da análise sistemática das disposições constantes da Resolução nº 229/2006 – ANEEL, em especial, artigos 4º e 9º, extrai-se que somente não serão indenizadas as construções daquelas redes elétricas localizadas no interior das propriedades e que atendam ao interesse exclusivo dos particulares, situação não verificada nestes autos.
De toda forma, independentemente da utilização ou não por outros consumidores de energia, a empresa ré impôs ao consumidor o ônus de adquirir equipamentos para serviços prestados exclusivamente por ela na condição de concessionária. Assim, a parte autora não poderá utilizar os equipamentos adquiridos, para qualquer outra finalidade que não seja receber os serviços da empresa ré.
Ademais, mesmo a concessionária alegando que a legislação lhe possibilita a indenização das redes até 2026, é certo que o recorrido despendeu os valores em Fevereiro de 2022, e a prorrogação do prazo não significa dizer que as concessionárias devem ressarcir as redes somente após o ano constante na tabela, mas até esta data. Em momento algum exclui o direito da parte recorrida de pleitear o ressarcimento dos valores que entende devido.
Saliento ainda que aguardar que a concessionária de energia elétrica formalize voluntariamente a incorporação da subestação, seria admitir a perpetuidade do não reembolso das despesas feitas pelo particular, justamente pelo fato da concessionária figurar como devedora.
Entender de modo contrário seria permitir enriquecimento sem causa da concessionária que, ao se comportar à revelia da lei – deixando de adotar providências para incorporar redes de particulares e pagar as respectivas indenizações – visou atender exclusivamente seu próprio interesse econômico. Quanto a esse raciocínio, o Superior Tribunal de Justiça:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ENERGIA ELÉTRICA EXPANSÃO E INSTALAÇÃO DA REDE ELÉTRICA. INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO DA RÉ INDENIZAÇÃO PRESCRIÇÃO NÃO OCORRÊNCIA ART. 515, §3º, DO CPC APLICABILIDADE ABUSIVIDADE RECONHECIDA DEVOLUÇÃO DAS QUANTIAS PAGAS RECURSO PROVIDO. […] Comprovado terem os autores realizado a implantação da rede de eletrificação em propriedade rural, que incorporou o patrimônio da concessionária ré, deve o montante desembolsado ser restituído, sob pena de enriquecimento ilícito". (REsp 754.717/MG, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/05/2006, DJ 22/06/2006, p. 186).
Diante do exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto, mantendo-se a sentença inalterada
Em razão da sucumbência, CONDENO a recorrente ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, esses fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 55 da Lei n. 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
Energia elétrica. Subestação. Preliminar rejeitada. Construção particular. Incorporação. Ressarcimento ao consumidor. Ônus da prova. Indenização. Valor despendido. Notas fiscais apresentadas. Preliminar rejeitada. Sentença de procedência mantida.
– O proprietário de rede particular de energia elétrica incorporada pela concessionária de serviços públicos, deve ser ressarcido pelo valor equivalente ao despendido, sendo seu o ônus da prova nesse sentido.
– Afigura-se indispensável documento comprobatório do desembolso, sendo parâmetro para restituição de valores, os contratos firmados para execução da obra relacionada a subestação.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7011661-93.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 05/05/2023 18:08:36
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: JOANILCE FERNANDES MACHADO
Advogado do(a) RECORRENTE: DIEGO DINIZ CENCI - RO7157-A
Polo Passivo: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA - CAERD
Advogado do(a) RECORRIDO: ANDERSON FELIPE REUSING BAUER - RO5530-A
RELATÓRIO Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO Preliminarmente, defiro a Gratuidade de Justiça em favor da recorrente., considerando que os documentos juntados demonstram a impossibilidade de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e familiar.
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
Inconformada, recorre a parte autora objetivando a condenação da parte ré em indenização por dano moral, considerando que a sentença reconheceu tão somente a restituição valor pago em excesso para a concessionária de água. Sustenta que a decisão merece reparo em razão de claro desvio produtivo passível de indenização.
Pelo que se depreende dos autos, a questão em debate foi corretamente resolvida pela sentença, que em razão da cobrança equivocada de valores por 4 (quatro) unidades residenciais, determinou a devolução em dobro, na forma do Código de Defesa do Consumidor.
Com relação ao dano moral, só restará configurado mediante a demonstração da dor, angústia e humilhação de grau intenso e anormal, sendo incabível a fixação em razão de meros dissabores cotidianos, ou seja, quando não demonstrado o efetivo abalo físico ou psíquico decorrente do fato alegado.

No caso, a parte autora questionou as faturas anteriores, e a ré prontamente realizou vistoria, chegando a conclusão que de fato havia apenas dois apartamentos no endereço da fatura. Por isso, não vislumbro maiores desgastes da consumidora em tentar resolver a situação administrativamente, até porque não há informação nos autos sobre eventual solicitação administrativa para restituição de valores, e tampouco ocorreu a negativação ou interrupção dos serviços.
Portanto, não há a demonstração de dano efetivo ao patrimônio moral, aos atributos da personalidade, isto é, ao nome, à honra, à reputação, à dignidade ou à integridade psíquica que sustente uma decisão condenatória ao pagamento de indenização por dano moral.
É o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:
AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE LOCAÇÃO. MERO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. A jurisprudência consolidada do STJ entende inexistir dano moral pelo mero descumprimento contratual, exceto quando verificada situação peculiar, apta a justificar o reconhecimento de violação a direitos da personalidade. Precedentes. 2. A Corte Estadual, no presente caso, concluiu pela inexistência de ato ilícito praticado pelo recorrido, senão mero descumprimento contratual incapaz de render ensejo à indenização por danos morais. A reforma do aresto, neste aspecto, demanda inegável necessidade de reexame de matéria probatória, providência inviável de ser adotada em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte. 3. Agravo interno não provido.
(STJ - AgInt no AREsp: 2009274 DF 2021/0339534-3, Data de Julgamento: 13/06/2022, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/06/2022)
Por tais considerações, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.
Condeno o Recorrente ao pagamento de custas processuais. Considerando o baixo valor da condenação e o que dispõe o art. 85, § 8º do NCPC, arbitro os honorários advocatícios no valor R$150,00 (cento e cinquenta reais), ressalvando-se a exibilidade em razão da gratuidade de justiça concedida.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. RESTITUIÇÃO DE VALORES. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DEVIDO. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.
– É ônus do autor provar fato constitutivo de seu direito, consoante determina o artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil. O consumidor deve se mostrar minimamente diligente naquilo que estava ao seu alcance probatório.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7034556-48.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 08/12/2022 12:40:11
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: LEDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Advogados do(a) RECORRENTE: CLAUDIA ROSANA SANTOS OLIVEIRA KILLIAN - SP286065-A, ELISEU SAMUEL DOS SANTOS PRESTES - SP441884-A, MARCELO ALVES RODRIGUES - SP248229-A
Polo Passivo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871-A
RELATÓRIO
Trata-se de embargos de declaração interposto por ambas as partes. A parte autora alega que não houve erro material no acórdão de ID n. 18247903. Já a concessionária embarga rediscutindo a matéria.
É o breve relatório.
VOTO
Conheço dos recursos interpostos eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.
DOS EMBARGOS DA PARTE LEDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Sem maiores delongas, entendo que assiste parcial razão a embargante. Em razão disso, no acórdão de ID n. 18247903:
ONDE SE LÊ:
"(…) Ante o exposto, e com base no precedente acima, VOTO no sentido de DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela para autora para:
a) DECLARAR a nulidade da perícia no medidor de energia efetuada pela requerida, bem como inexistente o débito no importe de R$ 4.279,27 (quatro mil. Duzentos e setenta e nove reais e vinte e sete centavos), bem como CONDENAR a concessionária a proceder com a devolução dos valores cobrados indevidamente, de forma simples.
b) CONDENAR a concessionária de serviço público ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, corrigida monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia desde a data da publicação desta decisão (Súmula 362 do STJ), com juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação, mantendo-se os demais termos da sentença inalterados.
Deixo de condenar o recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, eis que o deslinde do feito não se encaixa nas hipóteses restritas do art. 55 da Lei n. 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto. (…)''
LEIA-SE:

"(…) Ante o exposto, e com base no precedente acima, VOTO no sentido de DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela para autora para:
a) DECLARAR a nulidade da perícia no medidor de energia efetuada pela requerida, bem como inexistente o débito no importe de R$ 4.279,27 (quatro mil. Duzentos e setenta e nove reais e vinte e sete centavos), bem como CONDENAR a concessionária a proceder com a devolução dos valores cobrados indevidamente, de forma simples, devidamente corrigidos com juros de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária a contar da data do desembolso.
b) CONDENAR a concessionária de serviço público ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, corrigida monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia desde a data da publicação desta decisão (Súmula 362 do STJ), com juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação, mantendo-se os demais termos da sentença inalterados.
Deixo de condenar o recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, eis que o deslinde do feito não se encaixa nas hipóteses restritas do art. 55 da Lei n. 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto. (…)''.
Ante o exposto, voto no sentido de ACOLHER os embargos interpostos, a fim de sanar o erro material apontado, nos termos supramencionados.
DOS EMBARGOS DA ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Ao analisar a decisão embargada, sobretudo nos pontos mencionados pela embargante, verifico não ter havido qualquer dos vícios mencionados no art. 48 da lei nº 9.099/95.
É nítida que a irresignação manifestada por intermédio do recurso em comento visa unicamente a reapreciação do conteúdo decisório, o que não pode ser concebido por embargos de declaração.
Portanto, observa-se que houve a análise detida dos pontos necessários para convencimento do Juízo acerca dos fatos narrados no processo, de sorte que o acórdão não merece reparos.
Quanto à inexistência dos vícios previstos no art. 48 da lei 9.099/95, importante transcrever o seguinte aresto desta Turma Recursal:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. OMISSÃO. DÚVIDA. INEXISTÊNCIA. Inexistindo na decisão embargada quaisquer dos defeitos previstos no art. 48 da Lei n. 9.099/95, devem ser rejeitados os embargos de declaração. Embargos de Declaração em Recurso Inominado nº 0022254-24.2013.8.22.0001. Julgado em: 24/08/2016. Rel. Juíza Euma Mendonça Tourinho.
Oportuno relevar que é desnecessário o julgador pronunciar-se sobre todos os pontos do recurso, desde que claros e suficientes os fundamentos que embasaram a solução dada.
Sobre o tema, anotam-se os seguintes trechos de julgados do E. Superior Tribunal de Justiça:
"(…) 5. Como é cediço, o julgador não é obrigado a rebater cada um dos argumentos aventados pela defesa ao proferir decisão no processo, bastando que pela motivação apresentada seja possível aferir as razões pelas quais acolheu ou rejeitou as pretensões da parte, exatamente como se deu na hipótese em análise (…)". (AgRg no AREsp 1009720/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 05/05/2017).
"(…) 2. O julgador não é obrigado a manifestar-se sobre todas as teses expostas no recurso, ainda que para fins de prequestionamento, desde que demonstre os fundamentos e os motivos que justificaram suas razões de decidir (…)". (EDcl no AgRg no HC 302.526/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 01/02/2017).
Os embargos possuem caráter integrativo e não substitutivo da decisão, não se prestando para o reexame da matéria de mérito e/ou prequestionamento quando inexistente omissão, afinal, toda a extensão constitucional e infraconstitucional se encontra amplamente debatida na decisão.
O entendimento aqui delineado já foi decidido em sessão plenária por esta Turma Recursal, Autos 0000439-80.2014.8.22.0018, cuja ementa segue abaixo colacionada:
EMBARGOS DECLARATÓRIOS. […] IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DOS EMBARGOS PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO.
Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores do presente recurso, resta patente o intuito infringente da irresignação, que objetiva não corrigir erro material, suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas sim reformar o julgado por via inadequada, o que não se pode admitir.
Ante o exposto, voto para REJEITAR aos embargos de declaração.
É como o voto.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
EMENTA
Embargos De Declaração De Ambas As Partes. Omissão. Embargos da parte autora acolhidos. Embargos da concessionária não acolhidos. Rediscussão. Impossibilidade.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, EMBARGOS DE DECLARACAO CONHECIDOS E REJEITADOS A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7037700-30.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 10/01/2023 10:06:44
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: RUBENS ALVES DA SILVA
Advogado do(a) RECORRENTE: FABIO CHIANCA DE MORAIS - RO9373-A
Polo Passivo: BANCO BMG SA e outros
Advogados do(a) RECORRIDO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE23255-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A

RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Trata-se de Agravo Interno interposto pelo Estado de Rondônia, em face de decisão proferida pela Turma Recursal deste Tribunal de Justiça, que deu negou provimento ao recurso inominado interposto pela Agravante.
Em que pesem os argumentos da parte Agravante, tenho por incabível o presente recurso, eis que interposto em face de decisão colegiada, seara na qual inexiste previsão legal para a interposição de Agravo Interno.
É certo que não cabe agravo interno contra decisão colegiada. Este é passível de interposição apenas e tão-somente contra decisão monocrática de relator.
É nesse sentido a jurisprudência pátria:
PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO CONTRA ACÓRDÃO. DECISÃO DO ÓRGÃO COLEGIADO. ERRO GROSSEIRO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. INAPLICABILIDADE. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃOCONHECIDO. 1. De acordo com o art. 557 do CPC e com o art. 241 do Regimento Interno deste Tribunal, o agravo interno é cabível contra a decisão monocrática. 2. Desse modo, a interposição de agravo interno contra decisão do órgão colegiado é manifestamente incabível, configurando erro grosseiro, o que não permite a aplicação do princípio da fungibilidade recursal. 3. Agravo interno a que não se conhece.
(TRF-2 00110240720104025101 RJ 0011024-07.2010.4.02.5101, Relator: LETICIA MELLO, Data de Julgamento: 01/03/2016, 4ª TURMA ESPECIALIZADA)
Este Tribunal já firmou entendimento sobre o assunto:
Agravo interno. Não cabimento. Interposição contra decisão colegiada. Recurso manifestamente inadmissível. 1. Decisão proferida por órgão colegiado não é atacável por meio de agravo interno, cuja interposição, na dicção do art. 1.021 do CPC, restringe-se às decisões monocráticas do relator. 2. Agravo não conhecido.
(TJ-RO - APL: 70099850320158220601 RO 7009985-03.2015.822.0601, Data de Julgamento: 07/03/2019)
Desse modo, se por um lado descabe agravo interno contra julgamento colegiado, por outro, desponta ele cabível contra qualquer pronunciamento monocrático de relator que tenha conteúdo decisório.
Dito isso, tenho que o recurso não encontra cabimento, faltando-lhe, pois, requisito de procedibilidade recursal.
Com essas considerações, voto no sentindo de NÃO CONHECER o presente agravo de instrumento.
Sem custas e honorários.
Após o trânsito em julgado, arquive-se.
É como voto.
EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO. LEI 9.099/95. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. NÃO CONHECIMENTO. – Não se conhece de agravo de instrumento em face de decisão colegiada por ausência de previsão legal.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO NAO CONHECIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7000154-86.2023.8.22.0006 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 09/05/2023 19:27:17
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
Polo Passivo: AGUINEL PEREIRA GOMES
Advogados do(a) RECORRIDO: ANDRE TOMAZ EVENCIO - RO10930-A, SARA GESSICA GOUBETI MELOCRA - RO5099-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso interposto eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.
Ao analisar a decisão embargada, sobretudo nos pontos mencionados pela embargante, verifico não ter havido qualquer dos vícios mencionados no art. 48 da lei nº 9.099/95.
É nítida que a irresignação manifestada por intermédio do recurso em comento visa unicamente a reapreciação do conteúdo decisório, o que não pode ser concebido por embargos de declaração.
Portanto, observa-se que houve a análise detida dos pontos necessários para convencimento do Juízo acerca dos fatos narrados no processo, de sorte que o acórdão não merece reparos.
Quanto à inexistência dos vícios previstos no art. 48 da lei 9.099/95, importante transcrever o seguinte aresto desta Turma Recursal:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. OMISSÃO. DÚVIDA. INEXISTÊNCIA. Inexistindo na decisão embargada quaisquer dos defeitos previstos no art. 48 da Lei n. 9.099/95, devem ser rejeitados os embargos de declaração. Embargos de Declaração em Recurso Inominado nº 0022254-24.2013.8.22.0001. Julgado em: 24/08/2016. Rel. Juíza Euma Mendonça Tourinho.
Oportuno relevar que é desnecessário o julgador pronunciar-se sobre todos os pontos do recurso, desde que claros e suficientes os fundamentos que embasaram a solução dada.
Sobre o tema, anotam-se os seguintes trechos de julgados do E. Superior Tribunal de Justiça:

"(…) 5. Como é cediço, o julgador não é obrigado a rebater cada um dos argumentos aventados pela defesa ao proferir decisão no processo, bastando que pela motivação apresentada seja possível aferir as razões pelas quais acolheu ou rejeitou as pretensões da parte, exatamente como se deu na hipótese em análise (…)". (AgRg no AREsp 1009720/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 05/05/2017).
"(…) 2. O julgador não é obrigado a manifestar-se sobre todas as teses expostas no recurso, ainda que para fins de prequestionamento, desde que demonstre os fundamentos e os motivos que justificaram suas razões de decidir (…)". (EDcl no AgRg no HC 302.526/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 01/02/2017).
Os embargos possuem caráter integrativo e não substitutivo da decisão, não se prestando para o reexame da matéria de mérito e/ou prequestionamento quando inexistente contradição, obscuridade e/ou omissão, afinal, toda a extensão constitucional e infraconstitucional se encontra amplamente debatida na decisão.
O entendimento aqui delineado já foi decidido em sessão plenária por esta Turma Recursal, Autos 0000439-80.2014.8.22.0018, cuja ementa segue abaixo colacionada:
EMBARGOS DECLARATÓRIOS. […] IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DOS EMBARGOS PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO.
Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores do presente recurso, resta patente o intuito infringente da irresignação, que objetiva não corrigir erro material, suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas sim reformar o julgado por via inadequada, o que não se pode admitir.
Ante o exposto, voto para REJEITAR aos embargos de declaração.
Após o trânsito em julgado, remeta-se os autos à origem.
EMENTA
Embargos de declaração. Contradição. Omissão. Obscuridade. Inexistência. Rediscussão de Matéria. Impossibilidade. Prequestionamento. Não Cabimento.
Incabíveis os embargos quando ausentes os defeitos previstos no art. 48 da Lei n° 9.099/95 e utilizado referido instrumento apenas para rediscutir a matéria meritória.
Para que o prequestionamento seja possível por meio dos embargos de declaração há necessidade de que tenha restado configurado algumas das hipóteses do artigo 1.022 do CPC.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, EMBARGOS DE DECLARACAO CONHECIDOS E REJEITADOS A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7036914-83.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 12/12/2022 17:51:09
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: MARLENE DO NASCIMENTO VIEIRA e outros
Advogados do(a) RECORRENTE: BRENDA MORAES SANTOS - RO8933-A, LARISSA SILVA PONTE - RO8929-A
Advogado do(a) RECORRENTE: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871-A
Polo Passivo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. e outros
Advogado do(a) RECORRIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871-A
Advogados do(a) RECORRIDO: BRENDA MORAES SANTOS - RO8933-A, LARISSA SILVA PONTE - RO8929-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço os recursos.
Por se trataram da mesma matéria passo a análise de ambos os recursos.
Inicialmente destaco que embora já tenha me manifestado em oportunidades anteriores entendendo pela regularidade do procedimento de recuperação de consumo, após o cumprimento de determinadas exigências, após uma reflexão mais detida e aprofundada do tema, ouso modificar meu entendimento, o que se verifica plenamente possível, por ser tratar o direito de uma ciência dinâmica e, por isso, encontrar-se em constante transformação, bem como, em homenagem a colegialidade.
Cumpre ressaltar que o medidor de energia elétrica é de propriedade da Energisa, não tendo o consumidor nenhuma ingerência na escolha de marca ou modelo quando de sua instalação, e nenhuma aferição para controle de qualidade realizada.
Igualmente, tem-se que o feito deve ser analisado à luz do Código de Defesa do Consumidor e aos princípios a ele inerentes, posto que a relação contratual que se estabeleceu entre os litigantes é inegavelmente de consumo, competindo à empresa concessionária de energia elétrica o ônus operacional e administrativo, bem como o conhecimento técnico necessário e as ações de fiscalização para garantir serviço satisfatório e regularidade dos medidores da energia fornecida.
No ponto, vê-se que a Energisa é uma concessionária de serviços públicos que tem como público toda a massa populacional, inclusive a menos favorecida, presumivelmente com maior grau de vulnerabilidade, sendo seu dever zelar pela transparência e clareza em suas operações.
Assim, o art. 22, caput e parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor dispõem que as empresas concessionárias de serviço público têm o dever de fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e contínuos, reparando os danos causados nos casos de descumprimento.
Desta forma, não há como responsabilizar a parte autora, ora recorrida, pela "fuga" de energia, pois tal fato decorre do risco da atividade da recorrente, friso, que não pode ser repassado ao consumidor, sobretudo quando não há desvio, fraude ou má-fé pelo consumidor.

Pelo que se verifica nos documentos juntados aos autos, o débito em questão se refere a uma irregularidade no medidor o que ocasionou erros na medição.

Todavia, não há nos autos qualquer indício que o consumidor tenha de alguma forma fraudado o medidor, pelo contrário, o que se evidencia é que a suposta falha técnica apontada já existia quando da sua instalação, sendo, portanto, de inteira responsabilidade da Energisa pelo medidor que instala, não podendo, a esta altura debitar a culpa ao consumidor, aplicando-se no caso o brocardo latino "Nemo auditur propriam tirpitudinem allegans" que significa pura e simplesmente que a ninguém é dado do direito de se beneficiar da própria torpeza.

Destaco que é indevida a cobrança retroativa de diferença de consumo de energia elétrica em razão de irregularidade apontada pela inspeção realizada pela própria recorrente, visto tratar-se de perícia unilateral. Nesse sentido já se manifestou este colegiado:

CERON. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA. INEXISTÊNCIA DE PROVA SOBRE FRAUDE NO MEDIDOR. INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO. SENTENÇA MANTIDA. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7014088-02.2018.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Torres Ferreira, Data de julgamento: 08/07/2019).

Recurso Inominado. Recuperação de consumo. Negativação indevida. Dano moral configurado. Quantum indenizatório. Razoabilidade e proporcionalidade. - É indevida a cobrança retroativa de diferença de consumo de energia elétrica em razão de irregularidade apontada pela inspeção realizada pela própria concessionária dos serviços respectivos em perícia unilateral; - A negativação de cobrança indevida nos órgão de restrição ao crédito gera dano moral in re ipsa, o qual deve ser fixado com atenção aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7003295-21.2016.822.0019, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 08/08/2019).

Outrossim, ressalto que como a medição é periódica, seria fácil a constatação de desvio ou qualquer outra falha no medidor pela empresa por ocasião da leitura do aparelho, o que não fora feito pela recorrente.

Nos termos do Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal que prevalece sobre a portaria editada pela agência reguladora – ANEEL, é ônus do fornecedor a medição do consumo de energia elétrica, bem como a manutenção do sistema de leitura, o que não foi feito.

Tratando-se de serviço de caráter essencial e contínuo, deveria a concessionária ter procedido o imediato reparo do fornecimento de energia elétrica, já no primeiro mês, uma vez que é fácil a constatação de que o medidor estava com irregularidades ou havia desvio de energia e não aguardar por tanto tempo para efetuar esta cobrança. Desta forma, não há como imputar ao consumidor a responsabilidade pela manutenção dos equipamentos que medem a energia elétrica.

Assim, conclui-se que o débito cobrado pela recorrente é indevido, em razão da ausência de elementos suficientes que permitam o expediente de recuperação de consumo, devendo ser mantida a declaração de inexistência/inexigibilidade do débito.

De remate, quanto aos danos morais, tenho que este é presumido e encontra-se pareado ao entendimento da Turma Recursal de Rondônia. Tal conduta demonstra descaso pela prestadora de serviços e deve ser evitado como uma forma pedagógica. Nesse sentido vem decidindo a Turma Recursal de Rondônia:

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇA INDEVIDA DE FATURAS. DANO MORAL CONFIGURADO. ARBITRAMENTO JUSTO. SENTENÇA CONFIRMADA. RECURSO NÃO PROVIDO. (Recurso Inominado, Processo nº 1000712-18.2013.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Enio Salvador Vaz, Data de julgamento: 10/05/2017).

É cediço que o quantum indenizatório deve ser estipulado pelo magistrado de forma equitativa, de modo que não seja muito alto a ponto de implicar enriquecimento sem causa do ofendido, nem tão inexpressivo, sob pena de não produzir no ofensor a sensação de punição, constrangendo-o a se abster de praticar atos similares. Para tanto, devem ser consideradas as condições econômicas dos envolvidos, a culpa do ofensor e a extensão do dano causado ao ofendido.

Extrai-se do feito que o consumidor, em razão da conduta ilícita da empresa, teve seu fornecimento de energia suspenso, o que demonstra a clara ocorrência do dano extrapatrimonial, pleiteando pela majoração dos danos morais para R$ 10.000,00 (dez mil reais).

É evidente que a interrupção de um serviço essencial, especialmente quando se trata de débitos pretéritos, produz sofrimento e constrangimento suscetíveis de reparação civil mediante indenização por dano moral, mesmo que a interrupção tenha sido por algumas horas.

Desta feita, acolho o pedido de majoração do pleito indenizatório.

Ante o exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela concessionária recorrente, e DOU PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela parte consumidora par majorar o valor indenizatório para R$ 10.000,00 (dez mil reais), mantendo os demais termos da sentença inalterados.

CONDENO a empresa ré ao pagamento de custas e honorários advocatícios, fixados em 15%(quinze por cento) sobre o valor da condenação.

Deixo de condenar o consumidor recorrente, eis que o deslinde do feito não se encaixa nas hipóteses previstas no artigo 55 da lei 9.099/95.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA:

CONSUMIDOR. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. ALTERAÇÃO NO CONSUMO. AUSÊNCIA DE FRAUDE REALIZADA PELO CONSUMIDOR. MEDIDOR DE RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA. PERÍCIA UNILATERAL. INVALIDADE. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. MAJORAÇÃO. SUSPENSÃO DE ENERGIA. RECURSO DA CONCESSIONÁRIA NÃO PROVIDO. RECURSO DA PARTE CONSUMIDORA PROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO DO REQUERIDO CONHECIDO E NAO PROVIDO. TUDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7064967-74.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 17/03/2023 16:47:41
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: NATALINA CAVALCANTE MARQUES
Advogados do(a) RECORRENTE: JULIANA MEDEIROS PIRES - RO3302-A, RICARDO MALDONADO RODRIGUES - RO2717-A
Polo Passivo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogados do(a) RECORRIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664-A, KESIA SILVA OLIVEIRA - PB25948-A
RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos da Lei n° 9.099/95.
VOTO Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.
"Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.".
Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/1.995.
ALEGAÇÕES DA AUTORA: Narra que sofreu dano moral por falha na prestação dos serviços da ré, vez que teve sua energia cortada indevidamente pela requerida, mesmo com suas faturas pagas. Aduz que entrou em contato com a ré, e o restabelecimento dos serviços ocorreu no final data do dia 11/08/2022.
ALEGAÇÕES DA RÉ: Alega que a autora equivocou-se em achar que a falta de energia em sua residência se deu por corte, o que ocorreu de fato foi uma interrupção por defeito de conexão, conforme explanado no relatório técnico anexo aos autos. Nega a ocorrência de danos morais e pede a improcedência da demanda.
PROVAS E FUNDAMENTOS: Há relação de consumo entre as partes, devendo a lide ser resolvida sob a ótica do CDC. Ademais, o feito comporta julgamento no estado em que se encontra, nos termos do art. 355, I, do CPC.
A autora alega corte indevido de sua energia elétrica no dia 10/08/2022, o que é negado pela concessionária ré que alega que houve suspensão dos serviços com restabelecimento dos serviços no prazo legal.
Assim, o ponto controvertido dos presentes autos reside em saber se houve corte de energia e se tal conduta da empresa ré é passível de indenização.
Pois bem. Em que pese toda argumentação da autora, após analisar as provas acostadas aos autos, tenho que o pedido indenizatório é improcedente.
Com efeito, a autora apenas alega que houve corte de energia, mas não comprovou o alegado corte indevido, já que os protocolos, por si só, são genéricos e comumente utilizados por usuários em caso de falta de energia.
Por outro lado, a empresa ré informa que houve interrupção naquela data devido a defeito de conexão, mas que restabeleceu o serviço dentro de prazo razoável.
De todo modo as provas juntadas nos autos são demais genéricas e inúteis para o fim pretendido, destacando-se que a parte autora é incumbida de comprovar que houve corte de energia elétrica como reclamado, não sendo suficiente a mera alegação.
Ora, competia a demandante e consumidora comprovar, ao menos minimamente, os fatos constitutivos do direito alegado, provando que fora vítima da falha na prestação do serviço público a justificar a pleiteada indenização, o que não ocorreu nos autos.
Sabe-se que a requerida possui canais de atendimento presencial e on-line, bem como plataforma virtual onde é possível registrar solicitações e reclamações por cada usuário dos serviços, de modo que a parte autora falhou no dever de prova, uma vez que apresentou tão somente dois protocolos de reclamação do mesmo dia.
É certo que a inversão do ônus da prova consagrada no art. 6º, VIII, do CDC, não significa a não produção de provas ou produção mínima de provas pela parte que invoca o direito material, de modo que não há como conferir a verossimilhança necessária às afirmações da inicial, sendo improcedentes os pedidos iniciais.
Por fim, inexistente qualquer comprovação de ato ilícito praticado pela requerida, merece improcedência o pedido de indenização por danos morais.
Essa é a decisão que mais justa e equânime emerge para o caso concreto (art. 6º, da LF 9.099/95).
DISPOSITIVO: Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, nos termos da fundamentação supra.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC, devendo o cartório, após o trânsito em julgado desta, arquivar imediatamente o feito, observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão, sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício, no ato da interposição do recurso, sob pena de indeferimento da gratuidade.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Ante o exposto, VOTO no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado mantendo-se inalterados os termos da sentença.
Condeno a parte requerida ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 55, da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. ENERGIA ELÉTRICA. INTERRUPÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. RESTABELECIMENTO DENTRE DO PRAZO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA.
- Não demonstrada a demora no religamento de energia elétrica, uma vez que a concessionária observou o prazo de religamento previsto na Resolução ANEEL Nº 414/2010, não implica na condenação da empresa ré o dever de indenizar.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7001149-20.2023.8.22.0000 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 20/06/2023 07:50:44
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
Polo Passivo: NILSON CLAUDINO DA SILVA
Advogado do(a) RECORRIDO: SANDRO VALERIO SANTOS - RO9137-A
RELATÓRIO
Trata-se de recurso inominado interposto em face da sentença que julgou parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial. Inconformada, a concessionária alega que realizou inspeção de rotina na UC da parte Autora, encontrando irregularidades na medição do consumo, procedendo em seguida os cálculos da recuperação do consumo não faturado. Terminou pugnando pela reforma da sentença para que sejam julgados improcedentes os pedidos contidos na inicial e, consequentemente, a exigibilidade do débito apurado na recuperação de consumo.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o breve relatório.
VOTO
Conheço dos recursos, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Inicialmente é preciso registrar que o presente caso deve ser solucionado à luz da Lei n. 8.078/90, por ser de consumo a relação havida entre as partes, em virtude do disposto nos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor, que conceituam, respectivamente, as figuras do consumidor e do fornecedor.
Consta dos autos que o débito em questão refere-se a um processo de fiscalização, após inspeção de rotina realizada pelos técnicos da recorrente, na Unidade Consumidora, verificando irregularidade, ocasionando leitura de consumo incorreta e prejuízos para a Empresa.
A empresa juntou aos autos foto do medidor com as supostas irregularidades praticadas pela consumidora, no entanto, não conseguiu comprovar que a parte recorrida foi devidamente notificada acerca das irregularidades, pois, não há nos autos o comprovante com aviso de recebimento dos documentos necessários para a realização de defesa administrativa.
A jurisprudência do STJ é no sentido de que comprovado por meio de documentos que houve desvio de energia atribuível ao consumidor é possível a Cia de Energia Elétrica promover a recuperação de consumo, desde que sejam garantidos no processo administrativo o contraditório e a ampla defesa. Considerando que a recuperação de consumo foi realizado em 22/08/2022, conforme ID: 20253318, deve ser aplicada a nova resolução da Aneel, qual seja, 1000/2021, devendo ser observado os procedimentos elencados no art. 590 e 591:
Art. 590. Na ocorrência de indício de procedimento irregular, a distribuidora deve adotar as providências necessárias para sua fiel caracterização, compondo um conjunto de evidências por meio dos seguintes procedimentos:
I - emitir o Termo de Ocorrência e Inspeção – TOI, em formulário próprio, elaborado conforme instruções da ANEEL;
II - solicitar a verificação ou a perícia metrológica, a seu critério ou quando requerida pelo consumidor;
III - elaborar relatório de avaliação técnica quando constatada a violação do medidor ou demais equipamentos de medição, contendo as informações técnicas e a descrição das condições físicas de suas partes, peças e dispositivos, exceto quando for solicitada a perícia metrológica do inciso II;
IV - avaliar o histórico de consumo e das grandezas elétricas; e
V - implementar, quando julgar necessário:
a) medição fiscalizadora, com registros em memória de massa de pelo menos 15 dias consecutivos; e
b) recursos visuais, tais como fotografias e vídeos.
§ 1º A medição fiscalizadora, calibrada conforme padrão do INMETRO ou órgão metrológico delegado, pode permanecer instalada no circuito da medição de faturamento da unidade consumidora, com o objetivo de comparação das grandezas elétricas medidas, pelo tempo que a distribuidora julgar necessário.
§ 2º Enquadra-se como procedimento irregular o aumento de carga à revelia da distribuidora que cause defeito no sistema de medição, o que deve ser comprovado pela distribuidora.
§ 2º Enquadra-se como procedimento irregular o aumento de carga ou de geração à revelia da distribuidora que cause defeito no sistema de medição, o que deve ser comprovado pela distribuidora. (Redação dada pela REN ANEEL 1.059, de 07.02.2023)
§ 3º Em caso de defeito na medição sem comprovação do procedimento irregular ou do aumento de carga à revelia, a distribuidora deve proceder conforme Seção V do Capítulo VIII do Título I, não se aplicando o disposto neste Capítulo.
Art. 591. Ao emitir o TOI, a distribuidora deve:
I - entregar cópia legível ao consumidor ou àquele que acompanhar a inspeção, mediante recibo com assinatura do consumidor ou do acompanhante; e
II - informar:
a) a possibilidade de solicitação de verificação ou de perícia metrológica junto ao INMETRO ou ao órgão metrológico delegado;
b) os prazos, os custos de frete e de verificação ou da perícia metrológica, e que o consumidor será responsabilizado pelos custos se comprovada a irregularidade, vedada a cobrança de outros custos.
§ 1º É permitida a emissão eletrônica do TOI e a coleta eletrônica da assinatura do consumidor ou daquele que acompanhar a inspeção, devendo a distribuidora garantir a impressão no local ou o envio ao consumidor com comprovação do recebimento.
§ 2o Se o consumidor se recusar a receber a cópia do TOI, a distribuidora deve armazenar evidências que comprovem a recusa, inclusive, se for o caso, com prova testemunhal.
§ 3º Em caso de recusa do recebimento do TOI ou se não for o consumidor que acompanhar a inspeção, a distribuidora deve enviar ao consumidor em até 15 dias da emissão, por qualquer modalidade que permita a comprovação do recebimento, a cópia do TOI e demais informações dos incisos do caput.
§ 4º O consumidor tem 15 dias, contados a partir do recebimento do TOI, para solicitar à distribuidora a verificação ou a perícia metrológica no medidor e demais equipamentos junto ao INMETRO ou órgão metrológico delegado.
§ 5º As marcas de selagem que são controladas pelo INMETRO ou pelo órgão metrológico delegado não podem ser rompidas pela distribuidora enquanto dentro do prazo do § 4º ou antes da realização da verificação ou da perícia metrológica.

§ 6º A cópia do TOI e do conjunto de evidências utilizados para caracterização da irregularidade devem ser disponibilizadas adicionalmente no espaço reservado de atendimento pela internet. (grifei)
Nos autos verifica-se que a recorrida não realizou todas as etapas do procedimento de recuperação de consumo conforme artigos art. 590 e 591, posto que não há nos autos o comprovante de entrega da carta ao cliente de, onde estão descritos os valores devidos e o prazo para recurso. Diante disso tenho que não foram garantidos o contraditório e a ampla defesa à autora no processo administrativo para se proceder a recuperação de consumo.
A jurisprudência do Tribunal de Justiça de Rondônia também é no sentido de que somente são devidos os débitos de recuperação de consumo quando realizados os procedimentos elencados na Resolução e desde que oportunizado o contraditório e a ampla defesa no processo administrativo:
Apelação cível em ação de desconstituição de débito. Consumo energia elétrica. Apuração de irregularidade. Débito exigível. Diferença de consumo. Possibilidade de novo faturamento. Recurso provido. Constatada a irregularidade no medidor e oportunizadas a ampla defesa e o contraditório ao consumidor no processo de apuração e recuperação de consumo, não há de se falar em inexistência do débito. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7004648-44.2016.822.0004, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 21/10/2019 .
E mais:
"Apelação Cível. Energia elétrica. Recuperação de consumo. Não observância dos procedimentos da agência reguladora e das regras do contraditório e ampla defesa. Inexistência do débito. Corte do serviço. Negativação. Dano moral. Valor suficiente. Recursos não providos. É indevida a cobrança de valores a título de recuperação de consumo, por indício de procedimento irregular, sem que haja a rigorosa obediência aos procedimentos da agência reguladora para a caracterização da irregularidade e apuração do valor do consumo, e sem o cumprimento das regras do contraditório e ampla defesa.
Cabível a indenização por dano moral se, pelo débito discutido, apurado de forma indevida, ocorrer o corte do fornecimento do serviço essencial e a negativação do nome.
O valor da condenação a título de reparação por danos morais, tendo as características de suficiente, para o equilíbrio da reparação, não merece alteração." (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7014665-41.2022.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Sansão Saldanha, Data de julgamento: 20/10/2022). Grifei.
Sendo assim, a sentença deve ser mantida, não pela impossibilidade da cobrança referente a recuperação de consumo no geral, mas sim em razão da não observância dos requisitos para apuração de débitos pretéritos.
Por tais considerações, VOTO no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado, mantendo a sentença inalterada.
Condeno a Recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55, da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
Consumidor. Recuperação de consumo. Alteração no consumo. Ausência notificação ao consumidor. Ausência de contraditório e ampla defesa. Declaração de inexigibilidade. Recurso não provido. Sentença mantida.
A concessionária prestadora de serviço público deve seguir a risca os procedimentos impostos pela agência reguladora, sob pena de nulidade de seus atos.
Segundo a jurisprudência do STJ os débitos pretéritos apurados por fraude no medidor de consumo, causados pelo consumidor, podem ser cobrados por meio do processo de recuperação, desde que observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.
É incabível a suspensão do fornecimento de energia elétrica em razão da existência de débitos antigos, quando ausente a comprovação de legitimidade da recuperação de consumo.
É devida indenização pelo dano moral sofrido em decorrência de suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica com fundamento em fatura de cobrança de débitos pretéritos. Serviço prestado de forma ineficiente dano moral configurado.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7002251-71.2023.8.22.0002 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 20/06/2023 07:47:44
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
Polo Passivo: VALDECIR MACIEL
Advogados do(a) RECORRIDO: KARISTON APARECIDO FUZA - RO12362-A, RONI ARGEU PIGOZZO - RO9486-A
RELATÓRIO
Trata-se de recurso inominado interposto em face da sentença que julgou parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial. Inconformada, a concessionária alega que realizou inspeção de rotina na UC da parte Autora, encontrando irregularidades na medição do consumo, procedendo em seguida os cálculos da recuperação do consumo não faturado. Terminou pugnando pela reforma da sentença para que sejam julgados improcedentes os pedidos contidos na inicial e, consequentemente, a exigibilidade do débito apurado na recuperação de consumo.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o breve relatório.

VOTO

Conheço dos recursos, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.

Inicialmente é preciso registrar que o presente caso deve ser solucionado à luz da Lei n. 8.078/90, por ser de consumo a relação havida entre as partes, em virtude do disposto nos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor, que conceituam, respectivamente, as figuras do consumidor e do fornecedor.

Consta dos autos que o débito em questão refere-se a um processo de fiscalização, após inspeção de rotina realizada pelos técnicos da recorrente, na Unidade Consumidora, verificando irregularidade, ocasionando leitura de consumo incorreta e prejuízos para a Empresa.

A empresa juntou aos autos foto do medidor com as supostas irregularidades praticadas pela consumidora, no entanto, não conseguiu comprovar que a parte recorrida foi devidamente notificada acerca das irregularidades, pois, não há nos autos o comprovante com aviso de recebimento dos documentos necessários para a realização de defesa administrativa.

A jurisprudência do STJ é no sentido de que comprovado por meio de documentos que houve desvio de energia atribuível ao consumidor é possível a Cia de Energia Elétrica promover a recuperação de consumo, desde que sejam garantidos no processo administrativo o contraditório e a ampla defesa. Considerando que a recuperação de consumo foi realizado em 24/11/2022, conforme ID: 20253139, deve ser aplicada a nova resolução da Aneel, qual seja, 1000/2021, devendo ser observado os procedimentos elencados no art. 590 e 591:

Art. 590. Na ocorrência de indício de procedimento irregular, a distribuidora deve adotar as providências necessárias para sua fiel caracterização, compondo um conjunto de evidências por meio dos seguintes procedimentos:

I - emitir o Termo de Ocorrência e Inspeção – TOI, em formulário próprio, elaborado conforme instruções da ANEEL;

II - solicitar a verificação ou a perícia metrológica, a seu critério ou quando requerida pelo consumidor;

III - elaborar relatório de avaliação técnica quando constatada a violação do medidor ou demais equipamentos de medição, contendo as informações técnicas e a descrição das condições físicas de suas partes, peças e dispositivos, exceto quando for solicitada a perícia metrológica do inciso II;

IV - avaliar o histórico de consumo e das grandezas elétricas; e

V - implementar, quando julgar necessário:

a) medição fiscalizadora, com registros em memória de massa de pelo menos 15 dias consecutivos; e

b) recursos visuais, tais como fotografias e vídeos.

§ 1º A medição fiscalizadora, calibrada conforme padrão do INMETRO ou órgão metrológico delegado, pode permanecer instalada no circuito da medição de faturamento da unidade consumidora, com o objetivo de comparação das grandezas elétricas medidas, pelo tempo que a distribuidora julgar necessário.

§ 2º Enquadra-se como procedimento irregular o aumento de carga à revelia da distribuidora que cause defeito no sistema de medição, o que deve ser comprovado pela distribuidora.

§ 2º Enquadra-se como procedimento irregular o aumento de carga ou de geração à revelia da distribuidora que cause defeito no sistema de medição, o que deve ser comprovado pela distribuidora. (Redação dada pela REN ANEEL 1.059, de 07.02.2023)

§ 3º Em caso de defeito na medição sem comprovação do procedimento irregular ou do aumento de carga à revelia, a distribuidora deve proceder conforme Seção V do Capítulo VIII do Título I, não se aplicando o disposto neste Capítulo.

Art. 591. Ao emitir o TOI, a distribuidora deve:

I - entregar cópia legível ao consumidor ou àquele que acompanhar a inspeção, mediante recibo com assinatura do consumidor ou do acompanhante; e

II - informar:

a) a possibilidade de solicitação de verificação ou de perícia metrológica junto ao INMETRO ou ao órgão metrológico delegado;

b) os prazos, os custos de frete e de verificação ou da perícia metrológica, e que o consumidor será responsabilizado pelos custos se comprovada a irregularidade, vedada a cobrança de outros custos.

§ 1º É permitida a emissão eletrônica do TOI e a coleta eletrônica da assinatura do consumidor ou daquele que acompanhar a inspeção, devendo a distribuidora garantir a impressão no local ou o envio ao consumidor com comprovação do recebimento.

§ 2o Se o consumidor se recusar a receber a cópia do TOI, a distribuidora deve armazenar evidências que comprovem a recusa, inclusive, se for o caso, com prova testemunhal.

§ 3º Em caso de recusa do recebimento do TOI ou se não for o consumidor que acompanhar a inspeção, a distribuidora deve enviar ao consumidor em até 15 dias da emissão, por qualquer modalidade que permita a comprovação do recebimento, a cópia do TOI e demais informações dos incisos do caput.

§ 4º O consumidor tem 15 dias, contados a partir do recebimento do TOI, para solicitar à distribuidora a verificação ou a perícia metrológica no medidor e demais equipamentos junto ao INMETRO ou órgão metrológico delegado.

§ 5º As marcas de selagem que são controladas pelo INMETRO ou pelo órgão metrológico delegado não podem ser rompidas pela distribuidora enquanto dentro do prazo do § 4º ou antes da realização da verificação ou da perícia metrológica.

§ 6º A cópia do TOI e do conjunto de evidências utilizados para caracterização da irregularidade devem ser disponibilizadas adicionalmente no espaço reservado de atendimento pela internet. (grifei)

Nos autos verifica-se que a recorrida não realizou todas as etapas do procedimento de recuperação de consumo conforme artigos art. 590 e 591, posto que não há nos autos o comprovante de entrega da carta ao cliente de, onde estão descritos os valores devidos e o prazo para recurso. Diante disso tenho que não foram garantidos o contraditório e a ampla defesa à autora no processo administrativo para se proceder a recuperação de consumo.

A jurisprudência do Tribunal de Justiça de Rondônia também é no sentido de que somente são devidos os débitos de recuperação de consumo quando realizados os procedimentos elencados na Resolução e desde que oportunizado o contraditório e a ampla defesa no processo administrativo:

Apelação cível em ação de desconstituição de débito. Consumo energia elétrica. Apuração de irregularidade. Débito exigível. Diferença de consumo. Possibilidade de novo faturamento. Recurso provido. Constatada a irregularidade no medidor e oportunizadas a ampla defesa e o contraditório ao consumidor no processo de apuração e recuperação de consumo, não há de se falar em inexistência do débito. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7004648-44.2016.822.0004, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 21/10/2019 .

E mais:
"Apelação Cível. Energia elétrica. Recuperação de consumo. Não observância dos procedimentos da agência reguladora e das regras do contraditório e ampla defesa. Inexistência do débito. Corte do serviço. Negativação. Dano moral. Valor suficiente. Recursos não providos. É indevida a cobrança de valores a título de recuperação de consumo, por indício de procedimento irregular, sem que haja a rigorosa obediência aos procedimentos da agência reguladora para a caracterização da irregularidade e apuração do valor do consumo, e sem o cumprimento das regras do contraditório e ampla defesa.
Cabível a indenização por dano moral se, pelo débito discutido, apurado de forma indevida, ocorrer o corte do fornecimento do serviço essencial e a negativação do nome.
O valor da condenação a título de reparação por danos morais, tendo as características de suficiente, para o equilíbrio da reparação, não merece alteração." (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7014665-41.2022.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Sansão Saldanha, Data de julgamento: 20/10/2022). Grifei.
Sendo assim, a sentença deve ser mantida, não pela impossibilidade da cobrança referente a recuperação de consumo no geral, mas sim em razão da não observância dos requisitos para apuração de débitos pretéritos.
Por tais considerações, VOTO no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado, mantendo a sentença inalterada.
Condeno a Recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55, da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
Consumidor. Recuperação de consumo. Alteração no consumo. Ausência notificação ao consumidor. Ausência de contraditório e ampla defesa. Declaração de inexigibilidade. Recurso não provido. Sentença mantida.
A concessionária prestadora de serviço público deve seguir a risca os procedimentos impostos pela agência reguladora, sob pena de nulidade de seus atos.
Segundo a jurisprudência do STJ os débitos pretéritos apurados por fraude no medidor de consumo, causados pelo consumidor, podem ser cobrados por meio do processo de recuperação, desde que observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.
É incabível a suspensão do fornecimento de energia elétrica em razão da existência de débitos antigos, quando ausente a comprovação de legitimidade da recuperação de consumo.
É devida indenização pelo dano moral sofrido em decorrência de suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica com fundamento em fatura de cobrança de débitos pretéritos. Serviço prestado de forma ineficiente dano moral configurado.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7004826-89.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 24/02/2023 11:15:25
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: TAM LINHAS AEREAS S/A.
Advogado do(a) RECORRENTE: FERNANDO ROSENTHAL - SP146730-A
Polo Passivo: ANDREIA LUCIANA BRAZ NOBREGA
Advogado do(a) RECORRIDO: JORGE AVELINO LIMA DO AMARAL - RO10555-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. "Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão".
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
"S E N T E N Ç A
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes da má prestação do serviço de transporte aéreo contratado, posto que houve o cancelamento/alteração unilateral do voo previamente pactuado, ocasionando transtornos e danos ofensivos à honra do requerente, passíveis de serem indenizados, conforme pedido inicial e documentos apresentados.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e "maduro" para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Em não havendo arguição de preliminar, passo a análise do mérito da causa.

Pois bem!
Aduz a parte autora que adquiriu bilhetes de passagens da companhia requerida para o transporte aéreo. Contudo, afirma que voo foi cancelado/alterado unilateralmente pela ré, de modo que a parte autora foi realocada em novo voo com o mesmo itinerário chegando ao seu local de destino com mais de 204 horas de atraso, causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis.
A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, vez que a demandada é efetiva fornecedora de produtos (passagens aéreas) e prestadora de serviços (administração de venda de passagens aéreas, transporte aéreo, informes promocionais, etc...) e, como tal, deve se acautelar e responder plenamente por suas ações, não se aplicando o Código Brasileiro de Aeronáutica, conforme entendimento remansoso da jurisprudência pátria.
E, da análise dos documentos e argumentos apresentados, tenho que o pleito da parte requerente procede, restando evidenciada a falta de zelosa administração e execução do serviço prestado pela ré, assim como já decidido em inúmeros casos.
A parte autora adquiriu passagens aéreas da empresa demandada, confiando no cronograma, rapidez e na pontualidade da ré, de modo que viu-se frustrada e desamparada a partir do momento em que a requerida, de modo unilateral, desrespeitou os horários e itinerário contratado, realocando os passageiros em novo voo, gerando atraso considerável para chegada.
Deste modo, a alteração/cancelamento por ato unilateral da ré não deixa qualquer dúvida quanto à falta de zelo na prestação dos serviços a que se obrigara, valendo ressaltar que as empresas permissionárias ou concessionárias de serviço público têm obrigação de bem prestar o serviço contratado (art. 22, CDC), não representando a questão qualquer novidade nos corredores jurídicos.
A Pandemia de COVID-19, com início declarado pela Organização Mundial de Saúde – OMS, em 11/03/2020, já é um estado de "permanência" até a sua futura estabilização/fim, o que significa dizer que a Pandemia não emerge mais como um fator imprevisível ou uma excludente de responsabilidade para as empresas aéreas, posto que o lapso temporal decorrido (ano de 2020, a contar de março) já permitiu a readequação e adoção dos protocolos de prevenção e combate à propagação do vírus SARS-COV-2. As empresas retomaram os voos e se adequaram à malha aérea viária, de sorte que, para fins de afastamento da responsabilidade civil, devem comprovar a existência de outros fatores ou fatos excludentes, como mau tempo e fechamento de aeroportos, impedimento de voo ou aterrisagem por autoridades públicas ou aeroportuárias, sob pena de indenizarem o passageiro pelos danos morais decorrentes do descaso e da alteração de voo e itinerário, imposto maior tempo de viagem e cansaço. Ademais disto, a eventual ocorrência de causa impeditiva do voo e justificadora da alteração e itinerário, não retira a obrigação da empresa de avisar previamento o consumidor e deixá-lo bem informado.
Desse modo, não vinga a tese da empresa aérea de que o voo fora cancelado em decorrência de problemas operacionais, caso fortuito e força maior decorrentes da crise da Pandemia de coronavírus, posto que não há qualquer comprovação de situação relacionada a Pandemia que restringisse ou alterasse o transporte aéreo, deixando de cumprir o mister previsto nos arts. 4º e 6º, do CDC, e 333, II, CPC/2015, fazendo vingar a afirmativa de cancelamento unilateral de voo regularmente programado e contratado com antecedência.
A alteração de malha viária, como já entendido em vários outros casos idênticos, não é motivo suficiente para rejeitar a pretensão autoral. Todas as ações da ré devem ser relatadas e documentadas, sob pena de se acolher como verdadeiros os argumentos do passageiro e consumidor, principalmente quando este apresenta prova correlata do direito vindicado.
A responsabilidade surge indiscutível, sendo que a demandada conta com o risco operacional e administrativo, assumindo-o por completo, de modo que deve melhor se equipar e se preparar para receber e tutelar o consumidor, fornecendo informações precisas e corretas, prestando auxílio material e todo o apoio, a fim de evitar desencontros e maiores frustrações. Enquanto isto não ocorrer, deve o Judiciário tutelar a questão promovendo o equilíbrio de forças entre o grande (a ré) e o pequeno (o consumidor).
Nesse sentido, atentando para o caso em tela, verifico a frustração experimentada (cancelamento/alteração do voo, falta de informação e atraso de mais de 20 horas) gerou dano moral, consubstanciada no desamparo, na impotência e na angústia de ver unilateral e forçadamente alterada o contrato celebrado regularmente e com bastante antecedência.
A requerida fora negligente na execução do contrato e na produção de provas que a absolvessem da imputação feita, deixando de cumprir o mister de apresentar prova de causa impeditiva, modificativa ou extintiva do direito alegado e comprovado pelo autor (art. 373, II, CPC, e 4º e 6º, CDC).
Não pode o consumidor, parte frágil na relação e sem qualquer poder decisório ou de influência (bem como de acesso a informações e documentos de gerência), arcar com todos os prejuízos e "engolir" o atraso e posterior cancelamento do voo.
Pacífico o entendimento jurisprudencial:
"Apelação cível. Pedido suspensão do processo. Pandemia Covid-19. Prejuízo econômico. Impossibilidade. Transporte aéreo. Cancelamento/atraso de voo. Dano moral configurado. Quantum indenizatório. Manutenção. Recurso desprovido. É vedada ao magistrado a suspensão do processo, em razão da crise econômica causada pela pandemia da COVID-19, ante a ausência de previsão legal e pelo fato de que a matéria carece de prova, o que deve ser discutido em recurso próprio. Provada a falha na prestação de serviço consistente em cancelamento de voo com o consequente atraso de 24 horas, devida a indenização por dano moral resultante da demora, desconforto, aflição e dos transtornos suportados pelo passageiro. No tocante ao quantum indenizatório, este deve atender aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, para que não seja considerado irrisório ou elevado, de modo que a condenação atinja seus objetivos. (TJ-RO - AC: 70146200820208220001 RO 7014620-08.2020.822.0001, Data de Julgamento: 20/11/2020)";
"RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CANCELAMENTO DE VOO EM RAZÃO DOS REFLEXOS DA PANDEMIA DO COVID-19. CASO FORTUITO. DIVERSAS REALOCAÇÕES. ATRASO DE APROXIMADAMENTE 04 (QUATRO) DIAS PARA CHEGAR AO DESTINO FINAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MAJORAÇÃO. ADEQUAÇÃO AOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE. JUROS MORATÓRIOS DESDE A CITAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Propósito recursal de majoração dos danos morais para o valor de 40 (quarenta) salários mínimos. 2. Na fixação do montante da condenação a título de danos morais, deve-se atender a uma dupla finalidade: reparação e repressão. Há que se observar a capacidade econômica da atingida e a do ofensor, para evitar o enriquecimento injustificado, bem como também garantir o viés pedagógico da medida, desestimulando-se a repetição do ato ilícito. 3. Quantum indenizatório fixado em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), que merece a devida majoração, adequando-se o valor do dano extrapatrimonial ao critério da razoabilidade. 4. Sentença parcialmente reformada. 5. Recurso conhecido e parcialmente provido. (TJ-MT 10099962120208110002 MT, Relator: LUIS APARECIDO BORTOLUSSI JUNIOR, Data de Julgamento: 04/05/2021, Turma Recursal Única, Data de Publicação: 12/05/2021)";
"Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Consumidor. Cancelamento de voo. Dano moral. Ocorrência. Quantum indenizatório. Proporcionalidade. 1. O cancelamento injustificado de voo previamente contratado pelo consumidor gera dano moral. 2. O quantum indenizatório deve ser fixado em valor justo e proporcional ao abalo suportado pelo consumidor. (TJ-RO - RI: 70132207820198220005 RO 7013220-78.2019.822.0005, Data de Julgamento: 17/08/2020)";

"APELAÇÃO - INDENIZAÇÃO - DANOS MATERIAIS E MORAIS - CONVENÇÃO DE MONTREAL - CANCELAMENTO DE VOO - DANOS MORAIS - CONFIGURAÇÃO - QUANTUM INDENIZATÓRIO - DANOS MATERIAIS. No julgamento o RE 636.331, sob o regime de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal decidiu que, se tratando de transporte aéreo internacional, as Convenções de Varsóvia e Montreal têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor, somente nos caso de danos materiais decorrentes de extravio de bagagem. O cancelamento de voo, com alteração da programação da viagem do passageiro, é suficiente para causar dano moral. A fixação do quantum indenizatório por danos morais é tarefa cometida ao juiz, devendo seu arbitramento operar-se com razoabilidade, proporcionalmente ao grau de ilícito, ao nível socioeconômico da parte ofendida, o porte do ofensor e, ainda, levando-se em conta as circunstâncias do caso. Não estando evidenciado o prejuízo material suportado pela parte, não se defere a respectiva indenização. (TJ-MG - AC: 10000205391436001 MG, Relator: Evangelina Castilho Duarte, Data de Julgamento: 17/12/2020, Câmaras Cíveis / 14ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/12/2020)";

O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.

A presunção do dano moral é absoluta, implicando em dizer que o referido dano está consubstanciado na sensação de impotência em não se poder viajar no dia e hora aprazados, não se podendo substituir a tempo e a contento (principalmente em rapidez) referido meio de transporte para se conseguir cumprir obrigação e compromissos agendados.

Sendo assim, levando-se em consideração que as condutas no setor de transporte aéreo tem se repetido, evidenciando a falta de maiores investimentos e de melhor trato ao consumidor, bem como em atenção à casuística revelada (atraso de pelo menos 20 horas) e a condição econômica das partes, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum no patamar de R$ 10.000,00 (dez mil reais), como forma de disciplinar a empresa demandada e a dar satisfação pecuniária à requerente.

A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, de modo que o valor acima arbitrado está sintonizado com os princípios expostos assim como com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitando-se o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa "indústria do dano moral".

É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, à imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas fornecedoras de serviços públicos e/ou essenciais.

Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.

POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo(a) autor(a) para o fim de CONDENAR A REQUERIDA NO PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), À TÍTULO DOS RECONHECIDOS DANOS MORAIS, ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA (TABELA OFICIAL TJ/RO) E JUROS LEGAIS, SIMPLES E MORATÓRIOS, DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, A PARTIR DA PRESENTE CONDENAÇÃO (SÚMULA 362, STJ).

Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015). "

Em respeito as razões recursais, ressalto que, em que pese a alegação da empresa aérea que é isenta de responsabilidade, seja por alteração de malha aérea, ou devido ao fato de as passagens serem emitidas pela agência de viagem, via milhas, entendo não possuir razão. Há a responsabilidade de indenizar quando o dano é causado de forma injustificada ou por fortuito interno, motivo pelo qual a manutenção da sentença é medida que se impõe.

Por tais considerações, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.

Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.

Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.

É como voto.

EMENTA

RECURSO INOMINADO. AVIAÇÃO. CANCELAMENTO DE VOO. MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01

Processo: 7068198-12.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

Data distribuição: 15/05/2023 10:51:12

Data julgamento: 05/07/2023

Polo Ativo: VALDUINO JOSE MARTINS

Advogado do(a) RECORRENTE: PAULO ROBERTO DA SILVA MACIEL - RO4132-A

Polo Passivo: GOL LINHAS AEREAS S.A.

Advogado do(a) RECORRIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059-A

RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. "Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão".
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
S E N T E N Ç A
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes da má prestação do serviço de transporte aéreo contratado, posto que houve o atraso injustificado de voo, causando transtornos ofensivos à honra do requerente, passíveis de serem indenizados, conforme pedido inicial e documentos apresentados.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e "maduro" para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Não havendo nenhuma arguição de preliminar ou prejudicial, passo à análise do mérito da causa.
Pois bem!
Aduz a parte autora que adquiriu bilhetes de passagens da companhia requerida para o transporte aéreo. Contudo, afirma que voo foi cancelado/alterado unilateralmente pela ré, de modo que a parte autora foi realocada em novo voo com o mesmo itinerário chegando ao seu local de destino com mais de 10 horas de atraso, causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis.
A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, vez que a demandada é efetiva fornecedora de produtos (passagens aéreas) e prestadora de serviços (administração de venda de passagens aéreas, transporte aéreo, informes promocionais, etc...) e, como tal, deve se acautelar e responder plenamente por suas ações, não se aplicando o Código Brasileiro de Aeronáutica, conforme entendimento remansoso da jurisprudência pátria.
E, da análise dos documentos e argumentos apresentados, tenho que o pleito do requerente procede, restando evidenciada a falta de zelosa administração e execução do serviço prestado pela ré, assim como já decidido em inúmeros casos.
O(a) autor(a) comprou passagens aéreas da empresa demandada, confiando no cronograma, rapidez e na pontualidade da ré, de modo que se viu frustrado e desamparado a partir do momento em que a requerida, de modo unilateral, desrespeitou os horários e itinerário contratado, realocando os passageiros em novo voo com atraso exacerbado.
Deste modo, a alteração por ato unilateral da ré não deixa qualquer dúvida quanto à falta de zelo na prestação dos serviços a que se obrigara, valendo ressaltar que as empresas permissionárias ou concessionárias de serviço público têm obrigação de bem prestar o serviço contratado (art. 22, CDC), não representando a questão qualquer novidade nos corredores jurídicos.
Desse modo, não vinga a tese da empresa aérea de que o voo fora cancelado em decorrência de problemas operacionais, caso fortuito e força maior, posto que não há nenhuma comprovação das referidas hipóteses, deixando de cumprir o mister previsto nos arts. 4º e 6º, do CDC, e 333, II, CPC/2015, fazendo vingar a afirmativa de cancelamento/alteração unilateral de voo regularmente programado e contratado com antecedência
Todas as ações da ré devem ser relatadas e documentadas, sob pena de se acolher como verdadeiros os argumentos do passageiro e consumidor, principalmente quando este apresenta prova correlata do direito vindicado.
A responsabilidade surge indiscutível, sendo que a demandada conta com o risco operacional e administrativo, assumindo-o por completo, de modo que deve melhor se equipar e se preparar para receber e tutelar o consumidor, fornecendo informações precisas e corretas, prestando auxílio material e todo o apoio, a fim de evitar desencontros e maiores frustrações. Enquanto isto não ocorrer, deve o Judiciário tutelar a questão promovendo o equilíbrio de forças entre o grande (a ré) e o pequeno (o consumidor).
Nesse sentido, atentando para o caso em tela, verifico a frustração experimentada (cancelamento do voo, falta de informação e atraso de mais de 10 horas) gerou dano moral, consubstanciada no desamparo, na impotência e na angústia de ver unilateral e forçadamente alterado o contrato celebrado regularmente e com bastante antecedência.
A requerida fora negligente na execução do contrato e na produção de provas que a absolvessem da imputação feita, deixando de cumprir o mister de apresentar prova de causa impeditiva, modificativa ou extintiva do direito alegado e comprovado pelo autor (art. 373, II, CPC, e 4º e 6º, CDC).
Não pode o consumidor, parte frágil na relação e sem qualquer poder decisório ou de influência (bem como de acesso a informações e documentos de gerência), arcar com todos os prejuízos e "engolir" o atraso e posterior cancelamento do voo.
Pacífico o entendimento jurisprudencial:
"RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO NACIONAL. CANCELAMENTO DE VOO. ALTERAÇÃO. DANO MORAL DEVIDO. SENTENÇA MANTIDA. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7013687-64.2022.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Cristiano Gomes Mazzini, Data de julgamento: 14/12/2022)";
"CONSUMIDOR. AVIAÇÃO. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO DE VOO. PROBLEMAS TÉCNICOS OPERACIONAIS. EXCLUDENTE NÃO CONFIGURADA. DANO MORAL MAJORADO. SENTENÇA REFORMADA. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7044465-17.2022.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Cristiano Gomes Mazzini, Data de julgamento: 14/12/2022)";

Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Consumidor. Cancelamento de voo. Dano moral. Ocorrência. Quantum indenizatório. Proporcionalidade. 1. O cancelamento injustificado de voo previamente contratado pelo consumidor gera dano moral. 2. O quantum indenizatório deve ser fixado em valor justo e proporcional ao abalo suportado pelo consumidor. (TJ-RO - RI: 70132207820198220005 RO 7013220-78.2019.822.0005, Data de Julgamento: 17/08/2020)";

O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.

A presunção do dano moral é absoluta, implicando em dizer que o referido dano está consubstanciado na sensação de impotência em não se poder viajar no dia e hora aprazados, não se podendo substituir a tempo e a contento (principalmente em rapidez) referido meio de transporte para se conseguir cumprir obrigação e compromissos agendados.

Sendo assim, levando-se em consideração que as condutas no setor de transporte aéreo tem se repetido, evidenciando a falta de maiores investimentos e de melhor trato ao consumidor, bem como em atenção à casuística revelada (atraso de pelo menos 10 horas) e a condição econômica das partes, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum no patamar de R$10.000,00 (dez mil reais), como forma de disciplinar a empresa demandada e a dar satisfação pecuniária à requerente.

A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, de modo que o valor acima arbitrado está sintonizado com os princípios expostos assim como com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitando-se o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa "indústria do dano moral".

É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, à imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas fornecedoras de serviços públicos e/ou essenciais.

Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.

POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo(a) autor(a) para o fim de CONDENAR A REQUERIDA NO PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), À TÍTULO DOS RECONHECIDOS DANOS MORAIS, ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA (TABELA OFICIAL TJ/RO) E JUROS LEGAIS, SIMPLES E MORATÓRIOS, DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, A PARTIR DA PRESENTE CONDENAÇÃO (SÚMULA 362, STJ). (...)

Em respeito as razões recursais, ao não observar os horários que se obrigou a cumprir, a companhia aérea ré incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa dos consumidores que acreditavam poder embarcar e desembarcar conforme os termos contratuais originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.

Por tais considerações, voto para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.

Em razão da sucumbência, condeno a Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.

Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.

É como voto.

EMENTA

RECURSO INOMINADO. AVIAÇÃO. CANCELAMENTO DE VOO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. INTERCORRÊNCIAS NO AEROPORTO DE ORIGEM. FORTUITO INTERNO. RECURSO NÃO PROVIDO. MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. SENTENÇA MANTIDA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01

Processo: 7080345-70.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

Data distribuição: 10/04/2023 09:30:08

Data julgamento: 05/07/2023

Polo Ativo: DELORICE DE PAULA RIBEIRO

Advogado do(a) RECORRENTE: LEANDRO TONELLO ALVES - RO8094-A

Polo Passivo: BANCO BMG SA

Advogado do(a) RECORRIDO: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA - MG108112-A

RELATÓRIO

Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.

VOTO

Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.

Pois bem. Desde as primeiras sessões na turma, esclareci que o tema me intrigava e que, tão logo tivesse meios para me dedicar a fundo na matéria, a analisaria para além da colegialidade, com a finalidade de continuar a acompanhá-la com maior reforço, contribuindo com os argumentos ou para chegar as minhas conclusões e ofertá-las à turma. Pois bem, após semanas analisando e refletindo sobre o tema, cheguei a uma conclusão diversa daquela que vem sendo adotada neste colegiado e, então, passo a delimitar os parâmetros do meu convencimento.

Após analisar diversas pretensões, contra as mais variadas instituições financeiras, consigo estabelecer premissas comuns a todas elas. Algumas partes falam em terem sido abordadas pela instituição financeira, umas falam em oferta de empréstimo consignado, enquanto outras mencionam a busca por crédito.

O elemento comum a todas essas formas de apresentação do "produto", é o de que não há negativa de que houve a contratação.
A modalidade de contrato, em casos quejandos, é por adesão, método permitido por lei e que, por força do princípio da transparência, deve ser claro, objetivo.
Enquanto a parte autora trouxe sua pretensão e diz ter buscado modalidade de empréstimo, sendo surpreendida por metodologia diversa, a instituição financeira fez prova de que o contrato têm em seu cabeçalho, expressamente, a modalidade de contratação por meio de cartão de crédito. O contrato tem a assinatura da parte, menção a juros, pagamento mínimo.
Aqui é necessário aclarar que a modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa.
Esclarecendo, a modalidade de empréstimo utiliza como premissas a liberação de valores de forma antecipada ao recebimento do plástico que, após sua entrega, pode ser usado como um cartão de crédito convencional – permitindo saque e compras, sendo que a fatura é encaminhada para pagamento, normalmente.
Muitas petições iniciais inserem a problemática aí, mencionando a questão específica do PAGAMENTO MÍNIMO como um elemento presumidamente de fraude, haja vista que, com o simples pagamento mínimo, tornar-se-ia impossível a quitação do contrato, dando a entender que à parte é impossível pagar a fatura além do mínimo, ou que isso não encontra assento no contrato. Os juros não são aqueles estabelecidos para os cartões de crédito regulares, não associados a contratos de pagamento por consignação e, embora a modalidade pratique juros acima daqueles correspondentes a empréstimos consignados "puros", não podem ser considerados vedados, porquanto dentro dos limites praticados em um mercado que é regulado pelo Banco Central.
O valor mínimo que está lançado na fatura corresponde, via de regra, ao limite consignável e, quando esse já foi comprometido, àqueles 5% que foram permitidos pelo legislador ordinário nos incisos I e II do §1º do artigo 1º da Lei 10.820/2003. Em outras palavras, por força de contrato, mas, principalmente, por força de lei, a instituição financeira não pode extrapolar os limites consignáveis sob pena de, aí sim, promover a conduta ilegal, reprovável e indenizável.
Quando se conspurca a metodologia de forma absoluta, tratando-a como NULA, e não meramente anulável sob certas condições, despreza-se, além da própria regulamentação do Estado, a capacidade dos indivíduos, suas experiências comerciais em geral e torna presunções relativas em absolutas. Não se pode partir da premissa de que todos os consumidores são inexperientes, incautos e desprotegidos. Em muitos casos, a impugnação ao contrato veio após dois, três ou mais anos. Como compreender que há um recebimento, descontos por meses a fio e que só surpreendem o consumidor após tamanho decurso de tempo?
Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca.
As provas aqui, em geral, são documentais e o consumidor, embora hipossuficiente em relação a instituição financeira, por força da boa-fé objetiva, deve trazer elementos claros que demonstrem a causa da anulabilidade, somente sendo passível a inversão do ônus da prova naqueles casos em que não detém meios de acostar os documentos por circunstâncias justificáveis, e que devem estar ancoradas na inicial. Trazer a causa da anulabilidade de forma objetiva é o que baliza, também, o exercício da defesa, sem o qual demoniza-se o contraditório, lhe relegando um papel de impossibilidade e de mera formalidade teórica.
No Brasil houve a adoção do pacta sunt servanda, ou seja, a não ser em hipóteses específicas, os contratos devem ser cumpridos, de forma que, portanto, o exame de anulabilidade deve corresponder a uma circunstância específica que justifique a quebra e eventual descumprimento de contrato, vedando-se o enriquecimento sem causa.
Desta forma, havendo contrato assinado entre as partes, observadas as formalidades necessárias, a clareza de que se trata de um instrumento representativo de empréstimo por meio de cartão de crédito consignado, respeitando-se os limites legais da consignação e juros admitidos pelo BACEN, não havendo provas de vícios capazes de invalidá-lo, deverá ser considerado válido.
No caso em testilha, como na maioria deles, cinge-se o recurso na análise da legalidade do contrato de cartão de crédito na modalidade de RMC - Reserva de Margem Consignável, firmado entre as partes, e, consequentemente, se for o caso, a restituição em dobro dos valores descontados, bem como da indenização por danos morais acerca da efetivação dos referidos descontos.
A parte autora aduz que realizou empréstimo com a instituição bancária, contudo desconhecia a modalidade de cartão de crédito pela Reserva de Margem Consignada – RMC.
O banco recorrido, por sua vez, argumentou acerca da regularidade de sua conduta, juntando cópia do contrato entabulado bem como outros documentos que evidenciam o negócio entabulado entre as partes.
Da análise dos autos, tem se que a despeito das alegações da parte autora de que foi induzida a erro, as provas demonstram o contrário. No contrato de ID 19318876, assinado pela parte autora, está bem destacado a modalidade contratada não havendo que se falar em ausência de informação adequada.
Embora haja a negativa veemente da parte autora acerca da ciência da modalidade contratada, nos autos não restou demonstrado minimamente o vício de consentimento na celebração do referido contrato com as cláusulas que autorizam a reserva de margem consignável referente ao valor mínimo do cartão de crédito consignado.
Inexistindo provas de que houve vício na contratação entre as partes deve-se observar o princípio do pacta sunt servanda. Dessa maneira, ante a ausência de ilícito civil cometido pelo requerido o pleito da parte autora deve ser negado.
Nesse sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, destacando-se que o alinhamento desta turma com a Corte Estadual é medida que favorece a segurança jurídica. Vejamos:
Apelação cível. Ação de restituição de valores c/c indenização por dano moral. Cartão de crédito consignado. RMC. Contratação. Legalidade. Desconto mensal. Valor mínimo. Folha de pagamento. Exercício regular de direito. Dano moral. Inexistente. Recurso provido. Comprovada a contratação do cartão de crédito com margem consignável mediante contrato com cláusula expressa quanto ao desconto mensal do valor mínimo indicado na fatura, não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de RMC, ou caracterização do dano moral, devendo-se observar o princípio pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7003965-22.2021.822.0007, Rel. Des. Alexandre Miguel, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 6/12/2021).
Apelação cível. Contrato de Cartão de Crédito Consignado. Reserva de Margem Consignável – RMC. Contratação comprovada. Dano moral. Não configuração. Repetição do indébito. Indevido. Comprovada a contratação de cartão de crédito consignado, inclusive com termos claros e inequívocos quanto ao seu objeto, não há que se falar em indenização por dano moral ou repetição de indébito, mormente se considerar que o desconto se efetiva nos termos previamente contratados (TJ-RO – AC: 7002361-60.2020.822.0007, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 22/10/2021).

Apelação cível. Cartão de crédito consignado. Margem consignável. RMC. Descontos em benefício previdenciário. Relação jurídica comprovada. Assinatura da contratante. Ausência de vício. Recurso provido. Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral, devendo-se operar o princípio do pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7010666-33.2020.822.0007, Rel. Des. José Torres Ferreira, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 9/12/2021).

Desta forma, considero que houve a contratação de forma espontânea e que, ao alegar a existência de defeito no negócio jurídico, a parte atraiu o ônus de prová-lo, do que não se desincumbiu, razão pelas quais seus pedidos devem ser julgados improcedentes.

Pelos mesmos argumentos não merecem subsistir a pretensão de conversão em contrato de empréstimo consignado e de indenização por danos morais.

Diante do exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela parte consumidora, mantendo a sentença inalterada.

Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente vencido ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, com base no artigo 55 da Lei 9.099/95, o qual fica suspenso em razão da gratuidade deferida ao consumidor.

Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.

É como voto.

EMENTA

Recurso Inominado. Cartão de crédito consignado. A modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa. AUSÊNCIA DE NULIDADE ABSOLUTA. Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/ transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca. Não existindo tais elementos nos autos, a pretensão é improcedente. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01

Processo: 7045481-06.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

Data distribuição: 25/04/2023 16:29:40

Data julgamento: 05/07/2023

Polo Ativo: FRANCISCO TELHERIA MONTENEGRO

Advogado do(a) RECORRENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073-A

Polo Passivo: BANCO BMG SA

Advogado do(a) RECORRIDO: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO - PE32766-A

RELATÓRIO

Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.

VOTO

Conheço do recurso interposto, eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.

A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

No caso dos autos, a parte autora aduz que realizou empréstimo com a instituição bancária, contudo, afirma que desconhece a modalidade de Reserva de Margem Consignada – RMC. Assim, o ônus da prova, prima facie, incumbe ao autor. Todavia, é patente a transferência do encargo ao banco quando este assevera existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito contra ele pleiteado, consoante regra do art. 373, II, do CPC.

Pois bem.

A hipossuficiência da parte autora é técnica, competindo ao banco recorrente trazer provas de suas objeções, uma vez que detém documentos e aparatos técnicos para tanto.

In casu, apesar de o banco não colacionar aos autos contrato devidamente assinado pela parte autora, conseguiu demonstrar a contratação pela juntada das faturas com os devidos gastos realizados pela parte autora. Não se mostra crível que o Autor alegue o desconhecimento do cartão de crédito e faça uso deste com gastos corriqueiros, conforme consta no ID Nº 19530479 e 19530478, que evidenciam a legalidade do instrumento contratual.

Embora haja a negativa veemente da parte recorrente sobre ciência da modalidade contratada, nos autos não restou demonstrado minimamente o vício de consentimento na celebração do referido contrato e com as cláusulas que autorizam a reserva de margem consignável referente ao valor mínimo do cartão de crédito consignado.

Inexistindo vício na contratação entre as partes, deve-se observar o princípio pacta sunt servanda. Dessa maneira, ante a ausência de ilícito civil cometido pelo recorrido, tem-se como improcedente a pretensão autoral, não atendendo-se a pretensão recursal.

Sobre o tema, há precedentes do Tribunal de Justiça de Rondônia, aos quais me filio:

Apelação cível. Ação de restituição de valores c/c indenização por dano moral. Cartão de crédito consignado. RMC. Contratação. Legalidade. Desconto mensal. Valor mínimo. Folha de pagamento. Exercício regular de direito. Dano moral. Inexistente. Recurso provido. Comprovada a contratação do cartão de crédito com margem consignável mediante contrato com cláusula expressa quanto ao desconto mensal do valor mínimo indicado na fatura, não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de RMC, ou caracterização do dano moral, devendo-se observar o princípio pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7003965-22.2021.822.0007, Rel. Des. Alexandre Miguel, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 6/12/2021).
Apelação cível. Contrato de Cartão de Crédito Consignado. Reserva de Margem Consignável – RMC. Contratação comprovada. Dano moral. Não configuração. Repetição do indébito. Indevido. Comprovada a contratação de cartão de crédito consignado, inclusive com termos claros e inequívocos quanto ao seu objeto, não há que se falar em indenização por dano moral ou repetição de indébito, mormente se considerar que o desconto se efetiva nos termos previamente contratados (TJ-RO – AC: 7002361-60.2020.822.0007, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 22/10/2021).
Apelação cível. Cartão de crédito consignado. Margem consignável. RMC. Descontos em benefício previdenciário. Relação jurídica comprovada. Assinatura da contratante. Ausência de vício. Recurso provido. Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral, devendo-se operar o princípio do pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7010666-33.2020.822.0007, Rel. Des. José Torres Ferreira, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 9/12/2021).
Neste contexto, considerando que houve a contratação de forma espontânea e que o ônus da prova sobre a leitura do contrato recai sobre a parte autora, seus pedidos devem ser julgados improcedentes.
Pelos mesmos argumentos não merecem subsistir a pretensão de conversão em contrato de empréstimo consignado e de indenização por danos morais, muito menos devolução de valores.
Diante do exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela parte consumidora, mantendo a sentença inalterada.
Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente vencido ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, com base no artigo 55 da Lei 9.099/95, o qual fica suspenso em razão da gratuidade deferida ao consumidor.
Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. LEGALIDADE. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO. A modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma.
Restando demonstrado a contratação do cartão de crédito com margem consignada e não logrando o autor demonstrar a existência de vício de consentimento que macule o negócio realizado, deve ele ser considerado válido, vigorando o princípio do pacta sunt servanda.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7059170-20.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 12/06/2023 18:02:40
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogados do(a) RECORRENTE: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664-A, ESTEVAO ARAUJO PAIVA DE CASTRO FILHO - PB29838-A, KESIA SILVA OLIVEIRA - PB25948-A
Polo Passivo: PATRICIA PEREIRA CALIXTO e outros
Advogado do(a) RECORRIDO: JOAO PAULO SILVINO AGUIAR - RO336486-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.
“Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”.
Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:
“SENTENÇA
Relatório dispensado por força do art. 38 da Lei 9099/95.
Trata-se de ação de obrigação de fazer e indenização por danos morais, na qual pleiteia a autora o restabelecimento do serviço de fornecimento de energia elétrica e a indenização por danos morais.
Narra a autora que a empresa requerida suspendeu indevidamente o fornecimento de energia elétrica em sua residência, uma vez que houve a alteração do UC de forma unilateral e, por não reconhecer a titularidade da conta enviada para o seu endereço, não efetuou o pagamento. Foi concedida tutela antecipada de urgência para restabelecimento da energia elétrica.

A ré em defesa afirma que suspendeu o pagamento em razão da ausência de pagamento relativo ao mês de junho, com vencimento em agosto. Apresenta, para tanto, documentos com a UC 2155564, no qual consta como titular a IGREJA PENTECOSTAL SOL DA JUSTIÇA.
Não havendo preliminares ou questões processuais pendentes, passo à análise do mérito.
Promovo o julgamento antecipado do processo, com base no art. 355,I do CPC, tendo em vista se tratar de questão unicamente de direito, cujo suporte probatório trazido aos autos é suficiente para o deslinde da questão.
Aplica-se ao caso o Código de Defesa do Consumidor, tendo em vista se tratar de relação jurídica consumerista, na qual a autora se insere no conceito de consumidor (art. 2º do CDC) e a ré no de fornecedor (art. 3º do CDC). Assim, a responsabilidade civil é de natureza subjetiva, tendo como pressupostos a conduta, o dano e o nexo de causalidade, prescindindo da análise de culpa, só sendo afastada caso se comprove a ocorrência de uma das causas excludentes previstas no art. 14, § 3° do CDC.
É fato incontroverso a existência de suspensão do serviço de energia elétrica, por débito referente à UC 2155564, de titularidade da IGREJA PENTECOSTAL SOL DA JUSTIÇA. Assim, o ponto controvertido da presente demanda reside no fato deste UC não se referir ao imóvel da autora, refletindo um equívoco da ré, tornando ilícita a suspensão do serviço.
A autora comprovou por meio das faturas (ID 80307312) que possui vínculo com a empresa ré, constando, no entanto, como Unidade Consumidora (UC) o número de registro 20/2111610-8.
A requerida, por seu turno, não comprovou justo motivo para proceder com a suspensão da energia elétrica da autora, do contrário, informa que o cancelamento se deu em relação ao inadimplemento, porém apresenta fatura de cobrança de UC e titularidades diversos, em nome da IGREJA PENTECOSTAL, sem se desincumbir do ônus de demonstrar se houve, no local, alteração da titularidade da referida conta, a justificar sua conduta.
O autor comprovou as alegações prestadas na peça inicial, o fato constitutivo do seu direito, cabia à ré, na forma do artigo 373, inciso II, do CPC, comprovar a legitimidade de seus atos, como fato impeditivo do direito alegado, o que não fez, portanto, merece procedência em parte o pedido inicial.
Dos danos morais pela suspensão do fornecimento de energia
O fornecimento de energia elétrica trata-se de serviço essencial, sendo assim, só pode ser interrompido em condições excepcionais, o que não ocorreu no caso em questão.
O dano moral, neste caso, é presumido. Assevero como agravante o fato de que a ré realizou por duas vezes o corte da energia elétrica a despeito da antecipação de tutela concedida por este juízo.
Desta forma, resta caracterizada a ofensa ao direito de personalidade da parte autora, de modo que possui direito à percepção de indenização moral, pois a interrupção do serviço foi injustificada e abusiva. Não se trata de mero aborrecimento comum, mas de significativo transtorno, tendo em vista a essencialidade do serviço de energia elétrica, o qual interfere na própria manutenção da dignidade da pessoa humana.
Presente o dano moral, a fixação do quantum indenizatório deve observar o critério bifásico estabelecido pelo Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual, deve-se observar o entendimento jurisprudencial e além da capacidade econômica do agente, as condições sociais do ofendido, o grau de reprovabilidade da conduta, bem como a proporcionalidade, vedação ao enriquecimento sem causa e o papel punitivo e pedagógico da indenização. Por tais motivos, fixo o valor da indenização em R$ 5.000,00.
Do pedido de indenização por danos morais do requerente JOSE AREVALO GOMES
Afirma o segundo autor, JOSE AREVALO GOMES, ser o proprietário do imóvel em questão, que atualmente está em posse da primeira autora, PATRÍCIA PEREIRA CALIXTO em razão de contrato de locação.
Desta forma, com a celebração do contrato de locação houve o desdobramento da posse, sendo o segundo autor possuidor indireto, que não sofreu consequências com a suspensão do fornecimento de energia elétrica.
Conforme supramencionado, o dano moral decorre da violação de direito à personalidade apto a causar forte abalo psicológico. Assim, a alegação de que a locatária teria ficado com raiva do locador em razão do ocorrido não é fato suficiente a configurar dano moral indenizável, por se tratar de hipótese que não transpõe a esfera do mero aborrecimento.
Ante o exposto:
JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial e, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, extingo o feito com resolução de mérito para confirmar a tutela antecipada concedida e CONDENAR a requerida a pagar à primeira autora, PATRÍCIA PEREIRA CALIXTO, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por DANOS MORAIS, corrigido monetariamente pelos índices oficiais do TJRO e acrescido de juros de 1% ao mês, a partir desta decisão.
JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por danos morais referentes ao segundo autor, JOSE AREVALO GOMES(....)"
Em respeito às razões recursais, destaco que, de fato, restou incontroversa a interrupção no fornecimento de energia sem justo motivo. Em que pese a alegação da empresa requerida de legalidade das cobranças, há nos autos faturas emitidas em nome de terceiro, nas quais não podem se fundar o débito existente. Por esses motivos a manutenção da sentença é medida que se impõe.
Ante o exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, mantendo-se inalterada a sentença.
Condeno a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 15% (quinze por cento) sob o valor da causa, nos termos da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
Consumidor. Suspensão de fornecimento de energia elétrica. Fatura em nome de terceiro. Indevido. Dano moral existente. Recurso improvido
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7008466-97.2022.8.22.0002 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 16/06/2023 16:27:18
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ELIEL XAVIER DO NASCIMENTO
Advogado do(a) AUTOR: PAULO PEDRO DE CARLI - RO6628-A
Polo Passivo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) AUTOR: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871-A
RELATÓRIO
Trata-se de recurso inominado interposto em face da sentença que julgou parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial. Inconformada, a parte autora pleiteia pelo reconhecimento da inexistência do débito e dos danos morais.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o breve relatório.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Inicialmente é preciso registrar que o presente caso deve ser solucionado à luz da Lei n. 8.078/90, por ser de consumo a relação havida entre as partes, em virtude do disposto nos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor, que conceituam, respectivamente, as figuras do consumidor e do fornecedor.
Consta dos autos que o débito em questão refere-se a um processo de fiscalização, após inspeção de rotina realizada pelos técnicos da recorrente, na Unidade Consumidora, verificando irregularidade, ocasionando leitura de consumo incorreta e prejuízos para a Empresa.
A empresa recorrida juntou aos autos foto do medidor com as supostas irregularidades praticadas pelo consumidor, no entanto, não conseguiu comprovar que a parte recorrente foi devidamente notificada acerca das irregularidades, pois, não há comprovante com aviso de recebimento dos documentos necessários para a realização de defesa administrativa.
A jurisprudência do STJ é no sentido de que comprovado por meio de documentos que houve desvio de energia atribuível ao consumidor é possível a Cia de Energia Elétrica promover a recuperação de consumo, desde que sejam garantidos no processo administrativo o contraditório e a ampla defesa. E ainda que sejam realizados os procedimentos elencados no art. 129 e 133 da Resolução 414/2010 (revogada pela Resolução 1.000/2021) da ANEEL:
Art. 129. Na ocorrência de indício de procedimento irregular, a distribuidora deve adotar as providências necessárias para sua fiel caracterização e apuração do consumo não faturado ou faturado a menor.
§ 1º A distribuidora deve compor conjunto de evidências para a caracterização de eventual irregularidade por meio dos seguintes procedimentos:
I - emitir o Termo de Ocorrência e Inspeção - TOI, em formulário próprio, elaborado conforme Anexo V desta Resolução; II - solicitar perícia técnica, a seu critério, ou quando requerida pelo consumidor ou por seu representante legal; III - elaborar relatório de avaliação técnica, quando constatada a violação do medidor ou demais equipamentos de medição, exceto quando for solicitada a perícia técnica de que trata o inciso II;
IV - efetuar a avaliação do histórico de consumo e grandezas elétricas; e V - implementar, quando julgar necessário, os seguintes procedimentos: a) medição fiscalizadora, com registros de fornecimento em memória de massa de, no mínimo, 15 (quinze) dias consecutivos; e b) recursos visuais, tais como fotografias e vídeos.
§ 2º Uma cópia do TOI deve ser entregue ao consumidor ou àquele que acompanhar a inspeção, no ato da sua emissão, mediante recibo.
§ 3º Quando da recusa do consumidor em receber a cópia do TOI, esta deve ser enviada em até 15 (quinze) dias por qualquer modalidade que permita a comprovação do recebimento.
§ 4º O consumidor tem 15 (quinze) dias, a partir do recebimento do TOI, para informar à distribuidora a opção pela perícia técnica no medidor e demais equipamentos, quando for o caso, desde que não se tenha manifestado expressamente no ato de sua emissão.
§ 5º Nos casos em que houver a necessidade de retirada do medidor ou demais equipamentos de medição, a distribuidora deve acondicioná-los em invólucro específico, a ser lacrado no ato da retirada, mediante entrega de comprovante desse procedimento ao consumidor ou àquele que acompanhar a inspeção, e encaminhá-los por meio de transporte adequado para realização da avaliação técnica.
Art. 133. Nos casos em que houver diferença a cobrar ou a devolver, a distribuidora deve informar ao consumidor, por escrito, a respeito dos seguintes elementos e apresentação da fatura ao consumidor nos casos de procedimentos irregulares ou deficiência de medição é de 36 (trinta e seis) meses a partir da emissão do TOI e apresentação da fatura ao consumidor nos casos de procedimentos irregulares ou deficiência de medição é de 36 (trinta e seis) meses a partir da emissão do TOI;
I - ocorrência constatada; II - memória descritiva dos cálculos do valor apurado referente às diferenças de consumos de energia elétrica e de demandas de potências ativas e reativas excedentes, consoante os critérios fixados nesta Resolução; III - elementos de apuração da ocorrência, incluindo as informações da medição fiscalizadora, quando for o caso; IV - critérios adotados na compensação do faturamento;
V - direito de reclamação previsto nos §§ 1º e 3º deste artigo; e
VI - tarifa(s) utilizada(s). (grifei).
Nos autos verifica-se que a recorrida não realizou todas as etapas do procedimento de recuperação de consumo pretérito conforme artigos 129 e 133, posto que não há o comprovante de entrega da carta ao cliente. Diante disso, tenho que não foram garantidos o contraditório e a ampla defesa à autora no processo administrativo para se proceder a recuperação de consumo.
A jurisprudência do Tribunal de Justiça de Rondônia também é no sentido de que somente são devidos os débitos de recuperação de consumo quando realizados os procedimentos elencados na Resolução e desde que oportunizado o contraditório e a ampla defesa no processo administrativo:
Apelação cível em ação de desconstituição de débito. Consumo energia elétrica. Apuração de irregularidade. Débito exigível. Diferença de consumo. Possibilidade de novo faturamento. Recurso provido. Constatada a irregularidade no medidor e oportunizadas a ampla defesa e o contraditório ao consumidor no processo de apuração e recuperação de consumo, não há de se falar em inexistência do débito. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7004648-44.2016.822.0004, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 21/10/2019 .

E mais:
"Apelação Cível. Energia elétrica. Recuperação de consumo. Não observância dos procedimentos da agência reguladora e das regras do contraditório e ampla defesa. Inexistência do débito. Corte do serviço. Negativação. Dano moral. Valor suficiente. Recursos não providos. É indevida a cobrança de valores a título de recuperação de consumo, por indício de procedimento irregular, sem que haja a rigorosa obediência aos procedimentos da agência reguladora para a caracterização da irregularidade e apuração do valor do consumo, e sem o cumprimento das regras do contraditório e ampla defesa.
Cabível a indenização por dano moral se, pelo débito discutido, apurado de forma indevida, ocorrer o corte do fornecimento do serviço essencial e a negativação do nome.
O valor da condenação a título de reparação por danos morais, tendo as características de suficiente, para o equilíbrio da reparação, não merece alteração." (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7014665-41.2022.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Sansão Saldanha, Data de julgamento: 20/10/2022). Grifei.
Sendo assim, deve ser declarada a inexistência do débito, não pela impossibilidade da cobrança referente a recuperação de consumo no geral, mas sim em razão da não observância dos requisitos para apuração de débitos pretéritos.
Quantos aos danos morais, a parte autora, em razão da conduta ilícita da ré, teve suspenso o fornecimento de energia elétrica.
Em que pese a tese firmada pelo Tema n° 699 do STJ, quanto a possibilidade de suspensão da energia elétrica em razão de débito pretérito, importante ressaltar que sua aplicabilidade encontra-se adstrita aos casos em que a apuração do débito tenha decorrido de fato atribuível ao consumidor (fraude) e desde que apurado em observância aos princípios do contraditório e ampla defesa, o que não se amolda aos presentes autos.
Assim, não é lícito à concessionária interromper o fornecimento do serviço em razão de débito pretérito quando ausente a comprovação de legitimidade da recuperação de consumo.
Nesse sentido:
APELAÇÕES. DIREITO DO CONSUMIDOR. DIREITO CIVIL. DANOS MORAIS. CORTE DE ENERGIA ELÉTRICA. EFETIVAÇÃO DE PROCEDIMENTO DESCONFORME A LEGISLAÇÃO. PROIBIÇÃO DE CORTE POR DÉBITOS PRETÉRITOS. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM ADEQUADO. DESPROVIMENTO DOS APELOS. 1. Empresa de energia elétrica não obedeceu a determinação legal para proceder a aferição do quantum ser cobrado à consumidora, praticado, assim, ilícito civil, inclusive ao interromper o fornecimento de energia elétrica como forma de pressão para pagamento de dívida infundada; 2. Entendimento consolidado do STJ quanto à ilegitimidade do corte quando (a) a inadimplência do consumidor decorrer de débitos pretéritos, (b) o débito originar-se de suposta fraude no medidor de consumo de energia, apurada unilateralmente pela concessionária, e (c) não houver aviso prévio ao consumidor inadimplente. 3. Dano moral in repsia configurado. 4. Dentro do contexto factual dos autos, o quantum sentencial é adequado. 5. Impossibilidade de execução parcial de julgado posto que a sentença proferida trouxe obrigação de fazer em seu conteúdo decisório, bem como a quantia resta não liquidada nesta fase processual. 6. Apelos desprovidos. (TJ-AC – APL: 07046444520178010001 AC 0704644-45.2017.8.01.0001, Relator: Denise Bonfim, Data de Julgamento: 19/12/2019, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 20/01/2020). Grifei.
A hipótese do feito, não se trata de mero aborrecimento comum, mas de significativo transtorno, que afetou deveras a tranquilidade e que merece reparação, mormente em vista da essencialidade do serviço de energia elétrica, o qual interfere na própria manutenção da dignidade da pessoa humana.
Pela atitude negligente da ré, merece a parte autora ser reparada pelo dano moral experimentado. Para a fixação do quantum, devem ser observados os parâmetros norteadores do valor da indenização, quais sejam, a capacidade econômica do agente, as condições sociais do ofendido, o grau de reprovabilidade da conduta, bem como a proporcionalidade.
O valor a ser recebido a título de indenização não pode ser tão alto a ponto de levar a um enriquecimento sem causa por parte da consumidora, mas também não pode ser tão baixo a ponto de não cumprir o seu papel punitivo e pedagógico em relação ao causador da lesão, ora ré. Desta forma, fixo o valor da indenização em R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Por tais considerações, VOTO no sentido de DAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto para declarar a inexistência do débito discutido nos autos no valor de R$ 3.331,79 (três mil, trezentos e trinta e um reais e setenta e nove centavos) e condenar a recorrida a pagar em favor da consumidora o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a títulos de danos morais, corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia desde a data da publicação desta decisão (Súmula 362 do STJ), com juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar do arbitramento.
Deixo de condenar o consumidor em custas e honorários eis que o deslinde do feito não se amolda as hipóteses previstas no art. 55 da lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
Consumidor. Recuperação de consumo. Alteração no consumo. Procedimento administrativo. Ausência de notificação. Contraditório e ampla defesa prejudicado. Declaração de inexigibilidade. Dano Moral Configurado. Corte. Recurso Provido. Sentença Reformada.
A concessionária prestadora de serviço público deve seguir a risca os procedimentos impostos pela agência reguladora, sob pena de nulidade de seus atos.
A notificação prévia sobre o procedimento de recuperação de consumo é de responsabilidade da empresa em atenção ao princípio do contraditório e da ampla defesa, tornando, assim, ineficaz e inexigível os valores cobrados em caso de sua ausência.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7008988-64.2021.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 29/07/2021 19:35:53
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: GEISA MARIANA ALMEIDA FREITAS
Advogado do(a) RECORRENTE: RODRIGO STEGMANN - RO6063-A
Polo Passivo: BANCO DAYCOVAL S/A
Advogado do(a) RECORRIDO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE23255-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Pois bem. Desde as primeiras sessões na turma, esclareci que o tema me intrigava e que, tão logo tivesse meios para me dedicar a fundo na matéria, a analisaria para além da colegialidade, com a finalidade de continuar a acompanhá-la com maior reforço, contribuindo com os argumentos ou para chegar as minhas conclusões e ofertá-las à turma. Pois bem, após semanas analisando e refletindo sobre o tema, cheguei a uma conclusão diversa daquela que vem sendo adotada neste colegiado e, então, passo a delimitar os parâmetros do meu convencimento.
Após analisar diversas pretensões, contra as mais variadas instituições financeiras, consigo estabelecer premissas comuns a todas elas. Algumas partes falam em terem sido abordadas pela instituição financeira, umas falam em oferta de empréstimo consignado, enquanto outras mencionam a busca por crédito.
O elemento comum a todas essas formas de apresentação do "produto", é o de que não há negativa de que houve a contratação.
A modalidade de contrato, em casos quejandos, é por adesão, método permitido por lei e que, por força do princípio da transparência, deve ser claro, objetivo.
Enquanto a parte autora trouxe sua pretensão e diz ter buscado modalidade de empréstimo, sendo surpreendida por metodologia diversa, a instituição financeira fez prova de que o contrato têm em seu cabeçalho, expressamente, a modalidade de contratação por meio de cartão de crédito. O contrato tem a assinatura da parte, menção a juros, pagamento mínimo.
Aqui é necessário aclarar que a modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa.
Esclarecendo, a modalidade de empréstimo utiliza como premissas a liberação de valores de forma antecipada ao recebimento do plástico que, após sua entrega, pode ser usado como um cartão de crédito convencional – permitindo saque e compras, sendo que a fatura é encaminhada para pagamento, normalmente.
Muitas petições iniciais inserem a problemática aí, mencionando a questão específica do PAGAMENTO MÍNIMO como um elemento presumidamente de fraude, haja vista que, com o simples pagamento mínimo, tornar-se-ia impossível a quitação do contrato, dando a entender que à parte é impossível pagar a fatura além do mínimo, ou que isso não encontra assento no contrato. Os juros não são aqueles estabelecidos para os cartões de crédito regulares, não associados a contratos de pagamento por consignação e, embora a modalidade pratique juros acima daqueles correspondentes a empréstimos consignados "puros", não podem ser considerados vedados, porquanto dentro dos limites praticados em um mercado que é regulado pelo Banco Central.
O valor mínimo que está lançado na fatura corresponde, via de regra, ao limite consignável e, quando esse já foi comprometido, àqueles 5% que foram permitidos pelo legislador ordinário nos incisos I e II do §1º do artigo 1º da Lei 10.820/2003. Em outras palavras, por força de contrato, mas, principalmente, por força de lei, a instituição financeira não pode extrapolar os limites consignáveis sob pena de, aí sim, promover a conduta ilegal, reprovável e indenizável.
Quando se conspurca a metodologia de forma absoluta, tratando-a como NULA, e não meramente anulável sob certas condições, despreza-se, além da própria regulamentação do Estado, a capacidade dos indivíduos, suas experiências comerciais em geral e torna presunções relativas em absolutas. Não se pode partir da premissa de que todos os consumidores são inexperientes, incautos e desprotegidos. Em muitos casos, a impugnação ao contrato veio após dois, três ou mais anos. Como compreender que há um recebimento, descontos por meses a fio e que só surpreendem o consumidor após tamanho decurso de tempo?
Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca.
As provas aqui, em geral, são documentais e o consumidor, embora hipossuficiente em relação a instituição financeira, por força da boa-fé objetiva, deve trazer elementos claros que demonstrem a causa da anulabilidade, somente sendo passível a inversão do ônus da prova naqueles casos em que não detém meios de acostar os documentos por circunstâncias justificáveis, e que devem estar ancoradas na inicial. Trazer a causa da anulabilidade de forma objetiva é o que baliza, também, o exercício da defesa, sem o qual demoniza-se o contraditório, lhe relegando um papel de impossibilidade e de mera formalidade teórica.
No Brasil houve a adoção do pacta sunt servanda, ou seja, a não ser em hipóteses específicas, os contratos devem ser cumpridos, de forma que, portanto, o exame de anulabilidade deve corresponder a uma circunstância específica que justifique a quebra e eventual descumprimento de contrato, vedando-se o enriquecimento sem causa.
Desta forma, havendo contrato assinado entre as partes, observadas as formalidades necessárias, a clareza de que se trata de um instrumento representativo de empréstimo por meio de cartão de crédito consignado, respeitando-se os limites legais da consignação e juros admitidos pelo BACEN, não havendo provas de vícios capazes de invalidá-lo, deverá ser considerado válido.
No caso em testilha, como na maioria deles, cinge-se o recurso na análise da legalidade do contrato de cartão de crédito na modalidade de RMC - Reserva de Margem Consignável, firmado entre as partes, e, consequentemente, se for o caso, a restituição em dobro dos valores descontados, bem como da indenização por danos morais acerca da efetivação dos referidos descontos.
A parte autora aduz que realizou empréstimo com a instituição bancária, contudo desconhecia a modalidade de cartão de crédito pela Reserva de Margem Consignada – RMC.
O banco recorrido, por sua vez, argumentou acerca da regularidade de sua conduta, juntando cópia do contrato entabulado bem como outros documentos que evidenciam o negócio entabulado entre as partes.

Da análise dos autos, tem se que a despeito das alegações da parte autora de que foi induzida a erro, as provas demonstram o contrário. No contrato de ID 14451369, assinado pela parte autora, está bem destacado a modalidade contratada não havendo que se falar em ausência de informação adequada.
Embora haja a negativa veemente da parte autora acerca da ciência da modalidade contratada, nos autos não restou demonstrado minimamente o vício de consentimento na celebração do referido contrato com as cláusulas que autorizam a reserva de margem consignável referente ao valor mínimo do cartão de crédito consignado.
Inexistindo provas de que houve vício na contratação entre as partes deve-se observar o princípio do pacta sunt servanda. Dessa maneira, ante a ausência de ilícito civil cometido pelo requerido o pleito da parte autora deve ser negado.
Nesse sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, destacando-se que o alinhamento desta turma com a Corte Estadual é medida que favorece a segurança jurídica. Vejamos:
Apelação cível. Ação de restituição de valores c/c indenização por dano moral. Cartão de crédito consignado. RMC. Contratação. Legalidade. Desconto mensal. Valor mínimo. Folha de pagamento. Exercício regular de direito. Dano moral. Inexistente. Recurso provido. Comprovada a contratação do cartão de crédito com margem consignável mediante contrato com cláusula expressa quanto ao desconto mensal do valor mínimo indicado na fatura, não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de RMC, ou caracterização do dano moral, devendo-se observar o princípio pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7003965-22.2021.822.0007, Rel. Des. Alexandre Miguel, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 6/12/2021).
Apelação cível. Contrato de Cartão de Crédito Consignado. Reserva de Margem Consignável – RMC. Contratação comprovada. Dano moral. Não configuração. Repetição do indébito. Indevido. Comprovada a contratação de cartão de crédito consignado, inclusive com termos claros e inequívocos quanto ao seu objeto, não há que se falar em indenização por dano moral ou repetição de indébito, mormente se considerar que o desconto se efetiva nos termos previamente contratados (TJ-RO – AC: 7002361-60.2020.822.0007, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 22/10/2021).
Apelação cível. Cartão de crédito consignado. Margem consignável. RMC. Descontos em benefício previdenciário. Relação jurídica comprovada. Assinatura da contratante. Ausência de vício. Recurso provido. Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral, devendo-se operar o princípio do pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7010666-33.2020.822.0007, Rel. Des. José Torres Ferreira, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 9/12/2021).
Desta forma, considero que houve a contratação de forma espontânea e que, ao alegar a existência de defeito no negócio jurídico, a parte atraiu o ônus de prová-lo, do que não se desincumbiu, razão pelas quais seus pedidos devem ser julgados improcedentes.
Pelos mesmos argumentos não merecem subsistir a pretensão de conversão em contrato de empréstimo consignado e de indenização por danos morais.
Diante do exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela parte consumidora, mantendo a sentença inalterada.
Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente vencido ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, com base no artigo 55 da Lei 9.099/95, o qual fica suspenso em razão da gratuidade deferida ao consumidor.
Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.
É como voto.
EMENTA
Recurso Inominado. Cartão de crédito consignado. A modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa. AUSÊNCIA DE NULIDADE ABSOLUTA. Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/ transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca. Não existindo tais elementos nos autos, a pretensão é improcedente. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7008014-72.2022.8.22.0007 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 20/06/2023 13:43:20
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: MARIANNA DE ANDRADE THADDEU
Advogado do(a) RECORRENTE: MARCOS ROBERTO FACCIN - RO1453-A
Polo Passivo: LATAM AIRLINES GROUP S/A
Advogado do(a) RECORRIDO: FERNANDO ROSENTHAL - SP146730-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade. Defiro a gratuidade.
Compulsando os autos, verifica-se quebra contratual entre a companhia aérea e a parte consumidora, com transtornos que vão muito além do dissabor, pois mediante a alteração unilateral do voo, a empresa ré deixou de cumprir o serviço na forma contratada.

Recorre o autor pretendendo a reforma da sentença que julgou parcialmente os pedidos contidos na inicial, pugnando pela majoração dos danos morais.
A alteração do voo é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela recorrida em virtude condições meteorológicas. Ocorre que, não cuidou a empresa área em juntar qualquer elemento de prova oficial a permitir corroborar suas alegações.
Assim, ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrida incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Nesse sentido, o Código Civil, em seu artigo 737: "O transportador está sujeito aos horários e itinerários previstos, sob pena de responder por perdas e danos, salvo motivo de força maior". E a jurisprudência:
"Apelação Cível. Transporte aéreo de passageiros. Relação de Consumo. Alteração unilateral de voo. Atraso. Malha área. Caso fortuito ou força maior não comprovada. Prejuízo demonstrado no caso concreto. Conexão necessária. Não provido. As peculiaridades do caso concreto indicaram que o atraso da chegada do passageiro ao seu destino final lhe causou abalo moral passível de compensação indenizatória. Se a empresa aérea não comprova a alegação de problemas na malha aérea para o cancelamento de voos, fica caracterizada a falha na prestação de serviço, que constitui causa de reparação pelo dano moral suportado, decorrente da demora, desconforto, aflição e transtornos suportados pelo passageiro. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7005386-58.2018.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 26/09/2019."
Evidenciada a falha na prestação do serviço e presentes os pressupostos de responsabilidade civil (conduta, dano e nexo de causalidade), deve a empresa ré ser condenada ao pagamento dos danos morais.
No que se refere ao quantum, considerando que a indenização objetiva proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição mas como um desestímulo à repetição do ilícito, entende-se que o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), encontra-se em consonância com o entendimento desta turma.
Por tais razões, VOTO para DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pelo autor, reformando a sentença a título de danos morais para o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (Súmula 362 do STJ), com juros de 1% (um por cento) ao mês, ambos a contar da data da publicação desta decisão.
Sem custas e honorários advocatícios, eis que o deslinde não se encaixa no teor do art. 55, da Lei nº 9.099/1995.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO/ATRASO DE VOO. FALHA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. CONDIÇÕES CLIMÁTICAS NÃO COMPROVADAS. DANO MORAL E MATERIAL. DEVIDO. PROPORCIONALIDADE. PARCIALMENTE PROVIDO.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7000098-48.2022.8.22.0019 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 23/05/2023 11:25:02
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: IVANILSON LESSA ANDRADE e outros
Advogado do(a) RECORRENTE: WALISSON GOMES GARCIA - RO11077-A
Polo Passivo: 13.896.975 JERFLEY RODRIGUES FREITAS e outros
Advogado do(a) RECORRIDO: JAIR SEBASTIAO DE SOUZA JUNIOR - SP173888-A
Advogados do(a) RECORRIDO: BEATRIZ CIRILO ROBLES - SP411304-A, BEATRIZ CONTI - SP473653-A, DENISE MARIN - SP141662-A, ERASMO HEITOR CABRAL - MG52367-A
RELATÓRIO
Dispensado, nos termos da L 9099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Primeiramente, destaca-se que existe relação de consumo no caso em tela, e que o pedido exposto na exordial é preciso e induvidoso, uma vez que, conforme se depreende dos fatos noticiados pela parte autora, a causa de pedir e o pedido estão claros e podem facilmente ser apreciados.
A ré, por força de sua atividade, deve ter plena consciência de suas obrigações e poderia, sem qualquer prejuízo considerável, atender ao pedido de reembolso, para o fim de evitar maiores prejuízos e desgastes, contudo, permaneceu inerte, dificultando sobremaneira a solução do impasse.
Destaca-se que foi necessário ingressar com demanda judicial para solucionar o problema, mesmo após as tentativas administrativas, configurou-se, desse modo, dano moral passível de indenização.
Dessa forma, em face da conduta da empresa recorrida de não proceder a devolução do valor gasto com o bilhete não utilizado, devida é a restituição a título de danos materiais. Ademais, a recorrida veio solicitar os dados bancários dos recorrentes apenas em fevereiro de 2022, quando já judicializada a demanda de restituição dos valores, e após transcorridos dois anos do pedido.
Não obstante a restituição do dano material ser reconhecida, verifica-se que houve depósito judicial da quantia atualizada, conforme ID 19908805, desta forma, reconhecida a procedência dos pedidos pela parte ré mediante transferência dos valores desembolsados com passagens aéreas não restituídas, resta esclarecer que eventuais impugnações quanto atualizações monetárias e incidências de juros devem ser discutidas em cumprimento de sentença.

A omissão dos recorridos em não solucionar o caso, não se trata de mero descumprimento contratual, mas sim revela descaso no trato com o consumidor, ora recorrente, que merece ser reparado pela situação experimentada.
Assim, considerando a via crucis que os recorrentes tiveram que percorrer para resolver o problema, o dano moral é devido e decorre da natureza do fato apresentado, vez que a parte recorrente, desde o início, tentou prontamente resolver a lide em vias administrativas, ao passo que a empresa, nada fez para solucionar a questão do consumidor.
Presente o dano moral, devem ser observados os parâmetros norteadores do valor da indenização, quais sejam, a capacidade econômica do agente, as condições sociais do ofendido, o grau de reprovabilidade da conduta, bem como a proporcionalidade.
Salienta-se que o valor a ser recebido a título de indenização não pode ser tão alto a ponto de levar a um enriquecimento sem causa por parte da autora, mas também não pode ser tão baixo a ponto de não cumprir o seu papel punitivo e pedagógico em relação ao causador da lesão, ora ré, razão pela qual fixo a indenização para a hipótese vertente, em R$ 4.000,00 (quatro mil reais).
Por tais considerações, voto no sentindo de DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, reformando a sentença para condenar a recorrida ao pagamento de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de indenização por danos morais, corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (Súmula 362 do STJ), com juros de 1% (um por cento) ao mês, ambos a contar do arbitramento, e condenar a recorrida a restituir o valor de R$ 6.429,83 (seis mil, quatrocentos e vinte e nove reais e oitenta e três centavos), corrigido monetariamente (tabela oficial TJ/RO) desde a data do efetivo desembolso/pagamento e acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação válida.
Ressalta-se que há deposito judicial ID 19908805, tendo sido reconhecida a procedência dos pedidos em relação aos danos materiais.
Deixo de condenar o consumidor recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei n. 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. ATRASO NA RESTITUIÇÃO DA PASSAGEM. DANO MORAL CONFIGURADO. INFORMAÇÕES. AUSÊNCIA. FALHA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DANO MORAL. DEVIDO. PROPORCIONALIDADE. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a companhia aérea ré incorre em descumprimento contratual, por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos contratuais originariamente previstos. Evidenciado a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC, é cabível a responsabilização por danos morais.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7001104-16.2023.8.22.0000 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 16/06/2023 07:40:10
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: JAILSON ALVES DOS SANTOS e outros
Advogado do(a) RECORRENTE: JOUBERT SANTOS COSTA - RO11456-A
Advogado do(a) RECORRENTE: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
Polo Passivo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. e outros
Advogado do(a) RECORRIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
Advogado do(a) RECORRIDO: JOUBERT SANTOS COSTA - RO11456-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado nos termos da Lei n. 9.099/95
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos recursos apresentados.
Inicialmente é preciso registrar que o presente caso deve ser solucionado à luz da Lei n. 8.078/90, por ser de consumo a relação havida entre as partes, em virtude do disposto nos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor, que conceituam, respectivamente, as figuras do consumidor e do fornecedor.
Cinge-se a análise do presente recurso, quanto à legalidade de dívida constituída em procedimento de recuperação do consumo, por irregularidade identificada no medidor.
A jurisprudência do STJ é no sentido de que comprovado por meio de documentos que houve desvio de energia atribuível ao consumidor é possível a Cia de Energia Elétrica promover a recuperação de consumo, desde que sejam garantidos no processo administrativo o contraditório e a ampla defesa. E ainda que sejam realizados os procedimentos elencados nos arts. 590 e 591 da Resolução 1000/2021 da ANEEL:
Art. 590. Na ocorrência de indício de procedimento irregular, a distribuidora deve adotar as providências necessárias para sua fiel caracterização, compondo um conjunto de evidências por meio dos seguintes procedimentos:
I - emitir o Termo de Ocorrência e Inspeção – TOI, em formulário próprio, elaborado conforme instruções da ANEEL;
II - solicitar a verificação ou a perícia metrológica, a seu critério ou quando requerida pelo consumidor;
III - elaborar relatório de avaliação técnica quando constatada a violação do medidor ou demais equipamentos de medição, contendo as informações técnicas e a descrição das condições físicas de suas partes, peças e dispositivos, exceto quando for solicitada a perícia metrológica do inciso II;
IV - avaliar o histórico de consumo e das grandezas elétricas; e

V - implementar, quando julgar necessário:
a) medição fiscalizadora, com registros em memória de massa de pelo menos 15 dias consecutivos; e
b) recursos visuais, tais como fotografias e vídeos.
§ 1º A medição fiscalizadora, calibrada conforme padrão do INMETRO ou órgão metrológico delegado, pode permanecer instalada no circuito da medição de faturamento da unidade consumidora, com o objetivo de comparação das grandezas elétricas medidas, pelo tempo que a distribuidora julgar necessário.
§ 2º Enquadra-se como procedimento irregular o aumento de carga à revelia da distribuidora que cause defeito no sistema de medição, o que deve ser comprovado pela distribuidora.
§ 2º Enquadra-se como procedimento irregular o aumento de carga ou de geração à revelia da distribuidora que cause defeito no sistema de medição, o que deve ser comprovado pela distribuidora. (Redação dada pela REN ANEEL 1.059, de 07.02.2023)
§ 3º Em caso de defeito na medição sem comprovação do procedimento irregular ou do aumento de carga à revelia, a distribuidora deve proceder conforme Seção V do Capítulo VIII do Título I, não se aplicando o disposto neste Capítulo.
Art. 591. Ao emitir o TOI, a distribuidora deve:
I - entregar cópia legível ao consumidor ou àquele que acompanhar a inspeção, mediante recibo com assinatura do consumidor ou do acompanhante; e
II - informar:
a) a possibilidade de solicitação de verificação ou de perícia metrológica junto ao INMETRO ou ao órgão metrológico delegado;
b) os prazos, os custos de frete e de verificação ou da perícia metrológica, e que o consumidor será responsabilizado pelos custos se comprovada a irregularidade, vedada a cobrança de outros custos.
§ 1º É permitida a emissão eletrônica do TOI e a coleta eletrônica da assinatura do consumidor ou daquele que acompanhar a inspeção, devendo a distribuidora garantir a impressão no local ou o envio ao consumidor com comprovação do recebimento.
§ 2o Se o consumidor se recusar a receber a cópia do TOI, a distribuidora deve armazenar evidências que comprovem a recusa, inclusive, se for o caso, com prova testemunhal.
§ 3º Em caso de recusa do recebimento do TOI ou se não for o consumidor que acompanhar a inspeção, a distribuidora deve enviar ao consumidor em até 15 dias da emissão, por qualquer modalidade que permita a comprovação do recebimento, a cópia do TOI e demais informações dos incisos do caput.
§ 4º O consumidor tem 15 dias, contados a partir do recebimento do TOI, para solicitar à distribuidora a verificação ou a perícia metrológica no medidor e demais equipamentos junto ao INMETRO ou órgão metrológico delegado.
§ 5º As marcas de selagem que são controladas pelo INMETRO ou pelo órgão metrológico delegado não podem ser rompidas pela distribuidora enquanto dentro do prazo do § 4º ou antes da realização da verificação ou da perícia metrológica.
§ 6º A cópia do TOI e do conjunto de evidências utilizados para caracterização da irregularidade devem ser disponibilizadas adicionalmente no espaço reservado de atendimento pela internet. (grifei)
Nos autos verifica-se que a parte recorrente realizou todas as etapas do procedimento de recuperação de consumo pretérito conforme artigo acima (realização da vistoria, fotos do medidor constatando as irregularidades, emissão do TOI, notificação do cliente – documentos colacionados na contestação).
A jurisprudência do Tribunal de Justiça de Rondônia também é no sentido de que realizados os procedimentos elencados na Resolução e comprovado a alteração no consumo da unidade consumidora é exigível o débito pretérito:
Apelação cível em ação de desconstituição de débito. Consumo energia elétrica. Apuração de irregularidade. Débito exigível. Diferença de consumo. Possibilidade de novo faturamento. Recurso provido. Constatada a irregularidade no medidor e oportunizadas a ampla defesa e o contraditório ao consumidor no processo de apuração e recuperação de consumo, não há de se falar em inexistência do débito. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7004648-44.2016.822.0004, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 21/10/2019.
Com relação a realização dos cálculos, em que pese a Resolução indicar a utilização do critério elencado no art. 595, III (média dos três maiores valores anteriores a irregularidade), o que deve ser utilizado como parâmetro é a média dos três meses posteriores a troca/regularização do relógio medidor, pois mostra-se mais favorável ao consumidor. Além disso, a recuperação deverá ser limitada ao período de 12 meses.
Nesse sentindo é a jurisprudência do TJ/RO:
Apelação cível. Energia elétrica. Cobrança por consumo não faturado. Irregularidade no medidor. Apuração do débito. Interpretação mais favorável ao consumidor. A adaptação ao cálculo de recuperação de consumo, aplicando-se à média de consumo dos 3 (três) meses imediatamente posteriores à substituição do medidor e pelo período pretérito máximo de 1 (um) ano, invés da média dos 03 (três) maiores consumos nos 12 meses anteriores à inspeção, é razoável, por revelar o consumo médio e efetivo de energia da unidade e estar de acordo com as normas de proteção ao consumidor. (TJ-RO - AC: 70382697020188220001 RO 7038269-70.2018.822.0001, Data de Julgamento: 24/09/2021).
Assim, há que se considerar nulo o cálculo efetuado pela concessionária recorrida, devendo a ré proceder a retificação dos valores do período em discussão usando como parâmetro o consumo dos três meses posteriores a regularização/troca do medidor e limitando a recuperação ao período de 12 meses, visto que é dever da concessionária zelar e realizar manutenção periódica dos equipamentos de medição.
Quanto aos danos morais, considerando que o procedimento foi considerado regular, sendo a sentença reformada tao somente para realização dos cálculos dentro dos parâmetros estabelecidos, não há que se falar em circunstâncias que justifiquem a imposição de danos morais.
Por tais considerações, VOTO no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto pela parte consumidora e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado da concessionária de energia, para DECLARAR NULO o cálculo realizado pela concessionária em que se apurou o débito discutido nos autos decorrentes da recuperação de consumo, devendo a recorrente expedir nova fatura utilizando a média dos três meses posteriores a regularização/troca do relógio medidor e faturar o período máximo de 12 meses; e afastar a condenação por danos morais.
Deixo de condenar a empresa recorrente, eis que o deslinde do feito não se encaixa nas hipóteses previstas no artigo 55 da Lei 9.099/95.
Em razão da sucumbência, condeno o recorrente vencido ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor atualizado da causa, conforme artigo 55 da Lei 9.099/95. Ressalvando a justiça gratuita concedida.
Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.
É como voto.

EMENTA
Recurso inominado. Consumidor. Recuperação de consumo. Procedimento realizado dentro das normas. Necessidade de novos cálculos. Parâmetros utilizados – mais favoráveis ao consumidor.
- Segundo a jurisprudência do STJ, os débitos pretéritos apurados por fraude no medidor de consumo podem ser cobrados por meio do processo de recuperação, desde que observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como os procedimentos elencados na Resolução da ANEEL.
- O cálculo de recuperação de consumo deve ser feito com base nos 03 meses posteriores a troca/regularização do relógio medidor pois mostra-se mais favorável ao consumidor, limitando-se ainda, ao período máximo de doze meses.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E NÃO PROVIDO. RECURSO DO REQUERIDO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE. TUDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR PARA O ACÓRDÃO

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7002596-62.2022.8.22.0005 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 12/12/2022 12:30:22
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: WILSON BELCHIOR - RO6484-A
Polo Passivo: GISLAINE DA SILVA
Advogados do(a) RECORRIDO: DAIANE TAUA GOMES DE SOUSA DUTRA - RO10403-A, GILVAN DE CASTRO ARAUJO - RO4589-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
No mais, analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”.
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
Sentença
Trata-se de ação de indenização por dano moral com pedido de tutela antecipada.
Relatório dispensado, conforme art. 38 da Lei n. 9.099/95.
Preliminar de ilegitimidade passiva: Todos aqueles que participam da cadeia de consumo, auferindo vantagem econômica ou de qualquer outra natureza, por intermediar transações entre o consumidor e terceiros, deve responder pelos prejuízos causados (§ 2º, do artigo 3º; parágrafo único, do art. 7º; § 1º, do art. 25, todos do CDC). A responsabilidade é objetiva, ou seja, independe da demonstração da culpa, porque fundada no risco da atividade econômica. Rejeito.
Preliminar de incompetência do juizado especial cível: Rejeito. Não há necessidade de perícia quando os fatos controvertidos podem ser esclarecidos à luz de outras provas, especialmente pelo exame da prova documental, como ocorre no caso dos autos.
O processo comporta julgamento antecipado (art. 355, I, do CPC), pois a prova documental é suficiente à solução do litígio.
De início, aponto que é notória a aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC) ao caso em questão: as partes se enquadram perfeitamente nas figuras legais de consumidor (parte autora) e fornecedor (parte requerida), respectivamente (arts. 2° e 3° do CDC).
Sendo assim, o conflito deve ser analisado à luz do artigo 14 do CDC, e, caso constatada alguma irregularidade, torna-se viável a reparação dos danos sofridos por força do art. 6°, VI, do CDC, bem como dos arts. 186 e 927 do CC. Diz o art. 14 do CDC: Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. § 3°. O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar: I – que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste; II – a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro. Assim, o fornecedor só não responderá pelos danos causados ao consumidor se restar comprovado não ter sido o serviço defeituoso ou ser a culpa exclusiva da vítima ou terceiro.
Ademais, dispõe o artigo 373 do CPC, I - que a parte autora, cabe fazer prova de fato constitutivo de seu direito, o que o fez, conforme demonstrado nos autos. Todavia, quanto a parte requerida, esta não apresentou prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, nos termos do artigo 373, II, do CPC.
O pedido inicial merece procedência, pois: a) primeiramente, afasto a alegação de fraude na emissão de boleto bancário destinado à quitação de financiamento do automóvel, haja vista o boleto ter sido gerado por meio de processo judicial; b) a prova produzida pela autora demonstra que o boleto gerado se tratava de documento idôneo, conforme demonstrado no id. 75185630, o que torna verossímeis os fatos narrados pela parte autora. Assim, quem deve arcar com os prejuízos é a parte demandada e não a consumidora que pagou a quantia que lhe foi proposta para quitação do débito; c) em relação ao pedido de dano moral, verifica-se falha no serviço prestado pela parte requerida pois incumbia ao credor, no regular desenvolvimento de sua atividade econômica, assegurar que o nome da consumidora fosse excluído dos cadastros de maus pagadores. A inércia da parte requerida em fazê-lo, permitindo a manutenção da negativação, configurou postura indevida do credor, apta a ensejar o dever de indenizar; d) acerca do tema, a jurisprudência da Corte Superior é pacífica em entender que a lesão extrapatrimonial decorrente de inscrição irregular em cadastro de inadimplentes ou sua manutenção indevida se configura in re ipsa, ou seja, independentemente de prova. Confira-se:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CADASTRO DE INADIMPLENTES. MANUTENÇÃO INDEVIDA. ATO ILÍCITO. DANO MORAL IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. Consoante a jurisprudência desta Corte, "nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura in re ipsa, isto é, prescinde de prova" (REsp n. 1.059.663/MS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 17/12/2008). [...] 5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp n. 1.692.761/SC, Relator o Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 5/12/2017, DJe 12/12/2017) [Destaquei]

Prosseguindo: e) consigno, ainda, que a hipótese se enquadra no teor do enunciado da Súmula 548 do STJ, que dispõe: "Incumbe ao credor a exclusão do registro da dívida em nome do devedor no cadastro de inadimplentes no prazo de cinco dias úteis, a partir do integral e efetivo pagamento do débito [...]" [Grifei]; f) logo, o dano moral, neste caso, in re ipsa, ou seja, independe da prova do dano pelo lesado, ou o dano está vinculado à própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos; g) na aferição do quantum indenizatório deve o juízo atentar-se para os parâmetros sedimentados pela doutrina e jurisprudência, além de observar que a indenização deve revestir-se de um caráter pedagógico ao condenado sem, no entanto, representar enriquecimento sem causa ao beneficiado. Deve ser considerado, ainda, o caso concreto. Logo, em atenção aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, bem ainda em atenção as peculiaridades do caso concreto, arbitro a indenização por danos morais em R$ 7.000,00.

Ante todo o exposto, confirmando a liminar, julgo procedentes os pedidos iniciais e, via de consequência: I) determino que a parte requerida proceda a baixa definitiva da negativação; II) condeno a parte demandada a pagar à parte autora indenização por dano moral, no valor de R$ 7.000,00, considerado nesta data, com atualização monetária (pela tabela oficial do TJRO) e juros de mora de 1% ao mês contados desta decisão.

Como corolário, julgo extingo o feito, com resolução de mérito, com base no artigo 487, I, do Código de Processo Civil.

Sem custas e honorários (artigo 55 da Lei 9.099/1995).

Com o trânsito em julgado, arquivem-se.

Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta decisão (10 dias após ciência da decisão), ficará a parte demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo, além de penhora de valores e bens.

Havendo pagamento voluntário do débito, expeça-se alvará em favor do(a) credor(a).

Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, "a", "b" e "e", determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.

Após o trânsito em julgado, não havendo requerimento de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos.

Os autos deverão aguardar no arquivo o prazo para pagamento voluntário do débito.

Sentença registrada automaticamente e publicada via DJE.

Ji-Paraná/RO, 29 de outubro de 2022.

Maximiliano Darci David Deitos

Juiz de Direito. (...)

Em respeito às razões recursais, conforme a Terceira Turma do STJ, responsável pelas matérias de direito privado, cabe ao credor, após a quitação da dívida, o dever de providenciar a retirada do nome do devedor dos cadastros de inadimplentes, no prazo de cinco dias contados do pagamento efetivo. Portanto, não há quaisquer elementos ou argumentos nos autos capazes de modificar, suspender ou extinguir o deito autoral, que consolidou-se e ficou claramente comprovado nos documentos acostados à exordial. Sendo que a recorrente deveria ter providenciado a devida baixa no sistema, para que não resultasse na indevida manutenção do nome da parte recorrida.

Por tais considerações, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.

Em razão da sucumbência, condeno a recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.

É como voto.

EMENTA

RECURSO INOMINADO. MANUTENÇÃO INDEVIDA NO CADASTRO DE MAUS PAGADORES. CONTAS PAGAS. DANO MORAL DEVIDO. RECURSO NÃO PROVIDO SENTENÇA MANTIDA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01

Processo: 7000316-36.2023.8.22.0021 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

Data distribuição: 16/06/2023 08:12:51

Data julgamento: 05/07/2023

Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Advogado do(a) RECORRENTE: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871-A

Polo Passivo: SEBASTIAO RODRIGUES VIANA

Advogados do(a) RECORRIDO: FABIO ROCHA CAIS - RO8278-A, WELLINGTON DE FREITAS SANTOS - RO7961-A

RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
No mais, analisando o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. "Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão".
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
"SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação indenizatória em danos morais ajuizada por SEBASTIAO RODRIGUES VIANA em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA/ENERGISA., sob o argumento de que ao retornar de sua viagem de fim de ano em 13/01/2023, em uma sexta-feira, percebeu que sua residência estava sem energia. Com isso, ao entrar em contato com a requerida por telefone foi informado que tinha uma fatura referente ao mês de novembro de 2022 pendente de pagamento, motivo que levou à suspensão do serviço, logo no começo da semana seguinte (segunda-feira), porém, o autor alega que já havia pago tal fatura e que se trata de um erro por parte da empresa. Em 18/01/2023 o serviço foi restabelecido.
A ré, em sua defesa, afirma que os fatos experienciados pelo autor não passaram de mero aborrecimento, não devendo, portanto, ser responsabilizada civilmente.
É o breve relato.
DECIDO.
Procedo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, por se tratar de matéria exclusivamente de direito e ante a desnecessidade de produção de outras provas.
As partes são legítimas, inexistem preliminares ou questões processuais pendentes. Passo, pois, à análise do mérito.
Oportuno assentir que o caso em tela se trata de inequívoca relação de consumo, tendo em vista que as partes se caracterizam como consumidor e fornecedor, nos termos dos arts. 2° e 3° do CDC, razão pela qual será analisado sob a ótica da legislação consumerista, com a ressalva de que a inversão do ônus probatório, prevista no art. 6º, inciso VIII, CDC, não é absoluta, devendo ser observada a previsão do CPC no que diz respeito à distribuição do ônus da prova, cabendo ao autor comprovar os fatos constitutivos do seu direito e ao réu os fatos modificativos, extintivos e impeditivos do autor (art. 373 do CPC).
Mostra-se adequada a inversão do ônus da prova (art. 6°, VIII), em virtude da verossimilhança dos fatos alegados e da hipossuficiência do consumidor, dada a disparidade técnica e/ou informacional visualizada sobre situação narrada pela parte autora. Além do mais, o CDC em seus artigos 3º, 4º, VII, 6º, X, e art. 22, caput, disciplina sobre os serviços públicos, exigindo dos órgãos públicos, empresas concessionárias, permissionárias ou qualquer outro tipo do gênero, a obrigação de fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos serviços essenciais, que sejam também contínuos.
A empresa requerida, como prestadora de serviços especialmente contemplada no art. 3º, parágrafo segundo, está submetida às disposições do Código de Defesa do Consumidor. Mister reconhecer, portanto, a cogente aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, com todos seus consectários legais.
A controvérsia reside em saber se a suspensão do serviço realizada pela requerida se deu de forma regular e se o fato gera danos morais indenizáveis.
Desse modo, analisando pormenorizadamente os autos, verifica-se que a parte autora logrou em comprovar que a parte requerida efetuou o corte de energia em sua residência devido a um erro no sistema desta, pois, além de demonstrar que havia pago as faturas referentes aos meses anteriores ao corte (ID 86209284), também juntou um print do site da concessionária que mostra o histórico das faturas pagas e não pagas (ID 86209286), onde constam duas faturas do mês de novembro, sendo que uma delas foi zerada pela própria empresa ré ao perceber o seu erro.
Por outro lado, a parte requerida não nega nenhum dos fatos trazidos pelo autor, apenas alegando de forma genérica que os fatos narrados não são capazes de gerar danos indenizáveis, pois todos estão sujeitos a passar por tais situações na sociedade atual.
Assim, verifico que não há dúvidas de que houve a interrupção indevida do serviço por parte da ré, sendo que somente restabeleceu o fornecimento de energia elétrica na residência em comento dias após a solicitação administrativa do autor. Nesse diapasão, tal fato merece reparação civil.
Para corroborar com tal decisão, é o entendimento recente deste Tribunal:
"Processo civil. Apelação cível. Indenizatória. Energia elétrica. Suspensão indevida. Fatura paga. Falha na prestação de serviços. Dano moral configuração. Nos termos do art. 172 da RN 414/2010 da ANEEL, a suspensão do fornecimento de energia elétrica deve ser precedida de prévia notificação. Havendo corte indevido e a falha na prestação de serviços, está configurado dano moral passível de indenização. (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7009571-37.2021.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 27/03/2023)."
Quanto ao pedido de danos morais, não se tem provas nos autos de que a parte autora estava com qualquer outra irregularidade que justifique a suspensão do fornecimento de energia em sua unidade de consumo, tendo sido surpreendida com a suspensão de energia, necessitando, portanto, do serviço essencial fornecido pela ré para realizar os devidos cuidados de sua família.
A concessionária também não comprovou a ocorrência de caso fortuito ou força maior e, por isso, deve ressarcir os danos morais sofridos pela consumidora, à luz da responsabilidade objetiva.
Dessa forma, há evidente dano moral in re ipsa, sendo devida a reparação conforme entendimento do STJ, mediante a adoção de método bifásico como parâmetro de arbitramento equitativo, afastando-se a tarifação do dano (REsp 1.608.573; Proc. 2016/0046129-2; RJ; Rel. Min. Luis Felipe Salomão; Julg. 13/12/2018; DJE 19/12/2018).
O TJRO pondera que "O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e o conceito social das partes" (Processo 7013471-13.2016.822.0002; 2ª Câmara Cível; Relator do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia; Julgamento: 27/02/2019).

O valor repercute nas circunstâncias e na obrigação de indenizar, em face da violação de direito da personalidade, cujo dano suportado tem natureza presumida. Todavia, a sua extensão deve ser aferida das especificidades narradas no processo, das quais se extrai que a interrupção do fornecimento de energia foi realizada por falha na prestação do serviço, pois registrou duplamente a fatura do mês de novembro, passando a constar como se uma estivesse adimplida e outra não.
Assim, em sintonia com a jurisprudência perfilhada, o valor questionado pela parte autora deve ser declarado inexigível, condenando-se a concessionária, ainda, a reparar os danos morais suportados pela consumidora.
Portanto, sopesando-se as circunstâncias apresentadas nos autos, levando-se em consideração as condições do ofendido e do ofensor, bem como a teoria do desestímulo e da proporcionalidade na fixação do dano moral, tenho como razoável que o valor da indenização deva ser arbitrado em R$8.000,00 (oito mil reais). Outrossim, cumpre ressaltar que um valor de indenização menor poderia não cumprir com seu papel punitivo.
Dispositivo:
Do exposto, na forma do art. 487, inciso I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido aduzido pelo autor para CONDENAR a requerida no pagamento de indenização por danos morais à parte autora na importância de R$8.000,00 (oito mil reais), atualizada monetariamente a partir da presente data (Súmula nº 362, do STJ), de acordo com os índices do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (Tabela adotada pelo TJRO) e acrescida de juros moratórios de um por cento ao mês a contar da citação (art. 405, Código Civil, c/c art. 161, §1º, Código Tributário Nacional).”
Em respeito as razões recursais, constata-se que a recorrente não comprova o inadimplemento da parte autora, não justificando a suspensão do fornecimento de energia na uc da recorrida, razão pela qual a sentença de origem deve ser mantida.
Por tais considerações, voto para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.
Em razão da sucumbência, condeno a Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. CORTE INDEVIDO DE ENERGIA. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL DEVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO NÃO PROVIDO.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7001391-13.2023.8.22.0021 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 16/06/2023 10:10:04
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
Polo Passivo: GERALDA APARECIDA GONCALVES CAMPOS
Advogado do(a) RECORRIDO: SIDNEY GONCALVES CORREIA - RO2361-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Em síntese, trata-se de recurso inominado interposto em face da sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial na ação de indenização por danos morais em razão de inscrição indevida no cadastro de inadimplentes.
Aduz a recorrente que atuou o exercício regular do direito, e que, diante do pagamento em duplicidade, tentou realizar a devolução dos valores ao consumidor, mas não foi possível por culpa do consumidor, que não trouxe o comprovante de pagamento necessário.
No caso em análise, verifico que a empresa requerida se comprometeu a realizar o abatimento do valor de fatura futura em razão da impossibilidade de devolução do valor pago em duplicidade. O consumidor, por sua vez, de boa-fé, aguardou que assim ocorresse. Entretanto, não apenas não houve o abatimento, mas também a negativação de tal valor.
Logo, percebo que, de fato, houve injustificada inscrição no cadastro de mau pagadores, o que é passível de gerar dano moral. Neste sentido:
“Apelação. Negativação indevida. Dano moral in re ipsa. Quantum. Manutenção. Recurso parcialmente provido.Tanto esta Corte quanto o STJ já pacificaram o entendimento que, havendo inscrição indevida no nome do consumidor nos cadastros negativos de proteção ao crédito, o dano moral é in re ipsa, sendo desnecessária a prova de prejuízo à honra ou à reputação.É possível a redução do quantum indenizatório para adequar as circunstâncias do caso concreto.Recurso parcialmente provido. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7009634-90.2020.822.0007, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator (a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 18/10/2022 (TJ-RO - AC: 70096349020208220007, Relator: Des. Rowilson Teixeira, Data de Julgamento: 18/10/2022)”
Assim, uma vez comprovada a negativação indevida, merece procedência o pleito autoral
Ao estabelecer o quantum indenizatório, ressalto que a indenização pecuniária deve restar suficiente e de acordo com os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e do caráter punitivo-pedagógico da reprimenda financeira. Em razão de todo este cenário e aliado ao entendimento desta Turma Recursal quanto a teoria do desestímulo, segundo a qual, a imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das grandes empresas, a majoração do valor dos danos morais é medida que se impõe.

Assim, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) se adéqua ao caso em tela, obedece os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, bem com ao entendimento jurisprudencial deste Colegiado.
Por tais considerações, VOTO no sentido de DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado para MINORAR o valor indenizatório para R$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, e correção monetária consoante tabela do E. TJRO, ambos a contar da publicação desta decisão.
Sem custas e honorários para a parte autora, uma vez que o deslinde do feito não se subsume à hipótese prevista no artigo 55 da Lei 9.099/95.
Oportunamente, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. OCORRÊNCIA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7005332-65.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 24/02/2023 11:16:09
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: TATIANE CAVALCANTE DE SOUZA
Advogado do(a) RECORRENTE: ALEX CAVALCANTE DE SOUZA - RO1818-A
Polo Passivo: LUCIANA PERGHER PINTO
Advogado do(a) RECORRIDO: VITOR MARTINS NOE - RO3035-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado nos termos da Lei 9.09995.
VOTO
Conheço do recurso, porque presentes os pressupostos de admissibilidade.
Trata-se de recurso inominado interposto em face da sentença que julgou improcedente os pedidos autorais. Afirma a parte autora que estaciona seu carro em frente da sua própria residência como de costume, e que após a recorrida passar a residir no mesmo condomínio que a autora, passou a reclamar constantemente do veículo estacionado do outro lado da rua, alegando que o mesmo atrapalhava na manobra de seus dois veículos.
Em decorrência dos fatos narrados, depreende-se dos autos que a recorrida passou a manifestar sua insatisfação através do grupo de whatsapp, usando termos na qual a recorrente considera ofensivo. Alega também que teve seu carro danificado em razão de uma manobra mal executada pela recorrida, razão pela qual pleiteia pela condenação da parte ré em danos morais no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais) e condenação por danos materiais de R$ 900,00 (novecentos reais) referentes ao conserto do carro.
No outro giro, o recorrido não se desincumbiu do seu ônus de comprovar fato modificativo do direito do autor, conforme art. 373, I do Código de Processo Civil. Diante disso, comprovado o dano moral e o dever de reparar.
Assentada a materialidade do dano sofrido, resta perquirir acerca do quantum indenizatório arbitrado pelo Juízo a quo.
É cediço que o quantum indenizatório deve ser estipulado pelo magistrado de forma equitativa, de modo que não seja muito alto a ponto de implicar enriquecimento sem causa do ofendido, nem tão inexpressivo, sob pena de não produzir no ofensor a sensação de punição, constrangendo-o a se abster de praticar atos similares. Para tanto, devem ser consideradas as condições econômicas dos envolvidos, a culpa do ofensor e a extensão do dano causado ao ofendido.
Pois bem, analisando detidamente as provas acostadas por ambas as partes, é possível verificar que o carro da recorrente quando estacionado em frente a sua residência, encontra amparo no próprio regimento interno do condomínio, em seu artigo 30, vejamos:
Art. 30 – Os veículos dos condôminos, quando estacionados, deverão permanecer na frontal de suas unidades ou no interior de suas garagens, de acordo com a capacidade da garagem de cada unidade, respeitando os direitos dos demais condôminos de modo a não impedir o livre trânsito de veículos e pessoas nas vias de passagem.
Portanto, não ha óbice no estacionamento feito pela recorrente, estando dentro das regras estabelecidas pelo condomínio, entretanto, em respeito a decisão proferida em primeiro grau, verifica-se que a parte autora possui direito em ser indenizada pelos danos causados em seu veículo, devidamente assumidos pela parte recorrida em sede de contestação, trazendo foto do veículo de seu marido após ´´raspar´´ no automóvel da recorrente, afinal, foram acostados aos autos três orçamentos para reparação dos danos causados, devendo ser considerado como parâmetro o de menor valor.
Em relação aos danos morais, não vislumbro motivos para sua incidência, visto que, da análise dos prints anexados pela recorrente, em momento nenhuma a recorrida menciona o nome da parte autora, apenas demonstrando sua insatisfação com o estacionamento feito pela recorrente.
Por tais considerações, VOTO no sentido de DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela recorrente para condenar a recorrida a pagar em favor da parte autora o valor de R$ 900,00 (novecentos reais) a títulos de danos materiais, devidamente corrigidos com juros de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária a partir do ajuizamento da ação.
Deixo de condenar a parte recorrente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, em conformidade com o elencado na lei nº 9.099/95.
Oportunamente, remetam-se os autos à origem.
É como voto.

EMENTA
RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. OFENSAS. DANO MORAL. NÃO CONFIGURADO. REGIMENTO INTERNO DE CONDOMÍNIO. ESTACIONAMENTO DE AUTOMÓVEL. DANO MATERIAL VERIFICADO. ORÇAMENTOS. COLISÃO ENTRE VEÍCULOS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO SENTENÇA REFORMADA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR PARA O ACÓRDÃO

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7001521-60.2023.8.22.0002 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 16/06/2023 07:29:24
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
Polo Passivo: MARCOS ANTONIO LOPES
Advogados do(a) RECORRIDO: FABRICIO DE PAULA CAVALCANTE - RO10233-A, GUSTAVO HENRIQUE COIMBRA DO NASCIMENTO - RO11800-A, VINICIU NOVAIS DE AGUIAR - RO12089-A
RELATÓRIO
Trata-se de recurso inominado interposto em face da sentença que julgou parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial. Inconformada, a concessionária alega que realizou inspeção de rotina na UC da parte Autora, encontrando irregularidades na medição do consumo, procedendo em seguida os cálculos da recuperação do consumo não faturado. Terminou pugnando pela reforma da sentença para que sejam julgados improcedentes os pedidos contidos na inicial e, consequentemente, a exigibilidade do débito apurado na recuperação de consumo.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o breve relatório.
VOTO
Conheço dos recursos, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Inicialmente é preciso registrar que o presente caso deve ser solucionado à luz da Lei n. 8.078/90, por ser de consumo a relação havida entre as partes, em virtude do disposto nos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor, que conceituam, respectivamente, as figuras do consumidor e do fornecedor.
Consta dos autos que o débito em questão refere-se a um processo de fiscalização, após inspeção de rotina realizada pelos técnicos da recorrente, na Unidade Consumidora, verificando irregularidade, ocasionando leitura de consumo incorreta e prejuízos para a Empresa.
A empresa recorrente juntou aos autos foto do medidor com as supostas irregularidades praticadas pelo consumidor, no entanto, não conseguiu comprovar que a parte recorrida foi devidamente notificada acerca das irregularidades, pois, não há nos autos o comprovante com aviso de recebimento dos documentos necessários para a realização de defesa administrativa.
A jurisprudência do STJ é no sentido de que comprovado por meio de documentos que houve desvio de energia atribuível ao consumidor é possível a Cia de Energia Elétrica promover a recuperação de consumo, desde que sejam garantidos no processo administrativo o contraditório e a ampla defesa. Considerando que a recuperação de consumo foi realizado em 06/04/2022, conforme documento de ID 20212344, deve ser aplicada a nova resolução da Aneel, qual seja, 1000/2021, devendo ser observado os procedimentos elencados no art. 590 e 591:
Art. 590. Na ocorrência de indício de procedimento irregular, a distribuidora deve adotar as providências necessárias para sua fiel caracterização, compondo um conjunto de evidências por meio dos seguintes procedimentos:
I - emitir o Termo de Ocorrência e Inspeção – TOI, em formulário próprio, elaborado conforme instruções da ANEEL;
II - solicitar a verificação ou a perícia metrológica, a seu critério ou quando requerida pelo consumidor;
III - elaborar relatório de avaliação técnica quando constatada a violação do medidor ou demais equipamentos de medição, contendo as informações técnicas e a descrição das condições físicas de suas partes, peças e dispositivos, exceto quando for solicitada a perícia metrológica do inciso II;
IV - avaliar o histórico de consumo e das grandezas elétricas; e
V - implementar, quando julgar necessário:
a) medição fiscalizadora, com registros em memória de massa de pelo menos 15 dias consecutivos; e
b) recursos visuais, tais como fotografias e vídeos.
§ 1º A medição fiscalizadora, calibrada conforme padrão do INMETRO ou órgão metrológico delegado, pode permanecer instalada no circuito da medição de faturamento da unidade consumidora, com o objetivo de comparação das grandezas elétricas medidas, pelo tempo que a distribuidora julgar necessário.
§ 2º Enquadra-se como procedimento irregular o aumento de carga à revelia da distribuidora que cause defeito no sistema de medição, o que deve ser comprovado pela distribuidora.
§ 2º Enquadra-se como procedimento irregular o aumento de carga ou de geração à revelia da distribuidora que cause defeito no sistema de medição, o que deve ser comprovado pela distribuidora. (Redação dada pela REN ANEEL 1.059, de 07.02.2023)
§ 3º Em caso de defeito na medição sem comprovação do procedimento irregular ou do aumento de carga à revelia, a distribuidora deve proceder conforme Seção V do Capítulo VIII do Título I, não se aplicando o disposto neste Capítulo.
Art. 591. Ao emitir o TOI, a distribuidora deve:
I - entregar cópia legível ao consumidor ou àquele que acompanhar a inspeção, mediante recibo com assinatura do consumidor ou do acompanhante; e

II - informar:
a) a possibilidade de solicitação de verificação ou de perícia metrológica junto ao INMETRO ou ao órgão metrológico delegado;
b) os prazos, os custos de frete e de verificação ou da perícia metrológica, e que o consumidor será responsabilizado pelos custos se comprovada a irregularidade, vedada a cobrança de outros custos.
§ 1º É permitida a emissão eletrônica do TOI e a coleta eletrônica da assinatura do consumidor ou daquele que acompanhar a inspeção, devendo a distribuidora garantir a impressão no local ou o envio ao consumidor com comprovação do recebimento.
§ 2o Se o consumidor se recusar a receber a cópia do TOI, a distribuidora deve armazenar evidências que comprovem a recusa, inclusive, se for o caso, com prova testemunhal.
§ 3º Em caso de recusa do recebimento do TOI ou se não for o consumidor que acompanhar a inspeção, a distribuidora deve enviar ao consumidor em até 15 dias da emissão, por qualquer modalidade que permita a comprovação do recebimento, a cópia do TOI e demais informações dos incisos do caput.
§ 4º O consumidor tem 15 dias, contados a partir do recebimento do TOI, para solicitar à distribuidora a verificação ou a perícia metrológica no medidor e demais equipamentos junto ao INMETRO ou órgão metrológico delegado.
§ 5º As marcas de selagem que são controladas pelo INMETRO ou pelo órgão metrológico delegado não podem ser rompidas pela distribuidora enquanto dentro do prazo do § 4º ou antes da realização da verificação ou da perícia metrológica.
§ 6º A cópia do TOI e do conjunto de evidências utilizados para caracterização da irregularidade devem ser disponibilizadas adicionalmente no espaço reservado de atendimento pela internet. (grifei)
Nos autos verifica-se que a recorrida não realizou todas as etapas do procedimento de recuperação de consumo conforme artigos art. 590 e 591, posto que não há nos autos o comprovante de entrega da carta ao cliente de, onde estão descritos os valores devidos e o prazo para recurso. Diante disso tenho que não foram garantidos o contraditório e a ampla defesa à autora no processo administrativo para se proceder a recuperação de consumo.
A jurisprudência do Tribunal de Justiça de Rondônia também é no sentido de que somente são devidos os débitos de recuperação de consumo quando realizados os procedimentos elencados na Resolução e desde que oportunizado o contraditório e a ampla defesa no processo administrativo:
Apelação cível em ação de desconstituição de débito. Consumo energia elétrica. Apuração de irregularidade. Débito exigível. Diferença de consumo. Possibilidade de novo faturamento. Recurso provido. Constatada a irregularidade no medidor e oportunizadas a ampla defesa e o contraditório ao consumidor no processo de apuração e recuperação de consumo, não há de se falar em inexistência do débito. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7004648-44.2016.822.0004, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 21/10/2019 .
E mais:
"Apelação Cível. Energia elétrica. Recuperação de consumo. Não observância dos procedimentos da agência reguladora e das regras do contraditório e ampla defesa. Inexistência do débito. Corte do serviço. Negativação. Dano moral. Valor suficiente. Recursos não providos. É indevida a cobrança de valores a título de recuperação de consumo, por indício de procedimento irregular, sem que haja a rigorosa obediência aos procedimentos da agência reguladora para a caracterização da irregularidade e apuração do valor do consumo, e sem o cumprimento das regras do contraditório e ampla defesa.
Cabível a indenização por dano moral se, pelo débito discutido, apurado de forma indevida, ocorrer o corte do fornecimento do serviço essencial e a negativação do nome.
O valor da condenação a título de reparação por danos morais, tendo as características de suficiente, para o equilíbrio da reparação, não merece alteração." (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7014665-41.2022.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Sansão Saldanha, Data de julgamento: 20/10/2022). Grifei.
Sendo assim, a sentença deve ser mantida, não pela impossibilidade da cobrança referente a recuperação de consumo no geral, mas sim em razão da não observância dos requisitos para apuração de débitos pretéritos.
Por tais considerações, VOTO no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado, mantendo a sentença inalterada.
Condeno a Recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55, da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
Consumidor. Recuperação de consumo. Alteração no consumo. Ausência notificação ao consumidor. Ausência de contraditório e ampla defesa. Declaração de inexigibilidade. Recurso não provido. Sentença mantida.
A concessionária prestadora de serviço público deve seguir a risca os procedimentos impostos pela agência reguladora, sob pena de nulidade de seus atos.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7005711-40.2021.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 23/03/2022 14:07:54
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: THIAGO SOUZA COSTA
Advogado do(a) RECORRENTE: EDUARDO AUGUSTO FEITOSA CECCATTO - RO5100-A
Polo Passivo: SAGA AMAZONIA COMERCIO DE VEICULOS LTDA
Advogado do(a) RECORRIDO: MAGDA ZACARIAS DE MATOS - RO8004-A

RELATÓRIO
Trata-se de recurso interposto em face da sentença que julgou improcedente o pedido de indenização por dano moral e procedente o ressarcimento simples dos valores devidos.
Inconformados, a parte aturao pugna pela reforma da sentença para conhecer os danos morais alegados na inicial.
Sem contrarrazões.
É o relatório.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Recorre o autor pretendendo a reforma da sentença que julgou parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial, pugnando, então, pelo reconhecimento dos danos morais suportados em razão dos desvio de produtividade causados por vários retornos com o veículo sede da ré, para consertos e manutenções de defeitos admitidos pela recorrida, e também em outras oficinas, para consertar equipamentos do bem adquirido.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
Os defeitos e consertos do veículo é questão incontroversa ante os documentos encartados na inicial, e admitido pela recorrida.
É de se considerar que a recorrida ficou silente quanto ao chamamento para apresentar contrarrazões.
Assim, os argumentos do recorrente não sofreram contraataques, e com base no contexto dos autos, em fina análise, pela documentação juntadas, fotos, vídeos e reconhecimento da própria recorrida, tenho que restou comprovado que houve por parte do recorrente perda de seu tempo produtivo, para solucionar todos os problemas enfrentados com o bem adquirido de boa-fé.
Vale aqui acata a tese do recorrente da teoria do desvio produtivo, que está sendo reconhecida nos Tribunais do país, em que a parte mais forte deixa a parte fraca na relação consumerista com todo o prejuízo e perda de tempo sem atendê-la ou dar uma resposta em tempo adequado.
Evidenciada a falha na prestação do serviço e presentes os pressupostos de responsabilidade civil (conduta, dano e nexo de causalidade), deve a empresa recorrida ser condenada ao pagamento dos danos morais, pois, em minuciosa análise dos autos, verifico que concessionária ré/recorrida, deveria ter entregado o veículo em boas condições de trafegabilidade, mas ela, se quer, juntou laudo de vistoria ou qualquer outro documento que pudesse verificar/constatar que entregou o veículo em boas condiçoes. Restou nítido que o autor/recorrente procurou a concessionária por diversas vezes, os reparos foram feitos e a empresa com essa atitude já reconhece que deveria ter entregue o veículo sem esses defeitos. Dessa forma, não há como dizer que se trata de mero aborrrecimento, e por óvbio, configurado está o desvio de produtividade ao qual o autor se obrigou a demandar para ter sua aquisição conforme esperava ter recebido da parte ré.
Então, no que se refere ao quantum, considerando que a indenização objetiva proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição mas como um desestímulo à repetição do ilícito, entende-se que o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada autor, encontra-se em consonância com o entendimento desta turma.
Por tais razões, VOTO para dar PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela parte autora, reformando a sentença para condenar a empresa requerida a ao pagamento, a título de danos morais, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (Súmula 362 do STJ), com juros de 1% (um por cento) ao mês, ambos a contar da publicação desta decisão.
Sem custas ou honorários advocatícios, eis que na hipótese não se encaixa nos termos do art. 55 da Lei 9.0999/95.
É como voto.
EMENTA
CONSUMIDOR. CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS SEMINOVOS. CONTRATO DE COMPRA E VENDA. DEFEITOS NO VEÍCULO. CONSERTOS E REPAROS. DEFEITOS RECONHECIDOS PELO RÉU. DESVIO PRODUTIVO CONFIGURADOA. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.
– O quantum indenizatório deve se coadunar com o prejuízo efetivamente sofrido pelo consumidor, de forma proporcional e razoável.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7005574-87.2023.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 19/06/2023 11:37:11
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: FRANCISMARIA DE SOUSA
Advogado do(a) RECORRENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR - MT20812-A
Polo Passivo: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
Advogado do(a) RECORRIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
Inicialmente, afasto da análise do presente recurso as provas anexadas após a prolação da sentença de origem, considerando-se inovação recursal.

No mais, analisando o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. "Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão".
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
Sentença
Trata-se de ação onde a parte requerente alega não ter relação jurídica com a empresa requerida. Aduz que houve negativação junto a órgãos de proteção ao crédito.
Em sua defesa, a requerida deixou de preencher o que dispõe o art. 373, II do CPC, uma vez que não trouxe contrato ou ordem de serviço de instalação no endereço que supostamente seria da residência da parte requerente.
Vieram os autos conclusos.
Passo a fundamentar e decidir.
MÉRITO
A falta de impugnação específica, conforme se verifica no art. 341 do CPC, aduz a veracidade das alegações trazidas na inicial. No caso em tela, faltou a comprovação que somente a parte requerida poderia realizar, quedando-se inerte.
Por essas razões, deve-se ser reconhecida a inexibilidade da cobrança e de contrato entre as partes, devendo ser dado procedência a este pedido e determinar a baixa no sistema da parte requerida.
A cobrança de serviços sem a contratação desses é incontroversa e, de fato, restou evidenciado que a parte requerente entrou em contato com a requerida e informou quanto a inexistência de vínculo contratual, sendo esse contato ignorado e persistindo as cobranças.
Não há a necessidade de realização de audiência de instrução e julgamento, como pedem as partes, vez que a matéria é de fato e não de direito, sendo bastante as comprovações documentais, a qual a parte requerida não colacionou nos autos.
O que se perquire, então, é a responsabilidade da requerida pelo fato.
No entanto, não há comprovação nos autos, de que tenha o nome da parte requerente, sido inscrita junto aos órgãos de proteção ao crédito e de que não haja negativação preexistente.
A parte requerente deixa de juntar as certidões dos principais órgãos de proteção ao crédito (pesquisa de balcão), seja ele SPC, SCPC e SERASA, não juntando a certidão de balcão de nenhum dos órgãos acima citados. Destarte que as certidões juntadas tem origem de pesquisas na internet.
Para melhor análise do abalo de crédito, necessário seria a juntada de tais certidões, com embasamento no enunciado 29 do FOJUR:
"Enunciado 29 Para análise do dano por negativação indevida é necessária a juntada de pesquisa realizada diretamente junto ao órgão de proteção ao crédito (SPC, SERASA, SCPC etc.)".
Assim, deixou a parte requerente de cumprir com a incumbência que lhe cabia ao não acostar aos autos a comprovação do abalo creditício, não incidindo o direito a reparação por danos morais.
Indefiro a gratuidade da justiça requerida pela autora. Conforme entendimento do Tribunal de Justiça de Rondônia, a simples afirmação da parte de que não possui condições financeiras de arcar com o pagamento das custas processuais não é suficiente para a concessão da assistência judiciária gratuita, existindo a necessidade da comprovação do estado de hipossuficiência para sua concessão, conforme previsão contida no art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição Federal.
DISPOSTIVO: Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial, para fins de DECLARAR a inexigibilidade dos débitos apontado na inicial, e, por conseguinte, condeno a requerida a proceder a baixa do referido débito no prazo de 10 dias, sob pena de aplicação de multa diária em caso de descumprimento. (...)
Em respeito as razões recursais, sustenta o consumidor, em síntese, que foi surpreendido ao verificar que seu nome estava inscrito nos serviços de proteção ao crédito por débitos que desconhece, visto que nunca firmou negócio jurídico com a empresa recorrente. No entanto, verifica-se que a parte autora trouxe, com sua inicial, apenas uma indicação de existência de dívida, sem, contudo, colacionar ao feito certidão oficial de restrição creditícia, não havendo comprovação nos autos de que tenha o nome do consumidor sido inscrito junto aos órgãos de proteção ao crédito e de que não haja negativação preexistente, visto que o único documento juntado nesse sentido corresponde ao documento de ID 20241384, sendo insuficiente para o fim pretendido. Ainda, da análise da certidão anexada pela parte autora, consta a informação de que é uma simples consulta ao CPF da consumidora, não significando negocio realizado, nem se confundindo com anotação negativa no cadastro de inadimplentes.
Assim, apesar de ter ao seu alcance meios de provar suas alegações, observa-se que a parte autora nada fez, devendo, dessa maneira, arcar com o ônus de sua inércia. Até porque, evidente que a prova da negativação é de suma simplicidade, bastando que a parte autora apenas anexasse aos autos outros documentos do Serasa/SCPC indicando o débito apontado pelo credor, prova que não se desincumbiu, nos termos do art. 373, I do CPC.
Portanto, caberia ao consumidor apresentar as certidões dos principais órgãos de proteção ao crédito (SERASA, SPC, SCPC), de modo a comprovar que a negativação discutida é a única ou a mais antiga e, portanto, que a conduta da empresa foi hábil a ocasionar os danos morais decorrentes da restrição ao crédito.
Nesse sentido:
Recurso Inominado. Negativação indevida. Ausência de comprovação. Danos morais Inexistentes. Ônus do autor. Não Provimento. – O consumidor deve comprovar fatos constitutivos do seu direito, juntando aos autos as consultas feitas em balcão para a demonstração de ausência de inscrições preexistentes, sob pena de improcedência do pedido indenizatório. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7035282-27.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 18/03/2020
Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Dívida prescrita. Cobrança indevida. Extratos da negativação. Não apresentação. Dano moral. não comprovação. 1. O prazo prescricional para cobrança dos valores constantes em faturas de energia elétrica é de cinco anos. 2. Cabe ao demandante, em caso de intimação específica para tanto, a apresentação dos extratos de negativações dos órgãos de cadastro de inadimplentes, a fim de que seja afastada a aplicação da súmula 385 do STJ, sob pena de improcedência do pedido indenizatório. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7016306-69.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 01/06/2020.
Por tais considerações, voto para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.

Em razão da sucumbência, condeno a recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, ressalvada a justiça gratuita deferida a recorrente.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO CONTRATUAL NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE CERTIDÃO OFICIAL. DANO MORAL INDEVIDO. RECURSO NÃO PROVIDO SENTENÇA MANTIDA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7005943-18.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 21/02/2023 15:21:15
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e outros
Advogado do(a) RECORRENTE: HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO - SP221386-A
Polo Passivo: JOELMA ALVES DE ARAUJO PAIXAO
Advogados do(a) RECORRIDO: ERICA APARECIDA SOUSA DE MATOS - RO9514-A, PAULO FRANCISCO DE MATOS - RO1688-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos do artigo 38 da lei 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.
“Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”
Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:
S E N T E N Ç A
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação declaratória de inexistência/inexigibilidade de débito cumulada com indenização por danos morais decorrentes de inscrição indevida perante as empresas arquivistas, conforme fatos narrados na inicial e de acordo com os documentos apresentados, sendo concedida tutela antecipada para fins de imediata “baixa”/retirada da anotação desabonadora.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, dada a ausência de provas a serem produzidas e porque não reclamadas outras específicas, não se justificando designação de audiência de instrução ou dilação probatória.
A matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Por conseguinte, há que se aplicar os arts. 32 e 33, da LF 9.099/95, bem como 370 e 371, ambos do NCPC (LF 13.105/2015 – disposições compatíveis com o microssistema e com o rito sumaríssimo e especial dos Juizados Especiais).
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e “maduro” para julgamento deve promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Em não havendo arguição de preliminar, passo a análise do mérito da causa.
Pois bem!
O cerne da demanda reside basicamente na alegação de inexistência de débito e nos consequentes danos ofensivos à honra subjetiva e objetiva da requerente, decorrentes da inclusão indevida de seu nome nos cadastros restritivos de crédito, por débito quitado (parcela de empréstimo) descontado direto em folha de pagamento da parte autora (id.67588232).
Como a contestação apresentada não rebateu pontualmente os fatos, limitando-se a afirmar que segue todas as disposições contratuais, aduzindo que autora não traz qualquer prova quanto aos fatos que alegou, deixando de esclarecer a inscrição indevida perante as empresas arquivistas referente a parcela paga pela requerente que fora descontada em contra cheque.
E, neste ponto, analisando todo o contexto fático e jurídico apresentado nos autos, constato que a razão está com o(a) requerente, posto que restou evidenciado o desconto em folha de pagamento por dívida já paga. Desta forma, a parte autora merece ver sua pretensão prosperar, posto que apresentou prova legível de pagamento referente “parcela” e que, como adiantado, sequer fora contestado pela requerida.
Portanto, procedente é o pleito declaratório, de modo que a restrição odiosa de crédito é ilegal, dando azo ao dano moral reclamado, emergindo-se a responsabilidade indenizatória.
Por derradeiro, não se justifica a manutenção do nome da parte autora nos cadastros de pessoas inadimplentes, quando o débito, em verdade, de parcela de empréstimo já quitada e descontada na folha de pagamento da parte requerente.
Evidenciada a responsabilidade, procedente também se revela a indenização pelos danos morais ocorridos de forma inequívoca.
É inegável que os serviços de proteção ao crédito, existentes em todo o mundo, desempenham função de relevo, destacando-se a rapidez e a segurança na concessão do crédito. Mas, por outro lado, o serviço é potencialmente lesivo à privacidade e à honra das pessoas, de modo que o legislador previu rígido controle nos procedimentos de inscrição de nomes em base restritiva de crédito.

A questão da utilização indevida do nome do requerente, o registro indevido no Sistema de Proteção ao Crédito e o vexame sofrido com a descoberta repentina da restrição creditícia apontam o abalo moral.
O dano moral está provado, valendo relembrar o seguinte entendimento:
"Neste ponto, a razão se coloca ao lado daqueles que entendem que o dano moral está ínsito na própria ofensa, decorre da gravidade do ilícito em si. Se a ofensa é grave e de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum. Assim, por exemplo, provada a perda de um filho, do cônjuge ou de outro ente querido, não há que se exigir a prova do sofrimento, porque isso decorre do próprio fato de acordo com as regras de experiência comum; Provado que a vítima teve seu nome aviltado ou sua imagem vilipendiada, nada mais ser-lhe-á exigido provar, por isso que o dano moral está in re ipsa; decorre inexoravelmente da gravidade do próprio fato ofensivo, de sorte que, provado o fato, provado está o dano moral" (Elias, Helena - O Dano Moral na Jurisprudência do STJ - pag. 99/100 - Rio de Janeiro - Editora Lumen Juris – 200).
E, na mensuração do quantum indenizatório, acompanho o seguinte entendimento da jurista e Magistrada Helena Elias (op.cit.):
"O princípio da exemplaridade foi recentemente adotado na jurisprudência do STJ. Luiz Roldão de Freitas Gomes defende, em sede doutrinária, a aplicação de tal princípio. Após afirmar que, 'sob a égide da atual Carta Magna, a reparação dos danos morais é ampla e desprovida de limitações, que não sejam as decorrentes de sua causalidade', anota que, com a expressa previsão constitucional, aquela reparação ganhou autonomia, 'deixando de ter por fundamento exclusivamente a culpa, que inspirava uma de suas finalidades: servir de exemplaridade ao infrator. Em consulta ao dicionário Aurélio , encontra se, para o verbete exemplaridade, o significado de 'qualidade ou caráter de exemplar'. Exemplar, por seu turno, é aquilo 'que serve ou pode servir de exemplo, de modelo'. O critério de exemplaridade parece estar apto a substituir o dano punição do ofensor na avaliação do dano moral, por oferecer a vantagem se amoldar, com maior grau de adequação e aceitabilidade, ao ordenamento jurídico pátrio, sem o inconveniente, apontado por Humberto Theodoro Júnior, de ensejar uma pena sem prévia cominação legal. Em recente acórdão, da relatoria do Min. Luiz Fux, o STJ adotou expressamente o princípio da exemplaridade, ao assentar que a 'fixação dos danos morais deve obedecer aos critérios da solidariedade e da exemplaridade, que implica na vaporação da proporcionalidade do quantum e na capacidade econômica do sucumbente".
O dano moral restou comprovado, devendo a respectiva responsabilidade indenizatória ser decretada. Os documentos apresentados bem comprovam os fatos que afetaram a estabilidade psicológica do demandante, tratando-se de dano moral presumido, não havendo a necessidade de sua materialização.
Outrossim, embora a parte autora possua outras restrições nos órgãos arquivistas, inseridas por credores diversos, o fato é que, no presente caso o(a) autor(a) teve seus dados pessoais utilizados de forma indevida para cadastro e utilização de serviços perante a empresa requerida, que não se acautelou em verificar a titularidade dos documentos, gerando débitos indevidos e cobranças de parcela paga e descontada em folha de pagamento.
Sendo assim, levando-se em consideração a inexistência de débito, a utilização de dados pessoais bem como a condição/capacidade econômica das partes e os reflexos decorrentes da conduta, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum em R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), de molde a disciplinar a demandada e a dar satisfação pecuniária ao requerente.
Como a reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, tenho que o valor acima arbitrado está sintonizado com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitando-se o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa "indústria do dano moral".
Por derradeiro, quanto ao pleito de litigância de má-fé formulado pelo(a) demandado(a), não o tenho como procedente, posto que a má-fé não se mostrou de imediato, já que a alteração da verdade dos fatos somente se configura quando a conduta processual exorbita a esfera do direito de ação ou de defesa, em que a parte litigante, que detêm o conhecimento da realidade, traz aos autos situação diversa, com dolo de lesar a parte contrária e vencer a ação.
Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e arts. 6º e 38 da LF 9.099/95 e art. 373, I e II do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pela parte autora para o fim de CONDENAR a empresa RÉ ao pagamento indenizatório de R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), a título dos reconhecidos danos morais, acrescido de correção monetária (tabela oficial TJ/RO) e juros legais, simples e moratórios, de 1% (um por cento) ao mês a partir da presente condenação (Súmula 362, STJ); e
Por conseguinte, CONFIRMO INTEGRALMENTE A TUTELA ANTECIPADA CONCEDIDA ANTERIORMENTE, e JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015). (...)
Em respeito às razões recursais, ressalto que, de fato, restou provada a regularidade da contratação do empréstimo havendo contrato devidamente assinado com descontos diretamente em folha de pagamento, no entanto, a parte consumidora anexa aos autos comprovante de inscrição indevida sob ID 18762023 com data de inclusão em 13/12/2021, data esta, anterior ao suposto inadimplemento alegado pela recorrente em 11/01/2022, razão pela qual a sentença deve ser mantida, eis que não cumpriu com seu ônus de demonstrar a regularidade da negativação. Ademais, verifica-se que a parte recorrida junta suas fichas financeiras desde o ano de 2015 até o ano de 2021, estando todas as parcelas compreendidas dentro desse período devidamente quitadas. Logo, a manutenção da sentença é medida que se impõe.
Por tais considerações, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, mantendo-se inalterada a sentença vergastada.
CONDENO a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sob o valor da condenação, nos termos do artigo 55 da lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.

EMENTA
RECURSO INOMINADO. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO. CONTRATO ASSINADO. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL DEVIDO. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7005629-69.2022.8.22.0002 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 16/06/2023 08:33:08
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ALDINEIS INACIO DOS SANTOS
Advogado do(a) RECORRENTE: IGOR HENRIQUE DOMINGOS - RO9884-A
Polo Passivo: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA
Advogado do(a) RECORRIDO: LARISSA SENTO SE ROSSI - BA16330-A
RELATÓRIO
Dispensado, nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO
Defiro o pedido de justiça de gratuita. Recebo o recurso inominado do requerente, posto que tempestivo e o recorrente é beneficiário da justiça gratuita.
A controvérsia dos autos cinge-se na responsabilidade da requerida em manter o nome do autor protestado após a quitação do débito.
Da análise dos autos, verifico que a parte autora realizou um acordo de pagamento da dívida nos autos de nº 7005928-17.2020.8.22.0002, o qual foi realizado acordo entre as partes para extinguir a ação, tendo sido realizada a quitação, em prol da do banco/recorrido, que foi pago da seguinte forma: (doze) parcelas no importe de R$ 1.873,69 (um mil oitocentos e setenta e três reais e sessenta e nove centavos), a fim de obter o bem alienado de volta, sendo a última paga em 19/09/2021. Assim, verifica-se que os débitos em questão foram encaminhados para protesto antes do pagamento dos boletos, ou seja, a restrição é regular.
E somente em 01/2022 a parte autora constatou que seu nome estaria protestado em razão da referida dívida.
Diante destes fatos, cabe aferir de quem é a responsabilidade de realizar o cancelamento do protesto no cartório.
Segundo a jurisprudência do STJ, é do devedor a responsabilidade de realizar a baixa do protesto, cabendo tão somente ao credor a expedição da carta de quitação do débito, vejamos:
CANCELAMENTO DE PROTESTO EXTRAJUDICIAL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. ÔNUS DO CANCELAMENTO DO PROTESTO LEGITIMAMENTE EFETUADO. DEVEDOR. CONFORME DISPÕE O ART. 2º DA LEI N. 9.492/1997, OS SERVIÇOS CONCERNENTES AO PROTESTO FICAM SUJEITOS AO REGIME ESTABELECIDO NESTA LEI. ALEGAÇÃO DE O DÉBITO TER SIDO CONTRAÍDO EM RELAÇÃO DE CONSUMO. IRRELEVÂNCIA, POR SE TRATAR DE PROCEDIMENTO SUBMETIDO A REGRAMENTO ESPECÍFICO. 1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: “No regime próprio da Lei n. 9.492/1997, legitimamente protestado o título de crédito ou outro documento de dívida, salvo inequívoca pactuação em sentido contrário, incumbe ao devedor, após a quitação da dívida, providenciar o cancelamento do protesto. 2. Recurso especial não provido. (REsp 1339436/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/09/2014, DJe 24/09/2014).
AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMISSÃO DA CARTA DE QUITAÇÃO PARA BAIXA EM PROTESTO DE DÍVIDA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos n. 2 e 3/STJ). 2. É do devedor a responsabilidade pela baixa de protesto de dívida, conforme entendimento exarado em sede de recurso repetitivo. Compete ao credor, todavia, no momento em que recebe o pagamento, a expedição da carta de quitação, documento sem o qual o devedor que pagou a dívida fica impedido de realizar a baixa do protesto. Precedentes. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ - AgInt no AREsp: 1231989 SC 2018/0007062-4, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 14/08/2018, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 21/08/2018).
Considerando que na inicial o autor não relata que a empresa se negou a emitir a carta de quitação do débito não há que se falar em falha na prestação dos serviços e nem em danos morais indenizáveis no presente caso, visto que a parte requerida agiu dentro das normas vigentes no ordenamento jurídico, a manutenção da inexigibilidade é medida que se impõe.
Por tais considerações, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado da parte autora, mantendo-se a sentença incólume.
Sucumbente condeno a parte autora/requerente, uma vez que o deslinde do feito não se subsume à hipótese prevista no artigo 55 da Lei 9.099/95, ressalvada justiça gratuita concedida.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
JUIZADO ESPECIAL. RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROTESTO DEVIDO. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO. BAIXA DO PROTESTO ÔNUS DO DEVEDOR.
Nos termos do Recurso Especial Repetitivo nº1.339.436/SP, compete ao devedor providenciar a baixa do protesto perante o Cartório, não podendo o credor ser responsabilizado pela inércia do devedor em tomar as providências que lhe são cabíveis.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR PARA O ACÓRDÃO

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7005791-28.2022.8.22.0014 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 21/03/2023 13:39:49
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
Polo Passivo: LEVI DA SILVA
Advogados do(a) RECORRIDO: ANDRE HENRIQUE VIEIRA DE SOUZA - RO6862-A, BRUNA EDUARDA SILVA OLIVEIRA - RO11067-A, CRISDAINE MICAELI SILVA FAVALESSA - RO5360-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Trata-se de embargos de declaração ao fundamento de que os autos foram julgados indevidamente por esta Turma, uma vez que a competência para o julgamento da apelação interposta seria do E. Tribunal de Justiça.
Sem maiores delongas, assiste razão ao embargante, motivo pelo revejo as decisões anteriores e anulo o acórdão de id. 19645432, em face da incompetência desta Turma, pois se trata de processo que tramitou na 1ª Vara Cível de Pimenta Bueno.
Portanto, o pleito recursal deve ser acolhido para que a sentença seja anulada e os autos sejam encaminhados ao E. Tribunal de Justiça para o processamento e julgamento.
Dessa forma, VOTO no sentido de ACOLHER OS EMBARGOS para anular o acórdão proferido por esta Turma, remetendo os presentes autos ao Tribunal de Justiça para prosseguimento do feito.
Sem custas e honorários advocatícios, a teor do art. 55, da lei n. 9.099/1995.
Oportunamente, arquive-se;
É como voto.
EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NULIDADE. INCOMPETÊNCIA. ACOLHIDOS.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, DECISAO: PRELIMINAR REJEITADA. NO MERITO, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO. TUDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7009545-85.2020.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 10/02/2021 07:37:26
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: VANDERLINDA BEZERRA DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: DANIELA FERREIRA NOBRE BELO - RO12027-A, LUCIO FELIPE NASCIMENTO DA SILVA - RO8992-A
Polo Passivo: BANCO BMG SA
Advogado do(a) PARTE RE: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE23255-A
RELATÓRIO.
Dispenso o relatório na forma da lei 9.099/95.
VOTO.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Os presentes embargos são claramente improcedentes.
Nos termos do art. 48 da Lei 9.099/95, cabem embargos de declaração somente quando a decisão for obscura, contraditória, omissa ou duvidosa entre seus próprios termos, o que não se verifica no caso em comento. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material no acórdão desta Turma Recursal.
Pelo exposto, verifica-se que a insurgência do embargante é em relação ao entendimento desta Turma Recursal, ao conteúdo do julgado que lhe é desfavorável, fugindo das hipóteses legais, razão pela qual o presente recurso não pode servir, sequer, para prestar esclarecimentos, e a irresignação da parte deve ser deduzida pelos meios legais próprios.
Com efeito, não merecem acolhimento embargos declaratórios que, a pretexto de sanar omissões da decisão embargada, traduzem, na verdade, o inconformismo do embargante com a conclusão adotada, pretendendo reanálise do conteúdo decisório.
Portanto, observa-se que houve a análise detida dos pontos necessários para convencimento do Juízo acerca dos fatos narrados no processo, de sorte que o acórdão não merece reparos.
Quanto à inexistência dos vícios previstos no art. 48 da lei 9.099/95, o seguinte aresto desta Turma Recursal:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. OMISSÃO. DÚVIDA. INEXISTÊNCIA. Inexistindo na decisão embargada quaisquer dos defeitos previstos no art. 48 da Lei n. 9.099/95, devem ser rejeitados os embargos de declaração. Embargos de Declaração em Recurso Inominado nº 0022254-24.2013.8.22.0001. Julgado em: 24/08/2016. Rel. Juíza Euma Mendonça Tourinho.
Com essas considerações e firme no aresto acima mencionado, VOTO PELA REJEIÇÃO dos embargos de declaração, mantendo inalterada a decisão atacada.
Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem.

EMENTA:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE RECURSO INOMINADO. MATÉRIAS ANALISADAS NO ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. - Não havendo omissão, contradição ou obscuridade na decisão atacada, os embargos de declaração devem ser rejeitados de plano.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, EMBARGOS DE DECLARACAO CONHECIDOS E REJEITADOS A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7011607-52.2021.8.22.0005 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 22/07/2022 14:58:15
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: TELEFONICA BRASIL S.A
Advogado do(a) RECORRENTE: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES - GO29320-A
Polo Passivo: PABLO DE SOUZA MELO
Advogado do(a) RECORRIDO: THIAGO AUGUSTO OJEDA COSTA - MT28611-A
RELATÓRIO.
Dispenso o relatório na forma da lei 9.099/95.
VOTO.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Os presentes embargos são claramente improcedentes.
Nos termos do art. 48 da Lei 9.099/95, cabem embargos de declaração somente quando a decisão for obscura, contraditória, omissa ou duvidosa entre seus próprios termos, o que não se verifica no caso em comento. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material no acórdão desta Turma Recursal.
Pelo exposto, verifica-se que a insurgência do embargante é em relação ao entendimento desta Turma Recursal, ao conteúdo do julgado que lhe é desfavorável, fugindo das hipóteses legais, razão pela qual o presente recurso não pode servir, sequer, para prestar esclarecimentos, e a irresignação da parte deve ser deduzida pelos meios legais próprios.
Com efeito, não merecem acolhimento embargos declaratórios que, a pretexto de sanar omissões da decisão embargada, traduzem, na verdade, o inconformismo do embargante com a conclusão adotada, pretendendo reanálise do conteúdo decisório.
Portanto, observa-se que houve a análise detida dos pontos necessários para convencimento do Juízo acerca dos fatos narrados no processo, de sorte que o acórdão não merece reparos.
Quanto à inexistência dos vícios previstos no art. 48 da lei 9.099/95, o seguinte aresto desta Turma Recursal:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. OMISSÃO. DÚVIDA. INEXISTÊNCIA. Inexistindo na decisão embargada quaisquer dos defeitos previstos no art. 48 da Lei n. 9.099/95, devem ser rejeitados os embargos de declaração. Embargos de Declaração em Recurso Inominado nº 0022254-24.2013.8.22.0001. Julgado em: 24/08/2016. Rel. Juíza Euma Mendonça Tourinho.
Com essas considerações e firme no aresto acima mencionado, VOTO PELA REJEIÇÃO dos embargos de declaração, mantendo inalterada a decisão atacada.
Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem.
EMENTA:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE RECURSO INOMINADO. MATÉRIAS ANALISADAS NO ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. - Não havendo omissão, contradição ou obscuridade na decisão atacada, os embargos de declaração devem ser rejeitados de plano.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, EMBARGOS DE DECLARACAO CONHECIDOS E REJEITADOS A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7015399-60.2020.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 12/04/2022 20:02:41
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: CLARO S.A.
Advogados do(a) RECORRENTE: PAULA MALTZ NAHON - RS51657-A, RAFAEL GONCALVES ROCHA - RS41486-A
Polo Passivo: ADAILTON ALVES DOS SANTOS
Advogado do(a) RECORRIDO: ADAILTON ALVES DOS SANTOS - RO5213-A
RELATÓRIO
Trata-se de recurso inominado ofertado pela requerida em face da sentença que julgou improcedente os embargos à execução. Alega a nulidade da sentença de mérito por ausência de intimação.
Contrarrazões ofertadas pela manutenção da sentença.

VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos para sua admissibilidade.
A despeito do alegado sobre a nulidade de intimação verifica-se que no âmbito dos Juizados Especiais, é desnecessária intimação da parte para o cumprimento espontâneo da condenação (art. 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05), de modo que o prazo de 15 dias tem início com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
Deste modo, a impugnante deu causa à execução sincrética e a aplicação da multa de 10% ad valorem, uma vez que fora dada por automaticamente intimada para pagamento, de modo que deve ser imposta a multa legal de inadimplência.
Logo, embora houvesse a necessidade de intimação, constou nos autos que a recorrente no item 6 que trata do excesso da execução afirma que " Passado certo tempo, foi enviada carta pessoal para Embargante, visando o cumprimento da obrigação de fazer, tendo essa sido recebida em 06/04/2021 (id 56569325)".
Assim, não há que se falar em nulidade da intimação e muito menos em análise de mérito.
Portanto, a manutenção da sentença é medida que impõe.
Pelo exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo-se a sentença inalterada.
Condeno o recorrente ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55, da lei no 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO – AFASTADA. DESNECESSÁRIA INTIMAÇÃO NOS MBITOS DO JUIZADOS ESPECIAIS. RECURSO DESPROVIDO.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, EMBARGOS DE DECLARACAO CONHECIDOS E REJEITADOS A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7006001-58.2022.8.22.0021 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 12/06/2023 09:31:23
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
Polo Passivo: SUELI LUCAS
Advogado do(a) RECORRIDO: JOAO CARLOS DE SOUSA - RO10287-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso interposto, eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.
Trata-se de recurso inominado interposto na presente demanda, na qual o consumidor alega ter sido sofrido com ausência de fornecimento de energia elétrica em sua residência, decorrendo daí abalo moral.
Na petição inicial, a parte informa que ficou sem energia elétrica em sua residência, e que a parte requerida nada fez para amenizar os prejuízos sofridos por ela.
Assim, acolho como verossímil a alegação da parte recorrente. Isto porque a própria empresa ré, em contestação, não nega os fatos, alegando que apenas procedeu com a solicitação de desligamento da unidade.
Portanto, no caso há dano moral reparável, tendo em vista que o fornecedor do serviço responde de forma objetiva, independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços (art. 14, do CDC).
Na hipótese dos autos, como a apuração da responsabilidade se relaciona com a atividade desenvolvida por pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, a hipótese, em se constatando os seus requisitos, é de aplicação da responsabilidade objetiva (art. 37, §6º, da Constituição Federal).
Como cediço, a responsabilidade objetiva, norteada pela teoria do risco administrativo, dispensa a prova de culpa da Administração. Assim, se comprovada a ocorrência do dano e sua relação de causalidade com a atividade administrativa, certa será a obrigação de indenizar.
Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais.
Quanto o quantum indenizatório, em condenações desta natureza, deve o juízo a quo atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.
No caso dos autos, verificadas as circunstâncias em que ocorreram os fatos, a interrupção de energia, o valor a título de dano moral deve ser fixado em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), pois se mostra suficiente para compensar o dano sofrido, atendendo o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, estando em consonância com o entendimento desta Turma Recursal.
Com estas considerações, VOTO para DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela recorrente para tão somente MINORAR para R$5.000,00 (cinco mil reais) o valor da indenização por danos morais, mantendo os demais termos da sentença inalterados.
Sem custas e honorários advocatícios, eis que o deslinde não se encaixa no teor do art. 55, da Lei nº 9.099/1995.
Oportunamente, remetam-se os autos à origem.
É como voto.

EMENTA
CONSUMIDOR. INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7006091-58.2020.8.22.0014 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 14/10/2021 16:25:49
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ERAILDE SOUZA DO CARMO
Advogado do(a) AUTOR: NATALIA GARZON DELBONI - RO6546-A
Polo Passivo: PICPAY SERVICOS S.A
Advogado do(a) AUTOR: RAMON HENRIQUE DA ROSA GIL - SP303249-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado nos termos da lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Trata-se de recurso inominado interposto em face da sentença que julgou improcedente os pedidos iniciais. Alega a parte autora que realizou transferência de R$ 1.000,00 da sua conta Caixa Tem, no mês de setembro de 2020 para o banco recorrido, no entanto ao analisar seu aplicativo verificou que o dinheiro não havia sido adicionado em sua carteira digital, contendo a informação de que a operação fora cancelada. Desta forma constatou-se que o valor já havia sido retirado da conta de origem, de modo que abriu reclamação junto ao suporte do PicPay para resolução do problema. Pleiteia pela reforma da sentença para serem reconhecidos os danos morais sofridos.
Consigna-se, inicialmente, que a autora se reveste da qualidade de consumidora (art. 2º CDC) e a instituição bancária, de fornecedora (art. 3º CDC), eis que a atividade desenvolvida se subsome ao conceito de serviço (art. 3º, § 2º CDC). Portanto, aplica-se a legislação consumerista ao caso concreto, conforme largamente reconhecido pela jurisprudência (Súmula 297 STJ).
Compulsando os autos, verifico que assiste razão a parte autora em ter reconhecido os danos morais alegados na inicial.
Explico.
Em sede de contestação o recorrido informa que a operação foi cancelada devido a falta de autorização da Caixa em razão de saldo insuficiente, no entanto, ao ser procurado pela parte autora, num primeiro momento respondeu que o valor costuma cair em alguns segundos, e que se esse não fosse o caso da consumidora, que a mesma aguardasse por 4 horas para que seja feita análise do que teria ocorrido.
No entanto, em que pese o recorrido tente se eximir de sua responsabilidade, verifica-se que a resposta satisfativa, juntamente com a adição do valor de R$ 1.000,00 ocorreu após passados dois meses da solicitação inicial feita pela recorrente, de modo que suportou todo esse lapso temporal sem o domínio do valor.
Ora, sem maiores digressões, percebe-se, claramente, falha na prestação dos serviços oferecidos pela recorrente. Isso porque, em um primeiro momento alega que a operação não foi autorizada por insuficiência de valores, por outro lado, após passados dois meses o valor foi depositado normalmente na conta da recorrente. Ademais, no próprio print do aplicativo anexado pela parte autora constata-se que tal quantia teve sua saída no mesmo dia informado pela consumidora, corroborando com a comprovação de suas alegações.
O art. 14 do Código de Defesa do Consumidor consagra a responsabilidade objetiva no caso do consumidor ser prejudicado em razão da prestação de serviços defeituosos, independentemente de culpa, o que se vislumbra no caso em concreto, em que valores depositados na conta Picpay da recorrente simplesmente não foram acrescentados após solicitação de transferência, sem o devido crédito na conta destinatário.
Nesse sentido, deve a recorrente assumir o risco inerente às suas atividades e, consequentemente, indenizar os danos sofridos, vez que se trata de situação que ultrapassa o mero dissabor.
É cediço que o quantum indenizatório deve ser estipulado pelo magistrado de forma equitativa, de modo que não seja muito alto a ponto de implicar enriquecimento sem causa do ofendido, nem tão inexpressivo, sob pena de não produzir no ofensor a sensação de punição, constrangendo-o a se abster de praticar atos similares. Para tanto, devem ser consideradas as condições econômicas dos envolvidos, a culpa do ofensor e a extensão do dano causado ao ofendido.
Tendo como base o bem jurídico tutelado nos autos (retenção de valores), a capacidade financeira das partes, os reflexos do dano na esfera íntima do ofendido, tem-se que o valor indenizatório deve ser fixado em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) que se mostra justo e razoável ao caso concreto.
Em relação a repetição de indébito, não verifico razões para sua procedência, como bem mencionado pelo juízo de origem o caso dos autos não se enquadra nas hipóteses legais de repetição de indébito uma vez que se refere a uma transação financeira entre contas à disposição da requerente. Frustrada a transação por falha nos sistemas, o caso se afasta do conceito de cobrança indevida do art. 42, parágrafo único do CDC e do art. 940 do CC.
Por tais considerações, VOTO no sentido de DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, para condenar a recorrida a pagar em favor da parte autora o valor R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a títulos de danos morais, corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia desde a data da publicação desta decisão (Súmula 362 do STJ), com juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da data do arbitramento.
Sem custas e honorários.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.

EMENTA
Recurso Inominado. Consumidor. Danos Morais Configurados. Retenção de Valores. Demora em Adicionar Dinheiro na Carteira Digital. Falha na Prestação de Serviços. Indenização Devida. Quantum Compensatório. Proporcionalidade e Razoabilidade. Recurso Parcialmente Provido. Sentença Reformada.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7006202-13.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 23/02/2023 15:48:05
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: BANCO BRADESCO CARTOES S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: PAULO EDUARDO PRADO - RO4881-A
Polo Passivo: FRANCISCA DE OLIVEIRA
Advogado do(a) RECORRIDO: MATEUS NOGUEIRA DE CARVALHO - RO9078-A
RELATÓRIO
Trata-se de Ação Indenizatória por Danos Morais movido por Francisca de Oliveira em face de Banco Bradesco Cartões S.A, em razão do bloqueio indevido do cartão de crédito.
A sentença julgou parcialmente os pedidos contidos na inicial, e condenou o Banco/Recorrente ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais.
Em sede de Recurso Inominado a parte requerida pugna pela reforma da sentença para que sejam julgados improcedentes os pedidos contidos na exordial.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o sucinto relatório.
VOTO
Conheço o recurso, porque presentes os pressupostos de admissibilidade.
A questão deve ser examinada à luz do CDC, vez que se trata de relação de consumo.
Restou devidamente comprovado que o bloqueio do cartão de crédito da parte autora promovida pela recorrida, sem notificação, foi indevido, posto que o Banco não juntou provas que demonstrassem a legalidade de sua conduta.
Nesse contexto, indiscutível que houve falha na prestação do serviço, visto que a parte autora amargou com constrangimento indevido ao tentar usar o cartão que deveria ainda estar ativo, sendo surpreendida com a negativa do pagamento em decorrência do cancelamento ilegítimo realizado pelo Banco, bem como, pela impossibilidade de acessar o aplicativo bancário.
Assim, estabelecida a incidência do dano moral, a fixação deve ser compatível com o poder econômico da empresa recorrida e suficiente para reparar o dano do ofendido.
É cediço que o quantum indenizatório deve ser estipulado pelo magistrado de forma equitativa, de modo que não seja muito alto a ponto de implicar enriquecimento sem causa do ofendido, nem tão inexpressivo, sob pena de não produzir no ofensor a sensação de punição, constrangendo-o a se abster de praticar atos similares.
Portanto, o valor arbitrado pelo juiz sentenciante, R$ 5.000,00 (dois mil reais), se mostra razoável ao caso e de acordo com precedentes deste colegiado, visto que a parte autora sofreu constrangimentos indevidos perante terceiros.
Logo o montante dos danos morais fixados na origem deve ser mantido, por estar em consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, especialmente em face da situação discutida nos autos.
Por tais considerações, VOTO no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo-se inalterada a sentença proferida.
Condeno o recorrente em custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação, na forma do art. 55 da Lei 9.099/95.
Oportunamente, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA:
CONSUMIDOR. BLOQUEIO INDEVIDO DE CARTÃO DE CRÉDITO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. PROPORCIONALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.
O bloqueio/cancelamento indevido de cartão de crédito, sem notificação anterior e dentro da validade deste, impossibilitando que o consumidor o utilize é fator suficiente a repercutir na esfera de seus direitos da personalidade. O quantum indenizatório deve ser fixado em valor justo e proporcional ao abalo suportado pelo ofendido.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7007129-76.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 12/12/2022 12:19:56
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS NPL II
Advogado do(a) RECORRENTE: THIAGO MAHFUZ VEZZI - RO6476-A
Polo Passivo: ANGELA DE PAULA ALBUQUERQUE
Advogado do(a) RECORRIDO: MARIA KAROLINE DOS SANTOS DIAS CAVALCANTI - MT23793-A
RELATÓRIO
Trata-se de ação ordinária na qual postula a declaração de inexistência de débito e indenização a título de danos morais, por inscrição nos órgãos de proteção ao crédito em nome da parte autora por FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS NPL II, todavia, argumentando que não tem nenhuma relação jurídica com a requerida.
A sentença julgou procedente a pretensão inicial, ao argumento de que a parte requerida não comprovou a regularidade do suposto negócio jurídico firmado entre a parte autora e Carlcard o qual cedeu o crédito para a FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS NPL II.
Inconformada, a parte requerida interpõe recuso inominado, argumentando que a Carlcard lhe cedeu o crédito, sendo a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito totalmente legítima. Por fim, requereu a reforma de sentença para julgar improcedentes os pedidos iniciais.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o breve relatório.
VOTO
Conheço dos recursos, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Analisando os autos, vejo ser o caso de reforma da sentença, eis que restou sobejamente comprovada a relação jurídica da parte autora com a Losango que cedeu o crédito para FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS NPL II, conforme termo de cessão (ID 17241977 e 18250969), sendo devida a inscrição do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito.
Com efeito, vejo que a parte recorrente/requerida se desincumbiu do ônus processual insculpido no artigo 373, II, do Código de Processo Civil, trazendo provas da contratação e da legitimidade da inscrição do nome da parte autora nos órgãos de proteção ao crédito.
Nesse diapasão, sendo legítima a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito por dívida existente, não há que se falar em danos morais.
Nesse sentido colaciono o entendimento pacificado deste colegiado:
CESSÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. EFICÁCIA. CADASTRO DE INADIMPLENTES. INSCRIÇÃO. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO. INOCORRÊNCIA.- A ausência de notificação quanto à cessão de crédito não torna ineficaz o negócio jurídico em face do devedor, mas apenas lhe desonera de ter que pagar a dívida ao cessionário, considerando-se adimplida se houve o pagamento ao cedente.
A inscrição do nome do devedor em cadastro de inadimplentes, mesmo sem sua notificação quanto à cessão, não configura dano moral, por caracterizar exercício regular de direito por parte da cessionária. Precedente do STJ. (7005957-46.2015.8.22.0001 - Recurso Inominado Recorrente: Adão Alves Branco Recorrido: Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A. Relator: Juiz Jorge Luiz dos Santos Leal, data do julgamento: 13.10.2016)
CESSÃO DE CRÉDITO. CONSUMIDOR. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. EFICÁCIA. CADASTRO DE INADIMPLENTES. INSCRIÇÃO. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO. INOCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.
A ausência de notificação quanto à cessão de crédito não torna ineficaz o negócio jurídico em face do devedor, mas apenas lhe desonera de ter que pagar a dívida ao cessionário, considerando-se adimplida se houve o pagamento ao cedente.
A inscrição do nome do devedor em cadastro de inadimplentes, mesmo sem sua notificação quanto à cessão, não configura dano moral, por caracterizar exercício regular de direito por parte da cessionária. Precedentes do STJ. (7061453-26.2016.8.22.0001. Relator: Juiz Enio Salador Vaz, data do julgamento: 20.09.2017)
Essa também é a concepção firmada na Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:
Apelação cível. Cessão de crédito. Ação de indenização. Ausência de notificação. Danos morais não configurados. Cadastro de inadimplentes. Exercício regular de direito. Sentença reformada. O cessionário pode exercer seu direito com vistas à obtenção de seu crédito, embora o devedor não tenha sido notificado da cessão. Inteligência do art. 293 do Código Civil. Age no regular exercício de seu direito o cessionário que promove a inscrição do nome do consumidor em órgão restritivo de crédito, mesmo que o devedor não tenha ciência da cessão (Apelação n.0021351-86.2013.8.22.0001, Rel. Desembargador Isaias Fonseca Moraes, julgado em 25/05/2016).
Por tais considerações, VOTO no sentido de DAR PROVIMENTO ao recurso da parte requerida, julgando improcedentes os pedidos iniciais.
Sem custas e honorários.
É como voto.
Após o trânsito em julgado, remeta-se os autos à origem.
EMENTA
CESSÃO DE CRÉDITO. CONSUMIDOR. EFICÁCIA. CADASTRO DE INADIMPLENTES. INSCRIÇÃO DEVIDA. DANOS MORAIS. INOCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.
Ficando demonstrada a regularidade da inscrição do nome do consumidor nos órgãos de proteção de crédito, não há o que se falar em ato ilícito e, portanto, descabida a condenação em danos morais.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7013421-77.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 16/06/2023 15:30:52
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogados do(a) RECORRENTE: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664-A, KESIA SILVA OLIVEIRA - PB25948-A
Polo Passivo: MARIA JOANA RODRIGUES SILVA
Advogados do(a) RECORRIDO: INGRID JULIANNE MOLINO CZELUSNIAK - RO7254-A, LILIAN FRANCO SILVA - RO6524-A, RENATA SALDANHA REGIS DE MELO - RO9804-A
RELATÓRIO
Trata-se de Recurso Inominado interposto por ENERGISA RONDÔNIA em face da sentença que julgou parcialmente procedente os pedidos autorais, condenando a requerida a indenizar a título de danos morais e materiais.
Requer a reforma da sentença para que sejam julgados improcedentes os pedidos autorais.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o breve relatório.
VOTO
Conheço o recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade.
Em sua exordial, a parte autora afirma que possui estabelecimento comercial no endereço indicado, e que a interrupção do fornecimento da energia lhe causou danos de natureza moral e material.
Entretanto, em que pese o alegado, verifico que se trata de unidade consumidora comercial, vinculada à pessoa jurídica, e não estabelecimento vinculado à pessoa física que litiga nos autos em apreço. Dessa forma, a parte autora é ilegítima para pleitear, em nome próprio, direito alheio. Nesse sentido:
"APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. PESSOA FÍSICA PLEITEANDO INDENIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS POR PESSOA JURÍDICA. ILEGITIMIDADE ATIVA RECONHECIDA. Os prejuízos sofridos apontados pelo autor em razão da interrupção no fornecimento de energia elétrica, assim como a unidade consumidora em questão, estão vinculados à Serraria da qual o autor é sócio proprietário. Nesse contexto, o autor, em nome próprio, como pessoa física, não tem legitimidade para postular os prejuízos em nome da pessoa jurídica. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, RECONHECENDO A ILEGITIMIDADE ATIVA, DE OFÍCIO, JULGANDO PREJUDICADO O RECURSO. (TJ-RS - AC: 02842943020198217000 ARROIO DO TIGRE, Relator: Eduardo Kraemer, Data de Julgamento: 17/02/2020, Nona Câmara Cível, Data de Publicação: 19/02/2020)"
"APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PESSOA JURÍDICA. SÓCIO PROPRIETÁRIO. ILEGITIMIDADE ATIVA PARA POSTULAR EM NOME PRÓPRIO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. - O sócio não possui legitimidade para postular, em nome próprio, direito da pessoa jurídica que integra - Preliminar de ilegitimidade ativa acolhida. Feito extinto sem julgamento do mérito. (TJ-AM - AC: 06393368320148040001 AM 0639336-83.2014.8.04.0001, Relator: Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Data de Julgamento: 30/11/2020, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 01/12/2020)
No caso dos autos, a pessoa física, a qual não se confunde com a pessoa jurídica (estabelecimento comercial), não pode pleitear direito alheio, salvo quando autorizado por lei. Dessa forma, a parte autora não tem legitimidade para figurar no polo passivo em demanda que busca indenização, a título de moral e material, por prejuízo decorrente de interrupção de fornecimento de energia gerado ao estabelecimento.
Por tais considerações, VOTO no sentido de RECONHECER DE OFÍCIO A ILEGITIMIDADE ATIVA, julgando prejudicado o recurso inominado interposto, com a consequente extinção do feito sem resolução do mérito.
Sem custas e sem honorários.
Após o trânsito, remetam-se os autos à origem.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. ILEGITIMIDADE ATIVA. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. PESSOA FÍSICA QUE POSTULA DIREITO DE PESSOA JURÍDICA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. RECURSO PREJUDICADO. Os prejuízos sofridos apontados pelo autor em razão da interrupção no fornecimento de energia elétrica estão vinculados ao estabelecimento, pessoa jurídica. Nesse contexto, o autor, em nome próprio, como pessoa física, não tem legitimidade para postular os prejuízos em nome da pessoa jurídica.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR PARA O ACÓRDÃO

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7006724-40.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 17/01/2023 10:13:54
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: QUESSIA DE OLIVEIRA GIMENES e outros
Advogados do(a) RECORRENTE: CLIVIA PATRICIA MEIRELES - RO11000-A, EVERSON LEANDRO FERREIRA ARAUJO - RO10986-A
Polo Passivo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A

RELATÓRIO
Trata-se de Embargos de Declaração opostos por ENERGISA RONDÔNIA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, sustentando a ocorrência de omissão no Acórdão combatido.
Postula a reforma do Acórdão com a finalidade de revisão do valor da condenação do dano moral.
É o sucinto relatório.
VOTO.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Os presentes embargos são claramente improcedentes.
Nos termos do art. 48 da Lei 9.099/95, cabem embargos de declaração somente quando a decisão for obscura, contraditória, omissa ou duvidosa entre seus próprios termos, o que não se verifica no caso em comento. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material no acórdão desta Turma Recursal.
Pelo exposto, verifica-se que a insurgência da embargante é em relação ao entendimento desta Turma Recursal, ao conteúdo do julgado que lhe é desfavorável, fugindo das hipóteses legais, razão pela qual o presente recurso não pode servir, sequer, para prestar esclarecimentos, e a irresignação da parte deve ser deduzida pelos meios legais próprios. Desta forma é incabível a revisão dos danos morais pela via dos Embargos, pois cediço que a manutenção do quantum indenizatório é possível somente em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisória ou exorbitante a indenização arbitrada, o que não é o caso dos autos.
Nota-se que a pretensão recursal consiste em tentativa única de ver rediscutida a matéria, com o fim de lhe conferir efeitos infringentes, o que não é permitido juridicamente nesta esfera recursal. A indenização foi fixada de acordo com o caso concreto, e fundamentada conforme as especificidades encontradas.
Assim, inexiste a alegada omissão ou qualquer vício, para justificar a pretendida reforma total da decisão, motivo pelo qual os embargos se mostram incabíveis. Neste sentido:
EMENTA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÕES INEXISTENTES. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. Incabíveis os embargos de declaração quando não estão presentes quaisquer das hipóteses do art. 48 da Lei 9.099/95. Os embargos de declaração não podem ter efeitos infringentes, possibilitando à parte rediscutir o que já foi analisado no acórdão, o que só se admite em situações excepcionais, o que não é o caso dos autos em que o acórdão foi proferido em conformidade com a jurisprudência já pacificada desta Turma Recursal. EMBARGOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA À UNANIMIDADE (TJRO - Turma Recursal - 0016798-90.2013.8.22.0002, Data de Julgamento: 30/10/2014).
Por fim, anoto que os embargos possuem caráter integrativo e não substitutivo da decisão, não se prestando para o reexame da matéria e/ou prequestionamento quando inexistente omissão ou qualquer vício, afinal, toda a extensão constitucional e infraconstitucional se encontra amplamente debatida na decisão.
Ante o exposto, VOTO para REJEITAR os embargos de declaração.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE RECURSO INOMINADO. MATÉRIAS ANALISADAS NO ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. - Não havendo omissão, contradição ou obscuridade na decisão atacada, os embargos de declaração devem ser rejeitados de plano.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, EMBARGOS DE DECLARACAO CONHECIDOS E REJEITADOS A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7009635-25.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 08/05/2023 20:26:35
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. e outros
Advogado do(a) RECORRENTE: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
Advogado do(a) RECORRENTE: IGOR FELIPE DE OLIVEIRA LINS SOARES - RO10691-A
Polo Passivo: JOAO BATISTA AGUIAR DE AZEVEDO e outros
Advogado do(a) RECORRIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
Advogado do(a) RECORRIDO: IGOR FELIPE DE OLIVEIRA LINS SOARES - RO10691-A
Advogado do(a) AUTOR: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos recursos apresentados.
Inicialmente é preciso registrar que o presente caso deve ser solucionado à luz da Lei n. 8.078/90, por ser de consumo a relação havida entre as partes, em virtude do disposto nos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor, que conceituam, respectivamente, as figuras do consumidor e do fornecedor.
Cinge-se a análise do presente recurso, quanto à legalidade de dívida constituída em procedimento de recuperação do consumo, por irregularidade identificada no medidor. Pleiteia a parte autora ressarcimento a título de danos morais sofridos. Por outro lado, a concessionária recorrente pleiteia pela improcedência dos pedidos autorais.

A jurisprudência do STJ é no sentido de que comprovado por meio de documentos que houve desvio de energia atribuível ao consumidor é possível a Cia de Energia Elétrica promover a recuperação de consumo, desde que sejam garantidos no processo administrativo o contraditório e a ampla defesa. E ainda que sejam realizados os procedimentos elencados nos arts. 129 e 133 da Resolução 414/2010 (revogada pela Resolução 1.000/2021) da ANEEL:

"Art. 129. Na ocorrência de indício de procedimento irregular, a distribuidora deve adotar as providências necessárias para sua fiel caracterização e apuração do consumo não faturado ou faturado a menor.

§ 1º A distribuidora deve compor conjunto de evidências para a caracterização de eventual irregularidade por meio dos seguintes procedimentos:

I - emitir o Termo de Ocorrência e Inspeção - TOI, em formulário próprio, elaborado conforme Anexo V desta Resolução;

II - solicitar perícia técnica, a seu critério, ou quando requerida pelo consumidor ou por seu representante legal;

III - elaborar relatório de avaliação técnica, quando constatada a violação do medidor ou demais equipamentos de medição, exceto quando for solicitada a perícia técnica de que trata o inciso II;

IV - efetuar a avaliação do histórico de consumo e grandezas elétricas; e

V - implementar, quando julgar necessário, os seguintes procedimentos:

a) medição fiscalizadora, com registros de fornecimento em memória de massa de, no mínimo, 15 (quinze) dias consecutivos; e

b) recursos visuais, tais como fotografias e vídeos.

§ 2º Uma cópia do TOI deve ser entregue ao consumidor ou àquele que acompanhar a inspeção, no ato da sua emissão, mediante recibo.

§ 3º Quando da recusa do consumidor em receber a cópia do TOI, esta deve ser enviada em até 15 (quinze) dias por qualquer modalidade que permita a comprovação do recebimento.

§ 4º O consumidor tem 15 (quinze) dias, a partir do recebimento do TOI, para informar à distribuidora a opção pela perícia técnica no medidor e demais equipamentos, quando for o caso, desde que não se tenha manifestado expressamente no ato de sua emissão.

§ 5º Nos casos em que houver a necessidade de retirada do medidor ou demais equipamentos de medição, a distribuidora deve acondicioná-los em invólucro específico, a ser lacrado no ato da retirada, mediante entrega de comprovante desse procedimento ao consumidor ou àquele que acompanhar a inspeção, e encaminhá-los por meio de transporte adequado para realização da avaliação técnica."

"Art. 133. Nos casos em que houver diferença a cobrar ou a devolver, a distribuidora deve informar ao consumidor, por escrito, a respeito dos seguintes elementos e apresentação da fatura ao consumidor nos casos de procedimentos irregulares ou deficiência de medição é de 36 (trinta e seis) meses a partir da emissão do TOI e apresentação da fatura ao consumidor nos casos de procedimentos irregulares ou deficiência de medição é de 36 (trinta e seis) meses a partir da emissão do TOI;

I - ocorrência constatada; II - memória descritiva dos cálculos do valor apurado referente às diferenças de consumos de energia elétrica e de demandas de potências ativas e reativas excedentes, consoante os critérios fixados nesta Resolução; III - elementos de apuração da ocorrência, incluindo as informações da medição fiscalizadora, quando for o caso; IV - critérios adotados na compensação do faturamento;

V - direito de reclamação previsto nos §§ 1º e 3º deste artigo; e

VI - tarifa(s) utilizada(s)."

Nos autos verifica-se que a empresa recorrente realizou todas as etapas do procedimento de recuperação de consumo pretérito conforme artigo acima (realização da vistoria, fotos do medidor constatando as irregularidades, emissão do TOI, notificação do cliente – documentos colacionados na contestação).

A jurisprudência do Tribunal de Justiça de Rondônia também é no sentido de que realizados os procedimentos elencados na Resolução e comprovado a alteração no consumo da unidade consumidora é exigível o débito pretérito:

Apelação cível em ação de desconstituição de débito. Consumo energia elétrica. Apuração de irregularidade. Débito exigível. Diferença de consumo. Possibilidade de novo faturamento. Recurso provido. Constatada a irregularidade no medidor e oportunizadas a ampla defesa e o contraditório ao consumidor no processo de apuração e recuperação de consumo, não há de se falar em inexistência do débito. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7004648-44.2016.822.0004, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 21/10/2019.

Com relação a realização dos cálculos, em que pese a Resolução indicar a utilização do critério elencado no art. 130, III (Média dos Três Maiores Valores Regulares), o que deve ser utilizado como parâmetro é a média dos três meses posteriores a troca/regularização do relógio medidor, pois mostra-se mais favorável ao consumidor. Além disso, a recuperação deverá ser limitada ao período de 12 meses.

Nesse sentindo é a jurisprudência do TJ/RO:

Apelação cível. Energia elétrica. Cobrança por consumo não faturado. Irregularidade no medidor. Apuração do débito. Interpretação mais favorável ao consumidor. A adaptação ao cálculo de recuperação de consumo, aplicando-se à média de consumo dos 3 (três) meses imediatamente posteriores à substituição do medidor e pelo período pretérito máximo de 1 (um) ano, invés da média dos 03 (três) maiores consumos nos 12 meses anteriores à inspeção, é razoável, por revelar o consumo médio e efetivo de energia da unidade e estar de acordo com as normas de proteção ao consumidor. (TJ-RO - AC: 70382697020188220001 RO 7038269-70.2018.822.0001, Data de Julgamento: 24/09/2021).

Assim, há que se considerar nulo o cálculo efetuado pela concessionária recorrente, devendo a ré proceder a retificação dos valores do período em discussão usando como parâmetro o consumo dos três meses posteriores a regularização/troca do medidor e limitando a recuperação ao período de 12 meses, visto que é dever da concessionária zelar e realizar manutenção periódica dos equipamentos de medição.

Quanto aos danos morais, considerando que o procedimento foi considerado regular, e que a sentença está sendo reformada para que a realização dos cálculos siga os parâmetros estabelecidos acima, o não provimento do recurso da parte autora é medida de rigor, desta forma, o pleito indenizatório é improcedente.

Por tais considerações, VOTO no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela parte consumidora, e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso da concessionária, para DECLARAR NULO o cálculo realizado em que se apurou o débito discutido nos autos decorrentes da recuperação de consumo, devendo a recorrente expedir nova fatura utilizando a média dos três meses posteriores a regularização/troca do relógio medidor e faturar o período máximo de 12 meses, consequentemente afastando a condenação por danos morais fixada na sentença de origem.

Em razão da sucumbência, condeno a parte consumidora ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor atualizado da causa, conforme artigo 55 da Lei 9.099/95, ressalvada justiça gratuita deferida.

Com o trânsito em julgado, remeta-se à origem.

Oportunamente, arquive-se.

É como voto.

EMENTA
Recurso inominado. Consumidor. Recuperação de consumo. Procedimento realizado dentro das normas. Débitos Existentes. Novos cálculos. Parâmetros utilizados – mais favoráveis ao consumidor. Dano moral. Não configurado. Recurso da Consumidora Não Provido. Recurso da Concessionária de Energia Parcialmente Provido. Sentença Reformada.
- Segundo a jurisprudência do STJ, os débitos pretéritos apurados por fraude no medidor de consumo podem ser cobrados por meio do processo de recuperação, desde que observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como os procedimentos elencados nos arts. 129 e 133 da Resolução 414/2010 da ANEEL.
- O cálculo de recuperação de consumo deve ser feito com base nos 03 meses posteriores a troca/regularização do relógio medidor pois mostra-se mais favorável ao consumidor, limitando-se ainda, ao período máximo de doze meses.
- Não há que se falar em indenização por danos morais quando comprovada a fraude no medidor e a regularidade no procedimento de recuperação de consumo.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E NÃO PROVIDO. RECURSO DO REQUERIDO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE. TUDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7010079-46.2022.8.22.0005 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 17/05/2023 09:21:48
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871-A
Polo Passivo: LAERCIO DA SILVA SOBRINHO
Advogado do(a) RECORRIDO: JOSE MARIA ALVES LEITE - RO7691-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei nº 9.099/95.
VOTO
Conheço o recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Trata-se de ação de indenização por danos morais decorrentes de suposta demora na ligação do serviço de energia elétrica.
A recorrente pleiteia pela improcedência dos pedidos autorais, e subsidiariamente pela minoração do valor indenizatório.
O serviço público oferecido pela concessionária é pautado pelo princípio da continuidade (art. 22, CDC). Além disso, o fornecimento de energia elétrica é considerado serviço essencial (art. 10, I, Lei 7.783/89).
Longas horas de privação desse serviço, sem dúvida, proporcionam transtornos que ultrapassam a esfera do mero aborrecimento.
Depreende-se dos autos que a parte autora solicitou a ligação no endereço mencionado no dia 02/08/2022, tendo reiterado o pedido em 15/08/2022, para comprovar suas alegações junta protocolos, conforme IDs 19810395 e 19810393.
Os argumentos defensivos da recorrente não prosperam, uma vez que a responsabilidade das concessionárias e permissionárias de serviço público é objetiva, consoante disposição expressa do art. 37, § 6º da CF/88 e art. 14 do Código de Defesa do Consumidor. A responsabilidade é objetiva, na medida em que o dano causado ao consumidor deve ser reparado independente de culpa da entidade prestadora do serviço.
Nesse prisma, conforme disposto no art. 22 do Código de Defesa Consumidor, os serviços prestados pelas concessionárias e permissionárias deverão obedecer aos princípios da adequação, eficiência, segurança, e em relação aos essenciais, o da continuidade. Quando a pessoa jurídica de direito privado prestadora do serviço viola tais princípios e causa danos ao consumidor, é indiscutível que esse faz jus a uma reparação pelo dano sofrido.
Neste caso, a demora é injustificada e não encontra amparo nas normas. Com efeito, consoante a Resolução da ANEEL n. 414/2010 (art. 31, II), notadamente no que tange as unidades consumidoras do grupo B localizadas em área urbana, a concessionária deve restabelecer o serviço no prazo de 02 (dios) dias úteis.
Nesse toar, houve dano moral in re ipsa, o qual independe da prova do dano pelo lesado, tendo em vista a essencialidade do serviço. Nesse sentido:
Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Fornecimento de energia elétrica. Demora na ligação. Dano moral. Ocorrência. Quantum indenizatório. Proporcionalidade. Sentença mantida. 1 – A demora injustificada na religação do fornecimento de energia elétrica pode ocasionar dano moral. 2 – O quantum indenizatório deve ser arbitrado em valor justo e proporcional ao abalo suportado pelo consumidor. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7014277-14.2017.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 28/06/2019.
Quanto à fixação do quantum da indenização é cediço que o quantum indenizatório deve ser estipulado pelo magistrado de forma equitativa, de modo que não seja muito alto a ponto de implicar enriquecimento sem causa do ofendido, nem tão inexpressivo, sob pena de não produzir no ofensor a sensação de punição, constrangendo-o a se abster de praticar atos similares. Para tanto, devem ser consideradas as condições econômicas dos envolvidos, a culpa do ofensor e a extensão do dano causado ao ofendido.
Assim, entendo que o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) não se encontra dentro dos parâmetros desta Turma, devendo ser minorado para R$ 5.000,00 (cinco mil reais), pois se mostra justo e razoável para compensar o infortúnio experimentado, especialmente em face da demora excessiva para a ligação de energia na unidade consumidora.
Por tais considerações, VOTO para DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado interposto para MINORAR o valor indenizatório para R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia desde a data da publicação desta decisão (Súmula 362 do STJ), com juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da data do arbitramento.
Deixo de condenar a recorrente, eis que o deslinde do feito não se encaixa nas hipoteses previstas no artigo 55 da Lei 9099/95.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ENERGIA. LIGAÇÃO NOVA. DEMORA EXCESSIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. QUANTUM. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. MINORAÇÃO. RECURSO DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.
1. Incontroversa a falha na prestação do serviço público essencial, estará evidenciado o abalo moral ao consumidor, que merece ser indenizado.
2. A fixação da compensação por danos morais tem a finalidade de proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição mas como um desestímulo à repetição do ilícito.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7011886-04.2022.8.22.0005 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 16/06/2023 08:38:52
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogados do(a) RECORRENTE: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664-A, KESIA SILVA OLIVEIRA - PB25948-A
Polo Passivo: JOAO BATISTA TORRES DOS SANTOS JUNIOR
Advogados do(a) RECORRIDO: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES - RO301-A, EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES - RO3894-A, OSMAR MORAES DE FRANCA FILHO - RO7494-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei nº 9.099/95.
VOTO
Conheço o recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Trata-se de ação de indenização por danos morais decorrentes de suposta demora na ligação do serviço de energia elétrica.
A recorrente pleiteia pela improcedencia dos pedidos autorais, e subsidiariamente pela minoração do valor indenizatório.
O serviço público oferecido pela concessionária é pautado pelo princípio da continuidade (art. 22, CDC). Além disso, o fornecimento de energia elétrica é considerado serviço essencial (art. 10, I, Lei 7.783/89).
Longas horas de privação desse serviço, sem dúvida, proporcionam transtornos que ultrapassam a esfera do mero aborrecimento.
Depreende-se dos autos que a parte autora solicitou a ligação no endereço mencionado no dia 29/09/2022, tendo reiterado o pedido diversas vezes, o serviço que deveria ser atendido em 2 dias uteis, so foi atendido dia 13/10/2022.
Os argumentos defensivos da recorrente não prosperam, uma vez que a responsabilidade das concessionárias e permissionárias de serviço público é objetiva, consoante disposição expressa do art. 37, § 6º da CF/88 e art. 14 do Código de Defesa do Consumidor. A responsabilidade é objetiva, na medida em que o dano causado ao consumidor deve ser reparado independente de culpa da entidade prestadora do serviço.
Nesse prisma, conforme disposto no art. 22 do Código de Defesa Consumidor, os serviços prestados pelas concessionárias e permissionárias deverão obedecer aos princípios da adequação, eficiência, segurança, e em relação aos essenciais, o da continuidade. Quando a pessoa jurídica de direito privado prestadora do serviço viola tais princípios e causa danos ao consumidor, é indiscutível que esse faz jus a uma reparação pelo dano sofrido.
Neste caso, a demora é injustificada e não encontra amparo nas normas. Com efeito, consoante a Resolução da ANEEL n. 414/2010 (art. 31, II), notadamente no que tange as unidades consumidoras do grupo B localizadas em área urbana, a concessionária deve restabelecer o serviço no prazo de 02 (dios) dias úteis.
Nesse toar, houve dano moral in re ipsa, o qual independe da prova do dano pelo lesado, tendo em vista a essencialidade do serviço. Nesse sentido:
Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Fornecimento de energia elétrica. Demora na ligação. Dano moral. Ocorrência. Quantum indenizatório. Proporcionalidade. Sentença mantida. 1 – A demora injustificada na religação do fornecimento de energia elétrica pode ocasionar dano moral. 2 – O quantum indenizatório deve ser arbitrado em valor justo e proporcional ao abalo suportado pelo consumidor. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7014277-14.2017.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 28/06/2019.
Quanto à fixação do quantum da indenização é cediço que o quantum indenizatório deve ser estipulado pelo magistrado de forma equitativa, de modo que não seja muito alto a ponto de implicar enriquecimento sem causa do ofendido, nem tão inexpressivo, sob pena de não produzir no ofensor a sensação de punição, constrangendo-o a se abster de praticar atos similares. Para tanto, devem ser consideradas as condições econômicas dos envolvidos, a culpa do ofensor e a extensão do dano causado ao ofendido.
Assim, entendo que o valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais) não se encontra dentro dos parâmetros desta Turma, devendo ser minorado para R$ 5.000,00 (cinco mil reais), pois se mostra justo e razoável para compensar o infortúnio experimentado, especialmente em face da demora excessiva para a ligação de energia na unidade consumidora.
Por tais considerações, VOTO para DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado interposto para MINORAR o valor indenizatório para R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia desde a data da publicação desta decisão (Súmula 362 do STJ), com juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da data do arbitramento.
Deixo de condenar a recorrente, eis que o deslinde do feito não se encaixa nas hipoteses previstas no artigo 55 da Lei 9099/95.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ENERGIA. LIGAÇÃO NOVA. DEMORA EXCESSIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. QUANTUM. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. MINORAÇÃO. RECURSO DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.
1. Incontroversa a falha na prestação do serviço público essencial, estará evidenciado o abalo moral ao consumidor, que merece ser indenizado.
2. A fixação da compensação por danos morais tem a finalidade de proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição mas como um desestímulo à repetição do ilícito.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7013506-34.2020.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 14/07/2022 14:12:48
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: DUARTE COMERCIO E SERVICOS BAR E LANCHONETE EIRELI - ME
Advogado do(a) RECORRENTE: RENATO PINA ANTONIO - RO6978-S
Polo Passivo: WESLEN VELOSO PASSOS
Advogado do(a) RECORRIDO: GABRIEL BONGIOLO TERRA - RO6173-A
RELATÓRIO O recorrente pretende a reforma da sentença de piso para que sejam, afastados os efeitos da revelia e declarados improcedentes os pedidos iniciais, ou, minorado o valor dos danos morais.
VOTO Não merecem prosperar os argumentos do recorrente, pois, diversamente do alegado, nem o réu e nem seu preposto compareceram na audiência de conciliação, nesta se fez presente apenas uma testemunha de defesa e o advogado daquele, conforme registrado em ata de audiência de ID. 16555525:
"(…) Apregoadas as partes, constatou-se a presença da parte autora, WESLEN VELOSO PASSOS, acompanhado do advogado, Dr. GABRIEL BONGIOLO TERRA (OAB/RO 6173), ausente a empresa requerida, presente o Advogado, Dr. RENATO PINA ANTONIO (OAB/RO 6978). Instalada a audiência, verifica-se que a empresa requerida não se fez presente na solenidade, nem justificou sua ausência fazendo emergir a revelia. (…) (…) Em sequência foi ouvida a testemunha da empresa ré: ALEMAR SILVA DE OLIVEIRA, CPF Nº. 004.918.012 -62, profissão segurança privada, endereço: Rua: Dona Airam, nº 5186, Bairro: Escola de Polícia, CEP nº 76.825 – 048 – Porto Velho – RO. Encerrada a instrução processual, não havendo a produção de outras provas, a parte autora ofereceu razões finais remissivas. Ademais, constatou-se a falta de justificativa para a ausência da ré na solenidade. (…)".
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
"S E N T E N Ç A
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes das agressões físicas praticadas pelo preposto da empresa requerida contra o autor, nos moldes do pedido inicial e dos documentos apresentados.
O caso efetivamente comporta julgamento no estado em que se encontra, posto que a parte autora e o advogado do réu compareceram em audiência de instrução e julgamento (AIJ) e produziram as provas que entenderam suficientes, prestando esclarecimentos, ainda, para comprovação das respectivas versões e fatos.
Ademais disto, cumpre consignar, desde logo, a revelia da empresa requerida, posto que o advogado compareceu desacompanhado de preposto da ré, a qual foi cientificada da necessidade de seu comparecimento pessoal (id. 49491034) e aos efeitos da revelia, autorizando o decreto judicial desfavorável.
Com a referida ausência, impõe-se a aplicação do artigo 20 e 23, da LF 9.099/95, valendo
ressaltar que o comparecimento pessoal das partes é obrigatório (Enunciado Cível FONAJE nº 20) e que o efeito mais forte da revelia é tornar incontroverso o fato narrado na inicial em prejuízo do faltoso, sendo que a apresentação antecipada de contestação não ilide o comparecimento pessoal em audiência, nos exatos termos do Enunciado Cível FONAJE Nº 78, sendo considerada como não escrita a defesa juntada nos autos.
Sendo assim, passo ao efetivo julgamento, ressaltando que, analisados os documentos carreados com a inicial e as provas orais colhidas em AIJ, tenho que a pretensão externada pelo demandante procede integralmente.
O cerne da demanda reside basicamente na alegação de danos extrapatrimoniais em razão de ofensa física praticada pelo preposto da empresa requerida contra a pessoa do autor durante sua presença na boate, cuja agressão ocorreu de forma injustificada pelo segurança da casa noturna.
Pois bem!
E, da análise da documentação apresentada na inicial e dos depoimentos prestados em audiência de instrução, restou incontroversa a agressão física sofrida pelo autor, confirmada por laudo de lesão corporal (id. 36312364 – pág.3) e pelas testemunhas, a qual afirmaram que o autor sofreu agressão por pessoa claramente identificável como segurança da boate, em razão de seus trajes e trejeitos, reconhecidos pelos frequentadores, de modo que os alegados "socos e empurrões" desferidos no autor restaram cabalmente comprovados pela farta documentação, bem como sua autoria.

A agressão se deu no horário de trabalho dos prepostos da empresa requerida e em momento de lazer do autor, elevando ainda mais o constrangimento suportado, somando-se a violação de sua integridade física.
Sendo assim, e frisando-se que a ré é revel, pois não compareceu em audiência mediante
representação de preposto, deve indenizar o autor pelos danos advindos de sua conduta ilícita,já que a ninguém é dado o direito de agredir outrem, rompendo as regras de civilidade, respondendo pelos atos de seus prepostos, nos termos do art. 932, III do Código Civil e do art. 34 do Código do Consumidor.
A ofensa moral é inquestionável e palpável. A jurisprudência é pacífica no mesmo sentido:
"AÇÃO INDENIZATÓRIA. OFENSAS E AGRESSÃO FÍSICA. PROVA QUE CORROBORA OS FATOS NOTICIADOS PELA AUTORA. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. A ocorrência policial (fl. 23), conjugada à prova oral (fl. 102) e à cópia das imagens gravadas em CD, conforta a versão apresentada pela parte autora. Pelo o que se verifica dos autos, o réu adentrou na loja em que a autora trabalha para realizar a troca de uma capinha de celular que tinha comprado há mais de vinte dias. A funcionária explicou que não poderia efetuar a troca do produto. Após esta informação, ocorreu discussão dentro do estabelecimento e a requerida Thyane, que chegou posteriormente na loja, empurrou o computador que se encontrava sob o balcão.
Em seguida as agressões físicas começaram. Momento em que a ré Thyane deu um tapa no rosto da autora, seguido por chutes e joelhadas. A violência das agressões físicas perpetradas pelos requeridos foram desproporcionais para o caso em tela, bem como inadmissíveis, pois divorciadas da civilidade. Assim, as agressões à integridade física justificam a condenação ao pagamento de indenização por danos morais.
Independentemente da existência ou não de motivo, a conduta comissiva praticada pelos réus é classificada como ato ilícito, forte no art. 186 do Código Civil, de modo que a conduta fere o direito da personalidade da autora gerando indenização por danos morais, nos termos do art. 927 do Código Civil. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.(Recurso Cível Nº 71006170385, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Vivian Cristina Angonese Spengler, Julgado em 22/02/2017); e
"RECURSOS INOMINADOS. RESPONSABILIDADE CIVIL. LESÃO À INCOLUMIDADE
FÍSICA DO AUTOR. DEVER DE INDENIZAR. CONFIRMAÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO NA ORIGEM (R$ 1.000,00). PRINCÍPIO DA IMEDIATIDADE. OBSERVADOS CRITÉRIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. - Diante do conjunto probatório dos autos, mormente pelo depoimento da testemunha Rafaella (fl. 64), que presenciou a agressão e afirmou que o réu desferiu um tapano rosto do autor e tentou estrangulá-lo, bem como a testemunha Marcelo (fl. 64), que viu o réu tentando entrar no carro do autor com certa violência e apresentou resistência ao ser retirado do local, bem como não havendo provas de que o autor que tenha provocado a briga, ônus que incumbia ao réu (art. 373, II, do CPC/2015), comprovada está a lesão à incolumidade física do autor, o que enseja o dever de indenizar. Demais disso, saliento, em atenção às razões recursais suscitadas pelo autor, que a referida ameaça de morte não restou comprovada nos autos, não havendo como considerar para tal fim a mensagem de fl. 17 pela simples leitura do seu teor, razão pela qual o ato ilícito praticado e devidamente comprovado, que enseja indenização, no caso concreto, é a agressão física. - O quantum arbitrado na origem (R$ 1.000,00) não merece modificação (redução ou majoração), posto que, privilegiando-se o princípio da imediatidade, atendeu aos postulados da proporcionalidade e da razoabilidade, assim como ao dúplice caráter desse tipo de indenização (pedagógico e compensatório), sem praticar o excesso de proporcionar o enriquecimento indevido, além de atentar para a capacidade econômica das partes. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71005520168, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Julgado em 28/04/2016)."
O dano é o resultado da agressão moral sofrida pela vítima. Nesse sentido, trago a lição de CAVALIERI FILHO: "O que configura e o que não configura o dano moral? Na falta de critérios objetivos, essa questão vem-se tornando tormentosa na doutrina e na jurisprudência, levando o julgador a situação de perplexidade. Ultrapassadas as fases da irreparabilidade do dano moral e da sua inacumulabilidade com o dano material, corremos, agora, o risco de ingressar na fase da sua industrialização, onde o aborrecimento banal ou mera sensibilidade são apresentados como dano moral, em busca de indenização milionárias.
Este é um dos domínios onde mais necessárias se tornam as regras da boa prudência, do bom-senso prático, da justa medida das coisas, da criteriosa ponderação das realidades da vida. Tenho entendido que, na solução dessa questão, cumpre ao juiz seguir a trilha da lógica do razoável, em busca da concepção ético-jurídica dominante na sociedade. Deve tomar por paradigma o cidadão que se coloca a igual distância do homem frio, insensível, e o homem de extremada sensibilidade. A gravidade do dano – pondera Antunes Varela - há de medir-se por um padrão objetivo (conquanto a apreciação deva ter em linha de conta as circunstâncias de cada caso), e não à luz de fatores subjetivos (de uma sensibilidade particularmente embotada ou especialmente requintada). Por outro lado, a gravidade apreciar-se-á em função da tutela do direito: o dano deve ser de tal modo grave que justifique a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado" (Das obrigações em geral, 8ª ed., Almedina, p. 617).
E, na mensuração do importe indenizatório, acompanho o seguinte entendimento da jurista e Magistrada Helena Elias (op.cit.): "O princípio da exemplaridade foi recentemente adotado na jurisprudência do STJ. Luiz Roldão de Freitas Gomes defende, em sede doutrinária, a aplicação de tal princípio. Após afirmar que, 'sob a égide da atual Carta Magna, a reparação dos danos morais é ampla e desprovida de limitações, que não sejam as decorrentes de sua causalidade', anota que, com a expressa previsão constitucional, aquela reparação ganhou autonomia, 'deixando de ter por fundamento exclusivamente a culpa, que inspirava uma de suas finalidades: servir de exemplaridade ao infrator. Em consulta ao dicionário Aurélio , encontra-se, para o verbete exemplaridade, o significado de 'qualidade ou caráter de exemplar'. Exemplar, por seu turno, é aquilo 'que serve ou pode servir de exemplo, de modelo'. O critério de exemplaridade parece estar apto a substituir o dano punição do ofensor na avaliação do dano moral, por oferecer a vantagem se amoldar, com maior grau de adequação e aceitabilidade, ao ordenamento jurídico pátrio, sem o inconveniente, apontado por Humberto Theodoro Júnior, de ensejar uma pena sem prévia cominação legal. Em recente acórdão, da relatoria do Min. Luiz Fux, o STJ adotou expressamente o princípio da exemplaridade, ao assentar que a 'fixação dos danos morais deve obedecer aos critério da solidariedade e da exemplaridade, que implica na vaporação da proporcionalidade do quantum e na capacidade econômica do sucumbente".
O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame, impotência e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.
Sendo assim, bem como levando em consideração a condição econômica das partes, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum indenizatório em R$ 6 .000,00 (seis mil reais), de molde a disciplinar o demandado e a dar satisfação pecuniária ao requerente.
Observados estão os critérios da razoabilidade e da efetiva função punitivo-pedagógico da indenização, sendo certo que não haverá enriquecimento ilícito ao autor e nem mesmo prejuízo (ofensa patrimonial expressiva) ao réu, de modo que presente está o binômio necessidade x possibilidade.

Esta é a decisão que mais justa emerge para o caso, dada a necessidade de se aplicar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade com cada ocorrência casuística.
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 20, da LF 9099/95 e art. 373, I e II do CPC, RECONHEÇO A REVELIA E SEUS EFEITOS E JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo autor, para o fim de CONDENAR A REQUERIDA AO PAGAMENTO INDENIZATÓRIO de R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS), a título dos reconhecidos danos morais causados ao requerente, acrescido de correção monetária (Tabela Oficial TJ/RO)e juros legais, simples e moratórios, de 1% (um por cento) ao mês, a partir da presente condenação (Súmula n. 362, Superior Tribunal de Justiça).
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015, devendo a ré, após o trânsito em, julgado, ser intimada para pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (art. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015) O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com a devida e tempestiva comprovação no processo, sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n.º 006/2015-PR-CG, incidindo a referida pena de inadimplência, prevista no artigo 523, §1º, CPC/2015.
Ocorrida a satisfação voluntária do quantum, expeça-se imediatamente alvará de levantamento em prol da parte credora, independentemente de prévia conclusão, devendo os autos serem arquivados ao final, observadas as cautelas, movimentações e registros de praxe. Não ocorrendo o pagamento e havendo requerimento de execução sincrética pela parte credora, devidamente acompanhada de memória de cálculo (elaborada por advogado ou pelo cartório, conforme a parte possua ou não advogado), venham conclusos para possível penhora on line de ofício (sistema BACENJUD - Enunciado Cível FONAJE nº 147).
Expedido alvará de levantamento e não ocorrido o saque/transferência pela parte credora e dentro do prazo fixado, fica desde logo determinado e autorizado o procedimento padrão de transferência de valores para a Conta Centralizada do TJRO.
Caso contrário, arquive-se e aguarde-se eventual pedido de cumprimento de sentença.
Sem custas ou honorários advocatícios, ex vi lege.".
Pois bem, em fina análise nos autos, percebo que apesar de citada por meio eletrônico (ID. 16555501) e advertida de que deveria fazer-se presente em audiência de conciliação sob pena de confesso, a parte ré/recorrente não compareceu à solenidade, assim, mantenho a revelia nos termos da sentença a quo, respaldada na inteligência do artigo 20 da Lei 9.099/95, confirmando a aplicação do efeito da confissão para o fim de tornar incontroversos os fatos aduzidos na inicial.
E além disto, em sede de Embargos de Declaração (16555529 - Pág. 2), o próprio autor confessa que não se fez presente na audiência de instrução e julgamento, fato que também é gerador da revelia e de seus efeitos, nos moldes do artigo 20, 9099/95, abaixo a confissão e o texto de lei:
"Em ato continuo, foi o julgamento do processo convertido em diligencias, sendo agendada audiência de instrução e julgamento, ato no qual o proprietário da empresa não compareceu.".
"Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz."
Desta feita, é incontroversa a ausência da parte requerida/recorrente nas duas audiências, sendo de conciliação e de instrução e julgamento, nas quais a presença da parte ré nas audiências é requisito essencial para a não configuração da revelia, isto posto, voto por NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, com a consequente manutenção da sentença, inalterada em seus próprios termos e fundamentos, o que o faço com fulcro no artigo 46, da Lei 9.099/95.
Em razão da sucumbência, condeno o recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. REVELIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. ART. 46 L 9099/95
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7012781-71.2022.8.22.0002 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 16/06/2023 15:25:02
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) AUTOR: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
Polo Passivo: KAYK MULLER MOREIRA DE ALMEIDA
Advogado do(a) AUTOR: JEAN CARLOS CORDEIRO - RO11466-A
RELATÓRIO
Trata-se de recurso inominado interposto em face de sentença que julgou procedente em parte os pedidos iniciais para condenar a requerida ao pagamento de R$5.000,00 (cinco mil reais) a título de indenização por danos morais ao consumidor. Aduz a empresa recorrente que o débito discutido nos autos é legítimo, e, portanto, indiscutível a necessidade de pagamento e consequente negativação. Sendo assim, pugna pela reforma total da sentença proferida no juízo a quo, ou redução do quantum indenizatório.
É o breve relatório.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.

Aduz a empresa recorrente que a negativação em nome do recorrido é legítima, razão pela qual não deve prosperar a condenação por danos morais imposta na sentença de origem.
Por outro lado, sustenta o consumidor, em síntese, que foi surpreendido ao verificar que seu nome estava inscrito nos serviços de proteção ao crédito por débitos que desconhece, visto que encerrou seu vínculo com a empresa recorrente em relação a unidade consumidora discutida nos autos. No entanto, verifica-se que a parte autora trouxe, com sua inicial, apenas um comunicado do Serasa Experian, sem colacionar ao feito certidão oficial de restrição creditícia, não havendo comprovação nos autos de que tenha o nome do consumidor sido inscrito junto aos órgãos de proteção ao crédito e de que não haja negativação preexistente, visto que o único documento juntado nesse sentido corresponde ao documento de ID 20226259, sendo insuficiente para o fim pretendido. Ademais, em que pese a empresa recorrente tenha confessado a negativação em nome do consumidor, não ha como constatar que a parte autora não possuía outras anotações em seu nome.
Assim, apesar de ter ao seu alcance meios de provar suas alegações, observa-se que a parte autora nada fez, devendo, dessa maneira, arcar com o ônus de sua inércia. Até porque, evidente que a prova da negativação é de suma simplicidade, bastando que a parte autora apenas anexasse aos autos outros documentos do Serasa/SCPC indicando o débito apontado pelo credor, prova que não se desincumbiu, nos termos do art. 373, I do CPC.
Portanto, caberia ao consumidor apresentar as certidões dos principais órgãos de proteção ao crédito (SERASA, SPC, SCPC), de modo a comprovar que a negativação discutida é a única ou a mais antiga e, portanto, que a conduta da empresa foi hábil a ocasionar os danos morais decorrentes da restrição ao crédito.
Nesse sentido:
Recurso Inominado. Negativação indevida. Ausência de comprovação. Danos morais Inexistentes. Ônus do autor. Não Provimento. – O consumidor deve comprovar fatos constitutivos do seu direito, juntando aos autos as consultas feitas em balcão para a demonstração de ausência de inscrições preexistentes, sob pena de improcedência do pedido indenizatório. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7035282-27.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 18/03/2020
Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Dívida prescrita. Cobrança indevida. Extratos da negativação. Não apresentação. Dano moral. não comprovação. 1. O prazo prescricional para cobrança dos valores constantes em faturas de energia elétrica é de cinco anos. 2. Cabe ao demandante, em caso de intimação específica para tanto, a apresentação dos extratos de negativações dos órgãos de cadastro de inadimplentes, a fim de que seja afastada a aplicação da súmula 385 do STJ, sob pena de improcedência do pedido indenizatório. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7016306-69.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 01/06/2020
Ante o exposto, voto para DAR PROVIMENTO ao recurso da recorrente para afastar a condenação por danos morais.
Deixo de condenar a empresa recorrente, eis que o deslinde do feito não se encaixa nas hipóteses previstas no artigo 55 da lei 9099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se à origem.
É como voto
EMENTA:
Consumidor. Negativação indevida. Ausência de certidão oficial de restrição creditícia. Não comprovação de elementos mínimos. Recurso Provido. Sentença Reformada.
– É ônus do autor provar fato constitutivo de seu direito, consoante determina o artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil. O consumidor deve se mostrar minimamente diligente naquilo que estava ao seu alcance probatório.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7013085-73.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 18/01/2023 20:36:18
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871-A
Polo Passivo: LOURDES JUSTINIANO CUELLAR
Advogado do(a) RECORRIDO: RENAN ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO - RO9366-A
RELATÓRIO
Trata-se de recurso inominado interposto pela parte requerida em face da sentença que julgou procedente em parte o pedido inicial para o fim de declarar inexistente o débito oriundo de recuperação de consumo R$ 12.227,90 e R$ 7.502,34.
Irresignada, a concessionária recorrente alega que realizou inspeção na UC da parte autora, encontrando irregularidades na medição do consumo, procedendo em seguida os cálculos da recuperação do consumo não faturado.
Terminou pugnando pela reforma da sentença para que sejam julgados improcedentes os pedidos contidos na inicial.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o breve relatório.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Inicialmente destaco que embora já tenha me manifestado em oportunidades anteriores entendendo pela regularidade do procedimento de recuperação de consumo, após o cumprimento de determinadas exigências, após uma reflexão mais detida e aprofundada do tema, ouso modificar meu entendimento, o que se verifica plenamente possível, por ser tratar o direito de uma ciência dinâmica e, por isso, encontrar-se em constante transformação, bem como, em homenagem a colegialidade.

Cumpre ressaltar que o medidor de energia elétrica é de propriedade da Energisa, não tendo o consumidor nenhuma ingerência na escolha de marca ou modelo quando de sua instalação, e nenhuma aferição para controle de qualidade realizada.
Igualmente, tem-se que o feito deve ser analisado à luz do Código de Defesa do Consumidor e aos princípios a ele inerentes, posto que a relação contratual que se estabeleceu entre os litigantes é inegavelmente de consumo, competindo à empresa concessionária de energia elétrica o ônus operacional e administrativo, bem como o conhecimento técnico necessário e as ações de fiscalização para garantir serviço satisfatório e regularidade dos medidores da energia fornecida.
No ponto, vê-se que a Energisa é uma concessionária de serviços públicos que tem como público toda a massa populacional, inclusive a menos favorecida, presumivelmente com maior grau de vulnerabilidade, sendo seu dever zelar pela transparência e clareza em suas operações.
Assim, o art. 22, caput e parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor dispõem que as empresas concessionárias de serviço público têm o dever de fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e contínuos, reparando os danos causados nos casos de descumprimento.
Desta forma, não há como responsabilizar a parte autora, ora recorrida, pela "fuga" de energia, pois tal fato decorre do risco da atividade da recorrente, friso, que não pode ser repassado ao consumidor, sobretudo quando não há desvio, fraude ou má-fé pelo consumidor.
Pelo que se verifica nos documentos juntados aos autos, o débito em questão se refere a uma irregularidade no medidor o que ocasionou erros na medição.
Todavia, não há nos autos qualquer indício que o consumidor tenha de alguma forma fraudado o medidor, pelo contrário, o que se evidencia é que a suposta falha técnica apontada já existia quando da sua instalação, sendo, portanto, de inteira responsabilidade da Energisa pelo medidor que instala, não podendo, a esta altura debitar a culpa ao consumidor, aplicando-se no caso o brocardo latino "Nemo auditur propriam tirpitudinem allegans" que significa pura e simplesmente que a ninguém é dado do direito de se beneficiar da própria torpeza.
Não suficiente, apesar de a recorrente não ter impugnado especificamente os fundamentos utilizados pelo Juízo de origem (arts. 932, III e 1.021, § 1º, do CPC), destaco que é indevida a cobrança retroativa de diferença de consumo de energia elétrica em razão de irregularidade apontada pela inspeção realizada pela própria recorrente, visto tratar-se de perícia unilateral. Nesse sentido já se manifestou este colegiado:
CERON. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA. INEXISTÊNCIA DE PROVA SOBRE FRAUDE NO MEDIDOR. INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO. SENTENÇA MANTIDA. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7014088-02.2018.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Torres Ferreira, Data de julgamento: 08/07/2019).
Recurso Inominado. Recuperação de consumo. Negativação indevida. Dano moral configurado. Quantum indenizatório. Razoabilidade e proporcionalidade. - É indevida a cobrança retroativa de diferença de consumo de energia elétrica em razão de irregularidade apontada pela inspeção realizada pela própria concessionária dos serviços respectivos em perícia unilateral; - A negativação de cobrança indevida nos órgão de restrição ao crédito gera dano moral in re ipsa, o qual deve ser fixado com atenção aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7003295-21.2016.822.0019, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 08/08/2019).
Outrossim, ressalto que como a medição é periódica, seria fácil a constatação de desvio ou qualquer outra falha no medidor pela empresa por ocasião da leitura do aparelho, o que não fora feito pela recorrente.
Nos termos do Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal que prevalece sobre a portaria editada pela agência reguladora – ANEEL, é ônus do fornecedor a medição do consumo de energia elétrica, bem como a manutenção do sistema de leitura, o que não foi feito.
Tratando-se de serviço de caráter essencial e contínuo, deveria a concessionária ter procedido o imediato reparo do fornecimento de energia elétrica, já no primeiro mês, uma vez que é fácil a constatação de que o medidor estava com irregularidades ou havia desvio de energia e não aguardar por tanto tempo para efetuar esta cobrança. Desta forma, não há como imputar ao consumidor a responsabilidade pela manutenção dos equipamentos que medem a energia elétrica.
Assim, conclui-se que o débito cobrado pela recorrente é indevido, em razão da ausência de elementos suficientes que permitam o expediente de recuperação de consumo, devendo ser declarado o débito inexigível.
Ante o exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela parte recorrente, mantendo-se incólume a sentença de primeiro grau.
CONDENO a empresa ré ao pagamento de custas e honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA:
CONSUMIDOR. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. ALTERAÇÃO NO CONSUMO. AUSÊNCIA DE FRAUDE REALIZADA PELO CONSUMIDOR. MEDIDOR DE RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA. PERÍCIA UNILATERAL. INVALIDADE. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7013990-60.2022.8.22.0007 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 07/06/2023 05:52:08
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ELIZANGELA CRISTIANE ANTONIAZZI
Advogados do(a) RECORRENTE: HERISSON MORESCHI RICHTER - RO3045-A, JESSICA FERNANDA DA SILVA BORGES - RO9525-A, TALLITA RAUANE RAASCH - RO9526-A
Polo Passivo: BANCO DO BRASIL SA
Advogados do(a) RECORRIDO: EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR - DF29190-A, FABRICIO DOS REIS BRANDAO - PA11471-A, JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RO6676-A

RELATÓRIO
Dispensado nos termos do artigo 38 da lei 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.
"Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão."
Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:
"S E N T E N Ç A
Vistos
Relatório dispensado, nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO
Inicialmente, indefiro o pedido de concessão de prazo de id. 88122585, porquanto todos os atos praticados no feito são perfeitos, não havendo nulidades, estando o feito apto a julgamento, o que passo a fazê-lo.
Rejeito todas as preliminares arguidas pela requerida em sua contestação, porquanto são inerentes à matéria de divergência de valores recebidos do PASEP e o objeto desta ação não possui essa relação, pois se discute eventual falha na prestação de serviços bancários.
Passo ao mérito.
Trata-se de ação com pedido de natureza condenatória, tendo por fundamento a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) diante da relação consumerista formada entre as partes, enquadrando-se o requerido como fornecedor nos termos do art. 3º do citado diploma legal, sendo sua responsabilidade objetiva perante os acontecimentos narrados (CDC 14 e 18).
Em síntese, a autora afirma que por falha de segurança da requerida sua conta bancária foi acessada por terceiros, tendo sido efetuado uma transferência via PIX no valor de R$ 2.400,00 e o pagamento de um boleto no valor de R$ 925,99, alegando desconhecer a origem dessas transações.
Por sua vez, a requerida apresentou defesa, entretanto, a matéria apresentada não possui nenhum vínculo com o objeto da ação, vez que a autora discute a legalidade das transações bancárias acima descrita e a contestação discorre sobre a diferença de valores pagos do PASEP. Portanto, a requerida não contestou nenhuma das alegações iniciais da autora, o que não expurga a cautela devida para a apreciação das provas pelo juízo.
Em análise minuciosa dos documentos amealhados ao feito, verifico que quanto à transferência – PIX contestada pela autora, o valor de R$ 2.400,00, foi legítima. Isso porque ao analisar os extratos juntada pela autora (id. 83065590), identifica-se que no dia 29/12/2021 foi realizado uma transferência via PIX no valor de R$ 30,00 para a mesma conta da transação discutida neste feito, não havendo notícias de que esta movimentação também foi contestada, coadunando com a resposta administrativa da requerida (id. 83065588 – pág. 3) que descreve: "Também identificou que a transação contestada fora feita por aparelho de uso habitual. Com digitação das senhas de 8 e 6 dígitos, tendo como destinatária conta de mesma titularidade a qual recebeu créditos nos últimos meses que não foram contestados". Desse modo, tenho por legítima a transação de transferência via PIX realizada no dia 25/02/2022, no valor de R$ 2.400,00.
Já em relação à transação de pagamento de boleto no valor de R$ 925,99 verifico no extrato bancário (id. 83065590 – pág. 10) que o valor foi estornado administrativamente e observando as transações seguintes, não se identifica novo débito desse.
Assim, reputo demonstrada a regularidade das transações contestadas pela autora impondo-se a improcedência dos pedidos autorais.
Dispositivo.
Posto isso, julgo IMPROCEDENTES os pedidos feitos por ELIZANGELA CRISTIANE ANTONIAZZI em face de BANCO BRASIL S/A.
Por fim, condeno a requerente por litigância de má-fé ao pagamento de multa de 5% sobre o valor atribuído à causa, como forma de indenizar a parte contrária, devidamente atualizados e corrigido monetariamente a partir da distribuição do feito, por considerar que ao alegar não ter pactuado a respectiva contratação, alterou a verdade dos fatos com o objetivo de obter indenização indevida (CPC art. 80, II e III c/c art. 81).
DECLARO RESOLVIDO o mérito (CPC I 487).
Deixo de condenar em custas e honorários de advocatícios (LJE 55).
Publicação e registro automáticos.
Intimem-se as partes.
Agende-se decurso de prazo recursal.
Certifique-se o trânsito em julgado.
Somente, então, arquive-se.
SERVE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Cacoal, 22/03/2023
Juíza de Direito – Anita Magdelaine Perez Belem."
Em respeito às razões recursais, ressalto que, no caso em apreço, não há que se falar em responsabilidade objetiva do banco, pois não há existência de ato danoso praticado pela instituição financeira, tampouco se trata de fortuito interno. Verifico que, conforme delineada da decisão de origem, ocorreu a transferência via PIX realizada por aparelho celular de uso habitual, com digitação das senhas de 8 e 6 dígitos pertencentes a parte autora. Assim, não há como imputar tal falha ao banco/requerido, motivo pelo qual a improcedência do pedido é medida que se impõe.
Por tais considerações, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, mantendo-se inalterada a sentença vergastada.
CONDENO a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sob o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 55 da lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO DO CONSUMIDOR. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PIX REALIZADO MEDIANTE SENHA DE 8 E 6 DÍGITOS. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE. PRETENSÃO IMPROCEDENTE. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7014181-26.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 12/04/2023 17:28:34
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: THAMYRES FRANCA SILVA
Advogado do(a) RECORRENTE: ICARO LIMA FERNANDES DA COSTA - RO7332-A
Polo Passivo: TAM LINHAS AEREAS S/A.
Advogados do(a) RECORRIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318-A, FABIO RIVELLI - RO6640-A
RELATÓRIO.
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO.
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Em síntese, trata-se de recurso inominado interposto pela parte autora em face da sentença que julgou improcedente o pedido de indenização por danos morais e materiais decorrentes de cancelamento/alteração de voo. Irresignada, requer a reforma da sentença.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
Pois bem.
De início, convém ressaltar que o voo inicial estava previsto um momento em que a pandemia COVID-19 atingia o país em um de seus períodos dramáticos.
Aduz a parte autora que adquiriu passagem aérea de itinerário Brasília – Porto Velho com previsão de partida no dia 02/04/2020 às 10h55min e chegada às 12h55min. Contudo, seu voo foi cancelado, sem reacomodação disponível.
Em que pese as alegações do autor, não restou demonstrado nos autos a conduta lesiva da requerida capaz de gerar a indenização pretendida. E isso porque o voo foi cancelado devido as medidas sanitárias impostas pelos governantes para conter o avanço e disseminação da Covid-19. É fato notório que a Pandemia foi um evento imprevisível e causou transtornos de toda ordem tanto aos consumidores quanto as empresas, principalmente as ligadas ao turismo.
Diante deste cenário tenho que os efeitos da Pandemia da Covid-19, no seu período mais crítico, foi um evento imprevisível de modo a ser caracterizado como caso fortuito/força maior, tal como previsto no § único do art. 393 do Código Civil.
Por essa razão, não vislumbro qualquer excepcionalidade capaz de ensejar a indenização pretendida, pois apesar de a situação ser indesejável, o simples descumprimento contratual junto com a situação descrita, não tem o condão de ultrapassar os meros dissabores da vida cotidiana a que todos estão expostos.
Conforme já citado, os impactos da pandemia afetaram a todos, diante disso não se mostra razoável condenar a requerida a pagar indenização por dano moral, já que os aborrecimentos suportados pelo autor deu-se em situação atípica atingindo tanto as empresas como os consumidores, o que se impede que se reconheça a lesão aos direitos da personalidade.
E, no caso, repise-se, trata-se de situação excepcional, ocorrida no período em que todos os sujeitos de direito, em razão dos efeitos da pandemia da Covid-19, estavam buscando uma melhor solução para os impactos trazidos às relações contratuais.
Assim, tenho que a sentença deve ser mantida.
Por tais considerações, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo-se inalterada a sentença por seus próprios e jurídicos fundamentos.
Condeno o recorrente ao pagamento das custas processuais e honorárias advocatícias ao patrono da parte adversa, estes arbitrados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 55 da Lei nº. 9.099/95. Ressalvada eventual justiça gratuita deferida nos autos.
É como voto.
Ementa:
TURMA RECURSAL. CANCELAMENTO DE VOO. PERÍODO CRÍTICO DA PANDEMIA DA COVID-19. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.
Cabe a parte autora demonstrar minimamente os fatos constitutivos de seu direito.
Os efeitos da crise decorrente da pandemia da COVID-19, no auge desta, mostram-se hábeis a afastar a responsabilidade da requerida pelos supostos danos sofridos em decorrência de cancelamento/alteração de voos previamente contratados. Cabendo a parte o ônus de provar os danos sofridos.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7015624-12.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 08/05/2023 20:36:04
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
Polo Passivo: L. C. DE OLIVEIRA EIRELI - ME
Advogados do(a) RECORRIDO: BRUNO PAIVA OLIVEIRA - RO8056-A, JEANDERSON LUIZ VALERIO ALMEIDA - RO6863-A, MATHEUS LIMA DE MEDEIROS - RO10795-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso interposto, eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.
Trata-se de recurso inominado interposto pela concessionária de energia pleiteando pela improcedência dos pedidos autorais.
Na petição inicial, a parte informa que ficou sem energia elétrica em seu estabelecimento comercial, sendo que a parte recorrente nada fez para amenizar os prejuízos sofridos pela parte recorrida. O restabelecimento da distribuição de energia não se deu em tempo hábil.
Assim, acolho como verossímil a alegação da consumidora, até porque a própria empresa, em contestação, não nega os fatos, atribui a responsabilidade aos fenômenos da natureza.
Portanto, no caso há dano moral reparável, tendo em vista que o fornecedor do serviço responde de forma objetiva, independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços (art. 14, do CDC).
Na hipótese dos autos, como a apuração da responsabilidade se relaciona com a atividade desenvolvida por pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, a hipótese, em se constatando os seus requisitos, é de aplicação da responsabilidade objetiva (art. 37, §6º, da Constituição Federal).
Como cediço, a responsabilidade objetiva, norteada pela teoria do risco administrativo, dispensa a prova de culpa da Administração. Assim, se comprovada a ocorrência do dano e sua relação de causalidade com a atividade administrativa, certa será a obrigação de indenizar.
Por isso, reconheço o dano sofrido capaz de ensejar a reparação na seara cível, determinando pagamento de indenização a fim de ressarcir os danos causados ao consumidor.
Quando ao dano material, entendo como devidamente provado o prejuízo, uma vez que os produtos ali contantes das notas fiscais devem, notoriamente, estar em temperatura de refrigeração sob consequência de oxidação e proliferação de bactérias. Ressalte-se que foi uma interrupção de energia por, aproximadamente, 24 horas. O valor do dano moral deve ser mantido. Passo a analisar o dano moral.
O direito a ressarcimento por dano moral à pessoa jurídica é plenamente aplicável, desde que devidamente comprovada a ofensa a imagem da empresa, não sendo tal modalidade dotada de qualquer presunção.
Entretanto, no caso em apreço, entendo que ficou devidamente comprovada a repercussão extrapatrimonial da empresa recorrida, motivo pelo qual a condenação merece ser mantida, restando reavaliar a extensão do dano.
É cediço que o quantum indenizatório deve ser estipulado pelo magistrado de forma equitativa, de modo que não seja muito alto a ponto de implicar enriquecimento sem causa do ofendido, nem tão inexpressivo, sob pena de não produzir no ofensor a sensação de punição, constrangendo-o a se abster de praticar atos similares. Para tanto, devem ser consideradas as condições econômicas dos envolvidos, a culpa do ofensor e a extensão do dano causado ao ofendido.
No que se refere ao montante, considerando que a indenização tem a finalidade de proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, tenho que o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), está de acordo com o entendimento desta Turma Recursal. Portanto, o valor arbitrado pelo juiz sentenciante, deve ser MINORADO, pois se mostra razoável ao caso e de acordo com precedentes deste colegiado.
Por tais considerações, VOTO no sentido de DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado da recorrente, apenas para minorar o valor arbitrado a título de danos morais para R$ 5.000,00 (cinco mil reais), mantendo os demais termos da sentença inalterados.
Deixo de condenar a parte recorrente ao pagamento das custas e honorários advocatícios, eis que o deslinde do feito não se encaixa nas hipóteses previstas no art. 55 da lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
CONSUMIDOR. INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DANO MORAL MINORADO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR PARA O ACÓRDÃO

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7018697-26.2021.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 16/12/2021 18:42:49
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: MARIA APARECIDA MONTEIRO GOMES
Advogado do(a) RECORRENTE: RODRIGO STEGMANN - RO6063-A
Polo Passivo: BANCO DAYCOVAL S/A
Advogado do(a) RECORRIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A

RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Pois bem. Desde as primeiras sessões na turma, esclareci que o tema me intrigava e que, tão logo tivesse meios para me dedicar a fundo na matéria, a analisaria para além da colegialidade, com a finalidade de continuar a acompanhá-la com maior reforço, contribuindo com os argumentos ou para chegar as minhas conclusões e ofertá-las à turma. Pois bem, após semanas analisando e refletindo sobre o tema, cheguei a uma conclusão diversa daquela que vem sendo adotada neste colegiado e, então, passo a delimitar os parâmetros do meu convencimento.
Após analisar diversas pretensões, contra as mais variadas instituições financeiras, consigo estabelecer premissas comuns a todas elas. Algumas partes falam em terem sido abordadas pela instituição financeira, umas falam em oferta de empréstimo consignado, enquanto outras mencionam a busca por crédito.
O elemento comum a todas essas formas de apresentação do "produto", é o de que não há negativa de que houve a contratação.
A modalidade de contrato, em casos quejandos, é por adesão, método permitido por lei e que, por força do princípio da transparência, deve ser claro, objetivo.
Enquanto a parte autora trouxe sua pretensão e diz ter buscado modalidade de empréstimo, sendo surpreendida por metodologia diversa, a instituição financeira fez prova de que o contrato têm em seu cabeçalho, expressamente, a modalidade de contratação por meio de cartão de crédito. O contrato tem a assinatura da parte, menção a juros, pagamento mínimo.
Aqui é necessário aclarar que a modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa.
Esclarecendo, a modalidade de empréstimo utiliza como premissas a liberação de valores de forma antecipada ao recebimento do plástico que, após sua entrega, pode ser usado como um cartão de crédito convencional – permitindo saque e compras, sendo que a fatura é encaminhada para pagamento, normalmente.
Muitas petições iniciais inserem a problemática aí, mencionando a questão específica do PAGAMENTO MÍNIMO como um elemento presumidamente de fraude, haja vista que, com o simples pagamento mínimo, tornar-se-ia impossível a quitação do contrato, dando a entender que à parte é impossível pagar a fatura além do mínimo, ou que isso não encontra assento no contrato. Os juros não são aqueles estabelecidos para os cartões de crédito regulares, não associados a contratos de pagamento por consignação e, embora a modalidade pratique juros acima daqueles correspondentes a empréstimos consignados "puros", não podem ser considerados vedados, porquanto dentro dos limites praticados em um mercado que é regulado pelo Banco Central.
O valor mínimo que está lançado na fatura corresponde, via de regra, ao limite consignável e, quando esse já foi comprometido, àqueles 5% que foram permitidos pelo legislador ordinário nos incisos I e II do §1º do artigo 1º da Lei 10.820/2003. Em outras palavras, por força de contrato, mas, principalmente, por força de lei, a instituição financeira não pode extrapolar os limites consignáveis sob pena de, aí sim, promover a conduta ilegal, reprovável e indenizável.
Quando se conspurca a metodologia de forma absoluta, tratando-a como NULA, e não meramente anulável sob certas condições, despreza-se, além da própria regulamentação do Estado, a capacidade dos indivíduos, suas experiências comerciais em geral e torna presunções relativas em absolutas. Não se pode partir da premissa de que todos os consumidores são inexperientes, incautos e desprotegidos. Em muitos casos, a impugnação ao contrato veio após dois, três ou mais anos. Como compreender que há um recebimento, descontos por meses a fio e que só surpreendem o consumidor após tamanho decurso de tempo?
Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca.
As provas aqui, em geral, são documentais e o consumidor, embora hipossuficiente em relação a instituição financeira, por força da boa-fé objetiva, deve trazer elementos claros que demonstrem a causa da anulabilidade, somente sendo passível a inversão do ônus da prova naqueles casos em que não detém meios de acostar os documentos por circunstâncias justificáveis, e que devem estar ancoradas na inicial. Trazer a causa da anulabilidade de forma objetiva é o que baliza, também, o exercício da defesa, sem o qual demoniza-se o contraditório, lhe relegando um papel de impossibilidade e de mera formalidade teórica.
No Brasil houve a adoção do pacta sunt servanda, ou seja, a não ser em hipóteses específicas, os contratos devem ser cumpridos, de forma que, portanto, o exame de anulabilidade deve corresponder a uma circunstância específica que justifique a quebra e eventual descumprimento de contrato, vedando-se o enriquecimento sem causa.
Desta forma, havendo contrato assinado entre as partes, observadas as formalidades necessárias, a clareza de que se trata de um instrumento representativo de empréstimo por meio de cartão de crédito consignado, respeitando-se os limites legais da consignação e juros admitidos pelo BACEN, não havendo provas de vícios capazes de invalidá-lo, deverá ser considerado válido.
No caso em testilha, como na maioria deles, cinge-se o recurso na análise da legalidade do contrato de cartão de crédito na modalidade de RMC - Reserva de Margem Consignável, firmado entre as partes, e, consequentemente, se for o caso, a restituição em dobro dos valores descontados, bem como da indenização por danos morais acerca da efetivação dos referidos descontos.
A parte autora aduz que realizou empréstimo com a instituição bancária, contudo desconhecia a modalidade de cartão de crédito pela Reserva de Margem Consignada – RMC.
O banco recorrido, por sua vez, argumentou acerca da regularidade de sua conduta, juntando cópia do contrato entabulado bem como outros documentos que evidenciam o negócio entabulado entre as partes.
Da análise dos autos, tem se que a despeito das alegações da parte autora de que foi induzida a erro, as provas demonstram o contrário. Nos contratos têm a assinatura da parte autora ID 20260830 está bem destacado a modalidade contratada não havendo que se falar em ausência de informação adequada.
Embora haja a negativa veemente da parte autora acerca da ciência da modalidade contratada, nos autos não restou demonstrado minimamente o vício de consentimento na celebração do referido contrato com as cláusulas que autorizam a reserva de margem consignável referente ao valor mínimo do cartão de crédito consignado.
Inexistindo provas de que houve vício na contratação entre as partes deve-se observar o princípio do pacta sunt servanda. Dessa maneira, ante a ausência de ilícito civil cometido pelo requerido o pleito da parte autora deve ser negado.

Nesse sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, destacando-se que o alinhamento desta turma com a Corte Estadual é medida que favorece a segurança jurídica. Vejamos:

Apelação cível. Ação de restituição de valores c/c indenização por dano moral. Cartão de crédito consignado. RMC. Contratação. Legalidade. Desconto mensal. Valor mínimo. Folha de pagamento. Exercício regular de direito. Dano moral. Inexistente. Recurso provido. Comprovada a contratação do cartão de crédito com margem consignável mediante contrato com cláusula expressa quanto ao desconto mensal do valor mínimo indicado na fatura, não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de RMC, ou caracterização do dano moral, devendo-se observar o princípio pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7003965-22.2021.822.0007, Rel. Des. Alexandre Miguel, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 6/12/2021).

Apelação cível. Contrato de Cartão de Crédito Consignado. Reserva de Margem Consignável – RMC. Contratação comprovada. Dano moral. Não configuração. Repetição do indébito. Indevido. Comprovada a contratação de cartão de crédito consignado, inclusive com termos claros e inequívocos quanto ao seu objeto, não há que se falar em indenização por dano moral ou repetição de indébito, mormente se considerar que o desconto se efetiva nos termos previamente contratados (TJ-RO – AC: 7002361-60.2020.822.0007, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 22/10/2021).

Apelação cível. Cartão de crédito consignado. Margem consignável. RMC. Descontos em benefício previdenciário. Relação jurídica comprovada. Assinatura da contratante. Ausência de vício. Recurso provido. Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral, devendo-se operar o princípio do pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7010666-33.2020.822.0007, Rel. Des. José Torres Ferreira, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 9/12/2021).

Desta forma, considero que houve a contratação de forma espontânea e que, ao alegar a existência de defeito no negócio jurídico, a parte atraiu o ônus de prová-lo, do que não se desincumbiu, razão pelas quais seus pedidos devem ser julgados improcedentes.

Pelos mesmos argumentos não merecem subsistir a pretensão de conversão em contrato de empréstimo consignado e de indenização por danos morais.

Diante do exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela parte consumidora, mantendo a sentença inalterada.

Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente vencido ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, com base no artigo 55 da Lei 9.099/95, o qual fica suspenso em razão da gratuidade deferida ao consumidor.

Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.

É como voto.

EMENTA

Recurso Inominado. Cartão de crédito consignado. A modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa. AUSÊNCIA DE NULIDADE ABSOLUTA. Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/ transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca. Não existindo tais elementos nos autos, a pretensão é improcedente. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01

Processo: 7015836-33.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

Data distribuição: 30/11/2022 09:33:00

Data julgamento: 05/07/2023

Polo Ativo: OI MOVEL S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL

Advogado do(a) RECORRENTE: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635-A

Polo Passivo: MARLI DE ALMEIDA DA SILVA

Advogado do(a) RECORRIDO: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073-A

RELATÓRIO

Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.

VOTO

Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.

Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.

“Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”.

Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:

“S E N T E N Ç A

Vistos etc...,

Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, LF 9.099/95).

FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação declaratória inexistência de vínculo contratual com consequente inexistência/inexigibilidade de débito (R$ 392,55 – de 04.01.2021), cumulada com indenização por danos morais decorrentes de contratação fraudulenta e inscrição indevida perante as empresas arquivistas, conforme fatos narrados na inicial e de acordo com os documentos apresentados.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando qualquer dilação probatória, mormente quando a matéria colocada em discussão revela-se exclusivamente documental e de direito, não se justificando o pleito de inquirição de testemunhas (formulado em contestação) e recomendando-se o julgamento imediato.
Ainda que a demanda esteja em sede de Juizados Especiais, compete às partes bem e regularmente instruir as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Por conseguinte e dada a peculiaridade do caso (declaratória de inexistência de vínculo contratual), há que se aplicar os arts. 32 e 33, da LF 9.099/95, bem como 370 e 371, ambos do NCPC (LF 13.105/2015 – disposições compatíveis com o microssistema e com o rito sumaríssimo e especial dos Juizados Especiais).
Não havendo quaisquer preliminares, passo ao julgamento da demanda!
Pois bem!
A hipótese em julgamento deve ser analisada à luz do Código de Defesa do Consumidor e aos princípios a ele inerentes, mais especificamente àqueles referentes a relação contratual e à reparação dos danos eventualmente causados, ainda que não admitida qualquer relação de consumo pelo demandante.
Isto se justifica na medida em que a requerida representa empresa fornecedora de produtos (linhas telefônicas móveis e aparelhos telefônicos móveis) e prestadora de serviços (disponibilização dos serviços de telefonia móvel, bem como administração de contratos e faturas mensais), de modo que assume o risco administrativo e operacional em troca dos fabulosos lucros que aufere.
O cerne da demanda reside basicamente na alegação de inexistência de relação jurídica com a telefônica requerida (contratação e utilização de serviços) e nos danos morais decorrentes da utilização de dados pessoais, da geração de débitos e da nefasta inscrição de débitos nos cadastros das empresas arquivistas (id. 73840456), impedindo o crédito e afetando a honorabilidade da demandante.
Tem-se tornado corriqueira a propositura de várias ações em desfavor de empresas de telefonia reclamando-se de contratos não existentes e débitos não ocasionados pelos respectivos autores, demonstrando-se efetiva falta de controle das mencionadas empresas que, sem ressalvas, respondem pelo risco administrativo.
O ônus da prova, no caso em apreço e em atenção ao sistema de proteção do consumidor, que é a parte mais débil da relação, compete à empresa (ônus inverso - art. 6º, VIII da Lei 8078/90), que detém todos os registros e anotações, sendo que o demandante apresentou somente aqueles documentos de que dispunha e teve acesso, não lhe podendo ser exigido a apresentação de contrato que alega nunca haver assinado. Não há como se comprovar fato negativo!
Ao receber a contrafé no ato da citação, pôde a telefônica observar que a requerente informava nunca ter assinado contrato de prestação de serviços, sendo surpreendida com a inclusão desabonadora nas empresas controladoras do crédito, de modo que deveria ter melhor diligenciado e apresentado o comprovante de pedido de qualquer linha fixa/móvel com a respectiva assinatura da consumidora solicitante, exibindo os dados e cópia dos documentos pessoais da assinante cadastrada ou, ainda, a eventual degravação da central call center para as hipóteses de contrato on line.
Isto seria o suficiente para saber se o caso era realmente de fraude de terceiros ou caso de pura má-fé do demandante.
Como referida prova documental e crucial não veio para os autos, deve a responsabilidade vingar, posto que a fraude não representa risco para o consumidor, mas sim, risco para o empreendedor, para as empresas que assumem todo o ônus e risco da atividade em troca dos bônus dos lucros que, à toda evidência e publicidade são compensatórios.
A réplica veio a tona e impugnou as telas unilaterais do sistema interno da telefônica, de sorte que a exibição do contrato assinado e a prova de notificação prévia à restrição creditícia eram fundamentais para que vingasse a alegação de causa extintiva, impeditiva ou modificativa do direito vindicado.
E, ad argumentandum tantum, não vinga qualquer tese defensorial de que a telefônica fora tão vítima quanto a parte autora, triunfando entendimento jurisprudencial já sedimentado:
“AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO E RECURSO ESPECIAL INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DO NCPC. CONSUMIDOR. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. CONTRATAÇÃO FRAUDULENTA. RESPONSABILIDADE DA EMPRESA DE TELEFONIA. DANOS MORAIS. CONFIGURADOS. INADMISSÃO DO APELO NOBRE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM EM FACE DA INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 284 DO STF. RECURSO QUE NÃO INFIRMA O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO NÃO CONHECIDO. (Agravo em Recurso Especial nº 1.290.304/MG (2018/0107627-4), STJ, Rel. Moura Ribeiro. DJe 29.06.2018)”;
“RELAÇÃO DE CONSUMO. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. DANO MORAL. DEVIDO. Valor. Redução. Recurso provido. Se a relação de consumo não foi comprovada pelo fornecedor, a restrição em nome do consumidor deve ser declarada ilegítima e deve ele responder por dano moral em razão da má prestação do serviço pela operadora. Segundo orientação do STJ, cabe aos tribunais rever o valor da indenização a título de danos morais quando este se mostrar irrisório ou exorbitante. POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. (Apelação nº 0004040-87.2015.8.22.0009, 2ª Câmara Cível do TJRO, Rel. Isaias Fonseca Moraes. j. 31.01.2018, DJe 16.02.2018)”; e
“APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C DANO MORAL. ANOTAÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. ALEGAÇÃO DE FATO NEGATIVO. NÃO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU AQUISIÇÃO DE PRODUTOS. PROCEDÊNCIA. RECURSO. ÔNUS DA PROVA AO RÉU. DOCUMENTOS QUE SE EVIDENCIA FRAUDE DE TERCEIRO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. ATO ILÍCITO CARACTERIZADO PELA NEGATIVAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL CARACTERIZADA. DANOS MATERIAL, MORAL. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSOS DESPROVIDOS. Não tendo a pessoa jurídica demonstrado cabalmente no conjunto probatório a excludente do exercício regular do direito para efetuar restrição de crédito, diante das provas apresentadas pela parte promovente, que comprovou a negativação. A reparação pelo dano moral deve corresponder à realidade dos fatos trazidos ao processo, observando-se que o valor da indenização tem função de penalidade e reparação dos prejuízos da vítima, de forma a não ensejar enriquecimento sem causa. (Apelação nº 0000289-08.2015.815.0391, 3ª Câmara Cível do TJPB, Rel. Marcos Cavalcanti de Albuquerque. DJe 15.10.2018)”.
Ainda que a ré esteja vinculada a um dever jurídico de universalizar o serviço telefônico, levando-o a todas e quaisquer regiões do país (contrato de concessão e obediência às normas da ANATEL), isto não a exime e nem afasta as respectivas responsabilidades, uma vez que o risco administrativo compete às empresas que prestam o serviço.

Por conseguinte, deve ser declarada a inexistência da relação contratual e a inegável inexigibilidade e/ou inexistência de débitos em desfavor do requerente.

Mesma sorte e inequívoca comprovação ocorre com os alegados danos morais, posto que os documentos apresentados bem comprovam a indevida inscrição do nome da demandante nas empresas arquivistas, surgindo como crível a assertiva de que a autora nunca usufruiu dos serviços prestados pela demandada.

É inegável que os serviços de proteção ao crédito, existentes em todo o mundo, desempenham função de relevo, destacando-se a rapidez e a segurança na concessão do crédito. Mas, por outro lado, o serviço é potencialmente lesivo à privacidade e à honra das pessoas, de modo que o legislador previu rígido controle nos procedimentos de inscrição de nomes em base restritiva de crédito.

A questão da utilização indevida do nome do requerente, o registro indevido no Sistema de Proteção ao Crédito e o vexame sofrido com a descoberta repentina da restrição creditícia apontam o abalo moral.

O dano moral está provado, valendo relembrar o seguinte entendimento:

"Neste ponto, a razão se coloca ao lado daqueles que entendem que o dano moral está ínsito na própria ofensa, decorre da gravidade do ilícito em si. Se a ofensa é grave e de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum. Assim, por exemplo, provada a perda de um filho, do cônjuge ou de outro ente querido, não há que se exigir a prova do sofrimento, porque isso decorre do próprio fato de acordo com as regras de experiência comum; Provado que a vítima teve seu nome aviltado ou sua imagem vilipendiada, nada mais ser-lhe-á exigido provar, por isso que o dano moral está in re ipsa; decorre inexoravelmente da gravidade do próprio fato ofensivo, de sorte que, provado o fato, provado está o dano moral."

E, na mensuração do quantum indenizatório, acompanho o seguinte entendimento da jurista e Magistrada Helena Elias (op.cit.):

"O princípio da exemplaridade foi recentemente adotado na jurisprudência do STJ. Luiz Roldão de Freitas Gomes defende, em sede doutrinária, a aplicação de tal princípio. Após afirmar que, 'sob a égide da atual Carta Magna, a reparação dos danos morais é ampla e desprovida de limitações, que não sejam as decorrentes de sua causalidade', anota que, com a expressa previsão constitucional, aquela reparação ganhou autonomia, 'deixando de ter por fundamento exclusivamente a culpa, que inspirava uma de suas finalidades: servir de exemplaridade ao infrator. Em consulta ao dicionário Aurélio, encontra-se, para o verbete exemplaridade, o significado de 'qualidade ou caráter de exemplar'. Exemplar, por seu turno, é aquilo 'que serve ou pode servir de exemplo, de modelo'. O critério de exemplaridade parece estar apto a substituir o dano punição do ofensor na avaliação do dano moral, por oferecer a vantagem se amoldar, com maior grau de adequação e aceitabilidade, ao ordenamento jurídico pátrio, sem o inconveniente, apontado por Humberto Theodoro Júnior, de ensejar uma pena sem prévia cominação legal. Em recente acórdão, da relatoria do Min. Luiz Fux, o STJ adotou expressamente o princípio da exemplaridade, ao assentar que a 'fixação dos danos morais deve obedecer aos critério da solidariedade e da exemplaridade, que implica na vaporação da proporcionalidade do quantum e na capacidade econômica do sucumbente".

O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.

Tem-se observado no cotidiano que a fixação de indenizações módicas não tem servido à finalidade proposta, pois as empresas condenadas não adotaram melhores cautelas e controles para evitar a repetição dos fatos ofensivos, sendo muito comum, ainda, a inscrição indevida do nome de consumidores em empresas arquivistas, mesmo estando em dias os pagamentos ou não havendo qualquer vínculo contratual, de modo que as fixações tem que sofrer uma majoração significativa para que a indenização exerça sua função punitivo-pedagógico com eficiência.

Nossa sociedade moderna e capitalista vive do bom nome e do crédito, de modo que tudo que atente contra referidos pilares, deve ser prontamente reprimido, obrigando-se os responsáveis à reparação ou à indenização.

Sendo assim e levando-se em consideração a capacidade/condição econômica das partes (autora: cabeleira / ré: gigante de telefonia e TV por assinatura em todo o Território Nacional), bem como os reflexos da conduta desidiosa da demandada (geração de contrato fraudulento; negativação do nome da parte autora nas empresas arquivistas), tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum em R$ 8.000,00 (oito mil reais), de molde a disciplinar a ré e a dar satisfação pecuniária à requerente, não se justificando a adoção do valor sugerido na inicial.

A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, de modo que o valor acima arbitrado (R$ 8.000,00) está sintonizado com os princípios expostos assim como com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitando-se o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa "indústria do dano moral".

É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, a imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas demandadas.

R$ 8.000,00 (oito mil reais) não irá "quebrar" a ré e, muito menos, "enriquecer" o requerente.

Ademais, quanto ao pleito de litigância de má-fé formulado pelo demandado, não o tenho como procedente, posto que a má-fé não se mostrou de imediato, já que a alteração da verdade dos fatos somente se configura quando a conduta processual exorbita a esfera do direito de ação ou de defesa, em que a parte litigante, que detêm o conhecimento da realidade, traz aos autos situação diversa, com dolo de lesar a parte contrária e vencer a ação.

Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.

POSTO ISSO, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos moldes dos arts. 6º e 38, da Lei 9099/95, 4º, 6º e 22, da LF 8.078/90, e 373, I e II, NCPC (LF 13.105/2015), JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial formulado pela autora, para o fim de:

A)DECLARAR A INEXISTÊNCIA DA RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES LITIGANTES, ATÉ O MOMENTO DE PROTOCOLIZAÇÃO DA PRESENTE DEMANDA, BEM COMO A INEXISTÊNCIA/INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS INSCRITOS NAS EMPRESAS RESTRITIVAS (id.73840456);

B) CONDENAR a empresa REQUERIDA no pagamento indenizatório de R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS), a título dos reconhecidos danos morais suportados, acrescido de correção monetária (tabela oficial TJ/RO) e juros legais, simples e moratórios, de 1% (um por cento) ao mês a partir da presente condenação (Súmula n. 362, Superior Tribunal de Justiça); e

C) CONFIRMAR INTEGRALMENTE A TUTELA ANTECIPADA CONCEDIDA LIMINARMENTE.

Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015)..(...)"
Em respeito às razões recursais, destaco, de fato, o recorrente não foi capaz de comprovar a legitimidade da cobrança realizada, tampouco da inscrição no cadastro de inadimplentes. Em contrapartida, o autor trouxe no ID 18132573 comprovação do atendimento no qual solicitou o cancelamento, como devido número de protocolo, inclusive. Logo, a manutenção da sentença é medida que se impõe.
Ante o exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, mantendo-se inalterada a sentença.
Condeno a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 15% (quinze por cento) sob o valor da condenação, nos termos da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
Consumidor. Negativação indevida. Prova do adimplemento. Pedido de cancelamento. Manutenção de cobranças. Inscrição em órgão de proteção ao crédito injustificada. Sentença mantida.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7016771-73.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 07/06/2023 11:46:57
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: JOSIANE DA SILVA TENORIO RODRIGUES
Advogado do(a) RECORRENTE: RODRIGO STEGMANN - RO6063-A
Polo Passivo: BANCO BMG SA
Advogados do(a) RECORRIDO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE23255-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso..
Pois bem. Desde as primeiras sessões na turma, esclareci que o tema me intrigava e que, tão logo tivesse meios para me dedicar a fundo na matéria, a analisaria para além da colegialidade, com a finalidade de continuar a acompanhá-la com maior reforço, contribuindo com os argumentos ou para chegar as minhas conclusões e ofertá-las à turma. Pois bem, após semanas analisando e refletindo sobre o tema, cheguei a uma conclusão diversa daquela que vem sendo adotada neste colegiado e, então, passo a delimitar os parâmetros do meu convencimento.
Após analisar diversas pretensões, contra as mais variadas instituições financeiras, consigo estabelecer premissas comuns a todas elas. Algumas partes falam em terem sido abordadas pela instituição financeira, umas falam em oferta de empréstimo consignado, enquanto outras mencionam a busca por crédito.
O elemento comum a todas essas formas de apresentação do "produto", é o de que não há negativa de que houve a contratação.
A modalidade de contrato, em casos quejandos, é por adesão, método permitido por lei e que, por força do princípio da transparência, deve ser claro, objetivo.
Enquanto a parte autora trouxe sua pretensão e diz ter buscado modalidade de empréstimo, sendo surpreendida por metodologia diversa, a instituição financeira fez prova de que o contrato têm em seu cabeçalho, expressamente, a modalidade de contratação por meio de cartão de crédito. O contrato tem a assinatura da parte, menção a juros, pagamento mínimo.
Aqui é necessário aclarar que a modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa.
Esclarecendo, a modalidade de empréstimo utiliza como premissas a liberação de valores de forma antecipada ao recebimento do plástico que, após sua entrega, pode ser usado como um cartão de crédito convencional – permitindo saque e compras, sendo que a fatura é encaminhada para pagamento, normalmente.
Muitas petições iniciais inserem a problemática aí, mencionando a questão específica do PAGAMENTO MÍNIMO como um elemento presumidamente de fraude, haja vista que, com o simples pagamento mínimo, tornar-se-ia impossível a quitação do contrato, dando a entender que à parte é impossível pagar a fatura além do mínimo, ou que isso não encontra assento no contrato. Os juros não são aqueles estabelecidos para os cartões de crédito regulares, não associados a contratos de pagamento por consignação e, embora a modalidade pratique juros acima daqueles correspondentes a empréstimos consignados "puros", não podem ser considerados vedados, porquanto dentro dos limites praticados em um mercado que é regulado pelo Banco Central.
O valor mínimo que está lançado na fatura corresponde, via de regra, ao limite consignável e, quando esse já foi comprometido, àqueles 5% que foram permitidos pelo legislador ordinário nos incisos I e II do §1º do artigo 1º da Lei 10.820/2003. Em outras palavras, por força de contrato, mas, principalmente, por força de lei, a instituição financeira não pode extrapolar os limites consignáveis sob pena de, aí sim, promover a conduta ilegal, reprovável e indenizável.

Quando se conspurca a metodologia de forma absoluta, tratando-a como NULA, e não meramente anulável sob certas condições, despreza-se, além da própria regulamentação do Estado, a capacidade dos indivíduos, suas experiências comerciais em geral e torna presunções relativas em absolutas. Não se pode partir da premissa de que todos os consumidores são inexperientes, incautos e desprotegidos. Em muitos casos, a impugnação ao contrato veio após dois, três ou mais anos. Como compreender que há um recebimento, descontos por meses a fio e que só surpreendem o consumidor após tamanho decurso de tempo?

Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca.

As provas aqui, em geral, são documentais e o consumidor, embora hipossuficiente em relação a instituição financeira, por força da boa-fé objetiva, deve trazer elementos claros que demonstrem a causa da anulabilidade, somente sendo passível a inversão do ônus da prova naqueles casos em que não detém meios de acostar os documentos por circunstâncias justificáveis, e que devem estar ancoradas na inicial. Trazer a causa da anulabilidade de forma objetiva é o que baliza, também, o exercício da defesa, sem o qual demoniza-se o contraditório, lhe relegando um papel de impossibilidade e de mera formalidade teórica.

No Brasil houve a adoção do pacta sunt servanda, ou seja, a não ser em hipóteses específicas, os contratos devem ser cumpridos, de forma que, portanto, o exame de anulabilidade deve corresponder a uma circunstância específica que justifique a quebra e eventual descumprimento de contrato, vedando-se o enriquecimento sem causa.

Desta forma, havendo contrato assinado entre as partes, observadas as formalidades necessárias, a clareza de que se trata de um instrumento representativo de empréstimo por meio de cartão de crédito consignado, respeitando-se os limites legais da consignação e juros admitidos pelo BACEN, não havendo provas de vícios capazes de invalidá-lo, deverá ser considerado válido.

No caso em testilha, como na maioria deles, cinge-se o recurso na análise da legalidade do contrato de cartão de crédito na modalidade de RMC - Reserva de Margem Consignável, firmado entre as partes, e, consequentemente, se for o caso, a restituição em dobro dos valores descontados, bem como da indenização por danos morais acerca da efetivação dos referidos descontos.

A parte autora aduz que realizou empréstimo com a instituição bancária, contudo desconhecia a modalidade de cartão de crédito pela Reserva de Margem Consignada – RMC.

O banco recorrido, por sua vez, argumentou acerca da regularidade de sua conduta, juntando cópia do contrato entabulado bem como outros documentos que evidenciam o negócio entabulado entre as partes.

Da análise dos autos, tem se que a despeito das alegações da parte autora de que foi induzida a erro, as provas demonstram o contrário. No contrato tem a assinatura da parte autora ID 31448381 está bem destacado a modalidade contratada não havendo que se falar em ausência de informação adequada.

Embora haja a negativa veemente da parte autora acerca da ciência da modalidade contratada, nos autos não restou demonstrado minimamente o vício de consentimento na celebração do referido contrato com as cláusulas que autorizam a reserva de margem consignável referente ao valor mínimo do cartão de crédito consignado.

Inexistindo provas de que houve vício na contratação entre as partes deve-se observar o princípio do pacta sunt servanda. Dessa maneira, ante a ausência de ilícito civil cometido pelo requerido o pleito da parte autora deve ser negado.

Nesse sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, destacando-se que o alinhamento desta turma com a Corte Estadual é medida que favorece a segurança jurídica. Vejamos:

Apelação cível. Ação de restituição de valores c/c indenização por dano moral. Cartão de crédito consignado. RMC. Contratação. Legalidade. Desconto mensal. Valor mínimo. Folha de pagamento. Exercício regular de direito. Dano moral. Inexistente. Recurso provido. Comprovada a contratação do cartão de crédito com margem consignável mediante contrato com cláusula expressa quanto ao desconto mensal do valor mínimo indicado na fatura, não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de RMC, ou caracterização do dano moral, devendo-se observar o princípio pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7003965-22.2021.822.0007, Rel. Des. Alexandre Miguel, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 6/12/2021).

Apelação cível. Contrato de Cartão de Crédito Consignado. Reserva de Margem Consignável – RMC. Contratação comprovada. Dano moral. Não configuração. Repetição do indébito. Indevido. Comprovada a contratação de cartão de crédito consignado, inclusive com termos claros e inequívocos quanto ao seu objeto, não há que se falar em indenização por dano moral ou repetição de indébito, mormente se considerar que o desconto se efetiva nos termos previamente contratados (TJ-RO – AC: 7002361-60.2020.822.0007, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 22/10/2021).

Apelação cível. Cartão de crédito consignado. Margem consignável. RMC. Descontos em benefício previdenciário. Relação jurídica comprovada. Assinatura da contratante. Ausência de vício. Recurso provido. Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral, devendo-se operar o princípio do pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7010666-33.2020.822.0007, Rel. Des. José Torres Ferreira, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 9/12/2021).

Desta forma, considero que houve a contratação de forma espontânea e que, ao alegar a existência de defeito no negócio jurídico, a parte atraiu o ônus de prová-lo, do que não se desincumbiu, razão pelas quais seus pedidos devem ser julgados improcedentes.

Pelos mesmos argumentos não merecem subsistir a pretensão de conversão em contrato de empréstimo consignado e de indenização por danos morais.

Diante do exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela parte consumidora, mantendo a sentença inalterada.

Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente vencido ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, com base no artigo 55 da Lei 9.099/95, o qual fica suspenso em razão da gratuidade deferida ao consumidor.

Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.

É como voto.

EMENTA

Recurso Inominado. Cartão de crédito consignado. A modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa. AUSÊNCIA DE NULIDADE ABSOLUTA. Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca. Não existindo tais elementos nos autos, a pretensão é improcedente. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7016938-90.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 28/02/2023 20:45:05
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
Polo Passivo: SAMUEL BOMTEMPO
Advogado do(a) RECORRIDO: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR - MT20812-A
RELATÓRIO
Trata-se de recurso inominado interposto pela concessionária de energia em face de sentença que julgou procedentes os pedidos iniciais, para declarar inexistência do débito discutido no processo, além de condenar a requerida ao pagamento de R$10.000,00 (dez mil reais) a título de indenização por danos morais. Aduz a empresa recorrente que o débito discutido nos autos é legítimo, e, portanto, indiscutível a necessidade de pagamento. Sendo assim, pugna pela reforma total da sentença proferida no juízo a quo, ou redução do quantum indenizatório.
É o breve relatório.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Consta dos autos que o nome do consumidor fora inscrito nos órgãos de proteção ao crédito, com a justificativa de que mantinha relações com a empresa recorrente e não adimpliu com a dívida gerada.
Embora a empresa tenha alegado nos autos que a anotação é legítima e fundada em débito existente, não trouxe aos autos qualquer documento/contrato capaz de comprovar a existência da dívida, limitando-se, portanto, em simples retórica, não se desincumbindo do ônus que lhe cabe a teor do art. 373, inciso II do CPC.
Portanto, a parte recorrente não comprovou a utilização dos serviços pelo consumidor, apenas juntou prints de suas telas sistêmicas com supostos dados da unidade consumidora, não possuindo o condão de comprovar o débito, além de não conter assinatura do contratante. Ademais, a concessionária de energia anexa aos autos relatório de contas pendentes da unidade consumidora, ou seja, não apresenta histórico de pagamento que comprovassem que o consumidor fora legítimo proprietário da UC em questão.
Nesse sentido, cito precedente no tocante ao não reconhecimento de telas sistêmicas como provas, por se tratar de meios probatórios unilaterais:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. CONTRATO DE TELEFONIA. NÃO COMPROVADO. TELAS SISTÊMICAS. INSUFICIENTES. DANO MORAL. CONFIGURADO. QUANTUM RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO As telas sistêmicas apresentadas pela empresa de telefonia, de forma isolada, não são suficientemente capazes de comprovar a relação jurídica entre as partes, devendo haver outros elementos aptos a demonstrar a contratação e a regularidade da negativação, sob pena de ser considerado indevido o registro desabonador, com a condenação da empresa ao pagamento de indenização por danos morais que, no caso, configura-se in re ipsa. A fixação do valor da indenização por danos morais pauta-se pela aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
(TJ-RO - AC: 70193422220198220001 RO 7019342-22.2019.822.0001, Data de Julgamento: 25/09/2020). (grifei)
Por conseguinte, deve ser mantida a declaração da inexistência da relação contratual e a inegável inexigibilidade e/ou inexistência de débitos em desfavor do consumidor.
Passo a análise dos danos morais.
Sustenta o consumidor, em síntese, que foi surpreendido ao verificar que seu nome estava inscrito nos serviços de proteção ao crédito por débitos que desconhece, visto que nunca firmou negócio jurídico com a empresa recorrente. No entanto, verifica-se que a parte autora trouxe, com sua inicial, apenas uma indicação de existência de dívida, sem, contudo, colacionar ao feito certidão de restrição creditícia, não havendo comprovação nos autos de que tenha o nome do consumidor sido inscrito junto aos órgãos de proteção ao crédito e de que não haja negativação preexistente, visto que o único documento juntado nesse sentido corresponde ao documento de ID 18836693, sendo insuficiente para o fim pretendido.
Assim, apesar de ter ao seu alcance meios de provar suas alegações, observa-se que a parte autora nada fez, devendo, dessa maneira, arcar com o ônus de sua inércia. Até porque, evidente que a prova da negativação é de suma simplicidade, bastando que a parte autora apenas anexasse aos autos outros documentos do Serasa/SCPC indicando o débito apontado pelo credor, prova que não se desincumbiu, nos termos do art. 373, I do CPC.
Portanto, caberia à autora apresentar as certidões dos principais órgãos de proteção ao crédito (SERASA, SPC, SCPC), conforme enunciado 29 do FOJUR, de modo a comprovar que a negativação discutida é a única ou a mais antiga e, portanto, que a conduta da empresa foi hábil a ocasionar os danos morais decorrentes da restrição ao crédito.
Nesse sentido:
Recurso Inominado. Negativação indevida. Ausência de comprovação. Danos morais Inexistentes. Ônus do autor. Não Provimento. – O consumidor deve comprovar fatos constitutivos do seu direito, juntando aos autos as consultas feitas em balcão para a demonstração de ausência de inscrições preexistentes, sob pena de improcedência do pedido indenizatório. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7035282-27.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 18/03/2020

Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Dívida prescrita. Cobrança indevida. Extratos da negativação. Não apresentação. Dano moral. não comprovação. 1. O prazo prescricional para cobrança dos valores constantes em faturas de energia elétrica é de cinco anos. 2. Cabe ao demandante, em caso de intimação específica para tanto, a apresentação dos extratos de negativações dos órgãos de cadastro de inadimplentes, a fim de que seja afastada a aplicação da súmula 385 do STJ, sob pena de improcedência do pedido indenizatório. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7016306-69.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 01/06/2020

Ante o exposto, voto para DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso da concessionária recorrente, para afastar a condenação por danos morais, mantendo os demais termos da sentença inalterados.

Deixo de condenar a empresa recorrente, eis que o deslinde do feito não se encaixa nas hipóteses previstas no artigo 55 da lei 9099/95.

Após o trânsito em julgado, remeta-se à origem.

É como voto.

EMENTA

Consumidor. Negativação indevida. Ausência de certidão oficial de restrição creditícia. Não comprovação de elementos mínimos. Declaração de inexistência de débito. Ausência de contratação. Recurso da Concessionária Parcialmente Provido. Sentença Parcialmente reformada.

– É ônus do autor provar fato constitutivo de seu direito, consoante determina o artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil. O consumidor deve se mostrar minimamente diligente naquilo que estava ao seu alcance probatório.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01

Processo: 7021065-71.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

Data distribuição: 20/06/2023 19:32:47

Data julgamento: 05/07/2023

Polo Ativo: PATRICIA SILVA RODRIGUES

Advogado do(a) RECORRENTE: RODRIGO STEGMANN - RO6063-A

Polo Passivo: BANCO DAYCOVAL S/A

Advogado do(a) RECORRIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A

RELATÓRIO

Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.

VOTO

Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.

Analisando o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”.

Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:

“SENTENÇA

Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.

Trata-se de ação de nulidade de contratação de empréstimo via Cartão de Crédito com Reserva de Margem Consignável (RMC), declaração de quitação da dívida, restituição do valor de R$ 9.929,08, referente ao dobro do valor pago, bem como danos morais (R$ 10.000,00).

A parte requerida, em contestação, arguiu preliminar. No mérito, sustentou que a parte autora contratou e utilizou o cartão de crédito consignado, bem como que o cartão permite que sejam feitos saques. Defende a legalidade da contratação em questão e, por fim, pugna pela improcedência dos pedidos iniciais e condenação da parte autora em litigância de má-fé.

Da dispensabilidade da audiência de instrução e julgamento

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, de modo que não se justifica o pleito de dilação probatória, nos moldes pretendido pelo banco requerido, para produção de prova oral, porquanto as provas já carreadas aos autos se bastam para tornar o processo em ordem e pronto para julgamento, com a entrega imediata da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.

Da preliminar de incompetência dos Juizados Especiais

Afasto a preliminar de incompetência levantada pelo banco requerido, visto que a realização de perícia, por si só, não é suficiente para afastar a competência dos Juizados Especiais. Caso existam outros elementos no feito que provem o alegado e formem a convicção do magistrado, a demanda deve ser apreciada, é o caso dos autos.

Superada a preliminar, passo ao mérito.

Inicialmente, convém destacar que a presente demanda, que envolve discussão em torno de contratação de cartão de crédito consignado (RMC), difere de outras que já tramitaram neste juízo, cujo resultado culminou em sentença de mérito para acolher-se os pedidos iniciais.

Cinge-se a controvérsia quanto à efetiva celebração de contrato de cartão de crédito consignado entre as partes.

Na hipótese, a parte autora reconhece a realização de negócio jurídico com a instituição bancária, porém alega que contratou/acreditava ter contratado produto diverso (empréstimo consignado em vez de cartão de crédito consignado, como comumente acontece).

O banco requerido, em contestação, defende que a parte autora tinha ciência de contratar cartão de crédito e não empréstimo consignado.

Com a defesa, apresentou o "TERMO DE ADESÃO AS CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL" (ID 83148776), o qual está devidamente subscrito pela autora, bem como anexou a "TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO" o qual explica corretamente qual o mecanismo do cartão de crédito contratado, consoante ID 8148300, p. 2.

Ressalte-se que nos instrumentos, além da explicação por escrito consta imagens de um cartão de crédito o que é prova inequívoca da ciência da consumidora por ocasião da contratação.

Além disso, o banco requerido apresentou áudio em que a autora solicita o desbloqueio do cartão de crédito (ID. 83148790).

Em que pese suscite falta de informações acerca da contratação realizada, infere-se que a própria denominação do sobredito instrumento estabelece tratar-se de um contrato de cartão de crédito.

Vale salientar que a constituição de Reserva de Margem Consignável (RMC) para utilização de cartão de crédito não é ilícita, sendo possível mediante solicitação formal firmada pelo titular do benefício, conforme dispõe o artigo 15, inciso I, da Instrução Normativa INSS/PRES n. 28/2008, como ocorrera no presente caso. In verbis:

"Art. 15. Os titulares dos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão por morte, pagos pela Previdência Social, poderão constituir RMC para utilização de cartão de crédito, de acordo com os seguintes critérios, observado no que couber o disposto no art. 58 desta Instrução Normativa:

I - a constituição de RMC somente poderá ocorrer após a solicitação formal firmada pelo titular do benefício, por escrito ou por meio eletrônico, sendo vedada à instituição financeira: emitir cartão de crédito adicional ou derivado; e cobrar taxa de manutenção ou anuidade;"

Logo, não há que se falar em falta de informação adequada e, inexistindo vício na contratação entre as partes, deve ser observado o princípio pacta sunt servanda.

Nesse sentido é a jurisprudência recentíssima do TJRO e da Turma Recursal Única do Poder Judiciário de Rondônia:

"Contrato bancário. Cartão de crédito consignado. Reserva de margem consignável. Benefício previdenciário. Relação jurídica comprovada. Pacta sunt servanda. Comprovado que o consumidor aderiu à aquisição de cartão de crédito consignado com ciência do tipo de transação pactuada, tanto que o utilizou na forma de cartão para realização diversos saques, sem comprovar o pagamento integral do valor das faturas, há que prevalecer a modalidade contratada, por observância ao princípio do pacta sunt servanda, não havendo que se falar em nulidade do instrumento pactuado". (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7010594-30.2021.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 12/05/2022).

"Apelação cível. Empréstimo. Cartão de crédito consignado (RMC). Prejudicial de mérito. Afastada. Desconto mensal. Benefício previdenciário. Valor mínimo. Legalidade. Exercício regular de direito. Dano moral. Inexistente. O prazo prescricional da pretensão de repetição do indébito relativo a desconto de valores em folha de pagamento e/ou benefício previdenciário é a data do último desconto. Comprovada a contratação do cartão de crédito com margem consignável mediante contrato com cláusula expressa quanto ao desconto mensal do valor mínimo indicado na fatura, não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de RMC, ou caracterização do dano moral, devendo-se observar o princípio pacta sunt servanda". (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7000654-38.2021.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 25/02/2022).

"Recurso Inominado. Cartão de crédito consignado. A modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa. AUSÊNCIA DE NULIDADE ABSOLUTA. Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca. Não existindo tais elementos nos autos, a pretensão é improcedente. Recurso de ambas as partes. Majoração Negada. RECURSO DA PARTE AUTORA IMPROVIDO. RECURSO DO BANCO RECORRENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA." (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo: 7000846-19.2022.8.22.0007, Turma Recursal, Relator: Juiz Cristiano Gomes Mazzini, Data julgamento: 10/08/2022, Publicação: Diário da Justiça nº 166, de 06/09/2022)."

Diante deste cenário, com respaldo nos escólios jurisprudenciais estou convencido de que os termos da contratação se encontravam claramente previstos no contrato, especialmente no título da operação, que contém a informação de se tratar de contratação de cartão de crédito.

Muito embora a parte requerente alegue não ter contratado a modalidade do cartão de crédito consignado, admite a realização do negócio jurídico que, inclusive, fora subscrito por ela própria, não tendo se insurgido à assinatura ali aposta em sede de réplica.

Dessa forma, alternativa não há, a não ser a de reconhecer que o banco requerido agiu no estrito exercício regular do direito, ao efetuar os descontos de valores em folha de pagamento da parte autora.

Assim, ante a ausência de ilícito civil, fica inviável a concessão dos pleitos contidos na inicial.

Por fim, tenho que a configuração da litigância de má-fé está condicionada à prática de ato previsto no rol do artigo 80 do CPC e deve ficar clara ou ao menos dissimulada na intenção da parte, o que no caso dos autos não se verificou pela parte demandante, razão pela qual não acolho o pedido formulado pelo requerido, na contestação, de condenação da em litigância de má-fé.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS e com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por extinto o feito com resolução do mérito. (...)"

Em respeito às razões recursais, destaco que restou incontroversa a validade da contratação, de sorte que considero que ocorreu de forma espontânea e que, ao alegar a existência de defeito no negócio jurídico, a parte atraiu o ônus de prová-lo, do que não se desincumbiu, razão pelas quais seus pedidos devem ser julgados improcedentes.

Por tais considerações, voto para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.

Em razão da sucumbência, condeno a Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95, ressalvada eventual gratuidade deferida.

Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.

É como voto.

EMENTA
Recurso Inominado. Cartão de crédito consignado. A modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa. AUSÊNCIA DE NULIDADE ABSOLUTA. Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/ transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca. Não existindo tais elementos nos autos, a pretensão é improcedente. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7019195-22.2021.8.22.0002 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 03/08/2022 14:50:40
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: DARCI RIBEIRO DE OLIVEIRA
Advogado do(a) RECORRENTE: MELISSA BRAUNA CORREA BRITES - RO10938-A
Polo Passivo: AGUAS DE ARIQUEMES SANEAMENTO SPE LTDA
Advogados do(a) RECORRIDO: DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS - RO2013-A, MARCIO MELO NOGUEIRA - RO2827-A, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871-A
RELATÓRIO Dispenso o relatório na forma da lei 9.099/95.
VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Os presentes embargos são claramente improcedentes.
Nos termos do art. 48 da Lei 9.099/95, cabem embargos de declaração somente quando a decisão for obscura, contraditória, omissa ou duvidosa entre seus próprios termos, o que não se verifica no caso em comento. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material no acórdão desta Turma Recursal.
A gratuidade impugnada foi deferida por este juízo, tornando o presente embargos mero instrumento de inconformismo.
Pelo exposto, verifica-se que a insurgência do embargante é em relação ao entendimento desta Turma Recursal, ao conteúdo do julgado que lhe é desfavorável, fugindo das hipóteses legais, razão pela qual o presente recurso não pode servir, sequer, para prestar esclarecimentos, e a irresignação da parte deve ser deduzida pelos meios legais próprios.
Com efeito, não merecem acolhimento embargos declaratórios que, a pretexto de sanar omissões da decisão embargada, traduzem, na verdade, o inconformismo do embargante com a conclusão adotada, pretendendo reanálise do conteúdo decisório.
Quanto à inexistência dos vícios previstos no art. 48 da lei 9.099/95, o seguinte aresto desta Turma Recursal:
“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. OMISSÃO. DÚVIDA. INEXISTÊNCIA. Inexistindo na decisão embargada quaisquer dos defeitos previstos no art. 48 da Lei n. 9.099/95, devem ser rejeitados os embargos de declaração. Embargos de Declaração em Recurso Inominado nº 0022254-24.2013.8.22.0001. Julgado em: 24/08/2016. Rel. Juíza Euma Mendonça Tourinho.”
Com essas considerações e firme no aresto acima mencionado, VOTO PELA REJEIÇÃO dos embargos de declaração, mantendo inalterada a decisão atacada.
Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem.
EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE RECURSO INOMINADO. MATÉRIAS ANALISADAS NO ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. - Não havendo omissão, contradição ou obscuridade na decisão atacada, os embargos de declaração devem ser rejeitados de plano.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, EMBARGOS DE DECLARACAO CONHECIDOS E REJEITADOS A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7017832-66.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 26/01/2023 19:12:51
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ADRIANA BENICIO ARAUJO
Advogado do(a) RECORRENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR - MT20812-A
Polo Passivo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogados do(a) RECORRIDO: ANDRE LUIS GONCALVES - RO1991-A, DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A

RELATÓRIO
Trata-se de recurso inominado interposto em face de sentença que julgou procedente os pedidos iniciais, para declarar a nulidade do débito discutido nos autos, além de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de indenização por danos morais. Aduz a empresa recorrente que o débito discutido nos autos é legítimo, e, portanto, indiscutível a necessidade de pagamento. Sendo assim, pugna pela reforma total da sentença proferida no juízo a quo, ou redução do quantum indenizatório.
É o breve relatório.
VOTO
Conheço do Recurso, eis que presentes os pressupostos para sua admissibilidade.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros.
Consta dos autos que o nome do consumidor fora supostamente inscrito nos órgãos de proteção ao crédito, com a justificativa de que mantinha relações com a empresa recorrente e não adimpliu com a dívida gerada.
Embora a empresa tenha alegado nos autos que o débito é legítimo, não trouxe aos autos qualquer documento/contrato capaz de comprovar a existência da dívida, limitando-se, portanto, em simples retórica, não se desincumbindo do ônus que lhe cabe a teor do art. 373, inciso II do CPC.
Portanto, não comprovou a utilização dos serviços pela parte consumidora, apenas juntou telas de sistema que são considerados provas unilaterais, não possuindo o condão de comprovar o débito, além de não conter assinatura do contratante.
Nesse sentido, cito precedente no tocante ao não reconhecimento de telas sistêmicas como provas, por se tratar de meios probatórios unilaterais:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. CONTRATO DE TELEFONIA. NÃO COMPROVADO. TELAS SISTÊMICAS. INSUFICIENTES. DANO MORAL. CONFIGURADO. QUANTUM RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO As telas sistêmicas apresentadas pela empresa de telefonia, de forma isolada, não são suficientemente capazes de comprovar a relação jurídica entre as partes, devendo haver outros elementos aptos a demonstrar a contratação e a regularidade da negativação, sob pena de ser considerado indevido o registro desabonador, com a condenação da empresa ao pagamento de indenização por danos morais que, no caso, configura-se in re ipsa. A fixação do valor da indenização por danos morais pauta-se pela aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
(TJ-RO - AC: 70193422220198220001 RO 7019342-22.2019.822.0001, Data de Julgamento: 25/09/2020). (grifei)
Por conseguinte, deve ser mantida a declaração da inexistência da relação contratual e a inegável inexigibilidade e/ou inexistência de débitos em desfavor do consumidor.
Passo a análise dos danos morais.
Sustenta o consumidor, em síntese, que foi surpreendido ao verificar que seu nome estava inscrito nos serviços de proteção ao crédito por débitos que desconhece, visto que nunca firmou negócio jurídico com a empresa recorrente. No entanto, verifica-se que a parte autora trouxe, com sua inicial, apenas uma indicação de existência de dívida, sem, contudo, colacionar ao feito certidão de restrição creditícia oficial, não havendo comprovação nos autos de que tenha o nome do consumidor sido inscrito junto aos órgãos de proteção ao crédito e de que não haja negativação preexistente, visto que o único documento juntado nesse sentido corresponde ao documento de ID 18514775, Consulta Crednet Light, sendo insuficiente para o fim pretendido.
Assim, apesar de ter ao seu alcance meios de provar suas alegações, observa-se que a parte autora nada fez, devendo, dessa maneira, arcar com o ônus de sua inércia. Até porque, evidente que a prova da negativação é de suma simplicidade, bastando que a parte autora apenas anexasse aos autos outros documentos do Serasa/SCPC indicando o débito apontado pelo credor, prova que não se desincumbiu, nos termos do art. 373, I do CPC.
Portanto, caberia à autora apresentar as certidões dos principais órgãos de proteção ao crédito (SERASA, SPC, SCPC), conforme enunciado 29 do FOJUR, de modo a comprovar que a negativação discutida é a única ou a mais antiga e, portanto, que a conduta da empresa foi hábil a ocasionar os danos morais decorrentes da restrição ao crédito, como disposto na decisão do juízo sentenciante.
Nesse sentido:
Recurso Inominado. Negativação indevida. Ausência de comprovação. Danos morais Inexistentes. Ônus do autor. Não Provimento. – O consumidor deve comprovar fatos constitutivos do seu direito, juntando aos autos as consultas feitas em balcão para a demonstração de ausência de inscrições preexistentes, sob pena de improcedência do pedido indenizatório. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7035282-27.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 18/03/2020
Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Dívida prescrita. Cobrança indevida. Extratos da negativação. Não apresentação. Dano moral. não comprovação. 1. O prazo prescricional para cobrança dos valores constantes em faturas de energia elétrica é de cinco anos. 2. Cabe ao demandante, em caso de intimação específica para tanto, a apresentação dos extratos de negativações dos órgãos de cadastro de inadimplentes, a fim de que seja afastada a aplicação da súmula 385 do STJ, sob pena de improcedência do pedido indenizatório. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7016306-69.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 01/06/2020
Diante do exposto, voto para DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso interposto pela empresa recorrente, apenas para afastar a condenação por danos morais, mantendo os demais termos da sentença inalterados.
Deixo de condenar a empresa recorrente, eis que o deslinde do feito não se encaixa nas hipóteses previstas no artigo 55 da lei 9099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se à origem.
É como voto.
EMENTA
Consumidor. Cobrança de dívida. Inscrição indevida. Pesquisa no site do órgão de proteção ao crédito. Insuficiência. Impossibilidade de verificar dívidas preexistentes. Documentos insuficientes. Dano moral não comprovado. Recurso da empresa recorrente parcialmente provido.
1. A apresentação tão somente de pesquisa junto ao site do órgão mantenedor de proteção de crédito não constitui prova cabal de abalo creditício, pelo fato da necessidade de juntar as certidões de balcão dos principais órgãos(Enunciado 29, FOJUR) a fim de constatar se a anotação discutida é a única ou a mais antiga e, portanto, que a conduta da empresa recorrida foi hábil a ocasionar os danos morais decorrentes da restrição ao crédito.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7016977-87.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 05/04/2023 07:24:42
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
Polo Passivo: AILEM DOS SANTOS COUTINHO
Advogado do(a) RECORRIDO: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR - MT20812-A
RELATÓRIO
Trata-se de recurso inominado interposto em face de sentença que julgou procedente em parte os pedidos iniciais, para declarar inexistência do débito discutido no processo, além de condenar a requerida ao pagamento de R$10.000,00 (dez mil reais) a título de indenização por danos morais. Aduz a empresa recorrente que o débito discutido nos autos é legítimo, e, portanto, indiscutível a necessidade de pagamento. Sendo assim, pugna pela reforma total da sentença proferida no juízo a quo, ou redução do quantum indenizatório.
É o breve relatório.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Consta dos autos que o nome do consumidor fora inscrito nos órgãos de proteção ao crédito, com a justificativa de que mantinha relações com a empresa recorrente e não adimpliu com a dívida gerada.
Embora a empresa tenha alegado nos autos que a anotação é legítima e fundada em débito existente, não trouxe aos autos qualquer documento/contrato capaz de comprovar a existência da dívida, limitando-se, portanto, em simples retórica, não se desincumbindo do ônus que lhe cabe a teor do art. 373, inciso II do CPC.
Portanto, a parte recorrente não comprovou a utilização dos serviços pelo consumidor, apenas juntou prints de suas telas sistêmicas com supostos dados da unidade consumidora, não possuindo o condão de comprovar o débito, além de não conter assinatura do contratante. Por fim, a recorrente detém em seu poder, caso quisesse demonstrar a contratação, a apresentação de faturas e quitação de débitos da suposta relação contratual com a parte consumidora a fim de comprovar seu inadimplemento, no entanto se manteve inerte.
Nesse sentido, cito precedente no tocante ao não reconhecimento de telas sistêmicas como provas, por se tratar de meios probatórios unilaterais:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. CONTRATO DE TELEFONIA. NÃO COMPROVADO. TELAS SISTÊMICAS. INSUFICIENTES. DANO MORAL. CONFIGURADO. QUANTUM RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO As telas sistêmicas apresentadas pela empresa de telefonia, de forma isolada, não são suficientemente capazes de comprovar a relação jurídica entre as partes, devendo haver outros elementos aptos a demonstrar a contratação e a regularidade da negativação, sob pena de ser considerado indevido o registro desabonador, com a condenação da empresa ao pagamento de indenização por danos morais que, no caso, configura-se in re ipsa. A fixação do valor da indenização por danos morais pauta-se pela aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
(TJ-RO - AC: 70193422220198220001 RO 7019342-22.2019.822.0001, Data de Julgamento: 25/09/2020). (grifei)
Por conseguinte, deve ser mantida a declaração da inexistência da relação contratual e a inegável inexigibilidade e/ou inexistência de débitos em desfavor do consumidor.
Passo a análise dos danos morais.
Sustenta o consumidor, em síntese, que foi surpreendido ao verificar que seu nome estava inscrito nos serviços de proteção ao crédito por débitos que desconhece, visto que nunca firmou negócio jurídico com a empresa recorrente. No entanto, verifica-se que a parte autora trouxe, com sua inicial, apenas uma indicação de existência de dívida, sem, contudo, colacionar ao feito certidão oficial de restrição creditícia, não havendo comprovação nos autos de que tenha o nome do consumidor sido inscrito junto aos órgãos de proteção ao crédito e de que não haja negativação preexistente, visto que o único documento juntado nesse sentido corresponde ao documento de ID 19295064, sendo insuficiente para o fim pretendido.
Assim, apesar de ter ao seu alcance meios de provar suas alegações, observa-se que a parte autora nada fez, devendo, dessa maneira, arcar com o ônus de sua inércia. Até porque, evidente que a prova da negativação é de suma simplicidade, bastando que a parte autora apenas anexasse aos autos outros documentos do Serasa/SCPC indicando o débito apontado pelo credor, prova que não se desincumbiu, nos termos do art. 373, I do CPC.
Portanto, caberia ao consumidor apresentar as certidões dos principais órgãos de proteção ao crédito (SERASA, SPC, SCPC), de modo a comprovar que a negativação discutida é a única ou a mais antiga e, portanto, que a conduta da empresa foi hábil a ocasionar os danos morais decorrentes da restrição ao crédito.
Nesse sentido:
Recurso Inominado. Negativação indevida. Ausência de comprovação. Danos morais Inexistentes. Ônus do autor. Não Provimento. – O consumidor deve comprovar fatos constitutivos do seu direito, juntando aos autos as consultas feitas em balcão para a demonstração de ausência de inscrições preexistentes, sob pena de improcedência do pedido indenizatório. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7035282-27.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 18/03/2020

Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Dívida prescrita. Cobrança indevida. Extratos da negativação. Não apresentação. Dano moral. não comprovação. 1. O prazo prescricional para cobrança dos valores constantes em faturas de energia elétrica é de cinco anos. 2. Cabe ao demandante, em caso de intimação específica para tanto, a apresentação dos extratos de negativações dos órgãos de cadastro de inadimplentes, a fim de que seja afastada a aplicação da súmula 385 do STJ, sob pena de improcedência do pedido indenizatório. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7016306-69.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 01/06/2020

Ante o exposto, voto para DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso da recorrente somente para afastar a condenação por danos morais, mantendo os demais termos da sentença inalterados.

Deixo de condenar a empresa recorrente, eis que o deslinde do feito não se encaixa nas hipóteses previstas no artigo 55 da lei 9099/95.

Após o trânsito em julgado, remeta-se à origem.

É como voto

EMENTA:

Consumidor. Negativação indevida. Ausência de certidão oficial de restrição creditícia. Não comprovação de elementos mínimos. Declaração de inexistência de débito. Ausência de contratação. Recurso Parcialmente Provido. Sentença Reformada.

– É ônus do autor provar fato constitutivo de seu direito, consoante determina o artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil. O consumidor deve se mostrar minimamente diligente naquilo que estava ao seu alcance probatório.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR PARA O ACÓRDÃO

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01

Processo: 7018802-66.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

Data distribuição: 01/03/2023 17:17:30

Data julgamento: 05/07/2023

Polo Ativo: CELI GADELHA DE ALENCAR

Advogado do(a) RECORRENTE: RODRIGO STEGMANN - RO6063-A

Polo Passivo: BANCO DAYCOVAL S/A

Advogado do(a) RECORRIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A

RELATÓRIO

Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.

VOTO

Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.

Pois bem. Desde as primeiras sessões na turma, esclareci que o tema me intrigava e que, tão logo tivesse meios para me dedicar a fundo na matéria, a analisaria para além da colegialidade, com a finalidade de continuar a acompanhá-la com maior reforço, contribuindo com os argumentos ou para chegar as minhas conclusões e ofertá-las à turma. Pois bem, após semanas analisando e refletindo sobre o tema, cheguei a uma conclusão diversa daquela que vem sendo adotada neste colegiado e, então, passo a delimitar os parâmetros do meu convencimento.

Após analisar diversas pretensões, contra as mais variadas instituições financeiras, consigo estabelecer premissas comuns a todas elas. Algumas partes falam em terem sido abordadas pela instituição financeira, umas falam em oferta de empréstimo consignado, enquanto outras mencionam a busca por crédito.

O elemento comum a todas essas formas de apresentação do “produto”, é o de que não há negativa de que houve a contratação.

A modalidade de contrato, em casos quejandos, é por adesão, método permitido por lei e que, por força do princípio da transparência, deve ser claro, objetivo.

Enquanto a parte autora trouxe sua pretensão e diz ter buscado modalidade de empréstimo, sendo surpreendida por metodologia diversa, a instituição financeira fez prova de que o contrato têm em seu cabeçalho, expressamente, a modalidade de contratação por meio de cartão de crédito. O contrato tem a assinatura da parte, menção a juros, pagamento mínimo.

Aqui é necessário aclarar que a modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa.

Esclarecendo, a modalidade de empréstimo utiliza como premissas a liberação de valores de forma antecipada ao recebimento do plástico que, após sua entrega, pode ser usado como um cartão de crédito convencional – permitindo saque e compras, sendo que a fatura é encaminhada para pagamento, normalmente.

Muitas petições iniciais inserem a problemática aí, mencionando a questão específica do PAGAMENTO MÍNIMO como um elemento presumidamente de fraude, haja vista que, com o simples pagamento mínimo, tornar-se-ia impossível a quitação do contrato, dando a entender que à parte é impossível pagar a fatura além do mínimo, ou que isso não encontra assento no contrato. Os juros não são aqueles estabelecidos para os cartões de crédito regulares, não associados a contratos de pagamento por consignação e, embora a modalidade pratique juros acima daqueles correspondentes a empréstimos consignados “puros”, não podem ser considerados vedados, porquanto dentro dos limites praticados em um mercado que é regulado pelo Banco Central.

O valor mínimo que está lançado na fatura corresponde, via de regra, ao limite consignável e, quando esse já foi comprometido, àqueles 5% que foram permitidos pelo legislador ordinário nos incisos I e II do §1º do artigo 1º da Lei 10.820/2003. Em outras palavras, por força de contrato, mas, principalmente, por força de lei, a instituição financeira não pode extrapolar os limites consignáveis sob pena de, aí sim, promover a conduta ilegal, reprovável e indenizável.

Quando se conspurca a metodologia de forma absoluta, tratando-a como NULA, e não meramente anulável sob certas condições, despreza-se, além da própria regulamentação do Estado, a capacidade dos indivíduos, suas experiências comerciais em geral e torna presunções relativas em absolutas. Não se pode partir da premissa de que todos os consumidores são inexperientes, incautos e desprotegidos. Em muitos casos, a impugnação ao contrato veio após dois, três ou mais anos. Como compreender que há um recebimento, descontos por meses a fio e que só surpreendem o consumidor após tamanho decurso de tempo?

Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca.

As provas aqui, em geral, são documentais e o consumidor, embora hipossuficiente em relação a instituição financeira, por força da boa-fé objetiva, deve trazer elementos claros que demonstrem a causa da anulabilidade, somente sendo passível a inversão do ônus da prova naqueles casos em que não detém meios de acostar os documentos por circunstâncias justificáveis, e que devem estar ancoradas na inicial. Trazer a causa da anulabilidade de forma objetiva é o que baliza, também, o exercício da defesa, sem o qual demoniza-se o contraditório, lhe relegando um papel de impossibilidade e de mera formalidade teórica.

No Brasil houve a adoção do pacta sunt servanda, ou seja, a não ser em hipóteses específicas, os contratos devem ser cumpridos, de forma que, portanto, o exame de anulabilidade deve corresponder a uma circunstância específica que justifique a quebra e eventual descumprimento de contrato, vedando-se o enriquecimento sem causa.

Desta forma, havendo contrato assinado entre as partes, observadas as formalidades necessárias, a clareza de que se trata de um instrumento representativo de empréstimo por meio de cartão de crédito consignado, respeitando-se os limites legais da consignação e juros admitidos pelo BACEN, não havendo provas de vícios capazes de invalidá-lo, deverá ser considerado válido.

No caso em testilha, como na maioria deles, cinge-se o recurso na análise da legalidade do contrato de cartão de crédito na modalidade de RMC - Reserva de Margem Consignável, firmado entre as partes, e, consequentemente, se for o caso, a restituição em dobro dos valores descontados, bem como da indenização por danos morais acerca da efetivação dos referidos descontos.

A parte autora aduz que realizou empréstimo com a instituição bancária, contudo desconhecia a modalidade de cartão de crédito pela Reserva de Margem Consignada – RMC.

O banco recorrido, por sua vez, argumentou acerca da regularidade de sua conduta, juntando cópia do contrato entabulado bem como outros documentos que evidenciam o negócio entabulado entre as partes.

Da análise dos autos, tem se que a despeito das alegações da parte autora de que foi induzida a erro, as provas demonstram o contrário. No contrato de ID 18850946, está bem destacado a modalidade contratada não havendo que se falar em ausência de informação adequada.

Embora haja a negativa veemente da parte autora acerca da ciência da modalidade contratada, nos autos não restou demonstrado minimamente o vício de consentimento na celebração do referido contrato com as cláusulas que autorizam a reserva de margem consignável referente ao valor mínimo do cartão de crédito consignado.

Inexistindo provas de que houve vício na contratação entre as partes deve-se observar o princípio do pacta sunt servanda. Dessa maneira, ante a ausência de ilícito civil cometido pelo requerido o pleito da parte autora deve ser negado.

Nesse sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, destacando-se que o alinhamento desta turma com a Corte Estadual é medida que favorece a segurança jurídica. Vejamos:

Apelação cível. Ação de restituição de valores c/c indenização por dano moral. Cartão de crédito consignado. RMC. Contratação. Legalidade. Desconto mensal. Valor mínimo. Folha de pagamento. Exercício regular de direito. Dano moral. Inexistente. Recurso provido. Comprovada a contratação do cartão de crédito com margem consignável mediante contrato com cláusula expressa quanto ao desconto mensal do valor mínimo indicado na fatura, não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de RMC, ou caracterização do dano moral, devendo-se observar o princípio pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7003965-22.2021.822.0007, Rel. Des. Alexandre Miguel, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 6/12/2021).

Apelação cível. Contrato de Cartão de Crédito Consignado. Reserva de Margem Consignável – RMC. Contratação comprovada. Dano moral. Não configuração. Repetição do indébito. Indevido. Comprovada a contratação de cartão de crédito consignado, inclusive com termos claros e inequívocos quanto ao seu objeto, não há que se falar em indenização por dano moral ou repetição de indébito, mormente se considerar que o desconto se efetiva nos termos previamente contratados (TJ-RO – AC: 7002361-60.2020.822.0007, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 22/10/2021).

Apelação cível. Cartão de crédito consignado. Margem consignável. RMC. Descontos em benefício previdenciário. Relação jurídica comprovada. Assinatura da contratante. Ausência de vício. Recurso provido. Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral, devendo-se operar o princípio do pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7010666-33.2020.822.0007, Rel. Des. José Torres Ferreira, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 9/12/2021).

Desta forma, considero que houve a contratação de forma espontânea e que, ao alegar a existência de defeito no negócio jurídico, a parte atraiu o ônus de prová-lo, do que não se desincumbiu, razão pelas quais seus pedidos devem ser julgados improcedentes.

Pelos mesmos argumentos não merecem subsistir a pretensão de conversão em contrato de empréstimo consignado e de indenização por danos morais.

Diante do exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela parte consumidora, mantendo a sentença inalterada.

Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente vencido ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, com base no artigo 55 da Lei 9.099/95, o qual fica suspenso em razão da gratuidade deferida ao consumidor.

Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.

É como voto.

EMENTA

Recurso Inominado. Cartão de crédito consignado. A modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa. AUSÊNCIA DE NULIDADE ABSOLUTA. Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca. Não existindo tais elementos nos autos, a pretensão é improcedente. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7020430-90.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 04/04/2023 10:33:59
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: CLEUSA APARECIDA KERECZ e outros (3)
Advogado do(a) RECORRENTE: RODRIGO SOARES DO NASCIMENTO - MG129459-A
Advogados do(a) RECORRENTE: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318-A, FABIO RIVELLI - RO6640-A
Advogados do(a) RECORRENTE: GABRIELE ARAUJO ANDRADE SILVA - RO10842-A, ROSECLEIDE MARTINS NOE - RO793-A, SAYURI GIOVANNA ROSAS DE SOUZA - RO12283-A, VINICIUS MARTINS NOE - RO6667-A
Polo Passivo: 123 VIAGENS E TURISMO LTDA. e outros (3)
Advogado do(a) RECORRIDO: RODRIGO SOARES DO NASCIMENTO - MG129459-A
Advogados do(a) RECORRIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318-A, FABIO RIVELLI - RO6640-A
Advogados do(a) RECORRIDO: GABRIELE ARAUJO ANDRADE SILVA - RO10842-A, ROSECLEIDE MARTINS NOE - RO793-A, SAYURI GIOVANNA ROSAS DE SOUZA - RO12283-A, VINICIUS MARTINS NOE - RO6667-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado nos termos da lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço os recursos.
PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA AGÊNCIA DE TURISMO
A empresa recorrente alega que presta o serviço de emissão de passagens aéreas nos sites das companhias, através dos programas de milhas das companhias aéreas, informa que a TAM realizou o cancelamento do voo por motivos internos, não repassando qualquer ingerência para 123 Milhas em relação ao problema no voo. Sendo assim, sustenta não ser legítima para figurar no polo passivo da demanda. Analisando o caso em tela, resta demonstrado que a recorrente, integra a cadeia de consumo e a relação jurídica, portanto deve responder solidariamente pelos danos causados a parte autora, pois é a efetiva fornecedora do serviço contratado.
Nesse sentido:
CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. ATRASO E CANCELAMENTO DE VÔO INTERNACIONAL. DESCUMPRIMENTO. SOLIDARIEDADE ENTRE TODOS OS PARTICIPANTES DA CADEIRA DE FORNECIMENTO. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEITADAS. APLICAÇÃO DAS CONVENÇÕES DE VARSÓVIA E MONTREAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS E MORAIS DEVIDOS. RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. RECURSO INOMINADO, Processo nº 7006326- 35.2018.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Data de julgamento: 04/04/2019
Considerando o precedente acima, rejeito a preliminar e submeto-a aos pares.
MÉRITO
Compulsando os autos, verifica-se quebra contratual entre a companhia aérea e a parte consumidora, com transtornos que vão muito além do dissabor, pois mediante a alteração unilateral do voo, a recorrente deixou de cumprir o serviço na forma contratada, o que resultou em um atraso excessivo.
A parte autora afirma que, adquiriu passagem aérea de Belém para Porto Velho para dia 05/03/2022, no entanto as autoras tiveram seu voo cancelado unilateralmente pela companhia aérea, sendo informada que o motivo do cancelamento se deu em razão da indisponibilidade de vagas. Desta forma, ante a inexistência de opção de reacomodação, solicitou o pedido de reembolso no valor de R$ 1.707,41 (mil setecentos e sete reais e quarenta e um centavos) sendo este efetivado. No entanto, em decorrência de comparecimento em compromisso, necessitou adquirir novas passagens aéreas em empresa diversa, requerendo a diferença do valor pago de R$ 2.774,51 (dois mil setecentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos).
A agência de turismo pleiteia pela improcedência dos pedidos iniciais.
A sentença foi julgada parcialmente procedente, condenando a companhia aérea a pagar em favor das consumidoras o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a títulos de danos morais para cada e restituição de R$ 1.067,10 (hum mil, sessenta e sete reais e dez centavos).
O cancelamento do voo é questão incontroversa, não sendo justificado nos autos, contendo apenas informação de indisponibilidade de vagas na tarifa adquirida. Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que não houve assistências necessárias para diminuir o transtorno sofrido pelo recorrido.
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais.
Quanto o quantum indenizatório, em condenações desta natureza, deve o juízo a quo atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.

No caso dos autos, verificadas as circunstâncias em que ocorreram os fatos, o cancelamento unilateral, o valor a título de dano moral fixado em R$ 10.000,00 (dez mil reais), se mostra suficiente para compensar o dano sofrido, atendendo o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, não devendo ser modificado.
Em relação ao pedido integral dos danos materiais, verifico que merece procedência, tendo em vista que a parte autora teve que desembolsar valor muito superior ao inicialmente contratado, devendo ser restituída a diferença da passagem adquirida no valor de R$ 4.481,92 subtraindo-se o valor de R$ 1.707,41, perfazendo o total de R$ 2.774,51.
Ante ao exposto, VOTO para rejeitar a preliminar arguida e no mérito NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela companhia aérea recorrente, e DAR PROVIMENTO ao recurso interposto pela parte consumidora para condenar a empresa recorrida a restituir a diferença do valor gasto com nova passagem aérea, perfazendo o total de R$ 2.774,51 (dois mil setecentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos) corrigido monetariamente (tabela oficial TJ/RO) desde a data do efetivo desembolso/pagamento e acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação válida, mantendo a sentença inalterada.
Condeno a empresa aérea ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55 da Lei nº. 9.099/95.
Deixo de condenar a parte autora ao pagamento de custas e honorários, eis que o deslinde do feito não se encaixa nas hipóteses previstas na lei 9.099/95
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Cancelamento Excludente não configurada. Danos Morais Configurados. Indenização Devida. Quantum Compensatório. Proporcionalidade e Razoabilidade. Dano Material Devido. Restituição da Diferença das Passagens Aéreas. Recurso da Companhia aérea não provido. Recurso da Parte Autora Provido. Sentença Parcialmente Reformada.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, PRELIMINAR REJEITADA. NO MÉRITO, RECURSO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO DO REQUERIDO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. TUDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7020643-33.2021.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 21/07/2021 17:49:10
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: DENIS MARQUES DA SILVA
Advogado do(a) RECORRENTE: RODRIGO STEGMANN - RO6063-A
Polo Passivo: BANCO DAYCOVAL S/A
Advogado do(a) RECORRIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Pois bem. Desde as primeiras sessões na turma, esclareci que o tema me intrigava e que, tão logo tivesse meios para me dedicar a fundo na matéria, a analisaria para além da colegialidade, com a finalidade de continuar a acompanhá-la com maior reforço, contribuindo com os argumentos ou para chegar as minhas conclusões e ofertá-las à turma. Pois bem, após semanas analisando e refletindo sobre o tema, cheguei a uma conclusão diversa daquela que vem sendo adotada neste colegiado e, então, passo a delimitar os parâmetros do meu convencimento.
Após analisar diversas pretensões, contra as mais variadas instituições financeiras, consigo estabelecer premissas comuns a todas elas. Algumas partes falam em terem sido abordadas pela instituição financeira, umas falam em oferta de empréstimo consignado, enquanto outras mencionam a busca por crédito.
O elemento comum a todas essas formas de apresentação do “produto”, é o de que não há negativa de que houve a contratação.
A modalidade de contrato, em casos quejandos, é por adesão, método permitido por lei e que, por força do princípio da transparência, deve ser claro, objetivo.
Enquanto a parte autora trouxe sua pretensão e diz ter buscado modalidade de empréstimo, sendo surpreendida por metodologia diversa, a instituição financeira fez prova de que o contrato têm em seu cabeçalho, expressamente, a modalidade de contratação por meio de cartão de crédito. O contrato tem a assinatura da parte, menção a juros, pagamento mínimo.
Aqui é necessário aclarar que a modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa.
Esclarecendo, a modalidade de empréstimo utiliza como premissas a liberação de valores de forma antecipada ao recebimento do plástico que, após sua entrega, pode ser usado como um cartão de crédito convencional – permitindo saque e compras, sendo que a fatura é encaminhada para pagamento, normalmente.
Muitas petições iniciais inserem a problemática aí, mencionando a questão específica do PAGAMENTO MÍNIMO como um elemento presumidamente de fraude, haja vista que, com o simples pagamento mínimo, tornar-se-ia impossível a quitação do contrato, dando a entender que à parte é impossível pagar a fatura além do mínimo, ou que isso não encontra assento no contrato. Os juros não são aqueles estabelecidos para os cartões de crédito regulares, não associados a contratos de pagamento por consignação e, embora a modalidade pratique juros acima daqueles correspondentes a empréstimos consignados “puros”, não podem ser considerados vedados, porquanto dentro dos limites praticados em um mercado que é regulado pelo Banco Central.

O valor mínimo que está lançado na fatura corresponde, via de regra, ao limite consignável e, quando esse já foi comprometido, àqueles 5% que foram permitidos pelo legislador ordinário nos incisos I e II do §1º do artigo 1º da Lei 10.820/2003. Em outras palavras, por força de contrato, mas, principalmente, por força de lei, a instituição financeira não pode extrapolar os limites consignáveis sob pena de, aí sim, promover a conduta ilegal, reprovável e indenizável.

Quando se conspurca a metodologia de forma absoluta, tratando-a como NULA, e não meramente anulável sob certas condições, despreza-se, além da própria regulamentação do Estado, a capacidade dos indivíduos, suas experiências comerciais em geral e torna presunções relativas em absolutas. Não se pode partir da premissa de que todos os consumidores são inexperientes, incautos e desprotegidos. Em muitos casos, a impugnação ao contrato veio após dois, três ou mais anos. Como compreender que há um recebimento, descontos por meses a fio e que só surpreendem o consumidor após tamanho decurso de tempo?

Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca.

As provas aqui, em geral, são documentais e o consumidor, embora hipossuficiente em relação a instituição financeira, por força da boa-fé objetiva, deve trazer elementos claros que demonstrem a causa da anulabilidade, somente sendo passível a inversão do ônus da prova naqueles casos em que não detém meios de acostar os documentos por circunstâncias justificáveis, e que devem estar ancoradas na inicial. Trazer a causa da anulabilidade de forma objetiva é o que baliza, também, o exercício da defesa, sem o qual demoniza-se o contraditório, lhe relegando um papel de impossibilidade e de mera formalidade teórica.

No Brasil houve a adoção do pacta sunt servanda, ou seja, a não ser em hipóteses específicas, os contratos devem ser cumpridos, de forma que, portanto, o exame de anulabilidade deve corresponder a uma circunstância específica que justifique a quebra e eventual descumprimento de contrato, vedando-se o enriquecimento sem causa.

Desta forma, havendo contrato assinado entre as partes, observadas as formalidades necessárias, a clareza de que se trata de um instrumento representativo de empréstimo por meio de cartão de crédito consignado, respeitando-se os limites legais da consignação e juros admitidos pelo BACEN, não havendo provas de vícios capazes de invalidá-lo, deverá ser considerado válido.

No caso em testilha, como na maioria deles, cinge-se o recurso na análise da legalidade do contrato de cartão de crédito na modalidade de RMC - Reserva de Margem Consignável, firmado entre as partes, e, consequentemente, se for o caso, a restituição em dobro dos valores descontados, bem como da indenização por danos morais acerca da efetivação dos referidos descontos.

A parte autora aduz que realizou empréstimo com a instituição bancária, contudo desconhecia a modalidade de cartão de crédito pela Reserva de Margem Consignada – RMC.

O banco recorrido, por sua vez, argumentou acerca da regularidade de sua conduta, juntando cópia do contrato entabulado bem como outros documentos que evidenciam o negócio entabulado entre as partes.

Da análise dos autos, tem se que a despeito das alegações da parte autora de que foi induzida a erro, as provas demonstram o contrário.

No contrato de ID 19621136, assinado pela parte autora, está bem destacado a modalidade contratada não havendo que se falar em ausência de informação adequada.

Embora haja a negativa veemente da parte autora acerca da ciência da modalidade contratada, nos autos não restou demonstrado minimamente o vício de consentimento na celebração do referido contrato com as cláusulas que autorizam a reserva de margem consignável referente ao valor mínimo do cartão de crédito consignado.

Inexistindo provas de que houve vício na contratação entre as partes deve-se observar o princípio do pacta sunt servanda. Dessa maneira, ante a ausência de ilícito civil cometido pelo requerido o pleito da parte autora deve ser negado.

Nesse sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, destacando-se que o alinhamento desta turma com a Corte Estadual é medida que favorece a segurança jurídica. Vejamos:

Apelação cível. Ação de restituição de valores c/c indenização por dano moral. Cartão de crédito consignado. RMC. Contratação. Legalidade. Desconto mensal. Valor mínimo. Folha de pagamento. Exercício regular de direito. Dano moral. Inexistente. Recurso provido. Comprovada a contratação do cartão de crédito com margem consignável mediante contrato com cláusula expressa quanto ao desconto mensal do valor mínimo indicado na fatura, não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de RMC, ou caracterização do dano moral, devendo-se observar o princípio pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7003965-22.2021.822.0007, Rel. Des. Alexandre Miguel, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 6/12/2021).

Apelação cível. Contrato de Cartão de Crédito Consignado. Reserva de Margem Consignável – RMC. Contratação comprovada. Dano moral. Não configuração. Repetição do indébito. Indevido. Comprovada a contratação de cartão de crédito consignado, inclusive com termos claros e inequívocos quanto ao seu objeto, não há que se falar em indenização por dano moral ou repetição de indébito, mormente se considerar que o desconto se efetiva nos termos previamente contratados (TJ-RO – AC: 7002361-60.2020.822.0007, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 22/10/2021).

Apelação cível. Cartão de crédito consignado. Margem consignável. RMC. Descontos em benefício previdenciário. Relação jurídica comprovada. Assinatura da contratante. Ausência de vício. Recurso provido. Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral, devendo-se operar o princípio do pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7010666-33.2020.822.0007, Rel. Des. José Torres Ferreira, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 9/12/2021).

Desta forma, considero que houve a contratação de forma espontânea e que, ao alegar a existência de defeito no negócio jurídico, a parte atraiu o ônus de prová-lo, do que não se desincumbiu, razão pelas quais seus pedidos devem ser julgados improcedentes.

Pelos mesmos argumentos não merecem subsistir a pretensão de conversão em contrato de empréstimo consignado e de indenização por danos morais.

Diante do exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela parte consumidora, mantendo a sentença inalterada.

Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente vencido ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, com base no artigo 55 da Lei 9.099/95, o qual fica suspenso em razão da gratuidade deferida ao consumidor.

Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.

É como voto.

EMENTA
Recurso Inominado. Cartão de crédito consignado. A modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa. AUSÊNCIA DE NULIDADE ABSOLUTA. Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/ transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca. Não existindo tais elementos nos autos, a pretensão é improcedente. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7017295-70.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 12/06/2023 19:31:25
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: JULIANO SILVA SOUZA
Advogado do(a) RECORRENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR - MT20812-A
Polo Passivo: OI MOVEL S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
Advogado do(a) RECORRIDO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46, da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”.
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
“S E N T E N Ç A
Relatório dispensado na forma do artigo 38, da Lei 9.099/1995.
A parte autora ajuizou a presente ação visando a declaração de inexistência de débitos no valor total de R$ 257,80, além da condenação da parte requerida ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 10.000,00. Afirma que teve seu nome inscrito nos órgãos de proteção ao crédito por contrato que desconhece.
A requerida, por sua vez, aduz que a parte autora foi cliente da empresa, referente ao Plano Oi Fixo, ativo no dia 25/04/2018 e cancelado em 11/12/2018. Sendo que a fatura e a inscrição negativa questionada decorrem do consumo regular do serviço inadimplido. Pugna pela improcedência do pedido inicial e condenação da parte autora em litigância de má-fé.
Em análise aos fatos narrados e documentos apresentados, verifica-se que os pedidos iniciais são improcedentes.
Em que pese a requerida não tenha apresentado contrato assinado, juntou aos autos faturas do contrato, com utilização do serviço, anexas aos ID’s 81995657, 81995658.
Não há nos autos notícia de que alguém tenha se apossado dos documentos da parte autora e utilizado para realizar contratação de serviço de telefonia em seu nome.
Além disso, houve pagamento de faturas, conduta que não se coaduna com a de estelionatários que, normalmente, utilizam o nome terceiros sem qualquer intenção de pagar as dívidas.
Por outro lado, o débito negativado está pendente e não há comprovação de pagamento pela consumidora.
Em face disso, resta comprovada a relação contratual, a inadimplência e a ausência do dever de indenizar.
Essas circunstâncias revelam uma prática corriqueira por parte do patrono da parte autora em outros feitos, e demonstram que estamos diante de mais uma atuação fraudulenta, que se utiliza do processo judicial para obter vantagem indevida. Razão pela qual deve a parte autora ser condenada, conforme dispõe art. 80, II e III, do CPC, a pagar multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor corrigido da causa pelo índice oficial do TJRO (art. 81, do CPC), mais as custas e honorários advocatícios (art. 55, da Lei 9099/1995).
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL e, por outro lado, CONDENO A PARTE AUTORA A PAGAR À REQUERIDA multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa, bem como as custas do processo e honorários advocatícios do patrono do Requerido, no importe de 10%, também sobre o valor atualizado da causa, em razão da litigância de má-fé e, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por extinto o feito, com resolução de mérito.
Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se do dia seguinte à intimação, salvo quando houver intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, em que se obedecerá a regra própria.
As partes devem comunicar alterações de endereços, sob pena de considerar-se válido e eficaz carta/mandado enviado para o endereço informado nos autos (art. 19, §2º, da Lei nº 9.099/1995).
A parte que desejar recorrer à Turma Recursal deverá recolher, até 48 (quarenta e oito) horas, contados da interposição do recurso inominado, 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/1995 e 23, c/c 12, do Regimento de Custas – Lei estadual nº 3896/2016), sob pena de deserção. E no caso da insuficiência do valor recolhido não haverá intimação para complementação do preparo, não se aplicando o art. 1.007, §2º, do CPC ante a regra específica da lei dos juizados (Enunciado 80-FONAJE e art. 42, §1º, da Lei nº 9.099/1995).

Caso a parte recorrente pretenda o benefício da assistência judiciária, deverá, na própria peça recursal, efetuar o pedido e juntar documentos para demonstrar que o recolhimento das custas compromete sua sobrevivência, independentemente de ter feito o pedido na inicial ou contestação ou juntado documentos anteriormente, pois a ausência de recurso financeiro deve ser contemporânea ao recolhimento das custas do preparo.
A parte vencida considera-se intimada por meio desta sentença para cumpri-la no prazo de 15 (quinze) dias, contados do trânsito em julgado, sob pena de pagar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação ou de cominação de multa diária conforme o caso (art. 52, inc. III, IV, V e VI, da Lei nº 9.099/1995). Assim, a intimação desta decisão é suficiente para o cumprimento voluntário da sentença, após o trânsito em julgado, pois não haverá nova intimação para tanto.
O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado, pela parte vencida, junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com a devida e tempestiva comprovação no processo, sob pena de ser considerado inexistente e não surtir efeito o pagamento realizado por meio de outra instituição bancária, nos termos do art. 4º do Provimento Conjunto n.º 006/2015-PR-CG.
Havendo pagamento voluntário, desde logo fica autorizada a expedição de alvará em favor da parte vencedora, independente de nova CONCLUSÃO.
Decorrido o prazo para pagamento espontâneo, não havendo manifestação da parte vencedora, arquive-se.
Não ocorrendo o pagamento e havendo requerimento de execução nos próprios autos pela parte credora, devidamente acompanhada de memória de cálculo (elaborada por advogado ou pela Central de Atendimento, conforme a parte possua ou não advogado, com inclusão de 10% de multa sobre o valor do débito – art. 523, §1º, do CPC), a CPE deverá, antes da conclusão, alterar a classe para Cumprimento de Sentença.
No requerimento de execução a parte credora deverá dizer se pretende a pesquisa em bases de dados públicos e privados para prática de atos de penhora, registro e expropriação (SISBAJUD e RENAJUD).
Transitada em julgado esta sentença sem requerimento das partes, arquive-se.
Intimem-se.[...]"
Em respeito às razões recursais, destaco, de fato, restou comprovada a regularidade da contratação, não havendo que se falar de ausência de vínculo contratual entre as partes, parcelamento solicitado pela própria parte autora, por esse motivo a manutenção da sentença é medida que se impõe.
Por tais considerações, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.
Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, o que faço com base no artigo 55, da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
Oportunamente, arquive-se.
É como voto
EMENTA
RECURSO INOMINADO. CONTRATO DE TELEFONIA. NEGATIVAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO REGULAR. DÉBITO INEXISTENTE. DANO MORAL DEVIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7020843-06.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 03/05/2023 17:03:03
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ALIGIANE SIMONE DE SOUZA
Advogado do(a) RECORRENTE: RODRIGO STEGMANN - RO6063-A
Polo Passivo: BANCO BMG SA
Advogados do(a) RECORRIDO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE23255-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Pois bem. Desde as primeiras sessões na turma, esclareci que o tema me intrigava e que, tão logo tivesse meios para me dedicar a fundo na matéria, a analisaria para além da colegialidade, com a finalidade de continuar a acompanhá-la com maior reforço, contribuindo com os argumentos ou para chegar as minhas conclusões e ofertá-las à turma. Pois bem, após semanas analisando e refletindo sobre o tema, cheguei a uma conclusão diversa daquela que vem sendo adotada neste colegiado e, então, passo a delimitar os parâmetros do meu convencimento.
Após analisar diversas pretensões, contra as mais variadas instituições financeiras, consigo estabelecer premissas comuns a todas elas. Algumas partes falam em terem sido abordadas pela instituição financeira, umas falam em oferta de empréstimo consignado, enquanto outras mencionam a busca por crédito.
O elemento comum a todas essas formas de apresentação do "produto", é o de que não há negativa de que houve a contratação.
A modalidade de contrato, em casos quejandos, é por adesão, método permitido por lei e que, por força do princípio da transparência, deve ser claro, objetivo.

Enquanto a parte autora trouxe sua pretensão e diz ter buscado modalidade de empréstimo, sendo surpreendida por metodologia diversa, a instituição financeira fez prova de que o contrato têm em seu cabeçalho, expressamente, a modalidade de contratação por meio de cartão de crédito. O contrato tem a assinatura da parte, menção a juros, pagamento mínimo.

Aqui é necessário aclarar que a modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa.

Esclarecendo, a modalidade de empréstimo utiliza como premissas a liberação de valores de forma antecipada ao recebimento do plástico que, após sua entrega, pode ser usado como um cartão de crédito convencional – permitindo saque e compras, sendo que a fatura é encaminhada para pagamento, normalmente.

Muitas petições iniciais inserem a problemática aí, mencionando a questão específica do PAGAMENTO MÍNIMO como um elemento presumidamente de fraude, haja vista que, com o simples pagamento mínimo, tornar-se-ia impossível a quitação do contrato, dando a entender que à parte é impossível pagar a fatura além do mínimo, ou que isso não encontra assento no contrato. Os juros não são aqueles estabelecidos para os cartões de crédito regulares, não associados a contratos de pagamento por consignação e, embora a modalidade pratique juros acima daqueles correspondentes a empréstimos consignados “puros”, não podem ser considerados vedados, porquanto dentro dos limites praticados em um mercado que é regulado pelo Banco Central.

O valor mínimo que está lançado na fatura corresponde, via de regra, ao limite consignável e, quando esse já foi comprometido, àqueles 5% que foram permitidos pelo legislador ordinário nos incisos I e II do §1º do artigo 1º da Lei 10.820/2003. Em outras palavras, por força de contrato, mas, principalmente, por força de lei, a instituição financeira não pode extrapolar os limites consignáveis sob pena de, aí sim, promover a conduta ilegal, reprovável e indenizável.

Quando se conspurca a metodologia de forma absoluta, tratando-a como NULA, e não meramente anulável sob certas condições, despreza-se, além da própria regulamentação do Estado, a capacidade dos indivíduos, suas experiências comerciais em geral e torna presunções relativas em absolutas. Não se pode partir da premissa de que todos os consumidores são inexperientes, incautos e desprotegidos. Em muitos casos, a impugnação ao contrato veio após dois, três ou mais anos. Como compreender que há um recebimento, descontos por meses a fio e que só surpreendem o consumidor após tamanho decurso de tempo?

Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca.

As provas aqui, em geral, são documentais e o consumidor, embora hipossuficiente em relação a instituição financeira, por força da boa-fé objetiva, deve trazer elementos claros que demonstrem a causa da anulabilidade, somente sendo passível a inversão do ônus da prova naqueles casos em que não detém meios de acostar os documentos por circunstâncias justificáveis, e que devem estar ancoradas na inicial. Trazer a causa da anulabilidade de forma objetiva é o que baliza, também, o exercício da defesa, sem o qual demoniza-se o contraditório, lhe relegando um papel de impossibilidade e de mera formalidade teórica.

No Brasil houve a adoção do pacta sunt servanda, ou seja, a não ser em hipóteses específicas, os contratos devem ser cumpridos, de forma que, portanto, o exame de anulabilidade deve corresponder a uma circunstância específica que justifique a quebra e eventual descumprimento de contrato, vedando-se o enriquecimento sem causa.

Desta forma, havendo contrato assinado entre as partes, observadas as formalidades necessárias, a clareza de que se trata de um instrumento representativo de empréstimo por meio de cartão de crédito consignado, respeitando-se os limites legais da consignação e juros admitidos pelo BACEN, não havendo provas de vícios capazes de invalidá-lo, deverá ser considerado válido.

No caso em testilha, como na maioria deles, cinge-se o recurso na análise da legalidade do contrato de cartão de crédito na modalidade de RMC - Reserva de Margem Consignável, firmado entre as partes, e, consequentemente, se for o caso, a restituição em dobro dos valores descontados, bem como da indenização por danos morais acerca da efetivação dos referidos descontos.

A parte autora aduz que realizou empréstimo com a instituição bancária, contudo desconhecia a modalidade de cartão de crédito pela Reserva de Margem Consignada – RMC.

O banco recorrido, por sua vez, argumentou acerca da regularidade de sua conduta, juntando cópia do contrato entabulado bem como outros documentos que evidenciam o negócio entabulado entre as partes.

Da análise dos autos, tem se que a despeito das alegações da parte autora de que foi induzida a erro, as provas demonstram o contrário. No contrato de ID 19622794, assinado pela parte autora, está bem destacado a modalidade contratada não havendo que se falar em ausência de informação adequada.

Embora haja a negativa veemente da parte autora acerca da ciência da modalidade contratada, nos autos não restou demonstrado minimamente o vício de consentimento na celebração do referido contrato com as cláusulas que autorizam a reserva de margem consignável referente ao valor mínimo do cartão de crédito consignado.

Inexistindo provas de que houve vício na contratação entre as partes deve-se observar o princípio do pacta sunt servanda. Dessa maneira, ante a ausência de ilícito civil cometido pelo requerido o pleito da parte autora deve ser negado.

Nesse sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, destacando-se que o alinhamento desta turma com a Corte Estadual é medida que favorece a segurança jurídica. Vejamos:

Apelação cível. Ação de restituição de valores c/c indenização por dano moral. Cartão de crédito consignado. RMC. Contratação. Legalidade. Desconto mensal. Valor mínimo. Folha de pagamento. Exercício regular de direito. Dano moral. Inexistente. Recurso provido. Comprovada a contratação do cartão de crédito com margem consignável mediante contrato com cláusula expressa quanto ao desconto mensal do valor mínimo indicado na fatura, não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de RMC, ou caracterização do dano moral, devendo-se observar o princípio pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7003965-22.2021.822.0007, Rel. Des. Alexandre Miguel, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 6/12/2021).

Apelação cível. Contrato de Cartão de Crédito Consignado. Reserva de Margem Consignável – RMC. Contratação comprovada. Dano moral. Não configuração. Repetição do indébito. Indevido. Comprovada a contratação de cartão de crédito consignado, inclusive com termos claros e inequívocos quanto ao seu objeto, não há que se falar em indenização por dano moral ou repetição de indébito, mormente se considerar que o desconto se efetiva nos termos previamente contratados (TJ-RO – AC: 7002361-60.2020.822.0007, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 22/10/2021).

Apelação cível. Cartão de crédito consignado. Margem consignável. RMC. Descontos em benefício previdenciário. Relação jurídica comprovada. Assinatura da contratante. Ausência de vício. Recurso provido. Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral, devendo-se operar o princípio do pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7010666-33.2020.822.0007, Rel. Des. José Torres Ferreira, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 9/12/2021).

Desta forma, considero que houve a contratação de forma espontânea e que, ao alegar a existência de defeito no negócio jurídico, a parte atraiu o ônus de prová-lo, do que não se desincumbiu, razão pelas quais seus pedidos devem ser julgados improcedentes.

Pelos mesmos argumentos não merecem subsistir a pretensão de conversão em contrato de empréstimo consignado e de indenização por danos morais.

Diante do exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela parte consumidora, mantendo a sentença inalterada.

Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente vencido ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, com base no artigo 55 da Lei 9.099/95, o qual fica suspenso em razão da gratuidade deferida ao consumidor.

Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.

É como voto.

EMENTA

Recurso Inominado. Cartão de crédito consignado. A modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa. AUSÊNCIA DE NULIDADE ABSOLUTA. Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/ transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca. Não existindo tais elementos nos autos, a pretensão é improcedente. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01

Processo: 7021075-18.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

Data distribuição: 10/04/2023 10:04:17

Data julgamento: 05/07/2023

Polo Ativo: VALDINEI ROCHA DOS SANTOS

Advogado do(a) RECORRENTE: RODRIGO STEGMANN - RO6063-A

Polo Passivo: BANCO DAYCOVAL S/A

Advogado do(a) RECORRIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A

RELATÓRIO

Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.

VOTO

Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.

Pois bem. Desde as primeiras sessões na turma, esclareci que o tema me intrigava e que, tão logo tivesse meios para me dedicar a fundo na matéria, a analisaria para além da colegialidade, com a finalidade de continuar a acompanhá-la com maior reforço, contribuindo com os argumentos ou para chegar as minhas conclusões e ofertá-las à turma. Pois bem, após semanas analisando e refletindo sobre o tema, cheguei a uma conclusão diversa daquela que vem sendo adotada neste colegiado e, então, passo a delimitar os parâmetros do meu convencimento.

Após analisar diversas pretensões, contra as mais variadas instituições financeiras, consigo estabelecer premissas comuns a todas elas. Algumas partes falam em terem sido abordadas pela instituição financeira, umas falam em oferta de empréstimo consignado, enquanto outras mencionam a busca por crédito.

O elemento comum a todas essas formas de apresentação do “produto”, é o de que não há negativa de que houve a contratação.

A modalidade de contrato, em casos quejandos, é por adesão, método permitido por lei e que, por força do princípio da transparência, deve ser claro, objetivo.

Enquanto a parte autora trouxe sua pretensão e diz ter buscado modalidade de empréstimo, sendo surpreendida por metodologia diversa, a instituição financeira fez prova de que o contrato têm em seu cabeçalho, expressamente, a modalidade de contratação por meio de cartão de crédito. O contrato tem a assinatura da parte, menção a juros, pagamento mínimo.

Aqui é necessário aclarar que a modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa.

Esclarecendo, a modalidade de empréstimo utiliza como premissas a liberação de valores de forma antecipada ao recebimento do plástico que, após sua entrega, pode ser usado como um cartão de crédito convencional – permitindo saque e compras, sendo que a fatura é encaminhada para pagamento, normalmente.

Muitas petições iniciais inserem a problemática aí, mencionando a questão específica do PAGAMENTO MÍNIMO como um elemento presumidamente de fraude, haja vista que, com o simples pagamento mínimo, tornar-se-ia impossível a quitação do contrato, dando a entender que à parte é impossível pagar a fatura além do mínimo, ou que isso não encontra assento no contrato. Os juros não são aqueles estabelecidos para os cartões de crédito regulares, não associados a contratos de pagamento por consignação e, embora a modalidade pratique juros acima daqueles correspondentes a empréstimos consignados "puros", não podem ser considerados vedados, porquanto dentro dos limites praticados em um mercado que é regulado pelo Banco Central.

O valor mínimo que está lançado na fatura corresponde, via de regra, ao limite consignável e, quando esse já foi comprometido, àqueles 5% que foram permitidos pelo legislador ordinário nos incisos I e II do §1º do artigo 1º da Lei 10.820/2003. Em outras palavras, por força de contrato, mas, principalmente, por força de lei, a instituição financeira não pode extrapolar os limites consignáveis sob pena de, aí sim, promover a conduta ilegal, reprovável e indenizável.

Quando se conspurca a metodologia de forma absoluta, tratando-a como NULA, e não meramente anulável sob certas condições, despreza-se, além da própria regulamentação do Estado, a capacidade dos indivíduos, suas experiências comerciais em geral e torna presunções relativas em absolutas. Não se pode partir da premissa de que todos os consumidores são inexperientes, incautos e desprotegidos. Em muitos casos, a impugnação ao contrato veio após dois, três ou mais anos. Como compreender que há um recebimento, descontos por meses a fio e que só surpreendem o consumidor após tamanho decurso de tempo?

Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca.

As provas aqui, em geral, são documentais e o consumidor, embora hipossuficiente em relação a instituição financeira, por força da boa-fé objetiva, deve trazer elementos claros que demonstrem a causa da anulabilidade, somente sendo passível a inversão do ônus da prova naqueles casos em que não detém meios de acostar os documentos por circunstâncias justificáveis, e que devem estar ancoradas na inicial. Trazer a causa da anulabilidade de forma objetiva é o que baliza, também, o exercício da defesa, sem o qual demoniza-se o contraditório, lhe relegando um papel de impossibilidade e de mera formalidade teórica.

No Brasil houve a adoção do pacta sunt servanda, ou seja, a não ser em hipóteses específicas, os contratos devem ser cumpridos, de forma que, portanto, o exame de anulabilidade deve corresponder a uma circunstância específica que justifique a quebra e eventual descumprimento de contrato, vedando-se o enriquecimento sem causa.

Desta forma, havendo contrato assinado entre as partes, observadas as formalidades necessárias, a clareza de que se trata de um instrumento representativo de empréstimo por meio de cartão de crédito consignado, respeitando-se os limites legais da consignação e juros admitidos pelo BACEN, não havendo provas de vícios capazes de invalidá-lo, deverá ser considerado válido.

No caso em testilha, como na maioria deles, cinge-se o recurso na análise da legalidade do contrato de cartão de crédito na modalidade de RMC - Reserva de Margem Consignável, firmado entre as partes, e, consequentemente, se for o caso, a restituição em dobro dos valores descontados, bem como da indenização por danos morais acerca da efetivação dos referidos descontos.

A parte autora aduz que realizou empréstimo com a instituição bancária, contudo desconhecia a modalidade de cartão de crédito pela Reserva de Margem Consignada – RMC.

O banco recorrido, por sua vez, argumentou acerca da regularidade de sua conduta, juntando cópia do contrato entabulado bem como outros documentos que evidenciam o negócio entabulado entre as partes.

Da análise dos autos, tem se que a despeito das alegações da parte autora de que foi induzida a erro, as provas demonstram o contrário. No contrato de ID 19321059, assinado pela parte autora, está bem destacado a modalidade contratada não havendo que se falar em ausência de informação adequada.

Embora haja a negativa veemente da parte autora acerca da ciência da modalidade contratada, nos autos não restou demonstrado minimamente o vício de consentimento na celebração do referido contrato com as cláusulas que autorizam a reserva de margem consignável referente ao valor mínimo do cartão de crédito consignado.

Inexistindo provas de que houve vício na contratação entre as partes deve-se observar o princípio do pacta sunt servanda. Dessa maneira, ante a ausência de ilícito civil cometido pelo requerido o pleito da parte autora deve ser negado.

Nesse sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, destacando-se que o alinhamento desta turma com a Corte Estadual é medida que favorece a segurança jurídica. Vejamos:

Apelação cível. Ação de restituição de valores c/c indenização por dano moral. Cartão de crédito consignado. RMC. Contratação. Legalidade. Desconto mensal. Valor mínimo. Folha de pagamento. Exercício regular de direito. Dano moral. Inexistente. Recurso provido. Comprovada a contratação do cartão de crédito com margem consignável mediante contrato com cláusula expressa quanto ao desconto mensal do valor mínimo indicado na fatura, não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de RMC, ou caracterização do dano moral, devendo-se observar o princípio pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7003965-22.2021.822.0007, Rel. Des. Alexandre Miguel, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 6/12/2021).

Apelação cível. Contrato de Cartão de Crédito Consignado. Reserva de Margem Consignável – RMC. Contratação comprovada. Dano moral. Não configuração. Repetição do indébito. Indevido. Comprovada a contratação de cartão de crédito consignado, inclusive com termos claros e inequívocos quanto ao seu objeto, não há que se falar em indenização por dano moral ou repetição de indébito, mormente se considerar que o desconto se efetiva nos termos previamente contratados (TJ-RO – AC: 7002361-60.2020.822.0007, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 22/10/2021).

Apelação cível. Cartão de crédito consignado. Margem consignável. RMC. Descontos em benefício previdenciário. Relação jurídica comprovada. Assinatura da contratante. Ausência de vício. Recurso provido. Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral, devendo-se operar o princípio do pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7010666-33.2020.822.0007, Rel. Des. José Torres Ferreira, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 9/12/2021).

Desta forma, considero que houve a contratação de forma espontânea e que, ao alegar a existência de defeito no negócio jurídico, a parte atraiu o ônus de prová-lo, do que não se desincumbiu, razão pelas quais seus pedidos devem ser julgados improcedentes.

Pelos mesmos argumentos não merecem subsistir a pretensão de conversão em contrato de empréstimo consignado e de indenização por danos morais.

Diante do exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela parte consumidora, mantendo a sentença inalterada.

Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente vencido ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, com base no artigo 55 da Lei 9.099/95, o qual fica suspenso em razão da gratuidade deferida ao consumidor.
Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.
É como voto.
EMENTA
Recurso Inominado. Cartão de crédito consignado. A modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa. AUSÊNCIA DE NULIDADE ABSOLUTA. Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/ transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca. Não existindo tais elementos nos autos, a pretensão é improcedente. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7021256-19.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 07/06/2023 10:45:33
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: RAFAEL CRISTIAN NOBRE DE LIMA
Advogados do(a) RECORRENTE: IZIDORO CELSO NOBRE DA COSTA - RO3361-A, VITOR MARTINS NOE - RO3035-A
Polo Passivo: BANCO CSF S/A
Advogado do(a) RECORRIDO: CARLOS AUGUSTO TORTORO JUNIOR - SP247319-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”
Para melhor visualização da decisão, transcrevo-a na íntegra:
“(...) S E N T E N Ç A
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A parte autora ajuizou a presente ação em desfavor da parte requerida objetivando restituição de valor e indenização por danos morais, afirmando que teria pago a fatura do mês de fevereiro/2022 em duplicidade. Atribui tal erro à parte requerida, pois ao buscar no aplicativo a fatura do mês março/2022 para pagamento, foi disponibilizado, por equívoco do sistema, o mesmo código de barra da fatura de fevereiro/2022, induzindo o autor a pagar novamente a fatura de fevereiro/2022. Com isso, a fatura de março/2022 ficou sem quitação e a parte requerida, além de efetuar indevidamente a cobrança, ameaçou” negativar seu nome por tal débito. Assevera que procedeu ao pagamento da fatura do mês de março/2022 para evitar a negativação, motivo pelo qual requer a devolução, em dobro, da quantia paga em duplicidade.
Pois bem.
Constato que a pretensão autoral é improcedente.
A parte autora, na exordial, afirma que a requerida teria disponibilizado em seu aplicativo, em duplicidade e de forma equivocada, o código de barra da fatura de fevereiro/2022, o que a levou efetuar o pagamento, por duas vezes, da referida fatura, quando na verdade se intencionava quitar a fatura de março/2022.
Contudo, em que pese tais argumentações, não há prova de tal fato. A parte autora não comprovou que a duplicidade no pagamento da fatura de fevereiro/2022 se deu por erro ou por falha no sistema do aplicativo da parte requerida.
Veja que o comprovante de pagamento de ID 75028026 - Pág. 1, que, segundo a autora, o sistema deveria ter disponibilizado como sendo da fatura de março/2022, consta como data de vencimento 11/02/2022. Ou seja, a parte autora não se ateve às informações constantes do referido documento e, por equívoco de sua parte, novamente pagou a fatura de fevereiro/2022, que já estava quitada (75028025 - Pág. 1).
O próprio autor traz o documento contendo os dados da fatura de março/2022 - ID 75028027 - Pág. 1. Repare que as informações constantes do referido documento diferem das que constam no comprovante de pagamento de ID 75028026 - Pág. 1. E, por óbvio, que diferem, pois se tratam de coisas distintas. Um se refere a fatura de fevereiro/2022 e o outro, a fatura de março/2022, a qual foi quitada em 25/03/2022 (ID 75028028 - Pág. 1).
Sobre o pagamento em duplicidade da fatura de fevereiro/2022, a parte requerida esclarece, na contestação, que o crédito foi disponibilizado na fatura de abril/2022 - print de ID 83206900 - Pág. 5.
Com isso, não visualizo qualquer falha na prestação de serviço por parte do requerido, de modo que a improcedência do pedido de restituição de valores é medida que se impõe.

De igual forma a reparação do dano moral não merece acolhida. Não houve negativação do nome da parte autora em órgão de proteção ao crédito. A mera cobrança, por si só, não é circunstância a ensejar a indenização pretendida, de modo que improcede o pedido de indenização por dano moral.
Destarte, vejo que a parte autora não logrou êxito em demonstrar o fato constitutivo de seu direito, consoante dispõe o art. 373, I, do CPC, portanto, a improcedência dos pedidos iniciais é medida que se impõe.
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS e, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por extinto o feito, com resolução de mérito.
Sem custas e sem honorários nesta instância, haja vista tratar-se de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95.
Transitada em julgado esta decisão, arquive-se.
Intimem-se."
Apenas em respeito às razões recursais, em que pesem os argumentos do recorrente, filio-me ao entendimento do Juízo sentenciante, no que diz respeito ao transtorno vivenciado pelo requerente, não vislumbro razões para o recebimento de indenização, em razão da ausência de demonstração de que houve a falha da prestação do serviço, sendo que o valor pago em duplicidade foi devidamente abatido na fatura de abril de 2022.
Por tais razões, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto, mantendo-se inalterados os termos da sentença.
Sucumbente, condeno a recorrente vencida ao pagamento de custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. PAGAMENTO EM DUPLICIDADE FATURA DE CARTÃO. CRÉDITO NA FATURA SEGUINTE REALIZADO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7017494-29.2021.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 02/12/2021 07:52:02
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: JOAO DE DEUS FERREIRA
Advogado do(a) AUTOR: JOAO DIEGO RAPHAEL CURSINO BOMFIM - RO3669-A
Polo Passivo: SUDAMERICA VIDA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - EPP e outros
Advogado do(a) AUTOR: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE23255-A
RELATÓRIO.
Dispenso o relatório na forma da lei 9.099/95.
VOTO.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Os presentes embargos são claramente improcedentes.
Nos termos do art. 48 da Lei 9.099/95, cabem embargos de declaração somente quando a decisão for obscura, contraditória, omissa ou duvidosa entre seus próprios termos, o que não se verifica no caso em comento. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material no acórdão desta Turma Recursal.
Pelo exposto, verifica-se que a insurgência do embargante é em relação ao entendimento desta Turma Recursal, ao conteúdo do julgado que lhe é desfavorável, fugindo das hipóteses legais, razão pela qual o presente recurso não pode servir, sequer, para prestar esclarecimentos, e a irresignação da parte deve ser deduzida pelos meios legais próprios.
Com efeito, não merecem acolhimento embargos declaratórios que, a pretexto de sanar omissões da decisão embargada, traduzem, na verdade, o inconformismo do embargante com a conclusão adotada, pretendendo reanálise do conteúdo decisório.
Quanto à inexistência dos vícios previstos no art. 48 da lei 9.099/95, o seguinte aresto desta Turma Recursal:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. OMISSÃO. DÚVIDA. INEXISTÊNCIA. Inexistindo na decisão embargada quaisquer dos defeitos previstos no art. 48 da Lei n. 9.099/95, devem ser rejeitados os embargos de declaração. Embargos de Declaração em Recurso Inominado nº 0022254-24.2013.8.22.0001. Julgado em: 24/08/2016. Rel. Juíza Euma Mendonça Tourinho.
Com essas considerações e firme no aresto acima mencionado, VOTO PELA REJEIÇÃO dos embargos de declaração, mantendo inalterada a decisão atacada.
Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem.
EMENTA:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE RECURSO INOMINADO. MATÉRIAS ANALISADAS NO ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. - Não havendo omissão, contradição ou obscuridade na decisão atacada, os embargos de declaração devem ser rejeitados de plano.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, EMBARGOS DE DECLARACAO CONHECIDOS E REJEITADOS A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7022312-24.2021.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 01/03/2023 17:51:34
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: BANCO OLE CONSIGNADO S/A e outros
Advogado do(a) RECORRENTE: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO3099-A
Advogados do(a) RECORRENTE: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO - MG96864-A, GIOVANNA MORILLO VIGIL DIAS COSTA - MG91567-A
Polo Passivo: IVANILDO PEREIRA DE LIMA
Advogado do(a) RECORRIDO: JOAQUIM MOTA PEREIRA FILHO - RO2795-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”.
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
“Sentença
Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Materias e Morais com Pedido de Antecipação de Tutela proposta por Ivanildo Pereira de Lima em face de Banco Olé Consignado e Cristiana Castro de Souza.
DAS PRELIMINARES
Em constestação, o banco requerido arguiu preliminar de incompetência, argumentando que a causa é de maior complexidade e precisa de perícia grafotécnica e portanto, não poderia ser julgada em sede de juizados. A preliminar deve ser afastada, pois na audiência de instrução, ficou demonstrada que o autor deveras preencheu a proposta em branco, sendo a assinatura desse documento visimente diferente da constante no contrato.
Quanto à alegação de prescição pelo decurso do prazo de 3 (três) anos, esta merece ser afastada, vez que a relação narrada nos autos é de consumo, e segundo o art. 27 do CDC prescrevem em 5 (cinco) anos a pretenção de reparação pelos danos causados.
DO MÉRITO
Narra o autor que em meados de 2017 buscou empréstimo consignado junto ao Banco requerido por intermédio da segunda requerida. Afirma após pesquisas de preços, havia desistido de aceitar o empréstimo devido as taxas de juros estarem acima do juros do Banco do Brasil, mas que após promessa de desconto de 60% do valor da dívida em caso de quitação do empréstimo em um ano, resolveu aceitar o negócio. Afirma que assinou a proposta para análise do empréstimo em branco e que para sua surpresa recebeu o valor em sua conta mesmo antes da assinatura do contrato. Ao final, pede a alteração do contrato de 96 para 48 parcelas bem como indenização por danos morais sofridos. Ainda requer a declaração de quitação do contrato e devolução de R$ 14.233,60 (quatorze mil e duzentos e trinta e três reais e sessenta centavos) decorrentes da proposta de quitação antecipada.
Em contestação, o banco requerido sustentou a legalidade da contratação e juntou aos autos o documento de autorização para desconto em folha de pagamento do contratante. No referido documento, foi constatado a visível diferença de assinatura constante na autorização e a assinatura do requerente.
Por sua vez, a segunda requerida e intermediadora da negociação também alega a legalidade do procedimento de contratação e afirma que o autor estava ciente dos termos e prazos do negócio.
Na audiência de instrução e julgamento restou demonstrado que o primeiro documento assinado pelo autor estava completamente em branco (fato confirmado pelo preposto da segunda requerida) e fora preenchido posteriormente.
O autor afirma que tal formulário era apenas para procedimento prévio e envio da proposta e que somente após a confirmação do banco é que seria chamado para assinar o contrato. Ocorre que antes de assinar qualquer outro documento, o valor já fora disponibilizado na conta. Afirma que sua assinatura fora falsificada.
Diante disso, verifica-se que a conduta da requerida de coletar a assinatura em formulário em branco para posterior preenchimento é no mínimo duvidosa e portanto, deve ser reprimida.
Se a conduta da requerida se mostra incorreta, não pode-se afirmar o mesmo do autor, visto que conforme narrativa da própria inicial, só aceitou fazer o empréstimo consignado junto à requerida pois recebeu promessa ardilosa da requerida para pagar menos do que emprestou, o que naturalmente não é lógico, nem esperado de instituição financeira cuja atividade explora o lucro por meio de juros, porém, após insistência do preposto da empresa, deixou de explorar opções de juros mais baixos com outros bancos para fechar o negócio aqui discutido.
Assim, ante a conduta ardilosa e temerária das requeridas, restou configurado o dano moral sofrido pelo autor.
É preciso reprimir a conduta das requeridas.
Portanto, tenho que o contrato deve ser alterado para 48 parcelas de R$ 526,04, visto que o requerente não estava ciente dos termos e prazo do contrato.
A redução para 48 parcelas de R$ 526,04 totalizam ao fim do contrato, o valor de R$ 25.249,92 (vinte e cinco mil e duzentos e quarenta e nove reais e noventa e dois centavos) mostra adequada e remunera a instituição financeira em R$ 6.173,91.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para
A) alterar o empréstimo consignado passando e determinar a redução das parcelas de 96 para 48 de R$ 526,04;
B) CONDENAR os requeridos solidariamente a devolverem o valor pago após a 48ª parcela corrigidos monetariamente a partir desta data;
C) CONDENAR as requeridas a indenizarem o autor pelos danos morais sofridos na quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais).
Em razão do constatado nos autos, concernente a assinatura no contrato ser de desconhecimento do autor, bem ainda a verificação de outros casos similares no sistema PJe, determino a remessa de cópia dos autos para a Polícia Civil e o Ministério Público.

Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, III e IV, LF 9.099/95 e Enunciado Cível FOJUR nº 05, sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015), não sendo aplicável a parte final do §1° do artigo 523 do CPC, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE n.o 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária prevista em Lei.
Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de sentença o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD).
Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova conclusão, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o decênio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício no ato da interposição do recurso, sob pena de deserção.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente decisão como mandado/intimação/comunicação.
Em respeito as razões recursais, filio-me ao entendimento do juiz sentenciante e acresço que no caso dos autos, o ônus da prova, prima facie, incumbe a parte autora. Todavia, é patente a transferência do encargo ao recorrido quando este assevera existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito contra ele pleiteado, consoante regra do art. 373, II, do CPC.
Compulsando os autos, observo que a assinatura aposta no contrato apresentado é discrepante da presente nos documentos juntados com a exordial, além das conversas trazidas pela parte autora ter comprovado qual era a verdadeira proposta das requeridas, a qual não foi cumprida. Além disso, a parte autora não nega a contratação, mas demonstra o que foi realmente enganado.
Assim, acertada a sentença em determinar a alteração do contrato para os moldes pactuados inicialmente pelo autor, bem como a devolução dos valores pagos após a 48ª parcela e o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de ressarcimentos por danos morais.
Diante do exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso do consumidor, mantendo-se a sentença de primeiro grau inalterada.
Em razão da sucumbência, condeno o banco/Recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se à origem.
É como voto.
EMENTA
CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DESCONTO INDEVIDO. CONSUMIDOR DEMONSTROU TER SIDO ENGANADO. ÔNUS DA PROVA. ARTIGO 373, II, CPC. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7017704-46.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 17/01/2023 10:54:20
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: JORGE AVELINO LIMA DO AMARAL
Advogado do(a) RECORRENTE: JORGE AVELINO LIMA DO AMARAL - RO10555-A
Polo Passivo: CLARO S.A.
Advogado do(a) RECORRIDO: PAULA MALTZ NAHON - RS51657-A
RELATÓRIO.
Dispenso o relatório na forma da lei 9.099/95.
VOTO.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Os presentes embargos são claramente improcedentes.
Nos termos do art. 48 da Lei 9.099/95, cabem embargos de declaração somente quando a decisão for obscura, contraditória, omissa ou duvidosa entre seus próprios termos, o que não se verifica no caso em comento. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material no acórdão desta Turma Recursal.

Pelo exposto, verifica-se que a insurgência do embargante é em relação ao entendimento desta Turma Recursal, ao conteúdo do julgado que lhe é desfavorável, fugindo das hipóteses legais, razão pela qual o presente recurso não pode servir, sequer, para prestar esclarecimentos, e a irresignação da parte deve ser deduzida pelos meios legais próprios.
Com efeito, não merecem acolhimento embargos declaratórios que, a pretexto de sanar omissões da decisão embargada, traduzem, na verdade, o inconformismo do embargante com a conclusão adotada, pretendendo reanálise do conteúdo decisório.
Quanto à inexistência dos vícios previstos no art. 48 da lei 9.099/95, o seguinte aresto desta Turma Recursal:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. OMISSÃO. DÚVIDA. INEXISTÊNCIA. Inexistindo na decisão embargada quaisquer dos defeitos previstos no art. 48 da Lei n. 9.099/95, devem ser rejeitados os embargos de declaração. Embargos de Declaração em Recurso Inominado nº 0022254-24.2013.8.22.0001. Julgado em: 24/08/2016. Rel. Juíza Euma Mendonça Tourinho.
Com essas considerações e firme no aresto acima mencionado, VOTO PELA REJEIÇÃO dos embargos de declaração, mantendo inalterada a decisão atacada.
Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem.
EMENTA:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE RECURSO INOMINADO. MATÉRIAS ANALISADAS NO ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. - Não havendo omissão, contradição ou obscuridade na decisão atacada, os embargos de declaração devem ser rejeitados de plano.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, EMBARGOS DE DECLARACAO CONHECIDOS E REJEITADOS A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7018864-09.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 27/07/2022 14:55:25
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: LATAM AIRLINES GROUP S/A
Advogado do(a) RECORRENTE: FABIO RIVELLI - RO6640-A
Polo Passivo: LAURIANE RABELO AIRES DA SILVA
Advogado do(a) RECORRIDO: JHONATAS EMMANUEL PINI - RO4265-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado nos termos da Lei nº 9.099/95.
VOTO
Conheço do embargo oposto eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.
Ao analisar a decisão embargada, sobretudo nos pontos mencionados pela embargante, verifico não ter havido qualquer dos vícios mencionados no art. 48 da lei nº 9.099/95.
Assim, é nítido que a irresignação manifestada por intermédio do recurso em comento visa unicamente a reapreciação do conteúdo decisório, o que não pode ser concebido por embargos de declaração.
Portanto, observa-se que houve a análise detida dos pontos necessários para convencimento do Juízo acerca dos fatos narrados no processo, de sorte que o acórdão não merece reparos.
Quanto à inexistência dos vícios previstos no art. 48 da lei 9.099/95, importante transcrever o seguinte aresto desta Turma Recursal:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. OMISSÃO. DÚVIDA. INEXISTÊNCIA. Inexistindo na decisão embargada quaisquer dos defeitos previstos no art. 48 da Lei n. 9.099/95, devem ser rejeitados os embargos de declaração. Embargos de Declaração em Recurso Inominado nº 0022254-24.2013.8.22.0001. Julgado em: 24/08/2016. Rel. Juíza Euma Mendonça Tourinho.
Por fim, oportuno relevar que é desnecessário o julgador pronunciar-se sobre todos os pontos do recurso, desde que claros e suficientes os fundamentos que embasaram a solução dada.
Sobre o tema, anotam-se os seguintes trechos de julgados do E. Superior Tribunal de Justiça:
"(…) 5. Como é cediço, o julgador não é obrigado a rebater cada um dos argumentos aventados pela defesa ao proferir decisão no processo, bastando que pela motivação apresentada seja possível aferir as razões pelas quais acolheu ou rejeitou as pretensões da parte, exatamente como se deu na hipótese em análise (…)". (AgRg no AREsp 1009720/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 05/05/2017).
"(…) 2. O julgador não é obrigado a manifestar-se sobre todas as teses expostas no recurso, ainda que para fins de prequestionamento, desde que demonstre os fundamentos e os motivos que justificaram suas razões de decidir (…)". (EDcl no AgRg no HC 302.526/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 01/02/2017).
Os embargos possuem caráter integrativo e não substitutivo da decisão, não se prestando para o reexame da matéria de mérito e/ou prequestionamento quando inexistente omissão, afinal, toda a extensão constitucional e infraconstitucional se encontra amplamente debatida na decisão.
O entendimento aqui delineado já foi decidido em sessão plenária por esta Turma Recursal, Autos 0000439-80.2014.8.22.0018, cuja ementa segue abaixo colacionada:
EMBARGOS DECLARATÓRIOS. […] IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DOS EMBARGOS PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO.
Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores do presente recuro, resta patente o intuito infringente da irresignação, que objetiva não corrigir erro material, suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas sim reformar o julgado por via inadequada, o que não se pode admitir.
Ante o exposto, voto para REJEITAR aos embargos de declaração.
Após o trânsito em julgado, remeta-se os autos à origem.

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ARTIGO 48 CAPUT DA LEI 9.099/95 C/C ARTIGO 1.022 DO CPC. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. RECURSO QUE PRETENDE A MODIFICAÇÃO DO DECIDIDO, COM NÍTIDO CARÁTER INFRINGENTE. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO MANTIDA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, EMBARGOS DE DECLARACAO CONHECIDOS E REJEITADOS A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7021600-97.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 25/01/2023 10:29:36
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: FRANCINETE PANTOJA MONTEIRO
Advogados do(a) RECORRENTE: FELIPE BRAGA PEREIRA FURTADO - RO9230-A, KAYNA APOYNA MOTA MATOS - RO11594-A, TIAGO VINICIUS MEIRELES CUNHA - RO9287-A
Polo Passivo: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA - CAERD
Advogado do(a) RECORRIDO: ANDERSON FELIPE REUSING BAUER - RO5530-A
RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO Conheço dos embargos opostos, pois presentes os pressupostos de admissibilidade.
De acordo com o art. 48 da Lei 9.099/95, cabem embargos de declaração somente quando a decisão for obscura, contraditória, omissa ou duvidosa entre seus próprios termos.
Na espécie, assiste razão o embargante, considerando que não houve apreciação da preliminar de Cerceamento de Defesa alegada em sede recursal, impondo-se o aperfeiçoamento do julgado para sanar o vício, o que faço a seguir.
DA PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA
A recorrente arguiu preliminar de cerceamento, uma vez que o Juízo de origem julgou antecipadamente a lide, não oportunizando às partes a produção de outras provas. Sustenta a necessidade de comprovar os pontos controvertidos ou dúvidas em Juízo quanto a verossimilhança das alegações sobre o desabastecimento de água do período indicado.
De fato, houve julgamento antecipado do feito, sem a realização de audiência de instrução e julgamento, ao fundamento de "não se justificando eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!"
Com razão a sentença, pois a improcedência dos pedidos se relaciona com defeitos ligados a ausência de individualização na causa de pedir, o que não é sanável mediante a oitiva de testemunhas. Portanto, não encontro motivos suficientes para reconhecer o ventilado cerceamento durante a fase instrutória.
A mera alegação de julgamento antecipado da lide, com prejuízo da produção de provas anteriormente requeridas pelas partes, não implica, por si só, em cerceamento de defesa:
APELAÇÃO CÍVEL ALEGAÇÃO DE DE CERCEAMENTO DE DEFESA PERÍCIA CONTÁBIL DESNECESSIDADE - AÇÃO MONITÓRIA EMBARGOS LIMINARMENTE REJEITADOS ART. 702 DO CPC - RECURSO IMPROVIDO. 1 - As matérias sustentadas pela parte, que dizem respeito à abusividade das cláusulas contratuais, podem ser verificadas sem a realização da perícia contábil. 2 - A mera alegação de haver o juízo sentenciante julgado antecipadamente a lide, com prejuízo da produção das provas anteriormente requeridas, não implica, por si só, em cerceamento de defesa.(STJ - AgRg no Ag 1.351.403/PE, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/06/2011, DJe 29/6/2011). 3 - Prevê o art. 702, §§ 2º e 3º, do NCPC que Quando o réu alegar que o autor pleiteia quantia superior à devida, cumprir-lhe-á declarar de imediato o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado da dívida e que Não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, os embargos serão liminarmente rejeitados, se esse for o seu único fundamento, e, se houver outro fundamento, os embargos serão processados, mas o juiz deixará de examinar a alegação de excesso. 4 - Correta, portanto, a sentença que rejeitou liminarmente os embargos à Ação Monitória. 5 Recurso improvido.
(TJ-ES - AC: 00011422420188080062, Relator: MANOEL ALVES RABELO, Data de Julgamento: 09/03/2020, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 13/03/2020)
Além disso, os Juizados Especiais são orientados pelos princípios da celeridade, economicidade e simplicidade, redundando numa menor exigência as amarras burocráticas do procedimento comum, e justamente por isso, o julgamento antecipado não representa apenas uma mera faculdade, mas um dever do magistrado.
Existindo elementos suficientes de prova a formar o convencimento do Juiz, o feito pode ser julgado antecipadamente nos termos do artigo 355, do CPC, como ocorreu na hipótese em apreço.
Por esse motivo, rejeito a preliminar suscitada.
Com relação ao mérito, o acórdão deve ser mantido na íntegra.
Em face do exposto, VOTO no sentido de ACOLHER EM PARTE os embargos de declaração para sanar a omissão e rejeitar a preliminar na forma exposta acima, mantendo os demais termos do acórdão embargado.
Sem custas e honorários.
Após o trânsito em julgado, à origem.
É como voto.
EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. PRELIMINAR NÃO ANALISADA. EMBARGOS ACOLHIDO EM PARTE. De acordo com o do art. 48 da Lei 9.099/95, cabem embargos de declaração somente quando a decisão for obscura, contraditória, omissa ou duvidosa entre seus próprios termos.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, EMBARGOS DE DECLARACAO CONHECIDOS E ACOLHIDOS PARCIALMENTE A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7025744-51.2021.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 17/03/2022 19:26:23
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: JOSEMBERG DE SOUSA SANTOS
Advogado do(a) RECORRENTE: MIRIAM PEREIRA MATEUS - RO5550-A
Polo Passivo: LOJAS RIACHUELO SA
Advogados do(a) RECORRIDO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - RO4875-A, THIAGO MAHFUZ VEZZI - RO6476-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos recursos.
Recorre a parte autora da sentença de primeiro grau que julgou improcedente os pedidos contidos na inicial, os quais pleitei pelo reconhecimento do dano moral, em razão do não pagamento do valor do seguro-desemprego contratado.
A Requerida Riachuelo arguiu em contrarrazões preliminar de ilegitimidade passiva, a qual passo a apreciar.
Afasto a preliminar de ilegitimidade passiva, uma vez que a Requerida integra a cadeia de consumo e fornecimento dos serviços, sendo solidariamente responsáveis pelos prejuízos eventualmente suportados pelo consumidor, tendo em conta o que dispõem o parágrafo único do art. 7º, o art. 25, § 1º e o art. 34, todos do Código de Defesa do Consumidor.
No mérito, tenho que a sentença deve ser mantida
Após análise dos autos, entendo que restou comprovada a situação fática que ensejaria o pagamento de “Seguro Pagamento Garantido”, qual seja a rescisão do contrato de trabalho do recorrente.
Ocorre que, em especial, dos documentos trazidos com a defesa, vejo que há cláusula contratual expressa – “cláusula 3ª, item b – Perda de Renda por Desemprego: (segurados com vínculo empregatício): Garante o pagamento do saldo devedor do titular do Cartão de Crédito Riachuelo, até o limite máximo de R$ 400,00 (quatrocentos reais), em caso desemprego involuntário (demissão sem justa causa) ocorrido após o período de carência e desde que o segurado comprove ter trabalhado registrado para o último empregador pelo prazo mínimo ininterrupto de 1(um) ano com registro em carteiro profissional.”
A requerida trouxe aos autos a existência de débitos provenientes do Cartão de Crédito Riachuelo, bem como a ocorrência do pagamento da indenização no saldo devedor do consumidor, conforme previsão contratual.
Na hipótese, restou incontroverso – art. 374, inciso III, NCPC – que o autor não atendeu a tais condicionantes, limitando-se em dizer fazer jus ao recebimento do seguro pelo fato de tê-lo contratado.
Entendo que o contrato foi escrito em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, permitindo imediata e fácil compreensão (art. 54, §§ 3º e 4º, CDC).
Nos contratos de consumo, as restrições de direito devem estar expressas, legíveis e claras no contrato, o que ocorreu no caso em tela, não havendo qualquer afronta ao dever de informação. Quanto a esse entendimento, inclusive, o Tribunal de Justiça/RO:
Seguro. Contrato de adesão. Cláusulas restritivas de cobertura. Admissibilidade. O Código de Defesa do Consumidor não proíbe que haja no contrato de adesão cláusulas que implique limitação de direitos, desde que aquelas possuam linguagem clara e objetiva. No contrato de seguro ora examinado existe cláusula expressa prevendo que os segurados que ingressam no consórcio com idade superior a 66 (sessenta e seis) anos fica assegurado tão-somente a cobertura por morte decorrente de acidente, como a causa mortis do segurado foi natural, não há indenização. (Apelação Cível, Processo nº 1105985-30.2006.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 22/07/2008).
Desta forma, tendo requerida cumprido o que lhe cabia, ou seja, previsto em contrato, de forma clara, hipótese de garantir o pagamento do saldo devedor do segurado junto ao Estipulante, entendo não ter havido descumprimento contratual, sendo o caso de total improcedência dos pedidos.
Por tais considerações, voto pela rejeição da preliminar de ilegitimidade arguida e pelo não provimento ao recurso inominado, mantendo inalterados os termos da sentença de primeiro grau.
Em razão da sucumbência, condeno a Recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95, o qual fica suspenso em razão da gratuidade deferida.
Após o trânsito em julgado, remeta-se à origem.
É como voto.
EMENTA:
RECURSO INOMINADO. SEGURO. CONTRATO DE ADESÃO. HIPÓTESE DE GARANTIR O PAGAMENTO DO SALDO DEVEDOR DO SEGURADO JUNTO AO ESTIPULANTE. CLÁUSULA CONTRATUAL CLARA E OBJETIVA. AUSÊNCIA DE DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, DECISAO: PRELIMINAR REJEITADA. NO MERITO, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO. TUDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7000125-85.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 23/03/2023 14:42:46
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664-A
Polo Passivo: IONE LEILA DE OLIVEIRA
Advogado do(a) RECORRIDO: MATHEUS ARAUJO MAGALHAES - RO10377-A
RELATÓRIO
Trata-se de recurso inominado interposto em face da sentença que julgou procedente os pedidos contidos na inicial. Inconformada, a concessionária alega que realizou inspeção de rotina na UC da parte Autora, encontrando irregularidades na medição, procedendo os cálculos da recuperação do consumo não faturado. Terminou pugnando pela reforma da sentença, para que sejam julgados improcedentes os pedidos contidos na inicial e, consequentemente, a exigibilidade do débito apurado na recuperação de consumo.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o breve relatório.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL – NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL
Afasto a preliminar de incompetência levantada pela recorrente, porquanto a realização de perícia, por si só, não é suficiente para afastar a competência dos Juizados Especiais. Caso existam outros elementos no feito que provem o alegado e formem a convicção do magistrado, a demanda deve ser apreciada. Além disso, o artigo 35 da Lei 9.099/95 concede às partes a possibilidade de fazer uso da perícia informal e de apresentar parecer técnico acerca do fato em questão, portanto, caso fosse interesse da Energisa, poderia ter produzido tal prova, até porque ela quem detém conhecimento técnico da matéria.
Diante do exposto, rejeito a preliminar arguida. Submeto-a aos pares.
MÉRITO
Inicialmente é preciso registrar que o presente caso deve ser solucionado à luz da Lei n. 8.078/90, por ser de consumo a relação havida entre as partes, em virtude do disposto nos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor, que conceituam, respectivamente, as figuras do consumidor e do fornecedor.
Consta dos autos que o débito em questão refere-se a um processo de fiscalização, após inspeção de rotina realizada pelos técnicos da recorrente, na Unidade Consumidora, verificando irregularidade, ocasionando leitura de consumo incorreta e prejuízos para a Empresa.
A empresa recorrente juntou aos autos foto do medidor com as supostas irregularidades praticadas pelo consumidor, no entanto, não conseguiu comprovar que a parte recorrida foi devidamente notificada acerca das irregularidades, pois, não há comprovante com aviso de recebimento dos documentos necessários para a realização de defesa administrativa.
A jurisprudência do STJ é no sentido de que comprovado por meio de documentos que houve desvio de energia atribuível ao consumidor é possível a Cia de Energia Elétrica promover a recuperação de consumo, desde que sejam garantidos no processo administrativo o contraditório e a ampla defesa. E ainda que sejam realizados os procedimentos elencados no art. 129 e 133 da Resolução 414/2010 (revogada pela Resolução 1.000/2021) da ANEEL:
Art. 129. Na ocorrência de indício de procedimento irregular, a distribuidora deve adotar as providências necessárias para sua fiel caracterização e apuração do consumo não faturado ou faturado a menor.
§ 1º A distribuidora deve compor conjunto de evidências para a caracterização de eventual irregularidade por meio dos seguintes procedimentos:
I - emitir o Termo de Ocorrência e Inspeção - TOI, em formulário próprio, elaborado conforme Anexo V desta Resolução; II - solicitar perícia técnica, a seu critério, ou quando requerida pelo consumidor ou por seu representante legal; III - elaborar relatório de avaliação técnica, quando constatada a violação do medidor ou demais equipamentos de medição, exceto quando for solicitada a perícia técnica de que trata o inciso II;
IV - efetuar a avaliação do histórico de consumo e grandezas elétricas; e V - implementar, quando julgar necessário, os seguintes procedimentos: a) medição fiscalizadora, com registros de fornecimento em memória de massa de, no mínimo, 15 (quinze) dias consecutivos; e b) recursos visuais, tais como fotografias e vídeos.
§ 2º Uma cópia do TOI deve ser entregue ao consumidor ou àquele que acompanhar a inspeção, no ato da sua emissão, mediante recibo.
§ 3º Quando da recusa do consumidor em receber a cópia do TOI, esta deve ser enviada em até 15 (quinze) dias por qualquer modalidade que permita a comprovação do recebimento.
§ 4º O consumidor tem 15 (quinze) dias, a partir do recebimento do TOI, para informar à distribuidora a opção pela perícia técnica no medidor e demais equipamentos, quando for o caso, desde que não se tenha manifestado expressamente no ato de sua emissão.
§ 5º Nos casos em que houver a necessidade de retirada do medidor ou demais equipamentos de medição, a distribuidora deve acondicioná-los em invólucro específico, a ser lacrado no ato da retirada, mediante entrega de comprovante desse procedimento ao consumidor ou àquele que acompanhar a inspeção, e encaminhá-los por meio de transporte adequado para realização da avaliação técnica.
Art. 133. Nos casos em que houver diferença a cobrar ou a devolver, a distribuidora deve informar ao consumidor, por escrito, a respeito dos seguintes elementos e apresentação da fatura ao consumidor nos casos de procedimentos irregulares ou deficiência de medição é de 36 (trinta e seis) meses a partir da emissão do TOI e apresentação da fatura ao consumidor nos casos de procedimentos irregulares ou deficiência de medição é de 36 (trinta e seis) meses a partir da emissão do TOI;
I - ocorrência constatada; II - memória descritiva dos cálculos do valor apurado referente às diferenças de consumos de energia elétrica e de demandas de potências ativas e reativas excedentes, consoante os critérios fixados nesta Resolução; III - elementos de apuração da ocorrência, incluindo as informações da medição fiscalizadora, quando for o caso; IV - critérios adotados na compensação do faturamento;
V - direito de reclamação previsto nos §§ 1º e 3º deste artigo; e
VI - tarifa(s) utilizada(s). (grifei).

Nos autos verifica-se que a recorrente não realizou todas as etapas do procedimento de recuperação de consumo pretérito conforme artigo 133, posto que não há o comprovante de entrega da carta ao cliente, onde estão descritos os valores devidos e o prazo para recurso. Diante disso, tenho que não foram garantidos o contraditório e a ampla defesa à autora no processo administrativo para se proceder a recuperação de consumo.

A jurisprudência do Tribunal de Justiça de Rondônia também é no sentido de que somente são devidos os débitos de recuperação de consumo quando realizados os procedimentos elencados na Resolução e desde que oportunizado o contraditório e a ampla defesa no processo administrativo:

Apelação cível em ação de desconstituição de débito. Consumo energia elétrica. Apuração de irregularidade. Débito exigível. Diferença de consumo. Possibilidade de novo faturamento. Recurso provido. Constatada a irregularidade no medidor e oportunizadas a ampla defesa e o contraditório ao consumidor no processo de apuração e recuperação de consumo, não há de se falar em inexistência do débito. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7004648-44.2016.822.0004, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 21/10/2019 .

E mais:

"Apelação Cível. Energia elétrica. Recuperação de consumo. Não observância dos procedimentos da agência reguladora e das regras do contraditório e ampla defesa. Inexistência do débito. Corte do serviço. Negativação. Dano moral. Valor suficiente. Recursos não providos. É indevida a cobrança de valores a título de recuperação de consumo, por indício de procedimento irregular, sem que haja a rigorosa obediência aos procedimentos da agência reguladora para a caracterização da irregularidade e apuração do valor do consumo, e sem o cumprimento das regras do contraditório e ampla defesa.

Cabível a indenização por dano moral se, pelo débito discutido, apurado de forma indevida, ocorrer o corte do fornecimento do serviço essencial e a negativação do nome.

O valor da condenação a título de reparação por danos morais, tendo as características de suficiente, para o equilíbrio da reparação, não merece alteração." (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7014665-41.2022.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Sansão Saldanha, Data de julgamento: 20/10/2022). Grifei.

Sendo assim, a sentença deve ser mantida, não pela impossibilidade da cobrança referente a recuperação de consumo no geral, mas sim em razão da não observância dos requisitos para apuração de débitos pretéritos.

Por tais considerações, VOTO no sentido de rejeitar a preliminar arguida e no mérito NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado, mantendo a sentença inalterada.

Condeno a Recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 55, da Lei 9.099/95.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA

Consumidor. Recuperação de consumo. Alteração no consumo. Procedimento administrativo. Ausência de notificação. Contraditório e ampla defesa prejudicado. Declaração de inexigibilidade. Recurso não provido. Sentença mantida.

A concessionária prestadora de serviço público deve seguir a risca os procedimentos impostos pela agência reguladora, sob pena de nulidade de seus atos.

A notificação prévia sobre o procedimento de recuperação de consumo é de responsabilidade da empresa em atenção ao princípio do contraditório e da ampla defesa, tornando, assim, ineficaz e inexigível os valores cobrados em caso de sua ausência.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, DECISAO: PRELIMINAR REJEITADA. NO MERITO, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO. TUDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01

Processo: 7022851-53.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

Data distribuição: 10/02/2023 20:06:15

Data julgamento: 05/07/2023

Polo Ativo: LUNNA MARIA DE SOUZA SILVA

Advogados do(a) RECORRENTE: DANIELA FERREIRA NOBRE BELO - RO12027-A, LUCIO FELIPE NASCIMENTO DA SILVA - RO8992-A

Polo Passivo: CLARO S.A.

Advogado do(a) RECORRIDO: PAULA MALTZ NAHON - RS51657-A

RELATÓRIO

Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.

VOTO

Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.

Analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. "Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão".

Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:

"S E N T E N Ç A

Vistos e etc...,

Relatório dispensado na forma da lei (art. 38, LF 9.099/95).

FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação declaratória de inexistência de vínculo contratual e consequente inexistência/inexigibilidade de débitos, cumulada com indenização por danos morais decorrentes de contratação fraudulenta, conforme pedido inicial e documentação apresentada, sendo concedida tutela antecipada para fins de proibição de anotação desabonadora nas empresas arquivistas.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e "maduro" para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Havendo arguições preliminares, passo ao estudo preambular antes de ingressar no mérito da causa.
Improcede a alegação de inépcia da inicial sob o argumento da parte autora não ter juntado documentos essenciais, posto que será analisado no mérito todas as informações trazidas pela autora (protocolos, datas dos acontecimentos e detalhamento dos fatos), bem como a defesa da requerida.
Pois bem!
O cerne da demanda gira em torno da responsabilidade da empresa requerida em relação ao "golpe" sofrido pelo(a) requerente, ao enviar e-mails e emitir boleto fraudulento para pagamento.
Aduz a parte autora que vem recebendo e-mails da empresa ré cobranças desde 22/02/2021, tentou solucionar o problema com reclamação no site consumidor.gov no dia 23/02/2022, informando que nunca contratou o serviço CLARO NET, pedindo para que a empresa parasse de enviar os e-mails de cobrança, de modo que ingressou com a presente demanda solicitando o cancelado de débitos e o cancelamento do contrato, bem como indenização por dano moral.
Por sua vez, esclarece a empresa requerida após análise do sistema interno e da área responsável, conforme já reconhecido pela autora e já informado, não há contrato residencial em nome do requerente, podendo verificar que os boletos que foram enviados por e-mails são diversos dos e-mails oficiais da empresa. De forma que os boletos recebidos via e-mails possuem código de barras que iniciam com 237, de maneira que todos os boletos emitidos pela ré começam com 846 ou 848, consequentemente não havendo contrato algum entabulado entre as partes.
Sendo assim, da análise da narrativa dos fatos e do conjunto probatório formado, verifico que razão alguma assiste ao demandante.
Com efeito, restou incontroverso que a parte autora foi vítima de um golpe praticado por terceiros sem qualquer participação da requerida.
Assim também ficou constatado que houve a utilização indevida dos dados da empresa ré, por um fraudador que dispara e-mails aleatórios para clientes e não clientes, através de um mailing com e-mails inválidos no intuito de aplicar um golpe, a existência de fraude grosseira nos boletos recebidos pela parte autora, a qual pode facilmente ser detectada pelos endereços de e-mails e boletos fraudulentos.
Deste modo, não verifico a falha na prestação do serviço alegada ou abusividade na conduta, ante a ausência de ato ilícito praticado pela requerida. Demonstrou a demandada que nenhum momento praticou qualquer conduta que possa ser considerada ilícita, uma vez que agiu em consonância com as normas e demais determinações legais, portanto, nada pode lhe ser imputada.
Ora, o consumidor não pode dizer que a requerida tem culpa, já que também tem o dever de utilizar adequadamente e se acautelar com e-mails que são considerados antispam podendo o(a) requerente rejeitar esses e-mails que são conhecidos como fraudulentos, agindo desta forma poderia precaver-se contra importunação alegada.
Sendo assim, não cabe à empresa requerida fiscalizar todos os contatos existentes na internet, cabendo ao consumidor, contudo, se acautelar, de modo que não há que se falar em indenização por danos morais, pois não há contrato firmado entre as partes.
Deste modo, em que pese terem os estelionatários utilizado as informações sociais da empresa, esta não participou do conluio fraudulento, tampouco sabia de sua ocorrência, não podendo ser responsabilizada pela culpa exclusiva de terceiros. Conclui-se, portanto, que não se pode responsabilizar a demandada pela falha na prestação do serviço, o qual sequer foi prestado, sendo o caso dos autos originado por culpa exclusiva de terceiros, nos termos do artigo 14, § 3º, II do CDC. Destarte, diante da demonstração da prática de quaisquer atos ilícitos pela requerida.
Definitivamente, não vislumbro viabilidade para acolhimento dos pleitos autorais, de modo que não há qualquer parâmetro legal para balizar tal pedido reparatório.
A verdade processual evidenciada depõe contra o pleito do(a) autor(a), sendo a improcedência medida imperativa.
No processo civil, valem os princípios da verdade processual, da persuasão racional e do livre convencimento na análise da prova, que não permitem, in casu, a tutela e provimento judicial reclamado
Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e arts. 6ºe 38, da LF 9.099/95, 4º, 6º e 14 da LF 8.078/90, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo(a) autor(a), ISENTANDO POR COMPLETO a parte requerida da responsabilidade civil reclamada.
Por fim, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, devendo o cartório, com a res judicata, promover o arquivamento do processo com as cautelas, anotações e registros de praxe..(...)"
Em respeito às razões recursais, ressalto que não restou comprovado nos autos que os e-mails eram enviados, de fato, pelo requerido. Sendo o e-mail enviado por terceiros fraudadores, que se passam pela empresa de telefonia, não há que se falar em responsabilização dela. Em caso de golpe denominado "fishing", como no caso em apreço, não houve a devida cautela por parte do consumidor, tratando-se de fortuito externo incapaz de configurar o nexo de causalidade entre o dano sofrido e qualquer ato da empresa, motivo pelo qual a manutenção da sentença é medida que se impõe.
Pelo exposto, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo a sentença vergastada inalterada em sua integralidade.
Condeno a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sob o valor da causa, nos termos da Lei 9.099/95, ressalvada eventual gratuidade deferida.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.

EMENTA
RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO CONTRATUAL. COBRANÇA EXCESSIVA. FRAUDE. FORTUITO EXTERNO. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE. PRETENSÃO IMPROCEDENTE. NÃO PROVIDO.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR PARA O ACÓRDÃO

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7022990-73.2020.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 08/07/2021 16:11:22
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: GERSON ZEMIRO KRAINE
Advogado do(a) AUTOR: FRANCISCO RIBEIRO NETO - RO875-A
Polo Passivo: PEMAZA S/A
Advogado do(a) PARTE RE: SILVANIO DOMINGOS DE ABREU - RO4730-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado a teor da Lei nº 9.099/95.
VOTO
Conheço o recurso, porque presentes seus pressupostos de admissibilidade.
Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais, alegando o consumidor que ao levar seu veículo para reparo no motor fundido de seu automóvel, os problemas prevaleceram tendo que desembolsar novos valores para reparos, pleiteia pela restituição dos valores desembolsados e dano moral pelo infortúnio experimentado.
Ainda, anexa aos autos, notas fiscais dos produtos adquiridos e prestação de serviços pela recorrida, alegando que houve falha na prestação de serviços em não assumir sua responsabilidade, pela persistência dos defeitos no veículo.
Compulsando os autos noto que ha relação de consumo entre as partes, comprovada mediante apresentação de notas fiscais, no entanto, a parte autora não comprova que o novo defeito apresentado em seu veículo, se deu por culpa exclusiva da recorrida, apenas se limita a mencionar que "na ordem de serviço nº 0000995, expedida pela empresa RETIFICA DE MOTORES TRÊS PODERES" "foi identificado que o motor do veículo aqueceu devido à irregularidade na face do cabeçote, advinda do aquecimento recorrente de vazamento de água do sistema de arrefecimento, bem como a paralisação do eletro ventilador, gerando ainda desgastes nos pistões e anéis, e por conseguinte, a queima do óleo lubrificante e a perda da viscosidade do mesmo, e por fim, levando o motor a fundir." Contudo, o demandante não apresentou nos autos referido documento, não havendo como se presumir que o motor fundiu novamente por má prestação de serviço da recorrida.
Ademais, o consumidor poderia ter feito prova de suas alegações, através da apresentação de laudos ou documentos técnicos que demonstrassem minimamente, que os problemas decorreram do serviço de retífica realizado pela ré e seus prepostos/parceiros eleitos.
Também não comprovou o demandante que o gerente da parte ré, denominado como Gabriel, confessou que houve falha na prestação de serviços. As alegações deduzidas na petição inicial, e em sede de recurso inominado são genéricas, desacompanhadas de provas que confirmassem o defeito no motor, o que se mostra insuficiente para conferir verossimilhança à narrativa formulada.
No mesmo sentido, não vislumbro a ocorrência dos alegados danos morais, eis que não ficou comprovado ato ilícito praticado pela recorrida.
Nesse sentido, o ônus de provar o defeito na prestação de serviços era do autor, nos termos do art. 373, I, do CPC/2015, vigente ao tempo da instrução, do qual não se desincumbiu.
Portanto, não vislumbro qualquer ilícito praticado pela recorrida ou suas empresas eleitas/parceiras (prepostas), por total ausência de comprovação do nexo de causalidade.
Por tais considerações, voto para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pelo recorrente, mantendo a sentença inalterada.
Condeno o recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% sobe o valor atualizado da causa, conforme artigo 55 da lei 9099/95, ressalvada a justiça gratuita deferida ao recorrente.
Após o trânsito em julgado, remeta-se à origem.
É como voto.
EMENTA
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. MOTOR FUNDIDO. AUSÊNCIA DE PROVA DE LAUDO TÉCNICO PELO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO COMPROVADA. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7025190-82.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 10/04/2023 17:11:11
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: MARIA VALDIRA DA SILVA SOUZA
Advogado do(a) RECORRENTE: FRANCISCO RIBEIRO NETO - RO875-A
Polo Passivo: Banco Bradesco
Advogado do(a) RECORRIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546-A
RELATÓRIO.
Dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
A parte autora recorrente juntou em sede de recurso inominado, os seguintes documentos: 1) Fatura de cartão de crédito, comprovante de pagamentos, laudo médico, na qual não devem ser aceitos, pois, considera-se inovação recursal, portanto, é necessário que se afaste da análise do presente recurso os documentos juntados pela instituição bancária na fase recursal, em atenção ao disposto no art. 434 do Novo Código de Processo Civil, aqui aplicado subsidiariamente. Como bem observado, a prova juntada com o recurso não pode ser apreciada, vez que se trata de documento novo ou fato superveniente, em razão da vedação legal, sob pena de violação ao contraditório e à ampla defesa. Deixando a parte recorrente de apresentar justificativa para a juntada extemporânea de documentos na fase recursal, tal documentação não pode ser levada em consideração por ocasião do julgamento do recurso inominado.
Referido dispositivo legal é claro quando estabelece que não serão utilizados para embasar a convicção do juízo os documentos acostados pela parte ao recurso, porquanto não vieram aos autos no momento determinado no art. 30 e 33 da Lei n. 9.099.
Vejamos:
Art. 30. A contestação, que será oral ou escrita, conterá toda matéria de defesa, exceto arguição de suspeição ou impedimento do Juiz, que se processará na forma da legislação em vigor.
Art. 33. Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
Nesse sentido:
DOCUMENTOS NOVOS JUNTADOS COM O APELO E COM AS CONTRARRAZÕES. NÃO CONHECIMENTO. Não podem ser carreados novos documentos após a prolação da sentença, sob pena de ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e duplo grau de jurisdição. Nos termos da Súmula 08 do c. TST, a juntada de documentos na fase recursal somente se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença, o que não é o caso dos autos.
(TRT-3 – RO: 00105449720145030147 MG 001054497.2014.5.03.0147, Relator: Maria Cecilia Alves Pinto, Data de Julgamento: 20/10/2015, Primeira Turma, Data de Publicação: 21/10/2015.)
DOCUMENTOS. JUNTADA COM AS RAZÕES DE RECURSO. IMPOSSIBILIDADE. DESCONSIDERAÇÃO. RAZÕES DE RECURSO. INOVAÇÃO. NÃO CONSIDERAÇÃO. ENTREGA DE MERCADORIA. COMPROVAÇÃO. COBRANÇA. POSSIBILIDADE. Não podem ser considerados para o julgamento do recurso documentos juntados pelo recorrente com as razões recursais, não submetidos ao primeiro grau de jurisdição. O recurso não pode decidir sobre matérias arguidas tão somente nas razões de recurso, não examinadas pela sentença porque não alegadas na contestação. Havendo a comprovação da entrega da mercadoria, deve o comprador ser condenado ao pagamento dos valores indicados nos documentos de venda. (g.n. Recurso Inominado 0001629-11.2014.8.22.0008. Data do Julgamento: 30/10/2014. Relator: José Jorge Ribeiro da Luz).
Pois bem,
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”
Para melhor visualização da decisão, transcrevo-a na íntegra:
SENTENÇA
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de “AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA”, nos moldes do pedido inicial e dos documentos apresentados, havendo pleito de tutela antecipada para fins de imediata abstenção de novos descontos na conta corrente da requerente, referente as compras mencionadas na exordial;
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando o pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e “maduro” para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Não havendo preliminares, passo ao efetivo julgamento.
Pois bem.
O cerne da demanda reside na alegação de falha de segurança na prestação do serviço bancário, decorrente de compras ilegais/não reconhecidas pela autora em seu cartão de crédito.
Em referido cenário e contexto, no entanto, não logrou êxito a requente em demonstrar inequivocamente e, minimamente, as ilegítimas e onerosas compras com cartão de crédito sem sua autorização, deixando de cumprir o mister que lhe competia, nos termos do art. 373, I, CPC (LF 13.105/2015).

Isto porque a autora não comprova ter realizado a contestação/impugnação administrativa de compras não reconhecidas perante o banco/réu, de modo que cabia ao consumidor juntar ao feito o formulário próprio de contestação de transações ou requerimento particular, o que não ocorreu, o que faz concluir que as alegações emergem como unilaterais e sem prova.

Ainda que a autora alegue ausência de contratação, não há nenhum protocolo administrativo de reclamação e de contestação das compras perante o banco requerido, havendo mero registro de boletim de ocorrência, o qual sequer foi recebido pelo banco requerido.

A fraude bancária ou de estelionatários não é improvável ou impossível, contudo, ao consumidor compete diligenciar minuciosamente perante o banco a fim de demonstrar, minimamente, que não foi ele o efetivo comprador, o que não foi observado pela autora.

Como resta cediço, a inversão do ônus da prova não é automática, mesmo nas relações de consumo ou que envolvam empresas/instituições prestadoras de serviços ou fornecedoras de produtos, de modo que o consumidor não fica isento do ônus de comprovar aquilo que está ao seu alcance. A hipossuficiência ou impossibilidade técnica é analisada caso a caso, de sorte que, havendo necessidade de prova inicial do direito e lesão alegados, deve o(a) autor(a) da demanda trazer o lastro fático e documental com a inicial.

Compete ao consumidor produzir as provas que estão ao seu alcance, de molde a embasar "minimamente" a pretensão externada; somente aquelas que não são acessíveis, por impossibilidade física ou falta de acesso/gestão aos sistemas e documentos internos da empresa/instituição é que devem ser trazidos por estas, invertendo-se, então, a obrigação probatória, nos moldes preconizados no CDC. Ou seja, o consumidor não fora minimamente diligente naquilo que estava ao seu alcance probatório.

Veja-se a recente orientação jurisprudencial:

"MONITÓRIA. CONTRATOS. SUCESSÃO EMPRESARIAL. ARTIGO 133 DO CTN. LEGITIMIDADE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NÃO É AUTOMÁTICA. 1 - Reconhecimento da sucessão empresarial, incabível a reapreciação da questão que já está abrigada pela coisa julgada. 2 - Em que pese a aplicabilidade dos artigos 3º, § 2º e 6º, VIII, do CDC, a inversão do ônus da prova não é automática, dependendo da caracterização da hipossuficiência do consumidor e da necessidade de que essa regra da produção de provas seja relativizada no caso concreto. 3 - Não existe base legal para a limitação dos juros remuneratórios em 12% ao ano. 4 - Não foi pactuada de forma clara e expressa a capitalização mensal dos juros em nenhum dos contratos, devendo ser afastada. 5 - A teor do entendimento do Colendo STJ, para a descaracterização da mora é necessário avaliar a situação posta nos autos, de modo a aferir se é cabível. Ocorrendo abusividade/ilegalidade no período de normalidade contratual, a mora é indevida. 6 - Apelação parcialmente provida (TRF-4 - AC: 50013841820114047003 PR 5001384-18.2011.4.04.7003, Relator: CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR, Data de Julgamento: 29/05/2019, QUARTA TURMA)";

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO CIVIL. RELAÇÃO DE CONSUMO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NÃO É AUTOMÁTICA. IRRESIGNAÇÃO COM A SENTENÇA ATACADA. APELAÇÃO NÃO PROVIDA. - A prevenção alegada pela parte apelante não existe.- Não há que se falar em revelia no caso em tela. A contestação juntada se mostrou tempestiva.- A relação controvertida é de consumo. Entretanto, a inversão do ônus da prova prevista no Art. 6º do CDC não é automática.- Assim, se o magistrado entender que não é verossímil a alegação ou que o consumidor não é hipossuficiente, pode julgar pela não inversão do ônus da prova.- No caso em comento, é de se ressaltar que a empresa demandada forneceu várias contas telefônicas, o que seria hábil para que a consumidora demonstrasse que ocorreu a cobrança abusiva, apontando quais chamadas telefônicas não teria realizado ou o valor devido pelo uso da linha telefônica.- Como destacou o juízo a quo, a hipossuficiência da autora restou mitigada pela capacidade que possuía em produzir as provas necessárias do seu direito. Mas esta não impugnou de forma específica as faturas telefônicas, conforme determinou o juízo de primeiro grau, limitando-se a fazê-lo de forma genérica.- Sabe-se que é obrigação da parte autora provar o fato constitutivo de seu direito (art. 373, I, do NCPC), e esta não se desincumbiu de seu ônus.- Como bem foi destacado, as provas presentes nos autos levam ao entendimento de que houve a utilização da linha telefônica e a realização das ligações discriminadas nas faturas. Além disto, mesmo com a alegação de cobrança excessiva, a autora teria continuado com o uso da linha telefônica, sem questionamentos, nem pedido de suspensão, de forma que teria restado demonstrada a sua aceitação dos termos contratuais.- Apelação não provida. (TJ-PE - APL: 4107880 PE, Relator: Itabira de Brito Filho, Data de Julgamento: 06/12/2018, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 02/01/2019)";

"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – AÇÃO INDENIZATÓRIA – AUTOR QUE ALEGA O PAGAMENTO DE FATURA DE CARTÃO DE CRÉDITO NO CAIXA DO SUPERMERCADO-RÉU – COMPROVANTE EXIBIDO QUE NÃO SE MOSTRA HÁBIL A EVIDENCIAR QUE A TRANSAÇÃO FORA REALIZADA – ILICITUDE NA CONDUTA DO DEMANDADO NÃO DEMONSTRADA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO IMPROVIDO. Se o autor não fez prova boa e cabal do fato constitutivo de seu direito, a pretensão reparatória não pode comportar juízo de procedência". (TJ-SP - AC: 10110190820188260114 SP 1011019-08.2018.8.26.0114, Relator: Renato Sartorelli, Data de Julgamento: 10/04/2019, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 10/04/2019); e

"STJ - AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA COM BASE NO ART. 6º, INCISO VIII, DO CDC. VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES. EXISTÊNCIA DE MÍNIMOS INDÍCIOS. VERIFICAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR. ALTERAÇÃO. 1. A aplicação da inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, não é automática, cabendo ao magistrado singular analisar as condições de verossimilhança da alegação e de hipossuficiência, conforme o conjunto fático-probatório dos autos. 2. Dessa forma, rever a conclusão do Tribunal de origem demandaria o reexame do contexto fático-probatório, conduta vedada ante o óbice da Súmula 7/STJ. 3. Da mesma forma, é inviável o reexame dos critérios fáticos utilizados pelo Tribunal a quo para arbitramento dos honorários advocatícios, uma vez que tal discussão esbarra na necessidade de revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial ante o teor da Súmula 7 do STJ. 4. Agravo Regimental não provido" (g.n. - AgRg no Agravo em Recurso Especial nº 527.866/SP (2014/0128928-6), 4ª Turma do STJ, Rel. Luis Felipe Salomão. j. 05.08.2014, unânime, DJe 08.08.2014)".

Definitivamente, não tenho como comprovada a falha de segurança na prestação do serviço do banco requerido, posto que as alegações iniciais são unilaterais, não havendo o menor indício de prova quanto a responsabilidade civil do réu, de sorte que a improcedência dos pedidos iniciais é medida imperativa.

No processo civil, valem os princípios da verdade processual, da persuasão racional e do livre convencimento na análise da prova, que não permitem, in casu, a tutela e provimento judicial reclamado.

Esta é a decisão que mais justa se revela para o caso concreto, nos termos do art. 6º da LF 9099/95.

POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e no art. 6º e 38 da Lei 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, ISENTANDO POR COMPLETO a empresa requerida da responsabilidade civil reclamada.

Por conseguinte, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos moldes dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC (LF 13.105/2015), devendo o cartório, após o trânsito em julgado desta, promover o arquivamento definitivo dos autos.

Sem custas e/ou honorários advocatícios nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95.
Intimem-se e CUMPRA-SE.
Porto Velho/RO, data do registro.
Considerando os elementos fáticos e documentais, a sentença analisou detidamente todos os pontos necessários para a elucidação do caso, especialmente em face da ausência de provas afirmando que não efetuou as compras, não há se quer a juntada da fatura do cartão de crédito na exordial, bem como não há contestação das compras junto ao banco/requerido.
Esclareço que em que pese se trate de uma relação de consumo, não fica o consumidor livre da produção de provas, devendo provar minimamente os fatos constitutivos de seu direito, trazendo aos autos elementos que sejam capazes de sustentar e dar verossimilhança às suas alegações, situação não ocorrida nos autos.
Os princípios informadores do Juizado devem prestigiar a simplicidade e favorecer a defesa do consumidor. No entanto, não se pode abrir mão da segurança jurídica e do ônus de o consumidor provar o que alega.
Ante o exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, mantendo-se inalterada a sentença.
Condeno a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sob o valor da causa, nos termos da Lei 9.099/95, com as ressalvas da justiça gratuita concedida.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. NÃO COMPROVAÇÃO DE ELEMENTOS MÍNIMOS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA.
É ônus do autor provar fato constitutivo de seu direito, consoante determina o artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil. O consumidor deve se mostrar minimamente diligente naquilo que estava ao seu alcance probatório.
Não demonstrada a irregularidade da cobrança do débito, não há que falar em responsabilidade civil da empresa fornecedora de serviços.
Nas ações que possuem por objeto relações de consumo, o ônus da prova pode ser invertido, não obstante isso, cabe ao autor demonstrar minimamente os fatos constitutivos de seu direito.
Inexistindo a comprovação do direito constitutivo da parte autora, deve ser mantida a sentença de improcedência.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7018656-25.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 24/01/2023 12:35:10
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: CRICIA MARINA DIAS DO PRADO
Advogados do(a) RECORRENTE: CLEBER DOS SANTOS - RO3210-A, SILVIO RODRIGUES BATISTA - RO5028-A
Polo Passivo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
RELATÓRIO
Trata-se de Embargos de Declaração opostos por ENERGISA RONDÔNIA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, sustentando a ocorrência de omissão no Acórdão combatido.
Postula a reforma do Acórdão com a finalidade de revisão do valor da condenação do dano moral.
É o sucinto relatório.
VOTO.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Os presentes embargos são claramente improcedentes.
Nos termos do art. 48 da Lei 9.099/95, cabem embargos de declaração somente quando a decisão for obscura, contraditória, omissa ou duvidosa entre seus próprios termos, o que não se verifica no caso em comento. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material no acórdão desta Turma Recursal.
Pelo exposto, verifica-se que a insurgência da embargante é em relação ao entendimento desta Turma Recursal, ao conteúdo do julgado que lhe é desfavorável, fugindo das hipóteses legais, razão pela qual o presente recurso não pode servir, sequer, para prestar esclarecimentos, e a irresignação da parte deve ser deduzida pelos meios legais próprios. Desta forma é incabível a revisão dos danos morais pela via dos Embargos, pois cediço que a manutenção do quantum indenizatório é possível somente em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisória ou exorbitante a indenização arbitrada, o que não é o caso dos autos.
Nota-se que a pretensão recursal consiste em tentativa única de ver rediscutida a matéria, com o fim de lhe conferir efeitos infringentes, o que não é permitido juridicamente nesta esfera recursal. A indenização foi fixada de acordo com o caso concreto, e fundamentada conforme as especificidades encontradas.
Assim, inexiste a alegada omissão ou qualquer vício, para justificar a pretendida reforma total da decisão, motivo pelo qual os embargos se mostram incabíveis. Neste sentido:
EMENTA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÕES INEXISTENTES. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. Incabíveis os embargos de declaração quando não estão presentes quaisquer das hipóteses do art. 48 da Lei 9.099/95. Os embargos de declaração não podem ter efeitos infringentes, possibilitando à parte rediscutir o que já foi analisado no acórdão, o que só se admite em situações excepcionais, o que não é o caso dos autos em que o acórdão foi proferido em conformidade com a jurisprudência já pacificada desta Turma Recursal. EMBARGOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA À UNANIMIDADE (TJRO - Turma Recursal - 0016798-90.2013.8.22.0002, Data de Julgamento: 30/10/2014).

Por fim, anoto que os embargos possuem caráter integrativo e não substitutivo da decisão, não se prestando para o reexame da matéria e/ou prequestionamento quando inexistente omissão ou qualquer vício, afinal, toda a extensão constitucional e infraconstitucional se encontra amplamente debatida na decisão.
Ante o exposto, VOTO para REJEITAR os embargos de declaração.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE RECURSO INOMINADO. MATÉRIAS ANALISADAS NO ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. - Não havendo omissão, contradição ou obscuridade na decisão atacada, os embargos de declaração devem ser rejeitados de plano.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, EMBARGOS DE DECLARACAO CONHECIDOS E REJEITADOS A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7024080-48.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 17/04/2023 19:42:15
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: TELEFONICA BRASIL S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES - GO29320-A
Polo Passivo: DEIVID FIGUEIREDO BARRETO
Advogado do(a) RECORRIDO: ESTEVAO NOBRE QUIRINO - RO9658-A
RELATÓRIO.
Relatório dispensado nos termos do artigo 46, caput, da Lei 9.099/95.
MÉRITO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
A parte recorrente assevera que a negativação do nome do consumidor nos órgãos de proteção ao crédito se deu de forma legítima.
De um lado, temos a parte consumidora aduzindo que a negativação e a dívida em discussão é indevida, vez que nunca houve contratação de qualquer tipo de serviço com a empresa ré. De outro, a empresa ré demonstra que a parte autora é titular da linha telefônica desde 12/09/2017, tendo seu cancelamento no dia 24/02/2018 devido à inadimplência, a parte autora deixou de efetuar o pagamento das faturas o que deu origem a negativação.
Para além disso, a parte requerida trouxe aos autos, gravação da contratação (ID Nº 19434565), um vasto histórico de pagamentos e histórico de ligações realizados pela parte autora, além do endereço da fatura ser idêntico ao contido na inicial (ID Nº 19434566 a 19434570).
Pelo exposto, resta claro que a inscrição ocorrida se deu de forma legítima, pois, refere-se a cobrança de parcela inadimplida do contrato junto a empresa de telefonia, conforme tela de Cadastro do Cliente juntado pela recorrida com a peça defensiva.
A análise das provas deve ser realizada à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, incidindo no caso a inversão do ônus da prova prevista no inciso VIII do art.6° do Código de Defesa do Consumidor. À vista disso, tenho que as alegações da parte recorrida possuem verossimilhança, posto que comprovou a titularidade da unidade, bem como, ter prestado serviços em unidade consumidora, fato que torna legítima a cobrança e a inscrição do nome da recorrente nos órgãos de proteção ao crédito.
Nesse sentido é o entendimento firmado pela Turma no julgamento do Recurso Inominado de n°1002086-90.2014.8.22.0601:
RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇO DE INTERNET MÓVEL. CONTRATAÇÃO COMPROVADA. INSCRIÇÃO DEVIDA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. 1. Cabe a parte autora, nos termos do art.333, I, do CPC, trazer elementos mínimos que comprove suas alegações, mesmo no caso da incidência da inversão do ônus da prova previsto art. 6° do Código de Defesa do Consumidor.
2. Os elementos trazidos pela parte ré comprovam que a parte autora contratou e utilizou os serviços de internet móvel por ela fornecido, de modo que caberia a demandante comprovar que o débito ensejador da inscrição nos órgãos de proteção ao crédito é indevido.
3. Não havendo provas de que a inscrição foi indevida, não há o que se falar em danos morais.
Quanto ao dano moral, conforme já exposto, a conduta praticada pela recorrida não enseja a pretensão indenizatória, motivo pelo qual reformo a sentença para julgar improcedentes os pedidos iniciais.
Ressalta-se que compete à parte autora o ônus de provar os fatos constitutivos de seu direito, nos termos do artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil, e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, o que não o fez.
Por tais considerações, DOU PROVIMENTO ao recurso inominado, reformando a sentença para julgar improcedentes os pedidos iniciais.
Sem custas processuais e honorários advocatícios.
Oportunamente, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA:
CONTRATO DE TELEFONIA. DÍVIDA LEGÍTIMA. CONTRATAÇÃO VÁLIDA. ÔNUS DO AUTOR. DANO MORAL INDEVIDO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7023976-56.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 10/04/2023 10:22:20
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: Banco Bradesco
Advogado do(a) RECORRENTE: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546-A
Polo Passivo: MICHELE DE CASTRO BRITO
Advogado do(a) RECORRIDO: ESTEVAO NOBRE QUIRINO - RO9658-A
RELATÓRIO
Trata-se de recurso inominado interposto pelo banco em face da sentença que julgou parcialmente procedente os pedidos iniciais, declarou a inexistência do vínculo jurídico entre as partes, bem como a condenação em danos morais no valor de R$ 5.000,00.
Em sede recursal, aduz o banco/recorrente que o débito discutido nos autos é legítimo, e, portanto, indiscutível a necessidade de pagamento. Pugna pela reforma total da sentença de origem para que seja julgado improcedente os pedidos contidos na exordial.
É o breve relatório.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Compulsando os autos, verifica-se que houve a contratação e a parte recorrente veio a inadimplir. Nas provas trazidas pela parte recorrida, mais precisamente nas faturas do cartão de crédito acostada, percebe-se que houve gastos e a consumidora não trouxe nenhuma comprovação documental de que buscou a empresa para quitação.
Na situação em análise, em que pese a ausência do contrato entre as partes, o banco recorrida juntou aos autos prova de que houve a utilização regular dos seus serviços, como demostra as faturas de ID Nº 19321774. Aliado a isso, a parte autora possui o cartão de crédito nº 6504859989254641 da requerida desde 24/10/2017 sendo cancelado em 06/06/2019 por falta de pagamento o que deu origem a negativação. Inclusive com diversos históricos de pagamentos com débito em conta corrente. Portanto, não se mostra crível que o fraudador pudesse continuamente realizar pagamento das faturas de cartão de crédito.
Muito embora se mostre viável a inversão do ônus da prova, neste ponto, tal benesse não afasta a obrigação da recorrente de comprovar, minimamente, os fatos que comprovam o direito alegado.
Passo a análise dos danos morais.
Diante do reconhecimento da relação contratual entre as partes, e pelo fato da consumidora possuir dívida preexistente conforme ID 19321756, a qual, inexistindo alegação de que esteja sendo impugnada judicialmente, possui presunção de legitimidade, o dano moral não é reconhecido no presente caso.
Assim, havendo inscrições anteriores ao objeto da lide sem a comprovação de cancelamento ou de que se trate de inscrição irregular, resta afastada a configuração do dano moral, conforme disposto na Súmula 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça:
Súmula 385 STJ. Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexiste legítima inscrição, ressalvando o direito ao cancelamento.
Nesse sentido, é o entendimento desta Turma Recursal:
CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO INDEVIDA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PREEXISTÊNCIA DE INSCRIÇÃO. AUSÊNCIA PROVA DE IMPUGNAÇÃO DAS DEMAIS NEGATIVAÇÕES. DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO. SÚMULA 385 DO STJ. APLICABILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7058319-83.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Des. Glodner Luiz Pauletto, Data de julgamento: 24/12/2020.
Ante o exposto, voto no sentido de DAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela requerida/recorrente, para julgar improcedentes os pedidos contidos na inicial.
Deixo de condenar o banco recorrente, eis que o deslinde do feito não se encaixa nas hipóteses previstas no artigo 55 da lei 9099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se à origem.
É como voto.
EMENTA
Consumidor. Cobrança de dívida de cartão de crédito. Inscrição devida. Dívidas preexistentes. Prova da contratação demostrada. Dano moral não comprovado. Recurso da requerida provido. Sentença reformada.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7025892-28.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 04/04/2023 23:50:37
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: BANCO ORIGINAL S/A e outros
Advogado do(a) RECORRENTE: LUCAS ARABE GOMES DA SILVA - RO8170-A
Advogado do(a) RECORRENTE: PAULO ROBERTO VIGNA - SP173477-A
Polo Passivo: HITALO IAGO BARROS RIBEIRO e outros
Advogado do(a) RECORRIDO: LUCAS ARABE GOMES DA SILVA - RO8170-A
Advogado do(a) RECORRIDO: PAULO ROBERTO VIGNA - SP173477-A

RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n° 9.099/95.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso da parte requerida/Banco Original S/A.
A relação jurídica estabelecida entre as partes está inserida no âmbito das relações de consumo, conforme se extrai da Súmula 297 do STJ: "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras".Vale dizer que a lei de regência, ao impor a teoria do risco, obrigou o fornecedor de serviços a reparar o dano causado a qualquer consumidor, independentemente da existência de culpa de seu agente, em razão da natureza e importância da atividade desenvolvida.
Sabemos que quem deve zelar pela prestação de serviços não é o consumidor e sim o fornecedor. Este exerce atividade econômica lucrativa, auferindo lucros, portanto, e não pode transferir ao consumidor caso haja prejuízo de sua atividade.
Assim, qualquer problema na prestação de serviço deve ser atribuído ao fornecedor, salvo quando houver culpa do consumidor, o que no presente caso não ficou comprovada.
O recorrente foi surpreendido com o bloqueio injustificado de sua conta bancária que utilizava para despesas mensais, ficando esse impedido de movimentar sua conta. O consumidor necessitou despender seu tempo para resolver um problema ao qual não deu causa.
É certo que a situação em si enseja incômodos decorrentes das providências notoriamente dificultosas para a resolução da celeuma, sobretudo nas circunstâncias do caso concreto.
Denota-se que o bloqueio da conta bancária é incontroverso nos autos, cabendo analisar se houve defeito na prestação do serviço ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, para fins de responsabilização.
Dessa forma, forçoso concluir que o banco causou mais que dissabores e meros aborrecimentos ao consumidor, e sim, danos de ordem extrapatrimonial, proporcionando-lhe inúmeros prejuízos constrangimentos e abalos perante terceiros.
Por isso, reconheço o dano sofrido capaz de ensejar a reparação na seara cível, determinando pagamento de indenização a fim de ressarcir os danos causados ao consumidor.
É cediço que o quantum indenizatório deve ser estipulado pelo magistrado de forma equitativa, de modo que não seja muito alto a ponto de implicar enriquecimento sem causa do ofendido, nem tão inexpressivo, sob pena de não produzir no ofensor a sensação de punição, constrangendo-o a se abster de praticar atos similares. Para tanto, devem ser consideradas as condições econômicas dos envolvidos, a culpa do ofensor e a extensão do dano causado ao ofendido.
No que se refere ao montante, considerando que a indenização tem a finalidade de proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, tenho que o valor fixado pelo juiz de primeiro grau em R$ 5.000,00 (cinco mil e quinhentos reais) preenche os requisitos da razoabilidade e proporcionalidade. Este é o entendimento pacificado da jurisprudência, havendo precedente desta Turma Recursal nesse sentindo:
FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RECUSA INDEVIDA DE TRANSAÇÃO COM CARTÃO DE CRÉDITO. SALDO EXISTENTE. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SOLIDÁRIA. A recusa indevida de transação por parte da operadora no uso de cartão de crédito, existindo neste saldo suficiente, configura o dano moral indenizável. (7003606-03.2015.8.22.0001 – Recurso Inominado. Data do Julgamento: 13/10/2016. Relator Jorge Luiz dos Santos Leal).
Por tais considerações, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado mantendo a sentença de origem incólume.
Condeno a parte recorrente ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes fixados no importe de 10% (dez por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
BLOQUEIO DE CONTA BANCÁRIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ENVIO PRÉVIO DE NOTIFICAÇÃO. ÔNUS DA PROVA DO RÉU. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 373, II, DO CPC/2015. DANO MORAL. CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DO BANCO IMPROVIDO
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7025234-38.2021.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 14/10/2021 11:40:39
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: DANIELA CARVALHO DA COSTA
Advogado do(a) RECORRENTE: RODRIGO STEGMANN - RO6063-A
Polo Passivo: BANCO DAYCOVAL S/A
Advogado do(a) RECORRIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Pois bem. Desde as primeiras sessões na turma, esclareci que o tema me intrigava e que, tão logo tivesse meios para me dedicar a fundo na matéria, a analisaria para além da colegialidade, com a finalidade de continuar a acompanhá-la com maior reforço, contribuindo com os argumentos ou para chegar as minhas conclusões e ofertá-las à turma. Pois bem, após semanas analisando e refletindo sobre o tema, cheguei a uma conclusão diversa daquela que vem sendo adotada neste colegiado e, então, passo a delimitar os parâmetros do meu convencimento.

Após analisar diversas pretensões, contra as mais variadas instituições financeiras, consigo estabelecer premissas comuns a todas elas. Algumas partes falam em terem sido abordadas pela instituição financeira, umas falam em oferta de empréstimo consignado, enquanto outras mencionam a busca por crédito.

O elemento comum a todas essas formas de apresentação do "produto", é o de que não há negativa de que houve a contratação.

A modalidade de contrato, em casos quejandos, é por adesão, método permitido por lei e que, por força do princípio da transparência, deve ser claro, objetivo.

Enquanto a parte autora trouxe sua pretensão e diz ter buscado modalidade de empréstimo, sendo surpreendida por metodologia diversa, a instituição financeira fez prova de que o contrato têm em seu cabeçalho, expressamente, a modalidade de contratação por meio de cartão de crédito. O contrato tem a assinatura da parte, menção a juros, pagamento mínimo.

Aqui é necessário aclarar que a modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa.

Esclarecendo, a modalidade de empréstimo utiliza como premissas a liberação de valores de forma antecipada ao recebimento do plástico que, após sua entrega, pode ser usado como um cartão de crédito convencional – permitindo saque e compras, sendo que a fatura é encaminhada para pagamento, normalmente.

Muitas petições iniciais inserem a problemática aí, mencionando a questão específica do PAGAMENTO MÍNIMO como um elemento presumidamente de fraude, haja vista que, com o simples pagamento mínimo, tornar-se-ia impossível a quitação do contrato, dando a entender que à parte é impossível pagar a fatura além do mínimo, ou que isso não encontra assento no contrato. Os juros não são aqueles estabelecidos para os cartões de crédito regulares, não associados a contratos de pagamento por consignação e, embora a modalidade pratique juros acima daqueles correspondentes a empréstimos consignados "puros", não podem ser considerados vedados, porquanto dentro dos limites praticados em um mercado que é regulado pelo Banco Central.

O valor mínimo que está lançado na fatura corresponde, via de regra, ao limite consignável e, quando esse já foi comprometido, àqueles 5% que foram permitidos pelo legislador ordinário nos incisos I e II do §1º do artigo 1º da Lei 10.820/2003. Em outras palavras, por força de contrato, mas, principalmente, por força de lei, a instituição financeira não pode extrapolar os limites consignáveis sob pena de, aí sim, promover a conduta ilegal, reprovável e indenizável.

Quando se conspurca a metodologia de forma absoluta, tratando-a como NULA, e não meramente anulável sob certas condições, despreza-se, além da própria regulamentação do Estado, a capacidade dos indivíduos, suas experiências comerciais em geral e torna presunções relativas em absolutas. Não se pode partir da premissa de que todos os consumidores são inexperientes, incautos e desprotegidos. Em muitos casos, a impugnação ao contrato veio após dois, três ou mais anos. Como compreender que há um recebimento, descontos por meses a fio e que só surpreendem o consumidor após tamanho decurso de tempo?

Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca.

As provas aqui, em geral, são documentais e o consumidor, embora hipossuficiente em relação a instituição financeira, por força da boa-fé objetiva, deve trazer elementos claros que demonstrem a causa da anulabilidade, somente sendo passível a inversão do ônus da prova naqueles casos em que não detém meios de acostar os documentos por circunstâncias justificáveis, e que devem estar ancoradas na inicial. Trazer a causa da anulabilidade de forma objetiva é o que baliza, também, o exercício da defesa, sem o qual demoniza-se o contraditório, lhe relegando um papel de impossibilidade e de mera formalidade teórica.

No Brasil houve a adoção do pacta sunt servanda, ou seja, a não ser em hipóteses específicas, os contratos devem ser cumpridos, de forma que, portanto, o exame de anulabilidade deve corresponder a uma circunstância específica que justifique a quebra e eventual descumprimento de contrato, vedando-se o enriquecimento sem causa.

Desta forma, havendo contrato assinado entre as partes, observadas as formalidades necessárias, a clareza de que se trata de um instrumento representativo de empréstimo por meio de cartão de crédito consignado, respeitando-se os limites legais da consignação e juros admitidos pelo BACEN, não havendo provas de vícios capazes de invalidá-lo, deverá ser considerado válido.

No caso em testilha, como na maioria deles, cinge-se o recurso na análise da legalidade do contrato de cartão de crédito na modalidade de RMC - Reserva de Margem Consignável, firmado entre as partes, e, consequentemente, se for o caso, a restituição em dobro dos valores descontados, bem como da indenização por danos morais acerca da efetivação dos referidos descontos.

A parte autora aduz que realizou empréstimo com a instituição bancária, contudo desconhecia a modalidade de cartão de crédito pela Reserva de Margem Consignada – RMC.

O banco recorrido, por sua vez, argumentou acerca da regularidade de sua conduta, juntando cópia do contrato entabulado bem como outros documentos que evidenciam o negócio entabulado entre as partes.

Da análise dos autos, tem se que a despeito das alegações da parte autora de que foi induzida a erro, as provas demonstram o contrário. No contrato de ID 19591037, assinado pela parte autora, está bem destacado a modalidade contratada não havendo que se falar em ausência de informação adequada.

Embora haja a negativa veemente da parte autora acerca da ciência da modalidade contratada, nos autos não restou demonstrado minimamente o vício de consentimento na celebração do referido contrato com as cláusulas que autorizam a reserva de margem consignável referente ao valor mínimo do cartão de crédito consignado.

Inexistindo provas de que houve vício na contratação entre as partes deve-se observar o princípio do pacta sunt servanda. Dessa maneira, ante a ausência de ilícito civil cometido pelo requerido o pleito da parte autora deve ser negado.

Nesse sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, destacando-se que o alinhamento desta turma com a Corte Estadual é medida que favorece a segurança jurídica. Vejamos:

Apelação cível. Ação de restituição de valores c/c indenização por dano moral. Cartão de crédito consignado. RMC. Contratação. Legalidade. Desconto mensal. Valor mínimo. Folha de pagamento. Exercício regular de direito. Dano moral. Inexistente. Recurso provido. Comprovada a contratação do cartão de crédito com margem consignável mediante contrato com cláusula expressa quanto ao desconto mensal do valor mínimo indicado na fatura, não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de RMC, ou caracterização do dano moral, devendo-se observar o princípio pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7003965-22.2021.822.0007, Rel. Des. Alexandre Miguel, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 6/12/2021).

Apelação cível. Contrato de Cartão de Crédito Consignado. Reserva de Margem Consignável – RMC. Contratação comprovada. Dano moral. Não configuração. Repetição do indébito. Indevido. Comprovada a contratação de cartão de crédito consignado, inclusive com termos claros e inequívocos quanto ao seu objeto, não há que se falar em indenização por dano moral ou repetição de indébito, mormente se considerar que o desconto se efetiva nos termos previamente contratados (TJ-RO – AC: 7002361-60.2020.822.0007, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 22/10/2021).

Apelação cível. Cartão de crédito consignado. Margem consignável. RMC. Descontos em benefício previdenciário. Relação jurídica comprovada. Assinatura da contratante. Ausência de vício. Recurso provido. Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral, devendo-se operar o princípio do pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7010666-33.2020.822.0007, Rel. Des. José Torres Ferreira, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 9/12/2021).

Desta forma, considero que houve a contratação de forma espontânea e que, ao alegar a existência de defeito no negócio jurídico, a parte atraiu o ônus de prová-lo, do que não se desincumbiu, razão pelas quais seus pedidos devem ser julgados improcedentes.

Pelos mesmos argumentos não merecem subsistir a pretensão de conversão em contrato de empréstimo consignado e de indenização por danos morais.

Diante do exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela parte consumidora, mantendo a sentença inalterada.

Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente vencido ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, com base no artigo 55 da Lei 9.099/95, o qual fica suspenso em razão da gratuidade deferida ao consumidor.

Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.

É como voto.

EMENTA

Recurso Inominado. Cartão de crédito consignado. A modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa. AUSÊNCIA DE NULIDADE ABSOLUTA. Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/ transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca. Não existindo tais elementos nos autos, a pretensão é improcedente. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01

Processo: 7025714-79.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

Data distribuição: 04/05/2023 16:22:30

Data julgamento: 05/07/2023

Polo Ativo: OSVALDINA BARBOSA DE SOUZA

Advogados do(a) RECORRENTE: FELIPE BRAGA PEREIRA FURTADO - RO9230-A, KAYNA APOYNA MOTA MATOS - RO11594-A, TIAGO VINICIUS MEIRELES CUNHA - RO9287-A

Polo Passivo: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA - CAERD

Advogado do(a) RECORRIDO: ANDERSON FELIPE REUSING BAUER - RO5530-A

RELATÓRIO

Dispensado nos termos da Lei n. 9.099/95.

VOTO

Recebo o recurso, pois presentes os pressupostos de admissibilidade.

DA PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA

A recorrente arguiu preliminar de cerceamento, uma vez que o Juízo de origem julgou antecipadamente a lide, não oportunizando às partes a produção de outras provas. Sustenta a necessidade de comprovar os pontos controvertidos ou dúvidas em Juízo quanto a verossimilhança das alegações sobre o desabastecimento de água do período indicado.

De fato, houve julgamento antecipado do feito, com base nos documentos que integram os autos, especialmente pelo fato que "(…) O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando designação de audiência de instrução e julgamento ou eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas." (Sentença).

Pelo que se depreende do feito, a improcedência dos pedidos se relaciona com defeitos ligados a ausência de individualização na causa de pedir, o que não é sanável mediante a oitiva de testemunhas. Portanto, não encontro motivos suficientes para reconhecer o alegado cerceamento durante a fase instrutória.

A mera alegação de julgamento antecipado da lide, com prejuízo da produção de provas anteriormente requeridas pelas partes, não implica, por si só, em cerceamento de defesa:

APELAÇÃO CÍVEL ALEGAÇÃO DE DE CERCEAMENTO DE DEFESA PERÍCIA CONTÁBIL DESNECESSIDADE - AÇÃO MONITÓRIA EMBARGOS LIMINARMENTE REJEITADOS ART. 702 DO CPC - RECURSO IMPROVIDO. 1 - As matérias sustentadas pela parte, que dizem respeito à abusividade das cláusulas contratuais, podem ser verificadas sem a realização da perícia contábil. 2 - A mera alegação de haver o juízo sentenciante julgado antecipadamente a lide, com prejuízo da produção das provas anteriormente requeridas, não implica, por si só, em cerceamento de defesa.(STJ - AgRg no Ag 1.351.403/PE, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/06/2011, DJe 29/6/2011). 3 - Prevê o art. 702, §§ 2º e 3º, do NCPC que Quando o réu alegar que o autor pleiteia quantia superior à devida, cumprir-lhe-á declarar de imediato o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado da dívida e que Não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, os embargos serão liminarmente rejeitados, se esse for o seu único fundamento, e, se houver outro fundamento, os embargos serão processados, mas o juiz deixará de examinar a alegação de excesso. 4 - Correta, portanto, a sentença que rejeitou liminarmente os embargos à Ação Monitória. 5 Recurso improvido.
(TJ-ES - AC: 00011422420188080062, Relator: MANOEL ALVES RABELO, Data de Julgamento: 09/03/2020, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 13/03/2020)

Além disso, os Juizados Especiais são orientados pelos princípios da celeridade, economicidade e simplicidade, redundando numa menor exigência as amarras burocráticas do procedimento comum, e justamente por isso, o julgamento antecipado não representa apenas uma mera faculdade, mas um dever do magistrado.

Existindo elementos suficientes de prova a formar o convencimento do Juiz, o feito pode ser julgado antecipadamente nos termos do artigo 355, do CPC, como ocorreu na hipótese em apreço;

Por entender que não há vício a ser sanado, rejeito a preliminar e submeto aos eminentes pares.

MÉRITO

Inicialmente, afasto da análise do presente recurso eventuais provas anexadas após a prolação da sentença de origem, consideradas como inovação recursal, em atenção ao disposto no art. 434 do Novo Código de Processo Civil, aqui aplicado subsidiariamente.

Como bem observado, a prova juntada com o recurso não pode ser apreciada, vez que se trata de documento novo ou fato superveniente, em razão da vedação legal, sob pena de violação ao contraditório e à ampla defesa. Deixando a parte recorrente de apresentar justificativa para a juntada extemporânea de documentos na fase recursal, tal documentação não pode ser levada em consideração por ocasião do julgamento do recurso inominado.

Referido dispositivo legal é claro quando estabelece que não serão utilizados para embasar a convicção do juízo os documentos acostados pela parte ao recurso, porquanto não vieram aos autos no momento determinado no art. 30 e 33 da Lei n. 9.099.

Vejamos:

Art. 30. A contestação, que será oral ou escrita, conterá toda matéria de defesa, exceto arguição de suspeição ou impedimento do Juiz, que se processará na forma da legislação em vigor.

Art. 33. Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

Nesse sentido:

DOCUMENTOS NOVOS JUNTADOS COM O APELO E COM AS CONTRARRAZÕES. NÃO CONHECIMENTO. Não podem ser carreados novos documentos após a prolação da sentença, sob pena de ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e duplo grau de jurisdição. Nos termos da Súmula 08 do c. TST, a juntada de documentos na fase recursal somente se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença, o que não é o caso dos autos.
(TRT-3 – RO: 00105449720145030147 MG 001054497.2014.5.03.0147, Relator: Maria Cecilia Alves Pinto, Data de Julgamento: 20/10/2015, Primeira Turma, Data de Publicação: 21/10/2015.)

DOCUMENTOS. JUNTADA COM AS RAZÕES DE RECURSO. IMPOSSIBILIDADE. DESCONSIDERAÇÃO. RAZÕES DE RECURSO. INOVAÇÃO. NÃO CONSIDERAÇÃO. ENTREGA DE MERCADORIA. COMPROVAÇÃO. COBRANÇA. POSSIBILIDADE. Não podem ser considerados para o julgamento do recurso documentos juntados pelo recorrente com as razões recursais, não submetidos ao primeiro grau de jurisdição. O recurso não pode decidir sobre matérias arguidas tão somente nas razões de recurso, não examinadas pela sentença porque não alegadas na contestação. Havendo a comprovação da entrega da mercadoria, deve o comprador ser condenado ao pagamento dos valores indicados nos documentos de venda. (g.n. Recurso Inominado 0001629-11.2014.8.22.0008. Data do Julgamento: 30/10/2014. Relator: José Jorge Ribeiro da Luz).

Pois bem, trata-se de recurso inominado interposto por OSVALDINA BARBOSA DE SOUZA, porque inconformada com a sentença proferida pelo juízo que julgou improcedente seu pedido de indenização por danos morais, formulado em desfavor da CAERD – Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia.

Refere que a ação foi proposta visando ser indenizada pelos danos suportados em razão de falha na prestação do serviço dispensado pela empresa ré, caracterizada pela falta de água iniciada em 20/06/2020 e que teria perdurado por 7 (sete) dias, sem prévia comunicação da empresa ré.

O pedido foi julgado improcedente.

Como cediço, a matéria não é nova nesta Turma Recursal, sendo julgado em todas as sessões, dezenas de processos de casos análogos. Até o momento, este julgador vinha seguindo o entendimento até então firmado, reconhecendo a falha no serviço prestado pela requerida, e consequentemente o dever de indenizar os danos extrapatrimoniais suportados pelo consumidor.

Não obstante isso, sendo o Direito uma ciência dinâmica, vi a necessidade de melhor estudar a matéria e analisar com maior profundidade as centenas de processos que aportam neste gabinete todos os meses, o que me levou a conclusão diversa da que vinha adotando até então. Explico:

Como já referido, existe atualmente centenas, senão, milhares de ações da mesma natureza em trâmite na justiça de Rondônia. Fazendo um apanhado dessas ações, percebe-se que em sua grande maioria a prova do fato constitutivo do direito do autor não é feita de forma individual, tanto que os mesmos elementos de prova se repetem na grande maioria dos processos. E, neste caso, não é diferente.

Compulsando os autos, verifica-se a inexistência de prova de que a parte requerente foi atingida pelo desabastecimento de água, não sendo apresentados protocolos de reclamação realizados junto a requerida ou qualquer outra evidência que conduza à verossimilhança de suas alegações.

As provas produzidas com a petição inicial e Recurso Inominado dizem respeito a reclamações de moradores em redes sociais, vídeos, matérias publicadas em sites de notícia locais, vídeos de terceiros e sentenças de casos semelhantes. Provas essas que são por demais genéricas e inábeis aos fins pretendidos e não comprovam o alegado, até porque eventual desabastecimento de água a terceiro, no mesmo bairro, não implica automaticamente na falha dos serviços prestados a todos os moradores da região, como o caso da parte autora.

Oportuno registrar, que ainda que se trate de relação de consumo, a análise do caso à luz do Código de Defesa do Consumidor, não afasta o dever de a parte autora comprovar minimamente os fatos constitutivos do direito vindicado.
Outrossim, até mesmo para a concessão da inversão do ônus da prova é necessário que se verifique, nos termos do inciso VIII do artigo 6º do CDC, além da verossimilhança nas alegações da parte autora, sua hipossuficiência na produção da prova, o que não se observa na espécie como visto em linhas anteriores.
Ressalte-se que meros relatos na Petição Inicial não podem ser utilizados como prova. Tratando-se de direito personalíssimo, há necessidade de comprovação de que houve dano específico ao autor. Nesse sentido é o entendimento do TJRO. Vejamos:
INDENIZAÇÃO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. INOCORRÊNCIA. ABASTECIMENTO.
Inexistindo prova de que houve falha na prestação do serviço de abastecimento de água, a pretensão indenizatória deve ser afastada. (APELAÇÃO CÍVEL 7015931-34.2020.822.0001, Rel. Des. Kiyochi Mori, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Cível, julgado em 27/06/2022.).
Apelação cível. Interrupção do fornecimento de água. Falha na prestação de serviço. Ônus probatório. Dano moral. Ausente.
Incumbe ao autor fazer prova, ainda que minimamente, do fato constitutivo do seu direito, consoante art. 373, inciso I, do CPC. Ausente a demonstração de falha no serviço e o ato ilícito descritos na exordial, não há como reconhecer a ocorrência do dano moral. (APELAÇÃO CÍVEL 7006980-11.2021.822.0003, Rel. Des. Alexandre Miguel, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Cível, julgado em 23/06/2022.).
Apelação cível. Falha na prestação do serviço. Fornecimento de água. Inocorrência. Ausência de prova mínima. Juntada de documentos novos em 2º grau. Impossibilidade. Recurso desprovido.
Incumbe à parte autora o ônus de comprovar minimamente os fatos constitutivos do direito reivindicado, sob pena de improcedência dos seus pedidos.
Inexistindo elementos de prova suficientes para comprovar que houve falha na prestação do serviço de abastecimento de água, a pretensão indenizatória deve ser indeferida.
Não merece ser conhecidos os documentos juntados ao apelo, visto que extemporâneos, sob pena de supressão de instância. (APELAÇÃO CÍVEL 7001118-23.2021.822.0015, Rel. Des. Sansão Saldanha, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 1ª Câmara Cível, julgado em 15/06/2022.).
Por tais argumentos, revendo o posicionamento anterior, verifico que a manutenção da sentença é medida que se impõe.
Em razão do exposto, VOTO pelo NÃO PROVIMENTO do recurso inominado, mantendo a sentença recorrida inalterada.
Condeno a recorrente no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% do valor atualizado da causa, observando a gratuidade de justiça concedida.
É como voto.
EMENTA
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ABASTECIMENTO DE ÁGUA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PROVA. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA. 1. A aplicação do Código de Defesa do Consumidor não afasta o dever de a parte autora comprovar minimamente os fatos constitutivos do direito vindicado. 2. Elementos genéricos não são suficientes para comprovar a existência de dano específico na esfera jurídica do autor. 3. Tratando-se de falha no abastecimento de água, deve o autor apresentar elementos mínimos de que foi atingido diretamente pelo desabastecimento, não servindo de prova documentos relacionados a reportagens e a outras casas do mesmo bairro.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7027740-50.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 03/03/2023 10:35:10
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: LATAM AIRLINES GROUP S/A
Advogados do(a) RECORRENTE: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318-A, FABIO RIVELLI - RO6640-A
Polo Passivo: HIGOR VALIM MACIEL
Advogado do(a) RECORRIDO: NAYLIN NICOLLE PAIXAO NUNES - RO9228-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado nos termos da lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Compulsando os autos, verifica-se quebra contratual entre a companhia aérea e a parte consumidora, com transtornos que vão muito além do dissabor, pois mediante a alteração unilateral do voo, a recorrente deixou de cumprir o serviço na forma contratada, o que resultou em um atraso excessivo.
Narra a parte autora que sofreu danos morais em razão da falha na prestação dos serviços por parte da ré em decorrência de alterações/ cancelamentos, sem que lhes tenha sido prestada a assistência adequada, causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis pelo atraso de 12 horas em sua chegada.
Em contestação, a companhia aérea alega que o voo necessitou ser alterado por motivo de alteração de malha aérea.
A sentença foi julgada procedente, condenando a companhia aérea a pagar em favor da parte requerente o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a títulos de danos morais.
Irresignada, a companhia aérea pleiteia em sede de recurso inominado pela total improcedência da demanda.

O cancelamento do voo é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela recorrente em virtude da restruturação de malha aérea. Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que não houve assistências necessárias para diminuir o transtorno sofrido pelo recorrido. Nesse sentido, o aresto:

Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não Configurado. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade.1-O cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2-A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3-A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00(dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019)

Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.

Mesmo que o primeiro voo tenha atrasado aproximadamente 3 horas, o atraso em questão fez com que a autora perdesse outro voo contratado e chegasse ao seu destino 12 horas depois. Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais.

Quanto o quantum indenizatório, em condenações desta natureza, deve o juízo a quo atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.

No caso dos autos, verificadas as circunstâncias em que ocorreram os fatos, o cancelamento unilateral, o valor a título de dano moral fixado em R$ 10.000,00 (dez mil reais), se mostra suficiente para compensar o dano sofrido, atendendo o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, não devendo ser modificado.

Ante ao exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela companhia aérea recorrente, mantendo a sentença inalterada.

Condeno a empresa aérea ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55 da Lei nº. 9.099/95.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA

Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Malha aérea. Excludente não configurada. Danos Morais Configurados. Indenização Devida. Quantum Compensatório. Proporcionalidade e Razoabilidade. Recurso Não Provido. Sentença Mantida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01

Processo: 7026433-95.2021.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

Data distribuição: 03/12/2021 09:31:54

Data julgamento: 05/07/2023

Polo Ativo: JACIRA MORAES DE LIMA

Advogado do(a) RECORRENTE: RODRIGO STEGMANN - RO6063-A

Polo Passivo: BANCO BMG SA

Advogado do(a) RECORRIDO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE23255-A

RELATÓRIO

Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.

VOTO

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos recursos.

Algumas partes falam em terem sido abordadas pela instituição financeira, umas falam em oferta de empréstimo consignado, enquanto outras mencionam a busca por crédito.

O elemento comum a todas essas formas de apresentação do “produto”, é o de que não há negativa de que houve a contratação.

A modalidade de contrato, em casos quejandos, é por adesão, método permitido por lei e que, por força do princípio da transparência, deve ser claro, objetivo.

Enquanto a parte autora trouxe sua pretensão e diz ter buscado modalidade de empréstimo, sendo surpreendida por metodologia diversa, a instituição financeira fez prova de que o contrato têm em seu cabeçalho, expressamente, a modalidade de contratação por meio de cartão de crédito. O contrato tem a assinatura da parte, menção a juros, pagamento mínimo.

Aqui é necessário aclarar que a modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa.

Esclarecendo, a modalidade de empréstimo utiliza como premissas a liberação de valores de forma antecipada ao recebimento do plástico que, após sua entrega, pode ser usado como um cartão de crédito convencional – permitindo saque e compras, sendo que a fatura é encaminhada para pagamento, normalmente.

Muitas petições iniciais inserem a problemática aí, mencionando a questão específica do PAGAMENTO MÍNIMO como um elemento presumidamente de fraude, haja vista que, com o simples pagamento mínimo, tornar-se-ia impossível a quitação do contrato, dando a entender que à parte é impossível pagar a fatura além do mínimo, ou que isso não encontra assento no contrato. Os juros não são aqueles estabelecidos para os cartões de crédito regulares, não associados a contratos de pagamento por consignação e, embora a modalidade pratique juros acima daqueles correspondentes a empréstimos consignados "puros", não podem ser considerados vedados, porquanto dentro dos limites praticados em um mercado que é regulado pelo Banco Central.

O valor mínimo que está lançado na fatura corresponde, via de regra, ao limite consignável e, quando esse já foi comprometido, àqueles 5% que foram permitidos pelo legislador ordinário nos incisos I e II do §1º do artigo 1º da Lei 10.820/2003. Em outras palavras, por força de contrato, mas, principalmente, por força de lei, a instituição financeira não pode extrapolar os limites consignáveis sob pena de, aí sim, promover a conduta ilegal, reprovável e indenizável.

Quando se conspurca a metodologia de forma absoluta, tratando-a como NULA, e não meramente anulável sob certas condições, despreza-se, além da própria regulamentação do Estado, a capacidade dos indivíduos, suas experiências comerciais em geral e torna presunções relativas em absolutas. Não se pode partir da premissa de que todos os consumidores são inexperientes, incautos e desprotegidos. Em muitos casos, a impugnação ao contrato veio após dois, três ou mais anos. Como compreender que há um recebimento, descontos por meses a fio e que só surpreendem o consumidor após tamanho decurso de tempo?

Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca.

As provas aqui, em geral, são documentais e o consumidor, embora hipossuficiente em relação a instituição financeira, por força da boa-fé objetiva, deve trazer elementos claros que demonstrem a causa da anulabilidade, somente sendo passível a inversão do ônus da prova naqueles casos em que não detém meios de acostar os documentos por circunstâncias justificáveis, e que devem estar ancoradas na inicial. Trazer a causa da anulabilidade de forma objetiva é o que baliza, também, o exercício da defesa, sem o qual demoniza-se o contraditório, lhe relegando um papel de impossibilidade e de mera formalidade teórica.

No Brasil houve a adoção do pacta sunt servanda, ou seja, a não ser em hipóteses específicas, os contratos devem ser cumpridos, de forma que, portanto, o exame de anulabilidade deve corresponder a uma circunstância específica que justifique a quebra e eventual descumprimento de contrato, vedando-se o enriquecimento sem causa.

Desta forma, havendo contrato assinado entre as partes, observadas as formalidades necessárias, a clareza de que se trata de um instrumento representativo de empréstimo por meio de cartão de crédito consignado, respeitando-se os limites legais da consignação e juros admitidos pelo BACEN, não havendo provas de vícios capazes de invalidá-lo, deverá ser considerado válido.

No caso em testilha, como na maioria deles, cinge-se o recurso na análise da legalidade do contrato de cartão de crédito na modalidade de RMC - Reserva de Margem Consignável, firmado entre as partes, e, consequentemente, se for o caso, a restituição em dobro dos valores descontados, bem como da indenização por danos morais acerca da efetivação dos referidos descontos.

A parte autora aduz que realizou empréstimo com a instituição bancária, contudo desconhecia a modalidade de cartão de crédito pela Reserva de Margem Consignada – RMC.

O banco recorrido, por sua vez, argumentou acerca da regularidade de sua conduta, juntando cópia do contrato entabulado bem como outros documentos que evidenciam o negócio entabulado entre as partes.

Da análise dos autos, tem se que a despeito das alegações da parte autora de que foi induzida a erro, as provas demonstram o contrário. No contrato tem a assinatura da parte autora ID 20062655 está bem destacado a modalidade contratada não havendo que se falar em ausência de informação adequada.

Embora haja a negativa veemente da parte autora acerca da ciência da modalidade contratada, nos autos não restou demonstrado minimamente o vício de consentimento na celebração do referido contrato com as cláusulas que autorizam a reserva de margem consignável referente ao valor mínimo do cartão de crédito consignado.

Inexistindo provas de que houve vício na contratação entre as partes deve-se observar o princípio do pacta sunt servanda. Dessa maneira, ante a ausência de ilícito civil cometido pelo requerido o pleito da parte autora deve ser negado.

Nesse sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, destacando-se que o alinhamento desta turma com a Corte Estadual é medida que favorece a segurança jurídica. Vejamos:

Apelação cível. Ação de restituição de valores c/c indenização por dano moral. Cartão de crédito consignado. RMC. Contratação. Legalidade. Desconto mensal. Valor mínimo. Folha de pagamento. Exercício regular de direito. Dano moral. Inexistente. Recurso provido. Comprovada a contratação do cartão de crédito com margem consignável mediante contrato com cláusula expressa quanto ao desconto mensal do valor mínimo indicado na fatura, não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de RMC, ou caracterização do dano moral, devendo-se observar o princípio pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7003965-22.2021.822.0007, Rel. Des. Alexandre Miguel, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 6/12/2021).

Apelação cível. Contrato de Cartão de Crédito Consignado. Reserva de Margem Consignável – RMC. Contratação comprovada. Dano moral. Não configuração. Repetição do indébito. Indevido. Comprovada a contratação de cartão de crédito consignado, inclusive com termos claros e inequívocos quanto ao seu objeto, não há que se falar em indenização por dano moral ou repetição de indébito, mormente se considerar que o desconto se efetiva nos termos previamente contratados (TJ-RO – AC: 7002361-60.2020.822.0007, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 22/10/2021).

Apelação cível. Cartão de crédito consignado. Margem consignável. RMC. Descontos em benefício previdenciário. Relação jurídica comprovada. Assinatura da contratante. Ausência de vício. Recurso provido. Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral, devendo-se operar o princípio do pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7010666-33.2020.822.0007, Rel. Des. José Torres Ferreira, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 9/12/2021).

Desta forma, considero que houve a contratação de forma espontânea e que, ao alegar a existência de defeito no negócio jurídico, a parte atraiu o ônus de prová-lo, do que não se desincumbiu, razão pelas quais seus pedidos devem ser julgados improcedentes.

Pelos mesmos argumentos não merecem subsistir a pretensão de conversão em contrato de empréstimo consignado e de indenização por danos morais.

Diante do exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela parte consumidora, mantendo a sentença inalterada.

Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente vencido ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, com base no artigo 55 da Lei 9.099/95, o qual fica suspenso em razão da gratuidade deferida ao consumidor.
Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.
É como voto.
EMENTA
Recurso Inominado. Cartão de crédito consignado. A modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa. AUSÊNCIA DE NULIDADE ABSOLUTA. Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/ transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca. Não existindo tais elementos nos autos, a pretensão é improcedente. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7029242-24.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 10/03/2023 20:43:03
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: MARIA DA CONCEICAO CAVALCANTE LIMA
Advogados do(a) RECORRENTE: ALEXANDRE THEOL DENNY NETO - RO6740-A, ELVIS DIAS PINTO - RO3447-A
Polo Passivo: LATAM AIRLINES GROUP S/A
Advogados do(a) RECORRIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318-A, FABIO RIVELLI - RO6640-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”.
Aduz a consumidora que, adquiriu passagem área, saindo de Maceió/AL no dia 26/03/2022, às 11hrs:15min, e destino final à cidade de Porto Velho/RO. Ocorre que, no dia 25/03/2022 a requerente foi surpreendida com a informação de que seu voo havia sido cancelado e alterado unilateralmente, antecipando o voo da autora para o dia 25/03/2022 com saída às 16hrs:40min. A autora chegou na cidade de Porto Velho/RO às 23hrs:05min, do dia 25/03/2022, ou seja, totalmente diferente do que havia sido inicialmente contratado.
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
“S E N T E N Ç A
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes da má prestação do serviço de transporte aéreo contratado, resultantes de conduta negligente da requerida em não prestar serviço de transporte aéreo adequado, eficaz e pontual como contratado e prometido, posto que houve a alteração unilateral do voo previamente pactuado, ocasionando danos ofensivos à honra da requerente, passíveis de serem indenizados.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e “maduro” para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Afasto a preliminar de ilegitimidade passiva, posto que se confunde com o mérito, de modo que será conjuntamente analisada.
Aduz a autora que firmou contrato de transporte aéreo com a empresa requerida, para voo de volta de Maceió a Porto Velho, em 26/03/2022, mas teve o retorno antecipado em 24 horas, causando danos morais indenizáveis.
Pois bem!
A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, vez que a demandada é efetiva fornecedora de produtos (passagens aéreas) e prestadora de serviços (administração de venda de passagens aéreas, transporte aéreo, informes promocionais, etc...) e, como tal, deve se acautelar e responder plenamente por suas ações, não se aplicando o Código Brasileiro de Aeronáutica, conforme entendimento remansoso da jurisprudência pátria.
E, da análise dos documentos e argumentos apresentados, tenho que o pleito do requerente procede, restando evidenciada a falta de zelosa administração e execução do serviço prestado pela ré, assim como já decidido em inúmeros casos.

A autora se programou e comprou passagens da ré confiando no cronograma, rapidez e segurança prometidos e contratados com empresa demandada, mas acabaram frustrados, sendo obrigados a se submeter aos desmandos e a ingerência da empresa aérea requerida, sem ao menos informar ou prestar melhores esclarecimentos aos consumidores.

Deste modo, a alteração na data da passagem aérea, por ato unilateral da ré, não deixa qualquer dúvida quanto à falta de zelo na prestação dos serviços a que se obrigara, valendo ressaltar que as empresas permissionárias ou concessionárias de serviço público tem obrigação de bem prestar o serviço contratado (art. 22, CDC).

Não vinga a tese da empresa aérea de culpa de terceiros ou de que o voo fora alterado pela agência de viagens, já que esta é preposta e representante autônoma da companhia aérea, fazendo valer a responsabilidade objetiva e solidária e a afirmativa da autora, de cancelamento unilateral de voo regularmente programado e contratado.

Todas as ações da ré devem ser relatadas e documentadas, sob pena de se acolher como verdadeiros os argumentos do passageiro e consumidor, principalmente quando este apresenta prova correlata do direito vindicado.

A responsabilidade surge indiscutível, sendo que a demandada conta com o risco operacional e administrativo, assumindo-o por completo, de modo que deve melhor se equipar e se preparar para receber e tutelar o consumidor, fornecendo informações precisas e corretas, prestando auxílio material e todo o apoio, a fim de evitar desencontros e maiores frustrações. Enquanto isto não ocorrer, deve o Judiciário tutelar a questão promovendo o equilíbrio de forças entre o grande (a ré) e o pequeno (o consumidor).

Nesse sentido, atentando para o caso em tela, verifico a frustração experimentada (alteração unilateral do voo e falta de melhor informação) gerou dano moral, consubstanciada no desamparo, na impotência e na angústia de ver unilateral e forçadamente alterado o contrato celebrado regularmente e com bastante antecedência.

A responsabilidade surge indiscutível, a julgar pela ausência de comprovação de justo motivo e que exclua a referida responsabilidade, sendo que a requerida fora negligente na execução do contrato e na produção de provas que a absolvessem da imputação feita, deixando de cumprir o mister de apresentar prova de causa impeditiva, modificativa ou extintiva do direito alegado e comprovado pelo autor (art. 373, I e II, CPC, e 4º e 6º, CDC).

Não pode o consumidor, parte frágil na relação e sem qualquer poder decisório ou de influência (bem como de acesso a informações e documentos de gerência), arcar com todos os prejuízos e "engolir" a alteração danosa do voo, já que a antecipação do retorno causa perda de dias de lazer.

Pacífico o entendimento jurisprudencial:

"APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. PACOTE TURÍSTICO. VIAGEM INTERNACIONAL. COMEMORAÇÃO DE ANIVERSÁRIO. PERDA DO EMBARQUE POR ANTECIPAÇÃO DO HORÁRIO DE VOO. AUSÊNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DANOS MATERIAIS E MORAIS. RECONHECIMENTO. INDENIZAÇÃO. MAJORAÇÃO. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. CABIMENTO. RECURSOS CONHECIDOS. DESPROVIDO O APELO DA RÉ. PROVIDO O RECURSO ADESIVO. 1. A responsabilidade civil objetiva dispensa a demonstração da culpa, bastando a comprovação do ato comissivo ou omissivo, o dano e o nexo de causalidade. Há culpa do fornecedor, quando na prestação do serviço, omite informação essencial ao consumidor. 2. Empresa de turismo que vende pacote para o consumidor à véspera da viagem e deixa de comunicar a antecipação do horário do vôo, levando a perda do embarque e, consequentemente, do próprio objeto do contrato, responde por perdas e danos. 3. In casu, além do dissabor e frustração decorrente da privação do embarque, os consumidores amargaram severa angústia com a perda da viagem internacional, cujo escopo era comemorar o aniversário de quarenta anos do autor. 4. O dano moral decorrente de atraso de voo prescinde de prova e a responsabilidade de seu causador opera-se in re ipsa em virtude do desconforto, da aflição e dos transtornos suportados pelo passageiro (EDcl no REsp 1280372/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 31/03/2015) 5. O arbitramento da indenização no montante de R$8.000,00 (oito mil reais) guarda perfeita proporção com a gravidade e as conseqüências do ilícito praticado pelo recorrente 6. RECURSOS CONHECIDOS, APELO DESPROVIDO E RECURSO ADESIVO DE APELAÇÃO PROVIDO.(TJ-DF 20160111264664 DF 0036850-25.2016.8.07.0001, Relator: LUÍS GUSTAVO B. DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 31/01/2018, 4ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 06/02/2018 . Pág.: 446/454)"; e

"RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CANCELAMENTO/ ANTECIPAÇÃO DE VOO. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DEVER DE INDENIZAR. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO N. 4.1 DAS TRU/PR. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Conforme Enunciado n. 4.1 da TRU/PR, o cancelamento e/ou atraso de voo somado ao descaso no trato com o cliente enseja reparação moral. Configura descaso com o cliente quando há falha no dever de informação. 2. A fixação do valor da indenização por danos morais, deve ser estipulada observando-se a culpa do ofensor, a concorrência do ofendido, a capacidade econômica das partes e, o caráter punitivo e pedagógico da condenação, norteado pelos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, à luz do caso concreto. Observados esses requisitos deve ser mantido o quantum indenizatório. 3. Recurso conhecido e desprovido. , decidem os Juízes Integrantes da 1ª Turma Recursal Juizados Especiais do Estado do Paraná, CONHECER DO RECURSO, E NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO, nos exatos termos do voto (TJPR - 1ª Turma Recursal - 0014794-27.2014.8.16.0030/0 - Foz do Iguaçu - Rel.: Liana de Oliveira Lueders - J. 29.01.2015)(TJ-PR - RI: 00147942720148160030 0 PR 0014794-27.2014.8.16.0030/0 (Acórdão), Relator: Liana de Oliveira Lueders, Data de Julgamento: 29/01/2015, 1ª Turma Recursal, Data de Publicação: 02/02/2015)."

A razão está com os demandantes, não havendo nenhuma possibilidade de isenção de responsabilidade, posto que os autores não conseguiram prosseguir viagem na data e hora agendada por culpa exclusiva da contratada, sendo condenável e indenizável referida conduta, só sabendo a exata proporção e desequilíbrio emocional e psicológico provocado quem sofre e vive o episódio.

Inegável é a ocorrência do dano moral, restando oportuno o seguinte magistério:

"Neste ponto, a razão se coloca ao lado daqueles que entendem que o dano moral está ínsito na própria ofensa, decorre da gravidade do ilícito em si. Se a ofensa é grave e de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum. Assim, por exemplo, provada a perda de um filho, do cônjuge ou de outro ente querido, não há que se exigir a prova do sofrimento, porque isso decorre do próprio fato de acordo com as regras de experiência comum; Provado que a vítima teve seu nome aviltado ou sua imagem vilipendiada, nada mais ser-lhe-á exigido provar, por isso que o dano moral está in re ipsa; decorre inexoravelmente da gravidade do próprio fato ofensivo, de sorte que, provado o fato, provado está o dano moral" (Elias, Helena - O Dano Moral na Jurisprudência do STJ - pag. 99/100 - Rio de Janeiro - Editora Lumen Juris).

O abalo moral, como visto, é incontroverso e a fixação já levará em consideração a quebra contratual (alteração do voo - antecipação) e os reflexos causados no íntimo psíquico da demandante pela frustração causada.
O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.
Sendo assim, levando-se em consideração que as condutas no setor de transporte aéreo tem se repetido, evidenciando a falta de maiores investimentos e de melhor trato ao consumidor, bem como levando-se em consideração a casuística revelada (adiantamento da data de voo de retorno e antecedência no aviso ao passageiro – sem maiores abalos), tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum total em R$ 10.000,00 (dez mil reais), como forma de disciplinar a empresa demandada e a dar satisfação pecuniária a requerente.
A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado. Portanto, suficiente a fixação total acima.
Essa é a decisão, frente ao conjunto probatório produzido, que mais justa se revela para o caso tutelado.
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo(a) autor(a) para o fim de CONDENAR A REQUERIDA NO PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), À TÍTULO DOS RECONHECIDOS DANOS MORAIS, ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA (TABELA OFICIAL TJ/RO) E JUROS LEGAIS, SIMPLES E MORATÓRIOS, DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, A PARTIR DA PRESENTE CONDENAÇÃO (SÚMULA 362, STJ).
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015).”
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa da consumidora que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Por tais considerações, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela companhia aérea LATAM AIRLINES GROUP S/A, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.
Condeno a empresa recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, eis que o deslinde do feito não se encaixa nas hipóteses restritas do art. 55 da Lei n. 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO NACIONAL. DANO MORAL DEVIDO. SENTENÇA MANTIDA. PROVIMENTO NEGADO.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7032632-02.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 12/04/2023 18:29:32
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: VRG LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059-A
Polo Passivo: ISABELLA CARVALHO TEIXEIRA LEMES DA FONSECA
Advogado do(a) RECORRIDO: JOUBERT SANTOS COSTA - RO11456-A
RELATÓRIO.
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso interposto, eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.
Em síntese, trata-se de recurso inominado interposto em face da sentença que julgou procedente o pedido inicial e condenou a companhia aérea a pagar a consumidora o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a títulos de danos morais em razão da alteração do voo da parte consumidora.
Pois bem.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
Aduz a parte autora que adquiriu passagens aéreas previsto para sair de Navegantes – Porto Velho dia 07/05/2022 às 11h50, com chegada ao destino às 22h55. Contudo, seu voo foi cancelado, sendo realocada para um novo voo com embarque dia 08/05/2022, às 11h20 e chegado ao destino final as 22h55, chegando ao destino com atraso de 24 horas, causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis.
A alteração do voo é questão incontroversa, sendo justificada pela empresa em razão de malha aérea.

Como se verifica, a empresa recorrente postula afastar sua responsabilidade civil usando o argumento que foi o caso de força maior, que o cancelamento se deu em razão da malha aérea.
Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que houve tão somente a alteração unilateral do contrato firmado, caracterizando-se como má prestação do serviço. Nesse sentido, o aresto:
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não Configurado. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade.1-O cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2-A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3-A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00(dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019)
Como visto a alteração da programação prevista para o voo em decorrência de malha aérea não imuniza a companhia da responsabilização das sequelas vivenciadas pelos consumidores. Tampouco constitui hipótese de caso fortuito e força maior como situação apta a excluir responsabilidade civil, porquanto tais eventos não revelam imprevisibilidade e invencibilidade.
Assim, ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Em condenações desta natureza, deve o juízo a quo atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.
No que se refere ao quantum, considerando que a indenização objetiva proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição mas como um desestímulo à repetição do ilícito, entendo que o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) se mostra adequado para compensar os infortúnios experimentados, não devendo ser modificado.
Ante ao exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela companhia aérea recorrente, mantendo a sentença inalterada.
Condeno a empresa aérea ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55 da Lei nº. 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto
EMENTA
RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. ANTECIPAÇÃO DE VOO. DANO MORAL CONFIGURADO. INFORMAÇÕES. AUSÊNCIA. FALHA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. REESTRUTURAÇÃO DE MALHA AÉREA. PROBLEMAS OPERACIONAIS. DANO MORAL. DEVIDO. MANTIDO. PROPORCIONALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a companhia aérea ré incorre em descumprimento contratual, por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos contratuais originariamente previstos. Evidenciado a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC, é cabível a responsabilização por danos morais.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7025989-28.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 25/11/2022 10:22:33
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: DIEGO MUZUCO BAYLAO
Advogado do(a) RECORRENTE: WILSON VEDANA JUNIOR - RO6665-A
Polo Passivo: TAM LINHAS AEREAS S/A.
Advogado do(a) RECORRIDO: FABIO RIVELLI - RO6640-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”.
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
SENTENÇA
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da lei (art. 38 da LF 9.099/95).

FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se, em verdade, de ação reparatória de danos materiais (R$600,00) decorrentes de imputada conduta negligente da requerida em não guardar, fiscalizar e controlar criteriosamente o processo de armazenamento de bagagens de passageiros, resultando em danos na mala despachada do autor, cumulada com indenizatória por danos morais pelo descumprimento contratual de transporte aéreo, caracterizado pela má prestação do serviço contratado, conforme pedido inicial e documentos apresentados.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e "maduro" para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço. Deste modo, INDEFIRO o pleito de designação de audiência de instrução, nos termos do art. 33 da Lei 9.099/95.
Não há arguição de preliminares, de modo que passo ao efetivo julgamento.
Pois bem!
A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, vez que a demandada é efetiva fornecedora de produtos (passagens aéreas) e prestadora de serviços (administração de venda de passagens aéreas, transporte aéreo, informes promocionais, etc...) e, como tal, deve se acautelar e responder plenamente por suas ações, não se aplicando o Código Brasileiro de Aeronáutica e, muito menos, a recente alteração legislativa operada neste último Codex (art. 251-A, CBA - acréscimo feito pela LF 14.034/2020).
A relação de consumo é inquestionável, de sorte que, em razão do princípio da especialidade, deve a lide ser resolvida com a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, analisando-se se houve ou não falha na prestação de serviço.
O cerne da demanda reside basicamente na existência de alegada conduta negligente ou imprudente da transportadora aérea ao não garantir e efetivar o transporte e a entrega segura da bagagem do autor no destino final (Porto Velho/RO), causando danos materiais e morais.
A requerida recebeu contrafé no ato da citação e pôde observar que o requerente pugnava pela responsabilização civil da mesma em razão da conduta negligente da requerida ao não guardar, fiscalizar e controlar criteriosamente o processo de armazenamento de bagagens, dando causa aos danos suportados pelo requerente que comprovou o registro em Relatório de Irregularidade com Bagagem (RIB).
Para a configuração da responsabilidade civil é indispensável a ocorrência do dano, ou seja, a agressão a interesse juridicamente tutelado, patrimonial ou extrapatrimonial, de forma a sujeitar o infrator ao pagamento de uma compensação pecuniária à vítima.
Nesse sentido, compreende-se por danos materiais a lesão a bens economicamente apreciáveis do seu titular, podendo ser verificados sob dois aspectos, quais sejam: dano emergente (déficit patrimonial que a vítima efetivamente sofreu) e lucros cessantes (o que a vítima deixou de auferir com a prática do ato ilícito pelo agente).
Em ambas as hipóteses, a obrigação de reparar é imputada àquele que pratica o ato ilícito, assim entendido como a conduta infringente ao ordenamento jurídico, seja em ação ou omissão voluntária, negligente ou imprudente, bem assim, pelo exercício abusivo de um direito, poder ou coisa, nos termos dos arts. 186 e 187 do Código Civil Brasileiro.
Neste aspecto, há que se concluir que a requerida foi a responsável pelo danos causados na bagagem do requerente, de modo que deve arcar com o ônus e prejuízos suportados pelo consumidor, estimado em R$600,00 (seiscentos reais), correspondente ao valor médio necessário para aquisição de uma mala do mesmo padrão, o que não representa nenhum absurdo.
O acolhimento da tese do requerente não representa nenhuma aberração jurídica ou absurdo (em termos de valores), não havendo nem de longe o risco de se afirmar que o precedente e conclusão permitem aventuras jurídicas ou enriquecimento sem causa dos passageiros efetivamente lesados.
Isto porque, incumbia à empresa requerida, em razão do serviço prestado, efetuar o transporte do passageiro e de seus bens com segurança, certificando-se que os objetos e produtos embarcados estavam em perfeitas condições e, caso contrário, procedesse ao reparo, o que não ocorreu.
Desta forma, há que se acolher como justo e razoável o importe reclamado a título de danos materiais.
Contudo, no tocante ao dano moral alegado, não vejo, data venia, em que consistiu o abalo psicológico alegado pelo requerente, sendo certo que os danos relatados refletem apenas prejuízo material, não sendo o caso de dano moral presumido.
Apesar do aborrecimento em ver o seu bem danificado e veiolada a embalagem que se encontrava arma de fogo portada pelo autor, a configuração da hipótese de danum in re ipsa (ocorrente, v.g., nas hipóteses de restrição creditícia, desconto indevido em folha de pagamento de prestações não pactuadas, perda de um ente querido em decorrência de ilícito civil, etc...) não ocorre no caso em tela, sendo devido apenas a reparação pelos danos materiais suportados e já tutelados.
É certo que a frustração quando se "descobre" a bagagem avariada causa ansiedade e transtornos, porém representa fato corriqueiro e plenamente possível no dia a dia dos consumidores, não assumindo proporção que justifique indenização por danos morais.
Na seara do dano moral há que se perquirir sobre a gravidade da "lesão" que se alega ter sofrido, investigando-se, com isso, se o fato arguido encontra-se dentro do campo indenizável, bem como seus reflexos.
Com efeito, não é qualquer constrangimento, aborrecimento, sentimento de angústia, dentre outros, que encontra amparo na esfera da reparação civil do dano moral. Este, para ser indenizável, há que ser relevante, merecedor de reprovação pela via da sanção civil, ou em outras palavras, capaz de efetivamente abalar o patrimônio imaterial formado pela tutela constitucional da personalidade do indivíduo. A honra é atributo importantíssimo da personalidade, não podendo ser concebida como algo facilmente abalável por qualquer fato ou acontecimento comezinho.
Neste sentido:
"RECURSO INOMINADO. OBRIGACIONAL E RESPONSABILIDADE CIVIL. CONSUMIDOR. AVIAÇÃO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. IMPOSSIBILIDADE DE EMBARCAR. ALEGAÇÃO POR PARTE DA RÉ DE NO SHOW . AQUISIÇÃO DE NOVA PASSAGEM. BAGAGEM AVARIADA. DEVER DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES. DANOS MORAIS INOCORRENTES. AUSÊNCIA DE OFENSA AOS ATRIBUTOS DA PERSONALIDADE.SENTENÇA QUE COMPORTA PARCIAL REFORMA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71008016354, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Fabio Vieira Heerdt, Julgado em 21/02/2019). (TJ-RS - Recurso Cível: 71008016354 RS, Relator: Fabio Vieira Heerdt, Data de Julgamento: 21/02/2019, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 26/02/2019)".

Concluindo, não deve a chamada “indústria do dano moral” vencer nos corredores do Judiciário, sob pena de se banalizar a ofensa à honra e dar-se nascedouro a enriquecimentos sem causa efetiva.
No processo civil, valem os princípios da verdade processual, da persuasão racional e da livre apreciação das provas, que não permitem no caso presente o deferimento absoluto do provimento judicial reclamado. Procede apenas a pretensão reparatória de restituição pelos produtos danificados durante o voo, devidamente corrigido e acrescido de juros legais.
Esta é a decisão que ais justa se revela para o caso concreto, nos termos do art. 6º da LF 9099/95.
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9099/95, 4º, 6º e 14, da LF 8.078/90, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo autor para o fim de CONDENAR A REQUERIDA A REPARAR OS DANOS MATERIAIS APURADOS NO IMPORTE TOTAL DE R$600,00 (SEISCENTOS REAIS), acrescido de correção monetária, desde a data do ajuizamento da ação (tabela oficial TJ/RO), e juros legais de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação válida.
Estando, assim, bem delimitados os contornos da demanda, tratando-se de exclusivamente de pretensão reparatória por alegado dano moral, não vejo em que consistiu o abalo psicológico alegado pelo requerente, sendo certo que os danos relatados não são presumidos.
Por tais considerações, voto para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.
Em razão da sucumbência, condeno a recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO. BAGAGEM DANIFICADA. RESPONSABILIDADE DA COMPANHIA AÉREA VERIFICADA. DANO MATERIAL DEVIDO. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR PARA O ACÓRDÃO

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7027654-79.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 28/03/2023 11:29:46
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ARENILSE PEREIRA DA SILVA
Advogado do(a) RECORRENTE: RODRIGO STEGMANN - RO6063-A
Polo Passivo: BANCO DAYCOVAL S/A
Advogado do(a) RECORRIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Pois bem. Desde as primeiras sessões na turma, esclareci que o tema me intrigava e que, tão logo tivesse meios para me dedicar a fundo na matéria, a analisaria para além da colegialidade, com a finalidade de continuar a acompanhá-la com maior reforço, contribuindo com os argumentos ou para chegar as minhas conclusões e ofertá-las à turma. Pois bem, após semanas analisando e refletindo sobre o tema, cheguei a uma conclusão diversa daquela que vem sendo adotada neste colegiado e, então, passo a delimitar os parâmetros do meu convencimento.
Após analisar diversas pretensões, contra as mais variadas instituições financeiras, consigo estabelecer premissas comuns a todas elas. Algumas partes falam em terem sido abordadas pela instituição financeira, umas falam em oferta de empréstimo consignado, enquanto outras mencionam a busca por crédito.
O elemento comum a todas essas formas de apresentação do “produto”, é o de que não há negativa de que houve a contratação.
A modalidade de contrato, em casos quejandos, é por adesão, método permitido por lei e que, por força do princípio da transparência, deve ser claro, objetivo.
Enquanto a parte autora trouxe sua pretensão e diz ter buscado modalidade de empréstimo, sendo surpreendida por metodologia diversa, a instituição financeira fez prova de que o contrato têm em seu cabeçalho, expressamente, a modalidade de contratação por meio de cartão de crédito. O contrato tem a assinatura da parte, menção a juros, pagamento mínimo.
Aqui é necessário aclarar que a modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa.
Esclarecendo, a modalidade de empréstimo utiliza como premissas a liberação de valores de forma antecipada ao recebimento do plástico que, após sua entrega, pode ser usado como um cartão de crédito convencional – permitindo saque e compras, sendo que a fatura é encaminhada para pagamento, normalmente.
Muitas petições iniciais inserem a problemática aí, mencionando a questão específica do PAGAMENTO MÍNIMO como um elemento presumidamente de fraude, haja vista que, com o simples pagamento mínimo, tornar-se-ia impossível a quitação do contrato, dando a entender que à parte é impossível pagar a fatura além do mínimo, ou que isso não encontra assento no contrato. Os juros não são aqueles estabelecidos para os cartões de crédito regulares, não associados a contratos de pagamento por consignação e, embora a modalidade pratique juros acima daqueles correspondentes a empréstimos consignados “puros”, não podem ser considerados vedados, porquanto dentro dos limites praticados em um mercado que é regulado pelo Banco Central.

O valor mínimo que está lançado na fatura corresponde, via de regra, ao limite consignável e, quando esse já foi comprometido, àqueles 5% que foram permitidos pelo legislador ordinário nos incisos I e II do §1º do artigo 1º da Lei 10.820/2003. Em outras palavras, por força de contrato, mas, principalmente, por força de lei, a instituição financeira não pode extrapolar os limites consignáveis sob pena de, aí sim, promover a conduta ilegal, reprovável e indenizável.

Quando se conspurca a metodologia de forma absoluta, tratando-a como NULA, e não meramente anulável sob certas condições, despreza-se, além da própria regulamentação do Estado, a capacidade dos indivíduos, suas experiências comerciais em geral e torna presunções relativas em absolutas. Não se pode partir da premissa de que todos os consumidores são inexperientes, incautos e desprotegidos. Em muitos casos, a impugnação ao contrato veio após dois, três ou mais anos. Como compreender que há um recebimento, descontos por meses a fio e que só surpreendem o consumidor após tamanho decurso de tempo?

Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca.

As provas aqui, em geral, são documentais e o consumidor, embora hipossuficiente em relação a instituição financeira, por força da boa-fé objetiva, deve trazer elementos claros que demonstrem a causa da anulabilidade, somente sendo passível a inversão do ônus da prova naqueles casos em que não detém meios de acostar os documentos por circunstâncias justificáveis, e que devem estar ancoradas na inicial. Trazer a causa da anulabilidade de forma objetiva é o que baliza, também, o exercício da defesa, sem o qual demoniza-se o contraditório, lhe relegando um papel de impossibilidade e de mera formalidade teórica.

No Brasil houve a adoção do pacta sunt servanda, ou seja, a não ser em hipóteses específicas, os contratos devem ser cumpridos, de forma que, portanto, o exame de anulabilidade deve corresponder a uma circunstância específica que justifique a quebra e eventual descumprimento de contrato, vedando-se o enriquecimento sem causa.

Desta forma, havendo contrato assinado entre as partes, observadas as formalidades necessárias, a clareza de que se trata de um instrumento representativo de empréstimo por meio de cartão de crédito consignado, respeitando-se os limites legais da consignação e juros admitidos pelo BACEN, não havendo provas de vícios capazes de invalidá-lo, deverá ser considerado válido.

No caso em testilha, como na maioria deles, cinge-se o recurso na análise da legalidade do contrato de cartão de crédito na modalidade de RMC - Reserva de Margem Consignável, firmado entre as partes, e, consequentemente, se for o caso, a restituição em dobro dos valores descontados, bem como da indenização por danos morais acerca da efetivação dos referidos descontos.

A parte autora aduz que realizou empréstimo com a instituição bancária, contudo desconhecia a modalidade de cartão de crédito pela Reserva de Margem Consignada – RMC.

O banco recorrido, por sua vez, argumentou acerca da regularidade de sua conduta, juntando cópia do contrato entabulado bem como outros documentos que evidenciam o negócio entabulado entre as partes.

Da análise dos autos, tem se que a despeito das alegações da parte autora de que foi induzida a erro, as provas demonstram o contrário. No contrato de ID 19185816, está bem destacado a modalidade contratada não havendo que se falar em ausência de informação adequada.

Embora haja a negativa veemente da parte autora acerca da ciência da modalidade contratada, nos autos não restou demonstrado minimamente o vício de consentimento na celebração do referido contrato com as cláusulas que autorizam a reserva de margem consignável referente ao valor mínimo do cartão de crédito consignado.

Inexistindo provas de que houve vício na contratação entre as partes deve-se observar o princípio do pacta sunt servanda. Dessa maneira, ante a ausência de ilícito civil cometido pelo requerido o pleito da parte autora deve ser negado.

Nesse sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, destacando-se que o alinhamento desta turma com a Corte Estadual é medida que favorece a segurança jurídica. Vejamos:

Apelação cível. Ação de restituição de valores c/c indenização por dano moral. Cartão de crédito consignado. RMC. Contratação. Legalidade. Desconto mensal. Valor mínimo. Folha de pagamento. Exercício regular de direito. Dano moral. Inexistente. Recurso provido. Comprovada a contratação do cartão de crédito com margem consignável mediante contrato com cláusula expressa quanto ao desconto mensal do valor mínimo indicado na fatura, não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de RMC, ou caracterização do dano moral, devendo-se observar o princípio pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7003965-22.2021.822.0007, Rel. Des. Alexandre Miguel, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 6/12/2021).

Apelação cível. Contrato de Cartão de Crédito Consignado. Reserva de Margem Consignável – RMC. Contratação comprovada. Dano moral. Não configuração. Repetição do indébito. Indevido. Comprovada a contratação de cartão de crédito consignado, inclusive com termos claros e inequívocos quanto ao seu objeto, não há que se falar em indenização por dano moral ou repetição de indébito, mormente se considerar que o desconto se efetiva nos termos previamente contratados (TJ-RO – AC: 7002361-60.2020.822.0007, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 22/10/2021).

Apelação cível. Cartão de crédito consignado. Margem consignável. RMC. Descontos em benefício previdenciário. Relação jurídica comprovada. Assinatura da contratante. Ausência de vício. Recurso provido. Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral, devendo-se operar o princípio do pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7010666-33.2020.822.0007, Rel. Des. José Torres Ferreira, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 9/12/2021).

Desta forma, considero que houve a contratação de forma espontânea e que, ao alegar a existência de defeito no negócio jurídico, a parte atraiu o ônus de prová-lo, do que não se desincumbiu, razão pelas quais seus pedidos devem ser julgados improcedentes.

Pelos mesmos argumentos não merecem subsistir a pretensão de conversão em contrato de empréstimo consignado e de indenização por danos morais.

Diante do exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela parte consumidora, mantendo a sentença inalterada.

Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente vencido ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, com base no artigo 55 da Lei 9.099/95, o qual fica suspenso em razão da gratuidade deferida ao consumidor.

Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.

É como voto.

EMENTA
Recurso Inominado. Cartão de crédito consignado. A modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa. AUSÊNCIA DE NULIDADE ABSOLUTA. Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/ transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca. Não existindo tais elementos nos autos, a pretensão é improcedente. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7032306-42.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 21/06/2023 10:27:31
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ANDREIA RODRIGUES FARIAS
Advogado do(a) RECORRENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR - MT20812-A
Polo Passivo: Banco Bradesco
Advogado do(a) RECORRIDO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - RO4875-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Quanto ao mérito, analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”
Para melhor visualização da decisão, transcrevo-a na íntegra:
“ Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
Trata-se de declaratória de inexistência do débito, no valor de R$ 248,64 com pedido de indenização por danos morais no valor de R$ 10.000,00. A parte autora afirma que seu nome foi inscrito pela parte da requerida nos órgãos de proteção ao crédito por contrato que desconhece.
A parte requerida, por sua vez, suscitou preliminares de inépcia da inicial por ausência de documento indispensável, falta de interesse de agir e da pretensão resistida e inépcia da inicial por ausência de comprovante de endereço em nome da parte autora. No mérito pugna pela improcedência dos pedidos iniciais, e pela condenação da parte autora em litigância de má-fé.
Das Preliminares
Afasto a preliminar de inépcia da inicial por ausência de documento indispensável, pois o documento de comprovação da negativação apresentado pela parte autora é do órgão de restrição de crédito SCPC.
Quanto a preliminar de ausência de pretensão resistida, diante da inexistência de pedido prévio administrativo, esta não merece prosperar, pois não é necessário que o consumidor esgote a esfera administrativa para buscar o direito na via judicial, além disso a própria apresentação de defesa revela a resistência do requerido.
Afasto a impugnação ao comprovante de residência, tendo em vista que a juntada do comprovante residencial da parte autora pode ser suprida, a extinção do processo tão somente com base nesse argumento se trata de formalidade excessiva e desproporcional.
Passo ao mérito.
Em análise aos fatos narrados e documentos apresentados, verifica-se que o pedido inicial é procedente em parte.
A relação entre as partes é de consumo, enquadrando-se nos conceitos de consumidor e de prestadora de serviços, estabelecidos nos arts. 2º e 3º da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), e sob essa ótica será analisada.
É incontroverso nos autos que o CPF da parte autora foi lançado nos cadastros de mau pagadores em razão da dívida no valor de R$ 248,64, além disso, há certidão anexa ao ID 76702696.
A instituição financeira, por seu turno, não apresentou contrato assinado, extratos, gravação de autorização dada por meio telefônico ou mesmo contrato digital acompanhado de reconhecimento fácil ou geolocalização ou qualquer outro documento que comprove a relação jurídica entre as partes.
Inexistente a prova da contratação, não está a parte consumidora obrigada ao pagamento de dívida gerada por serviço que não solicitou nem usufruiu, portanto, a dívida no valor de R$ 248,64 (duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) deve ser declarada inexigível.
Nesse passo, o débito der ser reconhecido como inexistente.
Além disso, a inclusão do nome da consumidora nos cadastros de inadimplentes (certidão ID 76702696) se deu de forma abusiva, o que merece reparação civil (Artigos 186 e 927 do Código Civil).
Conclui-se que os serviços do requerido falharam ao restringir o nome da consumidora perante o comércio, transtorno que configura inegável dano moral. Presente o dano, devem ser observados os parâmetros norteadores do valor da indenização, quais sejam, a capacidade econômica do agente, as condições sociais do ofendido, o grau de reprovabilidade da conduta, bem como a proporcionalidade.

É assente que a indenização por dano moral tem a dupla função de reparar o dano sofrido, sem que haja enriquecimento sem causa da requerente e punir o requerido da ilicitude, de modo, inclusive, a compeli-la a rever seus procedimentos administrativos. A parte autora possui outras restrições inseridas no órgão arquivista de inadimplentes, de modo que sua moral já não é tão imaculada como quer fazer crer, assim com enfoque em tais circunstâncias, fixo a indenização conforme dispositivo a seguir.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO INICIAL e com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, extingo o feito, com resolução de mérito para o fim de
a) DECLARAR inexistente o débito de R$ 248,64 (duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) referente ao Contrato nº71690182200053EC.
b) Condenar o banco requerido a pagar à requerente o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de danos morais, já atualizado nesta data (Súmula 362 do STJ e REsp 90325-RS), incidindo correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (INPC) e com juros simples de 1%(um por cento) ao mês, ambos a partir desta data.
Sem custas e honorários advocatícios nesta fase (arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995).
Intimem-se."
Em respeito as razões recursais, explico o motivo de não majorar o valor arbitrado a títulos de danos morais. No caso em tela, verifica-se que a parte autora trouxe, com sua inicial, apenas uma indicação de existência de dívida, sem, contudo, colacionar ao feito certidão de restrição creditícia, não havendo comprovação nos autos de que tenha o nome do consumidor sido inscrito junto aos órgãos de proteção ao crédito e de que não haja negativação preexistente, visto que o único documento juntado nesse sentido corresponde ao documento de ID 20275672, sendo insuficiente para o fim pretendido, caso até de improcedência em sede de primeiro grau. Por tais considerações, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado interposto mantendo a sentença em seus termos, ante a impossibilidade de reformatio in pejus.
Em razão da sucumbência, condeno a Recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da condenação, o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95, ressalvada a justiça gratuita deferida ao recorrente.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
Consumidor. Cobrança de dívida. Inscrição indevida. Pesquisa no site do órgão de proteção ao crédito. Insuficiência. Impossibilidade de verificar dívidas preexistentes. Documentos insuficientes. Impossibilidade de majoração dos danos morais. Reformatio in pejus. Recurso do Consumidor Recorrente improvido.
1. A apresentação tão somente de pesquisa junto ao site do órgão mantenedor de proteção de crédito não constitui prova cabal de abalo creditício, pelo fato da necessidade de juntar as certidões de balcão dos principais órgãos a fim de constatar se a anotação discutida é a única ou a mais antiga e, portanto, que a conduta da empresa recorrida foi hábil a ocasionar os danos morais decorrentes da restrição ao crédito.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7033511-43.2021.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 09/08/2022 17:07:11
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: HUGHES TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA.
Advogado do(a) RECORRENTE: CAROLINA DE ROSSO AFONSO - SP195972-A
Polo Passivo: NANDERSON KLEIN
Advogados do(a) RECORRIDO: ABNER VINICIUS MAGDALON ALVES - RO9232-A, IHGOR JEAN REGO - RO8546-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46, da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. "Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão".
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
"S E N T E N Ç A
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação de rescisão contratual (plano de internet em zona rural) e inexistência/inexigibilidade de débito, cumulada com indenização por danos morais decorrentes de falha na prestação dos serviços, conforme fatos narrados na inicial e de acordo com os documentos apresentados, não sendo concedida a tutela antecipada pleiteada.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se evidenciando a necessidade de qualquer dilação probatória, mormente quando a matéria colocada em discussão revela-se exclusivamente documental e de direito, não se justificando eventual pleito de inquirição de testemunhas (formulado em audiência ou em contestação) e recomendando-se o julgamento imediato.

Ainda que a demanda esteja em sede de Juizados Especiais, compete às partes bem e regularmente instruir as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!

Por conseguinte e dada a peculiaridade do caso (declaratória de inexistência de vínculo contratual), há que se aplicar os arts. 32 e 33, da LF 9.099/95, bem como 370 e 371, ambos do NCPC (LF 13.105/2015 – disposições compatíveis com o microssistema e com o rito sumaríssimo e especial dos Juizados Especiais).

Havendo arguições preliminares, passo ao estudo preambular antes de ingressar no mérito da causa.

A preliminar de perícia não deve ser acolhida, posto que a produção de prova pericial por si só não é matéria complexa para fins de se reconhecer a incompetência dos Juizados Especiais.

A questão de menor complexidade, aludida pelo art. 3º da Lei n.º 9.099/95, diz respeito à prova pericial e/ou ao valor, que suplanta os 40 salários mínimos, nas hipóteses em que a referida lex estabelece a competência, observando tal critério.

Assim, questão de maior complexidade é aquela que exige maior dilação probatória em prova técnica ou que suplanta 40 salários mínimos, na hipótese de competência ratione valoris o que não se verifica na hipótese em julgamento de modo que referida preliminar deve ser rechaçada.

Pois bem!

O cerne da demanda reside basicamente na alegação de descumprimento contratual da empresa demandada, posto que desde abril de 2020 disponibiliza os serviços de internet de forma insatisfatória, motivando a parte autora a pleitear a rescisão do contrato, bem como danos morais em razão do descumprimento contratual e cobrança de débitos gerados após pedido de cancelamento dos serviços.

A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, vez que a demandada é efetiva prestadora de serviço e, como tal, deve se acautelar e responder plenamente por suas ações.

E, da análise dos documentos apresentados, verifico que o pleito merece prosperar parcialmente, posto que a demandada, em contestação não trouxe fatos modificativos, extintivos ou impeditivos (art. 373, II, NCPC), deixando de comprovar a perfeita disponibilização dos serviços e efetivo cancelamento da internet rural, de modo que deve suportar e arcar com todos os ônus incidentes e decorrentes da sua inércia e abusividade emergida no bojo dos autos.

Assim, diante da falha na prestação de serviço, deve o contrato ser declarado rescindido, bem como inexigível os débitos apurados a partir de abril/2020.

Mesma sorte e inequívoca comprovação ocorre com os alegados danos morais, posto que os documentos apresentados bem comprovam a indevida inscrição do nome do(a) demandante nas empresas arquivistas (id. 59324890), surgindo como crível a assertiva de que o(a) autor(a) nunca usufruiu dos serviços prestados pela demandada.

É inegável que os serviços de proteção ao crédito, existentes em todo o mundo, desempenham função de relevo, destacando-se a rapidez e a segurança na concessão do crédito. Mas, por outro lado, o serviço é potencialmente lesivo à privacidade e à honra das pessoas, de modo que o legislador previu rígido controle nos procedimentos de inscrição de nomes em base restritiva de crédito.

A questão da utilização indevida do nome do requerente, o registro indevido no Sistema de Proteção ao Crédito e o vexame sofrido com a descoberta repentina da restrição creditícia apontam o abalo moral.

O dano moral está provado, valendo relembrar o seguinte entendimento:

“Neste ponto, a razão se coloca ao lado daqueles que entendem que o dano moral está ínsito na própria ofensa, decorre da gravidade do ilícito em si. Se a ofensa é grave e de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum. Assim, por exemplo, provada a perda de um filho, do cônjuge ou de outro ente querido, não há que se exigir a prova do sofrimento, porque isso decorre do próprio fato de acordo com as regras de experiência comum; Provado que a vítima teve seu nome aviltado ou sua imagem vilipendiada, nada mais ser-lhe-á exigido provar, por isso que o dano moral está in re ipsa; decorre inexoravelmente da gravidade do próprio fato ofensivo, de sorte que, provado o fato, provado está o dano moral.”

E, na mensuração do quantum indenizatório, acompanho o seguinte entendimento da jurista e Magistrada Helena Elias (op.cit.):

“O princípio da exemplaridade foi recentemente adotado na jurisprudência do STJ. Luiz Roldão de Freitas Gomes defende, em sede doutrinária, a aplicação de tal princípio. Após afirmar que, ‘sob a égide da atual Carta Magna, a reparação dos danos morais é ampla e desprovida de limitações, que não sejam as decorrentes de sua causalidade’, anota que, com a expressa previsão constitucional, aquela reparação ganhou autonomia, ‘deixando de ter por fundamento exclusivamente a culpa, que inspirava uma de suas finalidades: servir de exemplaridade ao infrator. Em consulta ao dicionário Aurélio, encontra-se, para o verbete exemplaridade, o significado de ‘qualidade ou caráter de exemplar’. Exemplar, por seu turno, é aquilo ‘que serve ou pode servir de exemplo, de modelo’. O critério de exemplaridade parece estar apto a substituir o dano punição do ofensor na avaliação do dano moral, por oferecer a vantagem se amoldar, com maior grau de adequação e aceitabilidade, ao ordenamento jurídico pátrio, sem o inconveniente, apontado por Humberto Theodoro Júnior, de ensejar uma pena sem prévia cominação legal. Em recente acórdão, da relatoria do Min. Luiz Fux, o STJ adotou expressamente o princípio da exemplaridade, ao assentar que a ‘fixação dos danos morais deve obedecer aos critério da solidariedade e da exemplaridade, que implica na vaporação da proporcionalidade do quantum e na capacidade econômica do sucumbente”.

O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.

Tem-se observado no cotidiano que a fixação de indenizações módicas não tem servido à finalidade proposta, pois as empresas condenadas não adotaram melhores cautelas e controles para evitar a repetição dos fatos ofensivos, sendo muito comum, ainda, a inscrição indevida do nome de consumidores em empresas arquivistas, mesmo estando em dias os pagamentos, de modo que as fixações tem que sofrer uma majoração significativa para que a indenização exerça sua função punitivo-pedagógico com eficiência.

Nossa sociedade moderna e capitalista vive do bom nome e do crédito, de modo que tudo que atente contra referidos pilares, deve ser prontamente reprimido, obrigando-se os responsáveis à reparação ou à indenização.

Sendo assim e levando-se em consideração a capacidade/condição econômica das partes, bem como os reflexos da conduta desidiosa da demandada (geração de débito; negativação do nome da parte autora nas empresas arquivistas), tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum em R$ 10.000,00 (dez mil reais), de molde a disciplinar a ré e a dar satisfação pecuniária à requerente, não se justificando a adoção do valor sugerido na inicial.
A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, de modo que o valor acima arbitrado (R$ 10.000,00) está sintonizado com os princípios expostos assim como com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitando-se o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa “indústria do dano moral”.
É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, a imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas financeiras.
R$ 10.000,00 (dez mil reais) não irá “quebrar” a ré e, muito menos, “enriquecer” o requerente.
Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.
POSTO ISSO, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos moldes dos arts. 6º e 38, da Lei 9099/95, 4º, 6º e 22, da LF 8.078/90, e 373, I e II, NCPC (LF 13.105/2015), JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial formulado pelo(a) autor(a), para o fim de:
A) DECLARAR A INEXISTÊNCIA DA RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES LITIGANTES, A PARTIR DE ABRIL DE 2020 E, POR CONSEGUINTE BEM COMO A INEXISTÊNCIA/INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS DOS VALORES COBRADOS (R$ 526,90 - vencimento 08/04/2020); e
DETERMINO que a empresa demandada promova a baixa/extinção dos débitos pendentes, absorvendo-o como custo ou prejuízo operacional, em 10 (dez) dias, sob pena de fixação de astreintes diárias indenizatórias, na forma do art. 52, V, da LF 9.099/95.
B) CONDENAR a empresa requerida no pagamento indenizatório de R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), a título dos reconhecidos danos morais suportados, acrescido de correção monetária (tabela oficial TJ/RO) e juros legais, simples e moratórios, de 1% (um por cento) ao mês a partir da presente condenação (Súmula n. 362, Superior Tribunal de Justiça)..
[...]”
Em respeito às razões recursais, ressalto que a empresa deu ensejo ao distrato portanto incabível pretender cobrar a multa contratual, conforme reconhecido na sentença, o que torna a cobrança indevida, que feita por inscrição do nome nos cadastros de mau pagadores gerou o dano moral ao recorrido, motivo pelo qual a manutenção da sentença é medida que se impõe.
Por tais considerações, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.
Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, o que faço com base no artigo 55, da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
Oportunamente, arquive-se.
É como voto
EMENTA
RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. INTERNET. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MORAIS. DEVIDOS. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7003336-95.2023.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 07/06/2023 20:28:53
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: FRANCISCA AGUIAR SILVA
Advogado do(a) RECORRENTE: RODRIGO STEGMANN - RO6063-A
Polo Passivo: BANCO DO BRASIL SA
Advogado do(a) RECORRIDO: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES - RN5553-A
RELATÓRIO Dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO Conheço do recurso, já que presentes os requisitos de admissibilidade.
Primeiramente, cumpre registrar que a cobrança de tarifas para remuneração dos serviços prestados pelas instituições bancárias é atualmente regulamentada pela Resolução n. 3.919/2010 do Banco Central do Brasil (BACEN).
Tal resolução classifica os serviços prestados a pessoas naturais em quatro espécies, a saber: essenciais, prioritários, especiais e diferenciados (art. 1º, § 1º, II).
Os serviços bancários essenciais, previstos no rol dos incisos I e II do art. 2º, devem ser fornecidos gratuitamente, sendo vedada a cobrança de tarifas em tais casos, conforme disposto no caput do mesmo artigo.
Assim, todo cliente tem direito a uma conta corrente com serviços essenciais, sem que tenha que pagar qualquer tarifa pela sua manutenção. Nesses casos, porém, não poderá utilizar sua conta para finalidades diversas das elencadas no dispositivo acima mencionado.
Já quanto aos demais serviços (prioritários, especiais e diferenciados), a cobrança de tarifas é permitida, conforme estabelecido nos caputs dos arts. 3º, 4º e 5º, respectivamente.

Porém, há que se observar a previsão contida no art. 1º da resolução em comento, de que a cobrança de remuneração dos serviços por meio de tarifas deve estar expressamente prevista no contrato firmado entre a instituição e o cliente, ou então ser feita mediante prévia solicitação ou autorização do cliente para o respectivo serviço. É o que dispõe o referido dispositivo:

Art. 1º A cobrança de remuneração pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conceituada como tarifa para fins desta resolução, deve estar prevista no contrato firmado entre a instituição e o cliente ou ter sido o respectivo serviço previamente autorizado ou solicitado pelo cliente ou pelo usuário. (grifei)

Contempla-se ainda, nos arts. 6º e 7º, a hipótese de oferta de pacotes de serviços. Vejamos:

Art. 6º É obrigatória a oferta de pacote padronizado de serviços prioritários para pessoas naturais, na forma definida na Tabela II anexa a esta resolução.

§ 1º O valor cobrado mensalmente pelo pacote padronizado de serviços mencionado no caput não pode exceder o somatório do valor das tarifas individuais que o compõem, considerada a tarifa correspondente ao canal de entrega de menor valor.

§ 2º Para efeito do cálculo do valor de que trata o § 1º:

I - deve ser computado o valor proporcional mensal da tarifa relativa a serviço cuja cobrança não seja mensal; e

II - devem ser desconsiderados os valores das tarifas cuja cobrança seja realizada uma única vez.

§ 3º A exigência de que trata o caput aplica-se somente às instituições que oferecem pacotes de serviços aos seus clientes vinculados a contas de depósitos à vista ou de poupança.

Art. 7º É facultado o oferecimento de pacotes específicos de serviços contendo serviços prioritários, especiais e/ou diferenciados, observada a padronização dos serviços prioritários, bem como a exigência prevista no § 1º do art. 6º.

Parágrafo único. É vedada a inclusão nos pacotes de que trata o caput:

I - de serviços vinculados a cartão de crédito; e

II - de serviços cuja cobrança de tarifas não é admitida pela regulamentação vigente. (grifei)

O que ocorre, portanto, é que, em vez de efetuar a cobrança individualizada por cada serviço utilizado, as instituições bancárias podem oferecer aos clientes pacotes ou "cestas" com determinada combinação de serviços disponíveis e cobrar pelo pacote escolhido um valor mensal predeterminado, desde que não exceda o somatório do valor das tarifas individuais que o compõem.

Contudo, é faculdade do cliente optar pela contratação de pacote de serviços, a qual deverá ser realizada mediante contrato especifico, nos termos dos arts. 8º e 9º da Resolução n. 3.919/2010 – BACEN:

Art. 8º A contratação de pacotes de serviços deve ser realizada mediante contrato específico.

Art. 9º Observadas as vedações estabelecidas no art. 2º, é prerrogativa do cliente:

I - a utilização e o pagamento somente por serviços individualizados; e/ou

II - a utilização e o pagamento, de forma não individualizada, de serviços incluídos em pacote. (grifei)

É o que também se depreende da leitura do art. 1º da Resolução n. 4.196/2013 – BACEN, a qual dispõe sobre medidas de transparência na contratação e divulgação de pacotes de serviços:

Art. 1º As instituições financeiras devem esclarecer ao cliente pessoa natural, por ocasião da contratação de serviços relacionados às suas contas de depósitos, sobre a faculdade de optar, sem a necessidade de adesão ou contratação específica de pacote de serviço, pela utilização de serviços e pagamento de tarifas individualizados, além daqueles serviços gratuitos previstos na regulamentação vigente.

Parágrafo único. A opção pela utilização de serviços e tarifas individualizados ou por pacotes oferecidos pela instituição deve constar, de forma destacada, do contrato de abertura de conta de depósitos. (grifei)

No caso dos autos, está comprovada a existência de descontos efetuados pelo banco recorrente na conta da parte autora a título de remuneração de pacote de serviços (tarifa pacote de serviços).

Comprovada a cobrança discutida, resta saber se é válida. Para tanto, é imprescindível verificar se houve a contratação expressa pela parte autora do referido pacote de serviços.

Pois bem.

A demonstração da contratação específica do pacote de serviços é ônus que cabia à instituição requerida – nos termos do inciso VIII do art. 6º do Código de Defesa do Consumidor e do inciso II do art. 373 do Código de Processo Civil/2015 –, do qual, todavia, não se desincumbiu, pois não trouxe aos autos cópia do contrato firmado entre as partes.

Não é possível, portanto, saber se no instrumento contratual havia expressa previsão acerca do pacote de serviços que o banco recorrente alega ter sido contratado, vez que tratar-se de previsão genérica, que não discrimina o serviço especificamente prestado.

Desse modo, sem a prova da efetiva contratação ou autorização, a cobrança no presente caso é irregular.

Ressalto que, por não possuir autorização específica para os débitos, o Banco é sabedor da impossibilidade de lançar mão de valores em contas de seus clientes. É uma apropriação indevida de valores que ele tem à sua custódia. A Turma Recursal de Rondônia já concluiu que em tais casos, portanto, em razão do conhecimento da impossibilidade de se apropriar de valores existentes em contas de seus clientes, está demonstrada a má-fé, o que justifica a devolução em dobro dos valores descontados.

Quanto aos danos morais este é presumido e encontra-se pareado ao entendimento da Turma Recursal de Rondônia.

É cediço que o quantum indenizatório deve ser estipulado pelo magistrado de forma equitativa, de modo que não seja muito alto a ponto de implicar enriquecimento sem causa do ofendido, nem tão inexpressivo, sob pena de não produzir no ofensor a sensação de punição, constrangendo-o a se abster de praticar atos similares. Para tanto, devem ser consideradas as condições econômicas dos envolvidos, a culpa do ofensor e a extensão do dano causado ao ofendido.

Dessa forma, fixa-se os danos morais em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), por estar em consonância com o atual entendimento deste Colegiado e com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, especialmente em face dos valores discutidos nos autos.

Por tais considerações, VOTO para DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado da parte autora reformando a sentença para:

a) CONDENAR a requerida a devolver em dobro à parte autora os valores indevidamente descontados de sua conta bancaria, com correção monetária desde a data do efetivo desconto de cada parcela paga, incidindo-se juros moratórios de 1% ao mês a partir da citação, utilizando-se a tabela do Tribunal de Justiça para as correções;

b) CONDENAR o banco a pagar indenização por danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e com juros de 1% (um por cento) ao mês, ambos a contar da data da publicação desta decisão.

Sem custas e honorários, uma vez que o deslinde do feito não se subsume à hipótese prevista no artigo 55 da Lei 9.099/95.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. SERVIÇOS BANCÁRIOS. PACOTE. CONTRATAÇÃO. COMPROVAÇÃO. INEXISTÊNCIA. IRREGULARIDADE NA COBRANÇA. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. CABIMENTO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
A cobrança de tarifa para remuneração de pacote de serviços bancários é irregular se não houve comprovação da contratação/autorização específica do cliente em relação ao respectivo pacote;
Demonstrada a má-fé, os valores descontados pela instituição bancária devem ser devolvidos ao cliente em dobro;
O valor da indenização deve ser suficiente para atender os requisitos de proporcionalidade e razoabilidade.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 0801366-52.2022.8.22.9000 - MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 19/12/2022 14:44:29
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: IRAN DOS SANTOS DIAS
Advogado do(a) IMPETRANTE: LUCIO FELIPE NASCIMENTO DA SILVA - RO8992-A
Polo Passivo: Juiz do 2º Juizado Especial Cível de Porto Velho, Dr. Ênio Salvador Vaz
RELATÓRIO Trata-se de mandado de segurança contra ato do Juízo de Direito do 2º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho/RO, afirmando que não houve publicação da decisão que determinava o pagamento do preparo para recebimento do recurso inominado. Ao final, pugna pela declaração da nulidade do ato impugnado, afastando-se a declaração de deserção do recurso inominado interposto e devolvendo-se o prazo fixado pela decisão de ID 62916135 dos autos de origem para que o ora impetrante proceda o recolhimento do preparo recursal
É o breve relatório.
VOTO O mandado de segurança, como remédio constitucional, destina-se a proteger direito líquido e certo, não amparável por habeas corpus ou habeas data contra ato (ou omissão) marcado de ilegalidade ou abuso de poder, de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, inc. LXIV da Constituição Federal).
Pois bem. Analisando os autos verifico que assiste razão ao impetrante.
Explico observando a cronologia dos fatos.
De fato, a decisão impugnada (ID 62916135) determinando que o impetrante recolhesse as custas do preparo em 48 horas não foi disponibilizada no DJe.
Posteriormente, foi proferida decisão reconhecendo a deserção e determinando a certificação de trânsito em julgado (ID 64553735). Essa decisão foi publicada no DJe de 11/11/2021.
Sobreveio manifestação do impetrante no dia 29/11/2021, apontando a nulidade por ausência da publicação e requerendo devolução do prazo, porém a deserção foi confirmada pelo juízo a quo, por entender que não houve manifestação no prazo legal.
Nos termos do art. 269 do CPC/2015, a intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo, de modo que sua ausência acarreta a nulidade insanável dos respectivos atos.
Não obstante, para que seja declarada a nulidade dos atos judiciais, é imprescindível que haja prejuízo à parte, que não foi regularmente intimada, o que se apresenta manifesto nos autos, pois a parte não tomou ciência da intimação para recolher o preparo em 48 horas, inviabilizando o efetivo pagamento no prazo. Desse modo não há dúvida da afronta aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.
Com tais considerações, CONCEDO A SEGURANÇA, afastando a declaração deserção do recurso inominado, devolvendo-se o prazo fixado pela decisão de ID 62916135 dos autos de origem para que o ora impetrante proceda o recolhimento do preparo recursal.
Sem custas e honorários advocatícios.
Publique-se.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
EMENTA MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS. PREJUÍZO MANIFESTO. NULIDADE DOS ATOS.
- A ausência de intimação da parte acerca dos atos praticados acarreta a nulidade, desde o momento em que deveria ter ocorrido, quando configurado prejuízo à parte que não foi regularmente intimada.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, MANDADO DE SEGURANÇA CONHECIDO E ORDEM CONCEDIDA À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 0800487-11.2023.8.22.9000 - MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 30/05/2023 18:36:09
Data julgamento: 28/06/2023

Polo Ativo: ALEXANDRE GONTIJO BARBOSA
Advogado do(a) IMPETRANTE: KELISSON MONTEIRO CAMPOS - RO5871-A
Polo Passivo: EXMª SRª SILVANA MARIA DE FREITAS
RELATÓRIO Trata-se de Mandado de Segurança impetrado em face da decisão proferida pelo juízo do 3° Juizado Especial Cível da comarca de Porto Velho, que nos autos nº 7033656-65.2022.8.22.0001 que indeferiu o pedido de gratuidade.
O impetrante afirma haver ilegalidade na decisão combatida, porque juntou documentos necessários para a concessão do benefício em questão.
É o relatório.
VOTO O mandado de segurança, como remédio constitucional, destina-se a proteger direito líquido e certo, não amparável por habeas corpus ou habeas data contra ato (ou omissão) marcado de ilegalidade ou abuso de poder, de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, inc. LXIV da Constituição Federal).
Do mesmo modo dispõe o artigo 1º da Lei n. 12.016/09 ao afirmar que "conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça".
No microssistema dos juizados especiais, o mandado de segurança assume natureza jurídica cautelar em face à omissão da Lei nº 9.099/95 em não regulamentar a possibilidade de interposição recursal desafiadora das decisões interlocutórias, uma vez que, quando da utilização do mandado de segurança, estaria se garantindo o direito de apreciação do
PODER JUDICIÁRIO a uma lesão grave ou de difícil reparação.
Apesar da súmula 267 do STF afirmar o não cabimento de Mandado de Segurança contra ato judicial, é inegável que a omissão normativa induz à leitura inversa do comando sumulado, eis que um sem número de decisões nos juizados quedam-se irrecorríveis, porquanto não existir previsão legal para tanto.
O que não se pode admitir, no entanto, é que haja uma banalização do instituto, transmutando-o em mero recurso, tendo em vista que esse tipo de comportamento desvirtua o próprio sistema dos juizados, concebido para ter celeridade e ser simples, passando a permitir a interposição de um remédio constitucional com "cara" de recurso, com prazo de 120 dias, em confronto, aos 15 dias previstos na lei ordinária para o agravo.
Nesse primeiro momento, então, concluímos ser inegável o uso do remédio constitucional, no microssistema, como recurso, razão pela qual, então, é necessário averiguar a aplicação da ferramenta "julgamento monocrático" nesses casos.
Por força do disposto no artigo 1.011 do Código de Processo Civil, fazendo remissão aos incisos III a V do artigo 923, o relator dos processos em órgãos colegiados poderá produzir julgamento monocrático em vários casos, sendo os mais típicos aqueles em que há entendimento pacificado sobre a matéria.
O próprio Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade do poder do relator proferir julgamento monocrático em casos específicos, haja vista, não ser possível extrair o princípio da colegialidade do texto constitucional (Pleno, Ag. 151354-3, MG).
Desta forma, é perfeitamente plausível compreender que, havendo jurisprudência consolidada acerca de determinado tema, caberá julgamento monocrático pelo relator de determinado processo, ainda que originário, circunstância que favorece a celeridade e, no caso específico do Mandado de Segurança, pela inexistência de instalação formal do contraditório, não havendo exercício probatório e ampla defesa, com maior razão.
Até em função da inexistência de posições adversariais, repisa-se que eventual cognição monocrática não será menos abrangente do que a que a turma faria, já que, para ser possível, as percepções do julgador deverão ser valoradas de forma exauriente e, nos casos de Mandado de Segurança especificamente, sempre vão passar pela existência pré-constituídas de provas do direito líquido e certo.
Assim, de início, sustentamos ser possível o julgamento monocrático do mandado de segurança manejado originariamente na Turma Recursal, como sucedâneo recursal, veiculando matéria já julgada e pacificada em órgão colegiado.
No caso concreto, tenho que estão presentes os requisitos para a concessão da segurança, porquanto a não modificação da decisão tida por ilegal, causará prejuízos à parte impetrante, qual seja, a deserção de seu recurso inominado.
A parte impetrante comprovou por meio dos documentos juntados, isto é, carteira de trabalho constando como remuneração o valor de R$ 1.554,51(um mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), ostentar direito líquido e certo a ter reconhecido o direito defendido nesse remédio constitucional.
Assim, como sua pretensão visa o prosseguimento regular do processo, de forma que o óbice limita o acesso à justiça, em seu viés recursal, a circunstância tem característica de ilegalidade e, portanto, deve ser superada por comando mandamental.
É também nesse sentido o precedente desse Colegiado, aprovação à unanimidade em sessão plenária:
MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO INOMINADO QUE NÃO FOI CONHECIDO EM VIRTUDE DA DESERÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA. NECESSIDADE COMPROVAÇÃO. ORDEM DENEGADA. Aquele que pleiteia a concessão da Justiça Gratuita deve comprovar não possuir meios para arcar com as custas do processo para que seja beneficiado com a isenção. (MS 0800028-19.2017.8.22.9000, Julgado em 26.4.2017. Rel. Juiz Jorge Luiz dos Santos Leal).
Destacamos, por fim, que a instrução do mandado de segurança em nada contribuiria para alterar o que aqui se conclui, na medida em que as provas já foram constituídas e são suficientes para firmar a decisão aqui lançada.
Diante do exposto, CONCEDO A SEGURANÇA para deferir a assistência judiciária gratuita a parte impetrante – determinando o consequente processamento do Recurso Inominado, e o faço monocraticamente com esteio nos incisos III a V do artigo 932 do Código de Processo Civil Brasileiro.
Sem custas finais ou honorários. Comunique-se imediatamente o juízo impetrado e, após, independentemente de decurso recursal, arquive-se.
EMENTA MANDADO DE SEGURANÇA. JUSTIÇA GRATUITA. NECESSIDADE. COMPROVAÇÃO. ORDEM CONCEDIDA. - Aquele que pleiteia a concessão da Justiça Gratuita deve comprovar não possuir meios para arcar com as custas do processo para que seja beneficiado com a isenção.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, MANDADO DE SEGURANCA CONHECIDO E ORDEM CONCEDIDA A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7059843-13.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 01/06/2023 08:03:37
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059-A
Polo Passivo: FLAVIO CAVALCANTI GUIMARAES
Advogado do(a) RECORRIDO: RENATA RAISA SILVA SANTOS - RO6765-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.
"Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.".
Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:
SENTENÇA
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/1995.
RESUMO FÁTICO.
Relato da parte autora: Afirma que celebrou contrato com a parte ré para aquisição de passagem aérea para sair de João Pessoa/PB no dia 02/07/2022 às 17h, conexão em Brasília/DF e chegada em Porto Velho/RO às 22h55 do mesmo dia, mas o voo foi cancelado unilateralmente pela parte ré, e como a parte requerida não fez a realocação em nenhum voo, razão pela qual comprou nova passagem de outra empresa aérea no valor de R$1.496,00, para sair de João Pessoa/PB às 15h55min do dia 04/07/2022 e chegada em Porto Velho às 22h44 do mesmo dia.
Requereu a condenação da parte ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e indenização por danos materiais no valor de R$1.496,00 (mil quatrocentos e noventa e seis reais).
Defesa da parte requerida: A parte ré apresentou contestação ID 83746482 arguindo em preliminar a ilegitimidade passiva, conexão com os autos nº 7059834-51.2022.8.22.0001 e inépcia da inicial. No mérito afirma que o voo da parte autora foi cancelado em razão de readequação da malha aérea. Requereu a improcedência dos pedidos.
PRELIMINARES
Da inépcia da inicial
Afasto a preliminar de inépcia da petição inicial, pois o autor não deixou de apresentar o pedido e a respectiva causa de pedir, a narração dos fatos leva a uma conclusão lógica e não há incompatibilidade de pedidos, em se tratando de Juizado Especial a ausência do valor da causa não prejudica o prosseguimento do feito, tendo em vista os princípios da simplicidade, informalidade e oralidade, e a parte autora encontra-se devidamente representada.
Da ilegitimidade passiva
A preliminar, arguida pela parte ré, não comporta acolhida porque se trata de relação consumerista, de modo que todos aqueles que integram a cadeia de fornecimento de produtos e serviços, respondem solidária e objetivamente perante o consumidor e em Juízo, consoante preleciona o art. 7º, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor.
Assim, os integrantes da cadeia de fornecimento são ligados por determinados vínculos de reciprocidade econômica numa rede contratual, agindo as empresas como se fossem um só fornecedor e neste caso, a parte requerida atuou em conjunto com a parte ré para vender aos consumidores passagens aéreas.
Da conexão
Ainda que haja conexão entre os processos, não é possível a reunião dos feitos quando um deles já tiver sido julgado (Súmula 235 do STJ). Por essa razão, rejeito a preliminar arguida.
MÉRITO
A matéria já é pacificada perante a egrégia Turma Recursal Única do
PODER JUDICIÁRIO do estado de Rondônia.
Consta dos autos que a parte autora/consumidora celebrou contrato de transporte com a empresa aérea requerida, mas viu seu voo/trecho ser prejudicado por cancelamento unilateral da requerida.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros.
O cancelamento do voo/trecho é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela parte requerida em virtude de (readequação/reestruturação de malha aérea/substituição de aeronave).
Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que houve tão somente a alteração unilateral do contrato firmado, caracterizando-se como má prestação do serviço.
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir, a requerida incorreu em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa da parte consumidora que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, do CDC.
Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais, em face aos desdobramentos fáticos narrados na petição inicial, que transbordaram o mero dissabor, independentemente da efetiva e cabal comprovação dos danos imateriais experimentados.
Nesse sentido trago à colação o seguinte aresto da egrégia Turma Recursal Única do
PODER JUDICIÁRIO do estado de Rondônia:

Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não configurada. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade.1- cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2- A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3- A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019).

Com relação ao valor indenizatório, em condenações desta natureza, deve o Juiz atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.

E no caso dos autos, sopesas as circunstâncias, o atraso prejudicial à parte consumidora e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade o valor do dano moral obedece a tais parâmetros que constará da parte dispositiva.

Do dano material

Entendo que os danos materiais também são devidos, uma vez que os valores gastos de forma extraordinária (nova passagem) foram devidamente comprovados nos autos, pois, não seriam necessários se não fosse pela má prestação do serviço da parte requerida, especialmente porque a companhia aérea requerida não deu nenhuma outra opção de reacomodação. Obviamente que para que o autor não viaje de graça a requerida poderá inutilizar a passagem originária ou se autorizar o autor a utilizá-la, poderá realizar a compensação com a nova passagem.

Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC, EXTINGO O FEITO, com resolução do mérito, para o fim de:

a) CONDENAR a parte ré a pagar ao autor a quantia de R$1.496,00 (mil quatrocentos e noventa e seis reais), referente ao dano material, corrigida monetariamente a partir do desembolso e acrescida de juros legais devidos a partir da citação, ambos pelos índices adotados pelo TJRO, deduzido eventual valor já reembolsado e devidamente comprovado nos autos; a parte requerida poderá inutilizar a passagem aérea adquirida pelo autora ou se esta a utilizar, a critério da requerida, poderá a requerida compensá-la com o valor da nova passagem.

b) CONDENAR a requerida a pagar ao autor, a título de indenização por DANO MORAL, o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizado monetariamente segundo fator de correção disponibilizado no site do TJRO e acrescido de juros de 1% ao mês (Súmula 362 do STJ e REsp nº 903258/RS), ambos a partir desta decisão.

Incabíveis custas e honorários advocatícios nesta fase.

Intimem-se.

Ante o exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado, mantendo inalterada a sentença.

Condeno a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sob o valor da condenação, nos termos da Lei 9.099/95.

Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.

É como voto.

EMENTA

CONSUMIDOR. AVIAÇÃO. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. ALTERAÇÃO DO VOO. DANO MORAL CONFIGURADO. DANO MATERIAL COMPROVADO. SENTENÇA MANTIDA.

– O cancelamento/alteração injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. O quantum indenizatório deve se coadunar com o prejuízo efetivamente sofrido pelo consumidor, de forma proporcional e razoável.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 28 de Junho de 2023

Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02

Processo: 7045742-68.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS

Data distribuição: 01/06/2023 10:14:42

Data julgamento: 28/06/2023

Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS

Advogados do(a) RECORRENTE: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884-A, LUIZ FLAVIANO VOLNISTEM - RO2609-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A

Polo Passivo: MARIA LOURDES ALMEIDA FREITAS

Advogado do(a) RECORRIDO: THIAGO NASCIMENTO DE MAGALHAES - RO10301-A

RELATÓRIO

Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.

VOTO

Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.

Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.

“Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”.

Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:

SENTENÇA

Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/1995.

RESUMO FÁTICO.
Relato da parte autora: Narra que adquiriu passagem aérea para viajar de Porto Velho/RO a Salvador/BA, programada para ida no dia 15/01/2022, às 22h20min, e chegada às 03h25min do dia seguinte. O retorno estava agendado para o dia 22/01/2022, saindo às 22h20min, e chegada às 01h20min do dia seguinte.
Alega que os voos de ida e volta foram cancelados unilateralmente pela requerida sem qualquer justificativa. A reacomodação do voo de ida foi agendada para o dia 24/01/2022 (9 dias depois), e o retorno para o dia 31/01/2022.
Requer o pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 15.000,00.
Defesa da parte requerida: Preliminarmente requer a suspensão processual e, no mérito, justifica que os cancelamentos/alterações ocorreram em razão da reestruturação na malha aérea, o que afasta o dever de indenizar, até porque a situação experimentada não passa de mero aborrecimento. Sustenta ter notificado a autora sobre a alteração, bem como prestou assistência e (o)a reacomodou em outros voos. Pugna pela improcedência do pedido inicial.
PRELIMINAR
Suspensão Processual
De início, indefiro o pedido de suspensão processual pelo prazo de noventa dias, pois não se coaduna com os princípios norteadores dos Juizados Especiais Cíveis. Saliento que eventuais discussões sobre o grande abalo econômico sofrido pela companhia aérea somente serão feitas na fase de cumprimento de sentença, de forma que não se justifica a paralisação do feito neste momento.
Rejeito a preliminar arguida.
MÉRITO
A matéria já é pacificada perante a egrégia Turma Recursal Única do
PODER JUDICIÁRIO do estado de Rondônia.
Consta dos autos que a parte autora/consumidora celebrou contrato de transporte com a empresa aérea requerida, mas viu seu voo ser prejudicado por cancelamento unilateral da requerida.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n. 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros.
Os cancelamentos/alterações dos voos é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela parte requerida em virtude de reestruturação de malha aérea.
Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que houve tão somente a alteração unilateral do contrato firmado, caracterizando-se como má prestação do serviço.
A alegação de que a passageira foi notificada do cancelamento não isenta a companhia aérea de sua responsabilidade, até porque o roteiro de viagem programado pela requerente com antecedência foi integralmente alterado, e só foi aceito os novos voos porque foi a única opção ofertada.
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir, a requerida incorreu em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa da parte consumidora que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, do CDC.
As aflições e transtornos enfrentados fogem à condição de mero dissabor do cotidiano, uma vez que houve o cancelamento dos voos de ida e volta, atrasando a viagem da requerente em 9 dias.
Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais, em face aos desdobramentos fáticos narrados na petição inicial, que transbordaram o mero dissabor, independentemente da efetiva e cabal comprovação dos danos imateriais experimentados.
Nesse sentido trago à colação o seguinte aresto da egrégia Turma Recursal Única do
PODER JUDICIÁRIO do estado de Rondônia:
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não configurada. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade.1- cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2- A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3- A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019).
Com relação ao valor indenizatório, em condenações desta natureza, deve o Juiz atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.
E no caso dos autos, sopesando as circunstâncias, o atraso prejudicial à parte consumidora e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade o valor do
Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial e, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC, EXTINGO O FEITO, com resolução do mérito, para o fim de CONDENAR a requerida ao pagar ao autor:
a) a título de indenização por DANO MORAL, o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizado monetariamente segundo fator de correção disponibilizado no site do TJRO e acrescido de juros de 1% ao mês (Súmula 362 do STJ e REsp nº 903258/RS), ambos a partir desta decisão.
Incabíveis custas e honorários advocatícios nesta fase.
Intimem-se.
Ante o exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado, mantendo inalterada a sentença.
Condeno a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sob o valor da condenação, nos termos da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.

EMENTA
CONSUMIDOR. AVIAÇÃO. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. ALTERAÇÃO DO VOO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA.
– O cancelamento/alteração injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. O quantum indenizatório deve se coadunar com o prejuízo efetivamente sofrido pelo consumidor, de forma proporcional e razoável.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7052069-29.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 01/06/2023 16:45:53
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: VITOR SILVA DE ARAUJO
Advogado do(a) RECORRENTE: BRENDA ALMEIDA FAUSTINO - RO9906-A
Polo Passivo: TAM LINHAS AEREAS S/A.
Advogados do(a) RECORRIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318-A, FABIO RIVELLI - RO6640-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.
“Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”.
Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
RESUMO FÁTICO.
Relato da parte autora: Afirma que contratou os serviços da parte requerida através de passagem aérea com trecho Porto Velho – Rio de Janeiro/RJ com embarque no dia 28/12/2021 às 11h35 (conexão em Manaus/AM e São Paulo/SP) e chegada no mesmo dia às 22h25, mas 24 horas antes do embarque a parte ré informou o cancelamento do voo e a remarcação para sair de Porto Velho/RO às 10h55 e chegada ao destino final às 21h55.
Ao final pugnou pela condenação da parte requerida ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Defesa da parte requerida: A parte requerida apresentou contestação ID 82970140, afirmando que o cancelamento ocorreu em razão da readequação da malha aérea que está sujeita às regras de tráfego aéreo e instituída pelos órgãos de responsáveis, portanto, restou evidente a ocorrência de caso fortuito e força maior. Requereu a improcedência do pedido.
MÉRITO
Consta dos autos que a parte autora/consumidora celebrou contrato de transporte com a empresa aérea requerida, mas viu seu voo chegar antecipado.
Da análise das telas anexadas aos ID’s 79348484 e 79348485, verifica-se que houve uma antecipação do voo adquirido pela autora. O voo inicialmente estava marcado para sair de Porto Velho/RO no dia 28/12/2021 às 11h35 e chegada no Rio de Janeiro/RJ 22h25 do mesmo dia e foi antecipado para sair de Porto Velho/RO às 10h55 e chegada no Rio de Janeiro/RJ às 21h55.
A parte autora realizou a viagem, conforme narrativa da inicial.
A antecipação do voo não foi capaz de ensejar abalo moral na parte autora.
Não restou provado descaso ou desleixo da companhia aérea que justifique a reparação moral. É insofismável que a mudança em questão, por si só, não é motivo suficiente para condenação em dano moral.
Na verdade, dos fatos narrados na inicial, verifica-se que a parte autora potencializou um aborrecimento corriqueiro, podendo ser encarado como um mero aborrecimento, percalço comum para quem utiliza desse meio de transporte. É difícil até supor o mínimo de aborrecimento neste caso, posto que sequer houve relato de atraso ao destino final. Note-se que não se relatou prejuízos como faltas ao trabalho, estudos, entre outros compromissos.
Dissabores e contratempos, ocasionados por mudanças razoáveis de voo, não podem ser confundidos com dor, angustia, humilhação, sofrimentos relevantes que causem influências psicológicas no indivíduo, que justificaria tal indenização.
É conveniente lembrar que o dano moral embora não tenha como ser provado, sendo simplesmente presumido há que ter por medida o bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e o conceito social das partes.
Entendo que o aborrecimento sofrido pela parte autora está inserido dentre aqueles suportáveis, uma vez que a vida em sociedade se tornaria insuportável se não houvesse um mínimo de tolerância.
Os fatos que deram origem a presente postulação, apesar de inconvenientes e inoportunos, não ultrapassaram os limites da normalidade e do cotidiano, mas para que ensejasse direito à indenização por dano moral, entendo ser necessária a prova inequívoca de que a companhia aérea praticou comportamento humilhante ou ofensivo capaz de influenciar negativamente na personalidade da ofendida, o que na hipótese em questão não ocorreu.

O pedido de reparação de danos morais é, portanto, improcedente tendo em vista que a autora não conseguiu comprovar os pressupostos necessários e ensejadores da responsabilidade civil, nos termos do artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil.
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Sem custas e honorários advocatícios nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995.
Após o trânsito em julgado desta decisão, arquive-se.
Intimem-se.
Ante o exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado, mantendo inalterada a sentença.
Em razão da sucumbência, condeno a parte recorrente ao pagamento custas e honorários advocatícios, sendo estes em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, o que faço na forma do art. 55, da lei nº 9.099/95. Ressalvado a justiça gratuita deferida nos autos.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. ATRASO. DANOS MORAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. – O atraso do voo por aproximadamente 2 horas por si só não gera abalo moral, estando dentro da razoabilidade de ocorrências do setor aéreo.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7054583-52.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 27/02/2023 21:36:59
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: MARIA DAS DORES TAVARES DE LIMA FREITAS
Advogado do(a) RECORRENTE: DEBORAH INGRID MATOSO RIBAS NONATO - RO5458-A
Polo Passivo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS
Advogados do(a) RECORRIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884-A, LUIZ FLAVIANO VOLNISTEM - RO2609-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”.
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
“S E N T E N Ç A
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes da má prestação do serviço de transporte aéreo contratado, posto que houve o cancelamento/alteração unilateral do voo previamente pactuado, ocasionando transtornos e danos ofensivos à honra do requerente, passíveis de serem indenizados, conforme pedido inicial e documentos apresentados.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória da demandada para juntada de novos documentos.
A matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Por conseguinte, INDEFIRO eventual pedido de produção de outras provas, nos exatos termos do arts. 32 e 33, da LF 9.099/95, bem como 370 e 371, ambos do CPC (LF 13.105/2015 – disposições compatíveis com o microssistema e com o rito sumaríssimo e especial dos Juizados Especiais).
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e “maduro” para julgamento, deve promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Em não havendo arguição de preliminar, passo a análise do mérito da causa.
Pois bem.
Aduz a parte autora que adquiriu bilhetes de passagens da companhia requerida para o transporte aéreo. Contudo, afirma que voo foi cancelado/alterado unilateralmente pela ré, chegando ao seu local de destino com mais de 48 horas de atraso causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis.
A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, vez que a demandada é efetiva fornecedora de produtos (passagens aéreas) e prestadora de serviços (administração de venda de passagens aéreas, transporte aéreo, informes promocionais, etc...) e, como tal, deve se acautelar e responder plenamente por suas ações, não se aplicando o Código Brasileiro de Aeronáutica, conforme entendimento remansoso da jurisprudência pátria.

E, da análise dos documentos e argumentos apresentados, tenho que o pleito da parte requerente procede, restando evidenciada a falta de zelosa administração e execução do serviço prestado pela ré, assim como já decidido em inúmeros casos.
A parte autora adquiriu passagens aéreas da empresa demandada, confiando no cronograma, rapidez e na pontualidade da ré, de modo que viu-se frustrada e desamparada a partir do momento em que a requerida, de modo unilateral, desrespeitou os horários e itinerário contratado, realocando os passageiros em novo voo, gerando atraso considerável para chegada.
Deste modo, a alteração/cancelamento por ato unilateral da ré não deixa qualquer dúvida quanto à falta de zelo na prestação dos serviços a que se obrigara, valendo ressaltar que as empresas permissionárias ou concessionárias de serviço público têm obrigação de bem prestar o serviço contratado (art. 22, CDC), não representando a questão qualquer novidade nos corredores jurídicos.
Não vinga a tese da empresa aérea de que o voo fora cancelado em decorrência do tráfego aéreo/reorganização da malha aérea (suposto motivo de força maior), posto que não comprova o alegado, sequer juntando relatórios de tráfego e da torre de controle, ou até mesmo de relatório de bordo, deixando de cumprir o mister determinado pelo art. 373, II, NCPC, e 4º e 6º, do CDC, fazendo vingar a afirmativa de cancelamento unilateral de voo regularmente programado e contratado.
Todas as ações da ré devem ser relatadas e documentadas, sob pena de se acolher como verdadeiros os argumentos do passageiro e consumidor, principalmente quando este apresenta prova correlata do direito vindicado.
A responsabilidade surge indiscutível, a julgar pela prova colhida e a exemplo do que ocorrera em outras tantas demandas ofertadas e julgadas, a requerida foi negligente, deixando de cumprir com o compromisso assumido de prestar serviço da forma regular, satisfatória e pontual, pelo que deve sucumbir, não tendo diligenciado na prova de causa impeditiva ou extintiva do direito alegado e comprovado pelo(a) autor(a) (art. 373, II, CPC).
Conta a demandada com o risco operacional e administrativo, devendo melhor se equipar e se preparar para receber e tutelar o consumidor, fornecendo informações precisas e corretas, a fim de evitar desencontros e maiores frustrações. Enquanto isto não ocorrer, deve o Judiciário tutelar a questão promovendo o equilíbrio de forças entre o grande (a ré) e o pequeno (o consumidor).
Nesse sentido, atentando para o caso em tela, verifico a frustração experimentada (cancelamento do voo, falta de informações, mudança de programação) que gerou dano moral, consubstanciada no desamparo, na impotência e na angústia de ver unilateral e forçadamente alterado o contrato celebrado regularmente, de modo que, mais do que nunca, deve o sistema protetivo de defesa do consumidor vingar.
Pacífico o entendimento jurisprudencial:
“APELAÇÃO CÍVEL. ATRASO DE VOO. ALTO ÍNDICE DE TRÁFEGO AÉREO. FORTUITO INTERNO. EXTRAVIO DE BAGAGEM. AUSÊNCIA ASSISTÊNCIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO E VALOR MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Eventual sobrecarga no índice de tráfego aéreo caracteriza-se como fortuito interno, inerente ao risco da atividade profissional, inapto, portanto, a romper o nexo causal ensejador do dever de indenizar os danos suportados pelos passageiros. 2. Ocorrendo extravio de bagagem em viagem aérea, é devida indenização pelo dano moral daí decorrente. 3. Admite-se, em caráter excepcional, que o quantum arbitrado a título de danos morais seja alterado, caso se mostre irrisório ou exorbitante, em clara afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. 4. Recurso não provido. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7040041-97.2020.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Hiram Souza Marques, Data de julgamento: 22/07/2021 ”; e
“APELAÇÃO CÍVEL. TRANSPORTE. CANCELAMENTO DE VOOS. DANO MORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. DANO MORAL CONFIGURADO. Os fatos narrados ultrapassaram o mero aborrecimento do cotidiano e o limite de tolerância que se exige das partes nas relações contratuais que estabelecem entre si. No caso, os autores programaram, com seis meses de antecedência, férias com a família, sendo que, às vésperas, deparam-se com o cancelamento tanto do voo de ida, quanto o de volta. Valor da indenização majorado para R$ 5.000,00. Verba honorária aumentada para 15% sobre o montante condenatório. APELAÇÃO PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078941259, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Cláudia Maria Hardt, Julgado em 13/12/2018). (TJ-RS - AC: 70078941259 RS, Relator: Cláudia Maria Hardt, Data de Julgamento: 13/12/2018, Décima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 17/12/2018)”.
O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.
A presunção do dano moral é absoluta, implicando em dizer que o referido dano está consubstanciado na sensação de impotência em não se poder viajar no dia e hora aprazados, não se podendo substituir a tempo e a contento (principalmente em rapidez) referido meio de transporte para se conseguir cumprir obrigação e compromissos agendados.
Contudo, realizando consulta pública no sistema PJe, verifiquei que a parte autora ingressou com ação contra a empresa ré (autos nº. 7012483-82.2022.8.22.0001), em razão de falha na prestação do serviço envolvendo o mesmo contrato/localizador (MM734H), de modo que, em que pese se tratar de vício do serviço em momentos distintos do cumprimento contratual, estes decorreram do mesmo localizador e reserva de transporte aéreo (mesmo contrato - mesma causa de pedir), devendo, portanto, a situação fática ser considerada para fins de arbitramento de indenização, dano moral único.
Os consumidores têm adotado referida prática de cingir a responsabilidade civil em dois momento - trecho de ida e trecho de volta - o que evidencia a vontade de “ganhar duas vezes”, o que não pode ser chancelado pelo
PODER JUDICIÁRIO.
Sendo assim, levando-se em consideração a razoabilidade e a vedação ao enriquecimento ilícito, DEIXO DE FIXAR NOVA INDENIZAÇÃO, considerando proporcional e exemplar a fixação do quantum no patamar de R$ 10.000,00 (dez mil reais) ocorrida no processo nº 7012483-82.2022.8.22.0001, como forma de disciplinar a empresa demandada e a dar satisfação pecuniária ao requerente, atingindo-se, desta forma, indenização justa e evitando-se o enriquecimento injusto.
A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, de modo que o valor arbitrado naquele feito já está sintonizado com os princípios expostos assim como com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitando-se o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa “indústria do dano moral”.
É em razão de todo este cenário que, embora reconheça ocorrência de dano moral, deixo de fixar nova indenização, entendendo como suficiente o valor já fixado no processo nº 7012483-82.2022.8.22.0001, para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, à imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas fornecedoras de serviços públicos e/ou essenciais.
Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.

POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo(a) autor(a), reconhecendo a ocorrência de danos morais, DEIXANDO DE FIXAR NOVA COMPENSAÇÃO MONETÁRIA, POSTO QUE O CONTRATO FORA ÚNICO, ASSIM COMO O DANO MORAL, JÁ TUTELADO FINANCEIRAMENTE PELA INDENIZAÇÃO FIXADA NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 7012483-82.2022.8.22.0001 (R$10.000,00)."
Em respeito às razões recursais, entende-se que parte autora sofreu dano moral, por ter frustrada sua expectativa em ser transportada no horário originalmente contratado. Verificadas as circunstâncias em que ocorreram os fatos, o cancelamento unilateral, o valor a título de dano moral fixado, se mostra suficiente para compensar o dano sofrido, atendendo o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, não devendo ser modificado.
Por tais considerações, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.
Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95. Ressalvada a justiça gratuita deferida ao recorrente.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto
EMENTA
RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO NACIONAL. REMARCAÇÃO. DANO MORAL DEVIDO. SENTENÇA MANTIDA
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7038535-18.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 20/06/2023 17:21:30
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: GABRIELA FERREIRA DE MENEZES
Advogado do(a) RECORRENTE: CARLOS ERIQUE DA SILVA BONAZZA - RO8176-A
Polo Passivo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS
Advogados do(a) RECORRIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Compulsando os autos, verifica-se quebra contratual entre a companhia aérea e a parte consumidora, com transtornos que vão muito além do dissabor, pois mediante o cancelamento unilateral do voo, a empresa ré deixou de cumprir o serviço na forma contratada.
Recorre o autor pretendendo a reforma da sentença que julgou parcialmente os pedidos contidos na inicial, pugnando pela condenação a título de danos morais.
O cancelamento do voo é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela recorrida em virtude alteração de malha aérea. Ocorre que, não cuidou a empresa área em juntar qualquer elemento de prova oficial a permitir corroborar suas alegações.
Assim, ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrida incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Nesse sentido, o Código Civil, em seu artigo 737: "O transportador está sujeito aos horários e itinerários previstos, sob pena de responder por perdas e danos, salvo motivo de força maior". E a jurisprudência:
"Apelação Cível. Transporte aéreo de passageiros. Relação de Consumo. Alteração unilateral de voo. Atraso. Malha área. Caso fortuito ou força maior não comprovada. Prejuízo demonstrado no caso concreto. Conexão necessária. Não provido. As peculiaridades do caso concreto indicaram que o atraso da chegada do passageiro ao seu destino final lhe causou abalo moral passível de compensação indenizatória. Se a empresa aérea não comprova a alegação de problemas na malha aérea para o cancelamento de voos, fica caracterizada a falha na prestação de serviço, que constitui causa de reparação pelo dano moral suportado, decorrente da demora, desconforto, aflição e transtornos suportados pelo passageiro. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7005386-58.2018.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 26/09/2019."
Evidenciada a falha na prestação do serviço e presentes os pressupostos de responsabilidade civil (conduta, dano e nexo de causalidade), deve a empresa ré ser condenada ao pagamento dos danos morais.
No que se refere ao quantum, considerando que a indenização objetiva proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição mas como um desestímulo à repetição do ilícito, entende-se que o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), encontra-se em consonância com o entendimento desta turma.
Por tais razões, VOTO para DAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pelo autor, reformando a sentença para condenar a empresa aérea, a título de danos morais, no pagamento do valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (Súmula 362 do STJ), com juros de 1% (um por cento) ao mês, ambos a contar da data da publicação desta decisão.
Sem custas e honorários advocatícios, eis que o deslinde não se encaixa no teor do art. 55, da Lei nº 9.099/1995.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.

EMENTA
RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO/ATRASO DE VOO. FALHA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DANO MORAL E MATERIAL. DEVIDO. PROPORCIONALIDADE. PROVIDO.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7019885-20.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 30/05/2023 16:57:22
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS
Advogados do(a) RECORRENTE: LUIZ FLAVIANO VOLNISTEM - RO2609-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
Polo Passivo: ANTONIO OLEGARIO DE BARROS FILHO
Advogados do(a) RECORRIDO: DIELSON RODRIGUES ALMEIDA - RO10628-A, LUCIEL VIANA COSTA - RO12806-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.
“Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”.
Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:
SENTENÇA
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/1995.
RESUMO FÁTICO.
Trata-se de indenizatória por danos morais por voo cancelado. A parte autora alega que adquiriu voo da companhia aérea requerida, para percorrer o trecho Porto Velho/RO com destino ao Recife/PE, saindo às 02h20 do dia 06/03/2022, mas o voo foi cancelado e remarcado para sair às 13h25 do dia 06/03/2022, com conexão em Cuiabá/MT e Rio de Janeiro/RJ, resultando em atraso de 11 horas para chegar ao destino final.
Aduz também que, a parte requerida não ofereceu nenhum tipo de assistência. Requer a condenação da parte requerida ao pagamento de indenização danos morais no valor de (R$ 10.000,00).
Em defesa a parte requerida arguiu preliminar de prevalência do Código Brasileiro de Aeronáutica em detrimento do CDC. No mérito afirma que o cancelamento do voo da parte autora ocorreu em razão da necessidade de manutenção emergencial da aeronave, discorreu sobre a inexistência do dever de indenizar em decorrência do cancelamento do voo ter ocorrido por força maior . Pugna pela improcedência do pedido inicial.
PRELIMINAR
Da Preliminar de Prevalência do Código Brasileiro de Aeronáutica sobre o Código de Defesa do Consumidor
A relação jurídica estabelecida entre as partes, não obstante os argumentos levantados pela companhia aérea, é regida não apenas pelo Código Civil (arts. 730/733 do CC) e do Código Brasileiro de Aeronáutica, mas também pelo Código de Defesa do Consumidor superestrutura jurídica que, presentes os requisitos da relação de consumo (arts. 2º e 3º), ao contrato se aplica em uma análise sistemática das normas.
MÉRITO
A matéria já é pacificada perante a egrégia Turma Recursal Única do
PODER JUDICIÁRIO do estado de Rondônia.
Consta dos autos que a parte autora/consumidora celebrou contrato de transporte com a empresa aérea requerida, mas viu seu voo/trecho ser prejudicado por cancelamento unilateral da requerida.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros.
O cancelamento do voo/trecho é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela parte requerida em virtude de (readequação/reestruturação de malha aérea/substituição/manutenção de aeronave).
Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que houve tão somente a alteração unilateral do contrato firmado, caracterizando-se como má prestação do serviço.
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir, a requerida incorreu em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa da parte consumidora que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, do CDC.
Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais, em face aos desdobramentos fáticos narrados na petição inicial, que transbordaram o mero dissabor, independentemente da efetiva e cabal comprovação dos danos imateriais experimentados.
Nesse sentido trago à colação o seguinte aresto da egrégia Turma Recursal Única do
PODER JUDICIÁRIO do estado de Rondônia:

Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não configurada. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade.1- cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2- A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3- A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019).
Com relação ao valor indenizatório, em condenações desta natureza, deve o Juiz atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.
E no caso dos autos, sopesas as circunstâncias, o atraso prejudicial à parte consumidora e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade o valor do dano moral obedece a tais parâmetros que constará da parte dispositiva.
Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC, EXTINGO O FEITO, com resolução do mérito, para o fim de:
CONDENAR a requerida a pagar à parte autora, a título de indenização por DANO MORAL, o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizado monetariamente segundo fator de correção disponibilizado no site do TJRO e acrescido de juros de 1% ao mês (Súmula 362 do STJ e REsp nº 903258/RS), ambos a partir desta decisão.
Incabíveis custas e honorários advocatícios nesta fase.
Intimem-se.
Ante o exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado, mantendo inalterada a sentença.
Condeno a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sob o valor da condenação, nos termos da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
CONSUMIDOR. AVIAÇÃO. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. ALTERAÇÃO DO VOO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA.
– O cancelamento/alteração injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. O quantum indenizatório deve se coadunar com o prejuízo efetivamente sofrido pelo consumidor, de forma proporcional e razoável.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7063774-24.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 01/06/2023 20:48:22
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059-A
Polo Passivo: JESSICA LAIS OLIVEIRA DA SILVA
Advogado do(a) RECORRIDO: DIEGO UMBELINO DOS SANTOS - RO10238-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso interposto pela parte requerida, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Analisando os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”
Para melhor visualização da decisão, transcrevo-a na íntegra:
“(…) Em síntese, a parte requerente narra que a GOL LINHAS AÉREAS S.A cancelou unilateralmente os voos da ida (G3-1479, G3-1700 e G3-2055), sem qualquer prévio. Alega que os voos foram antecipados, prejudicando os 04 (quatro) dias das férias programadas, além de ter descumprido o contrato firmado originalmente. Pede dano moral no valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais).
Por sua vez, a parte requerida diz que a responsabilidade é da FLY TOUR, se eximindo da responsabilidade por ter informado com antecedência a agência de viagens do cancelamento de voo e suscitando ilegitimidade passiva. Aduz que as alterações no voo da parte requerente, foram em razão da reestruturação da malha aérea.
PRELIMINARES
Da Preliminar de Ilegitimidade Passiva
Afasto a preliminar tendo em vista que se confunde com o mérito da causa.
Pondero ainda que, todos aqueles que integram a cadeia de fornecimento de produtos e serviços, respondem objetivamente perante o consumidor e em Juízo, consoante preleciona o art. 7º, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor.
Da Preliminar de Conexão
Ainda que haja conexão entre os processos, não é possível a reunião dos feitos quando um deles já tiver sido julgado (Súmula 235 do STJ). Por essa razão, rejeito a preliminar arguida.

Da Incompetência Territorial Absoluta do Juízo
Rejeito a preliminar de incompetência territorial do juízo, uma vez que o autor comprovou residir nesta Capital, por meio da Procuração assinada (ID. 81038243).
Passo ao mérito.
A matéria já é pacificada perante a egrégia Turma Recursal Única do
PODER JUDICIÁRIO do estado de Rondônia.
Consta dos autos que a parte autora/consumidora celebrou contrato de transporte com a empresa aérea requerida, mas viu seu voo/ trecho ser prejudicado por cancelamento unilateral da requerida.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros.
O cancelamento do voo/trecho é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela parte requerida em virtude de (readequação/ reestruturação de malha aérea/substituição de aeronave).
Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que houve tão somente a alteração unilateral do contrato firmado, caracterizando-se como má prestação do serviço.
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir, a requerida incorreu em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa da parte consumidora que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, do CDC.
Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais, em face aos desdobramentos fáticos narrados na petição inicial, que transbordaram o mero dissabor, independentemente da efetiva e cabal comprovação dos danos imateriais experimentados.
Nesse sentido trago à colação o seguinte aresto da egrégia Turma Recursal Única do
PODER JUDICIÁRIO do estado de Rondônia:
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não configurada. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade.1- cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2-A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3-A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019).
Com relação ao valor indenizatório, em condenações desta natureza, deve o Juiz atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.
E no caso dos autos, sopesas as circunstâncias, o adiantamento prejudicial à parte consumidora e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade o valor do dano moral obedece a tais parâmetros que constará da parte dispositiva.
Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial e, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC, EXTINGO O FEITO, com resolução do mérito, para o fim de:
CONDENAR a requerida a pagar à parte autora, a título de indenização por DANO MORAL, o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizado monetariamente segundo fator de correção disponibilizado no site do TJRO e acrescido de juros de 1% ao mês (Súmula 362 do STJ e REsp nº 903258/RS), ambos a partir desta decisão (...)".
Diante do exposto, VOTO no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto, mantendo-se a sentença inalterada.
Condeno o recorrente ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios ao patrono da parte recorrida, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com base no art. 55 da Lei n. 9.099/95.
É como voto.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
EMENTA
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de transporte aéreo. Atraso do voo. Danos Morais. Indenização Devida. Quantum. Proporcionalidade e razoabilidade. Recurso Não Provido. Sentença Mantida.
– Cabe ao réu, nos termos do art. 373, II, do CPC, o ônus da prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
– Demonstrada a falha na prestação do serviço, bem como o dano gerado ao consumidor, a fornecedora de bens ou serviços responde objetivamente pelos prejuízos extrapatrimoniais do ofendido.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7065964-57.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 01/06/2023 21:43:21
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059-A
Polo Passivo: LUIZ CARLOS DIB e outros
Advogados do(a) RECORRIDO: CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO3010-A, ORLANDO LEAL FREIRE - RO5117-A

RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso interposto pela parte requerida, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA
A preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela ré não comporta acolhida porque se trata de relação consumerista, de modo que todos aqueles que integram a cadeia de fornecimento de produtos e serviços, respondem solidaria e objetivamente perante o consumidor e em Juízo, consoante preleciona o art. 7º, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor.
Portanto, rejeito a preliminar e passo à análise do mérito
MÉRITO
Analisando os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”
Para melhor visualização da decisão, transcrevo-a na íntegra:
“(…) RESUMO FÁTICO.
O casal autor, idosos, adquiriram passagem da empresa aérea requerida para o trecho São Paulo/SP - Porto Velho/RO, com previsão de perdida dia 12/07/2022 às 18h15, com conexão Brasília e chegada ao destino final às 22h55 do mesmo dia.
O voo foi cancelado e remarcado para o dia seguinte no mesmo horário.
Só conseguiram viajar no dia 14/07/2022, porque foram realocados em voo de outra companhia aérea - LATAM. O voo foi mais longo e cansativo.
Pretendem receber dano moral de $ 10.000,00 para cada um e dano material de R$ 4.500,00.
A parte requerida, em defesa, aduz que o motivo do atraso foi alteração da malha aérea. Assim, pede a improcedência do pedido inicial.
PRELIMINARES
Preliminar de ilegitimidade passiva
Alega que o voo foi operado pela PASSAREDO. No entanto é sabido que a requerida e a outra empresa aérea citada mantém parceria nos voos e, em se tratando relação consumerista, todos aqueles que integram a cadeia de fornecimento de serviços respondem solidaria e objetivamente perante o consumidor e em juízo, nos termos do art. 7º, parágrafo único, do CDC. E se a PASSAREDO estava operando o trecho cancelado, não se mostra relevante a ponto de excluir a requerida da ação, posto que as passagens foram adquiridas da requerida, devendo esta responder solidariamente. E o consumidor em tal situação pode escolher contra quem deseja demandar.
Rejeito a preliminar.
Preliminar de incompetência
O consumidor pode escolher aforar a ação no seu domicílio ou no local onde a parte requerida exerça atividades econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório. O foro de eleição do consumidor é bastante amplo, segundo o art. 4º da lei 9.099/1995. No caso a parte autora escolheu o foro de sua conveniência, com observância dos ditames legais, de tal modo que deve ser rejeitada a preliminar.
MÉRITO
A matéria já é pacificada perante a egrégia Turma Recursal Única do
PODER JUDICIÁRIO do estado de Rondônia.
Consta dos autos que a parte autora/consumidora celebrou contrato de transporte com a empresa aérea requerida, mas viu seu voo chegar atrasado.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor o de terceiros.
O atraso do voo é questão incontroversa, não podendo ser aceita a justificativa apresentada pela requerida. Ocorre que tal hipótese alegada não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata de caso fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que houve a alteração unilateral do contrato firmado por parte da requerida, caracterizando-se como má prestação do serviço.
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir, a requerida incorreu em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa da parte consumidora que acreditava poder embarcar e chegar ao destino conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, do CDC.
Diante disso, entende-se pela necessidade de se reconhecer os danos morais, em face aos desdobramentos fáticos narrados na inicial que transbordaram o mero dissabor, independentemente da efetiva e cabal comprovação dos danos imateriais experimentados.
Nesse sentido trago o seguinte aresto da egrégia Turma Recursal Única do
PODER JUDICIÁRIO do estado de Rondônia:
RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7004048-10.2022.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Cristiano Gomes Mazzini, Data de julgamento: 31/01/2023.
Destaco do voto do eminente relator:
Inequívoca a ocorrência de dano moral decorrente do atraso de voo, tratando-se de fato que se comprova in re ipsa, em razão do simples fato da violação. São indiscutíveis a revolta e a frustração do passageiro ao constatar a impossibilidade de continuidade à viagem. A indenização, portanto, deve ser de forma proporcional, de modo que o valor arbitrado seja compatível com a reprovabilidade da conduta, não se podendo extrapolar o cunho educativo da medida, que serve para evitar futuras situações semelhantes. Diante dessa situação, o valor arbitrado deve ser majorado de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para 10.000,00 (dez mil reais).
Com relação ao valor indenizatório, em condenações desta natureza, deve o Juiz atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.
No caso dos autos, sopesas as circunstâncias, o atraso prejudicial à parte consumidora e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade o valor, a título de dano moral, deve ser no patamar que constará da parte dispositiva.

O dano material é indevido. O autor pretende ser ressarcido de atendimento médico, conforme comprovante do ID 81373745. Todavia não há comprovação do nexo de causalidade entre o atendimento médico e o cancelamento do voo. O autor tem histórico de miocardia isquêmica, com revascularização em 1982 e angioplastia coronariana com implante de stent em 1996, associado ao quadro clínico insuficiência renal não dialítica, devido a rim direito excluso (ID 81373744). O relatório médico não é conclusivo no sentido de que a viagem é que lhe fez mal. Por hipótese, se o autor tivesse apresentado anteriormente à companhia aérea todo seu histórico clínico, daí talvez a empresa aérea devesse ressarcir a despesa médica.
Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial e, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC, EXTINGO O FEITO, com resolução do mérito, para o fim de:
CONDENAR a requerida a pagar à cada um dos autores, a título de indenização por DANO MORAL, o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizado monetariamente segundo fator de correção disponibilizado no site do TJRO) e acrescido de juros de 1% ao mês, ambos a partir desta decisão (Súmula 362 do STJ e REsp nº 903258/RS) (...)".
Diante do exposto, VOTO no sentido de REJEITAR a preliminar e no mérito voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto, mantendo-se a sentença inalterada.
Condeno o recorrente ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios ao patrono da parte recorrida, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com base no art. 55 da Lei n. 9.099/95.
É como voto.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
EMENTA
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de transporte aéreo. Atraso do voo. Danos Morais. Indenização Devida. Quantum. Proporcionalidade e razoabilidade. Recurso Não Provido. Sentença Mantida.
– Cabe ao réu, nos termos do art. 373, II, do CPC, o ônus da prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
– Demonstrada a falha na prestação do serviço, bem como o dano gerado ao consumidor, a fornecedora de bens ou serviços responde objetivamente pelos prejuízos extrapatrimoniais do ofendido.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, PRELIMINAR REJEITADA. NO MERITO, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO. TUDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7040963-70.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 10/01/2023 10:52:53
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS
Advogados do(a) RECORRENTE: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
Polo Passivo: CAMILA DE ARAUJO CONTI
Advogado do(a) RECORRIDO: CARLOS ERIQUE DA SILVA BONAZZA - RO8176-A
RELATÓRIO
Trata-se de Embargos de Declaração opostos por CAMILA DE ARAUJO CONTI, sustentando a ocorrência de erro material no Acórdão combatido alegando que ao estipular os honorários sucumbenciais a decisão ficou confusa, visto que aduz que condena e logo em seguida diz que o caso não é para arbitramento de honorários sucumbenciais. Portanto pleiteia pela correção do dispositivo do acórdão de ID 18419297
É o breve relatório.
VOTO.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Conforme art. 1.022 do NCPC, são cabíveis os embargos de declaração para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão ou questão sobre a qual o juízo devia se pronunciar de ofício ou a requerimento da parte, e/ou corrigir erro material.
A embargante aponta a existência de erro material e pleiteia para que o dispositivo seja corrigido, sanando a contradição no acórdão ora embargado.
Desse modo, onde se lê:
"Condeno a empresa recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, eis que o deslinde do feito não se encaixa nas hipóteses restritas do art. 55 da Lei n. 9.099/95."
Leia-se:
"Em razão da sucumbência, condeno a empresa recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95."
Ante o exposto, voto no sentido de ACOLHER EM PARTE os embargos opostos, a fim de sanar a contradição apontada, nos termos supramencionados, permanecendo os demais termos do acórdão conforme prolatado.
Sem custas e honorários.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS NECESSIDADE DE CORREÇÃO. EMBARGOS ACOLHIDOS.
– São cabíveis embargos de declaração com intuito de sanar erros materiais da decisão proferida.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, EMBARGOS DE DECLARACAO CONHECIDOS E ACOLHIDOS PARCIALMENTE A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7044373-39.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 17/02/2023 07:30:37
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: DARLENE NUNES DO NASCIMENTO
Advogados do(a) RECORRENTE: DIELSON RODRIGUES ALMEIDA - RO10628-A, SAMUEL MEIRELES DE MEIRELES - RO10641-A
Polo Passivo: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) RECORRIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Em síntese, trata-se de recurso inominado interposto pela parte autora em face da sentença que julgou improcedentes o pedido contido na inicial. Inconformada, aduz que seu voo foi cancelado, fato que lhe gerou prejuízos de ordem moral.
De início, destaca-se que a relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
Aduz a consumida que, adquiriu passagens aéreas da empresa aérea ré, para viajar no dia 05/05/2022, de Porto Velho para Manaus chegando as 01h00min. Ocorre que, a empresa aérea acabou cancelando o voo da autora, somente lhe ofertando um voo para o dia 06/05/2022 e chegando ao destino final somente 11h05.
Extrai-se dos autos que houve cancelamento do voo da recorrente e, ainda que, afirmado em contestação que houve aviso prévio por parte da recorrida, não lhe foi ofertado nenhum voo que atendesse sua necessidade e nem tempo habil para que reprogramasse sua viagem.
Destaca-se que em contestação a recorrida alega que o cancelamento se deu pelo ajuste na malha aérea.
Nesse sentido, o Código Civil, em seu artigo 737: “O transportador está sujeito aos horários e itinerários previstos, sob pena de responder por perdas e danos, salvo motivo de força maior”. E a jurisprudência:
Apelação Cível. Transporte aéreo de passageiros. Relação de Consumo. Alteração unilateral de voo. Atraso. Malha área. Caso fortuito ou força maior não comprovada. Prejuízo demonstrado no caso concreto. Conexão necessária. Não provido. As peculiaridades do caso concreto indicaram que o atraso da chegada do passageiro ao seu destino final lhe causou abalo moral passível de compensação indenizatória. Se a empresa aérea não comprova a alegação de problemas na malha aérea para o cancelamento de voos, fica caracterizada a falha na prestação de serviço, que constitui causa de reparação pelo dano moral suportado, decorrente da demora, desconforto, aflição e transtornos suportados pelo passageiro. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7005386-58.2018.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 26/09/2019.
Assim, ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa da consumidora que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Vale aqui a teoria do desvio produtivo, que está sendo reconhecida nos Tribunais do país, em que a parte mais forte deixa a parte fraca na relação consumerista com todo o prejuízo e perda de tempo sem atendê-la ou dar uma resposta em tempo adequado.
Evidenciada a falha na prestação do serviço e presentes os pressupostos de responsabilidade civil (conduta, dano e nexo de causalidade), deve a empresa aérea ré ser condenada ao pagamento dos danos morais.
No que se refere ao quantum, considerando que a indenização objetiva proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição mas como um desestímulo à repetição do ilícito, entende-se que o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), encontra-se em consonância com o entendimento desta turma, devendo ser reformada.
Por tais razões, VOTO para DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela recorrente, no sentido de reformar a sentença em parte e condenar a companhia aerea ao pagamento de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a título de danos morais, corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia desde a data da publicação desta decisão (Súmula 362 do STJ), com juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação.
Deixo de condenar a recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, eis que o deslinde do feito não se encaixa nas hipóteses restritas do art. 55 da Lei n. 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se à origem.
É como voto.
EMENTA
CONSUMIDORA. AVIAÇÃO. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO DE VOO. AJUSTE DE MALHA AÉREA. EXCLUDENTE NÃO CONFIGURADA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7046461-50.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 02/05/2023 18:21:58
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059-A
Polo Passivo: MARIA LUIZA DE JESUS FEITOSA
Advogado do(a) RECORRIDO: JOSE BATISTA DE SANTANA JUNIOR - RO5778-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Recorre a companhia aérea buscando reforma da sentença que julgou procedente os pedidos contidos na inicial, pugnando pela reforma da sentença para julgar improcedente o pedido da recorrida.
Aduz o consumidor, que celebrou contrato de transporte com a empresa aérea requerida, mas viu seu trecho ser cancelado unilateralmente, chegando ao seu destino final com mais de 12 horas de atraso, causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
O cancelamento do voo é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela recorrente em virtude da restruturação de malha aérea. Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que houve tão somente a alteração unilateral do contrato firmado, caracterizando-se como má prestaçao do serviço. Nesse sentido, o aresto:
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não Configurado. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade.1-O cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2-A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3-A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00(dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019)
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais.
Quanto o quantum indenizatório, em condenações desta natureza, deve o juízo a quo atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.
No caso dos autos, verificadas as circunstâncias em que ocorreram os fatos, o cancelamento unilateral, o valor a título de dano moral fixado em R$ 10.000,00 (dez mil reais), se mostra suficiente para compensar o dano sofrido, atendendo o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, não devendo ser modificado.
Ante ao exposto, conheço o recurso inominado interposto, rejeito as preliminares e, no mérito, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO para manter a sentença vergastada inalterada.
Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se à origem.
Oportunamente, arquive-se.
É como voto
EMENTA
Recurso inominado. Consumidor. Aviação. Contrato de transporte aéreo. Cancelamento de voo. Malha aérea. Dano moral. Configurado. Quantum indenizatório. Sentença mantida pelos próprios fundamentos.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7052052-27.2021.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 06/06/2022 10:59:20
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: EDJANE OLINDINA REBOUCAS DOS SANTOS e outros
Advogado do(a) RECORRENTE: RODRIGO ERNANE MARQUES DE FARIAS - RO11455-A
Polo Passivo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS e outros
Advogado do(a) RECORRIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
Advogados do(a) RECORRIDO: ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A

RELATÓRIO Relatório dispensado nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Recorre a parte autora pleiteando a reforma da sentença pugnando pela procedência do pedido de dano moral.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
A sentença foi julgada improcedente sob o fundamente de que o cancelamento do voo por parte da empresa aérea ocorreu em razão da pandemia do covid-19 e que as companhias aéreas foram afetadas não podendo imputar-lhes responsabilidade.
Nos termos do art. 944 do Código Civil, está estabelecido que a indenização mede-se pela extensão do dano, visando a atingir os objetivos que se esperam da condenação, notadamente de servir como lenitivo para a vítima e de desestímulo para o ofensor. Ressalto, ainda, que a fixação da indenização por dano moral deve atender a um juízo de razoabilidade e proporcionalidade.
No caso dos autos, houve atraso no voo inicialmente contratado, de Maceió para Porto Velho, que tinha embarque previsto para o dia 15/11/2020 às 19h35 horas e chegada em Porto Velho às 03h25min, no entanto, com as alterações, as partes autoras foram realocadas em voo com saída no dia 16/11/2020 às 10h50, tendo que pernoitar em Maceió.
In casu, não ficou demonstrada a existência de quaisquer das excludentes do dever de indenizar, pois extrai-se dos autos como certo o cancelamento e atraso no voo e mesmo que a empresa recorrente disponha que foi devido a alteração do voo ocorrido por motivos de força maior, a verdade é que não houve informações adequadas ao consumidor, havendo inércia por parte da empresa em oferecer as assistências necessárias para diminuir o transtorno sofrido pelo recorrente.
Vejamos nesse sentido os julgados:
EMENTA: APELAÇÃO – CANCELAMENTO DO VOO- PANDEMIA DO COVID 19-PRESTAÇÃO DE SERVIÇO INADEQUADA – DANOS MORAIS CONFIGURADOS-DANOS MATERIAIS. O dever de indenizar da empresa aérea deve ser analisado à luz da teoria da das responsabilidades, sendo bastante a verificação da existência do dano e do nexo causal entre o serviço prestado e o dano sofrido pelo usuário. É devida indenização pela empresa aérea que não presta o serviço de forma adequada. Hipótese em que, mesmo comprovado que o cancelamento do voo decorreu de fortuito externo (Pandemia do COVID 19), a empresa área somente está dispensada em prestar assistência material ao consumidor em caso de fechamento de fronteira, hipótese não ocorrente no caso. (TJ-MG – AC: 10000211124029001 MG, Relator: Marco Aurélio Ferrara Marcolino (JD Convocado), Data de Julgamento: 02/09/2021, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 09/09/2021)
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não Configurado. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade.1-O cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2-A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3-A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00(dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019)
Portanto, a empresa não se dignou a reorganizar com antecedência a viagem já programada, restando demonstrado sua falha junto com o consumidor. Sabe-se que no contrato de transporte destaca-se a fixação de horários e itinerários, uma vez que normalmente o passageiro programa suas atividades de acordo com o tempo gasto no deslocamento, dependendo também do cumprimento do itinerário, sob pena de perdas e danos que vierem a ser suportados.
A superveniência de força maior ou evento fortuito desobrigaria o transportador quanto a essa reparação, mas, no caso, a recorrente não se desincumbiu da prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora.
Assim, é incontestável a existência de dano moral, em decorrência de conduta ilícita praticada pela recorrente, que faltou com seu dever de cuidado, frustrando as legítimas expectativas do recorrente, de viajar com segurança, rapidez e conforto, e, principalmente, dentro do roteiro previamente programado e pago, submetendo-a a um tratamento apto a incutir-lhe revolta, angústia e humilhação.
Considerando que as partes autoras chegaram ao destino um dia após o contratado inicialmente, sem a prestação de assistência material de alimentação, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum no patamar que condiz com o tempo e as condições do atraso e do passageiro enquanto espera, conforme comprovado nos autos, como forma de disciplinar a requerida e dar satisfação pecuniária a requerente.
A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado. Portanto, suficiente a fixação em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada autor, sintonizando-se com o entendimento desta Turma Recursal.
Por tais considerações voto para dar provimento ao recurso inominado proposto pelas partes autoras para condenar a Recorrida ao pagamento de dano moral no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada autor, corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia desde a data da publicação desta decisão (Súmula 362 do STJ), com juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação.
Sem custas e honorários.
Após o trânsito em julgado, remeta-se à origem.
É como voto.
EMENTA TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO/ATRASO DE VOO. DANO MORAL CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE PROVA. RESTRIÇÕES OPERACIONAIS. DANO MORAL. DEVIDO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, EMBARGOS DE DECLARACAO CONHECIDOS E ACOLHIDOS PARCIALMENTE A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7036941-66.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 10/03/2023 20:41:46
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS
Advogados do(a) RECORRENTE: LUIZ FLAVIANO VOLNISTEM - RO2609-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
Polo Passivo: ALESSANDRA MOREIRA ALEXANDRE
Advogado do(a) RECORRIDO: DIEGO UMBELINO DOS SANTOS - RO10238-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”.
Aduz a consumidora que, adquiriu passagem área de ida e volta, saindo de Porto Velho/RO no dia 23/04/2022 às 14hrs:05min, chegando em Fortaleza/CE às 02hrs:00 do dia 24/04/2022. Ocorre que, a autora foi informada de que seu voo havia sido cancelado unilateralmente e alterado para sair de Porto Velho/RO às 02hrs:00 do dia 23/04/2022 e chegar em Fortaleza/CE às 16hrs:30min do mesmo dia, ou seja, totalmente diferente do que havia sido inicialmente contratado.
Em contestação, a empresa aérea alega que o voo contratado necessitou ser modificado por motivo de alteração na malha aérea.
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
“S E N T E N Ç A
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes da má prestação do serviço de transporte aéreo contratado, posto que houve o cancelamento/alteração unilateral do voo previamente pactuado, ocasionando transtornos e danos ofensivos à honra do requerente, passíveis de serem indenizados, conforme pedido inicial e documentos apresentados.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória da demandada para juntada de novos documentos.
A matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Por conseguinte, INDEFIRO eventual pedido de produção de outras provas, nos exatos termos do arts. 32 e 33, da LF 9.099/95, bem como 370 e 371, ambos do CPC (LF 13.105/2015 – disposições compatíveis com o microssistema e com o rito sumaríssimo e especial dos Juizados Especiais).
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e “maduro” para julgamento, deve promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Havendo arguições preliminares, passo ao estudo preambular antes de ingressar no mérito da causa.
Verifico que a preliminar de ilegitimidade passiva não pode vingar de plano, recomendando-se a análise do conjunto probatório para se concluir, ou não, sobre a eventual responsabilidade civil da parte requerida, estando a inicial formalmente em ordem, aplicando-se a teoria da asserção e tendo-se plenamente comprovada as condições da ação.
Pois bem.
Aduz a parte autora que adquiriu bilhetes de passagens da companhia requerida para o transporte aéreo. Contudo, afirma que voo foi cancelado/alterado unilateralmente pela ré, antecipando os voos da ida em 12 horas causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis.
A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, vez que a demandada é efetiva fornecedora de produtos (passagens aéreas) e prestadora de serviços (administração de venda de passagens aéreas, transporte aéreo, informes promocionais, etc...) e, como tal, deve se acautelar e responder plenamente por suas ações, não se aplicando o Código Brasileiro de Aeronáutica, conforme entendimento remansoso da jurisprudência pátria.
E, da análise dos documentos e argumentos apresentados, tenho que o pleito da parte requerente procede, restando evidenciada a falta de zelosa administração e execução do serviço prestado pela ré, assim como já decidido em inúmeros casos.
A parte autora adquiriu passagens aéreas da empresa demandada, confiando no cronograma, rapidez e na pontualidade da ré, de modo que viu-se frustrada e desamparada a partir do momento em que a requerida, de modo unilateral, desrespeitou os horários e itinerário contratado, realocando os passageiros em novo voo, gerando antecipação considerável em sua chegada.
Deste modo, a alteração/cancelamento por ato unilateral da ré não deixa qualquer dúvida quanto à falta de zelo na prestação dos serviços a que se obrigara, valendo ressaltar que as empresas permissionárias ou concessionárias de serviço público têm obrigação de bem prestar o serviço contratado (art. 22, CDC), não representando a questão qualquer novidade nos corredores jurídicos.
Não vinga a tese da empresa aérea de que o voo fora cancelado em decorrência condições climáticas, organização da malha aérea/ condições dos aeroportos/reorganização da malha aérea (suposto motivo de força maior), posto que não comprova o alegado, sequer juntando relatórios de tráfego e da torre de controle, ou até mesmo de relatório de bordo, deixando de cumprir o mister determinado pelo art. 373, II, CPC, e 4º e 6º, do CDC, fazendo vingar a afirmativa de cancelamento unilateral de voo regularmente programado e contratado.
Todas as ações da ré devem ser relatadas e documentadas, sob pena de se acolher como verdadeiros os argumentos do passageiro e consumidor, principalmente quando este apresenta prova correlata do direito vindicado.

A responsabilidade surge indiscutível, a julgar pela prova colhida e a exemplo do que ocorrera em outras tantas demandas ofertadas e julgadas, a requerida foi negligente, deixando de cumprir com o compromisso assumido de prestar serviço da forma regular, satisfatória e pontual, pelo que deve sucumbir, não tendo diligenciado na prova de causa impeditiva ou extintiva do direito alegado e comprovado pelo(a) autor(a) (art. 373, II, CPC).

Conta a demandada com o risco operacional e administrativo, devendo melhor se equipar e se preparar para receber e tutelar o consumidor, fornecendo informações precisas e corretas, a fim de evitar desencontros e maiores frustrações. Enquanto isto não ocorrer, deve o Judiciário tutelar a questão promovendo o equilíbrio de forças entre o grande (a ré) e o pequeno (o consumidor).

Nesse sentido, atentando para o caso em tela, verifico a frustração experimentada (cancelamento do voo, falta de informações, mudança de programação) que gerou dano moral, consubstanciada no desamparo, na impotência e na angústia de ver unilateral e forçadamente alterado o contrato celebrado regularmente, de modo que, mais do que nunca, deve o sistema protetivo de defesa do consumidor vingar.

Pacífico o entendimento jurisprudencial:

“APELAÇÃO CÍVEL. ATRASO DE VOO. ALTO ÍNDICE DE TRÁFEGO AÉREO. FORTUITO INTERNO. EXTRAVIO DE BAGAGEM. AUSÊNCIA ASSISTÊNCIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO E VALOR MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Eventual sobrecarga no índice de tráfego aéreo caracteriza-se como fortuito interno, inerente ao risco da atividade profissional, inapto, portanto, a romper o nexo causal ensejador do dever de indenizar os danos suportados pelos passageiros. 2. Ocorrendo extravio de bagagem em viagem aérea, é devida indenização pelo dano moral daí decorrente. 3. Admite-se, em caráter excepcional, que o quantum arbitrado a título de danos morais seja alterado, caso se mostre irrisório ou exorbitante, em clara afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. 4. Recurso não provido. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7040041-97.2020.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Hiram Souza Marques, Data de julgamento: 22/07/2021 ”; e

“APELAÇÃO CÍVEL. TRANSPORTE. CANCELAMENTO DE VOOS. DANO MORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. DANO MORAL CONFIGURADO. Os fatos narrados ultrapassaram o mero aborrecimento do cotidiano e o limite de tolerância que se exige das partes nas relações contratuais que estabelecem entre si. No caso, os autores programaram, com seis meses de antecedência, férias com a família, sendo que, às vésperas, deparam-se com o cancelamento tanto do voo de ida, quanto o de volta. Valor da indenização majorado para R$ 5.000,00. Verba honorária aumentada para 15% sobre o montante condenatório. APELAÇÃO PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078941259, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Cláudia Maria Hardt, Julgado em 13/12/2018). (TJ-RS - AC: 70078941259 RS, Relator: Cláudia Maria Hardt, Data de Julgamento: 13/12/2018, Décima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 17/12/2018)”.

O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.

A presunção do dano moral é absoluta, implicando em dizer que o referido dano está consubstanciado na sensação de impotência em não se poder viajar no dia e hora aprazados, não se podendo substituir a tempo e a contento (principalmente em rapidez) referido meio de transporte para se conseguir cumprir obrigação e compromissos agendados.

Sendo assim, levando-se em consideração que as condutas no setor de transporte aéreo tem se repetido, evidenciando a falta de maiores investimentos e de melhor trato ao consumidor, bem como em atenção à casuística revelada (antecipação de 12 horas) e a condição econômica das partes, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum no patamar de R$ 10.000,00 (dez mil reais), como forma de disciplinar a empresa demandada e a dar satisfação pecuniária à requerente, não se justificando o importe sugerido na inicial, dados os valores praticados/fixados por este juízo em casos similares ou idênticos, fixando o importe econômico proporcional ao tempo de espera/atraso (quanto mais tempo de espera para reacomodação, maior a indenização compensatória dos inegáveis danos morais) e de acordo com o local onde houve a quebra contratual (domicílio/ fora do domicílio) e os reflexos (perda de diárias de hotel, viagens, compromissos laborais, etc...).

A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, de modo que o valor acima arbitrado está sintonizado com os princípios expostos assim como com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitando-se o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa “indústria do dano moral”.

É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, à imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas fornecedoras de serviços públicos e/ou essenciais.

Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.

POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo(a) autor(a) para o fim de CONDENAR A REQUERIDA NO PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), À TÍTULO DOS RECONHECIDOS DANOS MORAIS, ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA (TABELA OFICIAL TJ/RO) E JUROS LEGAIS, SIMPLES E MORATÓRIOS, DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, A PARTIR DA PRESENTE CONDENAÇÃO (SÚMULA 362, STJ).

Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015).”

Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa da consumidora que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.

Por tais considerações, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela companhia aérea AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.

Condeno a empresa recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, eis que o deslinde do feito não se encaixa nas hipóteses restritas do art. 55 da Lei n. 9.099/95.

Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO NACIONAL. DANO MORAL DEVIDO. SENTENÇA MANTIDA. PROVIMENTO NEGADO.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7055152-53.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 12/04/2023 18:16:02
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: TAM LINHAS AEREAS S/A.
Advogados do(a) RECORRENTE: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318-A, FABIO RIVELLI - RO6640-A
Polo Passivo: MIRELLY CRISTINA ARRUDA DA SILVA
Advogados do(a) RECORRIDO: BRUNO PAIVA OLIVEIRA - RO8056-A, JEANDERSON LUIZ VALERIO ALMEIDA - RO6863-A, MATHEUS LIMA DE MEDEIROS - RO10795-A
RELATÓRIO.
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso interposto, eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.
Em síntese, trata-se de recurso inominado interposto em face da sentença que julgou procedente o pedido inicial e condenou a companhia aérea a pagar a consumidora o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a títulos de danos morais em razão da alteração do voo da parte consumidora.
Pois bem.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
Aduz a parte autora que adquiriu passagens aéreas previsto para sair de Manaus – Porto Velho dia 28/06/2022 às 17h45, com chegada ao destino às 19h25. Contudo, seu voo foi cancelado, sendo realocada para um novo voo com embarque às 22h45 e chegado ao destino final as 10h25, do dia seguinte. Causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis.
A alteração do voo é questão incontroversa, sendo justificada pela empresa em razão de malha aérea.
Como se verifica, a empresa recorrente postula afastar sua responsabilidade civil usando o argumento que foi o caso de força maior, que o cancelamento se deu em razão da malha aérea.
Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que houve tão somente a alteração unilateral do contrato firmado, caracterizando-se como má prestação do serviço. Nesse sentido, o aresto:
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não Configurado. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade.1-O cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2-A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3-A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00(dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019)
Como visto a alteração da programação prevista para o voo em decorrência de malha aérea não imuniza a companhia da responsabilização das sequelas vivenciadas pelos consumidores. Tampouco constitui hipótese de caso fortuito e força maior como situação apta a excluir responsabilidade civil, porquanto tais eventos não revelam imprevisibilidade e invencibilidade.
Assim, ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Em condenações desta natureza, deve o juízo a quo atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.
No que se refere ao quantum, considerando que a indenização objetiva proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição mas como um desestímulo à repetição do ilícito, entendo que o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) se mostra adequado para compensar os infortúnios experimentados, não devendo ser modificado.
Ante ao exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela companhia aérea recorrente, mantendo a sentença inalterada.
Condeno a empresa aérea ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55 da Lei nº. 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto

EMENTA
RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. ANTECIPAÇÃO DE VOO. DANO MORAL CONFIGURADO. INFORMAÇÕES. AUSÊNCIA. FALHA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. REESTRUTURAÇÃO DE MALHA AÉREA. PROBLEMAS OPERACIONAIS. DANO MORAL. DEVIDO. MANTIDO. PROPORCIONALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a companhia aérea ré incorre em descumprimento contratual, por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos contratuais originariamente previstos. Evidenciado a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC, é cabível a responsabilização por danos morais.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7067499-21.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 20/06/2023 18:52:14
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: NAIARA COELHO DE LIRA VASCONCELOS
Advogado do(a) RECORRENTE: LARISSA TEIXEIRA RODRIGUES FERNANDES - RO7095-A
Polo Passivo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogados do(a) RECORRIDO: ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Compulsando os autos, verifica-se quebra contratual entre a companhia aérea e a parte consumidora, com transtornos que vão muito além do dissabor, pois mediante a alteração unilateral do voo, a empresa ré deixou de cumprir o serviço na forma contratada.
Recorre o autor pretendendo a reforma da sentença que julgou improcedente os pedidos contidos na inicial, pugnando pelo reconhecimento e fixação dos danos morais.
A alteração do voo é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela recorrida em virtude condições meteorológicas. Ocorre que, não cuidou a empresa área em juntar qualquer elemento de prova oficial a permitir corroborar suas alegações.
Assim, ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrida incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Nesse sentido, o Código Civil, em seu artigo 737: "O transportador está sujeito aos horários e itinerários previstos, sob pena de responder por perdas e danos, salvo motivo de força maior". E a jurisprudência:
"Apelação Cível. Transporte aéreo de passageiros. Relação de Consumo. Alteração unilateral de voo. Atraso. Malha área. Caso fortuito ou força maior não comprovada. Prejuízo demonstrado no caso concreto. Conexão necessária. Não provido. As peculiaridades do caso concreto indicaram que o atraso da chegada do passageiro ao seu destino final lhe causou abalo moral passível de compensação indenizatória. Se a empresa aérea não comprova a alegação de problemas na malha aérea para o cancelamento de voos, fica caracterizada a falha na prestação de serviço, que constitui causa de reparação pelo dano moral suportado, decorrente da demora, desconforto, aflição e transtornos suportados pelo passageiro. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7005386-58.2018.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 26/09/2019."
Evidenciada a falha na prestação do serviço e presentes os pressupostos de responsabilidade civil (conduta, dano e nexo de causalidade), deve a empresa ré ser condenada ao pagamento dos danos morais.
No que se refere ao quantum, considerando que a indenização objetiva proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição mas como um desestímulo à repetição do ilícito, entende-se que o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), encontra-se em consonância com o entendimento desta turma.
Quanto ao dano material, devidamente juntados os comprovantes de gastos, o que torna necessária a devida reparação, nos termos da exordial.
Por tais razões, VOTO para DAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pelo autor, reformando a sentença a título de danos morais para o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia desde a data da publicação desta decisão (Súmula 362 do STJ), com juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar do arbitramento., bem como R$ 2359,43 (dois mil trezentos e cinquenta e nove reais e quarenta e três centavos) a título de dano material, com juros de 1% ao mês a contar da citação, e correção monetária a contar do efetivo desembolso.
Sem custas e honorários advocatícios, eis que o deslinde não se encaixa no teor do art. 55, da Lei nº 9.099/1995.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO/ATRASO DE VOO. FALHA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. CONDIÇÕES CLIMÁTICAS NÃO COMPROVADAS. DANO MORAL E MATERIAL . DEVIDO. PROPORCIONALIDADE. RECURSO DO CONSUMIDOR PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7057732-90.2021.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 25/01/2023 18:51:54
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: TAM LINHAS AEREAS S/A.
Advogado do(a) RECORRENTE: FERNANDO ROSENTHAL - SP146730-A
Polo Passivo: ANACLETO DE MARCO GOMES
Advogado do(a) RECORRIDO: BRENDA ALMEIDA FAUSTINO - RO9906-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46, da Lei n. 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”.
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
“SENTENÇA
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação reparatória e danos materiais e indenizatória por danos morais decorrentes da má prestação do serviço de transporte aéreo contratado, posto que houve o cancelamento/alteração unilateral do voo previamente pactuado, ocasionando transtornos e danos ofensivos à honra da requerente, passíveis de serem indenizados, conforme pedido inicial e documentos apresentados.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e “maduro” para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Da impugnação ao pedido de justiça gratuita
Em virtude da gratuidade no 1º grau dos Juizados Especiais, a impugnação ao pedido de justiça gratuita, formulada pelo réu, será apreciada por ocasião da eventual interposição de recurso.
Pois bem!
Aduz a parte autora que adquiriu bilhetes de passagens da companhia requerida para o transporte aéreo. Contudo, afirma que voo foi alterado unilateralmente pela ré, de modo que a parte autora obteve um atraso de 24 horas, causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis.
A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, vez que a demandada é efetiva fornecedora de produtos (passagens aéreas) e prestadora de serviços (administração de venda de passagens aéreas, transporte aéreo, informes promocionais, etc) e, como tal, deve se acautelar e responder plenamente por suas ações, não se aplicando o Código Brasileiro de Aeronáutica, conforme entendimento remansoso da jurisprudência pátria.
E, da análise dos documentos e argumentos apresentados, tenho que o pleito da parte requerente procede, restando evidenciada a falta de zelosa administração e execução do serviço prestado pela ré, assim como já decidido em inúmeros casos.
A parte autora adquiriu passagens aéreas da empresa demandada, confiando no cronograma, rapidez e na pontualidade da ré, de modo que viu-se frustrada e desamparada a partir do momento em que a requerida, de modo unilateral, desrespeitou os horários e itinerário contratado, realocando os passageiros em novo voo, gerando atraso considerável para chegada.
Deste modo, a alteração/cancelamento por ato unilateral da ré não deixa qualquer dúvida quanto à falta de zelo na prestação dos serviços a que se obrigara, valendo ressaltar que as empresas permissionárias ou concessionárias de serviço público têm obrigação de bem prestar o serviço contratado (art. 22, CDC), não representando a questão qualquer novidade nos corredores jurídicos.
Não vinga a tese da empresa aérea de que o voo fora alterado em decorrência de “motivos técnico-operacionais – manutenção não programada” ou “alteração da malha aérea” (suposto motivo de caso fortuito por reorganização da malha aérea), posto que não comprova o alegado, sequer juntando relatórios de tráfego e da torre de controle, ou até mesmo de relatório de bordo, deixando de cumprir o mister determinado pelo art. 373, II, CPC, e 4º e 6º, do CDC, fazendo vingar a afirmativa de alteração unilateral de voo regularmente programado e contratado.
Todas as ações da ré devem ser relatadas e documentadas, sob pena de se acolher como verdadeiros os argumentos do passageiro e consumidor, principalmente quando este apresenta prova correlata do direito vindicado.

A responsabilidade surge indiscutível, sendo que a demandada conta com o risco operacional e administrativo, assumindo-o por completo, de modo que deve melhor se equipar e se preparar para receber e tutelar o consumidor, fornecendo informações precisas e corretas, prestando auxílio material e todo o apoio, a fim de evitar desencontros e maiores frustrações. Enquanto isto não ocorrer, deve o Judiciário tutelar a questão promovendo o equilíbrio de forças entre o grande (a ré) e o pequeno (o consumidor).

Nesse sentido, atentando para o caso em tela, verifico a frustração experimentada (cancelamento/alteração do voo, falta de informação e atraso de aproximadamente 24 horas) gerou dano moral, consubstanciada no desamparo, na impotência e na angústia de ver unilateral e forçadamente alterada o contrato celebrado regularmente e com bastante antecedência.

A requerida fora negligente na execução do contrato e na produção de provas que a absolvessem da imputação feita, deixando de cumprir o mister de apresentar prova de causa impeditiva, modificativa ou extintiva do direito alegado e comprovado pelo autor (art. 373, II, CPC, e 4º e 6º, CDC).

Não pode o consumidor, parte frágil na relação e sem qualquer poder decisório ou de influência (bem como de acesso a informações e documentos de gerência), arcar com todos os prejuízos e "engolir" o atraso e posterior cancelamento do voo.

Pacífico o entendimento jurisprudencial:

"RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CANCELAMENTO DE VOO EM RAZÃO DOS REFLEXOS DA PANDEMIA DO COVID-19. CASO FORTUITO. DIVERSAS REALOCAÇÕES. ATRASO DE APROXIMADAMENTE 04 (QUATRO) DIAS PARA CHEGAR AO DESTINO FINAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MAJORAÇÃO. ADEQUAÇÃO AOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE. JUROS MORATÓRIOS DESDE A CITAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Propósito recursal de majoração dos danos morais para o valor de 40 (quarenta) salários mínimos. 2. Na fixação do montante da condenação a título de danos morais, deve-se atender a uma dupla finalidade: reparação e repressão. Há que se observar a capacidade econômica da atingida e a do ofensor, para evitar o enriquecimento injustificado, bem como também garantir o viés pedagógico da medida, desestimulando-se a repetição do ato ilícito. 3. Quantum indenizatório fixado em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), que merece a devida majoração, adequando-se o valor do dano extrapatrimonial ao critério da razoabilidade. 4. Sentença parcialmente reformada. 5. Recurso conhecido e parcialmente provido. (TJ-MT 10099962120208110002 MT, Relator: LUIS APARECIDO BORTOLUSSI JUNIOR, Data de Julgamento: 04/05/2021, Turma Recursal Única, Data de Publicação: 12/05/2021)";

"Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Consumidor. Cancelamento de voo. Dano moral. Ocorrência. Quantum indenizatório. Proporcionalidade. 1. O cancelamento injustificado de voo previamente contratado pelo consumidor gera dano moral. 2. O quantum indenizatório deve ser fixado em valor justo e proporcional ao abalo suportado pelo consumidor. (TJ-RO - RI: 70132207820198220005 RO 7013220-78.2019.822.0005, Data de Julgamento: 17/08/2020)";

"APELAÇÃO - INDENIZAÇÃO - DANOS MATERIAIS E MORAIS - CONVENÇÃO DE MONTREAL - CANCELAMENTO DE VOO - DANOS MORAIS - CONFIGURAÇÃO - QUANTUM INDENIZATÓRIO - DANOS MATERIAIS. No julgamento o RE 636.331, sob o regime de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal decidiu que, se tratando de transporte aéreo internacional, as Convenções de Varsóvia e Montreal têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor, somente nos caso de danos materiais decorrentes de extravio de bagagem. O cancelamento de voo, com alteração da programação da viagem do passageiro, é suficiente para causar dano moral. A fixação do quantum indenizatório por danos morais é tarefa cometida ao juiz, devendo seu arbitramento operar-se com razoabilidade, proporcionalmente ao grau de ilícito, ao nível socioeconômico da parte ofendida, o porte do ofensor e, ainda, levando-se em conta as circunstâncias do caso. Não estando evidenciado o prejuízo material suportado pela parte, não se defere a respectiva indenização. (TJ-MG - AC: 10000205391436001 MG, Relator: Evangelina Castilho Duarte, Data de Julgamento: 17/12/2020, Câmaras Cíveis / 14ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/12/2020)";

O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.

A presunção do dano moral é absoluta, implicando em dizer que o referido dano está consubstanciado na sensação de impotência em não se poder viajar no dia e hora aprazados, não se podendo substituir a tempo e a contento (principalmente em rapidez) referido meio de transporte para se conseguir cumprir obrigação e compromissos agendados.

Sendo assim, levando-se em consideração que as condutas no setor de transporte aéreo tem se repetido, evidenciando a falta de maiores investimentos e de melhor trato ao consumidor, bem como em atenção à casuística revelada (atraso de mais de 24 horas) e a condição econômica das partes, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum no patamar de R$ 10.000,00 (dez mil reais), como forma de disciplinar a empresa demandada e a dar satisfação pecuniária à requerente, não se justificando o importe sugerido na inicial, dados os valores praticados/fixados por este juízo em casos similares ou idênticos, fixando o importe econômico proporcional ao tempo de espera/atraso (quanto mais tempo de espera para reacomodação, maior a indenização compensatória dos inegáveis danos morais) e de acordo com o local onde houve a quebra contratual (domicílio/ fora do domicílio) e os reflexos (perda de diárias de hotel, viagens, compromissos laborais, etc...).

A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, de modo que o valor acima arbitrado está sintonizado com os princípios expostos assim como com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitando-se o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa "indústria do dano moral".

É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, à imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas fornecedoras de serviços públicos e/ou essenciais.

Mesma sorte contempla o pedido de reparação por danos materiais, devendo a autora ser ressarcida pelo valor pago em decorrência da perda de uma dia de locação do veículo no valor de R$452,07 (id . 63199068 - Pág. 1).

Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.

POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo(a) autor(a) para o fim de:

A) CONDENAR A REQUERIDA NO PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), À TÍTULO DOS RECONHECIDOS DANOS MORAIS, ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA (TABELA OFICIAL TJ/RO) E JUROS LEGAIS, SIMPLES E MORATÓRIOS, DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, A PARTIR DA PRESENTE CONDENAÇÃO (SÚMULA 362, STJ).

B) CONDENAR a empresa requerida a RESTITUIR/REEMBOLSAR o valor de R$ 452,07 (id. 63199068 - Pág. 1) à consumidora, corrigido monetariamente (tabela oficial TJ/RO) desde a data do efetivo desembolso e acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação..”

Em respeito às razões recursais, ressalto que, diferentemente do alegado pela empresa recorrente, tem-se que a recorrida logrou comprovar as falhas na prestação do serviço. Por outro lado, a empresa recorrente não se desincumbiu de demonstrar fato impeditivo ou extintivo do direito do autor, trouxe nada que confirme a alegação de que o atraso se deu por manutenção não programada ou por reorganização da malha aérea, o que impõe a manutenção da sentença recorrida.

Por tais considerações, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.

Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.

Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.

Oportunamente, arquive-se.

É como voto

EMENTA:

RECURSO INOMINADO. AVIAÇÃO. DANO MORAL. CANCELADO VOO DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01

Processo: 7054988-88.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

Data distribuição: 03/05/2023 09:21:30

Data julgamento: 05/07/2023

Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS

Advogados do(a) RECORRENTE: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884-A, LUIZ FLAVIANO VOLNISTEM - RO2609-A, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A

Polo Passivo: MIRLENE MORAIS DE SOUZA

Advogados do(a) RECORRIDO: BRENDA MORAES SANTOS - RO8933-A, LARISSA SILVA PONTE - RO8929-A

RELATÓRIO

Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.

VOTO

Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.

Analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”.

Aduz a consumidora que, adquiriu passagem área de volta, para viajar saindo de Campo Grande/MS saindo no dia 16/07/2022, às 8hrs:35min, chegando ao seu destino final Porto Velho às 13hrs:05min, do mesmo dia. Ocorre que, o voo da autora acabou sofrendo alterações, então a empresa aérea realocou a autora para fazer o trajeto de ônibus, fazendo com que a autora somente chegasse ao seu destino às 16hrs:00min do dia 17/07/ 2022, causando um atraso de 27 horas, ou seja, totalmente diferente do que havia sido inicialmente contratado.

Em contestação, a companhia aérea alega que o voo adquirido pela autora sofreu atraso por motivo de manutenção da aeronave.

Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:

“S E N T E N Ç A

Vistos e etc...,

Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).

FUNDAMENTAÇÃO.

Trata-se de ação indenizatória por danos morais e materiais decorrentes da má prestação do serviço de transporte aéreo contratado, posto que houve o cancelamento/alteração unilateral do voo previamente pactuado, ocasionando transtornos e danos ofensivos à honra do requerente, passíveis de serem indenizados, conforme pedido inicial e documentos apresentados.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!

Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e “maduro” para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.

Em não havendo arguição de preliminar, passo a análise do mérito da causa.

Pois bem!

Aduz a parte autora que adquiriu bilhetes de passagens da companhia requerida para o transporte aéreo. Contudo, afirma o seu voo foi cancelado/alterado unilateralmente pela ré, de modo que a parte autora teve que ser realocada em um ônibus para chegar ao seu destino final, causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis pelo atraso de pelo menos 20 horas em sua chegada.

A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, vez que a demandada é efetiva fornecedora de produtos (passagens aéreas) e prestadora de serviços (administração de venda de passagens aéreas, transporte aéreo, informes promocionais, etc...) e, como tal, deve se acautelar e responder plenamente por suas ações, não se aplicando o Código Brasileiro de Aeronáutica, conforme entendimento remansoso da jurisprudência pátria.

E, da análise dos documentos e argumentos apresentados, tenho que o pleito da parte requerente procede, restando evidenciada a falta de zelosa administração e execução do serviço prestado pela ré, assim como já decidido em inúmeros casos.

A parte autora adquiriu passagens aéreas da empresa demandada, confiando no cronograma, rapidez e na pontualidade da ré, de modo que viu-se frustrada e desamparada a partir do momento em que a requerida, de modo unilateral, desrespeitou os horários e itinerário contratado.

Deste modo, a alteração/cancelamento por ato unilateral da ré não deixa qualquer dúvida quanto à falta de zelo na prestação dos serviços a que se obrigara, valendo ressaltar que as empresas permissionárias ou concessionárias de serviço público têm obrigação de bem prestar o serviço contratado (art. 22, CDC), não representando a questão qualquer novidade nos corredores jurídicos.

Não vinga a tese da empresa aérea de que o voo fora cancelado em decorrência de problemas operacionais, caso fortuito e força maior, posto que não há nenhuma comprovação das referidas hipóteses, deixando de cumprir o mister previsto nos arts. 4º e 6º, do CDC, e 333, II, CPC/2015, fazendo vingar a afirmativa de cancelamento/alteração unilateral de voo regularmente programado e contratado com antecedência

Todas as ações da ré devem ser relatadas e documentadas, sob pena de se acolher como verdadeiros os argumentos do passageiro e consumidor, principalmente quando este apresenta prova correlata do direito vindicado.

A responsabilidade surge indiscutível, sendo que a demandada conta com o risco operacional e administrativo, assumindo-o por completo, de modo que deve melhor se equipar e se preparar para receber e tutelar o consumidor, fornecendo informações precisas e corretas, prestando auxílio material e todo o apoio, a fim de evitar desencontros e maiores frustrações. Enquanto isto não ocorrer, deve o Judiciário tutelar a questão promovendo o equilíbrio de forças entre o grande (a ré) e o pequeno (o consumidor).

Nesse sentido, atentando para o caso em tela, verifico a frustração experimentada (cancelamento do voo, falta de informação e atraso de mais de 20 horas) gerou dano moral, consubstanciada no desamparo, na impotência e na angústia de ver unilateral e forçadamente alterado o contrato celebrado regularmente e com bastante antecedência.

A requerida fora negligente na execução do contrato e na produção de provas que a absolvessem da imputação feita, deixando de cumprir o mister de apresentar prova de causa impeditiva, modificativa ou extintiva do direito alegado e comprovado pelo autor (art. 373, II, CPC, e 4º e 6º, CDC).

Não pode o consumidor, parte frágil na relação e sem qualquer poder decisório ou de influência (bem como de acesso a informações e documentos de gerência), arcar com todos os prejuízos e "engolir" o atraso e posterior cancelamento do voo.

Pacífico o entendimento jurisprudencial:

"Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Consumidor. Cancelamento de voo. Dano moral. Ocorrência. Quantum indenizatório. Proporcionalidade. 1. O cancelamento injustificado de voo previamente contratado pelo consumidor gera dano moral. 2. O quantum indenizatório deve ser fixado em valor justo e proporcional ao abalo suportado pelo consumidor. (TJ-RO - RI: 70132207820198220005 RO 7013220-78.2019.822.0005, Data de Julgamento: 17/08/2020)";

"APELAÇÃO - INDENIZAÇÃO - DANOS MATERIAIS E MORAIS - CONVENÇÃO DE MONTREAL - CANCELAMENTO DE VOO - DANOS MORAIS - CONFIGURAÇÃO - QUANTUM INDENIZATÓRIO - DANOS MATERIAIS. No julgamento o RE 636.331, sob o regime de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal decidiu que, se tratando de transporte aéreo internacional, as Convenções de Varsóvia e Montreal têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor, somente nos caso de danos materiais decorrentes de extravio de bagagem. O cancelamento de voo, com alteração da programação da viagem do passageiro, é suficiente para causar dano moral. A fixação do quantum indenizatório por danos morais é tarefa cometida ao juiz, devendo seu arbitramento operar-se com razoabilidade, proporcionalmente ao grau de ilícito, ao nível socioeconômico da parte ofendida, o porte do ofensor e, ainda, levando-se em conta as circunstâncias do caso. Não estando evidenciado o prejuízo material suportado pela parte, não se defere a respectiva indenização. (TJ-MG - AC: 10000205391436001 MG, Relator: Evangelina Castilho Duarte, Data de Julgamento: 17/12/2020, Câmaras Cíveis / 14ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/12/2020)"; e

"CANCELAMENTO DE VOO NACIONAL – DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO – INFRAÇÃO AO DEVER DE PONTUALIDADE ÍNSITO À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – RESPONSABILIDADE OBJETIVA – INFRAÇÃO CONTRATUAL CARACTERIZADA – DANOS MORAIS CONFIGURADOS – OFENSA À HONRA PRESUMIDA EM FACE DA ANGÚSTIA PERCALÇOS E PRIVAÇÕES SUPORTADAS PELOS TURISTAS – INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL PROPORCIONAL SATISFAZENDO A DUPLA FUNÇÃO COMPENSATÓRIA DAS OFENSAS E REPRESSIVA CENSÓRIA DA CONDUTA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO. (TJ-SP - APL: 10022506620178260495 SP 1002250-66.2017.8.26.0495, Relator: César Peixoto, Data de Julgamento: 23/08/2018, 38ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/08/2018)";

O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.

A presunção do dano moral é absoluta, implicando em dizer que o referido dano está consubstanciado na sensação de impotência em não se poder viajar no dia e hora aprazados, não se podendo substituir a tempo e a contento (principalmente em rapidez) referido meio de transporte para se conseguir cumprir obrigação e compromissos agendados.

Sendo assim, levando-se em consideração que as condutas no setor de transporte aéreo tem se repetido, evidenciando a falta de maiores investimentos e de melhor trato ao consumidor, bem como em atenção à casuística revelada (atraso de pelo menos 20 horas) e a condição econômica das partes, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum no patamar de R$10.000,00 (dez mil reais), como forma de disciplinar a empresa demandada e a dar satisfação pecuniária à requerente, não se justificando o importe sugerido na inicial, dados os valores praticados/fixados por este juízo em casos similares ou idênticos, fixando o importe econômico proporcional ao tempo de espera/atraso (quanto mais tempo de espera para reacomodação, maior a indenização compensatória dos inegáveis danos morais) e de acordo com o local onde houve a quebra contratual (domicílio/ fora do domicílio) e os reflexos (perda de diárias de hotel, viagens, compromissos laborais, etc...).

A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, de modo que o valor acima arbitrado está sintonizado com os princípios expostos assim como com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitando-se o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa "indústria do dano moral".

É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, à imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas fornecedoras de serviços públicos e/ou essenciais.
Quanto ao pleito de reparação por danos materiais tenho que a demandada deve ressarcir o valor despendido com alimentação no importe de R$ 86,00 (oitenta e seis reais).
Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo (a) autor(a) para o fim de:
A) CONDENAR A REQUERIDA NO PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), À TÍTULO DOS RECONHECIDOS DANOS MORAIS, ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA (TABELA OFICIAL TJ/RO) E JUROS LEGAIS, SIMPLES E MORATÓRIOS, DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, A PARTIR DA PRESENTE CONDENAÇÃO (SÚMULA 362, STJ).
B) CONDENAR A REQUERIDA a RESTITUIR/REEMBOLSAR o valor pago de R$ 86,00 (oitenta e seis reais) corrigido monetariamente (tabela oficial TJ/RO) desde a data do efetivo desembolso e acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015).”
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa da consumidora que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Em respeito às razões recursais, ressalto que, em sede de contestação a companhia alega que houve modificação do voo em virtude de alteração na malha aérea. Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida.
Por tais considerações, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.
Em razão da sucumbência, condeno o recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO. TRANSPORTE TERRESTRE. CANCELAMENTO DE VOO. ATRASO NO VOO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DANO MORAL DEVIDO. SENTENÇA MANTIDA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7058243-54.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 03/05/2023 16:02:55
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS
Advogados do(a) RECORRENTE: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884-A, LUIZ FLAVIANO VOLNISTEM - RO2609-A, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
Polo Passivo: NAIARA JOVANIA BRAGA DA SILVA
Advogado do(a) RECORRIDO: THIAGO NASCIMENTO DE MAGALHAES - RO10301-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”.
Aduz a consumidora que, adquiriu passagem área de ida e volta, para viajar saindo de e Porto Velho no dia 15/07/2022 às 02hrs:10mn, chegando ao seu destino final Fortaleza/CE às 14hrs:10min, do mesmo dia e retorno previsto para o dia 25/07/2022. Ocorre que, sem aviso prévio o voo da autora acabou sendo alterado unilateralmente pela empresa aérea ré. Seu voo foi alterado para o dia 15/07/2022 às 14hrs:05min, com 11hrs:55min de atraso, ou seja, totalmente diferente do que havia sido inicialmente contratado.
Em contestação, a companhia aérea alega que o voo adquirido pela autora sofreu uma mudança em razão de alteração da malha aérea.
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:

"S E N T E N Ç A
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes da má prestação do serviço de transporte aéreo contratado, posto que houve o cancelamento/alteração unilateral do voo previamente pactuado, ocasionando transtornos e danos ofensivos à honra do requerente, passíveis de serem indenizados, conforme pedido inicial e documentos apresentados.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória da demandada para juntada de novos documentos.
A matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Por conseguinte, INDEFIRO eventual pedido de produção de outras provas, nos exatos termos do arts. 32 e 33, da LF 9.099/95, bem como 370 e 371, ambos do CPC (LF 13.105/2015 – disposições compatíveis com o microssistema e com o rito sumaríssimo e especial dos Juizados Especiais).
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e "maduro" para julgamento, deve promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Havendo arguição preliminar, passo ao respectivo enfoque para depois enfrentar o mérito.
A preliminar arguida Código Brasileiro de Aeronáutica não deve prosperar, posto que a relação de consumo é inquestionável, de sorte que, em razão do princípio da especialidade, deve a lide ser resolvida com a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, analisando-se se houve ou não falha na prestação de serviço prometida em contrato. Deste modo, afasto o foco do Código de Aeronáutica, entendendo que o dano extrapatrimonial deve ser analisado caso a caso, sendo pacífico na jurisprudência a existência de danum in re ipsa, ou seja, danos que se convalidam com o próprio fato, como é o caso da perda de um parente ou ente querido (sofrimento e abalo psicológico), das restrições creditícias indevidas (contrato inexistente ou dívida já quitada - ofensa à honorabilidade), da falta de energia elétrica imotivada (ofensa à higiene, bem estar e estabilidade psicológica), da falta imotivada de fornecimento de água tratada (ofensa à higiene, bem estar e estabilidade psicológica), da falta de atendimento médico pelo plano de saúde (atenta contra a saúde e a estabilidade psicológica), dentre tantos outros.
Pois bem.
Aduz a parte autora que adquiriu bilhetes de passagens da companhia requerida para o transporte aéreo. Contudo, afirma que voo foi cancelado/alterado unilateralmente pela ré, chegando ao seu local de destino com mais de 12 horas de atraso causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis.
E, da análise dos documentos e argumentos apresentados, tenho que o pleito da parte requerente procede, restando evidenciada a falta de zelosa administração e execução do serviço prestado pela ré, assim como já decidido em inúmeros casos.
A parte autora adquiriu passagens aéreas da empresa demandada, confiando no cronograma, rapidez e na pontualidade da ré, de modo que viu-se frustrada e desamparada a partir do momento em que a requerida, de modo unilateral, desrespeitou os horários e itinerário contratado, realocando os passageiros em novo voo, gerando atraso considerável para chegada.
Deste modo, a alteração/cancelamento por ato unilateral da ré não deixa qualquer dúvida quanto à falta de zelo na prestação dos serviços a que se obrigara, valendo ressaltar que as empresas permissionárias ou concessionárias de serviço público têm obrigação de bem prestar o serviço contratado (art. 22, CDC), não representando a questão qualquer novidade nos corredores jurídicos.
Não vinga a tese da empresa aérea de que o voo fora cancelado em decorrência condições climáticas, organização da malha aérea/ condições dos aeroportos/reorganização da malha aérea (suposto motivo de força maior), posto que não comprova o alegado, sequer juntando relatórios de tráfego e da torre de controle, ou até mesmo de relatório de bordo, deixando de cumprir o mister determinado pelo art. 373, II, CPC, e 4º e 6º, do CDC, fazendo vingar a afirmativa de cancelamento unilateral de voo regularmente programado e contratado.
Ademais, cabe destacar que a empresa requerida alegou que houve a prévia comunicação à parte autora do cancelamento/alteração do voo, com e-mails/ligações/mensagens, no entanto, não fez prova das supostas comunicações a não ser telas sistêmicas produzidas unilateralmente que não são meio de provas suficientes para retirar a responsabilidade da empresa em relação ao ato ilícito praticado.
Todas as ações da ré devem ser relatadas e documentadas, sob pena de se acolher como verdadeiros os argumentos do passageiro e consumidor, principalmente quando este apresenta prova correlata do direito vindicado.
A responsabilidade surge indiscutível, a julgar pela prova colhida e a exemplo do que ocorrera em outras tantas demandas ofertadas e julgadas, a requerida foi negligente, deixando de cumprir com o compromisso assumido de prestar serviço da forma regular, satisfatória e pontual, pelo que deve sucumbir, não tendo diligenciado na prova de causa impeditiva ou extintiva do direito alegado e comprovado pelo(a) autor(a) (art. 373, II, CPC).
Conta a demandada com o risco operacional e administrativo, devendo melhor se equipar e se preparar para receber e tutelar o consumidor, fornecendo informações precisas e corretas, a fim de evitar desencontros e maiores frustrações. Enquanto isto não ocorrer, deve o Judiciário tutelar a questão promovendo o equilíbrio de forças entre o grande (a ré) e o pequeno (o consumidor).
Nesse sentido, atentando para o caso em tela, verifico a frustração experimentada (cancelamento do voo, falta de informações, mudança de programação) que gerou dano moral, consubstanciada no desamparo, na impotência e na angústia de ver unilateral e forçadamente alterado o contrato celebrado regularmente, de modo que, mais do que nunca, deve o sistema protetivo de defesa do consumidor vingar.
Pacífico o entendimento jurisprudencial:
"APELAÇÃO CÍVEL. ATRASO DE VOO. ALTO ÍNDICE DE TRÁFEGO AÉREO. FORTUITO INTERNO. EXTRAVIO DE BAGAGEM. AUSÊNCIA ASSISTÊNCIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO E VALOR MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Eventual sobrecarga no índice de tráfego aéreo caracteriza-se como fortuito interno, inerente ao risco da atividade profissional, inapto, portanto, a romper o nexo causal ensejador do dever de indenizar os danos suportados pelos passageiros. 2. Ocorrendo extravio de bagagem em viagem aérea, é devida indenização pelo dano moral daí decorrente. 3. Admite-se, em caráter excepcional, que o quantum arbitrado a título de danos morais seja alterado, caso se mostre irrisório ou exorbitante, em clara afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. 4. Recurso não provido. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7040041-97.2020.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Hiram Souza Marques, Data de julgamento: 22/07/2021 "; e

"APELAÇÃO CÍVEL. TRANSPORTE. CANCELAMENTO DE VOOS. DANO MORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. DANO MORAL CONFIGURADO. Os fatos narrados ultrapassaram o mero aborrecimento do cotidiano e o limite de tolerância que se exige das partes nas relações contratuais que estabelecem entre si. No caso, os autores programaram, com seis meses de antecedência, férias com a família, sendo que, às vésperas, deparam-se com o cancelamento tanto do voo de ida, quanto o de volta. Valor da indenização majorado para R$ 5.000,00. Verba honorária aumentada para 15% sobre o montante condenatório. APELAÇÃO PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078941259, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Cláudia Maria Hardt, Julgado em 13/12/2018). (TJ-RS - AC: 70078941259 RS, Relator: Cláudia Maria Hardt, Data de Julgamento: 13/12/2018, Décima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 17/12/2018)".

O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.

A presunção do dano moral é absoluta, implicando em dizer que o referido dano está consubstanciado na sensação de impotência em não se poder viajar no dia e hora aprazados, não se podendo substituir a tempo e a contento (principalmente em rapidez) referido meio de transporte para se conseguir cumprir obrigação e compromissos agendados.

Sendo assim, levando-se em consideração que as condutas no setor de transporte aéreo tem se repetido, evidenciando a falta de maiores investimentos e de melhor trato ao consumidor, bem como em atenção à casuística revelada (atraso de mais de 12 horas) e a condição econômica das partes, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum no patamar de R$ 10.000,00 (dez mil reais), como forma de disciplinar a empresa demandada e a dar satisfação pecuniária à requerente, não se justificando o importe sugerido na inicial, dados os valores praticados/fixados por este juízo em casos similares ou idênticos, fixando o importe econômico proporcional ao tempo de espera/atraso (quanto mais tempo de espera para reacomodação, maior a indenização compensatória dos inegáveis danos morais) e de acordo com o local onde houve a quebra contratual (domicílio/ fora do domicílio) e os reflexos (perda de diárias de hotel, viagens, compromissos laborais, etc...).

A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, de modo que o valor acima arbitrado está sintonizado com os princípios expostos assim como com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitando-se o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa "indústria do dano moral".

É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, à imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas fornecedoras de serviços públicos e/ou essenciais.

Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.

POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo(a) autor(a) para o fim de CONDENAR A REQUERIDA NO PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), À TÍTULO DOS RECONHECIDOS DANOS MORAIS, ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA (TABELA OFICIAL TJ/RO) E JUROS LEGAIS, SIMPLES E MORATÓRIOS, DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, A PARTIR DA PRESENTE CONDENAÇÃO (SÚMULA 362, STJ).

Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015)."

Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa da consumidora que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.

Em respeito às razões recursais, ressalto que, em sede de contestação a companhia alega que houve modificação do voo em virtude de alteração na malha aérea. Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida.

Por tais considerações, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.

Em razão da sucumbência, condeno o recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.

Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.

É como voto.

EMENTA

RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO. ALTERAÇÃO DE VOO. ATRASO NO VOO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DANO MORAL DEVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01

Processo: 7058889-64.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

Data distribuição: 04/04/2023 12:31:27

Data julgamento: 05/07/2023

Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS
Advogados do(a) RECORRENTE: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
Polo Passivo: ELIAS ANTONINO DA COSTA
Advogados do(a) RECORRIDO: JONATAN DOS SANTOS FEIJO DANTAS - RO10316-A, MARCO AURELIO MOREIRA DE SOUZA - RO10164-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. "Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão".
Aduz o consumidor que, adquiriu passagem aérea de ida. Saindo de Porto Velho-RO ás 5hrs:30 min do dia 04/05/2022 para Fortaleza/CE com chegada ás 2hrs:40 min do dia 05/04/2022. Ocorre que, em razão overbooking o autor foi realocado para sair em 05/05/2022 ás 9hrs:40 min, ou seja, um atraso de 7 horas, totalmente diferente do que havia sido contratado inicialmente.
Em contestação, a companhia aérea alega que o voo adquirido pelo autor sofreu uma mudança em razão de alteração na malha aérea.
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
S E N T E N Ç A
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação reparatória por danos materiais e indenizatória por danos morais decorrentes da má prestação do serviço de transporte aéreo contratado, posto que houve o cancelamento/alteração unilateral do voo previamente pactuado, ocasionando transtornos e danos ofensivos à honra do requerente, passíveis de serem indenizados, conforme pedido inicial e documentos apresentados.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e "maduro" para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Havendo arguição de preliminares, passo ao estudo preambular antes de adentrar no mérito.
E neste ponto, não há que se falar em incompetência territorial, já que a autora e consumidora declarar residir nesta capital e comarca, apresentando, com a réplica, comprovante de residência em nome de sue genitor, com quem declara residir.
Superada a preliminar suscitada, passo ao mérito da demanda.
Pois bem!
Aduz a parte autora que adquiriu bilhetes de passagens da companhia requerida para o transporte aéreo. Contudo, afirma que voo foi cancelado/alterado unilateralmente pela ré, de modo que a parte autora foi realocada em novo voo, chegando ao destino com atraso considerável (aproximadamente 07 horas), causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis.
A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, vez que a demandada é efetiva fornecedora de produtos (passagens aéreas) e prestadora de serviços (administração de venda de passagens aéreas, transporte aéreo, informes promocionais, etc...) e, como tal, deve se acautelar e responder plenamente por suas ações, não se aplicando o Código Brasileiro de Aeronáutica, conforme entendimento remansoso da jurisprudência pátria.
E, da análise dos documentos e argumentos apresentados, tenho que o pleito da parte requerente procede, restando evidenciada a falta de zelosa administração e execução do serviço prestado pela ré, assim como já decidido em inúmeros casos.
A parte autora adquiriu passagens aéreas da empresa demandada, confiando no cronograma, rapidez e na pontualidade da ré, de modo que viu-se frustrada e desamparada a partir do momento em que a requerida, de modo unilateral, desrespeitou os horários e itinerário contratado, realocando os passageiros em novo voo, gerando atraso considerável para chegada.
Deste modo, a alteração/cancelamento por ato unilateral da ré não deixa qualquer dúvida quanto à falta de zelo na prestação dos serviços a que se obrigara, valendo ressaltar que as empresas permissionárias ou concessionárias de serviço público têm obrigação de bem prestar o serviço contratado (art. 22, CDC), não representando a questão qualquer novidade nos corredores jurídicos.
Não vinga a tese da empresa aérea de que o voo fora alterado em decorrência de "motivos técnico-operacionais" (suposto motivo de caso fortuito por reorganização da malha aérea), posto que não comprova o alegado, sequer juntando relatórios de tráfego e da torre de controle, ou até mesmo de relatório de bordo, deixando de cumprir o mister determinado pelo art. 373, II, CPC, e 4º e 6º, do CDC, fazendo vingar a afirmativa de alteração unilateral de voo regularmente programado e contratado.
Todas as ações da ré devem ser relatadas e documentadas, sob pena de se acolher como verdadeiros os argumentos do passageiro e consumidor, principalmente quando este apresenta prova correlata do direito vindicado.
A responsabilidade surge indiscutível, sendo que a demandada conta com o risco operacional e administrativo, assumindo-o por completo, de modo que deve melhor se equipar e se preparar para receber e tutelar o consumidor, fornecendo informações precisas e corretas, prestando auxílio material e todo o apoio, a fim de evitar desencontros e maiores frustrações. Enquanto isto não ocorrer, deve o Judiciário tutelar a questão promovendo o equilíbrio de forças entre o grande (a ré) e o pequeno (o consumidor).
Nesse sentido, atentando para o caso em tela, verifico a frustração experimentada (cancelamento/alteração do voo, falta de informação, etc) gerou dano moral, consubstanciada no desamparo, na impotência e na angústia de ver unilateral e forçadamente alterada o contrato celebrado regularmente e com bastante antecedência.
A requerida fora negligente na execução do contrato e na produção de provas que a absolvessem da imputação feita, deixando de cumprir o mister de apresentar prova de causa impeditiva, modificativa ou extintiva do direito alegado e comprovado pelo autor (art. 373, II, CPC, e 4º e 6º, CDC).

Não pode o consumidor, parte frágil na relação e sem qualquer poder decisório ou de influência (bem como de acesso a informações e documentos de gerência), arcar com todos os prejuízos e "engolir" o atraso e posterior cancelamento do voo.
Pacífico o entendimento jurisprudencial:
"Apelação cível. Pedido suspensão do processo. Pandemia Covid-19. Prejuízo econômico. Impossibilidade. Transporte aéreo. Cancelamento/atraso de voo. Dano moral configurado. Quantum indenizatório. Manutenção. Recurso desprovido. É vedada ao magistrado a suspensão do processo, em razão da crise econômica causada pela pandemia da COVID-19, ante a ausência de previsão legal e pelo fato de que a matéria carece de prova, o que deve ser discutido em recurso próprio. Provada a falha na prestação de serviço consistente em cancelamento de voo com o consequente atraso de 24 horas, devida a indenização por dano moral resultante da demora, desconforto, aflição e dos transtornos suportados pelo passageiro. No tocante ao quantum indenizatório, este deve atender aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, para que não seja considerado irrisório ou elevado, de modo que a condenação atinja seus objetivos. (TJ-RO - AC: 70146200820208220001 RO 7014620-08.2020.822.0001, Data de Julgamento: 20/11/2020)";
"RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CANCELAMENTO DE VOO EM RAZÃO DOS REFLEXOS DA PANDEMIA DO COVID-19. CASO FORTUITO. DIVERSAS REALOCAÇÕES. ATRASO DE APROXIMADAMENTE 04 (QUATRO) DIAS PARA CHEGAR AO DESTINO FINAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MAJORAÇÃO. ADEQUAÇÃO AOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE. JUROS MORATÓRIOS DESDE A CITAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Propósito recursal de majoração dos danos morais para o valor de 40 (quarenta) salários mínimos. 2. Na fixação do montante da condenação a título de danos morais, deve-se atender a uma dupla finalidade: reparação e repressão. Há que se observar a capacidade econômica da atingida e a do ofensor, para evitar o enriquecimento injustificado, bem como também garantir o viés pedagógico da medida, desestimulando-se a repetição do ato ilícito. 3. Quantum indenizatório fixado em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), que merece a devida majoração, adequando-se o valor do dano extrapatrimonial ao critério da razoabilidade. 4. Sentença parcialmente reformada. 5. Recurso conhecido e parcialmente provido. (TJ-MT 10099962120208110002 MT, Relator: LUIS APARECIDO BORTOLUSSI JUNIOR, Data de Julgamento: 04/05/2021, Turma Recursal Única, Data de Publicação: 12/05/2021)";
"Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Consumidor. Cancelamento de voo. Dano moral. Ocorrência. Quantum indenizatório. Proporcionalidade. 1. O cancelamento injustificado de voo previamente contratado pelo consumidor gera dano moral. 2. O quantum indenizatório deve ser fixado em valor justo e proporcional ao abalo suportado pelo consumidor. (TJ-RO - RI: 70132207820198220005 RO 7013220-78.2019.822.0005, Data de Julgamento: 17/08/2020)";
"APELAÇÃO - INDENIZAÇÃO - DANOS MATERIAIS E MORAIS - CONVENÇÃO DE MONTREAL - CANCELAMENTO DE VOO - DANOS MORAIS - CONFIGURAÇÃO - QUANTUM INDENIZATÓRIO - DANOS MATERIAIS. No julgamento o RE 636.331, sob o regime de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal decidiu que, se tratando de transporte aéreo internacional, as Convenções de Varsóvia e Montreal têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor, somente nos caso de danos materiais decorrentes de extravio de bagagem. O cancelamento de voo, com alteração da programação da viagem do passageiro, é suficiente para causar dano moral. A fixação do quantum indenizatório por danos morais é tarefa cometida ao juiz, devendo seu arbitramento operar-se com razoabilidade, proporcionalmente ao grau de ilícito, ao nível socioeconômico da parte ofendida, o porte do ofensor e, ainda, levando-se em conta as circunstâncias do caso. Não estando evidenciado o prejuízo material suportado pela parte, não se defere a respectiva indenização. (TJ-MG - AC: 10000205391436001 MG, Relator: Evangelina Castilho Duarte, Data de Julgamento: 17/12/2020, Câmaras Cíveis / 14ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/12/2020)";
O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.
A presunção do dano moral é absoluta, implicando em dizer que o referido dano está consubstanciado na sensação de impotência em não se poder viajar no dia e hora aprazados, não se podendo substituir a tempo e a contento (principalmente em rapidez) referido meio de transporte para se conseguir cumprir obrigação e compromissos agendados.
Sendo assim, levando-se em consideração que as condutas no setor de transporte aéreo tem se repetido, evidenciando a falta de maiores investimentos e de melhor trato ao consumidor, bem como em atenção à casuística revelada e a condição econômica das partes, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum no patamar de R$ 10.000,00 (dez mil reais), como forma de disciplinar a empresa demandada e a dar satisfação pecuniária à requerente, não se justificando o importe sugerido na inicial, dados os valores praticados/fixados por este juízo em casos similares ou idênticos, fixando o importe econômico proporcional ao tempo de espera/atraso (quanto mais tempo de espera para reacomodação, maior a indenização compensatória dos inegáveis danos morais) e de acordo com o local onde houve a quebra contratual (domicílio/ fora do domicílio) e os reflexos (perda de diárias de hotel, viagens, compromissos laborais, etc...).
A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, de modo que o valor acima arbitrado está sintonizado com os princípios expostos assim como com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitando-se o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa "indústria do dano moral".
É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, à imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas fornecedoras de serviços públicos e/ou essenciais.
Quanto ao postulado recebimento de valor referente a "direitos especiais de saque", entendo que a pretensão revelada não merece prosperar, tendo em vista não ser exigível no contexto em epígrafe, tratando-se in casu de mera alteração unilateral de reserva que gerou atraso na chegada ao destino, e não de preterição de embarque.
Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo(a) autor(a) para o fim de CONDENAR A REQUERIDA NO PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), À TÍTULO DOS RECONHECIDOS DANOS MORAIS, ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA (TABELA OFICIAL TJ/RO) E JUROS LEGAIS, SIMPLES E MORATÓRIOS, DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, A PARTIR DA PRESENTE CONDENAÇÃO (SÚMULA 362, STJ).

Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015).”
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Em respeito às razões recursais, ressalto que, em sede de contestação a companhia alega que houve modificação do voo em virtude de alteração na malha aérea Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida.
Por tais considerações, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.
Em razão da sucumbência, condeno o recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO/ATRASO DE VOO. DANO MORAL CONFIGURADO. INFORMAÇÕES. AUSÊNCIA. FALHA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. REESTRUTURAÇÃO DE MALHA AÉREA. PROBLEMAS OPERACIONAIS. DANO MORAL. DEVIDO. PROPORCIONALIDADE. RECURSO DO CONSUMIDOR PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. PROVIMENTO NEGADO. Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a companhia aérea ré incorre em descumprimento contratual, por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos contratuais originariamente previstos. Evidenciado a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC, é cabível a responsabilização por danos morais.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7059866-56.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 10/03/2023 11:19:33
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogados do(a) RECORRENTE: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
Polo Passivo: JOSE DARLISON MEIRELES DA COSTA
Advogados do(a) RECORRIDO: CLIVIA PATRICIA MEIRELES - RO11000-A, EVERSON LEANDRO FERREIRA ARAUJO - RO10986-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Recorre a companhia aérea buscando reforma da sentença que julgou procedentes os pedidos contidos na inicial, pugnando pela reforma da sentença para reconhecer totalmente o dano moral alegado na inicial.
Aduz a parte autora que adquiriu bilhetes de passagens da companhia requerida para o transporte aéreo. Contudo, afirma que voo foi cancelado/alterado unilateralmente pela ré, de modo que a parte autora foi realocada em novo voo com o mesmo itinerário chegando ao seu local de destino com mais de 06 horas de atraso
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
O cancelamento do voo é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela recorrente em virtude da restruturação de malha aérea decorrente de motivos técnicos operacionais . Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que houve tão somente a alteração unilateral do contrato firmado, caracterizando-se como má prestaçao do serviço. Nesse sentido, o aresto:
“Recurso inominado. Interposição pela parte ré. Relação de consumo. Cancelamento de voo por motivos técnicos operacionais. Ausência de provas sobre o problema na aeronave que causou o cancelamento do voo. Caso fortuito interno que não exclui a responsabilidade da empresa aérea. Falha na prestação do serviço. Atraso de aproximadamente 11 horas. Autores que tiveram que seguir viagem de ônibus até Campinas e São Paulo, foram separados e, ainda, obrigados fazer nova conexão em Belo Horizonte/MG. Dever de indenizar. Dano moral configurado. Indenização fixada em R$ 10.000,00 para cada autor, totalizando em R$ 60.000,00. Valores fixados de acordo com o entendimento firmado por esta C. Turma Recursal. Respeito aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Sentença mantida pelos próprios fundamentos. Recurso improvido.(TJ-SP - RI: 10006813720208260297 SP 1000681-37.2020.8.26.0297, Relator: Alexandre Yuri Kiataqui, Data de Julgamento: 03/07/2020, 3ª Turma Cível e Criminal, Data de Publicação: 03/07/2020)“

"CONTRATO TRANSPORTE AÉREO. ATRASO E CANCELAMENTO VOO. PROBLEMAS TÉCNICOS. MANUTENÇÃO AERONAVE. FORTUITO INTERNO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM COMPENSATÓRIO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. - Manutenção não programada da aeronave configura caso fortuito interno, inerente ao serviço prestado, que não pode ser repassado aos passageiros. Não é hipótese de excludente de responsabilidade civil - O atraso com posterior cancelamento de voo, acarretando aborrecimentos extraordinários e constrangimentos ao consumidor é causa de ofensa à dignidade da pessoa, obrigando o fornecedor à indenização dos danos morais decorrentes - A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, adequando-se quando não respeitar esses parâmetros. (TJ-RO - RI: 70295162720188220001 RO 7029516-27.2018.822.0001, Data de Julgamento: 18/02/2019)"

Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.

Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais e materiais.

Quanto o quantum indenizatório, em condenações desta natureza, deve o juízo a quo atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.

No caso dos autos, verificadas as circunstâncias em que ocorreram os fatos, o cancelamento unilateral, o valor a título de dano moral fixado em R$ 10.000,00 (dez mil reais), se mostra suficiente para compensar o dano sofrido, atendendo o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, não devendo ser modificado.

Ante ao exposto, conheço o recurso inominado interposto e, no mérito, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO para manter a sentença vergastada inalterada.

Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.

Após o trânsito em julgado, remeta-se à origem.

Oportunamente, arquive-se.

É como voto

Ementa

Recurso inominado. Consumidor. Aviação. Contrato de transporte aéreo. Cancelamento de voo. Malha aérea. Dano moral. Configurado. Quantum indenizatório. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01

Processo: 7062435-30.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

Data distribuição: 21/06/2023 10:14:03

Data julgamento: 05/07/2023

Polo Ativo: LUCIA MARQUES DA ROCHA e outros

Advogado do(a) RECORRENTE: LEA TATIANA DA SILVA LEAL - RO5730-A

Polo Passivo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS

Advogados do(a) RECORRIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884-A, LUIZ FLAVIANO VOLNISTEM - RO2609-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A

RELATÓRIO

Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.

VOTO

Conheço dos recursos, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.

Recorre a consumidora pretendendo a reforma da sentença que julgou improcedente os pedidos contidos na inicial, pugnando pela sua reforma para ver a empresa aérea requerida condenada ao pagamento de indenização por danos morais.

Aduz o consumidor que celebrou contrato de transporte com a empresa aérea requerida, que sairia de Porto Velho/RO com destino a Maceio/AL, programada para o dia 08/07/2022 saindo as 22h40min, com conexão em Recife/PE no dia 09/07/2022, com previsão para decolar em direção a Maceió/AL as 12h40min, e chegando as 13h30min do dia 09/07/2022. Contudo, enquanto aguardava a conexão em Recife/PE, seu voo foi canceado/alterado, concluindo a viagem de van, chegando ao seu destido final as 17h43min.

Pois bem. A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

O cancelamento do voo é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela empresa aérea em virtude da reestruturação de malha aérea. Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que houve tão somente a alteração unilateral do contrato firmado, caracterizando-se como má prestação do serviço. Nesse sentido, o aresto:

Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não Configurado. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade.1-O cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2-A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3-A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00(dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019)

Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Diante disso, entendo como legítima a pretensão de ressarcimento a título de danos morais sofridos.
Com relação ao quantum indenizatório, em condenações desta natureza, deve o juízo a quo atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.
No caso dos autos, verificadas as circunstâncias em que ocorreram os fatos e o prejuízo delas advindos, o valor a título de dano moral fixado em R$ 10.000,00 (dez mil reais) é suficiente para compensar o dano sofrido, atendendo o princípio da proporcionalidade e razoabilidade.
Ante ao exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso do consumidor, reformando a sentença com o intuito de condenar a empresa de transporte aéreo ao pagamento de indenização por danos morais, esta fixada em R$ 10.000,00 (dez mil reais), para cada autor, corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia desde a data da publicação desta decisão (Súmula 362 do STJ), com juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar do arbitramento. Mantendo os demais termos da sentença inalterados.
Deixo de condenar a Recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, eis que o deslinde do feito não se encaixa nas hipóteses restritas do art. 55 da Lei n. 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO/ATRASO DE VOO. DANO MORAL CONFIGURADO. INFORMAÇÕES. AUSÊNCIA. FALHA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. REESTRUTURAÇÃO DE MALHA AÉREA. PROBLEMAS OPERACIONAIS. DANO MORAL. DEVIDO. PROPORCIONALIDADE. RECURSO DO CONSUMIDOR PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a companhia aérea ré incorre em descumprimento contratual, por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos contratuais originariamente previstos. Evidenciado a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC, é cabível a responsabilização por danos morais.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PROVIDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR PARA O ACÓRDÃO

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7062621-53.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 24/02/2023 11:30:14
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS
Advogados do(a) RECORRENTE: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
Polo Passivo: PAMELA GONSALVES BENFICA
Advogado do(a) RECORRIDO: GIORDANO BRUNO DA ROCHA SPEDO - RO12281-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado nos termos da lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Compulsando os autos, verifica-se quebra contratual entre a companhia aérea e a parte consumidora, com transtornos que vão muito além do dissabor, pois mediante a cancelamento unilateral do voo, a empresa recorrente deixou de cumprir o serviço na forma contratada, o que resultou em um atraso excessivo.
Aduz a consumidora que adquiriu passagem aérea, com saída de Cuiabá com destino a Porto Velho. Contudo, afirma que voo foi cancelado/alterado unilateralmente pela ré, chegando ao seu local de destino com mais de 24 horas de atraso
Em contestação, a companhia aérea alega que o voo necessitou ser alterado por motivo de alteração na malha aérea.
A sentença foi julgada procedente em parte, condenando a companhia aérea a pagar em favor do autor o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a títulos de danos morais.
Irresignada, a companhia aérea pleiteia em sede de recurso inominado pela total improcedência da demanda.
O cancelamento do voo é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela recorrente em virtude de motivos técnicos operacionais. Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que não houve assistências necessárias para diminuir o transtorno sofrido pelos recorridos. Nesse sentido, o aresto:
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não Configurado. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade. 1-O cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2-A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3-A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00(dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019)

Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais.
Quanto o quantum indenizatório, em condenações desta natureza, deve o juízo a quo atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.
No caso dos autos, verificadas as circunstâncias em que ocorreram os fatos, o cancelamento e alteração unilateral, o valor a título de dano moral fixado em R$ 10.000,00 (dez mil reais), se mostra suficiente para compensar o dano sofrido, atendendo o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, não devendo ser modificado.
Por tais considerações, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo inalterada a sentença.
Condeno a empresa aérea ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55 da Lei nº. 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Malha Aerea. Excludente não configurada. Danos Morais. Configurados. Indenização Devida. Quantum Compensatório. Proporcionalidade e Razoabilidade. Recurso Improvido. Sentença Mantida.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR PARA O ACÓRDÃO

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7063399-23.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 04/04/2023 12:34:31
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS
Advogados do(a) RECORRENTE: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
Polo Passivo: MARCIO VERDINI ROSA
Advogados do(a) RECORRIDO: ADEMIR JUNIOR RIBEIRO DE SANTANA - RO12599-A, ARTHUR NOGUEIRA PRADO - RO10311-A, FELIPE NADR ALMEIDA EL RAFIHI - RO6537-A, MAIRA BENARROSH MACEDO - RO9402-A, MATHEUS FIGUEIRA LOPES - RO6852-A, RAFAEL BALIEIRO SANTOS - RO6864-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado nos termos da lei 9099/95.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Compulsando os autos, verifica-se quebra contratual entre a companhia aérea e a parte consumidora, com transtornos que vão muito além do dissabor.
Aduz o consumidor que adquiriu passagem aérea saindo de Porto Velho -RO dia 31/07/2022 as 14:05 hrs com chegada a Brasília no mesmo dia as 19:40hrs. Ocorre que a companhia alterou o voo de conexão, Cuiabá a Brasília fazendo com que o autor chegasse as 8:30 do dia 01/08/2022, ensejando um atraso de mais de 4 horas ao destino contratado.
A sentença foi julgada procedente condenando a companhia aérea a pagar em favor da parte consumidora o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais.
A companhia aérea interpõe recurso inominado para reforma da sentença, a fim de ser julgada totalmente improcedente.
O cancelamento/atraso do voo é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela recorrente em virtude de tráfego aéreo. Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, na medida em que não foi comprovada qualquer hipótese caracterizadora de caso fortuito ou força maior, tratando-se de fato previsível e corriqueiro que integra a atividade da empresa recorrente.
Nesse sentido, os arestos:
Apelação Cível. Ação indenizatória. Sentença de procedência do pedido. Inconformismo. Transporte aéreo nacional de passageiros. Relação de consumo. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor, em detrimento das normas e tratados internacionais. Precedentes do Colendo Superior Tribunal de Justiça. Atraso de mais de 12 horas no voo. Realidade incontroversa. Perda de 1 dia de trabalho da autora no destino. Ré que afirma ausência de responsabilidade sobre o ocorrido, em virtude de alto índice de tráfego na malha aeroviária. Inexistência de qualquer elemento concreto para embasar sua tese, uma vez que as telas sistêmicas “copiadas e coladas” aos autos não são idôneas para demonstrar a ocorrência de problemas no tráfego aéreo. Dano moral. Mudança recente de entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que o prejuízo extrapatrimonial, agora, deve estar provado nos autos. Elementos dos autos que demonstram a existência de dano moral. Quantum indenizatório. Manutenção em R$ 10.000,00. Quantia que atende aos critérios de proporcionalidade e razoabilidade, estando em linha com o entendimento formulado por esta E. 22ª Câmara de Direito Privado em casos assemelhados. Correção monetária. Marco inicial a partir do arbitramento na sentença. Súmula nº 362 do Colendo Superior Tribunal de Justiça. Juros de mora da citação. Sentença mantida. Recurso não provido, com majoração da verba honorária de sucumbência. (TJ-SP - AC: 10019765520198260003 SP 1001976-55.2019.8.26.0003, Relator: Hélio Nogueira, Data de Julgamento: 27/05/2019, 22ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 27/05/2019)

CONTRATO TRANSPORTE AÉREO. ATRASO E CANCELAMENTO VOO. PROBLEMAS TÉCNICOS. MANUTENÇÃO AERONAVE. FORTUITO INTERNO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM COMPENSATÓRIO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. - Manutenção não programada da aeronave configura caso fortuito interno, inerente ao serviço prestado, que não pode ser repassado aos passageiros. Não é hipótese de excludente de responsabilidade civil - O atraso com posterior cancelamento de voo, acarretando aborrecimentos extraordinários e constrangimentos ao consumidor é causa de ofensa à dignidade da pessoa, obrigando o fornecedor à indenização dos danos morais decorrentes - A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, adequando-se quando não respeitar esses parâmetros. (TJ-RO - RI: 70295162720188220001 RO 7029516-27.2018.822.0001, Data de Julgamento: 18/02/2019)

Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC, que dispõe que a responsabilidade do fornecedor é objetiva, apenas sendo afastada quando houver prova da inexistência do defeito ou da culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro. No caso dos autos, a recorrente não logrou êxito em afastar a responsabilidade objetiva a si atribuída em razão dos fatos descritos na inicial.

No presente caso, a empresa não comprovou a existência de causa excludente de responsabilidade e, por conseguinte, não demonstrou a legitimidade de sua conduta a atrasar o voo contratado, ônus que lhe caberia, já que é a responsável pela prestação dos serviços. Assim, é forçosa a conclusão pela existência de falha na prestação dos serviços.

Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais descritos pelo juízo sentenciante.

Em relação ao quantum indenizatório, não vejo motivos para redimensionamento. Isto porque, considerando que a indenização objetiva proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição, mas como um desestímulo à repetição do ilícito, tenho que o montante fixado pelo Juízo de origem – em R$ 10.000,00 (dez mil reais), não se revela excessivo tampouco aquém do necessário para reparar os danos suportados, pelo contrário, está em consonância com o aplicado por esta Turma Recursal, devendo assim, ser mantido.

Por tais considerações, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo inalterada a sentença.

Condeno a empresa aérea ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55 da Lei nº. 9.099/95.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA

Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Excludente não configurada. Danos Morais Configurados. Indenização Devida. Quantum Compensatório. Proporcionalidade e Razoabilidade. Danos morais. Recurso Não Provido. Sentença Mantida.

1 – O cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral.

2 - A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade para reparar os abalos suportados pelo consumidor.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01

Processo: 7065335-83.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

Data distribuição: 17/03/2023 09:24:42

Data julgamento: 05/07/2023

Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS

Advogados do(a) RECORRENTE: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884-A, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A

Polo Passivo: ADALBERTO ALVES DA SILVA

Advogados do(a) RECORRIDO: GILMARINHO LOBATO MUNIZ - RO3823-A, JANUSA BELARMINO DE FREITAS - RO3890-A, MOISES NONATO DE SOUZA - RO4337-A, THAIS SHEILA ALVES SANTIAGO - RO4035-A

RELATÓRIO

Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.

VOTO

Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.

Analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”.

Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:

“S E N T E N Ç A

Vistos e etc...,

Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).

FUNDAMENTAÇÃO.

Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes da má prestação do serviço de transporte aéreo contratado, posto que houve o cancelamento/alteração unilateral do voo previamente pactuado, ocasionando transtornos e danos ofensivos à honra do requerente, passíveis de serem indenizados, conforme pedido inicial e documentos apresentados.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando designação de audiência de instrução e julgamento ou eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!

Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e "maduro" para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.

Em não havendo arguições preliminares, passo à análise do mérito da causa.

Pois bem.

Aduz a parte autora que adquiriu bilhetes de passagens da companhia requerida para o transporte aéreo. Contudo, afirma que voo foi cancelado/alterado unilateralmente pela ré, chegando ao seu local de destino com mais de 7 horas de atraso causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis.

A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, vez que a demandada é efetiva fornecedora de produtos (passagens aéreas) e prestadora de serviços (administração de venda de passagens aéreas, transporte aéreo, informes promocionais, etc...) e, como tal, deve se acautelar e responder plenamente por suas ações, não se aplicando o Código Brasileiro de Aeronáutica, conforme entendimento remansoso da jurisprudência pátria.

E, da análise dos documentos e argumentos apresentados, tenho que o pleito da parte requerente procede, restando evidenciada a falta de zelosa administração e execução do serviço prestado pela ré, assim como já decidido em inúmeros casos.

A parte autora adquiriu passagens aéreas da empresa demandada, confiando no cronograma, rapidez e na pontualidade da ré, de modo que viu-se frustrada e desamparada a partir do momento em que a requerida, de modo unilateral, desrespeitou os horários e itinerário contratado, realocando os passageiros em novo voo, gerando atraso considerável para chegada.

Deste modo, a alteração/cancelamento por ato unilateral da ré não deixa qualquer dúvida quanto à falta de zelo na prestação dos serviços a que se obrigara, valendo ressaltar que as empresas permissionárias ou concessionárias de serviço público têm obrigação de bem prestar o serviço contratado (art. 22, CDC), não representando a questão qualquer novidade nos corredores jurídicos.

Não vinga a tese da empresa aérea de que o voo fora cancelado em decorrência condições climáticas, condições dos aeroportos/ reorganização da malha aérea (suposto motivo de força maior), posto que não comprova o alegado, sequer juntando relatórios de tráfego e da torre de controle, ou até mesmo de relatório de bordo, deixando de cumprir o mister determinado pelo art. 373, II, CPC, e 4º e 6º, do CDC, fazendo vingar a afirmativa de cancelamento unilateral de voo regularmente programado e contratado.

Ademais, cabe destacar que a empresa requerida alegou que houve a prévia comunicação à parte autora do cancelamento/alteração do voo, com e-mails/ligações/mensagens, no entanto, não fez prova das supostas comunicações a não ser telas sistêmicas produzidas unilateralmente que não são meio de provas suficientes para retirar a responsabilidade da empresa em relação ao ato ilícito praticado.

Todas as ações da ré devem ser relatadas e documentadas, sob pena de se acolher como verdadeiros os argumentos do passageiro e consumidor, principalmente quando este apresenta prova correlata do direito vindicado.

A responsabilidade surge indiscutível, a julgar pela prova colhida e a exemplo do que ocorrera em outras tantas demandas ofertadas e julgadas, a requerida foi negligente, deixando de cumprir com o compromisso assumido de prestar serviço da forma regular, satisfatória e pontual, pelo que deve sucumbir, não tendo diligenciado na prova de causa impeditiva ou extintiva do direito alegado e comprovado pelo(a) autor(a) (art. 373, II, CPC).

Conta a demandada com o risco operacional e administrativo, devendo melhor se equipar e se preparar para receber e tutelar o consumidor, fornecendo informações precisas e corretas, a fim de evitar desencontros e maiores frustrações. Enquanto isto não ocorrer, deve o Judiciário tutelar a questão promovendo o equilíbrio de forças entre o grande (a ré) e o pequeno (o consumidor).

Nesse sentido, atentando para o caso em tela, verifico, na impotência e na angústia de ver unilateral e forçadamente alterado o contrato celebrado regularmente, de modo que, mais do que nunca, deve o sistema protetivo de defesa do consumidor vingar.

Pacífico o entendimento jurisprudencial:

"APELAÇÃO CÍVEL. ATRASO DE VOO. ALTO ÍNDICE DE TRÁFEGO AÉREO. FORTUITO INTERNO. EXTRAVIO DE BAGAGEM. AUSÊNCIA ASSISTÊNCIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO E VALOR MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Eventual sobrecarga no índice de tráfego aéreo caracteriza-se como fortuito interno, inerente ao risco da atividade profissional, inapto, portanto, a romper o nexo causal ensejador do dever de indenizar os danos suportados pelos passageiros. 2. Ocorrendo extravio de bagagem em viagem aérea, é devida indenização pelo dano moral daí decorrente. 3. Admite-se, em caráter excepcional, que o quantum arbitrado a título de danos morais seja alterado, caso se mostre irrisório ou exorbitante, em clara afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. 4. Recurso não provido. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7040041-97.2020.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Hiram Souza Marques, Data de julgamento: 22/07/2021 "; e

"APELAÇÃO CÍVEL. TRANSPORTE. CANCELAMENTO DE VOOS. DANO MORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. DANO MORAL CONFIGURADO. Os fatos narrados ultrapassaram o mero aborrecimento do cotidiano e o limite de tolerância que se exige das partes nas relações contratuais que estabelecem entre si. No caso, os autores programaram, com seis meses de antecedência, férias com a família, sendo que, às vésperas, deparam-se com o cancelamento tanto do voo de ida, quanto o de volta. Valor da indenização majorado para R$ 5.000,00. Verba honorária aumentada para 15% sobre o montante condenatório. APELAÇÃO PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078941259, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Cláudia Maria Hardt, Julgado em 13/12/2018). (TJ-RS - AC: 70078941259 RS, Relator: Cláudia Maria Hardt, Data de Julgamento: 13/12/2018, Décima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 17/12/2018)".

O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.

A presunção do dano moral é absoluta, implicando em dizer que o referido dano está consubstanciado na sensação de impotência em não se poder viajar no dia e hora aprazados, não se podendo substituir a tempo e a contento (principalmente em rapidez) referido meio de transporte para se conseguir cumprir obrigação e compromissos agendados.

Sendo assim, levando-se em consideração que as condutas no setor de transporte aéreo tem se repetido, evidenciando a falta de maiores investimentos e de melhor trato ao consumidor, bem como em atenção à casuística revelada (atraso de mais de 7 horas) e a condição econômica das partes, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum no patamar de R$ 10.000,00 (dez mil reais), como forma de disciplinar a empresa demandada e a dar satisfação pecuniária à requerente, não se justificando o importe sugerido na inicial, dados os valores praticados/fixados por este juízo em casos similares ou idênticos, fixando o importe econômico proporcional ao tempo de espera/atraso (quanto mais tempo de espera para reacomodação, maior a indenização compensatória dos inegáveis danos morais) e de acordo com o local onde houve a quebra contratual (domicílio/ fora do domicílio) e os reflexos (perda de diárias de hotel, viagens, compromissos laborais, etc...).
A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, de modo que o valor acima arbitrado está sintonizado com os princípios expostos assim como com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitando-se o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa “indústria do dano moral”.
É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, à imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas fornecedoras de serviços públicos e/ou essenciais.
Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo(a) autor(a) para o fim de CONDENAR A REQUERIDA NO PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), À TÍTULO DOS RECONHECIDOS DANOS MORAIS, ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA (TABELA OFICIAL TJ/RO) E JUROS LEGAIS, SIMPLES E MORATÓRIOS, DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, A PARTIR DA PRESENTE CONDENAÇÃO (SÚMULA 362, STJ).”
Em respeito as razões recursais, ressalto que, em que pese a alegação da empresa aérea que é isenta de responsabilidade, seja por alteração de malha aérea, ou devido ao fato de as passagens serem emitidas pela agência de viagem, via milhas, entendo não possuir razão. Há a responsabilidade de indenizar quando o dano é causado de forma injustificada ou por fortuito interno, motivo pelo qual a manutenção da sentença é medida que se impõe.
Por tais considerações, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.
Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. AVIAÇÃO. CANCELAMENTO DE VOO. MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7064446-32.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 24/02/2023 11:11:09
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS
Advogados do(a) RECORRENTE: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884-A, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
Polo Passivo: CHRISTIANNE GONCALVES GARCEZ
Advogados do(a) RECORRIDO: AMANDA TAYNARA LAURENTINO LOPES - RO9378-A, RAPHAEL ERIK FERNANDES DE ARAUJO - RO4471-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado nos termos da lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Compulsando os autos, verifica-se quebra contratual entre a companhia aérea e as partes consumidoras, com transtornos que vão muito além do dissabor, pois mediante a alteração unilateral do voo, a recorrente deixou de cumprir o serviço na forma contratada, o que resultou em um atraso excessivo.
Aduz o consumidor que adquiriu bilhetes de passagens da companhia recorrente para o transporte aéreo da cidade de Santa Maria para João Pessoa, cujo voo estava previsto para 06/01/2022 chegando as 04h20min. Contudo, afirma que a requerida cancelou o voo, sendo alterado para o dia 07/01/2022 chegando as 04h20min.
Em contestação, a requerida alega que o voo sofreu atraso por motivo de manutenção na aeronave.
A sentença foi julgada procedente em parte, condenando a empresa aérea a pagar ao consumidor o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais) a títulos de danos morais.
Irresignada, a companhia aérea, pleiteia em sede de recurso inominado pela total improcedência da sentença. Na remota hipótese de não entenderem ser caso de improcedência da demanda, requer a minoração da condenação imposta.

O cancelamento do voo é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela recorrente em virtude da manutenção da aeronave. Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida.
Portanto, não vinga a tese da empresa aérea de que o voo fora cancelado em decorrência de "manutenção não programada da aeronave", posto que não apresenta documentação corroborante, não sendo suficientes eventuais telas sistêmicas apresentadas, já que se trata de prova produzida unilateralmente, fazendo vingar a afirmativa de cancelamento unilateral de voo regularmente programado e contratado.
Ademais, a necessidade de manutenção de aeronaves, ad argumentandum tantum, é previsível e não afasta a responsabilidade objetiva da companhia, não se justificando a demora em alocar todos os passageiros em hotel ou colocá-los em voo de outra empresa aérea imediatamente.
Nesse sentido, os arestos:
APELAÇÃO CÍVEL. TRANSPORTE AÉREO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATRASO E CANCELAMENTO DE VOO. MANUTENÇÃO DE AERONAVE. CHEGADA AO DESTINO COM APROXIMADAMENTE 24 HORAS DE ATRASO. FALHAS INJUSTIFICADAS. CANCELAMENTO DO VOO. A necessidade de manutenção da aeronave não pode ser considerada fator imprevisível, não tendo o condão de excluir a responsabilidade da companhia, restando assente o dever de indenizar, dada a falha na prestação do serviço. DANOS MORAIS. Danos morais ocorrentes, diante de todos os percalços sofridos, sendo o quantum arbitrado em R$ 6.000,00, sopesadas as peculiaridades do caso concreto. APELO PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70078399169, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 18/09/2018). (TJ-RS - AC: 70078399169 RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Data de Julgamento: 18/09/2018, Décima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 24/09/2018).
CONTRATO TRANSPORTE AÉREO. ATRASO E CANCELAMENTO VOO. PROBLEMAS TÉCNICOS. MANUTENÇÃO AERONAVE. FORTUITO INTERNO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM COMPENSATÓRIO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. - Manutenção não programada da aeronave configura caso fortuito interno, inerente ao serviço prestado, que não pode ser repassado aos passageiros. Não é hipótese de excludente de responsabilidade civil - O atraso com posterior cancelamento de voo, acarretando aborrecimentos extraordinários e constrangimentos ao consumidor é causa de ofensa à dignidade da pessoa, obrigando o fornecedor à indenização dos danos morais decorrentes - A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, adequando-se quando não respeitar esses parâmetros. (TJ-RO - RI: 70295162720188220001 RO 7029516-27.2018.822.0001, Data de Julgamento: 18/02/2019)
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais descritos pelo juízo sentenciante.
Em relação ao quantum indenizatório, não vejo motivos para redimensionamento. Isto porque, considerando que a indenização objetiva proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição, mas como um desestímulo à repetição do ilícito, tenho que o montante fixado pelo Juízo de origem – em R$ 8.000,00 (oito mil reais)– não se revela excessivo tampouco aquém do necessário para reparar os danos suportados, pelo contrário, está em consonância com o aplicado por esta Turma Recursal, devendo assim, ser mantido.
Por tais considerações, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo inalterada a sentença.
Condeno a empresa aérea ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55 da Lei nº. 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Manutenção Extraordinária da Aeronave. Excludente não configurada. Danos Morais. Configurados. Indenização Devida. Quantum Compensatório. Proporcionalidade e Razoabilidade. Recurso Improvido. Sentença Mantida.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7067176-16.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 13/03/2023 07:34:38
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059-A
Polo Passivo: MARINEIDE FREITAS DE CERQUEIRA
Advogado do(a) RECORRIDO: JHONATAS EMMANUEL PINI - RO4265-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Recorre a companhia aérea buscando reforma da sentença que julgou procedente os pedidos contidos na inicial, pugnando pela reforma da sentença para julgar improcedente o pedido da recorrida.

Aduz o conumidor, que celebrou contrato de transporte com a empresa aérea requerida, mas viu seu trecho ser cancelado unilateralmente. A autora teve que desembolsar nova passagem para chegar ao seu destino.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
O cancelamento do voo é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela recorrente em virtude da restruturação de malha aérea. Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que houve tão somente a alteração unilateral do contrato firmado, caracterizando-se como má prestaçao do serviço. Nesse sentido, o aresto:
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não Configurado. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade.1-O cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2-A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3-A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00(dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019)
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais.
Quanto o quantum indenizatório, em condenações desta natureza, deve o juízo a quo atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.
No caso dos autos, verificadas as circunstâncias em que ocorreram os fatos, o cancelamento unilateral, o valor a título de dano moral fixado em R$ 10.000,00 (dez mil reais), se mostra suficiente para compensar o dano sofrido, atendendo o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, não devendo ser modificado.
Ante ao exposto, conheço o recurso inominado interposto, rejeito as preliminares e, no mérito, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO para manter a sentença vergastada inalterada.
Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se à origem.
Oportunamente, arquive-se.
É como voto
EMENTA
Recurso inominado. Consumidor. Aviação. Contrato de transporte aéreo. Cancelamento de voo. Malha aérea. Dano moral. Configurado. Quantum indenizatório. Sentença mantida pelos próprios fundamentos.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7064969-44.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 25/04/2023 10:59:48
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS
Advogados do(a) RECORRENTE: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884-A, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
Polo Passivo: ALINE DAYANE RIBEIRO DA LUZ
Advogado do(a) RECORRIDO: ALINE DAYANE RIBEIRO DA LUZ - PR73017-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”.
Aduz a consumidora que, adquiriu passagem aérea de ida. Sua saída de Porto Velho para Cuiabá e de Cuiabá para Goiânia ocorreu de maneira certa, mas quando foi viajar de Goiânia para Palmas ocorreu um imprevisto, tendo a companhia aérea alterado o voo da autora para um horário que não seria favorável para a autora, sendo assim a parte autora foi obrigada a comprar uma passagem em companhia aérea diversa e mesmo assim ainda perdeu parte de seu compromisso.
Em contestação, a companhia aérea alega que o voo adquirido pela autora sofreu uma mudança em razão de manutenção emergencial na aeronave.
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:

"S E N T E N Ç A
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação reparatória e danos materiais e indenizatória por danos morais decorrentes da má prestação do serviço de transporte aéreo contratado, posto que houve o cancelamento/alteração unilateral do voo previamente pactuado, ocasionando transtornos e danos ofensivos à honra da requerente, passíveis de serem indenizados, conforme pedido inicial e documentos apresentados.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e "maduro" para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Não havendo arguição de preliminares, passo ao mérito da demanda.
Pois bem!
Aduz a parte autora que adquiriu bilhetes de passagens da companhia requerida para o transporte aéreo. Contudo, afirma que, estando previstas duas conexões até a efetiva chegada ao destino final, na primeira parada na cidade de Cuiabá/MT quando então os passageiros seguiriam para Goiânia/GO, o voo acabou sendo cancelado por motivos técinos-operacionais, não tendo a companhia realocado imediatamente a consumidora para minimizar o atraso na chegada ao destino, de modo que, para evitar a perda de compromisso inadiável no destino, a autora optou pela compra de nova passagem aérea para voar o trecho Cuiabá/MT - Palmas/TO, chegando ao destino, mesmo assim, com atraso considerável, causando desse modo danos materiais e morais.
A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, vez que a demandada é efetiva fornecedora de produtos (passagens aéreas) e prestadora de serviços (administração de venda de passagens aéreas, transporte aéreo, informes promocionais, etc...) e, como tal, deve se acautelar e responder plenamente por suas ações, não se aplicando o Código Brasileiro de Aeronáutica, conforme entendimento remansoso da jurisprudência pátria.
E, da análise dos documentos e argumentos apresentados, tenho que o pleito da parte requerente procede, restando evidenciada a falta de zelosa administração e execução do serviço prestado pela ré, assim como já decidido em inúmeros casos.
A parte autora adquiriu passagens aéreas da empresa demandada, confiando no cronograma, rapidez e na pontualidade da ré, de modo que viu-se frustrada e desamparada a partir do momento em que a requerida, de modo unilateral, desrespeitou os horários e itinerário contratado, realocando os passageiros em novo voo que não atendia aos interesses da consumidora que, por sua vez, viu-se obrigada a adquirir nova passagem com companhia aérea concorrente para chegar ao destino em tempo de cumprir compromisso indiável naquela cidade.
Deste modo, a alteração/cancelamento por ato unilateral da ré não deixa qualquer dúvida quanto à falta de zelo na prestação dos serviços a que se obrigara, valendo ressaltar que as empresas permissionárias ou concessionárias de serviço público têm obrigação de bem prestar o serviço contratado (art. 22, CDC), não representando a questão qualquer novidade nos corredores jurídicos.
Não vinga a tese da empresa aérea de que o voo fora alterado em decorrência de "motivos técnico-operacionais" ou "alteração da malha aérea" (suposto motivo de caso fortuito por reorganização da malha aérea), posto que não comprova o alegado, sequer juntando relatórios de tráfego e da torre de controle, ou até mesmo de relatório de bordo, deixando de cumprir o mister determinado pelo art. 373, II, CPC, e 4º e 6º, do CDC, fazendo vingar a afirmativa de alteração unilateral de voo regularmente programado e contratado.
Todas as ações da ré devem ser relatadas e documentadas, sob pena de se acolher como verdadeiros os argumentos do passageiro e consumidor, principalmente quando este apresenta prova correlata do direito vindicado.
A responsabilidade surge indiscutível, sendo que a demandada conta com o risco operacional e administrativo, assumindo-o por completo, de modo que deve melhor se equipar e se preparar para receber e tutelar o consumidor, fornecendo informações precisas e corretas, prestando auxílio material e todo o apoio, a fim de evitar desencontros e maiores frustrações. Enquanto isto não ocorrer, deve o Judiciário tutelar a questão promovendo o equilíbrio de forças entre o grande (a ré) e o pequeno (o consumidor).
Nesse sentido, atentando para o caso em tela, verifico a frustração experimentada (cancelamento/alteração do voo, falta de informação e atraso de X horas) gerou dano moral, consubstanciada no desamparo, na impotência e na angústia de ver unilateral e forçadamente alterada o contrato celebrado regularmente e com bastante antecedência.
A requerida fora negligente na execução do contrato e na produção de provas que a absolvessem da imputação feita, deixando de cumprir o mister de apresentar prova de causa impeditiva, modificativa ou extintiva do direito alegado e comprovado pelo autor (art. 373, II, CPC, e 4º e 6º, CDC).
Não pode o consumidor, parte frágil na relação e sem qualquer poder decisório ou de influência (bem como de acesso a informações e documentos de gerência), arcar com todos os prejuízos e "engolir" o atraso e posterior cancelamento do voo.
Pacífico o entendimento jurisprudencial:
"Apelação cível. Pedido suspensão do processo. Pandemia Covid-19. Prejuízo econômico. Impossibilidade. Transporte aéreo. Cancelamento/atraso de voo. Dano moral configurado. Quantum indenizatório. Manutenção. Recurso desprovido. É vedada ao magistrado a suspensão do processo, em razão da crise econômica causada pela pandemia da COVID-19, ante a ausência de previsão legal e pelo fato de que a matéria carece de prova, o que deve ser discutido em recurso próprio. Provada a falha na prestação de serviço consistente em cancelamento de voo com o consequente atraso de 24 horas, devida a indenização por dano moral resultante da demora, desconforto, aflição e dos transtornos suportados pelo passageiro. No tocante ao quantum indenizatório, este deve atender aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, para que não seja considerado irrisório ou elevado, de modo que a condenação atinja seus objetivos. (TJ-RO - AC: 70146200820208220001 RO 7014620-08.2020.822.0001, Data de Julgamento: 20/11/2020)";
"RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CANCELAMENTO DE VOO EM RAZÃO DOS REFLEXOS DA PANDEMIA DO COVID-19. CASO FORTUITO. DIVERSAS REALOCAÇÕES. ATRASO DE APROXIMADAMENTE 04 (QUATRO) DIAS PARA CHEGAR AO DESTINO FINAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MAJORAÇÃO. ADEQUAÇÃO AOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE. JUROS MORATÓRIOS DESDE A CITAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Propósito recursal de majoração dos danos morais para o valor de 40 (quarenta) salários mínimos. 2. Na fixação do

montante da condenação a título de danos morais, deve-se atender a uma dupla finalidade: reparação e repressão. Há que se observar a capacidade econômica da atingida e a do ofensor, para evitar o enriquecimento injustificado, bem como também garantir o viés pedagógico da medida, desestimulando-se a repetição do ato ilícito. 3. Quantum indenizatório fixado em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), que merece a devida majoração, adequando-se o valor do dano extrapatrimonial ao critério da razoabilidade. 4. Sentença parcialmente reformada. 5. Recurso conhecido e parcialmente provido. (TJ-MT 10099962120208110002 MT, Relator: LUIS APARECIDO BORTOLUSSI JUNIOR, Data de Julgamento: 04/05/2021, Turma Recursal Única, Data de Publicação: 12/05/2021)";

"Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Consumidor. Cancelamento de voo. Dano moral. Ocorrência. Quantum indenizatório. Proporcionalidade. 1. O cancelamento injustificado de voo previamente contratado pelo consumidor gera dano moral. 2. O quantum indenizatório deve ser fixado em valor justo e proporcional ao abalo suportado pelo consumidor. (TJ-RO - RI: 70132207820198220005 RO 7013220-78.2019.822.0005, Data de Julgamento: 17/08/2020)";

"APELAÇÃO - INDENIZAÇÃO - DANOS MATERIAIS E MORAIS - CONVENÇÃO DE MONTREAL - CANCELAMENTO DE VOO - DANOS MORAIS - CONFIGURAÇÃO - QUANTUM INDENIZATÓRIO - DANOS MATERIAIS. No julgamento o RE 636.331, sob o regime de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal decidiu que, se tratando de transporte aéreo internacional, as Convenções de Varsóvia e Montreal têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor, somente nos caso de danos materiais decorrentes de extravio de bagagem. O cancelamento de voo, com alteração da programação da viagem do passageiro, é suficiente para causar dano moral. A fixação do quantum indenizatório por danos morais é tarefa cometida ao juiz, devendo seu arbitramento operar-se com razoabilidade, proporcionalmente ao grau de ilícito, ao nível socioeconômico da parte ofendida, o porte do ofensor e, ainda, levando-se em conta as circunstâncias do caso. Não estando evidenciado o prejuízo material suportado pela parte, não se defere a respectiva indenização. (TJ-MG - AC: 10000205391436001 MG, Relator: Evangelina Castilho Duarte, Data de Julgamento: 17/12/2020, Câmaras Cíveis / 14ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/12/2020)";

O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.

A presunção do dano moral é absoluta, implicando em dizer que o referido dano está consubstanciado na sensação de impotência em não se poder viajar no dia e hora aprazados, não se podendo substituir a tempo e a contento (principalmente em rapidez) referido meio de transporte para se conseguir cumprir obrigação e compromissos agendados.

Sendo assim, levando-se em consideração que as condutas no setor de transporte aéreo tem se repetido, evidenciando a falta de maiores investimentos e de melhor trato ao consumidor, bem como em atenção à casuística revelada e a condição econômica das partes, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum no patamar de R$ 10.000,00 (dez mil reais), como forma de disciplinar a empresa demandada e a dar satisfação pecuniária à requerente, não se justificando o importe sugerido na inicial, dados os valores praticados/fixados por este juízo em casos similares ou idênticos, fixando o importe econômico proporcional ao tempo de espera/atraso (quanto mais tempo de espera para reacomodação, maior a indenização compensatória dos inegáveis danos morais) e de acordo com o local onde houve a quebra contratual (domicílio/ fora do domicílio) e os reflexos (perda de diárias de hotel, viagens, compromissos laborais, etc...).

A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, de modo que o valor acima arbitrado está sintonizado com os princípios expostos assim como com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitando-se o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa "indústria do dano moral".

É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, à imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas fornecedoras de serviços públicos e/ou essenciais.

Quanto ao pedido de reparação por danos materiais, entendo que a pretensão revelada pela autora deve prosperar parcialmente. Não são passíveis de ressarcimento as verbas relativas a corrida em transporte por aplicativo, diária de hospedagem na cidade de Cuiabá/MT (a saída do aeroporto para aguardar novo voo deu-se por escolha da autora) e suposta diária de hospedagem não usufruída em Palmas/TO (a reserva estava em nome de duas pessoas e tinha check in previsto para o dia 12/08/2022, pelo que presume-se já havia previsão de que a autora somente ia usufruir de parte das diárias contratadas). Deve a autora, por outro lado, ser ressarcida do valor desembolsado para aquisição de nova passagem aérea (R$1.903,04), bem como do valor proporcional ao turno do curso não usufruído pela autora em decorrência do atraso (R$543,17), devendo a demandada, definitiva e justamente, restituir à autora o importe total de R$2.446,21 (dois mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e vinte e um centavos).

Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.

POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo(a) autor(a) para o fim de:

A) CONDENAR A REQUERIDA NO PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), À TÍTULO DOS RECONHECIDOS DANOS MORAIS, ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA (TABELA OFICIAL TJ/RO) E JUROS LEGAIS, SIMPLES E MORATÓRIOS, DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, A PARTIR DA PRESENTE CONDENAÇÃO (SÚMULA 362, STJ).

B) CONDENAR a empresa requerida a RESTITUIR/REEMBOLSAR o valor de R$2.446,21 (dois mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e vinte e um centavos) à consumidora, corrigido monetariamente (tabela oficial TJ/RO) desde a data do efetivo desembolso e acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação.

Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015)."

Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa da consumidora que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.

Em respeito às razões recursais, ressalto que, em sede de contestação a companhia alega que houve modificação do voo em virtude de manutenção emergencial na aeronave. Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida.
Por tais considerações, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.
Em razão da sucumbência, condeno o recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO DE VOO. MANUTENÇÃO EMERGENCIAL DA AERONAVE. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DANO MORAL DEVIDO. SENTENÇA MANTIDA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7066460-86.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 18/04/2023 10:06:58
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS
Advogados do(a) RECORRENTE: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884-A, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
Polo Passivo: MARIA INEZ APARECIDA
Advogado do(a) RECORRIDO: BRENDA FERRARI LOTTO - RO9000-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”.
Aduz a autora que, adquiriu passagem saindo de Porto Velho-RO no dia 07/01/2022 ás 02hrs:45min para Maceió-AL, chegando ás 09hrs:05 min do mesmo dia. Ocorre que o voo da autora foi alterado para chegar ás 21hrs:30min do dia 28/01/2022, ou seja, aproximadamente 20 horas de atraso.
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
S E N T E N Ç A
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes da má prestação do serviço de transporte aéreo contratado, posto que houve o cancelamento/alteração unilateral do voo previamente pactuado, ocasionando transtornos e danos ofensivos à honra do requerente, passíveis de serem indenizados, conforme pedido inicial e documentos apresentados.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e “maduro” para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Não havendo preliminares, passo ao mérito da demanda.
Pois bem!
Aduz a parte autora que adquiriu bilhetes de passagens da companhia requerida para o transporte aéreo. Contudo, afirma que voo foi cancelado/alterado unilateralmente pela ré, chegando ao seu local de destino com mais de 12 horas de atraso causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis.
A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, vez que a demandada é efetiva fornecedora de produtos (passagens aéreas) e prestadora de serviços (administração de venda de passagens aéreas, transporte aéreo, informes promocionais, etc...) e, como tal, deve se acautelar e responder plenamente por suas ações, não se aplicando o Código Brasileiro de Aeronáutica, conforme entendimento remansoso da jurisprudência pátria.
E, da análise dos documentos e argumentos apresentados, tenho que o pleito da parte requerente procede, restando evidenciada a falta de zelosa administração e execução do serviço prestado pela ré, assim como já decidido em inúmeros casos.

A parte autora adquiriu passagens aéreas da empresa demandada, confiando no cronograma, rapidez e na pontualidade da ré, de modo que viu-se frustrada e desamparada a partir do momento em que a requerida, de modo unilateral, desrespeitou os horários e itinerário contratado, realocando os passageiros em novo voo, gerando atraso considerável para chegada.

Deste modo, a alteração/cancelamento por ato unilateral da ré não deixa qualquer dúvida quanto à falta de zelo na prestação dos serviços a que se obrigara, valendo ressaltar que as empresas permissionárias ou concessionárias de serviço público têm obrigação de bem prestar o serviço contratado (art. 22, CDC), não representando a questão qualquer novidade nos corredores jurídicos.

A Pandemia de COVID-19, com início declarado pela Organização Mundial de Saúde – OMS, em 11/03/2020, já é um estado de "permanência" até a sua futura estabilização/fim, o que significa dizer que a Pandemia não emerge mais como um fator imprevisível ou uma excludente de responsabilidade para as empresas aéreas, posto que o lapso temporal decorrido (ano de 2020, a contar de março) já permitiu a readequação e adoção dos protocolos de prevenção e combate à propagação do vírus SARS-COV-2. As empresas retomaram os voos e se adequaram à malha aérea viária, de sorte que, para fins de afastamento da responsabilidade civil, devem comprovar a existência de outros fatores ou fatos excludentes, como mau tempo e fechamento de aeroportos, impedimento de voo ou aterrisagem por autoridades públicas ou aeroportuárias, sob pena de indenizarem o passageiro pelos danos morais decorrentes do descaso e da alteração de voo e itinerário, imposto maior tempo de viagem e cansaço. Ademais disto, a eventual ocorrência de causa impeditiva do voo e justificadora da alteração e itinerário, não retira a obrigação da empresa de avisar previamente o consumidor e deixá-lo bem informado.

Desse modo, não vinga a tese da empresa aérea de que o voo fora cancelado em decorrência de problemas operacionais, caso fortuito e força maior decorrentes da crise da Pandemia de coronavírus, posto que não há qualquer comprovação de situação relacionada a Pandemia que restringisse ou alterasse o transporte aéreo, deixando de cumprir o mister previsto nos arts. 4º e 6º, do CDC, e 373, II, CPC/2015, fazendo vingar a afirmativa de cancelamento unilateral de voo regularmente programado e contratado com antecedência.

Todas as ações da ré devem ser relatadas e documentadas, sob pena de se acolher como verdadeiros os argumentos do passageiro e consumidor, principalmente quando este apresenta prova correlata do direito vindicado.

A responsabilidade surge indiscutível, sendo que a demandada conta com o risco operacional e administrativo, assumindo-o por completo, de modo que deve melhor se equipar e se preparar para receber e tutelar o consumidor, fornecendo informações precisas e corretas, prestando auxílio material e todo o apoio, a fim de evitar desencontros e maiores frustrações. Enquanto isto não ocorrer, deve o Judiciário tutelar a questão promovendo o equilíbrio de forças entre o grande (a ré) e o pequeno (o consumidor).

Nesse sentido, atentando para o caso em tela, verifico a frustração experimentada (cancelamento/alteração do voo, falta de informação) gerou dano moral, consubstanciada no desamparo, na impotência e na angústia de ver unilateral e forçadamente alterada o contrato celebrado regularmente e com bastante antecedência.

A requerida fora negligente na execução do contrato e na produção de provas que a absolvessem da imputação feita, deixando de cumprir o mister de apresentar prova de causa impeditiva, modificativa ou extintiva do direito alegado e comprovado pelo autor (art. 373, II, CPC, e 4º e 6º, CDC).

Não pode o consumidor, parte frágil na relação e sem qualquer poder decisório ou de influência (bem como de acesso a informações e documentos de gerência), arcar com todos os prejuízos e "engolir" o atraso e posterior cancelamento do voo.

Pacífico o entendimento jurisprudencial:

"Apelação cível. Pedido suspensão do processo. Pandemia Covid-19. Prejuízo econômico. Impossibilidade. Transporte aéreo. Cancelamento/atraso de voo. Dano moral configurado. Quantum indenizatório. Manutenção. Recurso desprovido. É vedada ao magistrado a suspensão do processo, em razão da crise econômica causada pela pandemia da COVID-19, ante a ausência de previsão legal e pelo fato de que a matéria carece de prova, o que deve ser discutido em recurso próprio. Provada a falha na prestação de serviço consistente em cancelamento de voo com o consequente atraso de 24 horas, devida a indenização por dano moral resultante da demora, desconforto, aflição e dos transtornos suportados pelo passageiro. No tocante ao quantum indenizatório, este deve atender aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, para que não seja considerado irrisório ou elevado, de modo que a condenação atinja seus objetivos. (TJ-RO - AC: 70146200820208220001 RO 7014620-08.2020.822.0001, Data de Julgamento: 20/11/2020)";

"RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CANCELAMENTO DE VOO EM RAZÃO DOS REFLEXOS DA PANDEMIA DO COVID-19. CASO FORTUITO. DIVERSAS REALOCAÇÕES. ATRASO DE APROXIMADAMENTE 04 (QUATRO) DIAS PARA CHEGAR AO DESTINO FINAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MAJORAÇÃO. ADEQUAÇÃO AOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE. JUROS MORATÓRIOS DESDE A CITAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Propósito recursal de majoração dos danos morais para o valor de 40 (quarenta) salários mínimos. 2. Na fixação do montante da condenação a título de danos morais, deve-se atender a uma dupla finalidade: reparação e repressão. Há que se observar a capacidade econômica da atingida e a do ofensor, para evitar o enriquecimento injustificado, bem como também garantir o viés pedagógico da medida, desestimulando-se a repetição do ato ilícito. 3. Quantum indenizatório fixado em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), que merece a devida majoração, adequando-se o valor do dano extrapatrimonial ao critério da razoabilidade. 4. Sentença parcialmente reformada. 5. Recurso conhecido e parcialmente provido. (TJ-MT 10099962120208110002 MT, Relator: LUIS APARECIDO BORTOLUSSI JUNIOR, Data de Julgamento: 04/05/2021, Turma Recursal Única, Data de Publicação: 12/05/2021)";

"Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Consumidor. Cancelamento de voo. Dano moral. Ocorrência. Quantum indenizatório. Proporcionalidade. 1. O cancelamento injustificado de voo previamente contratado pelo consumidor gera dano moral. 2. O quantum indenizatório deve ser fixado em valor justo e proporcional ao abalo suportado pelo consumidor. (TJ-RO - RI: 70132207820198220005 RO 7013220-78.2019.822.0005, Data de Julgamento: 17/08/2020)";

"APELAÇÃO - INDENIZAÇÃO - DANOS MATERIAIS E MORAIS - CONVENÇÃO DE MONTREAL - CANCELAMENTO DE VOO - DANOS MORAIS - CONFIGURAÇÃO - QUANTUM INDENIZATÓRIO - DANOS MATERIAIS. No julgamento o RE 636.331, sob o regime de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal decidiu que, se tratando de transporte aéreo internacional, as Convenções de Varsóvia e Montreal têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor, somente nos caso de danos materiais decorrentes de extravio de bagagem. O cancelamento de voo, com alteração da programação da viagem do passageiro, é suficiente para causar dano moral. A fixação do quantum indenizatório por danos morais é tarefa cometida ao juiz, devendo seu arbitramento operar-se com razoabilidade, proporcionalmente ao grau de ilícito, ao nível socioeconômico da parte ofendida, o porte do ofensor e, ainda, levando-se em conta as circunstâncias do caso. Não estando evidenciado o prejuízo material suportado pela parte, não se defere a respectiva indenização. (TJ-MG - AC: 10000205391436001 MG, Relator: Evangelina Castilho Duarte, Data de Julgamento: 17/12/2020, Câmaras Cíveis / 14ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/12/2020)";

O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.
A presunção do dano moral é absoluta, implicando em dizer que o referido dano está consubstanciado na sensação de impotência em não se poder viajar no dia e hora aprazados, não se podendo substituir a tempo e a contento (principalmente em rapidez) referido meio de transporte para se conseguir cumprir obrigação e compromissos agendados.
Sendo assim, levando-se em consideração que as condutas no setor de transporte aéreo tem se repetido, evidenciando a falta de maiores investimentos e de melhor trato ao consumidor, bem como em atenção à casuística revelada e a condição econômica das partes, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum no patamar de R$ 10.000,00 (dez mil reais), como forma de disciplinar a empresa demandada e a dar satisfação pecuniária à requerente, não se justificando o importe sugerido na inicial, dados os valores praticados/fixados por este juízo em casos similares ou idênticos, fixando o importe econômico proporcional ao tempo de espera/atraso (quanto mais tempo de espera para reacomodação, maior a indenização compensatória dos inegáveis danos morais) e de acordo com o local onde houve a quebra contratual (domicílio/ fora do domicílio) e os reflexos (perda de diárias de hotel, viagens, compromissos laborais, etc...).
A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, de modo que o valor acima arbitrado está sintonizado com os princípios expostos assim como com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitando-se o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa “indústria do dano moral”.
É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, à imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas fornecedoras de serviços públicos e/ou essenciais.
Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo(a) autor(a) para o fim de CONDENAR A REQUERIDA NO PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), À TÍTULO DOS RECONHECIDOS DANOS MORAIS, ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA (TABELA OFICIAL TJ/RO) E JUROS LEGAIS, SIMPLES E MORATÓRIOS, DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, A PARTIR DA PRESENTE CONDENAÇÃO (SÚMULA 362, STJ).
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015).
Em respeito as razões recursais, ressalto que, em que pese a alegação da empresa aérea que é isenta de responsabilidade, seja por alteração de malha aérea, ou devido ao fato de as passagens serem emitidas pela agência de viagem, via milhas, entendo não possuir razão. Há a responsabilidade de indenizar quando o dano é causado de forma injustificada ou por fortuito interno, motivo pelo qual a manutenção da sentença é medida que se impõe.
Por tais considerações, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.
Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO/ATRASO DE VOO. DANO MORAL CONFIGURADO. INFORMAÇÕES. AUSÊNCIA. FALHA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. REESTRUTURAÇÃO DE MALHA AÉREA. DANO MORAL. DEVIDO. PROPORCIONALIDADE. RECURSO DO CONSUMIDOR PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a companhia aérea ré incorre em descumprimento contratual, por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos contratuais originariamente previstos. Evidenciado a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC, é cabível a responsabilização por danos morais.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7065383-42.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 03/05/2023 17:24:38
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059-A
Polo Passivo: CLEONICE APARECIDA TORRES DA CONCEICAO
Advogados do(a) RECORRIDO: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO - RO4783-A, SANDRA FLORENTINO - RO11795-A

RELATÓRIO.
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso interposto, eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.
Em síntese, trata-se de recurso inominado interposto em face da sentença que julgou procedente o pedido inicial e condenou a companhia aérea a pagar a consumidora o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a títulos de danos morais em razão da alteração do voo da parte consumidora.
Pois bem.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
Aduz a parte autora que adquiriu passagens aéreas previsto para sair de Maceió – Porto Velho dia 23/08/2022 às 18h00, com chegada ao destino às 03h10. Contudo, seu voo foi cancelado, sendo realocada para um novo voo com embarque dia 24/08/2022, às 11h50 e chegado ao destino final as 22h55, chegando ao destino com atraso de 17 horas, causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis.
A alteração do voo é questão incontroversa, sendo justificada pela empresa em razão de malha aérea.
Como se verifica, a empresa recorrente postula afastar sua responsabilidade civil usando o argumento que foi o caso de força maior, que o cancelamento se deu em razão da malha aérea.
Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que houve tão somente a alteração unilateral do contrato firmado, caracterizando-se como má prestação do serviço. Nesse sentido, o aresto:
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não Configurado. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade.1-O cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2-A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3-A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00(dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019)
Como visto a alteração da programação prevista para o voo em decorrência de malha aérea não imuniza a companhia da responsabilização das sequelas vivenciadas pelos consumidores. Tampouco constitui hipótese de caso fortuito e força maior como situação apta a excluir responsabilidade civil, porquanto tais eventos não revelam imprevisibilidade e invencibilidade.
Assim, ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Em condenações desta natureza, deve o juízo a quo atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.
No que se refere ao quantum, considerando que a indenização objetiva proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição mas como um desestímulo à repetição do ilícito, entendo que o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) se mostra adequado para compensar os infortúnios experimentados, não devendo ser modificado.
Ante ao exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela companhia aérea recorrente, mantendo a sentença inalterada.
Condeno a empresa aérea ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55 da Lei nº. 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto
EMENTA
RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. ANTECIPAÇÃO DE VOO. DANO MORAL CONFIGURADO. INFORMAÇÕES. AUSÊNCIA. FALHA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. REESTRUTURAÇÃO DE MALHA AÉREA. PROBLEMAS OPERACIONAIS. DANO MORAL. DEVIDO. MANTIDO. PROPORCIONALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a companhia aérea ré incorre em descumprimento contratual, por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos contratuais originariamente previstos. Evidenciado a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC, é cabível a responsabilização por danos morais.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7068691-86.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 31/05/2023 14:45:25
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059-A
Polo Passivo: ROSY MIRIAM SILVA WERKLAENHG
Advogado do(a) RECORRIDO: DIEGO UMBELINO DOS SANTOS - RO10238-A

RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n° 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Analisando os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão: "Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão."
Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:
S E N T E N Ç A
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação de danos materiais cumulada com indenizatória por danos morais decorrentes da má prestação do serviço de transporte aéreo contratado previamente com a requerida que, unilateralmente e sem qualquer aviso prévio, não disponibilizou voo a requerente, falhando com a promessa de serviço eficiente, rápido e pontual, conforme pedido inicial e documentos apresentados.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e "maduro" para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Havendo arguições preliminares, passo ao estudo preambular antes de ingressar no mérito da causa.
INDEFIRO o pedido de conexão deste com os processos nº 7068692-71.2022.8.22.0001, 7068686-64.2022.8.22.0001 e 7068685-79.2022.8.22.0001, posto que, apesar de possuírem similaridade entre as causas de pedir, inexiste qualquer prejuízo para as partes caso os julgamentos ocorram separadamente, pois a fixação da compensação financeira por danos morais é individual (análise da casuística levando-se em consideração a capacidade/condição econômica das partes para fixação do valor) e leva em consideração a intensidade da ofensa moral e respectivos reflexos.
Pois bem.
Aduz a parte autora que adquiriu bilhetes de passagens da companhia requerida para o transporte aéreo no trecho de Porto/RO a Manaus/AM ide e volta. Contudo, afirma que voo foi cancelado/alterado unilateralmente pela ré, tanto no trecho de ida como no trecho de volta, chegando ao seu local de destino com mais 10 horas de atraso causando desse modo danos morais e materiais presumidos e indenizáveis.
A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, vez que a demandada é efetiva fornecedora de produtos (passagens aéreas) e prestadora de serviços (administração de venda de passagens aéreas, transporte aéreo, informes promocionais, etc...) e, como tal, deve se acautelar e responder plenamente por suas ações, não se aplicando o Código Brasileiro de Aeronáutica, conforme entendimento remansoso da jurisprudência pátria.
E, da análise dos documentos e argumentos apresentados, tenho que o pleito da parte requerente procede, restando evidenciada a falta de zelosa administração e execução do serviço prestado pela ré, assim como já decidido em inúmeros casos.
A parte autora adquiriu passagens aéreas da empresa demandada, confiando no cronograma, rapidez e na pontualidade da ré, de modo que viu-se frustrada e desamparada a partir do momento em que a requerida, de modo unilateral, desrespeitou os horários e itinerário contratado, realocando os passageiros em novo voo, gerando atraso considerável para chegada.
Deste modo, a alteração/cancelamento por ato unilateral da ré não deixa qualquer dúvida quanto à falta de zelo na prestação dos serviços a que se obrigara, valendo ressaltar que as empresas permissionárias ou concessionárias de serviço público têm obrigação de bem prestar o serviço contratado (art. 22, CDC), não representando a questão qualquer novidade nos corredores jurídicos.
Não vinga a tese da empresa aérea de que o voo fora cancelado em decorrência do tráfego aéreo/reorganização da malha aérea (suposto motivo de força maior), posto que não comprova o alegado, sequer juntando relatórios de tráfego e da torre de controle, ou até mesmo de relatório de bordo, deixando de cumprir o mister determinado pelo art. 373, II, CPC, e 4º e 6º, do CDC, fazendo vingar a afirmativa de cancelamento unilateral de voo regularmente programado e contratado.
Todas as ações da ré devem ser relatadas e documentadas, sob pena de se acolher como verdadeiros os argumentos do passageiro e consumidor, principalmente quando este apresenta prova correlata do direito vindicado.
A responsabilidade surge indiscutível, a julgar pela prova colhida e a exemplo do que ocorrera em outras tantas demandas ofertadas e julgadas, a requerida foi negligente, deixando de cumprir com o compromisso assumido de prestar serviço da forma regular, satisfatória e pontual, pelo que deve sucumbir, não tendo diligenciado na prova de causa impeditiva ou extintiva do direito alegado e comprovado pelo(a) autor(a) (art. 373, II, CPC).
Conta a demandada com o risco operacional e administrativo, devendo melhor se equipar e se preparar para receber e tutelar o consumidor, fornecendo informações precisas e corretas, a fim de evitar desencontros e maiores frustrações. Enquanto isto não ocorrer, deve o Judiciário tutelar a questão promovendo o equilíbrio de forças entre o grande (a ré) e o pequeno (o consumidor).
Nesse sentido, atentando para o caso em tela, verifico a frustração experimentada (cancelamento/alteração do voo, falta de informação) que gerou dano moral, consubstanciada no desamparo, na impotência e na angústia de ver unilateral e forçadamente alterado o contrato celebrado regularmente, de modo que, mais do que nunca, deve o sistema protetivo de defesa do consumidor vingar.
Pacífico o entendimento jurisprudencial:
"APELAÇÃO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ATRASO E POSTERIOR CANCELAMENTO DE VOO. DANOS MORAIS. INDENIZAÇÃO. VALOR. PEDIDO FORMULADO. A análise do quantum indenizatório fixado, sem pedido alternativo expresso, viola as regras de processo civil, visto que ultrapassa os limites recursais delineados pelo recorrente em seu pedido. A longa espera para um embarque, após a hora estabelecida, e o posterior cancelamento do voo deixa o consumidor em situação ainda maior de vulnerabilidade, causando-lhe aflição e angústia, que ultrapassam o simples aborrecimento. Segundo os precedentes do STJ "o dano moral decorrente de atraso de voo opera-se in re ipsa. O desconforto, a aflição e os transtornos suportados pelo passageiro não precisam ser provados, na medida em que derivam do próprio fato (AgRg no Ag 1306693/RJ, 4ª Turma, Rel. Min. Raul Araújo, j. 16.08.2011)" (Julgado extraído do Repertório e Repositório Autorizado de Jurisprudência do STF. STJ e TST - JURIS PLENUM OURO, Caxias do Sul: Plenum, n. 34, novembro 2013. 1 DVD. ISSN 1983-0297 – Apelação nº 0001831-30.2010.8.22.0007, 1ª Câmara Cível do TJRO, Rel. Sansão Saldanha. j. 05.03.2013, unânime, DJe 15.03.2013); e

"CIVIL. DANO MORAL E MATERIAL. CANCELAMENTO DE VOO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICABILIDADE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RISCO DA ATIVIDADE. EXTENSÃO DO DANO. CAPACIDADE ECONÔMICA DO OFENDIDO. CARÁTER PUNITIVO. PROPORCIONALIDADE. A responsabilidade da empresa fornecedora de passagens aéreas é objetiva, descabendo falar em exclusão da obrigação indenizatória por ausência de condições climáticas para aterrissagem da aeronave, pois tal fato se encontra dentro do risco da atividade econômica. O quanto indenizatório deve ser proporcional à extensão do dano e à capacidade econômica do ofensor, observando-se também seu caráter punitivo" (Julgado extraído do Repertório e Repositório Autorizado de Jurisprudência do STF. STJ e TST - JURIS PLENUM OURO, Caxias do Sul: Plenum, n. 34, novembro 2013. 1 DVD. ISSN 1983-0297 – Apelação (Agravo Retido) nº 0001724-62.2010.8.22.0014, 1ª Câmara Cível do TJRO, Rel. Moreira Chagas. j. 26.06.2012, unânime, DJe 05.07.2012).

O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.

A presunção do dano moral é absoluta, implicando em dizer que o referido dano está consubstanciado na sensação de impotência em não se poder viajar no dia e hora aprazados, não se podendo substituir a tempo e a contento (principalmente em rapidez) referido meio de transporte para se conseguir cumprir obrigação e compromissos agendados.

Sendo assim, levando-se em consideração que as condutas no setor de transporte aéreo tem se repetido, evidenciando a falta de maiores investimentos e de melhor trato ao consumidor, bem como em atenção à casuística revelada (atraso de mais de 10 horas) e a condição econômica das partes, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum no patamar de R$ 10.000,00 (dez mil reais), como forma de disciplinar a empresa demandada e a dar satisfação pecuniária à requerente, não se justificando o importe sugerido na inicial, dados os valores praticados/fixados por este juízo em casos similares ou idênticos, fixando o importe econômico proporcional ao tempo de espera/atraso (quanto mais tempo de espera para reacomodação, maior a indenização compensatória dos inegáveis danos morais) e de acordo com o local onde houve a quebra contratual (domicílio/ fora do domicílio) e os reflexos (perda de diárias de hotel, viagens, compromissos laborais, etc...).

A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, de modo que o valor acima arbitrado está sintonizado com os princípios expostos assim como com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitando-se o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa "indústria do dano moral".

É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, à imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas fornecedoras de serviços públicos e/ou essenciais.

Por conseguinte, deve a empresa requerida restituir ao autor (a) a quantia de R$ 536,60 (quinhentos e trinta seis reais e sessenta centavos), equivalente às despesas decorrentes dos transtornos ocasionados pela alteração/cancelamento do voo, posto que os comprovantes de pagamento acostados evidenciam a titularidade do pleito indenizatório e o prejuízo financeiro sofrido pelo autor, guardando relação lógico-factual com a narrativa consubstanciada na exordial. Nesse sentido:

APELAÇÃO - TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL – ATRASO DE VOO - DANO MATERIAL - Pretensão da autora de que seja julgado procedente pedido de indenização por danos materiais, para que seja considerado o valor da diária de hotel perdida e do custo com alimentação durante a espera - Cabimento - Hipótese em que a autora apresentou o comprovante da reserva e as notas fiscais – Valores que devem ser ressarcidos - RECURSO PROVIDO NESTA PARTE. APELAÇÃO - TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL - ATRASO DE VÔO - DANO MORAL - Pretensão da autora de que seja julgado procedente pedido de indenização por dano moral - Cabimento parcial - Responsabilidade objetiva da empresa aérea (CDC, art. 14), a qual não se desincumbiu do ônus da prova que lhe cabia sobre a regularidade na prestação dos serviços oferecidos - Má prestação do serviço - Dano moral configurado - Atraso de mais de 16 horas na chegada ao destino final e ausência de assistência material - Indenização fixada em R$8.000,00, valor que se mostra adequado para compensar os transtornos experimentados pela autora, além de compatível com o patamar adotado em outros casos análogos, já julgados por esta Colenda 13ª Câmara de Direito Privado - Valor de R$12.000,00 pretendido pela autora que se mostra excessivo - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO NESTA PARTE. (TJ-SP - AC: 10076530820208260011 SP 1007653-08.2020.8.26.0011, Relator: Ana de Lourdes Coutinho Silva da Fonseca, Data de Julgamento: 10/02/2021, 13ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 10/02/2021).

Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.

POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo(a) autor(a) para o fim de:

A) CONDENAR A REQUERIDA NO PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), À TÍTULO DOS RECONHECIDOS DANOS MORAIS, ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA (TABELA OFICIAL TJ/RO) E JUROS LEGAIS, SIMPLES E MORATÓRIOS, DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, A PARTIR DA PRESENTE CONDENAÇÃO (SÚMULA 362, STJ); e

B) CONDENAR A MESMA REQUERIDA NO PAGAMENTO REPARATÓRIO DE R$ 536,60 (quinhentos e trinta seis reais e sessenta centavos), À TÍTULO DOS RECONHECIDOS DANOS MATERIAIS, corrigido monetariamente (TABELA OFICIAL TJ/RO) desde a data do ajuizamento da ação, devendo ser acrescidos juros legais, simples e moratórios, de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação válida. (...)

Em respeito as razões recursais, esclareço que a não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.

Vale aqui a teoria do desvio produtivo, que está sendo reconhecida nos Tribunais do país, em que a parte mais forte deixa a parte fraca na relação consumerista com todo o prejuízo e perda de tempo sem atendê-la ou dar uma resposta em tempo adequado.

Evidenciada a falha na prestação do serviço e presentes os pressupostos de responsabilidade civil (conduta, dano e nexo de causalidade), deve a empresa requerida/recorrente ser condenada ao pagamento dos danos morais, na forma da sentença, por estar em harmonia com precedentes deste colegiado.

Ante o exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, mantendo-se inalterada a sentença.

Condeno a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sob o valor da condenação, nos termos da Lei 9.099/95.

Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.

É como voto.

EMENTA
RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO/ATRASO DE VOO. DANO MORAL CONFIGURADO. INFORMAÇÕES. AUSÊNCIA. FALHA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. REESTRUTURAÇÃO DE MALHA AÉREA. PROBLEMAS OPERACIONAIS. DANO MORAL. DEVIDO. PROPORCIONALIDADE. RECURSO DA COMPANHIA NEGADO. SENTENÇA MANTIDA. Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a companhia aérea ré incorre em descumprimento contratual, por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos contratuais originariamente previstos. Evidenciado a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC, é cabível a responsabilização por danos morais.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR
Autos nº 7064972-96.2022.8.22.0001 DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, Esquina Número do processo: 0800664-72.2023.8.22.9000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: ANGELA MARIA SOARES DE SOUZA
ADVOGADO DO AGRAVADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RELATÓRIO
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado de Rondônia em face de decisão proferida pelo Magistrado do 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarcar de Porto Velho que ao deferir a antecipação dos efeitos da tutela, determinou o agravante a fornecer o procedimento de debridamento cirúrgico em favor de Ângela Maria Soares de Souza Silva, que enfrenta quadro de dores agudas em decorrência de úlcera na perna (Lesão Ulcero Crostosa em MMII.
Discorre pela ausência de urgência no caso e da falta de prazo razoável para o cumprimento da medida.
Requer a concessão do efeito suspensivo e e a dilação do prazo no mérito.
É o relatório.
DECISÃO
Consoante ao SISREG colacionado ID 91437056, página 04, a agravada há quase sete meses pelo procedimento, mesmo que seu quadro clínico tenha sido classificado no Risco Amarelo – Urgência.
A título de esclarecimento, ainda que o procedimento fosse eletivo, a espera desarrazoada estaria incontroversa, uma vez que o Enunciado 93 do FONAJUS estabelece o prazo de 180 para cirurgias.
Por outro lado, o agravante não fez o esforço mínimo de comprovar o agendamento da cirurgia da paciente, não demonstrou os motivos da demora, tampouco deu a previsão de quando o seu dever constitucional será cumprido.
Por tais razões, NEGO O EFEITO SUSPENSIVO pretendido.
Intime-se o agravante.
Intime-se a parte agravada para apresentar contrarrazões.
Colha-se manifestação do Ministério Público.
Oficie-se o juízo agravado desta decisão.
Após, conclusos para inclusão em pauta.

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7068685-79.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 08/05/2023 20:45:21
Data julgamento: 05/07/2023

Polo Ativo: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059-A
Polo Passivo: ROSALINA SILVA WERKLAENHG
Advogado do(a) RECORRIDO: DIEGO UMBELINO DOS SANTOS - RO10238-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. "Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão".
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
"S E N T E N Ç A
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes da má prestação do serviço de transporte aéreo contratado, posto que houve o atraso injustificado de voo, causando transtornos ofensivos à honra do requerente, passíveis de serem indenizados, conforme pedido inicial e documentos apresentados.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e "maduro" para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Não havendo nenhuma arguição de preliminar ou prejudicial, passo à análise do mérito da causa.
Pois bem!
Aduz a parte autora que adquiriu bilhetes de passagens da companhia requerida para o transporte aéreo. Contudo, afirma que voo foi cancelado/alterado unilateralmente pela ré, de modo que a parte autora foi realocada em novo voo com o mesmo itinerário chegando ao seu local de destino com mais de 10 horas de atraso, causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis.
A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, vez que a demandada é efetiva fornecedora de produtos (passagens aéreas) e prestadora de serviços (administração de venda de passagens aéreas, transporte aéreo, informes promocionais, etc...) e, como tal, deve se acautelar e responder plenamente por suas ações, não se aplicando o Código Brasileiro de Aeronáutica, conforme entendimento remansoso da jurisprudência pátria.
E, da análise dos documentos e argumentos apresentados, tenho que o pleito do requerente procede, restando evidenciada a falta de zelosa administração e execução do serviço prestado pela ré, assim como já decidido em inúmeros casos.
O(a) autor(a) comprou passagens aéreas da empresa demandada, confiando no cronograma, rapidez e na pontualidade da ré, de modo que se viu frustrado e desamparado a partir do momento em que a requerida, de modo unilateral, desrespeitou os horários e itinerário contratado, realocando os passageiros em novo voo com atraso exacerbado.
Deste modo, a alteração por ato unilateral da ré não deixa qualquer dúvida quanto à falta de zelo na prestação dos serviços a que se obrigara, valendo ressaltar que as empresas permissionárias ou concessionárias de serviço público têm obrigação de bem prestar o serviço contratado (art. 22, CDC), não representando a questão qualquer novidade nos corredores jurídicos.
Desse modo, não vinga a tese da empresa aérea de que o voo fora cancelado em decorrência de problemas operacionais, caso fortuito e força maior, posto que não há nenhuma comprovação das referidas hipóteses, deixando de cumprir o mister previsto nos arts. 4º e 6º, do CDC, e 333, II, CPC/2015, fazendo vingar a afirmativa de cancelamento/alteração unilateral de voo regularmente programado e contratado com antecedência
Todas as ações da ré devem ser relatadas e documentadas, sob pena de se acolher como verdadeiros os argumentos do passageiro e consumidor, principalmente quando este apresenta prova correlata do direito vindicado.
A responsabilidade surge indiscutível, sendo que a demandada conta com o risco operacional e administrativo, assumindo-o por completo, de modo que deve melhor se equipar e se preparar para receber e tutelar o consumidor, fornecendo informações precisas e corretas, prestando auxílio material e todo o apoio, a fim de evitar desencontros e maiores frustrações. Enquanto isto não ocorrer, deve o Judiciário tutelar a questão promovendo o equilíbrio de forças entre o grande (a ré) e o pequeno (o consumidor).
Nesse sentido, atentando para o caso em tela, verifico a frustração experimentada (cancelamento do voo, falta de informação e atraso de mais de 10 horas) gerou dano moral, consubstanciada no desamparo, na impotência e na angústia de ver unilateral e forçadamente alterado o contrato celebrado regularmente e com bastante antecedência.
A requerida fora negligente na execução do contrato e na produção de provas que a absolvessem da imputação feita, deixando de cumprir o mister de apresentar prova de causa impeditiva, modificativa ou extintiva do direito alegado e comprovado pelo autor (art. 373, II, CPC, e 4º e 6º, CDC).
Não pode o consumidor, parte frágil na relação e sem qualquer poder decisório ou de influência (bem como de acesso a informações e documentos de gerência), arcar com todos os prejuízos e "engolir" o atraso e posterior cancelamento do voo.
Pacífico o entendimento jurisprudencial:
"RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO NACIONAL. CANCELAMENTO DE VOO. ALTERAÇÃO. DANO MORAL DEVIDO. SENTENÇA MANTIDA. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7013687-64.2022.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Cristiano Gomes Mazzini, Data de julgamento: 14/12/2022)";

"CONSUMIDOR. AVIAÇÃO. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO DE VOO. PROBLEMAS TÉCNICOS OPERACIONAIS. EXCLUDENTE NÃO CONFIGURADA. DANO MORAL MAJORADO. SENTENÇA REFORMADA. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7044465-17.2022.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Cristiano Gomes Mazzini, Data de julgamento: 14/12/2022)";

Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Consumidor. Cancelamento de voo. Dano moral. Ocorrência. Quantum indenizatório. Proporcionalidade. 1. O cancelamento injustificado de voo previamente contratado pelo consumidor gera dano moral. 2. O quantum indenizatório deve ser fixado em valor justo e proporcional ao abalo suportado pelo consumidor. (TJ-RO - RI: 70132207820198220005 RO 7013220-78.2019.822.0005, Data de Julgamento: 17/08/2020)";

O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.

A presunção do dano moral é absoluta, implicando em dizer que o referido dano está consubstanciado na sensação de impotência em não se poder viajar no dia e hora aprazados, não se podendo substituir a tempo e a contento (principalmente em rapidez) referido meio de transporte para se conseguir cumprir obrigação e compromissos agendados.

Sendo assim, levando-se em consideração que as condutas no setor de transporte aéreo tem se repetido, evidenciando a falta de maiores investimentos e de melhor trato ao consumidor, bem como em atenção à casuística revelada (atraso de pelo menos 10 horas) e a condição econômica das partes, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum no patamar de R$10.000,00 (dez mil reais), como forma de disciplinar a empresa demandada e a dar satisfação pecuniária à requerente.

A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, de modo que o valor acima arbitrado está sintonizado com os princípios expostos assim como com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitando-se o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa "indústria do dano moral".

É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, à imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas fornecedoras de serviços públicos e/ou essenciais. Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.

POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo(a) autor(a) para o fim de CONDENAR A REQUERIDA NO PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), À TÍTULO DOS RECONHECIDOS DANOS MORAIS, ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA (TABELA OFICIAL TJ/RO) E JUROS LEGAIS, SIMPLES E MORATÓRIOS, DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, A PARTIR DA PRESENTE CONDENAÇÃO (SÚMULA 362, STJ). (...)"

Em respeito as razões recursais, ao não observar os horários que se obrigou a cumprir, a companhia aérea ré incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa dos consumidores que acreditavam poder embarcar e desembarcar conforme os termos contratuais originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.

Por tais considerações, voto para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.

Em razão da sucumbência, condeno a Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.

Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.

É como voto.

EMENTA

RECURSO INOMINADO. AVIAÇÃO. CANCELAMENTO DE VOO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. INTERCORRÊNCIAS NO AEROPORTO DE ORIGEM. FORTUITO INTERNO. RECURSO NÃO PROVIDO. MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR

Autos nº 7015578-20.2022.8.22.0002

DECISÃO

Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.

A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:

Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).

Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.

Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, Esquina Número do processo: 7001682-62.2022.8.22.0016
Classe: Recurso Inominado Cível
Polo Ativo: MARILENE GONCALVES OLIVEIRA
ADVOGADOS DO RECORRENTE: JOILSON SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RO3505A, PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A
Polo Passivo: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADOS DOS REPRESENTANTES PROCESSUAIS: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289A, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7070088-83.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 03/05/2023 09:27:23
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS
Advogados do(a) RECORRENTE: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884-A, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
Polo Passivo: AMANDA DUARTE SILVA DE ARAUJO
Advogado do(a) RECORRIDO: GUSTAVO HENRIQUE SOARES GONCALVES - RO10748-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”.
Aduz a consumidora que, adquiriu passagem área de ida e volta, para viajar saindo de Cuiabá/MT, com conexão em Belo Horizonte, chegando ao seu destino final Salvador/BA no dia 22/07/2022, retornando no dia 26/07/2022. Ocorre que, no voo de volta a autora acabou tendo seu voo cancelado unilateralmente, sendo realocada em novo voo somente no dia seguinte, com saída às 06hrs:05min do dia 27/07/2022, chegando somente no dia 27/07/2022, às 13hrs:15min, fazendo com que houvesse um atraso de 12 horas, ou seja, totalmente diferente do que havia sido inicialmente contratado.
Em contestação, a companhia aérea alega que o voo adquirido pela autora sofreu uma mudança em razão de alteração da malha aérea.
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
“SE N T E N Ç A
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes da má prestação do serviço de transporte aéreo contratado, posto que houve o atraso injustificado de voo, causando transtornos ofensivos à honra do requerente, passíveis de serem indenizados, conforme pedido inicial e documentos apresentados.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e “maduro” para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Não havendo nenhuma arguição de preliminar ou prejudicial, passo à análise do mérito da causa.

Pois bem!
Aduz a parte autora que adquiriu bilhetes de passagens da companhia requerida para o transporte aéreo. Contudo, afirma que voo foi cancelado/alterado unilateralmente pela ré, de modo que a parte autora foi realocada em novo voo com o mesmo itinerário chegando ao seu local de destino com mais de 10 horas de atraso, causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis.
A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, vez que a demandada é efetiva fornecedora de produtos (passagens aéreas) e prestadora de serviços (administração de venda de passagens aéreas, transporte aéreo, informes promocionais, etc...) e, como tal, deve se acautelar e responder plenamente por suas ações, não se aplicando o Código Brasileiro de Aeronáutica, conforme entendimento remansoso da jurisprudência pátria.
E, da análise dos documentos e argumentos apresentados, tenho que o pleito do requerente procede, restando evidenciada a falta de zelosa administração e execução do serviço prestado pela ré, assim como já decidido em inúmeros casos.
O(a) autor(a) comprou passagens aéreas da empresa demandada, confiando no cronograma, rapidez e na pontualidade da ré, de modo que se viu frustrado e desamparado a partir do momento em que a requerida, de modo unilateral, desrespeitou os horários e itinerário contratado, realocando os passageiros em novo voo com atraso exacerbado.
Deste modo, a alteração por ato unilateral da ré não deixa qualquer dúvida quanto à falta de zelo na prestação dos serviços a que se obrigara, valendo ressaltar que as empresas permissionárias ou concessionárias de serviço público têm obrigação de bem prestar o serviço contratado (art. 22, CDC), não representando a questão qualquer novidade nos corredores jurídicos.
Desse modo, não vinga a tese da empresa aérea de que o voo fora cancelado em decorrência de problemas operacionais, caso fortuito e força maior, posto que não há nenhuma comprovação das referidas hipóteses, deixando de cumprir o mister previsto nos arts. 4º e 6º, do CDC, e 333, II, CPC/2015, fazendo vingar a afirmativa de cancelamento/alteração unilateral de voo regularmente programado e contratado com antecedência
Todas as ações da ré devem ser relatadas e documentadas, sob pena de se acolher como verdadeiros os argumentos do passageiro e consumidor, principalmente quando este apresenta prova correlata do direito vindicado.
A responsabilidade surge indiscutível, sendo que a demandada conta com o risco operacional e administrativo, assumindo-o por completo, de modo que deve melhor se equipar e se preparar para receber e tutelar o consumidor, fornecendo informações precisas e corretas, prestando auxílio material e todo o apoio, a fim de evitar desencontros e maiores frustrações. Enquanto isto não ocorrer, deve o Judiciário tutelar a questão promovendo o equilíbrio de forças entre o grande (a ré) e o pequeno (o consumidor).
Nesse sentido, atentando para o caso em tela, verifico a frustração experimentada (cancelamento do voo, falta de informação e atraso de mais de 10 horas) gerou dano moral, consubstanciada no desamparo, na impotência e na angústia de ver unilateral e forçadamente alterado o contrato celebrado regularmente e com bastante antecedência.
A requerida fora negligente na execução do contrato e na produção de provas que a absolvessem da imputação feita, deixando de cumprir o mister de apresentar prova de causa impeditiva, modificativa ou extintiva do direito alegado e comprovado pelo autor (art. 373, II, CPC, e 4º e 6º, CDC).
Não pode o consumidor, parte frágil na relação e sem qualquer poder decisório ou de influência (bem como de acesso a informações e documentos de gerência), arcar com todos os prejuízos e "engolir" o atraso e posterior cancelamento do voo.
Pacífico o entendimento jurisprudencial:
"RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO NACIONAL. CANCELAMENTO DE VOO. ALTERAÇÃO. DANO MORAL DEVIDO. SENTENÇA MANTIDA. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7013687-64.2022.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Cristiano Gomes Mazzini, Data de julgamento: 14/12/2022)";
"CONSUMIDOR. AVIAÇÃO. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO DE VOO. PROBLEMAS TÉCNICOS OPERACIONAIS. EXCLUDENTE NÃO CONFIGURADA. DANO MORAL MAJORADO. SENTENÇA REFORMADA. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7044465-17.2022.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Cristiano Gomes Mazzini, Data de julgamento: 14/12/2022)";
Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Consumidor. Cancelamento de voo. Dano moral. Ocorrência. Quantum indenizatório. Proporcionalidade. 1. O cancelamento injustificado de voo previamente contratado pelo consumidor gera dano moral. 2. O quantum indenizatório deve ser fixado em valor justo e proporcional ao abalo suportado pelo consumidor. (TJ-RO - RI: 70132207820198220005 RO 7013220-78.2019.822.0005, Data de Julgamento: 17/08/2020)";
O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.
A presunção do dano moral é absoluta, implicando em dizer que o referido dano está consubstanciado na sensação de impotência em não se poder viajar no dia e hora aprazados, não se podendo substituir a tempo e a contento (principalmente em rapidez) referido meio de transporte para se conseguir cumprir obrigação e compromissos agendados.
Sendo assim, levando-se em consideração que as condutas no setor de transporte aéreo tem se repetido, evidenciando a falta de maiores investimentos e de melhor trato ao consumidor, bem como em atenção à casuística revelada (atraso de pelo menos 10 horas) e a condição econômica das partes, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum no patamar de R$10.000,00 (dez mil reais), como forma de disciplinar a empresa demandada e a dar satisfação pecuniária à requerente, não se justificando o importe sugerido na inicial, dados os valores praticados/fixados por este juízo em casos similares ou idênticos, fixando o importe econômico proporcional ao tempo de espera/atraso (quanto mais tempo de espera para reacomodação, maior a indenização compensatória dos inegáveis danos morais) e de acordo com o local onde houve a quebra contratual (domicílio/ fora do domicílio) e os reflexos (perda de diárias de hotel, viagens, compromissos laborais, etc...).
A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, de modo que o valor acima arbitrado está sintonizado com os princípios expostos assim como com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitando-se o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa "indústria do dano moral".
É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, à imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas fornecedoras de serviços públicos e/ou essenciais.
Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.

POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo(a) autor(a) para o fim de CONDENAR A REQUERIDA NO PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), À TÍTULO DOS RECONHECIDOS DANOS MORAIS, ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA (TABELA OFICIAL TJ/RO) E JUROS LEGAIS, SIMPLES E MORATÓRIOS, DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, A PARTIR DA PRESENTE CONDENAÇÃO (SÚMULA 362, STJ).
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015).”
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa da consumidora que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Em respeito às razões recursais, ressalto que, em sede de contestação a companhia alega que houve modificação do voo em virtude de alteração na malha aérea. Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida.
Por tais considerações, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.
Em razão da sucumbência, condeno o recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO DE VOO. ATRASO NO VOO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DANO MORAL DEVIDO. SENTENÇA MANTIDA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7076025-74.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 08/05/2023 20:48:51
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059-A
Polo Passivo: DINIFA NASCIMENTO DE LIMA
Advogado do(a) RECORRIDO: BRENDA ALMEIDA FAUSTINO - RO9906-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”.
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
“S E N T E N Ç A
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes da má prestação do serviço de transporte aéreo contratado, posto que houve o cancelamento/alteração unilateral do voo previamente pactuado, ocasionando transtornos e danos ofensivos à honra do requerente, passíveis de serem indenizados, conforme pedido inicial e documentos apresentados.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando designação de audiência de instrução ou eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e “maduro” para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.

Pois bem.
Aduz a parte autora que adquiriu bilhetes de passagens da companhia requerida para o transporte aéreo. Contudo, afirma que voo foi cancelado/alterado unilateralmente pela ré, chegando ao seu local de destino com mais de 10 horas de atraso causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis.
A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, vez que a demandada é efetiva fornecedora de produtos (passagens aéreas) e prestadora de serviços (administração de venda de passagens aéreas, transporte aéreo, informes promocionais, etc...) e, como tal, deve se acautelar e responder plenamente por suas ações, não se aplicando o Código Brasileiro de Aeronáutica, conforme entendimento remansoso da jurisprudência pátria.
E, da análise dos documentos e argumentos apresentados, tenho que o pleito da parte requerente procede, restando evidenciada a falta de zelosa administração e execução do serviço prestado pela ré, assim como já decidido em inúmeros casos.
A parte autora adquiriu passagens aéreas da empresa demandada, confiando no cronograma, rapidez e na pontualidade da ré, de modo que viu-se frustrada e desamparada a partir do momento em que a requerida, de modo unilateral, desrespeitou os horários e itinerário contratado, realocando os passageiros em novo voo, gerando atraso considerável para chegada.
Deste modo, a alteração/cancelamento por ato unilateral da ré não deixa qualquer dúvida quanto à falta de zelo na prestação dos serviços a que se obrigara, valendo ressaltar que as empresas permissionárias ou concessionárias de serviço público têm obrigação de bem prestar o serviço contratado (art. 22, CDC), não representando a questão qualquer novidade nos corredores jurídicos.
Não vinga a tese da empresa aérea de que o voo fora cancelado em decorrência de impedimentos operacionais ocasionados pelo tráfego aéreo (suposto motivo de força maior), posto que não comprova o alegado, sequer juntando relatórios de tráfego e da torre de controle, ou até mesmo de relatório de bordo, deixando de cumprir o mister determinado pelo art. 373, II, CPC, e 4º e 6º, do CDC, fazendo vingar a afirmativa de cancelamento unilateral de voo regularmente programado e contratado.
Todas as ações da ré devem ser relatadas e documentadas, sob pena de se acolher como verdadeiros os argumentos do passageiro e consumidor, principalmente quando este apresenta prova correlata do direito vindicado.
A responsabilidade surge indiscutível, a julgar pela prova colhida e a exemplo do que ocorrera em outras tantas demandas ofertadas e julgadas, a requerida foi negligente, deixando de cumprir com o compromisso assumido de prestar serviço da forma regular, satisfatória e pontual, pelo que deve sucumbir, não tendo diligenciado na prova de causa impeditiva ou extintiva do direito alegado e comprovado pelo(a) autor(a) (art. 373, II, CPC).
Conta a demandada com o risco operacional e administrativo, devendo melhor se equipar e se preparar para receber e tutelar o consumidor, fornecendo informações precisas e corretas, a fim de evitar desencontros e maiores frustrações. Enquanto isto não ocorrer, deve o Judiciário tutelar a questão promovendo o equilíbrio de forças entre o grande (a ré) e o pequeno (o consumidor).
Nesse sentido, atentando para o caso em tela, verifico, na impotência e na angústia de ver unilateral e forçadamente alterado o contrato celebrado regularmente, de modo que, mais do que nunca, deve o sistema protetivo de defesa do consumidor vingar.
Pacífico o entendimento jurisprudencial:
“APELAÇÃO CÍVEL. ATRASO DE VOO. ALTO ÍNDICE DE TRÁFEGO AÉREO. FORTUITO INTERNO. EXTRAVIO DE BAGAGEM. AUSÊNCIA ASSISTÊNCIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO E VALOR MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Eventual sobrecarga no índice de tráfego aéreo caracteriza-se como fortuito interno, inerente ao risco da atividade profissional, inapto, portanto, a romper o nexo causal ensejador do dever de indenizar os danos suportados pelos passageiros. 2. Ocorrendo extravio de bagagem em viagem aérea, é devida indenização pelo dano moral daí decorrente. 3. Admite-se, em caráter excepcional, que o quantum arbitrado a título de danos morais seja alterado, caso se mostre irrisório ou exorbitante, em clara afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. 4. Recurso não provido. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7040041-97.2020.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Hiram Souza Marques, Data de julgamento: 22/07/2021 ”; e
“APELAÇÃO CÍVEL. TRANSPORTE. CANCELAMENTO DE VOOS. DANO MORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. DANO MORAL CONFIGURADO. Os fatos narrados ultrapassaram o mero aborrecimento do cotidiano e o limite de tolerância que se exige das partes nas relações contratuais que estabelecem entre si. No caso, os autores programaram, com seis meses de antecedência, férias com a família, sendo que, às vésperas, deparam-se com o cancelamento tanto do voo de ida, quanto o de volta. Valor da indenização majorado para R$ 5.000,00. Verba honorária aumentada para 15% sobre o montante condenatório. APELAÇÃO PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078941259, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Cláudia Maria Hardt, Julgado em 13/12/2018). (TJ-RS - AC: 70078941259 RS, Relator: Cláudia Maria Hardt, Data de Julgamento: 13/12/2018, Décima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 17/12/2018)”.
O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.
A presunção do dano moral é absoluta, implicando em dizer que o referido dano está consubstanciado na sensação de impotência em não se poder viajar no dia e hora aprazados, não se podendo substituir a tempo e a contento (principalmente em rapidez) referido meio de transporte para se conseguir cumprir obrigação e compromissos agendados.
Sendo assim, levando-se em consideração que as condutas no setor de transporte aéreo tem se repetido, evidenciando a falta de maiores investimentos e de melhor trato ao consumidor, bem como em atenção à casuística revelada (atraso de mais de 10 horas) e a condição econômica das partes, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum no patamar de R$ 10.000,00 (dez mil reais), como forma de disciplinar a empresa demandada e a dar satisfação pecuniária à requerente, não se justificando o importe sugerido na inicial, dados os valores praticados/fixados por este juízo em casos similares ou idênticos, fixando o importe econômico proporcional ao tempo de espera/atraso (quanto mais tempo de espera para reacomodação, maior a indenização compensatória dos inegáveis danos morais) e de acordo com o local onde houve a quebra contratual (domicílio/ fora do domicílio) e os reflexos (perda de diárias de hotel, viagens, compromissos laborais, etc...).
A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, de modo que o valor acima arbitrado está sintonizado com os princípios expostos assim como com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitando-se o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa “indústria do dano moral”.

É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, à imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas fornecedoras de serviços públicos e/ou essenciais.
Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo(a) autor(a) para o fim de CONDENAR A REQUERIDA NO PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), À TÍTULO DOS RECONHECIDOS DANOS MORAIS, ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA (TABELA OFICIAL TJ/RO) E JUROS LEGAIS, SIMPLES E MORATÓRIOS, DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, A PARTIR DA PRESENTE CONDENAÇÃO (SÚMULA 362, STJ).”
Em respeito as razões recursais, ao não observar os horários que se obrigou a cumprir, a companhia aérea ré incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa dos consumidores que acreditavam poder embarcar e desembarcar conforme os termos contratuais originariamente previstos. Não houve comprovação do alegado impedimento por motivos operacionais. Logo, evidenciada a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Por tais considerações, voto para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.
Em razão da sucumbência, condeno a Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. AVIAÇÃO. CANCELAMENTO DE VOO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. INTERCORRÊNCIAS NO AEROPORTO DE ORIGEM. FORTUITO INTERNO. RECURSO NÃO PROVIDO. MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, Esquina Número do processo: 0800717-53.2023.8.22.9000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: JOSE JOSCEL DE AMURIM
ADVOGADO DO AGRAVADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei 9099/95.
DECISÃO
Em consulta aos autos principais, verifico que há Laudo do Cardiologista do HEURO-CACOAL que atesta que o agravado, idoso, diabético e portador de doença coronariana grave, está internado desde o dia 27 de junho do corrente ano onde foi diagnosticado com Síndrome Coronariana Aguada sem Supradesnivelamento do Segmento ST Killip I.
Em decorrência das lesões gravíssimas em diversos leitos coronarianos, alertou que o paciente necessidade de Cirurgia de Revascularização Miocárdica (ponte de safena e mamária) urgentemente sob o risco de vida.
Por outro lado, o Estado de Rondônia não trouxe prova da mesma envergadura que rechace as conclusões dos médicos do HEURO, tampouco apresenta previsão de quando a cirurgia será realizada.
Por tais razões, NEGO O EFEITO SUSPENSIVO.
Intime-se o Estado de Rondônia.
Intime-se o agravado para apresentar contrarrazões.
Colha-se manifestação do Ministério Público.
Comunique-se o Juízo de Origem desta decisão.
Após, conclusos para inclusão em pauta.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, Esquina Número do processo: 7064981-58.2022.8.22.0001
Classe: Recurso Inominado Cível
Polo Ativo: SANDRA ALVES DA SILVA NOGUEIRA
ADVOGADO DO RECORRENTE: VALTER CARNEIRO, OAB nº RO2466A
Polo Passivo: ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, GENERALI BRASIL SEGUROS S A
ADVOGADOS DOS REPRESENTANTES PROCESSUAIS: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289A, EVELYSE DAYANE STELMATCHUK, OAB nº PR100778A, HELVIO SANTOS SANTANA, OAB nº SE8318A

DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7077171-53.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 05/05/2023 19:17:22
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS
Advogados do(a) RECORRENTE: ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
Polo Passivo: SAMARA PEREIRA DOS SANTOS
Advogados do(a) RECORRIDO: MARIA DO SOCORRO DA SILVA ARAUJO MACIEL - RO3039-A, RENAN ARAUJO MACIEL - RO7820-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado nos termos da lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Compulsando os autos, verifica-se quebra contratual entre a companhia aérea e a parte consumidora, com transtornos que vão muito além do dissabor, pois mediante a alteração unilateral do voo, a recorrente deixou de cumprir o serviço na forma contratada, o que resultou em um atraso excessivo.
No caso em análise, alega a parte autora que sofreu com o cancelamento de seu voo, causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis.
Em contestação, a companhia aérea alega que o voo necessitou ser cancelado por motivo de alteração de malha aérea.
A sentença foi julgada procedente, condenando a companhia aérea a pagar em favor da parte autora o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a títulos de danos morais.
Irresignada, a companhia aérea pleiteia em sede de recurso inominado pela total improcedência da demanda.
O cancelamento do voo é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela recorrente em virtude da restruturação de malha aérea. Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que não houve assistências necessárias para diminuir o transtorno sofrido pelo recorrido. Nesse sentido, o aresto:
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não Configurado. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade.1-O cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2-A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3-A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00(dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019)
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais.
Quanto o quantum indenizatório, em condenações desta natureza, deve o juízo a quo atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.
No caso dos autos, verificadas as circunstâncias em que ocorreram os fatos, o cancelamento unilateral, o valor a título de dano moral fixado em R$ 10.000,00 (dez mil reais) se mostra suficiente para compensar o dano sofrido, atendendo o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, não devendo ser modificado.
Ante ao exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela companhia aérea recorrente, mantendo a sentença inalterada.
Condeno a empresa aérea ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55 da Lei nº. 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.

EMENTA
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Malha aérea. Excludente não configurada. Danos Morais Configurados. Indenização Devida. Quantum Compensatório. Proporcionalidade e Razoabilidade. Recurso Não Provido. Sentença Mantida.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Pinheiro Machado, 777, Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76.801-235
Processo: 7002425-83.2023.8.22.0001
Classe: Recurso Inominado Cível
Recorrente: ANNE LUZ MARQUES PACHECO
Advogado(a): LAURA CRISTINA LIMA DE SOUSA, OAB nº RO6666A, MARCOS CESAR DE MESQUITA DA SILVA, OAB nº RO4646A
Recorrido (a): GOL LINHAS AÉREAS, VRG LINHAS AÉREAS S/A, GOL LINHAS AÉREAS, VRG LINHAS AÉREAS S/A
Advogado(a): GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RO10059S, GOL LINHAS AÉREAS SA, GOL LINHAS AÉREAS SA
Relator: CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data da distribuição: 13/07/2023
DECISÃO
Relatório dispensado, na forma da Lei nº 9.099/1995.
Em análise dos pressupostos recursais, verifica-se que a parte recorrente não juntou documentos necessários a comprovação de hipossuficiência, sendo que apenas colacionou aos autos boleto das custas processuais (ID Nº 20568571) sem o devido comprovante de pagamento, e muito menos requer as benesses da justiça gratuita em sua peça recursal. Contudo, quedou-se inerte, motivando a declaração de deserção do recurso inominado e seu não conhecimento.
Dessa forma, não comprovada a hipossuficiência financeira, tampouco o recolhimento das custas processuais recursais, o reconhecimento da deserção do recurso é medida de rigor.
Nesse sentido:
RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INTERPOSTO SEM PEDIDO DE GRATUIDADE E SEM RECOLHIMENTO DO PREPARO RECURSAL. INOBSERVÂNCIA PRAZO PEREMPTÓRIO DE 48H PARA RECOLHIMENTO DAS CUSTAS OU SOLICITAÇÃO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, INDEPENDENTE DE INTIMAÇÃO. RECURSO DESERTO (autos de nº 1009713-82.2013.8.22.0601 Origem: 10097138220138220601 Porto Velho - Juizados Especiais/RO (3ª Vara do Juizado Especial Cível) Recorrente: Delma Remijo Recorrido: Eletrobras Distribuição Rondônia (Centrais Elétricas de Rondônia). Relator: Juíza Euma Mendonça Tourinho, data do julgamento: 25.06.2015).
Por fim, ressalto que a parte recorrente poderia ter comprovado sua situação de hipossuficiência anexando inúmeros documentos como por exemplo: Declaração de Imposto de Renda, Comprovantes de pagamentos de contas pessoais, etc.
Em face do exposto, NÃO CONHEÇO do recurso inominado, em razão da deserção.
Condeno a parte recorrente no pagamento das custas e honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido da causa.
Após o trânsito o julgado, remetam-se os autos à origem.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
Cristiano Gomes Mazzini
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7073672-61.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 15/03/2023 20:47:52
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogados do(a) RECORRENTE: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884-A, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
Polo Passivo: ANDRESSA AIMEE CORDEIRO DOS SANTOS
Advogado do(a) RECORRIDO: MARCOS MAURICIO NASCIMENTO DA SILVA - RO10230-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso interposto eis que presentes os requisitos legais de admissibilidade recursal.
Quanto as preliminares de prevalência do CBA em detrimento do CDC e ilegitimidade da requerida, rejeito-as. Isto porque aquele só é aplicável se a relação não for consumerista, o que não é o caso. A parte é sim legítima, visto que foi a causadora do dano sofrido pelo autor. Passo a análise do mérito.
Compulsando os autos, verifica-se quebra contratual entre a companhia aérea e a parte consumidora, com transtornos que vão muito além do dissabor, pois em vez de cumprir o serviço ofertado e contratado pelo consumidor, houve a alteração unilateral por parte da empresa aérea, sem fornecer outra opção para que o autor pudesse escolher um voo que fosse melhor para si.

Aduz o consumidor que adquiriu passagem aérea saindo de Porto Velho ás 02 h 20 min do dia 06/03/22 com destino a João Pessoa, chegando ao seu destino às 10 h e 25 min . Entretanto, com a alteração, só conseguiu desembarcar no seu destino após, aproximadamente 19 horas do inicialmente previsto.
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a companhia aérea ré incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos contratuais originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC. Diante disso, configurado está o dano pela falha na prestação de serviço.
Em relação ao quantum indenizatório, destaco que, em casos semelhantes, esta Turma Recursal fixou indenização em 10.000,00 (dez mil reais), conforme ementa abaixo colacionada:
"RECURSO INOMINADO. CONTRATO TRANSPORTE AÉREO. MAU TEMPO NÃO COMPROVADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO FORNECEDOR DO SERVIÇO PRESERVADA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM COMPENSATÓRIO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE.
- A ocorrência de casos fortuitos, como por exemplo problemas com o tráfego aéreo decorrentes de condições meteorológicas, excluem a responsabilidade da empresa por eventual atraso ou cancelamento de voo, contudo, devem ser comprovados, ônus que, na espécie, não se desincumbiu a empresa aérea recorrente.
- Ao alterar o horário dos voos, frustrando programações e agendamentos do consumidor, mormente quando se trata de retorno da viagem de férias de uma família, caracterizado está o dano moral.
-A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (Autos n. 7000842-80.2016.8.22.0010; Rel. Juiz Glodner Luiz Pauletto).
RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AVIAÇÃO. MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. (Autos n. 7047962-49.2016.8.22.0001, Rel. Enio Salvador Vaz) "
Inequívoca a ocorrência de dano moral decorrente da antecipação de voo, tratando-se de fato que se comprova in re ipsa, em razão do simples fato da violação. São indiscutíveis a revolta e a frustração da passageira ao constatar a duração maior da viagem, sendo, portanto, mais cansativa.
No que se refere ao quantum, considerando que a indenização objetiva proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição mas como um desestímulo à repetição do ilícito, entende-se que o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), encontra-se em consonância com o entendimento desta turma.
Por tais razões, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo a sentença vergastada incólume.
Condeno a recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
CONSUMIDOR. ALTERAÇÃO UNILATERAL DE VOO CONTRATADO. ATRASO SUBSTANCIAL. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. . RECURSO NÃO PROVIDO.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR
Autos nº 7004451-79.2022.8.22.0004
DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, Esquina Número do processo: 7000512-55.2022.8.22.0016
Classe: Recurso Inominado Cível
Polo Ativo: MARIA MARLI DE SOUSA OLIVEIRA
ADVOGADOS DO RECORRENTE: CAMILA GHELLER, OAB nº RO7738A, REGIANE TEIXEIRA STRUCKEL, OAB nº RO3874A
Polo Passivo: , PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS RECORRIDOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, Esquina Número do processo: 0800436-97.2023.8.22.9000
Classe: Mandado de Segurança Cível
Polo Ativo: BRUNO DIAS DE MIRANDA
ADVOGADO DO IMPETRANTE: MATHEUS ARAUJO MAGALHAES, OAB nº RO10377A
Polo Passivo: J. D. 1. J. E. D. F. P. D. P. V.
IMPETRADO SEM ADVOGADO(S)
RELATÓRIO
Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por Bruno Dias Miranda em face de decisão proferia pela Magistrada do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho que indeferiu o pedido de antecipação de tutela para suspender os efeitos do auto de infração nº 10D0056756 (ID19801195) até o trânsito em julgado daqueles autos.
Na demanda de origem, relata que no dia 22 de julho de 2022, após passar por fiscalização de trânsito, foi atuado por suposta infração prevista no artigo 165 do CTB (Dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência), sendo compelido a realizar o teste do etilômetro, que se recurou a fazê-lo. Assim, os agentes de trânsito lavraram o auto de infração.
Pontuou pela ausência de materialidade, erro de tipificação e não preenchimento do campo “observações” do AIT. Assim, requereu a concessão da tutela de urgência para suspender o auto de infração, pois está impedido de licenciar seu veículo em razão da multa gerada.
Por entender de que o autor não demonstrou a evidência do direito alegado, a liminar foi indeferida.
Assim, busca o impetrante por meio deste remédio constitucional a suspensão da decisão até o julgamento do mérito do WRIT, além da concessão da segurança para que a tutela antecipada seja deferida.
É o relatório
DECISÃO
Em que pese que o Auto de Infração colacionado no ID 88311516 dos autos de origem ter a notificação expressa do prazo de defesa administrativa no prazo de trinta dias nos termos do artigo 280,VI do CTB c/c art. 3 §5º da Resolução 619/2016 do CONTRAN, o impetrante não comprova ter buscado reverter o ato questionado junto à autarquia, tampouco demonstrou prejuízo no contraditório ou ampla defesa naquela oportunidade.
Observa-se, também, que o impetrante só manejou a ação anulatória após sete meses do fato, requerendo a suspensão sumária do ato administrativo sob alegação de risco de dano irreparável em vista da impossibilidade de expedir novo CRLV sem quitar a multa de trânsito.
Nessa esteira, conclui-se que o auto de infração foi convertida em multa de trânsito porque o condutor não apresentou defesa administrativa no tempo correto, ou seja, só buscou a suspensão da penalidade por antecipação de tutela em vista por não conseguir licenciar o veículo caso não cumpra a obrigação tributária acima destacada.
Ademais, conforme pontuado pela autoridade coatora, a tipificação não está eivada de erro, porque o agente de trânsito, com fulcro no artigo o art. 165 c/c art. 277, § 2º do CTB, lavrou o auto de infração por ter constatado por outros meios de prova sinais que indicavam alteração da capacidade psicomotora do condutor.
Assim, a ausência de materialidade alegada pelo impetrante, não é inequívoca.
Nessa esteira, para que o CRLV seja emitido sem o pagamento da multa imposta, há a necessidade de recurso administrativo pendente de julgamento, ou ausência de notificação do infrator. A propósito:
Súmula 127 do STJ : É ilegal condicionar a renovação da licença de veículo ao pagamento de multa, da qual o infrator não foi notificado.
EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - CRLV - EMISSÃO CONDICIONADA AO PAGAMENTO DE MULTAS - RECURSO ADMINISTRATIVO PENDENTE DE JULGAMENTO - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA MULTA - EXPEDIÇÃO DO CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO DO VEÍCULO. - Havendo recurso administrativo pendente de julgamento, fia suspensa a exigibilidade da multa aplicada, sendo ilegal a exigência do pagamento para a emissão de certificado de licenciamento do veículo. (TJ-MG - Remessa Necessária-Cv: 10000191595362001 MG, Relator: Renato Dresch, Data de Julgamento: 12/03/2020, Câmaras Cíveis / 4ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 13/03/2020)
Tendo em vista que o impetrante não comprova ausência de notificação, pendência de julgamento de recurso administrativo ou nulidades do ato administrativo, conclui-se pela ausência de decisão teratológica por parte da autoridade coatora que violou direito líquido e certo, requisito essencial para a concessão da segurança.
Por tais considerações, com apoio nos artigos 10, da Lei nº 12.016/09 c/c 330, I, e 485, I e IV do CPC, INDEFIRO A INICIAL e JULGO EXTINTO o presente feito, condenando o impetrante no pagamento das custas processuais caso ainda não adimplidas.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Pinheiro Machado, 777, Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76.801-235
Processo: 7011724-84.2023.8.22.0001
Classe: Recurso Inominado Cível
Recorrente: ZENILDA AMARAL FARIAS
Advogado(a): UILIAN HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO6805A, UELTON HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO8862A
Recorrido (a): ESTADO DE RONDONIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado(a): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Relator: CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data da distribuição: 23/06/2023
DECISÃO
O recorrente formula pedido de Gratuidade de Justiça em sede de Recurso Inominado, sem instruí-lo com qualquer documento comprobatório para subsidiar a análise do juízo.
Desse modo, intime-se a parte recorrente para comprovar a alegada hipossuficiência, ou promover o recolhimento do preparo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, na forma do art. 42, §1º, da Lei nº 9.099/1995 e 99, §2º do CPC, sob pena de o presente recurso ser julgado deserto e não ser conhecido.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
Cristiano Gomes Mazzini
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, Esquina Número do processo: 7062338-30.2022.8.22.0001
Classe: Recurso Inominado Cível
Polo Ativo: FRANCISCA FILHA DOS SANTOS
ADVOGADO DO RECORRENTE: VALTER CARNEIRO, OAB nº RO2466A
Polo Passivo: ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., GENERALI BRASIL SEGUROS S A, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A
ADVOGADOS DOS REPRESENTANTES PROCESSUAIS: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289A, HELVIO SANTOS SANTANA, OAB nº SE8318A
DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, Esquina Número do processo: 0800703-69.2023.8.22.9000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: ROSILENE DA SILVA ROMAN
ADVOGADO DO AGRAVADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RELATÓRIO
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado de Rondônia em face de decisão proferida pelo Magistrado do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Vilhena, que ao deferir a antecipação dos efeitos da tutela, determinou o Estado de Rondônia a fornecer o procedimento cirúrgico de Histerectomia no prazo de 15 dias em favor de Rosilene da Silva Roman.
Discorre pelo prazo exíguo para o cumprimento da determinação. Assim, requer a concessão do efeito suspensivo e a dilação do prazo para trinta dias.
É o relatório.

DECISÃO
Em consulta aos autos principais, verifico que Rosilene da Silva Roman se limitou a fornecer laudo médico da iniciativa privada e orçamentos para a sua realização no Hospital Bom Jesus.
Aliás, a própria agravada juntou nos autos principais um ofício da Secretaria Estadual de Saúde que informa a sua regulação já está efetivada.
Não neste recurso nem nos autos principais qualquer laudo ou documento oficial que ateste a urgência/emergência da cirurgia.
Também não há omissão ou morosidade por parte do Estado de Rondônia em atender a paciente. Assim, a decisão debatida, não apresenta (pelo menos neste momento) os requisitos mínimos para a sua concessão.
Ausente a ilicitude por parte da administração, não há razão de compeli-la a cumprir o seu dever constitucional fora dos protocolos do SUS. A propósito:
AGRAVO DE INSTRUMENTO - DIREITO À SAÚDE - TRATAMENTO DE SAÚDE DISPONIBILIZADO PELO SUS - NEGATIVA OU MORA NÃO DEMONSTRADAS - AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL - CARÊNCIA DE AÇÃO - PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. - O interesse processual diz respeito à utilidade da tutela jurisdicional visada pelo autor, pois o exercício do direito de ação pressupõe a necessidade de obtenção de uma tutela jurisdicional hábil a repelir violação atual ou iminente ao direito material reclamado - Nas ações em que se pleiteia tratamento de saúde, não há interesse processual por ausência de conduta ilícita do Poder Público que ponha em risco o direito à saúde, nos casos em que o tratamento prescrito ao autor é disponibilizado pelo SUS e este não se nega a fornecê-lo, ou deixa fazê-lo em prazo razoável. (TJ-MG - AI: 10439190084459001 MG, Relator: Maurício Soares, Data de Julgamento: 23/04/2020, Data de Publicação: 28/04/2020)
Por tais razões, CONCEDO O EFEITO SUSPENSIVO pretendido pelo agravante até o julgamento deste recurso.
Intime-se o Estado de Rondônia.
Intime-se a agravada para apresentar contrarrazões.
Colha-se manifestação do Ministério Público.
Comunique-se o Juízo de Origem desta decisão.
Após, conclusos para inclusão em pauta.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, Esquina Número do processo: 7015855-36.2022.8.22.0002
Classe: Recurso Inominado Cível
Polo Ativo: ESTADO DE RONDONIA, ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
ADVOGADOS DOS RECORRENTES: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289A, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: PAULA MARIA JELEZNHAK
ADVOGADOS DO RECORRIDO: JOILSON SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RO3505A, PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A
DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7073638-86.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 15/05/2023 10:56:46
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS
Advogados do(a) RECORRENTE: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884-A, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
Polo Passivo: CAMILA REIS LUZ DE FREITAS
Advogados do(a) RECORRIDO: FELIPE BRAGA PEREIRA FURTADO - RO9230-A, KAYNA APOYNA MOTA MATOS - RO11594-A, TIAGO VINICIUS MEIRELES CUNHA - RO9287-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado nos termos da lei 9.099/95.

VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Compulsando os autos, verifica-se quebra contratual entre a companhia aérea e a parte consumidora, com transtornos que vão muito além do dissabor, pois mediante a alteração unilateral do voo, a recorrente deixou de cumprir o serviço na forma contratada, o que resultou em um atraso excessivo.
Narra a parte autora, que adquiriu itinerário com saída de Maceió em 24/09/2022 com chegada em Porto Velho as 01:15 do dia seguinte, no entanto teve seu voo alterado unilateralmente, fazendo com que chegasse ao destino final somente as 13h:15min do dia 25/09/2022.
Em contestação, a companhia aérea alega que o voo necessitou ser alterado por motivo de alteração de malha aérea.
A sentença foi julgada procedente, condenando a companhia aérea a pagar em favor da parte autora o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a títulos de danos morais.
Irresignada, a companhia aérea pleiteia em sede de recurso inominado pela total improcedência da demanda.
O cancelamento do voo é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela recorrente em virtude da restruturação de malha aérea.
Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que não houve assistências necessárias para diminuir o transtorno sofrido pelo recorrido. Nesse sentido, o aresto:
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não Configurado. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade.1-O cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2-A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3-A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00(dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019)
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais.
Quanto o quantum indenizatório, em condenações desta natureza, deve o juízo a quo atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.
No caso dos autos, verificadas as circunstâncias em que ocorreram os fatos, o cancelamento unilateral, o valor a título de dano moral fixado em R$ 10.000,00 (dez mil reais) se mostra suficiente para compensar o dano sofrido, atendendo o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, não devendo ser modificado.
Ante ao exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela companhia aérea recorrente, mantendo a sentença inalterada.
Condeno a empresa aérea ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55 da Lei nº. 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Malha aérea. Excludente não configurada. Danos Morais Configurados. Indenização Devida. Quantum Compensatório. Proporcionalidade e Razoabilidade. Recurso Não Provido. Sentença Mantida.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7074300-50.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 29/03/2023 16:30:14
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS
Advogados do(a) RECORRENTE: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884-A, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
Polo Passivo: EDIVANEIDE DE OLIVEIRA GRACINO DE FREITAS e outros
Advogado do(a) RECORRIDO: MARIA LIDIA BRITO GONCALVES - RO318-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Recorre a companhia aérea buscando reforma da sentença que julgou procedente os pedidos contidos na inicial, pugnando pela reforma da sentença para julgar improcedente o pedido da recorrida.
Aduz o conumidor, que celebrou contrato de transporte com a empresa aérea requerida, mas viu seu trecho ser cancelado unilateralmente, chegando ao seu destino final 15 horas depois do contratado, causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis.

A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
O cancelamento do voo é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela recorrente em virtude da restruturação de malha aérea. Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que houve tão somente a alteração unilateral do contrato firmado, caracterizando-se como má prestaçao do serviço. Nesse sentido, o aresto:
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não Configurado. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade.1-O cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2-A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3-A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00(dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019)
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais.
Quanto o quantum indenizatório, em condenações desta natureza, deve o juízo a quo atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.
No caso dos autos, verificadas as circunstâncias em que ocorreram os fatos, o cancelamento unilateral, o valor a título de dano moral fixado em R$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada autor, se mostra suficiente para compensar o dano sofrido, atendendo o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, não devendo ser modificado.
Ante ao exposto, conheço o recurso inominado interposto, rejeito as preliminares e, no mérito, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO para manter a sentença vergastada inalterada.
Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se à origem.
Oportunamente, arquive-se.
É como voto
EMENTA
Recurso inominado. Consumidor. Aviação. Contrato de transporte aéreo. Cancelamento de voo. Malha aérea. Dano moral. Configurado. Quantum indenizatório. Sentença mantida pelos próprios fundamentos.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7076510-11.2021.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 17/03/2023 09:36:21
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059-A
Polo Passivo: REINALDO SCHAPPO NETO
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46, da Lei n. 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”.
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
“S E N T E N Ç A
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes da má prestação do serviço de transporte aéreo contratado, posto que houve o cancelamento/alteração unilateral do voo previamente pactuado, ocasionando transtornos e danos ofensivos à honra do requerente, passíveis de serem indenizados, conforme pedido inicial e documentos apresentados.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!

Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e "maduro" para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.

Não havendo preliminares, passo ao mérito da demanda.

Pois bem!

Aduz a parte autora que adquiriu bilhetes de passagens da companhia requerida para o transporte aéreo. Contudo, afirma que voo foi cancelado/alterado unilateralmente pela ré, tendo que sair com 5 horas de antecipação para retorno à origem, Porto Velho, causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis pelos transtornos suportados.

A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, vez que a demandada é efetiva fornecedora de produtos (passagens aéreas) e prestadora de serviços (administração de venda de passagens aéreas, transporte aéreo, informes promocionais, etc...) e, como tal, deve se acautelar e responder plenamente por suas ações, não se aplicando o Código Brasileiro de Aeronáutica, conforme entendimento remansoso da jurisprudência pátria.

E, da análise dos documentos e argumentos apresentados, tenho que o pleito da parte requerente procede, restando evidenciada a falta de zelosa administração e execução do serviço prestado pela ré, assim como já decidido em inúmeros casos.

A parte autora adquiriu passagens aéreas da empresa demandada, confiando no cronograma, rapidez e na pontualidade da ré, de modo que viu-se frustrada e desamparada a partir do momento em que a requerida, de modo unilateral, desrespeitou os horários e itinerário contratado, realocando os passageiros em novo voo, com antecipação e interrupção de férias.

Deste modo, a alteração/cancelamento por ato unilateral da ré não deixa qualquer dúvida quanto à falta de zelo na prestação dos serviços a que se obrigara, valendo ressaltar que as empresas permissionárias ou concessionárias de serviço público têm obrigação de bem prestar o serviço contratado (art. 22, CDC), não representando a questão qualquer novidade nos corredores jurídicos.

A Pandemia de COVID-19, com início declarado pela Organização Mundial de Saúde – OMS, em 11/03/2020, já é um estado de "permanência" até a sua futura estabilização/fim, o que significa dizer que a Pandemia não emerge mais como um fator imprevisível ou uma excludente de responsabilidade para as empresas aéreas, posto que o lapso temporal decorrido (ano de 2020, a contar de março) já permitiu a readequação e adoção dos protocolos de prevenção e combate à propagação do vírus SARS-COV-2. As empresas retomaram os voos e se adequaram à malha aérea viária, de sorte que, para fins de afastamento da responsabilidade civil, devem comprovar a existência de outros fatores ou fatos excludentes, como mau tempo e fechamento de aeroportos, impedimento de voo ou aterrisagem por autoridades públicas ou aeroportuárias, sob pena de indenizarem o passageiro pelos danos morais decorrentes do descaso e da alteração de voo e itinerário, imposto maior tempo de viagem e cansaço. Ademais disto, a eventual ocorrência de causa impeditiva do voo e justificadora da alteração e itinerário, não retira a obrigação da empresa de avisar previamente o consumidor e deixá-lo bem informado.

Desse modo, não vinga a tese da empresa aérea de que o voo fora cancelado em decorrência de problemas operacionais, caso fortuito e força maior decorrentes da crise da Pandemia de coronavírus, posto que não há qualquer comprovação de situação relacionada a Pandemia que restringisse ou alterasse o transporte aéreo, deixando de cumprir o mister previsto nos arts. 4º e 6º, do CDC, e 373, II, CPC/2015, fazendo vingar a afirmativa de cancelamento unilateral de voo regularmente programado e contratado com antecedência.

Todas as ações da ré devem ser relatadas e documentadas, sob pena de se acolher como verdadeiros os argumentos do passageiro e consumidor, principalmente quando este apresenta prova correlata do direito vindicado.

A responsabilidade surge indiscutível, sendo que a demandada conta com o risco operacional e administrativo, assumindo-o por completo, de modo que deve melhor se equipar e se preparar para receber e tutelar o consumidor, fornecendo informações precisas e corretas, prestando auxílio material e todo o apoio, a fim de evitar desencontros e maiores frustrações. Enquanto isto não ocorrer, deve o Judiciário tutelar a questão promovendo o equilíbrio de forças entre o grande (a ré) e o pequeno (o consumidor).

Nesse sentido, atentando para o caso em tela, verifico a frustração experimentada (cancelamento/alteração do voo, falta de informação, antecipação de 5 horas) gerou dano moral, consubstanciada no desamparo, na impotência e na angústia de ver unilateral e forçadamente alterada o contrato celebrado regularmente e com bastante antecedência.

A requerida fora negligente na execução do contrato e na produção de provas que a absolvessem da imputação feita, deixando de cumprir o mister de apresentar prova de causa impeditiva, modificativa ou extintiva do direito alegado e comprovado pelo autor (art. 373, II, CPC, e 4º e 6º, CDC).

Não pode o consumidor, parte frágil na relação e sem qualquer poder decisório ou de influência (bem como de acesso a informações e documentos de gerência), arcar com todos os prejuízos e "engolir" o cancelamento do voo.

Pacífico o entendimento jurisprudencial:

"Apelação cível. Pedido suspensão do processo. Pandemia Covid-19. Prejuízo econômico. Impossibilidade. Transporte aéreo. Cancelamento/atraso de voo. Dano moral configurado. Quantum indenizatório. Manutenção. Recurso desprovido. É vedada ao magistrado a suspensão do processo, em razão da crise econômica causada pela pandemia da COVID-19, ante a ausência de previsão legal e pelo fato de que a matéria carece de prova, o que deve ser discutido em recurso próprio. Provada a falha na prestação de serviço consistente em cancelamento de voo com o consequente atraso de 24 horas, devida a indenização por dano moral resultante da demora, desconforto, aflição e dos transtornos suportados pelo passageiro. No tocante ao quantum indenizatório, este deve atender aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, para que não seja considerado irrisório ou elevado, de modo que a condenação atinja seus objetivos. (TJ-RO - AC: 70146200820208220001 RO 7014620-08.2020.822.0001, Data de Julgamento: 20/11/2020)";

"RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CANCELAMENTO DE VOO EM RAZÃO DOS REFLEXOS DA PANDEMIA DO COVID-19. CASO FORTUITO. DIVERSAS REALOCAÇÕES. ATRASO DE APROXIMADAMENTE 04 (QUATRO) DIAS PARA CHEGAR AO DESTINO FINAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MAJORAÇÃO. ADEQUAÇÃO AOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE. JUROS MORATÓRIOS DESDE A CITAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Propósito recursal de majoração dos danos morais para o valor de 40 (quarenta) salários mínimos. 2. Na fixação do montante da condenação a título de danos morais, deve-se atender a uma dupla finalidade: reparação e repressão. Há que se observar a capacidade econômica da atingida e a do ofensor, para evitar o enriquecimento injustificado, bem como também garantir o viés pedagógico da medida, desestimulando-se a repetição do ato ilícito. 3. Quantum indenizatório fixado em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), que merece a devida majoração, adequando-se o valor do dano extrapatrimonial ao critério da razoabilidade. 4. Sentença parcialmente reformada. 5. Recurso conhecido e parcialmente provido. (TJ-MT 10099962120208110002 MT, Relator: LUIS APARECIDO BORTOLUSSI JUNIOR, Data de Julgamento: 04/05/2021, Turma Recursal Única, Data de Publicação: 12/05/2021)";

"Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Consumidor. Cancelamento de voo. Dano moral. Ocorrência. Quantum indenizatório. Proporcionalidade. 1. O cancelamento injustificado de voo previamente contratado pelo consumidor gera dano moral. 2. O quantum indenizatório deve ser fixado em valor justo e proporcional ao abalo suportado pelo consumidor. (TJ-RO - RI: 70132207820198220005 RO 7013220-78.2019.822.0005, Data de Julgamento: 17/08/2020)";
"APELAÇÃO - INDENIZAÇÃO - DANOS MATERIAIS E MORAIS - CONVENÇÃO DE MONTREAL - CANCELAMENTO DE VOO - DANOS MORAIS - CONFIGURAÇÃO - QUANTUM INDENIZATÓRIO - DANOS MATERIAIS. No julgamento o RE 636.331, sob o regime de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal decidiu que, se tratando de transporte aéreo internacional, as Convenções de Varsóvia e Montreal têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor, somente nos caso de danos materiais decorrentes de extravio de bagagem. O cancelamento de voo, com alteração da programação da viagem do passageiro, é suficiente para causar dano moral. A fixação do quantum indenizatório por danos morais é tarefa cometida ao juiz, devendo seu arbitramento operar-se com razoabilidade, proporcionalmente ao grau de ilícito, ao nível socioeconômico da parte ofendida, o porte do ofensor e, ainda, levando-se em conta as circunstâncias do caso. Não estando evidenciado o prejuízo material suportado pela parte, não se defere a respectiva indenização. (TJ-MG - AC: 10000205391436001 MG, Relator: Evangelina Castilho Duarte, Data de Julgamento: 17/12/2020, Câmaras Cíveis / 14ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/12/2020)";
O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.
A presunção do dano moral é absoluta, implicando em dizer que o referido dano está consubstanciado na sensação de impotência em não se poder viajar no dia e hora aprazados, não se podendo substituir a tempo e a contento (principalmente em rapidez) referido meio de transporte para se conseguir cumprir obrigação e compromissos agendados.
Sendo assim, levando-se em consideração que as condutas no setor de transporte aéreo tem se repetido, evidenciando a falta de maiores investimentos e de melhor trato ao consumidor, bem como em atenção à casuística revelada e a condição econômica das partes, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum no patamar de R$ 10.000,00 (dez mil reais), como forma de disciplinar a empresa demandada e a dar satisfação pecuniária à requerente, não se justificando o importe sugerido na inicial, dados os valores praticados/fixados por este juízo em casos similares ou idênticos, fixando o importe econômico proporcional ao tempo de espera/atraso (quanto mais tempo de espera para reacomodação, maior a indenização compensatória dos inegáveis danos morais) e de acordo com o local onde houve a quebra contratual (domicílio/ fora do domicílio) e os reflexos (perda de diárias de hotel, viagens, compromissos laborais, etc...).
A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, de modo que o valor acima arbitrado está sintonizado com os princípios expostos assim como com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitando-se o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa "indústria do dano moral".
É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, à imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas fornecedoras de serviços públicos e/ou essenciais.
Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo(a) autor(a) para o fim de CONDENAR A REQUERIDA NO PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), À TÍTULO DOS RECONHECIDOS DANOS MORAIS, ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA (TABELA OFICIAL TJ/RO) E JUROS LEGAIS, SIMPLES E MORATÓRIOS, DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, A PARTIR DA PRESENTE CONDENAÇÃO (SÚMULA 362, STJ)."
Em respeito às razões recursais, ressalto que, diferentemente do alegado pela empresa recorrente, tem-se que a recorrida logrou comprovar as falhas na prestação do serviço. Por outro lado, a empresa recorrente não se desincumbiu de demonstrar fato impeditivo ou extintivo do direito do autor, trouxe nada que confirme a alegação de que o atraso se deu por manutenção não programada ou por reorganização da malha aérea, o que impõe a manutenção da sentença recorrida.
Por tais considerações, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.
Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
Oportunamente, arquive-se.
É como voto
EMENTA:
RECURSO INOMINADO. AVIAÇÃO. DANO MORAL. CANCELADO VOO DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, Esquina Número do processo: 7000213-11.2022.8.22.0006
Classe: Recurso Inominado Cível

Polo Ativo: ESTADO DE RONDONIA, , JOHN WYLLIAN KLAUZE DA ROSA MOURA COSTA
ADVOGADOS DOS RECORRENTES: FLAVIO MATHEUS VASSOLER, OAB nº RO10015A, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., ESTADO DE RONDONIA, JOHN WYLLIAN KLAUZE DA ROSA MOURA COSTA,
ADVOGADOS DOS RECORRIDOS: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289A, FLAVIO MATHEUS VASSOLER, OAB nº RO10015A, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia o pagamento da Apólice de Seguro de Vida e Danos Morais em decorrência do falecimento do servidor Sebastião Domingos da Rosa em outubro de 2020.
Informa o recorrente autor que apesar da continuidade de descontos do contracheque do de cujus a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, ou seja, após determinação da Superintendência de Gestão de Pessoas do Estado de Rondônia pela interrupção do adimplemento da relação jurídica por esta modalidade, o pagamento da indenização da Apólice Coletiva APFGV n. 8292 foi negado sob a justificativa da falta de cobertura técnica por suposta inadimplência.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.
Autos nº 7003877-59.2022.8.22.0003
DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.
Autos nº 7023849-84.2023.8.22.0001
DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.
Autos nº 7071900-63.2022.8.22.0001
DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:

Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Pinheiro Machado, 777, Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76.801-235
Processo: 7001043-59.2022.8.22.0011
Classe: Recurso Inominado Cível
Recorrente: VALDECI JOSE DE OLIVEIRA
Advogado(a): NARA CAROLINE GOMES RIBEIRO, OAB nº RO5316A
Recorrido (a): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, ESTADO DE RONDONIA
Advogado(a): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Relator: CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data da distribuição: 04/07/2023
DECISÃO
O recorrente formula pedido de Gratuidade de Justiça em sede de Recurso Inominado, sem instruí-lo com qualquer documento comprobatório para subsidiar a análise do juízo.
Desse modo, intime-se a parte recorrente para comprovar a alegada hipossuficiência, ou promover o recolhimento do preparo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, na forma do art. 42, §1º, da Lei nº 9.099/1995 e 99, §2º do CPC, sob pena de o presente recurso ser julgado deserto e não ser conhecido.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
Cristiano Gomes Mazzini
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, Esquina Número do processo: 0800698-47.2023.8.22.9000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: ADJAR ANTONIO PEREIRA
ADVOGADO DO AGRAVADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RELATÓRIO
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado de Rondônia em face de decisão proferida pela Magistrada do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Buritis, que ao deferir a antecipação de tutela, determinou o agravante e o Município de Buritis a fornecerem o Medicamento SITAGLIPTINA 100MG e IRBESATANA 300MG MG em favor de Adjar Antônio Pereira no prazo de cinco dias.
Postula pela ilegitimidade passiva e ausência dos requisitos mínimos para a concessão da tutela antecipada.
Assim, requer a concessão do efeito suspensivo.
É o relatório.
DECISÃO
Tendo em vista que o tema tem sido debatido de forma recorrente nas Cortes Superiores, faço os seguintes esclarecimentos antes da análise do mérito:
No Recurso Extraordinário 1.366.243/SC, que discute da inclusão obrigatória da União no polo passivo nas demandas que pleiteiam o fornecimento de fármacos registrados na ANVISA, mas fora da lista do SUS, o Ministro Gilmar Mendes determinou a suspensão do processamento de Recursos Especiais e Extraordinários, o que não afeta esta demanda.
Por sua vez, o STJ assentou no IAC 14 que as regras de repartição de competência administrativa do SUS não devem ser invocadas por Magistrados para fins de alteração ou ampliação do polo passivo delineado pela parte na propositura da ação, mas tão somente para redirecionar o cumprimento de sentença ou determinar o ressarcimento da entidade federada que suportou o ônus financeiro no lugar do ente público competente.
Foi aprovada a seguinte tese jurídica, no tema IAC/14 (CPC, Art. 947 e RISTJ, Art. 271-B): a) Nas hipóteses de ações relativas à saúde intentadas com o objetivo de compelir o Poder Público ao cumprimento de obrigação de fazer consistente na dispensação de medicamentos não inseridos na lista do SUS, mas registrado na ANVISA, deverá prevalecer a competência do juízo de acordo com os entes contra os quais a parte autora elegeu demandar. b) as regras de repartição de competência administrativas do SUS não devem ser invocadas pelos magistrados para fins de alteração ou ampliação do polo passivo delineado pela parte no momento da propositura ação, mas tão somente para fins de redirecionar o cumprimento da sentença ou determinar o ressarcimento da entidade federada que suportou o ônus financeiro no lugar do ente público competente, não sendo o conflito de competência a via adequada para discutir a legitimidade ad causam, à luz da Lei n. 8.080/1990, ou a nulidade das decisões proferidas pelo Juízo estadual ou federal, questões que devem ser analisada no bojo da ação principal. c) a competência da Justiça Federal, nos termos do art. 109, I, da CF/88, é determinada por critério objetivo, em regra, em razão das pessoas que figuram no polo passivo da demanda (competência ratione personae), competindo ao Juízo federal decidir sobre o interesse da União no processo (Súmula 150 do STJ), não cabendo ao Juízo estadual, ao receber os autos que lhe foram restituídos em vista da exclusão do ente federal do feito, suscitar conflito de competência (Súmula 254 do STJ).

Assim, por ora, a inclusão compulsória da União no polo passivo em demandas dessa esfera não é necessária.
Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça, no TEMA 106 firmou os seguintes requisitos para a concessão da medida em questão, quais sejam: a) Laudo Médico fundamentado que ateste pela imprescindibilidade do medicamento em objeto e o fracasso dos fármacos congêneres inclusos no SUS; b) incapacidade financeira; c) Registro do medicamento na Agência Nacional de Segurança Sanitária:
PROCESSUAL CIVIL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. DIRETO À SAÚDE. VALOR INESTIMÁVEL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARBITRAMENTO. EQUIDADE. 1. Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado Administrativo n. 3). 2. O STJ, no julgamento do Tema 106, firmou o entendimento de que a concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige a presença cumulativa dos seguintes requisitos: (i) Comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS; (ii) incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito; (iii) existência de registro na ANVISA do medicamento. 3. Não se pode concluir que a exigência da comprovação da hipossuficiência financeira, como requisito para o Poder Público fornecer gratuitamente a medicação prescrita ao autor, leve ao reconhecimento de um estimável proveito econômico. 4. A obrigação de fazer imposta ao Estado, em tais casos, dá-se em caráter excepcional, somente se preenchidos todos os critérios estabelecidos no recurso repetitivo, sendo certo que as demandas dessa natureza objetivam a preservação da vida e/ou da saúde garantidas constitucionalmente, bens cujo valor é inestimável, o que justifica a fixação de honorários por equidade. 5. Agravo interno desprovido. (STJ - AgInt no REsp: 1881171 SP 2020/0155219-5, Relator: Ministro GURGEL DE FARIA, Data de Julgamento: 23/02/2021, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/03/2021)
Em consulta aos autos principais, verifico que além do registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária e vulnerabilidade financeira serem incontroversos, o agravado teve o cuidado de apresentar minucioso laudo médico ID 92504903 o qual descreve o seu diagnóstico de Diabetes Melitus Tipo 2, Hipertensão Arterial Sistêmica e Dislipidemia. Há o alerta no mesmo documento de que os fármacos são indispensáveis e que os componentes congêneres fornecidos pelo SUS não controlaram o índice glicêmico de forma satisfatória.
Logo, cumprido os requisitos fixados pela Corte Cidadã para demandas dessa matéria, a decisão em debate deve prevalescer.
Por tais razões, NEGO O EFEITO SUSPENSIVO pretendido pelo agravante.
Intime-se o Estado de Rondônia.
Intime-se o agravado para apresentar contrarrazões.
Colha-se manifestação do Ministério Público.
Cientifique-se o Juízo Agravado desta decisão.
Após, conclusos para inclusão em pauta.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, Esquina Número do processo: 7001808-20.2023.8.22.0003
Classe: Recurso Inominado Cível
Polo Ativo: ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, GENERALI BRASIL SEGUROS S A
ADVOGADOS DOS REPRESENTANTES PROCESSUAIS: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289A, EVELYSE DAYANE STELMATCHUK, OAB nº PR100778A, HELVIO SANTOS SANTANA, OAB nº SE8318A
Polo Passivo: MARIA AMELIA MOREIRA LIMA
ADVOGADO DO RECORRIDO: VALTER CARNEIRO, OAB nº RO2466A
DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, Esquina Número do processo: 7062189-34.2022.8.22.0001
Classe: Recurso Inominado Cível
Polo Ativo: ZENI SILVA DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO RECORRENTE: VALTER CARNEIRO, OAB nº RO2466A
Polo Passivo: ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, GENERALI BRASIL SEGUROS S A
ADVOGADOS DOS REPRESENTANTES PROCESSUAIS: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289A, EVELYSE DAYANE STELMATCHUK, OAB nº PR100778A, HELVIO SANTOS SANTANA, OAB nº SE8318A

DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7073885-67.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 17/03/2023 09:22:59
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS
Advogados do(a) RECORRENTE: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884-A, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
Polo Passivo: FRANCISCA DE AGUIAR CORDEIRO
Advogado do(a) RECORRIDO: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Em síntese, trata-se de recurso inominado interposto pela companhia aérea em face da sentença que julgou procedente os pedidos contidos na inicial, sob argumento de que houve prova de que a Autora tenha enfrentado fatos extraordinários lesivos à sua honra ou imagem decorrência da antecipação do voo.
Todavia, tenho que a sentença deve ser reformada. Em que pese as alegações da parte autora, o voo foi antecipado pela parte ré, saindo de Porto Velho (21/09/2022 às 02h110min), com menos de 4 horas de antecipação (20/09/2022 às 22h40min), conforme comprovado pela autora (ID: 19049029 e 19049030). Chegando ao seu destino mais cedo que o originalmente contratado.
Não há situação de maior relevo que justifique a condenação por dano moral. Não se demonstrou na exordial, objetivamente, fato que justifique a indenização pretendida. A pequena mudança de horário não ocasiona abalo significativo à moral, tratando-se de mero descumprimento contratual. Nesse sentido é o entendimento da Turma Recursal do Estado de Rondônia:
Transporte aéreo. Cancelamento antecipado. Comunicação prévia. Dano moral. Inexistência. Havendo comunicação prévia do cancelamento do voo, com a possibilidade de remarcação e/ou devolução do valor pago, afasta-se a ocorrência de dano moral. (TJ-RO - AC: 70082621420178220007 RO 7008262-14.2017.822.0007, Data de Julgamento: 05/06/2019)
A condenação nesse sentido exige, além do nexo causal, a ocorrência de prejuízo ou aborrecimento significativo, o que evidentemente não é a hipótese tratada.
Diante do exposto, VOTO no sentido de DAR PROVIMENTO ao recurso da companhia aerea, reformando a sentença para julgar improcedentes os pedidos autorais.
Deixo de condenar em pagamento de custas e honorários advocatícios, uma vez que o deslinde do feito não se encaixa nas hipóteses do artigo 55 da Lei n. 9.099/95.
Oportunamente, após o trânsito em julgado remetam-se à origem.
É como voto.
EMENTA
CONSUMIDOR. AVIAÇÃO. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. ALTERAÇÃO/CANCELAMENTO DE VOO PELA COMPANHIA AÉREA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7073071-55.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 17/04/2023 18:51:08
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS
Advogados do(a) RECORRENTE: ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
Polo Passivo: SABRINA FRANCIELE VICENTIN
Advogados do(a) RECORRIDO: CAMILA HELEN NEVES CARVALHO - RO12529-A, DOMINGOS SAVIO NEVES PRADO - RO2004-A

RELATÓRIO
Relatório dispensado nos termos da lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Compulsando os autos, verifica-se quebra contratual entre a companhia aérea e as partes consumidoras, com transtornos que vão muito além do dissabor, pois mediante a alteração unilateral do voo, a recorrente deixou de cumprir o serviço na forma contratada, o que resultou em um atraso excessivo.
Aduz o consumidor que adquiriu bilhetes de passagens da companhia recorrente para o transporte aéreo da cidade de Porto Velho para Manaus, cujo voo estava previsto para 18/04/2022 as 05h30 e chegando as 06h55. Contudo, afirma que a requerida cancelou/alterou unilateralmente seu voo, saindo somente as 05h30 do dia 19/01/2022 e chegando as 06h55.
Em contestação, a requerida alega que o voo sofreu atraso por motivo de manutenção na aeronave.
A sentença foi julgada parcialmente procedente, condenando a empresa aérea a pagar aos consumidores o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a títulos de danos morais.
Irresignada, a companhia aérea, pleiteia em sede de recurso inominado pela total improcedência da sentença. Na remota hipótese de não entenderem ser caso de improcedência da demanda, requer a minoração da condenação imposta.
O cancelamento do voo é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela recorrente em virtude da manutenção da aeronave. Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida.
Portanto, não vinga a tese da empresa aérea de que o voo fora cancelado em decorrência de “manutenção não programada da aeronave”, posto que não apresenta documentação corroborante, não sendo suficientes eventuais telas sistêmicas apresentadas, já que se trata de prova produzida unilateralmente, fazendo vingar a afirmativa de cancelamento unilateral de voo regularmente programado e contratado.
Ademais, a necessidade de manutenção de aeronaves, ad argumentandum tantum, é previsível e não afasta a responsabilidade objetiva da companhia, não se justificando a demora em alocar todos os passageiros em hotel ou colocá-los em voo de outra empresa aérea imediatamente.
Nesse sentido, os arestos:
APELAÇÃO CÍVEL. TRANSPORTE AÉREO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATRASO E CANCELAMENTO DE VOO. MANUTENÇÃO DE AERONAVE. CHEGADA AO DESTINO COM APROXIMADAMENTE 24 HORAS DE ATRASO. FALHAS INJUSTIFICADAS. CANCELAMENTO DO VOO. A necessidade de manutenção da aeronave não pode ser considerada fator imprevisível, não tendo o condão de excluir a responsabilidade da companhia, restando assente o dever de indenizar, dada a falha na prestação do serviço. DANOS MORAIS. Danos morais ocorrentes, diante de todos os percalços sofridos, sendo o quantum arbitrado em R$ 6.000,00, sopesadas as peculiaridades do caso concreto. APELO PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70078399169, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 18/09/2018). (TJ-RS - AC: 70078399169 RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Data de Julgamento: 18/09/2018, Décima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 24/09/2018).
CONTRATO TRANSPORTE AÉREO. ATRASO E CANCELAMENTO VOO. PROBLEMAS TÉCNICOS. MANUTENÇÃO AERONAVE. FORTUITO INTERNO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM COMPENSATÓRIO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. - Manutenção não programada da aeronave configura caso fortuito interno, inerente ao serviço prestado, que não pode ser repassado aos passageiros. Não é hipótese de excludente de responsabilidade civil - O atraso com posterior cancelamento de voo, acarretando aborrecimentos extraordinários e constrangimentos ao consumidor é causa de ofensa à dignidade da pessoa, obrigando o fornecedor à indenização dos danos morais decorrentes - A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, adequando-se quando não respeitar esses parâmetros. (TJ-RO - RI: 70295162720188220001 RO 7029516-27.2018.822.0001, Data de Julgamento: 18/02/2019)
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais descritos pelo juízo sentenciante.
Em relação ao quantum indenizatório, não vejo motivos para redimensionamento. Isto porque, considerando que a indenização objetiva proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição, mas como um desestímulo à repetição do ilícito, tenho que o montante fixado pelo Juízo de origem – em R$ 10.000,00 (dez mil reais) – não se revela excessivo tampouco aquém do necessário para reparar os danos suportados, pelo contrário, está em consonância com o aplicado por esta Turma Recursal, devendo assim, ser mantido.
Por tais considerações, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo inalterada a sentença.
Condeno a empresa aérea ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55 da Lei nº. 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO/ATRASO DE VOO. DANO MORAL CONFIGURADO. INFORMAÇÕES. AUSÊNCIA. FALHA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. REESTRUTURAÇÃO DE MALHA AÉREA. PROBLEMAS OPERACIONAIS. DANO MORAL. DEVIDO. PROPORCIONALIDADE. RECURSO NAO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a companhia aérea ré incorre em descumprimento contratual, por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos contratuais originariamente previstos. Evidenciado a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC, é cabível a responsabilização por danos morais.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR PARA O ACÓRDÃO

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7078488-86.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 14/06/2023 09:18:40
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059-A
Polo Passivo: KHALIL LUCAS BORGES CARVALHO
Advogado do(a) RECORRIDO: ALLAN OLIVEIRA SANTOS - RO10315-A
RELATÓRIO.
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso interposto, eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.
Em síntese, trata-se de recurso inominado interposto pela Azul Linhas Aéreas em face da sentença que julgou procedente o pedido inicial e condenou a companhia aérea a pagar a consumidora o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a títulos de danos morais em razão da alteração do voo da parte consumidora.
Pois bem.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
Aduz a parte autora que adquiriu passagens aéreas previsto para sair de Porto Velho/RO – Manaus/AM dia 23/10/2022 às 03h55, com chegada ao destino às 11h00. Contudo, seu voo foi cancelado, sendo realocada para um novo voo com embarque dia 24/10/2022, às 04h05 e chegado ao destino final as 11h10, chegando ao destino com atraso de 24 horas, causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis.
A alteração do voo é questão incontroversa, sendo justificada pela empresa em razão de malha aérea.
Como se verifica, a empresa recorrente postula afastar sua responsabilidade civil usando o argumento que foi o caso de força maior, que o cancelamento se deu em razão da malha aérea.
Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que houve tão somente a alteração unilateral do contrato firmado, caracterizando-se como má prestação do serviço. Nesse sentido, o aresto:
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não Configurado. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade.1-O cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2-A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3-A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00(dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019)
Como visto a alteração da programação prevista para o voo em decorrência de malha aérea não imuniza a companhia da responsabilização das sequelas vivenciadas pelos consumidores. Tampouco constitui hipótese de caso fortuito e força maior como situação apta a excluir responsabilidade civil, porquanto tais eventos não revelam imprevisibilidade e invencibilidade.
Assim, ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Em condenações desta natureza, deve o juízo a quo atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.
No que se refere ao quantum, considerando que a indenização objetiva proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição mas como um desestímulo à repetição do ilícito, entendo que o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) se mostra adequado para compensar os infortúnios experimentados, não devendo ser modificado.
Ante ao exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela companhia aérea recorrente, mantendo a sentença inalterada.
Condeno a empresa aérea ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55 da Lei nº. 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto
EMENTA
RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. ANTECIPAÇÃO DE VOO. DANO MORAL CONFIGURADO. INFORMAÇÕES. AUSÊNCIA. FALHA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. REESTRUTURAÇÃO DE MALHA AÉREA. PROBLEMAS OPERACIONAIS. DANO MORAL. DEVIDO. MANTIDO. PROPORCIONALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a companhia aérea ré incorre em descumprimento contratual, por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos contratuais originariamente previstos. Evidenciado a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC, é cabível a responsabilização por danos morais.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, Esquina Número do processo: 7001436-03.2021.8.22.0016
Classe: Recurso Inominado Cível
Polo Ativo: FRANCISCA AURELIANA DE OLIVEIRA PINHEIRO
ADVOGADOS DO RECORRENTE: CAMILA GHELLER, OAB nº RO7738A, REGIANE TEIXEIRA STRUCKEL, OAB nº RO3874A
Polo Passivo: , PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS RECORRIDOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7076783-53.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 01/06/2023 17:05:17
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS
Advogados do(a) RECORRENTE: ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
Polo Passivo: JUCILEIDE DO CARMO RODRIGUES MOURA
Advogado do(a) RECORRIDO: POLIANA ORTENCIO SOARES CUNHA - RO10156-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado nos termos da lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Compulsando os autos, verifica-se quebra contratual entre a companhia aérea e a parte consumidora, com transtornos que vão muito além do dissabor, pois mediante a alteração unilateral do voo, a recorrente deixou de cumprir o serviço na forma contratada, o que resultou em um atraso excessivo.
No caso em análise, alega a parte autora que sofreu atraso de aproximadamente 12 horas para chegar ao seu destino final em razão da alteração unilateral realizada pela companhia aérea, causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis.
Em contestação, a companhia aérea alega que o voo necessitou ser alterado por motivo de alteração de malha aérea.
A sentença foi julgada parcialmente procedente, condenando a companhia aérea a pagar em favor da parte autora o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a títulos de danos morais.
Irresignada, a companhia aérea pleiteia em sede de recurso inominado pela total improcedência da demanda.
O cancelamento do voo é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela recorrente em virtude da restruturação de malha aérea. Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que não houve assistências necessárias para diminuir o transtorno sofrido pelo recorrido. Nesse sentido, o aresto:
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não Configurado. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade. 1-O cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2-A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3-A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00(dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019)
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais.
Quanto o quantum indenizatório, em condenações desta natureza, deve o juízo a quo atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.

No caso dos autos, verificadas as circunstâncias em que ocorreram os fatos, o cancelamento unilateral, o valor a título de dano moral fixado em R$ 10.000,00 (dez mil reais) se mostra suficiente para compensar o dano sofrido, atendendo o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, não devendo ser modificado.
Ante ao exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela companhia aérea recorrente, mantendo a sentença inalterada.
Condeno a empresa aérea ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55 da Lei nº. 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Malha aérea. Excludente não configurada. Danos Morais Configurados. Indenização Devida. Quantum Compensatório. Proporcionalidade e Razoabilidade. Recurso Não Provido. Sentença Mantida.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7077304-95.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 28/03/2023 10:56:47
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: LEANDRO RAFAEL PITHAN RODHEN
Advogados do(a) RECORRENTE: DANIEL MENDONCA LEITE DE SOUZA - RO6115-A, JOAO CAETANO DALAZEN DE LIMA - RO6508-A
Polo Passivo: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) RECORRIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Pois bem.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
Analisando todo o conjunto probatório encartado nos autos, verifico que realmente a parte requerente adquiriu passagem aérea da empresa demandada no trecho informado na inicial Brasília-Porto Velho, tendo sido ele sofrido atraso prejudicial. O autor só foi realocado em novo voo no dia seguinte.
Quanto ao atraso do voo, a empresa recorrida invoca o motivo de acidente na pista de congonhas/SP.
Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que houve tão somente a alteração unilateral do contrato firmado, caracterizando-se como má prestação do serviço. Nesse sentido, o aresto:
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não Configurado. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade.1-O cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2-A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3-A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00(dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019)
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Diante disso, entendo como legítima a pretensão de ressarcimento a título de danos morais sofridos.
Com relação ao quantum indenizatório, em condenações desta natureza, deve o juízo a quo atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.
No caso dos autos, verificadas as circunstâncias em que ocorreram os fatos e o prejuízo delas advindos, o valor a título de dano moral em R$ 10.000,00 (dez mil reais) se mostra suficiente para compensar o dano sofrido, atendendo o princípio da proporcionalidade e razoabilidade.
Por tais considerações, voto para DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pelo consumidor, para condenar a recorrida a pagar em favor do consumidor o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de indenização por dano moral, corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia desde a data da publicação desta decisão (Súmula 362 do STJ), com juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar do arbitramento.
Deixo de condenar o consumidor recorrente em custas e honorários eis que o deslinde do feito não se amolda as hipóteses previstas no art. 55 da lei 9.099/95.

Após o trânsito em julgado, remeta-se à origem.
Oportunamente, arquive-se.
É como voto.
EMENTA
Consumidor. Aviação. Contrato de transporte aéreo. Atraso de voo. Fortuito interno. Dano moral. Recurso Parcialmente provido.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Autos nº 7000586-27.2022.8.22.0011
DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.
Autos nº 7001558-58.2022.8.22.0023
DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.
Autos Nº 7080675-67.2022.8.22.0001
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Pinheiro Machado, 777, Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76.801-235
Processo: 7008543-09.2022.8.22.0002
Classe: Recurso Inominado Cível
Recorrente: ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., GENERALI BRASIL SEGUROS S A
Advogado(a): FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289A, HELVIO SANTOS SANTANA, OAB nº SE8318A

Recorrido (a): NATALINO MOREIRA VITORINO
Advogado(a): OTONIEL BRAZ ODORICO, OAB nº RO8852A
Relator: CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data da distribuição: 12/06/2023
DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.
Autos nº 7015163-37.2022.8.22.0002
DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.
Autos nº 7012632-39.2022.8.22.0014
DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.

DECISÃO
Trata-se de que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, Esquina Número do processo: 7001361-60.2022.8.22.0005
Classe: Recurso Inominado Cível
Polo Ativo: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADOS DOS REPRESENTANTES PROCESSUAIS: MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE, OAB nº PE20397A, FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289A, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: GENECI DE JESUS PINTO
ADVOGADOS DO RECORRIDO: AGNYS FOSCHIANI HELBEL, OAB nº RO6573A, THAYSA SILVA DE OLIVEIRA, OAB nº RO6577A
DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, Esquina Número do processo: 7067615-27.2022.8.22.0001
Classe: Recurso Inominado Cível
Polo Ativo: MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS SALVADOR
ADVOGADO DO RECORRENTE: VALTER CARNEIRO, OAB nº RO2466A
Polo Passivo: ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., GENERALI BRASIL SEGUROS S A, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A
ADVOGADOS DOS REPRESENTANTES PROCESSUAIS: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289A, EVELYSE DAYANE STELMATCHUK, OAB nº PR100778A, HELVIO SANTOS SANTANA, OAB nº SE8318A
DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, Esquina Número do processo: 7016408-83.2022.8.22.0002
Classe: Recurso Inominado Cível
Polo Ativo: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., ESTADO DE RONDONIA, ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
ADVOGADOS DOS REPRESENTANTES PROCESSUAIS: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289A, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: ANGELA MARIA STUZATA
ADVOGADO DO RECORRIDO: SILMAR KUNDZINS, OAB nº RO8735A

DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7077526-63.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 15/05/2023 12:13:44
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS
Advogados do(a) RECORRENTE: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884-A, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
Polo Passivo: CRISTILANE DE SOUZA DELGADO
Advogado do(a) RECORRIDO: ALLAN OLIVEIRA SANTOS - RO10315-A
RELATÓRIO
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão: “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”
Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:
“S E N T E N Ç A
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes da má prestação do serviço de transporte aéreo contratado, posto que houve o atraso injustificado de voo, causando transtornos ofensivos à honra do requerente, passíveis de serem indenizados, conforme pedido inicial e documentos apresentados.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e “maduro” para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Não havendo nenhuma arguição de preliminar ou prejudicial, passo à análise do mérito da causa.
Pois bem!
Aduz a parte autora que adquiriu bilhetes de passagens da companhia requerida para o transporte aéreo. Contudo, afirma que voo foi cancelado/alterado unilateralmente pela ré, de modo que a parte autora foi realocada em novo voo com o mesmo itinerário chegando ao seu local de destino com mais de 06 horas de atraso, causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis.
A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, vez que a demandada é efetiva fornecedora de produtos (passagens aéreas) e prestadora de serviços (administração de venda de passagens aéreas, transporte aéreo, informes promocionais, etc...) e, como tal, deve se acautelar e responder plenamente por suas ações, não se aplicando o Código Brasileiro de Aeronáutica, conforme entendimento remansoso da jurisprudência pátria.
E, da análise dos documentos e argumentos apresentados, tenho que o pleito do requerente procede, restando evidenciada a falta de zelosa administração e execução do serviço prestado pela ré, assim como já decidido em inúmeros casos.
O(a) autor(a) comprou passagens aéreas da empresa demandada, confiando no cronograma, rapidez e na pontualidade da ré, de modo que se viu frustrado e desamparado a partir do momento em que a requerida, de modo unilateral, desrespeitou os horários e itinerário contratado, realocando os passageiros em novo voo com atraso exacerbado.
Deste modo, a alteração por ato unilateral da ré não deixa qualquer dúvida quanto à falta de zelo na prestação dos serviços a que se obrigara, valendo ressaltar que as empresas permissionárias ou concessionárias de serviço público têm obrigação de bem prestar o serviço contratado (art. 22, CDC), não representando a questão qualquer novidade nos corredores jurídicos.
Desse modo, não vinga a tese da empresa aérea de que o voo fora cancelado em decorrência de problemas operacionais, caso fortuito e força maior, posto que não há nenhuma comprovação das referidas hipóteses, deixando de cumprir o mister previsto nos arts. 4º e 6º, do CDC, e 333, II, CPC/2015, fazendo vingar a afirmativa de cancelamento/alteração unilateral de voo regularmente programado e contratado com antecedência

Todas as ações da ré devem ser relatadas e documentadas, sob pena de se acolher como verdadeiros os argumentos do passageiro e consumidor, principalmente quando este apresenta prova correlata do direito vindicado.
A responsabilidade surge indiscutível, sendo que a demandada conta com o risco operacional e administrativo, assumindo-o por completo, de modo que deve melhor se equipar e se preparar para receber e tutelar o consumidor, fornecendo informações precisas e corretas, prestando auxílio material e todo o apoio, a fim de evitar desencontros e maiores frustrações. Enquanto isto não ocorrer, deve o Judiciário tutelar a questão promovendo o equilíbrio de forças entre o grande (a ré) e o pequeno (o consumidor).
Nesse sentido, atentando para o caso em tela, verifico a frustração experimentada (cancelamento do voo, falta de informação e atraso de mais de 06 horas) gerou dano moral, consubstanciada no desamparo, na impotência e na angústia de ver unilateral e forçadamente alterado o contrato celebrado regularmente e com bastante antecedência.
A requerida fora negligente na execução do contrato e na produção de provas que a absolvessem da imputação feita, deixando de cumprir o mister de apresentar prova de causa impeditiva, modificativa ou extintiva do direito alegado e comprovado pelo autor (art. 373, II, CPC, e 4º e 6º, CDC).
Não pode o consumidor, parte frágil na relação e sem qualquer poder decisório ou de influência (bem como de acesso a informações e documentos de gerência), arcar com todos os prejuízos e "engolir" o atraso e posterior cancelamento do voo.
Pacífico o entendimento jurisprudencial:
"RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO NACIONAL. CANCELAMENTO DE VOO. ALTERAÇÃO. DANO MORAL DEVIDO. SENTENÇA MANTIDA. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7013687-64.2022.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Cristiano Gomes Mazzini, Data de julgamento: 14/12/2022)";
"CONSUMIDOR. AVIAÇÃO. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO DE VOO. PROBLEMAS TÉCNICOS OPERACIONAIS. EXCLUDENTE NÃO CONFIGURADA. DANO MORAL MAJORADO. SENTENÇA REFORMADA. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7044465-17.2022.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Cristiano Gomes Mazzini, Data de julgamento: 14/12/2022)";
Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Consumidor. Cancelamento de voo. Dano moral. Ocorrência. Quantum indenizatório. Proporcionalidade. 1. O cancelamento injustificado de voo previamente contratado pelo consumidor gera dano moral. 2. O quantum indenizatório deve ser fixado em valor justo e proporcional ao abalo suportado pelo consumidor. (TJ-RO - RI: 70132207820198220005 RO 7013220-78.2019.822.0005, Data de Julgamento: 17/08/2020)";
O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.
A presunção do dano moral é absoluta, implicando em dizer que o referido dano está consubstanciado na sensação de impotência em não se poder viajar no dia e hora aprazados, não se podendo substituir a tempo e a contento (principalmente em rapidez) referido meio de transporte para se conseguir cumprir obrigação e compromissos agendados.
Sendo assim, levando-se em consideração que as condutas no setor de transporte aéreo tem se repetido, evidenciando a falta de maiores investimentos e de melhor trato ao consumidor, bem como em atenção à casuística revelada (atraso de pelo menos 06 horas) e a condição econômica das partes, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum no patamar de R$10.000,00 (dez mil reais), como forma de disciplinar a empresa demandada e a dar satisfação pecuniária à requerente, não se justificando o importe sugerido na inicial, dados os valores praticados/fixados por este juízo em casos similares ou idênticos, fixando o importe econômico proporcional ao tempo de espera/atraso (quanto mais tempo de espera para reacomodação, maior a indenização compensatória dos inegáveis danos morais) e de acordo com o local onde houve a quebra contratual (domicílio/ fora do domicílio) e os reflexos (perda de diárias de hotel, viagens, compromissos laborais, etc...).
A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, de modo que o valor acima arbitrado está sintonizado com os princípios expostos assim como com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitando-se o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa "indústria do dano moral".
É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, à imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas fornecedoras de serviços públicos e/ou essenciais.
Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo(a) autor(a) para o fim de CONDENAR A REQUERIDA NO PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), À TÍTULO DOS RECONHECIDOS DANOS MORAIS, ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA (TABELA OFICIAL TJ/RO) E JUROS LEGAIS, SIMPLES E MORATÓRIOS, DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, A PARTIR DA PRESENTE CONDENAÇÃO (SÚMULA 362, STJ)."
Em respeito as razões recursais, esclareço que a não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Vale aqui a teoria do desvio produtivo, que está sendo reconhecida nos Tribunais do país, em que a parte mais forte deixa a parte fraca na relação consumerista com todo o prejuízo e perda de tempo sem atendê-la ou dar uma resposta em tempo adequado.
Evidenciada a falha na prestação do serviço e presentes os pressupostos de responsabilidade civil (conduta, dano e nexo de causalidade), deve a empresa requerida/recorrente ser condenada ao pagamento dos danos morais, na forma da sentença, por estar em harmonia com precedentes deste colegiado.
Ante o exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, mantendo-se inalterada a sentença.
Condeno a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sob o valor da condenação, nos termos da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.

EMENTA
RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO/ATRASO DE VOO. DANO MORAL CONFIGURADO. INFORMAÇÕES. AUSÊNCIA. FALHA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. REESTRUTURAÇÃO DE MALHA AÉREA. PROBLEMAS OPERACIONAIS. DANO MORAL. DEVIDO. PROPORCIONALIDADE. RECURSO DA COMPANHIA NEGADO. SENTENÇA MANTIDA. Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a companhia aérea ré incorre em descumprimento contratual, por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos contratuais originariamente previstos. Evidenciado a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC, é cabível a responsabilização por danos morais.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR
Decisão
Trata-se de que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.

Autos nº 7002945-14.2022.8.22.0022
DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, Esquina Número do processo: 0800676-86.2023.8.22.9000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: ILTON PEDROSO DOS SANTOS
ADVOGADO DO AGRAVADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RELATÓRIO
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado de Rondônia em face de decisão proferida pela Magistrada do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Cerejeiras, que ao deferir a antecipação de tutela, determinou o agravante e o Município de Cerejeiras a fornecerem o Medicamento EMPAGLIFOZINA 10 MG em favor de Ilton Pedroso dos Santos no prazo de trinta dias.
Postula pela ilegitimidade passiva e ausência dos requisitos mínimos para a concessão da tutela antecipada.
Assim, requer a concessão do efeito suspensivo.
É o relatório.

DECISÃO
Tendo em vista que o tema tem sido debatido de forma recorrente nas Cortes Superiores, faço os seguintes esclarecimentos antes da análise do mérito:
No Recurso Extraordinário 1.366.243/SC, que discute da inclusão obrigatória da União no polo passivo nas demandas que pleiteiam o fornecimento de fármacos registrados na ANVISA, mas fora da lista do SUS, o Ministro Gilmar Mendes determinou a suspensão do processamento de Recursos Especiais e Extraordinários, o que não afeta esta demanda.
Por sua vez, o STJ assentou no IAC 14 que as regras de repartição de competência administrativa do SUS não devem ser invocadas por Magistrados para fins de alteração ou ampliação do polo passivo delineado pela parte na propositura da ação, mas tão somente para redirecionar o cumprimento de sentença ou determinar o ressarcimento da entidade federada que suportou o ônus financeiro no lugar do ente público competente.
Foi aprovada a seguinte tese jurídica, no tema IAC/14 (CPC, Art. 947 e RISTJ, Art. 271-B): a) Nas hipóteses de ações relativas à saúde intentadas com o objetivo de compelir o Poder Público ao cumprimento de obrigação de fazer consistente na dispensação de medicamentos não inseridos na lista do SUS, mas registrado na ANVISA, deverá prevalecer a competência do juízo de acordo com os entes contra os quais a parte autora elegeu demandar. b) as regras de repartição de competência administrativas do SUS não devem ser invocadas pelos magistrados para fins de alteração ou ampliação do polo passivo delineado pela parte no momento da propositura ação, mas tão somente para fins de redirecionar o cumprimento da sentença ou determinar o ressarcimento da entidade federada que suportou o ônus financeiro no lugar do ente público competente, não sendo o conflito de competência a via adequada para discutir a legitimidade ad causam, à luz da Lei n. 8.080/1990, ou a nulidade das decisões proferidas pelo Juízo estadual ou federal, questões que devem ser analisada no bojo da ação principal. c) a competência da Justiça Federal, nos termos do art. 109, I, da CF/88, é determinada por critério objetivo, em regra, em razão das pessoas que figuram no polo passivo da demanda (competência ratione personae), competindo ao Juízo federal decidir sobre o interesse da União no processo (Súmula 150 do STJ), não cabendo ao Juízo estadual, ao receber os autos que lhe foram restituídos em vista da exclusão do ente federal do feito, suscitar conflito de competência (Súmula 254 do STJ).
Assim, por ora, a inclusão compulsória da União no polo passivo em demandas dessa esfera não é necessária.
Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça, no TEMA 106 firmou os seguintes requisitos para a concessão da medida em questão, quais sejam: a) Laudo Médico fundamentado que ateste pela imprescindibilidade do medicamento em objeto e o fracasso dos fármacos congêneres inclusos no SUS; b) incapacidade financeira; c) Registro do medicamento na Agência Nacional de Segurança Sanitária:
PROCESSUAL CIVIL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. DIRETO À SAÚDE. VALOR INESTIMÁVEL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARBITRAMENTO. EQUIDADE. 1. Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado Administrativo n. 3). 2. O STJ, no julgamento do Tema 106, firmou o entendimento de que a concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige a presença cumulativa dos seguintes requisitos: (i) Comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS; (ii) incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito; (iii) existência de registro na ANVISA do medicamento. 3. Não se pode concluir que a exigência da comprovação da hipossuficiência financeira, como requisito para o Poder Público fornecer gratuitamente a medicação prescrita ao autor, leve ao reconhecimento de um estimável proveito econômico. 4. A obrigação de fazer imposta ao Estado, em tais casos, dá-se em caráter excepcional, somente se preenchidos todos os critérios estabelecidos no recurso repetitivo, sendo certo que as demandas dessa natureza objetivam a preservação da vida e/ou da saúde garantidas constitucionalmente, bens cujo valor é inestimável, o que justifica a fixação de honorários por equidade. 5. Agravo interno desprovido. (STJ - AgInt no REsp: 1881171 SP 2020/0155219-5, Relator: Ministro GURGEL DE FARIA, Data de Julgamento: 23/02/2021, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/03/2021)
Em consulta aos autos de origem, verifico que apesar da hipossuficiência incontroversa e do Registro do Fármaco na Agência Nacional de Segurança Sanitária, o Laudo Médico acostado no ID 92351875 não relata que o fármaco em testilha é indispensável, muito menos pontua se os componentes congêneres listados na RENAME não apresentam a mesma eficácia para o tratamento do paciente.
Logo, descumpridos um dos requisitos básicos fixados pela Corte Cidadã sobre a matéria, a antecipação de tutela não deveria ter sido deferida.
Por tais razões, CONCEDO O EFEITO SUSPENSIVO da decisão em objeto até o julgamento do mérito deste recurso.
Intime-se o Estado de Rondônia.
Intime-se o agravado para apresentar contrarrazões.
Colha-se manifestação do Ministério Público.
Cientifique-se o Juízo Agravado desta decisão.
Após, conclusos para inclusão em pauta.

Autos nº 7005290-89.2022.8.22.0009 DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, Esquina Número do processo: 7000915-24.2022.8.22.0016
Classe: Recurso Inominado Cível
Polo Ativo: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, FRANCISCO ADEMAR DE AZEVEDO, ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADOS DOS REPRESENTANTES PROCESSUAIS: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A, JOILSON SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RO3505A, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: FRANCISCO ADEMAR DE AZEVEDO
ADVOGADOS DO RECORRIDO: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A, JOILSON SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RO3505A
DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.

Autos nº 7066349-05.2022.8.22.0001.
DECISÃO
Trata-se de ação que pleiteia a Indenização por Danos Morais e devolução de valores descontados do contracheque do(a) servidor(a) a título de Seguro Pecúlio após outubro de 2016, em virtude de manutenção do contrato de seguro de vida sem a notificação pessoal inequívoca para firmar termo de adesão ou indicação de outra fonte de adimplemento da relação contratual.
A análise , no entanto, fica prejudicada nesse momento, considerando que em 03/07/2023 houve a admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas por meio dos autos n. 0801010-57.2023.8.22.0000 (CI Circular nº 96/2023 - NUGEPNAC/PRESI/TJRO) com a seguinte questão submetida a julgamento:
Tema IRDR n° 09-TJRO - Definir se há ou não relação jurídica entre os servidores públicos do Estado de Rondônia e a Seguradora Zurick após outubro de 2016, notadamente para aqueles que não manifestaram vontade de permanecerem segurados, cuja tese ainda não foi definida, tendo sido apenas realizado o juízo de admissibilidade do incidente. Há determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema deste incidente, inclusive aqueles que tramitam perante os Juizados Especiais. (Acórdão Publicado no PJE em 03/07/2023).
Observando que o pedido dos autos diz respeito ao tema, é de rigor a suspensão deste recurso, devendo ser providenciada as anotações necessárias para o sobrestamento do feito junto a CPE, comunicando-se o juízo da causa acerca da presente decisão.
Havendo o trânsito em julgado do incidente apontado acima, o presente recurso deverá retornar à conclusão de forma imediata.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 01
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, Esquina Número do processo: 0800702-84.2023.8.22.9000
Classe: Agravo de Instrumento
Polo Ativo: M. F. D. S.
ADVOGADO DO AGRAVANTE: THAYS ROMAO ROCHA, OAB nº PR108940
Polo Passivo: L. M. S. S., J. M. D. S., L. F. S. S.
AGRAVADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Chamo o feito a ordem.
Em análise dos autos de origem 7034698-18.2023.8.22.0001, verifico que a demanda tramita na 4º Vara De Família da Comarca de Porto Velho/RO. Dessa forma, conclui-se que por erro, o presente recurso foi remetido para esta Turma Recursal, incompetente para a análise da demanda.
Isso posto, anulo a Decisão Monocrática ID 20577481 e determino a Remessa dos autos para o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia com as nossas homenagens.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Cristiano Gomes Mazzini

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7021691-90.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 10/02/2023 20:26:09
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: PONCIANO GOMES MONTEIRO
Advogado do(a) RECORRENTE: DOUGLAS DIAS DO CARMO - RO10022-A
Polo Passivo: GOL LINHAS AEREAS S.A. e outros
Advogado do(a) RECORRIDO: RODRIGO SOARES DO NASCIMENTO - MG129459-A
Advogado do(a) RECORRIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059-A
RELATÓRIO Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO Presentes os requisitos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”.
Aduz o consumidor que firmou contratos com companhia aérea Gol Linhas Aéreas S/A e 123 Viagens e Turismo Ltda, afim, de viajar o trecho de ida e volta, com saída do Brasília/DF a Porto Velho/RO, com retorno no dia 23/08/2021. Afirma que, ao realizar o check-in de retorno, verificou-se que o voo foi cancelado/alterado unilateralmente pela ré, e os funcionários da requerida informaram que iriam realocar o autor em um outro voo, todavia, somente 4 (quatro) dias depois, informação esta que deixou o autor completamente aborrecido e descontente, pois tinha de retornar o quanto antes para sua casa, sua família, e seu trabalho, não restando alternativa ao requerente, senão comprar outra passagem que sairia somente 48h depois, pela própria empresa ré (GOL), pois a das demais cias aéreas estavam com preços ainda mais elevados, chegando ao seu local de destino com mais 48 horas de atraso, causando danos materiais e morais indenizáveis.
Em contestação, a companhia aérea alega que o voo adquirido pela autora sofreu uma mudança em razão de alteração da malha aérea.
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
(...) S E N T E N Ç A Vistos e etc..., Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95). FUNDAMENTAÇÃO. Trata-se de ação de reparação de danos materiais cumulada com indenizatória por danos morais decorrentes de falha de prestação de serviço de transporte aéreo adequado, eficaz e pontual como contratado e prometido, conforme fatos relatados na inicial e de acordo com a documentação apresentada. O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas! Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e “maduro” para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço. Havendo arguições preliminares, passo ao estudo preambular antes de ingressar no mérito da causa. Não há que se falar em incompetência territorial, já que o autor declara que o fato ocorreu nesta capital e comarca. A preliminar de ilegitimidade passiva não pode vingar de plano, recomendando-se a análise do conjunto probatório para se concluir, ou não, sobre a eventual responsabilidade civil das partes requeridas, estando a inicial formalmente em ordem, aplicando-se a teoria da asserção e tendo-se plenamente comprovada as condições da ação. Sendo assim, afasto as preliminares e passo ao efetivo julgamento Pois bem! Aduz o requerente que adquiriu bilhetes de passagens das empresas requeridas para o transporte aéreo da cidade de Brasília/DF a Porto Velho/RO, ida e volta, cujo voo de volta estava previsto para 23/08/2021. Contudo, afirma que ao realizar o check-in de retorno, verificou-se que o voo foi cancelado/alterado unilateralmente pela ré, os funcionários da requerida informaram ao autor que iriam realocar em um voo, todavia, somente 4 (quatro) dias depois, informação esta que deixou o autor completamente aborrecido e descontente, pois tinha de retornar o quanto antes para sua casa, sua família, e seu trabalho, não restando alternativa ao requerente, senão comprar outra passagem que sairia somente 48h depois, pela própria empresa ré (GOL), pois a das demais cias aéreas estavam com preços ainda mais elevados, chegando ao seu local de destino com mais 48 horas de atraso, causando danos materiais e morais presumidos indenizáveis. A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, vez que a demandada é efetiva fornecedora de produtos (passagens aéreas) e prestadora de serviços (administração de venda de passagens aéreas, transporte aéreo, informes promocionais, etc...) e, como tal, deve se acautelar e responder plenamente por suas ações, não se aplicando o Código Brasileiro de Aeronáutica, conforme entendimento remansoso da jurisprudência pátria. E, da análise dos documentos e argumentos apresentados, tenho que o pleito da parte requerente procede, restando evidenciada a falta de zelosa administração e execução do serviço prestado pela ré, assim como já decidido em inúmeros casos. O requerente adquiriu passagem aérea das empresas demandadas, confiando no cronograma, rapidez e na pontualidade das rés, de modo que viu-se frustrado desamparado a partir do momento em que as requeridas, de modo unilateral, desrespeitou os horários e itinerário contratado, de forma que autor teve que adquirir nova passagem para poder chegar ao seu destino final. Deste modo, a alteração/cancelamento por ato unilateral das rés não deixa qualquer dúvida quanto à falta de zelo na prestação dos serviços a que se obrigara, valendo ressaltar que as empresas permissionárias ou concessionárias de serviço público têm obrigação de bem prestar o serviço contratado (art. 22, CDC), não representando a questão qualquer novidade nos corredores jurídicos. A alegação de “no show” não se demonstra crível, posto que a demandada sequer apresentou documentos que comprovem que o voo decolou, bem como não demonstrou a lista de passageiros daquele voo, de modo a desconstituir a alegação do requerente de cancelamento de voo. A responsabilidade surge indiscutível, sendo que as demandadas conta com o risco operacional e administrativo, assumindo-o por completo, de modo que deve melhor se equipar e se preparar para receber e tutelar o consumidor, fornecendo informações precisas e corretas, prestando auxílio material e todo o apoio, a fim de evitar desencontros e maiores frustrações. Enquanto isto não ocorrer, deve o Judiciário tutelar a questão promovendo o equilíbrio de forças entre o grande (a ré) e o pequeno (o consumidor). Nesse sentido, atentando para o caso em tela, verifico a frustração experimentada (impossibilidade de embarque, falta de informação e aguardo de horas para a chegada no destino final) gerou dano moral, consubstanciada no desamparo, na impotência e na angústia de ver unilateral e forçadamente alterado o contrato celebrado regularmente e com bastante antecedência. A responsabilidade surge indiscutível, a julgar pela ausência de comprovação de justo motivo e que exclua a referida responsabilidade, sendo que a requerida fora negligente na execução do contrato e na produção de provas que a absolvessem da imputação feita, deixando de cumprir o mister

de apresentar prova de causa impeditiva, modificativa ou extintiva do direito alegado e comprovado pelo autor (art. 373, I e II, CPC, e 4º e 6º, CDC). A razão está com o demandante, não havendo qualquer possibilidade de isenção de responsabilidade, pois adquiriu, agendou e confirmou a reserva de passagem aérea, não conseguindo prosseguir viagem na data e hora agendada por culpa exclusiva da contratada, sendo condenável e indenizável referida conduta, só sabendo a exata proporção e desequilíbrio emocional e psicológico provocado quem sofre e vive o episódio. Inegável é a ocorrência do dano moral, restando oportuno o seguinte magistério: "Neste ponto, a razão se coloca ao lado daqueles que entendem que o dano moral está ínsito na própria ofensa, decorre da gravidade do ilícito em si. Se a ofensa é grave e de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum. Assim, por exemplo, provada a perda de um filho, do cônjuge ou de outro ente querido, não há que se exigir a prova do sofrimento, porque isso decorre do próprio fato de acordo com as regras de experiência comum; Provado que a vítima teve seu nome aviltado ou sua imagem vilipendiada, nada mais ser-lhe-á exigido provar, por isso que o dano moral está in re ipsa; decorre inexoravelmente da gravidade do próprio fato ofensivo, de sorte que, provado o fato, provado está o dano moral" (Elias, Helena - O Dano Moral na Jurisprudência do STJ - pag. 99/100 - Rio de Janeiro - Editora Lumen Juris). A presunção do dano moral é absoluta, implicando em dizer que o referido dano está consubstanciado na sensação de impotência em não se poder viajar no dia aprazado, não se podendo substituir a tempo e a contento (principalmente em rapidez) referido meio de transporte para se conseguir cumprir obrigação e compromissos agendados. O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação. A presunção do dano moral é absoluta, implicando em dizer que o referido dano está consubstanciado na sensação de impotência em não se poder viajar no dia e hora aprazados, não se podendo substituir a tempo e a contento (principalmente em rapidez) referido meio de transporte para se conseguir cumprir obrigações e compromissos agendados. Sendo assim, levando-se em consideração que as condutas no setor de transporte aéreo tem se repetido, evidenciando a falta de maiores investimentos e de melhor trato ao consumidor, bem como em atenção à casuística revelada (atraso de mais de 48 horas) e a condição econômica das partes, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum no patamar de R$ 10.000,00 (dez mil reais), como forma de disciplinar a empresa demandada e a dar satisfação pecuniária à requerente, não se justificando o importe sugerido na inicial, dados os valores praticados/fixados por este juízo em casos similares ou idênticos, fixando o importe econômico proporcional ao tempo de espera/atraso (quanto mais tempo de espera para reacomodação, maior a indenização compensatória dos inegáveis danos morais) e de acordo com o local onde houve a quebra contratual (domicílio/ fora do domicílio) e os reflexos (perda de diárias de hotel, viagens, compromissos laborais, etc...). A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, de modo que o valor acima arbitrado está sintonizado com os princípios expostos assim como com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitandose o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa "indústria do dano moral". É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, à imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas fornecedoras de serviços públicos e/ou essenciais. Por fim, procedente também se revela a reparação dos comprovados danos materiais R$ 1.232,12 (mil duzentos e trinta e dois reais e doze centavos), posto que o requerente comprova que adquiriu novas passagem para poder chegar ao seu destino final. Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto. POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo(a) autor(a) para o fim de: A) CONDENAR AS REQUERIDAS SOLIDARIAMENTE NO PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), À TÍTULO DOS RECONHECIDOS DANOS MORAIS, ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA (TABELA OFICIAL TJ/RO) E JUROS LEGAIS, SIMPLES E MORATÓRIOS, DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, A PARTIR DA PRESENTE CONDENAÇÃO (SÚMULA 362, STJ); e B) CONDENAR AS MESMAS REQUERIDAS A RESTITUIR O IMPORTE DE R$ 1.232,12 (mil duzentos e trinta e dois reais e doze centavos), À TÍTULO DOS RECONHECIDOS DANOS MATERIAIS, corrigido monetariamente (TABELA OFICIAL TJ/RO) desde a data do ajuizamento da ação, devendo ser acrescidos juros legais, simples e moratórios, de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação válida. Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015). O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com a devida e tempestiva comprovação no processo, sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n.º 006/2015-PR-CG, incidindo a referida pena de inadimplência, prevista no artigo 523, §1º, CPC/2015. Ocorrida a satisfação voluntária do quantum, expeça-se imediatamente alvará de levantamento em prol da parte credora, independentemente de prévia conclusão, devendo os autos serem arquivados ao final, observadas as cautelas, movimentações e registros de praxe. Não ocorrendo o pagamento e havendo requerimento de execução sincrética pela parte credora, devidamente acompanhada de memória de cálculo (elaborada por advogado ou pelo cartório, conforme a parte possua ou não advogado), venham conclusos para possível penhora on line de ofício (sistema BACENJUD - Enunciado Cível FONAJE nº 147). Expedido alvará de levantamento e não ocorrido o saque/transferência pela parte credora e dentro do prazo fixado, fica desde logo determinado e autorizado o procedimento padrão de transferência de valores para a Conta Centralizada do TJRO. Caso contrário, arquive-se e aguarde-se eventual pedido de cumprimento de sentença. Sem custas ou honorários advocatícios, ex vi lege. INTIME-SE e CUMPRA-SE."

Em respeito as razões recursais consigno ainda que, ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa da parte consumidora que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.

Por tais considerações, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela empresa ré AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.

Em razão da sucumbência, condeno a empresa recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO DE VOO. ALTERAÇÃO. ATRASO DE VOO. DANO MORAL DEVIDO. SENTENÇA MANTIDA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7077719-15.2021.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 26/10/2022 11:55:04
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ROSELI ESPOSITO
Advogado do(a) RECORRENTE: JHONATAS EMMANUEL PINI - RO4265-A
Polo Passivo: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) RECORRIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Recorre a parte autora pleiteando a reforma da sentença pugnando pela procedência dos pedidos.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
Aduz a consumidora que firmou contrato com a empresa ré, de volta, com voo planejado para o dia 20/11/2020, com saída de São Paulo às 18hrs:15min, conexão em Brasília e desembarque em Porto Velho/RO às 22hrs:40min do dia 20/11/2020. Ocorre que o voo da autora sofreu alterações de forma unilateral, levando a autora a um atraso excessivo de 20 horas, totalmente diferente do havia sido inicialmente contratado.
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a companhia aérea ré incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa da consumidora que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos contratuais originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
In casu, não ficou demonstrada a existência de quaisquer das excludentes do dever de indenizar, pois extrai-se dos autos como certo o cancelamento unilateral/alteração do voo e mesmo que a empresa recorrente disponha que foi devido a alteração do voo ocorrido por motivos de força maior (COVID-19), a verdade é que não houve informações adequadas ao consumidor, havendo inercia por parte da empresa em oferecer as assistências necessárias para diminuir o transtorno sofrido pelo Recorrente.
Vejamos nesse sentido os julgados:
EMENTA: APELAÇÃO – CANCELAMENTO DO VOO- PANDEMIA DO COVID 19-PRESTAÇÃO DE SERVIÇO INADEQUADA – DANOS MORAIS CONFIGURADOS-DANOS MATERIAIS. O dever de indenizar da empresa aérea deve ser analisado à luz da teoria da das responsabilidades, sendo bastante a verificação da existência do dano e do nexo causal entre o serviço prestado e o dano sofrido pelo usuário. É devida indenização pela empresa aérea que não presta o serviço de forma adequada. Hipótese em que, mesmo comprovado que o cancelamento do voo decorreu de
fortuito externo (Pandemia do COVID 19), a empresa área somente está dispensada em prestar assistência material ao consumidor em caso de fechamento de fronteira, hipótese não ocorrente no caso.
(TJ-MG – AC: 10000211124029001 MG, Relator: Marco Aurélio Ferrara Marcolino (JD Convocado), Data de Julgamento: 02/09/2021, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 09/09/2021)
Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não Configurado. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade.1-O cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2-A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3-A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00(dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019)
Sabe-se que no contrato de transporte destaca-se a fixação de horários e itinerários, uma vez que normalmente o passageiro programa suas atividades de acordo com o tempo gasto no deslocamento, dependendo também do cumprimento do itinerário, sob pena de perdas e danos que vierem a ser suportados.
A superveniência de força maior ou evento fortuito desobrigaria o transportador quanto a essa reparação, mas, no caso, a recorrente não se desincumbiu da prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora.
Assim, é incontestável a existência de dano moral, em decorrência de conduta ilícita praticada pela empresa aérea, que faltou com seu dever de cuidado, frustrando as legítimas expectativas do recorrente, de viajar com segurança, rapidez e conforto, e, principalmente, dentro do roteiro previamente programado e pago, submetendo-a a um tratamento apto a incutir-lhe revolta, angústia e humilhação.

Nos termos do art. 944 do Código Civil, está estabelecido que a indenização mede-se pela extensão do dano, visando a atingir os objetivos que se esperam da condenação, notadamente de servir como lenitivo para a vítima e de desestímulo para o ofensor. Ressalto, ainda, que a fixação da indenização por dano moral deve atender a um juízo de razoabilidade e proporcionalidade.
A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado. Portanto, suficiente a fixação em R$ 10.000,00 (dez mil reais), sintonizando-se com o entendimento desta Turma Recursal.
Por tais considerações voto para DAR TOTAL PROVIMENTO ao recurso inominado proposto pela parte autora para condenar a empresa ré ao pagamento de dano moral no valor de R$10.000,00 (dez mil reais) corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia desde a data da publicação desta decisão (Súmula 362 do STJ), com juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação.
Condeno a parte recorrente, ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se à origem.
É como voto.
EMENTA
TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO/ALTERAÇÃO DE VOO. DANO MORAL CONFIGURADO. COVID-19. INFORMAÇÕES. FALHA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DANO MORAL DEVIDO. RECURSO PROVIDO. REFORMADA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7080928-55.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 15/05/2023 11:17:51
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogados do(a) RECORRENTE: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
Polo Passivo: CAROLINE DE OLIVEIRA
Advogado do(a) RECORRIDO: ANA MARIA LESSA MARIACA - RO1182-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado nos termos da lei 9.099/95.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Compulsando os autos, verifica-se quebra contratual entre a companhia aérea e as partes consumidoras, com transtornos que vão muito além do dissabor, pois mediante a alteração unilateral do voo, a recorrente deixou de cumprir o serviço na forma contratada, o que resultou em um atraso excessivo.
Aduz a parte autora que adquiriu bilhetes de passagens da companhia requerida para o transporte aéreo. Contudo, afirma que voo foi cancelado/alterado unilateralmente pela ré, de modo que a parte autora foi realocada em novo voo com o mesmo itinerário chegando ao seu local de destino com mais de 06 horas de atraso, causando desse modo danos morais presumidos e indenizáveis. Ainda, informa que houve cancelamento unilateral do seu voo de volta.
Em contestação, a requerida alega que o voo sofreu atraso por motivo de manutenção na aeronave.
A sentença foi julgada procedente, condenando a empresa aérea a pagar ao consumidor o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a títulos de danos morais.
Irresignada, a companhia aérea, pleiteia em sede de recurso inominado pela total improcedência da sentença. Na remota hipótese de não entenderem ser caso de improcedência da demanda, requer a minoração da condenação imposta.
O cancelamento do voo é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela recorrente em virtude da manutenção da aeronave. Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida.
Portanto, não vinga a tese da empresa aérea de que o voo fora cancelado em decorrência de “manutenção não programada da aeronave”, posto que não apresenta documentação corroborante, não sendo suficientes eventuais telas sistêmicas apresentadas, já que se trata de prova produzida unilateralmente, fazendo vingar a afirmativa de cancelamento unilateral de voo regularmente programado e contratado.
Ademais, a necessidade de manutenção de aeronaves, ad argumentandum tantum, é previsível e não afasta a responsabilidade objetiva da companhia, não se justificando a demora em alocar todos os passageiros em hotel ou colocá-los em voo de outra empresa aérea imediatamente.
Nesse sentido, os arestos:
APELAÇÃO CÍVEL. TRANSPORTE AÉREO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATRASO E CANCELAMENTO DE VOO. MANUTENÇÃO DE AERONAVE. CHEGADA AO DESTINO COM APROXIMADAMENTE 24 HORAS DE ATRASO. FALHAS INJUSTIFICADAS. CANCELAMENTO DO VOO. A necessidade de manutenção da aeronave não pode ser considerada fator imprevisível, não tendo o condão de excluir a responsabilidade da companhia, restando assente o dever de indenizar, dada a falha na prestação do serviço. DANOS MORAIS. Danos morais ocorrentes, diante de todos os percalços sofridos, sendo o quantum arbitrado em R$ 6.000,00, sopesadas as peculiaridades do caso concreto. APELO PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70078399169, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 18/09/2018). (TJ-RS - AC: 70078399169 RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Data de Julgamento: 18/09/2018, Décima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 24/09/2018).

CONTRATO TRANSPORTE AÉREO. ATRASO E CANCELAMENTO VOO. PROBLEMAS TÉCNICOS. MANUTENÇÃO AERONAVE. FORTUITO INTERNO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM COMPENSATÓRIO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. - Manutenção não programada da aeronave configura caso fortuito interno, inerente ao serviço prestado, que não pode ser repassado aos passageiros. Não é hipótese de excludente de responsabilidade civil - O atraso com posterior cancelamento de voo, acarretando aborrecimentos extraordinários e constrangimentos ao consumidor é causa de ofensa à dignidade da pessoa, obrigando o fornecedor à indenização dos danos morais decorrentes - A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, adequando-se quando não respeitar esses parâmetros. (TJ-RO - RI: 70295162720188220001 RO 7029516-27.2018.822.0001, Data de Julgamento: 18/02/2019)

Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.

Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais descritos pelo juízo sentenciante.

Em relação ao quantum indenizatório, não vejo motivos para redimensionamento. Isto porque, considerando que a indenização objetiva proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição, mas como um desestímulo à repetição do ilícito, tenho que o montante fixado pelo Juízo de origem – em R$ 10.000,00 (dez mil reais)– não se revela excessivo tampouco aquém do necessário para reparar os danos suportados, pelo contrário, está em consonância com o aplicado por esta Turma Recursal, devendo assim, ser mantido.

Por tais considerações, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo inalterada a sentença.

Condeno a empresa aérea ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55 da Lei nº. 9.099/95.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA

Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Manutenção Extraordinária da Aeronave. Excludente não configurada. Danos Morais. Configurados. Indenização Devida. Quantum Compensatório. Proporcionalidade e Razoabilidade. Recurso Não Provido. Sentença Mantida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01

Processo: 7079941-19.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

Data distribuição: 31/05/2023 17:03:55

Data julgamento: 05/07/2023

Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS

Advogados do(a) RECORRENTE: ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A

Polo Passivo: MAGNA VALERIA SOUSA DA SILVA

Advogados do(a) RECORRIDO: MARCO AURELIO MOREIRA DE SOUZA - RO10164-A, POLIANA ORTENCIO SOARES CUNHA - RO10156-A

RELATÓRIO.

Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.

VOTO

Conheço do recurso interposto, eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.

Em síntese, trata-se de recurso inominado interposto pela Azul Linhas Aéreas em face da sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial e condenou a companhia aérea a pagar ao consumidor o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a títulos de danos morais em razão da antecipação do voo da parte consumidora.

Pois bem.

A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

A parte autora afirma que, contratou com a companhia aérea passagem para sair de Sinop/MT no dia 03/07/2022 às 14h100m e chegada ao destino final Porto Velho/RO às 01h10 do dia 04/07/2022, no entanto, teve seu voo cancelado unilateralmente pela ré e remarcado de modo que sua saída de Sinop ocorreu dois dias antes do previsto.

A alteração do voo é questão incontroversa, sendo justificada pela empresa em razão de malha aérea.

Como se verifica, a empresa recorrente postula afastar sua responsabilidade civil usando o argumento que foi o caso de força maior, que o cancelamento se deu em razão da malha aérea.

Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que houve tão somente a alteração unilateral do contrato firmado, caracterizando-se como má prestação do serviço. Nesse sentido, o aresto:

Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não Configurado. Danos Morais Configurados. Indenização devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade.1-O cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2-A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3-A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00(dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO-RI: 70088039420198220001 RO 7008803-94.2019.822.0001, Data de Julgamento: 07/08/2019)

Como visto a alteração da programação prevista para o voo em decorrência de malha aérea não imuniza a companhia da responsabilização das sequelas vivenciadas pelos consumidores. Tampouco constitui hipótese de caso fortuito e força maior como situação apta a excluir responsabilidade civil, porquanto tais eventos não revelam imprevisibilidade e invencibilidade.
Assim, ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.
Em condenações desta natureza, deve o juízo a quo atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.
No que se refere ao quantum, considerando que a indenização objetiva proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição mas como um desestímulo à repetição do ilícito, entendo que o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) se mostra adequado para compensar os infortúnios experimentados, não devendo ser modificado.
Ante ao exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela companhia aérea recorrente, mantendo a sentença inalterada.
Condeno a empresa aérea ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55 da Lei nº. 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
EMENTA
AVIAÇÃO. ALTERAÇÃO UNILATERAL. ANTECIPAÇÃO DO VOO. RESPONSABILIDADE NÃO AFASTADA. DANO MORAL DEVIDO. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7080666-08.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 25/05/2023 22:28:01
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS
Advogados do(a) RECORRENTE: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884-A, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264-A
Polo Passivo: JULIANA OLIVEIRA REZENDE BASSANIN
Advogados do(a) RECORRIDO: LAURA CRISTINA LIMA DE SOUSA - RO6666-A, MARCOS CESAR DE MESQUITA DA SILVA - RO4646-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado nos termos da lei 9099/95.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Compulsando os autos, verifica-se quebra contratual entre a companhia aérea e a parte consumidora, com transtornos que vão muito além do dissabor, pois mediante a alteração unilateral do voo, a recorrente deixou de cumprir o serviço na forma contratada, o que resultou em um atraso excessivo.
Narra a consumidora que procedeu a compra de passagem aérea para o trecho Porto Velho/Goiânia para o dia 12/07/2022 com saída às 14h05 e chegada as 19h35, todavia, narra que seu voo foi cancelado/alterado, chegando somente as 16h00 do da 13/07/2022.
Em contestação, a recorrida alega que o voo necessitou ser alterado por motivos técnicos operacionais.
A sentença de origem foi julgada parcialmente procedente, condenando a companhia aérea a pagar a parte consumidora o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a títulos de danos morais.
Irresignada, a companhia aérea, pleiteia em sede de recurso inominado pela total improcedência da sentença, subsidiariamente pela redução do quantum indenizatório.
O cancelamento do voo é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela recorrente em virtude de motivos técnicos operacionais. Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. Nesse sentido, os arestos:
Recurso inominado. Interposição pela parte ré. Relação de consumo. Cancelamento de voo por motivos técnicos operacionais. Ausência de provas sobre o problema na aeronave que causou o cancelamento do voo. Caso fortuito interno que não exclui a responsabilidade da empresa aérea. Falha na prestação do serviço. Atraso de aproximadamente 11 horas. Autores que tiveram que seguir viagem de ônibus até Campinas e São Paulo, foram separados e, ainda, obrigados fazer nova conexão em Belo Horizonte/MG. Dever de indenizar. Dano moral configurado. Indenização fixada em R$ 10.000,00 para cada autor, totalizando em R$ 60.000,00. Valores fixados de acordo com o entendimento firmado por esta C. Turma Recursal. Respeito aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Sentença mantida pelos próprios fundamentos. Recurso improvido.
(TJ-SP - RI: 10006813720208260297 SP 1000681-37.2020.8.26.0297, Relator: Alexandre Yuri Kiataqui, Data de Julgamento: 03/07/2020, 3ª Turma Cível e Criminal, Data de Publicação: 03/07/2020)

CONTRATO TRANSPORTE AÉREO. ATRASO E CANCELAMENTO VOO. PROBLEMAS TÉCNICOS. MANUTENÇÃO AERONAVE. FORTUITO INTERNO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM COMPENSATÓRIO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. - Manutenção não programada da aeronave configura caso fortuito interno, inerente ao serviço prestado, que não pode ser repassado aos passageiros. Não é hipótese de excludente de responsabilidade civil - O atraso com posterior cancelamento de voo, acarretando aborrecimentos extraordinários e constrangimentos ao consumidor é causa de ofensa à dignidade da pessoa, obrigando o fornecedor à indenização dos danos morais decorrentes - A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, adequando-se quando não respeitar esses parâmetros. (TJ-RO - RI: 70295162720188220001 RO 7029516-27.2018.822.0001, Data de Julgamento: 18/02/2019)

Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir a recorrente incorre em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC.

Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais descritos pelo juízo sentenciante.

Em relação ao quantum indenizatório, não vejo motivos para redimensionamento. Isto porque, considerando que a indenização objetiva proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição, mas como um desestímulo à repetição do ilícito, tenho que o montante fixado pelo Juízo de origem – em R$ 10.000,00 (dez mil reais) – não se revela excessivo tampouco aquém do necessário para reparar os danos suportados, pelo contrário, está em consonância com o aplicado por esta Turma Recursal, devendo assim, ser mantido.

Por tais considerações, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo inalterada a sentença.

Condeno a empresa aérea ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55 da Lei nº. 9.099/95.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA

RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO DE VOO. DANO MORAL CONFIGURADO. INFORMAÇÕES. AUSÊNCIA. FALHA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. PROBLEMAS TÉCNICOS. PROBLEMAS OPERACIONAIS. DANO MORAL. DEVIDO. MANTIDO. PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir e o serviço a ser prestado, a companhia aérea ré incorre em descumprimento contratual, por frustrar a legítima expectativa do consumidor que acreditava poder embarcar e desembarcar conforme os termos contratuais originariamente previstos. Evidenciado a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, CDC, é cabível a responsabilização por danos morais.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR PARA O ACÓRDÃO

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01

Processo: 7026846-11.2021.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

Data distribuição: 03/03/2022 09:06:17

Data julgamento: 05/07/2023

Polo Ativo: JESSICA DA SILVA OLIVEIRA

Advogado do(a) RECORRENTE: FERNANDA NAIARA ALMEIDA DIAS - RO5199-A

Polo Passivo: GOL LINHAS AEREAS S.A.

Advogado do(a) RECORRIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059-A

RELATÓRIO Trata-se de recurso inominado interposto pela requerente em face da sentença que julgou parcialmente procedente os pedidos iniciais.

Pugna pela reforma da sentença para condenar a requerida em danos morais, face à antecipação de voo.

Contrarrazões pela manutenção da sentença.

É o breve relatório.

VOTO Conheço do recurso interposto eis que presentes os requisitos legais de admissibilidade.

Sem maiores elucubrações, tem-se que o ponto de dissentimento está na existência ou não de ato ilícito praticado pela companhia aérea.

A autora alega que, quando do embarque, foi-lhe informada que o voo teria sido antecipado em 2h, e já teria decolado.

Afirma que teve que desembolsar o valor de R$ 310,76 para aquisição de um novo bilhete, diante da negativa da companhia aérea em acomodá-la no próximo voo.

A empresa aérea, por sua vez, afirma que não houve tal antecipação/alteração, e sim NO SHOW, ou seja, a autora não compareceu para o embarque no horário previsto. Ressalta que a autora não fez prova do alegado na inicial.

Analisando os fatos narrados e a documentação apresentada, não tenho como verossímil as alegações autorais.

A requerida apresenta o extrato do voo extraído da ANAC, constando que a aeronave decolou dentro do horário, e que o embarque da parte autora não se deu, exclusivamente, por sua culpa (ID 14942117, p. 3).

Em sua exordial, a autora narra fatos que não foram minimamente comprovados. É sabido que a inversão do ônus da prova deve ocorrer com a apresentação de provas mínimas.

A informação de que o voo no qual a consumidora deveria embarcar decolou com normalidade é incontroversa.

Por conseguinte, não tendo a autora comprovado o cumprimento de sua obrigação específica (comparecimento para embarque com antecedência), ônus próprio e totalmente possível e ao respectivo alcance (hipótese que afasta a hipossuficiência e a inversão do ônus probatório neste aspecto), deve a pretensão externada ser julgada totalmente improcedente.

Não verifico a falha na prestação do serviço como alegado na inicial, cuja perda do voo ocorreu por culpa exclusiva da consumidora, ao não se apresentar para embarque dentro do horário e, com no mínimo 1 (uma) hora de antecedência, devendo a empresa requerida ser isenta de responsabilidade, nos termos do art. 14, § 3º, II do Código do Consumidor.
O caso não é de overbooking e nem mesmo de antecipação de voo (houve a decolagem e cumprimento do itinerário daquele voo), mas sim de NO SHOW.
Logo, entendo que a companhia aérea se desincumbiu de provar fato extintivo do direito do autor, em razão de sua culpa exclusiva ao se atrasar para o embarque. Desse modo, ausente qualquer conduta ilícita praticada pela companhia aérea, não há falar em dever de indenizar.
Lado outro, deve ser considerado que o recurso foi interposto pela parte autora, devendo ser mantida a condenação da ré no pagamento de indenização pelo dano material, mormente considerando que não houve impugnação por parte da requerida sendo vedada a "reformatio in pejus".
Pelo exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado apresentado pela requerente, mantendo-se inalterados os termos da sentença.
Condeno a parte recorrente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação, nos termos do artigo 55 da Lei n. 9.099/95, todavia, suspendo a sua exigibilidade, nos termos do art. 98, § 3o, do CPC, em face da parte ser beneficiária da gratuidade judiciária.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AVIAÇÃO. CANCELAMENTO DE VOO. AUSÊNCIA DE PROVA DE FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO. NO SHOW. COMPROVADO. DANO MORAL. INEXISTÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR PARA O ACÓRDÃO

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7002043-06.2022.8.22.0008 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 13/04/2023 19:19:30
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: MUNICIPIO DE ESPIGAO D'OESTE e outros
Polo Passivo: LUCIANO CRUZ DA SILVA
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso interposto eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.
Ao analisar a decisão embargada, sobretudo nos pontos mencionados pela embargante, verifico não ter havido qualquer dos vícios mencionados no art. 48 da lei nº 9.099/95.
É nítida que a irresignação manifestada por intermédio do recurso em comento visa unicamente a reapreciação do conteúdo decisório, o que não pode ser concebido por embargos de declaração.
Portanto, observa-se que houve a análise detida dos pontos necessários para convencimento do Juízo acerca dos fatos narrados no processo, de sorte que o acórdão não merece reparos.
Quanto à inexistência dos vícios previstos no art. 48 da lei 9.099/95, importante transcrever o seguinte aresto desta Turma Recursal:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. OMISSÃO. DÚVIDA. INEXISTÊNCIA. Inexistindo na decisão embargada quaisquer dos defeitos previstos no art. 48 da Lei n. 9.099/95, devem ser rejeitados os embargos de declaração. Embargos de Declaração em Recurso Inominado nº 0022254-24.2013.8.22.0001. Julgado em: 24/08/2016. Rel. Juíza Euma Mendonça Tourinho.
Oportuno relevar que é desnecessário o julgador pronunciar-se sobre todos os pontos do recurso, desde que claros e suficientes os fundamentos que embasaram a solução dada.
Sobre o tema, anotam-se os seguintes trechos de julgados do E. Superior Tribunal de Justiça:
"(…) 5. Como é cediço, o julgador não é obrigado a rebater cada um dos argumentos aventados pela defesa ao proferir decisão no processo, bastando que pela motivação apresentada seja possível aferir as razões pelas quais acolheu ou rejeitou as pretensões da parte, exatamente como se deu na hipótese em análise (…)". (AgRg no AREsp 1009720/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 05/05/2017).
"(…) 2. O julgador não é obrigado a manifestar-se sobre todas as teses expostas no recurso, ainda que para fins de prequestionamento, desde que demonstre os fundamentos e os motivos que justificaram suas razões de decidir (…)". (EDcl no AgRg no HC 302.526/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 01/02/2017).
Os embargos possuem caráter integrativo e não substitutivo da decisão, não se prestando para o reexame da matéria de mérito e/ou prequestionamento quando inexistente contradição, obscuridade e/ou omissão, afinal, toda a extensão constitucional e infraconstitucional se encontra amplamente debatida na decisão.
O entendimento aqui delineado já foi decidido em sessão plenária por esta Turma Recursal, Autos 0000439-80.2014.8.22.0018, cuja ementa segue abaixo colacionada:
EMBARGOS DECLARATÓRIOS. […] IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DOS EMBARGOS PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO.
Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores do presente recurso, resta patente o intuito infringente da irresignação, que objetiva não corrigir erro material, suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas sim reformar o julgado por via inadequada, o que não se pode admitir.
Ante o exposto, voto para REJEITAR aos embargos de declaração.
Após o trânsito em julgado, remeta-se os autos à origem.

EMENTA
Embargos de declaração. Contradição. Omissão. Obscuridade. Inexistência. Rediscussão de Matéria. Impossibilidade. Prequestionamento. Não Cabimento.
Incabíveis os embargos quando ausentes os defeitos previstos no art. 48 da Lei n° 9.099/95 e utilizado referido instrumento apenas para rediscutir a matéria meritória.
Para que o prequestionamento seja possível por meio dos embargos de declaração há necessidade de que tenha restado configurado algumas das hipóteses do artigo 1.022 do CPC.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, EMBARGOS DE DECLARACAO CONHECIDOS E REJEITADOS A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Turma Recursal - Gabinete 02
Avenida Pinheiro Machado, 777, Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76.801-235
Processo: 0800719-23.2023.8.22.9000
Classe: Mandado de Segurança Cível
Impetrante: EVALDO SCHULTZ
Advogado(a): RONILSON WESLEY PELEGRINE BARBOSA, OAB nº RO4688A, NIVALDO PONATH JUNIOR, OAB nº RO9328A
Impetrado (a): J. D. 2. V. G. D. C. D. E. D. O.
Advogado(a): SEM ADVOGADO(S)
Relator: JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
Data da distribuição: 14/07/2023
DECISÃO
RELATÓRIO
Trata-se de mandado de segurança impetrado contra ato que indeferiu a gratuidade de Justiça para a parte impetrante em sede de recurso inominado e determinou o recolhimento do preparo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de deserção.
Argumentou a parte impetrante que comprovou possuir os requisitos legais para gozo do benefício na origem, entretanto a autoridade coatora deixou de considerá-los. Requereu a concessão de liminar para garantir seu direito à assistência judiciária gratuita e, consequente, o processamento de seu recurso inominado.
Decisão
O mandado de segurança, como remédio constitucional, destina-se a proteger direito líquido e certo, não amparável por habeas corpus ou habeas data contra ato (ou omissão) marcado de ilegalidade ou abuso de poder, de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, inc. LXIV da Constituição Federal).
Do mesmo modo dispõe o artigo 1º da Lei n. 12.016/09 ao afirmar que "conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.".
No microssistema dos juizados especiais, o mandado de segurança assume natureza jurídica cautelar em face à omissão da Lei nº 9.099/95 em não regulamentar a possibilidade de interposição recursal das decisões interlocutórias, uma vez que, quando da utilização do mandado de segurança, estaria se garantindo o direito de apreciação do
PODER JUDICIÁRIO a uma lesão grave ou de difícil reparação. A partir disso, conclui-se ser inegável o uso do remédio constitucional como recurso, razão pela qual é necessário averiguar a aplicação da ferramenta "julgamento monocrático" nesses casos.
O Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade do poder do relator proferir julgamento monocrático em casos específicos, haja vista, não ser possível extrair o princípio da colegialidade do texto constitucional (Pleno, Ag. 151354-3, MG). Tem-se que é possível o julgamento monocrático do mandado de segurança manejado originariamente na Turma Recursal, como sucedâneo recursal, veiculando matéria já julgada e pacificada em órgão colegiado.
Analisando os argumentos fáticos, bem como os documentos que instruíram a petição inicial, verifica-se a existência dos pressupostos necessários para concessão da segurança vindicada pelo impetrante, isso porque juntou o ultimo contracheque com a discriminação do valor recebido demonstrando receber menos que três salários mínimos. Dessa forma, não possui condições de arcar com as custas e despesas sem refletir em seu sustento próprio e o da sua família.
Há precedentes deste Colegiado acerca do deferimento da gratuidade de justiça quando comprovada a hipossuficiência:
Mandado de segurança. Gratuidade. Comprovação da hipossuficiência financeira. Ordem concedida.
Restando demonstrada a hipossuficiência financeira do impetrante, é imperativa a concessão da segurança para que lhe seja concedido o benefício da assistência judiciária gratuita. (Destacou-se).
(MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL, Processo nº 0800005-97.2022.822.9000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 26/04/2022).
Mandado de Segurança. Ordem denegada. Recurso inominado que não foi conhecido em virtude da deserção. Aquele que pleiteia a concessão da Justiça Gratuita deve comprovar não possuir meios para arcar com as custas do processo para que seja beneficiado com a isenção. (Destacou-se).
(MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL, Processo nº 0801145-06.2021.822.9000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Data de julgamento: 07/04/2022).
Ressalta-se que a instrução do mandado de segurança em nada contribuiria para alterar a conclusão, na medida em que as provas já foram constituídas e são suficientes para firmar a decisão aqui lançada, tendo em vista que o remédio não admite dilação probatória.

Por tais considerações, CONCEDO A SEGURANÇA pleiteada para que sejam aplicados os efeitos da gratuidade de justiça e, consequentemente, seja recebido o recurso inominado na origem, se preenchido os demais requisitos, com regular prosseguimento. O faço monocraticamente, com esteio nos incisos III a V do artigo 932 do Código de Processo Civil Brasileiro.
Sem custas finais ou honorários.
Comunique-se imediatamente o juízo impetrado e, após, independentemente de decurso recursal, arquive-se.
Serve cópia desta decisão como carta/mandado/ofício.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
José Augusto Alves Martins
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Turma Recursal - Gabinete 02
Avenida Pinheiro Machado, 777, Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76.801-235
Processo: 7000711-61.2023.8.22.0010
Classe: Recurso Inominado Cível
Agravante: BANCO BRADESCO
Advogado(a) do(a) Recorrente: PAULO EDUARDO PRADO, OAB nº AL1829510, BRADESCO
Agravado(a): JOSE RODRIGUES DIAS
Advogado(a) do(a) Recorrida(o): FLAVIO LOOSE TIMM, OAB nº RO12148A
Data da distribuição: 14/07/2023
Despacho
Nos autos foi noticiado o falecimento da parte autora, ID 20596168.
Ocorrendo o falecimento da parte demandante no curso do processo, seus herdeiros podem se habilitar como sucessores, devendo ser observado o procedimento próprio de habilitação, tal como preceitua o art. 687, do CPC, in verbis:
Art. 687. A habilitação ocorre quando, por falecimento de qualquer das partes, os interessados houverem de suceder-lhe no processo.
Art. 688. A habilitação pode ser requerida:
I – pela parte, em relação aos sucessores do falecido;
II – pelos sucessores do falecido, em relação à parte.
Art. 689. Proceder-se-á à habilitação nos autos do processo principal, na instância em que estiver, suspendendo-se, a partir de então, o processo.
Houve a habilitação apenas do cônjuge Sra Maria Aparecida dias, ID 20596167.
No entanto, a certidão de óbito relata que o de cujus deixou 5 filhos.
A fim de regularizar o polo processual, intime-se o patrono da parte autora para que no prazo de 30 dias, proceda a habilitação dos demais herdeiros ou junte declaração de cedência dos direitos referentes a este processo a pessoa de Maria Aparecida Dias.
Desta feita, a teor do art. 313, I, do Código de Processo Civil, SUSPENDO o processo, pelo prazo de 30 (trinta) dias para que seja procedida a habilitação dos herdeiros.
Vindo as informações proceda a CPE com a alteração do polo ativo para Espólio de José Rodrigues Dias, e cadastre-se os herdeiros habilitados nos autos.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, e realizadas as diligências acima, venham os autos conclusos para inclusão em pauta.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
José Augusto Alves Martins
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7024891-08.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 17/03/2023 19:33:49
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: MANOEL ALVES LUZ e outros
Advogados do(a) RECORRENTE: CASSIO OJOPI BONILHA - RO7107-A, FERNANDO ARAUJO DA SILVA - RO11575-A
Polo Passivo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Trata-se de recurso inominado interposto em face da sentença que julgou improcedente os pedidos contidos na inicial. Inconformado o autor, ora recorrente, aduz, que no dia 10 de janeiro de 2022, a energia elétrica fornecida pela Ré foi interrompida sem qualquer aviso prévio, ficando por aproximadamente 24 (vinte e quatro) horas sem o fornecimento de energia. Aduz que tal situação lhe causou desconforto. Terminou pugnando pela reforma da sentença para que sejam julgados procedentes os pedidos contidos na inicial.
Pois bem.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
Na petição inicial, a parte informa que ficou sem energia elétrica em sua residência, sendo que a parte recorrente/requerida nada fez para amenizar os prejuízos sofridos pelo recorrido.
Portanto, no caso há dano moral reparável, tendo em vista que o fornecedor do serviço responde de forma objetiva, independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços (art. 14, do CDC).

Na hipótese dos autos, como a apuração da responsabilidade se relaciona com a atividade desenvolvida por pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, a hipótese, em se constatando os seus requisitos, é de aplicação da responsabilidade objetiva (art. 37, §6º, da Constituição Federal).
Como cediço, a responsabilidade objetiva, norteada pela teoria do risco administrativo, dispensa a prova de culpa da Administração. Assim, se comprovada a ocorrência do dano e sua relação de causalidade com a atividade administrativa, certa será a obrigação de indenizar.
Registro que esta Turma Recursal já julgou casos idênticos a este, conforme ementa a seguir:
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL DEVIDO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO (RECURSO INOMINADO, Processo nº 7022144-95.2016.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Enio Salvador Vaz, Data de julgamento: 21/07/2017). Grifei.
Com estas considerações, VOTO para DAR PROVIMENTO ao recurso inominado interpostos pelo recorrente para reformar a Sentença e CONDENAR a recorrida, Concessionária de Energia Elétrica, ao pagamento de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de indenização por danos morais, corrigida monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia desde a data da publicação desta decisão (Súmula 362 do STJ), com juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da publicação.
Isento o consumidor de custas e honorários eis que o deslinde do feito não se amolda as hipóteses previstas no art. 55 da Lei 9.099/95.
Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA
Consumidor. Interrupção no fornecimento de energia. Indenização por danos morais. Recurso parcialmente provido.
- Nos termos do artigo 373, I, do CPC, cabe ao autor o ônus da prova quanto ao fato constitutivo do seu direito.
- Incontroversa a falha na prestação do serviço público essencial, estará evidenciado o abalo moral ao consumidor, que merece ser indenizado.
- A fixação da compensação por danos morais tem a finalidade de proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição mas como um desestímulo à repetição do ilícito, de modo que se o juiz não observa tais parâmetros, a sentença merece ser parcialmente reformada.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7051818-11.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 23/03/2023 17:40:17
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664-A
Polo Passivo: HELENA MARIA ANTUNES DE MAIO GODOI e outros
Advogado do(a) RECORRIDO: MARCIA TEIXEIRA DOS SANTOS - RO6768-A
Advogado do(a) AUTOR: MARCIA TEIXEIRA DOS SANTOS - RO6768-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA
É incontroverso nos autos que a Unidade Consumidora de nº 0673984-9, está no nome de HELENA MARIA ANTUNES DE MAIO GODOI.
A questão é definir se o autor, FERNANDO CESAR DE MAIO GODOY, é parte legítima para pleitear o recebimento de indenização por danos morais pela falha na prestação dos serviços da requerida na interrupção do fornecimento de água ocorrida na região onde reside.
A legitimidade para causa refere-se à pertinência subjetiva do titular da relação jurídica de direito material, portanto, exige-se a existência de um vínculo entre os sujeitos da demanda e a situação jurídica afirmada, que lhes autorize figurar no polo ativo e passivo da ação.
Sabe-se que a relação jurídica entre a concessionária de serviço público de fornecimento de energia elétrica e o titular da unidade consumidora é propter personam, ou seja, é entre a empresa e o cliente que contratou os serviços.
O artigo 18 do CPC/ 2015, aduz o seguinte: ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
Diante do exposto, acolho a preliminar e RECONHEÇO a ilegitimidade ativa ad causam da parte FERNANDO CESAR DE MAIO GODOY, para postular a reparação e, por consequência, julgo extinguindo o feito, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VI do CPC.
Quanto a autora HELENA MARIA ANTUNES DE MAIO GODOI, passo à análise do mérito.
MÉRITO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Pois bem.
A questão deve ser examinada à luz do CDC, vez que se trata de relação de consumo.
A interrupção no fornecimento de energia é questão incontroversa, sendo justificado pela recorrente em razão de condições climáticas desfavoráveis. Ocorre que não cuidou a empresa em juntar elemento de prova oficial a permitir corroborar suas alegações.
Considerando, pois, que a recorrente deixou de se desincumbir do ônus de comprovar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora – inciso II do art. 373 do Código de Processo Civil – tenho que suas alegações não merecem acolhimento.

Na hipótese dos autos, como a apuração da responsabilidade se relaciona com a atividade desenvolvida por pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, a hipótese, em se constatando os seus requisitos, é de aplicação da responsabilidade objetiva (art. 37, §6º, da Constituição Federal).

Como cediço, a responsabilidade objetiva, norteada pela teoria do risco administrativo, dispensa a prova de culpa da Administração. Assim, se comprovada a ocorrência do dano e sua relação de causalidade com a atividade administrativa, certa será a obrigação de indenizar.

Contudo, há hipóteses em que o nexo causal pode ser afastado – caso fortuito, força maior ou fato exclusivo da vítima –, sendo certo que só se afasta esse nexo quando demonstrado, com segurança e consistência, a ocorrência de alguma das excludentes mencionadas. Portanto, comprovada a ocorrência do dano e sua relação de causalidade com a atividade desenvolvida pela, certa será a obrigação de indenizar.

No mais, verifico que o ato ilícito praticado pela ré, consistente na interrupção do serviço de energia elétrica, importou em transtornos à parte autora, tais como angústia, chateação e nervosismo, motivo pelo qual devido o pagamento de indenização por danos morais. Nesse sentido:

RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO – INTERRUPÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO RESIDENCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA – DANO MORAL E MATERIAL – OCORRÊNCIA – QUANTUM – ARBITRAMENTO – SENTENÇA MANTIDA. Sofre dano moral indenizável o consumidor que estando as faturas de energia elétrica pagas tem interrompido o fornecimento dos serviços. A fixação do valor da indenização por dano moral deve se nortear pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, levando-se em consideração, ainda, a finalidade de compensar o ofendido pelo constrangimento indevido que lhe foi imposto e, por outro lado, desestimular o responsável pela ofensa a praticar atos semelhantes no futuro. O quantum indenizatório por dano moral não deve ser causa de enriquecimento ilícito nem ser tão diminuto em seu valor que perca o sentido de punição.(TJ-RO – RI: 10030284720128220002 RO 1003028-47.2012.822.0002, Relator: Juíza Euma Mendonça Tourinho, Data de Julgamento: 17/05/2013, Turma Recursal – Porto Velho, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 27/05/2013.)

Em caso semelhante já se manifestou este colegiado:

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL DEVIDO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO (RECURSO INOMINADO, Processo nº 7022144-95.2016.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Enio Salvador Vaz, Data de julgamento: 21/07/2017)

Dessa forma, estabelecida a incidência do dano moral, a fixação deve ser compatível com o poder econômico da empresa recorrida e suficiente para reparar o dano do ofendido.

Quanto ao valor arbitrado, é cediço que o quantum indenizatório deve ser estipulado pelo magistrado de forma equitativa, de modo que não seja muito alto a ponto de implicar enriquecimento sem causa do ofendido, nem tão inexpressivo, sob pena de não produzir no ofensor a sensação de punição, constrangendo-o a se abster de praticar atos similares. Para tanto, devem ser consideradas as condições econômicas dos envolvidos, a culpa do ofensor e a extensão do dano causado ao ofendido.

Dessa forma, o montante dos danos morais fixados na origem (R$ 5.000,00) deve ser redimensionado para o atual entendimento deste Colegiado, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), por estar em consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, especialmente em face da situação discutida nos autos.

Por tais considerações, VOTO no sentindo de DAR PACIAL PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela concessionária para ACOLHER A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA em relação ao consumidor FERNANDO CESAR DE MAIO GODOY, e, por consequência, julgo extinguindo o feito, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VI do CPC. Quanto a autora HELENA MARIA ANTUNES DE MAIO GODOI, mantenho a sentença inalterada.

Isento de custas e honorários, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.

Oportunamente, remeta-se o feito à origem.

É como voto.

EMENTA

Consumidor. Indenização por danos morais. Preliminar ilegitimidade ativa. Suspensão fornecimento energia. Falha na prestação do serviço. Dano moral. Quantum. Sentença mantida.

– A ninguém é lícito ajuizar pretensão em nome próprio para defesa de direito alheio, salvo quando a lei assim o autorize. Reconhecida a ilegitimidade ativa ad causam, extingue-se o processo sem análise de mérito. Inteligência do art. 485, IV, do CPC.

– Nos termos do artigo 373, II, do CPC, incumbi o réu o ônus da prova fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

– Demonstrada a falha na prestação do serviço, bem como o dano gerado ao consumidor, a fornecedora de bens ou serviços responde objetivamente pelos prejuízos extrapatrimoniais do ofendido.

– O quantum indenizatório deve ser fixado em valor justo e proporcional ao abalo suportado pelo consumidor.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA ACOLHIDA. NO MÉRITO, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. TUDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS

RELATOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Turma Recursal - Gabinete 03

Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, - de 2561/2562 a 2939/2940 Processo: 7049868-98.2021.8.22.0001

Classe: Recurso Inominado Cível

Recorrente: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., IRMAOS GONCALVES COMERCIO E INDUSTRIA LTDA., CARINA DINIZ DOS SANTOS

Advogado(a): RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº MS5871A, MAGALI FERREIRA DA SILVA, OAB nº RO646A, HIAGO LISBOA CARVALHO, OAB nº RO9504A, GENIVAL DE OLIVEIRA SOUZA, OAB nº RO9595A, RICHARD HARLEY AMARAL DE SOUZA, OAB nº AC3484, ENERGISA RONDÔNIA, ENERGISA RONDÔNIA
Recorrido (a): CARINA DINIZ DOS SANTOS, ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., IRMAOS GONCALVES COMERCIO E INDUSTRIA LTDA.
Advogado(a): GENIVAL DE OLIVEIRA SOUZA, OAB nº RO9595A, RICHARD HARLEY AMARAL DE SOUZA, OAB nº AC3484, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº MS5871A, MAGALI FERREIRA DA SILVA, OAB nº RO646A, HIAGO LISBOA CARVALHO, OAB nº RO9504A, ATILA DAVI TEIXEIRA, OAB nº RO11012A, LUKAS PINA GONCALVES, OAB nº RO9544A, ENERGISA RONDÔNIA, ENERGISA RONDÔNIA
Data da distribuição: 14/09/2022
DECISÃO
Vistos e etc…,
Considerando a falha no sistema PJE que excluiu o acórdão e impossibilitou a publicação, transcrevo-o abaixo para os devidos fins:
"RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos da Lei nº 9.099/95. VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos embargos. Pela análise dos fundamentos apresentados, nota-se que a pretensão recursal consiste em tentativa única de ver rediscutida a matéria, com o fim de lhe conferir efeitos infringentes, o que não é permitido juridicamente nesta esfera recursal. Assim, não possui razão a parte embargante uma vez que não demonstrou a ocorrência de omissão, contradição ou obscuridade, motivo pelo qual os embargos se mostram incabíveis. Neste sentido: EMENTA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÕES INEXISTENTES. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. Incabíveis os embargos de declaração quando não estão presentes quaisquer das hipóteses do art. 48 da Lei 9.099/95. Os embargos de declaração não podem ter efeitos infringentes, possibilitando à parte rediscutir o que já foi analisado no acórdão, o que só se admite em situações excepcionais, o que não é o caso dos autos em que o acórdão foi proferido em conformidade com a jurisprudência já pacificada desta Turma Recursal. EMBARGOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA À UNANIMIDADE (TJRO - Turma Recursal - 0016798-90.2013.8.22.0002, Data de Julgamento: 30/10/2014). Ademais, considerando o atual posicionamento do c. Superior Tribunal de Justiça, o qual consolidou que o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão, ressalta-se que a decisão impugnada apresentou, de forma satisfatória, os motivos que levaram ao julgamento de procedência do pedido inicial. A propósito: "PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA. 1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço. 2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. 3. No caso, entendeu-se pela ocorrência de litispendência entre o presente mandamus e a ação ordinária n. 0027812-80.2013.4.01.3400, com base em jurisprudência desta Corte Superior acerca da possibilidade de litispendência entre Mandado de Segurança e Ação Ordinária, na ocasião em que as ações intentadas objetivam, ao final, o mesmo resultado, ainda que o polo passivo seja constituído de pessoas distintas. 4. Percebe-se, pois, que o embargante maneja os presentes aclaratórios em virtude, tão somente, de seu inconformismo com a decisão ora atacada, não se divisando, na hipótese, quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil, a inquinar tal decisum. 5. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016).". Os embargos possuem caráter integrativo e não substitutivo da decisão, não se prestando para o reexame da matéria de mérito e/ou prequestionamento quando inexistente omissão ou contradição, afinal, toda a extensão constitucional e infraconstitucional se encontra amplamente debatida na decisão. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam, VOTO no sentido de conhecer e NÃO ACOLHER os presentes embargos de declaração, mantendo o acórdão vergastado por seus próprios fundamentos. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem. É como voto. EMENTA Embargos de Declaração. Ausência de Omissão, Obscuridade ou Contradição. Rediscussão de Matéria. Impossibilidade. Precedentes do STJ. Embargos Rejeitados. Decisão Mantida. Incabíveis os embargos de declaração quando não estão presentes quaisquer das hipóteses do art. 48 da Lei 9.099/95. Consoante firme posicionamento adotado pelo c. Superior Tribunal de Justiça, o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, EMBARGOS DE DECLARACAO CONHECIDOS E REJEITADOS A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Porto Velho, 01 de Março de 2023 Desembargador ARLEN JOSE SILVA DE SOUZA RELATOR"
Porto Velho, 17 de julho de 2023
João Luiz Rolim Sampaio
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 03
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, - de 2561/2562 a 2939/2940 Número do processo: 7001989-07.2022.8.22.0019
Classe: Recurso Inominado Cível
Polo Ativo: VALDEMIR SOARES SANTOS
ADVOGADO DO RECORRENTE: GISLENE TREVIZAN, OAB nº RO7032A
Polo Passivo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
ADVOGADOS DOS REPRESENTANTES PROCESSUAIS: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº MS5871A, ENERGISA RONDÔNIA, ENERGISA RONDÔNIA

DECISÃO
Atento aos pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, verifico que o pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita não veio acompanhado de documentação capaz de comprovar que o recorrente faz jus ao benefício.
Desta feita, sendo a presunção apenas relativa da condição de necessitado, carecendo de provas imediatas e carreadas com o respectivo pleito, INDEFIRO a gratuidade judiciária reclamada, posto que não comprovada a condição de pobreza ou necessitado (recorrente não juntou documentos - CTPS, IRPF, contracheque -, que comprovassem satisfatoriamente a incapacidade financeira, presumindo conseguir arcar com o encargo das custas processuais, que equivalem a apenas 5% - cinco por cento – do valor dado à causa) e CONCEDO à parte recorrente, por outro lado e excepcionalmente, o prazo improrrogável de 48h (quarenta e oito horas) para que efetue e comprove o preparo, sob pena de DESERÇÃO.
Expirado o prazo e não havendo a diligência financeira, retornem conclusos para decreto de DESERÇÃO.
Caso contrário, retornem para efetivo juízo de admissibilidade e julgamento do recurso.
INTIME-SE, servindo-se a presente de MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO via sistema PJe (LF 11.419/2006), diligência de Oficial de Justiça ou DJe, conforme o caso e meio mais rápido.
CUMPRA-SE.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
João Luiz Rolim Sampaio
Juiz de direito

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7022232-26.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 18/05/2023 15:37:22
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: EDINALVA COSTA DE PAIVA DA SILVA
Advogados do(a) RECORRENTE: ELISANGELA CANDIDA RODRIGUES - RO9390-A, MARIA CLARA DO CARMO GOES - RO198-A
Polo Passivo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogados do(a) RECORRIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871-A
RELATÓRIO Dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”
Para melhor visualização da decisão, transcrevo-a na íntegra:
SENTENÇA
Trata-se de pedido de reparação por danos materiais (R$ 1.322,21) e danos morais (R$ 20.000,00) em razão de suposta falha na prestação de serviços da requerida. A requerente narra em resumo que reside em Porto Velho/RO e alugou para terceira pessoa um apartamento que possui em Guajará-Mirim/RO. A inquilina solicitou junto à Energisa a ligação de energia elétrica no referido apartamento. Sustenta que a primeira vistoria realizada pela concessionária de energia elétrica foi equivocada e exigiram a troca da caixa de ferro por uma caixa padrão acrílico policarbonato e no dia 04/09/2021. Outra equipe “reprovou” a vistoria anterior e exigiu 4 caixas de policarbonato. Segundo assevera, a conduta da requerida lhe obrigou a efetuar gastos desnecessários com deslocamento de Porto Velho a Guajará Mirim, eletricista e a caixa de policarbonato inutilizada, além de ter sido obrigada a hospedar-se na casa do ex-marido e ex-sogra recém separada.
A requerida em defesa suscitou preliminar de ausência de interesse de agir. Quanto ao mérito pugna pela improcedência dos pedidos iniciais, pois teria cumprido com todos os prazos e trâmites informados na resolução 414/ANEEL.
Da preliminar de ausência de interesse de agir
Quanto à necessidade de pedido administrativo prévio, tem-se que, por muito tempo o prévio requerimento administrativo era visto como indispensável, uma vez que, se esta etapa não fosse cumprida, a parte autora não teria interesse de agir, que é uma das condições da ação. Com a constitucionalização do princípio da inafastabilidade da jurisdição, art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, esse entendimento passou a ser pouco a pouco modificado. Hoje prevalece o entendimento que as esferas administrativa e judicial são independentes e que não há necessidade de prévio requerimento administrativo para o ajuizamento de demandas judiciais. Razão pela qual rejeito a preliminar.
Passo ao mérito.
Os documentos acostados ao feito indicam que a pretensão autoral não merece acolhimento. Isso porque inexiste nos autos prova do nexo de causalidade entre a conduta da requerida e o dano alegado.
Em análise aos documentos anexos aos ID’s 75185427 e 75186588 constata-se que não se trata de erro na primeira vistoria, mas sim de incompletude. Na primeira ocasião o eletricista registrou a necessidade de caixa de policarbonato e, em nenhum momento, registrou que seria apenas uma. A segunda vistoria, entretanto, foi mais esclarecedora, registrando todos os itens que necessitavam de adequação na unidade consumidora, além da caixa de policarbonato para os quatro apartamentos. Faltavam condutores do ramal de entrada e conclusão da entrada de serviço.
Ou seja na segunda visita foram constatados mais itens necessários de adequação no padrão instalado na unidade, o que não significa que a primeira estava equivocada e foi inútil.
Tudo ocorreu dentro de um prazo razoável de tempo. A primeira vistoria se deu em 01/9/2021 e a segunda já no dia 04/9/2021, de fato dentro do prazo estabelecido pela ANEEL.
Não se pode atribuir à concessionária de energia elétrica o ônus da autora de residir em outra cidade e precisar se deslocar para resolução do problema, tampouco o local em que se hospedou na cidade de Guajará-Mirim. São escolhas pessoais e não devem ser atribuídas à empresa requerida. Acaso a empresa houvesse excedido tempo considerável para verificar a incompletude poderia até cogitar falha na prestação do serviço, mas ocorreu com apenas dois dias de diferença.

Não restou comprovado nenhum agir ilícito por parte da requerida que excedesse o razoável. A constatação de mais itens para verificação do padrão em vistoria tão próxima uma da outra não pode ser considerada falha tão grave apta a ensejar a reparação civil almejada na inicial.
Não há razão para que a autora seja indenizada materialmente ou moralmente pela situação que ocorreu em virtude das suas condições pessoais (residir em outra cidade e hospedar na casa do ex-marido/sogra).
Ante a ausência de prova mínima do fato constitutivo do direito da parte autora, consoante dispõe o art. 373, I, do CPC, a improcedência dos pedidos iniciais é de rigor.
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS e, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, extingo o feito, com resolução de mérito.
Sem custas e honorários advocatícios nesta fase arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995.
Após o trânsito em julgado, arquive-se.
Intimem-se.
Considerando os elementos fáticos e documentais, a sentença analisou detidamente todos os pontos necessários para a elucidação do caso.
Os princípios informadores do Juizado devem prestigiar a simplicidade e favorecer a defesa do consumidor. No entanto, não se pode abrir mão da segurança jurídica e do ônus de o consumidor provar o que alega.
Ante o exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, mantendo-se inalterada a sentença.
Condeno a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sob o valor da causa, nos termos da Lei 9.099/95, ressalvada a gratuidade da justiça.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. ENERGIA ELÉTRICA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO DEMONSTRADA. DANO MATERIAL E MORAL NÃO EVIDENCIADO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA.
- É ônus do autor provar fato constitutivo de seu direito, consoante determina o artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil. O consumidor deve se mostrar minimamente diligente naquilo que estava ao seu alcance probatório.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7011593-28.2022.8.22.0007 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 25/05/2023 15:54:19
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: SALETE GUARNIERI DUBIANI
Advogado do(a) RECORRENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391-A
Polo Passivo: MUNICIPIO DE CACOAL
RELATÓRIO Trata-se de Ação de Cobrança manejada em face do Município de Cacoal, pela qual alega a parte autora que com a transmudação do regime celetista para o estatutário amparado pela lei 3.577/2016, tem direito à averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio inerentes aos titulares deste regime.
Assim, requer o pagamento das verbas, bem como seus reflexos desde sua contratação pelo regime celetista.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o relatório.
VOTO Conheço do recurso interposto eis que presentes os requisitos legais de admissibilidade.
Pretende o apelante o reconhecimento de direitos retroativos referente a averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio, em razão do exercício do cargo de Agente Comunitário de Saúde, inicialmente sob o regime celetista, posteriormente transposto para o regime estatutário.
A sentença recorrida reconheceu a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 3.577-2016 que transformou o cargo público de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias de celetista para estatutário.
A despeito das razões expostas pelo recorrente, entendo que a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos. Explico.
Conforme se extrai dos autos, o recorrente foi contrato nos idos de 2003 para exercer emprego público de natureza celetista e temporário, através de processo seletivo simplificado.
A questão é tratada pela EC nº 51/2006, que em seu artigo 2º, parágrafo único, estabelece que:
Art. 2º Após a promulgação da presente Emenda Constitucional, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias somente poderão ser contratados diretamente pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios na forma do § 4º do art. 198 da Constituição Federal, observado o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar de que trata o art. 169 da Constituição Federal.
Parágrafo único. Os profissionais que, na data de promulgação desta Emenda e a qualquer título, desempenharem as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, na forma da lei, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição Federal, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação .
Conforme se extrai, o texto legal apenas reconheceu a desnecessidade de os profissionais que já se encontravam no exercício da profissão por ocasião da sua promulgação, realizarem novo processo seletivo. Isso não significa dizer que a norma constitucional reconheceu a existência de direito a efetividade ou de outros direitos próprios dos servidores efetivos.

Por ter sido admitido em processo seletivo simplificado, não pode o recorrente almejar os mesmos direitos dos servidores efetivos, pois o cargo por ele desempenhado não é cargo de provimento efetivo e, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade. Nesse ponto é que se estabelece a inconstitucionalidade da Lei Municipal, que reconheceu aos Agentes Comunitários direitos que a própria Constituição Federal não reconheceu.

Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial, senão vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO ORDINÁRIO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO E LICENÇA-PRÊMIO. DIREITOS INERENTES AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO. EXTENSÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. 1. Não há amparo legal para estender os benefícios previstos para os servidores efetivos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itumbiara aos agentes comunitários de saúde, contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Administração Municipal, mediante processo seletivo simplificado. 2. Os cargos de agente comunitário de saúde e de combate às endemias não são cargos de provimento efetivo e são, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade . 3. A licença-prêmio e o adicional por tempo de serviço não se coadunam com o caráter precário e transitório dos cargos ocupados por servidores contratados sem concurso público e sem a característica da estabilidade. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, PORÉM DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. (TJGO, Apelação (CPC) 0365594-67.2015.8.09.0087, Rel. JEOVÁ SARDINHA DE MORAES, 6ª Câmara Cível, julgado em 20/07/2017, DJe de 20/07/2017) (destaquei).

Ressalte-se, ainda, que embora o STF tenha reconhecido aos Agentes Comunitários de Saúde, contratados antes da emenda constitucional 51/2006, bem como da lei nº 11.350/2006, o direito de continuarem com vínculo com a administração pública, este se dá de forma precária. Vejamos:

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. CONTRATO TEMPORÁRIO. EC Nº 51/06. PRETENSÃO DE EFETIVAÇÃO NO CARGO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA À REGRA CONTIDA NO ART. 37, II, DA CF/88. INTELIGÊNCIA DO ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO DA EC 51/2006. SELEÇÃO SIMPLIFICADA ANTERIOR APENAS PARA MANTER VIGENTES OS CONTRATOS JÁ EXISTENTES. REEXAME NECESSÁRIO A QUE SE DA PROVIMENTO. APELO PREJUDICADO. […] 2. O cerne da questão em apreço reside em verificar se é legítimo ou não efetivar o autor no cargo efetivo de Agente Comunitários de Saúde, em razão do que preceituam a EC nº 51/06, a Lei Federal nº 11.350/06 e a Lei Municipal nº 226/2008, assegurando a estabilidade no emprego às pessoas que estão exercendo atividade temporária, através de seleção simplificada. 3. É cediço que a Emenda Constitucional nº 51, de 14/02/2006, visando pôr fim à questão das contratações temporárias dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, dispôs sobre o ingresso dos profissionais de saúde no serviço público, determinando, a partir das modificações implementadas pelo seu art. 1º, a necessidade de realização de processo seletivo público para a admissão, por parte dos gestores locais do SUS, dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. 4. Preocupou-se, ainda, a aludida emenda em regular a situação daqueles profissionais que, ao tempo de sua promulgação, já exerciam as atividades mencionadas, inclusive por força de contratos temporários, como no caso em tela. 5. Com a finalidade de regulamentar o § 5º, do art. 198 da CF, restou editada a Lei Federal nº 11.350, de 05/10/2006, que dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único, do art. 2º da EC no 51/2006. 6. É, com base nestes dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que o demandante pleiteia o direito à efetivação no cargo de Agente Comunitário de Saúde, contudo, verifico que não lhe assiste razão. 7. Após a EC 51/2006 não significa dizer que passou a existir direito à estabilidade para agentes comunitários contratados temporariamente, como se esses tivessem sido submetidos a concurso de provas ou de provas e títulos nos termos do art. 37, II, da CF. 8. Da leitura dos supracitados dispositivos legais, é lícito inferir que aos profissionais contratados de forma temporária antes da promulgação da EC 51/2006 ficou assegurada, apenas, a dispensa da participação em novo processo seletivo para manutenção do contrato com o poder público. 9. Não podem os servidores temporários almejar a efetivação definitiva no cargo público, pois estão vinculados ao Quadro Municipal de maneira precária, nos termos do art. 37, IX da CF, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, por tempo estabelecido. 10. No caso dos autos, não há demonstração de que a seleção a que restou submetido o autor para o exercício da função de Agente Comunitário de Saúde tenha obedecido aos princípios e critérios instituídos pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 51/2006 e pelo art. 9º da Lei nº 11.350/2006. Na verdade os documentos colacionados pelo Município às fls. 180/184 revelam que o demandante passou por uma seleção simplificada, mas nada que se compare a um concurso público e todas as suas regras e exigências legais. 11. Necessário esclarecer que o art. 9º da Lei 11.350/06 dispôs expressamente que a contratação de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias deverá ser precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por esse motivo, somente tem vez, a certificação de anterior processo de seleção, quando realizado nesses termos, consoante expressamente prevê o parágrafo único do referido dispositivo legal, outrora transcrito. 12. As modificações introduzidas pela EC nº 51/06 não excepcionaram a regra de exigência de concurso para fins de acessibilidade aos cargos públicos, e diferentemente da interpretação emprestada pelo magistrado a quo, não vieram assegurar a estabilidade àqueles agentes comunitários de saúde contratados de forma temporária que haviam ingressado no cargo através de processo seletivo, mas tão somente possibilitar a manutenção dos contratos, desde que tenham sido firmados mediante processo seletivo anterior. 13. Neste contexto, merece ser reformada a sentença que garantiu ao autor o direito de permanência no cargo efetivo de agente Comunitário de Saúde no Município de Jaboatão dos Guararapes como servidor efetivo, porque para isso ele precisaria ter sido aprovado em concurso de provas ou de provas e títulos, e não somente em seleção simplificada para atender excepcional interesse público. 14. Reexame Necessário provido reformando-se in totum, a decisão vergastada. Prejudicado o apelo voluntário. 15. Impõe-se a inversão do ônus sucumbencial, cabendo à parte autora o pagamento das custas e dos honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspensa a execução da verba honorária por até 05 anos subsequentes ao trânsito em julgado da sentença, nos moldes do artigo 98, § 3º, do CPC/2015. (TJ-PE - APL: 4957404 PE, Relator: Waldemir Tavares de Albuquerque Filho, Data de Julgamento: 20/08/2019, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 10/09/2019).

Nesse viés, não há que se falar em legalidade da norma municipal que converteu o regime jurídico do servidor sem exigência de concurso público, passando de um “status” de não estável para estável, contrariando o art. 19 da ADCT.

EMENTA- TRANSMUDAÇÃO DO REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO A CONCURSO PÚBLICO. ESTABILIDADE GARANTIDA NA FORMA DO ART. 19 DO ADCT. 1. A estabilidade de que trata o art. 19 do ADCT não confere ao servidor público contratado sob o regime celetista o direito à automática transmudação para o regime estatutário sem a prévia realização de concurso público, sendo-lhe assegurado apenas o direito aos depósitos do FGTS. 2. Apelo conhecido e desprovido. (TJ-MA - AC: 00005879120148100126 MA 0291732017, Relator: PAULO SRGIO VELTEN PEREIRA, Data de Julgamento: 30/04/2019, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/05/2019 00:00:00)

Conclui-se que transmudação do regime celetista para o estatutário não é considerada válida. O direito de receber as vantagens adquiridas por um servidor público nomeado através de concurso não pode ser estendido a um servidor nomeado através de um processo simplificado.
Desse modo, a confirmação da sentença é medida que se impõe.
Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo-se incólume a sentença combatida.
Deixo de condenar o recorrente no pagamento das verbas de sucumbência, reconhecendo sua hipossuficiência financeira, conforme evidenciado pelas fichas financeiras que instruíram a inicial.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO.AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. REGIME CELETISTA TRANSPOSIÇÃO PARA O REGIME ESTATUTÁRIO. LEI MUNICIPAL INCONSTITUCIONALIDADE. INEXISTÊNCIA DE ESTABALIDADE E EFETIVAÇÃO DEFINITVA.
O cargo de agente comunitário, contratado através de processo seletivo simplificado, é de vinculo precário, não admitindo efetivação definitiva e estabilidade.
Deve ser considerada inconstitucional, lei municipal que prevê a transposição para o regime estatutário de servidores inicialmente contratados em processo seletivo simplificado, sob regime celetista, para emprego público temporário de agente comunitário de saúde.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7029182-85.2021.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 18/01/2022 17:28:08
Data julgamento: 10/10/2022
Polo Ativo: BANCO ITAUCARD S.A. e outros
Advogado do(a) AUTOR: ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO - BA29442-A
Advogados do(a) AUTOR: JOAO VITOR SOLER DOS REIS - RO10177-A, KARINA ROCHA PRADO - RO1776-A
Polo Passivo: ISAIAS PEREIRA DA SILVA e outros
Advogados do(a) AUTOR: KARINA ROCHA PRADO - RO1776-A, JOAO VITOR SOLER DOS REIS - RO10177-A
Advogado do(a) AUTOR: ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO - BA29442-A
RELATÓRIO Dispensado nos termos da Lei nº 9.099/95.
VOTO Conheço do recurso interposto eis que presentes os requisitos legais de admissibilidade.
O cerne da demanda reside basicamente na alegação de quitação do débito que deu ensejou a indicação do nome da parte autora no rol dos mais pagadores, causando danos ofensivos à sua honra subjetiva, que suportou diminuição patrimonial e sentimento de impotência, mesmo após quitação total do débito.
Do conjunto probatório constante do feito, demonstram que a requerida está cobrando a parcela com vencimento em 17/02/2021, sem observar, contudo, que já houve o efetivo pagamento da referida parcela, conforme comprovante anexado (58651367 - Pág. 5), demonstrando-se, portanto, a desorganização administrativa do banco requerido.
A instituição financeira, em sua defesa, não trouxe nenhum elemento probatório a justificar a inscrição da parte recorrida nos cadastros de restrição ao crédito (SERASA).
Desse modo verifico que a negativação foi indevida e houve ato ilícito da recorrente que enseja reparação.
Quanto ao dano moral, verifico que restou configurado uma vez que não foi cumprido o procedimento de quitação integral do empréstimo informado para a recorrente, causando-lhe frustrações e desconfortos a ponto de ultrapassar o mero dissabor do cotidiano.
Quanto à fixação da indenização decorrente do dano moral, devem ser analisadas as peculiaridades do caso concreto, sopesando especialmente as condições econômicas e sociais do ofensor, as circunstâncias do fato e a culpa dos envolvidos, a extensão do dano e seus efeitos, sem se esquecer que a indenização deve ser suficiente para reparar o dano, não podendo importar em enriquecimento sem causa, em face de seu caráter pedagógico.
Assim, entendo que o valor fixado pelo juiz sentenciante em R$ 10.000,00 (dez mil reais) é suficiente para reparar o dano.
Por tais considerações, VOTO no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela requerida, mantendo-se inalterado os termos da sentença.
Condeno a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor da causa, nos termos da Lei 9.099/95.
Oportunamente, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. DÉBITO. QUITADO. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Setembro de 2022
Desembargador CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7070105-22.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 19/06/2023 17:20:58
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ONILDO DOURADO FREITAS LOBO
Advogado do(a) RECORRENTE: JOAO PAULO SILVINO AGUIAR - RO336486-A
Polo Passivo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogados do(a) RECORRIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664-A, ESTEVAO ARAUJO PAIVA DE CASTRO FILHO - PB29838-A
RELATÓRIO
Trata-se de recurso inominado interposto pela parte autora em face da sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial para declarar a inexigibilidade do débito referente a recuperação de consumo, no valor de R$ 3.912,14.
A insurgência da parte autora, ora recorrente, é quanto ao dano moral, o qual não foi reconhecido pelo Juízo de origem. Alega que em razão da conduta ilícita da ré deve ser compelida ao pagamento de indenização por danos morais.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o relatório.
VOTO
Conheço o recurso, eis que presentes os requisitos legais de admissibilidade.
A inconformidade da parte autora cinge-se a indenização por danos morais não acolhida na origem.
Ressalta-se que o fato de a concessionária realizar inspeção no medidor e a partir daí efetuar cobranças de débitos pretéritos, por si só, não enseja a reparação por danos morais, devendo ser comprovado que o aborrecimento suportado pelo ofendido tenha causado violação aos direitos da personalidade ou abalo emocional e psicológico, causando limitação ao exercício de atividades até então desenvolvidas normalmente pelo ofendido.
Não há relato nos autos de que a cobrança da “recuperação de consumo” foi vexatória. A parte autora não comprovou que teve seu nome negativado e nem mesmo que houve a suspensão do fornecimento de energia elétrica. Também não consta dos autos qualquer protocolo de reclamação junto a ré ou ao PROCON referente ao débito impugnado na inicial. É pacífico o entendimento jurisprudencial de que a simples cobrança indevida é incapaz de caracterizar dano moral indenizável.
No caso, os dissabores experimentados pela parte autora espelham mero aborrecimento por fato da vida cotidiana, a que todos estão sujeitos, principalmente no que diz respeito à relação entre consumidor e concessionária de serviço público, não havendo que se falar em compensação por danos morais na situação posta.
Por tais considerações, VOTO no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso apesentado, mantendo-se a sentença inalterada.
Condeno a parte recorrente ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, esses fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 55 da Lei n. 9.099/95, ressalvada a justiça gratuita deferida.
Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.
É como voto.
EMENTA
Consumidor. Recuperação de consumo. Débitos inexistentes. Mera cobrança. Dano moral não comprovado.
A mera cobrança de fatura de energia de recuperação de energia, sem a devida comprovação de que houve lesão aos direitos da personalidade do autor, por si só, não geram o dever de indenizar, posto que enquadra-se em mero aborrecimento da vida civil.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7005205-24.2022.8.22.0003 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 30/05/2023 20:23:03
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogados do(a) RECORRENTE: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664-A, KESIA SILVA OLIVEIRA - PB25948-A, MICAELLA CAMPOS GONCALVES DE MORAIS - PB23978-A
Polo Passivo: DANILTON JOSE DA SILVA
Advogado do(a) RECORRIDO: JOSE LUIZ BISSOLI DA SILVA - RO9880-A
RELATÓRIO Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais decorrentes da negativação indevida.
A sentença julgou procedentes os pedidos da parte autora.
Irresignada a parte requerida recorre alegando que agiu tão somente no exercício regular do direito e terminou pugnando pela reforma da sentença, ou, subsidiariamente, a redução do quantum indenizatório.
VOTO Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Destaco que a sentença, no que concerne a recuperação de consumo, está de acordo com o atual entendimento deste colegiado, no sentido de que após a inspeção o consumo na unidade consumidora da parte autora se manteve na mesma média, denotando-se que o relógio medidor não estava desregulado. Sendo assim, forçoso concluir que há ilegalidade na cobrança das faturas questionadas, posto que pela parte autora não foi auferido nenhum benefício. Nesse sentido:

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS. CONSUMIDOR. ENERGIA ELÉTRICA. TROCA DO MEDIDOR SOB A ALEGAÇÃO DE INSPEÇÃO PERIÓDICA. LAUDO ATESTANDO QUE O DISCO ESTARIA TRANCANDO. DEGRAU NO CONSUMO NÃO VERIFICADO. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO INDEVIDA. FATURA JUNTADA A DEMONSTRAR QUE O CONSUMO DIMINUIU DE FORMA SIGNIFICATIVA APÓS A TROCA, EM RELAÇÃO AO PERÍODO ANTERIOR À SUPOSTA IRREGULARIDADE. BENEFÍCIO EM FAVOR DO CONSUMIDOR NÃO COMPROVADO. DÉBITO CORRETAMENTE DESCONSTITUÍDO. DANOS MORAIS INEXISTENTES. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJ-RS - Recurso Cível: 71009211855 RS, Relator: Luis Antonio Behrensdorf Gomes da Silva, Data de Julgamento: 23/04/2020, Quarta Turma Recursal Cível, Data de Publicação: 06/05/2020).

Quanto a condenação da requerida ao pagamento dos danos morais, este deve ser afastado posto que não houve prova do fato constitutivo do direito da parte autora, ônus previsto no art. 371, I, do CPC, em razão da ausência de comprovação da negativação através de certidão emitida pelos órgãos oficiais.

Destaco que, muito embora se mostre viável a inversão do ônus da prova, neste ponto, tal benesse não afasta a obrigação da parte autora/recorrida de comprovar, minimamente, os fatos que comprovam o direito alegado.

O documento colacionado pela parte autora de ID 20010207, foi emitido pela internet, e por não ser emitido por órgão oficial impede a verificação de eventuais inscrições anteriores, situação que frustraria o pleito indenizatório da parte autora.

Embora o juízo de origem tenha reconhecido a idoneidade do documento acostado na inicial, para fins de comprovação do dano moral, este juízo tem entendimento consolidado no sentido de que a prova da negativação deve ser realizada através de documento oficial do órgão de proteção ao crédito, comprovando assim, a inexistência de negativações anteriores, posto que ao teor da Sumula 385 do STJ, a legítima inscrição negativa preexistente inibe o pleito indenizatório. Vide julgado de minha relatoria:

Recurso inominado. Juizado Especial. Negativação indevida. Comprovação. Certidões de balcão. Ausência de juntada. Dano moral. Não ocorrência.

1. A fim de afastar a incidência da súmula 385 do STJ faz-se necessária juntada das certidões de balcão dos principais órgãos de cadastro de inadimplentes.

2. Não demonstrado que o consumidor não possui outras inscrições nos órgãos de cadastro de inadimplentes, a improcedência do pedido indenizatório é medida que se impõe. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7028355-45.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator (a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 28/07/2020.

Ausente a comprovação da inscrição indevida por meio oficial revela-se incabível a pretensão indenizatória, ressalvado apenas o direito da inexigibilidade da dívida e o cancelamento da restrição visto que a Concessionária não fez prova da constituição do débito.

Por tais considerações, VOTO para DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado da parte requerida, apenas para afastar a condenação desta ao pagamento de indenização por danos morais nos termos da fundamentação acima. Mantendo-se inalterados os demais termos da sentença.

Sem custas e honorários.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA RECURSO INOMINADO. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. IRREGULARIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA DO BENEFÍCIO AUFERIDO PELO AUTOR. DÉBITOS INEXISTENTES. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANOS MORAIS NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE JUNTADA DE CERTIDÃO OFICIAL EMITIDA POR ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO.

Segundo a jurisprudência do STJ os débitos pretéritos apurados por fraude no medidor de consumo, causados pelo consumidor, podem ser cobrados por meio do processo de recuperação, desde que observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Quando os relatórios demonstram que o consumo da unidade diminuiu ou se manteve na mesma média após a inspeção, não há que se falar em cobrança de recuperação de consumo pois ausente provas de benefícios auferidos pelo consumidor.

Para fins de pleito indenizatório fundado em inscrição negativa é necessário a juntada de documento oficial emitido pelos órgãos de proteção ao crédito. Ausente esta prova, não há que se falar em indenização por danos morais.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02

Processo: 7061297-28.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS

Data distribuição: 19/06/2023 07:47:47

Data julgamento: 05/07/2023

Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Advogados do(a) RECORRENTE: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664-A, ESTEVAO ARAUJO PAIVA DE CASTRO FILHO - PB29838-A

Polo Passivo: JANE TEREZINHA DA SILVA

Advogados do(a) RECORRIDO: DEBORAH INGRID MATOSO RIBAS NONATO - RO5458-A, JOICE SANTOS LEVEL - RO7058-A, SUZENIR BALIEIRO DA ROCHA - RO9155-A

RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos da Lei n° 9.099/95.

VOTO Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.

Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.

“Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”.

Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:

SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de Procedimento do Juizado Especial Cível em que JANE TEREZINHA DA SILVA demanda em face de ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Cuida-se de ação de indenização por danos morais, ajuizada em razão de falha na prestação do serviço por parte da concessionária de serviço público, tendo em vista a interrupção do fornecimento de energia elétrica em Candeias do Jamari às 14h do dia 23/09/2021, restabelecida somente às 16h do dia 25/09/2021.
Dispensado o relatório, nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.
É o resumo do necessário. DECIDO.
FUNDAMENTAÇÃO
Deixo de observar a ordem cronológica de conclusão, por se tratar de julgamento de sentença temática o que possibilita celeridade processual.
Da impugnação à concessão de gratuidade judiciária
Quanto a impugnação de pedido de concessão de justiça gratuita, cumpre destacar que nos Juizados Especiais Cíveis o acesso ao primeiro grau de jurisdição não depende do pagamento de custas, taxas ou despesas (art. 54 da LF 9.099/95), razão pela qual a análise de eventual pedido de concessão de gratuidade da justiça fica postergada ao momento do juízo de admissibilidade de eventual recurso.
Sendo assim, rejeito todas as defesas preliminares e passo ao mérito da demanda.
Do julgamento antecipado
Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder”. (STJ - 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).
Ademais, o magistrado é o destinatário das provas, podendo indeferir as que julgar desnecessárias ou inoportunas, nos moldes do art. 370 do CPC.
No presente caso concreto a questão de mérito é unicamente de direito, devendo ser observado o art. 355, I do Código de Processo Civil, segundo o qual o juiz deverá conhecer diretamente do pedido, proferindo sentença, quando não houver necessidade de produzir prova em audiência.
Do mérito
Superadas as questões preliminares, passo pois, à análise do mérito.
Trata-se de ação de indenização por danos morais onde o autor pretende ser indenizado pelos danos morais decorrentes da interrupção no fornecimento de energia elétrica que, segundo a parte autora, durou mais de 48 (quarenta e oito) horas na localidade onde reside – no município de Candeias do Jamari/RO.
O caso retrata situação típica de relação consumerista, estando bem delineadas as figuras do consumidor (requerente – CDC, arts. 2º, 17 e 29) e do fornecedor do serviço (requerido – CDC, art. 14), de modo que lhe é aplicável a teoria objetiva da responsabilidade civil, em razão da qual é devida indenização ao consumidor lesado desde que comprovado o dano sofrido e o nexo de causalidade entre este e a conduta do respectivo causador.
A inversão do ônus da prova é estabelecida a critério do Juiz, com base na verossimilhança da alegação ou diante da hipossuficiência do consumidor, segundo as regras de experiência. Não há dúvida alguma de que o autor tem direito à inversão do ônus da prova, posto que sua hipossuficiência em face da parte contrária é evidente, mormente considerando o porte econômico da Energisa.
Nesse passo, a concessionária responde, objetivamente, sem qualquer indagação de culpa ou mera presunção, nos limites da teoria do risco administrativo, pelos danos causados a terceiros.
Além do mais, o CDC em seus artigos 3º, 4º, VII, 6º, X, e art. 22, caput, disciplina sobre os serviços públicos, exigindo dos órgãos públicos, empresas concessionárias, permissionárias ou qualquer outro tipo do gênero, a obrigação de fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos serviços essenciais, que sejam também contínuos.
A empresa requerida, como prestadora de serviços especialmente contemplada no art. 3º, parágrafo segundo, está submetida às disposições do Código de Defesa do Consumidor.
Mister reconhecer, portanto, a cogente aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, com todos seus consectários legais.
É de ressaltar, também, que não se tem dúvida da essencialidade do serviço de energia elétrica prestado pela parte requerida, sendo este inclusive previsto no art. 10, inc. I, da Lei n. 7.783/89 (Lei de greve), que trata dos serviços e atividades considerados essenciais.
A parte autora alega na inicial que é moradora do município de Candeias do JamariRO, onde sofreu com problema de interrupção no fornecimento de energia elétrica.
A interrupção foi confirmada em contestação pela requerida, tornando-se incontroverso este fato.
O único argumento da defesa é no sentido de que tem se desdobrado para levar a toda população do Estado de Rondônia energia elétrica com qualidade, estabilidade e máxima segurança.
Dando diversas justificativas genéricas para alegar que não houve ato ilícito de sua parte. Todavia, as manutenções feitas pela empresa requerida em seu sistema de fornecimento de energia não podem prejudicar os consumidores, sendo que o dano sofrido deve ser indenizado.
Assim, tenho que a interrupção de energia elétrica, iniciada às 14h do dia 23/09/2021 e restabelecida somente às 16h do dia 25/09/2021, demonstra a falha na prestação do serviço, sendo certo que a parte autora não contava com essa interrupção, que deve sempre fazer-se preceder de aviso específico, nos termos dos arts. 172 e 173, I, b, da da Resolução Normativa Aneel nº 414/2010 em vigor na época.
É considerado serviço essencial o fornecimento de energia elétrica. A vida moderna é inviável sem a satisfatória prestação deste serviço. Com o aquecimento global é quase impossível viver de uma forma agradável sem a utilização de ar-condicionado ou ventiladores. A necessidade de informação é tolhida quando falta a energia elétrica, face à impossibilidade de utilização meios de comunicação como televisão, rádio, internet. Até mesmo a utilização do aparelho celular fica comprometida com falta do serviço, pois sem energia elétrica é impossível recarregar a bateria.
Assim, é claro que a insatisfatória prestação do serviço de abastecimento de energia elétrica causa abalo moral ao consumidor. Outro não é o entendimento pacificado no nosso Tribunal de Justiça/RO, vejamos:
Apelação cível. Interrupção de energia elétrica por longo período. Falha na prestação do serviço. Titular da conta de energia. Dano moral. Configuração. Recurso provido. A interrupção de energia elétrica por extenso período causada por falha na prestação do serviço extrapola o mero aborrecimento, gerando dano moral indenizável. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7048122-69.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 24/07/2020.

Apelação cível. Energia. Cobrança indevida. Suspensão do fornecimento de energia. Falha na prestação do serviço. Dano moral. Configurado. Quantum indenizatório. Minorado. A interrupção no fornecimento do serviço de energia elétrica sem justificativa plausível caracteriza falha na prestação do serviço, respondendo o fornecedor objetivamente pelo prejuízos causados, o qual deve compensar os danos morais experimentados pelo consumidor, cujo valor da indenização deve ser fixado de acordo com as circunstâncias do caso concreto e os parâmetros adotados rotineiramente pelo colegiado. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7003103-89.2019.822.0017, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Hiram Souza Marques, Data de julgamento: 24/07/2020.
Vejo que o tempo superior à 24 horas sem energia elétrica ultrapassa, em muito, a característica de interrupção de 'longa duração', de acordo com as normas da ANEEL. Este fato, por si só, é capaz de comprovar o dano moral suscitado na exordial.
A parte autora permaneceu várias horas sem poder usufruir deste serviço, por culpa exclusiva da requerida, que implantou sistema insatisfatório às necessidades da população de Candeias do Jamari.
Assim, considerando a prova da conduta da requerida, o dano e o nexo de causalidade, conclui-se pela responsabilidade da requerida em indenizar a parte autora pelos danos morais sofridos.
Constatado o dano, faz-se necessária a quantificação da verba indenitária.
Para tanto, a indenização deve ser fixada em termos razoáveis, não se justificando que a reparação venha a se constituir em enriquecimento indevido, devendo o arbitramento operar-se com moderação, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, valendo-se do bom senso, atendendo à realidade da vida, notadamente à situação econômica atual e às peculiaridades de cada caso, cuja quantia será atribuída na parte dispositiva.
Esta é medida que se impõe e que, de acordo com o bojo dos autos e com a verdade processual apurada, revela-se mais justa, nos exatos termos do art. 6º da Lei n. 9.099/95.
Prejudicadas ou irrelevantes as demais manifestações.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, nos termos do art. 38, caput, parágrafo uníco da Lei n. 9.099/95 e do art. 487, I, do CPC, resolvo o mérito e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial para condenar a requerida ao pagamento de indenização por danos morais ao autor, no valor de R$3.000,00 (três mil reais) com correção monetária pela tabela do TJRO (INPC) e juros simples de 1% ao mês, ambos a partir do seu arbitramento.
Sem custas e honorários, haja vista tratar-se de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei n. 9.099/95.
Intimem-se as partes acerca da presente sentença.
Certificado o trânsito em julgado da sentença, a fase de cumprimento se inicia na forma do art. 513 e seguintes do CPC.
Fica a parte vencida ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, Lei n. 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR n. 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (art. 52, Lei m. 9.099/95, e art. 523, §1º, CPC/2015).
O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com a devida e tempestiva comprovação no processo, sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, incidindo a referida pena de inadimplência, prevista no artigo 523, §1º, CPC/2015.
Ocorrida a satisfação voluntária do quantum, expeça-se imediatamente alvará de levantamento em prol da parte credora, independentemente de prévia conclusão, devendo os autos serem arquivados ao final, observadas as cautelas, movimentações e registros de praxe.
Não ocorrendo o pagamento e havendo requerimento de execução sincrética pela parte credora, devidamente acompanhada de memória de cálculo (elaborada por advogado ou pelo cartório, conforme a parte possua ou não advogado), venham conclusos para possível penhora on line de ofício (sistema Sisbajud - Enunciado Cível FONAJE n. 147).
Caso contrário, arquive-se e aguarde-se eventual pedido de cumprimento de sentença.
Após transito em julgado, nada sendo solicitado pela parte autora em até 15 dias, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Ante o exposto, VOTO no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado mantendo-se inalterados os termos da sentença.
Condeno a parte requerida ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 55, da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA Recurso inominado. Consumidor. Energisa. Interrupção de energia elétrica. Falha da prestação de serviço configurada. Dano moral. Ocorrência. Quantum indenizatório. Proporcionalidade.
1. A interrupção indevida do fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora do demandante é de rigor a obrigação de indenizar;
2. O quantum indenizatório deve ser fixado levando em consideração o caráter pedagógico da condenação, o abalo moral e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Turma Recursal - Gabinete 02
Avenida Pinheiro Machado, 777, Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76.801-235
Processo: 7027113-80.2021.8.22.0001
Classe: Recurso Inominado Cível
Recorrente: RENATA DAMASCENO CAVALCANTE VIANA
Advogado(a) do(a) Recorrente: GLEISSON VIANA DE SOUZA, OAB nº RO11454A
Recorrido(a): ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO
Advogado(a) do(a) Recorrida(o): MARCIO RAFAEL GAZZINEO, OAB nº CE23495A, DANIEL CIDRAO FROTA, OAB nº CE19976A
Data da distribuição: 15/07/2022
Despacho
A parte autora, ora recorrente, pleiteou a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, no entanto, o pedido encontra-se desacompanhado de qualquer documento comprobatório da alegada hipossuficiência.
A lei prevê que a parte fará jus aos benefícios de assistência judiciária gratuitamente, mediante afirmação de que não está em condições de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios (art. 98 do CPC). A Constituição Federal, por sua vez, assegura o direito de assistência jurídica gratuita àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos.
Certo é que as disposições normativas vem tendo nova interpretação com o advento da Constituição Federal de 1988, da qual extrai-se em seu artigo 5º, inciso LXXIV, que deve a parte interessada em obter os benefícios da assistência jurídica integral e gratuita, comprovar a insuficiência de seus recursos financeiros.
Nesse sentido:
TJRO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos, é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Câmaras Cíveis Reunidas, J. 05/12/2014).
Frisa-se que a análise definitiva dos pressupostos recursais objetivos e subjetivos cabe ao órgão colegiado competente para julgar o recurso, afinal, o Juízo a quo promove análise prévia de tais elementos, sobre a qual não se vincula o órgão ad quem.
Desta feita, determino que a parte autora, ora recorrente, providencie, no prazo de 48 (quarenta e oito horas) a comprovação da referida hipossuficiência ou o recolhimento do preparo recursal, sob pena de deserção.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
José Augusto Alves Martins
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7033317-09.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 08/05/2023 15:27:36
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: RUTIANE FURTADO RAMOS
Advogados do(a) RECORRENTE: ADEMIR JUNIOR RIBEIRO DE SANTANA - RO12599-A, ARTHUR NOGUEIRA PRADO - RO10311-A, FELIPE NADR ALMEIDA EL RAFIHI - RO6537-A, MAIRA BENARROSH MACEDO - RO9402-A, MATHEUS FIGUEIRA LOPES - RO6852-A, RAFAEL BALIEIRO SANTOS - RO6864-A, THAYS CASTRO GUIMARAES - RO9889-A
Polo Passivo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogados do(a) RECORRIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664-A, ESTEVAO ARAUJO PAIVA DE CASTRO FILHO - PB29838-A
RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos da Lei n° 9.099/95.
VOTO Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos legais de admissibilidade.
Inicialmente é preciso registrar que o presente caso deve ser solucionado à luz da Lei n. 8.078/90, por ser de consumo a relação havida entre as partes, em virtude do disposto nos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor, que conceituam, respectivamente, as figuras do consumidor e do fornecedor.
Cinge-se a análise do presente recurso, quanto à legalidade de dívida constituída em procedimento de recuperação do consumo, por irregularidade identificada no medidor.
A jurisprudência do STJ é no sentido de que comprovado por meio de documentos que houve desvio de energia atribuível ao consumidor é possível a Cia de Energia Elétrica promover a recuperação de consumo, desde que sejam garantidos no processo administrativo o contraditório e a ampla defesa. E ainda que sejam realizados os procedimentos elencados nos arts. 590 e 591 da Resolução 1000/2021 da ANEEL:
Art. 590. Na ocorrência de indício de procedimento irregular, a distribuidora deve adotar as providências necessárias para sua fiel caracterização, compondo um conjunto de evidências por meio dos seguintes procedimentos:
I - emitir o Termo de Ocorrência e Inspeção – TOI, em formulário próprio, elaborado conforme instruções da ANEEL;
II - solicitar a verificação ou a perícia metrológica, a seu critério ou quando requerida pelo consumidor;
III - elaborar relatório de avaliação técnica quando constatada a violação do medidor ou demais equipamentos de medição, contendo as informações técnicas e a descrição das condições físicas de suas partes, peças e dispositivos, exceto quando for solicitada a perícia metrológica do inciso II;
IV - avaliar o histórico de consumo e das grandezas elétricas; e
V - implementar, quando julgar necessário:
a) medição fiscalizadora, com registros em memória de massa de pelo menos 15 dias consecutivos; e
b) recursos visuais, tais como fotografias e vídeos.

§ 1º A medição fiscalizadora, calibrada conforme padrão do INMETRO ou órgão metrológico delegado, pode permanecer instalada no circuito da medição de faturamento da unidade consumidora, com o objetivo de comparação das grandezas elétricas medidas, pelo tempo que a distribuidora julgar necessário.
§ 2º Enquadra-se como procedimento irregular o aumento de carga à revelia da distribuidora que cause defeito no sistema de medição, o que deve ser comprovado pela distribuidora.
§ 2º Enquadra-se como procedimento irregular o aumento de carga ou de geração à revelia da distribuidora que cause defeito no sistema de medição, o que deve ser comprovado pela distribuidora. (Redação dada pela REN ANEEL 1.059, de 07.02.2023)
§ 3º Em caso de defeito na medição sem comprovação do procedimento irregular ou do aumento de carga à revelia, a distribuidora deve proceder conforme Seção V do Capítulo VIII do Título I, não se aplicando o disposto neste Capítulo.
Art. 591. Ao emitir o TOI, a distribuidora deve:
I - entregar cópia legível ao consumidor ou àquele que acompanhar a inspeção, mediante recibo com assinatura do consumidor ou do acompanhante; e
II - informar:
a) a possibilidade de solicitação de verificação ou de perícia metrológica junto ao INMETRO ou ao órgão metrológico delegado;
b) os prazos, os custos de frete e de verificação ou da perícia metrológica, e que o consumidor será responsabilizado pelos custos se comprovada a irregularidade, vedada a cobrança de outros custos.
§ 1º É permitida a emissão eletrônica do TOI e a coleta eletrônica da assinatura do consumidor ou daquele que acompanhar a inspeção, devendo a distribuidora garantir a impressão no local ou o envio ao consumidor com comprovação do recebimento.
§ 2o Se o consumidor se recusar a receber a cópia do TOI, a distribuidora deve armazenar evidências que comprovem a recusa, inclusive, se for o caso, com prova testemunhal.
§ 3º Em caso de recusa do recebimento do TOI ou se não for o consumidor que acompanhar a inspeção, a distribuidora deve enviar ao consumidor em até 15 dias da emissão, por qualquer modalidade que permita a comprovação do recebimento, a cópia do TOI e demais informações dos incisos do caput.
§ 4º O consumidor tem 15 dias, contados a partir do recebimento do TOI, para solicitar à distribuidora a verificação ou a perícia metrológica no medidor e demais equipamentos junto ao INMETRO ou órgão metrológico delegado.
§ 5º As marcas de selagem que são controladas pelo INMETRO ou pelo órgão metrológico delegado não podem ser rompidas pela distribuidora enquanto dentro do prazo do § 4º ou antes da realização da verificação ou da perícia metrológica.
§ 6º A cópia do TOI e do conjunto de evidências utilizados para caracterização da irregularidade devem ser disponibilizadas adicionalmente no espaço reservado de atendimento pela internet. (grifei)
Nos autos verifica-se que a parte recorrida realizou todas as etapas do procedimento de recuperação de consumo pretérito conforme artigo acima (realização da vistoria, emissão do TOI, registro do procedimento mediante fotografias e notificação do cliente - documentos da inicial e colacionados na contestação).
Conforme verificado nos autos de origem, a recorrente firmou parcelamento do débito ora questionado, em julho de 2019, não sobrevindo qualquer prova que demonstre sua discordância.
Sobre a realização dos procedimentos elencados na Resolução e comprovado a alteração no consumo da unidade consumidora, a jurisprudência do Tribunal de Justiça de Rondônia também entende que é exigível o débito pretérito:
Apelação cível em ação de desconstituição de débito. Consumo energia elétrica. Apuração de irregularidade. Débito exigível. Diferença de consumo. Possibilidade de novo faturamento. Recurso provido. Constatada a irregularidade no medidor e oportunizadas a ampla defesa e o contraditório ao consumidor no processo de apuração e recuperação de consumo, não há de se falar em inexistência do débito. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7004648-44.2016.822.0004, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 21/10/2019.
Com relação a realização dos cálculos, em que pese a Resolução indicar a utilização do critério elencado no art. 595, III (média dos três maiores valores anteriores a irregularidade), o que deve ser utilizado como parâmetro é a média dos três meses posteriores a troca/regularização do relógio medidor, pois mostra-se mais favorável ao consumidor. Além disso, a recuperação deverá ser limitada ao período de 12 meses.
Nesse sentindo é a jurisprudência do TJ/RO:
Apelação cível. Energia elétrica. Cobrança por consumo não faturado. Irregularidade no medidor. Apuração do débito. Interpretação mais favorável ao consumidor. A adaptação ao cálculo de recuperação de consumo, aplicando-se à média de consumo dos 3 (três) meses imediatamente posteriores à substituição do medidor e pelo período pretérito máximo de 1 (um) ano, invés da média dos 03 (três) maiores consumos nos 12 meses anteriores à inspeção, é razoável, por revelar o consumo médio e efetivo de energia da unidade e estar de acordo com as normas de proteção ao consumidor. (TJ-RO - AC: 70382697020188220001 RO 7038269-70.2018.822.0001, Data de Julgamento: 24/09/2021).
Assim, há que se considerar nulo o cálculo efetuado pela concessionária requerida, devendo a ré proceder a retificação dos valores do período em discussão usando como parâmetro o consumo dos três meses posteriores a regularização/troca do medidor e limitando a recuperação ao período de 12 meses, visto que é dever da concessionária zelar e realizar manutenção periódica dos equipamentos de medição.
Por tais considerações, VOTO no sentido de DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado para reformar a sentença, APENAS PARA DECLARO NULO o cálculo realizado pela concessionária em que se apurou o débito discutido nos autos decorrentes da recuperação de consumo, devendo a recorrente expedir nova fatura utilizando a média dos três meses posteriores a regularização/troca do relógio medidor e faturar o período máximo de 12 meses.
Sem custas e honorários, considerando o teor do art. 55 da Lei 9.099/95.
Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.
É como voto.
EMENTA Recurso inominado. Consumidor. Recuperação de consumo. Procedimento realizado dentro das normas. Parâmetros utilizados - mais favoráveis ao consumidor.
- Segundo a jurisprudência do STJ, os débitos pretéritos apurados por fraude no medidor de consumo podem ser cobrados por meio do processo de recuperação, desde que observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como os procedimentos elencados na Resolução da ANEEL.

- O cálculo de recuperação de consumo deve ser feito com base nos 03 meses posteriores a troca/regularização do relógio medidor pois mostra-se mais favorável ao consumidor, de modo que revele o consumo médio e efetivo de energia da unidade após a regularização do medidor.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7023029-02.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 30/03/2023 12:29:57
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRENTE: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871-A
Polo Passivo: UATANIA MARIA MILHOMEM MELO SILVA
Advogado do(a) RECORRIDO: RAFAEL BRAZ PENHA - RO10333-A
RELATÓRIO Trata-se de recurso inominado interposto pela parte requerida, inconformada, a concessionária alega que realizou inspeção de rotina na UC da parte Autora, encontrando irregularidades na medição do consumo, procedendo em seguida os cálculos da recuperação do consumo não faturado. Terminou pugnando pela reforma da sentença para que sejam julgados improcedentes os pedidos contidos na inicial e, consequentemente, a exigibilidade do débito apurado na recuperação de consumo.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
VOTO Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos legais de admissibilidade.
Inicialmente é preciso registrar que o presente caso deve ser solucionado à luz da Lei n. 8.078/90, por ser de consumo a relação havida entre as partes, em virtude do disposto nos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor, que conceituam, respectivamente, as figuras do consumidor e do fornecedor.
Cinge-se a análise do presente recurso, quanto à legalidade de dívida constituída em procedimento de recuperação do consumo, por irregularidade identificada no medidor.
A jurisprudência do STJ é no sentido de que comprovado por meio de documentos que houve desvio de energia atribuível ao consumidor é possível a Cia de Energia Elétrica promover a recuperação de consumo, desde que sejam garantidos no processo administrativo o contraditório e a ampla defesa. E ainda que sejam realizados os procedimentos elencados nos arts. 590 e 591 da Resolução 1000/2021 da ANEEL:
Art. 590. Na ocorrência de indício de procedimento irregular, a distribuidora deve adotar as providências necessárias para sua fiel caracterização, compondo um conjunto de evidências por meio dos seguintes procedimentos:
I - emitir o Termo de Ocorrência e Inspeção – TOI, em formulário próprio, elaborado conforme instruções da ANEEL;
II - solicitar a verificação ou a perícia metrológica, a seu critério ou quando requerida pelo consumidor;
III - elaborar relatório de avaliação técnica quando constatada a violação do medidor ou demais equipamentos de medição, contendo as informações técnicas e a descrição das condições físicas de suas partes, peças e dispositivos, exceto quando for solicitada a perícia metrológica do inciso II;
IV - avaliar o histórico de consumo e das grandezas elétricas; e
V - implementar, quando julgar necessário:
a) medição fiscalizadora, com registros em memória de massa de pelo menos 15 dias consecutivos; e
b) recursos visuais, tais como fotografias e vídeos.
§ 1º A medição fiscalizadora, calibrada conforme padrão do INMETRO ou órgão metrológico delegado, pode permanecer instalada no circuito da medição de faturamento da unidade consumidora, com o objetivo de comparação das grandezas elétricas medidas, pelo tempo que a distribuidora julgar necessário.
§ 2º Enquadra-se como procedimento irregular o aumento de carga à revelia da distribuidora que cause defeito no sistema de medição, o que deve ser comprovado pela distribuidora.
§ 2º Enquadra-se como procedimento irregular o aumento de carga ou de geração à revelia da distribuidora que cause defeito no sistema de medição, o que deve ser comprovado pela distribuidora. (Redação dada pela REN ANEEL 1.059, de 07.02.2023)
§ 3º Em caso de defeito na medição sem comprovação do procedimento irregular ou do aumento de carga à revelia, a distribuidora deve proceder conforme Seção V do Capítulo VIII do Título I, não se aplicando o disposto neste Capítulo.
Art. 591. Ao emitir o TOI, a distribuidora deve:
I - entregar cópia legível ao consumidor ou àquele que acompanhar a inspeção, mediante recibo com assinatura do consumidor ou do acompanhante; e
II - informar:
a) a possibilidade de solicitação de verificação ou de perícia metrológica junto ao INMETRO ou ao órgão metrológico delegado;
b) os prazos, os custos de frete e de verificação ou da perícia metrológica, e que o consumidor será responsabilizado pelos custos se comprovada a irregularidade, vedada a cobrança de outros custos.
§ 1º É permitida a emissão eletrônica do TOI e a coleta eletrônica da assinatura do consumidor ou daquele que acompanhar a inspeção, devendo a distribuidora garantir a impressão no local ou o envio ao consumidor com comprovação do recebimento.
§ 2o Se o consumidor se recusar a receber a cópia do TOI, a distribuidora deve armazenar evidências que comprovem a recusa, inclusive, se for o caso, com prova testemunhal.
§ 3º Em caso de recusa do recebimento do TOI ou se não for o consumidor que acompanhar a inspeção, a distribuidora deve enviar ao consumidor em até 15 dias da emissão, por qualquer modalidade que permita a comprovação do recebimento, a cópia do TOI e demais informações dos incisos do caput.

§ 4º O consumidor tem 15 dias, contados a partir do recebimento do TOI, para solicitar à distribuidora a verificação ou a perícia metrológica no medidor e demais equipamentos junto ao INMETRO ou órgão metrológico delegado.
§ 5º As marcas de selagem que são controladas pelo INMETRO ou pelo órgão metrológico delegado não podem ser rompidas pela distribuidora enquanto dentro do prazo do § 4º ou antes da realização da verificação ou da perícia metrológica.
§ 6º A cópia do TOI e do conjunto de evidências utilizados para caracterização da irregularidade devem ser disponibilizadas adicionalmente no espaço reservado de atendimento pela internet. (grifei)
Ao contrário do que demonstrado no juízo a quo, verifica-se que a parte recorrente realizou todas as etapas do procedimento de recuperação de consumo pretérito conforme artigo acima, tanto que a parte recorrida apresentou contestação administrativa referente a recuperação objeto da lide.
Sobre a realização dos procedimentos elencados na Resolução e comprovado a alteração no consumo da unidade consumidora, a jurisprudência do Tribunal de Justiça de Rondônia também entende que é exigível o débito pretérito:
Apelação cível em ação de desconstituição de débito. Consumo energia elétrica. Apuração de irregularidade. Débito exigível. Diferença de consumo. Possibilidade de novo faturamento. Recurso provido. Constatada a irregularidade no medidor e oportunizadas a ampla defesa e o contraditório ao consumidor no processo de apuração e recuperação de consumo, não há de se falar em inexistência do débito. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7004648-44.2016.822.0004, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 21/10/2019.
Com relação a realização dos cálculos, em que pese a Resolução indicar a utilização do critério elencado no art. 595, III (média dos três maiores valores anteriores a irregularidade), o que deve ser utilizado como parâmetro é a média dos três meses posteriores a troca/ regularização do relógio medidor, pois mostra-se mais favorável ao consumidor. Além disso, a recuperação deverá ser limitada ao período de 12 meses.
Nesse sentindo é a jurisprudência do TJ/RO:
Apelação cível. Energia elétrica. Cobrança por consumo não faturado. Irregularidade no medidor. Apuração do débito. Interpretação mais favorável ao consumidor. A adaptação ao cálculo de recuperação de consumo, aplicando-se à média de consumo dos 3 (três) meses imediatamente posteriores à substituição do medidor e pelo período pretérito máximo de 1 (um) ano, invés da média dos 03 (três) maiores consumos nos 12 meses anteriores à inspeção, é razoável, por revelar o consumo médio e efetivo de energia da unidade e estar de acordo com as normas de proteção ao consumidor. (TJ-RO - AC: 70382697020188220001 RO 7038269-70.2018.822.0001, Data de Julgamento: 24/09/2021).
Assim, há que se considerar nulo o cálculo efetuado pela concessionária requerida, devendo a ré proceder a retificação dos valores do período em discussão usando como parâmetro o consumo dos três meses posteriores a regularização/troca do medidor e limitando a recuperação ao período de 12 meses, visto que é dever da concessionária zelar e realizar manutenção periódica dos equipamentos de medição.
Por tais considerações, VOTO no sentido de DAR PROVIMENTO ao recurso inominado para reformar a sentença, afastando o dano moral e tornando exigível o débito, contudo DECLARO NULO o cálculo realizado pela concessionária em que se apurou o débito discutido nos autos decorrentes da recuperação de consumo, devendo a recorrente expedir nova fatura utilizando a média dos três meses posteriores a regularização/troca do relógio medidor e faturar o período máximo de 12 meses.
Sem custas e honorários, considerando o teor do art. 55 da Lei 9.099/95.
Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.
É como voto.
EMENTA Recurso inominado. Consumidor. Recuperação de consumo. Procedimento realizado dentro das normas. Necessidade de novos cálculos. Parâmetros utilizados - mais favoráveis ao consumidor. Sentença reformada.
- Segundo a jurisprudência do STJ, os débitos pretéritos apurados por fraude no medidor de consumo podem ser cobrados por meio do processo de recuperação, desde que observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como os procedimentos elencados na Resolução da ANEEL.
- O cálculo de recuperação de consumo deve ser feito com base nos 03 meses posteriores a troca/regularização do relógio medidor pois mostra-se mais favorável ao consumidor, de modo que revele o consumo médio e efetivo de energia da unidade após a regularização do medidor.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7015681-30.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 11/05/2023 18:00:39
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: CELIA ALVES DE OLIVEIRA DE SOUZA
Advogado do(a) RECORRENTE: FRANCISCO RIBEIRO NETO - RO875-A
Polo Passivo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos da Lei n° 9.099/95.
VOTO Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.
“Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”.
Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:

SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A autora ajuizou a presente ação visando a condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos morais, ao argumento de que a concessionária interrompeu indevidamente o fornecimento de energia elétrica em sua residência no dia 03/03/2022. Requer indenização por dano moral no valor de 15.000,00 (quinze mil reais).
Na contestação, a requerida alega que a suspensão do fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora da parte autora ocorreu em decorrência do inadimplemento da fatura com vencimento em e 01/2022, no valor de R$ 179,76 (cento e setenta e nove reais e setenta e seis centavos). Alega que agiu em exercício regular de direito. Requer a improcedência dos pedidos inicias e condenação da autora em litigância de má-fé.
Indefiro o pedido de audiência de instrução e julgamento feito pela autora, o julgamento do feito é medida que se impõe. Não há razão para dilatar o curso do processo, para a produção de outras provas que não serão hábeis à contraposição dos fatos incontroversos e demonstrados por documentos.
Da análise dos fatos e dos documentos juntados ao processo, verifica-se que o pleito da autora merece guarida em parte, pois restou incontroverso que o “corte” fora efetivado mesmo tendo esta realizado o pagamento da fatura.
A autora estava inadimplente no mês de janeiro/2022, tendo realizado o pagamento da referida fatura no dia 21/02/2022 através de Pix, conforme comprovante em anexo (ID 74583828).
O corte indevido ocorreu no dia 03/03/2022, ou seja, 10 (dez) dias após realizado o pagamento da fatura em atraso.
Acontece que, no caso em tela, a energia elétrica foi suspensa, mesmo tendo a autora realizado o pagamento da fatura.
Além disso, a própria requerida enviou uma carta para a cliente com a resposta à reclamação de não estar conseguindo realizar o pagamento da fatura, sendo a reclamação procedente, tendo realizado a baixa do valor pago, pois o boleto não havia sido localizado na base.
Assim, demonstrada a ocorrência de ato ilícito praticado pela requerida, que suspendeu o fornecimento de energia elétrica no imóvel da consumidora mesmo com o pagamento da fatura. Não é preciso muito argumentar para demonstrar que a situação pela qual passou a autora é vexatória e humilhante.
Está comprovada a ocorrência de corte indevido, que é o fato constitutivo do direito da requerente, caberia à requerida, na forma do art. 373, inciso II, do CPC, comprovar a legitimidade do ato, que seria fato impeditivo do direito alegado.
Ocorre que, a requerida não se desincumbiu a contento do ônus que lhe cabia, pois, em nenhum momento trouxe aos autos documentos que comprovassem suas alegações, valeu-se apenas de mera retórica.
Sobre a questão em debate, sabe-se pelo princípio legal estabelecido nos artigos 186 e seguintes do CC, que todo aquele que causar prejuízo a outrem tem o dever de reparar.
A autora foi privada de utilizar a energia em sua residência, e tratando-se de um produto essencial, não poderia a requerida efetuar o corte.
De qualquer sorte, seja por que tempo for, é sabidamente constrangedor a simples efetivação do corte que é praticado à vista de todos, com necessidade de que os funcionários da Energisa subam no poste para efetuá-lo, gerando situação constrangedora.
Não se trata de um mero aborrecimento sem maiores consequências, mas sim de sofrimento real e perfeitamente identificável diante da natureza das coisas.
A fixação do dano moral é uma das mais árduas questões a ser enfrentada pelo Magistrado, tendo em vista a ausência de parâmetros legais para sua fixação.
Como norte a ser seguido, indica a doutrina e a jurisprudência à necessidade de que a indenização sirva como desestimulo à requerida para que não reincida na mesma prática e, de outra banda, deve servir como lenitivo à dor suportada pelo prejudicado.
Necessário, ainda, que a quantia não seja de tal monta que implique em enriquecimento sem causa para o beneficiário e, por outro lado, não pode ser tão pequena a ponto de desgarrar-se de sua função desestimulante. O valor fixado constará no dispositivo.
Indefiro o pedido de condenação da requerida em litigância de má-fé, pois não demonstrada, de forma cabal, a ocorrência de quaisquer das hipóteses do artigo 80 do CPC,
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO INICIAL e com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por extinto o feito, com resolução de mérito para o fim de Condenar a requerida a pagar à autora, o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de danos morais, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais a partir desta decisão, em conformidade com a tabela do TJ/RO.
Confirmo a tutela antecipada de urgência, concedida em caráter incidental.
Sem custas e sem honorários advocatícios na forma da lei.
Intimem-se.
Ante o exposto, VOTO no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado mantendo-se inalterados os termos da sentença.
Condeno a parte autora ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 55, da Lei 9.099/95, com ressalva aos benefícios da assistência judiciária gratuita..
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA Recurso inominado. Energia elétrica. Suspensão indevida do fornecimento. Pagamento realizado. Dano moral proporcional. Sentença Mantida.
- Causa dano moral a interrupção indevida de serviço essencial ao consumidor, sendo o mesmo reconhecido na forma in re ipsa.
- Quantum indenizatório fixado atende aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7013786-34.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 12/05/2023 11:07:26
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: WELLINGTON DE ALBUQUERQUES CORREA
Advogado do(a) RECORRENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR - MT20812-A
Polo Passivo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) RECORRIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871-A
RELATÓRIO Dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”
Para melhor visualização da decisão, transcrevo-a na íntegra:
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A parte autora afirma que a parte requerida negativou seu nome em órgão de proteção ao crédito pela parte requerida, por dívida que não reconhece. Pede a declaração de inexistência da dívida, bem como a condenação da parte requerida em dano moral.
Pois bem.
A preliminar de ausência de comprovante de negativação verossímil se relaciona com o mérito, o que será analisado adiante.
No mérito, tenho que o contexto do feito indica que a pretensão autoral é desprovida de razão.
Isso porque, analisando os documentos trazidos ao feito, verifico que a requerida é credora da parte autora. A requerida em defesa esclareceu que trata de dívida existente entre a consumidora e a concessionária, referente à Unidade Consumidora instalada em nome da parte autora, a qual gerou faturas que não foram quitadas, acarretando na reclamada negativação. Para amparar tal tese, a requerida apresentou “print” de telas sistêmicas no bojo da peça de defesa.
É inconcebível, portanto, acolher a tese autoral de total desconhecimento do contrato e dos débitos dele originados, sendo improcedente o pedido de declaração de inexistência de débito.
No que se refere ao dano moral não há como agasalhar o pedido. A parte autora alega, mas não junta, registro do órgão de proteção ao crédito que comprovaria a inscrição indevida em cadastro de maus pagadores, ou seja, não trouxe documento oficial de órgão arquivista de cadastro de inadimplentes (SERASA, SPC SCPC), conforme preconizado no art. 43 do CDC. Não há prova de que o espelho de consulta confidencial do site crednet light (ID 71654972) seja banco de dados ou cadastro relativo a consumidores com caráter público de que trata o §4º do art. 43 do CDC.
Nesse sentido:
RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO NEGATIVA NO CREDNET LIGHT PF, DOCUMENTO NÃO OFICIAL E CONFIDENCIAL PARA QUEM O ADQUIRE. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C PEDIDO INDENIZATÓRIO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. Competia à ré provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, consoante art. 373, inc. II, do CPC, ônus do qual se desincumbiu, na medida em que trouxe aos autos faturas emitidas para o mesmo endereço declinado na inicial, com extratos detalhados da utilização dos serviços e demonstrativos de pagamentos (fls. 77/127). Prova esclarecedora de que o consumidor teve seu nome registrado nos cadastros de inadimplentes em razão do não pagamento pelos serviços utilizados. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. (TJ-RS - Recurso Cível: 71009702127 RS, Relator: José Vinícius Andrade Jappur, Data de Julgamento: 25/08/2021, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: 30/08/2021).
Por isso não há que se falar em dano moral, pois não se trouxe a comprovação de que a parte autora esteja realmente em cadastros públicos de devedores inadimplentes. E, ainda se fosse demonstrada a negativação, diga-se de passagem, seria devida, eis que decorrente de débito legítimo.
Destarte, não há como imputar à ré, qualquer conduta delituosa decorrente dos fatos narrados na inicial, a ensejar dano moral.
A parte autora não logrou êxito em demonstrar o fato constitutivo de seu direito, consoante dispõe o art. 373, I, do CPC, portanto, a improcedência dos pedidos iniciais é medida que se impõe.
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos iniciais e, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.
Ainda, verifico que a autora ajuizou a presente demanda alegando fatos inverídicos, ou seja, que não firmou relação negocial com a requerida, alterando a verdade dos fatos (art. 80, inciso II, do CPC).
Por essa razão, acolho o pedido da parte requerida e, conforme dispõe o artigo 80, II e III, do CPC, CONDENO A PARTE AUTORA a pagar multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor corrigido da causa pelo índice oficial do TJRO (art. 81, do CPC), mais as custas e honorários advocatícios (art. 55, da Lei 9099/1995) em favor dos advogados da requerida, que arbitro em 10% sobre o valor corrigido da causa, a título de litigância de má-fé.
Intimem-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.
Considerando os elementos fáticos e documentais, a sentença analisou detidamente todos os pontos necessários para a elucidação do caso.
Na situação em análise, em que pese a ausência do contrato entre as partes, não há comprovação de elementos suficientes para a procedência do pedido de declaração de inexistência do débito e danos morais. A inversão do ônus da prova é um privilégio processual concedido ao consumidor diante da sua hipossuficiência e não deve ser invocada de forma fraudulenta e predatória.
É certo que este juízo tem entendido que provas exclusivamente calcadas em telas sistêmicas são insuficientes para a comprovação do direito alegado. Entretanto, quando acompanhadas de outros elementos e na fragilidade do argumento frágil e genérico apontado na inicial, devem ser consideradas para a decisão judicial.
Os princípios informadores do Juizado devem prestigiar a simplicidade e favorecer a defesa do consumidor. No entanto, não se pode abrir mão da segurança jurídica e do ônus de o consumidor provar o que alega.

Ante o exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, mantendo-se inalterada a sentença.
Sem custas e honorários, considerando o teor do art. 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. NEGATIVAÇÃO NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE JUNTADA DE CERTIDÃO OFICIAL EMITIDA POR ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAIS NÃO EVIDENCIADO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
- Para fins de pleito indenizatório fundado em inscrição negativa é necessário a juntada de documento oficial emitido pelos órgãos de proteção ao crédito. Ausente esta prova, não há que se falar em indenização por danos morais.
– Nos termos do art. 80, inciso II, do CPC, considera-se litigante de má-fé aquele que altera a verdade dos fatos.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7001924-15.2022.8.22.0018 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 22/05/2023 16:08:07
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: MUNICIPIO DE SANTA LUZIA D'OESTE
Polo Passivo: DAMIANA RAIMUNDA DO NASCIMENTO
Advogados do(a) RECORRIDO: DANIEL DE PADUA CARDOSO DE FREITAS - RO5824-A, MARIA STELLA MARINHO SETTE - RO10585-A
RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.
"Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.".
Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:
SENTENÇA
"Vistos.
Relatório dispensado (art. 38, caput da Lei 9.099/95, art. 27 da Lei n. 12.153/09).
Inicialmente, afasto a preliminar de não concessão da justiça gratuita, vez que até o momento não houve concessão do benefício, pois trata-se de procedimento afeto ao Juizado Especial da Fazenda Pública, logo, sem custas em primeiro grau de jurisdição.
A matéria em análise envolve questão unicamente de direito, de forma que passo a julgar de plano a lide, com fundamento no art. 355, I do Código de Processo Civil, visto ser desnecessária a produção de outras provas.
Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c cobrança em que a parte autora, na qualidade de servidora pública efetiva, no âmbito municipal, requer aplicação de progressão funcional com base na Lei Complementar municipal nº 20/2002, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração para os integrantes do quadro do magistério do Município de Santa Luzia D'Oeste/RO e dá Outras Providências, alegando que seu artigo 24, prevê aos servidores municipais da educação o direito a progressão funcional.
A Lei Complementar Municipal nº 20/2002, em seu artigo 24, disciplina o seguinte:
Art. 24 O Profissional da educação Básica terá direito à progressão funcional de uma referência para outra, desde que aprovado em processo contínuo e específico de avaliação, obrigatoriamente a cada 02 (dois) anos, conforme anexo III.
§1º Para a primeira progressão, o prazo será contado a partir da data em que se der o exercício do profissional no cargo ou de seu enquadramento.
§2º Decorrido o prazo previsto no caput, e não havendo processo de avaliação, a progressão funcional dar-se-á automaticamente.
Parágrafo Único. A progressão de uma referência para outra imediatamente superior, somente ocorrerá se for atingida a nota mínima de pontuação exigida para progressão por merecimento, de acordo com o regulamento a ser definido pela comissão de Gestão do Plano.
Consta no dispositivo acima que as progressões seriam realizadas bianualmente, sendo que as progressões deveriam ser realizadas após o servidor ser aprovado em processo contínuo e específico de avaliação e, se decorrido o prazo previsto e não houver processo de avaliação, a progressão dar-se-á automaticamente.
Em que pese a alegação do município, tendo em vista que a Lei Complementar nº 20/2002 foi omissa quanto ao percentual devido na progressão funcional, aplica-se o disposto na Lei Complementar nº 55/2010, pois seu art. 3º prevê que em caso de omissão do plano de carreira do magistério, a mesma será aplicada.
O art. 19 da Lei Complementar nº 55/2010 prevê que a "Progressão Horizontal é a passagem do servidor de uma referência de vencimento para outra com aumento de 2% (dois por cento), dentro da faixa de vencimentos da classe a que pertence, por tempo de serviço e por mudança de nível, conforme a escolaridade de nível fundamental, nível médio e nível superior adquirida".
Ainda, o art. 20 disciplina que "Para fazer jus à progressão por tempo de serviço, o servidor deverá cumprir o interstício de 03 (três) anos de efetivo exercício no padrão de vencimento em que se encontre até a aprovação em estágio probatório e, a partir daí, a cada 02 (dois) anos".
Diante disso, a parte Autora faz jus a um acréscimo de 2% (dois por cento) sobre o vencimento básico, inicialmente a partir de 3 anos até aprovação no estágio probatório e a partir de então a cada 02 (dois) anos de serviço prestado.

Destaco que a Lei nº 11.73/2008, que regula o piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, passou a ter validade a partir de 27 de abril de 2011, quando o STF reconheceu sua constitucionalidade, com efeito erga omnes. Referida lei não prejudica a incidência concomitante das respectivas legislações próprias dos entes federativos, como a Lei Municipal nº 20/2002.
No mais, o art. 6º, §3º da Lei Complementar nº 20/2002 disciplina que "Cada nível da carreira, constituirá uma linha de progressão nas referências de 1 a 18 na forma estabelecida no Anexo III desta Lei Complementar, com a indicação dos valores devidos a título de vencimento em cada referência". Por tal razão, a forma de pagamento do percentual de 2% terá como base o vencimento para cada referência.
Consigno que caso o requerido tenha instituído o piso nacional para a categoria, não impede a parte autora a receber as progressões citadas na legislação municipal.
Tendo em vista que o percentual da progressão trata-se de verba que integra o vencimento do servidor público, possui reflexos nas demais verbas e vantagens, como terço de férias, 13º salário e adicionais/gratificações habituais.
O Código de Processo Civil dispõe que cabe à parte requerida o ônus de provar a existência de fatos impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 373, II), sendo que o município não se desincumbiu desse ônus.
Por fim, a súmula vinculante n. 37 dispõe que "Não cabe ao
PODER JUDICIÁRIO, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia", contudo no presente caso, há previsão legal do reajuste salarial devido à parte autora
Por estas razões, entendo pela procedência do pleito autoral.
DISPOSITIVO.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para reconhecer o direito da parte autora ao recebimento das verbas retroativas e implantação referente à progressão horizontal e reflexos, observando-se o percentual de 2% de acréscimo a cada biênio trabalhado, observando a primeira progressão o período de estágio probatório, considerando para cálculos a data de sua posse em 13/04/2004, descontado eventual valor já recebido, e observada a prescrição quinquenal.
Os valores retroativos devem incidir sobre as verbas e vantagens da parte autora, como 13º salário, terço de férias e gratificações/ adicionais habituais.
No tocante aos valores retroativos, os juros moratórios são devidos a contar da data de citação, ocasião em que constituído o requerido em mora (CPC art. 240), pelos índices da caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F da lei 9.949/97 com a redação dada pela lei 11.960/09, e a correção monetária deverá incidir sobre cada parcela inadimplida, mês a mês, utilizando o índice de preços ao consumidor amplo especial – IPCA-E.
Por fim, DECLARO EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Sem custas ou honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95 c/c art. 27 da Lei 12.153/09).
Sentença não sujeita a reexame necessário (art. 11 da Lei 12.153/09).
Intimem-se."
Ante o exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, mantendo-se inalterada a sentença.
Sem custas processuais, por se tratar de Fazenda Pública.
Condeno o recorrente em honorários advocatícios em favor da parte contrária, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido da condenação.
Após o trânsito em julgado, remeta-se à origem
É como voto.
EMENTA Recurso inominado. Juizado Especial. Progressão Funcional. Requisitos preenchidos. Direito reconhecido.
Os servidores do Município de Santa Luzia do Oeste possuem direito à progressão funcional, preenchidos os requisitos individuais do servidor, nos termos da Lei Complementar nº 55/2010.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7000646-76.2022.8.22.0018 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 31/03/2023 07:45:41
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: MUNICIPIO DE SANTA LUZIA D'OESTE
Polo Passivo: ALEXANDRE GONCALVES DE MORAIS
Advogado do(a) RECORRIDO: LUIS CARLOS NOGUEIRA - RO6954-A
RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.
"Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.".
Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:
SENTENÇA
"Vistos.
Relatório dispensado (art. 38, caput da Lei 9.099/95, art. 27 da Lei n. 12.153/09).

FUNDAMENTAÇÃO.
A matéria em análise envolve questão unicamente de direito, de forma que passo a julgar de plano a lide, com fundamento no art. 355, I do Código de Processo Civil, visto ser desnecessária a produção de outras provas. “Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder” (STJ- 4º Turma, Resp 2.832-RJ, rel.Min. Sávio de Figueiredo).
No mais, trata-se de ação de obrigação de fazer c/c cobrança em que a parte autora, na qualidade de servidora pública efetiva, no âmbito municipal, requer aplicação de progressão funcional com base na Lei Complementar municipal nº 20/2002, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração para os integrantes do quadro do magistério do Município de Santa Luzia D’ Oeste/RO e dá Outras Providências, alegando que seu artigo 24, prevê aos servidores municipais da educação o direito a progressão funcional.
A Lei Complementar Municipal nº 20/2002, em seu artigo 24, disciplina o seguinte:
Art. 24 O Profissional da educação Básica terá direito à progressão funcional de uma referencia para outra, desde que aprovado em processo contínuo e específico de avaliação, obrigatoriamente a cada 02 (dois) anos, conforme anexo III.
§1º Para a primeira progressão, o prazo será contado a partir da data em que se der o exercício do profissional no cargo ou de seu enquadramento.
§2º Decorrido o prazo previsto no caput, e não havendo processo de avaliação, a progressão funcional dar-se-á automaticamente.
Parágrafo Único. A progressão de uma referência para outra imediatamente superior, somente ocorrerá se for atingida a nota mínima de pontuação exigida para progressão por merecimento, de acordo com o regulamento a ser definido pela comissão de Gestão do Plano.
Consta no dispositivo acima que as progressões seriam realizadas bianualmente, sendo que as progressões deveriam ser realizadas após o servidor ser aprovado em processo contínuo e específico de avaliação e, se decorrido o prazo previsto e não houver processo de avaliação, a progressão dar-se-á automaticamente.
Tendo em vista que a Lei Complementar nº 20/2002 foi omissa quanto ao percentual devido na progressão funcional, aplica-se o disposto na Lei Complementar nº 55/2010, pois seu art. 3º prevê que em caso de omissão do plano de carreira do magistério, a mesma será aplicada.
O art. 19 da Lei Complementar nº 55/2010 prevê que a “Progressão Horizontal é a passagem do servidor de uma referência de vencimento para outra com aumento de 2% (dois por cento), dentro da faixa de vencimentos da classe a que pertence, por tempo de serviço e por mudança de nível, conforme a escolaridade de nível fundamental, nível médio e nível superior adquirida”.
Ainda, o art. 20 disciplina que “Para fazer jus à progressão por tempo de serviço, o servidor deverá cumprir o interstício de 03 (três) anos de efetivo exercício no padrão de vencimento em que se encontre até a aprovação em estágio probatório e, a partir daí, a cada 02 (dois) anos”.
Diante disso, a parte Autora faz jus a um acréscimo de 2% (dois por cento) sobre o vencimento básico, inicialmente a partir de 3 anos até aprovação no estágio probatório e a partir de então a cada 02 (dois) anos de serviço prestado.
Destaco que a Lei nº 11.73/2008, que regula o piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, passou a ter validade a partir de 27 de abril de 2011, quando o STF reconheceu sua constitucionalidade, com efeito erga omnes. Referida lei não prejudica a incidência concomitante das respectivas legislações próprias dos entes federativos, como a Lei Municipal nº 20/2002.
No mais, o art. 6º, §3º da Lei Complementar nº 20/2002 disciplina que “Cada nível da carreira, constituirá uma linha de progressão nas referências de 1 a 18 na forma estabelecida no Anexo III desta Lei Complementar, com a indicação dos valores devidos a título de vencimento em cada referência”. Por tal razão, a forma de pagamento do percentual de 2% terá como base o vencimento para cada referência.
Consigno que caso o requerido tenha instituído o piso nacional para a categoria, não impede a parte autora a receber as progressões citadas na legislação municipal.
Tendo em vista que o percentual da progressão trata-se de verba que integra o vencimento do servidor público, possui reflexos nas demais verbas e vantagens, como terço de férias, 13º salário e adicionais/gratificações habituais.
Por fim, a súmula vinculante n. 37 dispõe que “Não cabe ao
PODER JUDICIÁRIO, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia”, contudo no presente caso, há previsão legal do reajuste salarial devido à parte autora
O Código de Processo Civil dispõe que cabe à parte requerida o ônus de provar a existência de fatos impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 373, II), sendo que o município não se desincumbiu desse ônus.
Por estas razões, entendo pela procedência do pleito autoral.
DISPOSITIVO.
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial a fim de reconhecer o direito da parte autora ao recebimento das verbas retroativas e a implantação referente à progressão horizontal e seus reflexos, observando-se o percentual de 2% de acréscimo a cada biênio trabalhado, observando a primeira progressão o período de estágio probatório, considerando para cálculos a data de sua posse em 15/09/1999, descontado eventual valor já recebido, e, observada a prescrição quinquenal.
Os valores retroativas devem incidir sobre as verbas e vantagens da parte autora, como 13º salário, terço de férias e gratificações/ adicionais habituais.
No tocante aos valores retroativos, os juros moratórios são devidos a contar da data de citação, ocasião em que constituído o requerido em mora (CPC art. 240), pelos índices da caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F da lei 9.949/97 com a redação dada pela lei 11.960/09 e a correção monetária, deverá incidir sobre cada parcela inadimplida, mês a mês, utilizando o índice de preços ao consumidor amplo especial - IPCA-E.
Sem custas e honorários nesta fase.
Intimem-se.”
Ante o exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, mantendo-se inalterada a sentença.
Sem custas processuais, por se tratar de Fazenda Pública.
Condeno o recorrente em honorários advocatícios em favor da parte contrária, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido da condenação.
Após o trânsito em julgado, remeta-se à origem
É como voto.

EMENTA Recurso inominado. Juizado Especial. Progressão Funcional. Requisitos preenchidos. Direito reconhecido.
Os servidores do Município de Santa Luzia do Oeste possuem direito à progressão funcional, preenchidos os requisitos individuais do servidor, nos termos da Lei Complementar nº 55/2010.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7004436-90.2021.8.22.0022 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 24/06/2022 11:47:48
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO GUAPORE
Polo Passivo: JUCIRLEY MENDES DA SILVA
Advogado do(a) RECORRIDO: FABIO DE PAULA NUNES DA SILVA - RO8713-A
RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.
"Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.".
Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:
SENTENÇA
"Vistos etc.
Narra a parte autora que é funcionário público municipal, ao passo exercia outro cargo. Assim, após aprovação em outro concurso público junto ao réu, tomou posse no outro cargo público. No entanto, solicitou exoneração do cargo antigo e no dia posterior tomou posse no atual cargo. Assim, argumenta que o réu entende que perdeu o vínculo administrativo, motivo pelo qual não incorporou seu tempo de serviço para fins de licença prêmio. Assim, requer seja reconhecido a continuidade do vínculo.
A parte requerida contestou, apresentando genericamente seus fundamentos, não impugnando especificamente a matéria ventilada.
Quanto a preliminar de prescrição arguida não merece prosperar, eis que a matéria dos autos é declaratória, não havendo ocorrência de prescrição. Assim, rejeito a preliminar arguida.
Presentes as condições da ação e pressupostos processuais, ausentes impedimentos, passo à análise do mérito.
O feito comporta julgamento antecipado, uma vez que, nos termos do art. 355, I, do CPC, embora a questão de mérito envolva temas de direito e de fato, não se vislumbra a necessidade de produção de prova oral em audiência. Além do mais, as próprias Leis juntadas dão embasamento suficiente para um julgamento de mérito.
O cerne da questão é a definição da continuidade de tempo de serviço do autor junto a administração pública municipal.
É dos autos que o autor solicitou exoneração de seu cargo antigo, tomando posse no outro dia útil no novo cargo público.
O autor não busca nesta demanda qualquer concessão de direito, e sim, apenas a declaração de incorporação do tempo de serviço prestado no cargo público anterior, sem a perda do vínculo.
No caso presente tenho que o pedido procede. Isso porque não houve qualquer interregno entre a exoneração anterior e posse posterior, eis que a continuidade efetiva do vínculo do autor com a administração pública deve ser entendido de forma razoável, sendo firme o entendimento que o fator preponderante é o tempo de interstício entre a exoneração e nova posse, sendo irrelevante o modo que se deu a troca de cargo, se fora vacância e nova posse ou exoneração com a nova posse.
No caso em apreço, a nova posse do autor se deu no próximo dia útil ao da exoneração, não havendo que se falar em interrupção do vínculo, especialmente quanto ao fundamento único de que no cargo anterior ocorrera exoneração, sem análise na situação fática, especialmente no intervalo de tempo entre um e outro.
Assim, tal situação injusta deve ser reparada.
No sentido da continuidade do vínculo, trago julgado do STJ à colação:
STJ-313297) MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. POSSE EM CARGO PÚBLICO ESTADUAL. DIREITO À RECONDUÇÃO. ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADO NO CARGO ESTADUAL. PERDA DE OBJETO. PEDIDO DEDUZIDO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. ATO POSTERIOR A SER IMPUGNADO. CONTINUIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE INTERRUPÇÃO DO VÍNCULO. 1. Em razão da estabilidade adquirida pelo impetrante no cargo de Procurador do Estado do Espírito Santo e por ter, posteriormente à impetração deduzido pleito administrativo de retorno ao cargo anterior de Advogado da União, o primeiro pedido do mandado de segurança (exercer a opção de retorno ao cargo de advogado da União, durante o estágio probatório na Procuradoria do Estado do Espírito Santo) perdeu seu objeto, sobretudo pelo exercício de tal pleito. 2. Se posteriormente o impetrante pleiteou administrativamente seu retorno aos quadros da advocacia da União e lhe foi indeferido este retorno, é contra este ato que deve o impetrante se insurgir, porquanto este abrangeu o primeiro ato de exoneração. 3. A modificação da portaria de exoneração é questão a ser debatida em ação proposta contra o ato de indeferimento de retorno ao cargo anterior e não mais aqui nesta seara em que possível provimento do mandamus não seria exequível do ponto de vista legal. 4. Se a exoneração do impetrante do cargo de Advogado da União se deu no mesmo dia da sua posse e exercício no cargo de Procurador do Estado inexiste qualquer descontinuidade no serviço público que possa ser atacado pelo presente mandado de segurança. 5. Mandado de segurança prejudicado. (Mandado de Segurança nº 10898/DF (2005/0128766-0), 3ª Seção do STJ, Rel. Maria Thereza de Assis Moura. j. 28.09.2011, maioria, DJe 11.10.2011).
Assim, é de se reconhecer como legítimos os pleitos do autor para declaração da manutenção do vínculo com a administração pública, com todos seus efeitos daí decorrentes, eis que não houve ocorrência de solução de continuidade no serviço público no caso em tela.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE, o pedido inicial, para declarar a continuidade do vínculo administrativo do autor junto ao réu em virtude de sua exoneração em cargo público anterior e nova posse em cargo diverso. Ainda, condeno o requerido a proceder todas as averbações descritas na inicial para fins de contagem de tempo de serviço para todos benefícios legais que utilizam somente tal requisito para sua concessão.
Em consequência, julgo extinto o processo, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.
Em cumprimento ao disposto no artigo 27 da Lei 12.153/09 e artigo 55 da Lei 9.099/95, deixo de condenar o requerido ao pagamento de honorários advocatícios e custas processuais.
Publique-se, registre-se e intimem-se. Após o trânsito em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se."
Ante o exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, mantendo-se inalterada a sentença.
Sem custas processuais, por se tratar de Fazenda Pública.
Condeno o Município ao pagamento de honorários advocatícios em favor da parte contrária, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, na forma do art. 55 da Lei nº 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. INTERRUPÇÃO DE VÍNCULO POR POSSE EM OUTRO CARGO. CONTAGEM INICIAL.CARGO ANTERIOR. INEXISTÊNCIA DE DESCONTINUIDADE NO SRVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.
A solução de continuidade por posse em outro cargo sujeito ao mesmo estatuto jurídico, não interrompe o vínculo funcional mantido.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7002715-18.2021.8.22.0018 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 13/01/2023 11:42:05
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: MUNICIPIO DE SANTA LUZIA D'OESTE
Polo Passivo: GISELI PEREIRA SOUSA
Advogado do(a) RECORRIDO: RODRIGO DA SILVA MIRANDA - RO10582-A
RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.
"Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.".
Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:
SENTENÇA
"Vistos.
Relatório dispensado (art. 38, caput da Lei 9.099/95, art. 27 da Lei n. 12.153/09).
FUNDAMENTAÇÃO.
A matéria em análise envolve questão unicamente de direito, de forma que passo a julgar de plano a lide, com fundamento no art. 355, I do Código de Processo Civil, visto ser desnecessária a produção de outras provas. "Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ- 4º Turma, Resp 2.832-RJ, rel.Min. Sávio de Figueiredo).
O Município, embora citado e intimado, deixou transcorrer in albis o prazo para contestar, razão pela qual decreto a revelia. Contudo deixo de aplicar os efeitos da revelia por tratar-se de direito indisponível.
No mais, trata-se de ação de obrigação de fazer c/c cobrança em que a parte autora, na qualidade de servidora pública efetiva, no âmbito municipal, requer aplicação de progressão funcional com base na Lei Complementar municipal nº 20/2002, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração para os integrantes do quadro do magistério do Município de Santa Luzia D' Oeste/RO e dá Outras Providências, alegando que seu artigo 24, prevê aos servidores municipais da educação o direito a progressão funcional.
A Lei Complementar Municipal nº 20/2002, em seu artigo 24, disciplina o seguinte:
Art. 24 O Profissional da educação Básica terá direito à progressão funcional de uma referencia para outra, desde que aprovado em processo contínuo e específico de avaliação, obrigatoriamente a cada 02 (dois) anos, conforme anexo III.
§1º Para a primeira progressão, o prazo será contado a partir da data em que se der o exercício do profissional no cargo ou de seu enquadramento.
§2º Decorrido o prazo previsto no caput, e não havendo processo de avaliação, a progressão funcional dar-se-á automaticamente.
Parágrafo Único. A progressão de uma referência para outra imediatamente superior, somente ocorrerá se for atingida a nota mínima de pontuação exigida para progressão por merecimento, de acordo com o regulamento a ser definido pela comissão de Gestão do Plano.
Consta no dispositivo acima que as progressões seriam realizadas bianualmente, sendo que as progressões deveriam ser realizadas após o servidor ser aprovado em processo contínuo e específico de avaliação e, se decorrido o prazo previsto e não houver processo de avaliação, a progressão dar-se-á automaticamente.
Tendo em vista que a Lei Complementar nº 20/2002 foi omissa quanto ao percentual devido na progressão funcional, aplica-se o disposto na Lei Complementar nº 55/2010, pois seu art. 3º prevê que em caso de omissão do plano de carreira do magistério, a mesma será aplicada.

O art. 19 da Lei Complementar nº 55/2010 prevê que a "Progressão Horizontal é a passagem do servidor de uma referência de vencimento para outra com aumento de 2% (dois por cento), dentro da faixa de vencimentos da classe a que pertence, por tempo de serviço e por mudança de nível, conforme a escolaridade de nível fundamental, nível médio e nível superior adquirida".
Ainda, o art. 20 disciplina que "Para fazer jus à progressão por tempo de serviço, o servidor deverá cumprir o interstício de 03 (três) anos de efetivo exercício no padrão de vencimento em que se encontre até a aprovação em estágio probatório e, a partir daí, a cada 02 (dois) anos".
Diante disso, a parte Autora faz jus a um acréscimo de 2% (dois por cento) sobre o vencimento básico, inicialmente a partir de 3 anos até aprovação no estágio probatório e a partir de então a cada 02 (dois) anos de serviço prestado.
Destaco que a Lei nº 11.73/2008, que regula o piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, passou a ter validade a partir de 27 de abril de 2011, quando o STF reconheceu sua constitucionalidade, com efeito erga omnes. Referida lei não prejudica a incidência concomitante das respectivas legislações próprias dos entes federativos, como a Lei Municipal nº 20/2002.
No mais, o art. 6º, §3º da Lei Complementar nº 20/2002 disciplina que "Cada nível da carreira, constituirá uma linha de progressão nas referências de 1 a 18 na forma estabelecida no Anexo III desta Lei Complementar, com a indicação dos valores devidos a título de vencimento em cada referência". Por tal razão, a forma de pagamento do percentual de 2% terá como base o vencimento para cada referência.
Consigno que caso o requerido tenha instituído o piso nacional para a categoria, não impede a parte autora a receber as progressões citadas na legislação municipal.
Tendo em vista que o percentual da progressão trata-se de verba que integra o vencimento do servidor público, possui reflexos nas demais verbas e vantagens, como terço de férias, 13º salário e adicionais/gratificações habituais.
Por fim, a súmula vinculante n. 37 dispõe que "Não cabe ao
PODER JUDICIÁRIO, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia", contudo no presente caso, há previsão legal do reajuste salarial devido à parte autora
O Código de Processo Civil dispõe que cabe à parte requerida o ônus de provar a existência de fatos impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 373, II), sendo que o município não se desincumbiu desse ônus.
Por estas razões, entendo pela procedência do pleito autoral.
DISPOSITIVO.
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial a fim de reconhecer o direito da parte autora ao recebimento das verbas retroativas e a implantação referente à progressão horizontal, observando-se o percentual de 2% de acréscimo a cada biênio trabalhado, observando a primeira progressão o período de estágio probatório, considerando para cálculos a data de sua posse em 03/03/2015, descontado eventual valor já recebido, e, observada a prescrição quinquenal.
Os valores retroativas devem incidir sobre as verbas e vantagens da parte autora, como 13º salário, terço de férias e gratificações/ adicionais habituais.
No tocante aos valores retroativos, os juros moratórios são devidos a contar da data de citação, ocasião em que constituído o requerido em mora (CPC art. 240), pelos índices da caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F da lei 9.949/97 com a redação dada pela lei 11.960/09 e a correção monetária, deverá incidir sobre cada parcela inadimplida, mês a mês, utilizando o índice de preços ao consumidor amplo especial - IPCA-E.
Sem custas e honorários nesta fase.
Intimem-se."
Ante o exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, mantendo-se inalterada a sentença.
Sem custas processuais, por se tratar de Fazenda Pública.
Condeno o recorrente em honorários advocatícios em favor da parte contrária, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido da condenação.
Após o trânsito em julgado, remeta-se à origem
É como voto.
EMENTA Recurso inominado. Juizado Especial. Progressão Funcional. Requisitos preenchidos. Direito reconhecido.
Os servidores do Município de Santa Luzia do Oeste possuem direito à progressão funcional, preenchidos os requisitos individuais do servidor, nos termos da Lei Complementar nº 55/2010.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7034486-65.2021.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 10/03/2022 09:24:53
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: SHIRLENE CORREIA DE SOUSA
Advogado do(a) RECORRENTE: RODRIGO STEGMANN - RO6063-A
Polo Passivo: BANCO DAYCOVAL S/A
Advogado do(a) RECORRIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.

Pois bem. Desde as primeiras sessões na turma, esclareci que o tema me intrigava e que, tão logo tivesse meios para me dedicar a fundo na matéria, a analisaria para além da colegialidade, com a finalidade de continuar a acompanhá-la com maior reforço, contribuindo com os argumentos ou para chegar as minhas conclusões e ofertá-las à turma. Pois bem, após semanas analisando e refletindo sobre o tema, cheguei a uma conclusão diversa daquela que vem sendo adotada neste colegiado e, então, passo a delimitar os parâmetros do meu convencimento.

Após analisar diversas pretensões, contra as mais variadas instituições financeiras, consigo estabelecer premissas comuns a todas elas. Algumas partes falam em terem sido abordadas pela instituição financeira, umas falam em oferta de empréstimo consignado, enquanto outras mencionam a busca por crédito.

O elemento comum a todas essas formas de apresentação do "produto", é o de que não há negativa de que houve a contratação.

A modalidade de contrato, em casos quejandos, é por adesão, método permitido por lei e que, por força do princípio da transparência, deve ser claro, objetivo.

Enquanto a parte autora trouxe sua pretensão e diz ter buscado modalidade de empréstimo, sendo surpreendida por metodologia diversa, a instituição financeira fez prova de que o contrato têm em seu cabeçalho, expressamente, a modalidade de contratação por meio de cartão de crédito. O contrato tem a assinatura da parte, menção a juros, pagamento mínimo.

Aqui é necessário aclarar que a modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa.

Esclarecendo, a modalidade de empréstimo utiliza como premissas a liberação de valores de forma antecipada ao recebimento do plástico que, após sua entrega, pode ser usado como um cartão de crédito convencional – permitindo saque e compras, sendo que a fatura é encaminhada para pagamento, normalmente.

Muitas petições iniciais inserem a problemática aí, mencionando a questão específica do PAGAMENTO MÍNIMO como um elemento presumidamente de fraude, haja vista que, com o simples pagamento mínimo, tornar-se-ia impossível a quitação do contrato, dando a entender que à parte é impossível pagar a fatura além do mínimo, ou que isso não encontra assento no contrato. Os juros não são aqueles estabelecidos para os cartões de crédito regulares, não associados a contratos de pagamento por consignação e, embora a modalidade pratique juros acima daqueles correspondentes a empréstimos consignados "puros", não podem ser considerados vedados, porquanto dentro dos limites praticados em um mercado que é regulado pelo Banco Central.

O valor mínimo que está lançado na fatura corresponde, via de regra, ao limite consignável e, quando esse já foi comprometido, àqueles 5% que foram permitidos pelo legislador ordinário nos incisos I e II do §1º do artigo 1º da Lei 10.820/2003. Em outras palavras, por força de contrato, mas, principalmente, por força de lei, a instituição financeira não pode extrapolar os limites consignáveis sob pena de, aí sim, promover a conduta ilegal, reprovável e indenizável.

Quando se conspurca a metodologia de forma absoluta, tratando-a como NULA, e não meramente anulável sob certas condições, despreza-se, além da própria regulamentação do Estado, a capacidade dos indivíduos, suas experiências comerciais em geral e torna presunções relativas em absolutas. Não se pode partir da premissa de que todos os consumidores são inexperientes, incautos e desprotegidos. Em muitos casos, a impugnação ao contrato veio após dois, três ou mais anos. Como compreender que há um recebimento, descontos por meses a fio e que só surpreendem o consumidor após tamanho decurso de tempo?

Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca.

As provas aqui, em geral, são documentais e o consumidor, embora hipossuficiente em relação a instituição financeira, por força da boa-fé objetiva, deve trazer elementos claros que demonstrem a causa da anulabilidade, somente sendo passível a inversão do ônus da prova naqueles casos em que não detém meios de acostar os documentos por circunstâncias justificáveis, e que devem estar ancoradas na inicial. Trazer a causa da anulabilidade de forma objetiva é o que baliza, também, o exercício da defesa, sem o qual demoniza-se o contraditório, lhe relegando um papel de impossibilidade e de mera formalidade teórica.

No Brasil houve a adoção do pacta sunt servanda, ou seja, a não ser em hipóteses específicas, os contratos devem ser cumpridos, de forma que, portanto, o exame de anulabilidade deve corresponder a uma circunstância específica que justifique a quebra e eventual descumprimento de contrato, vedando-se o enriquecimento sem causa.

Desta forma, havendo contrato assinado entre as partes, observadas as formalidades necessárias, a clareza de que se trata de um instrumento representativo de empréstimo por meio de cartão de crédito consignado, respeitando-se os limites legais da consignação e juros admitidos pelo BACEN, não havendo provas de vícios capazes de invalidá-lo, deverá ser considerado válido.

No caso em testilha, como na maioria deles, cinge-se o recurso na análise da legalidade do contrato de cartão de crédito na modalidade de RMC - Reserva de Margem Consignável, firmado entre as partes, e, consequentemente, se for o caso, a restituição em dobro dos valores descontados, bem como da indenização por danos morais acerca da efetivação dos referidos descontos.

A parte autora aduz que realizou empréstimo com a instituição bancária, contudo desconhecia a modalidade de cartão de crédito pela Reserva de Margem Consignada – RMC.

O banco recorrido, por sua vez, argumentou acerca da regularidade de sua conduta, juntando cópia do contrato entabulado bem como outros documentos que evidenciam o negócio entabulado entre as partes.

Da análise dos autos, tem se que a despeito das alegações da parte autora de que foi induzida a erro, as provas demonstram o contrário. No contrato de ID 19684976, assinado pela parte autora, está bem destacado a modalidade contratada não havendo que se falar em ausência de informação adequada.

Embora haja a negativa veemente da parte autora acerca da ciência da modalidade contratada, nos autos não restou demonstrado minimamente o vício de consentimento na celebração do referido contrato com as cláusulas que autorizam a reserva de margem consignável referente ao valor mínimo do cartão de crédito consignado.

Inexistindo provas de que houve vício na contratação entre as partes deve-se observar o princípio do pacta sunt servanda. Dessa maneira, ante a ausência de ilícito civil cometido pelo requerido o pleito da parte autora deve ser negado.

Nesse sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, destacando-se que o alinhamento desta turma com a Corte Estadual é medida que favorece a segurança jurídica. Vejamos:

Apelação cível. Ação de restituição de valores c/c indenização por dano moral. Cartão de crédito consignado. RMC. Contratação. Legalidade. Desconto mensal. Valor mínimo. Folha de pagamento. Exercício regular de direito. Dano moral. Inexistente. Recurso provido. Comprovada a contratação do cartão de crédito com margem consignável mediante contrato com cláusula expressa quanto ao desconto mensal do valor mínimo indicado na fatura, não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de RMC, ou caracterização do dano moral, devendo-se observar o princípio pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7003965-22.2021.822.0007, Rel. Des. Alexandre Miguel, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 6/12/2021).

Apelação cível. Contrato de Cartão de Crédito Consignado. Reserva de Margem Consignável – RMC. Contratação comprovada. Dano moral. Não configuração. Repetição do indébito. Indevido. Comprovada a contratação de cartão de crédito consignado, inclusive com termos claros e inequívocos quanto ao seu objeto, não há que se falar em indenização por dano moral ou repetição de indébito, mormente se considerar que o desconto se efetiva nos termos previamente contratados (TJ-RO – AC: 7002361-60.2020.822.0007, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 22/10/2021).

Apelação cível. Cartão de crédito consignado. Margem consignável. RMC. Descontos em benefício previdenciário. Relação jurídica comprovada. Assinatura da contratante. Ausência de vício. Recurso provido. Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral, devendo-se operar o princípio do pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7010666-33.2020.822.0007, Rel. Des. José Torres Ferreira, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 9/12/2021).

Desta forma, considero que houve a contratação de forma espontânea e que, ao alegar a existência de defeito no negócio jurídico, a parte atraiu o ônus de prová-lo, do que não se desincumbiu, razão pelas quais seus pedidos devem ser julgados improcedentes.

Pelos mesmos argumentos não merecem subsistir a pretensão de conversão em contrato de empréstimo consignado e de indenização por danos morais.

Diante do exposto, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela parte consumidora, mantendo a sentença inalterada.

Em razão da sucumbência, condeno o Recorrente vencido ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, com base no artigo 55 da Lei 9.099/95, o qual fica suspenso em razão da gratuidade deferida ao consumidor.

Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.

É como voto.

EMENTA

Recurso Inominado. Cartão de crédito consignado. A modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa. AUSÊNCIA DE NULIDADE ABSOLUTA. Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/ transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca. Não existindo tais elementos nos autos, a pretensão é improcedente. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02

Processo: 7002711-78.2021.8.22.0018 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS

Data distribuição: 24/03/2023 11:19:35

Data julgamento: 28/06/2023

Polo Ativo: MUNICIPIO DE SANTA LUZIA D'OESTE

Polo Passivo: VILMA ALVES FERREIRA

Advogado do(a) RECORRIDO: RODRIGO DA SILVA MIRANDA - RO10582-A

RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.

VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.

"Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.".

Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:

SENTENÇA

"Vistos.

Relatório dispensado (art. 38, caput da Lei 9.099/95, art. 27 da Lei n. 12.153/09).

FUNDAMENTAÇÃO.

A matéria em análise envolve questão unicamente de direito, de forma que passo a julgar de plano a lide, com fundamento no art. 355, I do Código de Processo Civil, visto ser desnecessária a produção de outras provas. "Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ- 4º Turma, Resp 2.832-RJ, rel.Min. Sávio de Figueiredo).

No mais, trata-se de ação de obrigação de fazer c/c cobrança em que a parte autora, na qualidade de servidora pública efetiva, no âmbito municipal, requer aplicação de progressão funcional com base na Lei Complementar municipal nº 20/2002, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração para os integrantes do quadro do magistério do Município de Santa Luzia D' Oeste/RO e dá Outras Providências, alegando que seu artigo 24, prevê aos servidores municipais da educação o direito a progressão funcional.
A Lei Complementar Municipal nº 20/2002, em seu artigo 24, disciplina o seguinte:
Art. 24 O Profissional da educação Básica terá direito à progressão funcional de uma referencia para outra, desde que aprovado em processo contínuo e específico de avaliação, obrigatoriamente a cada 02 (dois) anos, conforme anexo III.
§1º Para a primeira progressão, o prazo será contado a partir da data em que se der o exercício do profissional no cargo ou de seu enquadramento.
§2º Decorrido o prazo previsto no caput, e não havendo processo de avaliação, a progressão funcional dar-se-á automaticamente.
Parágrafo Único. A progressão de uma referência para outra imediatamente superior, somente ocorrerá se for atingida a nota mínima de pontuação exigida para progressão por merecimento, de acordo com o regulamento a ser definido pela comissão de Gestão do Plano.
Consta no dispositivo acima que as progressões seriam realizadas bianualmente, sendo que as progressões deveriam ser realizadas após o servidor ser aprovado em processo contínuo e específico de avaliação e, se decorrido o prazo previsto e não houver processo de avaliação, a progressão dar-se-á automaticamente.
Tendo em vista que a Lei Complementar nº 20/2002 foi omissa quanto ao percentual devido na progressão funcional, aplica-se o disposto na Lei Complementar nº 55/2010, pois seu art. 3º prevê que em caso de omissão do plano de carreira do magistério, a mesma será aplicada.
O art. 19 da Lei Complementar nº 55/2010 prevê que a "Progressão Horizontal é a passagem do servidor de uma referência de vencimento para outra com aumento de 2% (dois por cento), dentro da faixa de vencimentos da classe a que pertence, por tempo de serviço e por mudança de nível, conforme a escolaridade de nível fundamental, nível médio e nível superior adquirida".
Ainda, o art. 20 disciplina que "Para fazer jus à progressão por tempo de serviço, o servidor deverá cumprir o interstício de 03 (três) anos de efetivo exercício no padrão de vencimento em que se encontre até a aprovação em estágio probatório e, a partir daí, a cada 02 (dois) anos".
Diante disso, a parte Autora faz jus a um acréscimo de 2% (dois por cento) sobre o vencimento básico, inicialmente a partir de 3 anos até aprovação no estágio probatório e a partir de então a cada 02 (dois) anos de serviço prestado.
Destaco que a Lei nº 11.73/2008, que regula o piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, passou a ter validade a partir de 27 de abril de 2011, quando o STF reconheceu sua constitucionalidade, com efeito erga omnes. Referida lei não prejudica a incidência concomitante das respectivas legislações próprias dos entes federativos, como a Lei Municipal nº 20/2002.
No mais, o art. 6º, §3º da Lei Complementar nº 20/2002 disciplina que "Cada nível da carreira, constituirá uma linha de progressão nas referências de 1 a 18 na forma estabelecida no Anexo III desta Lei Complementar, com a indicação dos valores devidos a título de vencimento em cada referência". Por tal razão, a forma de pagamento do percentual de 2% terá como base o vencimento para cada referência.
Consigno que caso o requerido tenha instituído o piso nacional para a categoria, não impede a parte autora a receber as progressões citadas na legislação municipal.
Tendo em vista que o percentual da progressão trata-se de verba que integra o vencimento do servidor público, possui reflexos nas demais verbas e vantagens, como terço de férias, 13º salário e adicionais/gratificações habituais.
Por fim, a súmula vinculante n. 37 dispõe que "Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia", contudo no presente caso, há previsão legal do reajuste salarial devido à parte autora
O Código de Processo Civil dispõe que cabe à parte requerida o ônus de provar a existência de fatos impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 373, II), sendo que o município não se desincumbiu desse ônus.
Por estas razões, entendo pela procedência do pleito autoral.
DISPOSITIVO.
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial a fim de reconhecer o direito da parte autora ao recebimento das verbas retroativas e a implantação referente à progressão horizontal e seus reflexos, observando-se o percentual de 2% de acréscimo a cada biênio trabalhado, observando a primeira progressão o período de estágio probatório, considerando para cálculos a data de sua posse em 02/02/2015, descontado eventual valor já recebido, e, observada a prescrição quinquenal.
Os valores retroativas devem incidir sobre as verbas e vantagens da parte autora, como 13º salário, terço de férias e gratificações/ adicionais habituais.
No tocante aos valores retroativos, os juros moratórios são devidos a contar da data de citação, ocasião em que constituído o requerido em mora (CPC art. 240), pelos índices da caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F da lei 9.949/97 com a redação dada pela lei 11.960/09 e a correção monetária, deverá incidir sobre cada parcela inadimplida, mês a mês, utilizando o índice de preços ao consumidor amplo especial - IPCA-E.
Sem custas e honorários nesta fase.
Intimem-se."
Ante o exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, mantendo-se inalterada a sentença.
Sem custas processuais, por se tratar de Fazenda Pública.
Condeno o recorrente em honorários advocatícios em favor da parte contrária, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido da condenação.
Após o trânsito em julgado, remeta-se à origem
É como voto.
EMENTA Recurso inominado. Juizado Especial. Progressão Funcional. Requisitos preenchidos. Direito reconhecido.
Os servidores do Município de Santa Luzia do Oeste possuem direito à progressão funcional, preenchidos os requisitos individuais do servidor, nos termos da Lei Complementar nº 55/2010.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7012794-55.2022.8.22.0007 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 01/06/2023 18:40:12
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: MARLUZE DO CARMO SIMOES TOZATO
Advogado do(a) RECORRENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391-A
Polo Passivo: MUNICIPIO DE CACOAL
RELATÓRIO Trata-se de Ação de Cobrança manejada em face do Município de Cacoal, pela qual alega a parte autora que com a transmudação do regime celetista para o estatutário amparado pela lei 3.577/2016, tem direito à averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio inerentes aos titulares deste regime.
Assim, requer o pagamento das verbas, bem como seus reflexos desde sua contratação pelo regime celetista.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o relatório.
VOTO Conheço do recurso interposto eis que presentes os requisitos legais de admissibilidade.
Pretende o apelante o reconhecimento de direitos retroativos referente a averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio, em razão do exercício do cargo de Agente Comunitário de Saúde, inicialmente sob o regime celetista, posteriormente transposto para o regime estatutário.
A sentença recorrida reconheceu a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 3.577-2016 que transformou o cargo público de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias de celetista para estatutário.
A despeito das razões expostas pelo recorrente, entendo que a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos. Explico.
Conforme se extrai dos autos, o recorrente foi contrato nos idos de 2004 para exercer emprego público de natureza celetista e temporário, através de processo seletivo simplificado.
A questão é tratada pela EC nº 51/2006, que em seu artigo 2º, parágrafo único, estabelece que:
Art. 2º Após a promulgação da presente Emenda Constitucional, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias somente poderão ser contratados diretamente pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios na forma do § 4º do art. 198 da Constituição Federal, observado o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar de que trata o art. 169 da Constituição Federal.
Parágrafo único. Os profissionais que, na data de promulgação desta Emenda e a qualquer título, desempenharem as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, na forma da lei, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição Federal, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação .
Conforme se extrai, o texto legal apenas reconheceu a desnecessidade de os profissionais que já se encontravam no exercício da profissão por ocasião da sua promulgação, realizarem novo processo seletivo. Isso não significa dizer que a norma constitucional reconheceu a existência de direito a efetividade ou de outros direitos próprios dos servidores efetivos.
Por ter sido admitido em processo seletivo simplificado, não pode o recorrente almejar os mesmos direitos dos servidores efetivos, pois o cargo por ele desempenhado não é cargo de provimento efetivo e, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade. Nesse ponto é que se estabelece a inconstitucionalidade da Lei Municipal, que reconheceu aos Agentes Comunitários direitos que a própria Constituição Federal não reconheceu.
Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial, senão vejamos:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO ORDINÁRIO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO E LICENÇA-PRÊMIO. DIREITOS INERENTES AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO. EXTENSÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. 1. Não há amparo legal para estender os benefícios previstos para os servidores efetivos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itumbiara aos agentes comunitários de saúde, contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Administração Municipal, mediante processo seletivo simplificado. 2. Os cargos de agente comunitário de saúde e de combate às endemias não são cargos de provimento efetivo e são, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade . 3. A licença-prêmio e o adicional por tempo de serviço não se coadunam com o caráter precário e transitório dos cargos ocupados por servidores contratados sem concurso público e sem a característica da estabilidade. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, PORÉM DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. (TJGO, Apelação (CPC) 0365594-67.2015.8.09.0087, Rel. JEOVÁ SARDINHA DE MORAES, 6ª Câmara Cível, julgado em 20/07/2017, DJe de 20/07/2017) (destaquei).
Ressalte-se, ainda, que embora o STF tenha reconhecido aos Agentes Comunitários de Saúde, contratados antes da emenda constitucional 51/2006, bem como da lei nº 11.350/2006, o direito de continuarem com vínculo com a administração pública, este se dá de forma precária. Vejamos:
DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. CONTRATO TEMPORÁRIO. EC Nº 51/06. PRETENSÃO DE EFETIVAÇÃO NO CARGO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA À REGRA CONTIDA NO ART. 37, II, DA CF/88. INTELIGÊNCIA DO ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO DA EC 51/2006. SELEÇÃO SIMPLIFICADA ANTERIOR APENAS PARA MANTER VIGENTES OS CONTRATOS JÁ EXISTENTES. REEXAME NECESSÁRIO A QUE SE DA PROVIMENTO. APELO PREJUDICADO. […] 2. O cerne da questão em apreço reside em verificar se é legítimo ou não efetivar o autor no cargo efetivo de Agente Comunitários de Saúde, em razão do que preceituam a EC nº 51/06, a Lei Federal nº 11.350/06 e a Lei Municipal nº 226/2008, assegurando a estabilidade no emprego às pessoas que estão exercendo atividade temporária, através de seleção simplificada. 3. É cediço que a Emenda Constitucional nº 51, de 14/02/2006, visando pôr fim à questão das contratações temporárias dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, dispôs sobre o ingresso dos profissionais de saúde no serviço público, determinando, a partir das modificações implementadas pelo seu art. 1º, a necessidade de realização de processo seletivo público para a admissão, por parte dos gestores locais do SUS, dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. 4. Preocupou-se, ainda, a aludida emenda em regular a situação daqueles profissionais que, ao tempo de sua promulgação, já exerciam as atividades mencionadas, inclusive por força de contratos temporários, como no caso em tela. 5. Com a finalidade de regulamentar o § 5º, do art. 198 da CF, restou editada a Lei Federal nº 11.350, de 05/10/2006, que dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único, do art. 2º da EC no 51/2006. 6. É, com base nestes dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que o demandante pleiteia o direito à efetivação no cargo de Agente Comunitário de Saúde, contudo,

verifico que não lhe assiste razão. 7. Após a EC 51/2006 não significa dizer que passou a existir direito à estabilidade para agentes comunitários contratados temporariamente, como se esses tivessem sido submetidos a concurso de provas ou de provas e títulos nos termos do art. 37, II, da CF. 8. Da leitura dos supracitados dispositivos legais, é lícito inferir que aos profissionais contratados de forma temporária antes da promulgação da EC 51/2006 ficou assegurada, apenas, a dispensa da participação em novo processo seletivo para manutenção do contrato com o poder público. 9. Não podem os servidores temporários almejar a efetivação definitiva no cargo público, pois estão vinculados ao Quadro Municipal de maneira precária, nos termos do art. 37, IX da CF, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, por tempo estabelecido. 10. No caso dos autos, não há demonstração de que a seleção a que restou submetido o autor para o exercício da função de Agente Comunitário de Saúde tenha obedecido aos princípios e critérios instituídos pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 51/2006 e pelo art. 9º da Lei nº 11.350/2006. Na verdade os documentos colacionados pelo Município às fls. 180/184 revelam que o demandante passou por uma seleção simplificada, mas nada que se compare a um concurso público e todas as suas regras e exigências legais. 11. Necessário esclarecer que o art. 9º da Lei 11.350/06 dispôs expressamente que a contratação de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias deverá ser precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por esse motivo, somente tem vez, a certificação de anterior processo de seleção, quando realizado nesses termos, consoante expressamente prevê o parágrafo único do referido dispositivo legal, outrora transcrito. 12. As modificações introduzidas pela EC nº 51/06 não excepcionaram a regra de exigência de concurso para fins de acessibilidade aos cargos públicos, e diferentemente da interpretação emprestada pelo magistrado a quo, não vieram assegurar a estabilidade àqueles agentes comunitários de saúde contratados de forma temporária que haviam ingressado no cargo através de processo seletivo, mas tão somente possibilitar a manutenção dos contratos, desde que tenham sido firmados mediante processo seletivo anterior. 13. Neste contexto, merece ser reformada a sentença que garantiu ao autor o direito de permanência no cargo efetivo de agente Comunitário de Saúde no Município de Jaboatão dos Guararapes como servidor efetivo, porque para isso ele precisaria ter sido aprovado em concurso de provas ou de provas e títulos, e não somente em seleção simplificada para atender excepcional interesse público. 14. Reexame Necessário provido reformando-se in totum, a decisão vergastada. Prejudicado o apelo voluntário. 15. Impõe-se a inversão do ônus sucumbencial, cabendo à parte autora o pagamento das custas e dos honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspensa a execução da verba honorária por até 05 anos subsequentes ao trânsito em julgado da sentença, nos moldes do artigo 98, § 3º, do CPC/2015. (TJ-PE - APL: 4957404 PE, Relator: Waldemir Tavares de Albuquerque Filho, Data de Julgamento: 20/08/2019, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 10/09/2019).

Nesse viés, não há que se falar em legalidade da norma municipal que converteu o regime jurídico do servidor sem exigência de concurso público, passando de um “status” de não estável para estável, contrariando o art. 19 da ADCT.

EMENTA- TRANSMUDAÇÃO DO REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO A CONCURSO PÚBLICO. ESTABILIDADE GARANTIDA NA FORMA DO ART. 19 DO ADCT. 1. A estabilidade de que trata o art. 19 do ADCT não confere ao servidor público contratado sob o regime celetista o direito à automática transmudação para o regime estatutário sem a prévia realização de concurso público, sendo-lhe assegurado apenas o direito aos depósitos do FGTS. 2. Apelo conhecido e desprovido. (TJ-MA - AC: 00005879120148100126 MA 0291732017, Relator: PAULO SRGIO VELTEN PEREIRA, Data de Julgamento: 30/04/2019, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/05/2019 00:00:00)

Conclui-se que transmudação do regime celetista para o estatutário não é considerada válida. O direito de receber as vantagens adquiridas por um servidor público nomeado através de concurso não pode ser estendido a um servidor nomeado através de um processo simplificado.

Desse modo, a confirmação da sentença é medida que se impõe.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo-se incólume a sentença combatida.

Deixo de condenar o recorrente no pagamento das verbas de sucumbência, reconhecendo sua hipossuficiência financeira, conforme evidenciado pelas fichas financeiras que instruíram a inicial.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA RECURSO INOMINADO.AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. REGIME CELETISTA TRANSPOSIÇÃO PARA O REGIME ESTATUTÁRIO. LEI MUNICIPAL INCONSTITUCIONALIDADE. INEXISTÊNCIA DE ESTABALIDADE E EFETIVAÇÃO DEFINITVA.

O cargo de agente comunitário, contratado através de processo seletivo simplificado, é de vinculo precário, não admitindo efetivação definitiva e estabilidade.

Deve ser considerada inconstitucional, lei municipal que prevê a transposição para o regime estatutário de servidores inicialmente contratados em processo seletivo simplificado, sob regime celetista, para emprego público temporário de agente comunitário de saúde.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 28 de Junho de 2023

Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS

RELATOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Turma Recursal - Gabinete 03

Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, - de 2561/2562 a 2939/2940 Processo: 7004924-48.2021.8.22.0021

Classe: Recurso Inominado Cível

Recorrente: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Advogado(a): RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº MS5871A, ENERGISA RONDÔNIA

Recorrido (a): EDMILSON GOMES DA SILVA

Advogado(a): FERNANDO DE OLIVEIRA RODRIGUES, OAB nº RO8731A

Relator: JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO

Data da distribuição: 15/07/2022

DECISÃO
Vistos e etc…,
Em atenção à petição presente nos autos informando autocomposição entre as partes, nos termos do art. 487, inciso III, alínea "b" combinado com o art. 932, inciso I, do Código de Processo Civil, assim como no termos do art. 57 da Lei Federal 9.099/95, HOMOLOGO o acordo realizado entre as partes e julgo extinto o processo com resolução do mérito.
Diante da preclusão lógica, o feito transita em julgado nesta data.
Certifique-se. Cumpra-se.
Custas na forma da lei.
Oportunamente, remeta-se à origem.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
João Luiz Rolim Sampaio
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 03
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, - de 2561/2562 a 2939/2940 Processo: 7001654-33.2022.8.22.0004
Classe: Recurso Inominado Cível
Recorrente: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado(a): DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº AC4788, ENERGISA RONDÔNIA, ENERGISA RONDÔNIA
Recorrido (a): CIRLEY ESTEVAM DE FARIAS
Advogado(a): RODRIGO DA SILVA SOUZA, OAB nº RO10784A
Relator: JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Data da distribuição: 03/11/2022
DESPACHO
Vistos e etc…,
Em atenção à possibilidade de se atribuir os efeitos infringentes aos embargos de declaração, intime-se o embargado para se manifestar sobre os embargos opostos, no prazo de 05 (cinco) dias, com fundamento no art. 1.023, § 2º, do CPC.
Sirva-se a presente de MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006), Oficial de Justiça ou DJEN.
Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
João Luiz Rolim Sampaio
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 03
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, - de 2561/2562 a 2939/2940 Processo: 7006659-45.2022.8.22.0001
Classe: Recurso Inominado Cível
Recorrente: PATRICIA CASTRO DE MORAES
Advogado(a): RODRIGO STEGMANN, OAB nº RO6063A
Recorrido (a): BANCO DAYCOVAL S/A, BANCO DAYCOVAL S/A
Advogado(a): ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264A, PROCURADORIA BANCO DAYCOVAL S.A, PROCURADORIA BANCO DAYCOVAL S.A
Relator: JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Data da distribuição: 09/12/2022
DECISÃO
Vistos e etc…,
Considerando a falha no sistema PJE que excluiu o acórdão e impossibilitou a publicação, transcrevo-o abaixo para os devidos fins:
" RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Inicialmente, tenho por bem destacar que, ressalvado posicionamento diverso em julgamentos anteriores de minha relatoria, em prestígio ao princípio da colegialidade, passo a adotar o entendimento majoritário desta Turma Recursal.
Concluí, pois, a suposta abusividade dessa espécie de contrato, não pode ser considerada de forma absoluta, havendo necessidade de análise de circunstâncias individuais, como o grau de conhecimento da parte autora, as informações prestadas pela instituição financeira, o destaque no contrato evidenciando sua modalidade, além de outros elementos que confirmem ou não ter sido o consumidor induzido a erro na contratação do cartão de crédito consignado.
Após analisar diversas pretensões, contra as mais variadas instituições financeiras, consigo estabelecer premissas comuns a todas elas. A modalidade de contrato, nos casos deste jaez, é por adesão, método permitido por lei e que, por força do princípio da transparência, deve ser claro, objetivo.
Aqui é necessário aclarar que a modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa.

Quando se questiona a metodologia de forma absoluta, tratando-a como NULA, e não meramente anulável sob certas condições, despreza-se, além da própria regulamentação do Estado, a capacidade dos indivíduos, suas experiências comerciais em geral e torna presunções relativas em absolutas. Não se pode partir da premissa de que todos os consumidores são inexperientes, incautos e desprotegidos.

No caso em exame, enquanto a parte autora trouxe sua pretensão e diz ter buscado modalidade de empréstimo, sendo surpreendida por metodologia diversa, a instituição financeira fez prova de que o contrato têm em seu cabeçalho, expressamente, a modalidade de contratação por meio de cartão de crédito. O contrato tem a assinatura da parte, menção a juros, parcelas, pagamento mínimo.

Contratos como o do caso em análise, repise-se, são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca. É dizer, não podem ser considerados nulos de forma absoluta.

As provas aqui, em geral, são documentais e o consumidor, embora hipossuficiente em relação a instituição financeira, por força da boa-fé objetiva, deve trazer elementos claros que demonstrem a causa da anulabilidade, somente sendo passível a inversão do ônus da prova naqueles casos em que não detém meios de acostar os documentos por circunstâncias justificáveis, e que devem estar ancoradas na inicial.

Trazer a causa da anulabilidade de forma objetiva é o que baliza, também, o exercício da defesa, sem o qual demoniza-se o contraditório, lhe relegando um papel de impossibilidade e de mera formalidade teórica.

No Brasil houve a adoção do pacta sunt servanda, ou seja, a não ser em hipóteses específicas, os contratos devem ser cumpridos, de forma que, portanto, o exame de anulabilidade deve corresponder a uma circunstância específica que justifique a quebra e eventual descumprimento de contrato, vedando-se o enriquecimento sem causa.

Desta forma, havendo contrato assinado entre as partes, observadas as formalidades necessárias, a clareza de que se trata de um instrumento representativo de empréstimo por meio de cartão de crédito consignado, respeitando-se os limites legais da consignação e juros admitidos pelo BACEN, não havendo provas de vícios capazes de invalidá-lo, deverá ser considerado válido.

No caso em testilha, como na maioria deles, cinge-se o recurso na análise da legalidade do contrato de cartão de crédito na modalidade de RMC - Reserva de Margem Consignável, firmado entre as partes, e, consequentemente, se for o caso, a restituição em dobro dos valores descontados, bem como da indenização por danos morais acerca da efetivação dos referidos descontos.

A parte autora aduz que realizou empréstimo com a instituição bancária, contudo desconhecia a modalidade de cartão de crédito pela Reserva de Margem Consignada – RMC.

O banco recorrido, por sua vez, argumentou acerca da regularidade de sua conduta, juntando cópia do contrato entabulado bem como outros documentos que evidenciam o negócio entabulado entre as partes.

Da análise dos autos, tem se que a despeito das alegações da parte autora de que foi induzida a erro, as provas demonstram o contrário. No contrato está bem destacado a modalidade contratada não havendo que se falar em ausência de informação adequada. Para além disso, houve a utilização regular do cartão de crédito para compras, bem como o pagamento das faturas, provas essas que fragilizam as alegações dispostas na inicial.

Embora haja a negativa veemente da parte autora acerca da ciência da modalidade contratada, nos autos não restou demonstrado minimamente o vício de consentimento na celebração do referido contrato com as cláusulas que autorizam a reserva de margem consignável referente ao valor mínimo do cartão de crédito consignado.

Assim, inexistindo vício na contratação entre as partes deve-se observar o princípio do pacta sunt servanda. Dessa maneira, ante a ausência de ilícito civil cometido pelo requerido o pleito da parte autora deve ser negado.

Sobre o tema, precedentes do Tribunal de Justiça de Rondônia:.

Apelação cível. Ação de restituição de valores c/c indenização por dano moral. Cartão de crédito consignado. RMC. Contratação. Legalidade. Desconto mensal. Valor mínimo. Folha de pagamento. Exercício regular de direito. Dano moral. Inexistente. Recurso provido. Comprovada a contratação do cartão de crédito com margem consignável mediante contrato com cláusula expressa quanto ao desconto mensal do valor mínimo indicado na fatura, não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de RMC, ou caracterização do dano moral, devendo-se observar o princípio pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7003965-22.2021.822.0007, Rel. Des. Alexandre Miguel, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 6/12/2021).

Apelação cível. Contrato de Cartão de Crédito Consignado. Reserva de Margem Consignável – RMC. Contratação comprovada. Dano moral. Não configuração. Repetição do indébito. Indevido. Comprovada a contratação de cartão de crédito consignado, inclusive com termos claros e inequívocos quanto ao seu objeto, não há que se falar em indenização por dano moral ou repetição de indébito, mormente se considerar que o desconto se efetiva nos termos previamente contratados (TJ-RO – AC: 7002361-60.2020.822.0007, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 22/10/2021).

Apelação cível. Cartão de crédito consignado. Margem consignável. RMC. Descontos em benefício previdenciário. Relação jurídica comprovada. Assinatura da contratante. Ausência de vício. Recurso provido. Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral, devendo-se operar o princípio do pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7010666-33.2020.822.0007, Rel. Des. José Torres Ferreira, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 9/12/2021)

Neste contexto, considerando que houve a contratação de forma espontânea e que o ônus da prova sobre a leitura do contrato recai sobre a parte autora, seus pedidos devem ser julgados improcedentes.

Pelos mesmos argumentos não merecem subsistir a pretensão de conversão em contrato de empréstimo consignado e de indenização por danos morais.

Diante do exposto, VOTO no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado.

Condeno a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários, os quais arbitro em 10% sob o valor da causa, ressalvada eventual gratuidade de justiça deferida.

Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.

É como voto.

EMENTA RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. LEGALIDADE. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO.

A modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos i e ii do §1º do artigo 1º daquele diploma.

Restando demonstrado a contratação do cartão de crédito com margem consignada, e não logrando o autor demonstrar a existência de vício de consentimento que macule o negócio realizado, deve ele ser considerado válido o princípio do pacta sunt servanda.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 08 de Março de 2023
Relator ARLEN JOSE SILVA DE SOUZA"
Porto Velho, 17 de julho de 2023
João Luiz Rolim Sampaio

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Turma Recursal - Gabinete 03
Avenida Pinheiro Machado, 777, Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76.801-235
Processo: 7003875-61.2023.8.22.0001
Classe: Recurso Inominado Cível
Recorrente: TATIANE MAGALHAES PORTELA
Advogado(a): WEDSON JULIANO VIEIRA RAMOS, OAB nº SE6894A
Recorrido (a): AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS, AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS
Advogado(a): LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280
Relator: JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
Data da distribuição: 03/07/2023
DECISÃO
Atento aos pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, verifico que o pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita não veio acompanhado de documentação capaz de comprovar que o(a) recorrente faz jus ao benefício.
Desta feita, sendo a presunção apenas relativa da condição de necessitado, carecendo de provas imediatas e carreadas com o respectivo pleito, INDEFIRO a gratuidade judiciária reclamada, posto que não comprovada a condição de pobreza ou necessitado (recorrente não juntou documentos - CTPS, IRPF, contracheque -, que comprovassem satisfatoriamente a incapacidade financeira, presumindo conseguir arcar com o encargo das custas processuais, que equivalem a apenas 5% - cinco por cento – do valor dado à causa) e CONCEDO à parte recorrente, por outro lado e excepcionalmente, o prazo improrrogável de 48h (quarenta e oito horas) para que efetue e comprove o preparo, sob pena de DESERÇÃO.
Expirado o prazo e não havendo a diligência financeira, retornem conclusos para decreto de DESERÇÃO.
Caso contrário, retornem para efetivo juízo de admissibilidade e julgamento do recurso.
INTIME-SE, servindo-se a presente de MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO via sistema PJe (LF 11.419/2006), diligência de Oficial de Justiça ou DJe, conforme o caso e meio mais rápido.
CUMPRA-SE.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
João Luiz Rolim Sampaio
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 03
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, - de 2561/2562 a 2939/2940 Processo: 7000555-35.2021.8.22.0013
Classe: Recurso Inominado Cível
Recorrente: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado(a): DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº AC4788, ENERGISA RONDÔNIA, ENERGISA RONDÔNIA
Recorrido (a): TADEU NUNES DA SILVA
Advogado(a): MARIA LURDES SIMIONATTO, OAB nº RO189A
Relator: JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Data da distribuição: 06/09/2022
DECISÃO
Vistos e etc…,
Em atenção à possibilidade de se atribuir os efeitos infringentes aos embargos de declaração, intime-se o embargado para se manifestar sobre os embargos opostos, no prazo de 05 (cinco) dias, com fundamento no art. 1.023, § 2º, do CPC.
Sirva-se a presente de MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006), Oficial de Justiça ou DJEN.
Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
João Luiz Rolim Sampaio
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 03
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, - de 2561/2562 a 2939/2940 Processo: 7060599-56.2021.8.22.0001
Classe: Recurso Inominado Cível

Recorrente: ENERGISA S/A
Advogado(a): RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº MS5871A, ENERGISA RONDÔNIA
Recorrido (a): UGLANE MARIA DAMASCENO MARTINS
Advogado(a): ALINE VIEIRA PONTES, OAB nº RO11311A, CINTIA DE OLIVEIRA FERNANDES, OAB nº RO11403A, ANA LUIZA VIEIRA DE AZEVEDO, OAB nº RO12394
Relator: JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Data da distribuição: 10/11/2022
DECISÃO
Vistos e etc…,
Em atenção à possibilidade de se atribuir efeitos infringentes aos embargos de declaração, intime-se o embargado para se manifestar no prazo de 05 dias, com fundamento no art. 1.023, § 2º, do CPC.
Sirva-se a presente de MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO, via sistema PJe (LF 11.419/2006), Oficial de Justiça ou DJEN.
Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
João Luiz Rolim Sampaio
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 03
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, - de 2561/2562 a 2939/2940 Processo: 7001586-89.2022.8.22.0002
Classe: Recurso Inominado Cível
Recorrente: EDSON ALVES DA SILVA
Advogado(a): SILVIO ALVES FONSECA NETO, OAB nº RO8984A
Recorrido (a): ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado(a): RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº MS5871A, ENERGISA RONDÔNIA, ENERGISA RONDÔNIA
Relator: JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Data da distribuição: 26/08/2022
DECISÃO
Vistos e etc...,
Considerando a falha no sistema PJE que excluiu o acórdão e impossibilitou a publicação, transcrevo-o abaixo para os devidos fins:
“RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos da Lei nº 9.099/95.
VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos embargos.
Pela análise dos fundamentos apresentados, nota-se que a pretensão recursal consiste em tentativa única de ver rediscutida a matéria, com o fim de lhe conferir efeitos infringentes, o que não é permitido juridicamente nesta esfera recursal.
Assim, não possui razão a parte embargante uma vez que não demonstrou a ocorrência de omissão, contradição ou obscuridade, motivo pelo qual os embargos se mostram incabíveis. Neste sentido:
EMENTA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÕES INEXISTENTES. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. Incabíveis os embargos de declaração quando não estão presentes quaisquer das hipóteses do art. 48 da Lei 9.099/95. Os embargos de declaração não podem ter efeitos infringentes, possibilitando à parte rediscutir o que já foi analisado no acórdão, o que só se admite em situações excepcionais, o que não é o caso dos autos em que o acórdão foi proferido em conformidade com a jurisprudência já pacificada desta Turma Recursal. EMBARGOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA À UNANIMIDADE (TJRO - Turma Recursal - 0016798-90.2013.8.22.0002, Data de Julgamento: 30/10/2014).
Ademais, considerando o atual posicionamento do c. Superior Tribunal de Justiça, o qual consolidou que o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão, ressalta-se que a decisão impugnada apresentou, de forma satisfatória, os motivos que levaram ao julgamento de procedência do pedido inicial.
A propósito:
“PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA. 1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço. 2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. 3. No caso, entendeu-se pela ocorrência de litispendência entre o presente mandamus e a ação ordinária n. 0027812-80.2013.4.01.3400, com base em jurisprudência desta Corte Superior acerca da possibilidade de litispendência entre Mandado de Segurança e Ação Ordinária, na ocasião em que as ações intentadas objetivam, ao final, o mesmo resultado, ainda que o polo passivo seja constituído de pessoas distintas. 4. Percebe-se, pois, que o embargante maneja os presentes aclaratórios em virtude, tão somente, de seu inconformismo com a decisão ora atacada, não se divisando, na hipótese, quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil, a inquinar tal decisum. 5. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016).”.
Os embargos possuem caráter integrativo e não substitutivo da decisão, não se prestando para o reexame da matéria de mérito e/ou prequestionamento quando inexistente omissão ou contradição, afinal, toda a extensão constitucional e infraconstitucional se encontra amplamente debatida na decisão.
Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam, VOTO no sentido de conhecer e NÃO ACOLHER os presentes embargos de declaração, mantendo o acórdão vergastado por seus próprios fundamentos.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.

EMENTA Embargos de Declaração. Ausência de Omissão, Obscuridade ou Contradição. Rediscussão de Matéria. Impossibilidade. Precedentes do STJ. Embargos Rejeitados. Decisão Mantida.
Incabíveis os embargos de declaração quando não estão presentes quaisquer das hipóteses do art. 48 da Lei 9.099/95.
Consoante firme posicionamento adotado pelo c. Superior Tribunal de Justiça, o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, EMBARGOS DE DECLARACAO CONHECIDOS E REJEITADOS A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 01 de Março de 2023
Desembargador ARLEN JOSE SILVA DE SOUZA
RELATOR"
Porto Velho, 17 de julho de 2023
João Luiz Rolim Sampaio
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 03
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, - de 2561/2562 a 2939/2940 Processo: 7023467-62.2021.8.22.0001
Classe: Recurso Inominado Cível
Recorrente: RONALDO FLAVIO RAMOS
Advogado(a): RODRIGO STEGMANN, OAB nº RO6063A
Recorrido (a): BANCO DAYCOVAL S/A
Advogado(a): ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, PROCURADORIA BANCO DAYCOVAL S.A
Relator: JOÃO LUIZ ROLIM SAMPAIO
Data da distribuição: 09/08/2021
DECISÃO
Vistos e etc…,
Considerando a falha no sistema PJE que excluiu o acórdão e impossibilitou a publicação, transcrevo-o abaixo para os devidos fins:
" RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Inicialmente, tenho por bem destacar que, ressalvado posicionamento diverso em julgamentos anteriores de minha relatoria, em prestígio ao princípio da colegialidade, passo a adotar o entendimento majoritário desta Turma Recursal.
Concluí, pois, a suposta abusividade dessa espécie de contrato, não pode ser considerada de forma absoluta, havendo necessidade de análise de circunstâncias individuais, como o grau de conhecimento da parte autora, as informações prestadas pela instituição financeira, o destaque no contrato evidenciando sua modalidade, além de outros elementos que confirmem ou não ter sido o consumidor induzido a erro na contratação do cartão de crédito consignado.
Após analisar diversas pretensões, contra as mais variadas instituições financeiras, consigo estabelecer premissas comuns a todas elas. A modalidade de contrato, nos casos deste jaez, é por adesão, método permitido por lei e que, por força do princípio da transparência, deve ser claro, objetivo.
Aqui é necessário aclarar que a modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa.
Quando se questiona a metodologia de forma absoluta, tratando-a como NULA, e não meramente anulável sob certas condições, despreza-se, além da própria regulamentação do Estado, a capacidade dos indivíduos, suas experiências comerciais em geral e torna presunções relativas em absolutas. Não se pode partir da premissa de que todos os consumidores são inexperientes, incautos e desprotegidos.
No caso em exame, enquanto a parte autora trouxe sua pretensão e diz ter buscado modalidade de empréstimo, sendo surpreendida por metodologia diversa, a instituição financeira fez prova de que o contrato têm em seu cabeçalho, expressamente, a modalidade de contratação por meio de cartão de crédito. O contrato tem a assinatura da parte, menção a juros, parcelas, pagamento mínimo.
Contratos como o do caso em análise, repise-se, são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca. É dizer, não podem ser considerados nulos de forma absoluta.
As provas aqui, em geral, são documentais e o consumidor, embora hipossuficiente em relação a instituição financeira, por força da boa-fé objetiva, deve trazer elementos claros que demonstrem a causa da anulabilidade, somente sendo passível a inversão do ônus da prova naqueles casos em que não detém meios de acostar os documentos por circunstâncias justificáveis, e que devem estar ancoradas na inicial.
Trazer a causa da anulabilidade de forma objetiva é o que baliza, também, o exercício da defesa, sem o qual demoniza-se o contraditório, lhe relegando um papel de impossibilidade e de mera formalidade teórica.
No Brasil houve a adoção do pacta sunt servanda, ou seja, a não ser em hipóteses específicas, os contratos devem ser cumpridos, de forma que, portanto, o exame de anulabilidade deve corresponder a uma circunstância específica que justifique a quebra e eventual descumprimento de contrato, vedando-se o enriquecimento sem causa.
Desta forma, havendo contrato assinado entre as partes, observadas as formalidades necessárias, a clareza de que se trata de um instrumento representativo de empréstimo por meio de cartão de crédito consignado, respeitando-se os limites legais da consignação e juros admitidos pelo BACEN, não havendo provas de vícios capazes de invalidá-lo, deverá ser considerado válido.

No caso em testilha, como na maioria deles, cinge-se o recurso na análise da legalidade do contrato de cartão de crédito na modalidade de RMC - Reserva de Margem Consignável, firmado entre as partes, e, consequentemente, se for o caso, a restituição em dobro dos valores descontados, bem como da indenização por danos morais acerca da efetivação dos referidos descontos.
A parte autora aduz que realizou empréstimo com a instituição bancária, contudo desconhecia a modalidade de cartão de crédito pela Reserva de Margem Consignada – RMC.
O banco recorrido, por sua vez, argumentou acerca da regularidade de sua conduta, juntando cópia do contrato entabulado bem como outros documentos que evidenciam o negócio entabulado entre as partes.
Da análise dos autos, tem se que a despeito das alegações da parte autora de que foi induzida a erro, as provas demonstram o contrário.
No contrato está bem destacado a modalidade contratada não havendo que se falar em ausência de informação adequada. Para além disso, houve a utilização regular do cartão de crédito para compras, bem como o pagamento das faturas, provas essas que fragilizam as alegações dispostas na inicial.
Embora haja a negativa veemente da parte autora acerca da ciência da modalidade contratada, nos autos não restou demonstrado minimamente o vício de consentimento na celebração do referido contrato com as cláusulas que autorizam a reserva de margem consignável referente ao valor mínimo do cartão de crédito consignado.
Assim, inexistindo vício na contratação entre as partes deve-se observar o princípio do pacta sunt servanda. Dessa maneira, ante a ausência de ilícito civil cometido pelo requerido o pleito da parte autora deve ser negado.
Sobre o tema, precedentes do Tribunal de Justiça de Rondônia:.
Apelação cível. Ação de restituição de valores c/c indenização por dano moral. Cartão de crédito consignado. RMC. Contratação. Legalidade. Desconto mensal. Valor mínimo. Folha de pagamento. Exercício regular de direito. Dano moral. Inexistente. Recurso provido. Comprovada a contratação do cartão de crédito com margem consignável mediante contrato com cláusula expressa quanto ao desconto mensal do valor mínimo indicado na fatura, não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de RMC, ou caracterização do dano moral, devendo-se observar o princípio pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7003965-22.2021.822.0007, Rel. Des. Alexandre Miguel, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 6/12/2021).
Apelação cível. Contrato de Cartão de Crédito Consignado. Reserva de Margem Consignável – RMC. Contratação comprovada. Dano moral. Não configuração. Repetição do indébito. Indevido. Comprovada a contratação de cartão de crédito consignado, inclusive com termos claros e inequívocos quanto ao seu objeto, não há que se falar em indenização por dano moral ou repetição de indébito, mormente se considerar que o desconto se efetiva nos termos previamente contratados (TJ-RO – AC: 7002361-60.2020.822.0007, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 22/10/2021).
Apelação cível. Cartão de crédito consignado. Margem consignável. RMC. Descontos em benefício previdenciário. Relação jurídica comprovada. Assinatura da contratante. Ausência de vício. Recurso provido. Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral, devendo-se operar o princípio do pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7010666-33.2020.822.0007, Rel. Des. José Torres Ferreira, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 9/12/2021)
Neste contexto, considerando que houve a contratação de forma espontânea e que o ônus da prova sobre a leitura do contrato recai sobre a parte autora, seus pedidos devem ser julgados improcedentes.
Pelos mesmos argumentos não merecem subsistir a pretensão de conversão em contrato de empréstimo consignado e de indenização por danos morais.
Diante do exposto, VOTO no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado.
Condeno a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários, os quais arbitro em 10% sob o valor da causa, ressalvada eventual gratuidade de justiça deferida.
Oportunamente, após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. LEGALIDADE. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO.
A modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos i e ii do §1º do artigo 1º daquele diploma.
Restando demonstrado a contratação do cartão de crédito com margem consignada, e não logrando o autor demonstrar a existência de vício de consentimento que macule o negócio realizado, deve ele ser considerado válido o princípio do pacta sunt servanda.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 08 de Março de 2023
Relator ARLEN JOSE SILVA DE SOUZA”
Porto Velho, 17 de julho de 2023
João Luiz Rolim Sampaio

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7002668-32.2021.8.22.0022 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 19/04/2023 19:30:37
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: JOSE ALEXANDRE NETO
Advogado do(a) RECORRENTE: DIONEI GERALDO - RO10420-A
Polo Passivo: MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO GUAPORE
RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.

"Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.".
Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:
SENTENÇA
"Dispensado o relatório da sentença nos termos do artigo 38 daLei nº 9.099/95 c.c. artigo 27 da Lei nº 12.153/09.
Trata-se de AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO proposta por JOSE ALEXANDRE NETO em desfavor de MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DO GUAPORE, objetivando, em síntese, a anulação do ato de remoção da parte requerente e sua imediata lotação no local de trabalho anterior, com o pagamento de danos morais.
Consta da inicial que: a) O requerente é servidor público municipal, no cargo de "Motorista de Viatura Leve", lotado na Unidade Mista de Saúde deste Município, admitido em 09/05/2000; b) Afirmou que depois das eleições, tendo conhecimento os gestores de que o autor era opositor político nas eleições municipais, a Secretaria Municipal de Saúde informou sobre sua remoção ao Distrito de Santana do Guaporé, cerca de 28 Km de sua residência. c) O requerente afirma que diversos outros servidores que foram candidatos a algum cargo eleitoral, ou tiveram parentes próximos candidatos, pela oposição, estavam sendo removidos, em evidente retaliação do gestor municipal. Requer: A nulidade total do ato administrativo praticado em desfavor do requerente, sendo este retornado a lotação de origem e indenização por danos morais
Citado, o Município apresentou contestação afirmando que a remoção preencheu os requisitos de legalidade. Por fim, requereu a improcedência do pedido.
Vieram os autos conclusos.
Versam os autos sobre ação anulatória de ato administrativo c/c pedido de danos morais.
O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente as provas produzidas, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz a produção de novas provas.
No mérito, verifico que o pedido inicial é improcedente.
Isso porque, ao Judiciário é vedado adentrar no mérito das decisões administrativas, salvo quanto ao exame da legalidade do procedimento instaurado e a observância aos ditames constitucionais relacionados ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório.
Conforme lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, tem-se:
"Isto ocorre precisamente pelo fato de ser a discricionariedade um poder delimitado previamente pelo legislador; este, ao definir determinado ato, intencionalmente deixa um espaço para livre decisão da Administração Pública, legitimando previamente sua opção; qualquer delas será legal. Daí por que não pode o Poder Judiciário invadir esse espaço reservado, pela lei, ao administrador, pois, caso contrário, estaria substituindo, por seus próprios critérios de escolha, a opção legítima feita pela autoridade competente com base em razões de oportunidade e conveniência que ela, melhor do que ninguém, pode decidir diante de cada caso concreto. (Direito Administrativo. 19ª edição, São Paulo, Editora Atlas, 2006, p. 227)'.
Também sobre o tema, confira-se a lição de Hely Lopes Meirelles, in verbis:
"Ao Poder Judiciário é permitido perquirir todos os aspectos de legalidade e legitimidade para descobrir e pronunciar a nulidade do ato administrativo onde ela se encontre, e seja qual for o artifício que a encubra. O que não se permite ao Judiciário é pronunciar-se sobre o mérito administrativo, ou seja, sobre a conveniência, oportunidade, eficiência ou justiça do ato, porque, se assim agisse, estaria emitindo pronunciamento de administração, e não de jurisdição judicial. (Direito Administrativo Brasileiro. 38ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012. P. 777/778)."
Acerca do tema, eis os entendimentos:
"ADMINISTRATIVO. ALEGADA OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES, DA HIERARQUIA DAS NORMAS, DA LEGALIDADE, DA PROPORCIONALIDADE, DA SEGURANÇA JURÍDICA, E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. [...] No que concerne ao mérito do ato impugnado, é fora de dúvida que se trata de matéria submetida a critérios de conveniência e oportunidade, insuscetíveis, por isso, de controle pelo Poder Judiciário. Recurso desprovido" (RMS 23543, Relator (a): Min. ILMAR GALVÃO, Primeira Turma, julgado em 27/06/2000, DJ 13-10-2000).'
"ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. SUPERINTENDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO ESTADO DA PARAÍBA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PENA DE DEMISSÃO DO CARGO DE TÉCNICO DE CONTABILIDADE. ART. 132, IV E XIII, C/C ART. 117, IX, DA LEI 8.112/90. RECEBIMENTO INDEVIDO DE DIÁRIAS DE VIAGENS A SERVIÇO. PRELIMINARES DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA E DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO AFASTADAS. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE NA APLICAÇÃO DA SANÇÃO ADMINISTRATIVA, EM FACE DO ALEGADO PEQUENO VALOR DO PREJUÍZO, DECORRENTE DA PERCEPÇÃO INDEVIDA DE DIÁRIAS DE VIAGENS. DEMISSÃO DECORRENTE DE VÁRIAS CONDUTAS PRATICADAS PELO IMPETRANTE, QUE LEVARAM À PERCEPÇÃO INDEVIDA DE DIÁRIAS DE VIAGENS. CONTROLE JURISDICIONAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. LIMITES. IMPOSSIBILIDADE DE REAPRECIAÇÃO DO MÉRITO ADMINISTRATIVO. INFRAÇÕES DISCIPLINARES DOLOSAS, PUNÍVEIS COM DEMISSÃO, PRATICADAS PELO IMPETRANTE, APURADAS EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. ATO ADMINISTRATIVO VINCULADO. TEMPO DE SERVIÇO DO IMPETRANTE, COMO SERVIDOR PÚBLICO, E BONS ANTECEDENTES FUNCIONAIS. INSUFICIÊNCIA PARA AMENIZAR A PENA DE DEMISSÃO, SE CONFIGURADAS INFRAÇÕES GRAVES. PRECEDENTES DA PRIMEIRA SEÇÃO, RELACIONADOS AO MESMO PAD. SEGURANÇA DENEGADA. I. Trata-se de Mandado de Segurança, impetrado por Waldemir Manoel Alves, contra suposto ato ilegal do Ministro de Estado da Fazenda, consubstanciado na Portaria/MF 44, publicada no DOU de 22/02/2013, por meio da qual lhe aplicou a pena de demissão do cargo de Técnico em Contabilidade, pela prática de improbidade administrativa e por valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, com fundamento no art. 132, IV e XIII, c/c o art. 117, IX, da Lei 8.112/90, fundamentando-se o writ na alegação de ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, em face do pequeno valor do prejuízo, decorrente da percepção indevida de diárias de viagens a serviço, e de seus quase trinta anos de serviço público e de seus bons antecedentes funcionais. II. Na forma da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, em mandado de segurança 'não cabe o exame da alegação de que o conjunto probatório seria insuficiente para o reconhecimento da infração disciplinar, vez que seu exame exige a revisão do conjunto fático-probatório apurado no PAD, com a incursão no mérito administrativo, questões estas estranhas ao cabimento do writ e à competência do Judiciário', porém, na via do mandamus 'admite-se o exame da proporcionalidade e da razoabilidade da penalidade imposta ao servidor, porquanto se encontra relacionada com a própria legalidade do ato administrativo' (STJ, AgInt no MS 20.515/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO,

DJe de 1º/08/2017). Preliminares de inadequação da via eleita e de impossibilidade jurídica do pedido afastadas. III. Extrai-se dos autos que, diversamente do alegado na inicial deste mandamus, a pena de demissão não decorreu apenas da percepção indevida de diárias de viagem, mas de outras condutas praticadas pelo impetrante, que ofendem, inclusive, a moralidade administrativa, igualmente puníveis, configuradoras, ainda, de improbidade administrativa, tal como consta do parecer da PGFN, que foi adotado, pela autoridade impetrada, como fundamento para aplicar-lhe a pena de demissão. IV. A Primeira Seção do STJ tem entendido que 'o controle jurisdicional do PAD restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e a legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, sendo-lhe defesa qualquer incursão no mérito administrativo, a impedir a análise e valoração das provas constantes no processo disciplinar' (STJ, MS 15.828/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 12/04/2016). No mesmo sentido: STJ, MS 22.828/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 21/09/2017; MS 20.908/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 06/10/2017. V. No caso, a Portaria demissória embasou-se em condutas infracionais disciplinares dolosas, praticadas pelo impetrante, apuradas em processo administrativo disciplinar, as quais se subsumem aos ditames da Lei 8.112/90, sendo puníveis com demissão. Com efeito, foi o impetrante incurso nas infrações previstas no art. 117, IX, da Lei 8.112/90 (valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública) e no art. 132, IV, da referida Lei (improbidade administrativa), para as quais o art. 132 do mesmo diploma legal prevê apenas a pena de demissão (art. 132, XIII, da Lei 8.112/90). VI. A jurisprudência desta Corte também tem-se orientado no sentido de afastar a eventual ofensa ao princípio da proporcionalidade, quando a pena de demissão do serviço público for a única punição prevista em lei pela prática das infrações disciplinares praticadas pelo servidor (STJ, MS 15.832/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 01/08/2012; MS 17.868/DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 23/03/2017; MS 20.052/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 10/10/2016). VII. Demonstrada a prática de infração aos arts. 117, IX, e 132, IV e XIII, da Lei 8.112/90, o ato de demissão é vinculado. Nesse sentido: 'A Administração Pública, quando se depara com situações em que a conduta do investigado se amolda nas hipóteses de demissão ou cassação de aposentadoria, não dispõe de discricionariedade para aplicar pena menos gravosa por tratar-se de ato vinculado. Nesse sentido, confira-se: [...] o administrador não tem qualquer margem de discricionariedade na aplicação da pena, tratando-se de ato plenamente vinculado. Configurada a infração do art. 117, XI, da Lei 8.112/90, deverá ser aplicada a pena de demissão, nos termos do art. 132, XIII, da Lei 8.112/90, sob pena de responsabilização criminal e administrativa do superior hierárquico desidioso (MS 15.437/DF, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 26/11/2010)' (STJ, MS 15.517/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 18/02/2011). VIII. Ademais, 'o fato de os servidores terem prestado anos de serviços ao ente público, e de terem bons antecedentes funcionais, não é suficiente para amenizar a pena a eles impostas se praticadas, como no caso, infrações graves a que a lei, expressamente, prevê a aplicação de demissão' (STJ, MS 12.176/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 08/11/2010). Em igual sentido: STJ, MS 8.526/DF, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, TERCEIRA SEÇÃO, DJU de 02/02/2004. IX. Outros precedentes da Primeira Seção do STJ apreciaram, nas mais diversas oportunidades, outros mandados de segurança, relacionados ao mesmo PAD 10168.000551/2011-85 (MS 19.990/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 02/04/2014; MS 19.992/ DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 19/03/2014; MS 19.991/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 23/04/2014; MS 19.993/DF, Rel. Ministra MARGA TESSLER (Desembargadora Federal convocada do TRF/4ª Região), PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 17/03/2015; AgInt no MS 19.977/DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 18/12/2017; AgInt no MS 19.996/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 1º/08/2017).

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal possui entendimento de que, "se o ato impugnado decorre de fatos apurados em processo administrativo, a competência do Poder Judiciário circunscreve-se ao exame da legalidade do ato coator, dos possíveis vícios de caráter formal ou dos que atentem contra os postulados constitucionais da ampla defesa e do due process of law" (RMS 24.347/DF, Rel. Min. Maurício Corrêa, Segunda Turma, DJ 04/04/2003).

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia segue a mesma linha de raciocínio:

"Apelação Cível. Mandado de Segurança. Processo Administrativo Disciplinar-PAD. Demissão. Servidor público municipal. Mérito da decisão administrativa. Ingerência do judiciário. Impossibilidade. Ilegalidade não demonstrada. Recurso não provido. 1. O controle jurisdicional do PAD restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e à legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, sendo-lhe defesa incursão no mérito administrativo. 2. Sem adentrar ao mérito do processo administrativo, deve ser confirmada a sentença proferida, por não demonstrada ilegalidade patente que justifique a anulação do Processo Administrativo e do ato de demissão. 3. Recurso não provido. (TJ-RO - AC: 70223166620188220001 RO 7022316-66.2018.822.0001, Data de Julgamento: 26/08/2020)"

"APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO AFASTADA. PEDIDO DE REVISÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. DEMISSÃO. LEGALIDADE. PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO EM CARGO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. Prescreve em cinco anos, o direito de requerer, quanto aos atos de demissão, cassação de aposentadoria e de disponibilidade ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes da relação de trabalho. Tratando-se de controle jurisdicional de procedimento que levou à demissão de servidor público, a atuação do Poder Judiciário limita-se ao campo da legalidade e regularidade do feito, sendo vedada a incursão no mérito administrativo. Verificado o respeito às normas que regem o trâmite do processo administrativo tributário, bem como aos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa, não há que se falar em nulidade do ato de demissão do servidor. (TJ-RO - AC: 70073076420188220001 RO 7007307-64.2018.822.0001, Data de Julgamento: 05/11/2021)"

Ademais, é importante lembrar que os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade, que será ilidida somente quando cabalmente demonstrada a irregularidade.

No caso sub judice, o servidor foi removido de uma unidade de saúde para a outra, dentro dos limites do Município e da mesma secretaria o qual tomou posse, o que é autorizado pelo ordenamento jurídico municipal.

Diante do que foi pontuado acima, ao contrário do que consta da petição inicial, a decisão de remoção está estampando no princípio administrativo da discricionariedade.

DISPOSITIVO ANTE O EXPOSTO, e considerando tudo que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado, resolvendo o mérito nos termos do art. 487, inciso I do Código de Processo Civil.

Sem custas e honorários advocatícios, em face do art. 27 da Lei nº 12.153/2009 c/c art. 55 da Lei nº 9.099/95.

Sentença não sujeita ao duplo grau de jurisdição, tendo em vista o disposto no art. 11, da Lei nº 12.153/2009.

Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:

1. Intime-se a parte demandada. Fica a parte autora intimada via diário da justiça.

2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado, nada sendo requerido, arquive-se..”
Ante o exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, mantendo-se inalterada a sentença.
Condeno a parte recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, nos termos do artigo 55 da Lei n. 9.099/95. Ressalvada a gratuidade judiciária concedida.
Após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. ADMINISTRATIVO. REMOÇÃO SERVIDOR. ATO ADMINISTRATIVO. REQUISITOS. TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES. VÍCIO INEXISTENTE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.
Em se tratando de ato discricionário do poder público, ao judiciário cabe tão somente analisar os limites de legalidade daquele, não podendo interferir nos aspectos subjetivos apreciados pela administração pública.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Turma Recursal - Gabinete 03
Avenida Lauro Sodré, nº 2800, Bairro Costa e Silva, CEP 76803-490, Porto Velho, - de 2561/2562 a 2939/2940 Número do processo: 7000241-36.2023.8.22.0008
Classe: Recurso Inominado Cível
Polo Ativo: WALDEMIRO BRANDT
ADVOGADOS DO RECORRENTE: ANDREI DA SILVA MENDES, OAB nº RO6889A, CLAUDIA BINOW, OAB nº RO7396A, GABRIEL DOS SANTOS REGLY, OAB nº RO10310A
Polo Passivo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
ADVOGADOS DO RECORRIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº AC4788, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Atento aos pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, verifico que o pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita não veio acompanhado de documentação capaz de comprovar que o recorrente faz jus ao benefício.
Desta feita, sendo a presunção apenas relativa da condição de necessitado, carecendo de provas imediatas e carreadas com o respectivo pleito, INDEFIRO a gratuidade judiciária reclamada, posto que não comprovada a condição de pobreza ou necessitado (recorrente não juntou documentos - CTPS, IRPF, contracheque -, que comprovassem satisfatoriamente a incapacidade financeira, presumindo conseguir arcar com o encargo das custas processuais, que equivalem a apenas 5% - cinco por cento – do valor dado à causa) e CONCEDO à parte recorrente, por outro lado e excepcionalmente, o prazo improrrogável de 48h (quarenta e oito horas) para que efetue e comprove o preparo, sob pena de DESERÇÃO.
Expirado o prazo e não havendo a diligência financeira, retornem conclusos para decreto de DESERÇÃO.
Caso contrário, retornem para efetivo juízo de admissibilidade e julgamento do recurso.
INTIME-SE, servindo-se a presente de MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO via sistema PJe (LF 11.419/2006), diligência de Oficial de Justiça ou DJe, conforme o caso e meio mais rápido.
CUMPRA-SE.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
João Luiz Rolim Sampaio
Relator

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7001730-48.2022.8.22.0007 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 20/09/2022 17:44:23
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: MUNICIPIO DE CACOAL
Polo Passivo: CLEBSON MARCOS CARVALHO DE FREITAS
Advogado do(a) RECORRIDO: DENISE CARMINATO PEREIRA - RO7404-A
RELATÓRIO Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.
“Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”.
Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:
SENTENÇA
“Vistos
Relatório dispensado em detrimento ao artigo 38 da Lei 9.099/1995, aplicado de forma subsidiária aos procedimentos do Juizado Especial da Fazenda Pública conforme (artigo 27 da Lei 12.153/2009).

Trata-se de ação condenatória, proposta por CLEBSON MARCOS CARVALHO DE FREITAS em face do MUNICÍPIO DE CACOAL, tendo por fundamento a Lei 9.503/1997, visando o ressarcimento de danos materiais e morais.

Da preliminar de ilegitimidade

O requerente busca reparação por danos em razão de acidente enquanto, na função do cargo de mecânico do Município, realizava reparos em um veículo.

Por tratar-se de servidor público do Município de Cacoal discutindo fatos que ocorreram no exercício do labor, o Município deve ser mantido no polo passivo da demanda por responder objetivamente considerando a relação de trabalho entre o autor e o requerido.

Do mérito.

No caso em comento, necessário se faz analisar a culpa do agente causador do dano, tratando-se, portanto, de responsabilidade civil subjetiva e assim tornando imperioso que seja: 1) comprovado o ato ilícito (ação/omissão), 2) culpa, em qualquer de suas vertentes (negligência, imprudência e/ou imperícia), 3) nexo causal e 4) resultado danoso (CF 37 §6º e CC 186 927).

Nesse passo, para a caracterização da responsabilidade civil decorrente de acidente laboral e do dever de indenizar, imprescindível mostra-se a comprovação não apenas da ação/omissão, mas também do dano, do nexo causal e da culpa do empregador.

Faz-se necessário analisar as provas acostadas aos autos, a fim de buscar a responsabilidade dos agentes.

Alega o requerente que em 02/02/2021 estava realizando alguns reparos em um veículo, um estilhaço de engrenagem voou e causou ferimento corto contuso em seu punho esquerdo.

Após o acidente, não foi prestado socorro e o Requerente se dirigiu ao HEURO para atendimento médico e após ser atendido, recebeu alta. Informa que no dia seguinte ainda estava sentindo muita dor, com o punho inchado e roxo e procurou atendimento junto ao hospital particular, onde após raio x foi informado que precisava ser submetido a procedimento cirúrgico.

O requerente apresentou Comunicado de Acidente de Trabalho (id. 67738687) que informa o acidente ocorrido em 02/02/2021 no estabelecimento da empregadora; Garagem da Semosp.

Consta ainda atestado médico do HEURO no dia 02/02/2021 com CID – 10: M79.5 (Corpo estranho residual no tecido mole) – id. 67738686 e laudo médico no dia 05/02/2021 do HGO atestando a realização de cirurgia e liberação do nervo medial.

Na hipótese, tenho que estão suficientemente demonstrados os requisitos para responsabilização da requerida.

Em análise a definição legal de ato ilícito, consagrada no artigo 186 do Código Civil Brasileiro “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito” verifica-se a existência de alguns pressupostos à configuração e ao surgimento de deveres para o agente que o pratica, visto que há a obrigatoriedade de reparação (responsabilidade civil do agente).

Dessa forma, pode advir o ato ilícito tanto de uma ação como de uma omissão do agente. Em todo o caso, decorre sempre de uma atitude nociva, quer ativa, quer passiva, causadora de dano a terceiro. A atitude ativa consiste, em geral, num ato doloso ou imprudente, enquanto a passiva, via de regra, se caracteriza pela negligência.

A omissão, por sua vez, só ocorre quando o agente, tendo o dever de agir, deixa de fazê-lo. É fundamental que entre o comportamento do agente e o dano causado se demonstre relação de causalidade. É possível, pois, que tenha havido ato ilícito e tenha ocorrido dano sem que um seja a causa do outro. O último elemento característico da responsabilidade consiste na existência do dano.

No presente caso, estão presentes os requisitos necessários à responsabilização do requerido, diante de omissão pela ausência de equipamentos de proteção ao servidor. Aqui destaco que a obrigação de disponibilização dos equipamentos de proteção e treinamento dos servidores.

Verifica-se ainda a presença dos danos e do nexo de causalidade, terceiro e imprescindível requisito para a reparação dos alegados danos sofridos pelo requerente. Com efeito, o nexo de causalidade é a relação entre a conduta culposa omissiva e o dano.

Entendo, diante de tudo o que foi visto, que cabe ao agente que tenha causado dano a outrem a obrigação de repará-lo, nos termos do art. 186 c/c 927 do Código Civil. Assim, O dano causado por ato ilícito enseja a obrigação de indenizar medida pela sua extensão, conforme prevê o art. 944 do Código Civil.

Assim, da omissão nasce o dever de reparar, indiscutível o prejuízo experimentado pelo autor e o nexo causal entre a inércia do requerido e o resultado danoso.

Do Dano Moral

Com relação ao dano moral suportado pelo autor, inegável a dor física e emocional, advindas do acidente de trabalho, em decorrência do qual sofreu corte – contusão na região anterior do antebraço, precisando passar por tratamento cirúrgico de retirada de corpo estranho e liberação do nervo mediano, ficando com sequela de hipoestesias no polegar esquerdo e incapacidade para serviços pesados (id. 67738689).

A indenização deve ser fixada em termos razoáveis, não se justificando que a reparação venha a constituir-se em enriquecimento indevido, com manifestos abusos e exageros, recomendando-se que o arbitramento opere com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, a capacidade financeira das partes, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se da experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e as peculiaridades de cada caso.

Diante do exposto, e analisando os parâmetros citados e as peculiaridades do caso, tenho que o valor de R$5.000,00 (cinco mil reais) seja proporcional e razoável, a fim de indenizar o autor pelos danos morais sofridos.

Do Dano Material

Pretende o autor ressarcimento das despesas médicas referente a realização de cirurgia e demais despesas hospitalares que custeou em razão do acidente em questão.

Verifica-se que o autor se dirigiu primeiramente ao hospital municipal, contudo, no dia seguinte em que ainda apresentava dor foi diretamente para o hospital particular, não buscou resolução do caso no hospital público, tampouco há informação de negativa em realizar o atendimento.

Assim, uma vez que é fornecido tratamento pelo ente público e não há nos autos a negativa em realizar o procedimento médico, pelo contrário, o requerente optou pela realização de cirurgia na rede privada.

O serviço médico estava sendo disponibilizado e inexiste demonstração no feito de que a realização do procedimento em hospital particular decorreu de eventual falha ou mau funcionamento da assistência médica pública. Por isso, os fatos narrados não podem ser atribuídos ao requerido ou considerados ilícitos para acarretar o dever de ressarcir as despesas custeadas pelo requerente.

Por conseguinte, inexistindo omissão estatal inexiste o dever de indenizar, portanto, incabível o acolhimento do pleito de ressarcimento de despesas médicas.

Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por CLEBSON MARCOS CARVALHO DE FREITAS em face do MUNICÍPIO DE CACOAL para condenar o requerido ao pagamento de R$5.000,00 (cinco mil reais) a título de Dano Moral e julgo improcedente o pedido de indenização por danos materiais.
DECLARO RESOLVIDO (CPC 487 I).
Sem custas e honorários advocatícios (LJE 55 e LJFP 27).
Publicação e registro automáticos.
Intimem-se (requerentes e empresa requerida via DJ e Município via sistema PJe).
Agende-se decurso de prazo recursal e arquive-se."
Ante o exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, mantendo-se inalterada a sentença.
Sem custas processuais, por se tratar de Fazenda Pública.
Condeno o Município ao pagamento de honorários advocatícios em favor da parte contrária, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, na forma do art. 55 da Lei nº 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remetam-se à origem.
É como voto.
EMENTA Recurso inominado. Fazenda Pública. Acidente de trabalho. Dano material. Inocorrência. Dano moral . Configuração. Sentença mantida. Recurso improvido.
O acidente de trabalho causado pela falta de equipamento de proteção, justifica a responsabilização do empregador pelo dano moral correspondente.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7004874-30.2022.8.22.0007 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 01/06/2023 18:17:17
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: LINDINALVA MARTINS DOS SANTOS
Advogado do(a) RECORRENTE: CLAUDEMIR VIEIRA LOPES - RO11627-A
Polo Passivo: MUNICIPIO DE CACOAL
RELATÓRIO Dispensado nos termos da Lei 9.099/95.
VOTO Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos legais de admissibilidade.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. "Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão."
Para melhor visualização da decisão, transcrevo-a na íntegra:
"Vistos
Relatório dispensado.
DECIDO
Trata-se de ação com pedido de natureza condenatória proposta por LINDINALVA MARTINS DOS SANTOS em face do MUNICÍPIO DE CACOAL, em que pleiteia o recebimento de concentrador de oxigênio portátil ou seu valor, que corresponde a R$ 30.458,90.
Narra a requerente que há mais de 20 anos sofre de e doença pulmonar grave secundária a doença reumatológica (PNEUMOPATIA INTERSTICIAL FIBROSANTE SECUNDÁRIA À ARTRITE REUMATOIDE - CID: J84.8 e M05.1), com o agravamento da doença não pode sequer deslocar-se sem o uso de oxigênio e tem a necessidade de uso contínuo de oxigenoterapia via cateter nasal 3L/min, além de hipertensão pulmonar.
Pretende o recebimento do concentrador de oxigênio portátil para auxílio nos deslocamentos para consulta médica recorrentes na pneumologia (EM BRASÍLIA), reumatologia e clínico geral, além de deslocamento para fisioterapia motora e respiratória diária.
Trata-se de ação com pedido de natureza prestacional, tendo por fundamento a responsabilidade civil objetiva do Estado, nos termos do artigo 37 § 6º da Constituição Federal, visando o fornecimento de equipamento indispensável à manutenção da saúde da parte requerente.
O artigo 196 e seguintes da Constituição Federal dispõem que "a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".
O texto constitucional estabelece a solidariedade dos entes públicos na execução dos serviços por meio de um sistema único de saúde (art. 198, CF). Desse modo, não cabe à pessoa que precisa de integral tratamento de saúde com celeridade aguardar discussão entre os órgãos quanto a quem deve efetivamente desembolsar valores para custear o tratamento de saúde necessário.
O acesso às ações e serviços de saúde é universal e igualitário (art. 196, CF), do que deriva a responsabilidade solidária e linear dos entes federativos, como já assentou o Supremo Tribunal Federal (RE 195.192/RS - Rel. Min. Marco Aurélio).
Ademais, o inciso II do art. 7º da Lei 8.080/90 acrescentou também como princípio "a integralidade da assistência, entendida como um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema."
No caso dos autos, há informação de que a parte autora já faz uso de aparelho de oxigênio domiciliar concedido pela rede pública, utilizando três galões grandes por semana.

Verifica-se, portanto, que o Órgão Público oferece outra modalidade de oxigenoterapia e o relatório médico trazido aos autos (id. 75602015) não demonstra a ineficácia do tratamento disponibilizado pelo SUS, tão somente relata a necessidade de concentrador portátil para auxílio nos deslocamentos.
Nestes termos, tem-se por certo que a indicação do caso dos autos não apresenta justificativa objetiva para prevalecer sobre o tratamento disponibilizado pela rede pública
Nesse sentido:
Obrigação de fazer – Fornecimento de insumo médico – Pretensão à obtenção de aparelho específico e de alto custo – Ausência de justificação quanto à ineficácia do tratamento disponibilizado pelo SUS, deixando de juntar aos autos relatório clínico pormenorizado que justificasse sua indicação para o tratamento da patologia – Conjunto probatório incapaz de demonstrar omissão estatal – Recurso desprovido.(TJSP; Apelação Cível 1008657-40.2015.8.26.0566; Relator(a): Luciana Bresciani; Órgão Julgador: 2ª Câmara de Direito Público;Foro de São Carlos - Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento:31/03/2017; Data de Registro: 31/03/2017.
No caso em apreço, observo que o SUS disponibiliza cilindros de oxigênio para atendimento para a paciente, preservando portanto, o seu direito a saúde e não demonstrada a ineficácia do tratamento já fornecido, tratando-se a modalidade portátil apenas de maior comodismo da autora.
Não obstante a importância do conforto, têm-se que o equipamento requisitado é de vultoso custo e nesse aspecto, os recursos públicos, já tão escassos, devem ser destinados a pessoas hipossuficientes economicamente, a fim de atender ao maior número de necessitados e de forma igualitária, como determina a Lei Maior, sob pena de se causar risco de sérios prejuízos a toda coletividade.
Posto isso, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos feitos por LINDINALVA MARTINS DOS SANTOS em face do MUNICÍPIO DE CACOAL por ausência do direito alegado.
DECLARO RESOLVIDO o mérito (CPC 487 I).
Sem custas e honorários advocatícios (LJE 55 e LJFP 27).
Publicação e registro automáticos.
Intimem-se (requerente via DJ e requerido via sistema PJe) para ciência e, querendo, recorrerem em 10 dias.
Transitada em julgado a sentença, arquive-se."
Assim, apenas a indicação médica não caracteriza prova capaz de amparar o pedido da parte autora de fornecimento de medicamento diverso dos ofertados pela rede pública, isso porque, em tais casos, a obrigatoriedade do Estado ao fornecimento se dá em caráter excepcional, dentro dos parâmetros legalmente estabelecidos, por isso é essencial demonstrar a sua imprescindibilidade ou necessidade e a ineficácia daqueles regularmente disponibilizados para restabelecimento de sua saúde ou manutenção da vida.
Tratando-se de medicação não incluída no elenco padronizado de medicamentos dos programas de assistência farmacêutica do SUS, caberia a parte autora, nos termos do art. 373, I, do CPC/2015, a prova do fato constitutivo de seu direito, a saber, a impossibilidade de substituição do medicamento prescrito por equivalente fornecido pelo Sistema Único de Saúde, ônus processual do qual não se desincumbiu.
Desse modo, não estando demonstrado nos autos a ineficácia do tratamento disponibilizado pelo SUS, o improvimento do recurso é medida que se impõe.
Por tais considerações, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo-se inalterada a sentença.
Condeno a parte recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 55 da Lei n. 9.099/95, ressalvada a gratuidade da Justiça já deferida.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. SAÚDE. MEDICAMENTOS. INEFICÁCIA DAS ALTERNATIVAS DO SUS. AUSÊNCIA. PREFERÊNCIA POR ADOÇÃO DO TRATAMENTO FORNECIDO PELO SUS.
As prescrições médicas devem adotar a denominação comum brasileira (DCB) ou internacional (DCI) e, dessa forma, apresentar o princípio farmacologicamente ativo ou a denominação do medicamento, sendo vedado o uso do nome comercial;
O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do pedido de suspensão de tutela antecipada nº 175, adotou o entendimento de "que, em geral, deverá ser privilegiado o tratamento fornecido pelo SUS em detrimento de opção diversa escolhida pelo paciente, sempre que não for comprovada a ineficácia ou a Impropriedade da política de saúde existente;
É da incumbência do autor comprovar a ineficácia do tratamento fornecido pelo Sistema Único de Saúde.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7011496-28.2022.8.22.0007 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 23/05/2023 15:25:34
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: ROSANGELA APARECIDA DOS SANTOS PEREIRA
Advogado do(a) RECORRENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391-A
Polo Passivo: MUNICIPIO DE CACOAL
RELATÓRIO Trata-se de Ação de Cobrança manejada em face do Município de Cacoal, pela qual alega a parte autora que com a transmudação do regime celetista para o estatutário amparado pela lei 3.577/2016, tem direito à averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio inerentes aos titulares deste regime.
Assim, requer o pagamento das verbas, bem como seus reflexos desde sua contratação pelo regime celetista.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o relatório.

VOTO Conheço do recurso interposto eis que presentes os requisitos legais de admissibilidade.
Compulsando os autos, percebe-se que o ponto de dissentimento, cinge-se no pedido de reconhecimento de benefícios inerentes aos servidores estatutários.
Embora, seja válida a conversão do regime celetista para estatutário, em relação aos servidor público, este somente se dá para os estáveis, bem como para quem ingressou na carreira há mais de 5 (cinco) anos antes da promulgação da CF 88, nos moldes do art. 19 do ADCT, in verbis:
Art. 19. Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público.
No caso em análise, a autora, quando da entrada em vigor da atual constituição, não tinha vínculo com o ente público, não se enquadrando na hipótese que preconiza o artigo acima, porquanto não houve admissão por meio de concurso público.
Nesse viés, não há que se falar em legalidade da norma municipal que converteu a mudança de regime jurídico da servidora sem exigência de concurso público, passando de um “status” de não estável para estável, contrariando o art. 19 da ADCT.
Conclui-se que transmudação do regime celetista para o estatutário não é considerada válida. O direito de receber as vantagens adquiridas por um servidor público nomeado através de concurso não pode ser estendido a um servidor nomeado através de um processo simplificado. Nesse sentido:
EMENTA- TRANSMUDAÇÃO DO REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO A CONCURSO PÚBLICO. ESTABILIDADE GARANTIDA NA FORMA DO ART. 19 DO ADCT. 1. A estabilidade de que trata o art. 19 do ADCT não confere ao servidor público contratado sob o regime celetista o direito à automática transmudação para o regime estatutário sem a prévia realização de concurso público, sendo-lhe assegurado apenas o direito aos depósitos do FGTS. 2. Apelo conhecido e desprovido.
(TJ-MA - AC: 00005879120148100126 MA 0291732017, Relator: PAULO SRGIO VELTEN PEREIRA, Data de Julgamento: 30/04/2019, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/05/2019 00:00:00)
Desse modo, a confirmação da sentença é medida que se impõe.
Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo-se incólume a sentença combatida.
Condeno o recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios fixados, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95, ressalvado o deferimento da gratuidade judiciária.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITOS INERENTES A SERVIDOR PÚBLICO CONCURSADO. LEI DECLARADA INCONSTITUCIONAL. SENTENÇA CONFIRMADA. RECURSO IMPROVIDO.
A estabilidade dos servidores públicos estatutários, bem como suas vantagens não é conferida aos contratados por regime celetista, exceto os casos elecandos pelo art. 19 da ADCT.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7011684-21.2022.8.22.0007 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 25/05/2023 15:59:38
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: ROSELI FRANCELINA SALVADOR
Advogado do(a) RECORRENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391-A
Polo Passivo: MUNICIPIO DE CACOAL
RELATÓRIO
Trata-se de Ação de Cobrança manejada em face do Município de Cacoal, pela qual alega a parte autora que com a transmudação do regime celetista para o estatutário amparado pela lei 3.577/2016, tem direito à averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio inerentes aos titulares deste regime.
Assim, requer o pagamento das verbas, bem como seus reflexos desde sua contratação pelo regime celetista.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o relatório.
VOTO Conheço do recurso interposto eis que presentes os requisitos legais de admissibilidade.
Pretende o apelante o reconhecimento de direitos retroativos referente a averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio, em razão do exercício do cargo de Agente Comunitário de Saúde, inicialmente sob o regime celetista, posteriormente transposto para o regime estatutário.
A sentença recorrida reconheceu a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 3.577-2016 que transformou o cargo público de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias de celetista para estatutário.
A despeito das razões expostas pelo recorrente, entendo que a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos. Explico.
Conforme se extrai dos autos, o recorrente foi contrato nos idos de 2003 para exercer emprego público de natureza celetista e temporário, através de processo seletivo simplificado.
A questão é tratada pela EC nº 51/2006, que em seu artigo 2º, parágrafo único, estabelece que:
Art. 2º Após a promulgação da presente Emenda Constitucional, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias somente poderão ser contratados diretamente pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios na forma do § 4º do art. 198 da Constituição Federal, observado o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar de que trata o art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Os profissionais que, na data de promulgação desta Emenda e a qualquer título, desempenharem as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, na forma da lei, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição Federal, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação .

Conforme se extrai, o texto legal apenas reconheceu a desnecessidade de os profissionais que já se encontravam no exercício da profissão por ocasião da sua promulgação, realizarem novo processo seletivo. Isso não significa dizer que a norma constitucional reconheceu a existência de direito a efetividade ou de outros direitos próprios dos servidores efetivos.

Por ter sido admitido em processo seletivo simplificado, não pode o recorrente almejar os mesmos direitos dos servidores efetivos, pois o cargo por ele desempenhado não é cargo de provimento efetivo e, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade. Nesse ponto é que se estabelece a inconstitucionalidade da Lei Municipal, que reconheceu aos Agentes Comunitários direitos que a própria Constituição Federal não reconheceu.

Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial, senão vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO ORDINÁRIO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO E LICENÇA-PRÊMIO. DIREITOS INERENTES AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO. EXTENSÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. 1. Não há amparo legal para estender os benefícios previstos para os servidores efetivos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itumbiara aos agentes comunitários de saúde, contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Administração Municipal, mediante processo seletivo simplificado. 2. Os cargos de agente comunitário de saúde e de combate às endemias não são cargos de provimento efetivo e são, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade . 3. A licença-prêmio e o adicional por tempo de serviço não se coadunam com o caráter precário e transitório dos cargos ocupados por servidores contratados sem concurso público e sem a característica da estabilidade. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, PORÉM DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. (TJGO, Apelação (CPC) 0365594-67.2015.8.09.0087, Rel. JEOVÁ SARDINHA DE MORAES, 6ª Câmara Cível, julgado em 20/07/2017, DJe de 20/07/2017) (destaquei).

Ressalte-se, ainda, que embora o STF tenha reconhecido aos Agentes Comunitários de Saúde, contratados antes da emenda constitucional 51/2006, bem como da lei nº 11.350/2006, o direito de continuarem com vínculo com a administração pública, este se dá de forma precária. Vejamos:

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. CONTRATO TEMPORÁRIO. EC Nº 51/06. PRETENSÃO DE EFETIVAÇÃO NO CARGO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA À REGRA CONTIDA NO ART. 37, II, DA CF/88. INTELIGÊNCIA DO ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO DA EC 51/2006. SELEÇÃO SIMPLIFICADA ANTERIOR APENAS PARA MANTER VIGENTES OS CONTRATOS JÁ EXISTENTES. REEXAME NECESSÁRIO A QUE SE DA PROVIMENTO. APELO PREJUDICADO. […] 2. O cerne da questão em apreço reside em verificar se é legítimo ou não efetivar o autor no cargo efetivo de Agente Comunitários de Saúde, em razão do que preceituam a EC nº 51/06, a Lei Federal nº 11.350/06 e a Lei Municipal nº 226/2008, assegurando a estabilidade no emprego às pessoas que estão exercendo atividade temporária, através de seleção simplificada. 3. É cediço que a Emenda Constitucional nº 51, de 14/02/2006, visando pôr fim à questão das contratações temporárias dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, dispôs sobre o ingresso dos profissionais de saúde no serviço público, determinando, a partir das modificações implementadas pelo seu art. 1º, a necessidade de realização de processo seletivo público para a admissão, por parte dos gestores locais do SUS, dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. 4. Preocupou-se, ainda, a aludida emenda em regular a situação daqueles profissionais que, ao tempo de sua promulgação, já exerciam as atividades mencionadas, inclusive por força de contratos temporários, como no caso em tela. 5. Com a finalidade de regulamentar o § 5º, do art. 198 da CF, restou editada a Lei Federal nº 11.350, de 05/10/2006, que dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único, do art. 2º da EC no 51/2006. 6. É, com base nestes dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que o demandante pleiteia o direito à efetivação no cargo de Agente Comunitário de Saúde, contudo, verifico que não lhe assiste razão. 7. Após a EC 51/2006 não significa dizer que passou a existir direito à estabilidade para agentes comunitários contratados temporariamente, como se esses tivessem sido submetidos a concurso de provas ou de provas e títulos nos termos do art. 37, II, da CF. 8. Da leitura dos supracitados dispositivos legais, é lícito inferir que aos profissionais contratados de forma temporária antes da promulgação da EC 51/2006 ficou assegurada, apenas, a dispensa da participação em novo processo seletivo para manutenção do contrato com o poder público. 9. Não podem os servidores temporários almejar a efetivação definitiva no cargo público, pois estão vinculados ao Quadro Municipal de maneira precária, nos termos do art. 37, IX da CF, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, por tempo estabelecido. 10. No caso dos autos, não há demonstração de que a seleção a que restou submetido o autor para o exercício da função de Agente Comunitário de Saúde tenha obedecido aos princípios e critérios instituídos pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 51/2006 e pelo art. 9º da Lei nº 11.350/2006. Na verdade os documentos colacionados pelo Município às fls. 180/184 revelam que o demandante passou por uma seleção simplificada, mas nada que se compare a um concurso público e todas as suas regras e exigências legais. 11. Necessário esclarecer que o art. 9º da Lei 11.350/06 dispôs expressamente que a contratação de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias deverá ser precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por esse motivo, somente tem vez, a certificação de anterior processo de seleção, quando realizado nesses termos, consoante expressamente prevê o parágrafo único do referido dispositivo legal, outrora transcrito. 12. As modificações introduzidas pela EC nº 51/06 não excepcionaram a regra de exigência de concurso para fins de acessibilidade aos cargos públicos, e diferentemente da interpretação emprestada pelo magistrado a quo, não vieram assegurar a estabilidade àqueles agentes comunitários de saúde contratados de forma temporária que haviam ingressado no cargo através de processo seletivo, mas tão somente possibilitar a manutenção dos contratos, desde que tenham sido firmados mediante processo seletivo anterior. 13. Neste contexto, merece ser reformada a sentença que garantiu ao autor o direito de permanência no cargo efetivo de agente Comunitário de Saúde no Município de Jaboatão dos Guararapes como servidor efetivo, porque para isso ele precisaria ter sido aprovado em concurso de provas ou de provas e títulos, e não somente em seleção simplificada para atender excepcional interesse público. 14. Reexame Necessário provido reformando-se in totum, a decisão vergastada. Prejudicado o apelo voluntário. 15. Impõe-se a inversão do ônus sucumbencial, cabendo à parte autora o pagamento das custas e dos honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspensa a execução da verba honorária por até 05 anos subsequentes ao trânsito em julgado da sentença, nos moldes do artigo 98, § 3º, do CPC/2015. (TJ-PE - APL: 4957404 PE, Relator: Waldemir Tavares de Albuquerque Filho, Data de Julgamento: 20/08/2019, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 10/09/2019).

Nesse viés, não há que se falar em legalidade da norma municipal que converteu o regime jurídico do servidor sem exigência de concurso público, passando de um "status" de não estável para estável, contrariando o art. 19 da ADCT.
EMENTA- TRANSMUDAÇÃO DO REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO A CONCURSO PÚBLICO. ESTABILIDADE GARANTIDA NA FORMA DO ART. 19 DO ADCT. 1. A estabilidade de que trata o art. 19 do ADCT não confere ao servidor público contratado sob o regime celetista o direito à automática transmudação para o regime estatutário sem a prévia realização de concurso público, sendo-lhe assegurado apenas o direito aos depósitos do FGTS. 2. Apelo conhecido e desprovido. (TJ-MA - AC: 00005879120148100126 MA 0291732017, Relator: PAULO SRGIO VELTEN PEREIRA, Data de Julgamento: 30/04/2019, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/05/2019 00:00:00)
Conclui-se que transmudação do regime celetista para o estatutário não é considerada válida. O direito de receber as vantagens adquiridas por um servidor público nomeado através de concurso não pode ser estendido a um servidor nomeado através de um processo simplificado.
Desse modo, a confirmação da sentença é medida que se impõe.
Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo-se incólume a sentença combatida.
Deixo de condenar o recorrente no pagamento das verbas de sucumbência, reconhecendo sua hipossuficiência financeira, conforme evidenciado pelas fichas financeiras que instruíram a inicial.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO.AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. REGIME CELETISTA TRANSPOSIÇÃO PARA O REGIME ESTATUTÁRIO. LEI MUNICIPAL INCONSTITUCIONALIDADE. INEXISTÊNCIA DE ESTABALIDADE E EFETIVAÇÃO DEFINITVA.
O cargo de agente comunitário, contratado através de processo seletivo simplificado, é de vinculo precário, não admitindo efetivação definitiva e estabilidade.
Deve ser considerada inconstitucional, lei municipal que prevê a transposição para o regime estatutário de servidores inicialmente contratados em processo seletivo simplificado, sob regime celetista, para emprego público temporário de agente comunitário de saúde.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7011694-65.2022.8.22.0007 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 25/05/2023 15:56:32
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: RONDES ALVES FLORIO
Advogado do(a) RECORRENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391-A
Polo Passivo: MUNICIPIO DE CACOAL
RELATÓRIO Trata-se de Ação de Cobrança manejada em face do Município de Cacoal, pela qual alega a parte autora que com a transmudação do regime celetista para o estatutário amparado pela lei 3.577/2016, tem direito à averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio inerentes aos titulares deste regime.
Assim, requer o pagamento das verbas, bem como seus reflexos desde sua contratação pelo regime celetista.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o relatório.
VOTO Conheço do recurso interposto eis que presentes os requisitos legais de admissibilidade.
Pretende o apelante o reconhecimento de direitos retroativos referente a averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio, em razão do exercício do cargo de Agente Comunitário de Saúde, inicialmente sob o regime celetista, posteriormente transposto para o regime estatutário.
A sentença recorrida reconheceu a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 3.577-2016 que transformou o cargo público de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias de celetista para estatutário.
A despeito das razões expostas pelo recorrente, entendo que a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos. Explico.
Conforme se extrai dos autos, o recorrente foi contrato nos idos de 2003 para exercer emprego público de natureza celetista e temporário, através de processo seletivo simplificado.
A questão é tratada pela EC nº 51/2006, que em seu artigo 2º, parágrafo único, estabelece que:
Art. 2º Após a promulgação da presente Emenda Constitucional, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias somente poderão ser contratados diretamente pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios na forma do § 4º do art. 198 da Constituição Federal, observado o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar de que trata o art. 169 da Constituição Federal.
Parágrafo único. Os profissionais que, na data de promulgação desta Emenda e a qualquer título, desempenharem as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, na forma da lei, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição Federal, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação .
Conforme se extrai, o texto legal apenas reconheceu a desnecessidade de os profissionais que já se encontravam no exercício da profissão por ocasião da sua promulgação, realizarem novo processo seletivo. Isso não significa dizer que a norma constitucional reconheceu a existência de direito a efetividade ou de outros direitos próprios dos servidores efetivos.

Por ter sido admitido em processo seletivo simplificado, não pode o recorrente almejar os mesmos direitos dos servidores efetivos, pois o cargo por ele desempenhado não é cargo de provimento efetivo e, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade. Nesse ponto é que se estabelece a inconstitucionalidade da Lei Municipal, que reconheceu aos Agentes Comunitários direitos que a própria Constituição Federal não reconheceu.

Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial, senão vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO ORDINÁRIO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO E LICENÇA-PRÊMIO. DIREITOS INERENTES AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO. EXTENSÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. 1. Não há amparo legal para estender os benefícios previstos para os servidores efetivos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itumbiara aos agentes comunitários de saúde, contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Administração Municipal, mediante processo seletivo simplificado. 2. Os cargos de agente comunitário de saúde e de combate às endemias não são cargos de provimento efetivo e são, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade . 3. A licença-prêmio e o adicional por tempo de serviço não se coadunam com o caráter precário e transitório dos cargos ocupados por servidores contratados sem concurso público e sem a característica da estabilidade. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, PORÉM DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. (TJGO, Apelação (CPC) 0365594-67.2015.8.09.0087, Rel. JEOVÁ SARDINHA DE MORAES, 6ª Câmara Cível, julgado em 20/07/2017, DJe de 20/07/2017) (destaquei).

Ressalte-se, ainda, que embora o STF tenha reconhecido aos Agentes Comunitários de Saúde, contratados antes da emenda constitucional 51/2006, bem como da lei nº 11.350/2006, o direito de continuarem com vínculo com a administração pública, este se dá de forma precária. Vejamos:

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. CONTRATO TEMPORÁRIO. EC Nº 51/06. PRETENSÃO DE EFETIVAÇÃO NO CARGO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA À REGRA CONTIDA NO ART. 37, II, DA CF/88. INTELIGÊNCIA DO ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO DA EC 51/2006. SELEÇÃO SIMPLIFICADA ANTERIOR APENAS PARA MANTER VIGENTES OS CONTRATOS JÁ EXISTENTES. REEXAME NECESSÁRIO A QUE SE DA PROVIMENTO. APELO PREJUDICADO. […] 2. O cerne da questão em apreço reside em verificar se é legítimo ou não efetivar o autor no cargo efetivo de Agente Comunitários de Saúde, em razão do que preceituam a EC nº 51/06, a Lei Federal nº 11.350/06 e a Lei Municipal nº 226/2008, assegurando a estabilidade no emprego às pessoas que estão exercendo atividade temporária, através de seleção simplificada. 3. É cediço que a Emenda Constitucional nº 51, de 14/02/2006, visando pôr fim à questão das contratações temporárias dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, dispôs sobre o ingresso dos profissionais de saúde no serviço público, determinando, a partir das modificações implementadas pelo seu art. 1º, a necessidade de realização de processo seletivo público para a admissão, por parte dos gestores locais do SUS, dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. 4. Preocupou-se, ainda, a aludida emenda em regular a situação daqueles profissionais que, ao tempo de sua promulgação, já exerciam as atividades mencionadas, inclusive por força de contratos temporários, como no caso em tela. 5. Com a finalidade de regulamentar o § 5º, do art. 198 da CF, restou editada a Lei Federal nº 11.350, de 05/10/2006, que dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único, do art. 2º da EC no 51/2006. 6. É, com base nestes dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que o demandante pleiteia o direito à efetivação no cargo de Agente Comunitário de Saúde, contudo, verifico que não lhe assiste razão. 7. Após a EC 51/2006 não significa dizer que passou a existir direito à estabilidade para agentes comunitários contratados temporariamente, como se esses tivessem sido submetidos a concurso de provas ou de provas e títulos nos termos do art. 37, II, da CF. 8. Da leitura dos supracitados dispositivos legais, é lícito inferir que aos profissionais contratados de forma temporária antes da promulgação da EC 51/2006 ficou assegurada, apenas, a dispensa da participação em novo processo seletivo para manutenção do contrato com o poder público. 9. Não podem os servidores temporários almejar a efetivação definitiva no cargo público, pois estão vinculados ao Quadro Municipal de maneira precária, nos termos do art. 37, IX da CF, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, por tempo estabelecido. 10. No caso dos autos, não há demonstração de que a seleção a que restou submetido o autor para o exercício da função de Agente Comunitário de Saúde tenha obedecido aos princípios e critérios instituídos pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 51/2006 e pelo art. 9º da Lei nº 11.350/2006. Na verdade os documentos colacionados pelo Município às fls. 180/184 revelam que o demandante passou por uma seleção simplificada, mas nada que se compare a um concurso público e todas as suas regras e exigências legais. 11. Necessário esclarecer que o art. 9º da Lei 11.350/06 dispôs expressamente que a contratação de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias deverá ser precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por esse motivo, somente tem vez, a certificação de anterior processo de seleção, quando realizado nesses termos, consoante expressamente prevê o parágrafo único do referido dispositivo legal, outrora transcrito. 12. As modificações introduzidas pela EC nº 51/06 não excepcionaram a regra de exigência de concurso para fins de acessibilidade aos cargos públicos, e diferentemente da interpretação emprestada pelo magistrado a quo, não vieram assegurar a estabilidade àqueles agentes comunitários de saúde contratados de forma temporária que haviam ingressado no cargo através de processo seletivo, mas tão somente possibilitar a manutenção dos contratos, desde que tenham sido firmados mediante processo seletivo anterior. 13. Neste contexto, merece ser reformada a sentença que garantiu ao autor o direito de permanência no cargo efetivo de agente Comunitário de Saúde no Município de Jaboatão dos Guararapes como servidor efetivo, porque para isso ele precisaria ter sido aprovado em concurso de provas ou de provas e títulos, e não somente em seleção simplificada para atender excepcional interesse público. 14. Reexame Necessário provido reformando-se in totum, a decisão vergastada. Prejudicado o apelo voluntário. 15. Impõe-se a inversão do ônus sucumbencial, cabendo à parte autora o pagamento das custas e dos honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspensa a execução da verba honorária por até 05 anos subsequentes ao trânsito em julgado da sentença, nos moldes do artigo 98, § 3º, do CPC/2015. (TJ-PE - APL: 4957404 PE, Relator: Waldemir Tavares de Albuquerque Filho, Data de Julgamento: 20/08/2019, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 10/09/2019).

Nesse viés, não há que se falar em legalidade da norma municipal que converteu o regime jurídico do servidor sem exigência de concurso público, passando de um “status” de não estável para estável, contrariando o art. 19 da ADCT.

EMENTA- TRANSMUDAÇÃO DO REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO A CONCURSO PÚBLICO. ESTABILIDADE GARANTIDA NA FORMA DO ART. 19 DO ADCT. 1. A estabilidade de que trata o art. 19 do ADCT não confere ao servidor público contratado sob o regime celetista o direito à automática transmudação para o regime estatutário sem a prévia realização de concurso público, sendo-lhe assegurado apenas o direito aos depósitos do FGTS. 2. Apelo conhecido e desprovido. (TJ-MA - AC: 00005879120148100126 MA 0291732017, Relator: PAULO SRGIO VELTEN PEREIRA, Data de Julgamento: 30/04/2019, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/05/2019 00:00:00)

Conclui-se que transmudação do regime celetista para o estatutário não é considerada válida. O direito de receber as vantagens adquiridas por um servidor público nomeado através de concurso não pode ser estendido a um servidor nomeado através de um processo simplificado.
Desse modo, a confirmação da sentença é medida que se impõe.
Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo-se incólume a sentença combatida.
Deixo de condenar o recorrente no pagamento das verbas de sucumbência, reconhecendo sua hipossuficiência financeira, conforme evidenciado pelas fichas financeiras que instruíram a inicial.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
É como voto.
EMENTA RECURSO INOMINADO.AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. REGIME CELETISTA TRANSPOSIÇÃO PARA O REGIME ESTATUTÁRIO. LEI MUNICIPAL INCONSTITUCIONALIDADE. INEXISTÊNCIA DE ESTABALIDADE E EFETIVAÇÃO DEFINITVA.
O cargo de agente comunitário, contratado através de processo seletivo simplificado, é de vinculo precário, não admitindo efetivação definitiva e estabilidade.
Deve ser considerada inconstitucional, lei municipal que prevê a transposição para o regime estatutário de servidores inicialmente contratados em processo seletivo simplificado, sob regime celetista, para emprego público temporário de agente comunitário de saúde.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7011825-40.2022.8.22.0007 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 25/05/2023 16:06:21
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: SILVANIA GONCALVES POMAROLI
Advogado do(a) RECORRENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391-A
Polo Passivo: MUNICIPIO DE CACOAL
RELATÓRIO Trata-se de Ação de Cobrança manejada em face do Município de Cacoal, pela qual alega a parte autora que com a transmudação do regime celetista para o estatutário amparado pela lei 3.577/2016, tem direito à averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio inerentes aos titulares deste regime.
Assim, requer o pagamento das verbas, bem como seus reflexos desde sua contratação pelo regime celetista.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o relatório.
VOTO Conheço do recurso interposto eis que presentes os requisitos legais de admissibilidade.
Pretende o apelante o reconhecimento de direitos retroativos referente a averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio, em razão do exercício do cargo de Agente Comunitário de Saúde, inicialmente sob o regime celetista, posteriormente transposto para o regime estatutário.
A sentença recorrida reconheceu a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 3.577-2016 que transformou o cargo público de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias de celetista para estatutário.
A despeito das razões expostas pelo recorrente, entendo que a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos. Explico.
Conforme se extrai dos autos, o recorrente foi contrato nos idos de 2003 para exercer emprego público de natureza celetista e temporário, através de processo seletivo simplificado.
A questão é tratada pela EC nº 51/2006, que em seu artigo 2º, parágrafo único, estabelece que:
Art. 2º Após a promulgação da presente Emenda Constitucional, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias somente poderão ser contratados diretamente pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios na forma do § 4º do art. 198 da Constituição Federal, observado o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar de que trata o art. 169 da Constituição Federal.
Parágrafo único. Os profissionais que, na data de promulgação desta Emenda e a qualquer título, desempenharem as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, na forma da lei, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição Federal, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação .
Conforme se extrai, o texto legal apenas reconheceu a desnecessidade de os profissionais que já se encontravam no exercício da profissão por ocasião da sua promulgação, realizarem novo processo seletivo. Isso não significa dizer que a norma constitucional reconheceu a existência de direito a efetividade ou de outros direitos próprios dos servidores efetivos.
Por ter sido admitido em processo seletivo simplificado, não pode o recorrente almejar os mesmos direitos dos servidores efetivos, pois o cargo por ele desempenhado não é cargo de provimento efetivo e, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade. Nesse ponto é que se estabelece a inconstitucionalidade da Lei Municipal, que reconheceu aos Agentes Comunitários direitos que a própria Constituição Federal não reconheceu.
Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial, senão vejamos:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO ORDINÁRIO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO E LICENÇA-PRÊMIO. DIREITOS INERENTES AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO. EXTENSÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. 1. Não há amparo legal para estender os benefícios previstos para os servidores efetivos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itumbiara aos agentes comunitários de saúde, contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Administração Municipal, mediante

processo seletivo simplificado. 2. Os cargos de agente comunitário de saúde e de combate às endemias não são cargos de provimento efetivo e são, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade . 3. A licença-prêmio e o adicional por tempo de serviço não se coadunam com o caráter precário e transitório dos cargos ocupados por servidores contratados sem concurso público e sem a característica da estabilidade. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, PORÉM DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. (TJGO, Apelação (CPC) 0365594-67.2015.8.09.0087, Rel. JEOVÁ SARDINHA DE MORAES, 6ª Câmara Cível, julgado em 20/07/2017, DJe de 20/07/2017) (destaquei).

Ressalte-se, ainda, que embora o STF tenha reconhecido aos Agentes Comunitários de Saúde, contratados antes da emenda constitucional 51/2006, bem como da lei nº 11.350/2006, o direito de continuarem com vínculo com a administração pública, este se dá de forma precária. Vejamos:

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. CONTRATO TEMPORÁRIO. EC Nº 51/06. PRETENSÃO DE EFETIVAÇÃO NO CARGO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA À REGRA CONTIDA NO ART. 37, II, DA CF/88. INTELIGÊNCIA DO ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO DA EC 51/2006. SELEÇÃO SIMPLIFICADA ANTERIOR APENAS PARA MANTER VIGENTES OS CONTRATOS JÁ EXISTENTES. REEXAME NECESSÁRIO A QUE SE DA PROVIMENTO. APELO PREJUDICADO. […] 2. O cerne da questão em apreço reside em verificar se é legítimo ou não efetivar o autor no cargo efetivo de Agente Comunitários de Saúde, em razão do que preceituam a EC nº 51/06, a Lei Federal nº 11.350/06 e a Lei Municipal nº 226/2008, assegurando a estabilidade no emprego às pessoas que estão exercendo atividade temporária, através de seleção simplificada. 3. É cediço que a Emenda Constitucional nº 51, de 14/02/2006, visando pôr fim à questão das contratações temporárias dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, dispôs sobre o ingresso dos profissionais de saúde no serviço público, determinando, a partir das modificações implementadas pelo seu art. 1º, a necessidade de realização de processo seletivo público para a admissão, por parte dos gestores locais do SUS, dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. 4. Preocupou-se, ainda, a aludida emenda em regular a situação daqueles profissionais que, ao tempo de sua promulgação, já exerciam as atividades mencionadas, inclusive por força de contratos temporários, como no caso em tela. 5. Com a finalidade de regulamentar o § 5º, do art. 198 da CF, restou editada a Lei Federal nº 11.350, de 05/10/2006, que dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único, do art. 2º da EC no 51/2006. 6. É, com base nestes dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que o demandante pleiteia o direito à efetivação no cargo de Agente Comunitário de Saúde, contudo, verifico que não lhe assiste razão. 7. Após a EC 51/2006 não significa dizer que passou a existir direito à estabilidade para agentes comunitários contratados temporariamente, como se esses tivessem sido submetidos a concurso de provas ou de provas e títulos nos termos do art. 37, II, da CF. 8. Da leitura dos supracitados dispositivos legais, é lícito inferir que aos profissionais contratados de forma temporária antes da promulgação da EC 51/2006 ficou assegurada, apenas, a dispensa da participação em novo processo seletivo para manutenção do contrato com o poder público. 9. Não podem os servidores temporários almejar a efetivação definitiva no cargo público, pois estão vinculados ao Quadro Municipal de maneira precária, nos termos do art. 37, IX da CF, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, por tempo estabelecido. 10. No caso dos autos, não há demonstração de que a seleção a que restou submetido o autor para o exercício da função de Agente Comunitário de Saúde tenha obedecido aos princípios e critérios instituídos pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 51/2006 e pelo art. 9º da Lei nº 11.350/2006. Na verdade os documentos colacionados pelo Município às fls. 180/184 revelam que o demandante passou por uma seleção simplificada, mas nada que se compare a um concurso público e todas as suas regras e exigências legais. 11. Necessário esclarecer que o art. 9º da Lei 11.350/06 dispôs expressamente que a contratação de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias deverá ser precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por esse motivo, somente tem vez, a certificação de anterior processo de seleção, quando realizado nesses termos, consoante expressamente prevê o parágrafo único do referido dispositivo legal, outrora transcrito. 12. As modificações introduzidas pela EC nº 51/06 não excepcionaram a regra de exigência de concurso para fins de acessibilidade aos cargos públicos, e diferentemente da interpretação emprestada pelo magistrado a quo, não vieram assegurar a estabilidade àqueles agentes comunitários de saúde contratados de forma temporária que haviam ingressado no cargo através de processo seletivo, mas tão somente possibilitar a manutenção dos contratos, desde que tenham sido firmados mediante processo seletivo anterior. 13. Neste contexto, merece ser reformada a sentença que garantiu ao autor o direito de permanência no cargo efetivo de agente Comunitário de Saúde no Município de Jaboatão dos Guararapes como servidor efetivo, porque para isso ele precisaria ter sido aprovado em concurso de provas ou de provas e títulos, e não somente em seleção simplificada para atender excepcional interesse público. 14. Reexame Necessário provido reformando-se in totum, a decisão vergastada. Prejudicado o apelo voluntário. 15. Impõe-se a inversão do ônus sucumbencial, cabendo à parte autora o pagamento das custas e dos honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspensa a execução da verba honorária por até 05 anos subsequentes ao trânsito em julgado da sentença, nos moldes do artigo 98, § 3º, do CPC/2015. (TJ-PE - APL: 4957404 PE, Relator: Waldemir Tavares de Albuquerque Filho, Data de Julgamento: 20/08/2019, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 10/09/2019).

Nesse viés, não há que se falar em legalidade da norma municipal que converteu o regime jurídico do servidor sem exigência de concurso público, passando de um “status” de não estável para estável, contrariando o art. 19 da ADCT.

EMENTA- TRANSMUDAÇÃO DO REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO A CONCURSO PÚBLICO. ESTABILIDADE GARANTIDA NA FORMA DO ART. 19 DO ADCT. 1. A estabilidade de que trata o art. 19 do ADCT não confere ao servidor público contratado sob o regime celetista o direito à automática transmudação para o regime estatutário sem a prévia realização de concurso público, sendo-lhe assegurado apenas o direito aos depósitos do FGTS. 2. Apelo conhecido e desprovido. (TJ-MA - AC: 00005879120148100126 MA 0291732017, Relator: PAULO SRGIO VELTEN PEREIRA, Data de Julgamento: 30/04/2019, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/05/2019 00:00:00)

Conclui-se que transmudação do regime celetista para o estatutário não é considerada válida. O direito de receber as vantagens adquiridas por um servidor público nomeado através de concurso não pode ser estendido a um servidor nomeado através de um processo simplificado.

Desse modo, a confirmação da sentença é medida que se impõe.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo-se incólume a sentença combatida.

Deixo de condenar o recorrente no pagamento das verbas de sucumbência, reconhecendo sua hipossuficiência financeira, conforme evidenciado pelas fichas financeiras que instruíram a inicial.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA RECURSO INOMINADO.AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. REGIME CELETISTA TRANSPOSIÇÃO PARA O REGIME ESTATUTÁRIO. LEI MUNICIPAL INCONSTITUCIONALIDADE. INEXISTÊNCIA DE ESTABALIDADE E EFETIVAÇÃO DEFINITVA.
O cargo de agente comunitário, contratado através de processo seletivo simplificado, é de vinculo precário, não admitindo efetivação definitiva e estabilidade.
Deve ser considerada inconstitucional, lei municipal que prevê a transposição para o regime estatutário de servidores inicialmente contratados em processo seletivo simplificado, sob regime celetista, para emprego público temporário de agente comunitário de saúde.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7011695-50.2022.8.22.0007 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 23/05/2023 15:33:58
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: MARIA DO CARMO FERMAN LEMOS
Advogado do(a) RECORRENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391-A
Polo Passivo: MUNICIPIO DE CACOAL
RELATÓRIO Trata-se de Ação de Cobrança manejada em face do Município de Cacoal, pela qual alega a parte autora que com a transmudação do regime celetista para o estatutário amparado pela lei 3.577/2016, tem direito à averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio inerentes aos titulares deste regime.
Assim, requer o pagamento das verbas, bem como seus reflexos desde sua contratação pelo regime celetista.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o relatório.
VOTO Conheço do recurso interposto eis que presentes os requisitos legais de admissibilidade.
Pretende o apelante o reconhecimento de direitos retroativos referente a averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio, em razão do exercício do cargo de Agente Comunitário de Saúde, inicialmente sob o regime celetista, posteriormente transposto para o regime estatutário.
A sentença recorrida reconheceu a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 3.577-2016 que transformou o cargo público de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias de celetista para estatutário.
A despeito das razões expostas pelo recorrente, entendo que a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos. Explico.
Conforme se extrai dos autos, o recorrente foi contrato nos idos de 2003 para exercer emprego público de natureza celetista e temporário, através de processo seletivo simplificado.
A questão é tratada pela EC nº 51/2006, que em seu artigo 2º, parágrafo único, estabelece que:
Art. 2º Após a promulgação da presente Emenda Constitucional, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias somente poderão ser contratados diretamente pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios na forma do § 4º do art. 198 da Constituição Federal, observado o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar de que trata o art. 169 da Constituição Federal.
Parágrafo único. Os profissionais que, na data de promulgação desta Emenda e a qualquer título, desempenharem as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, na forma da lei, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição Federal, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação .
Conforme se extrai, o texto legal apenas reconheceu a desnecessidade de os profissionais que já se encontravam no exercício da profissão por ocasião da sua promulgação, realizarem novo processo seletivo. Isso não significa dizer que a norma constitucional reconheceu a existência de direito a efetividade ou de outros direitos próprios dos servidores efetivos.
Por ter sido admitido em processo seletivo simplificado, não pode o recorrente almejar os mesmos direitos dos servidores efetivos, pois o cargo por ele desempenhado não é cargo de provimento efetivo e, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade. Nesse ponto é que se estabelece a inconstitucionalidade da Lei Municipal, que reconheceu aos Agentes Comunitários direitos que a própria Constituição Federal não reconheceu.
Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial, senão vejamos:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO ORDINÁRIO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO E LICENÇA-PRÊMIO. DIREITOS INERENTES AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO. EXTENSÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. 1. Não há amparo legal para estender os benefícios previstos para os servidores efetivos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itumbiara aos agentes comunitários de saúde, contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Administração Municipal, mediante processo seletivo simplificado. 2. Os cargos de agente comunitário de saúde e de combate às endemias não são cargos de provimento efetivo e são, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade . 3. A licença-prêmio e o adicional por tempo de serviço não se coadunam com o caráter precário e transitório dos cargos ocupados por servidores contratados sem concurso público e sem a característica da estabilidade. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, PORÉM DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. (TJGO, Apelação (CPC) 0365594-67.2015.8.09.0087, Rel. JEOVÁ SARDINHA DE MORAES, 6ª Câmara Cível, julgado em 20/07/2017, DJe de 20/07/2017) (destaquei).
Ressalte-se, ainda, que embora o STF tenha reconhecido aos Agentes Comunitários de Saúde, contratados antes da emenda constitucional 51/2006, bem como da lei nº 11.350/2006, o direito de continuarem com vínculo com a administração pública, este se dá de forma precária. Vejamos:

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. CONTRATO TEMPORÁRIO. EC Nº 51/06. PRETENSÃO DE EFETIVAÇÃO NO CARGO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA À REGRA CONTIDA NO ART. 37, II, DA CF/88. INTELIGÊNCIA DO ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO DA EC 51/2006. SELEÇÃO SIMPLIFICADA ANTERIOR APENAS PARA MANTER VIGENTES OS CONTRATOS JÁ EXISTENTES. REEXAME NECESSÁRIO A QUE SE DA PROVIMENTO. APELO PREJUDICADO. […] 2. O cerne da questão em apreço reside em verificar se é legítimo ou não efetivar o autor no cargo efetivo de Agente Comunitários de Saúde, em razão do que preceituam a EC nº 51/06, a Lei Federal nº 11.350/06 e a Lei Municipal nº 226/2008, assegurando a estabilidade no emprego às pessoas que estão exercendo atividade temporária, através de seleção simplificada. 3. É cediço que a Emenda Constitucional nº 51, de 14/02/2006, visando pôr fim à questão das contratações temporárias dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, dispôs sobre o ingresso dos profissionais de saúde no serviço público, determinando, a partir das modificações implementadas pelo seu art. 1º, a necessidade de realização de processo seletivo público para a admissão, por parte dos gestores locais do SUS, dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. 4. Preocupou-se, ainda, a aludida emenda em regular a situação daqueles profissionais que, ao tempo de sua promulgação, já exerciam as atividades mencionadas, inclusive por força de contratos temporários, como no caso em tela. 5. Com a finalidade de regulamentar o § 5º, do art. 198 da CF, restou editada a Lei Federal nº 11.350, de 05/10/2006, que dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único, do art. 2º da EC no 51/2006. 6. É, com base nestes dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que o demandante pleiteia o direito à efetivação no cargo de Agente Comunitário de Saúde, contudo, verifico que não lhe assiste razão. 7. Após a EC 51/2006 não significa dizer que passou a existir direito à estabilidade para agentes comunitários contratados temporariamente, como se esses tivessem sido submetidos a concurso de provas ou de provas e títulos nos termos do art. 37, II, da CF. 8. Da leitura dos supracitados dispositivos legais, é lícito inferir que aos profissionais contratados de forma temporária antes da promulgação da EC 51/2006 ficou assegurada, apenas, a dispensa da participação em novo processo seletivo para manutenção do contrato com o poder público. 9. Não podem os servidores temporários almejar a efetivação definitiva no cargo público, pois estão vinculados ao Quadro Municipal de maneira precária, nos termos do art. 37, IX da CF, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, por tempo estabelecido. 10. No caso dos autos, não há demonstração de que a seleção a que restou submetido o autor para o exercício da função de Agente Comunitário de Saúde tenha obedecido aos princípios e critérios instituídos pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 51/2006 e pelo art. 9º da Lei nº 11.350/2006. Na verdade os documentos colacionados pelo Município às fls. 180/184 revelam que o demandante passou por uma seleção simplificada, mas nada que se compare a um concurso público e todas as suas regras e exigências legais. 11. Necessário esclarecer que o art. 9º da Lei 11.350/06 dispôs expressamente que a contratação de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias deverá ser precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por esse motivo, somente tem vez, a certificação de anterior processo de seleção, quando realizado nesses termos, consoante expressamente prevê o parágrafo único do referido dispositivo legal, outrora transcrito. 12. As modificações introduzidas pela EC nº 51/06 não excepcionaram a regra de exigência de concurso para fins de acessibilidade aos cargos públicos, e diferentemente da interpretação emprestada pelo magistrado a quo, não vieram assegurar a estabilidade àqueles agentes comunitários de saúde contratados de forma temporária que haviam ingressado no cargo através de processo seletivo, mas tão somente possibilitar a manutenção dos contratos, desde que tenham sido firmados mediante processo seletivo anterior. 13. Neste contexto, merece ser reformada a sentença que garantiu ao autor o direito de permanência no cargo efetivo de agente Comunitário de Saúde no Município de Jaboatão dos Guararapes como servidor efetivo, porque para isso ele precisaria ter sido aprovado em concurso de provas ou de provas e títulos, e não somente em seleção simplificada para atender excepcional interesse público. 14. Reexame Necessário provido reformando-se in totum, a decisão vergastada. Prejudicado o apelo voluntário. 15. Impõe-se a inversão do ônus sucumbencial, cabendo à parte autora o pagamento das custas e dos honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspensa a execução da verba honorária por até 05 anos subsequentes ao trânsito em julgado da sentença, nos moldes do artigo 98, § 3º, do CPC/2015. (TJ-PE - APL: 4957404 PE, Relator: Waldemir Tavares de Albuquerque Filho, Data de Julgamento: 20/08/2019, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 10/09/2019).

Nesse viés, não há que se falar em legalidade da norma municipal que converteu o regime jurídico do servidor sem exigência de concurso público, passando de um “status” de não estável para estável, contrariando o art. 19 da ADCT.

EMENTA- TRANSMUDAÇÃO DO REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO A CONCURSO PÚBLICO. ESTABILIDADE GARANTIDA NA FORMA DO ART. 19 DO ADCT. 1. A estabilidade de que trata o art. 19 do ADCT não confere ao servidor público contratado sob o regime celetista o direito à automática transmudação para o regime estatutário sem a prévia realização de concurso público, sendo-lhe assegurado apenas o direito aos depósitos do FGTS. 2. Apelo conhecido e desprovido. (TJ-MA - AC: 00005879120148100126 MA 0291732017, Relator: PAULO SRGIO VELTEN PEREIRA, Data de Julgamento: 30/04/2019, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/05/2019 00:00:00)

Conclui-se que transmudação do regime celetista para o estatutário não é considerada válida. O direito de receber as vantagens adquiridas por um servidor público nomeado através de concurso não pode ser estendido a um servidor nomeado através de um processo simplificado.

Desse modo, a confirmação da sentença é medida que se impõe.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo-se incólume a sentença combatida.

Deixo de condenar o recorrente no pagamento das verbas de sucumbência, reconhecendo sua hipossuficiência financeira, conforme evidenciado pelas fichas financeiras que instruíram a inicial.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA RECURSO INOMINADO.AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. REGIME CELETISTA TRANSPOSIÇÃO PARA O REGIME ESTATUTÁRIO. LEI MUNICIPAL INCONSTITUCIONALIDADE. INEXISTÊNCIA DE ESTABALIDADE E EFETIVAÇÃO DEFINITVA.

O cargo de agente comunitário, contratado através de processo seletivo simplificado, é de vinculo precário, não admitindo efetivação definitiva e estabilidade.

Deve ser considerada inconstitucional, lei municipal que prevê a transposição para o regime estatutário de servidores inicialmente contratados em processo seletivo simplificado, sob regime celetista, para emprego público temporário de agente comunitário de saúde.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7011833-17.2022.8.22.0007 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 23/05/2023 16:15:55
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: ADEMIR PEREIRA DOS SANTOS
Advogado do(a) RECORRENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391-A
Polo Passivo: MUNICIPIO DE CACOAL
RELATÓRIO Trata-se de Ação de Cobrança manejada em face do Município de Cacoal, pela qual alega a parte autora que com a transmudação do regime celetista para o estatutário amparado pela lei 3.577/2016, tem direito à averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio inerentes aos titulares deste regime.
Assim, requer o pagamento das verbas, bem como seus reflexos desde sua contratação pelo regime celetista.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o relatório.
VOTO Conheço do recurso interposto eis que presentes os requisitos legais de admissibilidade.
Pretende o apelante o reconhecimento de direitos retroativos referente a averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio, em razão do exercício do cargo de Agente Comunitário de Saúde, inicialmente sob o regime celetista, posteriormente transposto para o regime estatutário.
A sentença recorrida reconheceu a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 3.577-2016 que transformou o cargo público de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias de celetista para estatutário.
A despeito das razões expostas pelo recorrente, entendo que a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos. Explico.
Conforme se extrai dos autos, o recorrente foi contrato nos idos de 2004 para exercer emprego público de natureza celetista e temporário, através de processo seletivo simplificado.
A questão é tratada pela EC nº 51/2006, que em seu artigo 2º, parágrafo único, estabelece que:
Art. 2º Após a promulgação da presente Emenda Constitucional, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias somente poderão ser contratados diretamente pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios na forma do § 4º do art. 198 da Constituição Federal, observado o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar de que trata o art. 169 da Constituição Federal.
Parágrafo único. Os profissionais que, na data de promulgação desta Emenda e a qualquer título, desempenharem as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, na forma da lei, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição Federal, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação .
Conforme se extrai, o texto legal apenas reconheceu a desnecessidade de os profissionais que já se encontravam no exercício da profissão por ocasião da sua promulgação, realizarem novo processo seletivo. Isso não significa dizer que a norma constitucional reconheceu a existência de direito a efetividade ou de outros direitos próprios dos servidores efetivos.
Por ter sido admitido em processo seletivo simplificado, não pode o recorrente almejar os mesmos direitos dos servidores efetivos, pois o cargo por ele desempenhado não é cargo de provimento efetivo e, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade. Nesse ponto é que se estabelece a inconstitucionalidade da Lei Municipal, que reconheceu aos Agentes Comunitários direitos que a própria Constituição Federal não reconheceu.
Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial, senão vejamos:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO ORDINÁRIO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO E LICENÇA-PRÊMIO. DIREITOS INERENTES AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO. EXTENSÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. 1. Não há amparo legal para estender os benefícios previstos para os servidores efetivos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itumbiara aos agentes comunitários de saúde, contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Administração Municipal, mediante processo seletivo simplificado. 2. Os cargos de agente comunitário de saúde e de combate às endemias não são cargos de provimento efetivo e são, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade . 3. A licença-prêmio e o adicional por tempo de serviço não se coadunam com o caráter precário e transitório dos cargos ocupados por servidores contratados sem concurso público e sem a característica da estabilidade. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, PORÉM DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. (TJGO, Apelação (CPC) 0365594-67.2015.8.09.0087, Rel. JEOVÁ SARDINHA DE MORAES, 6ª Câmara Cível, julgado em 20/07/2017, DJe de 20/07/2017) (destaquei).
Ressalte-se, ainda, que embora o STF tenha reconhecido aos Agentes Comunitários de Saúde, contratados antes da emenda constitucional 51/2006, bem como da lei nº 11.350/2006, o direito de continuarem com vínculo com a administração pública, este se dá de forma precária. Vejamos:
DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. CONTRATO TEMPORÁRIO. EC Nº 51/06. PRETENSÃO DE EFETIVAÇÃO NO CARGO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA À REGRA CONTIDA NO ART. 37, II, DA CF/88. INTELIGÊNCIA DO ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO DA EC 51/2006. SELEÇÃO SIMPLIFICADA ANTERIOR APENAS PARA MANTER VIGENTES OS CONTRATOS JÁ EXISTENTES. REEXAME NECESSÁRIO A QUE SE DA PROVIMENTO. APELO PREJUDICADO. […] 2. O cerne da questão em apreço reside em verificar se é legítimo ou não efetivar o autor no cargo efetivo de Agente Comunitários de Saúde, em razão do que preceituam a EC nº 51/06, a Lei Federal nº 11.350/06 e a Lei Municipal nº 226/2008, assegurando a estabilidade no emprego às pessoas que estão exercendo atividade temporária, através de seleção simplificada. 3. É cediço que a Emenda Constitucional nº 51, de 14/02/2006, visando pôr fim à questão

das contratações temporárias dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, dispôs sobre o ingresso dos profissionais de saúde no serviço público, determinando, a partir das modificações implementadas pelo seu art. 1º, a necessidade de realização de processo seletivo público para a admissão, por parte dos gestores locais do SUS, dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. 4. Preocupou-se, ainda, a aludida emenda em regular a situação daqueles profissionais que, ao tempo de sua promulgação, já exerciam as atividades mencionadas, inclusive por força de contratos temporários, como no caso em tela. 5. Com a finalidade de regulamentar o § 5º, do art. 198 da CF, restou editada a Lei Federal nº 11.350, de 05/10/2006, que dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único, do art. 2º da EC no 51/2006. 6. É, com base nestes dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que o demandante pleiteia o direito à efetivação no cargo de Agente Comunitário de Saúde, contudo, verifico que não lhe assiste razão. 7. Após a EC 51/2006 não significa dizer que passou a existir direito à estabilidade para agentes comunitários contratados temporariamente, como se esses tivessem sido submetidos a concurso de provas ou de provas e títulos nos termos do art. 37, II, da CF. 8. Da leitura dos supracitados dispositivos legais, é lícito inferir que aos profissionais contratados de forma temporária antes da promulgação da EC 51/2006 ficou assegurada, apenas, a dispensa da participação em novo processo seletivo para manutenção do contrato com o poder público. 9. Não podem os servidores temporários almejar a efetivação definitiva no cargo público, pois estão vinculados ao Quadro Municipal de maneira precária, nos termos do art. 37, IX da CF, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, por tempo estabelecido. 10. No caso dos autos, não há demonstração de que a seleção a que restou submetido o autor para o exercício da função de Agente Comunitário de Saúde tenha obedecido aos princípios e critérios instituídos pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 51/2006 e pelo art. 9º da Lei nº 11.350/2006. Na verdade os documentos colacionados pelo Município às fls. 180/184 revelam que o demandante passou por uma seleção simplificada, mas nada que se compare a um concurso público e todas as suas regras e exigências legais. 11. Necessário esclarecer que o art. 9º da Lei 11.350/06 dispôs expressamente que a contratação de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias deverá ser precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por esse motivo, somente tem vez, a certificação de anterior processo de seleção, quando realizado nesses termos, consoante expressamente prevê o parágrafo único do referido dispositivo legal, outrora transcrito. 12. As modificações introduzidas pela EC nº 51/06 não excepcionaram a regra de exigência de concurso para fins de acessibilidade aos cargos públicos, e diferentemente da interpretação emprestada pelo magistrado a quo, não vieram assegurar a estabilidade àqueles agentes comunitários de saúde contratados de forma temporária que haviam ingressado no cargo através de processo seletivo, mas tão somente possibilitar a manutenção dos contratos, desde que tenham sido firmados mediante processo seletivo anterior. 13. Neste contexto, merece ser reformada a sentença que garantiu ao autor o direito de permanência no cargo efetivo de agente Comunitário de Saúde no Município de Jaboatão dos Guararapes como servidor efetivo, porque para isso ele precisaria ter sido aprovado em concurso de provas ou de provas e títulos, e não somente em seleção simplificada para atender excepcional interesse público. 14. Reexame Necessário provido reformando-se in totum, a decisão vergastada. Prejudicado o apelo voluntário. 15. Impõe-se a inversão do ônus sucumbencial, cabendo à parte autora o pagamento das custas e dos honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspensa a execução da verba honorária por até 05 anos subsequentes ao trânsito em julgado da sentença, nos moldes do artigo 98, § 3º, do CPC/2015. (TJ-PE - APL: 4957404 PE, Relator: Waldemir Tavares de Albuquerque Filho, Data de Julgamento: 20/08/2019, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 10/09/2019).

Nesse viés, não há que se falar em legalidade da norma municipal que converteu o regime jurídico do servidor sem exigência de concurso público, passando de um “status” de não estável para estável, contrariando o art. 19 da ADCT.

EMENTA- TRANSMUDAÇÃO DO REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO A CONCURSO PÚBLICO. ESTABILIDADE GARANTIDA NA FORMA DO ART. 19 DO ADCT. 1. A estabilidade de que trata o art. 19 do ADCT não confere ao servidor público contratado sob o regime celetista o direito à automática transmudação para o regime estatutário sem a prévia realização de concurso público, sendo-lhe assegurado apenas o direito aos depósitos do FGTS. 2. Apelo conhecido e desprovido. (TJ-MA - AC: 00005879120148100126 MA 0291732017, Relator: PAULO SRGIO VELTEN PEREIRA, Data de Julgamento: 30/04/2019, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/05/2019 00:00:00)

Conclui-se que transmudação do regime celetista para o estatutário não é considerada válida. O direito de receber as vantagens adquiridas por um servidor público nomeado através de concurso não pode ser estendido a um servidor nomeado através de um processo simplificado.

Desse modo, a confirmação da sentença é medida que se impõe.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo-se incólume a sentença combatida.

Deixo de condenar o recorrente no pagamento das verbas de sucumbência, reconhecendo sua hipossuficiência financeira, conforme evidenciado pelas fichas financeiras que instruíram a inicial.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA RECURSO INOMINADO.AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. REGIME CELETISTA TRANSPOSIÇÃO PARA O REGIME ESTATUTÁRIO. LEI MUNICIPAL INCONSTITUCIONALIDADE. INEXISTÊNCIA DE ESTABALIDADE E EFETIVAÇÃO DEFINITVA.

O cargo de agente comunitário, contratado através de processo seletivo simplificado, é de vinculo precário, não admitindo efetivação definitiva e estabilidade.

Deve ser considerada inconstitucional, lei municipal que prevê a transposição para o regime estatutário de servidores inicialmente contratados em processo seletivo simplificado, sob regime celetista, para emprego público temporário de agente comunitário de saúde.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 28 de Junho de 2023

Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7030360-06.2020.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 21/01/2022 05:33:07
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ELISEU MENEZES DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: TIAGO FERNANDES LIMA DA SILVA - RO6122-A
Polo Passivo: BANCO DO BRASIL SA
Advogado do(a) AUTOR: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES - RN5553-A
RELATÓRIO.
Dispenso o relatório na forma da lei 9.099/95.
VOTO.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso.
Os presentes embargos são claramente improcedentes.
Nos termos do art. 48 da Lei 9.099/95, cabem embargos de declaração somente quando a decisão for obscura, contraditória, omissa ou duvidosa entre seus próprios termos, o que não se verifica no caso em comento. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material no acórdão desta Turma Recursal.
Pelo exposto, verifica-se que a insurgência do embargante é em relação ao entendimento desta Turma Recursal, ao conteúdo do julgado que lhe é desfavorável, fugindo das hipóteses legais, razão pela qual o presente recurso não pode servir, sequer, para prestar esclarecimentos, e a irresignação da parte deve ser deduzida pelos meios legais próprios.
Com efeito, não merecem acolhimento embargos declaratórios que, a pretexto de sanar omissões da decisão embargada, traduzem, na verdade, o inconformismo do embargante com a conclusão adotada, pretendendo reanálise do conteúdo decisório.
Portanto, observa-se que houve a análise detida dos pontos necessários para convencimento do Juízo acerca dos fatos narrados no processo, de sorte que o acórdão não merece reparos.
Quanto à inexistência dos vícios previstos no art. 48 da lei 9.099/95, o seguinte aresto desta Turma Recursal:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. OMISSÃO. DÚVIDA. INEXISTÊNCIA. Inexistindo na decisão embargada quaisquer dos defeitos previstos no art. 48 da Lei n. 9.099/95, devem ser rejeitados os embargos de declaração. Embargos de Declaração em Recurso Inominado nº 0022254-24.2013.8.22.0001. Julgado em: 24/08/2016. Rel. Juíza Euma Mendonça Tourinho.
Com essas considerações e firme no aresto acima mencionado, VOTO PELA REJEIÇÃO dos embargos de declaração, mantendo inalterada a decisão atacada.
Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem.
EMENTA:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE RECURSO INOMINADO. MATÉRIAS ANALISADAS NO ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. - Não havendo omissão, contradição ou obscuridade na decisão atacada, os embargos de declaração devem ser rejeitados de plano.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, EMBARGOS DE DECLARACAO CONHECIDOS E REJEITADOS A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7033627-49.2021.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 26/07/2022 11:06:02
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: EXPEDIA DO BRASIL AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
Advogado do(a) RECORRENTE: FABIO RIVELLI - RO6640-A
Polo Passivo: EMERSON RANGEL LOPES MORAES
Advogado do(a) RECORRIDO: EMERSON RANGEL LOPES MORAES - RO11907-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos do artigo 38, da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.
“Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”.
Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:
“S E N T E N Ç A
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação reparatória de danos materiais e indenizatória por danos morais, decorrentes de conduta desidiosa da empresa requerida que teve por consequência a impossibilidade de acesso à hospedagem contratada pelo autor através do website da requerida, conforme fatos relatados na inicial e de acordo com a documentação apresentada.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória da demandada para juntada de novos documentos.
A matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Por conseguinte, INDEFIRO eventual pedido de produção de outras provas, nos exatos termos do arts. 32 e 33, da LF 9.099/95, bem como 370 e 371, ambos do CPC (LF 13.105/2015 – disposições compatíveis com o microssistema e com o rito sumaríssimo e especial dos Juizados Especiais).
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e "maduro" para julgamento, deve promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Havendo arguições preliminares, passo ao estudo preambular antes de ingressar no mérito da causa.
Verifico que a preliminar de ilegitimidade passiva não deve vingar, posto que os documentos apresentados com a inicial são suficientes para apontar a aparente legitimidade passiva e o interesse de agir do autor, não se podendo olvidar que a empresa requerida é quem disponibiliza em seu site hospedeiro as diárias de hotéis e que participa dos lucros das vendas de reservas, conforme demonstrado.
Portanto, rejeito a preliminar apresentada, tendo o feito como regular e sem qualquer nulidade ou irregularidade, impondo a entrega do provimento judicial.
Pois bem!
Aduz o requerente que contratou, através do site da requerida, uma diária para hospedagem no estabelecimento denominado "Ap. do Cleo" na cidade de Vargem Grande/MT. Afirma que quando chegou na cidade dirigiu-se ao endereço constante na reserva, não tendo sido possível, contudo, acessar o imóvel, que estava fechado e, diferente do anunciado, não dispunha de recepção 24h, dando azo aos danos morais pleiteados.
E, da análise dos documentos e argumentos apresentados, tenho que o pleito do requerente procede, posto que restou demonstrado que a empresa requerida disponibilizou informação não condizente com a realidade, qual seja, que a hospedaria dispunha de "recepção 24 horas, informação que foi decisiva para a contratação, vez que o autor chegaria à cidade durante a madrugada, o que gerou verdadeiro prejuízo ao requerente.
Nesse sentido, atentando para o caso em tela, verifico a frustração experimentada gerou dano moral, consubstanciada no desamparo, na impotência e na angústia de ter frustrada a expectativa de ter, durante a madrugada e até o horário de partida do próximo voo, lugar confortável onde pudesse de fato descansar.
A responsabilidade surge indiscutível, a julgar pela ausência de comprovação de justo motivo e que exclua a referida responsabilidade, sendo que a requerida fora negligente na execução do contrato e na produção de provas que a absolvessem da imputação feita, deixando de cumprir o mister de apresentar prova de causa impeditiva, modificativa ou extintiva do direito alegado e comprovado pelo autor (art. 373, I e II, CPC, e 4º e 6º, CDC).
O dano moral está provado, valendo relembrar o seguinte entendimento:
"Neste ponto, a razão se coloca ao lado daqueles que entendem que o dano moral está ínsito na própria ofensa, decorre da gravidade do ilícito em si. Se a ofensa é grave e de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum. Assim, por exemplo, provada a perda de um filho, do cônjuge ou de outro ente querido, não há que se exigir a prova do sofrimento, porque isso decorre do próprio fato de acordo com as regras de experiência comum; Provado que a vítima teve seu nome aviltado ou sua imagem vilipendiada, nada mais ser-lhe-á exigido provar, por isso que o dano moral está in re ipsa; decorre inexoravelmente da gravidade do próprio fato ofensivo, de sorte que, provado o fato, provado está o dano moral" (Elias, Helena - O Dano Moral na Jurisprudência do STJ - pag. 99/100 - Rio de Janeiro - Editora Lumen Juris – 200).
E, na mensuração do quantum indenizatório, acompanho o seguinte entendimento da jurista e Magistrada Helena Elias (op.cit.):
"O princípio da exemplaridade foi recentemente adotado na jurisprudência do STJ. Luiz Roldão de Freitas Gomes defende, em sede doutrinária, a aplicação de tal princípio. Após afirmar que, 'sob a égide da atual Carta Magna, a reparação dos danos morais é ampla e desprovida de limitações, que não sejam as decorrentes de sua causalidade', anota que, com a expressa previsão constitucional, aquela reparação ganhou autonomia, 'deixando de ter por fundamento exclusivamente a culpa, que inspirava uma de suas finalidades: servir de exemplaridade ao infrator. Em consulta ao dicionário Aurélio , encontra se, para o verbete exemplaridade, o significado de 'qualidade ou caráter de exemplar'. Exemplar, por seu turno, é aquilo 'que serve ou pode servir de exemplo, de modelo'. O critério de exemplaridade parece estar apto a substituir o dano punição do ofensor na avaliação do dano moral, por oferecer a vantagem se amoldar, com maior grau de adequação e aceitabilidade, ao ordenamento jurídico pátrio, sem o inconveniente, apontado por Humberto Theodoro Júnior, de ensejar uma pena sem prévia cominação legal. Em recente acórdão, da relatoria do Min. Luiz Fux, o STJ adotou expressamente o princípio da exemplaridade, ao assentar que a 'fixação dos danos morais deve obedecer aos critérios da solidariedade e da exemplaridade, que implica na vaporação da proporcionalidade do quantum e na capacidade econômica do sucumbente".
Sendo assim e levando-se em consideração a capacidade/condição econômica das partes (autor(a): estudante / ré: empresa especializada na venda de reserva de hotéis em todo o mundo), bem como os reflexos da conduta desidiosa da demandada, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum em R$8.000,00 (oito mil reais), de molde a disciplinar a ré e a dar satisfação pecuniária ao requerente, não se justificando a adoção do valor sugerido na inicial.
A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, de modo que o valor acima arbitrado (R$8.000,00) está sintonizado com os princípios expostos assim como com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitando-se o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa "indústria do dano moral".
É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, a imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas do ramo de turismo.
R$8.000,00 (oito mil reais) não irá "quebrar" a ré e, muito menos, "enriquecer" o requerente.

De igual modo, merece prosperar o pleito reparatório, devendo o autor ser ressarcido na importância que desembolsou para a reserva de hospedagem da qual, por culpa da requerida, não usufruiu, devendo a requerida, assim, restituir ao autor o valor de R$90,99 (noventa reais e noventa e nove centavos).
Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos constam, com fulcro nos arts. 6º e 38, ambos da Lei 9.099/95, 373, I e II, CPC (LF 13.105/2015), 186, 927 e 944, todos do Código Civil, e 4º, 6º, 14, II, todos do CDC (LF 8.078/90), JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado PELO AUTOR, pessoa física já qualificada, para o fim de:
A) CONDENAR a empresa requerida a RESTITUIR/REEMBOLSAR o valor pago de R$90,99 (noventa reais e noventa e nove centavos) ao consumidor, corrigido monetariamente (tabela oficial TJ/RO) desde a data do efetivo desembolso e acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação;
B) CONDENAR a empresa requerida AO PAGAMENTO DE R$8.000,00 (OITO MIL REAIS), À TÍTULO DE DANOS MORAIS, acrescidos de juros legais de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária (tabela oficial TJ/RO), a partir da presente condenação (Súmula n. 362, Superior Tribunal de Justiça);. [...]"
Apenas em respeito às razões recursais, em que pesem os argumentos do recorrente, filio-me ao entendimento do Juízo sentenciante.
Por tais considerações, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, mantendo-se inalterada a sentença vergastada.
CONDENO a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação, nos termos do artigo 55 da lei 9.099/95, ressalvada a gratuidade eventualmente deferida.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANO MORAL. HOTEL FECHADO. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO NÃO PROVIDO.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7034315-74.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 11/05/2023 20:51:54
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: APPLE COMPUTER BRASIL LTDA
Advogados do(a) RECORRENTE: CELSO ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO JUNIOR - PA18736-A, FABIO RIVELLI - RO6640-A
Polo Passivo: MONTALCIO AMORIM CALLISTE
Advogados do(a) RECORRIDO: ALICE CERESA DE OLIVEIRA - RO8631-A, THIEGO AGUIAR AMARAL - RO12463-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos processuais de admissibilidade.
Trata-se de Recurso Inominado interposto em face da sentença que julgou parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial, condenando a requerida a restituir o valor desembolsado pelo autor, com carregador compatível com o smartphone adquirido, conforme nota fiscal.
Irresignada, a parte requerida APPLE COMPUTER BRASIL LTDA interpõe Recurso Inominado, postulando a reforma da sentença para que seja julgado improcedente o pedido inicial, sob o argumento de inocorrência de prática abusiva e cumprimento do dever de informação. Ainda, aduz que não se trata de venda casada, porquanto o consumidor pode
adquirir carregadores de outras marcas, compatíveis com o produto, inexistindo exclusividade. Corroborado a isso, existem diversas políticas a favor do meio ambiente para reduzir a emissão de carbono e lixo eletrônico, ficando a critério do consumidor adquirir o acessório, usar o antigo (o mais comum entre os usuários da marca) ou comprar de terceiros.
Desse modo, entendo que assiste razão à recorrente.
A sentença merece reforma. Explico.
No caso dos autos, a requerida/recorrente logrou êxito em comprovar que informava previamente que o adaptador de tomada não acompanhava o aparelho sendo que, inclusive, tal fato é público e notório, tendo a marca disponibilizado esta informação em seu site.
Também, na página comercial da fabricante, são apresentadas as informações sobre "Conteúdo da caixa", constando expressamente que o adaptador de energia e o fone de ouvido não estão inclusos, motivo pelo qual não é possível verificar falha no dever de informação.
A parte autora conhecia previamente as condições ofertadas pelo fornecedor do serviço e, mesmo assim, optou por adquirir o aparelho, reservando mentalmente que o conector de energia lhe era item caro e sem o qual a relação não se encontrava perfectibilizada, de forma que reservou para si tal circunstância, o que, no ordenamento jurídico pátrio, não torna a relação jurídica defeituosa, isso em homenagem ao princípio da conservação dos negócios jurídicos.
Do mesmo modo, não há de se falar em venda casada. O Artigo 39, inciso I, do Código de Defesa do consumidor estabelece que é vedado ao fornecedor condicionar o fornecimento de um produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, o que de fato não ocorreu no presente caso, pois somente ocorreria a venda casada se o funcionamento do produto dependesse de outro produto de fabricação exclusiva da reclamada, o que não é o caso.

Diante do exposto, VOTO no sentido de DAR PROVIMENTO ao recurso interposto pela parte recorrente, reformando a sentença para julgar improcedentes os pedidos iniciais, isentando a recorrente de qualquer obrigação.
Sem custas e honorários.
Após o trânsito em julgado, remeta-se à origem.
É como voto.
EMENTA:
RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. VENDA DE CELULAR (IPHONE) SEM CARREGADOR. PRÁTICA ABUSIVA NÃO VERIFICADA. INFORMAÇÃO PRÉVIA REPASSADA AO CONSUMIDOR. POSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO DO ACESSÓRIO JUNTO A OUTROS FORNECEDORES. VENDA CASADA NÃO VERIFICADA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E PROVIDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR PARA O ACÓRDÃO

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7011830-62.2022.8.22.0007 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 25/05/2023 17:00:17
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: DIVA LEME DOS SANTOS
Advogado do(a) RECORRENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391-A
Polo Passivo: MUNICIPIO DE CACOAL
RELATÓRIO Trata-se de Ação de Cobrança manejada em face do Município de Cacoal, pela qual alega a parte autora que com a transmudação do regime celetista para o estatutário amparado pela lei 3.577/2016, tem direito à averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio inerentes aos titulares deste regime.
Assim, requer o pagamento das verbas, bem como seus reflexos desde sua contratação pelo regime celetista.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o relatório.
VOTO Conheço do recurso interposto eis que presentes os requisitos legais de admissibilidade.
Pretende o apelante o reconhecimento de direitos retroativos referente a averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio, em razão do exercício do cargo de Agente Comunitário de Saúde, inicialmente sob o regime celetista, posteriormente transposto para o regime estatutário.
A sentença recorrida reconheceu a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 3.577-2016 que transformou o cargo público de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias de celetista para estatutário.
A despeito das razões expostas pelo recorrente, entendo que a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos. Explico.
Conforme se extrai dos autos, o recorrente foi contrato nos idos de 2004 para exercer emprego público de natureza celetista e temporário, através de processo seletivo simplificado.
A questão é tratada pela EC nº 51/2006, que em seu artigo 2º, parágrafo único, estabelece que:
Art. 2º Após a promulgação da presente Emenda Constitucional, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias somente poderão ser contratados diretamente pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios na forma do § 4º do art. 198 da Constituição Federal, observado o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar de que trata o art. 169 da Constituição Federal.
Parágrafo único. Os profissionais que, na data de promulgação desta Emenda e a qualquer título, desempenharem as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, na forma da lei, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição Federal, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação .
Conforme se extrai, o texto legal apenas reconheceu a desnecessidade de os profissionais que já se encontravam no exercício da profissão por ocasião da sua promulgação, realizarem novo processo seletivo. Isso não significa dizer que a norma constitucional reconheceu a existência de direito a efetividade ou de outros direitos próprios dos servidores efetivos.
Por ter sido admitido em processo seletivo simplificado, não pode o recorrente almejar os mesmos direitos dos servidores efetivos, pois o cargo por ele desempenhado não é cargo de provimento efetivo e, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade. Nesse ponto é que se estabelece a inconstitucionalidade da Lei Municipal, que reconheceu aos Agentes Comunitários direitos que a própria Constituição Federal não reconheceu.
Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial, senão vejamos:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO ORDINÁRIO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO E LICENÇA-PRÊMIO. DIREITOS INERENTES AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO. EXTENSÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. 1. Não há amparo legal para estender os benefícios previstos para os servidores efetivos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itumbiara aos agentes comunitários de saúde, contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Administração Municipal, mediante processo seletivo simplificado. 2. Os cargos de agente comunitário de saúde e de combate às endemias não são cargos de provimento efetivo e são, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade . 3. A licença-prêmio e o adicional por tempo de serviço não se coadunam com o caráter precário e transitório dos cargos ocupados por servidores contratados sem concurso público e sem a característica da estabilidade. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, PORÉM DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. (TJGO, Apelação (CPC) 0365594-67.2015.8.09.0087, Rel. JEOVÁ SARDINHA DE MORAES, 6ª Câmara Cível, julgado em 20/07/2017, DJe de 20/07/2017) (destaquei).

Ressalte-se, ainda, que embora o STF tenha reconhecido aos Agentes Comunitários de Saúde, contratados antes da emenda constitucional 51/2006, bem como da lei nº 11.350/2006, o direito de continuarem com vínculo com a administração pública, este se dá de forma precária. Vejamos:

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. CONTRATO TEMPORÁRIO. EC Nº 51/06. PRETENSÃO DE EFETIVAÇÃO NO CARGO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA À REGRA CONTIDA NO ART. 37, II, DA CF/88. INTELIGÊNCIA DO ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO DA EC 51/2006. SELEÇÃO SIMPLIFICADA ANTERIOR APENAS PARA MANTER VIGENTES OS CONTRATOS JÁ EXISTENTES. REEXAME NECESSÁRIO A QUE SE DA PROVIMENTO. APELO PREJUDICADO. […] 2. O cerne da questão em apreço reside em verificar se é legítimo ou não efetivar o autor no cargo efetivo de Agente Comunitários de Saúde, em razão do que preceituam a EC nº 51/06, a Lei Federal nº 11.350/06 e a Lei Municipal nº 226/2008, assegurando a estabilidade no emprego às pessoas que estão exercendo atividade temporária, através de seleção simplificada. 3. É cediço que a Emenda Constitucional nº 51, de 14/02/2006, visando pôr fim à questão das contratações temporárias dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, dispôs sobre o ingresso dos profissionais de saúde no serviço público, determinando, a partir das modificações implementadas pelo seu art. 1º, a necessidade de realização de processo seletivo público para a admissão, por parte dos gestores locais do SUS, dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. 4. Preocupou-se, ainda, a aludida emenda em regular a situação daqueles profissionais que, ao tempo de sua promulgação, já exerciam as atividades mencionadas, inclusive por força de contratos temporários, como no caso em tela. 5. Com a finalidade de regulamentar o § 5º, do art. 198 da CF, restou editada a Lei Federal nº 11.350, de 05/10/2006, que dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único, do art. 2º da EC no 51/2006. 6. É, com base nestes dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que o demandante pleiteia o direito à efetivação no cargo de Agente Comunitário de Saúde, contudo, verifico que não lhe assiste razão. 7. Após a EC 51/2006 não significa dizer que passou a existir direito à estabilidade para agentes comunitários contratados temporariamente, como se esses tivessem sido submetidos a concurso de provas ou de provas e títulos nos termos do art. 37, II, da CF. 8. Da leitura dos supracitados dispositivos legais, é lícito inferir que aos profissionais contratados de forma temporária antes da promulgação da EC 51/2006 ficou assegurada, apenas, a dispensa da participação em novo processo seletivo para manutenção do contrato com o poder público. 9. Não podem os servidores temporários almejar a efetivação definitiva no cargo público, pois estão vinculados ao Quadro Municipal de maneira precária, nos termos do art. 37, IX da CF, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, por tempo estabelecido. 10. No caso dos autos, não há demonstração de que a seleção a que restou submetido o autor para o exercício da função de Agente Comunitário de Saúde tenha obedecido aos princípios e critérios instituídos pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 51/2006 e pelo art. 9º da Lei nº 11.350/2006. Na verdade os documentos colacionados pelo Município às fls. 180/184 revelam que o demandante passou por uma seleção simplificada, mas nada que se compare a um concurso público e todas as suas regras e exigências legais. 11. Necessário esclarecer que o art. 9º da Lei 11.350/06 dispôs expressamente que a contratação de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias deverá ser precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por esse motivo, somente tem vez, a certificação de anterior processo de seleção, quando realizado nesses termos, consoante expressamente prevê o parágrafo único do referido dispositivo legal, outrora transcrito. 12. As modificações introduzidas pela EC nº 51/06 não excepcionaram a regra de exigência de concurso para fins de acessibilidade aos cargos públicos, e diferentemente da interpretação emprestada pelo magistrado a quo, não vieram assegurar a estabilidade àqueles agentes comunitários de saúde contratados de forma temporária que haviam ingressado no cargo através de processo seletivo, mas tão somente possibilitar a manutenção dos contratos, desde que tenham sido firmados mediante processo seletivo anterior. 13. Neste contexto, merece ser reformada a sentença que garantiu ao autor o direito de permanência no cargo efetivo de agente Comunitário de Saúde no Município de Jaboatão dos Guararapes como servidor efetivo, porque para isso ele precisaria ter sido aprovado em concurso de provas ou de provas e títulos, e não somente em seleção simplificada para atender excepcional interesse público. 14. Reexame Necessário provido reformando-se in totum, a decisão vergastada. Prejudicado o apelo voluntário. 15. Impõe-se a inversão do ônus sucumbencial, cabendo à parte autora o pagamento das custas e dos honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspensa a execução da verba honorária por até 05 anos subsequentes ao trânsito em julgado da sentença, nos moldes do artigo 98, § 3º, do CPC/2015. (TJ-PE - APL: 4957404 PE, Relator: Waldemir Tavares de Albuquerque Filho, Data de Julgamento: 20/08/2019, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 10/09/2019).

Nesse viés, não há que se falar em legalidade da norma municipal que converteu o regime jurídico do servidor sem exigência de concurso público, passando de um “status” de não estável para estável, contrariando o art. 19 da ADCT.

EMENTA- TRANSMUDAÇÃO DO REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO A CONCURSO PÚBLICO. ESTABILIDADE GARANTIDA NA FORMA DO ART. 19 DO ADCT. 1. A estabilidade de que trata o art. 19 do ADCT não confere ao servidor público contratado sob o regime celetista o direito à automática transmudação para o regime estatutário sem a prévia realização de concurso público, sendo-lhe assegurado apenas o direito aos depósitos do FGTS. 2. Apelo conhecido e desprovido. (TJ-MA - AC: 00005879120148100126 MA 0291732017, Relator: PAULO SRGIO VELTEN PEREIRA, Data de Julgamento: 30/04/2019, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/05/2019 00:00:00)

Conclui-se que transmudação do regime celetista para o estatutário não é considerada válida. O direito de receber as vantagens adquiridas por um servidor público nomeado através de concurso não pode ser estendido a um servidor nomeado através de um processo simplificado.

Desse modo, a confirmação da sentença é medida que se impõe.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo-se incólume a sentença combatida.

Deixo de condenar o recorrente no pagamento das verbas de sucumbência, reconhecendo sua hipossuficiência financeira, conforme evidenciado pelas fichas financeiras que instruíram a inicial.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA RECURSO INOMINADO.AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. REGIME CELETISTA TRANSPOSIÇÃO PARA O REGIME ESTATUTÁRIO. LEI MUNICIPAL INCONSTITUCIONALIDADE. INEXISTÊNCIA DE ESTABALIDADE E EFETIVAÇÃO DEFINITVA.

O cargo de agente comunitário, contratado através de processo seletivo simplificado, é de vinculo precário, não admitindo efetivação definitiva e estabilidade.

Deve ser considerada inconstitucional, lei municipal que prevê a transposição para o regime estatutário de servidores inicialmente contratados em processo seletivo simplificado, sob regime celetista, para emprego público temporário de agente comunitário de saúde.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7037400-68.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 08/05/2023 15:56:45
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogados do(a) RECORRENTE: BRUNO HENRIQUE GONCALVES - SP131351-A, LUIS GUSTAVO NOGUEIRA DE OLIVEIRA - SP310465-A
Polo Passivo: CARLOS ERIQUE DA SILVA BONAZZA
Advogado do(a) RECORRIDO: CARLOS ERIQUE DA SILVA BONAZZA - RO8176-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado, nos termos da Lei n° 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Analisando os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão: “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.”
Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:
SENTENÇA
Trata-se de ação de obrigação de fazer cumulada com pedido de tutela de urgência e indenização por danos morais proposta por Carlos Erique da Silva Bonazza em face de Banco Santander.
Expõe o autor em sua inicial que tem junto à requerida um cartão de crédito com anuidade parcelada em 12x de 33,25 e em razão da contratação de outro cartão com opção mais vantajosa, decidiu cancelar o antigo junto à ré. Porém, afirma que perdeu tempo útil tentando cancelar o cartão e evitar futuros pagamentos da anuidade e sempre ouvia a informação de que o sistema estava fora do ar, permanecendo assim por uma semana. Diz que por último, foi atendido, porém após esperar 15 minutos em ligação aguardando o cancelamento, a chamada foi desligada e o cartão permaneceu funcionando. Imputa à ré a falha na prestação do serviço e requereu a tutela antecipada para suspensão do cartão e anuidade bem como a indenização por danos morais em R$ 10.000,00.
O banco contestou a ação e sustentou que não há no caso ilegalidade em sua conduta, posto que não houve cancelamento do cartão pois não consta solicitação interna do cliente e assim, mostra-se legítima a cobrança da anuidade. Requer por fim, a improcedência dos pedidos.
Cumpre ressaltar algumas nuances na marcha processual. Em 31/05/2022, o autor obteve deferimento da tutela antecipada para a suspensão do cartão e anuidade. Contudo, em 29/07/22 o requerente peticionou informando que além do descumprimento da tutela o requerido ainda inseriu seu nome no cadastro de inadimplentes com fundamento na dívida oriunda da anuidade, ora contestada nos autos e determinada a suspensão em sede liminar.
Em 01/08/22 este juízo determinou a baixa da restrição bem como que o requerido comprovasse o devido cumprimento da suspensão em 24 horas, contudo, após o cumprimento da obrigação em 16/08/2022, o banco requerido interpôs recurso de agravo de instrumento na Turma Recursal contra a decisão que deferiu a tutela, sendo julgado pelo não conhecimento do recurso ante a ausência do requisito de procedibilidade por inexistência de previsão no ordenamento jurídico (id 85319227).
Eis o breve relatório, ainda que dispensado pelo artigo 38 da Lei 9099/95. Passo a analisar o mérito.
DO MÉRITO
Verifico que restou amplamente demonstrada a falha na prestação do serviço da ré. Veja que em sua contestação a requerida argumenta pela inexistência de pedido de cancelamento do cartão de crédito, porém este fato foi devidamente provado pelo autor, tanto pelas chamadas quanto, principalmente, pelo vídeo da ligação onde o autor confirma com a atendente Camila, os últimos quatro dígitos do cartão 7625 e enquanto esperava somente a “confirmação” do cancelamento, a chamada foi desligada, após o autor permanecer na linha por 14 minutos.
Ressalto que é possível extrair do vídeo que a atendente confirma que o cartão será cancelado e solicita várias vezes que o autor permaneça na linha pois só está finalizando o serviço, contudo, mesmo diante da demonstração cabal o banco alega inexistência de pedido junto à instituição.
O presente caso demonstra desprezo da ré com o autor, demonstrada pela insistência, mesmo após a instauração da presente demanda e concessão da tutela antecipada, na cobrança indevida ao autor, inclusive inserindo seu nome no Serasa (id 80025086) por dívida que por decisão judicial devia estar suspensa.
Dito isso, e restando incontroversos os fatos relatados na exordial, verifica-se que o consumidor passou por situação que ultrapassou a esfera do mero dissabor que representa dano moral a ser indenizado.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, e DECLARO A RESCISÃO do cartão de crédito do autor, final 7625 e consequentemente a inexigibilidade das anuidades cobradas a partir de maio de 2022; CONDENO a ré a pagar a parte autora a quantia de R$ 8.000,00 (oito mil reais) a título de danos morais, acrescidos de juros e correção monetária a partir da publicação desta decisão, consoante precedentes recentes do Superior Tribunal de Justiça. (...)
Em respeito as razões recursais, verifica-se que a parte autora demonstrou as diligências necessárias para comprovar as tentativas de cancelar o cartão de crédito discutido nos autos, não obtendo êxito.

Evidenciada a falha na prestação do serviço e presentes os pressupostos de responsabilidade civil (conduta, dano e nexo de causalidade), deve a empresa requerida/recorrente ser condenada ao pagamento dos danos morais, na forma da sentença, pelo desvio produtivo e em razão da negativação em nome do consumidor.
Ante o exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, mantendo-se inalterada a sentença.
Condeno a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sob o valor da condenação, nos termos da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO. PEDIDO DE CANCELAMENTO PELA PARTE AUTORA NÃO ATENDIDO. COBRANÇAS DE ANUIDADE. NEGATIVAÇÃO. DANO MORAL CONFIGURADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DANO MORAL. DEVIDO. PROPORCIONALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7011831-47.2022.8.22.0007 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 23/05/2023 16:12:50
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: ELIZABETE FERREIRA DOS SANTOS CIPRIANO
Advogado do(a) RECORRENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391-A
Polo Passivo: MUNICIPIO DE CACOAL
RELATÓRIO Trata-se de Ação de Cobrança manejada em face do Município de Cacoal, pela qual alega a parte autora que com a transmudação do regime celetista para o estatutário amparado pela lei 3.577/2016, tem direito à averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio inerentes aos titulares deste regime.
Assim, requer o pagamento das verbas, bem como seus reflexos desde sua contratação pelo regime celetista.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o relatório.
VOTO Conheço do recurso interposto eis que presentes os requisitos legais de admissibilidade.
Pretende o apelante o reconhecimento de direitos retroativos referente a averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio, em razão do exercício do cargo de Agente Comunitário de Saúde, inicialmente sob o regime celetista, posteriormente transposto para o regime estatutário.
A sentença recorrida reconheceu a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 3.577-2016 que transformou o cargo público de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias de celetista para estatutário.
A despeito das razões expostas pelo recorrente, entendo que a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos. Explico.
Conforme se extrai dos autos, o recorrente foi contrato nos idos de 2003 para exercer emprego público de natureza celetista e temporário, através de processo seletivo simplificado.
A questão é tratada pela EC nº 51/2006, que em seu artigo 2º, parágrafo único, estabelece que:
Art. 2º Após a promulgação da presente Emenda Constitucional, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias somente poderão ser contratados diretamente pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios na forma do § 4º do art. 198 da Constituição Federal, observado o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar de que trata o art. 169 da Constituição Federal.
Parágrafo único. Os profissionais que, na data de promulgação desta Emenda e a qualquer título, desempenharem as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, na forma da lei, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição Federal, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação .
Conforme se extrai, o texto legal apenas reconheceu a desnecessidade de os profissionais que já se encontravam no exercício da profissão por ocasião da sua promulgação, realizarem novo processo seletivo. Isso não significa dizer que a norma constitucional reconheceu a existência de direito a efetividade ou de outros direitos próprios dos servidores efetivos.
Por ter sido admitido em processo seletivo simplificado, não pode o recorrente almejar os mesmos direitos dos servidores efetivos, pois o cargo por ele desempenhado não é cargo de provimento efetivo e, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade. Nesse ponto é que se estabelece a inconstitucionalidade da Lei Municipal, que reconheceu aos Agentes Comunitários direitos que a própria Constituição Federal não reconheceu.
Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial, senão vejamos:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO ORDINÁRIO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO E LICENÇA-PRÊMIO. DIREITOS INERENTES AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO. EXTENSÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. 1. Não há amparo legal para estender os benefícios previstos para os servidores efetivos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itumbiara aos agentes comunitários de saúde, contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Administração Municipal, mediante processo seletivo simplificado. 2. Os cargos de agente comunitário de saúde e de combate às endemias não são cargos de provimento efetivo e são, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade . 3. A licença-prêmio e o adicional por tempo de serviço não se coadunam com o caráter precário e transitório dos cargos ocupados por servidores contratados sem concurso público e sem a característica da estabilidade. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, PORÉM DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. (TJGO, Apelação (CPC) 0365594-67.2015.8.09.0087, Rel. JEOVÁ SARDINHA DE MORAES, 6ª Câmara Cível, julgado em 20/07/2017, DJe de 20/07/2017) (destaquei).

Ressalte-se, ainda, que embora o STF tenha reconhecido aos Agentes Comunitários de Saúde, contratados antes da emenda constitucional 51/2006, bem como da lei nº 11.350/2006, o direito de continuarem com vínculo com a administração pública, este se dá de forma precária. Vejamos:

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. CONTRATO TEMPORÁRIO. EC Nº 51/06. PRETENSÃO DE EFETIVAÇÃO NO CARGO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA À REGRA CONTIDA NO ART. 37, II, DA CF/88. INTELIGÊNCIA DO ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO DA EC 51/2006. SELEÇÃO SIMPLIFICADA ANTERIOR APENAS PARA MANTER VIGENTES OS CONTRATOS JÁ EXISTENTES. REEXAME NECESSÁRIO A QUE SE DA PROVIMENTO. APELO PREJUDICADO. […] 2. O cerne da questão em apreço reside em verificar se é legítimo ou não efetivar o autor no cargo efetivo de Agente Comunitários de Saúde, em razão do que preceituam a EC nº 51/06, a Lei Federal nº 11.350/06 e a Lei Municipal nº 226/2008, assegurando a estabilidade no emprego às pessoas que estão exercendo atividade temporária, através de seleção simplificada. 3. É cediço que a Emenda Constitucional nº 51, de 14/02/2006, visando pôr fim à questão das contratações temporárias dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, dispôs sobre o ingresso dos profissionais de saúde no serviço público, determinando, a partir das modificações implementadas pelo seu art. 1º, a necessidade de realização de processo seletivo público para a admissão, por parte dos gestores locais do SUS, dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. 4. Preocupou-se, ainda, a aludida emenda em regular a situação daqueles profissionais que, ao tempo de sua promulgação, já exerciam as atividades mencionadas, inclusive por força de contratos temporários, como no caso em tela. 5. Com a finalidade de regulamentar o § 5º, do art. 198 da CF, restou editada a Lei Federal nº 11.350, de 05/10/2006, que dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único, do art. 2º da EC no 51/2006. 6. É, com base nestes dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que o demandante pleiteia o direito à efetivação no cargo de Agente Comunitário de Saúde, contudo, verifico que não lhe assiste razão. 7. Após a EC 51/2006 não significa dizer que passou a existir direito à estabilidade para agentes comunitários contratados temporariamente, como se esses tivessem sido submetidos a concurso de provas ou de provas e títulos nos termos do art. 37, II, da CF. 8. Da leitura dos supracitados dispositivos legais, é lícito inferir que aos profissionais contratados de forma temporária antes da promulgação da EC 51/2006 ficou assegurada, apenas, a dispensa da participação em novo processo seletivo para manutenção do contrato com o poder público. 9. Não podem os servidores temporários almejar a efetivação definitiva no cargo público, pois estão vinculados ao Quadro Municipal de maneira precária, nos termos do art. 37, IX da CF, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, por tempo estabelecido. 10. No caso dos autos, não há demonstração de que a seleção a que restou submetido o autor para o exercício da função de Agente Comunitário de Saúde tenha obedecido aos princípios e critérios instituídos pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 51/2006 e pelo art. 9º da Lei nº 11.350/2006. Na verdade os documentos colacionados pelo Município às fls. 180/184 revelam que o demandante passou por uma seleção simplificada, mas nada que se compare a um concurso público e todas as suas regras e exigências legais. 11. Necessário esclarecer que o art. 9º da Lei 11.350/06 dispôs expressamente que a contratação de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias deverá ser precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por esse motivo, somente tem vez, a certificação de anterior processo de seleção, quando realizado nesses termos, consoante expressamente prevê o parágrafo único do referido dispositivo legal, outrora transcrito. 12. As modificações introduzidas pela EC nº 51/06 não excepcionaram a regra de exigência de concurso para fins de acessibilidade aos cargos públicos, e diferentemente da interpretação emprestada pelo magistrado a quo, não vieram assegurar a estabilidade àqueles agentes comunitários de saúde contratados de forma temporária que haviam ingressado no cargo através de processo seletivo, mas tão somente possibilitar a manutenção dos contratos, desde que tenham sido firmados mediante processo seletivo anterior. 13. Neste contexto, merece ser reformada a sentença que garantiu ao autor o direito de permanência no cargo efetivo de agente Comunitário de Saúde no Município de Jaboatão dos Guararapes como servidor efetivo, porque para isso ele precisaria ter sido aprovado em concurso de provas ou de provas e títulos, e não somente em seleção simplificada para atender excepcional interesse público. 14. Reexame Necessário provido reformando-se in totum, a decisão vergastada. Prejudicado o apelo voluntário. 15. Impõe-se a inversão do ônus sucumbencial, cabendo à parte autora o pagamento das custas e dos honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspensa a execução da verba honorária por até 05 anos subsequentes ao trânsito em julgado da sentença, nos moldes do artigo 98, § 3º, do CPC/2015. (TJ-PE - APL: 4957404 PE, Relator: Waldemir Tavares de Albuquerque Filho, Data de Julgamento: 20/08/2019, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 10/09/2019).

Nesse viés, não há que se falar em legalidade da norma municipal que converteu o regime jurídico do servidor sem exigência de concurso público, passando de um “status” de não estável para estável, contrariando o art. 19 da ADCT.

EMENTA- TRANSMUDAÇÃO DO REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO A CONCURSO PÚBLICO. ESTABILIDADE GARANTIDA NA FORMA DO ART. 19 DO ADCT. 1. A estabilidade de que trata o art. 19 do ADCT não confere ao servidor público contratado sob o regime celetista o direito à automática transmudação para o regime estatutário sem a prévia realização de concurso público, sendo-lhe assegurado apenas o direito aos depósitos do FGTS. 2. Apelo conhecido e desprovido. (TJ-MA - AC: 00005879120148100126 MA 0291732017, Relator: PAULO SRGIO VELTEN PEREIRA, Data de Julgamento: 30/04/2019, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/05/2019 00:00:00)

Conclui-se que transmudação do regime celetista para o estatutário não é considerada válida. O direito de receber as vantagens adquiridas por um servidor público nomeado através de concurso não pode ser estendido a um servidor nomeado através de um processo simplificado.

Desse modo, a confirmação da sentença é medida que se impõe.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo-se incólume a sentença combatida.

Deixo de condenar o recorrente no pagamento das verbas de sucumbência, reconhecendo sua hipossuficiência financeira, conforme evidenciado pelas fichas financeiras que instruíram a inicial.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA RECURSO INOMINADO.AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. REGIME CELETISTA TRANSPOSIÇÃO PARA O REGIME ESTATUTÁRIO. LEI MUNICIPAL INCONSTITUCIONALIDADE. INEXISTÊNCIA DE ESTABALIDADE E EFETIVAÇÃO DEFINITVA.

O cargo de agente comunitário, contratado através de processo seletivo simplificado, é de vinculo precário, não admitindo efetivação definitiva e estabilidade.

Deve ser considerada inconstitucional, lei municipal que prevê a transposição para o regime estatutário de servidores inicialmente contratados em processo seletivo simplificado, sob regime celetista, para emprego público temporário de agente comunitário de saúde.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7011840-09.2022.8.22.0007 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 23/05/2023 16:21:44
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: ANA LICIA CARDOSO
Advogado do(a) RECORRENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391-A
Polo Passivo: MUNICIPIO DE CACOAL
RELATÓRIO Trata-se de Ação de Cobrança manejada em face do Município de Cacoal, pela qual alega a parte autora que com a transmudação do regime celetista para o estatutário amparado pela lei 3.577/2016, tem direito à averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio inerentes aos titulares deste regime.
Assim, requer o pagamento das verbas, bem como seus reflexos desde sua contratação pelo regime celetista.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o relatório.
VOTO Conheço do recurso interposto eis que presentes os requisitos legais de admissibilidade.
Pretende o apelante o reconhecimento de direitos retroativos referente a averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio, em razão do exercício do cargo de Agente Comunitário de Saúde, inicialmente sob o regime celetista, posteriormente transposto para o regime estatutário.
A sentença recorrida reconheceu a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 3.577-2016 que transformou o cargo público de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias de celetista para estatutário.
A despeito das razões expostas pelo recorrente, entendo que a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos. Explico.
Conforme se extrai dos autos, o recorrente foi contrato nos idos de 2003 para exercer emprego público de natureza celetista e temporário, através de processo seletivo simplificado.
A questão é tratada pela EC nº 51/2006, que em seu artigo 2º, parágrafo único, estabelece que:
Art. 2º Após a promulgação da presente Emenda Constitucional, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias somente poderão ser contratados diretamente pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios na forma do § 4º do art. 198 da Constituição Federal, observado o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar de que trata o art. 169 da Constituição Federal.
Parágrafo único. Os profissionais que, na data de promulgação desta Emenda e a qualquer título, desempenharem as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, na forma da lei, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição Federal, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação .
Conforme se extrai, o texto legal apenas reconheceu a desnecessidade de os profissionais que já se encontravam no exercício da profissão por ocasião da sua promulgação, realizarem novo processo seletivo. Isso não significa dizer que a norma constitucional reconheceu a existência de direito a efetividade ou de outros direitos próprios dos servidores efetivos.
Por ter sido admitido em processo seletivo simplificado, não pode o recorrente almejar os mesmos direitos dos servidores efetivos, pois o cargo por ele desempenhado não é cargo de provimento efetivo e, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade. Nesse ponto é que se estabelece a inconstitucionalidade da Lei Municipal, que reconheceu aos Agentes Comunitários direitos que a própria Constituição Federal não reconheceu.
Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial, senão vejamos:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO ORDINÁRIO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO E LICENÇA-PRÊMIO. DIREITOS INERENTES AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO. EXTENSÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. 1. Não há amparo legal para estender os benefícios previstos para os servidores efetivos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itumbiara aos agentes comunitários de saúde, contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Administração Municipal, mediante processo seletivo simplificado. 2. Os cargos de agente comunitário de saúde e de combate às endemias não são cargos de provimento efetivo e são, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade . 3. A licença-prêmio e o adicional por tempo de serviço não se coadunam com o caráter precário e transitório dos cargos ocupados por servidores contratados sem concurso público e sem a característica da estabilidade. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, PORÉM DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. (TJGO, Apelação (CPC) 0365594-67.2015.8.09.0087, Rel. JEOVÁ SARDINHA DE MORAES, 6ª Câmara Cível, julgado em 20/07/2017, DJe de 20/07/2017) (destaquei).
Ressalte-se, ainda, que embora o STF tenha reconhecido aos Agentes Comunitários de Saúde, contratados antes da emenda constitucional 51/2006, bem como da lei nº 11.350/2006, o direito de continuarem com vínculo com a administração pública, este se dá de forma precária. Vejamos:
DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. CONTRATO TEMPORÁRIO. EC Nº 51/06. PRETENSÃO DE EFETIVAÇÃO NO CARGO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA À REGRA CONTIDA NO ART. 37, II, DA CF/88. INTELIGÊNCIA DO ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO DA EC 51/2006. SELEÇÃO SIMPLIFICADA ANTERIOR APENAS PARA MANTER VIGENTES OS CONTRATOS JÁ EXISTENTES. REEXAME NECESSÁRIO A QUE SE DA PROVIMENTO. APELO PREJUDICADO. […] 2. O cerne da questão em apreço reside em verificar se é legítimo ou não efetivar o autor no cargo efetivo de Agente Comunitários de Saúde, em razão do que preceituam a EC nº 51/06, a Lei Federal nº 11.350/06 e a Lei Municipal nº 226/2008, assegurando a estabilidade no emprego às pessoas que estão exercendo atividade temporária, através de seleção simplificada. 3. É cediço que a Emenda Constitucional nº 51, de 14/02/2006, visando pôr fim à questão

das contratações temporárias dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, dispôs sobre o ingresso dos profissionais de saúde no serviço público, determinando, a partir das modificações implementadas pelo seu art. 1º, a necessidade de realização de processo seletivo público para a admissão, por parte dos gestores locais do SUS, dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. 4. Preocupou-se, ainda, a aludida emenda em regular a situação daqueles profissionais que, ao tempo de sua promulgação, já exerciam as atividades mencionadas, inclusive por força de contratos temporários, como no caso em tela. 5. Com a finalidade de regulamentar o § 5º, do art. 198 da CF, restou editada a Lei Federal nº 11.350, de 05/10/2006, que dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único, do art. 2º da EC no 51/2006. 6. É, com base nestes dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que o demandante pleiteia o direito à efetivação no cargo de Agente Comunitário de Saúde, contudo, verifico que não lhe assiste razão. 7. Após a EC 51/2006 não significa dizer que passou a existir direito à estabilidade para agentes comunitários contratados temporariamente, como se esses tivessem sido submetidos a concurso de provas ou de provas e títulos nos termos do art. 37, II, da CF. 8. Da leitura dos supracitados dispositivos legais, é lícito inferir que aos profissionais contratados de forma temporária antes da promulgação da EC 51/2006 ficou assegurada, apenas, a dispensa da participação em novo processo seletivo para manutenção do contrato com o poder público. 9. Não podem os servidores temporários almejar a efetivação definitiva no cargo público, pois estão vinculados ao Quadro Municipal de maneira precária, nos termos do art. 37, IX da CF, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, por tempo estabelecido. 10. No caso dos autos, não há demonstração de que a seleção a que restou submetido o autor para o exercício da função de Agente Comunitário de Saúde tenha obedecido aos princípios e critérios instituídos pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 51/2006 e pelo art. 9º da Lei nº 11.350/2006. Na verdade os documentos colacionados pelo Município às fls. 180/184 revelam que o demandante passou por uma seleção simplificada, mas nada que se compare a um concurso público e todas as suas regras e exigências legais. 11. Necessário esclarecer que o art. 9º da Lei 11.350/06 dispôs expressamente que a contratação de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias deverá ser precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por esse motivo, somente tem vez, a certificação de anterior processo de seleção, quando realizado nesses termos, consoante expressamente prevê o parágrafo único do referido dispositivo legal, outrora transcrito. 12. As modificações introduzidas pela EC nº 51/06 não excepcionaram a regra de exigência de concurso para fins de acessibilidade aos cargos públicos, e diferentemente da interpretação emprestada pelo magistrado a quo, não vieram assegurar a estabilidade àqueles agentes comunitários de saúde contratados de forma temporária que haviam ingressado no cargo através de processo seletivo, mas tão somente possibilitar a manutenção dos contratos, desde que tenham sido firmados mediante processo seletivo anterior. 13. Neste contexto, merece ser reformada a sentença que garantiu ao autor o direito de permanência no cargo efetivo de agente Comunitário de Saúde no Município de Jaboatão dos Guararapes como servidor efetivo, porque para isso ele precisaria ter sido aprovado em concurso de provas ou de provas e títulos, e não somente em seleção simplificada para atender excepcional interesse público. 14. Reexame Necessário provido reformando-se in totum, a decisão vergastada. Prejudicado o apelo voluntário. 15. Impõe-se a inversão do ônus sucumbencial, cabendo à parte autora o pagamento das custas e dos honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspensa a execução da verba honorária por até 05 anos subsequentes ao trânsito em julgado da sentença, nos moldes do artigo 98, § 3º, do CPC/2015. (TJ-PE - APL: 4957404 PE, Relator: Waldemir Tavares de Albuquerque Filho, Data de Julgamento: 20/08/2019, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 10/09/2019).

Nesse viés, não há que se falar em legalidade da norma municipal que converteu o regime jurídico do servidor sem exigência de concurso público, passando de um “status” de não estável para estável, contrariando o art. 19 da ADCT.

EMENTA- TRANSMUDAÇÃO DO REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO A CONCURSO PÚBLICO. ESTABILIDADE GARANTIDA NA FORMA DO ART. 19 DO ADCT. 1. A estabilidade de que trata o art. 19 do ADCT não confere ao servidor público contratado sob o regime celetista o direito à automática transmudação para o regime estatutário sem a prévia realização de concurso público, sendo-lhe assegurado apenas o direito aos depósitos do FGTS. 2. Apelo conhecido e desprovido. (TJ-MA - AC: 00005879120148100126 MA 0291732017, Relator: PAULO SRGIO VELTEN PEREIRA, Data de Julgamento: 30/04/2019, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/05/2019 00:00:00)

Conclui-se que transmudação do regime celetista para o estatutário não é considerada válida. O direito de receber as vantagens adquiridas por um servidor público nomeado através de concurso não pode ser estendido a um servidor nomeado através de um processo simplificado.

Desse modo, a confirmação da sentença é medida que se impõe.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo-se incólume a sentença combatida.

Deixo de condenar o recorrente no pagamento das verbas de sucumbência, reconhecendo sua hipossuficiência financeira, conforme evidenciado pelas fichas financeiras que instruíram a inicial.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA RECURSO INOMINADO.AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. REGIME CELETISTA TRANSPOSIÇÃO PARA O REGIME ESTATUTÁRIO. LEI MUNICIPAL INCONSTITUCIONALIDADE. INEXISTÊNCIA DE ESTABALIDADE E EFETIVAÇÃO DEFINITVA.

O cargo de agente comunitário, contratado através de processo seletivo simplificado, é de vinculo precário, não admitindo efetivação definitiva e estabilidade.

Deve ser considerada inconstitucional, lei municipal que prevê a transposição para o regime estatutário de servidores inicialmente contratados em processo seletivo simplificado, sob regime celetista, para emprego público temporário de agente comunitário de saúde.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 28 de Junho de 2023

Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7011857-45.2022.8.22.0007 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 30/05/2023 18:13:39
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: ILENIR DA SILVA OLIVEIRA ANDRADE
Advogado do(a) RECORRENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391-A
Polo Passivo: MUNICIPIO DE CACOAL
RELATÓRIO Trata-se de Ação de Cobrança manejada em face do Município de Cacoal, pela qual alega a parte autora que com a transmudação do regime celetista para o estatutário amparado pela lei 3.577/2016, tem direito à averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio inerentes aos titulares deste regime.
Assim, requer o pagamento das verbas, bem como seus reflexos desde sua contratação pelo regime celetista.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o relatório.
VOTO Conheço do recurso interposto eis que presentes os requisitos legais de admissibilidade.
Pretende o apelante o reconhecimento de direitos retroativos referente a averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio, em razão do exercício do cargo de Agente Comunitário de Saúde, inicialmente sob o regime celetista, posteriormente transposto para o regime estatutário.
A sentença recorrida reconheceu a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 3.577-2016 que transformou o cargo público de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias de celetista para estatutário.
A despeito das razões expostas pelo recorrente, entendo que a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos. Explico.
Conforme se extrai dos autos, o recorrente foi contrato nos idos de 2003 para exercer emprego público de natureza celetista e temporário, através de processo seletivo simplificado.
A questão é tratada pela EC nº 51/2006, que em seu artigo 2º, parágrafo único, estabelece que:
Art. 2º Após a promulgação da presente Emenda Constitucional, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias somente poderão ser contratados diretamente pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios na forma do § 4º do art. 198 da Constituição Federal, observado o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar de que trata o art. 169 da Constituição Federal.
Parágrafo único. Os profissionais que, na data de promulgação desta Emenda e a qualquer título, desempenharem as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, na forma da lei, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição Federal, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação .
Conforme se extrai, o texto legal apenas reconheceu a desnecessidade de os profissionais que já se encontravam no exercício da profissão por ocasião da sua promulgação, realizarem novo processo seletivo. Isso não significa dizer que a norma constitucional reconheceu a existência de direito a efetividade ou de outros direitos próprios dos servidores efetivos.
Por ter sido admitido em processo seletivo simplificado, não pode o recorrente almejar os mesmos direitos dos servidores efetivos, pois o cargo por ele desempenhado não é cargo de provimento efetivo e, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade. Nesse ponto é que se estabelece a inconstitucionalidade da Lei Municipal, que reconheceu aos Agentes Comunitários direitos que a própria Constituição Federal não reconheceu.
Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial, senão vejamos:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO ORDINÁRIO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO E LICENÇA-PRÊMIO. DIREITOS INERENTES AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO. EXTENSÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. 1. Não há amparo legal para estender os benefícios previstos para os servidores efetivos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itumbiara aos agentes comunitários de saúde, contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Administração Municipal, mediante processo seletivo simplificado. 2. Os cargos de agente comunitário de saúde e de combate às endemias não são cargos de provimento efetivo e são, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade . 3. A licença-prêmio e o adicional por tempo de serviço não se coadunam com o caráter precário e transitório dos cargos ocupados por servidores contratados sem concurso público e sem a característica da estabilidade. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, PORÉM DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. (TJGO, Apelação (CPC) 0365594-67.2015.8.09.0087, Rel. JEOVÁ SARDINHA DE MORAES, 6ª Câmara Cível, julgado em 20/07/2017, DJe de 20/07/2017) (destaquei).
Ressalte-se, ainda, que embora o STF tenha reconhecido aos Agentes Comunitários de Saúde, contratados antes da emenda constitucional 51/2006, bem como da lei nº 11.350/2006, o direito de continuarem com vínculo com a administração pública, este se dá de forma precária. Vejamos:
DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. CONTRATO TEMPORÁRIO. EC Nº 51/06. PRETENSÃO DE EFETIVAÇÃO NO CARGO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA À REGRA CONTIDA NO ART. 37, II, DA CF/88. INTELIGÊNCIA DO ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO DA EC 51/2006. SELEÇÃO SIMPLIFICADA ANTERIOR APENAS PARA MANTER VIGENTES OS CONTRATOS JÁ EXISTENTES. REEXAME NECESSÁRIO A QUE SE DA PROVIMENTO. APELO PREJUDICADO. […] 2. O cerne da questão em apreço reside em verificar se é legítimo ou não efetivar o autor no cargo efetivo de Agente Comunitários de Saúde, em razão do que preceituam a EC nº 51/06, a Lei Federal nº 11.350/06 e a Lei Municipal nº 226/2008, assegurando a estabilidade no emprego às pessoas que estão exercendo atividade temporária, através de seleção simplificada. 3. É cediço que a Emenda Constitucional nº 51, de 14/02/2006, visando pôr fim à questão das contratações temporárias dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, dispôs sobre o ingresso dos profissionais de saúde no serviço público, determinando, a partir das modificações implementadas pelo seu art. 1º, a necessidade de realização de processo seletivo público para a admissão, por parte dos gestores locais do SUS, dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. 4. Preocupou-se, ainda, a aludida emenda em regular a situação daqueles profissionais que, ao tempo de sua promulgação, já exerciam as atividades mencionadas, inclusive por força de contratos temporários, como no caso em tela. 5. Com a finalidade de regulamentar o § 5º, do art. 198 da CF, restou editada a Lei Federal nº 11.350, de 05/10/2006, que dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único, do art. 2º da EC no 51/2006. 6. É, com base nestes dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que o demandante pleiteia o direito à efetivação no cargo de Agente Comunitário de Saúde, contudo,

verifico que não lhe assiste razão. 7. Após a EC 51/2006 não significa dizer que passou a existir direito à estabilidade para agentes comunitários contratados temporariamente, como se esses tivessem sido submetidos a concurso de provas ou de provas e títulos nos termos do art. 37, II, da CF. 8. Da leitura dos supracitados dispositivos legais, é lícito inferir que aos profissionais contratados de forma temporária antes da promulgação da EC 51/2006 ficou assegurada, apenas, a dispensa da participação em novo processo seletivo para manutenção do contrato com o poder público. 9. Não podem os servidores temporários almejar a efetivação definitiva no cargo público, pois estão vinculados ao Quadro Municipal de maneira precária, nos termos do art. 37, IX da CF, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, por tempo estabelecido. 10. No caso dos autos, não há demonstração de que a seleção a que restou submetido o autor para o exercício da função de Agente Comunitário de Saúde tenha obedecido aos princípios e critérios instituídos pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 51/2006 e pelo art. 9º da Lei nº 11.350/2006. Na verdade os documentos colacionados pelo Município às fls. 180/184 revelam que o demandante passou por uma seleção simplificada, mas nada que se compare a um concurso público e todas as suas regras e exigências legais. 11. Necessário esclarecer que o art. 9º da Lei 11.350/06 dispôs expressamente que a contratação de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias deverá ser precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por esse motivo, somente tem vez, a certificação de anterior processo de seleção, quando realizado nesses termos, consoante expressamente prevê o parágrafo único do referido dispositivo legal, outrora transcrito. 12. As modificações introduzidas pela EC nº 51/06 não excepcionaram a regra de exigência de concurso para fins de acessibilidade aos cargos públicos, e diferentemente da interpretação emprestada pelo magistrado a quo, não vieram assegurar a estabilidade àqueles agentes comunitários de saúde contratados de forma temporária que haviam ingressado no cargo através de processo seletivo, mas tão somente possibilitar a manutenção dos contratos, desde que tenham sido firmados mediante processo seletivo anterior. 13. Neste contexto, merece ser reformada a sentença que garantiu ao autor o direito de permanência no cargo efetivo de agente Comunitário de Saúde no Município de Jaboatão dos Guararapes como servidor efetivo, porque para isso ele precisaria ter sido aprovado em concurso de provas ou de provas e títulos, e não somente em seleção simplificada para atender excepcional interesse público. 14. Reexame Necessário provido reformando-se in totum, a decisão vergastada. Prejudicado o apelo voluntário. 15. Impõe-se a inversão do ônus sucumbencial, cabendo à parte autora o pagamento das custas e dos honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspensa a execução da verba honorária por até 05 anos subsequentes ao trânsito em julgado da sentença, nos moldes do artigo 98, § 3º, do CPC/2015. (TJ-PE - APL: 4957404 PE, Relator: Waldemir Tavares de Albuquerque Filho, Data de Julgamento: 20/08/2019, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 10/09/2019).

Nesse viés, não há que se falar em legalidade da norma municipal que converteu o regime jurídico do servidor sem exigência de concurso público, passando de um “status” de não estável para estável, contrariando o art. 19 da ADCT.

EMENTA- TRANSMUDAÇÃO DO REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO A CONCURSO PÚBLICO. ESTABILIDADE GARANTIDA NA FORMA DO ART. 19 DO ADCT. 1. A estabilidade de que trata o art. 19 do ADCT não confere ao servidor público contratado sob o regime celetista o direito à automática transmudação para o regime estatutário sem a prévia realização de concurso público, sendo-lhe assegurado apenas o direito aos depósitos do FGTS. 2. Apelo conhecido e desprovido. (TJ-MA - AC: 00005879120148100126 MA 0291732017, Relator: PAULO SRGIO VELTEN PEREIRA, Data de Julgamento: 30/04/2019, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/05/2019 00:00:00)

Conclui-se que transmudação do regime celetista para o estatutário não é considerada válida. O direito de receber as vantagens adquiridas por um servidor público nomeado através de concurso não pode ser estendido a um servidor nomeado através de um processo simplificado.

Desse modo, a confirmação da sentença é medida que se impõe.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo-se incólume a sentença combatida.

Deixo de condenar o recorrente no pagamento das verbas de sucumbência, reconhecendo sua hipossuficiência financeira, conforme evidenciado pelas fichas financeiras que instruíram a inicial.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA RECURSO INOMINADO.AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. REGIME CELETISTA TRANSPOSIÇÃO PARA O REGIME ESTATUTÁRIO. LEI MUNICIPAL INCONSTITUCIONALIDADE. INEXISTÊNCIA DE ESTABALIDADE E EFETIVAÇÃO DEFINITVA.

O cargo de agente comunitário, contratado através de processo seletivo simplificado, é de vinculo precário, não admitindo efetivação definitiva e estabilidade.

Deve ser considerada inconstitucional, lei municipal que prevê a transposição para o regime estatutário de servidores inicialmente contratados em processo seletivo simplificado, sob regime celetista, para emprego público temporário de agente comunitário de saúde.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 28 de Junho de 2023

Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01

Processo: 7036185-57.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

Data distribuição: 20/06/2023 11:23:45

Data julgamento: 05/07/2023

Polo Ativo: ROSIVALDO DA SILVA BARRA

Advogado do(a) RECORRENTE: PAMELA ROCHELLI OLIVEIRA DA SILVA FERNANDES - RO12183-A

Polo Passivo: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Advogado do(a) RECORRIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A

RELATÓRIO
Dispensado nos termos do artigo 38 da lei 9.099/95.
VOTO
Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade recursal.
Analisando detidamente os autos, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.
"Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão."
Para melhor compreensão dos pares, colaciono a sentença proferida pelo Juízo de origem:
"S E N T E N Ç A
Relatório dispensado na forma do artigo 38, da Lei 9.099/1995.
O autor alega em síntese, que no dia 25 de abril 2022 realizou uma transferência de valores via PIX no valor de R$ 581,00 com destino a uma conta junto à Caixa Econômica Federal sob titularidade de Márcio Mota de Almeida. Posteriormente, é informado por este, o não recebimento deste valor, assim promove novamente a transferência de valores. Diante destes fatos, a parte requerente ajuizou a presente Ação com o fito para haja a restituição do valor de R$ 581,00 e a condenação em danos morais.
Em sua defesa, a requerida alegou a preliminar de denunciação à lide e incompetência territorial. No mérito, alegou que o consumidor repassou o valor para um terceiro. Salientou que cabe ao consumidor o dever de conferir as informações e dados do destinatário, inexistindo, portanto, danos morais a serem pagos, uma vez que tratava-se de erro do usuário da conta.
Da Denunciação à Lide
Não há qualquer preliminar ou prejudicial do mérito a ser analisada, sendo certo que o pleito do requerido (denunciação à lide – contestação) não tem cabimento na seara dos Juizados Especiais, havendo proibição expressa da figura processual da intervenção de terceiros (art. 10, LF 9.099/95), de sorte que, ao réu, em sofrendo o decreto de responsabilização civil reparatória, compete ajuizar demanda regressiva em desfavor do denunciado.
Portanto, tenho o feito como regular e sem qualquer nulidade ou irregularidade.
Da preliminar de incompetência – comprovante de residencia
Rejeito a preliminar de incompetência territorial do juízo, uma vez que o autor apresentou comprovante de residencia atual no ID 83574879.
DO MÉRITO
Em análise aos fatos narrados e documentos apresentados, verifica-se que o pedido inicial é improcedente, pelos motivos a seguir expostos.
A parte autora apresentou a informação de que realizou a transferência através pix para Márcio Mota de Almeida no dia 25/04/2022 às 09:36h no valor de R$ 581,00, conforme ID 77428358, não tendo este recebido nada em sua conta, tendo o autor apresentado aos autos apenas comprovante de movimentação bancária do sr. Márcio.
Ocorre que, em que pese o autor afirmar que realizou a transferência e o dinheiro foi perdido nas transações, a parte requerida apresentou aos autos que o valor foi enviado para conta diversa da informada pelo autor, pois conforme comprovante de ID 82633303, o pagamento de R$ 581,00 foi para a Agência nº 3880, conta corrente nº 1288000000963796 da Caixa Econômica Federal.
Denota-se, portanto, culpa exclusiva da parte autora pela não observação dos cuidados mínimos para a realização da transferência dos valores, especialmente na não conferência dos dados do recebedor da quantia.
Assim sendo, entendo que a requerida não deve ser responsabilizada pela imprudência exclusiva do autor.
Em casos similares de erro exclusivo do consumidor, denota-se que o entendimento jurisprudencial é no sentido da não responsabilização do fornecedor:
RECURSO INOMINADO. DANOS MORAIS POR INSCRIÇÃO INDEVIDA. PROVA DE PAGAMENTO DEVE SER FEITA PELO DEVEDOR. APRESENTAÇÃO DE COMPROVANTE INDICANDO CÓDIGO DE BARRAS DISTINTO. EQUÍVOCO QUE NÃO PODE SER IMPUTADO À RECORRENTE. AUSÊNCIA DE PROVA DE REGULAR PAGAMENTO. RECURSO PROVIDO.
(TJMS. Apelação Cível n. 0002658-41.2015.8.12.0008, Corumbá, 2ª Turma Recursal Mista, Relator (a): Juiz Vitor Luis de Oliveira Guibo, j: 05/11/2015, p: 06/11/2015)
AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DO INDÉBITO E DANOS MORAIS – COBRANÇA INDEVIDA DÉBITO QUITADO PELO CONSUMIDOR - FALHA NA LEITURA DO CÓDIGO DE BARRAS – DEVOLUÇÃO SIMPLES – DANOS MORAIS NÃO EVIDENCIADOS NO CASO CONCRETO – MERO DISSABOR – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE – SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.
(TJMS. Apelação Cível n. 0801439-30.2015.8.12.0114, Juizado Especial deTrês Lagoas, 1ª Turma Recursal Mista, Relator (a): Juíza Denize de Barros Dodero, j: 25/02/2016, p: 25/02/2016).
Por consequência lógica, não há que se falar em danos morais, visto que não há constatação de ilegalidade e dano.
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE OS PEDIDOS INICIAIS, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC e EXTINGO O FEITO com resolução de mérito.
Intimem-se. Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Transitada em julgado, se nada for requerido pelo autor, arquive-se.
Publique-se.
Registre-se.
SERVE A PRESENTE DE CARTA/MANDADO/INTIMAÇÃO/OFÍCIO.
Porto Velho, RO, 4 de maio de 2023
Wanderley José Cardoso
JUIZ DE DIREITO."
Em respeito às razões recursais, ressalto que, no caso em apreço, não há que se falar em responsabilidade objetiva do banco, pois não há existência de ato danoso praticado pela instituição financeira, tampouco se trata de fortuito interno. Verifico que, conforme delineada da decisão de origem, ocorreu a transferência via PIX, cabendo a culpa exclusiva da parte autora pela não observação dos cuidados mínimos para a realização da transferência dos valores, especialmente na não conferência dos dados do recebedor da quantia. Assim, não há como imputar tal falha ao banco/requerido, motivo pelo qual a improcedência do pedido é medida que se impõe.
Por tais considerações, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Inominado interposto, mantendo-se inalterada a sentença vergastada.

CONDENO a parte recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sob o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 55 da lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO DO CONSUMIDOR. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PIX REALIZADO PARA TERCEIROS. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE. PRETENSÃO IMPROCEDENTE. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7036619-17.2020.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 16/06/2021 19:23:04
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ALPHAVILLE URBANISMO S/A e outros
Advogado do(a) AUTOR: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU - SP117417-A
Polo Passivo: LEONARDO DE MORAES SALES e outros
Advogado do(a) PARTE RE: NAYLA MARIA FRANCA SOUTO - RO8989-A
RELATÓRIO
Dispensado nos termos da Lei n. 9.099/95.
VOTO
Analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46, da Lei n. 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”.
Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:
“SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
Trata-se de ação de obrigação de fazer (pagamento de taxas condominiais e IPTU de período anterior a compra de terreno), cumulada com cobrança (R$ 7.372,81), referente a aplicação de multa por descumprimento contratual, havendo pleito de tutela antecipada para fins de imediato pagamento das taxas condominiais e IPTU referente ao período anterior à compra de terreno.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, dada a ausência de provas a serem produzidas e porque não reclamadas outras específicas, não se justificando designação de audiência de instrução ou dilação probatória.
A matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Por conseguinte, há que se aplicar os arts. 32 e 33, da LF 9.099/95, bem como 370 e 371, ambos do CPC (LF 13.105/2015 – disposições compatíveis com o microssistema e com o rito sumaríssimo e especial dos Juizados Especiais).
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e “maduro” para julgamento deve promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, uma vez que a demandada é efetiva prestadora de serviço e, como tal, deve se acautelar e responder plenamente por suas ações.
É da essência do sistema processual civil vigente que incumbe a parte autora fazer a prova do alegado (art. 373, I, CPC), mas existem exceções legais previstas, principalmente nas relações de consumo, como no caso dos autos.
O cerne da questão diz respeito a responsabilidade da parte autora pelos débitos recaídos sobre o imóvel adquirido com as requeridas, especificamente os débitos gerados em período anterior a sua aquisição, com consequente aplicação de multa contratual por inadimplemento.
Assim, acerca da temática anoto que, segundo o Superior Tribunal de Justiça, o comprador de imóvel apenas passa a ser responsável pelo pagamento das cotas de condomínio após a sua imissão na posse do bem. É a partir daí que ele passa a exercer o domínio direto sobre o imóvel, usufruindo dos serviços prestados pelo condomínio, o que justificaria sua contribuição. Até então, pagar a taxa é obrigação do vendedor, inclusive nas hipóteses em que há cláusula contratual atribuindo ao comprador a responsabilidade pelo pagamento das contas condominiais desde a sua assinatura. (RESP 1.29697.239).
Portanto, conforme decisão do c. STJ, se comprovado que o promissário comprador se imitiu na posse e que o condomínio teve ciência inequívoca da transação, este passa a ser legítimo para responder pelas cobranças das taxas condominiais, de acordo com a quota do rateio correspondente a fração ideal do terreno da unidade.
Ou seja, o que define a responsabilidade pelo pagamento das obrigações condominiais não é o registro do compromisso de compra e venda, mas a relação jurídica material com o imóvel, representada pela imissão na posse pelo promissário comprador e pela ciência inequívoca do condomínio acerca da transação.
Logo é dever do vendedor de um imóvel se certificar da comunicação do fato consumado ao condomínio, bem como da certificação da posse ao comprador, de modo a não deixar dúvida sobre o assunto, o que de fato não restou comprovador nos autos.

Isto porque não é possível imputar ao comprador o ônus de arcar com essas despesas em momento anterior ao recebimento do imóvel, uma vez que ele não está a usufruir dos serviços disponibilizados pelo condomínio e tampouco na posse do imóvel, o que resultaria em enriquecimento indevido da vendedora.

Igualmente, em relação ao IPTU, tem-se que referido tributo tem como contribuinte o proprietário ou o possuidor por direito real, que exerce a posse com animus domini.

No presente caso, tem-se que o negócio jurídico firmado entre as partes se deu em 02/08/2019 (ID 48763145), razão pela qual a cobrança de valores de taxa de condomínio e IPTU, gerados anteriormente a esta data, não pode ser imputado a parte autora, já que ausente tanto o usufruto do imóvel quanto seu animus domini.

É dizer. Conforme se infere da Cláusula F – Encargos do contrato de ID 48763145, restou consignado entre as partes que a parte autora somente iria arcar com o pagamento de IPTU e Taxas da Associação (taxa de condomínio) a partir da assinatura do contrato, consoantes itens “F.1.” e “F.2.”.

Outrossim, em que pese a requerida afirme que a responsabilidade pelo pagamento dos débitos em aberto seja de adquirente anterior, visto que o lote adquirido pela parte autora teria sido objeto de distrato, tenho que referida alegação não restou comprovada no feito, ônus este que lhe competia, nos termos do art. 373, II do CPC.

Até porque, consoante se extrai da Cláusula “B.4”, a parte autora adquiriu o imóvel posto em lide com a informação de inexistência de ônus pairando sobre ele, de forma que a sua aquisição não implicaria na assunção dos débitos anteriormente existentes.

Portanto, inexistindo prova nos autos de que os débitos gerados no período de março/2017 a julho/2019 (ID 48763119) seria de responsabilidade de terceiro, suposto responsável por realizar o distrato do lote adquirido pela parte autora, sua responsabilidade deve recair sobre as requeridas.

No mais, em relação a multa contratual, em que pesem as alegações da parte requerida de inaplicabilidade da referida multa, tem-se que o contrato firmado entre as partes não contém nenhum vício de vontade, tendo sido pactuado por partes capazes, gozando, assim, de força vinculante entre as partes.

Desta feita, não pode a parte requerida, a qual, inclusive, fora responsável por redigir o contrato de adesão, pretender se furtar dos ônus estabelecidos contratualmente.

Neste cenário, ao alienar à parte autora imóvel com informação de que se encontra livre e desembaraçado de ônus real, bem como estipulando que a parte autora assumiria as obrigações a partir da assinatura do contrato, incorreu a parte ré em inadimplemento contratual, na medida em que comprovado que pairavam diversos débitos sobre referido imóvel, conforme documento de ID 48763119.

Não suficiente, tal situação implicou na impossibilidade de a parte autora dar início na construção de sua residência, bem como de utilização de áreas comuns do empreendimento, mesmo se encontrando com todo o débito gerado a partir da assinatura do contrato (02/08/2019) devidamente adimplido.

Logo, havendo previsão contratual de multa no caso de infração de qualquer cláusula e, tendo a requerida descumprido com o disposto nas Cláusulas “F.1.”, “F.2.” e “B.4.”, de rigor a aplicação da cláusula penal estabelecida, conforme ora se colaciona:

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - MULTA CONVENCIONAL

Se outra penalidade mais específica não for prevista nesta Promessa, a infração de qualquer cláusula desta Promessa sujeitará o infrator a multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor atualizado do preço de aquisição do lote, sem prejuízo de a parte inocente exigir, independente e simultaneamente, o cumprimento da obrigação específica ou, ainda, optar pela rescisão da Promessa na forma acima disposta

A toda evidência, o pleito inicial merece ser julgado procedente.

DISPOSITIVO

POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9099/95, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelos autores para o fim de:

a) CONDENAR a parte requerida, solidariamente, na obrigação de fazer consistente no adimplemento de todo e qualquer débito em aberto perante a unidade n. 440300 do Loteamento denominado Alphaville Porto Velho, localizado na Rodovia BR-364, S/N, Bairro Aeroclube, com fato gerador anterior a 02/08/2019, o que deverá ser feito no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de aplicação de multa de R$ 500,00(quinhentos reais) por dia, até o limite de R$ 10.000,00(dez mil reais);

b) CONDENAR a parte requerida, solidariamente, a pagar em favor da parte autora a quantia de 10%(dez por cento) do valor atualizado do preço de aquisição do Lote posto tem lide, a título de cláusula penal (Cláusula Décima Oitava), acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação;”

Apenas em respeito às razões recursais, em que pesem os argumentos do recorrente, filio-me ao entendimento do Juízo sentenciante

Por tais considerações, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.

Em razão da sucumbência, condeno a Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.

Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.

É como voto.

EMENTA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. DÉBITOS ANTERIORES AO CONTRATO DE VENDA E COMPRA DO IMÓVEL. DANO MATERIAL. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Turma Recursal - Gabinete 02
Avenida Pinheiro Machado, 777, Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76.801-235
Processo: 7007318-88.2021.8.22.0001
Classe: Recurso Inominado Cível
impetrante: ROSANA MANGARAVITE DA SILVA, THAIS SILVA DO COUTO
Advogado(a) do(a) Recorrente: NILSON APARECIDO DE SOUZA, OAB nº RO3883A
Impetrado(a): LATAM AIRLINES GROUP S/A
Advogado(a) do(a) Recorrida(o): FABIO RIVELLI, OAB nº AC6640, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
Data da distribuição: 12/07/2023
Despacho
Vistos,
Da análise dos autos, verifico que o presente Recurso Inominado guarda relação com o Mandado de Segurança 0801138-14.2021.8.22.9000, julgado pelo Juízo da Vaga 3 desta Turma Recursal.
Configurada, portanto, a prevenção do eminente magistrado titular da Vaga 3, Juiz Joao Luiz Rolim Sampaio, e de acordo com o art. 142 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia –, determino a redistribuição deste processo à sua relatoria, observando-se a necessária compensação.
Expeça-se o necessário.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
José Augusto Alves Martins
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7011834-02.2022.8.22.0007 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 23/05/2023 15:41:42
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: SIDNEYA COVRE
Advogado do(a) RECORRENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391-A
Polo Passivo: MUNICIPIO DE CACOAL
RELATÓRIO Trata-se de Ação de Cobrança manejada em face do Município de Cacoal, pela qual alega a parte autora que com a transmudação do regime celetista para o estatutário amparado pela lei 3.577/2016, tem direito à averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio inerentes aos titulares deste regime.
Assim, requer o pagamento das verbas, bem como seus reflexos desde sua contratação pelo regime celetista.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o relatório.
VOTO Conheço do recurso interposto eis que presentes os requisitos legais de admissibilidade.
Pretende o apelante o reconhecimento de direitos retroativos referente a averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio, em razão do exercício do cargo de Agente Comunitário de Saúde, inicialmente sob o regime celetista, posteriormente transposto para o regime estatutário.
A sentença recorrida reconheceu a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 3.577-2016 que transformou o cargo público de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias de celetista para estatutário.
A despeito das razões expostas pelo recorrente, entendo que a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos. Explico.
Conforme se extrai dos autos, o recorrente foi contrato nos idos de 2003 para exercer emprego público de natureza celetista e temporário, através de processo seletivo simplificado.
A questão é tratada pela EC nº 51/2006, que em seu artigo 2º, parágrafo único, estabelece que:
Art. 2º Após a promulgação da presente Emenda Constitucional, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias somente poderão ser contratados diretamente pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios na forma do § 4º do art. 198 da Constituição Federal, observado o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar de que trata o art. 169 da Constituição Federal.
Parágrafo único. Os profissionais que, na data de promulgação desta Emenda e a qualquer título, desempenharem as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, na forma da lei, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição Federal, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação .
Conforme se extrai, o texto legal apenas reconheceu a desnecessidade de os profissionais que já se encontravam no exercício da profissão por ocasião da sua promulgação, realizarem novo processo seletivo. Isso não significa dizer que a norma constitucional reconheceu a existência de direito a efetividade ou de outros direitos próprios dos servidores efetivos.
Por ter sido admitido em processo seletivo simplificado, não pode o recorrente almejar os mesmos direitos dos servidores efetivos, pois o cargo por ele desempenhado não é cargo de provimento efetivo e, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade. Nesse ponto é que se estabelece a inconstitucionalidade da Lei Municipal, que reconheceu aos Agentes Comunitários direitos que a própria Constituição Federal não reconheceu.
Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial, senão vejamos:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO ORDINÁRIO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO E LICENÇA-PRÊMIO. DIREITOS INERENTES AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO. EXTENSÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. 1. Não há amparo legal para estender os benefícios previstos para os servidores efetivos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itumbiara aos agentes comunitários de saúde, contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Administração Municipal, mediante processo seletivo simplificado. 2. Os cargos de agente comunitário de saúde e de combate às endemias não são cargos de provimento efetivo e são, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade . 3. A licença-prêmio e o adicional por tempo de serviço não se coadunam com o caráter precário e transitório dos cargos ocupados por servidores contratados sem concurso público e sem a característica da estabilidade. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, PORÉM DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. (TJGO, Apelação (CPC) 0365594-67.2015.8.09.0087, Rel. JEOVÁ SARDINHA DE MORAES, 6ª Câmara Cível, julgado em 20/07/2017, DJe de 20/07/2017) (destaquei).

Ressalte-se, ainda, que embora o STF tenha reconhecido aos Agentes Comunitários de Saúde, contratados antes da emenda constitucional 51/2006, bem como da lei nº 11.350/2006, o direito de continuarem com vínculo com a administração pública, este se dá de forma precária. Vejamos:

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. CONTRATO TEMPORÁRIO. EC Nº 51/06. PRETENSÃO DE EFETIVAÇÃO NO CARGO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA À REGRA CONTIDA NO ART. 37, II, DA CF/88. INTELIGÊNCIA DO ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO DA EC 51/2006. SELEÇÃO SIMPLIFICADA ANTERIOR APENAS PARA MANTER VIGENTES OS CONTRATOS JÁ EXISTENTES. REEXAME NECESSÁRIO A QUE SE DA PROVIMENTO. APELO PREJUDICADO. […] 2. O cerne da questão em apreço reside em verificar se é legítimo ou não efetivar o autor no cargo efetivo de Agente Comunitários de Saúde, em razão do que preceituam a EC nº 51/06, a Lei Federal nº 11.350/06 e a Lei Municipal nº 226/2008, assegurando a estabilidade no emprego às pessoas que estão exercendo atividade temporária, através de seleção simplificada. 3. É cediço que a Emenda Constitucional nº 51, de 14/02/2006, visando pôr fim à questão das contratações temporárias dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, dispôs sobre o ingresso dos profissionais de saúde no serviço público, determinando, a partir das modificações implementadas pelo seu art. 1º, a necessidade de realização de processo seletivo público para a admissão, por parte dos gestores locais do SUS, dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. 4. Preocupou-se, ainda, a aludida emenda em regular a situação daqueles profissionais que, ao tempo de sua promulgação, já exerciam as atividades mencionadas, inclusive por força de contratos temporários, como no caso em tela. 5. Com a finalidade de regulamentar o § 5º, do art. 198 da CF, restou editada a Lei Federal nº 11.350, de 05/10/2006, que dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único, do art. 2º da EC no 51/2006. 6. É, com base nestes dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que o demandante pleiteia o direito à efetivação no cargo de Agente Comunitário de Saúde, contudo, verifico que não lhe assiste razão. 7. Após a EC 51/2006 não significa dizer que passou a existir direito à estabilidade para agentes comunitários contratados temporariamente, como se esses tivessem sido submetidos a concurso de provas ou de provas e títulos nos termos do art. 37, II, da CF. 8. Da leitura dos supracitados dispositivos legais, é lícito inferir que aos profissionais contratados de forma temporária antes da promulgação da EC 51/2006 ficou assegurada, apenas, a dispensa da participação em novo processo seletivo para manutenção do contrato com o poder público. 9. Não podem os servidores temporários almejar a efetivação definitiva no cargo público, pois estão vinculados ao Quadro Municipal de maneira precária, nos termos do art. 37, IX da CF, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, por tempo estabelecido. 10. No caso dos autos, não há demonstração de que a seleção a que restou submetido o autor para o exercício da função de Agente Comunitário de Saúde tenha obedecido aos princípios e critérios instituídos pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 51/2006 e pelo art. 9º da Lei nº 11.350/2006. Na verdade os documentos colacionados pelo Município às fls. 180/184 revelam que o demandante passou por uma seleção simplificada, mas nada que se compare a um concurso público e todas as suas regras e exigências legais. 11. Necessário esclarecer que o art. 9º da Lei 11.350/06 dispôs expressamente que a contratação de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias deverá ser precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por esse motivo, somente tem vez, a certificação de anterior processo de seleção, quando realizado nesses termos, consoante expressamente prevê o parágrafo único do referido dispositivo legal, outrora transcrito. 12. As modificações introduzidas pela EC nº 51/06 não excepcionaram a regra de exigência de concurso para fins de acessibilidade aos cargos públicos, e diferentemente da interpretação emprestada pelo magistrado a quo, não vieram assegurar a estabilidade àqueles agentes comunitários de saúde contratados de forma temporária que haviam ingressado no cargo através de processo seletivo, mas tão somente possibilitar a manutenção dos contratos, desde que tenham sido firmados mediante processo seletivo anterior. 13. Neste contexto, merece ser reformada a sentença que garantiu ao autor o direito de permanência no cargo efetivo de agente Comunitário de Saúde no Município de Jaboatão dos Guararapes como servidor efetivo, porque para isso ele precisaria ter sido aprovado em concurso de provas ou de provas e títulos, e não somente em seleção simplificada para atender excepcional interesse público. 14. Reexame Necessário provido reformando-se in totum, a decisão vergastada. Prejudicado o apelo voluntário. 15. Impõe-se a inversão do ônus sucumbencial, cabendo à parte autora o pagamento das custas e dos honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspensa a execução da verba honorária por até 05 anos subsequentes ao trânsito em julgado da sentença, nos moldes do artigo 98, § 3º, do CPC/2015. (TJ-PE - APL: 4957404 PE, Relator: Waldemir Tavares de Albuquerque Filho, Data de Julgamento: 20/08/2019, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 10/09/2019).

Nesse viés, não há que se falar em legalidade da norma municipal que converteu o regime jurídico do servidor sem exigência de concurso público, passando de um “status” de não estável para estável, contrariando o art. 19 da ADCT.

EMENTA- TRANSMUDAÇÃO DO REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO A CONCURSO PÚBLICO. ESTABILIDADE GARANTIDA NA FORMA DO ART. 19 DO ADCT. 1. A estabilidade de que trata o art. 19 do ADCT não confere ao servidor público contratado sob o regime celetista o direito à automática transmudação para o regime estatutário sem a prévia realização de concurso público, sendo-lhe assegurado apenas o direito aos depósitos do FGTS. 2. Apelo conhecido e desprovido. (TJ-MA - AC: 00005879120148100126 MA 0291732017, Relator: PAULO SRGIO VELTEN PEREIRA, Data de Julgamento: 30/04/2019, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/05/2019 00:00:00)

Conclui-se que transmudação do regime celetista para o estatutário não é considerada válida. O direito de receber as vantagens adquiridas por um servidor público nomeado através de concurso não pode ser estendido a um servidor nomeado através de um processo simplificado.

Desse modo, a confirmação da sentença é medida que se impõe.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo-se incólume a sentença combatida.

Deixo de condenar o recorrente no pagamento das verbas de sucumbência, reconhecendo sua hipossuficiência financeira, conforme evidenciado pelas fichas financeiras que instruíram a inicial.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA RECURSO INOMINADO.AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. REGIME CELETISTA TRANSPOSIÇÃO PARA O REGIME ESTATUTÁRIO. LEI MUNICIPAL INCONSTITUCIONALIDADE. INEXISTÊNCIA DE ESTABALIDADE E EFETIVAÇÃO DEFINITVA.

O cargo de agente comunitário, contratado através de processo seletivo simplificado, é de vinculo precário, não admitindo efetivação definitiva e estabilidade.

Deve ser considerada inconstitucional, lei municipal que prevê a transposição para o regime estatutário de servidores inicialmente contratados em processo seletivo simplificado, sob regime celetista, para emprego público temporário de agente comunitário de saúde.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7011844-46.2022.8.22.0007 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 23/05/2023 15:48:17
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: ANGELA MARCIA DE PAULA
Advogado do(a) RECORRENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391-A
Polo Passivo: MUNICIPIO DE CACOAL
RELATÓRIO Trata-se de Ação de Cobrança manejada em face do Município de Cacoal, pela qual alega a parte autora que com a transmudação do regime celetista para o estatutário amparado pela lei 3.577/2016, tem direito à averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio inerentes aos titulares deste regime.
Assim, requer o pagamento das verbas, bem como seus reflexos desde sua contratação pelo regime celetista.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o relatório.
VOTO Conheço do recurso interposto eis que presentes os requisitos legais de admissibilidade.
Pretende o apelante o reconhecimento de direitos retroativos referente a averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio, em razão do exercício do cargo de Agente Comunitário de Saúde, inicialmente sob o regime celetista, posteriormente transposto para o regime estatutário.
A sentença recorrida reconheceu a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 3.577-2016 que transformou o cargo público de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias de celetista para estatutário.
A despeito das razões expostas pelo recorrente, entendo que a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos. Explico.
Conforme se extrai dos autos, o recorrente foi contrato nos idos de 2003 para exercer emprego público de natureza celetista e temporário, através de processo seletivo simplificado.
A questão é tratada pela EC nº 51/2006, que em seu artigo 2º, parágrafo único, estabelece que:
Art. 2º Após a promulgação da presente Emenda Constitucional, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias somente poderão ser contratados diretamente pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios na forma do § 4º do art. 198 da Constituição Federal, observado o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar de que trata o art. 169 da Constituição Federal.
Parágrafo único. Os profissionais que, na data de promulgação desta Emenda e a qualquer título, desempenharem as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, na forma da lei, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição Federal, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação .
Conforme se extrai, o texto legal apenas reconheceu a desnecessidade de os profissionais que já se encontravam no exercício da profissão por ocasião da sua promulgação, realizarem novo processo seletivo. Isso não significa dizer que a norma constitucional reconheceu a existência de direito a efetividade ou de outros direitos próprios dos servidores efetivos.
Por ter sido admitido em processo seletivo simplificado, não pode o recorrente almejar os mesmos direitos dos servidores efetivos, pois o cargo por ele desempenhado não é cargo de provimento efetivo e, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade. Nesse ponto é que se estabelece a inconstitucionalidade da Lei Municipal, que reconheceu aos Agentes Comunitários direitos que a própria Constituição Federal não reconheceu.
Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial, senão vejamos:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO ORDINÁRIO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO E LICENÇA-PRÊMIO. DIREITOS INERENTES AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO. EXTENSÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. 1. Não há amparo legal para estender os benefícios previstos para os servidores efetivos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itumbiara aos agentes comunitários de saúde, contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Administração Municipal, mediante processo seletivo simplificado. 2. Os cargos de agente comunitário de saúde e de combate às endemias não são cargos de provimento efetivo e são, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade . 3. A licença-prêmio e o adicional por tempo de serviço não se coadunam com o caráter precário e transitório dos cargos ocupados por servidores contratados sem concurso público e sem a característica da estabilidade. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, PORÉM DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. (TJGO, Apelação (CPC) 0365594-67.2015.8.09.0087, Rel. JEOVÁ SARDINHA DE MORAES, 6ª Câmara Cível, julgado em 20/07/2017, DJe de 20/07/2017) (destaquei).
Ressalte-se, ainda, que embora o STF tenha reconhecido aos Agentes Comunitários de Saúde, contratados antes da emenda constitucional 51/2006, bem como da lei nº 11.350/2006, o direito de continuarem com vínculo com a administração pública, este se dá de forma precária. Vejamos:
DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. CONTRATO TEMPORÁRIO. EC Nº 51/06. PRETENSÃO DE EFETIVAÇÃO NO CARGO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA À REGRA CONTIDA NO ART. 37, II, DA CF/88. INTELIGÊNCIA DO ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO DA EC 51/2006. SELEÇÃO SIMPLIFICADA ANTERIOR APENAS PARA MANTER VIGENTES OS CONTRATOS JÁ EXISTENTES. REEXAME NECESSÁRIO A QUE SE DA PROVIMENTO. APELO PREJUDICADO. […] 2. O cerne da questão em apreço reside em verificar se é legítimo ou não efetivar o autor no cargo efetivo de Agente Comunitários de Saúde, em razão do que preceituam a EC nº 51/06, a Lei Federal nº 11.350/06 e a Lei Municipal nº 226/2008, assegurando a estabilidade no emprego às pessoas que estão exercendo atividade temporária, através de seleção simplificada. 3. É cediço que a Emenda Constitucional nº 51, de 14/02/2006, visando pôr fim à questão

das contratações temporárias dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, dispôs sobre o ingresso dos profissionais de saúde no serviço público, determinando, a partir das modificações implementadas pelo seu art. 1º, a necessidade de realização de processo seletivo público para a admissão, por parte dos gestores locais do SUS, dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. 4. Preocupou-se, ainda, a aludida emenda em regular a situação daqueles profissionais que, ao tempo de sua promulgação, já exerciam as atividades mencionadas, inclusive por força de contratos temporários, como no caso em tela. 5. Com a finalidade de regulamentar o § 5º, do art. 198 da CF, restou editada a Lei Federal nº 11.350, de 05/10/2006, que dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único, do art. 2º da EC no 51/2006. 6. É, com base nestes dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que o demandante pleiteia o direito à efetivação no cargo de Agente Comunitário de Saúde, contudo, verifico que não lhe assiste razão. 7. Após a EC 51/2006 não significa dizer que passou a existir direito à estabilidade para agentes comunitários contratados temporariamente, como se esses tivessem sido submetidos a concurso de provas ou de provas e títulos nos termos do art. 37, II, da CF. 8. Da leitura dos supracitados dispositivos legais, é lícito inferir que aos profissionais contratados de forma temporária antes da promulgação da EC 51/2006 ficou assegurada, apenas, a dispensa da participação em novo processo seletivo para manutenção do contrato com o poder público. 9. Não podem os servidores temporários almejar a efetivação definitiva no cargo público, pois estão vinculados ao Quadro Municipal de maneira precária, nos termos do art. 37, IX da CF, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, por tempo estabelecido. 10. No caso dos autos, não há demonstração de que a seleção a que restou submetido o autor para o exercício da função de Agente Comunitário de Saúde tenha obedecido aos princípios e critérios instituídos pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 51/2006 e pelo art. 9º da Lei nº 11.350/2006. Na verdade os documentos colacionados pelo Município às fls. 180/184 revelam que o demandante passou por uma seleção simplificada, mas nada que se compare a um concurso público e todas as suas regras e exigências legais. 11. Necessário esclarecer que o art. 9º da Lei 11.350/06 dispôs expressamente que a contratação de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias deverá ser precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por esse motivo, somente tem vez, a certificação de anterior processo de seleção, quando realizado nesses termos, consoante expressamente prevê o parágrafo único do referido dispositivo legal, outrora transcrito. 12. As modificações introduzidas pela EC nº 51/06 não excepcionaram a regra de exigência de concurso para fins de acessibilidade aos cargos públicos, e diferentemente da interpretação emprestada pelo magistrado a quo, não vieram assegurar a estabilidade àqueles agentes comunitários de saúde contratados de forma temporária que haviam ingressado no cargo através de processo seletivo, mas tão somente possibilitar a manutenção dos contratos, desde que tenham sido firmados mediante processo seletivo anterior. 13. Neste contexto, merece ser reformada a sentença que garantiu ao autor o direito de permanência no cargo efetivo de agente Comunitário de Saúde no Município de Jaboatão dos Guararapes como servidor efetivo, porque para isso ele precisaria ter sido aprovado em concurso de provas ou de provas e títulos, e não somente em seleção simplificada para atender excepcional interesse público. 14. Reexame Necessário provido reformando-se in totum, a decisão vergastada. Prejudicado o apelo voluntário. 15. Impõe-se a inversão do ônus sucumbencial, cabendo à parte autora o pagamento das custas e dos honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspensa a execução da verba honorária por até 05 anos subsequentes ao trânsito em julgado da sentença, nos moldes do artigo 98, § 3º, do CPC/2015. (TJ-PE - APL: 4957404 PE, Relator: Waldemir Tavares de Albuquerque Filho, Data de Julgamento: 20/08/2019, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 10/09/2019).

Nesse viés, não há que se falar em legalidade da norma municipal que converteu o regime jurídico do servidor sem exigência de concurso público, passando de um “status” de não estável para estável, contrariando o art. 19 da ADCT.

EMENTA- TRANSMUDAÇÃO DO REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO A CONCURSO PÚBLICO. ESTABILIDADE GARANTIDA NA FORMA DO ART. 19 DO ADCT. 1. A estabilidade de que trata o art. 19 do ADCT não confere ao servidor público contratado sob o regime celetista o direito à automática transmudação para o regime estatutário sem a prévia realização de concurso público, sendo-lhe assegurado apenas o direito aos depósitos do FGTS. 2. Apelo conhecido e desprovido. (TJ-MA - AC: 00005879120148100126 MA 0291732017, Relator: PAULO SRGIO VELTEN PEREIRA, Data de Julgamento: 30/04/2019, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/05/2019 00:00:00)

Conclui-se que transmudação do regime celetista para o estatutário não é considerada válida. O direito de receber as vantagens adquiridas por um servidor público nomeado através de concurso não pode ser estendido a um servidor nomeado através de um processo simplificado.

Desse modo, a confirmação da sentença é medida que se impõe.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo-se incólume a sentença combatida.

Deixo de condenar o recorrente no pagamento das verbas de sucumbência, reconhecendo sua hipossuficiência financeira, conforme evidenciado pelas fichas financeiras que instruíram a inicial.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA RECURSO INOMINADO.AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. REGIME CELETISTA TRANSPOSIÇÃO PARA O REGIME ESTATUTÁRIO. LEI MUNICIPAL INCONSTITUCIONALIDADE. INEXISTÊNCIA DE ESTABALIDADE E EFETIVAÇÃO DEFINITVA.

O cargo de agente comunitário, contratado através de processo seletivo simplificado, é de vinculo precário, não admitindo efetivação definitiva e estabilidade.

Deve ser considerada inconstitucional, lei municipal que prevê a transposição para o regime estatutário de servidores inicialmente contratados em processo seletivo simplificado, sob regime celetista, para emprego público temporário de agente comunitário de saúde.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 28 de Junho de 2023

Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01
Processo: 7035043-18.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
Data distribuição: 30/01/2023 13:12:10
Data julgamento: 05/07/2023
Polo Ativo: ITAU UNIBANCO S.A. e outros
Advogados do(a) RECORRENTE: ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO - BA29442-A, FERNANDA KELLY LIMA FREIRE - SE8110-A
Advogado do(a) RECORRENTE: IGOR FELIPE DE OLIVEIRA LINS SOARES - RO10691-A
Polo Passivo: FERNANDA VITORIA SANTOS DE OLIVEIRA MACHADO e outros
Advogado do(a) RECORRIDO: IGOR FELIPE DE OLIVEIRA LINS SOARES - RO10691-A
Advogados do(a) RECORRIDO: ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO - BA29442-A, FERNANDA KELLY LIMA FREIRE - SE8110-A
RELATÓRIO
Relatório dispensado nos termos da Lei nº 9.099/95.
VOTO
Conheço os recursos, eis que presentes requisitos legais de admissibilidade.
A matéria retratada nos autos versa sobre relação de consumo.
Trata-se de recurso inominado interposto por ambas as partes, na qual a consumidora pleiteia pela majoração dos danos morais pela negativação indevida, e o banco recorrente pela total improcedência dos pedidos autorais.
Por se tratarem da mesma matéria, passo a análise de ambos os recursos.
Aplicando-se o disposto no artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor, caberia à parte autora, tão somente a prova da existência do fato, do dano e do nexo causal, competindo ao banco/recorrente demonstrar que não houve o defeito na prestação do serviço e que a culpa foi exclusivamente da parte autora ou de terceiro.
Analisando a prova carreada aos autos, denota-se que o banco recorrente não logrou comprovar a legitimidade da cobrança que gerou a negativação, ou seja, não se desincumbiu do ônus de fazer prova sobre a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, não trazendo aos autos qualquer documento/contrato capaz de comprovar a existência da dívida, limitando-se, portanto, em simples retórica, não se desincumbindo do ônus que lhe cabe a teor do art. 373, inciso II do CPC. Neste sentido cito:
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - MANUTENÇÃO DO NOME NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO APÓS PAGAMENTO DE PARCELAMENTO DA DÍVIDA - DANO MORAL - CONFIGURAÇÃO - INDENIZAÇÃO DEVIDA - NEGLIGÊNCIA DO FORNECEDOR -- VALOR DA CONDENAÇÃO - FIXAÇÃO DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE . A manutenção do nome no cadastro negativo do SPC, após o pagamento da dívida, configura dano moral, haja vista o abalo de crédito sofrido. A fixação do valor da indenização a título de danos morais deve ter por base os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, levando-se em consideração, ainda, a finalidade de compensar o ofendido pelo constrangimento indevido que lhe foi imposto e, por outro lado, desestimular o responsável pela ofensa a praticar atos semelhantes no futuro. (Turma Recursal Tribunal de Justiça de Rondônia, Recurso Inominado nrº 1000743-64.2011.8.22.0601, Relatora Juíza Euma Mendonça Tourinho, 20 de julho de 2012)
APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA DO CONSUMIDOR NO CADASTRO DE INADIMPLENTES APÓS QUITAÇÃO DA DÍVIDA. DANO MORAL IN RE IPSA. VALOR DA CONDENAÇÃO MANTIDO. RECURSOS NÃO PROVIDOS. Tendo o consumidor comprovado o pagamento dos débitos, deve ser declarada ilegítima a inscrição em cadastros de proteção ao crédito. Como decorrência da inscrição indevida e seus nefastos efeitos no mercado de consumo, há a ocorrência de danos extrapatrimoniais suscetíveis de indenização, que independem de prova efetiva e concreta de sua existência. Dano moral puro ou in re ipsa.
O valor da indenização a título de dano moral deve ser fixado de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, em observância à natureza e extensão do dano, às condições particulares do ofensor e da vítima e a gravidade da culpa.APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7051933-42.2016.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Juiz Rinaldo Forti da Silva, Data de julgamento: 05/12/2019
Portanto, o banco recorrente não comprovou a utilização dos serviços pela consumidora, apenas juntou telas de sistema que são consideradas provas unilaterais, não possuindo o condão de comprovar o débito, além de não conter assinatura da contratante.
Nesse sentido, cito precedente no tocante ao não reconhecimento de telas sistêmicas como provas, por se tratar de meios probatórios unilaterais:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. CONTRATO DE TELEFONIA. NÃO COMPROVADO. TELAS SISTÊMICAS. INSUFICIENTES. DANO MORAL. CONFIGURADO. QUANTUM RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO As telas sistêmicas apresentadas pela empresa de telefonia, de forma isolada, não são suficientemente capazes de comprovar a relação jurídica entre as partes, devendo haver outros elementos aptos a demonstrar a contratação e a regularidade da negativação, sob pena de ser considerado indevido o registro desabonador, com a condenação da empresa ao pagamento de indenização por danos morais que, no caso, configura-se in re ipsa. A fixação do valor da indenização por danos morais pauta-se pela aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
(TJ-RO - AC: 70193422220198220001 RO 7019342-22.2019.822.0001, Data de Julgamento: 25/09/2020). (grifei)
Por conseguinte, deve ser mantida a declaração a inexistência da relação contratual e a inegável inexigibilidade e/ou inexistência de débitos em desfavor da consumidora.
Assim, é claro a existência dos danos morais, indiscutível o erro do banco em proceder a inscrição do nome da parte autora nos órgãos de proteção ao crédito, devendo arcar com o ônus de sua conduta.
O dano moral é presumido nos casos de negativação indevida, pois são notórias e extensivas as consequências advindas da mácula do nome da pessoa perante o comércio, tendo em vista que seu poder de compra e de realização de transações comerciais ficam ilegitimamente restritos.
Neste sentido precedente desta E. Turma Recursal.

NEGATIVAÇÃO INDEVIDA DE INSCRIÇÃO EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO PROVIDO EM PARTE. O valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais) de condenações em caso de negativação indevida em cadastros de proteção ao crédito é justo, quando a negativação for originada por grandes litigantes (Bancos e empresas de telefonia).” (Recurso Inominado 7003775-67.2014.8.22.0601. Data do Julgamento: 03/11/2016. Relator: Jorge Luiz dos Santos Leal).

Assim, não restam dúvidas de que o ocorrido ultrapassou os meros dissabores cotidianos, causando a consumidora indignação, inquietação e angústia. Trata-se, portanto, de dano moral in re ipsa, que dispensa a comprovação da extensão dos danos, sendo estes evidenciados pelas circunstâncias do fato. Desta forma, o valor fixado em R$ 3.000,00 (três mil reais) não é justo e razoável ao caso em tela, devendo ser majorado de acordo com os precedentes desta turma.

Ante o exposto, e com base no precedente acima, VOTO para NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pelo banco, e DAR PROVIMENTO ao recurso interposto pela parte consumidora para majorar o valor indenizatório para R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a correção monetária atualizada nesta data (súmula 362 do STJ), e juros a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ).

Condeno o banco recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 55 da Lei n. 9.099/95.

Deixo de condenar a consumidora recorrente, eis que o deslinde do feito não se encaixa nas hipóteses previstas no artigo 55 da lei 9099/95.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE RESTRIÇÃO CREDITÍCIA. DANO MORAL. DEVIDO. MAJORAÇÃO DO DANO MORAL CONCEDIDA. RECURSO DA CONCESSIONÁRIA IMPROVIDO. RECURSO DA PARTE CONSUMIDORA PROVIDO.

- A inscrição do nome no cadastro negativo do SPC, após o pagamento da dívida, configura dano moral, haja vista o abalo de crédito sofrido.

- A indenização por dano moral deve se revestir de caráter indenizatório e sancionatório de modo a compensar o constrangimento suportado pelo consumidor, sem que caracterize enriquecimento ilícito e adstrito ao princípio da razoabilidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO DO REQUERIDO CONHECIDO E NAO PROVIDO. TUDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 05 de Julho de 2023

Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 01

Processo: 7035528-18.2022.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)

Relator: Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI

Data distribuição: 01/03/2023 13:26:07

Data julgamento: 05/07/2023

Polo Ativo: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Advogado do(a) RECORRENTE: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828-A

Polo Passivo: FRANCILENA PEREIRA DOS SANTOS

Advogado do(a) RECORRIDO: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR - MT20812-A

RELATÓRIO

Relatório dispensado nos termos da Lei n. 9.099/95.

VOTO

Conheço do recurso interposto, eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.

Analisando detidamente o feito, entendo que a sentença merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, o que se faz na forma do disposto no artigo 46 da Lei 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão. “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”.

Aduz a consumidora que, descobriu que o seu nome estava negativado nos órgãos de proteção ao crédito com 01 pendência junto à empresa CERON, no valor de R$ 919,26 tendo como referência o suposto contrato nº 1461198812951718, mas a autora não reconhece essa dívida com a empresa, pois nunca assinou o contrato descrito acima e nunca teve nenhum vínculo com a promovida.

Para melhor esclarecimento e compreensão dos pares, transcrevo a sentença proferida na origem:

‘’S E N T E N Ç A

Vistos e etc...,

Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).

FUNDAMENTAÇÃO.

Trata-se, em verdade, de ação declaratória de inexistência de vínculo jurídico/contratual e consequentemente inexistência/inexigibilidade de débitos, cumulada com indenização por danos morais decorrentes de inscrição indevida perante as empresas arquivistas por débitos oriundos de contrato não reconhecido pela autora, conforme fatos narrados na inicial e dos documentos apresentados.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!

Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e “maduro” para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.

Havendo arguições preliminares, passo ao estudo preambular antes de ingressar no mérito da causa.

A preliminar arguida (falta de interesse de agir), em razão de o autor não ter realizado pedido administrativo, não deve prosperar, posto que, como resta cediço, o acesso ao Poder Judiciário prescinde da busca preliminar do direito pelas vias administrativas ou do esgotamento dos recursos nessa previstos, em nome do princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV da CF).
Sendo assim, rejeito a defesa preliminar, contudo, antes de adentrar ao mérito, verifico a existência de pedido contraposto formulado em sede de contestação, de modo que passo a observância dos parâmetros determinados pelos art. 17, parágrafo único, e 31, ambos da LF 9.099/95.
E neste ponto, verifico que o pleito formulado pela ré a título de cobrança, muito embora a base fática seja o mesmo contrato, não guarda sintonia com o pedido inicial (inexistência de vínculo/débito e indenização por danos morais) e com os termos restritos da demanda, de sorte que não deve ser efetivamente considerado o pedido contraposto especificamente neste ponto (cobrança).
Por conseguinte, NÃO CONHEÇO do pedido contraposto por flagrante desconexão com os mesmos fatos que constituem o objeto da controvérsia.
Pois bem!
A hipótese em julgamento deve ser analisada à luz do Código de Defesa do Consumidor e aos princípios a ele inerentes, mais especificamente àqueles referentes a relação contratual e à reparação dos danos eventualmente causados, ainda que não admitida qualquer relação de consumo pelo demandante.
O cerne da demanda reside basicamente nos alegados danos ofensivos à honra objetiva e subjetiva da parte autora, levadas a efeito em razão de apontada conduta negligente da empresa requerida que, de forma unilateral e não autorizada pela requerente, “criou” contrato em seu nome, gerando débitos e inscrição no rol das empresas arquivistas, ocasionando-lhe prejuízos morais.
O ônus da prova, no caso em apreço e em atenção ao sistema de proteção do consumidor, que é a parte mais débil da relação, compete ao réu (ônus inverso - art. 6º, VIII da Lei 8.078/90), que detém todos os registros, anotações e está na posse do suposto contrato (cópia dos documentos do contratante, pedido de ligação nova; termo vistado de instalação do medidor; contrato assinado, faturas, etc...), que gerou os débitos responsáveis pela restrição creditícia.
Como a prova colhida nos autos objetiva a formação do convencimento do julgador, considero, no caso sub judice, o requerente hipossuficiente tecnicamente, posto que não tem como ingerir no sistema interno da empresa demandada e nem mesmo tem acesso aos documentos arquivados em suas dependências.
Deve a requerida ter todos os documentos e contratos arquivados, de modo que só a ela compete apresentar a prova da contratação e da efetivação do serviço ou serviços que geraram os débitos ora negados pela requerente, daí a configuração da inversão do ônus da prova.
A parte requerida recebeu contrafé no ato da citação e pode observar que a requerente impugnava tanto o contrato quanto os valores anotados, de modo que deveria ter trazido à baila documentos e fatos extintivos, modificativos ou impeditivos do direito vindicado (art. 6º, VIII, CDC).
Contudo, a requerida não apresentou nenhum documento que refute as alegações autorais, tampouco contrato formal em nome da parte autora, validamente assinado por esta, sendo certo que as “telas sistêmicas” insertas na contestação representam documento unilateral e não possuem a força probante necessária para comprovar o vínculo ora negado, posto que ao consumidor não é possível produzir prova negativa, cabendo à requerida trazer fatos impeditivos ao pleito inicial, fazendo emergir o vínculo jurídico ora negado.
Por conseguinte, procedente o pleito declaratório de inexistência de relação jurídica e de consequente inexigibilidade de débitos, podendo o caso representar verdadeira fraude e com a qual conta e responde a requerida, dada a responsabilidade civil objetiva.
A responsabilidade da ré, como fornecedora de produtos e prestadora de serviços é objetiva, competindo à parte autora tão somente demonstrar o fato causador do dano, o que restou sobejamente evidenciado e emergido nos autos, que exigem a pronta reparabilidade e indenização.
Evidenciada a responsabilidade, procedente também se revela a indenização pelos danos morais ocorridos de forma inequívoca.
O dano moral restou comprovado, devendo a respectiva responsabilidade indenizatória ser decretada. Os documentos apresentados bem comprovam os fatos que afetaram a estabilidade psicológica da demandante e o abalo à sua honra objetiva. A prova do dano moral no presente caso é presumida, não havendo a necessidade de sua materialização.
Sendo assim, e atento à capacidade econômica das partes, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum indenizatório em R$ 10.000,00 (dez mil reais), de molde a disciplinar a demandada e a dar satisfação pecuniária ao (à) requerente.
Vale consignar que a indenização pecuniária deve restar suficiente e de acordo com os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e do caráter punitivo-pedagógico da reprimenda financeira.
É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, a imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das grandes empresas.
Esta é a decisão que mais justa se revela para o caso concreto, nos termos do art. 6º da LF 9099/95.
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e arts. 6º e 38 da LF 9.099/95 JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pela parte autora para o fim de:
A) DECLARAR A INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO JURÍDICO/CONTRATUAL ENTRE AS PARTES (prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica), ATÉ O AJUIZAMENTO DA PRESENTE DEMANDA, E CONSEQUENTEMENTE A INEXISTÊNCIA/INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS APONTADOS NAS EMPRESAS ARQUIVISTAS;
B) CONDENAR a empresa requerida ao pagamento indenizatório de R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), a título dos reconhecidos danos morais, acrescido de correção monetária (tabela oficial TJ/RO) e juros legais, simples e moratórios, de 1% (um por cento) ao mês a partir da presente condenação (Súmula 362, STJ); e
C) DETERMINAR A BAIXA/RETIRADA DA ANOTAÇÃO RESTRITIVA DAS EMPRESAS ARQUIVISTAS, DEVENDO A CPE COMANDAR A ORDEM NO SISTEMA “SERASAJUD”, INDEPENDENTEMENTE DO TRÂNSITO EM JULGADO, A SER CUMPRIDA EM 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, SOB PENA DE CRIME DE DESOBEDIÊNCIA. O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC NACIONAL OU SCPC), EM RAZÃO DA INEXISTÊNCIA DE SISTEMA ON LINE DE CONSULTA E SOLICITAÇÕES, DEVERÁ SER OFICIADO PARA IGUALMENTE PROMOVER A BAIXA/RETIRADA DA ANOTAÇÃO EVIDENCIADA, DENTRO DO MESMO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, SOB PENA DE DESOBEDIÊNCIA.
SIRVA-SE A PRESENTE DE OFÍCIO REQUISITANTE ÀS EMPRESAS CONTROLADORAS E INFORMADORAS DO CRÉDITO.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015).’’

Em respeito as razões recursais, na hipótese dos autos, como a apuração da responsabilidade se relaciona com a atividade desenvolvida por pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, a hipótese, em se constatando os seus requisitos, é de aplicação da responsabilidade objetiva (art. 37, §6º, da Constituição Federal).Como cediço, a responsabilidade objetiva, norteada pela teoria do risco administrativo, dispensa a prova de culpa da Administração. Assim, se comprovada a ocorrência do dano e sua relação de causalidade, com a atividade administrativa, certa será a obrigação de indenizar.
Por tais considerações, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado interposto, mantendo inalterada a sentença por seus próprios fundamentos.
Em razão da sucumbência, condeno a empresa recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com base no artigo 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, remeta-se o feito à origem.
É como voto.
EMENTA
RECURSO INOMINADO. CORTE DE ENERGIA. SERVIÇO ESSENCIAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 05 de Julho de 2023
Relator Des. CRISTIANO GOMES MAZZINI
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7011852-23.2022.8.22.0007 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 30/05/2023 18:23:41
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: LUCIA BUENO MACHADO DA SILVA
Advogado do(a) RECORRENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391-A
Polo Passivo: MUNICIPIO DE CACOAL
RELATÓRIO Trata-se de Ação de Cobrança manejada em face do Município de Cacoal, pela qual alega a parte autora que com a transmudação do regime celetista para o estatutário amparado pela lei 3.577/2016, tem direito à averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio inerentes aos titulares deste regime.
Assim, requer o pagamento das verbas, bem como seus reflexos desde sua contratação pelo regime celetista.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o relatório.
VOTO Conheço do recurso interposto eis que presentes os requisitos legais de admissibilidade.
Pretende o apelante o reconhecimento de direitos retroativos referente a averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio, em razão do exercício do cargo de Agente Comunitário de Saúde, inicialmente sob o regime celetista, posteriormente transposto para o regime estatutário.
A sentença recorrida reconheceu a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 3.577-2016 que transformou o cargo público de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias de celetista para estatutário.
A despeito das razões expostas pelo recorrente, entendo que a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos. Explico.
Conforme se extrai dos autos, o recorrente foi contrato nos idos de 2003 para exercer emprego público de natureza celetista e temporário, através de processo seletivo simplificado.
A questão é tratada pela EC nº 51/2006, que em seu artigo 2º, parágrafo único, estabelece que:
Art. 2º Após a promulgação da presente Emenda Constitucional, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias somente poderão ser contratados diretamente pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios na forma do § 4º do art. 198 da Constituição Federal, observado o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar de que trata o art. 169 da Constituição Federal.
Parágrafo único. Os profissionais que, na data de promulgação desta Emenda e a qualquer título, desempenharem as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, na forma da lei, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição Federal, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação .
Conforme se extrai, o texto legal apenas reconheceu a desnecessidade de os profissionais que já se encontravam no exercício da profissão por ocasião da sua promulgação, realizarem novo processo seletivo. Isso não significa dizer que a norma constitucional reconheceu a existência de direito a efetividade ou de outros direitos próprios dos servidores efetivos.
Por ter sido admitido em processo seletivo simplificado, não pode o recorrente almejar os mesmos direitos dos servidores efetivos, pois o cargo por ele desempenhado não é cargo de provimento efetivo e, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade. Nesse ponto é que se estabelece a inconstitucionalidade da Lei Municipal, que reconheceu aos Agentes Comunitários direitos que a própria Constituição Federal não reconheceu.
Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial, senão vejamos:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO ORDINÁRIO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO E LICENÇA-PRÊMIO. DIREITOS INERENTES AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO. EXTENSÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. 1. Não há amparo legal para estender os benefícios previstos para os servidores efetivos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itumbiara aos agentes comunitários de saúde, contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Administração Municipal, mediante processo seletivo simplificado. 2. Os cargos de agente comunitário de saúde e de combate às endemias não são cargos de provimento efetivo e são, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade . 3. A licença-prêmio e o adicional por tempo de serviço não se coadunam com o caráter precário e transitório dos cargos ocupados por servidores contratados sem concurso público e sem a característica da estabilidade. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, PORÉM DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. (TJGO, Apelação (CPC) 0365594-67.2015.8.09.0087, Rel. JEOVÁ SARDINHA DE MORAES, 6ª Câmara Cível, julgado em 20/07/2017, DJe de 20/07/2017) (destaquei).

Ressalte-se, ainda, que embora o STF tenha reconhecido aos Agentes Comunitários de Saúde, contratados antes da emenda constitucional 51/2006, bem como da lei nº 11.350/2006, o direito de continuarem com vínculo com a administração pública, este se dá de forma precária. Vejamos:

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. CONTRATO TEMPORÁRIO. EC Nº 51/06. PRETENSÃO DE EFETIVAÇÃO NO CARGO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA À REGRA CONTIDA NO ART. 37, II, DA CF/88. INTELIGÊNCIA DO ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO DA EC 51/2006. SELEÇÃO SIMPLIFICADA ANTERIOR APENAS PARA MANTER VIGENTES OS CONTRATOS JÁ EXISTENTES. REEXAME NECESSÁRIO A QUE SE DA PROVIMENTO. APELO PREJUDICADO. […] 2. O cerne da questão em apreço reside em verificar se é legítimo ou não efetivar o autor no cargo efetivo de Agente Comunitários de Saúde, em razão do que preceituam a EC nº 51/06, a Lei Federal nº 11.350/06 e a Lei Municipal nº 226/2008, assegurando a estabilidade no emprego às pessoas que estão exercendo atividade temporária, através de seleção simplificada. 3. É cediço que a Emenda Constitucional nº 51, de 14/02/2006, visando pôr fim à questão das contratações temporárias dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, dispôs sobre o ingresso dos profissionais de saúde no serviço público, determinando, a partir das modificações implementadas pelo seu art. 1º, a necessidade de realização de processo seletivo público para a admissão, por parte dos gestores locais do SUS, dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. 4. Preocupou-se, ainda, a aludida emenda em regular a situação daqueles profissionais que, ao tempo de sua promulgação, já exerciam as atividades mencionadas, inclusive por força de contratos temporários, como no caso em tela. 5. Com a finalidade de regulamentar o § 5º, do art. 198 da CF, restou editada a Lei Federal nº 11.350, de 05/10/2006, que dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único, do art. 2º da EC no 51/2006. 6. É, com base nestes dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que o demandante pleiteia o direito à efetivação no cargo de Agente Comunitário de Saúde, contudo, verifico que não lhe assiste razão. 7. Após a EC 51/2006 não significa dizer que passou a existir direito à estabilidade para agentes comunitários contratados temporariamente, como se esses tivessem sido submetidos a concurso de provas ou de provas e títulos nos termos do art. 37, II, da CF. 8. Da leitura dos supracitados dispositivos legais, é lícito inferir que aos profissionais contratados de forma temporária antes da promulgação da EC 51/2006 ficou assegurada, apenas, a dispensa da participação em novo processo seletivo para manutenção do contrato com o poder público. 9. Não podem os servidores temporários almejar a efetivação definitiva no cargo público, pois estão vinculados ao Quadro Municipal de maneira precária, nos termos do art. 37, IX da CF, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, por tempo estabelecido. 10. No caso dos autos, não há demonstração de que a seleção a que restou submetido o autor para o exercício da função de Agente Comunitário de Saúde tenha obedecido aos princípios e critérios instituídos pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 51/2006 e pelo art. 9º da Lei nº 11.350/2006. Na verdade os documentos colacionados pelo Município às fls. 180/184 revelam que o demandante passou por uma seleção simplificada, mas nada que se compare a um concurso público e todas as suas regras e exigências legais. 11. Necessário esclarecer que o art. 9º da Lei 11.350/06 dispôs expressamente que a contratação de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias deverá ser precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por esse motivo, somente tem vez, a certificação de anterior processo de seleção, quando realizado nesses termos, consoante expressamente prevê o parágrafo único do referido dispositivo legal, outrora transcrito. 12. As modificações introduzidas pela EC nº 51/06 não excepcionaram a regra de exigência de concurso para fins de acessibilidade aos cargos públicos, e diferentemente da interpretação emprestada pelo magistrado a quo, não vieram assegurar a estabilidade àqueles agentes comunitários de saúde contratados de forma temporária que haviam ingressado no cargo através de processo seletivo, mas tão somente possibilitar a manutenção dos contratos, desde que tenham sido firmados mediante processo seletivo anterior. 13. Neste contexto, merece ser reformada a sentença que garantiu ao autor o direito de permanência no cargo efetivo de agente Comunitário de Saúde no Município de Jaboatão dos Guararapes como servidor efetivo, porque para isso ele precisaria ter sido aprovado em concurso de provas ou de provas e títulos, e não somente em seleção simplificada para atender excepcional interesse público. 14. Reexame Necessário provido reformando-se in totum, a decisão vergastada. Prejudicado o apelo voluntário. 15. Impõe-se a inversão do ônus sucumbencial, cabendo à parte autora o pagamento das custas e dos honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspensa a execução da verba honorária por até 05 anos subsequentes ao trânsito em julgado da sentença, nos moldes do artigo 98, § 3º, do CPC/2015. (TJ-PE - APL: 4957404 PE, Relator: Waldemir Tavares de Albuquerque Filho, Data de Julgamento: 20/08/2019, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 10/09/2019).

Nesse viés, não há que se falar em legalidade da norma municipal que converteu o regime jurídico do servidor sem exigência de concurso público, passando de um “status” de não estável para estável, contrariando o art. 19 da ADCT.

EMENTA- TRANSMUDAÇÃO DO REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO A CONCURSO PÚBLICO. ESTABILIDADE GARANTIDA NA FORMA DO ART. 19 DO ADCT. 1. A estabilidade de que trata o art. 19 do ADCT não confere ao servidor público contratado sob o regime celetista o direito à automática transmudação para o regime estatutário sem a prévia realização de concurso público, sendo-lhe assegurado apenas o direito aos depósitos do FGTS. 2. Apelo conhecido e desprovido. (TJ-MA - AC: 00005879120148100126 MA 0291732017, Relator: PAULO SRGIO VELTEN PEREIRA, Data de Julgamento: 30/04/2019, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/05/2019 00:00:00)

Conclui-se que transmudação do regime celetista para o estatutário não é considerada válida. O direito de receber as vantagens adquiridas por um servidor público nomeado através de concurso não pode ser estendido a um servidor nomeado através de um processo simplificado.

Desse modo, a confirmação da sentença é medida que se impõe.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo-se incólume a sentença combatida.

Deixo de condenar o recorrente no pagamento das verbas de sucumbência, reconhecendo sua hipossuficiência financeira, conforme evidenciado pelas fichas financeiras que instruíram a inicial.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA RECURSO INOMINADO.AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. REGIME CELETISTA TRANSPOSIÇÃO PARA O REGIME ESTATUTÁRIO. LEI MUNICIPAL INCONSTITUCIONALIDADE. INEXISTÊNCIA DE ESTABALIDADE E EFETIVAÇÃO DEFINITVA.

O cargo de agente comunitário, contratado através de processo seletivo simplificado, é de vinculo precário, não admitindo efetivação definitiva e estabilidade.

Deve ser considerada inconstitucional, lei municipal que prevê a transposição para o regime estatutário de servidores inicialmente contratados em processo seletivo simplificado, sob regime celetista, para emprego público temporário de agente comunitário de saúde.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Porto Velho, 28 de Junho de 2023
Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
RELATOR

Turma Recursal / Turma Recursal - Gabinete 02
Processo: 7011842-76.2022.8.22.0007 - RECURSO INOMINADO CÍVEL (460)
Relator: Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS
Data distribuição: 25/05/2023 17:03:14
Data julgamento: 28/06/2023
Polo Ativo: BELARMINO RAMOS PORTO
Advogado do(a) RECORRENTE: JULIANO MENDONÇA GEDE - RO5391-A
Polo Passivo: MUNICIPIO DE CACOAL
RELATÓRIO Trata-se de Ação de Cobrança manejada em face do Município de Cacoal, pela qual alega a parte autora que com a transmudação do regime celetista para o estatutário amparado pela lei 3.577/2016, tem direito à averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio inerentes aos titulares deste regime.
Assim, requer o pagamento das verbas, bem como seus reflexos desde sua contratação pelo regime celetista.
Contrarrazões pela manutenção da sentença.
É o relatório.
VOTO Conheço do recurso interposto eis que presentes os requisitos legais de admissibilidade.
Pretende o apelante o reconhecimento de direitos retroativos referente a averbação do tempo de serviço, progressão e licença prêmio, em razão do exercício do cargo de Agente Comunitário de Saúde, inicialmente sob o regime celetista, posteriormente transposto para o regime estatutário.
A sentença recorrida reconheceu a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 3.577-2016 que transformou o cargo público de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias de celetista para estatutário.
A despeito das razões expostas pelo recorrente, entendo que a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos. Explico.
Conforme se extrai dos autos, o recorrente foi contrato nos idos de 2004 para exercer emprego público de natureza celetista e temporário, através de processo seletivo simplificado.
A questão é tratada pela EC nº 51/2006, que em seu artigo 2º, parágrafo único, estabelece que:
Art. 2º Após a promulgação da presente Emenda Constitucional, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias somente poderão ser contratados diretamente pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios na forma do § 4º do art. 198 da Constituição Federal, observado o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar de que trata o art. 169 da Constituição Federal.
Parágrafo único. Os profissionais que, na data de promulgação desta Emenda e a qualquer título, desempenharem as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, na forma da lei, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição Federal, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação .
Conforme se extrai, o texto legal apenas reconheceu a desnecessidade de os profissionais que já se encontravam no exercício da profissão por ocasião da sua promulgação, realizarem novo processo seletivo. Isso não significa dizer que a norma constitucional reconheceu a existência de direito a efetividade ou de outros direitos próprios dos servidores efetivos.
Por ter sido admitido em processo seletivo simplificado, não pode o recorrente almejar os mesmos direitos dos servidores efetivos, pois o cargo por ele desempenhado não é cargo de provimento efetivo e, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade. Nesse ponto é que se estabelece a inconstitucionalidade da Lei Municipal, que reconheceu aos Agentes Comunitários direitos que a própria Constituição Federal não reconheceu.
Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial, senão vejamos:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO ORDINÁRIO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO E LICENÇA-PRÊMIO. DIREITOS INERENTES AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO. EXTENSÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. 1. Não há amparo legal para estender os benefícios previstos para os servidores efetivos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itumbiara aos agentes comunitários de saúde, contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Administração Municipal, mediante processo seletivo simplificado. 2. Os cargos de agente comunitário de saúde e de combate às endemias não são cargos de provimento efetivo e são, por isso, desprovidos do atributo de estabilidade . 3. A licença-prêmio e o adicional por tempo de serviço não se coadunam com o caráter precário e transitório dos cargos ocupados por servidores contratados sem concurso público e sem a característica da estabilidade. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, PORÉM DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. (TJGO, Apelação (CPC) 0365594-67.2015.8.09.0087, Rel. JEOVÁ SARDINHA DE MORAES, 6ª Câmara Cível, julgado em 20/07/2017, DJe de 20/07/2017) (destaquei).
Ressalte-se, ainda, que embora o STF tenha reconhecido aos Agentes Comunitários de Saúde, contratados antes da emenda constitucional 51/2006, bem como da lei nº 11.350/2006, o direito de continuarem com vínculo com a administração pública, este se dá de forma precária. Vejamos:
DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. CONTRATO TEMPORÁRIO. EC Nº 51/06. PRETENSÃO DE EFETIVAÇÃO NO CARGO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA À REGRA CONTIDA NO ART. 37, II, DA CF/88. INTELIGÊNCIA DO ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO DA EC 51/2006. SELEÇÃO SIMPLIFICADA ANTERIOR APENAS PARA MANTER VIGENTES OS CONTRATOS JÁ EXISTENTES. REEXAME NECESSÁRIO A QUE SE DA PROVIMENTO. APELO PREJUDICADO. […] 2. O cerne da questão em apreço reside em verificar se é legítimo ou não efetivar o autor no cargo efetivo de Agente Comunitários de Saúde, em razão do que preceituam a EC nº 51/06, a Lei

Federal nº 11.350/06 e a Lei Municipal nº 226/2008, assegurando a estabilidade no emprego às pessoas que estão exercendo atividade temporária, através de seleção simplificada. 3. É cediço que a Emenda Constitucional nº 51, de 14/02/2006, visando pôr fim à questão das contratações temporárias dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, dispôs sobre o ingresso dos profissionais de saúde no serviço público, determinando, a partir das modificações implementadas pelo seu art. 1º, a necessidade de realização de processo seletivo público para a admissão, por parte dos gestores locais do SUS, dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. 4. Preocupou-se, ainda, a aludida emenda em regular a situação daqueles profissionais que, ao tempo de sua promulgação, já exerciam as atividades mencionadas, inclusive por força de contratos temporários, como no caso em tela. 5. Com a finalidade de regulamentar o § 5º, do art. 198 da CF, restou editada a Lei Federal nº 11.350, de 05/10/2006, que dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único, do art. 2º da EC no 51/2006. 6. É, com base nestes dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que o demandante pleiteia o direito à efetivação no cargo de Agente Comunitário de Saúde, contudo, verifico que não lhe assiste razão. 7. Após a EC 51/2006 não significa dizer que passou a existir direito à estabilidade para agentes comunitários contratados temporariamente, como se esses tivessem sido submetidos a concurso de provas ou de provas e títulos nos termos do art. 37, II, da CF. 8. Da leitura dos supracitados dispositivos legais, é lícito inferir que aos profissionais contratados de forma temporária antes da promulgação da EC 51/2006 ficou assegurada, apenas, a dispensa da participação em novo processo seletivo para manutenção do contrato com o poder público. 9. Não podem os servidores temporários almejar a efetivação definitiva no cargo público, pois estão vinculados ao Quadro Municipal de maneira precária, nos termos do art. 37, IX da CF, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, por tempo estabelecido. 10. No caso dos autos, não há demonstração de que a seleção a que restou submetido o autor para o exercício da função de Agente Comunitário de Saúde tenha obedecido aos princípios e critérios instituídos pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 51/2006 e pelo art. 9º da Lei nº 11.350/2006. Na verdade os documentos colacionados pelo Município às fls. 180/184 revelam que o demandante passou por uma seleção simplificada, mas nada que se compare a um concurso público e todas as suas regras e exigências legais. 11. Necessário esclarecer que o art. 9º da Lei 11.350/06 dispôs expressamente que a contratação de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias deverá ser precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por esse motivo, somente tem vez, a certificação de anterior processo de seleção, quando realizado nesses termos, consoante expressamente prevê o parágrafo único do referido dispositivo legal, outrora transcrito. 12. As modificações introduzidas pela EC nº 51/06 não excepcionaram a regra de exigência de concurso para fins de acessibilidade aos cargos públicos, e diferentemente da interpretação emprestada pelo magistrado a quo, não vieram assegurar a estabilidade àqueles agentes comunitários de saúde contratados de forma temporária que haviam ingressado no cargo através de processo seletivo, mas tão somente possibilitar a manutenção dos contratos, desde que tenham sido firmados mediante processo seletivo anterior. 13. Neste contexto, merece ser reformada a sentença que garantiu ao autor o direito de permanência no cargo efetivo de agente Comunitário de Saúde no Município de Jaboatão dos Guararapes como servidor efetivo, porque para isso ele precisaria ter sido aprovado em concurso de provas ou de provas e títulos, e não somente em seleção simplificada para atender excepcional interesse público. 14. Reexame Necessário provido reformando-se in totum, a decisão vergastada. Prejudicado o apelo voluntário. 15. Impõe-se a inversão do ônus sucumbencial, cabendo à parte autora o pagamento das custas e dos honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspensa a execução da verba honorária por até 05 anos subsequentes ao trânsito em julgado da sentença, nos moldes do artigo 98, § 3º, do CPC/2015. (TJ-PE - APL: 4957404 PE, Relator: Waldemir Tavares de Albuquerque Filho, Data de Julgamento: 20/08/2019, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 10/09/2019).

Nesse viés, não há que se falar em legalidade da norma municipal que converteu o regime jurídico do servidor sem exigência de concurso público, passando de um “status” de não estável para estável, contrariando o art. 19 da ADCT.

EMENTA- TRANSMUDAÇÃO DO REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO A CONCURSO PÚBLICO. ESTABILIDADE GARANTIDA NA FORMA DO ART. 19 DO ADCT. 1. A estabilidade de que trata o art. 19 do ADCT não confere ao servidor público contratado sob o regime celetista o direito à automática transmudação para o regime estatutário sem a prévia realização de concurso público, sendo-lhe assegurado apenas o direito aos depósitos do FGTS. 2. Apelo conhecido e desprovido. (TJ-MA - AC: 00005879120148100126 MA 0291732017, Relator: PAULO SRGIO VELTEN PEREIRA, Data de Julgamento: 30/04/2019, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/05/2019 00:00:00)

Conclui-se que transmudação do regime celetista para o estatutário não é considerada válida. O direito de receber as vantagens adquiridas por um servidor público nomeado através de concurso não pode ser estendido a um servidor nomeado através de um processo simplificado.

Desse modo, a confirmação da sentença é medida que se impõe.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo-se incólume a sentença combatida.

Deixo de condenar o recorrente no pagamento das verbas de sucumbência, reconhecendo sua hipossuficiência financeira, conforme evidenciado pelas fichas financeiras que instruíram a inicial.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.

É como voto.

EMENTA RECURSO INOMINADO.AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. REGIME CELETISTA TRANSPOSIÇÃO PARA O REGIME ESTATUTÁRIO. LEI MUNICIPAL INCONSTITUCIONALIDADE. INEXISTÊNCIA DE ESTABALIDADE E EFETIVAÇÃO DEFINITVA.

O cargo de agente comunitário, contratado através de processo seletivo simplificado, é de vinculo precário, não admitindo efetivação definitiva e estabilidade.

Deve ser considerada inconstitucional, lei municipal que prevê a transposição para o regime estatutário de servidores inicialmente contratados em processo seletivo simplificado, sob regime celetista, para emprego público temporário de agente comunitário de saúde.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e de acordo com gravação em áudio da sessão, em, RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO A UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Porto Velho, 28 de Junho de 2023

Relator Des. JOSE AUGUSTO ALVES MARTINS

RELATOR

NÚCLEO DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7002629-33.2023.8.22.0000 Requerente: REQUERENTE: EUNICE PEREIRA DE PAULA Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO GARCIA DE SOUZA - RO11779
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
Intimação À PARTE RECORRIDA
ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
AVENIDA IMIGRANTES, 4137, INDUSTRIAL, Porto Velho - RO - CEP: 76801-000
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7010762-58.2023.8.22.0002
Fornecimento de Energia Elétrica
AUTOR: LISELOTE FERRONATTO, CPF nº 49749889215, RUA SÃO PEDRO 5728 RAIO DE LUZ - 76876-054 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ALLISON ALMEIDA TABALIPA, OAB nº RO6631
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 1966, - DE 1560 A 1966 - LADO PAR SETOR 02 - 76873-238 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
Despacho
O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, por meio da Resolução n. 214/2021-TJRO, seguindo com o disposto na Resolução 385/2021-CNJ, promoveu a criação dos Núcleos de Justiça 4.0 no âmbito do
PODER JUDICIÁRIO de Rondônia, unidade autônoma e especializada em razão da matéria, com competência em todo o território deste estado.
Seguindo nessa estratégia, o Ato Conjunto n. 015/2022-PR-CGJ instala o 2º Núcleo de Justiça 4.0, com especialização nas demandas judiciais de empresas de distribuição e comercialização de energia elétrica.
É evidente que, com a criação dos Núcleos, o CNJ e o TJRO objetivam o aumento da celeridade e da eficiência da prestação jurisdicional, promovendo o aprimoramento do acesso à Justiça.
Além disso, em se tratando de unidade autônoma e especializada, com competência em todo o território do estado, poderá abarcar as causas de sua competência – na hipótese, os casos envolvendo a concessionária de energia elétrica Energisa – e contribuirá sobremaneira na redução do número de processos em trâmite neste Juizado Especial Cível de Ariquemes, unidade judiciária esta que recebe diariamente inúmeras ações dessa natureza.
Considerando ainda, inegavelmente a atuação especializada beneficiará as partes, ante a possibilidade de entrega da prestação jurisdicional de qualidade e com a celeridade almejada tanto pelo TJRO como pelo CNJ.
No mesmo sentido, vale destacar que a resolução em comento exige que a vontade da parte seja manifestada já por ocasião da petição inicial. O seu silêncio, aliado à existência de unidade jurisdicional com competência especializada e com maiores possibilidades de imprimir a celeridade capaz de atender aos anseios do jurisdicionado, há de ser considerado como concordância pela remessa do feito ao Núcleo competente.
Posto isso, determino que se REDISTRIBUA o feito ao Núcleo de Justiça 4.0 – Energisa, observadas as diligências, registros e movimentações que se fizerem necessárias.
CUMPRA-SE, independentemente de intimação da parte ou publicação do ato, posto que o feito não está sendo extinto, mas sim, remetido para o Núcleo de Justiça 4.0, que promoverá os atos processuais e de publicidade regularmente.
Cumpra-se servindo-se a presente como Comunicação/Carta de Intimação/Mandado/Ofício/Carta Precatória.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº: 7015158-52.2021.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: NAZARE VIEIRA DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: FRANCISCA FREITAS FRANCA - RO6609
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
NOTIFICAÇÃO DA PARTE RECORRENTE
NAZARE VIEIRA DOS SANTOS
Rua Ernandes Indio, 6180, Planalto, Porto Velho - RO - CEP: 76825-412

Com base na sentença, fica a parte, acima indicada, notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto extrajudicial. O Valor das custas é de 1% um por cento, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896 de 2016 (Regimento de Custas). Assim, para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=Tx7niP9iEw7gdde9QtEMNn_CnNejhosUMo1nxE8.wildfly01:custas1.1
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
GABRIEL PEQUENO DE QUEIROZ

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69) Processo n°: 7058957-14.2022.8.22.0001
AUTOR: IVONETE FERREIRA PINTO
Advogado do(a) AUTOR: KARINA ROCHA PRADO - RO1776
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Finalidade: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, acerca do retorno dos autos da turma recursal, no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº: 7058957-14.2022.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
AUTOR: IVONETE FERREIRA PINTO
Advogado do(a) AUTOR: KARINA ROCHA PRADO - RO1776
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
NOTIFICAÇÃO DA PARTE RECORRENTE
ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Com base em acórdão proferido pela Turma Recursal, fica a parte recorrente, acima indicada, notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto extrajudicial. O Valor das custas é de 1% um por cento, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896 de 2016 (Regimento de Custas). Assim, para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=Tx7niP9iEw7gdde9QtEMNn_CnNejhosUMo1nxE8.wildfly01:custas1.1
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
GABRIEL PEQUENO DE QUEIROZ

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69) Processo n°: 7060896-29.2022.8.22.0001
AUTOR: FERNANDO JORGE FERREIRA MARTINS
Advogado do(a) AUTOR: LUCAS ARABE GOMES DA SILVA - RO8170
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Finalidade: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, acerca do retorno dos autos da turma recursal, no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69) Processo n°: 7057247-90.2021.8.22.0001
AUTOR: SANDRA MARIA GUSMAO DORNELES
Advogado do(a) AUTOR: KARINA ROCHA PRADO - RO1776
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogados do(a) REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664, KESIA SILVA OLIVEIRA - PB25948
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Finalidade: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, acerca do retorno dos autos da turma recursal, no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69) Processo n°: 7043237-07.2022.8.22.0001
AUTOR: NEURA CARLA OLIVEIRA LIMA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: ARTUR LOPES DE SOUZA - RO6231, SERGIO CARDOSO GOMES FERREIRA JUNIOR - RO4407

REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogados do(a) REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664, ESTEVAO ARAUJO PAIVA DE CASTRO FILHO - PB29838, KESIA SILVA OLIVEIRA - PB25948
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Finalidade: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, acerca do retorno dos autos da turma recursal, no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69) Processo n°: 7015247-41.2022.8.22.0001
AUTOR: MARCELO OLIVEIRA IZEL
Advogados do(a) AUTOR: CARINA RODRIGUES MOREIRA - RO10065, SIDNEY SOBRINHO PAPA - RO10061
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Finalidade: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, acerca do retorno dos autos da turma recursal, no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7005295-07.2023.8.22.0000 Requerente: AUTOR: FRANCISCA DE ASSIS SOARES DA SILVA Advogado: Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte requerente intimada a apresentar impugnação à contestação (RÉPLICA) e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 15 dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7001555-35.2023.8.22.0002 Requerente: AUTOR: ALINE MARIA BRUSTOLON LOPES Advogado: Advogado do(a) AUTOR: WALDIR GERALDO JUNIOR - RO10548
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE RECORRIDA
ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Áreas Especiais, 2032, ENERGISA ARIQUEMES, Av. Juscelino Kubitscheck, 2022, Buritis - RO - CEP: 76880-000
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7049472-87.2022.8.22.0001 Requerente: AUTOR: JOAQUIM DONISETE DE ANDRADE SILVA Advogado: Advogado do(a) AUTOR: MATHEUS ARAUJO MAGALHAES - RO10377
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7008218-03.2023.8.22.0001 Requerente: AUTOR: VITOR HUGO BENEDETTI Advogado: Advogado do(a) AUTOR: JHONATAN KLACZIK - RO9338

Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE RECORRIDA
VITOR HUGO BENEDETTI
Rua Abunã, s/n., Centro, Extrema (Porto Velho) - RO - CEP: 76847-000
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7021282-51.2021.8.22.0001 Requerente: AUTOR: PAULO ISAIAS DA COSTA Advogado: Advogado do(a) AUTOR: RILDO RODRIGUES SALOMAO - RO0005335A
Requerido(a): PROCURADOR: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) PROCURADOR: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
INTIMAÇÃO À PARTE
PAULO ISAIAS DA COSTA
Linha 02, SN, Distrito de Rio Pardo, Área Rural de Porto Velho, Porto Velho - RO - CEP: 76841-000
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, querendo, apresentar manifestação NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, quanto à impugnação/embargos a execução/cumprimento de sentença.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7019072-87.2022.8.22.0002 Requerente: REQUERENTE: CAMYLA ALVES FERREIRA Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: LEA TATIANA DA SILVA LEAL - RO5730
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE RECORRIDA
ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7035696-83.2023.8.22.0001 Requerente: AUTOR: MATILDE DA SILVA MARTINS Advogado: Advogado do(a) AUTOR: AUGUSTO DA SILVA BRAZ - RO13048
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
Intimação À PARTE REQUERENTE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte requerente intimada a apresentar impugnação à contestação (RÉPLICA) e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 15 dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7008285-62.2023.8.22.0002 Requerente: AUTOR: GLEICON DE SOUZA SANTOS Advogado: Advogado do(a) AUTOR: CAROLINE REBECA ALBERTI - RO5945
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte requerente intimada a apresentar impugnação à contestação (RÉPLICA) e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 15 dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7034062-52.2023.8.22.0001 Requerente: AUTOR: MARIA DA CONCEICAO ALMEIDA DUARTE LIMA E SILVA Advogado: Advogado do(a) AUTOR: GABRIEL ELIAS BICHARA - RO6905
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte requerente intimada a apresentar impugnação à contestação (RÉPLICA) e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 15 dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7005280-38.2023.8.22.0000 Requerente: AUTOR: ELIANA DOS SANTOS SODRE Advogado: Advogado do(a) AUTOR: SERGIO DOS SANTOS NUNES - RO9809
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte requerente intimada a apresentar impugnação à contestação (RÉPLICA) e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 15 dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7008643-27.2023.8.22.0002 Requerente: AUTOR: VALDEIR MENDES SOUZA Advogado: Advogados do(a) AUTOR: JAQUES DOUGLAS FERREIRA BARBOSA JUNIOR - RO11630, RAMIRES ANDRADE DE JESUS - RO9201
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte requerente intimada a apresentar impugnação à contestação (RÉPLICA) e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 15 dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7035283-70.2023.8.22.0001 Requerente: AUTOR: ADAILDO DOS SANTOS TELES JUNIOR Advogado: Advogado do(a) AUTOR: MARA DAYANE DE ARAUJO ALMADA - RO0004552A
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte requerente intimada a apresentar impugnação à contestação (RÉPLICA) e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 15 dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº: 7074591-50.2022.8.22.0001 Requerente: AUTOR: CAMERINO PEREIRA DE OLIVEIRA Advogado: Advogados do(a) AUTOR: ALESSANDRO RIOS PRESTES - RO9136, JOSE ANDRE DA SILVA - RO9800

Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
INTIMAÇÃO
ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
LIMINAR VER SEI Nº 0000341-26.2020.8.22.8800, *, Porto Velho - RO - CEP: 76804-421
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica a Parte intimada, através de seus advogados, para, em 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento dos honorários periciais, sob pena de bloqueio do valor.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº: 7006481-62.2023.8.22.0001 Requerente: AUTOR: EDELSINA PEREIRA DE ARAUJO Advogado: Advogados do(a) AUTOR: ALESSANDRO RIOS PRESTES - RO9136, JOSE ANDRE DA SILVA - RO9800
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogados do(a) REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664, HUGO CAVALCANTE GUIMARAES - PB31561
INTIMAÇÃO
ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Avenida Juscelino Kubitschek,, 2032, Centro, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76958-000
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica a Parte intimada, através de seus advogados, para, em 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento dos honorários periciais, sob pena de bloqueio do valor.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7026378-76.2023.8.22.0001 Requerente: AUTOR: LIBERTY SEGUROS S/A Advogado: Advogado do(a) AUTOR: BIANCA SCONZA PORTO - SP187471
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
Intimação À PARTE REQUERENTE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte requerente intimada a apresentar impugnação à contestação (RÉPLICA) e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 15 dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7005361-84.2023.8.22.0000 Requerente: AUTOR: ANTONIO DAMIAO ALMEIDA DE SOUZA Advogado: Advogado do(a) AUTOR: HUGO MIRANDA BRITO - RO13045
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte requerente intimada a apresentar impugnação à contestação (RÉPLICA) e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 15 dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7005310-73.2023.8.22.0000 Requerente: AUTOR: JOSE FREIRE DE ARAUJO Advogado: Advogados do(a) AUTOR: ADRIANA LOREDOS DA CRUZ - RO10034, CELSO LUIZ MUTZ DA CRUZ - RO7822, THIAGO OLIVEIRA ARAUJO - RO10612
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte requerente intimada a apresentar impugnação à contestação (RÉPLICA) e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 15 dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº: 7063247-72.2022.8.22.0001 Requerente: AUTOR: DEBORA SOLANGE NAIRNE DE CARVALHO Advogado: Advogados do(a) AUTOR: ALESSANDRO RIOS PRESTES - RO9136, JOSE ANDRE DA SILVA - RO9800
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
INTIMAÇÃO
ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Avenida Juscelino Kubitschek,, 2032, Centro, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76958-000
DEBORA SOLANGE NAIRNE DE CARVALHO
LINHA 3, KM 14, S/N, ZONA RURAL, Ji-Paraná - RO - CEP: 76914-899
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica a Parte intimada, através de seus advogados, a se manifestar acerca da requisição de informações do perito, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, 480/481 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7005543-70.2023.8.22.0000 Requerente: AUTOR: GELMA JANE ABREU Advogado: Advogado do(a) AUTOR: MATHEUS ARAUJO MAGALHAES - RO10377
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte requerente intimada a apresentar impugnação à contestação (RÉPLICA) e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 15 dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7007705-35.2023.8.22.0001
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: ANDREIA DIAS DE ALMEIDA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: PITAGORAS CUSTODIO MARINHO, OAB nº RO4700, Naiana Élen Santos Mello, OAB nº RO7460
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 3.660,62
Data da distribuição: 13/02/2023
DECISÃO
Recebo o recurso inominado somente no efeito devolutivo.
Encaminhe-se o processo à Turma Recursal.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7003222-62.2023.8.22.0000
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: HILEIA VERDE GESTAO EM FRANQUIAS E SERVICOS LTDA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RENAN NASCIMENTO SOUSA, OAB nº RO11393A
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: HUGO CAVALCANTE GUIMARAES, OAB nº PB31561, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, KESIA SILVA OLIVEIRA, OAB nº PB25948, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 10.221,20
Data da distribuição: 10/04/2023
DESPACHO
A parte autora pleiteia a gratuidade da justiça, todavia, os dados da qualificação apresentada não permitem, por si só, presumir a situação de hipossuficiência econômica e, além disso, não foram apresentados documentos que demonstrem o fato.
Intime-se a parte autora para, em 48 (quarenta e oito) horas, apresentar documentos que comprovem sua hipossuficiência (carteira de trabalho, contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, declaração de rendimentos à Receita Federal, Decore - declaração comprobatória de percepção de rendimentos, etc.) ou comprovar o recolhimento do preparo recursal, sob pena de deserção.
Decorrido o prazo, venha concluso na pasta "(JEC) Despacho Remessa" para juízo de admissibilidade dos recursos.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7074800-19.2022.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: ADRIANA ALMEIDA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 773,84
Data da distribuição: 13/04/2023
DESPACHO
Considerando o Ofício n. 101/2023 - Cejusc/Nupemec/CGJ constante no processo SEI n. 0004466-32.2023.8.22.8800, encaminhe-se o processo para audiência de conciliação.
A audiência será realizada pelo conciliador da CEJUSC por vídeo conferência através de WhatsApp, Meet ou outro aplicativo, observando a pauta fixada naquele processo.
A Central promoverá os atos necessários ao agendamento da audiência e intimação das partes.
Em caso de acordo, venha concluso na pasta "(JEC) Julgamento Homologação.
Se infrutíferas as propostas conciliatórias, venha concluso para julgamento.
Intimem-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7038402-39.2023.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: JULIAO BALDOINO
ADVOGADOS DO AUTOR: JOSE ANDRE DA SILVA, OAB nº RO9800, ALESSANDRO RIOS PRESTES, OAB nº RO9136
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 20.000,00
Data da distribuição: 07/07/2023
DESPACHO
A parte autora pleiteia a gratuidade da justiça, todavia, os dados da qualificação apresentada não permitem, por si só, presumir a situação de hipossuficiência econômica e, além disso, não foram apresentados documentos que demonstrem o fato.
Apresente a parte autora, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, documentos que comprovem a sua hipossuficiência (Carteira de trabalho, contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, declaração de rendimentos à Receita Federal, Decore – declaração comprobatória de percepção de rendimentos, etc.) ou comprove o recolhimento das custas iniciais no importe de 2% (dois por cento), nos termos do inciso I do art. 12 da Lei n. 3.896/2016.
Decorrido o prazo, se nada for apresentando, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça ao autor ficando, desde logo, intimada a referida parte para recolher as custas iniciais, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial.
Não recolhidas as custas, venha concluso para extinção.
Apresentados os documentos, venha concluso a pasta "Despacho Emendas".
Recolhidas as custas, cumpra-se o despacho abaixo:
Cite-se a parte requerida para apresentar contestação em 15 (quinze) dias.
Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).
Apresentada contestação, intime-se a parte autora para apresentar réplica em 15 (quinze) dias.
Após, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma pormenorizada e justificada, em 10 (dez) dias, sob pena de julgamento conforme o estado do processo.
Atentem as partes que, se não for justificada a necessidade de produção da prova especificada, o processo será julgado no estado em que se encontra, indeferindo-se a prova eventualmente indicada.
Obs. 1: A petição inicial e documentos que a instruem poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7043304-35.2023.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: ESSENCIAL SERVICOS DE LAVANDERIA LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: LUCIO FELIPE NASCIMENTO DA SILVA, OAB nº RO8992
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 43.015,48
Data da distribuição: 13/07/2023

DECISÃO
Apresente a parte autora comprovante de recolhimento das custas iniciais, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. As custas devem ser recolhidas no importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa, na forma da primeira parte do inciso I do art. 12 da Lei n. 3.896/2016.
Não recolhidas as custas, venha o processo concluso para extinção.
Recolhidas as custas iniciais, cumpra-se despacho abaixo:
Trata-se de ação declaratória em que a parte autora pretende ver declarada a inexistência de débito. Afirmou ser titular da UC 20/1444546-4. Alegou ter sido notificada pela requerida por suposta irregularidade no medidor de energia elétrica do seu imóvel, através do Termo de Ocorrência e Inspeção, que gerou fatura no valor de R$ 43.015,48 referente a recuperação de consumo. Sustentou que a cobrança é abusiva por ser estabelecida de forma unilateral, sem observância do contraditório e da ampla defesa. Asseverou que a conduta da requerida lhe causará prejuízos. Postulou a antecipação dos efeitos da tutela de urgência para que a requerida se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica, cobrar a(s) fatura(s) questionada(s), bem como de incluir o seu nome no cadastro de inadimplentes. Pleiteou, ao final, a procedência dos pedidos. Apresentou documentos.
É a síntese necessária.
Passo à análise do pedido de tutela de urgência.
A tutela de urgência encontra fundamento no art. 300 do CPC e para sua concessão faz-se mister a observância dos pressupostos estabelecidos em tal dispositivo, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
No caso em tela, a plausibilidade do direito sobre o qual se fundamenta o pedido de urgência decorre da suposta inexistência de débito sustentada pela parte autora, que alega que sofrerá danos caso a energia elétrica da sua unidade consumidora seja interrompida, bem como o seu nome seja inscrito nos órgãos de proteção ao crédito.
Ademais, pretendendo a parte autora discutir a legitimidade da cobrança em juízo, não se mostra justo que a energia seja suspensa enquanto pendente o processo, dada a natureza essencial do serviço.
O perigo de dano pode ser evidenciado pela possibilidade de desdobramentos negativos com a falta de energia na unidade consumidora, assim como àquele que possui o nome constando no rol de inadimplentes, ainda mais quando há dúvidas acerca da certeza da legitimidade do débito.
Além disso, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que atende aos requisitos disciplinados pela Legislação Processual (§3º do art. 300 do CPC).
Ante o exposto, DEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência antecipada formulado e DETERMINO à parte requerida se abstenha de promover a cobrança das faturas elétricas no valor de R$ 43.015,48 e vencida em 29/05/2023, bem como de incluir o nome da parte autora no cadastro de inadimplentes, assim como de interromper fornecimento de energia da UC 20/1444546-4 (localizada na Rua Manoel Laurentino de Souza, 1991, nesta cidade), sob pena de multa diária no valor de R$ 1.320,00 (mil trezentos e vinte reais).
Ressalto que as obrigações de fazer e não fazer deferidas por meio desta tutela de urgência restringe-se tão somente à fatura objeto da lide indicada nesta decisão.
Desde já esclareço que o serviço deve ser mantido em pleno funcionamento até o julgamento final do processo, pois afastada provisoriamente a exigibilidade da fatura em discussão nestes autos. Significa que a parte autora deve realizar o pagamento das faturas de energia vencidas e vincendas não abrangias por esta decisão.
Cite-se a parte requerida para apresentar contestação em 15 (quinze) dias.
Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).
Apresentada contestação, intime-se a parte autora para apresentar réplica em 15 (quinze) dias.
Após, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma pormenorizada e justificada, em 10 (dez) dias, sob pena de julgamento conforme o estado do processo.
Atentem as partes que, se não for justificada a necessidade de produção da prova especificada, o processo será julgado no estado em que se encontra, indeferindo-se a prova eventualmente indicada.
Obs. 1: A petição inicial e documentos que a instruem poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7007297-41.2023.8.22.0002
Procedimento Comum Cível
AUTOR: ADRIELE BASILIO DOS REIS
ADVOGADO DO AUTOR: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR, OAB nº MT20812O
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 10.082,49
Data da distribuição: 14/06/2023
SENTENÇA
Nos termos do art. 82 do Código de Processo Civil, incumbe às partes prover as despesas dos atos que realizarem, antecipando-lhes o pagamento, desde o início até a sentença final.
A distribuição da petição inicial é ato judicial sujeito a preparo e, portanto, não havendo o adiantamento das custas iniciais, o indeferimento é consequência lógica.
No caso em tela, inicialmente a parte autora formulou pedido de concessão do benefício da gratuidade da justiça, todavia, a qualificação da petição inicial, por si só, não permitiu concluir pela existência de hipossuficiência financeira da autora, motivo pelo qual lhe foi concedido prazo para complementar a petição inicial e apresentar documentos suficientes a demonstrar a situação de fato alegado, sob pena de indeferimento do pedido (ID n. 92113552).

O prazo decorreu sem que a parte autora adotasse qualquer providência.
Ficou consignado que caso não fosse apresentados os documentos, o pedido de gratuidade seria indeferido automaticamente, o que ocorre, iniciando de imediato o prazo para o recolhimento das custas iniciais, sob pena de indeferimento da petição inicial.
Decorrido o prazo, novamente, a providência determinada à parte autora não foi cumprida.
Então, uma vez que a autora não conferiu elementos adequados à concessão da gratuidade da justiça em seu favor e também não providenciou o recolhimento das custas iniciais, há que se indeferir a petição inicial, tendo em vista a ausência de um dos pressupostos de constituição válida e regular do processo.
Insta salientar que, por se tratar de indeferimento da petição inicial, não há necessidade de intimação pessoal da parte autora, tendo em vista que o processo não se formou validamente (inciso IV do art. 485 do CPC).
Nesse sentido:
"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. GRATUIDADE CONDICIONADA À COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. NÃO COMPROVAÇÃO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. NÃO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. 1. Imprescindível o adiantamento das custas iniciais no ato da distribuição da inicial, pois constitui ato sujeito a preparo, exceto se houver concessão de gratuidade judiciária. 2. Condicionado o deferimento do pedido de gratuidade judiciária à comprovação do estado de miserabilidade, não sendo apresentados documentos que comprovem a situação alegada e não realizado o preparo no prazo concedido, o indeferimento da inicial fundamenta-se na ausência de requisito para o processamento regular do processo, não sendo necessária a intimação pessoal do autor. 3. Apelação conhecida e improvida" (TJ/DF, 2ª Turma Cível, AC n. 2006.01.1.102275-7, Relator Des. Carlos Rodrigues, julgado em 06/06/2007 e publicado no DJU de 28/08/2007, p. 121).
Ante o exposto, com fundamento no parágrafo único do art. 321 e inciso IV do art. 330 do Código de Processo Civil, INDEFIRO a petição inicial apresentada por ADRIELE BASILIO DOS REIS contra ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, ambos qualificados no processo e, em consequência, nos termos do inciso I do art. 485 do mesmo Código, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito e DETERMINO seu arquivamento.
Considerando que o indeferimento está ocorrendo por causa do não recolhimento das custas, o indeferimento equivale ao cancelamento da distribuição e, por isso, não há que se falar em condenação das custas iniciais.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, 480/481 859/860

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, 480/481 859/860 Processo n. 7001744-13.2023.8.22.0002
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: JULIANA LUCIA LUIZ
ADVOGADO DO AUTOR: CATIANE MALTA SOARES, OAB nº DESCONHECIDO
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: HUGO CAVALCANTE GUIMARAES, OAB nº PB31561, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ESTEVAO ARAUJO PAIVA DE CASTRO FILHO, OAB nº PB29838, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 21.367,22
Data da distribuição: 10/02/2023
Despacho
Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos.
Considerando o trânsito em julgado, comunique-se essa informação ao e. Rel. do agravo de instrumento n. 0807426-41.2023.8.22.0000.
Após, arquive-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, 480/481 859/860

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7004840-36.2023.8.22.0002
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: FERNANDO FERREIRA REDONDO
ADVOGADO DO AUTOR: DIEGO RODRIGO RODRIGUES DE PAULA, OAB nº RO9507
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: KESIA SILVA OLIVEIRA, OAB nº PB25948, MARIA BEATRIZ ALBUQUERQUE MOURA DE OLIVEIRA, OAB nº PB20422, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 5.547,76
Data da distribuição: 09/05/2023
DECISÃO
Defiro ao autor os benefícios da gratuidade de justiça.
Recebo o recurso inominado somente no efeito devolutivo.
Encaminhe-se o processo à Turma Recursal.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7069774-40.2022.8.22.0001
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: ELPHA CLINICA ESPECIALIZADA EM MEDICINA OCUPACIONAL LTDA - ME
ADVOGADO DO AUTOR: SOLANGE GOMES DA SILVA, OAB nº MT26329O
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 35.203,30
Data da distribuição: 31/05/2023
DESPACHO
Considerando o Ofício n. 101/2023 - Cejusc/Nupemec/CGJ constante no processo SEI n. 0004466-32.2023.8.22.8800, encaminhe-se o processo para audiência de conciliação.
A audiência será realizada pelo conciliador da CEJUSC por vídeo conferência através de WhatsApp, Meet ou outro aplicativo, observando a pauta fixada naquele processo.
A Central promoverá os atos necessários ao agendamento da audiência e intimação das partes.
Em caso de acordo, venha concluso na pasta “(JEC) Julgamento Homologação.
Se infrutíferas as propostas conciliatórias, venha concluso para julgamento.
Intimem-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7002596-43.2023.8.22.0000
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: MARIA DA CONCEICAO NASCIMENTO ARAUJO
ADVOGADO DO AUTOR: MARCOS GABRIEL NASCIMENTO ARAUJO, OAB nº RO11527
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 18.467,44
Data da distribuição: 20/03/2023
DESPACHO
Considerando o Ofício n. 101/2023 - Cejusc/Nupemec/CGJ constante no processo SEI n. 0004466-32.2023.8.22.8800, encaminhe-se o processo para audiência de conciliação.
A audiência será realizada pelo conciliador da CEJUSC por vídeo conferência através de WhatsApp, Meet ou outro aplicativo, observando a pauta fixada naquele processo.
A Central promoverá os atos necessários ao agendamento da audiência e intimação das partes.
Em caso de acordo, venha concluso na pasta “(JEC) Julgamento Homologação.
Se infrutíferas as propostas conciliatórias, venha concluso para julgamento.
Intimem-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7074057-09.2022.8.22.0001
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: GIGLIANE CASTRO DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEBORA PANTOJA BASTOS, OAB nº RO7217
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 23.338,93
Data da distribuição: 10/10/2022
DESPACHO
Considerando o Ofício n. 101/2023 - Cejusc/Nupemec/CGJ constante no processo SEI n. 0004466-32.2023.8.22.8800, encaminhe-se o processo para audiência de conciliação.
A audiência será realizada pelo conciliador da CEJUSC por vídeo conferência através de WhatsApp, Meet ou outro aplicativo, observando a pauta fixada naquele processo.
A Central promoverá os atos necessários ao agendamento da audiência e intimação das partes.
Em caso de acordo, venha concluso na pasta “(JEC) Julgamento Homologação.
Se infrutíferas as propostas conciliatórias, venha concluso para julgamento.
Intimem-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7003729-17.2023.8.22.0002
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: LINCON ALVES DE SOUZA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ERICA FERNANDA PADUA LIMA, OAB nº RO7490, FRANCISCO FERREIRA DA SILVA, OAB nº RO12067
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: MARIA BEATRIZ ALBUQUERQUE MOURA DE OLIVEIRA, OAB nº PB20422, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 15.618,45
Data da distribuição: 14/03/2023
DESPACHO
Considerando o Ofício n. 101/2023 - Cejusc/Nupemec/CGJ constante no processo SEI n. 0004466-32.2023.8.22.8800, encaminhe-se o processo para audiência de conciliação.
A audiência será realizada pelo conciliador da CEJUSC por vídeo conferência através de WhatsApp, Meet ou outro aplicativo, observando a pauta fixada naquele processo.
A Central promoverá os atos necessários ao agendamento da audiência e intimação das partes.
Em caso de acordo, venha concluso na pasta "(JEC) Julgamento Homologação.
Se infrutíferas as propostas conciliatórias, venha concluso para julgamento.
Intimem-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330
Processo n°: 7004833-78.2022.8.22.0002
REQUERENTE: JOSE FERNANDES
Advogados do(a) REQUERENTE: GEIZY MARA SILVA DE LAIA - RO12086, MARINETE ALVES FERREIRA - RO11954
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
Finalidade: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7010667-28.2023.8.22.0002
Perdas e Danos
REQUERENTE: MATHEUS SILVA DE FELIPPE, CPF nº 03094815200, EQUADOR 1585 JARDIM AMERICA - 76871-006 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AC CACOAL 2775, AVENIDA SÃO PAULO 2775 CENTRO - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ENERGISA RONDÔNIA
Despacho
O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, por meio da Resolução n. 214/2021-TJRO, seguindo com o disposto na Resolução 385/2021-CNJ, promoveu a criação dos Núcleos de Justiça 4.0 no âmbito do Poder Judiciário de Rondônia, unidade autônoma e especializada em razão da matéria, com competência em todo o território deste estado.
Seguindo nessa estratégia, o Ato Conjunto n. 015/2022-PR-CGJ instala o 2º Núcleo de Justiça 4.0, com especialização nas demandas judiciais de empresas de distribuição e comercialização de energia elétrica.
É evidente que, com a criação dos Núcleos, o CNJ e o TJRO objetivam o aumento da celeridade e da eficiência da prestação jurisdicional, promovendo o aprimoramento do acesso à Justiça.
Além disso, em se tratando de unidade autônoma e especializada, com competência em todo o território do estado, poderá abarcar as causas de sua competência – na hipótese, os casos envolvendo a concessionária de energia elétrica Energisa – e contribuirá sobremaneira na redução do número de processos em trâmite neste Juizado Especial Cível de Ariquemes, unidade judiciária esta que recebe diariamente inúmeras ações dessa natureza.
Considerando ainda, inegavelmente a atuação especializada beneficiará as partes, ante a possibilidade de entrega da prestação jurisdicional de qualidade e com a celeridade almejada tanto pelo TJRO como pelo CNJ.
No mesmo sentido, vale destacar que a resolução em comento exige que a vontade da parte seja manifestada já por ocasião da petição inicial. O seu silêncio, aliado à existência de unidade jurisdicional com competência especializada e com maiores possibilidades de imprimir a celeridade capaz de atender aos anseios do jurisdicionado, há de ser considerado como concordância pela remessa do feito ao Núcleo competente.

Posto isso, determino que se REDISTRIBUA o feito ao Núcleo de Justiça 4.0 – Energisa, observadas as diligências, registros e movimentações que se fizerem necessárias.
CUMPRA-SE, independentemente de intimação da parte ou publicação do ato, posto que o feito não está sendo extinto, mas sim, remetido para o Núcleo de Justiça 4.0, que promoverá os atos processuais e de publicidade regularmente.
Cumpra-se servindo-se a presente como Comunicação/Carta de Intimação/Mandado/Ofício/Carta Precatória.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7022334-14.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: DOMINGA ORTIZ ATIARES SALAZAR
ADVOGADO DO AUTOR: FRANCO OMAR HERRERA ALVIZ, OAB nº RO1228
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: MARIA BEATRIZ ALBUQUERQUE MOURA DE OLIVEIRA, OAB nº PB20422, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Recebo o recurso inominado somente no efeito devolutivo.
Encaminhe-se o processo à Turma Recursal.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito

7006061-60.2023.8.22.0000
Indenização por Dano Material, Fornecimento de Energia Elétrica
R$ 9.667,36
REQUERENTE: ENEIAS FERREIRA LIMA, CPF nº 61993352287, BR 421 S/N, KM 60 ZONA RURAL - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: VANESSA MICHELE ESBER SERRATE, OAB nº RO3875, RENATO JULIANO SERRATE DE ARAUJO, OAB nº RO4705
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
I - Recebo a inicial neste 1º Gabinete do 2º Núcleo de Justiça 4.0 do Poder Judiciário de Rondônia, com especialização das demandas judiciais de empresas de distribuição e comercialização de energia elétrica.
II - Defiro o processamento do feito pelo “Juízo 100% Digital”.
III - Considerando que a requerida não tem apresentado proposta de acordo em casos como tal, deixa-se de designar nos autos a audiência de conciliação prevista no art. 334 do NCPC, e determina-se a citação da parte ré para apresentar contestação, no prazo de 15 dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo (ENUNCIADO 13 FONAJE)
Caso não seja contestado o pedido, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora, CPC 344/345, com as ressalvas derivadas das exceções legais nos preceitos traduzidas.
Na ocasião, advirta-se as partes, desde logo, acerca da necessidade de manter atualizado, nos autos do processo e junto à Defensoria Pública Estadual - caso por ela esteja representada -, o seu endereço, número de telefone e whatsapp, e endereço eletrônico (e-mail), se houver, a fim de viabilizar o cumprimento das determinações impostas pelo juízo, inclusive por intermédio da Defensoria Pública, evitando, assim, diligências desnecessárias e/ou repetitivas, sob pena de pagamento das respectivas custas, nos termos do art. 19 c.c art. 2º, § 2º, ambos da Lei Estadual nº 3.896/16; e/ou, ainda, sob pena de reputar-se eficazes as intimações enviadas ao endereço anteriormente indicado (§ 2º art. 19, Lei nº 9.099/95).
Pratique-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7012604-76.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: RAIMUNDA TORRES REIS
ADVOGADO DO AUTOR: ALBERTO GAUNA ALVIS, OAB nº RO4699
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Recebo o recurso inominado somente no efeito devolutivo.
Encaminhe-se o processo à Turma Recursal.
Porto Velho, 1717 de julho de 2023.
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito

7010667-28.2023.8.22.0002
Perdas e Danos, Fornecimento de Energia Elétrica
R$ 1.450,00
REQUERENTE: MATHEUS SILVA DE FELIPPE, CPF nº 03094815200, EQUADOR 1585 JARDIM AMERICA - 76871-006 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AC CACOAL 2775, AVENIDA SÃO PAULO 2775 CENTRO - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
I - Recebo a inicial neste 1º Gabinete do 2º Núcleo de Justiça 4.0 do Poder Judiciário de Rondônia, com especialização das demandas judiciais de empresas de distribuição e comercialização de energia elétrica.
II - Defiro o processamento do feito pelo "Juízo 100% Digital".
III - Considerando que a requerida não tem apresentado proposta de acordo em casos como tal, deixa-se de designar nos autos a audiência de conciliação prevista no art. 334 do NCPC, e determina-se a citação da parte ré para apresentar contestação, no prazo de 15 dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo (ENUNCIADO 13 FONAJE)
Caso não seja contestado o pedido, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora, CPC 344/345, com as ressalvas derivadas das exceções legais nos preceitos traduzidas.
Na ocasião, advirta-se as partes, desde logo, acerca da necessidade de manter atualizado, nos autos do processo e junto à Defensoria Pública Estadual - caso por ela esteja representada -, o seu endereço, número de telefone e whatsapp, e endereço eletrônico (e-mail), se houver, a fim de viabilizar o cumprimento das determinações impostas pelo juízo, inclusive por intermédio da Defensoria Pública, evitando, assim, diligências desnecessárias e/ou repetitivas, sob pena de pagamento das respectivas custas, nos termos do art. 19 c.c art. 2º, § 2º, ambos da Lei Estadual nº 3.896/16; e/ou, ainda, sob pena de reputar-se eficazes as intimações enviadas ao endereço anteriormente indicado (§ 2º art. 19, Lei nº 9.099/95).
Pratique-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7006590-76.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: BLANDINA AMELIA LEONARDO PINTO GONCALVES
ADVOGADOS DO REQUERENTE: FADRICIO SILVA DOS SANTOS, OAB nº RO6703, MARIO SERGIO LEIRAS TEIXEIRA, OAB nº RO1400
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Recebo o recurso inominado somente no efeito devolutivo.
Encaminhe-se o processo à Turma Recursal.
Porto Velho, 1717 de julho de 2023.
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito

7010212-63.2023.8.22.0002
Fornecimento de Energia Elétrica, Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
R$ 4.756,80
AUTOR: ANDRE ROBERTO VIEIRA SOARES, CPF nº 68483996200, TRAVESSA VIOLETA 3847, ADVOCACIA SETOR 04 - 76873-496 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ANDRE ROBERTO VIEIRA SOARES, OAB nº RO4452A
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 2032, - DE 2025 A 2715 - LADO ÍMPAR SETOR INSTITUCIONAL - 76872-853 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
I - Recebo a inicial neste 1º Gabinete do 2º Núcleo de Justiça 4.0 do Poder Judiciário de Rondônia, com especialização das demandas judiciais de empresas de distribuição e comercialização de energia elétrica.
II - Defiro o processamento do feito pelo "Juízo 100% Digital".
III - Considerando que a requerida não tem apresentado proposta de acordo em casos como tal, deixa-se de designar nos autos a audiência de conciliação prevista no art. 334 do NCPC, e determina-se a citação da parte ré para apresentar contestação, no prazo de 15 dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo (ENUNCIADO 13 FONAJE)
Caso não seja contestado o pedido, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora, CPC 344/345, com as ressalvas derivadas das exceções legais nos preceitos traduzidas.

Na ocasião, advirta-se as partes, desde logo, acerca da necessidade de manter atualizado, nos autos do processo e junto à Defensoria Pública Estadual - caso por ela esteja representada -, o seu endereço, número de telefone e whatsapp, e endereço eletrônico (e-mail), se houver, a fim de viabilizar o cumprimento das determinações impostas pelo juízo, inclusive por intermédio da Defensoria Pública, evitando, assim, diligências desnecessárias e/ou repetitivas, sob pena de pagamento das respectivas custas, nos termos do art. 19 c.c art. 2º, § 2º, ambos da Lei Estadual nº 3.896/16; e/ou, ainda, sob pena de reputar-se eficazes as intimações enviadas ao endereço anteriormente indicado (§ 2º art. 19, Lei nº 9.099/95).
Pratique-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
7028372-42.2023.8.22.0001
Fornecimento de Energia Elétrica, Obrigação de Fazer / Não Fazer
AUTOR: MARIA IVONE SILVA SOUZA BATISTA, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 5205, - DE 5203 A 5265 - LADO ÍMPAR FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-475 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AC ALTO PARAÍSO, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3628 CENTRO - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Em atenção ao documento de ID Num. 93071017 informo que a decisão agravada que indeferiu a antecipação de tutela foi exarada com base nos documentos juntados, que não indicam a existência de faturas exorbitantes, pelo que, ciente da interposição de agravo de instrumento, mantenho hígida a decisão recorrida por seus próprios fundamentos.
Não há outras informações relevantes a serem prestadas no momento, pelo que, informe-se ao eminente Relator.
Assim, deve a CPE encaminhar ofício prestando informações à Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau imediatamente.
Comunique-se ainda ao Relator que a agravante juntou cópia do recurso nos autos de origem, cumprindo o disposto no art. 1.018 do CPC.
Serve a presente como Ofício ao Agravo de Instrumento n. 0807040-11.2023.8.22.0000.
Expeça-se o necessário e após tornem os autos conclusos.
Porto Velho 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01 Fórum Geral, 2ª Vara Cível, 6º andar, telefone 69.33097034 Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860
Processo nº 7031185-76.2022.8.22.0001
Assunto: Indenização por Dano Moral, Cláusulas Abusivas, Fornecimento de Energia Elétrica
Classe: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: VITOR ANTONIO DA SILVA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: RAIMUNDO FACANHA FERREIRA, OAB nº RO1806, LIDUINA MENDES VIEIRA, OAB nº RO4298
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, NATALIA KELLY DOMINGOS SANTOS, OAB nº PB29871, ENERGISA RONDÔNIA
Valor: R$ 15.607,82
DESPACHO
Vistos.
Expeça-se alvará em favor da parte EXECUTADA do valor depositado nos autos. Após, arquivem-se os autos.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7003600-18.2023.8.22.0000
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: ELISIA MATIAS DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: MARCOS MAURICIO NASCIMENTO DA SILVA, OAB nº RO10230
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA

DECISÃO
Recebo o recurso inominado somente no efeito devolutivo.
Encaminhe-se o processo à Turma Recursal.
Porto Velho, 1717 de julho de 2023.
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
7010068-89.2023.8.22.0002
Indenização por Dano Material
AUTOR: AUTO POSTO REAL LTDA, CNPJ nº 11885161000126, AC CUJUBIM 1972, AVENIDA PRINCIPAL, S/N CENTRO - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCELO BARBOSA, OAB nº RO10818
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Não há realização de audiência de conciliação inicial nos processos contra a Energisa. Assim, fica a parte autora intimada a proceder o recolhimento da complementação das custas iniciais, prazo de 5 dias, sob pena de extinção.
Porto Velho 17/07/2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860

7043265-38.2023.8.22.0001
Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Protesto Indevido de Título
R$ 15.547,66
REQUERENTE: CLAUDIANA DIAS SA, CPF nº 69654344220, RUA FRANCISCO BARROS, - DE 7141/7142 A 7146/7147 TEIXEIRÃO - 76825-318 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCOS EMANOEL ARAUJO PIRES, OAB nº RO13330
REQUERIDO: ENERGISA, CNPJ nº 00864214000106, AC CENTRAL DE PORTO VELHO 234, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 2701 CENTRO - 78900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
I - Recebo a inicial neste 1º Gabinete do 2º Núcleo de Justiça 4.0 do Poder Judiciário de Rondônia, com especialização das demandas judiciais de empresas de distribuição e comercialização de energia elétrica.
II - Defiro o processamento do feito pelo “Juízo 100% Digital”.
III - Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito com pedido de indenização por danos morais e antecipação de tutela, o qual passo a apreciar.
A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência de natureza antecipada, esta não será concedida, o que não é o caso dos autos (art. 300, § 3°, CPC).
Entendo, que a probabilidade do direito está no fato de que a parte autora trouxe aos autos o extrato em que consta a negativação do seu nome. Por sua, o perigo de dano se evidencia pelos possíveis prejuízos que a inscrição do nome do autor pode lhe causar.
Presentes, pois, os requisitos exigidos pelo art. 300, do CPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada, para determinar a suspensão dos efeitos do protesto lavrado contra a parte requerente, junto ao 2º Tabelionato de Protesto de Títulos e Documentos, relativamente à ocorrência que tem como credor REQUERENTE: CLAUDIANA DIAS SA, CPF nº 69654344220 por débito no valor de R$ 547,66 com vencimento em 25/05/2021, até o deslinde da causa, mediante ofício que deverá ser encaminhado ao cartório, devendo a parte autora efetuar o pagamento das custas e emolumentos (§ 3º do art. 26 da Lei n. 9.492/97 e Of. nº 072/07-DICSEN/DECOR/CG de 12/02/2007), bem como comprovar nos autos tal pagamento para posterior ressarcimento pela parte requerida, se for o caso.
IV - Considerando que a requerida não tem apresentado proposta de acordo em casos como tal, deixa-se de designar nos autos a audiência de conciliação prevista no art. 334 do NCPC, e determina-se a citação da parte ré para apresentar contestação, no prazo de 15 dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo (ENUNCIADO 13 FONAJE)
Caso não seja contestado o pedido, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora, CPC 344/345, com as ressalvas derivadas das exceções legais nos preceitos traduzidas.
Na ocasião, advirta-se as partes, desde logo, acerca da necessidade de manter atualizado, nos autos do processo e junto à Defensoria Pública Estadual - caso por ela esteja representada -, o seu endereço, número de telefone e whatsapp, e endereço eletrônico (e-mail), se houver, a fim de viabilizar o cumprimento das determinações impostas pelo juízo, inclusive por intermédio da Defensoria Pública, evitando, assim, diligências desnecessárias e/ou repetitivas, sob pena de pagamento das respectivas custas, nos termos do art. 19 c.c art. 2º, § 2º, ambos da Lei Estadual nº 3.896/16; e/ou, ainda, sob pena de reputar-se eficazes as intimações enviadas ao endereço anteriormente indicado (§ 2º art. 19, Lei nº 9.099/95).
Pratique-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho , 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330
Processo nº 7031185-76.2022.8.22.0001
REQUERENTE: VITOR ANTONIO DA SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: LIDUINA MENDES VIEIRA - RO4298, RAIMUNDO FACANHA FERREIRA - RO1806
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogados do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664, NATALIA KELLY DOMINGOS SANTOS - PB29871
Intimação VIA DIÁRIO ELETRÔNICO
Fica a parte requerida INTIMADA para apresentar dados bancários (número de conta, agência, banco e dados do titular) para transferência dos valores depositados nos autos.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860
Número do processo: 7006042-54.2023.8.22.0000
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: THIAGO SANTOS ROBERTO
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUCAS ANTUNES GOMES, OAB nº RO9318
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO DO REQUERIDO: ENERGISA RONDÔNIA
Decisão
I - Recebo a inicial neste 1º Gabinete do 2º Núcleo de Justiça 4.0 do Poder Judiciário de Rondônia, com especialização das demandas judiciais de empresas de distribuição e comercialização de energia elétrica.
II - Defiro o processamento do feito pelo “Juízo 100% Digital”.
III - A parte autora alega que ocorreu inversão de medidores na sua UC de modo que a requerida está lhe cobrando valores que na verdade são débitos de terceira pessoa - : RAQUEL FRANCISCA DE JESUS.
Requer antecipação de tutela para restabelecimento da energia e ainda que seu nome seja excluído dos cadastros de inadimplentes.
A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência de natureza antecipada, esta não será concedida, o que não é o caso dos autos (art. 300, § 3°, CPC). No presente caso a antecipação de tutela deve ser parcialmente deferida, pois havendo indícios de que as UC’s estão trocadas, há ilegalidade nos débitos cobrados, que pertence a terceira pessoa. Assim, pertinente o pedido de antecipação de tutela para restabelecimento do serviço.
Por outro lado, não há certidão dos cadastros de inadimplentes que ampare o pedido de antecipação de tutela para suspensão das anotações.
Presentes, pois, os requisitos exigidos pelo art. 300, do CPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada a fim de que a requerida RESTABELEÇA O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NA(s) UNIDADE(s) CONSUMIDORA(s) da autora referente aos débitos de , REFERENTE AOS DÉBITOS DE R$ 1.596,61, R$ 174,61, R$ 122,63, R$ 121,79 e R$140,95 , no prazo de 48 horas, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 20 (vinte) dias, podendo tal valor ser majorado em caso de descumprimento.
Estendo os efeitos da tutela para que a requerida se abstenha de cortar a energia da UC da parte autora em razão de inadimplemento do débito objeto de discussão nestes autos, sob pena de R$ 1.500,00 de multa.
Indefiro o pedido de antecipação de tutela para suspensão das anotações nos cadastros de inadimplentes. Desde já informo à parte autora que o referido pedido não será revisto antes da sentença de mérito proferida. Caso a parte autora junte o extrato de negativação, somente na sentença o referido documento será analisado.
IV - Considerando que a requerida não tem apresentado proposta de acordo em casos como tal, deixa-se de designar nos autos a audiência de conciliação prevista no art. 334 do NCPC, e determina-se a citação da parte ré para apresentar contestação, no prazo de 15 dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo (ENUNCIADO 13 FONAJE).
Caso não seja contestado o pedido, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora, CPC 344/345, com as ressalvas derivadas das exceções legais nos preceitos traduzidas.
Na ocasião, advirta-se as partes, desde logo, acerca da necessidade de manter atualizado, nos autos do processo e junto à Defensoria Pública Estadual - caso por ela esteja representada -, o seu endereço, número de telefone e whatsapp, e endereço eletrônico (e-mail), se houver, a fim de viabilizar o cumprimento das determinações impostas pelo juízo, inclusive por intermédio da Defensoria Pública, evitando, assim, diligências desnecessárias e/ou repetitivas, sob pena de pagamento das respectivas custas, nos termos do art. 19 c.c art. 2º, § 2º, ambos da Lei Estadual nº 3.896/16; e/ou, ainda, sob pena de reputar-se eficazes as intimações enviadas ao endereço anteriormente indicado (§ 2º art. 19, Lei nº 9.099/95).
Pratique-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO
Porto Velho17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz (a) de Direito - Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7011895-09.2021.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO AUTOR: JURANDYR CAVALCANTE DANTAS NETO, OAB nº SE6101, ENERGISA RONDÔNIA
Polo Passivo: MARINA MARIA ROSA FAGUNDES
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de AÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA POR UTILIDADE PÚBLICA COM PEDIDO DE IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE E DE URGÊNCIA DECLARADA proposta por ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A em desfavor de MARINA MARIA ROSA FAGUNDES, pretendendo a imissão na posse do imóvel discriminado na exordial, pertencente à requerida, para fins de implantação de linhas de transmissão de energia elétrica. Narra, a autora, em síntese, que, por força da Resolução Autorizativa nº 8.106, de 20 de agosto de 2019, foi declarada de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Autora, a área de terra de 6 (seis) metros de largura, necessária à passagem da Linha de Distribuição Monte Negro - Campo Novo, circuito simples, 34,5 kV, com aproximadamente 57,29 (cinquenta e sete virgula vinte nove) km de extensão, que interligará a Subestação Monte Negro à Subestação Campo Novo, localizada nos municípios de Monte Negro, Governador Jorge Teixeira e Campo Novo de Rondônia, estado de Rondônia. Diz que a Requerida é possuidora/proprietária do imóvel rural, localizado no Município de Monte Negro/RO, compreendido na faixa de terra declarada de utilidade pública pela referida Resolução n.º 8.106/2019 da ANEEL.. Discorre sobre a servidão administrativa, sobre os direitos da concessionária, sobre a utilidade pública e o Princípio da Supremacia do Interesse Público em detrimento do interesse privado. Registra a necessidade de imissão provisória na posse mediante a indenização de R$ 18.665,76 (dezoito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos). Requer, liminarmente, a imissão na posse e, ao final, a procedência do pedido, reconhecendo-se como justo o preço ofertado. Junta documentos.
No ID nº (66212911) foi deferida a liminar e determinada a realização de perícia.
Citada pessoalmente ID Num. 67514444, a parte requerida restou revel.
Laudo pericial juntado no ID Num. 86005978 e complementação no ID Num. 91880623, tendo o Requerente se manifestado em todas as ocasiões.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório.
DECIDO.
Versam os autos sobre ação de instituição de servidão de área declarada de utilidade pública, tendo por objeto a Linha de Distribuição Monte Negro – Campo Novo, circuito simples, 34,5 kV.
O feito observou tramitação regular. Presentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válidos do processo, inexistindo questões preliminares, passo a analisar o substrato da pretensão inicial.
O cerne da controvérsia cinge-se em aferir se estão presentes os requisitos autorizadores da intervenção na propriedade particular objeto dos autos e, em caso afirmativo, se há o dever de indenização em favor deste último, bem como o quantum a ser fixado para a hipótese.
Da análise dos autos, observo que a parte autora, citando a execução de serviço público de interesse coletivo, defende a necessidade de adentrar no imóvel pertencente a parte ré, a fim de implantar Linha de Distribuição Monte Negro – Campo Novo, circuito simples, 34,5 kV, declarada de utilidade pública.
Pois bem. A servidão administrativa pode ser definida como intervenção branda do Estado na propriedade, consistente em ônus real de uso, imposto pela Administração à propriedade imóvel particular, a fim de assegurar a realização e manutenção de obras e serviços públicos ou de utilidade pública, mediante indenização dos prejuízos efetivamente suportados pelo proprietário (se houver).
Neste sentido, como a instituição da servidão administrativa se faz mediante acordo administrativo ou sentença judicial, são observados alguns requisitos previstos em lei, veja-se:
DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941.
Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.
Art. 40. O expropriante poderá constituir servidões, mediante indenização na forma desta lei.
Na espécie, a parte autora visa constituir servidão administrativa no imóvel da parte ré, ante a necessidade de implantação de Linha de Distribuição Monte Negro – Campo Novo, circuito simples, 34,5 kV, declarada de utilidade pública, mediante justa e prévia indenização em dinheiro.
No tocante a indenização, o laudo pericial chegou ao quantum de R$ 39.708,81 (trinta e nove mil setecentos e oito reais e oitenta e um centavos), havendo discordância da parte Autora em relação ao valor.
Observo que o laudo pericial apresenta-se correto, utilizando os padrões/valores de mercado da região, se encontra bem fundamentado e coerente, considerando o tamanho da área que será atingida. O laudo apresenta suficientemente esclarecedor e muito bem fundamentado, tendo o senhor expert indicando a fonte de informação do valor de mercado obtido.
Assim, após análise atenta dos autos, tenho como justo atribuir o valor levantado pelo perito, de R$ 39.708,81 (trinta e nove mil setecentos e oito reais e oitenta e um centavos), diante das considerações feitas e análise in locu da área que será atingida.
Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.
O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.
Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos.

ANTE O EXPOSTO, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A em desfavor de MARINA MARIA ROSA FAGUNDES, o que faço para:
a) tornar definitiva a liminar de imissão na posse; e,
b) DECLARAR constituída a servidão sub examine, no imóvel rural da parte autora, localizado no Município de Monte Negro/RO, inserido na área das instalações do empreendimento da área de terra a área de terra de 6 (seis) metros de largura, necessária à passagem da Linha de Distribuição Monte Negro - Campo Novo, circuito simples, 34,5 kV, com aproximadamente 57,29 (cinquenta e sete virgula vinte nove) km de extensão, que interligará a Subestação Monte Negro à Subestação Campo Novo, localizada nos municípios de Monte Negro, Governador Jorge Teixeira e Campo Novo de Rondônia, estado de Rondônia, mediante pagamento do valor de R$ 39.708,81 (trinta e nove mil setecentos e oito reais e oitenta e um centavos).
Sobre o referido valor, será acrescida a correção monetária desde a data do laudo pericial (TJ-RO - APELAÇÃO CÍVEL 0001156-75.2012.822.0014), juros moratórios de 6% ao ano devidos a partir do trânsito em julgado (art. 15-B do Decreto Lei n. 3.365/41 e da Súmula n. 70 do STJ) e juros compensatórios de 6% ao ano, incidente sobre a diferença entre 80% do valor ofertado e do que foi reconhecido na sentença, contados a partir da imissão na posse (Art. 15-A do Decreto-Lei 3.365/1941 c/c ADI 2332).
Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados na ordem de 5% sobre a diferença do proveito econômico obtido pelos requeridos (art. 27, §1º, do Decreto 3.365/41 c/c Súmulas 141, do STJ e 617, do STF).
Valerá a presente sentença como título hábil para a transcrição no competente registro imobiliário (art. 29 do Decreto-Lei n. 3.365/41).
Expeçam-se EDITAIS, com prazo de 10 dias, para conhecimento de terceiros, conforme disposto no art. 34 do Decreto-lei 3.365/41.
Após a comprovação de propriedade do bem expropriado, expeça-se, em favor da parte requerida, o alvará pertinente para levantamento do valor depositado nos autos.
Em consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, §2º, do Código de Processo Civil.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo “a quo” (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.
Após o trânsito, aguarde-se por 5 dias o impulso da parte interessada para fins da fase de cumprimento de sentença (CPC, art. 523). Decorrido o prazo, caso nada seja requerido, arquivem-se.
Ciência ao Ministério Público.
SERVIRÁ A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
P.R.I.C., promovendo-se as baixas devidas no sistema.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330
Processo nº : 7018703-93.2022.8.22.0002
Requerente: VANIA CRISTINA MATEUS DA SILVA NASCIMENTO e outros
Advogado do(a) AUTOR: WALDINEY MATHEUS DA SILVA - RO1057
Requerido(a): ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE RECORRIDA (VIA DJE)
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330
Processo nº : 7003174-06.2023.8.22.0000
Requerente: MARCELO DE OLIVEIRA ARAUJO
Advogado do(a) AUTOR: RAFAEL LUCAS NUNES GARCIA - RO10532
Requerido(a): ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogados do(a) REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664, KESIA SILVA OLIVEIRA - PB25948, MARIA BEATRIZ ALBUQUERQUE MOURA DE OLIVEIRA - PB20422
Intimação À PARTE RECORRIDA (VIA DJE)
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7023986-66.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível

Polo Ativo: EDUARDA PEREIRA SANTOS, ANA LUISA SANTOS SILVA
ADVOGADO DOS AUTORES: KAYNA APOYNA MOTA MATOS, OAB nº RO11594
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: GUSTAVO SOUSA ARAUJO, OAB nº PB31791, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos,
ANA LUÍSA SANTOS SILVA e MARIA LIS SANTOS SILVA, representadas por DUARDA PEREIRA SANTOS ajuizaram a presente ação em desfavor de ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A alegando em síntese que no dia 15/04/2023 (sábado) a energia de sua residência foi interrompida o que lhe causou diversos danos. Requerem indenização por danos morais no valor de R$ 5.000,00 para cada uma das peticionantes e o benefício da assistência judiciária gratuita. Junta documentos.
No (ID 89784049) foi deferido o benefício da assistência judiciária gratuita à parte autora.
A parte requerida foi citada e apresentou contestação no (ID 92081658). Arguiu preliminar de litispendência. Afirma que não houve irregularidade em sua conduta e que na verdade a energia foi interrompida no dia 05/10/2022 por inadimplemento e o que houve no dia 15/04/2023 foi um recorte. Requer a improcedência da ação. Junta documentos.
Apesar de regularmente intimada a parte Requerida não apresentou réplica.
É o necessário relatório.
Decido.
O presente feito comporta julgamento imediato (antecipado) do mérito, nos termos do art. 355, I do Código de Processo Civil.
A Requerida arguiu preliminar de Litispendência. Conforme definem os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 337 do CPC, ocorre a litispendência quando duas ações que possuem as mesmas partes, as mesmas causas e os mesmos pedidos são ajuizadas, fazendo com que existam dois processos simultâneos sobre um mesmo tema. Considerando que no processo 7023966-75.2023.8.22.0001, as partes são distintas, rejeito a preliminar arguida.
Presentes os pressupostos processuais e os requisitos de admissibilidade da demanda, passo ao exame do mérito.
A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor e aos princípios a eles inerentes, uma vez que restou configurado a relação consumerista entre as partes.
Segundo o art. 373, inciso I, do CPC cabe ao autor comprovar fato constitutivo de seu direito e ao Requerido comprar fato modificativo, impeditivo ou extintivo do direito do autor.
Por outro lado, a parte ré, como há a inversão do ônus da prova, caberia ao Requerido demonstrar que a parte autora não possui o direito que pleiteia (art. 373,II,CPC).
A parte autora alega que o corte foi indevido pois ocorreu no sábado. Já a requerida alega que na verdade o que ocorreu no dia 15/04/2023 foi um recorte, em razão de uma religação irregular da energia, que havia sido cortada pela primeira vez em 05/10/2022 por inadimplemento.
A Requerida comprova que desde setembro de 2022 a Requerente está inadimplente, demonstrando assim a legalidade dos cortes realizados.
Apesar de haver legislação vigente que veda o corte de energia em finais de semana, ficou restado nos autos que a energia já havia sido cortada anteriormente e foi religada de maneira irregular, ocorrendo na verdade um recorte.
Declarar a ilegalidade do corte ocorrido no dia 15/04/2023, como desdobramento de regularização de outro corte ocorrido dez dias antes, violaria os princípios gerais do direito e o próprio senso de justiça.
As provas acostadas na contestação são incontroversas, não restando outra alternativa ao julgador a não se reconhecer a improcedência do pedido.
Assim, analisando todo o conjunto probatório encartado nos autos, não vislumbro qualquer viabilidade para o acolhimento do pedido inicial, uma vez que a requerida é credora dos valores cobrados em desfavor da parte autora, conforme bem esclarecido e demonstrado nos autos, que indicou relação jurídica entre as partes.
Portanto, os pedidos iniciais não procedem, tendo a ré agido legitimamente e sem qualquer conduta ofensiva e passível de responsabilização civil. A empresa depende do pagamento dos serviços prestados aos usuários para sua mantença, restando legítimas as ações de cobrança.
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL e, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por extinto o feito, com resolução de mérito, por conseguinte, CONDENO a parte autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, observadas as circunstâncias da gratuidade judiciária.
Com o trânsito em julgado, certifique-se o pagamento das custas, protestando-se e inscrevendo-se em dívida ativa em caso de inércia.
Em caso de pagamento espontâneo, expeça-se o competente alvará, arquivando-se o feito.
Não havendo pagamento e, diante de requerimento para cumprimento de sentença, modifique-se a classe e intime-se a parte sucumbente, na pessoa do seu advogado constituído nos autos ou pessoalmente, para efetuar o pagamento da condenação, no prazo de quinze dias, sob pena de incidência a multa de 10% (dez por cento), bem como honorários advocatícios também de 10%, se o caso, além de custas, se houver, nos termos do art. 523 e parágrafos do Código de Processo Civil.
Efetuado o pagamento através de depósito judicial, inclusive dos honorários, desde já autorizo a expedição de alvará em favor da parte exequente. Em seguida, venham os autos conclusos para extinção.
Adotadas as providências de praxe e nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023

7006058-08.2023.8.22.0000
Indenização por Dano Material, Fornecimento de Energia Elétrica
R$ 9.667,36
REQUERENTE: CLEIDE DE SOUZA DA SILVA, CPF nº 89264029249, LINHA 203 S/N ZONA RURAL - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: VANESSA MICHELE ESBER SERRATE, OAB nº RO3875, RENATO JULIANO SERRATE DE ARAUJO, OAB nº RO4705
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ENERGISA RONDÔNIA

DESPACHO
I - Recebo a inicial neste 1º Gabinete do 2º Núcleo de Justiça 4.0 do Poder Judiciário de Rondônia, com especialização das demandas judiciais de empresas de distribuição e comercialização de energia elétrica.
II - Defiro o processamento do feito pelo "Juízo 100% Digital".
III - Considerando que a requerida não tem apresentado proposta de acordo em casos como tal, deixa-se de designar nos autos a audiência de conciliação prevista no art. 334 do NCPC, e determina-se a citação da parte ré para apresentar contestação, no prazo de 15 dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo (ENUNCIADO 13 FONAJE)
Caso não seja contestado o pedido, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora, CPC 344/345, com as ressalvas derivadas das exceções legais nos preceitos traduzidas.
Na ocasião, advirta-se as partes, desde logo, acerca da necessidade de manter atualizado, nos autos do processo e junto à Defensoria Pública Estadual - caso por ela esteja representada -, o seu endereço, número de telefone e whatsapp, e endereço eletrônico (e-mail), se houver, a fim de viabilizar o cumprimento das determinações impostas pelo juízo, inclusive por intermédio da Defensoria Pública, evitando, assim, diligências desnecessárias e/ou repetitivas, sob pena de pagamento das respectivas custas, nos termos do art. 19 c.c art. 2º, § 2º, ambos da Lei Estadual nº 3.896/16; e/ou, ainda, sob pena de reputar-se eficazes as intimações enviadas ao endereço anteriormente indicado (§ 2º art. 19, Lei nº 9.099/95).
Pratique-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330
Processo n°: 7038822-44.2023.8.22.0001
AUTOR: LUCIA RODRIGUES BICAS
Advogados do(a) AUTOR: DAGUIMAR LUSTOSA NOGUEIRA CAVALCANTE - RO4120, EDSON DE OLIVEIRA CAVALCANTE - RO1510
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
Finalidade: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA quanto a proposta de acordo apresentada pela requerida, no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330
Processo nº 7018703-93.2022.8.22.0002
AUTOR: VANIA CRISTINA MATEUS DA SILVA NASCIMENTO, CRISTIANE MATEUS DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: WALDINEY MATHEUS DA SILVA - RO1057
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE EXEQUENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, querendo, apresentar manifestação quanto à petição de embargos.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330
Processo nº : 7025180-04.2023.8.22.0001
Requerente: NEILSON PEREIRA FARIAS
Advogados do(a) AUTOR: ARIOSVALDO ALVES DE FREITAS - RO0002256A, ARIOSWALDO FREITAS GIL - RO5964, LETICIA FREITAS GIL - RO3120
Requerido(a): ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogados do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664, KESIA SILVA OLIVEIRA - PB25948, MICAELLA CAMPOS GONCALVES DE MORAIS - PB23978
Intimação À PARTE RECORRIDA (VIA DJE)
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01 Processo n. 7018565-95.2023.8.22.0001
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: MARLY CEOLIN
ADVOGADOS DO AUTOR: ABSALEIA DAMARIS FERREIRA FUZARI, OAB nº RO13049, KATIA SIMONI DA SILVA SERRA, OAB nº RO12015
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 15.319,48
Data da distribuição: 29/03/2023
DECISÃO
Recebo o recurso inominado somente no efeito devolutivo.
Encaminhe-se o processo à Turma Recursal.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01 Processo n. 7002181-54.2023.8.22.0002
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: EDVINO GASPAR
ADVOGADO DO AUTOR: HAMILTON JUNIOR CONSTANTINO ANDRADE TRONDOLI, OAB nº RO6856
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ESTEVAO ARAUJO PAIVA DE CASTRO FILHO, OAB nº PB29838, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, MICAELLA CAMPOS GONCALVES DE MORAIS, OAB nº PB23978, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 0,00
Data da distribuição: 27/02/2023
DECISÃO
Recebo o recurso inominado somente no efeito devolutivo.
Encaminhe-se o processo à Turma Recursal.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz de Direito

7013554-85.2023.8.22.0001
Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
R$ 16.670,97
REQUERENTE: PEDRO NAZARENO OLIVEIRA DA SILVA, CPF nº 10323503268, RUA SOBRAL 6584 AEROCLUBE - 76811-090 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: PEDRO NAZARENO JUNIOR ZIMMERMANN DA SILVA, OAB nº RO7276
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, KESIA SILVA OLIVEIRA, OAB nº PB25948, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Retorne-se os autos para a CPE para observação do prazo legal.
Cumpra-se
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz(a) de Direito
Sentença
Vistos.
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
O presente feito comporta julgamento imediato (antecipado) do mérito, nos termos do art. 355, I do Código de Processo Civil.
Não há preliminares a serem analisadas e estão presentes os pressupostos processuais e condições da ação, motivo pelo qual passo à análise do mérito.
A pretensão da autora e a controvérsia estabelecida nos autos devem ser analisadas à luz das disposições previstas na CF/88 e Código de Defesa do Consumidor.
Cuida-se de ação o qual a parte requerente alega que o medidor de energia elétrica de onde reside foi vistoriado por técnicos da requerida, no qual encontram supostas irregularidades, sendo posteriormente notificada acerca de uma recuperação de consumo, nos termos do art.595,III da Resolução 1.000/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
O requerente não concorda com o valor da fatura, e reclama do procedimento adotado pela requerida, ao passo que esta assegura o cumprimento de todos os procedimentos legais para a recuperação de consumo, e defende o valor apurado.
Analisando os autos, verifica-se que a controvérsia se limita ao valor da fatura, a título de recuperação de consumo referente aos meses de 09/2022 a 10/2022 e 06/2011 a 09/2011, no valor de R$ 928, 53 (novecentos vinte oito reais e cinquenta três centavos).
Conforme a Constituição Federal de 1988 as agências reguladoras possuem a função de fiscalização, regulamentação e controle de serviços de interesse público. A ANEEL tem competência legal para regulamentar a matéria, cabendo ao Judiciário, nos casos em que não houver outra disposição legal superior que contrarie a resolução, exercer o controle de legalidade e obediência a esta norma, sob pena de não ser mantida a segurança jurídica nos negócios.

O art. 590 da Resolução 1000/2021 da ANEEL diz que havendo indício de irregularidade no medidor de energia, a distribuidora deve adotar um procedimento administrativo específico.
Segundo o referido dispositivo, quando da realização da vistoria, que independe de notificação prévia, deve ser elaborado o Termo de Ocorrência e Inspeção (TOI), em formulário próprio. Este documento deve ser assinado pelo consumidor, ou pela pessoa que acompanhar a vistoria (art. 591, §1º). Em caso de negativa do consumidor em assinar o TOI, cópia deste deve ser enviada em até 15 (quinze) dias por qualquer modalidade que permita a comprovação do recebimento (art. 591, §3º).
Outrossim, a pedido do consumidor, ou pelo critério da concessionária, o medidor pode ser submetido à perícia técnica (art. 592).
No caso em apreço, vejo que o procedimento foi seguido da forma correta, ante o envio da carta ao Cliente, que foi juntada pelo Requerido no (ID 91921572). Consta o agendamento de perícia do relógio medidor da unidade consumidora ao consumidor(ID 91921583).
Por outro lado, o mesmo não se pode concluir acerca do critério utilizado pela requerida para fins de recuperação de consumo. Isso porque, a ré utilizou-se do estabelecido no art. 595,III da Resolução 1.000/2021 da ANEEL que prevê a recuperação de receita pela média dos 03 (três) maiores consumos nos 12 meses anteriores à inspeção.
Ocorre que tal método de cálculo já foi considerado abusivo pelo Superior Tribunal de Justiça por representar ônus excessivo ao consumidor e violar as diretrizes do Código de Defesa do Consumidor, vindo a decidir, ainda que "Há fórmula mais adequada e justa: média aritmética do consumo nos últimos 12 meses que antecederam a irregularidade." (REsp 1.412.433-RS - Tema 699).
Assim, ainda que se verifique a regularidade do procedimento adotado pela ré, os parâmetros adotados estão em desacordo com o entendimento assentado pela jurisprudência local no sentido de que a forma que melhor reflete isso é aquela que corresponde à média de consumo dos 3 (três) meses imediatamente posteriores à substituição do medidor e pelo período pretérito máximo de 1 (um) ano. Nesse mesmo sentido, é o entendimento do TJ-RO:
Recurso inominado. Consumidor. Recuperação de consumo. Procedimento realizado dentro das normas. Débitos Existentes. Novos cálculos. Parâmetros utilizados - mais favoráveis ao consumidor. 1 - Segundo a jurisprudência do STJ, os débitos pretéritos apurados por fraude no medidor de consumo podem ser cobrados por meio do processo de recuperação, desde que observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como os procedimentos elencados nos arts. 129 e 133 da Resolução 414/2010 da ANEEL. 2 - O cálculo de recuperação de consumo deve ser feito com base nos 03 meses posteriores a troca/regularização do relógio medidor pois mostra-se mais favorável ao consumidor, limitando-se ainda, ao período máximo de doze meses. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7046643-70.2021.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 12/09/2022)
Assim, tenho que o débito no valor de R$ 928,53 (novecentos vinte oito reais e cinquenta três centavos), apurado pela ré é inválido, pois utilizou de parâmetros diversos do acima previsto para realização dos cálculos, razão pela qual a recuperação de consumo deve ser declarada inexigível, por ausência de parâmetros.
Deve-se salientar que este juízo não é contrário à recuperação de consumo, entretanto, é admissível somente quando houver comprovação de procedimento regular e cálculo dos valores a recuperar de acordo com o procedimento estabelecido na Resolução da ANEEL e decisões dos Tribunais a respeito do tema, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Portanto, em contrapartida, faculto à requerida a recuperação de consumo com base nos parâmetros corretos, tendo em vista a regularidade do procedimento adotado.
Em relação ao dano moral, entendo que a conduta da Requerida, extrapolou os limites da relação de consumo, infringindo danos a Requerente em razão de sua conduta abusiva, ao cortar a energia da autora.
Na mensuração do quantum indenizatório, observou-se o critério da solidariedade e da exemplaridade, que implica na valoração da proporcionalidade do quantum e na capacidade econômica do sucumbente, sendo assim entendo que o valor R$ 5.000,00 cinco mil reais é cabível no caso em questão.
Quanto aos danos materiais, a parte autora não desincumbiu do seu ônus probatório, uma vez que não comprovou minimamente os fatos alegados, portanto, improcedente é o pedido.
Essa é a decisão que mais se ajusta ao conjunto probatório carreado nos autos.
DISPOSITIVO
Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, para fins de:
A) DECLARAR INEXIGÍVEL a fatura de recuperação de consumo no valor de R$ 928, 53 (novecentos vinte oito reais e cinquenta três centavos).
B) CONDENAR a ré ao valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de dano moral, corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia desde a data da publicação desta decisão (Súmula 362 do STJ) e com juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação;
C) DETERMINAR que a Requerida providencie a exclusão do nome do autor do cadastro de proteção ao crédito, em razão da fatura no valor de R$ 928, 53 (novecentos vinte oito reais e cinquenta três centavos). OFICIE-SE diretamente ao órgão arquivista para que proceda a baixa do débito.
Torno definitivos os efeitos da tutela de urgência concedida inicialmente (ID 90353978).
Julgo improcedente o pedido de danos materiais.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC.
Sem custas e honorários advocatícios, nesta fase.
Fica a requerida ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, III e IV, LF 9.099/95 e Enunciado Cível FOJUR nº 05, sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015), não sendo aplicável a parte final do §1° do artigo 523 do CPC, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerado inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjun.to n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE n.o 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária prevista em Lei.

Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de sentença o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD).
Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova conclusão, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício no ato da interposição do recurso, trazendo provas para confirmar a alegação de incapacidade financeira mediante a apresentação de demonstrativo de rendimentos e extratos bancários de despesas mensais ordinárias relativos ao mínimo de trinta dias (art. 99, §2º do CPC), devendo informar a atividade em que atua, sob pena de deserção
Intimem-se.
Serve a presente decisão como mandado/intimação/comunicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01 Processo n. 7004058-35.2023.8.22.0000
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: SILVESTRE COMERCIO DE BEBIDAS E COMBUSTIVEL LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: THIAGO GARCIA DE SOUZA, OAB nº RO11779
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 40.000,00
Data da distribuição: 02/05/2023
DECISÃO
Recebo o recurso inominado somente no efeito devolutivo.
Encaminhe-se o processo à Turma Recursal.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330
Processo nº : 7003945-81.2023.8.22.0000
Requerente: ANA PAULA ALVES DE ARAUJO
Advogado do(a) AUTOR: JOUBERT SANTOS COSTA - RO11456
Requerido(a): ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
Intimação À PARTE RECORRIDA (VIA DJE)
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330
Processo nº : 7021763-43.2023.8.22.0001
Requerente: MARIA ANTONIA LIMA DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO1996, VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA - RO2479
Requerido(a): ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
Intimação À PARTE RECORRIDA (VIA DJE)
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

7003708-41.2023.8.22.0002
Abatimento proporcional do preço , Fornecimento de Energia Elétrica
R$ 14.525,73
AUTOR: JOVARCY BAPTISTA, CPF nº 41859049753, INEXISTENTE SN, RESIDENTE E DOMICILIADO NA LINHA C80 4472, TB-20 CENTRO - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: XANGAI GUSTAVO VARGAS, OAB nº PB19205
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA

DESPACHO
Retorne-se os autos para a CPE para observação do prazo legal.
Cumpra-se
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330
Processo n°: 7008091-96.2022.8.22.0002
REQUERENTE: EDIVANE ALFREDO RITA
Advogado do(a) REQUERENTE: TIAGO DOS SANTOS DE LIMA - RO7199
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
Finalidade: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330
Processo nº : 7024515-85.2023.8.22.0001
Requerente: TAMIRIS DA ANUNCIACAO CAETANO
Advogado do(a) AUTOR: ELENIR AVALO - RO224-A
Requerido(a): ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogados do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664, MICAELLA CAMPOS GONCALVES DE MORAIS - PB23978
Intimação À PARTE RECORRIDA (VIA DJE)
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330
Processo nº : 7006172-38.2023.8.22.0002
Requerente: DIEGO SANCHES
Advogados do(a) AUTOR: FABIANA PAZINI - RO12066, ROSEMARI MARTIMIANO FERREIRA - RO10270
Requerido(a): ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogados do(a) REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664, MARIA BEATRIZ ALBUQUERQUE MOURA DE OLIVEIRA - PB20422
Intimação À PARTE RECORRIDA (VIA DJE)
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330
Processo nº : 7016612-96.2023.8.22.0001
Requerente: RAIMUNDO CARDOSO ALVES registrado(a) civilmente como RAIMUNDO CARDOSO ALVES
Advogados do(a) AUTOR: JOAO VITOR MESQUITA DONATO - RO11703, LUCAS ZAGO FAVALESSA - RO10982
Requerido(a): ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE RECORRIDA (VIA DJE)
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330
Processo n°: 7006840-43.2022.8.22.0002
AUTOR: VIA NOVA CORRETORA DE SEGUROS LTDA
Advogados do(a) AUTOR: JEAN CARLOS CORDEIRO - RO11466, JOB DA SILVA FERREIRA - RO5591
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
Finalidade: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA para apresentar planilha de cálculo atualizada com a inclusão da multa prevista em sentença, ante o decurso do prazo para pagamento voluntário, bem como a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330
Processo n°: 7036799-62.2022.8.22.0001
AUTOR: ALCILANE MORAES DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: FABIO SILVA CUNHA - RO10849
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
Finalidade: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA para juntar planilha de cálculo atualizada, com a inclusão da multa prevista na sentença, ante o decurso do prazo para pagamento voluntário, bem como a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330
Processo n°: 7014753-76.2022.8.22.0002
AUTOR: ZAQUEU DE LIMA
Advogado do(a) AUTOR: SILMAR KUNDZINS - RO8735
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
Finalidade: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA para apresentar planilha de cálculo atualizada, com a inclusão da multa prevista em sentença, ante o decurso do prazo para pagamento voluntário, bem como a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01 Processo n. 7005285-57.2023.8.22.0001
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: MIQUEIAS RIBEIRO DE CARVALHO
ADVOGADO DO REQUERENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR, OAB nº MT20812O
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 10.129,62
Data da distribuição: 24/03/2023
DECISÃO
Recebo o recurso inominado somente no efeito devolutivo.
Encaminhe-se o processo à Turma Recursal.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7017789-95.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Polo Ativo: WANIA ELIZABETH DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: CARLOS ERIQUE DA SILVA BONAZZA, OAB nº RO8176
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Recebo o recurso inominado somente no efeito devolutivo.
Encaminhe-se o processo à Turma Recursal.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7002601-65.2023.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Multas e demais Sanções
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
EXECUTADO: FRANCISCO CACULA DE ALMEIDA, CPF nº 11563427320
ADVOGADO DO EXECUTADO: SAMIR DAMIAO ALMEIDA ALBUQUERQUE, OAB nº RO11290
VALOR DA CAUSA: R$ 16.381,83
DESPACHO
O exequente requereu no ID 91476207 penhora online em contas bancárias do executado e prazo para apresentar planilha de cálculo.
Tendo em vista que requereu o predito em maio, INTIME-SE o exequente para apresentar a planilha de cálculos atualizados no prazo de 05 (cinco) dias, dando ÚTIL andamento ao feito Em caso de inércia, determino desde já a suspensão do feito pelo período de 01 (um) ano, nos termos do art. 40, § 1º e § 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF.
DESPACHO SERVINDO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7004071-19.2023.8.22.0005
Classe : Embargos à Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: ANA CRISTINA DE PAULA SILVA, CPF nº 77343263749
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANA CRISTINA DE PAULA SILVA, OAB nº RO8634
EXECUTADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
VALOR DA CAUSA: R$ 4.262,52
DECISÃO
Trata-se de Embargos à Execução.
Visto que a Execução Fiscal a que se refere os presentes embargos tramitam no Gabinete 02 deste Núcleo de Justiça, redistribua os autos ao Gabinete prevento.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001813-85.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 3.951,04
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001540-09.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.004,58
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001767-96.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.063,76
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001784-35.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.074,01
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001827-69.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 3.951,04

DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001828-54.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 3.951,04
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001655-30.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 3.977,02
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001500-27.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.745,12
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001331-40.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.017,85
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001587-80.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.004,58
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001242-17.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.229,57
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001573-96.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.004,58

DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001800-86.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.005,71
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001400-72.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.059,56
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001317-56.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 3.977,02
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001803-41.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 3.963,09
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001936-83.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.668,31
DESPACHO
A tentativa de citação restou infrutífera.
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de endereço da Executada que retornou o mesmo endereço descrito na inicial.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001463-97.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.005,71
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001818-10.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 3.951,04

DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001570-44.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.004,58
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001407-64.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.067,85
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001782-65.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.079,63
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001757-52.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.171,44
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001864-96.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.005,71
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001296-80.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.005,71
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001891-79.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 3.992,06

DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7002045-97.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.668,31
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001866-66.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.005,71
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001884-87.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 3.998,86
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Processo: 7002031-16.2022.8.22.0000
Classe: Execução Fiscal
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
DESPACHO
Considerando ter sido positiva a apreensão de ativos financeiros pelo sistema eletrônico de valores em nome do(a) executado(a), via SISBAJUD, em nome do executado EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, determino a sua intimação para, querendo, impugnar a apreensão em 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 854 § 3 do NCPC. Não tendo advogado nos autos, intime-se pessoalmente via Carta- AR (Art. 854 § 2).
Apresentada a impugnação, que deverá versar exclusivamente sobre os assuntos tratados no art. 854§ 3, venham conclusos para decisão.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA AR DE INTIMAÇÃO.
Não sendo apresentada impugnação a apreensão, desde de já, CONVERTO o bloqueio em PENHORA, sem necessidade de termo (Art.854 § 5).
Intime-se o(a) executado(a) para apresentar impugnação à penhora no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Não tendo advogado nos autos, intime-se pessoalmente via Carta- AR (Art. 854 § 2).
Em caso de não apresentação de impugnação, levante-se o valor em favor do exequente, ficando o mesmo intimado para informar eventual saldo remanescente, acompanhado de cálculos e requerendo o que de direito em 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.
Apresentada impugnação, venham os autos conclusos para decisão.
Intimem-se.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA AR DE INTIMAÇÃO.
Espigão do Oeste, 17 de julho de 2023
Angela Maria da Silva
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Processo: 7001974-95.2022.8.22.0000
Classe: Execução Fiscal
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
DESPACHO
Considerando ter sido positiva a apreensão de ativos financeiros pelo sistema eletrônico de valores em nome do(a) executado(a), via SISBAJUD, em nome do executado EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, determino a sua intimação para, querendo, impugnar a apreensão em 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 854 § 3 do NCPC. Não tendo advogado nos autos, intime-se pessoalmente via Carta- AR (Art. 854 § 2).
Apresentada a impugnação, que deverá versar exclusivamente sobre os assuntos tratados no art. 854§ 3, venham conclusos para decisão.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA AR DE INTIMAÇÃO.
Não sendo apresentada impugnação a apreensão, desde de já, CONVERTO o bloqueio em PENHORA, sem necessidade de termo (Art.854 § 5).
Intime-se o(a) executado(a) para apresentar impugnação à penhora no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Não tendo advogado nos autos, intime-se pessoalmente via Carta- AR (Art. 854 § 2).
Em caso de não apresentação de impugnação, levante-se o valor em favor do exequente, ficando o mesmo intimado para informar eventual saldo remanescente, acompanhado de cálculos e requerendo o que de direito em 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.
Apresentada impugnação, venham os autos conclusos para decisão.
Intimem-se.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA AR DE INTIMAÇÃO.
Espigão do Oeste, 17 de julho de 2023
Angela Maria da Silva
Juiz(a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001434-47.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.019,36

DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001898-71.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 3.992,06
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Processo: 7002521-38.2022.8.22.0000
Classe: Execução Fiscal
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
DESPACHO
Considerando ter sido positiva a apreensão de ativos financeiros pelo sistema eletrônico de valores em nome do(a) executado(a), via SISBAJUD, em nome do executado EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, determino a sua intimação para, querendo, impugnar a apreensão em 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 854 § 3 do NCPC. Não tendo advogado nos autos, intime-se pessoalmente via Carta- AR (Art. 854 § 2).
Apresentada a impugnação, que deverá versar exclusivamente sobre os assuntos tratados no art. 854§ 3, venham conclusos para decisão.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA AR DE INTIMAÇÃO.
Não sendo apresentada impugnação a apreensão, desde de já, CONVERTO o bloqueio em PENHORA, sem necessidade de termo (Art.854 § 5).
Intime-se o(a) executado(a) para apresentar impugnação à penhora no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Não tendo advogado nos autos, intime-se pessoalmente via Carta- AR (Art. 854 § 2).
Em caso de não apresentação de impugnação, levante-se o valor em favor do exequente, ficando o mesmo intimado para informar eventual saldo remanescente, acompanhado de cálculos e requerendo o que de direito em 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.
Apresentada impugnação, venham os autos conclusos para decisão.
Intimem-se.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA AR DE INTIMAÇÃO.
Espigão do Oeste, 17 de julho de 2023
Angela Maria da Silva
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Processo: 7001342-69.2022.8.22.0000
Classe: Execução Fiscal
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394

DESPACHO
Considerando ter sido positiva a apreensão de ativos financeiros pelo sistema eletrônico de valores em nome do(a) executado(a), via SISBAJUD, em nome do executado EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, determino a sua intimação para, querendo, impugnar a apreensão em 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 854 § 3 do NCPC. Não tendo advogado nos autos, intime-se pessoalmente via Carta- AR (Art. 854 § 2).
Apresentada a impugnação, que deverá versar exclusivamente sobre os assuntos tratados no art. 854§ 3, venham conclusos para decisão.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA AR DE INTIMAÇÃO.
Não sendo apresentada impugnação a apreensão, desde de já, CONVERTO o bloqueio em PENHORA, sem necessidade de termo (Art.854 § 5).
Intime-se o(a) executado(a) para apresentar impugnação à penhora no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Não tendo advogado nos autos, intime-se pessoalmente via Carta- AR (Art. 854 § 2).
Em caso de não apresentação de impugnação, levante-se o valor em favor do exequente, ficando o mesmo intimado para informar eventual saldo remanescente, acompanhado de cálculos e requerendo o que de direito em 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.
Apresentada impugnação, venham os autos conclusos para decisão.
Intimem-se.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA AR DE INTIMAÇÃO.
Espigão do Oeste, 17 de julho de 2023
Angela Maria da Silva
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Processo: 7001751-45.2022.8.22.0000
Classe: Execução Fiscal
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
DESPACHO
Considerando ter sido positiva a apreensão de ativos financeiros pelo sistema eletrônico de valores em nome do(a) executado(a), via SISBAJUD, em nome do executado EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, determino a sua intimação para, querendo, impugnar a apreensão em 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 854 § 3 do NCPC. Não tendo advogado nos autos, intime-se pessoalmente via Carta- AR (Art. 854 § 2).
Apresentada a impugnação, que deverá versar exclusivamente sobre os assuntos tratados no art. 854§ 3, venham conclusos para decisão.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA AR DE INTIMAÇÃO.
Não sendo apresentada impugnação a apreensão, desde de já, CONVERTO o bloqueio em PENHORA, sem necessidade de termo (Art.854 § 5).
Intime-se o(a) executado(a) para apresentar impugnação à penhora no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Não tendo advogado nos autos, intime-se pessoalmente via Carta- AR (Art. 854 § 2).
Em caso de não apresentação de impugnação, levante-se o valor em favor do exequente, ficando o mesmo intimado para informar eventual saldo remanescente, acompanhado de cálculos e requerendo o que de direito em 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.
Apresentada impugnação, venham os autos conclusos para decisão.
Intimem-se.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA AR DE INTIMAÇÃO.
Espigão do Oeste, 17 de julho de 2023
Angela Maria da Silva
Juiz(a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001734-09.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.074,01
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Processo: 7002461-65.2022.8.22.0000
Classe: Execução Fiscal
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
DESPACHO
Considerando ter sido positiva a apreensão de ativos financeiros pelo sistema eletrônico de valores em nome do(a) executado(a), via SISBAJUD, em nome do executado EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, determino a sua intimação para, querendo, impugnar a apreensão em 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 854 § 3 do NCPC. Não tendo advogado nos autos, intime-se pessoalmente via Carta- AR (Art. 854 § 2).
Apresentada a impugnação, que deverá versar exclusivamente sobre os assuntos tratados no art. 854§ 3, venham conclusos para decisão.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA AR DE INTIMAÇÃO.
Não sendo apresentada impugnação a apreensão, desde de já, CONVERTO o bloqueio em PENHORA, sem necessidade de termo (Art.854 § 5).
Intime-se o(a) executado(a) para apresentar impugnação à penhora no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Não tendo advogado nos autos, intime-se pessoalmente via Carta- AR (Art. 854 § 2).
Em caso de não apresentação de impugnação, levante-se o valor em favor do exequente, ficando o mesmo intimado para informar eventual saldo remanescente, acompanhado de cálculos e requerendo o que de direito em 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.
Apresentada impugnação, venham os autos conclusos para decisão.
Intimem-se.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA AR DE INTIMAÇÃO.
Espigão do Oeste, 17 de julho de 2023
Angela Maria da Silva
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7002786-06.2023.8.22.0000
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: EDUARDO DA SILVA NOBRE
ADVOGADO DO REQUERENTE: IGOR FELIPE DE OLIVEIRA LINS SOARES, OAB nº RO10691
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ESTEVAO ARAUJO PAIVA DE CASTRO FILHO, OAB nº PB29838, MARIA BEATRIZ ALBUQUERQUE MOURA DE OLIVEIRA, OAB nº PB20422, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Recebo o recurso inominado somente no efeito devolutivo.
Encaminhe-se o processo à Turma Recursal.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7016248-58.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: NILMARCUS PEREIRA DE CARVALHO
ADVOGADO DO REQUERENTE: DIEGO RODRIGO RODRIGUES DE PAULA, OAB nº RO9507
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Recebo o recurso inominado somente no efeito devolutivo.
Encaminhe-se o processo à Turma Recursal.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7003999-41.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Polo Ativo: VILMAR LOURENCO DELMONDES
ADVOGADO DO REQUERENTE: RAFAEL BURG, OAB nº RO4304
Polo Passivo: ENERGISA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ESTEVAO ARAUJO PAIVA DE CASTRO FILHO, OAB nº PB29838, HUGO CAVALCANTE GUIMARAES, OAB nº PB31561, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664
DECISÃO
Recebo o recurso inominado somente no efeito devolutivo.
Encaminhe-se o processo à Turma Recursal.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860
7018616-09.2023.8.22.0001
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIAREQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
O presente feito comporta julgamento imediato (antecipado) do mérito, nos termos do art. 355, I do Código de Processo Civil.
Presentes os pressupostos processuais e condições da ação.
Passo à análise do mérito.
Trata-se de ação em que a parte autora pretende a indenização por danos morais, ante os transtornos decorrentes da suspensão de energia elétrica, por dívida já adimplida.
Pois bem.
No mérito, a razão assiste a parte autora, pois, restou demostrado o pagamento da fatura no valor de R$ 144,08 (cento quarenta quatro reais e oito centavos) referente ao mês de julho/2022, conforme comprovante de pagamento (ID 88795168). Dessa forma, a fatura discutida referente ao mês janeiro/2023 encontra-se com valor errado, uma vez que há soma da fatura supostamente em atraso (R$ 144,08) e a fatura do referido mês (R$ 137,49), totalizando o valor de R$ 281,57.
Nesse sentido, a autora comprovou o adimplemento da fatura referente ao mês de julho/2022 no valor de R$ 144,08.
Cabe ressaltar que a requerida não se desincumbiu do seu ônus probatório a fim de justificar por qual razão a fatura do mês de janeiro/2023 da consumidora encontra-se com valor acumulado.
Quanto ao dano moral pleiteado pela autora, tem-se que a suspensão de energia elétrica é amplamente utilizado pelas concessionárias para compelir os usuários ao pagamento das tarifas. No que tange à suspensão do fornecimento em caso de atraso do pagamento, há decisões pela ilegalidade do ato, bem como no sentido de reconhecer sua legalidade. Entretanto, o corte realizado de maneira indevida, sem atraso no pagamento das tarifas e sem indícios de fraude, é sedimentado no sentido de gerar o dano moral.
Nesse sentido:
RESPONSABILIDADE CIVIL. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO. DANOS MORAIS. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE. PARÂMETROS DESTA CORTE. ALTERAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.2. A indenização por danos morais deve ser arbitrada com fulcro na razoabilidade e na proporcionalidade, de modo que seu valor não seja excessivo a ponto de gerar o enriquecimento ilícito do ofendido nem se mostrar irrisório e, assim, estimular a prática danosa. 3. O Superior Tribunal de Justiça tem afastado a incidência da Súmula nº 7/STJ para reexaminar o montante fixado pelas instâncias ordinárias apenas quando irrisório ou abusivo, circunstâncias inexistentes no presente caso. Mantido o valor da indenização, de R$ 2.000,00. Aproximadamente 2 salários mínimos. Precedentes. 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1290407/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/03/2020, DJe 13/03/2020) a procedência do pedido de indenização por danos morais é medida que se impõe, pois a documentação acostada é suficiente para comprovar a existência do dano ocasionado a parte autora e o nexo de causalidade entre o ato praticado pela requerida.
In casu, a Requerente teve o fornecimento de energia elétrica suspenso de forma indevida, eis que no momento do corte não estava inadimplente, porquanto estavam com suas faturas pagas em dia, não havendo débitos em sua unidade consumidora, conforme confirmado pela tendente da empresa requerida. Nesse contexto, tem-se que houve desrespeito à norma de regência, que dispõe pela impossibilidade da suspensão da energia quando o consumidor apresenta, no momento do corte, o comprovante de pagamento da fatura atrasada (Resolução 1000/2021-ANEEL), in verbis:
Art. 356. A suspensão do fornecimento de energia elétrica de unidade consumidora por inadimplemento, precedida da notificação do art. 360, ocorre nos seguintes casos:
I - não pagamento da fatura da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica;
II - não pagamento de serviços cobráveis;
III - descumprimento das obrigações relacionadas ao oferecimento de garantias, de que trata o art. 345; ou
IV - não pagamento de prejuízos causados nas instalações da distribuidora cuja responsabilidade tenha sido imputada ao consumidor, desde que vinculados à prestação do serviço público de energia elétrica.
§ 1º A apresentação da quitação do débito à equipe presente no local impede a suspensão do fornecimento, podendo a distribuidora cobrar pela visita técnica no caso de pagamento fora do prazo. § 2º Caso não efetue a suspensão do fornecimento após a notificação, a distribuidora deve incluir em destaque nas faturas subsequentes a informação sobre a possibilidade da suspensão durante o prazo estabelecido no art. 357.
Assim, restando demonstrado, portanto, que a Requerida agiu ilicitamente e que de sua conduta restaram danos à honra subjetiva da Requerente, o dever de indenizar daquela é um imperativo legal (art. 186, do Código Civil c/c art. 5º, X da CF/88).

O valor da indenização deve ser razoável, expressivo e não apenas simbólico, como já aconteceu e acontece em diversos casos apreciados pelo Judiciário, posto que tal medida também tem como escopo desestimular o ofensor a fim de que não reincida a ofensa.
Não deslumbro provas da legitimidade da interrupção dos serviços da unidade consumidora do autor, portanto impõe-se à requerida o dever de indenizar o requerente pelos danos decorrentes da falha na prestação de serviços por ela prestados, nos termos do disposto no artigo 14 do CDC.
A situação que ora se apresenta nos autos configura, inclusive, danos morais de natureza in re ipsa, na medida em que o requerente fora surpreendido com a interrupção de energia elétrica, bem este considerado essencial e indispensável à vida moderna.
Na equalização desse quantum, devem ser sopesados a extensão do dano, o grau de culpa do ofensor e sua situação econômica, bem como do ofendido. Por fim, deverá ser fixado em patamar nem tão vultoso – a ponto de enriquecer a vítima – nem tão desprezível – que seja aviltante. Deve-se ter em mente, ainda, o fator de desestímulo para prática de novos ilícitos, assim como o incentivo para adoção de medidas efetivas de prevenção.
Nessa esteira, ante as circunstâncias do caso e levando-se em consideração as condições do ofendido e dos ofensores, razoável que o valor da indenização seja arbitrado em R$ 5.000,00 (cinco mil reais);
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos constante na inicial para:
A) CONDENAR a ré ao valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de dano moral, corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia desde a data da publicação desta decisão (Súmula 362 do STJ) e com juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação;b) CONFIRMAR os efeitos da tutela anteriormente concedida nos autos.
Determino a emissão de nova fatura referente ao mês janeiro/2023 com o valor atualizado de R$ 137,49 (cento trinta sete reais e quarente nove centavos).
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício no ato da interposição do recurso, trazendo provas para confirmar a alegação de incapacidade financeira mediante a apresentação de demonstrativo de rendimentos e extratos bancários de despesas mensais ordinárias relativos ao mínimo de trinta dias (art. 99, §2º do CPC), devendo informar a atividade em que atua, sob pena de deserção.
Intimem-se.
Certificado o trânsito em julgado, arquive-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7028575-09.2020.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: MARIA FERNANDA DRUZIAN
ADVOGADOS DO AUTOR: CLAUDECY CAVALCANTE FEITOSA, OAB nº RO3257, TATIANA FEITOSA DA SILVEIRA, OAB nº RO4733
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS, OAB nº RO2013, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO, OAB nº RO635, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos,
Maria Fernanda Druzian ingressou com ação revisional c/c pedido de indenização por danos morais em face de ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. Alega em síntese que até fevereiro de 2020 o consumo médio do local sempre ficou em torno de R$ 300,00 (trezentos reais) a R$ 400,00 (quatrocentos reais), sendo que no mês março de 2020 a empresa Requerida realizou a troca de medidor na casa da Autora e o valor da fatura de energia mais que duplicou. Requer antecipação de tutela para que a Requerida seja compelida a não realizar nenhuma cobrança e nem incluir o nome da Autora no sistema de restrição ao crédito com relação as faturas dos meses de 02/2020 (R$ 1.451,20); 03/2020 (R$ 767,31);04/2020 (R$ 737,52); 05/2020 (R$ 728,32); 06/2020 (R$ 723,35); 07/2020 (R$ 738,39) e também contas mensais que venham a ser faturadas enquanto não for realizada a perícia no medidor que comprove a cobrança abusiva relativa ao consumo da Autora sendo também a Requerida impedida de proceder com a suspensão do fornecimento de energia elétrica. No mérito requer a declaração de inexistência das faturas e dos meses de 02/2020 (R$ 1.451,20); 03/2020 (R$ 767,31);04/2020 (R$ 737,52); 05/2020 (R$ 728,32); 06/2020 (R$ 723,35); 07/2020 (R$ 738,39) e também contas mensais que venham a ser faturadas enquanto não for realizada a perícia no medidor e o pagamento de indenização por danos morais. Junta documentos.
Tutela parcialmente deferida no (ID 45828902), determinado a suspensão da cobrança das faturas de 02/2020 a 07/2020, não alcançando ou se estendendo a nenhuma outra fatura ou débito da parte autora perante a parte requerida. Defere o pedido de abstenção do corte de energia.
Regularmente citada, a Requerida apresentou contestação (ID 47897576), alegando que no dia 21/01/2019 ocorreu uma inspeção na unidade através da O.S n°593.523.50, onde foi detectado que a unidade estava com desvio de energia, sendo o medidor substituído. Aduz que não foi encontrada nenhuma irregularidade no cadastro ou histórico de medição, ou mesmo no medidor que pudesse ter ocasionado o aumento de consumo, acontece que antes da inspeção a unidade estava com desvio e não estava registrando seu consumo real, registando o consumo zero. Alega que não houve irregularidade em sua conduta e rechaça os argumentos da exordial. Requer a total improcedência da ação. Juntou documentos.
A parte Autora requereu a extensão da tutela, para que fossem incluídos os meses de Agosto de 2020 a maio de 2021, pedido que foi indeferido no (ID 57733393).
Laudo pericial apresentado no (ID 85523012).
As partes apresentaram alegações finais.
É o relatório.

Passo a decidir.
O presente feito comporta julgamento no estado em que se encontra, uma vez que incide à hipótese vertente o disposto do artigo 355, incisos I, do Código de Processo Civil, ante a desnecessidade de produção de outras provas é razão pela qual julgo antecipadamente a lide.
A questão deve ser examinada à luz do Código de Defesa do Consumidor (CDC), vez que se trata de relação de consumo. Ademais, é hipótese de julgamento antecipado do feito nos termos do art. 355, I, do CPC, notadamente quando as partes assim requerem.
Em síntese, a parte autora busca a procedência dos seus pedidos sob a alegação de que não há justificativa para o aumento substancial da energia elétrica e por isso a concessionária deve promover a revisão da(s) fatura(s).
Ocorre que, pela dinâmica do ônus da prova, mesmo nos casos de inversão em decorrência das relações de consumo, incumbe a quem alega comprovar os fatos constitutivos mínimos do seu direito (artigo 373, I do CPC) e a quem se defende, apresentar causa extintiva, modificativa ou impeditiva do direito alegado.
No caso, a autora alega que não consumiu a quantidade de energia que está sendo cobrada e por isso requereu a revisão da(s) fatura(s). Verifica-se que o relógio foi submetido a perícia não havendo irregularidades no medidor conforme aferido no laudo do especialista (ID 85523012).
Assim sendo, verifica-se que não restou comprovado o alegado abuso na cobrança, seja pelo valor cobrado, seja pelo fato da autora não ter feito prova de que houve erro na leitura, ou que não consumiu a energia cobrada, deixando a parte autora de cumprir ônus lhe cabia, qual seja, provar o que alega. No mesmo sentido, veja-se:
CONSUMIDOR. REVISIONAL DE FATURAMENTO DE CONSUMO ÁGUA. AUSÊNCIA DE PROVA. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7003082-64.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Audarzean Santana da Silva, Data de julgamento: 24/12/2020. Recurso Inominado. Fornecimento de Água. Revisional de Fatura. Ausência de Ato Ilícito. Sentença Mantida. Não havendo demonstração de ilegalidade na cobrança de fatura pela prestação do serviço de fornecimento de água, não há o que se falar em necessidade de revisão, pois ausente falha na prestação do serviço. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7008368-23.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 02/03/2020.
Em relação ao pedido de dano moral, não há nos autos qualquer fato na narrativa da parte autora que leve a crer quanto à ocorrência de abalo moral indenizável.
A simples cobrança de um débito que o autor considera indevido, não caracteriza, por si só, o direito à indenização. Neste sentido:
CONSUMIDOR. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. PROCEDIMENTO REALIZADO EM DESACORDO COM AS NORMAS. DÉBITOS INEXISTENTES. MERA COBRANÇA. DANO MORAL NÃO COMPROVADO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Segundo a jurisprudência do STJ os débitos pretéritos apurados por fraude no medidor de consumo, causados pelo consumidor, podem ser cobrados por meio do processo de recuperação, desde que observados os princípios do contraditório e da ampla defesa. A mera cobrança de fatura de energia de recuperação de energia, sem a devida comprovação de que houve lesão aos direitos da personalidade do autor, por si só, não geram o dever de indenizar, posto que enquadra-se em mero aborrecimento da vida civil.(RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7024360-53.2021.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 14/04/2022).
No caso em tela, houve apenas a mera cobrança, não merecendo prosperar, portanto, o pedido de indenização por danos morais formulado pela parte autora.
POSTO ISTO e por tudo o mais que consta nos autos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e, por conseguinte, CONDENO a parte autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, observadas as circunstâncias da gratuidade judiciária.
Com o trânsito em julgado, certifique-se o pagamento das custas, protestando-se e inscrevendo-se em dívida ativa em caso de inércia.
Em caso de pagamento espontâneo, expeça-se o competente alvará, arquivando-se o feito.
Não havendo pagamento e, diante de requerimento para cumprimento de sentença, modifique-se a classe e intime-se a parte sucumbente, na pessoa do seu advogado constituído nos autos ou pessoalmente, para efetuar o pagamento da condenação, no prazo de quinze dias, sob pena de incidência a multa de 10% (dez por cento), bem como honorários advocatícios também de 10%, se o caso, além de custas, se houver, nos termos do art. 523 e parágrafos do Código de Processo Civil.
Efetuado o pagamento através de depósito judicial, inclusive dos honorários, desde já autorizo a expedição de alvará em favor da parte exequente. Em seguida, venham os autos conclusos para extinção.
Adotadas as providências de praxe e nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
{orgao_julgador.magistrado}Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 01
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7002747-09.2023.8.22.0000
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: ROSANGELA LIMA DO NASCIMENTO EVANGELISTA
ADVOGADO DO AUTOR: DANIEL PEREIRA ROCHA, OAB nº RO11737
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Recebo o recurso inominado somente no efeito devolutivo.
Encaminhe-se o processo à Turma Recursal.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, 480/481 859/860 Processo n. 7008640-72.2023.8.22.0002
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: RITA DE CASSIA GOMES MORAIS
ADVOGADO DO AUTOR: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR, OAB nº MT20812O
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 10.051,52
Data da distribuição: 12/06/2023
SENTENÇA
A parte autora foi intimada a emendar a petição inicial, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (ID n. 92042668), no entanto, deixou escoar o prazo sem que fossem tomadas as providências determinadas por este juízo.
Ante o exposto, com fundamento no parágrafo único do art. 321 e inciso IV do art. 330 do Código de Processo Civil, INDEFIRO a petição inicial apresentada por RITA DE CASSIA GOMES MORAIS contra ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, ambos qualificados no processo e, em consequência, nos termos do inciso I do art. 485 do mesmo Código, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito e DETERMINO seu arquivamento.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, 480/481 859/860

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7010767-80.2023.8.22.0002
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: MARIA ALVES LINHARES
ADVOGADO DO AUTOR: ANDRE COSTA DE FRANCA, OAB nº PR83764
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 1.000,00
Data da distribuição: 14/07/2023
DECISÃO
Recebo o processo.
Cadastre-se o Juízo 100% Digital.
Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER PARA A LIGAÇÃO DE ENERGIA EM UNIDADECONSUMIDORA CUMULADA COM AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS,CUMULADA COM AÇÃO DE PERDAS E DANOS E PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA proposta em face de ENERGISA S/A objetivando, via antecipação de tutela, a ligação do serviço essencial, haja vista que solicitou a ligação em seu imóvel há aproximadamente 12 (doze) dias, e até a presente data não houve o fornecimento de energia elétrica no imóvel.
O artigo 300 do Código de Processo Civil prevê que “a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.
Assim, com fundamento no artigo 300 do CPC, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA, e via de consequência DETERMINO que a CERON/ENERGISA PROMOVA O FORNECIMENTO de energia elétrica no imóvel da parte autora, NO PRAZO MÁXIMO DE 05 (cinco) dias, na unidade consumidora corresponde ao endereço AVENIDA TANCREDO NEVES, 1835, AP 04, SETOR 01, ARIQUEMES, RONDÔNIA, de titularidade de MARIA ALVES LINHARES, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais) até o limite de R$ 2.000,00.
Os requisitos da medida encontram-se presentes, uma vez que a parte autora acostou aos autos protocolo de atendimento comprovando que diligenciou à requerida, conforme protocolos juntados aos autos, bem como pela presunção de boa fé acerca das alegações de fato da parte autora, não se podendo exigir a prova de fato negativo relativo ao não cumprimento do serviço solicitado, incumbindo à ré providenciar o necessário para verificar as divergências entre as identificações das instalações in loco e os dados constantes em seu sistema, ônus decorrente do serviço pro si prestado. Consigne-se que se trata de serviço essencial público que, segundo o disposto no art. 22, do CDC, deve ser prestado pelas empresas concessionárias de forma adequada, eficiente, segura e contínua, sendo inclusive, passível de responsabilização por descumprimento total ou parcial de sua obrigação. O risco de dano irreparável ou de difícil reparação é patente e decorrente da própria natureza do serviço prestado pela requerida que é essencial, sendo reversível a tutela concedida, caso venham aos autos novos elementos que afastem a verossimilhança do alegado.
Considerando que a ENERGISA/CERON é uma das maiores litigadas deste Juizado Especial Cível, e, considerando que as demandas que envolvem o fornecimento de energia elétrica quase sempre envolvem causas urgentes, deixo de designar audiência específica para conciliação a fim de propiciar o rápido julgamento do feito e resolução da lide.
Considerando os princípios informadores dos Juizados Especiais, notadamente a celeridade e informalidade e considerando, sobretudo, que no caso dos autos, a questão de fato pode ser provada por meio de documentos, também deixo de designar audiência de instrução e julgamento, posto que tal providência gerará morosidade ao feito sem qualquer proveito prático, à medida que não há necessidade de provas testemunhais.
Assim, adoto, no caso em tela, o rito simplificado permitido pelo Sistema dos Juizados Especiais Cíveis como forma de prestigiar os princípios informadores da celeridade, economia processual e informalidade.
Cite-se e intime-se a ENERGISA S/A/CERON para que apresente resposta no prazo de 15 dias a contar da citação/intimação.

Caso a ENERGISA S/A/CERON tenha interesse em realizar a conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo que tiver a fim de que seja submetida à parte autora ou seja designada audiência de conciliação para esse fim.
Caso NÃO tenha interesse ou possibilidade de acordo, determino que informe isso nos autos por ocasião de sua contestação a fim de evitar possíveis alegações de cerceamento do direito de a parte se conciliar, pena de seu silêncio ser interpretado como falta de interesse na conciliação.
Apresentada a contestação, faça-se conclusão dos autos para sentença.
Se alguma das partes tiver interesse na produção de provas orais, determino que se manifestem nos autos informando tal interesse no prazo de 15 (quinze) dias, hipótese em que o direito de as partes produzirem provas será devidamente assegurado. Por outro lado, a não manifestação das partes no prazo ora assinalado, será interpretada como desinteresse à produção de provas orais.
Cancele-se eventual audiência designada automaticamente pelo Sistema PJE, retirando-a da pauta.
Cumpra-se servindo-se a presente como Comunicação/Carta de Citação/Carta de Intimação/Mandado/Ofício/Carta Precatória.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7015179-57.2023.8.22.0001
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: YOUSSEF ROSYNEUDO ALLYENE GONZAGA
ADVOGADO DO AUTOR: RISOLENE ELIANE GOMES DA SILVA, OAB nº RO3963
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: MICAELLA CAMPOS GONCALVES DE MORAIS, OAB nº PB23978, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 10.000,00
Data da distribuição: 16/03/2023
DESPACHO
Considerando o Ofício n. 101/2023 - Cejusc/Nupemec/CGJ constante no processo SEI n. 0004466-32.2023.8.22.8800, encaminhe-se o processo para audiência de conciliação.
A audiência será realizada pelo conciliador da CEJUSC por vídeo conferência através de WhatsApp, Meet ou outro aplicativo, observando a pauta fixada naquele processo.
A Central promoverá os atos necessários ao agendamento da audiência e intimação das partes.
Em caso de acordo, venha concluso na pasta “(JEC) Julgamento Homologação.
Se infrutíferas as propostas conciliatórias, venha concluso para julgamento.
Intimem-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7013776-84.2022.8.22.0002
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTES: GILIANE PEREIRA DE SOUZA, G. P. DE SOUZA COMERCIO VAREJISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS
ADVOGADO DOS REQUERENTES: HIAGO BASTOS TRINDADE, OAB nº RO9858
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 10.000,00
Data da distribuição: 18/11/2022
DESPACHO
Promova-se a mudança de classe judicial para cumprimento de sentença.
Observa-se que a parte requerida promoveu o depósito de valor (ID n. 93346300).
Intime-se a parte autora para, em 10 (dez) dias, apresentar seus dados bancários (número do banco, agência, conta e CPF/CNPJ do titular) para fins de expedição de alvará judicial eletrônico, sob pena de remessa dos valores à conta centralizadora.
Na mesma oportunidade, promova a parte autora o andamento do feito para requerer o que entender de direito, sob pena de extinção pelo cumprimento da obrigação.
Decorrido o prazo, se nada for apresentado, venha concluso para extinção.
Cumpridas as especificações, venha concluso na pasta “Despacho Alvará”.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7006277-18.2023.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: CLARA LOURENCO DE AMORIM
ADVOGADOS DO AUTOR: JOSE ANDRE DA SILVA, OAB nº RO9800, ALESSANDRO RIOS PRESTES, OAB nº RO9136
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 22.372,30
Data da distribuição: 08/02/2023

Sentença
HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes (ID n. 93308258) para que produza seus jurídicos e legais efeitos e, em consequência, com fundamento na alínea “b” do inciso III do art. 487 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo movido por CLARA LOURENCO DE AMORIM contra ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, ambos qualificados no processo e DETERMINO o arquivamento do feito.
Tratando-se de pedido de homologação de acordo, verifica-se a ocorrência da preclusão lógica quanto ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data.
Sem custas finais.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, 480/481 859/860

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7006055-53.2023.8.22.0000
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTORES: MARIA JOSE MODESTO DE ALBUQUERQUE, JOELMA MODESTO ALBUQUERQUE
ADVOGADO DOS AUTORES: JOSE ALVES VIEIRA GUEDES, OAB nº RO5457A
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO DO REQUERIDO: ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 6.000,00
Data da distribuição: 14/07/2023
DECISÃO
Recebo a inicial neste 2º Gabinete do 2º Núcleo de Justiça 4.0 do Poder Judiciário de Rondônia, com especialização das demandas judiciais de empresas de distribuição e comercialização de energia elétrica.
Defiro o processamento do feito pelo “Juízo 100% Digital”.
Da análise dos autos, verifica-se que a parte autora deixou de juntar as três últimas faturas de energia elétrica da unidade consumidora em questão, regularmente pagas. Diante disso, postergo a análise do pedido de tutela e determino que a parte autora emende sua inicial, no prazo de 5 (cinco) dias, a fim de;
1) Apresentar as três últimas faturas mensais de energia elétrica regularmente pagas, já que pleiteia em sede de tutela de urgência a religação da energia elétrica.
Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento da determinação, tornem os autos conclusos para DESPACHO EMENDA.
Por derradeiro, tendo em vista o cunho facultativo no Núcleo de Justiça 4.0, conforme dispõe a Resolução 385/2021-CNJ (art. 2º) e a Resolução n. 214/2021-TJRO, cabe à parte autora manifestar-se sobre a concordância da tramitação neste Núcleo, saliento que o silêncio irá gerar a concordância.
Ademais, observa-se o não preenchimento dos requisitos da Resolução n. 345/2020-CNJ (art. 2º) e do Ato Conjunto n. 014/2022-PR-CGJ-TJRO no que se refere aos dados para recebimento das comunicações eletrônicas (endereço eletrônico/e-mail e número do telefone celular, com aplicativo whatsapp, do autor e de seu advogado), dados necessários pelo fato de a tramitação ser totalmente digital.
Intime-se a parte autora para, em 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre a concordância da tramitação no Núcleo de Justiça 4.0 - Energia, fornecendo os dados acima mencionados.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7078572-87.2022.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: AURIONE GOTARDO
ADVOGADOS DO AUTOR: NATALIA AQUINO OLIVEIRA, OAB nº RO9849, QUILVIA CARVALHO DE SOUSA, OAB nº RO3800
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 12.313,50
Data da distribuição: 17/11/2022
DECISÃO
A parte requerida apresentou impugnação à proposta de honorários periciais afirmando que o valor se demonstra excessivo por não atender ao disposto na Instrução Conjunta n. 009/2021-TJRO-PR-CGJ, que estabelece o valor de R$ 370,00 podendo ultrapassar até 5 (cinco) vezes.
Razão não assiste à impugnante.
A instrução indicada regulamenta o procedimento de arbitramento e pagamento de honorários de advogado dativo, perito, tradutor, intérprete e órgãos técnicos científicos no âmbito do Judiciário de Rondônia em que parte for beneficiária da justiça gratuita.
Logo, a regulamentação disciplina tal questão porque o Estado de Rondônia arcará com os custos, por exemplo, da perícia, o que não é o caso.
A Energisa Rondônia não é beneficiária da gratuidade de justiça e, por isso, o perito não está adstrito àquela tabela de honorários.

Cabe ao perito quantificar o seu trabalho levando em consideração a complexidade do exame, o tempo que levará para tanto, a razoabilidade, a proporcionalidade e os parâmetros da entidade que regulamenta a sua profissão.
Portanto, não considero o valor excessivo e, por consequência, fixo os honorários periciais em R$ 3.000,00 (três mil reais).
Intime-se a parte requerida para, em 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento dos honorários periciais, sob pena de bloqueio do valor.
Recolhidos os honorários, cumpra-se a decisão saneadora (ID n. 89060369, p. 3).
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7005338-40.2020.8.22.0002
Procedimento Comum Cível
AUTOR: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO AUTOR: JURANDYR CAVALCANTE DANTAS NETO, OAB nº SE6101, ENERGISA RONDÔNIA
REU: ESPÓLIO DE ADÃO HERNANI PEREIRA COSTA
ADVOGADOS DO REU: MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA, OAB nº RO10196, GUSTAVO HENRIQUE MACHADO MENDES, OAB nº RO4636
Valor da Causa: R$ 1.090,97
Data da distribuição: 11/10/2022
DESPACHO
Intime-se a parte requerida para, em 15 (quinze) dias, apresentar os documentos solicitados pelo perito no ID n. 92229107.
Apresentados os documentos, intime-se o perito para tomar ciência dos documentos e apresentar o laudo pericial no prazo determinado.
Apresentado o laudo pericial, cumpra-se a decisão de ID n. 84547496.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7017822-19.2022.8.22.0002
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: ALTIVO SILVEIRA DE MOURA
ADVOGADO DO AUTOR: NATIANE CARVALHO DE BONFIM, OAB nº RO6933
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES, OAB nº RO2433, DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 6.214,29
Data da distribuição: 16/11/2022
DESPACHO
Segue alvará judicial eletrônico em favor da parte requerida.
Atente a parte que a informação foi encaminhada eletronicamente à Caixa Econômica Federal, que promoverá a transferência para a conta bancária indicada em até sete dias (ID n. 93174222).
Após, arquive-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7049500-55.2022.8.22.0001
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: FRANK MENEZES DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: CAREN RANILE MOURA DE SOUZA, OAB nº RO7485
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 10.000,00
Data da distribuição: 01/11/2022
DECISÃO
Defiro ao autor os benefícios da gratuidade de justiça.
Recebo o recurso inominado somente no efeito devolutivo.
Encaminhe-se o processo à Turma Recursal.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7011813-10.2023.8.22.0001
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: ANDREA APARECIDA CORDEIRO LIMA DO CARMO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LETICIA LIMA MATTOS, OAB nº RO9661, ADEGILSON AGUIAR DA SILVA JUNIOR, OAB nº RO12231
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 18.059,37
Data da distribuição: 06/03/2023
DESPACHO
Considerando o Ofício n. 101/2023 - Cejusc/Nupemec/CGJ constante no processo SEI n. 0004466-32.2023.8.22.8800, encaminhe-se o processo para audiência de conciliação.
A audiência será realizada pelo conciliador da CEJUSC por vídeo conferência através de WhatsApp, Meet ou outro aplicativo, observando a pauta fixada naquele processo.
A Central promoverá os atos necessários ao agendamento da audiência e intimação das partes.
Em caso de acordo, venha concluso na pasta "(JEC) Julgamento Homologação.
Se infrutíferas as propostas conciliatórias, venha concluso para julgamento.
Intimem-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7072757-12.2022.8.22.0001
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: SERGIO MARCELO DE LIMA BARBATO
ADVOGADO DO AUTOR: ALCIR ALVES, OAB nº RO1630
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 15.271,96
Data da distribuição: 07/02/2023
DESPACHO
Considerando o Ofício n. 101/2023 - Cejusc/Nupemec/CGJ constante no processo SEI n. 0004466-32.2023.8.22.8800, encaminhe-se o processo para audiência de conciliação.
A audiência será realizada pelo conciliador da CEJUSC por vídeo conferência através de WhatsApp, Meet ou outro aplicativo, observando a pauta fixada naquele processo.
A Central promoverá os atos necessários ao agendamento da audiência e intimação das partes.
Em caso de acordo, venha concluso na pasta "(JEC) Julgamento Homologação.
Se infrutíferas as propostas conciliatórias, venha concluso para julgamento.
Intimem-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz de Direito

PROCESSO: 7044063-96.2023.8.22.0001
AUTOR: LUCIA MARIA DOS SANTOS, CPF nº 43798616272, RUA QUINZE DE SETEMBRO 1752 CASTANHEIRA - 76811-550 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: JACO EUGENIO DE SOUZA, OAB nº RO12601, IDALMA GABRYELY MARTINS SILVA DE SOUZA, OAB nº RO10321
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO:
Nos termos da Lei federal nº 14.129, de 29/03/2021 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14129.htm), que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e outras providências, o Conselho Nacional de Justiça, fazendo cumprir tais princípios editou a Resolução CNJ nº 385/2021 (https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3843), que dispõe sobre a criação dos NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 e dá outras providências e autorizou os tribunais a instituir tais núcleos especializados em razão de uma mesma matéria e com competência sobre toda a área territorial situada dentro dos limites da jurisdição do tribunal.
O Poder Judiciário do estado de Rondônia sempre na vanguarda das inovações e atento ao volume de demandas repetitivas especialmente nos juizados especiais, por meio da Resolução nº 214/2021-TJRO (https://www.tjro.jus.br/images/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n._214-2021-TJRO-_Cria%C3%A7%C3%A3o_do_1%C2%BA_N%C3%BAcleo_de_Justi%C3%A7a_4.0_do.pdf), criou quatro núcleos de justiça 4.0, especializado em razão de uma mesma matéria.
Dois NÚCLEOS já foram instalados e estão em funcionamento. Um dos NÚCLEOS destina-se à matéria exclusiva de demandas de concessionária de serviço público de energia elétrica, que no âmbito de Rondônia é a ENERGISA.

Obviamente que um NÚCLEO especializado por matéria tende a resolver os conflitos com maior eficiência e celeridade. Outro benefício direto é que, ao retirar, especificamente, dos juizados especiais cíveis da capital, as demandas envolvendo a concessionária de energia elétrica, os demais processos tramitarão com maior fluidez, dado grande volume de feitos que aportam todos os dias nos juizados cíveis da capital.
Assim, a razão de existir do NÚCLEO, caracterizada pela especialização, sem dúvida contribui para o melhor desempenho e maior rapidez no impulso dos processos como um todo.
O NÚCLEO da concessionária de energia elétrica, como os demais núcleos, conta com três juízes designados mediante escolha decorrente de inscrição voluntária. Cada um dos juízes recebe processos mediante distribuição por sorteio, de forma equânime e aleatória.
Sem perder de vista o juízo natural, a Resolução do Tribunal de Justiça facultou às partes a opção pelo NÚCLEO 4.0, o que se dará no momento da distribuição.
No entanto, ao meu sentir, ainda falta maior divulgação da existência do referido NÚCLEO perante os jurisdicionados.
A opção pelo NÚCLEO mostra-se visível no momento da distribuição do processo, mas parece que o jurisdicionado ainda encontra dificuldade na visualização, bem assim, talvez não tenha compreendido as vantagens de ter um juízo exclusivo para a matéria.
Nem por isso o juízo deve ficar inerte em tal circunstância, por vislumbrar maior agilidade dos processos que tramitam em unidade especializada, como são os NÚCLEOS.
Não se olvida, também, que a tramitação pelo NÚCLEO 4.0 será 100% DIGITAL e a parte tem o encargo de fornecer ao Núcleo o número do e-mail e o celular com whatsaap para eventual comunicação necessária.
Importante ressaltar que a tramitação pelo NUCLEO obedece as regras da lei dos juizados especiais (lei 9.099/1995), por ser a distribuição originária para este Juizado e, portanto, eventuais recursos da sentença serão analisados pela Turma Recursal Única.
Feitas estas considerações, determino que se redistribua ao Núcleo 4.0 - Energisa, observadas as diligências, registros e movimentações que se fizerem necessárias.
CUMPRA-SE.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7017859-49.2022.8.22.0001
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: SARA FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: GRAZIELE PARADA VASCONCELOS HURTADO, OAB nº RO8973
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 16.476,72
Data da distribuição: 07/11/2022
DESPACHO
Segue alvará judicial eletrônico em favor da parte autora.
Atente a parte que a informação foi encaminhada eletronicamente à Caixa Econômica Federal, que promoverá a transferência para a conta bancária indicada em até sete dias (ID n. 91978522).
Intime-se a parte exequente para, em 10 (dez) dias, promover o andamento do feito para requerer o que entender de direito, sob pena de extinção pelo adimplemento da obrigação.
Observa-se que a parte requerida promoveu o depósito judicial, todavia não fez a respectiva comprovação no processo.
Em razão disso, o valor deve ser devolvido à executada.
Intime-se a parte executada para, 10 (dez) dias, apresentar seus dados bancários (número do banco, conta bancária, agência e CPF/CNPJ do titular), sob pena de remessa à conta centralizadora.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7043437-77.2023.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: ALLIANZ SEGUROS S/A
ADVOGADOS DO AUTOR: DEBORA DOMESI SILVA LOPES, OAB nº SP238994, FERNANDO DA CONCEICAO GOMES CLEMENTE, OAB nº SP178171, PROCURADORIA DA ALLIANZ SEGUROS S.A.
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 10.596,77
Data da distribuição: 13/07/2023
DESPACHO
Apresente a parte autora comprovante de recolhimento das custas iniciais, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. As custas devem ser recolhidas no importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa, na forma da primeira parte do inciso I do art. 12 da Lei n. 3.896/2016.
Não recolhidas as custas, venha o processo concluso para extinção.
Recolhidas as custas iniciais, cumpra-se despacho abaixo:
Cite-se a parte requerida para apresentar contestação em 15 (quinze) dias.
Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).
Apresentada contestação, intime-se a parte autora para apresentar réplica em 15 (quinze) dias.

Após, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma pormenorizada e justificada, em 10 (dez) dias, sob pena de julgamento conforme o estado do processo.
Atentem as partes que, se não for justificada a necessidade de produção da prova especificada, o processo será julgado no estado em que se encontra, indeferindo-se a prova eventualmente indicada.
Obs. 1: A petição inicial e documentos que a instruem poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7076361-78.2022.8.22.0001
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: VITORIA OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCOS MAURICIO NASCIMENTO DA SILVA, OAB nº RO10230, MARIANA IARA SILVA, OAB nº RO10241
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: ESTEVAO ARAUJO PAIVA DE CASTRO FILHO, OAB nº PB29838, HUGO CAVALCANTE GUIMARAES, OAB nº PB31561, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 12.000,00
Data da distribuição: 21/11/2022
DESPACHO
Observa-se que a parte autora apresentou recurso inominado (ID n. 92603226).
Analisando aquele ID, verifica-se que não consta a petição de interposição do recurso com as razões, mas somente contracheques e extratos.
Intime-se a parte autora para, em 48 (quarenta e oito), apresentar a petição de interposição com as razões recursais, sob pena de ser inadmitido.
Decorrido o prazo, se nada for apresentado, venha concluso na pasta “Despacho Remessa” para admissibilidade do recurso da requerida.
Cumprida a especificação, intime-se a parte requerida para, em 10 (dez) dias, apresentar as contrarrazões.
Após, venha concluso na pasta “Despacho Remessa”.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7062382-83.2021.8.22.0001
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERENTE: RAIMUNDO FACANHA FERREIRA, OAB nº RO1806, LIDUINA MENDES VIEIRA, OAB nº RO4298, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, ENERGISA RONDÔNIA
REQUERIDO: NELSO CORDEIRO CORREA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RAIMUNDO FACANHA FERREIRA, OAB nº RO1806, LIDUINA MENDES VIEIRA, OAB nº RO4298
Valor da Causa: R$ 13.132,35
Data da distribuição: 15/06/2023
DESPACHO
Arquive-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, 480/481 859/860 Número do processo: 7015844-73.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: DANIEL BRUNO MOREIRA
ADVOGADOS DO AUTOR: EMILLY NASCIMENTO RIBEIRO, OAB nº RO11462, ARLY DOS ANJOS SILVA, OAB nº RO3616A
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: MICAELLA CAMPOS GONCALVES DE MORAIS, OAB nº PB23978, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
I – RELATÓRIO
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
II – FUNDAMENTAÇÃO
Trata-se de ação indenizatória na qual a parte requerente pretende a reparação por danos morais, sob o argumento de que embora não estivesse inadimplente, teve a energia elétrica de sua residência suspensa nos dias 14/02/2023, 28/02/2023 e 14/03/2023, por suposta falta de pagamento da fatura do mês de novembro/2022.

Insta frisar que este processo trata de típica relação de consumo, nos termos em que dispõem os artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor, sendo a parte requerente consumidora do serviço de energia elétrica oferecido pela parte requerida (fornecedora).
Deste modo, o dever de reparação por parte da empresa fornecedora de serviços de energia elétrica é objetiva, isto é, dispensa a presença do elemento subjetivo doloso ou culposo, nos termos do art. 14 do sobredito diploma legal.
Pois bem.
É válido registrar que o fornecimento de energia elétrica é serviço público de natureza essencial, devendo ser prestado pelo ente público que o faz diretamente ou mediante concessão. Neste caso, a empresa concessionária assume a responsabilidade, respondendo objetivamente por eventuais danos causados ao consumidor, e, ademais, a descontinuidade do serviço essencial resta vedada pelo art. 22 do Código de Defesa do Consumidor:
Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos. (Grifei)
Por sua vez, a Lei nº 8.987/95, diploma legal que regulamenta acerca do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, em seu Capítulo II ("Do Serviço Adequado"), conceitua o que se considera "serviço adequado", prevendo, nos incisos I e II do § 3º do art. 6º, duas hipóteses em que é legítima sua interrupção, conforme redação que segue:
Art. 6º. Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.
§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. § 2º A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço. § 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:
I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e,
II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade. (destaquei)
A Resolução nº 1.000/2021 da ANEEL normatiza, em seu artigo 356, as hipóteses de suspensão no fornecimento de energia elétrica, conforme redação a seguir:
Art. 356. A suspensão do fornecimento de energia elétrica de unidade consumidora por inadimplemento, precedida da notificação do art. 360, ocorre nos seguintes casos:
I - não pagamento da fatura da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica;
(…)
Compulsando os autos, observo, primeiramente, que a residência da demandante é titular da unidade consumidora (UC) de nº 3/45210-2, tendo sofrido interrupção no serviço de energia elétrica em 14/02/2023 e 28/02/2023, em virtude da fatura com vencimento em 28/12/2022 (ID n. 88379984), no valor de R$ 111,42 (cento e onze reais e quarenta e dois centavos).
Na fatura do mês de janeiro (ID n. 90199633), o autor foi notificado acerca do débito pretérito, com a respectiva advertência da possibilidade de suspensão do serviço.
De fato, o autor adimpliu o débito em data anterior à interrupção no serviço de energia, embora o comprovante bancário de ID n. 88379987 demonstre que o consumidor efetuou o pagamento diretamente na conta bancária da concessionária de energia elétrica, sem a possibilidade de identificação da unidade consumidora, ao invés de utilizar os mecanismos existentes na fatura, tais como QR Code para transferências via chave Pix ou ainda o próprio código de barras inserido no boleto emitido pela Energisa.
Com isso, a concessionária de energia elétrica recebeu o importe, e tal fato é inconteste, mas tal pagamento não ficou individualizado no sistema da demandada.
Por outro lado, em um contexto de hipossuficiência que envolve as relações consumeristas, e também considerando que o consumidor já havia procurado a empresa quando houve o primeiro corte, mostrando que havia feito o pagamento, entendo cabível que se considere quitado o débito.
No caso, houve falha na prestação do serviço pois na primeira vez que o consumidor procurou a ENERGISA deveria ter sido providenciada a anotação no sistema, considerando-se que o valor, de fato, ingressou no patrimônio da empresa, não se justificando que continuasse o débito em aberto, que acabou por ocasionar novo corte.
Portanto, embora tenha havido aviso prévio da suspensão, nos termos da Resolução Normativa nº 1.000/2021 da ANEEL, o autor comprovou a quitação do débito vencido em 28/11/2022, antes do vencimento, mas foi ignorado quando explicou a situação no atendimento que recebeu da ENERGISA.
Assim, deve ser declarada a inexistência de débito, pois o valor de R$ 111,42 (cento e onze reais e quarenta e dois centavos) foi depositado em conta bancária da requerida, conforme ID 88379987, de imediato.
Quanto aos danos morais, são necessárias algumas ponderações.
Há muito o nosso Direito privilegia a responsabilidade por dano moral, mas com o advento da Constituição Federal de 1988 a matéria passou a adquirir relevância em face do teor dos incisos V e X do art. 5º, que assegurou o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de violação à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem, tendo passado, então, a ser admitida a cumulação das indenizações, pouco importando se originárias do mesmo ato ilícito.
No caso, entendo presente dano moral indenizável, pois os fatos narrados ultrapassam os aborrecimentos normais da vida em sociedade, ao ponto e atingir a esfera extrapatrimonial da parte autora, considerados os valores protegidos pela Constituição Federal.
Trata-se, na verdade , de um ano in re ipsa, pois o corte do fornecimento de energia elétrica causa abalos emocionais.
Entendo razoável, no caso, o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais).
III - DISPOSITIVO
Diante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar a inexigibilidade do débito relativo à fatura de novembro de 2022, vencida em dezembro/2022 e já paga, e CONDENO a ENERGISA ao pagamento de indenização por danos morais fixada no patamar de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a ser paga com incidência de correção monetária e juros de mora a contar da presente data, conforme a tabela de correção do Tribunal de Justiça de Rondônia.
Sem custas processuais ou honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95 c/c art. 27 da Lei 12.153/09.
P. R. I, e após o trânsito em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA-AR/MANDADO DE INTIMAÇÃO
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, 480/481 859/860 Número do processo: 7013208-37.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: LUCIVALDO EVANGELISTA DE SOUZA JUNIOR
ADVOGADO DO AUTOR: ALEXANDRE CARNEIRO MORAES, OAB nº RO6739
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
I – RELATÓRIO
Dispensado na forma do art. 38 da Lei n. 9.099/1995.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Tratam-se os autos de pedido de inexistência de débito referente às faturas de recuperação de consumo de energia elétrica da UC nº 20/316369-8, em que alega a parte autora que a requerida cometeu uma série de irregularidades, desde a suposta constatação de fraude até a apuração de supostos valores a recuperar, defendendo que a requerida não pode simplesmente aferir um valor na cobrança de energia sem elementos de apuração da ocorrência ou até mesmo sem informar o consumidor os critérios adotados na compensação.
Sustenta que durante o período de apuração, o imóvel estava desocupado, ante o falecimento do seu genitor, que residia no local.
Insta frisar que este processo trata de típica relação de consumo, nos termos em que dispõem os artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor, sendo a parte requerente consumidora do serviço de energia elétrica oferecido pela parte requerida (fornecedora).
Malgrado se trate de relação consumerista, em que se admite a inversão do ônus da prova (art. 6º, VIII, do CDC), não se afasta da parte autora, ainda que em situação de vulnerabilidade, o ônus de fazer prova mínima da existência de seu direito.
Cinge-se a controvérsia, a respeito da legitimidade da cobrança de energia elétrica a título de recuperação de consumo e ocorrência de dano moral decorrente de ação fiscalizatória realizada pela parte requerida, recuperação compreendida entre 01/2022 a 09/2022, irregularidade a qual foi constatada pela parte requerida durante inspeção no medidor de energia elétrica da unidade, cujo titular é a parte requerente.
No que diz respeito à verificação de validade do débito, é preciso que além da constatação da irregularidade na unidade consumidora da parte requerente, seja demonstrada a obediência aos procedimentos previstos no art. 590 da Resolução n. 1.000/2021 da ANEEL e aos princípios do contraditório e ampla defesa.
A empresa requerida esteve no imóvel da parte autora e realizou vistoria no medidor da parte autora, sendo cobrada por valores pretéritos a título de recuperação de consumo, conforme extrai-se do TOI nº 100085861, Id: 89537895, inspeção realizada no dia 20/09/2022, sendo possível verificar que o medidor da parte autora estava com “procedimento irregular no medidor; medidor com característica divergente de fábrica, o mesmo reprovou no teste ADR in loco”. De forma que, o relógio medidor foi encaminhado à perícia, mesmo que o titular tenha optado por não realizar.
Após perícia foi constatado, conforme avaliação de Id. 89540002, algumas anomalias, tampa e circuito eletrônico adulterados - o medidor encontra-se com o circuito eletrônico adulterado, sendo assim, o resultado do ensaio de marcha em vazio foi comprometido -, tendo como resultado reprovado. Tanto que no mês seguinte houve registro de consumo da unidade consumidora superior ao que era registrado, conforme histórico de consumo Id: 89537894.
O que pretende a parte autora é a declaração de inexigibilidade de débito e a indenização pela cobrança em danos morais.
Nesse viés, anoto que o juízo não pode ser alheio aos elementos dos autos. Neles consta a realização de vistoria que demonstra que o relógio medidor encontrou “procedimento irregular no medidor”, de forma a não permitir a efetiva medida do consumo de energia elétrica na residência do autor. Basta verificar o consumo faturado após a regularização da situação, tendo em todos os meses seguinte consumo superior, quando comparado aos meses antes da inspeção (20/09/2022).
Deve ser observado ainda que a parte autora não se desincumbiu do seu ônus de comprovar que o imóvel estava desocupado durante o referido período, até porque, consta registro fotográfico do imóvel ocupado (ID 89540015).
Outrossim, pode haver cobrança, desde que constatada a medição irregular pelo medidor e que esteja comprovado o procedimento irregular do consumidor, senão vejamos:
Apelação cível. Fornecimento de energia elétrica. Recuperação de consumo. Inspeção. Irregularidade. Dívida existente. Parâmetros para apuração de débito. Dano moral. Não caracterização. É devida a recuperação de consumo de energia elétrica em razão da constatação de inconsistências no consumo, havendo elementos suficientes para demonstrar a irregularidade na medição, a exemplo do histórico de consumo. O parâmetro a ser utilizado para o cálculo do débito deverá ser a média de consumo dos três meses imediatamente posteriores à substituição do medidor. Não há que se falar em dano moral só pelo fato de ter havido cobrança indevida, desacompanhada de negativação do nome do consumidor ou de outra forma de divulgação da suposta inadimplência. (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7007843-09.2017.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 05/07/2019)
Dessa forma, ainda que não se dê qualquer crédito ao exame realizado unilateralmente pela ré, não se pode deixar de entender que havia irregularidades no aparato medidor. Embora a parte autora questione a perícia realizada, a empresa executa seus trabalhos de acordo com as regras da ABNT. Consequentemente, a avaliação se demostra regular, e houve diferença entre os novos consumos registrados e os efetivados anteriormente à inspeção, de forma a aferir um consumo menor, portanto, um pagamento a menor pela parte autora.
Imperioso ressaltar que no presente feito não se discute a autoria da adulteração/irregularidade do equipamento de medição, e sim quem se beneficiou economicamente disso, e se o cálculo da compensação econômica financeira feito pela distribuidora foi realizado da maneira como é determinada pela agência reguladora do setor.
Visível, portanto, que, apesar de não se imputar a autoria da alteração no equipamento à parte autora, esta foi a financeiramente beneficiada pela ocorrência nos erros de medição. Tendo a parte requerida, neste caso, obtido êxito no ônus probatório que lhe incumbia, não merecendo resguardo o pleito autoral.
Desse modo, constatada medição irregular, há a possibilidade de recuperação da receita, nos termos previstos não só pela antiga Resolução nº414/2010 da ANEEL, mas também na atual Resolução nº 1.000/2021.

Nos autos, verifico que a requerida realizou todas as etapas do procedimento de recuperação de consumo pretérito (realização da vistoria, emissão do TOI, notificação do Cliente, documentos juntados com a contestação), não havendo óbices ao procedimento adotado. O TOI é regular.
Ademais, pode-se concluir acerca do critério utilizado pela requerida para fins de recuperação de consumo, como correta. A requerida enviou carta à autora informando-a sobre a forma de proceder com o cálculo para apurar o valor da energia a recuperar (ID 89540007).
É bem verdade que o Tribunal de Justiça local tem decidido que para o cálculo da energia a recuperar deve se tomar a média dos três meses após a regularização do sistema de aferição. Mas, comparando essa forma de cálculo, com o cálculo estabelecido no art. 595, inciso III, do Regulamento n. 1.000/2021-ANEEL, não tem como se afirmar que uma forma é mais ou menos gravosa que a outra. Qualquer uma das formas de cálculo da energia a recuperar, seja o previsto no regulamento, seja aquele definido pela jurisprudência, têm por base uma presunção do que foi deixado de mensurar a título de energia elétrica desviada. Portanto a alegação da parte de que não seria possível a recuperação sem a avaliação do que foi efetivamente desviado constitui argumento absurdo.
Vejo que se calcularmos a média conforme as decisões já estabelecidas pelo Tribunal de Justiça de Rondônia, com relação ao disposto no art. 595, III, da Resolução n. 1.000/2021-ANEEL, não há diferença na média apurada.
Não vislumbro irregularidade na forma do cálculo estabelecido pela requerida ao apurar o consumo de energia a recuperar com fundamento no art. 595, inciso III, da Resolução 1.000/2021-ANEEL, até porque, como diz um princípio do direito, ninguém pode ser beneficiado de sua própria torpeza (venire contra factum proprium non licet).
Portanto, a cobrança da importância questionada de R$ 1.434,58 (mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) mostra-se correta.
Quanto à pretensão por danos morais, restou prejudicada.
A requerida formulou pedido contraposto. É caso de procedência.
No caso dos autos, como acima exposto, os argumentos invocados pela parte autora não foram acolhidos, de modo que a cobrança da fatura questionada restou legítima. Embora se leve à conclusão de que o pedido contraposto reste prejudicado, tal entendimento não é verdadeiro. Isso porque a improcedência da ação legitima a fatura, mas a procedência do pedido contraposto confere à requerida um título executivo judicial.
A energia a recuperar no caso foi considerada como legítima, estando a requerida no exercício regular de um direito.
III – CONCLUSÃO
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do artigo 487 do Código de Processo Civil c/c o art. 38 da Lei n. 9.099/1995, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos iniciais formulados por LUCIVALDO EVANGELISTA DE SOUZA JUNIOR contra ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, ambas qualificadas no processo e, em consequência, REVOGO a tutela de urgência concedida (ID n. 88266359) e JULGO PROCEDENTE os pedidos contrapostos para CONDENAR a parte autora/reconvinda a pagar a energia a recuperar, no valor de R$ 1.434,58 (mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) , atualizados desde a data do vencimento e com juros legais de 1% ao mês, devendo a requerida parcelar o débito conforme estabelece o regulamento próprio.
Nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, da Lei n. 9.099/1995, a parte devedora fica ciente de pagar, independente de nova intimação, após o trânsito em julgado, o valor da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento).
Em caso de recurso sob o manto da justiça gratuita, a parte deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício no ato da interposição do recurso, sob pena de deserção.
Sem custas e honorários advocatícios.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE CARTA/MANDADO/INTIMAÇÃO/OFÍCIO.
Porto Velho, 18 de maio de 2023.
{orgao_julgador.magistrado}
Juiza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7049791-26.2020.8.22.0001
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: LUCIANA CESCONETO
ADVOGADO DO REQUERENTE: DIEGO DINIZ CENCI, OAB nº RO7157
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, RAFAELA INES OLIVEIRA DOS SANTOS, OAB nº PB26230, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 36.908,24
Data da distribuição: 16/05/2023
DESPACHO
Segue alvará judicial eletrônico em favor da parte autora.
Atente a parte que a informação foi encaminhada eletronicamente à Caixa Econômica Federal, que promoverá a transferência para a conta bancária indicada em até sete dias (ID n. 92004463).
Intime-se a parte exequente para, em 10 (dez) dias, promover o andamento do feito para requerer o que entender de direito, sob pena de extinção pelo adimplemento da obrigação.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 7029544-19.2023.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTORES: GILVANILDO OLIVEIRA SENA, GENIVALDO BALBINO SENA, LEANDRO DE OLIVEIRA SENA, DEISIANI OLIVEIRA SENA, DELZENIR OLIVEIRA SENA, DALVINA OLIVEIRA SENA
ADVOGADOS DOS AUTORES: JOSE ANDRE DA SILVA, OAB nº RO9800, ALESSANDRO RIOS PRESTES, OAB nº RO9136

REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
As partes anunciam celebração de acordo, juntaram o termo, requereram a homologação e a extinção do feito.
Verifico que o advogado que firmou o acordo, ALESSANDRO RIOS PRESTES, está representando todos os autores e possui poderes para transigir em nome de todos.
Diante do exposto, por vislumbrar os pressupostos legais, HOMOLOGO O ACORDO firmado entre as partes para que produza seus efeitos jurídicos e legais EM RELAÇÃO A TODOS OS AUTORES e, via de consequência, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, na forma do art. 487, III, "b" do CPC.
Antecipo o trânsito em julgado para esta data, considerando a dispensa manifestada pelas partes em acordo.
Sem custas e sem honorários.
P.R.I. Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023 .
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, 480/481 859/860

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, 480/481 859/860 7003626-10.2023.8.22.0002
Fornecimento de Energia Elétrica
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: JOSIANA DAS GRACAS INOCENCIO, CPF nº 89248040225, RUA MARINGÁ 3264, CENTRO CENTRO - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FABIANA FARIAS VON RONDOW VIEIRA, OAB nº RO12627
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Relatório dispensado, nos termos do artigo 38, caput, da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de indenização por danos morais, em que a parte autora afirma que sofreu corte de energia elétrica de forma indevida no dia 25/09/2022, sem que houvesse prévia notificação.
Considerando que a matéria tratada é de direito e já constam nos autos documentos necessários ao julgamento, passo a conhecer diretamente do pedido, nos termos do art. 355, inciso I, do CPC.
O requerente alega que houve a suspensão no fornecimento de energia em sua residência pela requerida, indevidamente. Em contestação, a requerida alega que houve o corte por falta de pagamento. Deste modo, podemos concluir que é fato incontroverso que havia débitos anteriores, motivo pelo qual, resultou no corte da energia elétrica. Quanto ao fato, entendo ser legal o corte de energia pela concessionária, tendo em vista que comprovou a requerida que notificou a autora do débito, bem como informou data para futuro corte de energia.
Com isso, verifica-se que a tese apresentada pela parte Requerente, quanto ao pedido de indenização por danos morais, deve não ser acolhida, pois realmente existia débito.
Resolução normativa Nº 1.000/2021 da ANEEL, que estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica de forma atualizada e consolidada:
"Art. 172. A suspensão do fornecimento de energia elétrica de unidade consumidora por inadimplemento, precedida da notificação prevista no art. 360, ocorre pelo:
I – não pagamento da fatura relativa à prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica;
(….)."
Ao que se denota dos autos, a fatura do mês de agosto/2022, no valor de R$ 222,95 (duzentos e vinte e dois reais e noventa e cinco centavos) apenas foi adimplida em 26/09/2022, isto é, após a efetivação da suspensão do fornecimento de energia elétrica (ID 90200342 - Pág. 2)
O argumento de que não houve notificação prévia não merece prosperar, visto que a fatura do mês de setembro/2022, constou aviso de corte, conforme comprova o documento de ID n. 88156726 - Pág. 3.
Desta forma, não merece amparo o pedido de reparação por danos morais, uma vez que a parte autora estava totalmente ciente de que poderia ter o fornecimento de energia elétrica suspenso devido ao inadimplemento de fatura, sendo que eventuais transtornos experimentados posteriormente, foram causados pela própria atitude da parte autora em não ser diligência e adimplir a tempo as faturas de energia do bem que adquiriu.
Assim, considerando os princípios norteadores do Processo Civil, em especial, o devido processo legal e a legalidade, conclui-se ser temerário atribuir ao requerido responsabilidade pelo dano, pois inexiste nos autos, provas contundentes do dano.
Destaca-se ainda que, por meses seguidos a autora restou inadimplente em faturas, somente vindo a pagar quando do vencimento da próxima. Assim, por alguns meses sempre existia fatura em atraso apto de ser realizado corte.
Não vislumbro qualquer reparação moral indenizável, pois, ao que se percebe, a autora deu causa ao fato narrado, pois costumas em inadimplência das faturas, bem como, o corte foi realizado em data posterior ao aviso de provável suspensão dos serviços.
Ante todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos iniciais, extinguindo o processo, com resolução de mérito, na forma do 487, inciso I, do CPC.
Ficam as partes intimadas, via a publicação desta no diário da justiça, para, querendo, interpor recurso no prazo de 10 (dez) dias.
Sem custas processuais ou honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95 c/c art. 27 da Lei 12.153/09.
P. R. I, e após o trânsito em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA-AR/MANDADO DE INTIMAÇÃO
Wanderley José Cardoso
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02 Processo n. 7002786-97.2023.8.22.0002
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: ORIVELTON DE ANDRADE
ADVOGADO DO AUTOR: MIRIAM ROGERIA DE LIMA ZAMARCHI, OAB nº RO11584
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, HUGO CAVALCANTE GUIMARAES, OAB nº PB31561, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 27.783,25
Data da distribuição: 27/03/2023
Sentença
I – RELATÓRIO
Dispensado na forma do art. 38 da Lei n. 9.099/1995.
II – FUNDAMENTAÇÃO
ORIVELTON DE ANDRADE ajuizou ação cominatória cumulada com reparação de danos contra ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, ambos qualificados, pretendendo que a requerida seja condenada na obrigação de fazer consubstanciada na incorporação da rede elétrica e ao pagamento da indenização pelos valores despendidos com a construção. Aduziu que em razão da necessidade de utilização de energia elétrica construiu, com recursos próprios, uma subestação elétrica de 10 KVA na sua propriedade rural mediante aprovação da requerida. Afirmou que o projeto foi aprovado pela requerida. Sustentou a obrigação da requerida em promover a incorporação e o pagamento da indenização. Postulou a procedência dos pedidos. Apresentou documentos.
DO JULGAMENTO ANTECIPADO
Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder.” (STJ- 4ª. Turma, Resp 2.832-RJ, REL.MIN. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14/08/1990 e publicado no DJU em 17/09/90, p. 9.513).
No presente caso, a questão de mérito dispensa a produção de prova em audiência, logo, há que se promover o julgamento antecipado da causa, na forma do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
Por verificar a presença dos pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, além de reunidas às condições da ação, passo ao exame de mérito.
DO MÉRITO
É incontroverso que não houve incorporação formal da rede elétrica construída pelo autor ao patrimônio da requerida.
A análise do processo conduz à procedência do pedido.
Infere-se do verbete da súmula n. 547 do Superior Tribunal de Justiça, mencionada anteriormente, que o Código de Defesa do Consumidor aplica-se aos pedidos de incorporação de rede elétrica particular.
A incorporação de rede elétrica particular tem regulamentação dada pelo art. 71 do Decreto n. 5.163/04, pela Resolução Normativa n. 229/06 da ANEEL e art. 15 da Lei n. 10.848/2004.
A Resolução Normativa n. 229/06 da ANEEL, apesar de ser editada em 2006, trata-se de regulamentação administrativa vigente, com aplicabilidade ao presente caso.
O inciso III do art. 2º da Resolução Normativa, estabelece, em síntese, que as redes particulares são instalações elétricas, em qualquer tensão, inclusive subestações, com a finalidade exclusiva de prover energia elétrica para o consumo de seu proprietário e que estão conectadas em um sistema de distribuição.
A autora apresentou o projeto de construção da rede elétrica particular, sendo que enquadra-se no inciso III do art. 2º da Resolução Normativa n. 229/06 da ANEEL.
A partir disso, passo à análise da obrigatoriedade ou não da incorporação.
Os artigos 3º e 9º daquela Resolução estabelecem o dever de incorporação das redes particulares que não dispunham de ato autorizativo do Poder Concedente (ANEEL).
O autor comprovou que houve pedido de autorização para a ANEEL ou da requerida (ID 87653824 - Pág. 4).
Assim, a documentação demonstra que é o caso de indenização nos termos do art. 9º da Resolução n. 229/2006 da ANEEL.
Logo, cabia à parte requerida demonstrar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora (art. 373, inciso II, CPC), não cumprindo a contento o ônus que lhe cabia, deixando de demonstrar que a rede particular não é necessária para o atendimento de novas ligações ou que não efetivou derivações dela por estar localizada integralmente no imóvel da demandante.
Nesse sentido já se manifestou o Tribunal de Justiça de Rondônia:
“Obrigação de Fazer. Rede elétrica rural. Subestação. Construção pelo consumidor. Dano material. Reembolso. As redes particulares devem ser incorporadas ao patrimônio da respectiva concessionária de distribuição, sendo exceção apenas os casos de redes particulares que dispuserem de ato autorizativo do Poder Concedente para atuarem. Ante à incorporação é devido o ressarcimento dos valores dispendidos com a construção da rede elétrica, sob pena de enriquecimento ilícito da concessionária.” (TJ-RO, 1ª Câmara Cível, Processo nº 7001668-24.2021.822.0013, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 19/12/2022).
“Apelação cível. Indenização por dano material. Rede de eletrificação rural. Incorporação pela concessionária de energia. Resolução da Aneel nº. 229/06. Devida restituição de valores gastos com a construção. Recurso não provido. O proprietário da rede particular de transmissão de energia elétrica deve ser ressarcido pelos gastos com a construção e instalação da rede quando da sua incorporação pela concessionária de serviços públicos, e o ressarcimento deve ser equivalente aos valores dispendidos, sob pena de enriquecimento ilícito pela concessionária à custa do consumidor.” (TJ-RO, 2ª Câmara Cível, Processo nº 7001062-38.2022.822.0020, Rel. Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 13/12/2022).

III – CONCLUSÃO
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do artigo 487 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE os pedidos iniciais formulados por ORIVELTON DE ANDRADE contra ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, ambas qualificadas no processo e, em consequência, DECLARO incorporado a rede elétrica objeto destes autos ao patrimônio da requerida, e CONDENO-A a indenizar a parte autora os valores gastos, nos termos da Resolução n. 229/2006-ANEEL, levando em consideração o cálculo da depreciação, não devendo ultrapassar o valor gasto de R$ 27.783,25 (vinte e sete mil setecentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos), corrigidos pela tabela do Tribunal de Justiça de Rondônia (INPC) desde o desembolso e com juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação.
Sem custas e honorários.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7044301-18.2023.8.22.0001
REQUERENTE: GERALDO RAMOS DOS SANTOS FILHO
Advogado do(a) REQUERENTE: GISELE MARQUES DE JESUS - RO10207
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Processo nº: 7026789-56.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Defeito, nulidade ou anulação, Abatimento proporcional do preço , Fornecimento de Energia Elétrica
AUTOR: VALDENIR CARLOS BELINI, AVENIDA RIO MADEIRA 2105, - DE 1633 A 2301 - LADO ÍMPAR NOVA PORTO VELHO - 76820-161 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ANNE BIANCA DOS SANTOS PIMENTEL, OAB nº RO8490
CARINA GASSEN MARTINS CLEMES, OAB nº RO3061A
LUCIANA MOZER DA SILVA DE OLIVEIRA, OAB nº RO6313
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
I – RELATÓRIO
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
II – FUNDAMENTAÇÃO
DO MÉRITO
Pois bem,
Insta frisar que este processo trata de típica relação de consumo, nos termos em que dispõem os artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor, e será decidido por esse prisma.
Cinge-se a controvérsia, sobre a legitimidade das faturas de recuperação de consumo do serviço de energia elétrica, durante período compreendido entre 04/2017 a 07/2017 e 01/2021 a 03/2021 (ID 84359414 e 84359431).
No que diz respeito à verificação de validade do débito, é preciso que além da constatação da irregularidade na unidade consumidora da parte requerente, seja demonstrada a obediência aos procedimentos previstos no art. 590 da Resolução n. 1.000/2021 da ANEEL e aos princípios do contraditório e ampla defesa (Tema 699, do STJ).
A inspeção realizada pela requerida, na data 04/08/2017, conforme o termo de ocorrência e inspeção, extrai-se do TOI (ID n.84359429), que foi constatada a seguinte irregularidade: " não passou no teste adr. 2000''. O aparato estava deixando de registrar corretamente o consumo de energia elétrica.
A atuação dos colaboradores foi acompanhada pelo sra. Maria Pereira Pimentel, que assinou o referido termo, portanto foi-lhe assegurado o direito ao contraditório. conforme disposto no artigo 591 §3º da Resolução n. 1000/2021, de modo que não se trata de um ato arbitrário (vide TOI). A parte autora não pode alegar ignorância, pois tomou conhecimento da inspeção, ou seja, foi assegurado o direito ao contraditório.
A parte autora teve ciência da irregularidade, pois a inspeção teve acompanhamento de terceiro. Portanto, conclui-se que o procedimento administrativo foi regular, pois foi assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Imperioso destacar que não foi juntado o resultado da aferição técnica, dessa forma, não restou claro que houve realmente a irregularidade/defeito no medidor. .

No caso em questão, tenho o primeiro TOI como irregular, visto que não houve a devida comprovação das alegações por meio da aferição técnica. Trata-se de procedimento irregular da requerida.

A segunda inspeção realizada pela requerida, na data 06/04/2021, conforme o termo de ocorrência e inspeção, extrai-se do TOI (ID n.84359407), que foi constatada a seguinte irregularidade: " medidor com características divergentes da de fabricação, o mesmo foi reprovado no teste com adr in loco deixando de registrar corretamente o consumo de energia" deixando de registrar corretamente o consumo de energia elétrica.

A atuação dos colaboradores foi acompanhada pelo próprio autor, que recusou-se a assinar o referido termo, portanto, dessa forma foi-lhe assegurado o direito ao contraditório, conforme disposto no artigo 591 §3º da Resolução n. 1000/2021 de modo que não se trata de um ato arbitrário (vide TOI). Desse modo, a parte autora não pode alegar ignorância, pois tomou conhecimento da inspeção.

Com a aferição técnica restou demonstrado que o "medidor sem a tampa do bloco de terminais. O medidor encontra-se com o circuito eletrônico adulterado, sendo assim, o resultado do ensaio de marcha em vazio foi comprometido." Com o resultado final reprovado.

Apesar de o autor alegar que a inspeção foi realizada em data distinta a inicial, não comprovou que de fato se fez presente para acompanhar aferição técnica de seu medidor ou que ser faria presente. Portanto, conclui-se que o procedimento administrativo foi regular.

A requerida enviou carta à autora informando-a sobre a forma de proceder com o cálculo para apurar o valor da energia a recuperar (ID n. 84359414), foi utilizado para recuperar a energia pela requerida os meses de 01/2021 a 03/2021, ou seja, 3 meses. E o fundamento do cálculo foi o inciso III, do art. 130, que toma por base as 3 maiores médias em 12 ciclos regulares e anteriores à inspeção.

Essa forma de cálculo está em contradição com a posição firmada pelo Tribunal de Justiça que estabelece o cálculo pela média dos três meses imediatamente após a regularização do sistema:

Apelação Cível. Energia elétrica. Recuperação de consumo. Possibilidade. Método de cálculo. É possível que a concessionária de serviço público apure a recuperação de consumo de energia elétrica, observando-se o contraditório e a ampla defesa, bem como os procedimentos previstos em resolução da Aneel. O valor do débito deve considerar a média de consumo dos 03 (três) meses imediatamente posteriores à substituição do medidor e pelo período pretérito máximo de 01 (um) ano. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7011135-60.2021.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 21/09/2022. No mesmo sentido: APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7003339-97.2021.822.0008, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 16/09/2022.

Mas o que este juízo tem observado é que toda forma de cálculo, a título de recuperação, há presunção do consumo de energia que não fora aferido corretamente, ou seja, uma estimativa. A Resolução n. 414/2010-ANEEL estabelece formas de cálculo no art. 130, e todas aferem por presunção por se tratar de uma situação passada. Portanto, é uma ilusão pensar que se está recuperando a energia real consumida ou desviada. Não há uma forma mais benéfica ou mais gravosa ao consumidor.

Primeiramente em relação à utilização da média dos três meses posteriores à regularização do sistema de aferição, nem sempre é a garantia de ser mais favorável ao consumidor quando comparado com o cálculo realizado pela requerida, tanto isso é verdade que em muitas situações, o refaturamento utilizando aquele parâmetro tem sido objeto de contestação perante a própria requerida pelo usuário por ter apresentado um resultado mais gravoso do que o contestado. Esse equívoco aconteceu porque basearam simplesmente nas palavras (maiores médias) do dispositivo do regulamento, como sendo prejudicial ao consumidor, quando na realidade deveria ter sido realizado o cálculo no caso em concreto, utilizando os parâmetros reais para definir qual é a situação mais gravosa (art. 130 III, da RN n. 414/2010-ANEEL ou art. 595, III, da RN n. 1000/2021-ANEEL). Faço menção ao processo n. 7086893-14.2022.8.22.0001 como exemplo.

A cobrança da importância questionada de R$1.720,58 (hum mil setecentos e vinte reais e cinquenta e oito centavos) a título de recuperação de consumo, se mostra correta, portanto devidas pela autora. Veja que as fraudes contra o sistema de aferição de energia elétrica são decorrentes de atos intencionais.

A parte requerente pretende a revisão do consumo de energia que afirma ter sido indevidamente faturada pela requerida. Alega que no mês de janeiro/2021 foi cobrado o valor de R$7.743,03 pelo consumo de 8.502 kWh, em desproporcionalidade com a sua média mensal.

Importante destacar que a apuração de valores referentes a débitos de energia elétrica deve se pautar no que foi efetivamente consumido pelo usuário do serviço. Atrelado a isso também está o direito à informação daquele que fornece o serviço para com aquele que o consome, de maneira exata e transparente, de forma a permitir que o consumidor possa controlar seus débitos. A importância do atendimento destes requisitos vem da guarda do princípio da boa-fé nas relações de consumo, que garante ao consumidor que ele pague apenas por aquilo que de fato usufruiu.

Ao que se extrai do histórico acostado, sob o ID 84359416, a média de consumo é demasiadamente inferior, a cobrança efetuada no mês de janeiro de 2021, sendo assim totalmente desproporcional.

Analisando o histórico de consumo juntado pelas partes, extrai-se que o consumo de energia na unidade consumidora sofreu pouca variação durante os meses, pouco se distanciando da média de consumo.

O valor da fatura, por sua vez, aumentou de forma desproporcional em relação aos meses anteriores, chegando a aumentar múltiplas vezes a mais em relação aos demais meses, conforme histórico de consumo, sem que a requerida demonstrasse o motivo de tal acréscimo.

Assim, em não sendo possível a visualização e comprovação da regularidade da aferição do consumo e dos valores apontados, merece resguardo o pleito e revisão da referida fatura. Neste sentido:

Apelação cível. Ação revisional de fatura de energia elétrica. Fatura emitida com consumo exorbitante. Ausência de comprovação de regularidade. Revisão devida. Recurso provido.Procede o pedido revisional de fatura quando não demonstrado pela concessionária de serviço público fatos que justifiquem a cobrança de energia elétrica em valor exorbitante à média de consumo verificada na residência do consumidor. (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7001464-89.2016.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 22/10/2021)

Nesse sentido, considerando-se que se trata de uma relação de consumo, a inversão do ônus da prova nesses casos, bem como a inércia da requerida, deve o pleito da autora ser atendido.

DO PEDIDO CONTRAPOSTO/RECONVENÇÃO

Recebo o pedido contraposto como reconvenção, pelo fato deste juízo não está atrelado ao nome dado ao instrumento jurídico, mas ao seu conteúdo, devendo a requerida recolher as custas pertinentes.

Nesse sentido já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça:
"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO RECONVENCIONAL. REQUISITOS. ATENDIMENTO. NOMEM IURIS. IRRELEV NCIA. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. A partir das inovações trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015, o oferecimento de reconvenção passou a ser feito na própria contestação, sem maiores formalidades, visando garantir a razoável duração do processo e a máxima economia processual. 3. A equivocada denominação do pedido reconvencional como pedido contraposto não impede o regular processamento da pretensão formulada pelo réu contra o autor, desde que ela esteja bem delimitada na contestação e que ao autor seja assegurado o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa. 4. A existência de manifestação inequívoca do réu qualitativa ou quantitativamente maior que a simples improcedência da demanda principal é o quanto basta para se considerar proposta a reconvenção, independentemente do nomen iuris que se atribua à pretensão, nos termos do Enunciado nº 45 do Fórum Permanente dos Processualistas Civis. 5. Recurso especial provido." (STJ, 3ª Turma, REsp 1.940.016/PR, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 22/06/2021).
Considerando que diante do procedimento adotado estar regular, quanto a segunda recuperação de consumo, a cobrança da importância questionada de R$1.720,58 (hum mil setecentos e vinte reais e cinquenta e oito centavos) a título de recuperação de consumo, se mostra correta, portanto devida pela autora.
III – DISPOSITIVO
Ante o exposto JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos iniciais formulado por VALDENIR CARLOS BELINI contra ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, dessa forma confirmo tutela liminar ID n.86306253. (a) Determino a revisão da fatura referente ao mês de janeiro/2021 e, para tanto, por consequência, reduzo o valor constante na mesma para média dos 12 meses imediatamente anteriores à primeira fatura questionada; (b) Declaro nula a fatura referente ao mês de maio de 2018 no valor de R$1.578,61 (hum mil quinhentos e setenta e oito reais e sessenta e um centavos) por não ter adotado todo os procedimentos necessários para a validade da recuperação de consumo.
Em relação ao pedido contraposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos contrapostos para CONDENAR a parte autora/reconvinda a pagar a energia a recuperar no valor de R$1.720,58 (hum mil setecentos e vinte reais e cinquenta e oito centavos) referente ao mês de fevereiro de 2021, atualizados desde a data do vencimento e com juros legais de 1% ao mês, devendo a requerida parcelar o débito conforme estabelece o regulamento próprio.
Após o trânsito em julgado, a requerida deverá apresentar o valor da energia a recuperar, devendo a parte contrária ser intimada para pagamento ou requerer parcelamento.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício no ato da interposição do recurso, sob pena de deserção.
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta fase, conforme art. 55, da Lei n. 9.099/95.
Havendo recurso, no prazo legal de 10 dias, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões, no mesmo prazo, remetendo-se os autos conclusos para juízo de admissibilidade.
A requerida deverá parcelar o débito em favor da parte autora, conforme prevê RN n. 1000/2021-ANEEL, e cobrar mediante fatura destacada das faturas de consumo regular. A falta de pagamento ou atraso daquelas faturas não justificam o corte, mas apenas o registro no cadastro de inadimplentes, desde que previamente notificado o consumidor, ou o protesto.
Transitada em julgado, se nada for requerido pelo autor, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Serve a presente decisão como mandado/intimação/comunicação.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 02
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, 480/481 859/860 Número do processo: 7013960-09.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: NILSON ISRAEL DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCOS ROBERTO BURATTO OLIVEIRA, OAB nº RO12729
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
I – RELATÓRIO
Dispensado na forma do art. 38 da Lei n. 9.099/1995.
II – FUNDAMENTAÇÃO
A parte autora pretende a condenação da requerida na obrigação consubstanciada na ligação de energia elétrica em sua unidade consumidora e condenação em danos morais. Alega que mesmo após inúmeras solicitações, a requerida não realizou o serviço.
A requerida, por sua vez, aduziu que após vistoria, a unidade consumidora foi reprovada, tendo em vista o não atendimento das exigências técnicas necessárias.
Inicialmente, cabe aqui destacar o art. 371 do CPC o qual dispõe que "Art. 371. O juiz apreciará a prova constante dos autos independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento."
Assim, entendo suficientes as provas produzidas nos autos e por ser desnecessária a produção de outras, já que a prova documental neste caso é suficiente para elucidar os fatos. Portanto, julgo antecipadamente a lide, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil.
Insta frisar que este processo trata de típica relação de consumo, nos termos em que dispõem os artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor, sendo a parte requerente consumidora do serviço de energia elétrica oferecido pela parte requerida (fornecedora).
Ao que se denota dos documentos carreados aos autos, inclusive das telas sistêmicas trazidas pela requerida, no dia 22/11/2022, a unidade consumidora do requerente passou por vistoria para a ligação de energia, na qual constou que o aparelho medidor não estava de acordo com a Norma de Distribuição Unificada.

Conforme histórico de ordens de serviços do cliente (ID n. 90202269), após a reprovação da ordem de serviço 92301307 de vistoria do padrão, o requerente não solicitou renovação da O.S para retorno da equipe no local.
A respeito do procedimento de vistoria e instalação da medição, a resolução 1.000/2021 da ANEEL assim estabelece:
Art. 91. A distribuidora deve realizar a vistoria e a instalação dos equipamentos de medição nas instalações do consumidor e demais usuários nos seguintes prazos:
I - em até 5 dias úteis: para conexão em tensão menor que 2,3 kV; [...]
Art. 92. Na vistoria a distribuidora deve realizar, caso necessário, os ensaios e testes dos equipamentos e sistemas das instalações de conexão.
Art. 93. O relatório de vistoria deve conter, caso aplicável:
I - a descrição das características finais das instalações de conexão;
II - os resultados dos ensaios e testes realizados nas instalações de conexão e em suas instalações internas;
III - os resultados dos ensaios e testes realizados nos equipamentos corretivos, se empregados para atenuar distúrbios;
IV - a relação de eventuais pendências; e
V - os desenhos do ponto de conexão, conforme construído.
Art. 94. Ocorrendo reprovação das instalações de entrada de energia elétrica na vistoria, a distribuidora deve disponibilizar ao consumidor e demais usuários, em até 3 dias úteis após a conclusão do procedimento, o relatório de vistoria, com os motivos e as providências corretivas necessárias.
Nota-se que o procedimento adotado pela requerida foi regular, visto que a demora na ligação da rede de energia foi motivada pela inviabilidade técnica em campo para a execução do serviço. E tão logo se deparou com a reprovação, detalhou ao consumidor os motivos e providências corretivas necessárias, em observância ao estabelecido na Resolução da ANEEL.
Logo, não há como se obrigar a requerida a realizar a ligação de energia da unidade consumidora, se não foram cumpridos os requisitos mínimos para tanto. Aliás, é o que prescreve o art. 476, do Código Civil: Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento do outro.
Assim, resta evidenciado que a alegada falha na prestação do serviço da requerida não restou devidamente comprovado, de modo que o dano moral restou prejudicado.
III - DISPOSITIVO
Ante todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, extinguindo o processo, com resolução de mérito, na forma do 487, inciso I, do CPC.
Ficam as partes intimadas, via a publicação desta no diário da justiça, para, querendo, interpor recurso no prazo de 10 (dez) dias.
Sem custas processuais ou honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95 c/c art. 27 da Lei 12.153/09.
P. R. I, e após o trânsito em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA-AR/MANDADO DE INTIMAÇÃO
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7057500-44.2022.8.22.0001 Requerente: REQUERENTE: FRANCILENE PEREIRA DE SOUZA Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: CLEIDA ANDREIA KURSCHNER - MT5274/O
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogados do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664, NATALIA KELLY DOMINGOS SANTOS - PB29871
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7006254-69.2023.8.22.0002 Requerente: AUTOR: JOAO CARLOS FERREIRA Advogado: Advogados do(a) AUTOR: BRUNO ALVES DA SILVA CANDIDO - RO5825, MATHEUS RODRIGUES SILVA - RO11744
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
INTIMAÇÃO ÀS PARTES
(ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, ficam Vossas Senhorias INTIMADAS a, querendo, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, especificarem as provas que desejam produzir.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7027934-16.2023.8.22.0001 Requerente: AUTOR: EDMILSON REGIS TAVARES Advogado: Advogados do(a) AUTOR: VALDIZA SILVA FRANCO - RO10438, WYGNA DE SOUZA - RO7184
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
INTIMAÇÃO ÀS PARTES
(ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, ficam Vossas Senhorias INTIMADAS a, querendo, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, especificarem as provas que desejam produzir.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7007637-82.2023.8.22.0002 Requerente: AUTOR: LUCIMARA VALERIO Advogado: Advogado do(a) AUTOR: PAULO PEDRO DE CARLI - RO6628
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
INTIMAÇÃO ÀS PARTES
(ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, ficam Vossas Senhorias INTIMADAS a, querendo, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, especificarem as provas que desejam produzir.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7031514-54.2023.8.22.0001 Requerente: AUTOR: ANASTACIO MANOEL DO NASCIMENTO Advogado: Advogado do(a) AUTOR: MAIARA MADER MENEZES AMAZONAS - RO8337
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
INTIMAÇÃO ÀS PARTES
(ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, ficam Vossas Senhorias INTIMADAS a, querendo, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, especificarem as provas que desejam produzir.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº: 7073904-73.2022.8.22.0001.
AUTOR: LUIZ BENEDITO NUNES CORREA FILHO.
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERIDA
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7004466-26.2023.8.22.0000 Requerente: AUTOR: NILSEIA CORREA ARAUJO Advogado: Advogado do(a) AUTOR: IGOR FELIPE DE OLIVEIRA LINS SOARES - RO10691
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
INTIMAÇÃO ÀS PARTES
(ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, ficam Vossas Senhorias INTIMADAS a, querendo, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, especificarem as provas que desejam produzir.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7081891-63.2022.8.22.0001 Requerente: REQUERENTE: GENEROSO LEITE DE OLIVEIRA Advogado: Advogados do(a) REQUERENTE: FIRMO JEAN CARLOS DIOGENES - RO10860, GENILSON GOMES DOS SANTOS - RO10859
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a apresentar planilha de cálculos devidamente atualizada, no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7027638-91.2023.8.22.0001 Requerente: AUTOR: BON JOX SERVICOS DE ENTREGA RAPIDA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA Advogado: Advogado do(a) AUTOR: RALENSON BASTOS RODRIGUES - RO8283
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
INTIMAÇÃO ÀS PARTES
(ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, ficam Vossas Senhorias INTIMADAS a, querendo, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, especificarem as provas que desejam produzir.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7005291-67.2023.8.22.0000 Requerente: AUTOR: JOSE MARCOS DE SOUZA Advogado: Advogado do(a) AUTOR: JOSE GOMES BANDEIRA FILHO - RO816
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte requerente intimada a apresentar impugnação à contestação (RÉPLICA) e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 15 dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7033553-24.2023.8.22.0001 Requerente: AUTOR: ANTONIO FELICIO DOS SANTOS Advogado: Advogados do(a) AUTOR: JESSICA TOLENTINO PAES MINGARDO - RJ203975, PATRÍCIA ANDRADE DE ABREU ARRIADA - RO12956
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE

Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte requerente intimada a apresentar impugnação à contestação (RÉPLICA) e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 15 dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330,(69)
Processo nº : 7005333-19.2023.8.22.0000 Requerente: AUTOR: EUCLIDES RICARDO LINHARES FERREIRA Advogado: Advogado do(a) AUTOR: MICHELE NOGUEIRA DE SOUZA - RO9706
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte requerente intimada a apresentar impugnação à contestação (RÉPLICA) e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 15 dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860
Número do processo: 7045588-50.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Direito de Imagem
Valor da causa: R$ 10.466,03 (dez mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e três centavos).
Polo Ativo: GERSON PAES DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: DIEGO UMBELINO DOS SANTOS, OAB nº RO10238
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos,
Trata-se de ação de Procedimento do Juizado Especial Cível em que GERSON PAES DOS SANTOS demanda em face de ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
Encaminho o presente processo ao CEJUSC para ser incluído em pauta de mutirão temático.
Sirva-se a presente de MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO via sistema PJe (LF 11.419/2006), via diligência de Oficial de Justiça ou DJe, conforme a necessidade.
Realizada a audiência de conciliação e não havendo composição entre as partes, retornem os autos conclusos para sentença.
Intimem-se as partes por meio de seus procuradores, se houver. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1- Prazos processuais nesse Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se do dia seguinte à intimação, salvo contagem a partir da intimação pelo Diário da Justiça, que obedece regra própria.
2 - As partes deverão comunicar eventual alterações dos seus respectivos endereços, número de telefones e e-mails, sob pena de se considerar como válida e eficaz a intimação cumprida no endereço constante nos autos, mesmo que esta retorne negativa (art. 19, §2º Lei n. 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860
Número do processo: 7008554-07.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Protesto Indevido de Título, Fornecimento de Energia Elétrica
Valor da causa: R$ 15.369,75 (quinze mil, trezentos e sessenta e nove reais e setenta e cinco centavos).
Polo Ativo: MAURILIO JOSE DA SILVA JUNIOR
ADVOGADO DO AUTOR: VANESSA DOS SANTOS LIMA, OAB nº RO5329A
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: MICAELLA CAMPOS GONCALVES DE MORAIS, OAB nº PB23978, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos,
Trata-se de ação de Procedimento do Juizado Especial Cível em que MAURILIO JOSE DA SILVA JUNIOR demanda em face de ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
Encaminho o presente processo ao CEJUSC para ser incluído em pauta de mutirão temático.

Sirva-se a presente de MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO via sistema PJe (LF 11.419/2006), via diligência de Oficial de Justiça ou DJe, conforme a necessidade.
Realizada a audiência de conciliação e não havendo composição entre as partes, retornem os autos conclusos para sentença.
Intimem-se as partes por meio de seus procuradores, se houver. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1- Prazos processuais nesse Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se do dia seguinte à intimação, salvo contagem a partir da intimação pelo Diário da Justiça, que obedece regra própria.
2 - As partes deverão comunicar eventual alterações dos seus respectivos endereços, número de telefones e e-mails, sob pena de se considerar como válida e eficaz a intimação cumprida no endereço constante nos autos, mesmo que esta retorne negativa (art. 19, §2º Lei n. 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860
Número do processo: 7001897-49.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Acidente Aéreo
Valor da causa: R$ 10.887,12 (dez mil, oitocentos e oitenta e sete reais e doze centavos).
Polo Ativo: ANISIO COUY
ADVOGADOS DO AUTOR: JAIRO PELLES, OAB nº RO1736, JULIA STEFANI MELO COSTA, OAB nº RO11645
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: MARIA BEATRIZ ALBUQUERQUE MOURA DE OLIVEIRA, OAB nº PB20422, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos,
Trata-se de ação de Procedimento Comum Cível em que ANISIO COUY demanda em face de ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
Encaminho o presente processo ao CEJUSC para ser incluído em pauta de mutirão temático.
Sirva-se a presente de MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO via sistema PJe (LF 11.419/2006), via diligência de Oficial de Justiça ou DJe, conforme a necessidade.
Realizada a audiência de conciliação e não havendo composição entre as partes, retornem os autos conclusos para sentença.
Intimem-se as partes por meio de seus procuradores, se houver. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1- Prazos processuais nesse Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se do dia seguinte à intimação, salvo contagem a partir da intimação pelo Diário da Justiça, que obedece regra própria.
2 - As partes deverão comunicar eventual alterações dos seus respectivos endereços, número de telefones e e-mails, sob pena de se considerar como válida e eficaz a intimação cumprida no endereço constante nos autos, mesmo que esta retorne negativa (art. 19, §2º Lei n. 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860
Número do processo: 7013799-96.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Fornecimento de Energia Elétrica
Valor da causa: R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Polo Ativo: DAIANE RODRIGUES GOMES
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE RODRIGUES GOMES, OAB nº RO8071
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos,
Trata-se de ação de Procedimento do Juizado Especial Cível em que DAIANE RODRIGUES GOMES demanda em face de ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
Encaminho o presente processo ao CEJUSC para ser incluído em pauta de mutirão temático.
Sirva-se a presente de MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO via sistema PJe (LF 11.419/2006), via diligência de Oficial de Justiça ou DJe, conforme a necessidade.
Realizada a audiência de conciliação e não havendo composição entre as partes, retornem os autos conclusos para sentença.
Intimem-se as partes por meio de seus procuradores, se houver. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito

ADVERTÊNCIAS:
1- Prazos processuais nesse Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se do dia seguinte à intimação, salvo contagem a partir da intimação pelo Diário da Justiça, que obedece regra própria.
2 - As partes deverão comunicar eventual alterações dos seus respectivos endereços, número de telefones e e-mails, sob pena de se considerar como válida e eficaz a intimação cumprida no endereço constante nos autos, mesmo que esta retorne negativa (art. 19, §2º Lei n. 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860
Número do processo: 7067725-26.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Indenização por Dano Material, Fornecimento de Energia Elétrica, Dever de Informação, Práticas Abusivas, Irregularidade no atendimento, Cláusulas Abusivas
Valor da causa: R$ 13.104,39 (treze mil, cento e quatro reais e trinta e nove centavos).
Polo Ativo: ANA PAULA DA SILVA FEITOSA
ADVOGADO DO AUTOR: BRUNO CEFAS FIGUEIROA DE FRANCA RAMALHO, OAB nº RO8658
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REPRESENTADO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos,
Trata-se de ação de Procedimento Comum Cível em que ANA PAULA DA SILVA FEITOSA demanda em face de ENERGISA RONDONIA-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
Encaminho o presente processo ao CEJUSC para ser incluído em pauta de mutirão temático.
Sirva-se a presente de MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO via sistema PJe (LF 11.419/2006), via diligência de Oficial de Justiça ou DJe, conforme a necessidade.
Realizada a audiência de conciliação e não havendo composição entre as partes, retornem os autos conclusos para sentença.
Intimem-se as partes por meio de seus procuradores, se houver. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1- Prazos processuais nesse Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se do dia seguinte à intimação, salvo contagem a partir da intimação pelo Diário da Justiça, que obedece regra própria.
2 - As partes deverão comunicar eventual alterações dos seus respectivos endereços, número de telefones e e-mails, sob pena de se considerar como válida e eficaz a intimação cumprida no endereço constante nos autos, mesmo que esta retorne negativa (art. 19, §2º Lei n. 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 - email: pvh4civelgab@tjro.jus.br
Processo n. 7003239-35.2022.8.22.0000
Classe Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Indenização por Dano Material, Fornecimento de Energia Elétrica, Práticas Abusivas, Irregularidade no atendimento, Liminar
AUTOR: FRANCISCO RONISSON LEMOS DA SILVA
ADVOGADOS DO AUTOR: JOAO LUIS SISMEIRO DE OLIVEIRA JUNIOR, OAB nº RO5379, LUIS GUILHERME SISMEIRO DE OLIVEIRA, OAB nº RO6700
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos,
Relatório dispensado, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95.
FUNDAMENTAÇÃO
Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA ajuizada por FRANCISCO RONISSON LEMOS DA SILVA em face de ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Alega a parte autora, em síntese, que é consumidora dos serviços da concessionária de energia requerida mediante UC nº 20/1213680-0 e foi surpreendida com a suspensão do fornecimento de energia elétrica em sua residência. Afirma que está sofrendo cobrança de recuperação de consumo no valor de R$ 9.466,17, o qual discorda, afirmando que não havia qualquer irregularidade, bem como o lacre estava intacto e sem violação.
Requer em tutela que a requerida restabeleça o fornecimento de energia elétrica em sua UC, bem como se abstenha de realizar a cobrança do referido débito e de proceder com a inscrição de seu nome junto aos órgãos de proteção ao crédito. No mérito, requer a procedência do pedido para declarar a inexistência do débito no valor de R$ 9.466,17, bem como a condenação da requerida em danos morais na quantia de R$ 15.000,00, somados a quantia de R$ 6.000,00 pelo dano temporal.

Citada, a requerida apresentou contestação com pedido contraposto no ID 86989647. Não arguiu preliminares. No mérito, informa que a inspeção foi realizada no dia 27/06/2022 tendo sido possível verificar a irregularidade no medidor, não registrando o consumo regular. Destaca que houve acompanhamento pelo autor de todo o procedimento realizado pela requerida. Requer, ao final, a improcedência total dos pedidos autorais, e em pedido contraposto a condenação da parte autora ao pagamento do valor de R$ 9.466,17.

Réplica à contestação no ID 89328495.

Vieram os autos conclusos.

Do julgamento antecipado

No presente caso, torna-se despicienda a produção de outra provas, sendo cabível o julgamento antecipado da causa, na forma do art. 355, I, do Código de Processo Civil.

Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder". (STJ - 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).

Ademais, o magistrado é o destinatário das provas, podendo indeferir as que julgar desnecessárias ou inoportunas, nos moldes do art. 370 do CPC.

Mérito

Oportuno assentir que o caso em tela se trata de inequívoca relação de consumo, tendo em vista que as partes se caracterizam como consumidor e fornecedor, nos termos dos arts. 2° e 3° do CDC, razão pela qual será analisado sob a ótica da legislação consumerista, com a ressalva de que a inversão do ônus probatório, prevista no art. 6º, inciso VIII, CDC, não é absoluta, devendo ser observada a previsão do CPC no que diz respeito à distribuição do ônus da prova, cabendo ao autor comprovar os fatos constitutivos do seu direito e ao réu os fatos modificativos, extintivos e impeditivos do autor (art. 373 do CPC).

A controvérsia reside em saber se o procedimento realizado pela requerida se deu de forma regular e se o fato gera danos morais indenizáveis. Imperioso ressaltar que aqui não se discute a autoria da adulteração/irregularidade do equipamento de medição e sim, se o cálculo da compensação econômica financeira feito pela distribuidora foi realizado da maneira como é determinada pela agência reguladora do setor.

Tratamos aqui da responsabilidade objetiva, que só é afastada em duas hipóteses: a) quando o fornecedor comprovar a inexistência do defeito; b) quando o fornecedor comprovar a culpa exclusiva da vítima.

Desse modo, constatada medição irregular, há a possibilidade de recuperação da receita, nos termos previstos pela antiga Resolução n. 414/2010 da ANEEL e atual Resolução n. 1.000/2021.

Em verdade, a requerida é a única que detém conhecimento técnico e o monopólio das ações de instalação, leitura e fiscalização dos relógios medidores, possuindo a obrigação mensal de promover a leitura mensal no estado de Rondônia, de modo que deve comprovar a capacitação técnica dos instrumentos medidores, a fiel demonstração de fraude nos aparelhos retirados para análise, a fiel intimação e garantia da ampla defesa ao consumidor fiscalizado, bem como a efetiva alteração de consumo após a instalação de novos equipamentos. Com efeito, a concessionária juntou aos autos o TOI em que aponta irregularidade, o que culminou na recuperação impugnada.

Entretanto, infere-se dos autos que a metodologia de cálculo utilizada teve como parâmetro média dos três maiores faturamentos ocorridos em até 12 (doze) ciclos completos anteriores à data do início da irregularidade (ID 86992024), pelo período de 24 meses (Meses a Recuperar: 07/2020 a 06/2022), conforme art. 130, III da Resolução Normativa nº 414/10, atual artigo 595, III da Resolução 1.000/21 da ANEEL.

Dessa forma, entendo que a requerida não cumpriu os critérios de apuração de débito decorrente de recuperação de consumo que foram definidos em julgado deste TJRO, de relatoria do Des. Marcos Alaor Diniz, Grangeia, em prestígio aos princípios e regras do CDC, estabelecendo-se que deve ser considerada a média de consumo dos três meses imediatamente posteriores à regularização do medidor e pelo período pretérito máximo de 1 (um) ano, "pois revela o consumo médio e efetivo de energia elétrica da unidade no padrão do novo medidor instalado" (Apelação Cível n. 0010645-44.2013.8.22.0001), entendimento seguido pela Turma Recursal nos autos do processo n. 7000259-25.2016.8.22.0001 e o qual reputo correto.

Neste sentido, segue abaixo julgado da Turma Recursal deste Tribunal:

"Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Recuperação de consumo. Perícia unilateral. Ausência de elementos justificadores. Irregularidade. Inexigibilidade do débito. A concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica no Estado de Rondônia deve seguir todos os parâmetros indicados pela agência reguladora, sob pena de nulidade de seus atos. (TJ-RO - RI: 70491272920198220001 RO 7049127-29.2019.822.0001, Data de Julgamento: 18/09/2020)".

No caso dos autos, a requerida não comprovou os requisitos. Nesse sentido é a jurisprudência:

CONSUMIDOR. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. ALTERAÇÃO NO CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DÉBITOS PRETÉRITOS. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. A concessionária prestadora de serviço público deve seguir a risca os procedimentos impostos pela agência reguladora, sob pena de nulidade de seus atos. 2. A ausência de demonstração de elementos suficientes para a realização do procedimento de recuperação de consumo resulta na declaração de inexigibilidade do débito apurado pela concessionária de serviço público. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7000108-57.2020.822.0021, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Glodner Luiz Pauletto, Data de julgamento: 24/12/2020)

CONSUMIDOR. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. ALTERAÇÃO NO CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DÉBITOS PRETÉRITOS. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. A concessionária prestadora de serviço público deve seguir a risca os procedimentos impostos pela agência reguladora, sob pena de nulidade de seus atos.2. A ausência de demonstração de elementos suficientes para a realização do procedimento de recuperação de consumo resulta na declaração de inexigibilidade do débito apurado pela concessionária de serviço público. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7000108-57.2020.822.0021, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Glodner Luiz Pauletto, Data de julgamento: 24/12/2020)

Assim, inexistem provas da irregularidade no consumo ou da adoção integral do procedimento estabelecido pela ANEEL, motivo pelo qual deve a dívida ser desconstituída, declarando-se a sua inexistência.

Desta forma, resta procedente a declaração da inexistência/inexigibilidade do débito no valor de R$ 2.479,07, referente a recuperação de consumo do período de 07/2020 a 06/2022 = 24 Meses.

Fica ressalvada, no entanto, a possibilidade de nova recuperação e cobrança, se atendidos os parâmetros acima mencionados e os termos da Resolução n. 1000/2021 da ANEEL.

No mais, este juízo considera adequada a condenação da requerida também à reparação moral, pois que resta provado que houve a suspensão do fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora da autora, bem como a inscrição do seu nome junto aos órgãos de proteção ao crédito, em decorrência da cobrança questionada nesta ação e, ora, declarada inexigível, restando comprovado o nexo causal e o dano causado à parte autora pela requerida.
Entretanto, ressalto pelo descabimento da aplicação da teoria do desvio produtivo, no presente caso, visto que analisando o conjunto probatório dos autos, não se verificam documentos capazes de demonstrar o lapso temporal dispendido pelo autor na tentativa de solucionar o caso extrajudicialmente, tais como protocolos de atendimento ou registros de ligações telefônicas.
Dessa forma, quanto ao valor da indenização por danos morais, o TJRO pondera que "O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e o conceito social das partes" (Processo 7013471-13.2016.822.0002; 2ª Câmara Cível; Relator do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia; Julgamento: 27/02/2019).
Assim, em sintonia com a jurisprudência perfilhada, o valor questionado pela parte autora deve ser declarado inexigível, condenando-se a concessionária, ainda, a reparar os danos morais suportados pela consumidora, no valor a ser elencado na parte dispositiva.
Quanto ao pedido contraposto realizado pela ré em contestação, considerando que o referido débito foi declarado inexigível na fundamentação desta decisão, a improcedência do mesmo é a medida que se impõe.
DISPOSITIVO
Do exposto, nos termos dos arts. 38, caput, parágrafo único da LF 9.099/95 e na forma do art. 487, inciso I, do CPC, CONFIRMO A TUTELA ANTECIPADA concedida (ID 85328308) e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos aduzidos pela autora para: DECLARAR a inexigibilidade/inexistência do débito no valor de R$ 9.466,17 (nove mil quatrocentos e sessenta e seis reais e dezessete centavos), referente a recuperação de consumo do período de 07/2020 a 06/2022, indicada na fatura de ID 86992022 e CONDENAR a requerida ao pagamento de indenização por danos morais à autora, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo a correção monetária partir do arbitramento (Súmula 362 do STJ) e os juros a partir do evento danoso (art. 398 do CC e Súmula 54 do STJ).
JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO feito pela requerida em contestação.
Dessa forma, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Fica a parte vencida ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05, sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10%, nos termos dos arts. 52, caput, Lei n. 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015).
Enunciado Cível FOJUR nº 05: "Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado".
O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado junto ao banco Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com a devida e tempestiva comprovação no processo, sob pena de ser considerado inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n.º 006/2015-PR-CG, incidindo a referida pena de inadimplência, prevista no artigo 523, §1º, CPC/2015.
Ocorrida a satisfação voluntária do quantum, expeça-se imediatamente alvará de levantamento em prol da parte credora, independentemente de prévia conclusão, devendo os autos serem arquivados ao final, observadas as cautelas, movimentações e registros de praxe.
Expedido alvará de levantamento e não sendo realizado o levantamento dos valores em conta judicial vinculado a estes autos no prazo do alvará, fica desde logo determinado e autorizado o procedimento padrão de transferência de valores para a Conta Centralizada do TJRO, devendo a conta judicial restar zerada.
Não ocorrendo o pagamento e apresentado requerimento em termos de prosseguimento na fase de cumprimento de sentença, modifique-se a classe e venham os autos conclusos para possível penhora on line de ofício (sistema SISBAJUD - Enunciado Cível FONAJE nº 147), desde que, apresentados os cálculos pelo exequente.
Com o trânsito em julgado, nada sendo requerido em até 15 dias, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1) A parte que não concordar com o teor desta sentença poderá, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que tomar ciência nos autos, para ofertar Recurso Inominado e suas respectivas razões, nos moldes do art. 42, caput, da Lei 9.099/95;
2) O preparo deverá ser feito, independente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição do recurso, sob pena de deserção;
3) O pedido de gratuidade judiciária, feito nos moldes rigorosos da Lei, dispensa o preparo, podendo o Juízo, de qualquer modo, exigir prova da hipossuficiência financeira.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03 Processo n. 7032879-80.2022.8.22.0001
REQUERENTE: GENIVALDO ALEXANDRE SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEBORA PANTOJA BASTOS, OAB nº RO7217
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO
Despacho
Em atenção à certidão constante em ID. 92823973 , devolvo o processo para CEJUSC para providências quanto ao lançamento da audiência realizada no dia 03/07/2023.
Após, devolvam o processo concluso.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
Wanderley José Cardoso
Juiz(a)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Processo n.: 7046642-51.2022.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto:Direito de Imagem, Indenização por Dano Moral, Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
REQUERENTE: RAIMUNDO BRITO DAS NEVES, RUA ALEXANDRE GUIMARÃES 7167, - DE 4444 A 4840 - LADO PAR AGENOR DE CARVALHO - 76820-208 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RAIMUNDO SOARES DE LIMA NETO, OAB nº RO6232
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da causa:R$ 15.000,00
DESPACHO
Fica a parte exequente intimada a, no prazo de 5 (cinco) dias, juntar cálculo atualizado do débito com a correção da multa referente ao artigo 523, § 1, do CPC, em 10% (dez por cento), visto que nos cálculos apresentados sob o ID n. 92860828 incidiu equivocadamente o valor de 15% (quinze por cento).
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Wanderley José Cardoso
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03 Processo n. 7002587-18.2022.8.22.0000
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: ELIANA DE CASTRO SOARES RIBEIRO DIAS
ADVOGADO DO REQUERENTE: REYNALDO DINIZ PEREIRA NETO, OAB nº RO4180
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 10.000,00
Data da distribuição: 30/11/2022
DECISÃO
Recebo o recurso inominado somente no efeito devolutivo.
Encaminhe-se o processo à Turma Recursal.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03 Processo n. 7005030-02.2023.8.22.0001
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: TEREZA SANDRA SILVA TELES
ADVOGADO DO REQUERENTE: ICARO LIMA FERNANDES DA COSTA, OAB nº RO7332
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 10.000,00
Data da distribuição: 31/01/2023
DESPACHO
Intime-se a executada a se manifestar quanto a petição de ID 93335596, no prazo de 3 (três) dias.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7018862-36.2022.8.22.0002
Classe Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto Incorporação Imobiliária, Indenização por Dano Material, Obrigação de Fazer / Não Fazer
REQUERENTE: JOSE PAULO BEGALI
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ROSANA DAIANE FELIZARDO DE ASSIS EVANGELISTA, OAB nº RO10487, MARTA AUGUSTO FELIZARDO, OAB nº RO6998
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA

SENTENÇA
Vistos,
Relatório dispensado, na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
FUNDAMENTAÇÃO
Pretende a parte autora a restituição dos valores investidos em construção de eletrificação rural.
As partes estão devidamente representadas, e a lide comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, inciso I, do CPC.
Aliás, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça: "Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz e não mera faculdade assim proceder.' (STJ, 4ª Turma, RE 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU, 17.09.90, pág. 9.153, 2ª col., em., THEOTONIO NEGRÃO, CPC, Ed. Saraiva, 26ª ed., nota n.º 1 ao art. 330, pág. 295)".
Vale destacar também que o feito deve ser analisado à luz do Código de Defesa do Consumidor e aos princípios a ele inerentes, posto que a relação contratual que se estabeleceu entre os litigantes é de inegável consumo, competindo à empresa concessionária de energia elétrica o ônus de fazer prova contrária às alegações da parte autora.
Porém, antes deve-se primeiramente analisar a preliminar arguida.
Preliminar – Incompetência – Necessidade de Perícia
No caso em tela não há que se falar em incompetência dos Juizados Especiais para julgar a demanda, pois foram apresentados pela parte autora documentos hábeis a comprovar a construção da subestação elétrica com recurso próprio.
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. PRELIMINAR INCOMPETÊNCIA JUIZADOS. PERÍCIA. DESNECESSIDADE. CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA. SUBESTAÇÃO. RESSARCIMENTO VALORES. RECURSO IMPROVIDO. – A necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência dos Juizados Especiais Cíveis. – É desnecessária a realização de prova pericial para saber se a concessionária de energia elétrica possui ou não o dever de ressarcir despesas realizadas em decorrência da construção de rede elétrica por particular. – Havendo demonstração da realização de gastos para eletrificação, incorporado ao patrimônio da concessionária, devem ser devidamente indenizados, sendo irrelevante a celebração de instrumento formal de transferência de patrimônio, mormente quando ausente hipótese em que a rede elétrica edificada encontra-se no interior da propriedade e que atenda aos interesses exclusivos dos particulares. Turma Recursal, Relator OSNY CLARO DE O. JUNIOR, 7007824-66.2018.822.0002, 04/04/2019. (Grifei).
Assim, afasto a prefacial de incompetência e necessidade de realização de perícia.
Passo à análise do mérito.
Mérito
O ponto controvertido da demanda refere-se à suposta obrigação de incorporação da rede elétrica construída pela parte autora e o dever de indenizar os valores despendidos na edificação de subestação de eletrificação rural.
Entre as partes há inquestionável relação de consumo, incidindo, portanto, a Lei n. 8.078/90 que instituiu o Código de Defesa do Consumidor. Restam caracterizados os conceitos de consumidor e fornecedor, bem como alinhada a responsabilidade objetiva da concessionária (arts. 2º, 3° e 14 do CDC).
Restou indubitável que houve a construção da rede de energia na propriedade da parte autora, tendo em vista o projeto elétrico aprovado pela requerida (ID 84946902 - Pág. 3), e a informação trazida aos autos de que o fornecimento de energia elétrica foi, de fato, ligado, conforme consigna a fatura juntada aos autos no ID 84946907.
Com isso, importante fazer uma breve digressão da normatização aplicável aos casos de energização.
A Resolução nº 229/06 da ANEEL estabelece condições gerais para a incorporação de redes particulares, conectadas aos sistemas elétricos de distribuição, ao Ativo Imobilizado em serviço das concessionárias ou permissionárias do serviço público, e dá outras providências
Por sua vez, a Resolução n. 488/12 da ANEEL estabelece as condições para revisão dos planos de universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica na área rural e institui o Programa "LUZ PARA TODOS", previsto no Decreto n. 7.520/11.
O Decreto n. 9.357/18 alterou o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS" (Decreto nº 7.520/11), prevendo que os contratos celebrados cujo objeto não tenha sido concluído até 31/12/2018, poderão ser incluídos no período de 2019 a 2022 (art. 1°-A).
Note-se que a normatização aplicável impõe às concessionárias prestadoras do serviço de energia o dever de incorporação das redes particulares, mediante ressarcimento dos recursos investidos e procedimento administrativo para definição do valor da indenização, em até 180 dias após a conclusão do feito, com previsão de disponibilidade orçamentária (arts. 3º, 8º, §1°, 8º-A e 9°, Res. n. 229/06 da ANEEL).
A incorporação é um processo gradativo, mas não pode ser relegada ou postergada pela concessionária no infinito, mormente se resta demonstrado planejamento de eletrificação já aprovado e anuído, ainda que tacitamente, pela fornecedora do serviço.
A requerente defende que a concessionária requerida apropriou-se de forma fática e arbitrária da rede elétrica, efetuando cobranças de consumo de energia, realizando assim uma desapropriação indireta, sem realizar o termo formal de incorporação e sem pagar indenização pelas benfeitorias realizadas.
A produção de prova em sentido diverso estava ao alcance da requerida, entretanto, não o fez.
Pelo contrário, há nos autos prova material da construção da subestação pelo particular e a informação, sem prova oposta, de que a manutenção da rede é feita pela concessionária e prestadora de serviços terceirizada.
Assim, já decorreu o prazo limite para a requerida proceder à incorporação formal, por isso, deverá ser compelida a fazê-lo e a ressarcir a parte requerente.
ENERGIA ELÉTRICA. RELAÇÃO DE CONSUMO. INCORPORAÇÃO RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 229. ANEEL. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PROVA DOS GASTOS REALIZADOS. INDENIZAÇÃO DEVIDO. Diante da discussão quanto ao dever de indenizar relativo a construção de rede elétrica por particular, não há de se falar em prescrição do dever de indenizar, uma vez que este somente se estabelece após a incorporação. Diante dos gastos comprovados pelo particular referente à expansão da rede, cabível a restituição dos valores, quando a concessionária não comprova a incorporação da rede, mas os conjunto probatória comprova que já ocorreu de fato, sem o pagamento da devida indenização, nos termos da Resolução 229/2006 ? ANEEL. (TJRO. Turma Recursal - Ji-Paraná. Recurso Inominado 1001321-41.2012.822.0003, Relatora Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima. Julgamento em 17/03/2014)
Nossa jurisprudência é no sentido de reconhecer o direito à incorporação, restando comprovada a realização dos gastos:

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS. NÃO OCORRÊNCIA. REJEIÇÃO. CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA. SUBESTAÇÃO. RESSARCIMENTO VALORES. REEMBOLSO DEVIDO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. Havendo demonstração da realização de gastos para eletrificação pelo particular, incorporado de fato ao patrimônio da concessionária e por esta utilizado, deve ser devidamente indenizado. (TJ-RO - RI: 70035427920188220003 RO 7003542-79.2018.822.0003, Data de Julgamento: 06/06/2019)

CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA. SUBESTAÇÃO. RESSARCIMENTO VALORES. REEMBOLSO DEVIDO. SENTENÇA REFORMADA. Havendo demonstração da realização de gastos para eletrificação pelo particular, incorporado de fato ao patrimônio da concessionária e por esta utilizado, deve ser devidamente indenizado. (TJ-RO - RI: 70004002820188220016 RO 7000400-28.2018.822.0016, Data de Julgamento: 19/02/2019)

Desse modo, o direito à reparação decorre da construção particular da rede de energia elétrica na Linha C-40, Travessão B40, Gleba 55, Lote 06, Zona Rural, Ariquemes/RO, conforme Certidão de Inteiro Teor (ID 84946908 - Pág. 5), Título Definitivo de Propriedade (ID 84946908 - Pág. 6) e Escritura de Compra e Venda (ID 84946908 - Pág. 8).

O autor trouxe notas ficais no valor total de R$ 31.505,57 (trinta e um mil quinhentos e cinco reais e cinquenta e sete e nove centavos) correspondentes aos materiais e mão de obra para execução (IDs 84946910, 84946911 e 84946913), tendo também juntado nos autos o projeto (ID 84946908 - Pág. 16) e ART de Obra ou Serviço (ID 84946908 - Pág. 3).

Com todas essas observações, tem-se que a construção da subestação resta provada, o direito à formalização da incorporação é inconteste, e a reparação dos custos suportados pelo autor na implementação da rede elétrica devem ser indenizados.

A ré apropriou-se das instalações elétricas empreendidas às custas do autor, sem a devida restituição, e o proveito de sistema já construído sem contraprestação, gera enriquecimento ilícito, nos termos do art. 884 do Código Civil.

Conforme o STJ, "é do momento em que a concessionária incorpora ao seu patrimônio a rede elétrica do recorrido que, em tese, se tem configurado o enriquecimento ilícito, com aumento do ativo da recorrente e diminuição do passivo do recorrido" (AgInt-REsp 1.707.151; Proc. 2017/0259666-4; SP; Segunda Turma; Rel. Min. Og Fernandes; DJE 18/06/2018).

A concessionária não pode imiscuir-se de incorporar a rede já edificada e o prazo concedido para a gradativa regularização da energização não inibe a demanda posta em juízo, na qual a parte visa a satisfação de crédito exigível, sobre o qual há lesão ou ameaça de lesão, decorrente da expressa negativa ou postergação de ressarcimento pela concessionária.

Consoante a Resolução n° 229/06 (art. 9º, §§ 7° e 8°), ainda que o particular não disponha de toda a documentação exigida na referida normatização, as condições do sistema de energia elétrica instalado e a situação fática devem ser apuradas pela concessionária, em prestígio do princípio da boa-fé.

A parte requerente provou elementos que demonstram os fatos constitutivos do direito alegado (art. 373, I, CPC). Por outro lado, a requerida tangenciou matérias de direito e não produziu provas capazes de afastar a referida obrigação.

Vale frisar que "Não atingido o prazo prescricional, é devido o ressarcimento dos valores dispendidos com a construção da rede elétrica incorporada, sob pena de enriquecimento ilícito da concessionária", em sintonia com o TJRO (Apelação Cível 7002664-31.2016.822.0002, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, 2ª Câmara Cível, julgado em 26/09/2019).

Há prova do dever ressarcitório nos valores exatos que a parte autora investiu com a aquisição, instalação, manutenção e despesas que teve até o efetivo funcionamento da rede que passou ao domínio da ré.

A requerida sustenta que deve levar em consideração a depreciação para que seja apurado o valor a ser restituído. Contudo, a depreciação da subestação não pode ser entendida como ônus ao consumidor, uma vez que a requerida deveria ter procedido à incorporação na esfera administrativa, concomitantemente, à época da edificação da subestação.

Nesse contexto, a depreciação, mormente, à luz dos fatos, somente pode produzir efeitos em relação à própria mora da parte requerida em formalizar a incorporação e efetuar a devida restituição; também não houve apresentação de outra prova no sentido de demonstrar que as notas fiscais apresentadas são ilegítimas ou que estão fora da realidade.

Desse modo, com base no princípio da inversão do ônus da prova e da proteção do consumidor, presumo acertados os valores apresentados, eis que devidamente comprovado o dispêndio pela parte autora.

Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido feito por JOSE PAULO BEGALI em face de ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A para CONDENAR a requerida a:

a) incorporar ao seu patrimônio a subestação do requerente referida na inicial;

b) ressarcir a parte requerente no importe de R$ 31.505,57 (trinta e um mil quinhentos e cinco reais e cinquenta e sete e nove centavos) referente às despesas com a construção da rede particular de energia elétrica de 10 KVA'S em sua propriedade, cujo valor deverá ser corrigido monetariamente desde a propositura da demanda e acrescido de juros legais (1% ao mês) a contar da data da citação.

Por fim, DECLARO EXTINTO o processo com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso I, do CPC.

Fica a parte vencida ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, Lei n. 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR n. 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (art. 52, Lei m. 9.099/95, e art. 523, §1º, CPC/2015).

O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com a devida e tempestiva comprovação no processo, sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, incidindo a referida pena de inadimplência, prevista no artigo 523, §1º, CPC/2015.

Ocorrida a satisfação voluntária do quantum, expeça-se imediatamente alvará de levantamento em prol da parte credora, independentemente de prévia conclusão, devendo os autos serem arquivados ao final, observadas as cautelas, movimentações e registros de praxe.

Não ocorrendo o pagamento e havendo requerimento de execução sincrética pela parte credora, devidamente acompanhada de memória de cálculo (elaborada por advogado ou pelo cartório, conforme a parte possua ou não advogado), venham conclusos para possível penhora on line de ofício (sistema Sisbajud - Enunciado Cível FONAJE n. 147).

Sem custas e sem honorários advocatícios na primeira instância dos Juizados Especiais Cíveis (art. 54, caput, e art. 55, caput, ambos da Lei n. 9.099/95).

Sentença registrada e publicada automaticamente pelo Pje.
Havendo pedido de cumprimento de sentença, proceda-se a intimação da parte requerida, nos termos do artigo 523 do CPC.
Se do trânsito em julgado decorrer 05 (cinco) dias sem requerimento de cumprimento de sentença, arquive-se.
P.R.I.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1) A parte que não concordar com o teor desta sentença poderá, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que tomar ciência nos autos, para ofertar Recurso Inominado e suas respectivas razões, nos moldes do art. 42, caput, da Lei 9.099/95;
2) O preparo deverá ser feito, independente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição do recurso, sob pena de deserção;
3) O pedido de gratuidade judiciária, feito nos moldes rigorosos da Lei, dispensa o preparo, podendo o Juízo, de qualquer modo, exigir prova da hipossuficiência financeira.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
7006062-45.2023.8.22.0000
REQUERENTE: JAILSON REIS DA SILVA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: VANESSA MICHELE ESBER SERRATE, OAB nº RO3875, RENATO JULIANO SERRATE DE ARAUJO, OAB nº RO4705
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DECISÃO
Recebo a inicial neste 3º Gabinete do 2º Núcleo de Justiça 4.0 do Poder Judiciário de Rondônia, com especialização das demandas judiciais de empresas de distribuição e comercialização de energia elétrica.
Esclareço às partes que este feito está tramitará por este Núcleo ressalvando a manifestação das partes, pois se alguma das partes recusar expressamente a opção pela tramitação neste Núcleo o feito será remetido ao juízo competente, nos termos do art. 2º, da Resolução 214/2021, alterada pela Resolução 246/2022.
"Art. 1º Ficam criados 4 (quatro) Núcleos de Justiça 4.0 no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, com abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o Poder Judiciário do Estado de Rondônia. (Nova Redação Resolução n. 246/2022).
§ 1º Cada Núcleo de Justiça será especializado em razão de uma mesma matéria. (Nova Redação Resolução n. 246/2022).
§ 2º A Corregedoria definirá a matéria de cada Núcleo de Justiça 4.0 mediante estudos que assegurem o cumprimento da estratégia do TJRO. (Nova Redação Resolução n. 246/2022) § 3º O Núcleo, para todos os efeitos, constitui-se unidade autônoma, inclusive no sistema processual eletrônico.
Art. 2º A escolha do Núcleo de Justiça 4.0 pela parte autora é facultativa, de caráter irretratável, e deverá ser exercida no momento da distribuição da ação. (Nova Redação Resolução n. 246/2022).
§ 1º Havendo oposição da parte ré, desde que expressa na primeira oportunidade de manifestação, o processo será redistribuído para o juízo competente.
§ 2º Ressalvada a incompetência do Núcleo, não havendo oposição do(a) demandado(a) na forma dos parágrafo anterior, o negócio jurídico processual se aperfeiçoará, nos termos do artigo 190 do Código de Processo Civil.
§ 3º A distribuição dos processos de competência do Núcleo de Justiça 4.0, entre os(as) juízes(as) que o integram, far-se-á automaticamente pelo sistema processual, de forma equânime e aleatória.
§ 4° Os processos em trâmite nas unidades judiciárias serão remetidos para o Núcleo de Justiça 4.0 se todas as partes manifestarem interesse. (Incluído pela Resolução n. 246/2022)."
Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS POR ATO ILÍCITO VISANDO A RESTITUIÇÃO PELA CONSTRUÇÃO DE SUBESTAÇÃO ELÉTRICA PARTICULAR proposta por EDUARDO SALES em face de ENERGISA RONDONIA-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
Narra a parte autora, em síntese, que é proprietário de uma cota parte (1/71) de uma rede elétrica RDR de 23.000 metros, no sistema MRT, (ART 8202049235), na qual fora construída em 18/09/2007, para atender os moradores da Zona Rural, localizada na BR 421, LINHA LC 00 E 05, no município de Monte Negro/RO. Relata que para construção da rede elétrica houve um gasto de R$ 686.382,50 (seiscentos e oitenta e seis mil. trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).
Contudo, relata que a obra fora construída com a participação de 71 habitantes, os quais distribuíram entre sim os custos da obra, perfazendo o valor estimado de R$ 9.667,36 para cada participante.
Diante disso, requer a seja a requerida condenada a pagar os valores gastos na construção da rede elétrica RDR, no valor correspondente à sua cota parte, qual seja, R$ 9.667,39 (nove mil, seiscentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos).
Com a inicial, vieram procuração e documentos.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório. DECIDO.
Cite-se e intime-se a ENERGISA S/A/CERON para que apresente defesa.
Caso a ENERGISA S/A/CERON tenha interesse em realizar a conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo que tiver a fim de que seja submetida à parte autora ou seja designada audiência de conciliação para esse fim.
Caso NÃO tenha interesse ou possibilidade de acordo, determino que informe isso nos autos por ocasião de sua contestação a fim de evitar possíveis alegações de cerceamento do direito de a parte se conciliar, pena de seu silêncio ser interpretado como falta de interesse na conciliação.
Apresentada a contestação e não havendo interesse na produção de provas, faça-se conclusão dos autos para sentença.

Caso exista pedido de DANO MORAL no caso em tela, as partes deverão observar se é caso de dano moral presumido e em caso negativo, deverão juntar declaração de suas testemunhas com firma reconhecida em Cartório relativamente ao fato constitutivo do direito que pretendem provar.
Em todo caso, se alguma das partes tiver interesse na produção de provas orais, determino que se manifestem nos autos informando tal interesse no prazo de 15 (quinze) dias, hipótese em que o direito de as partes produzirem provas será devidamente assegurado. Por outro lado, a não manifestação das partes no prazo ora assinalado, será interpretada como desinteresse à produção de provas orais.
Cancele-se eventual audiência designada automaticamente pelo Sistema PJE, retirando-a da pauta.
Cumpra-se servindo-se a presente como Comunicação/Carta de Citação/Carta de Intimação/Mandado/Ofício/Carta Precatória.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO A SER CUMPRIDA POR OFICIAL PLANTONISTA
NOME: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A (qualificação completa na inicial)
ENDEREÇO: no processo
OBSERVAÇÃO: Em razão na nova Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), não serão divulgados dados pessoais e/ou sensíveis, tais como: qualificação e endereço das partes. Todos os endereços apresentados nos autos deverão ser diligenciados.
FINALIDADE: Citar a parte requerida para responder a ação no prazo de 15 dias a partir da juntada do comprovante de citação nos autos.
ADVERTÊNCIAS: Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
7006059-90.2023.8.22.0000
REQUERENTE: EDUARDO SALES
ADVOGADOS DO REQUERENTE: VANESSA MICHELE ESBER SERRATE, OAB nº RO3875, RENATO JULIANO SERRATE DE ARAUJO, OAB nº RO4705
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DECISÃO
Recebo a inicial neste 3º Gabinete do 2º Núcleo de Justiça 4.0 do Poder Judiciário de Rondônia, com especialização das demandas judiciais de empresas de distribuição e comercialização de energia elétrica.
Esclareço às partes que este feito está tramitará por este Núcleo ressalvando a manifestação das partes, pois se alguma das partes recusar expressamente a opção pela tramitação neste Núcleo o feito será remetido ao juízo competente, nos termos do art. 2º, da Resolução 214/2021, alterada pela Resolução 246/2022.
"Art. 1º Ficam criados 4 (quatro) Núcleos de Justiça 4.0 no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, com abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o Poder Judiciário do Estado de Rondônia. (Nova Redação Resolução n. 246/2022).
§ 1º Cada Núcleo de Justiça será especializado em razão de uma mesma matéria. (Nova Redação Resolução n. 246/2022).
§ 2º A Corregedoria definirá a matéria de cada Núcleo de Justiça 4.0 mediante estudos que assegurem o cumprimento da estratégia do TJRO. (Nova Redação Resolução n. 246/2022) § 3º O Núcleo, para todos os efeitos, constitui-se unidade autônoma, inclusive no sistema processual eletrônico.
Art. 2º A escolha do Núcleo de Justiça 4.0 pela parte autora é facultativa, de caráter irretratável, e deverá ser exercida no momento da distribuição da ação. (Nova Redação Resolução n. 246/2022).
§ 1º Havendo oposição da parte ré, desde que expressa na primeira oportunidade de manifestação, o processo será redistribuído para o juízo competente.
§ 2º Ressalvada a incompetência do Núcleo, não havendo oposição do(a) demandado(a) na forma dos parágrafo anterior, o negócio jurídico processual se aperfeiçoará, nos termos do artigo 190 do Código de Processo Civil.
§ 3º A distribuição dos processos de competência do Núcleo de Justiça 4.0, entre os(as) juízes(as) que o integram, far-se-á automaticamente pelo sistema processual, de forma equânime e aleatória.
§ 4° Os processos em trâmite nas unidades judiciárias serão remetidos para o Núcleo de Justiça 4.0 se todas as partes manifestarem interesse. (Incluído pela Resolução n. 246/2022)."
Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS POR ATO ILÍCITO VISANDO A RESTITUIÇÃO PELA CONSTRUÇÃO DE SUBESTAÇÃO ELÉTRICA PARTICULAR proposta por EDUARDO SALES em face de ENERGISA RONDONIA-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
Narra a parte autora, em síntese, que é proprietário de uma cota parte (1/71) de uma rede elétrica RDR de 23.000 metros, no sistema MRT, (ART 8202049235), na qual fora construída em 18/09/2007, para atender os moradores da Zona Rural, localizada na BR 421, LINHA LC 00 E 05, no município de Monte Negro/RO. Relata que para construção da rede elétrica houve um gasto de R$ 686.382,50 (seiscentos e oitenta e seis mil. trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).
Contudo, relata que a obra fora construída com a participação de 71 habitantes, os quais distribuíram entre sim os custos da obra, perfazendo o valor estimado de R$ 9.667,36 para cada participante.
Diante disso, requer a seja a requerida condenada a pagar os valores gastos na construção da rede elétrica RDR, no valor correspondente à sua cota parte, qual seja, R$ 9.667,39 (nove mil, seiscentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos).
Com a inicial, vieram procuração e documentos.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório. DECIDO.
Cite-se e intime-se a ENERGISA S/A/CERON para que apresente defesa.
Caso a ENERGISA S/A/CERON tenha interesse em realizar a conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo que tiver a fim de que seja submetida à parte autora ou seja designada audiência de conciliação para esse fim.

Caso NÃO tenha interesse ou possibilidade de acordo, determino que informe isso nos autos por ocasião de sua contestação a fim de evitar possíveis alegações de cerceamento do direito de a parte se conciliar, pena de seu silêncio ser interpretado como falta de interesse na conciliação.
Apresentada a contestação e não havendo interesse na produção de provas, faça-se conclusão dos autos para sentença.
Caso exista pedido de DANO MORAL no caso em tela, as partes deverão observar se é caso de dano moral presumido e em caso negativo, deverão juntar declaração de suas testemunhas com firma reconhecida em Cartório relativamente ao fato constitutivo do direito que pretendem provar.
Em todo caso, se alguma das partes tiver interesse na produção de provas orais, determino que se manifestem nos autos informando tal interesse no prazo de 15 (quinze) dias, hipótese em que o direito de as partes produzirem provas será devidamente assegurado. Por outro lado, a não manifestação das partes no prazo ora assinalado, será interpretada como desinteresse à produção de provas orais.
Cancele-se eventual audiência designada automaticamente pelo Sistema PJE, retirando-a da pauta.
Cumpra-se servindo-se a presente como Comunicação/Carta de Citação/Carta de Intimação/Mandado/Ofício/Carta Precatória.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO A SER CUMPRIDA POR OFICIAL PLANTONISTA
NOME: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A (qualificação completa na inicial)
ENDEREÇO: no processo
OBSERVAÇÃO: Em razão na nova Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), não serão divulgados dados pessoais e/ou sensíveis, tais como: qualificação e endereço das partes. Todos os endereços apresentados nos autos deverão ser diligenciados.
FINALIDADE: Citar a parte requerida para responder a ação no prazo de 15 dias a partir da juntada do comprovante de citação nos autos.
ADVERTÊNCIAS: Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860
Número do processo: 7068632-98.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Fornecimento de Energia Elétrica
Valor da causa: R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Polo Ativo: ANA OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADOS DO AUTOR: TIAGO VINICIUS MEIRELES CUNHA, OAB nº RO9287, KAYNA APOYNA MOTA MATOS, OAB nº RO11594, VITORIA JOVANA DA SILVA UCHOA, OAB nº RO9233, FELIPE BRAGA PEREIRA FURTADO, OAB nº RO9230
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos,
Trata-se de ação de Procedimento do Juizado Especial Cível em que ANA OLIVEIRA DOS SANTOS demanda em face de ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
Encaminho o presente processo ao CEJUSC para ser incluído em pauta de mutirão temático.
Sirva-se a presente de MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO via sistema PJe (LF 11.419/2006), via diligência de Oficial de Justiça ou DJe, conforme a necessidade.
Realizada a audiência de conciliação e não havendo composição entre as partes, retornem os autos conclusos para sentença.
Intimem-se as partes por meio de seus procuradores, se houver. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1- Prazos processuais nesse Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se do dia seguinte à intimação, salvo contagem a partir da intimação pelo Diário da Justiça, que obedece regra própria.
2 - As partes deverão comunicar eventual alterações dos seus respectivos endereços, número de telefones e e-mails, sob pena de se considerar como válida e eficaz a intimação cumprida no endereço constante nos autos, mesmo que esta retorne negativa (art. 19, §2º Lei n. 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7072366-57.2022.8.22.0001
Classe Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto Direito de Imagem
AUTOR: ARLETE PEREIRA DO NASCIMENTO
ADVOGADO DO AUTOR: MARCIA TEIXEIRA DOS SANTOS, OAB nº RO6768
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: MARIA BEATRIZ ALBUQUERQUE MOURA DE OLIVEIRA, OAB nº PB20422, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA

SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS em que ARLETE PEREIRA DO NASCIMENTO demanda em face de ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A alegando, em síntese, folha na prestação de serviço essencial, ocasionado pela suspensão do fornecimento de energia elétrica em sua residência localizada na Rua Prosperidade, s/n, no Distrito de Triunfo, município de Candeias do Jamari /RO.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, dada a ausência de outras provas a serem produzidas e porque não reclamadas provas específicas, não se justificando designação de audiência de instrução ou dilação probatória.
A matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Por conseguinte, há que se aplicar os arts. 32 e 33, da LF 9.099/95, bem como 370 e 371, ambos do NCPC (LF 13.105/2015 – disposições compatíveis com o microssistema e com o rito sumaríssimo e especial dos Juizados Especiais).
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e "maduro" para julgamento, deve promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Havendo arguições preliminares, passo ao estudo preambular antes de ingressar no mérito da causa.
Ausência de pretensão resistida. Ausência de Pedido Administrativo.
A preliminar não merece prosperar, haja vista que não é necessário que a consumidora esgote a esfera administrativa para buscar o direito na via judicial, pois a Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, inciso XXXV, garante o princípio da inafastabilidade da jurisdição. Além disso, o binômio necessidade/adequação, foi efetivamente demonstrado até mesmo pela apresentação de defesa por parte da requerida.
Inépcia da inicial. Ausência de documentos.
Afasto a preliminar de inépcia da petição inicial, pois o autor não deixou de apresentar o pedido e a respectiva causa de pedir, a narração dos fatos leva a uma conclusão lógica e não há incompatibilidade de pedidos.
De mais a mais, os documentos apresentados nos autos, por ambas as partes, são o suficiente para a conclusão do processo.
DO MÉRITO
A relação havida entre as partes é de consumo, sendo aplicável à espécie o art. 14, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor, diante da prestação defeituosa do serviço, havendo plena aplicação das regras protetivas do Código de Defesa do Consumidor.
A parte Requerida, na condição de concessionária de serviço público, responde objetivamente, pela natureza da atividade que exerce e pelos danos que esta possa vir a causar. A responsabilidade objetiva decorre da obrigação de eficiência dos serviços, já que o art. 37, § 6º, da Constituição Federal estendeu essa norma às pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviços públicos.
Esse é o entendimento do Egrégrio Tribunal de Justiça de Rondônia:
"Indenização. Concessionário de serviço público. Responsabilidade objetiva. A concessionária dos serviços públicos de geração e distribuição de energia elétrica responde objetivamente pelos danos causadores decorrentes da queda da rede elétrica. (Apelação Cível, Processo nº 1006820-82.2007.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Gabriel Marques de Carvalho, Data de julgamento: 05/05/2009.
Ademais, há inversão do ônus da prova, ante a aplicação das regras protetivas do Código de Defesa do Consumidor, sendo certo que em função da questão discutida nos autos cuidar-se de típica relação de consumo, eis que verossímil a alegação trazida. Assim, incumbe à empresa requerida provar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora, nos termos do artigo 373, inciso II, do CPC.
Consta que a parte autora pretende ser indenizada pelos danos morais decorrentes da interrupção no fornecimento de energia elétrica que ocorreu nos dias 20 a 22 de setembro de 2020, no Distrito de Triunfo, município de Candeias do Jamari/RO.
Alegam na inicial que é moradora da Rua Prosperidade, s/n, Distrito de Triunfo, município de Candeias do Jamari /RO, onde vem sofrendo com problema de interrupção no fornecimento de energia elétrica, bem como oscilações constantes da energia, tais como os 20, 21, 22 e 23 de setembro de 2020.
A requerida, por sua vez, sustenta que não houve tal interrupção nesse período, que desde o ano 2019 a energia do requerente encontra-se ligada, assim, não é possível falar em ato ilícito ou omissivo da requerida que ensejasse de qualquer modo uma possível restituição por alegados danos morais.
Pois bem.
Restou incontroverso nos autos que a parte autora é consumidora dos serviços prestados pela empresa requerida, inclusive no período das alegadas interrupções (ID. 82540534 - Pág. 1 a 2).
Em verdade, no que se refere à demonstrar a efetiva ocorrência do fato (queda de energia), a requerente trouxe aos autos provas já produzidas em outros processos com a mesmo pedido e mesma causa de pedir. É sabido que os fundamentos que justificam a aceitação da prova emprestada está ancorada nos princípios da "economia processual" e da "busca da verdade possível".
Assim, nos processos mencionados e com as provas produzidas e apresentadas nesta lide, restou demonstrado que de fato houve a interrupção de energia elétrica no dias 20 a 22 de setembro de 2020, no Distrito de Triunfo.
Para a configuração da responsabilidade civil é indispensável a ocorrência do dano, ou seja, a agressão a interesse juridicamente tutelado, patrimonial ou extrapatrimonial, de forma a sujeitar o infrator ao pagamento de uma compensação pecuniária à vítima.
Resta inquestionável que a ausência de energia elétrica em qualquer residência gera transtornos, aborrecimentos, agonia e sentimento de impotência, posto que causa a inoperância de diversos aparelhos eletroeletrônicos e o consequente mal estar ao consumidor, que sofre com o calor de nossa região tropical e com a falta de comunicação e operacionalidade com o mundo moderno e cotidiano.
Portanto, havendo a suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora de titularidade dos autores, caracterizado esta o danum in re ipsa, mormente quando se constata a essencialidade do serviço energia elétrica.
Entende-se pacificamente nos corredores jurídicos que os danos morais estão consubstanciados nos próprios fatos que causaram aborrecimentos e constrangimentos ao jurisdicionado. Trata-se de sensação e, portanto, direito subjetivo que se projeta de várias formas nas diferentes pessoas que compõem o meio social.
O dano moral está provado, valendo relembrar o seguinte entendimento:

"Neste ponto, a razão se coloca ao lado daqueles que entendem que o dano moral está ínsito na própria ofensa, decorre da gravidade do ilícito em si. Se a ofensa é grave e de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum. Assim, por exemplo, provada a perda de um filho, do cônjuge ou de outro ente querido, não há que se exigir a prova do sofrimento, porque isso decorre do próprio fato de acordo com as regras de experiência comum; Provado que a vítima teve seu nome aviltado ou sua imagem vilipendiada, nada mais ser-lhe-á exigido provar, por isso que o dano moral está in re ipsa; decorre inexoravelmente da gravidade do próprio fato ofensivo, de sorte que, provado o fato, provado está o dano moral" (Elias, Helena - O Dano Moral na Jurisprudência do STJ - pág. 99/100 - Rio de Janeiro - Editora Lumen Juris - 2004).

Na mensuração do quantum indenizatório, acompanho o seguinte entendimento da jurista e Magistrada Helena Elias (op.cit.):

"O princípio da exemplaridade foi recentemente adotado na jurisprudência do STJ. Luiz Roldão de Freitas Gomes defende, em sede doutrinária, a aplicação de tal princípio. Após afirmar que, 'sob a égide da atual Carta Magna, a reparação dos danos morais é ampla e desprovida de limitações, que não sejam as decorrentes de sua causalidade', anota que, com a expressa previsão constitucional, aquela reparação ganhou autonomia, 'deixando de ter por fundamento exclusivamente a culpa, que inspirava uma de suas finalidades: servir de exemplaridade ao infrator. Em consulta ao dicionário Aurélio, encontra-se, para o verbete exemplaridade, o significado de 'qualidade ou caráter de exemplar'. Exemplar, por seu turno, é aquilo 'que serve ou pode servir de exemplo, de modelo'. O critério de exemplaridade parece estar apto a substituir o dano punição do ofensor na avaliação do dano moral, por oferecer a vantagem se amoldar, com maior grau de adequação e aceitabilidade, ao ordenamento jurídico pátrio, sem o inconveniente, apontado por Humberto Theodoro Júnior, de ensejar uma pena sem prévia cominação legal. Em recente acórdão, da relatoria do Min. Luiz Fux, o STJ adotou expressamente o princípio da exemplaridade, ao assentar que a 'fixação dos danos morais deve obedecer aos critério da solidariedade e da exemplaridade, que implica na vaporação da proporcionalidade do quantum e na capacidade econômica do sucumbente".

O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.

Na mensuração do quantum indenizatório, observou-se o critério da solidariedade e da exemplaridade, que implica na valoração da proporcionalidade do quantum e na capacidade econômica do sucumbente, sendo assim entendo que o valor R$ 3.000,00 (três mil reais) é cabível no caso em questão, pois não importa nem no enriquecimento do autor e nem no empobrecimento do requerido.

Esta é a decisão que mais justa emerge para o caso, dada a necessidade de se aplicar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade com cada ocorrência casuística.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, para CONDENAR a requerida ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de dano moral, corrigidos monetariamente de acordo com a tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia desde a data da publicação desta decisão (Súmula 362 do STJ) e com juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação.

Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC.

Sem custas e honorários advocatícios, nesta fase.

Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerado inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjun.to n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE n.o 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária prevista em Lei.

Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de sentença o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD).

Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova conclusão, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.

Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.

Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício no ato da interposição do recurso, trazendo provas para confirmar a alegação de incapacidade financeira mediante a apresentação de demonstrativo de rendimentos e extratos bancários de despesas mensais ordinárias relativos ao mínimo de trinta dias (art. 99, §2º do CPC), devendo informar a atividade em que atua, sob pena de deserção

Intimem-se.

SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.

Porto Velho, 17 de julho de 2023

Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto

Juiz de Direito

ADVERTÊNCIAS:

1) A parte que não concordar com o teor desta sentença poderá, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que tomar ciência nos autos, para ofertar Recurso Inominado e suas respectivas razões, nos moldes do art. 42, caput, da Lei 9.099/95;

2) O preparo deverá ser feito, independente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição do recurso, sob pena de deserção;

3) O pedido de gratuidade judiciária, feito nos moldes rigorosos da Lei, dispensa o preparo, podendo o Juízo, de qualquer modo, exigir prova da hipossuficiência financeira.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7005645-89.2023.8.22.0001
Classe Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto Fornecimento de Energia Elétrica
AUTOR: NBM PRODUCOES E PUBLICIDADES LTDA. - ME
ADVOGADO DO AUTOR: ANDERSON DOS SANTOS MENDES, OAB nº RO6548
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se, em verdade, de ação declaratória de inexistência/inexigibilidade de débito cumulada com pedido de indenização por danos morais decorrentes da cobrança indevida de débito oriundo de procedimento de recuperação de consumo, nos moldes do pedido inicial e dos documentos apresentados. Com concessão do pedido de tutela de urgência para excluir o nome da autora dos cadastros de inadimplentes.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando qualquer dilação probatória, mormente quando a matéria colocada em discussão revela-se exclusivamente documental e de direito, não se justificando eventual pleito de inquirição de testemunhas (formulado em audiência ou em contestação) e recomendando-se o julgamento imediato.
Ainda que a demanda esteja em sede de Juizados Especiais, compete às partes bem e regularmente instruir as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Por conseguinte e dada a peculiaridade do caso (declaratória de inexigibilidade de débito), há que se aplicar os arts. 32 e 33, da LF 9.099/95, bem como 370 e 371, ambos do NCPC (LF 13.105/2015 – disposições compatíveis com o microssistema e com o rito sumaríssimo e especial dos Juizados Especiais).
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e “maduro” para julgamento, deve promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Em não havendo arguição de preliminar, passo à análise do mérito da causa.
Cuida-se de ação o qual a parte requerente alega que o medidor de energia elétrica de onde reside foi vistoriado por técnicos da requerida, no qual encontram supostas irregularidades, sendo posteriormente comunicada acerca de uma recuperação de consumo, nos termos do art. 130, III da Resolução 414/2010 - revogada pela Resolução nº 1.000/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
A requerente não concorda com o valor da fatura, e reclama do procedimento adotado pela requerida, ao passo que esta assegura o cumprimento de todos os procedimentos legais para a recuperação de consumo, e defende o valor apurado.
Analisando os autos, verifica-se que a controvérsia se limita ao valor de fatura a título de recuperação de consumo, no valor de R$ 27.250,02 (vinte e sete mil, duzentos e cinquenta reais e dois centavos), oriundos do TOI nº 72522271 e nº 063332.
Conforme a Constituição Federal de 1988 as agências reguladoras possuem a função de fiscalização, regulamentação e controle de serviços de interesse público. A ANEEL tem competência legal para regulamentar a matéria, cabendo ao Judiciário, nos casos em que não houver outra disposição legal superior que contrarie a resolução, exercer o controle de legalidade e obediência a esta norma, sob pena de não ser mantida a segurança jurídica nos negócios.
O art. 590 da Resolução 1.000/2021 da ANEEL diz que havendo indício de irregularidade no medidor de energia, a distribuidora deve adotar um procedimento administrativo específico.
Segundo o referido dispositivo, quando da realização da vistoria, que independe de notificação prévia, deve ser elaborado o Termo de Ocorrência e Inspeção (TOI), em formulário próprio. Este documento deve ser assinado pelo consumidor, ou pela pessoa que acompanhar a vistoria (art. 591, §1º). Em caso de negativa do consumidor em assinar o TOI, cópia deste deve ser enviada em até 15 (quinze) dias por qualquer modalidade que permita a comprovação do recebimento (art. 591, §3º).
Outrossim, a pedido do consumidor, ou pelo critério da concessionária, o medidor pode ser submetido à perícia técnica (art. 592).
No caso em apreço, vejo que o procedimento não foi seguido da forma correta, ante a falta de assinatura de ambos os TOI, bem como, sem a comprovação do envio da Carta ao Cliente e segunda via do TOI, a fim de comunicar o consumidor o procedimento adotado para recuperação de consumo e, assim, possibilitar a ampla defesa e o contraditório. De modo que atribuo irregular o procedimento.
O mesmo se pode concluir acerca do critério utilizado pela requerida para fins de recuperação de consumo do débito oriundo do TOI 72522271. Isso porque, a ré utilizou-se do estabelecido no art. 130,III da Resolução 414/2010 (atual Resolução 1.000/2021) da ANEEL que prevê a recuperação de receita pela média dos 03 (três) maiores consumos nos 12 meses anteriores à inspeção.
Ocorre que tal método de cálculo já foi considerado abusivo pelo Superior Tribunal de Justiça por representar ônus excessivo ao consumidor e violar as diretrizes do Código de Defesa do Consumidor, vindo a decidir, ainda que “Há fórmula mais adequada e justa: média aritmética do consumo nos últimos 12 meses que antecederam a irregularidade.” (REsp 1.412.433-RS - Tema 699).
Assim, os parâmetros adotados estão em desacordo com o entendimento assentado pela jurisprudência local no sentido de que a forma que melhor reflete isso é aquela que corresponde à média de consumo dos 3 (três) meses imediatamente posteriores à substituição do medidor e pelo período pretérito máximo de 1 (um) ano. Nesse mesmo sentido, é o entendimento do TJ-RO:
Recurso inominado. Consumidor. Recuperação de consumo. Procedimento realizado dentro das normas. Débitos Existentes. Novos cálculos. Parâmetros utilizados - mais favoráveis ao consumidor. 1 - Segundo a jurisprudência do STJ, os débitos pretéritos apurados por fraude no medidor de consumo podem ser cobrados por meio do processo de recuperação, desde que observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como os procedimentos elencados nos arts. 129 e 133 da Resolução 414/2010 da ANEEL. 2 - O cálculo de recuperação de consumo deve ser feito com base nos 03 meses posteriores a troca/regularização do relógio medidor pois mostra-se mais favorável ao consumidor, limitando-se ainda, ao período máximo de doze meses. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7046643-70.2021.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 12/09/2022).

Assim, tenho que o débito no valor de R$ 27.250,02, apurado pela ré com valores de R$ 5.978,03 e R$ 21.272,17, é inexistente, pois utilizou de procedimento indevido para realização da inspeção, razão pela qual a recuperação de consumo deve ser declarada inexigível.
Essa é a decisão que mais se ajusta ao conjunto probatório carreado nos autos.
DISPOSITIVO
Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, para fins de:
A) DECLARAR INEXIGÍVEL o débito no valor de R$ 27.250,02, apurados com valores de R$ 5.978,03 e R$ 21.272,17, relativos ao TOI nº nº 72522271 e nº 063332 à recuperação de consumo.
Torno definitivos os efeitos da tutela de urgência concedida inicialmente.
Por consequência lógica julgo improcedente o pedido contraposto.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC.
Sem custas e sem honorários nesta instância, haja vista tratar-se de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55, da Lei n. 9.099/1995.
Ausente manifestação da parte autora após o trânsito em julgado, o feito deverá ser arquivado.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1) A parte que não concordar com o teor desta sentença poderá, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que tomar ciência nos autos, para ofertar Recurso Inominado e suas respectivas razões, nos moldes do art. 42, caput, da Lei 9.099/95;
2) O preparo deverá ser feito, independente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição do recurso, sob pena de deserção;
3) O pedido de gratuidade judiciária, feito nos moldes rigorosos da Lei, dispensa o preparo, podendo o Juízo, de qualquer modo, exigir prova da hipossuficiência financeira.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Número do processo: 7000374-05.2023.8.22.0000
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: ADERALDO LOPES DE CARVALHO JUNIOR
ADVOGADO DO AUTOR: JOAO VITOR COSTA RODRIGUES, OAB nº RO12619
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei n. 9.099/95.
FUNDAMENTAÇÃO
Trata-se de AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS em que a parte requerente alega que possui vínculo com a requerida, uma vez que é usuária dos serviços de energia elétrica fornecidos pela concessionária, e que devido falha ocorrida na rede elétrica, de responsabilidade da requerida, no dia 23/7/2022 teve início um incêndio a partir do relógio medidor, o qual provocou a queda de energia do estabelecimento que resultou em danos na fiação elétrica, caixa do medidor de energia e na parede que foi incendiada, além do constrangimento ocasionado em seu estabelecimento comercial, que estava em pleno funcionamento.
Requer, ao final, a condenação da requerida para restituir a quantia de R$ 2.706,39 a título de danos materiais. E, a título de danos morais, requer indenização no valor de R$ 25.000,00.
Juntou aos autos laudo técnico pericial (ID 85756505), em que se constatam os danos causados pelo incêndio.
A requerida apresentou contestação debatendo matéria diversa aos fatos narrados na inicial (ID 87447168). Não impugnou o laudo juntado pelo autor.
No entanto, em que pesem os argumentos do requerente, observa-se que as provas apresentadas não são seguras para julgamento da causa, pois se mostra necessária uma avaliação dos danos gerados pela rede de energia localizada na unidade consumidora da parte requerente, a fim de verificar eventual responsabilidade da requerida, não tendo como este juízo aferir tal situação sem que seja feita uma vistoria in loco.
Assim, verifica-se que a questão posta em juízo é extremamente complexa e demanda a produção de prova pericial para justa solução da lide.
A produção da prova pericial apresenta procedimento próprio (arts. 464 a 480, do CPC/2015), incompatível com a simplicidade do rito da Lei n. 9.099/1995, sendo certo que a inquirição de técnicos de confiança do juízo, nos moldes do art. 35 da Lei n. 9.099/1995 não é suficiente para a adequada solução da demanda.
A referida perícia não é simples, mormente porque requer maiores cuidados e detalhes técnicos, e não há como ser feita nesta Justiça Especial, razão pela qual resta clara a incompetência deste juízo para julgar a presente ação.
Assim, a extinção do feito é medida que se impõe.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, com fundamento no artigo 51, inciso II, da Lei n. 9.099/95, INDEFIRO A INICIAL e JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito.
Sem custas e honorários, haja vista tratar-se de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei n. 9.099/95.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício no ato da interposição do recurso, sob pena de preclusão e indeferimento da gratuidade.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1) A parte que não concordar com o teor desta sentença poderá, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que tomar ciência nos autos, para ofertar Recurso Inominado e suas respectivas razões, nos moldes do art. 42, caput, da Lei 9.099/95;
2) O preparo deverá ser feito, independente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição do recurso, sob pena de deserção;
3) O pedido de gratuidade judiciária, feito nos moldes rigorosos da Lei, dispensa o preparo, podendo o Juízo, de qualquer modo, exigir prova da hipossuficiência financeira.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 - email: pvh4civelgab@tjro.jus.br
Processo n. 7002538-37.2023.8.22.0001
Classe Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto Fornecimento de Energia Elétrica
AUTOR: MARIA APARECIDA DA SILVA COSTA
ADVOGADO DO AUTOR: SHEILA CRISTINA BARROS MOREIRA, OAB nº RO4588A
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95.
FUNDAMENTAÇÃO
Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA ajuizada por MARIA APERCIDA DA SILVA COSTA em face de ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Alega a parte autora, em síntese, que é consumidora dos serviços da concessionária de energia requerida mediante código do cliente n. 20/1341511-2, e que foi surpreendida com débito de recuperação de consumo no valor de R$ 3.284,84, após inspeção realizada no dia 24/06/2022. Afirma que no dia 29/12/2022 houve a suspensão de energia em sua residência, devido à multa gerada pelo TOI n°92503953. Destaca que teve de sair da sua casa com sua filha de 12 anos, e se mudar para a casa de sua mãe onde se encontra até o momento do ingresso da ação, pois continua sem energia.
Requer em tutela que a requerida restabeleça e mantenha o fornecimento de energia elétrica em sua UC. No mérito, requer a procedência do pedido para declarar a inexistência do débito no valor de R$ 3.284,84, bem como a condenação da requerida em danos morais na quantia de R$ 10.000,00.
Citada, a requerida apresentou contestação com pedido contraposto no ID 87448308. Não arguiu preliminares. No mérito, informa que a inspeção foi realizada no dia 24/06/2022 tendo sido possível verificar irregularidade no medidor, não registrando o consumo regular. Destaca que houve acompanhamento pelo autor de todo o procedimento realizado pela requerida. Requer, ao final, a improcedência total dos pedidos autorais, e em pedido contraposto a condenação da parte autora ao pagamento do valor de R$ 3.284,84.
Réplica à contestação no ID 89436581.
Vieram os autos conclusos.
Do julgamento antecipado
No presente caso, torna-se despicienda a produção de outra provas, sendo cabível o julgamento antecipado da causa, na forma do art. 355, I, do Código de Processo Civil.
Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder”. (STJ - 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).
Portanto, embora a questão de mérito envolva matérias de direito e de fato, não se vislumbra a necessidade de produção de provas em audiência, razão pela qual indefiro o pedido de realização de audiência de instrução e julgamento feito pela requerida. Ademais, o magistrado é o destinatário das provas, podendo indeferir as que julgar desnecessárias ou inoportunas, nos moldes do art. 370 do CPC.
Mérito
Oportuno assentir que o caso em tela se trata de inequívoca relação de consumo, tendo em vista que as partes se caracterizam como consumidor e fornecedor, nos termos dos arts. 2° e 3° do CDC, razão pela qual será analisado sob a ótica da legislação consumerista, com a ressalva de que a inversão do ônus probatório, prevista no art. 6º, inciso VIII, CDC, não é absoluta, devendo ser observada a previsão do CPC no que diz respeito à distribuição do ônus da prova, cabendo ao autor comprovar os fatos constitutivos do seu direito e ao réu os fatos modificativos, extintivos e impeditivos do autor (art. 373 do CPC).
A controvérsia reside em saber se o procedimento realizado pela requerida se deu de forma regular e se o fato gera danos morais indenizáveis. Imperioso ressaltar que aqui não se discute a autoria da adulteração/irregularidade do equipamento de medição e sim, se o cálculo da compensação econômica financeira feito pela distribuidora foi realizado da maneira como é determinada pela agência reguladora do setor.
Tratamos aqui da responsabilidade objetiva, que só é afastada em duas hipóteses: a) quando o fornecedor comprovar a inexistência do defeito; b) quando o fornecedor comprovar a culpa exclusiva da vítima.
Desse modo, constatada medição irregular, há a possibilidade de recuperação da receita, nos termos previstos pela antiga Resolução n. 414/2010 da ANEEL e atual Resolução n. 1.000/2021.

Em verdade, a requerida é a única que detém conhecimento técnico e o monopólio das ações de instalação, leitura e fiscalização dos relógios medidores, possuindo a obrigação mensal de promover a leitura mensal no estado de Rondônia, de modo que deve comprovar a capacitação técnica dos instrumentos medidores, a fiel demonstração de fraude nos aparelhos retirados para análise, a fiel intimação e garantia da ampla defesa ao consumidor fiscalizado, bem como a efetiva alteração de consumo após a instalação de novos equipamentos.
Com efeito, a concessionária juntou aos autos o TOI em que aponta irregularidade, o que culminou na recuperação impugnada.
Entretanto, infere-se dos autos que a metodologia de cálculo utilizada teve como parâmetro média dos três maiores faturamentos ocorridos em até 12 (doze) ciclos completos anteriores à data do início da irregularidade (ID 87448325), pelo período de 13 meses (Meses a Recuperar: 06/2021 a 06/2022), conforme art. 130, III da Resolução Normativa nº 414/10, atual artigo 595, III da Resolução 1.000/21 da ANEEL.
Dessa forma, entendo que a requerida não cumpriu os critérios de apuração de débito decorrente de recuperação de consumo que foram definidos em julgado deste TJRO, de relatoria do Des. Marcos Alaor Diniz, Grangeia, em prestígio aos princípios e regras do CDC, estabelecendo-se que deve ser considerada a média de consumo dos três meses imediatamente posteriores à regularização do medidor e pelo período pretérito máximo de 1 (um) ano, "pois revela o consumo médio e efetivo de energia elétrica da unidade no padrão do novo medidor instalado" (Apelação Cível n. 0010645-44.2013.8.22.0001), entendimento seguido pela Turma Recursal nos autos do processo n. 7000259-25.2016.8.22.0001 e o qual reputo correto.
Neste sentido, segue abaixo julgado da Turma Recursal deste Tribunal:
"Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Recuperação de consumo. Perícia unilateral. Ausência de elementos justificadores. Irregularidade. Inexigibilidade do débito. A concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica no Estado de Rondônia deve seguir todos os parâmetros indicados pela agência reguladora, sob pena de nulidade de seus atos. (TJ-RO - RI: 70491272920198220001 RO 7049127-29.2019.822.0001, Data de Julgamento: 18/09/2020)".
No caso dos autos, a requerida não comprovou os requisitos. Nesse sentido é a jurisprudência:
CONSUMIDOR. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. ALTERAÇÃO NO CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DÉBITOS PRETÉRITOS. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. A concessionária prestadora de serviço público deve seguir a risca os procedimentos impostos pela agência reguladora, sob pena de nulidade de seus atos. 2. A ausência de demonstração de elementos suficientes para a realização do procedimento de recuperação de consumo resulta na declaração de inexigibilidade do débito apurado pela concessionária de serviço público. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7000108-57.2020.822.0021, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Glodner Luiz Pauletto, Data de julgamento: 24/12/2020)
CONSUMIDOR. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. ALTERAÇÃO NO CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DÉBITOS PRETÉRITOS. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. A concessionária prestadora de serviço público deve seguir a risca os procedimentos impostos pela agência reguladora, sob pena de nulidade de seus atos.2. A ausência de demonstração de elementos suficientes para a realização do procedimento de recuperação de consumo resulta na declaração de inexigibilidade do débito apurado pela concessionária de serviço público. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7000108-57.2020.822.0021, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Glodner Luiz Pauletto, Data de julgamento: 24/12/2020)
Assim, inexistem provas da irregularidade no consumo ou da adoção integral do procedimento estabelecido pela ANEEL, motivo pelo qual deve a dívida ser desconstituída, declarando-se a sua inexistência. Ademais, denota-se que mesmo após a constatação da irregularidade alegada pela ré, os índices de consumo mensal da autora permaneceram similares nos meses posteriores (ID 87448308 - Pág. 10), substanciando os argumentos da narrados pela autora na inicial.
Desta forma, resta procedente a declaração da inexistência/inexigibilidade do débito no valor de R$ 3.284,84, referente a recuperação de consumo do período de: 06/2021 a 06/2022 = 13 meses.
Fica ressalvada, no entanto, a possibilidade de nova recuperação e cobrança, se atendidos os parâmetros acima mencionados e os termos da Resolução n. 1000/2021 da ANEEL.
No mais, este juízo considera adequada a condenação da requerida também à reparação moral, pois que resta provado que houve a suspensão do fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora da autora, em decorrência da cobrança questionada nesta ação e, ora, declarada inexigível, restando comprovado o nexo causal e o dano causado à parte autora pela requerida.
É, nesse sentido, o entendimento deste Tribunal:
Apelação cível. Ação de indenização. Danos morais. Corte de energia. Débito inexistente. Quantum indenizatório. Manutenção. Recurso desprovido. A suspensão indevida dos serviços de energia elétrica causa dano moral. Mantém-se o valor da indenização a título de danos morais quando fixada com razoabilidade e proporcional ao dano experimentado pela vítima.APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7011332-78.2022.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 11/07/2023.
O TJRO pondera que "O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e o conceito social das partes" (Processo 7013471-13.2016.822.0002; 2ª Câmara Cível; Relator do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia; Julgamento: 27/02/2019).
Assim, em sintonia com a jurisprudência perfilhada, o valor questionado pela parte autora deve ser declarado inexigível, condenando-se a concessionária, ainda, a reparar os danos morais suportados pela consumidora, no valor a ser elencado na parte dispositiva.
Quanto ao pedido contraposto realizado pela ré em contestação, considerando que o referido débito foi declarado inexigível na fundamentação desta decisão, a improcedência do mesmo é a medida que se impõe.
DISPOSITIVO
Do exposto, nos termos dos arts. 38, caput, parágrafo único da LF 9.099/95 e na forma do art. 487, inciso I, do CPC, CONFIRMO A TUTELA ANTECIPADA concedida (ID 85991959) e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos aduzidos pela autora para: DECLARAR a inexigibilidade/inexistência do débito no valor de R$ 3.284,84 (três mil e duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), referente a recuperação de consumo do período de 06/2021 a 06/2022, indicada na fatura de ID 87448329 e CONDENAR a requerida ao pagamento de indenização por danos morais à autora, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), incidindo a correção monetária partir do arbitramento (Súmula 362 do STJ) e os juros a partir do evento danoso (art. 398 do CC e Súmula 54 do STJ).
JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO feito pela requerida em contestação.
Dessa forma, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.

Fica a parte vencida ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05, sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10%, nos termos dos arts. 52, caput, Lei n. 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015).
Enunciado Cível FOJUR nº 05: "Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado".
O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado junto ao banco Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com a devida e tempestiva comprovação no processo, sob pena de ser considerado inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n.º 006/2015-PR-CG, incidindo a referida pena de inadimplência, prevista no artigo 523, §1º, CPC/2015.
Ocorrida a satisfação voluntária do quantum, expeça-se imediatamente alvará de levantamento em prol da parte credora, independentemente de prévia conclusão, devendo os autos serem arquivados ao final, observadas as cautelas, movimentações e registros de praxe.
Expedido alvará de levantamento e não sendo realizado o levantamento dos valores em conta judicial vinculado a estes autos no prazo do alvará, fica desde logo determinado e autorizado o procedimento padrão de transferência de valores para a Conta Centralizada do TJRO, devendo a conta judicial restar zerada.
Não ocorrendo o pagamento e apresentado requerimento em termos de prosseguimento na fase de cumprimento de sentença, modifique-se a classe e venham os autos conclusos para possível penhora on line de ofício (sistema SISBAJUD - Enunciado Cível FONAJE nº 147), desde que, apresentados os cálculos pelo exequente.
Com o trânsito em julgado, nada sendo requerido em até 15 dias, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1) A parte que não concordar com o teor desta sentença poderá, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que tomar ciência nos autos, para ofertar Recurso Inominado e suas respectivas razões, nos moldes do art. 42, caput, da Lei 9.099/95;
2) O preparo deverá ser feito, independente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição do recurso, sob pena de deserção;
3) O pedido de gratuidade judiciária, feito nos moldes rigorosos da Lei, dispensa o preparo, podendo o Juízo, de qualquer modo, exigir prova da hipossuficiência financeira.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 - email: pvh4civelgab@tjro.jus.br
Processo n. 7000220-78.2023.8.22.0002
Classe Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto Direito de Imagem, Obrigação de Fazer / Não Fazer, Tutela de Urgência
REQUERENTE: PAULO RICARDO FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: IGOR HENRIQUE DOMINGOS, OAB nº RO9884
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95.
FUNDAMENTAÇÃO
Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA ajuizada por PAULO RICARDO FERREIRA DA SILVA em face de ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Alega a parte autora, em síntese, que é consumidora dos serviços da concessionária de energia requerida mediante UC nº 20/1186930-2 e no dia 20/12/2022, fora surpreendido com uma mensagem encaminhada pelos prepostos da empresa Ré, dizendo que havia sido realizada uma inspeção na data de 25/07/2022, referente a uma suposta recuperação de consumo de 12/2021 a 07/2022 – TOI N.º 95161502, e que a respectiva gerou um débito na importância de R$ 2.282,59, o qual desconhece e atesta ser abusiva. Relata ainda que teve o fornecimento de energia suspenso no dia 03/01/2023, enquanto estava fora de casa, o que lhe causou sérios prejuízos, visto que perdeu seus alimentos.
Requer em tutela que a requerida restabeleça o fornecimento de energia elétrica em sua UC, bem como se abstenha de realizar a inscrição de seu nome junto aos órgãos de proteção ao crédito. No mérito, requer a procedência do pedido para declarar a inexistência do débito no valor de R$ 2.282,59, bem como a condenação da requerida em danos morais na quantia de R$ 10.000,00.
Citada, a requerida apresentou contestação com pedido contraposto no ID 87447177. Não arguiu preliminares. No mérito, informa que a inspeção foi realizada no dia 25/07/2022 tendo sido possível verificar defeito no medidor, não registrando o consumo regular. Destaca que houve acompanhamento pelo autor de todo o procedimento realizado pela requerida. Requer, ao final, a improcedência total dos pedidos autorais, e em pedido contraposto a condenação da parte autora ao pagamento do valor de R$ 2.282,59.
Réplica à contestação no ID 89281360.
Vieram os autos conclusos.
Do julgamento antecipado
No presente caso, torna-se despicienda a produção de outra provas, sendo cabível o julgamento antecipado da causa, na forma do art. 355, I, do Código de Processo Civil.
Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder". (STJ - 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).

Portanto, embora a questão de mérito envolva matérias de direito e de fato, não se vislumbra a necessidade de produção de provas em audiência, razão pela qual indefiro o pedido de realização de audiência de instrução e julgamento feito pela requerida. Ademais, o magistrado é o destinatário das provas, podendo indeferir as que julgar desnecessárias ou inoportunas, nos moldes do art. 370 do CPC.
Mérito
Oportuno assentir que o caso em tela se trata de inequívoca relação de consumo, tendo em vista que as partes se caracterizam como consumidor e fornecedor, nos termos dos arts. 2° e 3° do CDC, razão pela qual será analisado sob a ótica da legislação consumerista, com a ressalva de que a inversão do ônus probatório, prevista no art. 6º, inciso VIII, CDC, não é absoluta, devendo ser observada a previsão do CPC no que diz respeito à distribuição do ônus da prova, cabendo ao autor comprovar os fatos constitutivos do seu direito e ao réu os fatos modificativos, extintivos e impeditivos do autor (art. 373 do CPC).
A controvérsia reside em saber se o procedimento realizado pela requerida se deu de forma regular e se o fato gera danos morais indenizáveis. Imperioso ressaltar que aqui não se discute a autoria da adulteração/irregularidade do equipamento de medição e sim, se o cálculo da compensação econômica financeira feito pela distribuidora foi realizado da maneira como é determinada pela agência reguladora do setor.
Tratamos aqui da responsabilidade objetiva, que só é afastada em duas hipóteses: a) quando o fornecedor comprovar a inexistência do defeito; b) quando o fornecedor comprovar a culpa exclusiva da vítima.
Desse modo, constatada medição irregular, há a possibilidade de recuperação da receita, nos termos previstos pela antiga Resolução n. 414/2010 da ANEEL e atual Resolução n. 1.000/2021.
Em verdade, a requerida é a única que detém conhecimento técnico e o monopólio das ações de instalação, leitura e fiscalização dos relógios medidores, possuindo a obrigação mensal de promover a leitura mensal no estado de Rondônia, de modo que deve comprovar a capacitação técnica dos instrumentos medidores, a fiel demonstração de fraude nos aparelhos retirados para análise, a fiel intimação e garantia da ampla defesa ao consumidor fiscalizado, bem como a efetiva alteração de consumo após a instalação de novos equipamentos.
Com efeito, a concessionária juntou aos autos o TOI em que aponta irregularidade, o que culminou na recuperação impugnada.
Entretanto, infere-se dos autos que a metodologia de cálculo utilizada teve como parâmetro média dos três maiores faturamentos ocorridos em até 12 (doze) ciclos completos anteriores à data do início da irregularidade (ID 87447929), pelo período de 08 meses (Meses a Recuperar: 12/2021 a 07/2022), conforme art. 130, III da Resolução Normativa nº 414/10, atual artigo 595, III da Resolução 1.000/21 da ANEEL.
Dessa forma, entendo que a requerida não cumpriu os critérios de apuração de débito decorrente de recuperação de consumo que foram definidos em julgado deste TJRO, de relatoria do Des. Marcos Alaor Diniz, Grangeia, em prestígio aos princípios e regras do CDC, estabelecendo-se que deve ser considerada a média de consumo dos três meses imediatamente posteriores à regularização do medidor e pelo período pretérito máximo de 1 (um) ano, "pois revela o consumo médio e efetivo de energia elétrica da unidade no padrão do novo medidor instalado" (Apelação Cível n. 0010645-44.2013.8.22.0001), entendimento seguido pela Turma Recursal nos autos do processo n. 7000259-25.2016.8.22.0001 e o qual reputo correto.
Neste sentido, segue abaixo julgado da Turma Recursal deste Tribunal:
"Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Recuperação de consumo. Perícia unilateral. Ausência de elementos justificadores. Irregularidade. Inexigibilidade do débito. A concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica no Estado de Rondônia deve seguir todos os parâmetros indicados pela agência reguladora, sob pena de nulidade de seus atos. (TJ-RO - RI: 70491272920198220001 RO 7049127-29.2019.822.0001, Data de Julgamento: 18/09/2020)".
No caso dos autos, a requerida não comprovou os requisitos. Nesse sentido é a jurisprudência:
CONSUMIDOR. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. ALTERAÇÃO NO CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DÉBITOS PRETÉRITOS. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. A concessionária prestadora de serviço público deve seguir a risca os procedimentos impostos pela agência reguladora, sob pena de nulidade de seus atos. 2. A ausência de demonstração de elementos suficientes para a realização do procedimento de recuperação de consumo resulta na declaração de inexigibilidade do débito apurado pela concessionária de serviço público. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7000108-57.2020.822.0021, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Glodner Luiz Pauletto, Data de julgamento: 24/12/2020)
CONSUMIDOR. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. ALTERAÇÃO NO CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DÉBITOS PRETÉRITOS. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. A concessionária prestadora de serviço público deve seguir a risca os procedimentos impostos pela agência reguladora, sob pena de nulidade de seus atos.2. A ausência de demonstração de elementos suficientes para a realização do procedimento de recuperação de consumo resulta na declaração de inexigibilidade do débito apurado pela concessionária de serviço público. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7000108-57.2020.822.0021, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Glodner Luiz Pauletto, Data de julgamento: 24/12/2020)
Assim, inexistem provas da irregularidade no consumo ou da adoção integral do procedimento estabelecido pela ANEEL, motivo pelo qual deve a dívida ser desconstituída, declarando-se a sua inexistência. Ademais, denota-se que mesmo após a constatação da irregularidade alegada pela ré, os índices de consumo mensal da autora permaneceram similares nos meses posteriores (ID 87447177 - Pág. 11), substanciando os argumentos da narrados pela autora na inicial.
Desta forma, resta procedente a declaração da inexistência/inexigibilidade do débito no valor de R$ 2.282,59, referente a recuperação de consumo do período de: 12/2021 a 07/2022 = 8 meses.
Fica ressalvada, no entanto, a possibilidade de nova recuperação e cobrança, se atendidos os parâmetros acima mencionados e os termos da Resolução n. 1000/2021 da ANEEL.
No mais, este juízo considera adequada a condenação da requerida também à reparação moral, pois que resta provado que houve a suspensão do fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora da autora, em decorrência da cobrança questionada nesta ação e, ora, declarada inexigível, restando comprovado o nexo causal e o dano causado à parte autora pela requerida.
É, nesse sentido, o entendimento deste Tribunal:
Apelação cível. Ação de indenização. Danos morais. Corte de energia. Débito inexistente. Quantum indenizatório. Manutenção. Recurso desprovido. A suspensão indevida dos serviços de energia elétrica causa dano moral. Mantém-se o valor da indenização a título de danos morais quando fixada com razoabilidade e proporcional ao dano experimentado pela vítima.APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7011332-78.2022.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 11/07/2023.

O TJRO pondera que "O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e o conceito social das partes" (Processo 7013471-13.2016.822.0002; 2ª Câmara Cível; Relator do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia; Julgamento: 27/02/2019).

Assim, em sintonia com a jurisprudência perfilhada, o valor questionado pela parte autora deve ser declarado inexigível, condenando-se a concessionária, ainda, a reparar os danos morais suportados pela consumidora, no valor a ser elencado na parte dispositiva.

Quanto ao pedido contraposto realizado pela ré em contestação, considerando que o referido débito foi declarado inexigível na fundamentação desta decisão, a improcedência do mesmo é a medida que se impõe.

DISPOSITIVO

Do exposto, nos termos dos arts. 38, caput, parágrafo único da LF 9.099/95 e na forma do art. 487, inciso I, do CPC, CONFIRMO A TUTELA ANTECIPADA concedida (ID 85784786) e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos aduzidos pela autora para: DECLARAR a inexigibilidade/inexistência do débito no valor de R$ 2.282,59 (dois mil duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta e nove centavos), referente a recuperação de consumo do período de 12/2021 a 07/2022, indicada na fatura de ID 87447937 e CONDENAR a requerida ao pagamento de indenização por danos morais à autora, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), incidindo a correção monetária partir do arbitramento (Súmula 362 do STJ) e os juros a partir do evento danoso (art. 398 do CC e Súmula 54 do STJ).

JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO feito pela requerida em contestação.

Dessa forma, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC.

Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.

Fica a parte vencida ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05, sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10%, nos termos dos arts. 52, caput, Lei n. 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015).

Enunciado Cível FOJUR nº 05: "Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado".

O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado junto ao banco Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com a devida e tempestiva comprovação no processo, sob pena de ser considerado inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n.º 006/2015-PR-CG, incidindo a referida pena de inadimplência, prevista no artigo 523, §1º, CPC/2015.

Ocorrida a satisfação voluntária do quantum, expeça-se imediatamente alvará de levantamento em prol da parte credora, independentemente de prévia conclusão, devendo os autos serem arquivados ao final, observadas as cautelas, movimentações e registros de praxe.

Expedido alvará de levantamento e não sendo realizado o levantamento dos valores em conta judicial vinculado a estes autos no prazo do alvará, fica desde logo determinado e autorizado o procedimento padrão de transferência de valores para a Conta Centralizada do TJRO, devendo a conta judicial restar zerada.

Não ocorrendo o pagamento e apresentado requerimento em termos de prosseguimento na fase de cumprimento de sentença, modifique-se a classe e venham os autos conclusos para possível penhora on line de ofício (sistema SISBAJUD - Enunciado Cível FONAJE nº 147), desde que, apresentados os cálculos pelo exequente.

Com o trânsito em julgado, nada sendo requerido em até 15 dias, arquive-se.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.

Porto Velho, 17 de julho de 2023

Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto

Juiz de Direito

ADVERTÊNCIAS:

1) A parte que não concordar com o teor desta sentença poderá, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que tomar ciência nos autos, para ofertar Recurso Inominado e suas respectivas razões, nos moldes do art. 42, caput, da Lei 9.099/95;

2) O preparo deverá ser feito, independente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição do recurso, sob pena de deserção;

3) O pedido de gratuidade judiciária, feito nos moldes rigorosos da Lei, dispensa o preparo, podendo o Juízo, de qualquer modo, exigir prova da hipossuficiência financeira.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Núcleo de Justiça 4.0 - Energia - Gabinete 03 Processo n. 7032879-80.2022.8.22.0001

Procedimento do Juizado Especial Cível

REQUERENTE: GENIVALDO ALEXANDRE SILVA

ADVOGADO DO REQUERENTE: DEBORA PANTOJA BASTOS, OAB nº RO7217

REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA

Valor da Causa: R$ 10.718,56

Data da distribuição: 05/12/2022

Sentença

HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes (ID n. 92768160) para que produza seus jurídicos e legais efeitos e, em consequência, com fundamento na alínea "b" do inciso III do art. 487 do Código de Processo Civil c/c art. 38 da Lei n. 9.099/1995, JULGO EXTINTO o processo movido por GENIVALDO ALEXANDRE SILVA contra ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, ambos qualificados no processo e DETERMINO o arquivamento do feito.

Tratando-se de pedido de homologação de acordo, verifica-se a ocorrência da preclusão lógica quanto ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data.

Sem custas finais.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Porto Velho, 17 de julho de 2023.

Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto

Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 01
Número do processo: 7000504-92.2023.8.22.0000
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, Estado de Rondônia
Polo Passivo: ATACADO SANTOS LTDA - EPP
DESPACHO
Vistos.
Em consulta ao sistema Sisbajud, verifico que inexistem vínculos bancários, enquanto no sistema Infojud persiste o endereço já diligenciado. Dessa forma, na execução fiscal, é cabível a citação por edital quando esgotadas as demais modalidades previstas no art. 8º da Lei nº 6.830/80 (citação pelo correio e por Oficial de Justiça), sendo esse o entendimento pacífico no Superior Tribunal de Justiça quando da aplicação do enunciado da Súmula nº 414 do STJ: "A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades".
Sendo assim:
I - Proceda-se a citação por edital, advertindo a parte, contudo, quanto ao disposto no art. 258 do CPC/2015.
II - Cite-se na forma de edital, nos termos do artigo 8º, IV da LEF, com prazo de 30 (trinta) dias, atendendo-se os requisitos do 257 do CPC/2015, para pagar a dívida, no prazo de 5 (cinco) dias, com os juros e multa de mora e encargos indicados na(s) CDA(s), ou garantir a execução. OBSERVAÇÃO: Não tendo o executado condições de constituir advogado, deverá procurar a Defensoria Pública Estadual.
EXECUTADO: ATACADO SANTOS LTDA - EPP, CNPJ nº 17994319000182, RUA ALEXANDRE GUIMARAES - N:5965, - DE 5895 A 6135 - LADO ÍMPAR LAGOINHA - 76829-721 - PORTO VELHO - RONDÔNIA .
Valor atualizado da ação: R$ 1.408.397,62
Sobre o valor incidem custas (3%) e honorários advocatícios (10%).
II.1 - Deverá a CPE publicar o edital na plataforma de publicações de editais e sentenças deste TJ/RO, bem como na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, a tudo certificando, consoante art. 257, II, do CPC/2015. Acaso ainda não esteja em funcionamento a plataforma de editais e sentenças do Conselho Nacional de Justiça, dispensada fica a publicação no referido portal.
II.2 - Tratando-se de medida de pouca efetividade nos dias atuais, fica dispensada a publicação do edital em jornal periódico (art. 257, parágrafo único, do CPC/2015).
II.3 - Exaurido o prazo de defesa sem manifestação, a teor do entendimento pacífico do STJ, que entende aplicável a nomeação de curador especial em caso de revelia também às execuções fiscais (Súmula STJ 196; RESP 1.103.050/BA), fica desde já reconhecida a revelia e nomeado Curador Especial na pessoa do Defensor Público que atua perante este Juízo nesse mister (art. 72, II, do CPC/2015).
II.4 - Oportunamente, intime-se o Curador Especial para manifestação nos autos.
II.5 - Após, vistas à Fazenda Pública, para requerer o que entender de direito, no prazo de 10(dez) dias.
III - cumpridos todos os tópicos do item II, promova a conclusão do feito.
SERVE O PRESENTE COMO EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Porto Velho-RO, data da assinatura digital.
Ângela Maria da Silva
Juíza de Direito Substituta
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 02
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330
e-mail: pvhfiscaiscpe@tjro.jus.br
ÓRGÃO EMITENTE: Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 02
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
(Prazo: 20 dias)
DE: NELDO TURMINA CPF: 058.473.622-34, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: NOTIFICAR a parte Executada para pagar as custas processuais Iniciais e Finais do processo em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias. O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Débito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa. O prazo inicia-se a partir do término do prazo do edital.
OBSERVAÇÃO: O boleto para pagamento pode ser emitido através do site www.tjro.jus.br acessando: Boleto bancário>Custas Judiciais>Emissão de Guia de Recolhimento vinculada ao processo ou pelo link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Processo:7001147-50.2023.8.22.0000
Classe:EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Exequente:MUNICIPIO DE ARIQUEMES CPF: 04.104.816/0001-16
Executado: NELDO TURMINA CPF: 058.473.622-34
DECISÃO ID 93089731: "(...) A despeito da informação acerca da quitação do débito principal e consequente pedido de extinção do feito, realizado pela exequente, em consulta ao sistema de controle de custas processuais verifiquei que não houve seu recolhimento. Assim, intime-se a parte executada, por Oficial de Justiça, no endereço constante da exordial para que, em 10 (dez) dias, comprove o recolhimento das custas processuais, sob pena de protesto e inscrição de seu nome na dívida ativa (...)''
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 02
Rua José Camacho, - de 480/481 a 859/860, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-330 - Fone:(69)
e-mail: pvhfiscaiscpe@tjro.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 20 (trinta) dias
Execução Fiscal PJe
Processo: 7011424-80.2018.8.22.0007
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Exequente: MUNICIPIO DE CACOAL
Executado: WESTPHAL WESTPHAL LTDA - ME
CDA's : N° 512/2018
CITAÇÃO DO EXECUTADO: WESTPHAL WESTPHAL LTDA - ME
FINALIDADE: Citação para PAGAR, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do prazo do Edital, a dívida a seguir identificada, com juros, correção e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pelo exequente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação, conforme despacho abaixo.
VALOR DA CAUSA: R$ 1.265,23 - Atualizado até 12/07/2023 (será atualizada na data do efetivo pagamento).
OBSERVAÇÃO: Não tendo o executado condições de constituir advogado, este deverá procurar a Defensoria Pública Estadual.
DESPACHO: ID: 93221705 "Assim, DEFIRO o pedido de citação editalícia, por desconhecido o paradeiro do executado, e diante do insucesso das consultas via sistemas de informações utilizados pelo Judiciário.
Cite-se a parte executada por edital, cuja publicação na rede mundial de computadores se dará pelo prazo de 20 (vinte) dias, advertindo-a de que em caso de revelia será nomeado curador especial, tudo em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo artigo 257, do CPC."
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
EVERTON FERREIRA DA SILVA
(Assinatura Digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
Rua José Camacho, nº , Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, - de 480/481 a 859/860 Processo: 7001537-54.2022.8.22.0000
Classe: Execução Fiscal
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
DESPACHO
Considerando ter sido positiva a apreensão de ativos financeiros pelo sistema eletrônico de valores em nome do(a) executado(a), via SISBAJUD, em nome do executado EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, determino a sua intimação para, querendo, impugnar a apreensão em 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 854 § 3 do NCPC. Não tendo advogado nos autos, intime-se pessoalmente via Carta- AR (Art. 854 § 2).
Apresentada a impugnação, que deverá versar exclusivamente sobre os assuntos tratados no art. 854§ 3, venham conclusos para decisão.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA AR DE INTIMAÇÃO.
Não sendo apresentada impugnação a apreensão, desde de já, CONVERTO o bloqueio em PENHORA, sem necessidade de termo (Art.854 § 5).
Intime-se o(a) executado(a) para apresentar impugnação à penhora no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Não tendo advogado nos autos, intime-se pessoalmente via Carta- AR (Art. 854 § 2).
Em caso de não apresentação de impugnação, levante-se o valor em favor do exequente, ficando o mesmo intimado para informar eventual saldo remanescente, acompanhado de cálculos e requerendo o que de direito em 5 dias, sob pena de extinção/arquivamento.
Apresentada impugnação, venham os autos conclusos para decisão.
Intimem-se.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA AR DE INTIMAÇÃO.
Espigão do Oeste, 17 de julho de 2023
Angela Maria da Silva
Juiz(a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001445-76.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.005,71

DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001584-28.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.004,58
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7002111-77.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.073,29
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001288-06.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 3.977,02
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001334-92.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.017,98
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7001506-34.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.046,67
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03
PROCESSO: 7002237-30.2022.8.22.0000
Classe : Execução Fiscal
Assunto : Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
VALOR DA CAUSA: R$ 4.004,58
DESPACHO
Foi realizada pesquisa via sistemas visando a obtenção de bens e valores da Executada que retornaram infrutíferas.
Dessa forma, intime-se a exequente para que se manifeste nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, indicando bens da Executada à penhora e requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento pelo artigo 40 da LEF.
Caso não haja manifestação no prazo mencionado, os autos serão arquivados provisoriamente, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior a requerimento da parte interessada.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Angela Maria da Silva
Juiz (a) de Direito

1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Criminal
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Autos n. 7037244-46.2023.8.22.0001
Queixa Crime

QUERELANTE: DELCIMAR SILVA DE ALMEIDA
ADVOGADO DO QUERELANTE: DELCIMAR SILVA DE ALMEIDA, OAB nº RO9085
QUERELADO: JOSE MACEDO DA SILVA
ADVOGADO DO QUERELADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos, etc.
Trata-se de queixa-crime apresentada por Delcimar Silva de Almeida em face de José Macedo da Silva.
Não obstante, verifico que a querelante não juntou nos autos o comprovante de pagamento de custas processuais, conforme determina o artigo 26, III da Lei 3.896/2016. Intime-se a querelante, por meio de publicação no Diário da Justiça Estadual, para pagar as custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento do feito.
Porto Velhosexta-feira, 14 de julho de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Criminal
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Autos n. 7026442-86.2023.8.22.0001
Termo Circunstanciado
Poluição
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTORES DOS FATOS: PRIVILEGE LOUNGE BAR LTDA, WANDERLEY JUNIOR PEREIRA MAGALHAES
ADVOGADO DOS AUTORES DOS FATOS: VANUZA MOREIRA PEREIRA, OAB nº RO12577
Vistos, etc.
Com a juntada dos documentos de ID nº 90944426 e 91940599 , nos parece suficientemente provada a posse de alguns instrumentos apreendidos por força deste processo.
A requerente não juntou documentação de todos os instrumentos apreendidos, porém, estes não interessam mais ao processo, bem como a propriedade ocorre com a tradição, ou seja, com a entrega da coisa e os objetos estavam na posse da requerente no momento da apreensão, comprovando a propriedade juntamente com os documentos juntados nos autos.
Dessa forma, em que pese manifestação ministerial de ID n. 66106735 e, considerando que os instrumentos, 01 (uma) caixa de som Marca JBL EOW 615 - 1000W , 01 (uma) caixa de som subgrave ONEAL / 18 e 01 (um) microfone MXT de cor preto “, apreendidos não interessam mais ao processo (art. 118, CPP), defiro o pedido de restituição dos objetos acima descritos, conforme Termo de Apreensão de ID nº 90065187, p. 8, ao proprietário Sr. KLEUCINEY SALES AYZDE , inscrito no CPF sob. nº 522.493.102-97, salvo ressalva administrativa a ser sanada pela autoridade competente.
SERVE DE TERMO DE LIBERAÇÃO.
Intimem-se. Cumpra-se.
sexta-feira, 14 de julho de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz de Direito

Autos n. 7036482-98.2021.8.22.0001
Termo Circunstanciado Crimes contra a Flora
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
AUTOR DO FATO: MADEIREIRA SOARES LTDA - ME, RUA ARAGÃO SN. DISTRITO DE UNIÃO BANDEIRANTES - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos, etc.
Vieram os autos concluso em razão da denúncia ofertada contra MADEIREIRA SOARES LTDA – ME , MARIA MADALENA SOUZA APOLONIO e LAURO SOARES DE PAULA , no ID nº 92509911.
Apesar de homologado o benefício da Transação Penal operado nestes autos, conforme ata de audiência de ID nº 61148421, o beneficiário não cumpriu com a prestação pecuniária estabelecida.
Posto isso, ante os antecedentes e a denúncia ofertada, revogo o benefício da transação penal proposto a MADEIREIRA SOARES LTDA – ME , MARIA MADALENA SOUZA APOLONIO e LAURO SOARES DE PAULA, homologado em audiência de ID nº 90042926.
Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Intime-se MADEIREIRA SOARES LTDA – ME , na pessoa de seu representante legal.
Diante da revogação do benefício e do oferecimento da denúncia, designo audiência de Instrução e Julgamento para o dia 11.9.2023, às 09h. Cite-se e intime-se o denunciado para responder à acusação, nos moldes do art. 78, § 1º, da Lei 9.099/95.
INCLUA-SE NO POLO PASSIVO DA DEMANDA DAS PESSOAS NATURAIS: MARIA MADALENA SOUZA APOLONIO e LAURO SOARES DE PAULA
Deverá o denunciado participar da audiência acompanhado de advogado e, na sua falta, ser-lhe-á designado Defensor Público, nos termos do art. 68 da Lei 9.099/95. O não comparecimento poderá acarretar revelia.
A audiência será realizada de forma presencial no Fórum Geral de Porto Velho, na Av. Pinheiro Machado, nº 777, Olaria, no gabinete deste Juizado Especial Criminal, no 8º andar, sala 814, considerando o Ato conjunto n. 4/2023-PR-CGJ.
Em caso de impossibilidade de comparecimento presencial, poderá a parte solicitar a participação por videoconferência, por intermédio do aplicativo de comunicação Google Meet, devendo-se acessar a sala virtual no dia e horário designados, por meio do link: https://meet.google.com/qmh-tatn-wnn
Em caso de participação da audiência por videochamada, o denunciado(s) e a(s) testemunha(s) ficam cientificados de que deverão ficar à disposição da justiça no dia e horário mencionados, em local com internet de boa qualidade.

Consigno que na solenidade referida, o denunciado poderá ouvir até 3 (três) testemunhas, independente de intimação. Caso queira que as testemunhas sejam intimadas, deverá requerer em, no mínimo, 5 (cinco) dias antes da realização da audiência.
Deverá o Oficial de Justiça, caso infrutífera a diligência pessoal, proceder a citação/intimação por meio do WhatsApp.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO.
Expeça-se o necessário.
Requisitem-se os antecedentes.
Intimem-se e requisitem-se as testemunhas arroladas na denúncia, se houver.
Ciência ao Ministério Público.
Cumpra-se.
COMO ENTRAR NA AUDIÊNCIA POR VIDEOCONFERÊNCIA: Acessar a sala de audiências por meio do aplicativo google meet, através do link disponibilizado acima. Basta que as partes cliquem no link, no dia e hora designados, podendo ser por meio de computador com webcam ou smartphone, podendo as partes, ainda, caso queiram, entrar em contato com a secretária de gabinete pelo número (69) 3309-7122.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USO DO RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos WhatsApp e Google Meet de seu celular ou computador, a partir do link: www.acessoaowhatsappp.com (art. 7º III, prov. 018/2020- CG);
2. deverá está com o telefone disponível durante o horário da audiência (art. 7°, V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. certificar-se de estar conectado à internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
CONTATO COM A SALA DE AUDIÊNCIAS:
(69) 3309-7122 (Ligação e WhatsApp).
Porto Velhosexta-feira, 14 de julho de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Criminal
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Autos n. 7025652-05.2023.8.22.0001
Termo Circunstanciado
Difamação
AUTORIDADES: ANDRESSA REIS FIGUEIREDO DOS SANTOS, BEATRIZ NATIVIDADE REIS HURTADO, Ministério Público do Estado de Rondônia
AUTOR DO FATO: LUIZ GUSTAVO MOREIRA REIS
Vistos, etc.
Vieram os autos conclusos para adequação quanto à movimentação da suspensão do processo, de acordo com a Tabela Processual Unificada - TPU, visto que o presente feito aguarda o prazo decadencial para que a vítima ofereça ou não a Queixa-crime.
Porto Velho sexta-feira, 14 de julho de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Porto Velho - 1º Juizado Especial Criminal
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
INTIMAÇÃO VIA DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO
Processo : 7037244-46.2023.8.22.0001
Classe : QUEIXA CRIME (1377)
Assunto : [Difamação]
Querelado : JOSE MACEDO DA SILVA
Querelante : DELCIMAR SILVA DE ALMEIDA
Advogado do querelante: DELCIMAR SILVA DE ALMEIDA OAB/RO 9085
Intimação DE: DELCIMAR SILVA DE ALMEIDA
Finalidade: INTIMAR a(s) parte(s) acima qualificada(s) a efetuar(em) o pagamento das CUSTAS PROCESSUAIS, no prazo de 10 (quinze) dias, ou comprovar o pagamento caso já tenha realizado, conforme determina o art. 26, III, da Lei 3.896/2016, sob pena de arquivamento do feito.
CONTATO COM O JECRIM: (69) 3309-7122
Porto Velho - 1º Juizado Especial Criminal, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Criminal
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Autos n. 7005543-67.2023.8.22.0001
Ação Penal - Procedimento SumaríssimoFauna Aquática Afetada por Traslado ou Descarte de Resíduos/Efluentes, ou Poluição ou Degradação da Água
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: Ministério Público do Estado de Rondônia

REU: EFRAIM SALES ROLIM
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos, etc.
Relatório dispensado em conformidade com o art. 81, §3º, da Lei 9.099/95.
Fundamentação. Trata-se de ação penal pública proposta pelo Ministério Público de Rondônia contra EFRAIM SALES ROLIM, imputando-lhe a prática da conduta criminosa capitulada no art. 60 da Lei 9.605/98, por fazer funcionar estabelecimento potencialmente poluidor, em desacordo com a licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, contrariando as normas legais e regulamentares.
Tal delito consiste em: Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.
É crime de mera conduta, uma vez que dispensa a ocorrência de efetivo prejuízo para a condenação do agente.
Após detida análise dos autos, concluo que os argumentos do Ministério Público sobrepujaram os da defesa, pelo que deve ser julgado procedente o pedido constante na denúncia de ID n° 88040995, como melhor se exporá abaixo.
O termo circunstanciado de nº 3145300262-5ºBPM de ID n° 86376321, p. 1 a 6, o Auto de Infração II, nº 103035 de ID n° 86376321, p. 7, o Relatório Circunstanciado referente ao Auto de Infração n° 103035 de ID n° 86376321, p. 8, o Termo de Embargo nº 008574 de ID nº 86376321, p. 9 e o Termo de Apreensão, Depósito e Avaliação nº 006384 de ID nº 86376321, p. 10, são bastantes para solapar qualquer dúvida acerca da materialidade.
A autoria delitiva, de seu turno, foi igualmente comprovada pela oitiva (gravadas nos autos) dos policiais militares que participaram da autuação, na audiência de instrução e julgamento de ID nº 89593293.
3º SGT QPPM Marcelo Andreani, recordou dos fatos, disse que estavam em patrulhamento de rotina e localizaram o local dos fatos, aonde funcionava uma marcenaria, ao solicitarem a licença ambiental o acusado informou que não possuía e que estava providenciando.
SD QPPM Késia Rodrigues de Souza, também recordou-se dos fatos e disse que o denunciado informou à guarnição que não possuía a licença ambiental.
Efraim Sales Rolim, em seu interrogatório confirmou os fatos narrados na denúncia, disse que o local é pequeno, e que fabrica mesas, cadeiras e que está funcionando a menos de dois anos.
Portanto, demonstrado que o denunciado fazia funcionar uma marcenaria com o objetivo de venda dos produtos produzidos, ou seja, ele fazia funcionar estabelecimento potencialmente poluidor sem licença ou autorização dos órgãos ambientais.
Tal delito dispensa a perícia técnica, tendo em vista tratar-se de crime de perigo, o qual se consuma com a mera situação de risco a que fica exposto o objeto material do crime. Além disso, é de perigo abstrato, que é aquele em que a lei descreve uma conduta e presume que o agente, ao realizá-la, expõe o bem jurídico a risco; trata-se de presunção absoluta (não admite prova em contrário), bastando à acusação provar que o agente praticou a conduta descrita no tipo para que se presuma ter havido a situação de perigo.
Segundo leciona Guilherme de Souza Nucci, na obra Leis Penais e Processuais Comentadas, 3ª Ed. RT, pág. 922: Potencialmente poluidor: ressaltemos que a lei fez questão de deixar clara a situação de perigo abstrato, pois não se está construindo, reformando, ampliando, instalando ou fazendo funcionar estabelecimento, obra ou serviço efetivamente poluidor, isto é, que gera sujeira, maculando o meio ambiente. E ainda que assim fosse, continuaríamos diante de um delito de perigo, embora de perigo concreto.
Além disso, a atividade de fabricação de móveis está listada na Resolução Conama 237/97 como potencialmente poluidora, conforme pode-se verificar no ID nº 88041297.
Vejamos a jurisprudência:
PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME DO ART. 60 DA LEI N. 9.605/98. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. PRESENÇA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE AUTORIA. AFASTAMENTO. NECESSIDADE DE AMPLO REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE NA VIA ELEITA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP ATENDIDOS. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO. I - O trancamento da ação penal constitui medida excepcional, justificada apenas quando comprovadas, de plano, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, a atipicidade da conduta, a presença de causa de extinção de punibilidade ou a ausência de prova da materialidade ou de indícios mínimos de autoria, o que não ocorre na espécie. II - Segundo firme jurisprudência desta Corte Superior, a propositura da ação penal exige tão somente a presença de indícios mínimos e suficientes de autoria. A certeza será comprovada ou afastada durante a instrução probatória, prevalecendo, na fase de oferecimento da denúncia o princípio do in dubio pro societate. III - O acolhimento das teses defensivas - ausência de indícios mínimos de autoria, pois o recorrente afirma que teria apenas assinado “requerimento de licenciamento da estação”, bem como da atipicidade da conduta praticada, porquanto a instalação e operação de ERB não seria classificada como atividade potencialmente poluidora - demandaria, necessariamente, amplo reexame da matéria fático-probatória, procedimento incompatível com a via estreita do habeas corpus e do respectivo recurso ordinário. IV - As matérias afetas ao mérito da ação penal, não foram analisadas pelo eg. Tribunal de origem, que entendeu pela impossibilidade do exame dos temas na via do habeas corpus. Logo, fica impossibilitada esta Corte Superior de conhecer do recurso no ponto, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância. V - Não se vislumbra a alegada inépcia da denúncia na hipótese, porquanto ela preenche os requisitos exigidos pelo art. 41 do CPP, permitindo a compreensão dos fatos e possibilitando o amplo exercício do direito de defesa. VI - In casu, a inicial acusatória descreveu a conduta que, na condição de representante legal da empresa, o recorrente teria tido na prática do comportamento ilícito, pois subscreveu o requerimento de licenciamento, mas deixou de requerer a licença de instalação da atividade potencialmente poluidora. VII - O crime previsto no art. 60 da Lei n. 9.605/98 é de perigo abstrato, do qual não se exige prova do dano ambiental, sendo certo que a conduta ilícita se configura com a mera inobservância ou descumprimento da norma, pois o dispositivo em questão pune a conduta do agente que pratica atividades potencialmente poluidoras, sem licença ambiental. Recurso ordinário parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido. (STJ - RHC: 89461 AM 2017/0240188-7, Relator: Ministro FELIX FISCHER, Data de Julgamento: 17/05/2018, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/05/2018).
AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIMES AMBIENTAIS. INÉPCIA DA DENÚNCIA. VESTIBULAR QUE CONTÉM A DESCRIÇÃO DAS NORMAS QUE COMPLEMENTAM O TIPO PENAL EM BRANCO. PEÇA INAUGURAL QUE ATENDE OS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS. AMPLA DEFESA GARANTIDA. MÁCULA NÃO EVIDENCIADA. 1. O agravante foi denunciado como incurso nos artigos 56, § 6º, e 60, ambos da Lei 9.605/1998, sendo pacífico neste Sodalício que o artigo 56 da Lei 9.605/1998 constitui norma penal em branco, que depende de complementação. 2. Na espécie, o órgão ministerial consignou que o recorrente abandonou uma embalagem de inseticida em desacordo com as exigências legais, mencionando, expressamente, o descumprimento das regras previstas no Decreto 4.074/2002, vale dizer, indicou suficientemente a norma complementadora do tipo penal

infringido, não havendo que se falar, assim, em inépcia da exordial. Precedente. 3. No que se refere à imputação referente ao artigo 60 da Lei 9.605/1998, verifica-se que o órgão acusatório imputou ao acusado a conduta de fazer funcionar serviço potencialmente poluidor sem licença ou autorização do órgão ambiental competente, constando expressamente da incoativa que incorporou resíduos sólidos industriais classe II, em solo agrícola, em área diversa da prevista no item 2 da Licença de Operação n. 01879/2015-DL, da FEPAM, o que atende satisfatoriamente os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal. Precedente. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A PERSECUÇÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE DELITIVA. CRIMES DE PERIGO ABSTRATO. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA. ANULAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO QUE INSTRUIU O INQUÉRITO. IRRELEVÂNCIA. INDEPENDÊNCIA DAS ESFERAS PENAL E ADMINISTRATIVA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CONFIGURADA. 1. Os delitos pelos quais o agravante foi denunciado são de perigo abstrato, razão pela qual sua comprovação não depende da realização de perícia. Precedentes. 2. A anulação do auto de infração que instruiu o inquérito policial não enseja o trancamento do processo, como pretendido, uma vez que, consoante a jurisprudência pacífica deste Sodalício, há independência entre as esferas administrativa e penal. Precedentes. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no RHC: 114692 RS 2019/0185372-5, Relator: Ministro JORGE MUSSI, Data de Julgamento: 05/05/2020, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/05/2020).

EMENTA: RECURSO CRIME. DELITO AMBIENTAL. ARTIGO 60 DA LEI 9.605/98. SENTENÇA CONDENATÓRIA MANTIDA. 1-Tratando-se de crime de mera conduta, que independe de resultado naturalístico, e de perigo abstrato, desnecessária a realização de perícia. 2 - Prova oral que confirma o relatório ambiental, poluição pelo lançamento de resíduos sólidos - reciclagem - ao solo, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, tendo havido exposição da incolumidade humana a perigo concreto de dano, gerando poluição visual e atmosférica. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Crime Nº 71002479350, Turma Recursal Criminal, Turmas Recursais, Relator: Angela Maria Silveira, Julgado em 29/03/2010).

EMENTA: RECURSO CRIME. DELITO AMBIENTAL. ARTIGO 60 DA LEI 9.605/98. ESTABELECIMENTO DE ATIVIDADE POTENCIALMENTE POLUIDORA. LAUDO PERICIAL. DESNECESSIDADE. SUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. CONDENAÇÃO MANTIDA. 1-Trata-se de crime de mera conduta que independe de resultado naturalístico, e de perigo abstrato, sendo desnecessária a realização de perícia. 2- Denunciados que, sem licença ambiental, fizeram funcionar estabelecimento potencialmente poluidor praticam o crime ambiental previsto no art. 60 da Lei 9.605/98. 3- Prova suficiente para a manutenção do decreto condenatório e pena corretamente aplicada. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Crime Nº 71002279032, Turma Recursal Criminal, Turmas Recursais, Relator: Cristina Pereira Gonzales, Julgado em 09/11/2009).

Desta forma, entendo que o Ministério Público demonstrou a existência do fato criminoso e da autoria delitiva e, diante da análise detida das provas coligidas, extrato a certeza necessária à condenação do réu.

Provada a materialidade e autoria delitiva, presentes os elementos objetivos e subjetivos do tipo penal, e os elementos da culpabilidade (já que o acusado é imputável, tinha potencial conhecimento do ilícito e ao mesmo era exigível a prática de conduta diversa), exsurge inexorável o decreto condenatório.

DISPOSITIVO

Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido constante da denúncia de ID n° 88040995, para CONDENAR EFRAIM SALES ROLIM, já qualificado nos autos, como incurso nas penas do art. 60 da Lei 9.605/98, passando à dosimetria da pena, nos termos do art. 59, do CP e art. 6º da Lei 9.605/98.

CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO DA PENA No tocante à culpabilidade do réu, não resta dúvida que a conduta criminosa é digna de alta reprovabilidade, pois praticada contra o meio ambiente. É reincidente, possui condenações anteriores, inclusive com execução nos autos nº 2001411-46.2019.8.22.0501-VEPEMA. Conduta social e personalidade não aclaradas. Os motivos, circunstâncias e consequências são inerentes ao tipo penal.

Ponderando que as circunstâncias judiciais, fixo a pena base no mínimo legal, ou seja, 01 (um) mês de detenção.

Na segunda fase da dosimetria, compenso a agravante da reincidência com a atenuante da confissão, conforme entendimento pacificado do STJ.

Não vislumbro causas de aumento ou diminuição de pena.

Assim, torno a pena definitiva em 01 (um) mês de detenção.

O regime de cumprimento da pena será, inicialmente, o aberto, nos termos do art. 33, § 1º, alínea “c”, e § 3º do Código Penal.

Em que pese a reincidência, entendo que, neste caso, a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito é recomendável.

Assim, com base no artigo 44 CP, substituo a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos na modalidade de prestação de serviços (art. 46 do Código Penal), devendo a forma e local serem designados em audiência admonitória na VEPEMA.

Deixo de aplicar a suspensão condicional da pena em razão dessa substituição, nos termos do art. 77, III, do CP.

Com relação aos objetos apreendidos no ID nº 86376321, p. 10, os quais são instrumentos de trabalho, os restituo ao seu proprietário e desobrigo Efraim Sales Rolim do encargo de fiel depositário.

Após o trânsito em julgado, junte-se a Guia de Execução nos autos 2001411-46.2019.8.22.0501-VEPEMA, oficie-se ao TRE/RO, INI/DF, IIE/RO, e demais órgãos. P.R.I.C.

Roberto Gil de Oliveira

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Porto Velho - 1º Juizado Especial Criminal

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

Autos n. 7031248-67.2023.8.22.0001

Queixa Crime Calúnia, Difamação

QUERELANTE: MARIA AONISE DA SILVA TAVARES

QUERELADO: JOSENILDA MARCIAO DELGADO

QUERELADO SEM ADVOGADO(S)

ADVOGADOS DO QUERELANTE: MATHEUS BARBOSA LIMA MOURA, OAB nº RO9372, VALDINEIA ROLIM MEIRELES, OAB nº RO3851A, KALELSON HENRIQUE DE MELO SILVA, OAB nº RO13285, MATEUS MEIRELES PEZZINI, OAB nº RO13299

Vistos, etc.

Trata-se de queixa crime ofertada por MARIA AONISÉ DA SILVA TAVARES em face de JOSENILDE MARCIÃO DELGADO, pela prática, em tese, dos crimes capitulados nos artigos 138 e 139, na forma do artigo 70, todos do Código Penal .
Em se tratando de crimes cuja as penas ultrapassam os dois anos, declino da competência, devendo estes autos serem remetidos a uma das Varas Criminais Genéricas desta capital, para regular processamento do feito, devendo a Central de Processos Eletrônicos - CPE1G providenciar as impressões, baixas e anotações pertinentes.
Cumpra-se
Porto Velho segunda-feira, 17 de julho de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz de Direito

Autos n. 7039696-29.2023.8.22.0001
Termo Circunstanciado
Maus Tratos
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
AUTOR DO FATO: VICTOR MATHEUS RODRIGUES MACARIO BARROS
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos, etc.
Diante da distribuição dos autos a este JEcrim, abra-se vista ao Ministério Público, à Promotoria de justiça com atribuição em crimes contra o meio ambiente, para manifestação acerca de possível crime de maus tratos, previsto no artigo 32 da Lei 9.605/98.
Porto Velho segunda-feira, 17 de julho de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Criminal
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Autos n. 7040300-58.2021.8.22.0001
Crimes contra a Flora
Termo Circunstanciado
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
TRANSAÇÃO PENAL: WELINGTON MARTINS RODRIGUES, RUA ATENAS 5369, ARIQUEMES RESIDENCIAL ALVORADA - 76875-506 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO TRANSAÇÃO PENAL: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos, etc.
Diante da informação de que o suposto infrator reside em outro Município do Estado, expeça-se carta precatória à comarca de Ariquemes/RO, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento do benefício da transação penal aceita pelo senhor WELINGTON MARTINS RODRIGUES consistente no pagamento de 02 (duas) parcelas de R$ 550,00 cada, totalizando R$ 1.100,00 para depósito em conta da VEPEMA de crimes ambientais, Ag. 2848, C/C 01680915-2, OP 040, vinculada ao processo nº 0010673-88.2018.822.0501.
Cumpra-se.
SERVE DE MANDADO/OFICIO/CARTA PRECATÓRIA
Porto Velho segunda-feira, 17 de julho de 2023
Roberto Gil de Oliveira
Juiz de Direito

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMARCA DE PORTO VELHO - JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
Processo : 7011310-86.2023.8.22.0001
Classe : TERMO CIRCUNSTANCIADO (278)
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
AUTOR DO FATO: ROSANGELA RODRIGUES DE OLIVEIRA DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR DO FATO: FIRMO JEAN CARLOS DIOGENES - RO10860, JONATAS ROCHA SOUSA - RO7819
Fica a autora do fato intimada, por intermédio de seu patrono, quanto a Decisão ID 92785633.

VARA DA AUDITORIA MILITAR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARA DA AUDITORIA MILITAR E PRECATÓRIAS
Fórum Geral César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, 777, Olaria - Porto Velho RO CEP 76.801-235
Contatos: (69) 3309-7102 (telefone e whatsapp) ou (69) 3309-7103 (telefone) ou (69) 98401-2160 (apenas whatsapp)
E-mail: pvh1militar@tjro.jus.br Balcão de atendimento virtual: https://meet.google.com/wsk-ctgy-zwy das 07h00 às 14h00
Autos nº : 7022828-73.2023.8.22.0001
Classe: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)

Autor: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
Assunto: [Citação]
Polo ativo: DEPRECANTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
Advogado: SERGIO DA CUNHA BARROS OAB: BA22024 Advogado: ROSSANA NOLL COMARU OAB: AL6083 Advogado: PAULO CESAR GOMES ALBUQUERQUE OAB: DF36165
Polo passivo: REPRESENTADO: MAURO FERREIRA DOS SANTOS
Certidão
De ordem do MM. Juiz, fica a parte Exequente INTIMADA para manifestar-se acerca da diligência do Oficial de Justiça ID 93294471, requerendo o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias.
Deverá, em sendo o caso nova diligência, apresentar o endereço completo e atualizado da parte executada, bem como, efetuar o pagamento das custas da diligência.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
MARILENE MARQUES RODRIGUES
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARA DA AUDITORIA MILITAR E PRECATÓRIAS
Fórum Geral César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, 777, Olaria - Porto Velho RO CEP 76.801-235
Contatos: (69) 3309-7102 (telefone e whatsapp) ou (69) 3309-7103 (telefone) ou (69) 98401-2160 (apenas whatsapp)
E-mail: pvh1militar@tjro.jus.br Balcão de atendimento virtual: https://meet.google.com/wsk-ctgy-zwy das 07h00 às 14h00
Autos nº : 7028786-40.2023.8.22.0001
Classe: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)
Autor: BANCO VOLKSWAGEN S.A.
Assunto: [Diligências]
Polo ativo: DEPRECANTE: BANCO VOLKSWAGEN S.A.
Advogado: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB: RO8599 Endereço: desconhecido
Polo passivo: DEPRECADO: JOELMA DE OLIVEIRA E SILVA
Certidão
De ordem do MM. Juiz, fica a parte Exequente INTIMADA para manifestar-se acerca da diligência do Oficial de Justiça ID 93292833, requerendo o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias.
Deverá, em sendo o caso nova diligência, apresentar o endereço completo e atualizado da parte executada, bem como, efetuar o pagamento das custas da diligência.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
MARILENE MARQUES RODRIGUES
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARA DA AUDITORIA MILITAR E PRECATÓRIAS
Fórum Geral César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, 777, Olaria - Porto Velho RO CEP 76.801-235
Contatos: (69) 3309-7102 (telefone e whatsapp) ou (69) 3309-7103 (telefone) ou (69) 98401-2160 (apenas whatsapp)
E-mail: pvh1militar@tjro.jus.br / Balcão de atendimento virtual: https://meet.google.com/wsk-ctgy-zwy das 07h00 às 14h00PROCESSO: 7053239-36.2022.8.22.0001 CLASSE: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário ASSUNTO: Retenção indevida AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA REU: TIAGO SANTOS MALHEIROS ADVOGADO DO REU: ORLANDO LEAL FREIRE, OAB nº RO5117 OFÍCIO Nº 760/2023 VAM/ PJRO DECISÃO O policial militar CB PM Tiago Santos Malheiros foi denunciado pelo Ministério Público do Estado de Rondônia, pela prática, em tese, dos crimes de furto de uso e extravio doloso (artigo 241 - 1º fato e artigo 265 - 2º fato, todos do Código Penal Militar), em concurso formal (ID 82132390). A denúncia foi recebida aos 07/12/2022 (ID 85003294). Citado (ID 89403550), o réu apresentou resposta à acusação (ID 89949732) e documentos, dentre eles, informativo de resultado de inspeção de saúde, ata de homologação de saúde, relatório psicológico, fotografias de medicamentos, receituários médicos e ficha de acolhimento em saúde mental do Centro de Atenção Psicossocial Madeira Mamoré (ID 89949733 ao ID 89949746). Com vista, o Ministério Público consignou que, ante as informações acerca do estado de saúde do acusado, requer instauração de incidente de insanidade mental (ID 91897678). É o relatório. Decido. Considerando que o incidente de insanidade mental poderá ser realizado em qualquer fase do processo e, inclusive, de ofício de Juiz (art. 156, 1º, CPPM), entendo que razão assiste razão o Ministério Público tendo em vista o quadro apresentado pelo acusado. Recebo o presente incidente, pelo que DEFIRO a realização do laudo de sanidade mental em Tiago Santos Malheiro. Desde logo, nomeio como curador o Dr. Carlos Frederico Meira Borré (OAB/RO nº 3010), advogado e defensor constituído pelo acusado, que servirá sob o compromisso de seu grau. Autue-se em apartado, juntando-se além da presente decisão, cópia da denúncia (ID 82132390), recebimento da denúncia (ID 85003294), encaminhamento psicológico (ID 89949735), ata de suspensão médica de 19/09/2019 (ID 89949738 - Pág. 1), ata de suspensão médica de 24/09/2019 (ID 89949738 - Pág. 2), atas de homologação de saúde (ID 89949738 - Pág. 3-16), relatório pisocológico (ID 89949740), fotografias dos medicamentos (ID 89949741 - Pág. 1-3), receituários médicos (ID 89949742 - Pág. 1-13), ficha de acolhimento em saúde mental do CAPS II (ID 89949743 - Pág. 2-4), ficha de evolução e receituários (ID 89949744 - Pág. 1–5) e demais receituários médicos (ID 89949746 - Pág. 1-5). Noutro feito, este juízo foi comunicado pelo Núcleo de Perícias Psiquiátricas da SESAU que apenas o Dr. Diones está auxiliando o referido núcleo realizando 10 (dez) perícias mensais, possuindo extensa demanda e criação de lista de espera. Assim, nomeio como perito o Dr. Diones Claudinei Cavali para que realize exame de insanidade mental do acusado, devendo responder os seguintes quesitos do juízo: Quesitos obrigatórios (art. 159 do CPPM) e facultativos do juízo a) O acusado, sofre de doença mental, de desenvolvimento mental incompleto ou retardado? Se sim, é possível diagnosticar e indicar o CID? b) Pela anamnese e outros atestados médicos, o acusado, no momento da ação (janeiro de 2022), se achava em algum dos estados referidos na alínea anterior? c) Em virtude das circunstâncias referidas nas alíneas antecedentes, possuía o acusado, capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de se determinar de acordo com esse entendimento (quesito afeto a inimputabilidade)? d) A doença ou deficiência mental do acusado, não lhe suprimindo, diminuiu-lhe, entretanto, consideravelmente, a capacidade de entendimento da

ilicitude do fato ou a de autodeterminação, quando o praticou (quesito afeto a semi-imputabilidade)? e) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, é ela anterior ou superveniente à infração? f) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, é a moléstia irreversível, reversível ou episódica? Qual a espécie nosológica? g) Qual o estado atual da saúde mental do acusado? f) Outras considerações ou observações que tiverem por úteis, para o esclarecimento da natureza da moléstia, sua evolução, a correlação entre o ilícito e a doença, o estado atual do periciado. Intime-se as partes para, querendo, apresentarem quesitos no prazo de 10 (dez) dias. Anoto que a teor do art. 317 do CPPM, tais quesitos devem ser específicos, simples e de sentido inequívoco, não podendo ser sugestivos nem conter implícita a resposta. Serve a presente DECISÃO como OFÍCIO ao Chefe do Núcleo de Mandados Judiciais da Secretaria de Estado da Saúde – SESAU para que proceda a inclusão do acusado CB PM Tiago Santos Malheiro na lista de espera, bem como realize o AGENDAMENTO, indicando à este juízo a data e horário para apresentação do acusado. Solicito que a data agendada para a perícia seja informada à este juízo com antecedência mínima de 20 (vinte) dias a fim de que possam ser adotadas as medidas necessárias para intimação do acusado em tempo hábil quanto ao agendamento. Quando da expedição do mandado para intimação do acusado, deverá a escrivania fazer constar que o não comparecimento à perícia médica será considerada recusa e que, no dia do exame, deverá o periciando apresentar Documento de identificação original com foto (RG, CNH ou equivalente) e cadastro do SUS, caso disponha. Além disso, poderá apresentar documentos médicos pertinentes, como exames médicos, exames de imagem, exames laboratoriais, cópias de prontuários médicos, dentre outros, que podem ser entregues ao perito. Oportunamente, remetam-se os autos ao perito, especialmente os laudos e exames apresentados pelo réu nestes autos principais, bem como os quesitos do juiz, MP e Defesa, para fins de elaboração do laudo no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias. Vindo o laudo de insanidade, dê-se ciência às partes por 10 (dez) dias, caso tenham algo a requerer. Se nada requerido e uma vez homologado o laudo, prossiga o principal, neste juntando-se cópia do laudo do apenso, bem como outras peças que porventura sejam de importância e arquivando-se o incidente. DETERMINO a suspensão do curso dos autos principais (7053239-36.2022.8.22.0001). Publicação em gabinete. Diligencie-se pelo necessário. Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARA DA AUDITORIA MILITAR E PRECATÓRIAS
Fórum Geral César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, 777, Olaria - Porto Velho RO CEP 76.801-235
Contatos: (69) 3309-7102 (telefone e whatsapp) ou (69) 3309-7103 (telefone) ou (69) 98401-2160 (apenas whatsapp)
E-mail: pvh1militar@tjro.jus.br / Balcão de atendimento virtual: https://meet.google.com/wsk-ctgy-zwy das 07h00 às 14h00PROCESSO: 7004057-50.2023.8.22.0000 CLASSE: Carta Precatória Cível ASSUNTO: Intimação DEPRECANTE: BANCO DO BRASIL ADVOGADOS DO DEPRECANTE: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A REU: GLEICE NOGUEIRA SCHONS REU SEM ADVOGADO(S) DESPACHO Instado a se manifestar acerca da diligência do oficial de justiça (ID 92767496), o BANCO DO BRASIL S.A. formulou pedido requerendo a consulta de bens no RENAJUD e INFOJUD (ID 93222546). Em se tratando este juízo deprecado de mero cumpridor das solicitações feitas pelo deprecante, não deve ultrapassar os limites de sua jurisdição, atendo-se especificamente ao ato que fora deprecado. A respeito, o egrégio Superior Tribunal de Justiça já assentou, quando do julgamento do conflito de competência nº 36.213/RS, que "não se admite a expedição de carta precatória quando o ato processual a ser realizado pelo deprecado estiver inserido naqueles passíveis de execução no juízo deprecante, como é o caso da citação por edital", decidindo que cabe ao juízo deprecante, quando for o caso, por exemplo, providenciar a citação por edital. Eis a ementa do julgado: "CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CARTA PRECATÓRIA. Quando o réu não for localizado no juízo deprecado e estiver em lugar incerto e não sabido, a citação por edital deve ser providenciada perante o juízo deprecante. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara de Caçador, SC". (CC 36.213/RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2005, DJ 01/02/2006, p. 425). Guardadas as devidas proporções, o mesmo estende-se ao pedido das pesquisas que fora formulado. Nesse contexto, a competência deste Juízo se restringe ao objeto da Carta Precatória e a atuação visa a prática dos atos necessários ao fiel cumprimento do que fora deprecado, sem modificar, reduzir ou ampliar a medida solicitada. Assim, por serem atos processuais de competência do juízo deprecante, indefiro os pedidos formulados na petição ID 93222546. Outrossim, intime-se a parte autora para, em 15 (quinze) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, indicando endereço específico para o cumprimento das diligências. Por oportuno, anoto que nos termos do art. 2º, §2º cc art. 19 do Regimento de Custas do TJRO (Lei nº 3.896/2016) eventual pedido de renovação de diligência por oficial de justiça deve ser instruído com o comprovante de recolhimento de custas da diligência, por meio de boleto emitido junto ao site do TJRO (link https://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf) e vinculada ao número do processo da precatória. Nada sendo requerido no prazo assinalado, devolva-se a presente carta precatória ao juízo de origem. Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARA DA AUDITORIA MILITAR E PRECATÓRIAS
Fórum Geral César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, 777, Olaria - Porto Velho RO CEP 76.801-235
Contatos: (69) 3309-7102 (telefone e whatsapp) ou (69) 3309-7103 (telefone) ou (69) 98401-2160 (apenas whatsapp)
E-mail: pvh1militar@tjro.jus.br / Balcão de atendimento virtual: https://meet.google.com/wsk-ctgy-zwy das 07h00 às 14h00PROCESSO: 7022860-78.2023.8.22.0001 CLASSE: Carta Precatória Cível ASSUNTO: Atos executórios AUTOR: PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO AUTOR SEM ADVOGADO(S) REU: BELUNO MADEIRAS DA AMAZONIA LTDA - EPP REU SEM ADVOGADO(S) DESPACHO A tentativa de cumprimento do ato deprecado restou infrutífera (ID 92849690). Considerando que a parte autora é o Ministério Público do Estado do Mato Grosso e não sendo possível a intimação via sistema PJE em razão da sua não habilitação no presente feito, devolva-se a carta precatória à comarca de origem com as homenagens de estilo para providências cabíveis. Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARA DA AUDITORIA MILITAR E PRECATÓRIAS
Fórum Geral César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, 777, Olaria - Porto Velho RO CEP 76.801-235
Contatos: (69) 3309-7102 (telefone e whatsapp) ou (69) 3309-7103 (telefone) ou (69) 98401-2160 (apenas whatsapp)
E-mail: pvh1militar@tjro.jus.br / Balcão de atendimento virtual: https://meet.google.com/wsk-ctgy-zwy das 07h00 às 14h00PROCESSO: 7005984-51.2023.8.22.0000 CLASSE: Carta Precatória Cível ASSUNTO: Citação DEPRECANTE: VISUAL FORMATURAS LTDA - ME ADVOGADO DO DEPRECANTE: BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO, OAB nº MT14559 DEPRECADOS: LAURA CAROLINA CARVALHO GAMA, RAFFAEL LIMA CARVALHO DEPRECADOS SEM ADVOGADO(S) OFÍCIO Nº 755/2023 VAM/ PJRO

DESPACHO Verifico que a carta precatória indica como juízo deprecado a comarca de Chupinguaia/RO e que o endereço para cumprimento do ato é naquela localidade, sendo equivocadamente distribuída a precatória para este juízo . Em virtude do caráter itinerante da Carta Precatória (art. 262 do CPC), determino a imediata remessa do processo à vara responsável pelo cumprimento de cartas precatórias da comarca de Vilhena/RO. Redistribua-se. Serve o presente DESPACHO como OFÍCIO ao 8º Juizado Especial Cível da comarca de Cuiabá/MT - Autos nº 1046727-48.2022.8.11.0001 para conhecimento acerca da redistribuição da precatória. Diligencie-se pelo necessário. Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARA DA AUDITORIA MILITAR E PRECATÓRIAS
Fórum Geral César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, 777, Olaria - Porto Velho RO CEP 76.801-235
Contatos: (69) 3309-7102 (telefone e whatsapp) ou (69) 3309-7103 (telefone) ou (69) 98401-2160 (apenas whatsapp)
E-mail: pvh1militar@tjro.jus.br / Balcão de atendimento virtual: https://meet.google.com/wsk-ctgy-zwy das 07h00 às 14h00PROCESSO: 7039867-83.2023.8.22.0001 CLASSE: Procedimento Comum Cível ASSUNTO: Perdas e Danos, Citação, Transação AUTOR: JUNIOR SOUSA AGUIAR ADVOGADO DO AUTOR: JUNIOR SOUSA AGUIAR, OAB nº AM1348 REU: DIEGO MARADONA SANTOS DA CRUZ, JOAO DAMASCENO BISPO DE FREITAS REU SEM ADVOGADO(S) DESPACHO Carta precatória cível distribuída à este juízo em razão da Resolução nº 249/2022-TJRO. Na missiva expedida pelo juízo de origem consta a informação de justiça gratuita, assim, isento o recolhimento de custas nos termos do art. 5º, inciso III da Lei nº 3.896/2016 - Regimento de Custas do TJRO.
Cumpra-se o ato deprecado (ID 92490534 - Pág. 21). A carta precatória servirá como mandado e deverá ser cumprida nos exatos termos requeridos pelo juízo deprecante. Após cumprida, devolva-se. Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARA DA AUDITORIA MILITAR E PRECATÓRIAS
Fórum Geral César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, 777, Olaria - Porto Velho RO CEP 76.801-235
Contatos: (69) 3309-7102 (telefone e whatsapp) ou (69) 3309-7103 (telefone) ou (69) 98401-2160 (apenas whatsapp)
E-mail: pvh1militar@tjro.jus.br / Balcão de atendimento virtual: https://meet.google.com/wsk-ctgy-zwy das 07h00 às 14h00PROCESSO: 7034711-17.2023.8.22.0001 CLASSE: Carta Precatória Cível ASSUNTO: Citação DEPRECANTES: TJRR - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE RORAIMA, GABRIEL DA SILVA LIMA DEPRECANTES SEM ADVOGADO(S) REU: NIVALDO SOUSA CRUZ, BY MONEY CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA, TAMMY & SOUSA CONSTRUCAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME, ANGELA MARIA PAES BARRETO SOUSA CRUZ REU SEM ADVOGADO(S) DESPACHO A tentativa de cumprimento do ato deprecado restou infrutífera (ID 93240452). Considerando que a parte autora é assistida pela Defensoria Pública do Estado de Roraima e não sendo possível a intimação via sistema PJE, devolva-se a carta precatória à comarca de origem com as homenagens de estilo para providências cabíveis. Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARA DA AUDITORIA MILITAR E PRECATÓRIAS
Fórum Geral César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, 777, Olaria - Porto Velho RO CEP 76.801-235
Contatos: (69) 3309-7102 (telefone e whatsapp) ou (69) 3309-7103 (telefone) ou (69) 98401-2160 (apenas whatsapp)
E-mail: pvh1militar@tjro.jus.br / Balcão de atendimento virtual: https://meet.google.com/wsk-ctgy-zwy das 07h00 às 14h00PROCESSO: 7000491-30.2022.8.22.0000 CLASSE: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário ASSUNTO: Abolitio criminis AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA REU: CELIO RIBEIRO DE JESUS ADVOGADO DO REU: ALEXANDRE MORAIS DOS SANTOS, OAB nº RO3044A DESPACHO Observo que, na ocasião da citação (ID 90076285), o acusado indicou como advogado o Dr. Alexandre Moraes dos Santos - OAB/RO 3044 para promover a sua defesa (art. 71, §1º CPPM e art. 266, CPP), que está regularmente habilitado no feito. A citação foi realizada em 27/04/2023 e até a presente data não houve apresentação da resposta à acusação no presente feito, expirando-se o prazo, conforme certidão ID 92040130. Acerca do abandono de causa o Código de Processo Penal determina em seu art. 265 que: “O defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicado previamente o juiz, sob pena de multa de dez a cem salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis”. Além da multa, o artigo faz referência às demais sanções cabíveis em relação ao advogado, entre as quais a prevista na Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil), art. 34, XI, c/c arts. 35, I e 36, I. Sabido que a resposta à acusação, por se constituir em peça indispensável, não é dado ao mandatário eximir-se de ofertá-la. Assim, renove-se vista ao causídico para que apresente a defesa em favor do acusado. Transcorrido o prazo legal sem apresentação, intime-se pessoalmente o acusado sobre a desídia de seu patrono para, querendo, em 24 horas constituir advogado de sua inteira confiança, uma vez que: “(...) O réu tem o direito de escolher o seu próprio defensor. Essa liberdade de escolha traduz, no plano da ‘persecutio criminis’, específica projeção do postulado da amplitude de defesa proclamado pela Constituição. Cumpre ao magistrado processante, em não sendo possível ao defensor constituído assumir ou prosseguir no patrocínio da causa penal, ordenar a intimação do réu para que este, querendo, escolha outro Advogado. Antes de realizada essa intimação - ou enquanto não exaurido o prazo nela assinalado - não é lícito ao juiz nomear defensor dativo sem expressa aquiescência do réu. (RTJ 142/477, Rel. Min. CELSO DE MELLO). Caso não constituam novo advogado, será nomeado defensor dativo, em favor do qual será arbitrado honorários. Expirado o prazo sem indicação, nomeio desde já, o Defensor Público, Dr. Liberato Ribeiro de Araújo Filho. Intime-o, oportunamente. Publicação em gabinete. Diligencie-se pelo necessário. Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARA DA AUDITORIA MILITAR E PRECATÓRIAS
Fórum Geral César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, 777, Olaria - Porto Velho RO CEP 76.801-235
Contatos: (69) 3309-7102 (telefone e whatsapp) ou (69) 3309-7103 (telefone) ou (69) 98401-2160 (apenas whatsapp)
E-mail: pvh1militar@tjro.jus.br / Balcão de atendimento virtual: https://meet.google.com/wsk-ctgy-zwy das 07h00 às 14h00PROCESSO: 7050982-72.2021.8.22.0001 CLASSE: Carta Precatória Cível ASSUNTO: Citação DEPRECANTE: BANCO DO BRASIL ADVOGADOS DO DEPRECANTE: BERNARDO BUOSI, OAB nº SP227541, MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES, OAB nº RN5553, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A REU: MARCIA CRISTINA RODRIGUES DE MATOS REU SEM ADVOGADO(S) DESPACHO Carta precatória cível já devolvida e arquivada em 03/03/2023 e 07/06/2023, sobreveio agora petição do requerente pugnando pelo desentranhamento e expedição de novo mandado de citação por oficial de justiça, tendo em vista a identificação do endereço da ré,

a qual no entanto estava ausente (ID 93041455). O pedido é de renovação de diligência, uma vez que o mandado anterior não não se realizou por circunstância alheia à atuação do oficial de justiça. Nos termos do art. 2º, §2º cc art. 19 do Regimento de Custas do TJRO (Lei nº 3.896/2016) a renovação de diligência deve ser instruído com o comprovante de recolhimento de custas da diligência, por meio de boleto emitido junto ao site do TJRO (link https://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf) e vinculada ao número do processo da precatória. Observo que não houve recolhimento de custas quanto a renovação de diligência por oficial de justiça e não se trata de beneficiário da Justiça Gratuita. Fica o requerente intimado para comprovar o recolhimento das custas quanto à diligência a ser renovada (Cód. 1008.2 - Oficial de Justiça - renovação de diligência - Urbana Comum/Simples), no prazo de 05 (cinco) dias. Em caso de inércia, devolva-se sem cumprimento. Satisfeita a determinação acima, cumpra-se os atos deprecados (ID 62237989 - Pág. 1). A carta precatória servirá como mandado e deverá ser cumprida nos exatos termos requeridos pelo juízo deprecante. Após cumprida, devolva-se. Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARA DA AUDITORIA MILITAR E PRECATÓRIAS
Fórum Geral César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, 777, Olaria - Porto Velho RO CEP 76.801-235
Contatos: (69) 3309-7102 (telefone e whatsapp) ou (69) 3309-7103 (telefone) ou (69) 98401-2160 (apenas whatsapp)
E-mail: pvh1militar@tjro.jus.br / Balcão de atendimento virtual: https://meet.google.com/wsk-ctgy-zwy das 07h00 às 14h00PROCESSO: 7002649-24.2023.8.22.0000 CLASSE: Carta Precatória Cível ASSUNTO: Atos executórios DEPRECANTE: M. S. COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA DE ALIMENTOS LTDA ADVOGADO DO DEPRECANTE: FLAVIANA LETICIA RAMOS MOREIRA, OAB nº RO4688 DEPRECADO: DAIANA DANTAS LIMA DEPRECADO SEM ADVOGADO(S) DESPACHO Instado a se manifestar acerca da diligência infrutífera (ID 92436655), M.S. COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA DE ALIMENTOS LTDA peticionou nos autos requerendo “a repetição da diligência, com a expedição do mandado de citação em nome da Executada, a ser cumprida no mesmo endereço anteriormente diligenciado” (Id. 92985663). Nos termos do art. 2º, §2º cc art. 19 do Regimento de Custas do TJRO (Lei nº 3.896/2016) a renovação de diligência deve ser instruído com o comprovante de recolhimento de custas da diligência, por meio de boleto emitido junto ao site do TJRO (link https://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf) e vinculada ao número do processo da precatória. Observo que não houve recolhimento de custas quanto a renovação de diligência por oficial de justiça e não se trata de beneficiário da Justiça Gratuita. Fica o requerente intimado para comprovar o recolhimento das custas quanto à diligência a ser renovada (Cód. 1008.2 - Oficial de Justiça - renovação de diligência - Urbana Comum/Simples), no prazo de 05 (cinco) dias. Em caso de inércia, devolva-se sem cumprimento. Satisfeita a determinação acima, expeça-se mandado para fins de intimação da executada acerca da contraproposta apresentada pela exequente (ID 90570484). No tocante ao pedido de homologação de acordo em caso de anuência formulado no ID 90570484, trata-se de ato judicial que refoge à atribuição deste juízo, o qual é mero cumpridor dos atos que lhe são deprecados, cabendo eventual homologação ao juízo de origem onde deverá ser requerido. Endereço para cumprimento do ato (ID 81116836): Rua Algodoeiro, nº 4850, Bairro Caladinho – CEP 76808-252, em Porto Velho/RO. Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARA DA AUDITORIA MILITAR E PRECATÓRIAS
Fórum Geral César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, 777, Olaria - Porto Velho RO CEP 76.801-235
Contatos: (69) 3309-7102 (telefone e whatsapp) ou (69) 3309-7103 (telefone) ou (69) 98401-2160 (apenas whatsapp)
E-mail: pvh1militar@tjro.jus.br / Balcão de atendimento virtual: https://meet.google.com/wsk-ctgy-zwy das 07h00 às 14h00PROCESSO: 7042731-31.2022.8.22.0001 CLASSE: Tutela Cautelar Antecedente ASSUNTO: Reintegração, Estabilidade, Reforma AUTOR: ALBERTO DOS SANTOS FERREIRA ADVOGADO DO AUTOR: NILSON APARECIDO DE SOUZA, OAB nº RO3883 REU: Estado de Rondônia ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA DESPACHO Feito concluso em razão da juntada do despacho proferido no conflito de competência cível nº 0807142-33.2023.8.22.0000, no qual foi determinado a intimação do juízo suscitado para que no prazo de 10 (dez) dias, prestar as informações, nos termos do art. 954, do CPC e art. 334 do RI/TJRO. (ID 93272198). Considerando que foi determinada apenas a intimação do juízo suscitado (1ª Vara de Fazenda Pública da comarca de Porto Velho/RO) e a Vara da Auditoria Militar trata-se do juízo suscitante, não há providências a serem adotadas no gabinete, uma vez que as informações requisitadas serão prestadas pelo suscitado. Retornem os autos ao cartório. Aguarde-se a decisão quanto ao conflito de competência. Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARA DA AUDITORIA MILITAR E PRECATÓRIAS
Fórum Geral César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, 777, Olaria - Porto Velho RO CEP 76.801-235
Contatos: (69) 3309-7102 (telefone e whatsapp) ou (69) 3309-7103 (telefone) ou (69) 98401-2160 (apenas whatsapp)
E-mail: pvh1militar@tjro.jus.br / Balcão de atendimento virtual: https://meet.google.com/wsk-ctgy-zwy das 07h00 às 14h00PROCESSO: 7038543-58.2023.8.22.0001 CLASSE: Carta Precatória Cível ASSUNTO: Citação DEPRECANTE: BANCO DO BRASIL ADVOGADOS DO DEPRECANTE: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES, OAB nº RN5553, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A REU: ARTHUR DOMINGOS FERREIRA DA SILVA REU SEM ADVOGADO(S) DESPACHO Intimado a recolher as custas, o BANCO DO BRASIL S.A promoveu a juntada do comprovante do recolhimento de custas (ID 93175577). Em consulta ao Departamento de Arrecadação, a Diretora de Cartório juntou a confirmação de pagamento de boleto e nele consta a discriminação do ato como “- 7002132-42.2021.8.22.0015 - Guia de recolhimento de custas processuais:” e a natureza da causa 1015, no valor de R$ 382,15 (IDs 93243852 e 93243854). As custas, no entanto, foram recolhidas vinculadas ao número do processo do juízo de origem, sendo tal procedimento equivocado, uma vez que nos termos do Provimento nº 008/2017-CG que altera o §3º e inclui o §4º no artigo 1º do Provimento nº 007/2016-CG referente a distribuição de mandados oriundos do PJe em comarca diversa, consta que “§4º. Quando expedida carta precatória eletrônica, o recolhimento das custas será realizado na deprecata”. Além disso, tal determinação é extraída do Manual para distribuição de Carta Precatória Eletrônica (disponível em https://tjro.jus.br/corregedoria/images/Corregedoria/Manuais%20CGJ/Manual_Carta_Precat%C3%B3ria.pdf) indicando que as custas devem ser recolhidas em guia avulsa a fim de serem associadas a respectiva precatória. Assim, deve a parte promover o adequado recolhimento de custas sob o código 1015 (Carta de ordem, precatórias ou rogatórias - Processos Cíveis) vinculada ao número do processo da precatória para fins de regularização. Fica o requerente intimado para comprovar o recolhimento das custas da carta precatória, recolhendo o valor vinculado ao número do processo da precatória, no prazo de 05 (cinco) dias. Em caso de inércia, devolva-se sem cumprimento. Satisfeita a determinação acima, cumpra-se o ato deprecado (ID 92239829 - Pág. 2). A carta precatória servirá como mandado e deverá ser cumprida nos exatos termos requeridos pelo juízo deprecante. Após cumprida, devolva-se.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARA DA AUDITORIA MILITAR E PRECATÓRIAS
Fórum Geral César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, 777, Olaria - Porto Velho RO CEP 76.801-235
Contatos: (69) 3309-7102 (telefone e whatsapp) ou (69) 3309-7103 (telefone) ou (69) 98401-2160 (apenas whatsapp)
E-mail: pvh1militar@tjro.jus.br / Balcão de atendimento virtual: https://meet.google.com/wsk-ctgy-zwy das 07h00 às 14h00PROCESSO: 7022930-95.2023.8.22.0001 CLASSE: Carta Precatória Cível ASSUNTO: Citação DEPRECANTE: ANA APARECIDA TORRES DEPRECANTE SEM ADVOGADO(S) DEPRECADOS: LUIZ CARLOS FELIZARDO, IVANDO DE JESUS MALUF ADVOGADO DOS DEPRECADOS: LEANDRO VICENTE LOW LOPES, OAB nº RO785A DESPACHO Carta precatória cível redistribuída a este juízo em razão da Resolução nº 249/2022-TJRO. De plano observo que a finalidade da precatória já foi cumprida pelo 4º Juizado Especial Cível, conforme certidão do oficial de justiça acostada ao IDs 91875429, 91875430 e 91875431. O requerido peticionou informando que não é mais o proprietário do imóvel confiante desde 1997, quando vendeu para Manuvaldo Amaral da Silva, entregando-lhe toda a documentação do imóvel. Também informa que os fatos estão comprovados nos autos da precatória nº 0022652-68.2023.8.22.0001, já devolvida à origem para a comarca de Campo Grande em 14/02/2014, e sustenta que não detém qualquer domínio ou posse sobre o lote. Requer que a manifestação seja recebida e juntada aos autos e remetida à origem (ID 92405676). Ante o cumprimento da finalidade e o pedido na petição de ID 92405676, devolva-se à comarca de origem. Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARA DA AUDITORIA MILITAR E PRECATÓRIAS
Fórum Geral César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, 777, Olaria - Porto Velho RO CEP 76.801-235
Contatos: (69) 3309-7102 (telefone e whatsapp) ou (69) 3309-7103 (telefone) ou (69) 98401-2160 (apenas whatsapp)
E-mail: pvh1militar@tjro.jus.br / Balcão de atendimento virtual: https://meet.google.com/wsk-ctgy-zwy das 07h00 às 14h00PROCESSO: 7042119-30.2021.8.22.0001 CLASSE: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário ASSUNTO: Corrupção passiva AUTORES: C. G. D. E. D. R., Ministério Público do Estado de Rondônia ADVOGADO DOS AUTORES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA REU: CASSIANO BAPTISTA DA SILVA FILHO ADVOGADOS DO REU: IVANILDE MARCELINO DE CASTRO, OAB nº RO1552, RODRIGO RAFAEL DOS SANTOS, OAB nº RO11257 DECISÃO Inconformado com a sentença prolatada que julgou procedente a pretensão punitiva do Estado, a defesa do acusado CB PM Cassiano Baptista da Silva Filho interpôs Recurso de Apelação, nos termos do art. 526 do Código de Processo Penal Militar, pugnando pela posterior apresentação das razões recursais na instância superior, com base no art. 534 e art. 600, §4ºdo CPP (ID 93119870). A Diretora de Secretaria certificou a tempestividade do recurso (ID 93148244). É o relato. Decido. RECEBO A APELAÇÃO da Defesa, uma vez que esta é tempestiva. Considerando a manifestação de que deseja arrazoar na superior instância (art. 600, §4º do CPP), remeta-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Intime-se. Diligencie-se pelo necessário. Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARA DA AUDITORIA MILITAR E PRECATÓRIAS
Fórum Geral César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, 777, Olaria - Porto Velho RO CEP 76.801-235
Contatos: (69) 3309-7102 (telefone e whatsapp) ou (69) 3309-7103 (telefone) ou (69) 98401-2160 (apenas whatsapp)
E-mail: pvh1militar@tjro.jus.br / Balcão de atendimento virtual: https://meet.google.com/wsk-ctgy-zwy das 07h00 às 14h00PROCESSO: 7043967-81.2023.8.22.0001 CLASSE: Carta Precatória Cível ASSUNTO: Intimação ORDENANTE: J. D. C. D. A. ORDENANTE SEM ADVOGADO(S) ORDENADO: NATURASUL FLORESTAL LTDA ORDENADO SEM ADVOGADO(S) OFÍCIO Nº 765/2023 VAM/PJRO DESPACHO Trata-se de carta precatória expedida pelo Juizado Especial Cível da comarca de Altamira/PA nos autos nº 0002310-36.2013.8.14.0946. Na carta precatória, observo que consta como "Juízo Deprecado: Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho/RO" e a ação tramita com os benefícios da Lei nº 9.099/1995. Nos termos da Resolução nº 249/2022-TJRO a Vara da Auditoria Militar, dentre outras competências, é responsável pelo cumprimento das cartas precatórias cíveis, exceto aquelas relativas à Vara Infracional e de Execução de Medidas Socioeducativas, Juizados Especiais Cíveis e de Varas de Família e Sucessões. Assim, as precatórias oriundas dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais originárias de outro estado são direcionadas para cumprimento pelos juizados. Observa-se que a precatória escapa à esfera de atribuições deste juízo, que não detém competência para processar a presente carta precatória em razão do tipo de procedimento que se refere.
Redistribua-se para um dos Juizados Especiais Cíveis desta Comarca. Serve o presente DESPACHO como OFÍCIO ao Juízo deprecante para conhecimento.
Diligencie-se pelo necessário. Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARA DA AUDITORIA MILITAR E PRECATÓRIAS
Fórum Geral César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, 777, Olaria - Porto Velho RO CEP 76.801-235
Contatos: (69) 3309-7102 (telefone e whatsapp) ou (69) 3309-7103 (telefone) ou (69) 98401-2160 (apenas whatsapp)
E-mail: pvh1militar@tjro.jus.br / Balcão de atendimento virtual: https://meet.google.com/wsk-ctgy-zwy das 07h00 às 14h00PROCESSO: 7006056-38.2023.8.22.0000 CLASSE: Carta Precatória Criminal ASSUNTO: Intimação DEPRECANTE: V. Ú. D. C. D. A. -. A. DEPRECANTE SEM ADVOGADO(S) REU: JEREMIAS DE SOUSA ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA OFÍCIO Nº 761/2023 VAM/PJRO DESPACHO Carta precatória expedida pela Vara Única da comarca de Apuí/AM, nos autos da ação penal nº 0000024-05.2015.8.04.2301, com a finalidade de intimação para audiência a ser realizada no dia 14/08/2023 às 11h30. Em tempo, verifico que a carta precatória indica como juízo deprecado a comarca de Mirante da Serra/RO e que o endereço

para cumprimento do ato é naquela localidade, equivocadamente distribuída para este juízo. O município de Mirante da Serra/RO não possui vara instalada e analisando o quadro demonstrativo de distritos judiciários (Anexo I do Código de Organização Judiciária do TJRO - disponível em https://www.tjro.jus.br/images/ANEXO_I_-_QUADRO_DEMONSTRATIVO_DOS_DISTRITOS_JUDICI%C3%81RIOS-atualiza%C3%A7%C3%A3o_2016.pdf), consta que "a comarca de Mirante da Serra, até sua instalação, estará vinculada à Comarca de Ouro Preto do Oeste." Ante o teor do caráter itinerante da deprecata, remeta-se a presente Carta Precatória à comarca de Ouro Preto do Oeste/RO, para cumprimento do ato deprecado. Serve o presente DESPACHO como OFÍCIO de comunicação ao juízo deprecante, a fim de ser juntado nos autos principais. Diligencie-se pelo necessário.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARA DA AUDITORIA MILITAR E PRECATÓRIAS
Fórum Geral César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, 777, Olaria - Porto Velho RO CEP 76.801-235
Contatos: (69) 3309-7102 (telefone e whatsapp) ou (69) 3309-7103 (telefone) ou (69) 98401-2160 (apenas whatsapp)
E-mail: pvh1militar@tjro.jus.br / Balcão de atendimento virtual: https://meet.google.com/wsk-ctgy-zwy das 07h00 às 14h00PROCESSO: 7041456-13.2023.8.22.0001 CLASSE: Carta Precatória Cível ASSUNTO: Alimentos DEPRECANTE: JORGE GABRIEL SILVA SOARES ADVOGADO DO DEPRECANTE: ANDREA MELO ROMAO COMIM, OAB nº RO3960A REPRESENTADOS: AMYNA DE SOUZA, LATAM AIRLINES GROUP S/A ADVOGADO DOS REPRESENTADOS: PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A DESPACHO Carta precatória cível distribuída a este juízo em razão da Resolução nº 249/2022-TJRO. Observo que não houve recolhimento de custas sob o código 1015 (Carta de ordem, precatórias ou rogatórias - Processos Cíveis) e na carta precatória não há indicação de concessão dos benefícios da justiça gratuita. Nos termos da Lei nº 3.896 de 24 de agosto de 2016 que dispõe sobre a cobrança de custas dos serviços forenses no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia há de serem recolhidas as custas para cumprimento de carta precatória (link https://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf) e vinculada ao número do processo da precatória. Registro que na decisão ID 92813175 - Pág. 2, que veio servindo como carta precatória, consta "Justiça gratuita: Não" Fica o requerente intimado para comprovar o recolhimento das custas da carta precatória, no prazo de 05 (cinco) dias ou eventualmente proceder a juntada da decisão no qual tenha sido concedido o referido benefício. Em caso de inércia, devolva-se sem cumprimento. Satisfeita a determinação acima, cumpra-se o ato deprecado (ID 92813175). A carta precatória servirá como mandado e deverá ser cumprida nos exatos termos requeridos pelo juízo deprecante. Cadastre-se no PJE o advogado FABIO RIVELLI, OAB nº BA34908 da LATAM AIRLINES GROUP S/A, considerando que o mesmo consta expressamente na decisão do juízo deprecante. Após cumprida, devolva-se. Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARA DA AUDITORIA MILITAR E PRECATÓRIAS
Fórum Geral César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, 777, Olaria - Porto Velho RO CEP 76.801-235
Contatos: (69) 3309-7102 (telefone e whatsapp) ou (69) 3309-7103 (telefone) ou (69) 98401-2160 (apenas whatsapp)
E-mail: pvh1militar@tjro.jus.br Balcão de atendimento virtual: https://meet.google.com/wsk-ctgy-zwy das 07h00 às 14h00
Autos nº : 0002605-47.2021.8.22.0501
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
REU: ODAIR JOSE DINIZ
Advogado(s) do reclamado: SILVIO CARLOS CERQUEIRA REGISTRADO(A) CIVILMENTE COMO SILVIO CARLOS CERQUEIRA
Advogado: SILVIO CARLOS CERQUEIRA OAB: RO6787 Endereço: AV. CASTELO BRANCO, Avenida Presidente Dutra 780, PIONEIRO, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76970-970
Intimação da defesa para apresentar as alegações finais.

VARA DE EXECUÇÕES E CONTRAVENÇÕES PENAIS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - Vara de Execuções e Contravenções Penais
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7044259-66.2023.8.22.0001
Classe: Petição Criminal
Polo Ativo: 1. D. D. F. D. P. V.
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
Polo Passivo: KAIQUE GABRIEL DE MELO BEZERRA
ADVOGADO DO FORAGIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Recebido no Plantão Criminal.
Ciente da recaptura de KAIQUE GABRIEL DE MELO BEZERRA, em razão da fuga do regime prisional semiaberto, cuja execução da pena tramita nos autos nº 0017807-45.2013.8.22.0501, no Juízo da VEP.
Não verifico, in casu, a existência de qualquer ilegalidade na prisão e não sendo o caso de soltura, determino a realização de AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA, que ocorrerá no dia 15/07/2023.
SIRVA-SE A PRESENTE COMO OFÍCIO. SIRVA-SE A PRESENTE COMO OFÍCIO [para fins de requisição dos custodiados] e MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Cumpra-se com celeridade.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Guilherme Regueira Pitta
Juiz Substituto

1ª VARA DE DELITOS DE TÓXICOS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7044211-10.2023.8.22.0001
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Polo Ativo: 2. D. D. F. D. P. V.
AUTORIDADE SEM ADVOGADO(S)
Polo Passivo: DAVID GOMES AVELLANEDA
FLAGRANTEADO SEM ADVOGADO(S)
Recebi no Plantão.
Trata-se de comunicação de prisão em flagrante delito de David Gomes Avellaneda, qualificado nos autos, ocorrida em 14/07/2023, sendo dado como incurso no art. 33, caput, da Lei 11.343/06.
Compulsando os autos, verifico que o auto de prisão em flagrante atende aos requisitos formais e materiais previstos nos arts. 302, 304 e 306 do Código de Processo Penal.
Por seu turno, não sendo o caso de concessão imediata de liberdade provisória, designo audiência de custódia para o dia 15/07/2023, às 10h, a ser realizada de forma presencial, conforme Provimento da Corregedoria n° 1/2023, Sei n. 0014708-59.2022.8.22.8000, e Resolução CNJ n. 213/2015.
Nos termos do § 12 do artigo 2º do Provimento 1/2023, os advogados, públicos ou privados, e os membros do Ministério Público poderão requerer a participação própria por videoconferência, cujo link para acesso à sala virtual será o seguinte: https://meet.google.com/dow-jxyy-jfh
Também em relação ao disposto no § 12 do artigo 2º do Provimento 1/2023, faço constar que esse juízo não exercerá nenhum controle sobre a forma da participação do advogado, defensor ou promotor na audiência, cabendo ao próprio profissional decidir se virá presencialmente ao Fórum ou se atuará por videoconferência, sendo-lhes facultado fazer constar em ata eventual justificativa.
Cientifique-se pelos meios mais céleres disponíveis o Membro do Ministério Público e da Defensoria Pública Estadual, os quais poderão comparecer de forma presencial, de acordo com o artigo 2º do Provimento Corregedoria nº 1/2023 do TJ/RO.
Acaso possua o (a) preso (a) advogado (a) já constituído, mantenha-se contato - também pelo meio mais célere disponíveis - informando-o (a) da assentada supra.
Intime-se a Unidade Prisional a providenciar o necessário para o comparecimento presencial do custodiado na Sala de Audiência desta Vara Criminal.
Caso já não constem nos autos, requisito à SEJUS que providencie até o horário da audiência de custódia a remessa do exame de corpo de delito e registros fotográficos do rosto e corpo inteiro da(s) pessoa(s) custodiada(s), enviando para o WhatsApp ou e-mail da Vara Criminal.
Identifique-se o processo como réu preso.
SIRVA-SE A PRESENTE COMO OFÍCIO [para fins de requisição do custodiado] e MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Cumpra-se com celeridade.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Guilherme Regueira Pitta
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7044247-52.2023.8.22.0001
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Polo Ativo: 1. D. D. F. D. P. V.
AUTORIDADE SEM ADVOGADO(S)
Polo Passivo: FRANCISCO FLAVIANO OLIVEIRA DE CASTRO JUNIOR
ADVOGADO DO FLAGRANTEADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
APFD Nº 6279/2023
Recebi no Plantão.
Trata-se de comunicação de prisão em flagrante delito de Francisco Flaviano Oliveira de Castro Júnior, qualificado nos autos, ocorrida aos 15/07/2023, sendo dado como incurso no art. 33, caput, da Lei 11.343/06.
Compulsando os autos, verifico que o auto de prisão em flagrante atende aos requisitos formais e materiais previstos nos arts. 302, 304 e 306 do Código de Processo Penal, razão pela qual o homologo.
Por seu turno, não sendo o caso de concessão imediata de liberdade provisória, designo audiência de custódia para o dia 15/07/2023, às 14H, a ser realizada de forma presencial, conforme Provimento da Corregedoria n° 1/2023, Sei n. 0014708-59.2022.8.22.8000, e Resolução CNJ n. 213/2015.
Nos termos do § 12 do artigo 2º do Provimento 1/2023, os advogados, públicos ou privados, e os membros do Ministério Público poderão requerer a participação própria por videoconferência, cujo link para acesso à sala virtual será o seguinte: https://meet.google.com/dow-jxyy-jfh

Também em relação ao disposto no § 12 do artigo 2º do Provimento 1/2023, faço constar que esse juízo não exercerá nenhum controle sobre a forma da participação do advogado, defensor ou promotor na audiência, cabendo ao próprio profissional decidir se virá presencialmente ao Fórum ou se atuará por videoconferência, sendo-lhes facultado fazer constar em ata eventual justificativa.
Cientifique-se pelos meios mais céleres disponíveis o Membro do Ministério Público e da Defensoria Pública Estadual, os quais poderão comparecer de forma presencial, de acordo com o artigo 2º do Provimento Corregedoria nº 1/2023 do TJ/RO.
Acaso possua o (a) preso (a) advogado (a) já constituído, mantenha-se contato - também pelo meio mais célere disponíveis - informando-o (a) da assentada supra.
Oficie-se a Unidade Prisional a providenciar o necessário para o comparecimento presencial do custodiado na Sala de Audiência desta Vara Criminal.
Caso já não constem nos autos, requisito à SEJUS que providencie até o horário da audiência de custódia a remessa do exame de corpo de delito e registros fotográficos do rosto e corpo inteiro da(s) pessoa(s) custodiada(s), enviando para o WhatsApp ou e-mail da Vara Criminal.
Identifique-se o processo como réu preso.
SIRVA-SE A PRESENTE COMO OFÍCIO [para fins de requisição do custodiado] e MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Cumpra-se com celeridade.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Guilherme Regueira Pitta
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 0011353-49.2013.8.22.0501
Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: MARISOL DE ARRUDA VANZINI DE MACEDO, SHEILA KELLE VIEIRA CORCINO, EDINA MARIA DE LIMA, SIDNEY COSTA LIMA, CARLLOS EDUARDO MORAES DE BRITO, VALDIRENE MARCIA DE CASTRO KEMP, MAURO DE OLIVEIRA CARVALHO, WALDEMIR CASTRO DE OLIVEIRA, MARK HENRIQUE FERREIRA ALBERNAZ, JAMES FACANHA DA SILVA, EULOGIO ALENCAR BARROSO, THALES PRUDENCIO PAULISTA DE LIMA, EDIVALDO BRAGA DA SILVA, WOLNEY MARCOS BUENO, ALBERTO FERREIRA SIQUEIRA, ELIAS BARBOZA DIAS, MARCIO CESAR SILVA GOMES, FERNANDO BRAGA SERRAO, DINO CESAR MARCOLINO SILVA, JAIR DE FIGUEIREDO MONTE, CLAUDIO SIQUEIRA DE OLIVEIRA, FRANCISCO DE ASSIS DO CARMO DOS ANJOS, JOSE LUIZ DE LIMA, ESPÓLIO CARLOS ALBERTO DE SOUZA FRANCO, IZAIAS ALVES PEREIRA JUNIOR, GUILHERME AUGUSTO DUARTE SERRAO, ALEXSANDRO BRAGA SERRAO
ADVOGADOS DOS REU: GLICIA LAILA GOMES OLIVEIRA, OAB nº RO6899, MARCIO SANTANA DE OLIVEIRA, OAB nº RO7238, NERY ALVARENGA, OAB nº RJ49102, JOSE HAROLDO DE LIMA BARBOSA, OAB nº RO658A, LILIAN DARLINGUE NASCIMENTO DOS SANTOS, OAB nº RO9408, JOSE CANTIDIO PINTO, OAB nº RO1961, DAISON NOBRE BELO, OAB nº RO4796, WILSON DIAS DE SOUZA, OAB nº RO1804, OSCAR DIAS DE SOUZA NETTO, OAB nº RO3567, EDINOR DE ALBUQUERQUE MELO, OAB nº RN10133, CLAUDECY CAVALCANTE FEITOSA, OAB nº RO3257, EUGENIO PACELLI DE OLIVEIRA, OAB nº DF45288, MATEUS BALEEIRO ALVES, OAB nº RO4707, JOSE MARIA DE SOUZA RODRIGUES, OAB nº RO1909, CESAR HENRIQUE LONGUINI, OAB nº RO5217, JOSE ROBERTO WANDEMBRUCK FILHO, OAB nº RO5063A, ELAINE CUNHA SAAD ABDULNUR, OAB nº RO5073, SAMIRA ARAUJO OLIVEIRA, OAB nº RO3432, CHRYSTIANE LESLIE MUNIZ LEVATTI, OAB nº RO998, JACIMAR PEREIRA RIGOLON, OAB nº RO1740, ALEXANDRE CAMARGO, OAB nº RO704, ODAIR MARTINI, OAB nº RO30B, ORESTES MUNIZ FILHO, OAB nº RO40, NELIO SOBREIRA REGO, OAB nº RO1380, ZILMA BEZERRA GOMES DE SOUZA, OAB nº DF61098, MOREL MARCONDES SANTOS, OAB nº RO3832A, EUDISLENE MENDES DE OLIVEIRA, OAB nº RO1462, UELITON FELIPE AZEVEDO DE OLIVEIRA, OAB nº RO5176, ELVIS DIAS PINTO, OAB nº RO3447, ALLAN MONTE DE ALBUQUERQUE, OAB nº RO5177, SERGIO MURILO LEMOS PARAGUASSU FILHO, OAB nº RO5428, Leo Antonio Fachin, OAB nº RO4739, LAURO FERNANDES DA SILVA JUNIOR, OAB nº RO6797, SEBASTIAO DE CASTRO FILHO, OAB nº RO3646, JOAO DE CASTRO INACIO SOBRINHO, OAB nº RO433A, LUIZ CARLOS ALVES BEZERRA, OAB nº AC3249, REYNALDO DINIZ PEREIRA NETO, OAB nº RO4180, MIRTES LEMOS VALVERDE, OAB nº RO2808, GIULIANO DE TOLEDO VIECILI, OAB nº RO2396, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de reconsideração de ID 93165315, no qual o requerente solicitou manifestação em relação à remoção das restrições dos veículos registrados em seu nome e em nome de sua empresa.
É de conhecimento que erros materiais podem ser corrigidos pelo Juízo a qualquer momento, inclusive, de ofício.
Diante do exposto, constata-se o reconhecimento de um erro material na decisão apresentada no documento identificado como ID 92939709.
Onde se lê:
“Assim, diante de todos os documentos apresentados e diante do julgamento do habeas corpus n. 655.042/RO, cujos efeitos foram estendidos à requerente conforme documentos de ID, 82968214, 82968216 e 82968217 DEFIRO o pedido formulado pela requerente e DETERMINO a restituição dos bens apreendidos nos autos 0011353-49.2013.8.22.0501 em seu nome.”
Leia sê:

Assim, diante de todos os documentos apresentados e do julgamento do habeas corpus n. 655.042/RO, cujos efeitos foram estendidos à requerente conforme documentos de ID, 82968214, 82968216 e 82968217 DEFIRO o pedido formulado pelo requerente e DETERMINO a restituição dos bens apreendidos, bem como DETERMINO a liberação dos veículos de acordo com os documentos anexos à petição ID. 91126259, junto ao DETRAN/RO, CPF 616.916.902-87 e de sua empresa, CNPJ 08.744.347/0001-50 nos autos 0011353-49.2013.8.22.0501 em seu nome.
Oficie-se o DETRAN-RO, determinando a baixa do gravame dos veículos mencionados.
Comunique-se esta decisão nos autos principais.
Expeça-se o necessário.
SERVE COMO MANDADO/ OFÍCIO / ALVARÁ
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Gustavo Lindner
Juiz Substituto

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Processo: 0002828-73.2016.8.22.0501
Classe: PROCEDIMENTO ESPECIAL DA LEI ANTITÓXICOS (300)
REU: ANA PAULA LIMA DA SILVA e outros
Advogado do(a) REU: IVAN FEITOSA DE SOUZA - RO8682
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados da sentença de ID. 80636152.
Porto Velho , 17 de julho de 2023

2ª VARA DE DELITOS DE TÓXICOS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos
E-mail: gab2toxicos@tjro.jus.br
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do processo: 7043688-95.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Polo Ativo: AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia
Polo Passivo: REU: SAHIMON LORRAINI FERREIRA DE MIRANDA
ADVOGADO DO REU: ROBERTO DE SOUZA BARROS, OAB nº GO60537
DESPACHO.
Processo em ordem.
Ciente do cumprimento do mandado de prisão expedido em desfavor do réu Sahimon Lorrani Ferreira de Miranda.
Anoto, por importante, que este juízo não tem competência para deliberar acerca das providências relativas à custódia do preso no Estado de Goiás; desse modo, deve a Defesa, querendo, pleitear as providências mencionadas no requerimento (ID 93297763) ao Juízo da comarca de Aparecida de Goiânia ou ao Juízo com competência em Execução Penal.
Considerando a sistemática adota neste Juízo, designo o dia 04 de setembro de 2023, às 10h30, para a realização da audiência de instrução, a ser realizada pela plataforma de comunicação Google Meet, através do link meet.google.com/xvs-xzot-wsw
DETERMINAÇÕES À CPE:
1) Abra-se vista dos autos ao Ministério Público e ao advogado constituído para ciência da audiência. Cientifique-se à Defesqa que poderá, querendo, se entrevistar com o réu, no mesmo link acima indicado, em horário que antecede à audiência, mediante mera solicitação ao Secretário do Juízo.
2) DEPRECO a INTIMAÇÃO para que, SERVINDO o DESPACHO COMO CARTA PRECATÓRIA, seja intimado e cientificado ao requerido da designação da audiência de instrução: SAHIMON LORRANI FERREIRA DE MIRANDA, RG 1083151 SSP GO, atualmente preso em uma das Unidades Prisionais de Goiânia/GO. O Oficial de Justiça deverá informar ao acusado que o mesmo será interrogado em ambiente virtual.
2.1. O Oficial de Justiça do juízo deprecado deverá dar CIÊNCIA ao Diretor do Sistema Prisional de Goiânia de que, no dia e hora acima indicado, deverá apresentar o preso no ambiente virtual para a audiência de instrução. Deverá, também, informar na certidão o telefone de contato do Sistema Prisional de Goiânia para facilitar o contato da Secretaria deste Juízo com o órgão em referência, caso necessário.
2.2. INTIMAR a acusada CLAUDIA FREITAS DE JESUS, residente na rua do Contorno 1, quadra 65, lote 12, casa 01, Vila Jardim São Judas Tadeu, atualmente em prisão domiciliar, dando-lhe ciência da data designada para a instrução. O Oficial de Justiça do Juízo Deprecado deverá certificar o contato telefônico da requerida e informá-la que na data e hora acima mencionada será contatada pela Secretaria do Juízo que lhes possibilitará o acesso ao ambiente virtual.

3) Encaminhe-se este despacho, via e-mail, à Corregedoria da Polícia Civil de Rondônia. Atribuo força de requisição ao presente despacho, servindo como ofício, com a finalidade de requisição das testemunhas servidores públicos abaixo descritas, de quem requisito a apresentação para participarem da audiência, na qualidade de testemunhas. Na data e hora da audiência os Policiais Civis deverão ingressar no link acima indicado, permanecer on-line e aguardar o contato deste juízo.
1. APC Rogério Pimenta Pinto;
2. APC Jailson Rodrigues de Oliveira.
Cumpra-se e aguarde-se a realização da audiência.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Paulo José do Nascimento Fabrício
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7023452-25.2023.8.22.0001
Classe: Alienação de Bens do Acusado
Polo Ativo: REQUERENTE: Ministério Público do Estado de Rondônia
Polo Passivo: REU: CASSIUS DIRCEU DE SOUSA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Considerando a restituição do bem ao proprietário de boa-fé (autos n. 7022269-19.2023.8.22.0001), verifica-se a perda do objeto da presente alienação antecipada. Assim, oficie-se ao SENAD para que suspenda o trâmite quanto à eventual leilão do veículo Hyundai modelo H1132, de cor prata, placa a GJB3113.
No mais, arquivem-se os autos.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO
segunda-feira, 17 de julho de 2023segunda-feira, 17 de julho de 2023
Paulo José do Nascimento Fabrício
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
E-mail: gab2toxicos@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos
E-mail: gab2toxicos@tjro.jus.br
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do processo: 7007907-46.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Polo Ativo: AUTORES: Ministério Público do Estado de Rondônia, P. -. P. V. -. C. D. P. D. -. D. D. F.
Polo Passivo: REU: FRANCISCO WERVERTON DE SOUZA CUSTODIO
ADVOGADO DO REU: JARED ICARY DA FONSECA, OAB nº RO8946
DESPACHO
Considerando o deslinde do incidente de insanidade mental nos autos n. 7042743-45.2022.8.22.0001, prossiga-se o feito.
Considerando a audiência de instrução e julgamento realizada no dia 10 de outubro de 2022, oportunidade em que foi ouvido a testemunha PM Everson Cortez Herreira, passo a redesignar a audiência instrutória.
Considerando não haver oposição pelas partes, a instrução se realizará por videoconferência.
Designo o dia 11 de setembro de 2023, às 08h30, para a realização do ato, por meio da plataforma de comunicação Google Meet, através do link: meet.google.com/edm-mfig-bbe .
Determinações à CPE:
1) Abra-se vista dos autos ao Ministério Público e ao advogado e curador constituído Dr. Jared Icary da Fonseca, para ciência da audiência. Cientifique-se à defesa que poderá, querendo, se entrevistar com o réu, no mesmo link acima indicado, em horário que anteceda à audiência, mediante mera solicitação ao Secretário do Juízo.
2) Encaminhe-se este despacho à Central de Mandados para que, SERVINDO DE MANDADO, seja intimado e cientificado o réu abaixo indicado da designação da audiência de instrução: FRANCISCO WEVERTON DE SOUZA CUSTÓDIO, apelido“Loirinho”, brasileiro, nascido em 12/11/1984, na cidade de Rio Branco-AC, portador do RG n. 434538 SSP/AC do CPF n.787.830.462-91, filho de Maria de Fátima de Souza Neto e José Custódio Neto, o qual declarou ser solteiro, convivente em união estável, ajudante de pedreiro e residir na Rua Buenos Aires, n. 1372, esquina com a Rua Sete de Setembro, bairro Nova Porto Velho, nesta cidade e comarca de Porto Velho-RO,
3) Encaminhe-se este despacho, via e-mail, à Corregedoria da Polícia Militar. Atribuo força de requisição ao presente despacho, servindo como ofício, com a finalidade de requisição da testemunha servidor público abaixo descrito, de quem requisito a apresentação para participar da audiência, na qualidade de testemunha. Na data e hora da audiência o Policial Militar deverá ingressar no link acima indicado, permanecer on-line e aguardar o contato deste juízo.

a) PM MARCELO SOUZA DE OLIVEIRA
Cumpra-se e aguarde-se a realização da audiência.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Paulo José do Nascimento Fabrício
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos
Processo: 7045787-72.2022.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ESPECIAL DA LEI ANTITÓXICOS (300)
REU: FELIPE ARAUJO PESTANA
Advogado do(a) REU: MARCUS VINICIUS SANTOS ROCHA - RO7583
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados da decisão de Id 93368004, a qual designou audiência para 21.08.2023, às 10h30.
Porto Velho, 17 de julho de 2023

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos
Processo: 7007907-46.2022.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ESPECIAL DA LEI ANTITÓXICOS (300)
REU: FRANCISCO WERVERTON DE SOUZA CUSTODIO
Advogado do(a) REU: JARED ICARY DA FONSECA - RO8946
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados da decisão de Id 93371174, a qual designou audiência para o dia 11.09.2023, às 8h30.
Porto Velho, 17 de julho de 2023

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos
E-mail: gab2toxicos@tjro.jus.br
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do processo: 7002591-18.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Polo Ativo: AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia
Polo Passivo: REU: ALCENIR ABADIA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
I - RELATÓRIO
O Ministério Público do Estado de Rondônia ofereceu denúncia em desfavor de ALCENIR ABADIA pela prática do crime tipificado no art. 33, caput, da Lei 11.343/06. Assim narrados na exordial:
Tráfico de Drogas:
No dia 17 de janeiro de 2023, por volta de 17h45, no Condomínio Santa Bárbara, localizado na Estrada do Santo Antônio, nesta cidade, o denunciado ALCENIR ABADIA, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, guardava e tinha em depósito, sem autorização e com a finalidade de mercancia, 51,72 g de COCAÍNA, e 107,79 g de MACONHA, conforme descrito no auto de apresentação e apreensão (ID 85889017 – pág. 22) e laudo toxicológico preliminar (ID 85889017 – pág. 24/27), dispostos da seguinte forma: 72 (setenta e dois) invólucros de COCAÍNA em pó, pesando cerca de 23,33 g; 49 (quarenta e nove) invólucros de COCAÍNA em pedra, pesando cerca de 9,43 g; 42 (quarenta e dois) invólucros de COCAÍNA em pedra, pensado cerca de 11,01 g; 10 (dez) invólucros de COCAÍNA em pó, pensado cerca de 4,86 g; 06 (seis) invólucros de COCAÍNA em pó, pensado cerca de 3,09 g; 96 (noventa e seis) invólucros de MACONHA, pensado cerca de 79,88 g; 01 (um) invólucro de MACONHA, pensado cerca de 9,55 g; 33 (trinta e três) invólucros de MACONHA, pensado cerca de 18,36 g.
Apresentada a exordial acusatória (ID 88944836), a denúncia foi recebida (ID 89102687), o réu foi devidamente citado (ID 89182292) e apresentou resposta à acusação (ID 90394429).
Na sequência, foi designada audiência de instrução e julgamento e, durante a solenidade, ocorrida por meio de videoconferência, foram ouvidos os policiais militares Adão Carlos Lucas e Willames Hurtado Barbosa. Após, passou-se ao interrogatório do acusado Alcenir Abadia, conforme ata de audiência (ID 92959066).

Em alegações finais, orais, o Ministério Público pugna pela procedência total da exordial acusatória, para condenar o réu Alcenir Abadia pela prática do crime previsto no art. 33, caput, da Lei nº. 11.343/06.

A defesa, em alegações finais orais, requer a absolvição por insuficiência probatória.

É o relatório necessário.

Ante a ausência de outras questões preliminares, decido.

II - DO MÉRITO:

II.a - Tráfico de drogas:

A materialidade do fato ficou comprovada por meio dos documentos que instruem o IPL n.º 155/2023/PP, especialmente com espeque no Auto de Apresentação e Apreensão (ID 85889017, fls 22), laudo toxicológico preliminar (ID 85889017, fls 24/27) e laudo toxicológico definitivo (ID 89489322), em que atestam a apreensão de 29,54g (vinte nove gramas e cinquenta e quatro centigramas) de substância em pó, 17,66g (dezessete gramas e sessenta e seis centigramas) de substância em forma de grânulos, nas quais constatou-se a presença do alcalóide cocaína e, ainda atestam a apreensão de 90,48g (noventa gramas e quarenta e oito centigramas) de substância vegetal, na qual constatou-se a presença de Δ-9-tetrahidrocanabinol (THC), componente químico psicoativo da espécie botânica Cannabis sativa (maconha), ambas substâncias de uso proscrito conforme SVS/MS nº 344 de 12 de maio de 1998.

Passo a analisar a autoria delitiva.

O art. 33, “caput” da Lei n. 11.343/06 assim tipifica o crime de tráfico de drogas:

“Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa”.

Trata-se de crime de perigo abstrato, de múltiplas condutas, exigindo-se o dolo do sujeito ativo para sua consumação, tendo por objeto material o entorpecente e como objeto jurídico a saúde pública.

Assim, para sua consumação basta que o sujeito ativo pratique qualquer das condutas descritas no referido tipo penal, não tendo autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Narra a denúncia:

Segundo consta, uma guarnição da polícia militar recebeu informação de que estava ocorrendo intensa mercância de entorpecentes no Condomínio Santa Bárbara, em uma casa abandonada no final da rua principal. Diante disso, dirigiram-se ao local para verificar a situação. Ao chegarem próximos da casa, visualizaram o momento que um indivíduo sem camisa pulou o muro e saiu correndo. Em seguida, o acusado, que estava no local, entrou na residência e fechou a porta. Todavia, diante da fundada suspeita, foi realizado cerco policial e solicitado que abrisse a porta, o que foi atendido. No interior do local, os policiais encontraram uma caixa de cigarro contendo um pedaço de maconha, um rolo de papel filme, um papel com anotações de venda de droga e um saco transparente com resquícios de maconha. Em continuidade as buscas, verificaram, próximo à porta dos fundos, vestígios de um buraco recém-feito, encoberto com tijolos soltos, contendo em seu interior duas bolsas tipo pochete. A primeira continha 72 invólucros de cocaína, um recipiente transparente com 49 pedras de cocaína, um saco preto com 96 porções de maconha e R$ 184,00 em espécie. A segunda continha um saco plástico com 42 pedras de cocaína, 33 invólucros de maconha, 16 invólucros de cocaína em pó e R$ 67,85 em espécie. Ao ser interrogado, ALCENIR confessou que os entorpecentes apreendidos pertenciam a ele e que realizava o comércio de drogas no local, vendendo cada porção por R$ 10,00.

No caso dos autos, a conduta indicada na exordial acusatória se amolda aos verbos “guardar” e “ter em depósito”.

Com efeito, analisando as provas nos autos, infere-se a suficiência probatória para condenar o réu, conforme passo a expor.

O policial militar Willames Hurtado Barbosa, em juízo, não conseguiu recordar-se dos fatos. Porém, o policial militar Adão Carlos Lucas, em juízo, relatou a ocorrência com riqueza de detalhes.

A testemunha policial, Adão Carlos, afirmou que a guarnição já tinha informações sobre o comércio ilícito de entorpecentes na área dos fatos. Narrou que no dia, durante patrulhamento, avistou quando um indivíduo pulou o muro de uma das casas e, de imediato, os militares correram na tentativa de conter o indivíduo, mas por conta da área de mata, não foi possível efetuar a captura. A testemunha disse que retornaram a uma casa, que até então era abandonada. O militar destaca que, no momento em que passaram pelo local, a porta da casa estava aberta e já no segundo momento, quando retornaram, a porta estava fechada. Assim, os policiais solicitaram a abertura da porta e, após algum tempo, o réu Alcenir abriu.

A testemunha disse que, de início, realizou uma busca pessoal e indagou o réu sobre o motivo dele estar naquele local. O réu informou que estava limpando o local para passar a residir ali e que já estava no local há uma semana. Porém, a testemunha afirma que de pronto já foi possível visualizar indícios de que o local estava sendo utilizado no comércio de drogas, como pratos, faca, e sacos com resquícios de entorpecentes e, ainda, localizaram uma carteira de cigarro com uma porção de maconha, que a companheira do réu afirmou ser de propriedade de Alcenir. Diante da suspeita, foi realizada buscas nos local e, ao lado da casa, verificaram um local com terra mexida e com alguns tijolos por cima, onde foi localizado duas bolsas com considerável quantidade de porções de drogas. Por fim, a testemunha afirma que de início o réu negou a propriedade, mas que depois de certo tempo assumiu toda a droga.

O réu, em fase inquisitorial, assumiu a propriedade do ilícito, inclusive dizendo que vendia cada porção por R$10,00.

Já em fase judicial, o réu alterou a sua versão sobre os fatos. Disse que a droga foi abandonada nos fundos da casa pelo indivíduo que estava correndo da polícia, inclusive disse ter visualizado o homem correndo com uma bolsa. Disse que assumiu a propriedade da droga por medo dos policiais.

Pois bem.

O testemunho policial é rico em detalhes e totalmente coerente e harmônico com os demais elementos constantes no caderno probatório, e merece relevante consideração.

Destaco que o depoimento policial tem valor probante, apto a fundamentar uma condenação, sobretudo quando submetido ao crivo do contraditório e ampla defesa, somado às demais provas carreadas aos autos. Nesse sentido:

Apelação Criminal. Identidade falsa. Tentativa. Crime formal. Consumação imediata. Desacato. Resistência. Insuficiência probatória. Testemunho policial militar. Conjunto probatório harmônico. Absolvição. Impossibilidade. Pena-base. Mínimo legal. Circunstâncias judiciais desfavoráveis. Inviabilidade. 1. O crime de falsa identidade não admite tentativa, pois tem natureza formal, de consumação imediata e, por esta razão, não há necessidade de que haja, efetivamente, vantagem em proveito próprio ou alheio, ou que cause dano a terceira pessoa. 2. O depoimento dos policiais militares tem valor probante, apto a fundamentar a condenação, sobretudo quando submetido ao crivo do contraditório e ampla defesa, somado às demais provas carreadas aos autos. 3. Presente uma só circunstância judicial desfavorável, já é suficiente para elevar a pena base de seu mínimo legal. 4. Recurso a que se nega provimento. (TJ-RO - APR: 00015350520198220003 RO 0001535-05.2019.822.0003, Data de Julgamento: 11/11/2021)

No mesmo sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. CONDENAÇÃO. PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. TESTEMUNHO DOS POLICIAIS. VALOR PROBANTE. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. 1. As instâncias ordinárias, soberanas na análise do material probatório da lide, entenderam comprovadas a autoria e a materialidade delitiva. Para que fosse possível a análise da pretensão absolutória, seria imprescindível o reexame dos elementos fáticos, o que não se admite na estreita via do habeas corpus, que possui rito célere e cognição sumária. 2. O pedido de absolvição por ausência de provas suficientes para sustentar a condenação implica no reexame aprofundado de todo o acervo fático-probatório, providência totalmente incompatível com os estreitos limites do habeas corpus (AgRg no HC n. 650.949/RJ, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 25/10/2021). 3. É pacífica a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que os depoimentos prestados por policiais têm valor probante, na medida em que seus atos são revestidos de fé pública, sobretudo quando se mostram coerentes [...] e ausentes quaisquer indícios de motivos pessoais para a incriminação injustificada do investigado, como na espécie. Precedentes. (AgRg no AREsp n. 1.997.048/ES, Relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 21/2/2022). 4. Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no HC: 716902 SP 2022/0001609-8, Data de Julgamento: 02/08/2022, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/08/2022) Grifei.

A testemunha policial é firme em dizer que após visualizarem o indivíduo que pulou o muro, imediatamente a guarnição correu na tentativa de capturá-lo. Esse é um ponto importante e explico.

A versão apresentada pelo réu, em juízo, destoa dos demais elementos constantes nos autos. O réu afirmou que as bolsas foram abandonadas nos fundos da casa pelo indivíduo que fugiu da guarnição. Afirma também que as bolsas não estavam enterradas.

Já a testemunha policial afirma que a droga estava enterrada ao lado da casa, inclusive com alguns tijolos por cima.

Ora, se a polícia, de imediato, tentou capturar o indivíduo que pulou o muro, não haveria tempo hábil para que este conseguisse cavar um buraco e esconder as bolsas.

Importante também mencionar as imagens das bolsas apreendidas, constantes no laudo toxicológico definitivo, onde é possível, com segurança, inferir que de fato as bolsas estavam enterradas e não simplesmente abandonadas nos fundos da casa.

Esses fatos, por si só, enfraquecem a já frágil versão do réu, apresentada em juízo.

Além disso, o réu afirma que já estava na casa há uma semana, e que iria limpar o local para passar a residir ali.

Entendo que também há muita incoerência nesta afirmação do réu. Por mais que houvesse uma grande quantidade de lixo no local, por ser uma casa abandonada, uma semana é um tempo mais que suficiente para a realização de uma limpeza na casa, principalmente para um casal.

Destaco esse ponto, porque no interior da casa os policiais localizaram uma carteira de cigarro contendo um pedaço de maconha, bem como materiais característicos da mercancia de entorpecentes, como prato, faca e sacos, com resquícios de drogas.

O réu afirma que todos os materiais encontrados já estavam na residência, inclusive a porção de maconha. Afirma que ainda estava limpando a casa e por isso tais materiais ainda estavam ali.

Repito, o réu afirma que já estava na residência há uma semana, não é compreensível que durante todo esse tempo o réu não tenha visto tais materiais e se desfeito.

Ainda, cumpre mencionar que o policial militar afirmou que a companheira do réu apontou-o como o proprietário da maconha apreendida dentro da residência.

Nesse sentido, diante do arcabouço fático-probatório angariado nos autos, constata-se que o infrator efetivamente guardava e tinha em depósito substâncias entorpecentes (cocaína e maconha), nitidamente destinada à comercialização, sem que o mesmo tivesse qualquer autorização legal para tanto, elementos estes que são suficientes para lhe impingir um édito condenatório. A propósito:

Apelação criminal. Tráfico de drogas. Absolvição. Impossibilidade. Conjunto probatório harmônico. Condenação mantida. Redução da pena-base. Inviabilidade. Circunstâncias judiciais parcialmente desfavoráveis. Redução do quantum da agravante da reincidência. Inviabilidade. Redução ou isenção da pena de multa. Ausência de previsão legal. Recurso não provido. I. Mantém-se a condenação por tráfico de entorpecentes, se o conjunto probatório se mostra harmônico e seguro nesse sentido. II. O depoimento de agentes estatais (policiais) possui relevante valor probante sendo meio de prova válido para fundamentar a condenação, em especial quando colhidos em juízo, com a observância do contraditório, e em harmonia com os demais elementos de prova. III. Havendo uma só circunstância judicial desfavorável ao réu é o quanto se basta para que a pena-base se afaste do mínimo legal, em especialmente quando feito com proporcionalidade. IV. Na ausência de critério legal de aplicação do quantum das atenuantes e agravantes, cabe o juiz aplicá-las com bom senso e proporcionalidade, somente admitindo correções em eventuais casos de manifesto abuso. V. Não há na legislação pátria previsão de isenção ou redução da pena pecuniária em virtude de eventual hipossuficiência econômica do réu, tratando-se de sanção penal. VI. Recurso não provido. (TJRO, Apelação Criminal n. 0014485-46.2015.8.22.0501, publicado em 10/12/2021).

Logo, inexistindo qualquer causa que exclua a antijuridicidade ou dirima a culpabilidade, sendo o réu dotado de condições para compreender a ilicitude de sua conduta, a condenação do acusado é medida de rigor.

III - DISPOSITIVO:
Ante o exposto, julgo procedente a pretensão punitiva deduzida na denúncia e, por consequência, CONDENO o réu ALCENIR ABADIA, já qualificado nos autos, como incurso nas penas do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06.
Passo a dosimetria da pena
Considerando as diretrizes do art. 42 da Lei 11.343/06 e art. 59 do Código Penal (circunstâncias judiciais), observo que a quantidade não merece destaque, a qualidade também não merece destaque; Culpabilidade - Inerente ao ilícito praticado; Antecedentes - O réu registra antecedentes criminais(0000863-94.2015.8.22.0501), inclusive é tecnicamente reincidente, visto que teve extinta sua punibilidade em 15/03/2021, ou seja, menos de cinco anos. Entretanto, tal reincidência será valorada na segunda fase da dosimetria da pena; Conduta social e Personalidade - Não podem ser valoradas, diante da ausência nos autos de elementos; Motivos, circunstâncias e consequências do crime - Normais que cercam o tipo; Comportamento da vítima - Nada a se valorar em delitos desta espécie.
De acordo com tais diretrizes, fixo a pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa, na proporção de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos.
Na segunda fase, considerando a condenação nos autos nº 0000863-94.2015.8.22.0501 (tráfico de drogas), com extinção da punibilidade em 15/03/21, verifico que trata-se de réu reincidente.
Assim, presente a agravante da reincidência, majoro a pena privativa de liberdade anteriormente estabelecida, bem como a da pena de multa, mediante o emprego da fração de 1/6 (um sexto), comumente adotada pelos tribunais superiores (STJ, HC n. 450.201/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, 5ª Turma, julgado em 21/3/2019, DJe 28/3/2019), perfazendo 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e o pagamento de 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa.
Na terceira fase, não há causa de aumento ou diminuição de pena a ser apontada.
Assim, na ausência de outras causas modificadoras da pena, torno-a DEFINITIVA nesse patamar, ou seja, 05 (cinco) e 10 (dez) meses de reclusão, além do pagamento de 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa, na proporção já estabelecida, ou seja, no valor de R$25.652,00 (vinte e cinco mil e seiscentos e cinquenta e dois reais).
Com base no art. 33, “caput”, primeira parte e §§ 2º e 3º c/c art. 59, ambos do Código Penal, fixo o regime inicial FECHADO ao réu para o cumprimento da sanção imposta.
IV- DEMAIS DELIBERAÇÕES:
Isento de custas, considerando que o réu foi assistido pela Defensoria Pública do Estado de Rondônia, o que denota a hipossuficiência.
O réu encontra-se preso preventivamente e, considerando a reincidência específica, entendo que permanecem presentes os requisitos da custódia preventiva, principalmente para resguardar a ordem pública, buscando evitar a reiteração delitiva.
Desse modo, nego-lhe o direito de recorrer em liberdade, devendo desde já iniciar o cumprimento de pena no regime estabelecido.
IV.a - Da destinação dos bens/valores apreendidos.
Determino a incineração das drogas, incluindo da quantidade destinada a contraprova, bem como dos petrechos apreendidos.
Decreto, ainda, a perda da dos valores apreendidos, uma vez que foram encontrados nas bolsas juntamente com os ilícitos e, ainda, ausentes os indicativos de sua proveniência lícita. Ressalto que este valor deve ser utilizado no pagamento parcial da pena de multa.
Por outro lado, em relação ao celular apreendido (01 celular motorola, cor azul), não há indicativos da utilização no narcotráfico ou origem ilícita, por tal motivo, determino a restituição.
Em caso de recurso, expeça-se Guia de Execução Provisória.
Após o trânsito em julgado:
Expeça-se Guia de Execução Definitiva;
Comunique-se ao TRE;
Não havendo pagamento do valor da pena de multa, expeça-se a respectiva certidão de débito e encaminhe-se ao órgão ministerial para fins de viabilizar a sua execução, através da Vara de Execuções Penais (art. 269-B, §4º do Provimento da Corregedoria n. 011/2021)
Adotem as providências previstas nas DGJ.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
CÓPIA SERVIRÁ COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/ALVARÁ DE RESTITUIÇÃO/OFÍCIO.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Paulo José do Nascimento Fabrício
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos
E-mail: gab2toxicos@tjro.jus.br
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do processo: 7045787-72.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Polo Ativo: AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia
Polo Passivo: REU: FELIPE ARAUJO PESTANA
ADVOGADOS DO REU: MARCUS VINICIUS SANTOS ROCHA, OAB nº RO7583A, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO.
Considerando o teor da informação da Corregedoria da PM de que NÃO FORAM PRODUZIDAS IMAGENS durante a abordagem, REDESIGNO INSTRUÇÃO para o dia 21 de AGOSTO de 2023, às 10h30. A audiência será realizada por meio audiovisual via link meet.google.com/qxq-bjnt-ovj , facultando-se aos interessados o comparecimento pessoal na sala de audiências deste Juízo para audiência na forma mista.
DETERMINO A CPE:
1) Abra-se vista dos autos ao Ministério Público e ao advogado constituído para ciência da audiência.

2) Encaminhe-se este despacho à Central de Mandados para que, SERVINDO DE MANDADO, seja intimado e cientificado o réu abaixo indicado da designação da audiência de instrução: FELIPE ARAÚJO PESTANA, brasileiro, casado, nascido em 06/06/1994, na cidade de Porto Velho/RO, portador do RG 1686989/RO, filho de Adão Batista Pestana e Edilene Ramos Araújo, o qual declarou ser residente na Rua Jamaica, nº 6248, no bairro Cidade Nova, nesta cidade e comarca de Porto Velho/RO, Atualmente em liberdade provisória.
3) Encaminhe-se este despacho, via e-mail, à Corregedoria da Polícia Militar. Atribuo força de requisição ao presente despacho, servindo como ofício, com a finalidade de requisição das testemunhas servidores públicos abaixo descritas, de quem requisito a apresentação para participarem da audiência, na qualidade de testemunhas. Na data e hora da audiência os Policiais Militares deverão ingressar no link acima indicado, permanecer on-line e aguardar o contato deste juízo.
a) PM CARLOS ALEXANDRE DA SILVA
b) PM YVES KAUÊ DA SILVEIRA SEUBERT Cumpra-se e aguarde-se a realização da audiência.
4) DEFIRO a oitiva das testemunhas PATRÍCIA ISABELA FLORES DA SILVA e TÚLIO VITOR FRAZÃO DA SILVA, que deverão ingressar no link acima indicado INDEPENDENTE de intimação por parte deste juízo, sob pena de preclusão da prova.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Paulo José do Nascimento Fabrício
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7040348-46.2023.8.22.0001
Classe: Liberdade Provisória com ou sem fiança
Polo Ativo: REQUERENTE: DIEGO DE OLIVEIRA BRIZON
Polo Passivo: REVOGAÇÃO DE PRISÃO: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REVOGAÇÃO DE PRISÃO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de pedido de revogação de prisão preventiva formulado por Diego de Oliveira Brizon, preso em decorrência de medida cautelar (mandado de prisão preventiva n. 7063218-22.2022.8.22.0001) pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 2º, caput, c/c §2º e 4º, IV, todos da Lei nº 12.850/2013, os quais estão sendo apurados nos autos n. 7028679-30.2022.8.22.0001 (Operação Conúbio).
Em resumo, a defesa alega que não se encontram presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva. Sustenta que o requerente possui condições pessoais favoráveis, tais como residência fixa e ocupação lícita. Por fim, afirma que o requerente é cuidador do tio, pessoa com deficiência e, portanto, faz jus à prisão domiciliar.
O Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento do pedido (ID 92687633).
É o relatório. Decido.
O art. 318 do Código de Processo Penal:
Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:
I - maior de 80 (oitenta) anos;
II - extremamente debilitado por motivo de doença grave;
III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;
IV - gestante;
V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos;
VI - homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.
Pois bem!
Extrai-se do dispositivo acima que, para a concessão da substituição da prisão preventiva em domiciliar sob o fundamento do inciso III do artigo 318, o (a) requerente deve comprovar ser imprescindível aos cuidados da pessoa com deficiência.
No caso dos autos, embora tenha comprovado a deficiência de seu tio e que é genitor de criança com idade inferior a 6 anos, não comprovou ser imprescindível aos cuidados de ambos.
Da documentação apresentada pelo requerente, vê-se que os cuidados à criança e ao tio com deficiência são conferidos pela mãe do requerente, com auxílio de sua avó e da genitora da criança.
Assim, por não reunir dos requisitos legais, deve-se manter o indeferimento do pedido formulado.
Por fim, em relação ao pedido de transferência do requerente para que ele cumpra a prisão preventiva na Comarca de Cacoal/RO, como bem apontado pelo Ministério Público, não há documentos juntados que apontem o recambiamento do acautelado para Comarca diversa daquela que ele e seus familiares residem.
De acordo o apontado pelo Ministério Público, o requerente está na Casa de Detenção do Município de Cacoal, conforme constam das pesquisas realizadas no Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) e na própria procuração protocolada pela Defesa em 29/05/2023, nos autos da ação penal nº 7028679-30.2022.8.22.0001.
Sendo assim, INDEFIRO o pedido de reconsideração.
Aguarde-se o trânsito em julgado e arquive-se definitivamente.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Paulo José do Nascimento Fabrício
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
E-mail: gab2toxicos@tjro.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 60 DIAS
Processo n. 0005062-86.2020.8.22.0501
RÉU: Nome: ZOANE JOSÉ FELÍCIO DE SOUZA, brasileiro, nascido em16/03/1976, natural de Porto Velho/RO, filho de Petronília Felício e de Jaime Pinto Souza, portador do RG nº 537883/RO.
Endereço: atualmente em local incerto e não sabido.

Nome: PAULO HENRIQUE DOS REIS SOUZA, brasileiro, nascido em 06/02/1995, natural de Porto Velho/RO, filho de Elildia dos Reis Souza, portador do RG nº 1288491/RO e CPF nº 028.473.462-44.
Endereço: atualmente em local incerto e não sabido.
FINALIDADE: Intimar o réu acima qualificado, da sentença abaixo transcrita.
SENTENÇA: "Ante o exposto, julgo procedente em parte a pretensão punitiva deduzida na denúncia para ABSOLVER os réus PAULO HENRIQUE REIS SOUZA da imputação nos art. 29 do Código Penal e art. 12, da Lei n.º 10.826/03 e ZOANE JOSÉ FELÍCIO DE SOUZA do crime tipificado no o art. 33, caput, da Lei n.º 11.343/06 c/c art. 29 do Código Penal.
Quanto à imputação nos Art. art. 33, caput, da Lei n.º 11.343/06 em relação a PAULO HENRIQUE REIS SOUZA desclassifico para a infração do crime de porte de drogas para consumo pessoal e, por consequência, CONDENAR o réu PAULO HENRIQUE REIS SOUZA, brasileiro, nascido em 06/02/1995, natural de Porto Velho/RO, filho de Elildia dos Reis Souza, portador do RG nº 1288491/RO e CPF nº 028.473.462-44,residente na rua Teodoro Lopes, nº 8638, no bairro São Francisco, como incurso nas penas do artigo 28 da Lei n.º 11.343/2006.
Para tanto, aplico-lhe a pena de advertência sobre os efeitos das drogas, prevista no Art. 28, I, da Lei 11.343/2006,
Sem custas, visto ambos estarem assistidos pela defensoria pública
Determino a incineração das substâncias entorpecentes apreendidas, inclusive, da contraprova.
Encaminhe as munições apreendidas ao Exército para sua destruição.
Determino a Devolução dos valores apreendidos, seja, R$ 141,00 (cento e quarenta e um reais) a ZOANE JOSÉ FELÍCIO DE SOUZA, alertando para que em 60 dias retire o dinheiro sob pena de destinação ao SENAD.
Restitua os aparelhos celulares, com a comprovação de sua posse."
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, (Seg a sex - 07h-14h), Fone: 69 3309-7001, E-mail: cpe1gvcrim@tjro.jus.br, 17 de julho de 2023.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos
Processo: 7034591-71.2023.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ESPECIAL DA LEI ANTITÓXICOS (300)
REU: JOSE ROBISCLEY DE SOUZA SILVA
Advogados do(a) REU: FRANCISCO JOSE DA SILVA RIBEIRO - RO1170, WLADISLAU KUCHARSKI NETO - RO3335
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados da decisão de ID 93319277 que redesignou a audiência de instrução e julgamento.
Porto Velho, 17 de julho de 2023

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos
Processo: 7040348-46.2023.8.22.0001
Classe: LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA (305)
Advogado do requerente: CAMILA CRISTINA BRITO - OAB RO10367
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados da decisão de ID 93375785.
Porto Velho, 17 de julho de 2023

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 2ª Vara de Delitos de Tóxicos
Processo: 7043688-95.2023.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ESPECIAL DA LEI ANTITÓXICOS (300)
REU: SAHIMON LORRAINI FERREIRA DE MIRANDA
Advogado do(a) REU: ROBERTO DE SOUZA BARROS - GO60537
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados da decisão de ID 93366961.
Porto Velho, 17 de julho de 2023

1ª VARA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado da Violência Doméstica
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7044222-39.2023.8.22.0001
Classe: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal
Polo Ativo: A. P. G.
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
Polo Passivo: J. P. P.
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)

DECISÃO - PLANTÃO JUDICIAL
Trata-se de pedido de medida protetiva de urgência requerida por Alaide Pio Gonçalves em face de João Pereira Pinto.
Conforme consta no boletim de ocorrência, a requerente narra que trabalha como auxiliar de açougue em uma rede de supermercados há cerca de um ano (Assaí Atacadista) e que há aproximadamente 6 meses o requerido a constrange, assedia e a agride verbalmente, que também trabalha no mesmo local.
Afirma que o fato era relatado à sua antiga encarregada, contudo, somente após a troca de chefia que as reclamações passaram a ser recebidas e, com isso, a nova encarregada também passou a ser assediada e agredida.
A requerente afirma que os fatos iniciaram quando ela não aceitou as investidas do requerido e que a situação saiu do controle quando ele passou a agredi-la fisicamente, a empurrando e jogado ao chão.
Requereu, na ocasião, a proibição de se aproximar, de manter contato e de frequentar determinados locais e o acompanhamento psicossocial do agressor.
Anexo ao pedido o boletim de ocorrência.
É o breve relatório. Decido.
No caso presente, em que pese a aparente ausência dos requisitos elencados no artigo 5º da Lei n.º 11.340/06 para a concessão das medidas protetivas, deve-se destacar que a Lei Maria da Penha tem por finalidade o amparo e proteção à integridade física e psicológica das mulheres, e por mais que o dispositivo faça menção à violência ocorrida no âmbito doméstico e familiar, deve-se considerar os fins sociais a que se destinam a norma, na forma do artigo 4º da Lei n.º 11.340/06: "Art. 4º Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar."
No caso dos autos, verifica-se que a requerente se encontra em momento de grande fragilidade emocional, pois não suporta mais a situação, que lhe causou problemas psicológicos.
A Convenção Interamericana de Belém do Pará prevê, em seu artigo 2º, "b", proteção à mulher, vítima de assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local e cometida por qualquer pessoa:
Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica: […] b. ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; (grifou-se).
A Lei 11.340/2006, em seu art. 5º, prevê expressamente que configura violência doméstica qualquer ação e omissão que baseada no gênero que cause à vítima morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.
Ademais, não se pode esquecer que, segundo o art. 6º da mesma lei, a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.
No caso dos autos, verificada a recalcitrância do requerido em agredir intimamente a vítima com abusos de ordem psicológica e sexual em seu local de trabalho, por mais que ausente o laço familiar/afetivo entre eles, deve atender a Lei seu principal objetivo, qual seja, inibir a violência de gênero — já verifica nos autos após avaliação pela equipe especializada, e garantir a integridade física e psicológica da mulher.
Assim, a situação relatada nos autos permite o deferimento do pedido da vítima. Há um aparente desequilíbrio emocional por parte do requerido ante os relatos constantes nas declarações. O perigo da demora é notório, já que o risco da vítima é atual e iminente.
Desta forma, defiro à vítima as seguintes medidas protetivas:
a) proibição do requerido de se aproximar da requerente a menos de 10 (dez) metros de distância, inclusive no local de trabalho;
b) proibição do requerido de entrar em contato com a requerente pessoalmente ou por qualquer meio de comunicação, inclusive telefônico, redes sociais, dentre outros.
Tudo isso sob pena de POSSÍVEL DECRETAÇÃO DE SUA PRISÃO PREVENTIVA, no caso de descumprimento dessas medidas.
Fica ciente o requerido, ainda, que o descumprimento de medida protetiva de urgência caracteriza o crime previsto no art. 24-A da Lei 11.340/2006 (redação dada pela Lei Federal n. 13.641/2018), que inclusive veda a aplicação de fiança pela autoridade policial na hipótese de flagrante.
Ademais, por ora, não acolho o pedido de "comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação", pois há necessidade de maiores esclarecimentos para o deferimento desta medida.
III - DAS DEMAIS DELIBERAÇÕES:
Tanto vítima quanto o requerido deverão ler atentamente a presente decisão e, em caso de dúvida, poderão entrar em contato com as instituições citadas anteriormente, por meio dos telefones fornecidos.
Sirva-se a presente como MANDADO DE INTIMAÇÃO das partes, bem como para efetivo cumprimento das medidas acima concedidas, fazendo-se acompanhar de apoio policial, se for necessário.
Ao Sr. oficial de justiça:
1- Ao intimar a requerente, solicitar/certificar junto a ela possível endereço e contato atualizado do requerido para, em seguida, proceder sua intimação pessoal. E ainda, certificar o contato das partes atualizado, possibilitando intimações virtuais futuras.
2- ESTABELEÇO PRAZO DE 48H (quarenta e oito horas) PARA CUMPRIMENTO DO MANDADO (Resolução do CNJ nº. 346/2020), quando do cumprimento do mandado inicial. Não havendo êxito na primeira tentativa de localização do requerido, após diligenciar junto à vítima possível novo endereço, concedo mais mais 48H (quarenta e oito horas) para localizá-lo no endereço informado por ela.
3- Deverá o meirinho anexar, em separado, o endereço da requerente e do requerido, para se proceder às respectivas intimações, atentando-se para não fornecer o endereço de uma parte a outra, para preservação dos dados pessoais.
4- Caso o requerido tente, de todas as formas, ocultar-se para ser intimado pessoalmente, autorizo, desde já, o Sr.(a) Oficial(a) de Justiça a proceder a intimação por hora certa, consoante disposição prevista no ENUNCIADO 42 do FONAVID e previsão legal no artigo 362 do CPP e art. 227 do CPC.
5- Havendo manifestação expressa da vítima para que não mais sejam cumpridas as medidas deferidas, deverá o(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça certificar no mandado, tornando os autos conclusos para análise de imediato.
Fica a vítima ciente da necessidade e importância de manter atualizado o seu endereço, bem como fornecer dados suficientes para localização do requerido, sob pena de ineficiência das presentes medidas protetivas de urgência, o que poderá acarretar em sua extinção.
Poderá entrar em contato com o Juizado de Violência Doméstica por meio dos seguintes telefones: 3309-7105, 3309-7106 ou 3309-7107.

Em caso de descumprimento das medidas, a vítima poderá solicitar ajuda/auxílio perante os canais de acesso a seguir:
Polícia Militar: disque 190;
Polícia Militar - Patrulha Maria da Penha - NUPEVID: 69 9 8485 9602;
Delegacia da Mulher - DEAM: 69 3216 8855; 69 3216 8800; 69 9.8479-8760
Ministério Público Estadual: 69 3216 3577 ou whatsapp 69 98408-9931 ou e-mail violenciadomestica@mpro.mp.br; e
Defensoria Pública Estadual - Núcleo Maria da Penha: 69 99204-4715 ou por e-mail: nudem@defensoria.ro.def.br.
Na hipótese de NECESSIDADE DE PRORROGAÇÃO das presentes medidas:
1- Finalizado o prazo de validade das medidas protetivas, a vítima poderá, caso haja persistência nas agressões ou em seu receio de que essas voltem a ocorrer, requerer a prorrogação das medidas protetivas ora concedidas, já que válidas por 06 (seis) meses.
2- O pedido de prorrogação deverá ser feito por intermédio de advogado particular ou por meio dos mesmos canais acima citados, 10 (dez) dias antes de finalizar o prazo de validade.
3- Decorrido o prazo sem manifestação da requerente quanto a prorrogação das medidas, as medidas protetivas SERÃO EXTINTAS.
Determinações ao Cartório/CPE:
1- Encaminhe-se cópia da presente decisão ao Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – NUPEVID, indicando endereço e contato telefônico das partes, para ciência e o devido acompanhamento.
2 - Intimem-se as partes e dê-se ciência ao Ministério Público.
3- Ciência à DPE-NUDEM.
Porto Velho/RO, 14 de julho de 2023.
GUILHERME REGUEIRA PITTA
Juiz de Direito Substituto

1º Juízo do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Porto Velho/RO Fórum Geral Desembargador César Montenegro Avenida Pinheiro Machado, n.º 777, Bairro: Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO (Seg à sex - 07h às 14h), 69 3309-7107, e-mail: juizadomulher@tjro.jus.br
7000487-53.2023.8.22.0001
Ameaça
Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal
REQUERENTE: C. G. D. A. D.
REQUERIDO: R. N. L. D. N. D.
DESPACHO
Proceda-se à tentativa de intimação da requerente via WhatsApp, conforme requerido no ID 93331634. Caso seja infrutífera a tentativa, retornem os autos conclusos para extinção das medidas. Caso a intimação reste frutífera, intime-se o requerido por edital, com prazo de 05 dias, retornando os autos conclusos para suspensão.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 14 de julho de 2023.
Tulio Augusto Geraldo Parreiras
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - COMARCA DE PORTO VELHO
1° JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS
Processo : 0000556-33.2021.8.22.0501
Classe : INQUÉRITO POLICIAL (279)
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia e outros, MPRO
RÉU: MARCELO RIBEIRO DE MELO.
Finalidade: INTIMAR o réu Marcelo Ribeiro de Melo para entrar em contato com o n. (69) 3309-7107 OU comparecer no Cartório do Juizado de Violência Doméstica e Familiar, situado na Av. Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho/RO (3º Andar) no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação para restituição da fiança mediante alvará de levantamento, ficando ciente que caso não compareça no prazo, o valor será transferido a Conta Única do TJ-RO. Ressalta-se que o valor a ser devolvido é de aproximadamente R$ 2.000,00 (dois mil reais).
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
GUSTAVO SILVA SOARES
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado da Violência Doméstica
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7044313-32.2023.8.22.0001
Classe: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal
Polo Ativo: S. D. C. P.
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: J. O. M.
ADVOGADO DO REQUERIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Recebi no plantão.

I- RELATÓRIO:
Cuida-se de processo cautelar, com pedido por Medidas Protetivas de Urgência feito por SELMA DA COSTA PINHEIRO em face de JONAS OLIVEIRA MARTINS.
Suscintamente, de acordo com as informações da própria vítima, ela mora há 27 anos com o requerido e com ele possui três filhos. Que não tem liberdade para sair nem receber familiares e amigos na casa. Afirma que o requerente a humilha e insinua que a requerente possui outros relacionamentos. Por fim, aduz que desenvolveu depressão e toma remédio controlado em razão do relacionamento.
Receosa por sua integridade física e psicológica pede, nos termos da Lei n. 11.340/2006, afastamennto do agressor do lar; proibição de se aproximar, de manter contato e de frequentar determinados locais; restrição/suspensão de visitas a filhos menores.
Anexou boletim de ocorrência policial e outros.
É o relatório. Decido.
II - DA CONCESSÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA:
Trata-se de caso típico de violência doméstica, noticiando os autos violência psicológica e física praticada, em tese, pelo requerido contra a requerente.
A Lei Federal n. 11.340/2006 prevê, dentre outras, a possibilidade de medida protetiva consistente na proibição de se aproximar da vítima, familiares e testemunhas em certo limite de distância e proibição de contato com esses por qualquer meio de comunicação (art. 22, inciso III, alíneas “a” e “b”).
Trata-se de caso que permite tal deferimento, o desequilíbrio emocional do requerido é patente, ante os relatos constantes nas declarações. O perigo da demora é notório, já que o risco da vítima, é atual e iminente.
Deve-se evitar, portanto, que haja a possibilidade de reiteração de conduta, ou que algo mais grave possa acontecer, sendo indispensável atuação imediata do Estado para impedir.
Desta forma, acolhendo parcialmente o pedido da vítima e requerente, defiro, pelo prazo de 6 (seis) meses as seguintes medidas protetivas de urgência, a serem fielmente cumpridas por JONAS OLIVEIRA MARTINS.:
a) proibição do requerido de se aproximar da requerente e de seus familiares a menos de 100 (cem) metros de distância;
b) proibição de entrar em contato com a requerente e seus familiares por qualquer meio de comunicação, inclusive telefônico, redes sociais, dentre outros;
c) proibição do requerido de frequentar a residência e o local de trabalho da requerente, estando ela presente ou não nestes locais;
d) afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência
Tudo isso sob pena de POSSÍVEL DECRETAÇÃO DE SUA PRISÃO PREVENTIVA , no caso de descumprimento dessas medidas.
Fica ciente o requerido, ainda, que o descumprimento de medida protetiva de urgência caracteriza o crime previsto no art. 24-A da Lei 11.340/2006 (redação dada pela Lei Federal n. 13.641/2018), que inclusive veda a aplicação de fiança pela autoridade policial na hipótese de flagrante.
Deixo de conceder os pedidos de restrição/suspensão de visitas aos filhos menores ou da guarda primária pois as referidas matérias deverão ser, preferencialmente, discutidas perante o Juízo competente (Vara de Família), por meio da Defensoria Pública (DPE) ou advogado constituído. Fica ciente a requerente, do contato DPE - NUDEM (69 99204-4715 ou por e-mail: nudem@defensoria.ro.def.br), caso não possua condição de constituir um(a) advogado(a), onde será promovida instrução processual adequada.
Ademais, o inciso V do art. 22 da Lei Maria da Penha exige que, para concessão da medida protetiva de restrição ou suspensão de visita aos dependentes menores, seja ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar, o que poderá ser requerido pelo Ministério Público, Defensoria Pública ou advogado.
Ressalte-se que eventual dissolução da união (separação) com partilha de bens, discussões acerca de seus direitos como companheiros, deverão ser analisadas por uma das varas de família da capital, devendo a vítima ser representada por advogado ou pela Defensoria Pública.
A presente decisão não restringe qualquer direito do requerido e da requerente com relação ao direito de visitas aos filhos menores.
As partes deverão eleger um membro da família ou amigo íntimo para fazer a mediação quanto à visitação dos filhos durante a vigência das medidas, de modo que não haja contato entre requerido e requerente, até que se resolva a questão da guarda, alimentos e direito de visitas em definitivo, perante o juízo competente (vara de família).
III - DAS DEMAIS DELIBERAÇÕES:
Tanto vítima quanto o requerido deverão ler atentamente a presente decisão e, em caso de dúvida, poderão entrar em contato com as instituições citadas anteriormente, por meio dos telefones fornecidos.
Sirva-se a presente como MANDADO DE INTIMAÇÃO das partes, bem como para efetivo cumprimento das medidas acima concedidas, fazendo-se acompanhar de apoio policial, se for necessário.
Ao Sr. oficial de justiça:
1- Ao intimar a requerente, solicitar/certificar junto a ela possível endereço e contato atualizado do requerido para, em seguida, proceder sua intimação pessoal. E ainda, certificar o contato das partes atualizado, possibilitando intimações virtuais futuras.
2- ESTABELEÇO PRAZO DE 48H (quarenta e oito horas) PARA CUMPRIMENTO DO MANDADO (Resolução do CNJ nº. 346/2020), quando do cumprimento do mandado inicial. Não havendo êxito na primeira tentativa de localização do requerido, após diligenciar junto à vítima possível novo endereço, concedo mais mais 48H (quarenta e oito horas) para localizá-lo no endereço informado por ela.
3- Deverá o meirinho anexar, em separado, o endereço da requerente e do requerido, para se proceder às respectivas intimações, atentando-se para não fornecer o endereço de uma parte a outra, para preservação dos dados pessoais.
4- Caso o requerido tente, de todas as formas, ocultar-se para ser intimado pessoalmente, autorizo, desde já, o Sr.(a) Oficial(a) de Justiça a proceder a intimação por hora certa, consoante disposição prevista no ENUNCIADO 42 do FONAVID e previsão legal no artigo 362 do CPP e art. 227 do CPC.
5- Não sendo as partes localizadas, após diligências pelo Oficial de Justiça, e considerando-se o art. 3º da Resolução n. 346/2020 do CNJ, determino ao cartório a intimação das partes do teor desta decisão por meio de WhatsApp, contato telefônico, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação, certificando-se nos autos.
6- Havendo manifestação expressa da vítima para que não mais sejam cumpridas as medidas deferidas, deverá o(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça certificar no mandado, tornando os autos conclusos para análise de imediato.
Fica a vítima ciente da necessidade e importância de manter atualizado o seu endereço, bem como fornecer dados suficientes para localização do requerido, sob pena de ineficiência das presentes medidas protetivas de urgência, o que poderá acarretar em sua extinção.
Poderá entrar em contato com o Juizado de Violência Doméstica por meio dos seguintes telefones: 3309-7105, 3309-7106 ou 3309-7107.

Em caso de descumprimento das medidas, a vítima poderá solicitar ajuda/auxílio perante os canais de acesso a seguir:
Polícia Militar: disque 190;
Polícia Militar - Patrulha Maria da Penha - NUPEVID: 69 9 8485 9602;
Delegacia da Mulher - DEAM: 69 3216 8855; 69 3216 8800; 69 9.8479-8760
Ministério Público Estadual: 69 3216 3577 ou whatsapp 69 98408-9931 ou e-mail violenciadomestica@mpro.mp.br; e
Defensoria Pública Estadual - Núcleo Maria da Penha: 69 99204-4715 ou por e-mail: nudem@defensoria.ro.def.br.
Na hipótese de NECESSIDADE DE PRORROGAÇÃO das presentes medidas:
1- Finalizado o prazo de validade das medidas protetivas, a vítima poderá, caso haja persistência nas agressões ou em seu receio de que essas voltem a ocorrer, requerer a prorrogação das medidas protetivas ora concedidas, já que válidas por 06 (seis) meses.
2- O pedido de prorrogação deverá ser feito por intermédio de advogado particular ou por meio dos mesmos canais acima citados, 10 (dez) dias antes de finalizar o prazo de validade.
3- Decorrido o prazo sem manifestação da requerente quanto a prorrogação das medidas, as medidas protetivas SERÃO EXTINTAS.
Determinações ao Cartório/CPE:
1- Encaminhe-se cópia da presente decisão ao Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – NUPEVID, indicando endereço e contato telefônico das partes, para ciência e o devido acompanhamento.
2 - Intimem-se as partes e dê-se ciência ao Ministério Público.
3- Ciência à DPE-NUDEM.
Porto Velho/RO. 17 de julho de 2023.
Guilherme Regueira Pitta
Juiz Substituto

1º Juízo do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Porto Velho/RO
Fórum Geral Desembargador César Montenegro
Avenida Pinheiro Machado, n.º 777, Bairro: Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO (Seg à sex - 07h às 14h), 69 3309-7107, e-mail: juizadomulher@tjro.jus.br
Vara: 1° Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
Processo:7001997-04.2023.8.22.0001
Classe: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal
REQUERENTE: F. H. D. S.
REQUERIDO: L. J. B.
Decisão
Trata-se de pedido de medida protetiva interposto pela requerente em desfavor do requerido, conforme narrativa dos autos.
As medidas requeridas foram deferidas pelo prazo de 6 (seis) meses.
A decisão que concedeu as medidas foi expressa ao asseverar que a vítima pode, nos casos em que entender necessário e com base em elementos justificáveis, requerer a prorrogação das medidas protetivas ora concedidas.
O pedido de prorrogação deve ser feito por intermédio de advogado particular ou por meio do NUDEM - Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, no prazo de 10 (dez) dias antes da data vencimento das referidas medidas.
Até o momento, não há qualquer pedido expresso pela prorrogação.
Não obstante, a concessão das medidas protetivas não pode implicar na subsistência indefinida dessas, gerando uma coação desproporcional ao requerido (STJ. RHC 120880/DF 2019/0350374-4. Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca. Órgão Julgador: Quinta Turma. Julgado em: 22/09/2020. Publicado em: 28/09/2020).
Em face do exposto, REVOGO as Medidas Protetivas de Urgência e EXTINGO os presentes autos.
Dispensada as intimações.
Após, arquivem-se.
Porto Velho/RO segunda-feira, 17 de julho de 2023
Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - COMARCA DE PORTO VELHO
1° JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
Processo : 0016204-24.2019.8.22.0501
Classe : AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMÁRIO (10943)
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, MPRO
REQUERIDO: F. F. D., Advogado do(a) REQUERIDO: FIRMINO GISBERT BANUS - RO0000163A
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: F. J. D., Advogados: Dhuli Arieta da Silva Eler - OAB/RO n° 8140; Sônia de Farias da Luz - OAB/RO n° 7515.
Finalidade: INTIMAR os advogados supracitados da Audiência que realizar-se-á por videoconferência, id. 83405413

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - COMARCA DE PORTO VELHO
1° JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
5 (cinco) dias
Processo : 0004137-90.2020.8.22.0501
Classe : AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMÁRIO (10943)

AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, MPRO
SENTENCIADO: SEBASTIAO VIEIRA PRATA, Advogados do(a) SENTENCIADO: JANDERKLEI PAES DE OLIVEIRA - RO6808, JOSE GOMES BANDEIRA FILHO - RO816
Finalidade: INTIMAR as partes e advogados supracitadas da decisão abaixo transcrita (prazo: 5 (cinco) dias):
"Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para o fim de CONDENAR o réu SEBASTIÃO VIEIRA PRATA, já qualificado nos autos, com o incurso no art. 21 da LCP c/c art. 61, II, "f" do CP e art. 232 do ECA, em concurso material."

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - COMARCA DE PORTO VELHO
1° JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS
Processo : 0007610-55.2018.8.22.0501
Classe : AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMÁRIO (10943)
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, MPRO
RÉU: RAFAEL GOMES DE OLIVEIRA, Advogados do(a) RÉU: BRUNO PAIVA OLIVEIRA - RO8056, JEANDERSON LUIZ VALERIO ALMEIDA - RO6863, MATHEUS LIMA DE MEDEIROS - RO10795
Finalidade: INTIMAR os advogados supracitadas da Sentença prolatada nos autos em epígrafe, na data de 16/07/2023, cujo dispositivo transcrevo:
"(...) Deste modo, ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão contida na denúncia para fins de absolver RAFAEL GOMES DE OLIVEIRA das sanções dos arts. 147, caput, do CP (1º e 2º fato); art. 148, §1º, I, do CP (1º fato); e art. 24-A da Lei 11.340/2006 (2º fato), o fazendo com fulcro no art. 386, VII, do CPP. Isento de custas. Comunique-se à vítima, pessoalmente. Dispensada a intimação pessoal do réu, sendo suficiente a intimação na pessoa de seu advogado constituído. Cientifique-se o Ministério Público e a Defesa técnica. Com o trânsito em julgado, nada mais havendo, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho, 16 de julho de 2023. Túlio Augusto Geraldo Parreiras Juiz de Direito Substituto"
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
GUSTAVO SILVA SOARES
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente)

2ª VARA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA DE PORTO VELHO
2° JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 60 dias
Processo: 0008936-55.2015.8.22.0501
Classe: MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA) CRIMINAL (1268)
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia
REQUERIDO: ELIEZIO MENEZES ZACARIAS
Finalidade: INTIMAR a(s) pessoa(s) supracitada(s) para que no prazo de 15 dias, a contar da intimação, efetue o pagamento de custas processuais no valor de R$ 674,94 (seiscentos e setenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), sob pena de protesto e inscrição do nome em dívida ativa.
OBS.: O boleto relativo às custas/multa do processo pode ser gerado por meio do link: https://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - COMARCA DE PORTO VELHO
2° JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
EDITAL DE INTIMAÇÃO
5 (cinco) dias
Processo : 7071137-62.2022.8.22.0001
Classe : AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMÁRIO (10943)
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, MPRO
DENUNCIADO: JOAO BENTO DA COSTA NETO, Advogados do(a) DENUNCIADO: LUIZ GUILHERME DE CASTRO - RO8025, MARIA DA CONCEICAO AGUIAR LEITE DE LIMA - RO5932
Finalidade: INTIMAR os advogados supracitados para apresentarem alegações finais no prazo de 5 (cinco) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - COMARCA DE PORTO VELHO
2° JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
Processo : 7040911-11.2021.8.22.0001
Classe : AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMÁRIO (10943)

AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, MPRO
REU: GELSON BARROS GARCIA, Advogado do(a) REU: EZIO PIRES DOS SANTOS - RO5870
Finalidade: INTIMAR as partes e advogados supracitadas da decisão abaixo transcrita (prazo: 5 (cinco) dias):
Despacho
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 01/08/2023 às 08h00min, na forma do artigo 400 do Código de Processo Penal, devendo ser intimado o réu e a vítima, bem como requisitadas as testemunhas arroladas na denúncia. A testemunha de Defesa comparecerá independentemente de intimação (id. 81328176).
A audiência se dará de forma presencial, preferencialmente, devendo as partes comparecer na sala de audiências deste 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, no endereço acima indicado. Faculta-se às partes, no entanto, a presença virtual na solenidade, por meio do aplicativo Google Meet, no endereço eletrônico abaixo mencionado.
Determino ao Oficial de Justiça para, no ato da intimação, indagar e certificar o número do celular da parte a ser intimada, possibilitando, assim, a realização da audiência por videoconferência.
Oficie-se à Corregedoria da Polícia Militar, com 72h de antecedência à audiência, no mínimo, requisitando os policiais militares Lewistone Silva Rocha e Rafael Riceli Garcia de Carvalho, arrolados pelo Ministério Público, para serem ouvidos por videoconferência. Sirva-se da presente como Ofício, dando-se ciência deste, bem como do link, dia e horário acima designados para a audiência. Atentem-se os Policiais Militares quanto ao dever de contatar a secretaria do Juízo, por meio do telefone/whatsapp 69 3309-7106, para a participação na solenidade, resguardada a opção de comparecer presencialmente à sala de audiências.
Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defesa, esta via DJe.
Expeça-se todo o necessário para a realização do ato, servindo-se da presente como Mandado de Intimação.
Cumpra-se.
Seguem algumas observações e medidas a serem adotadas:
1. Alerte-se às partes, testemunhas, Ministério Público e advogados habilitados nos autos que, no dia e horário acima descritos, todos, deverão acessar o link https://meet.google.com/nsw-vwau-unw, utilizando celular, notebook ou computador que possua vídeo e áudio em regular estado. Na hipótese da testemunha não possuir endereço eletrônico ou equipamento, poderá participar da solenidade no escritório do advogado da parte.
2. A sala de audiências por meio do Link disponibilizado acima deverá ser acessada com 15 (quinze) minutos de antecedência do horário designado para o ato, evitando atrasos e possibilitando a conferência do equipamento de áudio e vídeo. Como já citado, o acesso à sala de audiência virtual poderá ser feito por meio de computador com webcam ou celular (Caso utilize celular, deverá a parte realizar a baixa/ download do aplicativo “Google Meet” antes da audiência);
3. Deverão estar com documento pessoal em mãos para conferência da identidade dos advogados, partes e testemunhas na instalação do ato;
4. Preferencialmente, utilizar fone de ouvido com microfone integrado para melhor captação do som;
5. Escolher um local silencioso para participar da audiência a fim de evitar interferências externas (ruídos, falas de outras pessoas, sons de ventilador, etc.);
6. Certificar-se de estar conectado à internet de boa qualidade no horário da audiência, atentando-se que pacotes de dados não são suficientes para a realização do ato;
7. Em caso de dúvida sobre a audiência, favor entrar em contato com o gabinete da vara por meio do telefone 69 3309-7106 (somente whatsapp) ou 3309-7107 (horário de atendimento: segunda à sexta-feira, das 7h às 14h).
Porto Velho/RO, 26 de junho de 2023.
Acir Teixeira Grécia
Juiz de Direito
(Assinado digitalmente)
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
HUANDERSON DIAS MARINHO
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - COMARCA DE PORTO VELHO
2° JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
Processo : 0003282-14.2020.8.22.0501
Classe : AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMÁRIO (10943)
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, MPRO
REU: VALTEIR DE SOUZA DA SILVA
Advogado do(a) REU: GIULIANO DE TOLEDO VIECILI - RO2396
Finalidade: INTIMAR o Advogado da seguinte sentença: DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva estatal deduzida na denúncia para ABSOLVER VALTEIR DE SOUZA DA SILVA da imputação por reconhecer a legítima defesa, nos termos do art. 386, VII do Código de Processo Penal.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se aos autos.
Servirá a presente sentença como mandado.
Sentença registrada eletronicamente.
Publique-se. Intimem-se.
Porto Velho, 17 de abril de 2023.
Rosiane Pereira de Souza Freire
Juíza de Direito Substituta
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
TAIS LIZIE CARPENEDO
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - COMARCA DE PORTO VELHO
2° JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
Processo : 7087281-14.2022.8.22.0001
Classe : AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMÁRIO (10943)
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: Ministério Público do Estado de Rondônia, MPRO
REQUERIDO: EDIVAN SOARES NASCIMENTO, Advogados do(a) REQUERIDO: ARDILES GIMAX HENRIQUE - RO12199, MARCOS DANIEL SANTOS - RO12178
Finalidade: INTIMAR as partes e advogados supracitadas da decisão abaixo transcrita (prazo: 5 (cinco) dias):
Despacho SANEADOR
O acusado, em resposta à acusação, arguiu preliminarmente o reconhecimento da falta de justa causa para a ação penal e insuficiência probatória alegando, em síntese, que apenas os depoimentos constantes do Inquérito Policial subsidiam a denúncia ofertada, a falta de laudo de exame de corpo de delito/fotos/vídeos que sustentes a alegação da vítima de que foi agredida fisicamente (id. 92801989).
Contudo, consigna-se o entendimento firmado pelos tribunais superiores de que o recebimento da denúncia com base no depoimento da vítima por crimes havidos no âmbito doméstico é possível, de vez que no curso da instrução processual é que serão colhidos outros elementos de convicção aptos a confirmar ou não, as alegações da vítima colhidas extrajudicialmente, mormente quando se tratam de delitos cometidos clandestinamente, ou seja, sem a presença de testemunhas (STJ. HC 263690/RJ. 2013/0011695-69. Rel. Min. Moura Ribeiro).
Ademais, no tocante a alegação de ausência do laudo de exame de corpo de delito da vítima, no caso é desnecessário, tendo em vista que não lhe foi imputado a prática de lesão corporal, mas sim de vias de fato, infração penal residual.
Pelos motivos expostos, não acolho a preliminar arguida.
Superada esta questão, constato que o processo está em ordem, inexistindo vício, nulidade ou irregularidade a ser sanada.
Nos autos não se vislumbra qualquer uma das hipóteses estabelecidas no artigo 397 do Código de Processo Penal, não sendo cabível a absolvição sumária.
Para a análise dos argumentos trazidos pela defesa em sua resposta, se faz necessário um estudo mais aprofundado das provas, o que poderá ocorrer tão somente depois da instrução processual, mesmo porque não é possível julgar o caso com base apenas nas provas colhidas na fase policial (artigo 155 do Código de Processo Penal).
Assim, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 21/08/2023 às 11h20min, na forma do artigo 400 do Código de Processo Penal, devendo ser intimado o réu, vítima e a testemunha arrolada na denúncia.
A audiência se dará de forma presencial, preferencialmente, devendo as partes comparecer na sala de audiências deste 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, no endereço acima indicado. Faculta-se às partes, no entanto, a presença virtual na solenidade, por meio do aplicativo Google Meet, no endereço eletrônico abaixo mencionado.
Determino ao Oficial de Justiça para, no ato da intimação, indagar e certificar o número do celular da parte a ser intimada, possibilitando, assim, a realização da audiência por videoconferência.
Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defesa, esta via DJe
Expeça-se todo o necessário para a realização do ato, servindo-se da presente como Mandado de Intimação.
Cumpra-se.
Seguem algumas observações e medidas a serem adotadas:
1. Alerte-se às partes, testemunhas, Ministério Público e advogados habilitados nos autos que, no dia e horário acima descritos, todos, deverão acessar o link https://meet.google.com/axd-huka-nvd, utilizando celular, notebook ou computador que possua vídeo e áudio em regular estado. Na hipótese da testemunha não possuir endereço eletrônico ou equipamento, poderá participar da solenidade no escritório do advogado da parte.
2. A sala de audiências por meio do Link ou QR Code disponibilizados acima deverá ser acessada com 15 (quinze) minutos de antecedência do horário designado para o ato, evitando atrasos e possibilitando a conferência do equipamento de áudio e vídeo. Como já citado, o acesso à sala de audiência virtual poderá ser feito por meio de computador com webcam ou celular (Caso utilize celular, deverá a parte realizar a baixa/download do aplicativo “Google Meet” antes da audiência);
3. Deverão estar com documento pessoal em mãos para conferência da identidade dos advogados, partes e testemunhas na instalação do ato;
4. Preferencialmente, utilizar fone de ouvido com microfone integrado para melhor captação do som;
5. Escolher um local silencioso para participar da audiência a fim de evitar interferências externas (ruídos, falas de outras pessoas, sons de ventilador, etc.);
6. Certificar-se de estar conectado à internet de boa qualidade no horário da audiência, atentando-se que pacotes de dados não são suficientes para a realização do ato;
7. Em caso de dúvida sobre a audiência, favor entrar em contato com o gabinete da vara por meio do telefone 69 3309-7106 (somente whatsapp) ou 3309-7107 (horário de atendimento: segunda à sexta-feira, das 7h às 14h).
Porto Velho/RO, 4 de julho de 2023.
Acir Teixeira Grécia
Juiz de Direito
(Assinado digitalmente)
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
HUANDERSON DIAS MARINHO
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - COMARCA DE PORTO VELHO
2° JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE QUINZE DIAS
Processo : 7043592-17.2022.8.22.0001
Classe : AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMÁRIO (10943)

ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: PCRO - Porto Velho - Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher - DEAM e outros,
DENUNCIADO: CRISTIANO DE OLIVEIRA MACIEL, atualmente em local não sabido.
Finalidade: CITAÇÃO, para responder à acusação, conforme denúncia do Ministério Público do Estado de Rondônia por violação ao art. o art. 24-A da Lei 11.340/06 e artigo 150 do Código Penal, por intermédio de advogado (art. 396-A do CPP), no prazo de 10 (dez) dias, podendo alegar tudo que interessar à defesa, inclusive arrolar testemunhas. Não tendo o réu advogado e não podendo constituí-lo, ou não vindo a defesa no prazo legal, abra-se vista dos autos à Defensória Pública para este fim (§2° do artigo 396-A, do CPP).
SEDE DO JUÍZO: Fórum Geral Desembargador César Montenegro. 3° Andar: Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Av. Pinheiro Machado, 777 - Bairro Olaria, Porto Velho-RO, CEP 76801-235. Telefone: 69-3309-7107. E-mail: juizadomulher@tjro.jus.br.

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 1ª Vara do Tribunal do Júri
Processo: 7042080-62.2023.8.22.0001
Classe: LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA (305)
REQUERIDO: MINISTERIO PUBLICO e outros
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados da decisão de Id 93319364.
Porto Velho, 14 de julho de 2023

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Tribunal do Júri
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7044697-63.2021.8.22.0001
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: WILLIANS SILVA SANTOS
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Recebi no plantão.
Trata-se de cumprimento de mandado de prisão expedido nos autos nº 7044697-63.2021.8.22.0001, em trâmite na 1ª Vara do Tribunal do Júri de Porto Velho.
Assim, designo a audiência de custódia para o dia 16/07/2023, às 11h, cujo link para acesso à sala virtual será o seguinte: https://meet.google.com/dow-jxyy-jfhh
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Guilherme Regueira Pitta
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara do Tribunal do Júri
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7044280-42.2023.8.22.0001
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Polo Ativo: 2. D. D. F. D. P. V.
AUTORIDADE SEM ADVOGADO(S)
Polo Passivo: JANALEUDO GALDINO DOS SANTOS
ADVOGADO DO FLAGRANTEADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Recebi no Plantão.
Trata-se de comunicação de prisão em flagrante delito de Janaleudo Galdino dos Santos, qualificado nos autos, ocorrida aos 15/07/2023, sendo dado como incurso no art. 121, §2º, III c/c art. 14, II, todos do Código Penal.
Compulsando os autos, verifico que o auto de prisão em flagrante atende aos requisitos formais e materiais previstos nos arts. 302, 304 e 306 do Código de Processo Penal.
Por seu turno, não sendo o caso de concessão imediata de liberdade provisória, designo audiência de custódia para o dia 16/07/2023, às 11h30, a ser realizada de forma presencial, conforme Provimento da Corregedoria n° 1/2023, Sei n. 0014708-59.2022.8.22.8000, e Resolução CNJ n. 213/2015.
Nos termos do § 12 do artigo 2º do Provimento 1/2023, os advogados, públicos ou privados, e os membros do Ministério Público poderão requerer a participação própria por videoconferência, cujo link para acesso à sala virtual será o seguinte: https://meet.google.com/dow-jxyy-jfh
Também em relação ao disposto no § 12 do artigo 2º do Provimento 1/2023, faço constar que esse juízo não exercerá nenhum controle sobre a forma da participação do advogado, defensor ou promotor na audiência, cabendo ao próprio profissional decidir se virá presencialmente ao Fórum ou se atuará por videoconferência, sendo-lhes facultado fazer constar em ata eventual justificativa.

Cientifique-se pelos meios mais céleres disponíveis o Membro do Ministério Público e da Defensoria Pública Estadual, os quais poderão comparecer de forma presencial, de acordo com o artigo 2º do Provimento Corregedoria nº 1/2023 do TJ/RO.
Acaso possua o (a) preso (a) advogado (a) já constituído, mantenha-se contato - também pelo meio mais célere disponíveis - informando-o (a) da assentada supra.
Oficie-se a Unidade Prisional a providenciar o necessário para o comparecimento presencial do custodiado na Sala de Audiência desta Vara Criminal.
Caso já não constem nos autos, requisito à SEJUS que providencie até o horário da audiência de custódia a remessa do exame de corpo de delito e registros fotográficos do rosto e corpo inteiro da(s) pessoa(s) custodiada(s), enviando para o WhatsApp ou e-mail da Vara Criminal.
Identifique-se o processo como réu preso.
SIRVA-SE A PRESENTE COMO OFÍCIO [para fins de requisição do custodiado] e MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Cumpra-se com celeridade.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Guilherme Regueira Pitta
Juiz Substituto

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 1ª Vara do Tribunal do Júri
Processo: 7078258-44.2022.8.22.0001
Classe: AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI (282)
RECORRIDO: DIOSLEY DE SOUSA MENDES
Advogado do(a) RECORRIDO: MARCIO SANTANA DE OLIVEIRA - RO7238
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados acerca da fase do art. 422 do CPP.
Porto Velho, 17 de julho de 2023

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 1ª Vara do Tribunal do Júri
Processo: 7064001-48.2021.8.22.0001
Classe: AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI (282)
PRONUNCIADO: ERIVALDO LIMA CORREA
Advogado do(a) PRONUNCIADO: ROBERTO HARLEI NOBRE DE SOUZA - RO1642
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados dos documentos Id. 92647785, 92855073, 92855078, 92985033, 92988165, 92988182, 92988164, 92988171, 92988173, 92988174, 92988175, 92988176, 92988177, 93299227, 93333458 e 93299228.
Porto Velho, 17 de julho de 2023

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 2ª Vara do Tribunal do Júri
Processo: 0001987-15.2015.8.22.0501
Classe: AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI (282)
REU: DANIEL MORAIS DE SOUZA e outros
Advogado do(a) REU: EDUARDO BELMONTH FURNO - RO5539
Advogado do(a) REU: JOSE MARIA DE SOUZA RODRIGUES - RO1909
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados da decisão de Id 93318952.
Porto Velho, 17 de julho de 2023

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara do Tribunal do Júri
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 0005806-91.2014.8.22.0501
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia, LEANDRO BRASIL REIS
ADVOGADOS DOS AUTORES: MARCELO PASCOAL NOGUEIRA, OAB nº RO8913, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Polo Passivo: ELICLEZIA RODRIGUES DE AGUIAR, CLÓVIS DIAS PAIÃO
ADVOGADOS DOS RECORRIDOS: RODRIGO ADRIANO DE OLIVEIRA SILVA, OAB nº RO9700, VAGNER BOSCATO DE ALMEIDA, OAB nº RO6737, EVELI SOUZA DE LIMA, OAB nº RO7668, DENIZE RODRIGUES DE ARAUJO PAIAO, OAB nº RO6174A, ANTONIO HILDEGARDO RODRIGUES MENDES, OAB nº RO4680A, ALEXANDRE DO CARMO BATISTA, OAB nº RO4860
Vistos.
Designo o dia 19 de setembro de 2023, às 08h00min, para julgamento dos acusados CLÓVIS DIAS PAIÃO e ELICLÉZIA RODRIGUES DE AGUIAR perante o Tribunal do Júri.
Intimem-se/requisitem-se as testemunhas/informantes LEANDRO BRASIL REIS, AIRTON DE SOUZA MARTINS, ANDRÉ FELIPE PINHEIRO DA SILVA, GIGLIANE BRASIL REIS, EDNEY GALDINO LIMA, MARÍLIA ALMEIDA MAGALHÃES, CLODOALDO OLIVEIRA RODRIGUES, MARIA DA CONCEIÇÃO DAS NEVES XIMENES RODRIGUES, JOSÉ VAUDILSON FERREIRA DE ARAÚJO, LUCIANO MAZETTI, LUCAS MATHEUS PEREIRA SILVA, KARLA DIVINA PERILO, NÉLIO HENRIQUE DO CARMO AZEVEDO, NEI ANTÔNIO MARTTINI, WILSON BRITO LOPES, DAGMAR CESAR VIEIRA e NESTOR ROMANZINI (Delegado de Polícia), bem como os acusados CLÓVIS DIAS PAIÃO e ELICLÉZIA RODRIGUES DE AGUIAR, para comparecerem à sessão de julgamento.
Sem prejuízo da intimação pessoal, intimem-se os acusados por edital.
Juntem-se certidões de antecedentes criminais atualizadas dos acusados e da vítima.
Intimem-se o Ministério Público, o Assistente de acusação e à Defesa dos acusados.
Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO
JUIZ DE DIREITO

1ª VARA CRIMINAL

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 1ª Vara Criminal
Processo: 0014780-25.2011.8.22.0501
Classe: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
REU: Ana Regina de Araujo Rodolfo
Advogado do(a) REU: ZULDAS VEIGA DA COSTA FILHO - RO7295
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados da sentença de Id 93319190.
Porto Velho, 14 de julho de 2023

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 90 DIAS
Processo n. 7012270-42.2023.8.22.0001
RÉU: FABIO DA SILVA RODRIGUES, brasileiro, nascido aos 26/05/1986 em Porto Velho/RO, portador do RG 859796 SSP/RO e CPF 822.074.452-91, filho de José Rodrigues e Ivonete de Barros Silva.
Endereço: atualmente em local incerto e não sabido.
FINALIDADE: Intimar o réu acima qualificado, da sentença abaixo transcrita.
SENTENÇA:
[...]" DISPOSITIVO. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na inicial acusatória para CONDENAR o acusado FÁBIO DA SILVA RODRIGUES, já qualificado nos autos, como incurso nas sanções do Art. 288, §único (1º Fato), Art. 180, caput (2º Fato), e Art. 157, §3º, inc. II c.c. art. 29, caput, (Por duas vezes – na forma do art. 70, do CP – 3º FATO) , tudo na forma do art. 69, todos do Código Penal. [...] Tendo em vista que o acusado praticou os crimes previstos no artigo 288, parágrafo único, do CP, no artigo 180, caput, do CP e no art. 157, §3º, inc. II, c.c. art. 29, caput, (por duas vezes – na forma do art. 70, do CP), tudo, em concurso material de crimes, na forma do artigo 69 do mesmo códex, somo as penas impostas, quais sejam, 01 (um) ano, 02 (dois) meses e 12 (doze) dias de reclusão, acrescidos de 01 (um) ano, 02 (dois) meses e 12 (doze) dias de reclusão, bem como 12 (doze) dias-multa, acrescidos de 28 (vinte e oito) anos de reclusão e 14 (catorze) dias-multa, resultando na pena definitiva de 30 (trinta) anos e 04 (quatro) meses e 24 (vinte e quatro) dias de reclusão, bem como na pena de multa no importe de 26 (vinte e seis) dias-multa. Aplico o valor do dia-multa em R$ 10,00 (dez) reais, perfazendo a multa imposta no importe total de R$ 260,00 (duzentos e sessenta) reais. Nos termos do artigo 33, §2º, alínea "a", do Código Penal e com fundamento na análise feita das circunstâncias judiciais do artigo 59 do mesmo Código quando da fixação da pena base, o réu cumprirá a pena, que lhe foi aplicada, em regime inicial FECHADO. [...] P. R. I. Cumpra-se. Porto Velho - RO, 11 de julho de 2023. Roberta Cristina Garcia Macedo - Juíza de Direito"
Porto Velho - 1ª Vara Criminal, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, (Seg a sex - 07h-14h), Fone: 69 3309-7001, E-mail: cpe1gvcrim@tjro.jus.br, 14 de julho de 2023.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 1ª Vara Criminal
Processo: 7066208-83.2022.8.22.0001
Classe: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)

REU: RAIMUNDO DE HOLANDA CAMPELO e outros
Advogado do(a) REU: RODRIGO DOS SANTOS MIRANDA DE OLIVEIRA - RO11784
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados para apresentar reposta á acusação, no prazo legal.
Porto Velho, 14 de julho de 2023

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Criminal
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Seg-Sex 7h-14h 3309-7074 GAB3309-7073 pvh1criminal@tjro.jus.br https://meet.google.com/ert-usgm-azi Número do processo: 7044252-74.2023.8.22.0001
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Polo Ativo: 1. D. D. F. D. P. V.
AUTORIDADE SEM ADVOGADO(S)
Polo Passivo: SAVIO DOS SANTOS SILVEIRA
ADVOGADO DO FLAGRANTEADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
APFD Nº 6284
Recebi em Plantão.
Atendendo ao estabelecido no inciso LXII do artigo 5º da Constituição Federal, foi remetida a este Juízo esta comunicação de prisão.
Trata-se de comunicação de prisão em flagrante de Savio dos Santos Silveira, preso em flagrante em razão da prática, em tese, da conduta descrita no artigo Art. 306 do CTB.
De acordo com as informações trazidas no APFD, a guarnição da PM foi acionada pelo CIOP para averiguar um acidente de trânsito, com vítima não fatal, envolvendo dois automóveis.
Ao ser indagado, o conduzido informou que havia ingerido bebida alcoólica momentos antes do acidente e, ao realizar o teste do bafômetro, totalizou 0.42 mg/L, caracterizando crime de embriaguez.
Em análise dos documentos encaminhados, verifica-se que estes estão revestidos dos requisitos exigidos pela legislação pátria, encontrando regularidade do ponto de vista formal e material, haja vista a obediência dos regramentos legais previstos no estatuto processual penal.
Consta que, quando da prisão, houve a comunicação à família da preso ou à pessoa por ele indicada (art. 5º, inciso LXII, da CF). O flagranteado foi informado de seus direitos, comunicando-se à Defensoria Pública e ao Ministério Público.
Assim, a narrativa dos fatos demonstra que a prisão ocorreu em flagrante, nos moldes determinados pelo art. 302 do CPP.
É o relatório. DECIDO.
Não vislumbro vícios formais ou materiais que tornem ilegal a prisão, razão pela qual HOMOLOGO O PRESENTE FLAGRANTE.
Dispenso a audiência de custódia considerando o teor da presente decisão.
Verifico que as garantias constitucionais foram asseguradas ao preso, conforme art. 306, do CPP.
Nos termos do artigo 310 do CPP, o juiz, "após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público, e, nessa audiência, o juiz deverá, fundamentadamente: relaxar a prisão ilegal; ou converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do artigo 312, bem como se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.
Nesse contexto, apesar de presente a materialidade do delito, bem como fortes indícios que apontam que o flagranteado é o autor, o fato é que não restam presentes os demais requisitos para segregação cautelar.
A jurisprudência tem proclamado que a prisão cautelar é medida de excepcional, que somente pode ser aplicada ou mantida por decisão judicial devidamente fundamentada, observados os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.
Assim é que, em função do princípio da presunção de inocência, ou da não culpabilidade, a regra é o direito de responder em liberdade a ação penal, sendo que a segregação antes do trânsito em julgado da condenação é medida de exceção, conforme inúmeros julgados do colendo STJ e STF.
Nada há nos autos que demonstre risco concreto de que o acusado em liberdade poderá influenciar na colheita de provas ou de se furtar à futura aplicação da lei penal, sendo que o crime em questão não foi praticado com violência.
Ainda, verifica-se que a autoridade policial arbitrou fiança no valor de R$3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), nos termos do art. 325, I, do CPP, alterado pela Lei n. 12.403/11, que estabelece arbitramento de fiança, nos crimes em que o máximo da pena privativa de liberdade cominada não for superior a 4 (quatro) anos, no montante de 1 a 100 salários mínimos.
Dispõe, ainda, o § 1º, inciso II, do mesmo dispositivo, que dependendo da situação econômica do preso, a fiança poderá ser reduzida em até 2/3.
Contudo, considerando que até o momento o flagranteado não pagou a fiança arbitrada, nos termos do art. 350 do CPP, pode ser revogado o pagamento e concedida a liberdade provisória, sujeitando o flagranteado a outras obrigações cautelares, senão vejamos o dispositivo:
Art. 350. Nos casos em que couber fiança, o juiz, verificando a situação econômica do preso, poderá conceder-lhe liberdade provisória, sujeitando-o às obrigações constantes dos arts. 327 e 328 deste Código e a outras medidas cautelares, se for o caso.
Parágrafo único. Se o beneficiado descumprir, sem motivo justo, qualquer das obrigações ou medidas impostas, aplicar-se-á o disposto no § 4º do art. 282 deste Código.
Posto isso, CONCEDO benefício da LIBERDADE PROVISÓRIA, SEM FIANÇA, ao flagranteado Savio dos Santos Silveira, brasileiro(a), solteiro, nascido(a) aos 12/04/1998, FILHO DE Maria Auxiliadora Ariana dos Santos e de Carlos Valmir Pio Solveira, portador do RG nº 1248557 e CPF nº 048.457.032-35, residente na Rua Paissandu, nº 6319, Bairro Três Marias, nesta Comarca, residente na Rua Benjamin Constant, nº 1147, BPTRAN, Bairro Olaria, nesta Comarca, telefone 69 9971-2406, no entanto, sujeito-o às seguintes medidas cautelares:
a) fornecer endereço certo e telefone para contato, por ocasião da soltura;
b) comparecimento do acusado em juízo todas as vezes que isso for determinado;
c) comunicação, pelo acusado, a este juízo, de qualquer alteração de endereço, sob pena de revogação;
d) proibição de frequentar bares, boates, casas de prostituição e locais de reputação duvidosa; e
e) não se ausentar por mais de 30 (trinta) dias da comarca em que reside, sem comunicar a este juízo o lugar onde poderá ser encontrado.

O acusado deverá ser alertado de que o descumprimento das medidas poderá acarretar sua prisão preventiva.
Cópia desta decisão SERVIRÁ DE ALVARÁ DE SOLTURA, MANDADO DE INTIMAÇÃO, NOTIFICAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO E CARTA PRECATÓRIA, devendo ser posto imediatamente em liberdade, salvo se por outro motivo também estiver preso.
Desnecessária realização da audiência de custódia pois o flagranteado será posto em liberdade e nesta condição, poderá buscar por meios próprios reparação a eventuais direitos que possam ter sido violados.
Notifique-se o Ministério Público.
Aguarde-se autos principais.
Expeça-se o necessário junto ao sistema BNMP2.
Porto Velho/RO, 15 de julho de 2023.
Guilherme Regueira Pitta
Juiz de Direito Substituto
PLANTÃO CRIMINAL FORENSE

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Fórum Geral César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, 777, Olaria - Porto Velho RO CEP 76.801-235
Porto Velho - 1ª Vara Criminal PROCESSO: 7044292-56.2023.8.22.0001 CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário ASSUNTO: Crimes do Sistema Nacional de Armas, Liberdade Provisória REQUERENTES: EDMILSON JONAS RAFAEL, CELIO DETTMANN ADVOGADO DOS REQUERENTES: MARIA ELENA PEREIRA MALHEIROS, OAB nº RO4310 REQUERIDO: M. J. D. 1. V. C. D. P. V. REQUERIDO SEM ADVOGADO(S) DECISÃO - PLANTÃO JUDICIAL Trata-se de pedido de liberdade provisória formalizado por CELIO DETTMANN e EDMILSON JONAS RAFAEL em razão de prisão em flagrante realizada nesta data, dia 16/07/2023, diante da prática, em tese, do delito tipificado no art. 16, § 1º, IV, da Lei 10.826/2003, conforme noticiado nos autos do APF nº 6307/2023, que se encontra autuado no sistema PJE sob o nº 7044283-94.2023.8.22.0001. A priori, o caso não comporta imediato relaxamento da prisão (art. 310, inciso I do CPP), porquanto não foi noticiado nenhum vício formal que comprometa a sua regularidade. Também não vislumbro, neste momento, elementos para a concessão de liberdade provisória (art. 310, inciso III do CPP), pois sequer houve pedido de conversão do flagrante em prisão preventiva. Não cabe a este Juízo antecipar situações hipotéticas acerca de uma possível decretação de prisão preventiva dos flagranteados, quando, à luz do princípio acusatório vigente no ordenamento jurídico pátrio (art. 129, I, da Constituição Federal), essa questão depende de provocação do Ministério Público ou da Autoridade Policial. Portanto, faz-se necessária a oitiva do Ministério Público, por ocasião da audiência de custódia que será realizada da data de amanhã (17/07/2023 - segunda-feira), quando o caso será devidamente avaliado pelo Juízo natural (art. 2º, § 2º, e 6º, V, do Provimento Corregedoria nº 01/2023, Publicado DJE nº 024, de 06/02/2023), estando preservado o lapso temporal de 24h previsto no art. 310 do CPP e na Resolução CNJ nº 213/2015. Nesse contexto, por ora, INDEFIRO o pedido de liberdade provisória, para aguardar a realização da audiência de custódia que ocorrerá na data de amanhã (16/07/2023) perante o Juízo natural da causa, o qual, colhendo a manifestação do Ministério Público e ouvindo a defesa, poderá reavaliar a situação. Junte-se cópia desta decisão nos autos nº 7044283-94.2023.8.22.0001, da 1ª Vara Criminal desta Comarca, e aguarde-se a designação da data e horário da audiência de custódio pelo Juízo natural. Ciência ao Ministério Público e à defesa. Intimem-se. Cumpra-se com celeridade. SIRVA A PRESENTE COMO OFÍCIO E MANDADO DE INTIMAÇÃO Porto Velho/RO, domingo, 16 de julho de 2023 Guilherme Regueira Pitta Juiz Plantonista

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 1ª Vara Criminal
Processo: 7004071-65.2022.8.22.0001
Classe: ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (14678)
INVESTIGADO: PABLO RAMON DE LIMA DA SILVA
Advogado do(a) INVESTIGADO: NEIDY JANE DOS REIS - RO1268
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados da decisão de Id 93161575.
Porto Velho, 17 de julho de 2023

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 1ª Vara Criminal
Processo: 7062796-47.2022.8.22.0001
Classe: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
REU: NEY GONCALVES BASTOS
Advogado do(a) REU: BRUNO VINICIUS DE SOUZA FAUSTINO - RO13021
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados da decisão de Id 92969121.
Porto Velho, 17 de julho de 2023

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PORTO VELHO
Tribunal de Justiça de Rondônia Fórum Geral Desembargador César Montenegro Fórum Geral Desembargador César Montenegro | Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho - RO| Central de Atendimento Criminal (69) 3309-7001 | Central de Atendimento ao Advogado: (69) 3309-7004 | E-mail: cpe1gvcrim@tjro.jus.br
Processo: 7040009-87.2023.8.22.0001
Assunto: Fato Atípico
Classe: Pedido de Prisão Preventiva

AUTORES: M. P. D. E. D. R., P. V. -. D. E. D. R. A. F. E. R. D. V. A. -. D.
REU: A. A. -. S. -. N. A., CPF nº 11111111111, L. B. P. R., CPF nº 07317110256, G. A. S., CPF nº 91430321253, C. B. D. C., CPF nº 04281170235, C. G. F. M., CPF nº 04717746260, R. D. C. B. C., CPF nº 03201178209, L. B. D. C., CPF nº 06878332214, A. C. P. D. S. G., CPF nº 03361880211, V. M. F., CPF nº 10542114429, J. F. D. A. M., J. A. M. F.
ADVOGADOS DOS REU: EDIVALDO SOARES DA SILVA, OAB nº RO3082, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos.
Na presente data, aportou aos autos a informação (id. 93368307) de cumprimento do mandado prisão expedido por este Juízo em desfavor de JAIRISON FAUSTINO DE ANDRADE MELO
Deste modo, com fulcro no Art. 310, caput, do Código de Processo Penal, DESIGNO AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA para o dia 17 de julho de 2023, a partir das 12h30min, a ser realizada presencialmente na sede do Fórum Geral Desembargador César Montenegro.
Desde já, seguem os dados para acesso à sala virtual da audiência: meet.google.com/ahz-rjwt-czd
Intimem-se (Ministério Público e Defensoria Pública ou Defensor constituído).
Requisite (m)-se o(s) investigado(s).
Esta decisão poderá servir como MANDADO/OFÍCIO.
Por oportuno informo que foi realizada a audiência de custódia de JACSON ALVES MACHADO, diante o cumprimento de mandado de prisão (id. 93246001), devendo ser juntado aos autos a ata de audiência realizada no dia 13 de julho de 2023.
Expeça-se o necessário.
Porto Velho - RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Kalleb Grossklauss Barbato
Juiz de Direito Substituto

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 1ª Vara Criminal
Processo: 7089716-58.2022.8.22.0001
Classe: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
REU: Em segredo de justiça
Advogados do(a) REU: ANTONIO RERISON PIMENTA AGUIAR - RO5993, WILSON MARCELO MININI DE CASTRO - RO4769
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados para apresentar alegações finais no prazo legal.
Porto Velho, 17 de julho de 2023

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 1ª Vara Criminal
Processo: 7044292-56.2023.8.22.0001
Classe: LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA (305)
REQUERENTE: CELIO DETTMANN - CPF: 730.455.512-20 e outros.
ADVOGADO (A) DO REQUERENTE: MARIA ELENA PEREIRA MALHEIROS - OAB RO4310 - CPF: 551.075.080-49 (ADVOGADO)
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados da decisão de Id 93357779.
Porto Velho, 17 de julho de 2023

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Criminal
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Seg-Sex 7h-14h 3309-7074 GAB3309-7073 pvh1criminal@tjro.jus.br https://meet.google.com/ert-usgm-azi Número do processo: 1002549-27.2017.8.22.0601
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumário
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: LEONARDO DE SOUZA OLIVEIRA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
I - RELATÓRIO
O Ministério Público do Estado de Rondônia, denunciou LEONARDO DE SOUZA OLIVEIRA, devidamente qualificado nos autos em epígrafe por infração ao Artigo 40 da Lei 9.605/1998, pelo fato transcrito a seguir:
[...] No dia 26 de fevereiro de 2019, às 08hs, foi constatado que o denunciado LEONARDO DE SOUZA OLIVEIRA, Linha do Ferrugem, Km 6,5, coordenadas geográficas S 09º38'10,4" e W 64º26'31,8", distrito de União Bandeirantes, município de Porto Velho/RO, causou dano direto à Unidade de Conservação Reserva Extrativista Jaci Paraná1, atingindo cerca de 21,09 ha (vinte um inteiros nove centésimos de hectares) de mata nativa, conforme Laudo de Exame Pericial em Local de Desmatamento n.º 3255/19/IC-RO, de fls. 62/71 do IPL.
Emerge dos autos que, uma equipe de fiscalização ambiental, durante operação conjunta entre Polícia Militar Ambiental e IBAMA – Operação Onda Verde, no dia 07/04/2015, às 15h27min, ao realizar fiscalização na Linha do Ferrugem, km 6,5, distrito de União Bandeirantes, para verificação de pontos de desmatamento e queimadas, localizou desmatamento na propriedade do denunciado, situada nas coordenadas geográficas supracitadas.

Diante disso, foi elaborado Laudo de Exame Pericial em Local de Desmatamento, restando demonstrado que, em 28/07/2008, a área analisada não apresentava desmatamento ou alterações de suas feições. Contudo, no período de 21/08/2014, verificou-se um desmatamento de mata nativa, de aproximadamente 21,09 ha, estando
inserida na unidade de conservação RESEX Jaci Paraná. Interrogado pela autoridade policial, em síntese, o denunciado disse ser o possuidor do imóvel em que ocorreu o dano e que foi responsável pelo desmate de 12h, no ano de 2015, com intuito de plantar banana e café (fl. 12 do IPL). [...]
A denúncia veio acompanhada com o Termo Circunstanciado nº 104/2017 - DERCCMA, sendo recebida em 02 de agosto de 2022 (id. 80123785).
O acusado foi devidamente citado por WhatsApp (id. 87573225), apresentando sua resposta à acusação por meio da Defensoria Pública em id. 87682423.
O processo foi saneado e deferida a produção de prova oral especificada pelas partes, designando-se audiência de instrução e julgamento para o dia 13 de julho de 2023 (id. 87743093).
Durante a instrução processual foram inquiridas as testemunhas Carlos Alberto Holanda e Luciano Alves da Paixão, bem como interrogado o réu, conforme gravações audiovisuais anexas ao presente feito.
Na fase do art. 402, do Código de Processo Penal nada foi requerido pelas partes.
Em suas alegações finais o Ministério Público requereu a condenação do réu nos exatos termos da denúncia.
Por sua vez, a Defesa requereu a absolvição do acusado por ausência de provas de autoria.
É o relatório. DECIDO.
II - FUNDAMENTAÇÃO
O acusado foi denunciado como incurso do artigo 40, da Lei 9.605/98. O referido dispositivo descreve a conduta criminosa da seguinte forma:
Art. 40. Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização:
Pena - reclusão, de um a cinco anos.
Com efeito, a materialidade do fato articulado na denúncia ficou bem evidenciada nos presentes autos através do Termo Circunstanciado nº 104/2018 (id. 79458617, p. 3), do Boletim de Ocorrência (id. 79458617, p. 5/6), do Boletim de Ocorrência Ambiental (id. 79458617, p. 7/13), do Auto de Infração (id. 79458617, p. 12/13), do Termo de Declarações (id. 79458617, p. 14), do Laudo de Exame Pericial de Constatação Ambiental de Desmatamento (id. 79458619, p. 26 a id. 79458620, p. 6) e da prova oral produzida em juízo.
Foi realizada perícia técnica no local e constatado que a referida área passou por processo de degradação/desmatamento e, no período de 2015/2016, a regeneração da vegetação/mata nativa foi prejudicada em razão do desenvolvimento de atividade agropecuária, mais precisamente para fins de plantio de bananas e café.
Vejamos, na íntegra, a conclusão do perito responsável pela elaboração do laudo em comento (id. 79458620, p. 06):
[...] Assim, em face do que foi anteriormente exposto e considerando os vestígios materiais assinalados, conclui o Perito Signatário do presente Laudo que foi assinalado, conforme descrito, desmatamento de 21,09ha de floresta nativa, conforme anteriormente descrito. A destruição da cobertura florestal nativa se deu pelo método tradicional empregado da derrubada de florestas, com uso de motosserra e foices, seguido da ação do fogo para a “limpeza” da área [...]
Neste juízo, a testemunha Carlos Alberto Holanda, perito criminal, confirmou a perícia realizada na qual foi possível constatar o desmatamento e supressão da floresta.
No que concerne à autoria, verifica-se que não há provas robustas de que o autor suprimiu a vegetação no interior da Reserva.
Embora o acusado tenha, em sede policial, afirmado que suprimiu parte da área indicada em denúncia para o plantio de café e banana, certo é que, em juízo, ele permaneceu silente, invocando seu direito constitucional de permanecer em silêncio. Ou seja, não houve a judicialização da prova advinda da palavra do réu.
Quanto às testemunhas da acusação, Carlos Alberto Holanda disse que se recordava pouco acerca dos fatos, confirmando que realizou a perícia na área, sem nem mesmo ter que se deslocar ao local. Ressalta-se que não fez nenhuma menção à autoria da supressão da floresta no interior da Reserva.
Já o agente do IBAMA, Luciano Alves da Paixão, disse que não reside no Estado de Rondônia e apenas foi deslocado para o local dos fatos para atuar em missão de fiscalização por 20 (vinte) dias. Informou que não se recordava de nenhum detalhe a respeito do caso objeto da denúncia.
Logo, a prova oral colhida demonstrou a fragilidade da acusação, não sendo esta suficiente a elucidar os fatos.
Anoto que não se produziu, em juízo, nenhuma prova em sentido acusatório de autoria, impedindo eventual condenação do acusado exclusivamente embasada em elementos inquisitoriais, como adverte o artigo 155 do Código de Processo Penal.
Neste sentido, o Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado:
Apelação criminal. Recurso ministerial. Crime ambiental. Dano florestal em área de preservação permanente. Autoria duvidosa. In dubio pro reo. Absolvição mantida. Recurso desprovido. Em sendo o conjunto probatório duvidoso ao fim de evidenciar a autoria delitiva do crime de dano ou destruição de floresta de preservação permanente (artigo 38 da Lei n. 9.605/98), impõe-se a manutenção do decreto absolutório, por imperativo do princípio in dubio pro reo (a dúvida beneficia o réu). (TJ-RO - APR: 00145163220168220501 RO 0014516-32.2016.822.0501, Data de Julgamento: 21/10/2021)
Apelação criminal. Recurso ministerial. Roubo. Prova inquisitorial. Condenação. Impossibilidade. Impõe-se a absolvição por insuficiência de provas quando não houver confirmação em juízo, uma vez que o magistrado não poderá fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na fase inquisitorial. (TJ-RO - APL: 00008527820188220010 RO 0000852-78.2018.822.0010, Data de Julgamento: 09/07/2020, Data de Publicação: 28/07/2020)
Apelação criminal. Recurso do Ministério Público. Falsidade ideológica. Conjunto probatório. Prova inquisitorial. Absolvição. Manutenção. Impõe-se a absolvição por insuficiência de provas quando não houver confirmação em juízo, visto que o magistrado não poderá fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na fase inquisitorial. (TJ-RO - APL: 00037678220188220501 RO 0003767-82.2018.822.0501, Data de Julgamento: 11/03/2021, Data de Publicação: 17/03/2021)
O Superior Tribunal de Justiça assim vem decidindo:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. ACÓRDÃO CONDENATÓRIO EMBASADO EXCLUSIVAMENTE EM ELEMENTOS INFORMATIVOS COLHIDOS DURANTE O INQUÉRITO POLICIAL. EXPRESSA DESCONFORMIDADE COM A REGRA PREVISTA NO ARTIGO 155 DO CPP. OFENSA À GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA. 1. Em respeito à garantia constitucional do devido processo legal, a legitimidade do poder-dever do Estado aplicar a sanção prevista em lei ao acusado da prática de determinada infração penal deve ser exercida por meio da ação penal, no seio da qual ser-lhe-á assegurada a ampla defesa e o contraditório. 2. Visando afastar eventuais arbitrariedades, a doutrina e a jurisprudência pátrias já repudiavam a condenação baseada exclusivamente em elementos de prova colhidos no inquérito policial. 3. Tal vedação foi abarcada pelo legislador ordinário com a alteração da redação do artigo 155 do Código de Processo Penal, por meio da Lei n. 11.690/2008, o qual prevê a proibição da condenação fundada exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação. 4. Constatado que o Tribunal de origem utilizou-se unicamente de elementos informativos colhidos no inquérito policial para embasar o édito condenatório em desfavor do paciente, imperioso o reconhecimento da ofensa ao aludido dispositivo do Estatuto Processual Penal, já em vigor na data da prolação do acórdão objurgado, bem como à garantia constitucional ao devido processo legal. 5. Ordem concedida para cassar o acórdão condenatório apenas com relação ao paciente, restabelecendo-se a sentença absolutória proferida pelo magistrado singular, com a determinação de expedição de alvará de soltura em seu favor, se por outro motivo não estiver preso. (STJ - HC: 123295 MT 2008/0272631-5, Relator: Ministro JORGE MUSSI, Data de Julgamento: 29/10/2009, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/12/2009).

Destarte, verifico que o conjunto probatório não é suficiente para ensejar a condenação do réu.

Exclusivamente, o que se tem em desfavor do acusado é apenas o procedimento administrativo de fiscalização ambiental, este que tenho ser insuficiente para a condenação pois não faz prova absoluta e está dissociado de outros elementos confirmatórios.

Seguindo essa premissa, o Boletim de Ocorrência e Boletim de Ocorrência Ambiental, aponta o desmatamento de uma área de 21,09 (vinte e um hectares e nove centiares), situada no interior da RESEX Jaci Paraná, enquanto o réu, em seu termo de declaração prestado na fase inquisitiva, confessou ter desmatado cerca de 12 hectares no ano de 2015 para a plantação de banana e café preservando as áreas de preservação permanente (id. 79458617, p. 14).

Note-se que a versão do acusado, embora não se preste a permitir o decreto condenatório, garante dúvida quanto à legitimidade e veracidade dos fatos narrados pelos procedimentos administrativos ambientais, sobre os quais foram interpostos recursos dos quais não se tem notícias do resultado, ônus este que cabia à acusação.

Sob pena de inaugurarmos a responsabilização penal objetiva, é mister que a acusação produza, em juízo, provas a respeito, não só da materialidade, mas também da autoria, o que, repita-se, não se realizou.

Assim, não foram produzidas provas que pudessem, com certeza extreme de dúvidas, que o réu suprimiu a vegetação florestal.

A propósito, ao tratar do tema “prova suficiente”, assim manifesta-se Guilherme de Souza Nucci, na obra Código de Processo Penal Comentado, 7ª edição, pág. 672:

“Prova insuficiente para a condenação: é outra consagração do princípio da prevalência do interesse do réu in dubio pro reo. Se o juiz não possui provas sólidas para a formação do seu convencimento, sem poder indicá-las na fundamentação da sua sentença, o melhor caminho é a absolvição.”

Nesse sentido, René Ariel Dotti, descreve que “sempre que se caracterizar uma situação de prova dúbia, pois a dúvida em relação a existência ou não de determinado fato deve ser resolvida em favor do imputado.” (apud SOUZA NETTO, 2003, p. 155).

O entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia não é diferente, vejamos:

Apelação criminal. Tráfico de drogas. Autoria e Materialidade. Dúvidas. Absolvição. Possibilidade. Havendo dúvidas acerca da autoria, impõe-se a absolvição do réu, em respeito ao princípio do in dubio pro reo, pois um juízo de probabilidade, por mais robusto que se apresente, não legitima, na esfera penal, a resposta punitiva. (0000670-69.2016.8.22.0008 – relatoria do Des. Daniel Ribeiro Lagos – julgado em 11/10/2018).

A sentença condenatória deve se respaldar em provas seguras e, havendo dúvidas, estas devem ser interpretadas em favor do réu. (Apelação, Processo nº 0089377-73.2008.822.0014, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Criminal, Relator (a) do Acórdão: Des. Valter de Oliveira, Data de julgamento: 02/02/2017).

Destarte, não havendo nenhuma prova concreta a respeito e, emergindo do conjunto probatório apenas dúvida e não a certeza necessária, aplica-se o princípio in dubio pro reo.

Diante do conjunto de provas apresentadas, o acusado deve ser absolvido.

III - DISPOSITIVO

Diante do exposto e considerando tudo o que mais dos autos consta JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida na denúncia e, por consequência, ABSOLVER o acusado LEONARDO DE SOUZA OLIVEIRA, qualificado nos presentes autos, na forma do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

Custas pelo Estado.

REVOGO medidas cautelares diversas à prisão que, por ventura, foram fixadas em desfavor do réu.

P. R. I. Promovidas as anotações e comunicações pertinentes, arquivem-se os autos.

Serve a presente sentença como MANDADO DE INTIMAÇÃO do acusado.

Porto Velho, 17 de julho de 2023

Kalleb Grossklauss Barbato

Juiz Substituto

2ª VARA CRIMINAL

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 2ª Vara Criminal
Processo: 7034058-15.2023.8.22.0001
Classe: RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS (326)

REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Rondônia
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados da decisão de Id 92953631.
Porto Velho, 17 de julho de 2023

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 2ª Vara Criminal
Processo: 0013343-65.2019.8.22.0501
Classe: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
REU: Geraldo Junior Souza Santos
Advogado do(a) REU: JAKELINE GELLA DE OLIVEIRA - MT25497/B
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados da decisão de Id 93275871.
Porto Velho, 14 de julho de 2023

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 2ª Vara Criminal
Processo: 7017253-84.2023.8.22.0001
Classe: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMÁRIO (10943)
REQUERIDO: WALTERSON MEDEIROS DA SILVA
Advogado do(a) REQUERIDO: ANA CRISTINA ALMEIDA ARANTES - GO47638
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados da decisão de Id 93262171.
Porto Velho, 14 de julho de 2023

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas da comarca de Porto Velho
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Vara Plantonista: Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas da comarca de Porto Velho/RO
Número do processo: 7044246-67.2023.8.22.0001
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Polo Ativo: 1. D. D. F. D. P. V.
AUTORIDADE SEM ADVOGADO(S)
Polo Passivo: UESLLEI MEDEIROS DE SOUZA, RAILAN ROCHA SILVA
ADVOGADOS DOS FLAGRANTEADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO - PLANTÃO JUDICIAL
Recebi no Plantão.
Trata-se de comunicação de prisão em flagrante delito de UESLLEI MEDEIROS DE SOUZA e RAILAN ROCHA SILVA, qualificados nos autos, ocorrida aos 14.07.2023, sendo dado como incurso no art. 157, §2º, inciso II do CPB.
Compulsando os autos, verifico que o auto de prisão em flagrante atende aos requisitos formais e materiais previstos nos arts. 302, 304 e 306 do Código de Processo Penal, razão pela qual o homologo.
Por seu turno, não sendo o caso de concessão imediata de liberdade provisória, designo audiência de custódia para o dia 15.07.2023, às 15H, a ser realizada de forma presencial, conforme Provimento da Corregedoria n° 1/2023, Sei n. 0014708-59.2022.8.22.8000, e Resolução CNJ n. 213/2015.
Nos termos do § 12 do artigo 2º do Provimento 1/2023, os advogados, públicos ou privados, e os membros do Ministério Público poderão requerer a participação própria por videoconferência, cujo link para acesso à sala virtual será o seguinte: https://meet.google.com/dow-jxyy-jfh
Também em relação ao disposto no § 12 do artigo 2º do Provimento 1/2023, faço constar que esse juízo não exercerá nenhum controle sobre a forma da participação do advogado, defensor ou promotor na audiência, cabendo ao próprio profissional decidir se virá presencialmente ao Fórum ou se atuará por videoconferência, sendo-lhes facultado fazer constar em ata eventual justificativa.
Cientifique-se pelos meios mais céleres disponíveis o Membro do Ministério Público e da Defensoria Pública Estadual, os quais poderão comparecer de forma presencial, de acordo com o artigo 2º do Provimento Corregedoria nº 1/2023 do TJ/RO.
Acaso possua o (a) preso (a) advogado (a) já constituído, mantenha-se contato - também pelo meio mais célere disponíveis - informando-o (a) da assentada supra.
Oficie-se a Unidade Prisional a providenciar o necessário para o comparecimento presencial do custodiado na Sala de Audiência desta Vara Criminal.
Caso já não constem nos autos, requisito à SEJUS que providencie até o horário da audiência de custódia a remessa do exame de corpo de delito e registros fotográficos do rosto e corpo inteiro da(s) pessoa(s) custodiada(s), enviando para o WhatsApp ou e-mail da Vara Criminal.
Oficie-se à Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Porto Velho / VEPEMA, considerando que o acusado UESLLEI MEDEIROS DE SOUZA responde aos autos nº 0002868-26.2014.8.22.0501
Identifique-se o processo como réu preso.
SIRVA-SE A PRESENTE COMO OFÍCIO [para fins de requisição do custodiado] e MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Cumpra-se com celeridade.
Guilherme Regueira Pitta
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas da comarca de Porto Velho
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Vara Plantonista: Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas da comarca de Porto Velho - VEPEMA
Número do processo: 7044248-37.2023.8.22.0001
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Polo Ativo: 1. D. D. F. D. P. V.
AUTORIDADE SEM ADVOGADO(S)
Polo Passivo: ELIANA COSTA DOS SANTOS, OSVALDINA CASTRO
ADVOGADOS DOS FLAGRANTEADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO - PLANTÃO JUDICIAL
Recebi no Plantão.
Trata-se de comunicação de prisão em flagrante delito de Osvaldina Castro e Eliana Costa dos Santos, qualificadas nos autos, ocorrida aos 15.07.2023, sendo dado como incurso no art. 311, caput do CPB.
Compulsando os autos, verifico que o auto de prisão em flagrante atende aos requisitos formais e materiais previstos nos arts. 302, 304 e 306 do Código de Processo Penal, razão pela qual o homologo.
Por seu turno, não sendo o caso de concessão imediata de liberdade provisória, designo audiência de custódia para o dia 15.07.2023, às 13H, a ser realizada de forma presencial, conforme Provimento da Corregedoria n° 1/2023, Sei n. 0014708-59.2022.8.22.8000, e Resolução CNJ n. 213/2015.
Nos termos do § 12 do artigo 2º do Provimento 1/2023, os advogados, públicos ou privados, e os membros do Ministério Público poderão requerer a participação própria por videoconferência, cujo link para acesso à sala virtual será o seguinte: https://meet.google.com/dow-jxyy-jfh
Também em relação ao disposto no § 12 do artigo 2º do Provimento 1/2023, faço constar que esse juízo não exercerá nenhum controle sobre a forma da participação do advogado, defensor ou promotor na audiência, cabendo ao próprio profissional decidir se virá presencialmente ao Fórum ou se atuará por videoconferência, sendo-lhes facultado fazer constar em ata eventual justificativa.
Cientifique-se pelos meios mais céleres disponíveis o Membro do Ministério Público e da Defensoria Pública Estadual, os quais poderão comparecer de forma presencial, de acordo com o artigo 2º do Provimento Corregedoria nº 1/2023 do TJ/RO.
Acaso possua o (a) preso (a) advogado (a) já constituído, mantenha-se contato - também pelo meio mais célere disponíveis - informando-o (a) da assentada supra.
Oficie-se a Unidade Prisional a providenciar o necessário para o comparecimento presencial do custodiado na Sala de Audiência desta Vara Criminal.
Caso já não constem nos autos, requisito à SEJUS que providencie até o horário da audiência de custódia a remessa do exame de corpo de delito e registros fotográficos do rosto e corpo inteiro da(s) pessoa(s) custodiada(s), enviando para o WhatsApp ou e-mail da Vara Criminal.
Oficie-se à Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Porto Velho / VEPEMA, considerando que a acusada ELIANA COSTA DOS SANTOS responde aos autos nº 400083-08.2023.8.22.0501.
Identifique-se o processo como réu preso.
SIRVA-SE A PRESENTE COMO OFÍCIO [para fins de requisição do custodiado] e MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Cumpra-se com celeridade.
Guilherme Regueira Pitta
Juiz de Direito
(Assinado digitalmente)

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 2ª Vara Criminal
Processo: 7035999-97.2023.8.22.0001
Classe: ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (14678)
INDICIADO: ELANDE DE MATOS MARTINS
Advogado do(a) INDICIADO: MARIA ELENA PEREIRA MALHEIROS - RO4310
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados do Despacho Id 93373840.
Porto Velho, 17 de julho de 2023

3ª VARA CRIMINAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Criminal
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7044253-59.2023.8.22.0001
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Polo Ativo: 1. D. D. F. D. P. V.
AUTORIDADE SEM ADVOGADO(S)
Polo Passivo: ALESSANDRO DE QUEIROZ PONTES
ADVOGADO DO FLAGRANTEADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
APFD Nº 6281

Recebi em Plantão.
Atendendo ao estabelecido no inciso LXII do artigo 5º da Constituição Federal, foi remetida a este Juízo esta comunicação de prisão.
Trata-se de comunicação de prisão em flagrante de Alessandro de Queiroz Pontes, preso em flagrante em razão da prática, em tese, da conduta descrita no artigo Art. 155, caput, do Código Penal.
De acordo com as informações trazidas no APFD, a guarnição da PM estava em patrulhamento pela rua Sucupira quando foram acionados pela Sra. Haniele que informou que deixara sua bicicleta na entrada da farmácia Ultra Popular quando, em dado momento, escutou gritos de “pega ladrão”, se deparando com o furto da bicicleta.
Realizada diligências, o veículo fora localizado e a vítima reconheceu o objeto.
Em análise dos documentos encaminhados, verifica-se que estes estão revestidos dos requisitos exigidos pela legislação pátria, encontrando regularidade do ponto de vista formal e material, haja vista a obediência dos regramentos legais previstos no estatuto processual penal.
Consta que, quando da prisão, houve a comunicação à família da preso ou à pessoa por ele indicada (art. 5º, inciso LXII, da CF). O flagranteado foi informado de seus direitos, comunicando-se à Defensoria Pública e ao Ministério Público.
Assim, a narrativa dos fatos demonstra que a prisão ocorreu em flagrante, nos moldes determinados pelo art. 302 do CPP.
É o relatório. DECIDO.
Não vislumbro vícios formais ou materiais que tornem ilegal a prisão, razão pela qual HOMOLOGO O PRESENTE FLAGRANTE.
Dispenso a audiência de custódia considerando o teor da presente decisão.
Verifico que as garantias constitucionais foram asseguradas ao preso, conforme art. 306, do CPP.
Nos termos do artigo 310 do CPP, o juiz, “após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público, e, nessa audiência, o juiz deverá, fundamentadamente: relaxar a prisão ilegal; ou converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do artigo 312, bem como se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.
Nesse contexto, apesar de presente a materialidade do delito, bem como fortes indícios que apontam que o flagranteado é o autor, o fato é que não restam presentes os demais requisitos para segregação cautelar.
A jurisprudência tem proclamado que a prisão cautelar é medida de excepcional, que somente pode ser aplicada ou mantida por decisão judicial devidamente fundamentada, observados os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.
Assim é que, em função do princípio da presunção de inocência, ou da não culpabilidade, a regra é o direito de responder em liberdade a ação penal, sendo que a segregação antes do trânsito em julgado da condenação é medida de exceção, conforme inúmeros julgados do colendo STJ e STF.
Nada há nos autos que demonstre risco concreto de que o acusado em liberdade poderá influenciar na colheita de provas ou de se furtar à futura aplicação da lei penal, sendo que o crime em questão não foi praticado com violência.
Ainda, verifica-se que a autoridade policial arbitrou fiança no valor de R$2.000,00 (DOIS MIL REAIS), nos termos do art. 325, I, do CPP, alterado pela Lei n. 12.403/11, que estabelece arbitramento de fiança, nos crimes em que o máximo da pena privativa de liberdade cominada não for superior a 4 (quatro) anos, no montante de 1 a 100 salários mínimos.
Considerando que até o momento o flagranteado não pagou a fiança arbitrada, nos termos do art. 350 do CPP, pode ser revogado o pagamento e concedida a liberdade provisória, sujeitando o flagranteado a outras obrigações cautelares, senão vejamos o dispositivo:
Art. 350. Nos casos em que couber fiança, o juiz, verificando a situação econômica do preso, poderá conceder-lhe liberdade provisória, sujeitando-o às obrigações constantes dos arts. 327 e 328 deste Código e a outras medidas cautelares, se for o caso.
Parágrafo único. Se o beneficiado descumprir, sem motivo justo, qualquer das obrigações ou medidas impostas, aplicar-se-á o disposto no § 4º do art. 282 deste Código.
Posto isso, CONCEDO benefício da LIBERDADE PROVISÓRIA, SEM FIANÇA, ao flagranteado Alessandro de Queiroz Pontes, brasileiro(a), solteiro, nascido(a) aos 23/04/2004, filho (a) de Daniela Alves de Queiroz e de Adailton Ribeiro Pontes, Agente de Serviços, portador do CPF nº 068.441.752-99, residente na Rua Santo Antônio, nº 5033, apto 104 LC 14, Bairro Baixa União, nesta Comarca, no entanto, sujeito-o às seguintes medidas cautelares:
a) fornecer endereço certo e telefone para contato, por ocasião da soltura;
b) comparecimento do acusado em juízo todas as vezes que isso for determinado;
c) comunicação, pelo acusado, a este juízo, de qualquer alteração de endereço, sob pena de revogação;
d) proibição de frequentar bares, boates, casas de prostituição e locais de reputação duvidosa; e
e) não se ausentar por mais de 30 (trinta) dias da comarca em que reside, sem comunicar a este juízo o lugar onde poderá ser encontrado.
O acusado deverá ser alertado de que o descumprimento das medidas poderá acarretar sua prisão preventiva.
Cópia desta decisão SERVIRÁ DE ALVARÁ DE SOLTURA, MANDADO DE INTIMAÇÃO, NOTIFICAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO E CARTA PRECATÓRIA, devendo ser posto imediatamente em liberdade, salvo se por outro motivo também estiver preso.
Desnecessária realização da audiência de custódia pois o flagranteado será posto em liberdade e nesta condição, poderá buscar por meios próprios reparação a eventuais direitos que possam ter sido violados.
Notifique-se o Ministério Público.
Aguarde-se autos principais.
Expeça-se o necessário junto ao sistema BNMP2.
Porto Velho/RO, 15 de julho de 2023.
Guilherme Regueira Pitta
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas da comarca de Porto Velho - VEPEMA
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Vara Plantonista: Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas da comarca de Porto Velho - VEPEMA
Número do processo: 7044242-30.2023.8.22.0001
Classe: Auto de Prisão em Flagrante

Polo Ativo: 1. D. D. F. D. P. V.
AUTORIDADE SEM ADVOGADO(S)
Polo Passivo: ALEX SANTOS VALOIS
ADVOGADO DO FLAGRANTEADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO - PLANTÃO JUDICIAL
Recebi no Plantão.
Trata-se de comunicação de prisão em flagrante delito de ANDRÉ ARAUJO CONSTANTINO e ALEX SANTOS VALOIS, qualificados nos autos, ocorrida aos 14.07.2023, sendo dado como incurso no art. 155, §4º, inc. IV do CPB.
Compulsando os autos, verifico que o auto de prisão em flagrante atende aos requisitos formais e materiais previstos nos arts. 302, 304 e 306 do Código de Processo Penal, razão pela qual o homologo.
Por seu turno, não sendo o caso de concessão imediata de liberdade provisória, designo audiência de custódia para o dia 15.07.2023, às 11H, a ser realizada de forma presencial, conforme Provimento da Corregedoria n° 1/2023, Sei n. 0014708-59.2022.8.22.8000, e Resolução CNJ n. 213/2015.
Nos termos do § 12 do artigo 2º do Provimento 1/2023, os advogados, públicos ou privados, e os membros do Ministério Público poderão requerer a participação própria por videoconferência, cujo link para acesso à sala virtual será o seguinte: https://meet.google.com/dow-jxyy-jfh
Também em relação ao disposto no § 12 do artigo 2º do Provimento 1/2023, faço constar que esse juízo não exercerá nenhum controle sobre a forma da participação do advogado, defensor ou promotor na audiência, cabendo ao próprio profissional decidir se virá presencialmente ao Fórum ou se atuará por videoconferência, sendo-lhes facultado fazer constar em ata eventual justificativa.
Cientifique-se pelos meios mais céleres disponíveis o Membro do Ministério Público e da Defensoria Pública Estadual, os quais poderão comparecer de forma presencial, de acordo com o artigo 2º do Provimento Corregedoria nº 1/2023 do TJ/RO.
Acaso possua o (a) preso (a) advogado (a) já constituído, mantenha-se contato - também pelo meio mais célere disponíveis - informando-o (a) da assentada supra.
Oficie-se a Unidade Prisional a providenciar o necessário para o comparecimento presencial do custodiado na Sala de Audiência desta Vara Criminal.
Caso já não constem nos autos, requisito à SEJUS que providencie até o horário da audiência de custódia a remessa do exame de corpo de delito e registros fotográficos do rosto e corpo inteiro da(s) pessoa(s) custodiada(s), enviando para o WhatsApp ou e-mail da Vara Criminal.
Identifique-se o processo como réu preso.
SIRVA-SE A PRESENTE COMO OFÍCIO [para fins de requisição do custodiado] e MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Cumpra-se com celeridade.
Guilherme Regueira Pitta
Juiz de Direito
(Assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Vara Plantonista: Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas da comarca de Porto Velho/RO - VEPEMA
Número do processo: 7044271-80.2023.8.22.0001
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Polo Ativo: P. F. N. E. D. R.
AUTORIDADE SEM ADVOGADO(S)
Polo Passivo: CARLOS ALBERTO SILVA CARDOSO
INDICIADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO - PLANTÃO JUDICIAL
Recebi no Plantão.
Trata-se de comunicação de prisão em flagrante delito de CARLOS ALBERTO SILVA CARDOSO, qualificado nos autos, ocorrida aos 15.07.2023, sendo dado como incurso no art. 12, “caput” da Lei 10.826/03,
Compulsando os autos, verifico que o auto de prisão em flagrante atende aos requisitos formais e materiais previstos nos arts. 302, 304 e 306 do Código de Processo Penal, razão pela qual o homologo.
Convém salientar que, na oportunidade, a autoridade policial não arbitrou fiança, em razão da circunstância prevista no art. 324, inciso IV do CPP (presentes os motivos que autorizam a prisão preventiva).
Assim, representou pela prisão preventiva do acusado e pela quebra de sigilo de dados armazenados no seu aparelho celular, bem como requereu autorização para compartilhamento do resultados.
Por seu turno, não sendo o caso de concessão imediata de liberdade provisória, designo audiência de custódia para o dia 16.07.2023, às 13H30, a ser realizada de forma presencial, conforme Provimento da Corregedoria n° 1/2023, SEI nº 0014708-59.2022.8.22.8000, e Resolução CNJ n. 213/2015.
Nos termos do § 12 do artigo 2º do Provimento 1/2023, os advogados, públicos ou privados, e os membros do Ministério Público poderão requerer a participação própria por videoconferência, cujo link para acesso à sala virtual será o seguinte: https://meet.google.com/dow-jxyy-jfh
Também em relação ao disposto no § 12 do artigo 2º do Provimento 1/2023, faço constar que esse juízo não exercerá nenhum controle sobre a forma da participação do advogado, defensor ou promotor na audiência, cabendo ao próprio profissional decidir se virá presencialmente ao Fórum ou se atuará por videoconferência, sendo-lhes facultado fazer constar em ata eventual justificativa.
Cientifique-se pelos meios mais céleres disponíveis o Membro do Ministério Público e da Defensoria Pública Estadual, os quais poderão comparecer de forma presencial, de acordo com o artigo 2º do Provimento Corregedoria nº 1/2023 do TJ/RO.

Acaso possua o (a) preso (a) advogado (a) já constituído, mantenha-se contato - também pelo meio mais célere disponíveis - informando-o (a) da assentada supra.
Oficie-se a Unidade Prisional a providenciar o necessário para o comparecimento presencial do custodiado na Sala de Audiência desta Vara Criminal.
Caso já não constem nos autos, requisito à SEJUS que providencie até o horário da audiência de custódia a remessa do exame de corpo de delito e registros fotográficos do rosto e corpo inteiro da(s) pessoa(s) custodiada(s), enviando para o WhatsApp ou e-mail da Vara Criminal.
Oficie-se à Vara de Execuções Penais de Porto Velho / VEP considerando que o acusado CARLOS ALBERTO SILVA CARDOSO responde aos autos nº 0237162-93.2019.8.04.0001 e 1006415-52.2017.8.22.0501, em trâmite no SEEU.
Identifique-se o processo como réu preso.
SIRVA-SE A PRESENTE COMO OFÍCIO [para fins de requisição do custodiado] e MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Cumpra-se com celeridade.
Guilherme Regueira Pitta
Juiz de Direito
(Assinado digitalmente)

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS
Processo n. 7069522-37.2022.8.22.0001
RÉU: ALESSANDRO SAVIOLI DIAS PEREIRA, brasileiro, solteiro, desempregado, natural de Mariluz/PR, nascido em 18/01/1985, filho de Adão Pereira e Elizabete Savioli, atualmente em local incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citar o acusado acima mencionado para apresentar defesa preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias (art. 396 CPP). Poderá arguir preliminares, teses defensivas, oferecer documentos e arrolar até 8 (oito) testemunhas (art. 396-A c.c art. 532, ambos do CPP). Se o acusado não apresentar a defesa preliminar ou constituir advogado nos autos, fica desde já nomeado o Defensor Público com atribuições nesta Comarca para fazê-lo, no prazo de 10 dias.
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, (Seg a sex - 07h-14h), Fone: 69 3309-7001, E-mail: cpe1gvcrim@tjro.jus.br.
DENÚNCIA: "O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio do Promotor de Justiça signatário, no exercício das atribuições previstas no artigo 129, inciso I, da Constituição da República e artigo 24 do Código de Processo Penal, vem oferecer DENÚNCIA contra ALESSANDRO SAVIOLI DIAS PEREIRA [...] e MARCIO ADRIANO DA SILVA, [...]. Assim age o Ministério Público em virtude da prática do seguinte fato delituoso: 1. Narração do fato delituoso: furto qualificado pelo concurso de pessoas. Consta do inquérito policial de nº 3.126/2022/DEFLAG que no dia 20 de setembro de 2022, por volta das 00h20min, os denunciados ALESSANDRO SAVIOLI DIAS PEREIRA e MARCIO ADRIANO DA SILVA, atuando em concurso de pessoas, com unidade de desígnio e mesmo liame subjetivo, subtraíram 2 (duas) folhas de zinco que fazem parte de uma cerca localizada no entorno do prédio do terminal rodoviário, folhas estas pertencentes à empresa Valdir Locatelli e Cia LTDA, CNPJ n. 08899806/0003-34, localizada na Rua João Pedro da Rocha, local do fato. O fiscal de segurança Alex de Souza Rocha, testemunha, ouvido perante a autoridade policial, relatou que durante seu turno de serviço foi avisado por outra funcionária sobre barulhos que ouviu na parte dos fundos da rodoviária, diante da informação foi até o local e visualizou os dois indiciados saindo a pé já de posse dos objetos subtraídos – duas folhas de zinco. Ato seguinte, a Alex de Souza Rocha iniciou acompanhamento dos indiciados na presença de Antônio, conseguindo detê-los de posse dos materiais até a chegada da guarnição da polícia militar. Os policiais militares José Ricardo Mendonça de Queiroz e Valerio Pereira Araújo afirmaram que foram designados para atender a uma ocorrência de possível furto, e que ao chegarem no local encontraram a testemunha Alex com outros populares, além dos indiciados já detidos. Acrescentou os militares que os objetos furtados não foram apreendidos por serem de grande peso e tamanho, aproximadamente 6 metros, sendo devolvidos ao local de origem. 2. Tipificação da Conduta Diante dos elementos de informação constantes do Inquérito Policial nº 3.126/2022/DEFLAG ofereço DENÚNCIA em desfavor de ALESSANDRO SAVIOLI DIAS PEREIRA e MARCIO ADRIANO DA SILVA por infração à norma penal inserida no artigo 155, § 4º, inciso IV (concurso de pessoas), do Código Penal."
Porto Velho/RO, 14 de julho de 2023.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 3ª Vara Criminal
Processo: 0017078-82.2014.8.22.0501
Classe: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
CONDENADO: JAHMYSON GUIMARAES ROCHA JUNIOR e outros (2)
Advogados do(a) CONDENADO: GUSTAVO ADOLFO ANEZ MENACHO - RO379-E, JOAO DIEGO RAPHAEL CURSINO BOMFIM - RO3669, MONIZE NATALIA SOARES DE MELO - RO3449-E, RICARDO GOMES DA COSTA - CE19099, VINICIUS SOARES SOUZA - RO4926
Advogados do(a) CONDENADO: GUSTAVO ADOLFO ANEZ MENACHO - RO379-E, VINICIUS SOARES SOUZA - RO4926
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o/a (s) réu/ré (s) acima mencionado/a (s), por meio de seu Advogado(a) para no prazo de 10 (dez) dias efetuar o pagamento da multa e custas processuais, sob pena de inscrição na dívida ativa, conforme abaixo detalhado.
Multa: R$ 359,71(trezentos e cinquenta e nove reais e setenta e um centavos), mediante depósito na Conta Corrente 12090-1, Agência 2757-X, Banco do Brasil, em favor do Fundo Penitenciário do Estado de Rondônia CNPJ n. 15.837.081/0001-56
Observação: Os comprovantes de pagamentos deverão ser juntados aos autos ou enviados para o e-mail: cpe1gvcrim@tjro.jus.br.
Porto Velho, 14 de julho de 2023

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 3ª Vara Criminal
Processo: 0015750-49.2016.8.22.0501
Classe: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
REU: Robson Jackson Kuhn Pereira
Advogado do(a) REU: RUBENS FERREIRA DE CARVALHO BARBOSA - RO5178
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o advogado acima mencionados da decisão de ID n. 90177342.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 3ª Vara Criminal
Processo: 0002204-48.2021.8.22.0501
Classe: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
DENUNCIADO: FRANCISCO THEMONTIER BORGES DA SILVA BRASIL
Advogado do(a) DENUNCIADO: SABRINA PUGA - RO4879
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o advogado acima mencionados da decisão de ID n. 90177425.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.

3ª Vara Criminal de Porto Velho Fórum Geral Desembargador César Montenegro Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO, (Seg à sex - 07h-14h), 69 3309-7080, e-mail: pvh3criminal@tjro.jus.br Autos nº 7042786-45.2023.8.22.0001 Inquérito Policial, Receptação, Crimes do Sistema Nacional de Armas
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: Ministério Público do Estado de Rondônia, 4. D. D. F. D. P. V. - ADVOGADO DOS ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
INDICIADO: CLYSTENES ANDREY PESSOA DOS ANJOS - ADVOGADO DO INDICIADO: ARLEN MATOS MEIRELES, OAB nº RO7903
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de ação penal proposta pelo Ministério Público do Estado de Rondônia em face de Clystenes Andrey Pessoa dos Anjos, onde se imputa a prática do crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor e posse de arma de fogo.
A denúncia veio instruída com inquérito policial.
DECIDO.
Do recebimento da denúncia.
Por ora é forçoso concluir que a denúncia preenche os requisitos previstos no art. 41 do CPP, não se vislumbrando contaminação por qualquer ocorrência que pudesse ensejar rejeição, conforme disposto no art. 395 do mesmo dispositivo legal.
O acusado está suficientemente qualificado e as condutas que lhe são imputadas estão discriminadas e detalhadas. Pelo que se depreende dos fatos narrados pelo Ministério Público, preliminarmente, as condutas descritas adequam-se aos tipos penais consignados.
A denúncia está acompanhada de elementos indiciários que consubstanciam a justa causa suficiente para a ação penal e, por ora, não vislumbro nenhuma causa extintiva de punibilidade.
Assim, presentes os pressupostos imprescindíveis para o exercício da ação penal, RECEBO A DENÚNCIA, para todos os efeitos legais.
Cite-se o acusado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresente resposta à acusação, podendo arguir preliminar, invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e, arrolar até oito testemunhas.
Intime-se ainda que, transcorrido o prazo assinalado sem apresentação da resposta, fica, desde já, nomeado o Defensor Público que atua neste Juízo, para oferecê-la em igual prazo, podendo este ser contratado na Defensoria Pública do Estado de Rondônia, na Avenida Jorge Teixeira, nº 1722, esquina com Rua Quintino Bocaiúva, bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP: 76.820-846, Telefones: (69) 3217-4742 e (69) 99251-5770, e-mail: 20@defensoria.ro.def.br.
Da análise da manutenção da custódia cautelar.
Considerando a natureza da infração penal, sem prática de violência ou grave ameaça, bem como a ausência de fundamentos que autorizam a manutenção do decreto preventivo, forte no artigo 321 do Código de Processo Penal, revogo a prisão preventiva em favor de Clystenes Andrey Pessoa dos Anjos, brasileiro, nascido aos 17/11/1993, filho de Luciana Pessoa dos Santos, atualmente recolhido a prisão, e com base no artigo 319, incisos II e IV, do mesmo Códex, imponho-lhe as Medidas Cautelares consistentes em:
a) Recolher-se, todos os dias, em sua casa até 22 horas e dela sair somente às 06 horas da manhã;
b) Não frequentar bares, boates, prostíbulos e casas de jogos e
c) manter o juízo informado de eventual mudança de endereço;
d) comparecimento neste juízo, no prazo de 15 (quinze) dias, para justificar suas atividades e comprovação de endereço.
Lavre-se o respectivo termo e tome-se o compromisso do liberado, ressalvando-se que em caso de descumprimento das medidas impostas poderá ser decretada a sua prisão preventiva, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 312 do Código de Processo Penal.
Cópia desta decisão serve como MANDADO DE CITAÇÃO, ALVARÁ DE SOLTURA e TERMO DE COMPROMISSO, podendo o flagranteado ser solto, se por outro motivo não estiver preso.
Obs: Quando do cumprimento do alvará de soltura, deverá o oficial de justiça promover a citação do acusado, bem como atualizar o seu endereço.
Comunique-se a VEPEMA nos autos 2000439-13.2018.8.22.0501.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023
Angela Maria da Silva
Juíza de Direito Substituta

3ª Vara Criminal de Porto Velho
Fórum Geral Desembargador César Montenegro
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO, (Seg à sex - 07h-14h), 69 3309-7080, e-mail: pvh3criminal@tjro.jus.br
Autos nº 1005523-46.2017.8.22.0501
Ação Penal - Procedimento Ordinário, Crimes contra a Flora
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia
DENUNCIADOS: JESSE RODRIGUES LOBO, JOSIVAN CORREIA LINS - ADVOGADOS DOS DENUNCIADOS: RODRIGO LUCIANO ALVES NESTOR, OAB nº RO1644, JULIO CESAR BORGES DA SILVA, OAB nº RO8560, EVALDO INACIO DELGADO, OAB nº RO3742
DECISÃO
Vistos.
Considerando a certidão juntada aos autos, designo o dia 09 de outubro de 2023 às 10h00min para audiência de instrução e julgamento virtual em continuação.
A audiência será realizada por meio de videoconferência, através do aplicativo “Google Meet”, na qual as partes poderão acessar através do link:
meet.google.com/ths-aibj-aoe
Expeça-se o necessário para intimação dos acusados e testemunha arrolada pela acusação no ID 90349520. Cientifiquem-se Ministério Público e Defesa.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023
Angela Maria da Silva
Juíza de Direito Substituta

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS
Processo n. 7025183-56.2023.8.22.0001
RÉU: JOSICLEY DA SILVA TEIXEIRA, brasileiro, solteiro, padeiro, natural de Porto velho/RO, nascido em 21/06/1999, filho de Maria de Nazaré Teixeira e Josimar da Silva, portador do CPF n. 055.160.022-57, atualmente em local incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citar o acusado acima mencionado para apresentar defesa preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias (art. 396 CPP). Poderá arguir preliminares, teses defensivas, oferecer documentos e arrolar até 8 (oito) testemunhas (art. 396-A c.c art. 532, ambos do CPP). Se o acusado não apresentar a defesa preliminar ou constituir advogado nos autos, fica desde já nomeado o Defensor Público com atribuições nesta Comarca para fazê-lo, no prazo de 10 dias.
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, (Seg a sex - 07h-14h), Fone: 69 3309-7001, E-mail: cpe1gvcrim@tjro.jus.br.
DENÚNCIA: “[...] 1. Narração do fato delituoso: furto tentado e qualificado. Consta do Inquérito Policial nº. 2393/2023, que no dia 23 de abril de 2023, por volta das 06h00min, no pátio da Polícia Rodoviária Federal, localizado na BR-364, Bairro Areia Branca, em Porto Velho/RO, os denunciados JOSICLEY DA SILVA TEIXEIRA e ISMAEL MOURA DA SILVA, em comunhão de vontades, tentaram subtrair fiações e peças dos veículos estacionados no pátio1 . Segundo o apurado, os denunciados adentraram no local acima descrito, em seguida se descolaram até pátio, local no qual tinha vários veículos apreendidos estacionados. Ato contínuo, os infratores retiraram vários fios, canos em metal, ventilador do motor e piscas de um ônibus, com a intenção de subtraí-los2 . Todavia, durante a prática delitiva, foram abordados por seguranças do local, ainda dentro do estabelecimento. Nesse instante, a guarnição policial foi acionada, sendo realizada a prisão em flagrante delito de JOSICLEY e ISMAEL. Ressalta-se que o furto somente não se consumou porque os denunciados foram detidos antes de que os bens fossem extraídos da esfera de proteção. 2. Tipificação da Conduta Portanto, considerando o acervo probatório inserido no Inquérito Policial nº. 2393/2023, ofereço DENÚNCIA em desfavor de JOSICLEY DA SILVA TEIXEIRA e ISMAEL MOURA DA SILVA por infração à norma penal inserida no artigo 155, §4°, inciso IV (concurso de pessoas), c.c artigo 14, inciso II (tentado), ambos do Código Penal.”
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.

3ª Vara Criminal de Porto Velho Fórum Geral Desembargador César Montenegro Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO, (Seg à sex - 07h-14h), 69 3309-7080, e-mail: pvh3criminal@tjro.jus.br
Autos nº 7019126-22.2023.8.22.0001
Inquérito Policial, Crimes do Sistema Nacional de Armas
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: P. -. P. V. -. C. D. P. D. -. D. D. F., Ministério Público do Estado de Rondônia - ADVOGADOS DOS ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: POLÍCIA CIVIL - PORTO VELHO - CENTRAL DE POLÍCIA DIFLAG - DIVISÃO DE FLAGRANTES, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
INDICIADO: MIGUEL EDUVANDO MACEDO RIBEIRO - ADVOGADOS DO INDICIADO: ANA KAROLINE ALVES ARAUJO, OAB nº RO12329, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
IPL nº 1422/2023
DECISÃO
Vistos.
Acolho o parecer do Ministério Público e com fulcro nas disposições do art. 18 do CPP, determino o ARQUIVAMENTO destes autos.
Restitua-se as munições ao indiciado, posto que comprovado que adquiriu de forma lícita. Da mesma forma, restitua-se a fiança depositada nestes autos.
Expedidas as baixas e comunicações de praxe, arquivem-se.
(Serve a presente decisão como ofício ao INI e autoridade policial)
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023
Angela Maria da Silva
Juíza de Direito Substituta

4ª VARA CRIMINAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Criminal
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7036655-54.2023.8.22.0001
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: LUIZ CARLOS OLVEIRA DA SILVA, KAIQUE FRANCISCO STERING DE FREITAS
ADVOGADOS DOS REU: ERICA APARECIDA SOUSA DE MATOS, OAB nº RO9514, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Recebi no Plantão.
Trata-se de comunicação de prisão em flagrante delito de Luiz Carlos Oliveira da Silva, qualificado nos autos, ocorrida aos 13/06/2023, sendo dado como incurso nos artigos 157, §2º, I e II; art. 180, caput; art. 330 e art. 329, todos do Código Penal, e artigos 14 e 15 da Lei 10.826/03.
Na ocasião da prisão em flagrante, Luiz Carlos Oliveira da Silva foi hospitalizado e, na data de hoje recebeu alta hospitalar.
O flagrante foi homologado, conforme infere-se no movimento nº #91906728, pendente somente a realização da custódia.
Dito isto, designo audiência de custódia para o dia 16/07/2023, às 10h30, a ser realizada de forma presencial, conforme Provimento da Corregedoria n° 1/2023, Sei n. 0014708-59.2022.8.22.8000, e Resolução CNJ n. 213/2015.
Nos termos do § 12 do artigo 2º do Provimento 1/2023, os advogados, públicos ou privados, e os membros do Ministério Público poderão requerer a participação própria por videoconferência, cujo link para acesso à sala virtual será o seguinte: https://meet.google.com/dow-jxyy-jfh
Também em relação ao disposto no § 12 do artigo 2º do Provimento 1/2023, faço constar que esse juízo não exercerá nenhum controle sobre a forma da participação do advogado, defensor ou promotor na audiência, cabendo ao próprio profissional decidir se virá presencialmente ao Fórum ou se atuará por videoconferência, sendo-lhes facultado fazer constar em ata eventual justificativa.
Cientifique-se pelos meios mais céleres disponíveis o Membro do Ministério Público e da Defensoria Pública Estadual, os quais poderão comparecer de forma presencial, de acordo com o artigo 2º do Provimento Corregedoria nº 1/2023 do TJ/RO.
Acaso possua o (a) preso (a) advogado (a) já constituído, mantenha-se contato - também pelo meio mais célere disponíveis - informando-o (a) da assentada supra.
Oficie-se a Unidade Prisional a providenciar o necessário para o comparecimento presencial do custodiado na Sala de Audiência desta Vara Criminal.
Caso já não constem nos autos, requisito à SEJUS que providencie até o horário da audiência de custódia a remessa do exame de corpo de delito e registros fotográficos do rosto e corpo inteiro da(s) pessoa(s) custodiada(s), enviando para o WhatsApp ou e-mail da Vara Criminal.
Identifique-se o processo como réu preso.
SIRVA-SE A PRESENTE COMO OFÍCIO [para fins de requisição do custodiado] e MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Cumpra-se com celeridade.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Guilherme Regueira Pitta
Juiz de Direito Substituto

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 60 DIAS
Processo n. 0000459-67.2020.8.22.0501
RÉU: Nome: LUCAS BELO SIRQUEIRA- brasileiro, nascido em 07/10/2001, filho de Maria Eunice Sirqueira da Silva e Edvaldo Belo Guimarães
Endereço: Atualmente em local incerto e não sabido.
FINALIDADE: Intimar o réu acima qualificado, da sentença abaixo transcrita.
SENTENÇA: [...] Pelo Mm.º Juiz foi proferida a sentença, sendo declarados oralmente o relatório e a fundamentação e ementado o dispositivo, nos seguintes termos: “DISPOSITIVO Diante do exposto, pelos fundamentos expendidos alhures, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal, e via de consequência, CONDENO o denunciado LUCAS BELO SIQUEIRA, já qualificado, nas sanções cominadas à prática da conduta tipificada no art. 155, caput, c.c art. 14, II, ambos do Código Penal. Passo à dosimetria da pena. A culpabilidade restou comprovada, sendo reprovável as condutas praticadas pelo denunciado. Os antecedentes criminais são desfavoráveis, conforme certidão juntada aos autos, o acusado é tecnicamente primário, mas registra condenação nos autos nº 0003674-51.2020.8.22.0501. Não há maiores informações acerca de sua conduta social e personalidade, o que milita a seu favor. Os motivos do crime se constituíram pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito. As circunstâncias dos fatos não o favorecem, não sendo justificável a necessidade financeira. As consequências não foram graves, pois o bem foi restituído. O comportamento da vítima não facilitou nem incentivou a ação do agente. Por fim, a situação econômica do denunciado não parece boa, notadamente pelo patrocínio pela Defensoria Pública. Sopesando, pois, as circunstâncias judiciais favoráveis e desfavoráveis ao denunciado e, levando em consideração a pena em abstrato do tipo penal imputado, fixo a PENA-BASE em 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão e 10 (dez) dias-multa, valorando cada dia multa em 1/30 do salário mínimo, ou seja, R$ 43,40, tendo fixado a quantidade em face das circunstâncias judiciais e o valor em razão de sua condição financeira. Presente a circunstância atenuante da menoridade, reduzo a pena em 02 (dois) meses de reclusão. Considerando a incidência do art. 14, II, do CP, reduzo a pena em metade, levando em conta o iter criminis percorrido pelo acusado, restando uma pena DEFINITIVA fixada em 06 (seis) meses de reclusão e 5 (cinco) dias-multa, a qual estabeleço no valor atualizado de R$ 217,00 (duzentos e dezessete reais). Estabeleço como inicial o regime ABERTO, de acordo com o disposto no art. 33, § 2º, “c”, do CP. Atento ao art. 44 do CP, substituo a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos, consistente em PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNITÁRIOS pelo período da condenação, em condições a serem estabelecidas pelo Juízo da VEPEMA. Por derradeiro, considerando a hipossuficiência do acusado evidenciada nos autos, bem como a previsão do art. 5º, inciso IV, da Lei Estadual 3.896/2016, isento-o do pagamento das custas processuais.
Porto Velho - 4ª Vara Criminal, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, (Seg a sex - 07h-14h), Fone: 69 3309-7001, E-mail: cpe1gvcrim@tjro.jus.br, 14 de julho de 2023.

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS
Processo n. 7080809-94.2022.8.22.0001
RÉU: Nome: VAGNER HOBOLD- brasileiro, solteiro, nascido aos 14/11/1982, natural de Manaus/AM, filho de Jaime Hobold e Cleide Andrade da Silva, RG nº 797154
Endereço: atualmente em local incerto e não sabido.
Finalidade: Citar o acusado acima mencionado para apresentar defesa preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias (art. 396 CPP). Poderá arguir preliminares, teses defensivas, oferecer documentos e arrolar até 8 (oito) testemunhas (art. 396-A c.c art. 532, ambos do CPP). Se o acusado não apresentar a defesa preliminar ou constituir advogado nos autos, fica desde já nomeado o Defensor Público com atribuições nesta Comarca para fazê-lo, no prazo de 10 dias.
DENÚNCIA: "...Ante o exposto, o Ministério Público denuncia VAGNER HOBOLD como incurso no art. 129, § 9º, do Código Penal (lesão corporal qualificada) e art. 147,caput, do Código
Penal (ameaça), em concurso material, rogando seja o denunciado julgado e condenado nas penas da lei."
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, (Seg a sex - 07h-14h), Fone: 69 3309-7001, E-mail: cpe1gvcrim@tjro.jus.br,
14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Criminal
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo n.: 7044203-33.2023.8.22.0001
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Assunto: Crimes do Sistema Nacional de Armas
Parte autora: 2. D. D. F. D. P. V.
AUTORIDADE SEM ADVOGADO(S)
Parte requerida: ROMULO MANSSINI CUNHA RIBEIRO
FLAGRANTEADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de comunicação de prisão em flagrante delito de ROMULO MANSSINO CUNHA RIBEIRO, qualificado nos autos, ocorrida aos 14/07/2023, sendo dado como incurso no art. 14, da Lei 10.826/03 e art. 180, caput, do CP c/c art. 29 do CP.
Compulsando os autos, verifico que o auto de prisão em flagrante atende aos requisitos formais e materiais previstos nos arts. 302, 304 e 306 do Código de Processo Penal.
Por seu turno, não sendo o caso de concessão imediata de liberdade provisória, designo audiência de custódia para o dia 15/07/2023 às 10h30, a ser realizada de forma presencial, conforme Provimento da Corregedoria n° 1/2023, Sei nº 0014708-59.2022.8.22.8000, e Resolução CNJ n. 213/2015.
Nos termos do § 12 do artigo 2º do Provimento 1/2023, os advogados, públicos ou privados, e os membros do Ministério Público poderão requerer a participação própria por videoconferência, cujo link para acesso à sala virtual será o seguinte:
https://meet.google.com/dow-jxyy-jfh
Também em relação ao disposto no § 12 do artigo 2º do Provimento 1/2023, faço constar que esse juízo não exercerá nenhum controle sobre a forma da participação do advogado, defensor ou promotor na audiência, cabendo ao próprio profissional decidir se virá presencialmente ao Fórum ou se atuará por videoconferência, sendo-lhes facultado fazer constar em ata eventual justificativa.
Cientifique-se pelos meios mais céleres disponíveis o Membro do Ministério Público e da Defensoria Pública Estadual, os quais poderão comparecer de forma presencial, de acordo com o artigo 2º do Provimento Corregedoria nº 1/2023 do TJ/RO.
Acaso possua o (a) preso (a) advogado (a) já constituído, mantenha-se contato - também pelo meio mais célere disponíveis - informando-o (a) da assentada supra.
Oficie-se a Unidade Prisional a providenciar o necessário para o comparecimento presencial do custodiado na Sala de Audiência desta Vara Criminal.
Caso já não constem nos autos, requisito à SEJUS que providencie até o horário da audiência de custódia a remessa do exame de corpo de delito e registros fotográficos do rosto e corpo inteiro da(s) pessoa(s) custodiada(s), enviando para o WhatsApp ou e-mail da Vara Criminal.
Identifique-se o processo como réu preso.
SIRVA-SE A PRESENTE COMO OFÍCIO [para fins de requisição do custodiado] e MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Cumpra-se com celeridade.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Guilherme Regueira Pitta
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Criminal
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7044263-06.2023.8.22.0001
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Polo Ativo: 5. D. D. F. D. P. V. -. R.
AUTORIDADE SEM ADVOGADO(S)
Polo Passivo: ROBERTO BARROS ALVES
ADVOGADO DO FLAGRANTEADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Recebi no Plantão.

Trata-se de comunicação de prisão em flagrante delito de ROBERTO BARROS ALVES, qualificado nos autos, ocorrida aos 15/07/2023, sendo dado como incurso no art. 311, §2º, inciso III, do Código Penal.
Compulsando os autos, verifico que o auto de prisão em flagrante atende aos requisitos formais e materiais previstos nos arts. 302, 304 e 306 do Código de Processo Penal.
Por seu turno, não sendo o caso de concessão imediata de liberdade provisória, designo audiência de custódia para o dia 16/07/2023, às 10H, a ser realizada de forma presencial, conforme Provimento da Corregedoria n° 1/2023, Sei n. 0014708-59.2022.8.22.8000, e Resolução CNJ n. 213/2015.
Nos termos do § 12 do artigo 2º do Provimento 1/2023, os advogados, públicos ou privados, e os membros do Ministério Público poderão requerer a participação própria por videoconferência, cujo link para acesso à sala virtual será o seguinte: https://meet.google.com/dow-jxyy-jfh
Também em relação ao disposto no § 12 do artigo 2º do Provimento 1/2023, faço constar que esse juízo não exercerá nenhum controle sobre a forma da participação do advogado, defensor ou promotor na audiência, cabendo ao próprio profissional decidir se virá presencialmente ao Fórum ou se atuará por videoconferência, sendo-lhes facultado fazer constar em ata eventual justificativa.
Cientifique-se pelos meios mais céleres disponíveis o Membro do Ministério Público e da Defensoria Pública Estadual, os quais poderão comparecer de forma presencial, de acordo com o artigo 2º do Provimento Corregedoria nº 1/2023 do TJ/RO.
Acaso possua o (a) preso (a) advogado (a) já constituído, mantenha-se contato - também pelo meio mais célere disponíveis - informando-o (a) da assentada supra.
Oficie-se a Unidade Prisional a providenciar o necessário para o comparecimento presencial do custodiado na Sala de Audiência desta Vara Criminal.
Caso já não constem nos autos, requisito à SEJUS que providencie até o horário da audiência de custódia a remessa do exame de corpo de delito e registros fotográficos do rosto e corpo inteiro da(s) pessoa(s) custodiada(s), enviando para o WhatsApp ou e-mail da Vara Criminal.
Identifique-se o processo como réu preso.
SIRVA-SE A PRESENTE COMO OFÍCIO [para fins de requisição do custodiado] e MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Cumpra-se com celeridade.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Guilherme Regueira Pitta
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Criminal
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7044285-64.2023.8.22.0001
Classe: Auto de Prisão em Flagrante
Polo Ativo: 3. D. D. F. D. P. V.
AUTORIDADE SEM ADVOGADO(S)
Polo Passivo: FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADO DO FLAGRANTEADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO - PLANTÃO JUDICIAL
Trata-se de pedido de liberdade provisória formalizado por FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS em razão de prisão em flagrante realizada nesta data, dia 16/07/2023, diante da prática, em tese, dos delitos tipificados nos artigos 303 e 306 do Código de Trânsito Brasileiro, conforme noticiado nos autos do APF nº 6304/2023, que se encontra autuado no sistema PJE sob o nº 7044285-64.2023.8.22.0001 e distribuído à 4ª Vara Criminal desta Comarca.
A priori, o caso não comporta imediato relaxamento da prisão (art. 310, inciso I do CPP), porquanto não foi noticiado nenhum vício formal que comprometa a sua regularidade.
Também não vislumbro, neste momento, elementos para a concessão de liberdade provisória (art. 310, inciso III do CPP), pois sequer houve pedido de conversão do flagrante em prisão preventiva. Não cabe a este Juízo antecipar situações hipotéticas acerca de uma possível decretação de prisão preventiva do flagranteado, quando, à luz do princípio acusatório vigente no ordenamento jurídico pátrio (art. 129, I, da Constituição Federal), essa questão depende de provocação do Ministério Público.
Portanto, faz-se necessária a oitiva do Ministério Público, por ocasião da audiência de custódia que será realizada da data de amanhã (17/07/2023 - segunda-feira), quando o caso será devidamente avaliado pelo Juízo natural (art. 2º, § 2º, e 6º, V, do Provimento Corregedoria nº 01/2023, Publicado DJE nº 024, de 06/02/2023), estando preservado o lapso temporal de 24h previsto no art. 310 do CPP e na Resolução CNJ nº 213/2015.
Por fim, a despeito da informação de que o flagranteado está hospitalizado, nenhum documento de comprovação desse fato foi juntado aos autos, cabendo à defesa apresentá-los ao Juízo natural para as deliberações necessárias.
Nesse contexto, por ora, INDEFIRO o pedido de liberdade provisória, para aguardar a realização da audiência de custódia que ocorrerá na data de amanhã (16/07/2023) perante o Juízo natural da causa, o qual, colhendo a manifestaç ão do Ministério Público e ouvindo a defesa, poderá reavaliar a situação. Por outro lado, eventual não realização da audiência de custódia, em razão da informação de que o flagranteado está hospitalizado, deverá ser objeto de decisão do Juízo natural, mediante comprovação deste fato pela defesa.
Junte-se cópia desta decisão nos autos nº 7044283-94.2023.8.22.0001, da 1ª Vara Criminal desta Comarca, e aguarde-se a designação da data e horário da audiência de custódio pelo Juízo natural.
Ciência ao Ministério Público e à defesa.
Intimem-se.
Cumpra-se com celeridade e devolvam-se os autos conclusos.
SIRVA A PRESENTE COMO OFÍCIO E MANDADO DE INTIMAÇÃO
Porto Velho/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Guilherme Regueira Pitta
Juiz Plantonista

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS
Processo n. 0009139-41.2020.8.22.0501
RÉU: Nome: Afonso Francisco de França- Solteiro, nascido aos 24/05/1965, filho de Francisco Vitor de França e Francisca Antônia de Souza, natural de Vila Nova do Piauí/PI.
Endereço: desconhecido, atualmente em local incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citar o acusado acima mencionado para apresentar defesa preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias (art. 396 CPP). Poderá arguir preliminares, teses defensivas, oferecer documentos e arrolar até 8 (oito) testemunhas (art. 396-A c.c art. 532, ambos do CPP). Se o acusado não apresentar a defesa preliminar ou constituir advogado nos autos, fica desde já nomeado o Defensor Público com atribuições nesta Comarca para fazê-lo, no prazo de 10 dias.
DENÚNCIA: "...Por todo exposto, o denunciado praticou o crime definido no art. 129, §1 inciso I, do Código Penal, razão pela qual requer que recebida e autuada esta, seja o denunciado
citado para responder a ação penal e, ao final do processo, condenado."
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, (Seg a sex - 07h-14h), Fone: 69 3309-7001, E-mail: cpe1gvcrim@tjro.jus.br,
14 de julho de 2023.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - 4ª Vara Criminal
Processo: 7053205-61.2022.8.22.0001
Classe: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMÁRIO (10943)
REU: RODRIGO OTERO DA SILVA
Advogado do(a) REU: ROMULO BRANDAO PACIFICO - RO8782
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados da decisão de Id 90034057 .
Porto Velho, 14 de julho de 2023

1º CARTÓRIO DE EXECUÇÕES FISCAIS

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Cumprimento de sentença : 0004735-07.2011.8.22.0001
REQUERENTE: JOSE LUIZ LENZI
ADVOGADO: TIAGO RAMOS PESSOA - OAB RO10566
REQUERIDO: Estado de Rondônia - ADVOGADOS DO REQUERIDO: TIAGO RAMOS PESSOA, OAB nº RO10566, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos,
Removo a constrição pendente no sistema Renajud (comprovante anexo).
A Fazenda Pública noticiou o pagamento da RPV (ID 85619121).
Intime-se o Exequente para que, em cinco dias, manifeste-se acerca do recebimento.
Decorrido o prazo, retorne concluso.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 13 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)
Assinado eletronicamente por: FABIOLA CRISTINA INOCENCIO
13/07/2023 15:23:47
https://pjepg.tjro.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 93280507 230713152442000000000089526681
Imprimir

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal : 7021465-90.2019.8.22.0001
EXEQUENTE: Estado de Rondônia - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. - ADVOGADO DO EXECUTADO: DANIEL NASCIMENTO GOMES, OAB nº DF47649

DESPACHO
Vistos,
No Pedido para Concessão de Efeito Suspensivo autuado sob n. 0805966-87.2021.8.22.0000, o TJRO deferiu tutela antecipada recursal para suspender os efeitos da decisão que revogou a liminar e manter a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários objeto da Ação Anulatória n. º 7022761-50.2019.8.22.0001.
A CDA a executada encontra-se abarcada na referida ação anulatória.
Assim, suspendo o trâmite da execução fiscal por seis meses, visando aguardar o deslinde da apelação na segunda instância.
À CPE: Havendo trânsito em julgado da Ação Anulatória, intime-se a Fazenda Pública para se manifestar em dez dias.
Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 13 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal : 7040989-39.2020.8.22.0001
Estado de Rondônia - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
JAIR MONTEIRO SILVA DE SOUZA, GENISIS TERRAPLENAGENS MINERACAO E COMERCIO LTDA - ME, SAMIA SOARES MAIA - ADVOGADO DOS EXECUTADOS: ERNANDE DA SILVA SEGISMUNDO, OAB nº RO532
DESPACHO
Vistos,
1. A consulta ao sistema Sisbajud, realizada através da ferramenta “teimosinha”, resultou em bloqueio parcial - R$ 5498,43 (espelhos em anexo).
2. Por razões de operacionalidade e a fim de não atrasar a prestação jurisdicional, a ordem foi reiterada por um período de 10 dias.
3. O executado compareceu espontaneamente, deu-se por cientificado da penhora, e apresentou impugnação, requerendo a devolução dos valores bloqueados.
4. Dê-se vistas à Exequente para manifestação quanto à impugnação ou requerer o que entender de direito, no prazo de 5 dias.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 16 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - Vara de Execuções Fiscais
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, (lotado na central de atendimento) 0027449-63.2008.8.22.0001
Execução Fiscal
EXEQUENTE: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: PETRONIO FERREIRA SOARES, RUA 08, CASA 284 - PQ RESIDENCIAL ALPHAVILLE, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: ERNANDE DA SILVA SEGISMUNDO, OAB nº RO532, DANIEL GAGO DE SOUZA, OAB nº RO4155, FABRICIO DOS SANTOS FERNANDES, OAB nº RO1940
Despacho
Vistos,
Há notícia de implementação da penhora salarial.
Assim, defiro o pedido da Exequente e suspendo o trâmite processual por seis meses.
Decorrido o prazo, encaminhe à Fazenda Pública para manifestação sobre o término do pagamento das parcelas ou para requerer o que entender de direito em dez dias.
Cumpra-se.
Porto Velho,16 de julho de 2023
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal : 7025443-07.2021.8.22.0001
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE PORTO VELHO - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
EXECUTADO: MARA REGINA PINHEIRO - EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Vistos,
O Credor noticiou o inadimplemento do acordo administrativo.
Indefiro, a intimação do Devedor para pagamento das parcelas em atraso. A providência compete ao Ente interessado, que concedeu o benefício fiscal, nos termos de lei específica.
Manifeste-se o Exequente, em dez dias, quanto à citação do devedor indicado no título executivo.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 16 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7054 (Gabinete); (69) 3309-7056 (Sala de Audiências); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE).
Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal : 7009605-24.2021.8.22.0001
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE PORTO VELHO - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
EXECUTADOS: RAFAEL ALEXANDRE DE FIGUEIREDO GOMES, COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO CARGA PESADA LTDA - ME - ADVOGADO DOS EXECUTADOS: ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA, OAB nº RO2913
SENTENÇA
Vistos, etc.,
Trata-se de execução fiscal proposta por Município de Porto Velho em desfavor de RAFAEL ALEXANDRE DE FIGUEIREDO GOMES, COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO CARGA PESADA LTDA - ME, para recebimento de crédito descrito na CDA n. 5800/2019.
A exequente confirmou a quitação do débito principal e pugnou pela extinção processual.
Custas processuais e honorários advocatícios pagos.
Ante o exposto, julgo extinta a execução fiscal nos termos do inciso II do art. 924 do CPC.
Havendo constrições, liberem-se.
À CPE: Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas de estilo. Em havendo renúncia expressa ao prazo recursal, certifique o imediato trânsito em julgado na data de publicação desta sentença.
Compete ao Município providenciar a baixa administrativa das CDA retro indicada.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Regularização de Registro Civil : 7042597-67.2023.8.22.0001
REQUERENTE: MARIA NEUZA NUNES
ADVOGADO DO REQUERENTE: CARLOS ERIQUE DA SILVA BONAZZA, OAB nº RO8176
Despacho
Vistos,
Emende o(a) autor(a) a inicial sob pena de indeferimento, providenciando e juntando aos autos:
I - Comprovante do recolhimento das custas iniciais, no importe de 2% (dois por cento). Ressalto que de acordo com a Lei Estadual 3896/16 (Nova Lei de Custas), as custas inicias devem ser:
“Art. 12. As custas judiciais incidirão sobre o valor da causa, da seguinte forma:
I - 2% (dois por cento) no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado para até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo. Havendo acordo, as partes ficam desobrigadas ao pagamento do montante adiado; (...)”
Observa-se que o feito é de jurisdição voluntária (artigo 720 CPC/2015), portanto desnecessária a designação de audiência de conciliação, sendo certo que caberia à parte autora recolher 2% (dois por cento) no momento da distribuição.
II- Cópias de outros documentos do autor (certidão de batismo, carteira de vacinação, etc.), bem ainda, cópia dos documentos pessoais dos seus genitores e irmãos.
III - Declaração de 2 (duas) testemunhas, com firma reconhecida, que o conheçam há bastante tempo e possam confirmar os fatos narrados na inicial, prestando declarações.
Ao cartório de registro civil de Guajará Mirim-RO, determino que envie a este Juízo a cópia da folha do livro ou certidão negativa do assento de nascimento de MARIA NEUZA NUNES (fl. 64, livro A-6, n. 1310)
Assinalo o prazo de 10 (dez) dias para o cumprimento das diligências.
Após, vista ao Ministério Público para manifestação.
SERVE O PRESENTE DE OFÍCIO/INTIMAÇÃO, instruindo-se com os documentos do processo necessários ao cumprimento da ordem.
Porto Velho-RO, 13 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Cumprimento de sentença : 7000094-31.2023.8.22.0001
EXEQUENTE: THALYTA KARINA CORREIA CHEDIAK - ADVOGADO DO EXEQUENTE: THALYTA KARINA CORREIA CHEDIAK, OAB nº RO11011
EXECUTADO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO - ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
DESPACHO
Vistos,
Em cinco dias, diga a exequente se pretende o recebimento das verbas sucumbenciais mediante precatório ou requisição de pequeno valor.
Caso opte pela RPV, deverá apresentar a manifestação de renúncia ao excedente a 10 salários mínimos (art. 1º, § 3º, da Lei Estadual 1.788/07).
Intime-se.
Porto Velho-RO, 13 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - Vara de Execuções Fiscais
Avenida Pinheiro Machado, 777, (lotado na central de atendimento), Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69)
e-mail: pvhfiscaiscpe@tjro.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
Execução Fiscal PJe
Processo: 7026001-13.2020.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Exequente: Estado de Rondônia
Executado: COELHO E CONCEICAO COMERCIAL DE MERCADORIAS LTDA - ME e Elivan Morais Coelho
CDA's : 20190200319070; 20200200224549 e 20170200031929
CITAÇÃO DO EXECUTADO: Elivan Morais Coelho
FINALIDADE: Citação para PAGAR, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do prazo do Edital, a dívida a seguir identificada, com juros, correção e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pelo exequente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação, conforme despacho abaixo.
VALOR DA CAUSA: R$ 123.620,11 - Atualizado até 15/12/2022 (será atualizada na data do efetivo pagamento).
OBSERVAÇÃO: Não tendo o executado condições de constituir advogado, este deverá procurar a Defensoria Pública Estadual, localizada AVENIDA JORGE TEIXEIRA, Nº 1722, BAIRRO EMBRATEL, CEP: 76.820-846
DESPACHO: "À CPE: expeça-se edital de citação constando o nome de Elivan Morais Coelho, nos termos já determinados no ID 79077852".
Porto Velho/RO, Segunda-feira, 17 de Julho de 2023.
Roni Lima Lacerda
(Assinatura Digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.7088297-03.2022.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: JORGE LUIZ DOS SANTOS DE SA, RUA VITÓRIA s/n, PROX BAIRRO TRIANGULO FLORESTA - 76806-364 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCIO SANTANA DE OLIVEIRA, OAB nº RO7238
EXECUTADO(S) E ENDEREÇO: P. G. D. E., AVENIDA FARQUAR 2986, CPA PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Indefiro o pedido de concessão dos benefícios da Justiça gratuita, por não haver nos autos comprovação acerca da insuficiência de recursos, ou de dificuldades econômicas e financeiras para arcar com os diferentes ônus do processo.
Ademais, de acordo com entendimento pacificado junto ao Superior Tribunal de Justiça, para o recebimento dos embargos à execução, é necessário estar o juízo integralmente garantido. Apenas em situações excepcionais, quando cabalmente comprovado que a parte não tem condições materiais para tanto, a garantia é dispensada ou admitida em patamar substancial, situação que não restou comprovada nos autos. Assim, uma vez que o imóvel penhorado não abrange o valor atualizado da execução, e não havendo a comprovação inequívoca da impossibilidade financeira do executado, aplica-se o art. 16, § 1º, da LEF.

Diante do exposto, nos termos do artigo 321 do CPC, fica INTIMADA a parte autora, por meio de seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar e/ou complementar a inicial, sob pena de indeferimento, providenciando e juntando aos autos:
I - o comprovante de recolhimento das custas iniciais, no importe de 2% (dois por cento).
II - o comprovante de cumprimento do art. 16, § 1º, da LEF que determina, como regra, o depósito judicial como garantia da execução principal.
Cumpra-se.
Porto Velho, 12 de julho de 2023
{{orgao_julgador.magistrado}}
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - Vara de Execuções Fiscais
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, (lotado na central de atendimento) 7044129-81.2020.8.22.0001
Execução Fiscal
REPRESENTANTES PROCESSUAIS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, AVENIDA FARQUAR, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REPRESENTANTES PROCESSUAIS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: L & L INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, R PIRARARA 2001, - DE 933/934 AO FIM LAGOA - 76812-108 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, LUZINETE CUNHA FERREIRA, ANIZIO GORAYEB 1354, - DE 1306/1307 A 1411/1412 SAO JOAO BOSCO - 76803-680 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
TERCEIRO INTERESSADO: EMERSON FERREIRA SILVA, ADVOGADO: SERGIO VEIGA OAB/RJ 224.584
Despacho
Tendo em vista a comprovação de que o veículo placa NDE-1256 foi arrematado nos autos do processo n. 0000438-36.2022.5.14.0003, procedo à baixa da restrição inserida nestes autos via Renajud, conforme espelho anexo.
Cientifique-se o arrematante, por intermédio do advogado constituído.
Depois, manifeste-se o exequente, requerendo o que entender de direito quanto ao prosseguimento do feito, em 10 dias.
Cumpra-se.
Porto Velho,11 de julho de 2023
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil : 7028009-55.2023.8.22.0001
CLOVIS FEITOSA DOS SANTOS
ADVOGADO DO REQUERENTE: IVONE MENDES DE OLIVEIRA, OAB nº RO4858
DESPACHO
Vistos,
1. Intime-se o autor, por intermédio do advogado constituído, para que junte aos autos: a) cópias dos documentos pessoais dos irmãos ou filhos (se houver); b) certidão de antecedentes em nome de Clovis Feitosa dos Santos, CPF nº 389.157.582-34, junto aos Cartórios Distribuidores Cível, Criminal, Família e de Protesto desta Capital, e da Justiça Federal.
2. Oficiem-se os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais de Porto Velho/RO, para que enviem a este Juízo cópia da folha do livro do assento de nascimento de Clovis Feitosa dos Santos, nascido em 25.04.1958, natural de Novo Aripuanã/AM, filho de Pedro Feitosa dos Santos e Eliza Pereira dos Santos, ou Certidão de Inexistência do registro.
Prazo para cumprimento: 10 (dez) dias.
Após, vista dos autos ao MP.
SERVE O PRESENTE DE OFÍCIO/INTIMAÇÃO, instruindo-se com os documentos do processo necessários ao cumprimento da ordem.
Porto Velho-RO, 13 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7054 (Geral); (69) 3309-7053 (Sala de Audiências); (69) 3309 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.Outros procedimentos de jurisdição voluntária : 7074115-12.2022.8.22.0001
REQUERENTE: IZALINA CREMONEZI DE MIRANDA - ADVOGADO DO REQUERENTE: ELIANE MARA DE MIRANDA, OAB nº RO7904 - REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)

SENTENÇA
Vistos, etc.
Izalina Cremonezi de Miranda ajuizou pedido de alvará judicial para exumação e traslado dos restos mortais de seu marido, Ananias Ferreira de Miranda, do Cemitério Municipal Itapuã do Oeste para o Cemitério Municipal de Tapurah/MT.
Instruiu o pedido com os documentos necessários e, no decorrer da instrução, outros foram juntados.
O Ministério Público pugnou pela procedência do pedido.
É o relatório. Decido.
Inexiste previsão legal que vede a remoção de ossada humana para outro local, de modo que prevalece o interesse da família, posto que o local de sepultamento trata-se apenas de uma exigência moral de respeito à memória dos mortos pelos familiares e amigos.
Comprovado o legítimo interesse e a existência de vaga no cemitério para o qual pretendem transladar os restos mortais do falecido, bem como atentando-se ao fato de que o pedido não afeta a situação jurídica de terceiros, o seu deferimento é a medida que se impõe.
Ante o exposto, com lastro no art. 487, I, do CPC, julgo procedente o pedido inicial, para AUTORIZAR que IZALINA CREMONEZI DE MIRANDA, pessoalmente e/ou através de seu advogado constituído nos autos, providencie, de forma adequada, através de agência funerária, a exumação e translado dos restos mortais de ANANIAS FERREIRA DE MIRANDA do Cemitério Municipal Itapuã do Oeste para o Cemitério Municipal de Tapurah/MT, observada à legislação aplicável à espécie.
Considerando a inexistência de interesse contraposto, esta sentença transita em julgado imediatamente na data de publicação no órgão oficial.
Após as providências necessárias, arquive-se.
P. R. I. C. Serve a cópia como CARTA/MANDADO/OFÍCIO/MANDADO DE AVERBAÇÃO/ALVARÁ JUDICIAL PARA EXUMAÇÃO E TRASLADO DE RESTOS MORTAIS.
Porto Velho-RO, 11 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7054 (Gabinete); (69) 3309-7056 (Sala de Audiências); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE).
Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal : 1000046-88.2011.8.22.0101
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE PORTO VELHO - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
EXECUTADO: MARIA DA PAZ MATOS - EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos, etc.,
Trata-se de execução fiscal proposta por Município de Porto Velho em desfavor de MARIA DA PAZ MATOS, para recebimento de crédito(s) tributário(s) (IPTU / TRSD) descrito(s) na(s) CDA(s) n.47101/2008; 7005/2009; 304/2011; 305/2011 e 306/2011, imóvel de inscrição imobiliária n. 01140070080001.
A exequente confirmou a quitação do débito principal e pugnou pela extinção processual.
Custas processuais e honorários advocatícios pagos.
Ante o exposto, julgo extinta a execução fiscal nos termos do inciso II do art. 924 do CPC c/c art. 156, I do CTN.
Havendo constrições, liberem-se. Em caso de penhora/restrição incidente sobre o imóvel de inscrição 01140070080001, libere-se.
À CPE: Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas de estilo. Em havendo renúncia expressa ao prazo recursal, certifique o imediato trânsito em julgado na data de publicação desta sentença.
Compete ao Município providenciar a baixa administrativa das CDAs retro indicadas.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 13 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
7014767-29.2023.8.22.0001
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil
REQUERENTE: VALTER RODRIGUES DA SILVA, AVENIDA CALAMA 1758, - DE 1652 A 2162 - LADO PAR SÃO JOÃO BOSCO - 76803-746 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Verifica-se aqui o trâmite de outra demanda (autos n° 7013593-82.2023.8.22.0001) idêntica a esta, tratando-se da mesma peça, com iguais documentos instrutórios inclusive, havendo sido aquela proposta antes, como faz prova a ordem numérica de distribuição dos autos.
Ante o exposto, extingo o processo, nos termos do art. 485, V e § 3º do Código de Processo Civil.
Arquivem-se.
Porto Velho, quinta-feira, 13 de julho de 2023
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - Vara de Execuções Fiscais
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, (lotado na central de atendimento) 1000088-69.2013.8.22.0101
Execução Fiscal
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE PORTO VELHO, RUA DOM PEDRO II 826, PRAÇA PE. JOÃO NICOLLETTI - PREFEITURA PORTO VELHO CENTRO - 76801-066 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
EXECUTADO: RAIMUNDO DA SILVA DE AGUIAR, AV GUAPORÉ S/N, - ATÉ 304 - LADO PAR APONIÃ - 76812-330 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ARY BATISTA BATISTI, OAB nº RO10744
INTERESSADO: ESPOLIO DE RAIMUNDO DA SILVA DE AGUIAR, representado por sua inventariante, a Sra. ROSA MARIA RODRIGUES LEAL
ADVOGADO: HAROLDO BATISTI OAB/RO n°. 2.535 e ARY BATISTA BATISTI OAB/RO n°. 10.744
DESPACHO
Postergo a análise da exceção de pré-executividade.
Intime-se o ESPOLIO DE RAIMUNDO DA SILVA DE AGUIAR, representado por sua inventariante, a Sra. ROSA MARIA RODRIGUES LEAL, por intermédio dos advogados constituídos, a juntar aos autos cópia da certidão de óbito do executado, em 10 dias.
Com a juntada, vista à PGM, para se manifestar quanto a possível extinção do feito, tendo em vista que o falecimento se deu antes de efetivada a citação nos autos. Prazo: 10 dias.
Cumpra-se.
Porto Velho,13 de julho de 2023
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal : 7010701-11.2020.8.22.0001
EXEQUENTE: Estado de Rondônia - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: MARIO SERGIO LEIRAS TEIXEIRA - ADVOGADO DO EXECUTADO: CRISTIANE SILVA PAVIN, OAB nº RO8221
DESPACHO
Vistos,
Tendo em vista a possibilidade de efeitos infringentes, intime-se o Estado para contrarrazões aos embargos declaratórios em dez dias.
Após, retorne concluso.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal : 7042963-77.2021.8.22.0001
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE PORTO VELHO - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
EXECUTADO: ADEMIR DE OLIVEIRA - EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
O Credor noticiou o inadimplemento do acordo administrativo.
Indefiro, a intimação do Devedor para pagamento das parcelas em atraso. A providência compete ao Ente interessado, que concedeu o benefício fiscal, nos termos de lei específica.
Manifeste-se o Exequente, em dez dias, quanto à citação do devedor indicado no título executivo.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal : 7043611-28.2019.8.22.0001
EXEQUENTES: Estado de Rondônia, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE - ADVOGADO DOS EXEQUENTES: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: ITAUTINGA AGRO INDUSTRIAL S A, FRANCISCO DE JESUS PENHA - ADVOGADO DOS EXECUTADOS: MARIA EDUARDA BARBOSA MATOS, OAB nº BA68487
DESPACHO
Vistos,
À CPE: inclua-se a prioridade de tramitação nos autos.
No que se refere ao pedido de gratuidade judiciária, o benefício visa garantir o livre acesso ao Poder Judiciário a quem não possua condições de arcar com as custas e despesas processuais, portanto, não deve ser usado de forma indiscriminada sem o preenchimento de seus requisitos.
Sobre o tema, o artigo 98 do Código de Processo Civil dispõe que em favor das pessoas naturais milita a presunção juris tantum de hipossuficiência. Tratando-se de presunção relativa, cabe ao magistrado analisar as circunstâncias do caso concreto, utilizando as provas apresentadas nos autos que demonstrem a insuficiência de recursos da parte.
Além disso, o legislador dispõe que o juiz poderá solicitar a comprovação dos pressupostos da gratuidade judiciária. Note-se:
Art. 99 […]
§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.
No caso em análise, a parte solicitou o benefício sem apresentar provas de sua hipossuficiência. Deste modo, nos termos do §2º do art. 99 do CPC, condiciono o deferimento da medida à apresentação de documentos que atestem a impossibilidade da Executada de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios.
Intime-se o Excipiente para providências em dez dias.
Decorrido o prazo, retorne concluso para análise quanto ao recebimento da exceção.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Procedimento Comum Cível : 7042273-77.2023.8.22.0001
AUTOR: VICTOR SADECK FILHO - ADVOGADOS DO AUTOR: DANIEL GAGO DE SOUZA, OAB nº RO4155, FABRICIO DOS SANTOS FERNANDES, OAB nº RO1940, ERNANDE DA SILVA SEGISMUNDO, OAB nº RO532
REU: Estado de Rondônia - ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos e etc.,
A gratuidade judiciária visa garantir o livre acesso ao Poder Judiciário a quem não possua condições de arcar com as custas e despesas processuais, portanto, não deve ser usado de forma indiscriminada sem o preenchimento de seus requisitos.
Sobre o tema, o artigo 98 do Código de Processo Civil dispõe que em favor das pessoas naturais milita a presunção juris tantum de hipossuficiência.
Tratando-se de presunção relativa, cabe ao magistrado analisar as circunstâncias do caso concreto, utilizando as provas apresentadas nos autos que demonstrem a insuficiência de recursos da parte.
Além disso, o legislador dispõe que o juiz poderá solicitar a comprovação dos pressupostos da gratuidade judiciária. Note-se:
Art. 99 […]
§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.
No caso em análise, a parte solicitou o benefício sem apresentar provas de sua hipossuficiência.
Deste modo, nos termos do §2º do art. 99 do CPC, condiciono o deferimento da medida à apresentação de documentos que atestem a impossibilidade da Executada de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios.
Intime-se o Embargante para providências em dez dias.
Decorrido o prazo, retorne concluso.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal : 7027673-56.2020.8.22.0001
Estado de Rondônia, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE - ADVOGADO DOS EXEQUENTES: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
ROBERTO ALVES DOS SANTOS - EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
1. A consulta ao sistema Sisbajud resultou em bloqueio parcial. Intime-se o executado, através de vistas à Defensoria Pública (curadora especial), para se manifestar acerca do bloqueio parcial no prazo de cinco dias. Em atendimento ao artigo 16 da LEF, embargos à execução fiscal só serão admitidos em caso de reforço da penhora.
2. Nos termos do art. 854, §3º do CPC, fica o Executado intimado para comprovar eventual impenhorabilidade da quantia e/ou indisponibilidade excessiva dos ativos financeiros, devendo, nesse caso, apresentar as provas pertinentes (extratos bancários dos últimos três meses, contracheque salarial ou de proventos e demais documentos que entender pertinentes).
3. Os comprovantes das consultas frutíferas seguem juntados sob sigilo.
4. À CPE: autorize-se a visualização das consultas aos convênios (em anexo) às partes.
5. Encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de cinco dias, requerer o que entender de direito ou se manifestar em termos de efetivo andamento do feito sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
6. Nos termos da tese vinculante fixada no Resp 1.340.553, julgado no rito dos recursos repetitivos, tendo em vista a ausência de localização de patrimônio em nome da executada, inicia-se de forma automática a suspensão por um ano prevista no art. 40 da Lei de Execuções Fiscais (6.830/80).
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal : 7012591-82.2020.8.22.0001
Estado de Rondônia, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE - ADVOGADO DOS EXEQUENTES: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
MADEIREIRA SOARES LTDA - ME - EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
1. A consulta ao sistema Sisbajud foi infrutífera.
2. Os comprovantes das consultas seguem juntados sob sigilo.
3. À CPE: autorize-se a visualização das consultas aos convênios (em anexo) às partes.
4. Encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de cinco dias, requerer o que entender de direito ou se manifestar em termos de efetivo andamento do feito sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
5. Nos termos da tese vinculante fixada no Resp 1.340.553, julgado no rito dos recursos repetitivos, tendo em vista a ausência de localização de patrimônio em nome da executada, inicia-se de forma automática a suspensão por um ano prevista no art. 40 da Lei de Execuções Fiscais (6.830/80).
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal : 0172391-33.2004.8.22.0001
Estado de Rondônia - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
JOSE ROBERTO ALVARES DELGADO - ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSANGELA LEILA DE SOUZA, OAB nº SP301195
DESPACHO
Vistos,
1. A consulta ao sistema Sisbajud foi infrutífera.
2. Os comprovantes das consultas seguem juntados sob sigilo.
3. À CPE: autorize-se a visualização das consultas aos convênios (em anexo) às partes.

4. Encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de cinco dias, requerer o que entender de direito ou se manifestar em termos de efetivo andamento do feito sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
5. Nos termos da tese vinculante fixada no Resp 1.340.553, julgado no rito dos recursos repetitivos, tendo em vista a ausência de localização de patrimônio em nome da executada, inicia-se de forma automática a suspensão por um ano prevista no art. 40 da Lei de Execuções Fiscais (6.830/80).
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - Vara de Execuções Fiscais
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, (lotado na central de atendimento) 7036661-61.2023.8.22.0001
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil
REQUERENTE: EDNA MARQUES DE OLIVEIRA, RUA EDUARDO LIMA E SILVA 4702, - DE 4800/4801 AO FIM CIDADE NOVA - 76810-596 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: M. P. D. E. D. R., . CIDADE BAIXA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Vistos,
1. Para fins de instrução do pedido inicial, determino que no prazo de dez dias, o(a) interessado(a) esclareça o seguinte ponto controvertido apresentado pelo MP:
“Requeiro seja a autora intimada para que esclareça as divergências encontradas acerca da data de nascimento, a qual consta grafada como “1943” (IDs 91889942 – fl.1 e 91889948 – fl. 2) e, nos documentos de IDs 91889947 – fl. 2 e 92458419 – fl. 4, consta “1942”, bem como que junte aos autos os documentos pessoais/certidões de nascimento dos irmãos (se houver), a fim de melhor subsidiar o pedido.”
2. Cumprida a determinação, dê-se vista ao MP para manifestações em cinco dias.
Cumpra-se. A cópia servirá como CARTA.
Endereço: Rua Eduardo Lima e Silva, n. 4702, Bairro Cidade Nova, Porto Velho/RO. CEP: 76810-596.
Observações: A parte poderá comparecer no Fórum Geral Desembargador César Montenegro (Avenida Pinheiro Machado, 777, Bairro Olaria) e prestar as informações requeridas na Central de Atendimento.
Porto Velho,17 de julho de 2023
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7054 (Gabinete); (69) 3309-7056 (Sala de Audiências); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE).
Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal : 0001980-20.2005.8.22.0001
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE PORTO VELHO - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
EXECUTADOS: VANIA VIEIRA DE MELO, V. V. DE MELO - ME - EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos, etc.,
Trata-se de execução fiscal que a Fazenda Pública do Estado de Rondônia propôs contra V.V. DE MELO ME, para cobrança do crédito tributário descrito nas CDAs ns. 094483/99 e 100896/99.
Não houve citação da empresa, sendo que em 15/04/2005 remeteu-se os autos ao exequente para ciência das diligências negativas.
Apenas em 20/08/2018 logrou-se a citação da sócia da empresa.
Em manifestação, o Município pleiteou o prosseguimento da cobrança.
É o breve relatório. Decido.
Em execução fiscal, a prescrição intercorrente está preconizada no art. 40 da Lei 6.830/80, nos seguintes termos:
Art. 40 – O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição.
§1º – Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública.
§2º – Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos.
§3º – Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução.
§4º – Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004).
Infere-se, assim, que decorrido o prazo de cinco anos, contados a partir do término da suspensão de um ano determinada pelo magistrado extingue-se o direito do credor pela ocorrência da prescrição intercorrente.
Frise-se que o STJ pacificou, em julgamento submetido ao rito dos recursos repetitivos, que o termo inicial da contagem do prazo da prescrição intercorrente inicia-se automaticamente a partir da ciência quanto à não localização da parte ou de seus bens penhoráveis.
A propósito, confira-se as teses aprovadas no referido julgado de 12/09/2018 (REsp n. 1.340.553/RS). Confira-se:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80).

1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais.

2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente".

3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege.

4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973):

4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução;

4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução.

4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronuciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato;

4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo – mesmo depois de escoados os referidos prazos –, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera.

4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa.

5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp n. 1.340.553/RS, Rel. Min. Mauro Campbell, PRIMEIRA SEÇÃO, Julgamento em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). (g.n.).

Tratando-se de julgamento de recurso especial submetido ao rito dos recursos repetitivos, a tese firmada pelo Tribunal Superior deverá ser aplicada pelos Tribunais e juízes de primeiro grau, consoante determina o art. 1.040 do CPC/2015. Vejamos:

Art. 1.040. Publicado o acórdão paradigma:

III – os processos suspensos em primeiro e segundo graus de jurisdição retomarão o curso para julgamento e aplicação da tese firmada pelo tribunal superior;

Desta feita, sendo certo que a tese firmada deve ser aplicada por este Juízo, passa-se a análise dos autos.

A execução fiscal foi ajuizada em 12/01/2005. O Mandado de citação retornou infrutífero em 25/02/2005 (fl.6), e a exequente foi cientificada em 15/04/2005 (fl. 7), data que deve ser considerada como termo inicial da prescrição intercorrente, uma vez que se trata de ciência inequívoca da credora quanto à não localização da devedora.

Por fim, a citação da sócia só se concretizou em 20/08/2018, conforme aviso de recebimento de ID 26011498.

Nota-se que entre o termo inicial indicado (15/04/2005) e a concretização do ato citatório (20/08/2018) transcorreu prazo superior a 13 anos, tornando-se necessário o reconhecimento da prescrição intercorrente.

Imperioso destacar que inexiste, nos autos, causa de interrupção do prazo prescricional, mormente por que não se localizou bens penhoráveis do devedor nesse interstício temporal, sendo certo que as diligências infrutíferas realizadas não tem o condão de interromper o curso do prazo prescricional (STJ, AgInt no REsp 1.361.038/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 12/09/2016).

A prescrição intercorrente prevista no art. 40 da LEF se trata de modalidade de prescrição cujo reconhecimento deve ser declarado, não como sanção à Exequente por sua inércia, mas em razão do ordenamento jurídico vedar o prolongamento das relações jurídicas ad eternum, inclusive quanto aos créditos tributários dos Entes Públicos.

A intenção é proteger a segurança jurídica, evitando que as relações jurídicas da sociedade perdurem por tempo indeterminado.

Trata-se de interpretação consentânea com o princípio da duração razoável do processo, previsto tanto na Constituição Federal (art. 5º, LXXVIII), como na atual legislação processual (art. 4º, NCPC). É certo que a norma prevista no CPC, inclusive, deixa claro que a razoável duração do processo se aplica, inclusive, em relação às atividades satisfativas.

Assim, conclui-se que decorreu prazo superior a cinco anos sem a localização da parte e indicação de bens penhoráveis, motivo por que deve ser declarada a prescrição intercorrente prevista no art. 40 da Lei 6.830/80 e, consequentemente, extinta a demanda executiva fiscal.
Ante o exposto, nos termos do art. 40, §4º da Lei 6.830/80 c/c art. 156, V do CTN, declaro a prescrição intercorrente e julgo extinta a execução fiscal, nos termos da fundamentação supra.
Sem remessa necessária, tendo em vista que o julgado se ampara em tese firmada em recurso especial submetido ao rito dos recursos repetitivos (art. 496, §4º, II do CPC/2015).
Procedo à exclusão do apontamento no Serasajud, conforme espelho anexo.
Após o trânsito em julgado, liberem-se as constrições eventualmente existentes e arquive-se o feito com as baixas de estilo.
P. R. I. C.
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal : 7048293-60.2018.8.22.0001
Estado de Rondônia - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
D F DE OLIVEIRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRA - EPP, DENIS FRANCISCO DE OLIVEIRA - EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
1. A consulta ao sistema Sisbajud foi infrutífera.
2. Os comprovantes das consultas seguem juntados sob sigilo.
3. À CPE: autorize-se a visualização das consultas aos convênios (em anexo) às partes.
4. Encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de cinco dias, requerer o que entender de direito ou se manifestar em termos de efetivo andamento do feito sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
5. Nos termos da tese vinculante fixada no Resp 1.340.553, julgado no rito dos recursos repetitivos, tendo em vista a ausência de localização de patrimônio em nome da executada, inicia-se de forma automática a suspensão por um ano prevista no art. 40 da Lei de Execuções Fiscais (6.830/80).
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil : 7002383-34.2023.8.22.0001
REQUERENTE: JOSE ARI ALVES DA CUNHA - ADVOGADOS DO REQUERENTE: STEFFANO GUSTAVO DE CARVALHO RODRIGUES, OAB nº RO12734, DIOGO MORAIS DA SILVA, OAB nº RO3830, ANDREA AGUIAR DE LIMA, OAB nº RO7098, ANDERSON MOURA DE OLIVEIRA, OAB nº RO4183A
- SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
1. Diante da justificativa apresentada, concedo a nova dilação de prazo requerida (ID 93182700).
2. Intime-se o Requerente para que apresente as certidões requeridas pelo MP em quinze dias.
3. Decorrido o prazo, dê-se vista ao MP para manifestação em cinco dias.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal : 1000061-27.2015.8.22.0001

Estado de Rondônia - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
A C BRISOT & CIA LTDA ME - ADVOGADOS DO EXECUTADO: FABIO LUIS DE MELLO OLIVEIRA, OAB nº MT6848B
HOMERO HUMBERTO MARCHEZAN AUZANI, OAB nº MT6624
DESPACHO
Vistos,
1. A consulta ao sistema Sisbajud resultou em bloqueio parcial. Intime-se o executado, na pessoa de seu patrono constituído, para se manifestar acerca do bloqueio parcial no prazo de cinco dias. Em atendimento ao artigo 16 da LEF, embargos à execução fiscal só serão admitidos em caso de reforço da penhora.
2. A busca ao sistema Renajud foi infrutífera.
3. À CPE: proceda a adequação da representação processual da Executada, nos termos da procuração de ID 41332422.
4. Intime-se o Estado para que apresente impugnação à exceção de pré-executividade (ID 25052033) em quinze dias.
5. Decorrido o prazo, retorne concluso.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal : 7022983-52.2018.8.22.0001
Estado de Rondônia - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
CONSTRUTORA TRIUNFO DA AMAZONIA LTDA - EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
1. A consulta ao sistema Sisbajud foi infrutífera.
2. Os comprovantes das consultas seguem juntados sob sigilo.
3. À CPE: autorize-se a visualização das consultas aos convênios (em anexo) às partes.
4. Encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de cinco dias, requerer o que entender de direito ou se manifestar em termos de efetivo andamento do feito sob pena de aplicação do disposto no art. 40 da LEF.
5. Nos termos da tese vinculante fixada no Resp 1.340.553, julgado no rito dos recursos repetitivos, tendo em vista a ausência de localização de patrimônio em nome da executada, inicia-se de forma automática a suspensão por um ano prevista no art. 40 da Lei de Execuções Fiscais (6.830/80).
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal : 7033954-28.2020.8.22.0001
EXEQUENTE: Estado de Rondônia - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: NETCONSULT ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA - ME, RENATO ANTONIO DE SOUZA LIMA, SERGIO GONDIM LEITE, EDSON TSUTOMU KITAHARA, ANTONIO GURGEL BARRETO - ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: GUILHERME TORTELLI FIRMO, OAB nº PR59050, PAULA JAQUELINE DE ASSIS MIRANDA, OAB nº RO4245A
Decisão
Vistos, etc.,
EDSON TSUTOMU KITAHARA apresenta impugnação à penhora efetuada via Sisbajud, sob argumento de impenhorabilidade de quantia depositada em conta poupança e decorrente de salário.
Argumenta que os valores são oriundos do trabalho, poupança e aplicações do Executado ao longo de 44 anos de vida laborativa.
Ainda, sustenta a nulidade dos atos processuais realizados após a rejeição da exceção de pré-executividade por ausência de intimação da causídica sobre a decisão.
Afirma que o valor de R$ 19.263,45 refere-se a poupança, enquanto o montante de R$ 54.744,48 é oriundo de aplicação, que teve como origem seu trabalho.
Juntou documentos.
Intimada, a Fazenda Pública refutou a ocorrência da nulidade de intimação e pontuou que,pela análise a aba “acesso de terceiros do PJe”, verifica-se que a advogada realizou vários acessos em datas posteriores à prolação da decisão da qual sustenta não ter sido intimada.
Defendeu que o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento firmado de que a regra da impenhorabilidade deve ser mantida apenas em casos que a constrição comprometa a subsistência digna do devedor ou de sua família.

Em síntese, é relatório. Decido.
No que se refere à nulidade da intimação por não constar o nome da advogada na publicação do ato decisório, assiste razão ao impugnante.
De fato, o nome da representante processual não foi incluído no cadastro dos autos e, consequentemente, não constou na publicação da decisão que rejeitou a exceção de pré-executividade oposta.
Todavia, a ausência intimação, por si só, não tem o condão de desconstituir a penhora ocorrida via Sisbajud.
Isso porque, a oposição de exceção de pré-executividade não suspende ou interrompe, por si só, o prazo para a impugnação ao cumprimento de sentença, em razão da ausência de previsão legal, cumprindo à executada a utilização do instrumento adequado à sua irresignação.
Desse modo, não há óbice à realização de atos constritivos, mesmo enquanto o incidente está pendente de decisão.
Ademais, desnecessária nova publicação da decisão cujo conteúdo o executado demonstrou inequívoca ciência. Aliás, nesses casos, o entendimento do STJ é no sentido de que o prazo para eventual manifestação tem início na data do peticionamento nos autos (Precedente: REsp 1710498/CE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 22/02/2019).
Em relação ao segundo argumento, sabe-se que a penhora de valores depositados em conta poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários-mínimos, é vedada expressamente pelo Código de Processo Civil (art. 833, inciso X, CPC).
Sobre o tema, é entendimento pacificado de que os valores depositados em aplicações financeiras recebem o mesmo manto de impenhorabilidade daqueles que estão em conta poupança, respeitado o limite legal. A propósito:
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. BACENJUD. APLICAÇÕES FINANCEIRAS INFERIORES A 40 SALÁRIOS MÍNIMOS. IMPENHORABILIDADE PRESUMIDA. POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DE OFÍCIO PELO JUIZ. AGRAVO INTERNO DO INMETRO DESPROVIDO. 1. Nos termos do art. 833, X, do CPC/2015, bem como da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, são impenhoráveis valores inferiores a 40 (quarenta) salários mínimos depositados em aplicações financeiras, de modo que, constatado que a parte executada não possui saldo suficiente, cabe ao juiz, independentemente da manifestação da parte interessada, indeferir o bloqueio de ativo financeiros ou determinar a liberação dos valores constritos, isso porque, além de as matérias de ordem públicas serem cognoscíveis de ofício, a impenhorabilidade em questão é presumida, cabendo ao credor a demonstração de eventual abuso, má-fé ou fraude do devedor. Precedente: AgInt no AREsp n. 2.151.910/RS, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 19/9/2022, DJe de 22/9/2022. 2. Agravo interno do INMETRO a que se nega provimento.
(STJ - AgInt no AREsp: 2149064 PR 2022/0178598-7, Data de Julgamento: 24/10/2022, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/10/2022).
No caso dos autos, a penhora via Sisbajud ocorreu em 05/06/2023, e atingiu o montante total de R$ 77.028,66.
Da quantia supracitada, R$ 19.263,45 estava depositada no Banco Cooperativo do Brasil, R$ 54.744,48 na Sicoob Credisul, R$ 190,06 no Banco Santander e R$ 2.830,67 no Banco do Brasil.
Quanto ao dinheiro oriundo de poupança, o extrato bancário do Banco Sicoob (ID 92275008) demonstra que a quantia de R$ 22.486,38 estava depositada em conta de aplicação financeira, desde 16/05/2022, enquanto o valor de R$ 10.303,91 teve sua aplicação iniciada em 27/02/2023.
No ID 92275011 consta o extrato da conta poupança que demonstra a existência de saldo de R$ 19.263,45 na data do bloqueio.
Por sua vez, a impenhorabilidade dos salários, aposentadorias, pensões, etc., (vide art. 833, IV, do CPC) busca garantir o mínimo existencial ao devedor, como consequência do princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no art. 1º, III, da CRFB.
A intenção da regra é garantir um numerário mínimo que permita a subsistência digna do executado, podendo ser afastada quando houver prova de que o valor constrito não possui natureza alimentar.
Sobre o tema, o STJ firmou tese vinculante (REsp n. 1.582.475/MG) no sentido de viabilizar que o juízo, excepcionalmente e diante das peculiaridades do caso concreto, flexibilize a regra do art. 833, IV do CPC para fins de penhora de salário ou proventos, desde que não comprometa a subsistência digna do devedor.
Concilia-se, sempre que possível, o princípio da efetividade da execução e o princípio da dignidade da pessoa (art. 2º da Constituição Federal).
Nesses termos, o julgado:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. IMPENHORABILIDADE DE VENCIMENTOS. CPC/73, ART. 649, IV. DÍVIDA NÃO ALIMENTAR. CPC/73, ART. 649, PARÁGRAFO 2º. EXCEÇÃO IMPLÍCITA À REGRA DE IMPENHORABILIDADE. PENHORABILIDADE DE PERCENTUAL DOS VENCIMENTOS. BOA-FÉ. MÍNIMO EXISTENCIAL. DIGNIDADE DO DEVEDOR E DE SUA FAMÍLIA. 1. [...] 3. A interpretação dos preceitos legais deve ser feita a partir da Constituição da República, que veda a supressão injustificada de qualquer direito fundamental. A impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. tem por fundamento a proteção à dignidade do devedor, com a manutenção do mínimo existencial e de um padrão de vida digno em favor de si e de seus dependentes. Por outro lado, o credor tem direito ao recebimento de tutela jurisdicional capaz de dar efetividade, na medida do possível e do proporcional, a seus direitos materiais. 4. O processo civil em geral, nele incluída a execução civil, é orientado pela boa-fé que deve reger o comportamento dos sujeitos processuais. Embora o executado tenha o direito de não sofrer atos executivos que importem violação à sua dignidade e à de sua família, não lhe é dado abusar dessa diretriz com o fim de impedir injustificadamente a efetivação do direito material do exequente. 5. Só se revela necessária, adequada, proporcional e justificada a impenhorabilidade daquela parte do patrimônio do devedor que seja efetivamente necessária à manutenção de sua dignidade e da de seus dependentes. 6. A regra geral da impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. (art. 649, IV, do CPC/73; art. 833, IV, do CPC/2015), pode ser excepcionada quando for preservado percentual de tais verbas capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família. 7. Recurso não provido.
(Embargos de Divergência em REsp 1.582.475/MG, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Corte Especial, Julgamento 03/10/2018). [g. n.]
No que concerne às quantias oriundas de salário, o devedor anexou recibos de recebimento das seguintes importâncias:
R$ 1.115,18 de WAAJ Transportes e Cargas LTDA, em 30/03/2023 (ID 92275022);
R$ 1.000,00 de CNN - CIA. Norte de Navegação, em 31/03/2023 (ID 92275022);
R$ 1.200,00 de Academia de Ginastica Mahatma, e 28/03/2023 (ID 92275021);
R$ 16.567,00 de Casa do Lanterneiro Comércio de Autopeças, em 29/03/2023;

R$ 4.000,00 de Reserva do Bosque Cond. Res., em 21/03/2023;
R$ 4.000,00 de Reserva do Bosque Cond. Res., em 17/04/2023;
R$ 4.000,00 de Reserva do Bosque Cond. Res., em 29/05/2023;
R$ 2.100,00 de Noroeste Máquinas e Equipamentos LTDA, em 31/03/2023;
R$ 2.000,00 de Master Moto Com. de Veículos, em 17/04/2023;
R$ 1.302,00 de Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, em 30/05/2023;
A soma das importâncias listadas acima alcança R$ 37.284,18.
Com efeito, o impugnante comprovou que não aufere remuneração de forma mensal, especialmente pela natureza da atividade exercida (projetos de arquitetura). Desse modo, razoável que as quantias recebidas sejam utilizadas para subsistência do executado e sua família por períodos de dois a três meses.
Todavia, o executado não anexou prova das suas despesas mensais, de modo que não é possível, neste momento, quantificar qual o valor necessário para manutenção da sua subsistência digna.
Pois bem.
Na petição de ID 92275007 - pag. 19 o devedor afirma que o montante de R$ 54.744,48 refere-se à Aplicação Financeira.
Porém, ao subtrair a quantia comprovadamente recebida como salário (R$ 37.284,18), do total constrito (R$ 77.028,66), chega-se ao valor de R$ 39.744,48. Tendo em vista que o devedor não anexou extratos detalhados das suas contas, essa última quantia é a que será considerada como poupança.
Ademais, em atenção ao precedente vinculante do STJ (REsp n. 1.582.475/MG), tem-se como medida adequada a manutenção de 30% da verba salarial do devedor, visando propiciar a eficácia do processo executivo.
Ante o exposto, com fulcro no art. 833, IV e X do CPC c/c art. 1º, III da Constituição Federal, DEFIRO a liberação de R$ 65.843,406 (R$ 39.744,48 + R$ 26.098,92) em favor de EDSON TSUTOMU KITAHARA, nos termos da fundamentação supra.
1. Intime-se o Executado para apresentar os dados bancários (conta-corrente, agência, instituição financeira, titularidade e CPF) a fim de viabilizar a devolução do valor bloqueado, no prazo de dez dias.
2. Oportunamente, o devedor poderá anexar provas (extratos bancários dos últimos três meses, recibos, comprovantes de pagamento, etc.) de que a renda auferida é integralmente consumida para sua subsistência e de sua família, para análise em consonância com o REsp n. 1.582.475/MG.
3. Apresentadas as informações supra, retornem conclusos para providência.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos da Comarca de Porto Velho/RO - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7054 (Geral); (69) 3309-7053 (Sala de Audiências); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br. Procedimento Comum Cível : 7035416-15.2023.8.22.0001
AUTORES: MARIA SILVIA FONSECA RIBEIRO CARVALHO DE MORAES, APARICIO CARVALHO DE MORAES - ADVOGADO DOS AUTORES: IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO, OAB nº RO796
- REU SEM ADVOGADO(S)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos, etc.,
Trata-se de Ação de Cancelamento de Registro de Bem de Família, ajuizada por Aparício Carvalho de Moraes e Maria Silvia Fonseca Ribeiro Carvalho de Moraes.
Sustentam que, com a maioridade e independência dos filhos, o imóvel de matrícula n. 34.159, inscrição municipal n. 02.05.036.0276.001, registrado no 1º Cartório de Imóveis de Porto Velho, perdeu a razão de ser mantido o registro como bem de família.
Afirmam ainda que, em virtude da estrutura do imóvel e idade das partes, pretendem dispor do bem a fim de adquirir outro imóvel que melhor se adeque às suas necessidades pessoais nesse estágio de vida.
Juntou documentos.
O MP manifestou que não há justificativa para a sua intervenção.
É o breve relatório. Decido.
O art.1.719 do Código Civil estabelece que poderá o juiz, a requerimento dos interessados, ouvidos o instituidor e o Ministério Público, extinguir o registro. In verbis:
Art. 1.719. Comprovada a impossibilidade da manutenção do bem de família nas condições em que foi instituído, poderá o juiz, a requerimento dos interessados, extingui-lo ou autorizar a sub-rogação dos bens que o constituem em outros, ouvidos o instituidor e o Ministério Público.
No caso em tela, restou comprovado que os filhos alcançaram a maioridade, possuem suas próprias residências, de modo que não dependem dos seus pais. Além disso, os requerentes não possuem outros filhos incapazes ou menores.
Pelo que consta nos autos, não há motivo que impeça a desafetação do imóvel como bem de família, mesmo porque, o bem poderá ser protegido nos termos da Lei 8.009/1990.
Por fim, constata-se que os autores possuem idades avançadas e em virtude do imóvel ser muito grande se tornou inviável a sua manutenção, motivo pelo qual pretendem dispor a fim de adquirir outro que melhor se adeque às suas necessidades pessoais.
O acolhimento do pleito é a medida de direito.

Ante o exposto, julgo procedente o pedido e determino o cancelamento do registro como bem de família sobre o imóvel de matrícula n. 34.159, inscrição municipal n. 02.05.036.0276.001, registrado no 1º Cartório de Imóveis de Porto Velho/RO.
Comunique-se ao 1º Cartório de Imóveis da Comarca de Porto Velho/RO.
Considerando que não há interesses contrapostos, esta sentença transita em julgado imediatamente na data de sua publicação.
Após, arquive-se com as baixas de estilo.
P.R.I.C. A cópia serve de OFÍCIO/MANDADO DE AVERBAÇÃO JUNTO AO CARTÓRIO.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
1ª Vara de Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Cíveis - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7054 (Geral); (69) 3309-7053 (Sala de Audiências); (69) 3217-1289 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaiscpe@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br. Embargos de Terceiro Cível : 7070719-27.2022.8.22.0001
EMBARGANTE: ADEILTON DE ARAUJO CHAVES - ADVOGADO DO EMBARGANTE: ROBSON VIEIRA LEBKUCHEN, OAB nº RO4545
EMBARGADO: Estado de Rondônia - ADVOGADO DO EMBARGADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos, etc.,
ADEILTON DE ARAÚJO CHAVES, devidamente qualificado e representado nos autos, propôs a presente ação de embargos de terceiro à execução fiscal n. 7041260.48.2020.8.22-0001, requerendo a desconstituição da restrição do veículo CRG/CAMINHÃO/C. ABERTA, DIESEL, MARCA: M. BENZ/L 1516, ano de fabricação/modelo 1982/1984 PLACA LXT-3848, RENAVAM 517340232, CHASSI N. 345000512600729, de que é possuidor, pois adquiriu em 03.05.2016, recebendo imediatamente a posse (tradição) do veículo, deixando apenas de efetivar a transferência junto ao órgão de trânsito, o que não foi possível à vista da restrição inserida por este Juízo.
Juntou documentos.
O Estado de Rondônia foi devidamente citado e apresentou a sua defesa, aduzindo a legitimidade da constrição, posto que não foi juntada qualquer prova quanto a tradição do bem, sendo que a assinatura da autorização de transmissão de propriedade não comprova a tradição, por ser possível a desistência posterior do negócio jurídico. Defende que a procuração juntada aos autos autoriza a alienação, mas não a comprova, e que a transmissão de propriedade de veículos automotores se concretiza com a expedição de novo CRLV.
É o relatório. Decido.
O feito comporta o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I do artigo 355 do CPC.
Trata-se de embargos de terceiro à penhora realizada no bojo da execução fiscal n. 7041260.48.2020.8.22-0001, em desfavor de Jorge Paulo Gonçalves, para cobrança da CDA n. 20160200023317, com data da inscrição em 13/06/2016, ajuizamento da execução em 29/10/2020 e citação do executado em 09/04/2021.
Por meio dos documentos apresentados, restou comprovado que o embargante adquiriu o veículo antes mesmo da inscrição em dívida ativa, em 03/05/2016, mantendo desde então a sua posse.
A autorização para transferência de propriedade de veículo de ID 82181400 faz prova de que, de fato, houve a compra do bem por parte do embargante, em 03/05/2016, corroborado pelo reconhecimento da firma em cartório na mesma data e pela vistoria realizada no veículo em 10/05/2016 (ID 82184203).
Ora, no âmbito dos embargos de terceiro, a posse de boa-fé, pelo embargante, ao tempo da constrição judicial, já é fato suficiente a respaldar a procedência do pedido, independentemente de o veículo ainda não estar registrado em seu nome, porquanto a consumação da compra e venda de bem móvel se dá através da tradição.
Nesse sentido, foi a decisão proferida pela 2ª Turma do TRT/24ª Região, em acórdão assim ementado:
AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO SEM REGISTRO NO DETRAN – FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO – PROVA SUFICIENTE DE AQUISIÇÃO. I- A jurisprudência do STJ adota o entendimento de que o fato de não ter sido realizada a transferência de propriedade do automóvel autuado junto ao DETRAN não obsta que a prova da alienação faça-se por outros meios (Precedentes: REsp. 599620/RS, T. 1, Min, Rel. Luiz Fux, DJ 17.5.2004; REsp 961969/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJE 1º.9.2008). II- A apresentação de documento de autorização para transferência de veículo, assinado pelo alienante e com firma reconhecida em cartório, cujos atos notariais gozam de fé pública, é prova hábil de que, embora não registrada a transferência junto ao DETRAN, a inserção de restrição judicial ocorrera após a aquisição da propriedade do veículo." (AP- 0000527-38.2012.5.24.0001, Rel. Des. Nicanor de Araújo Lima, DEJT 07/05/2014).
Em se tratando de execuções fiscais que visam a cobrança de débitos tributários, por se tratar de privilégio do Poder Público em detrimento dos particulares, há presunção absoluta de fraude nos casos de alienações efetuadas após a inscrição do débito em dívida ativa (art. 185 do CTN).
Por sua vez, nas ações que visam a cobrança de débitos não tributários, como no caso em análise, a disciplina da fraude ocorre nos termos do art. 792 do CPC. Vejamos:
A alienação ou a oneração de bem é considerada fraude à execução:
I - quando sobre o bem pender ação fundada em direito real ou com pretensão reipersecutória, desde que a pendência do processo tenha sido averbada no respectivo registro público, se houver;
II - quando tiver sido averbada, no registro do bem, a pendência do processo de execução, na forma do art. 828;
III - quando tiver sido averbado, no registro do bem, hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial originário do processo onde foi arguida a fraude;
IV - quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência;
V - nos demais casos expressos em lei.

Nos incisos I, II e III o legislador visa garantir o adimplemento de crédito já registrado na respectiva matrícula ou documento do bem. No caso do inciso IV, há de se considerar a atuação do executado no sentido de alienar seus bens enquanto pendia contra ele ação capaz de torná-lo insolvente.
A jurisprudência também condiciona o reconhecimento da fraude à existência de má-fé do adquirente (Súmula 375/STJ), e atribui o ônus probatório de comprovar a fraude ao Credor que alegou (AgRg no REsp 953.747/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2012, DJe 30/08/2012).
No caso em destaque, o executado Jorge Paulo Gonçalves celebrou negócio jurídico com o Embargante em 03/05/2016. Na mesma data, concedeu-se o documento para transferência do automóvel ao Embargante (ID 82181400).
Na data da alienação, inexistia sobre o veículo registro de penhora nos termos dos incisos I, II e III do art. 792 do CPC. A restrição efetuada via Renajud só ocorreu em data posterior à celebração do negócio (23/06/2021), fato que se atribui a inércia do Embargante em efetuar a transferência de propriedade do bem junto ao DETRAN.
De igual sorte, o Estado e Rondônia deixou de comprovar que o patrimônio alienado era o único que o devedor possuía no momento de alienação, situação capaz de torná-la insolvente e atrair a aplicação do inciso IV do art. 792, CPC.
Ademais, não há demonstração nos autos de que o Embargante agiu de má-fé, mesmo porque o negócio jurídico foi celebrado antes mesmo da inscrição em dívida ativa. Com isso, importante colacionar o julgado do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:
"Apelação. Embargos de terceiro. Restrição judicial. Veículo. Terceiro adquirente. Má-fé. Não demonstração. Cancelamento da constrição. Devido. Recurso não provido. Quando ausente comprovação de má-fé do adquirente de veículo que sobre ele caiu restrição judicial, deve ser dado provimento aos Embargos de Terceiros para o cancelamento da constrição." (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7001706-16.2019.822.0010, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Glodner Luiz Pauletto, Data de julgamento: 16/03/2022).
Portanto, ausente a má-fé do terceiro adquirente e comprovada a negociação do bem antes da existência da dívida ativa, a liberação da constrição é a medida que se impõe.
Pelo exposto, julgo procedente o pedido de ADEILTON DE ARAÚJO CHAVES em sede de embargos de terceiro para determinar a liberação da penhora e dos gravames inseridos via Renjaud sobre o automóvel CRG/CAMINHÃO/C. ABERTA, DIESEL, MARCA: M. BENZ/L 1516, ano de fabricação/modelo 1982/1984 PLACA LXT-3848, RENAVAM 517340232, CHASSI N. 345000512600729. Extingue-se a ação nos termos do art. 487, I do CPC.
Deixo de condenar o embargado ao pagamento de honorários advocatícios, pois que o descumprimento da obrigação do comprador/embargante de regularizar a transferência do veículo junto ao órgão de trânsito deu causa à restrição inserida e consequentemente ao ajuizamento deste.
Transitada em julgado, junte-se cópia da presente dos autos da execução fiscal e arquive-se.
PRI.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal : 7055101-76.2021.8.22.0001
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE PORTO VELHO - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
EXECUTADO: ANGELA TEODORA VIEIRA RAMOS - EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
Ciência inequívoca da parte (ID 80781507).
O Credor noticiou o inadimplemento do acordo administrativo.
Indefiro, a intimação do Devedor para pagamento das parcelas em atraso. A providência compete ao Ente interessado, que concedeu o benefício fiscal, nos termos de lei específica.
Manifeste-se o Exequente, em dez dias, em termos de efetivo andamento, inclusive com apresentação de memória de cálculo atual, caso pretenda o prosseguimento da cobrança e utilização de convênios à disposição do Juízo.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - Vara de Execuções Fiscais
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, (lotado na central de atendimento) 7001259-26.2017.8.22.0001
Execução Fiscal

EXEQUENTE: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: MUNDO DA FARINHA IMPORTADORA E EXPORTADORA DE ALIMENTOS LTDA, RUA POMBAS 19 PORTAL DA FOZ - 85859-490 - FOZ DO IGUAÇU - PARANÁ
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Despacho
Vistos,
O imóvel penhorado nos autos foi arrematado pelo total de 90 mil reais, com entrada de R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais e o restante em 30 parcelas de R$2.250,00 (dois mil e duzentos e cinquenta reais).
O arrematante comprovou a quitação das parcelas e pleiteia o levantamento da hipoteca judicial, permitindo-lhe o registro do bem.
De sua parte, o exequente requer o levantamento dos valores para pagamento da dívida e verbas sucumbenciais nestes autos.
A conta judicial na qual depositado o fruto da arrematação apresenta saldo de R$111.332,54.
Foram oficiados, para ciência acerca da arrematação e para deliberação deste acerca de possível remoção do registro da constrição inserida sobre a matrícula do bem, os Juízos:
1. da 2ª Vara Cível de Foz do Iguaçu/PR, quanto à R-06/70.211 – Penhora em favor do Banco Safra, proc. 0032374-41.2012.8.16.0030, havendo baixa da restrição, mas sem qualquer manifestação do Juízo nestes autos em relação ao crédito ou ao produto da arrematação;
2. da 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu/PR, quanto ao R-08/70.211 - Penhora em favor da União, proc. 5001197-42.2013.4.04.7002, havendo baixa da restrição e pedido de remessa de eventual remanescente do produto da arrematação, indicando uma dívida, naquele feito, de R$ 855.388,58, em 03/2021;
3. da 16ª Vara Federal de Curitiba/PR, quanto ao R–10/70.211 - Penhora em favor da União, proc. 5010227-28.2018.4.04.7002, havendo baixa da restrição e pedido de remessa do produto da arrematação, indicando uma dívida, naquele feito, de R$42.572,12, em 05/2022
Tendo em vista a condição de processante do plano de recuperação judicial, cientificou-se ao juízo da 2ª Vara Cível de Foz do Iguaçu/PR acerca do valor disponível nestes autos, referente à arrematação de bem imóvel registrado em nome da pessoa jurídica recuperanda, NÃO SE OBTENDO QUALQUER RESPOSTA.
Assim sendo, para o deslinde do feito, determino:
a) Oficie-se o Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública, encaminhando-se o pedido de baixa da hipoteca judicial – R-05, da matrícula 70.211, referente à Carta Precatória n. 0025634-86.2020.8.16.0030, tendo em vista a quitação das parcelas assumidas pelo arrematante do imóvel, nesta execução fiscal;
b) Oficie-se o Juízo da 16ª Vara Federal de Curitiba, para que informe o valor atual da dívida executada nos autos n. 5010227-28.2018.4.04.7002, bem como os dados bancários para transferência do valor remanescente do produto da arrematação, em 10 dias;
c) Intime-se o Estado de Rondônia para que informe os dados bancários para levantamento do valor do débito e honorários advocatícios nesta execução, em 10 dias.
Com a resposta, tornem os autos conclusos.
Cumpra-se.
Porto Velho,17 de julho de 2023
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal : 0046139-34.1994.8.22.0001
EXEQUENTE: Estado de Rondônia - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: ADHEMAR PEIXOTO GUIMARAES - ADVOGADOS DO EXECUTADO: ANANDA OLIVEIRA BARROS, OAB nº RO8131A, TAYNA DAMASCENO DE ARAUJO, OAB nº RO6952, FABIO JOSE REATO, OAB nº RO2061, DANIEL DOS ANJOS FERNANDES JUNIOR, OAB nº RO3214A, CRISTOVAM COELHO CARNEIRO, OAB nº RO115, AIRTON PEREIRA DE ARAUJO, OAB nº RO243
DESPACHO
Vistos,
Indefiro, por ora, o pedido de suspensão dos autos.
Consoante histórico juntado na petição de ID 18259660, entre os anos de 1997 e 1999, o Credor teve ciência inequívoca quanto a impossibilidade de quitação da dívida.
Posteriormente, a execução tramitou por período superior a cinco anos sem localização efetiva de patrimônio.
Em atenção a tese vinculante fixada no Resp 1.340.553 manifeste-se o Credor, em dez dias, quanto à prescrição intercorrente.
Caberá à parte apontar a ocorrência de causas suspensivas ou interruptivas do instituto.
Decorrido o prazo, retorne concluso.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Execução Fiscal: 7038554-97.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: Estado de Rondônia - ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: ASTRO TOYS COMERCIAL DE BRINQUEDOS LTDA - ADVOGADOS DO EXECUTADO: FERNANDA DE ANDRADE REBOUCAS SAMPAIO, OAB nº AM8450, DANIEL MELO MAGALHAES, OAB nº AM15582, KAYO SERGIO SAMPAIO DA LUZ, OAB nº AM16436
DECISÃO
Vistos,
A consulta ao sistema Sisbajud resultou em bloqueio parcial - R$ 98.732,42 (espelhos em anexo).
Diante do peticionamento da parte que indica ciência inequívoca do ato constritivo, deixo de proceder a intimação da penhora, à luz do princípio da instrumentalidade das formas.
Quanto à alegação de nulidade por ausência de intimação prévia, esclarece-se que o art. 854 do CPC, ao tratar do tema, dispõe expressamente que a constrição será realizada “a requerimento do exequente, sem dar ciência prévia do ato ao executado”.
A medida visa, sobretudo, impedir que a devedora tenha conhecimento da medida que será tomada e esvazie suas contas bancárias na tentativa de impedir o cumprimento do ato.
Outrossim, a devedora foi citada pessoalmente, em 31/01/2018, com prazo de cinco dias para oferecimento de bens à penhora ou quitação do débito, mesmo assim não o fez. Optou por parcelar o débito mediante acordo administrativo, cancelado por falta de pagamento no prazo estabelecido entre as partes.
Não há previsão legal acerca da necessidade de intimação do devedor em cada atualização da dívida.
Inclusive, o precedente invocado pela parte (STJ. REsp n. 904.540/RS) refere-se aos casos de cancelamento do parcelamento por decisão unilateral da Fazenda Pública e, portanto, não se amolda ao caso em análise, em que houve o cancelamento por inadimplência.
O procedimento de cancelamento de parcelamento administrativo é disciplinado pela própria legislação tributária, em especial pelo Código Tributário Nacional (CTN), Lei nº 5.172/1966, e pela Lei nº 10.522/2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN). Essas normas não preveem expressamente a necessidade de intimação prévia do executado antes do cancelamento.
Ademais, devidamente preenchidos requisitos legais (art. 2º, § 5º e art. 202 do CTN), a presunção de certeza e exigibilidade da CDA só pode ser ilidida mediante apresentação de provas inequívocas (art. 3º da Lei nº 6830/80).
Aliás, a execução fiscal pode ser promovida desacompanhada do demonstrativo do débito, ao contrário do que ordinariamente ocorre noutras modalidades de execução, dada a obrigatoriedade de apresentação de título executivo que tem efeito de prova pré-constituída (art. 204, CTN).
Desse modo, não se observa nenhuma das nulidades apontadas pela devedora.
Em relação aos valores necessários para manutenção da folha de pagamento de seus funcionários, oportunizo que a devedora anexe documento hábil nesse sentido, inclusive com indicação da data em que é realizada.
Dê-se vistas à Exequente para se manifestar sobre o pedido de substituição da penhora, em cinco dias.
Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos - Fórum Geral Desembargador César Montenegro, 3º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho-RO.
Fones: (69) 3309-7052 (Gabinete); (69) 3309-7000 (Central de Processamento Eletrônico - CPE). Email: pvhfiscaisgab@tjro.jus.br, www.tjro.jus.br.
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil : 7020537-03.2023.8.22.0001
MICHELLI CRISTINA DE ARAUJO E CARRAPEIRO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JULIANA MEDEIROS PIRES, OAB nº RO3302A, RICARDO MALDONADO RODRIGUES, OAB nº RO2717A
DESPACHO
Vistos,
Intime-se a Requerente, por intermédio do advogado constituído, para que traga aos autos declarações de seus genitores, irmãos ou a Declaração de Nascido Vivo (DNV), no sentido de se esclarecer a data do seu nascimento.
Prazo para cumprimento: 10 (dez) dias.
Após, vista dos autos ao MP.
Porto Velho-RO, 13 de julho de 2023.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juiz(a) de Direito
(assinatura digital)

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº: 7029104-91.2021.8.22.0001
REQUERENTE: VALDIVA CARVALHO MORAES
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, a:
I - Cumprir espontaneamente a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto à Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil.
II - Apresentar, após decorrido o prazo acima e não efetuado o pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de penhora ou nova intimação, nos próprios autos, impugnação ao cumprimento da sentença, conforme disposto no art. 525, do CPC, sob pena de preclusão de seu direito.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7043484-51.2023.8.22.0001
REQUERENTE: IAN FRAGA LEMES
Advogado do(a) REQUERENTE: LUCIA MARIA BEZERRA - RO6759
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Intimação PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA
Finalidade: Intimação para audiência de conciliação por videoconferência
Esta publicação tem por finalidade intimar o(s) advogado(s) da(s) parte(s) acima identificado(s) para que participe(m) da audiência de conciliação a ser realizada por videoconferência (via WhatsApp), bem como assegure(m) que seu(s) constituinte(s) também compareça(m).
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA: 22/08/2023 08:00 (horário de Rondônia)
Caso ainda não o tenha(m) feito, fica(m) também intimado(s) a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o(s) contato(s) telefônico(s) indicado(s) para a realização da videoconferência (com o aplicativo WhatsApp), sob pena de o processo ser movimentado para deliberação judicial para providências quanto à extinção do processo (no caso de inércia da parte requerente) ou quanto à consideração de recusa do demandado à participação na audiência (art. 23 da Lei nº 9.099/95).
COMO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e horário marcados.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o aplicativo WhatsApp de seu celular ou no computador, a partir do link https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br. Se necessário, poderá ser utilizado o aplicativo Hangouts Meet (art. 7°, III, Prov. 018/2020-CG);
2. Estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO (art. 7°, V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar-lhe da audiência por videoconferência e orientá-la sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7°, II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação (art. 7°, IV, Prov. 018/2020-CG);

4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir (art. 7°, VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
6. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado (art. 7°, X, Prov. 018/2020-CG);
7. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais (art. 7°, XI, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial (art. 7°, XII, Prov. 018/2020-CG);
9. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7°, XVIII, Prov. 018/2020-CG);
10. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual (art. 7º, XIX, Prov. 018/2020-CG);
11. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial (art. 7°, XIII, Prov. 018/2020-CG.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7°, I, Prov. 018/2020-CG);
2. A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil). (art. 7°, VIII, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada (art. 7°, XIV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada (art. 7°, XV, Prov. 018/2020-CG);
5. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca (art. 7°, XX, Prov. 018/2020-CG).
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - CEJUSC:
E-mail: cejusc_jecc@tjro.jus.br
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7040819-33.2021.8.22.0001
AUTOR: RENATHA WENGRATT CONDELI, RENATO CONDELI
Advogado do(a) AUTOR: RENATO CONDELI - RO370
REQUERIDO: LAURA BARIANI
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
Finalidade: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7034931-15.2023.8.22.0001
REQUERENTE: ANDERSON CONCEICAO GOMES, FABIA AGDA BARREIROS GOES
Advogados do(a) REQUERENTE: DANIEL LUCAS BARBOSA OLIVEIRA - BA59557, GERALDO EDSON CORDIER POMPA - BA44150
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7036179-16.2023.8.22.0001
REQUERENTE: REGILA PEREIRA SILVA, RAILAN FELIX DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: JOSE MARIA ALVES LEITE - RO7691
REQUERIDO: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7036163-62.2023.8.22.0001
AUTOR: CHRISTIANO SANTOS DE OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: RODRIGO STEGMANN - RO6063
REU: BANCO DO BRASIL SA
Advogado do(a) REU: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES - RN5553
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7044257-96.2023.8.22.0001
REQUERENTE: LEONTINA DAROS LEONARDELI
Advogado do(a) REQUERENTE: LUAN ICAOM DE ALMEIDA AMARAL - RO7651
REQUERIDO: EDESTINOS.COM.BR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7060834-23.2021.8.22.0001
EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL PORTO BELLO II
Advogado do(a) EXEQUENTE: TAIANA DA CONCEICAO CUNHA - RO6812
EXECUTADO: THAYNA FERREIRA DA SILVA
Intimação À PARTE REQUERENTE
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO), bem como requerer o que entender de direito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7044025-21.2022.8.22.0001

REQUERENTE: BIANCA HONORATO DE MATOS
Advogados do(a) REQUERENTE: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO - RO4783, TASSIA MARIA ARAUJO RODRIGUES - RO7821
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Intimação À PARTE REQUERENTE
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO), bem como requerer o que entender de direito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7076861-47.2022.8.22.0001
Requerente: SIDNEI CHAVES DE SOUZA
Requerido(a): ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7073871-83.2022.8.22.0001
Requerente: HUGO DE OLIVEIRA PINTO
Advogados do(a) AUTOR: CAMILA BEZERRA BATISTA - RO7212, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO - RO796
Requerido(a): BANCO BRADESCO S.A.
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7023084-50.2022.8.22.0001
REQUERENTE: GRASIELE RIBEIRO DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCOS MAURICIO NASCIMENTO DA SILVA - RO10230
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
Intimação VIA DIÁRIO ELETRÔNICO
FINALIDADE: Fica Vossa Senhoria intimada a, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar procuração com poderes específicos para receber e dar quitação, nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, sob pena de expedição do alvará apenas em nome da parte.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7054693-51.2022.8.22.0001
Requerente: TAMIRES DA SILVA FREITAS
Advogado do(a) AUTOR: LUCAS ARABE GOMES DA SILVA - RO8170
Requerido(a): BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) REQUERIDO: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES - RN5553
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7055525-84.2022.8.22.0001

AUTOR: PEDRO ALVES RIBEIRO
Advogado do(a) AUTOR: TAMARA VALADARES BORGES DE OLIVEIRA - RO0003565A
REU: GOL LINHAS AEREAS S.A.
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO), bem como requerer o que entender de direito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7029069-63.2023.8.22.0001
REQUERENTE: BARBARA PRISCILA HANEMANN
Advogado do(a) REQUERENTE: ELIANE MARA DE MIRANDA - RO7904
REQUERIDO: VANESSA CRISTINA GAGLIARDI
Intimação PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA
Finalidade: Intimação para audiência de conciliação por videoconferência
Esta publicação tem por finalidade intimar o(s) advogado(s) da(s) parte(s) acima identificado(s) para que participe(m) da audiência de conciliação a ser realizada por videoconferência (via WhatsApp), bem como assegure(m) que seu(s) constituinte(s) também compareça(m).
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA: 28/08/2023 08:30 (horário de Rondônia)
Caso ainda não o tenha(m) feito, fica(m) também intimado(s) a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o(s) contato(s) telefônico(s) indicado(s) para a realização da videoconferência (com o aplicativo WhatsApp), sob pena de o processo ser movimentado para deliberação judicial para providências quanto à extinção do processo (no caso de inércia da parte requerente) ou quanto à consideração de recusa do demandado à participação na audiência (art. 23 da Lei nº 9.099/95).
COMO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e horário marcados.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o aplicativo WhatsApp de seu celular ou no computador, a partir do link https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br. Se necessário, poderá ser utilizado o aplicativo Hangouts Meet (art. 7°, III, Prov. 018/2020-CG);
2. Estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO (art. 7°, V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar-lhe da audiência por videoconferência e orientá-la sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7°, II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação (art. 7°, IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir (art. 7°, VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
6. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado (art. 7°, X, Prov. 018/2020-CG);
7. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais (art. 7°, XI, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial (art. 7°, XII, Prov. 018/2020-CG);
9. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7°, XVIII, Prov. 018/2020-CG);
10. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual (art. 7º, XIX, Prov. 018/2020-CG);
11. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial (art. 7°, XIII, Prov. 018/2020-CG.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:

1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7°, I, Prov. 018/2020-CG);
2. A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil). (art. 7°, VIII, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada (art. 7°, XIV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada (art. 7°, XV, Prov. 018/2020-CG);
5. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca (art. 7°, XX, Prov. 018/2020-CG).
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - CEJUSC:
E-mail: cejusc_jecc@tjro.jus.br
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7035959-18.2023.8.22.0001
REQUERENTE: PEDRO LEAL SIQUEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: SIMONE CASSUPA DE SOUSA LUCIO - RO12041
REQUERIDO: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7002133-35.2022.8.22.0001
Requerente: LUCAS DE OLIVEIRA SILVA registrado(a) civilmente como LUCAS DE OLIVEIRA SILVA
Requerido(a): RODRIGUES MOTOS LTDA
Advogado do(a) REQUERIDO: MARCOS ROGERIO DE CARVALHO - RO4102
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7036073-54.2023.8.22.0001
REQUERENTE: UZIAS SOUZA ABIORANA, DIVANIR SOUZA CELESTINO
Advogados do(a) REQUERENTE: ANDREW DE SENA MACEDO - RO12068, FRANCKLANE SENA DA SILVA - RO9399, JURACI ALVES DOS SANTOS - RO10517, PEDRO RODRIGUES DE SOUZA - RO10519, THIAGO APARECIDO MENDES ANDRADE - RO9033
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7012363-05.2023.8.22.0001
Requerente: HYOLLANDA DE OLIVEIRA MOREIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: ALLAN OLIVEIRA SANTOS - RO10315
Requerido(a): GOL LINHAS AÉREAS
Advogado do(a) REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7073087-09.2022.8.22.0001
Requerente: TAINA SODRE DE OLIVEIRA AULER
Advogado do(a) REQUERENTE: TIAGO IUDI MONTEIRO MOTOMYA - RO7872
Requerido(a): GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7038287-18.2023.8.22.0001
AUTOR: DAIANE LIMA DE LARA ZILES
Advogado do(a) AUTOR: CLIVIA PATRICIA MEIRELES - RO11000
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7057906-02.2021.8.22.0001
REQUERENTE: TATIANE DE CARVALHO
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE/REQUERIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO), bem como requerer o que entender de direito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7078206-48.2022.8.22.0001
REQUERENTE: FORLAM ALMEIDA DOS SANTOS
Advogados do(a) REQUERENTE: POLIANA GONCALVES DE SOUZA - RO10834, RODRIGO RAFAEL DOS SANTOS - RO11257
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE/REQUERIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO), bem como requerer o que entender de direito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7044217-17.2023.8.22.0001
REQUERENTE: SALVIANO SOARES NOBRE NETO
Advogado do(a) REQUERENTE: SALVIANO SOARES NOBRE NETO - RO13009
REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)

Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7034146-24.2021.8.22.0001
REQUERENTE: ALEXSANDRO DOS SANTOS ALVES, FRANCISCO BISPO DE OLIVEIRA, ALEXANDRE ALVES DE SOUZA
Advogado do(a) REQUERENTE: SIDNEY SOBRINHO PAPA - RO10061
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
Intimação À PARTE REQUERENTE/REQUERIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO), bem como requerer o que entender de direito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº: 7078165-18.2021.8.22.0001
REQUERENTE: SARA CRUZ DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR - MT20812/O
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Por determinação do juízo e considerando o decurso do prazo para pagamento voluntário, FICA A PARTE AUTORA INTIMADA a, no prazo de 5 (cinco) dias:
1) atualizar o crédito exequendo para incluir a multa de 10% (dez por cento), conforme artigo 523, § 1º, primeira parte, do Código de Processo Civil;
2) requerer o que entender de direito, indicando o meio de execução pretendido, caso ainda não o tenha feito.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº: 7055045-43.2021.8.22.0001
AUTOR: RAFAEL DOS SANTOS FROTA ZAO, GABRIELLA RIBEIRO ZAO FROTA
Advogados do(a) AUTOR: EVERTON MELO DA ROSA - RO6544, GABRIELLE VIANA DE MEDEIROS - RO10434, JOSE VITOR COSTA JUNIOR - RO4575, KARINA CORDEIRO TERAMOTO - RO10093
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Por determinação do juízo e considerando o decurso do prazo para pagamento voluntário, FICA A PARTE AUTORA INTIMADA a, no prazo de 5 (cinco) dias:
1) atualizar o crédito exequendo para incluir a multa de 10% (dez por cento), conforme artigo 523, § 1º, primeira parte, do Código de Processo Civil;
2) requerer o que entender de direito, indicando o meio de execução pretendido, caso ainda não o tenha feito.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7017374-15.2023.8.22.0001
Requerente: PAAMA FERNANDES DE CARVALHO
Requerido(a): AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7030074-57.2022.8.22.0001
Requerente: GESIEL RODRIGUES BEZERRA
Requerido(a): AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7034890-48.2023.8.22.0001
REQUERENTE: BEATRIZ FERNANDES MENDES
Advogado do(a) REQUERENTE: GLÓRIA JÉSSICA ARAÚJO DE OLIVEIRA - RO12220-A
REQUERIDO: MBR INTERMEDIACOES E FINANCAS LTDA, UNIQUE ADMINISTRADORA DE BENS E CONSORCIO LTDA
Intimação PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA
Finalidade: Intimação para audiência de conciliação por videoconferência
Esta publicação tem por finalidade intimar o(s) advogado(s) da(s) parte(s) acima identificado(s) para que participe(m) da audiência de conciliação a ser realizada por videoconferência (via WhatsApp), bem como assegure(m) que seu(s) constituinte(s) também compareça(m).
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA: 28/08/2023 08:00 (horário de Rondônia)
Caso ainda não o tenha(m) feito, fica(m) também intimado(s) a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o(s) contato(s) telefônico(s) indicado(s) para a realização da videoconferência (com o aplicativo WhatsApp), sob pena de o processo ser movimentado para deliberação judicial para providências quanto à extinção do processo (no caso de inércia da parte requerente) ou quanto à consideração de recusa do demandado à participação na audiência (art. 23 da Lei nº 9.099/95).
COMO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e horário marcados.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o aplicativo WhatsApp de seu celular ou no computador, a partir do link https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br. Se necessário, poderá ser utilizado o aplicativo Hangouts Meet (art. 7°, III, Prov. 018/2020-CG);
2. Estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO (art. 7°, V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar-lhe da audiência por videoconferência e orientá-la sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7°, II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação (art. 7°, IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir (art. 7°, VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
6. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado (art. 7°, X, Prov. 018/2020-CG);
7. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais (art. 7°, XI, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial (art. 7°, XII, Prov. 018/2020-CG);
9. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7°, XVIII, Prov. 018/2020-CG);
10. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual (art. 7º, XIX, Prov. 018/2020-CG);

11. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial (art. 7°, XIII, Prov. 018/2020-CG.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7°, I, Prov. 018/2020-CG);
2. A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil). (art. 7°, VIII, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada (art. 7°, XIV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada (art. 7°, XV, Prov. 018/2020-CG);
5. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca (art. 7°, XX, Prov. 018/2020-CG).
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - CEJUSC:
E-mail: cejusc_jecc@tjro.jus.br
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7024533-09.2023.8.22.0001
AUTOR: MARILDA BARBOSA DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO1996, VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA - RO2479
REQUERIDO: SAGA AMAZONIA COMERCIO DE VEICULOS, MONTEIRO VEICULOS LTDA - EPP
Advogado do(a) REQUERIDO: MIGUEL ANGEL ARENAS RUBIO FILHO - RO5380
Intimação PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA
Finalidade: Intimação para audiência de conciliação por videoconferência
Esta publicação tem por finalidade intimar o(s) advogado(s) da(s) parte(s) acima identificado(s) para que participe(m) da audiência de conciliação a ser realizada por videoconferência (via WhatsApp), bem como assegure(m) que seu(s) constituinte(s) também compareça(m).
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA: 23/08/2023 08:00 (horário de Rondônia)
Caso ainda não o tenha(m) feito, fica(m) também intimado(s) a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o(s) contato(s) telefônico(s) indicado(s) para a realização da videoconferência (com o aplicativo WhatsApp), sob pena de o processo ser movimentado para deliberação judicial para providências quanto à extinção do processo (no caso de inércia da parte requerente) ou quanto à consideração de recusa do demandado à participação na audiência (art. 23 da Lei nº 9.099/95).
COMO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e horário marcados.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o aplicativo WhatsApp de seu celular ou no computador, a partir do link https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br. Se necessário, poderá ser utilizado o aplicativo Hangouts Meet (art. 7°, III, Prov. 018/2020-CG);
2. Estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO (art. 7°, V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar-lhe da audiência por videoconferência e orientá-la sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7°, II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação (art. 7°, IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir (art. 7°, VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
6. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado (art. 7°, X, Prov. 018/2020-CG);
7. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais (art. 7°, XI, Prov. 018/2020-CG);

8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial (art. 7°, XII, Prov. 018/2020-CG);
9. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7°, XVIII, Prov. 018/2020-CG);
10. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual (art. 7º, XIX, Prov. 018/2020-CG);
11. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial (art. 7°, XIII, Prov. 018/2020-CG.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7°, I, Prov. 018/2020-CG);
2. A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil). (art. 7°, VIII, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada (art. 7°, XIV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada (art. 7°, XV, Prov. 018/2020-CG);
5. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca (art. 7°, XX, Prov. 018/2020-CG).
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - CEJUSC:
E-mail: cejusc_jecc@tjro.jus.br
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7011639-35.2022.8.22.0001
REQUERENTE: LUDMYLLA DUNNYA SOUZA DE LIMA FIGUEIREDO
Advogado do(a) REQUERENTE: RAYANE CASSIA FRAGA DO NASCIMENTO - RO9355
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogados do(a) REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação À PARTE REQUERENTE
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO), bem como requerer o que entender de direito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7013534-94.2023.8.22.0001
Requerente: ADERILTON SOUZA DE MATOS e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: MARIO LIMA BARROS NETO - RO13055
Requerido(a): AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7043450-76.2023.8.22.0001
REQUERENTE: TATIANE PINTO DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: SAMUEL MEIRELES DE MEIRELES - RO10641
REQUERIDO: LATAM AIRLINES GROUP S/A
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)

Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7030745-46.2023.8.22.0001
REQUERENTE: LUIZ ALBERTO ALVES DE OLIVEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCIA YUMI MITSUTAKE - RO7835
REQUERIDO: BANCO SAFRA S A, BANCO ITAU CONSIGNADO S.A, INTERBAN SEGURADORA LTDA
Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
Advogado do(a) REQUERIDO: HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO - SP221386
Intimação PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA
Finalidade: Intimação para audiência de conciliação por videoconferência
Esta publicação tem por finalidade intimar o(s) advogado(s) da(s) parte(s) acima identificado(s) para que participe(m) da audiência de conciliação a ser realizada por videoconferência (via WhatsApp), bem como assegure(m) que seu(s) constituinte(s) também compareça(m).
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA: 28/08/2023 08:00 (horário de Rondônia)
Caso ainda não o tenha(m) feito, fica(m) também intimado(s) a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o(s) contato(s) telefônico(s) indicado(s) para a realização da videoconferência (com o aplicativo WhatsApp), sob pena de o processo ser movimentado para deliberação judicial para providências quanto à extinção do processo (no caso de inércia da parte requerente) ou quanto à consideração de recusa do demandado à participação na audiência (art. 23 da Lei nº 9.099/95).
COMO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e horário marcados.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o aplicativo WhatsApp de seu celular ou no computador, a partir do link https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br. Se necessário, poderá ser utilizado o aplicativo Hangouts Meet (art. 7°, III, Prov. 018/2020-CG);
2. Estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO (art. 7°, V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar-lhe da audiência por videoconferência e orientá-la sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7°, II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação (art. 7°, IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir (art. 7°, VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
6. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado (art. 7°, X, Prov. 018/2020-CG);
7. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais (art. 7°, XI, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial (art. 7°, XII, Prov. 018/2020-CG);
9. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7°, XVIII, Prov. 018/2020-CG);
10. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual (art. 7º, XIX, Prov. 018/2020-CG);
11. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial (art. 7°, XIII, Prov. 018/2020-CG.

ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7°, I, Prov. 018/2020-CG);
2. A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil). (art. 7°, VIII, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada (art. 7°, XIV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada (art. 7°, XV, Prov. 018/2020-CG);
5. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca (art. 7°, XX, Prov. 018/2020-CG).
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - CEJUSC:
E-mail: cejusc_jecc@tjro.jus.br
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7043790-88.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material
Valor da causa: R$ 39.249,10 (trinta e nove mil, duzentos e quarenta e nove reais e dez centavos).
Polo Ativo: ALEX CORREA BADRA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: TALITAH REGINA DE MELO JORGE BADRA, OAB nº DF37111, JULIANNE LOBATO DA SILVA, OAB nº DF36562
Polo Passivo: L G COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MADEIRAS EIRELI - EPP
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
Trata-se de ação de Cumprimento de sentença em que ALEX CORREA BADRA demanda em face de L G COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MADEIRAS EIRELI - EPP.
Consta dos autos bloqueio parcial do débito por meio de penhora online.
Destaco não ser cabível qualquer impugnação por parte do devedor, nessa fase processual, uma vez que não segurou o juízo (Enunciado Cível FONAJE nº 117).
Assim, determino o levantamento dos valores depositados nos autos em favor da parte exequente e/ou seu patrono (se houver poderes para tanto), devendo a quantia ser levantada com seus acréscimo legais dentro do prazo de validade do alvará judicial, restando zerada a conta judicial.
Havendo indicação de conta bancária de titularidade da parte exequente nos autos, o levantamento de valores se dará por ofício de transferência eletrônico.
Via de regra, os alvarás e/ou ofícios de transferência serão expedidos de forma eletrônica no momento da prolação de sentença de extinção, servido a própria minuta como alvará eletrônico, salvo quando houver erro de integração entre o sistema da Caixa Econômica Federal e o Módulo do Gabinete, hipótese em que a CPE deverá expedir tal documento.
Ressalto que o não levantamento da importância, no prazo de validade do alvará implicará na imediata transferência do valor para conta a cargo do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme disposto no §7º do art. 447 das Diretrizes Gerais Judiciais.
Com o levantamento dos valores, deverá a CPE encaminhar o feito concluso para análise do pedido de teimosinha pelo exequente (Pasta Jud's).
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO, CARTA ou OFÍCIO.
Ficam as partes intimadas desta, automaticamente por meio do DJe, caso possuam patrono constituído nos autos.
Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
SERVE O PRESENTE COMO ALVARÁ JUDICIAL e/ou OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA
Conta de Origem: Banco CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Agência: 2848, Operação 040, Conta Judicial vinculada a este processo.
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 3.193,43 ALEX CORREA BADRA 96749431291 1822108 - 0 Sim Banco do Brasil S.A. (001) Ag.: 0102-3 C.: 55655-6ADVERTÊNCIAS: Em razão do novo sistema de alvará eletrônico a transferência e/ou saque dar-se-ão exclusivamente de forma eletrônica, conforme os registros enviados pelo sistema de integração bancária neste momento.
Na hipótese de transferência para conta pertencente à instituição bancária diversa da Caixa Econômica Federal será descontado o valor do TED/DOC do valor depositado. O sistema não permite a utilização de Pix para transferência.
Tendo o beneficiário prestado informações incorretas ou estando a conta bancária de destino inoperante o valor será devolvido (estornado) para a conta judicial e o valor do TED/DOC será cobrado da mesma forma. Acrescenta-se que será cobrada taxa NOVAMENTE em situação de novo TED/DOC.
Havendo indicação de conta bancária de titularidade da parte credora nos autos, o levantamento de valores se dará, preferencialmente, por ofício de transferência eletrônico. Do contrário, a parte deverá comparecer na Agência da CEF para levantamento dos valores.
Não há necessidade de solicitar número da conta judicial para saque, caso esta não tenha sido informada nos autos, tendo em vista que a conta judicial fica vinculada ao número do processo.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7071719-96.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Defeito, nulidade ou anulação
Valor da causa: R$ 4.868,30 (quatro mil, oitocentos e sessenta e oito reais e trinta centavos).
Polo Ativo: RODRIGO ALVES RODRIGUES
ADVOGADO DO REQUERENTE: WALMIR BENARROSH VIEIRA, OAB nº RO1500
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de Cumprimento de sentença em que RODRIGO ALVES RODRIGUES demanda em face de ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
Considerando que houve bloqueio integral do débito e intimado o executado, não opôs embargos, considero a quitação do saldo devedor e JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO com fundamento no art. 52, da Lei n. 9.099/95 c/c art. 924, II, CPC.
Custas finais nos termos da sentença ou acórdão.
Considerando a preclusão lógica, o feito transita em julgado nesta data.
Desde já determino o levantamento dos valores em benefício da parte credora, cujo alvará eletrônico expeço neste ato, devendo a parte exequente e/ou seu patrono efetuar o levantamento no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar desta data. Decorrido o prazo do alvará sem levantamento dos valores, transfira-o para a conta Centralizadora.
Com o levantamento dos valores, a conta judicial vinculada a este processo deverá restar zerada.
Nada mais havendo, arquivem-se os autos, observadas as cautelas, movimentações e registros de praxe.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
SERVE O PRESENTE COMO ALVARÁ JUDICIAL e/ou OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA
Conta de Origem: Banco CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Agência: 2848, Operação 040, Conta Judicial vinculada a este processo.
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 734,60 RODRIGO ALVES RODRIGUES 53193806234 1819758 - 8 Sim Direto na agênciaADVERTÊNCIAS: Em razão do novo sistema de alvará eletrônico a transferência e/ou saque dar-se-ão exclusivamente de forma eletrônica, conforme os registros enviados pelo sistema de integração bancária neste momento.
Na hipótese de transferência para conta pertencente à instituição bancária diversa da Caixa Econômica Federal será descontado o valor do TED/DOC do valor depositado. O sistema não permite a utilização de Pix para transferência.
Tendo o beneficiário prestado informações incorretas ou estando a conta bancária de destino inoperante o valor será devolvido (estornado) para a conta judicial e o valor do TED/DOC será cobrado da mesma forma. Acrescenta-se que será cobrada taxa NOVAMENTE em situação de novo TED/DOC.
Havendo indicação de conta bancária de titularidade da parte credora nos autos, o levantamento de valores se dará, preferencialmente, por ofício de transferência eletrônico. Do contrário, a parte deverá comparecer na Agência da CEF para levantamento dos valores.
Não há necessidade de solicitar número da conta judicial para saque, caso esta não tenha sido informada nos autos, tendo em vista que a conta judicial fica vinculada ao número do processo.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7038741-66.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Indenização por Dano Moral, Cláusulas Abusivas
Valor da causa: R$ 19.687,92 (dezenove mil, seiscentos e oitenta e sete reais e noventa e dois centavos).
Polo Ativo: ADELINO SILVA DE ARAUJO
ADVOGADO DO REQUERENTE: ADA CLEIA SICHINEL DANTAS BOABAID, OAB nº RO10375
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de Cumprimento de sentença em que ADELINO SILVA DE ARAUJO demanda em face de ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
Considerando que houve bloqueio integral do débito e intimado o executado, não opôs embargos, considero a quitação do saldo devedor e JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO com fundamento no art. 52, da Lei n. 9.099/95 c/c art. 924, II, CPC.
Custas finais nos termos da sentença ou acórdão.
Considerando a preclusão lógica, o feito transita em julgado nesta data.
Desde já determino o levantamento dos valores em benefício da parte credora, cujo alvará eletrônico expeço neste ato, devendo a parte exequente e/ou seu patrono efetuar o levantamento no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar desta data. Decorrido o prazo do alvará sem levantamento dos valores, transfira-o para a conta Centralizadora.

Com o levantamento dos valores, a conta judicial vinculada a este processo deverá restar zerada.
Nada mais havendo, arquivem-se os autos, observadas as cautelas, movimentações e registros de praxe.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
SERVE O PRESENTE COMO ALVARÁ JUDICIAL e/ou OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA
Conta de Origem: Banco CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Agência: 2848, Operação 040, Conta Judicial vinculada a este processo.
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 14.871,26 ADELINO SILVA DE ARAUJO 65845323215 1821991 - 3 Sim Direto na agênciaADVERTÊNCIAS: Em razão do novo sistema de alvará eletrônico a transferência e/ou saque dar-se-ão exclusivamente de forma eletrônica, conforme os registros enviados pelo sistema de integração bancária neste momento.
Na hipótese de transferência para conta pertencente à instituição bancária diversa da Caixa Econômica Federal será descontado o valor do TED/DOC do valor depositado. O sistema não permite a utilização de Pix para transferência.
Tendo o beneficiário prestado informações incorretas ou estando a conta bancária de destino inoperante o valor será devolvido (estornado) para a conta judicial e o valor do TED/DOC será cobrado da mesma forma. Acrescenta-se que será cobrada taxa NOVAMENTE em situação de novo TED/DOC.
Havendo indicação de conta bancária de titularidade da parte credora nos autos, o levantamento de valores se dará, preferencialmente, por ofício de transferência eletrônico. Do contrário, a parte deverá comparecer na Agência da CEF para levantamento dos valores.
Não há necessidade de solicitar número da conta judicial para saque, caso esta não tenha sido informada nos autos, tendo em vista que a conta judicial fica vinculada ao número do processo.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7031349-12.2020.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Direito de Imagem
Valor da causa: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).
Polo Ativo: CARLOS ALEXANDRE DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: JOSE GOMES BANDEIRA FILHO, OAB nº RO816
Polo Passivo: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A, Saga da Amazônia Comércio de Veículos Ltda
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: MAGDA ZACARIAS DE MATOS, OAB nº SP8004, WILSON BELCHIOR, OAB nº CE17314A, RUY AUGUSTUS ROCHA, OAB nº GO21476, OTAVIO AUGUSTO LANDIM, OAB nº RO9548, SERGIO MARCELO FREITAS, OAB nº RO9667, ANASTACIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO, OAB nº CE9218
SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de ação de Procedimento do Juizado Especial Cível em que CARLOS ALEXANDRE DA SILVA demanda em face de AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A, Saga da Amazônia Comércio de Veículos Ltda, nos moldes do art. 52, IV e seguintes, da LF 9.099/95.
Conforme se infere dos autos, a Sentença (ID88407604) determinou expedição dos valores depositados pela executada em favor da mesma, face o julgamento do Acórdão que reformou a Sentença (ID 86588269).
Ante o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, nos termos dos arts. 52 da Lei n. 9.099/95 e 924, II do Código de Processo Civil.
Assim, determino o levantamento dos valores depositados nos autos em favor da parte executada e/ou seu patrono (se houver poderes para tanto), devendo a quantia ser levantada com seus acréscimo legais dentro do prazo de validade do alvará judicial, restando zerada a conta judicial.
Havendo indicação de conta bancária de titularidade da parte executada nos autos, o levantamento de valores se dará por ofício de transferência eletrônico.
Via de regra, os alvarás e/ou ofícios de transferência serão expedidos de forma eletrônica no momento da prolação de sentença de extinção, servido a própria minuta como alvará eletrônico, salvo quando houver erro de integração entre o sistema da Caixa Econômica Federal e o Módulo do Gabinete, hipótese em que a CPE deverá expedir tal documento.
Ressalto que o não levantamento da importância, no prazo de validade do alvará implicará na imediata transferência do valor para conta a cargo do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme disposto no §7º do art. 447 das Diretrizes Gerais Judiciais.
Custas processuais conforme determinado em sentença ou acórdão. Se necessário, intime o vencido para pagamento, sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.
Em razão da preclusão lógica, a presente decisão transita em julgado nesta data.
Cumpridas as determinações acima, nada mais havendo, arquivem-se os autos com as cautelas e movimentações de praxe.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
SERVE O PRESENTE COMO ALVARÁ ELETRONICO e/ou OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA
Conta de Origem: Banco CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Agência: 2848, Operação 040, Conta Judicial vinculada a este processo.
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 4.604,69 AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A 07707650000110 1756821 - 3 Sim Banco Santander (Brasil) S.A. (033) Ag.: 0319 C.: 67866-4ADVERTÊNCIAS: Em razão do novo sistema de alvará eletrônico a transferência e/ou saque dar-se-ão exclusivamente de forma eletrônica, conforme os registros enviados pelo sistema de integração bancária neste momento.

Na hipótese de transferência para conta pertencente à instituição bancária diversa da Caixa Econômica Federal será descontado o valor do TED/DOC do valor depositado. O sistema não permite a utilização de Pix para transferência.
Tendo o beneficiário prestado informações incorretas ou estando a conta bancária de destino inoperante o valor será devolvido (estornado) para a conta judicial e o valor do TED/DOC será cobrado da mesma forma. Acrescenta-se que será cobrada taxa NOVAMENTE em situação de novo TED/DOC.
Havendo indicação de conta bancária de titularidade da parte credora nos autos, o levantamento de valores se dará, preferencialmente, por ofício de transferência eletrônico. Do contrário, a parte deverá comparecer na Agência da CEF para levantamento dos valores.
Não há necessidade de solicitar número da conta judicial para saque, caso esta não tenha sido informada nos autos, tendo em vista que a conta judicial fica vinculada ao número do processo.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7013839-15.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Indenização por Dano Moral
Valor da causa: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Polo Ativo: EMANUELLE RAMALHO CORDEIRO, ARI VALDIR LEBKUCHEN JUNIOR
ADVOGADO DOS AUTORES: ROBSON VIEIRA LEBKUCHEN, OAB nº RO4545
Polo Passivo: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de ação de Procedimento do Juizado Especial Cível em que EMANUELLE RAMALHO CORDEIRO, ARI VALDIR LEBKUCHEN JUNIOR demanda em face de AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., nos moldes do art. 52, IV e seguintes, da LF 9.099/95.
Conforme se infere dos autos, a parte executada efetuou o pagamento voluntário do débito, tendo a parte exequente requerido o levantamento do valor depositado sem qualquer requerimento de prosseguimento do feito em relação a eventual saldo remanescente.
Ante o exposto, encontrando-se satisfeita a obrigação, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, nos termos dos arts. 52 da Lei n. 9.099/95 e 924, II do Código de Processo Civil.
Assim, determino o levantamento dos valores depositados nos autos em favor da parte exequente e/ou seu patrono (se houver poderes para tanto), devendo a quantia ser levantada com seus acréscimo legais dentro do prazo de validade do alvará judicial, restando zerada a conta judicial.
Havendo indicação de conta bancária de titularidade da parte exequente nos autos, o levantamento de valores se dará por ofício de transferência eletrônico.
Via de regra, os alvarás e/ou ofícios de transferência serão expedidos de forma eletrônica no momento da prolação de sentença de extinção, servido a própria minuta como alvará eletrônico, salvo quando houver erro de integração entre o sistema da Caixa Econômica Federal e o Módulo do Gabinete, hipótese em que a CPE deverá expedir tal documento.
Ressalto que o não levantamento da importância, no prazo de validade do alvará implicará na imediata transferência do valor para conta a cargo do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme disposto no §7º do art. 447 das Diretrizes Gerais Judiciais.
Custas processuais conforme determinado em sentença ou acórdão. Se necessário, intime o vencido para pagamento, sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.
Em razão da preclusão lógica, a presente decisão transita em julgado nesta data.
Cumpridas as determinações acima, nada mais havendo, arquivem-se os autos com as cautelas e movimentações de praxe.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
SERVE O PRESENTE COMO ALVARÁ JUDICIAL e/ou OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA
Conta de Origem: Banco CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Agência: 2848, Operação 040, Conta Judicial vinculada a este processo.
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 23.188,27 ARI VALDIR LEBKUCHEN JUNIOR 53165985200 1821196 - 3 Sim Direto na agênciaADVERTÊNCIAS: Em razão do novo sistema de alvará eletrônico a transferência e/ou saque dar-se-ão exclusivamente de forma eletrônica, conforme os registros enviados pelo sistema de integração bancária neste momento.
Na hipótese de transferência para conta pertencente à instituição bancária diversa da Caixa Econômica Federal será descontado o valor do TED/DOC do valor depositado. O sistema não permite a utilização de Pix para transferência.
Tendo o beneficiário prestado informações incorretas ou estando a conta bancária de destino inoperante o valor será devolvido (estornado) para a conta judicial e o valor do TED/DOC será cobrado da mesma forma. Acrescenta-se que será cobrada taxa NOVAMENTE em situação de novo TED/DOC.
Havendo indicação de conta bancária de titularidade da parte credora nos autos, o levantamento de valores se dará, preferencialmente, por ofício de transferência eletrônico. Do contrário, a parte deverá comparecer na Agência da CEF para levantamento dos valores.
Não há necessidade de solicitar número da conta judicial para saque, caso esta não tenha sido informada nos autos, tendo em vista que a conta judicial fica vinculada ao número do processo.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7005118-40.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Atraso de vôo
Valor da causa: R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Polo Ativo: MAURICEIA PEREIRA AMOEDO MARTINS
ADVOGADO DO AUTOR: BIANCA BART SOUZA, OAB nº RO9715
Polo Passivo: GOL LINHAS AÉREAS S.A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
DECISÃO
I – A parte recorrente (ID 92489042) pleiteia a gratuidade judiciária (Assistência Judiciária Gratuita – AJG) sob a alegação de ser hipossuficiente financeira e necessitada, na forma da lei, deixando, contudo, de apresentar qualquer indício, ainda que mínimo, da referida condição que autorize o serviço judiciário sem onerosidade (A mera Declaração de hipossuficiência Financeira, por si só, não comprova a pobreza alegada, mormente quando sequer assinada se apresenta). A oportunidade de comprovar o alegado coincide com o momento da interposição do Recurso Inominado (RI), de sorte que, restando tão somente a alegação, não há como conceder-se o pleito formulado. A comprovação da condição representa exigência legal, nos moldes dos arts. 5º, LXXIV, CF/88 (Lex Maior – Constituição Federal), e 5º, da Lei de Assistência Judiciária (LF 1.060/50 - legislação ordinária federal), in verbis:
“LXXIV - O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos” (g.n. - art. 5º, LXXIV, CF/88); e
“O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas” (g.n. - art. 5º, LF 1.060/1950).
A comprovação da condição de necessitado deve vir comprovada com o termo de recurso e respectivas razões, posto que a Lei de Regência dos Juizados (LF 9.099/95) determina que o preparo, independentemente de intimação, tem que ser feito nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, o que significa dizer que, para não fazê-lo no tempo e forma determinados, a prova de hipossuficiência deve vir de imediato, não devendo o magistrado conceder prazo para comprovação do alegado. Veja-se o dispositivo:
“Art. 42, O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. § 1º O preparo será feito, independentemente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, sob pena de deserção. § 2º Após o preparo, a Secretaria intimará o recorrido para oferecer resposta escrita no prazo de dez dias” (g.n. - art. 42, LF 9.099/95).
A presunção relativa da declaração de pobreza (art. 4º, LF 1.060/1950) fora revogada expressamente pelo novo Código de Processo Civil (LF 13.105/2015 – art. 1.072), o que promoveu novo entendimento jurisprudencial. Nesse sentido da necessidade de comprovação da “condição de necessitado” caminha atualmente a Colenda Corte de Justiça:
“PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. FALTA DE RECOLHIMENTO DO PREPARO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. DESERÇÃO. SÚMULA N. 187/STJ. AUSÊNCIA DA CADEIA COMPLETA DE PROCURAÇÕES. IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO NÃO SANADA NO PRAZO FRANQUEADO. I - Na origem, trata-se de embargos à execução opostos contra sentença homologatória de cálculos, nos autos do cumprimento de título executivo no qual foi determinada a revisão de seu benefício previdenciário. Na sentença, julgaram-se improcedentes os embargos à execução, afastando-se a condenação da autarquia em honorários sucumbenciais. No Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a sentença foi mantida. II - A mera alegação, na petição recursal, de que é beneficiária da assistência judiciária não é suficiente para o afastamento da deserção, ou seja, deve haver a comprovação dessa condição. Nesse sentido, o AgInt no AREsp n. 1.160.301/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 30/5/2018. Incidência na hipótese o disposto na Súmula n. 187 do STJ. III - É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ). IV - Agravo interno improvido” (g.n. - STJ – sítio oficial – www.stj.jus.br –Segunda Turma - AgInt no AREsp 1322006 / RJ - AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL – 2018/0166431-9 – Relator Ministro Francisco Falcão - Julgado em 09/04/2019 – publicado em 15/04/2019); e
“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPETÊNCIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. FALTA DE RECOLHIMENTO DO PREPARO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. DESERÇÃO. SÚMULA N. 187/STJ. INTEMPESTIVIDADE. I- Na origem, trata-se de agravo de instrumento interposto, nos autos de ação condenatória por danos materiais e morais, em desfavor de decisão que declarou absolutamente incompetente para processar e julgar a demanda ordinária e determinou o declínio de competência. No Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a decisão objeto do agravo foi mantida. II - Mediante análise dos autos, verifica-se que o recurso especial não foi instruído com as guias de preparo e os respectivos comprovantes de pagamento. III - Assim, incide na espécie o disposto na Súmula n. 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso. IV - Veja-se que, apesar de a parte recorrente asseverar que litiga sob o pálio da gratuidade, a mera alegação de que é beneficiária da assistência judiciária gratuita, na petição recursal, não é suficiente para o afastamento da deserção, ou seja, deve haver a comprovação dessa condição. Nesse sentido: EDcl no Ag n. 1.222.674/DF, 4.ª Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 11/5/2010. V - Agravo interno improvido” (g.n. - STJ – sítio oficial – www.stj.jus.br – Terceira Turma - REsp 1756557 / MG - RECURSO ESPECIAL - 2018/0188264-8– Relator Ministra Nancy Andrigui - Julgado em 19/03/2019 – publicado em 22/03/2019);
III – Desta feita, sendo a presunção apenas relativa da condição de necessitado, carecendo de provas imediatas e carreadas com o respectivo pleito, INDEFIRO a gratuidade judiciária reclamada, posto que não comprovada a condição de pobreza ou necessitado (recorrente SEQUER informou a função que exerce, bem como, seus rendimentos mensais, a fim de permitir a análise da alegada hipossuficiência financeira e a impossibilidade de recolher as custas no importe de 5% sobre o valor dado à causa). CONCEDO à parte recorrente, por outro lado e excepcionalmente, o prazo improrrogável de 48h (quarenta e oito horas) para que efetive e comprove o preparo (custas processuais - ENUNCIADO 115 – FONAJE), sob pena de DESERÇÃO;

IV – Expirado o prazo e não havendo a diligência financeira, retornem conclusos para decreto de DESERÇÃO. Caso contrário, intime-se o(a) recorrido(a) para contrarrazões dentro do decêndio legal, sob pena de preclusão, retornando os autos ao final para efetivo juízo de admissibilidade;
V – Intime-se, servindo-se a presente de MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO via sistema PJe (LF 11.419/2006), diligência de Oficial de Justiça ou DJe, conforme o caso e meio mais rápido.
VI – CUMPRA-SE.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7003908-51.2023.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cheque
Valor da causa: R$ 36.393,98 (trinta e seis mil, trezentos e noventa e três reais e noventa e oito centavos).
Polo Ativo: ANTENOR RAFAEL BISCONSIN
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ALTANIRA ULCHOA ALMEIDA OLIVEIRA, OAB nº RO2858, FERNANDO HENRIQUE BISCONSIN, OAB nº RO11852
Polo Passivo: WANDERLEY FERREIRA DE ARAUJO
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos,
Trata-se de ação de Execução de Título Extrajudicial em que ANTENOR RAFAEL BISCONSIN demanda em face de WANDERLEY FERREIRA DE ARAUJO
Tendo em vista a fase em que se encontra o presente feito, determino que seja retificada a classe processual para cumprimento de sentença.
Intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague à parte exequente a importância devida indicada no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescidos de custas, se houver (artigo 513, §2º, CPC).
Decorrido o prazo previsto no artigo 523 do CPC, sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
Não havendo o pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, será acrescido de multa de 10% sobre o valor do débito.
Decorrido o prazo, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independente de nova intimação do devedor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas via sistema informatizado à disposição do juízo.
Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil.
Sobrevindo o pagamento, expeça-se alvará para o levantamento dos valores depositados.
Após, venham os autos concluso para extinção.
Disposições a serem cumpridas pela CPE, sem prejuízo de outros expedientes que sejam necessários:
1 - Retifique-se a classe processual para CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, caso não realizado.
2 - Ficam as partes intimadas via DJe.
3 - Sobrevindo o pagamento, expeça-se alvará para o levantamento dos valores depositados, posteriormente vindo os autos para extinção.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1- Prazos processuais nesse Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se do dia seguinte à intimação, salvo contagem a partir da intimação pelo Diário da Justiça, que obedece regra própria.
2 - As partes deverão comunicar eventual alterações dos seus respectivos endereços, número de telefones e e-mails, sob pena de se considerar como válida e eficaz a intimação cumprida no endereço constante nos autos, mesmo que esta retorne negativa (art. 19, §2º Lei n. 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7023293-24.2019.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação
Valor da causa: R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Polo Ativo: CANDRICA MADALENA SILVA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LUZILEIDE ALVES DA SILVA, OAB nº RO5296, JUAN IRINEU SILVA BELLINE KASPROVICZ, OAB nº RO12000
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, ENERGISA RONDÔNIA

SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de Cumprimento de sentença em que CANDRICA MADALENA SILVA demanda em face de ENERGISA RONDONIA-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
Considerando que houve bloqueio integral do débito e intimado o executado, não opôs embargos, considero a quitação do saldo devedor e JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO com fundamento no art. 52, da Lei n. 9.099/95 c/c art. 924, II, CPC.
Custas finais nos termos da sentença ou acórdão.
Considerando a preclusão lógica, o feito transita em julgado nesta data.
Desde já determino o levantamento dos valores em benefício da parte credora, cujo alvará eletrônico expeço neste ato, devendo a parte exequente e/ou seu patrono efetuar o levantamento no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar desta data. Decorrido o prazo do alvará sem levantamento dos valores, transfira-o para a conta Centralizadora.
Com o levantamento dos valores, a conta judicial vinculada a este processo deverá restar zerada.
Nada mais havendo, arquivem-se os autos, observadas as cautelas, movimentações e registros de praxe.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
SERVE O PRESENTE COMO ALVARÁ JUDICIAL e/ou OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA
Conta de Origem: Banco CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Agência: 2848, Operação 040, Conta Judicial vinculada a este processo.
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 10.043,42 JUAN IRINEU SILVA BELLINE KASPROVICZ 52900029287 1820615 - 3 Sim Nu Pagamentos S.A (Nubank) (260) Ag.: 0001 C.: 95149056-7ADVERTÊNCIAS: Em razão do novo sistema de alvará eletrônico a transferência e/ou saque dar-se-ão exclusivamente de forma eletrônica, conforme os registros enviados pelo sistema de integração bancária neste momento.
Na hipótese de transferência para conta pertencente à instituição bancária diversa da Caixa Econômica Federal será descontado o valor do TED/DOC do valor depositado. O sistema não permite a utilização de Pix para transferência.
Tendo o beneficiário prestado informações incorretas ou estando a conta bancária de destino inoperante o valor será devolvido (estornado) para a conta judicial e o valor do TED/DOC será cobrado da mesma forma. Acrescenta-se que será cobrada taxa NOVAMENTE em situação de novo TED/DOC.
Havendo indicação de conta bancária de titularidade da parte credora nos autos, o levantamento de valores se dará, preferencialmente, por ofício de transferência eletrônico. Do contrário, a parte deverá comparecer na Agência da CEF para levantamento dos valores.
Não há necessidade de solicitar número da conta judicial para saque, caso esta não tenha sido informada nos autos, tendo em vista que a conta judicial fica vinculada ao número do processo.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7044058-74.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Análise de Crédito
Valor da causa: R$ 23.724,32 (vinte e três mil, setecentos e vinte e quatro reais e trinta e dois centavos).
Polo Ativo: EUSTACIO ROBERTO SALOMAO
ADVOGADOS DO AUTOR: JOSE TEIXEIRA VILELA NETO, OAB nº RO4990, JOVINO DA SILVA ALVES, OAB nº RO8428
Polo Passivo: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO DO REU: BRADESCO
DECISÃO
Vistos,
Trata-se de ação de Procedimento do Juizado Especial Cível em que EUSTACIO ROBERTO SALOMAO demanda em face de BANCO BRADESCO S.A..
Pretende, a parte autora em tutela antecipada, que o banco requerido se abstenha de cobrar as mensalidades do cartão de crédito na modalidade de empréstimo consignado e ainda proceda ao cancelamento do mesmo.
É o que há de relevante. Decido.
Sabe-se que os critérios de aferição para o deferimento da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional estão na faculdade do juiz que, ponderando sobre os fatos narrados e documentos juntados, decide sobre a conveniência da concessão – exercendo assim juízo de cognição sumária, desde que preenchidos os requisitos legais, podendo a qualquer tempo concedê-la, revogá-la ou modificá-la.
Mas, há que se deixar claro que antecipar os efeitos da tutela não se confunde com avançar no mérito ou pré-julgar, ainda que a medida seja indiscutivelmente imprescindível à parte.
O que se evidencia dos autos é que o pedido em sede de tutela se confunde com o pedido final e exige uma quase certeza da veracidade dos fatos alegados.
Desta forma, considerando que conceder a tutela antecipada implicaria na análise do mérito, o que é vedado nesta fase processual, entendo não ser o caso de concessão em caráter liminar.
Deste modo, restando evidente que a tutela pleiteada pela parte autora tem caráter satisfativa e carece de verossimilhança, o regular trâmite da ação e a melhor instrução da demanda são medidas que se impõem ao caso concreto, recomendando-se a oitiva das partes para fins de conciliação, objetivo primordial dos Juizados.
Assim, com fundamento no artigo 300 do CPC, INDEFIRO o pedido de tutela antecipada formulado pela parte autora.
No mais, considerando a previsão legal contida no artigo 22, §2º da Lei 9.099/95, que veio a admitir a prática de atos processuais por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real no âmbito das pequenas causas:

a) Defiro a manutenção da audiência de conciliação a ser realizada pela CEJUSC, cuja data foi designada automaticamente via sistema quando da distribuição do processo. A audiência de conciliação poderá se realizar de maneira híbrida, ou seja, tanto por videoconferência, quanto presencialmente, caso as partes e eventuais procuradores não disponham de meio tecnológico para tanto.
b) Cite-se a parte requerida para apresentar a contestação e demais provas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados da data de realização da audiência de conciliação, independente de nova intimação; bem como intime-a para indicar o número de seu telefone ou e-mail nos autos, em até 05 (cinco) dias antes da realização da audiência, ou informar se pretende participar da solenidade de modo presencial, sob pena de possível decretação de revelia. Fica a parte requerida ADVERTIDA que sua participação na audiência de conciliação é obrigatória, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra (art. 23, Lei n. 9.099/95), reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
c) Intime-se a parte autora, por intermédio de seu advogado constituído nos autos (se houver); ou não havendo, por meio de: e-mail, carta ou mandado, nessa respectiva ordem de preferência para, igualmente, tomar ciência da audiência acima agendada (art. 21, Lei n. 9.099/95). Fica a parte autora ADVERTIDA que seu comparecimento na audiência de conciliação é obrigatório, sob pena de extinção e arquivamento do feito, além de sua condenação no pagamento de custas processuais (art. 51, I da Lei n. 9.099/95).
d) Na hipótese da ação ser fundada em relação de consumo, desde já aplico a inversão do ônus da prova prevista no Código de Defesa do Consumidor (CDC).
PARA USO DA CPE:
Havendo convênio de cooperação técnica com o TJRO, deverá a CPE utilizar preferencialmente o sistema PJE para envio da correspondência - tanto nos processos normais, quanto nos processos 100% digitais, exceto nas decisões proferidas em plantão judicial. Citações e/ou intimações por WhatsApp podem ser realizadas por Oficial(a) de Justiça, nos termos do Ato Conjunto n. 26/2022.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7040805-78.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Valor da causa: R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Polo Ativo: MICHELMA DANTAS DO NASCIMENTO HIGA
ADVOGADOS DO AUTOR: JOSE HERMINO COELHO JUNIOR, OAB nº RO10010, WALTERNEY DIAS DA SILVA JUNIOR, OAB nº RO10135
Polo Passivo: DESTAK - CONSULTORIA E COBRANCA LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos,
Dispensado o relatório nos termos do artigo 38 da Lei nº 9.099/95, passo ao resumo dos fatos relevantes.
Trata-se de ação declaratória de rescisão contratual (contrato de participação em grupo de consórcio) em que MICHELMA DANTAS DO NASCIMENTO HIGA demanda em face de DESTAK - CONSULTORIA E COBRANCA LTDA.
Intimada para promover a emenda à inicial, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do despacho de ID. 92905445, a parte autora se manifestou, conforme ID. 93263043.
Foi determinado que o autor emendasse a inicial para: comprovante de endereço atualizado; boleto emitido pela requerida, referente ao pagamento ID 92693343; e certidão de negativação do Serasa.
Em resposta, o patrono da parte autora apenas apresentou o comprovante de endereço atualizado, deixando de cumprir as demais determinações.
Vieram os autos conclusos.
Pois bem.
Nos termos do artigo 321 do CPC, verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 319 e 320 do mesmo dispositivo legal ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, no prazo de quinze dias.
O parágrafo único do mesmo artigo, determina que se a parte não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.
Ressoa neste sentido a jurisprudência dominante, consoante teor do seguinte julgado:
EMENTA. Emenda à inicial. Intimação. Inércia. Indeferimento da inicial. A ausência de cumprimento da intimação para emenda à inicial, impõe o indeferimento da petição, ante a inércia do autor. ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, em: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. (TJ/RO - 1ª Câmara Cível. Data do julgamento: 04/08/2015. 0000814-06.2012.8.22.0001 – Apelação. Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho. Os desembargadores Sansão Saldanha e Moreira Chagas acompanharam o voto do relator.)
No presente caso, verificou-se várias irregularidades na propositura da ação, razão pela qual determinou-se a emenda no prazo legal.
Tais emendas não foram cumpridas em sua integralidade, o que acarreta o indeferimento da inicial.
Ante o exposto, indefiro a petição inicial e JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, inciso I combinado com o art. 321, Parágrafo único, ambos do CPC.
Sem custas e honorários, haja vista tratar-se de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei n. 9.099/95.

Ficam as partes advertidas de que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação manifestamente protelatórios ensejará a imposição da multa prevista pelo art. 1.026, § 2º, do CPC.
Sentença publicada e registrada automaticamente.
Após, se nada requerido, arquive-se.
Intime-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1) A parte que não concordar com o teor desta sentença poderá, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que tomar ciência nos autos, para ofertar Recurso Inominado e suas respectivas razões, nos moldes do art. 42, caput, da Lei 9.099/95;
2) O preparo deverá ser feito, independente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição do recurso, sob pena de deserção;
3) O pedido de gratuidade judiciária, feito nos moldes rigorosos da Lei, dispensa o preparo, podendo o Juízo, de qualquer modo, exigir prova da hipossuficiência financeira.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7006030-71.2022.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Valor da causa: R$ 10.017,28 (dez mil, dezessete reais e vinte e oito centavos).
Polo Ativo: VANUSA SILVA DE JESUS ALVES
ADVOGADO DO AUTOR: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR, OAB nº MT20812O
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos,
Em atenção a certidão ID 93313272, vejo que consta endereço da autora no ID 67596270 pág. 5.
Cumpra-se o determinado no ID 93262899 integralmente, inclusive intimado o patrono da autora via sistema.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7043015-05.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Análise de Crédito
Valor da causa: R$ 9.646,57 (nove mil, seiscentos e quarenta e seis reais e cinquenta e sete centavos).
Polo Ativo: VAGNER MARCOLINO ZACARINI
ADVOGADO DO AUTOR: JULIA IRIA FERREIRA DA SILVA, OAB nº RO9290
Polo Passivo: ROMANCE COMERCIO DE CONFECCOES LTDA.
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
Mantenho a decisão ID 93291653 por seu próprios fundamentos.
A CPE cumpra o determinado no referido despacho.
Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1- Prazos processuais nesse Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se do dia seguinte à intimação, salvo contagem a partir da intimação pelo Diário da Justiça, que obedece regra própria.
2 - As partes deverão comunicar eventual alterações dos seus respectivos endereços, número de telefones e e-mails, sob pena de se considerar como válida e eficaz a intimação cumprida no endereço constante nos autos, mesmo que esta retorne negativa (art. 19, §2º Lei n. 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7050717-70.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Indenização por Dano Moral, Cláusulas Abusivas
Valor da causa: R$ 12.216,02 (doze mil, duzentos e dezesseis reais e dois centavos).
Polo Ativo: MICHEL DAVEIS GALEAZZI
ADVOGADO DO REQUERENTE: ADA CLEIA SICHINEL DANTAS BOABAID, OAB nº RO10375
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de Cumprimento de sentença em que MICHEL DAVEIS GALEAZZI demanda em face de ENERGISA RONDONIA-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
Considerando que houve bloqueio integral do débito e intimado o executado, não opôs embargos, considero a quitação do saldo devedor e JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO com fundamento no art. 52, da Lei n. 9.099/95 c/c art. 924, II, CPC.
Custas finais nos termos da sentença ou acórdão.
Considerando a preclusão lógica, o feito transita em julgado nesta data.
Desde já determino o levantamento dos valores em benefício da parte credora, cujo alvará eletrônico expeço neste ato, devendo a parte exequente e/ou seu patrono efetuar o levantamento no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar desta data. Decorrido o prazo do alvará sem levantamento dos valores, transfira-o para a conta Centralizadora.
Com o levantamento dos valores, a conta judicial vinculada a este processo deverá restar zerada.
Nada mais havendo, arquivem-se os autos, observadas as cautelas, movimentações e registros de praxe.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
SERVE O PRESENTE COMO ALVARÁ JUDICIAL e/ou OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA
Conta de Origem: Banco CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Agência: 2848, Operação 040, Conta Judicial vinculada a este processo.
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 1.274,11 MICHEL DAVEIS GALEAZZI 65866983249 1821791 - 0 Sim Direto na agênciaADVERTÊNCIAS: Em razão do novo sistema de alvará eletrônico a transferência e/ou saque dar-se-ão exclusivamente de forma eletrônica, conforme os registros enviados pelo sistema de integração bancária neste momento.
Na hipótese de transferência para conta pertencente à instituição bancária diversa da Caixa Econômica Federal será descontado o valor do TED/DOC do valor depositado. O sistema não permite a utilização de Pix para transferência.
Tendo o beneficiário prestado informações incorretas ou estando a conta bancária de destino inoperante o valor será devolvido (estornado) para a conta judicial e o valor do TED/DOC será cobrado da mesma forma. Acrescenta-se que será cobrada taxa NOVAMENTE em situação de novo TED/DOC.
Havendo indicação de conta bancária de titularidade da parte credora nos autos, o levantamento de valores se dará, preferencialmente, por ofício de transferência eletrônico. Do contrário, a parte deverá comparecer na Agência da CEF para levantamento dos valores.
Não há necessidade de solicitar número da conta judicial para saque, caso esta não tenha sido informada nos autos, tendo em vista que a conta judicial fica vinculada ao número do processo.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7023157-56.2021.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Seguro
Valor da causa: R$ 9.747,53 (nove mil, setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e três centavos).
Polo Ativo: JORDANA CHRISTIANE MITTOUSO PINHEIRO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: PAULO BARROSO SERPA, OAB nº RO4923, JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA, OAB nº RO9117
Polo Passivo: SAGA ASIA COMERCIO DE VEICULOS, PECAS E SERVICOS LTDA, SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: MAGDA ZACARIAS DE MATOS, OAB nº SP8004, MAX AGUIAR JARDIM, OAB nº PA10812
SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de ação de Procedimento do Juizado Especial Cível em que JORDANA CHRISTIANE MITTOUSO PINHEIRO demanda em face de SAGA ASIA COMERCIO DE VEICULOS, PECAS E SERVICOS LTDA, SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, nos moldes do art. 52, IV e seguintes, da LF 9.099/95.
Conforme se infere dos autos, a parte executada efetuou o pagamento voluntário do débito, tendo a parte exequente requerido o levantamento do valor depositado sem qualquer requerimento de prosseguimento do feito em relação a eventual saldo remanescente.
Ante o exposto, encontrando-se satisfeita a obrigação, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, nos termos dos arts. 52 da Lei n. 9.099/95 e 924, II do Código de Processo Civil.
Assim, determino o levantamento dos valores depositados nos autos em favor da parte exequente e/ou seu patrono (se houver poderes para tanto), devendo a quantia ser levantada com seus acréscimo legais dentro do prazo de validade do alvará judicial, restando zerada a conta judicial.

Havendo indicação de conta bancária de titularidade da parte exequente nos autos, o levantamento de valores se dará por ofício de transferência eletrônico.
Via de regra, os alvarás e/ou ofícios de transferência serão expedidos de forma eletrônica no momento da prolação de sentença de extinção, servido a própria minuta como alvará eletrônico, salvo quando houver erro de integração entre o sistema da Caixa Econômica Federal e o Módulo do Gabinete, hipótese em que a CPE deverá expedir tal documento.
Ressalto que o não levantamento da importância, no prazo de validade do alvará implicará na imediata transferência do valor para conta a cargo do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme disposto no §7º do art. 447 das Diretrizes Gerais Judiciais.
Custas processuais conforme determinado em sentença ou acórdão. Se necessário, intime o vencido para pagamento, sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto.
Em razão da preclusão lógica, a presente decisão transita em julgado nesta data.
Cumpridas as determinações acima, nada mais havendo, arquivem-se os autos com as cautelas e movimentações de praxe.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
SERVE O PRESENTE COMO ALVARÁ JUDICIAL e/ou OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA
Conta de Origem: Banco CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Agência: 2848, Operação 040, Conta Judicial vinculada a este processo.
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 12.955,17 JORDANA CHRISTIANE MITTOUSO PINHEIRO 88288633234 1821675 - 2 Sim Direto na agência
ADVERTÊNCIAS: Em razão do novo sistema de alvará eletrônico a transferência e/ou saque dar-se-ão exclusivamente de forma eletrônica, conforme os registros enviados pelo sistema de integração bancária neste momento.
Na hipótese de transferência para conta pertencente à instituição bancária diversa da Caixa Econômica Federal será descontado o valor do TED/DOC do valor depositado. O sistema não permite a utilização de Pix para transferência.
Tendo o beneficiário prestado informações incorretas ou estando a conta bancária de destino inoperante o valor será devolvido (estornado) para a conta judicial e o valor do TED/DOC será cobrado da mesma forma. Acrescenta-se que será cobrada taxa NOVAMENTE em situação de novo TED/DOC.
Havendo indicação de conta bancária de titularidade da parte credora nos autos, o levantamento de valores se dará, preferencialmente, por ofício de transferência eletrônico. Do contrário, a parte deverá comparecer na Agência da CEF para levantamento dos valores.
Não há necessidade de solicitar número da conta judicial para saque, caso esta não tenha sido informada nos autos, tendo em vista que a conta judicial fica vinculada ao número do processo.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7082601-83.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Direito de Imagem, Indenização por Dano Material, Transporte Terrestre, Transporte Rodoviário
Valor da causa: R$ 18.394,00 (dezoito mil, trezentos e noventa e quatro reais).
Polo Ativo: MARIA ROSIANE VERCOSA DE LIMA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: DIEGO ALEXIS DOS SANTOS ARENAS, OAB nº RO5188, MIGUEL ANGEL ARENAS RUBIO FILHO, OAB nº RO5380
Polo Passivo: EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADO DO REQUERIDO: VILMA ELISA MATOS NASCIMENTO, OAB nº MT15719
SENTENÇA
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação reparatória de danos morais e materiais decorrentes do extravio de bagagem deixada sob guarda e proteção da requerida, posto que até o momento a mala não foi localizada, conforme pedido inicial e documentos apresentados.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e “maduro” para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Em não havendo arguição de preliminar, passo à análise do mérito da causa.
Pois bem!
Aduz a requerente que adquiriu passagens de transporte terrestre junto a empresa requerida para o trecho de JARU/RO a PORTO VELHO/RO.
Ocorre que ao desembarcar no destino final a requerente buscou fazer a retirada das bagagens e para seu desespero, suas malas não estavam no compartimento de bagagens do ônibus.
Afirma a requerente que buscou o guichê de atendimento da requerida para tomar conhecimento do paradeiro das suas malas e de seus pertences. Na ocasião, após uma longa espera, o setor responsável constatou o extravio, e fez o registro de extravio de bagagens, conforme documento anexo, bem como, a demandada informou ainda que no momento não havia qualquer informação da localização ou paradeiro das bagagens.
Diante dos fatos a parte autora registrou o BO, pois na bagagem havia fichas cadastrais contendo números de documentos pessoais de vários clientes, temendo pelo uso indevido desses dados.

Afirma a demandante que a requerida não sabia sequer informar onde estavam as bagagens, causando abalo e a sensação de frustração e impotência, perante a falha na prestação de serviço de culpa exclusiva da requerida. Posto isso, a requerente insistentemente ligou para a Central de Atendimento da empresa solicitando informações e providências referentes às suas bagagens, porém não obteve êxito. Restando então demonstrado a configuração inequívoca a respeito da falha na prestação de serviço, e os danos de caráter moral e material causados à consumidora.

Em contestação a requerida afirma que ocorreu o extravio que falhas operacionais acabam acontecendo no período de alta temporada.

Afirma a empresa que solicitou a autora para declarar os pertences e seus valores exatamente ao final da viagem, oportunidade em que a ré forneceu termo para que a autora descrevesse os itens que estavam na bagagem, sendo que a autora assim fez discriminando o valor de R$ 9.244,00.

Ocorre que a requerente não faz prova alguma de que todos os itens que cobra estavam realmente dentro da mala extraviada, observe que as quantidades e os valores são elevados e não há prova nenhuma nota fiscal comprobatória. Por exemplo, a descrição menciona 02 perfumes importados no valor de R$2.380,00, mas sequer menciona qual seria a marca de tais perfumes, dentre outros itens que o requerente não comprova.

Alega a empresa que o dano material é devido desde que comprovada, desse modo conforme a legislação regulamenta o valor a máximo a ser indenizado em caso de extravio de bagagem em 10 mil vezes o coeficiente tarifário para serviço convencional com sanitário (0,122830), o que atualmente corresponde ao valor de R$ 1.228,30 (um mil duzentos e vinte e oito reais e trinta centavos), conforme estabelecido pela ANTT, é que é devida a parte autora.

A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, dada a inegável relação de consumo e a perfeita caracterização da demandada como efetiva fornecedora de serviços e prestadora de serviços, devendo, como tal, acautelar-se e responder plenamente por suas ações, conforme entendimento remansoso da jurisprudência pátria.

Entretanto, em que pese o caso em análise se referir à relação consumerista, ressalto que competia à parte autora, nos termos do art. 373, I do CPC, trazer aos autos as provas mínimas constitutivas de seu direito, e a requerida, os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor, nos termos do inciso II do referido diploma legal.

Sendo assim, tenho que o contexto do feito indica que o pedido pelo dano material será o valor regulamentado pela ANTT, ou seja, conforme demonstrou a requerida no valor de R$ 1.228,30 (um mil duzentos e vinte e oito reais e trinta centavos).

Explico.

Conforme se infere dos documentos juntados ao feito, tem-se que a parte autora não trouxe provas suficientes a amparar as alegações iniciais, porquanto não apresentou provas mínimas acerca do que continha em sua bagagem, limitando-se a informar que tinha pertences pessoais, mas não os discrimina as marcas com seus devidos valores, nem qualquer fotografia da mala e pertences trouxe a autora.

Ora! Se a parte autora alega ter colocado sob guarda da empresa ré uma bagagem e, que esta foi extraviada, evidente que ela possuía os meios necessários de provas suas alegações, visto que poderia ter colecionado comprovantes ou fotografia, não se tratando de prova impossível ou de difícil produção.

É pacífico na jurisprudência que não deve proceder, no mundo jurídico, qualquer pretensão de reparação material daquilo que não se comprovou existir efetivamente no plano fático, não são danos presumíveis.

Oportuno esclarecer que a informalidade do Juizado Especial não se presta a admitir pedidos desprovidos da necessária comprovação, de modo que a este Juízo não incumbe deduzir como ocorreram os fatos.

Até porque, o magistrado se mostra adstrito aos elementos do acervo probatório, de modo que não se pode basear em raciocínio hipotético, desprovido de comprovação fática, para beneficiar ou prejudicar qualquer das partes.

Conforme se sabe, a inversão do ônus da prova não é automática, mesmo nas relações de consumo ou que envolvam empresas/instituições prestadoras de serviços ou fornecedoras de produtos, de modo que o consumidor não fica isento do ônus de comprovar aquilo que está ao seu alcance.

A hipossuficiência ou impossibilidade técnica é analisada caso a caso, de sorte que, havendo necessidade de prova inicial do direito e lesão alegados, deve a parte autora da demanda trazer o lastro fático e documental com a inicial

Compete ao consumidor produzir as provas que estão ao seu alcance, de molde a embasar “minimamente” a pretensão externada; somente aquelas que não são acessíveis, por impossibilidade física ou falta de acesso/gestão aos sistemas e documentos internos da empresa/instituição é que devem ser trazidos por estas, invertendo-se, então, a obrigação probatória, nos moldes preconizados no CDC. Ou seja, o consumidor não fora minimamente diligente naquilo que estava ao seu alcance probatório.

Desse modo, como ocorreu o extravio definitivo da bagagem, acolho como devido a indenização pelo dano material conforme regulamentado pela ANTT, de maneira que a empresa apresentou o valor R$ 1.228,30, que deve ser restituído à autora.

Por fim, tenho como existentes os alegados danos morais, posto que restou evidenciada a situação de angústia e aflição sofrida pela autora em decorrência do extravio de sua bagagem.

A perda de qualquer pertence pessoal por quem assegurou a segurança no transporte causa inegável abalo psicológico, dada a perda de bens de uso pessoal e/ou profissional que evidenciam o dano.

A empresa não negara o extravio e o RIB é uma realidade nos autos.

E mais, cumpre consignar que é pacífico em nosso Tribunal o entendimento de que, em situações como a debatida nestes autos, o dano moral é presumido.

Neste sentido, observem-se o seguinte aresto:

Apelação cível. Transporte aéreo. Extravio temporário de bagagem. Dano moral.O extravio de bagagem, ainda que temporário, enseja o ressarcimento por dano material quando comprovados os gastos que o passageiro teve que arcar em razão do atraso na entrega de sua bagagem. Todavia, se os gastos já foram ressarcidos em outra ação proposta por outra passageira da mesma reserva, não há que se falar em indenização por danos materiais. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7003090-36.2022.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator (a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 28/04/2023. (TJ-RO - AC: 70030903620228220001, Relator: Des. Rowilson Teixeira, Data de Julgamento: 28/04/2023).

Tem-se observado no cotidiano que a fixação de indenizações módicas não tem servido à finalidade proposta, pois as empresas condenadas não adotaram melhores cautelas e controles para evitar a repetição dos fatos ofensivos, de modo que as fixações tem que sofrer uma majoração significativa para que a indenização exerça sua função punitivo-pedagógico com eficiência.

Sendo assim e levando-se em consideração a capacidade/condição econômica das partes, bem como os reflexos da conduta desidiosa da demandada (extravio de bagagem), tenho como justo o dano moral de molde a disciplinar a ré e a dar satisfação pecuniária à requerente. Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.

Ante o exposto, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9099/95, 4º, 6º e 14, da LF 8.078/90, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo(a) autor(a) para o fim de:
A) Condenar a requerida a restituir/reembolsar o importe de R$ 1.228,30 (um mil duzentos e vinte e oito reais e trinta centavos), por danos materiais corrigidos monetariamente (tabela oficial TJ/RO), acrescido de juros simples e legais de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação.
B) Condenar a mesma requerida no pagamento indenizatório de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título dos reconhecidos danos morais causados ao requerente, acrescido de correção monetária (tabela oficial TJ/RO) e juros legais, simples e moratórios, de 1% (um por cento) ao mês a partir da presente condenação (Súmula 362, STJ).
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) do valor (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015).
O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com a devida e tempestiva comprovação no processo, sob pena de ser considerado inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n.º 006/2015-PR-CG, incidindo a referida pena de inadimplência, prevista no artigo 523, §1º, CPC/2015.
Ocorrida a satisfação voluntária do quantum, expeça-se imediatamente alvará de levantamento em prol da parte credora, independentemente de prévia conclusão, devendo os autos serem arquivados ao final, observadas as cautelas, movimentações e registros de praxe.
Não ocorrendo o pagamento e havendo requerimento de execução sincrética pela parte credora, devidamente acompanhada de memória de cálculo (elaborada por advogado ou pelo cartório, conforme a parte possua ou não advogado), venham conclusos para possível penhora on-line de ofício (sistema SISBAJUD - Enunciado Cível FONAJE nº 147).
Caso contrário, arquive-se e aguarde-se eventual pedido de cumprimento de sentença.
Sem custas ou honorários advocatícios, ex vi lege.
INTIME-SE e CUMPRA-SE.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7046048-37.2022.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Direito de Imagem, Indenização por Dano Moral
Valor da causa: R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
Polo Ativo: OZIAS FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCIA TEIXEIRA DOS SANTOS, OAB nº RO6768
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de Cumprimento de sentença em que OZIAS FERREIRA DA SILVA demanda em face de ENERGISA RONDONIA-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
Considerando que houve bloqueio integral do débito e intimado o executado, não opôs embargos, considero a quitação do saldo devedor e JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO com fundamento no art. 52, da Lei n. 9.099/95 c/c art. 924, II, CPC.
Custas finais nos termos da sentença ou acórdão.
Considerando a preclusão lógica, o feito transita em julgado nesta data.
Desde já determino o levantamento dos valores em benefício da parte credora, cujo alvará eletrônico expeço neste ato, devendo a parte exequente e/ou seu patrono efetuar o levantamento no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar desta data. Decorrido o prazo do alvará sem levantamento dos valores, transfira-o para a conta Centralizadora.
Com o levantamento dos valores, a conta judicial vinculada a este processo deverá restar zerada.
Nada mais havendo, arquivem-se os autos, observadas as cautelas, movimentações e registros de praxe.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
SERVE O PRESENTE COMO ALVARÁ JUDICIAL e/ou OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA
Conta de Origem: Banco CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Agência: 2848, Operação 040, Conta Judicial vinculada a este processo.
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 6.649,59 OZIAS FERREIRA DA SILVA 20451172272 1821506 - 3 Sim Direto na agência
ADVERTÊNCIAS: Em razão do novo sistema de alvará eletrônico a transferência e/ou saque dar-se-ão exclusivamente de forma eletrônica, conforme os registros enviados pelo sistema de integração bancária neste momento.
Na hipótese de transferência para conta pertencente à instituição bancária diversa da Caixa Econômica Federal será descontado o valor do TED/DOC do valor depositado. O sistema não permite a utilização de Pix para transferência.

Tendo o beneficiário prestado informações incorretas ou estando a conta bancária de destino inoperante o valor será devolvido (estornado) para a conta judicial e o valor do TED/DOC será cobrado da mesma forma. Acrescenta-se que será cobrada taxa NOVAMENTE em situação de novo TED/DOC.
Havendo indicação de conta bancária de titularidade da parte credora nos autos, o levantamento de valores se dará, preferencialmente, por ofício de transferência eletrônico. Do contrário, a parte deverá comparecer na Agência da CEF para levantamento dos valores.
Não há necessidade de solicitar número da conta judicial para saque, caso esta não tenha sido informada nos autos, tendo em vista que a conta judicial fica vinculada ao número do processo.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7012229-75.2023.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Duplicata
Valor da causa: R$ 3.724,16 (três mil, setecentos e vinte e quatro reais e dezesseis centavos).
Polo Ativo: JOSE EDUARDO BARBOSA BARROS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GIDALTE DE PAULA DIAS, OAB nº PR56511
Polo Passivo: QUELEN CRISTIANE PEREIRA MAGALHAES
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
Trata-se de ação de Execução de Título Extrajudicial em que JOSE EDUARDO BARBOSA BARROS demanda em face de QUELEN CRISTIANE PEREIRA MAGALHAES.
Consta nos autos a regular citação da parte adversária.
A parte executada requereu penhora online na modalidade TEIMOSINHA em contas e aplicações financeiras da parte executada e apresentou planilha de débito atualizada.
Vieram os autos conclusos.
Pois bem.
1 - Defiro o pedido de penhora online, na modalidade reiterada (Teimosinha) pelo período máximo permitido pelo sistema SISBAJUD.
2 - Nesta data protocolei no sistema SISBAJUD o bloqueio de valores em contas bancárias e aplicações financeiras da parte devedora, cuja minuta poderá ser localizada pelo número do processo.
3 - A CPE aguarde o prazo de 20 (vinte) dias, prazo para retorno da resposta no sistema SISBAJUD.
4 - Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos para juntada do relatório e espelhos de resposta da ordem de bloqueio, o processo deverá ser enviado para a pasta: "(JEC) Decisão - Juds.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO, CARTA ou OFÍCIO.
Ficam as partes intimadas desta, automaticamente por meio do DJe, caso possuam patrono constituído nos autos.
Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7043878-58.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Tarifas
Valor da causa: R$ 14.104,87 (quatorze mil, cento e quatro reais e oitenta e sete centavos).
Polo Ativo: ARY PEREIRA PONTES
ADVOGADO DO AUTOR: MILENE DOS SANTOS MONTEIRO, OAB nº RO12039
Polo Passivo: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
DECISÃO
Vistos,
Trata-se de ação de Procedimento do Juizado Especial Cível em que ARY PEREIRA PONTES demanda em face de BANCO DO BRASIL SA.
Pretende, a parte autora em tutela antecipada, a imediata suspensão dos descontos referentes ao pacote denominado "tarifas pacote de serviços" na conta corrente do autor, os quais, argumenta que estão sendo descontados desde o ano de 2018.
Contudo, analisando os fatos e os documentos apresentados, verifico que não é possível a concessão da tutela reclamada, uma vez que não restou comprovado, neste juízo de prelibação, o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação em caso de entrega do provimento judicial somente ao final da demanda.
O valor descontado não representa risco de dano irreparável ou de difícil reparação (R$ 52,00), podendo ser suportado até o final do processo e após a análise do conjunto probatório.
Sendo assim, e restando evidente que o demandante já suporta o desconto em conta corrente, sem comprovar efetivamente o comprometimento de seu orçamento doméstico, não tenho como preenchidos os requisitos mínimos para concessão da medida postulada, impondo-se o regular trâmite da ação como melhor medida ao caso concreto.

Inexiste perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, posto que, em sendo julgada procedente a demanda, a parte autora terá a restituição de eventuais valores descontados indevidamente, com as devidas compensações e consectários legais, além de indenização, caso reconhecida a ocorrência de dano moral.
A instrução processual permitirá a melhor análise dos fatos e relação jurídica havida entre os litigantes, valendo ressaltar que a requerente deverá instruir os autos com todos os débitos efetuados em conta corrente, que possui (extrato bancário).
POSTO ISSO, com fulcro no art. 6o, da LF 9.099/95, e considerando o rito específico e a natureza conciliatória dos Juizados Especiais, NÃO CONCEDO A TUTELA ANTECIPADA reclamada, devendo o feito prosseguir em seus ulteriores termos.
No mais, considerando a previsão legal contida no artigo 22, §2º da Lei 9.099/95, que veio a admitir a prática de atos processuais por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real no âmbito das pequenas causas:
a) Defiro a manutenção da audiência de conciliação a ser realizada pela CEJUSC, cuja data foi designada automaticamente via sistema quando da distribuição do processo. A audiência de conciliação poderá se realizar de maneira híbrida, ou seja, tanto por videoconferência, quanto presencialmente, caso as partes e eventuais procuradores não disponham de meio tecnológico para tanto.
b) Cite-se a parte requerida para apresentar a contestação e demais provas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados da data de realização da audiência de conciliação, independente de nova intimação; bem como intime-a para indicar o número de seu telefone ou e-mail nos autos, em até 05 (cinco) dias antes da realização da audiência, ou informar se pretende participar da solenidade de modo presencial, sob pena de possível decretação de revelia. Fica a parte requerida ADVERTIDA que sua participação na audiência de conciliação é obrigatória, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra (art. 23, Lei n. 9.099/95), reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial.
c) Intime-se a parte autora, por intermédio de seu advogado constituído nos autos (se houver); ou não havendo, por meio de: e-mail, carta ou mandado, nessa respectiva ordem de preferência para, igualmente, tomar ciência da audiência acima agendada (art. 21, Lei n. 9.099/95). Fica a parte autora ADVERTIDA que seu comparecimento na audiência de conciliação é obrigatório, sob pena de extinção e arquivamento do feito, além de sua condenação no pagamento de custas processuais (art. 51, I da Lei n. 9.099/95).
d) Na hipótese da ação ser fundada em relação de consumo, desde já aplico a inversão do ônus da prova prevista no Código de Defesa do Consumidor (CDC).
PARA USO DA CPE:
Havendo convênio de cooperação técnica com o TJRO, deverá a CPE utilizar preferencialmente o sistema PJE para envio da correspondência - tanto nos processos normais, quanto nos processos 100% digitais, exceto nas decisões proferidas em plantão judicial. Citações e/ou intimações por WhatsApp podem ser realizadas por Oficial(a) de Justiça, nos termos do Ato Conjunto n. 26/2022.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7043586-73.2023.8.22.0001
AUTOR: MARCOS OLIVEIRA TEIXEIRA
Advogado do(a) AUTOR: FLAVIANA LETICIA RAMOS MOREIRA - RO0004867A
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7004663-75.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Dever de Informação
Valor da causa: R$ 13.000,00 (treze mil reais).
Polo Ativo: CALMON VIANA TABOSA NETO
ADVOGADOS DO AUTOR: ANNA LUIZA SOARES DINIZ DOS SANTOS, OAB nº RO5841A, WALTER GUSTAVO DA SILVA LEMOS, OAB nº RO655A
Polo Passivo: SAGA AMAZONIA COMERCIO DE VEICULOS
ADVOGADOS DO REU: MAGDA ZACARIAS DE MATOS, OAB nº SP8004, RUY AUGUSTUS ROCHA, OAB nº GO21476

SENTENÇA
Vistos,
Dispensado o relatório nos termos do artigo 38 da Lei nº 9.099/95, passo ao resumo dos fatos relevantes.
Trata-se de pedido de indenização por danos morais sofridos em decorrência de divergência nas características do veículo adquirido por meio de contrato de financiamento realizado entre o requerente e a empresa requerida.
O requerente sustenta que efetuou a compra no dia 09/12/2021 de um veículo modelo Creta, marca Hyndai no valor de R$ 100.000,00, instante em que realizou como entrada o pagamento do valor de R$ 50.000,00, vindo a ser informado que o automóvel chegaria dentro do prazo de 20 dias.
Ato contínuo, menciona que decorrido o prazo de 40 dias, descobriu que a compra de seu carro havia sido cancelada, vindo a aceitar o veículo modelo T-Cross na quantia de R$ 104.000,00.
Assim sendo, diante de todo estresse passado e ainda o prejuízo no valor de mais de R$ 4.000,00 que não estavam nos planos de suas economias, requer a condenação da empresa requerida ao pagamento de R$ 13.000,00 a título de danos morais.
A requerida diz a empresa fabricante/montadora do automóvel (Hyndai) estava com baixa produção, devido a falha de insumos motivada pela crise da Covid 19, e que diante disso, a fim de atender os anseios do autor em menor lapso de tempo possível, a requerida ofertou o veículo VW T-Cross, já que o mesmo constava no estoque da concessionária e sua entrega seria rápida. Narra também, que o banco VW aprovou o financiamento nos mesmos termos anteriormente contratados, não havendo nenhum valor a maior.
Por fim, acrescenta que a cifra a maior de R$ 4.721,10, referiu-se a taxa de financiamento (SPF, GAP, Franquia e AP), qual a parte requerida não possui controle.
Decido.
Consta que o veículo adquirido pelo requerente no preço de R$ 100.000,00, conforme orçamento de Id nº 87880341, possuiu como entrada a quantia de R$ 50.000,00, vindo o constar como “VALOR TOTAL A SER FINANCIADO: R$ 57.748,06”, ao passo que a Nota Fiscal referente ao veículo T-Cross possui como “VALOR TOTAL DA NOTA: 100.000,00”.
Em análise aos documentos juntados pela requerida, nota-se que os acréscimos que o autor alega que fugiu do contratado anteriormente, referiu-se a IPVA e demais taxas, bem como ao adereço denominado multimídia, consoantes notas nos Ids nº 87880342 e 87880340.
Assim, apesar das alegações autorais, o valor do financiamento foi o mesmo contratado pelo autor.
O Código de Processo Civil no art. 373, I, expressamente diz que cabe ao autor provar os fatos constitutivos do seu direito, de modo que o pedido de indenização por danos morais, para ser acolhido, deveria vir acompanhado de provas que indicasse sofrimento psíquico do autor ou abalo à sua honra. É preciso ter presente que a presunção do dano moral deve decorrer de circunstâncias concretas do caso capaz de causar significativa violação a direito extrapatrimonial.
Os fatos narrados e os documentos apresentados não evidenciam dano extrapatrimonial ao autor. Em que pese a divergência de características do veículo, nota-se que o valor financiado não sofreu alteração, conforme já pontuado.
Desse modo, a situação descrita na inicial não se assemelha nem mesmo ao aborrecimento posto que o autor não aponta nenhum fato concreto a gerar tal dano, desgaste, perturbação ou qualquer outro inconveniente pela estranha prática adotada pela requerida Saga.
Neste sentido:
CONSUMIDOR. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DANO MORAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.
Nas ações que possuem por objeto relações de consumo, o ônus da prova pode ser invertido, não obstante isso, cabe ao autor demonstrar minimamente os fatos constitutivos de seu direito bem como a conduta ilícita da parte contrária.
Inexistindo a comprovação do direito constitutivo da parte autora, deve ser mantida a sentença de improcedência. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7031349-12.2020.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 02/12/2022
A divergência de características do veículo, por si só, não evidencia qualquer prejuízo suportado pelo requerente que tenha maculado sua imagem, seu psicológico ou direito de personalidade (nome, honra e intimidade), não havendo razão para a procedência de seu pedido indenizatório.
Assim, tendo bem em mente todo o argumentado acima, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL.
DECLARO EXTINTO O PROCESSO com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.
Sem custas e honorários, haja vista tratar-se de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei n. 9.099/95.
Fica a parte vencida ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05, sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10%, nos termos dos arts. 52, caput, Lei n. 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015).
Enunciado Cível FOJUR nº 05: “Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado”.
O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado junto ao banco Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com a devida e tempestiva comprovação no processo, sob pena de ser considerado inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n.º 006/2015-PR-CG, incidindo a referida pena de inadimplência, prevista no artigo 523, §1º, CPC/2015.
Ocorrida a satisfação voluntária do quantum, expeça-se imediatamente alvará de levantamento em prol da parte credora, independentemente de prévia conclusão, devendo os autos serem arquivados ao final, observadas as cautelas, movimentações e registros de praxe.
Expedido alvará de levantamento e não sendo realizado o levantamento dos valores em conta judicial vinculado a estes autos no prazo do alvará, fica desde logo determinado e autorizado o procedimento padrão de transferência de valores para a Conta Centralizada do TJRO, devendo a conta judicial restar zerada.
Não ocorrendo o pagamento e apresentado requerimento em termos de prosseguimento na fase de cumprimento de sentença, modifique-se a classe e venham os autos conclusos para possível penhora online de ofício (sistema SISBAJUD - Enunciado Cível FONAJE nº 147), desde que, apresentados os cálculos pelo exequente.
Com o trânsito em julgado, nada sendo requerido em até 15 dias, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1) A parte que não concordar com o teor desta sentença poderá, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que tomar ciência nos autos, para ofertar Recurso Inominado e suas respectivas razões, nos moldes do art. 42, caput, da Lei 9.099/95;
2) O preparo deverá ser feito, independente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição do recurso, sob pena de deserção;
3) O pedido de gratuidade judiciária, feito nos moldes rigorosos da Lei, dispensa o preparo, podendo o Juízo, de qualquer modo, exigir prova da hipossuficiência financeira.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7021079-21.2023.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Duplicata
Valor da causa: R$ 1.877,00 (mil e oitocentos e setenta e sete reais).
Polo Ativo: JOSE EDUARDO BARBOSA BARROS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GIDALTE DE PAULA DIAS, OAB nº PR56511
Polo Passivo: LENIR BARBOSA DE SOUZA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
Trata-se de ação de Execução de Título Extrajudicial em que JOSE EDUARDO BARBOSA BARROS demanda em face de LENIR BARBOSA DE SOUZA.
Consta nos autos a regular citação da parte adversária.
A parte executada requereu penhora online na modalidade TEIMOSINHA em contas e aplicações financeiras da parte executada e apresentou planilha de débito atualizada.
Vieram os autos conclusos.
Pois bem.
1 - Defiro o pedido de penhora online, na modalidade reiterada (Teimosinha) pelo período máximo permitido pelo sistema SISBAJUD.
2 - Nesta data protocolei no sistema SISBAJUD o bloqueio de valores em contas bancárias e aplicações financeiras da parte devedora, cuja minuta poderá ser localizada pelo número do processo.
3 - A CPE aguarde o prazo de 20 (vinte) dias, prazo para retorno da resposta no sistema SISBAJUD.
4 - Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos para juntada do relatório e espelhos de resposta da ordem de bloqueio, o processo deverá ser enviado para a pasta: "(JEC) Decisão - Juds.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO, CARTA ou OFÍCIO.
Ficam as partes intimadas desta, automaticamente por meio do DJe, caso possuam patrono constituído nos autos.
Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7043039-33.2023.8.22.0001
AUTOR: ANTONIO GARCAO SOBRAL NETO
Advogado do(a) AUTOR: MAURO DIAS GOMES JUNIOR - RO0005524A
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7044126-24.2023.8.22.0001

REQUERENTE: RAIZA DA SILVA CARVALHO DE LIMA
Advogados do(a) REQUERENTE: MATHEUS HENRIQUE DE GOES OLIVEIRA - RO12044, TASSIA FERREIRA DE SOUZA - RO11705
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7043629-10.2023.8.22.0001
REQUERENTE: JULIANA CRISTINA SCHABATOSKI FERREIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANA CRISTINA SCHABATOSKI FERREIRA - RO10627
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
Finalidade: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA a regularizar a petição inicial (em razão de não ter sido identificada a petição inicial) no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7043069-68.2023.8.22.0001
AUTOR: FRANCISCO RONALDO DE SOUZA BENTO
Advogado do(a) AUTOR: BRENDA RODRIGUES DOS SANTOS - RO8648
REU: GOL LINHAS AÉREAS
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7043159-76.2023.8.22.0001
AUTOR: ANDRE DE AMORIM PESTANA
Advogado do(a) AUTOR: DIMAS VITOR MORET DO VALE - RO11488
REU: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7037793-56.2023.8.22.0001

REQUERENTE: NAZARENO GOMES BARBOSA
Advogado do(a) REQUERENTE: DAVI SOUZA BASTOS - RO6973
REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7027809-48.2023.8.22.0001
REQUERENTE: DANIEL FERREIRA BRAGA
Advogado do(a) REQUERENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
REQUERIDO: BANCO SAFRA S A
Intimação PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA
Finalidade: Intimação para audiência de conciliação por videoconferência
Esta publicação tem por finalidade intimar o(s) advogado(s) da(s) parte(s) acima identificado(s) para que participe(m) da audiência de conciliação a ser realizada por videoconferência (via WhatsApp), bem como assegure(m) que seu(s) constituinte(s) também compareça(m).
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA: 28/08/2023 08:30 (horário de Rondônia)
Caso ainda não o tenha(m) feito, fica(m) também intimado(s) a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o(s) contato(s) telefônico(s) indicado(s) para a realização da videoconferência (com o aplicativo WhatsApp), sob pena de o processo ser movimentado para deliberação judicial para providências quanto à extinção do processo (no caso de inércia da parte requerente) ou quanto à consideração de recusa do demandado à participação na audiência (art. 23 da Lei nº 9.099/95).
COMO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e horário marcados.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o aplicativo WhatsApp de seu celular ou no computador, a partir do link https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br. Se necessário, poderá ser utilizado o aplicativo Hangouts Meet (art. 7°, III, Prov. 018/2020-CG);
2. Estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário (art. 7°, V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar-lhe da audiência por videoconferência e orientá-la sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7°, II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação (art. 7°, IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir (art. 7°, VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
6. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado (art. 7°, X, Prov. 018/2020-CG);
7. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais (art. 7°, XI, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial (art. 7°, XII, Prov. 018/2020-CG);
9. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7°, XVIII, Prov. 018/2020-CG);
10. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual (art. 7º, XIX, Prov. 018/2020-CG);
11. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial (art. 7°, XIII, Prov. 018/2020-CG.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7°, I, Prov. 018/2020-CG);
2. A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil). (art. 7°, VIII, Prov. 018/2020-CG);

3. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada (art. 7°, XIV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada (art. 7°, XV, Prov. 018/2020-CG);
5. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca (art. 7°, XX, Prov. 018/2020-CG).
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - CEJUSC:
E-mail: cejusc_jecc@tjro.jus.br
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7037533-76.2023.8.22.0001
AUTOR: LEDAIANE MARTINS DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: BRENDA MORAES SANTOS - RO8933, LARISSA SILVA PONTE - RO8929
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7004409-05.2023.8.22.0001
AUTOR: GISELI AMARAL DE OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: JENNIFER FERNANDES DA SILVA - RO12803
REU: A F DA SILVA COMERCIO DE CARNES LTDA
Advogado do(a) REU: CLEILTON FERNANDES DE SOUZA - RO10359
Intimação PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA
Finalidade: Intimação para audiência de conciliação por videoconferência
Esta publicação tem por finalidade intimar o(s) advogado(s) da(s) parte(s) acima identificado(s) para que participe(m) da audiência de conciliação a ser realizada por videoconferência (via WhatsApp), bem como assegure(m) que seu(s) constituinte(s) também compareça(m).
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA: 28/08/2023 08:00 (horário de Rondônia)
Caso ainda não o tenha(m) feito, fica(m) também intimado(s) a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o(s) contato(s) telefônico(s) indicado(s) para a realização da videoconferência (com o aplicativo WhatsApp), sob pena de o processo ser movimentado para deliberação judicial para providências quanto à extinção do processo (no caso de inércia da parte requerente) ou quanto à consideração de recusa do demandado à participação na audiência (art. 23 da Lei nº 9.099/95).
COMO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e horário marcados.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o aplicativo WhatsApp de seu celular ou no computador, a partir do link https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br. Se necessário, poderá ser utilizado o aplicativo Hangouts Meet (art. 7°, III, Prov. 018/2020-CG);
2. Estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário (art. 7°, V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar-lhe da audiência por videoconferência e orientá-la sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7°, II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação (art. 7°, IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir (art. 7°, VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
6. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado (art. 7°, X, Prov. 018/2020-CG);
7. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais (art. 7°, XI, Prov. 018/2020-CG);

8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial (art. 7°, XII, Prov. 018/2020-CG);
9. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7°, XVIII, Prov. 018/2020-CG);
10. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual (art. 7º, XIX, Prov. 018/2020-CG);
11. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial (art. 7°, XIII, Prov. 018/2020-CG.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7°, I, Prov. 018/2020-CG);
2. A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil). (art. 7°, VIII, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada (art. 7°, XIV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada (art. 7°, XV, Prov. 018/2020-CG);
5. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca (art. 7°, XX, Prov. 018/2020-CG).
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - CEJUSC:
E-mail: cejusc_jecc@tjro.jus.br
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7029129-36.2023.8.22.0001
REQUERENTE: LUIS SERGIO ALVES DE VASCONCELOS
Advogados do(a) REQUERENTE: BRUNO GOES GOMES DE AGUIAR - RO10563, THIAGO DE ASSIS DA SILVA - SC35135
REQUERIDO: VAL COMERCIO, TREINAMENTOS E LOCACOES EIRELI
Intimação PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA
Finalidade: Intimação para audiência de conciliação por videoconferência
Esta publicação tem por finalidade intimar o(s) advogado(s) da(s) parte(s) acima identificado(s) para que participe(m) da audiência de conciliação a ser realizada por videoconferência (via WhatsApp), bem como assegure(m) que seu(s) constituinte(s) também compareça(m).
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA: 28/08/2023 10:00 (horário de Rondônia)
Caso ainda não o tenha(m) feito, fica(m) também intimado(s) a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o(s) contato(s) telefônico(s) indicado(s) para a realização da videoconferência (com o aplicativo WhatsApp), sob pena de o processo ser movimentado para deliberação judicial para providências quanto à extinção do processo (no caso de inércia da parte requerente) ou quanto à consideração de recusa do demandado à participação na audiência (art. 23 da Lei nº 9.099/95).
COMO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e horário marcados.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o aplicativo WhatsApp de seu celular ou no computador, a partir do link https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br. Se necessário, poderá ser utilizado o aplicativo Hangouts Meet (art. 7°, III, Prov. 018/2020-CG);
2. Estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário (art. 7°, V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar-lhe da audiência por videoconferência e orientá-la sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7°, II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação (art. 7°, IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir (art. 7°, VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);

6. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado (art. 7°, X, Prov. 018/2020-CG);
7. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais (art. 7°, XI, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial (art. 7°, XII, Prov. 018/2020-CG);
9. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7°, XVIII, Prov. 018/2020-CG);
10. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual (art. 7º, XIX, Prov. 018/2020-CG);
11. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial (art. 7°, XIII, Prov. 018/2020-CG.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7°, I, Prov. 018/2020-CG);
2. A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil). (art. 7°, VIII, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada (art. 7°, XIV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada (art. 7°, XV, Prov. 018/2020-CG);
5. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca (art. 7°, XX, Prov. 018/2020-CG).
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - CEJUSC:
E-mail: cejusc_jecc@tjro.jus.br
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7036673-75.2023.8.22.0001
AUTOR: TIAGO AFONSO SILVA ABATI
Advogado do(a) AUTOR: BRENDA ALMEIDA FAUSTINO - RO9906
REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7003255-49.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Atraso de vôo
Valor da causa: R$ 14.000,00 (quatorze mil reais).
Polo Ativo: JOAO HENRIQUE DE SOUZA LIMA
ADVOGADO DO AUTOR: ERICA SANTANA DA SILVA DE NEGREIROS, OAB nº RO11195
Polo Passivo: GOL LINHAS AÉREAS S.A
ADVOGADOS DO REU: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO
Trata-se, em verdade, de ação de indenização por danos morais em razão de atraso de 25 horas em relação ao horário programada para chegada ao destino final da viagem, havendo ainda pleito de indenização por dano moral em razão de extravio temporário de bagagem durante dois dias.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, dada a ausência de provas a serem produzidas e porque não reclamadas outras específicas, não se justificando designação de audiência de instrução ou dilação probatória.
A matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!

Por conseguinte, há que se aplicar os arts. 32 e 33, da LF 9.099/95, bem como 370 e 371, ambos do NCPC (LF 13.105/2015 – disposições compatíveis com o microssistema e com o rito sumaríssimo e especial dos Juizados Especiais).
Deste modo, operou-se a preclusão consumativa, devendo a matéria fática (defeito na qualidade do produto adquirido) ser comprovada no processo judicial, vingando o brocado: "o que não está nos autos, não está no mundo jurídico".
Não havendo qualquer arguição de preliminar ou prejudicial, passo à análise do mérito da demanda.
Trata-se de ação indenizatória por danos morais decorrentes de falha na prestação de serviço de transporte aéreo contratado, conforme fatos relatados na inicial e de acordo com a documentação apresentada.
De análise das argumentas das partes e dos documentos carreados nos autos, entendo que o pleito deve ser julgado totalmente improcedente.
Narra o autor que firmou contrato de transporte aéreo com a requerida para percorrer o trecho de Curitiba/PR a Porto Velho/RO em 13/12/2022 com chegada a Porto Velho às 03h15min do dia 14/12/2022, possuindo o trecho duas conexões, sendo a primeira de Guarulhos/SP a Manaus/AM (22h5min às 00h55min) e outra de Manaus a Porto Velho/RO (01h50min às 03h15min). Alega, no entanto, que não conseguiu embarcar na primeira conexão devido ao fato de que no trecho de Curitiba à Guarulhos houve atraso sem justificativa no momento do embarque, o que fez com que o requerente não chegasse a tempo de pegar o voo de Guarulhos a Manaus, atrasando, consequentemente, todo o restante do trajeto programado, motivo pelo qual teria chegado ao destino final (Porto Velho/RO) no dia 15/12/2022, às 04:29h, ou seja, com 25 horas de atraso.
O que consta é que, em que pese o autor ter chegado ao seu destino final com 25 (vinte e cinco) horas de atraso, o próprio consumidor afirma que a empresa ré ofereceu hospedagem e alimentação (ID 85989864), acomodando-o em outro voo, conforme disponibilidade posterior. Vale destacar ainda que não restou comprovado que o atraso ocorrido prejudicou algum compromisso do consumidor, não havendo informação de que a parte autora perdeu dia de trabalho, consulta médica inadiável ou similar.
No que tange à reclamação de extravio temporário de bagagem, uma vez que o autor teria recebido suas malas apenas no dia 17/12/2022, dois dias após sua chegada, denoto que o alegado extravio ocorreu em relação à cidade de destino final (Porto Velho/RO), a qual consiste justamente com a residência do consumidor, não sendo possível concluir que a parte autora permaneceu sem vestimentas por falta de peças. Em verdade, não há qualquer comprovação de prejuízo proveniente do extravio já comentado.
Assim sendo, em relação aos danos morais, também não os tenho como existentes ou ocorrentes no caso em julgamento.
Não vejo em que consistiu o abalo psicológico alegado pelos requerentes, não se podendo afirmar que a demora para chegada ou o extravio temporário de malas possa ter maculado algum atributo da personalidade (honra, imagem, autoestima, etc...), dada as relações mais complexas do cotidiano e porque não houve demonstração de que o atraso na chegada do destino final tenha influenciado negativamente o dia dos demandantes a ponto de lhes macularem seu emocional, já que, consta nos autos a presteza da requerida em lhes acomodar no próximo voo disponível.
Desta forma, não há definitivamente nada nos autos que comprove a qualquer fato danoso capaz de ofender os direitos constitucionais da personalidade, capazes de exigir a reparabilidade ou indenização a título de danos morais.
Não deve, data venia, a chamada "indústria do dano moral" vencer nos corredores do Judiciário, sob pena de se banalizar a ofensa à honra, atributo valiosíssimo da personalidade e, como tal, passível somente de abalos efetivamente demonstrados.
Aliado a isso, a Lei 14.034, de 5 de agosto de 2020, que dispõe a respeito de medidas emergenciais para a aviação civil brasileira acrescentou o art. 251-A na Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutico), o seguinte:
"Art. 251-A. A indenização por dano extrapatrimonial em decorrência de falha na execução do contrato de transporte fica condicionada à demonstração da efetiva ocorrência do prejuízo e de sua extensão pelo passageiro ou pelo expedidor ou destinatário de carga."
Desta feita, necessário a efetiva comprovação da ocorrência do prejuízo e de sua extensão pelo autor, o que não restou demonstrado nos autos.
Esta é medida que se impõe e que, de acordo com o bojo dos autos e com a verdade processual apurada, revela-se mais justa, nos exatos termos do art. 6º da Lei n. 9.099/95.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, nos termos dos arts. 38, caput, parágrafo único da LF 9.099/95 e 487, I, do CPC, resolvo o mérito e JULGO IMPROCEDENTES os pedidos iniciais formulados pelos autores, em detrimento da empresa requerida.
Sem custas e honorários, haja vista tratar-se de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei n. 9.099/95.
Com o trânsito em julgado, nada mais havendo, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1) A parte que não concordar com o teor desta sentença poderá, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que tomar ciência nos autos, para ofertar Recurso Inominado e suas respectivas razões, nos moldes do art. 42, caput, da Lei 9.099/95;
2) O preparo deverá ser feito, independente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição do recurso, sob pena de deserção;
3) O pedido de gratuidade judiciária, feito nos moldes rigorosos da Lei, dispensa o preparo, podendo o Juízo, de qualquer modo, exigir prova da hipossuficiência financeira.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7083507-73.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: MARGARETE PEREIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ROSILENE DE JESUS DOS REIS RODRIGUES, OAB nº RO10221
Polo Passivo: LATAM AIRLINES GROUP S/A, DECOLAR. COM LTDA.
ADVOGADOS DOS REU: FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR, OAB nº BA1179, FABIO RIVELLI, OAB nº BA34908, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A, PROCURADORIA DECOLAR.COM LTDA

SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da Lei (art.38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO
Trata-se de ação de indenização de reparação por danos materiais provenientes da aquisição de passagem aérea não utilizada no valor de R$ 1.029,00 à época e que agora estaria no valor de R$ 1.394,00, cumulada com indenizatória por danos morais decorrentes da inércia das empresas requeridas em reembolsar a referida quantia, conforme pedido inicial e documentos apresentados, sendo formulado ainda pedido de tutela de evidência para que as requeridas fossem condenadas ao pagamento de danos morais e materiais, sendo o pleito indeferido (ID 84759362).
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória da demandada para juntada de novos documentos.
A matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Por conseguinte, INDEFIRO eventual pedido de produção de outras provas, nos exatos termos do arts. 32 e 33, da LF 9.099/95, bem como 370 e 371, ambos do CPC (LF 13.105/2015 – disposições compatíveis com o microssistema e com o rito sumaríssimo e especial dos Juizados Especiais).
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e “maduro” para julgamento, deve promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Havendo arguições preliminares, passo ao estudo preambular antes de ingressar no mérito da causa.
Verifico que a preliminar de ilegitimidade passiva não pode vingar de plano, recomendando-se a análise do conjunto probatório para se concluir, ou não, sobre a eventual responsabilidade civil da parte requerida, estando a inicial formalmente em ordem, aplicando-se a teoria da asserção e tendo-se plenamente comprovada as condições da ação.
Destaco, neste ponto, que não há que se falar em conexão com a ação n° 0800683-56.2021.8.10.0117, uma vez que esta trata de suposta alteração de malha aérea de voo que partiria de Recife, possuindo ainda polo ativo completamente diverso do composto na presente ação
Pois bem!
O cerne da questão consiste na alegação de conduta negligente das empresas requeridas ao não efetivar a devolução de valores contratuais pagos, após solicitação de cancelamento de embarque e pedido de remarcação de passagens aéreas.
Aduz a parte autora que firmou, em 16/10/2021, contrato com as rés ao adquirir duas passagens aéreas para suas familiares através da empresa DECOLAR.COM para transporte aéreo a ser realizado no dia 10/11/2021, com embarque na cidade do Rio de Janeiro/RJ e destino a Porto Velho/RO. Afirma que no dia da viagem não foi possível realizar o embarque conforme pretendido, uma vez que uma das passageiras (menor impúbere) apresentava um forte resfriado, tendo a família optado por remarcar o embarque.
Ressalta que conseguiu remarcar apenas uma das passagens junto à empresa aérea responsável, enquanto o outro bilhete havia ficado sem uso, não conseguindo reaproveitá-lo. Sustenta que via telefone com a DECOLAR.COM no dia 01/12/21, mas que esta informou que a autora deveria tratar a demanda diretamente com a empresa área Latam, solicitando recolocação em outro voo, especialmente porque teria adquirido junto à requeridas seguro que cobria vários infortúnios de perda de passagens e remarcação (ID 84529871).
Narra ainda que após diversos contatos, tanto telefônicos, presenciais e através de e-mail, foi-lhe informado, em setembro de 2022, que o seu requerimento de remarcação havia sido encerrado, descobrindo posteriormente que o valor já havia sido reembolsado para a Decolar.com em 04/12/2021, tendo a requerida informado que a partir de 05/10/2022, iniciava-se um novo prazo de 365 dias para reembolsar à consumidora o valor recebido, condição que entende como abusiva.
Por toda a situação vivida, entende que não apenas merece a restituição da passagem não utilizada, mas também indenização por danos morais sofridos na quantia de R$ 6.000,00 de cada requerida pelo transtorno para reaver o valor investido.
A primeira requerida, Decolar.com, apresentou contestação alegando conexão com outro processo que supostamente trataria da mesma demanda, alegação que não se comprova por tratar de fatos diversos e diferente polo passivo.
A outra requerida, por sua vez, afirmou que realizou o reembolso da taxa de embarque da passagem na fatura da agência (R$ 35,30), salientando que fora descontada uma multa no valor de R$ 429,10 proveniente do cancelamento da compra.
Deste modo e em referido cenário e contexto, analisando todo o conjunto probatório encartado nos presentes autos, verifico que a razão está em parte com a requerente, posto que formulou pedido restituição de valores dentro do prazo legal, o que foi negado pelas requeridas, restando sem êxito a pretensão externada.
Irresignada por não conseguir remarcar a passagem para aproveitar o período de férias, conforme programado com sua família, bem como pelo longo decurso temporal desde a solicitação de remarcação, a autora requer a restituição dos valores pagos pelas passagens.
O contrato que firmou apólice de seguro que supostamente lhe daria direito ao reembolso total das passagens aéreas e sua remarcação apresenta, entre suas condições para o caso de cancelamento de voo, a documentação do beneficiário caso este seja cônjuge, companheiro ou filho do segurado, o que não se aplica ao presente caso, uma vez que a própria autora afirma tratar-se de sobrinha.
Demais disso, a autora apresentou documento constando a política de alterações e cancelamentos, constando explicitamente nesta que será cobrada multa de R$ 275,00 pela alteração de voo e R$ 310,00 caso o passageiro não se apresente. Não há, no entanto, qualquer prova crível nos autos que demonstre o comparecimento das passageiras no aeroporto no dia do embarque.
Assim sendo, diante da ausência de comprovação de comparecimento das passageiras no dia do embarque, entende-se como justo e proporcional a aplicação de multa no valor de R$ 310,00. Não só, tendo em vista que o valor pago foi de R$ 1.029,52 (ID 84529875), tenho que a restituição do valor total, descontada a multa que já havia sido comunicada pela empresa aérea, mostra-se justa.
Dessa forma, conforme verificado, a pretensão autoral deve prosperar em parte, uma vez que não ocorreu abusividade pela companhia aérea, tendo a empresa agido dentro do determinado em lei e contrato, as tarifas comercializadas pelas companhias são devidamente autorizadas pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, de modo ao solicitar o cancelamento da passagem aérea, a autora deparou com a cobrança de taxas e multas, que está prevista em contrato das empresas aéreas.
A mesma sorte, contudo, não ocorre com o pleito de indenização por danos morais, posto que não tenho como ocorrentes no caso concreto quaisquer fatos ofensivos à personalidade da demandante. Está claro que meros transtornos ou aborrecimentos, como o do caso em análise, não dão causa a dano moral, mormente quando o caso é de rescisão contratual.
Na seara do dano moral há que se perquirir sobre a gravidade da “lesão” que se alega ter sofrido, investigando-se, com isso, se o fato arguido encontra-se dentro do campo indenizável.
Com efeito, não é qualquer descumprimento contratual ou aborrecimento que encontra amparo na esfera da reparação civil do dano moral. Este, para ser indenizável, há que ser relevante, merecedor de reprovação pela via da sanção civil, ou em outras palavras, capaz de efetivamente abalar o patrimônio imaterial formado pela tutela constitucional da personalidade do indivíduo. A honra é atributo importantíssimo da personalidade, não podendo ser concebida como algo facilmente abalável por qualquer fato ou acontecimento.

Sendo assim, está claro que meros transtornos ou aborrecimentos, como os do caso em análise (não houve qualquer outro reflexo no cotidiano da requerente), não dão causa a dano moral.
Definitivamente, não vislumbro a ocorrência de danos extrapatrimoniais.
No processo civil, valem os princípios da verdade processual, da persuasão racional e do livre convencimento na análise da prova, que não permitem, in casu, a tutela e provimento judicial reclamado.
Esta é a decisão mais justa e equânime aplicável ao caso concreto (art. 6º, LF 9.099/95).
Ante o exposto, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pela parte autora, para o fim de:
Condenar as empresas requeridas SOLIDARIAMENTE a restituir/reembolsar o importe total de R$ 719,52 (setecentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos), corrigidos monetariamente (tabela oficial TJ/RO) desde a data do efetivo desembolso (data da compra das passagens aéreas), acrescido de juros simples e legais de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.
Sem custas e honorários, haja vista tratar-se de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei n. 9.099/95.
Intimem-se as partes acerca da presente sentença.
Certificado o trânsito em julgado da sentença, a fase de cumprimento se inicia na forma do art. 513 e seguintes do CPC.
Fica a parte vencida ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV da Lei n. 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR n. 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (art. 52, Lei n. 9.099/95, e art. 523, §1º, CPC/2015).
O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com a devida e tempestiva comprovação no processo, sob pena de ser considerado inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, incidindo a referida pena de inadimplência, prevista no artigo 523, §1º, CPC/2015.
Ocorrida a satisfação voluntária do quantum, expeça-se imediatamente alvará de levantamento em prol da parte credora, independentemente de prévia conclusão, devendo os autos serem arquivados ao final, observadas as cautelas, movimentações e registros de praxe.
Não ocorrendo o pagamento e havendo requerimento de execução sincrética pela parte credora, devidamente acompanhada de memória de cálculo (elaborada por advogado ou pelo cartório, conforme a parte possua ou não advogado), venham conclusos para possível penhora on line de ofício (sistema Sisbajud - Enunciado Cível FONAJE n. 147).
Caso contrário, arquive-se e aguarde-se eventual pedido de cumprimento de sentença.
Após trânsito em julgado, nada sendo solicitado pela parte autora em até 15 dias, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7068831-23.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: JHONATHA DIOGO SIQUEIRA CARRIEL
ADVOGADOS DO AUTOR: WELLINGTON DE FREITAS SANTOS, OAB nº RO7961, FABIO ROCHA CAIS, OAB nº RO8278
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO
Trata-se, em verdade, de ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos morais, decorrentes de “corte” abusivo de energia elétrica em razão da fatura paga, nos moldes do pedido inicial e dos documentos apresentados, havendo pleito de tutela antecipada para fins de imediato restabelecimento de energia elétrica e abstenção de restrição creditícia, sendo o pedido deferido (ID 81879150).
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, dada a ausência de provas a serem produzidas e porque não reclamadas outras específicas, não se justificando designação de audiência de instrução ou dilação probatória.
A matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Por conseguinte, há que se aplicar os arts. 32 e 33, da LF 9.099/95, bem como 370 e 371, ambos do NCPC (LF 13.105/2015 – disposições compatíveis com o microssistema e com o rito sumaríssimo e especial dos Juizados Especiais).
Deste modo, operou-se a preclusão consumativa, devendo a matéria fática (defeito na qualidade do produto adquirido) ser comprovada no processo judicial, vingando o brocado: “o que não está nos autos, não está no mundo jurídico”
Não havendo arguições preliminares, passo ao estudo do mérito da causa.
Pois bem!
O cerne da demanda reside basicamente na alegação de que houve falha na prestação do serviço, consistente na suspensão no fornecimento de energia elétrica na residência da parte autora, acarretando os danos extrapatrimoniais alegados.
O feito deve ser analisado à luz do Código de Defesa do Consumidor e aos princípios a ele inerentes, principalmente no que tange à relação contratual.

Narra a parte autora que no dia 14/09/2022, houve a suspensão no fornecimento de energia em sua residência sem justo motivo, uma vez que estava adimplente com suas faturas regulares de consumo. Ressaltou ainda que, ante a ausência de energia elétrica, precisou hospedar-se em hotel nos dias 14/09 e 15/09, juntando comprovantes de sua estadia no local (ID 81865500 e 81866551), fundamentando seus argumentos e requerendo, por este motivo, a restituição dos valores gastos com hospedagem.

A demandada argumentou genericamente que procedeu com o corte dos serviços na unidade consumidora do autor em razão do débito pretérito, não esclarecendo qual seria a fatura de consumo inadimplente, afirmando ainda que o autor foi notificado quanto à possibilidade de suspensão do fornecimento, mas não juntando provas de tal ato.

No entanto, a fatura não estava pendente de pagamento, conforme restou demonstrado pelo consumidor, que apresentou histórico de faturas onde não existia fatura pendente (ID 81865499). Não só, a própria requerida juntou histórico de contas na qual consta a informação de que a última fatura antes do corte foi paga no dia 12/09/2022, ou seja, dois dias antes do fato aqui reclamado (14/09/2022).

Para a configuração da responsabilidade civil é indispensável a ocorrência do dano, ou seja, a agressão a interesse juridicamente tutelado, patrimonial ou extrapatrimonial, de forma a sujeitar o infrator ao pagamento de uma compensação pecuniária à vítima.

O dano moral restou comprovado, devendo a respectiva responsabilidade indenizatória ser decretada. Os documentos apresentados comprovam a interrupção do fornecimento de energia elétrica no endereço apontado e comprovado, não vindo aos autos qualquer justificativa ou motivo plausível para a ausência de energia elétrica, o que causou embaraços e transtornos a parte autora.

Resta inquestionável que a ausência de energia elétrica em qualquer residência gera transtornos, aborrecimentos, agonia e sentimento de impotência, posto que causa a inoperância de diversos aparelhos eletro-eletrônicos e o consequente mal estar ao consumidor, que sofre com o calor de nossa região tropical e com a falta de comunicação e operacionalidade com o mundo moderno e cotidiano.

Portanto, havendo a suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora de titularidade da parte autor, caracterizado esta o danum in re ipsa, mormente quando se constata a essencialidade do serviço energia elétrica.

Entende-se pacificamente nos corredores jurídicos que os danos morais estão consubstanciados nos próprios fatos que causaram aborrecimentos e constrangimentos ao jurisdicionado. Trata-se de sensação e, portanto, direito subjetivo que se projeta de várias formas nas diferentes pessoas que compõem o meio social.

O dano moral está provado, valendo relembrar o seguinte entendimento:

“Neste ponto, a razão se coloca ao lado daqueles que entendem que o dano moral está ínsito na própria ofensa, decorre da gravidade do ilícito em si. Se a ofensa é grave e de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum. Assim, por exemplo, provada a perda de um filho, do cônjuge ou de outro ente querido, não há que se exigir a prova do sofrimento, porque isso decorre do próprio fato de acordo com as regras de experiência comum; Provado que a vítima teve seu nome aviltado ou sua imagem vilipendiada, nada mais ser-lhe-á exigido provar, por isso que o dano moral está in re ipsa; decorre inexoravelmente da gravidade do próprio fato ofensivo, de sorte que, provado o fato, provado está o dano moral” (Elias, Helena - O Dano Moral na Jurisprudência do STJ - pág. 99/100 - Rio de Janeiro - Editora Lumen Juris - 2004).

Na mensuração do quantum indenizatório, acompanho o seguinte entendimento da jurista e Magistrada Helena Elias (op.cit.):

“O princípio da exemplaridade foi recentemente adotado na jurisprudência do STJ. Luiz Roldão de Freitas Gomes defende, em sede doutrinária, a aplicação de tal princípio. Após afirmar que, ‘sob a égide da atual Carta Magna, a reparação dos danos morais é ampla e desprovida de limitações, que não sejam as decorrentes de sua causalidade’, anota que, com a expressa previsão constitucional, aquela reparação ganhou autonomia, ‘deixando de ter por fundamento exclusivamente a culpa, que inspirava uma de suas finalidades: servir de exemplaridade ao infrator. Em consulta ao dicionário Aurélio, encontra-se, para o verbete exemplaridade, o significado de ‘qualidade ou caráter de exemplar’. Exemplar, por seu turno, é aquilo ‘que serve ou pode servir de exemplo, de modelo’. O critério de exemplaridade parece estar apto a substituir o dano punição do ofensor na avaliação do dano moral, por oferecer a vantagem se amoldar, com maior grau de adequação e aceitabilidade, ao ordenamento jurídico pátrio, sem o inconveniente, apontado por Humberto Theodoro Júnior, de ensejar uma pena sem prévia cominação legal. Em recente acórdão, da relatoria do Min. Luiz Fux, o STJ adotou expressamente o princípio da exemplaridade, ao assentar que a ‘fixação dos danos morais deve obedecer aos critério da solidariedade e da exemplaridade, que implica na vaporação da proporcionalidade do quantum e na capacidade econômica do sucumbente”.

O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.

Sendo assim e levando-se em consideração a capacidade/condição econômica das partes, bem como os reflexos da conduta desidiosa da demandada (suspensão no fornecimento de energia elétrica e religação realizada após ordem judicial), tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), de molde a disciplinar a ré e a dar satisfação pecuniária à parte requerente, não se justificando a adoção do valor sugerido na inicial.

A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, de modo que o valor acima arbitrado está sintonizado com os princípios expostos assim como com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitando-se o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa “indústria do dano moral”.

É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, a imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas financeiras.

Esta é a decisão que mais justa emerge para o caso, dada a necessidade de se aplicar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade com cada ocorrência casuística.

POSTO ISSO, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos moldes dos arts. 6º, da Lei 9099/95, e 373, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado pela parte autora, para o fim de:

A) CONDENAR a requerida ENERGISA S/A, pessoa jurídica já qualificada, NO PAGAMENTO INDENIZATÓRIO de R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), a autora, à título dos reconhecidos danos morais causados ao requerente, acrescido de correção monetária (tabela oficial TJ/RO) e juros legais, simples e moratórios, de 1% (um por cento) ao mês, a partir da presente condenação (Súmula n. 362, Superior Tribunal de Justiça);

B) CONDENAR a requerida ENERGISA S/A à restituição dos valores gastos no estabelecimento de hospedagem no valor de R$ 140,00, à título de reparação material, acrescido de correção monetária (tabela oficial TJ/RO) e juros legais, simples e moratórios, de 1% (um por cento) ao mês, a partir do seu pagamento;

Confirmo os efeitos da tutela de ID 81879150.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015).
O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com a devida e tempestiva comprovação no processo, sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n.º 006/2015-PR-CG, incidindo a referida pena de inadimplência, prevista no artigo 523, §1º, CPC/2015.
Ocorrida a satisfação voluntária do quantum, expeça-se imediatamente alvará de levantamento em prol da parte credora, independentemente de prévia conclusão, devendo os autos serem arquivados ao final, observadas as cautelas, movimentações e registros de praxe. Não ocorrendo o pagamento e havendo requerimento de execução sincrética pela parte credora, devidamente acompanhada de memória de cálculo (elaborada por advogado ou pelo cartório, conforme a parte possua ou não advogado), venham conclusos para possível penhora on line de ofício (sistema BACENJUD - Enunciado Cível FONAJE nº 147).
Caso contrário, arquive-se e aguarde-se eventual pedido de cumprimento de sentença.
Sem custas ou honorários advocatícios, ex vi lege.
Intime-se e CUMPRA-SE.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1) A parte que não concordar com o teor desta sentença poderá, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que tomar ciência nos autos, para ofertar Recurso Inominado e suas respectivas razões, nos moldes do art. 42, caput, da Lei 9.099/95;
2) O preparo deverá ser feito, independente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição do recurso, sob pena de deserção;
3) O pedido de gratuidade judiciária, feito nos moldes rigorosos da Lei, dispensa o preparo, podendo o Juízo, de qualquer modo, exigir prova da hipossuficiência financeira;

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7049703-85.2020.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Nota Promissória
Valor da causa: R$ 421,90 (quatrocentos e vinte e um reais e noventa centavos).
Polo Ativo: FOGACA COMERCIO LTDA - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JOSE MARIA ALVES LEITE, OAB nº RO7691
Polo Passivo: FRANCUISSE ALVES DE LIMA
ADVOGADO DO EXECUTADO: RAPHAEL TAVARES COUTINHO, OAB nº RO9566
DECISÃO
Trata-se de ação de Execução de Título Extrajudicial em que FOGACA COMERCIO LTDA - ME demanda em face de FRANCUISSE ALVES DE LIMA.
Da análise dos autos, verifica-se que a parte autora afirmou que os valores bloqueados em suas contas bancárias seriam oriundos de soldos e salários de caráter alimentar. Em que pese tenha juntado comprovantes de transferências de empresa com CNPJ (ID 85714858), bem como suposta escala de prestação de serviços, sem qualquer autenticação da alegada empregadora (ID 85714859), faz-se necessário a juntada de documentos complementares para a comprovação de que os valores recebidos pela executada tratam, de fato, de verba alimentícia.
Diante disso, postergo a análise do pedido de ID 85714856 e determino que a parte autora emende sua inicial, no prazo de 15 (quine) dias, a fim de;
1) Apresentar documento de comprovação de vínculo empregatício ou de prestação eventual de serviço para com a empresa JSG CUIDADORES DE PESSOAS LTDA;
2) Apresentar comprovantes de gastos mensais que demonstrem que o bloqueio efetivamente impossibilita sua subsistência.
Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos para a pasta "(JEC) Decisão - Urgente)".
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7068414-70.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: MP SOUSA RECUPERADORA DE VEICULOS EIRELI
ADVOGADO DO AUTOR: IVANEIDE GIRAO DE LIMA, OAB nº RO5171
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA

SENTENÇA
Dispensado o relatório, nos termos do artigo 38 da Lei n. 9.099/95.
FUNDAMENTAÇÃO
Cuida-se de ação de declaração de inexistência de débito cumulada com obrigação de fazer e indenização por danos morais, ajuizada em razão de demora na religação do serviço de energia elétrica por débito pretérito à mudança do requerente para o imóvel. Foi formulado ainda pedido de tutela antecipada para que a requerida procedesse com o imediato fornecimento de energia elétrica no imóvel e realizasse a transferência de titularidade para o nome do autor a partir do início da vigência do contrato de locação, requerendo ainda que a empresa abstivesse de incluir seu nome no cadastro nacional de maus pagadores, sendo o pedido parcialmente deferido (ID 81906624)
A relação de direito material versa sobre relação de consumo, pois a requerida é fornecedora de serviços, nos termos do art. 3º do Código de Defesa do Consumidor, e, nessa condição, responde objetivamente pelos danos causados aos consumidores, em face do art. 14 do CDC, bastando ao consumidor a prova do fato e do nexo causal, dispensada a prova da culpa.
O serviço público oferecido pela requerida é pautado pelo princípio da continuidade (art. 22, CDC). Além disso, o fornecimento de energia elétrica é considerado serviço essencial (art. 10, I, Lei 7.783/89).
Dispõe o artigo 373, I, do CPC/2015, que à parte autora cabe a prova constitutiva do seu direito, correndo o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados. Por outro lado, à parte requerida cabe exibir, de modo concreto, coerente e seguro, os elementos que possam modificar, impedir ou extinguir o direito da parte autora (art. 373, II, do CPC/2015).
Pois bem!
Narra a parte autora que firmou contrato comercial de locação de imóvel não residencial localizado na Avenida José Vieira Caúla, n° 2663, Bairro Igarapé, CEP 76820-773, na cidade de Porto Velho/RO, durante o período de 36 meses, contados a partir de 05/09/2022 a 05/09/2025. Esclarece o autor que o antigo locador também desenvolvia o mesmo ramo de atividade (serviços de manutenção e recuperação veicular), sendo despejado por atraso nos aluguéis, além de não adimplir com as faturas em aberto junto à requerida.
Frisa ainda que vem solicitando junto à requerida não apenas a transferência de titularidade da unidade consumidora 21607-7, mas também o religamento da energia no imóvel, sendo os pedidos indeferidos ante a existência de débitos pretéritos no montante de R$ 29.498,05 (ID 81803854).
Em sua defesa, a requerida afirma que, conforme item 4.3.3 da NCC de troca de titularidade NRN/N° 99/2021, fica vedada a transferência de titularidade com isenção de débitos para os casos em que a distribuidora comprove a continuidade na exploração de atividade econômica por pessoa jurídica, sob a mesma ou outra razão social, firma ou nome individual, independente da classificação da unidade consumidora.
Em que pese as alegações da requerida acima transcritas, fato é que o autor juntou comprovante de locação do imóvel com data posterior aos débitos reclamados pela requerida, provenientes de recuperação de consumo do período entre 12/2020 a 04/2022 (ID 81803854), destacando-se inclusive que a unidade consumidora em questão encontrava-se em nome de pessoa física.
Não só, a requerida não comprovou que, apesar de ter sido mantido o mesmo ramo de atividades no imóvel, o débito anterior possuía qualquer relação com o novo inquilino, não sendo cabível que este tenha que arcar com débitos de terceiro. Verifica-se, inclusive, que o indeferimento se deu em virtude de débitos em imóvel comercial na vigência do cliente anterior, conforme documento assinado por representante da requerida acostado aos autos (ID 81803852).
A requerida sustenta ainda que caberia ao antigo locatário, quando da saída do imóvel, solicitar à concessionária o consumo final da energia elétrica, para que, em caso de transferência da unidade para terceiro, este tivesse a garantia de que não teria o serviço suspenso em razão de débito a ele pertencente ao titular anterior.
Todavia, segundo entendimento firmado no âmbito da jurisprudência do c. STJ, débitos decorrentes do fornecimento de energia elétrica constituem obrigação pessoal (propter personam), e não real (propter rem), pois não decorrem diretamente da existência em si do imóvel, não se vinculando à titularidade do bem, mas à vontade de receber o serviço, afigurando-se ilícita, portanto, a cobrança de dívidas contraídas por anteriores ocupantes ou proprietários do imóvel, uma vez que a responsabilidade pela contraprestação respectiva incumbe exclusivamente ao usuário/beneficiário dos serviços contratados." Acórdão 1250091, 07065533520198070018, Relator: GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA, Sétima Turma Cível, data de julgamento: 20/5/2020, publicado no DJE: 19/6/2020.
Portanto, é vedada à concessionária condicionar o fornecimento de energia elétrica ao pagamento dos débitos pretéritos, de outro consumidor. Referida postura configura prática abusiva e enseja a indenização por danos morais.
Cito jurisprudência deste e. Tribunal nesse sentido:
APELAÇÃO CÍVEL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. INDENIZATÓRIA. FORNECIMENTO DE ENERGIA. QUITAÇÃO DE DÉBITOS ANTERIORES VINCULADOS A TERCEIRO PARA RELIGAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. O débito relativo ao fornecimento de energia elétrica tem natureza pessoal e não está vinculada a titularidade do imóvel. (Precedentes do STJ). É vedada a concessionária condicionar o fornecimento de energia elétrica ao pagamento dos débitos pretéritos, de outro consumidor. A fixação do valor da indenização por danos morais deve ser feita observando-se os padrões da razoabilidade e da proporcionalidade, este pautado no grau da culpa, extensão e repercussão do dano. Respeitados tais requisitos, o pedido de minoração de valores deve ser afastado. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7005402-79.2022.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 26/04/2023.
O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e o conceito social das partes.
A indenização, assim, há de representar compensação razoável pelo sofrimento experimentado, cuja intensidade deve ser considerada para fixação do valor, aliada a outras circunstâncias peculiares de cada conflito de interesses, sem jamais constituir-se em fonte de enriquecimento sem causa para o ofendido, nem, tampouco, em valor ínfimo que o faça perder o caráter pedagógico-punitivo ao ofensor.
Nesse sentido, à vista dos parâmetros supramencionados, fixo a indenização no valor de R$ 5.000,00, pois se amolda aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
No que tange ao pedido de indenização por danos materiais em razão de lucros cessantes ante a negativa de religação e transferência de titularidade para o autor, denoto que, em que pese este alegar que a empresa já faturava cerca de R$ 10.000,00 semanais, não há qualquer comprovação do afirmado, não sendo possível mensurar a existência dos danos pleiteados, motivo pelo qual indefiro o pedido.
Por todo o exposto, com fulcro no art. 487, I do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial para:
a) CONDENAR a requerida REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A na obrigação de fazer, qual seja, a alteração da titularidade do relógio medidor para o nome do requerente.

b) CONDENAR a requerida REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A ao pagamento de indenização por danos morais a parte autora, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) com correção monetária pela tabela do TJRO (INPC) e juros simples de 1% ao mês, ambos a partir do seu arbitramento.
Confirmo a tutela antecipada concedida no ID 81906624, devendo a parte requerida comprovar, em 15 (quinze dias), o cumprimento desta, sob pena de multa já anteriormente firmada.
Sem custas e honorários, haja vista tratar-se de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei n. 9.099/95.
Intimem-se as partes acerca da presente sentença.
Certificado o trânsito em julgado da sentença, a fase de cumprimento se inicia na forma do art. 513 e seguintes do CPC.
Fica a parte vencida ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, Lei n. 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR n. 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (art. 52, Lei m. 9.099/95, e art. 523, §1º, CPC/2015).
O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com a devida e tempestiva comprovação no processo, sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, incidindo a referida pena de inadimplência, prevista no artigo 523, §1º, CPC/2015.
Ocorrida a satisfação voluntária do quantum, expeça-se imediatamente alvará de levantamento em prol da parte credora, independentemente de prévia conclusão, devendo os autos serem arquivados ao final, observadas as cautelas, movimentações e registros de praxe.
Não ocorrendo o pagamento e havendo requerimento de execução sincrética pela parte credora, devidamente acompanhada de memória de cálculo (elaborada por advogado ou pelo cartório, conforme a parte possua ou não advogado), venham conclusos para possível penhora on line de ofício (sistema Sisbajud - Enunciado Cível FONAJE n. 147).
Caso contrário, arquive-se e aguarde-se eventual pedido de cumprimento de sentença.
Após transito em julgado, nada sendo solicitado pela parte autora em até 15 dias, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1) A parte que não concordar com o teor desta sentença poderá, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que tomar ciência nos autos, para ofertar Recurso Inominado e suas respectivas razões, nos moldes do art. 42, caput, da Lei 9.099/95;
2) O preparo deverá ser feito, independente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição do recurso, sob pena de deserção;
3) O pedido de gratuidade judiciária, feito nos moldes rigorosos da Lei, dispensa o preparo, podendo o Juízo, de qualquer modo, exigir prova da hipossuficiência financeira;

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7003108-23.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Abatimento proporcional do preço
Valor da causa: R$ 18.035,46 (dezoito mil, trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos).
Polo Ativo: RENATO DA COSTA CAVALCANTE JUNIOR
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LAURO VINICIUS DANTAS GIL, OAB nº RO12788, MARCO AURELIO MOREIRA DE SOUZA, OAB nº RO10164
Polo Passivo: TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RAFAELA FONTOURA SANTOS, OAB nº BA70284, RENATA MALCON MARQUES, OAB nº BA24805
S E N T E N Ç A
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação de danos materiais cumulada com indenizatória por danos morais decorrentes da má prestação do serviço de transporte aéreo contratado, posto que houve o cancelamento/alteração unilateral do voo previamente pactuado, ocasionando transtornos e danos ofensivos à honra do(a) requerente, passíveis de serem indenizados, conforme pedido inicial e documentos apresentados.
Discorre o autor, que adquiriu junto a requerida passagem aérea de Barcelona/ES para a cidade de Belém/PA com embarque em 08/09/2022 às 15h e que chegando em Belém/PA pegaria voo para a cidade de Porto Velho/RO. Narra que seu voo foi alterado de forma unilateral pela requerida, vindo ser remarcado para o dia 09/09/2022 às 8h55min com chegada em Brasília, o que ensejou a perda do voo de Belém para Porto Velho.
Por fim, discorre que adquiriu nova passagem aérea de Brasília para Porto Velho pelo valor de R$ 3.035,46.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!

Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e "maduro" para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.

Em não havendo arguição de preliminar, passo à análise do mérito da causa.

Pois bem.

Aduz a parte autora que adquiriu bilhetes de passagens da companhia requerida para o transporte aéreo. Contudo, afirma que o voo foi cancelado/alterado unilateralmente pela ré, chegando ao seu local de destino com mais 18 horas de atraso, causando desse modo danos morais e materiais presumidos e indenizáveis.

A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, vez que a demandada é efetiva fornecedora de produtos (passagens aéreas) e prestadora de serviços (administração de venda de passagens aéreas, transporte aéreo, informes promocionais, etc...) e, como tal, deve se acautelar e responder plenamente por suas ações, não se aplicando o Código Brasileiro de Aeronáutica, conforme entendimento remansoso da jurisprudência pátria.

E, da análise dos documentos e argumentos apresentados, tenho que o pleito da parte requerente procede, restando evidenciada a falta de zelosa administração e execução do serviço prestado pela ré, assim como já decidido em inúmeros casos.

A parte autora adquiriu passagens aéreas da empresa demandada, confiando no cronograma, rapidez e na pontualidade da ré, de modo que viu-se frustrada e desamparada a partir do momento em que a requerida, de modo unilateral, desrespeitou os horários e itinerário contratado, realocando os passageiros em novo voo, gerando atraso considerável para chegada.

Deste modo, a alteração/cancelamento por ato unilateral da ré não deixa qualquer dúvida quanto à falta de zelo na prestação dos serviços a que se obrigara, valendo ressaltar que as empresas permissionárias ou concessionárias de serviço público têm obrigação de bem prestar o serviço contratado (art. 22, CDC), não representando a questão qualquer novidade nos corredores jurídicos.

Não vinga a tese da empresa aérea de que o voo fora cancelado em decorrência do tráfego aéreo/reorganização da malha aérea (suposto motivo de força maior), posto que não comprova o alegado, sequer juntando relatórios de tráfego e da torre de controle, ou até mesmo de relatório de bordo, deixando de cumprir o mister determinado pelo art. 373, II, CPC, e 4º e 6º, do CDC, fazendo vingar a afirmativa de cancelamento unilateral de voo regularmente programado e contratado.

Todas as ações da ré devem ser relatadas e documentadas, sob pena de se acolher como verdadeiros os argumentos do passageiro e consumidor, principalmente quando este apresenta prova correlata do direito vindicado.

A responsabilidade surge indiscutível, a julgar pela prova colhida e a exemplo do que ocorrera em outras tantas demandas ofertadas e julgadas, a requerida foi negligente, deixando de cumprir com o compromisso assumido de prestar serviço da forma regular, satisfatória e pontual, pelo que deve sucumbir, não tendo diligenciado na prova de causa impeditiva ou extintiva do direito alegado e comprovado pelo(a) autor(a) (art. 373, II, CPC).

Conta a demandada com o risco operacional e administrativo, devendo melhor se equipar e se preparar para receber e tutelar o consumidor, fornecendo informações precisas e corretas, a fim de evitar desencontros e maiores frustrações. Enquanto isto não ocorrer, deve o Judiciário tutelar a questão promovendo o equilíbrio de forças entre o grande (a ré) e o pequeno (o consumidor).

Nesse sentido, trago à colação o seguinte da E. Turma Recursal do Poder Judiciário do Estado de Rondônia:

"Transporte aéreo. Cancelamento de voo. Aeronave. Manutenção emergencial. Fortuito interno. Excludente de responsabilidade. Ausência. Falha na prestação do serviço. Dano moral. Valor. Caracteriza fortuito interno a necessidade de manutenção da aeronave, por isso não constitui causa de excludente de responsabilidade decorrente do cancelamento do voo, impondo-se reconhecer a falha na prestação de serviço e o dever de reparação pelo dano moral suportado com a demora, desconforto, aflição e transtornos suportados pelo passageiro. A fixação do valor indenizatório deve ser feita observando-se os padrões da razoabilidade e da proporcionalidade, este pautado no grau de culpa, extensão e repercussão dos danos. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7008870-70.2021.822.0007, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 08/05/2023 ";

A presunção do dano moral é absoluta, implicando em dizer que o referido dano está consubstanciado na sensação de impotência em não se poder viajar no dia e hora aprazados, não se podendo substituir a tempo e a contento (principalmente em rapidez) referido meio de transporte para se conseguir cumprir obrigações e compromissos agendados.

Sendo assim, levando-se em consideração que as condutas no setor de transporte aéreo tem se repetido, evidenciando a falta de maiores investimentos e de melhor trato ao consumidor, bem como em atenção à casuística revelada (atraso de 18 horas) e a condição econômica das partes, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum no patamar de R$ 3.000,00 (três mil reais), como forma de disciplinar a empresa demandada e a dar satisfação pecuniária à requerente, não se justificando o importe sugerido na inicial, dados os valores praticados/fixados por este juízo em casos similares ou idênticos, fixando o importe econômico proporcional ao tempo de espera/ atraso e de acordo com o local onde houve a quebra contratual (domicílio/ fora do domicílio) e os reflexos.

A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado do credor lesado, de modo que o valor acima arbitrado está sintonizado com os princípios expostos assim como com os princípios da proporcionalidade (indenização proporcional à extensão dos danos), da razoabilidade (o valor não é irrisório e nem abusivo/estratosférico) e da reparabilidade (compensação financeira dada a impossibilidade do restitutio in integrum), evitando-se o enriquecimento ilícito do(a) ofendido(a), sob pena de se estimular a não menos odiosa "indústria do dano moral".

É em razão de todo este cenário que tenho como suficiente o valor acima fixado e pertinente para fazer valer a teoria do desestímulo, segundo a qual, à imposição de indenização sensível inibe a disseminação ou repetição de lesão a outros consumidores pela prática desorganizada ou menos cautelosa das empresas fornecedoras de serviços públicos e/ou essenciais.

Por conseguinte, deve a empresa requerida restituir ao autor(a) a quantia de R$ 3.035,46 (três mil, trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos), equivalente às despesas decorrentes dos transtornos ocasionados pela alteração/cancelamento do voo, posto que os comprovantes de pagamento acostados evidenciam a titularidade do pleito indenizatório e o prejuízo financeiro sofrido pelo autor, guardando relação lógico-factual com a narrativa consubstanciada na exordial. Nesse sentido:

APELAÇÃO - TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL – ATRASO DE VOO - DANO MATERIAL - Pretensão da autora de que seja julgado procedente pedido de indenização por danos materiais, para que seja considerado o valor da diária de hotel perdida e do custo com alimentação durante a espera - Cabimento - Hipótese em que a autora apresentou o comprovante da reserva e as notas fiscais – Valores que devem ser ressarcidos - RECURSO PROVIDO NESTA PARTE. APELAÇÃO - TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL - ATRASO DE VÔO - DANO MORAL - Pretensão da autora de que seja julgado procedente pedido de indenização por dano moral - Cabimento parcial - Responsabilidade objetiva da empresa aérea (CDC, art. 14), a qual não se desincumbiu do ônus da prova que lhe cabia sobre a regularidade na prestação dos serviços oferecidos - Má prestação do serviço - Dano moral configurado - Atraso de mais de 16 horas

na chegada ao destino final e ausência de assistência material - Indenização fixada em R$8.000,00, valor que se mostra adequado para compensar os transtornos experimentados pela autora, além de compatível com o patamar adotado em outros casos análogos, já julgados por esta Colenda 13ª Câmara de Direito Privado - Valor de R$12.000,00 pretendido pela autora que se mostra excessivo - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO NESTA PARTE. (TJ-SP - AC: 10076530820208260011 SP 1007653-08.2020.8.26.0011, Relator: Ana de Lourdes Coutinho Silva da Fonseca, Data de Julgamento: 10/02/2021, 13ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 10/02/2021).
Esta, pois, é a decisão mais justa e equânime que se amolda ao caso concreto.
Ante o exposto, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e nos arts. 6º e 38, da LF 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pelo(a) autor(a) para o fim de:
A) Condenar a requerida no pagamento indenizatório de R$ 3.000,00 (três mil reais), à título dos reconhecidos danos morais, acrescido de correção monetária (tabela oficial TJ/RO) e juros legais, simples e moratórios, de 1% (um por cento) ao mês, a partir da presente condenação (súmula 362, STJ); e
B) Condenar a mesma requerida no pagamento reparatório de R$ 3.035,46 (três mil, trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos), à título dos reconhecidos danos materiais, corrigido monetariamente (tabela oficial TJ/RO) desde a data do ajuizamento da ação, devendo ser acrescidos juros legais, simples e moratórios, de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação válida.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015).
O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com a devida e tempestiva comprovação no processo, sob pena de ser considerado inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n.º 006/2015-PR-CG, incidindo a referida pena de inadimplência, prevista no artigo 523, §1º, CPC/2015.
Ocorrida a satisfação voluntária do quantum, expeça-se imediatamente alvará de levantamento em prol da parte credora, independentemente de prévia conclusão, devendo os autos serem arquivados ao final, observadas as cautelas, movimentações e registros de praxe. Não ocorrendo o pagamento e havendo requerimento de execução sincrética pela parte credora, devidamente acompanhada de memória de cálculo (elaborada por advogado ou pelo cartório, conforme a parte possua ou não advogado), venham conclusos para possível penhora on line de ofício (sistema SISBAJUD - Enunciado Cível FONAJE nº 147).
Expedido alvará de levantamento e não ocorrido o saque/transferência pela parte credora e dentro do prazo fixado, fica desde logo determinado e autorizado o procedimento padrão de transferência de valores para a Conta Centralizada do TJRO.
Caso contrário, arquive-se e aguarde-se eventual pedido de cumprimento de sentença.
Sem custas ou honorários advocatícios, ex vi lege.
INTIME-SE e CUMPRA-SE.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7086471-39.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Direito de Imagem, Obrigação de Fazer / Não Fazer
Valor da causa: R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Polo Ativo: PONTO TECNICO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES DE OBRAS EIRELI
ADVOGADO DO AUTOR: MARCELO PASCOAL NOGUEIRA, OAB nº RO8913
Polo Passivo: EUNICE ORIANI GRACIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
Trata-se de ação de Procedimento do Juizado Especial Cível em que PONTO TECNICO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES DE OBRAS EIRELI demanda em face de EUNICE ORIANI GRACIA.
INDEFIRO o pedido de pesquisa de endereço no SISBAJUD, infojud, renajud e assemelhados, tendo em vista que que essa providência compete à parte, mormente quando a citação e relação processual sequer restaram aperfeiçoadas.
Vale ainda salientar, por oportuno, que o sistema SISBAJUD é somente utilizado por este juízo para fins de penhora de valores e quando já expirado, no caso de títulos extrajudiciais, o prazo legal para pagamento ou indicação de bens.
Portanto, ao exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique novo endereço do executado, sob pena de extinção, nos exatos termos da Lei de Regência (art. 54,§4º, LF 9.099/95).
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito

ADVERTÊNCIAS:
1- Prazos processuais nesse Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se do dia seguinte à intimação, salvo contagem a partir da intimação pelo Diário da Justiça, que obedece regra própria.
2 - As partes deverão comunicar eventual alterações dos seus respectivos endereços, número de telefones e e-mails, sob pena de se considerar como válida e eficaz a intimação cumprida no endereço constante nos autos, mesmo que esta retorne negativa (art. 19, §2º Lei n. 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7065186-87.2022.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Contratos Bancários
Valor da causa: R$ 4.610,63 (quatro mil, seiscentos e dez reais e sessenta e três centavos).
Polo Ativo: FUNDO DE APOIO AO EMPREENDIMENTO POPULAR DE ARIQUEMES-FAEPAR
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FERNANDO MARTINS GONCALVES, OAB nº RO834, SERGIO GOMES DE OLIVEIRA, OAB nº RO5750A, ALLEN HANNA VIEIRA DE LIMA, OAB nº RO12531
Polo Passivo: EDU SOARES MADEIRA, ALESSANDRA NASCIMENTO RIBEIRO
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
Trata-se de ação de Execução de Título Extrajudicial em que FUNDO DE APOIO AO EMPREENDIMENTO POPULAR DE ARIQUEMES-FAEPAR demanda em face de EDU SOARES MADEIRA, ALESSANDRA NASCIMENTO RIBEIRO.
Verifico que o exequente não se manifestou em relação à citação frustrada do executado EDU SOARES MADEIRA.
Assim, intime-se o exequente para que, no prazo de 5 dias, informe novo endereço para citação do executado EDU SOARES MADEIRA, bem como se pretende a desistência em relação a esse executado, sob pena de arquivamento do feito.
Com manifestação retornem os autos conclusos para análise do pedido de penhora via SISBAJUD da executada.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1- Prazos processuais nesse Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se do dia seguinte à intimação, salvo contagem a partir da intimação pelo Diário da Justiça, que obedece regra própria.
2 - As partes deverão comunicar eventual alterações dos seus respectivos endereços, número de telefones e e-mails, sob pena de se considerar como válida e eficaz a intimação cumprida no endereço constante nos autos, mesmo que esta retorne negativa (art. 19, §2º Lei n. 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7042654-90.2020.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material
Valor da causa: R$ 10.742,66 (dez mil, setecentos e quarenta e dois reais e sessenta e seis centavos).
Polo Ativo: EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: ROBERTO BARBOSA SANTOS, OAB nº AC4703
Polo Passivo: ALINE DA SILVA INACIO AUGUSTO
ADVOGADO DO REU: VILMA ELISA MATOS NASCIMENTO, OAB nº MT15719
DESPACHO
Vistos,
Trata-se de ação de Cumprimento de sentença em que EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA demanda em face de ALINE DA SILVA INACIO AUGUSTO.
Em atenção ao pedido de penhora de veículo, efetivei buscas no sistema RENAJUD e localizei veículo em nome da parte executada, conforme espelho anexo.
Assim, defiro a penhora eletrônica, conforme espelhos que se seguem, adotando a tabela oficial FIPE para apurar o valor de avaliação do veículo encontrado pelo sistema online.
Por conseguinte, DETERMINO:
a) INTIME-SE a parte credora para indicar o local onde se encontra o veículo penhorado eletronicamente, a fim de possibilitar a expedição de mandado de penhora e avaliação. Referida manifestação deverá vir em 05 (cinco) dias, sob pena de configurar atentado à dignidade da Justiça (art. 52, Lei n. 9.099/95 e art. 774, V, CPC); e
b) INTIME-SE a parte credora para dizer, desde logo e dentro de idêntico prazo, se tem interesse no veículo penhorado, ou eventual leilão, sob pena de liberação do ônus judicial e prejuízo de aplicação de multas e penalidades à parte executada.
Com a informação constante do item “a”, expeça-se mandado de penhora e avaliação do bem restringido.

SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1- Prazos processuais nesse Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se do dia seguinte à intimação, salvo contagem a partir da intimação pelo Diário da Justiça, que obedece regra própria.
2 - As partes deverão comunicar eventual alterações dos seus respectivos endereços, número de telefones e e-mails, sob pena de se considerar como válida e eficaz a intimação cumprida no endereço constante nos autos, mesmo que esta retorne negativa (art. 19, §2º Lei n. 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7082390-47.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: SIRLENE JESUS DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: JORGE AVELINO LIMA DO AMARAL, OAB nº RO10555
Polo Passivo: TAM LINHAS AÉREAS S/A
ADVOGADOS DO REU: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA, OAB nº RO3434, FABIO RIVELLI, OAB nº BA34908, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da lei (art. 38 da LF 9.0479.071.772-0099/95).
FUNDAMENTAÇÃO
Trata-se, em verdade, de ação de restituição de valor cumulada com indenização por danos morais e materiais decorrentes da ausência de suporte por parte da requerida quando do translado do aeroporto de desembarque para o de embarque em conexão.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, dada a ausência de provas a serem produzidas e porque não reclamadas outras específicas, não se justificando designação de audiência de instrução ou dilação probatória.
A matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas!
Por conseguinte, há que se aplicar os arts. 32 e 33, da LF 9.099/95, bem como 370 e 371, ambos do NCPC (LF 13.105/2015 – disposições compatíveis com o microssistema e com o rito sumaríssimo e especial dos Juizados Especiais).
Deste modo, operou-se a preclusão consumativa, devendo a matéria fática (defeito na qualidade do produto adquirido) ser comprovada no processo judicial, vingando o brocado: “o que não está nos autos, não está no mundo jurídico”.
Não havendo qualquer arguição de preliminar ou prejudicial, passo à análise do mérito da demanda.
Pois bem!
Narra a parte autora que adquiriu duas passagens com a requerida para realizar viagem no dia 17/11/2022, com embarque previsto para 19:55h na cidade de Porto Velho e com conexão em São Paulo, no aeroporto de Guarulhos, havendo novo embarque às 06:50h no aeroporto de Congonhas, também em São Paulo, com chegada ao destino final em João Pessoa no dia 18/11/2022, aproximadamente às 12:15h.
Ressalta que foi-lhe informado, ao adquirir as passagens aéreas, que a companhia aérea iria realizar o translado dos passageiros entre os diferentes aeroportos de forma gratuita, mas que quando procurou a companhia para realizar a movimentação, teve a assistência negada pela requerida, tendo a autora que arcar com o transporte terrestre dela e de seu filho.
Afirmou, por fim, que ao chegar ao Aeroporto de Congonhas, às 02:20h, este encontrava-se fechado, sendo informado à consumidora que este abriria apenas às 06h para o início do check-in
A empresa requerida, em sua defesa, afirma que apesar de oferecer o transporte g479.071.772-0ratuito entre os aeroportos comentados, estes possuem horários específicos para embarque no ônibus, sendo esta informação fornecida a todos os passageiros quando da compra das passagens. Reforça que cabia à autora adquirir as passagens com um horário compatível com a cortesia que a empresa oferece, não podendo esta ser responsabilizada por culpa exclusiva da consumidora, aplicando o mesmo argumento em relação ao horário de abertura do aeroporto de Congonhas.
No mérito, trata-se de ação de responsabilidade civil. Contudo, razão não assiste a autora.
Isto porque se verifica que a informação quanto à necessidade de mudança de aeroporto se encontra devidamente prestada no próprio bilhete da passagem, este apresentado pela autora ao ID 84315770.
Neste particular, verifica-se que consta nas ditas passagens a informação de necessidade de mudança de aeroporto, bem como a espera de 06:30h no aeroporto de Congonhas, o que permite concluir que o referido trecho deverá ser feito por via terrestre, às expensas do consumidor, uma vez que, frise-se, não houve contrato celebrado entre as partes para o trecho em questão.
Não obstante, em que pese não haver obrigação da ré em oferecer transporte de um aeroporto para outro, eis que não contratado, frise-se, a mesma oferece traslado de ônibus de forma gratuita aos seus passageiros. Vale destacar que no documento referente ao serviço de ônibus gratuito juntado pela própria consumidora, resta evidente que o uso do serviço está sujeito a disponibilidade, devendo o autor apresentar-se em um dos pontos de embarque com antecedência em relação aos horários de partida, os quais podem ser acessados facilmente através de hiperlink. O mesmo argumento aplica-se ao horário de abertura do aeroporto de Congonhas, cabendo à consumidora conferir o método de funcionamento e não podendo a empresa aérea ser responsabilizada por erro e negligência exclusiva da autora.
Por todo o exposto, não há dano a ser indenizado, eis que a ré prestou toda a informação necessária, de forma clara e em destaque, bem como colocou à disposição do autor traslado gratuito.

Nesse sentido:
Apelação. Ação indenizatória. Relação de Consumo. Sentença sob a égide do CPC/73. Compra de bilhete de passagem aérea. Alegação de ausência de informação quanto ao translado seria feito por via terrestre (ônibus) conexão em São Paulo (Congonhas - Guarulhos). Consumidor que opta pela utilização de táxi. Inexistência de bilhete aéreo no trecho Congonhas-Guarulhos. Sentença de improcedência. Inconformismo do autor, repisando o teor do aclaratórios, requerendo a reforma integral da sentença que seja reconhecido o dano moral e material suportado, transferindo para a ré o ônus probatório e por patente violação ao DIREITO de Informação, previsto no ART. 6º, III, DO CDC. Circunstância fática que se amolda à excludente de responsabilidade, artigo 14, § 3º II do CDC. Embarque em transporte de cortesia que não ocorreu por culpa exclusiva do consumidor. Não prospera o argumento do autor quanto à alegada falha no dever de informação, eis que o bilhete de passagem indica a necessidade de troca de aeroporto; sendo tal ponderado pelo juiz sentenciante. Informações referentes ao traslado por meio de ônibus entre os aeroportos de Congonhas e Garulhos são disponibilizadas por meio de sítio eletrônico da ré em que, também, é realizada a reserva dos bilhetes; tratando-se de serviço de cortesia, sendo advertido ao consumidor de que o tempo de conexão é de aproximadamente três horas; constando, ainda, os horários e pontos de embarque (indexador 89, fls. 92/93). No ponto inversão do ônus probatório, melhor sorte não socorre ao autor. Primeiro porque pedido não restou formulado na inicial, não havendo qualquer omissão neste ponto. Segundo porque a inversão do ônus em sentença ou grau recursal viola o Princípio da Não Surpresa, incidindo o verbete da Súmula 91 do TJERJ. Não caracterizada falha na prestação do serviço. Dever de informação observado. Dano moral não configurado. Súmula 330 do TJERJ. Sentença que não merece reparo. RECURSO DE APELAÇÃO A QUE SE CONHECE E SE NEGA PROVIMENTO.
(TJ-RJ - APL: 03416476920158190001 RIO DE JANEIRO CAPITAL 8 VARA CIVEL, Relator: NATACHA NASCIMENTO GOMES TOSTES GONÇALVES DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 28/07/2016, VIGÉSIMA SEXTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR, Data de Publicação: 01/08/2016)
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e no art. 6º e 38 da Lei 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, ISENTANDO POR COMPLETO a parte requerida da responsabilidade civil reclamada.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos moldes dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, NCPC (LF 13.105/2015), devendo o cartório, após o trânsito em julgado desta, promover o arquivamento definitivo dos autos.
Sem custas e honorários, haja vista tratar-se de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei n. 9.099/95.
Intimem-se as partes acerca da presente sentença.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1) A parte que não concordar com o teor desta sentença poderá, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que tomar ciência nos autos, para ofertar Recurso Inominado e suas respectivas razões, nos moldes do art. 42, caput, da Lei 9.099/95;
2) O preparo deverá ser feito, independente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição do recurso, sob pena de deserção;
3) O pedido de gratuidade judiciária, feito nos moldes rigorosos da Lei, dispensa o preparo, podendo o Juízo, de qualquer modo, exigir prova da hipossuficiência financeira.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7032633-84.2022.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Nota Promissória
Valor da causa: R$ 11.479,52 (onze mil, quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos).
Polo Ativo: CENTRO DE ENSINO MINEIRO LTDA - EPP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ROBSON VIEIRA LEBKUCHEN, OAB nº RO4545
Polo Passivo: SEBASTIAO JUSTINIANO DE MIRANDA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
Trata-se de ação de Execução de Título Extrajudicial em que CENTRO DE ENSINO MINEIRO LTDA - EPP demanda em face de SEBASTIAO JUSTINIANO DE MIRANDA.
Consta nos autos a regular citação da parte adversária.
A parte executada requereu penhora online na modalidade TEIMOSINHA em contas e aplicações financeiras da parte executada e apresentou planilha de débito atualizada.
Vieram os autos conclusos.
Pois bem.
1 - Defiro o pedido de penhora online, na modalidade reiterada (Teimosinha) pelo período máximo permitido pelo sistema SISBAJUD.
2 - Nesta data protocolei no sistema SISBAJUD o bloqueio de valores em contas bancárias e aplicações financeiras da parte devedora, cuja minuta poderá ser localizada pelo número do processo.
3 - A CPE aguarde o prazo de 20 (vinte) dias, prazo para retorno da resposta no sistema SISBAJUD.
4 - Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos para juntada do relatório e espelhos de resposta da ordem de bloqueio, o processo deverá ser enviado para a pasta: "(JEC) Decisão - Juds.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO, CARTA ou OFÍCIO.
Ficam as partes intimadas desta, automaticamente por meio do DJe, caso possuam patrono constituído nos autos.
Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7018047-47.2019.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Moral
Valor da causa: R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Polo Ativo: ANDERSON SILVEIRA DE SOUZA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ANDERSON MARCELINO DOS REIS, OAB nº RO6452, ELISANDRA NUNES DA SILVA, OAB nº RO5143
Polo Passivo: ODEBRECHT REALIZACOES IMOBILIARIAS S.A, BAIRRO NOVO PORTO VELHO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: PAULO BARROSO SERPA, OAB nº RO4923, GUSTAVO CLEMENTE VILELA, OAB nº SP220907
DESPACHO
Vistos,
Trata-se de ação de Cumprimento de sentença em que ANDERSON SILVEIRA DE SOUZA demanda em face de ODEBRECHT REALIZACOES IMOBILIARIAS S.A, BAIRRO NOVO PORTO VELHO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.
Após diligências junto ao sistema RENAJUD, não foram encontrados bens cadastrados no CNPJ da executada, restanto infrutífera a diligência, conforme espelhos anexos.
Portanto, intime-se o exequente para manifestar-se pelo prosseguimento da execução, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1- Prazos processuais nesse Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se do dia seguinte à intimação, salvo contagem a partir da intimação pelo Diário da Justiça, que obedece regra própria.
2 - As partes deverão comunicar eventual alterações dos seus respectivos endereços, número de telefones e e-mails, sob pena de se considerar como válida e eficaz a intimação cumprida no endereço constante nos autos, mesmo que esta retorne negativa (art. 19, §2º Lei n. 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7004318-46.2022.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Valor da causa: R$ 14.039,86 (quatorze mil, trinta e nove reais e oitenta e seis centavos).
Polo Ativo: ILDENER LAGO RODRIGUES
ADVOGADO DO REQUERENTE: IDALMA GABRYELY MARTINS SILVA DE SOUZA, OAB nº RO10321
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos,
Trata-se de ação de Cumprimento de sentença em que ILDENER LAGO RODRIGUES demanda em face de ENERGISA RONDONIA-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
INDEFIRO, por ora, o pedido de penhora on line formulado pelo credor, posto que acresce aos cálculos do crédito exequendo honorários de execução (10%), nos moldes do §1º, do art. 523, in fine, do CPC, o que não é permitido na seara e microssistema dos Juizados Especiais, ex vi dos arts. 54 e 55, da LF 9.099/95, que preveem as únicas despesas ocorrentes nos Juizados.
Até mesmo o Código de Processo assegura a primazia da referida Lei Especial (LJE), fazendo as ressalvas pertinentes nos arts. 318 e 1.046, §2º, NCPC (LF 13.105/2015).
Enfrentando a matéria e questão posta a discussão, assim entendeu o FONAJE– Fórum Nacional dos Juizados Especiais:
“A multa prevista no art. 523, § 1º, do CPC/2015 aplica-se aos Juizados Especiais Cíveis, ainda que o valor desta, somado ao da execução, ultrapasse o limite de alçada; a segunda parte do referido dispositivo não é aplicável, sendo, portanto, indevidos honorários advocatícios de dez por cento”(Enunciado nº 97).
Por conseguinte, deve o cartório intimar o exequente para, em 05 (cinco) dias e sob pena de arquivamento, retificar a memória de cálculo, excluindo os pretensos honorários.
Cumprida a diligência, retornem os autos conclusos para penhora on-line.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito

ADVERTÊNCIAS:
1- Prazos processuais nesse Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se do dia seguinte à intimação, salvo contagem a partir da intimação pelo Diário da Justiça, que obedece regra própria.
2 - As partes deverão comunicar eventual alterações dos seus respectivos endereços, número de telefones e e-mails, sob pena de se considerar como válida e eficaz a intimação cumprida no endereço constante nos autos, mesmo que esta retorne negativa (art. 19, §2º Lei n. 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7054217-13.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Indenização por Dano Moral
Valor da causa: R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Polo Ativo: CARMELITA PANTOJA ANJOS
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ANNA LUIZA SOARES DINIZ DOS SANTOS, OAB nº RO5841A, WALTER GUSTAVO DA SILVA LEMOS, OAB nº RO655A
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos,
Trata-se de ação de Procedimento do Juizado Especial Cível em que CARMELITA PANTOJA ANJOS demanda em face de ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar planilha atualizada de débito atualizado, incluindo a multa do art. 523 do CPC.
Apresentada a planilha, voltem para tentativa de penhora online via Sisbajud.
A CPE faça a conclusão na pasta decisão juds.
Intime-se. Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1- Prazos processuais nesse Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se do dia seguinte à intimação, salvo contagem a partir da intimação pelo Diário da Justiça, que obedece regra própria.
2 - As partes deverão comunicar eventual alterações dos seus respectivos endereços, número de telefones e e-mails, sob pena de se considerar como válida e eficaz a intimação cumprida no endereço constante nos autos, mesmo que esta retorne negativa (art. 19, §2º Lei n. 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7071772-43.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Indenização por Dano Material, Bancários
Valor da causa: R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).
Polo Ativo: CAROLINE MATOS MARTINS
ADVOGADOS DO AUTOR: RAIANY GOMES DA SILVA, OAB nº RO9024, FRANCIMEIRE DE SOUSA ARAUJO, OAB nº RO4846
Polo Passivo: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, BRADESCO
SENTENÇA
Vistos,
Dispensado o relatório nos termos do artigo 38 da Lei nº 9.099/95, passo ao resumo dos fatos relevantes.
Trata-se de Procedimento do Juizado Especial Cível em que CAROLINE MATOS MARTINS demanda em face de BANCO BRADESCO S.A..
Trata-se de ação de reparação por danos morais e materiais em razão de bloqueio indevido de valores.
Discorre a parte autora que no dia 01/09/2022 ao utilizar a operação bancária PIX de sua agência bancária Banco do Brasil, por equívoco enviou a quantia de R$ 40.000,00 para a conta bancária em nome da empresa CF da Silva Ltda junto ao Banco Bradesco.
Por fim, afirma que o representante legal da empresa que recebeu o Pix erroneamente, não se negou a devolver os valores, porém esclareceu que sua conta bancária havia débitos e que o depósito foi absorvido.

Disse, ainda, que o Banco do Brasil (remetente), negou-se a apresentar uma solução e o Banco Bradesco asseverou que somente poderia realizar o estorno caso recebesse documentação adequada no banco de origem. Requer a condenação da parte requerida ao pagamento de danos materiais no importe de R$ 40.000,00 e danos morais em R$ 8.000,00.

A parte requerida, por sua vez, mencionou que a parte autora não comprovou suas alegações e que para utilização da chave Pix é necessário o preenchimento de informações e que não deu causa ao dano reclamado.

Decido.

Cinge-se a controvérsia a respeito da responsabilização da Instituição Financeira ré em restituir à parte autora a quantia referente a transferência bancária realizado por engano, em conta errada.

É cediço que a responsabilidade civil pode ser definida como fez o nosso legislador: "a obrigação de reparar o dano imposta a todo aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186).

Deste conceito, exsurgem os requisitos essenciais da reparação civil, quais sejam: a) a verificação de uma conduta antijurídica, dolosa ou culposa; b) a existência de um dano, seja este de ordem material ou imaterial, de natureza patrimonial ou não-patrimonial; e c) o estabelecimento de um nexo de causalidade entre uma e outro.

Sabe-se, também, que o Código de Defesa do Consumidor adotou a teoria monista - ao contrário do Código Civil (teoria dualista) -, unificando a responsabilidade civil. Com isso, segundo o CDC, não há distinção entre a responsabilidade civil contratual e extracontratual.

A Lei Consumerista consagrou, como regra, a responsabilidade objetiva e solidária dos fornecedores de produtos e prestadores de serviços, frente aos consumidores, visando a facilitar a tutela dos direitos destes, em prol da reparação integral dos danos, constituindo um aspecto material do acesso à justiça (TARTUCE, Flávio; e NEVES, Neves. Manual de direito do consumidor: direito material e processual. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017).

Assim, comumente, o fornecedor será responsável perante o consumidor, mas não em qualquer circunstância, pois, embora aquela seja objetiva, circunstâncias excludentes ou atenuantes de responsabilidade, como a culpa da vítima ou de terceiro, o caso fortuito ou a força maior, podem afastar ou diminuir a referida responsabilidade do fornecedor.

Além disso, não se pode olvidar que, quanto ao ônus da prova, compete ao autor demonstrar os fatos constitutivos do seu direito, e ao réu evidenciar fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito invocado (CPC/2015, art. 373).

A propósito, é o que prevê o referido Codex Consumerista no que atina à responsabilidade pelo fato do serviço (art. 14):

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

(...)

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Observa-se que o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação de danos causados a terceiros relativos à prestação dos serviços. No entanto, o fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros.

No caso em apreço, a realização de indevido depósito de numerário em conta bancária de titularidade de terceira pessoa estranha, em tese, à relação da parte autora se deu em razão de sua própria conduta, ao não lançar os dados bancários do correto beneficiário, como se infere da narrativa constante da inicial..

O autor(a) efetuou o procedimento de transferência, sem qualquer interferência do Banco réu. Caberia àquele, conferir os dados bancários antes de dar termo ao procedimento. É sabido que ao se realizar esta espécie de transação bancária (transferência), há a possibilidade do correntista verificar os dados do beneficiário. Tal diligência não fora observado pela parte, devendo ela arcar com as consequências de sua desídia.

Nas hipóteses de transferência bancária o depositante é o responsável pelo preenchimento de todos os dados e, na finalização do procedimento, pela confirmação dos dados digitados, inclusive o nome do beneficiário.

Todavia, in casu, a transação foi realizada na conta indicada pela própria autora, assim não houve falha operacional por parte do Banco, de forma a inexistir sua responsabilização.

Ou seja, não ocorreu falha na prestação de serviço pelo Banco, razão pela qual restaram configuradas as excludentes de responsabilidade constantes no artigo 14, § 3º, do Código de Defesa do Consumidor, a saber, defeito inexiste e culpa exclusiva do consumidor.

Por fim, cumpre ressaltar que a parte autora possui outros meio de obter as informações pessoais da pessoa para quem realizou o depósito alegadamente equivocado.

Ante o exposto, nos termos dos arts. 38, caput, parágrafo único da LF 9.099/95 e 487, I, do CPC, resolvo o mérito e JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais.

Sem custas e honorários, haja vista tratar-se de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei n. 9.099/95.

Com o trânsito em julgado, nada sendo requerido em até 15 dias, arquive-se.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.

Porto Velho, 17 de julho de 2023

Wanderley José Cardoso

Juiz de Direito

ADVERTÊNCIAS:
1) A parte que não concordar com o teor desta sentença poderá, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que tomar ciência nos autos, para ofertar Recurso Inominado e suas respectivas razões, nos moldes do art. 42, caput, da Lei 9.099/95;
2) O preparo deverá ser feito, independente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição do recurso, sob pena de deserção;
3) O pedido de gratuidade judiciária, feito nos moldes rigorosos da Lei, dispensa o preparo, podendo o Juízo, de qualquer modo, exigir prova da hipossuficiência financeira.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7042544-23.2022.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Compromisso
Valor da causa: R$ 8.557,23 (oito mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte e três centavos).
Polo Ativo: CONDOMINIO RESIDENCIAL PORTO BELLO IV
ADVOGADO DO EXEQUENTE: TAIANA DA CONCEICAO CUNHA, OAB nº RO6812
Polo Passivo: ELIENE DA SILVA RODRIGUES
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
Trata-se de ação de Execução de Título Extrajudicial em que CONDOMINIO RESIDENCIAL PORTO BELLO IV demanda em face de ELIENE DA SILVA RODRIGUES, havendo pedido de penhora de imóvel de propriedade do executado.
Contudo, INDEFIRO o pedido, por se tornar medida inviável, face a discrepância do valor pleiteado com o valor pretendido, de modo que o valor da dívida se mostra bem abaixo do valor do bem, ferindo-se o princípio da proporcionalidade da constrição.
Deste modo, ressalto que efetuei buscas no sistema Renajud para localização de veículos em nome do devedor, cuja diligência restou negativa, conforme espelho anexo.
Sendo assim, intime-se o exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar o que entender de direito, sob pena de extinção e arquivamento.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1- Prazos processuais nesse Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se do dia seguinte à intimação, salvo contagem a partir da intimação pelo Diário da Justiça, que obedece regra própria.
2 - As partes deverão comunicar eventual alterações dos seus respectivos endereços, número de telefones e e-mails, sob pena de se considerar como válida e eficaz a intimação cumprida no endereço constante nos autos, mesmo que esta retorne negativa (art. 19, §2º Lei n. 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7075147-52.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, Indenização por Dano Material
Valor da causa: R$ 17.873,50 (dezessete mil, oitocentos e setenta e três reais e cinquenta centavos).
Polo Ativo: MARIA CRISTINA RIBEIRO MOURA
ADVOGADO DO AUTOR: RODRIGO STEGMANN, OAB nº AM6063
Polo Passivo: BANCO BMG S.A.
ADVOGADOS DO REU: MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, Procuradoria do BANCO BMG S.A
SENTENÇA
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c indenização por danos morais c/c repetição do indébito ajuizado Maria Cristina Ribeiro Moura em face Banco BMG S/A, ao argumento de que contratou empréstimo consignado junto ao requerido, porém percebeu que no seu contracheque estava sendo descontado parcelas com a sigla BMG CARD. Descreve que não contratou empréstimo nesta modalidade, não sendo noticiado pelo requerido informações adequadas.

A parte requerida, por sua vez, apresentou defesa, instante em que arguiu às preliminares de incompetência absoluta do juizado especial, ausência do interesse de agir e prescrição. No mérito, asseverou que cumpriu o dever de informação, sendo contratado pela parte autora empréstimo na modalidade cartão de crédito.

Decido.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas.

Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e "maduro" para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.

Preliminar incompetência

Rejeito a preliminar ventilada, porquanto a pretensão autoral poderá ser comprovada pelos documentos juntados aos autos.

Preliminar de Prescrição

A requerida sustenta a ocorrência da prescrição trienal, nos termos do art. 206, § 3º, V, do Código Civil.

Ocorre que a relação entre as partes está regida pelo Código de Defesa do Consumidor. E o art. 27 do mencionado código, estabelece o prazo de 5 (cinco) anos para a ocorrência da prescrição, e contados a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

Assim, afasto a preliminar.

Da preliminar de falta de interesse de agir

A preliminar de falta de interesse de agir não merece prosperar, haja vista que não é necessário que a parte esgote a esfera administrativa para buscar o direito na via judicial, pois a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso XXXV, garante o princípio da inafastabilidade da jurisdição. No mais, o comprovante de residência não é documento indispesável para a propositura da ação, já que o requerido possui endereço conhecido o que possibilita a competência deste Juízo no que tange o ambito territorial. Desta forma, afasto as preliminares levantadas.

Pois bem.

O cerne da demanda reside basicamente na alegação de falha no dever de informação quanto à modalidade de empréstimo e o meio de pagamento das parcelas no momento em que o consumidor realizou contrato de empréstimo consignado, com repetição de indébito, em dobro, dos valores descontados de seu benefício previdenciário em razão da ausência de contratação de cartão de crédito e nos alegados danos ofensivos à honra objetiva e subjetiva da parte autora, levados ao efeito em razão da alegada conduta abusiva pela reserva de margem consignável em benefício previdenciário, sacrificando o orçamento familiar e doméstico do(a) requerente.

O ponto controvertido e fundamental reside na liberdade de contratação, na informação clara, suficiente e adequada do produto oferecido, concluindo-se, ou não, pela odiosa falha no dever de informação, bem como nos descontos em benefício previdenciário a título de pagamento mínimo consignado das faturas, sem prévia autorização.

E, em assim sendo, constato que a improcedência do feito é medida que se impõe.

Em análise à documentação apresentada com a inicial e contestação, verifico que a demandada anexou "Termo de Adesão - Cartão de Crédito BMG CARD" (Id nº 85538776), o qual se trata de instrumento específico e diferente/apartado do contrato de empréstimo que o(a) autor(a) alega ter solicitado.

No referido instrumento, as informações são claras quanto à contratação de "cartão de crédito BMG CARD".

Portanto, não há que se falar em ausência de informação, já que as informações inerentes ao produto contratado constavam no referido instrumento assinado pessoalmente pelo(a) autor(a) e cuja assinatura sequer fora impugnada.

Deste modo, conseguiu a requerida comprovar que forneceu os indispensáveis esclarecimentos ao requerente no ato da contratação do cartão de crédito, mormente quando não há declaração no referido instrumento de que o(a) autor(a) seria analfabeto ou impedido de assinar, estando ciente de todas as condições e obrigações assumidas.

O contrato apresentado nos autos está devidamente assinado e preenchido pelo(a) autor(a) e individualizado, ou seja, é documento distinto de eventual contrato de empréstimo consignado, de modo que, sequer é cabível a alegação de que referido contrato estaria "embutido/camuflado" no contrato de mútuo firmado.

O contrato é claro e transparente, de modo que aquele que necessita do empréstimo é esclarecido no momento da contratação quanto aos termos dos pactos, dando-se ciência efetiva de toda a legislação e especialidade da contratação ao requerente no momento da formalização do negócio jurídico.

Por conseguinte, improcedente também se revela o pleito de repetição de indébito, em dobro e a indenização pelos danos morais pela ausência de contratação de cartão de crédito.

Nesta modalidade de contratação, incumbe ao consumidor pagar as faturas geradas integralmente, posto que os descontos efetuados em contracheque se referem ao mínimo, o que significa dizer que a dívida vai "rolando", incidindo encargos financeiros e contratuais sobre o saldo devedor enquanto o débito não for pago em sua integralidade, não cabendo ao Juízo modificar as condições contratadas como pleiteado pelo autor, devendo o requerente sucumbir ao contrato firmado e suas respectivas cláusulas.

Concludentemente, não há como vingar a alegação de inexistência de vínculo contratual e/ou venda casada, posto que o vínculo contratual emergira e se aperfeiçoara, sendo que a verdade processual evidenciada depõe contra o pleito autoral, não havendo que se falar em danos morais, de modo que a improcedência dos pedidos iniciais é medida que se impõe.

No processo civil, valem os princípios da verdade processual, da persuasão racional e do livre convencimento na análise da prova, que não permitem, in casu, a tutela e provimento judicial reclamado.

Ante o exposto, com fulcro nas disposições legais já mencionadas e arts. 6º e 38, da LF 9.099/95 e art. 373, II do CPC, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado pela autora, ISENTANDO POR COMPLETO a parte requerida da responsabilidade civil reclamada.

Por fim, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, devendo o cartório, com a res judicata, promover o arquivamento do processo com as cautelas, anotações e registros de praxe.
Sem custas ou honorários advocatícios, ex vi lege.
Intime-se e CUMPRA-SE.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7015243-09.2019.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: DIREITO DO CONSUMIDOR, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material
Valor da causa: R$ 12.321,71 (doze mil, trezentos e vinte e um reais e setenta e um centavos).
Polo Ativo: EVA PEREIRA DE JESUS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JOSE ALVES VIEIRA GUEDES, OAB nº RO5457A
Polo Passivo: TELEFÔNICA BRASIL S/A (VIVO),
ADVOGADOS DO EXECUTADO: ALEXANDRA SILVA SEGASPINI, OAB nº RO2739A, WILKER BAUHER VIEIRA LOPES, OAB nº GO29320
SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de Cumprimento de sentença - nos moldes do art. 53 e seguintes da LF 9.099/95 -, em que EVA PEREIRA DE JESUS demanda em face de TELEFÔNICA BRASIL S/A (VIVO),
Consta nos autos que o processo foi encaminhado à contadoria judicial, tendo ambas as partes se manifestado. O exequente manifestou concordância com os cálculos judiciais, bem como a executada.
Por conseguinte, exaurido está o interesse processual e o objeto de eventual execução, devendo o cartório:
a) expedir alvará da quantia depositada nos autos (id. 93344926), em prol do exequente (ordem em nome da parte e do respectivo advogado, não se justificando a consignação apenas do nome de advogado no alvará) no valor de R$ 11.178,98, com os respectivos acréscimos pro rata; e
b) expedir alvará do saldo remanescente (id 93344926) referente ao excesso de execução (id. 91715624) no valor de R$ 2.082,81, com os respectivos acréscimos pro rata em prol da empresa executada;
POSTO ISSO, e por tudo mais que dos autos conste, com fulcro nos arts. 52, caput, LJE (LF 9.099/95), e 924, II, CPC (LF 13.105/2015), JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, determinando o respectivo arquivamento após o cumprimento da diligência acima determinada, independentemente de nova conclusão e observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Nada mais havendo, arquive-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7043448-43.2022.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Valor da causa: R$ 28.723,82 (vinte e oito mil, setecentos e vinte e três reais e oitenta e dois centavos).
Polo Ativo: MAICON DOS SANTOS BRITO
ADVOGADO DO REQUERENTE: DIEGO MARADONA MELO DA SILVA, OAB nº RO7815
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos,
Trata-se de ação de Cumprimento de sentença em que MAICON DOS SANTOS BRITO demanda em face de ENERGISA RONDONIA-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
Verifico que não fora realizada intimação para que a executada efetue o pagamento espontâneo da condenação.
Assim, INTIME-SE a parte requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, promover o pagamento espontâneo da condenação, sob pena de prosseguimento do feito com inclusão da multa legal de inadimplência (art. 523, CPC/2015).
Decorrido o prazo assinalado sem o esperado pagamento, intime-se a parte a parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar cálculo atualizado com a inclusão da multa e após voltem conclusos para a pasta Decisão Juds.

SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1- Prazos processuais nesse Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se do dia seguinte à intimação, salvo contagem a partir da intimação pelo Diário da Justiça, que obedece regra própria.
2 - As partes deverão comunicar eventual alterações dos seus respectivos endereços, número de telefones e e-mails, sob pena de se considerar como válida e eficaz a intimação cumprida no endereço constante nos autos, mesmo que esta retorne negativa (art. 19, §2º Lei n. 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7082852-04.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito
Valor da causa: R$ 7.227,15 (sete mil, duzentos e vinte e sete reais e quinze centavos).
Polo Ativo: JOAO VICTOR DE SOUZA FERREIRA
ADVOGADO DO AUTOR: IARA VITORIA PINHEIRO DE LIMA, OAB nº RO10335
Polo Passivo: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADOS DO REU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES, OAB nº AC3592, SEGURADORA LÍDER - DPVAT
Sentença
Vistos e etc...,
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
FUNDAMENTAÇÃO.
Trata-se de ação de cobrança de seguro assistencial e obrigatório (DPVAT) em razão de suposta invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico ocorrido nesta cidade, no dia 22 de setembro de 2022, conforme pedido inicial e documentos apresentados.
Aduz a parte autora ter sofrido acidente de trânsito em 22/09/2022. Em decorrência deste fato pleiteia por indenização, atribuindo à causa o valor de R$ 7.227,15 (sete mil e duzentos e vinte e sete reais e quinze centavos).
Da preliminar de ilegitimidade passiva
Alega a empresa requerida SEGURADORA LÍDER ser parte totalmente ilegítima para figurar no polo passivo da presente demanda.
Desse modo, foi deliberada em Assembleia Extraordinária a dissolução do Consórcio do Seguro DPVAT, resultando no encerramento de novas subscrições de riscos pela Seguradora Líder em nome das Consorciadas, desse modo foi promovida a dissolução do consórcio do seguro DPVAT e a limitação da responsabilidade da Seguradora Líder somente à gestão dos sinistros ocorridos até a data de 31/12/2020.
Por conseguinte, seguindo deliberação expressa de todas as seguradoras consorciadas, a responsabilidade da Seguradora Líder para figurar em pleitos indenizatórios do Seguro Obrigatório DPVAT, seja na esfera administrativa ou judicial, restou delimitada aos sinistros ocorridos até dezembro de 2020.
Portanto, a atual responsável pela gestão e operacionalização das indenizações referentes ao Seguro DPVAT é da Caixa Econômica Federal, entidade à qual foi atribuída a responsabilidade, pela SUSEP, na forma da resolução.
Assim, tendo o acidente de trânsito ocorrido no dia 22/09/2022, data posterior à limitação de responsabilidade da Seguradora Líder, dessa forma a Caixa Econômica Federal passou a gerenciar o fundo do DPVAT desde janeiro de 2021.
Em análise aos autos, verifico que razão assiste à parte requerida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, devendo o feito ser extinto, sem resolução do mérito, ante a flagrante ilegitimidade passiva.
Neste sentido:
“RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. NEGÓCIOS BANCÁRIOS. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S.A. QUE MERECE ACOLHIMENTO. ELEMENTOS DOS AUTOS QUE PERMITEM CONCLUIR QUE A OPERAÇÃO QUESTIONADA PELA AUTORA FOI REALIZADA PELO BANCO BMG S.A., PESSOA JURÍDICA DISTINTA DA DO BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. SENTENÇA REFORMADA NO PONTO. RECURSO PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71007675945, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Luís Francisco Franco, Julgado em 24/05/2018). (TJ-RS - Recurso Cível: 71007675945 RS, Relator: Luís Francisco Franco, Data de Julgamento: 24/05/2018, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 01/06/2018)”.
“Apelação Cível. Ação declaratória e indenizatória. Preliminar de ausência de dialeticidade. Acolhimento. Imposto de renda retido na fonte. Agente de retenção. Ilegitimidade passiva. Reconhecimento de ofício. O princípio da dialeticidade exige que o recurso ataque os fundamentos específicos da decisão que objetiva impugnar, sob pena de não conhecimento. Sendo a legitimidade passiva matéria de ordem pública, pode ser conhecida em qualquer grau de jurisdição, inclusive de ofício (art. 485, §3º, inc. VI, do CPC). Nos feitos em que se discute a restituição de valores referente à verba de natureza tributária, a legitimidade exclusiva para figurar no polo passivo da demanda é do ente responsável pela arrecadação, no caso, a União (Fazenda Nacional). O Banco do Brasil, na hipótese, trata-se de mero repassador ou agente arrecadador do tributo, não sendo possível lhe transferir a responsabilidade pela incidência do imposto de renda sobre os rendimentos decorrentes de fundos de investimento. Recurso não conhecido e, de ofício, reconhecida a ilegitimidade passiva da instituição bancária. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7048004-59.2020.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. José Torres Ferreira, Data de julgamento: 20/04/2023.
Dessa forma, acolho a preliminar suscitada pela requerida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A e declaro a sua ilegitimidade passiva.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO O FEITO o presente feito, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil.
Sem custas e honorários nesta instância, nos termos do art. 55, da Lei n. 9.099/95.
INTIME-SE e CUMPRA-SE.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7042737-38.2022.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Agência e Distribuição
Valor da causa: R$ 7.067,44 (sete mil, sessenta e sete reais e quarenta e quatro centavos).
Polo Ativo: INSTITUTO DE EDUCACAO INFANTIL E FUNDAMENTAL R.M.A.P. EIRELI - ME
ADVOGADO DO REQUERENTE: RODRIGO RAFAEL DOS SANTOS, OAB nº RO11257
Polo Passivo: ANDERSON AVENTURA BASTO
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos,
Trata-se de ação de Cumprimento de sentença em que INSTITUTO DE EDUCACAO INFANTIL E FUNDAMENTAL R.M.A.P. EIRELI - ME demanda em face de ANDERSON AVENTURA BASTO.
INTIME-SE a parte requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, promover o pagamento espontâneo da condenação, sob pena de prosseguimento do feito com inclusão da multa legal de inadimplência (art. 523, CPC/2015).
Decorrido o prazo assinalado sem o esperado pagamento, intime-se a parte a parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar cálculo atualizado com a inclusão da multa e após voltem conclusos para a pasta Decisão Juds.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1- Prazos processuais nesse Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se do dia seguinte à intimação, salvo contagem a partir da intimação pelo Diário da Justiça, que obedece regra própria.
2 - As partes deverão comunicar eventual alterações dos seus respectivos endereços, número de telefones e e-mails, sob pena de se considerar como válida e eficaz a intimação cumprida no endereço constante nos autos, mesmo que esta retorne negativa (art. 19, §2º Lei n. 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7075336-30.2022.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Transporte de Coisas, Transporte Rodoviário
Valor da causa: R$ 26.245,13 (vinte e seis mil, duzentos e quarenta e cinco reais e treze centavos).
Polo Ativo: JERONIMO COELHO NETO, ANA RITA PEREIRA AGUIAR
ADVOGADO DOS REQUERENTES: MARCOS MAURICIO NASCIMENTO DA SILVA, OAB nº RO10230
Polo Passivo: M. MENDES LELIS EIRELI - (PORTO LOG EXPRESS)
ADVOGADO DO REQUERIDO: LUIS SERGIO DE PAULA COSTA, OAB nº RO4558
DESPACHO
Vistos,
Trata-se de ação de Cumprimento de sentença em que JERONIMO COELHO NETO, ANA RITA PEREIRA AGUIAR demanda em face de M. MENDES LELIS EIRELI - (PORTO LOG EXPRESS).
INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar planilha atualizada de débito atualizado, incluindo a multa do art. 523 do CPC.
Apresentada a planilha, voltem para tentativa de penhora online via Sisbajud.
A CPE faça a conclusão na pasta decisão juds.
Intime-se. Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito
ADVERTÊNCIAS:
1- Prazos processuais nesse Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se do dia seguinte à intimação, salvo contagem a partir da intimação pelo Diário da Justiça, que obedece regra própria.
2 - As partes deverão comunicar eventual alterações dos seus respectivos endereços, número de telefones e e-mails, sob pena de se considerar como válida e eficaz a intimação cumprida no endereço constante nos autos, mesmo que esta retorne negativa (art. 19, §2º Lei n. 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7080912-04.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Análise de Crédito
Valor da causa: R$ 15.020,14 (quinze mil, vinte reais e quatorze centavos).
Polo Ativo: CLEIDOMAR BRAGA LEITE
ADVOGADOS DO AUTOR: KAUE CRISTINAN DA COSTA RIBEIRO, OAB nº RO12166, FRANCISCO RIBEIRO NETO, OAB nº RO875A
Polo Passivo: 99 TECNOLOGIA LTDA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: CELSO ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO JUNIOR, OAB nº PA18736, FABIO RIVELLI, OAB nº BA34908
DECISÃO
Vistos,
Trata-se de ação de Procedimento do Juizado Especial Cível em que CLEIDOMAR BRAGA LEITE demanda em face de 99 TECNOLOGIA LTDA
Compulsando os autos, verifico que há pedido de designação de audiência de conciliação pela parte AUTOR: CLEIDOMAR BRAGA LEITE, alegando que esta faz-se necessária para comprovar a alegação de danos morais sofridos pela parte (ID 87054564).
Assim, DESIGNO A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PARA O DIA 29/08/2023, às 08h30min, a se realizar por este Juizado.
A solenidade se realizará de modo HÍBRIDO, ou seja, tanto de modo presencial, quanto de modo virtual, ficado a critério da parte e seu advogado o modo como deseja participar.
O juízo não entrará em contato com as partes ou procuradores para acessarem a sala virtual.
A realização da audiência por videoconferência se dará mediante sistema disponibilizado pela Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação (STIC) do TJRO, cujo link segue abaixo.
Já para realização de modo presencial, deverá a parte ou advogado comparecer na sala de audiências do 1ª Juizado Especial Cível de Porto Velho, localizado na Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000, em dia e hora acima designados.
a - Segue o link da videoconferência, a se realizar pelo Google Meet: meet.google.com/gyg-qfdx-qbb.
b - Forma de acesso virtual: as partes poderão utilizar aparelho celular, tablet, notebook ou computador com acesso à internet, que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando. Basta clicar no link acima ou digita-lo no navegador do computador ou celular e o equipamento irá direcionar para a sala de audiência.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7057065-70.2022.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Multa de 10%
Valor da causa: R$ 7.063,03 (sete mil, sessenta e três reais e três centavos).
Polo Ativo: REGINA APARECIDA MIRANDA, ANNE CRISTINA HEBERLE DE OLIVEIRA, FELIPPE GEORGE DE MIRANDA
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS, OAB nº RO3208
Polo Passivo: LUIZ CEZAR EVANGELISTA FANTIN
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
Trata-se de ação de Execução de Título Extrajudicial em que REGINA APARECIDA MIRANDA, ANNE CRISTINA HEBERLE DE OLIVEIRA, FELIPPE GEORGE DE MIRANDA demanda em face de LUIZ CEZAR EVANGELISTA FANTIN.
Consta nos autos a regular citação da parte adversária.
A parte executada requereu penhora online na modalidade TEIMOSINHA em contas e aplicações financeiras da parte executada e apresentou planilha de débito atualizada.
Vieram os autos conclusos.
Pois bem.
1 - Defiro o pedido de penhora online, na modalidade reiterada (Teimosinha) pelo período máximo permitido pelo sistema SISBAJUD.
2 - Nesta data protocolei no sistema SISBAJUD o bloqueio de valores em contas bancárias e aplicações financeiras da parte devedora, cuja minuta poderá ser localizada pelo número do processo.
3 - A CPE aguarde o prazo de 20 (vinte) dias, prazo para retorno da resposta no sistema SISBAJUD.
4 - Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos para juntada do relatório e espelhos de resposta da ordem de bloqueio, o processo deverá ser enviado para a pasta: “(JEC) Decisão - Juds.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO, CARTA ou OFÍCIO.
Ficam as partes intimadas desta, automaticamente por meio do DJe, caso possuam patrono constituído nos autos.
Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Wanderley José Cardoso
Juiz de Direito

2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7080612-42.2022.8.22.0001
Requerente: BERNARDINO RODRIGUES DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: VINICIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL - RO4150
Requerido(a): ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7081955-73.2022.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: ILSON NETO MORAIS TEIXEIRA, RUA DO AMANHECER 7641 ESCOLA DE POLÍCIA - 76824-808 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: RAFAEL VIEIRA, OAB nº RO8182, IDALMA GABRYELY MARTINS SILVA DE SOUZA, OAB nº RO10321
REQUERIDO: BANCO VOTORANTIM S/A, AV: DAS NAÇÕES UNIDAS 14171, TORRE A 18º ANDAR VILA GERTRUDES - 04794-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: JOAO FRANCISCO ALVES ROSA, OAB nº BA17023, PROCURADORIA BANCO VOTORANTIM S.A
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38, da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de rescisão contratual cumulada com pedido de indenização, devido a contrato de financiamento de veículo com restrição RENAJUD.
Alega o Autor que realizou o financiamento do veículo FORD RANGER LTDCCD4A32C, PLACA: NCU2E94/RO, CHASSI 8AFAR23L8HJ491377 COR PRETO, DIESEL, em 48 parcelas de R$ 2.078,00. Afirma que já havia realizado o pagamento de 16 parcelas, no entanto, encontra-se impossibilitado de utilizar o veículo devido à restrição RENAJUD em nome do proprietário anterior. Assim, requer a rescisão contratual, bem como a condenação da requerida a pagamento de indenização por danos morais.
A Ré por sua vez alega que a restrição foi realizada após o financiamento, bem como que apenas realiza o financiamento não tendo relação com o bem escolhido pelo Autor. Pugna pela improcedência da ação.
Observo não haver questões preliminares ou prejudiciais de mérito. Presentes os pressupostos e condições da ação, passo à análise do mérito.
O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, não havendo a necessidade de produção de outras provas além daquelas já existentes nos autos.
FUNDAMENTAÇÃO
Tratando-se de relação de consumo, aplicam-se ao caso as regras do CDC, uma vez que as partes se enquadram na definição de consumidor e fornecedor estabelecida no Diploma Consumerista. Ademais, aplica-se o CDC às Instituições Financeiras (Súmula 297, STJ). Nos termos do art. 373, incs. I e II, do CPC, o ônus da prova cabe à parte autora quanto aos fatos constitutivos de seu direito e à parte ré, por sua vez, o fato extintivo, impeditivo ou modificativo desse direito. Ademais, aplica-se neste caso a inversão do ônus da prova, conforme art. 6º, VIII, do CDC.
É incontroverso que o veículo objeto do financiamento encontra-se com restrição RENAJUD, bem como que esta foi realizada em 14/09/2021 (ID 84248587). Também é incontroverso que o contrato de financiamento foi realizado em 21/06/2021 (ID 84248582), e, portanto, 85 dias antes da inclusão do gravame.
O Autor alega que a rescisão do contrato deve ocorrer uma vez que houve inadimplemento por parte da Requerida. No entanto, observo que ao tempo da realização do negócio jurídico não havia restrição RENAJUD no bem, não havendo que se falar em responsabilidade da Instituição Financeira pelo ocorrido. Ainda cumpre mencionar que o Autor conseguiu realizar a transferência do bem para o seu nome (ID 84248583), bem como já tentou efetuar a venda do veículo a terceiro (ID 84248585).
Portanto, para que fique comprovado o inadimplemento da Ré, e assim a possibilidade de rescisão contratual, bem como indenização por danos materiais é necessário haver conduta ilícita/falha na prestação do serviço realizado pela Ré, o que não ficou comprovado nos autos, posto que o próprio autor admite que a restrição foi realizada após o contrato firmado. Neste sentido:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA RÉ. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO USADO QUE FOI APREENDIDO EM BLITZ POLICIAL APÓS 2 (DOIS) ANOS DA AQUISIÇÃO PELO AUTOR. TESE DE RESPONSABILIZAÇÃO DA FINANCEIRA, QUE TERIA GARANTIDO ESTAR O VEÍCULO LIVRE DE QUALQUER ÔNUS. VEÍCULO QUE FOI RETIRADO DE CIRCULAÇÃO EM VIRTUDE DE DECISÃO JUDICIAL EM OUTRO PROCESSO PROLATADA APÓS A AQUISIÇÃO DO BEM PELO AUTOR. INEXISTÊNCIA DE RESTRIÇÕES AVERBADAS AO REGISTRO DO VEÍCULO À ÉPOCA DA ENTABULAÇÃO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO ENTRE AS PARTES. AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO PERPETRADO PELA FINANCEIRA. RESPONSABILIDADE AFASTADA. PLEITOS DE RESCISÃO CONTRATUAL, DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS E DE CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS RECHAÇADOS. SENTENÇA REFORMADA. ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. ATRIBUIÇÃO AO AUTOR POR TER DECAÍDO DA TOTALIDADE DOS PEDIDOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS COM BASE NO ART. 85, § 2º, DO CPC. EXIGIBILIDADE SUSPENSA POR FORÇA DA JUSTIÇA GRATUITA CONCEDIDA AO RECORRIDO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.(TJ-SC - AC: 08023057220138240082 Capital 0802305-72.2013.8.24.0082, Relator: Rosane Portella Wolff, Data de Julgamento: 25/04/2019, Primeira Câmara de Direito Civil)

CIVIL E PROCESSO CIVIL. RESCISÃO CONTRATUAL COM RETORNO AO STATUS QUO ANTE. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE VEÍCULO. RESTRIÇÃO JUDICIAL VIA RENAJUD APÓS A AQUISIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE TRANSFERÊNCIA NO DETRAN. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE VÍCIO REDIBITÓRIO AFASTADA. PRESCRIÇÃO NÃO CONSUMADA. RESCISÃO CONTRATUAL. ADMISSIBILIDADE. DEVOLUÇÃO DO VEÍCULO À RÉ. RESTITUIÇÃO DE QUANTIA AO AUTOR SEGUNDO A TABELA FIPE. SENTENÇA REFORMADA. 1. Conforme se infere dos arts. 441 e seguintes do Código Civil, o vício redibitório consiste no vício oculto da coisa que a torna imprópria a seu uso, ao fim que se destina, ou reduz a capacidade do bem por ocasião da sua utilização. 2. A restrição judicial via RenaJud realizada meses após a aquisição do veículo não pode ser considerada vício redibitório. Desse modo, não há que se falar em decadência do direito do autor de obter a redibição. 3. Na pretensão de rescisão de contrato com o retorno ao status quo ante, em razão de inadimplemento, o prazo prescricional é decenal, previsto no art. 205 do Código Civil. 4. Se existente ordem de restrição judicial de transferência sobre o veículo, ainda que tal fato não inviabilize o seu uso, é forçoso concluir que o adquirente foi impedido de usufruir do bem em sua totalidade, já que desde a compra é impossibilitado de realizar a transferência para seu nome no órgão estatal ou mesmo dispô-lo, sem dificuldades, a terceiros. 5. Ausente informação nos autos de baixa da restrição judicial de transferência incidente sobre o veículo, imperioso admitir a rescisão do contrato de compra e venda, ensejando o desfazimento do negócio desde a origem com o consequente retorno do veículo ao vendedor e a devolução do seu valor ao adquirente. 6. Quanto à restituição de valores, não se pode admitir o enriquecimento ilícito de qualquer das partes. Logo, constatando-se que o adquirente faz uso regular do veículo desde 2013 e ainda o tem em sua posse e que, durante esse período, o carro se depreciou e ainda vai se depreciar, é razoável determinar que receba o valor de mercado do bem a ser apurado na data de sua devolução, segundo a tabela FIPE. 7. Recurso provido. (TJ-DF 07132099320188070001 DF 0713209-93.2018.8.07.0001, Relator: JOSAPHA FRANCISCO DOS SANTOS, Data de Julgamento: 18/06/2019, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 03/07/2019 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Mesmo nos casos nos quais há a aplicação da inversão do ônus da prova, cabe ao Autor trazer provas mínimas do seu direito. Neste sentido é o entendimento do STJ:

“A jurisprudência desta Corte Superior se posiciona no sentido de que a inversão do ônus da prova não dispensa a comprovação mínima, pela parte autora, dos fatos constitutivos do seu direito” (AgInt no Resp 1.717.781/RO, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 05/06/2018, DJe de 15/06/2018).

Assim, pela distribuição do ônus da prova, cabia ao Autor comprovar os fatos constitutivos do seu direito (art. 373, I, CPC), qual seja, da existência de inadimplemento por parte da Ré, ônus do qual não se desincumbiu.

Portanto, entendo improcedentes os pedidos autorais.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido e, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, extingo o processo com resolução de mérito.

Sem custas e sem honorários advocatícios na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995.

Transitada em julgado esta sentença, arquive-se.

Intimem-se.

Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.

ADVERTÊNCIAS (CPE OBSERVAR):

1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA;

2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95);

3) A PARTE QUE DESEJAR RECORRER À TURMA RECURSAL DEVERÁ RECOLHER, ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, CONTADOS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INOMINADO, 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.099/1995 E 23, C/C 12, DO REGIMENTO DE CUSTAS – LEI ESTADUAL Nº 3896/2016), SOB PENA DE DESERÇÃO. E NO CASO DA INSUFICIÊNCIA DO VALOR RECOLHIDO NÃO HAVERÁ INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PREPARO, NÃO SE APLICANDO O ART. 1.007, §2º, DO CPC ANTE A REGRA ESPECÍFICA DA LEI DOS JUIZADOS (ENUNCIADO 80-FONAJE E ART. 42, §1º, DA LEI Nº 9.099/1995;

4) CASO A PARTE RECORRENTE PRETENDA O BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DEVERÁ, NA PRÓPRIA PEÇA RECURSAL, EFETUAR O PEDIDO E JUNTAR DOCUMENTOS PARA DEMONSTRAR QUE O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS COMPROMETE SUA SOBREVIVÊNCIA, INDEPENDENTEMENTE DE TER FEITO O PEDIDO NA INICIAL OU CONTESTAÇÃO OU JUNTADO DOCUMENTOS ANTERIORMENTE, POIS A AUSÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO DEVE SER CONTEMPORÂNEO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO PREPARO.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7081410-03.2022.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível

REQUERENTE: FRANCISCA ROSA ALBERTO

ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARIA CLARA DO CARMO GOES, OAB nº RO198B, ELISANGELA CANDIDA RODRIGUES, OAB nº RO9390

REQUERIDO: EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA

ADVOGADO DO REQUERIDO: VILMA ELISA MATOS NASCIMENTO, OAB nº MT15719

SENTENÇA

Relatório dispensado nos termos do art. 38, da Lei 9.099/95.

Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais proposta pela Autora contra Ré por extravio de bagagem.

Alega a Autora que viajou com seu esposo em ônibus da empresa Ré para a cidade Nova Santa Helena/MT. No entanto, quando chegaram ao local, a mala havia sido extraviada, e mesmo tendo realizado reclamação na empresa, até o momento não devolveram a mala ou procederam ao ressarcimento pelo valor.

A Ré, por sua vez, aduz preliminar, e no mérito a ausência de verossimilhança das alegações autorais, bem como ausência de dano material e moral. Requer a improcedência dos pedidos.

Preliminares

Ilegitimidade ativa: Afirma a Ré ser caso de ilegitimidade ativa, uma vez que a mala seria pertencente ao esposo da Autora, que já faleceu, não podendo esta requerer em seu nome os danos sofridos por ele. No entanto, a análise da legitimidade neste caso se confunde com o mérito, e será analisado posteriormente. Por este motivo, afasto a preliminar.

Observo não haver outras questões preliminares ou prejudiciais de mérito. Presentes os pressupostos e condições da ação, passo à análise do mérito.

O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, não havendo a necessidade de produção de outras provas além daquelas já existentes nos autos.

FUNDAMENTAÇÃO

Tratando-se de relação de consumo, aplicam-se ao caso as regras do CDC, uma vez que as partes se enquadram na definição de consumidor e fornecedor estabelecida no Diploma Consumerista. Nos termos do art. 373, incs. I e II, do CPC, o ônus da prova cabe à parte autora quanto aos fatos constitutivos de seu direito e à parte ré, por sua vez, o fato extintivo, impeditivo ou modificativo desse direito. Ademais, aplica-se neste caso a inversão do ônus da prova, conforme art. 6º, VIII, do CDC.

Primeiramente, afirma a Ré que a mala seria pertencente ao esposo da autora, não tendo esta legitimidade para requerer em nome próprio indenização por danos materiais e morais.

Ocorre que a narrativa autora é no sentido de que a mala era pertencente ao casal, portanto igualmente de propriedade sua, estando também com seus bens pessoais.

Conforme dispõe o código civil, no caso de credores solidários, é possível que qualquer um deles exija a prestação por inteiro (art. 267, CC). Neste sentido, sendo a mala também de propriedade da Autora, possível que esta pleitei a reparação pelo dano material sofrido.

A Autora comprova a existência da mala que foi extraviada, bem como da reclamação realizada (ID 84144210). A Ré, por sua vez não traz provas da inexistência da falha na prestação de serviço, o que seria plenamente possível a esta, não se desincumbindo do seu ônus probatório (art. 373, II, CPC).

Quanto ao conteúdo da mala, e estimativa de valor, também a Ré manteve-se inerte em provar. Não se trata de atribuir à transportadora a obrigação de provar fato negativo, isto é, que o consumidor não transportava na bagagem extraviada os bens relacionados, mas de comprovar a incompatibilidade dos bens relacionados com a natureza e duração da viagem empreendida e a capacidade econômica do consumidor, o que não o fez.

A responsabilidade dos prestadores de serviço de transporte é objetiva, nos termos do artigo 14 do diploma legal citado, apenas podendo ser elidida nas hipóteses previstas no § 3º. Cabia a Ré transportar a mala da Autora de forma segura, eficiente e adequada, conforme a expectativa do consumidor que confia seus pertences a serem transportados.

Mostra-se incontroverso o extravio da bagagem, de modo que a ré possui o dever de indenizar a autora pelos objetos que lhe foram extraviados.

Em relação ao quantum indenizatório referente a tais danos materiais alguns apontamentos devem ser feitos. Primeiramente, sabe-se que é lícito ao transportador exigir dos passageiros a declaração do valor da bagagem com o escopo de limitar a indenização, no caso de perda e/ou extravio, conforme regra prevista no art. 734, parágrafo único, do Código Civil. Porém, assim não procedeu, pois nada veio aos autos nesse sentido. Por outro lado, embora a parte autora atribua valor aos bens que declarou na solicitação de extravio de bagagem, não trouxe elementos para comprovar o quantum estimado para cada bem.

Embora a quantidade de peças de vestuário seja compatível com o volume, peso e capacidade de uma mala de viagem, a autora não fez prova mínima do fato constitutivo de seu direito, ônus que lhe cabe mesmo sendo aplicado ao caso às regras do CDC.

O TJRO possui entendimento de que, nos casos em que não houver prova do conteúdo da bagagem extraviada e do respectivo valor dos bens, aplica-se a tarifação prevista no Decreto Federal nº 2.521/98:

Apelação. Ação de indenização. Transporte rodoviário. Extravio de bagagem. Ausência de prova. Bens perdidos e respectivo valor. Dano material. Tarifação. Dano moral. Quantum indenizatório.Ausente prova do conteúdo da bagagem extraviada e respectivo valor dos bens, o dano material deve ser fixado conforme a tarifação prevista no Decreto Federal n. 2.521/98.Na quantificação do dano moral, deve o julgador valer-se dos critérios de razoabilidade e da proporcionalidade, considerando não só as condições econômicas do ofensor e do ofendido, mas o grau da ofensa e suas consequências. (Apelação, Processo nº 0000786-89.2013.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator (a) do Acórdão: Juiz Adolfo Theodoro Naujorks Neto, Data de julgamento: 12/4/2017)

Assim, a restituição deve ser feita com base no percentual instituído pela ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, com base no Decreto Federal 2.251/98 e Resoluções 1.432/2006 e 3.538/2010, assim, deve ser atribuido o mínimo estabelecido de 10.000 (dez mil) vezes o coeficiente tarifário, que estipulado no valor de R$0,168063 para viagem interestadual na modalidade executivo, o que perfaz a quantia de R$1.680,63 (um mil seiscentos e oitenta reais e sessenta e três centavos).

Quanto ao dano moral, entendo cabível. Importa destacar que a Autora em sua inicial requer a condenação da Ré pelos danos morais por ela sofridos. Não requer a Autora indenização pelos danos sofridos pelo seu esposo, situação na qual deveria ser realizada a regularização do polo ativo. Portanto, analisando-se o dano moral sofrido pela Autora, entendo procedente em parte.

A Autora narra que na mala encontravam-se roupas, calçados e demais itens de uso essencial no dia a dia, os quais não foram devolvidos. Assim, durante a viagem a autora ficou sem seus pertences, o que lhe casou mais do que mero aborrecimento. O simples fato de chegar a um local, privada de seus pertences pessoais é suficiente para fazer surgir o dano moral.

Portanto, os percalços enfrentados pela requerente são aptos a gerar o dano moral passível de indenização.

Sabe-se que a esse respeito se deve ponderar acerca da condição econômica da vítima e do ofensor, de sorte que o valor encontrado deve recompensar o prejuízo causado e servir, na mesma mão, como desestímulo à reiteração na prática considerada socialmente lesiva. assim, entendo que o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) é suficiente para reparar o dano moral sofrido pela Autora.

DISPOSITIVO

Ante ao exposto, JULGO (PARCIALMENTE) PROCEDENTE o pedido inicial e, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC, EXTINGO O FEITO, com resolução do mérito, para o fim de:

CONFIRMAR a requerida a pagar à parte autora, a título de indenização por DANO MATERIAL, o valor de R$ R$1.680,63 (um mil seiscentos e oitenta reais e sessenta e três centavos), atualizado monetariamente segundo fator de correção disponibilizado no site do TJRO e acrescido de juros de 1% ao mês, ambos a partir do efetivo prejuízo;

CONDENAR a requerida a pagar à parte autora, a título de indenização por DANO MORAL, o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), atualizado monetariamente segundo fator de correção disponibilizado no site do TJRO a parti desta decisão e acrescido de juros de 1% ao mês desde o evento danoso.
Incabíveis custas e honorários advocatícios nesta fase.
Intimem-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.
ADVERTÊNCIAS (CPE OBSERVAR):
1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA;
2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95);
3) A PARTE QUE DESEJAR RECORRER À TURMA RECURSAL DEVERÁ RECOLHER, ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, CONTADOS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INOMINADO, 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.099/1995 E 23, C/C 12, DO REGIMENTO DE CUSTAS – LEI ESTADUAL Nº 3896/2016), SOB PENA DE DESERÇÃO. E NO CASO DA INSUFICIÊNCIA DO VALOR RECOLHIDO NÃO HAVERÁ INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PREPARO, NÃO SE APLICANDO O ART. 1.007, §2º, DO CPC ANTE A REGRA ESPECÍFICA DA LEI DOS JUIZADOS (ENUNCIADO 80-FONAJE E ART. 42, §1º, DA LEI Nº 9.099/1995;
4) CASO A PARTE RECORRENTE PRETENDA O BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DEVERÁ, NA PRÓPRIA PEÇA RECURSAL, EFETUAR O PEDIDO E JUNTAR DOCUMENTOS PARA DEMONSTRAR QUE O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS COMPROMETE SUA SOBREVIVÊNCIA, INDEPENDENTEMENTE DE TER FEITO O PEDIDO NA INICIAL OU CONTESTAÇÃO OU JUNTADO DOCUMENTOS ANTERIORMENTE, POIS A AUSÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO DEVE SER CONTEMPORÂNEO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO PREPARO;
5) A PARTE VENCIDA CONSIDERA-SE INTIMADA POR MEIO DESTA SENTENÇA PARA CUMPRIR O JULGADO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, CONTADOS DO TRÂNSITO EM JULGADO, SOB PENA DE PAGAR MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO OU DE COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA CONFORME O CASO (ART. 52, INC. III, IV, V E VI, DA LEI Nº 9.099/1995). O PRAZO FLUIRÁ AUTOMATICAMENTE, INDEPENDENTE DE NOVA INTIMAÇÃO;
6) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO, PELA PARTE VENCIDA, JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERADO INEXISTENTE, E NÃO SURTIR EFEITO, O PAGAMENTO REALIZADO POR MEIO DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ART. 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG;
7) HAVENDO PAGAMENTO VOLUNTÁRIO, DESDE LOGO FICA AUTORIZADA A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ EM FAVOR DA PARTE VENCEDORA, INDEPENDENTE DE NOVA CONCLUSÃO;
8) DECORRIDO O PRAZO PARA PAGAMENTO ESPONTÂNEO, NÃO HAVENDO MANIFESTAÇÃO DA PARTE VENCEDORA, ARQUIVE-SE;
9) NÃO OCORRENDO O PAGAMENTO E HAVENDO REQUERIMENTO DE EXECUÇÃO NOS PRÓPRIOS AUTOS PELA PARTE CREDORA, DEVIDAMENTE ACOMPANHADA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO (ELABORADA POR ADVOGADO OU PELA CENTRAL DE ATENDIMENTO, CONFORME A PARTE POSSUA OU NÃO ADVOGADO, COM INCLUSÃO DE 10% DE MULTA SOBRE O VALOR DO DÉBITO – ART. 523, §1º, DO CPC), A CPE DEVERÁ, ANTES DA CONCLUSÃO, ALTERAR A CLASSE PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NÃO HÁ INCIDÊNCIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE DE EXECUÇÃO DO JULGADO NA HIPÓTESE DE NÃO TER HAVIDO CONDENAÇÃO EM GRAU RECURSAL;
10) NO REQUERIMENTO DE EXECUÇÃO A PARTE CREDORA DEVE DIZER SE PRETENDE QUE A PESQUISA EM BASES DE DADOS PÚBLICOS E PRIVADOS PARA PRÁTICA DE ATOS DE PENHORA, REGISTRO E EXPROPRIAÇÃO (SISBAJUD E RENAJUD).

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7081895-03.2022.8.22.0001
Requerente: LUCIANA GADELHA DOS SANTOS
Advogados do(a) AUTOR: FELIPE BALLUZ DA CUNHA SANTOS AROSO - MA16313, JOSE MAURICIO PONTIN - MA15733
Requerido(a): GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA. e outros
Advogado do(a) REQUERIDO: JACQUES ANTUNES SOARES - RS75751
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7006682-54.2023.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: SEBASTIANA SOARES DA CRUZ, RUA HEBERT DE AZEVEDO 3224, - DE 3074/3075 AO FIM EMBRATEL - 76820-854 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCELLINO VICTOR RAQUEBAQUE LEAO DE OLIVEIRA, OAB nº RO8492
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS S/A, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA

SENTENÇA
Relatório dispensado, nos termos da Lei n. 9.099/1995.
A Autora relata que adquiriu passagem saindo de Porto Velho/RO para Curitiba/PR no dia 18 de janeiro de 2023 chegando às 10h55, possuindo apenas uma conexão em Brasilia/DF. No entanto, o voo saiu atrasado o que impediu de realizar a conexão, chegando ao seu destino apenas 18h40, portanto quase 8 (oito) horas após o contratado.
A ré afirma que o atraso ocorreu devido a questões de tráfego aéreo, tendo sido prestada assistência à Autora. Requer a Improcedência da ação.
MÉRITO
A matéria já é pacificada perante a egrégia Turma Recursal Única do

PODER JUDICIÁRIO do estado de Rondônia.
Consta dos autos que a parte autora celebrou contrato de transporte com a empresa aérea requerida, mas viu seu voo ser prejudicado por cancelamento unilateral da requerida.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei n° 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros.
O atraso do voo é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela parte requerida em virtude de questões de tráfego aéreo referente a liberação para decolagem, no entanto não traz provas do alegado.
Ocorre que tal hipótese não configura excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que houve tão somente a alteração unilateral do contrato firmado, caracterizando-se como má prestação do serviço. Neste sentido:
Apelação cível. Ação de indenização por danos morais e materiais. Contrato de transporte aéreo. Preliminar. Ausência de fundamentação. Inocorrência. Cancelamento de voo. Reestruturação de malha aérea. Fortuito interno. 1 - Não há nulidade de sentença por ausência de fundamentação quando explicitadas, ainda que de forma sucinta, as razões de decidir. Com efeito, a fundamentação sucinta não se confunde com a ausência de fundamentação. 2 - A responsabilidade da apelante, como fornecedora de serviços de transporte aéreo, é objetiva, nos termos do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor. 3 - O cancelamento de voo por problemas operacionais ou mesmo devido a eventual reestruturação da malha aérea está abarcado no risco da atividade econômica desenvolvida pela apelante, caracterizando-se, portanto, defeito na prestação do serviço. 4 - Recurso não provido. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7011396-52.2022.822.0014, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator (a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 26/06/2023(TJ-RO - AC: 70113965220228220014, Relator: Des. Rowilson Teixeira, Data de Julgamento: 26/06/2023)
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir, a requerida incorreu em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa da parte consumidora que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, do CDC.
Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais, em face aos desdobramentos fáticos narrados na petição inicial, que transbordaram o mero dissabor, independentemente da efetiva e cabal comprovação dos danos imateriais experimentados.
Nesse sentido trago à colação o seguinte aresto da egrégia Turma Recursal Única do

PODER JUDICIÁRIO do estado de Rondônia:
Apelação cível. Ação de indenização por dano moral. Transporte aéreo de passageiros. Atraso de voo. Aviso prévio. Falta de comprovação. Excludente de responsabilidade. Ausência. Dano moral. Configuração. Indenização compensatória. Valor.A falha, não desconstituída, na prestação de serviços, pela empresa aérea, decorrente de cancelamento de voo sem aviso prévio e sem qualquer justificativa, que culmina prejuízos ao consumidor, possibilita o reconhecimento do ilícito apto a provocar a responsabilização e a obrigação de indenizar. Na fixação do valor da indenização por danos morais, devem ser levados em consideração a capacidade econômica do agente, seu grau de culpa ou dolo, a posição social ou política do ofendido e a intensidade da dor sofrida por este. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7072574-75.2021.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator (a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 13/06/2023(TJ-RO - AC: 70725747520218220001, Relator: Des. Rowilson Teixeira, Data de Julgamento: 13/06/2023)
Com relação ao valor indenizatório, em condenações desta natureza, deve o Juiz atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas. No caso em análise a autora, com o atraso do voo, passou a ter um voo 8 horas mais longo do que o contratado. E nem mesmo há prova de assistência mínima prestada ao consumidor, em flagrante descumprimento das normas da Resolução 400 da ANAC.
E no caso dos autos, sopesadas as circunstâncias, o atraso prejudicial à parte consumidora e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade o valor do dano moral obedece a tais parâmetros que constará da parte dispositiva.
DISPOSITIVO
Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial e, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC, EXTINGO O FEITO, com resolução do mérito, para o fim de:
CONDENAR a requerida a pagar à parte autora, a título de indenização por DANO MORAL, o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), atualizado monetariamente segundo fator de correção disponibilizado no site do TJRO e acrescido de juros de 1% ao mês (Súmula 362 do STJ e REsp nº 903258/RS), ambos a partir desta decisão.
Incabíveis custas e honorários advocatícios nesta fase.
Intimem-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.
ADVERTÊNCIAS (CPE OBSERVAR):
1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA;
2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95);

3) A PARTE QUE DESEJAR RECORRER À TURMA RECURSAL DEVERÁ RECOLHER, ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, CONTADOS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INOMINADO, 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.099/1995 E 23, C/C 12, DO REGIMENTO DE CUSTAS – LEI ESTADUAL Nº 3896/2016), SOB PENA DE DESERÇÃO. E NO CASO DA INSUFICIÊNCIA DO VALOR RECOLHIDO NÃO HAVERÁ INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PREPARO, NÃO SE APLICANDO O ART. 1.007, §2º, DO CPC ANTE A REGRA ESPECÍFICA DA LEI DOS JUIZADOS (ENUNCIADO 80-FONAJE E ART. 42, §1º, DA LEI Nº 9.099/1995;
4) CASO A PARTE RECORRENTE PRETENDA O BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DEVERÁ, NA PRÓPRIA PEÇA RECURSAL, EFETUAR O PEDIDO E JUNTAR DOCUMENTOS PARA DEMONSTRAR QUE O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS COMPROMETE SUA SOBREVIVÊNCIA, INDEPENDENTEMENTE DE TER FEITO O PEDIDO NA INICIAL OU CONTESTAÇÃO OU JUNTADO DOCUMENTOS ANTERIORMENTE, POIS A AUSÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO DEVE SER CONTEMPORÂNEO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO PREPARO;
5) A PARTE VENCIDA CONSIDERA-SE INTIMADA POR MEIO DESTA SENTENÇA PARA CUMPRIR O JULGADO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, CONTADOS DO TRÂNSITO EM JULGADO, SOB PENA DE PAGAR MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO OU DE COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA CONFORME O CASO (ART. 52, INC. III, IV, V E VI, DA LEI Nº 9.099/1995). O PRAZO FLUIRÁ AUTOMATICAMENTE, INDEPENDENTE DE NOVA INTIMAÇÃO;
6) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO, PELA PARTE VENCIDA, JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERADO INEXISTENTE, E NÃO SURTIR EFEITO, O PAGAMENTO REALIZADO POR MEIO DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ART. 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG;
7) HAVENDO PAGAMENTO VOLUNTÁRIO, DESDE LOGO FICA AUTORIZADA A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ EM FAVOR DA PARTE VENCEDORA, INDEPENDENTE DE NOVA CONCLUSÃO;
8) DECORRIDO O PRAZO PARA PAGAMENTO ESPONTÂNEO, NÃO HAVENDO MANIFESTAÇÃO DA PARTE VENCEDORA, ARQUIVE-SE;
9) NÃO OCORRENDO O PAGAMENTO E HAVENDO REQUERIMENTO DE EXECUÇÃO NOS PRÓPRIOS AUTOS PELA PARTE CREDORA, DEVIDAMENTE ACOMPANHADA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO (ELABORADA POR ADVOGADO OU PELA CENTRAL DE ATENDIMENTO, CONFORME A PARTE POSSUA OU NÃO ADVOGADO, COM INCLUSÃO DE 10% DE MULTA SOBRE O VALOR DO DÉBITO – ART. 523, §1º, DO CPC), A CPE DEVERÁ, ANTES DA CONCLUSÃO, ALTERAR A CLASSE PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NÃO HÁ INCIDÊNCIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE DE EXECUÇÃO DO JULGADO NA HIPÓTESE DE NÃO TER HAVIDO CONDENAÇÃO EM GRAU RECURSAL;
10) NO REQUERIMENTO DE EXECUÇÃO A PARTE CREDORA DEVE DIZER SE PRETENDE QUE A PESQUISA EM BASES DE DADOS PÚBLICOS E PRIVADOS PARA PRÁTICA DE ATOS DE PENHORA, REGISTRO E EXPROPRIAÇÃO (SISBAJUD E RENAJUD).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7082067-42.2022.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: MARIA HELENE LOPES DOS SANTOS
ADVOGADO DO REQUERENTE: LEONARDO FERREIRA DE MELO, OAB nº RO5959
REQUERIDO: CLARO S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: PAULA MALTZ NAHON, OAB nº PA16565, PROCURADORIA DA CLARO S.A.
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A autora narra que a requerida inscreveu seu nome na SERASA por fatura adimplida. Requer declaração de inexistência do débito (R$ 51,98) e indenização por danos morais (R$ 10.000,00).
A requerida argumenta que houve erro de digitação da fatura pela consumidora e por isso o débito ainda está pendente. Em relação ao dano moral, aduz que o débito não estava negativado, mas tão somente havia proposta de acordo na plataforma “Serasa Limpa Nome”, de forma que inexiste o dano na forma pretendida na inicial.
Decido.
A demanda envolve nítida relação de consumo e seu mérito deve ser interpretado à luz do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que a parte requerida é pessoa jurídica direcionada à prestação de serviços a seu destinatário final (parte autora), nos termos dos artigos 2º e 3º do aludido diploma legal.
Inobstante, veja-se que a razão está com a requerida.
Por simples comparação entre as linhas digitáveis da fatura (ID 88265979) e do comprovante de pagamento apresentado pela autora (ID 84260680), constata-se que elas não correspondem.
A situação, ora narrada, decorreu de confusão da própria autora, de modo que não há responsabilidade a ser imputada à requerida.
Não há que se declarar inexistente a fatura no valor de R$ 51,98, pois devida, tendo em vista que a requerida não recebeu o pagamento.
O pedido de danos morais não merece prosperar.
Além da cobrança ser devida, conforme dito, não há prova mínima da suposta negativação de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito.
A mera demonstração de “printscreen” de tela com proposta de acordo na plataforma “Serasa Limpa Nome” é insuficiente para demonstrar a existência de abalo moral.
Com efeito, não há como inferir a existência de dano moral presumido no caso em tela pela simples apresentação de extrato de “dívida atrasada” em programa de negociação de dívidas, disponível na plataforma “Serasa Limpa Nome”.
Nesse sentido julga a Turma Recursal Única deste PODER JUDICIÁRIO:
A plataforma do Serasa Limpa Nome não se confunde com o cadastro de maus pagadores, posto que é um meio negociação de débitos pendentes/antigos, sendo um banco de dados que não é dotado de ampla publicidade e nem de caráter desabonador. Para fins de pleito indenizatório fundado em inscrição negativa é necessário a juntada de documento oficial emitido pelos órgãos de proteção ao crédito. Ausente esta prova, não há que se falar em indenização por danos morais. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7060678-35.2021.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 12/12/2022).

CONSUMIDOR. COBRANÇA DÍVIDA ANTIGA. SERASA LIMPA NOME. NEGATIVAÇÃO NÃO COMPROVADA. DANOS MORAIS NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE JUNTADA DE CERTIDÃO OFICIAL EMITIDA POR ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. A plataforma do Serasa Limpa Nome não se confunde com o cadastro de maus pagadores, posto que é um meio de negociação de débitos pendentes/antigos, sendo um banco de dados que não é dotado de ampla publicidade e nem de caráter desabonador. Para fins de pleito indenizatório fundado em inscrição negativa é necessário a juntada de documento oficial emitido pelos órgãos de proteção ao crédito. Ausente esta prova, não há que se falar em indenização por danos morais. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7013375-25.2021.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 02/12/2022).

A condenação em dano moral pressupõe, além do nexo causal, a ocorrência de prejuízo ou aborrecimento significativo, o que não é a hipótese, já que a mera cobrança não acarretou repercussão negativa à imagem da parte autora perante terceiros ou de forma subjetiva, além de se tratar de débito devido.

A prestadora de serviços não deve ser responsabilizada porque está demonstrada a culpa exclusiva da consumidora (Art. 14, §3º, inc. II, do Código de Defesa do Consumidor), razão pela qual a improcedência dos pedidos iniciais é medida que se impõe.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS e com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, extingo o feito, com resolução de mérito.

Sem custas e sem honorários advocatícios nesta instância, haja vista tratar-se de decisão proferida em 1º grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995.

Após o trânsito em julgado, arquive-se.

Intimem-se.

Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.

ADVERTÊNCIAS (CPE OBSERVAR):

1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA;

2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95);

3) A PARTE QUE DESEJAR RECORRER À TURMA RECURSAL DEVERÁ RECOLHER, ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, CONTADOS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INOMINADO, 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.099/1995 E 23, C/C 12, DO REGIMENTO DE CUSTAS – LEI ESTADUAL Nº 3896/2016), SOB PENA DE DESERÇÃO. E NO CASO DA INSUFICIÊNCIA DO VALOR RECOLHIDO NÃO HAVERÁ INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PREPARO, NÃO SE APLICANDO O ART. 1.007, §2º, DO CPC ANTE A REGRA ESPECÍFICA DA LEI DOS JUIZADOS (ENUNCIADO 80-FONAJE E ART. 42, §1º, DA LEI Nº 9.099/1995;

4) CASO A PARTE RECORRENTE PRETENDA O BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DEVERÁ, NA PRÓPRIA PEÇA RECURSAL, EFETUAR O PEDIDO E JUNTAR DOCUMENTOS PARA DEMONSTRAR QUE O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS COMPROMETE SUA SOBREVIVÊNCIA, INDEPENDENTEMENTE DE TER FEITO O PEDIDO NA INICIAL OU CONTESTAÇÃO OU JUNTADO DOCUMENTOS ANTERIORMENTE, POIS A AUSÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO DEVE SER CONTEMPORÂNEO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO PREPARO.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7043307-92.2020.8.22.0001
EXEQUENTE: ESCORETAL ESCORAS EM ACO LTDA. - ME, CNPJ nº 06953341000168, RUA MIGUEL ÂNGELO 7890, (PARQUE DOS BURITIS) - DE 7537/7538 AO FIM ESCOLA DE POLÍCIA - 76824-812 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANDRE BARROS COSTA, OAB nº RO10873
EXECUTADO: AIRTON FAUSTO, CPF nº 51354438949, RUA GIOCONDA 4182 IGARAPÉ - 76824-378 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
A consulta ao Sistema RENAJUD localizou veículos em nome da parte devedora AIRTON FAUSTO que já possui restrições judiciais, de forma que a restrição por este Juízo seria inócua (tela anexa).
Com relação a parte INDÚSTRIA E COMÉRCIO METALURGICA FAUSTO LTDA ME não foram localizados veículos em nome da devedora. (tela anexa).
Efetuei a quebra de seu sigilo fiscal por meio do sistema INFOJUD, a qual, igualmente, restou negativa para ambos os requeridos.
A parte credora deverá, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito, indicando bens ou créditos da devedora passíveis de penhora, sob pena de extinção da execução/cumprimento de sentença e arquivamento.
Determino à CPE o acesso ao advogado habilitado nos autos aos documentos anexados à decisão.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-70007074542-43.2021.8.22.0001 - Cumprimento de sentença
REQUERENTE: MARCIA PATRICIA SOARES FARIAS, CPF nº 51587114291, RUA GERALDO SIQUEIRA 2455, - ATÉ 2485/2486 NOVA FLORESTA - 76807-188 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: CRISTIANA ALVES GOMES, OAB nº RO7514

REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
A parte foi instada a juntar a planilha de cálculo de acordo com a tabela do site do TJRO e não o fez.
Remetam-se os autos à contadoria. Deve ser acrescido 10% de multa ao débito.
Após retornem os autos para Sisbajud.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7071477-06.2022.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: NEIL ALINSON STAR MENDES DOMINGOS, RUA JOÃO GOULART 1056, - DE 1015/1016 A 1104/1105 NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-190 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: JUSCELINO MORAES DO AMARAL, OAB nº RO4405, RYAN MARQUES DE OLIVEIRA MEDEIROS, OAB nº RO9711, JORGE AVELINO LIMA DO AMARAL, OAB nº RO10555, OLAVO RIVERO DO AMARAL, OAB nº RO11707
REU: MIDWAY S.A.- CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, AVENIDA CASA VERDE 327, 2 ANDAR - ANEXO A CASA VERDE - 02519-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO, OAB nº PE42379, THIAGO MAHFUZ VEZZI, OAB nº AL11937
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A parte requerente ajuizou a presente ação em desfavor do banco requerido em que pleiteou em sede de tutela de urgência antecipada o desbloqueio de sua conta digital e do valor de R$ 1.350,49 depositados e indenização por danos morais de R$ 10.000,00. Narra que houve bloqueio injustificado da sua conta e do valor depositado, prejudicando aquisição de produtos no comércio local e sua subsistência. Ao procurar a via administrativa, alega que foi informado que o bloqueio ocorreu por fraude, mas não especificava qual a fraude ou efetuava o desbloqueio.
A tutela de urgência antecipada foi deferida, conforme ID 82686138.
O requerido, em contestação, sustenta que o bloqueio foi legítimo em atendimento à Resolução 147/21 do BACEN sobre o Mecanismo Especial de devolução pix. Assevera que houve contestação de transação realizada entre conta do requerente existente na instituição NU PAGAMENTOS de mesma titularidade. Argumenta que a situação narrada não causa abalo moral indenizável. Pugna pela improcedência dos pedidos iniciais.
Inexistentes questões preliminares, passo ao mérito.
Diverso do que alega a parte demandada, a relação entre as partes é de consumo, enquadrando-se nos conceitos de consumidor e de prestadora de serviços bancários, estabelecidos nos arts. 2º e 3º, §2º, da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e sob essa ótica será analisada.
É incontroverso nos autos que houve o bloqueio da conta digital do autor e do valor de R$ 1.350,49.
O argumento do requerido de que o fez por suspeita de fraude não merece acolhimento, posto que houve uma transferência entre contas de mesma titularidade.
Além disso, o autor procurou a parte requerida na via administrativa, contudo, a requerida não se esforçou para resolver a problemática ou sanar a dúvida de fraude, consoante áudio anexo ao ID 82352962.
Evidente que a conduta da instituição financeira gerou transtornos e aborrecimentos passíveis de reparação por danos morais. Falhou o serviço prestado e a responsabilidade deve ser apurada na forma do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor, ou seja, de forma objetiva.
Os danos morais estão consubstanciados no sentimento de frustração e indignação que o fato causa àquele que fica privado de exercer a manutenção de sua subsistência por conta de não ter acesso aos valores que lhes são de direito. São evidentes o desgaste emocional e o estresse suportado pela parte autora na busca de seus direitos.
Pontue-se que o bloqueio ocorreu em 03 de outubro de 2022 e o desbloqueio se deu apenas em 01 de novembro de 2022, conforme informado em defesa, após a concessão de tutela de urgência por este Juízo, de modo que a parte autora ficou privada do valor por quase um mês.
Nesse sentido:
CONSUMIDOR. FALHA DE SAQUE NO TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO. PERDA PATRIMONIAL PROLONGADA. DANO MATERIAL COMPROVADO. DANO MORAL COMPROVADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7030150-86.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Audarzean Santana da Silva, Data de julgamento: 18/11/2021).
O comportamento da parte requerida em todo o episódio foi inteiramente injustificável e provocaria, não só na parte autora como em qualquer pessoa mediana, evidente sofrimento moral, por ferir seu sentimento íntimo de dignidade e de consideração, valores que devem presidir as relações jurídicas consumeristas.
Presente o dano moral, devem ser observados os parâmetros norteadores do valor da indenização, quais sejam, a capacidade econômica dos agentes, as condições sociais do ofendido, o grau de reprovabilidade da conduta, bem como a proporcionalidade.
O valor a ser recebido a título de indenização não pode ser tão alto a ponto de levar a um enriquecimento sem causa por parte da parte consumidora, mas também não pode ser tão baixo a ponto de não cumprir o seu papel punitivo e pedagógico em relação à parte causadora da lesão, motivo pelo qual fixo quantia justa e razoável exposta no dispositivo.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO INICIAL e com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, extingo o feito, com resolução de mérito para o fim de:
a) CONDENAR a parte requerida a pagar à parte requerente o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, já atualizado nesta data (súmula 362 do STJ e REsp 90325), incidindo correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (INPC) e com juros simples de 1% (um por cento) ao mês, ambos a partir desta data;

b) CONFIRMAR a tutela de urgência antecipada, concedida em caráter incidental – ID 82686138.
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta instância, haja vista tratar-se de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995.
Intimem-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.
ADVERTÊNCIAS (CPE OBSERVAR):
1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA;
2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95);
3) A PARTE QUE DESEJAR RECORRER À TURMA RECURSAL DEVERÁ RECOLHER, ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, CONTADOS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INOMINADO, 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.099/1995 E 23, C/C 12, DO REGIMENTO DE CUSTAS – LEI ESTADUAL Nº 3896/2016), SOB PENA DE DESERÇÃO. E NO CASO DA INSUFICIÊNCIA DO VALOR RECOLHIDO NÃO HAVERÁ INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PREPARO, NÃO SE APLICANDO O ART. 1.007, §2º, DO CPC ANTE A REGRA ESPECÍFICA DA LEI DOS JUIZADOS (ENUNCIADO 80-FONAJE E ART. 42, §1º, DA LEI Nº 9.099/1995;
4) CASO A PARTE RECORRENTE PRETENDA O BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DEVERÁ, NA PRÓPRIA PEÇA RECURSAL, EFETUAR O PEDIDO E JUNTAR DOCUMENTOS PARA DEMONSTRAR QUE O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS COMPROMETE SUA SOBREVIVÊNCIA, INDEPENDENTEMENTE DE TER FEITO O PEDIDO NA INICIAL OU CONTESTAÇÃO OU JUNTADO DOCUMENTOS ANTERIORMENTE, POIS A AUSÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO DEVE SER CONTEMPORÂNEO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO PREPARO;
5) A PARTE VENCIDA CONSIDERA-SE INTIMADA POR MEIO DESTA SENTENÇA PARA CUMPRIR O JULGADO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, CONTADOS DO TRÂNSITO EM JULGADO, SOB PENA DE PAGAR MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO OU DE COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA CONFORME O CASO (ART. 52, INC. III, IV, V E VI, DA LEI Nº 9.099/1995). O PRAZO FLUIRÁ AUTOMATICAMENTE, INDEPENDENTE DE NOVA INTIMAÇÃO;
6) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO, PELA PARTE VENCIDA, JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERADO INEXISTENTE, E NÃO SURTIR EFEITO, O PAGAMENTO REALIZADO POR MEIO DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ART. 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG;
7) HAVENDO PAGAMENTO VOLUNTÁRIO, DESDE LOGO FICA AUTORIZADA A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ EM FAVOR DA PARTE VENCEDORA, INDEPENDENTE DE NOVA CONCLUSÃO;
8) DECORRIDO O PRAZO PARA PAGAMENTO ESPONTÂNEO, NÃO HAVENDO MANIFESTAÇÃO DA PARTE VENCEDORA, ARQUIVE-SE;
9) NÃO OCORRENDO O PAGAMENTO E HAVENDO REQUERIMENTO DE EXECUÇÃO NOS PRÓPRIOS AUTOS PELA PARTE CREDORA, DEVIDAMENTE ACOMPANHADA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO (ELABORADA POR ADVOGADO OU PELA CENTRAL DE ATENDIMENTO, CONFORME A PARTE POSSUA OU NÃO ADVOGADO, COM INCLUSÃO DE 10% DE MULTA SOBRE O VALOR DO DÉBITO – ART. 523, §1º, DO CPC), A CPE DEVERÁ, ANTES DA CONCLUSÃO, ALTERAR A CLASSE PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NÃO HÁ INCIDÊNCIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE DE EXECUÇÃO DO JULGADO NA HIPÓTESE DE NÃO TER HAVIDO CONDENAÇÃO EM GRAU RECURSAL;
10) NO REQUERIMENTO DE EXECUÇÃO A PARTE CREDORA DEVE DIZER SE PRETENDE QUE A PESQUISA EM BASES DE DADOS PÚBLICOS E PRIVADOS PARA PRÁTICA DE ATOS DE PENHORA, REGISTRO E EXPROPRIAÇÃO (SISBAJUD E RENAJUD).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7082404-31.2022.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: ABILIO ALBERTO SILVA LEITE IKEZIRI, RUA DAS ASSOCIAÇÕES 2756, APTO 103B COSTA E SILVA - 76803-520 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: VINICIUS SOARES SOUZA, OAB nº RO4926, LUCILAINE LUZIA MOREIRA FUSCA, OAB nº RO7941
REU: INSTITUTO JOAO NEORICO, RUA DOM PEDRO II, 4º ANDAR, SALA 405 E 407, EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL 637, - DE 8834/8835 A 9299/9300 CENTRO - 76801-006 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: TIAGO FAGUNDES BRITO, OAB nº RO4239
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
O autor afirma ter sofrido danos materiais e morais em razão do encerramento das atividades acadêmicas da requerida. Aduz que diante do fechamento teve que buscar outra IES a fim de dar seguimento ao curso de direito. Requer, por fim, a restituição do valor desembolsado a título de estacionamento referente aos 40 meses de estudo, bem como indenização por danos morais.
O autor juntou aos autos aditamento da inicial após a citação da requerida, no mesmo dia da audiência de conciliação.
A requerida, em contestação, arguiu preliminar de não concordância com o aditamento intempestivo, bem como, caso aceito o acolhimento requer a devolução do prazo para defesa. No mérito, alega que com a redução do quadro de aluno em razão da pandemia da COVID-19 teve situação de inadimplência em massa, comprometendo a sustentabilidade financeira da instituição. Requer a improcedência dos pedidos iniciais.
Pois bem.
Preliminarmente, indefiro pedido de aditamento da inicial, tendo em vista que realizado após a citação da requerida, bem como no mesmo dia da audiência de conciliação. O aditamento poderá ocorrer livremente a critério do Autor até a citação. Porém, sendo posterior a citação, o Autor poderá aditar a inicial até o saneamento do processo e desde que haja a concordância do Réu, conforme previsto no art. 329 do CPC. No caso dos autos não houve concordância da requerida, bem como a alteração da causa de pedir e pedidos alteraria completamente o andamento processual, eis que o autor requer a inclusão de duas requeridas no polo passivo, não podendo o pedido ser deferido.

Do contexto dos autos, tenho que os pedidos autorais são improcedentes.
O autor não logrou êxito em comprovar os danos materiais, tendo em vista que se tratam de indenização de valores que ainda poderão ocorrer, pois requer a indenização de 40 meses de estacionamento.
O pedido de indenização por danos materiais não pode existir sobre valores que não foram comprovados os gastos, sendo estes improcedentes.
Não procede o pedido de indenização por dano moral pretendido pelo autor. Isto porque, não visualizo fato ou circunstância que habilite o reconhecimento da indenização pretendida.
Dos autos, vejo que o autor logrou êxito em se matricular em outra instituição de ensino superior para cursar o semestre 2022.2, isso na mesma época em que cursaria na faculdade requerida. Ainda, verifico que nessa outra instituição, o autor se matriculou como acadêmico bolsista, com abatimento de 20% sobre o valor das mensalidades do referido semestre. Ou seja, ao que tudo indica, a mudança de instituição foi vantajosa ao autor.
O autor, ainda, alega que sofreu grave prejuízo por não obter, junto a nova faculdade, 100% de aproveitamento das disciplinas já cursadas. Contudo, nada há nos autos nada que comprove tal alegação.
Portanto, não visualizo situação de maior relevo que justifique a condenação por dano moral. Sequer foi relatado um desgaste desarrazoado, no âmbito administrativo, com a requerida.
Destarte, a improcedência do pedido de indenização por dano moral é medida que se impõe.
Deixo de condenar o requerente em litigância de má-fé, pois não demonstrada, de forma cabal, a ocorrência de quaisquer das hipóteses do artigo 80 do CPC.
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS e, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, EXTINGO O FEITO, com resolução do mérito,
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta instância, haja vista tratar-se de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995.
Após o trânsito em julgado, arquive-se.
Intimem-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.
ADVERTÊNCIAS (CPE OBSERVAR):
1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA;
2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95);
3) A PARTE QUE DESEJAR RECORRER À TURMA RECURSAL DEVERÁ RECOLHER, ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, CONTADOS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INOMINADO, 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.099/1995 E 23, C/C 12, DO REGIMENTO DE CUSTAS – LEI ESTADUAL Nº 3896/2016), SOB PENA DE DESERÇÃO. E NO CASO DA INSUFICIÊNCIA DO VALOR RECOLHIDO NÃO HAVERÁ INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PREPARO, NÃO SE APLICANDO O ART. 1.007, §2º, DO CPC ANTE A REGRA ESPECÍFICA DA LEI DOS JUIZADOS (ENUNCIADO 80-FONAJE E ART. 42, §1º, DA LEI Nº 9.099/1995;
4) CASO A PARTE RECORRENTE PRETENDA O BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DEVERÁ, NA PRÓPRIA PEÇA RECURSAL, EFETUAR O PEDIDO E JUNTAR DOCUMENTOS PARA DEMONSTRAR QUE O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS COMPROMETE SUA SOBREVIVÊNCIA, INDEPENDENTEMENTE DE TER FEITO O PEDIDO NA INICIAL OU CONTESTAÇÃO OU JUNTADO DOCUMENTOS ANTERIORMENTE, POIS A AUSÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO DEVE SER CONTEMPORÂNEO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO PREPARO.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7089069-63.2022.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTES: SEBASTIANA ANDREIA LOBO RELVAS PEREIRA, RUA SENADOR FÁBIO LUCENA 2031 NOVA HUMAITÁ - 69800-000 - HUMAITÁ - AMAZONAS, ALEXANDRO RELVAS PEREIRA, RUA SENADOR FÁBIO LUCENA 2031 NOVA HUMAITÁ - 69800-000 - HUMAITÁ - AMAZONAS
ADVOGADO DOS REQUERENTES: RAONI FRANCISCO LOPES GAMA, OAB nº RO9782
REQUERIDO: LATAM AIRLINES GROUP S/A, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA, OAB nº RO3434, FABIO RIVELLI, OAB nº BA34908, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
Trata-se de ação de indenização por danos materiais e por danos morais decorrentes de cancelamento de voo da requerida.
A requerida, em sua defesa, pede a improcedência dos pedidos iniciais.
Não obstante o andamento processual desenvolvido, verifico que a lide não deve prosseguir neste Juizado Especial.
As partes autoras declararam na inicial residir na Rua Senador Fábio Lucena, 2031, Nova Humaitá – AM. CEP: 69.800-000, mesmo endereço da procuração – ID 85486585. Não trouxeram aos autos o comprovante de residência.
O contrato de transporte firmado entre as partes deveria ser cumprido em Buenos Aires, conforme passagem aérea ID 85486586, não havendo sequer conexão em Porto Velho.
Assim, deve ser declarada a incompetência territorial, posto que no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, em regra, a competência territorial é fixada pelo domicílio da parte requerida, com foro prevalente, ou pelo domicílio do autor ou do local do ato ou fato nas ações de reparação civil por danos, nos termos do artigo 4º, da Lei 9.099/95. Outrossim, tem-se que ação oriunda de relação de consumo pode ser proposta no domicílio do autor/consumidor, nos termos do art. 101, I, do CDC.

É cediço, no entanto, que as normas de ordem pública previstas no CDC têm por finalidade facilitar a defesa do consumidor, o que não significa que lhe é outorgada a possibilidade de escolha aleatória do foro de propositura da ação com o fito de furtar-se ao juízo estabelecido na lei processual, prejudicar a defesa do réu ou auferir vantagem com jurisprudência favorável de determinado Tribunal Estadual.
Assim, dentre as possibilidades previstas em lei, deve o consumidor optar por aquela que lhe seja mais favorável, respeitando as regras legais de distribuição de competência e o princípio do juiz natural.
Em que pese tratar-se de competência territorial relativa é possível, dentro do Sistema dos Juizados Especiais, o seu reconhecimento de ofício.
Tal autorização está prevista no FONAJE de nº 89: "A incompetência territorial pode ser reconhecida de ofício no sistema de juizados especiais cíveis (XVI Encontro – Rio de Janeiro/RJ).", visando a melhor prestação jurisdicional em consonância com as regras de competência dispostas na Lei 9.099/1995, em vista do relevante interesse público.
Desta forma, compulsados os autos, inexiste regra capaz de determinar a competência do juízo de Porto Velho/RO, devendo ser reconhecida a incompetência do foro escolhido pela parte autora, posto que não foi comprovado o domicílio nesta Comarca, que também não figura como o local do dano.
Ante o exposto, nos termos da fundamentação retro, DECLARO DE OFÍCIO A INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL E JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do artigo 51, III, da Lei 9.099/1995.
Sem custas e sem honorários advocatícios na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995.
Transitada em julgado, arquive-se.
Intimem-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.
ADVERTÊNCIAS (CPE OBSERVAR):
1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA;
2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95);
3) A PARTE QUE DESEJAR RECORRER À TURMA RECURSAL DEVERÁ RECOLHER, ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, CONTADOS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INOMINADO, 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.099/1995 E 23, C/C 12, DO REGIMENTO DE CUSTAS – LEI ESTADUAL Nº 3896/2016), SOB PENA DE DESERÇÃO. E NO CASO DA INSUFICIÊNCIA DO VALOR RECOLHIDO NÃO HAVERÁ INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PREPARO, NÃO SE APLICANDO O ART. 1.007, §2º, DO CPC ANTE A REGRA ESPECÍFICA DA LEI DOS JUIZADOS (ENUNCIADO 80-FONAJE E ART. 42, §1º, DA LEI Nº 9.099/1995;
4) CASO A PARTE RECORRENTE PRETENDA O BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DEVERÁ, NA PRÓPRIA PEÇA RECURSAL, EFETUAR O PEDIDO E JUNTAR DOCUMENTOS PARA DEMONSTRAR QUE O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS COMPROMETE SUA SOBREVIVÊNCIA, INDEPENDENTEMENTE DE TER FEITO O PEDIDO NA INICIAL OU CONTESTAÇÃO OU JUNTADO DOCUMENTOS ANTERIORMENTE, POIS A AUSÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO DEVE SER CONTEMPORÂNEO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO PREPARO.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7006241-73.2023.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: MAILSON ALVES DOS SANTOS, RUA PERIQUITOS 354, QD 06, LT 28 JARDIM ELDORADO - 76811-692 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RODRIGO DE SOUZA COSTA, OAB nº RO8656
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6490, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
SENTENÇA
Relato da parte autora: Narra a parte autora que adquiriu passagem de Porto Velho a Fortaleza, com conexão em Manaus e Recife, saindo dia 13/12/2022 às 22h40 e chegando dia 14/12/2022 por volta das 09h25. Ocorre após já ter realizado o check-in e estar aguardando na sala de embarque para realizar sua conexão de Recife para Fortaleza, a empresa ré cancelou seu voo.
Alega que devido o cancelamento, foi realocada em um voo que chegaria ao seu destino somente as 19h15 do dia 14/12/2022, com cerca de 10 horas de atraso. Além de todo o aborrecimento gerado pelo atraso, teve sua bagagem danificada pela empresa ré. Requer o pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 15.000,00, bem como o valor de R$ 704,69 a título de danos matérias.
Defesa da parte ré: Alega que o voo da autora necessitou ser cancelado pela ocorrência de problemas técnicos, afastando o dever de indenizar, até porque a situação experimentada não passa de mero aborrecimento. Sustenta ter prestado assistência à parte autora. Pugna pela improcedência do pedido inicial.
Da prevalência do Código Brasileiro de Aeronáutica em detrimento do Código de Defesa do Consumidor
Houve relação de prestação de serviços firmada entre as partes, cujo objeto é a realização do transporte aéreo de passageiros, restando nítida a relação de consumo, com fornecedor e consumidor bem definidos nos moldes da conceituação trazida nos arts. 2º e 3º do CDC.
Malgrado a existência de legislação especial regulando a matéria, os dispositivos da legislação protetiva do consumidor são de observância imperativa, por se tratar de questão de ordem pública, diretamente ligada ao bem-estar social, sendo certo que, tendo sido a defesa do consumidor exigência expressa no texto constitucional (arts. 5º, inciso XXXII, e 170, inciso V), tal disposição não é passível de revogação, havendo imperatividade na sua aplicação.
Saliente-se, ainda, a responsabilidade objetiva pelo fato do serviço, nos termos do CDC, o que afasta a aplicação da Código Brasileiro de Aeronáutica, porquanto o serviço prestado ao consumidor é complexo, envolvendo diversas relações além do transporte em si.

Assim, o CDC goza da posição de norma de ordem pública interna, prevalecendo sobre as demais normas especiais, nos casos de antinomia direta.
Portanto, passo ao mérito
Consta dos autos que a parte autora/consumidora celebrou contrato de transporte com a empresa aérea, mas viu seu voo ser prejudicado.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei nº 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros.
O atraso do voo/trecho é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela parte ré em virtude de ocorrência de problemas técnicos.
Ocorre que tais hipóteses não configuram excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que houve tão somente a alteração unilateral do contrato firmado, caracterizando-se como má prestação do serviço.
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir, a requerida incorreu em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa da parte consumidora que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, do CDC.
Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais, em face aos desdobramentos fáticos narrados na petição inicial, que transbordaram o mero dissabor, independentemente da efetiva e cabal comprovação dos danos imateriais experimentados.
Com relação ao valor indenizatório, em condenações desta natureza, deve o Juiz atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.
A requerida comprovou ter fornecido assistência material ao passageiro, como jantar, lanche e café da manhã - ID 88619009 - p. 16.
O autor não impugnou a contestação.
Nesse ponto não deve ser considerado desvio produtivo, posto que a situação narrada em nada se amolda à Teoria do Desvio Produtivo que diz respeito à luta inglória do consumidor buscar seus direitos antes de ingressar em juízo, com reclamações pela via administrativa, esperas infindáveis na fila de atendimento das empresas, SAC, audiências no Procon, etc.
Sopesadas as circunstâncias, o atraso prejudicial à parte consumidora e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade o valor do dano moral obedece a tais parâmetros que constará da parte dispositiva.
Quanto ao dano material, referente a avarias constatadas na mala do autor entendo não ser cabível. O autor quer receber o valor de uma mala nova. Não há comprovação de que a mala tornou-se inutilizada para o fim a que se destina. A empresa requerida se prontificou a consertar a mala ou fornecer voucher e o autor recusou ambas as alternativas.
A requerida demonstrou que o autor optou por não aceitar a assistência material oferecida pela requerida, de modo que descabe agora condená-la a pagar uma mala nova.
Ressalto que o autor não impugnou a contestação.
Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial e, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC, EXTINGO O FEITO, com resolução do mérito, para o fim de:
CONDENAR a requerida a pagar à parte autora, a título de indenização por DANO MORAL, o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), atualizado monetariamente segundo fator de correção disponibilizado no site do TJRO e acrescido de juros de 1% ao mês (Súmula 362 do STJ e REsp nº 903258/RS), ambos a partir desta decisão.
Incabíveis custas e honorários advocatícios nesta fase.
Intimem-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.
ADVERTÊNCIAS (CPE OBSERVAR):
1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA;
2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95);
3) A PARTE QUE DESEJAR RECORRER À TURMA RECURSAL DEVERÁ RECOLHER, ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, CONTADOS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INOMINADO, 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.099/1995 E 23, C/C 12, DO REGIMENTO DE CUSTAS – LEI ESTADUAL Nº 3896/2016), SOB PENA DE DESERÇÃO. E NO CASO DA INSUFICIÊNCIA DO VALOR RECOLHIDO NÃO HAVERÁ INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PREPARO, NÃO SE APLICANDO O ART. 1.007, §2º, DO CPC ANTE A REGRA ESPECÍFICA DA LEI DOS JUIZADOS (ENUNCIADO 80-FONAJE E ART. 42, §1º, DA LEI Nº 9.099/1995;
4) CASO A PARTE RECORRENTE PRETENDA O BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DEVERÁ, NA PRÓPRIA PEÇA RECURSAL, EFETUAR O PEDIDO E JUNTAR DOCUMENTOS PARA DEMONSTRAR QUE O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS COMPROMETE SUA SOBREVIVÊNCIA, INDEPENDENTEMENTE DE TER FEITO O PEDIDO NA INICIAL OU CONTESTAÇÃO OU JUNTADO DOCUMENTOS ANTERIORMENTE, POIS A AUSÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO DEVE SER CONTEMPORÂNEO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO PREPARO;
5) A PARTE VENCIDA CONSIDERA-SE INTIMADA POR MEIO DESTA SENTENÇA PARA CUMPRIR O JULGADO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, CONTADOS DO TRÂNSITO EM JULGADO, SOB PENA DE PAGAR MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO OU DE COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA CONFORME O CASO (ART. 52, INC. III, IV, V E VI, DA LEI Nº 9.099/1995). O PRAZO FLUIRÁ AUTOMATICAMENTE, INDEPENDENTE DE NOVA INTIMAÇÃO;
6) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO, PELA PARTE VENCIDA, JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERADO INEXISTENTE, E NÃO SURTIR EFEITO, O PAGAMENTO REALIZADO POR MEIO DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ART. 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG;
7) HAVENDO PAGAMENTO VOLUNTÁRIO, DESDE LOGO FICA AUTORIZADA A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ EM FAVOR DA PARTE VENCEDORA, INDEPENDENTE DE NOVA CONCLUSÃO;
8) DECORRIDO O PRAZO PARA PAGAMENTO ESPONTÂNEO, NÃO HAVENDO MANIFESTAÇÃO DA PARTE VENCEDORA, ARQUIVE-SE;

9) NÃO OCORRENDO O PAGAMENTO E HAVENDO REQUERIMENTO DE EXECUÇÃO NOS PRÓPRIOS AUTOS PELA PARTE CREDORA, DEVIDAMENTE ACOMPANHADA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO (ELABORADA POR ADVOGADO OU PELA CENTRAL DE ATENDIMENTO, CONFORME A PARTE POSSUA OU NÃO ADVOGADO, COM INCLUSÃO DE 10% DE MULTA SOBRE O VALOR DO DÉBITO – ART. 523, §1º, DO CPC), A CPE DEVERÁ, ANTES DA CONCLUSÃO, ALTERAR A CLASSE PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NÃO HÁ INCIDÊNCIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE DE EXECUÇÃO DO JULGADO NA HIPÓTESE DE NÃO TER HAVIDO CONDENAÇÃO EM GRAU RECURSAL;
10) NO REQUERIMENTO DE EXECUÇÃO A PARTE CREDORA DEVE DIZER SE PRETENDE QUE A PESQUISA EM BASES DE DADOS PÚBLICOS E PRIVADOS PARA PRÁTICA DE ATOS DE PENHORA, REGISTRO E EXPROPRIAÇÃO (SISBAJUD E RENAJUD).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7001401-20.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: CLAYTON FRANKLIN REIS BRANDAO
ADVOGADO DO REQUERENTE: VALTER CARNEIRO, OAB nº RO2466
Polo Passivo: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: HELVIO SANTOS SANTANA, OAB nº SP353041, EVELYSE DAYANE STELMATCHUK, OAB nº PR100778, FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289, PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
DESPACHO
Ante ao caráter modificativo dos Embargos de Declaração, digam os Embargados em 5 dias.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7082111-61.2022.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTORES: SARA LUIZA GALVAO PEREIRA, RUA CARAMUJO CONCEIÇÃO - 76808-284 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, SARA LUIZA GALVAO PEREIRA 04499552141, SAO PAULO 1921, CASA AREAL - 76804-324 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: EMANUELE DE CASSIA BATISTA GOMES, OAB nº RO11294A
REQUERIDO: FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA., AV. BERNADINO DE CAMPOS 98, 4º ANDAR , SALA 28 PARAISO - 01018-020 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: CELSO DE FARIA MONTEIRO, OAB nº AL12449, Facebook Serviços Online do Brasil LTDA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A Autora ajuizou a presente ação contra a Requerida, alegando que teve sua conta do aplicativo Instagram suspensa pela Requerida, sem nenhum aviso prévio, acarretando prejuízo de ordem financeira e moral para a Autora que tem utilizado a plataforma como forma de atividade laboral de onde tira seu sustento. Assim, requereu antecipação da tutela para que a conta fosse restabelecida e, no mérito, a condenação da Requerida na obrigação de fazer; lucros cessantes e indenização por danos morais.
A antecipação da tutela foi concedida, porém, a Autora informa que a Requerida não cumpriu a decisão.
A Requerida contestou, afirmando que o Provedor de aplicações do serviço Instagram verificou que a perfil do Autora foi desativada em decorrência de infração contratual, atinente a direitos resguardados de terceiro, ao veicular conteúdo que violava propriedade intelectual. Portanto, devido à inobservância aos “Termos de Uso” e “Diretrizes da Comunidade” do Instagram pela Autora, o Provedor desabilitou a conta @luimportados2020, sustentada sob a URL https://www.instagram.com/luimportados2020/ em estrito cumprimento ao contrato celebrado com a Autora.
DECIDO.
Restou incontroverso que a parte autora teve seu perfil de usuário da plataforma Instagram desativada, cabendo analisar se houve justa causa para tanto.
Em sua peça de defesa a parte requerida afirma que o Provedor de Aplicações do Instagram está autorizado a promover as medidas necessárias e contratualmente previstas para manter a segurança e harmonia do respectivo serviço em caso de violação aos Termos de Uso ou Diretrizes da Comunidade. Entretanto, extrai-se que os argumentos trazidos pela parte Requerida são totalmente genéricos, não demonstrando a legitimidade do denominado controle de conteúdo que efetua.
Assim, a Requerida não se desincumbiu do seu ônus probatório, nos termos do artigo 373, II, do Código de Processo Civil, visto que não trouxe aos autos qualquer prova que demonstrasse a efetiva violação dos seus termos. Portanto, não tendo comprovado qualquer conduta inadequada da Autora a justificar a desativação da sua conta, não poderia a parte Requerida impedi-la de desenvolver sua atividade no âmbito da plataforma Instagram.
Além disto, ao verificar qualquer irregularidade no uso do aplicativo quanto aos conteúdos divulgados, deveria a Requerida ter procedido à notificação prévia da parte autora, para possibilitá-la o devido ajuste, porém, não lhe fora ofertada possibilidade de defesa.
Deste modo, embora seja assegurado à Requerida o direito de bloqueio do perfil de usuários, deve haver justa causa para a prática de tal ato, o que não restou demonstrado nos autos. Desta forma, mostra-se abusiva a desativação da referida conta da Autora, sob o fundamento de que houve violação dos Termos de Uso e Diretrizes da Comunidade do serviço Instagram, devendo ela ser restabelecida.
Quanto à ocorrência de dano moral, entendo que a desativação não motivada da conta da parte autora, cuja utilização se destinava à difusão dos seus trabalhos, aliada à dificuldade em resolver o problema, são infortúnios que repercutiram negativamente sobre suas atividades profissionais. Portanto, por certo sofreu perturbação de sua paz e tranquilidade de espírito, além de incômodo perante sua vida profissional, o que extrapola os limites do mero aborrecimento, justificando a condenação da Requerida ao pagamento de indenização por danos morais.

Nesse sentido, temos:
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPARAÇÃO DE DANOS - RESPONSABILIDADE CIVIL - REDE SOCIAL - CONTA- INDISPONIBILIDADE - BLOQUEIO INDEVIDO - LESÃO EXTRAPATRIMONIAL - CONFIGURAÇÃO - VALOR DA INDENIZAÇÃO - CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO. - O bloqueio da conta do perfil de usuário de rede social, sem causa justificada, assim como a desídia da Provedora em solucionar a interrupção do serviço, além de configurarem o rompimento anormal da execução do Contrato, materializam práticas deflagradoras de dano moral. - No arbitramento do valor indenizatório devem ser observados os critérios de proporcionalidade e razoabilidade, em sintonia com o ato lesivo e as suas repercussões. - A reparação pecuniária não pode servir como fonte de enriquecimento do indenizado, nem consubstanciar incentivo à reincidência do responsável pelo ilícito. V.V. - A responsabilidade civil é objetiva quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano importar, por sua natureza, em risco para os direitos de outrem, nos termos do parágrafo único do art. 927 do CC/02. - Embora a desativação temporária do perfil da autora na rede social tenha lhe causado transtornos, não há provas da ocorrência de um abalo tal que excedesse o mero dissabor a que ela estaria sujeita nas diversas situações do cotidiano. - O dano moral não pode ser banalizado e para a sua caracterização é necessária a comprovação de lesão à honra subjetiva do indivíduo. - Uma vez que a autora não comprovou os fatos constitutivos do direito alegado, ônus que lhe incumbia nos termos do art. 373, I, do CPC, deve ser reformada a sentença para afastar a condenação imposta ao réu de pagamento de indenização por danos morais. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.19.092865-5/001, Relator (a): Des.(a) Aparecida Grossi , Relator (a) para o acórdão: Des.(a) Roberto Vasconcellos, 17ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 07/05/2020, publicação da súmula em 11/05/2020).
Fixada a premissa de que a indenização por danos morais é devida, cumpre analisar o questionamento relativo ao quantum indenizatório, e, nesse contexto, esclareço que doutrina e jurisprudência inclinam-se no sentido de conferir à indenização por danos morais um caráter dúplice, tanto punitivo do agente quanto compensatório em relação à vítima. (PEREIRA, Caio Mário da Silva. Responsabilidade Civil, Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1989, p. 67.).
A vítima de lesões a direitos de natureza extrapatrimonial deve receber uma soma que lhe compense a dor e a humilhação sofrida, a ser arbitrada segundo as circunstâncias do caso concreto. Não deve ser fonte de enriquecimento, tampouco inexpressiva.
Nesse cenário, atento aos parâmetros supramencionados, notadamente aos critérios punitivo e compensatório da reparação moral, fixarei a quantia na parte dispositiva, entendendo ser adequada às circunstâncias do caso concreto.
Quanto aos lucros cessantes, é certo que a Autora teve prejuízos com desativação de sua conta, a qual utilizava para tirar seu sustento, visto que não pôde mais divulgar seus produtos. Todavia, o faturamento mensal da Autora antes do bloqueio da sua conta, no valor de R$ 3.910,39, não é critério fidedigno para afirmar que esta era a média de faturamento dos meses anteriores, com o fim de demonstrar que deixou de faturar o valor de R$ 2.909,39 nos meses seguintes ao referido bloqueio.
De acordo com o art. 402 do Código Civil, os lucros cessantes são indenizáveis, não havendo como negar, no caso, que a Autora vem sofrendo prejuízos em seus negócios, decorrentes do bloqueio infundado de sua conta. Dessa forma, com o fim de compensar os prejuízos sofridos nesse sentido, arbitro o valor de R$ 1.000,00 de lucros cessantes por mês, desde novembro/2022 até a presente data, perfazendo um montante de R$ 8.000,00, levando-se também em conta a resistência da Requerida em restabelecer o perfil da Autora.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial e, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por extinto o feito com resolução de mérito, para o fim de:
a) CONDENAR a Requerida na OBRIGAÇÃO DE FAZER, no sentido de restabelecer a conta do Instagram da Autora @luimportados2020, no prazo de 48 horas a contar da intimação desta decisão, independentemente do trânsito em julgado, confirmando a tutela provisória de urgência concedida em caráter antecedente (ID 85380196) e, em razão do seu descumprimento, majoro a multa diária para R$ 600,00, limitada a R$ 12.000,00, para o caso de novo descumprimento, sem prejuízo de outras medidas tendentes ao efetivo cumprimento desta decisão.
A intimação para a obrigação de fazer deve ser realizada pessoalmente, nos termos da Súmula 410 do STJ;
b) CONDENAR a Requerida a pagar a Autora o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), a título de lucros cessantes, corrigido monetariamente pelos índices adotados pelo TJRO, a partir da data do ajuizamento da ação e acrescida de juros de 1% ao mês a contar da citação, e
c) CONDENAR a Requerida a pagar à Autora o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), a título de indenização por dano moral, que deverá ser corrigido pelos índices adotados pelo TJRO e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, ambos a contar desta data.
Sem custas e honorários advocatícios nesta fase (art. 55, da Lei nº 9.099/1995).
Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se do dia seguinte à intimação, salvo quando houver intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, em que se obedecerá a regra própria.
As partes devem comunicar alterações de endereços, sob pena de considerar-se válido e eficaz carta/mandado enviado para o endereço informado nos autos (art. 19, §2º, da Lei no 9.099/1995).
A parte que desejar recorrer à Turma Recursal deverá recolher, até 48 (quarenta e oito) horas, contados da interposição do recurso inominado, 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/1995 e 23, c/c 12, do Regimento de Custas – Lei estadual no 3896/2016), sob pena de deserção. E no caso da insuficiência do valor recolhido não haverá intimação para complementação do preparo, não se aplicando o art. 1.007, §2º, do CPC ante a regra específica da lei dos juizados (Enunciado 80-FONAJE e art. 42, §1, da Lei no 9.099/1995).
Caso a parte recorrente pretenda o benefício da assistência judiciária, deverá, na própria peça recursal, efetuar o pedido e juntar documentos para demonstrar que o recolhimento das custas compromete sua sobrevivência, independentemente de ter feito o pedido na inicial ou contestação ou juntado documentos anteriormente, pois a ausência de recurso financeiro deve ser contemporânea ao recolhimento das custas do preparo.
A parte vencida considera-se intimada por meio desta sentença para cumpri-la no prazo de 15 (quinze) dias, contados do trânsito em julgado, sob pena de pagar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação ou de cominação de multa diária conforme o caso (art. 52, inc. III, IV, V e VI, da Lei nº 9.099/1995). Assim, a intimação desta decisão é suficiente para o cumprimento voluntário da sentença, após o trânsito em julgado, pois não haverá nova intimação para tanto.
No requerimento de execução a parte credora deverá dizer se pretende a pesquisa em bases de dados públicos e privados para prática de atos de penhora, registro e expropriação (SISBAJUD e RENAJUD).
Após o trânsito em julgado, arquive-se.
Intimem-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7068260-52.2022.8.22.0001
Requerente: WALTERNEY DIAS DA SILVA JUNIOR e outros
Advogados do(a) AUTOR: JOSE HERMINO COELHO JUNIOR - RO10010, WALTERNEY DIAS DA SILVA JUNIOR - RO10135
Requerido(a): ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogados do(a) REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664, KESIA SILVA OLIVEIRA - PB25948
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7086887-07.2022.8.22.0001
Requerente: MARIA LUIZA BEZERRA NEPOMUCENO
Advogados do(a) AUTOR: CAMILA MARIANA FERNANDES DO VALLE TONIAL - RO11771, HILANDER FREITAS DE ALMEIDA - RO10668, NAYLIN NICOLLE PAIXAO NUNES - RO9228
Requerido(a): GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) REU: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7006435-73.2023.8.22.0001
Requerente: SHARON LINE AMARAL BENTO
Requerido(a): TAM LINHAS AÉREAS S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: FABIO RIVELLI - RO6640
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7035534-88.2023.8.22.0001
REQUERENTE: HYAGO NASCIMENTO COELHO
Advogados do(a) REQUERENTE: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO - RO4783, SANDRA FLORENTINO - RO11795
REQUERIDO: LATAM AIRLINES GROUP S/A
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7025758-64.2023.8.22.0001
AUTOR: LEONARDO AUGUSTO ALEXANDRINO DE OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: CARMERINDA ELAINE DA SILVA - RO12026
REU: EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
Intimação PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA
(REDESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA)
Finalidade: Intimação para audiência de conciliação por videoconferência

Esta publicação tem por finalidade intimar o(s) advogado(s) da(s) parte(s) acima identificado(s) para que participe(m) da audiência de conciliação a ser realizada por videoconferência (via WhatsApp), bem como assegure(m) que seu(s) constituinte(s) também compareça(m).
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA: 23/08/2023 12:30 (horário de Rondônia)
Caso ainda não o tenha(m) feito, fica(m) também intimado(s) a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o(s) contato(s) telefônico(s) indicado(s) para a realização da videoconferência (com o aplicativo WhatsApp), sob pena de o processo ser movimentado para deliberação judicial para providências quanto à extinção do processo (no caso de inércia da parte requerente) ou quanto à consideração de recusa do demandado à participação na audiência (art. 23 da Lei nº 9.099/95).
COMO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e horário marcados.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o aplicativo WhatsApp de seu celular ou no computador, a partir do link https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br. Se necessário, poderá ser utilizado o aplicativo Hangouts Meet (art. 7°, III, Prov. 018/2020-CG);
2. Estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do

PODER JUDICIÁRIO (art. 7°, V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar-lhe da audiência por videoconferência e orientá-la sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7°, II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação (art. 7°, IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir (art. 7°, VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
6. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado (art. 7°, X, Prov. 018/2020-CG);
7. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais (art. 7°, XI, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial (art. 7°, XII, Prov. 018/2020-CG);
9. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7°, XVIII, Prov. 018/2020-CG);
10. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual (art. 7º, XIX, Prov. 018/2020-CG);
11. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial (art. 7°, XIII, Prov. 018/2020-CG.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7°, I, Prov. 018/2020-CG);
2. A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil). (art. 7°, VIII, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada (art. 7°, XIV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada (art. 7°, XV, Prov. 018/2020-CG);
5. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca (art. 7°, XX, Prov. 018/2020-CG).
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - CEJUSC:
E-mail: cejusc_jecc@tjro.jus.br
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7085910-15.2022.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível

REQUERENTE: EVELENE LATIFE LIBDY MANSOUR PRADO, RUA JORUBATUBA 6533 AEROCLUBE - 76811-062 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MAIRA BENARROSH MACEDO, OAB nº RO9402, ARTHUR NOGUEIRA PRADO, OAB nº RO10311, FELIPE NADR ALMEIDA EL RAFIHI, OAB nº RO6537, RAFAEL BALIEIRO SANTOS, OAB nº RO6864, MATHEUS FIGUEIRA LOPES, OAB nº RO6852, ADEMIR JUNIOR RIBEIRO DE SANTANA, OAB nº RO12599
REQUERIDO: BANCO PAN S.A., AV. 7 DE SETEMBRO 508, INEXISTENTE CENTRO - 78900-005 - NÃO INFORMADO - ACRE
ADVOGADOS DO REQUERIDO: MARIA DE LOURDES DE SOUZA, OAB nº RN1340, JOAO VITOR CHAVES MARQUES DIAS, OAB nº CE30348, PROCURADORIA BANCO PAN S.A
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
Trata-se de declaratória de inexistência do débito, no valor de R$ 257,33 cumulada com pedido de indenização por danos morais no valor de R$ 10.000,00. A parte autora afirma que seu nome foi inscrito pela parte da requerida nos órgãos de proteção ao crédito por contrato que se encontrava quitado.
A parte requerida pugna pela improcedência dos pedidos iniciais sob o argumento de que houve contratação de empréstimo pessoal pela parte autora.
Da preliminar de incompetência do juízo - complexidade da causa
A complexidade da causa deve ser apurada levando-se em conta a prova a ser produzida e não a matéria discutida.
No caso, os elementos de prova são suficientes para a formação do convencimento jurisdicional, o que encontra respaldo no art. 5º da Lei 9.099, de 1995.
Assim, entendo que não há necessidade de prova pericial diante das provas produzidas, conforme o disposto nos artigos 464, II, e 472, ambos do Novo Código de Processo Civil. Ressalte-se que o processo possui caráter instrumental, não podendo servir de óbice à efetiva prestação jurisdicional. Além disso, o art. 33 da Lei 9.099, de 1995 permite ao magistrado a limitação das provas que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
Dessa forma, rejeito a preliminar e firmo a competência deste Juizado Especial.
Passo ao mérito.
Em análise aos fatos narrados e documentos apresentados, verifica-se que o pedido inicial é procedente em parte.
A relação entre as partes é de consumo, enquadrando-se nos conceitos de consumidor e de prestadora de serviços, estabelecidos nos arts. 2º e 3º da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), e sob essa ótica será analisada.
É incontroverso nos autos que o CPF da parte autora foi lançado nos cadastros de mau pagadores em razão da dívida no valor de R$ 257,33, além disso, há certidão da Serasa anexa ao ID 85015370.
A autora efetuou o pagamento do débito junto à requerida em 22/11/2022, a inclusão ocorreu em 11/06/2022, de modo que certidão anexa demonstra que no dia 06/12/2022 a restrição ainda permanecia.
Conclui-se que, considerando o pagamento realizado dia 22/11/2022 (ID. 85015371) e a baixa em 09/01/2023 (ID.85669820), a manutenção da inscrição em nome da autora se deu por aproximadamente 40 dias. Período ínfimo, em especial, se comparado com a inadimplência da requerente que perdurou por quatro meses, vez que o débito venceu em 10/07/2022 (ID. 88501026).
A manutenção indevida pelo curto período, conforme comprovado no feito, trata de mero dissabor, corriqueiro da vida cotidiana em sociedade. A indenização por danos morais se impõe para situações excepcionais e graves, que fogem a problemas cotidianos ordinários, maculando as honras objetiva ou subjetiva do indivíduo de modo sério e substancial.
Da análise fática percebe-se facilmente que não é esta a dor experimentada pela autora, até porque, conforme dito, possuía um longo histórico de inadimplência (ID. 88501029) e contribuiu para a situação narrada. Nesse sentido:
RECURSO INOMINADO. DÍVIDA PAGA APÓS O VENCIMENTO. MANUTENÇÃO EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. CURTO PERÍODO DE TEMPO. DANO MORAL NÃO CONFIGURAÇÃO. Em que pese indevida, a manutenção em registro de cadastro de inadimplentes por curto período de tempo, é insuficiente, por si só, para ensejar direito de indenização por dano moral. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7001018-41.2020.822.0003, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 15/02/2022).
Consumidor. Débito quitado após o vencimento. Cobrança. Manutenção Indevida. Curto Período de Tempo. Dano Moral. Não Configurado. Recurso Provido. A manutenção indevida em registro de cadastro de inadimplentes por curto período de tempo, é insuficiente, por si só, para ensejar direito de indenização por dano moral. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7004593-97.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator (a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 27/11/2019).
A autora não produziu prova suficiente quanto ao fato constitutivo de seu direito, consoante dispõe o art. 373, I, do CPC, a improcedência do pedido é medida que se impõe.
Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL e com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por extinto o feito com resolução de mérito, apenas para confirmar a antecipação de tutela de urgência concedida em caráter incidental – ID 85089664.
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta instância, na forma da lei.
Transitada em julgado esta sentença, arquive-se.
Intimem-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.
ADVERTÊNCIAS (CPE OBSERVAR):
1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA;
2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95);
3) A PARTE QUE DESEJAR RECORRER À TURMA RECURSAL DEVERÁ RECOLHER, ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, CONTADOS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INOMINADO, 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.099/1995 E 23, C/C 12, DO REGIMENTO DE CUSTAS – LEI ESTADUAL Nº 3896/2016), SOB PENA DE DESERÇÃO. E NO CASO DA INSUFICIÊNCIA DO VALOR RECOLHIDO NÃO HAVERÁ INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PREPARO, NÃO SE APLICANDO O ART. 1.007, §2º, DO CPC ANTE A REGRA ESPECÍFICA DA LEI DOS JUIZADOS (ENUNCIADO 80-FONAJE E ART. 42, §1º, DA LEI Nº 9.099/1995;

4) CASO A PARTE RECORRENTE PRETENDA O BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DEVERÁ, NA PRÓPRIA PEÇA RECURSAL, EFETUAR O PEDIDO E JUNTAR DOCUMENTOS PARA DEMONSTRAR QUE O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS COMPROMETE SUA SOBREVIVÊNCIA, INDEPENDENTEMENTE DE TER FEITO O PEDIDO NA INICIAL OU CONTESTAÇÃO OU JUNTADO DOCUMENTOS ANTERIORMENTE, POIS A AUSÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO DEVE SER CONTEMPORÂNEO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO PREPARO;
5) A PARTE VENCIDA CONSIDERA-SE INTIMADA POR MEIO DESTA SENTENÇA PARA CUMPRIR O JULGADO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, CONTADOS DO TRÂNSITO EM JULGADO, SOB PENA DE PAGAR MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO OU DE COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA CONFORME O CASO (ART. 52, INC. III, IV, V E VI, DA LEI Nº 9.099/1995). O PRAZO FLUIRÁ AUTOMATICAMENTE, INDEPENDENTE DE NOVA INTIMAÇÃO;
6) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO, PELA PARTE VENCIDA, JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERADO INEXISTENTE, E NÃO SURTIR EFEITO, O PAGAMENTO REALIZADO POR MEIO DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ART. 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG;
7) HAVENDO PAGAMENTO VOLUNTÁRIO, DESDE LOGO FICA AUTORIZADA A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ EM FAVOR DA PARTE VENCEDORA, INDEPENDENTE DE NOVA CONCLUSÃO;
8) DECORRIDO O PRAZO PARA PAGAMENTO ESPONTÂNEO, NÃO HAVENDO MANIFESTAÇÃO DA PARTE VENCEDORA, ARQUIVE-SE;
9) NÃO OCORRENDO O PAGAMENTO E HAVENDO REQUERIMENTO DE EXECUÇÃO NOS PRÓPRIOS AUTOS PELA PARTE CREDORA, DEVIDAMENTE ACOMPANHADA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO (ELABORADA POR ADVOGADO OU PELA CENTRAL DE ATENDIMENTO, CONFORME A PARTE POSSUA OU NÃO ADVOGADO, COM INCLUSÃO DE 10% DE MULTA SOBRE O VALOR DO DÉBITO – ART. 523, §1º, DO CPC), A CPE DEVERÁ, ANTES DA CONCLUSÃO, ALTERAR A CLASSE PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NÃO HÁ INCIDÊNCIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE DE EXECUÇÃO DO JULGADO NA HIPÓTESE DE NÃO TER HAVIDO CONDENAÇÃO EM GRAU RECURSAL;
10) NO REQUERIMENTO DE EXECUÇÃO A PARTE CREDORA DEVE DIZER SE PRETENDE QUE A PESQUISA EM BASES DE DADOS PÚBLICOS E PRIVADOS PARA PRÁTICA DE ATOS DE PENHORA, REGISTRO E EXPROPRIAÇÃO (SISBAJUD E RENAJUD).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
PROCESSO: 7038393-77.2023.8.22.0001
REQUERENTE: ALDENIRA FERREIRA DE OLIVEIRA, CPF nº 31705014291, RUA URUGUAI, - DE 3436/3437 AO FIM INDUSTRIAL - 76821-010 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: FRANCISCO RIBEIRO NETO, OAB nº RO875A, KAUE CRISTINAN DA COSTA RIBEIRO, OAB nº RO12166
REQUERIDO: ORION INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A, CNPJ nº 06982609000190, ALAMEDA ARAGUAIA 1222 ALPHAVILLE INDUSTRIAL - 06455-000 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: LEONARDO SOUZA DE OLIVEIRA, OAB nº RJ231352
DECISÃO
Não há pedido de tutela de urgência a ser apreciado.
Já há habilitação e contestação da parte requerida nos autos, de modo que a considero validamente citada e intimada.
Aguarde-se a audiência de conciliação designada automaticamente pelo PJE.
Advertências:
1 – os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
2 – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
3 – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
4 – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
5 – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do

PODER JUDICIÁRIO;
6 – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
7 - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
8 – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil);
9 – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
10 – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
11 – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
12 – a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;

13 – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
14 – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
15 – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
16 – nos processos que não sejam da competência dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas requeridas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado;
17 – nos processos que não sejam da competência dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu na audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência realizada;
18 – Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/1995).
19 – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
20 – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7036624-34.2023.8.22.0001
REQUERENTE: NILDA MARIA SOUSA PINTO
Advogado do(a) REQUERENTE: ANDERSON DA SILVA COSTA - RO12455
REU: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7037222-85.2023.8.22.0001
AUTOR: FLAVIA ALMEIDA BAIMA
Advogado do(a) AUTOR: FELIPE BRASILIANO GOMES - RO12150
REU: 22.816.044 LILDA CATARINA GOMES DOS SANTOS
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão do AR/NEGATIVO. NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7071171-71.2021.8.22.0001
REQUERENTE: VICTOR HUGO ALVES DO NASCIMENTO
Advogados do(a) REQUERENTE: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO - RO4783, TASSIA MARIA ARAUJO RODRIGUES - RO7821
REQUERIDO: 123 VIAGENS E TURISMO LTDA., LATAM AIRLINES GROUP S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: FABIO RIVELLI - RO6640
Advogado do(a) REQUERIDO: RODRIGO SOARES DO NASCIMENTO - MG129459
Intimação À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7019588-76.2023.8.22.0001
REQUERENTE: LAIARA LIMA DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: ARLISSON HERBERT DOS SANTOS SOUZA - RO10452
REQUERIDO: JOSE CLENIO SANTOS
Intimação PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA
(REDESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA)
Finalidade: Intimação para audiência de conciliação por videoconferência
Esta publicação tem por finalidade intimar o(s) advogado(s) da(s) parte(s) acima identificado(s) para que participe(m) da audiência de conciliação a ser realizada por videoconferência (via WhatsApp), bem como assegure(m) que seu(s) constituinte(s) também compareça(m).
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA: 23/08/2023 11:00 (horário de Rondônia)
Caso ainda não o tenha(m) feito, fica(m) também intimado(s) a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o(s) contato(s) telefônico(s) indicado(s) para a realização da videoconferência (com o aplicativo WhatsApp), sob pena de o processo ser movimentado para deliberação judicial para providências quanto à extinção do processo (no caso de inércia da parte requerente) ou quanto à consideração de recusa do demandado à participação na audiência (art. 23 da Lei nº 9.099/95).
COMO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e horário marcados.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o aplicativo WhatsApp de seu celular ou no computador, a partir do link https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br. Se necessário, poderá ser utilizado o aplicativo Hangouts Meet (art. 7°, III, Prov. 018/2020-CG);
2. Estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO (art. 7°, V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar-lhe da audiência por videoconferência e orientá-la sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7°, II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação (art. 7°, IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir (art. 7°, VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
6. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado (art. 7°, X, Prov. 018/2020-CG);
7. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais (art. 7°, XI, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial (art. 7°, XII, Prov. 018/2020-CG);
9. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7°, XVIII, Prov. 018/2020-CG);
10. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual (art. 7º, XIX, Prov. 018/2020-CG);
11. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial (art. 7°, XIII, Prov. 018/2020-CG.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7°, I, Prov. 018/2020-CG);
2. A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil). (art. 7°, VIII, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada (art. 7°, XIV, Prov. 018/2020-CG);

4. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada (art. 7°, XV, Prov. 018/2020-CG);
5. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca (art. 7°, XX, Prov. 018/2020-CG).
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - CEJUSC:
E-mail: cejusc_jecc@tjro.jus.br
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7003622-10.2022.8.22.0001
REQUERENTE: JANDERSON HIORRAN SANTOS SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO - RO4783, TASSIA MARIA ARAUJO RODRIGUES - RO7821
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogados do(a) REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A
Intimação À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7008701-67.2022.8.22.0001
REQUERENTE: YAGO VIEIRA MACHADO
Advogado do(a) REQUERENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: FERNANDO ROSENTHAL - SP146730
Intimação À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7078783-26.2022.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: ANDERSON NASCIMENTO GARCIA, RUA UBERABA 1392 CONCEIÇÃO - 76808-412 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: CAMILA MARIANA FERNANDES DO VALLE TONIAL, OAB nº RO11771, NAYLIN NICOLLE PAIXAO NUNES, OAB nº RO9228
REU: GOL LINHAS AÉREAS S.A, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38, da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais proposta pela parte Autora contra a Ré devido às avarias em entrega realizada por esta.
A parte Autora afirma que adquiriu produtos para utilizar no seu estabelecimento, no entanto, durante o transporte realizado pela Requerida os produtos foram danificados, ficando impróprios para utilização.
A Ré, em sua defesa, aduz preliminar, e no mérito alega que a parte Autora não comprovou a falha na prestação de serviço, bem como que o procedimento de ressarcimento já está sendo realizado para o remetente. Requer a improcedência dos pedidos.
Preliminar
Incompetência absoluta: Embora a Ré alegue ser caso de incompetência territorial, uma vez que a parte Autora não teria comprovado residência, entendo que esta encontra-se comprovada, tanto pela declaração da residência realizada pelo Demandante, bem como pelos documentos acostados, especialmente o de ID 83674765. Assim, rejeito a preliminar.
Observo não haver outras questões preliminares ou prejudiciais de mérito. Presentes os pressupostos e condições da ação, passo à análise do mérito.
O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, não havendo a necessidade de produção de outras provas além daquelas já existentes nos autos.

FUNDAMENTAÇÃO

Tratando-se de relação de consumo, aplicam-se ao caso as regras do CDC, uma vez que as partes se enquadram na definição de consumidor e fornecedor estabelecida no Diploma Consumerista. Nos termos do art. 373, incs. I e II, do CPC, o ônus da prova cabe à parte autora quanto aos fatos constitutivos de seu direito e à parte ré, por sua vez, o fato extintivo, impeditivo ou modificativo desse direito. Ademais, aplica-se neste caso a inversão do ônus da prova, conforme art. 6º, VIII, do CDC.

É incontroverso que o serviço de transporte de mercadoria foi realizado. A controvérsia reside na existência de falha na prestação de serviço.

Primeiramente, cumpre esclarecer que embora a Ré alegue que a sua cliente é BARUK COSMETICS EIRELI – ME, e seria quem poderia requer o reembolso, esta alegação não deve prevalecer. Isto porque, todas as pessoas afetadas por eventual falha no serviço prestado detêm legitimidade ativa para requerer reparação por danos, sendo que a lesão causada pela avaria de mercadoria atinge de igual modo o remetente e o destinatário, consumidores finais dos serviços prestados. Ainda o autor comprova que arcou com os custos do frete.

Portanto, o Autor possui interesse processual em pleitear a indenização por danos decorrentes da prestação inadequada do serviço oferecido, desde que alegada e provada a existência de prejuízo.

No âmbito do microssistema normativo do Código de Defesa do Consumidor, a responsabilidade do fornecedor não necessita da análise do elemento culpa, pois se encontra fundamentado na teoria do risco da atividade (art. 14, caput, do CDC; REsp 1580432/SP, DJe 04/02/2019). Logo, para emergir a responsabilidade do fornecedor de serviços, é suficiente a comprovação (i)falha na prestação do serviço; (ii) do dano e (iii) do nexo de causalidade entre o prejuízo e o vício ou defeito do serviço, os quais se passa a examinar.

Quanto à falha na prestação de serviço, o Autor alega que os produtos (dois frascos de loção) chegaram totalmente danificados e inutilizáveis, e junta fotos (ID 83674764). A Ré junta em sua contestação documento no qual alega que foi oferecida indenização para a Remetente (ID 87460845, p. 6), sem , contudo comprovar que a restituição foi realizada, bem como alega não estar provada a avaria no produto.

O Autor desincumbiu-se do seu ônus probatório ao trazer aos autos provas de que o produto chegou danificado. No entanto, a Ré, embora alegue não estar provada a existência dos danos no produto transportado, não traz provas capazes de desconstituir as alegações autorais, não se desfazendo do seu dever de provar (art. 373, II, CPC).

Ocorre, que, conforme fotos acostadas pelo autor, o conteúdo dos frascos derramou durante o transporte, e consequentemente não há mais como ser utilizado. Portanto, ante a visível perda, resta configurada a falha na prestação do serviço, posto ser dever da transportadora entregar a encomenda intacta.

Assim, configurada a falha na prestação de serviço, passo a análise dos danos alegados pelo Autor.

Quanto ao dano material, há pedido de indenização por danos emergentes e lucros cessantes.O dano emergente constitui o prejuízo material efetivamente sofrido e que causa diminuição ao patrimônio. Os lucros cessantes, por sua vez, consistem naquilo que o lesado deixou razoavelmente de lucrar como consequência direta do evento danoso.

Quanto ao dano emergente, encontra-se comprovado nos autos pela nota fiscal e comprovante de pagamento do produto (ID 83674765 e 83674762). Assim, deve a Ré realizar o ressarcimento do valor pago, no montante de R$ 1.179,80 (mil cento e setenta e nove reais e oitenta centavos).

Já no que se refere aos lucros cessantes, alega o Autor que devido ao fato precisou desmarcar os clientes que haviam agendado atendimento. No entanto, junta apenas uma agenda de clientes escrita à mão, sem nenhuma prova de que tenha ocorrido os cancelamentos. Neste caso, caberia ao autor comprovar que deixou de auferir os referidos valores, no entanto, não se desincumbiu do seu ônus probatório.

A configuração dos lucros cessantes exige necessariamente um fundamento seguro, histórico e tangível, de modo a não abranger ganhos imaginários e hipotéticos, devendo ser realizada de forma objetiva, estando fundada em fatos passados e correntes. Não basta a simples assertiva do requerente, tampouco a simples e abstrata possibilidade de lucro, mas, sim, uma probabilidade objetiva e circunstâncias concretas de que estes teriam se verificado sem a interferência do evento danoso respaldada pelas provas dos autos.

Claro que não se exige uma absoluta certeza, porém, deve-se ter em mente que não é considerado razoável aquilo que é meramente hipotético. Nesse sentido, o STJ já decidiu que “correspondem os lucros cessantes a tudo aquilo que o lesado razoavelmente deixou de lucrar, ficando condicionado, portanto, a uma probabilidade objetiva resultante do desenvolvimento normal dos acontecimentos. A condenação a esse título pressupõe a existência de previsão objetiva de ganhos na data do inadimplemento da obrigação pelo devedor. (...). Assim sendo, não se pode deferir reparação por lucros cessantes se estes, em casos como o dos autos, configuram-se como dano hipotético, sem suporte na realidade em exame, da qual não se pode ter a previsão razoável e objetiva de lucro, aferível a partir de parâmetro anterior e concreto capaz de configurar a potencialidade de lucro” (REsp 846.455/MS, Rel. Ministro CASTRO FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/03/2009, DJe 22/04/2009) - grifei.

Também neste sentido:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO INDENIZATÓRIO –CAMINHÃO NOVO PARADO EM DECORRÊNCIA DE DEFEITO MEC NICO – LUCROS CESSANTES – AUSÊNCIA DE PROVAS MÍNIMAS DO QUE A PARTE DEIXOU DE GANHAR – DANOS HIPOTÉTICOS INADIMISSÍVEIS – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. “Os artigos 402 e 403 do Código Civil estabelecem que o cálculo dos lucros cessantes deve ser efetuado com razoabilidade, devendo corresponder à perda do lucro que resulte direta e imediatamente da inexecução do pacto. 4. A jurisprudência do STJ não admite a indenização de lucros cessantes sem comprovação, rejeitando os lucros hipotéticos, remotos ou presumidos, incluídos nessa categoria os lucros que supostamente seriam gerados pela rentabilidade de atividade empresarial que sequer foi iniciada. Precedentes. (...)” (STJ - AgInt no AREsp 964.233/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 23/05/2017) (TJ-MT - APL: 00378189420118110041 MT, Relator: JOÃO FERREIRA FILHO, Data de Julgamento: 17/07/2018, PRIMEIRA C MARA DE DIREITO PRIVADO, Data de Publicação: 20/07/2018) - grifei

Logo, improcedente o pedido de indenização por lucros cessantes.

No que se refere ao pedido de dano moral, entendo ser precedente em parte, uma vez que houve quebra na expectativa do consumidor, que adquiriu o produto, e tendo pago pelo transporte, o recebeu completamente danificado. A situação que extrapola o mero aborrecimento, na medida em que a utilização do produto não foi possível para a finalidade a que se destina.

Considerando as circunstâncias do caso concreto, se, por um lado, ficou demonstrado o descumprimento contratual por parte da Ré, por outro lado, as circunstâncias concretas não evidenciam maiores desdobramentos, razão pela qual tenho que o valor de R$ 2.000,00 cumpre a sua dupla finalidade, isto é, a de punir o infrator pelo ato ilícito praticado e a de reparar a vítima pelo sofrimento moral experimentado.

DISPOSITIVO
Ante ao exposto, JULGO (PARCIALMENTE) PROCEDENTE o pedido inicial e, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC, EXTINGO O FEITO, com resolução do mérito, para o fim de:
CONDENAR a requerida a pagar à parte autora, a titulo de indenização por DANO MATERIAL, o valor deR$ 1.179,80 (mil cento e setenta e nove reais e oitenta centavos), com correção monetária conforme indice adotado pelo TJRO e juros de mora de 1% ao mês desde o desembolso;
CONDENAR a requerida a pagar à parte autora, a título de indenização por DANO MORAL, o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), atualizado monetariamente segundo fator de correção disponibilizado no site do TJRO e acrescido de juros de 1% ao mês (Súmula 362 do STJ e REsp nº 903258/RS), ambos a partir desta decisão.
Incabíveis custas e honorários advocatícios nesta fase.
Intimem-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.
ADVERTÊNCIAS (CPE OBSERVAR):
1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA;
2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95);
3) A PARTE QUE DESEJAR RECORRER À TURMA RECURSAL DEVERÁ RECOLHER, ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, CONTADOS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INOMINADO, 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.099/1995 E 23, C/C 12, DO REGIMENTO DE CUSTAS – LEI ESTADUAL Nº 3896/2016), SOB PENA DE DESERÇÃO. E NO CASO DA INSUFICIÊNCIA DO VALOR RECOLHIDO NÃO HAVERÁ INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PREPARO, NÃO SE APLICANDO O ART. 1.007, §2º, DO CPC ANTE A REGRA ESPECÍFICA DA LEI DOS JUIZADOS (ENUNCIADO 80-FONAJE E ART. 42, §1º, DA LEI Nº 9.099/1995;
4) CASO A PARTE RECORRENTE PRETENDA O BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DEVERÁ, NA PRÓPRIA PEÇA RECURSAL, EFETUAR O PEDIDO E JUNTAR DOCUMENTOS PARA DEMONSTRAR QUE O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS COMPROMETE SUA SOBREVIVÊNCIA, INDEPENDENTEMENTE DE TER FEITO O PEDIDO NA INICIAL OU CONTESTAÇÃO OU JUNTADO DOCUMENTOS ANTERIORMENTE, POIS A AUSÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO DEVE SER CONTEMPORÂNEO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO PREPARO;
5) A PARTE VENCIDA CONSIDERA-SE INTIMADA POR MEIO DESTA SENTENÇA PARA CUMPRIR O JULGADO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, CONTADOS DO TRÂNSITO EM JULGADO, SOB PENA DE PAGAR MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO OU DE COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA CONFORME O CASO (ART. 52, INC. III, IV, V E VI, DA LEI Nº 9.099/1995). O PRAZO FLUIRÁ AUTOMATICAMENTE, INDEPENDENTE DE NOVA INTIMAÇÃO;
6) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO, PELA PARTE VENCIDA, JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERADO INEXISTENTE, E NÃO SURTIR EFEITO, O PAGAMENTO REALIZADO POR MEIO DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ART. 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG;
7) HAVENDO PAGAMENTO VOLUNTÁRIO, DESDE LOGO FICA AUTORIZADA A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ EM FAVOR DA PARTE VENCEDORA, INDEPENDENTE DE NOVA CONCLUSÃO;
8) DECORRIDO O PRAZO PARA PAGAMENTO ESPONTÂNEO, NÃO HAVENDO MANIFESTAÇÃO DA PARTE VENCEDORA, ARQUIVE-SE;
9) NÃO OCORRENDO O PAGAMENTO E HAVENDO REQUERIMENTO DE EXECUÇÃO NOS PRÓPRIOS AUTOS PELA PARTE CREDORA, DEVIDAMENTE ACOMPANHADA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO (ELABORADA POR ADVOGADO OU PELA CENTRAL DE ATENDIMENTO, CONFORME A PARTE POSSUA OU NÃO ADVOGADO, COM INCLUSÃO DE 10% DE MULTA SOBRE O VALOR DO DÉBITO – ART. 523, §1º, DO CPC), A CPE DEVERÁ, ANTES DA CONCLUSÃO, ALTERAR A CLASSE PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NÃO HÁ INCIDÊNCIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE DE EXECUÇÃO DO JULGADO NA HIPÓTESE DE NÃO TER HAVIDO CONDENAÇÃO EM GRAU RECURSAL;
10) NO REQUERIMENTO DE EXECUÇÃO A PARTE CREDORA DEVE DIZER SE PRETENDE QUE A PESQUISA EM BASES DE DADOS PÚBLICOS E PRIVADOS PARA PRÁTICA DE ATOS DE PENHORA, REGISTRO E EXPROPRIAÇÃO (SISBAJUD E RENAJUD).

PROCESSO: 7080922-48.2022.8.22.0001
REQUERENTE: VALDEMAR FERREIRA 22061002234, CNPJ nº 26537971000169, PINHEIRO MACHADO 4541, - DE 4325 A 4561 - LADO ÍMPAR FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-403 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: KAUE CRISTINAN DA COSTA RIBEIRO, OAB nº RO12166, FRANCISCO RIBEIRO NETO, OAB nº RO875A
REQUERIDOS: CIELO S.A, CNPJ nº 01027058000191, ALAMEDA XINGU 512, ANDAR 21 A 31 ALPHAVILLE INDUSTRIAL - 06455-030 - BARUERI - SÃO PAULO
STELO S.A., CNPJ nº 14625224000101, ALAMEDA XINGU 512, ANDAR 06 ALPHAVILLE INDUSTRIAL - 06455-030 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: MARIA EMILIA GONCALVES DE RUEDA, OAB nº RN1064
DESPACHO:
Em que pesem os autos estarem conclusos para sentença, constato que ainda não estão aptos para julgamento, posto que para melhor elucidação do caso, faz-se necessário que a parte autora apresente documentos essenciais para o deslinde do feito. Em petição de Emenda à Petição Inicial (ID 85070061) o autor afirmou que o pagamento foi realizado em seu cartão, para teste da máquina de cartão de crédito. Assim, faz-se necessário que junte aos autos as faturas do referido cartão dos três meses nos quais foram cobrados os valores a fim de comprovar o regular pagamento.
Desta forma, converto o julgamento em diligência para o fim de determinar que a autora cumpra a determinação mencionada, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de preclusão e imediato julgamento do feito no estado em que se encontra.
Intime-se.

ADVERTÊNCIAS:
1) PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA.
2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7039829-76.2020.8.22.0001 - Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: FELIZARDO COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA - EPP, AVENIDA CARLOS GOMES 2100, - DE 1900 A 2350 - LADO PAR SÃO CRISTÓVÃO - 76804-038 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANA PAULA COSTA SENA, OAB nº RO8949
EXECUTADO: MARIA CONCEICAO ALVES DO NASCIMENTO, RUA JOSÉ VIEIRA CAÚLA 8001, CONDOMÍNIO VITÓRIA RÉGIA, APT 04 ESPERANÇA DA COMUNIDADE - 76825-018 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: FLORA MARIA RIBAS ARAUJO, OAB nº RO2642
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38, da lei 9.099/1995.
Tratando-se de direito disponível e sendo as partes capazes, HOMOLOGO o acordo de vontades celebrado entre as partes, que será regido pelas cláusulas e condições indicadas no termo de acordo, a fim de que que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Ante o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, com fundamento no artigo 924, inc. II, do CPC.
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta instância (arts.54 e 55, lei 9099/1995).
Autorizo, se for o caso, a expedição de alvará/expedição de ofício ao órgão pagador nos termos do acordo.
Em caso de não levantamento dos valores, transfira-os para conta centralizadora de titularidade do TJ/RO.
Diante da preclusão lógica a sentença transita em julgado nesta data.
Arquive-se o feito, após as expedições de documentos respectivas.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-70007038414-87.2022.8.22.0001 - Cumprimento de sentença
REQUERENTE: ROSANE DE AGUIAR EMILIAO, RUA CONSTELAÇÃO, - DE 8863/8864 A 9343/9344 SÃO FRANCISCO - 76813-352 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LEVI DE OLIVEIRA COSTA, OAB nº RO3446A
REQUERIDO: FRANCISCO DELGADO VIEIRA, RUA VILA MARIANA 9157, AO LADO DO NUMERAL 9157 EDSON DAS BOMBAS MARIANA - 76813-484 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38, da lei 9.099/1995.
Tratando-se de direito disponível e sendo as partes capazes, HOMOLOGO o acordo de vontades celebrado entre as partes, que será regido pelas cláusulas e condições indicadas no termo de acordo, a fim de que que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Ante o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, com fundamento no artigo 924, inc. II, do CPC.
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta instância (arts.54 e 55, lei 9099/1995).
Autorizo, se for o caso, a expedição de alvará/expedição de ofício ao órgão pagador nos termos do acordo.
Em caso de não levantamento dos valores, transfira-os para conta centralizadora de titularidade do TJ/RO.
Diante da preclusão lógica a sentença transita em julgado nesta data.
Arquive-se o feito, após as expedições de documentos respectivas.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7072121-46.2022.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTORES: VILMA ALVES DE FREITAS FERNANDES, RUA ANTÔNIO OLIMPICO DE LIMA, Nº 3018, INEXISTENTE VISTA ALEGRE DO ABUNÃ - 76846-000 - VISTA ALEGRE DO ABUNÃ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA, VILMA A. DE F. FERNANDES, RUA ANTÔNIO OLIMPICO DE LIMA, Nº 3018, 3018, INEXISTENTE VISTA ALEGRE DO ABUNÃ - 76846-000 - VISTA ALEGRE DO ABUNÃ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: DIEGO DINIZ CENCI, OAB nº RO7157
REU: EMBRACE PARTICIPACOES EIRELI - EPP, RUA 14, QUADRA 11, LOTE 01-E, MÓDULOS 1-5 PÓLO EMPRESARIAL GOIÁS - 74985-220 - APARECIDA DE GOIÂNIA - GOIÁS
ADVOGADO DO REU: EDUARDO LUCAS VIEIRA, OAB nº GO24316
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A Autora ajuizou a presente ação de cobrança, alegando que alugou parte do seu hotel para a Requerida, para hospedagem de seus funcionários, sendo que não houve pagamento pelos serviços referente a 5 meses. Assim, requer a condenação da Requerida no valor de R$ 39.305,83.

A Requerida contestou, arguindo preliminares e, no mérito, alega que desconhece aqueles nomes de sujeitos indicados nas Notas Fiscais, as quais foram sendo estranhamente emitidas unilateralmente, sem qualquer prova de recebimento pela Requerida.
De acordo com o art. 206, do Código Civil, prescreve em 1 (um) ano a pretensão do hospedeiro para o pagamento da hospedagem. Vejamos:
Prescreve:
§1º Em um ano:
I - a pretensão dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos;
Nota-se na discriminação dos serviços constante nas seis notas fiscais vindas com a inicial, que estes foram prestados no período de 19/6/2021 (primeira nota) a 26/9/2021 (última nota), sendo que o ajuizamento da ação foi no dia 30/9/2022, ou seja, decorreu mais de 1 (um) ano da emissão da última nota, fulminando a demanda pela prescrição.
Ante o exposto, RECONHEÇO A PRESCRIÇÃO do direito de ação e, com fundamento no artigo 487, inciso II, do Código de Processo Civil, extingo o processo com julgamento de mérito.
Sem custas e honorários advocatícios nesta fase (art. 55, da Lei nº 9.099/1995).
Os prazos processuais neste juizado especial, inclusive na execução, contam-se do dia seguinte à intimação, salvo quando houver intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, em que se obedecerá a regra própria.
As partes devem comunicar alterações de endereços, sob pena de considerar-se válido e eficaz carta/mandado enviado para o endereço informado nos autos (art. 19, §2º, da Lei nº 9.099/1995).
A parte que desejar recorrer à Turma Recursal deverá recolher, até 48 (quarenta e oito) horas, contados da interposição do recurso inominado, 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/1995 e 23, c/c 12, do Regimento de Custas – Lei estadual nº 3896/2016), sob pena de deserção. E no caso da insuficiência do valor recolhido não haverá intimação para complementação do preparo, não se aplicando o art. 1.007, §2º, do CPC ante a regra específica da lei dos juizados (Enunciado 80-FONAJE e art. 42, §1º, da Lei nº 9.099/1995).
Caso a parte recorrente pretenda o benefício da assistência judiciária, deverá, na própria peça recursal, efetuar o pedido e juntar documentos para demonstrar que o recolhimento das custas compromete sua sobrevivência, independentemente de ter feito o pedido na inicial ou contestação ou juntado documentos anteriormente, pois a ausência de recurso financeiro deve ser contemporânea ao recolhimento das custas do preparo.
Após o trânsito em julgado, arquive-se.
Intimem-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7006742-27.2023.8.22.0001
AUTOR: M. L. D., RUA REVERENDO ELIAS FONTES 1879, - ATÉ 1635/1636 AGENOR DE CARVALHO - 76820-272 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: FABIO JULIO PERONDI SILVA, OAB nº RO9826, FREDERICO REIS VERSALLI, OAB nº RO12217L
REQUERIDO: F. S. O. D. B. L., AV. BERNADINO DE CAMPOS 98, 4º ANDAR , SALA 28 PARAISO - 01018-020 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: CELSO DE FARIA MONTEIRO, OAB nº AL12449, Facebook Serviços Online do Brasil LTDA
DECISÃO:
DETERMINO que a CPE retire o segredo de justiça, pois não há fundamento legal para mantê-lo.
Defiro a gratuidade da Justiça à parte recorrente, eis que comprovada a hipossuficiência financeira.
Recebo o recurso no seu efeito devolutivo.
Contrarrazões nos autos.
Remetam-se os autos à e. Turma Recursal para os devidos fins, com as homenagens de praxe, cautelas e movimentações/registro de estilo.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7003942-26.2023.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: ANDRE VITORINO DE BARROS, RUA QUATIPURU 6997 ELDORADO - 76811-640 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: IGOR FELIPE DE OLIVEIRA LINS SOARES, OAB nº RO10691
REQUERIDO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS NPL II, GOMES DE CARVALHO 1195, ANDAR 4 VILA OLIMPIA - 04547-004 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: THIAGO MAHFUZ VEZZI, OAB nº AL11937, PROCURADORIA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS NPL II
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
O autor narra que possuía dívida com o requerido no valor de R$ 31.103,50, a qual renegociou mediante uma entrada no valor de R$ 300,00, com vencimento em 25/03/2022 e mais 47 parcelas fixas no valor de R$ 293,11, as quais estão adimplidas tempestivamente, na forma pactuada, contudo, o credor não retirou o seu nome do órgão de proteção ao crédito, no prazo de 5 dias, nos moldes da cláusula 9, do termo de confissão de dívida, o que lhe causou abalo moral, pois teve o crédito negado ao tentar efetuar compras no comércio local. Requer indenização por danos morais de R$ 15.000,00 e a baixa de seu nome do SCPC.

A parte requerida suscitou preliminar de ausência de documento indispensável (comprovante de residência). Quanto ao mérito defendeu que o débito é devido e oriundo de uma cessão de crédito formalizada com instituição bancária e que inexiste abalo moral indenizável, posto que o autor é devedor contumaz com inscrições anteriores a do requerido. Pugna pela improcedência dos pedidos iniciais.

Da Preliminar

Afasto a impugnação ao comprovante de residência, tendo em vista que a juntada do comprovante residencial da parte autora pode ser suprida, a extinção do processo tão somente com base nesse argumento se trata de formalidade excessiva e desproporcional, em especial em sede de Juizados Especiais. Não há nenhuma evidência de que o autor resida em outra comarca.

Superada a questão preliminar, passo ao mérito.

A relação jurídica existente no feito é de consumo, porquanto o réu é o prestador e o autor é o destinatário final do serviço bancário, ou seja, a relação se encaixa nos requisitos dos artigos 2º e 3º, §2º, do Código de Defesa do Consumidor. Desse modo, a problemática apresentada deve ser analisada sob a ótica da Lei 8.078/1990.

O requerido limitou-se a defender a legitimidade da cessão de crédito, contudo, não é esse o argumento do autor. Ele reconhece a dívida e a cessão de crédito do credor originário, mas ele afirma que já fez acordo em relação ao débito, o que não foi impugnado em defesa.

Nesse passo, o requerente comprovou ter renegociado a dívida existente com o requerido e estar adimplente em relação ao termo de confissão de dívida (ID 86089926), conforme comprovantes de pagamento anexos à petição inicial, de forma que a baixa do seu nome dos apontamentos de restrição creditícia é direito do requerente.

Deste modo, deve ser confirmada a tutela de urgência concedida em caráter incidental – ID 86153387.

Improcedem, todavia, os danos morais pretendidos na inicial, porque há anotação preexistente promovida pela empresa "COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE*SP", em 25/08/2020. A anotação feita pelo requerido ocorreu em 27/02/2022, conforme certidão ID 86089928, portanto, posterior.

Assim, não merece acolhida a tese de que está profundamente abalado com o apontamento feito pelo requerido. Apesar de a anotação anterior estar sendo discutida em juízo, nos autos nº 7005612-02.2023.8.22.0001, vejo que o autor a ajuizou depois da presente demanda, motivo pelo qual sequer há julgamento em primeira instância em relação a anotação preexistente no processo supramencionado. Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C.C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ANOTAÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. PREEXISTÊNCIA DE INSCRIÇÃO LEGÍTIMA. AFASTAMENTO DA INCIDÊNCIA DA SÚMULA 385/STJ PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, SOB O FUNDAMENTO DE QUE A PRIMEIRA INSCRIÇÃO ESTAVA SENDO DISCUTIDA JUDICIALMENTE. IMPOSSIBILIDADE. NÍTIDO ARTIFÍCIO PROCESSUAL CRIADO PELA PARTE PARA BURLAR O ENTENDIMENTO DO STJ CONSOLIDADO NO REFERIDO VERBETE SUMULAR. DEMANDA QUE VISAVA DESCONSTITUIR A PRIMEIRA INSCRIÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE, COM TRÂNSITO EM JULGADO. REFORMA DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AFASTAMENTO DA CONDENAÇÃO DA RÉ AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. A questão discutida neste feito consiste em saber se é possível a condenação por dano moral em razão da inscrição indevida do nome da autora, ora recorrida, no cadastro de inadimplentes, mesmo com prévio registro desabonador, sob o fundamento de que o referido débito estava sendo questionado judicialmente, o que afastaria a aplicação da Súmula n. 385/STJ ("Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento"). 2. Na hipótese, a autora, ora recorrida, a despeito de ter seu nome negativado, pela primeira vez, em maio de 2014, somente em 14 de outubro de 2016 ajuizou ação para tentar desconstituir essa negativação, sendo esse fato o principal fundamento utilizado nas suas contrarrazões, apresentadas em 17 de outubro de 2016 - ou seja, três dias depois do ajuizamento da ação -, para refutar o argumento da ré de incidência da Súmula 385/STJ, o que foi aceito pelo Tribunal de origem para manter a indenização por danos morais. 3. Não se pode permitir que a parte crie um artifício para tentar driblar o entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, consolidado no referido verbete sumular, e permitir que, mesmo com inscrição prévia em cadastro de inadimplentes, consiga a condenação da parte ré ao pagamento de indenização por danos morais. 4. Ademais, a ação ajuizada pela ora recorrida, na tentativa de desconstituir a sua primeira inscrição no cadastro de inadimplentes, foi julgada improcedente pelo Juízo de primeiro grau e confirmada pelo Tribunal de Justiça, havendo, inclusive, o trânsito em julgado do feito, não subsistindo mais, portanto, o fundamento do acórdão recorrido para afastar a aplicação da Súmula 385/STJ, impondo-se, assim, a reforma do decisum. 5. Recurso especial provido. (STJ - REsp: 1790009 SP 2018/0243945-9, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 22/09/2020, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2020).

Por haver restrição creditícia mais antiga registrada em nome do autor, não merece acolhida a tese de abalo moral com o apontamento feito pelo réu, conforme entendimento do STJ: "Súmula 385 STJ - Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento".

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO INICIAL e com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, extingo o feito com resolução de mérito para o fim de CONFIRMAR A TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA, concedida no ID 86153387.

Sem custas e sem honorários advocatícios nesta instância, haja vista tratar-se de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995.

Intimem-se.

Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.

ADVERTÊNCIAS (CPE OBSERVAR):

1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA;

2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95);

3) A PARTE QUE DESEJAR RECORRER À TURMA RECURSAL DEVERÁ RECOLHER, ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, CONTADOS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INOMINADO, 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.099/1995 E 23, C/C 12, DO REGIMENTO DE CUSTAS – LEI ESTADUAL Nº 3896/2016), SOB PENA DE DESERÇÃO. E NO CASO DA INSUFICIÊNCIA DO VALOR RECOLHIDO NÃO HAVERÁ INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PREPARO, NÃO SE APLICANDO O ART. 1.007, §2º, DO CPC ANTE A REGRA ESPECÍFICA DA LEI DOS JUIZADOS (ENUNCIADO 80-FONAJE E ART. 42, §1º, DA LEI Nº 9.099/1995;

4) CASO A PARTE RECORRENTE PRETENDA O BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DEVERÁ, NA PRÓPRIA PEÇA RECURSAL, EFETUAR O PEDIDO E JUNTAR DOCUMENTOS PARA DEMONSTRAR QUE O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS COMPROMETE SUA SOBREVIVÊNCIA, INDEPENDENTEMENTE DE TER FEITO O PEDIDO NA INICIAL OU CONTESTAÇÃO OU JUNTADO DOCUMENTOS ANTERIORMENTE, POIS A AUSÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO DEVE SER CONTEMPORÂNEO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO PREPARO.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
PROCESSO: 7022249-28.2023.8.22.0001
AUTOR: MARCELI ANDRADE DA SILVA, CPF nº 01190779226, RUA PORTELA 3523 CUNIÃ - 76824-456 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MICHELE NOGUEIRA DE SOUZA, OAB nº RO9706
REU: ANNE KAROLINE SANDERS FIGUEREDO, CPF nº 02249098271, RUA ESPÍRITO SANTO 4047, - DE 3806/3807 AO FIM NOVA FLORESTA - 76807-250 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO:
Ante a necessidade de produção de prova oral, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 28 de setembro de 2023, às 11 horas, a ser realizada PRESENCIALMENTE na sede deste Juízo (Av. Pinheiro Machado, n. 777, Olaria, 8º andar, Porto Velho/RO, telefone: (69) 3309-7129).
Caso a parte pretenda participar da audiência por VIDEOCONFERÊNCIA deverá, no dia e hora designados, acessar o seguinte link: https://meet.google.com/uxe-umri-cxr
O juízo não entrará em contato com a parte para admissão na sala de videoconferência.
A ausência injustificada poderá resultar na extinção ou revelia.
As partes deverão apresentar, na referida solenidade, as demais provas que pretenderem produzir, inclusive a testemunhal.
Cada parte é responsável por intimar e trazer sua(s) testemunha(s) para a audiência acima designada - até 3 - (art. 34 da lei 9099/1995).
A intimação só se fará por meio do juízo se for requerida e esclarecida a necessidade e com antecedência de 30 dias da audiência, para possibilitar a intimação.
As testemunhas que residirem na sede do município de Porto Velho DEVERÃO comparecer pessoalmente ao Fórum e se dirigem ao 8º andar, onde prestarão depoimento perante o juiz da causa.
Intimem-se as partes por seus Advogados via DJE.
Registre-se a audiência no sistema PJE.
Expeça-se o necessário.
Serve esta decisão de mandado/carta com AR/intimação pelo DJe.
ADVERTÊNCIAS/ORIENTAÇÕES:
1) OS ADVOGADOS, PARTES E TESTEMUNHAS/INFORMANTES DEVERÃO ESTAR NA POSSE DE DOCUMENTO COM FOTO/ IDENTIDADE PARA APRESENTAR NO INÍCIO DA AUDIÊNCIA OU DE SUA OITIVA, CASO SOLICITADO TAL DOCUMENTO.
2) COMPETE À PARTE INTIMAR SUAS TESTEMUNHAS (ART. 34 da lei 9099/1995) E APRESENTÁ-LAS NA SALA DE AUDIÊNCIA, CASO NÃO REQUEIRA A INTIMAÇÃO.
3) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA.
4) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/1995).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7002565-25.2020.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: ZULEIDE PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO DO REQUERENTE: FABIO HENRIQUE FURTADO COELHO DE OLIVEIRA, OAB nº RO5105A
Polo Passivo: THALES COMERCIO DE VEICULOS NOVOS E USADOS - ME, THALES PRUDENCIO PAULISTA DE LIMA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: ROMULO BRANDAO PACIFICO, OAB nº RO8782, BENTO MANOEL DE MORAIS NAVARRO FILHO, OAB nº RO4251
DESPACHO
No silêncio do credor interpreto o pleito de adjudicação do bem penhorado (relógio rolex) pelo valor da avaliação (art. 876, do CPC).
Manifeste-se o devedor, em 5 dias, sobre a pretensão de adjudicação do bem penhorado pelo valor da avaliação.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7012133-31.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: M F A DA SILVA - ME
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARCELO BOMFIM DE ALMEIDA, OAB nº RO8169A, NILTON MENEZES SOUZA CORTES, OAB nº RO8172A
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA

DESPACHO
A sentença declarou inexistente a o valor da fatura, mas manteve o débito da consumidora.
Foi mais além, determinou o recálculo da fatura de recuperação de consumo.
Tal obrigação deve ser feita administrativamente.
Mas caso a requerida não o faça, é prejudicial à consumidora manter pendente o valor errôneo da fatura.
Vide a parte dispositiva da sentença:
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial e, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por extinto o feito, com resolução de mérito para DECLARAR inexigível o débito referente à fatura do mês de março/2021, no valor de R$ 11.685,71 (onze mil seiscentos e oitenta e cinco reais e setenta e um centavos), conforme consta na fatura do Id. 55748350, devendo a Requerida proceder a adequada revisão, baseada na média dos 12 (doze) meses de consumo anteriores. Improcedente o pedido de indenização por dano moral e o pedido contraposto.
Diante disto, intime-se pessoalmente a ENERGISA para que comprove, em juízo, que refez o valor da fatura e excluiu de seu sistema a fatura com valor errôneo, sob pena de multa diária de R$ 100,00 até o limite de R$ 5.000,00.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7014509-87.2021.8.22.0001
EXEQUENTE: JOSE EDUARDO BARBOSA BARROS, AVENIDA MAMORÉ 3945, - DE 2991 A 3037 - LADO ÍMPAR LAGOINHA - 76829-861 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JOAO RICARDO DE ALMEIDA GERON, OAB nº PR60345, GIDALTE DE PAULA DIAS, OAB nº PR56511
EXECUTADO: KLEBER CASTRO DE OLIVEIRA, RUA JERÔNIMO DE ORNELAS 7028, - DE 6526/6527 AO FIM APONIÃ - 76824-104 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Compulsando os autos verifico que não foram localizados bens penhoráveis. O credor foi intimado sobre a impossibilidade de penhora, eis que o executado mudou-se de endereço, sem declinar o novo endereço. O credor manifestou-se nos autos afirmando ser dever das partes manter o endereço atualizado e requereu o prosseguimento. Não há como prosseguir, pois não se sabe o endereço do executado para fins de penhora. Todos meios visando a penhora já se esgotaram.
Diz o artigo 53, § 4º, da Lei Federal 9.099/1995: "Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos a parte exequente".
Ante o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, com fulcro no artigo 53, §4º, da Lei Federal 9.099/1995.
Sem custas ou honorários advocatícios em face ao disposto nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995, que se trata de lei especial a reger o procedimento.
Intime-se. Arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7031702-18.2021.8.22.0001
EXEQUENTE: APOLO JORDAO FERREIRA DA COSTA, CPF nº 96032227200, RUA ANGICO 3831, - DE 3671/3672 A 3890/3891 CONCEIÇÃO - 76808-418 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JOSE MARIA ALVES LEITE, OAB nº RO7691
EXECUTADOS: JOSIANE SILVA DE ALMEIDA, CPF nº 04383392237, AVENIDA CALAMA 11798, - DE 8303 AO FIM - LADO ÍMPAR CRISTAL DA CALAMA - 76825-401 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ELENILDO SANTOS MUNIZ, CPF nº 97454354220, AVENIDA CALAMA 11798, - DE 8303 AO FIM - LADO ÍMPAR BAIRRO CRISTAL DA CALAMA - 76825-401 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: RAIMUNDO COSTA DE MORAES, OAB nº RO10977
Decisão
Requisitei bloqueio on-line por 30 dias consecutivos, contudo, a penhora foi parcial. Determinei transferência do valor de R$ 722,24 bloqueado na conta bancária da executada.
Apresente a credora planilha do valor remanescente, abatendo o valor penhorado neste ato.
A parte exequente deverá, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito, indicando bens ou créditos da parte executada passíveis de penhora, no tocante ao crédito remanescente, sob pena de extinção da execução.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7072725-41.2021.8.22.0001
REQUERENTE: ARACINDA FERREIRA ALVES, CPF nº 32149700115, PIAUÍ 693 CIDADE ALTA - 78580-000 - ALTA FLORESTA - MATO GROSSO
ADVOGADO DO REQUERENTE: LAILANE PINHEIRO DE OLIVEIRA, OAB nº RO11695

REQUERIDOS: EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA, CNPJ nº 76080738006613, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 1296, RODOVIÁRIA DE PORTO VELHO SÃO CRISTÓVÃO - 76804-017 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, SOLIMOES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS EIRELI, CNPJ nº 07549414000202, AVENIDA MARECHAL RONDON 2727, - DE 2355 A 2727 - LADO ÍMPAR DOIS DE ABRIL - 76900-881 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: VILMA ELISA MATOS NASCIMENTO, OAB nº MT15719
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
Considerando o recebimento do crédito informado nos autos, com fundamento no inciso II do artigo 924, do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Intimem-se. Arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7024984-68.2022.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: CENTRO DE ENSINO MINEIRO LTDA - EPP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ROBSON VIEIRA LEBKUCHEN, OAB nº RO4545
Polo Passivo: CAROLINE BRAGA DE ALMEIDA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Indefiro a expedição de ofícios às concessionárias de telefonia, energia e água.
Concedo 5 dias para a parte fornecer o endereço físico do devedor, sob pena de extinção.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7010241-53.2022.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: TELEFÔNICA BRASIL S/A (VIVO), , ANA PAULA LOPES DA COSTA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR, OAB nº MT20812O, PROCURADORIA DA TELEFÔNICA BRASIL S/A
Polo Passivo:
WILKER BAUHER VIEIRA LOPES, OAB nº GO29320
DECISÃO
A executada formula exceção de pré-executividade, alegando ilegitimidade passiva.
Afirma que não outorgou procuração ao advogado Ubiratan Maximo Pereira de Souza Junior.
O título judicial portanto é nulo.
Decido.
Percebe-se, claramente que a assinatura da procuração outorgada é semelhante a assinatura da cédula de identidade da executada e de outros documentos por ela juntados.
De mais a mais nesta execução não é possível travar a discussão sobre eventual nulidade documental entre a executada e o causídico que a patrocinou seus interesses no processo.
Imaginemos se a executada tivesse sido vitoriosa na ação em que se buscava a inexistência de débito negativado e dano moral. Sua atitude seria a de buscar invalidar o processo?
A executada não é parte ilegítima para a execução, pois foi condenada por má-fé.
Rejeito a exceção de pré-executividade.
Esgotado o prazo recursal, expeça-se ofício para a CEF transferir o valor depositado decorrente da penhora via Sisbajud para a conta indicada no ID 85149318 - p. 3, com os acréscimos, zerando a conta,
Expeça-se certidão de crédito disponibilizando-se ao credor e retornem os autos conclusos para extinção do cumprimento de sentença por ausência de bens penhoráveis para garantir o saldo remanescente.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7020895-07.2019.8.22.0001
EXEQUENTE: ROBSON GOMES DE ABREU, RENASCER 5011, - DE 4821/4822 AO FIM COHAB - 76807-840 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ROSANA DA SILVA ALVES, OAB nº RO7329
EXECUTADOS: MARCOS ROBERTO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE, AVENIDA AMAZONAS 7899, - DE 7859 A 8125 - LADO ÍMPAR ESCOLA DE POLÍCIA - 76824-801 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, REAL COMERCIO DE VEICULOS LTDA - ME, AFONSO PENA 288, - DE 207/208 A 578/579 CENTRO - 76801-100 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, VALCINEY MACIEL DO NASCIMENTO, RUA ALMIRANTE BARROSO 469, - DE 469 A 951 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76801-089 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)

SENTENÇA
Compulsando os autos verifico que não foram localizados bens penhoráveis.
Diz o artigo 53, § 4º, da Lei Federal 9.099/1995: "Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos a parte exequente".
Ante o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, com fulcro no artigo 53, §4º, da Lei Federal 9.099/1995.
Sem custas ou honorários advocatícios em face ao disposto nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995, que se trata de lei especial a reger o procedimento.
EXPEÇA-SE CERTIDÃO DE CRÉDITO disponibilizando-se ao credor.
Intime-se. Arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7051648-73.2021.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: CONDOMINIO GARDEN CLUB
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JOAO CAETANO DALAZEN DE LIMA, OAB nº RO6508, GARDENIA SOUZA GUIMARAES, OAB nº RO5464
Polo Passivo: CARLOS BRENDO MOURA BRINGEL, SUELEN MONTEIRO SENA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: SUELEN MONTEIRO SENA, OAB nº GO53607
DESPACHO
Em face ao acordo efetuado nos autos, transfira-se (mediante ofício à CEF) os valores constantes das contas constantes dos extratos do ID 93337659 para a conta bancária do credor indicada no ID 92367774.
Juntado o extrato com as contas zeradas, ARQUIVE-SE.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7058206-27.2022.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: JOSE EDUARDO BARBOSA BARROS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GIDALTE DE PAULA DIAS, OAB nº PR56511
Polo Passivo: MARCELO APARECIDO GOMES DOS SANTOS
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Conforme informações obtidas via SNIPER o executado é profissional autônomo sem vínculo de emprego - ID 92647668.
Concedo 5 dias para o credor indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7055878-27.2022.8.22.0001 - Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: FUNDO DE APOIO AO EMPREENDIMENTO POPULAR DE ARIQUEMES-FAEPAR, , AVENIDA TANCREDO NEVES 1620 - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ARLINDO FRARE NETO, OAB nº RO3811, KARINE SANTOS CASTOR, OAB nº RO10703, DIONATAN LUCAS SILVA ROCHA, OAB nº RO12078
EXECUTADOS: ROSA FERREIRA GUIMARAES, RUA JACY PARANÁ 4256, - DE 4016/4017 AO FIM AGENOR DE CARVALHO - 76820-358 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, MANOEL RAIMUNDO MASCARENHAS GUIMARAES, RUA JACY PARANÁ 4256, - DE 4016/4017 AO FIM AGENOR DE CARVALHO - 76820-358 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, DEUSELINE BALBINA DE OLIVEIRA SOUSA, RUA UNIÃO 2579 SOCIALISTA - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, DIOGO RODRIGUES DAS NEVES, RUA CAPARARI 112, - DE 5217/5218 AO FIM LAGOA - 76812-232 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ANA CRISTINA FERREIRA DAS NEVES, RUA CAPARARI 112, - DE 5217/5218 AO FIM LAGOA - 76812-232 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
As partes devedoras não foram localizadas e obviamente não foram citadas. Em sede de Juizados Especiais é obrigatório o conhecimento do endereço da parte devedora, posto que depois da penhora obrigatoriamente ela tem de ser intimada para comparecer à audiência de conciliação pessoalmente (art. 53, §1º, da LF 9099/1995).
Desta forma, a extinção da execução é medida que se impõe nos moldes do art. 53, §4º, da Lei 9.099/1995:
Art. 53. A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta Lei. (...) § 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor.
Ante o exposto, com fulcro no parágrafo 4º do art. 53 da Lei 9.099/1995 JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, por não ter sido localizada a parte devedora.
Intime-se. Arquive-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível Processo: 7043333-85.2023.8.22.0001
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível / Assinatura Básica Mensal
Distribuição: 11/07/2023
AUTOR: DIMAS EVERTON PETRECA, RUA MARECHAL THAUMATURGO 1989, - DE 1798/1799 AO FIM TRÊS MARIAS - 76812-508 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: BRENDA MORAES SANTOS, OAB nº RO8933, LARISSA SILVA PONTE, OAB nº RO8929
REQUERIDOS: HBO BRASIL LTDA, AVENIDA DOUTORA RUTH CARDOSO 8501, 14 ANDAR PARTE ELDORADO BUSINESS TOWER PINHEIROS - 05425-070 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, OI MOVEL S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: Procuradoria da OI S/A
DECISÃO:
As informações contidas na petição de ID 93283564 não se mostram hábeis a modificar a decisão de ID 93214228, porquanto a tutela de urgência foi indeferida, sobretudo, em razão da ausência de contemporaneidade dos descontos reclamados, que ocorrem desde outubro/2022.
Mantenho, pois, a decisão de ID 93214228.
Cumpra-se o já deliberado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7080510-20.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: EYKO KOYYAMA
ADVOGADOS DO AUTOR: JANIO SERGIO DA SILVA MACIEL, OAB nº RO1950, NELSON SERGIO DA SILVA MACIEL, OAB nº RO154572
Polo Passivo: PICPAY SERVICOS S.A, BANCO ORIGINAL S/A
ADVOGADOS DOS REU: PAULO ROBERTO VIGNA, OAB nº DF173477, CARLOS AUGUSTO TORTORO JUNIOR, OAB nº RJ182443
SENTENÇA
A requerida interpõe Embargos de Declaração, alegando contradição da sentença que teria julgado o feito distanciado das provas dos autos.
Pretende nos embargos rediscutir a (ausência) de prova do dano moral e repisa a ausência de falha na prestação do serviço.
Pois bem.
O que se observa dos embargos de declaração não é, objetivamente, eliminar contradição, mas rediscutir os fundamentos do julgado.
Aliás, a contradição não é a boa ou má análise da prova, mas proposições inconciliáveis entre si no próprio julgado, ausente na espécie.
Em face ao exposto, conheço os embargos de declaração, no entanto os desacolho.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7080662-68.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: MARIA AUXILIADORA DA SILVA BUENO
ADVOGADOS DO AUTOR: DECIO DA SILVA BUENO, OAB nº RO2765, GREICIS ANDRE BIAZUSSI, OAB nº RO1542A
Polo Passivo: CECILIA CAMPOS BUENO, KELE CRISTIANE BRAGA CAMPOS BUENO, ICATU SEGUROS S/A, CARTAPREV - FUNDO DE PREVIDENCIA DOS CARTORIOS.
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL, OAB nº DF17695
DESPACHO
DETERMINO que a CPE habilite a advogada MARIA INÊS CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL - OAB/RJ 114.789, pois a mesma é também advogada da requerida CARTAPREV - FUNDO DE PREVIENCIA DOS CARTORIOS.
Reagende-se a audiência de conciliação. Contudo, essa audiência não será mais com a participação das requeridas citadas e que ofertaram contestação, uma vez que não houve proposta de acordo.
A audiência deve ser designada com tempo suficiente para citação das requeridas KELE CRISTIANE BRAGA CAMPOS BUENO e CECILIA CAMPOS BUENO.
Expeça-se carta com AR para citação de KELE.
Expeça-se carta rogatória para citação de CECILIA.
Intime-se a autora por seus advogados pelo DJe.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7023489-57.2020.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: STUDIO PILATES CENTER LTDA - ME
ADVOGADO DO REQUERENTE: GRAZIELA ZANELLA DE CORDUVA, OAB nº RO4238
Polo Passivo: ATILA LOTUFO ALCANAS
ADVOGADO DO REQUERIDO: FRANCISCO NUNES NETO, OAB nº RO158

DECISÃO
A parte devedora alega no ID 90031255 que o bloqueio judicial parcial capturou valor que compunha poupança, portanto impenhorável.
Pediu a liberação do valor e juntou o extrato do ID 90031262 da movimentação do valor na conta poupança.
Em razão de determinação judicial, o devedor apresentou novo extrato, confirmando que a conta é de poupança - ID 90544802.
O credor foi intimado a se manifestar sobre o pedido de liberação e ficou silente.
O valor foi bloqueado na conta poupança do devedor e assim impenhorável nos termos do art. 883, inc X, do CPC, porque inferior a 40 salários mínimos.
Portanto, acolho o pedido do devedor e defiro a liberação do valor depositado, mediante a expedição de alvará em favor do devedor e de seu advogado, se tiver poderes nos autos, para levantamento do valor bloqueado via Sisbajud, com os acréscimos, zerando a conta.
Intime-se a credora para indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 E-mail: cjs2vara@tjro.jus.br Telefone: (69) 3309-8322 WhatsApp: +55 69 98456-9438 Sala virtual: https://meet.google.com/jqn-wmeb-iehProcesso: 7062001-41.2022.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Indenização por Dano Material
REQUERENTE: IVANI MARIA GILIOLI, CPF nº 66480868900, INEXISTENTE 929, INEXISTENTE VISTA ALEGRE DO ABUNÃ - 76846-000 - VISTA ALEGRE DO ABUNÃ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: BRUNA CARNEIRO VASCONCELOS, OAB nº RO11443
REQUERIDO: OI MOVEL S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO, OAB nº RO635, Procuradoria da OI S/A
DECISÃO
Fora proferida decisão pelo juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, no processo 0809863-36.2023.8.19.0001, deferindo recuperação judicial à ré.
Da decisão consta a determinação de suspensão de todas as ações ou execuções contra os devedores, ressalvados casos nos quais não consta o objeto da presente lide, pelo prazo de 180 dias a contar da decisão, que ocorreu em 16/03/2023.
Dessa forma, determino a suspensão do trâmite da presente ação pelo prazo exposto acima.
Providencie a CPE o necessário.
Serve cópia deste despacho como mandado/ofício/intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7074491-95.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: RAFAEL PAZ DE SIQUEIRA ANDRADE
ADVOGADO DO AUTOR: RODRIGO DE SOUZA COSTA, OAB nº RO8656
Polo Passivo: TAM LINHAS AÉREAS S/A
ADVOGADOS DO REU: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA, OAB nº RO3434, FABIO RIVELLI, OAB nº BA34908, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
DECISÃO
A parte recorrente pediu justiça gratuita, mas não comprovou a hipossuficiência, apesar de instada a fazê-lo, deixando expirar o prazo.
Julgo deserto o recurso.
Certifique-se o trânsito em julgado e ARQUIVE-SE.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7019904-26.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: GLACIELLY DE OLIVEIRA PAES
ADVOGADOS DO AUTOR: KAYNA APOYNA MOTA MATOS, OAB nº RO11594, TIAGO VINICIUS MEIRELES CUNHA, OAB nº RO9287, FELIPE BRAGA PEREIRA FURTADO, OAB nº RO9230
Polo Passivo: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADOS DO REU: ANDERSON FELIPE REUSING BAUER, OAB nº RO5530, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
DESPACHO
A parte vencida é beneficiária da gratuidade de justiça, porquanto a execução da verba honorária sucumbencial só pode ocorrer se houver modificação posterior da situação econômica da vencida, observada a prescrição quinquenal.
Enquanto tal situação não ocorrer está suspensa a possibilidade de execução.
Assim, arquive-se os autos.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7082105-54.2022.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: UILIAN SAMPAIO SANTIAGO, RUA JÚPITER 3081, - DE 3021/3022 A 3360/3361 ELETRONORTE - 76808-620 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JONAS PINHEIRO DE OLIVEIRA FILHO, OAB nº RO9309
REU: IMPLACIL DE BORTOLI - MATERIAL ODONTOLOGICO S.A., VICENTE DE CARVALHO 178, E 182 CAMBUCI - 01521-020 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: BEATRIZ PEIXOTO GOMES, OAB nº RJ180198
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
Trata-se de declaratória de inexistência do débito, no valor de R$ 6.125,81, cumulada com pedido de indenização por danos morais no valor de R$ 12.000,00. A parte autora afirma que seu nome foi inscrito pela parte da requerida nos órgãos de proteção ao crédito por contrato firmou acordo, que se encontra adimplente.
A parte requerida pugna pela improcedência dos pedidos iniciais sob o argumento de que de fato houve acordo celebrado entre as partes, contudo, a parte autora pagou a entrada e posteriormente, em atraso, a primeira parcela. E, até o momento, se encontra inadimplente com as demais parcelas. Pugna pela improcedência dos pedidos iniciais, formula pedido contraposto, bem como requer a condenação do autor em litigância de má-fé.
Não havendo arguições preliminares, passo ao mérito.
Em análise aos fatos narrados e documentos apresentados, verifica-se que o pedido inicial é improcedente.
A relação entre as partes é de consumo, enquadrando-se nos conceitos de consumidor e de prestadora de serviços, estabelecidos nos arts. 2º e 3º da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), e sob essa ótica será analisada.
É incontroverso nos autos que o CPF da parte autora foi lançado nos cadastros de maus pagadores em razão da dívida no valor de R$ 6.125,81, além disso, há certidão da Serasa anexa ao ID 84263687.
Em que pese a parte autora ter comprovado que firmou acordo com a requerida referente ao débito que originou a inscrição, a requerida demonstrou que a parte autora se encontra inadimplente com as demais parcelas, tendo, inclusive pago a primeira parcela em atraso - vencimento dia 28/11/2022, pagou dia 15/12/2022 (ID. 88195689).
A anotação nos órgãos de proteção ocorreu em virtude da inadimplência do débito sobre o qual o autor firmou acordo, haja vista a inscrição ocorreu em 31/10/2022 e o acordo foi concluído em 27/10/2022, tendo o autor pago a entrada no mesmo dia, porém, pago em atraso a 1ª parcela (vencimento 28/11/2022), somente dia 15/12/2022 (ID. 88195689).
Ademais, a requerida comprovou que a parte autora está inadimplente em relação aos demais débitos referente ao acordo.
A inscrição do nome do requerente na SERASA é exercício regular do direito da requerida (art. 188, inc. I, Código Civil), de modo a compelir o devedor a pagar pelo serviço fornecido.
Improcedem os pedidos declaratórios e indenizatórios, porquanto não há conduta ofensiva passível de responsabilização civil, na forma dos artigos 186 e 927 do Código Civil.
A reparação do dano não merece acolhida, porquanto a questão enfrentada não se acomoda nos parâmetros jurídicos da responsabilidade civil, para que seja imposto o dever de indenizar, devem estar comprovados os prejuízos e o nexo de causalidade.
No caso restou demonstrado que a autora estava inadimplente por ocasião da negativação na SERASA. A ré não deve ser responsabilizada porquanto comprovou a culpa exclusiva da consumidora (Art. 14, §3º, inc. II, do Código de Defesa do Consumidor), razão pela qual a improcedência do pedido é medida que se impõe.
Do pedido contraposto
O pedido contraposto, assim como a reconvenção, é ação e, como tal, não pode ser formulado por pessoa jurídica perante o Juizado Especial, devido à vedação legal do art. 8º da Lei 9.099/1995, a não ser que a requerida estivesse elencada dentro das exceções legais (microempresas/empresas de pequeno porte), o que não é o caso dos autos, sob pena de flagrante violação aos princípios que regem os Juizados Especiais. A requerida poderá valer-se da Justiça Comum para cobrança de eventuais débitos do consumidor. Desta forma, não admito o pedido contraposto.
Indefiro o pedido de condenação da parte autora em litigância de má-fé, pois não demonstrada de forma cabal a ocorrência de quaisquer das hipóteses do artigo 80 do CPC. O fato de a parte autora pleitear a declaração de inexigibilidade do débito e indenização por danos morais, decorre do seu entendimento de que o débito e a inscrição são indevidos. Portanto, isso não coloca a parte como litigante de má-fé.
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL e com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por extinto o feito, com resolução de mérito.
Sem custas e sem honorários nesta instância, haja vista tratar-se de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995.
Revogo a antecipação de tutela concedida no ID 84316802.
Transitada em julgado esta decisão, arquive-se.
Intimem-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.
ADVERTÊNCIAS (CPE OBSERVAR):
1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA;
2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95);

3) A PARTE QUE DESEJAR RECORRER À TURMA RECURSAL DEVERÁ RECOLHER, ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, CONTADOS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INOMINADO, 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.099/1995 E 23, C/C 12, DO REGIMENTO DE CUSTAS – LEI ESTADUAL Nº 3896/2016), SOB PENA DE DESERÇÃO. E NO CASO DA INSUFICIÊNCIA DO VALOR RECOLHIDO NÃO HAVERÁ INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PREPARO, NÃO SE APLICANDO O ART. 1.007, §2º, DO CPC ANTE A REGRA ESPECÍFICA DA LEI DOS JUIZADOS (ENUNCIADO 80-FONAJE E ART. 42, §1º, DA LEI Nº 9.099/1995;
4) CASO A PARTE RECORRENTE PRETENDA O BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DEVERÁ, NA PRÓPRIA PEÇA RECURSAL, EFETUAR O PEDIDO E JUNTAR DOCUMENTOS PARA DEMONSTRAR QUE O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS COMPROMETE SUA SOBREVIVÊNCIA, INDEPENDENTEMENTE DE TER FEITO O PEDIDO NA INICIAL OU CONTESTAÇÃO OU JUNTADO DOCUMENTOS ANTERIORMENTE, POIS A AUSÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO DEVE SER CONTEMPORÂNEO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO PREPARO.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7024594-64.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: NAILDE FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: GILVANE VELOSO MARINHO, OAB nº RO2139
Polo Passivo: FARMACIA SAO PAULO ROLIM LTDA - EPP
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
O Oficial de Justiça informou que no local indicado para diligência a empresa localizada se chama MODENA E SILVA LTDA., com CNPJ diferente do fornecido na inicial.
Por conta disto, a autora pretende alterar o nome da empresa requerida para MODENA E SILVA LTDA. e também o CNPJ.
No entanto, a parte autora não juntou nenhum documento de ato constitutivo, seja da empresa nominada na inicial (FARMÁCIA SÃO PAULO ROLI), seja da MODENA E SILVA LTDA.
A nota fiscal de aquisição do produto, que instruiu a inicial, está em nome da empresa FARMÁCIA SÃO PAULO ROLI - CNPJ 34.763.227/002-91.
É preciso que a autora esclareça essa divergência de empresas, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7043546-91.2023.8.22.0001
AUTOR: RAIMUNDO NONATO DA SILVA SANTOS
PROCURADOR: VANESSA MARIA DA SILVA MELO
Advogados do(a) AUTOR: AGAILSON DA CRUZ SILVA - RO11902, VANESSA MARIA DA SILVA MELO - RO9851
REU: BANCO BMG S.A.
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada da decisão de ID 93304670.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
PROCESSO: 7019399-98.2023.8.22.0001
AUTOR: ANGELA MARIA COSTA DE HOLANDA, CPF nº 73457400210, RUA SANTA INÊS 291 ZONA RURAL - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: EBERTTON BARBOSA PADILHA DE MELO, OAB nº SC27146, CARLA FRANCIELEN DA COSTA, OAB nº RO7745, EVERTHON BARBOSA PADILHA DE MELO, OAB nº RO3531
REQUERIDO: VANESA L LUNA, CPF nº DESCONHECIDO, AV. DOS PIONEIROS 319, CAIXA POSTAL 02 ZONA RURAL - 76848-000 - NOVA CALIFÓRNIA (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: RADEMARQUE MARCOL DE LUNA, OAB nº RO5669A
DECISÃO:
Ante a necessidade de produção de prova oral, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 26 de setembro de 2023, às 11 horas, a ser realizada PRESENCIALMENTE na sede deste Juízo (Av. Pinheiro Machado, n. 777, Olaria, 8º andar, Porto Velho/RO, telefone: (69) 3309-7129).
Caso a parte pretenda participar da audiência por VIDEOCONFERÊNCIA deverá, no dia e hora designados, acessar o seguinte link: https://meet.google.com/uxe-umri-cxr
O juízo não entrará em contato com a parte para admissão na sala de videoconferência.
A ausência injustificada poderá resultar na extinção ou revelia.
As partes deverão apresentar, na referida solenidade, as demais provas que pretenderem produzir, inclusive a testemunhal.

Cada parte é responsável por intimar e trazer sua(s) testemunha(s) para a audiência acima designada - até 3 - (art. 34 da lei 9099/1995). A intimação só se fará por meio do juízo se for requerida e esclarecida a necessidade e com antecedência de 30 dias da audiência, para possibilitar a intimação.
As testemunhas que residirem na sede do município de Porto Velho DEVERÃO comparecer pessoalmente ao Fórum e se dirigem ao 8º andar, onde prestarão depoimento perante o juiz da causa.
Intimem-se as partes por seus Advogados via DJE.
Registre-se a audiência no sistema PJE.
Expeça-se o necessário.
Serve esta decisão de mandado/carta com AR/intimação pelo DJe.
ADVERTÊNCIAS/ORIENTAÇÕES:
1) OS ADVOGADOS, PARTES E TESTEMUNHAS/INFORMANTES DEVERÃO ESTAR NA POSSE DE DOCUMENTO COM FOTO/ IDENTIDADE PARA APRESENTAR NO INÍCIO DA AUDIÊNCIA OU DE SUA OITIVA, CASO SOLICITADO TAL DOCUMENTO.
2) COMPETE À PARTE INTIMAR SUAS TESTEMUNHAS (ART. 34 da lei 9099/1995) E APRESENTÁ-LAS NA SALA DE AUDIÊNCIA, CASO NÃO REQUEIRA A INTIMAÇÃO.
3) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA.
4) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/1995).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7061688-17.2021.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: ADELSON TORRES DE CASTRO
ADVOGADOS DO AUTOR: DEJANIRA BARROSO BARBOSA, OAB nº RO11482, CARLA DE SOUZA ALVES RIBEIRO, OAB nº RO10271
Polo Passivo: SKY BRASIL SERVICOS LTDA, FIDC IPANEMA VI
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828
DESPACHO
ARQUIVE-SE.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7009248-44.2021.8.22.0001
REQUERENTE: ROSILENE ALVES DIAS, CPF nº 49537601234, SALMÃO 2650, - ATÉ 385 - LADO ÍMPAR LAGOA - 76812-329 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JHONATAS EMMANUEL PINI, OAB nº RO4265
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4237, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
Considerando o recebimento do crédito informado nos autos, com fundamento no inciso II do artigo 924, do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Intimem-se. Arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7023894-59.2021.8.22.0001
REQUERENTE: JOSIEL CIANQUETA DE SOUZA, RUA TRANCREDO NEVES 2130 UNIAO - 76860-000 - CANDEIAS DO JAMARI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JANDERKLEI PAES DE OLIVEIRA, OAB nº RO6808
EXCUTADO: LENICE DUARTE TEIXEIRA, RUA MONTSERRAT 5231, - ATÉ 5160/5161 NOVO HORIZONTE - 76810-300 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXCUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Compulsando os autos verifico que não foram localizados bens penhoráveis.
Diz o artigo 53, § 4º, da Lei Federal 9.099/1995: "Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos a parte exequente".
Ante o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, com fulcro no artigo 53, §4º, da Lei Federal 9.099/1995.
Sem custas ou honorários advocatícios em face ao disposto nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995, que se trata de lei especial a reger o procedimento.
Havendo localização efetiva de bens a parte poderá intentar novo cumprimento de sentença perante este mesmo Juizado sem recolher custas.
Intime-se. Arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7047159-90.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: ADNAEL TELES CIRQUEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ANDERSON LOPES RAMOS, OAB nº RO10495
Polo Passivo: RCS CORRETORA E DISTRIBUIDORA DE CEREAIS EIRELI
ADVOGADOS DO REQUERIDO: CRISTIANE DA SILVA LIMA, OAB nº RO1569, JACIMAR PEREIRA RIGOLON, OAB nº RO1740, WELSER RONY ALENCAR ALMEIDA, OAB nº RO1506, ODAIR MARTINI, OAB nº RO30B, ORESTES MUNIZ FILHO, OAB nº RO40
DESPACHO
1. O pedido de impugnação à penhora deve ser feita no juízo de origem, ou seja, onde se determinou a penhora, posto que não cabe a este juízo decidir sobre eventual impenhorabilidade.
2. A CPE deve atentar para o fato de que destacar a verba honorária do advogado do exequente quando, e se eventualmente, for transferido o valor correspondente ao crédito do exequente para o juízo onde se determinou a penhora no rosto dos autos.
3. Expeça-se mandado de penhora, avaliação e remoção do veículo identificado no ID 92788304. O Oficial de Justiça deverá entrar em contato pelo telefone 9 8419-6108 (do advogado do credor) para auxílio na diligência.
Expedido o mandado, retornem os autos conclusos para restrição administrativa do veículo junto ao Detran, bem como análise do pedido de “teimosinha”.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7010252-82.2022.8.22.0001 - Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: MACHADO & BIANCHI LTDA - ME
EXEQUENTE SEM ADVOGADO(S)
EXECUTADO: JAQUELINE REIS BRITO DE ARAUJO
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A parte devedora não foi localizada e obviamente não foi citada. Em sede de Juizados Especiais é obrigatório o conhecimento do endereço da parte devedora, posto que depois da penhora obrigatoriamente ela tem de ser intimada para comparecer à audiência de conciliação pessoalmente (art. 53, §1º, da LF 9099/1995).
Desta forma, a extinção da execução é medida que se impõe nos moldes do art. 53, §4º, da Lei 9.099/1995:
Art. 53. A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta Lei. (...) § 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor.
Ante o exposto, com fulcro no parágrafo 4º do art. 53 da Lei 9.099/1995 JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, por não ter sido localizada a parte devedora.
Intime-se. Arquive-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7054218-32.2021.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: CARLOS ALBERTO MONTENEGRO DOS SANTOS, ESTRADA DA PENAL 320, COND. CANAÃ APONIÃ - 76824-052 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: DHAFINY ESTEFENY IZEL DA SILVA, RUA OSWALDO RIBEIRO 800, RESIDENCIAL PORTO BELO II SOCIALISTA - 76829-210 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/1995.
Verifico que a parte autora não foi localizada no endereço que forneceu, nem mesmo atendeu ao telefone que informou no processo. Não há como estabelecer contato com o autor que se desinteressou pelo processo, abandonando-o.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 51, I, da Lei n. 9.099/1995, condenando a parte autora ao pagamento de custas e despesas processuais, nos moldes da Lei Estadual n. 3.896/2016 e Enunciado FONAJE n. 28.
Fica a parte ciente que para ingressar com novo feito deverá comprovar o recolhimento das custas somente no ato da distribuição da nova ação.
Arquive-se imediatamente o feito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7072904-38.2022.8.22.0001 - Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: JOSE EDUARDO BARBOSA BARROS, AVENIDA MAMORÉ 3945, - DE 3645 A 4069 - LADO ÍMPAR LAGOINHA - 76829-631 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GIDALTE DE PAULA DIAS, OAB nº PR56511
EXECUTADO: CAROLINE DE ARAUJO LIBERATO, AVENIDA JATUARANA 4654, - DE 4298 A 4792 - LADO PAR CALADINHO - 76808-110 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A parte devedora não foi localizada e obviamente não foi citada. Em sede de Juizados Especiais é obrigatório o conhecimento do endereço da parte devedora, posto que depois da penhora obrigatoriamente ela tem de ser intimada para comparecer à audiência de conciliação pessoalmente (art. 53, §1º, da LF 9099/1995).
Desta forma, a extinção da execução é medida que se impõe nos moldes do art. 53, §4º, da Lei 9.099/1995:
Art. 53. A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta Lei. (...) § 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor.
Ante o exposto, com fulcro no parágrafo 4º do art. 53 da Lei 9.099/1995 JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, por não ter sido localizada a parte devedora.
Intime-se. Arquive-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7026089-46.2023.8.22.0001 - Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: CONDOMINIO GIRASSOL - QUADRA 08, A 1228 BAIRRO NOVO - 76808-695 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ERCI FRANCISCO DE AGUIAR NETO, OAB nº RO8659A
EXECUTADO: MAILSON MONTEIRO DE MATOS FALCAO, RUA JARDINS 1228, RESIDENCIAL GIRASSOL, CASA 88 BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A parte exequente pleiteou pela desistência da execução.
Ante o exposto, HOMOLOGO o pedido de desistência e, com fulcro no artigo 775 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO.
Sem custas e sem honorários advocatícios na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995.
Arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7035085-33.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: LUIZ JASSON ALMEIDA DE ALENCAR
ADVOGADO DO AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA, OAB nº RO1073
Polo Passivo: A ASSOCIACAO NO BRASIL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA PREVIDENCIA SOCIAL - AP BRASIL
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Reagende-se a audiência de conciliação.
Cite-se a requerida e a intime para cumprir a obrigação de fazer constante da antecipação de tutela no endereço fornecido no ID 93316441, mediante carta com AR.
Intime-se a parte autora via de sua advogada pela DJe.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7053623-33.2021.8.22.0001
REQUERENTE: FOGACA COMERCIO LTDA - ME, AVENIDA GUAPORÉ 3786, - DE 3656 A 4116 - LADO PAR CUNIÃ - 76824-396 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE MARIA ALVES LEITE, OAB nº RO7691
REQUERIDO: LUMA TALYNIS LAGOS AZEVEDO, RUA JOAO PAULO II 2241 SAO SEBASTIAO - 69800-000 - HUMAITÁ - AMAZONAS
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)

SENTENÇA
Compulsando os autos verifico que não foram localizados bens penhoráveis.
Diz o artigo 53, § 4º, da Lei Federal 9.099/1995: "Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos a parte exequente".
Ante o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, com fulcro no artigo 53, §4º, da Lei Federal 9.099/1995.
Sem custas ou honorários advocatícios em face ao disposto nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995, que se trata de lei especial a reger o procedimento.
EXPEÇA-SE CERTIDÃO DE CRÉDITO, disponibilizando-se ao credor.
Intime-se. Arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7012945-39.2022.8.22.0001
REQUERENTE: JAYANNE LAURA ROHLEDER SANTIAGO, CPF nº 02160077208, RUA CAPÃO DA CANOA 6053, - ATÉ 6873/6874 TRÊS MARIAS - 76812-346 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: KELISSON MONTEIRO CAMPOS, OAB nº RO5871
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO SN, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
O cálculo da autora está incorreto. Ela se esqueceu de deduzir o que já havia sido pago. O juízo só encaminha autos à Contadoria nos casos de cálculo complexo ou quando as partes não são assistidas por advogado. É muito simples usar a calculadora disponível no site do TJRO. No caso versando o cálculo é deveras simples. O cálculo apresentado pela autora está com excesso, por isso a impugnação da requerida. Acolho a impugnação da requerida, que apresentou o cálculo em consonância com o julgado, deduzindo legitimamente o que havia sido pago.
Expeça-se OFÍCIO PARA A CEF transferir o valor depositado no ID 92568827, com os acréscimos, para a conta bancária indicada no ID 92518515.
Desde logo, considerando o recebimento do crédito por meio do levantamento do valor depositado, com fundamento no inciso II do artigo 924, do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Juntado aos autos o extrato com o valor zerado, ARQUIVE-SE.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7007363-58.2022.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, MARIA FRANCINEIRE COELHO NASCIMENTO
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR, OAB nº MT20812O, ENERGISA RONDÔNIA
Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892
DESPACHO
Indefiro a expedição de ofício ao INSS, órgão que já está sobrecarregado, sem contar que a correspondência por meio físico retarda ainda mais o atendimento.
Há outras formas de descobrir-se o vínculo empregatício, tais como SNIPER e INFOJUD.
Diga o credor em 5 dias.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-70007053286-44.2021.8.22.0001 - Cumprimento de sentença
REQUERENTE: CENTRO EDUCACIONAL CORA CORALINA LTDA - ME, CNPJ nº 22823041000110, RUA MÉXICO 1056, - ATÉ 1317/1318 NOVA PORTO VELHO - 76820-190 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: GABRIELA TEIXEIRA SANTOS, OAB nº RO9076, INGRYD STEPHANYE MONTEIRO DE SOUZA, OAB nº RO10984
REQUERIDO: THAINAN OLIVEIRA SANTOS, CPF nº 01896707203, RUA JACY PARANÁ 2597, EMPRESA R&S FUNILAGEM E PINTURA. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-163 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)

DECISÃO
A consulta ao SISBAJUD em busca de saldo em desfavor da parte devedora foi positiva. Determinei a transferência dos valores para conta judicial, conforme tela em anexo.
Intime-se a parte devedora para, querendo, apresentar embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/1995.
Ocorrendo manifestação, intime-se a parte credora para impugnação, no prazo de 5 (cinco) dias.
Transcorrido o prazo e, não havendo apresentação de embargos, expeça-se alvará/transfira-se o valor bloqueado em favor da parte credora e/ou seu advogado, se houver poderes.
Serve a presente como publicação/carta/mandado/ofício.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7020473-95.2020.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: MARLON GAVINI RODRIGUES FAZIONI
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FRANCISCO RIBEIRO NETO, OAB nº RO875A, KAUE CRISTINAN DA COSTA RIBEIRO, OAB nº RO12166
Polo Passivo: TIAGO CRISTIANO CARVALHO QUEIROS
ADVOGADO DO EXECUTADO: ALBINO MELO SOUZA JUNIOR, OAB nº RO4464
DESPACHO
Ante a informação contida no Ofício do ID 88912401 e a manifestação do credor do ID 87978150, diga o credor, em 5 dias, quanto já recebeu do seu crédito, mediante a transferência mensal correspondente ao desconto no contracheque do devedor.
O credor deverá apresentar planilha a tal respeito, sob pena de cessar os descontos.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7002130-17.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: ELISIANE DE LIMA SILVA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: SULIENE CARVALHO DE MEDEIROS, OAB nº RO6020A, MARCIO SILVA DOS SANTOS, OAB nº RO838
Polo Passivo: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ITALO SCARAMUSSA LUZ, OAB nº BA67070, GUILHERME PEREIRA DOLABELLA BICALHO, OAB nº DF29145, EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR, OAB nº MA29190, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
DECISÃO
O requerido impugna o CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, alegando que não foi regularmente intimado para cumprir o julgado.
Afirma que em 10/03/2023 foram habilitados novos patronos nos autos e eles não foram intimados do cumprimento de sentença.
Pede a nulidade do cumprimento de sentença, com a devida intimação dos patronos para pagamento voluntário.
A autora discorda da pretensão do requerido, alegando que o cumprimento de sentença prescinde de nova intimação, uma vez que a sentença já consignou a sua desnecessidade. E que o prazo para pagamento voluntário expirou em 14/10/2022.
DECIDO RESUMIDAMENTE.
A manifestação da autora foi “cirúrgica”. De fato nos juizados especiais cíveis, por força do art. 52 e incisos da lei 9099/1995, não há necessidade de se intimar o devedor para cumprir o julgado após o trânsito em julgado. No caso versando, inclusive, a sentença deixou bem claro tal procedimento na parte dispositiva.
Assim, não há que se especular sobre nulidade ou ausência de intimação de advogados que se revezam no processo como se fora uma olimpíada.
Portanto, o valor do cálculo está correto e o bloqueio também.
Em face ao exposto, REJEITO a impugnação ao cumprimento de sentença.
Esgotado o prazo recursal, expeça-se alvará em favor da parte autora e de seus advogados, para levantamento do valor depositado decorrente do bloqueio via Sisbajud, com os acréscimos, zerando a conta.
Juntado o extrato com o saque, voltem conclusos para extinção do cumprimento de sentença.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7046775-64.2020.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: MONIQUE NAIAME BARBA TAVARES
ADVOGADO DO REQUERENTE: TIAGO FERNANDES LIMA DA SILVA, OAB nº RO6122
Polo Passivo: GABRIEL E COSTA LTDA - ME, ELIANA DOS SANTOS MORATO BARALDI
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: THALYTA KARINA CORREIA CHEDIAK, OAB nº RO11011, SAMIA SILVA DE CARVALHO, OAB nº RO10972

DESPACHO
Quanto à petição do ID 93180574, constato que não há nos autos nenhuma petição em sigilo. E de fato assiste razão à peticionante quanto a inexistência de sigilo nos autos. O processo é público e não tem razão alguma para que as petições sejam protocoladas em sigilo, exceto por força de lei para preservar direitos.
Expeça-se mandado de penhora sobre parte ideal do imóvel identificado no ID 93125304, correspondente a metade do imóvel. No mesmo ato o oficial de justiça devera intimar a devedora Eliana dos Santos Baraldi.
Efetuada a penhora, cabe à credora efetuar o registro da penhora perante o Cartório de Registro de Imóveis competente.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7040490-84.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: DENIS MARCIO OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SICY RUSALKA GOES DE MELO BARRETO, OAB nº AM10373
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
DETERMNO que a CPE converta a classe processual para cumprimento de sentença.
O autor requer medidas coercitivas para a requerida baixar de seu sistema a recuperação de consumo considerada inexigível.
A sentença transitou em julgado, não impôs sanção e nem prazo para a obrigação de fazer. Vide:
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial e NÃO CONHEÇO O PEDIDO CONTRAPOSTO e, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por extinto o feito com resolução de mérito, para DECLARAR inexistente o débito no valor de R$ 7.352,38 (sete mil, trezentos e cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos), a título de recuperação de consumo, conforme consta na Carta ao Cliente do ID 80245169.
Em face disto, concedo 15 dias para que a requerida ENERGISA efetue a baixa de seu sistema da recuperação de consumo discutida nos autos e declarada inexigível, sob pena de multa diária de R$ 100,00 até o limite de R$ 5.000,00.
Intime-se a ENERGISA pessoalmente.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7017757-27.2022.8.22.0001
REQUERENTE: MACHADO & BIANCHI LTDA - ME
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: ADRIELE BORGES DA SILVA MAR
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Compulsando os autos verifico que não foram localizados bens penhoráveis.
Diz o artigo 53, § 4º, da Lei Federal 9.099/1995: “Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos a parte exequente”.
Ante o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, com fulcro no artigo 53, §4º, da Lei Federal 9.099/1995.
Sem custas ou honorários advocatícios em face ao disposto nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995, que se trata de lei especial a reger o procedimento.
Publique-se. Arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7044051-82.2023.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTORES: MARIA JOSE MODESTO DE ALBUQUERQUE, RUA HORUS 320 NOVA FLORESTA - 76806-730 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, JOELMA MODESTO ALBUQUERQUE, RUA HORUS 320 NOVA FLORESTA - 76806-730 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: JOSE ALVES VIEIRA GUEDES, OAB nº RO5457A
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/1995.
A parte autora formulou o pedido de desistência.
Ante o exposto, com fundamento no art. 485, VIII, do CPC, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA E JULGO EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.
Fica a parte advertida que o processo não será desarquivado para fins de prosseguimento, devendo a parte, caso queira, promover nova demanda.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma dos arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995.
À vista da preclusão lógica o trânsito em julgado opera-se nesta data.
Retire-se de pauta a audiência designada.
Arquive-se, independente da intimação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7054928-18.2022.8.22.0001
REQUERENTE: THAISA LUANA RIBEIRO OLIVEIRA, RUA JOSÉ DUARTE no 4558 BAIRRO PLANALTO 2 - 76801-440 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: ELISÂNGELA ARAÚJO RIBEIRO, RUA BRASILÂNDIA, no 11345 BAIRRO TEIXEIRÃO/CRYST - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Compulsando os autos verifico que não foram localizados bens penhoráveis.
Diz o artigo 53, § 4º, da Lei Federal 9.099/1995: "Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos a parte exequente".
Ante o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, com fulcro no artigo 53, §4º, da Lei Federal 9.099/1995.
Sem custas ou honorários advocatícios em face ao disposto nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995, que se trata de lei especial a reger o procedimento.
Intime-se. Arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7062531-45.2022.8.22.0001
REQUERENTE: MAGNA RICCI DE JESUS, CPF nº 89375386287, RUA JARDINS 905, CASA 099 BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO s/n, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO, OAB nº PE42379, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO:
As partes não estabeleceram multa por descumprimento do acordo.
A autora admite ter sido cumprido o acordo com mais de um mês de atraso.
Pede aplicação de multa pelo atraso.
A multa seria da espécie astreintes visando cumprir o julgado e não multa por descumprimento, de naturezas diversas.
Assim, tendo sido cumprida a obrigação, não há mais que se falar em imposição de astreintes. E quanto à multa por descumprimento, as partes não estipularam quando do acordo.
Arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7068458-89.2022.8.22.0001
REQUERENTE: DOUGLAS ALVES FARIAS
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALESSANDRO XAVIER BONFIM, OAB nº MT29949O
REQUERIDO: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, Procuradoria da OI S/A
DESPACHO:
Ante ao desinteresse manifestado pelo credor quanto ao recebimento ode seu crédito via juízo universal, arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7011535-09.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: FABIO MARCELINO TEIXEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: EMERSON LIMA MACIEL, OAB nº RO9263
Polo Passivo: ATIVA COMERCIO DE CONFECOES EIRELI
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Com todo o respeito ao nobre advogado, a citação por whatsaap não tem amparo legal.
Concedo o prazo de 5 dias para que o autor forneça o endereço físico da requerida, pena de extinção.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7071144-54.2022.8.22.0001
AUTOR: JOAO RODRIGUES MAGALHAES, CPF nº 66711541200, RUA DO ESTANDARTE 7320 CUNIÃ - 76824-448 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JHONATAS EMMANUEL PINI, OAB nº RO4265
REU: GOL LINHAS AÉREAS S.A, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
Considerando o recebimento do crédito informado nos autos, com fundamento no inciso II do artigo 924, do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Intimem-se. Arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7065649-29.2022.8.22.0001 - Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: NOVA UNIAO COMERCIO DE MOVEIS LTDA, JOSE AMADOR DOS REIS 2659, - DE 2642/2643 A 3012/3013 JUSCELINO KUBITSCHEK - 76829-422 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CELIA DE FATIMA RIBEIRO MICHALZUK, OAB nº RO7005, ANDREA GODOY, OAB nº RO9913
EXECUTADO: LARA EMILY CERQUEIRA ANDRADE, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 4874, - DE 4562/4563 AO FIM PEDRINHAS - 76801-458 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A parte devedora não foi localizada e obviamente não foi citada. Em sede de Juizados Especiais é obrigatório o conhecimento do endereço da parte devedora, posto que depois da penhora obrigatoriamente ela tem de ser intimada para comparecer à audiência de conciliação pessoalmente (art. 53, §1º, da LF 9099/1995).
Desta forma, a extinção da execução é medida que se impõe nos moldes do art. 53, §4º, da Lei 9.099/1995:
Art. 53. A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta Lei. (...) § 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor.
Ante o exposto, com fulcro no parágrafo 4º do art. 53 da Lei 9.099/1995 JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, por não ter sido localizada a parte devedora.
Intime-se. Arquive-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7044749-25.2022.8.22.0001
REQUERENTE: TELEFÔNICA BRASIL S/A (VIVO),
ADVOGADOS DO REQUERENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR, OAB nº MT20812O, PROCURADORIA DA TELEFÔNICA BRASIL S/A
REQUERIDO: SHEILA SOARES DE OLIVEIRA, RUA PLUTÃO 06 PLANALTO II - 76804-421 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES, OAB nº GO29320
SENTENÇA
Compulsando os autos verifico que não foram localizados bens penhoráveis suficientes para pagamento integral do crédito.
Diz o artigo 53, § 4º, da Lei Federal 9.099/1995: "Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos a parte exequente".
Ante o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, com fulcro no artigo 53, §4º, da Lei Federal 9.099/1995.
Sem custas ou honorários advocatícios em face ao disposto nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995, que se trata de lei especial a reger o procedimento.
Expeça-se OFÍCIO para a CEF transferir o valor depositado, decorrente do bloqueio judicial via Sisbajud, para a conta indicada no ID 87649200 - p. 3, com seus acréscimos, zerando a conta.
Intime-se. Arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7036045-23.2022.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: JOSE EDUARDO BARBOSA BARROS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GIDALTE DE PAULA DIAS, OAB nº PR56511
Polo Passivo: PAMELA DANIELE DE OLIVEIRA SANTOS
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Não há como proceder com hora certa, pois o oficial de justiça certificou que a execução na mora no imóvel (...deixei de proceder a citação de PAMELA DANIELE DE OLIVEIRA SANTOS em razão desta não morar no imóvel, segundo informação de seu cunhado José...).
O expediente só pode ser utilizado quando a pessoa se oculta para receber a citação. E se não mora no imóvel não há como afirmar que ela se oculta.
Concedo 5 dias para o credor indicar o atual endereço da executada, sob pena de extinção.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº: 7066690-31.2022.8.22.0001
AUTOR: SONIA ZAKALUK
Advogados do(a) AUTOR: LARISSA CRISTINA RIBEIRO MERINO - RO12167, RITA GALVAO ZAKALUK - RO11018
REQUERIDO: GOL LINHAS AEREAS S.A.
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Por determinação do juízo e considerando o decurso do prazo para pagamento voluntário, FICA A PARTE AUTORA INTIMADA a, no prazo de 5 (cinco) dias:
1) atualizar o crédito exequendo para incluir a multa de 10% (dez por cento), conforme artigo 523, § 1º, primeira parte, do Código de Processo Civil;
2) requerer o que entender de direito, indicando o meio de execução pretendido, caso ainda não o tenha feito.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7033068-24.2023.8.22.0001
AUTOR: IRENE PIMENTA DIAS
Advogado do(a) AUTOR: RODRIGO STEGMANN - RO6063
REU: BANCO DO BRASIL SA
Advogado do(a) REU: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES - RN5553
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7080488-59.2022.8.22.0001
Requerente: HOKNEIDE DOS SANTOS FRANCA
Advogado do(a) REQUERENTE: VALTER CARNEIRO - RO2466-A
Requerido(a): ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A e outros (2)
Advogado do(a) REQUERIDO: EVELYSE DAYANE STELMATCHUK - PR100778
Advogado do(a) REQUERIDO: HELVIO SANTOS SANTANA - SE8318
Advogado do(a) REQUERIDO: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR - PE23289
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7067617-94.2022.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: MARIA LEQUISINALDA SILVA DOS SANTOS LIMEIRA, RUA PEDRO ALBENIZ 5865, - DE 6645/6646 A 6974/6975 APONIÃ - 76824-172 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: VALTER CARNEIRO, OAB nº RO2466
REQUERIDOS: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, , - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, RUA INÁCIO LUSTOSA 755 SÃO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: HELVIO SANTOS SANTANA, OAB nº SP353041, EVELYSE DAYANE STELMATCHUK, OAB nº PR100778, FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289, PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.

SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/1995.
Narra a autora que é servidora pública inativa, admitida na função de professora, admissão em 05/03/2004, e a partir de 12/2011 começou a pagar por um plano de seguro sob a rubrica Seguro V.G (PECÚLIO), cujas mensalidades eram descontadas em seus contracheques. Afirma que com a promulgação da LC nº 622/2011, alterado pela LC nº 701/2013 as consignações de seguro de vida passaram a ser facultativas. A autora teria sido informada sobre a paralisação de tais descontos e, caso houvesse interesse em prosseguir com o contrato, teria que se manifestar nesse sentido. Aduz que mesmo não havendo mais interesse na continuidade do contrato os descontos persistiram. Por fim, requer declaração de nulidade contratual, a restituição, em dobro do que pagou pelas mensalidades do seguro, bem como indenização por danos morais.
Em defesa, a requerida ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A. apresenta preliminar de ilegitimidade passiva e de prescrição. No mérito, sustenta a legalidade dos descontos, aduzindo que decorreram de contrato firmado com o Estado de Rondônia, bem como alega inexistir dano moral a ser reparado. Por fim, pugna pela improcedência dos pedidos iniciais.
Em defesa, a requerida GENERALI BRASIL SEGUROS S.A. apresenta preliminar de litigância contumaz do advogado, incompetência do juizado, prescrição e chamamento ao processo. No mérito, sustenta a legalidade dos descontos, aduzindo que decorreram de contrato, bem como alega inexistir dano moral a ser reparado. Por fim, pugna pela improcedência dos pedidos iniciais.
Pois bem.
Preliminar de chamamento ao processo e incompetência do juizado
Rejeito a preliminar, tendo em vista que as beneficiárias dos valores descontados eram as seguradoras, não sendo pertinente a participação do IPERON e do Estado de Rondônia.
Da litigância contumaz do advogado
A requerida alega o advogado da parte autora vem realizando o ajuizamento de ações idêntica, em face da Ré Generali, por diversos Autores diferentes; o que configura flagrante violação ao Código de ética da Advocacia, posto que clara evidência de capitação de cliente de forma irregular.
No entanto, lamentavelmente tal situação não afeta a capacidade postulatória do advogado, uma vez que se trata de questão meramente administrativa perante o órgão de classe. O órgão de classe que é o sensor do profissional. Com isso rejeito a preliminar
Da prescrição
Para a hipótese, aplica-se o prazo de cinco anos do artigo 27 do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de dano causado por fato do serviço e se renova a cada mês por ser prestação de trato sucessivo. A autora pede devolução de valores desde outubro de 2017, devendo ser considerado prescrito o que exceder o prazo de 5 (cinco) anos.
Mérito
No mérito, tenho que os fatos e documentos apresentados indicam que os pedidos iniciais não merecem acolhimento.
Narra a autora que o contrato de seguro firmado entre as partes teria sido interrompido, contudo, sem sua autorização, a requerida retornou aos descontos, os quais reputa ser indevidos.
No entanto, em que pese ter havido a notícia de suspensão do contrato de seguro em questão, vejo que o contrato de seguro mantido entre as partes foi reativado a partir de outubro/2017, mediante novos descontos das mensalidades nos contracheques da autora, persistindo até o momento.
Observa-se que, antes disso, a autora, embora tenha arcado com os novos descontos desde outubro/2017, nada fez para impedir que a requerida cessasse com tais descontos. Em nenhum momento entrou em contato com quaisquer das requeridas para cancelar o seguro de vida, ora debatido.
Assim, embora a autora não tenha declarado à requerida sobre seu interesse na continuidade do contrato, nada fez para impedir os novos descontos, conforme já dito. E não se tratava de medida de difícil alcance à autora.
Por óbvio que, com a continuidade do contrato, mediante os descontos das mensalidades, a autora estava acobertada pelas cláusulas e condições do contrato, de modo que à ela havia garantia da prestação do serviço por parte da requerida.
Destarte, não reputo como ilegítimos os descontos reclamados pela autora, pois, conforme fundamentado, o contrato e as garantias dele decorrentes perduraram até o presente momento.
Não restou demonstrada, pois, qualquer falha na prestação de serviço por parte das requeridas, de modo que se tratou de negócio jurídico válido e, portanto, legítima a cobrança das mensalidades ora questionada.
Destarte, não merece acolhimento a pretensão da autora quanto à restituição dos valores pagos a título de mensalidade do seguro, nem quanto ao pedido de indenização por danos morais, eis que não se verificou qualquer ilícito civil por parte da requerida a ensejar a pleiteada indenização.
Assim, considerando que o ônus da prova incumbia à parte autora quanto ao fato constitutivo do seu direito, nos termos do art. 373, inciso I, do CPC e, ante a ausência de provas a demonstrar o direito reclamado na inicial, a improcedência dos pedidos é o que se impõe.
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS e, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por EXTINTO o feito, com resolução de mérito.
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta instância, haja vista tratar-se de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95.
Após o trânsito em julgado, arquive-se.
Intimem-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.
ADVERTÊNCIAS (CPE OBSERVAR):
1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA;
2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95);
3) A PARTE QUE DESEJAR RECORRER À TURMA RECURSAL DEVERÁ RECOLHER, ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, CONTADOS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INOMINADO, 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.099/1995 E 23, C/C 12, DO REGIMENTO DE CUSTAS – LEI ESTADUAL Nº 3896/2016), SOB PENA DE DESERÇÃO. E NO CASO DA INSUFICIÊNCIA DO VALOR RECOLHIDO NÃO HAVERÁ INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PREPARO, NÃO SE APLICANDO O ART. 1.007, §2º, DO CPC ANTE A REGRA ESPECÍFICA DA LEI DOS JUIZADOS (ENUNCIADO 80-FONAJE E ART. 42, §1º, DA LEI Nº 9.099/1995;

4) CASO A PARTE RECORRENTE PRETENDA O BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DEVERÁ, NA PRÓPRIA PEÇA RECURSAL, EFETUAR O PEDIDO E JUNTAR DOCUMENTOS PARA DEMONSTRAR QUE O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS COMPROMETE SUA SOBREVIVÊNCIA, INDEPENDENTEMENTE DE TER FEITO O PEDIDO NA INICIAL OU CONTESTAÇÃO OU JUNTADO DOCUMENTOS ANTERIORMENTE, POIS A AUSÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO DEVE SER CONTEMPORÂNEO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO PREPARO.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
PROCESSO: 7036101-22.2023.8.22.0001
AUTOR: RIVALDO SOUSA LIMA, CPF nº 50961527234, RUA FELIPE LACUTE 3976 TANCREDO NEVES - 76829-618 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: JENNIFER FERNANDES DA SILVA, OAB nº RO12803, GISELI AMARAL DE OLIVEIRA, OAB nº RO9196
REU: ATACADAO S.A., CNPJ nº 75315333021378, BR-364 7081, - DE 7701/7702 A 8190/8191 LAGOA - 76812-317 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, OCRIM S A PRODUTOS ALIMENTICIOS, CNPJ nº 61065199000473, MARECHAL HERMES S N REDUTO - 66010-070 - BELÉM - PARÁ
ADVOGADO DOS REU: CARLOS RAFAEL PAVANELLI BATOCCHIO, OAB nº SP217204
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38, da Lei nº 9.099/1995.
Tratando-se de direito disponível e sendo as partes capazes, HOMOLOGO o acordo de vontades celebrado entre as partes, que será regido pelas cláusulas e condições indicadas no termo de acordo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento na alínea “b” do inc. III do art. 487, do CPC.
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta instância.
Autorizo, se for o caso, a expedição de alvará/expedição de ofício ao órgão pagador nos termos do acordo.
Em caso de não levantamento dos valores, transfira-os para conta centralizadora de titularidade do TJ/RO.
Ante à preclusão lógica esta sentença transitada em julgado nesta data.
Resolvidas eventuais pendências, ARQUIVE-SE.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
PROCESSO: 7034899-10.2023.8.22.0001
AUTOR: LAMARK BIUDES DE OLIVEIRA, CPF nº 05106908159, AVENIDA CAMPOS SALES 2870, - DE 2163 A 2591 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76801-081 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JUHAN FRAGA DOMINGOS, OAB nº SC36363
REU: TAM LINHAS AÉREAS S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: FERNANDO ROSENTHAL, OAB nº SP146730, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38, da Lei nº 9.099/1995.
Tratando-se de direito disponível e sendo as partes capazes, HOMOLOGO o acordo de vontades celebrado entre as partes, que será regido pelas cláusulas e condições indicadas no termo de acordo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento na alínea “b” do inc. III do art. 487, do CPC.
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta instância.
Autorizo, se for o caso, a expedição de alvará/expedição de ofício ao órgão pagador nos termos do acordo.
Em caso de não levantamento dos valores, transfira-os para conta centralizadora de titularidade do TJ/RO.
Ante à preclusão lógica esta sentença transitada em julgado nesta data.
Resolvidas eventuais pendências, ARQUIVE-SE.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7043596-54.2022.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: LEILA DA SILVA PINTO, RUA DAS SAMAUMEIRAS 3102 ELETRONORTE - 76808-584 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FABIO HENRIQUE FURTADO COELHO DE OLIVEIRA, OAB nº RO5105A
REU: STONE PAGAMENTOS S.A., NEA - NOVO EDIFÍCIO ABRIL 7221, AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS 7221 PINHEIROS - 05425-902 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: BRUNO FEIGELSON, OAB nº RJ164272
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A parte autora afirma que teve bloqueado seu acesso a valores disponíveis na plataforma da parte requerida, oriundos de vendas de produto (peixe) em comércio de sua propriedade. Narra que efetuou uma venda no valor de R$ 2.950,00 (dois mil e novecentos e cinquenta reais), por meio de maquineta de cartão de débito/crédito, bem como possuía em sua conta, valor aproximado de R$ 80,00 (oitenta reais), também fruto de vendas, mas não consegue ter acesso a tais quantias, em virtude do bloqueio na plataforma. Requer a restituição em dobro do valor bloqueado (R$ 3.030,00), bem como indenização por danos morais.
A parte requerida, na contestação, sustenta questão preliminar e, no mérito, alega que o bloqueio se deu por indícios de irregularidade na utilização da plataforma.

Pois bem.
De início, consigno acerca da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor à hipóteses dos autos. O STJ, em geral, tem manifestado o entendimento pela Teoria Finalista Mitigada, ou seja, considera-se consumidor tanto a pessoa que adquire produto para o uso pessoal quanto os profissionais liberais e os pequenos empreendimentos que conferem ao bem adquirido, a participação no implemento de sua unidade produtiva, desde que, nesse caso, demonstrada a hipossuficiência, sob pena da relação estabelecida passar a ser regida pelo Código Civil. Portanto, diferentemente do que sustenta a requerida na contestação, mostra-se inequívoca a aplicação do Código Defesa do Consumidor, porque a autora é profissional autônomo de pequeno empreendimento (peixaria), de forma que detém de extrema vulnerabilidade e hipossuficiência perante a ré. Portanto, afasto qualquer indagação feita pela parte requerida sobre a não aplicação do CDC.
De igual forma, não procede a preliminar de incompetência territorial do juízo, porquanto o consumidor pode escolher aforar a ação no seu domicílio ou no local onde a parte requerida exerça atividades econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório. O foro de eleição do consumidor é bastante amplo, segundo o art. 4º da lei 9.099/1995. No caso a parte autora escolheu o foro de sua conveniência (local onde reside), com observância dos ditames legais, de tal modo que deve ser rejeitada a preliminar.
No mérito, vejo que a pretensão da parte autora reside, em suma, em dois pedidos, quais sejam, o de devolução, em dobro, do valor de R$ 3.030,00, sendo R$ 2.950,00 referente à venda realizada em seu comércio e R$ 80,00 referente ao saldo que havia em conta quando do bloqueio, bem como o de indenização por danos morais em virtude dos transtornos e dissabores decorrentes da não disponibilidade injustificada de tais valores .
Pois bem.
A parte requerida, em que pese alegar inicialmente, na contestação, que não há prova do bloqueio questionado, infere-se que em sua primeira manifestação nos autos (ID 79217979), reconheceu que houve o bloqueio, justificando para tanto a existência de supostas irregularidades na transação comercial.
Em outra linha de defesa, a parte requerida alega que "...a Equipe de Prevenção a Fraudes vem analisando o histórico transacional da Autora, verificando que diversas transações apresentam um padrão que está fora das diretrizes de uso contratualmente estabelecidas pela requerida. 24. Conforme já aduzido, verificou-se que, habitualmente, são realizadas diversas transações com o mesmo cartão, em diferentes valores, o que alertou o sistema, por suspeita de teste de cartão…"
Ora, conforme demonstrado nos autos, a parte autora é autônoma e vive da venda de peixes. Por óbvio que, assim como no comércio em geral, o uso do cartão débito/crédito é frequente, até mesmo nas transações de pequeno valor. A parte requerida não trouxe qualquer documento que estabeleça qual seria o padrão de valores e quantidade de vendas diárias com o uso do cartão débito/crédito. Com isso, a alegação de que existiam "diversas transações com o mesmo cartão, em diferentes valores" não se mostra legítima para justificar o bloqueio de valores.
Portanto, não se mostra razoável a justificativa apresentada pela parte requerida para bloquear os valores e a conta da parte autora. Não há comprovação de qualquer fato concreto que legitime o bloqueio. Tratou-se, na verdade, de "suspeita" de irregularidade de uma venda realizada no comércio da autora, sem que nada tenha sido efetivamente provada tal irregularidade. As circunstâncias em torno de emissão de nota fiscal quando da venda de mercadoria no comércio da autora é questão não atribuída ao controle da empresa requerida.
Destarte, vejo que o bloqueio em questão se mostrou ilegítimo, de modo que a parte requerida deve restituir à parte autora, o valor de R$ 3.030,00 (três mil e trinta reais), mas na forma simples e não em dobro, considerando não se tratar a hipótese de cobrança indevida, mas sim de bloqueio indevido. Não se pode aplicar o art. 42, parágrafo único, do CPC na espécie.
Resta apurar se houve o abalo moral em decorrência dos fatos ora tratados.
Como dito, a relação existente entre as partes é típica de consumo: o requerido assume o papel de prestador de serviço e a autora o de consumidora final dos serviços, nos termos dos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.
Nestes termos, instaura-se no feito a inversão do ônus da prova, prevista no inciso VIII do art. 6º do Código de Defesa do Consumidor, de modo que cabia à parte requerida comprovar a legitimidade do bloqueio dos valores e da conta, o que não o fez.
Pontue-se que o bloqueio ocorreu em 17/06/2022 e até o momento não há informação se houve ou não o desbloqueio. A autora está privada de fazer uso do numerário. Trata-se de pequeno comércio. É evidente que a privação da "entrada" do valor bloqueado é fato que impacta financeiramente o comércio da autora.
Não tenho dúvida de que a conduta da instituição financeira gerou transtornos e aborrecimentos passíveis de reparação por danos morais. Falhou o serviço prestado e a responsabilidade deve ser apurada na forma do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor, ou seja, de forma objetiva.
Os danos morais estão consubstanciados no sentimento de frustração e indignação que o fato causa àquele que fica privado de exercer a manutenção de sua subsistência por conta de não ter acesso aos valores que lhes são de direito. São evidentes o desgaste emocional e o estresse suportado pela parte autora na busca de seus direitos.
Presente o dano moral, devem ser observados os parâmetros norteadores do valor da indenização, quais sejam, a capacidade econômica dos agentes, as condições sociais do ofendido, o grau de reprovabilidade da conduta, bem como a proporcionalidade.
O valor a ser recebido a título de indenização não pode ser tão alto a ponto de levar a um enriquecimento sem causa por parte da parte consumidora, mas também não pode ser tão baixo a ponto de não cumprir o seu papel punitivo e pedagógico em relação à parte causadora da lesão, motivo pelo qual fixo quantia justa e razoável exposta no dispositivo.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES em parte os pedidos iniciais, e com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por extinto o feito, com resolução de mérito para o fim de:
a) CONDENAR a parte requerida a pagar à parte requerente, a título de danos morais, o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), atualizado monetariamente com base nos índices disponibilizados pelo TJRO e acrescido de juros legais, ambos a partir desta decisão.
b) CONDENAR a parte requerida a pagar à parte autora, a título de restituição, o valor de R$ 3.030,00 (três mil e trinta reais), corrigido monetariamente com base nos índices disponibilizados pelo TJRO e a partir do indevido bloqueio, e acrescido de juros legais, estes a partir da citação.
A tutela de urgência teve seus efeitos suspensos (ID 79360670), de modo que nada há para revogar ou confirmar.
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta instância, haja vista tratar-se de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995.
Intimem-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.

ADVERTÊNCIAS (CPE OBSERVAR):
1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA;
2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95);
3) A PARTE QUE DESEJAR RECORRER À TURMA RECURSAL DEVERÁ RECOLHER, ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, CONTADOS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INOMINADO, 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.099/1995 E 23, C/C 12, DO REGIMENTO DE CUSTAS – LEI ESTADUAL Nº 3896/2016), SOB PENA DE DESERÇÃO. E NO CASO DA INSUFICIÊNCIA DO VALOR RECOLHIDO NÃO HAVERÁ INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PREPARO, NÃO SE APLICANDO O ART. 1.007, §2º, DO CPC ANTE A REGRA ESPECÍFICA DA LEI DOS JUIZADOS (ENUNCIADO 80-FONAJE E ART. 42, §1º, DA LEI Nº 9.099/1995;
4) CASO A PARTE RECORRENTE PRETENDA O BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DEVERÁ, NA PRÓPRIA PEÇA RECURSAL, EFETUAR O PEDIDO E JUNTAR DOCUMENTOS PARA DEMONSTRAR QUE O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS COMPROMETE SUA SOBREVIVÊNCIA, INDEPENDENTEMENTE DE TER FEITO O PEDIDO NA INICIAL OU CONTESTAÇÃO OU JUNTADO DOCUMENTOS ANTERIORMENTE, POIS A AUSÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO DEVE SER CONTEMPORÂNEO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO PREPARO;
5) A PARTE VENCIDA CONSIDERA-SE INTIMADA POR MEIO DESTA SENTENÇA PARA CUMPRIR O JULGADO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, CONTADOS DO TRÂNSITO EM JULGADO, SOB PENA DE PAGAR MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO OU DE COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA CONFORME O CASO (ART. 52, INC. III, IV, V E VI, DA LEI Nº 9.099/1995). O PRAZO FLUIRÁ AUTOMATICAMENTE, INDEPENDENTE DE NOVA INTIMAÇÃO;
6) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO, PELA PARTE VENCIDA, JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERADO INEXISTENTE, E NÃO SURTIR EFEITO, O PAGAMENTO REALIZADO POR MEIO DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ART. 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG;
7) HAVENDO PAGAMENTO VOLUNTÁRIO, DESDE LOGO FICA AUTORIZADA A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ EM FAVOR DA PARTE VENCEDORA, INDEPENDENTE DE NOVA CONCLUSÃO;
8) DECORRIDO O PRAZO PARA PAGAMENTO ESPONTÂNEO, NÃO HAVENDO MANIFESTAÇÃO DA PARTE VENCEDORA, ARQUIVE-SE;
9) NÃO OCORRENDO O PAGAMENTO E HAVENDO REQUERIMENTO DE EXECUÇÃO NOS PRÓPRIOS AUTOS PELA PARTE CREDORA, DEVIDAMENTE ACOMPANHADA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO (ELABORADA POR ADVOGADO OU PELA CENTRAL DE ATENDIMENTO, CONFORME A PARTE POSSUA OU NÃO ADVOGADO, COM INCLUSÃO DE 10% DE MULTA SOBRE O VALOR DO DÉBITO – ART. 523, §1º, DO CPC), A CPE DEVERÁ, ANTES DA CONCLUSÃO, ALTERAR A CLASSE PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NÃO HÁ INCIDÊNCIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE DE EXECUÇÃO DO JULGADO NA HIPÓTESE DE NÃO TER HAVIDO CONDENAÇÃO EM GRAU RECURSAL;
10) NO REQUERIMENTO DE EXECUÇÃO A PARTE CREDORA DEVE DIZER SE PRETENDE QUE A PESQUISA EM BASES DE DADOS PÚBLICOS E PRIVADOS PARA PRÁTICA DE ATOS DE PENHORA, REGISTRO E EXPROPRIAÇÃO (SISBAJUD E RENAJUD).

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7024988-71.2023.8.22.0001
REQUERENTE: JOSE DIRCEU DA ROSA PACHECO
Advogados do(a) REQUERENTE: AMANDA GABRIELLA MORAES MATOS - RO12808, VANESSA MARIA DA SILVA MELO - RO9851
REQUERIDO: MICIAS SANTANA VEIGA
Intimação PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA
(REDESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA)
Finalidade: Intimação para audiência de conciliação por videoconferência
Esta publicação tem por finalidade intimar o(s) advogado(s) da(s) parte(s) acima identificado(s) para que participe(m) da audiência de conciliação a ser realizada por videoconferência (via WhatsApp), bem como assegure(m) que seu(s) constituinte(s) também compareça(m).
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA: 23/08/2023 13:00 (horário de Rondônia)
Caso ainda não o tenha(m) feito, fica(m) também intimado(s) a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o(s) contato(s) telefônico(s) indicado(s) para a realização da videoconferência (com o aplicativo WhatsApp), sob pena de o processo ser movimentado para deliberação judicial para providências quanto à extinção do processo (no caso de inércia da parte requerente) ou quanto à consideração de recusa do demandado à participação na audiência (art. 23 da Lei nº 9.099/95).
COMO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e horário marcados.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o aplicativo WhatsApp de seu celular ou no computador, a partir do link https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br. Se necessário, poderá ser utilizado o aplicativo Hangouts Meet (art. 7°, III, Prov. 018/2020-CG);
2. Estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO (art. 7°, V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local isolado e em silêncio para participar da audiência.

ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar-lhe da audiência por videoconferência e orientá-la sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7°, II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação (art. 7°, IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir (art. 7°, VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
6. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado (art. 7°, X, Prov. 018/2020-CG);
7. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais (art. 7°, XI, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial (art. 7°, XII, Prov. 018/2020-CG);
9. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7°, XVIII, Prov. 018/2020-CG);
10. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual (art. 7º, XIX, Prov. 018/2020-CG);
11. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial (art. 7°, XIII, Prov. 018/2020-CG.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7°, I, Prov. 018/2020-CG);
2. A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil). (art. 7°, VIII, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada (art. 7°, XIV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada (art. 7°, XV, Prov. 018/2020-CG);
5. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca (art. 7°, XX, Prov. 018/2020-CG).
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - CEJUSC:
E-mail: cejusc_jecc@tjro.jus.br
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7039973-45.2023.8.22.0001
REQUERENTE: GLAUCIA BARROS DE PAULA
Advogado do(a) REQUERENTE: DAGUIMAR LUSTOSA NOGUEIRA CAVALCANTE - RO4120
REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7044968-72.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença

Polo Ativo: JEANE TEIXEIRA SILVA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: TIAGO VINICIUS MEIRELES CUNHA, OAB nº RO9287, FELIPE BRAGA PEREIRA FURTADO, OAB nº RO9230
Polo Passivo: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ANDERSON FELIPE REUSING BAUER, OAB nº RO5530, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
DECISÃO
Revogo o despacho do ID 91010422.
A CAERD interpôs recurso inominado requerendo a isenção do preparo recursal, sob a alegação de ser equiparada à fazenda pública.
Este magistrado vinha decidindo, em consonância com a Turma Recursal, que a CAERD não goza da isenção de custas, pois a decisão do STF que a equiparou à fazenda pública está limitada à impenhorabilidade de seus bens, pois, apesar de ser empresa de economia mista, exerce sua atividade sem concorrência no âmbito do estado de Rondônia.
No final do ano passado, por força de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, o egrégio Tribunal de Justiça, por suas Câmaras Cíveis Reunidas, decidiu determinar a suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema de ISENÇÃO DE CUSTAS PROCESSUAIS À CAERD (Tema 06 - IRDR) - conforme processo nº 0809003-88.2022.8.22.0000 - acórdão disponibilizado no DJe de 09/12/2022.
Portanto, DETERMINO a suspensão do processo até decisão ulterior das colendas Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do estado de Rondônia.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7046614-83.2022.8.22.0001
REQUERENTE: RAIMUNDA DA COSTA MATOS, CPF nº 57915148249, RUA TEODORA LOPES 9496, - DE 9466/9467 A 9926/9927 MARIANA - 76813-576 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS FELIPE HOLANDA GUIMARAES, OAB nº RO10443
REQUERIDO: BANCO PAN S.A., AVENIDA PAULISTA 1374, 16 ANDAR BELA VISTA - 01310-100 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: WILSON BELCHIOR, OAB nº CE17314A, PROCURADORIA BANCO PAN S.A
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A devedora impugnou o cálculo apresentado pela credora no curso do prazo para pagamento voluntário. Posteriormente efetuou o depósito do valor reclamado para credora. Julgo a perda do objeto da impugnação ante ao ato inequívoco contrário à pretensão resistida.
Expeça-se alvará judicial em nome da parte autora e de seu(s)/sua(s) advogado(s)/advogada(s), se tiver(rem) poderes nos autos, para levantamento da quantia depositada (ID 93097682), com seus acréscimos, zerando a conta.
Desde logo, considerando o recebimento do crédito por meio do levantamento do valor depositado, com fundamento no inciso II do artigo 924, do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Juntado aos autos o extrato com o saque, ARQUIVE-SE.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
PROCESSO: 7030322-86.2023.8.22.0001
AUTOR: CARINA DE SOUZA FRANCO, CPF nº 04150487294, RUA BOM SUCESSO 32, (VILA ELETRONORTE) ELETRONORTE - 76808-678 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: EDUARDO MAIELA VALVERDE OLIVEIRA ARAUJO, OAB nº RO10437
REQUERIDO: TCAR LOCACAO DE VEICULOS LTDA, CNPJ nº 14311143000129, JERONIMO PIMENTEL 141 UMARIZAL - 66055-000 - BELÉM - PARÁ
ADVOGADO DO REQUERIDO: NIARA SILVA DORIGAO, OAB nº RO9932
DECISÃO:
Ante a necessidade de produção de prova oral, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 28 de setembro de 2023, às 9 horas, a ser realizada PRESENCIALMENTE na sede deste Juízo (Av. Pinheiro Machado, n. 777, Olaria, 8º andar, Porto Velho/RO, telefone: (69) 3309-7129).
Caso a parte pretenda participar da audiência por VIDEOCONFERÊNCIA deverá, no dia e hora designados, acessar o seguinte link: https://meet.google.com/xre-mqda-pvg
O juízo não entrará em contato com a parte para admissão na sala de videoconferência.
A ausência injustificada poderá resultar na extinção ou revelia.
As partes deverão apresentar, na referida solenidade, as demais provas que pretenderem produzir, inclusive a testemunhal.
Cada parte é responsável por intimar e trazer sua(s) testemunha(s) para a audiência acima designada - até 3 - (art. 34 da lei 9099/1995).
A intimação só se fará por meio do juízo se for requerida e esclarecida a necessidade e com antecedência de 30 dias da audiência, para possibilitar a intimação.
As testemunhas que residirem na sede do município de Porto Velho DEVERÃO comparecer pessoalmente ao Fórum e se dirigem ao 8º andar, onde prestarão depoimento perante o juiz da causa.
Intimem-se as partes por seus Advogados via DJE.
Registre-se a audiência no sistema PJE.
Expeça-se o necessário.
Serve esta decisão de mandado/carta com AR/intimação pelo DJe.

ADVERTÊNCIAS/ORIENTAÇÕES:
1) OS ADVOGADOS, PARTES E TESTEMUNHAS/INFORMANTES DEVERÃO ESTAR NA POSSE DE DOCUMENTO COM FOTO/ IDENTIDADE PARA APRESENTAR NO INÍCIO DA AUDIÊNCIA OU DE SUA OITIVA, CASO SOLICITADO TAL DOCUMENTO.
2) COMPETE À PARTE INTIMAR SUAS TESTEMUNHAS (ART. 34 da lei 9099/1995) E APRESENTÁ-LAS NA SALA DE AUDIÊNCIA, CASO NÃO REQUEIRA A INTIMAÇÃO.
3) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA.
4) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/1995).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7044267-82.2019.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FRANCISCO CARLOS DA SILVA NASCIMENTO, OAB nº RO7336
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO EXECUTADO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO, OAB nº RO635, MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
A parte credora noticiou nos autos que a requerida não deu baixa da fatura declarada inexigível em seu sistema, pois consta como pendente 92611772.
A sentença não cominou prazo para tal obrigação de fazer. Veja-se:
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL e, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por EXTINTO o feito, com resolução de mérito, para o fim de declarar a inexistência do débito no valor de R$ 7.509,11 (sete mil, quinhentos e nove reais e onze centavos), referente a fatura de 08/2019, vencido em 11/10/2019.
Assim, concedo o prazo de 15 dias para que a requerida ENERGISA efetue a baixa da recuperação de consumo discutida nos autos, em seu sistema, sob pena de multa diária de R$ 100,00 até o limite de R$ 5.000,00.
Intime-se pessoalmente a requerida.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7063148-39.2021.8.22.0001
REQUERENTE: NELCILA VASCONCELOS DA SILVA, CPF nº 27480356234, RUA FÁBIA 5910, - ATÉ 6340/6341 IGARAPÉ - 76824-250 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: IGOR AZEVEDO REIS, OAB nº RO9275, GABRIEL MACEDO NICARETTA, OAB nº RO11578
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 4000 A 4344 - LADO PAR INDUSTRIAL - 76821-060 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
Expeça-se alvará judicial em nome da parte autora e de seu(s)/sua(s) advogado(s)/advogada(s), se tiver(rem) poderes nos autos, para levantamento da quantia depositada na conta nº 2848 / 040 / 01823148-4, com seus acréscimos, zerando a conta.
Expeça-se alvará judicial em nome da parte requerida e de seu(s)/sua(s) advogado(s)/advogada(s), se tiver(rem) poderes nos autos, para levantamento da quantia depositada na conta nº 2848 / 040 / 01817637-8, com seus acréscimos, zerando a conta. O levantamento também poderá dar-se mediante transferência bancária, desde que indicada a conta corrente.
Desde logo, considerando o recebimento do crédito por meio do levantamento do valor depositado, com fundamento no inciso II do artigo 924, do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Juntado aos autos os extratos das contas zeradas, ARQUIVE-SE.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7028907-05.2022.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: RAIMUNDO HENRIQUE DA CRUZ
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JUNIEL FERREIRA DE SOUZA, OAB nº RO6635
Polo Passivo: ALEXANDRE PAULO VAZ DA SILVA JUNIOR
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)

DECISÃO
O recurso inominado foi interposto um dia depois de vencido o prazo, portanto é intempestivo.
No dia 20/06/2023 a sentença foi disponibilizada no DJe nº 111, p. 1442. O efeito de publicação foi no dia seguinte, 21/06/2023, conforme consta do evento do dia 16/06/2023. O prazo iniciou-se no dia 22/06/2023 (quinta-feira) e encerrou no dia 05/06/2023, descontando-se os dias não úteis.
Não recebo o recurso devido a intempestividade.
Certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7038768-83.2020.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: VALDEMIR PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RODRIGO DE SOUZA COSTA, OAB nº RO8656
Polo Passivo: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADOS DO ALVARÁ DE SOLTURA: ANDERSON FELIPE REUSING BAUER, OAB nº RO5530, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
DESPACHO
Diante da certidão do ID 66249195, que relembra a existência de penhora no rosto dos autos, determino a suspensão do despacho que determinou a expedição de RPV.
Oficie-se ao juízo da 8ª Vara Cível para lhe informar o crédito neste processo está em vias de ser recebido, por meio de RPV, portanto, solicite-se o envio do valor do crédito existente no processo nº 7055220-13.2016.8.22.0001 e os dados bancários do beneficiário, para fins de expedição de RPV.
Publique-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7003985-31.2021.8.22.0001
REQUERENTE: ANTONIO CARLOS CARDOSO, CPF nº 46938486034, AVENIDA JOSÉ VIEIRA CAÚLA 3792, - DE 3352 A 3902 - LADO PAR NOVA PORTO VELHO - 76820-148 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FERNANDO CESAR PIMENTA AGUIAR, OAB nº RO7233
REQUERIDOS: BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A., CNPJ nº 01181521000155, SICREDI 3940, AVENIDA ASSIS BRASIL 3940 - ANDAR 12 SÃO SEBASTIÃO - 91060-900 - PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL, ZAHR & ZAHR LTDA, CNPJ nº 12608648000124, RUA BERNARDINO DE CAMPOS 4235, SALA 6 CENTRO - 15015-300 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: MARIANA GONCALVES DE SOUZA, OAB nº SP334643, WILLIAM CARMONA MAYA, OAB nº SC39822, FERNANDO DENIS MARTINS, OAB nº DF36054
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
Considerando o recebimento do crédito informado nos autos, com fundamento no inciso II do artigo 924, do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Intimem-se. Arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7041860-35.2021.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: GILMAR ANTONIO CAMILLO
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CLEBER DOS SANTOS, OAB nº RO3210, LAERCIO JOSE TOMASI, OAB nº RO4400
Polo Passivo: TELMA SILVA SANTOS
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
O credor pretende seja penhorado parte do vencimento da devedora.
A penhorabilidade de salário é possível, desde que esgotados outros meios de garantia da dívida.
Percebe-se nos autos não houve esgotamento de outras diligências.
Indefiro, por ora, o pedido de penhora de salário.
Diga o credor em 5 dias, sob pena de extinção.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7014973-77.2022.8.22.0001
REQUERENTE: PEDRO ABIB HECKTHEUER, CPF nº 00363653279, AVENIDA LAURO SODRÉ 2300, - DE 2020 A 2450 - LADO PAR SÃO JOÃO BOSCO - 76803-660 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: BRUNO LOPES BILIATTO, OAB nº RO10076A
REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A, RUA VERBO DIVINO 2001, - DE 999/1000 AO FIM CHÁCARA SANTO ANTÔNIO (ZONA SUL) - 04719-002 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: FERNANDO ROSENTHAL, OAB nº SP146730, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
Considerando o recebimento do crédito informado nos autos, com fundamento no inciso II do artigo 924, do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Intimem-se. Arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7072935-58.2022.8.22.0001 - Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: JOSE EDUARDO BARBOSA BARROS, AVENIDA MAMORÉ 3945, - DE 3645 A 4069 - LADO ÍMPAR LAGOINHA - 76829-631 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GIDALTE DE PAULA DIAS, OAB nº PR56511
EXECUTADO: GIGLIANE CARNEIRO MOTA, RUA TAMAREIRA 2768, - ATÉ 3177/3178 ELETRONORTE - 76808-480 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A parte devedora não foi localizada e obviamente não foi citada. Em sede de Juizados Especiais é obrigatório o conhecimento do endereço da parte devedora, posto que depois da penhora obrigatoriamente ela tem de ser intimada para comparecer à audiência de conciliação pessoalmente (art. 53, §1º, da LF 9099/1995).
Desta forma, a extinção da execução é medida que se impõe nos moldes do art. 53, §4º, da Lei 9.099/1995:
Art. 53. A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta Lei. (...) § 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor.
Ante o exposto, com fulcro no parágrafo 4º do art. 53 da Lei 9.099/1995 JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, por não ter sido localizada a parte devedora.
Arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7037272-14.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: ALANE FERREIRA MOURA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALAN ALMEIDA DO AMARAL, OAB nº RO12551
Polo Passivo: ROLIM NET TECNOLOGIA LTDA - ME
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Recebo a emenda à inicial constante da petição do ID 93176862.
Cancele-se a audiência designada por não haver tempo hábil para a citação.
Reagende-se a audiência de conciliação.
Cite-se e intime-se.
Intime-se a parte autora via de seu advogado pelo DJe.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7028590-70.2023.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTES: ALESSANDRA QUEIROZ PINHEIRO, RUA JOSÉ RIBAMAR SOARES AGUIAR 100, CONDOMÍNIO TERRAÇO DOS PÁSSAROS PARQUE IRACEMA - 60824-235 - FORTALEZA - CEARÁ, HERMINIA SALES DE QUEIROZ PINHEIRO, AVENIDA RIO MADEIRA 1952, CONDOMÍNIO MONTE GRAPPA - AP 702 AGENOR DE CARVALHO - 76820-370 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: FELIPE DA COSTA BARBOSA, OAB nº RO12338, RAFAEL DE MOURA BARROS, OAB nº RO7597

REQUERIDOS: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS SA, RUA DAS FIGUEIRAS 501, 8 ANDAR JARDIM - 09080-370 - SANTO ANDRÉ - SÃO PAULO, PORTO NORTE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME, AVENIDA RIO MADEIRA 3288, PORTO VELHO SHOPPING, 1 ANDAR, SALA 107/04 FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-408 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A parte autora não dispõe de endereço atualizado da parte requerida.
Em sede de Juizados Especiais não é viável o prosseguimento do processo sem a localização das partes, posto que há necessidade de comparecimento pessoal à audiência.
A extinção do processo sem resolução do mérito é medida que se impõe nos moldes do art. 51, II, da Lei 9.099 c/c art. 485, inc. IV do Código de Processo Civil.
Ante o exposto, com fulcro no inciso II do artigo 51 da Lei 9.099/1995 c/c art. 485, inc. IV do Código de Processo Civil JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, por ausência de pressupostos processuais.
Intime-se. Arquive-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7061489-58.2022.8.22.0001
REQUERENTE: JUCELIA ROCHA CARVALHO
Advogados do(a) REQUERENTE: FRANCISCO RIBEIRO NETO - RO0000875A, KAUE CRISTINAN DA COSTA RIBEIRO - RO12166
REQUERIDO: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7051311-84.2021.8.22.0001
REQUERENTE: FERNANDA NAYARA GONCALVES PEREIRA
Advogados do(a) REQUERENTE: BARTOLOMEU SOUZA DE OLIVEIRA JUNIOR - RO10498, RAIMUNDO LAUREANO DA SILVA NETO - RO10540
REQUERIDO: ENERGISA
Advogado do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
Intimação À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7049059-45.2020.8.22.0001
REQUERENTE: LOTERICA MAMORE LTDA - ME
Advogados do(a) REQUERENTE: ARY BATISTA BATISTI - RO10744, HAROLDO BATISTI - RO2535
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogados do(a) REQUERIDO: MARCIO MELO NOGUEIRA - RO2827, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7070552-44.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: ANGELICA BEATRIZ PEREIRA DA SILVA TRAVANSE
ADVOGADO DO REQUERENTE: SAMIR DAMIAO ALMEIDA ALBUQUERQUE, OAB nº RO11290
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO:
A autora deverá comprovar, no prazo de 5 (cinco) dias, a existência das inscrições nos órgãos de proteção ao crédito, mencionadas na petição ID 93309216 e que se referem ao débito discutido na demanda, sob pena de extinção.
Decorrido o prazo assinalado sem manifestação da autora, arquive-se.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7041752-35.2023.8.22.0001
REQUERENTE: CARLOS ALBERTO MARTINS MANVAILER, JUCI DA SILVA NOGUEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: CASSIO OJOPI BONILHA - RO7107
REQUERIDO: SV VIAGENS LTDA, AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7044559-62.2022.8.22.0001
AUTOR: LILIAN RODRIGUES DA SILVA DE SOUSA
Advogado do(a) AUTOR: ADA CLEIA SICHINEL DANTAS BOABAID - RO10375
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação VIA DIÁRIO ELETRÔNICO
FINALIDADE: Diante do retorno do processo da Turma Recursal, ficam as partes intimadas para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7006243-43.2023.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: SUELI HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS, RUA PERIQUITOS 354,, QD 06, LT 28 JARDIM ELDORADO - 76811-692 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RODRIGO DE SOUZA COSTA, OAB nº RO8656
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6490, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
SENTENÇA
Relato da parte autora: Narra a parte autora que adquiriu passagem de Porto Velho a Fortaleza, com conexão em Manaus e Recife, saindo dia 13/12/2022 às 22h40 e chegando dia 14/12/2022 por volta das 09h25. Ocorre após já ter realizado o check-in e estar aguardando na sala de embarque para realizar sua conexão de Recife para Fortaleza, a empresa ré cancelou seu voo.
Alega que devido o cancelamento, foi realocada em um voo que chegaria ao seu destino somente as 19h15 do dia 14/12/2022, com cerca de 10 horas de atraso. Afirma que não recebeu nenhuma assistência. Requer o pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 15.000,00.
Defesa da parte ré: Alega que o voo da autora necessitou ser cancelado pela ocorrência de problemas técnicos, afastando o dever de indenizar, até porque a situação experimentada não passa de mero aborrecimento. Sustenta ter prestado assistência à parte autora. Pugna pela improcedência do pedido inicial.

Da prevalência do Código Brasileiro de Aeronáutica em detrimento do Código de Defesa do Consumidor
Houve relação de prestação de serviços firmada entre as partes, cujo objeto é a realização do transporte aéreo de passageiros, restando nítida a relação de consumo, com fornecedor e consumidor bem definidos nos moldes da conceituação trazida nos arts. 2º e 3º do CDC.
Malgrado a existência de legislação especial regulando a matéria, os dispositivos da legislação protetiva do consumidor são de observância imperativa, por se tratar de questão de ordem pública, diretamente ligada ao bem-estar social, sendo certo que, tendo sido a defesa do consumidor exigência expressa no texto constitucional (arts. 5º, inciso XXXII, e 170, inciso V), tal disposição não é passível de revogação, havendo imperatividade na sua aplicação.
Saliente-se, ainda, a responsabilidade objetiva pelo fato do serviço, nos termos do CDC, afastando a aplicação da Código Brasileiro de Aeronáutica, porquanto o serviço prestado ao consumidor é complexo, envolvendo diversas relações além do transporte em si.
Assim, o CDC goza da posição de norma de ordem pública interna, prevalecendo sobre as demais normas especiais, nos casos de antinomia direta.
Portanto, passo ao mérito.
Consta dos autos que a parte autora/consumidora celebrou contrato de transporte com a empresa aérea, mas viu seu voo ser prejudicado.
A relação existente entre as partes é de consumo, estando amparada pela Lei nº 8.078/90, que estabelece, dentre outras regras, a responsabilidade objetiva, ou seja, independente da apuração de culpa, nos termos do seu art. 14, só se eximindo o prestador de serviços se comprovar a ausência de dano, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros.
O atraso do voo/trecho é questão incontroversa, sendo justificado nos autos pela parte ré em virtude de ocorrência de problemas técnicos.
Ocorre que tais hipóteses não configuram excludente de responsabilidade, posto que se trata, em verdade, de fortuito interno, uma vez que diz respeito ao risco inerente à própria atividade exercida. A verdade é que houve tão somente a alteração unilateral do contrato firmado, caracterizando-se como má prestação do serviço.
Ao não observar os horários que se obrigou a cumprir, a requerida incorreu em descumprimento contratual, justamente por frustrar a legítima expectativa da parte consumidora que acreditava poder embarcar conforme os termos originariamente previstos, evidenciando a falha na prestação de serviço, consoante determina o art. 14, do CDC.
Diante disso, entende-se pela legitimidade dos danos morais, em face aos desdobramentos fáticos narrados na petição inicial, que transbordaram o mero dissabor, independentemente da efetiva e cabal comprovação dos danos imateriais experimentados.
Com relação ao valor indenizatório, em condenações desta natureza, deve o Juiz atentar-se sempre às circunstâncias fáticas, para a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, sua natureza e extensão, as condições sociais e econômicas da vítima e do ofensor, de tal sorte que não haja enriquecimento do ofendido, mas que, por outro lado, corresponda a indenização a um desestímulo a novas práticas lesivas.
Nesse ponto não deve ser considerado desvio produtivo, posto que a situação narrada em nada se amolda à Teoria do Desvio Produtivo que diz respeito à luta inglória do consumidor buscar seus direitos antes de ingressar em juízo, com reclamações pela via administrativa, esperas infindáveis na fila de atendimento das empresas, SAC, audiências no Procon etc.
Sopesadas as circunstâncias, o atraso prejudicial à parte consumidora e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade o valor do dano moral obedece a tais parâmetros que constará da parte dispositiva.
Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial e, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC, EXTINGO O FEITO, com resolução do mérito, para o fim de:
CONDENAR a requerida a pagar à parte autora, a título de indenização por DANO MORAL, o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), atualizado monetariamente segundo fator de correção disponibilizado no site do TJRO e acrescido de juros de 1% ao mês (Súmula 362 do STJ e REsp nº 903258/RS), ambos a partir desta decisão.
Incabíveis custas e honorários advocatícios nesta fase.
Intimem-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.
ADVERTÊNCIAS (CPE OBSERVAR):
1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA;
2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95);
3) A PARTE QUE DESEJAR RECORRER À TURMA RECURSAL DEVERÁ RECOLHER, ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, CONTADOS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INOMINADO, 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.099/1995 E 23, C/C 12, DO REGIMENTO DE CUSTAS – LEI ESTADUAL Nº 3896/2016), SOB PENA DE DESERÇÃO. E NO CASO DA INSUFICIÊNCIA DO VALOR RECOLHIDO NÃO HAVERÁ INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PREPARO, NÃO SE APLICANDO O ART. 1.007, §2º, DO CPC ANTE A REGRA ESPECÍFICA DA LEI DOS JUIZADOS (ENUNCIADO 80-FONAJE E ART. 42, §1º, DA LEI Nº 9.099/1995;
4) CASO A PARTE RECORRENTE PRETENDA O BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DEVERÁ, NA PRÓPRIA PEÇA RECURSAL, EFETUAR O PEDIDO E JUNTAR DOCUMENTOS PARA DEMONSTRAR QUE O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS COMPROMETE SUA SOBREVIVÊNCIA, INDEPENDENTEMENTE DE TER FEITO O PEDIDO NA INICIAL OU CONTESTAÇÃO OU JUNTADO DOCUMENTOS ANTERIORMENTE, POIS A AUSÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO DEVE SER CONTEMPORÂNEO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO PREPARO;
5) A PARTE VENCIDA CONSIDERA-SE INTIMADA POR MEIO DESTA SENTENÇA PARA CUMPRIR O JULGADO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, CONTADOS DO TRÂNSITO EM JULGADO, SOB PENA DE PAGAR MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO OU DE COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA CONFORME O CASO (ART. 52, INC. III, IV, V E VI, DA LEI Nº 9.099/1995). O PRAZO FLUIRÁ AUTOMATICAMENTE, INDEPENDENTE DE NOVA INTIMAÇÃO;
6) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO, PELA PARTE VENCIDA, JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERADO INEXISTENTE, E NÃO SURTIR EFEITO, O PAGAMENTO REALIZADO POR MEIO DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ART. 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG;
7) HAVENDO PAGAMENTO VOLUNTÁRIO, DESDE LOGO FICA AUTORIZADA A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ EM FAVOR DA PARTE VENCEDORA, INDEPENDENTE DE NOVA CONCLUSÃO;

8) DECORRIDO O PRAZO PARA PAGAMENTO ESPONTÂNEO, NÃO HAVENDO MANIFESTAÇÃO DA PARTE VENCEDORA, ARQUIVE-SE;
9) NÃO OCORRENDO O PAGAMENTO E HAVENDO REQUERIMENTO DE EXECUÇÃO NOS PRÓPRIOS AUTOS PELA PARTE CREDORA, DEVIDAMENTE ACOMPANHADA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO (ELABORADA POR ADVOGADO OU PELA CENTRAL DE ATENDIMENTO, CONFORME A PARTE POSSUA OU NÃO ADVOGADO, COM INCLUSÃO DE 10% DE MULTA SOBRE O VALOR DO DÉBITO – ART. 523, §1º, DO CPC), A CPE DEVERÁ, ANTES DA CONCLUSÃO, ALTERAR A CLASSE PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NÃO HÁ INCIDÊNCIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE DE EXECUÇÃO DO JULGADO NA HIPÓTESE DE NÃO TER HAVIDO CONDENAÇÃO EM GRAU RECURSAL;
10) NO REQUERIMENTO DE EXECUÇÃO A PARTE CREDORA DEVE DIZER SE PRETENDE QUE A PESQUISA EM BASES DE DADOS PÚBLICOS E PRIVADOS PARA PRÁTICA DE ATOS DE PENHORA, REGISTRO E EXPROPRIAÇÃO (SISBAJUD E RENAJUD).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7061375-56.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: SARA LIMA DA SILVA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARCIO SILVA DOS SANTOS, OAB nº RO838, SULIENE CARVALHO DE MEDEIROS, OAB nº RO6020A
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
A parte autora interpõe Embargos de Declaração, em face da sentença que extinguiu a obrigação de fazer, isentando a requerida das astreintes.
Entende que a sentença é contraditória, porque reconheceu o atraso no cumprimento da obrigação de fazer, mas isentou a requerida de pagar as astreintes arbitradas.
Afirma que a sentença negou vigência à Súmula 410 do STJ por excluir a multa cominatória vencida, violando direito adquirido.
Pois bem.
A sentença não é contraditória. É sabido que as astreintes podem ser, de ofício, majoradas, minoradas ou excluídas. No caso versando a sentença entendeu que, apesar de ter vislumbrado o atraso, a obrigação foi cumprida, com o cancelamento da fatura e exclusão de cobrança. Não se verificou recalcitrância da requerida.
Diante disto, aplicou-se o art. 537, §1º, incs. I e II do CPC:
Art. 537. A multa independe de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.
§ 1º O juiz poderá, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda ou excluí-la, caso verifique que:
I - se tornou insuficiente ou excessiva;
II - o obrigado demonstrou cumprimento parcial superveniente da obrigação ou justa causa para o descumprimento.
E por óbvio que a manutenção do débito em aberto não trouxe significativo prejuízo para a autora.
A astreintes não transita em julgado, conforme reiteradas decisões do STJ (EAREsp nº 650.536/RJ - Min. Raul Araújo, Corte Especial, julgado em 7/4/2021, DJe de 3/8/2021).
Assim, dou por prequestionada a matéria.
Em face ao exposto, conheço os embargos de declaração, no entanto os desacolho.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7089600-52.2022.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: YASMIN CRISTINA CIPRIANO DA SILVA, RUA AQUÁRIO 11936 ULYSSES GUIMARÃES - 76813-854 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: CARLOS FELIPE OLIVEIRA MOREIRA, OAB nº RO8431, FREDSON AGUIAR RODRIGUES, OAB nº RO7368
REQUERIDO: MERCADO PAGO INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA, AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS 3003, PARTE E BONFIM - 06233-903 - OSASCO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO CHALFIN, OAB nº AC4580, JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM, OAB nº ES18694
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A parte autora narra que em 07/05/2022 foi vítima de roubo, ocasião em que foram subtraídos sua bolsa e seus documentos pessoais, incluído o cartão que possui junto à requerida. No dia seguinte os criminosos teriam realizado transações em estabelecimentos comerciais, na função débito e crédito. Argumenta que no mesmo dia dos fatos comunicou ao requerido do ocorrido porém foi informada que para realizar o bloqueio da conta, precisava de documento de identificação, contudo, o mesmo havia sido roubado. Somente em 17/05/2022 a requerida bloqueou a conta, mas continua descontando valores na conta referente às compras no crédito realizada pelos criminosos. Requer indenização por danos materiais de R$ 680,50 e por danos morais de R$ 15.000,00.
A parte requerida, em defesa, assevera que não houve falha na prestação dos serviços da requerida e que o consumidor é responsável pelo manuseio dos seus dados. Aduz que os prejuízos decorrem única e exclusivamente de conduta de terceiros, sendo caso de excludente de responsabilidade. Pugna pela improcedência dos pedidos iniciais.

Da preliminar de ilegitimidade passiva
Verifico que a preliminar de ilegitimidade passiva não pode vingar de plano, recomendando-se a análise do conjunto probatório para se concluir, ou não, sobre a eventual responsabilidade civil da parte requerida, estando a inicial formalmente em ordem, aplicando-se a teoria da asserção e tendo-se plenamente comprovada as condições da ação. Desse modo, rejeito-a.
Mérito
A relação jurídica existente no feito é de consumo, porquanto a parte requerida é a prestadora e a parte autora é a destinatária final do serviço equiparado à atividade financeira, ou seja, a relação se encaixa nos requisitos dos artigos 2º e 3º, §2º, do Código de Defesa do Consumidor. Desse modo, a problemática apresentada deve ser analisada sob a ótica da Lei 8.078/1990.
De acordo com o Boletim de Ocorrência (ID 85530689), a parte autora foi vítima de roubo em 07/05/2022, ocasião em que terceiros levaram seus pertences, dentre eles o cartão emitido pela parte requerida e, de posse deste, realizaram as transações impugnadas na inicial, no importe de R$ 680,50.
Diferentemente de outros feitos que tramitaram por esta Vara, em que os consumidores confessam ter pedido ajuda a terceiro para realizar operações financeiras (e assim violam seu dever contratual de guarda e sigilo da senha) ou simplesmente distribuem seus dados pessoais a terceiro desconhecido na internet ou por telefone, neste caso concreto, a inicial traz narrativa de que criminosos conseguiram utilizar cartão da parte autora, mesmo sem ter fornecido a sua senha pessoal.
O requerido criou meios de utilização análogos ao de Instituições Financeiras, mediante a emissão de cartão com função débito/crédito com o desbloqueio da modalidade de pagamento por aproximação, inclusive sem anuência para o cliente, e, assim fazendo, buscando maior lucro (decorrente de automação das operações, com redução de número de agências e funcionários), trouxe para si responsabilidade objetiva por fatos como os descritos na inicial, que se inserem no risco de seu negócio, não podendo argumentar não exercer primordialmente atividade financeira.
Aplica-se, portanto, ao caso concreto, a Teoria do Risco Criado quanto a Sumula 479 do STJ: “As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias”.
Patente, assim, que a parte requerida não se eximiu do ônus de demonstrar regularidade das transações impugnadas na inicial, uma vez que junta com a defesa comprovação de que não realizou as transações, pois o cartão havia sido furtado um dia antes das operações.
Caberia ao requerido, igualmente, demonstrar que as compras impugnadas estão dentro do perfil de consumo da parte autora, o que também não o fez, limitando-se a afirmar que a parte autora é responsável pelo manuseio dos seus dados e que não houve qualquer falha na prestação dos serviços.
A parte autora comunicou o ocorrido ao requerido (ID. 85530691), contudo, mesmo assim, realizou descontos em sua conta referente às transações via cartão de crédito.
Assim sendo, a circunstância autoriza reconhecer a pretensão da requerente de ser restituída no valor de R$ 680,50.
Em decorrência das transações fraudulentas, o CPF da parte autora foi lançado nos cadastros de maus pagadores, há certidão da Serasa anexa ao ID 85530687.
Restou demonstrado que a autora não realizou as transações pelas quais está sendo cobrada, devendo o débito ser declarado inexigível.
Nesse passo, a inclusão do nome da parte autora nos cadastros de inadimplentes se deu de forma abusiva, o que merece reparação civil (Artigo 186 e 927 do Código Civil).
O nexo de causalidade entre o dano e a culpa é evidente, uma vez que, sem a conduta negligente da parte requerida, a parte autora não teria sofrido a lesão descrita na petição inicial.
A existência do dano é indiscutível, pois houve inscrição em cadastro de inadimplentes (certidão – ID 85530687). Houve restrição do nome da parte autora perante o comércio, transtorno que configura inegável dano moral.
Presente o dano moral, devem ser observados os parâmetros norteadores do valor da indenização, quais sejam, a capacidade econômica do agente, as condições sociais do ofendido, o grau de reprovabilidade da conduta, bem como a proporcionalidade.
É assente que a indenização por dano moral tem a dupla função de reparar o dano sofrido, sem que haja enriquecimento sem causa da parte requerente e punir a parte requerida da ilicitude, de modo, inclusive, a compeli-la a rever seus procedimentos administrativos. Com enfoque em tais circunstâncias, fixo a indenização para a hipótese vertente na quantia descrita no dispositivo a seguir.
Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE OS PEDIDOS INICIAIS e com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, extingo o feito, com resolução de mérito para o fim de:
a) DECLARAR inexistente o débito de R$ 498,33 (quatrocentos e noventa e oito reais e trinta e três centavos) estampado na certidão da SERASA (ID. 85530687);
b) CONDENAR a requerida a pagar à parte autora, a título de danos materiais a quantia de R$ 680,50 (seiscentos e oitenta reais e cinquenta centavos), corrigida monetariamente a partir da data das transações indevidas (08/05/2022) e acrescida de juros legais devidos a partir da citação, cálculo a ser feito com base na planilha do TJRO.
d) CONDENAR a parte requerida a pagar à parte autora, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, já atualizado nesta data (súmula 362 do STJ e REsp 90325), incidindo correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (INPC) e com juros simples de 1% (um por cento) ao mês, ambos a partir desta data.
d) Tornar definitiva a tutela de urgência antecipada concedida no ID 85574494.
Sem custas e honorários advocatícios nesta fase (arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995).
Intimem-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.
ADVERTÊNCIAS (CPE OBSERVAR):
1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA;
2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95);
3) A PARTE QUE DESEJAR RECORRER À TURMA RECURSAL DEVERÁ RECOLHER, ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, CONTADOS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INOMINADO, 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.099/1995 E 23, C/C 12, DO REGIMENTO DE CUSTAS – LEI ESTADUAL Nº 3896/2016), SOB PENA DE DESERÇÃO. E NO CASO DA INSUFICIÊNCIA DO VALOR RECOLHIDO NÃO HAVERÁ INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PREPARO, NÃO SE APLICANDO O ART. 1.007, §2º, DO CPC ANTE A REGRA ESPECÍFICA DA LEI DOS JUIZADOS (ENUNCIADO 80-FONAJE E ART. 42, §1º, DA LEI Nº 9.099/1995;

4) CASO A PARTE RECORRENTE PRETENDA O BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DEVERÁ, NA PRÓPRIA PEÇA RECURSAL, EFETUAR O PEDIDO E JUNTAR DOCUMENTOS PARA DEMONSTRAR QUE O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS COMPROMETE SUA SOBREVIVÊNCIA, INDEPENDENTEMENTE DE TER FEITO O PEDIDO NA INICIAL OU CONTESTAÇÃO OU JUNTADO DOCUMENTOS ANTERIORMENTE, POIS A AUSÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO DEVE SER CONTEMPORÂNEO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO PREPARO;
5) A PARTE VENCIDA CONSIDERA-SE INTIMADA POR MEIO DESTA SENTENÇA PARA CUMPRIR O JULGADO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, CONTADOS DO TRÂNSITO EM JULGADO, SOB PENA DE PAGAR MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO OU DE COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA CONFORME O CASO (ART. 52, INC. III, IV, V E VI, DA LEI Nº 9.099/1995). O PRAZO FLUIRÁ AUTOMATICAMENTE, INDEPENDENTE DE NOVA INTIMAÇÃO;
6) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO, PELA PARTE VENCIDA, JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERADO INEXISTENTE, E NÃO SURTIR EFEITO, O PAGAMENTO REALIZADO POR MEIO DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ART. 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG;
7) HAVENDO PAGAMENTO VOLUNTÁRIO, DESDE LOGO FICA AUTORIZADA A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ EM FAVOR DA PARTE VENCEDORA, INDEPENDENTE DE NOVA CONCLUSÃO;
8) DECORRIDO O PRAZO PARA PAGAMENTO ESPONTÂNEO, NÃO HAVENDO MANIFESTAÇÃO DA PARTE VENCEDORA, ARQUIVE-SE;
9) NÃO OCORRENDO O PAGAMENTO E HAVENDO REQUERIMENTO DE EXECUÇÃO NOS PRÓPRIOS AUTOS PELA PARTE CREDORA, DEVIDAMENTE ACOMPANHADA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO (ELABORADA POR ADVOGADO OU PELA CENTRAL DE ATENDIMENTO, CONFORME A PARTE POSSUA OU NÃO ADVOGADO, COM INCLUSÃO DE 10% DE MULTA SOBRE O VALOR DO DÉBITO – ART. 523, §1º, DO CPC), A CPE DEVERÁ, ANTES DA CONCLUSÃO, ALTERAR A CLASSE PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NÃO HÁ INCIDÊNCIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE DE EXECUÇÃO DO JULGADO NA HIPÓTESE DE NÃO TER HAVIDO CONDENAÇÃO EM GRAU RECURSAL;
10) NO REQUERIMENTO DE EXECUÇÃO A PARTE CREDORA DEVE DIZER SE PRETENDE QUE A PESQUISA EM BASES DE DADOS PÚBLICOS E PRIVADOS PARA PRÁTICA DE ATOS DE PENHORA, REGISTRO E EXPROPRIAÇÃO (SISBAJUD E RENAJUD).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7000249-73.2019.8.22.0001
EXEQUENTE: MARCELO ANTONIO DOS SANTOS NASCIMENTO, CPF nº 97811939215, RUA PADRE ÂNGELO CERRI 2714, CASA 07 LIBERDADE - 76803-865 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DIEGO MARADONA MELO DA SILVA, OAB nº RO7815
EXECUTADO: CLARO S.A., CNPJ nº 40432544044608, AVENIDA CARLOS GOMES 2262, SALA 01 SÃO CRISTÓVÃO - 76804-038 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: RAFAEL GONCALVES ROCHA, OAB nº PA16538L, PAULA MALTZ NAHON, OAB nº PA16565
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
Considerando o recebimento do crédito informado nos autos, com fundamento no inciso II do artigo 924, do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Intimem-se. Arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7004455-62.2021.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: PETROLUB COMERCIO DE LUBRIFICANTES, PECAS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE: VALDIR DE ASSIS, OAB nº SP224491
Polo Passivo: LEONARDO DAS GRACAS LIMA DE OLIVEIRA JUNIOR, LIMA COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS PARA MOTOS EIRELI
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Aplico o art. 19, §2º da lei 9099/1995 e dou por intimados os requeridos sobre o pedido de adjudicação dos bens penhorados.
Expeça-se auto de adjudicação, bem como mandado de remoção para as mãos dos bens para as mãos do credor, devendo o oficial de justiça procurar o depositário LEONARDO DAS GRAÇAS LIMA DE OLIVEIRA JUNIOR no seu endereço: Rua Chupinguaia, 35, Nova Floresta, Porto Velho - RO - CEP: 76806-792 - ID 88058903. O credor deverá auxiliar o oficial de justiça, pois da última diligência não foi encontrado o número 35.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7050131-67.2020.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença

Polo Ativo: UESLEI QUEIROZ SANCHES
ADVOGADOS DO AUTOR: LEIDE MAIRA SILVA DA MATA, OAB nº RO8465, ROSANA DA SILVA ALVES, OAB nº RO7329
Polo Passivo: BOM NEGOCIO ATIVIDADES DE INTERNET LTDA
ADVOGADO DO REU: EDUARDO CHALFIN, OAB nº AC4580
DESPACHO
A parte vencida é beneficiária da gratuidade de justiça, porquanto a execução da verba honorária sucumbencial só pode ocorrer se houver modificação posterior da situação econômica da vencida, observada a prescrição quinquenal.
Enquanto tal situação não ocorrer está suspensa a possibilidade de execução.
Assim, arquive-se os autos.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7002354-52.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: MARIANA SOARES CASAGRANDE
ADVOGADO DO REQUERENTE: DIEGO DINIZ CENCI, OAB nº RO7157
Polo Passivo: GOL LINHAS AÉREAS S.A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, GOL LINHAS AÉREAS SA
DESPACHO
Concedo o prazo de 5 dias para a devedora efetuar o pagamento do saldo remanescente (R$ 373,48), conforme cálculo elaborado pela Contadoria do Juízo - ID 91954111, sob pena de bloqueio via Sisbajud.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7060227-10.2021.8.22.0001
EXEQUENTE: ANA FRANCISCA DE LIMA, CPF nº 22032738287, ESTRADA BR319 195, COM STO ANTONIO ZONA RURAL - 69800-000 - HUMAITÁ - AMAZONAS
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: GABRIELA DA SILVA PIRES, OAB nº RO10309, JULIO CESAR BORGES DA SILVA, OAB nº RO8560
EXECUTADO: ANTONIO FERNANDES DELFINO, CPF nº 30518075168, RUA JACY PARANÁ 2350, - DE 2211 A 2777 - LADO ÍMPAR NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-163 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO:
Há depósito parcial conforme extrato do ID 93336515. Esse depósito decorre de bloqueio de ativos via Sisbajud ocorrido em janeiro de 2023, sem manifestação do devedor.
Posteriormente, por falta de manifestação da credora houve extinção do processo.
Contudo, ficou pendente o depósito, que deve ser liberado para a credora.
Expeça-se alvará judicial em favor do advogado da parte credora, JÚLIO CESAR BORGES DA SILVA - OABRO 8560 - para levantamento do valor depositado nos autos conforme guia/extrato do ID 91693601, com os acréscimos, zerando a conta.
Junte-se nos autos o extrato com o saque e ARQUIVE-SE.
Caso a parte pretenda cobrar o saldo remanescente deverá ajuizar novamente execução de título extrajudicial, perante este mesmo Juizado, sem custos, já de antemão informando quais são os bens penhoráveis.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7044935-82.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: CONDOMINIO GIRASSOL - QUADRA 08
ADVOGADO DO REQUERENTE: ERCI FRANCISCO DE AGUIAR NETO, OAB nº RO8659A
Polo Passivo: JULIMAR DE MELO FERREIRA
ADVOGADO DO REQUERIDO: RAFAELA RAMIRO PONTES, OAB nº RO9689
DESPACHO
Expeça-se penhora na “boca do caixa” visando garantir o débito, na ordem diária de 50% do faturamento da empresa do requerido.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7001132-15.2022.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: FOGACA COMERCIO LTDA - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JOSE MARIA ALVES LEITE, OAB nº RO7691
Polo Passivo: FLORIZA LEIGUE SORIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)

SENTENÇA
A executada ofertou proposta para pagamento parcelado do débito.
A credora ofertou contraproposta.
Sobre a contraproposta a devedora foi intimada pessoalmente, eis que está assistida pela Defensoria Pública.
A devedora informou que aceita a contraproposta e que iniciaria o pagamento no dia 10/07/2023 (ID 92856105).
A credora então requereu a extinção do processo (ID 93050657).
Homologo o acordo celebrado entre as partes, nos termos da contraproposta aceita pela devedora, constante do ID 87088974.
Extingo o processo.
Arquive-se.
Havendo descumprimento do acordo o processo poderá ser desarquivado.
Intimem-se pelo DJe (a credora) e pelo sistema PJe (o Defensor Público).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7031545-74.2023.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: RESIDENCIAL CIDADE DE TODOS 9
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JARDELINA RAMOS DE OLIVEIRA MELO, OAB nº RO7370, JONES ALVES DE SOUZA, OAB nº RO8462
Polo Passivo: JANAINA DA SILVA VIDAL
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Diga a parte credora quanto ao pretenso acordo, no prazo de 5 dias.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7058284-55.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: MARCOS JOSE MARTINS DE SOUZA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RODRIGO STEGMANN, OAB nº AM6063
Polo Passivo: BANCO DAYCOVAL S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, PROCURADORIA BANCO DAYCOVAL S.A
DECISÃO
O recurso inominado desafia a decisão que rejeitou os embargos à execução.
Não cabe ao juízo analisar questões intrínsecas ao recurso. Pode e deve analisar a tempestividade e preparo. As demais questões são analisadas no juízo recursal que não está vinculado à análise das condições extrínsecas do recurso feitas na origem.
Assim, recebo o recurso inominado no seu efeito devolutivo, porque tempestivo e preparado.
Intime-se a parte recorrida para contrarrazões no prazo.
Vencido o prazo, subam os autos à egrégia Turma Recursal.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7066935-42.2022.8.22.0001 - Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: JOSE EDUARDO BARBOSA BARROS, AVENIDA MANOEL LAURENTINO DE SOUZA 2799 EMBRATEL - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GIDALTE DE PAULA DIAS, OAB nº PR56511
EXECUTADO: ELIELSON DE PAULA ALVES, RUA FRANCISCO MIGNONE 7161 APONIÃ - 76824-024 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A parte devedora não foi localizada e obviamente não foi citada. Em sede de Juizados Especiais é obrigatório o conhecimento do endereço da parte devedora, posto que depois da penhora obrigatoriamente ela tem de ser intimada para comparecer à audiência de conciliação pessoalmente (art. 53, §1º, da LF 9099/1995).
Desta forma, a extinção da execução é medida que se impõe nos moldes do art. 53, §4º, da Lei 9.099/1995:
Art. 53. A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta Lei. (...) § 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor.
Ante o exposto, com fulcro no parágrafo 4º do art. 53 da Lei 9.099/1995 JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, por não ter sido localizada a parte devedora.
Intime-se. Arquive-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7010928-93.2023.8.22.0001 - Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: ZENI SILVA DE OLIVEIRA, AV. RIO LAJE 11884 RONALDO ARAGÃO - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXECUTADO: MICHELIENE BEZERRA DA COSTA, RUA ALVORADA 4930 MARCOS FREIRE - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A parte devedora não foi localizada e obviamente não foi citada. Em sede de Juizados Especiais é obrigatório o conhecimento do endereço da parte devedora, posto que depois da penhora obrigatoriamente ela tem de ser intimada para comparecer à audiência de conciliação pessoalmente (art. 53, §1º, da LF 9099/1995).
Desta forma, a extinção da execução é medida que se impõe nos moldes do art. 53, §4º, da Lei 9.099/1995:
Art. 53. A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta Lei. (...) § 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor.
Ante o exposto, com fulcro no parágrafo 4º do art. 53 da Lei 9.099/1995 JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, por não ter sido localizada a parte devedora.
Intime-se pelo sistema PJe (Defensoria Pública). Arquive-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7025988-09.2023.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: CONDOMINIO RESIDENCIAL ARAGUAIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: VEIMAR PEREIRA DE BRITO, OAB nº RO8621
Polo Passivo: WILLIAM JORDHAN FERNANDES DE OLIVEIRA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
O PODER JUDICIÁRIO do estado de Rondônia não dispõe de telefones para citações por whatsaap.
Indefiro a citação por tal modalidade, mormente por se tratar de execução de título extrajudicial.
A parte credora é um CONDOMÍNIO e pressupõe-se organizada em relação aos dados dos condôminos.
Por outro lado, como a obrigação acompanha o imóvel é sabido que o credor poderá utilizar da citação editalícia no juízo comum e depois requerer a penhora do imóvel.
Concedo 5 dias para a parte credor fornecer o endereço físico do devedor, sob pena de extinção.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7077003-85.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: MARIA PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: BRENDA ALMEIDA FAUSTINO, OAB nº RO9906
Polo Passivo: TAM LINHAS AÉREAS S/A
ADVOGADO DO REQUERIDO: FABIO RIVELLI, OAB nº BA34908
DECISÃO
A requerida opõe Embargos à Execução, alegando excesso de execução.
Esclarece que foi condenada em primeira instância a pagar o valor de R$ 2.000,00 e efetuou o depósito ainda no primeiro grau no valor atualizado de R$ 2.030,48.
A parte autora ofertou recurso inominado que não foi provido.
Por isso requer a restituição do valor bloqueado e aplicação de má-fé à autora.
DECIDO RESUMIDAMENTE.
A requerida foi condenada na sentença a pagar R$ 2.000,00 de dano moral. Efetuou o depósito antes da subida do recurso para a Turma Recursal, que visava a majoração do dano moral.
A autora levantou por alvará o valor depositado.
Os autos subiram para a egrégia Turma Recursal analisar o recurso da autora, requerendo a majoração do dano moral.
O acórdão confirmou a sentença e condenou a recorrente a pagar honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa, obviamente porque seu recurso foi desprovido.
No entanto, sem razão aparente, a autora instaurou cumprimento de sentença pleiteando receber novamente o valor da condenação, mais honorários advocatícios da sucumbência sem que tivesse algo para receber.

Daí que entendo ter havido má-fé da parte autora, ao instaurar o cumprimento de sentença, buscando vantagem indevida, alterando a verdade dos fatos (art. 80, II, do CPC).
Em face ao exposto, JULGO PROCEDENTES OS EMBARGOS À EXECUÇÃO, reconheço o excesso de execução e determino o levantamento, por alvará, em favor da requerida e de seu advogado, se tiver poderes nos autos, o valor objeto do bloqueio via Sisbajud, com os acréscimos, zerando a conta. O levantamento poderá ser realizado por transferência bancária, desde que indicada a conta.
CONDENO a autora, por litigância de má-fé, a pagar à parte requerida multa de 5% e honorários advocatícios ao patrono da requerida, devidos sobre o valor corrigido da causa, bem como custas processuais.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7037181-21.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: THIFANY KELPER GUIMARAES RAMOS OLIVEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RALENSON BASTOS RODRIGUES, OAB nº RO8283
Polo Passivo: RAIMUNDA MONTEIRO EVANGELISTA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Recebo a emenda do ID 93123441.
DETERMINO que a CPE corrija o valor da causa para R$ 52.567,00.
O valor eventualmente reconhecido que ultrapassar a alçada de R$ 52.800,00 será considerada renúncia ao crédito.
Não haverá tempo para a realização da audiência na data designada.
Cancele-se a audiência designada.
Reagende-se a audiência de conciliação.
Cite-se e intime-se.
Intime-se a parte autora via de seu advogado pelo DJe.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7059379-86.2022.8.22.0001
REQUERENTE: EVERTON LEITE TELES
Advogado do(a) REQUERENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR - MT20812/O
REQUERIDO: MERCADO PAGO INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA
Advogado do(a) REQUERIDO: JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM - RJ62192
Intimação VIA DIÁRIO ELETRÔNICO
FINALIDADE: Diante do retorno do processo da Turma Recursal, ficam as partes intimadas para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7044220-69.2023.8.22.0001
REQUERENTE: MARCIO CLEIDE KOLLER, CPF nº 62113216272, RUA SÃO PAULO 6348, - ATÉ 1735/1736 AREAL - 76804-320 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SIDNEY SOBRINHO PAPA, OAB nº RO10061
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
A parte autora, titular da Unidade Consumidora nº 1093556-7, alega que a requerida efetuou a suspensão do fornecimento de energia elétrica em razão de faturas de recuperação de consumo.
Em análise sumária aos documentos apresentados e aos fatos alegados, verifiquei a presença dos requisitos legais exigidos para a concessão da tutela de urgência de natureza antecipada incidental.
A probabilidade do direito está demonstrada pela relação de consumo entre as partes e pela cobrança de recuperação de consumo, ilustrada nos documentos vindos com a inicial.
O perigo de dano está evidenciado pela suspensão do fornecimento de energia elétrica no imóvel da parte autora serviço essencial à manutenção da dignidade humana.
A medida concedida não trará danos irreparáveis à parte requerida, não havendo que se falar em irreversibilidade da medida imposta que ora se defere.
Assim, presentes os requisitos legais exigidos para concessão da antecipação da tutela, com fulcro no art. 300, do Código de Processo Civil, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada incidental, para DETERMINAR à Requerida que promova o RESTABELECIMENTO DE ENERGIA na unidade consumidora da parte autora, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, salvo se houver outros débitos vencidos e já notificados.

Fixo multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a R$ 5.000,00 (cinco mil reais), no caso de descumprimento das determinações supra, sem prejuízo de outras medidas tendentes ao efetivo cumprimento desta decisão, a qual deve ser cumprida até segunda ordem ou julgamento final da lide, bem como comprovada documentalmente no feito no prazo de 05 (cinco) dias.
Sem prejuízo da determinação supra, nos termos da Lei federal nº 14.129, de 29/03/2021 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14129.htm), que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e outras providências, o Conselho Nacional de Justiça, fazendo cumprir tais princípios editou a Resolução CNJ nº 385/2021 (https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3843), que dispõe sobre a criação dos NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 e dá outras providências e autorizou os tribunais a instituir tais núcleos especializados em razão de uma mesma matéria e com competência sobre toda a área territorial situada dentro dos limites da jurisdição do tribunal.
O
PODER JUDICIÁRIO do estado de Rondônia sempre na vanguarda das inovações e atento ao volume de demandas repetitivas especialmente nos juizados especiais, por meio da Resolução nº 214/2021-TJRO (https://www.tjro.jus.br/images/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n._214-2021-TJRO-_Cria%C3%A7%C3%A3o_do_1%C2%BA_N%C3%BAcleo_de_Justi%C3%A7a_4.0_do.pdf), criou quatro núcleos de justiça 4.0, especializado em razão de uma mesma matéria.
Dois NÚCLEOS já foram instalados e estão em funcionamento. Um dos NÚCLEOS destina-se à matéria exclusiva de demandas de concessionária de serviço público de energia elétrica, que no âmbito de Rondônia é a ENERGISA.
Obviamente que um NÚCLEO especializado por matéria tende a resolver os conflitos com maior eficiência e celeridade. Outro benefício direto é que, ao retirar, especificamente, dos juizados especiais cíveis da capital, as demandas envolvendo a concessionária de energia elétrica, os demais processos tramitarão com maior fluidez, dado grande volume de feitos que aportam todos os dias nos juizados cíveis da capital.
Assim, a razão de existir do NÚCLEO, caracterizada pela especialização, sem dúvida contribui para o melhor desempenho e maior rapidez no impulso dos processos como um todo.
O NÚCLEO da concessionária de energia elétrica, como os demais núcleos, conta com três juízes designados mediante escolha decorrente de inscrição voluntária. Cada um dos juízes recebe processos mediante distribuição por sorteio, de forma equânime e aleatória.
Sem perder de vista o juízo natural, a Resolução do Tribunal de Justiça facultou às partes a opção pelo NÚCLEO 4.0, o que se dará no momento da distribuição.
No entanto, ao meu sentir, ainda falta maior divulgação da existência do referido NÚCLEO perante os jurisdicionados.
A opção pelo NÚCLEO mostra-se visível no momento da distribuição do processo, mas parece que o jurisdicionado ainda encontra dificuldade na visualização, bem assim, talvez não tenha compreendido as vantagens de ter um juízo exclusivo para a matéria.
Nem por isso o juízo deve ficar inerte em tal circunstância, por vislumbrar maior agilidade dos processos que tramitam em unidade especializada, como são os NÚCLEOS.
Não se olvida, também, que a tramitação pelo NÚCLEO 4.0 será 100% DIGITAL e a parte tem o encargo de fornecer ao Núcleo o número do e-mail e o celular com whatsaap para eventual comunicação necessária.
Importante ressaltar que a tramitação pelo NUCLEO obedece as regras da lei dos juizados especiais (lei 9.099/1995), por ser a distribuição originária para este Juizado e, portanto, eventuais recursos da sentença serão analisados pela Turma Recursal Única.
Feitas estas considerações, determino que se redistribua ao Núcleo 4.0 - Energisa, observadas as diligências, registros e movimentações que se fizerem necessárias, sem prejuízo da intimação da Energisa pelo e-mail do convênio para cumprir a antecipação de tutela.
CUMPRA-SE. INTIMEM-SE.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7016819-32.2022.8.22.0001
AUTOR: CARINA SOUZA DE OLIVEIRA LUNA
Advogado do(a) AUTOR: BRUNA CARNEIRO VASCONCELOS - RO11443
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogados do(a) REU: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação VIA DIÁRIO ELETRÔNICO
FINALIDADE: Diante do retorno do processo da Turma Recursal, ficam as partes intimadas para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7011777-02.2022.8.22.0001
REQUERENTE: LARISSA GOMES RIBEIRO, CPF nº 02610602286, RUA LARIMAR 1984, - ATÉ 9033/9034 SOCIALISTA - 76829-246 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR, OAB nº MT20812O
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A executada fez juntar carta de próprio punho concordando com o bloqueio realizado e depositando, inclusive, o valor que complementaria o saldo devedor (ID 93017968).
A exequente requer o levantamento dos valores depositados.

Expeça-se ofício para a CEF transferir o valor de R$ 1.338,13 para a conta bancária do escritório de advocacia da exequente, conforme indicação no ID 93281909, com seus acréscimos, zerando a conta.
Levantado o valor, expeça-se ofício para a CEF transferir o saldo remanescente vinculado ao processo para a conta bancária da exequente, indicada no ID 93225653, com seus acréscimos, zerando a conta.
Desde logo, considerando o recebimento do crédito por meio do levantamento do valor depositado, com fundamento no inciso II do artigo 924, do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Juntado aos autos o extrato com o saque, ARQUIVE-SE.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7041171-54.2022.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: RICHELE DA SILVA DANTAS
ADVOGADOS DO REQUERENTE: AMBROZIO REIS DE OLIVEIRA, OAB nº BA84645, UELITON FELIPE AZEVEDO DE OLIVEIRA, OAB nº RO5176
Polo Passivo: ANTONIO RABELO PINHEIRO, SINDICATO DOS TRABALHADORES DA SAUDE DE RONDONIA
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Expeça-se alvará em favor da parte autora e de seus advogados, se tiverem poderes nos autos, para levantamento do valor parcial do débito depositado em decorrência da penhora via Sisbajud, com os acréscimos, zerando a conta.
Esclareça melhor o credor em qual órgão do Estado existe crédito do executado para possibilitar a penhora do saldo devedor, fornecendo o endereço.
Prazo de 5 dias.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7007194-37.2023.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: CONDOMINIO RESIDENCIAL VIDABELLA PLANALTO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RODRIGO RAFAEL DOS SANTOS, OAB nº RO11257
Polo Passivo: LEONARDO ALVES RODRIGUES
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
A parte credora forneceu endereço equivocado do executado, razão de existir da certidão do oficial de justiça (ID 92535461).
Expeça-se mandado de execução para ser cumprido no endereço fornecido no ID 92642423.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7082993-23.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: LEONAM DIEGO ANDRADE MOREIRA
ADVOGADO DO AUTOR: LUBIAN FROEHLICH PALMA, OAB nº RO7662
Polo Passivo: S. G. LOPES SERRA - ME
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Reagende-se a audiência de conciliação.
Cite-se e intime-se no endereço fornecido na petição do ID 92650329.
Intime-se o autor via de seu advogado pelo DJe.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-70007055831-53.2022.8.22.0001 - Cumprimento de sentença
REQUERENTE: TELEFÔNICA BRASIL S/A (VIVO),
ADVOGADOS DO REQUERENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR, OAB nº MT20812O, PROCURADORIA DA TELEFÔNICA BRASIL S/A
REQUERIDO: FRANCISCO DOS SANTOS DIAS, CPF nº 26424665234
ADVOGADO DO REQUERIDO: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES, OAB nº GO29320

DECISÃO
Requisitei bloqueio on-line em desfavor da parte executada, todavia, a penhora foi negativa, conforme tela em anexo.
Na mesma oportunidade, requisitei a busca de veículos de propriedade da executada via RENAJUD, a pesquisa foi, igualmente, infrutífera.
A parte exequente deverá, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito, indicando bens ou créditos da parte executada passíveis de penhora, sob pena de extinção da execução e arquivamento.
Intimem-se.
Serve a presente como carta/mandado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7012408-09.2023.8.22.0001
EXEQUENTE: R F MARTINS PEREIRA, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 2348, ESCRITORIO MARCELINO LEÃO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-142 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PETTERSON LANYNE COELHO ALEXANDRE VAZ, OAB nº RO8494
EXECUTADO: GLEICIANE AIRES DA SILVA, RUA DAS FLORES 154, - ATÉ 392/393 FLORESTA - 76806-484 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Compulsando os autos verifico que não foram localizados bens penhoráveis.
Diz o artigo 53, § 4º, da Lei Federal 9.099/1995: "Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos a parte exequente".
Ante o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, com fulcro no artigo 53, §4º, da Lei Federal 9.099/1995.
Sem custas ou honorários advocatícios em face ao disposto nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995, que se trata de lei especial a reger o procedimento.
Intime-se. Arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7010761-76.2023.8.22.0001
Requerente: ROGERIO LUIZ LEISMANN
Advogado do(a) AUTOR: NANDO CAMPOS DUARTE - RO7752
Requerido(a): AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7040933-98.2023.8.22.0001
AUTOR: GILDA APARECIDA ALMEIDA NUNES
Advogado do(a) AUTOR: RODRIGO STEGMANN - RO6063
REU: BANCO DO BRASIL SA
Advogado do(a) REU: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA - RJ110501
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7059879-55.2022.8.22.0001

AUTOR: MARIA DE FATIMA SANTOS DA COSTA
Advogado do(a) AUTOR: MARIA LUIZA DE JESUS FEITOSA - RO8990
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogados do(a) REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação VIA DIÁRIO ELETRÔNICO
FINALIDADE: Diante do retorno do processo da Turma Recursal, ficam as partes intimadas para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Procedimento do Juizado Especial Cível
7032794-60.2023.8.22.0001
REQUERENTE: ALEXANDRE AMORIM DE MATOS, CPF nº 01059675218, AVENIDA ENGº ANYSIO DA ROCHA COMPASSO s/n, CAIXA 02, LOTE612, LOTEAMENTO GREENVILLE APONIÃ - 76824-052 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO, OAB nº RO4783, RAISSA OLIVEIRA ANDRADE, OAB nº RO9712A
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA LAURO SODRÉ, - DE 4310/4311 AO FIM AEROPORTO - 76803-260 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DECISÃO
Analisando estes autos constato que outro processo foi distribuído em face ao mesmo localizador (IF3S2P).
A petição inicial deste processo foi distribuída posteriormente. Confira-se:
7032794-60.2023.8.22.0001 - distribuição dia 26/05/2023 (2º juizado)
7032662-03.2023.8.22.0001 - distribuição dia 25/05/2023 (4º juizado)
A reunião dos processos é relevante na medida em que evita decisões conflitantes ou contraditórias, nos termos dos arts.54, caput e 55, §3º do CPC, in verbis:
“Art. 54. A competência relativa poderá modificar-se pela conexão ou pela continência, observado o disposto nesta Seção.
Art. 55. Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
§ 1º – Omissis;
§ 2º – Omissis;
§ 3º Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.”
Sendo assim, considerando que a distribuição primeva sorteou este 4º Juizado Especial Cível, há de ser remetido o presente processo para aquele Juizado, para fins de reunião e oportuno julgamento conjunto.
POSTO ISTO, com fulcro nas disposições legais supramencionadas, DETERMINO A REDISTRIBUIÇÃO deste processo para o 4º Juizado Especial Cível.
Intime-se e cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
PROCESSO: 7065917-83.2022.8.22.0001
AUTOR: MARCONDES FRANQUE DE SOUZA MAGALHAES, CPF nº 42239613220, RUA BELO HORIZONTE 130 EMBRATEL - 76820-732 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: LARISSA SILVA PONTE, OAB nº RO8929, BRENDA MORAES SANTOS, OAB nº RO8933
REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S/A (VIVO),
ADVOGADOS DO REQUERIDO: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES, OAB nº GO29320, PROCURADORIA DA TELEFÔNICA BRASIL S/A
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38, da Lei nº 9.099/1995.
Tratando-se de direito disponível e sendo as partes capazes, HOMOLOGO o acordo de vontades celebrado entre as partes, que será regido pelas cláusulas e condições indicadas no termo de acordo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento na alínea “b” do inc. III do art. 487, do CPC.
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta instância.
Autorizo, se for o caso, a expedição de alvará/expedição de ofício ao órgão pagador nos termos do acordo.
Em caso de não levantamento dos valores, transfira-os para conta centralizadora de titularidade do TJ/RO.
Ante à preclusão lógica esta sentença transitada em julgado nesta data.
Resolvidas eventuais pendências, ARQUIVE-SE.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7043817-03.2023.8.22.0001
EXEQUENTE: J J DE OLIVEIRA LTDA, CNPJ nº 48364527000121, RUA JANAÍNA 6731, - ATÉ 6300/6301 IGARAPÉ - 76824-350 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CARINA GASSEN MARTINS CLEMES, OAB nº RO3061A, LUCIANA MOZER DA SILVA DE OLIVEIRA, OAB nº RO6313, Lucas Henrique da Silva Gil de Oliveira, OAB nº RO11998
EXECUTADO: KELISON TEIXEIRA GERVASIO, CPF nº 76626784234, RUA OSWALDO RIBEIRO 584 JARDIM SANTANA - 76829-210 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO:
Valor da Execução: R$ 9.482,38 (nove mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e trinta e oito centavos).
Recebo a inicial de execução de título extrajudicial (art. 784 do CPC), nos moldes do art. 53 e seguintes da Lei Federal nº 9.099/1995 e de acordo com os documentos juntados.
Serve o presente como mandado, devendo o(a) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça CITAR a parte executada no endereço acima mencionado, para pagar, dentro do prazo legal de três (03) dias, o principal e as cominações legais, ou nomear bens à penhora, suficientes para assegurar a totalidade do débito e acréscimos legais (art. 829 do CPC). Se a parte requerida não pagar nem fizer nomeação válida, o Oficial de Justiça PENHORAR-LHE-Á tantos bens quanto bastem para o pagamento do principal, designando-se audiência de conciliação pós-penhora para o dia __/__/___ às ____ horas, intimando-se as partes e anotando seus respectivos números de telefones celulares, para a realização virtual da audiência através do aplicativo WHATSAPP, em razão da pandemia da COVID-19.
Havendo penhora, a parte requerida poderá oferecer Embargos à Execução em 15 (quinze) dias, desde que o faça na própria Audiência, na forma do art. 53, §§ 1º e 3º da Lei 9.099/1995.
INTIMAR a parte exequente para, em 10 (dez) dias, manifestar-se em caso de ausência de citação/intimação ou de penhora de bens, sob pena de extinção do processo e condenação ao pagamento de custas e despesas processuais.
OBSERVAÇÃO: Deverá o Senhor (a) Oficial (a) de Justiça, se necessária a designação de audiência de tentativa de conciliação pós-penhora, agendá-la somente em dias de sexta-feira às 12h00.
Serve a presente como mandado.
ADVERTÊNCIAS:
1) EM CASO DE NOMEAÇÃO DE BEM(NS) À PENHORA, DEVERÁ(ÃO) APRESENTAR(EM) DOCUMENTO(S) COMPROBATÓRIO(S) DA(S) PROPRIEDADE(S) E DA(S) INEXISTÊNCIA(S) DE ÔNUS, BEM COMO DAR(EM) A(S) ESTIMATIVA(S) DO(S) MESMO(S), EM 05 (CINCO) DIAS, A CONTAR DA CITAÇÃO.
2) NA HIPÓTESE DE SER(EM) PENHORADO(S) BEM(NS) IMÓVEL(IS) E SENDO A(S) PARTE(S) Requerida(S) CASADA(S), INTIMAR O(S) CÔNJUGE(S).
3) PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA.
4) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/1995).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7070871-75.2022.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: FRANKE MAMORU HIGASHI, RUA WANDA ESTEVES 2843, - DE 2623/2624 AO FIM FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-478 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: KELVE MENDONCA LIMA, OAB nº RO9609
REQUERIDO: ILHAS DO LAGO INCORPORACAO SPE - LTDA, RUA CL 4 4600 RESIDENCIAL CAMINHO DO LAGO - 75689-716 - CALDAS NOVAS - GOIÁS
ADVOGADO DO REQUERIDO: DIEGO MARTINS SILVA DO AMARAL, OAB nº DF55046
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
O Autor ajuizou a presente ação contra a Requerida, alegando que celebrou com ela um contrato de compra e venda de unidade imobiliária no regime de multipropriedade, o qual possuía como objeto a fração/cota de um apartamento no empreendimento denominado Edifício Ilhas do Lago Eco Resort, sito à Fazenda Santo Antônio das Lajes, nº 4600 – Santo Antônio das Lajes, no município de Caldas Novas/GO, AP H606/07. Afirma que continuou com o pagamento até outubro de 2019, quando viu que a empresa não ofertava o pactuado, não conseguindo utilizar nada do ofertado e tendo que todos os meses arcar com as parcelas. Requer a restituição da quantia paga, no valor de R$ 7.348,05 e indenização por danos morais no valor de R$ 10.000,00.
A Requerida contestou, suscitando preliminares e, no mérito, afirma que a parte requerente pretende de fato com a presente ação é rediscutir as cláusulas livremente pactuadas no Contrato Particular de Promessa de Compra e Venda, em uma clara tentativa de se escusar de suas responsabilidades. Salienta-se ainda que referidas tentativas possuem o condão de rescindir o contrato, alegando de forma totalmente descabida, motivos aleatórios, infundados e desprovidas de documentos comprobatórios.
Extrai-se da CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA (ID 88116275, pg. 18), que as partes elegeram a comarca de Caldas Novas/GO para dirimir qualquer controvérsia sobre o referido negócio jurídico. Assim, não obstante o andamento processual desenvolvido, verifico que a lide não deve prosseguir neste Juizado Especial Cível.
De acordo com o art. 63 do CPC em vigor, as partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações. § 1º A eleição de foro só produz efeito quando constar de instrumento escrito e aludir expressamente a determinado negócio jurídico. § 2º O foro contratual obriga os herdeiros e sucessores das partes.
Logo, entende-se que a fixação do foro de eleição é de livre escolha das partes nos casos de contratos escritos e, exatamente por isso, deve ser respeitada, inclusive pelos herdeiros e sucessores dos pactuantes, como expressamente determinam os artigos 78 do Código Civil e 63 do Código de Processo Civil e Súmula 335 do STF.
Dessa forma, quando a questão envolve obrigação descrita em contrato e há cláusula de eleição de foro territorial, esta cláusula deve ser respeitada.

Como a cláusula de eleição de foro dispõe ser Caldas Novas/GO a comarca eleita pelas partes, não há como uma só das partes dispor dessa cláusula, ainda mais quando consta nela a renúncia expressa das partes contratantes a qualquer outro foro, por mais especial ou privilegiado que seja… Portanto, deve-se respeitar o foro de eleição fixado livremente pelas partes.
O art. 51, III, da Lei n. 9.099/95, contempla a hipótese de extinção do feito sem julgamento de mérito quando reconhecida a incompetência territorial. E, além disso, o Fórum Nacional dos Juizados Especiais (FONAJE) aprovou o Enunciado 89, com a seguinte redação: A incompetência territorial pode ser reconhecida de ofício no sistema de juizados especiais cíveis.
Assim, verificando-se a incompetência absoluta em razão do foro de eleição, o juiz, de ofício ou a pedido, poderá extinguir o processo, sem apreciar o mérito, nos termos do art. 51, III, da Lei n. 9.099/95.
Para além disto, o contrato de compra e venda tem o valor de R$ 71.254,00 - ID 88116275. Embora o autor tenha consignado a simples pretensão de reembolso de valor pago e de dano moral, é preciso rescindir o contrato para se chegar ao eventual direito à restituição de parcelas pagas do contrato.
A alçada dos juizados foi extrapolada.
Ante o exposto, nos termos da fundamentação retro, DECLARO A INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL E JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do artigo 51, III, da Lei 9.099/1995.
Sem custas e sem honorários advocatícios na forma do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Transitada em julgado, arquive-se.
Intimem-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.
ADVERTÊNCIAS (CPE OBSERVAR):
1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA;
2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95);
3) A PARTE QUE DESEJAR RECORRER À TURMA RECURSAL DEVERÁ RECOLHER, ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, CONTADOS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INOMINADO, 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.099/1995 E 23, C/C 12, DO REGIMENTO DE CUSTAS – LEI ESTADUAL Nº 3896/2016), SOB PENA DE DESERÇÃO. E NO CASO DA INSUFICIÊNCIA DO VALOR RECOLHIDO NÃO HAVERÁ INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PREPARO, NÃO SE APLICANDO O ART. 1.007, §2º, DO CPC ANTE A REGRA ESPECÍFICA DA LEI DOS JUIZADOS (ENUNCIADO 80-FONAJE E ART. 42, §1º, DA LEI Nº 9.099/1995;
4) CASO A PARTE RECORRENTE PRETENDA O BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DEVERÁ, NA PRÓPRIA PEÇA RECURSAL, EFETUAR O PEDIDO E JUNTAR DOCUMENTOS PARA DEMONSTRAR QUE O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS COMPROMETE SUA SOBREVIVÊNCIA, INDEPENDENTEMENTE DE TER FEITO O PEDIDO NA INICIAL OU CONTESTAÇÃO OU JUNTADO DOCUMENTOS ANTERIORMENTE, POIS A AUSÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO DEVE SER CONTEMPORÂNEO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO PREPARO.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7036024-47.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA SANTANA
ADVOGADO DO AUTOR: MARIA LUIZA DE JESUS FEITOSA, OAB nº RO8990
Polo Passivo: BANCO PAN S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: MARIA CAROLINA TEIXEIRA DE PAULA ARAUJO, OAB nº RN17119, JOAO VITOR CHAVES MARQUES DIAS, OAB nº CE30348, PROCURADORIA BANCO PAN S.A
DESPACHO
Foi concedido o prazo de 48 horas para recolhimento do preparo recursal, sob pena de deserção (ID 91352734).
A decisão foi publicada no dia 01/06/2023.
O recorrente apresentou pedido de dilação de prazo por mais 5 dias, em 05/06/2023 no último dia do prazo para recolhimento - ID 91624509.
Sobreveio a decisão do ID 92117751, declarando deserto o recurso pelo não recolhimento do preparo no prazo fixado.
Novamente o recorrente apresentou pedido de dilação de prazo por mais 5 dias, em 2006/2023 - ID 92219552.
Ora. Se o recorrente quisesse realmente recolher as custas do preparo já teria feito. O prazo já está vencido desde 05/06/2023.
Estou impulsionando o feito hoje sem que a parte recorrente tenha efetuado o recolhimento do preparo.
Portanto, mantenho a decisão de deserção.
Certifique-se o trânsito em julgado.
Intime-se pessoalmente a parte requerida para cumprir a obrigação de fazer.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7077843-95.2021.8.22.0001 - Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: ADIVILSON BRITO DAS NEVES, RUA ALEXANDRE GUIMARÃES 7456 LAGOINHA - 76829-640 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ROBSON VIEIRA LEBKUCHEN, OAB nº RO4545
EXECUTADO: JAIRMEIRI PEREIRA DE OLIVEIRA, ALEXANDRE GUIMARAES 6594, - DE 6480 A 7074 - LADO PAR LAGOINHA - 76829-664 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)

SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A parte devedora não foi localizada e obviamente não foi citada. Em sede de Juizados Especiais é obrigatório o conhecimento do endereço da parte devedora, posto que depois da penhora obrigatoriamente ela tem de ser intimada para comparecer à audiência de conciliação pessoalmente (art. 53, §1º, da LF 9099/1995).
A citação por whatsaap, além de ser medida excepcional, requer que a pessoa tenha endereço conhecido e que haja dificuldade para encontrá-la. No caso versando o oficial de justiça certificou que a executada mudou-se para Goiás há 4 anos, sem endereço certo.
Desta forma, a extinção da execução é medida que se impõe nos moldes do art. 53, §4º, da Lei 9.099/1995:
Art. 53. A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta Lei. (...) § 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor.
Ante o exposto, com fulcro no parágrafo 4º do art. 53 da Lei 9.099/1995 JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, por não ter sido localizada a parte devedora.
Intime-se. Arquive-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7045134-70.2022.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: TELEFONICA BRASIL S.A.
ADVOGADO DO REQUERENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR, OAB nº MT20812O
Polo Passivo: ALDALICE LISBOA LOPES
ADVOGADO DO REQUERIDO: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES, OAB nº GO29320
SENTENÇA
A executada formula Impugnação à Penhora.
Afirma que a procuração ao seu constituinte foi fraudada por ele.
Argui a nulidade do título, ante a ilegitimidade passiva.
Pede a correção do polo passivo para redirecionar a execução ao advogado que não teria contratado.
Pede a desconstituição da penhora, alegando ter origem em benefício social e ser inferior a 40 salários mínimos.
A credora manifestou-se sobre a impugnação, alegando falta de prova das alegações e pedindo o prosseguimento do processo.
O advogado UBIRATAN foi instado a se manifestar, mas ficou silente.
DECIDO RESUMIDAMENTE.
O pedido de nulidade do processo por suposta fraude na representação da parte deve ser rejeitado. Não há mínimo de prova de que o processo correu à revelia da parte impugnante. A assinatura da procuração e da cédula de identidade são semelhantes. Não se olvida de que o advogado UBIRATAN esteja “captando” causas, mas isto não afasta a voluntariedade de seus clientes que lhe passaram procuração para demandar em juízo.
O processo é hígido e não são alegações que poderão vir a anulá-lo.
Assim, não há que se falar em ilegitimidade passiva, muito menos a nulidade do título judicial. A impugnante é quem ajuizou a demanda via de seu advogado constituído e a sentença transitou em julgado sem recurso.
E se a impugnante está sendo lesada por seu advogado poderá eventualmente propor contra ele ação pertinente.
A penhora deve ser mantida, pois não há prova de que o valor penhorado seja proveniente de benefícios sociais ou poupança.
Rejeito a impugnação ao cumprimento de sentença.
Esgotado o prazo recursal, expeça-se alvará em favor da autora - TELEFÔNICA - e de seu advogado, se tiver poderes nos autos, para levantamento do valor bloqueado via Sisbajud, com os acréscimos, zerando a conta. O levantamento poderá ser realizado também via transferência bancária desde que informada a conta.
A credora foi intimada para indicar bens à penhora para garantir o remanescente do débito e ficou silente. Expedido o alvará, voltem os autos para extinção do cumprimento de sentença por ausência de bens penhoráveis.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7032833-57.2023.8.22.0001
REQUERENTE: JOSE RIBAMAR BRANDAO FILHO
REQUERIDO: FERNANDO MATO
Advogado do(a) REQUERIDO: ALICE CERESA DE OLIVEIRA - RO8631
Intimação PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA
Finalidade: Intimação para audiência de conciliação por videoconferência
Esta publicação tem por finalidade intimar o(s) advogado(s) da(s) parte(s) acima identificado(s) para que participe(m) da audiência de conciliação a ser realizada por videoconferência (via WhatsApp), bem como assegure(m) que seu(s) constituinte(s) também compareça(m).
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA: 21/08/2023 08:00 (horário de Rondônia) REDESIGNADA

Caso ainda não o tenha(m) feito, fica(m) também intimado(s) a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o(s) contato(s) telefônico(s) indicado(s) para a realização da videoconferência (com o aplicativo WhatsApp), sob pena de o processo ser movimentado para deliberação judicial para providências quanto à extinção do processo (no caso de inércia da parte requerente) ou quanto à consideração de recusa do demandado à participação na audiência (art. 23 da Lei nº 9.099/95).
COMO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e horário marcados.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o aplicativo WhatsApp de seu celular ou no computador, a partir do link https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br. Se necessário, poderá ser utilizado o aplicativo Hangouts Meet (art. 7°, III, Prov. 018/2020-CG);
2. Estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO (art. 7°, V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar-lhe da audiência por videoconferência e orientá-la sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7°, II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação (art. 7°, IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir (art. 7°, VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
6. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado (art. 7°, X, Prov. 018/2020-CG);
7. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais (art. 7°, XI, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial (art. 7°, XII, Prov. 018/2020-CG);
9. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7°, XVIII, Prov. 018/2020-CG);
10. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual (art. 7º, XIX, Prov. 018/2020-CG);
11. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial (art. 7°, XIII, Prov. 018/2020-CG.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7°, I, Prov. 018/2020-CG);
2. A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil). (art. 7°, VIII, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada (art. 7°, XIV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada (art. 7°, XV, Prov. 018/2020-CG);
5. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca (art. 7°, XX, Prov. 018/2020-CG).
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - CEJUSC:
E-mail: cejusc_jecc@tjro.jus.br
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7039933-63.2023.8.22.0001
AUTOR: FREDERICO COSTA DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: BRENDA ALMEIDA FAUSTINO - RO9906
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)

Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7044122-84.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: AUTOR: CICERO ALVES DA SILVA, RUA PORTUGUESA 6254, (CJ JAMARI) TRÊS MARIAS - 76812-612 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA, OAB nº RO1073
Polo Passivo: REU: TIM S/A, AVENIDA JOÃO CABRAL DE MELLO NETO 850 BARRA DA TIJUCA - 22775-057 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA TIM S.A.
Decisão
A parte autora deverá emendar a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, para o fim de adequar o pedido de tutela de urgência à causa de pedir da demanda, sob pena de indeferimento.
Intime-se.
Serve a presente como comunicação/carta/mandado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7044289-04.2023.8.22.0001
EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL ALFAZEMA, CNPJ nº 97550178000148, RUA JARDINS 114, CONDOMINIO ALFAZEMA BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALECSANDRA SILVA CAVALCANTE DOS SANTOS, OAB nº RO13520
EXECUTADO: SHIRLIANE RIBEIRO BEZERRA CANTANHEDE, CPF nº 89599276272, RUA JARDINS 114, CONDOMINIO ALFAZEMA - CASA 81 BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO:
Valor da Execução: R$ 2.127,21 (dois mil, cento e vinte e sete reais e vinte e um centavos).
Recebo a inicial de execução de título extrajudicial (art. 784 do CPC), nos moldes do art. 53 e seguintes da Lei Federal nº 9.099/1995 e de acordo com os documentos juntados.
Serve o presente como mandado, devendo o(a) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça CITAR a parte executada no endereço acima mencionado, para pagar, dentro do prazo legal de três (03) dias, o principal e as cominações legais, ou nomear bens à penhora, suficientes para assegurar a totalidade do débito e acréscimos legais (art. 829 do CPC). Se a parte requerida não pagar nem fizer nomeação válida, o Oficial de Justiça PENHORAR-LHE-Á tantos bens quanto bastem para o pagamento do principal, designando-se audiência de conciliação pós-penhora para o dia __/__/___ às ____ horas, intimando-se as partes e anotando seus respectivos números de telefones celulares, para a realização virtual da audiência através do aplicativo WHATSAPP, em razão da pandemia da COVID-19.
Havendo penhora, a parte requerida poderá oferecer Embargos à Execução em 15 (quinze) dias, desde que o faça na própria Audiência, na forma do art. 53, §§ 1º e 3º da Lei 9.099/1995.
INTIMAR a parte exequente para, em 10 (dez) dias, manifestar-se em caso de ausência de citação/intimação ou de penhora de bens, sob pena de extinção do processo e condenação ao pagamento de custas e despesas processuais.
OBSERVAÇÃO: Deverá o Senhor (a) Oficial (a) de Justiça, se necessária a designação de audiência de tentativa de conciliação pós-penhora, agendá-la somente em dias de sexta-feira às 12h00.
Serve a presente como mandado.
ADVERTÊNCIAS:
1) EM CASO DE NOMEAÇÃO DE BEM(NS) À PENHORA, DEVERÁ(ÃO) APRESENTAR(EM) DOCUMENTO(S) COMPROBATÓRIO(S) DA(S) PROPRIEDADE(S) E DA(S) INEXISTÊNCIA(S) DE ÔNUS, BEM COMO DAR(EM) A(S) ESTIMATIVA(S) DO(S) MESMO(S), EM 05 (CINCO) DIAS, A CONTAR DA CITAÇÃO.
2) NA HIPÓTESE DE SER(EM) PENHORADO(S) BEM(NS) IMÓVEL(IS) E SENDO A(S) PARTE(S) Requerida(S) CASADA(S), INTIMAR O(S) CÔNJUGE(S).
3) PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA.
4) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/1995).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7016604-56.2022.8.22.0001 - Cumprimento de sentença
REQUERENTE: QUALIMAX INDUSTRIA COMERCIO & DISTRIBUIDORA DE RACAO EIRELI - ME, AVENIDA RIO MADEIRA 4853, - DE 3383 A 3775 - LADO ÍMPAR EMBRATEL - 76820-713 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCIA DE SOUZA NEPOMUCENO, OAB nº MT4181
REQUERIDOS: JANAINA BATISTA DOS SANTOS EIRELI, AVENIDA RIO DE JANEIRO 5228, - DE 5144 A 5404 - LADO PAR LAGOA - 76812-090 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ODERCIS DE OLIVEIRA CAMPOS, RUA DOM CASMURRO 130, (JARDIM DAS PALMEIRAS) PEDRINHAS - 76801-446 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A parte devedora (fiadora) não foi localizada e obviamente não foi citada. Em sede de Juizados Especiais é obrigatório o conhecimento do endereço da parte devedora, posto que depois da penhora obrigatoriamente ela tem de ser intimada para comparecer à audiência de conciliação pessoalmente (art. 53, §1º, da LF 9099/1995).
Desta forma, a extinção da execução é medida que se impõe nos moldes do art. 53, §4º, da Lei 9.099/1995:
Art. 53. A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta Lei. (...) § 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor.
Ante o exposto, com fulcro no parágrafo 4º do art. 53 da Lei 9.099/1995 JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, por não ter sido localizada a parte devedora.
Caso a parte credora encontre o endereço da fiadora poderá ajuizar novo cumprimento de sentença perante este mesmo Juizado, sem custos.
Intime-se. Arquive-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7055908-62.2022.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR, OAB nº MT20812O, ENERGISA RONDÔNIA
Polo Passivo: GENIR BARBOSA DE SOUZA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
A executada formula Impugnação à Penhora.
Afirma que a procuração ao seu constituinte foi fraudada por ele.
Argui a nulidade do título, ante a ilegitimidade passiva.
Pede a correção do polo passivo para redirecionar a execução ao advogado que não teria contratado.
Pede a desconstituição da penhora, alegando ter origem em benefício social e ser inferior a 40 salários mínimos.
A credora manifestou-se sobre a impugnação, alegando que a própria impugnante afirma que foi procurada pelo advogado constituído para uma suposta consulta junto ao cadastro de proteção ao crédito, comprovando ciência da ação.
A assinatura da procuração é semelhante a da cédula de identidade.
Suscita intempestividade da impugnação.
DECIDO RESUMIDAMENTE.
Primeiramente analiso a arguição de intempestividade da impugnação.
A parte devedora foi intimada via de seu advogado para ofertar impugnação, via de embargos, no prazo de 15 dias, conforme previsão contida no art. 52, inc. IX, da lei 9099/1995. A publicação ocorreu em 19/05/2023. O prazo em dias úteis encerrou em 20/06/2023. A impugnação foi apresentada no dia 15/05/2023.
Portanto a impugnação é tempestiva.
O pedido de nulidade do processo por suposta fraude na representação da parte deve ser rejeitado. Não há mínimo de prova de que o processo correu à revelia da parte impugnante. A assinatura da procuração e da cédula de identidade são semelhantes. Não se olvida de que o advogado UBIRATAN esteja “captando” causas, mas isto não afasta a voluntariedade de seus clientes que lhe passaram procuração para demandar em juízo.
O processo é hígido e não são alegações que poderão vir a anulá-lo.
Assim, não há que se falar em ilegitimidade passiva, muito menos a nulidade do título judicial. A impugnante é quem ajuizou a demanda via de seu advogado constituído e a sentença transitou em julgado sem recurso.
E se a impugnante está sendo lesada por seu advogado poderá eventualmente propor contra ele ação pertinente.
A penhora deve ser mantida, pois não há prova de que o valor penhorado seja proveniente de benefícios sociais ou poupança.
Rejeito a impugnação ao cumprimento de sentença.
Esgotado o prazo recursal, expeça-se ofício para a CEF transferir o valor bloqueado para a conta bancária indicada no ID 91213731, com os acréscimos, zerando a conta e voltando os autos conclusos para extinção do cumprimento de sentença.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7074509-19.2022.8.22.0001
AUTOR: ALEX GOMES CARDOSO
Advogados do(a) AUTOR: MARIA DO SOCORRO DA SILVA ARAUJO MACIEL - RO0003039A, RENAN ARAUJO MACIEL - RO7820
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogados do(a) REU: ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação VIA DIÁRIO ELETRÔNICO
FINALIDADE: Diante do retorno do processo da Turma Recursal, ficam as partes intimadas para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7005394-81.2017.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: BORRI & LIMA LTDA - ME
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: NANDO CAMPOS DUARTE, OAB nº RO7752, DANIELE MACEDO LAZZAROTTO, OAB nº RO5968, ATALICIO TEOFILO LEITE, OAB nº RO7727
Polo Passivo: AMAZON FORT SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: RAFAELA CRISTINA LOPES MERCES, OAB nº RO3923
SENTENÇA
A devedora apresentou Embargos à Execução (ID 92186646), alegando nulidade de todos os atos processuais após o retorno do processo da Turma Recursal.
Alega também penhora excessiva, discutindo a data base de atualização do débito.
O credor manifestou-se rebatendo os argumentos da devedora, cingindo-se à correção do débito.
DECIDO RESUMIDAMENTE.
A arguição de nulidade decorre da alegação de que foi o antigo advogado (Eduardo Abilio Kerber Diniz) quem foi intimado para cumprir o julgado. As intimações posteriores dos atos concernentes ao cumprimento de sentença também foram realizadas na pessoa do antigo advogado. Houve o reconhecimento da nulidade e foram tornados nulos todos os atos praticados após o acórdão, com a republicação da intimação devolvendo à devedora o prazo para pagamento espontâneo da condenação.
Ocorre que, segundo alega, não houve a republicação da intimação. Entende que a data para o pagamento voluntário ocorreria no dia 14/10/2021, iniciando-se daí a contagem de juros e correção monetária.
Contudo, não estou convencido assistir razão à Embargante.
A decisão que saneou o processo, declarando a nulidade da intimação do advogado (anterior) para pagamento da condenação, foi proferida no ID 62485084 e foi disponibilizada no dia 23/09/2021, com efeito de publicação no dia 22/09/2021. O prazo que a devedora tinha para efetuar o pagamento voluntário se expirou e a devedora NÃO EFETUOU o pagamento do débito. Fez requerimento visando designação de audiência de conciliação, para possibilitar composição. Esse requerimento é estranho as etapas do procedimento, uma vez que a devedora teve oportunidade de composição quando da audiência de conciliação no processo de conhecimento. Na fase de cumprimento de sentença não há espaço para audiência de conciliação. Nem mesmo há cabimento de parcelamento forçado, pois o art. 916, do CPC é destinado aos títulos extrajudiciais. Somente quando o credor concorda é que é possível o parcelamento. No caso versando a credora não concordou com a oferta de parcelamento.
Eventual falta de intimação do novo advogado da credora é suprida com o comparecimento da devedora nos autos, assistida pelo novo advogado em 04/05/2020 (ID 37967099) para arguir a nulidade decorrente da falta de intimação para pagamento do débito voluntariamente e de lá para cá houve o pagamento da condenação, não havendo que se falar em nulidade do procedimento de cumprimento de sentença.
Quanto à data inicial para a atualização do débito, entendo que a devedora está equivocada. O fato dela ter o prazo de 15 dias para pagamento voluntário não faz com que o débito passe a ter o vencimento ao cabo do prazo concedido. A atualização do débito flui a partir da data consignada na decisão que o reconhece. O único efeito do pagamento do débito dentro do prazo de 15 dias contados da intimação é não gerar a multa de 10% de que trata o art. 523, §1º do CPC.
O cálculo apresentado pela credora no ID 87136368 está correto e sobre ele é que houve o bloqueio via Sisbajud. O arbitramento do dano moral ocorreu no acórdão - ID 30726848 - em que foi majorado o seu valor. O acórdão foi proferido em 29/07/2019. A partir de tal data deve incidir os juros e a correção monetária e acrescida da verba honorária sucumbencial e da multa de 10% por conta da falta de pagamento voluntário.
Em face ao exposto, REJEITO os Embargos à Execução.
Incabíveis custas e honorários advocatícios por conta desta decisão.
Esgotado o prazo recursal, expeça-se alvará em favor da parte credora e de seus advogados, se tiverem poderes nos autos, para levantamento do valor depositado decorrente do bloqueio via Sisbajud, com os acréscimos, zerando a conta, retornando os autos conclusos para extinção do cumprimento de sentença.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7007191-19.2022.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença

Polo Ativo: MARCOS ANTONIO DA CRUZ VIEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR, OAB nº MT20812O
Polo Passivo: TELEFÔNICA BRASIL S/A (VIVO),
ADVOGADOS DO REPRESENTADO: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES, OAB nº GO29320, PROCURADORIA DA TELEFÔNICA BRASIL S/A
DESPACHO
DETERMINO que a CPE inverta os polos da ação, pois a exequente é a TELEFÔNICA.
Intime-se o devedor - MARCOS ANTONIO DA CRUZ VIEIRA - para efetuar o pagamento voluntário do valor do débito, em 15 dias, sob pena de incidência da multa de 10% de que trata o art. 523, §1º do CPC.
A intimação é via de seu advogado pelo DJe.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7034981-12.2021.8.22.0001
REQUERENTE: ZENITH UCHOA DE MOURA JUNIOR, CPF nº 14286092291, RUA RAIUMUNDO CANTUÁRIA, - DE 4547/4548 A 4883/4884 AGENOR DE CARVALHO - 76801-454 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: TALISSA NAIARA ELIAS LIMA, OAB nº RO9552, ANNA CARMEN DE SOUZA PITA, OAB nº RO10374
REQUERIDO: UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA, CNPJ nº 05657234000120, AVENIDA CARLOS GOMES, - DE 1259 A 1517 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76801-109 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA, OAB nº AL16983
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
Expeça-se alvará judicial em nome da parte autora e de seu(s)/sua(s) advogado(s)/advogada(s), se tiver(rem) poderes nos autos, para levantamento da quantia depositada (ID 93317538), com seus acréscimos, zerando a conta.
Desde logo, considerando o recebimento do crédito por meio do levantamento do valor depositado, com fundamento no inciso II do artigo 924, do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Juntado aos autos o extrato com o saque, ARQUIVE-SE.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7027249-09.2023.8.22.0001 - Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: JOSE EDUARDO BARBOSA BARROS, AVENIDA MAMORÉ 3945, - DE 3645 A 4069 - LADO ÍMPAR LAGOINHA - 76829-631 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GIDALTE DE PAULA DIAS, OAB nº PR56511
EXECUTADO: RANIELE NOGUEIRA SOUZA, RUA ANGICO 4641, - DE 4701/4702 A 4889/4890 CALADINHO - 76808-104 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A parte devedora não foi localizada e obviamente não foi citada. Em sede de Juizados Especiais é obrigatório o conhecimento do endereço da parte devedora, posto que depois da penhora obrigatoriamente ela tem de ser intimada para comparecer à audiência de conciliação pessoalmente (art. 53, §1º, da LF 9099/1995).
Desta forma, a extinção da execução é medida que se impõe nos moldes do art. 53, §4º, da Lei 9.099/1995:
Art. 53. A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta Lei. (...) § 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor.
Ante o exposto, com fulcro no parágrafo 4º do art. 53 da Lei 9.099/1995 JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, por não ter sido localizada a parte devedora.
Intime-se. Arquive-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7078361-51.2022.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: GREYCIANE VILLAR DE SOUZA CARVALHO, RUA DOUTOR AGENOR DE CARVALHO 1885, - DE 1806/1807 AO FIM FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-400 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALLAN OLIVEIRA SANTOS, OAB nº RO10315
REQUERIDO: IBERIA LINEAS AEREAS DE ESPANA S A, AVENIDA PAULISTA 1728 1728, 5 ANDAR BELA VISTA - 01310-919 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)

SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A parte ré não foi localizada e obviamente não foi citada. Em sede de Juizados Especiais é obrigatório o conhecimento do endereço da parte da parte, pois não espaço para citação por edital (art. 18, §2º da lei nº 9;099/1995).
Desta forma, a extinção da execução é medida que se impõe, por ausência de pressuposto processual (citação pessoal), nos moldes do art. 485, inc. IV do CPC.
Ante o exposto, com fulcro no art. 485, inc. IV, do CPC JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento de mérito.
Publique-se. Arquive-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7018786-78.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: MATHEUS FIGUEREDO PEREIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCOS ROGERIO DE CARVALHO, OAB nº RO4102
Polo Passivo: UNIQUE ADMINISTRADORA DE BENS E CONSORCIO LTDA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
A parte forneceu no ID 93051665 o mesmo endereço no qual os correios informaram que a parte “mudou-se” - ID 91768744.
Por outro lado não é possível a citação por e-mail ou telefone, ainda que contenha whatsapp.
Indique a parte autora o novo endereço requerida, pena de extinção, no prazo de 5 dias.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
PROCESSO: 7028468-57.2023.8.22.0001
AUTOR: FAUSTO LEITE DE BARROS, CPF nº 24534757115
ADVOGADOS DO AUTOR: JOSE ANDRE DA SILVA, OAB nº RO9800, ALESSANDRO RIOS PRESTES, OAB nº RO9136
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38, da Lei nº 9.099/1995.
Tratando-se de direito disponível e sendo as partes capazes, HOMOLOGO o acordo de vontades celebrado entre as partes, que será regido pelas cláusulas e condições indicadas no termo de acordo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento na alínea “b” do inc. III do art. 487, do CPC.
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta instância.
Autorizo, se for o caso, a expedição de alvará/expedição de ofício ao órgão pagador nos termos do acordo.
Em caso de não levantamento dos valores, transfira-os para conta centralizadora de titularidade do TJ/RO.
Ante à preclusão lógica esta sentença transitada em julgado nesta data.
Resolvidas eventuais pendências, ARQUIVE-SE.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7003394-98.2023.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: RUBIA CELINA DOS SANTOS SILVA
AUTOR SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO DO REQUERIDO: LEANDRA MAIA MELO, OAB nº RO1737
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
Trata-se de ação que visa a cobrança de indenização decorrente de seguro residencial, alegando a autora que celebrou contrato de seguro Habitacional Mais Premiável, mais oneroso, porém mais completo que estende a cobertura aos danos físicos ao conteúdo do imóvel (DFC). Embora manifestadamente contratado as coberturas e pagando em dia as prestações, quando comunicada, a Caixa Seguradora vem negando o pagamento indenizações. Em 28/out/2021, houve um tornado nas redondezas do imóvel que causou danos no toldo, Central de Ar-condicionado e na Cerca elétrica do imóvel. A Caixa Seguradora foi acionada sob o protocolo de atendimento 300000008739996, que foi registrado o Sinistro sob o número 447703, bem como foi orientado a enviar os Notas Fiscais e os orçamentos para o e-mail sinistros@caixaseguradora.com.br informando o prazo de 30 dias para análise e conclusão, contados a partir da ocorrência. No dia 28//12/2021 a Requerente recebeu o Termo de Negativa de Cobertura, informando que o pedido de ressarcimento não se enquadra em nenhuma cobertura. No dia 1/nov/2022, por volta das 04:00hs da manhã, ocorreu uma queda de energia que danificou o sistema de iluminação da piscina os computadores utilizado para estudos e lazer da Requerente companheiro e os 2 filhos, danos que a família teve que arcar mesmo coberto pelo seguro. a autora sequer conseguiu abrir a comunicação de Sinistro, pois ao fazer contato com Caixa Seguradora, fica um jogo de empurra-empurra, brincando com o solicitante transferindo para diversos setores. Requer O pagamento das despesas causadas pela ventania ocorrida em 28/Out/2021 no valor de R$5.344,00. O pagamento das despesas causadas pelos danos elétricos ocorrido em 01/Nov/2022 no valor de R$ 13.720,64. O pagamento de R$6.500,00 de indenização por danos morais.

A requerida, em contestação arguiu preliminar de prescrição, impugnação ao pedido de justiça gratuita e ilegitimidade passiva. No mérito alega que a autora possuía dois seguros SEGURO RESIDENCIAL e SEGURO HABITACIONAL - LAR MAIS PREMIÁVEL. No que concerne ao seguro residencial mesmo se fosse comprovada a sua existência, esta teria ocorrido FORA DA VIGÊNCIA DA APÓLICE da demandante, que perdurou somente até o dia 29.06.2021, por falta de pagamento. Com relação ao seguro habitacional A autora comunicou sinistro em 04/11/2021, o qual foi regulado sob o nº 1406500025339, com a notícia de ocorrência de danos decorrentes de vendaval. Assim, foi realizada vistoria no imóvel em 23/11/2021, ocasião em que o engenheiro identificou a ocorrência de dano apenas no "toldo da residência". Diante da inexistência de cobertura para reparos em "toldo", em 28/12/2021 foi emitido o TERMO DE NEGATIVA DE COBERTURA – TNC. Requer a improcedência dos pedidos iniciais

Da preliminar de prescrição

A requerida requer o reconhecimento de prescrição do sinistro que ocorreu no dia 28/10/2021.

Verifico que a autora realizou a comunicação do sinistro no dia 04/11/2021, sendo emitido termo de negativa de cobertura no dia 28/12/2021.

A pretensão da autora, de fato, foi alcançada pela prescrição com fundamento no artigo 206, §1º, inc. II, do Código Civil, como bem ressaltou a requerida, o qual estabelece expressamente o prazo de um ano para as ações do segurado contra o segurador visando o recebimento de seguro, a contar da ciência do fato gerador da pretensão.

Salienta-se que a negativa foi emitida com relação ao seguro SEGURO HABITACIONAL - LAR MAIS que estava vigente à época da ocorrência do sinistro.

Em tese fixada pelo STJ, a Terceira Turma, em matéria relatada pela ministra Nancy Andrighi, definiu que o início do prazo prescricional para o ajuizamento de ação indenizatória contra seguradora começa a correr a partir da ciência do segurado sobre a negativa da seguradora à cobertura securitária, conforme julgado:

CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SEGURO DE DANO. PRESCRIÇÃO. SEGUROS EM GERAL. TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. RECUSA DA SEGURADORA. 1. Recurso especial interposto em 02/03/2021 e concluso ao gabinete em 28/10/2021. 2. O propósito recursal consiste em determinar o termo inicial do prazo prescricional da pretensão do segurado em face da seguradora nos contratos de seguro em geral. 3. A prescrição tem como termo inicial do transcurso do seu prazo o nascimento da pretensão (teoria da actio nata). Somente a partir do instante em que o titular do direito pode exigir a sua satisfação é que se revela lógico imputar-lhe eventual inércia em ver satisfeito o seu interesse. 4. Com relação aos seguros em geral, na vigência do CC/16, a Segunda Seção assentou a tese de que não poderia transcorrer prazo prescricional algum enquanto a seguradora não decidisse o pleito indenizatório endereçado a ela pelo segurado. Editou-se, assim, o enunciado da Súmula 229. Todavia, ainda na vigência desse diploma civilista, passou a jurisprudência do STJ a perfilhar a tese segundo a qual o termo inicial do prazo prescricional seria o momento da recusa de cobertura pela seguradora, ao fundamento de que só então nasceria a pretensão do segurado em face da seguradora. 5. Com o advento do CC/02, alterou-se a redação da alínea "b" do II do § 1º do art. 206, estabelecendo como termo inicial do prazo prescricional a data da ciência do "fato gerador da pretensão". A interpretação desse dispositivo em conjunto com o estabelecido no art. 771 do mesmo diploma legal conduz à conclusão de que, antes da regulação do sinistro e da recusa de cobertura nada pode exigir o segurado do segurador, motivo pelo qual não se pode considerar iniciado o transcurso do prazo prescricional tão somente com a ciência do sinistro. Por essa razão, é, em regra, a ciência do segurado acerca da recusa da cobertura securitária pelo segurador que representa o "fato gerador da pretensão". (...) (Resp 1.970.111 – MG, Relator Ministra Nancy Andrighi, julgado em 15/03/2022, Dje 30/03/2022)

O sinistro narrado em decorrência de temporal ocorreu em 28/10/2021, a comunicação do sinistro para a seguradora foi realizada em 04/11/2021 e a comunicação de negativa da seguradora ocorreu em 28/12/2021, portanto, esta é a data da ciência do fato gerador da pretensão à indenização. Desta forma, o prazo prescricional com relação ao sinistro do vendaval decorreu em 28/12/2022, eis que a autora não trouxe ao feito elementos que demonstrassem a suspensão deste prazo.

Impugnação do pedido de justiça gratuita

Em vista da gratuidade da justiça em 1º grau dos Juizados Especiais, a impugnação à justiça gratuita será analisada por ocasião da eventual interposição de recurso pela autora.

Preliminar de ilegitimidade passiva

A preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela ré não comporta acolhida porque se trata de relação consumerista, de modo que todos aqueles que integram a cadeia de fornecimento de produtos e serviços, respondem solidária e objetivamente perante o consumidor e em Juízo, consoante preleciona o art. 7º, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se ao caso o Código de Defesa do Consumidor, conforme normativa do §2º do artigo 3º, que inclui como relação de consumo as operações concernentes aos seguros.

Em análise aos documentos juntados, verifica-se que a pretensão da autora merece procedência em parte.

Importante ressaltar que no mérito irá se discutir apenas o sinistro ocorrido no dia 01/11/2022 em decorrência de dano elétrico, tendo em vista o reconhecimento da prescrição do sinistro decorrente de vendaval. Ainda, a autora trata apenas do seguro denominado Seguro Habitacional Mais e não do Seguro residencial já cancelado.

A apólice de seguro contratada pela autora (Id 86002061) tem como cobertura o DFC (Danos físicos ao conteúdo), onde indeniza roubo, furto, danos elétricos e pagamento de aluguel.

No caso do sinistro ocorrido no dia 01/11/2022, tratou-se de danos elétricos, conforme demonstrado pela autora no Id 86002071.

A autora não conseguiu sequer realizar a abertura do sinistro, tendo em vista a falta de solução por parte da requerida, onde realizou várias ligações não sendo atendida para abertura, conforme demonstram os áudios (Id 86002067 e 86002068.

Evidente que a recusa da seguradora de atender a autora foi ilegítima, pois o contrato de seguro em questão é manifestamente de adesão, com suas cláusulas previamente estabelecidas pela seguradora e somente passível de aceitação pela segurada/autora.

Apólice da autora dava direito à cobertura dos danos pleiteados e por negligência da requerida esta foi impedida de utilizar o seguro contratado.

A requerida se furtou de efetuar abertura do sinistro fazendo com que a requerida arcasse com os prejuízos alegados por sua conta, mesmo possuindo seguro contratado e vigente.

A requerida deve ressarcir à autora a indenização securitária, no importe de R$ 13.720,64 (treze mil setecentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos), acrescida de correção monetária desde a data do sinistro e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação.

Os danos morais estão configurados.

Estão claros os transtornos, angústias e sofrimentos desnecessários impostos à consumidora, diante das dificuldades enfrentadas para realizar a simples abertura do sinistro, tendo que enfrentar desgaste desarrazoado na via administrativa (Id's 86002067, 86002068, 86002069 e 86002070). Tal dano é "in re ipsa", o qual dispensa maiores comprovações.
Para a fixação do "quantum" indenizatório, deve se levar em conta o grau e tipo da ofensa perpetrada, bem como a extensão dos danos causados por conta da mesma. O valor fixado constará no dispositivo.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO INICIAL e com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por extinto o feito, com resolução de mérito para o fim de:
a) Condenar a requerida a pagar à autora a quantia de R$ 13.720,64 (quarenta e oito mil quatrocentos e oitenta reais), acrescida de correção monetária (Tabela do TJRO) desde a data do sinistro e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação.
b) Condenar a requerida a pagar à autora, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, atualizado monetariamente, de acordo com o índice do TJRO e acrescido de juros legais a partir desta decisão.
Sem custas e sem honorários advocatícios, porque incabíveis no primeiro grau de jurisdição em sede de juizados especiais cíveis.
Intimem-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.
ADVERTÊNCIAS (CPE OBSERVAR):
1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA;
2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95);
3) A PARTE QUE DESEJAR RECORRER À TURMA RECURSAL DEVERÁ RECOLHER, ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, CONTADOS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INOMINADO, 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.099/1995 E 23, C/C 12, DO REGIMENTO DE CUSTAS – LEI ESTADUAL Nº 3896/2016), SOB PENA DE DESERÇÃO. E NO CASO DA INSUFICIÊNCIA DO VALOR RECOLHIDO NÃO HAVERÁ INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PREPARO, NÃO SE APLICANDO O ART. 1.007, §2º, DO CPC ANTE A REGRA ESPECÍFICA DA LEI DOS JUIZADOS (ENUNCIADO 80-FONAJE E ART. 42, §1º, DA LEI Nº 9.099/1995;
4) CASO A PARTE RECORRENTE PRETENDA O BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DEVERÁ, NA PRÓPRIA PEÇA RECURSAL, EFETUAR O PEDIDO E JUNTAR DOCUMENTOS PARA DEMONSTRAR QUE O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS COMPROMETE SUA SOBREVIVÊNCIA, INDEPENDENTEMENTE DE TER FEITO O PEDIDO NA INICIAL OU CONTESTAÇÃO OU JUNTADO DOCUMENTOS ANTERIORMENTE, POIS A AUSÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO DEVE SER CONTEMPORÂNEO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO PREPARO;
5) A PARTE VENCIDA CONSIDERA-SE INTIMADA POR MEIO DESTA SENTENÇA PARA CUMPRIR O JULGADO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, CONTADOS DO TRÂNSITO EM JULGADO, SOB PENA DE PAGAR MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO OU DE COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA CONFORME O CASO (ART. 52, INC. III, IV, V E VI, DA LEI Nº 9.099/1995). O PRAZO FLUIRÁ AUTOMATICAMENTE, INDEPENDENTE DE NOVA INTIMAÇÃO;
6) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO, PELA PARTE VENCIDA, JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERADO INEXISTENTE, E NÃO SURTIR EFEITO, O PAGAMENTO REALIZADO POR MEIO DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ART. 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG;
7) HAVENDO PAGAMENTO VOLUNTÁRIO, DESDE LOGO FICA AUTORIZADA A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ EM FAVOR DA PARTE VENCEDORA, INDEPENDENTE DE NOVA CONCLUSÃO;
8) DECORRIDO O PRAZO PARA PAGAMENTO ESPONTÂNEO, NÃO HAVENDO MANIFESTAÇÃO DA PARTE VENCEDORA, ARQUIVE-SE;
9) NÃO OCORRENDO O PAGAMENTO E HAVENDO REQUERIMENTO DE EXECUÇÃO NOS PRÓPRIOS AUTOS PELA PARTE CREDORA, DEVIDAMENTE ACOMPANHADA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO (ELABORADA POR ADVOGADO OU PELA CENTRAL DE ATENDIMENTO, CONFORME A PARTE POSSUA OU NÃO ADVOGADO, COM INCLUSÃO DE 10% DE MULTA SOBRE O VALOR DO DÉBITO – ART. 523, §1º, DO CPC), A CPE DEVERÁ, ANTES DA CONCLUSÃO, ALTERAR A CLASSE PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NÃO HÁ INCIDÊNCIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE DE EXECUÇÃO DO JULGADO NA HIPÓTESE DE NÃO TER HAVIDO CONDENAÇÃO EM GRAU RECURSAL;
10) NO REQUERIMENTO DE EXECUÇÃO A PARTE CREDORA DEVE DIZER SE PRETENDE QUE A PESQUISA EM BASES DE DADOS PÚBLICOS E PRIVADOS PARA PRÁTICA DE ATOS DE PENHORA, REGISTRO E EXPROPRIAÇÃO (SISBAJUD E RENAJUD).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7010057-63.2023.8.22.0001
REQUERENTE: ARIOSVALDO BARBOSA DE OLIVEIRA, CPF nº 22544208449, AVENIDA NICARÁGUA 2755, - DE 2200/2201 A 2958/2959 EMBRATEL - 76820-788 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RUBIEL BASILICHI MELCHIADES, OAB nº RO8408
REQUERIDO: DANIEL XAVIER DA SILVA, CPF nº 99363283291, AVENIDA JATUARANA 4317, - DE 3815 A 4255 - LADO ÍMPAR NOVA FLORESTA - 76807-141 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ELGISLANE MATOS BORGES DA SILVA CORDEIRO, OAB nº RO5575
DECISÃO:
CHAMO O PROCESSO À ORDEM
A parte autora ajuizou EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (NOTA PROMISSÓRIA).
O rito seguido até agora foi de processo de conhecimento.
Declaro a nulidade de todos os atos praticados desde a citação inicial.
DETERMINO que a CPE converta a classe processual em EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL.

Valor da Execução: R$ 42.402,03 (quarenta e dois mil, quatrocentos e dois reais e três centavos).
Recebo a inicial de execução de título extrajudicial (art. 784 do CPC), nos moldes do art. 53 e seguintes da Lei Federal nº 9.099/1995 e de acordo com os documentos juntados.
Serve o presente como mandado, devendo o(a) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça CITAR a parte executada no endereço acima mencionado, para pagar, dentro do prazo legal de três (03) dias, o principal e as cominações legais, ou nomear bens à penhora, suficientes para assegurar a totalidade do débito e acréscimos legais (art. 829 do CPC). Se a parte requerida não pagar nem fizer nomeação válida, o Oficial de Justiça PENHORAR-LHE-Á tantos bens quanto bastem para o pagamento do principal, designando-se audiência de conciliação pós-penhora para o dia __/__/___ às ____ horas, intimando-se as partes e anotando seus respectivos números de telefones celulares, para a realização virtual da audiência através do aplicativo WHATSAPP, em razão da pandemia da COVID-19.
Havendo penhora, a parte requerida poderá oferecer Embargos à Execução em 15 (quinze) dias, desde que o faça na própria Audiência, na forma do art. 53, §§ 1º e 3º da Lei 9.099/1995.
INTIMAR a parte exequente para, em 10 (dez) dias, manifestar-se em caso de ausência de citação/intimação ou de penhora de bens, sob pena de extinção do processo e condenação ao pagamento de custas e despesas processuais.
OBSERVAÇÃO: Deverá o Senhor (a) Oficial (a) de Justiça, se necessária a designação de audiência de tentativa de conciliação pós-penhora, agendá-la somente em dias de sexta-feira às 12h00.
Serve a presente como mandado.
ADVERTÊNCIAS:
1) EM CASO DE NOMEAÇÃO DE BEM(NS) À PENHORA, DEVERÁ(ÃO) APRESENTAR(EM) DOCUMENTO(S) COMPROBATÓRIO(S) DA(S) PROPRIEDADE(S) E DA(S) INEXISTÊNCIA(S) DE ÔNUS, BEM COMO DAR(EM) A(S) ESTIMATIVA(S) DO(S) MESMO(S), EM 05 (CINCO) DIAS, A CONTAR DA CITAÇÃO.
2) NA HIPÓTESE DE SER(EM) PENHORADO(S) BEM(NS) IMÓVEL(IS) E SENDO A(S) PARTE(S) Requerida(S) CASADA(S), INTIMAR O(S) CÔNJUGE(S).
3) PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA.
4) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/1995).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7032023-58.2018.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: ALDJONES MARCELO DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PAULO FLAMINIO MELO DE FIGUEIREDO LOCATTO, OAB nº RN9437
Polo Passivo: INTERNATIONAL RESIDENCE CLUB LTDA, RICARD MASSO RODRIGUEZ, SPIP SOCIEDADE DE PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS PATRIMONIAIS LTDA, JUANCHACO SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS PATRIMONIAIS LTDA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Decido o pedido de Desconsideração da Personalidade Jurídica da empresa executada, constante do ID 63804544.
A empresa chamada à lide JUANCHACO SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS PATRIMONIAIS LTDA. não foi localizada. O credor desistiu da ação em face de tal empresa. Homologo a desistência e declaro extinto o processo em face dela, nos termos do art. 485, inc. VIIII, do CPC. DETERMINO a CPE que exclua a referida empresa do polo passivo da ação.
A empresa SPIP SOCIEDAE DE PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS PATRIMONIAIS LTDA. (CNPJ 13.406.637-24) foi citada no ID 84005423 e não contestou o pedido do ID 63804544. RICARDO MASSO RODRIGUES (CPF 015.552.99431) foi citado no ID 84005409 e também não contestou o pedido do ID 63804544.
Decido a pretensão, resumidamente.
Consigno, inicialmente, que os citandos são sócios da empresa devedora não contestaram o pedido, ficando revéis.
A empresa executada não tem patrimônio conhecido. Contra ela pesa inúmeras ações. Essas circunstâncias revelam estado fático de insolvência, além de abuso de direito em detrimento do prejuízo sofrido pelo consumidor, a ensejar a desconsideração da personalidade jurídica conforme previsto no art. 28 do CDC (TEORIA MENOR).
Em face ao exposto, declaro desconsiderada a personalidade jurídica da executada INTERNACIONAL RESIDENTE CLUB LTDA. e, como consequência, determino que a dívida alcance o patrimônio dos sócios SPIP SOCIEDAE DE PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS PATRIMONIAIS LTDA. (CNPJ 13.406.637-24) e RICARDO MASSO RODRIGUES (CPF 015.552.99431).
Intimem-se via DJe.
Esgotado o prazo recursal, apresente o credor planilha atualizada do débito e requeira o que de direito em 5 dias.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7043902-33.2016.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: MAUD PEDREIRA DIAS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PAULO ROGERIO JOSE, OAB nº RO383
Polo Passivo: TOLDOS RONDONIA LTDA - ME, SUELLEN OLIVEIRA LOPES DE SOUZA, ANDRE MANOEL CAPARROS FEITOSA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: HERMENEGILDO LUCAS DA SILVA, OAB nº RO1497A

DESPACHO
Expeça-se termo de penhora do veículo conforme descrição do ID 91450749 (art. 845, 1 do CPC).
Expeça-se mandado de remoção para as mãos do credor, que deverá auxiliar o oficial de justiça, uma vez que este não encontrou o veículo (ID 90771476), nem representantes da empresa devedora.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7021228-85.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: MARIO DIAS MARTINS
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE ROCELIO MENDES, OAB nº RO6925
Polo Passivo: EDINEUTER PEREIRA DE MORAES
ADVOGADO DO REQUERIDO: GABRIEL BONGIOLO TERRA, OAB nº RO6173A
SENTENÇA
Trata-se de Embargos à Execução, em que a parte devedora pede a exclusão da penhora, que incidiu sobre sua conta poupança, cujo valor é oriundo do recebimento do benefício do INSS.
Além disto junta aos autos o valor correspondente a 40% do valor do débito e pede o parcelamento, por força do que dispõe o art. 916, do CPC.
O credor impugna os Embargos à Execução rebatendo os argumentos expendidos pelo devedor.
DECIDO RESUMIDAMENTE.
A impenhorabilidade de valores da poupança é certa. No entanto, o devedor não comprova que o valor foi bloqueado da sua conta poupança. Pelo extrato juntado no ID 92253762 não é possível extrair que a conta respectiva seja da natureza de poupança. Também não trouxe prova de que o valor ali depositado é oriundo de benefício do INSS.
Por outro lado, no cumprimento de sentença não há espaço para aplicação do art. 916, do CPC, cabível somente nos casos de execução de título extrajudicial.
Em face ao exposto, REJEITO OS EMBARGOS À EXECUÇÃO.
Esgotado o prazo recursal:
1. Expeça-se alvará em favor da parte credora e de seu advogado, se tiver poderes nos autos, para levantamento do valor bloqueado via Sisbajud, com os acréscimos, zerando a conta.
2. Expeça-se alvará em favor da parte devedora e de seu advogado, se tiver poderes nos autos, para levantamento do valor depositado no ID 92253761, com os acréscimos, zerando a conta.
Juntados os extratos com as contas zeradas, voltem conclusos para extinção do cumprimento de sentença.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7040347-32.2021.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: SUELEN MONTEIRO SENA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SUELEN MONTEIRO SENA, OAB nº GO53607
Polo Passivo: ELAINNI CRISTINA LEMOS SOARES
ADVOGADO DO EXECUTADO: WINE MARIA LIMA NEVES, OAB nº GO44516
DESPACHO
HÁ PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS - ID 93013316.
Certifique-se o trânsito em julgado da sentença proferida no ID 92339544.
DETERMINO que a CPE corrija o valor da causa para R$ 20.559,91.
DETERMINO que a CPE junte o extrato atualizado correspondente ao valor bloqueado pelo Sisbajud.
Juntado o extrato nos autos, apresente a credora o saldo devedor e requeira o que de direito, em 5 dias.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7021877-50.2021.8.22.0001
AUTOR: PAULO BEZERRA DA SILVA FILHO, CPF nº 09344141495, RUA PRINCIPAL 505, CONDOMINIO PARQUE DOS IPES, QUADRA 11 CASA 16 NOVO HORIZONTE - 76810-160 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RAIZA PANTOJA CARVALHO, OAB nº RN18266
REQUERIDOS: 123 VIAGENS E TURISMO LTDA., CNPJ nº 26669170000157, RUA DOS AIMORÉS 1017, - DE 801/802 A 1758/1759 FUNCIONÁRIOS - 30140-071 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS, GOL LINHAS AÉREAS S.A, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490, AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO AEROPORTO - 76803-250 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: RODRIGO SOARES DO NASCIMENTO, OAB nº MG129459, GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA

SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A requerida 123 VIAGENS E TURISMO LTDA. impugnou o cumprimento de sentença, alegando excesso de execução.
Determinei a remessa dos autos à Contadoria do Juízo.
A Contadoria fez cálculo minucioso e detalhado e encontrou excesso de execução no importe de R$ 800,56, que deve ser restituído para a impugnante o excedente.
De qualquer modo, considerando o recebimento do crédito por meio do levantamento do valor depositado, com fundamento no inciso II do artigo 924, do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Expeça-se alvará em favor da parte autora e de sua advogada, para levantamento do valor exato de R$ 599,15, a ser tirada do depósito constante do ID 88195502.
Levantado o valor, expeça-se ofício para a CEF transferir o saldo remanescente depositado no ID 88195502, com os acréscimos, para a 123 VIAGENS E TURISMO LTDA. por meio da conta indicada no ID 88194348 - p. 5.
Juntado aos autos o extrato com a conta zerada, ARQUIVE-SE.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7065758-77.2021.8.22.0001
EXEQUENTE: GILDA VITAL, ÁREA RURAL, RUA CHIQUILITO ERSE ÁREA RURAL DE PORTO VELHO - 76841-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ELIAS DANTAS DA SILVA, OAB nº RO10337
EXECUTADO: PAULO HENRIQUE REIS BARRETO, RUA ALMIRANTE BARROSO 605, - DE 469 A 951 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76801-089 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Compulsando os autos verifico que não foram localizados bens penhoráveis.
Foi deferida e realizada a inscrição do débito na SERASA.
Instado a indicar bens à penhora, a credora requer a suspensão da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) do executado, tendo em vista que todas as medidas convencionais de localização de bens livres e desembaraçados, restaram infrutíferas.
Pois bem.
A tutela jurisdicional deve ser prestada de maneira a não colidir com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, observando-se um equilíbrio entre a satisfação do direito do credor/exequente e os princípios que informam a execução, como o princípio da utilidade e o da menor onerosidade. Objetiva-se, portanto, a uma conduta razoável que guarde coerência com os direitos fundamentais e com a tutela da dignidade humana.
A suspensão da CNH é diligência que não guarda relação com o direito de crédito do credor/exequente, tampouco se mostra hábil à satisfação do débito objeto da execução, à localização de bens do(s) executado(s) ou sequer a evitar a dilapidação patrimonial, caracterizando-se, em sentido contrário, medida desarrazoada, que ofende a pessoa do(s) devedor(es)/executado(s), e não o seu patrimônio, conquanto o STF tenha, recentemente, decidido que a suspensão da CNH não ofende os direitos fundamentais esculpidos no art. 5º da Constituição Federal.
Nesse trilhar, cito julgados do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:
Agravo de Instrumento. Cumprimento de sentença. Preliminar ausência de fundamentação. Não ocorrência. Medidas coercitivas que extrapolam a razoabilidade e objetivo do processo. Recurso não provido. 1- Não há que falar em ausência de fundamentação na hipótese que, embora sucinta, a decisão recorrida seja clara em seus fundamentos, viabilizando, inclusive, sua impugnação recursal. 2- Segundo precedente desta Corte e do STJ, não é razoável e nem efetiva a adoção das medidas excepcionais e coercitivas requeridas de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), apreensão do passaporte, tal como bloqueio das linhas de telefonia e cartão de crédito, haja vista que tais providências extrapolariam o objetivo do processo, de expropriação direcionado à satisfação do crédito exequendo. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0802875- 23.2020.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Hiram Souza Marques, Data de julgamento: 21/10/2020. - destaquei
Agravo de instrumento. Execução de título extrajudicial. Atos executórios. Art. 139, IV, CPC/15. Suspensão de CNH e apreensão de passaporte. Caráter punitivo que se desvia da finalidade de recebimento do crédito exequendo. Descabimento. As medidas coercitivas de suspensão de CNH e apreensão de passaporte, além de ferir o direito constitucional de ir e vir da forma como convier à pessoa, dissociam-se inteiramente do objetivo da execução, que é a satisfação do crédito do credor; em nada contribuem efetivamente para a satisfação executiva, já que tais medidas se prestam apenas a restringir a locomoção do agravado, não garantindo que o débito será quitado por essas razões, apenas possuindo caráter punitivo desproporcional e que se desvia da finalidade de recebimento do crédito exequendo. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0803774-55.2019.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Sansão Saldanha, Data de julgamento: 16/12/2020. - destaquei
Agravo de Instrumento. Ação de Alimentos. Suspensão da CNH. Medida coercitiva que extrapola a razoabilidade e objetivo do processo. Precedente do STJ. Decisão Reformada. Recurso provido. A suspensão da CNH é medida coercitiva desnecessária e que extrapola a razoabilidade e a proporcionalidade, pois ataca a liberdade da parte devedora, e não o seu patrimônio, não garantindo, pois, o pagamento da dívida. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0808264- 86.2020.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Hiram Souza Marques, Data de julgamento: 27/02/2021. - destaquei
No caso concreto, portanto, não vislumbro efeito prático na suspensão da CNH do devedor.
Pelo exposto, indefiro a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação da Devedora.
Desde logo, em face de inexistir bens penhoráveis, como se disse, o processo deve ser extinto.

Diz o artigo 53, § 4º, da Lei Federal 9.099/1995: "Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos a parte exequente".
Ante o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, com fulcro no artigo 53, §4º, da Lei Federal 9.099/1995.
Sem custas ou honorários advocatícios em face ao disposto nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995, que se trata de lei especial a reger o procedimento.
Havendo descoberta de bens penhoráveis, a parte poderá intentar nova execução perante este mesmo Juizado, sem pagamento de custas.
Intime-se. Arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7018265-70.2022.8.22.0001
REQUERENTE: MILENE ALVES FURTADO, CPF nº 78287804272, RUA TOBIAS DE AGUIAR 3929 COSTA E SILVA - 76803-636 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: WALTER GUSTAVO DA SILVA LEMOS, OAB nº RO655A
REQUERIDO: UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA, CNPJ nº 05657234000120, AVENIDA CARLOS GOMES 1259, - DE 1259 A 1517 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76801-109 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: THIAGO MAIA DE CARVALHO, OAB nº RO7472, RODRIGO OTAVIO VEIGA DE VARGAS, OAB nº RO2829
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
Considerando o recebimento do crédito informado nos autos, com fundamento no inciso II do artigo 924, do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Intimem-se. Arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7088631-37.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: MARIA EDINILCE DE FARIAS FERREIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ROBERGES JUNIOR DE LIMA, OAB nº AM1363
Polo Passivo: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO, OAB nº RO635, Procuradoria da OI S/A
DECISÃO
A parte recorrente pediu justiça gratuita, mas não comprovou a hipossuficiência, apesar de instada a fazê-lo, deixando expirar o prazo.
Julgo deserto o recurso.
Certifique-se o trânsito em julgado e ARQUIVE-SE.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7025928-70.2022.8.22.0001
REQUERENTE: SOFIA HELENA DA COSTA PINHEIRO, CPF nº 00215585232, RUA VENEZUELA 2667, - DE 2265/2266 AO FIM EMBRATEL - 76820-810 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JONES LOPES SILVA, OAB nº RO5927, DANIEL MENDONCA LEITE DE SOUZA, OAB nº RO6115
REQUERIDOS: GOL LINHAS AÉREAS S.A, PRAÇA LINNEU GOMES S/N, PORTARIA 3, PREDIO 24 CAMPO BELO - 04626-020 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS SA, CNPJ nº 10760260000119, RUA CATEQUESE 227, 11 ANDAR, SALA 111 VILA GUIOMAR - 09090-401 - SANTO ANDRÉ - SÃO PAULO
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
SENTENÇA
DETERMINO que a CPE converta a classe processual em CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
Considerando o recebimento do crédito informado nos autos, com fundamento no inciso II do artigo 924, do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Intimem-se. Arquive-se.

PROCESSO: 7042756-10.2023.8.22.0001
REQUERENTE: VANESSA MICHELE ESBER SERRATE, CPF nº 77137230210, ALAMEDA DOS JASMINS 130, CONDOMINIO RESIDENCIAL ECOVILLE - QUADRA 16 CASA NOVA ESPERANÇA - 76823-437 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: VANESSA MICHELE ESBER SERRATE, OAB nº RO3875, RENATO JULIANO SERRATE DE ARAUJO, OAB nº RO4705
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AC CENTRAL DE PORTO VELHO 2613, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 2701 CENTRO - 78900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ENERGISA RONDÔNIA

DECISÃO:
Nos termos da Lei federal nº 14.129, de 29/03/2021 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14129.htm), que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e outras providências, o Conselho Nacional de Justiça, fazendo cumprir tais princípios editou a Resolução CNJ nº 385/2021 (https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3843), que dispõe sobre a criação dos NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 e dá outras providências e autorizou os tribunais a instituir tais núcleos especializados em razão de uma mesma matéria e com competência sobre toda a área territorial situada dentro dos limites da jurisdição do tribunal.
O
PODER JUDICIÁRIO do estado de Rondônia sempre na vanguarda das inovações e atento ao volume de demandas repetitivas especialmente nos juizados especiais, por meio da Resolução nº 214/2021-TJRO (https://www.tjro.jus.br/images/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n._214-2021-TJRO-_Cria%C3%A7%C3%A3o_do_1%C2%BA_N%C3%BAcleo_de_Justi%C3%A7a_4.0_do.pdf), criou quatro núcleos de justiça 4.0, especializado em razão de uma mesma matéria.
Dois NÚCLEOS já foram instalados e estão em funcionamento. Um dos NÚCLEOS destina-se à matéria exclusiva de demandas de concessionária de serviço público de energia elétrica, que no âmbito de Rondônia é a ENERGISA.
Obviamente que um NÚCLEO especializado por matéria tende a resolver os conflitos com maior eficiência e celeridade. Outro benefício direto é que, ao retirar, especificamente, dos juizados especiais cíveis da capital, as demandas envolvendo a concessionária de energia elétrica, os demais processos tramitarão com maior fluidez, dado grande volume de feitos que aportam todos os dias nos juizados cíveis da capital.
Assim, a razão de existir do NÚCLEO, caracterizada pela especialização, sem dúvida contribui para o melhor desempenho e maior rapidez no impulso dos processos como um todo.
O NÚCLEO da concessionária de energia elétrica, como os demais núcleos, conta com três juízes designados mediante escolha decorrente de inscrição voluntária. Cada um dos juízes recebe processos mediante distribuição por sorteio, de forma equânime e aleatória.
Sem perder de vista o juízo natural, a Resolução do Tribunal de Justiça facultou às partes a opção pelo NÚCLEO 4.0, o que se dará no momento da distribuição.
No entanto, ao meu sentir, ainda falta maior divulgação da existência do referido NÚCLEO perante os jurisdicionados.
A opção pelo NÚCLEO mostra-se visível no momento da distribuição do processo, mas parece que o jurisdicionado ainda encontra dificuldade na visualização, bem assim, talvez não tenha compreendido as vantagens de ter um juízo exclusivo para a matéria.
Nem por isso o juízo deve ficar inerte em tal circunstância, por vislumbrar maior agilidade dos processos que tramitam em unidade especializada, como são os NÚCLEOS.
Não se olvida, também, que a tramitação pelo NÚCLEO 4.0 será 100% DIGITAL e a parte tem o encargo de fornecer ao Núcleo o número do e-mail e o celular com whatsaap para eventual comunicação necessária.
Importante ressaltar que a tramitação pelo NUCLEO obedece as regras da lei dos juizados especiais (lei 9.099/1995), por ser a distribuição originária para este Juizado e, portanto, eventuais recursos da sentença serão analisados pela Turma Recursal Única.
Feitas estas considerações, determino que se redistribua ao Núcleo 4.0 - Energisa, observadas as diligências, registros e movimentações que se fizerem necessárias.
CUMPRA-SE.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
PROCESSO: 7044293-41.2023.8.22.0001
REQUERENTE: ROSE DA SILVA MACEDO, CPF nº 84213361268, AVENIDA AMAZONAS 2813, APTO 02 NOVA PORTO VELHO - 76820-163 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DANUBIA JOB ALVES BARROS, OAB nº RO13065
REQUERIDO: BRASIL CARD ADMINISTRADORA DE CARTAO DE CREDITO LTDA, CNPJ nº 03130170000189, AV. JORGE VIEIRA 257 CENTRO - 37115-000 - MONTE BELO - MINAS GERAIS
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO:
A parte autora nega ter contraído a dívida objeto da negativação registrada em seu nome nos cadastros do SCPC e requer, em sede de tutela de urgência, que a requerida seja compelida a exclua a negativação.
Em análise sumária aos documentos apresentados e aos fatos alegados, verifiquei a presença dos requisitos legais exigidos para a concessão da tutela de urgência de natureza antecipada incidental.
A probabilidade do direito está comprovada pela juntada da certidão da reclamada negativação - ID 93355608.
O perigo de dano está evidenciado pela inscrição de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito em razão do débito questionado no processo.
A medida concedida não trará danos irreparáveis à parte requerida, não havendo que se falar em irreversibilidade da medida imposta que ora se defere.
Assim, presentes os requisitos legais exigidos para concessão da antecipação da tutela, com fulcro no art. 300, do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada incidental e determino DETERMINO à CPE a expedição de ofício ao SCPC para que promova a exclusão do nome da parte autora de seus bancos de dados, relativamente aos débitos constantes da certidão de ID 93355608, com imediata comunicação a este Juízo.
A determinação supracitada deve ser cumprida até segunda ordem ou julgamento final da lide, bem como comprovada documentalmente no feito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Cite(m)-se e intime(m)-se desta decisão e da audiência designada, conforme dados abaixo:
Audiência: Conciliação - Data: 25/08/2023 - Hora: 08h, a ser realizada por meio digital (WhatsApp ou Google Meet), em atendimento ao Ato Normativo n. 018/2020.
Serve a presente decisão como comunicação/carta/mandado.

Advertências:
1 – os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
2 – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
3 – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
4 – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
5 – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO;
6 – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
7 - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
8 – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil);
9 – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
10 – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
11 – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
12 – a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
13 – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
14 – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
15 – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
16 – nos processos que não sejam da competência dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas requeridas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado;
17 – nos processos que não sejam da competência dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu na audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência realizada;
18 – Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/1995).
19 – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
20 – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
PROCESSO: 7044161-81.2023.8.22.0001
AUTOR: MIRIAN ROCHA DE ALMEIDA, CPF nº 89120868200, RUA BOM JESUS 6215, - DE 6155/6156 AO FIM CIDADE NOVA - 76810-750 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: TACIANE CRISTINE GARCIA DOS SANTOS ALMEIDA, OAB nº RO6356A, CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA, OAB nº RO6375A
REU: LIBERTY SEGUROS S/A, CNPJ nº 61550141000172, RUA DOUTOR GERALDO CAMPOS MOREIRA 110 CIDADE MONÇÕES - 04571-020 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
A Requerente afirma que seu veículo segurado pela Requerida foi abalroado no dia 20/3/2023 e até o momento não foi reparado. Entrou em contato com a seguradora recebendo a informação de que a demora do reparo seria pela falta da peça de reposição. Informa que encontrou a peça numa empresa de autopeças, indicando-a à Requerida, mas esta se negou a realizar a compra. Requer a Autora antecipação da tutela para que a Requerida conserte seu veículo ou lhe disponibilize o valor contido no orçamento de serviço, no Valor de R$ 8.342,24.
Pois bem. Compulsando os autos, nota-se que não há elementos capazes de demonstrar, em um juízo de cognição sumária, a presença dos requisitos necessários ao deferimento da tutela antecipada pretendida.

Com efeito, extrai-se dos autos que a questão gira entorno da falta da peça específica para o reparo, o que vem impedindo a realização do serviço. Consta na mensagem de e-mail do dia 18/5/2023 (ID 93337775), que a peça já foi faturada pela montadora e que a negativa em adquirir a peça em empresa de autopeças é devido à carência de homologação da fábrica. Porém, mesmo assim, a Requerida facultou à Autora adquiri-la sob sua responsabilidade, informando que a reembolsaria o valor.

Diante de tais fatos, verifico que não é possível a concessão da tutela específica reclamada, pois o reparo do veículo depende tão somente da disponibilidade da peça necessária para a realização do serviço, não havendo negativa da seguradora em repará-lo por outro motivo. Por outro lado, a Autora preferiu não adquirir a peça por sua conta mediante reembolso, como lhe foi facultado pela Requerida e, além disso, a peça já foi faturada junto à fábrica.

A tutela jurisdicional, ao menos neste momento e juízo de prelibação, não se justifica, sendo certo que os supostos danos suportados pela parte autora deverão ser considerados na ocasião da análise do mérito, considerando-se os fatos para eventual indenização.

Por conseguinte, a melhor instrução da causa e a oitiva das partes, para fins de conciliação (objetivo primordial dos Juizados Especiais), são medidas que se impõem, devendo o feito prosseguir em sua regular marcha.

Ante o exposto, com fulcro no art. 300 do CPC, INDEFIRO A TUTELA ANTECIPADA reclamada pela parte demandante, devendo o feito prosseguir em seus ulteriores termos.

Cite(m)-se e intime(m)-se desta decisão e da audiência designada, conforme dados abaixo:

Audiência: Conciliação - Data: 23/8/2023 - Hora: 11 horas, a ser realizada por meio digital (WhatsApp ou Google Meet), em atendimento ao Ato Normativo n. 018/2020.

Serve a presente decisão como comunicação/carta/mandado.

Advertências:

1 – os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;

2 – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;

3 – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;

4 – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;

5 – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO;

6 – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;

7 - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;

8 – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil);

9 – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;

10 – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;

11 – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;

12 – a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;

13 – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;

14 – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;

15 – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;

16 – nos processos que não sejam da competência dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas requeridas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado;

17 – nos processos que não sejam da competência dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu na audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência realizada;

18 – Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/1995).

19 – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;

20 – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7043812-78.2023.8.22.0001
DEPRECANTE: BOM GOSTO COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI, CNPJ nº 34970865000100, HOLANDA 3004, SALA 01 JARDIM EUROPA - 76967-178 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO DEPRECANTE: DENISE CARMINATO PEREIRA, OAB nº RO7404
DEPRECADO: JENIFER SAIONARA DE SOUZA BISPO, CPF nº 53368738291, RUA BACURI 1960 MARIANA - 76813-706 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
DEPRECADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO:
Cumpra-se, com a cópia da carta precatória servindo de mandado.
Cumprido o ato deprecado, com a diligência positiva ou negativa, devolva-se à comarca de origem com as nossas homenagens.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
PROCESSO: 7082430-29.2022.8.22.0001
REQUERENTE: JORDAN DOS SANTOS FEIJO DANTAS, CPF nº 01397622210, ESTRADA DO BELMONT 3165, - DE 2794/2795 A 3174/3175 NACIONAL - 76802-400 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ANA LUIZA VIEIRA DE AZEVEDO, OAB nº RO12394, JOSE ITALO SANTOS PRESTES, OAB nº RO12610
REQUERIDO: LUZIMAR QUEIROZ DE CARVALHO 86175696204, CNPJ nº 36055344000145, PERIQUITOS 385, CONJ MECANICA ELDORADO - 76811-692 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: NATALIA VENANCIO SILVA, OAB nº RO10461
DECISÃO
Ante a necessidade de produção de prova oral, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 03 de outubro de 2023, às 09 horas, a ser realizada PRESENCIALMENTE na sede deste Juízo (Av. Pinheiro Machado, n. 777, Olaria, 8º andar, Porto Velho/RO, telefone: (69) 3309-7129).
Caso a parte pretenda participar da audiência por VIDEOCONFERÊNCIA deverá, no dia e hora designados, acessar o seguinte link: https://meet.google.com/xre-mqda-pvg
O juízo não entrará em contato com a parte para admissão na sala de videoconferência.
A ausência injustificada poderá resultar na extinção ou revelia.
As partes deverão apresentar, na referida solenidade, as demais provas que pretenderem produzir, inclusive a testemunhal.
Cada parte é responsável por intimar e trazer sua(s) testemunha(s) para a audiência acima designada - até 3 - (art. 34 da lei 9099/1995).
A intimação só se fará por meio do juízo se for requerida e esclarecida a necessidade e com antecedência de 30 dias da audiência, para possibilitar a intimação.
As testemunhas que residirem na sede do município de Porto Velho DEVERÃO comparecer pessoalmente ao Fórum e se dirigem ao 8º andar, sala 842, onde prestarão depoimento perante o juiz da causa.
Intimem-se as partes por seus Advogados via DJE. A parte requerida, pessoalmente, haja vista a renúncia nos autos do seu patrono.
Registre-se a audiência no sistema PJE.
Expeça-se o necessário.
Serve esta decisão de mandado/carta com AR/intimação pelo DJe.
ADVERTÊNCIAS/ORIENTAÇÕES:
1) OS ADVOGADOS, PARTES E TESTEMUNHAS/INFORMANTES DEVERÃO ESTAR NA POSSE DE DOCUMENTO COM FOTO/ IDENTIDADE PARA APRESENTAR NO INÍCIO DA AUDIÊNCIA OU DE SUA OITIVA, CASO SOLICITADO TAL DOCUMENTO.
2) COMPETE À PARTE INTIMAR SUAS TESTEMUNHAS (ART. 34 da lei 9099/1995) E APRESENTÁ-LAS NA SALA DE AUDIÊNCIA, CASO NÃO REQUEIRA A INTIMAÇÃO.
3) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA.
4) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/1995).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7016149-62.2020.8.22.0001
REQUERENTE: MAURICIO FONSECA RIBEIRO CARVALHO DE MORAES, CPF nº 90399331204, RUA RAFAEL JAIME CASTIEL 1591, (CJ SANTO ANTÔNIO) SÃO JOÃO BOSCO - 76803-794 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JOSE EDUARDO PIRES ALVES, OAB nº RO6171, BRUNO VALVERDE CHAHAIRA, OAB nº PR52860, VICTOR DE OLIVEIRA SOUZA, OAB nº RO7265
REQUERIDOS: ELIEL PEREIRA, CPF nº 28378580210, RUA DELMIRO JOÃO DA SILVA 2740, - DE 2606/2607 AO FIM NOVO CACOAL - 76962-242 - CACOAL - RONDÔNIA, FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 13347016000117, RUA LEOPOLDO COUTO DE MAGALHÃES JÚNIOR 700, 5 ANDAR ITAIM BIBI - 04542-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: FLAVIO LUIS DOS SANTOS, OAB nº RO2238A, CELSO DE FARIA MONTEIRO, OAB nº AL12449

SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
Considerando o recebimento do crédito informado nos autos, com fundamento no inciso II do artigo 924, do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Intimem-se. Arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7000183-54.2023.8.22.0001
REQUERENTE: CARLOS FELIPE DA SILVA, CPF nº 09595249408
ADVOGADO DO REQUERENTE: JHONATAS EMMANUEL PINI, OAB nº RO4265
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
SENTENÇA
DETERMINO que a CPE converta a classe processual para CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
Considerando o recebimento do crédito informado nos autos, com fundamento no inciso II do artigo 924, do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Intimem-se. Arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7077901-64.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: CENTRO EDUCACIONAL CORA CORALINA LTDA - ME
ADVOGADOS DO REQUERENTE: INGRYD STEPHANYE MONTEIRO DE SOUZA, OAB nº RO10984, GABRIELA TEIXEIRA SANTOS, OAB nº RO9076
Polo Passivo: SANTANA COSTA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERIDO: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA JUNIOR, OAB nº RO10318
DECISÃO
A parte recorrente pediu justiça gratuita, mas não comprovou a hipossuficiência, apesar de instada a fazê-lo, deixando expirar o prazo.
Julgo deserto o recurso.
Certifique-se o trânsito em julgado.
Diga a parte vencedora em 5 dias, pena de arquivamento.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7031965-16.2022.8.22.0001
EXEQUENTE: FABRICIO DA COSTA BENSIMAN, CPF nº 76876748200, RUA JOAQUIM NABUCO 3200, SALA 204 SÃO CRISTÓVÃO - 76804-066 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABRICIO DA COSTA BENSIMAN, OAB nº RO3931A
EXECUTADO: MARCELO JORDAO DA SILVA, CPF nº 50950550230, RUA BELÉM 139, GABINETE DO VEREADOR EVERALDO FOGAÇA EMBRATEL - 76820-734 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Em análise ao feito verifico que merece deferimento o pedido de penhora de salário requerido pela parte credora em desfavor da parte devedora, diante do esgotamento das tentativas de localização de bens por outros meios.
Assim, atento aos argumentos da parte credora, defiro a penhora de parte do salário da parte devedora, no percentual de 15% (quinze por cento), valor que não implicará em prejuízo de sua sobrevivência.
Serve esta decisão como ofício/mandado ao órgão empregador da parte devedora/executada para que:
FAÇA o desconto do percentual de 15% dos rendimentos da parte executada - EXECUTADO: MARCELO JORDAO DA SILVA, CPF nº 50950550230 - até satisfação do valor da dívida de R$ 10.524,79 (dez mil e quinhentos e vinte e quatro reais e setenta e nove centavos e deposite cada parcela na conta de credora:
Banco do Brasil
Agência: 3181-x
Conta Corrente: 12.994-1
CPF: 768.767.482-00
Fabricio da Costa Bensiman
ÓRGÃO EMPREGADOR: RH da Câmara Municipal de Porto Velho, situada à Rua Belém, nº 139, Bairro Embratel, nesta cidade de Porto Velho - CEP 76.820-734.
Concretizada a penhora, retornem os autos conclusos.
Serve este despacho de Carta AR/Mandado e intimação no DJE.
Intimem-se.

ADVERTÊNCIAS/ORIENTAÇÕES:
1) PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA.
2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7000997-03.2022.8.22.0001
REQUERENTE: JOSIANE MEDEIROS TAVARES, CPF nº 76346269291, ÁREA RURAL 66 ÁREA RURAL DE PORTO VELHO - 76834-899 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: IGOR FELIPE DE OLIVEIRA LINS SOARES, OAB nº RO10691
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
Expeça-se alvará judicial em nome da parte autora e de seu(s)/sua(s) advogado(s)/advogada(s), se tiver(rem) poderes nos autos, para levantamento da quantia depositada (ID 93314469), com seus acréscimos, zerando a conta.
Desde logo, considerando o recebimento do crédito por meio do levantamento do valor depositado, com fundamento no inciso II do artigo 924, do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Juntado aos autos o extrato com o saque, ARQUIVE-SE.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7017008-10.2022.8.22.0001
REQUERENTES: GILVAN LIMA DE OLIVEIRA, RUA CORINTHIANS 6383 LAGOINHA - 76829-786 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, TELEFÔNICA BRASIL S/A (VIVO), , - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR, OAB nº MT20812O, PROCURADORIA DA TELEFÔNICA BRASIL S/A
WILKER BAUHER VIEIRA LOPES, OAB nº GO29320
SENTENÇA
Compulsando os autos verifico que não foram localizados bens penhoráveis suficientes para saldar a dívida. O valor bloqueado é parcial.
Diz o artigo 53, § 4º, da Lei Federal 9.099/1995: "Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos a parte exequente".
Ante o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, com fulcro no artigo 53, §4º, da Lei Federal 9.099/1995.
Sem custas ou honorários advocatícios em face ao disposto nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995, que se trata de lei especial a reger o procedimento.
EXPEÇA-SE OFÍCIO À CEF para transferir o valor depositado nos autos para a conta bancária indicada no ID 88720841 - página 2.
Intime-se. Arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7036291-53.2021.8.22.0001
REQUERENTE: MAURO ROBERTO DA SILVA, CPF nº 00755082737, RUA JOSÉ BONIFÁCIO 1737, - DE 1700/1701 A 2113/2114 PEDRINHAS - 76801-486 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: CAMILA CHAUL AIDAR PEREIRA, OAB nº RO5777
REQUERIDOS: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS SA, CNPJ nº 10760260000119, AVENIDA DEPUTADO WALDEMAR LOPEZ FERRAZ 1108 PATRIMÔNIO DE SÃO JOÃO BATISTA - 15400-090 - OLÍMPIA - SÃO PAULO, LATAM AIRLINES GROUP S/A, CNPJ nº 33937681000178, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, FABIO RIVELLI, OAB nº BA34908
SENTENÇA
DETERMINO que a CPE converta a classe processual em CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
O cálculo do ID 91910438 revela que há saldo no processo que deve ser distribuído entre credor e a devedora LATAM.
Considerando o recebimento do crédito por meio do levantamento do valor depositado, com fundamento no inciso II do artigo 924, do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Expeça-se alvará em favor do credor e de sua advogada para levantamento do valor correspondente a 85,72% do saldo depositado na conta identificada no ID 87731673.

Efetuado o levantamento, expeça-se alvará em favor da LATAM e de seu advogado, se tiver poderes nos autos, para levantamento do saldo remanescente da conta identificada no ID 87731673 (14,28%). O levantamento poderá ser realizado mediante transferência bancária, cuja conta deverá ser indicada pela LATAM.
Juntado aos autos o extrato com a conta zerada, ARQUIVE-SE.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7007921-93.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: HUMBERTO ANSELMO SILVA FAYAL
ADVOGADO DO AUTOR: HUMBERTO ANSELMO SILVA FAYAL, OAB nº RO7097A
Polo Passivo: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO, OAB nº PE42379, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Concedo o prazo de 5 dias para a parte autora recolher o valor das custas, pois a sentença extintiva do processo anterior assim consignou: “Ante o exposto, nos termos do artigo 485, inciso III do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito.
Ademais, há que se considerar que a parte demandante provocou a movimentação da máquina judiciária, e, logo em seguida, sem justificativa abandonou a causa, destarte condeno-a ao pagamento de custas processuais, nos termos do Enunciado nº 28 do Fórum Nacional dos Juizados Especiais c/c com o Enunciado Cível FOJUR nº 09 c/c a Lei Estadual n. 3.896/2016 (Regimento de Custas). Advirto que o processo não será desarquivado para fins de prosseguimento, devendo a parte autora, caso queira, promover nova demanda. Saliento que o ajuizamento da nova demanda somente será aceita após a parte promover o recolhimento fiel do encargo ora imposto.”
Após conclusos para julgamento.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7008913-54.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: ADOLFO TEIXEIRA DE SANTANA JUNIOR
ADVOGADOS DO AUTOR: MELINA BEZERRA KITAHARA, OAB nº RO8441, ERINELDA BEZERRA KITAHARA, OAB nº RO6195A
Polo Passivo: BARATINHOO NEGOCIOS DIGITAIS LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Indefiro a citação por telefone.
O autor deverá indicar novo endereço físico da requerida, no prazo de 5 dias, pena de extinção.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7076850-18.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: GABRIELLA CRISTINA BORGES MELO
ADVOGADO DO REQUERENTE: KELISSON MONTEIRO CAMPOS, OAB nº RO5871
Polo Passivo: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., DECOLAR. COM LTDA.
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR, OAB nº BA1179, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO, OAB nº PE42379, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A, PROCURADORIA DECOLAR.COM LTDA
DESPACHO
Diga a parte autora sobre o contido na petição do ID 92593584, em 5 dias.
E se nada requerido, arquive-se.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7014489-62.2022.8.22.0001

AUTOR: HEBER ALENCAR MOTA
Advogado do(a) AUTOR: CAROLINE FRANCA FERREIRA - RO2713-A
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogados do(a) REU: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884, LUIZ FLAVIANO VOLNISTEM - RO2609, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7052209-63.2022.8.22.0001
REQUERENTE: PERICLES DONEDA LONGO
Advogados do(a) REQUERENTE: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO - RO4783, RAISSA OLIVEIRA ANDRADE - RO9712
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogados do(a) REQUERIDO: LUIZ FLAVIANO VOLNISTEM - RO2609, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº: 7074509-19.2022.8.22.0001
AUTOR: ALEX GOMES CARDOSO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogados do(a) REU: ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, a cumprir espontaneamente a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto à Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil. Por fim, transcorrido o prazo acima sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme art. 525 do CPC.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº: 7059879-55.2022.8.22.0001
AUTOR: MARIA DE FATIMA SANTOS DA COSTA
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogados do(a) REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)

Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, a cumprir espontaneamente a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto à Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil. Por fim, transcorrido o prazo acima sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme art. 525 do CPC.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7067939-17.2022.8.22.0001
EXEQUENTE: RESIDENCIAL CIDADE DE TODOS 3
Advogado do(a) EXEQUENTE: MATEUS FERNANDES LIMA DA SILVA - RO9195
EXECUTADO: JULIANA PASSOS DOS SANTOS
Intimação À PARTE REQUERENTE(VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7070778-15.2022.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTORES: MATHEUS GALINDO TAMES, RUA TEIXEIRA LEITE 430, 202 LIBERDADE - 01514-010 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, LARISSA TAMES RAINHO, RUA GAROUPA 4414 NOVA PORTO VELHO - 76820-034 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: LEANDRO FURNO PETRAGLIA, OAB nº PR106912
REU: LATAM AIRLINES GROUP S/A, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6320, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: CELSO ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO JUNIOR, OAB nº PA18736, FABIO RIVELLI, OAB nº BA34908, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
Trata-se de uma ação de Obrigação de Fazer c/c Tutela de Urgência, em que a parte autora pretende que seja permitido pela requerida, viajar com seus dois cachorros na cabine do avião, fora da caixa de transporte. Narra está de mudança para Paris/França, sendo necessário levar os animais consigo e, por possuírem fins de suporte emocional, o transporte deve ser feito fora do kennel e na cabine junto da autora, entretanto a companhia aérea ré não permitiu o traslado dos cachorros nessas condições. A autora alega que a empresa ré não possui suporte ideal para transporte de animais no porão do avião, teme que seus animais possam vir a óbito por serem braquicefálicos, enfermidade que dificulta a respiração dos cachorros.
Em razão desses fatos, requer que seja concedida uma autorização com o prazo de 2 anos, com possibilidade de renovação, para que a tutora possa viajar futuramente com animais nas mesmas condições, sob pena de multa.
A requerida em defesa, alega que indeferiu o transporte dos animais por não terem as exigências mínimas para realização do transporte na cabine junto do tutor, os cachorros extrapolam o peso máximo permitido de 7 KG e, no caso de voos internacionais o translado de animais de apoio emocional, só é permitido em trechos para os países México e Colômbia. Requer a improcedência dos pedidos iniciais.
Pois bem.
Passo para análise do mérito, percebe-se que a pretensão autoral não procede.
De início, vejo que a demanda envolve nítida relação de consumo e seu mérito deve ser interpretado à luz do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que a parte requerida trata-se de pessoa jurídica direcionada ao fornecimento de serviços a seu destinatário final (parte autora), nos termos dos artigos 2º e 3º do aludido diploma legal.
Contudo, não prevejo no caso dos autos os requisitos autorizadores para inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, CDC), porquanto as alegações da parte consumidora não se mostram verossímeis.

No que tange às provas alegadas pela autora, a página do site LATAM AIRLINES (ID 82198455), comprova que a autora tinha ciência quanto às regras para o transporte de animais de suporte emocional, quando contratou o voo Porto Velho/Paris-França, a própria autora afirma as características dos cachorros, um pesando 10 e outro 12kg extrapolando o peso de 7kg permitido para traslado. Assim como arguiu o risco do transporte aéreo no porão, devido a condições de saúde dos animais, mas na contestação a ré afirma não realizar transporte de animais braquicefálicos, devido ao alto risco de morte, regra que a autora confirma ter conhecimento durante a petição inicial.

A requerida logrou êxito em demonstrar a total ausência de falha na prestação do serviço capaz de ensejar a reparação de dano, conforme preceituado no artigo 14 do, § 3º, inciso I, do CDC, in verbis:

"Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos".

(...)

"§ 3° O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar: I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste" - destaquei.

Demais disto, não existe legislação específica a respeito dessa conjectura, ficando a critério das companhias aéreas realizar ou não o transporte de animais de apoio emocional, por isso os passageiros tendo que seguir as normas internas da empresa, caso a companhia permita o traslado.

Conforme o artigo 5°, da CONSTITUIÇÃO FEDERAL, inciso II:

"II — ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei".

Ante a ausência de prova mínima do fato constitutivo do seu direito, consoante dispõe o art. 373, I, do CPC, a improcedência dos pedidos iniciais é de rigor.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos de danos materiais e morais, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, extingo o feito com resolução de mérito.

Sem custas e sem honorários advocatícios nesta instância, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei 9.099/1995.

Após o trânsito em julgado, arquive-se.

Intimem-se.

Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.

ADVERTÊNCIAS (CPE OBSERVAR):

1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA;

2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95);

3) A PARTE QUE DESEJAR RECORRER À TURMA RECURSAL DEVERÁ RECOLHER, ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, CONTADOS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INOMINADO, 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.099/1995 E 23, C/C 12, DO REGIMENTO DE CUSTAS – LEI ESTADUAL Nº 3896/2016), SOB PENA DE DESERÇÃO. E NO CASO DA INSUFICIÊNCIA DO VALOR RECOLHIDO NÃO HAVERÁ INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PREPARO, NÃO SE APLICANDO O ART. 1.007, §2º, DO CPC ANTE A REGRA ESPECÍFICA DA LEI DOS JUIZADOS (ENUNCIADO 80-FONAJE E ART. 42, §1º, DA LEI Nº 9.099/1995;

4) CASO A PARTE RECORRENTE PRETENDA O BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DEVERÁ, NA PRÓPRIA PEÇA RECURSAL, EFETUAR O PEDIDO E JUNTAR DOCUMENTOS PARA DEMONSTRAR QUE O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS COMPROMETE SUA SOBREVIVÊNCIA, INDEPENDENTEMENTE DE TER FEITO O PEDIDO NA INICIAL OU CONTESTAÇÃO OU JUNTADO DOCUMENTOS ANTERIORMENTE, POIS A AUSÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO DEVE SER CONTEMPORÂNEO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO PREPARO.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7042414-96.2023.8.22.0001
REQUERENTE: CONDOMINIO IRIS, CNPJ nº 20306245000159, RUA JARDINS 1640 BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LIDUINA MENDES VIEIRA, OAB nº RO4298, ALBINO MELO SOUZA JUNIOR, OAB nº RO4464
REQUERIDO: UELITON FRANCISCO DA SILVA, CPF nº 01803586265, RUA JARDINS 100 BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO:
Valor da Execução: R$ 1.523,86 (mil, quinhentos e vinte e três reais e oitenta e seis centavos).
Recebo a inicial de execução de título extrajudicial (art. 784 do CPC), nos moldes do art. 53 e seguintes da Lei Federal nº 9.099/1995 e de acordo com os documentos juntados.
Serve o presente como mandado, devendo o(a) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça CITAR a parte executada no endereço acima mencionado, para pagar, dentro do prazo legal de três (03) dias, o principal e as cominações legais, ou nomear bens à penhora, suficientes para assegurar a totalidade do débito e acréscimos legais (art. 829 do CPC). Se a parte requerida não pagar nem fizer nomeação válida, o Oficial de Justiça PENHORAR-LHE-Á tantos bens quanto bastem para o pagamento do principal, designando-se audiência de conciliação pós-penhora para o dia __/__/___ às ____ horas, intimando-se as partes e anotando seus respectivos números de telefones celulares, para a realização virtual da audiência através do aplicativo WHATSAPP, em razão da pandemia da COVID-19.
Havendo penhora, a parte requerida poderá oferecer Embargos à Execução em 15 (quinze) dias, desde que o faça na própria Audiência, na forma do art. 53, §§ 1º e 3º da Lei 9.099/1995.

INTIMAR a parte exequente para, em 10 (dez) dias, manifestar-se em caso de ausência de citação/intimação ou de penhora de bens, sob pena de extinção do processo e condenação ao pagamento de custas e despesas processuais.
OBSERVAÇÃO: Deverá o Senhor (a) Oficial (a) de Justiça, se necessária a designação de audiência de tentativa de conciliação pós-penhora, agendá-la somente em dias de sexta-feira às 12h00.
Serve a presente como mandado.
ADVERTÊNCIAS:
1) EM CASO DE NOMEAÇÃO DE BEM(NS) À PENHORA, DEVERÁ(ÃO) APRESENTAR(EM) DOCUMENTO(S) COMPROBATÓRIO(S) DA(S) PROPRIEDADE(S) E DA(S) INEXISTÊNCIA(S) DE ÔNUS, BEM COMO DAR(EM) A(S) ESTIMATIVA(S) DO(S) MESMO(S), EM 05 (CINCO) DIAS, A CONTAR DA CITAÇÃO.
2) NA HIPÓTESE DE SER(EM) PENHORADO(S) BEM(NS) IMÓVEL(IS) E SENDO A(S) PARTE(S) Requerida(S) CASADA(S), INTIMAR O(S) CÔNJUGE(S).
3) PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA.
4) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/1995).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7044419-28.2022.8.22.0001
AUTOR: ANDRESSA EVELIN FERREIRA ARAUJO
Advogados do(a) AUTOR: CLIVIA PATRICIA MEIRELES - RO11000, EVERSON LEANDRO FERREIRA ARAUJO - RO10986
REU: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
Advogado do(a) REU: MARILIA NUNES MACIEL DA SILVA - RO9073
Intimação VIA DIÁRIO ELETRÔNICO
FINALIDADE: Diante do retorno do processo da Turma Recursal, ficam as partes intimadas para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.
PROCESSO: 7065375-02.2021.8.22.0001
REQUERENTE: JOSE DEONICIO DA SILVA, CPF nº 40828921253, RUA TRÊS E MEIO 1912, - DE 1661/1662 AO FIM NOVA FLORESTA - 76807-380 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MOISES NONATO DE SOUZA, OAB nº RO4337, THAIS SHEILA ALVES SANTIAGO, OAB nº RO4035A, GILMARINHO LOBATO MUNIZ, OAB nº RO3823A
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO:
Os documentos trazidos pelo autor não estão assinados.
Por isso, manifeste-se a requerida ENERGISA, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca da petição (ID 92803455).
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7026369-17.2023.8.22.0001
AUTOR: TIAGO UILIAN DA SILVA LIMA
Advogado do(a) AUTOR: FELIPE MULLER OLIVEIRA - RO10483
REQUERIDO: JACKSON SILVA DE ALMEIDA
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão ID:93054217 NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7040973-80.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: AUTOR: ROBERT FREIRE BIAJO, RUA DA EMOÇÃO ESCOLA DE POLÍCIA - 76824-826 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CRISTIANE SILVA PAVIN, OAB nº RO8221
Polo Passivo: REQUERIDOS: VIA SEMINOVOS COMERCIO DE VEICULOS EIRELI, AMAZONAS 7879, - DE 7859 A 8125 - LADO ÍMPAR ESCOLA DE POLICIA - 76824-801 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76801-006 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

DECISÃO:
Da narrativa inicial verifica-se a necessidade de esclarecimentos de algumas questões trazidas pelo autor, cuja compreensão se mostra dificultosa, pelo menos por ora, razão pela qual, concedo o prazo de 15 (quinze) dias autor para que emende a petição inicial, esclarecendo os pontos que seguem:
1) Ao que tudo indica, o autor encontra-se na posse do veículo Ford/KA, o qual teria sido oferecido pela parte requerida em troca do veículo Fiat Punto. Dessa transação restou efetivado um aditivo com relação ao inicial contrato, de modo que o financiamento do veículo Fiat Punto foi substituído pelo Ford/KA (ID 92726417). Ou seja, o contrato de financiamento em vigor se refere a este último veículo, que estaria com o autor. Com isso, o autor deverá melhor esclarecer qual o contrato que pretende rescindir, eis que estaria usufruindo do referido veículo (Ford/KA);
2) Considerando o já exposto no item anterior, o autor deverá esclarecer qual o contrato de financiamento pelo qual pretende se eximir de pagar as parcelas;
3) Na exordial o autor nada relata sobre a devolução do veículo Ford/KA, contudo, no pedido final, pretende a "devolução do bem". Esclareça sobre qual veículo se refere;
4) O autor, na exordial, menciona sobre multas em relação aos dois veículos, mas não apresenta valores. Também não formulou pedido em relação a esse fato. Portanto, o autor deverá melhor esclarecer sobre a questão e, caso queira, deverá formular pedido especificando, de forma detalhada, eventuais multas de cada veículo;
5) Indicar o valor que pretende seja restituído em relação às parcelas do financiamento, trazendo documento que comprove os efetivos pagamentos;
6) Adequar, se for o caso, o total do benefício patrimonial pretendido ao teto dos Juizados Especiais, fixado em 40 (quarenta) salários mínimos, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei nº. 9.099/1995.
Consigno que o não atendimento à emenda ora determinada, poderá acarretar o indeferimento da petição inicial.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7030729-92.2023.8.22.0001
AUTOR: ROSEMBERG ALVES FORTES
Advogado do(a) AUTOR: MURYLLO FERRI BASTOS - RO7712
REQUERIDO: E A M MARTINS EIRELI, EDILCE MACHADO
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão ID: 93298087 NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
PROCESSO: 7030085-86.2022.8.22.0001
AUTOR: NAIMAIER & NAIMAIER LTDA - ME, CNPJ nº 10954814000119, RUA GETÚLIO VARGAS 2553, - DE 2493 A 2933 - LADO ÍMPAR SÃO CRISTÓVÃO - 76804-061 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: EDUARDO AUGUSTO FEITOSA CECCATTO, OAB nº RO5100
REU: RAVANE FERNANDES LIMA, CPF nº 86860208287, RUA MÁRIO ANDREAZZA 8072, SEMAGRIC (LOCAL DE TRABALHO) JUSCELINO KUBITSCHEK - 76829-374 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: WALTERNEY DIAS DA SILVA JUNIOR, OAB nº RO10135, JOSE HERMINO COELHO JUNIOR, OAB nº RO10010
DECISÃO:
Ante a necessidade de produção de prova oral, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 03 de outubro de 2023, às 11 horas, a ser realizada PRESENCIALMENTE na sede deste Juízo (Av. Pinheiro Machado, n. 777, Olaria, 8º andar, Porto Velho/RO, telefone: (69) 3309-7129).
Caso a parte pretenda participar da audiência por VIDEOCONFERÊNCIA deverá, no dia e hora designados, acessar o seguinte link: https://meet.google.com/uxe-umri-cxr
O juízo não entrará em contato com a parte para admissão na sala de videoconferência.
A ausência injustificada poderá resultar na extinção ou revelia.
As partes deverão apresentar, na referida solenidade, as demais provas que pretenderem produzir, inclusive a testemunhal.
Cada parte é responsável por intimar e trazer sua(s) testemunha(s) para a audiência acima designada - até 3 - (art. 34 da lei 9099/1995).
A intimação só se fará por meio do juízo se for requerida e esclarecida a necessidade e com antecedência de 30 dias da audiência, para possibilitar a intimação.
As testemunhas que residirem na sede do município de Porto Velho DEVERÃO comparecer pessoalmente ao Fórum e se dirigem ao 8º andar, onde prestarão depoimento perante o juiz da causa.
Intimem-se as partes por seus Advogados via DJE.
Registre-se a audiência no sistema PJE.
Expeça-se o necessário.
Serve esta decisão de mandado/carta com AR/intimação pelo DJe.

ADVERTÊNCIAS/ORIENTAÇÕES:
1) OS ADVOGADOS, PARTES E TESTEMUNHAS/INFORMANTES DEVERÃO ESTAR NA POSSE DE DOCUMENTO COM FOTO/ IDENTIDADE PARA APRESENTAR NO INÍCIO DA AUDIÊNCIA OU DE SUA OITIVA, CASO SOLICITADO TAL DOCUMENTO.
2) COMPETE À PARTE INTIMAR SUAS TESTEMUNHAS (ART. 34 da lei 9099/1995) E APRESENTÁ-LAS NA SALA DE AUDIÊNCIA, CASO NÃO REQUEIRA A INTIMAÇÃO.
3) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA.
4) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/1995).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº: 7007169-58.2022.8.22.0001
REQUERENTE: JOSE RICARDO DOS SANTOS DA SILVA
REQUERIDO: OI MÓVEL S.A
Advogado do(a) REQUERIDO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, a cumprir espontaneamente a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto à Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil. Por fim, transcorrido o prazo acima sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme art. 525 do CPC.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7015452-70.2022.8.22.0001
REQUERENTE: ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS
Advogado do(a) REQUERENTE: ELISVALDO MENDES RAMOS - MT19438/O
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
Intimação VIA DIÁRIO ELETRÔNICO
FINALIDADE: Diante do retorno do processo da Turma Recursal, ficam as partes intimadas para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº: 7042839-60.2022.8.22.0001
AUTOR: GABRIEL PEREIRA DA SILVA
REU: MERCADO PAGO INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA
Advogados do(a) REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828, EDUARDO CHALFIN - RO0007520A
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, a cumprir espontaneamente a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto à Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil. Por fim, transcorrido o prazo acima sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme art. 525 do CPC.

ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
PROCESSO: 7032871-06.2022.8.22.0001
REQUERENTE: CAMILA DE JESUS, CPF nº 42867214858, RUA DA LUA 540, - DE 410/411 AO FIM FLORESTA - 76806-420 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RUBIEL BASILICHI MELCHIADES, OAB nº RO8408
REPRESENTADOS: MARIA EUNICE GONCALVES, CPF nº 22057420272, RUA AFONSO PENA 1151, - DE 951/952 A 1420/1421 NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
SORAIA DA SILVA GONCALVES, CPF nº 71301569291, AVENIDA AMAZONAS 5974, - DE 5718 A 5974 - LADO PAR (RESTAURANTE) TIRADENTES - 76824-520 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EDEZIO ALVES DE JESUS FILHO, CPF nº 45749710297, AVENIDA AMAZONAS 5974, - DE 5718 A 5974 - LADO PAR TIRADENTES - 76824-520 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
S DA S GONCALVES TREINAMENTOS, CNPJ nº 32901932000100, AVENIDA AMAZONAS 5974, - DE 5718 A 5974 - LADO PAR (RESTAURANTE) TIRADENTES - 76824-520 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REPRESENTADOS: ROBERTO HARLEI NOBRE DE SOUZA, OAB nº RO1642, FABIO VILLELA LIMA, OAB nº RO7687
DECISÃO:
OS PROCESSOS Nº 7032878-95.2022.8.22.0001 e 7032871-06.2022.8.22.0001 SERÃO JULGADOS EM CONJUNTO. A INSTRUÇÃO ORAL SERÁ REALIZADA PARA AMBOS. A CPE DEVERÁ JUNTAR CÓPIA DESTA DECISÃO NO PROCSSO Nº 7032878-95.2022.8.22.0001 E INTIMAR O AUTOR E SEU ADVOGADO.
Ante a necessidade de produção de prova oral, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 10 de outubro de 2023, às 9 horas, a ser realizada PRESENCIALMENTE na sede deste Juízo (Av. Pinheiro Machado, n. 777, Olaria, 8º andar, Porto Velho/RO, telefone: (69) 3309-7129).
Caso a parte pretenda participar da audiência por VIDEOCONFERÊNCIA deverá, no dia e hora designados, acessar o seguinte link: https://meet.google.com/xre-mqda-pvg
O juízo não entrará em contato com a parte para admissão na sala de videoconferência.
A ausência injustificada poderá resultar na extinção ou revelia.
As partes deverão apresentar, na referida solenidade, as demais provas que pretenderem produzir, inclusive a testemunhal.
Cada parte é responsável por intimar e trazer sua(s) testemunha(s) para a audiência acima designada - até 3 - (art. 34 da lei 9099/1995).
A intimação só se fará por meio do juízo se for requerida e esclarecida a necessidade e com antecedência de 30 dias da audiência, para possibilitar a intimação.
As testemunhas que residirem na sede do município de Porto Velho DEVERÃO comparecer pessoalmente ao Fórum e se dirigem ao 8º andar, onde prestarão depoimento perante o juiz da causa.
Intimem-se as partes por seus Advogados via DJE.
Registre-se a audiência no sistema PJE.
Expeça-se o necessário.
Serve esta decisão de mandado/carta com AR/intimação pelo DJe.
ADVERTÊNCIAS/ORIENTAÇÕES:
1) OS ADVOGADOS, PARTES E TESTEMUNHAS/INFORMANTES DEVERÃO ESTAR NA POSSE DE DOCUMENTO COM FOTO/ IDENTIDADE PARA APRESENTAR NO INÍCIO DA AUDIÊNCIA OU DE SUA OITIVA, CASO SOLICITADO TAL DOCUMENTO.
2) COMPETE À PARTE INTIMAR SUAS TESTEMUNHAS (ART. 34 da lei 9099/1995) E APRESENTÁ-LAS NA SALA DE AUDIÊNCIA, CASO NÃO REQUEIRA A INTIMAÇÃO.
3) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA.
4) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/1995).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
PROCESSO: 7033203-36.2023.8.22.0001
AUTOR: RITHS MOREIRA AGUIAR, CPF nº 01138054119, VISCONDE DO RIO BRANCO 602 SAO BENEDITO - 38020-200 - UBERABA - MINAS GERAIS
ADVOGADO DO AUTOR: RITHS MOREIRA AGUIAR, OAB nº RO13311
REU: QUINTAL - COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ nº 23660466000119, DOM PEDRO II 475, - DE 381 A 517 - LADO ÍMPAR CAIARI - 76801-161 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: RODOLFO JENNER DE ARAUJO MOREIRA, OAB nº RO5572, PHILIPE DIONISIO MENDONCA, OAB nº RO7579

DECISÃO:
Ante a necessidade de produção de prova oral, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05 de outubro de 2023, às 11 horas, a ser realizada PRESENCIALMENTE na sede deste Juízo (Av. Pinheiro Machado, n. 777, Olaria, 8º andar, Porto Velho/RO, telefone: (69) 3309-7129).
Caso a parte pretenda participar da audiência por VIDEOCONFERÊNCIA deverá, no dia e hora designados, acessar o seguinte link: https://meet.google.com/uxe-umri-cxr
O juízo não entrará em contato com a parte para admissão na sala de videoconferência.
A ausência injustificada poderá resultar na extinção ou revelia.
As partes deverão apresentar, na referida solenidade, as demais provas que pretenderem produzir, inclusive a testemunhal.
Cada parte é responsável por intimar e trazer sua(s) testemunha(s) para a audiência acima designada - até 3 - (art. 34 da lei 9099/1995).
A intimação só se fará por meio do juízo se for requerida e esclarecida a necessidade e com antecedência de 30 dias da audiência, para possibilitar a intimação.
As testemunhas que residirem na sede do município de Porto Velho DEVERÃO comparecer pessoalmente ao Fórum e se dirigem ao 8º andar, onde prestarão depoimento perante o juiz da causa.
Intimem-se as partes por seus Advogados via DJE.
Registre-se a audiência no sistema PJE.
Expeça-se o necessário.
Serve esta decisão de mandado/carta com AR/intimação pelo DJe.
ADVERTÊNCIAS/ORIENTAÇÕES:
1) OS ADVOGADOS, PARTES E TESTEMUNHAS/INFORMANTES DEVERÃO ESTAR NA POSSE DE DOCUMENTO COM FOTO/ IDENTIDADE PARA APRESENTAR NO INÍCIO DA AUDIÊNCIA OU DE SUA OITIVA, CASO SOLICITADO TAL DOCUMENTO.
2) COMPETE À PARTE INTIMAR SUAS TESTEMUNHAS (ART. 34 da lei 9099/1995) E APRESENTÁ-LAS NA SALA DE AUDIÊNCIA, CASO NÃO REQUEIRA A INTIMAÇÃO.
3) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA.
4) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/1995).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7065252-67.2022.8.22.0001
AUTOR: JANAINA LUCINDO, NIVALDO LIMA RODRIGUES
Advogado do(a) AUTOR: MARCIA TEIXEIRA DOS SANTOS - RO6768
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação VIA DIÁRIO ELETRÔNICO
FINALIDADE: Diante do retorno do processo da Turma Recursal, ficam as partes intimadas para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7055822-91.2022.8.22.0001
REQUERENTE: JOSE NAILSON MOURA SANTOS
Advogado do(a) REQUERENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR - MT20812/O
REQUERIDO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS NPL II
Advogado do(a) REQUERIDO: THIAGO MAHFUZ VEZZI - RO6476
Intimação VIA DIÁRIO ELETRÔNICO
FINALIDADE: Diante do retorno do processo da Turma Recursal, ficam as partes intimadas para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
PROCESSO: 7018229-91.2023.8.22.0001
REQUERENTES: JOSELITA DUARTE DE MELO OLIVEIRA, CPF nº 42031230204, RUA VIVALDO ANGÉLICA FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-468 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
BIANCA DUARTE DE MELO LIMA, CPF nº 01856896200, RUA SECUNDÁRIA 1540 NOVO HORIZONTE - 76810-164 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: DOUGLAS DIAS DO CARMO, OAB nº RO10022
REQUERIDO: LUCIVALDO SANTOS MOREIRA, CPF nº 42078970204, RUA MORADA NOVA 2747 LAGOINHA - 76829-686 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: JOSE CARLOS LINO COSTA, OAB nº RO1163

DECISÃO:
Ante a necessidade de produção de prova oral, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 14 de setembro de 2023, às 11 horas, a ser realizada PRESENCIALMENTE na sede deste Juízo (Av. Pinheiro Machado, n. 777, Olaria, 8º andar, Porto Velho/RO, telefone: (69) 3309-7129).
Caso a parte pretenda participar da audiência por VIDEOCONFERÊNCIA deverá, no dia e hora designados, acessar o seguinte link: https://meet.google.com/uxe-umri-cxr
O juízo não entrará em contato com a parte para admissão na sala de videoconferência.
A ausência injustificada poderá resultar na extinção ou revelia.
As partes deverão apresentar, na referida solenidade, as demais provas que pretenderem produzir, inclusive a testemunhal.
Cada parte é responsável por intimar e trazer sua(s) testemunha(s) para a audiência acima designada - até 3 - (art. 34 da lei 9099/1995).
A intimação só se fará por meio do juízo se for requerida e esclarecida a necessidade e com antecedência de 30 dias da audiência, para possibilitar a intimação.
As testemunhas que residirem na sede do município de Porto Velho DEVERÃO comparecer pessoalmente ao Fórum e se dirigem ao 8º andar, onde prestarão depoimento perante o juiz da causa.
Indefiro expedição de ofício para obtenção de imagens, eis que o acidente ocorreu há mais de 8 meses e ninguém armazena imagens por tanto tempo.
Intimem-se as partes por seus Advogados via DJE.
Registre-se a audiência no sistema PJE.
Expeça-se o necessário.
Serve esta decisão de mandado/carta com AR/intimação pelo DJe.
ADVERTÊNCIAS/ORIENTAÇÕES:
1) OS ADVOGADOS, PARTES E TESTEMUNHAS/INFORMANTES DEVERÃO ESTAR NA POSSE DE DOCUMENTO COM FOTO/ IDENTIDADE PARA APRESENTAR NO INÍCIO DA AUDIÊNCIA OU DE SUA OITIVA, CASO SOLICITADO TAL DOCUMENTO.
2) COMPETE À PARTE INTIMAR SUAS TESTEMUNHAS (ART. 34 da lei 9099/1995) E APRESENTÁ-LAS NA SALA DE AUDIÊNCIA, CASO NÃO REQUEIRA A INTIMAÇÃO.
3) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA.
4) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/1995).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7073182-73.2021.8.22.0001
REQUERENTE: KARINA RAQUEL DA SILVA CARVALHO
Advogado do(a) REQUERENTE: ESTEVAO NOBRE QUIRINO - RO9658
REQUERIDO: OI S.A
Advogado do(a) REQUERIDO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635
Intimação VIA DIÁRIO ELETRÔNICO
FINALIDADE: Diante do retorno do processo da Turma Recursal, ficam as partes intimadas para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7039980-76.2019.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: CONDOMINIO AQUARIUS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DANIEL CAMILO ARARIPE, OAB nº RO2806
Polo Passivo: ROBERTO BANHON DACA
ADVOGADO DO EXECUTADO: FRANCISCO LOPES COELHO, OAB nº RO678
DESPACHO
A matrícula do imóvel penhorado não está em nome do executado, situação que impede o registro da penhora, de modo que deve ser acatada a nota de devolução do Oficial do Registro de Imóveis (ID 92486841).
Embora tenha havido a quitação do arrendamento pelo executado (ID 76245943), a propriedade do imóvel permanece no CRI em nome do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR), representado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.
Portanto, juridicamente o executado é arrendatário com posse provisória sobre o imóvel (89727987). O bem não foi transferido ao arrendatário/executado e não se sabe se ele fará a opção de compra.
Seria temerário determinar-se o leilão do imóvel que está em nome de terceiro (Caixa Econômica Federal).
Por outro lado, o executado está faltando com o compromisso assumido perante o arrendante de efetuar o pagamento do condomínio ao exequente.
Diga o credor, em 5 dias.
Intime-se.
AGUARDANDO PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7043266-23.2023.8.22.0001
AUTOR: MARIA CAROLINE DANTAS DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: DANIELLI VITORIA SABADINI - RO10128, JOSE CARLOS SABADINI JUNIOR - RO8698
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7069622-89.2022.8.22.0001
AUTOR: CLAUDECI DA SILVA CRUZ
Advogados do(a) AUTOR: INGRID JULIANNE MOLINO CZELUSNIAK - RO7254, LILIAN FRANCO SILVA - RO6524, RENATA SALDANHA REGIS DE MELO - RO9804
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogados do(a) REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664, ESTEVAO ARAUJO PAIVA DE CASTRO FILHO - PB29838
Intimação VIA DIÁRIO ELETRÔNICO
FINALIDADE: Diante do retorno do processo da Turma Recursal, ficam as partes intimadas para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7067652-88.2021.8.22.0001
REQUERENTE: DALVANE PAIVA DE ARAUJO
Advogado do(a) REQUERENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR - MT20812/O
REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S/A (VIVO),
Advogado do(a) REQUERIDO: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES - GO29320
Intimação VIA DIÁRIO ELETRÔNICO
FINALIDADE: Diante do retorno do processo da Turma Recursal, ficam as partes intimadas para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7011057-69.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: JUAN DIEGO MENDONCA DE QUEIROZ
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JOAO BOSCO MENDONCA DE QUEIROZ, OAB nº RO1146A, STHEFANO RODRIGUES MOTA, OAB nº RO8123, NILSON DA SILVA MENDANHA JUNIOR, OAB nº RO8296
Polo Passivo: F R T OPERADORA DE TURISMO LTDA - EPP, AMYNA DE SOUZA - ME
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO, OAB nº RO4783, TASSIA MARIA ARAUJO RODRIGUES, OAB nº RO7821, ALEXANDRE MUCKE FLEURY, OAB nº SP213363, TAMARA GEREMIA MELCHIOR, OAB nº PR78723
DESPACHO
Expeça-se alvará em favor da parte autora e de seus advogados, se tiverem poderes nos autos, para levantamento do valor parcial do crédito, constante do bloqueio via Sisbajud, com os acréscimos, zerando a conta.
Indefiro a quebra do sigilo bancário da empresa FRT OPERADORA DE TURISMO LTDA., pois não há evidência de que tal medida extrema e gravosa venha contribuir para o recebimento do crédito.
Indefiro também o pedido de chamamento ao processo de Emanuel Simões, pois não há prova suficiente de que tenha sucedido a empresa AMYNA DE SOUZA ME, pelo fato de ter arcado com o pagamento de custas recursais.
A empresa AMYNA DE SOUZA ME é individual e os bens da pessoa física com os dela se confundem.
Portanto, a parte credora poderá fornecer o número do CPF e o nome correto da pessoa física da empresária individual para fins de penhora via Sisbajud, tanto da empresa individual quanto da pessoa física.
Concedo 5 dias para a parte credora se manifestar.
Intime-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7019259-98.2022.8.22.0001
PROCURADOR: TANIA MARIA RIBEIRO DE SOUZA FROTA - ME, CNPJ nº DESCONHECIDO, RUA DOUTOR GONDIM 6038, - DE 5789/5790 AO FIM CASTANHEIRA - 76811-406 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO PROCURADOR: LUIS SERGIO DE PAULA COSTA, OAB nº RO4558
PROCURADOR: MELRIANE APARECIDA SANTANA OJEDA, CPF nº 79682685249, RUA PINHEIRO 2327 NOVA FLORESTA - 76807-360 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
PROCURADOR SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Consultei o Sistema RENAJUD sem a imediata inclusão de restrições sobre os veículos encontrados (tela anexa).
Manifeste-se a parte credora quanto à consulta, no prazo de 5 (cinco) dias, para dizer o que pretende quanto ao prosseguimento da execução e o que pretende em relação ao veículo, sob pena de extinção e arquivamento.
Intime-se.
Serve a presente como publicação/mandado/carta/ofício.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7016084-96.2022.8.22.0001
REQUERENTE: OSMAR LEONEL PEREIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: PEDRO ALEXANDRE ASSIS MOREIRA - RO3675
REQUERIDO: PORTAL DAS AMERICAS LTDA - ME
Intimação À PARTE EXEQUENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, querendo, apresentar manifestação, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, quanto à petição de embargos/impugnação à execução.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
PROCESSO: 7084060-23.2022.8.22.0001
AUTOR: PAULO GUILHERME DOS SANTOS MENDES, CPF nº 09911065200, RUA VÍCTOR FERREIRA MANAHIBA 1422, - DE 1369/1370 AO FIM AGENOR DE CARVALHO - 76820-274 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: CARLENE TEODORO DA ROCHA, OAB nº RO6922, JOAO PAULO ROBERTO DE ALMEIDA, OAB nº RO11414
REQUERIDOS: ANTONIO BRUNO DA SILVA CRUZ, CPF nº 87611805215, RUA ALEXANDRE GUIMARÃES 5559, - DE 988 A 1178 - LADO PAR AGENOR DE CARVALHO - 76820-350 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ANGELO RAFAEL DA SILVA CRUZ, CPF nº 94756619215, RUA ALEXANDRE GUIMARAES 5559, AGENOR DE CARVALHO AGENOR DE CARVALHO - 76820-350 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: PATRICK CARLAN NASCIMENTO SILVA, OAB nº RO12107
DECISÃO
Ante a necessidade de produção de prova oral, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05 de outubro de 2023, às 09 horas, a ser realizada PRESENCIALMENTE na sede deste Juízo (Av. Pinheiro Machado, n. 777, Olaria, 8º andar, Porto Velho/RO, telefone: (69) 3309-7129).
Caso a parte pretenda participar da audiência por VIDEOCONFERÊNCIA deverá, no dia e hora designados, acessar o seguinte link: https://meet.google.com/xre-mqda-pvg
O juízo não entrará em contato com a parte para admissão na sala de videoconferência.
A ausência injustificada poderá resultar na extinção ou revelia.
As partes deverão apresentar, na referida solenidade, as demais provas que pretenderem produzir, inclusive a testemunhal.
Cada parte é responsável por intimar e trazer sua(s) testemunha(s) para a audiência acima designada - até 3 - (art. 34 da lei 9099/1995).
A intimação só se fará por meio do juízo se for requerida e esclarecida a necessidade e com antecedência de 30 dias da audiência, para possibilitar a intimação.
As testemunhas que residirem na sede do município de Porto Velho DEVERÃO comparecer pessoalmente ao Fórum e se dirigem ao 8º andar, onde prestarão depoimento perante o juiz da causa.
Intimem-se as partes por seus Advogados via DJE.
Registre-se a audiência no sistema PJE.
Expeça-se o necessário.
Serve esta decisão de mandado/carta com AR/intimação pelo DJe.
ADVERTÊNCIAS/ORIENTAÇÕES:
1) OS ADVOGADOS, PARTES E TESTEMUNHAS/INFORMANTES DEVERÃO ESTAR NA POSSE DE DOCUMENTO COM FOTO/ IDENTIDADE PARA APRESENTAR NO INÍCIO DA AUDIÊNCIA OU DE SUA OITIVA, CASO SOLICITADO TAL DOCUMENTO.
2) COMPETE À PARTE INTIMAR SUAS TESTEMUNHAS (ART. 34 da lei 9099/1995) E APRESENTÁ-LAS NA SALA DE AUDIÊNCIA, CASO NÃO REQUEIRA A INTIMAÇÃO.

3) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA.
4) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/1995).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7036029-35.2023.8.22.0001
REQUERENTE: IVAN OLIVEIRA DE SOUZA JÚNIOR
Advogado do(a) REQUERENTE: TIAGO FERNANDES LIMA DA SILVA - RO6122
REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: FABIO RIVELLI - RO6640
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7012436-11.2022.8.22.0001
Requerente: PRISCILLA CRISTINA BARBOSA e outros
Advogados do(a) AUTOR: PALOMA RAIELY QUEIROZ MAIA - RO8511, PAULO MAURICIO BADIANI SOBRINHO - RO0004719A, RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO - RO3300
Requerido(a): BANCO DO BRASIL SA
Advogado do(a) REU: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA - RJ110501
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7069794-31.2022.8.22.0001
Requerente: THAIS GONZAGA DE MOURA
Advogado do(a) REQUERENTE: IGOR FELIPE DE OLIVEIRA LINS SOARES - RO10691
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7078739-07.2022.8.22.0001
Requerente: CAROLINE DA SILVA MODESTO
Advogado do(a) REQUERENTE: ALAN FRANCISCO MUNIZ NASCIMENTO - RO12445
Requerido(a): FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO
Advogados do(a) REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546, LARISSA SENTO SE ROSSI - BA16330
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7088936-21.2022.8.22.0001

AUTOR: AFONSO HENRIQUE CARDOSO DE AZEVEDO
Advogados do(a) AUTOR: CIMARI FLAVINI BEZERRA GUIMARAES - RO10531, RAYNA ANDRESSA CARDOSO DIAS - RO11176
REU: BANCO DO BRASIL SA
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA a apresentar planilha de cálculos devidamente atualizada, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7010354-70.2023.8.22.0001
Requerido(a): AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogado do(a) REU: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7087827-69.2022.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: XARTALA CRISTINA DA SILVA SA, RUA COSTA MARQUES 4478 CALADINHO - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: GABRIEL OLIVEIRA DA SILVA, RESIDENCIAL OROS 155 NOVA FLORESTA - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
Trata-se de pedido de reparação por danos materiais (R$ 20.300,00) e por danos morais (R$ 3.000,00), em virtude de sinistro de trânsito.
A parte autora narra que conduzia seu veículo VW/GOL, placas NDW2D22, no dia 27/08/2022, pela rua Geraldo Siqueira e o requerido transitava no sentido inverso, com o veículo HYUNDAI/HB20S COMF, placa OHN3905, pela mesma rua (no sentido Rua Emilio Feitosa/ Rua Algodoeiro), momento em que, em frente ao numeral 3387, perdeu o controle do veículo e colidiu frontalmente com o carro da requerente. Sustenta que sofreu danos físicos, foi socorrida e levada a UPA Sul e que o requerido embriagado tentou lhe agredir no local dos fatos.
A parte requerida em defesa argumenta que houve culpa concorrente, posto que teria sido surpreendido pelo veículo da parte autora que mudou de faixa abruptamente, sem as devidas cautelas. Pugna pela improcedência dos pedidos iniciais.
Encerrada a instrução processual, verifica-se que o pedido inicial é procedente em parte.
É fato incontroverso nos autos a ocorrência do sinistro de trânsito que culminou com o abalroamento frontal dos veículos da autora e do requerido, consoante relato das partes e Boletim de Ocorrência. O vídeo anexo ao ID 88676149 também é claro nesse sentido.
O ponto central da lide materializada neste feito consiste em perquirir se o requerido “invadiu” a pista em que a autora conduzia seu veículo, ou se esta foi quem, sem a devida antecedência ou sinalização, cruzou a pista sem as devidas cautelas, surpreendendo o motorista requerido.
No caso sub judice entendo que a parte ré não logrou êxito no seu desiderato probatório, haja vista constatar que, sem negar sua participação no evento, procura atribuir a responsabilidade à condutora adversa, a qual teria realizado a conversão sem obedecer às normas de trânsito.
É dizer, suas ilações não ultrapassam a seara das meras especulações, sobretudo em razão do vídeo acima mencionado em que é notório que o requerido quem invadiu a pista em que se encontrava a parte autora, além de estar em alta velocidade e alcoolizado, conforme Boletim de Ocorrência, anexo ao ID 85369684, páginas 16 e 17.
A prova amealhada aos autos conforta a responsabilidade do condutor requerido pelo evento, posto que não guardou a devida cautela dirigir na via, causando a colisão descrita na petição inicial.
As alegações deduzidas pela parte requerida não a eximem da responsabilidade pelo evento, uma vez que a causa primária do acidente foi a sua imprudência ao adentrar bruscamente na faixa em que a requerente trafegava, sem as devidas cautelas, sem permitir que houvesse tempo hábil para o veículo da autora frear ou desviar, restando notória a sua culpa pelo sinistro.
Ressalto que o vídeo do ID 88676149 é esclarecedor. O veículo conduzido pelo requerido avançou a pista do veículo da autora, que se encontrava parado, sinalizando que faria a manobra à esquerda. O veículo conduzido pelo requerido foi quem, exclusivamente, provocou a colisão.
A prova constante dos autos demonstra que a manobra praticada no veículo do demandado é contrária ao Código de Trânsito Brasileiro:
Art. 34. O condutor que queira executar uma manobra deverá certificar-se de que pode executá-la sem perigo para os demais usuários da via que o seguem, precedem ou vão cruzar com ele, considerando sua posição, sua direção e sua velocidade.
Art. 35. Antes de iniciar qualquer manobra que implique um deslocamento lateral, o condutor deverá indicar seu propósito de forma clara e com a devida antecedência, por meio da luz indicadora de direção de seu veículo, ou fazendo gesto convencional de braço.
Parágrafo único. Entende-se por deslocamento lateral a transposição de faixas, movimentos de conversão à direita, à esquerda e retornos.
Art. 44. Ao aproximar-se de qualquer tipo de cruzamento, o condutor do veículo deve demonstrar prudência especial, transitando em velocidade moderada, de forma que possa deter seu veículo com segurança para dar passagem a pedestre e a veículos que tenham o direito de preferência.
Além disso, o artigo 165 do mesmo Código define como infração gravíssima a direção sob influência de álcool.
Nessa circunstância, conclui-se que o condutor do automóvel HYUNDAI/HB20S COMF, placas OHN3905 foi o causador do sinistro de trânsito ora debatido.

No tocante ao valor dos danos materiais a reparar, é pré-requisito para a fixação do valor indenizável, a existência de documentos que comprovem a dimensão do prejuízo. A autora apresentou o orçamento compatível com os danos causados ao seu veículo, constante do ID 85369684.
Desta forma, deve ser considerado o valor de R$ 20.300,00 (vinte mil e trezentos reais), a ser pago pelo requerido, a título de danos materiais.
O pedido de indenização por danos morais formulado pela autora deve ser acolhido parcialmente.
A autora, por evidente culpa do requerido, experimentou os danos físicos referentes ao sinistro de trânsito com lesões corporais, conforme ficha da paciente ID 85369684, páginas 9 a 13 e atestado médico anexo ao ID 85369684, páginas 13 e 25. Em decorrência das lesões corporais foi afastada de suas atividades laborais e cotidianas por mais de 30 dias.
Certo é que tais lesões configuram lesão à integridade física e psíquica da autora, como impuseram-no afastamento de suas atividades habituais.
Cumpre esclarecer que o fato de sofrer tais lesões já gera o dano moral indenizável. Nesse sentido:
RECURSO INOMINADO CÍVEL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. HAVENDO COMPROVAÇÃO DE QUE HOUVE COLISÃO POR IMPRUDÊNCIA DOS REQUERIDOS SURGE O DEVER DE INDENIZAR POR DANOS SUPORTADOS PELA VÍTIMA. DANOS MATERIAIS EVIDENCIADOS. DANOS MORAIS EVIDENCIADOS DEVIDO LESÕES CORPORAIS DECORRIDOS DO ACIDENTE. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7024964-48.2020.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Data de julgamento: 19/11/2021) (destaquei).
RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRANSITO. DANOS MORAIS, MATERIAIS E ESTÉTICOS. COMPROVAÇÃO. QUANTUM. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7005521-43.2018.822.0014, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Des. Glodner Luiz Pauletto, Data de julgamento: 02/06/2020) (destaquei).
No presente caso, inegável que a condutora/requerente experimentou dor e sofrimento que superam a alçada do mero aborrecimento.
As supostas agressões levadas a efeito pelo requerido no dia dos fatos não foram comprovadas, de modo que não serão levadas em consideração para fixação dos danos morais pretendidos.
Resta fixar o valor da indenização, que é a tarefa mais árdua em se tratando de indenização por dano moral, uma vez que a um só tempo lidamos com duas grandezas absolutamente distintas, uma imaterial (a dor sofrida) e outra material (o dinheiro). Compatibilizar o abalo com um valor monetário que, de alguma forma, represente não um pagamento, mas sim um lenitivo é difícil.
A fixação do dano moral, segundo a doutrina e jurisprudência dominantes, deve, entre outras circunstâncias, se ater às consequências do fato, servir como desestímulo para a prática de novas condutas lesivas, observando-se sempre a capacidade financeira do obrigado a indenizar, de forma que o quantum não implique em enriquecimento indevido do ofendido. Referido valor passa, invariavelmente, pelo arbítrio do juiz.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO INICIAL e com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, extingo o feito, com resolução de mérito para o fim de:
a) CONDENAR o requerido a pagar à autora o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de DANOS MORAIS, já atualizado nesta data (Súmula 362 do STJ e REsp 90325-RS), incidindo correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (INPC) e com juros simples de 1% (um por cento) ao mês, ambos a partir desta data;
b) CONDENAR o requerido a pagar à autora, a título de DANOS MATERIAIS, a quantia R$ 20.300,00 (vinte mil e trezentos reais), corrigida monetariamente pelos índices adotados pelo TJRO e acrescida de juros de 1% ao mês a partir da data do acidente (27/08/2022) - vide Súmulas 54 e 43 do STJ.
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta instância, haja vista tratar-se de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995.
Intimem-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.
ADVERTÊNCIAS (CPE OBSERVAR):
1) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA;
2) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95);
3) A PARTE QUE DESEJAR RECORRER À TURMA RECURSAL DEVERÁ RECOLHER, ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, CONTADOS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INOMINADO, 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.099/1995 E 23, C/C 12, DO REGIMENTO DE CUSTAS – LEI ESTADUAL Nº 3896/2016), SOB PENA DE DESERÇÃO. E NO CASO DA INSUFICIÊNCIA DO VALOR RECOLHIDO NÃO HAVERÁ INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PREPARO, NÃO SE APLICANDO O ART. 1.007, §2º, DO CPC ANTE A REGRA ESPECÍFICA DA LEI DOS JUIZADOS (ENUNCIADO 80-FONAJE E ART. 42, §1º, DA LEI Nº 9.099/1995;
4) CASO A PARTE RECORRENTE PRETENDA O BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DEVERÁ, NA PRÓPRIA PEÇA RECURSAL, EFETUAR O PEDIDO E JUNTAR DOCUMENTOS PARA DEMONSTRAR QUE O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS COMPROMETE SUA SOBREVIVÊNCIA, INDEPENDENTEMENTE DE TER FEITO O PEDIDO NA INICIAL OU CONTESTAÇÃO OU JUNTADO DOCUMENTOS ANTERIORMENTE, POIS A AUSÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO DEVE SER CONTEMPORÂNEO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO PREPARO;
5) A PARTE VENCIDA CONSIDERA-SE INTIMADA POR MEIO DESTA SENTENÇA PARA CUMPRIR O JULGADO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, CONTADOS DO TRÂNSITO EM JULGADO, SOB PENA DE PAGAR MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO OU DE COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA CONFORME O CASO (ART. 52, INC. III, IV, V E VI, DA LEI Nº 9.099/1995). O PRAZO FLUIRÁ AUTOMATICAMENTE, INDEPENDENTE DE NOVA INTIMAÇÃO;
6) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO, PELA PARTE VENCIDA, JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERADO INEXISTENTE, E NÃO SURTIR EFEITO, O PAGAMENTO REALIZADO POR MEIO DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ART. 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG;
7) HAVENDO PAGAMENTO VOLUNTÁRIO, DESDE LOGO FICA AUTORIZADA A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ EM FAVOR DA PARTE VENCEDORA, INDEPENDENTE DE NOVA CONCLUSÃO;

8) DECORRIDO O PRAZO PARA PAGAMENTO ESPONTÂNEO, NÃO HAVENDO MANIFESTAÇÃO DA PARTE VENCEDORA, ARQUIVE-SE;
9) NÃO OCORRENDO O PAGAMENTO E HAVENDO REQUERIMENTO DE EXECUÇÃO NOS PRÓPRIOS AUTOS PELA PARTE CREDORA, DEVIDAMENTE ACOMPANHADA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO (ELABORADA POR ADVOGADO OU PELA CENTRAL DE ATENDIMENTO, CONFORME A PARTE POSSUA OU NÃO ADVOGADO, COM INCLUSÃO DE 10% DE MULTA SOBRE O VALOR DO DÉBITO – ART. 523, §1º, DO CPC), A CPE DEVERÁ, ANTES DA CONCLUSÃO, ALTERAR A CLASSE PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NÃO HÁ INCIDÊNCIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE DE EXECUÇÃO DO JULGADO NA HIPÓTESE DE NÃO TER HAVIDO CONDENAÇÃO EM GRAU RECURSAL;
10) NO REQUERIMENTO DE EXECUÇÃO A PARTE CREDORA DEVE DIZER SE PRETENDE QUE A PESQUISA EM BASES DE DADOS PÚBLICOS E PRIVADOS PARA PRÁTICA DE ATOS DE PENHORA, REGISTRO E EXPROPRIAÇÃO (SISBAJUD E RENAJUD).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
PROCESSO: 7012025-31.2023.8.22.0001
AUTOR: DAOWD ANWAR BADRAN ME - ME, CNPJ nº 15623872000183, RUA LIVRAMENTO 1230 TRÊS MARIAS - 76812-366 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: EDIVO COSTA ROCHA, OAB nº RO2861
REU: FX EQUIPAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 23215813000102, PROFESSORA EDNA MARIA DE ALBUQUERQUE AFFI 22, QUADRA02 JARDIM IMPERIAL II - 78076-001 - CUIABÁ - MATO GROSSO
ADVOGADO DO REU: TAYNARA COSTA PAROLIN, OAB nº MT27273O
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38, da Lei nº 9.099/1995.
Tratando-se de direito disponível e sendo as partes capazes, HOMOLOGO o acordo de vontades celebrado entre as partes, que será regido pelas cláusulas e condições indicadas no termo de acordo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento na alínea “b” do inc. III do art. 487, do CPC.
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta instância.
Autorizo, se for o caso, a expedição de alvará/expedição de ofício ao órgão pagador nos termos do acordo.
Em caso de não levantamento dos valores, transfira-os para conta centralizadora de titularidade do TJ/RO.
Ante à preclusão lógica esta sentença transitada em julgado nesta data.
Resolvidas eventuais pendências, ARQUIVE-SE.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7077376-82.2022.8.22.0001
Requerente: KALI MUNDIM DIAS DE JESUS
Advogado do(a) AUTOR: FAUSTO SCHUMAHER ALE - RO4165
Requerido(a): AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogados do(a) REQUERIDO: ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
PROCESSO: 7030700-42.2023.8.22.0001
AUTOR: ODILON CATRINCK, CPF nº 68144539249, RODOVIA BR 429, KM 6 S/N ZONA RURAL - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: JOSE ANDRE DA SILVA, OAB nº RO9800, ALESSANDRO RIOS PRESTES, OAB nº RO9136
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38, da Lei nº 9.099/1995.
Tratando-se de direito disponível e sendo as partes capazes, HOMOLOGO o acordo de vontades celebrado entre as partes, que será regido pelas cláusulas e condições indicadas no termo de acordo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento na alínea “b” do inc. III do art. 487, do CPC.
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta instância.
Autorizo, se for o caso, a expedição de alvará/expedição de ofício ao órgão pagador nos termos do acordo.
Em caso de não levantamento dos valores, transfira-os para conta centralizadora de titularidade do TJ/RO.
Ante à preclusão lógica esta sentença transitada em julgado nesta data.
Resolvidas eventuais pendências, ARQUIVE-SE.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7004116-69.2022.8.22.0001
AUTOR: PAULA EMMANUELLE CARNEIRO FERREIRA, CPF nº 02810028273, RUA VILA MARIANA 9668, - DE 9407/9408 A 9837/9838 MARIANA - 76813-484 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RICARDO ALEXANDRO PORTO, OAB nº RO9442
REU: TAM LINHAS AÉREAS S/A, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6490, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: FABIO RIVELLI, OAB nº BA34908, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
Considerando o recebimento do crédito informado nos autos, com fundamento no inciso II do artigo 924, do CPC, JULGO EXTINTA O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Intimem-se. Arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7032966-02.2023.8.22.0001
AUTOR: FABRICIO SILVA DUARTE
Advogado do(a) AUTOR: KELISSON MONTEIRO CAMPOS - RO5871
REU: GOL LINHAS AÉREAS
Advogado do(a) REU: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº: 7082076-04.2022.8.22.0001
AUTOR: CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS CUNHA
Advogado do(a) AUTOR: ALEX SIQUEIRA DE OLIVEIRA - RO10885
REQUERIDO: BANCO C6 BANK
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Por determinação do juízo e considerando o decurso do prazo para pagamento voluntário, FICA A PARTE AUTORA INTIMADA a, no prazo de 5 (cinco) dias:
1) atualizar o crédito exequendo para incluir a multa de 10% (dez por cento), conforme artigo 523, § 1º, primeira parte, do Código de Processo Civil;
2) requerer o que entender de direito, indicando o meio de execução pretendido, caso ainda não o tenha feito.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7054717-79.2022.8.22.0001
AUTOR: JONES RENE BASTOS DE ALBUQUERQUE
Advogado do(a) AUTOR: LUCAS ZAGO FAVALESSA - RO10982
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogados do(a) REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação VIA DIÁRIO ELETRÔNICO
FINALIDADE: Diante do retorno do processo da Turma Recursal, ficam as partes intimadas para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7028949-88.2021.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: OPTICA POPULAR LTDA - ME, AVENIDA CALAMA 1343, - DE 1291 A 1563 - LADO ÍMPAR SÃO JOÃO BOSCO - 76803-705 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: CAROLINA HOULMONT CARVALHO ROSA DE PAULA, OAB nº RO7066, FRANK JUNIOR AUTO MARTINS, OAB nº RO7273, THIAGO VALIM, OAB nº RO739

REQUERIDO: FRANCISCO JERONIMO DA FROTA, OLIVEIRA FONTES 237, COND DOM JOAO COSTA TIRADENTES - 76824-554 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/1995.
A parte autora não dispõe de endereço atualizado da parte requerida.
Em sede de Juizados Especiais não é viável o prosseguimento do processo sem a localização das partes, posto que há necessidade de comparecimento pessoal à audiência.
A extinção do processo sem resolução do mérito é medida que se impõe nos moldes do art. 51, II, da Lei 9.099 c/c art. 485, inc. IV do Código de Processo Civil.
Ante o exposto, com fulcro no inciso II do artigo 51 da Lei 9.099/1995 c/c art. 485, inc. IV do Código de Processo Civil JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, por ausência de pressupostos processuais.
Intime-se. Arquive-se.
Serve a presente sentença como intimação no DJE/carta/mandado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7019094-51.2022.8.22.0001
REQUERENTE: ROMEU DIAS DE CARVALHO
Advogado do(a) REQUERENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR - MT20812/O
REQUERIDO: OI MÓVEL S.A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, a cumprir espontaneamente a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto à Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil. Por fim, transcorrido o prazo acima sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme art. 525 do CPC.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7006784-13.2022.8.22.0001
REQUERENTE: AURICELIA MARQUES DE OLIVEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR - MT20812/O
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, a cumprir espontaneamente a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto à Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil. Por fim, transcorrido o prazo acima sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme art. 525 do CPC.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 PROCESSO: 7042741-75.2022.8.22.0001
REQUERENTE: INSTITUTO DE EDUCACAO INFANTIL E FUNDAMENTAL R.M.A.P. EIRELI - ME, CNPJ nº 21918555000197, RUA SECUNDÁRIA 1705 NOVO HORIZONTE - 76810-164 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: RODRIGO RAFAEL DOS SANTOS, OAB nº RO11257, POLIANA GONCALVES DE SOUZA, OAB nº RO10834
REQUERIDO: BRUNO ALEXANDRE SOARES DE ANDRADE, CPF nº 89733797200, RUA JOÃO PAULO I 2700, CONDOMÍNIO NOVA ERA, QUADRA 03, CASA 18 NOVO HORIZONTE - 76810-154 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Requisitei bloqueio on-line por 30 dias consecutivos, contudo, a penhora foi parcial. Determinei transferência do valor de R$ 169,65 bloqueado na conta bancária da executada.
Apresente a credora planilha do valor remanescente, abatendo o valor penhorado neste ato.
A parte exequente deverá, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito, indicando bens ou créditos da parte executada passíveis de penhora, no tocante ao crédito remanescente, sob pena de extinção da execução.
Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7053716-59.2022.8.22.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: GABRIELA LOPES DA SILVA, CPF nº 00426966236, RUA PRINCIPAL 505 NOVO HORIZONTE - 76810-160 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RAIZA PANTOJA CARVALHO, OAB nº RN18266
REU: ROTAS DE VIACAO DO TRIANGULO LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL, CNPJ nº 18449504000663, JULES RIMET S/N, TERMINAL RODOVIARIA SANTA HELENA - 78048-610 - CUIABÁ - MATO GROSSO
ADVOGADOS DO REU: GILBERTO BELAFONTE BARROS, OAB nº MG79396, EDLAINE GOMES MIRANDA, OAB nº MG139074
DECISÃO
Requisitei bloqueio on-line em desfavor da parte executada, todavia, a penhora restou infrutífera, pois a requerida não possui relacionamentos com instituições financeiras, conforme tela em anexo.
A parte exequente deverá, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito, indicando bens ou créditos da parte executada passíveis de penhora, sob pena de extinção da execução e arquivamento.
Intimem-se.
Serve a presente como carta/mandado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
PROCESSO: 7030687-43.2023.8.22.0001
AUTOR: VALDIR THOMAZ DE SOUZA, CPF nº 20343205904, RUA RIO JARU 905, - DE 700/701 A 1239/1240 DOM BOSCO - 76907-758 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: JOSE ANDRE DA SILVA, OAB nº RO9800, ALESSANDRO RIOS PRESTES, OAB nº RO9136
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38, da Lei nº 9.099/1995.
Tratando-se de direito disponível e sendo as partes capazes, HOMOLOGO o acordo de vontades celebrado entre as partes, que será regido pelas cláusulas e condições indicadas no termo de acordo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento na alínea “b” do inc. III do art. 487, do CPC.
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta instância.
Autorizo, se for o caso, a expedição de alvará/expedição de ofício ao órgão pagador nos termos do acordo.
Em caso de não levantamento dos valores, transfira-os para conta centralizadora de titularidade do TJ/RO.
Ante à preclusão lógica esta sentença transitada em julgado nesta data.
Resolvidas eventuais pendências, ARQUIVE-SE.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7021892-82.2022.8.22.0001
REQUERENTE: CARLOS ITALO SOUZA DA SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: FIRMO JEAN CARLOS DIOGENES - RO10860, JESSICA CRISTINA SERRAO DE FARIAS AQUINO - RO12163-A
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogados do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE EXEQUENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, querendo, apresentar manifestação, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, quanto à petição de impugnação.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 2º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7041171-54.2022.8.22.0001
REQUERENTE: RICHELE DA SILVA DANTAS
Advogados do(a) REQUERENTE: AMBROZIO REIS DE OLIVEIRA - BA84645, UELITON FELIPE AZEVEDO DE OLIVEIRA - RO5176
REQUERIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES DA SAUDE DE RONDONIA, ANTONIO RABELO PINHEIRO
Intimação VIA DIÁRIO ELETRÔNICO
FINALIDADE: Fica Vossa Senhoria intimada a, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar procuração com poderes específicos para receber e dar quitação, nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, sob pena de expedição do alvará apenas em nome da parte.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7001816-03.2023.8.22.0001
Requerente: PAULA RIBEIRO RAVANI
Advogado do(a) AUTOR: BRENDA ALMEIDA FAUSTINO - RO9906
Requerido(a): GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
Intimação À PARTE RECORRIDA (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7033888-43.2023.8.22.0001
REQUERENTE: HAROLDO LOPES LACERDA
Advogado do(a) REQUERENTE: HAROLDO LOPES LACERDA - RO962
REQUERIDO: NALQUILA NEVES IZEL 99646056253, BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: LARISSA SENTO SE ROSSI - BA16330
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7034839-37.2023.8.22.0001
EXEQUENTE: JOSE EDUARDO BARBOSA BARROS
Advogado do(a) EXEQUENTE: GIDALTE DE PAULA DIAS - PR56511
EXECUTADO: MARIA DAS GRACAS DE SOUZA
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7035958-04.2021.8.22.0001
Requerente: ELISMARA DA SILVA MENDES
Advogados do(a) AUTOR: ANTONIA MARIA DA CONCEICAO ALVES BIANCHI - RO8150, KATIA AGUIAR MOITA - RO6317
Requerido(a): LUANA PINHEIRO DE SOUZA
Intimação À PARTE RECORRIDA (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7021840-86.2022.8.22.0001
REQUERENTE: JAIR BARBOSA DE FREITAS
Advogado do(a) REQUERENTE: DEBORAH INGRID MATOSO RIBAS NONATO - RO5458
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA a requerer o que entender de direito, tendo em vista que o prazo para cumprimento espontâneo de sentença já decorreu,m no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 16 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7018805-89.2020.8.22.0001
Requerente: DORCAS MARIA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: FABIO BARROS SERRATE - RO7646
Requerido(a): ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE RECORRIDA (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7015808-65.2022.8.22.0001
AUTOR: MARIA IVANETE DE OLIVEIRA SOUZA
Advogados do(a) AUTOR: IZABELA DOS SANTOS BARBOSA - RO12386, RODRIGO DE SOUZA COSTA - RO8656
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7008778-13.2021.8.22.0001
EXEQUENTE: ELIANE MARA DE MIRANDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: ELIANE MARA DE MIRANDA - RO7904
EXECUTADO: MIRIAN SOUZA DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA a apresentar endereço completo da requerida incluindo o número do local, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7072105-92.2022.8.22.0001
Requerente: KEITIANA DE OLIVEIRA MAIA
Advogado do(a) AUTOR: AURELIO JOSE DA SILVA SANTOS - RO10696
Requerido(a): ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE RECORRIDA (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº: 7010989-85.2022.8.22.0001
REQUERENTE: TELEFÔNICA BRASIL S/A (VIVO),
Advogado do(a) REQUERENTE: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES - GO29320
REQUERENTE: JOSUE MOREIRA DA COSTA
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Por determinação do juízo e considerando o decurso do prazo para pagamento voluntário, FICA A PARTE AUTORA INTIMADA a, no prazo de 5 (cinco) dias:
1) atualizar o crédito exequendo para incluir a multa de 10% (dez por cento), conforme artigo 523, § 1º, primeira parte, do Código de Processo Civil;
2) requerer o que entender de direito, indicando o meio de execução pretendido, caso ainda não o tenha feito.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7002379-94.2023.8.22.0001
Requerente: MARIA DO SOCORRO MATOS DO NASCIMENTO
Requerido(a): ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE RECORRIDA (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7039254-63.2023.8.22.0001
REQUERENTE: FERNANDO LOPES STENHEUSEN
Advogado do(a) REQUERENTE: VALDIR STELTER RIBEIRO - RO10453
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL, CASHWAY TECNOLOGIA DA INFORMACAO S.A., IS2B - INTEGRATED SOLUTIONS TO BUSINESS S.A
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão de retorno de AR negativo (carta de citação), NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7076566-10.2022.8.22.0001
Requerente: ANTONIO JOSE PINHEIRO CAVALCANTE
Requerido(a): TAKIGAWA COMPANY DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Advogado do(a) REQUERIDO: RODRIGO TOTINO - SP305896
Intimação À PARTE RECORRIDA /REQUERIDA (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 16 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7035702-95.2020.8.22.0001
AUTOR: ADJAEL ROGERIO FERREIRA DE AMORIM, RUA POPULAR 9227, AP CASA MARIANA - 76813-482 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: SERGIO MARCELO FREITAS, OAB nº RO9667, PATRICK DE SOUZA CORREA, OAB nº RO9121, OTAVIO AUGUSTO LANDIM, OAB nº RO9548
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 4000 A 4344 - LADO PAR INDUSTRIAL - 76821-060 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Passo a proferir nova sentença, tendo em vista o retorno da Turma Recursal que anulou a sentença de id.62845510.
ADJAEL ROGÉRIO FERREIRA DE AMORIM, propôs ação de inexistência de débito em face ENERGISA RONDÔNIA, aduzindo que no dia 9/01/2016, comprou o imóvel registrado como UC nº 0316313-0 e ao solicitar a transferência de titularidade, foi informado que o imóvel estava registrada em nome do senhor Márcio José Cavalcanti (pessoa com lugar incerto) e existiam débitos no importe de R$ 5.287,38, o que motivou a negativa de transferência de titularidade.
Afirma que para conseguir realizar a transferência de titularidade, realizou um Termo de Parcelamento de Débito.
Aduz ainda que houve falha na prestação do serviço, motivo ensejador do pedido de indenização por danos morais. Requer a declaração da inexistência do débito (R$5.374,38) relativamente a unidade consumidora nº 0316313-0. Pugna ainda pela condenação por danos morais e restituição em dobro do valor pago no parcelamento.
Primeiramente, cumpre observar que a questão a ser debatida deverá ser analisada à luz do Código de Defesa do consumidor, sendo a parte requerente consumidor típico (art. 2º. CDC) e a parte requerida fornecedor, nos termos do artigo 3º do CDC.
Contudo, muito embora se trate de relação consumerista, em que se admite a inversão do ônus da prova (art. 6º, VIII, do CDC), não se afasta da parte autora, ainda que em situação de vulnerabilidade, o ônus de fazer prova mínima da existência de seu direito.
Da obrigação de fazer.
A questão em debate gira em torno de condicionar a transferência de titularidade de uma unidade consumidora à quitação de débitos anteriores realizados pelo antigo consumidor.

A divida em questão não têm natureza propter rem. Assim, os débitos existentes relacionados, devem ser cobrados do consumidor que realizou a dívida e não se atrelando à própria coisa.
A parte ré, por sua vez, afirmou que a negativa de transferência da titularidade se deu porque a parte autora não apresentou a documentação necessária para realizar o procedimento, contudo, constato que no id 48301726, está juntado o contrato de compra e venda.
De acordo com o art. 128, I, da resolução específica, quando houver débitos decorrentes da prestação do serviço público de energia elétrica, a distribuidora somente pode condicionar a alteração da titularidade à quitação dos referidos débitos, por quem tenha débitos no mesmo ou em outro local de sua área de concessão, o que não foi provado pela parte ré.
Ademais, os débitos sobre fornecimento de energia possuem natureza pessoal e não estão vinculados à titularidade do imóvel, razão pela qual não pode a concessionária condicionar o fornecimento de energia ao pagamento de dívidas imputáveis a outro consumidor.
Ainda que o novo titular do imóvel, tenha conhecimento da dívida, o que leva a acreditar de que sabia da dívida pendente quando comprou o imóvel, isso não autoriza a negativa da transferência da titularidade da unidade consumidora.
Portanto, não tendo a parte ré se desincumbindo do seu ônus probatório de provar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora, a procedência do pedido inicial quanto a transferência da titularidade, sem a exigência de pagamento de débitos anteriores adquiridos pelo anterior consumidor, é medida que se impõe.
Quanto ao pedido inicial da parte autora para declaração de inexistência de débitos de consumo relativa à unidade consumidora, restou superado para compelir a parte ré a declarar inexiste o débito já solicitada por meio do protocolo.
Do pedido de repetição em dobro
Sobre a devolução dos valores já pagos referente ao termo de parcelamento deve ser feito de forma dobrada, com correção monetária e juros legais. A concessionária agiu com evidente má-fé, pois foi contra a Resolução que rege a matéria e também contra jurisprudência pacífica.
Do dano moral.
O dano moral, no caso, está ínsito na própria ofensa. Decorre da gravidade da conduta que deu causa (recusa de transferência de titularidade e imputação de parcelamento de dívida sem natureza propter rem).
Se a ofensa é de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe in re ipsa. Deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum.
Na mensuração do quantum indenizatório, observo ao critério da solidariedade e da exemplaridade, que implica na valoração da proporcionalidade do quantum e na capacidade econômica do sucumbente.
DISPOSITIVO
Diante do exposto, firme nas discussões acima, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, para fins de:
DECLARAR INEXIGÍVEL o débito no valor de R$ 5.287,38 e CONDENAR a requerida a devolver em dobro o valor já pago pela parte requerente referente ao parcelamento do débito (id 48301728), com correção monetária (tabela oficial do TJRO) a partir do desembolso de cada parcela, e com juros legais (1% a.m) a partir da citação.
CONDENAR a requerida a pagar à parte requerente a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por danos morais, corrigido monetariamente (tabela oficial do TJRO), e com juros legais (1% a.m), a partir da publicação desta sentença.
Torno definitivos os efeitos da tutela de urgência concedida inicialmente.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC, ficando a parte requerida ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, III e IV, LF 9.099/95 e Enunciado Cível FOJUR nº 05, sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015), não sendo aplicável a parte final do §1° do artigo 523 do CPC, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE n.o 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária prevista em Lei.
Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de sentença o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD).
Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova conclusão, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício no ato da interposição do recurso, sob pena de deserção.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente decisão como mandado/intimação/comunicação.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7004011-58.2023.8.22.0001

REQUERIDO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO, BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: LARISSA SENTO SE ROSSI - BA16330
AUTOR: CARINA LIMA DA SILVA
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA a requerer o que entender de direito, tendo em vista que o prazo para cumprimento espontâneo de sentença já decorreu, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 16 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7025246-52.2021.8.22.0001
AUTOR: NATALIANE BEZERRA BERNARDO
Advogados do(a) AUTOR: ARY BATISTA BATISTI - RO10744, HAROLDO BATISTI - RO2535
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7032909-81.2023.8.22.0001
REQUERENTE: RELDSON AUGUSTO SOUSA DINIZ
ADVOGADO DO REQUERENTE: WALTER GUSTAVO DA SILVA LEMOS, OAB nº RO655A
REQUERIDO: LATAM AIRLINES GROUP S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: FERNANDO ROSENTHAL, OAB nº SP146730, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
DESPACHO
Analisando os autos, percebe-se que não foi anexado aos autos comprovante de endereço em nome da parte requerente, não preenchendo o disposto no art. 319, I do CPC. O documento de endereço é essencial para se aferir a competência territorial deste juízo.
Desde já, alerto que este juízo não admite declaração de endereço, tampouco comprovante de residência em nome de terceiro.
Assim, concedo prazo de 5 dias para juntada do referido comprovante em nome da parte requerente, sob pena de indeferimento da inicial nos moldes do art. 330, IV do CPC.
Serve cópia deste despacho como mandado/ofício/intimação.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível Processo n. 7043875-06.2023.8.22.0001
REQUERENTE: M. S. D. S., ESTRADA DO BELMONT 3047, - DE 2794/2795 A 3174/3175 NACIONAL - 76802-400 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: CARLOS EDUARDO ALVES POLGAR, OAB nº RO13128, NILSON APARECIDO DE SOUZA, OAB nº RO3883
REQUERIDO: M. F. P., AVENIDA RIO MADEIRA S/N, CONDOMÍNIO ÁGUAS DO MADEIRA, BLOCO 01, APTO. 1203 RIO MADEIRA - 76821-476 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Este processo é conexo com o de nº 7043625-70.2023.8.22.0001, pois será trata dos mesmo fatos, com somente a alteração do polo passivo. Assim serão os processos reunidos para julgamento conjunto.
Trata-se de pedido liminar, nos termos do art. 300 e seguintes do CPC, em que a parte requerente deseja que a parte requerida seja compelida a retirar publicação feita em um “blog” e canal no “YouTube” em que teria afirmado que o requerido teria praticado assédio sexual contra uma servidora comissionada subordinada a ele no Departamento de Estradas de Rodagens (DER/RO).
Contudo, analisados os argumentos fáticos do pedido, verifico que não há elementos suficientes para que se realize a censura da publicação, ainda mais em sede de decisão de antecipação de tutela, quando o requerido ainda não teve a oportunidade de manifestar-se.
Por conseguinte, a melhor instrução da causa e a oitiva das partes, para fins de conciliação (objetivo primordial dos Juizados Especiais), são medidas que se impõem, devendo o feito prosseguir em sua regular marcha.
Ante o exposto, com fulcro no art. 300 do CPC, INDEFIRO A TUTELA ANTECIPADA reclamada pela parte demandante, devendo o feito prosseguir em seus ulteriores termos.
Cite-se e intimem-se as partes da presente decisão, bem como da audiência de conciliação já designada nos autos, a ser realizada por videoconferência, em atendimento ao Ato Normativo n. 018/2020.

INFORMAÇÕES E ADVERTÊNCIAS: I – os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo; II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos; III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação; IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO; VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência; VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir; VIII – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil); IX – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; X – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; XI – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; XII – a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada; XVI – Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). XVII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; XVIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita por meio do sistema de Processo Judicial Eletrônico. Para visualizar a petição inicial e se informar sobre as vantagens de se cadastrar neste sistema, entre no site http:/pje.tjro.jus.br ou compareça na sede deste juízo. Documentos (procurações, cartas de preposição, contestações) devem ser trazidos ao juízo em formato digital (CD, PEN DRIVE, etc.) em arquivos com no máximo 1MB cada.
Intimem-se.
Serve a presente como comunicação.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7003016-45.2023.8.22.0001
AUTOR: SILVIA DARWICH ZACHARIAS
Advogado do(a) AUTOR: AMANDA TAYNARA LAURENTINO LOPES - RO9378
REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: FABIO RIVELLI - RO6640
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7011441-61.2023.8.22.0001
Procedimento do Juizado Especial Cível
ADVOGADO DO AUTOR: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR, OAB nº MT20812O
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA

DECISÃO
A parte interpôs Recurso Inominado, sem, contudo, apresentar o comprovante de pagamento do preparo recursal no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
Conforme estabelece o artigo 42 e seu parágrafo 1º, da Lei n. 9.099/1.995:
Artigo 42 - O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.
§ 1.º O preparo será feito, independentemente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, sob pena de deserção
Anote-se o Enunciado 80, do FONAJE – Fórum Nacional dos Juizados Especiais, que diz:
"O recurso Inominado será julgado deserto quando não houver o recolhimento integral do preparo e sua respectiva comprovação pela parte, no prazo de 48 horas, não admitida a complementação intempestiva (art. 42, § 1º, da Lei 9.099/1995)".
Assim, considerando que não houve o recolhimento do preparo, dentro do prazo fixado em lei, com esteio no artigo 42, §1º da Lei n. 9.099/1.995, declaro deserto o recurso inominado.
Intimem-se.
Decorrido o prazo legal, arquivem-se.
Cumpra-se.
Serve como intimação.
Porto Velho, 17/07/2023
Silvana Maria de Freitas
Silvana Maria de Freitas

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7043368-50.2020.8.22.0001
REQUERENTE: CONSUELIA CARNEIRO DE MELO FREITAS
Advogado do(a) REQUERENTE: LUCAS ARABE GOMES DA SILVA - RO8170
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Intimação À PARTE EXEQUENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, querendo, apresentar manifestação, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, quanto à petição de embargos/impugnação à execução.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Número do processo: 7075572-79.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Atraso de vôo, Cancelamento de vôo
Valor da causa: R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Polo Ativo: SABRINA PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADOS DO AUTOR: MARIA DO SOCORRO DA SILVA ARAUJO MACIEL, OAB nº RO3039A, RENAN ARAUJO MACIEL, OAB nº RO7820
Polo Passivo: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO, OAB nº PE42379, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DECISÃO
Vistos,
Trata-se de ação de Procedimento do Juizado Especial Cível em que SABRINA PEREIRA DOS SANTOS demanda em face de AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A..
Compulsando atentamente os autos, bem como o Sistema de Processos Judiciais Eletrônicos) PJE/RO, verifico que tramita perante o 1ºJuizado Especial Cível os autos n. 7077171-53.2022.8.22.0001, onde a parte autora pretende a indenização decorrente exatamente dos mesmos fatos aqui narrados.
Pois bem.
Segundo o art. 55, do CPC, reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede, e o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional.
Este é o caso dos autos.
Em relação ao processo acima mencionado e este que ora aprecio, vê-se identidade na causa de pedir, bem como nos pedidos.
Observa-se que a narrativa fática é idêntica.
O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.
Disciplina o § 3º, do art. 55, do CPC, que:
Art. 55. (…)
§ 3º Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.
A previsão legal trata justamente do caso em apreço.

Para prevenir a ocorrência de conflito, visando uma uniformidade decisória e economia processual, o art. 58, do CPC, determina que “A reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente”.
Tendo em vista que de acordo com o artigo 59 do CPC “o registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo”, observo que por questão de minutos, aquele processo foi distribuído depois, sendo assim, deverá ser reunido junto a este.
Deve-se, portanto, resguardar-se o
PODER JUDICIÁRIO do risco de proferir decisões contraditórias, impossíveis de serem plenamente cumpridas. Isso produziria descrédito da sociedade para com o PODER JUDICIÁRIO, ao passo que, concomitantemente, geraria insegurança jurídica aos cidadãos.
Deste modo, havendo conexão entre duas ações, deve-se ordenar a remessa das ações ao juiz prevento.
O TJ/RO já resolveu questão semelhante:
Apelação Cível. Conexão. Preliminar de ofício. Julgamento de somente uma ação. Nulidade da sentença. Retorno dos autos à origem. Julgamento conjunto. Havendo conexão entre duas ações, diante da presença de um dos elementos, nos termos dos arts. 103 e 105 do CPC, deve-se proceder o seu reconhecimento e o julgamento simultâneo de ambos os feitos, sob pena de nulidade da sentença proferida isoladamente. (Apelação, Processo nº 0023182-72.2013.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator (a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 07/07/2016).
No caso em comento, caracteriza-se a conexão do processo n. 7077171-53.2022.8.22.0001 em tramite no 1º Juizado Especial Cível desta Comarca, com o processo que tramita neste mesmo juizado, como já observado na narração acima, sendo imperiosa a necessidade da reunião dos processos para julgamento simultâneo, porquanto as ações tratadas trazem questão comum a decidir, o que torna patente a possibilidade de decisões contraditórias.
Ante o exposto, avoco a competência e determino que a CPE oficie ao 1º Juizado Especial Cível dessa Comarca para que remeta a esse juízo o processo n. 7077171-53.2022.8.22.0001, para julgamento em conjunto caso não haja conflito positivo de competência.
Com a remessa, associem-se os autos e os encaminham para julgamento.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Intime-se. Cumpra-se com urgência.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Silvana Maria de Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7057645-37.2021.8.22.0001
REQUERENTE: DOMINIQUE BOM DE FREITAS
Advogados do(a) REQUERENTE: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO - RO4783, PAULO RODOLFO RODRIGUES MARINHO - RO7440
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7049786-33.2022.8.22.0001
REQUERENTE: DANIELLA MATOS MENDONCA DE MELO
Advogados do(a) REQUERENTE: CAYON FELIPE PERES AIDAR PEREIRA - RO0005677A, FERNANDA SANTOS MONTEIRO - RO8655
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogados do(a) REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7083326-72.2022.8.22.0001

AUTOR: ALLISON KELVIS DE ALMEIDA PRIHL
Advogados do(a) AUTOR: LAURA CRISTINA LIMA DE SOUSA - RO6666, MARCOS CESAR DE MESQUITA DA SILVA - RO0004646A
REU: TAM LINHAS AÉREAS S/A
Advogado do(a) REU: FABIO RIVELLI - RO6640
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7032066-53.2022.8.22.0001
REQUERENTE: JESUINO SILVA BOABAID
Advogado do(a) REQUERENTE: ADA CLEIA SICHINEL DANTAS BOABAID - RO10375
REQUERIDO: SHPS TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA.
Advogado do(a) REQUERIDO: PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS - SP23134
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7089356-26.2022.8.22.0001
AUTOR: EDNALDO JOAO SILVA DE LIMA
Advogados do(a) AUTOR: ERICA SANTANA DA SILVA DE NEGREIROS - RO11195, ORANGE CRUZ BELEZA - RO7607
REU: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) REU: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7042575-09.2023.8.22.0001
REQUERENTES: FRANCISCO PONTES BASTOS, AVENIDA AMAZONAS 535, - DE 524 A 704 - LADO PAR SANTA BÁRBARA - 76804-210 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, MARIA DE FATIMA DA SILVA BASTOS, AVENIDA AMAZONAS 535, - DE 524 A 704 - LADO PAR SANTA BÁRBARA - 76804-210 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: UILIAN HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO6805, UELTON HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO8862
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A., BANCO BRADESCO S.A., RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADO DO REQUERIDO: BRADESCO
DESPACHO
O novo extrato juntado pela parte requerente, assim como o primeiro não reflete o valor do boleto de Id 93018485, que seria do valor integral da fatura. Assim, percebe-se que ainda não foi juntado ao processo o detalhamento completo da fatura, não sendo possível saber se o requerido já não retirou os lançamentos impugnados pela parte requerente no processo.
Sabe-se comumente que os bancos, inclusive o requerido, dispõe de aplicativo para seus cartões de crédito, em que é possível o consumidor retirar faturas em formato “pdf”, logo não é necessário nem ir a uma agência para que seja obtido o extrato completo de uma fatura.
Assim, mantenho a decisão de Id 93070927 nos seus mesmo termos.
Siga o processo o seu trâmite.
Serve a presente como comunicação/intimação/sentença.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7081819-76.2022.8.22.0001
AUTOR: VERA LUCIA FARIAS DA SILVA, RUA ALTEMAR DUTRA 3074, - ATÉ 3311/3312 JUSCELINO KUBITSCHEK - 76829-432 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: VERONICA LOBO MARTINS, OAB nº RO12190, JESSICA SILVA DE SOUSA, OAB nº RO10303
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, 13 DE MAIO CENTRO - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: MARIA BEATRIZ ALBUQUERQUE MOURA DE OLIVEIRA, OAB nº PB20422, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Vistos etc,
Considerando a inclusão deste feito no Mutirão de conciliação da Energisa, encaminhe-se a CEJUSC para providências.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7028853-39.2022.8.22.0001
Requerente: MARCOS AURELIO HENRIQUE DOS SANTOS
Advogado do(a) REQUERENTE: CARLOS GABRIEL PEREIRA DE OLIVEIRA - RO7486
Requerido(a): AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação À PARTE RECORRIDA (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7084786-94.2022.8.22.0001
EXEQUENTE: GABRIEL ELIAS BICHARA
Advogado do(a) EXEQUENTE: GABRIEL ELIAS BICHARA - RO6905
EXECUTADO: JAIR SILVA MOTA
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7032699-64.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: ELIS VITORIA BATISTA ARAGAO, MARCELINO BATISTA
REQUERENTES SEM ADVOGADO(S)
Polo Passivo: ZOGHBI NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA, ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Vistos etc,
Considerando a inclusão deste feito no Mutirão de conciliação da Energisa, encaminhe-se a CEJUSC para providências.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7012273-94.2023.8.22.0001
REQUERENTE: TARCIZIO ALVES DE ALMEIDA, RUA DOUTOR AGENOR DE CARVALHO 639, - DE 599 A 759 - LADO ÍMPAR AGENOR DE CARVALHO - 76820-215 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: AGATA NASCIMENTO OLIVEIRA, OAB nº RO10100
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, MICAELLA CAMPOS GONCALVES DE MORAIS, OAB nº PB23978, ENERGISA RONDÔNIA
Vistos etc,
Considerando a inclusão deste feito no Mutirão de conciliação da Energisa, encaminhe-se a CEJUSC para providências.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Email: pvh3jecivelgab@tjro.jus.br
7017805-20.2021.8.22.0001
REQUERENTE: GERONILSON DE OLIVEIRA SOUSA
ADVOGADO DO REQUERENTE: EDELSON NATALINO ALVES DE JESUS, OAB nº RO9875
REQUERIDOS: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: AILTON ALVES FERNANDES, OAB nº GO16854A, SIRLENE MIRANDA, OAB nº RO7781, MARIA ODETE MIRANDA, OAB nº RO1353A, FABIANO BACELAR PEIXOTO, OAB nº RJ110014, NEY JOSE CAMPOS, OAB nº SP44243, PROCURADORIA BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., PROCURADORIA DA ADMINSTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
SENTENÇA Considerando o pagamento voluntário da condenação pela parte Executada, determino a expedição de Alvará Judicial em favor da parte autora, Geronilson de Oliveira Sousa, para o referido saque. Expedido o alvará, deverá a parte interessada comparecer no prazo de 10 (dez) dias à agência 284 8 da Caixa Econômica Federal, localizada na Av. Nações Unidas, 271, Nossa Senhora das Graças, Porto Velho, com documento de identificação com foto, para realizar o levantamento da quantia, que deverá ocorrer com os devidas atualizações, devendo a conta restar zerada. Transcorrido o prazo sem levantamento do valor, transfira o montante à conta centralizadora, arquivando o processo em seguida. Cumpra-se. Intime-se. Considerando que houve a satisfação da obrigação, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Serve cópia deste despacho como mandado/ofício/intimação. Porto Velho, 17 de julho de 2023 .

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7044284-79.2023.8.22.0001
REQUERENTE: DAVI NUNES DOS SANTOS, RUA PAULO AFONSO, (CJ RIO CANDEIAS) AEROCLUBE - 76811-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: CARLOS ERIQUE DA SILVA BONAZZA, OAB nº RO8176, CINTIA VILARIM BONAZZA, OAB nº RO8673
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO Trata-se de processo de matéria de interesse ao Núcleo de Justiça 4.0 criado com a Resolução 214/2021-TJRO. Assim, realize-se a redistribuição do processo para um dos juízes que compõem o referido núcleo.
Serve cópia deste despacho como mandado/ofício/intimação.
Porto Velho, 17 de julho de 2023 .

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7086467-02.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: GERALDO RAIMUNDO RIBEIRO, ANDREIA DOS SANTOS FERREIRA
ADVOGADO DOS AUTORES: FELIPE GOES GOMES DE AGUIAR, OAB nº RO4494
Polo Passivo: HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
ADVOGADO DO REU: VANIA OLIVEIRA CARVAJAL, OAB nº RO2122
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9099/1995.
Trata-se de ação onde a parte requerente busca a reparação por supostos danos materiais e morais sofridos, na qual sustentam os autores que marcaram casamento religioso com efeitos civis, para o dia 22/10/2022 a ser celebrado com o Cartório Carvajal - 2º Ofício de Notas e Registro Civil de Porto Velho/RO.
Sustentam que o juiz de paz não compareceu ao local da cerimônia, o que causou inúmeros transtornos, desconfortos e apreensão susceptível de indenização.
Pleiteiam a restituição dos valores dispendidos com cerimonia que foi frustrada por culpa da requerida e indenização por danos morais.
A requerida em contestação confirmou que o casamento não foi realizado na data agendada, alegando que os autores não realizaram nenhuma tentativa de contato, apesar dos telefones pessoais de alguns escreventes serem disponibilizados a todos os nubentes.
Alegou que a data agendada no requerimento foi o dia 29, razão da ausência do juiz de paz em data diversa (dia 22). Contudo, apesar da ausência do juiz de paz, a festa aconteceu e a comida foi servida. Pediu a improcedência da ação.
Em analise aos documentos dos autos, é possível verificar que os autores efetuaram o pagamento das despesas necessárias para a realização do casamento pelo Juiz de paz na data de 22 de outubro de 2022 (id 85111253 e 85111259).
Fato incontroverso é o não comparecimento do Juiz de Paz na celebração do casamento dos autores, sendo a divergência instaurada acerca da culpa pelo ocorrido: se o juiz de paz designado não foi avisado a tempo e modo pelo cartório responsável (como ele alega) ou se o cartório fez a devida comunicação, mas o então juiz designado simplesmente não compareceu causando danos aos autores.
Ao analisar os documentos juntados no processo, constatou que restou comprovada a designação do juiz de paz para presidir o casamento e que o cartório estava ciente de suas obrigações.
Anote-se que a requerida tinham obrigações perante os autores, pois recebeu pelo serviço a ser prestado, fazendo todo o trâmite necessário para o casamento.

Extrai-se das conversas pelo whatsapp (id 85111258) que houve falha na comunicação entre as partes, acarretando nos danos causados aos autores.
Nas conversas, no dia do evento, um dos serventuários informa que até poderia fazer alguma coisa para amenizar os danos, porém o cartório estava fechado, restando confirmado que o cartório não enviou o Juiz de Paz para realizar o casamento.
A requerida agiu com negligência, pois, conforme nota-se nos autos, apesar de ser de seu conhecimento a falta do Juiz previamente agendada, não enviou outro Juiz de Paz para realização do evento. É notório que os cartórios tem Juiz de Paz Substituto, que, aparentemente, não foi acionado.
A festa, de fato, ocorreu, contudo, sem que a cerimonia transcorresse na forma planejada e contratada pelos autores. Competia a requerida, diante dos imprevistos, tomar as medidas necessárias para a realização do casamento, o ônus da prestação de seu serviço.
Os elementos de provas trazidos pelo requerido não deram consistência às suas teses defensivas, de forma que não há como ignorar as evidentes falhas na prestação do serviço contratado pelos autores.
Diante de tais considerações, entendo que restou constatado pelos autos a culpa da requerida pela ocorrência do dano moral ocasionado aos autores.
Pelo que consta dos autos, verifica-se que a condenação da requerida ao pagamento no valor de R$ 8.000,00, adequada e suficiente a ressarcir, de modo subjetivo, os danos ocasionados aos autores.
Quanto ao dano material, entendo que improcede, pois a festa foi realizada.
Ante o exposto, julgo PROCEDENTE em parte o pedido inicial formulado por ANDRÉIA SILVA DOS SANTOS e GERALDO RAIMUNDO RIBEIRO e CONDENO a ré a pagar aos requerentes a quantia de R$ 8.000,00 (oito mil reais) a título de danos morais, acrescidos de juros e correção monetária a partir da publicação desta decisão, consoante precedentes recentes do Superior Tribunal de Justiça.
Por conseguinte, declaro EXTINTO O PROCESSO, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I do CPC.
Com o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar, independente de nova intimação, o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 523 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, não sendo aplicável a parte final do §1° do referido artigo, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE, e art. 52, III, da Lei nº 9.099/95.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE n.o 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária previstas em Lei.
Decorrido o prazo sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme determina o art. 525 do CPC.
Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de sentença o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD) e se deseja ver protestado o devedor, quando não forem localizados bens (SERASAJUD).
Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova conclusão, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Serve a presente decisão como comunicação.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7034123-10.2023.8.22.0001
EXEQUENTE: DALVA RODRIGUES MARTINS DE CASTRO, RUA TEREZA AMÉLIA 9307, - DE 8861/8862 A 9334/9335 SÃO FRANCISCO - 76813-312 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SHEIDSON DA SILVA ARDAIA, OAB nº RO5929
EXECUTADO: JOAO VALDSON PEREIRA LIMA, RUA POPULAR 9237, - DE 9156/9157 A 9605/9606 MARIANA - 76813-482 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
O autor foi intimado a apresentar endereço diverso do já indicado nos autos 7019713-15.2021.8.22.0001, contudo peticionou insistindo no mesmo endereço, afirmando que foi o mesmo utilizado para a citação naqueles autos.
Todavia, analisando detidamente os autos, em verdade se faz necessário a juntada do título executivo, vez que a expedição de certidão de crédito se deu de forma equivocada, por notadamente, não ser oriunda de título judicial.
Desse modo, intime-se o requerente para juntar o título executivo extrajudicial, em 5 (cinco) dias, sob pena de extinção.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Processo n.: 7087849-30.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Perdas e Danos, Indenização por Dano Material
REQUERENTE: ANTENOR GUSTAVO MOURA MONTEIRO DE BARROS, AVENIDA LAURO SODRÉ 2014, - DE 1728 A 2014 - LADO PAR SÃO JOÃO BOSCO - 76803-686 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

ADVOGADO DO REQUERENTE: GUILHERME TOURINHO GAIOTTO, OAB nº RO6183A
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS S.A, PC SENADOR SALGADO FILHO S/N, TERREO AREA PUBLICA, ENTRE EIXOS 46-48 O-P BACK OF CENTRO - 20021-340 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
Valor da causa:R$ 17.720,02
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei n° 9.099/95.
Trata-se de ação onde a parte requerente alega que o voo contratado com a requerida sofrera atraso quando da conexão na cidade de Manaus, de modo que foi submetido a espera de 15 horas para chegada a seu destino (São Paulo), causando-lhe danos passíveis de reparação.
Em contestação a empresa quedou-se inerte, muito embora tenha sido regularmente intimada via sistema (ID 85400627) .
Não há preliminares a serem dirimidas.
Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação passo ao exame do mérito.
A relação jurídica entabulada pelas partes se amolda aos preceitos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), observado ser a parte autora consumidora e a ré fornecedora de serviços, nos moldes dos arts. 2° e 3° do Código Consumerista.
A ré não apresentou contestação, razão pela qual a decretação de sua revelia é medida de direito.
Nestes autos restaram incontroversos a contratação firmada entre as partes e o atraso no voo.
Muito embora não haja manifestação da parte adversária, os fatos narrados pelo autor demonstram a inobservância aos termos da Resolução 400/ANAC.
É cediço o direito do passageiro ser reacomodado em outro voo, a teor do disposto no art. 12, §2°, da referida Resolução. Neste ponto, o mesmo texto normativo esclarece em seu art. 28:
Art. 28. A reacomodação será gratuita, não se sobreporá aos contratos de transporte já firmados e terá precedência em relação à celebração de novos contratos de transporte, devendo ser feita, à escolha do passageiro, nos seguintes termos:
I - em voo próprio ou de terceiro para o mesmo destino, na primeira oportunidade;
Inequívoco que a reacomodação poderá se dar em voo de terceiro. No entanto, a requerida submeteu o consumidor a uma espera de 15h sem prestar auxílio material.
Houve vício na prestação de serviço, que inclusive é considerado serviço essencial, que ocasionou todos os transtornos narrados na inicial.
A moderna jurisprudência do STJ não mais admite presunção de dano moral, pelo mero atraso. Outros fatores necessitam ser analisados para perquirir a configuração do dano caso a caso.
Nesse sentido:
DIREITO DO CONSUMIDOR E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. ATRASO EM VOO INTERNACIONAL. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. EXSÚMULA 7/STJ. (…) 5. Na específica hipótese de atraso de voo operado por companhia aérea, não se vislumbra que o dano moral possa ser presumido em decorrência da mera demora e eventual desconforto, aflição e transtornos suportados pelo passageiro. Isso porque vários outros fatores devem ser considerados a fim de que se possa investigar acerca da real ocorrência do dano moral, exigindo-se, por conseguinte, a prova, por parte do passageiro, da lesão extrapatrimonial sofrida. 6. Sem dúvida, as circunstâncias que envolvem o caso concreto servirão de baliza para a possível comprovação e a consequente constatação da ocorrência do dano moral. A exemplo, pode-se citar particularidades a serem observadas: i) a averiguação acerca do tempo que se levou para a solução do problema, isto é, a real duração do atraso; ii) se a companhia aérea ofertou alternativas para melhor atender aos passageiros; iii) se foram prestadas a tempo e modo informações claras e precisas por parte da companhia aérea a fim de amenizar os desconfortos inerentes à ocasião; iv) se foi oferecido suporte material (alimentação, hospedagem, etc.) quando o atraso for considerável; v) se o passageiro, devido ao atraso da aeronave, acabou por perder compromisso inadiável no destino, dentre outros. 7. Na hipótese, não foi invocado nenhum fato extraordinário que tenha ofendido o âmago da personalidade do recorrente. Via de consequência, não há como se falar em abalo moral indenizável. (…)(REsp 1584465/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 21/11/2018).
No presente caso, além do atraso expressivo, as condições impostas ao consumidor, sem qualquer informação clara ou assistência material devida, é suficiente para caracterizar o dano extrapatrimonial.
O disposto no art. 27 da Resolução 400 da ANAC é peremptório ao prescrever:
Art. 27. A assistência material consiste em satisfazer as necessidades do passageiro e deverá ser oferecida gratuitamente pelo transportador, conforme o tempo de espera, ainda que os passageiros estejam a bordo da aeronave com portas abertas, nos seguintes termos:
I - superior a 1 (uma) hora: facilidades de comunicação;
II - superior a 2 (duas) horas: alimentação, de acordo com o horário, por meio do fornecimento de refeição ou de voucher individual; e
III - superior a 4 (quatro) horas: serviço de hospedagem, em caso de pernoite, e traslado de ida e volta.
Trata-se, portanto, de setor regulado, sendo que o descumprimento das normas e disposições estabelecidas pela ANAC prejudica o setor aéreo como um todo, sobretudo, por fragilizar a relação estabelecida com o consumidor que não dispõe de outras alternativas senão aquelas impostas pela fornecedora do serviço.
A requerida não procurou sequer mitigar a extensão do dano que criou. Não colacionou nos autos documento apto a demonstrar que forneceu alimentação e/ou hospedagem, observado que o tempo de espera em muito superou a 4 horas, deixando o consumidor à sua própria sorte.
Assim, constatado, à toda prova, que a empresa ré não observou a Resolução 400/ANAC, tampouco o Código Consumerista inteiramente aplicável a esta situação a teor da jurisprudência iterativa nesse sentido.
O risco operacional e administrativo é inerente a atividade praticada pela companhia aérea que deve estar sempre preparada para cumprir suas obrigações legais/contratuais e, em caso de alterações como a relatada nos autos, fornecer assistência material precisa e completa ao consumidor atingido.
Ademais, não há que se falar em excludente de responsabilidade por quebra do nexo causal, uma vez que se trata de risco inserido na atividade econômica desenvolvida.

Patente a má prestação do serviço contratado, que inclusive, se trata de serviço público, o abalo moral é inquestionável e a fixação do valor da indenização levará em conta a quebra contratual (atraso/cancelamento do voo), além dos reflexos causados no íntimo psíquico da parte requerente, tendo em conta as consequências do fato, devendo ainda, servir como desestímulo para a prática de novas condutas lesivas, observando-se sempre a capacidade financeira do obrigado a indenizar, de forma que o quantum não implique em enriquecimento indevido do ofendido.
Considerando as condições descritas nos autos, bem como o atraso em que a parte requerente foi submetida, sem assistência adequada, tenho como justo, proporcional e razoável a fixação do quantum de R$ 7.000,00 (sete mil reais), como forma de disciplinar a requerida e dar satisfação pecuniária ao requerente.
Quanto ao dano material experimentado, é assente o entendimento de que o dano material não se presume, incumbindo a parte autora demonstrá-lo (art. 373, I, CPC).
Colaciona-se entendimento deste E. Tribunal de Justiça de Rondônia.
(...) O dano material não se presume e, para ser indenizado, incumbe à parte autora demonstrar, de forma clara e precisa, a sua existência. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7047374-66.2021.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator (a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 03/11/2022.
A parte autora afirma e comprova documentalmente, por intermédio de notas fiscais, recibos e faturas de cartão de crédito, o dispêndio da quantia de R$1.260,00 (mil duzentos e sessenta reais), a título de diárias de hotel e R$166,10 (cento e sessenta e seis reais e dez centavos) com alimentação e R$ 26,97 (vinte e seis reais e noventa e sete centavos) com transportes, perfazendo o montante total de R$1.453,07 (um mil quatrocentos e cinquenta e três reais e sete centavos) a título de dano emergente.
Restou suficientemente demonstrado que em decorrência do atraso, o autor não chegou a tempo de trabalhar no plantão daquele dia 16/11/2022, cujo lucro cessante foi no importe de R$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais) consoante declaração de ID 86568989.
Sendo assim, desincumbiu do ônus que lhe pertencia, de modo que o pedido merece acolhida.
DISPOSITIVO
Diante do exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, com resolução do mérito, para condenar a requerida a pagar em favor da requerente a quantia de:
a) a quantia de R$ 2.703,07 (dois mil e setecentos e três reais e sete centavos) a título de danos emergentes e lucros cessantes, corrigidos monetariamente pela tabela prática deste Tribunal de Justiça, desde o desembolso (súmula 43, STJ) e com juros de mora de 1% ao mês contados da citação (art. 405, CC).
b) a quantia R$ 7.000,00 (sete mil reais) a título de danos morais, acrescidos de juros legais de 1% ao mês contados da citação (art. 405, CC) e correção monetária a partir da publicação desta decisão, consoante precedentes recentes do Superior Tribunal de Justiça (súmula 362, STJ).
Por conseguinte fica a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, III e IV, LF 9.099/95 e Enunciado Cível FOJUR nº 05, sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, § 1º, CPC/2015), não sendo aplicável a parte final do §1° do artigo 523 do CPC, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE nº 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária prevista em Lei.
Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de sentença o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (SISBAJUD e RENAJUD).
Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova conclusão, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício no ato da interposição do recurso, sob pena de deserção.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Serve a presente decisão como mandado/intimação/comunicação.
Registrado e publicado eletronicamente. Intimem-se.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Brenno Roberto Amorim Barcelos
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7035679-47.2023.8.22.0001
AUTOR: RAFAEL MIRAMAR BEZERRA DE OLIVEIRA
ADVOGADOS DO AUTOR: TIAGO VINICIUS MEIRELES CUNHA, OAB nº RO9287, VITORIA JOVANA DA SILVA UCHOA, OAB nº RO9233, KAYNA APOYNA MOTA MATOS, OAB nº RO11594, FELIPE BRAGA PEREIRA FURTADO, OAB nº RO9230
REU: LATAM AIRLINES GROUP S/A
ADVOGADOS DO REU: FABIO RIVELLI, OAB nº BA34908, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A

DESPACHO
Analisando os autos, percebe-se que não foi anexado aos autos comprovante de endereço em nome da parte requerente, não preenchendo o disposto no art. 319, I do CPC. O documento de endereço é essencial para se aferir a competência territorial deste juízo.
Desde já, alerto que este juízo não admite declaração de endereço, tampouco comprovante de residência em nome de terceiro.
Assim, concedo prazo de 5 dias para juntada do referido comprovante em nome da parte requerente, sob pena de indeferimento da inicial nos moldes do art. 330, IV do CPC.
Serve cópia deste despacho como mandado/ofício/intimação.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7033658-98.2023.8.22.0001
REQUERENTE: TAIS MEIRELES SOARES
ADVOGADO DO REQUERENTE: VANESSA SALDANHA VIEIRA, OAB nº RO3587
REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: FABIO RIVELLI, OAB nº BA34908, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
DESPACHO
Analisando os autos, percebe-se que não foi anexado aos autos comprovante de endereço em nome da parte requerente, não preenchendo o disposto no art. 319, I do CPC. O documento de endereço é essencial para se aferir a competência territorial deste juízo.
Desde já, alerto que este juízo não admite declaração de endereço, tampouco comprovante de residência em nome de terceiro.
Assim, concedo prazo de 5 dias para juntada do referido comprovante em nome da parte requerente, sob pena de indeferimento da inicial nos moldes do art. 330, IV do CPC.
Serve cópia deste despacho como mandado/ofício/intimação.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7004639-18.2021.8.22.0001
REQUERENTE: ROMULO SANTOS TEIXEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: RODRIGO STEGMANN - RO6063
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7018455-33.2022.8.22.0001
REQUERENTE: UILIAN CHAVES BARRETO
Advogados do(a) REQUERENTE: ARTHUR NOGUEIRA PRADO - RO10311, FELIPE NADR ALMEIDA EL RAFIHI - RO6537, MAIRA BENARROSH MACEDO - RO9402, MATHEUS FIGUEIRA LOPES - RO6852, RAFAEL BALIEIRO SANTOS - RO6864
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7001233-18.2023.8.22.0001
AUTOR: EDUARDO JOSE FRAGA SILVA, VANIA CONCEICAO RODRIGUES DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: JOSE GIRAO MACHADO NETO - RO2664
REU: GOL LINHAS AEREAS S.A.
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA a requerer o que entender de direito, uma vez que a sentença é independente de nova intimação ID 92279041, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7033283-34.2022.8.22.0001
Requerente: MARIA DE FATIMA RODRIGUES DA SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: CARLA SOARES CAMARGO - RO10044, ED CARLO DIAS CAMARGO - RO7357
Requerido(a): ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
Intimação À PARTE RECORRIDA (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7043376-22.2023.8.22.0001
REQUERENTE: MELKZEDEQUE SILVA DO NASCIMENTO
Advogados do(a) REQUERENTE: PABLO TAVARES NUNES - RO10334, RODRIGO AFONSO RODRIGUES DE LIMA - RO10332
REQUERIDO: LATAM AIRLINES GROUP S/A
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7043696-72.2023.8.22.0001
REQUERENTE: EFSON FERREIRA DOS SANTOS RODRIGUES
Advogado do(a) REQUERENTE: EFSON FERREIRA DOS SANTOS RODRIGUES - RO4952
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Processo n.: 7001751-08.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Cancelamento de vôo
REQUERENTE: GEORGE AMILTON DA SILVA CARNEIRO, RUA BUENOS AIRES 759, - ATÉ 818/819 NOVA PORTO VELHO - 76820-086 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SILVANA FERNANDES MAGALHAES PEREIRA, OAB nº RO3024A
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO S/N, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
Valor da causa:
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei n° 9.099/95.
Trata-se de ação onde a parte requerente alega que o voo contratado com a requerida fora antecipado em 1 dia, causando-lhe danos passíveis de reparação.
Na contestação, a empresa afirma que a alteração se deu em decorrência de “adequação da malha aérea” e que tomou todas as providências necessárias, notificando o consumidor com antecedência, bem como reacomodando em voo que melhor atendesse ao autor, de modo que entende ter cumprindo o que reza a Resolução 400/2016 da ANAC. Em suma, pede pela improcedência da ação.

Observa-se o cabimento do julgamento antecipado do mérito, uma vez que o feito encontra-se devidamente instruído e não há necessidade da produção de outras provas, a teor do disposto no art. 355, I, CPC.
Não há preliminares a serem dirimidas.
Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação passo ao exame do mérito.
A relação jurídica entabulada pelas partes se amolda aos preceitos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), observado ser a parte autora consumidora e a ré fornecedora de serviços, nos moldes dos arts. 2° e 3° do Código Consumerista.
Restaram incontroversos nos autos a contratação firmada entre as partes e a recolocação da requerente em outro voo que não o inicialmente adquirido, fato confessado pela própria parte contrária, não dependendo, portanto, de prova (art. 374, II, CPC).
Em que pese a antecipação do voo para a data de 19/12/2022 quando inicialmente a partida seria no dia 20/12/2022, a empresa ré logrou êxito em demonstrar que comunicou o autor com antecedência (na data de 07/12/2022), bem como realocando-a em voo que atendeu às necessidades do consumidor.
Portanto, cumprido os termos do art. 21 da Resolução 400/ANAC.
A moderna jurisprudência do STJ não mais admite presunção de dano moral, pelo mero atraso. Outros fatores necessitam ser analisados para perquirir a configuração do dano caso a caso.
Nesse sentido:
DIREITO DO CONSUMIDOR E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. ATRASO EM VOO INTERNACIONAL. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. EXSÚMULA 7/STJ. (…) 5. Na específica hipótese de atraso de voo operado por companhia aérea, não se vislumbra que o dano moral possa ser presumido em decorrência da mera demora e eventual desconforto, aflição e transtornos suportados pelo passageiro. Isso porque vários outros fatores devem ser considerados a fim de que se possa investigar acerca da real ocorrência do dano moral, exigindo-se, por conseguinte, a prova, por parte do passageiro, da lesão extrapatrimonial sofrida. 6. Sem dúvida, as circunstâncias que envolvem o caso concreto servirão de baliza para a possível comprovação e a consequente constatação da ocorrência do dano moral. A exemplo, pode-se citar particularidades a serem observadas: i) a averiguação acerca do tempo que se levou para a solução do problema, isto é, a real duração do atraso; ii) se a companhia aérea ofertou alternativas para melhor atender aos passageiros; iii) se foram prestadas a tempo e modo informações claras e precisas por parte da companhia aérea a fim de amenizar os desconfortos inerentes à ocasião; iv) se foi oferecido suporte material (alimentação, hospedagem, etc.) quando o atraso for considerável; v) se o passageiro, devido ao atraso da aeronave, acabou por perder compromisso inadiável no destino, dentre outros. 7. Na hipótese, não foi invocado nenhum fato extraordinário que tenha ofendido o âmago da personalidade do recorrente. Via de consequência, não há como se falar em abalo moral indenizável. (…)(REsp 1584465/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 21/11/2018).
Fora a alteração, não comprovou qualquer outro dano que tenha sofrido, tampouco, demonstrou qualquer violação a direitos de personalidade apto a ensejar o pleito indenizatório.
A parte autora não trouxe provas de que a troca da data de embarque tenha abalado em sua psiquê; levado o consumidor a perda de compromisso inadiável; prejuízos com aluguel de veículo ou hospedagem; perda de passeios, de modo que não restou demonstrado o alegado dano de ordem moral.
É preciso ter presente que a caracterização do dano moral decorre de circunstâncias concretas capazes de efetivamente lesar o bem jurídico protegido.
Apenas a reacomodação do voo, isoladamente, não é suficiente para configurar o dano, especialmente quando devidamente comunicado.
De rigor, portanto, a improcedência da demanda.
DISPOSITIVO
Diante do exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e, por consequência, DECLARO EXTINTO o feito com a resolução do mérito.
Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais em observância ao disposto no art. 55 caput, da Lei n° 9.099/95.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício no ato da interposição do recurso, sob pena de deserção.
Após o trânsito em julgado, não havendo outros requerimentos, arquivem-se os autos e dê-se baixa definitiva.
Serve a presente decisão como mandado/intimação/comunicação.
Registrado e publicado eletronicamente. Intimem-se.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Brenno Roberto Amorim Barcelos
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7037173-44.2023.8.22.0001
REQUERENTE: VANIA REGINA DA SILVA, MARCIA DE OLIVEIRA TAVARES
Advogado do(a) REQUERENTE: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS
Advogado do(a) REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7007233-34.2023.8.22.0001
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
AUTOR: DINELIA LIMA DE SOUZA
Advogado do(a) AUTOR: ALINE MORAES SOBREIRA - RO12247
Intimação À PARTE EXEQUENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, querendo, apresentar manifestação, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, quanto à petição de Impugnação à execução.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7043296-58.2023.8.22.0001
AUTOR: RAIMUNDO PEREIRA NETO
Advogado do(a) AUTOR: MARCO AURELIO MOREIRA DE SOUZA - RO10164
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7028866-38.2022.8.22.0001
REQUERENTE: FERNANDO GILBERTO WERRI, RUA DOUTOR AGENOR DE CARVALHO 907, - DE 598 A 938 - LADO PAR AGENOR DE CARVALHO - 76820-216 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: IGOR FELIPE DE OLIVEIRA LINS SOARES, OAB nº RO10691
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
Trata-se de ação onde a parte requerente alega que o medidor de energia elétrica de onde reside foi vistoriado por técnicos da requerida que apontaram supostas irregularidades, sendo posteriormente notificada acerca de uma recuperação de consumo, nos termos do art. 130 da Resolução 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
A requerente não concorda com o valor da fatura e reclama do procedimento adotado pela requerida, ao passo que esta assegura o cumprimento de todos os procedimentos legais para a recuperação de consumo e defende o valor apurado.
Analisando a referida resolução, percebo que o procedimento utilizado pela requerida não foi correto.
O art. 129 da Resolução 414/2010 da ANEEL diz que havendo indício de irregularidade no medidor de energia, a distribuidora deve adotar um procedimento administrativo específico.
Quando da realização da vistoria, que independe de notificação prévia, deve ser elaborado o Termo de Ocorrência e Inspeção (TOI), em formulário próprio, elaborado de acordo com o Anexo V da própria Resolução (art. 129, §1º, I). Este documento deve ser assinado pelo consumidor ou pela pessoa que acompanhar a vistoria (art. 129, §2º). Em caso de negativa do consumidor em assinar o TOI, cópia deste deve ser enviada em até 15 (quinze) dias por qualquer modalidade que permita a comprovação do recebimento (art. 129, §3º).
A pedido do consumidor, ou a critério da concessionária, o medidor pode ser submetido à perícia técnica (art. 129, §1º, II).
O art. 130 e incisos, regulamentam os critérios legais que podem ser utilizados pela concessionária de energia elétrica para elaborar os cálculos da recuperação de consumo.
A ANEEL tem competência legal para regulamentar a matéria, cabendo ao Judiciário, nos casos em que não houver outra disposição legal superior que contrarie a resolução, exercer o controle de legalidade e obediência a esta norma, sob pena de não ser mantida a segurança jurídica nos negócios.
Não cabe ao Judiciário, ignorando o procedimento legal pertinente, dizer qual critério é melhor, ressalvado os casos em que não há regulamentação válida, oriunda quer do Poder Legislativo ordinário quer do Executivo por meio de agências reguladoras.
No caso dos autos, o procedimento acima mencionado não foi seguido fielmente, não cumprindo o determinado na Resolução 414/2010 da ANEEL (não foi enviado cópia do TOI via AR ao consumidor - critério de aferição do consumo recuperado divergente do entendido como mais apropriado pelo TJRO).
Embora tenha sido encontrada irregularidade no medidor, o ato fiscalizatório está manchado por vícios que anulam o procedimento. A Resolução 414/2010 da ANEEL existe para estabelecer regras claras que visam a higidez e transparência do procedimento de recuperação de receita. A inobservância do regramento ocasiona a nulidade de todo o procedimento.

O formato da fiscalização é regulado pela Resolução 414/2010 da ANEEL e, neste caso, não foram seguidas todas as etapas previstas administrativamente.
Assim, a fatura de recuperação de consumo deve ser declarada inexigível.
O dano moral, no caso, está ínsito na própria ofensa. Decorre da gravidade da conduta que deu causa a negativação do nome da parte requerida (ID: 76177260).
Havendo situação que extrapola o mero aborrecimento, resta caracterizada a ofensa moral, diante da perturbação significativa de valores intrínsecos à personalidade humana.
Na mensuração do quantum indenizatório, observo ao critério da exemplaridade, com valoração da proporcionalidade do quantum e na capacidade econômica do sucumbente.
DISPOSITIVO
Diante do exposto, firme nas discussões acima, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, para fins de:
DECLARAR INEXIGÍVEL a fatura de recuperação de consumo no valor de R$ 1.059,69 (mil e cinquenta e nove reais e sessenta e nove centavos), com vencimento original em 14/12/2021, devendo a requerida promover a baixa em seus sistemas no prazo de 10 dias, sob pena de aplicação de multa a ser arbitrada em caso de descumprimento.
CONDENAR a requerida a pagar à parte requerida a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por danos morais, corrigido monetariamente (tabela oficial do TJRO), e com juros legais (1% a.m), a partir da publicação desta sentença.
Torno definitivos os efeitos da tutela de urgência concedida inicialmente.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC, ficando a parte requerida ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, III e IV, LF 9.099/95 e Enunciado Cível FOJUR nº 05, sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015), não sendo aplicável a parte final do §1° do artigo 523 do CPC, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária prevista em Lei.
Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de sentença o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD).
Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova conclusão, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício no ato da interposição do recurso, sob pena de deserção.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente decisão como mandado/intimação/comunicação.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7053582-32.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: ALAIDE ALVES DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS, OAB nº BA60601
Polo Passivo: CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
ADVOGADOS DO REU: LAZARO JOSE GOMES JUNIOR, OAB nº MS31757, PROCURADORIA DA CREFISA S/A
DESPACHO
Acerca do pedido da parte requerida, na qual informa a prisão do advogado da requerente, por prática de crimes ligados à litigância predatória, este juízo ressalta que está ciente e que trabalha veementemente em busca da melhor prestação jurisdicional, utilizando os mecanismos legais para coibir a atuação em massa.
Ante o trânsito em julgado, arquive-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7088360-28.2022.8.22.0001
AUTOR: SAULO RADUY BOTELHO
ADVOGADOS DO AUTOR: EMANUEL NERI PIEDADE, OAB nº RO10336, OSCAR DIAS DE SOUZA NETTO, OAB nº RO3567, RAPHAEL LUIZ WILL BEZERRA, OAB nº RO8687
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA

SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
Trata-se de ação onde a parte requerente alega que o fornecimento de energia elétrica de sua residência foi suspenso em razão de supostos débitos em aberto, o qual desconhece.
A empresa requerida não refutou tal alegação em sua contestação.
O processo pode ser perfeitamente resolvido com a análise do ônus da prova, nos termos do art. 373 do CPC.
A parte requerente demonstrou que não tinha faturas inadimplente na data do corte, já que o corte se deu 12/12/2022 e de acordo com declaração de quitação Id: 85435049 não existiam débitos. A parte requerente disse que fora informado ao porteiro do prédio que unidade consumidora na qual seria realizado o corte seria uma unidade vazia e diversa da do autor, o que impediria a suspensão, nos termos do art. 172, §1º da Resolução 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
A empresa requerida não refutou, nem mesmo em linhas gerais, quanto mais comprovadamente, as alegações da requerente, vale dizer a requerida não demonstrou que quando do corte a residência estava vazia, sem moradores que pudessem avisar aos técnicos acerca do pagamento.
Com relação ao dano moral entendo que reside basicamente nos transtornos sofrido pela requerente em ter o serviço de fornecimento de energia elétrica suspenso injustamente.
A hipótese é de “danum in re ipsa”, presumindo-se comprovados os danos morais com a simples comprovação dos fatos que emergem ofensivos por si só.
O dano moral, no caso, está ínsito na própria ofensa. Decorre da gravidade da conduta que deu causa à suspensão indevida no fornecimento de energia elétrica à parte requerente. Se a ofensa é de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe in re ipsa. Deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum.
Na mensuração do quantum indenizatório, observo ao critério da solidariedade e da exemplaridade, que implica na valoração da proporcionalidade do quantum e na capacidade econômica do sucumbente.
DISPOSITIVO
Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, para CONDENAR a empresa requerida a pagar à parte requerente a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), à título dos reconhecidos danos morais causados à requerente, acrescido de correção monetária (tabela oficial do TJRO) e juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir do registro desta condenação no sistema PJe.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC, ficando a parte requerida ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, III e IV, LF 9.099/95 e Enunciado Cível FOJUR nº 05, sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015), não sendo aplicável a parte final do §1° do artigo 523 do CPC, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE n.o 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária prevista em Lei.
Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de sentença o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD).
Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova conclusão, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício no ato da interposição do recurso, sob pena de deserção.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente decisão como mandado/intimação/comunicação.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7044083-87.2023.8.22.0001
REQUERENTE: EDNA VALE CARDOSO
Advogado do(a) REQUERENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR - MT20812/O
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
email: pvh3jecivelgab@tjro.jus.br
7068157-45.2022.8.22.0001
AUTOR: EVERSON SOARES DA SILVA
ADVOGADOS DO AUTOR: ANTONIO JADSON OLIVEIRA ROCHA, OAB nº RO12645, FRANCO OMAR HERRERA ALVIZ, OAB nº RO1228
REU: SINDICATO DOS ARBITROS DE FUTEBOL DO ESTADO DE RONDONIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Há pedido de oitiva da parte autora e de produção de prova testemunhal, assim será designada audiência de instrução. O rol das testemunhas a serem ouvidas, no máximo 3 (três) por cada parte.
Desta forma, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 13 de setembro de 2023 às 08:15 horas, a ser realizada via presencial ou por videoconferência, através do https://meet.google.com/qjh-vswc-xdp.
Devendo ser enviado, também para as testemunhas pelos advogados das partes, observando as seguintes providências:
a) A sala de reunião deve ser acessada através de um link acima;
b) As partes deverão informar no processo, no prazo de 05 (cinco) dias, o e-mail e o número de telefone das pessoas que irão participar da audiência (requerente, requerido, testemunhas e advogados), para possibilitar o contato, em caso de dificuldade com a conexão ou acesso pelo link ;
c) Com o link da videoconferência, tanto partes quanto advogados acessarão e participarão da audiência pública, por meio da internet, utilizando celular, notebook ou computador que possua vídeo e áudio funcionando regularmente. Na hipótese da testemunha não possuir endereço eletrônico ou equipamento, poderá participar da solenidade no escritório do advogado da parte;
d) No horário da audiência por videoconferência, cada parte e advogado deverão estar disponíveis para contato através de e-mail e número de celular informado para que a audiência possa ter início;
e) Os advogados e partes deverão comprovar sua identidade no início da audiência ou de sua oitiva, mostrando documento oficial de identificação com foto, para conferência e registro;
f) A não aceitação do convite pela parte autora importará em extinção do feito (art. 51, II, da Lei n. 9.099/95). Já para a parte requerida, a não aceitação do convite importará em revelia (art. 20 da Lei n. 9.099/95). Em relação às testemunhas, a não aceitação do convite importará na desistência tácita de sua oitiva; e
g) O não fornecimento dos endereços eletrônicos no prazo importa em desistência tácita da audiência.
No caso de eventuais dúvidas, os esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 3309-7133 (whatsapp) . Central de atendimento aos advogados 3309-7004.
As partes e testemunhas ficam intimadas por seus patronos.
Para esclarecimentos sobre a forma de participação na audiência podem ser utilizados, antecipadamente, os tutoriais produzidos pelo TJRO, através dos links https://www.youtube.com/watch?v=RY5OFw1W3_4 (se participar pelo celular) ou https://www.youtube.com/watch?v=Kf_np1Axo3E (se vai participar pelo notebook ou desktop).
Telefones da Central de Atendimento para consulta ou manifestação no processo (segunda a sexta, de 7h às 14h): (69) 3309-7000/ 3309-7002/3309-7004.
Serve como intimação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7002190-19.2023.8.22.0001
Procedimento do Juizado Especial Cível
ADVOGADO DO REQUERENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR, OAB nº MT20812O
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, RUA ANTÔNIO MARIA COELHO 5401, - DE 3807/3808 A 5298/5299 CAMPO GRANDE - 79021-170 - CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
A parte interpôs Recurso Inominado, sem, contudo, apresentar o comprovante de pagamento do preparo recursal no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
Conforme estabelece o artigo 42 e seu parágrafo 1º, da Lei n. 9.099/1.995:
Artigo 42 - O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.
§ 1.º O preparo será feito, independentemente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, sob pena de deserção
Anote-se o Enunciado 80, do FONAJE – Fórum Nacional dos Juizados Especiais, que diz:
"O recurso Inominado será julgado deserto quando não houver o recolhimento integral do preparo e sua respectiva comprovação pela parte, no prazo de 48 horas, não admitida a complementação intempestiva (art. 42, § 1º, da Lei 9.099/1995)".
Assim, considerando que não houve o recolhimento do preparo, dentro do prazo fixado em lei, com esteio no artigo 42, §1º da Lei n. 9.099/1.995, declaro deserto o recurso inominado.
Intimem-se.
Decorrido o prazo legal, arquivem-se.
Cumpra-se.
Serve como intimação.
Porto Velho, 17/07/2023
Silvana Maria de Freitas
Silvana Maria de Freitas

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7011612-18.2023.8.22.0001
REQUERENTE: MARCOS ANTONIO GENUINO PADILHA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DOUGLAS DIAS DO CARMO, OAB nº RO10022
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Analisando os autos, percebe-se que não foi anexado aos autos comprovante de endereço em nome da parte requerente, não preenchendo o disposto no art. 319, I do CPC. O documento de endereço é essencial para se aferir a competência territorial deste juízo.
Desde já, alerto que este juízo não admite declaração de endereço, tampouco comprovante de residência em nome de terceiro.
Assim, concedo prazo de 5 dias para juntada do referido comprovante em nome da parte requerente, sob pena de indeferimento da inicial nos moldes do art. 330, IV do CPC.
Serve cópia deste despacho como mandado/ofício/intimação.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7044046-60.2023.8.22.0001
AUTOR: MOISES FREITAS DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: GIOVANA PERALTA BIGUINATI - RO13423, KARINA ROCHA PRADO - RO1776
REQUERIDO: RUTE LIMA DOS SANTOS
Intimação PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA
Finalidade: Intimação para audiência de conciliação por videoconferência
Esta publicação tem por finalidade intimar o(s) advogado(s) da(s) parte(s) acima identificado(s) para que participe(m) da audiência de conciliação a ser realizada por videoconferência (via WhatsApp), bem como assegure(m) que seu(s) constituinte(s) também compareça(m).
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA: 23/08/2023 13:00 (horário de Rondônia)
Caso ainda não o tenha(m) feito, fica(m) também intimado(s) a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o(s) contato(s) telefônico(s) indicado(s) para a realização da videoconferência (com o aplicativo WhatsApp), sob pena de o processo ser movimentado para deliberação judicial para providências quanto à extinção do processo (no caso de inércia da parte requerente) ou quanto à consideração de recusa do demandado à participação na audiência (art. 23 da Lei nº 9.099/95).
COMO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e horário marcados.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o aplicativo WhatsApp de seu celular ou no computador, a partir do link https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br. Se necessário, poderá ser utilizado o aplicativo Hangouts Meet (art. 7°, III, Prov. 018/2020-CG);
2. Estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário (art. 7°, V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar-lhe da audiência por videoconferência e orientá-la sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7°, II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação (art. 7°, IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir (art. 7°, VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
6. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado (art. 7°, X, Prov. 018/2020-CG);
7. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais (art. 7°, XI, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial (art. 7°, XII, Prov. 018/2020-CG);
9. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7°, XVIII, Prov. 018/2020-CG);

10. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual (art. 7º, XIX, Prov. 018/2020-CG);
11. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial (art. 7°, XIII, Prov. 018/2020-CG.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7°, I, Prov. 018/2020-CG);
2. A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil). (art. 7°, VIII, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada (art. 7°, XIV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada (art. 7°, XV, Prov. 018/2020-CG);
5. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca (art. 7°, XX, Prov. 018/2020-CG).
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - CEJUSC:
E-mail: cejusc_jecc@tjro.jus.br
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7044136-68.2023.8.22.0001
REQUERENTE: VIRNA LIZIE CHAVEZ SUAREZ
Advogado do(a) REQUERENTE: KARLYNETE DE SOUZA ASSIS - RO8049
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7048789-50.2022.8.22.0001
AUTOR: ELIKAH GONCALVES SILVA, RUA CLARA NUNES 6000, - DE 5715/5716 A 6114/6115 APONIÃ - 76824-210 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MANOEL JAIRO BATISTA DE LIMA JUNIOR, OAB nº RO7423
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
Trata-se de ação onde a parte requerente alega que o medidor de energia elétrica de onde reside foi vistoriado por técnicos da requerida que apontaram supostas irregularidades, sendo posteriormente notificada acerca de uma recuperação de consumo, nos termos do art. 130 da Resolução 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
A requerente não concorda com o valor da fatura e reclama do procedimento adotado pela requerida, ao passo que esta assegura o cumprimento de todos os procedimentos legais para a recuperação de consumo e defende o valor apurado.
Analisando a referida resolução, percebo que o procedimento utilizado pela requerida não foi correto.
O art. 129 da Resolução 414/2010 da ANEEL diz que havendo indício de irregularidade no medidor de energia, a distribuidora deve adotar um procedimento administrativo específico.
Quando da realização da vistoria, que independe de notificação prévia, deve ser elaborado o Termo de Ocorrência e Inspeção (TOI), em formulário próprio, elaborado de acordo com o Anexo V da própria Resolução (art. 129, §1º, I). Este documento deve ser assinado pelo consumidor ou pela pessoa que acompanhar a vistoria (art. 129, §2º). Em caso de negativa do consumidor em assinar o TOI, cópia deste deve ser enviada em até 15 (quinze) dias por qualquer modalidade que permita a comprovação do recebimento (art. 129, §3º).
A pedido do consumidor, ou a critério da concessionária, o medidor pode ser submetido à perícia técnica (art. 129, §1º, II).
O art. 130 e incisos, regulamentam os critérios legais que podem ser utilizados pela concessionária de energia elétrica para elaborar os cálculos da recuperação de consumo.
A ANEEL tem competência legal para regulamentar a matéria, cabendo ao Judiciário, nos casos em que não houver outra disposição legal superior que contrarie a resolução, exercer o controle de legalidade e obediência a esta norma, sob pena de não ser mantida a segurança jurídica nos negócios.

Não cabe ao Judiciário, ignorando o procedimento legal pertinente, dizer qual critério é melhor, ressalvado os casos em que não há regulamentação válida, oriunda quer do Poder Legislativo ordinário quer do Executivo por meio de agências reguladoras.
No caso dos autos, o procedimento acima mencionado não foi seguido fielmente, não cumprindo o determinado na Resolução 414/2010 da ANEEL (não foi encaminhado cópia TOI para o consumidor - consumidor não foi informado da data da perícia - critério de aferição do consumo recuperado divergente do entendimento predominante no TJRO).
Embora tenha sido encontrada irregularidade no medidor, o ato fiscalizatório está manchado por vícios que anulam o procedimento. A Resolução 414/2010 da ANEEL existe para estabelecer regras claras que visam a higidez e transparência do procedimento de recuperação de receita. A inobservância do regramento ocasiona a nulidade de todo o procedimento.
O formato da fiscalização é regulado pela Resolução 414/2010 da ANEEL e, neste caso, não foram seguidas todas as etapas previstas administrativamente.
Assim, a fatura de recuperação de consumo deve ser declarada inexigível.
O dano moral, no caso, está ínsito na própria ofensa. Decorre da gravidade da conduta que deu causa, qual seja, suspensão no fornecimento de energia elétrica na residência da parte requerente (Id: 79121408).
Havendo situação que extrapola o mero aborrecimento, resta caracterizada a ofensa moral, diante da perturbação significativa de valores intrínsecos à personalidade humana.
Na mensuração do quantum indenizatório, observo o critério da exemplaridade, com valoração da proporcionalidade do quantum e levando em conta também a capacidade econômica do sucumbente.
DISPOSITIVO
Diante do exposto, firme nas discussões acima, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, para fins de:
DECLARAR INEXIGÍVEL a fatura de recuperação de consumo no valor de R$ 5.441,10 (cinco mil, quatrocentos e quarenta e um reais e dez centavos), com vencimento original em 29/05/2022, devendo a requerida promover a baixa em seus sistemas no prazo de 10 dias, sob pena de aplicação de multa a ser arbitrada em caso de descumprimento.
CONDENAR a requerida a pagar à parte requerida a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por danos morais, corrigido monetariamente (tabela oficial do TJRO), e com juros legais (1% a.m), a partir da publicação desta sentença.
Torno definitivos os efeitos da tutela de urgência concedida inicialmente.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC, ficando a parte requerida ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, III e IV, LF 9.099/95 e Enunciado Cível FOJUR nº 05, sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015), não sendo aplicável a parte final do §1° do artigo 523 do CPC, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária prevista em Lei.
Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de sentença o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD).
Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova conclusão, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício no ato da interposição do recurso, sob pena de deserção.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente decisão como mandado/intimação/comunicação.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Processo: 7088508-39.2022.8.22.0001
REQUERENTE: EDVANIA HALABURA DE ARAUJO, CPF nº 00158277201, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: EDVANIA HALABURA DE ARAUJO, OAB nº RO11416
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS S.A, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
DECISÃO
Junte a parte autora, no prazo de 05 dias, comprovante de endereço atualizado e eu seu próprio nome apto a comprovar residência nesse comarca, em razão da competência disposta no art. 101, I, do Código de Defesa do Consumidor.
Diga a autora, no mesmo prazo, se tem provas a produzir, sob pena julgamento antecipado do feito.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, data inserida na movimentação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7047574-10.2020.8.22.0001
EXEQUENTE: GILSON LOPES MOREIRA, RUA RIO MACHADO 427, PROXIMO AO CAMPO DE FUTEBOL TRIÂNGULO - 76805-788 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: GISELE DOS SANTOS MOREIRA, OAB nº RO11197, EDUARDO MATHEUS MARTINS DA COSTA, OAB nº RO11192
EXECUTADO: BANCO PAN S.A., AVENIDA PAULISTA 1374, - DE 612 A 1510 - LADO PAR BELA VISTA - 01310-100 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO EXECUTADO: EDUARDO CHALFIN, OAB nº AC4580, ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO, OAB nº BA29442, PROCURADORIA BANCO PAN S.A
SENTENÇA Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. Considerando que as partes firmaram acordo, HOMOLOGO-O, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, regendo-se pelas próprias cláusulas e condições, JULGANDO, por conseguinte e nos moldes do art. 487, III, b do Código de Processo Civil, EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, devendo o cartório expedir o necessário e, após arquivar imediatamente o processo, pois a sentença homologatória transita em julgado de imediato (art. 41, LF 9.099/95). Conforme documentos acostados nos IDs 90123504 e 90363319, a requerida cumpriu com os termos acordados, tanto com a obrigação de pagamento quanto a obrigação de fazer. Assim sendo, não havendo outros requerimentos, arquivem-se os autos e dê-se baixa definitiva.
Sem custas. Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7044153-07.2023.8.22.0001
REQUERENTE: MARIA DO ROSARIO DANTAS DE SOUZA
Advogado do(a) REQUERENTE: JOSE HENRIQUE BARROSO SERPA - RO9117
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº: 7078407-74.2021.8.22.0001
AUTOR: CARLOS CEZAR CANCIO
Advogado do(a) AUTOR: RENATO PINA ANTONIO - RO6978
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Por determinação do juízo e considerando o decurso do prazo para pagamento voluntário, FICA A PARTE AUTORA INTIMADA a, no prazo de 5 (cinco) dias:
1) atualizar o crédito exequendo para incluir a multa de 10% (dez por cento), conforme artigo 523, § 1º, primeira parte, do Código de Processo Civil;
2) requerer o que entender de direito, indicando o meio de execução pretendido, caso ainda não o tenha feito.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7034327-54.2023.8.22.0001
AUTOR: LUAMAR COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA
Advogado do(a) AUTOR: DOUGLAS RICARDO ARANHA DA SILVA - RO1779
REU: PAULO HENRIQUE FROTA DA SILVA
Intimação PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA
Finalidade: Intimação para audiência de conciliação por videoconferência
Esta publicação tem por finalidade intimar o(s) advogado(s) da(s) parte(s) acima identificado(s) para que participe(m) da audiência de conciliação a ser realizada por videoconferência (via WhatsApp), bem como assegure(m) que seu(s) constituinte(s) também compareça(m).
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA: 28/08/2023 09:30 (horário de Rondônia)

Caso ainda não o tenha(m) feito, fica(m) também intimado(s) a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o(s) contato(s) telefônico(s) indicado(s) para a realização da videoconferência (com o aplicativo WhatsApp), sob pena de o processo ser movimentado para deliberação judicial para providências quanto à extinção do processo (no caso de inércia da parte requerente) ou quanto à consideração de recusa do demandado à participação na audiência (art. 23 da Lei nº 9.099/95).
COMO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e horário marcados.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o aplicativo WhatsApp de seu celular ou no computador, a partir do link https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br. Se necessário, poderá ser utilizado o aplicativo Hangouts Meet (art. 7°, III, Prov. 018/2020-CG);
2. Estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário (art. 7°, V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar-lhe da audiência por videoconferência e orientá-la sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7°, II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação (art. 7°, IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir (art. 7°, VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
6. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado (art. 7°, X, Prov. 018/2020-CG);
7. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais (art. 7°, XI, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial (art. 7°, XII, Prov. 018/2020-CG);
9. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7°, XVIII, Prov. 018/2020-CG);
10. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual (art. 7º, XIX, Prov. 018/2020-CG);
11. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial (art. 7°, XIII, Prov. 018/2020-CG.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7°, I, Prov. 018/2020-CG);
2. A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil). (art. 7°, VIII, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada (art. 7°, XIV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada (art. 7°, XV, Prov. 018/2020-CG);
5. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca (art. 7°, XX, Prov. 018/2020-CG).
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - CEJUSC:
E-mail: cejusc_jecc@tjro.jus.br
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Processo: 7088691-10.2022.8.22.0001
AUTOR: FORLAM ALMEIDA DOS SANTOS, CPF nº 02411244762, ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ 7180, - DE 3460/3461 AO FIM TRIÂNGULO - 76805-650 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RODRIGO RAFAEL DOS SANTOS, OAB nº RO11257
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, RUA ANTÔNIO MARIA COELHO 5401, - DE 3807/3808 A 5298/5299 CAMPO GRANDE - 79021-170 - CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL, ENERGISA RONDÔNIA

SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95.
Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais por conta de falha na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica.
Narra a parte autora que é titular das unidades consumidoras nº 20/1459044-2 e 20/1493253-7 e reclama que sofreu falta de energia elétrica por diversas vezes, no mês de novembro de 2022 (08/11, 15/11, 22/11 e 24/11). Reclama que a requerida foi notificada, por meio de outros moradores da comunidade em que mora, mas, mesmo assim, demorou um tempo muito grande para realizar o restabelecimento da energia no local.
A requerida em sua defesa disse que houve um temporal, e que uma árvore teria caído sobre um poste, e como o local é de difícil acesso, necessitou desse prazo para o restabelecimento do fornecimento de energia.
Verifico que o processo encontra-se pronto para prolação de sentença de mérito.
A parte requerente não provou que ele próprio fez a comunicação da falta de energia à requerida, mas somente protocolos registrados por outros moradores (só menciona os números de protocolo no corpo da inicial, sem apresentar como anexo os protocolos).
Sobre o tempo em que se passou sem energia elétrica, o art. 157, § 4º da Resolução 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) versa quanto ao prazo razoável para solução da reclamação.
Por analogia ao art. 176, II, da mesma Resolução, entende-se como prazo razoável, por ser localidade rural, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da reclamação aberta junto à requerida.
Todavia, há que se falar, neste caso, não somente no tempo em que se passou sem o fornecimento de energia, mas, também, no fortuito ocorrido relacionado com a forte chuva ocorrida no local, deixando o solo na região em que ocorreu o problema encharcado. Ademais, pelas fotos juntadas pela parte autora à inicial do local em que houve a obstrução da rede elétrica, vê-se que é uma região de difícil acesso.
Importante ressaltar, por oportuno, em que pese a parte autora relatar que ficou sem energia por inúmeras vezes, sequer informou a quantidade de tempo exata da falta de energia nas datas mencionadas, limitando-se a relatar que " ocorrendo a interrupção sem aviso prévio às 08:10 horas do dia 08/11/2022, passando longas horas". Da mesma forma que não junta os protocolos.
Neste caso, considerando as peculiaridades do caso concreto, bem ainda a Resolução 414/2010 da ANEEL, tem-se que não ficou comprovado que a requerida agiu fora do prazo estipulado na normativa legal, tendo ainda a peculiaridade de ser local de difícil acesso, o que justificaria um tempo um pouco maior de resposta.
Assim, tendo bem em mente todo o argumentado acima, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL.
DECLARO EXTINTO O PROCESSO com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.
Sem custas e honorários na forma da Lei 9.099/95.
Intimem-se as partes desta sentença. Com o trânsito em julgado deverá o cartório providenciar o regular arquivamento dos autos.
Serve como mandado/intimação/comunicação, dispensando-se expedição de ofício ou outro ato ordinatório do juízo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7044223-24.2023.8.22.0001
REQUERENTE: AGNELO RODRIGUES DE SOUZA
Advogados do(a) REQUERENTE: AGATA NASCIMENTO OLIVEIRA - RO10100, BRUNA LARISSA CAMPOS DE OLIVEIRA - RO13000
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Processo n.: 7086124-06.2022.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto:Compromisso
EXEQUENTE: ELIANE MARA DE MIRANDA, RUA RAFAEL VAZ E SILVA 1040, - DE 980/981 A 1309/1310 NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-162 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ELIANE MARA DE MIRANDA, OAB nº RO7904
EXECUTADO: BRUNO MARQUES PAIXAO, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 2503, - DE 2413 A 2873 - LADO ÍMPAR SÃO CRISTÓVÃO - 76804-011 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa:R$ 18.000,00
DECISÃO
Promova a parte autora, no prazo de 05 dias, o impulsionamento do feito, indicando bens passíveis de penhora, sob pena de extinção, com fundamento no art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95
Intimem-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Brenno Roberto Amorim Barcelos
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7000082-56.2019.8.22.0001
REQUERENTE: CAMILA PEREIRA AZEVEDO, AVENIDA RIO MADEIRA 5064, BL 03 APTO 105 GARDEN CLUB NOVA ESPERANÇA - 76821-510 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: KEILA MARIA DA SILVA OLIVEIRA, OAB nº RO2128
REQUERIDOS: MATEUS APARECIDO ARAÚJO LIMA, RUA CAMBORIÚ 6150 APONIÃ - 76824-118 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, MATEUS .A ARAUJO SILVA - ME, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 1356, - DE 1288 A 1540 - LADO PAR CENTRO - 76801-112 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: DOMINGOS SAVIO NEVES PRADO, OAB nº RO2004
DECISÃO
Promovam-se a atualização do débito, com envio dos autos à contadoria.
Após, tendo em vista o desinteresse da parte exequente sobre a inclusão da restrição no veículo encontrado, deve prosseguir a execução. Tratando-se de empresa ativa, com faturamento diário e que não demonstra interesse em satisfazer sua obrigação em largo tempo de tramitação do processo, para fins de dar satisfação ao credor, determino a penhora sobre o faturamento do estabelecimento comercial, devendo a diligência ser cumprida em dias diversos, limitada a 30% do faturamento diário da empresa requerida, até o total adimplemento da dívida, (BAR DA FAMA) RREQUERIDOS: MATEUS APARECIDO ARAÚJO LIMA, CPF nº DESCONHECIDO, RUA CAMBORIÚ 6150 APONIÃ - 76824-118 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, MATEUS .A ARAUJO SILVA - ME, CNPJ nº 24980772000103, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 1356, - DE 1288 A 1540 - LADO PAR CENTRO - 76801-112 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, na forma do art. 866, § 1º do CPC, até o valor da execução atualizada, devendo os valores serem depositados em conta judicial vinculada à este feito, junto à Caixa Econômica Federal, vinculada ao 3º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho/RO.
Nomeio a parte exequente REQUERENTE: CAMILA PEREIRA AZEVEDO, CPF nº 00448233207, AVENIDA RIO MADEIRA 5064, BL 03 APTO 105 GARDEN CLUB NOVA ESPERANÇA - 76821-510 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, como a administradora-depositária, para os fins do art. 866 § 2º, do CPC.
Cumpra-se.
Serve como intimação.
Porto Velho, 17 de julho de 2023

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7040380-51.2023.8.22.0001
AUTOR: IASMIM CORDEIRO DE SOUZA
REU: CENECT - CENTRO INTEGRADO DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA LTDA
Advogado do(a) REU: ALBADILO SILVA CARVALHO - RO7411
Intimação PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA
Finalidade: Intimação para audiência de conciliação por videoconferência
Esta publicação tem por finalidade intimar o(s) advogado(s) da(s) parte(s) acima identificado(s) para que participe(m) da audiência de conciliação a ser realizada por videoconferência (via WhatsApp), bem como assegure(m) que seu(s) constituinte(s) também compareça(m).
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA: 08/08/2023 12:30 (horário de Rondônia)
Caso ainda não o tenha(m) feito, fica(m) também intimado(s) a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o(s) contato(s) telefônico(s) indicado(s) para a realização da videoconferência (com o aplicativo WhatsApp), sob pena de o processo ser movimentado para deliberação judicial para providências quanto à extinção do processo (no caso de inércia da parte requerente) ou quanto à consideração de recusa do demandado à participação na audiência (art. 23 da Lei nº 9.099/95).
COMO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e horário marcados.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o aplicativo WhatsApp de seu celular ou no computador, a partir do link https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br. Se necessário, poderá ser utilizado o aplicativo Hangouts Meet (art. 7°, III, Prov. 018/2020-CG);
2. Estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário (art. 7°, V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar-lhe da audiência por videoconferência e orientá-la sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7°, II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação (art. 7°, IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir (art. 7°, VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);

6. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado (art. 7°, X, Prov. 018/2020-CG);
7. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais (art. 7°, XI, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial (art. 7°, XII, Prov. 018/2020-CG);
9. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7°, XVIII, Prov. 018/2020-CG);
10. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual (art. 7º, XIX, Prov. 018/2020-CG);
11. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial (art. 7°, XIII, Prov. 018/2020-CG.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7°, I, Prov. 018/2020-CG);
2. A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil). (art. 7°, VIII, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada (art. 7°, XIV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada (art. 7°, XV, Prov. 018/2020-CG);
5. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca (art. 7°, XX, Prov. 018/2020-CG).
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - CEJUSC:
E-mail: cejusc_jecc@tjro.jus.br
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7088711-98.2022.8.22.0001
Requerente: LILIANE GASTAO HONORATO
Advogado do(a) AUTOR: RODRIGO STEGMANN - RO6063
Requerido(a): BANCO DO BRASIL SA
Advogado do(a) REU: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES - RN5553
Intimação À PARTE RECORRIDA (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Número do processo: 7034413-25.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: ANA LUCIA ALVES TOMAZ
ADVOGADOS DO AUTOR: JARDELINA RAMOS DE OLIVEIRA MELO, OAB nº RO7370, JONES ALVES DE SOUZA, OAB nº RO8462
Polo Passivo: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS SA, GOL LINHAS AÉREAS S.A
ADVOGADOS DOS REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
DESPACHO
Devolvo os autos para realização da citação e designação de nova audiência, em tempo mais exíguo disponível.
Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Processo n.: 7082755-04.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Atraso de vôo

AUTOR: HELENA MOURA DE SOUZA, AVENIDA RIO MADEIRA 5045, - DE 4913 A 5169 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-191 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MANUELA GSELLMANN DA COSTA, OAB nº RO3511
ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA, OAB nº RO1246
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS, PRAÇA LINNEU GOMES sn, PRÉDIO 3, PORTARIA 24 CAMPO BELO - 04626-020 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
Valor da causa:R$ 10.000,00
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei n° 9.099/95.
Trata-se de ação onde a parte requerente alega que o voo contratado com a requerida sofrera atraso, de modo que foi submetida a espera de aproximadamente 12h para chegada a seu destino (Porto Velho), causando-lhe danos passíveis de reparação.
Em contestação a empresa afirma que o atraso se deu em decorrência de necessidade de adequação da malha aérea e da pandemia da Covid-19. Pontua que observou o regramento legal pertinente, não se cogitando em dever de indenizar. Em suma, pede pela improcedência da ação.
Não há preliminares a serem dirimidas.
Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação passo ao exame do mérito.
A relação jurídica entabulada pelas partes se amolda aos preceitos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), observado ser a parte autora consumidora e a ré fornecedora de serviços, nos moldes dos arts. 2° e 3° do Código Consumerista.
Nestes autos restaram incontroversos a contratação firmada entre as partes e o atraso no voo, fato confessado pela própria parte contrária, não dependendo, portanto, de prova (art. 374, II, CPC). Incontroverso ainda que a autora embarcou em voo distinto daquele inicialmente contratado.
Não logrou êxito a ré em comprovar ter observado os termos da Resolução 400/ANAC.
Nota-se que a requerida primeiramente antecipou, unilateralmente o voo da autora para o dia 08/11/2021. Não tendo esta comparecido, reacomodou a consumidora no voo do dia 09/11/2021 às 21:10, sendo que o voo originalmente adquirido partiria as 9:00 daquele mesmo dia.
Portanto, a requerida submeteu a consumidora a uma espera de aproximadamente 12h e não demonstrou observância aos termos da Resolução 400/ANAC, especial não colacionou aos autos prova da assistencial material prestada.
É cediço o direito do passageiro ser reacomodado em outro voo, a teor do disposto no art. 12, §2°, da referida Resolução. Neste ponto, o mesmo texto normativo esclarece em seu art. 28:
Art. 28. A reacomodação será gratuita, não se sobreporá aos contratos de transporte já firmados e terá precedência em relação à celebração de novos contratos de transporte, devendo ser feita, à escolha do passageiro, nos seguintes termos:
I - em voo próprio ou de terceiro para o mesmo destino, na primeira oportunidade;
Inequívoco que a reacomodação poderá se dar em voo de terceiro. No entanto, a requerida submeteu a consumidora a uma espera de 12h sem prestar auxílio material.
Houve vício na prestação de serviço, que inclusive é considerado serviço essencial, que ocasionou todos os transtornos narrados na inicial.
A moderna jurisprudência do STJ não mais admite presunção de dano moral, pelo mero atraso. Outros fatores necessitam ser analisados para perquirir a configuração do dano caso a caso.
Nesse sentido:
DIREITO DO CONSUMIDOR E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. ATRASO EM VOO INTERNACIONAL. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. EXSÚMULA 7/STJ. (…) 5. Na específica hipótese de atraso de voo operado por companhia aérea, não se vislumbra que o dano moral possa ser presumido em decorrência da mera demora e eventual desconforto, aflição e transtornos suportados pelo passageiro. Isso porque vários outros fatores devem ser considerados a fim de que se possa investigar acerca da real ocorrência do dano moral, exigindo-se, por conseguinte, a prova, por parte do passageiro, da lesão extrapatrimonial sofrida. 6. Sem dúvida, as circunstâncias que envolvem o caso concreto servirão de baliza para a possível comprovação e a consequente constatação da ocorrência do dano moral. A exemplo, pode-se citar particularidades a serem observadas: i) a averiguação acerca do tempo que se levou para a solução do problema, isto é, a real duração do atraso; ii) se a companhia aérea ofertou alternativas para melhor atender aos passageiros; iii) se foram prestadas a tempo e modo informações claras e precisas por parte da companhia aérea a fim de amenizar os desconfortos inerentes à ocasião; iv) se foi oferecido suporte material (alimentação, hospedagem, etc.) quando o atraso for considerável; v) se o passageiro, devido ao atraso da aeronave, acabou por perder compromisso inadiável no destino, dentre outros. 7. Na hipótese, não foi invocado nenhum fato extraordinário que tenha ofendido o âmago da personalidade do recorrente. Via de consequência, não há como se falar em abalo moral indenizável. (…)(REsp 1584465/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 21/11/2018).
No presente caso, além do atrasos substancial, as condições impostas à consumidora, sem qualquer informação clara ou assistência material devida, é suficiente para caracterizar o dano extrapatrimonial.
O disposto no art. 27 da Resolução 400 da ANAC é peremptório ao prescrever:
Art. 27. A assistência material consiste em satisfazer as necessidades do passageiro e deverá ser oferecida gratuitamente pelo transportador, conforme o tempo de espera, ainda que os passageiros estejam a bordo da aeronave com portas abertas, nos seguintes termos:
I - superior a 1 (uma) hora: facilidades de comunicação;
II - superior a 2 (duas) horas: alimentação, de acordo com o horário, por meio do fornecimento de refeição ou de voucher individual; e
III - superior a 4 (quatro) horas: serviço de hospedagem, em caso de pernoite, e traslado de ida e volta.
Trata-se, portanto, de setor regulado, sendo que o descumprimento das normas e disposições estabelecidas pela ANAC prejudica o setor aéreo como um todo, sobretudo, por fragilizar a relação estabelecida com o consumidor que não dispõe de outras alternativas senão aquelas impostas pela fornecedora do serviço.
A requerida não procurou sequer mitigar a extensão do dano que criou. Não colacionou nos autos documento apto a demonstrar que forneceu alimentação e/ou hospedagem, observado que o tempo de espera em muito superou a 4 horas, deixando a consumidora à sua própria sorte em cidade distinta de seu domicílio.

Assim, constatado, à toda prova, que a empresa ré não observou a Resolução 400/ANAC, tampouco o Código Consumerista inteiramente aplicável a esta situação a teor da jurisprudência iterativa nesse sentido.
O risco operacional e administrativo é inerente a atividade praticada pela companhia aérea que deve estar sempre preparada para cumprir suas obrigações legais/contratuais e, em caso de alterações como a relatada nos autos, fornecer assistência material precisa e completa ao consumidor atingido.
Ademais, não há que se falar em excludente de responsabilidade por quebra do nexo causal, uma vez que se trata de risco inserido na atividade econômica desenvolvida.
Patente a má prestação do serviço contrato, que inclusive, se trata de serviço público, o abalo moral é inquestionável e a fixação do valor da indenização levará em conta a quebra contratual (atraso/cancelamento do voo), além dos reflexos causados no íntimo psíquico da parte requerente, tendo em conta as consequências do fato, devendo ainda, servir como desestímulo para a prática de novas condutas lesivas, observando-se sempre a capacidade financeira do obrigado a indenizar, de forma que o quantum não implique em enriquecimento indevido do ofendido.
Considerando as condições descritas nos autos, bem como o atraso em que a parte requerente foi submetida, sem assistência adequada, tenho como justo, proporcional e razoável a fixação do quantum de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), como forma de disciplinar a requerida e dar satisfação pecuniária a requerente.
DISPOSITIVO
Diante do exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, com resolução do mérito, para condenar a requerida a pagar em favor da requerente a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, acrescidos de juros legais de 1% ao mês contados da citação (art. 405, CC) e correção monetária a partir da publicação desta decisão, consoante precedentes recentes do Superior Tribunal de Justiça (súmula 362, STJ).
Por conseguinte fica a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, III e IV, LF 9.099/95 e Enunciado Cível FOJUR nº 05, sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, § 1º, CPC/2015), não sendo aplicável a parte final do §1° do artigo 523 do CPC, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE nº 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária prevista em Lei.
Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de sentença o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (SISBAJUD e RENAJUD).
Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova conclusão, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício no ato da interposição do recurso, sob pena de deserção.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Serve a presente decisão como mandado/intimação/comunicação.
Registrado e publicado eletronicamente. Intimem-se.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Brenno Roberto Amorim Barcelos
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 7088227-83.2022.8.22.0001
AUTOR: AXWEL LUDOVIC FERREIRA SCHULZE
ADVOGADO DO AUTOR: KELISSON MONTEIRO CAMPOS, OAB nº RO5871
REQUERIDOS: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS SA, TAM LINHAS AÉREAS S/A
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: FERNANDO ROSENTHAL, OAB nº SP146730, DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
DESPACHO
Analisando os autos, percebe-se que não foi anexado aos autos comprovante de endereço em nome da parte requerente, não preenchendo o disposto no art. 319, I do CPC. O documento de endereço é essencial para se aferir a competência territorial deste juízo.
Desde já, alerto que este juízo não admite declaração de endereço, tampouco comprovante de residência em nome de terceiro.
Assim, concedo prazo de 5 dias para juntada do referido comprovante em nome da parte requerente, sob pena de indeferimento da inicial nos moldes do art. 330, IV do CPC.
Serve cópia deste despacho como mandado/ofício/intimação.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7073395-79.2021.8.22.0001
EXEQUENTE: RESIDENCIAL PORTO BELO III
Advogado do(a) EXEQUENTE: RAUZEAN ALVES ALMEIDA - RO8647
EXECUTADO: ROSICLEIA OZIEL DOS SANTOS DA SILVA
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA a requerer o que entender de direito, sobre documentos liberados para acesso, conforme DESPACHO ID 92706863 no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7037892-26.2023.8.22.0001
REQUERENTE: MARCELA MILREA ARAUJO BARROS
Advogado do(a) REQUERENTE: RAFAEL QUEIROZ DE OLIVEIRA PEDROSO - RO10652
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7030702-46.2022.8.22.0001
Requerente: ROSINEIA ALVES DOS SANTOS
Advogado do(a) REQUERENTE: MATEUS FERNANDES LIMA DA SILVA - RO9195
Requerido(a): BANCO DO BRASIL e outros
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7004062-69.2023.8.22.0001
Requerente: MIGUEL DA SILVA SANTOS
Requerido(a): OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
Advogado do(a) REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7019515-41.2022.8.22.0001
REQUERENTE: IOLANDA AGUIAR MACHADO
Advogados do(a) REQUERENTE: JAYANE CARLOS PIOVESAN - RO9710, RAFAELA CAROLINA DE ANDRADE FERREIRA - RO7342
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 16 de julho de 2023.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível PROCESSO: 7046181-16.2021.8.22.0001
REQUERENTE: ROBERTA RAQUEL DOS SANTOS
ADVOGADO DO REQUERENTE: ANDRE LUIZ LIMA, OAB nº RO6523
REQUERIDO: CLINICA ODONTOLOGICA MODERNA LTDA - ME
ADVOGADO DO REQUERIDO: MATHEUS ARAUJO MAGALHAES, OAB nº RO10377
ADVOGADO DO REQUERIDO: MATHEUS ARAUJO MAGALHAES, OAB nº RO10377
Decisão/Ordem de Pagamento
Vistos.
Analisando a petição de id.87794921 tem-se que há apenas duas hipóteses em que o parcelamento de condenação a pagar quantia certa é possível no processo civil: 1) por mútuo acordo de vontade das partes (mesmo em fase avançada de execução), com a juntada de termo de acordo celebrado entre as partes, o que não ocorreu, inclusive, houve discordância por parte da autora(id.88923851); 2) e na forma prevista no art. 916 do CPC, entretanto, não há essa previsão no âmbito dos juizados especiais cíveis, razão pela qual, indefiro o pedido da executada.
Considerando os depósitos judiciais realizados pela parte devedora, em 01/03/2023 de R$2.139,74; em 04/04; 03/05; 02/06 e 04/07/2023 de R$,832,12 cada; totalizando R$5.468,22, mais remuneração da conta judicial.
Nesta data EXPEDI ORDEM JUDICIAL ELETRÔNICA (alvará eletrônico) ao banco, em favor da exequente e/ou de seu(s) advogado(s) constituído(s) para levantamento dos valores depositados em juízo, com as devidas correções/rendimentos/atualizações monetárias.
Favorecido do alvará eletrônico: REQUERENTE: ROBERTA RAQUEL DOS SANTOS E/OU POR SEU ADVOGADO, ADVOGADO DO REQUERENTE: ANDRE LUIZ LIMA, OAB nº RO6523
Valor Favorecido Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 5.575,99 ROBERTA RAQUEL DOS SANTOS 1808520 - 8 Sim Direto na agênciaOBSERVAÇÕES:
1) A parte favorecida deverá comparecer, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, à agência da Caixa Econômica Federal (agência: 2848), localizada na Avenida Nações Unidas, ao caixa presencial, munida de documentos de identificação com foto, para saque do valor creditado.
2) O alvará eletrônico deverá ser sacado em até 30 (trinta) dias, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, sob pena de transferência para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO, que desde já determino.
3)Saliento que não é necessário a impressão deste expediente e nem tampouco comparecimento da parte à sede deste Juizado, bastando, para tanto, comparecer à Caixa Econômica Federal - Agência 2848 - Avenida Nações Unidas para levantamento da ordem.
Após o levantamento dos valores, intime-se a autora para, em cinco dias, dar prosseguimento à execução, apresentando planilha de cálculo com saldo remanescente e deduções devidas, sob pena de extinção.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 16 de julho de 2023
Haroldo de Araujo Abreu Neto
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Processo n. 7051068-09.2022.8.22.0001
Parte requerente: AUTOR: KLEYCIELLI XAVIER CARLOS, RUA JOÃO PAULO I 2400, QUADRA 10 CASA 04 NOVO HORIZONTE - 76810-154 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: KLEYCIELLI XAVIER CARLOS, OAB nº RO8316
Parte requerida: REQUERIDOS: COMPLEXO DE ENSINO RENATO SARAIVA - EPP, EDIFÍCIO POTY ANDAR 10, RUA MADRE DE DEUS 27 RECIFE - 50030-906 - RECIFE - PERNAMBUCO, SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA, RUA SUCUPIRA 4147, POLO NOVA FLORESTA - PORTO VELHO - RO NOVA FLORESTA - 76807-146 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: IARA MARZOL MONTANDON, OAB nº RJ81678, MARCIO RAFAEL GAZZINEO, OAB nº CE23495
Vistos.
Da análise da peça embargante, tenho que as alegações ali consignadas não dizem respeito ao julgado em si, mas à fundamentação da sentença guerreada e à análise do conjunto probatório, de modo que o provimento judicial é claro e inteligível, não havendo qualquer omissão, obscuridade ou contradição.
Não merecem acolhimento embargos declaratórios que, a pretexto de sanar omissões da decisão embargada, traduzem, na verdade, o inconformismo do embargante com a conclusão adotada, pretendendo reanálise do conteúdo probatório. A matéria albergada nos embargos deve ser consignada e demonstrada em recurso próprio, observados o preparo regular e a tempestividade.
Ante o exposto, CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos e os REJEITO, devendo o cartório, após o trânsito em julgado da sentença de mérito prolatada, cumprir os dispositivos e comandos nela inseridos.
Intimem-se.
Serve a presente como comunicação.
Porto Velho , 16 de julho de 2023
Haroldo de Araujo Abreu Neto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Processo n. 7013911-02.2022.8.22.0001
REQUERENTE: SUELI ALVES PEREIRA PERES, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 206, - DE 2408 A 2800 - LADO PAR EMBRATEL - 76820-892 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: KELISSON MONTEIRO CAMPOS, OAB nº RO5871
REQUERIDO: CBSM - COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE MARKETING, RUA JOAQUIM FLORIANO 533, - DE 361 A 569 - LADO ÍMPAR ITAIM BIBI - 04534-011 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCIO LAMONICA BOVINO, OAB nº RJ214531
Sentença
Relatório dispensado na forma do art.38 da lei nº 9.099/95
ALEGAÇÕES DA AUTORA: Narra que sofreu dano morais em razão da falha na prestação do serviço bem como em razão da prática abusiva e propaganda enganosa da requerida
ALEGAÇÕES DA REQUERIDA: Afirma prestar serviço semelhante à conta-corrente de banco que fornece soluções para pagamentos e compras, de modo que é possível adquirir pontos, tendo disponibilizado essas informações no site. Aduz que atua conforme a dinâmica do mercado de modo que requerente não conseguiu adquirir as passagens por falta de pontos, não havendo, portanto, ato ilícito e dano moral causado pela requerida.
PROVAS E FUNDAMENTAÇÃO: O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, eis que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas, razão pela qual não se justifica a designação de audiência de instrução ou dilação probatória.
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo que o processo está em ordem e “maduro” para julgamento, deve promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
A questão deve ser examinada à luz do CDC, vez que se trata de relação de consumo.
Resta demonstrada a relação jurídica entre as partes, incontroversa a ilegalidade nos atos da requerida.
O caso em questão trata de uma situação em que o autor alega ter sofrido danos devido a práticas abusivas e propaganda enganosa por parte da empresa requerida. No entanto, após examinar as provas apresentadas nos autos, é possível concluir que não assiste razão a parte autora. Explico.
A proposta de serviço da empresa ré consiste na conversão de vendas de produtos e/ou serviços em pontos chamados “DOTZ”, que são creditados aos consumidores das empresas contratantes/parceiras que aderem ao programa. A demandada também oferece o serviço de conta digital, que permite a troca dos pontos por dinheiro.
Com base nas provas apresentadas, verifica-se que a conta do autor possuía um saldo de 77.227 pontos, enquanto o valor das passagens escolhidas por ele correspondia a 289.000 pontos.
A tese autoral é de que o valor informado pela empresa ré é maior do que o valor cobrado no site da empresa aérea, configurando uma prática abusiva; ocorre que ela tem a liberdade de anunciar seus produtos e serviços pelos valores que considerar adequados, não sendo a estipulação de seus preços, isoladamente, uma conduta tipicamente abusiva à luz do Código de Defesa do Consumidor. Nesse caso, a impossibilidade de compra das passagens decorreu unicamente da falta de crédito por parte do cliente.
Ora, o CDC estabelece que, para responsabilizar o fornecedor, é necessário comprovar o nexo causal entre a conduta do fornecedor e o dano sofrido pelo consumidor. No presente caso, não há espaço para essa subsunção normativa, porquanto qualquer frustração experimentada pelo autor ocorreu devido à sua própria falta de crédito.
Consequentemente, não vislumbro viabilidade para o acolhimento do pedido inicial, uma vez que os acontecimentos ocorreram por culpa exclusiva da autora. De forma que se torna impossível reconhecer a responsabilidade civil nos termos do Art. 14, §3º, inc. II.
Os pedidos formulados não procedem, tendo o réu agido legitimamente e sem qualquer conduta ofensiva e passível de responsabilização civil.
Esta é a decisão que mais justa se revela para o caso concreto, nos termos do art. 6º da LF 9.099/95.
DISPOSITIVO: Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos.
Por fim, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC, devendo o cartório, após o trânsito em julgado desta, arquivar imediatamente o feito, observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão, sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício, no ato da interposição do recurso, sob pena de preclusão e indeferimento da gratuidade.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente como comunicação.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Haroldo de Araújo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n.258/2023-CGJ, de 26/06/2023)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Processo n. 7054060-40.2022.8.22.0001
Parte requerente: REQUERENTE: SABRINA ADRIANO BAIA SOMENZARI, AVENIDA RIO MADEIRA, - DE 4238 A 4272 - LADO PAR RIO MADEIRA - 76821-300 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JHONATAS EMMANUEL PINI, OAB nº RO4265, RICARDO CARLOS MARTINS MARINI, OAB nº RO12663

Parte requerida: REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS S.A, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
DECISÃO
Requisitei bloqueio on-line do valor de R$ 13.087,91(treze mil, oitenta e sete reais e noventa e um centavos), conforme requerido pela parte exequente.
Em seguida, foi determinada a transferência da quantia bloqueada na conta bancária da devedora.
Aguarde-se a transferência. Após, intime-se a parte executada para em cinco dias apresentar manifestação, nos termos do art. 854, §3º, do CPC.
Decorrido o prazo sem manifestação ou havendo concordância com o bloqueio realizado, expeça-se alvará judicial em favor da parte exequente da quantia disponibilizada e penhorada via SISBAJUD, assim como eventuais acréscimos, devendo referida parte ser intimada a efetuar o levantamento da ordem no prazo de 05 (cinco) dias.
Não havendo o oportuno levantamento, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Cumprida as diligências acima, voltem os autos conclusos para extinção.
Serve o presente como comunicação.
Porto Velho , 16 de julho de 2023
Haroldo de Araújo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n.258/2023-CGJ, de 26/06/2023)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 VARA CÍVEL
Processo n.: 7001889-72.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Análise de Crédito
Valor da causa: R$ 42.893,40 (quarenta e dois mil, oitocentos e noventa e três reais e quarenta centavos)
Parte autora: MARINEIDE MOTA, CONDOMÍNIO RIO VERDE Ap 202, BLOCO 06 - B AV JATUARANA - 76806-990 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: GRAZIELLA ALENCAR SILVA, OAB nº RO12441, RUA ALGODOEIRO 5650, - DE 5311/5312 AO FIM COHAB - 76808-012 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, GABRIEL MARTINS MONTEIRO, OAB nº RO9839
Parte requerida: BANCO DO BRASIL, CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: ITALO SCARAMUSSA LUZ, OAB nº BA67070, AVENIDA DESEMBARGADOR MÁRIO DA SILVA NUNES 717, TORRE NORTE, SALA 901/902 JARDIM LIMOEIRO - 29164-044 - SERRA - ESPÍRITO SANTO, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
D E C I S Ã O
Trata-se de ação indenizatória ajuizada por MARINEIDE MOTA contra BANCO DO BRASIL porque, em síntese, passou a sofrer cobranças em sua conta bancária (nº 20249-5, agência nº 3796-6) oriundas de uma operação de crédito consignado que desconhece, qual seja, contrato nº 987536931, "BB CRÉDITO RENOVADO CDC EMPRÉSTIMO", firmado em 19/10/2022, no valor de R$ 7.930,75, a ser quitado em 60 parcelas de R$ 464,89. Pede seja declarada a "inexistência do empréstimo consignado no valor de R$ 7.930,00 (sete mil novecentos e trinta reais) parcelado em 60x em R$ 464,89", pedido "c", e compensação de R$ 15.000,00 pelo dano moral, pedido "d".
Os autos não se encontram prontos para sentença, razão pela qual converto o julgamento em diligência.
A interpretação sistêmica extraída da causa de pedir e dos pedidos, no estado em que se encontra a ação, beira o ininteligível.
Por um lado, o pedido declaratório desta ação visou única e exclusivamente da suposta inexistência do empréstimo consignado no valor de R$ 7.930,00 (sete mil novecentos e trinta reais), parcelado em 60x em R$ 464,89; ocorre que o fundamento para ele é que a parte autora reconheceria que firmou apenas um outro contrato de empréstimo consignado, em 26/10/2022, no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), parcelado em 36x de R$ 464,06 — mas não apresenta maiores detalhes desse negócio jurídico que reputa válido.
Nessa linha, o extrato de lançamentos bancários de ID nº 85793811 - Pág. 9 comprova o recebimento do crédito de R$ 7.000,00 em 26/10/2022, sendo que a parte autora confirma sua contratação, ao passo que não há registro de crédito em 19/10/2022. Daí a irresignação autoral contra o empréstimo supostamente firmado nesse dia e, consequentemente, a causa de pedir desta lide.
Todavia, o extrato de conta-corrente de ID nº 85793811 - Pág. 5, que pretendia justamente comprovar o indevido desconto decorrente de ambos os consignados, não exibe nenhuma rubrica nos montantes de R$ 464,06 R$ 464,89 (a que a parte se refere em sua narrativa). Constam somente descontos de R$ 483,58 e R$ 486,54, que aparentam nem ter embasamento contrautal. Como as rubricas não discriminam a quais contratos se referem (sua nomenclatura é apenas "Pagamento Empréstimo CDC", todas), não é possível saber o que vem sendo, de fato, cobrado da correntista.
Para piorar, considerando que, segundo a própria contestante, a 1ª parcela do contrato nº 987536931, de R$ 7.930,75, somente seria cobrada em 26/02/2023 (ID nº 87085531), pondero que nenhuma das rubricas impugnadas exibidas pelo demandante (que ajuizou esta ação em 13/01/2023) poderiam, bem pensados os termos contratuais, se referir a esse empréstimo impugnado.
Por outro lado, a autora está protagonizando grande endividamento, é sabedora dessa circunstância e, ainda assim, deixou de fornecer ao Juízo elementos mínimos para compreensão da extensão de seu quadro fático, dificultando até mesmo a defesa do Banco do Brasil, que, legitimamente, limitou-se a justificar a regularidade do único empréstimo efetivamente impugnado (pedido "c" da exordial). Não merece, por isso, agora ver despejado contra si o encargo invertido previsto no art. 6º, VIII, do CDC, pois produziu as provas que eram, à primeira vista, cabíveis.

Não obstante, considerando a vulnerabilidade técnica e informacional incidente sobre a consumidora, sem ignorar a hegemonia que a instituição financeira detém neste caso por conta de sua posição contratual, é de se declarar, a partir de agora, a inversão do ônus probatório, conforme arts. 6º, VIII do CDC c/c 373, § 1º, CPC, para expressamente depositar sobre a ré o encargo de bem esclarecer o contexto contratual mantido com a cliente.
Por essas razões, visando desemaranhar o cipoal contratual em que se enredou a consumidora, DECLARO a inversão do ônus da prova em favor da parte demandante e DETERMINO as seguintes providências:
1º) Intime-se o Banco do Brasil para que, em até 15 (quinze) dias, traga a estes autos: os instrumentos contratuais, relatórios de evolução histórica, extratos de pagamento e demais documentos e informações de que dispuser acerca dos seguintes empréstimos (listados à ID nº 85793811 - Pág. 1):
- BB Crédito Automático, no valor de R$ 7.000,00, dividido em 36 parcelas de R$ 465,06;
- BB Renovação Consignação, no valor de R$ 16.605,63, dividido em 96 parcelas de R$ 371.44;
- BB Crédito Renovação, no valor de R$ 7.930,75, dividido em 60 parcelas de R$ 464,89.
Deverá o Banco do Brasil, em sua manifestação, defender a regularidade cada um desses empréstimo, indicar a data de sua constituição e da 1ª parcela, bem como a forma como vêm sendo cobrados da cliente.
2º) Subsequentemente, aportando essa manifestação acompanhada da documentação, vista à parte autora para manifestação em até 15 (quinze) dias, na forma do art. 437, § 1º, CPC.
Enfim, escoados todos esses prazos, voltem conclusos para sentença.
Porto Velho domingo, 16 de julho de 2023 às 20:27.
Haroldo de Araujo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n. 258/2023-CGJ, de 26/06/2023)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível Processo n. 7005461-36.2023.8.22.0001
REQUERENTE: RODRIGO OTAVIO PARAGUASSU DE SOUZA, RUA JARDINS, RODOVIA BR 364 KM 5 BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALLAN OLIVEIRA SANTOS, OAB nº RO10315
REQUERIDO: Oi Móvel S.A, RUA DOM PEDRO II 1213, - DE 1179 A 1415 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76801-103 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO, OAB nº RO635, Procuradoria da OI S/A
Despacho
Em que pesem os autos estarem conclusos para sentença, constato que não estão aptos para julgamento, pois necessário melhores esclarecimentos dos fatos, devendo a parte autora informar e demonstrar a fonte de onde foi retirado o documento anexado ao ID 86360670, já que não consta nenhuma informação nesse sentido na tela mencionada. Respectivos documentos são cruciais para o julgamento da causa, de modo que a providência se revela recomendável.
Desse modo, visando evitar futura arguição de nulidade ou cerceamento de defesa, CONVERTO O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA e DETERMINO que se intime a parte autora para, em 05 (cinco) dias, providenciar novo escaneamento ou deposite os referidos documentos em gabinete, sob pena de preclusão e julgamento do feito no estado em que se encontra.
Com a apresentação do documentos, intime-se a parte ré para manifestação em 05(cinco) dias.
Expirado o prazo, com ou sem manifestação, volvam os autos conclusos para prolação de sentença.
Intime-se.
Serve o presente como comunicação.
Porto Velho, 16 de julho de 2023
Haroldo de Araújo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n.258/2023-CGJ, de 26/06/2023)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Polo Ativo: AUTOR: MAGDA PACHECO DA SILVA NASCIMENTO;
x Polo Passivo: REU: BANCO PAN S.A..
Proc. nº: 7007549-47.2023.8.22.0001.
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível.
ADVOGADO DO AUTOR: ADVOGADO DO AUTOR: FRANCIELY CAMPOS FRANCA, OAB nº RO8652;
ADVOGADOS DO REU: ADVOGADOS DO REU: MARIA DE LOURDES DE SOUZA, OAB nº RN1340, JOAO VITOR CHAVES MARQUES DIAS, OAB nº CE30348, PROCURADORIA BANCO PAN S.A.
S E N T E N Ç A
Trata-se de ação ajuizada por MAGDA PACHECO DA SILVA NASCIMENTO contra BANCO PAN S.A, em razão de suposta fraude envolvendo duas transferências PIX no total de R$ 3.150,00 realizadas no dia 06/03/2022 por estelionatários, sem ciência da parte autora, de sua conta poupança (nº 223119360, agência nº 0001, banco nº 623), sendo que esse valor teria sido fruto de um empréstimo também realizado pelos agentes delituosos. Pede condenação por danos materiais e morais.
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95.
Conciliação frustrada. Passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do arts. 355 e 370, ambos do CPC/2015, sendo desnecessária a produção de qualquer prova oral.

I. FUNDAMENTAÇÃO

I.a. PRELIMINAR

Ab initio, rejeito a preliminar de incompetência do Juizado Especial Estadual porque a presença da CEF no polo passivo é desnecessária, uma vez que a responsabilidade pela segurança dos serviços bancários prestados pelo Banco Pan é dele mesmo. A violação denunciada pela parte autora, no caso concreto, envolveu a violação dos dispositivos informáticos operados pelo réu, exclusivamente, sendo certo que foi ele quem concedeu o crédito oriundo da cédula de crédito questionada e, subsequentemente, autorizou os dois PIX.

Entre a CEF e o réu há, se tanto, solidariedade passiva a caracterizar litisconsórcio passivo facultativo simples, conforme art. 114, CPC, mas não se vislumbra espécie litisconsorcial unitária ou necessária no caso porque ambas as instituições sequer travaram relação empresarial ou comercial para viabilizar a contratação da cédula de crédito. Ou seja, não há litisconsórcio a justificar a presença da CEF no polo passivo e, consequentemente, atração da competência para a Justiça Federal (art. 109, I, CR/88).

Também é desnecessária qualquer perícia complexa, porquanto não houve utilização de cartão apto a ser esquadrinhado. Outrossim, não há que se falar em "perícia técnica visual" para análise da biometria facial autoral, uma vez que, como se verá, o registro facial da cliente ocorreu apenas no momento em que contratou a conta digital com o banco réu — negócio jurídico sobre o qual não repousa controvérsia alguma.

A fotografia que o Banco Pan afirma que ter sido capturada na ocasião da aquisição da cédula de crédito, no dia 06/03/2022, foi, na verdade, tirada no dia 04/03/2022, quando da abertura da conta corrente. Abordarei novamente essa questão na análise do mérito.

A única perícia possível seria sobre o histórico de transações e demais dados técnicos e operacionais armazenados nos bancos de dados do contestante, o que é desnecessário porque ele mesmo afirma que, por ocasião da apreciação da contestação administrativa da parte autora, teria executado apuração desses dados.

Enfim, as partes são legítimas, eis que há relação jurídica de direito material entre as mesmas. Inexiste complexidade apta a afastar a competência dos Juizados e a petição não é inepta, apresentando os fatos de forma que possibilitado o direito de defesa, com pedidos que guardam relação com a causa de pedir.

Presentes os requisitos de admissibilidade e os pressupostos processuais, passo a apreciar o mérito.

I.b. MÉRITO

(i) Do Direito

Segundo a dicção normativa do art. 14 do CDC, a instituição financeira responde objetivamente pela reparação de danos causados por defeitos na segurança ou falhas na informação do serviço financeiro prestado. Mais precisamente, o §3.º do dispositivo legal, estabelecendo a inversão legal do ônus da prova (inversão ope legis), determina que cabe à ré, para afastar a sua responsabilidade por danos, comprovar que: a) não existiu defeito no serviço prestado; b) houve culpa exclusiva do próprio consumidor ou de terceiro; ou c) aconteceu fortuito externo ou força maior.

Nesse sentido, consoante Súmula n.º 479 do STJ, o banco responde, independentemente culpa ou dolo, pelos riscos do defeito do serviço bancário relacionados a falhas de segurança que gerem danos ao consumidor, inclusive em decorrência de fraudes ou delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias, como fortuito interno.

(ii) Dos Fatos

À luz dessas diretrizes normativas, o arcabouço probatório coletado no caso dos autos não deixa dúvidas de que tanto o contrato de cédula de crédito bancário com cessão fiduciária nº 503440322 firmado às 14h40 do dia 06/03/2022, no valor de R$ 3.153,30, como os dois PIX realizados na imediatamente a seguir, no valor total de R$ 3.150,00, foram obra de estelionatários.

O Dossiê de Contratação referente à Conta Corrente Digital (ID nº 88555099 - Pág. 13) comprova que a parte autora adquiriu esse serviço em 04/03/2022 pelo dispositivo autenticador "SM-T515", hospedado no endereço de IP nº "181.221.171.95/443", em Porto Velho/RO, conforme coordenadas de geolocalização "-8.7895417 x -63.8442675" (https://www.google.com.br/maps/place/8%C2%B047'22.4%22S+63%C2%B050'39.4%22W/@-8.789494,-63.8465237,17.32z/data=!4m4!3m3!8m2!3d-8.7895417!4d-63.8442675?entry=ttu).

Diferentemente, o Dossiê de Contratação referente à cédula de crédito bancário (ID nº 88556601 - Pág. 6) prova que essa operação foi firmada por um dispositivo autenticador diferente ("SM-A217M"), hospedado em endereço de IP diverso (nº "192.168.0.5/443"), e o que é pior, em outro estado da Federação: São Paulo/SP, conforme coordenadas de geolocalização "-23.5835742 x -46.396662" (https://www.google.com.br/maps/place/23%C2%B035'00.9%22S+46%C2%B023'48.0%22W/@-23.5834004,-46.3969528,19.44z/data=!4m4!3m3!8m2!3d-23.5835742!4d-46.396662?entry=ttu).

A fotografia que o Banco Pan afirma que ter sido capturada na ocasião da aquisição da cédula de crédito, em 06/03/2022, foi, na verdade, capturada no dia 04/03/2022, quando da abertura da conta corrente. Nesse sentido, o Dossiê de Contratação referente à Conta Corrente Digital (ID nº 88555099 - Pág. 13) indica expressamente: "Evento: Captura da Selfie - 04/03/2022 18:25:46 - 8.7895417 -63.8442675 [Porto Velho]" (grifei).

Diversamente, o teor do Dossiê de Contratação referente à cédula de crédito bancário (ID nº 88556601 - Pág. 6) revela que apenas uma medida de segurança foi providenciada para consumação desse empréstimo: "Evento: 01103823230_503440322 #7f657b54-4562-4906-881e-f3215341ed7a - 06/03/2022 14:40:32 -23.5835742 -46.396662 [São Paulo]" (grifei).

Ora, não preciso de perícia complexa para constatar que o banco usou a mesma foto para ilustrar AMBOS os dossiês. Essa conduta, aliás, esquadrinharei no capítulo destinado à análise do pedido pela condenação por litigância de má-fé.

Está farta, ampla e irremediavelmente atestado que não foi a demandante que contratou a cédula de crédito em 06/03/2022. Segue-se, logicamente, que não foi ela quem efetuou os dois PIX que sacaram o respectivo valor. Nesse sentido é o relato vertido em sede policial, conforme teor do BOLETIM VIRTUAL nº 18454100322 (ID nº 86950749) e contestação administrativa.

Nessa ordem de ideias, há amparo probatório para concluir que houve uso desautorizado de dados bancários da parte autora para contratação da cédula de crédito bancário com cessão fiduciária nº 503440322, firmada às 14h40 do dia 06/03/2022, e subsequente subtração dos R$ 3.150,00, pois a ré não se desincumbiu de comprovar culpa exclusiva da vítima ou outro fato repelente da causalidade com o ilícito.

Enfatizo que não é mais possível fazer a ilação de que, se houve operação com dados de segurança (senhas, etc), o próprio consumidor teria faltado com o dever de cuidado no manejo dos dados pessoais correspondentes, especialmente quando, como no caso, está bem comprovado que o ato ilícito foi praticado através da internet, meio em que diversos registros (como IPs, usuários, local da máquina, etc) são deixados pelos agentes. Ademais, é fato notório a série de medidas tecnológicas de que a criminalidade vem lançando para captar senhas pessoais financeiras de consumidores a partir de alguns poucos dados pessoais sem conotação privada. Nesse cenário, exigir do consumidor, como a autora, a desincumbência probatória de que não se descuidou na privacidade de dados pessoais em momento algum a coloca em desvantagem excessiva, em descompasso com os arts. 4.º, I, 6.º, VIII, e 39, V, do CDC.

Aliás, tal como já reiteradamente decidiu o Superior Tribunal de Justiça (julgado ao final, AgRg no AREsp 456.673/SP), competia à instituição financeira se valer de mecanismos de segurança capazes de identificar operações fora do padrão, como neste caso, em que duas transações substanciais em sequência, desatreladas de benefício claro à consumidora, reduziram a quase zero o saldo de sua conta.

Saliento que êxito criminoso se escorou extraordinariamente sobre a negligência da instituição financeira, pois demonstrou que reunia todos os elementos necessários para detectar a fraude: sabia que o dispositivo atuante não era o da autora, sabia que não estava hospedado no mesmo endereço de IP, sabia que não estava sequer em Rondônia.

Enfim, se a providência de bloqueio seguido de imediato contato com a Autora não foi efetivada, há decisiva falha de segurança de responsabilidade do banco demandado.

Conclui-se que houve falha exclusiva do réu Banco Pan (e não da parte autora) quando da viabilização indevida das transferências impugnadas, consubstanciando falha de segurança bancária por intervenção fraudulenta de terceiros, nos termos dos arts. 39, IV e V, do CDC. Circunstância desse tipo é inerente ao risco do serviço de consumo fornecido, configurando fortuito interno que, por si só, é inapto a romper a causalidade da responsabilidade da demandada pelos danos materiais e morais vindos do serviço prestado defeituosamente.

Como consequência, deve ser declarada a inexistência da operação atinente ao contrato de cédula de crédito bancário com cessão fiduciária nº 503440322, firmado às 14h40 do dia 06/03/2022, que não deve, portanto, ser exigido da parte autora.

Os R$ 3.150,00, constitutivos do montante subtraído, não constituem dano material porquanto decorreram de operação de crédito consumada pelos próprios fraudadores, motivo pelo qual não devem ser reparados por indenização.

Outrossim, sobre o pedido pelos danos morais, repousa sobre a seguinte asserção autoral:

“A obrigação de indenizar surge da existência do saque indevido do FGTS e realizar um empréstimo sem autorização da autora causando dor, angustia, insegurança e constrangimento” (grifei).

As questões envolvendo FGTS e seu possível saque são matéria a ser tratada na Justiça Federal (art. 109, I, CR/88), motivo pelo qual não influenciam este julgamento.

Todavia, a realização do empréstimo e subsequente subtração dos valores, com a violação dos dados bancários autorais e consequente repouso das repercussões do contrato oneroso de empréstimo sobre a própria autora, e posterior atribuição de culpa exclusiva à vítima, foram elementos capazes de causar grave abalo psíquico traduzido juridicamente como dano moral, nos termos dos 5.º, V e X da CF/88, c/c os arts. 6.º, III, VI, X; 14, do CDC.

Para fins de fixação da compensação do dano moral, considero a condição socioeconômica do ofensor (agente financeiro que figura entre as maiores instituições financeiras do país) e da ofendida (pessoa humilde), a intensidade do dolo ou grau da culpa do autor da ofensa (falha grosseira de segurança devidamente comprovada por parte do banco) e as consequências do dano.

A partir de tais considerações, fixo, atento à razoabilidade e à proporcionalidade e ainda evitando a geração de enriquecimento sem causa, a compensação por prejuízo extrapatrimonial no valor de R$ 5.000,00. Sobre essa quantia, devem incidir, desde a citação, juros moratórios simples de 1% ao mês, nos termos dos arts. 405 e 406 do CC, e correção monetária desde a presente data, conforme Súmula n.º 362 do STJ, valendo-se do IPCA.

A jurisprudência de longa data do STJ e do colendo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia corrobora essa posição. Por excesso de zelo, colhi abaixo os entendimentos de ambas as Câmaras Cíveis do TJ/RO, prolatados em 2019 e 2023, respectivamente (atuais):

“AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DANOS CAUSADOS POR FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FORTUITO INTERNO. RISCO DO EMPREENDIMENTO. MATÉRIA DECIDIDA SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC (RESP 1.199.782/PR, DJe DE 12/09/2011). INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE DEVEDORES INADIMPLENTES. DANO IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO. ALEGAÇÃO DE VALOR EXCESSIVO. QUANTIA FIXADA QUE NÃO SE REVELA EXORBITANTE. REVISÃO QUE DEMANDARIA REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. 1. “As instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno” (REsp 1.199.782/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 24/08/2011, DJe 12/09/2011). [...] 3. Nos termos da jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça, a revisão de indenização por danos morais só é possível em sede de recurso especial quando o valor fixado pelas instâncias locais se revelar exorbitante ou ínfimo, de modo a afrontar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Ausentes tais hipóteses, incide a Súmula n. 7 do STJ, a impedir o conhecimento do recurso. [...] 5. Agravo regimental não provido” (STJ, 4ª TURMA, AgRg no AREsp 456.673/SP, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, J. 13/05/2014, DJe 21/05/2014).

“Apelação cível. Ação indenizatória. Conta bancária. Saque indevido. Falha na prestação do serviço. Danos material e moral. Configuração. Indenizações devidas. Valor. Critérios de fixação. Manutenção. Litigância de má-fé. Não configuração. É ônus da instituição financeira comprovar o fato impedido, modificativo ou extintivo do direito do consumidor, em especial que não houve falha na prestação de serviço e que a ocorrência de saques na conta poupança de seu cliente se deu de forma lícita e foi por ele realizada. O saque indevido sem o necessário ressarcimento por parte de entidade bancária implica o direito ao ressarcimento das quantias indevidamente subtraídas do consumidor e a reparação do dano moral daí decorrente. O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e ao conceito social das partes, devendo ser mantido quando se mostrar compatível com tais parâmetros. A interposição de recurso contra sentença desfavorável à parte sem que esteja evidenciado o intuito protelatório configura exercício regular de direito e não caracteriza litigância de má-fé” (TJ-RO, 2ª Câmara Cível, AC nº 70431497620168220001/RO, REL MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, J. 02/07/2019).

“Apelação provida. Desconto indevido. Empréstimo não contratado. Movimentações bancárias fraudulentas. Falha do serviço. Responsabilidade civil objetiva do banco. Danos morais e materiais. A falta de adoção de mecanismos que impeçam operações que divergem do padrão do cliente, contribuindo para a finalização da fraude e o ganho ilícito do falsário em curto espaço de tempo, impõe a responsabilização objetiva do banco pelo risco da atividade, nos termos da Súmula 479 do STJ. A culpa da vítima em casos de fraudes praticadas por terceiro, por ter digitado senha pessoal em terminal de autoatendimento, só exclui a responsabilidade civil do banco, se ausente a falha do serviço; constatando-se omissão em relação à segurança na movimentação bancária, destoante da realidade financeira da parte correntista, determinante para a consumação da fraude, não há que se elidir a responsabilização do banco. Precedente do STJ. São nulas as transações financeiras fraudulentas de empréstimo e transferências, devendo retornar a vítima ao seu estado anterior, restituindo-se os valores debitados em seu desfavor. Os descontos efetuados de empréstimo não contratado e movimentações bancárias fraudulentas mais a omissão do banco em adotar medidas preventivas e repressivas para minimizar os prejuízos do cliente são fatos capazes de ensejar dano moral” (TJ-RO, 1ª Câmara Cível, APELAÇÃO CÍVEL nº 70102120320228220001, Rel. Des. Sansão Saldanha, J. 15/03/2023).

II. DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ
Enfim, sobre o pedido de condenação por litigância de má-fé da parte ré (ID nº 88747452 - Pág. 3), deve ser deferido. O banco réu extrapolou a retórica defensiva e, ao longo de sua contestação, passou a contorcer a verdade com a finalidade de conjurar uma realidade menos acintosa aos seus deveres contratuais. Por exemplo:
Afirmou que teria havido captação facial da autora no momento da contratação da cédula bancária, fundamento que utilizou até para pedir a realização de "prova pericial visual" complexa visando afastar a competência deste JEC, quando, a bem dos fatos, o Dossiê de Contratação da cédula esclarecia expressamente que não houve captura nem análise facial; e Afirmou à ID nº 88555097 - Pág. 5 que o contrato de empréstimo pessoal FGTS não foi antecedido de "reset/troca de senha no webbanking", ao passo que comparação entre os dossiês de contratação demonstram inequivocamente a diferença de dispositivos utilizados para consumar a operação: o dispositivo "SM-T515", hospedado no endereço de IP nº "181.221.171.95/443", foi utilizado na abertura da conta, ao passo que o "SM-A217M", hospedado em endereço de IP diverso (nº "192.168.0.5/443"), foi empregado na contratação do empréstimo. Essas asserções distorcem a realidade, incidindo na vedação do art. 80, II, do CPC, consubstanciando conduta desleal.
Não pode a instituição financeira ré agir de forma ilegítima, alterando a verdade, com má-fé, com intuito de omitir as falhas gravíssimas que cometeu no desempenho de seu serviço de operação financeira. Desta forma, não agiu com lisura na presente demanda, razão pela qual condeno o BANCO PAN ao pagamento do valor de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, conforme dispõe art. 80, II, do CPC, mais honorários advocatícios nos termos do art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.
III. DISPOSITIVO
Diante do exposto, com base no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos desta ação para:
a) DECLARAR a nulidade da operação atinente ao contrato de cédula de crédito bancário com cessão fiduciária nº 503440322, firmado às 14h40 do dia 06/03/2022, que não deve, portanto, ser exigido da parte autora;
b) CONDENAR o réu, BANCO PAN S.A, a PAGAR à Autora, MAGDA PACHECO DA SILVA NASCIMENTO:
b.1) compensação de R$ 5.000,00 pelos danos morais sofridos, quantia sobre a qual devem incidir juros moratórios mensais simples de 1% ao mês, desde a citação, e correção monetária desde a presente data com base no IPCA-E; e
b.2) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa em razão da litigância de má-fé; e
b.3) 10% (dez por cento) de honorários advocatícios sobre o valor corrigido da causa, em favor dos advogados da empresa ré.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão, sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício, no ato da interposição do recurso, sob pena de deserção.
No caso de interposição de recurso inominado, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões e remeta-se o processo à Turma Recursal após as providências de estilo.
Transitada em julgado, arquivem-se. OS AUTOS DEVERÃO AGUARDAR NO ARQUIVO O PRAZO PARA PAGAMENTO VOLUNTÁRIO DO DÉBITO.
Sentença registrada e publicada via PJE.
P.R.I.
Haroldo de Araújo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n. 258/2023-CGJ, de 26/06/2023)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Morães, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7010125-13.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Perdas e Danos
REQUERENTE: LUCAS GABRIEL BELFORT OLIVEIRA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: JOAO FRANCISCO ALVES ROSA, OAB nº BA17023, PROCURADORIA BV FINANCEIRA S.A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
D E C I S Ã O
Trata-se de ação indenizatória ajuizada por LUCAS GABRIEL BELFORT OLIVEIRA contra BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO / BANCO VOTORANTIM S.A porque, em síntese, teria efetuado o pagamento de um boleto bancário em outubro de 2022, via aplicativo digital, junto ao réu, no valor de R$ 1.209,88, que, todavia, não promoveu o devido abatimento em seu saldo devedor.
Preliminarmente, acolho o pedido de retificação do polo passivo da demanda para que se faça constar como réu o "Banco Votorantim S.A", na qualidade de sucessor da empresa BV Financeira S.A. - Credito, Financiamento e Investimento.
Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam, uma vez que o banco réu foi indiscutível beneficiário do pagamento impugnado pelo autor, de modo que somente a ele poderá recair eventual decreto condenatório indenizatório. Comprovada está, portanto, a ligação de direito material entre o contestante e o polo passivo da demanda.
Os autos não se encontram prontos para sentença, razão pela qual converto o julgamento em diligência.
O autor afirma que efetuou o pagamento de outubro de 2022 para quitar seu próprio financiamento; o réu declara que dirigiu os recursos a contrato distinto.
A versão trazida pelo réu é persuasiva, mas capenga ao partir do pressuposto de que há dois contratos distintos envolvidos no imbróglio ora em discussão:
o do autor, contrato de financiamento nº 12275000045705, referente ao veículo POLO, placa QQZ5968, chassis 9BWAG5BZXLP026499, dividido em 48 parcelas de R$ 1.693,11, com primeiro vencimento em 14/05/2022 e último vencimento em 14/04/2026; e o de Anne Caroline Almeida Costa Lima Timoteo, contrato de financiamento nº 12054000248310, dividido em parcelas de R$ 1.209,88. Isso porque não trouxe aos autos nenhum dos instrumentos contratuais mencionados, motivo pelo qual a suposta dualidade não foi ainda caracteriza — ônus que recai à parte interessada, conforme arts. 434 e 373, II, CPC/15.

Não obstante, considerando que essa circunstância é pertinente para aferir eventual culpa exclusiva do consumidor, o que direcionará, além da pretensão aos danos materiais, a apreciação do pedido por danos morais, necessário viabilizar a juntada dos contratos.
Assim, determino ao réu, BANCO VOTORANTIM S.A, que, em até 10 (dez) dias, promova a juntada dos instrumentos contratuais referentes aos seguintes financiamentos:
- contrato de financiamento nº 12275000045705, referente ao veículo POLO, placa QQZ5968, chassis 9BWAG5BZXLP026499, dividido em 48 parcelas de R$ 1.693,11, com primeiro vencimento em 14/05/2022 e último vencimento em 14/04/2026; e
- contrato de financiamento nº 12054000248310, dividido em parcelas de R$ 1.209,88.
Concomitantemente, deverá a CPE promover a retificação do polo passivo da ação, perante o Sistema PJe, para que faça constar como réu "Banco Votorantim S.A", na qualidade de sucessor da empresa BV Financeira S.A. - Credito, Financiamento e Investimento.
Ao final, voltem conclusos para sentença.
Cumpra-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Haroldo de Araujo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n. 258/2023-CGJ, de 26/06/2023)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Processo n. 7039474-61.2023.8.22.0001
AUTOR: ANDRESSA MARIA ALMEIDA SILVA, RUA CAMU CAMU 08, QUADRA 02 - JACY PARANÁ NÃO CADASTRADO - 76801-002 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LUCAS SANSEL, OAB nº RO10358
ADVOGADO DO REU: MARCIO RAFAEL GAZZINEO, OAB nº CE23495
Despacho
A obrigação de fazer determinada pela decisão de ID n. 92462240 não foi direcionada à parte requerida, razão pela qual não há o que se falar em dilação de prazo. Desta forma, deixo de analisar a petição de ID n. 92974746.
Determino à CPE que expeça ofício aos órgãos de restrição e cumpra a determinação da decisão de ID n. 92462240.
Serve o presente como comunicação.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Haroldo de Araújo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n.258/2023-CGJ, de 26/06/2023)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7033304-78.2020.8.22.0001
EXEQUENTE: CRECHE ESCOLA APRENDER LTDA - ME
Advogados do(a) EXEQUENTE: DEBORAH INGRID MATOSO RIBAS NONATO - RO5458, JONATAN DOS SANTOS FEIJO DANTAS - RO10316
EXECUTADO: JARINA BRANDAO DA SILVA
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA a apresentar planilha de cálculos devidamente atualizada, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7038484-70.2023.8.22.0001
AUTOR: LIVALDO DE SA PAES
Advogado do(a) AUTOR: JOSE ANASTACIO SOBRINHO - RO872
REU: SEBRASEG CLUBE DE BENEFICIOS LTDA
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca do AR negativo, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7035994-75.2023.8.22.0001

AUTOR: GLADSTON DA SILVA GONCALVES JUNIOR
Advogados do(a) AUTOR: CLEIDEMAR ALVES DE ALMEIDA - RO13256, ELIETE OLIVEIRA MENDONCA - RO10190
REQUERIDO: JESSE CAMPELO BRAGA
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca do AR negativo, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7044214-62.2023.8.22.0001
REQUERENTE: SALVIANO SOARES NOBRE NETO
Advogado do(a) REQUERENTE: SALVIANO SOARES NOBRE NETO - RO13009
REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7043736-54.2023.8.22.0001
REQUERENTE: SARA ROSA DA SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: EDUARDO TEIXEIRA MELO - RO9115, HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO - RO4783
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7044176-50.2023.8.22.0001
REQUERENTE: INDIA KARINA MENDEZ REY
Advogado do(a) REQUERENTE: KARLYNETE DE SOUZA ASSIS - RO8049
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7044195-56.2023.8.22.0001

REQUERENTE: EVANILDA LEONARDELI
Advogado do(a) REQUERENTE: LUAN ICAOM DE ALMEIDA AMARAL - RO7651
REQUERIDO: EDESTINOS.COM.BR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7044216-32.2023.8.22.0001
REQUERENTE: SANDRA ESTHER BARRETO DE MESQUITA
Advogados do(a) REQUERENTE: CARLOS ERIQUE DA SILVA BONAZZA - RO8176, JOAO ALENCAR VIEIRA NETO - RO12726
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7036586-22.2023.8.22.0001
REQUERENTE: EDVALDO RODRIGUES DOS SANTOS
Advogado do(a) REQUERENTE: FERNANDO AUGUSTO TORRES DOS SANTOS - RO4725
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7023256-55.2023.8.22.0001
Requerente: MILENE MORENO DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: GABRIEL TERENCIO MARTINS SANTANA - GO32028
Requerido(a): BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) REU: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA - RJ110501
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7012012-32.2023.8.22.0001
Requerente: ANDREZA DE ARAUJO GONCALVES
Requerido(a): OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
Advogado do(a) REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível Processo n. 7007661-84.2021.8.22.0001
AUTOR: NATANAEL OLIVEIRA DE ALMEIDA, RUA IVAN CURI 382, - DE 9708/9709 A 9878/9879 SOCIALISTA - 76828-510 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: DIEGO JOSE NASCIMENTO BARBOSA, OAB nº RO5184, CASIMIRO ANCILON DE ALENCAR NETO, OAB nº RO4569
REU: PATRICIA SABAINI GALTER, AVENIDA DOS IMIGRANTES 1379, - DE 2423 A 2653 - LADO ÍMPAR SÃO SEBASTIÃO - 76803-659 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, CLEITON DE ALMEIDA MENDES, AVENIDA DOS IMIGRANTES 1379, - DE 1201 A 1615 - LADO ÍMPAR SÃO SEBASTIÃO - 76801-719 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, J. M. R. MENDES - ME, AVENIDA DOS IMIGRANTES 1379, - DE 1201 A 1615 - LADO ÍMPAR SÃO SEBASTIÃO - 76801-719 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Realizada consulta via Renajud, verificou-se que os veículos localizados, de propriedade de um dos requeridos, encontram-se com restrição, conforme detalhamento anexo. Assim, INDEFIRO o pedido de bloqueio.
Intime-se a parte exequente para em cinco dias dar prosseguimento a execução, sob pena de extinção do processo.
Serve a presente como comunicação.
Porto Velho/RO, 16 de julho de 2023
Haroldo de Araújo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n.258/2023-CGJ, de 26/06/2023)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Polo Ativo: REQUERENTE: DIEGO FERNANDES BEZERRA GUEDES;
x Polo Passivo: REQUERIDO: BANCO INTERMEDIUM SA.
Proc. nº: 7038438-18.2022.8.22.0001.
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível.
ADVOGADO DO AUTOR: ADVOGADO DO REQUERENTE: DORIHANA BORGES BORILLE, OAB nº RO6597A;
ADVOGADOS DO REU: ADVOGADO DO REQUERIDO: SUELLEN PONCELL DO NASCIMENTO DUARTE, OAB nº PE28490.
S E N T E N Ç A
Trata-se de ação ajuizada por DIEGO FERNANDES BEZERRA GUEDES contra BANCO INTERMEDIUM S/A em razão de descontos supostamente indevidos lançados em suas faturas de cartão de crédito.
Relatório formal dispensado tal como determinado pelo art. 38 da Lei nº 9.099/95.
I. FUNDAMENTAÇÃO
Conciliação frustrada. Passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do arts. 355 e 370, ambos do CPC/2015, sendo desnecessária a produção de qualquer prova oral.
Partes legítimas, eis que há relação jurídica de direito material entre as mesmas. Inexiste complexidade apta a afastar a competência dos Juizados e a petição não é inepta, apresentando os fatos de forma que possibilitado o direito de defesa, com pedidos que guardam relação com a causa de pedir.
Presentes os requisitos de admissibilidade e os pressupostos processuais, passo a apreciar o mérito.
(i) Do Direito
Segundo a dicção normativa do art. 14 do CDC, a instituição financeira responde objetivamente pela reparação de danos causados por defeitos na segurança ou falhas na informação do serviço financeiro prestado.
Em qualquer hipótese, todavia, compete ao consumidor produzir prova mínima da violação de seu direito, ou seja, dos danos sofridos e/ou do nexo de causalidade impingido à parte contrária. Nesse sentido, o ônus probatório geral previsto no art. 373, caput, CPC/15, não pode ser completamente realocado por força da possibilidade de inversão judicial prevista no art. 6º, VIII, CDC, sob pena de inviabilizar a possibilidade de contraditório e extirpar o direito à ampla defesa da empresa fornecedora do serviço.
(ii) Dos Fatos
Análise do arcabouço probatório revela que o autor sofreu cobranças indevidas em seu cartão de crédito referentes a um seguro que, conquanto tenha contratado, por equívoco sistêmico foi lançado em multiplicidade nos meses de maio/2021 e março/2022, somando o importe de R$ 125,91 em rubricas repetidas.
Todavia, conforme documentação acostada pela contestante, esses lançamentos foram objeto de compensação nas mesmas faturas em que surgiram: na de junho/2021 (ID nº 87368798) e de abril de 2022 (ID nº 87368799). Ou seja, não há dano material a ser reparado porquanto, antes mesmo que as rubricas pudessem vir a ser exigidas do cliente, a instituição financeira proporcionou seu abatimento, extirpando qualquer chance de prejuízo financeiro.
Tanto é assim que o autor, em sua réplica, deixa de lado a argumentação atinente aos danos materiais e foca no pedido pelos danos morais.
A hipótese é de improcedência, e não de perda do objeto, pois não chegou a haver pagamento das rubricas, impedindo o surgimento do fato gerador dos prejuízos.
Sobre o pedido pelos danos morais, oponho que a hipótese foi de mero descumprimento contratual. Em que pese o erro sistêmico repetido, que instava o autor a buscar auxílio do banco réu para suprimir as rubricas redundantes, fato é que suas demandas sempre foram atendidas e, com isso, não chegou a despender valores desnecessários.
Bem assentadas as coisas, pontuo que o consumidor pediu compensação na ordem de R$ 10.000,00 por ter de enviar um total de 6 (seis) e-mails à instituição financeira — que, ressalto, resolveu todos os problemas que lhe foram postos.

É evidente que nenhum evento extraordinário foi causado pela situação narrada, nem mesmo desvio produtivo, uma vez que a parte autora diligenciou sempre a partir de contatos pela internet, através de seu smartphone (até porque o banco réu nem possui agências físicas), resolvendo tudo sem necessitar deslocar-se ou mesmo conversar com alguém.
Não há que se falar em lesão extrapatrimonial.
II. DISPOSITIVO
Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos autorais para extinguir a ação com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, CPC/15.
Sem custas e sem honorários, na forma do art. 55 da Lei nº 9.099/95.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão, sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício, no ato da interposição do recurso, sob pena de deserção.
Em caso de interposição de recurso inominado, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias. Transcorrido o prazo legal e certificado sobre tempestividade, remetam-se os autos à Turma Recursal.
Transitada em julgado, nada sendo requerido no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Haroldo de Araújo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n. 258/2023-CGJ, de 26/06/2023)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível Processo n. 7035361-98.2022.8.22.0001
AUTOR: NELSON NOGUEIRA JUNIOR, AVENIDA AMAZONAS 6120, - DE 6030 A 6440 - LADO PAR TIRADENTES - 76824-536 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JOSE ROBERTO WANDEMBRUCK FILHO, OAB nº RO5063A
REU: CONSULTT SOLUCOES TECNOLOGICAS E SEGURANCA ELETRONICA LTDA, RUA RAIMUNDO CANTUÁRIA 4171, - DE 4111 A 4481 - LADO ÍMPAR AGENOR DE CARVALHO - 76820-353 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
S E N T E N Ç A
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da Lei n. 9.099/95).
ALEGAÇÕES DA PARTE AUTORA: Pretende a condenação da parte ré ao pagamento de R$ 5.738,80 a título de dano material, bem como indenização por dano moral.
REVELIA: Apesar de citada e advertida de que deveria fazer-se presente em audiência de conciliação sob pena de confesso, a parte requerida não compareceu à solenidade. Assim, decreto a revelia da parte ré, nos termos do artigo 20 da Lei 9.099/95, aplicando-lhe o efeito da confissão para o fim de tornar incontroversos os fatos aduzidos na inicial.
PROVAS E FUNDAMENTAÇÃO: Restam comprovados os fatos alegados na inicial quanto ao dano material, vez que a parte autora prestou os serviços contratados, conforme documentos constantes dos autos, não havendo razões para se concluir diversamente. Assim, estando o pleito amparado pelo ordenamento jurídico, que veda a hipótese de enriquecimento de um em detrimento de outro (art. 884, CC/2002), deve o respectivo pagamento ocorrer no valor pleiteado.
No caso em questão, é devido a parte autora o valor de R$ 5.738,80 (cinco mil, setecentos e trinta e oito reais e oitenta centavos), referente as 40 horas trabalhadas, sendo R$ 143,47 (cento e quarenta e três reais e quarenta e sete centavos) por hora, valores não impugnados pela parte requerida, mesmo após notificação extrajudicial (ID 77275021 e 77269431).
No que tange ao dano moral pleiteado, destaco que descumprimento contratual não é hipótese de dano moral in re ipsa, razão pela qual incumbia a autora a prova de desdobramentos ofensivos a seus direitos extrapatrimoniais, o que não ocorreu no caso, sendo certo que a mera recusa da ré em efetuar o reembolso não é apta a ensejar, por si só, a indenização.
Definitivamente, não tenho como comprovado fato danoso extraordinário de ordem tal capaz de ensejar lesão extrapatrimonial, devendo o pedido de condenação para compensação por danos morais ser julgado improcedente.
DISPOSITIVO: Ante o exposto, DECRETO OS EFEITOS DA REVELIA e JULGO PROCEDENTE EM PARTE os pedidos para CONDENAR a parte ré a pagar ao autor a quantia de R$ 5.738,80 (cinco mil, setecentos e trinta e oito reais e oitenta quinze mil, setecentos e trinta e oito reais e oitenta centavos), acrescida de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação e de correção monetária desde o ajuizamento da ação, pelos índices publicados pelo Eg. TJRO, nos termos da fundamentação supra.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da LF 9.099/95, e 487, I, CPC/2015, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05 (Somente deverá ser intimada a parte para o pagamento voluntário da condenação, caso não tenha sido determinado na sentença ou no acórdão que o início do prazo para pagamento era automático e a contar do trânsito em julgado), sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015), não sendo aplicável a parte final do §1° do referido artigo, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.
Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do artigo 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, publicado no DJE n.o 115/2015, incidindo, inclusive, as penas previstas no artigo 523 do CPC, além de juros e correção monetária prevista em Lei.
Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de sentença o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (artigo 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD) e se deseja ver protestado o devedor, quando não forem localizados bens (SERASAJUD).

Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova conclusão, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão, sob o pálio da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício, no ato da interposição do recurso, sob pena de indeferimento da gratuidade.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intime-se.
Serve a presente como comunicação.
Porto Velho/RO, 16 de julho de 2023
Haroldo de Araújo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n.258/2023-CGJ, de 26/06/2023)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível Processo 7005154-82.2023.8.22.0001
AUTOR: EDUARDO CELICO SILVA, RUA RIO MACHADO 720 TRIÂNGULO - 76805-788 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JOSIANE DA SILVA VASCONCELOS, OAB nº RO7257
REU: PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA, AVENIDA TANCREDO NEVES 3414, - DE 3008/3009 AO FIM JARDIM INDEPENDENTE II - 68372-222 - ALTAMIRA - PARÁ
ADVOGADOS DO REU: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO, OAB nº AM16780, PROCURADORIA GRUPO COGNA EDUCAÇÃO SA
Sentença
Relatório dispensado, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95.
ALEGAÇÕES DO AUTOR: Alega que o réu incluiu seu nome no cadastro de inadimplentes indevidamente, vez que houve pagamento dos débitos cobrados, pois efetuou o pagamento das matérias não cursadas. Assim, pretende a exclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, bem como a reparação aos danos morais causados.
ALEGAÇÕES DO REQUERIDO: Alega ter sido firmado contrato entre as partes, e que as informações do parcelamento esta claramente demonstrado no contrato. E que há mensalidades em aberto que precisam ser quitadas. Aduz inexistirem danos morais indenizáveis.
PROVAS E FUNDAMENTAÇÃO: A questão deve ser examinada à luz do CDC, vez que se trata de relação de consumo. Ademais, é hipótese de julgamento antecipado do feito nos termos do art. 355, I, do CPC, notadamente quando as partes assim requerem.
Nestes autos está comprovada a relação contratual entre as partes e o ponto controvertido reside em saber se houve ofensa à honra subjetiva do autor.
Pois bem.
Analisando todo o conjunto probatório encartado nos autos, não vislumbro qualquer viabilidade para o acolhimento do pedido inicial, uma vez que o requerente não conseguiu comprovar o fato constitutivo de seu direito, deixando-se de cumprir o mister do art. 373, I, do CPC.
Dos documento colacionando aos autos, verifico que o autor contratou os serviços de prestação de serviços educacionais, onde alega ter realizado o pagamento das mensalidades, porém deixou de comprovar nos autos o pagamento das referidas mensalidades ou mesmo se houve inscrição junto aos órgãos de proteção ao crédito, pois sequer juntou as certidões de balcão solicitadas (ID 86417533).
Cabe destacar que a possibilidade de inversão do ônus da prova em favor do consumidor não significa a não produção de provas pela parte que invoca o direito material, de modo que não há como conferir a verossimilhança necessária às afirmações da inicial.
Competia ao demandante comprovar, ainda que minimamente, os fatos constitutivos do direito alegado (art. 373, I, CPC), provando a alegação inicial de falha na prestação do serviço, bem como que fora vítima da falha a justificar a pleiteada indenização, o que não ocorreu.
Diante disso, o pedido inicial é improcedente.
DISPOSITIVO: Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado pelo autor em desfavor da requerida.
Por fim, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC, devendo o cartório, após o trânsito em julgado desta, arquivar imediatamente o feito, observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão, sob o pálio da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício, no ato da interposição do recurso, sob pena de preclusão e indeferimento da gratuidade.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente como comunicação.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Haroldo de Araújo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n.258/2023-CGJ, de 26/06/2023)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7012664-49.2023.8.22.0001
Requerente: IDA MARIA DALBONI GONZAGA
Requerido(a): AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7087094-06.2022.8.22.0001
REQUERENTE: CRECHE ESCOLA APRENDER LTDA - ME
Advogados do(a) REQUERENTE: POLIANA GONCALVES DE SOUZA - RO10834, RODRIGO RAFAEL DOS SANTOS - RO11257
REQUERIDO: ANA CLAUDIA NIENDICKER
Intimação PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA
Finalidade: Intimação para audiência de conciliação por videoconferência
Esta publicação tem por finalidade intimar o(s) advogado(s) da(s) parte(s) acima identificado(s) para que participe(m) da audiência de conciliação a ser realizada por videoconferência (via WhatsApp), bem como assegure(m) que seu(s) constituinte(s) também compareça(m).
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA REDESIGNADA: 28/08/2023 08:30 (horário de Rondônia)
Caso ainda não o tenha(m) feito, fica(m) também intimado(s) a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o(s) contato(s) telefônico(s) indicado(s) para a realização da videoconferência (com o aplicativo WhatsApp), sob pena de o processo ser movimentado para deliberação judicial para providências quanto à extinção do processo (no caso de inércia da parte requerente) ou quanto à consideração de recusa do demandado à participação na audiência (art. 23 da Lei nº 9.099/95).
COMO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e horário marcados.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o aplicativo WhatsApp de seu celular ou no computador, a partir do link https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br. Se necessário, poderá ser utilizado o aplicativo Hangouts Meet (art. 7°, III, Prov. 018/2020-CG);
2. Estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO (art. 7°, V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar-lhe da audiência por videoconferência e orientá-la sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7°, II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação (art. 7°, IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir (art. 7°, VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
6. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado (art. 7°, X, Prov. 018/2020-CG);
7. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais (art. 7°, XI, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial (art. 7°, XII, Prov. 018/2020-CG);
9. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7°, XVIII, Prov. 018/2020-CG);
10. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual (art. 7º, XIX, Prov. 018/2020-CG);

11. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial (art. 7°, XIII, Prov. 018/2020-CG.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7°, I, Prov. 018/2020-CG);
2. A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil). (art. 7°, VIII, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada (art. 7°, XIV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada (art. 7°, XV, Prov. 018/2020-CG);
5. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca (art. 7°, XX, Prov. 018/2020-CG).
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - CEJUSC:
E-mail: cejusc_jecc@tjro.jus.br
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7042686-90.2023.8.22.0001
REQUERENTE: FABIO JOSE DE OLIVEIRA MONTEIRO
Advogado do(a) REQUERENTE: WILSON VEDANA JUNIOR - RO6665
REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7042725-87.2023.8.22.0001
AUTOR: ANA NONATA LABORDA IZEL NOE
Advogado do(a) AUTOR: RODRIGO STEGMANN - RO6063
REU: BANCO BRADESCO S.A.
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7043066-16.2023.8.22.0001
AUTOR: COSME AUGUSTO DAVES DE MORAES OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: BRENDA ALMEIDA FAUSTINO - RO9906
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)

Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7036015-51.2023.8.22.0001
AUTOR: TATIANE RODRIGUES DE ALMEIDA SOUSA
Advogado do(a) AUTOR: ALLISSON CARVALHO FERREIRA - RO10630
REU: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) REU: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7070652-62.2022.8.22.0001
Requerente: ARLETE DE OLIVEIRA ANDRADE
Requerido(a): AIR EUROPA LINEAS AEREAS SOCIEDAD ANONIMA
Advogado do(a) REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº: 7005665-17.2022.8.22.0001
AUTOR: IVANILSA FAUSTINO DA SILVA
REQUERIDO: RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: MARCIO LOUZADA CARPENA - RS0046582A
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA a apresentar impugnação à indisponibilidade dos ativos financeiros, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, nos termos do artigo 854, § 3º, do Código de Processo Civil.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7006272-93.2023.8.22.0001
Requerente: RAIMUNDA PRATA REIS
Requerido(a): GOL LINHAS AÉREAS
Advogado do(a) REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7022786-92.2021.8.22.0001

REQUERENTE: YAN RODRIGUES DE OLIVEIRA AMORAS 00484604279
Advogados do(a) REQUERENTE: HUGO MIRANDA BRITO - RO13045, THIAGO ALBINO CAMPELO DA SILVA - RO8450
REQUERIDO: ALEXANDRE BELLUZI
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão de AR NEGATIVO, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7035252-50.2023.8.22.0001
REQUERENTE: MAICON ALEANDRO DA SILVA GOMES
Advogado do(a) REQUERENTE: IGOR FELIPE DE OLIVEIRA LINS SOARES - RO10691
REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7059292-33.2022.8.22.0001
Requerente: JOSE DUTRA NOGUEIRA
Requerido(a): TELEFÔNICA BRASIL S/A (VIVO),
Advogado do(a) REQUERIDO: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES - GO29320
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível PROCESSO: 7077938-91.2022.8.22.0001
REQUERENTE: MARIA DA CONCEICAO LIMA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR, OAB nº MT20812O
REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S/A (VIVO),
ADVOGADOS DO REQUERIDO: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES, OAB nº GO29320, PROCURADORIA DA TELEFÔNICA BRASIL S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES, OAB nº GO29320, PROCURADORIA DA TELEFÔNICA BRASIL S/A
Despacho
Em que pesem os autos estarem conclusos, constato que não estão aptos para julgamento.
Trata-se de ação em curso na qual se manifestou questão de ordem pública: a representação processual do polo ativo está irregular.
Em consulta ao Cadastro Nacional de Advogados - CNA (link: https://cna.oab.org.br), constatou-se que a inscrição do procurador autoral, Ubiratan Máximo Pereira de Souza Junior, está com sua inscrição (OAB/RO nº 11580) suspensa, não podendo atuar perante a Justiça de Rondônia.
Nos termos do art. 76 do CPC, determino a suspensão do trâmite processual até que a parte regularize sua representação nestes autos.
]Por conseguinte, à Central de Processos Eletrônicos - CPE para que diligencie da seguinte forma:
A) INTIME PESSOALMENTE A PARTE AUTORA para que constitua novo patrono nos autos ou ratifique pessoalmente os atos realizados pelo advogado, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção / arquivamento; e
B) PROCEDA com a retificação do polo ativo, excluindo-se o representante processual, Ubiratan Máximo Pereira de Souza Junior;
C) OFICIE à OAB/RO para conhecimento e providências que entender necessárias e pertinentes, encaminhando-se cópia da presente decisão como anexo.
D.1) Em havendo valores depositados pendentes de pagamento, deverão permanecer na conta judicial até a regularização.
D.2) Caso a regularização não aconteça, o montante depositado deverá ser transferido para a conta única do TJ/RO e, os autos, arquivados.
Serve como comunicação.
Porto Velho/RO, 16 de julho de 2023
Haroldo de Araújo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n.258/2023-CGJ, de 26/06/2023)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível Processo n. 7011951-74.2023.8.22.0001
EXEQUENTE: JOSE EDUARDO BARBOSA BARROS, AVENIDA MAMORÉ 340, - DE 2991 A 3037 - LADO ÍMPAR LAGOINHA - 76829-861 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GIDALTE DE PAULA DIAS, OAB nº PR56511
EXECUTADO: VALCEMIR INACIO DE SOUZA, RUA JUSSARA 3907, - ATÉ 3879/3880 JARDIM SANTANA - 76828-696 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
HOMOLOGO O ACORDO celebrado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, regendo-se pelas próprias cláusulas e condições, JULGANDO, por conseguinte e nos moldes do art. 487, III, "b", c/c art. 771, ambos do CPC, EXTINTA A EXECUÇÃO, devendo o cartório arquivar imediatamente o processo, pois a sentença homologatória transita em julgado de plano (art. 41, da LF 9.099/95) e o acordo será cumprido diretamente entre as partes.
No caso de ocorrer depósito judicial e no valor acordado, desde logo fica autorizado o levantamento, independente de nova conclusão.
Fica, contudo, ressalvada a hipótese de desarquivamento em caso de inadimplência e concomitante requerimento da parte credora.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Porto Velho/RO, 16 de julho de 2023.
Haroldo de Araujo Abreu Neto
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Processo n. 7043659-45.2023.8.22.0001
REQUERENTE: TARCIANE APARECIDA CORSINI, AVENIDA MAMORÉ 2256, APARTAMENTO 03 JUSCELINO KUBITSCHEK - 76829-376 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: TARCIANE APARECIDA CORSINI, OAB nº RO11324
REQUERIDOS: PASCHOALOTTO SERVICOS FINANCEIROS S/A, PROFESSOR ANTONIO ALBA 75, BLOCO: XIII; PAVMTO: TERREO E 1. ANDAR; JARDIM SAO GABRIEL - 17525-140 - MARÍLIA - SÃO PAULO, INNOVARE CONSULTORIA EM COBRANCAS LTDA, RUA PAULO DE FARIA 252 VILA GUSTAVO - 02267-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, ITAU UNIBANCO S.A., VIA CORAPANAÚBAS 100, PRAÇA ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA VILA PARQUE JABAQUARA - 04346-025 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
Decisão
Trata-se de pedido liminar que visa compelir as requeridas a cessar ligações e envio de mensagens de cobrança direcionada à terceira pessoa de nome "ALISON HENRIQUE DE OLIVEIRA", pois é desconhecida pela requerente, que já teria informado tal fato várias vezes aos prepostos das rés.
Pois bem. Após detida análise dos documentos apresentado aos autos, observa-se que o documento que vincula o número "(65) 99305-7723" à autora, de ID n. 93239523, é datado de 17/04/2023. Por outro lado, os e-mails enviados pela autora pedindo atualização cadastral (ID n. 93239526), em sua maioria, são anteriores à 17/04/2023.
Assim, a tutela jurisdicional, ao menos neste momento de juízo de prelibação, não se justifica, sendo certo que os supostos danos suportados pela parte autora deverão ser considerados na ocasião da análise do mérito, considerando-se os fatos para eventual indenização.
Ante o exposto, com fulcro no art. 300 do CPC, INDEFIRO A TUTELA ANTECIPADA reclamada pelas partes demandantes, devendo o feito prosseguir em seus ulteriores termos.
Cite-se e intimem-se as partes da presente decisão, bem como da audiência de conciliação designada.
Intimem-se.
Serve a presente como comunicação.
Porto Velho, 16 de julho de 2023 .
Haroldo de Araújo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n.258/2023-CGJ, de 26/06/2023)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7027704-71.2023.8.22.0001
Requerente: MARIA ELENITA FERREIRA DO NASCIMENTO e outros
Requerido(a): AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogado do(a) REU: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7039904-13.2023.8.22.0001
AUTOR: MONICA CRISTINA DE PAULA ALVES
Advogado do(a) AUTOR: MARCELLINO VICTOR RAQUEBAQUE LEAO DE OLIVEIRA - RO8492
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA
Advogado do(a) REQUERIDO: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES - RN5553
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7028514-46.2023.8.22.0001
Requerente: JOSE BALTON MARTINS
Requerido(a): AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7041725-52.2023.8.22.0001
AUTOR: DAILZA MARIA SALES DE SOUSA
Advogado do(a) AUTOR: RODRIGO STEGMANN - RO6063
REU: BANCO DO BRASIL SA
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7043856-97.2023.8.22.0001
AUTOR: MARCUS ALEXANDRE DE OLIVEIRA RODRIGUES
Advogado do(a) AUTOR: KAREN DE CASTRO TENCA - RN16973
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7044245-82.2023.8.22.0001
AUTOR: ARCELINO LEON
Advogado do(a) AUTOR: KARINA ROCHA PRADO - RO1776

REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7070972-15.2022.8.22.0001
Requerente: AMANDA ARTHUR BRAVIN DA SILVA
Requerido(a): EXPEDIA DO BRASIL AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA e outros
Advogado do(a) REQUERIDO: FABIO SILVA CUNHA - RO10849
Advogados do(a) REQUERIDO: CELSO ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO JUNIOR - PA018736, FABIO RIVELLI - RO6640
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7036090-90.2023.8.22.0001
AUTOR: MARIA ROSANGELA DOS SANTOS DE MELO, MARIA SOCORRO DE LUCENA, RAIMUNDA TEIXEIRA BARRETO, VITORIA FERNANDES RODRIGUES
REQUERENTE: MARINALDO FERNANDES DE FREITAS, NILTON SANTA CRUZ E SILVA, SUELEN FEITOSA PRATA, UELLITON ALMEIDA DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: SIDNEY SOBRINHO PAPA - RO10061
Advogado do(a) REQUERENTE: SIDNEY SOBRINHO PAPA - RO10061
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
NOTIFICAÇÃO DA PARTE RECORRENTE - CUSTAS FINAIS
Processo nº: 7063940-56.2022.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: ALVINA SILVEIRA DOS SANTOS
Advogados do(a) REQUERENTE: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO - RO4783, SANDRA FLORENTINO - RO11795
REQUERIDO: LATAM AIRLINES GROUP S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: FERNANDO ROSENTHAL - SP146730
ALVINA SILVEIRA DOS SANTOS
Rua das Flores, 643, - de 403/404 ao fim, Floresta, Porto Velho - RO - CEP: 76806-490
Certifico que foram canceladas no Sistema de Custas as custas recursais pendentes, anteriormente geradas em duplicidade, o que permite o recolhimento das custas finais sem acréscimos.
Assim, com base na decisão proferida pela Turma Recursal, fica Vossa Senhoria notificada para comprovar o pagamento das custas finais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa.
O valor das custas é de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896/2016 (Regimento de Custas), e o código a ser utilizado é o “1013.2 - Custa final dos Juizados Especiais, face retorno dos autos da Turma Recursal”. Para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
https://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Processo n. 7017921-26.2021.8.22.0001
Parte requerente: REQUERENTE: CARMEM SARTORI GIOVANONI, RUA RIBAMAR DE MIRANDA 2954 LIBERDADE - 76803-845 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: DENIZE RODRIGUES DE ARAUJO PAIAO, OAB nº RO6174A, DANIELE RODRIGUES DE ARAUJO, OAB nº RO7543
Parte requerida: REQUERIDO: PRISCILA DA SILVA MENEZES, RUA ANTÔNIO MARIA VALENÇA 6534, - DE 6143/6144 A 6620/6621 APONIÃ - 76824-186 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Para a realização da consulta por meio do sistema SISBAJUD deverá a parte exequente apresentar planilha com detalhamento do crédito exequendo (débito principal, multa, correções e juros).
Assim, intime-se a parte exequente para em cinco dias apresentar planilha de cálculo atualizada, sob pena de extinção.
Serve o presente como comunicação.
Porto Velho , 16 de julho de 2023
Haroldo de Araújo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n.258/2023-CGJ, de 26/06/2023)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Processo n. 7059738-70.2021.8.22.0001
REQUERENTE: LUCAS VINICIUS LIMA DO NASCIMENTO, RUA ABINATA 1105, - AGENOR DE CARVALHO - 76804-421 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR, OAB nº MT20812O
REQUERIDO: Oi Móvel S.A, EDIFÍCIO TELEBRASÍLIA, SCN QUADRA 3 BLOCO A ASA NORTE - 70713-900 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO, OAB nº RO635, Procuradoria da OI S/A
D E C I S Ã O
Trata-se de ação em curso na qual se manifestou questão de ordem pública: a representação processual do polo ativo está irregular.
Em consulta ao Cadastro Nacional de Advogados - CNA (link: https://cna.oab.org.br), constatou-se que a inscrição do procurador autoral, Ubiratan Máximo Pereira de Souza Junior, está com sua inscrição (OAB/RO nº 11580) suspensa, não podendo atuar perante a Justiça de Rondônia.
Nos termos do art. 76 do CPC, determino a suspensão do trâmite processual até que a parte regularize sua representação nestes autos.
Por conseguinte, à Central de Processos Eletrônicos - CPE para que diligencie da seguinte forma:
A) INTIME PESSOALMENTE A PARTE AUTORA para que constitua novo patrono nos autos ou ratifique pessoalmente os atos realizados pelo advogado, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção / arquivamento; e
B) PROCEDA com a retificação do polo ativo, excluindo-se o representante processual, Ubiratan Máximo Pereira de Souza Junior;
C) OFICIE à OAB/RO para conhecimento e providências que entender necessárias e pertinentes, encaminhando-se cópia da presente decisão como anexo.
D.1) Em havendo valores depositados pendentes de pagamento, deverão permanecer na conta judicial até a regularização.
D.2) Caso a regularização não aconteça, o montante depositado deverá ser transferido para a conta única do TJ/RO e, os autos, arquivados.
Serve como comunicação.
Porto Velho, 16 de julho de 2023 .
Haroldo de Araújo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n.258/2023-CGJ, de 26/06/2023)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Processo n. 7071167-97.2022.8.22.0001
REQUERENTE: MARIA VALCELY MEIRELES MAIA FROTA, RUA VITÓRIA RÉGIA 5707, - DE 5387/5388 A 5715/5716 ELDORADO - 76811-852 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO, OAB nº RO4783, RAISSA OLIVEIRA ANDRADE, OAB nº RO9712A
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS S.A, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, - DE 6320/6321 AO FIM AEROPORTO - 76803-250 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA

SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do art. 38, da Lei 9.099/95.
Inicialmente acolho a preliminar de conexão suscitada pela empresa requerida pelas seguintes razões.
Dispõe o art. 55 do CPC que se reputam conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
A causa de pedir é composta pelos fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede, e o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional.
No caso, constata-se que os processos de n. 7071150-61.2022.8.22.0001 e n. 7071167-97.2022.8.22.0001, promovidos pelos autores EDILSON FROTA ARAUJO e MARIA VALCELY MEIRELLES MAIA FROTA, redistribuídos a este Juizado, versam sobre a mesma causa de pedir, o que foi objeto de observação na defesa da requerida.
Com efeito, ambos os processos tratam do mesmo negócio jurídico e dos mesmos fatos: o contrato firmado sob o localizador SROMPL e a alegação de alteração do voo sem o aviso prévio.
Está configurada, portanto, a conexão das demandas, vez que tratam da mesma causa de pedir remota (relação jurídica) e próxima (descumprimento contratual).
Como visto, as demandas possuem vínculo de identidade entre si, recomendando-se a reunião dos processos para julgamento conjunto, evitando-se inclusive a prolação de decisões conflitantes ou contraditórias.
Destaca-se, por oportuno, que a individualização do dano moral sofrido por cada passageiro pode ser realizada em uma única sentença, observando-se às peculiaridades dos indivíduos.
Ademais, a apreciação dos processos em um único juízo trará economia, pois as provas poderão ser produzidas uma só vez e a parcela comum a ambos será apreciada pelo mesmo juízo.
Do contrário, a resolução do litígio existente entre as partes em autos apartados acarretaria aumento de tempo e recursos, arcados pelo Estado e, portanto, pelo contribuinte.
Apesar de prática rotineira, a propositura de várias ações indenizatórias pelo mesmo patrono e amparadas no mesmo contrato, pela mesma pessoa, ou no mesmo fato, por membros do mesmo núcleo familiar ou pessoas próximas, deve ser coibida pelo Judiciário, em homenagem aos princípios da segurança jurídica, da cooperação e da economia processual.
Importante destacar a previsão do art. 327 do CPC, que admite a cumulação de vários pedidos contra o mesmo réu, ainda que não haja conexão. Assim, com razão se reputa adequada a cumulação de pedidos conexos na mesma demanda.
Cumpre esclarecer, ainda, que o judiciário brasileiro é severamente criticado por sua morosidade, mas estudos têm demonstrado que o excesso de judicialização e uso predatório das ações são os grandes responsáveis pela morosidade judicial.
Na hipótese, o patrono poderia demandar o caso em questão em uma única demanda.
Diante disso, com intuito de evitar custos financeiros desnecessários e o desperdício do aparato estatal na resolução destas demandas fincadas em uma mesma causa de pedir, entendo necessária e conveniente a reunião dos processos para julgamento conjunto, evitando-se decisões conflitantes, nos termos do artigo 55 do Código de Processo Civil.
Por fim, quanto a preliminar de incompetência territorial, esta deve ser rejeitada, porquanto os autores comprovaram que possuem domicílio na comarca de Porto Velho – RO, conforme documento de id. 82279164, de modo que este juízo se mostra competente para o julgamento da lide.
Assim, reconheço a conexão dos processos e passo ao julgamento em conjunto.
ALEGAÇÕES DOS AUTORES: Narram que sofreram danos morais em razão da alteração unilateral do voo contratado junto à ré, sem aviso prévio e sem o fornecimento de assistência material.
ALEGAÇÕES DA RÉ: Aduz que a alteração do voo originalmente contratado se deu em razão da reestruturação da malha aérea. Todavia, os passageiros foram avisados com antecedência, justamente para que pudessem reprogramar a viagem, fornecendo as opções de gerenciamento da reserva. Argumenta que não ocorreu falha na prestação do serviço, razão pela qual os pedidos devem ser julgados improcedentes.
PROVAS E FUNDAMENTOS: Há relação de consumo entre as partes, devendo a lide ser resolvida sob a ótica do CDC. Ademais, o feito comporta julgamento no estado em que se encontra, não se justificando a designação de audiência de instrução e julgamento, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas.
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e maduro para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Nos autos, resta incontroverso que os autores contrataram o voo operado pela requerida, sob o localizador SROMPL, saindo de Porto Velho – RO em 17/08/2022, às 03h55min, com destino à Natal – RN. Contudo, houve a alteração do voo por iniciativa da requerida, de modo que o ponto controvertido reside na legitimidade da conduta da empresa.
Quanto a possibilidade de alteração e cancelamento de voo, a Resolução n. 400/2016/ANAC estabelece que as empresas aéreas devem realizar as alterações de forma programada, em especial quanto ao horário e itinerário originalmente contratados, determinando que tais alterações deverão ser informadas aos passageiros com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas em relação ao horário originalmente contratado.
Em sua defesa, a empresa aérea argumenta que as alterações foram comunicadas em diversas oportunidades, através dos alertas encaminhados ao e-mail vinculado à reserva. E, observando as telas sistêmicas anexas na contestação, verifico que a comunicação foi enviada em 04/05/2022 para o e-mail “edifro@hotmail.com”, ou seja, com aproximadamente 3 (três) meses de antecedência.
Nesse ponto, entendo que as informações contidas nas telas apresentadas pela requerida são relevantes, posto que há indicação do e-mail do passageiro, bem como hora e data do envio da comunicação, o que sequer foi objeto de impugnação dos autores, de modo que presumem-se verdadeiros os argumentos da ré.
Conclui-se, pois, que a atuação da requerida atendeu aos ditames da resolução da ANAC e que o aviso foi realizado com a antecedência mínima prevista na resolução, possibilitando o gerenciamento da reserva, tanto é que o voo foi operado sem qualquer insurgência das partes.
Assim, não se pode inferir que houve defeito na prestação de serviço pela requerida, nem violação aos atributos da personalidade dos autores.

Consigno, ainda que, a inexistência de coação ou vício de vontade praticada pela empresa para que o requerente aceitassem um novo itinerário, sendo importante ressaltar que, em caso de alteração ou cancelamento, o passageiro pode solicitar o reembolso do valor pago, o que não restou demonstrado pelos passageiros.
Mostra-se ilógico os autores aceitarem a alteração do voo e depois de usufruírem o serviço, reclamar por possíveis danos decorrentes da alteração realizada, denotando a incidência do preceito denominado de "venire contra factum proprium" que significa vedação do comportamento contraditório, baseando-se na regra da pacta sunt servanda.
Segundo o prof. Nelson Nery, citando Menezes Cordero, "venire contra factum proprium'" postula dois comportamentos da mesma pessoa, lícitos em si e diferidos no tempo. O primeiro - factum proprium - é, porém, contrariado pelo segundo, ou seja, primeiro a parte concorda com o novo itinerário, depois, mesmo tendo concordado, ingressa com uma ação pleiteando danos de sua conduta em ter aceito a alteração contratual, o que não pode ser aceito.
Desta feita, por tudo narrado, não ficou comprovado o tripé da responsabilidade objetiva, estando ausente a conduta danosa cometido pela parte requerida, bem como os danos alegados pelos autores.
Ora, se não há falha na prestação de serviço e nem comprovação de responsabilidade civil, inexiste o dever de reparar, devendo o pedido de reparação dos danos morais ser julgado improcedente.
Essa é a decisão que mais justa e equânime emerge para o caso concreto (art. 6º, da LF 9.099/95).
DISPOSITIVO: Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, nos termos da fundamentação supra.
Por fim, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC, devendo o cartório, após o trânsito em julgado desta, arquivar imediatamente o feito, observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão, sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício, no ato da interposição do recurso, sob pena de preclusão e indeferimento da gratuidade.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Haroldo de Araújo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n.258/2023-CGJ, de 26/06/2023)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Processo n. 7088418-31.2022.8.22.0001
REQUERENTE: AURELIO DE OLIVEIRA RAMOS, RUA SECUNDARIA 03 NOVO HORIZONTE - 76804-421 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR, OAB nº MT20812O
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Despacho
Em que pesem os autos estarem conclusos, constato que não estão aptos para julgamento.
Trata-se de ação em curso na qual se manifestou questão de ordem pública: a representação processual do polo ativo está irregular.
Em consulta ao Cadastro Nacional de Advogados - CNA (link: https://cna.oab.org.br), constatou-se que a inscrição do procurador autoral, Ubiratan Máximo Pereira de Souza Junior, está com sua inscrição (OAB/RO nº 11580) suspensa, não podendo atuar perante a Justiça de Rondônia.
Nos termos do art. 76 do CPC, determino a suspensão do trâmite processual até que a parte regularize sua representação nestes autos.
]Por conseguinte, à Central de Processos Eletrônicos - CPE para que diligencie da seguinte forma:
A) INTIME PESSOALMENTE A PARTE AUTORA para que constitua novo patrono nos autos ou ratifique pessoalmente os atos realizados pelo advogado, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção / arquivamento; e
B) PROCEDA com a retificação do polo ativo, excluindo-se o representante processual, Ubiratan Máximo Pereira de Souza Junior;
C) OFICIE à OAB/RO para conhecimento e providências que entender necessárias e pertinentes, encaminhando-se cópia da presente decisão como anexo.
D.1) Em havendo valores depositados pendentes de pagamento, deverão permanecer na conta judicial até a regularização.
D.2) Caso a regularização não aconteça, o montante depositado deverá ser transferido para a conta única do TJ/RO e, os autos, arquivados.
Serve como comunicação.
Porto Velho, 16 de julho de 2023 .
Haroldo de Araújo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n.258/2023-CGJ, de 26/06/2023)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível Processo 7002411-02.2023.8.22.0001
REQUERENTE: SAID SILVA BRAGA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: VIVO S.A.
ADVOGADO DO REQUERIDO: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES, OAB nº GO29320

Sentença
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/1.995.
ALEGAÇÕES DO AUTOR: Afirma que adquiriu um CHIP de celular da operadora requerida, razão pela qual entrou em contato para fazer o cadastramento só seu CPF e um plano de serviço para o chip. No entanto, foi atendido por mais de 42 minutos, e nada foi resolvido, e após nova tentativa, aguardou por mais 17 minutos sem atendimento, sendo a ligação encerrado novamente pela requerida. Requer indenização por dano moral.
ALEGAÇÕES DA RÉ: Suscita preliminar. Alega que o autor não busca o fim do litígio, vez que sequer pleiteia a ativação do chip e plano, se atém apenas ao pedido de indenização em alto valor. Ainda, afirma que a linha está ativa e no plano contratado, conforme gravação anexada nos autos. No caso em questão não há o que se falar em indenização por dano moral, pois não resta comprovado que os fatos narrados lhe causaram quaisquer desdobramentos que justifiquei o pedido de dano moral. Assim, requer a improcedência da demanda.
DA PRELIMINAR: Não vislumbro falta de interesse de agir da parte autora pela ausência de tentativa de resolução extrajudicial do conflito, ante ao direito de ação constitucionalmente garantido e à inafastabilidade da jurisdição. Ademais, houve contestação do mérito da ação, configurando-se a resistência à pretensão da demandante.
Afasto a preliminar arguida e passo a análise do mérito.
PROVAS E FUNDAMENTOS: Resta comprovado a relação entre as partes, e a realização do procedimento.
Há relação de consumo entre as partes, devendo a lide ser resolvida sob a ótica do CDC. Ademais, o feito comporta julgamento no estado em que se encontra, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide.
Analisando todo o conjunto probatório encartado nos autos, não vislumbro qualquer viabilidade para o acolhimento do pedido inicial, uma vez que a parte autora não conseguiu comprovar o fato constitutivo de seu direito, deixando-se de cumprir o mister do art. 373, I, do CPC.
No caso dos autos, dada a documentação apresentada pelas partes, verifico que houve ativação do chip e contratação do plano pela empresa requerida, conforme gravação anexada (ID 87569454- pág. 08).
O pleito indenizatório por dano moral, tenho que deve ser julgado improcedente. O mero descumprimento contratual (falha na prestação dos serviços) não representa hipótese de dano in re ipsa (como, por exemplo, negativação/inscrição indevida nos órgãos de restrição de crédito; overbooking e cancelamento unilateral de voo contratado e programado; perda de ente querido por prática de ilício civil; etc.), de modo que a ofensa moral decorrente deveria restar comprovada e correspondente à geração de outros resultados diversos.
Trata-se de aborrecimentos naturais do cotidiano, sem repercussão na esfera íntima mais profunda do ser.
Somente deve ser reparado aquele dano que causa sofrimento ou humilhação, com interferência no comportamento psicológico do indivíduo, o que não se verifica no caso.
A indenização por dano moral não deve ser banalizada, pois não se destina a confortar meros percalços da vida comum.
Desta forma, improcedente os pedidos formulados na inicial.
Esta é a decisão que mais justa se revela para o caso concreto, nos termos do art. 6º da LF 9.099/95.
DISPOSITIVO: Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado pela parte autora em desfavor do requerido.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão, sob o pálio da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício, no ato da interposição do recurso, sob pena de preclusão e indeferimento da gratuidade.
Transitada em julgado, arquivem-se os autos.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve a presente como comunicação.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Haroldo de Araújo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n.258/2023-CGJ, de 26/06/2023)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Processo n. 7043570-22.2023.8.22.0001
Parte requerente: AUTOR: TIAGO JOSE ROTUNO VIEIRA, RUA ABUNÃ 2934, - DE 2510 A 2974 - LADO PAR LIBERDADE - 76803-888 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: TIAGO JOSE ROTUNO VIEIRA, OAB nº RO9787
Parte requerida: REU: ITAU UNIBANCO HOLDING S.A., ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA 100, TORRE OLAVO SETUBAL PARQUE JABAQUARA - 04344-902 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
DECISÃO/ TUTELA DE URGÊNCIA
O autor narra que o requerido reduziu unilateralmente o limite do seu cartão de crédito, sem qualquer aviso prévio, o que vem lhe causando prejuízos.
Nesse sentido, em sede de tutela antecipada, requer que o requerida restabeleça o limite do seu cartão.
Entretanto, o deferimento da tutela antecipada sem a observância do contraditório, deve pressupor uma situação em que o retardamento da providência implicará em dano irreparável ou de difícil reparação.
No presente caso, não obstante os argumentos apresentados pelo autor em sua peça vestibular, não existe uma verdadeira situação de risco de dano irreparável ou de difícil reparação, com gravidade tal que justifique a postergação do contraditório.
Por isso, mostra-se imprescindível que, antes de qualquer providência, venha aos autos a defesa do requerido, possibilitando a colheita de melhores dados a respeito do conflito.

Desse modo, o regular trâmite da ação é medida que se impõe.
Ante o exposto, com fulcro no art. 300 do CPC, INDEFIRO A TUTELA ANTECIPADA reclamada pela parte demandante, devendo o feito prosseguir em seus ulteriores termos.
Cite-se e intimem-se às partes da presente decisão.
Serve a presente como comunicação.
Haroldo de Araújo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n.258/2023-CGJ, de 26/06/2023)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Processo n. 7043873-36.2023.8.22.0001
Parte requerente: REQUERENTE: JOVENALIA RODRIGUES, RUA GREGÓRIO ALEGRE 6442, - DE 6128/6129 A 6614/6615 APONIÃ - 76824-190 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: CARLOS ERIQUE DA SILVA BONAZZA, OAB nº RO8176, CINTIA VILARIM BONAZZA, OAB nº RO8673
Parte requerida: REQUERIDO: CLARO S.A., AVENIDA CARLOS GOMES 2262, - DE 1900 A 2350 - LADO PAR SÃO CRISTÓVÃO - 76804-038 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Decisão/ TUTELA DE URGÊNCIA
A autora aduz que contratou os serviços de telefonia e internet fornecidos pela requerida, porém, os serviços encontram-se suspensos há mais de uma semana. Em razão disso, tentou solicionar o problema junto a empresa, que informou a existência de um débito relativo ao mês de agosto de 2022. Ocorre que o referido débito foi pago à epoca do vencimento, inexistindo qualquer pendência financeira que justificasse a suspensão dos serviços.
Nesse sentido, em sede de tutela antecipada, requer o restabelecimento dos serviços.
Não obstante os argumentos apresentados pela parte autora em sua peça vestibular, não verifico a presença dos requisitos constantes do artigo 300 do CPC, em especial a probabilidade do direito, ao menos em um juízo de cognição sumária, porquanto a autora não apresentou a fatura que supostamente deu ensejo a suspensão dos serviços, a fim de comprovar a quitação do débito, tampouco demonstrou o pagamento da fatura do mês de julho de 2023, que encontra-se em aberto, conforme print de tela sistêmica apresentada ao id. 93287267.
Desse modo, o regular trâmite da ação é medida que se impõe, recomendando-se a conciliação das partes, objetivo primordial dos Juizados Especiais.
Ante o exposto, com fulcro no art. 300 do CPC, INDEFIRO A TUTELA ANTECIPADA reclamada pela parte demandante, devendo o feito prosseguir em seus ulteriores termos.
Cite-se e intimem-se as partes da presente decisão, bem como da audiência de conciliação designada, com as advertências e recomendações de praxe.
Serve a presente como comunicação.
Haroldo de Araújo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n.258/2023-CGJ, de 26/06/2023)Haroldo de Araújo Abreu Neto

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7083002-82.2022.8.22.0001
Requerente: KAIRA CUNHA DA SILVA
Requerido(a): TAM LINHAS AÉREAS S/A
Advogado do(a) REU: FERNANDO ROSENTHAL - SP146730
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7042770-91.2023.8.22.0001
AUTOR: OSVALDINO RODRIGUES ALVES
Advogado do(a) AUTOR: JOSE GOMES BANDEIRA FILHO - RO816
REU: BANCO BRADESCO S.A.
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)

Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7044314-17.2023.8.22.0001
REQUERENTE: JOELMA OZIEL PEREIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA - MT19588/O
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7065005-86.2022.8.22.0001
EXEQUENTE: JACIR DA ROSA
Advogado do(a) EXEQUENTE: PAULO SERGIO DA SILVA NASCIMENTO - RO9719
EXECUTADO: TELMA MARIA GAMA FEITOSA
Intimação VIA DIÁRIO ELETRÔNICO
FINALIDADE: Fica Vossa Senhoria intimada a, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar procuração com poderes específicos para receber e dar quitação, nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, sob pena de expedição do alvará apenas em nome da parte.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7022102-02.2023.8.22.0001
AUTOR: ELIETE PEREIRA DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: FELIPE BRAGA PEREIRA FURTADO - RO9230, KAYNA APOYNA MOTA MATOS - RO11594, TIAGO VINICIUS MEIRELES CUNHA - RO9287
REU: 123 VIAGENS E TURISMO LTDA., GOL LINHAS AÉREAS
Advogado do(a) REU: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
Intimação PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA
Finalidade: Intimação para audiência de conciliação por videoconferência
Esta publicação tem por finalidade intimar o(s) advogado(s) da(s) parte(s) acima identificado(s) para que participe(m) da audiência de conciliação a ser realizada por videoconferência (via WhatsApp), bem como assegure(m) que seu(s) constituinte(s) também compareça(m).
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA: 23/08/2023 08:00 (horário de Rondônia)
Caso ainda não o tenha(m) feito, fica(m) também intimado(s) a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o(s) contato(s) telefônico(s) indicado(s) para a realização da videoconferência (com o aplicativo WhatsApp), sob pena de o processo ser movimentado para deliberação judicial para providências quanto à extinção do processo (no caso de inércia da parte requerente) ou quanto à consideração de recusa do demandado à participação na audiência (art. 23 da Lei nº 9.099/95).
COMO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e horário marcados.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o aplicativo WhatsApp de seu celular ou no computador, a partir do link https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br. Se necessário, poderá ser utilizado o aplicativo Hangouts Meet (art. 7°, III, Prov. 018/2020-CG);
2. Estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO (art. 7°, V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local isolado e em silêncio para participar da audiência.

ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar-lhe da audiência por videoconferência e orientá-la sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7°, II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação (art. 7°, IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir (art. 7°, VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
6. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado (art. 7°, X, Prov. 018/2020-CG);
7. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais (art. 7°, XI, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial (art. 7°, XII, Prov. 018/2020-CG);
9. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7°, XVIII, Prov. 018/2020-CG);
10. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual (art. 7º, XIX, Prov. 018/2020-CG);
11. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial (art. 7°, XIII, Prov. 018/2020-CG.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7°, I, Prov. 018/2020-CG);
2. A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil). (art. 7°, VIII, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada (art. 7°, XIV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada (art. 7°, XV, Prov. 018/2020-CG);
5. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca (art. 7°, XX, Prov. 018/2020-CG).
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - CEJUSC:
E-mail: cejusc_jecc@tjro.jus.br
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7036145-41.2023.8.22.0001
AUTOR: JESSICA BELARMINO DE CARVALHO
Advogado do(a) AUTOR: DANIELE CHAGAS MACHADO - RO7616
REU: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7038625-89.2023.8.22.0001
AUTOR: KARINA PERES COSTA
Advogados do(a) AUTOR: ANA CAROLINA MARTINS DOS SANTOS - RO11440, EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - RO11651

REU: 123 VIAGENS E TURISMO LTDA., GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) REU: RODRIGO SOARES DO NASCIMENTO - MG129459
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7005872-79.2023.8.22.0001
Requerente: BENEDITO RODRIGUES FREIRE
Requerido(a): DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS RONDOBRAS LTDA
Advogado do(a) REU: ALESSANDRA DE ALMEIDA FIGUEIREDO - SP237754
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7038782-62.2023.8.22.0001
AUTOR: JOSE MIGUEL BANEGAS CHAVEZ
Advogados do(a) AUTOR: ABIGAIL FAGUNDES MACHADO - RO12340, JOSE VITOR BARBOSA SANTOS - RO10556
REU: TAM LINHAS AÉREAS S/A
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7028852-54.2022.8.22.0001
REQUERENTE: KETILLA BELO RODRIGUES
Advogados do(a) REQUERENTE: KEILA MARIA DA SILVA OLIVEIRA - RO2128, LUCIANA MEDEIROS BORGES DE CAMARGO COSTA FERNANDES - RO0002201A
REQUERIDO: CLARO S.A.
INTIMAÇÃO VIA DIÁRIO ELETRÔNICO
FINALIDADE: Fica Vossa Senhoria intimada a, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar procuração com poderes específicos para receber e dar quitação, nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, sob pena de expedição do alvará apenas em nome da parte.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7012972-22.2022.8.22.0001
Requerente: ERISSON COSTA DOS SANTOS
Requerido(a): ENERGISA ACRE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº: 7072420-57.2021.8.22.0001
AUTOR: JOSE CARLOS ALVES DE AGUIAR
Advogados do(a) AUTOR: CARINA RODRIGUES MOREIRA - RO10065, SIDNEY SOBRINHO PAPA - RO10061
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Por determinação do juízo e considerando o decurso do prazo para pagamento voluntário, FICA A PARTE AUTORA INTIMADA a, no prazo de 5 (cinco) dias:
1) atualizar o crédito exequendo para incluir a multa de 10% (dez por cento), conforme artigo 523, § 1º, primeira parte, do Código de Processo Civil;
2) requerer o que entender de direito, indicando o meio de execução pretendido, caso ainda não o tenha feito.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7000670-58.2022.8.22.0001
EXEQUENTE: FOGACA COMERCIO LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: JOSE MARIA ALVES LEITE - RO7691
EXECUTADO: EUCILENE CELESTINO DA SILVA
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA a apresentar planilha de cálculos devidamente atualizada, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
NOTIFICAÇÃO DA PARTE RECORRENTE - CUSTAS FINAIS
Processo nº: 7041620-46.2021.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: ANTONIO FELIX DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: URYELTON DE SOUSA FERREIRA - RO6492
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Com base na decisão proferida pela Turma Recursal, fica Vossa Senhoria notificada para comprovar o pagamento das custas processuais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa. O valor das custas é de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896/2016 (Regimento de Custas), e o código a ser utilizado é o "1013.2 - Custa final dos Juizados Especiais, face retorno dos autos da Turma Recursal". Para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
https://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7043315-64.2023.8.22.0001
AUTOR: LINCOLN JAIME ESTOLANO DE ANDRADE
Advogado do(a) AUTOR: DIELSON RODRIGUES ALMEIDA - RO10628
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
EDITAL DE HASTA PÚBLICA ÚNICA
Juiz de Direito: HAROLDO DE ARAÚJO ABREU NETO
Coordenadoria da CPE
Dia/hora: 05 de setembro de 2023, às 08:00 horas.
Processo: 7011884-17.2020.8.22.0001

EXEQUENTE: WANDERSON DE SOUSA
EXECUTADO: DANIEL MORAIS DE SOUZA
Bem avaliado: 1 (UM) automóvel Toyota Hilux SRV 3.0, diesel, 4x4, automático, placa NEC4169, nas seguintes condições: veículo em bom estado, com 4 (quatro) pneus novos, pintura toda refeita (cor preta), porém não está funcionando o motor, segundo o executado, por problemas nos bicos injetores ou bombas injetoras.
Total da avaliação: R$ 100.000,00 (cem mil reais)
Observação: Certifico não constar quaisquer informações acerca de ônus sobre o(s) bem(ns) penhorado(s) acima citado(s). O(s) objeto(s) mencionado(s) está(ão) sob poder e guarda do Sr. DANIEL MORAIS DE SOUZA, residente e domiciliado(a) na rua Rua João Pedro da Rocha, 560, Nova Porto Velho, nesta.
Intimação: Ficam intimadas as partes através do presente edital, se eventualmente não o forem pessoalmente. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandei expedir o presente que será afixado e publicado na forma da lei.
Local do leilão: Fórum localizado na Av. Pinheiro Machado, 777, entre ruas José Bonifácio e Gonçalves Dias, Bairro Olaria, Porto Velho/RO - CEP: 76.801-235.
Porto Velho (RO), 12 de julho de 2023.
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7074323-30.2021.8.22.0001
AUTOR: STELLA LANA DE SOUZA
Advogados do(a) AUTOR: BRENDA MORAES SANTOS - RO8933, LARISSA SILVA PONTE - RO8929
REQUERIDO: BANCO ORIGINAL S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: PAULO ROBERTO VIGNA - SP173477
Intimação À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7066204-46.2022.8.22.0001
REQUERENTE: MAICON DOUGLAS ALVES CAPRA ANTUNES
Advogados do(a) REQUERENTE: EDERSON HASSEGAWA MOSCOSO ROHR - RO8869, MARCELO MALDONADO RODRIGUES - RO2080, MAURILIO PEREIRA JUNIOR MALDONADO - RO4332, WELINTON RODRIGUES DE SOUZA - RO7512
REQUERIDO: BRASIL CARD ADMINISTRADORA DE CARTAO DE CREDITO LTDA
Advogado do(a) REQUERIDO: NEYIR SILVA BAQUIAO - MG129504
Intimação À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7083684-37.2022.8.22.0001
REQUERENTE: SARAH GRAZIELA PINI DE SOUZA
Advogado do(a) REQUERENTE: JHONATAS EMMANUEL PINI - RO4265
REQUERIDO: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
Intimação À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7041866-71.2023.8.22.0001
AUTOR: GILMAR MAIA FEITOSA JUNIOR
Advogado do(a) AUTOR: SIDNEY SOBRINHO PAPA - RO10061
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.

Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7017224-34.2023.8.22.0001
AUTOR: BEATRIZ ALMEIDA BORRER
Advogados do(a) AUTOR: EVERTON ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA REIS - RO7649, LUCAS BRANDALISE MACHADO - RO7735, MARCIA YUMI MITSUTAKE - RO7835
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
Intimação À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7007525-19.2023.8.22.0001
REQUERENTE: JOCILIO TORRES VIEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: DAVI SOUZA BASTOS - RO6973
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA SISTEMA PJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7073026-85.2021.8.22.0001
AUTOR: PEDRO MIGUEL ARCHANJO
Advogado do(a) AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA SISTEMA PJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7074205-20.2022.8.22.0001
REQUERENTE: VALESCA REIS DE CASTRO
Advogado do(a) REQUERENTE: CLIVIA PATRICIA MEIRELES - RO11000
REQUERIDO: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA SISTEMA PJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7019085-89.2022.8.22.0001
REQUERENTE: THAIS NEVES DE OLIVEIRA
Advogados do(a) REQUERENTE: ADEMIR JUNIOR RIBEIRO DE SANTANA - RO12599, ARTHUR NOGUEIRA PRADO - RO10311, FELIPE NADR ALMEIDA EL RAFIHI - RO6537, MAIRA BENARROSH MACEDO - RO9402, MATHEUS FIGUEIRA LOPES - RO6852, RAFAEL BALIEIRO SANTOS - RO6864
REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A
Advogados do(a) REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, FABIO RIVELLI - RO6640
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA SISTEMA PJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Processo n. 7042770-91.2023.8.22.0001
Parte requerente: AUTOR: OSVALDINO RODRIGUES ALVES, RUA DOS BURITIS 3734, - DE 3584/3585 A 3879/3880 NOVA FLORESTA - 76807-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JOSE GOMES BANDEIRA FILHO, OAB nº RO816
Parte requerida: REU: BANCO BRADESCO S.A., AVENIDA CARLOS GOMES 741, - DE 611 A 965 - LADO ÍMPAR CAIARI - 76801-147 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: BRADESCO
DECISÃO/ TUTELA DE URGÊNCIA
O autor alega que realizou uma compra através do seu cartão de crédito, contudo, por motivos pessoais, a compra foi cancelada e houve o estorno dos valores.
Ocorre que o requerido vem realizado a cobrança das parcelas que já foram estornadas.
Em razão disso, em sede de tutela antecipada, requer que o requerido se abstenha de realizar a cobrança nas faturas do cartão de crédito.
Não obstante os argumentos apresentados pela parte autora em sua peça vestibular, não verifico a presença dos requisitos constantes do artigo 300 do CPC, em especial a verossimilhança das alegações, ao menos em um juízo de cognição sumária, visto que o documento anexo ao id. 93059467, não faz prova da existência da relação jurídica entre as partes.
Desse modo, o regular trâmite da ação é medida que se impõe, recomendando-se a conciliação das partes, objetivo primordial dos Juizados Especiais.
Ante o exposto, com fulcro no art. 300 do CPC, INDEFIRO A TUTELA ANTECIPADA reclamada pela parte demandante, devendo o feito prosseguir em seus ulteriores termos.
Cite-se e intimem-se às partes da presente decisão.
Serve a presente como comunicação.
Porto Velho , 16 de julho de 2023
Haroldo de Araújo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n.258/2023-CGJ, de 26/06/2023)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7042796-89.2023.8.22.0001
AUTOR: TIAGO DE AMORIM DE SOUZA
Advogados do(a) AUTOR: BRENDA CARNEIRO VASCONCELOS - RO9302, BRUNA CARNEIRO VASCONCELOS - RO11443
REU: BANCO BRADESCO S.A.
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7043756-45.2023.8.22.0001
AUTOR: LEONARDO GONCALVES DE MENDONCA, SIMONE FARIAS RODRIGUES MAIA
Advogado do(a) AUTOR: LEONARDO GONCALVES DE MENDONCA - RO7589
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS S/A
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7011884-17.2020.8.22.0001
EXEQUENTE: WANDERSON DE SOUSA
Advogado do(a) EXEQUENTE: JUSSARA DOS SANTOS RAMOS - RO6758
EXECUTADO: DANIEL MORAIS DE SOUZA
Advogados do(a) EXECUTADO: DENER DUARTE OLIVEIRA - RO6698, EDUARDO BELMONTH FURNO - RO5539
Intimação VIA DIÁRIO ELETRÔNICO
FINALIDADE: Ficam as partes intimadas para comparecerem ao LEILÃO do bem descrito no Edital de Hasta Pública Única a ser realizado no 05 de setembro de 2023, às 08:00 horas no átrio do Fórum localizado na Av. Pinheiro Machado, 777, entre ruas José Bonifácio e Gonçalves Dias, Bairro Olaria, Porto Velho/RO - CEP: 76.801-235.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7057562-84.2022.8.22.0001
Requerente: DAMIAN EDUARDO MARTINEZ PONTI
Advogado do(a) REQUERENTE: MACIO DOMINGOS DA SILVA - RO10768
Requerido(a): ANA PAULA MOREIRA BARBOSA DOS SANTOS
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível Processo 7019594-20.2022.8.22.0001
REQUERENTE: HELTON BIANCHI, VENEZUELA 2819, - DE 2265/2266 AO FIM EMBRATEL - 76820-810 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, , - DE 2289/2290 A 2653/2654 - 76962-050 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA

Sentença
Relatório dispensado nos termos do artigo 38, da Lei Federal n. 9.099/95.
Trata-se de ação de revisão de fatura com pedido de indenização por dano moral porque a autora recebeu cobranças nos meses de fevereiro e março de 2022 que, segundo alega, seriam indevidas em razão de sua discrepância em relação ao seu histórico de consumo. Requereu a modificação dos valores cobrados nas faturas de vencimento dos meses de março e abril de 2022.
Em que pesem os argumentos da demandante e todo o trâmite processual transcorrido, analisando os elementos existentes nos autos, concluo que os documentos apresentados são insuficientes para processar e julgar o pedido, ante a necessidade de perícia técnica no medidor de consumo e, eventualmente, contábil -- provas incompatíveis com o rito dos Juizados Especiais.
Esclareço que a perícia técnica é imprescindível para formar o convencimento do juiz e viabilizar a prolação da sentença de mérito, uma vez que as faturas enviadas apresentam faturamento normal, tornando necessária a realização de uma análise minuciosa no medidor de energia e, a depender do resultado, de perícia contábil, tendo em vista que não é possível aferir o quantum devido e o real consumo efetivado pela autora no período questionado somente como os documentos acostados aos autos.
Não se descarta, fora isso, a possibilidade de mau funcionamento de algum eletrodoméstico ou aparelho do imóvel em que vive o autor, o que não foi explorado pela argumentação contida na petição inicial.
É presumível a irresignação do consumidor que se vê cobrado, até de forma surpreendente, por valores que considera incompatíveis com seus hábitos de utilização do serviço de energia elétrica, mas não há como firmar convicção única e exclusivamente a partir de sua afirmação de que não utilizou o tanto de luz que a concessionária lhe atribui.
Até porque, como se sabe, o ato de aferição e cobrança da concessionária de serviço público carreia certa presunção de veracidade e legitimidade.
De qualquer modo, a questão demanda estudo especializado que extrapola os limites de um exame técnico mencionado no art. 35 da Lei nº 9.099/95, em afronta aos princípios basilares dos Juizados Especiais de oralidade, informalidade, celeridade, simplicidade e economia processual.
Nos Juizados Especiais Cíveis não se admite a produção de prova pericial, enveredando a matéria de mérito pelo campo da complexidade, tenho que o procedimento deste juízo é incompatível com a pretensão da parte autora.
Evidente, portanto, que a ação proposta foge à competência dos Juizados Especiais Cíveis e por isso, deve ser dirimida perante as Varas Cíveis.
Deve o feito ser extinto, em razão da impossibilidade de prosseguimento no âmbito dos Juizados.
DISPOSITIVO: Ante o exposto, com fundamento no artigo 51, inciso II, da Lei n. 9.099/95 e art. 485, inc. IV, do Código de Processo Civil, DECLARO DE OFÍCIO A INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL e JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.
Sem custas e honorários, haja vista tratar-se de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei n. 9.099/95.
Intime-se.
Serve a presente como comunicação.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Haroldo de Araújo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n.258/2023-CGJ, de 26/06/2023)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7012369-12.2023.8.22.0001
Requerente: JOSE NANDSON DA SILVA RAMOS
Requerido(a): GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível PROCESSO: 7024723-06.2022.8.22.0001
REQUERENTE: MARIA JOSE PEREIRA DA ROCHA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DAIANE CASTRO ROSANO, OAB nº RO10170
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Sentença/Ordem de Pagamento
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
Compulsando os autos, verifico que a parte credora obteve a satisfação de seu direito creditício, fazendo com que se exaurisse o objeto da execução e se extinguisse o interesse.

Diante do exposto, nesta data EXPEDI ORDEM JUDICIAL ELETRÔNICA (alvará eletrônico) ao banco, em favor do exequente e/ou de seu(s) advogado(s) constituído(s) para levantamento dos valores depositados em juízo, com as devidas correções/rendimentos/ atualizações monetárias, devendo a instituição financeira zerar e encerrar as contas.
Favorecido do alvará eletrônico: MARIA JOSE PEREIRA DA ROCHA, CPF/CNPJ: 08034613215, Valor: R$ 11.450,31
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização R$ 11.450,31 MARIA JOSE PEREIRA DA ROCHA 080.346.132-15 1817500 - 2 Sim
OBSERVAÇÕES:
1) A parte favorecida deverá comparecer, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, à agência da Caixa Econômica Federal (agência: 2848), localizada na Avenida Nações Unidas, ao caixa presencial, munida de documentos de identificação com foto, para saque do valor creditado.
2) O alvará eletrônico deverá ser sacado em até 30 (trinta) dias, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, sob pena de transferência para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO, que desde já determino.
3)Saliento que não é necessário a impressão deste expediente e nem tampouco comparecimento da parte à sede deste Juizado, bastando, para tanto, comparecer à Caixa Econômica Federal - Agência 2848 - Avenida Nações Unidas para levantamento da ordem.
Por fim, considerando a satisfação da obrigação, JULGO EXTINTO a execução, nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Após o levantamento dos valores, arquive-se os autos com as baixas e cautelas de praxe.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 16 de julho de 2023
Haroldo de Araujo Abreu Neto
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7042716-28.2023.8.22.0001
AUTOR: FRANCINEIDE DA SILVA SOUZA
Advogado do(a) AUTOR: RODRIGO STEGMANN - RO6063
REU: BANCO DO BRASIL SA
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada de que a audiência de conciliação inaugural designada automaticamente pelo sistema foi cancelada , em cumprimento ao que foi determinado no SEI 0002342-13.2022.822.8800 (retirada da pauta de conciliação dos grandes litigantes) e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO. Fica ainda devidamente cientificada de que poderá haver a designação de audiência de conciliação com pautas temáticas ou mutirões, desde que haja manifestação das partes nesse sentido. Dessa forma, haverá a citação e intimação da parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 dias. Encerrado o prazo, Vossa Senhoria será intimada para apresentar réplica à contestação também no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou ciência do ato respectivo.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
NOTIFICAÇÃO DA PARTE RECORRENTE - CUSTAS FINAIS
Processo nº: 7003030-34.2020.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
AUTOR: JUNIOR VIANA DOS ANJOS
Advogados do(a) AUTOR: ADRIANA DESMARET SPINET - RO0004293A, DIOMAR APARECIDA DA SILVA GODINHO - RO1962, JUCYMAR GOMES CARDOSO - RO0003295A
REU: CLARO S.A.
Advogado do(a) REU: PAULA MALTZ NAHON - RS51657
CLARO S.A.
Av. Carlos Gomes, 2262, sala01, São Cristóvão, Porto Velho - RO - CEP: 76804-038
Com base na decisão proferida pela Turma Recursal, fica Vossa Senhoria notificada para comprovar o pagamento das custas processuais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa. O valor das custas é de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896/2016 (Regimento de Custas), e o código a ser utilizado é o "1013.2 - Custa final dos Juizados Especiais, face retorno dos autos da Turma Recursal". Para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
https://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Porto Velho, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7018446-71.2022.8.22.0001
AUTOR: MARCIO MARCELO SERRATI DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: MARIA ORISLENE MOTA DE SOUSA - RO0003292A
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogado do(a) REU: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
Intimação À PARTE REQUERENTE (VIA SISTEMA PJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº: 7059502-84.2022.8.22.0001
AUTOR: ELNEIDE BARROSO GOMES
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogados do(a) REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664, KESIA SILVA OLIVEIRA - PB25948
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, a cumprir espontaneamente a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto à Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7020359-54.2023.8.22.0001
Requerente: LORENA DE OLIVEIRA CESAR
Requerido(a): AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogado do(a) REU: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível Processo n. 7075498-25.2022.8.22.0001
AUTOR: SELENE SOUZA MONTEIRO, RUA JOÃO GOULART 1460, - DE 1440/1441 A 1892/1893 NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-126 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ALEXANDRE FURTADO DA SILVA, OAB nº PR23966
REU: SKY SERVICOS DE BANDA LARGA LTDA., AV. DOUTOR CHUCRI ZAIDAN 920, EDIF TORRE 1 ANDAR 4 9 A 11 13 14 16 17 BROOKLIN PAULISTA - 04578-910 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828
S E N T E N Ç A
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
Torno sem efeito a decisão de ID n. 92911646.

HOMOLOGO O ACORDO celebrado entre as partes, anexado à ID n. 85321004, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, regendo-se pelas próprias cláusulas e condições, JULGANDO, por conseguinte e nos moldes do art. 487, III, "b", do CPC, EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, devendo o cartório arquivar imediatamente o processo, pois a sentença homologatória transita em julgado de plano (art. 41, da LF 9.099/95) e o acordo será cumprido diretamente entre as partes.
Ademais, considerando que já houve depósito judicial do valor acordado, conforme comprovante de ID n. 85568862, autorizo o seu levantamento.
Fica, contudo, ressalvada a hipótese de desarquivamento em caso de descumprimento do acordo e concomitante requerimento da parte credora.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Arquivem-se com baixa definitiva.
Porto Velho/RO, 16 de julho de 2023.
Haroldo de Araujo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n. 258/2023-CGJ, de 26/06/2023)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000
Polo Ativo: REQUERENTE: ANA LUCIA PEREIRA DA SILVA;
x Polo Passivo: REQUERIDO: CARTAO BRB S/A.
Proc. nº: 7007423-94.2023.8.22.0001.
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível.
ADVOGADO DO AUTOR: ADVOGADOS DO REQUERENTE: ARIOSVALDO ALVES DE FREITAS, OAB nº RO2256A, LETICIA FREITAS GIL, OAB nº RO3120, ARIOSWALDO FREITAS GIL, OAB nº RO5964;
ADVOGADOS DO REU: ADVOGADO DO REQUERIDO: GABRIEL PIRES DE SENE CAETANO, OAB nº MG190549.
S E N T E N Ç A
Trata-se de ação ajuizada por ANA LUCIA PEREIRA DA SILVA contra CARTAO BRB S/A em que, sinteticamente, afirma não ter contratado cartão de crédito da empresa demandada, mas, ainda assim, que esta inscreveu seu nome em cadastro de inadimplentes. Requer a declaração de inexigibilidade do débito e rescisão do contrato/fatura n° 0005201564201415016 - valor R$ 586,62 - data inclusão: 23/11/2022, vencido em 20/10/2022; bem como indenização por danos morais no valor de R$ 10.000,00.
O réu defende que a autora firmou contrato por meio de aplicativo celular. A contratação ocorreu com o envio de documento pessoal, bem como selfie tirada pela própria autora. Foram realizados pagamentos de algumas faturas. Pleiteia pela improcedência dos pedidos iniciais, bem como condenação em litigância.
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei nº 9.099/1995.
I. FUNDAMENTAÇÃO
Conciliação frustrada. Passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do arts. 355 e 370, ambos do CPC/2015, sendo desnecessária a produção de qualquer prova oral.
Partes legítimas, eis que há relação jurídica de direito material entre as mesmas. Inexiste complexidade apta a afastar a competência dos Juizados e a petição não é inepta, apresentando os fatos de forma que possibilitado o direito de defesa, com pedidos que guardam relação com a causa de pedir.
Presentes os requisitos de admissibilidade e os pressupostos processuais, passo a apreciar o mérito.
(i) Do Direito
O regime jurídico de direito aplicável é o Código de Defesa do Consumidor, porquanto presentes as figuras dos arts. 2º e 3º.
Compete ao consumidor produzir prova mínima da violação de seu direito, ou seja, dos danos sofridos e/ou do nexo de causalidade impingido à parte contrária. Nesse sentido, o ônus probatório geral previsto no art. 373, caput, CPC/15, não pode ser completamente realocado por força da possibilidade de inversão judicial prevista no art. 6º, VIII, CDC, sob pena de inviabilizar a possibilidade de contraditório e extirpar o direito à ampla defesa da empresa fornecedora do serviço.
(ii) Dos Fatos
Foram anexados os documentos vertidos pela consumidora no ato da contratação (ID nº 88532981 - Pág. 2), inclusive submetidos a "Facematch" realizada por documentoscópica, o que é indício suficiente da idoneidade da contratação. Essa circunstância constitui fato impeditivo do direito alegado pela autora, cumprindo o ônus do artigo 373, inc. II, do CPC.
Observo que essa documentoscopia merece credibilidade porque o RG apresentado na ocasião da contratação (e da selfie) ostenta uma informação que fraudadores nunca conseguem reproduzir em suas falsificações por não se tratar de dado facilmente localizável: os dados do Cartório em que foi registrada a certidão de nascimento da vítima. No caso da autora, estes são esses dados: "Certidão de Nascimento, Folha: 403, Livro: A10, Termo: 9844, Data do Evento: 04/07/1982" (grifei), e estão corretos, conforme base de dados cartorários que consultei.
Apesar de a autora negar a contratação, argumentando que o contrato não foi realizado. Analisando os documentos, restou demonstrada a contratação por meio da selfie tirada pela própria autora e não impugnada em réplica, inclusive houve o pagamento de parcelas, o que afasta a alegação de contrato fraudulento.
Sobre os argumentos autorais de que a discrepância entre o endereço e o número de telefone indicados no cadastro do cartão e os seus atuais, observo que endereços e telefones não são características estáveis como o retrato da face do indivíduo, motivo pelo qual, em que pese essa divergência, pode ser facilmente explanada com mudança de imóvel e troca de celular — ou mesmo com a titularidade de mais de uma conta, o que é deveras comum.
Não há, portanto, como acolher a tese autoral de total desconhecimento do contrato e dos débitos dele originados.
A cobrança das parcelas previstas em contrato constitui exercício regular do direito da empresa, de modo a compelir o devedor a pagar pelo serviço fornecido.

Não há verossimilhança, portanto, no pedido de inexigibilidade de débito e de indenização por danos morais porquanto não há conduta ofensiva passível de responsabilização civil, na forma dos artigos 186 e 927 do Código Civil.
Enfim, verifico que esta é a segunda ação judicial em que a parte demandante tenta, de maneira ilegítima, desconstituir contratos que ela certamente firmou. A primeira, nº 7051794-80.2022.8.22.0001, tramitou perante o 1º JEC desta comarca e foi julgada improcedente, inclusive com condenação da pleiteante.
A toda evidência, a conduta desleal da autora persiste, devendo ser, uma vez mais, adequadamente sancionada.
Não pode a demandante agir de forma ilegítima, de má-fé, com intuito de tirar proveito próprio às custas do Poder Judiciário. Desta forma, não agiu com lisura na presente demanda, razão pela qual condeno a autora, ANA LUCIA PEREIRA DA SILVA, ao pagamento do valor de 6% (seis por cento) sobre o valor atualizado da causa, conforme dispõe art. 80, II, do CPC, mais honorários advocatícios nos termos do art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.
II. DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL e CONDENO A AUTORA, ANA LUCIA PEREIRA DA SILVA, A PAGAR À EMPRESA RÉ, CARTÃO BRB S.A:
a) multa de 6% (seis por cento) sobre o valor atualizado da causa em razão da litigância de má-fé; e
b) 10% (dez por cento) de honorários advocatícios sobre o valor corrigido da causa, em favor dos advogados da empresa ré.
Extingo a ação COM resolução do mérito, à luz do art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil.
INDEFIRO o pedido pela concessão de assistência judiciária.
Em caso de interposição de recurso inominado, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias. Transcorrido o prazo legal e certificado sobre tempestividade, remetam-se os autos à Turma Recursal.
Transitada em julgado, nada sendo requerido no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
SERVE A PRESENTE SENTENÇA COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Haroldo de Araújo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n. 258/2023-CGJ, de 26/06/2023)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Processo n. 7005376-50.2023.8.22.0001
AUTOR: GLOBAL EXTINTORES COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP
ADVOGADOS DO AUTOR: RENATA SALDANHA REGIS DE MELO, OAB nº RO9804, LILIAN FRANCO SILVA, OAB nº RO6524
REU: EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADO DO REU: VILMA ELISA MATOS NASCIMENTO, OAB nº MT15719
S E N T E N Ç A
Relatório dispensado, nos termos da Lei.
ALEGAÇÕES DA AUTORA: Relata que em 23/11/2022 adquiriu produtos de terceiro e contratou a requerida para transportá-los de São Paulo/SP a Várzea Grande/MT, com previsão de entrega em 12/12/2022. Informa que a aquisição objetivava adequar a filial da empresa, que passaria por vistoria do INMETRO em 24/12/2022, mas a ré não lhe entregou os produtos, devolvendo-os ao terceiro vendedor. Afirma que a vistoria foi frustrada e pede a condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos morais e materiais.
ALEGAÇÕES DA REQUERIDA: Reconhece que houve falha operacional na entrega contratada e argumenta que tentou solucionar a questão administrativamente, mas houve recusa por parte do representante da autora. Impugna o pleito de dano material ao argumento de que a autora não pagou pelo frete e permanece proprietária dos bens, devendo discutir o ressarcimento com a vendedora. Impugna, ainda, a pretensão de ressarcimento em dobro e de indenização por danos morais.
PROVAS E FUNDAMENTAÇÃO: O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando eventual pleito de dilação probatória para juntada de novos documentos ou produção de prova oral, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas.
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo que o processo está em ordem e maduro para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida que se impõe no caso em apreço.
Ademais, ante a existência de relação de consumo, a questão deve ser examinada à luz do CDC.
Restou demonstrado que a requerente adquiriu produtos de terceiro (R.A. EXTINTORES LTDA.) e contratou a requerida para transportá-los até Várzea Grande, sendo incontroverso o descumprimento do contrato por parte da ré, que restituiu o bem ao terceiro vendedor, em São Paulo/SP.
Veja-se que a autora relata que contratou diretamente o serviço da ré, o que se confirma pela informação constante da nota fiscal (contratação do frete por conta do destinatário), de modo que não se configura a cadeia de consumo entre a vendedora e a transportadora, afastando a responsabilidade solidária entre elas.
Deste modo, em que pese a ré ter descumprido o contrato, não identifiquei razão jurídica para que seja condenada a reembolsar à autora o valor pago pelos produtos adquiridos.
Veja-se que não há notícia de que os bens de propriedade da requerente tenham sido perdidos, danificados ou inutilizados. Ao contrário, estão no depósito da empresa R.A. Extintores LTDA. (id 86352217) e podem ser retirados pela proprietária/autora.
Neste norte, não se constata a efetiva perda financeira (dano), não se autorizando a indenização perseguida.
O descumprimento do contrato daria ensejo à restituição do valor pago pelo transporte das mercadorias, mas ao que tudo indica, não houve pagamento do frete, como informado pela ré.
Ao fim, não se constata a prova da configuração do dano moral. O descumprimento contratual, como cediço, não é hipótese de dano moral puro (in re ipsa), cabendo à autora demonstrar a ocorrência de desdobramentos negativos à sua honra objetiva, ônus do qual não se desincumbiu.
Afinal, a pessoa jurídica é uma ficção legal, existe porque a lei considera a sua existência. No entanto, não sofre nem se alegra, tampouco vive as emoções da pessoa natural.

Por tal razão, possui apenas honra objetiva, relacionada com a imagem que terceiros fazem dela, de sua solidez, solvabilidade, eficiência, credibilidade, etc.
No caso, a autora não comprovou que a situação objeto dos autos lhe tenha gerado quaisquer dificuldades frente a terceiros, nem demonstrou prejuízos efetivos em relação à alegada inspeção do INMETRO, que sequer restou comprovada.
DISPOSITIVO: Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e JULGO EXTINTO O FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da Lei n. 9.099/95, e 487, I, do CPC, devendo o cartório arquivar o feito após o trânsito em julgado.
Caso a parte pretenda recorrer da presente decisão sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício, no ato da interposição do recurso, sob pena de preclusão e indeferimento da gratuidade.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve como comunicação.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Haroldo de Araujo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n. 258/2023-CGJ, de 26/06/2023)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Processo n. 7070566-91.2022.8.22.0001
REQUERENTE: RONILSON FONSECA QUADRO, OURO 6168 APONIA - 76824-054 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: LOCALIZA RENT A CAR SA, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 151, - DE 95 A 395 - LADO ÍMPAR ROQUE - 76804-439 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA DO GRUPO LOCALIZA RENT A CAR S/A
Sentença
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
ALEGAÇÕES DO AUTOR: Narra ter sofrido danos materiais em razão de acidente de trânsito ocasionado por pessoa não identificada que, conduzindo o veículo FIAT/ARGO (RMZ-7F17), de propriedade da requerida, abalroou a parte traseira de seu veículo.
REVELIA: Apesar de devidamente citada, intimada e advertida de que deveria fazer-se presente em audiência de conciliação sob pena de confesso, a ré não compareceu à solenidade, razão pela qual decreto-lhe a revelia, nos termos do art. 20 da Lei n. 9.099/95.
PROVAS E FUNDAMENTAÇÃO: Trata-se de litígio decorrente de acidente de trânsito, que deve ser resolvido sob a ótica do Código Civil.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, não se justificando a designação de audiência de instrução e julgamento, posto que a matéria é exclusivamente de direito e documental, sendo que as partes devem instruir regularmente as respectivas peças processuais (inicial, contestação e eventualmente a réplica) com todos os documentos indispensáveis ao julgamento da lide e que não podem ser substituídos por testemunhas.
Sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e maduro para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
O requerente comprovou a propriedade do veículo FIAT/MOBI LIKE, bem como o sinistro ocorrido na Av. Imigrantes, nesta capital.
Embora a revelia não produza efeitos absolutos, da análise dos fatos narrados e da documentação juntada extrai-se a verossimilhança das alegações, revelando-se cabível o reconhecimento da presunção de veracidade dos fatos alegados pelo demandante, no sentido de que o seu veículo foi colidido na parte traseira pelo veículo FIAT/ARGO (RMZ-7F17), de propriedade da ré e conduzido por terceira pessoa não identificada.
Em casos de colisão traseira, ante a aparente inobservância do dever de cautela previsto no art. 29, II, do CTB, o "culpado, em linha de princípio, é o motorista que colide por trás, invertendo-se, em razão disso, o onus probandi, cabendo a ele a prova de desoneração de sua culpa" (STJ. AgRg no REsp 1416603 RJ 2012/0207146-7. Relator: Min. Paulo de Tarso Sanseverino. J. 24/02/2015).
Lado outro, é assente na jurisprudência pátria que o proprietário do veículo responde objetiva e solidariamente pela reparação dos danos causados pelo condutor causador do acidente. Neste sentido:
AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. LOCADORA DO VEÍCULO (PROPRIETÁRIA) UTILIZADO PELO CAUSADOR DO ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE CIVIL SOLIDÁRIA. DANOS MORAIS. INDENIZAÇÃO. VALOR. 1. O proprietário (no caso dos autos, locadora de veículos) responde objetiva e solidariamente pelos atos culposos de terceiro que conduz automóvel envolvido em acidente de trânsito, uma vez que, sendo este um veículo perigoso, seu mau uso cria a responsabilidade pelos danos causados a terceiros. Precedentes. 2. O Superior Tribunal de Justiça entende que o valor arbitrado a título de indenização por danos morais pode ser revisto nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não ocorreu no caso dos autos. 3. Os juros de mora, em responsabilidade extracontratual, devem incidir desde o evento danoso (Súmula 54/STJ). 4. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ. AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.748.263 - SP (2018/0145356-1). Rel. MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI. Julgamento: 12 de fevereiro de 2019)
Assim, deve-se reconhecer a responsabilidade objetiva e solidária da requerida pelos danos causados pelo locatário.
Isto dito, demonstrada a existência de danos materiais, de rigor a procedência do pedido indenizatório, no valor do menor dos orçamentos apresentados (R$ 3.617,75).
DISPOSITIVO: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial para CONDENAR a requerida ao pagamento de R$ 3.617,75 (três mil seiscentos e dezessete reais e setenta e cinco centavos) a título de danos materiais, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês desde a citação e atualização monetária com índices do TJRO desde a data do orçamento (19/09/2022).
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 51, caput, da Lei n. 9.099/95, e 487, I, CPC, ficando a parte ré ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do art. 52, III e IV, da Lei n. 9.099/95 e Enunciado Cível 05 do FOJUR, sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10% (dez por cento) ad valorem (arts. 52, caput, LF 9.099/95, e 523, §1º, CPC), não sendo aplicável a parte final do §1° do art. 523 do CPC, no que tange à condenação em honorários advocatícios, conforme Enunciado 97 do FONAJE.

Consigno que o pagamento deverá ocorrer em conta judicial da Caixa Econômica Federal S/A, já que esta é a instituição financeira oficial para manutenção e gerenciamento das contas judiciais da Comarca de Porto Velho (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), sob pena de ser considerando inexistente o pagamento realizado através de outra instituição bancária, nos termos do art. 4º do Provimento Conjunto n. 006/2015-PR-CG, incidindo, inclusive, as penas previstas no art. 523 do CPC, além de juros e correção monetária prevista em Lei.
Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, no pedido de cumprimento de sentença o credor deverá apresentar planilha de cálculos com a inclusão da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (art. 523, §1º, do CPC), bem como dizer se pretende que o Judiciário pesquise bases de dados públicas e privadas, praticando atos de penhora, registro e expropriação (BACENJUD e RENAJUD).
Após o trânsito em julgado, havendo pagamento voluntário por meio de depósito judicial, independente de nova conclusão, desde logo fica autorizada a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados em prol da parte credora, assim como os acréscimos devidos, intimando-a para retirar a ordem no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o decêndio sem qualquer manifestação, transfira o numerário para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO.
Caso a parte pretenda recorrer sob o manto da justiça gratuita, deverá comprovar documentalmente que faz jus ao benefício no ato da interposição do recurso, sob pena de preclusão e indeferimento da gratuidade.
Sem custas ou honorários advocatícios, na forma da Lei.
Intimem-se.
Serve como comunicação.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Haroldo de Araujo Abreu Neto
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível Processo n. 7019799-15.2023.8.22.0001
AUTOR: WELISSON DA SILVA OLIVEIRA, RUA INDEFINIDA SN, - DE 207/208 A 578/579 JARDIM SANTANA - 76801-100 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR, OAB nº MT20812O
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AC CACOAL 2775, AVENIDA SÃO PAULO 2775 CENTRO - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Despacho
Em que pesem os autos estarem conclusos, constato que não estão aptos para julgamento.
Trata-se de ação em curso na qual se manifestou questão de ordem pública: a representação processual do polo ativo está irregular.
Em consulta ao Cadastro Nacional de Advogados - CNA (link: https://cna.oab.org.br), constatou-se que a inscrição do procurador autoral, Ubiratan Máximo Pereira de Souza Junior, está com sua inscrição (OAB/RO nº 11580) suspensa, não podendo atuar perante a Justiça de Rondônia.
Nos termos do art. 76 do CPC, determino a suspensão do trâmite processual até que a parte regularize sua representação nestes autos.
]Por conseguinte, à Central de Processos Eletrônicos - CPE para que diligencie da seguinte forma:
A) INTIME PESSOALMENTE A PARTE AUTORA para que constitua novo patrono nos autos ou ratifique pessoalmente os atos realizados pelo advogado, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção / arquivamento; e
B) PROCEDA com a retificação do polo ativo, excluindo-se o representante processual, Ubiratan Máximo Pereira de Souza Junior;
C) OFICIE à OAB/RO para conhecimento e providências que entender necessárias e pertinentes, encaminhando-se cópia da presente decisão como anexo.
D.1) Em havendo valores depositados pendentes de pagamento, deverão permanecer na conta judicial até a regularização.
D.2) Caso a regularização não aconteça, o montante depositado deverá ser transferido para a conta única do TJ/RO e, os autos, arquivados.
Serve como comunicação.
Haroldo de Araújo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n.258/2023-CGJ, de 26/06/2023)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel: (69) 3309-7000 Processo nº 7008306-41.2023.8.22.0001
AUTOR: ALEXSANDRO SANTOS SOUZA, RUA MARIA DE LOURDES 7385, - DE 7100/7101 A 7524/7525 ESPERANÇA DA COMUNIDADE - 76825-076 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: NADLA LOHANA MONTEIRO DE SOUZA, OAB nº RO9224, PAULA ALEXANDRE PRESTES, OAB nº RO8461
REU: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO REU: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
D E C I S Ã O
Trata-se de ação indenizatória ajuizada por ALEXSANDRO SANTOS SOUZA contra BANCO DO BRASIL em que alega, sinteticamente, que, no dia 01/02/2023, teria sido vítima de fraudes perpetradas por estelionatários em sua conta-corrente.

Segundo a causa de pedir, agentes delituosos teriam firmado um “Contrato BB Cred Automático” em seu nome que resultou no depósito do valor de R$ 28.156,00 em sua conta-corrente (nº 38356-2, agência nº 1179-7); em sequência, teriam promovido o pagamento de dois tributos no Estado de São Paulo-SP (rubrica: “SEFAZ-SP”), um no valor de R$ 2.401,75 e outro de R$ 2.334,77, dívidas essas que o Autor afirma desconhecer, o que teria levado o banco a bloquear sua conta. Posteriormente, o banco réu se negou a reconhecer a ilegitimidade das transferências, imputando-as ao cliente.

O cerne dos pedidos autorais é o seguinte: (i) desbloqueio de sua conta-corrente; (ii) estorno do Empréstimo de R$ 28.156,00; e (iii) cancelamento do pagamento dos dois tributos ao Estado de São Paulo-SP (rubrica: “SEFAZ SP”).

Em 30/03/2023, a decisão de ID nº 88951022 deferiu parcialmente pedido de tutela provisória de urgência e determinou que ao réu que: (i) providenciasse o desbloqueio da conta-corrente do autor; e (ii) se abstivesse de efetuar/debitar/comandar descontos e débitos na referida conta referentes ao contrato de mútuo impugnado.

Advieram novas manifestações autorais em 15/05/2023, primeiramente à ID nº 90715140 (às 08h44), comunicando que “fez depósito em juízo do valor creditado em sua conta, a título de empréstimo, indevidamente (…) de R$ 23.419,48, em 11 maio de 2023”; e, uma hora depois, às 09h42 do mesmo dia (ID nº 90721612), informando que a instituição financeira ré teria efetivado bloqueio de seu cartão de crédito supostamente “em face da dívida que detém com o banco”, “o empréstimo indevido discutido nesse processo”, e pediu nova tutela provisória solicitando o desbloqueio do referido cartão.

Paralelamente, a instituição financeira ré vem informando que a conta autoral esteve desbloqueada desde fevereiro/2023 (ID nº 88305197 - Pág. 6) e que a cobrança do empréstimo foi suspensa, conforme ID nº 89486419.

Nesse turbilhão processual, verifico que os autos não se encontram prontos para sentença, razão pela qual converto o julgamento em diligência conforme fundamentos, diretrizes e determinações a seguir.

I. PRELIMINAR

Preliminarmente, rejeito a alegação de ilegitimidade passiva ad causam, pois a ré integra a cadeia de fornecimento de produtos e serviços, respondendo solidariamente por eventuais danos ao consumidor, conforme artigo 7º, parágrafo único; artigo 25, parágrafo único; e artigo 18 e seguintes, todos do CDC, o que lhe confere pertinência subjetiva ao direito material alegado na causa de pedir para demonstrar a inocorrência de falhas em sua atuação.

Partes legítimas, eis que há relação jurídica de direito material entre as mesmas. Inexiste complexidade apta a afastar a competência dos Juizados e a petição não é inepta, apresentando os fatos de forma que possibilitado o direito de defesa, com pedidos que guardam relação com a causa de pedir.

II. FIXAÇÃO DO ÔNUS DA PROVA

Desde já, à luz das alegações autorais e da documentação vertida por si, afasto a inversão do ônus probatório prevista no art. 6º, VIII, CDC, por considerar que há pouca verossimilhança em seu relato, uma vez que, como se verá a seguir, elementos substanciais foram propositalmente omitidos pelo demandante para erigir sua causa de pedir.

Observe-se a contradição entre as assertivas como, por exemplo, quando afirmou que:

“O Autor está a serviço do Estado, fora de seu domicílio, precisa comprar a sua alimentação, precisa pagar as suas dívidas que estão vencidas e vencer (aluguel, luz, internet, telefonia, material escolar do filho, entre outras despesas) e sua conta bancaria foi bloqueada, com seus proventos retidos por uma falha na prestação de serviços do réu.

(…)

O Autor esta tendo que depender de terceiros para pagarem a sua alimentação (pois ainda esta fora trabalhando fora de seu domicílio), ja esta sendo cobrado pelo seu inquilinato, esta sendo cobrado pela escola para a compra do material escolar do filho” (ID nº 87094502 - Pág. 2).

Ao revés, está bem comprovado que o autor não apenas conseguiu, em 01/02/2023, transferir R$ 3.000,00 para outra conta de sua titularidade (rubrica: “Alexsandro Santos Souza”, presumivelmente mantida no banco Nubank, identificada à ID nº 87094516 - Pág. 1, Chave PIX: “69 99299-1602”), bem como, em 06/02/2023, transferiu R$ 1.500,00 a “Joziete Santos Laborda” (ID nº 87094515 - Pág. 1), a quem está associada a conta de telefonia de ID nº 87094508, que o autor afirma ser sua.

Não bastasse, colacionou diversas faturas (IDs nº 87094506, 87094507 e 87094508) que afirma estar pendentes de pagamento em valores baixo (menos de R$ 200,00 cada), sendo certo que até o dia 31/01/2023, a conta-corrente autoral (nº 38356-2, agência nº 1179-7) continha saldo de R$ 3.332,89, mais que o suficiente para pagá-las todas.

Ademais, “Joziete Santos Laborda”, conforme fatura de ID nº 87094508, reside em RUA MARIA DE LOURDES, nº 7385, ”CA 2”, ESP DA COMUNIDADE, CEP nº 76825-076, PORTO VELHO/RO, ou seja, no mesmo terreno em que vive o autor, cuja qualificação na exordial indica “domicílio na rua Maria de Lourdes, nº 7385, bairro Esperança da Comunidade, CEP: 76.825-076”, do que se pode concluir que chegou a verter proveito da transferência de R$ 1.500,00 realizada em 06/02/2023.

Ou seja, a cabo do que determina o inc. VIII do art. 6º do CDC, a critério deste juiz, segundo as regras ordinárias de experiências, as alegações do consumidor são pouco verossímeis e, por isso, não deve ocorrer a facilitação da defesa de seus direitos mediante inversão do ônus da prova.

Melhor se amolda ao caso concreto, diante das peculiaridades da causa e em razão da maior facilidade de produção de provas conforme as particulares de cada evento a ser reconstituído, a estipulação de ônus probatórios dinâmicos, como regra de instrução, na forma do art. 373, § 1º do CPC/15.

Desta forma, competirá ao demandante verter todos os elementos de convicção a que tem acesso para comprovar que não teve participação na firmação do contrato de empréstimo “Contrato BB Cred Automático” no dia 01/02/2023; que não tem nenhuma relação com as transações tributárias impugnadas; que tomou todas as providências necessárias, de maneira tempestiva e formal, para impedir a atuação dos supostos agentes criminosos; anexar a documentação indicada no capítulo a seguir (“III. DILIGÊNCIAS”); bem como questões consectárias de seu interesse (art. 373, caput, inc. I e § 1º, CPC).

De parte da instituição financeira, recairá sobre si o encargo de demonstrar que se certificou da identidade do(s) responsável(is) pelas três operações impugnadas (empréstimo e pagamentos tributários); que essa operação está em consonância com os hábitos financeiros do cliente; colacionar toda a documentação referente às providências que tomou para deslindar o imbróglio, mormente os autos do procedimento de contestação administrativa “ROI” nº 2023/1179-0053 e a documentação indicada no capítulo a seguir (“III. DILIGÊNCIAS”), bem como questões consectárias de seu interesse (art. 373, caput, inc. II e § 1º, CPC).

Enfim, observo que, a despeito dessa fixação dinâmica dos ônus probatórios, caso a parte consumidora consiga exaurir os encargos que recaem sobre si, e, paralelamente, a instituição financeira frustre a colheita material mínima discriminada no capítulo "III" a seguir, persistirá, como regra de julgamento, a incidência ope legis do ônus invertido especificamente insculpida no art. 14, caput e § 3º do CDC no que tange à averiguação de possíveis falhas na prestação do serviço bancário/financeiro pela parte ré.

III. DILIGÊNCIAS

Em contestação, consta tela sistêmica na qual transcreveu-se declaração do autor nos seguintes termos:

"Registro Relacional: O cliente compareceu na agência alegando passar por fraude, onde houve a realização de pagamentos de imposto e realização de empréstimo em sua conta, o mesmo informou que de fato recebeu um link e lançou seus dados bancários nele. Foi tratado o alerta de segurança e alterada a senha de 6 dígitos, o mesmo alegou já ter alterado a senha de 8 digitos" (ID nº 88305197 - Pág. 5).

Ocorre que essas informações sobre o preenchimento de link e a alteração de senhas não foram mencionadas em momento algum pelo pleiteante. Trata-se de questão que merece maior investigação para apuração dos fatos.

Depois, em réplica à contestação, o demandante afirmou o seguinte:

"o Requerente buscou a Requerida para cancelar o empréstimo realizado sem sua solicitação, bem como ESTORNAR os valores depositados e excluir a cobrança dos valores usados para pagar débitos de IPVA no estado de São Paulo.

(…)

A prova do alegado pelo Requerente, além dos documentos juntados (considerando ainda a sua hipossuficiência) se dá pelos pagamentos de boletos de IPVA em outro Estado, lugar que nunca esteve" (ID nº 88848125 - Pág. 2; grifei).

Não encontrei nenhum documento indicando que os pagamentos tributários impugnados tenham sido dirigidos à quitação de dívidas com IPVA, nem pude localizar os boletos a que se refere o autor.

Considerando a escassez de informações acerca das circunstâncias em que se deram essas transações, tenho que merecem melhor aprofundamento probatório.

Adicionalmente, também não localizei o Boletim de Ocorrência policial exigível para abertura da contestação administrativa perante a instituição financeira — relevante para deslinde do mérito, considerando que, ao que parece, o autor não chegou formalizar protesto contra a ocorrência do empréstimo ora discutido perante o banco, conforme extraio do teor do comprovante de ID nº 87094518 - Pág. 1.

Enfim, verifico que há mais elementos de convicção a serem vertidos pela parte autora, pessoalmente, que ensejam a designação de audiência de instrução e julgamento para colheita de seu depoimento pessoal.

De parte da instituição financeira, a despeito de ter sido comprovado o registro de contestação administrativa ("ROI") nº 2023/1179-0053, do valor de R$ 4.736,52, em 06/02/2023 (conforme ID nº 87094518 - Pág. 1), não localizei documentação atinente a esse procedimento, nem os elementos de convicção que teriam levado à conclusão pelo seu indeferimento.

Nesse ponto, tendo em vista que a abertura da contestação administrativa nº 2023/1179-0053 ocorreu em 06/02/2023 (ID nº 87094518 - Pág. 1), dia em que o Registro Relacional de ID nº 88305197 - Pág. 7 atesta que o autor foi atendido pela preposta "Fernanda Ribeiro de Souza" (gestora da agência) em contato telefônico, quem, aliás, lhe deu as instruções para a abertura da referida contestação, presumo que foi Fernanda quem supervisionou a abertura desse processo administrativo.

A oitiva de "Fernanda Ribeiro de Souza", preposta ligada à agência do Banco do Brasil em Ariquemes na data de 06/02/2023, por essa razão, é essencial para compreensão da dinâmica dos fatos.

Noutro giro, saliento que devem ser juntados, para propiciar o juízo de cognição exauriente próprio do julgamento de mérito, documentos atinentes à movimentação detectada na conta autoral no período abrangido pela suposta fraude, bem como maiores detalhes de cada transação impugnada.

Outrossim, não está clara a sequência de bloqueios e desbloqueios da conta bancária do autor, visto que o documento de ID nº 89486419 - Pág. 1 não diferencia entre bloqueios de saldo / bloqueios de cartão, nem explicita quando teria ocorrido o desbloqueio de cada um desses serviços.

Essa questão deve ser objeto de explanação para que se compreenda como se deu a dinâmica dos eventos: a ordem dos serviço bloqueados, que horas e por qual razão; qual(is) o cliente conseguiu desbloquear sozinho (e qual horário); qual(is) necessitou(aram) intervenção do banco (e quando foi efetivado) etc.

Ademais, identifico pelo extrato de conta-corrente de ID nº 87094515 que, no dia da suposta fraude, o correntista realizou 4 (quatro) consultas a extratos de movimentação (cada uma no valor de R$ 3,40), porém, não consta o horário dessas consultas.

Considerando que, no dia 01/02/23, às 17h05, o extrato de conta exibe a ocorrência de uma compra de R$ 64,41 no estabelecimento "IRMAOS GONÇALVES", que o autor não nega ter feito, e que, conforme comprovante de ID nº 88305198 - Pág. 3, recebeu o crédito do empréstimo atinente ao "Contr BB Cred Automatico" (R$ 28.156,00), às às 17h43; ponderando também que a cobrança pela expedição de extratos ocorre quando o serviço é prestado em caixa eletrônico (não por consulta via smartphone), sendo fato notório que todas as unidades da rede de supermercados contam com caixa eletrônico para autoatendimento dos clientes, é possível que o autor tenha acompanhado todas as movimentações financeiras em tempo real.

Revelação dos horários de cada consulta de extrato poderá, portanto, alumiar a sequência dos eventos. Não somente, mas a juntada das imagens do caixa bancário em que foram realizadas essas movimentações (que, deduz-se, é o aparelho mantido no interior ou nas proximidades do supermercado "Irmão Gonçalves" de Ariquemes/RO) tem o potencial de se tornar fator decisivo na reconstituição do contexto fático.

IV. INDEFERIMENTO NOVO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA

Em que pese a asserção autoral afirmar que o bloqueio do cartão se deu como forma de cobrança indireta do empréstimo ora em discussão, ressalto que não há evidências dessa afirmação, bem como que apenas as formas de cobrança diretas, incisivas, foram cerceadas pela decisão que deferiu parcialmente a tutela provisória de urgência.

Ademais, ponderando que, pelo que dos autos consta, o autor goza livre acesso à sua conta-corrente, bem como que dispõe de outra conta bancária perante o Nubank, identificada à ID nº 87094516 - Pág. 1, sob a rubrica: "Alexsandro Santos Souza", atrelada à Chave PIX nº "69 99299-1602", certo é que não há perigo relevante de dano a justificar o deferimento da medida.

Assim, não estão presentes os requisitos do art. 300, CPC/15, para concessão de nova tutela provisória de urgência, motivo pelo qual INDEFIRO o respectivo pedido.

V. DETERMINAÇÕES

Ante o exposto, REJEITO A PRELIMINAR levantada; INDEFIRO o novo pedido de tutela provisória de urgência (atinente ao desbloqueio do cartão); CONVERTO O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA; e DETERMINO o seguinte:

a) Designo audiência de instrução e julgamento (AIJ) para o dia 10/08/2023, às 09h, a ser realizada de maneira híbrica neste 4º Juizado Especial Cível (link: https://meet.google.com/jcn-bojw-idp), ocasião em que serão ouvidos, ao menos:
- O autor, Alexsandro Santos Souza, em depoimento pessoal; e
- Fernanda Ribeiro de Souza, preposta da ré ligada à agência do Banco do Brasil de Ariquemes que, na data de 06/02/2023, supervisionou a abertura da contestação administrativa nº 2023/1179-0053.
Esclareço que as partes poderão trazer outras testemunhas, até o limite de 3 (três) cada, recaindo sobre elas mesmas o encargo de providenciar seu comparecimento. Mais instruções ao final, no capítulo "VI" desta decisão.
b) Paralelamente, intime-se o consumidor autor para que, em até 10 dias, COLACIONE:
(i) os Boletos de IPVA que mencionou em sua réplica, referentes aos pagamentos tributários impugnados na exordial; e
(ii) o Boletim de Ocorrência policial apresentado para abertura da contestação administrativa nº 2023/1179-0053 perante a instituição financeira, em extrato atualizado (impresso recentemente), para que contenha eventuais aditamentos;
c) Intime-se o banco réu para que, em prazo concomitante de 10 dias, COLACIONE:
(i) documentação atinente à contestação administrativa ("ROI") nº 2023/1179-0053 (do valor de R$ 4.736,52, registrada em 06/02/2023), como o respectivo procedimento, provas colhidas e razões de sua conclusão;
(ii) documentos atinentes à movimentação detectada na conta corrente autoral (nº 38356-2, agência nº 1179-7) no período de 31/01/2023 até 15/05/2023 (extratos bancários, históricos, demonstrativos etc),
(iii) documento comprobatório do horário de ocorrência, respectivamente:
- do depósito do valor de R$ 28.156,00, referente ao "Contrato BB Cred Automático" ora impugnado; e
- das 4 (quatro) operações de consulta de extrato de movimentação bancária já explanadas.
(iv) informações e documentos contendo maiores detalhes sobre cada transação tributária impugnada, quais sejam, o pagamento de dois tributos no Estado de São Paulo-SP, "SEFAZ SP" (supostamente, cobranças de IPVA), um no valor de R$ 2.401,75 e outro no valor de R$ 2.334,77, devendo colacionar o número de cada boleto, objeto de cada um, data de constituição da respectiva dívida, data de vencimento e indivíduos interessados (contribuinte/responsável tributário, emitente do título, beneficiário dos pagamentos etc); e
(v) a juntada das imagens da gravação de segurança do caixa de autoatendimento bancário em que foram realizadas essas movimentações no dia 01/02/2023 (que, presumivelmente, é o aparelho mantido no interior ou nas proximidades do supermercado "Irmão Gonçalves" de Ariquemes/RO), que:
- exibam o momento do(s) atendimento(s) do autor ou, alternativamente,
- exibam o responsável pelas 4 (quatro) operações de consulta a extrato da conta nº 38356-2, conforme seus horários (cujo esclarecimento é objeto do item "iii" acima.
Toda a documentação acima determinada deverá ser apresentada no mencionado prazo de até 10 dias, prazo comum, e será objeto de eventual impugnação por ocasião da realização da Audiência de Instrução e Julgamento.
Nada obsta que os litigantes, consultando o processo eletrônico espontaneamente e constatando a juntada de documentação pela parte contrária, já vertam suas petições contendo eventual impugnação específica aos novos elementos de prova e alegações acompanhantes.
Observo, derradeiramente, que não há previsão de fase de alegações finais no rito da Lei nº 9.099/95, motivo pelo qual toda a matéria defensiva (de ambas as partes) deverá ser vertida, impreterivelmente, até o final da audiência de instrução e julgamento.
VI. SOBRE A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO
A audiência de instrução e julgamento foi designada para o dia 10/08/2023, às 09h00, e, para sua realização, observar-se-á o seguinte:
a) A audiência será realizada presencialmente, na sede deste juízo (Fórum Geral de Porto Velho César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Olaria, Porto Velho - RO, 8º andar, sala 828), facultando-se às partes a participação por videoconferência na data e horário acima designados, mediante a plataforma Google Meet, por meio do link: https://meet.google.com/jcn-bojw-idp.
b) Caso optem por participar da audiência por videoconferência, tanto partes quanto advogados acessarão e participarão da audiência pública, por meio da internet, utilizando celular, notebook ou computador que possua vídeo e áudio funcionando regularmente. Na hipótese da testemunha não possuir endereço eletrônico ou equipamento, deverá participar da solenidade presencialmente, na sede do juízo, ficando vedada a oitiva no escritório do advogado.
c) Os advogados e partes deverão comprovar sua identidade no início da audiência ou de sua oitiva, mostrando documento oficial de identificação com foto, para conferência e registro;
d) Na oportunidade, as partes poderão trazer as provas que pretendem produzir, inclusive testemunhais, até o máximo de três para cada parte, na forma do art. 33 e 34 da Lei nº 9.099/95; e
e) O não comparecimento da parte autora importará em extinção do feito (art. 51, II, da Lei nº 9.099/95) e o não comparecimento da parte requerida importará em revelia (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Em relação às testemunhas, a não aceitação do convite importará na desistência tácita de sua oitiva.
No caso de eventuais dúvidas, os esclarecimentos podem ser obtidos por meio do "Tutorial: Como participar de uma audiência no Google Meet pelo celular", no canal do TJ Rondônia no YouTube (https://www.youtube.com/watch?v=RY5OFw1W3_4&list=PLITpA8ihnh7RXETE4odLfGrsW8ZGZ2E0H& index=17) ou pelo telefone nº (69) 3309-7138.
Ficam as partes intimadas por seus patronos.
Serve como comunicação.
Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Haroldo de Araujo Abreu Neto
Juiz de Direito Substituto
Designado para responder
(PORTARIA n. 258/2023-CGJ, de 26/06/2023)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7038949-79.2023.8.22.0001

AUTOR: PAULO DE TACIO SOARES DA SILVA, RAIMUNDA INACIO DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: DELCIMAR SILVA DE ALMEIDA - RO9085
REQUERIDO: 123 VIAGENS E TURISMO LTDA., TAM LINHAS AÉREAS S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: FABIO RIVELLI - RO6640
Advogado do(a) REQUERIDO: RODRIGO SOARES DO NASCIMENTO - MG129459
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7039979-52.2023.8.22.0001
AUTOR: CLAUDIA MEDEIROS SIQUEIRA FREITAS
Advogado do(a) AUTOR: WILLIAM AUGUSTO FERREIRA DA COSTA - RO10741
REU: GOL LINHAS AÉREAS S/A
Advogado do(a) REU: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
Intimação DA PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Fica Vossa Senhoria intimada a apresentar manifestação quanto à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
NOTIFICAÇÃO DA PARTE CONDENADA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ
Processo nº: 7067659-46.2022.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
AUTOR: MARIA DORALICE DA SILVA GALVAO
Advogado do(a) AUTOR: ALESSANDRO XAVIER BONFIM - MT29949/O
REU: TELEFÔNICA BRASIL S/A (VIVO)
MARIA DORALICE DA SILVA GALVAO
Rua Jacarandá, 95-a, Mariana, Porto Velho - RO - CEP: 76813-718
Com base na sentença proferida por este juízo e na previsão do art. 55 da Lei nº 9.099/95, fica Vossa Senhoria notificada para comprovar o pagamento das custas processuais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa. O valor das custas é de 1% (um por cento) sobre o valor da causa e o código a ser utilizado é o “1013.4 - Custa final dos Juizados Especiais, determinação em sentença judicial”. Para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
https://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7060561-44.2021.8.22.0001
AUTOR: JOSE IRAPUAN DE ANDRADE, MARIA DE FATIMA BRANDAO ANDRADE
Advogados do(a) AUTOR: BRENDA MORAES SANTOS - RO8933, LARISSA SILVA PONTE - RO8929
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
Intimação À PARTE REQUERENTE/REQUERIDA (VIA SISTEMA PJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7023561-73.2022.8.22.0001

EXEQUENTE: DIRLAND MOTA RAMOS
Advogado do(a) EXEQUENTE: DARGILAN BORGES CINTRA - MT9150/O
EXECUTADO: BANCO BRADESCO S.A.
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a efetuar o pagamento do saldo remanescente, conforme petição de ID 93247680, no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7013259-48.2023.8.22.0001
AUTOR: WALDERES SOUZA DE SOUSA
Advogado do(a) AUTOR: MARCOS MAURICIO NASCIMENTO DA SILVA - RO10230
REU: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogado do(a) REU: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
Intimação VIA DIÁRIO ELETRÔNICO
FINALIDADE: Diante do retorno do processo da Turma Recursal, ficam as partes intimadas para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7067669-90.2022.8.22.0001
REQUERENTE: ANDREI MARCOLINO DA SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: CLIVIA PATRICIA MEIRELES - RO11000, EVERSON LEANDRO FERREIRA ARAUJO - RO10986
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogados do(a) REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo n°: 7012559-72.2023.8.22.0001
AUTOR: THIAGO CORREA DO AMARAL RIBEIRO
Advogado do(a) AUTOR: BRENDA FERRARI LOTTO - RO9000
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
Intimação À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, agência Nações Unidas, nesta capital, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
NOTIFICAÇÃO DA PARTE RECORRENTE - CUSTAS FINAIS
Processo nº: 7089689-75.2022.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: THAUANY LAYSA SILVA REIS
REQUERIDO: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
GOL LINHAS AEREAS S.A.
Praça Senador Salgado Filho, Centro, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20021-340

Com base na decisão proferida pela Turma Recursal, fica Vossa Senhoria notificada para comprovar o pagamento das custas processuais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa. O valor das custas é de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896/2016 (Regimento de Custas), e o código a ser utilizado é o "1013.2 - Custa final dos Juizados Especiais, face retorno dos autos da Turma Recursal". Para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
https://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Porto Velho, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº 7089689-75.2022.8.22.0001
REQUERENTE: THAUANY LAYSA SILVA REIS
Advogado do(a) REQUERENTE: KETLEN KELLY RODRIGUES DA SILVA - BA72958
REQUERIDO: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
Intimação VIA DIÁRIO ELETRÔNICO
FINALIDADE: Diante do retorno do processo da Turma Recursal, ficam as partes intimadas para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7076427-58.2022.8.22.0001
Requerente: TIBERIO FURTADO FARIAS
Advogados do(a) REQUERENTE: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO - RO4783, RAISSA OLIVEIRA ANDRADE - RO9712
Requerido(a): AIR EUROPA LINEAS AEREAS SOCIEDAD ANONIMA
Advogados do(a) REQUERIDO: LUCAS DO ESPIRITO SANTO SANTA BARBARA - BA41051, LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7012341-44.2023.8.22.0001
Requerente: JESSICA PEDROSO DE OLIVEIRA
Advogados do(a) REQUERENTE: BRENDA WOBETO SCHRAMM DE SOUZA - RO11837, GABRIELA DE FIGUEIREDO FERREIRA - RO9808
Requerido(a): GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, Tel: (69) 3309-7000, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
Processo nº : 7004391-18.2022.8.22.0001
Requerente: SONIA MARIA MARINHO e outros (2)
Advogados do(a) AUTOR: ANITA DE CACIA NOTARGIACOMO SALDANHA - RO3644, CARLOS HENRIQUE GAZZONI - RO6722, FELIPE BRASILIANO GOMES - RO12150
Requerido(a): AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogados do(a) REQUERIDO: ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação À PARTE RECORRIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023.

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7043893-27.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: SALOMOM FERNANDES NUNES, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de ação de conhecimento proposta por SALOMOM FERNANDES NUNES, em face do ESTADO DE RONDÔNIA, partes qualificadas nos autos.
Aduz, em síntese, que foi diagnosticado com Polimiosite (CID M33.2), razão pela qual lhe foi prescrito o uso do medicamento Rituximabe (Riximy) 500 mg.
Declara não possuir condições financeiras de custear a compra do medicamento, que não obteve êxito na disponibilização administrativa deste e destacou que o fármaco do qual necessita com urgência é de alto custo.
Por fim, pugna pela concessão de tutela de urgência, inaudita altera pars, com o fito de compelir o Estado de Rondônia a custear o referido medicamento.
É o relatório. Passo a fundamentar e decidir.
Inicialmente, verifico que a presente demanda fora proposta contra o ente público estadual e diz respeito ao fornecimento de medicamento com registro na Anvisa, incluído na lista do RENAME e não disponibilizado pelo SUS.
Todavia, acerca da questão, cumpre ressaltar que trata-se sobre a competência jurisdicional para processar e julgar o presente feito.
Ressalta-se que há debate nas instâncias superiores sobre a (in)competência do Juízo Estadual para processamento e julgamento das demandas que versem sobre a matéria.
De outro norte, no âmbito do STF, discute-se acerca da obrigatoriedade de a União constar do polo passivo de lide que verse sobre a obtenção de medicamento ou tratamento não incorporado nas políticas públicas do SUS, embora registrado pela Anvisa (Tema 1234, Leading Case: RE 1366243).
Não há decisão definitiva sobre a questão posta sob apreciação, contudo, aos 18/04/2023, o Ministro Relator Gilmar Mendes proferiu Decisão Monocrática, deferindo parcialmente medida liminar no sentido de estabelecer que, até o julgamento definitivo do Tema 1234 da Repercussão Geral, sejam observados, na parte que importa, os seguintes parâmetros:
a) nas demandas judiciais envolvendo medicamentos ou tratamentos padronizados: a composição do polo passivo deve observar a repartição de responsabilidades estruturada no Sistema Único de Saúde, ainda que isso implique deslocamento de competência, cabendo ao magistrado verificar a correta formação da relação processual;
b) nas demandas judiciais relativas a medicamentos não incorporados: devem ser processadas e julgadas pelo Juízo, estadual ou federal, ao qual foram direcionadas pelo cidadão, sendo vedada, até o julgamento definitivo do Tema 1234 da Repercussão Geral, a declinação da competência ou determinação de inclusão da União no polo passivo; e
c) diante da necessidade de evitar cenário de insegurança jurídica, esses parâmetros devem ser observados pelos processos sem sentença prolatada; diferentemente, os processos com sentença prolatada até a data desta decisão (17 de abril de 2023) devem permanecer no ramo da Justiça do magistrado sentenciante até o trânsito em julgado e respectiva execução (adotei essa regra de julgamento em: RE 960429 ED-segundos Tema 992, de minha relatoria, DJe de 5.2.2021).
Em outras palavras, diante da responsabilidade solidária dos entes federados na prestação de serviços à saúde à população e, tratando-se de fármaco não incorporado nas políticas públicas do SUS e registrado na Anvisa, não se mostra obrigatória a presença da União no polo passivo da lide, culminando com a desnecessidade, por ora, de deslocamento da competência para a Justiça Federal (CF/88, art. 109, I).
Dadas às decisões proferidas no âmbito das Cortes Extraordinárias, deixo, no presente momento, de declinar da competência em favor da Justiça Federal. Os autos deverão ter seu trâmite regular perante este Juízo até ulterior deliberação do Supremo Tribunal Federal.
Quanto ao pedido de concessão de tutela de urgência, passo à análise da pretensão.
A tutela provisória de urgência é instituto que permite ao
PODER JUDICIÁRIO efetivar, de modo célere e eficaz, a proteção dos direitos pleiteados na inicial.
Para seu deferimento, a teor do que estabelece o artigo 300 do Código de Processo Civil, devem ser observados os seguintes requisitos: probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, bem como a reversibilidade dos efeitos da decisão, pressupostos que, se preenchidos cumulativamente, levam ao deferimento do pedido.
Sem maiores delongas, compulsando detidamente os presentes autos, verifica-se ser o caso de acolhimento da pretensão liminar, senão vejamos:
In casu, a probabilidade do direito encontra esteio na verossimilhança das alegações iniciais que, em conjunto com os documentos acostados aos autos, em especial o laudo emitido pela profissional médica que assiste a parte autora, comprovam a necessidade do uso do medicamento Rituximabe (Riximy) 500 mg.
Nesse sentido, vejo que as prescrições, formulários e relatórios médicos juntados na inicial comprovam que a requerente tem diagnóstico de Polimiosite (CID M33.2), razão pela qual foi lhe prescrito o uso do medicamento acima mencionado.
Observados, portanto, os elementos sumários de prova, reputo por preenchido o requisito da probabilidade do direito.
O perigo de dano também resta evidenciado pelo próprio relatório médico emitido em 29/06/2023 que atesta a internação do autor no Hospital de Base desde março de 2023 com piora gradativa de seu quadro de saúde, evolução com insuficiência respiratória por falência da musculatura, necessidade de ventilação mecânica e risco de morte (ID 93289397).
Ademais, o relatório que acompanha a inicial aponta que a parte requerente realizou os tratamentos disponibilizados pelo SUS, sem êxito.
Deste modo, em uma cognição sumária, não há alternativa senão o uso do medicamento pleiteado na inicial.

Ademais, há elementos nos autos que indicam notória hipossuficiência da paciente, de modo que o medicamento deve ser arcado com verbas do ente público, em virtude de se tratar de questão atinente à Saúde Pública. Decorre daí a existência de elementos comprobatórios acerca da necessidade do fornecimento do medicamento.
Não se ignora o alto custo do medicamento, no entanto, restou demonstrada a imprescindibilidade do medicamento pleiteado, bem como a ineficácia dos fármacos fornecidos pelo SUS para o tratamento da moléstia que acomete a parte autora.
Assim, a princípio, a princípio, restou demonstrado o preenchimento de todos os pressupostos listados pelo Superior Tribunal de Justiça para a concessão de remédio fora da lista do SUS (Tema 106 de Recurso Repetitivo).
De tal sorte, se o provimento jurisdicional favorável somente vier ao final da demanda, o seu resultado prático poderá ser ineficaz, pois, nesta ocasião, o decurso do tempo, sem o tratamento de que necessita, já terá feito com que a substituída experimente prejuízos irreparáveis à sua saúde e qualidade de vida.
Destarte, em cognição não exauriente dos fatos, entendendo que preenchidos os seus requisitos, sendo o deferimento liminar da tutela provisória de urgência medida que se impõe.
Ante o exposto, DEFIRO liminarmente, o pedido de TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA postulado na exordial, ao passo em que DETERMINO ao ESTADO DE RONDÔNIA que forneça, no prazo de 05 (cinco) dias, o medicamento Rituximabe (Riximy) 500 mg, na posologia de 04 (quatro) caixas, conforme prescrito na receita médica (ID 93289397), sob pena de multa, sem prejuízo de bloqueio de contas públicas para garantir o tratamento farmacêutico indispensável.
INTIME-SE pessoalmente pelo PLANTÃO, o Senhor SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE RONDÔNIA, para cumprimento da decisão de antecipação de tutela, no prazo especificado, sob pena de incorrer no crime de desobediência, sem prejuízo da responsabilidade civil e administrativa.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida. Agende-se decurso de prazo de defesa.
Cite-se e intime-se o Estado de Rondônia pelo sistema PJe, servindo-se da presente como expediente.
Agende-se decurso de prazo e após volte-me conclusos para sentença.
Cópia da presente servirá como mandado.
Apenas o secretário de saúde deverá ser intimado por mandado.
SESAU: Rua Pio XII, 2986 - Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Machado - Porto Velho, RO - CEP 76801470
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7076555-78.2022.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: ALEXANDRA CARMEN SILVA QUINHONES
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDOS: MUNICIPIO DE PORTO VELHO, Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Considerando que o mandado anterior retornou negativo por ausência do CNPJ da empresa que fornecerá o insumo para requerente, Expeça-se novo MANDADO DE SEQUESTRO DA QUANTIA DE R$1.926,00 (mil novecentos e vinte e seis reais) da conta única do Estado de Rondônia no Banco do Brasil, a serem depositados na conta indicada no orçamento ID 93099432 – TECNOLOGIA ORTOPÉDICA COMERCIAL LTDA - CNPJ: 02.290.036/0001-82, Conta Bancária: Bradesco, Ag: 153-8, C/C: 82453-4.
Cópia desta decisão serve como mandado de sequestro.
O mandado de sequestro deve ser expedido imediatamente para o Oficial de Justiça de Plantão.
A parte requerente, após efetivado sequestro, deverá prestar contas no prazo de 15 dias, sob pena de responsabilidade.
Intimem-se as partes.
Efetivado o sequestro e apresentada a nota fiscal do procedimento, e nada sendo requerido, voltem-me conclusos para julgamento.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
7087767-96.2022.8.22.0001
1/3 de férias, Férias, Licença Prêmio
REQUERENTE: ANGELA MARIA BATISTA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LEISE PROCHNOW MOURAO, OAB nº RO8445
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO
Vistos.
Defiro o pedido de tramitação prioritária do feito considerando que a autora possui mais de 60 (sessenta) anos de idade (ID 85357960 – Pág. 1) devendo a CPE proceder com o necessário para inclusão dessa informação no sistema.
Trata-se de ação de cobrança de conversão de licença prêmio em pecúnia e verbas rescisórias.
Em sua contestação a requerida alegou ausência de comprovação do direito alegado e a impossibilidade conversão em pecúnia da licença prêmio, não tendo porém juntado nenhuma documentação probatória.
Com efeito, o mapa de apuração de licenças prêmio atualizado, onde conste informação sobre os períodos reclamados pela autora é documentação indispensável para o esclarecimento da demanda, sendo essa prova excessivamente difícil, ou quase impossível, de ser produzida pela autora, motivo pelo qual esta deverá ser juntada pelo requerido aos autos antes do conhecimento do mérito da causa.
O art. 9° da Lei n° 12.153/2009 determina que "A entidade ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até a instalação da audiência de conciliação", nesta senda, orientam ainda os princípios da boa fé e da cooperação processual que as partes ajam de modo a contribuir para a que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, conforme disposição do art. 6° do CPC.
Atento às normas supracitadas, e a fim de possibilitar uma melhor análise da lide proposta, este Juízo tem entendido ser imprescindível para a resolução do mérito de demandas dessa natureza a juntada do mapa de apuração de tempo de serviço para fins de licença prêmio, bem como das portarias concessórias da referida licença quando estas constarem no mapa como usufruídas e das fichas financeiras que comprovem o pagamento de eventual conversão em pecúnia.
Pelo exposto, converto o julgamento de diligência e DETERMINO a intimação do Estado de Rondônia para que, no prazo de 30 (trinta) dias proceda a juntada do mapa de apuração de tempo de serviço para fins de licença prêmio da servidora requerente, bem como de eventuais portarias concessórias e fichas financeiras, em caso de conversão em pecúnia, indicadas no referido mapa.
Com a juntada do mapa dê-se vista dos autos à parte autora para que no prazo de 10 (dez) manifeste e requeira o que entender de direito.
Intimem-se as partes.
Agende-se decurso de prazo, após, retornem os autos conclusos para julgamento.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7041777-48.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: FELIPE SOARES DOS SANTOS
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: EDUARDO GOMES DOS SANTOS ROCHA, OAB nº RO9813
Requerido/Executado: REQUERIDOS: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO, ELINE SOARES DA SILVA
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de reconsideração da decisão que indeferiu o pleito de antecipação de tutela, ao argumento de desde dezembro de 2022 o requerente vem diligenciando junto ao DETRAN/RO para solucionar a situação, bem como ressalta que em razão da inércia da segunda requerida Eline Soares da Silva, foi prejudicado.
Como sabido, o pedido de reconsideração carece de respaldo no regramento vigente, porquanto não constitui recurso, tampouco meio de impugnação atípico.
Outrossim, o requerente não logrou demonstrar o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, como já articulado na decisão de ID 92999565.
Ademais, o documento apontado em ID 92873310 aponta apenas para mero requerimento administrativo de apresentação de documentos, não sendo suficiente para comprovar que o autor cumpriu as diretrizes fixadas no § 7º do art. 257 do Código de Trânsito Brasileiro.
Além dos argumentos previamente apresentados, há uma prática comum em que os proprietários de veículos, que têm apenas uma permissão para dirigir, tentam transferir a responsabilidade por infrações de trânsito para terceiros, geralmente familiares, por meio de ações judiciais simuladas, com o objetivo de evitar a punição de terem sua permissão de dirigir cancelada. Essa prática ilícita destaca a importância de se tomar medidas adequadas para combater fraude no sistema de pontuação de infrações de trânsito.
Registro não se estar aqui afirmando ser este o caso do autor, todavia, há uma necessidade maior de instrução probatória, além de observância da garantia do contraditório e da ampla defesa da parte promovida.
Pelo exposto, INDEFIRO o pedido de reconsideração.
Intimem-se as partes.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública,
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
Número do Processo: 7047179-81.2021.8.22.0001

Requerente/Exequente: EXEQUENTE: ROSALINDA DA SILVA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Considerando que a parte executada concordou com os cálculos sobre o qual foi intimada a se manifestar, os HOMOLOGO e determino a expedição de RPV/precatório para pagamento do valor de R$ 2.310,97 (dois mil trezentos e dez reais e noventa e sete centavos).
Se faltar algum dado ou documento, o CPE deverá praticar ato ordinatório de intimar para apresentação no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento e ocorrendo desídia praticar a consequência independentemente de nova deliberação judicial.
Registre-se que no ato de pagamento do valor principal fica autorizado o desconto dos seguintes tributos (arts. 35 e 36, 40 e 50, V, Res 303, CNJ), se aplicável:
1. Contribuição previdenciária;
2. Imposto de renda.
Para o pagamento dos honorários fica autorizado o desconto dos seguintes tributos, se aplicável:
1. ISSQN;
2. Imposto de renda.
Para a hipótese de créditos que formaram-se em parcelas periódicas, o cálculo dos tributos deverá ser realizado mês a mês e não sobre o valor total do crédito.
Intimem-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano, Repetição de indébito
Processo 7035621-44.2023.8.22.0001
REQUERENTE: JULIA MARIA DE MATOS CAMURCA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RENAN GOMES MALDONADO DE JESUS, OAB nº RO5769
REQUERIDO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
DESPACHO
Vistos etc,
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Processo nº: 7000553-38.2020.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
EXEQUENTE: JEREMIAS APOLINARIO RODRIGUES
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARIA LETICE PESSOA FREITAS, OAB nº RO2615
NÃO DENUNCIADO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO, Estado de Rondônia
ADVOGADOS DOS NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública.
As partes apresentaram seus cálculos de liquidação todavia há divergência entre todos eles.
Assim, ante a complexidade na execução dessa operação, REMETAM-SE os autos à CONTADORIA para apuração dos valores devidos conforme descrito nesta Decisão e no título executivo judicial.
Quanto aos juros e correção monetária este juízo se alinha ao entendimento do STJ que os considera como sendo obrigações de trato sucessivo que se renovam mês a mês devendo, portanto, ser aplicadas no mês de regência a legislação vigente (vide AgInt no REsp n. 1.967.170/RS, da relatoria do Ministro Herman Benjamim, da Segunda Turma, julgado em 27/06/2022).
Concluído os cálculos, intime-se ambas as partes para, querendo, se manifestarem dele no prazo de 10 (dez) dias.
Decorrido o prazo, não havendo manifestação ou havendo concordância de ambas as partes aos cálculos, homologo o valor apurado pela Contadoria Judicial, devendo tal montante ser dividido na proporção de 50% para cada executado, inclusive quanto aos honorários sucumbenciais, expedindo-se então 02 (duas) RPV.
Caso falte documentação para expedição de RPV, a CPE deverá praticar ato ordinatório para intimar a parte a apresentar os documentos faltantes no prazo de 05 (cinco) dias.
Intimem-se as partes.
Tudo providenciado e nada requerido, arquive-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
7027692-91.2022.8.22.0001
REQUERENTE: EVAIDE ARAUJO DE SOUZA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS, OAB nº RO3208
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de julgamento de Embargos de Declaração sob a alegação de erro material no tocante à apresentação de contestação nos presentes autos apesar de equívoco na qualificação do requerente.
É o breve relatório.
Decido.
A parte embargante tem razão, já que, apesar de ter apresentado contestação com qualificação errada do requerente (ID 78906982), verifico que a peça defensiva corresponde à lide proposta, de modo que deve ser recebida para afastar a decretação da revelia.
Assim, sendo tempestivo, conheço destes embargos e DOU-LHES PROVIMENTO para reconhecer o alegado erro material e retificar a Decisão de ID 85408443 para que conste o seguinte:
Vistos.
Trata-se de ação de cobrança de gratificação de motorista, acrescido de retroativos, assim como pedido implantação da referida gratificação na folha de pagamento do requerente no percentual de 3% de seu soldo movida por Evaide Araújo de Souza, a contar de sua designação como motorista de patrulha, não tendo porém juntado a Portaria de Designação para a função de motorista onde consta a data a ser tomada como termo inicial, documento que perfaz requisito indispensável para a concessão do benefício e liquidação da Sentença.
Por sua vez, a requerida em sua contestação alegou que já realizou o pagamento da sobredita gratificação, que passou a ser concedida em fevereiro de 2018, bem efetuou o pagamento das parcelas retroativas a partir de 29/02/2016, data de designação do requerente, por meio da Portaria n. 112, de 30/11/2017.
Com efeito, determina o art. 9° d Lei n° 12.153/2009 que “A entidade ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até a instalação da audiência de conciliação”, nesta senda, orientam ainda os princípios da boa fé e da cooperação processual que as partes ajam de modo a contribuir para a que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, conforme disposição do art. 6° do CPC.
Atenta às normas supracitadas, e a fim de possibilitar uma melhor análise da lide proposta, evitando-se o enriquecimento sem causa de qualquer das partes, entendo ser imprescindível para a resolução do mérito da demanda a juntada da Portaria de Designação para a função de motorista.

Pelo exposto, converto o julgamento de diligência e DETERMINO a intimação do requerente Evaide Araújo de Souza para que no mesmo prazo de 15 dias junte a Portaria de Designação para a função de motorista.
DETERMINO, ainda, que a CPE proceda à correção da classe judicial destes autos já que não se trata de cumprimento de sentença.
Intimem-se as partes.
Serve a presente como mandado de intimação.
Agende-se decurso de prazo, após, retornem os autos conclusos para julgamento.
Dando continuidade, observo que o Estado de Rondônia aduziu em sua contestação que anexaria planilha, o que porém não o fez. Assim, com fundamento art. 9° da Lei n° 12.153/2009, INTIME-SE o requerido para que, no prazo de 15 (quinze) dias traga aos autos comprovantes do pagamento das "parcelas retroativas a partir de 29/02/2016, data de sua designação, por meio da Portaria n. 112, de 30/11/2017." (ID 78906982 – Pág. 4) bem com da correspondente planilha.
Agende-se decurso de prazo, após, retornem-me os autos conclusos para julgamento.
Intime-se as partes.
Agende-se decurso de prazo para defesa.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7028837-85.2022.8.22.0001
Requerente/Exequente: EXEQUENTE: JOSUE BARBOSA LINS
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: VINICIUS TURCI DE ARAUJO, OAB nº RO9995, STENIO ALVES DE OLIVEIRA, OAB nº RO10013
Requerido/Executado: NÃO DENUNCIADO: DER-RO - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DER/RO
DECISÃO
Vistos,
Trata-se de decisão de impugnação aos cálculos da contadoria judicial oposta pelo Departamento de Estradas, Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos do Estado de Rondônia – DER/RO (ID 87930284).
É breve o relatório. DECIDO.
Com efeito, razão assiste o impugnante quanto a data considerada pela contadoria judicial como termo inicial de ajuizamento da ação, tendo em vista que foi considerado o mês de janeiro de 2020, quando na verdade a presente ação foi ajuizada em 27 de abril de 2022, o que fatalmente majorou o valor de crédito quanto aos juros de mora e correção monetária.
Ademais, quanto aos índices de correção monetária e juros de mora, este Juízo se alinha ao entendimento do STJ que considera os juros e correção monetária como sendo obrigações de trato sucessivo que se renovam mês a mês devendo, portanto, ser aplicada no mês de regência a legislação vigente (vide AgInt no REsp n. 1.967.170/RS, da relatoria do Ministro Herman Benjamim, da Segunda Turma, julgado em 27/06/2022), todavia, deixo de homologar por ora o valor apresentado.
Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a impugnação ao aos cálculos.
Pelo fato de não ter sido aplicada a data correta como termo inicial do ajuizamento, INTIME-SE o exequente para manifestar se concorda com os cálculos do executado (ID 87930286). Havendo anuência, os HOMOLOGO desde já e determino a expedição de RPV/Precatório independente de nova conclusão.
Em caso de discordância, remetam-se os autos novamente à contadoria judicial para que ela faça os ajustes com base no título executivo e o que foi decidido até aqui.
Concluídos os cálculos, intime-se ambas as partes para, querendo, se manifestarem no prazo de 10 (dez) dias a seu respeito.
Caso falte documentação para expedição de RPV/Precatório, a CPE deverá praticar ato ordinatório para intimar a parte a apresentar os documentos faltantes no prazo de 05 (cinco) dias.
Intimem-se as partes.
Tudo providenciado e nada requerido, arquive-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
7013525-69.2022.8.22.0001
EXEQUENTE: FERNANDO LEMOS FELICIO
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CARLENE TEODORO DA ROCHA, OAB nº RO6922, JOAO PAULO ROBERTO DE ALMEIDA, OAB nº RO11414
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Sentença
Trata-se de impugnação ao cumprimento de sentença manejada pelo Município de Porto Velho.
Em análise aos autos, verifico que o promovido foi condenado ao pagamento retroativo do adicional de insalubridade em favor da parte autora.
Apresentados os cálculos pela credora, o ente promovido se insurgiu quanto aos seguintes pontos: a) sustenta se tratar de verba propter laborem cujo pagamento seria indevido quando o servidor não se encontra em atividade; b) adoção dos parâmetros de juros e correção conforme expresso atualmente na EC 113/2021 em seu art. 3°.
Instada a se manifestar, a parte autora alegou violação da coisa julgada material e preclusão para contestar matéria de defesa. Ao cabo, postulou pela homologação dos cálculos anteriormente apresentados, bem como pela condenação da promovida nas sanções de litigância de má-fé.
Pois bem. Com relação ao primeiro ponto questionado, observe-se a classificação do doutrinador Hely Lopes Meirelles, com relação às vantagens pecuniárias (sem grifos no original):
"vantagens pecuniárias são acréscimos ao vencimento do servidor, concedidas a título definitivo ou transitório, pela decorrência do tempo de serviço (ex facto temporis), ou pelo desempenho de funções especiais (ex facto officii), ou em razão das condições anormais em que se realiza o serviço (propter laborem), ou, finalmente, em razão de condições pessoais do servidor (propter personam). As duas primeiras espécies constituem os adicionais (adicionais de vencimento e adicionais de função), as duas últimas formam a categoria das gratificações de serviço e gratificações pessoais" (Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 458)
Na mesma linha, Maria Sylvia Zanella Di Pietro leciona:
"A gratificação de serviço é retribuição paga em decorrência das condições anormais em que o serviço é prestado. Como exemplo, podem ser citadas as gratificações de representação, de insalubridade, de risco de vida e saúde." Acrescenta, ainda, que "(…) no silêncio da lei, tem-se que entender que a gratificação de serviço somente é devida enquanto perdurarem as condições especiais de sua execução, não havendo infringência ao princípio constitucional da irredutibilidade de vencimento na retirada da vantagem quando o servidor deixa de desempenhar a função que lhe conferiu o acréscimo." (Direito administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. p. 1358 e 1359)
No caso em tela, as verbas alegadas como indevidamente suprimidas possuem fato gerador vinculado ao serviço prestado (propter laborem), quais sejam: a prestação de serviço em local insalubre. Cuidam-se de parcelas suplementares, acrescidas além do vencimento do servidor para remunerar uma determinada condição mais gravosa a que está submetido e enquanto durar a circunstância ensejadora da percepção.
Das lições acima, depreende-se que a vantagem pleiteada constitui, em verdade, uma contraprestação, cujo pagamento depende da ocorrência concreta da condição legalmente imposta para sua percepção. Configurado o caráter propter laborem, devem ser concedidas somente em caso de ocorrência de determinada condição imposta pela legislação, logo, dependem do preenchimento das circunstâncias de percepção para serem pagas.
Dito de outro modo, o item ora pleiteado em fase de cumprimento de sentença, para ser pago, depende da caracterização efetiva do desempenho de determinada situação que dá ensejo à percepção da vantagem pecuniária, portanto, percebe-se o nítido caráter propter laborem da verba aqui requerida, a qual está vinculada a condições especiais de trabalho.
Na mesma linha de entendimento, não é devido o adicional de insalubridade no período em que o servidor esteve afastado por licença médica (TJ-RO - AC: 70080226320198220004, Relator: Des. Miguel Monico Neto, Data de Julgamento: 25/10/2022).
Em relação a eventual período de afastamento dos locais de trabalho em decorrência da COVID-19, também inviável a concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores que estiverem laborando mediante o regime de teletrabalho (ou home office) ou banco de horas, pois o benefício cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão. (TJ-RO - MS: 08110584620218220000, Relator: Des. Osny Claro de Oliveira, Data de Julgamento: 25/05/2023)
Assim, nos períodos de afastamento, ainda que considerados como de efetivo exercício, não há razão para o pagamento do referido adicional. Isso porque, há fundamental diferença entre verbas que sejam inerentes e automaticamente devidas tão só pelo exercício da função da qual pela requisição foi privado o servidor, de outras que dependem de específico atendimento a pressupostos legais para sua percepção. Isto é, verbas gerais e particularmente relacionadas às condições de trabalho.
Nesse sentido é a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça. A saber:
PROCESSUAL CIVIL. ADICIONAL NOTURNO SUPRIMIDO DA REMUNERAÇÃO NOS PERÍODOS DE AFASTAMENTO. NATUREZA PROPTER LABOREMDEVIDA ENQUANTO EXERCIDAS ATIVIDADES NO PERÍODO NOTURNO. DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. I - Na origem, trata-se de ação objetivando o pagamento de parcelas vencidas e vincendas de adicional noturno, o qual é suprimido da remuneração nos períodos de férias, licença para capacitação, tratamento de saúde e demais afastamentos tidos como de efetivo exercício. Na sentença o pedido foi julgado procedente. No Tribunal a quo, a sentença foi mantida. II - O adicional noturno tem natureza propter laborem, pois são devidos aos servidores enquanto exercerem atividades no período noturno, ou seja, interrompida a atividade em condição especial, não mais se justifica o pagamento do referido adicional. III - Assim, nos períodos de afastamento, ainda que considerados como de efetivo exercício, não há razão para o pagamento do referido adicional. IV - Nesse sentido, mutatis mutandis: AgInt no REsp n. 1.815.875/RJ, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 28/10/2019, DJe 4/11/2019; REsp n. 1.400.637/RS, relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 17/11/2015, DJe 24/11/2015; REsp n. 504.343/RS, relatora Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, julgado em 14/6/2007, DJ 6/8/2007, p. 603. V - Agravo interno improvido. (STJ - AgInt no REsp: 1956086 RN 2021/0264954-5, Relator: Ministro FRANCISCO FALCÃO, Data de Julgamento: 11/04/2022, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/04/2022)
Vale ressaltar, por fim, que, na hipótese vertente, não se configura violação ao princípio constitucional de irredutibilidade de vencimento, máxime porque, o vencimento ou a remuneração, somente quando incorporadas de vantagens permanentes, prevalecem inalteráveis nos casos de afastamentos legais.
Como exposto alhures, a verba aqui executada é de natureza transitória e acessória cuja suspensão do pagamento não caracteriza decesso remuneratório, vez que a remuneração base e os demais acréscimos salariais, a título permanente, permaneceram estáveis.
Por outro lado, este juízo perfilha do entendimento de que não basta a mera juntada/indicação dos decretos municipais atestando a suspensão do trabalho presencial, haja vista ser conhecimento notório que muitos servidores (ainda que em caráter excepcional) laboraram presencialmente durante determinado período de pandemia, sendo necessário, portanto, a juntada da folha de frequência / ficha funcional do servidor afastado, ônus este atribuído à Fazenda Pública.
Dando continuidade, importante registrar que, ao contrário do que alega a parte credora, não há nenhuma violação a coisa julgada material. Isso porque, a presente decisão apenas visa apontar a liquidez do título executivo judicial formado.

Com o mesmo entendimento:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. PRINCÍPIO DA FIDELIDADE AO TÍTULO. MEMÓRIA DE CÁLCULO. ADEQUAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECLUSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. A simples interpretação do título judicial exequendo com o objetivo de extrair a verdadeira extensão do seu comando não configura rediscussão da lide, tampouco implica ofensa à coisa julgada. 3. Não ofende a coisa julgada a decisão que, ainda na fase de cumprimento de sentença, mesmo sem a manifestação da parte executada, promove a adequação dos cálculos apresentados pelo exequente aos limites do título judicial exequendo. 4. Hipótese em que não houve a prolação de sentença homologatória dos cálculos apresentados pela parte exequente. 5. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no REsp: 1834109 PR 2019/0253371-5, Data de Julgamento: 19/09/2022, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/09/2022)

Por sua vez, Em relação aos consectários legais, não há se falar em aplicação retroativa das disposições da EC 113/21 que transformou a Taxa Selic em um único índice responsável por produzir efeito de remuneração do capital nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública. O direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada deverão ser preservados, não sofrendo interferências de novas leis.

Neste sentido, as previsões do art. 3º da EC 113/21 passaram a ser aplicadas as atualizações judiciais da fazenda pública ocorridas a partir de 09 de dezembro de 2021, data de publicação da alteração constitucional.

Por outro lado, a Corte Superior de Justiça possui compreensão assente de que, sobre juros e correção monetária, não se opera a coisa julgada, por configurarem obrigação de trato sucessivo, renovável, e, portanto, passível de atualização.

A sufragar essa orientação, cito:

EMENTA PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. NATUREZA PROCESSUAL. APLICAÇÃO IMEDIATA AOS PROCESSOS EM CURSO. AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO OU COISA JULGADA. 1. O Tribunal a quo, ao decidir a controvérsia, consignou “Isso porque o STJ firmou entendimento no REsp nº 1.112.746/DF (Tema nº 176), julgado em sede de recurso repetitivo, no sentido de que os juros de mora e a correção monetária são obrigações de trato sucessivo, que se renovam mês a mês, devendo, portanto, ser aplicada no mês de regência a legislação vigente. Logo, eventual lei nova, que altera o regime dos juros moratórios, deve ser aplicada imediatamente a todos os processos, inclusive àqueles em que já houve o trânsito em julgado e estejam em fase de cumprimento de sentença” 2. O entendimento exarado pelo Tribunal de origem está em consonância com a jurisprudência do STJ: “a Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.112.746/DF , afirmou que os juros de mora e a correção monetária são obrigações de trato sucessivo, que se renovam mês a mês, devendo, portanto, ser aplicada no mês de regência a legislação vigente. Por essa razão, fixou-se o entendimento de que a lei nova superveniente que altera o regime dos juros moratórios deve ser aplicada imediatamente a todos os processos, abarcando inclusive aqueles em que já houve o trânsito em julgado e estejam em fase de execução. Não há, pois, nesses casos, que falar em violação da coisa julgada”. (EDcl no AgRg no REsp 1.210.516/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 25.9.2015) 3. Agravo Interno não provido. (AgInt no REsp 1955492/DF, Min. BENJAMIN, Herman - T2, julg. 21/2/2022, pub. DJe 15/3/2022)

Portanto, quanto aos juros e correção monetária este juízo se alinha ao entendimento do STJ que os considera como sendo obrigações de trato sucessivo que se renovam mês a mês devendo, portanto, ser aplicadas no mês de regência a legislação vigente (vide AgInt no REsp n. 1.967.170/RS, da relatoria do Ministro Herman Benjamim, da Segunda Turma, julgado em 27/06/2022).

Importante registrar que, o art. 3º da EC 113 deixa claro que o índice da taxa SELIC incidirá a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, acumulado mensalmente, bem assim que a sua incidência ocorrerá nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório.

Depreende-se daí que, para cumprir a nova disciplina constitucional relativa à atualização dos precatórios/RPV, deverá haver uma consolidação do débito ao período anterior a sua vigência, na qual se incluirão os juros e a correção, e a partir da data da consolidação desta dívida de valor incidirá somente a taxa SELIC.

A SELIC, portanto, não será cumulada com nenhum outro índice, mas substituirá a todos para efeito de correção monetária e juros, por isso que não é possível decotar-se os juros anteriormente incidentes do montante sobre o qual irá incidir a SELIC. Na hipótese, não se cuida de anatocismo, mas unicamente de garantir eficácia imediata à emenda constitucional.

Aliás, cabe ressaltar que ainda que se pudesse falar em incidência de juros compostos ou anatocismo, o fato é que tal vedação é decorrente da lei da usura (decreto 22.626/1933), o que não impediria que a Constituição Federal dispusesse sobre a matéria de modo diverso.

Assim, ACOLHO PARCIALMENTE a impugnação ao cumprimento de sentença anteriormente manejada, a fim de reconhecer a existência de excesso de execução.

Consequentemente, para confecção dos cálculos da execução, deverão ser observado os seguintes parâmetros:

a) Excluir dos cálculos os meses que a parte autora estava afastada em virtude da suspensão das atividades da rede municipal em decorrência da COVID-19, bem como de eventuais afastamentos, que deverão ser comprovados pela Fazenda Pública.

b) Sobre os valores retroativos não pagos, deverá ser aplicado correção e compensação moratória se utilizando da SELIC, a partir da entrada em vigor da EC 113/2021, sendo que em período anterior, quanto aos juros de mora, aplicar-se-á o índice de remuneração da caderneta de poupança, previsto no art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, e, em relação à atualização monetária, a aplicação do IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor - Amplo – Especial) (vide RE 870.947 - repercussão geral -, 20/9/2017, e REsp 1.495.146/MG - recurso repetitivo - 22/02/2018), mês a mês, a partir de cada mês que deveria ter sido realizado o pagamento do montante devido.

c) Intime-se o Procurador Geral do Município, pelo sistema, para, no prazo improrrogável de 45 (quarenta e cinco) dias, acostar aos autos respectivas folhas de ponto / ficha funcional do(a) servidor(a), sob pena de preclusão temporal e presunção de que não houve afastamento.

d) Transcorrido o prazo, remetam-se os autos à Contadoria Judicial para elaboração dos cálculos, observados os parâmetros acima.

e) Cumpridas todas as providências, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, manifestarem acerca dos cálculos elaborados pela contadoria judicial, sob pena de homologação.

f) Havendo concordância de ambas as partes aos cálculos da contadoria judicial, expeça-se RPV/Precatório.

g) Os honorários advocatícios contratuais não poderão ser destacados, pois devem seguir a natureza do crédito principal, sob pena de fracionamento vedado pelo art. 100, § 8º, da Constituição Federal. Assim, assegura-se ao advogado a possibilidade de reserva, mediante a juntada do contrato de prestação de serviço. Nesse mesmo sentido é o entendimento do STJ no julgamento do Res 1.743.437/DF, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23.5.2019.
h) Caso falte documentação para expedição de RPV/Precatório, a CPE deverá praticar ato ordinatório para intimar a parte a apresentar os documentos faltantes no prazo de 05 (cinco) dias.
Ao cabo, por aplicação do artigo 27 da Lei nº 12.153/2009 combinado com o artigo 55 da Lei nº 9.099/95, deixo de fixar honorários sucumbenciais. Assim, considerando o princípio da especialidade, não há se falar em aplicação subsidiária do disposto no artigo 85, §1º e §3º do Código de Processo Civil no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
Intimem-se, devendo eventual insurgência quanto ao conteúdo decisório ser impugnada pela via recursal adequada.
Cumpra-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
7076284-69.2022.8.22.0001
REQUERENTE: EDISON CARNEIRO SOBRINHO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ELTON JOSE ASSIS, OAB nº RO631, THIAGO DA SILVA VIANA, OAB nº RO6227
REQUERIDO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Sentença
Vistos, etc.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/1995 c/c art. 27 da Lei n. 12.153/2009.
Fundamentos Decido.
Trata-se de julgamento de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos contra a sentença de ID 87495033 sob a alegação de omissão no tocante ao reconhecimento, de ofício, da prescrição do direito por se tratar de matéria de ordem pública, o que teria ferido o princípio da não surpresa.
Pois bem.
Nos termos do artigo 48 da lei 9.099/95 e art. 1.022 do CPC, caberão embargos de declaração contra qualquer decisão obscura, contraditória, omissa ou para corrigir erro material.
A meu ver a parte recorrente não demonstrou a existência de omissão na Sentença, mas deixou evidente que sua intenção é, na verdade, rediscutir o julgamento por evidente inconformismo, pois alega omissão que não diz respeito ao teor do Decisum, mas a um procedimento que entende que deveria ter sido adotado pelo Juízo, a saber, a intimação para que as partes se manifestassem sobre a prescrição, mesmo diante das particularidades e princípios que regem os Juizados Especiais, em que os autos devem ser conduzidos com atenção à simplicidade, informalidade e economicidade.
Assim, caso a parte entenda que houve error in procedendo na condução do processo, não é por meio de embargos de declaração que o suposto defeito deverá ser impugnado, dado princípio da singularidade.
DISPOSITIVO
FRENTE AO EXPOSTO e ao mais que dos autos constam REJEITO os embargos de declaração, mantendo a Sentença inalterada em seus integrais termos.
Intimem-se as partes.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
7076280-32.2022.8.22.0001
REQUERENTE: JOSE DIONIZIO FILHO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ELTON JOSE ASSIS, OAB nº RO631, THIAGO DA SILVA VIANA, OAB nº RO6227
REQUERIDO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Sentença
Vistos, etc.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/1995 c/c art. 27 da Lei n. 12.153/2009.
Fundamentos Decido.

Trata-se de julgamento de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos contra a sentença de ID 90210531 sob a alegação de omissão no tocante ao reconhecimento, de ofício, da prescrição do direito por se tratar de matéria de ordem pública, o que teria ferido o princípio da não surpresa.
Pois bem.
Nos termos do artigo 48 da lei 9.099/95 e art. 1.022 do CPC, caberão embargos de declaração contra qualquer decisão obscura, contraditória, omissa ou para corrigir erro material.
A meu ver a parte recorrente não demonstrou a existência de omissão na Sentença, mas deixou evidente que sua intenção é, na verdade, rediscutir o julgamento por evidente inconformismo, pois alega omissão que não diz respeito ao teor do Decisum, mas a um procedimento que entende que deveria ter sido adotado pelo Juízo, a saber, a intimação para que as partes se manifestassem sobre a prescrição, mesmo diante das particularidades e princípios que regem os Juizados Especiais, em que os autos devem ser conduzidos com atenção à simplicidade, informalidade e economicidade.
Assim, caso a parte entenda que houve error in procedendo na condução do processo, não é por meio de embargos de declaração que o suposto defeito deverá ser impugnado, dado princípio da singularidade.
DISPOSITIVO
FRENTE AO EXPOSTO e ao mais que dos autos constam REJEITO os embargos de declaração, mantendo a Sentença inalterada em seus integrais termos.
Intimem-se as partes.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7028569-94.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: LUCAS SIMAO DE SOUZA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: ALLAN ALMEIDA COSTA, OAB nº RO10011
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Sentença
Vistos, etc.
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27 da Lei nº 12.153/2009.
Fundamentos
Decido.
Trata-se de causa em que a parte requerente, policial militar, pretende a condenação da parte requerida no pagamento da parcela de AJUDA DE CUSTO, 20 dias de TRÂNSITO e 10 dias de INSTALAÇÃO, convertidos em pecúnia.
Pois bem.
Entendo à luz do DECRETO nº 8134, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1997, artigo 25, § 2º e princípio da razoabilidade e proporcionalidade [que, a meu ver, devem prevalecer sobre o princípio da legalidade estrita], que no caso de curso ou estágio, com duração superior a 45 (quarenta e cinco) dias, a mudança de domicílio tem caráter permanente. Isso porque, o policial militar, neste caso, é excluído e desligado da PM de origem e passará a constituir o estado efetivo da OPM de ensino.
Com efeito, na medida em que estou convencido da ocorrência da mudança de domicílio da parte requerente em caráter permanente, pois o curso de formação durou mais de 45 (quarenta e cinco) dias e considerando ainda que isso ocorreu no interesse do serviço militar, entendo que a parte requerente faz jus à ajuda de custo prevista na LEI COMPLEMENTAR Nº 68, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1992, artigo 73 c/c Lei nº 1063, de 10 de abril de 2002, artigo 15, in verbis:
LCE nº 68/1992, artigo 73 - A ajuda de custo destina-se às despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passa a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente. [destaquei]
LOE nº 1063/2002, artigo 15. Serão devidos ao Militar do Estado, as indenizações de diária e ajuda de custo, adicionais de terço de férias de décimo terceiro salário, segundo os critérios e valores definidos para os servidores públicos civis do estado, na forma prevista na Lei Complementar nº 68, de 1992 e respectivos regulamentos, salvo quanto aos valores das diárias, que serão pagas nos percentuais definidos na Tabela contida no Anexo III desta Lei. (vide alterações dadas pela Lei nº 3.513, de 03/02/2015 e Lei n° 4.781, de 27/5/2020) [destaquei]
Embora a inscrição no curso seja de caráter voluntário isso não desnatura que ele tenha sido convocado no interesse do serviço. Não fosse assim, qual seria a razão da convocação do curso se não no interesse do serviço militar?
Assim, se a Administração Pública optou por realizar o curso de formação, entendo que isso se deu no interesse do serviço militar fato este que se enquadra no requisito previsto na LCE nº 68/1992, artigo 73.
Também entendo que o edital não pode excluir o direito à ajuda de custo, pois não tem força de lei. Somente uma lei poderia revogar a ajuda de custo prevista na LEI COMPLEMENTAR Nº 68, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1992, artigo 73 c/c Lei nº 1063, de 10 de abril de 2002, artigo 15. Jamais um edital.
O tema em questão já foi decidido pela egrégia Turma Recursal (vide RECURSO INOMINADO CÍVEL 7001453-03.2020.822.0007, Rel. Juiz Glodner Luiz Pauletto, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: Turma Recursal - Porto Velho, julgado em 01/09/2020.) que consolidou entendimento segundo o qual a realização de curso de formação é uma modalidade de movimentação, conforme previsto de forma expressa no DECRETO nº 8134, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1997, senão vejamos:
“Art. 5º A Movimentação, para efeito deste Regulamento, é a denominação genérica do ato administrativo que atribui, ao policial militar, cargo, situação, quadro, OPM ou Fração de OPM.
IV – Designação - é a modalidade de movimentação de um policial-militar para:
a) realizar curso ou estágio em estabelecimento estranho ou não à Polícia Militar, no Estado, no País ou no exterior;

b) exercer cargo especificado, no âmbito da OPM;
c) exercer comissões no Estado, no País ou no exterior."
A TR ainda consignou neste precedente [com o qual concordamos] que quanto ao fato da parte requerente estar recebendo bolsa estudo, esta não supre as verbas vindicadas nesta causa, pois a parte requerente não solicita direitos quanto ao tempo em que estava realizando o curso e sim quanto ao trânsito para a cidade de Porto Velho bem como quanto ao custo de instalação.
Ao analisar o direito de trânsito conforme precedente acima e à luz do artigo 7º, § 1º, III, do Decreto 8134/1997 c/c arts. 5º e 11, a egrégia Turma Recursal entendeu ser patente este direito [com o qual também concordamos] de modo que dada a semelhança dos casos é justo que este direito seja reconhecido também em favor da parte requerente.
Por fim, quanto ao direito de instalação, o artigo 9º, § 1º, II, do Decreto 8134/1997, deixa claro o direito de instalação como desencadeamento lógico do direito de trânsito, visto que se cabe ao militar o direito de trânsito também lhe cabe verba necessária ao pagamento de um valor para sua instalação no local.
Quanto aos valores de pagamento, destaco que nos termos da Lei nº 1063, de 10 de abril de 2002, artigo 15, são devidos ao Militar do Estado, as indenizações de diária e ajuda de custo, adicionais de terço de férias de décimo terceiro salário, segundo os critérios e valores definidos para os servidores públicos civis do estado, na forma prevista na Lei Complementar nº 68, de 1992 e respectivos regulamentos, salvo quanto aos valores das diárias, que serão pagas nos percentuais definidos na Tabela contida no Anexo III desta Lei (vide alterações dadas pela Lei nº 3.513, de 03/02/2015 e Lei n° 4.781, de 27/5/2020).
Ou seja, em relação à ajuda de custo, o valor a ser pago deve ser o atual e nos termos da LCE nº 68/1992, artigo 73, § 3º e quanto à licença de trânsito e instalação o cálculo é feito caso a caso com base na remuneração do policial, consoante o Anexo III, da Lei nº 1063, de 10 de abril de 2002, artigo 15 e legislações ulteriores supramencionadas. Para ser mais preciso, em relação a essas rubricas, isto é, licenças de trânsito e instalação, serão elas calculadas com base na remuneração do período em que deveriam ter sido concedidas, desconsideradas, nestes cálculos, verbas não incorporáveis ao soldo (indenizatórias, temporárias etc).
Como consequência, deixo de acolher os valores indicados pela parte requerente ante a impossibilidade de se verificar a correição dos cálculos, o que se fará em sede de cumprimento de sentença. Todavia, a sentença está apontando os critérios para cálculo, de modo que permanece líquida.
Destarte, considerando que a parte requerente comprovou ter preenchido os requisitos legais para recebimento dos valores vindicados, é de rigor julgar parcialmente procedente o pedido inicial.
Dispositivo
Frente ao exposto e ao mais que dos autos constam, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR a parte requerida no pagamento da parcela de AJUDA DE CUSTO no valor atual e nos termos da LCE nº 68/1992, artigo 73, § 3º, 20 dias de TRÂNSITO e 10 dias de INSTALAÇÃO, convertidos em pecúnia, com base na remuneração do policial do período em que deveriam ter sido concedidas, desconsideradas, nestes cálculos, verbas não incorporáveis ao soldo (indenizatórias, temporárias etc), consoante o Anexo III, da Lei nº 1063, de 10 de abril de 2002, artigo 15 e legislações ulteriores, a exemplo da Lei nº 3.513, de 03/02/2015 e Lei n° 4.781, de 27/5/2020.
O crédito deve ser corrigido monetariamente, e acrescido dos juros legais, de acordo com os índices aplicáveis à fazenda pública.
Juros estes a partir da citação e correção monetária mês a mês desde o vencimento de cada prestação.
Quando do pagamento deverão ser observados seus respectivos reflexos no 13º salário, férias e seu acréscimo de 1/3.
Na fase de cumprimento de sentença, a parte requerente deverá deduzir de seus cálculos os valores já recebidos e consignar os pendentes, com base no que aqui se decide.
Poderá ser deduzido dos valores retroativos a pensão alimentícia, impostos e as respectivas contribuições previdenciárias, em sendo o caso.
DECLARO EXTINTO o processo com resolução de mérito nos termos do CPC/2015, artigo 316 c/c artigo 487, inciso I.
Em relação à assistência judiciária gratuita, registro que a parte requerente não comprovou a sua hipossuficiência, razão pela qual não lhe assiste tal direito, devendo, num eventual recurso, recolher o respectivo preparo recursal.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/09.
Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7078243-75.2022.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: ENEIAS CORDEIRO LIRA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DAIANE KELLI JOSLIN, OAB nº PR5736
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de restituição do veículo caminhão Mercedes Benz 2325, RENAVAM 707063221, cor laranja, de placa LCM 4823, apreendido em decorrência de autuação da Polícia Militar Ambiental por infração ocorrida em 01/01/2018, consistente no transporte irregular de madeira, oportunidade em que o automóvel era conduzido por André do Carmo Lema, funcionário do requerente Eneias Carneiro de Lira.
O pedido de tutela foi indeferido nos termos da decisão de ID 84284546.

Em sua contestação o requerido, em sede preliminar, alegou a inadequação do valor da causa, sustentando que o efetivo proveito econômico decorrente de eventual procedência do pedido deve corresponder ao valor de mercado do veículo, R$ 114.752,00 (cento e quatorze mil. setecentos e cinquenta e dois reais), conforme consulta de ID 88012844, já que o objeto da demanda é a própria restituição do automóvel.
Com efeito, razão assiste ao requerido, motivo pelo qual tenho por bem acolher a impugnação apresentada.
Nos termos dos arts. 292 e 293 do Código de Processo Civil:
Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será:
[…]
IV – na ação de divisão, de demarcação e de reivindicação, o valor de avaliação da área ou do bem objeto do pedido;
[…]
§ 3º O juiz corrigirá, de ofício e por arbitramento, o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor, caso em que se procederá ao recolhimento das custas correspondentes.
Art. 293. O réu poderá impugnar, em preliminar da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor, sob pena de preclusão, e o juiz decidirá a respeito, impondo, se for o caso, a complementação das custas.
Nota-se, portanto, que o valor atribuído pelo autor à causa não corresponde ao efetivo conteúdo patrimonial em discussão, e assim sendo, com fundamento no art. 292, §3° do CPC, tenho por bem acolher a preliminar levantada e, com isso, adequar o valor da causa para R$ 114.752,00 (cento e quatorze mil e setecentos e cinquenta e dois reais). Ato contínuo DECLARO a incompetência absoluta deste Juízo para processar e julgar a causa nos termos do art. 2° da Lei n° 12.153/2009.
Por todo o exposto, a fim de evitar eventuais arguições de nulidade processual, o que traria maiores prejuízos à parte autora, deixo de julgar a causa, devendo porém, em atenção ao princípio do aproveitamento dos atos processuais, ser remetida no estado em que se encontra para o Juízo competente.
Redistribua-se, por sorteio, para uma das Varas da Fazenda Pública desta Comarca.
Intimem-se as partes.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7048638-26.2018.8.22.0001
Requerente/Exequente: AUTOR: ESTER REIS DA SILVA
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO AUTOR: CASIMIRO ANCILON DE ALENCAR NETO, OAB nº RO4569, DIEGO JOSE NASCIMENTO BARBOSA, OAB nº RO5184
Requerido/Executado: REU: IPAM, VALDELUCE SOUZA OLIVEIRA
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADOS DOS REU: LEONARDO FERREIRA DE MELO, OAB nº RO5959, IPAM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES
Sentença
Vistos, etc.
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27 da Lei nº 12.153/2009.
Fundamentos
Decido.
Trata-se de causa em que a parte requerente pretende a condenação da parte requerida na obrigação de implantar a pensão morte em seu favor e no pagamento retroativo a partir de 23/04/2018 - data do Protocolo do Requerimento Administrativo (ID: 23353668 - Pág. 1) em razão do óbito de DAMIÃO DORADO DE ARAÚJO - que era servidor público do Município de Porto Velho e com quem conviveria em união estável que veio a ser reconhecida pós morte nos autos do processo nº 7035422-27.2020.8.22.0001, em trâmite na 3ª Vara de Família da comarca de Porto Velho – RO (vide r. sentença de ID: 90455163).
Pois bem.
Diante da r. sentença de ID: 90455163 proferida pelo douto juízo da 3ª Vara de Família da comarca de Porto Velho – RO nos autos do processo nº 7035422-27.2020.8.22.0001, em que se reconheceu a existência de União Estável vivida entre a parte requerente ESTER REIS DA SILVA e o de cujus DAMIÃO DORADO DE ARAÚJO, por aproximadamente 5 anos e 3 meses, no período de 10 de maio 2012 até o seu falecimento ocorrido em 08 de setembro de 2017 é inafastável concluir que ela faz jus à pensão por morte, notadamente porque a pessoa da companheira está contemplada como beneficiária do RPPS/IPAM, na condição de dependente do segurado (ver artigo 9º, da Lei Complementar nº. 404/2010).
Além disso, a dependência econômica da parte requerente é ex lege, isto é, por força de lei, conforme redação do artigo 9º, da Lei Complementar nº 404/2010 que elenca da companheira como dependente do segurado.
A propósito, o § 1º, do artigo 9º, da Lei Complementar nº. 404/2010, é explícito em dizer que a dependência econômica do cônjuge, da companheira, do companheiro, e do filho não emancipado, de qualquer condição, com menoridade civil ou inválido é presumida.
Além do mais, a pensão por morte para o caso de companheira é vitalícia, conforme previsto no artigo 62, inciso I, “c”, da Lei Complementar nº. 404/2010, como é o caso da parte requerente.
Quanto aos retroativos entendo que o termo inicial retroagiria à data de apresentação do requerimento administrativo, consoante artigo 55, II, da Lei Complementar nº 404/2010. Ou seja, a pensão por morte seria devida à parte requerente a partir de 23/04/2018, já que esta seria a data do protocolo do requerimento administrativo que se deu após trinta dias da data do óbito de DAMIÃO (ver Requerimento Administrativo - ID: 23353668 - Pág. 1; e Certidão de Óbito – ID: 23353433 - Pág. 1).
Este é, aliás, o entendimento jurisprudencial, senão vejamos:

RECURSO INOMINADO. IPERON. UNIÃO ESTÁVEL. COMPANHEIRA. PENSÃO POR MORTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO NEGADO. RECONHECIMENTO JUDICIAL DA UNIÃO ESTÁVEL. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. A PARTIR DA DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. CADERNETA DE POUPANÇA. ADEQUAÇÃO AO TEMA 810 DE RE DO STF. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO PROVIDO EM PARTE. (RECURSO INOMINADO CÍVEL 7001329-77.2016.822.0001, Rel. Juiz Enio Salvador Vaz, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: Turma Recursal, julgado em 09/07/2018.) [destaquei]

No mesmo sentido, temos:

RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. ADMINISTRATIVO. IPERON. UNIÃO ESTÁVEL. COMPANHEIRA. PENSÃO POR MORTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO NEGADO. RECONHECIMENTO JUDICIAL DA UNIÃO ESTÁVEL. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. A PARTIR DO PEDIDO ADMINISTRATIVO. SENTENÇA CONFIRMADA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO DESPROVIDO (RECURSO INOMINADO CÍVEL 7003858-45.2016.822.0009, Rel. Juiz Enio Salvador Vaz, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: Turma Recursal, julgado em 05/03/2018.)

Por tudo isso, entendo que os efeitos da sentença declaratória do reconhecimento da união estável são ex tunc, porquanto a declaração judicial apenas confirma o fato preexistente. Daí porque é medida de justiça que os retroativos da pensão tenham início a partir de 23/04/2018, já que esta seria a data do protocolo do requerimento administrativo que se deu após trinta dias da data do óbito do sr. DAMIÃO.

Destarte, é de rigor julgar procedente o pedido inicial.

Dispositivo

Frente ao exposto e ao mais que dos autos constam, julgo PROCEDENTE o pedido inicial de condenação da parte requerida na obrigação de implantar a pensão morte em favor da parte requerente e de pagamento retroativo dela a partir de 23/04/2018. Como corolário:

a) DETERMINO ao IPAM que implante e/ou mantenha o pagamento de pensão por morte em favor da parte requerente;

b) CONDENO o IPAM no pagamento dos retroativos da pensão por morte a contar de 23/04/2018.

O crédito deve ser corrigido monetariamente, e acrescido dos juros legais, de acordo com os índices aplicáveis à fazenda pública.

O valor a ser restituído será corrigido mês a mês, a partir de quando cada parcela deveria ter sido paga.

No tocante aos juros moratórios, serão eles contados a partir da citação (súmula nº 204 do STJ).

Na hipótese do IPAM ter feito o pagamento integral da pensão a outros beneficiários a partir de 23/04/2018 deverá proceder com o necessário a fim de que sejam efetuados descontos proporcionais ulteriores, em percentual compatível com a dignidade da pessoa humana e mínimo existencial, a fim de evitar o enriquecimento sem causa deles.

DECLARO EXTINTO o processo com resolução de mérito nos termos do CPC/2015, artigo 316 c/c artigo 487, inciso I.

CONCEDO tutela provisória de urgência em favor da parte requerente para que o IPAM seja compelido a cumprir a obrigação de implantação da pensão por morte em seu favor em até 30 (trinta) dias a contar da intimação desta sentença.

Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/09.

Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se.

Intimem-se.

Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023

Thiago Gomes De Aniceto

Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça

Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública

Número do Processo: 7078606-62.2022.8.22.0001

Requerente/Exequente: REQUERENTE: REVELENE LUZIA GARCIA ARAUJO

Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: MANOEL NAZARENO CARVALHO DA SILVA JUNIOR, OAB nº RO8898

Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia

Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

Sentença

Vistos, etc.

Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27 da Lei nº 12.153/2009.

Fundamentos

Decido.

Trata-se de causa em que a parte requerente pretende a sua promoção vertical para a classe B desde janeiro de 2022, a condenação da parte requerida no pagamento das diferenças retroativas e indenização por danos morais, sob a alegação de que teria preenchido os requisitos previstos na Lei Estadual nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021 e porque a não implementação desta promoção lhe teria gerado danos morais indenizáveis, porquanto ela estaria a sofrer tratamento degradante do ente público a afetar e abalar o mais profundo e íntimo de seus sentimentos.

Pois bem.

Extrai-se dos autos que o indeferimento do requerimento administrativo de progressão (ID: 83639260 - Pág. 1; ID: 83639260 - Pág. 22) se deu porque a parte requerida entendeu à época da análise do pleito que a Lei Estadual nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021 não seria de eficácia plena, ou seja, a norma em questão careceria de regulamentação (ID: 83639260 - Pág. 21; ID: 83639260 - Pág. 24).

Ou seja, para a parte requerida a Lei Estadual nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021 dependeria de um Decreto regulamentador que inexistia à época, conforme se veria no artigo 30, § 3º.

Ocorre, entretanto, que o egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, nos autos do Mandado de Segurança nº 0806543-31.2022.8.22.0000, da relatoria do Des. MIGUEL MONICO NETO, julgado em 06/12/2022, entendeu que o artigo 25 e seguintes da Lei Estadual nº 5.243/2021, que regulamenta a promoção vertical do Grupo Ocupacional Saúde, possui eficácia plena, porque o legislador trouxe requisitos para sua concessão, inclusive com a base de cálculo, permitindo a sua imediata e inteira operatividade.

Com isso, entendo que a alegação da parte requerida não merece acolhida.

Todavia, é de se pontuar que no MS nº 0806543-31.2022.8.22.0000 o egrégio TJRO deixou consignado que apesar de não se falar em lacuna da lei a respeito da progressão vertical do Grupo Ocupacional Saúde, porque a Lei traz os requisitos para sua concessão, deve a administração analisar o preenchimento deles, sob pena de supressão da competência administrativa.
Logo, estou convencido(a) que a Lei Estadual nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021 não dependeria de um Decreto regulamentador para fins de eficácia quanto à progressão reivindicada pela parte requerente a título de evolução na carreira.
Com isso, quando da apresentação do requerimento administrativo inexistia óbice à progressão em favor da parte requerente, ao menos no que diz respeito à eficácia da norma infraconstitucional.
Considerando, no entanto, que o precedente acima entendeu pela impossibilidade do PODER JUDICIÁRIO atuar no sentido de suprimir a competência administrativa, entendo que, embora reconheça a possibilidade de progressão da parte requerente desde a entrada em vigor da Lei Estadual nº 5.243/2021, os requisitos devem ser analisados, primeiramente, na esfera administrativa, sob pena de afronta ao princípio da Independência e Separação dos Poderes e de Supressão de Instância Administrativa.
É de se ressaltar que a parte requerente apresentou o requerimento administrativo (ver ID: 83639260 - Pág. 1; ID: 83639260 - Pág. 22) e já passou pelo estágio probatório de 3 (três) anos. Além do mais, considerando que sua admissão se deu em 18/01/2016 e que o artigo 5º, § 6º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.243/2021 que trata do ingresso nos cargos previstos nesta lei, notadamente no cargo de Médico, também não se aplica contra a parte requerente, pois que ela ocupa o cargo de Agente de Atividade Administrativa / Agente Administrativo Operacional da Saúde e não de Médico.
De mais a mais, considerando que a progressão pleiteada pela parte requerente seria a promoção vertical para a classe B [que é regulamentada a partir do artigo 25 e seguintes], entendo que o interstício de 24 (vinte e quatro) meses dos artigos 22, parágrafo único, e 23, inciso I, que tratam da progressão horizontal, também não se aplicam contra ela.
Deste modo, ao menos em relação aos requisitos acima, não vejo óbice para que a parte requerente seja beneficiada com a efetivação de sua promoção vertical para a classe B. Todavia, em respeito aos Princípios da Separação e Independência dos Poderes, é imperioso que a Administração Pública seja a primeira a julgar se a parte requerente preenche ou não os demais requisitos, sob pena de supressão de instância administrativa.
Por fim, quanto ao dano moral, entendo que este não ficou configurado. A meu ver, o indeferimento do requerimento administrativo não foi capaz de lesar moralmente a parte requerente, mas apenas de lhe provocar meros aborrecimentos que não são passíveis de indenização.
Destarte, é de rigor julgar parcialmente procedente o pedido inicial.
Dispositivo
Frente ao exposto e ao mais que dos autos constam, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial de promoção / progressão / evolução na carreira com base no requerimento administrativo sob nº 0036.068418/2022-21 (ID: 83639260 - Pág. 1; ID: 83639260 - Pág. 22), pois que fundamentado na Lei n° 5.243, de 28 de dezembro de 2021 que seria de eficácia plena.
DETERMINO à parte requerida que proceda com o necessário a fim de que o processo administrativo nº 0036.068418/2022-21 seja reanalisado no sentido de verificar se a parte requerente preenche ou não os requisitos legais da Lei n° 5.243, de 28 de dezembro de 2021 para sua promoção / progressão / evolução na carreira, no prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo de eventuais prestações (diferenças) – parcelas vencidas e vincendas.
DECLARO EXTINTO o processo com resolução do mérito nos termos do CPC/2015, artigo 316 c/c artigo 487, inciso I.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/09.
Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
7004044-48.2023.8.22.0001
REQUERENTE: TATIANE ALMEIDA LOPES
ADVOGADO DO REQUERENTE: CERES RABELO MADUREIRA, OAB nº PB13152
REQUERIDOS: CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIACAO E SELECAO E DE PROMOCAO DE EVENTOS - CEBRASPE, Estado de Rondônia
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: DANIEL BARBOSA SANTOS, OAB nº DF13147, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da lei 9099/95 c/c art. 27 da lei 12.153/09.
Decido.
Trata-se de ação anulatória de questões de concurso público para provimento de cargos de Agente de Polícia, de Datiloscopista Policial, de Delegado de Polícia, de Escrivão de Polícia, de Médico Legista e de Técnico em Necropsia da Polícia Civil do Estado de Rondônia, mediante EDITAL Nº 02/2022/PC-DGPC, DE 8 DE JULHO DE 2022.
A requerente alega que não se aplica à presente demanda o Tema 485 da Repercussão Geral no RE 632.853 do STF, pois a causa de pedir está consubstanciada na incompatibilidade entre as questões objeto de impugnação e a previsão editalícia, o que permitiria a judicialização da causa já que não se trataria de substituição do Judiciário em relação à banca examinadora na correção das questões.
Em sua contestação o Estado de Rondônia alegou a incompetência do Judiciário para apreciação do mérito bem como sustentou a correção das respostas do gabarito (ID 86914337).

O requerido CEBRASPE, por sua vez, argumentou que o requerente pretende verdadeira flexibilização das regras estabelecidas no edital de abertura do certame a seu favor, com a alteração de sua nota na prova objetiva por meio de reanálise do mérito de questões pelo Judiciário (ID 87410048).

Pois bem, ao analisar os motivos expostos para a anulação das questões suscitadas, verifica-se imediatamente que são todas referentes ao mérito das alternativas e do gabarito dado como correto pela banca, sem qualquer indicação de discrepância entre a matéria cobrada no certame e aquela prevista no conteúdo programático do Edital.

No caso dos autos, a requerente apesar de discorrer sobre a impossibilidade de substituição do Judiciário em detrimento da Banca Examinadora na correção de questões de provas pleiteia exatamente isso. O excelso Supremo Tribunal Federal já decidiu em sede de Recurso Extraordinário, com repercussão geral, da seguinte maneira:

Recurso extraordinário com repercussão geral. 2. Concurso público. Correção de prova. Não compete ao

PODER JUDICIÁRIO, no controle de legalidade, substituir banca examinadora para avaliar respostas dadas pelos candidatos e notas a elas atribuídas. Precedentes. 3. Excepcionalmente, é permitido ao Judiciário juízo de compatibilidade do conteúdo das questões do concurso com o previsto no edital do certame. Precedentes. 4. Recurso extraordinário provido. (RE 632853, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 23/04/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-125 DIVULG 26-06-2015 PUBLIC 29-06-2015)

Ainda nesse sentido:

MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. ANULAÇÃO DE QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA. COMPATIBILIDADE ENTRE AS QUESTÕES E OS CRITÉRIOS DA RESPECTIVA CORREÇÃO E O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PREVISTO NO EDITAL. INEXISTÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA PELO

PODER JUDICIÁRIO. PRECEDENTES DO STF. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA. 1. O

PODER JUDICIÁRIO é incompetente para, substituindo-se à banca examinadora de concurso público, reexaminar o conteúdo das questões formuladas e os critérios de correção das provas, consoante pacificado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Precedentes (v.g., MS 30433 AgR/DF, Rel. Min. GILMAR MENDES; AI 827001 AgR/RJ, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA; MS 27260/DF, Rel. Min. CARLOS BRITTO, Red. para o acórdão Min. CÁRMEN LÚCIA). No entanto, admite-se, excepcionalmente, a sindicabilidade em juízo da incompatibilidade entre o conteúdo programático previsto no edital do certame e as questões formuladas ou, ainda, os critérios da respectiva correção adotados pela banca examinadora (v.g., RE 440.335 AgR, Rel. Min. EROS GRAU, j. 17.06.2008; RE 434.708, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, j. 21.06.2005). 2. Havendo previsão de um determinado tema, cumpre ao candidato estudar e procurar conhecer, de forma global, todos os elementos que possam eventualmente ser exigidos nas provas, o que decerto envolverá o conhecimento dos atos normativos e casos julgados paradigmáticos que sejam pertinentes, mas a isto não se resumirá. Portanto, não é necessária a previsão exaustiva, no edital, das normas e dos casos julgados que poderão ser referidos nas questões do certame. 3. In casu, restou demonstrado nos autos que cada uma das questões impugnadas se ajustava ao conteúdo programático previsto no edital do concurso e que os conhecimentos necessários para que se assinalassem as respostas corretas eram acessíveis em ampla bibliografia, afastando-se a possibilidade de anulação em juízo. 4. Segurança denegada, cassando-se a liminar anteriormente concedida. (STF – MS: 30860 DF, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 28/08/2012, Primeira Turma, Data de Publicação: DJe-217 DIVULG 05-11-2012 PUBLIC 06-11-2012)

Excepcionalmente, diante de ilegalidade na condução do certame ou incompatibilidade entre o conteúdo programático previsto no Edital e aquele cobrado na prova, é cabível a intervenção do judiciário, mas não é o caso dos autos.

Por todo o exposto, entendo que o pleito autoral não merece prosperar, devendo a ação ser julgada improcedente.

DISPOSITIVO

Posto isso, nos termos do art. 487, I, CPC, julgo IMPROCEDENTE o pedido formulado pela parte requerente em face do Estado de Rondônia e do Centro Brasileiro de Pesquisa Em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE).

DECLARO RESOLVIDO o mérito nos termos do novo CPC, art. 487, inciso I.

Com relação ao pedido de gratuidade da justiça, esclareço que esse benefício já é próprio do microssistema, considerando que “o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas” (Lei n. 9.099/1995, art. 54), motivo pelo qual não há que se deliberar nesse sentido em primeiro grau de jurisdição.

Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei n. 9.099/95.

Intime-se as partes.

Agende-se decurso de prazo e, com o trânsito em julgado, arquivem-se.

Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023

Thiago Gomes De Aniceto

Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça

Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)

7083466-09.2022.8.22.0001

REQUERENTE: IAGO HUGO PIMENTA DE VASCONCELOS

ADVOGADO DO REQUERENTE: LUCIO FELIPE NASCIMENTO DA SILVA, OAB nº RO8992

REQUERIDO: Estado de Rondônia

ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

SENTENÇA

Vistos.

Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.

Decido.
Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais ajuizada por Iago Hugo Pimenta de Vasconcelos em face do Estado de Rondônia, ao argumento de que, em 21/06/2021, às 00h10, no cruzamento das Avenidas Pinheiro Machado com Prefeito Chiquilito Erse, colidiu sua motocicleta Honda/CG 150 TITAN ESD, placa NDD 6620 com o veículo Renault Clio, placa NDR 4340, a bordo do qual estavam Washington Luís Araújo Siqueira Júnior (em monitoramento eletrônico, com a tornozeleira descarregada) e Uílian Viana Rodrigues (com mandado de prisão em aberto nos autos nº 0005455-79.2018.8.22.0501, válido até 13.10.2030).
Argumenta que houve falha do Estado de Rondônia em relação à fiscalização do apenado Washington Luís Araújo Siqueira Júnior, o qual estava com a tornozeleira eletrônica desligada, bem como fora da rota estabelecida e após o horário permitido. Assim, pugna pela reparação de danos materiais no valor de R$ 8.687,00 (oito mil, seiscentos e oitenta e sete reais), correspondente ao orçamento para conserto de sua motocicleta, bem como danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Não merece prosperar as preliminares de mérito suscitada pelo Estado de Rondônia em sua peça defensiva em relação à ilegitimidade passiva, pois no caso o requerente alega que o Estado foi negligente em relação ao seu dever de fiscalização do apenado Washington Luis Araújo Siqueira Júnior, que estava com a tornozeleira eletrônica descarregada e fora de rota. Assim, em caso de procedência do pleito, caberia ao requerido a responsabilização pela suposta falha.
Do mérito
O feito comporta o julgamento antecipado do mérito, a teor do art. 355, inc. I, do Código de Processo Civil – CPC.
No que pertine ao pedido de reparação de danos morais e materiais, é sabido que, nos termos do Código de Processo Civil, o ônus da prova incumbe ao Autor quanto ao fato constitutivo de seu direito, senão vejamos:
Art. 373. O ônus da prova incumbe:
I – ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;
A esse respeito, já decidiu a Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:
RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL. FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO. NÃO COMPROVAÇÃO. Não comprovado os fatos constitutivos do direito do autor, a improcedência dos pedidos sustentados na inicial é medida que se impõe. (Recurso Inominado Cível, Processo no 7041758-18.2018.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Data de julgamento: 12/11/2021).
Infere-se dos autos que a contestação do requerido foi instruída com informação da Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS, onde consta que no dia e horário do acidente, a tornozeleira do apenado Washington estava desligada, de modo que não gerou rastro, tampouco notificação de violações da área de inclusão, o que impossibilitou a tomada de providências imediatas.
Consta, ainda, da aludida informação, que no dia 19/06/2021, às 16h23min, a tornozeleira do apenado estava com 1% de carga na bateria, segundo relatório de comunicação e rastro, sendo que em tais circunstâncias, o equipamento emite sinais vibratórios e luminosos, o que leva à conclusão de que o monitorado deixou seu equipamento desligar voluntariamente.
Outrossim, foi informado que à época dos fatos, a monitoração nesta Capital era regida pela Portaria 002/2015/VEP, de 29 de abril de 2015, pelo Decreto nº 7.625, de 24 de novembro de 2011 e pelos artigos 146, 146 - A a 146 - D da Lei de Execuções Penais.
De acordo com esses regramentos, a central de monitoramento faz levantamentos dos incidentes de monitoração (violações de regras), em seguida a equipe de diligências faz tentativas de contato telefônico com o monitorado em violação e, caso não haja sucesso, o custodiado entra em fila para fiscalização in loco, quando uma equipe se desloca até o seu endereço para certificar-se dos motivos de sua violação e o conduz para providências pertinentes (87754073 - Pág. 2).
Como se extrai dessas informações, a monitoração eletrônica tem caráter fiscalizatório, não sendo ferramenta de prevenção de crimes ou de prática de falta disciplinares pelos apenados, de modo que o Estado não pode ser responsabilizado por eventuais ocorrências verificadas durante o período em que o apenado estava com o equipamento voluntariamente desligado, como ocorreu no caso aqui analisado.
Ademais, vale conferir o entendimento sedimentado na tese de repercussão geral fixada pelo Supremo Tribunal Federal – STF, no Tema 362: “Nos termos do artigo 37 §6º da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada”.
O mesmo raciocínio deve nortear a análise dos fatos aqui analisados, porquanto não há prova da alegada negligência do requerido, tampouco nexo causal, porquanto o evento narrado na inicial ocorreu durante o período em que a tornozeleira do apenado Washington estava descarregada, o que ele próprio deixou ocorrer voluntariamente.
Portanto, na tradicional perspectiva traçada pelo art. 927 do Código Civil, o dever de indenizar se subsume a uma causa que se liga a uma consequência. Os componentes do dever de indenizar são, na estrita interpretação do art. 927 do CC/2002: ato ilícito; dano; e nexo de causalidade.
O art. 186 do CC/2022, por sua vez, aduz de maneira bastante clara a definição de ato ilícito, que se consubstancia, entre outras causas, na omissão voluntária que viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral. Vejamos a íntegra dos dispositivos citados:
Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
[...]
Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.
Apesar dos prejuízos descritos pelo Requerente, não restou por ele demonstrado que ato ilícito passível de indenização lhe foi causado pelo Estado de Rondônia, tampouco o nexo de causalidade entre o eventual ato ilícito e os danos que alega ter sofrido.
É assentado nas cortes superiores que, em regra, excluídos os casos em que jurisprudencialmente se reconhece o chamado dano moral in re ipsa, o dano moral deve ser cabalmente comprovado, esse respeito, ensina JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO que:
“(...) se o dito lesado não prova que a conduta estatal lhe causou prejuízo, nenhuma reparação terá a postular.” (Manual de direito administrativo, 25 ed., editora Atlas, São Paulo, 2012, p. 554)
E também FERNANDA MARINELA que assevera:
“(...) a vítima deve demonstrar de forma clara o dano sofrido, sob pena de caracterizar enriquecimento ilícito e pagamento sem causa por parte do Estado.” (Direito Administrativo, 8a ed., editora Impetus, Niterói-RJ, 2014, p. 1017).

Dispositivo.
Frente ao exposto e ao mais que dos autos constam, REJEITO a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pelo Estado de Rondônia e, no mérito, julgo IMPROCEDENTE o pleito da autoral.
DECLARO RESOLVIDO o mérito nos termos do CPC, art. 487, inciso I.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei n. 9.099/95.
Intime-se as partes.
Agende-se decurso de prazo e, com o trânsito em julgado, arquive-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública,
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
Número do Processo: 7027658-19.2022.8.22.0001
Requerente/Exequente: EXEQUENTE: FRANCISCO FIRMINO DA SILVA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO EXEQUENTE: CRISTIANO POLLA SOARES, OAB nº RO5113A
Requerido/Executado: NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Considerando anuência de ambas as partes com os cálculos da contadoria judicial de ID nº 91459615, assim sendo, os HOMOLOGO e determino a expedição de RPV/precatório para pagamento do valor de R$ 12.580,20 (doze mil quinhentos e oitenta reais e dezenove centavos), referente ao crédito principal e, apartando os honorários contratuais, se for o caso.
Se faltar algum dado ou documento, o CPE deverá praticar ato ordinatório de intimar para apresentação no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento e ocorrendo desídia praticar a consequência independentemente de nova deliberação judicial.
Registre-se que no ato de pagamento do valor principal fica autorizado o desconto dos seguintes tributos (arts. 35 e 36, 40 e 50, V, Res 303, CNJ), se aplicável:
1. Contribuição previdenciária;
2. Imposto de renda.
Para o pagamento dos honorários fica autorizado o desconto dos seguintes tributos, se aplicável:
1. ISSQN;
2. Imposto de renda.
Para a hipótese de créditos que formaram-se em parcelas periódicas, o cálculo dos tributos deverá ser realizado mês a mês e não sobre o valor total do crédito.
Intimem-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
7011914-81.2022.8.22.0001
AUTOR: EDNELSON RAMOS DE ARAUJO
ADVOGADO DO AUTOR: LUCIO FELIPE NASCIMENTO DA SILVA, OAB nº RO8992
REU: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SENTENÇA
Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte requerente em face da sentença que julgou improcedente os pedidos iniciais, sob o argumento de que houve omissão e contradição por parte deste juízo ao analisar os pedidos iniciais e documentos juntados ao feito.
É o sucinto relatório.
DECIDO
O art. 1.023 do Código de Processo Civil prevê que “Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo”.
No presente caso, não vislumbro a ocorrência de nenhuma das hipóteses legais mencionadas.
A decisão proferida apresentou os motivos que levaram ao pronunciamento, apreciando os argumentos apresentados pelas partes e levando em conta toda a documentação produzida nos autos.
Percebe-se que os argumentos do embargante ligam-se ao mérito da causa, que já foram apreciados na sentença embargada e poderão ser reapreciados por meio de recurso próprio.

Os embargos não se prestam a embasar a falta de resignação da parte, servindo apenas como meio legal de aprimoramento do provimento judicial que se revela omisso, contraditório ou obscuro.
Assim, em que pese os argumentos da parte embargante, não há que se falar em omissão, uma vez que ao analisar os pedidos e julgá-los, este juízo fundamentou e esclareceu as razões para tanto.
Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO aos embargos de declaração apresentados, mantendo em todos os seus termos e por seus próprios fundamentos a sentença embargada.
Agende-se decurso de prazo e, com o trânsito em julgado, arquivem-se.
Intimem-se as partes.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
7008661-22.2021.8.22.0001
Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
EXEQUENTE: IZABEL MARTINS BICALHO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALICE NEREIDE SANTANA DE ARAUJO, OAB nº RO8437
NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos,
Trata-se de decisão de impugnação aos cálculos de execução oposta pelo Estado de Rondônia (ID 87636736).
É breve o relatório. DECIDO.
Com efeito, razão assiste o impugnante quanto a aplicação imediata dos índices de juros de mora de acordo com a legislação vigente, pois este Juízo se alinha ao entendimento do STJ que considera os juros e correção monetária como sendo obrigações de trato sucessivo que se renovam mês a mês devendo, portanto, ser aplicada no mês de regência a legislação vigente (vide AgInt no REsp n. 1.967.170/RS, da relatoria do Ministro Herman Benjamim, da Segunda Turma, julgado em 27/06/2022), todavia, deixo de homologar por ora o valor apresentado.
Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a impugnação ao aos cálculos.
Pelo fato de não ter sido aplicada a EC 113/2021, INTIME-SE o exequente para manifestar se concorda com os cálculos do executado (ID 87636738).
Havendo anuência, os HOMOLOGO desde já e determino a expedição de RPV/PRECATÓRIO, independente de nova conclusão.
Em caso de discordância, remetam-se os autos novamente à contadoria judicial para que ela faça os ajustes com base no título executivo e o que foi decidido até aqui.
Concluídos os cálculos, intime-se ambas as partes para, querendo, se manifestarem no prazo de 10 (dez) dias a seu respeito.
Decorrido o prazo, não havendo manifestação ou havendo concordância de ambas as partes aos cálculos do executado ou da contadoria, expeça-se RPV/Precatório.
Caso falte documentação para expedição de RPV/Precatório, a CPE deverá praticar ato ordinatório para intimar a parte a apresentar os documentos faltantes no prazo de 05 (cinco) dias.
Intimem-se as partes.
Tudo providenciado e nada requerido, arquive-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
7030633-82.2020.8.22.0001
Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
EXEQUENTE: SHEILA FERREIRA LEAL
ADVOGADO DO EXEQUENTE: AGAILSON DA CRUZ SILVA, OAB nº RO11902
NÃO DENUNCIADO: DER-RO - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DER/RO
DECISÃO
Vistos,
Trata-se de decisão de impugnação aos cálculos da contadoria judicial oposta pelo Exequente (ID 87475743).
É breve o relatório. DECIDO.
Com efeito, razão assiste o impugnante quanto a inclusão do adicional de produtividade (Verba 858) na base de cálculo da licença prêmio a ser convertida em pecúnia, medida que aliás é usualmente levada a efeito pelo próprio executado em seus cálculos judiciais.
Nesse sentido já decidiu a Turma Recursal:

JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE. NATUREZA JURÍDICA. VENCIMENTO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE DESTE COLEGIADO. BASE DE CÁLCULO PARA O ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO – QUINQUÊNIO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO (RECURSO INOMINADO CÍVEL 7017781-31.2017.822.0001, Rel. Juiz Audarzean Santana da Silva, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: Turma Recursal, julgado em 29/09/2020.)

Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a impugnação ao aos cálculos apresentada pelo exequente.

Pelo fato de não ter sido incluída a verba na base de cálculos, INTIME-SE o executado para manifestar se concorda com os cálculos do exequente, em caso de discordância, remetam-se os autos novamente à contadoria judicial para que ela faça os ajustes com base no título executivo e o que foi decidido até aqui.

Quanto aos índices de correção monetária e juros de mora, este Juízo se alinha ao entendimento do STJ que considera os juros e correção monetária como sendo obrigações de trato sucessivo que se renovam mês a mês devendo, portanto, ser aplicada no mês de regência a legislação vigente (vide AgInt no REsp n. 1.967.170/RS, da relatoria do Ministro Herman Benjamim, da Segunda Turma, julgado em 27/06/2022), todavia, deixo de homologar por ora o valor apresentado.

Concluídos os cálculos, intime-se ambas as partes para, querendo, se manifestarem no prazo de 10 (dez) dias a seu respeito.

Decorrido o prazo, não havendo manifestação ou havendo concordância de ambas as partes aos cálculos do executado ou da contadoria, expeça-se RPV.

Caso falte documentação para expedição de RPV, a CPE deverá praticar ato ordinatório para intimar a parte a apresentar os documentos faltantes no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimem-se as partes.

Tudo providenciado e nada requerido, arquive-se.

Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023

Thiago Gomes De Aniceto

Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça

Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)

7079466-63.2022.8.22.0001

REQUERENTE: NEYMA DOS SANTOS SILVA

ADVOGADOS DO REQUERENTE: DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS, OAB nº RO2013, MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827

REQUERIDO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO

ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

SENTENÇA

Vistos, etc.

Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/1995 c/c art. 27 da Lei n. 12.153/2009.

Fundamentos

Decido.

Trata-se de julgamento de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos por Neyma dos Santos Silva contra a Sentença de ID 88671217, ao argumento de que a sentença foi omissa em relação aos documentos constantes dos autos, especificamente em relação à lista em que ela figura como servidora que recebe indevidamente supersalários. Aduz, outrossim, que a sentença é contraditória em relação às provas que respaldam os fatos narrados na inicial.

Pois bem.

Nos termos do artigo 48 da lei 9.099/95 e art. 1.022 do CPC, caberão embargos de declaração contra qualquer decisão obscura, contraditória, omissa ou para corrigir erro material.

A meu ver a embargante não demonstrou a existência de omissão ou contradição na Sentença, mas deixou evidente que sua intenção é, na verdade, rediscutir o julgamento por mero inconformismo, pois conforme descrito no Decisum o entendimento deste Juízo foi de que nas informações constantes na lista entregue pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ao “Parquet” e à imprensa constavam apenas cargo, Secretaria e remuneração, sem indicação de nomes.

Assim, considerando os fundamentos acima, entendo que não há contradição ou omissão na Sentença embargada, mas tentativa de rediscussão do julgamento o que é vedado em sede de embargos de declaração, considerando que eles não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado (AgInt no AgInt no AREsp 1483727/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/12/2019, DJe 18/12/2019).

Não é demais acrescentar que os embargos de declaração são cabíveis para sanar contradição interna, verificada no decisum embargado, e não eventual contradição em relação a outras decisões ou em relação a elementos probatórios constantes nos autos, consoante já assentado pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTOS SUFICIENTES PARA A MANUNTEÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 283/STF. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NO JULGADO.1. Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica no caso dos autos. 2. Hipótese em que, de maneira clara e fundamentada, o agravo interno manteve a decisão de incidência da Súmula n. 283/STF, por existência de fundamentos suficientes para a manutenção do acórdão recorrido, quanto ao tema relacionado aos honorários advocatícios. 3. A contradição que autoriza a oposição dos embargos declaratórios é apenas aquela contradição interna, entre a fundamentação e o dispositivo do julgado, o que não se observa a partir da leitura do acórdão. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgInt no AREsp n. 2.197.132/SP, relator Ministro Humberto Martins, Terceira Turma, julgado em 26/6/2023, DJe de 28/6/2023.) - Destaquei.

Dispositivo
FRENTE AO EXPOSTO e ao mais que dos autos constam REJEITO os embargos de declaração, mantendo a Sentença de ID 88671217 inalterada em seus integrais termos, devendo a CPE dar-lhe integral cumprimento.
Intimem-se as partes.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7033999-32.2020.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: GEIZIANE ARAUJO FRANCA
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO REQUERENTE: WELINTON RODRIGUES DE SOUZA, OAB nº RO7512, MARCELO MALDONADO RODRIGUES, OAB nº RO2080, MAURILIO PEREIRA JUNIOR MALDONADO, OAB nº RO4332, DIMAS VITOR MORET DO VALE, OAB nº RO11488
Requerido/Executado: REQUERIDO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
DECISÃO
Compulsando os autos com a devida acuidade, verifico que a parte exequente, devidamente representada, no momento oportuno requereu seu cumprimento de sentença, apresentando planilha de cálculos do valor que entende lhe ser devido.
Devidamente intimado para se manifestar acerca dos cálculos apresentados pela parte autora, o requerido impugnou o valor apresentado pelo exequente alegando excesso de execução, oportunidade em que pleiteou pela homologação na importância de R$ 3.592,80 (três mil, quinhentos e noventa e dois reais e oitenta centavos), com a qual concordou o exequente (ID 92701158 - Pág. 1).
Ao teor do exposto, HOMOLOGO os cálculos apresentados pela parte executada, via de consequência, determino a expedição de Requisição de Pequeno Valor ou Precatório, observadas as normas da Corregedoria-Geral de Justiça, obedecidos os limites legais para o respectivo ente público (Estado, Município e suas respectivas autarquias, fundações ou empresas públicas)
Após o trânsito em julgado desta decisão e entregue a Requisição de Pequeno Valor, iniciar-se-á o cômputo legal de 60 (sessenta) dias para o pagamento voluntário, nos termos do art. 13, inc. I, da Lei nº 12.153/09.
Lado outro, nos casos em que o pagamento deva ser realizado através de Precatório (art. 13, inc. II, da Lei nº 12.153/09), expeça-se ofício ao Departamento de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.
Se faltar algum dado ou documento, o CPE deverá praticar ato ordinatório de intimar para apresentação no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento e ocorrendo desídia praticar a consequência independentemente de nova deliberação judicial.
Registre-se que no ato de pagamento do valor principal fica autorizado o desconto dos seguintes tributos (arts. 35 e 36, 40 e 50, V, Res 303, CNJ), se aplicável:
1. Contribuição previdenciária;
2. Imposto de renda.
Para o pagamento dos honorários fica autorizado o desconto dos seguintes tributos, se aplicável:
1. ISSQN;
2. Imposto de renda.
Para a hipótese de créditos que formaram-se em parcelas periódicas, o cálculo dos tributos deverá ser realizado mês a mês e não sobre o valor total do crédito.
Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado eletronicamente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7043993-79.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: CLAUDIONOR DE ALMEIDA LIMA
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO REQUERENTE: WELINTON RODRIGUES DE SOUZA, OAB nº RO7512, MAURILIO PEREIRA JUNIOR MALDONADO, OAB nº RO4332, MARCELO MALDONADO RODRIGUES, OAB nº RO2080, DIMAS VITOR MORET DO VALE, OAB nº RO11488
Requerido/Executado: REQUERIDO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Despacho
Vistos.
Trata-se de ação na qual a parte requerente postula o pagamento do adicional de periculosidade desde 03/02/2022.
Da análise da planilha de cálculos, verifica-se que não há coerência em relação às fichas financeiras apresentadas e o valor atribuído à ação.

Um exemplo disso é que a parte autora realizou o cálculo do mês de maio de 2022, utilizando o salário base no valor de R$ 1.441,52, quando, na verdade, o correto seria utilizar o valor de R$ 1.698,44, conforme ficha financeira de ID 93310953, p. 2.
Logo, a parte requerente deverá aditar a inicial, no prazo de 10 dias, para:
1) liquidar o valor que entende ter direito a receber, apresentando planilha de cálculos, somando todas as parcelas vencidas até a data da propositura da ação, de acordo com as fichas financeiras apresentadas;
2) no cálculo esclarecer o método utilizado, de modo a informar de que prova os dados numéricos foram retirados e em que fundamento legal consta a fórmula aplicada;
3) corrigir o pedido para torná-lo líquido para ajustar ao valor apurado;
4) corrigir o valor da causa para ajustar ao valor apurado, nos termos do art. 2º, §2º da Lei 12.153/09, somando as parcelas vencidas mais 12 parcelas vincendas;
5) Indicar expressamente, nos pedidos, à base de cálculo do Adicional de Periculosidade que pretende.
O descumprimento de qualquer dos itens anteriores ensejará a extinção do feito.
Intime-se.
Agendar decurso de prazo.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7086210-74.2022.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: WILSON MACHADO
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO REQUERENTE: JOILSON SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RO3505A, PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Sentença
Vistos, etc.
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27 da Lei nº 12.153/09.
Fundamentos
Decido.
Trata-se de causa em que a parte requerente pretende a condenação da parte requerida no pagamento de verba denominada de INCORPORAÇÃO T. A. BRESSER que deixou de lhe ser paga desde a sua transposição para os quadros da União Federal em julho/2018 e que deveriam ter sido pagas até novembro/2019 em razão de um acordo judicial celebrado entre o sindicato da categoria e o Estado perante a 2ª Vara do Trabalho de Porto Velho sob o nº 00554-1990-02-14-00-9.
Pois bem.
Em que pese a parte requerente ter ingressado com a presente ação de conhecimento, busca, na verdade, o fiel cumprimento da obrigação estipulada nos autos da ação de nº 00554-1990-02-14-00-9.
Logo, entendo que este Juizado Fazendário não seria competente para conciliar, processar, julgar e executar a presente causa.
Além do mais, o STJ já decidiu que “não é possível propor nos Juizados Especiais da Fazenda Pública a execução de título executivo formado em Ação Coletiva que tramitou sob o rito ordinário, assim como impor o rito sumaríssimo da Lei 12.153/2009 ao juízo comum da execução” (Tese Jurídica formada em julgamento de Recurso Repetitivo - Tema Repetitivo nº 1029).
Finalmente, a Lei nº 9.099/1995, de aplicação subsidiária ao Juizado Fazendário em razão do artigo 27 da Lei nº 12.153/2009, dispõe expressamente que compete ao Juizado Especial promover a execução dos seus julgados (vide artigo 3º, § 1º, I).
Por tudo isso, entendo pela impossibilidade da presente causa tramitar neste Juizado, hipótese em que é imperioso reconhecer a necessidade de extinção deste feito.
Dispositivo
Posto isto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito com base na Lei nº 9.099/1995, artigo 51, II, c/c a Lei nº 12.153/2009, artigo 27 c/c Enunciado n. 02 do FOJUR/TJRO.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/09.
Agende-se decurso de prazo e, com o trânsito em julgado,
arquivem-se.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
7086631-64.2022.8.22.0001

REQUERENTE: DANIELA HIFRAN
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDOS: MUNICIPIO DE PORTO VELHO, Estado de Rondônia
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/1995 c/c art. 27 da lei n. 12.153/09.
Fundamentos. Decido.
Trata-se de ação com pedido de conversão de licença prêmio em pecúnia, com base no §2° do art. 5° da Lei Complementar Municipal n° 385/2010, proposta por Daniela Hifran em face do Município de Porto Velho.
Argumenta a parte autora que é genitora de A. H. P., pessoa sob sua dependência e portadora de deficiência intelectual diagnosticada como Retardo Mental Leve – CID 70.0, conforme Laudo de ID 85142588 – Pág. 26, que inclusive declara a incapacidade da paciente para o labor, bem como limitações de interagir com o meio social e comportamento infantilizado.
Em sua contestação o Município de Porto Velho não contesta o direito ao período de 01 (um) período licença prêmio, porém alega que o pedido foi indeferido em sede administrativa por não preenchimento dos requisitos legais por parte da autora para o recebimento da conversão, e sustenta as mesmas razões em sua defesa judicial.
Pois bem.
Inicialmente importa destacar o que dispõe a Lei Complementar Municipal n° 385/2010 a respeito da concessão de licença prêmio convertida em pecúnia.
Art. 100. Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor fará jus a 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração que percebia à data do seu afastamento.
[…]
Art. 105. A licença prêmio e férias não gozadas serão transformadas em pecúnia, em valor correspondente a última remuneração recebida nos seguintes casos:
[…]
§ 2º Nos casos em que o servidor, ou qualquer de seus dependentes legais, for acometido de neoplasia maligna, do vírus HIV, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, hepatopatia grave, nefropatia grave, doença de Parkinson, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma.
Após análise do laudo médico (ID 85142588 – Pág. 26/27), laudo fonoaudiológico (ID 85142588 – Pág. 38/39), bem como do relatório psicossocial (ID 85142588 – Pág. 40/42) acostados aos autos, entendo que o pleito autoral merece prosperar. Explico.
A alienação mental, assim entendida, não é uma doença em específico, determinada no Cadastro Internacional de Doenças – CID, mas sim uma condição clínica, decorrente de um distúrbio, ou anormalidade, permanente ou temporário, das funções cerebrais do indivíduo, que se apresenta de várias formas, tornando-o incompatível com o seu meio social.
Os laudos acostados indicam que a dependente da parte autora é acometida de Retardo Mental Leve – CID 70.0, havendo relato por médico especializado de que essa condição afeta diretamente seu convívio social, pois lhe impede de trabalhar e conviver em igualdade com outras pessoas adultas de acordo com sua idade física, podendo, assim, ser considerado uma forma de alienação mental.
O documento de ID 85142588 – Pág. 31 comprova que a autora faz jus ao 2° lustro de licença prêmio, compreendido no quinquênio de 2017 a 2022, outrossim, o parecer social da requerente foi no sentido de que o pagamento da licença prêmio em pecúnia seria pertinente considerando as condições em que encontra-se a autora e sua dependente.
Logo, também levando em conta o princípio da vedação ao enriquecimento sem causa, conclui-se que a parte autora faz jus à conversão de 01 (um) período de licença prêmio não gozados em pecúnia.
O valor, no entanto, deverá ser apurado em sede de cumprimento de sentença, quando então será liquidado em observância aos índices de atualização monetária e juros de mora aplicáveis à Fazenda Pública, razão pela qual deve ser julgado parcialmente procedente o pedido inicial, condicionando o pagamento à disponibilidade financeira..
DISPOSITIVO
Posto isso, nos termos do art. 487, I, CPC, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela parte requerente em face do MUNICÍPIO DE PORTO VELHO para condenar o requerido a pagar à requerente a conversão de 01 (um) período de licença prêmio em pecúnia.
O crédito deve ser corrigido monetariamente, e acrescido dos juros legais, de acordo com os índices aplicáveis à fazenda pública.
Juros estes a partir da citação e correção monetária mês a mês desde o vencimento de cada prestação.
No tocante ao pedido de gratuidade da justiça, considerando que essa já é própria do microssistema dos Juizados Especiais em primeiro grau não há que se deliberar a seu respeito.
Sem custas e honorários advocatícios, em face do comando inserto no art. 27 da Lei n. 12.153/2009 c/c art. 55 da Lei n. 9.099/95.
Transitada em julgado, não havendo requerimento de execução da sentença, no prazo de 05 (cinco) dias, com planilha de cálculos nos termos desta sentença, corrigindo-se inclusive o valor da causa, caso seja necessário, arquivem-se os autos (artigo 52, IV, da Lei 9.09919951 c/c 27 da Lei 12.153/2009).
Intimem-se as partes.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
7087698-64.2022.8.22.0001
REQUERENTE: ANA PAULA LIMA AGUIAR
ADVOGADO DO REQUERENTE: PAULO SERGIO LIMA AGUIAR, OAB nº RO9305
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Decido.
A requerente Ana Paula Lima Aguiar alega, em suma, que seu nome foi inscrito no SERASAJUD em razão de uma ação de execução fiscal contra ela ajuizada pelo Município de Porto Velho (autos nº 7025632-24.2017.8.22.0001), em razão de uma dívida de IPTU no valor de R$ 3.772,78 (três mil, setecentos e setenta e dois reais e setenta e oito centavos), do exercício de 2017.
Assevera que efetuou o pagamento total da dívida, inclusive, foi gerada uma certidão pela 2ª Vara de Execuções Fiscais, Registros Públicos e Corregedoria Permanente das Serventias Extrajudiciais desta Comarca, em 13/07/2020, ocasião em que pleiteou ao Juízo a exclusão do seu nome dos cadastros de inadimplentes, mas em 13/12/2022, mesmo após o pagamento da dívida, tomou conhecimento de que seu nome permanece no cadastro de inadimplentes, acarretando limitação de crédito. Assim, pugna pela retirada do seu nome dos órgãos de proteção ao crédito e reparação de danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).
De saída, não merece prosperar as preliminares de mérito suscitada pelo Estado de Rondônia em sua peça defensiva em relação à ilegitimidade passiva, pois no caso a requerente alega falha no serviço por parte da 2ª Vara de Execuções Fiscais, Registros Públicos e Corregedoria Permanente das Serventias Extrajudiciais desta Comarca, pois não teria providenciado a retirada de seu nome dos cadastros de inadimplentes, mesmo após o pagamento da dívida. Assim, em caso de procedência do pleito, caberia ao requerido a responsabilização pela suposta falha.
Do mérito
O feito comporta o julgamento antecipado do mérito, a teor do art. 355, I, do Código de Processo Civil – CPC.
No que pertine ao pedido de reparação de danos morais e materiais, é sabido que, nos termos do Código de Processo Civil, o ônus da prova incumbe ao Autor quanto ao fato constitutivo de seu direito, senão vejamos:
Art. 373. O ônus da prova incumbe:
I – ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;
A esse respeito, já decidiu a Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:
RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL. FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO. NÃO COMPROVAÇÃO. Não comprovado os fatos constitutivos do direito do autor, a improcedência dos pedidos sustentados na inicial é medida que se impõe. (Recurso Inominado Cível, Processo no 7041758-18.2018.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Data de julgamento: 12/11/2021).
Infere-se dos autos que a inicial foi instruída com alguns documentos que a parte requerente alega serem comprovantes de pagamentos (ID 85343865), assim como há documentos demonstrando que o diretor de secretaria procedeu à juntada desses comprovantes nos autos de execução fiscal nº 7025632-24.2017.8.22.0001 (ID 43416993).
Porém, em consulta aos autos nº 7025632-24.2017.8.22.0001, constata-se que o valor da execução perfazia um montante total de R$ 3.772,78 (três mil, setecentos e setenta e dois reais e setenta e oito centavos), referente a CDA's nº 18205/2017, 18209/2017, 18206/2017,18210/2017 18207/2017, 18211/2017, 18208/2017, 18212/2017 (IPTU e TRSD).
Assim, o que consta naqueles e nestes autos de forma legível é apenas um comprovante de depósito em conta da Associação dos Procuradores do Município de Porto Velho no valor de R$ 499,00, aparentemente referente ao pagamento dos honorários advocatícios. Outrossim, a requerente sequer trouxe algum termo de acordo de parcelamento do débito ou efetivo comprovante de quitação.
É sabido que na tradicional perspectiva traçada pelo art. 927 do Código Civil, o dever de indenizar se subsume a uma causa que se liga a uma consequência. Os componentes do dever de indenizar são, na estrita interpretação do art. 927 do CC/2002: ato ilícito; dano; e nexo de causalidade.
O art. 186 do CC/2022, por sua vez, aduz de maneira bastante clara a definição de ato ilícito, que se consubstancia, entre outras causas, na omissão voluntária que viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral. Vejamos a íntegra dos dispositivos citados:
Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
[...]
Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.
Apesar dos dissabores descritos pela Requerente, não restou por ela demonstrado que ato ilícito passível de indenização lhe foi causado pelo Estado de Rondônia, tampouco o nexo de causalidade entre o eventual ato ilícito e os danos que alega ter sofrido.
É assentado nas cortes superiores que, em regra, excluídos os casos em que jurisprudencialmente se reconhece o chamado dano moral in re ipsa, o dano moral deve ser cabalmente comprovado, esse respeito, ensina JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO que:
"(...) se o dito lesado não prova que a conduta estatal lhe causou prejuízo, nenhuma reparação terá a postular." (Manual de direito administrativo, 25 ed., editora Atlas, São Paulo, 2012, p. 554)
E também FERNANDA MARINELA que assevera:
"(...) a vítima deve demonstrar de forma clara o dano sofrido, sob pena de caracterizar enriquecimento ilícito e pagamento sem causa por parte do Estado." (Direito Administrativo, 8a ed., editora Impetus, Niterói-RJ, 2014, p. 1017).
Dispositivo.
Frente ao exposto e ao mais que dos autos constam, REJEITO a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pelo Estado de Rondônia e, no mérito, julgo IMPROCEDENTE o pleito da autoral.

DECLARO RESOLVIDO o mérito nos termos do CPC, art. 487, inciso I.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei n. 9.099/95.
Intime-se as partes.
Agende-se decurso de prazo e, com o trânsito em julgado, arquive-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Perdas e Danos
Número do processo: 7037420-25.2023.8.22.0001
REQUERENTE: JOSE ROMERO NUNES MARINHO
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALLAN ALMEIDA COSTA, OAB nº RO10011
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 6.417,72
DESPACHO
Vistos, etc.
A parte requerente poderá apresentar impugnação à contestação / réplica no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.
Agende-se decurso de prazo.
Após, voltem-me conclusos.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
7029510-54.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: CLEUZENIR RIBEIRO DE ARAUJO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADOS DO NÃO DENUNCIADO: KARYTHA MENEZES E MAGALHAES THURLER, OAB nº RO2211, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
DECISÃO
Trata-se de fase de cumprimento de sentença.
Em análise aos autos, observo que a parte exequente se manifestou em ID 84300355 alegando que não houve o pagamento da RPV anteriormente expedida no valor de R$ 9.465,27 (nove mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e vinte e sete centavos), oportunidade em que postulou pela expedição de mandado de sequestro.
Ato contínuo, foi emitido o respectivo mandado. Todavia, observo que houve erro material na confecção do documento, haja vista que este foi expedido no valor de R$ 19.465,27 (dezenove mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e vinte e sete centavos).
Posteriormente, a parte autora, representada pela Defensoria Pública, apontou o erro material acima mencionado e informou que houve o adimplemento da obrigação no valor inicialmente pleiteado.
Ante o exposto, determino, com urgência, o imediato recolhimento do mandado de sequestro outrora expedido.
Caso tenha havido efetivo cumprimento, os valores sequestrados deverão ser transferidos para conta a ser indicada pela parte executada.
Cumpridas todas as determinações, intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, requererem o que entendem por direito, sob pena de arquivamento.
Diante do perigo de irreversibilidade da medida, deverá o(a) servidor(a) da CPE dar ciência imediata ao Oficial de Justiça responsável pelo cumprimento do mandado.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7043893-27.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: SALOMOM FERNANDES NUNES, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO
Trata-se de ação de conhecimento proposta por SALOMOM FERNANDES NUNES, em face do ESTADO DE RONDÔNIA, partes qualificadas nos autos.
Aduz, em síntese, que foi diagnosticado com Polimiosite (CID M33.2), razão pela qual lhe foi prescrito o uso do medicamento Rituximabe (Riximy) 500 mg.
Declara não possuir condições financeiras de custear a compra do medicamento, que não obteve êxito na disponibilização administrativa deste e destacou que o fármaco do qual necessita com urgência é de alto custo.
Por fim, pugna pela concessão de tutela de urgência, inaudita altera pars, com o fito de compelir o Estado de Rondônia a custear o referido medicamento.
É o relatório. Passo a fundamentar e decidir.
Inicialmente, verifico que a presente demanda fora proposta contra o ente público estadual e diz respeito ao fornecimento de medicamento com registro na Anvisa, incluído na lista do RENAME e não disponibilizado pelo SUS.
Todavia, acerca da questão, cumpre ressaltar que trata-se sobre a competência jurisdicional para processar e julgar o presente feito.
Ressalta-se que há debate nas instâncias superiores sobre a (in)competência do Juízo Estadual para processamento e julgamento das demandas que versem sobre a matéria.
De outro norte, no âmbito do STF, discute-se acerca da obrigatoriedade de a União constar do polo passivo de lide que verse sobre a obtenção de medicamento ou tratamento não incorporado nas políticas públicas do SUS, embora registrado pela Anvisa (Tema 1234, Leading Case: RE 1366243).
Não há decisão definitiva sobre a questão posta sob apreciação, contudo, aos 18/04/2023, o Ministro Relator Gilmar Mendes proferiu Decisão Monocrática, deferindo parcialmente medida liminar no sentido de estabelecer que, até o julgamento definitivo do Tema 1234 da Repercussão Geral, sejam observados, na parte que importa, os seguintes parâmetros:
a) nas demandas judiciais envolvendo medicamentos ou tratamentos padronizados: a composição do polo passivo deve observar a repartição de responsabilidades estruturada no Sistema Único de Saúde, ainda que isso implique deslocamento de competência, cabendo ao magistrado verificar a correta formação da relação processual;
b) nas demandas judiciais relativas a medicamentos não incorporados: devem ser processadas e julgadas pelo Juízo, estadual ou federal, ao qual foram direcionadas pelo cidadão, sendo vedada, até o julgamento definitivo do Tema 1234 da Repercussão Geral, a declinação da competência ou determinação de inclusão da União no polo passivo; e
c) diante da necessidade de evitar cenário de insegurança jurídica, esses parâmetros devem ser observados pelos processos sem sentença prolatada; diferentemente, os processos com sentença prolatada até a data desta decisão (17 de abril de 2023) devem permanecer no ramo da Justiça do magistrado sentenciante até o trânsito em julgado e respectiva execução (adotei essa regra de julgamento em: RE 960429 ED-segundos Tema 992, de minha relatoria, DJe de 5.2.2021).
Em outras palavras, diante da responsabilidade solidária dos entes federados na prestação de serviços à saúde à população e, tratando-se de fármaco não incorporado nas políticas públicas do SUS e registrado na Anvisa, não se mostra obrigatória a presença da União no polo passivo da lide, culminando com a desnecessidade, por ora, de deslocamento da competência para a Justiça Federal (CF/88, art. 109, I).
Dadas às decisões proferidas no âmbito das Cortes Extraordinárias, deixo, no presente momento, de declinar da competência em favor da Justiça Federal. Os autos deverão ter seu trâmite regular perante este Juízo até ulterior deliberação do Supremo Tribunal Federal.
Quanto ao pedido de concessão de tutela de urgência, passo à análise da pretensão.
A tutela provisória de urgência é instituto que permite ao
PODER JUDICIÁRIO efetivar, de modo célere e eficaz, a proteção dos direitos pleiteados na inicial.
Para seu deferimento, a teor do que estabelece o artigo 300 do Código de Processo Civil, devem ser observados os seguintes requisitos: probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, bem como a reversibilidade dos efeitos da decisão, pressupostos que, se preenchidos cumulativamente, levam ao deferimento do pedido.
Sem maiores delongas, compulsando detidamente os presentes autos, verifica-se ser o caso de acolhimento da pretensão liminar, senão vejamos:
In casu, a probabilidade do direito encontra esteio na verossimilhança das alegações iniciais que, em conjunto com os documentos acostados aos autos, em especial o laudo emitido pela profissional médica que assiste a parte autora, comprovam a necessidade do uso do medicamento Rituximabe (Riximy) 500 mg.
Nesse sentido, vejo que as prescrições, formulários e relatórios médicos juntados na inicial comprovam que a requerente tem diagnóstico de Polimiosite (CID M33.2), razão pela qual foi lhe prescrito o uso do medicamento acima mencionado.
Observados, portanto, os elementos sumários de prova, reputo por preenchido o requisito da probabilidade do direito.
O perigo de dano também resta evidenciado pelo próprio relatório médico emitido em 29/06/2023 que atesta a internação do autor no Hospital de Base desde março de 2023 com piora gradativa de seu quadro de saúde, evolução com insuficiência respiratória por falência da musculatura, necessidade de ventilação mecânica e risco de morte (ID 93289397).
Ademais, o relatório que acompanha a inicial aponta que a parte requerente realizou os tratamentos disponibilizados pelo SUS, sem êxito.
Deste modo, em uma cognição sumária, não há alternativa senão o uso do medicamento pleiteado na inicial.
Ademais, há elementos nos autos que indicam notória hipossuficiência da paciente, de modo que o medicamento deve ser arcado com verbas do ente público, em virtude de se tratar de questão atinente à Saúde Pública. Decorre daí a existência de elementos comprobatórios acerca da necessidade do fornecimento do medicamento.
Não se ignora o alto custo do medicamento, no entanto, restou demonstrada a imprescindibilidade do medicamento pleiteado, bem como a ineficácia dos fármacos fornecidos pelo SUS para o tratamento da moléstia que acomete a parte autora.
Assim, a princípio, a princípio, restou demonstrado o preenchimento de todos os pressupostos listados pelo Superior Tribunal de Justiça para a concessão de remédio fora da lista do SUS (Tema 106 de Recurso Repetitivo).
De tal sorte, se o provimento jurisdicional favorável somente vier ao final da demanda, o seu resultado prático poderá ser ineficaz, pois, nesta ocasião, o decurso do tempo, sem o tratamento de que necessita, já terá feito com que a substituída experimente prejuízos irreparáveis à sua saúde e qualidade de vida.
Destarte, em cognição não exauriente dos fatos, entendendo que preenchidos os seus requisitos, sendo o deferimento liminar da tutela provisória de urgência medida que se impõe.

Ante o exposto, DEFIRO liminarmente, o pedido de TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA postulado na exordial, ao passo em que DETERMINO ao ESTADO DE RONDÔNIA que forneça, no prazo de 05 (cinco) dias, o medicamento Rituximabe (Riximy) 500 mg, na posologia de 04 (quatro) caixas, conforme prescrito na receita médica (ID 93289397), sob pena de multa, sem prejuízo de bloqueio de contas públicas para garantir o tratamento farmacêutico indispensável.
INTIME-SE pessoalmente pelo PLANTÃO, o Senhor SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE RONDÔNIA, para cumprimento da decisão de antecipação de tutela, no prazo especificado, sob pena de incorrer no crime de desobediência, sem prejuízo da responsabilidade civil e administrativa.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida. Agende-se decurso de prazo de defesa.
Cite-se e intime-se o Estado de Rondônia pelo sistema PJe, servindo-se da presente como expediente.
Agende-se decurso de prazo e após volte-me conclusos para sentença.
Cópia da presente servirá como mandado.
Apenas o secretário de saúde deverá ser intimado por mandado.
SESAU: Rua Pio XII, 2986 - Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Machado - Porto Velho, RO - CEP 76801470
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Isenção, Servidores Inativos, Compulsória
Processo 7071597-83.2021.8.22.0001
EXEQUENTE: MARIA ELIAN DE FATIMA FIGUEIREDO LOPES
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: UELTON HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO8862, UILIAN HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO6805
NÃO DENUNCIADO: IPERON - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO ESTADO DE RONDONIA, Estado de Rondônia
ADVOGADOS DOS NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA DO IPERON, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Expeça-se RPV com valores já homologados na Decisão de ID nº 83071712.
Expeça-se alvará de levantamento do depósito da perícia acostada aos autos (ID nº 87562075) em favor do perito, consignando que a conta deverá ser encerrada após o levantamento.
Publique-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
7005962-29.2019.8.22.0001
REQUERENTES: MARIA FRANCISCO BRITO, MARIA ELIZABETH DE CASTRO DA SILVA, LIBERDADE NOGUEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO DOS REQUERENTES: FRANCO OMAR HERRERA ALVIZ, OAB nº RO1228
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/1995 c/c art. 27 da Lei n. 12.153/2009.
Fundamentos
Decido.
Trata-se de julgamento de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ID 86115641) opostos contra a Sentença de ID 85408632 de sob a alegação de omissão em relação à tese de garantia constitucional da irredutibilidade do salário, arrazoada no item II da Petição Inicial (ID 2470807).
Pois bem.
A meu ver não assiste razão à parte recorrente, isso porque a Sentença embargada encontra-se fartamente fundamentada, de acordo com a lide proposta, que se fundamenta precipuamente na cobrança de restituição de valores recebidos indevidamente.
Conforme descrito no Decisum o inconformismo das autoras se voltava a suposta ilegalidade cometida pelo requerido no tocante ao cerceamento de defesa no processo administrativo (ID 24770807 – Pág. 4). Sequer questionaram se os valores recebidos eram devidos ou não, de modo que sua restituição jamais violaria o princípio da irredutibilidade salarial, já que não teriam essa natureza.
Ora, o juiz não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, consoante assentou o STF:

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA APRECIADA PELO TRIBUNAL. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL PELA CORTE DE ORIGEM. DESCABIMENTO DE RECLAMAÇÃO OU DE AGRAVO NOS PRÓPRIOS AUTOS. CARÁTER INFRINGENTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. 1. A omissão, contradição ou obscuridade, quando inocorrentes, tornam inviável a revisão da decisão em sede de embargos de declaração, em face dos estreitos limites do art. 535 do CPC. 2. O magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. 3. A revisão do julgado, com manifesto caráter infringente, revela-se inadmissível, em sede de embargos (Precedentes: AI n. 799.509-AgR-ED, Relator o Ministro Marco Aurélio, 1ª Turma, DJe de 8/9/2011; RE n. 591.260-AgR-ED, Relator o Ministro Celso de Mello, 2ª Turma, DJe de 9/9/2011). 4. In casu, o acórdão embargado restou assim ementado: "RECLAMAÇÃO. JUÍZO A QUO. APLICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. OFENSA À AUTORIDADE DE DECISÃO DESTA CORTE. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES. A RECLAMAÇÃO NÃO É O INSTRUMENTO PROCESSUAL ADEQUADO PARA APRECIAR A CORREÇÃO DA APLICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. PRECEDENTE: RCL 7569. RECLAMAÇÃO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO." 5. Embargos de declaração desprovidos. (Rcl 22759 AgR-ED, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 28/06/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-166 DIVULG 08-08-2016 PUBLIC 09-08-2016) (destaquei)

Nesse sentido, entendo que a sentença apresentou fundamentação robusta, clara e não se omitiu em relação argumentos trazidos na inicial e o que se percebe é que a parte tenta rediscutir a matéria em sede de embargos de declaração, o que é vedado pelo nosso ordenamento jurídico.

Repiso, a sentença não precisa apreciar todas as alegações e fundamentos arguidos pelas partes, e a ausência de apreciação de alegação da parte embargante não enseja omissão do julgado, não possibilitando à parte o manejo de embargos de declaração.

Segue, assim, o entendimento jurisprudencial:

E M E N T A – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ALEGAÇÃO DE NÃO-APRECIAÇÃO DAS ALEGAÇÕES COLOCADAS EM CONTRA-RAZÕES – AUSÊNCIA DE OMISSÃO NOS TERMOS DO ART. 535, II, DO CPC – REJEIÇÃO. O embargante não demonstra a ocorrência de omissão nos termos do artigo 535, II, do CPC, ou seja, não demonstra ter deixado o acórdão de abordar algum ponto relevante para o deslinde da controvérsia sobre o qual devia pronunciar-se. O julgador, para expressar sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Está adstrito ao fato trazido a julgamento e não às teses jurídicas apresentadas. (TJ/MS. Embargos de Declaração em Apelação Cível nº 2005.010209-3/0001-00 – Campo Grande. Relator Des. Luiz Carlos Santini. Julgamento 08.11.2005) Grifo nosso.

Diante disso, os embargos não merecem provimento.

DISPOSITIVO

FRENTE AO EXPOSTO e ao mais que dos autos constam conheço os embargos de declaração apresentados e, no mérito, NEGO PROVIMENTO ao recurso.

Intimem-se as partes.

Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023

Thiago Gomes De Aniceto

Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça

Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública

Número do Processo: 7033595-15.2019.8.22.0001

Requerente/Exequente: EXEQUENTE: FRANCISCO JOSE BEZERRA

Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JUCYMAR GOMES CARDOSO, OAB nº RO3295A, DIOMAR APARECIDA DA SILVA GODINHO, OAB nº RO1962A, ADRIANA DESMARET SPINET, OAB nº RO4293A

Requerido/Executado: NÃO DENUNCIADO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO, Estado de Rondônia

Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADOS DOS NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO

Verifico que a parte executada apresentou impugnação ao cumprimento de sentença, alegando, em suma, excesso de execução.

Em observância aos princípios da não surpresa, da ampla defesa e do contraditório, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca das alegações e documentos apresentados pela parte executada.

Havendo anuência quanto aos cálculos apresentados pela executada, os homologo desde já e determino a expedição imediata de RPV/PRECATÓRIO, independente de nova conclusão.

Decorrido o prazo, voltem-me conclusos para julgamento.

Intimem-se. Cumpra-se todas as providências.

Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023

Thiago Gomes De Aniceto

Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça

Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública

Número do Processo: 7019414-04.2022.8.22.0001

Requerente/Exequente: EXEQUENTE: SIDNY FRAZAO DE ALMEIDA

Advogado do Requerente: ADVOGADO DO EXEQUENTE: CHARLES FRAZAO DE ALMEIDA, OAB nº RO8104

Requerido/Executado: NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia

Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO
Vistos,
Trata-se de decisão de impugnação aos cálculos de liquidação oposta pelo Estado de Rondônia (ID 87862235).
É breve o relatório. DECIDO.
Com efeito, razão assiste o impugnante quanto a aplicação imediata dos índices de juros de mora de acordo com a legislação vigente, pois este Juízo se alinha ao entendimento do STJ que considera os juros e correção monetária como sendo obrigações de trato sucessivo que se renovam mês a mês devendo, portanto, ser aplicada no mês de regência a legislação vigente (vide AgInt no REsp n. 1.967.170/RS, da relatoria do Ministro Herman Benjamim, da Segunda Turma, julgado em 27/06/2022), todavia, deixo de homologar por ora o valor apresentado.
Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a impugnação aos cálculos.
Pelo fato de não ter sido aplicada a EC 113/2021, INTIME-SE o exequente para manifestar se concorda com os cálculos do executado (ID 87865123). Havendo anuência, os HOMOLOGO desde já e determino a expedição de RPV/Precatório, independente de nova conclusão.
Por outro lado, em caso de discordância, remetam-se os autos à Contadoria Judicial para que ela faça os ajustes com base no título executivo e o que foi decidido até aqui.
Ademais, conforme Lei 68/92 tem-se que a remuneração é a soma do vencimento e vantagens (art. 65, caput), excluídas as parcelas indenizatórias (art. 69, §1º), devendo, de acordo com a jurisprudência do STJ e do TJRO, serem incluídos na base de cálculo da licença prêmio o auxílio-alimentação e auxílio-saúde desde que recebidos em pecúnia pelo servidor.
Concluídos os cálculos, intime-se ambas as partes para, querendo, se manifestarem no prazo de 10 (dez) dias a seu respeito.
Decorrido o prazo, não havendo manifestação ou havendo concordância de ambas as partes aos cálculos do executado ou da contadoria, expeça-se RPV/Precatório.
Caso falte documentação para expedição de RPV/Precatório, a CPE deverá praticar ato ordinatório para intimar a parte a apresentar os documentos faltantes no prazo de 05 (cinco) dias.
Intimem-se as partes.
Tudo providenciado e nada requerido, arquive-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
7072724-22.2022.8.22.0001
REQUERENTE: ANA MARIA BELARMINO DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827
REQUERIDO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SENTENÇA
Vistos, etc.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/1995 c/c art. 27 da Lei n. 12.153/2009.
Fundamentos
Decido.
Trata-se de julgamento de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos por Ana Maria Belarmino da Silva contra a Sentença de ID 88343605, ao argumento de que a sentença foi omissa em relação aos documentos constantes dos autos, especificamente em relação à lista em que ela figura como servidora que recebe indevidamente supersalários. Aduz, outrossim, que a sentença é contraditória em relação às provas que respaldam os fatos narrados na inicial.
Pois bem.
Nos termos do artigo 48 da lei 9.099/95 e art. 1.022 do CPC, caberão embargos de declaração contra qualquer decisão obscura, contraditória, omissa ou para corrigir erro material.
A meu ver a embargante não demonstrou a existência de omissão ou contradição na Sentença, mas deixou evidente que sua intenção é, na verdade, rediscutir o julgamento por mero inconformismo, pois conforme descrito no Decisum o entendimento deste Juízo foi de que nas informações constantes na lista entregue pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ao “Parquet” e à imprensa constavam apenas cargo, Secretaria e remuneração, sem indicação de nomes.
Assim, considerando os fundamentos acima, entendo que não há contradição ou omissão na Sentença embargada, mas tentativa de rediscussão do julgamento o que é vedado em sede de embargos de declaração, considerando que eles não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado (AgInt no AgInt no AREsp 1483727/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/12/2019, DJe 18/12/2019).
Não é demais acrescentar que os embargos de declaração são cabíveis para sanar contradição interna, verificada no decisum embargado, e não eventual contradição em relação a outras decisões ou em relação a elementos probatórios constantes nos autos, consoante já assentado pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTOS SUFICIENTES PARA A MANUNTEÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 283/STF. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NO JULGADO.1. Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica no caso dos autos. 2. Hipótese em que, de maneira clara e fundamentada, o agravo interno manteve a decisão de incidência da Súmula n. 283/STF, por existência de fundamentos suficientes para a manutenção do acórdão recorrido, quanto ao tema relacionado aos honorários advocatícios. 3. A contradição que autoriza a oposição dos embargos declaratórios é apenas aquela contradição interna, entre a fundamentação e o dispositivo do julgado, o que não se observa a partir da leitura do acórdão. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgInt no AREsp n. 2.197.132/SP, relator Ministro Humberto Martins, Terceira Turma, julgado em 26/6/2023, DJe de 28/6/2023.) - Destaquei.

Dispositivo
FRENTE AO EXPOSTO e ao mais que dos autos constam REJEITO os embargos de declaração, mantendo a Sentença de ID 88343605 inalterada em seus integrais termos, devendo a CPE dar-lhe integral cumprimento.
Intimem-se as partes.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Acidente de Trânsito
Processo 7043834-39.2023.8.22.0001
REQUERENTE: URURAY DE LIMA LOUZADA PIRES
ADVOGADO DO REQUERENTE: ANTONIA MARIA DA CONCEICAO ALVES BIANCHI, OAB nº RO8150
REQUERIDO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Analisando os autos, verifico que o advogado deixou de apresentar instrumento de procuração que lhe outorgue poder para postular em nome do autor, tal qual preleciona art. 18 e 287 do CPC
Desta forma, intime-se o requerente para, no prazo de 15 dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321 do CPC, a fim de sanar a irregularidade apontada, sob pena de indeferimento.
Agende-se decurso de prazo e, após, retornem os autos conclusos.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
7003715-41.2020.8.22.0001
Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
EXEQUENTE: LUZINETE CESCO ORLANDINI
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: DENYVALDO DOS SANTOS PAIS JUNIOR, OAB nº RO7655, THIAGO DA SILVA VIANA, OAB nº RO6227
NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de cumprimento de Sentença no qual o Estado de Rondônia foi condenado a converter em pecúnia e pagar à requerente todas as licenças prêmio não gozadas. Em sua inicial a exequente havia mencionado a existência de 06 (seis) períodos de licença prêmio não gozadas, com base em Certidão de Tempo de Serviço de ID 34256171 – Pág. 4.
Intimados a se manifestar sobre a liquidação dos valores devidos, o executado inicialmente contestou a quantidade de licenças não gozadas, alegando que a parte havia usufruído de 03 (três) períodos ID 64826868 – Pág. 2.
Posteriormente, com a juntada do Mapa de Apuração de Tempo de Serviço para Fins de Concessão de Licenças Prêmio ID 76827537 – Pág. 1, o executado alegou que a requerente não faz jus a nenhum período de licença prêmio, pois teria gozados de todos eles.
Após isso, ambas as partes foram amplamente oportunizadas a comprovar os fatos constitutivos ou impeditivos do direito sub examine, procedendo com a juntada de Portarias (80908956 – Pág. 13 e 16), mapa de frequência (ID 80908956 – Pág. 1/2) e folhas de ponto (ID 80908956 – Pág. 3/15).
Pois bem.
Após análise detida da documentação acostada ao caderno processual, entendo que a parte exequente faz jus a 11 (onze) meses de licença prêmio não gozados, referentes ao 1°, 2°, 4° e parte do 5° quinquênio. Explico.
Inicialmente é de se gizar que o 3° período de licença prêmio foi de fato prejudicado em razão da exoneração do servidor, o que acarretou a interrupção do vínculo e consequentemente do período de efetivo exercício, outrossim, o 6° quinquênio restou incompleto em razão da transposição do servidor antes de sua conclusão, contagem que se deu já com o desconto das faltas e da exoneração do servidor, fatos incontroversos.

Não houve comprovação do gozo do 1° e 2° quinquênio, e apesar da juntada das portarias concessórias, excepcionalmente, considerando o contexto fático probatório que será a seguir descrito, em que as portarias concessórias divergem do mapa de frequência (ID 80908956 – Pág. 1/2), entendo que competia ao executado comprovar o efetivo gozo das licenças, notadamente por ter sido amplamente oportunizado a fazê-lo, pelo que entendo fazer jus a parte autora a 06 (seis) meses de licença relativos a esse período.
O executado trouxe aos autos portaria indicando que o autor gozou 02 (dois) períodos licença no ano de 2016, todavia, a partir das folhas de ponto (ID 80908956 – Pág. 3/15) é possível verificar que o exequente efetivamente gozou de apenas 30 (trinta) dias de afastamento, no mês de setembro, o que inclusive consta no mapa de frequência, dessa forma o 4° quinquênio não foi gozado, e o 5° quinquênio teve apenas 30 (trinta) dias gozados, restando, portanto 05 (cinco) meses desse período devidos ao servidor.
Como visto, a soma dos meses devidos ao exequente é de 11 (onze), devendo ser esse o numeral levado a efeito nos cálculos de liquidação da Sentença.
Pelo exposto, ante a complexidade na elaboração dos cálculos, bem como o lapso temporal decorrido desde o início do cumprimento de Sentença, a fim de angariar maior celeridade ao trâmite processual, REMETAM-SE os autos à CONTADORIA para apuração dos valores devidos conforme descrito nesta Decisão.
Nos termos da Lei 68/92, tem-se que a remuneração é a soma do vencimento e vantagens (art. 65, caput), excluídas as parcelas indenizatórias (art. 69, §1º), atente-se a contadoria que, de acordo com a jurisprudência do STJ e do TJRO, devem ser incluídos na base de cálculo o auxílio-alimentação e o auxílio-saúde, desde que eventualmente recebidos em pecúnia pelo servidor.
Quanto aos juros e correção monetária este juízo se alinha ao entendimento do STJ que os considera como sendo obrigações de trato sucessivo que se renovam mês a mês devendo, portanto, ser aplicadas no mês de regência a legislação vigente (vide AgInt no REsp n. 1.967.170/RS, da relatoria do Ministro Herman Benjamim, da Segunda Turma, julgado em 27/06/2022).
Concluído os cálculos, intime-se ambas as partes para, querendo, se manifestarem dele no prazo de 10 (dez) dias.
Decorrido o prazo, não havendo manifestação ou havendo concordância de ambas as partes aos cálculos, expeça-se Precatório/RPV no valor apurado pela Contadoria Judicial.
Caso falte documentação para expedição de Precatório/RPV, a CPE deverá praticar ato ordinatório para intimar a parte a apresentar os documentos faltantes no prazo de 05 (cinco) dias.
Intimem-se as partes.
Tudo providenciado e nada requerido, arquive-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7058773-58.2022.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTES: ANTONIO CARLOS LEITE, ANDRE LUIZ DA SILVA CRUZ
Advogado do Requerente: ADVOGADO DOS REQUERENTES: CARLOS HENRIQUE CASTELO BRANCO MESQUITA, OAB nº RO9345
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Sentença
Trata-se de embargos de declaração opostos em face da decisão interlocutória que indeferiu a tutela de urgência.
Alegam os embargantes que a decisão foi omissa ao deixar de analisar o pedido alternativo de retorno dos autores ao órgão de origem.
É o sucinto relatório.
DECIDO.
O art. 1.023 do Código de Processo Civil prevê que “Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo”.
No presente caso, não vislumbro a ocorrência de nenhuma das hipóteses legais mencionadas.
Isso porque restou expressamente consignado na decisão que “no que tange ao pedido alternativo não resta demonstrado perigo de dano, requisito essencial para a concessão da tutela de urgência”. Ademais, a movimentação de servidores encontra-se, a princípio, na discricionariedade da administração pública visando a melhor prestação de serviços.
Os embargos não se prestam a embasar a falta de resignação da parte, servindo apenas como meio legal de aprimoramento do provimento judicial que se revela omisso, contraditório ou obscuro.
Assim, em que pese os argumentos da parte embargante, não há que se falar em omissão, uma vez que ao analisar os pedidos e julgá-los, este juízo fundamentou e esclareceu as razões para tanto.
Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO aos embargos de declaração apresentados, mantendo em todos os seus termos e por seus próprios fundamentos a decisão embargada.
Intimem-se. Faculto ao autor a apresentação de réplica à contestação no prazo de 10 (dez) dias.
Após, voltem-me os autos conclusos para julgamento.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
7028358-63.2020.8.22.0001
REQUERENTES: Estado de Rondônia, Estado de Rondônia, ELDO DA COSTA ABREU, LINDOMAR VIEIRA ROSA, JOHN KENNEDY JOSE FRAGA DA CUNHA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: CRISTIANO POLLA SOARES, OAB nº RO5113A, FRANCISCO PAULO MAGALHAES MOREIRA, OAB nº RO10902, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença apresentado pelo ESTADO DE RONDÔNIA em face de JOHN KENNEDY JOSE FRAGA DA CUNHA, LINDOMAR VIEIRA ROSA e ELDO DA COSTA ABREU, objetivando a cobrança de honorários advocatícios impostos na fase de recursal, em que os executados foram sucumbentes.
Os devedores apresentaram impugnação à execução, alegando, em suma, que são beneficiários da gratuidade de justiça e que não há motivos para sua revogação.
É o relatório. Passo a decidir.
Em que pese a insurgência da parte exequente, compulsando os autos, verifico que, de fato, foi concedido aos executados os benefícios da justiça gratuita.
A discordância da parte exequente, neste momento, não merece prosperar.
Com efeito, não se olvida que, na verdade, quando vencido na demanda, o beneficiário da justiça gratuita deve ser condenado ao ônus da sucumbência, embora fique isento de recolher enquanto perdurar a circunstância econômica adversa.
Entretanto, a obrigação do devedor ao pagamento da sucumbência está suspensa por cinco anos após o trânsito em julgado da condenação. A dívida poderá ser cobrada se, neste ínterim, o credor demonstrar mudança na situação econômica do beneficiário da gratuidade, ou seja, que tem recursos econômicos suficientes para pagar a sucumbência.
É o que dispõe o artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil:
Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.
[…]
§3° Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.
Portanto, para legitimar a cobrança dos honorários de sucumbência, faz-se imprescindível prova de mudança da situação patrimonial do vencido.
No presente caso, a parte credora juntou aos autos fichas financeiras dos executados, argumentando que houve significativa mudança na situação econômico-financeira dos devedores, possibilitando assim, a execução dos honorários fixados.
Em análise aos documentos apresentados, verifico que a mudança socioeconômica alegada pelo exequente, trata, na verdade, de um reequilíbrio salarial decorrente da inflação e outros fatores econômicos. Tal correção, por si só, não se mostra suficiente para revogar o benefício da gratuidade deferida.
Assim, considerando que não há nos autos qualquer fato noticiado ou documento hábil que comprove a alteração da situação econômico financeira dos executados desde o deferimento do benefício até o presente momento, é o caso de manter a gratuidade judiciária que lhe foi conferida, permanecendo a condição suspensiva de exigibilidade do crédito, nos termos do artigo 98, § 3°, do CPC.
DISPOSITIVO
Ante o exposto e por tudo o que mais dos autos consta, ACOLHO a impugnação ao cumprimento de sentença. Consequentemente, INDEFIRO o pedido de revogação da assistência judiciária e o prosseguimento da execução.
Intimem-se as partes.
Não havendo pendências, arquive-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
7006890-72.2022.8.22.0001
REQUERENTE: JAMES RABELO GARCIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: SERGIO MARCELO FREITAS, OAB nº RO9667, OTAVIO AUGUSTO LANDIM, OAB nº RO9548, PATRICK DE SOUZA CORREA, OAB nº RO9121
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

SENTENÇA
Vistos, etc.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/1995 c/c art. 27 da Lei n. 12.153/2009.
Fundamentos
Decido.
Trata-se de julgamento de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ID 88121918) opostos pelo Estado de Rondônia.
Em que pese o último ato decisório exarado por esse Juízo ter sido a Decisão de ID 87478709, ao compulsar o teor do recurso logo que se verifica que esse se presta a impugnar a Sentença de ID 81264479.
Com efeito, após a prolação da sobredita Sentença, ambas as partes apresentaram embargos de declaração os quais já foram analisados na Decisão de ID 87478709.
Pois bem.
A meu ver os novos embargos merecem ser prontamente rejeitados, seja por sua intempestividade, considerando que efetivamente se destina a atacar a sentença de ID 81264479, cujo prazo para embargos de declaração há muito se precluiu, seja por ofensa ao princípio da dialeticidade, já que não apontou de maneira específica os defeitos constantes na Decisão de ID 87478709, caso tenham a ela sido direcionados.
Assim, sem necessidade de maiores digressões, conclui-se que os embargos não merecem ser conhecidos.
DISPOSITIVO
FRENTE AO EXPOSTO e ao mais que dos autos constam REJEITO os embargos de declaração apresentados deixando de conhecê-los.
Certifique o trânsito em julgado e intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias requererem o que entendem por direito, sob pena de arquivamento.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7000620-37.2019.8.22.0001
Requerente/Exequente: EXEQUENTE: PATRICIA SANTOS DA COSTA
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RAFAELA SANTOS CAMARGO, OAB nº RO9415, ROSECLEIDE MARTINS NOE, OAB nº RO793, VINICIUS MARTINS NOE, OAB nº RO6667
Requerido/Executado: NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
DECISÃO
Vistos,
Trata-se de decisão de impugnação aos cálculos da exequente oposta pelo Município de Porto Velho (ID. 89598114).
É breve o relatório. DECIDO.
Com efeito, razão assiste o impugnante quanto ao dispositivo da EC 113/2021 e aplicação subsidiária ao Tema 810 do STF, pois este Juízo se alinha ao entendimento do STJ que considera os juros e correção monetária como sendo obrigações de trato sucessivo que se renovam mês a mês devendo, portanto, ser aplicada no mês de regência a legislação vigente (vide AgInt no REsp n. 1.967.170/RS, da relatoria do Ministro Herman Benjamim, da Segunda Turma, julgado em 27/06/2022), todavia, deixo de homologar por ora o valor apresentado.
Pelo todo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a impugnação aos cálculos.
Pelo fato de não ter sido aplicada a EC 113/2021, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar se concorda com os cálculos apresentados pela parte promovida. Havendo anuência, os HOMOLOGO desde já e determino a expedição de RPV/PRECATÓRIO, independente de nova conclusão.
Em caso de discordância, remetam-se os autos à contadoria judicial para que ela faça os ajustes com base no título executivo e o que foi decidido até aqui.
Concluído os cálculos, intime-se ambas as partes para, querendo, se manifestarem dele no prazo de 10 (dez) dias.
Caso falte documentação para expedição de RPV, a CPE deverá praticar ato ordinatório para intimar a parte a apresentar os documentos faltantes no prazo de 05 (cinco) dias.
Intimem-se as partes.
Tudo providenciado e nada requerido, arquive-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
7012262-02.2022.8.22.0001
REQUERENTE: RODRIGO DOS ANJOS
ADVOGADOS DO REQUERENTE: EDUARDO GOMES DOS SANTOS ROCHA, OAB nº RO9813, AMELIA RAIZA GUIMARAES DA SILVA, OAB nº RO11137

REQUERIDO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SENTENÇA
Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte requerente em face da sentença que julgou parcialmente procedente os pedidos iniciais, sob o argumento de que houve omissão deste juízo na análise das alegações e documentos juntados ao feito.
É o sucinto relatório.
DECIDO
O art. 1.023 do Código de Processo Civil prevê que “Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo”.
No presente caso, não vislumbro a ocorrência de nenhuma das hipóteses legais mencionadas.
A decisão proferida apresentou os motivos que levaram ao pronunciamento, apreciando os argumentos apresentados pelas partes e levando em conta toda a documentação produzida nos autos.
Percebe-se que os argumentos do embargante ligam-se ao mérito da causa, que já foram apreciados na sentença embargada e poderão ser reapreciados por meio de recurso próprio.
Os embargos não se prestam a embasar a falta de resignação da parte, servindo apenas como meio legal de aprimoramento do provimento judicial que se revela omisso, contraditório ou obscuro.
Assim, em que pese os argumentos da parte embargante, não há que se falar em omissão, uma vez que ao analisar os pedidos e julgá-los, este juízo fundamentou e esclareceu as razões para tanto.
Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração apresentados, mantendo em todos os seus termos e por seus próprios fundamentos a sentença embargada.
Agende-se decurso de prazo e, com o trânsito em julgado, arquivem-se.
Intimem-se as partes.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Descontos Indevidos
Processo 7084962-73.2022.8.22.0001
EXEQUENTE: IDALICE OLIVEIRA DE MORAIS
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JAMILE OLIVEIRA DE MORAIS, OAB nº BA28888, VANESSA OLIVEIRA DE MORAIS, OAB nº RO5595
NÃO DENUNCIADO: IPERON - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO ESTADO DE RONDONIA, Estado de Rondônia
ADVOGADOS DOS NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Ante o não cumprimento da obrigação de fazer estipulada na sentença, deixo, por ora, de homologar os cálculos apresentados pela parte exequente. Isso porque, considerando não ser possível exigir pagamento de quantia certa e obrigação de fazer no mesmo procedimento por incompatibilidade, este processo seguirá (neste momento) apenas para cumprimento da obrigação de fazer. Como a obrigação de fazer trata-se de prestação sucessiva, somente após a cessação dos descontos a título de seguro pecúlio sobre seus proventos é que se saberá a data certa para liquidar os cálculos.
Intimem-se:
1) o Procurador Geral do IPERON, pelo sistema, para eventual impugnação no prazo de 30 dias.
2) o Gerente da Folha de Pagamento do IPERON para cumprimento da obrigação de fazer descrita na sentença no prazo de 45 dias contados do recebimento desta intimação, sob pena de multa pessoal a ser arbitrada, servindo cópia do presente de mandado.
Aguarde-se por 60 dias e se nesse prazo não houver cumprimento da obrigação descrita na sentença a parte deverá apresentar reclamação, sob pena de arquivamento.
Uma vez apresentada reclamação, expeça-se mandado de intimação para o responsável pela folha de pagamento a fim de que comprove o cumprimento da ordem judicial constante da sentença no prazo de 5 dias, sob pena de início imediato de execução por quantia contra sua pessoa, sem prejuízo de outras providências mais gravosas (cópia serve de mandado a ser instruído com cópia da sentença/acórdão/certidão de trânsito em julgado).
Cópia do presente serve de mandado/carta/ofício.
IPERON: Av. Sete de Setembro, 2557 - Nossa Sra. das Graças, Porto Velho - RO, 76804-141. Telefone: (69) 3216-9423.
Após comprovada a obrigação de fazer, independentemente de nova conclusão, intime-se a parte exequente para, no mesmo prazo, a apresentar planilha de cálculos atualizada (se for o caso).
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Acidente de Trânsito
Processo 7033325-49.2023.8.22.0001
REQUERENTE: MANOEL RIVALDO DE ARAUJO
ADVOGADO DO REQUERENTE: MANOEL RIVALDO DE ARAUJO, OAB nº RO315B
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos etc,
Acolho a emenda de ID 93119397.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7083843-77.2022.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: ROBERTO CARLOS OJOPI
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS, OAB nº RO3208
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Sentença
Vistos, etc.
Relatório dispensado, nos termos do artigo 27 da Lei nº 12.153/2009 c/c artigo 38 da Lei nº 9.099/1995.
Fundamentos
Decido.
Trata-se de causa em que a parte requerente pretende o reconhecimento/declaração do direito à isenção do imposto de renda por supostamente ser portadora de cegueira e, como consequência, uma ordem judicial que determine a interrupção dos descontos / retenções do referido imposto de seus proventos de aposentadoria ou reforma e/ou a condenação da parte requerida no pagamento retroativo das parcelas retidas indevidamente.
Pois bem.
Em relação ao mérito, entendo que a parte requerente logrou êxito em comprovar ser portadora de cegueira que para o STJ independe ser binocular ou monocular, já que o artigo 6º, XIV, da Lei nº 7.713/1988 não faz esta distinção (vide REsp 1755133/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 13/11/2018 c/c REsp 1649816/ES, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 25/04/2017).

Não bastasse isso, a Lei Federal nº 14.126, de 22 de março de 2021 classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual, para todos os efeitos legais, inclusive, conforme bem pontuado pelo STJ no precedente acima, para fins de isenção do imposto de renda.
Assim, considerando que a cegueira está prevista no artigo 6º, XIV, da Lei nº 7.713/88 como uma das causas de isenção do imposto de renda e que a parte requerente é portadora dela, entendo que ela faz jus à isenção do imposto de renda sobre seus proventos a contar de 05 de maio de 2022 (data de confecção da Ata de Inspeção para fins de Reforma SESSÃO 034 - ID: 84593958 - Pág. 186/187 – que entendo como documento hábil a demonstrar a cegueira).
Destarte, considerando que a parte requerente não trouxe aos autos nenhum documento que comprovasse que desde janeiro/2018 ela já estaria recebendo rendimentos provenientes de proventos de aposentadoria ou reforma e considerando ainda que não se tem nos autos nenhum laudo médico conclusivo sobre a cegueira com data anterior a 05 de maio de 2022, é de rigor julgar parcialmente procedente o pedido inicial.
Dispositivo
Posto isto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para:
a) CONDENAR o Estado de Rondônia na obrigação de não fazer novos descontos em folha da parte requerente a título de imposto de renda;
b) CONDENAR o Estado de Rondônia na obrigação de pagar quantia certa em favor da parte requerente consistente na restituição total do imposto de renda pago indevidamente desde 05 de maio de 2022.
O crédito deve ser corrigido monetariamente, e acrescido dos juros legais, de acordo com os índices aplicáveis à fazenda pública.
Por se tratar de matéria de natureza tributária, a correção monetária incidirá a partir da retenção indevida e/ou pagamento indevido (vide Súmula nº 162 do STJ) e a taxa de juros de mora a partir do trânsito em julgado da sentença (vide Súmula nº 188 do STJ) - incidentes na repetição de indébito tributário.
Sobre o valor apurado no item anterior deverá ser descontado o valor dos impostos, contribuições e pensão alimentícia, em sendo o caso.
Quando da fase de cumprimento de sentença, a parte requerente deverá deduzir de seus cálculos os valores já recebidos e consignar os pendentes, com base no que aqui se decide instruindo seu pedido com a íntegra das Declarações de Ajustes Anuais capazes de comprovar que os valores referentes ao desconto pela incidência de Imposto de Renda não foram restituídos pela Receita Federal ao serem enviadas as Declarações de Imposto de Renda dos exercícios financeiros referentes aos descontos apontados.
DECLARO EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do CPC/2015, artigo 316 c/c artigo 487, inciso I.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/1995.
Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7002246-52.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: LEIDA CRISTINA DA SILVA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: EFSON FERREIRA DOS SANTOS RODRIGUES, OAB nº RO4952
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de ação anulatória de ato administrativo estadual e conversão de multa ambiental em advertência ou prestação de serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental movida por Leida Cristina da Silva em face do Estado de Rondônia no qual postula a modificação da penalidade a ela aplicada por meio do auto de infração ambiental n. 003367, de 22 de julho de 2012, que teve decisão de subsistência transitada em julgado no dia 17 de agosto de 2015, com inscrição de CDA no dia 28 de fevereiro de 2018 (ID 85836279 – Pág. 65).
No caso dos autos, a requerente postula a modificação de penalidade imposta por decisão administrativa transitada em julgado no ano de 2015.
Resta evidenciado, ainda, que o objetivo secundário é afastar a execução da multa penal decorrente da citada decisão, bem como seu protesto levado a efeito em janeiro de 2022, por meio de CDA inscrita no ano de 2018 em desfavor da requerente.
Assim, verifico a aparente ocorrência prescrição do direito de ação da parte autora para modificação da decisão administrativa transitada em julgado no ano de 2015, bem como prescrição da pretensão executória da multa por parte do Estado de Rondônia, considerando o teor do art. 1° do Decreto n° 20.910/1932 e da Súmula nº 467 do STJ, respectivamente.
Pelo exposto, converto o julgamento em diligência, e com fundamento no parágrafo único do art. 487 do CPC, DETERMINO a intimação das partes para que, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestem quanto a prescrição.
Agende-se decurso de prazo, após, retornem-me os autos conclusos para julgamento.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
7079658-93.2022.8.22.0001
AUTOR: AMANDA DANIELA LEMOS DE SA
ADVOGADOS DO AUTOR: CELSO LUIZ MUTZ DA CRUZ, OAB nº RO7822, THIAGO OLIVEIRA ARAUJO, OAB nº RO10612, ADRIANA LOREDOS DA CRUZ, OAB nº RO10034
REU: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado na forma da lei (art. 38, L. 9.099/95), em consonância com art. 27 da Lei 12.153/2009.
Trata-se de ação indenizatória por danos materiais proposta por AMANDA DANIELA LEMOS DE SÁ contra o MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, ao argumento de que, no dia 13/10/2022, por volta das 00h19min, se envolveu em um acidente automobilístico no cruzamento da Rua Aripuanã com Avenida Rio de Janeiro, Bairro Tancredo Neves, nesta Capital.
Reporta que conduzia o seu veículo HYUNDAI/HB20 1.0M UNIQUE, placa NCU8952, pela Rua Aripuanã e ao ingressar na Avenida Rio de Janeiro, colidiu com o veículo RENAULT/KWID ZEN 10MT, placa QQR6I21. Sustenta que o acidente ocorreu em razão da omissão do Município de Porto Velho, porquanto inexistia sinalização vertical ou horizontal no cruzamento, motivo pelo qual pugna pela reparação de danos materiais na importância de R$ 25.123,00 (vinte e cinco mil, cento e vinte e três mil reais), correspondente aos orçamentos que fez para o conserto de seu veículo.
Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva, porquanto em seu cerne está a tese de culpa exclusiva da vítima e de terceiro, o que não é matéria de preliminar; ao revés, a legitimação do município réu está fundamentada adequadamente na alegação de sinalização de trânsito insuficiente, o que invoca dever seu atinente à organização e ordenamento urbano e constitui pertinência subjetiva ao direito material alegado.
Mérito.
Presentes os requisitos de admissibilidade e os pressupostos processuais, passo a apreciar o mérito.
A demanda deve ser julgada improcedente, pelas seguintes razões de fato e de direito.
A responsabilidade civil objetiva do Estado, apontada pelo texto constitucional, em seu artigo 37, § 6º, conforme o entendimento da doutrina majoritária, adotou-se a teoria do risco administrativo.
O doutrinador Matheus Carvalho assim desenvolve o conceito sobre a teoria do risco administrativo:
“Esta teoria responsabiliza o ente público, objetivamente, pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, contudo, admite a exclusão da responsabilidade em determinadas situações em que haja a exclusão de algum dos elementos desta responsabilidade” (Manual de Direito Administrativo, 2º Edição, pa. 333, ano 2015).
Importante salientar que quando a conduta for comissiva, a responsabilidade será objetiva, já no caso de omissão, em regra, a responsabilidade será subjetiva, salvo nos casos em que houver omissão específica.
Sendo assim, a doutrina e jurisprudência dominantes reconhecem que, em casos de omissão, aplica-se a Teoria da Responsabilidade Subjetiva, onde o elemento subjetivo está condicionando o dever de indenizar.
O Superior Tribunal de Justiça posiciona, como se pode analisar no REsp 1.069.996/RS 2009, que a responsabilidade do Estado decorre da Culpa Anônima, que para fins de responsabilização, basta a comprovação da má-prestação de serviço ou da prestação ineficiente.
No caso em tela, a requerente não trouxe aos autos elementos que pudessem atestar a culpa anônima da requerida, pois mencionou a existência do acidente e a falta de sinalização.
No caso destes autos, infere-se da Certidão de Ocorrência que a requerente trafegava pela Rua Aripuanã quando ingressou na Avenida Rio de Janeiro e colidiu transversalmente com o veículo RENAULT/KWID ZEN 10MT, placa QQR6I21, que trafegava na aludida via sentido Avenida Mamoré/Mane Garrincha (ID 83809774 - Pág. 2)
Ou seja, nesses casos, o art. 29, inc. III, “c”, do Código de Trânsito, prevê que quando veículos transitando por “fluxos que se cruzem” se aproximarem de local não sinalizado, terá preferência de passagem o que vier pela direita do condutor:
“CTB, Art. 29. O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação obedecerá às seguintes normas:
III - quando veículos, transitando por fluxos que se cruzem, se aproximarem de local não sinalizado, terá preferência de passagem:
(…)
c) nos demais casos, o que vier pela direita do condutor;” (grifei)
Desta feita, o caso concreto retrata hipótese clara de preferência do condutor que vinha na Av. Rio de Janeiro.
Outrossim, é diretriz geral do CTB que os condutores trafeguem com cautela, de modo que caberia à condutora do veículo que trafega pela Rua Aripuanã, ao ser aproximar do cruzamento, reduzir para observar o fluxo que se aproxima pela Avenida Rio de Janeiro.
Todas essas considerações se imbricam na conclusão que exonera o réu de qualquer responsabilidade, ainda que omissiva ou culposa, ou objetiva, ante a inexistência de nexo causal entre o acidente em que se envolveu a autora e o atendimento dos deveres municipais.
Ainda que se adotasse a teoria da responsabilização objetiva do Estado nos casos de conduta omissiva, nos termos do art. 37, § 6º, da CR/88, tal como defendido pelo STF nos últimos anos em sede de repercussão geral, a hipótese é, como dito, de ausência de nexo causal em função da inexistência de uma conduta ilícita do município-réu.
Nesse sentido é a jurisprudência do TJ/RO:
Apelação cível. Ação indenizatória. Acidente de trânsito. Falta de sinalização de preferencial. Inexistência de responsabilidade do município. Incidência do art. 29, inc. III, alínea “c”, do CTB. Para que o município seja responsabilizado por conduta omissiva, é necessário a demonstração de que sua não atuação tenha dado ensejo ao acidente. A ausência de sinalização no local, por si só, não permite imputar ao município a responsabilidade por todo e qualquer acidente ali ocorrido, uma vez que competiria à parte envolvida no sinistro tomar os devidos cuidados ao cruzar as vias. O Código de Trânsito Brasileiro estabelece que veículos transitando por fluxos que se cruzem, ao se aproximarem de local não sinalizado, deverão dar preferência de passagem ao veículo que vier pela direita do condutor (art. 29, inc. III, alínea “c”). Recurso a que se nega provimento (TJ/RO, Apelação, Processo nº 0005933-39.2011.822.0010, 2ª Câmara Especial, Rel. Juiz José Augusto Alves Martins em substituição ao Des. Walter Waltenberg Silva Junior, Data do julgamento: 22/04/2015).

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CONVERSÃO A ESQUERDA. COLISÃO. CULPA DO CONDUTOR DO CAMINHÃO. DEVER DE CAUTELA. DANO MORAL. CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO. O recorrente não se desincumbiu de produzir prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora. O que há nos autos é apenas a sua versão dos fatos sem qualquer lastro probatório capaz de afastar sua presunção de culpa. A fixação da compensação por dano moral não tem dimensão matemática, devendo ser arbitrado pautando-se pelos critérios de razoabilidade e da proporcionalidade, e observando as peculiaridades dos fatos e circunstâncias reveladas no processo (TJ/RO, Apelação. Processo nº 7011372-90.2018.822.0005, 2ª Câmara Cível, Rel. Des. Hiram Souza Marques, Data julgamento: 17/06/2020).

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido pela autora AMANDA DANIELA LEMOS DE SÁ, extinguindo o feito com exame do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.

Sem pedido de gratuidade de justiça.

Sem custas e sem honorários, na forma do art. 55 da Lei nº 9.099/95.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Agende-se decurso de prazo e, com o trânsito em julgado, arquive-se.

Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023

Thiago Gomes De Aniceto

Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7030404-20.2023.8.22.0001

Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública

Polo Ativo: JOSE TEIXEIRA NETO

ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

Polo Passivo: Estado de Rondônia

ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

SENTENÇA

Vistos.

Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.

Decido.

Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende exame de ressonância magnética de crânio com contraste.

O pedido de tutela de urgência foi indeferido.

Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).

Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.

O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:

EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)

EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O

PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)

Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.

Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).

Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.

Dispositivo.
Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer exame de ressonância magnética de crânio com contraste, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
7019063-94.2023.8.22.0001
REQUERENTE: JOSIANE SILVA PANTOJA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALBANISA PEREIRA PEDRACA, OAB nº RO3201
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação de conhecimento, manejada pela(s) parte(s) cadastrada(s) no polo ativo do sistema PJe face do ESTADO DE RONDÔNIA, partes devidamente qualificadas.
Dispensado o relatório nos termos do artigo 38 da Lei n. 9.099/95, passo a decidir.
De saída, registro que, no rito do Juizado Especial da Fazenda Pública, admite-se o julgamento em lote, lista ou bloco de processos, quando a matéria for exclusivamente de direito e repetitiva, conforme ENUNCIADO 10 – Juizado da Fazenda Pública – Fórum Nacional de Juizados Especiais – FONAJE – XXXII Encontro – Armação de Búzios/RJ.
Em relação a preliminar de incompetência, sustentada em algumas demandas pelo ente promovido, importante apontar que, o que vai definir a competência para processamento e julgamento da demanda é a possibilidade ou não de o Juizado da Fazenda Pública conhecer de direitos individuais homogêneos.
A esse respeito, tenho que a competência dos Juizados da Fazenda Pública está definida no artigo 2º, da Lei 12.153/09, que, no § 1º, inciso I, afasta expressamente de sua competência demandas que versem sobre direitos ou interesses difusos e coletivos, senão vejamos:
Art. 2º - É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.
§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:
I – as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;
Nada, porém, é mencionado a respeito dos direitos individuais homogêneos.
Acontece que os direitos difusos e coletivos são de natureza transindividual, ensejando uma tutela propriamente coletiva lato sensu, ao passo em que os direitos individuais homogêneos, são apenas acidentalmente coletivos, ou seja, são direitos individuais que podem eventualmente ser tutelados coletivamente.
A natureza dos direitos, portanto, embora sejam tratadas juntamente no processo coletivo, é diversa.
A solução da questão, portanto, por não ter sido expressamente definida pela Lei, cabe ao Judiciário. E, nesse sentido, a jurisprudência da Corte Superior firmou o entendimento no sentido de que, independentemente da natureza do direito em questão (se difuso, coletivo ou individual homogêneo) - os quais podem vir a ser tutelados coletiva (por meio de um legitimado coletivo) ou individualmente -, o que não se admite nos Juizados da Fazenda Pública é a tutela coletiva, promovida por meio de um legitimado coletivo. Caso esse mesmo direito venha a ser pleiteado individualmente, nada impede o conhecimento da matéria pelo juizado. Confira-se:
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ATO ADMINISTRATIVO. TOMBAMENTO. DIREITO DIFUSO DEFENDIDO INDIVIDUALMENTE. COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. 1. Trata-se, na origem, de Agravo de Instrumento interposto pelo recorrido contra decisão interlocutória em que o juiz declinou da competência em favor do Juizado Especial da Fazenda Pública para processar e julgar Ação Ordinária, que visa anular ato administrativo que indicou imóvel para tombamento. 2. O Tribunal de origem afastou a competência do Juizado Especial por entender que "a causa em que se controverte a validade de ato administrativo de indicação de imóvel para tombamento versa sobre interesse difuso de proteção ao patrimônio histórico e cultural, o que torna incompetente o Juizado Especial da Fazenda Pública (JEFP) para julgá-la." 3. O acórdão merece reforma. O STJ entende que, em se tratando de direito difusos, sua defesa pode se dar tanto por meio de ação coletivas como individuais, sendo competência do Juizado Especial da Fazenda Pública a defesa de direito individual. Precedentes . 4. Recurso Especial provido. (STJ, REsp 1653288/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 05/05/2017)
Por esses motivos, REFUTO a preliminar aventada e reconheço a competência deste Juizado Especial da Fazenda Pública para o regular processamento do feito.
Dando continuidade, consigno que o conjunto probatório colacionado aos autos é suficiente para a formação do convencimento do Juízo, razão pela qual promovo o julgamento antecipado dos pedidos, nos termos do art. 355, I, do CPC.
Não há pedidos pendentes, além de inexistirem outras preliminares e prejudiciais do mérito. Assim, presentes os pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, passo ao exame do mérito propriamente dito.
Em análise aos autos, verifico que a parte requerente, policial militar do Estado de Rondônia, pretende o recebimento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
O Estado de Rondônia, em sede de defesa, pontua que o adicional postulado não é devido ao autor, uma vez que a legislação local, aplicável ao autor, não prevê tal benefício, bem como a Lei 13.954/19 dispõe o pagamento da referida verba para os militares das Forças Armadas.
Em algumas demandas, alega litigância de má-fé, que de pronto deve ser afastada, considerando que no momento do ajuizamento da ação havia julgados que entenderam pela procedência dos pedidos, inclusive no âmbito da própria Turma Recursal.

Razão assiste ao Estado de Rondônia. Isso porque, em que pese posicionamento anteriormente externados por outros juízos que tenha, por ventura, reconhecido o direito à percepção do adicional de compensação por disponibilidade militar aos policiais militares do Estado de Rondônia, este juízo não entende pela impossibilidade de pretensão.

A questão fora ventilada pelo Estado em razão da inexistência de previsão legal na legislação local aplicável aos Policiais Militares, quanto ao pagamento da referida verba. É certo que não há Lei Federal que estenda aos militares estaduais o mencionado adicional e, se existisse, ele deveria estar expressamente previsto, com a respectiva fonte de custeio.

Aplica-se, portanto, o enunciado de Súmula Vinculante 37 do STF que veda ao PODER JUDICIÁRIO o aumento de vencimentos de servidores público, sob o fundamento da isonomia.

Assim, não é possível estender a condição de Militar das Forças Armadas aos policiais militares de Rondônia, com fundamento no art. 4º da Lei 6.880/80 (Estatuto dos Militares), uma vez que não se confundem os militares da reserva das forças armadas com policiais militares. Até porque, se fosse dada tal interpretação, os servidores civis que se enquadrassem na hipótese do art. 4º, I, b (reservistas das forças armadas) também fariam jus ao referido adicional.

Veja que os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao adicional postulado, uma vez que a própria Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos MILITARES ESTADUAIS deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos, no caso, a Lei nº 10.486/2002:

Art. 25. O Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, passa a vigorar com as seguintes alterações:

(…)

III - modificação da redação do art. 24, nos seguintes termos

Art. 24. Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos, nos termos do § 1º do art. 42, combinado com o inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal. (destaquei).

O dispositivo legal reitera o princípio da Separação dos Poderes, que estabelece que incumbe a cada ente federativo a edição de norma que fixará, dentre outros, a remuneração dos seus servidores e militares.

Aliás, recentemente o TJDFT decidiu:

APELAÇÃO CÍVEL. LEI Nº 13.954/2019. ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO POR DISPONIBILIDADE MILITAR. INAPLICABILIDADE AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. LEI ESPECÍFICA. ENUNCIADO DE SÚMULA Nº 37, DO STF. REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DECORRENTE DO IMPLEMENTO DE ALÍQUOTA SUPERIOR PARA A CONTRIBUIÇÃO DA PENSÃO MILITAR. AUSÊNCIA DE PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PATAMAR. REDUÇÃO SALARIAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO ESPECÍFICO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A Lei nº 13.954/2019 criou o adicional de compensação por disponibilidade militar, que consiste na parcela remuneratória mensal devida ao militar em razão da disponibilidade permanente e da dedicação exclusiva. 2. Segundo o art. 8º, § 1º, da Lei nº 13.954/2019, é vedada a acumulação do adicional de compensação por disponibilidade militar com o adicional de tempo de serviço que trata o art. 3º, inciso IV, da Medida Provisória nº 2.215/2001. 3. Os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao referido adicional, porquanto a Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos servidores militares desses órgãos deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos. 4. Segundo enunciado de Súmula nº 37, do STF, não cabe ao PODER JUDICIÁRIO, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 5. Em que pese à alegação de redução de remuneração decorrente do implemento de alíquota superior para a contribuição de pensão militar, os autores/apelantes não formularam pedido em tal sentido, razão pela qual não há que se falar em alteração do patamar de contribuição previdenciária. 6. Apelo não provido. (APELAÇÃO CÍVEL 0730476-62.2020.8.07.0016, 4º Turma, relator: Desembargador Arnoldo Camanho, publicação: 27/07/2021).

Com efeito, em atenção ao princípio da legalidade e da separação dos Poderes e, ainda, considerando a SM 37 do STF, não é possível o pagamento do referido adicional aos policiais militares do Estado de Rondônia.

Por fim, consigno que a Turma Recursal, em verdadeiro overruling, modificou seu entendimento, passando a reconhecer a improcedência dos pedidos, justamente ao argumento de que a legislação Federal não é aplicável aos militares do Estado.

Nesse sentido:

Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RI n.º7001811-16.2021.8.22.0012, Relator: JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS, Data julgamento: 29/03/2023).

Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. - A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RECURSO INOMINADO, autos n. 7002283-17.2021.8.22.001, Relator : CRISTIANO GOMES MAZZINI, Data julgamento: 29/03/2023)

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial de percepção do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019, extinguindo o processo com resolução de mérito, na forma do art. 487, I, do CPC.

Sem condenação às custas processuais e honorários advocatícios nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95.

Quanto a eventual pedido de assistência judiciária, de conformidade com o caput do art. 54 da Lei nº 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Assim, não há que se falar no benefício da justiça gratuita neste momento processual, salvo se eventualmente for interposto de recurso inominado, quando deverá ser formulado expressamente o pedido na peça recursal, mediante comprovação.

Transitado em julgado, arquivem-se os presentes autos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.

Thiago Gomes de Aniceto

Juiz de Direito Substituto

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7030388-66.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: FRANCIELE ALVES FURTADO
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.
Decido.
Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende exame de ressonância magnética de sacro-ilíacas.
O pedido de tutela de urgência foi indeferido.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).
Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.
O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:
EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)
EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O
PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)
Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.
Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).
Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.
Dispositivo.
Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer exame de ressonância magnética de sacro-ilíacas, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7023962-09.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Polo Ativo: THAIS DOS SANTOS
ADVOGADOS DO NÃO DENUNCIADO: CARLENE TEODORO DA ROCHA, OAB nº RO6922, JOAO PAULO ROBERTO DE ALMEIDA, OAB nº RO11414
Polo Passivo: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

DECISÃO
Da análise dos autos, verifico que a promovente interpôs, tempestivamente, Recurso Inominado em face da sentença proferida nos autos, requerendo a concessão dos benefícios da justiça gratuita, a fim de se eximir do dever de efetivar o preparo recursal.
Sendo assim, compulsando as provas carreadas aos autos, verifico ser suficiente para comprovar a condição de hipossuficiência econômica da parte recorrente e subsidiar o deferimento da assistência judiciária gratuita. Nestes termos, comprovada sua efetiva necessidade com relação à gratuidade judiciária pleiteada, defiro o referido pleito.
Vale relembrar que o juízo de admissibilidade nos Juizados Especiais é bifásico. A decisão proferida pelo juízo a quo, inclusive o deferimento da assistência judiciária gratuita, não vincula a Turma Recursal na aferição dos pressupostos de admissibilidade do recurso inominado. Isso porque a competência do juízo definitivo de admissibilidade é da Turma Recursal, por ser o órgão destinatário do recurso inominado.
Portanto, recebo o recurso interposto em seu efeito devolutivo e suspensivo (art. 43 da Lei nº 9.099/95).
Intime-se a parte recorrida para, querendo, oferecer resposta ao recurso inominado interposto, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, Lei nº 9.099/95.
Decorrido o decêndio ou devidamente contra-arrazoado, remetam-se à Egrégia Turma Julgadora com as homenagens de estilo.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7011678-95.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: JANDIRA LIMA DA SILVA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: UILIAN HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO6805, UELTON HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO8862
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Da análise dos autos, verifica-se que a parte promovente interpôs recurso inominado em face da sentença proferida, pugnando pela concessão dos benefícios da justiça gratuita, a fim de se eximir do dever de efetivar o preparo recursal.
Pois bem. Embora o §3º, do artigo 99, do Código de Processo Civil estabeleça a presunção de veracidade da alegação de hipossuficiência deduzida por pessoa natural, é certo que, havendo dúvidas, o juiz pode determinar à parte que comprove o preenchimento dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, consoante dispõe o §2º do artigo supracitado.
Ademais, a presunção de pobreza não é absoluta, pois conforme inciso LXXIV, do artigo 5º, da Carta Magna, a assistência judiciária gratuita será prestada àqueles que comprovarem a falta de recursos.
No caso em tela, a parte recorrente, após intimada, apresentou documentação visando à comprovação da aventada hipossuficiência financeira. Todavia, em análise aos documentos apresentados, verifica-se a existência de fortes indícios de que a parte requerente possui condições econômicas para arcar com as custas e despesas processuais, sem prejuízo da garantia de seu sustento e da própria entidade familiar (provento de R$ 8.000,00 e guia de custas no valor de R$ 507,69), de forma que não faz jus à assistência judiciária gratuita pleiteada.
Nesse diapasão, utilizando-se do juízo de admissibilidade recursal, no propósito de não surpreender a parte recorrente e tampouco cercear seu direito de acesso ao duplo grau de jurisdição, ao passo em que indefiro peremptoriamente o pedido de justiça gratuita ora formulado, nos termos do artigo 42, §1º, da Lei nº 9.099/95 e Enunciado Cível nº 115 do FONAJE, determino que seja intimada a parte recorrente para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, promova o preparo do recurso interposto, sob pena de deserção.
Apenas se providenciado tal pagamento, volvam-me conclusos os autos para o necessário juízo de admissibilidade recursal.
Do contrário, em caso de inércia da recorrente e ultrapassado o prazo acima delineado, considerar-se-á deserto o recurso interposto. Neste caso, certifique-se o trânsito em julgado e, em seguida, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
7014776-88.2023.8.22.0001
REQUERENTE: SIDNEI DE OLIVEIRA NASCIMENTO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LEONARDO HENRIQUE BERKEMBROCK, OAB nº RO4641, MARIA CRISTINA DALL AGNOL, OAB nº RO4597A, HELOIZA NATALIA SCARMUCIN DE OLIVEIRA, OAB nº RO12794
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação de conhecimento, manejada pela(s) parte(s) cadastrada(s) no polo ativo do sistema PJe face do ESTADO DE RONDÔNIA, partes devidamente qualificadas.
Dispensado o relatório nos termos do artigo 38 da Lei n. 9.099/95, passo a decidir.

De saída, registro que, no rito do Juizado Especial da Fazenda Pública, admite-se o julgamento em lote, lista ou bloco de processos, quando a matéria for exclusivamente de direito e repetitiva, conforme ENUNCIADO 10 – Juizado da Fazenda Pública – Fórum Nacional de Juizados Especiais – FONAJE – XXXII Encontro – Armação de Búzios/RJ.

Em relação a preliminar de incompetência, sustentada em algumas demandas pelo ente promovido, importante apontar que, o que vai definir a competência para processamento e julgamento da demanda é a possibilidade ou não de o Juizado da Fazenda Pública conhecer de direitos individuais homogêneos.

A esse respeito, tenho que a competência dos Juizados da Fazenda Pública está definida no artigo 2º, da Lei 12.153/09, que, no § 1º, inciso I, afasta expressamente de sua competência demandas que versem sobre direitos ou interesses difusos e coletivos, senão vejamos:

Art. 2º - É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:

I – as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;

Nada, porém, é mencionado a respeito dos direitos individuais homogêneos.

Acontece que os direitos difusos e coletivos são de natureza transindividual, ensejando uma tutela propriamente coletiva lato sensu, ao passo em que os direitos individuais homogêneos, são apenas acidentalmente coletivos, ou seja, são direitos individuais que podem eventualmente ser tutelados coletivamente.

A natureza dos direitos, portanto, embora sejam tratadas juntamente no processo coletivo, é diversa.

A solução da questão, portanto, por não ter sido expressamente definida pela Lei, cabe ao Judiciário. E, nesse sentido, a jurisprudência da Corte Superior firmou o entendimento no sentido de que, independentemente da natureza do direito em questão (se difuso, coletivo ou individual homogêneo) - os quais podem vir a ser tutelados coletiva (por meio de um legitimado coletivo) ou individualmente -, o que não se admite nos Juizados da Fazenda Pública é a tutela coletiva, promovida por meio de um legitimado coletivo. Caso esse mesmo direito venha a ser pleiteado individualmente, nada impede o conhecimento da matéria pelo juizado. Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ATO ADMINISTRATIVO. TOMBAMENTO. DIREITO DIFUSO DEFENDIDO INDIVIDUALMENTE. COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. 1. Trata-se, na origem, de Agravo de Instrumento interposto pelo recorrido contra decisão interlocutória em que o juiz declinou da competência em favor do Juizado Especial da Fazenda Pública para processar e julgar Ação Ordinária, que visa anular ato administrativo que indicou imóvel para tombamento. 2. O Tribunal de origem afastou a competência do Juizado Especial por entender que "a causa em que se controverte a validade de ato administrativo de indicação de imóvel para tombamento versa sobre interesse difuso de proteção ao patrimônio histórico e cultural, o que torna incompetente o Juizado Especial da Fazenda Pública (JEFP) para julgá-la." 3. O acórdão merece reforma. O STJ entende que, em se tratando de direito difusos, sua defesa pode se dar tanto por meio de ação coletivas como individuais, sendo competência do Juizado Especial da Fazenda Pública a defesa de direito individual. Precedentes . 4. Recurso Especial provido. (STJ, REsp 1653288/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 05/05/2017)

Por esses motivos, REFUTO a preliminar aventada e reconheço a competência deste Juizado Especial da Fazenda Pública para o regular processamento do feito.

Dando continuidade, consigno que o conjunto probatório colacionado aos autos é suficiente para a formação do convencimento do Juízo, razão pela qual promovo o julgamento antecipado dos pedidos, nos termos do art. 355, I, do CPC.

Não há pedidos pendentes, além de inexistirem outras preliminares e prejudiciais do mérito. Assim, presentes os pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, passo ao exame do mérito propriamente dito.

Em análise aos autos, verifico que a parte requerente, policial militar do Estado de Rondônia, pretende o recebimento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.

O Estado de Rondônia, em sede de defesa, pontua que o adicional postulado não é devido ao autor, uma vez que a legislação local, aplicável ao autor, não prevê tal benefício, bem como a Lei 13.954/19 dispõe o pagamento da referida verba para os militares das Forças Armadas.

Em algumas demandas, alega litigância de má-fé, que de pronto deve ser afastada, considerando que no momento do ajuizamento da ação havia julgados que entenderam pela procedência dos pedidos, inclusive no âmbito da própria Turma Recursal.

Razão assiste ao Estado de Rondônia. Isso porque, em que pese posicionamento anteriormente externados por outros juízos que tenha, por ventura, reconhecido o direito à percepção do adicional de compensação por disponibilidade militar aos policiais militares do Estado de Rondônia, este juízo não entende pela impossibilidade de pretensão.

A questão fora ventilada pelo Estado em razão da inexistência de previsão legal na legislação local aplicável aos Policiais Militares, quanto ao pagamento da referida verba. É certo que não há Lei Federal que estenda aos militares estaduais o mencionado adicional e, se existisse, ele deveria estar expressamente previsto, com a respectiva fonte de custeio.

Aplica-se, portanto, o enunciado de Súmula Vinculante 37 do STF que veda ao PODER JUDICIÁRIO o aumento de vencimentos de servidores público, sob o fundamento da isonomia.

Assim, não é possível estender a condição de Militar das Forças Armadas aos policiais militares de Rondônia, com fundamento no art. 4º da Lei 6.880/80 (Estatuto dos Militares), uma vez que não se confundem os militares da reserva das forças armadas com policiais militares. Até porque, se fosse dada tal interpretação, os servidores civis que se enquadrassem na hipótese do art. 4º, I, b (reservistas das forças armadas) também fariam jus ao referido adicional.

Veja que os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao adicional postulado, uma vez que a própria Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos MILITARES ESTADUAIS deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos, no caso, a Lei nº 10.486/2002:

Art. 25. O Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, passa a vigorar com as seguintes alterações:

(…)

III - modificação da redação do art. 24, nos seguintes termos

Art. 24. Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos, nos termos do § 1º do art. 42, combinado com o inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal. (destaquei).

O dispositivo legal reitera o princípio da Separação dos Poderes, que estabelece que incumbe a cada ente federativo a edição de norma que fixará, dentre outros, a remuneração dos seus servidores e militares.

Aliás, recentemente o TJDFT decidiu:
APELAÇÃO CÍVEL. LEI Nº 13.954/2019. ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO POR DISPONIBILIDADE MILITAR. INAPLICABILIDADE AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. LEI ESPECÍFICA. ENUNCIADO DE SÚMULA Nº 37, DO STF. REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DECORRENTE DO IMPLEMENTO DE ALÍQUOTA SUPERIOR PARA A CONTRIBUIÇÃO DA PENSÃO MILITAR. AUSÊNCIA DE PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PATAMAR. REDUÇÃO SALARIAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO ESPECÍFICO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A Lei nº 13.954/2019 criou o adicional de compensação por disponibilidade militar, que consiste na parcela remuneratória mensal devida ao militar em razão da disponibilidade permanente e da dedicação exclusiva. 2. Segundo o art. 8º, § 1º, da Lei nº 13.954/2019, é vedada a acumulação do adicional de compensação por disponibilidade militar com o adicional de tempo de serviço que trata o art. 3º, inciso IV, da Medida Provisória nº 2.215/2001. 3. Os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao referido adicional, porquanto a Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos servidores militares desses órgãos deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos. 4. Segundo enunciado de Súmula nº 37, do STF, não cabe ao PODER JUDICIÁRIO, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 5. Em que pese à alegação de redução de remuneração decorrente do implemento de alíquota superior para a contribuição de pensão militar, os autores/apelantes não formularam pedido em tal sentido, razão pela qual não há que se falar em alteração do patamar de contribuição previdenciária. 6. Apelo não provido. (APELAÇÃO CÍVEL 0730476-62.2020.8.07.0016, 4º Turma, relator: Desembargador Arnoldo Camanho, publicação: 27/07/2021).
Com efeito, em atenção ao princípio da legalidade e da separação dos Poderes e, ainda, considerando a SM 37 do STF, não é possível o pagamento do referido adicional aos policiais militares do Estado de Rondônia.
Por fim, consigno que a Turma Recursal, em verdadeiro overruling, modificou seu entendimento, passando a reconhecer a improcedência dos pedidos, justamente ao argumento de que a legislação Federal não é aplicável aos militares do Estado.
Nesse sentido:
Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RI n.º7001811-16.2021.8.22.0012, Relator: JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS, Data julgamento: 29/03/2023).
Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. - A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RECURSO INOMINADO, autos n. 7002283-17.2021.8.22.001, Relator : CRISTIANO GOMES MAZZINI, Data julgamento: 29/03/2023)
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial de percepção do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019, extinguindo o processo com resolução de mérito, na forma do art. 487, I, do CPC.
Sem condenação às custas processuais e honorários advocatícios nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95.
Quanto a eventual pedido de assistência judiciária, de conformidade com o caput do art. 54 da Lei nº 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Assim, não há que se falar no benefício da justiça gratuita neste momento processual, salvo se eventualmente for interposto de recurso inominado, quando deverá ser formulado expressamente o pedido na peça recursal, mediante comprovação.
Transitado em julgado, arquivem-se os presentes autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7029735-64.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: GENECI GALDINO DOS SANTOS
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.
Decido.
Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende exame de ressonância magnética de coluna lombo-sacra.
O pedido de tutela de urgência foi indeferido.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).
Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.

O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:
EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)
EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O
PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)
Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.
Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).
Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.
Dispositivo.
Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer exame de ressonância magnética de coluna lombo-sacra, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7029109-45.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: JOAO BOSCO MENDES
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.
Decido.
Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende exames de ressonância magnética de coluna cervical e ultrassonografia de ombro direito e esquerdo.
O pedido de tutela de urgência foi indeferido.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).
Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.
O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:
EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)

EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O
PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)
Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.
Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).
Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.
Dispositivo.
Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer exames de ressonância magnética de coluna cervical e ultrassonografia de ombro direito e esquerdo, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
7037665-36.2023.8.22.0001
REQUERENTE: JOANA DE SOUZA CAVALCANTE LIMA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Dispensado o relatório, nos termos do artigo 38 da Lei nº 9.099/95, passo a fundamentar e decidir.
Do exame dos autos, observo que a parte autora manifestou expressamente seu interesse em desistir da presente ação, conforme se verifica em petição carreada aos autos.
Ressalte-se que o Codex Processual Civil, em seu art. 485, inc. VIII, estabelece ser a desistência uma das formas de extinção do processo sem resolução do mérito, devendo o demandante demonstrar expressamente vontade de não mais prosseguir no feito.
Quanto à possibilidade de desistência da ação, o Enunciado 90 do FONAJE (Aprovado no XVI Encontro – Rio de Janeiro/RJ), prevê que "a desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento."
De tal feita, em sede de Juizados Especiais, extingue-se o processo, por desistência da parte autora, ainda que não haja a anuência da parte ré.
Diante do exposto, estando presentes os pressupostos de admissibilidade do pedido de desistência, DECLARO extinto o processo sem apreciação do mérito de acordo com o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil.
Sem custas e honorários advocatícios, conforme estabelecem os arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95.
Certifique o trânsito em julgado e arquivem-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Arquivem-se os presentes autos promovendo-se às baixas necessárias e as cautelas de estilo.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
7018758-13.2023.8.22.0001
REQUERENTE: WINSTON SANTOS RUIZ
ADVOGADO DO REQUERENTE: LIGIA CARLA CAMACHO FURTADO, OAB nº RO3528A
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

SENTENÇA
Trata-se de ação de conhecimento, manejada pela(s) parte(s) cadastrada(s) no polo ativo do sistema PJe face do ESTADO DE RONDÔNIA, partes devidamente qualificadas.
Dispensado o relatório nos termos do artigo 38 da Lei n. 9.099/95, passo a decidir.
De saída, registro que, no rito do Juizado Especial da Fazenda Pública, admite-se o julgamento em lote, lista ou bloco de processos, quando a matéria for exclusivamente de direito e repetitiva, conforme ENUNCIADO 10 – Juizado da Fazenda Pública – Fórum Nacional de Juizados Especiais – FONAJE – XXXII Encontro – Armação de Búzios/RJ.
Em relação a preliminar de incompetência, sustentada em algumas demandas pelo ente promovido, importante apontar que, o que vai definir a competência para processamento e julgamento da demanda é a possibilidade ou não de o Juizado da Fazenda Pública conhecer de direitos individuais homogêneos.
A esse respeito, tenho que a competência dos Juizados da Fazenda Pública está definida no artigo 2º, da Lei 12.153/09, que, no § 1º, inciso I, afasta expressamente de sua competência demandas que versem sobre direitos ou interesses difusos e coletivos, senão vejamos:
Art. 2º - É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.
§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:
I – as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;
Nada, porém, é mencionado a respeito dos direitos individuais homogêneos.
Acontece que os direitos difusos e coletivos são de natureza transindividual, ensejando uma tutela propriamente coletiva lato sensu, ao passo em que os direitos individuais homogêneos, são apenas acidentalmente coletivos, ou seja, são direitos individuais que podem eventualmente ser tutelados coletivamente.
A natureza dos direitos, portanto, embora sejam tratadas juntamente no processo coletivo, é diversa.
A solução da questão, portanto, por não ter sido expressamente definida pela Lei, cabe ao Judiciário. E, nesse sentido, a jurisprudência da Corte Superior firmou o entendimento no sentido de que, independentemente da natureza do direito em questão (se difuso, coletivo ou individual homogêneo) - os quais podem vir a ser tutelados coletiva (por meio de um legitimado coletivo) ou individualmente -, o que não se admite nos Juizados da Fazenda Pública é a tutela coletiva, promovida por meio de um legitimado coletivo. Caso esse mesmo direito venha a ser pleiteado individualmente, nada impede o conhecimento da matéria pelo juizado. Confira-se:
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ATO ADMINISTRATIVO. TOMBAMENTO. DIREITO DIFUSO DEFENDIDO INDIVIDUALMENTE. COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. 1. Trata-se, na origem, de Agravo de Instrumento interposto pelo recorrido contra decisão interlocutória em que o juiz declinou da competência em favor do Juizado Especial da Fazenda Pública para processar e julgar Ação Ordinária, que visa anular ato administrativo que indicou imóvel para tombamento. 2. O Tribunal de origem afastou a competência do Juizado Especial por entender que "a causa em que se controverte a validade de ato administrativo de indicação de imóvel para tombamento versa sobre interesse difuso de proteção ao patrimônio histórico e cultural, o que torna incompetente o Juizado Especial da Fazenda Pública (JEFP) para julgá-la." 3. O acórdão merece reforma. O STJ entende que, em se tratando de direito difusos, sua defesa pode se dar tanto por meio de ação coletivas como individuais, sendo competência do Juizado Especial da Fazenda Pública a defesa de direito individual. Precedentes . 4. Recurso Especial provido. (STJ, REsp 1653288/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 05/05/2017)
Por esses motivos, REFUTO a preliminar aventada e reconheço a competência deste Juizado Especial da Fazenda Pública para o regular processamento do feito.
Dando continuidade, consigno que o conjunto probatório colacionado aos autos é suficiente para a formação do convencimento do Juízo, razão pela qual promovo o julgamento antecipado dos pedidos, nos termos do art. 355, I, do CPC.
Não há pedidos pendentes, além de inexistirem outras preliminares e prejudiciais do mérito. Assim, presentes os pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, passo ao exame do mérito propriamente dito.
Em análise aos autos, verifico que a parte requerente, policial militar do Estado de Rondônia, pretende o recebimento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
O Estado de Rondônia, em sede de defesa, pontua que o adicional postulado não é devido ao autor, uma vez que a legislação local, aplicável ao autor, não prevê tal benefício, bem como a Lei 13.954/19 dispõe o pagamento da referida verba para os militares das Forças Armadas.
Em algumas demandas, alega litigância de má-fé, que de pronto deve ser afastada, considerando que no momento do ajuizamento da ação havia julgados que entenderam pela procedência dos pedidos, inclusive no âmbito da própria Turma Recursal.
Razão assiste ao Estado de Rondônia. Isso porque, em que pese posicionamento anteriormente externados por outros juízos que tenha, por ventura, reconhecido o direito à percepção do adicional de compensação por disponibilidade militar aos policiais militares do Estado de Rondônia, este juízo não entende pela impossibilidade de pretensão.
A questão fora ventilada pelo Estado em razão da inexistência de previsão legal na legislação local aplicável aos Policiais Militares, quanto ao pagamento da referida verba. É certo que não há Lei Federal que estenda aos militares estaduais o mencionado adicional e, se existisse, ele deveria estar expressamente previsto, com a respectiva fonte de custeio.
Aplica-se, portanto, o enunciado de Súmula Vinculante 37 do STF que veda ao PODER JUDICIÁRIO o aumento de vencimentos de servidores público, sob o fundamento da isonomia.
Assim, não é possível estender a condição de Militar das Forças Armadas aos policiais militares de Rondônia, com fundamento no art. 4º da Lei 6.880/80 (Estatuto dos Militares), uma vez que não se confundem os militares da reserva das forças armadas com policiais militares. Até porque, se fosse dada tal interpretação, os servidores civis que se enquadrassem na hipótese do art. 4º, I, b (reservistas das forças armadas) também fariam jus ao referido adicional.
Veja que os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao adicional postulado, uma vez que a própria Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos MILITARES ESTADUAIS deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos, no caso, a Lei nº 10.486/2002:
Art. 25. O Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, passa a vigorar com as seguintes alterações:
(…)
III - modificação da redação do art. 24, nos seguintes termos

Art. 24. Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos, nos termos do § 1º do art. 42, combinado com o inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal. (destaquei).

O dispositivo legal reitera o princípio da Separação dos Poderes, que estabelece que incumbe a cada ente federativo a edição de norma que fixará, dentre outros, a remuneração dos seus servidores e militares.

Aliás, recentemente o TJDFT decidiu:

APELAÇÃO CÍVEL. LEI Nº 13.954/2019. ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO POR DISPONIBILIDADE MILITAR. INAPLICABILIDADE AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. LEI ESPECÍFICA. ENUNCIADO DE SÚMULA Nº 37, DO STF. REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DECORRENTE DO IMPLEMENTO DE ALÍQUOTA SUPERIOR PARA A CONTRIBUIÇÃO DA PENSÃO MILITAR. AUSÊNCIA DE PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PATAMAR. REDUÇÃO SALARIAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO ESPECÍFICO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A Lei nº 13.954/2019 criou o adicional de compensação por disponibilidade militar, que consiste na parcela remuneratória mensal devida ao militar em razão da disponibilidade permanente e da dedicação exclusiva. 2. Segundo o art. 8º, § 1º, da Lei nº 13.954/2019, é vedada a acumulação do adicional de compensação por disponibilidade militar com o adicional de tempo de serviço que trata o art. 3º, inciso IV, da Medida Provisória nº 2.215/2001. 3. Os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao referido adicional, porquanto a Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos servidores militares desses órgãos deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos. 4. Segundo enunciado de Súmula nº 37, do STF, não cabe ao PODER JUDICIÁRIO, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 5. Em que pese à alegação de redução de remuneração decorrente do implemento de alíquota superior para a contribuição de pensão militar, os autores/apelantes não formularam pedido em tal sentido, razão pela qual não há que se falar em alteração do patamar de contribuição previdenciária. 6. Apelo não provido. (APELAÇÃO CÍVEL 0730476-62.2020.8.07.0016, 4º Turma, relator: Desembargador Arnoldo Camanho, publicação: 27/07/2021).

Com efeito, em atenção ao princípio da legalidade e da separação dos Poderes e, ainda, considerando a SM 37 do STF, não é possível o pagamento do referido adicional aos policiais militares do Estado de Rondônia.

Por fim, consigno que a Turma Recursal, em verdadeiro overruling, modificou seu entendimento, passando a reconhecer a improcedência dos pedidos, justamente ao argumento de que a legislação Federal não é aplicável aos militares do Estado.

Nesse sentido:

Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RI n.º7001811-16.2021.8.22.0012, Relator: JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS, Data julgamento: 29/03/2023).

Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. - A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RECURSO INOMINADO, autos n. 7002283-17.2021.8.22.001, Relator : CRISTIANO GOMES MAZZINI, Data julgamento: 29/03/2023)

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial de percepção do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019, extinguindo o processo com resolução de mérito, na forma do art. 487, I, do CPC.

Sem condenação às custas processuais e honorários advocatícios nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95.

Quanto a eventual pedido de assistência judiciária, de conformidade com o caput do art. 54 da Lei nº 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Assim, não há que se falar no benefício da justiça gratuita neste momento processual, salvo se eventualmente for interposto de recurso inominado, quando deverá ser formulado expressamente o pedido na peça recursal, mediante comprovação.

Transitado em julgado, arquivem-se os presentes autos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.

Thiago Gomes de Aniceto

Juiz de Direito Substituto

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7025971-75.2020.8.22.0001

Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública

Polo Ativo: ALDICLEIDE ROCHA DA SILVA

ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CARLENE TEODORO DA ROCHA, OAB nº RO6922, JOAO PAULO ROBERTO DE ALMEIDA, OAB nº RO11414

Polo Passivo: MUNICIPIO DE PORTO VELHO

ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

DECISÃO

Da análise dos autos, verifico que a promovente interpôs, tempestivamente, Recurso Inominado em face da sentença proferida nos autos, requerendo a concessão dos benefícios da justiça gratuita, a fim de se eximir do dever de efetivar o preparo recursal.

Sendo assim, compulsando as provas carreadas aos autos, verifico ser suficiente para comprovar a condição de hipossuficiência econômica da parte recorrente e subsidiar o deferimento da assistência judiciária gratuita. Nestes termos, comprovada sua efetiva necessidade com relação à gratuidade judiciária pleiteada, defiro o referido pleito.

Vale relembrar que o juízo de admissibilidade nos Juizados Especiais é bifásico. A decisão proferida pelo juízo a quo, inclusive o deferimento da assistência judiciária gratuita, não vincula a Turma Recursal na aferição dos pressupostos de admissibilidade do recurso inominado. Isso porque a competência do juízo definitivo de admissibilidade é da Turma Recursal, por ser o órgão destinatário do recurso inominado.
Portanto, recebo o recurso interposto em seu efeito devolutivo e suspensivo (art. 43 da Lei nº 9.099/95).
Intime-se a parte recorrida para, querendo, oferecer resposta ao recurso inominado interposto, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, Lei nº 9.099/95.
Decorrido o decêndio ou devidamente contra-arrazoado, remetam-se à Egrégia Turma Julgadora com as homenagens de estilo.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7034620-29.2020.8.22.0001
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Polo Ativo: ELIVETE EVARISTO DOS SANTOS
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CARLENE TEODORO DA ROCHA, OAB nº RO6922, JOAO PAULO ROBERTO DE ALMEIDA, OAB nº RO11414
Polo Passivo: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
DECISÃO
Da análise dos autos, verifico que a promovente interpôs, tempestivamente, Recurso Inominado em face da sentença proferida nos autos, requerendo a concessão dos benefícios da justiça gratuita, a fim de se eximir do dever de efetivar o preparo recursal.
Sendo assim, compulsando as provas carreadas aos autos, verifico ser suficiente para comprovar a condição de hipossuficiência econômica da parte recorrente e subsidiar o deferimento da assistência judiciária gratuita. Nestes termos, comprovada sua efetiva necessidade com relação à gratuidade judiciária pleiteada, defiro o referido pleito.
Vale relembrar que o juízo de admissibilidade nos Juizados Especiais é bifásico. A decisão proferida pelo juízo a quo, inclusive o deferimento da assistência judiciária gratuita, não vincula a Turma Recursal na aferição dos pressupostos de admissibilidade do recurso inominado. Isso porque a competência do juízo definitivo de admissibilidade é da Turma Recursal, por ser o órgão destinatário do recurso inominado.
Portanto, recebo o recurso interposto em seu efeito devolutivo e suspensivo (art. 43 da Lei nº 9.099/95).
Intime-se a parte recorrida para, querendo, oferecer resposta ao recurso inominado interposto, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, Lei nº 9.099/95.
Decorrido o decêndio ou devidamente contra-arrazoado, remetam-se à Egrégia Turma Julgadora com as homenagens de estilo.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7027627-62.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: PATROCINO VALENTE
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.
Decido.
Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende consulta com médico especialista em cirurgia – geral.
O pedido de tutela de urgência foi indeferido.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).
Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.
O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:

EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)

EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O

PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)

Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.

Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).

Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.

Dispositivo.

Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer consulta com médico especialista em cirurgia – geral, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).

Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.

Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.

Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.

Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.

Thiago Gomes de Aniceto

Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7019581-84.2023.8.22.0001

Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública

Polo Ativo: AMOS APOLINARIO DA SILVA

ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

Polo Passivo: Estado de Rondônia

ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

SENTENÇA

Vistos.

Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.

Decido.

Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende consulta com médico especialista oftalmologia – retina geral.

O pedido de tutela de urgência foi indeferido.

Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).

Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.

O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:

EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)

EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)

Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.

Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).

Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.

Dispositivo.

Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer consulta com médico especialista oftalmologia – retina geral, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).

Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.

Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.

Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.

Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.

Thiago Gomes de Aniceto

Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7038040-37.2023.8.22.0001

Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública

Polo Ativo: RAFAEL RODRIGUES BARROSO

ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

Polo Passivo: Estado de Rondônia

ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

SENTENÇA

Vistos.

Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.

Decido.

Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende procedimento cirúrgico de colecistectomia videolaparoscópica.

O pedido de tutela de urgência foi indeferido.

Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).

Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.

O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:

EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)

EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O

PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)

Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.
Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).
Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.
Dispositivo.
Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer procedimento cirúrgico de colecistectomia videolaparoscópica, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7044208-55.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTES: FERNANDO JORGE LOURENCO DA SILVA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Decisão NO PLANTÃO JUDICIÁRIO
Vistos, Etc.,
FERNANDO JORGE LOURENÇO DA SILVA ingressou com o presente pedido de tutela de urgência contemporânea à propositura da ação em face de ESTADO DE RONDÔNIA, limitando-se ao requerimento do pedido de tutela para ordenar à requerida que proceda a disponibilização do exame de ELETROCARDIOGRAMA à parte autora que sofre “risco de infarto agudo do miocárdio e morte súbita”.
Narra a inicial que até a presente data não houve agendamento e nem previsão de data e local para a realização do exame prescrito pelo profissional de saúde.
Vieram-me os autos conclusos em regime de plantão semanal.
É o relatório. Decido.
Trata-se de pedido exclusivo de tutela de urgência, sendo certo que o pedido encontra respaldo no artigo 303 do CPC, in verbis:
“Art. 303. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo. (...)”
Pois bem. Para fins de concessão da antecipação de tutela, é necessário que estejam presentes os pressupostos do art. 300 do CPC:
“Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.”
Consigna-se que para a concessão da tutela imediatamente, este subscritor o fará dentro de um juízo de precaução e ponderabilidade, visando apenas evitar maiores danos à parte.
Analisando os autos, verifica-se que a parte requerente terá que se submeter a exame Eletrocardiograma pelo sistema único de saúde (SUS), que é o sistema universal e gratuito de atenção à saúde.
Em sede de cognição sumária, é possível visualizar o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, pois consta nos autos que a doença na requerente foi confirmada, devendo ser ela encaminhada para a realização do exame médico requerido a ser agendado e/ou custeado pelo Estado de Rondônia.
Verifica-se, daí, os dois requisitos indispensáveis para a concessão parcial da tutela de urgência, quais sejam: a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
Sobre a probabilidade do direito, manifestam-se Luiz Guilherme marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero, em Novo Código de Processo Civil Comentado, Revista dos Tribunais, p. 312:
“(…) No direito anterior a antecipação da tutela estava condicionada à existência de “prova inequívoca” capaz de convencer o juiz a respeito da “verossimilhança da alegação”, expressões que sempre foram alvo de acirrado debate na doutrina. O legislador resolveu, contudo, abandoná-las, dando preferência ao conceito de probabilidade do direito. Com isso, o legislador procurou autorizar o juiz a conceder tutelas provisórias com base em cognição sumária, isto é, ouvindo apenas uma das partes ou então fundado em quadros probatórios incompletos (vale dizer, sem que tenham sido colhidas todas as provas disponíveis para o esclarecimento das alegações de fato). A probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica – que é aquela que surge quando da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O juiz tem que se convencer de que o direito é provável para conceder a tutela provisória.”

Prosseguindo, assim discorrem os autores sobre o perigo da demora, pp. 312-313:
"(...) O legislador tinha à disposição, porém, um conceito mais apropriado, porque suficientemente versátil, para caracterizar a urgência: o conceito de perigo na demora (periculum in mora). A tutela provisória é necessária simplesmente porque não é possível esperar, sob pena de o ilícito ocorrer, continuar ocorrendo, ocorrer novamente, não ser removido ou de dano não ser reparado ou reparável no futuro. Assim, é preciso ler as expressões perigo de dano e risco ao resultado útil do processo como alusões ao perigo na demora. Vale dizer: há urgência quando a demora pode comprometer a realização imediata ou futura do direito."
Ou seja, analisando previamente o caso vertido nos autos, deve este subscritor verificar se as alegações da parte autora, mais os elementos de prova anexados à inicial, revelaram a evidência de um direito provável que mereça ser tutelado. E, uma vez presente, assegurar à parte, de imediato, quando houver urgência.
No caso dos autos é imperioso o deferimento PARCIAL, porquanto deverá ser agendado o exame requerido pelo autor, dentro das normas administrativas e de gestão do Sistema Único de Saúde, devendo ser ao menos informado ao assistido o dia e local do seu exame.
Sobre o tema, colaciono aresto do TJRO:
"Processo Civil. Tutela provisória. Requisitos. Presença. Concessão. Legitimidade da decisão. É legítima a decisão que concede tutela provisória quando existente os requisitos para sua concessão, razão pela qual deve ser mantida. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0809868-82.2020.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 18/06/2021 (Grifei).
Por fim, impõe-se ressaltar que o deferimento da medida de urgência sequer tem o condão de causar prejuízo considerável à parte requerida, de resto não se tratando de providência irreversível diante da prestação de serviços de saúde.
Por tudo isso, não há que se falar em prejuízo e/ou perigo de irreversibilidade dos efeitos da presente decisão, pois a decisão que concede a tutela não fará coisa julgada, no entanto, a estabilidade dos respectivos efeitos só será afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar, proferida em ação ajuizada por uma das partes, nos termos do § 2º deste artigo 304 do CPC.
Em um exame sumário, entende-se ser caso de deferimento da tutela de urgência antecedente, no presente momento, da seguinte forma:
a) DEFIRO PARCIALMENTE a tutela de urgência para determinar que o ESTADO DE RONDÔNIA no prazo 05 (cinco) dias, providencie a indicação do agendamento do exame Eletrocardiograma a ser realizado no autor, em local e data oportuna e mais breve possível, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter de urgência, tendo em vista a situação delicada que a parte autora se encontra, sob pena de sequestro do valor do exame para que a parte autora proceda de forma particular.
Intime-se e cite-se o Estado de Rondônia desta decisão.
DISTRIBUA-SE, COM URGÊNCIA, PARA O OFICIAL DE JUSTIÇA DE PLANTÃO.
No mais, cumpre ao juízo cientificar às partes quanto ao deferimento da inversão do ônus da prova acerca dos pontos eventualmente controvertidos da lide posta nos autos, bem ainda de que a referida inversão, uma vez operada, não eximirá a parte autora da comprovação da prova de eventuais danos por ela alegados.
b) Deixo de analisar a possibilidade de assistência judiciária gratuita, vez que o acesso no juizado especial é gratuito, devendo ser novamente requerido e comprovada a hipossuficiência em caso de recurso.
c) Cite-se a parte requerida dos termos da ação, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da realização da audiência de conciliação ora designada, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344, CPC).
II - Nos termos do art. 334, DETERMINO a designação de audiência de conciliação por VIDEOCONFERÊNCA, via whatsapp ou hangouts meet, para data a ser indicada pelo CPE, cuja solenidade será realizada pelo CEJUSC/Cível, devendo as partes comparecerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º, CPC).
II.1. À CPE: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE e, após, certifique-se nos autos. Posteriormente, intime-se a parte autora, via Diário da Justiça Eletrônico, e cite-se e intime-se a parte requerida, via correios e/ou oficial de justiça.
II.2 - O prazo para contestar fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º).
II.3 - Caso o requerido não possua interesse na realização da audiência de conciliação, deverá manifestá-lo com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º CPC), ficando de qualquer forma obrigado a comparecer à audiência caso não haja manifestação de anuência da parte autora na petição inicial (art. 334, §4º, inciso I, CPC).
II.4 - Se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, a audiência de conciliação não se realizará, iniciando-se o prazo de defesa a contar da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu (art. 335, inciso II, CPC).
III - Caso o requerido apresente reconvenção, intime-se o requerente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO:
a) CARTA / OFÍCIO / MANDADO / DE INTIMAÇÃO DA CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA, EM REGIME DE PLANTÃO, observando-se, para tanto, o seguinte endereço ou quaisquer outros em que a parte possa ser encontrada nesta jurisdição:
REQUERIDO: Estado de Rondônia, AVENIDA DOS IMIGRANTES - DE 31 3503, - DE 3129 A 3587 - LADO ÍMPAR COSTA E SILVA - 76803-611 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
a) CARTA / MANDADO / DE CITAÇÃO /DE INTIMAÇÃO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA, EM REGIME DE PLANTÃO, nos termos do artigo 248 do CPC, para a parte requerida, inclusive, quanto a audiência designada, observando o seguinte endereço para o seu cumprimento:
REQUERIDO: Estado de Rondônia, AVENIDA DOS IMIGRANTES - DE 31 3503, - DE 3129 A 3587 - LADO ÍMPAR COSTA E SILVA - 76803-611 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC, caso a citação proceda mediante os termos dos artigos 249 e 250 mesmo Códex, expedindo-se o necessário.
Porto Velho, 14 de julho de 2023
{{orgao_julgador.magistrado}}
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
7065920-38.2022.8.22.0001

REQUERENTES: ELIANA DE SOUZA SANTOS, EDNA MARIA DE OLIVEIRA, CLEMILDA GONCALVES NEVES, CARLOS EDUARDO ESTRELA RAMOS, ARINALDO FREITAS DE CASTRO
ADVOGADO DOS REQUERENTES: ODUVALDO GOMES CORDEIRO, OAB nº RO6462
REQUERIDO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/1995 c/c art. 27 da Lei n. 12.153/2009.
Fundamentos Decido.
Trata-se de julgamento de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos contra a Sentença de ID 87893571 sob a alegação de omissão e obscuridade com relação aos pedidos da parte autora.
Pois bem.
Nos termos do artigo 48 da lei 9.099/95 e art. 1.022 do CPC, caberão embargos de declaração contra qualquer decisão obscura, contraditória, omissa ou para corrigir erro material.
A meu ver a parte recorrente não demonstrou a existência de obscuridade ou omissão na Sentença atacada, mas deixou evidente que sua intenção é, na verdade, protelar o andamento processual e rediscutir o julgamento por evidente inconformismo, pois alega omissão em relação aos pedidos dos autores, todavia foram esses devidamente enfrentados inexistindo reparos a serem feitos no decisum.
Com efeito, o juiz não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, consoante assentou o STF:
Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA APRECIADA PELO TRIBUNAL. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL PELA CORTE DE ORIGEM. DESCABIMENTO DE RECLAMAÇÃO OU DE AGRAVO NOS PRÓPRIOS AUTOS. CARÁTER INFRINGENTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. 1. A omissão, contradição ou obscuridade, quando inocorrentes, tornam inviável a revisão da decisão em sede de embargos de declaração, em face dos estreitos limites do art. 535 do CPC. 2. O magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. 3. A revisão do julgado, com manifesto caráter infringente, revela-se inadmissível, em sede de embargos (Precedentes: AI n. 799.509-AgR-ED, Relator o Ministro Marco Aurélio, 1ª Turma, DJe de 8/9/2011; RE n. 591.260-AgR-ED, Relator o Ministro Celso de Mello, 2ª Turma, DJe de 9/9/2011). 4. In casu, o acórdão embargado restou assim ementado: "RECLAMAÇÃO. JUÍZO A QUO. APLICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. OFENSA À AUTORIDADE DE DECISÃO DESTA CORTE. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES. A RECLAMAÇÃO NÃO É O INSTRUMENTO PROCESSUAL ADEQUADO PARA APRECIAR A CORREÇÃO DA APLICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. PRECEDENTE: RCL 7569. RECLAMAÇÃO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO." 5. Embargos de declaração desprovidos. (Rcl 22759 AgR-ED, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 28/06/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-166 DIVULG 08-08-2016 PUBLIC 09-08-2016) (destaquei)
Nesse sentido, entendo que a sentença apresentou fundamentação robusta, clara e não se omitiu em relação argumentos trazidos na inicial, e o que se percebe é que a parte tenta rediscutir a matéria em sede de embargos de declaração, o que é vedado pelo nosso ordenamento jurídico.
Repiso, a sentença não precisa apreciar todas as alegações e fundamentos arguidos pelas partes, e a ausência de apreciação de alegação da parte embargante não enseja omissão do julgado, não possibilitando à parte o manejo de embargos de declaração. Segue, assim, o entendimento jurisprudencial:
E M E N T A – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ALEGAÇÃO DE NÃO-APRECIAÇÃO DAS ALEGAÇÕES COLOCADAS EM CONTRA-RAZÕES – AUSÊNCIA DE OMISSÃO NOS TERMOS DO ART. 535, II, DO CPC – REJEIÇÃO. O embargante não demonstra a ocorrência de omissão nos termos do artigo 535, II, do CPC, ou seja, não demonstra ter deixado o acórdão de abordar algum ponto relevante para o deslinde da controvérsia sobre o qual devia pronunciar-se. O julgador, para expressar sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Está adstrito ao fato trazido a julgamento e não às teses jurídicas apresentadas. (TJ/MS. Embargos de Declaração em Apelação Cível nº 2005.010209-3/0001-00 – Campo Grande. Relator Des. Luiz Carlos Santini. Julgamento 08.11.2005) Grifo nosso.
Nesse sentido, o Juízo se ateve ao fato trazido, fundamentando a Sentença na declaração da inconstitucionalidade da norma que enquadrou os Monitores de Ensino no cargo de Professor, sem a realização de concurso público, bem como na edição da Lei Complementar n° 778/2019, que dispõe sobre criação do cargo de Monitor de Ensino, as normas aplicáveis a essa carreira, bem como as gratificações e vantagens a ele inerentes, inclusive prevendo em seu art. 12 a garantia de vantagem pessoal correspondente à redução salarial desses profissionais quando essa vier a ocorrer após o enquadramento do diploma legislativo.
Assim, sendo desnecessárias maiores digressões, entendo que não há omissão na Sentença embargada, mas tentativa de rediscussão do julgamento o que é vedado em sede de embargos de declaração, considerando que eles não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado (AgInt no AgInt no AREsp 1483727/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/12/2019, DJe 18/12/2019).
Dispositivo
FRENTE AO EXPOSTO e ao mais que dos autos constam REJEITO os embargos de declaração, mantendo a Sentença inalterada em seus integrais termos.
Intimem-se as partes.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
7058474-81.2022.8.22.0001
AUTOR: JEICIMAR NOGUEIRA ALMEIDA
ADVOGADO DO AUTOR: EDUARDO GOMES DOS SANTOS ROCHA, OAB nº RO9813
REU: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
SENTENÇA
Vistos, etc.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/1995 c/c art. 27 da Lei n. 12.153/2009.
Fundamentos
Decido.
Trata-se de julgamento de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos por Jeicimar Nogueira Almeida contra a Sentença de ID 92436541, ao argumento de que o Sentenciante confundiu o termo inicial para contagem do prazo decadencial, bem como sustenta que os fundamentos expendidos são contraditórios em relação a sentenças anteriores prolatadas pelo Juízo sobre a mesma matéria.
Pois bem.
Nos termos do artigo 48 da lei 9.099/95 e art. 1.022 do CPC, caberão embargos de declaração contra qualquer decisão obscura, contraditória, omissa ou para corrigir erro material.
A meu ver o embargante não demonstrou a existência de omissão ou contradição na Sentença, mas deixou evidente que sua intenção é, na verdade, rediscutir o julgamento por mero inconformismo, pois conforme descrito no Decisum o entendimento deste Juízo foi de que o processo administrativo de suspensão do direito de dirigir foi encerrado em 05/01/2022, ao passo que a notificação da penalidade foi expedida em 13/01/2022, portanto, dentro do prazo decadencial de 180 dias.
Assim, considerando os fundamentos acima, entendo que não há contradição ou omissão na Sentença embargada, mas tentativa de rediscussão do julgamento o que é vedado em sede de embargos de declaração, considerando que eles não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado (AgInt no AgInt no AREsp 1483727/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/12/2019, DJe 18/12/2019).
Não é demais acrescentar que os embargos de declaração são cabíveis para sanar contradição interna, verificada no decisum embargado, e não eventual contradição em relação a outras decisões ou em relação a elementos probatórios constantes nos autos, consoante já assentado pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTOS SUFICIENTES PARA A MANUNTEÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 283/STF. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NO JULGADO.1. Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica no caso dos autos. 2. Hipótese em que, de maneira clara e fundamentada, o agravo interno manteve a decisão de incidência da Súmula n. 283/STF, por existência de fundamentos suficientes para a manutenção do acórdão recorrido, quanto ao tema relacionado aos honorários advocatícios. 3. A contradição que autoriza a oposição dos embargos declaratórios é apenas aquela contradição interna, entre a fundamentação e o dispositivo do julgado, o que não se observa a partir da leitura do acórdão. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgInt no AREsp n. 2.197.132/SP, relator Ministro Humberto Martins, Terceira Turma, julgado em 26/6/2023, DJe de 28/6/2023.) - Destaquei.
Dispositivo
FRENTE AO EXPOSTO e ao mais que dos autos constam REJEITO os embargos de declaração, mantendo a Sentença de ID 92436541inalterada em seus integrais termos, devendo a CPE dar-lhe integral cumprimento.
Intimem-se as partes.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
7058478-21.2022.8.22.0001
AUTOR: SILAS AMARAL DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: EDUARDO GOMES DOS SANTOS ROCHA, OAB nº RO9813
REU: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
SENTENÇA
Vistos, etc.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/1995 c/c art. 27 da Lei n. 12.153/2009.
Fundamentos

Decido.
Trata-se de julgamento de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos por Silas Amaral de Souza contra a Sentença de ID 92436473, ao argumento de que o Sentenciante confundiu o termo inicial para contagem do prazo decadencial, bem como sustenta que os fundamentos expendidos são contraditórios em relação a sentenças anteriores prolatadas pelo Juízo sobre a mesma matéria.
Pois bem.
Nos termos do artigo 48 da lei 9.099/95 e art. 1.022 do CPC, caberão embargos de declaração contra qualquer decisão obscura, contraditória, omissa ou para corrigir erro material.
A meu ver o embargante não demonstrou a existência de omissão ou contradição na Sentença, mas deixou evidente que sua intenção é, na verdade, rediscutir o julgamento por mero inconformismo, pois conforme descrito no Decisum o entendimento deste Juízo foi de que o processo administrativo de suspensão do direito de dirigir foi encerrado em 05/01/2022, ao passo que a notificação da penalidade foi expedida em 25/01/2022, portanto, dentro do prazo decadencial de 180 dias.
Assim, considerando os fundamentos acima, entendo que não há contradição ou omissão na Sentença embargada, mas tentativa de rediscussão do julgamento o que é vedado em sede de embargos de declaração, considerando que eles não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado (AgInt no AgInt no AREsp 1483727/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/12/2019, DJe 18/12/2019).
Não é demais acrescentar que os embargos de declaração são cabíveis para sanar contradição interna, verificada no decisum embargado, e não eventual contradição em relação a outras decisões ou em relação a elementos probatórios constantes nos autos, consoante já assentado pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTOS SUFICIENTES PARA A MANUNTEÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 283/STF. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NO JULGADO.1. Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica no caso dos autos. 2. Hipótese em que, de maneira clara e fundamentada, o agravo interno manteve a decisão de incidência da Súmula n. 283/STF, por existência de fundamentos suficientes para a manutenção do acórdão recorrido, quanto ao tema relacionado aos honorários advocatícios. 3. A contradição que autoriza a oposição dos embargos declaratórios é apenas aquela contradição interna, entre a fundamentação e o dispositivo do julgado, o que não se observa a partir da leitura do acórdão. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgInt no AREsp n. 2.197.132/SP, relator Ministro Humberto Martins, Terceira Turma, julgado em 26/6/2023, DJe de 28/6/2023.) - Destaquei.
Dispositivo
FRENTE AO EXPOSTO e ao mais que dos autos constam REJEITO os embargos de declaração, mantendo a Sentença de ID 92436473 inalterada em seus integrais termos, devendo a CPE dar-lhe integral cumprimento.
Intimem-se as partes.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7043883-80.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: MARLENE COSTA DE SOUZA
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO REQUERENTE: CARLENE TEODORO DA ROCHA, OAB nº RO6922, JOAO PAULO ROBERTO DE ALMEIDA, OAB nº RO11414
Requerido/Executado: REQUERIDO: M. D. P. V.
Advogado do Requerido/Executado: REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Nomeio como profissional de confiança deste juízo a arquiteta com especialidade em segurança do trabalho JOSIENE PEREIRA DA SILVA, devendo ser comunicada do encargo pelo sistema para análise da insalubridade alegada.
Desde já fixo os honorários em R$ 1.000,00 (mil reais), justificando extrapolar o valor da tabela da Res. n° 232/CNJ por ser a mesma datada de 2016 (art. 2°, § 5°), porque não existem profissionais que realizam esse serviço por preço inferior (art. 2°, § 4°), porque o tipo de serviço investigativo requer o emprego de maquinário cuja manutenção é onerosa ou locação seja necessária (art. 2°, I), bem como existem grandes distâncias a serem percorridas (em alguns casos até 350 km).
A parte requerente tem o prazo de 5 dias para comprovar o depósito integral do valor dos honorários que deverá ser realizado na Caixa Econômica Federal em conta vinculada a este juízo. Dentro do prazo estabelecido deverá ser juntado no processo o comprovante do depósito realizado e respectivo boleto.
Para eventual impugnação do profissional nomeado dentro das hipóteses legais, as partes terão prazo até o último dia de prazo para apresentação de defesa (assim nesse interregno fica embutido o prazo de 15 dias do NCPC 465, § 1°).
O laudo deverá ser apresentado SOMENTE APÓS O PAGAMENTO dos honorários fixados e em 30 dias contados da contestação ou do vencimento do prazo para apresentação da mesma (esse interregno conterá o prazo de 30 dias do NCPC 465), que por solicitação dele poderá ser prorrogado por até mais 15 dias, sem possibilidade de outras prorrogações (NCPC 476), sob as penas do art. 468, do NCPC. Como em sede de Juizados Especial da Fazenda Pública (art. 10, lei n° 12.153/2009) realiza-se apenas um exame técnico ficam dispensadas as formalidades previstas no NCPC para realização de perícia.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:

1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere a cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realizada audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei n. 12.527/11).
Quanto à produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7025259-80.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: GLORIELMA OLIVEIRA ALVAREZ
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: LUCIO FELIPE NASCIMENTO DA SILVA, OAB nº RO8992
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos, etc.
A parte requerente poderá apresentar impugnação à contestação / réplica no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.
Agende-se decurso de prazo.
Após, voltem-me conclusos.
Intimem-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7088221-76.2022.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: SHEILA MARIA FERREIRA MENDONCA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: WELLINGTON FERREIRA MENDONCA, OAB nº RO10636
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Sentença
Vistos, etc.
Relatório dispensado, nos termos do artigo 27 da Lei nº 12.153/2009 c/c artigo 38 da Lei nº 9.099/1995.
Fundamentos
Decido.
Trata-se de causa em que a parte requerente pretende obter um pronunciamento judicial que a dispense da obrigatoriedade de se submeter anualmente ao Núcleo de Perícia Médica para ser examinada e para constatar que ainda estaria acometida de neoplasia maligna / carcinoma para justificar a manutenção da isenção do imposto de renda.
Pois bem.
Quanto ao mérito, entendo que ficou demonstrado nos autos que a neoplasia maligna está prevista no artigo 6º, XIV, da Lei nº 7.713/88 como uma das causas de isenção do imposto de renda, senão vejamos:

Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguinte rendimentos percebidos por pessoas físicas:
XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma; [destaquei]
Segundo entendimento do STJ, "é desnecessária a apresentação de laudo médico oficial para o reconhecimento judicial da isenção do imposto de renda, desde que o magistrado entenda suficientemente demonstrada a doença grave por outros meios de prova" [vide Súmula 598, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/11/2017, DJe 20/11/2017].
Entende também o STJ que o contribuinte tem direito à isenção do Imposto de Renda independentemente da demonstração da contemporaneidade dos sintomas da doença e da recidiva da enfermidade, consoante enunciado da Súmula nº 627, in verbis:
"o contribuinte faz jus à concessão ou à manutenção da isenção do Imposto de Renda, não se lhe exigindo a demonstração da contemporaneidade dos sintomas da doença nem da recidiva da enfermidade". [grifei]
Logo, considerando que a parte requerente já foi diagnosticada por mais de uma vez com neoplasia maligna pelo NUPEM – Núcleo de Perícia Médica, mediante os Laudos Médicos Periciais nº 33.053/2019 e nº 95863/2021 (ID: 85421217 - Pág. 1 85421217 - Pág. 1; ID: 85421219 - Pág. 1 85421219 - Pág. 1), entendo como desnecessário seu retorno anual ao NUPEM para realização de novas perícias.
Até porque, "uma vez reconhecida a neoplasia maligna, não se exige a demonstração da contemporaneidade dos sintomas, nem a indicação de validade do laudo pericial, ou a comprovação de recidiva da enfermidade, para que o contribuinte faça jus à isenção de Imposto de Renda" [vide REsp 1655056/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 25/04/2017].
Destarte, é de rigor julgar procedente o pedido inicial.
Dispositivo
Posto isto, julgo PROCEDENTE o pedido inicial para dispensar a parte requerente da obrigatoriedade de se submeter anualmente ao Núcleo de Perícia Médica para ser examinada a fim de constatar se ela ainda estaria acometida de neoplasia maligna / carcinoma para justificar a manutenção da isenção do imposto de renda.
DETERMINO ao Estado de Rondônia que se abstenha de condicionar a manutenção da isenção do imposto de renda concedida em favor da parte requerente à prévia e anual perícia médica, sob pena de responsabilidade.
Com o trânsito em julgado, intime-se o IPERON / egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – TJRO / NUPEM para que procedam com a interrupção de novas convocações periciais.
DECLARO EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do CPC/2015, artigo 316 c/c artigo 487, inciso I.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/1995.
Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7041507-92.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Polo Ativo: BRUNA DA SILVA FREITAS
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JOAO PAULO ROBERTO DE ALMEIDA, OAB nº RO11414, CARLENE TEODORO DA ROCHA, OAB nº RO6922
Polo Passivo: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
DECISÃO
Da análise dos autos, verifico que a promovente interpôs, tempestivamente, Recurso Inominado em face da sentença proferida nos autos, requerendo a concessão dos benefícios da justiça gratuita, a fim de se eximir do dever de efetivar o preparo recursal.
Sendo assim, compulsando as provas carreadas aos autos, verifico ser suficiente para comprovar a condição de hipossuficiência econômica da parte recorrente e subsidiar o deferimento da assistência judiciária gratuita. Nestes termos, comprovada sua efetiva necessidade com relação à gratuidade judiciária pleiteada, defiro o referido pleito.
Vale relembrar que o juízo de admissibilidade nos Juizados Especiais é bifásico. A decisão proferida pelo juízo a quo, inclusive o deferimento da assistência judiciária gratuita, não vincula a Turma Recursal na aferição dos pressupostos de admissibilidade do recurso inominado. Isso porque a competência do juízo definitivo de admissibilidade é da Turma Recursal, por ser o órgão destinatário do recurso inominado.
Portanto, recebo o recurso interposto em seu efeito devolutivo e suspensivo (art. 43 da Lei nº 9.099/95).
Intime-se a parte recorrida para, querendo, oferecer resposta ao recurso inominado interposto, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, Lei nº 9.099/95.
Decorrido o decêndio ou devidamente contra-arrazoado, remetam-se à Egrégia Turma Julgadora com as homenagens de estilo.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7028363-80.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: JACIRA NEVES CAMPOS
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.
Decido.
Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende consulta em oftalmologia – adulto.
O pedido de tutela de urgência foi indeferido.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).
Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.
O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:
EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)
EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O
PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)
Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.
Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).
Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.
Dispositivo.
Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer consulta em oftalmologia – adulto, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7073723-72.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: SUZY KELLY DE ALMEIDA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.
Decido.
Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende TC DO ABDÔMEN SUPERIOR ADULTO C/CONTRASTE S/ SEDAÇÃO, TC DE PELVE OU BACIA ADULTO C/CONTRASTE S/SEDAÇÃO e URETROCISTOGRAFIA MICCIONAL ANTERÓGRADA E RETRÓGRADA.
O pedido de tutela de urgência foi indeferido.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).
Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.
O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:
EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)
EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O
PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)
Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.
Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).
Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.
Dispositivo.
Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer TC DO ABDÔMEN SUPERIOR ADULTO C/CONTRASTE S/SEDAÇÃO, TC DE PELVE OU BACIA ADULTO C/CONTRASTE S/SEDAÇÃO e URETROCISTOGRAFIA MICCIONAL ANTERÓGRADA E RETRÓGRADA, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7027608-56.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: JOSE EVANGELISTA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.
Decido.
Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende exames de eletroencefalograma em vigília e sono espontâneo c/ ou s/ fotoestímulo (EEG) e TC de crânio adulto s/contraste s/sedação.

O pedido de tutela de urgência foi indeferido.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).
Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.
O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:
EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)
EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O
PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)
Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.
Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).
Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.
Dispositivo.
Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer exames de eletroencefalograma em vigília e sono espontâneo c/ ou s/ fotoestímulo (EEG) e TC de crânio adulto s/contraste s/ sedação, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7029143-20.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: MARIA LUCIA BARBOSA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.
Decido.
Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende consulta em cirurgia geral.
O pedido de tutela de urgência foi indeferido.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).
Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.

O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:
EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)
EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O
PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)
Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.
Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).
Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.
Dispositivo.
Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer consulta em cirurgia geral, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7030314-12.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: EDILENE CARNEIRO VIANA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.
Decido.
Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende consulta em cirurgia geral.
O pedido de tutela de urgência foi indeferido.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).
Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.
O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:
EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)

EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O
PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)
Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.
Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).
Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.
Dispositivo.
Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer consulta em cirurgia geral, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
7031593-33.2023.8.22.0001
REQUERENTE: RAFAEL HIGOR DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: EDUARDO GOMES DOS SANTOS ROCHA, OAB nº RO9813
REQUERIDO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Dispensado o relatório, nos termos do artigo 38 da Lei nº 9.099/95, passo a fundamentar e decidir.
Do exame dos autos, observo que a parte autora manifestou expressamente seu interesse em desistir da presente ação, conforme se verifica em petição carreada aos autos.
Ressalte-se que o Codex Processual Civil, em seu art. 485, inc. VIII, estabelece ser a desistência uma das formas de extinção do processo sem resolução do mérito, devendo o demandante demonstrar expressamente vontade de não mais prosseguir no feito.
Quanto à possibilidade de desistência da ação, o Enunciado 90 do FONAJE (Aprovado no XVI Encontro – Rio de Janeiro/RJ), prevê que "a desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento."
De tal feita, em sede de Juizados Especiais, extingue-se o processo, por desistência da parte autora, ainda que não haja a anuência da parte ré.
Diante do exposto, estando presentes os pressupostos de admissibilidade do pedido de desistência, DECLARO extinto o processo sem apreciação do mérito de acordo com o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil.
Sem custas e honorários advocatícios, conforme estabelecem os arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95.
Certifique o trânsito em julgado e arquivem-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Arquivem-se os presentes autos promovendo-se às baixas necessárias e as cautelas de estilo.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7027212-84.2020.8.22.0001
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Polo Ativo: MARLENE HELENA DE SOUZA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CARLENE TEODORO DA ROCHA, OAB nº RO6922, JOAO PAULO ROBERTO DE ALMEIDA, OAB nº RO11414
Polo Passivo: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

DECISÃO
Da análise dos autos, verifico que a promovente interpôs, tempestivamente, Recurso Inominado em face da sentença proferida nos autos, requerendo a concessão dos benefícios da justiça gratuita, a fim de se eximir do dever de efetivar o preparo recursal.
Sendo assim, compulsando as provas carreadas aos autos, verifico ser suficiente para comprovar a condição de hipossuficiência econômica da parte recorrente e subsidiar o deferimento da assistência judiciária gratuita. Nestes termos, comprovada sua efetiva necessidade com relação à gratuidade judiciária pleiteada, defiro o referido pleito.
Vale relembrar que o juízo de admissibilidade nos Juizados Especiais é bifásico. A decisão proferida pelo juízo a quo, inclusive o deferimento da assistência judiciária gratuita, não vincula a Turma Recursal na aferição dos pressupostos de admissibilidade do recurso inominado. Isso porque a competência do juízo definitivo de admissibilidade é da Turma Recursal, por ser o órgão destinatário do recurso inominado.
Portanto, recebo o recurso interposto em seu efeito devolutivo e suspensivo (art. 43 da Lei nº 9.099/95).
Intime-se a parte recorrida para, querendo, oferecer resposta ao recurso inominado interposto, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, Lei nº 9.099/95.
Decorrido o decêndio ou devidamente contra-arrazoado, remetam-se à Egrégia Turma Julgadora com as homenagens de estilo.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7044208-55.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTES: FERNANDO JORGE LOURENCO DA SILVA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Decisão NO PLANTÃO JUDICIÁRIO
Vistos, Etc.,
FERNANDO JORGE LOURENÇO DA SILVA ingressou com o presente pedido de tutela de urgência contemporânea à propositura da ação em face de ESTADO DE RONDÔNIA, limitando-se ao requerimento do pedido de tutela para ordenar à requerida que proceda a disponibilização do exame de ELETROCARDIOGRAMA à parte autora que sofre "risco de infarto agudo do miocárdio e morte súbita".
Narra a inicial que até a presente data não houve agendamento e nem previsão de data e local para a realização do exame prescrito pelo profissional de saúde.
Vieram-me os autos conclusos em regime de plantão semanal.
É o relatório. Decido.
Trata-se de pedido exclusivo de tutela de urgência, sendo certo que o pedido encontra respaldo no artigo 303 do CPC, in verbis:
"Art. 303. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo. (...)"
Pois bem. Para fins de concessão da antecipação de tutela, é necessário que estejam presentes os pressupostos do art. 300 do CPC:
"Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão."
Consigna-se que para a concessão da tutela imediatamente, este subscritor o fará dentro de um juízo de precaução e ponderabilidade, visando apenas evitar maiores danos à parte.
Analisando os autos, verifica-se que a parte requerente terá que se submeter a exame Eletrocardiograma pelo sistema único de saúde (SUS), que é o sistema universal e gratuito de atenção à saúde.
Em sede de cognição sumária, é possível visualizar o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, pois consta nos autos que a doença na requerente foi confirmada, devendo ser ela encaminhada para a realização do exame médico requerido a ser agendado e/ou custeado pelo Estado de Rondônia.
Verifica-se, daí, os dois requisitos indispensáveis para a concessão parcial da tutela de urgência, quais sejam: a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
Sobre a probabilidade do direito, manifestam-se Luiz Guilherme marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero, em Novo Código de Processo Civil Comentado, Revista dos Tribunais, p. 312:
"(…) No direito anterior a antecipação da tutela estava condicionada à existência de "prova inequívoca" capaz de convencer o juiz a respeito da "verossimilhança da alegação", expressões que sempre foram alvo de acirrado debate na doutrina. O legislador resolveu, contudo, abandoná-las, dando preferência ao conceito de probabilidade do direito. Com isso, o legislador procurou autorizar o juiz a conceder tutelas provisórias com base em cognição sumária, isto é, ouvindo apenas uma das partes ou então fundado em quadros probatórios incompletos (vale dizer, sem que tenham sido colhidas todas as provas disponíveis para o esclarecimento das alegações de fato). A probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica – que é aquela que surge quando da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O juiz tem que se convencer de que o direito é provável para conceder a tutela provisória."
Prosseguindo, assim discorrem os autores sobre o perigo da demora, pp. 312-313:

"(...) O legislador tinha à disposição, porém, um conceito mais apropriado, porque suficientemente versátil, para caracterizar a urgência: o conceito de perigo na demora (periculum in mora). A tutela provisória é necessária simplesmente porque não é possível esperar, sob pena de o ilícito ocorrer, continuar ocorrendo, ocorrer novamente, não ser removido ou de dano não ser reparado ou reparável no futuro. Assim, é preciso ler as expressões perigo de dano e risco ao resultado útil do processo como alusões ao perigo na demora. Vale dizer: há urgência quando a demora pode comprometer a realização imediata ou futura do direito."

Ou seja, analisando previamente o caso vertido nos autos, deve este subscritor verificar se as alegações da parte autora, mais os elementos de prova anexados à inicial, revelaram a evidência de um direito provável que mereça ser tutelado. E, uma vez presente, assegurar à parte, de imediato, quando houver urgência.

No caso dos autos é imperioso o deferimento PARCIAL, porquanto deverá ser agendado o exame requerido pelo autor, dentro das normas administrativas e de gestão do Sistema Único de Saúde, devendo ser ao menos informado ao assistido o dia e local do seu exame.

Sobre o tema, colaciono aresto do TJRO:

"Processo Civil. Tutela provisória. Requisitos. Presença. Concessão. Legitimidade da decisão. É legítima a decisão que concede tutela provisória quando existente os requisitos para sua concessão, razão pela qual deve ser mantida. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0809868-82.2020.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 18/06/2021 (Grifei).

Por fim, impõe-se ressaltar que o deferimento da medida de urgência sequer tem o condão de causar prejuízo considerável à parte requerida, de resto não se tratando de providência irreversível diante da prestação de serviços de saúde.

Por tudo isso, não há que se falar em prejuízo e/ou perigo de irreversibilidade dos efeitos da presente decisão, pois a decisão que concede a tutela não fará coisa julgada, no entanto, a estabilidade dos respectivos efeitos só será afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar, proferida em ação ajuizada por uma das partes, nos termos do § 2º deste artigo 304 do CPC.

Em um exame sumário, entende-se ser caso de deferimento da tutela de urgência antecedente, no presente momento, da seguinte forma:

a) DEFIRO PARCIALMENTE a tutela de urgência para determinar que o ESTADO DE RONDÔNIA no prazo 05 (cinco) dias, providencie a indicação do agendamento do exame Eletrocardiograma a ser realizado no autor, em local e data oportuna e mais breve possível, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter de urgência, tendo em vista a situação delicada que a parte autora se encontra, sob pena de sequestro do valor do exame para que a parte autora proceda de forma particular.

Intime-se e cite-se o Estado de Rondônia desta decisão.

DISTRIBUA-SE, COM URGÊNCIA, PARA O OFICIAL DE JUSTIÇA DE PLANTÃO.

No mais, cumpre ao juízo cientificar às partes quanto ao deferimento da inversão do ônus da prova acerca dos pontos eventualmente controvertidos da lide posta nos autos, bem ainda de que a referida inversão, uma vez operada, não eximirá a parte autora da comprovação da prova de eventuais danos por ela alegados.

b) Deixo de analisar a possibilidade de assistência judiciária gratuita, vez que o acesso no juizado especial é gratuito, devendo ser novamente requerido e comprovada a hipossuficiência em caso de recurso.

c) Cite-se a parte requerida dos termos da ação, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da realização da audiência de conciliação ora designada, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344, CPC).

II - Nos termos do art. 334, DETERMINO a designação de audiência de conciliação por VIDEOCONFERÊNCA, via whatsapp ou hangouts meet, para data a ser indicada pelo CPE, cuja solenidade será realizada pelo CEJUSC/Cível, devendo as partes comparecerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º, CPC).

II.1. À CPE: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE e, após, certifique-se nos autos. Posteriormente, intime-se a parte autora, via Diário da Justiça Eletrônico, e cite-se e intime-se a parte requerida, via correios e/ou oficial de justiça.

II.2 - O prazo para contestar fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º).

II.3 - Caso o requerido não possua interesse na realização da audiência de conciliação, deverá manifestá-lo com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º CPC), ficando de qualquer forma obrigado a comparecer à audiência caso não haja manifestação de anuência da parte autora na petição inicial (art. 334, §4º, inciso I, CPC).

II.4 - Se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, a audiência de conciliação não se realizará, iniciando-se o prazo de defesa a contar da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu (art. 335, inciso II, CPC).

III - Caso o requerido apresente reconvenção, intime-se o requerente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias.

VIAS DESTA SERVIRÃO COMO:

a) CARTA / OFÍCIO / MANDADO / DE INTIMAÇÃO DA CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA, EM REGIME DE PLANTÃO, observando-se, para tanto, o seguinte endereço ou quaisquer outros em que a parte possa ser encontrada nesta jurisdição:

REQUERIDO: Estado de Rondônia, AVENIDA DOS IMIGRANTES - DE 31 3503, - DE 3129 A 3587 - LADO ÍMPAR COSTA E SILVA - 76803-611 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

a) CARTA / MANDADO / DE CITAÇÃO /DE INTIMAÇÃO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA, EM REGIME DE PLANTÃO, nos termos do artigo 248 do CPC, para a parte requerida, inclusive, quanto a audiência designada, observando o seguinte endereço para o seu cumprimento:

REQUERIDO: Estado de Rondônia, AVENIDA DOS IMIGRANTES - DE 31 3503, - DE 3129 A 3587 - LADO ÍMPAR COSTA E SILVA - 76803-611 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC, caso a citação proceda mediante os termos dos artigos 249 e 250 mesmo Códex, expedindo-se o necessário.

Porto Velho, 14 de julho de 2023

{{orgao_julgador.magistrado}}

Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7030995-79.2023.8.22.0001

Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública

Polo Ativo: SEBASTIAO SANTOS ANDRADE
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.
Decido.
Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende CONSULTA EM UROLOGIA.
O pedido de tutela de urgência foi indeferido.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).
Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.
O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:
EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)
EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O
PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)
Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.
Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).
Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.
Dispositivo.
Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer CONSULTA EM UROLOGIA, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7018740-89.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: JOSE FLADIMIR DO CARMO CARDOSO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: VANESSA CESARIO SOUSA, OAB nº RO8058A, ARMANDO DIAS SIMOES NETO, OAB nº RO8288
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Da análise dos autos, verifico que a promovente interpôs, tempestivamente, Recurso Inominado em face da sentença proferida nos autos, requerendo a concessão dos benefícios da justiça gratuita, a fim de se eximir do dever de efetivar o preparo recursal.
Sendo assim, compulsando as provas carreadas aos autos, verifico ser suficiente para comprovar a condição de hipossuficiência econômica da parte recorrente e subsidiar o deferimento da assistência judiciária gratuita. Nestes termos, comprovada sua efetiva necessidade com relação à gratuidade judiciária pleiteada, defiro o referido pleito.

Vale relembrar que o juízo de admissibilidade nos Juizados Especiais é bifásico. A decisão proferida pelo juízo a quo, inclusive o deferimento da assistência judiciária gratuita, não vincula a Turma Recursal na aferição dos pressupostos de admissibilidade do recurso inominado. Isso porque a competência do juízo definitivo de admissibilidade é da Turma Recursal, por ser o órgão destinatário do recurso inominado.
Portanto, recebo o recurso interposto em seu efeito devolutivo (art. 43 da Lei nº 9.099/95).
Considerando que as contrarrazões já foram apresentadas, determino a remessa dos autos à Egrégia Turma Recursal.
Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, data do sistema
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7029992-89.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: ANTONIO SOUZA DA MOTA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.
Decido.
Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende exames de ressonância magnética de coluna cervical e eletroneuromiograma (ENMG) de membros inferiores e superiores.
O pedido de tutela de urgência foi indeferido.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).
Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.
O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:
EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)
EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O
PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)
Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.
Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).
Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.
Dispositivo.
Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer exames de ressonância magnética de coluna cervical e eletroneuromiograma (ENMG) de membros inferiores e superiores, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7027657-97.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.
Decido.
Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende exame de endoscopia digestiva alta.
O pedido de tutela de urgência foi indeferido.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).
Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.
O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:
EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)
EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O
PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)
Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.
Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).
Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.
Dispositivo.
Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer exame de endoscopia digestiva alta, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
7034854-06.2023.8.22.0001
REQUERENTE: MARCIA PEREIRA DE ALMEIDA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE MARIA DE SOUZA RODRIGUES, OAB nº RO1909
REQUERIDOS: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO, FUNDACAO PIO XII
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

SENTENÇA
Trata-se de ação de conhecimento manejada pela pessoa cadastrada no polo ativo da ação em face do(s) réu(s), partes qualificadas.
Dispensado o relatório nos termos do artigo 38 da Lei nº 9.099/95.
Urge salientar que a petição inicial é o instrumento de que se vale o demandante para ativar a função jurisdicional e pedir um provimento de mérito que poderá ser declaratório, constitutivo, condenatório, mandamental ou executivo, destinado a satisfazer ou a assegurar um bem da vida. É, também, um elemento delimitador da demanda. A partir da petição inicial, pode-se verificar se o juiz concedeu mais do que se pedia, menos do que era devido, ou fora do que havia sido postulado, sabendo-se que, em princípio, o juiz está obrigado a compor a lide nos limites em que foi estabelecida pelas partes.
Além dos elementos previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil, ressalto que a petição inicial deve vir instruída com os documentos indispensáveis à propositura da demanda, sob pena de indeferimento (art. 320, CPC).
Logo, é indispensável a juntada de prova mínima do fato constitutivo do direito da demandante, tais como, documentos pessoais de forma legível, comprovante de endereço, planilha de cálculos, procuração, bem como os demais documentos referentes ao objeto da ação proposta.
No caso, este Juízo exarou despacho (ID 92157920 - Pág. 2) facultando à requerente a oportunidade de emendar a inicial para inclusão no polo passivo do Município de Porto Velho, do Estado de Rondônia, bem como para apresentar as CDA's que motivaram o protesto e, ainda, para excluir o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte - DNIT do polo passivo, por se tratar de autarquia federal, vinculada ao Ministério dos Transportes. Mesmo após intimação, a requerente deixou transcorrer in albis o prazo estipulado.
Em contrapartida, não pode e não deve o
PODER JUDICIÁRIO ficar à mercê da parte que deixa de atender ao ônus processual de instruir a inicial com os documentos essenciais ao deslinde da causa, razão pela qual merece ser extinto o presente feito.
Nesse viés, apesar do interesse formal e abstratamente demonstrado pela parte autora quando da propositura desta ação, sua omissão em adotar práticas que viabilizem a concretização dos comandos exarados deste juízo demonstra sua patente falta de interesse em prosseguir com esta ação. Imperioso consignar, ademais, que o juízo não pode ficar eternamente ao talante da parte, de sorte que se esta, após ser efetivamente intimada, recalcitra em atender à determinação judicial para dar seguimento ao processo, tornando, desta feita, impossível a satisfação da tutela jurisdicional que ela mesma invocou, a pronta extinção do processo se afigura como corolário lógico.
Pelas razões expostas, ao passo em que indefiro a petição inicial, DECLARO extinto o feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, I c/c arts. 320 e 321, caput e parágrafo único, ambos do CPC.
Sem custas e honorários advocatícios, em caso de não interposição de recurso, conforme preceitua artigo 55 da Lei nº 9.099/95.
Transitando em julgado, arquive-se, com a devida baixa.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Irredutibilidade de Vencimentos
Número do processo: 7024359-97.2023.8.22.0001
REQUERENTE: VERA LUCIA VIEIRA RAMOS
ADVOGADOS DO REQUERENTE: UELTON HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO8862, UILIAN HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO6805
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 2.400,42
DESPACHO
Vistos, etc.
A parte requerente poderá apresentar impugnação à contestação / réplica no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.
Agende-se decurso de prazo.
Após, voltem-me conclusos.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7027578-21.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: CARMELIA ALVES AFONSO
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.
Decido.
Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende consulta com médico especialista em cirurgia – geral.
O pedido de tutela de urgência foi indeferido.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).
Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.
O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:
EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)
EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O
PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)
Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.
Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).
Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.
Dispositivo.
Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer consulta com médico especialista em cirurgia – geral, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
7019466-63.2023.8.22.0001
REQUERENTE: LEOMAR AZEVEDO MARTINS
ADVOGADO DO REQUERENTE: LIGIA CARLA CAMACHO FURTADO, OAB nº RO3528A
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação de conhecimento, manejada pela(s) parte(s) cadastrada(s) no polo ativo do sistema PJe face do ESTADO DE RONDÔNIA, partes devidamente qualificadas.
Dispensado o relatório nos termos do artigo 38 da Lei n. 9.099/95, passo a decidir.
De saída, registro que, no rito do Juizado Especial da Fazenda Pública, admite-se o julgamento em lote, lista ou bloco de processos, quando a matéria for exclusivamente de direito e repetitiva, conforme ENUNCIADO 10 – Juizado da Fazenda Pública – Fórum Nacional de Juizados Especiais – FONAJE – XXXII Encontro – Armação de Búzios/RJ.

Em relação a preliminar de incompetência, sustentada em algumas demandas pelo ente promovido, importante apontar que, o que vai definir a competência para processamento e julgamento da demanda é a possibilidade ou não de o Juizado da Fazenda Pública conhecer de direitos individuais homogêneos.

A esse respeito, tenho que a competência dos Juizados da Fazenda Pública está definida no artigo 2º, da Lei 12.153/09, que, no § 1º, inciso I, afasta expressamente de sua competência demandas que versem sobre direitos ou interesses difusos e coletivos, senão vejamos:

Art. 2º - É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:

I – as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;

Nada, porém, é mencionado a respeito dos direitos individuais homogêneos.

Acontece que os direitos difusos e coletivos são de natureza transindividual, ensejando uma tutela propriamente coletiva lato sensu, ao passo em que os direitos individuais homogêneos, são apenas acidentalmente coletivos, ou seja, são direitos individuais que podem eventualmente ser tutelados coletivamente.

A natureza dos direitos, portanto, embora sejam tratadas juntamente no processo coletivo, é diversa.

A solução da questão, portanto, por não ter sido expressamente definida pela Lei, cabe ao Judiciário. E, nesse sentido, a jurisprudência da Corte Superior firmou o entendimento no sentido de que, independentemente da natureza do direito em questão (se difuso, coletivo ou individual homogêneo) - os quais podem vir a ser tutelados coletiva (por meio de um legitimado coletivo) ou individualmente -, o que não se admite nos Juizados da Fazenda Pública é a tutela coletiva, promovida por meio de um legitimado coletivo. Caso esse mesmo direito venha a ser pleiteado individualmente, nada impede o conhecimento da matéria pelo juizado. Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ATO ADMINISTRATIVO. TOMBAMENTO. DIREITO DIFUSO DEFENDIDO INDIVIDUALMENTE. COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. 1. Trata-se, na origem, de Agravo de Instrumento interposto pelo recorrido contra decisão interlocutória em que o juiz declinou da competência em favor do Juizado Especial da Fazenda Pública para processar e julgar Ação Ordinária, que visa anular ato administrativo que indicou imóvel para tombamento. 2. O Tribunal de origem afastou a competência do Juizado Especial por entender que "a causa em que se controverte a validade de ato administrativo de indicação de imóvel para tombamento versa sobre interesse difuso de proteção ao patrimônio histórico e cultural, o que torna incompetente o Juizado Especial da Fazenda Pública (JEFP) para julgá-la." 3. O acórdão merece reforma. O STJ entende que, em se tratando de direito difusos, sua defesa pode se dar tanto por meio de ação coletivas como individuais, sendo competência do Juizado Especial da Fazenda Pública a defesa de direito individual. Precedentes . 4. Recurso Especial provido. (STJ, REsp 1653288/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 05/05/2017)

Por esses motivos, REFUTO a preliminar aventada e reconheço a competência deste Juizado Especial da Fazenda Pública para o regular processamento do feito.

Dando continuidade, consigno que o conjunto probatório colacionado aos autos é suficiente para a formação do convencimento do Juízo, razão pela qual promovo o julgamento antecipado dos pedidos, nos termos do art. 355, I, do CPC.

Não há pedidos pendentes, além de inexistirem outras preliminares e prejudiciais do mérito. Assim, presentes os pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, passo ao exame do mérito propriamente dito.

Em análise aos autos, verifico que a parte requerente, policial militar do Estado de Rondônia, pretende o recebimento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.

O Estado de Rondônia, em sede de defesa, pontua que o adicional postulado não é devido ao autor, uma vez que a legislação local, aplicável ao autor, não prevê tal benefício, bem como a Lei 13.954/19 dispõe o pagamento da referida verba para os militares das Forças Armadas.

Em algumas demandas, alega litigância de má-fé, que de pronto deve ser afastada, considerando que no momento do ajuizamento da ação havia julgados que entenderam pela procedência dos pedidos, inclusive no âmbito da própria Turma Recursal.

Razão assiste ao Estado de Rondônia. Isso porque, em que pese posicionamento anteriormente externados por outros juízos que tenha, por ventura, reconhecido o direito à percepção do adicional de compensação por disponibilidade militar aos policiais militares do Estado de Rondônia, este juízo não entende pela impossibilidade de pretensão.

A questão fora ventilada pelo Estado em razão da inexistência de previsão legal na legislação local aplicável aos Policiais Militares, quanto ao pagamento da referida verba. É certo que não há Lei Federal que estenda aos militares estaduais o mencionado adicional e, se existisse, ele deveria estar expressamente previsto, com a respectiva fonte de custeio.

Aplica-se, portanto, o enunciado de Súmula Vinculante 37 do STF que veda ao PODER JUDICIÁRIO o aumento de vencimentos de servidores público, sob o fundamento da isonomia.

Assim, não é possível estender a condição de Militar das Forças Armadas aos policiais militares de Rondônia, com fundamento no art. 4º da Lei 6.880/80 (Estatuto dos Militares), uma vez que não se confundem os militares da reserva das forças armadas com policiais militares. Até porque, se fosse dada tal interpretação, os servidores civis que se enquadrassem na hipótese do art. 4º, I, b (reservistas das forças armadas) também fariam jus ao referido adicional.

Veja que os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao adicional postulado, uma vez que a própria Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos MILITARES ESTADUAIS deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos, no caso, a Lei nº 10.486/2002:

Art. 25. O Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, passa a vigorar com as seguintes alterações:

(…)

III - modificação da redação do art. 24, nos seguintes termos

Art. 24. Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos, nos termos do § 1º do art. 42, combinado com o inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal. (destaquei).

O dispositivo legal reitera o princípio da Separação dos Poderes, que estabelece que incumbe a cada ente federativo a edição de norma que fixará, dentre outros, a remuneração dos seus servidores e militares.

Aliás, recentemente o TJDFT decidiu:

APELAÇÃO CÍVEL. LEI Nº 13.954/2019. ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO POR DISPONIBILIDADE MILITAR. INAPLICABILIDADE AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. LEI ESPECÍFICA. ENUNCIADO DE SÚMULA Nº 37, DO STF. REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DECORRENTE DO IMPLEMENTO DE ALÍQUOTA SUPERIOR PARA A CONTRIBUIÇÃO DA PENSÃO MILITAR. AUSÊNCIA DE PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PATAMAR. REDUÇÃO SALARIAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO ESPECÍFICO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A Lei nº 13.954/2019 criou o adicional de compensação por disponibilidade militar, que consiste na parcela remuneratória mensal devida ao militar em razão da disponibilidade permanente e da dedicação exclusiva. 2. Segundo o art. 8º, § 1º, da Lei nº 13.954/2019, é vedada a acumulação do adicional de compensação por disponibilidade militar com o adicional de tempo de serviço que trata o art. 3º, inciso IV, da Medida Provisória nº 2.215/2001. 3. Os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao referido adicional, porquanto a Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos servidores militares desses órgãos deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos. 4. Segundo enunciado de Súmula nº 37, do STF, não cabe ao PODER JUDICIÁRIO, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 5. Em que pese à alegação de redução de remuneração decorrente do implemento de alíquota superior para a contribuição de pensão militar, os autores/apelantes não formularam pedido em tal sentido, razão pela qual não há que se falar em alteração do patamar de contribuição previdenciária. 6. Apelo não provido. (APELAÇÃO CÍVEL 0730476-62.2020.8.07.0016, 4º Turma, relator: Desembargador Arnoldo Camanho, publicação: 27/07/2021).

Com efeito, em atenção ao princípio da legalidade e da separação dos Poderes e, ainda, considerando a SM 37 do STF, não é possível o pagamento do referido adicional aos policiais militares do Estado de Rondônia.

Por fim, consigno que a Turma Recursal, em verdadeiro overruling, modificou seu entendimento, passando a reconhecer a improcedência dos pedidos, justamente ao argumento de que a legislação Federal não é aplicável aos militares do Estado.

Nesse sentido:

Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RI n.º7001811-16.2021.8.22.0012, Relator: JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS, Data julgamento: 29/03/2023).

Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. - A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RECURSO INOMINADO, autos n. 7002283-17.2021.8.22.001, Relator : CRISTIANO GOMES MAZZINI, Data julgamento: 29/03/2023)

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial de percepção do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019, extinguindo o processo com resolução de mérito, na forma do art. 487, I, do CPC.

Sem condenação às custas processuais e honorários advocatícios nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95.

Quanto a eventual pedido de assistência judiciária, de conformidade com o caput do art. 54 da Lei nº 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Assim, não há que se falar no benefício da justiça gratuita neste momento processual, salvo se eventualmente for interposto de recurso inominado, quando deverá ser formulado expressamente o pedido na peça recursal, mediante comprovação.

Transitado em julgado, arquivem-se os presentes autos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.

Thiago Gomes de Aniceto

Juiz de Direito Substituto

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7029982-45.2023.8.22.0001

Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública

Polo Ativo: ALDA SOUZA RAMOS

ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

Polo Passivo: Estado de Rondônia

ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

SENTENÇA

Vistos.

Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.

Decido.

Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende CONSULTA EM ORTOPEDIA – JOELHO.

O pedido de tutela de urgência foi indeferido.

Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).

Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.

O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:
EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)
EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O
PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)
Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.
Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).
Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.
Dispositivo.
Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer CONSULTA EM ORTOPEDIA – JOELHO, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7026629-94.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: ROBERTO LATORRE PAES
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.
Decido.
Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende consulta com médico especialista oftalmologia - geral e cardiologia – geral.
O pedido de tutela de urgência foi indeferido.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).
Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.
O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:
EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)

EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O
PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)
Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.
Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).
Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.
Dispositivo.
Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer consulta com médico especialista oftalmologia - geral e cardiologia – geral, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7016561-85.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: ARISTEU GARIBALDE DA SILVA FILHO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: VANESSA CESARIO SOUSA, OAB nº RO8058A, ARMANDO DIAS SIMOES NETO, OAB nº RO8288
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Da análise dos autos, verifica-se que a parte promovente interpôs recurso inominado em face da sentença proferida, pugnando pela concessão dos benefícios da justiça gratuita, a fim de se eximir do dever de efetivar o preparo recursal.
Pois bem. Embora o §3º, do artigo 99, do Código de Processo Civil estabeleça a presunção de veracidade da alegação de hipossuficiência deduzida por pessoa natural, é certo que, havendo dúvidas, o juiz pode determinar à parte que comprove o preenchimento dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, consoante dispõe o §2º do artigo supracitado.
Ademais, a presunção de pobreza não é absoluta, pois conforme inciso LXXIV, do artigo 5º, da Carta Magna, a assistência judiciária gratuita será prestada àqueles que comprovarem a falta de recursos.
No caso em tela, a parte recorrente, após intimada, apresentou documentação visando à comprovação da aventada hipossuficiência financeira. Todavia, em análise aos documentos apresentados, verifica-se a existência de fortes indícios de que a parte requerente possui condições econômicas para arcar com as custas e despesas processuais, sem prejuízo da garantia de seu sustento e da própria entidade familiar, de forma que não faz jus à assistência judiciária gratuita pleiteada (vencimento superior a R$ 6.000,00, além da omissão em apresentar o restante da documentação pleiteada, a exemplo de declaração de IR, guia de custas...) .
Nesse diapasão, utilizando-se do juízo de admissibilidade recursal, no propósito de não surpreender a parte recorrente e tampouco cercear seu direito de acesso ao duplo grau de jurisdição, ao passo em que indefiro peremptoriamente o pedido de justiça gratuita ora formulado, nos termos do artigo 42, §1º, da Lei nº 9.099/95 e Enunciado Cível nº 115 do FONAJE, determino que seja intimada a parte recorrente para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, promova o preparo do recurso interposto, sob pena de deserção.
Apenas se providenciado tal pagamento, volvam-me conclusos os autos para o necessário juízo de admissibilidade recursal.
Do contrário, em caso de inércia da recorrente e ultrapassado o prazo acima delineado, considerar-se-á deserto o recurso interposto. Neste caso, certifique-se o trânsito em julgado e, em seguida, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7031020-92.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: TANIA MARIA ARAUJO DE MOURA LIMA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.
Decido.
Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende CONSULTA EM ORTOPEDIA – JOELHO e EXAME DE DENSITOMETRIA.
O pedido de tutela de urgência foi indeferido.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).
Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.
O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:
EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)
EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O
PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)
Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.
Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).
Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.
Dispositivo.
Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer CONSULTA EM ORTOPEDIA – JOELHO e EXAME DE DENSITOMETRIA, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
7043294-59.2021.8.22.0001
EXEQUENTE: MARIA ILCY DE FREITAS BATISTA SILVA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JOAO PAULO ROBERTO DE ALMEIDA, OAB nº RO11414, CARLENE TEODORO DA ROCHA, OAB nº RO6922
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SENTENÇA
Trata-se de impugnação ao cumprimento de sentença manejada pelo Município de Porto Velho.
Em análise aos autos, verifico que o promovido foi condenado ao pagamento retroativo do adicional de insalubridade em favor da parte autora.
Apresentados os cálculos pela credora, o ente promovido se insurgiu quanto aos seguintes pontos: a) sustenta se tratar de verba propter laborem cujo pagamento seria indevido quando o servidor não se encontra em atividade; b) adoção dos parâmetros de juros e correção conforme expresso atualmente na EC 113/2021 em seu art. 3°.

Instada a se manifestar, a parte autora alegou violação da coisa julgada material e preclusão para contestar matéria de defesa. Ao cabo, postulou pela homologação dos cálculos anteriormente apresentados, bem como pela condenação da promovida nas sanções de litigância de má-fé.

Pois bem. Com relação ao primeiro ponto questionado, observe-se a classificação do doutrinador Hely Lopes Meirelles, com relação às vantagens pecuniárias (sem grifos no original):

"vantagens pecuniárias são acréscimos ao vencimento do servidor, concedidas a título definitivo ou transitório, pela decorrência do tempo de serviço (ex facto temporis), ou pelo desempenho de funções especiais (ex facto officii), ou em razão das condições anormais em que se realiza o serviço (propter laborem), ou, finalmente, em razão de condições pessoais do servidor (propter personam). As duas primeiras espécies constituem os adicionais (adicionais de vencimento e adicionais de função), as duas últimas formam a categoria das gratificações de serviço e gratificações pessoais" (Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 458)

Na mesma linha, Maria Sylvia Zanella Di Pietro leciona:

"A gratificação de serviço é retribuição paga em decorrência das condições anormais em que o serviço é prestado. Como exemplo, podem ser citadas as gratificações de representação, de insalubridade, de risco de vida e saúde." Acrescenta, ainda, que "(…) no silêncio da lei, tem-se que entender que a gratificação de serviço somente é devida enquanto perdurarem as condições especiais de sua execução, não havendo infringência ao princípio constitucional da irredutibilidade de vencimento na retirada da vantagem quando o servidor deixa de desempenhar a função que lhe conferiu o acréscimo." (Direito administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. p. 1358 e 1359)

No caso em tela, as verbas alegadas como indevidamente suprimidas possuem fato gerador vinculado ao serviço prestado (propter laborem), quais sejam: a prestação de serviço em local insalubre. Cuidam-se de parcelas suplementares, acrescidas além do vencimento do servidor para remunerar uma determinada condição mais gravosa a que está submetido e enquanto durar a circunstância ensejadora da percepção.

Das lições acima, depreende-se que a vantagem pleiteada constitui, em verdade, uma contraprestação, cujo pagamento depende da ocorrência concreta da condição legalmente imposta para sua percepção. Configurado o caráter propter laborem, devem ser concedidas somente em caso de ocorrência de determinada condição imposta pela legislação, logo, dependem do preenchimento das circunstâncias de percepção para serem pagas.

Dito de outro modo, o item ora pleiteado em fase de cumprimento de sentença, para ser pago, depende da caracterização efetiva do desempenho de determinada situação que dá ensejo à percepção da vantagem pecuniária, portanto, percebe-se o nítido caráter propter laborem da verba aqui requerida, a qual está vinculada a condições especiais de trabalho.

Na mesma linha de entendimento, não é devido o adicional de insalubridade no período em que o servidor esteve afastado por licença médica (TJ-RO - AC: 70080226320198220004, Relator: Des. Miguel Monico Neto, Data de Julgamento: 25/10/2022).

Em relação a eventual período de afastamento dos locais de trabalho em decorrência da COVID-19, também inviável a concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores que estiverem laborando mediante o regime de teletrabalho (ou home office) ou banco de horas, pois o benefício cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão. (TJ-RO - MS: 08110584620218220000, Relator: Des. Osny Claro de Oliveira, Data de Julgamento: 25/05/2023)

Assim, nos períodos de afastamento, ainda que considerados como de efetivo exercício, não há razão para o pagamento do referido adicional. Isso porque, há fundamental diferença entre verbas que sejam inerentes e automaticamente devidas tão só pelo exercício da função da qual pela requisição foi privado o servidor, de outras que dependem de específico atendimento a pressupostos legais para sua percepção. Isto é, verbas gerais e particularmente relacionadas às condições de trabalho.

Nesse sentido é a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça. A saber:

PROCESSUAL CIVIL. ADICIONAL NOTURNO SUPRIMIDO DA REMUNERAÇÃO NOS PERÍODOS DE AFASTAMENTO. NATUREZA PROPTER LABOREMDEVIDA ENQUANTO EXERCIDAS ATIVIDADES NO PERÍODO NOTURNO. DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. I - Na origem, trata-se de ação objetivando o pagamento de parcelas vencidas e vincendas de adicional noturno, o qual é suprimido da remuneração nos períodos de férias, licença para capacitação, tratamento de saúde e demais afastamentos tidos como de efetivo exercício. Na sentença o pedido foi julgado procedente. No Tribunal a quo, a sentença foi mantida. II - O adicional noturno tem natureza propter laborem, pois são devidos aos servidores enquanto exercerem atividades no período noturno, ou seja, interrompida a atividade em condição especial, não mais se justifica o pagamento do referido adicional. III - Assim, nos períodos de afastamento, ainda que considerados como de efetivo exercício, não há razão para o pagamento do referido adicional. IV - Nesse sentido, mutatis mutandis: AgInt no REsp n. 1.815.875/RJ, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 28/10/2019, DJe 4/11/2019; REsp n. 1.400.637/RS, relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 17/11/2015, DJe 24/11/2015; REsp n. 504.343/RS, relatora Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, julgado em 14/6/2007, DJ 6/8/2007, p. 603. V - Agravo interno improvido. (STJ - AgInt no REsp: 1956086 RN 2021/0264954-5, Relator: Ministro FRANCISCO FALCÃO, Data de Julgamento: 11/04/2022, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/04/2022)

Vale ressaltar, por fim, que, na hipótese vertente, não se configura violação ao princípio constitucional de irredutibilidade de vencimento, máxime porque, o vencimento ou a remuneração, somente quando incorporadas de vantagens permanentes, prevalecem inalteráveis nos casos de afastamentos legais.

Como exposto alhures, a verba aqui executada é de natureza transitória e acessória cuja suspensão do pagamento não caracteriza decesso remuneratório, vez que a remuneração base e os demais acréscimos salariais, a título permanente, permaneceram estáveis.

Por outro lado, este juízo perfilha do entendimento de que não basta a mera juntada/indicação dos decretos municipais atestando a suspensão do trabalho presencial, haja vista ser conhecimento notório que muitos servidores (ainda que em caráter excepcional) laboraram presencialmente durante determinado período de pandemia, sendo necessário, portanto, a juntada da folha de frequência / ficha funcional do servidor afastado, ônus este atribuído à Fazenda Pública.

Dando continuidade, importante registrar que, ao contrário do que alega a parte credora, não há nenhuma violação a coisa julgada material. Isso porque, a presente decisão apenas visa apontar a liquidez do título executivo judicial formado.

Com o mesmo entendimento:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. PRINCÍPIO DA FIDELIDADE AO TÍTULO. MEMÓRIA DE CÁLCULO. ADEQUAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECLUSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. A simples interpretação do título judicial exequendo com o objetivo de extrair a verdadeira extensão do seu comando não configura rediscussão da lide, tampouco implica ofensa à coisa julgada. 3. Não ofende a coisa julgada a decisão que, ainda na fase de cumprimento de sentença, mesmo sem a manifestação da parte executada, promove a adequação dos cálculos apresentados pelo exequente aos limites do título judicial exequendo. 4. Hipótese em que não houve a prolação de sentença homologatória dos cálculos apresentados pela parte exequente. 5. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no REsp: 1834109 PR 2019/0253371-5, Data de Julgamento: 19/09/2022, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/09/2022)

Por sua vez, Em relação aos consectários legais, não há se falar em aplicação retroativa das disposições da EC 113/21 que transformou a Taxa Selic em um único índice responsável por produzir efeito de remuneração do capital nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública. O direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada deverão ser preservados, não sofrendo interferências de novas leis.

Neste sentido, as previsões do art. 3º da EC 113/21 passaram a ser aplicadas as atualizações judiciais da fazenda pública ocorridas a partir de 09 de dezembro de 2021, data de publicação da alteração constitucional.

Por outro lado, a Corte Superior de Justiça possui compreensão assente de que, sobre juros e correção monetária, não se opera a coisa julgada, por configurarem obrigação de trato sucessivo, renovável, e, portanto, passível de atualização.

A sufragar essa orientação, cito:

EMENTA PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. NATUREZA PROCESSUAL. APLICAÇÃO IMEDIATA AOS PROCESSOS EM CURSO. AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO OU COISA JULGADA. 1. O Tribunal a quo, ao decidir a controvérsia, consignou “Isso porque o STJ firmou entendimento no REsp nº 1.112.746/DF (Tema nº 176), julgado em sede de recurso repetitivo, no sentido de que os juros de mora e a correção monetária são obrigações de trato sucessivo, que se renovam mês a mês, devendo, portanto, ser aplicada no mês de regência a legislação vigente. Logo, eventual lei nova, que altera o regime dos juros moratórios, deve ser aplicada imediatamente a todos os processos, inclusive àqueles em que já houve o trânsito em julgado e estejam em fase de cumprimento de sentença” 2. O entendimento exarado pelo Tribunal de origem está em consonância com a jurisprudência do STJ: “a Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.112.746/DF , afirmou que os juros de mora e a correção monetária são obrigações de trato sucessivo, que se renovam mês a mês, devendo, portanto, ser aplicada no mês de regência a legislação vigente. Por essa razão, fixou-se o entendimento de que a lei nova superveniente que altera o regime dos juros moratórios deve ser aplicada imediatamente a todos os processos, abarcando inclusive aqueles em que já houve o trânsito em julgado e estejam em fase de execução. Não há, pois, nesses casos, que falar em violação da coisa julgada”. (EDcl no AgRg no REsp 1.210.516/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 25.9.2015) 3. Agravo Interno não provido. (AgInt no REsp 1955492/DF, Min. BENJAMIN, Herman - T2, julg. 21/2/2022, pub. DJe 15/3/2022)

Portanto, quanto aos juros e correção monetária este juízo se alinha ao entendimento do STJ que os considera como sendo obrigações de trato sucessivo que se renovam mês a mês devendo, portanto, ser aplicadas no mês de regência a legislação vigente (vide AgInt no REsp n. 1.967.170/RS, da relatoria do Ministro Herman Benjamim, da Segunda Turma, julgado em 27/06/2022).

Importante registrar que, o art. 3º da EC 113 deixa claro que o índice da taxa SELIC incidirá a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, acumulado mensalmente, bem assim que a sua incidência ocorrerá nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório.

Depreende-se daí que, para cumprir a nova disciplina constitucional relativa à atualização dos precatórios/RPV, deverá haver uma consolidação do débito ao período anterior a sua vigência, na qual se incluirão os juros e a correção, e a partir da data da consolidação desta dívida de valor incidirá somente a taxa SELIC.

A SELIC, portanto, não será cumulada com nenhum outro índice, mas substituirá a todos para efeito de correção monetária e juros, por isso que não é possível decotar-se os juros anteriormente incidentes do montante sobre o qual irá incidir a SELIC. Na hipótese, não se cuida de anatocismo, mas unicamente de garantir eficácia imediata à emenda constitucional.

Aliás, cabe ressaltar que ainda que se pudesse falar em incidência de juros compostos ou anatocismo, o fato é que tal vedação é decorrente da lei da usura (decreto 22.626/1933), o que não impediria que a Constituição Federal dispusesse sobre a matéria de modo diverso.

Assim, ACOLHO PARCIALMENTE a impugnação ao cumprimento de sentença anteriormente manejada, a fim de reconhecer a existência de excesso de execução.

Consequentemente, para confecção dos cálculos da execução, deverão ser observado os seguintes parâmetros:

a) Excluir dos cálculos os meses que a parte autora estava afastada em virtude da suspensão das atividades da rede municipal em decorrência da COVID-19, que deverão ser comprovados pela Fazenda Pública.

b) Sobre os valores retroativos não pagos, deverá ser aplicado correção e compensação moratória se utilizando da SELIC, a partir da entrada em vigor da EC 113/2021, sendo que em período anterior, quanto aos juros de mora, aplicar-se-á o índice de remuneração da caderneta de poupança, previsto no art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, e, em relação à atualização monetária, a aplicação do IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor - Amplo – Especial) (vide RE 870.947 - repercussão geral -, 20/9/2017, e REsp 1.495.146/MG - recurso repetitivo - 22/02/2018), mês a mês, a partir de cada mês que deveria ter sido realizado o pagamento do montante devido.

c) Considerando que as folhas de ponto acostadas pela autora não abarcam todo o período, intime-se o Procurador Geral do Município, pelo sistema, para, no prazo improrrogável de 45 (quarenta e cinco) dias, acostar aos autos respectivas folhas de ponto do(a) servidor(a), sob pena de preclusão temporal e presunção de que não houve afastamento.

d) Transcorrido o prazo, remetam-se os autos à Contadoria Judicial para elaboração dos cálculos, observados os parâmetros acima e a ficha funcional que já se encontra nos autos (ID 87697418).

e) Cumpridas todas as providências, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, manifestarem acerca dos cálculos elaborados pela contadoria judicial, sob pena de homologação.

f) Havendo concordância de ambas as partes aos cálculos da contadoria judicial, expeça-se RPV/Precatório.

g) Os honorários advocatícios contratuais não poderão ser destacados, pois devem seguir a natureza do crédito principal, sob pena de fracionamento vedado pelo art. 100, § 8º, da Constituição Federal. Assim, assegura-se ao advogado a possibilidade de reserva, mediante a juntada do contrato de prestação de serviço. Nesse mesmo sentido é o entendimento do STJ no julgamento do Res 1.743.437/DF, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23.5.2019.

h) Caso falte documentação para expedição de RPV/Precatório, a CPE deverá praticar ato ordinatório para intimar a parte a apresentar os documentos faltantes no prazo de 05 (cinco) dias.

Ao cabo, por aplicação do artigo 27 da Lei nº 12.153/2009 combinado com o artigo 55 da Lei nº 9.099/95, deixo de fixar honorários sucumbenciais. Assim, considerando o princípio da especialidade, não há se falar em aplicação subsidiária do disposto no artigo 85, §1º e §3º do Código de Processo Civil no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

Intimem-se, devendo eventual insurgência quanto ao conteúdo decisório ser impugnada pela via recursal adequada.
Cumpra-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7024719-32.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: WANDERLEIA CORREA DA CUNHA
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO REQUERENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A, JOILSON SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RO3505A
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Sentença
Vistos, etc.
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27 da Lei nº 12.153/09.
Fundamentos
Decido.
Trata-se de causa em que a parte requerente pretende a condenação da parte requerida no pagamento de verba denominada de INCORPORAÇÃO T. A. BRESSER que deixou de lhe ser paga desde a sua transposição para os quadros da União Federal em abril/2018 e que deveriam ter sido pagas até fevereiro/2020 em razão de um acordo judicial celebrado entre o sindicato da categoria e o Estado perante a 2ª Vara do Trabalho de Porto Velho sob o nº 00554-1990-02-14-00-9.
Pois bem.
Em que pese a parte requerente ter ingressado com a presente ação de conhecimento, busca, na verdade, o fiel cumprimento da obrigação estipulada nos autos da ação de nº 00554-1990-02-14-00-9.
Logo, entendo que este Juizado Fazendário não seria competente para conciliar, processar, julgar e executar a presente causa.
Além do mais, o STJ já decidiu que "não é possível propor nos Juizados Especiais da Fazenda Pública a execução de título executivo formado em Ação Coletiva que tramitou sob o rito ordinário, assim como impor o rito sumaríssimo da Lei 12.153/2009 ao juízo comum da execução" (Tese Jurídica formada em julgamento de Recurso Repetitivo - Tema Repetitivo nº 1029).
Finalmente, a Lei nº 9.099/1995, de aplicação subsidiária ao Juizado Fazendário em razão do artigo 27 da Lei nº 12.153/2009, dispõe expressamente que compete ao Juizado Especial promover a execução dos seus julgados (vide artigo 3º, § 1º, I).
Por tudo isso, entendo pela impossibilidade da presente causa tramitar neste Juizado, hipótese em que é imperioso reconhecer a necessidade de extinção deste feito.
Dispositivo
Posto isto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito com base na Lei nº 9.099/1995, artigo 51, II, c/c a Lei nº 12.153/2009, artigo 27 c/c Enunciado n. 02 do FOJUR/TJRO.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/09.
Intimem-se.
Agende-se decurso de prazo e, com o trânsito em julgado, arquivem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7031724-13.2020.8.22.0001
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Polo Ativo: ALZILENE VIEIRA DA SILVA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CARLENE TEODORO DA ROCHA, OAB nº RO6922, JOAO PAULO ROBERTO DE ALMEIDA, OAB nº RO11414
Polo Passivo: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
DECISÃO
Da análise dos autos, verifico que a promovente interpôs, tempestivamente, Recurso Inominado em face da sentença proferida nos autos, requerendo a concessão dos benefícios da justiça gratuita, a fim de se eximir do dever de efetivar o preparo recursal.
Sendo assim, compulsando as provas carreadas aos autos, verifico ser suficiente para comprovar a condição de hipossuficiência econômica da parte recorrente e subsidiar o deferimento da assistência judiciária gratuita. Nestes termos, comprovada sua efetiva necessidade com relação à gratuidade judiciária pleiteada, defiro o referido pleito.
Vale relembrar que o juízo de admissibilidade nos Juizados Especiais é bifásico. A decisão proferida pelo juízo a quo, inclusive o deferimento da assistência judiciária gratuita, não vincula a Turma Recursal na aferição dos pressupostos de admissibilidade do recurso inominado. Isso porque a competência do juízo definitivo de admissibilidade é da Turma Recursal, por ser o órgão destinatário do recurso inominado.

Portanto, recebo o recurso interposto em seu efeito devolutivo e suspensivo (art. 43 da Lei nº 9.099/95).
Intime-se a parte recorrida para, querendo, oferecer resposta ao recurso inominado interposto, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, Lei nº 9.099/95.
Decorrido o decêndio ou devidamente contra-arrazoado, remetam-se à Egrégia Turma Julgadora com as homenagens de estilo.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7011068-30.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: ANTONIO BRAS DANTAS
ADVOGADOS DO REQUERENTE: VANESSA CESARIO SOUSA, OAB nº RO8058A, ARMANDO DIAS SIMOES NETO, OAB nº RO8288
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
D E S P A C H O
Da análise dos autos, observa-se que a parte recorrente, a fim de eximir-se do preparo recursal, requereu os benefícios da assistência judiciária gratuita, porém, não apresentou documentos capazes de corroborar a alegada hipossuficiência financeira.
Como é cediço, a presunção de pobreza não é absoluta, pois conforme inciso LXXIV, do art. 5º da Carta Magna, a assistência judiciária gratuita será prestada àqueles que comprovarem a falta de recursos.
Assim colocado, em atenção ao dever de prevenção previsto na regra do art. 99, §2º do Código de Processo Civil, determino a intimação da parte recorrente para que, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, traga aos autos documentos comprobatórios do preenchimento dos pressupostos legais do beneplácito que pretende obter. Desde já, em atenção aos deveres processuais de esclarecimento e informação, faço advertir à parte recorrente de que deverão ser juntados, pelos menos, declaração de próprio punho, comprovantes de despesas de seu núcleo familiar, cópias de suas declarações de imposto de renda ou outro comprovante de rendimentos, extratos bancários dos últimos meses, ficha financeira anual, guia recursal demonstrando o valor das custas, entre outros.
Se incapaz de demonstrar a real necessidade da concessão do benefício, deverá, em 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir do fim do lapso temporal acima estabelecido, realizar o recolhimento da guia de custas, de conformidade com o Enunciado 115 do FONAJE, sob pena de deserção.
Apresentados tais documentos ou efetuado o preparo, volvam-me conclusos os autos para exame dos requisitos de admissibilidade recursal.
Lado outro, em caso de inércia da recorrente e ultrapassados os prazos acima delineados, considerar-se-á deserto o recurso interposto. Neste caso, certifique-se o trânsito em julgado e, em seguida, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, data da assinatura eletrônica.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
7025146-29.2023.8.22.0001
REQUERENTE: RONALDO DE SOUZA OLIVEIRA FIRMINO
ADVOGADO DO REQUERENTE: JENNIFER FERNANDES DA SILVA, OAB nº RO12803
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação de conhecimento, manejada pela(s) parte(s) cadastrada(s) no polo ativo do sistema PJe face do ESTADO DE RONDÔNIA, partes devidamente qualificadas.
Dispensado o relatório nos termos do artigo 38 da Lei n. 9.099/95, passo a decidir.
De saída, registro que, no rito do Juizado Especial da Fazenda Pública, admite-se o julgamento em lote, lista ou bloco de processos, quando a matéria for exclusivamente de direito e repetitiva, conforme ENUNCIADO 10 – Juizado da Fazenda Pública – Fórum Nacional de Juizados Especiais – FONAJE – XXXII Encontro – Armação de Búzios/RJ.
Em relação a preliminar de incompetência, sustentada em algumas demandas pelo ente promovido, importante apontar que, o que vai definir a competência para processamento e julgamento da demanda é a possibilidade ou não de o Juizado da Fazenda Pública conhecer de direitos individuais homogêneos.
A esse respeito, tenho que a competência dos Juizados da Fazenda Pública está definida no artigo 2º, da Lei 12.153/09, que, no § 1º, inciso I, afasta expressamente de sua competência demandas que versem sobre direitos ou interesses difusos e coletivos, senão vejamos:
Art. 2º - É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.
§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:
I – as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;
Nada, porém, é mencionado a respeito dos direitos individuais homogêneos.

Acontece que os direitos difusos e coletivos são de natureza transindividual, ensejando uma tutela propriamente coletiva lato sensu, ao passo em que os direitos individuais homogêneos, são apenas acidentalmente coletivos, ou seja, são direitos individuais que podem eventualmente ser tutelados coletivamente.

A natureza dos direitos, portanto, embora sejam tratadas juntamente no processo coletivo, é diversa.

A solução da questão, portanto, por não ter sido expressamente definida pela Lei, cabe ao Judiciário. E, nesse sentido, a jurisprudência da Corte Superior firmou o entendimento no sentido de que, independentemente da natureza do direito em questão (se difuso, coletivo ou individual homogêneo) - os quais podem vir a ser tutelados coletiva (por meio de um legitimado coletivo) ou individualmente -, o que não se admite nos Juizados da Fazenda Pública é a tutela coletiva, promovida por meio de um legitimado coletivo. Caso esse mesmo direito venha a ser pleiteado individualmente, nada impede o conhecimento da matéria pelo juizado. Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ATO ADMINISTRATIVO. TOMBAMENTO. DIREITO DIFUSO DEFENDIDO INDIVIDUALMENTE. COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. 1. Trata-se, na origem, de Agravo de Instrumento interposto pelo recorrido contra decisão interlocutória em que o juiz declinou da competência em favor do Juizado Especial da Fazenda Pública para processar e julgar Ação Ordinária, que visa anular ato administrativo que indicou imóvel para tombamento. 2. O Tribunal de origem afastou a competência do Juizado Especial por entender que "a causa em que se controverte a validade de ato administrativo de indicação de imóvel para tombamento versa sobre interesse difuso de proteção ao patrimônio histórico e cultural, o que torna incompetente o Juizado Especial da Fazenda Pública (JEFP) para julgá-la." 3. O acórdão merece reforma. O STJ entende que, em se tratando de direito difusos, sua defesa pode se dar tanto por meio de ação coletivas como individuais, sendo competência do Juizado Especial da Fazenda Pública a defesa de direito individual. Precedentes . 4. Recurso Especial provido. (STJ, REsp 1653288/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 05/05/2017)

Por esses motivos, REFUTO a preliminar aventada e reconheço a competência deste Juizado Especial da Fazenda Pública para o regular processamento do feito.

Dando continuidade, consigno que o conjunto probatório colacionado aos autos é suficiente para a formação do convencimento do Juízo, razão pela qual promovo o julgamento antecipado dos pedidos, nos termos do art. 355, I, do CPC.

Não há pedidos pendentes, além de inexistirem outras preliminares e prejudiciais do mérito. Assim, presentes os pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, passo ao exame do mérito propriamente dito.

Em análise aos autos, verifico que a parte requerente, policial militar do Estado de Rondônia, pretende o recebimento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.

O Estado de Rondônia, em sede de defesa, pontua que o adicional postulado não é devido ao autor, uma vez que a legislação local, aplicável ao autor, não prevê tal benefício, bem como a Lei 13.954/19 dispõe o pagamento da referida verba para os militares das Forças Armadas.

Em algumas demandas, alega litigância de má-fé, que de pronto deve ser afastada, considerando que no momento do ajuizamento da ação havia julgados que entenderam pela procedência dos pedidos, inclusive no âmbito da própria Turma Recursal.

Razão assiste ao Estado de Rondônia. Isso porque, em que pese posicionamento anteriormente externados por outros juízos que tenha, por ventura, reconhecido o direito à percepção do adicional de compensação por disponibilidade militar aos policiais militares do Estado de Rondônia, este juízo não entende pela impossibilidade de pretensão.

A questão fora ventilada pelo Estado em razão da inexistência de previsão legal na legislação local aplicável aos Policiais Militares, quanto ao pagamento da referida verba. É certo que não há Lei Federal que estenda aos militares estaduais o mencionado adicional e, se existisse, ele deveria estar expressamente previsto, com a respectiva fonte de custeio.

Aplica-se, portanto, o enunciado de Súmula Vinculante 37 do STF que veda ao PODER JUDICIÁRIO o aumento de vencimentos de servidores público, sob o fundamento da isonomia.

Assim, não é possível estender a condição de Militar das Forças Armadas aos policiais militares de Rondônia, com fundamento no art. 4º da Lei 6.880/80 (Estatuto dos Militares), uma vez que não se confundem os militares da reserva das forças armadas com policiais militares. Até porque, se fosse dada tal interpretação, os servidores civis que se enquadrassem na hipótese do art. 4º, I, b (reservistas das forças armadas) também fariam jus ao referido adicional.

Veja que os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao adicional postulado, uma vez que a própria Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos MILITARES ESTADUAIS deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos, no caso, a Lei nº 10.486/2002:

Art. 25. O Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, passa a vigorar com as seguintes alterações:

(…)

III - modificação da redação do art. 24, nos seguintes termos

Art. 24. Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos, nos termos do § 1º do art. 42, combinado com o inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal. (destaquei).

O dispositivo legal reitera o princípio da Separação dos Poderes, que estabelece que incumbe a cada ente federativo a edição de norma que fixará, dentre outros, a remuneração dos seus servidores e militares.

Aliás, recentemente o TJDFT decidiu:

APELAÇÃO CÍVEL. LEI Nº 13.954/2019. ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO POR DISPONIBILIDADE MILITAR. INAPLICABILIDADE AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. LEI ESPECÍFICA. ENUNCIADO DE SÚMULA Nº 37, DO STF. REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DECORRENTE DO IMPLEMENTO DE ALÍQUOTA SUPERIOR PARA A CONTRIBUIÇÃO DA PENSÃO MILITAR. AUSÊNCIA DE PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PATAMAR. REDUÇÃO SALARIAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO ESPECÍFICO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A Lei nº 13.954/2019 criou o adicional de compensação por disponibilidade militar, que consiste na parcela remuneratória mensal devida ao militar em razão da disponibilidade permanente e da dedicação exclusiva. 2. Segundo o art. 8º, § 1º, da Lei nº 13.954/2019, é vedada a acumulação do adicional de compensação por disponibilidade militar com o adicional de tempo de serviço que trata o art. 3º, inciso IV, da Medida Provisória nº 2.215/2001. 3. Os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao referido adicional, porquanto a Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos servidores militares desses órgãos deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos. 4. Segundo enunciado de Súmula nº 37, do STF, não cabe ao PODER JUDICIÁRIO, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 5. Em que pese à alegação de redução de remuneração decorrente do implemento de alíquota superior para a contribuição de pensão militar, os autores/apelantes não formularam pedido em tal sentido, razão pela qual não há que se falar em alteração do patamar de contribuição previdenciária. 6. Apelo não provido. (APELAÇÃO CÍVEL 0730476-62.2020.8.07.0016, 4º Turma, relator: Desembargador Arnoldo Camanho, publicação: 27/07/2021).

Com efeito, em atenção ao princípio da legalidade e da separação dos Poderes e, ainda, considerando a SM 37 do STF, não é possível o pagamento do referido adicional aos policiais militares do Estado de Rondônia.
Por fim, consigno que a Turma Recursal, em verdadeiro overruling, modificou seu entendimento, passando a reconhecer a improcedência dos pedidos, justamente ao argumento de que a legislação Federal não é aplicável aos militares do Estado.
Nesse sentido:
Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RI n.º7001811-16.2021.8.22.0012, Relator: JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS, Data julgamento: 29/03/2023).
Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. - A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RECURSO INOMINADO, autos n. 7002283-17.2021.8.22.001, Relator : CRISTIANO GOMES MAZZINI, Data julgamento: 29/03/2023)
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial de percepção do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019, extinguindo o processo com resolução de mérito, na forma do art. 487, I, do CPC.
Sem condenação às custas processuais e honorários advocatícios nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95.
Quanto a eventual pedido de assistência judiciária, de conformidade com o caput do art. 54 da Lei nº 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Assim, não há que se falar no benefício da justiça gratuita neste momento processual, salvo se eventualmente for interposto de recurso inominado, quando deverá ser formulado expressamente o pedido na peça recursal, mediante comprovação.
Transitado em julgado, arquivem-se os presentes autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
7032479-32.2023.8.22.0001
REQUERENTE: CARMELITA RODRIGUES CHIAPETTI
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDOS: Estado de Rondônia, MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SENTENÇA
Dispensado o relatório, nos termos do artigo 38 da Lei nº 9.099/95, passo a fundamentar e decidir.
Do exame dos autos, observo que a parte autora manifestou expressamente seu interesse em desistir da presente ação, conforme se verifica em petição carreada aos autos.
Ressalte-se que o Codex Processual Civil, em seu art. 485, inc. VIII, estabelece ser a desistência uma das formas de extinção do processo sem resolução do mérito, devendo o demandante demonstrar expressamente vontade de não mais prosseguir no feito.
Quanto à possibilidade de desistência da ação, o Enunciado 90 do FONAJE (Aprovado no XVI Encontro – Rio de Janeiro/RJ), prevê que "a desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento."
De tal feita, em sede de Juizados Especiais, extingue-se o processo, por desistência da parte autora, ainda que não haja a anuência da parte ré.
Diante do exposto, estando presentes os pressupostos de admissibilidade do pedido de desistência, DECLARO extinto o processo sem apreciação do mérito de acordo com o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil.
Sem custas e honorários advocatícios, conforme estabelecem os arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95.
Certifique o trânsito em julgado e arquivem-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Arquivem-se os presentes autos promovendo-se às baixas necessárias e as cautelas de estilo.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7029722-65.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: ENI DE SOUZA CARDOSO
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.
Decido.
Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende exames de eletroencefalograma em vigília e sono espontâneo com ou sem foto estímulo (EEG), eletroneuromiograma (ENMG) – membros inferiores e superiores e consulta em ortopedia – adulto – osteoporose – retorno e consulta em cardiologia – acima de 60 anos – retorno.
O pedido de tutela de urgência foi indeferido.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".
Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).
Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.
O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:
EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)
EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O
PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)
Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.
Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).
Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.
Dispositivo.
Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer exames de eletroencefalograma em vigília e sono espontâneo com ou sem foto estímulo (EEG), eletroneuromiograma (ENMG) – membros inferiores e superiores e consulta em ortopedia – adulto – osteoporose – retorno e consulta em cardiologia – acima de 60 anos – retorno, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7030937-76.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTES: P. D. F. V., C. G. O. V.
Advogado do Requerente: ADVOGADO DOS REQUERENTES: ROBERTO ALBUQUERQUE JUNIOR, OAB nº RO5590A
Requerido/Executado: REQUERIDOS: E. D. R., H. I. C. E. D.
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Decisão
Analisando os autos, verifico que a ação foi proposta também em face do Hospital Infantil Cosme e Damião, que não possui legitimidade passiva, pois se trata apenas de órgão da administração do Estado.
Assim, deverá a CPE retificar o polo passivo da presente demanda no sistema Pje, para que conste apenas o Estado de Rondônia.
Dando continuidade, trata-se de pedido de tutela provisória em ação indenizatória, pela qual a parte autora requer seja determinado ao ente requerido a exibição de cópia integral de seu prontuário médico.
É o sucinto relatório. Decido.

A Lei n. 12.153/2009 prevê em seu art. 3º a possibilidade de concessão de providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. Logo, a possibilidade de antecipação de tutela contra o poder público é indiscutível.
Todavia, no caso dos autos, ainda que a parte autora alegue a verossimilhança de seu direito, não é possível verificar a urgência ou o risco de dano.
A tutela pleiteada carece de demonstração da real necessidade de inversão do ônus probatório, notadamente pela ausência de pedido e negativa da administração do hospital em atender a solicitação da parte, no que concerne aos documentos reclamados.
Posto isso, INDEFIRO a antecipação da tutela requerida.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere a cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 - esclarecer se deseja que seja realizada audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 - o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5 - se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei n. 12.527/11).
Quanto à produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo § 1º, ressalvadas as exceções do art. 455, § 4º, do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7011193-95.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: ANDRESSA MARA MARQUES CORREA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Sentença
Vistos etc,
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
A parte requerente desiste do prosseguimento do processo, pois o objeto da ação se perdeu.
Posto isto, DECLARO EXTINTO o processo sem resolução de mérito (art. 485, VI, CPC).
Sem custas e sem honorários.
Intimem-se, após, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se imediatamente.
Porto Velho, sábado, 15 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Padronizado
Processo 7036584-23.2021.8.22.0001
REQUERENTES: MARINA MORAES SANTOS, ELISANGELA REGINA DA SILVA MORAIS
ADVOGADO DOS REQUERENTES: PAULINA DESCRY CERNOV MORAIS DE OLIVEIRA, OAB nº RO10439
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO
Vistos.
Antes de deliberar quanto ao retorno dos autos, determino a CPE que certifique a distribuição dos autos na Justiça Federal, conforme determinado na decisão ID 63545433 e de acordo com o malote ID 64885139.
Caso seja confirmada a distribuição na Justiça Federal, cientifique o autor e arquivem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Abono de Permanência
Processo 7009008-94.2017.8.22.0001
EXEQUENTES: OSCAR ALVES JUNIOR, MARIA FRANCISCA LINA DE FREITAS
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: NADIA ALVES DA SILVA, OAB nº RO3609
NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
A parte exequente reclama que não localizou o pagamento na conta indicada para depósito da RPV.
O requerente/exequente pode verificar no endereço eletrônico do Estado de Rondônia (https://pge.ro.gov.br/transparencia/relatorios-e-publicacoes/rpv-pagas/) se houve o recebimento da(s) RPV(s).
Com a confirmação do recebimento ou não, é possível evitar retrabalho para todos os envolvidos no processo.
Caso o pagamento não seja localizado intime-se a fazenda pública pelo sistema para manifestar quanto ao requerimento do exequente.
Na hipótese de a parte exequente confirmar o não pagamento da RPV, promova-se contato com a Subcoordenação de Gestão de Pagamento Judiciais da PGE/RO, setor responsável pelo pagamento de RPV através de e-mail (sgpj@pge.ro.gov.br), a fim de que no prazo de 10 dias, comprove o pagamento ou justifique o problema ocorrido informando novo prazo não superior a 15 dias.
Não havendo justificação dentro do prazo concedido e não tendo o Estado apresentado qualquer manifestação, independentemente de nova conclusão, expeça-se mandado de sequestro.
Agende-se decurso de prazo, intimem-se as partes.
Caso seja realizado sequestro e seja certificado o cumprimento do mandado ou comprovado o pagamento pelo Estado de Rondônia, arquive-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7012111-02.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: AUTOR: AGROPECUARIA MASUTTI LTDA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO AUTOR: WEVILLIN CRISTINA PEDRON BORGES, OAB nº RO11205
Requerido/Executado: REU: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos etc,
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Decido.
O advogado da parte requerente foi intimado para emendar a inicial e deixou de atender o comando para tornar possível o processamento da causa.
Isso porquê fora determinada a comprovação de microempresa ou empresa de pequeno porte, considerando que a competência dos juizados especiais da fazenda pública é absoluta, e a autora apenas informa que teria direcionado o feito ao juízo adequado, sem cumprir a diligência determinada, o que impossibilita este juízo, até mesmo, de suscitar conflito de competência com o juízo da 2ª Vara de Fazenda Pública.
Posto isto, INDEFIRO a petição inicial e DECLARO extinto o processo sem resolução de mérito (art. 485, I, CPC).
Sem custas e sem honorários.
Intime-se.
Agende-se decurso de prazo.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
7071431-17.2022.8.22.0001
REQUERENTE: REGINEUSA MARIA ROCHA DE SOUZA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ANGELA MARIA MENDES DOS SANTOS, OAB nº RO2651
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/1995 c/c art. 27 da Lei n. 12.153/2009.
Fundamentos Decido.
Trata-se de julgamento de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos contra a Sentença de ID 87505989 sob a alegação de omissão no tocante a matéria de mérito e fundamentação do decisum, notadamente a constitucionalidade do art. 8° da Lei Complementar n° 173/2020.
Pois bem.
Nos termos do artigo 48 da lei 9.099/95 e art. 1.022 do CPC, caberão embargos de declaração contra qualquer decisão obscura, contraditória, omissa ou para corrigir erro material.
A meu ver a parte recorrente não demonstrou a existência de contradição ou omissão na Decisão, mas deixou evidente que sua intenção é, na verdade, protelar o andamento processual e rediscutir o julgamento por evidente inconformismo, pois alega omissão em relação a fato que foi claramente enfrentado no teor da Sentença, na qual inclusive colacionou-se a ementa da Rcl. STF. 49054 – SP, 0059863-60.2021.1.00.0000, que trata especificamente do tema.
Assim, sendo desnecessárias maiores digressões, entendo que não há omissão na Sentença embargada, mas tentativa de rediscussão do julgamento o que é vedado em sede de embargos de declaração, considerando que eles não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado (AgInt no AgInt no AREsp 1483727/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/12/2019, DJe 18/12/2019).
Dispositivo
FRENTE AO EXPOSTO e ao mais que dos autos constam REJEITO os embargos de declaração, mantendo a Sentença inalterada em seus integrais termos.
Intimem-se as partes.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7017101-36.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: ANTONIO ESTEVAO DOS SANTOS
ADVOGADOS DO REQUERENTE: VANESSA CESARIO SOUSA, OAB nº RO8058A, ARMANDO DIAS SIMOES NETO, OAB nº RO8288
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Da análise dos autos, verifica-se que a parte promovente interpôs recurso inominado em face da sentença proferida, pugnando pela concessão dos benefícios da justiça gratuita, a fim de se eximir do dever de efetivar o preparo recursal.
Pois bem. Embora o §3º, do artigo 99, do Código de Processo Civil estabeleça a presunção de veracidade da alegação de hipossuficiência deduzida por pessoa natural, é certo que, havendo dúvidas, o juiz pode determinar à parte que comprove o preenchimento dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, consoante dispõe o §2º do artigo supracitado.
Ademais, a presunção de pobreza não é absoluta, pois conforme inciso LXXIV, do artigo 5º, da Carta Magna, a assistência judiciária gratuita será prestada àqueles que comprovarem a falta de recursos.
No caso em tela, a parte recorrente, após intimada, apresentou documentação visando à comprovação da aventada hipossuficiência financeira. Todavia, em análise aos documentos apresentados, verifica-se a existência de fortes indícios de que a parte requerente possui condições econômicas para arcar com as custas e despesas processuais, sem prejuízo da garantia de seu sustento e da própria entidade familiar, de forma que não faz jus à assistência judiciária gratuita pleiteada (vencimento superior a R$ 5.000,00, além de omissão na juntada da guia de custas conforme determinado).
Nesse diapasão, utilizando-se do juízo de admissibilidade recursal, no propósito de não surpreender a parte recorrente e tampouco cercear seu direito de acesso ao duplo grau de jurisdição, ao passo em que indefiro peremptoriamente o pedido de justiça gratuita ora formulado, nos termos do artigo 42, §1º, da Lei nº 9.099/95 e Enunciado Cível nº 115 do FONAJE, determino que seja intimada a parte recorrente para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, promova o preparo do recurso interposto, sob pena de deserção.
Apenas se providenciado tal pagamento, volvam-me conclusos os autos para o necessário juízo de admissibilidade recursal.
Do contrário, em caso de inércia da recorrente e ultrapassado o prazo acima delineado, considerar-se-á deserto o recurso interposto. Neste caso, certifique-se o trânsito em julgado e, em seguida, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
7018533-90.2023.8.22.0001
REQUERENTE: IGOR MAURO KREUSCH TIEGS
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALBANISA PEREIRA PEDRACA, OAB nº RO3201
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação de conhecimento, manejada pela(s) parte(s) cadastrada(s) no polo ativo do sistema PJe face do ESTADO DE RONDÔNIA, partes devidamente qualificadas.
Dispensado o relatório nos termos do artigo 38 da Lei n. 9.099/95, passo a decidir.
De saída, registro que, no rito do Juizado Especial da Fazenda Pública, admite-se o julgamento em lote, lista ou bloco de processos, quando a matéria for exclusivamente de direito e repetitiva, conforme ENUNCIADO 10 – Juizado da Fazenda Pública – Fórum Nacional de Juizados Especiais – FONAJE – XXXII Encontro – Armação de Búzios/RJ.
Em relação a preliminar de incompetência, sustentada em algumas demandas pelo ente promovido, importante apontar que, o que vai definir a competência para processamento e julgamento da demanda é a possibilidade ou não de o Juizado da Fazenda Pública conhecer de direitos individuais homogêneos.
A esse respeito, tenho que a competência dos Juizados da Fazenda Pública está definida no artigo 2º, da Lei 12.153/09, que, no § 1º, inciso I, afasta expressamente de sua competência demandas que versem sobre direitos ou interesses difusos e coletivos, senão vejamos:
Art. 2º - É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.
§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:
I – as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;
Nada, porém, é mencionado a respeito dos direitos individuais homogêneos.
Acontece que os direitos difusos e coletivos são de natureza transindividual, ensejando uma tutela propriamente coletiva lato sensu, ao passo em que os direitos individuais homogêneos, são apenas acidentalmente coletivos, ou seja, são direitos individuais que podem eventualmente ser tutelados coletivamente.
A natureza dos direitos, portanto, embora sejam tratadas juntamente no processo coletivo, é diversa.
A solução da questão, portanto, por não ter sido expressamente definida pela Lei, cabe ao Judiciário. E, nesse sentido, a jurisprudência da Corte Superior firmou o entendimento no sentido de que, independentemente da natureza do direito em questão (se difuso, coletivo ou individual homogêneo) - os quais podem vir a ser tutelados coletiva (por meio de um legitimado coletivo) ou individualmente -, o que não se admite nos Juizados da Fazenda Pública é a tutela coletiva, promovida por meio de um legitimado coletivo. Caso esse mesmo direito venha a ser pleiteado individualmente, nada impede o conhecimento da matéria pelo juizado. Confira-se:
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ATO ADMINISTRATIVO. TOMBAMENTO. DIREITO DIFUSO DEFENDIDO INDIVIDUALMENTE. COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. 1. Trata-se, na origem, de Agravo de Instrumento interposto pelo recorrido contra decisão interlocutória em que o juiz declinou da competência em favor do Juizado Especial da Fazenda Pública para processar e julgar Ação Ordinária, que visa anular ato administrativo que indicou imóvel para tombamento. 2. O Tribunal de origem afastou a competência do Juizado Especial por entender que "a causa em que se controverte a validade de ato administrativo de indicação de imóvel para tombamento versa sobre interesse difuso de proteção ao patrimônio histórico e cultural, o que torna incompetente o Juizado Especial da Fazenda Pública (JEFP) para julgá-la." 3. O acórdão merece reforma. O STJ entende que, em se tratando de direito difusos, sua defesa pode se dar tanto por meio de ação coletivas como individuais, sendo competência do Juizado Especial da Fazenda Pública a defesa de direito individual. Precedentes . 4. Recurso Especial provido. (STJ, REsp 1653288/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 05/05/2017)
Por esses motivos, REFUTO a preliminar aventada e reconheço a competência deste Juizado Especial da Fazenda Pública para o regular processamento do feito.
Dando continuidade, consigno que o conjunto probatório colacionado aos autos é suficiente para a formação do convencimento do Juízo, razão pela qual promovo o julgamento antecipado dos pedidos, nos termos do art. 355, I, do CPC.
Não há pedidos pendentes, além de inexistirem outras preliminares e prejudiciais do mérito. Assim, presentes os pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, passo ao exame do mérito propriamente dito.
Em análise aos autos, verifico que a parte requerente, policial militar do Estado de Rondônia, pretende o recebimento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
O Estado de Rondônia, em sede de defesa, pontua que o adicional postulado não é devido ao autor, uma vez que a legislação local, aplicável ao autor, não prevê tal benefício, bem como a Lei 13.954/19 dispõe o pagamento da referida verba para os militares das Forças Armadas.
Em algumas demandas, alega litigância de má-fé, que de pronto deve ser afastada, considerando que no momento do ajuizamento da ação havia julgados que entenderam pela procedência dos pedidos, inclusive no âmbito da própria Turma Recursal.
Razão assiste ao Estado de Rondônia. Isso porque, em que pese posicionamento anteriormente externados por outros juízos que tenha, por ventura, reconhecido o direito à percepção do adicional de compensação por disponibilidade militar aos policiais militares do Estado de Rondônia, este juízo não entende pela impossibilidade de pretensão.
A questão fora ventilada pelo Estado em razão da inexistência de previsão legal na legislação local aplicável aos Policiais Militares, quanto ao pagamento da referida verba. É certo que não há Lei Federal que estenda aos militares estaduais o mencionado adicional e, se existisse, ele deveria estar expressamente previsto, com a respectiva fonte de custeio.
Aplica-se, portanto, o enunciado de Súmula Vinculante 37 do STF que veda ao PODER JUDICIÁRIO o aumento de vencimentos de servidores público, sob o fundamento da isonomia.

Assim, não é possível estender a condição de Militar das Forças Armadas aos policiais militares de Rondônia, com fundamento no art. 4º da Lei 6.880/80 (Estatuto dos Militares), uma vez que não se confundem os militares da reserva das forças armadas com policiais militares. Até porque, se fosse dada tal interpretação, os servidores civis que se enquadrassem na hipótese do art. 4º, I, b (reservistas das forças armadas) também fariam jus ao referido adicional.

Veja que os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao adicional postulado, uma vez que a própria Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos MILITARES ESTADUAIS deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos, no caso, a Lei nº 10.486/2002:

Art. 25. O Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, passa a vigorar com as seguintes alterações:

(…)

III - modificação da redação do art. 24, nos seguintes termos

Art. 24. Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos, nos termos do § 1º do art. 42, combinado com o inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal. (destaquei).

O dispositivo legal reitera o princípio da Separação dos Poderes, que estabelece que incumbe a cada ente federativo a edição de norma que fixará, dentre outros, a remuneração dos seus servidores e militares.

Aliás, recentemente o TJDFT decidiu:

APELAÇÃO CÍVEL. LEI Nº 13.954/2019. ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO POR DISPONIBILIDADE MILITAR. INAPLICABILIDADE AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. LEI ESPECÍFICA. ENUNCIADO DE SÚMULA Nº 37, DO STF. REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DECORRENTE DO IMPLEMENTO DE ALÍQUOTA SUPERIOR PARA A CONTRIBUIÇÃO DA PENSÃO MILITAR. AUSÊNCIA DE PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PATAMAR. REDUÇÃO SALARIAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO ESPECÍFICO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A Lei nº 13.954/2019 criou o adicional de compensação por disponibilidade militar, que consiste na parcela remuneratória mensal devida ao militar em razão da disponibilidade permanente e da dedicação exclusiva. 2. Segundo o art. 8º, § 1º, da Lei nº 13.954/2019, é vedada a acumulação do adicional de compensação por disponibilidade militar com o adicional de tempo de serviço que trata o art. 3º, inciso IV, da Medida Provisória nº 2.215/2001. 3. Os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao referido adicional, porquanto a Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos servidores militares desses órgãos deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos. 4. Segundo enunciado de Súmula nº 37, do STF, não cabe ao PODER JUDICIÁRIO, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 5. Em que pese à alegação de redução de remuneração decorrente do implemento de alíquota superior para a contribuição de pensão militar, os autores/apelantes não formularam pedido em tal sentido, razão pela qual não há que se falar em alteração do patamar de contribuição previdenciária. 6. Apelo não provido. (APELAÇÃO CÍVEL 0730476-62.2020.8.07.0016, 4º Turma, relator: Desembargador Arnoldo Camanho, publicação: 27/07/2021).

Com efeito, em atenção ao princípio da legalidade e da separação dos Poderes e, ainda, considerando a SM 37 do STF, não é possível o pagamento do referido adicional aos policiais militares do Estado de Rondônia.

Por fim, consigno que a Turma Recursal, em verdadeiro overruling, modificou seu entendimento, passando a reconhecer a improcedência dos pedidos, justamente ao argumento de que a legislação Federal não é aplicável aos militares do Estado.

Nesse sentido:

Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RI n.º7001811-16.2021.8.22.0012, Relator: JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS, Data julgamento: 29/03/2023).

Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. - A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RECURSO INOMINADO, autos n. 7002283-17.2021.8.22.001, Relator : CRISTIANO GOMES MAZZINI, Data julgamento: 29/03/2023)

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial de percepção do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019, extinguindo o processo com resolução de mérito, na forma do art. 487, I, do CPC.

Sem condenação às custas processuais e honorários advocatícios nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95.

Quanto a eventual pedido de assistência judiciária, de conformidade com o caput do art. 54 da Lei nº 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Assim, não há que se falar no benefício da justiça gratuita neste momento processual, salvo se eventualmente for interposto de recurso inominado, quando deverá ser formulado expressamente o pedido na peça recursal, mediante comprovação.

Transitado em julgado, arquivem-se os presentes autos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.

Thiago Gomes de Aniceto

Juiz de Direito Substituto

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça

Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública

7023031-35.2023.8.22.0001

REQUERENTE: CARMELITA RODRIGUES CHIAPETTI

ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

REQUERIDOS: MUNICIPIO DE PORTO VELHO, Estado de Rondônia

ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

SENTENÇA
Dispensado o relatório, nos termos do artigo 38 da Lei nº 9.099/95, passo a fundamentar e decidir.
Do exame dos autos, observo que a parte autora manifestou expressamente seu interesse em desistir da presente ação, conforme se verifica em petição carreada aos autos.
Ressalte-se que o Codex Processual Civil, em seu art. 485, inc. VIII, estabelece ser a desistência uma das formas de extinção do processo sem resolução do mérito, devendo o demandante demonstrar expressamente vontade de não mais prosseguir no feito.
Quanto à possibilidade de desistência da ação, o Enunciado 90 do FONAJE (Aprovado no XVI Encontro – Rio de Janeiro/RJ), prevê que "a desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento."
De tal feita, em sede de Juizados Especiais, extingue-se o processo, por desistência da parte autora, ainda que não haja a anuência da parte ré.
Diante do exposto, estando presentes os pressupostos de admissibilidade do pedido de desistência, DECLARO extinto o processo sem apreciação do mérito de acordo com o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil.
Sem custas e honorários advocatícios, conforme estabelecem os arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95.
Certifique o trânsito em julgado e arquivem-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Arquivem-se os presentes autos promovendo-se às baixas necessárias e as cautelas de estilo.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7044054-37.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: GREICY PRISCILA NONATO SILVA MARQUES FIDELIS
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO REQUERENTE: ALAN CARLOS DELANES MARTINS, OAB nº RO10173, RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Despacho
A parte requerente deverá emendar a inicial, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento, para:
1) apresentar instrumento procuratório atualizado, tendo em vista que o documento acostado aos autos foi assinado em 30/03/2022.
2) liquidar o valor que entende ter direito a receber, apresentando planilha de cálculos, somando todas as parcelas vencidas até a data da propositura da ação;
3) no cálculo esclarecer o método utilizado, de modo a informar de que prova os dados numéricos foram retirados e em que fundamento legal consta a fórmula aplicada;
4) corrigir o pedido para torná-lo líquido para ajustar ao valor apurado;
5) corrigir o valor da causa para ajustar ao valor apurado, nos termos do art. 2º, § 2º da Lei 12.153/09, somando as parcelas vencidas mais 12 parcelas vincendas.
6) apresentar argumentos que demonstrem não ter ocorrido a prescrição quanto a pretensão de receber valor, se for o caso.
Intime-se.
Agendar decurso de prazo.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7029132-88.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: MARIA ADALGISA MACEDO MAIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.
Decido.
Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende consulta em neurocirurgia - retorno.
O pedido de tutela de urgência foi indeferido.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).
Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.
O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:
EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)
EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O
PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)
Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.
Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).
Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.
Dispositivo.
Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer consulta em neurocirurgia - retorno, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7030992-27.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: SEBASTIANA VIEIRA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.
Decido.
Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende CONSULTA EM CIRURGIA VASCULAR e CONSULTA EM OFTALMOLOGIA - CATARATA - PRÉ OPERATÓRIO.
O pedido de tutela de urgência foi indeferido.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).
Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.
O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:

EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)

EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O

PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)

Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.

Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).

Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.

Dispositivo.

Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer CONSULTA EM CIRURGIA VASCULAR e CONSULTA EM OFTALMOLOGIA - CATARATA - PRÉ OPERATÓRIO, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).

Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.

Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.

Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.

Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.

Thiago Gomes de Aniceto

Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça

Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública

7013180-69.2023.8.22.0001

REQUERENTE: CARLOS HENRIQUE DE SOUSA SANT ANNA

ADVOGADO DO REQUERENTE: ALEXSANDRO DA SILVA SIMOES, OAB nº RO12639

REQUERIDOS: FUNDACAO GETULIO VARGAS, Estado de Rondônia

ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE, OAB nº AM697, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

SENTENÇA

Dispensado o relatório, nos termos do artigo 38 da Lei nº 9.099/95, passo a fundamentar e decidir.

Do exame dos autos, observo que a parte autora manifestou expressamente seu interesse em desistir da presente ação, conforme se verifica em petição carreada aos autos.

Ressalte-se que o Codex Processual Civil, em seu art. 485, inc. VIII, estabelece ser a desistência uma das formas de extinção do processo sem resolução do mérito, devendo o demandante demonstrar expressamente vontade de não mais prosseguir no feito.

Quanto à possibilidade de desistência da ação, o Enunciado 90 do FONAJE (Aprovado no XVI Encontro – Rio de Janeiro/RJ), prevê que “a desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento.”

De tal feita, em sede de Juizados Especiais, extingue-se o processo, por desistência da parte autora, ainda que não haja a anuência da parte ré.

Diante do exposto, estando presentes os pressupostos de admissibilidade do pedido de desistência, DECLARO extinto o processo sem apreciação do mérito de acordo com o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil.

Sem custas e honorários advocatícios, conforme estabelecem os arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95.

Certifique o trânsito em julgado e arquivem-se os autos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Arquivem-se os presentes autos promovendo-se às baixas necessárias e as cautelas de estilo.

Cumpra-se.

Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.

Thiago Gomes de Aniceto

Juiz de Direito Substituto

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7015828-22.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: FABIO RODRIGUES GRANGEIRO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: VANESSA CESARIO SOUSA, OAB nº RO8058A, ARMANDO DIAS SIMOES NETO, OAB nº RO8288
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
D E S P A C H O
Da análise dos autos, observa-se que a parte recorrente, a fim de eximir-se do preparo recursal, requereu os benefícios da assistência judiciária gratuita, porém, não apresentou documentos capazes de corroborar a alegada hipossuficiência financeira.
Como é cediço, a presunção de pobreza não é absoluta, pois conforme inciso LXXIV, do art. 5º da Carta Magna, a assistência judiciária gratuita será prestada àqueles que comprovarem a falta de recursos.
Assim colocado, em atenção ao dever de prevenção previsto na regra do art. 99, §2º do Código de Processo Civil, determino a intimação da parte recorrente para que, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, traga aos autos documentos comprobatórios do preenchimento dos pressupostos legais do beneplácito que pretende obter. Desde já, em atenção aos deveres processuais de esclarecimento e informação, faço advertir à parte recorrente de que deverão ser juntados, pelos menos, declaração de próprio punho, comprovantes de despesas de seu núcleo familiar, cópias de suas declarações de imposto de renda ou outro comprovante de rendimentos, extratos bancários dos últimos meses, ficha financeira anual, guia recursal demonstrando o valor das custas, entre outros.
Se incapaz de demonstrar a real necessidade da concessão do benefício, deverá, em 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir do fim do lapso temporal acima estabelecido, realizar o recolhimento da guia de custas, de conformidade com o Enunciado 115 do FONAJE, sob pena de deserção.
Apresentados tais documentos ou efetuado o preparo, volvam-me conclusos os autos para exame dos requisitos de admissibilidade recursal.
Lado outro, em caso de inércia da recorrente e ultrapassados os prazos acima delineados, considerar-se-á deserto o recurso interposto. Neste caso, certifique-se o trânsito em julgado e, em seguida, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, data da assinatura eletrônica.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7029127-66.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: LUCIMAR BATISTA DE ARAUJO
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.
Decido.
Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende consulta em endocrinologia - geral - retorno e exame de densitometria.
O pedido de tutela de urgência foi indeferido.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).
Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.
O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:
EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)

EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)
Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.
Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).
Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.
Dispositivo.
Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer consulta em endocrinologia - geral - retorno e exame de densitometria, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7018273-13.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: JOANA FERNANDES IURCZAK MACHADO
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: ALEXANDRE SANTOS SILVA, OAB nº RO12617
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos, etc.
Visando evitar alegação de cerceamento de defesa e em respeito ao contraditório e ampla defesa, faculto às partes a apresentação de manifestação contra os cálculos da contadoria judicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão.
Agende-se decurso de prazo.
Após, voltem-me conclusos para sentença.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7026472-24.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: LINDOMAR DE JESUS SANTOS
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO REQUERENTE: UILIAN HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO6805, UELTON HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO8862
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos, etc.
Visando evitar alegação de cerceamento de defesa e em respeito ao contraditório e ampla defesa, faculto às partes a apresentação de manifestação contra os cálculos da contadoria judicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão.
Agende-se decurso de prazo.
Após, voltem-me conclusos para sentença.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7013316-66.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: MARIA SALES DO NASCIMENTO
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Decido.
A parte requerente propôs a presente demanda em face do Estado de Rondônia postulando os medicamentos: Ambroxol 30mg/5ml e Rivaroxabana 10mg.
O pedido de tutela de urgência foi indeferido e a parte autora foi devidamente intimada para produzir as provas que pretendia em 10 dias, mas deixou o prazo transcorrer sem manifestação.
Inicialmente afasto de incompetência deste juízo em razão da necessidade de inclusão da União no polo passivo pelas razões já delineadas na decisão liminar (RE 1366243).
Passo ao mérito.
Na hipótese de medicamento fora da lista do SUS, a parte requerente deve comprovar os requisitos do decidido pelo STJ no RECURSO ESPECIAL Nº 1.657.156 - RJ (2017/0025629-7), quais sejam:
1) comprovação por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS;
2) incapacidade financeira de arcar com o custo de medicamento prescrito; e
3) existência de registro na Anvisa do medicamento.
Como já consignado na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, a parte requerente foi cientificada quanto a necessidade de informação quanto ao fornecimento ordinário dos medicamentos postulados.
Ocorre que o Estado de Rondônia informou que nenhum dos medicamentos são fornecidos, logo, é necessário o preenchimento dos requisitos fixados pelo STJ (REsp 1.657.156/RJ, Relator: Benedito Gonçalves, Julgado em 27/09/2017), que não restou demonstrado nos autos.
Some-se a isso o fato de não haver nos autos informação pormenorizada quanto a utilização de protocolo do SUS para o tratamento da doença e a informação de utilização de todas as terapias disponibilizadas pelo sistema público de saúde.
Logo, ausente o requisito nº 1 fixado pelo STJ: (i) Comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS;
Assim, não é possível obrigar o Estado ao fornecimento de medicamento não previsto na lista do SUS quando não demonstrados os requisitos fixados em sede de recurso repetitivo.
Dispositivo.
Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para o fornecimento dos medicamentos Ambroxol 30mg/5ml e Rivaroxabana 10mg.
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas e honorários advocatícios.
Intimem-se.
Agende-se decurso de prazo e, com o trânsito em julgado, arquivem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7022002-47.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: ANTONIO PEREIRA DE ARAUJO
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: SANDRA CIZMOSKI RAMOS, OAB nº RO8021
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos, etc.
Visando evitar alegação de cerceamento de defesa e em respeito ao contraditório e ampla defesa, faculto às partes a apresentação de manifestação contra os cálculos da contadoria judicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão.
Agende-se decurso de prazo.
Após, voltem-me conclusos para sentença.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7034037-39.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: MARY ANGELA CAMPOS DE FREITAS
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: WILSON VEDANA JUNIOR, OAB nº RO6665
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos etc,
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Decido.
O advogado da parte requerente foi intimado para emendar a inicial e deixou de atender o comando para tornar possível o processamento da causa.
Isso porquê deixou de corrigir o valor da causa, nos termos do art. 2º, §2º da Lei 12.153/09, argumentando que o valor depende do julgamento do mérito, ou seja, se será ou não concedida pensão civil.
Ocorre que o valor da causa não está vinculado ao resultado do julgamento do mérito, mas aos pedidos formulados na inicial, logo, tenho que descumprido o despacho anterior, motivo pelo qual, a ação deve ser extinta.
Posto isto, INDEFIRO a petição inicial e DECLARO extinto o processo sem resolução de mérito.
Sem custas e sem honorários.
Intime-se.
Agende-se decurso de prazo.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7066954-48.2022.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: MARIA DA CONCEICAO ALVES COSTA
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO REQUERENTE: PAULO MAURICIO BADIANI SOBRINHO, OAB nº RO4719A, RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO, OAB nº RO3300
Requerido/Executado: REQUERIDO: IPERON - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO ESTADO DE RONDONIA
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA DO IPERON
Sentença
Vistos, etc.
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27 da Lei nº 12.153/2009.
Fundamentos
Decido.
Trata-se de causa em que a parte requerente pretende a condenação da parte requerida na obrigação de implantar a pensão morte em seu favor e no pagamento retroativo dela a partir de 13/09/2022 - data da efetivação da citação válida do IPERON (ID: 81948357) em razão do óbito do sr. JOSÉ PEREIRA DA SILVA - que era servidor público do Estado de Rondônia e com quem conviveria em união estável que veio a ser reconhecida pós morte nos autos do processo nº 0004593-54.2012.8.22.0102, que tramitou na 1ª Vara de Família e Sucessões da comarca de Porto Velho – RO (vide r. sentença de ID: 89314716).
Pois bem.
A tutela provisória foi concedida em favor da parte requerente para que o IPERON passasse a pagar a pensão por morte (ID: 81571148).
Em contrapartida, o IPERON apresentou contestação fundando sua resistência à pretensão autoral na ocorrência da prescrição do fundo de direito, na ausência de comprovação de dependência econômica e na não participação no processo que reconheceu a união estável.
Sendo assim, passo a analisar cada um desses fundamentos.
Da Prescrição do Fundo de Direito:
A prescrição do fundo de direito alegada pelo IPERON seria porque a parte requerente deixou transcorrer mais de cinco anos entre a data do óbito do segurado que se deu em 04/10/2006 e o indeferimento da pensão por morte que teria se efetivado em 04.08.2009.
Ocorre, no entanto, que entre 04/10/2006 a 04.08.2009 não se tem mais de cinco anos, além disso, o IPERON não comprovou que a parte requerente tomou ciência do indeferimento em 04.08.2009, ônus que lhe incumbia à luz do CPC/2015, artigo 373, II.
Não há uma única notificação extrajudicial endereçada à parte requerente que comprovasse que ela recebeu e tomou ciência do indeferimento na data acima, fato que suspende o transcurso do prazo prescricional.
Este juízo identificou nos autos que há apenas uma única notificação de indeferimento da pensão por morte, a saber: Notificação nº 252/2022/IPERON-GEPREV, datada de 15 de agosto de 2022, proferida nos autos do Processo SEI n. 0016.069080/2022-62 (ID: 89314720 - Pág. 1). A contar desta data, que sequer deve ser confundida com a ciência do indeferimento, salvo prova em contrário, entendo que a ação judicial pleiteando a pensão morte foi ajuizada dentro do prazo prescricional, porquanto distribuída em 08/09/2022.
Ainda que fosse o caso de considerar a data de 04.08.2009 como termo inicial de contagem do prazo prescricional, data da suposta ciência do indeferimento da pensão, a pretensão de cobrança da pensão por morte pela via judicial ainda estaria dentro do prazo de prescrição. Senão vejamos:
a) 04.08.2009 – suposta ciência do indeferimento da pensão;

b) 10/05/2012 a 25/09/2014 – o prazo esteve suspenso por ocasião da distribuição e trânsito em julgado da sentença proferida nos autos da Ação de Reconhecimento de União Estável post mortem, conforme se vê no ID: 89314716 (CC, artigo 199, I).
c) 02/07/2015 nova suspensão do prazo, agora, por ocasião da renovação do requerimento administrativo de pensão por morte (ID: 89314718 - Pág. 1) cuja notificação de indeferimento não se tem notícia ou provas de sua efetivação.
Assim, considerando os períodos acima, vemos claramente que o prazo de cinco anos não se efetivou em sua plenitude, porquanto ele esteve suspenso em diversas ocasiões.
Segundo sólida jurisprudência do STJ, com o requerimento administrativo o prazo prescricional fica suspenso, in verbis:
AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. PRESCRIÇÃO. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA.
1. Verifica-senão ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.
2. A Corte de origem decidiu em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, firme no sentido de que o requerimento administrativo suspende o curso do prazo prescricional, o qual apenas volta a fluir após a decisão administrativa. Precedentes.
3. Remanesceu íntegro o fundamento adotado pelo Tribunal de origem, segundo o qual os arts. 8º e 9º do Decreto n.º 20.910/32 apenas "devem ser aplicados quando se está diante de casos de interrupção" (fl. 231). Logo, aplica-se o obstáculo da Súmula 283/STF.
4. Agravo interno a que se nega provimento.
(AgInt no AREsp 1087446/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 21/09/2017)
[grifei]
Ressalta-se que o prazo volta a fluir não apenas por ocasião da decisão administrativa pura e simples, mas somente depois da ciência desta decisão, que inexistiria nestes autos em data anterior a 2022, conforme entendimento abaixo do STJ:
ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. ART. 18, § 3º, DA LEI N. 12.153/2009. SERVIDOR PÚBLICO. PENSÃO POR MORTE. PRESCRIÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. PRECEDENTE FIRMADO PELA PRIMEIRA SEÇÃO NO JULGAMENTO DO EREsp 1.269.726/MG. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI DESPROVIDO. 1. Cuida-se de incidente de Uniformização de Interpretação de Lei, com fundamento no art. 18, § 3º, da Lei n. 12.153/2009, requerido pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul - IPERGS - contra acórdão da Primeira Turma Recursal da Fazenda Pública do Estado do Rio Grande do Sul, sob o fundamento de divergência jurisprudencial, quanto à ocorrência de prescrição do fundo de direito da pretensão ao benefício previdenciário - pensão por morte -, em relação à Turma Recursal do Juizado Especial da Fazenda Pública do Estado do Rio Grande do Sul e à Quarta Turma da Fazenda Pública do Colégio Recursal Central da Capital do Estado de São Paulo. 2. Nos termos do art. 18, § 3º, da Lei n. 12.153/2009, o incidente de Uniformização de Interpretação de Lei é cabível "quando as Turmas de diferentes Estados derem à lei federal interpretações divergentes". O incidente foi admitido e a competência para julgamento declinada de ofício para o Superior Tribunal de Justiça. 3. A controvérsia presente nesse incidente de uniformização refere-se à ocorrência ou não da prescrição do fundo de direito à pensão por morte de servidor público. Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça, por meio da sua Primeira Seção, em 13/3/2019, no julgamento do EREsp 1.269.726/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 20/3/2019, consolidou o entendimento de que "o pedido de concessão do benefício de pensão por morte deve ser tratado como uma relação de trato sucessivo, que atende necessidades de caráter alimentar, razão pela qual a pretensão à obtenção de um benefício é imprescritível". Assim, a concessão inicial do benefício poderá ser solicitada a qualquer tempo, e somente existirá prescrição do fundo de direito se não for ajuizada ação nos cinco anos posteriores à ciência do respectivo indeferimento administrativo, se houver. Precedentes. 4. Hipótese dos autos em que o particular ajuizou ação ordinária em face do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS) pleiteando a concessão do benefício de pensão por morte e a condenação ao pagamento dos valores atrasados correspondentes aos cinco anos anteriores ao pedido administrativo, por ser marido de servidora pública estadual falecida em 29/2/1996. 5. A Primeira Turma Recursal da Fazenda Pública do Estado do Rio Grande do Sul reformou a sentença, e deu provimento ao recurso inominado do particular, sob o fundamento de que a pretensão do benefício previdenciário em si não prescreve (concessão inicial), mas, somente as prestações não reclamadas no tempo certo, em virtude da inércia do beneficiário, no mesmo sentido da orientação consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça. 6. O pedido administrativo foi realizado em 2013 e indeferido em 12/3/2014. A ação judicial foi ajuizada em 11/11/2014, dentro do lustro prescricional de cinco anos, não havendo falar em prescrição do fundo de direito, nos termos da jurisprudência do STJ. 7. Incidente de Uniformização interposto por Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS) desprovido. (PUIL n. 169/RS, relator Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, julgado em 24/3/2021, DJe de 6/4/2021.)
Assim, estou convencido(a) da não ocorrência da prescrição do próprio direito de ação (fundo de direito).
Destarte, é de rigor avançar no julgamento do mérito.
Do Mérito:
Diante da r. sentença de ID: 89314716 proferida pelo douto juízo da 1ª Vara de Família e Sucessões da comarca de Porto Velho – RO nos autos do processo nº 0004593-54.2012.8.22.0102, onde se reconheceu o vínculo de união estável entre a parte requerente sra. MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES COSTA e JOSÉ PEREIRA DA SILVA durante o período de aproximadamente 17 anos, portanto, de meados do ano de 1989 até 04 de outubro de 2006 é inafastável concluir que ela faz jus à pensão por morte, notadamente porque a pessoa da companheira está contemplada como beneficiária do RPPS/IPERON, na condição de dependente do segurado (ver artigo 22, incisos I e II e §§ 1º e 4º, da Lei Complementar Estadual nº 228, de 10 de janeiro de 2000), in verbis:
Art. 22 - São beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social, na condição de dependente do segurado:
I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido; (Redação dada pela Lei Complementar n. 253, de 14/01/2002)
II - o companheiro ou companheira por tempo não inferior a 2 (dois) anos ininterruptos de convivência, ou na forma prescrita em lei própria;
§ 1º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e das demais deve ser comprovada. (Redação dada pela Lei Complementar n. 253, de 14/01/2002)
§ 4º - A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e dos demais devem ser comprovadas.
[destaquei]
Além disso, a dependência econômica da parte requerente é ex lege, isto é, decorre por força de lei, conforme redação do artigo 22, §§ 1º e 4º, da Lei Complementar Estadual nº 228, de 10 de janeiro de 2000, que elenca a companheira como dependente do segurado.

A propósito, o §§ 1º e 4º, do artigo 22, da Lei Complementar Estadual nº 228, de 10 de janeiro de 2000, é explícito em dizer que a dependência econômica do cônjuge, da companheira, do companheiro e do filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido, é presumida.
Além do mais, a pensão por morte para o caso de companheira só se extinguiria pela sua morte, conforme previsto no artigo 53, § 2º, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 228, de 10 de janeiro de 2000, como é o caso da parte requerente.
Quanto aos retroativos, considerando que a parte requerente os pleiteia a partir da citação, não vejo impedimento para acolhimento desta pretensão, considerando que se trata de um direito disponível dela (princípio da adstrição / congruência / correlação).
É mister anotar que os efeitos da sentença declaratória do reconhecimento da união estável são ex tunc, porquanto a declaração judicial apenas confirma o fato preexistente. Daí porque é medida de justiça que os retroativos da pensão tenham início a partir de 03/11/2022, data em que o IPERON foi efetivamente citado, acrescido de prestações vincendas, mas até o limite de sessenta salários mínimos de 2022, conforme renúncia manifestada para fixação da competência deste Juizado.
Por derradeiro, a presença do IPERON na Ação de Reconhecimento de União Estável não é obrigatória, até porque sequer teria legitimidade passiva ad causam, sendo certo que esta última condição da ação só se evidenciaria quando da propositura da ação de pensão por morte. Nesta sim, a presença do IPERON seria indispensável, como ocorre nesta causa.
Destarte, é de rigor julgar procedente o pedido inicial.
Dispositivo
Frente ao exposto e ao mais que dos autos constam, julgo PROCEDENTE o pedido inicial para:
a) CONFIRMAR a tutela provisória concedida em favor da parte requerente;
b) CONDENAR o IPERON na obrigação de implantar a pensão morte em favor da parte requerente;
c) CONDENAR o IPERON na obrigação de pagar quantia certa a título de pensão por morte em favor da parte requerente em razão do falecimento do segurado JOSÉ PEREIRA DA SILVA, parcelas vencidas a contar de 03/11/2022 e prestações vincendas que, somadas, não poderão ultrapassar o limite de sessenta salários mínimos de 2022, conforme renúncia manifestada pela parte requerente para fixação da competência deste Juizado.
HOMOLOGO, para todos os efeitos legais, a renúncia manifestada pela parte requerente quanto aos valores cobrados nesta causa que excederem a 60 (sessenta) salários mínimos de 2022.
O crédito deve ser corrigido monetariamente, e acrescido dos juros legais, de acordo com os índices aplicáveis à fazenda pública.
O valor a ser restituído será corrigido mês a mês, a partir de quando cada parcela deveria ter sido paga.
No tocante aos juros moratórios, serão eles contados a partir da citação (súmula nº 204 do STJ).
Na fase de cumprimento de sentença, a parte requerente deverá deduzir de seus cálculos os valores já recebidos e consignar os pendentes, com base no que aqui se decide.
Poderá ser deduzido dos valores retroativos a pensão alimentícia, impostos e as respectivas contribuições previdenciárias, em sendo o caso.
DECLARO EXTINTO o processo com resolução de mérito nos termos do CPC/2015, artigo 316 c/c artigo 487, inciso I.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/09.
Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Obrigação de Fazer / Não Fazer
Processo 7003783-83.2023.8.22.0001
REQUERENTE: FRANCISCA ALVES DE MOURA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Considerando que não foi possível localizar no sistema PJe a citação do Município de Porto Velho, certifique a CPE o referido ato ou o realize, na hipótese de não ter sido citado ainda.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7005344-45.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: BARNABE PEREIRA DA COSTA
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO REQUERENTE: CARLA SOARES CAMARGO, OAB nº RO10044, ED CARLO DIAS CAMARGO, OAB nº RO7357
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO
Vistos, etc.
Visando evitar alegação de cerceamento de defesa e em respeito ao contraditório e ampla defesa, faculto às partes a apresentação de manifestação contra os cálculos da contadoria judicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão.
Agende-se decurso de prazo.
Após, voltem-me conclusos para sentença.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7011351-53.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: CESAR MORETTI VIEIRA
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO REQUERENTE: CARLA SOARES CAMARGO, OAB nº RO10044, ED CARLO DIAS CAMARGO, OAB nº RO7357
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos, etc.
Visando evitar alegação de cerceamento de defesa e em respeito ao contraditório e ampla defesa, faculto às partes a apresentação de manifestação contra os cálculos da contadoria judicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão.
Agende-se decurso de prazo.
Após, voltem-me conclusos para sentença.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7020275-53.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: ELIEL PEREIRA BARROS
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO REQUERENTE: UILIAN HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO6805, UELTON HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO8862
Requerido/Executado: REQUERIDO: IPERON - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO ESTADO DE RONDONIA
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos, etc.
Visando evitar alegação de cerceamento de defesa e em respeito ao contraditório e ampla defesa, faculto às partes a apresentação de manifestação contra os cálculos da contadoria judicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão.
Agende-se decurso de prazo.
Após, voltem-me conclusos para sentença.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7005239-68.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: RAIMUNDO MENDES DE SOUSA FILHO
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO REQUERENTE: CARLA SOARES CAMARGO, OAB nº RO10044, ED CARLO DIAS CAMARGO, OAB nº RO7357
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO
Vistos, etc.
Visando evitar alegação de cerceamento de defesa e em respeito ao contraditório e ampla defesa, faculto às partes a apresentação de manifestação contra os cálculos da contadoria judicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão.
Agende-se decurso de prazo.
Após, voltem-me conclusos para sentença.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7020241-78.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: ANGELA AERCILEY DE SOUSA FURTADO
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO REQUERENTE: UILIAN HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO6805, UELTON HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO8862
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos, etc.
Visando evitar alegação de cerceamento de defesa e em respeito ao contraditório e ampla defesa, faculto às partes a apresentação de manifestação contra os cálculos da contadoria judicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão.
Agende-se decurso de prazo.
Após, voltem-me conclusos para sentença.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
==========
Processo nº: 7062341-19.2021.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (14695)
AUTOR: A. SILVA SANTOS EIRELI, STAMPCAR PLACAS LTDA, JODSON TADEU LEFFLER ROMANO 92444725204, J BUZZO DE O. WALTER PLACAS
Advogado do(a) AUTOR: EDSON DE OLIVEIRA CAVALCANTE - RO1510
REU: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO
ATO ORDINATÓRIO
Em obediência ao disposto no Art. 33, XXVI das Diretrizes Gerais Judiciais, fica Vossa Senhoria, intimada acerca do retorno dos autos da Turma Recursal, bem ainda para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Não havendo manifestação, os autos serão arquivados, observando o recolhimento das custas pendentes.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
7005591-60.2022.8.22.0001
REQUERENTE: ALEXANDRE FERNANDES VIEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SILVIO VINICIUS SANTOS MEDEIROS, OAB nº RO3015
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Fundamentos. Decido.
Trata-se de ação de natureza declaratória e indenizatória.

Em síntese, a autora alega que realizou o parcelamento do IPVA de seu veículo, gerando a CDA 20210200008085, todavia mesmo após a quitação do referido débito foi levado a protesto no dia 18/01/2022 pelo requerido perante o 3° Tabelionato de Protesto de Títulos de Porto Velho – RO (ID 67538142 – Pág. 1).

Em contestação o Estado de Rondônia sustenta que o direito pleiteado não restou comprovado motivo pelo qual não merece prosperar e pugnou pela improcedência do pedido.

Diante da ausência de documentação mínima capaz de esclarecer a lide proposta, o ônus da prova foi invertido e intimou-se o requerido para trazer aos autos esclarecimentos acerca da sobredita CDA, sendo juntados os documentos de ID 86580130 – Pág. 1 e seguintes.

Do mérito.

Após análise detida dos autos verifica-se que, de fato, o protesto levado a efeito pelo Estado de Rondônia mostrou-se indevido. Explico.

Conforme descrito no Ofício n° 1023/2022/PGE-PAF e planilha anexa (ID 87259514 – Pág. 15/16) a CDA n° 20210200008085, levada a protesto, já havia sido quitada no dia 13/09/2021, e posteriormente o referido título havia sido cancelado em razão do pagamento a menor feito pelo autor, o que gerou a inscrição da CDA 20210400064870 para cobrança do valor remanescente (ID 87259514 – Pág. 19).

Restou ainda certificado que pode ter ocorrido falha na atualização das informações contidas no banco de dados da SEFIN o que gerou a permanência do título no Sistema SITAFE como indevido até 06/01/2022, data de remessa do título a protesto.

Como visto, tanto pela quitação como pelo posterior cancelamento, é certo que o Estado de Rondônia não poderia ter levado a CDA n° 20210200008085 a protesto em desfavor do autor por ser ela indevida, independente de falha em seu sistema de registro de dados, cuja gerência somente a ele compete.

Logo, o fundamento aplicável ao caso concreto é o da responsabilidade civil objetiva (CF, art. 37, § 6º). Para tanto é necessário averiguar o preenchimento dos pressupostos que são conduta, dano e nexo causal, sendo dispensada prova do dolo ou culpa.

Veja que há a conduta do Estado de Rondônia em protestar o requerente por débito inexigível, estando presentes, portanto, os requisitos essenciais que ensejam a responsabilidade civil de indenizar e a obrigação de restituir aquilo que foi indevidamente pago.

Apesar de o Estado imputar a falha ao sistema SISTAFE, não diligenciou e trouxe aos autos nenhuma prova no sentido de se eximir, logo, não se incumbiu de comprovar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte requerente (art. 373, II, CPC).

O dano, na hipótese dos autos é presumida – in re ipsa – conforme firme precedentes do STJ, deste juízo e do Tribunal de Justiça de Rondônia, vejamos:

PROCESSO CIVIL. DECLARATÓRIA. INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA. ENERGIA ELÉTRICA. MEDIDOR. PERÍCIA UNILATERAL. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO.

É inexigível a dívida fundado em perícia unilateral realizada pela fornecedora, pois não é prova hábil a embasar cobrança de débitos.

Para que o débito apurado seja considerado válido e exigível, quando alegado irregularidade no aparelho medidor de consumo, é necessário obediência aos procedimentos previstos na Resolução n. 414/10 da ANEEL, bem como aos princípios do contraditório e ampla defesa.

A jurisprudência do STJ já pacificou o entendimento de que a inscrição indevida no nome do consumidor nos cadastros negativos de proteção ao crédito torna in re ipsa o dano moral, sendo desnecessária a prova de prejuízo à honra ou à reputação.

No tocante ao quantum indenizatório, é sabido que, na quantificação da indenização por dano moral, deve o julgador, valendo-se de seu bom senso prático e adstrito ao caso concreto, arbitrar, pautado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, um valor justo ao ressarcimento do dano extrapatrimonial.

Apelação, Processo nº 0000435-40.2014.822.0019, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 11/07/2018 (negritei).

RECURSO INOMINADO. FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO. VISTORIA DETRAN NÃO CONCLUÍDA. COBRANÇAS INDEVIDAS DE IPVA. PROTESTO INDEVIDO. RESSARCIMENTO EM DOBRO PELO PAGAMENTO DO TRIBUTO DEVIDO. DANOS MORAIS EVIDENCIADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7020666-81.2018.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen José Silva de Souza, Data de julgamento: 11/04/2022)

Dessa forma, não tendo o Estado de Rondônia impugnado a existência das inscrições e do protesto, mas apenas arguido a falta de comprovação do direito vindicado, encontram-se presentes os elementos suficientes para caracterização do dever de indenizar.

No que se refere ao quantum indenizatório, com base nos critérios da equidade, bom senso, razoabilidade e proporcionalidade dos transtornos experimentados pelo requerente, como o lapso temporal em que teve o nome submetido a protesto, entendo que o importe de R$ 3.000,00 (três mil reais) mostra-se suficiente a reparar o dano moral por ela suportado, pois os resultados decorrentes da conduta negligente do Estado de Rondônia ultrapassou o limite do mero aborrecimento.

DISPOSITIVO.

Posto isto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para fins de declarar inexistente o débito questionado na inicial, bem como para condenar o ESTADO DE RONDÔNIA ao pagamento da quantia de R$3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais à requerente.

O crédito deve ser corrigido monetariamente a partir da publicação da presente condenação (Súmula nº 362, STJ) e acrescido de juros legais, estes incidentes a partir do evento danoso – protesto (Súmula nº 54, STJ), de acordo com os índices aplicáveis à fazenda pública.

Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.

Sem custas e honorários advocatícios.

Oficie-se o 3º Tabelionato de Protesto de Títulos de Porto Velho comunicando desta Sentença, informando que os custos pela baixa e/ou cancelamento do protesto lavrado em desfavor da parte requerente correrá por conta do Estado de Rondônia, na forma de eventual convênio ou das disposições legais ou regulamentares pertinentes.

Intimem-se as partes.

Agende-se decurso de prazo, transcorrido o prazo sem manifestação, arquivem-se.

Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023

Thiago Gomes De Aniceto

Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7020285-97.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: JOAO DA SILVA BARROS
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO REQUERENTE: UILIAN HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO6805, UELTON HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO8862
Requerido/Executado: REQUERIDO: IPERON - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO ESTADO DE RONDONIA
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos, etc.
Visando evitar alegação de cerceamento de defesa e em respeito ao contraditório e ampla defesa, faculto às partes a apresentação de manifestação contra os cálculos da contadoria judicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão.
Agende-se decurso de prazo.
Após, voltem-me conclusos para sentença.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7019518-59.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: MESSIAS DE OLIVEIRA PEREIRA
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO REQUERENTE: UILIAN HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO6805, UELTON HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO8862
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos, etc.
Visando evitar alegação de cerceamento de defesa e em respeito ao contraditório e ampla defesa, faculto às partes a apresentação de manifestação contra os cálculos da contadoria judicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão.
Agende-se decurso de prazo.
Após, voltem-me conclusos para sentença.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7020278-08.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: FRANCISCO EDINALDO SILVA OLIVEIRA
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO REQUERENTE: UILIAN HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO6805, UELTON HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO8862
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos, etc.
Visando evitar alegação de cerceamento de defesa e em respeito ao contraditório e ampla defesa, faculto às partes a apresentação de manifestação contra os cálculos da contadoria judicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão.
Agende-se decurso de prazo.
Após, voltem-me conclusos para sentença.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Obrigação de Fazer / Não Fazer
Processo 7020980-51.2023.8.22.0001
REQUERENTE: LENIR RODRIGUES DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
A parte requerente inicialmente postulou o fornecimento de consulta médica, todavia, após a citação, apresentou emenda para indenização pela consulta realizada na rede particular.
Ocorre que, nos termos do art. 329, II, CPC, após a citação, a emenda só pode ser acolhida com o consentimento do requerido.
Uma vez que a PGE registrou ciência da citação em 20/04/2023 e que a emenda data de 10/05/2023, intime-se o Estado de Rondônia para que manifeste aceitação ou recusa da quanto à emenda.
Prazo de 10 dias.
Agende-se decurso de prazo.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7008195-57.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: RAIMUNDA GUDE PINHEIRO
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.
Decido.
Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende cirurgia de artroplastia total de joelho – revisão/reconstrução.
O pedido de tutela de urgência foi indeferido.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).
Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.
O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:
EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)
EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O
PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)
Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.

Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).
Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.
Dispositivo.
Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer cirurgia de artroplastia total de joelho – revisão/reconstrução, observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7018774-64.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: JOSE FERREIRA DA SILVA FILHO
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: ALEXANDRE SANTOS SILVA, OAB nº RO12617
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos, etc.
Visando evitar alegação de cerceamento de defesa e em respeito ao contraditório e ampla defesa, faculto às partes a apresentação de manifestação contra os cálculos da contadoria judicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão.
Agende-se decurso de prazo.
Após, voltem-me conclusos para sentença.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7029117-22.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: JOSE ODECIR DOS SANTOS
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/1995.
Decido.
Trata-se de ação de obrigação de fazer, em que a parte requerente pretende exames de ressonância magnética do crânio e ressonância magnética de articulação temporo-mandibular (bilateral).
O pedido de tutela de urgência foi indeferido.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
Neste sentido, dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a requerente necessita do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) pleiteado(s).
Todavia, como se consignou na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, não há nos autos documento médico que indique que há risco à vida ou gravo risco à saúde da parte requerente. Logo, há prova da necessidade do(s) procedimento(s), mas não da urgência.
O Estado deve fornecer todos os meios essenciais à saúde para atender a população. Com o mesmo entendimento o excelso STF, in verbis:
EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Solidariedade entre os entes federativos. Precedentes. 1. Incumbe ao Estado, em toda as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, configurando essa obrigação, consoante entendimento pacificado nesta Corte, responsabilidade solidária entre os entes da Federação. 2. Agravo regimental não provido. (STF - ARE: 799136 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/06/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 20-08-2014 PUBLIC 21-08-2014)

EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Direito à saúde. Dever do Estado. Violação do princípio da separação dos poderes. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que incumbe ao Estado, em todas as suas esferas, prestar assistência à saúde da população, consoante determina o art. 196 da Constituição Federal, não configurando escusa válida a esse mister a suposta ausência de recursos orçamentários. 2. O PODER JUDICIÁRIO, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como é o caso da saúde, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes. 3. Agravo regimental não provido. (STF - AI: 742734 RJ , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 30/09/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014)

Com efeitos, os documentos médicos acostados aos autos são suficientes e demonstram a necessidade do(s) exame(s) / consulta(s) / procedimento(s) indicado(s). Assim, não há escusa para o fornecimento, sendo de rigor a procedência do pedido, todavia, observada a fila e os critérios de regulação e demais para o atendimento.

Ademais, é assente o entendimento jurisprudencial de que as limitações orçamentárias do Estado não podem ser um impedimento para a concretização dos direitos fundamentais, não podendo o princípio da reserva do possível ser utilizado para justificar a não prestação de serviços públicos essenciais, em clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (TJ-RO - AC: 70084209820198220007 RO 7008420-98.2019.822.0007, Data de Julgamento: 11/11/2021).

Assim, a intervenção do Judiciário no Estado com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas, em especial a prestação de direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação de poderes.

Dispositivo.

Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer exames de ressonância magnética do crânio e ressonância magnética de articulação temporo-mandibular (bilateral), observada a fila do SUS para o(s) procedimento(s).

Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.

Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.

Agende-se decurso de prazo e com o trânsito em julgado, se não houver requerimento de cumprimento de sentença nos 05 (cinco) dias seguintes, arquivem-se.

Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.

Thiago Gomes de Aniceto

Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7011785-13.2021.8.22.0001

Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública

Polo Ativo: MARIA DAS GRACAS ALVES DE MELO FILHA

ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CARLENE TEODORO DA ROCHA, OAB nº RO6922, JOAO PAULO ROBERTO DE ALMEIDA, OAB nº RO11414

Polo Passivo: MUNICIPIO DE PORTO VELHO

ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

DECISÃO

Da análise dos autos, verifico que a promovente interpôs, tempestivamente, Recurso Inominado em face da sentença proferida nos autos, requerendo a concessão dos benefícios da justiça gratuita, a fim de se eximir do dever de efetivar o preparo recursal.

Sendo assim, compulsando as provas carreadas aos autos, verifico ser suficiente para comprovar a condição de hipossuficiência econômica da parte recorrente e subsidiar o deferimento da assistência judiciária gratuita. Nestes termos, comprovada sua efetiva necessidade com relação à gratuidade judiciária pleiteada, defiro o referido pleito.

Vale relembrar que o juízo de admissibilidade nos Juizados Especiais é bifásico. A decisão proferida pelo juízo a quo, inclusive o deferimento da assistência judiciária gratuita, não vincula a Turma Recursal na aferição dos pressupostos de admissibilidade do recurso inominado. Isso porque a competência do juízo definitivo de admissibilidade é da Turma Recursal, por ser o órgão destinatário do recurso inominado.

Portanto, recebo o recurso interposto em seu efeito devolutivo e suspensivo (art. 43 da Lei nº 9.099/95).

Intime-se a parte recorrida para, querendo, oferecer resposta ao recurso inominado interposto, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, Lei nº 9.099/95.

Decorrido o decêndio ou devidamente contra-arrazoado, remetam-se à Egrégia Turma Julgadora com as homenagens de estilo.

Cumpra-se.

Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.

Thiago Gomes de Aniceto

Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça

Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública

Número do Processo: 7032297-46.2023.8.22.0001

Requerente/Exequente: REQUERENTE: ELTON ANTUNES DA SILVA

Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: ADRIANO BRITO FEITOSA, OAB nº RO4951A

Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia

Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

SENTENÇA

Vistos etc,

Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.

Decido.
O advogado da parte requerente foi intimado para emendar a inicial e deixou de atender o comando para tornar possível o processamento da causa.
Isso porquê não incluiu as 12 parcelas vincendas (art. 2º, §2º da Lei 12.153/09 e art. 292, §2º, do CPC), conforme determinado.
Consigo, em tempo, que parcelas vincendas não são corrigidas, de modo que é irrelevante a existência da taxa SELIC ou de qualquer outro índice.
Posto isto, INDEFIRO a petição inicial e DECLARO extinto o processo sem resolução de mérito.
Sem custas e sem honorários.
Intime-se.
Agende-se decurso de prazo.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7040268-82.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: CRISTIANE DA SILVA VIDAL
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: LAILANE PINHEIRO DE OLIVEIRA, OAB nº RO11695
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Sentença
Vistos etc,
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação na qual a parte requerente postula indenização por danos materiais e morais em razão de conduta, como alegou a postulante na petição ID 92958382, "... da 4º Vara do Trabalho de Porto Velho - RO, que por erro, veio a prejudicar a autora...".
Logo, é patente a ilegitimidade passiva do Estado de Rondônia, tendo em vista que a Justiça do Trabalho é vinculada à União e não ao Estado como ente federativo.
Posto isto, DECLARO EXTINTO o processo sem resolução de mérito (art. 485, VI, CPC).
Sem custas e sem honorários.
Intimem-se, após, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se imediatamente.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7003641-50.2021.8.22.0001
Requerente/Exequente: EXEQUENTE: LIZANDRA FIGUEIREDO ALVES DE SOUZA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO EXEQUENTE: FERNANDO AUGUSTO TORRES DOS SANTOS, OAB nº RO4725
Requerido/Executado: NÃO DENUNCIADO: MARIA APARECIDA BARBOSA DA SILVA, Estado de Rondônia, DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADOS DOS NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
Decisão
Vistos, etc.
Em que pese a decisão da Turma Recursal (ID 86554751) tenha sido omissa em relação à existência de responsabilidade solidária ou restrita à cota parte de cada requerido, é sabido que a solidariedade não se presume, mas resulta da lei ou da vontade das partes, ex vi do art. 265 do Código Civil.
Assim, considerando que os danos morais foram fixados com base na inclusão do nome da exequente em cadastro restritivo, devido a existência de protesto e CDA em seu nome, levado a efeito por dívida de IPVA, entendo que o Estado de Rondônia deve responder exclusivamente pelo pagamento da indenização, a título de reparação de danos morais, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais) em favor da exequente.
Intime-se o Estado de Rondônia pelo sistema para eventual impugnação dos cálculos de ID 86589845 - Pág. 1, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de ser acolhido o cálculo da parte requerente.
Se o prazo decorrer havendo anuência e estiverem presentes os documentos necessários, expeça-se RPV e arquive-se.
O(a) advogado(a) da parte requerente deverá no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento, caso a documentação não esteja nos autos, apresentar a documentação para expedição de PRECATÓRIO: 1) Procuração com poderes específicos para receber e dar quitação (caso o advogado opte por receber em seu nome); 2) Procuração; 3) Contrato de honorários advocatícios; 4) Cópia da sentença; 5) Cópia do acórdão (se houver); 6) Cópia da certidão de trânsito em julgado; 7) Cópia da petição de cumprimento de sentença; 8) Cópia da petição em que há concordância com os valores ou impugnação aos cálculos; 9) Cópia do despacho em se determina a expedição do precatório ou RPV; 10) Dados bancários da parte autora e advogado; 11) planilha de cálculos homologado; 12) Termo de Renúncia (caso opte pelo recebimento de RPV).

Caso a documentação acima referenciados já esteja nos autos o advogado deverá mencionar o ID e o respectivo documento.
Transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias, e ausente(s) a(s) documentações relacionadas acima, deverá o cartório arquivar os autos, certificando o documento faltante. Nesta hipótese, o advogado poderá, sem prejuízo, anexar o documento faltante, para dar continuidade a expedição da RPV/PRECATÓRIO.
Registre-se que no ato de pagamento do valor principal fica autorizado o desconto dos seguintes tributos, se aplicável: 1. Contribuição previdenciária; 2. Imposto de renda.
Para o pagamento dos honorários fica autorizado o desconto dos seguintes tributos, se aplicável: 1. ISSQN; 2. Imposto de renda.
Para a hipótese de créditos que formaram-se em parcelas periódicas, o cálculo dos tributos deverá ser realizado mês a mês e não sobre o valor total do crédito.
Havendo impugnação o processo deverá ser movimentado como “JEC – Concluso para Julgamento – Embargos”.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Adicional de Insalubridade
Processo 7007521-50.2021.8.22.0001
EXEQUENTE: SANGELA GUIMARAES PEREIRA DA CRUZ
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: IAN BARROS MOLLMANN, OAB nº RO6894, RAIRA VLAXIO DE AZEVEDO, OAB nº RO7994
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
DESPACHO
Intime-se a fazenda pública pelo sistema para eventual impugnação no prazo de 30 dias, sob pena de ser acolhido o cálculo da parte requerente.
Como se trata de verba propter laborem, eventuais afastamentos do(a) servidor(a) deverão ser efetivamente comprovados pela parte requerida, no mesmo prazo, através da juntada das folhas de ponto / ficha funcional, sob pena de preclusão temporal e presunção de que não houve nenhum afastamento.
Se o prazo decorrer havendo anuência e estiverem presentes os documentos necessários, expeça-se RPV/precatório e arquive-se.
O(a) advogado(a) da parte requerente deverá no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento, caso a documentação não esteja nos autos, apresentar a documentação para expedição de RPV/PRECATÓRIO: 1) Procuração com poderes específicos para receber e dar quitação (caso o advogado opte por receber em seu nome); 2) Procuração : 3) Contrato de honorários advocatícios; 4) Cópia da sentença; 5) Cópia do acórdão (se houver); 6) Cópia da certidão de trânsito em julgado; 7) Cópia da petição de cumprimento de sentença; 8) Cópia da petição em que há concordância com os valores ou impugnação aos cálculos; 9) Cópia do despacho em se determina a expedição do precatório ou RPV; 10) Dados bancários da parte autora e advogado; 11) planilha de cálculos homologado; 12)Termo de Renúncia (caso opte pelo recebimento de RPV).
Caso a documentação acima referenciados já esteja nos autos o advogado deverá mencionar o ID e o respectivo documento.
Transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias, e ausente(s) a(s) documentações relacionadas acima, deverá o cartório arquivar os autos, certificando o documento faltante. Nesta hipótese, o advogado poderá, sem prejuízo, anexar o documento faltante, para dar continuidade a expedição da RPV/PRECATÓRIO.
O(a) advogado(a) da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Registre-se que no ato de pagamento do valor principal fica autorizado o desconto dos seguintes tributos, se aplicável: 1. Contribuição previdenciária; 2. Imposto de renda.
Para o pagamento dos honorários fica autorizado o desconto dos seguintes tributos, se aplicável: 1. ISSQN; 2. Imposto de renda.
Para a hipótese de créditos que formaram-se em parcelas periódicas, o cálculo dos tributos deverá ser realizado mês a mês e não sobre o valor total do crédito.
Havendo impugnação o processo deverá ser movimentado como “JEC – Concluso para Julgamento – Embargos”.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Adicional de Insalubridade, Base de Cálculo, Gratificações e Adicionais
Processo 7039958-13.2022.8.22.0001
EXEQUENTE: ELIZEU BARBARA PEREIRA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CARLENE TEODORO DA ROCHA, OAB nº RO6922, JOAO PAULO ROBERTO DE ALMEIDA, OAB nº RO11414
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Despacho
Considerando que a obrigação de fazer foi devidamente cumprida pela parte executada (implementação do adicional de insalubridade em grau médio - ID 93152214).
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 dias, apresentar planilha de cálculos com os valores retroativos, sob pena de arquivamento.
Agende-se decurso de prazo, após, voltem-me os autos conclusos.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7043994-64.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: JAQUELINE BORGES CIDADE
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de antecipação de tutela para o fornecimento do exame de TC do tórax adulto s/contraste s/sedação.
É o necessário.
Decido.
Para concessão da tutela pretendida é necessário que estejam presentes elementos que evidenciem o direito alegado, bem como o risco de dano ou ao resultado útil do processo.
No caso dos autos, não é possível verificar a urgência ou risco de dano, ou seja, não há elementos suficientes para deferimento do pedido neste momento processual, na medida em que não consta anotação de urgência nos documentos acostados aos autos.
Não há laudo médico dando conta do risco a vida ou grave risco a saúde da parte requerente caso não haja o imediato fornecimento do atendimento..
Pelo exposto, ao menos por ora, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7044006-78.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: MARIA DAS GRACAS SILVA E SOUSA PEREIRA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de antecipação de tutela para o fornecimento de exame de colonoscopia e endoscopia digestiva alta.
É o necessário.
Decido.
Para concessão da tutela pretendida é necessário que estejam presentes elementos que evidenciem o direito alegado, bem como o risco de dano ou ao resultado útil do processo.
No caso dos autos, não é possível verificar a urgência ou risco de dano, ou seja, não há elementos suficientes para deferimento do pedido neste momento processual, na medida em que não consta anotação de urgência nos documentos acostados aos autos.
Não há laudo médico dando conta do risco a vida ou grave risco a saúde da parte requerente caso não haja o imediato fornecimento do atendimento.
Pelo exposto, ao menos por ora, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7072684-40.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: LOIDE BARBOSA DOS SANTOS
ADVOGADO DO REQUERENTE: LOIDE BARBOSA DOS SANTOS, OAB nº RO10073
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
D E C I S Ã O
Dado que tempestivo, apresentado por petição escrita e considerando que, na forma do art. 1.007, § 1º do Código de Processo Civil, os entes públicos têm o preparo recursal dispensado, recebo o recurso interposto em seu efeito devolutivo e suspensivo (art. 43, Lei nº 9.099/95). Assim, uma vez já devidamente contra-arrazoado, determino a remessa dos autos à Egrégia Turma Julgadora para distribuição e normal processo do recurso em questão.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, data da assinatura eletrônica.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7044000-71.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: LUIS DOMINGUES RAMOS
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de antecipação de tutela para o fornecimento de exame de ultrassonografia do globo ocular ou de órbita.
É o necessário.
Decido.
Para concessão da tutela pretendida é necessário que estejam presentes elementos que evidenciem o direito alegado, bem como o risco de dano ou ao resultado útil do processo.
No caso dos autos, não é possível verificar a urgência ou risco de dano, ou seja, não há elementos suficientes para deferimento do pedido neste momento processual, na medida em que não consta anotação de urgência nos documentos acostados aos autos.
Não há laudo médico dando conta do risco a vida ou grave risco a saúde da parte requerente caso não haja o imediato fornecimento do atendimento.
Pelo exposto, ao menos por ora, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7043997-19.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: JEFFERSON QUEIROZ GADELHA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de antecipação de tutela para o fornecimento de consulta em cirurgia geral.
É o necessário.

Decido.
Para concessão da tutela pretendida é necessário que estejam presentes elementos que evidenciem o direito alegado, bem como o risco de dano ou ao resultado útil do processo.
No caso dos autos, não é possível verificar a urgência ou risco de dano, ou seja, não há elementos suficientes para deferimento do pedido neste momento processual, na medida em que não consta anotação de urgência nos documentos acostados aos autos.
Não há laudo médico dando conta do risco a vida ou grave risco a saúde da parte requerente caso não haja o imediato fornecimento do atendimento..
Pelo exposto, ao menos por ora, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7043981-65.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: EDVALDO GREGORIO DA SILVA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de antecipação de tutela para o fornecimento de consulta em endocrinologia e exame de ressonância magnética de coluna lombo-sacra.
É o necessário.
Decido.
Para concessão da tutela pretendida é necessário que estejam presentes elementos que evidenciem o direito alegado, bem como o risco de dano ou ao resultado útil do processo.
No caso dos autos, não é possível verificar a urgência ou risco de dano, ou seja, não há elementos suficientes para deferimento do pedido neste momento processual, na medida em que não consta anotação de urgência nos documentos acostados aos autos.
Não há laudo médico dando conta do risco a vida ou grave risco a saúde da parte requerente caso não haja o imediato fornecimento do atendimento..
Pelo exposto, ao menos por ora, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).

2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7044004-11.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: LUZIMAR GARCIA DE SOUZA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de antecipação de tutela para o fornecimento de exame de ressonância magnética de crânio com contraste.
É o necessário.
Decido.
Para concessão da tutela pretendida é necessário que estejam presentes elementos que evidenciem o direito alegado, bem como o risco de dano ou ao resultado útil do processo.
No caso dos autos, não é possível verificar a urgência ou risco de dano, ou seja, não há elementos suficientes para deferimento do pedido neste momento processual, na medida em que não consta anotação de urgência nos documentos acostados aos autos.
Não há laudo médico dando conta do risco a vida ou grave risco a saúde da parte requerente caso não haja o imediato fornecimento do atendimento.
Pelo exposto, ao menos por ora, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.

Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7081379-80.2022.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: JOSE ANSELMO DE PAULA FREIRE
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARCOS AURELIO DE MENEZES ALVES, OAB nº RO5136, DANIELLE ROSAS GARCEZ BONIFACIO DE MELO DIAS, OAB nº RO2353
Requerido/Executado: REQUERIDO: IPERON - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO ESTADO DE RONDONIA
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA DO IPERON
Sentença
Vistos...
A parte requerente propôs a presente ação contra a parte requerida alegando que foi integrante do Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, tendo exercido o cargo de médico. Complementa que seu ingresso se deu em 04/03/2002, com Contrato de 40h semanais (matrícula 300039833) que se findou em 30/09/2020 por ocasião de sua aposentadoria.
Em sua tese sustenta que a Lei Complementar n.º 68/1992, que dispõe sobre o Regime Único dos Servidores, instituiu o direito a progressão funcional dos servidores em seu artigo 293, sendo que as regras de implantação encontram-se consubstanciadas no PCCS da área da saúde (LC 67/1992 e Lei 1067/2002). Reclama que a Administração Pública, a partir da edição da Lei 1993/2008, que definiu novo salário base para a categoria dos médicos, não mais aplicou a progressão de regime funcional nos vencimentos da parte requerente, o que vem lhe causando prejuízos quanto aos valores pagos a título de proventos de aposentadoria.
Ao final, pleiteia a procedência do pedido para: 2.1) RECONHECER o direito do autor à revisão da aposentadoria, em virtude do direito à Progressão Funcional em linha VERTICAL (Referências) e HORIZONTAL(Classes), nos termos do art. 4º à 6ªB da Lei n. 1067/02, já declarado nos autos da ação coletiva n. 0012344-07.2012.8.22.0001; 2.2) CONDENAR o IPERON a obrigação de fazer, consistente em realizar a revisão da aposentadoria do autor, implantando em folha os valores pecuniários correspondentes à progressão funcional VERTICAL (referências), de modo a inseri-lo na Referência 10 desde a data de sua aposentadoria, bem como a progressão horizontal, a fim de ser inserido na Classe “B”; 2.3) CONDENAR o IPERON ao pagamento dos retroativos e todos os reflexos salariais e indenizatórios, decorrentes da progressão funcional, desde a data da concessão da aposentadoria até a devida implantação respeitada a prescrição quinquenal. Requer, ainda, que os valores apurados sejam monetariamente corrigidos desde a data do inadimplemento, e acrescidos de juros de mora desde a citação, bem como seja declarado o caráter indenizatório do montante correspondente aos juros de mora; 2.4) DETERMINAR que os valores pecuniários a serem implantados, diante da ausência de tabela atualizada na lei n. 1067/2002, SEJAM os valores iniciais trazidos pela lei n. 1386/2004, com os posteriores reajustes salariais concedidos pelo Estado de Rondônia.
A parte requerida contestou e postulou pela improcedência do pedido ao argumento da revogação das leis mencionadas pela parte requerente mediante a entrada em vigor da Lei Nº 5.243, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2021 e porque a composição dos proventos de aposentadoria da parte requerente se deu com fundamento na média aritmética de suas maiores remunerações (Ato Concessório de Aposentadoria nº 662 de 22.09.2020 - ID 84138672) sem paridade e, por último, porque a progressão funcional reconhecida nos autos do proc. nº 0012344-07.2012.8.22.0001 não se estenderia em favor dos servidores inativos como é o caso da parte requerente.
DECIDO.
Inicialmente manifesto-me sobre eventual ocorrência de prescrição de parte dos créditos.
Está sedimentado na jurisprudência, inclusive do Colendo Superior Tribunal de Justiça, a não ocorrência da prescrição do fundo do direito quando houver relações jurídicas de trato sucessivo em que a fazenda pública for parte, salvo a prescrição das parcelas vencidas no quinquênio anterior ao ajuizamento da ação, incidindo o disposto na Súmula 85 do STJ, cujo teor transcrevo a seguir:
“Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a fazenda pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior a propositura da ação.”
Assim, reconheço a prescrição apenas referente ao crédito relativo aos períodos anteriores aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação, sendo que tais créditos não poderão integrar a base de eventual decreto condenatório (CPC, art. 240, § 1º).
Prejudicial de mérito.
Em virtude da alegação do Estado de Rondônia sobre os médicos que ingressaram em bloco com demandas pleiteando suas progressões funcionais não terem a condição de estatutário e diante da falta de um documento que evidenciasse essa condição essencial para sustentação da tese jurídica de progressão, durante alguns meses determinou-se aos requerentes e posteriormente ao Estado de Rondônia a realização de prova inequívoca para demonstração dessa circunstância fática.

Como resultado nenhum documento conclusivo foi apresentado, porém, a Procuradoria do Estado, por meio de e-mail enviou para este juízo uma relação em que constam o nome dos médicos que trabalhavam nos quadros do Estado de Rondônia e a natureza do vínculo existente. Foi com base nessa informação que se projetou as consequências jurídicas para julgamento desse bloco de ações.
É de se ressaltar, todavia, que no caso da parte requerente ficou evidenciado que ela é estatutária, tanto é verdade que está na folha de pagamento de aposentados do IPERON que está vinculada com o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.
No mérito cuida a espécie de ação com pedido de natureza condenatória.
O fundamento aplicável ao caso encontra-se previsto nas Leis Complementares n.º 68/92 e 67/92, Leis Ordinárias de n.º 1.067/02, 1.386/04 e 1.993/08.
Para os fins da Lei Complementar n.º 67/92 considera-se progressão horizontal e vertical o seguinte:
Art. 11 – Progressão é a passagem do servidor de uma para outra referência imediatamente superior, dentro da mesma classe, ou para referência inicial de outra classe no cargo em que estiver investido.
§ 1º - Quando a mudança ocorrer na mesma classe, denominar-se-á Progressão Horizontal e quando implicar mudança de classe, Progressão Vertical, a qual dependerá da existência de vaga e ocorrerá somente dentro da carreira isolada do servidor.
A Lei Complementar de n.º 68/92 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais, criou um sistema de progressão do servidor que na carreira dar-se-ia de 02 (dois) em 02 (dois) anos de efetivo exercício, de acordo com os critérios a serem definidos pelo Plano de Carreira, Cargos e Salários do Pessoal Civil da Administração Direta do Poder Executivo, Autarquias e Fundações e seus regulamentos. A propósito, confira-se a redação do artigo 293 da Lei Complementar de n.º 68/92 que dispõe sobre este tema:
Art. 293 - A progressão do servidor na carreira dar-se-á de 02 (dois) em 02 (dois) anos de efetivo exercício, de acordo com os critérios definidos no Plano de Carreira, Cargos e Salários do Pessoal Civil da Administração Direta do Poder Executivo, Autarquias e Fundações e seus regulamentos.
Na época, o Plano de Carreira, Cargos e Salários do Pessoal civil da Administração Direta do Poder Executivo, Autarquias e Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Estadual foi instituído pela Lei Complementar de n.º 67/92.
A Lei Complementar de n.º 67/92, em seu capítulo VII, tratou da progressão do servidor público estadual por meio dos artigos 11 e 12, conforme se infere a seguir:
CAPÍTULO VII
DA PROGRESSÃO
Art. 11 – Progressão é a passagem do servidor de uma para outra referência imediatamente superior, dentro da mesma classe, ou para referência inicial de outra classe no cargo em que estiver investido.
§ 1º - Quando a mudança ocorrer na mesma classe, denominar-se-á Progressão Horizontal e quando implicar mudança de classe, Progressão Vertical, a qual dependerá da existência de vaga e ocorrerá somente dentro da carreira isolada do servidor.
§ 2º - Não poderá ter progressão o servidor em estágio probatório ou em disponibilidade.
§ 3º - Não serão considerados como efetivo exercício no cargo, os afastamentos em virtude de:
I – licença sem vencimentos;
II – faltas não abonadas;
III – suspensão disciplinar;
IV – prisão administrativa ou decorrente de decisão judicial.
Art. 12 – As progressões funcionais dar-se-ão de 02 (dois) em 02 (dois) anos efetivo exercício, na respectiva classe, de acordo com a disponibilidade de vagas, observados os critérios de antiguidade e merecimento, na proporção de 2/3 (dois terços) e 1/3 (um terço), respectivamente e, alternadamente, na forma do regulamento.
Parágrafo único – As progressões dos Grupos Atividades de Consultoria e Representação Judicial e Atividades Penitenciárias dar-se-ão de 04 (quatro) em 04 (quatro) anos, observados os critérios estabelecidos no “caput” deste artigo e o que dispuser o regulamento.
Com o advento da Lei Estadual de n.º 1.067/02, foi instituído o plano de carreira, cargos e remuneração do grupo ocupacional saúde, constituído de hierarquização dos cargos e das classes, tabela salarial e descrição de atividades dos cargos. Nesse sentido, confira-se o teor dos artigos 4º e 5º, e respectivos parágrafos e incisos:
Art. 4º O Plano de Carreira, Cargos e Salários do Grupo Ocupacional Saúde é constituído de:
I - hierarquização dos Cargos e das Classes - ANEXO I;
II - tabelas salariais - ANEXO II; e
III - descrição de atividades dos cargos - ANEXO III.
§ 1º A composição dos cargos constantes do Anexo I desta Lei, hierarquizados em Níveis e Referências a seguir discriminados, levam em consideração a escolaridade e grau de complexidade das tarefas a eles inerentes:
I - Nível 1 - cargos com formação em curso de Nível Superior;
II - Nível 2 - cargos com formação em curso de Nível Médio completo e Curso de Formação Específica;
III - Nível 3 - cargos com formação de Ensino Fundamental completo e curso de formação específica; e
IV - Nível 4 - cargos em extinção em atividades auxiliares da área de saúde com formação em ensino fundamental.
§ 2º Cada nível da carreira, constituirá uma linha de progressão nas referências de 1 a 18 na forma estabelecida no Anexo II desta Lei, com indicação dos valores devidos a título de vencimento em cada referência.
§ 3º A diferença de vencimento de uma referência para outra imediatamente superior é de 2% (dois por cento).
§ 4º Na descrição de atividades estabelece-se a denominação do cargo, forma de provimento, requisitos para o provimento, jornada de trabalho, e descrição sumária das atribuições pertinentes.
§ 5º O quantitativo de cargos de Médico Veterinário desta Lei não compreende aqueles próprios da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastorial do Estado de Rondônia – IDARON.
Art. 5º A progressão é a passagem dos titulares dos cargos que compõem o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração desta Lei, de uma referência para a referência subsequente.
Após a Lei n.º 1.386/2004 alterou o art. 4º da Lei nº. 1.067/2002, que passou a vigorar com a seguinte redação:
Art. 4º. O Plano de Carreiras, Cargos e Salários do Grupo Ocupacional Saúde é constituído de:
I – tabelas salariais – Anexos I e II da presente Lei;
II – hierarquização dos Cargos e das Classes – Anexos I e II da Lei Complementar nº. 297, de 13 de abril de 2004; e
III – descrição de atividades dos cargos – Anexo III da Lei nº. 1067, de 2002 e Anexo III da Lei Complementar nº. 297, de 2004.

§ 1º. O Grupo Ocupacional Saúde, com atividade de profissionais específicos e não específicos do Sistema Único de Saúde – SUS é constituído de 04 (quatro) categoriais funcionais:
I – Profissional de nível superior do SUS;
II – Técnicos do SUS;
III – Assistente do SUS; e
IV – Apoio de Serviços do SUS.
§ 2º. Os cargos integrantes da carreira dos profissionais do Grupo Ocupacional Saúde, de provimento em caráter efetivo, na forma do art. 37, inciso II, da Constituição Federal, correspondem aos constantes do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Saúde – SESAU, Hospital de Base "Dr. Ary Pinheiro", Hospital de Pronto Socorro "João Paulo II", Centro de Medicina Tropical de Rondônia – CEMETRON, Hospital Infantil "Cosme e Damião", Fundação HEMERON, Unidades Mistas de Saúde de Buritis e Extrema, Policlínica Oswaldo Cruz, Laboratório Central – LACEN, Centro de Pesquisa e Medicina Tropical – CEPEM, Delegacias Regionais de Saúde e Hospital Regional de Cacoal.
§ 3º. Cada Classe desdobra-se em 18 (dezoito) níveis que constituem linha vertical de progressão, nas referências de 01 a 18 na forma estabelecida nos Anexos I e II desta Lei, com indicação dos valores devidos a título de vencimento em cada referência.
§ 4º. A diferença de vencimento de uma referência para outra imediatamente superior é de 2% (dois por cento).
§ 5º. Na descrição de atividades estabelece-se a denominação do cargo, a forma e os requisitos para provimento, observadas as disposições do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, a jornada de trabalho, e descrição sumária das atribuições pertinentes.
§ 6º. O quantitativo de cargos de Médico Veterinário desta Lei não compreende aqueles próprios da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON. (negritei)
Vê-se que, de fato, há uma hierarquização dos cargos e classes, e, ainda, previsão de tabela salarial. Há direito à progressão, em referências de 1 a 18. Ademais, a diferença de vencimento de uma referência para outra imediatamente superior é de 2% (dois por cento).
Além disso, a Lei Estadual n.º 1.386/2004 em seu artigo 2º acresceu na Lei n.º 1.067/2002 os artigos 6º-A e 6º-B, sendo que este último criou uma escala de 1 a 18, com vencimentos diferentes conforme o nível de habilitação, sendo a divisão feita da seguinte forma: "classe A" para quem possuir habilitação em nível superior; "classe B" para quem possuir habilitação em nível superior com curso de pós graduação lato sensu que confira o título de especialista ou equivalente; "classe C" para quem possuir habilitação em nível superior, com curso de mestrado; "classe d" para quem possuir habilitação em nível superior, com curso de doutorado; registre-se que ambos os quatros níveis de habilitação devem ser reconhecidos pelo Ministério da Educação. A seguir confira-se o teor dos do artigo 2º da Lei Estadual n.º 1.386/2004 que acrescentou os artigos 6º-A e 6º-B na Lei n.º 1.067/2002:
Art. 2º. Ficam acrescidos os artigos 6º A e 6º B à Lei nº 1067, de 2002, com a seguinte redação:
"Art. 6º A. As atribuições de cada cargo dos Quadros de Pessoal da SESAU e da FHEMERON são a seguir descritas:
I – Profissionais de nível superior do SUS: as inerentes às ações e serviços que constituem o Sistema Único de Saúde, na sua dimensão técnico-científica, que requeiram escolaridade de nível superior diretamente vinculada ao perfil profissional exigido para ingresso;
(...)
Art. 6º B. A série de classe dos cargos que compõem a Carreira dos Profissionais do grupo Ocupacional Saúde do Sistema Único de Saúde estrutura-se em linha horizontal de acesso, disposta de conformidade com o respectivo nível de habilitação e perfis profissional e ocupacional, identificado por letras maiúsculas da seguinte forma:
I – Profissionais de nível superior do SUS:
a) Classe A – habilitação em nível superior com diploma devidamente registrado em curso superior reconhecido pelo MEC, na área específica, de acordo com perfil profissional exigido para ingresso no cargo e registro no respectivo Conselho de Classe, quando este existir;
b) Classe B – habilitação em nível superior com curso de pós graduação lato sensu que confira o título de especialista ou equivalente reconhecido pelo Ministério da Educação ou certificação de qualificação profissional na área de atuação do profissional, desde que correlata com a abrangência do SUS, conferida e/ou reconhecida pela Escola de Saúde Pública, bem como reconhecida pelo MEC, com carga horária mínima acumulada de 360 (trezentas e sessenta) horas;
c) Classe C – habilitação em nível superior, com curso de mestrado, reconhecido pelo Ministério de Educação, na área de atuação do profissional, desde que correlata com a abrangência do SUS; e
d) Classe D – habilitação em nível superior, com curso de doutorado, reconhecido pelo Ministério de Educação, na área de atuação do profissional, desde que correlata com a abrangência do SUS;
(...)
Portanto, foi criado para o grupo Ocupacional Saúde do Sistema Único de Saúde, um sistema misto que engloba tanto a progressão horizontal como a vertical.
Sobreveio, posteriormente, a Lei n.º 1993/2008, de 2.12.2008, que alterou dispositivos da Lei nº. 1.067/2002.
Nesse ponto, impende destacar, consoante art. 3º, da Lei nº. 1993/2008, que "O vencimento básico do profissional médico passa a vigorar, a partir da publicação desta Lei, no valor de R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) inicial, para o contrato de 40 horas semanais e R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) para o contrato de 20 horas semanais."
Extrai-se da contestação apresentada pelo Estado de Rondônia nas ações em que os médicos pleiteavam suas respectivas progressões que "o Governo de Rondônia vem pagando, desde janeiro de 2009, os respectivos vencimentos para os cargos de médicos do Estado, sem, entretanto, aplicar o instituto da Progressão sob o argumento da ausência de previsibilidade legal.", ou seja, conforme relatado, todos os médicos, por exemplo, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, passaram a receber o mesmo vencimento – R$ 3.300,00, independentemente do tempo de serviço e de seu nível de habilitação.
Os médicos, a seu turno, não concordam com a aplicação isolada do art. 3º da Lei n.º 1993/2008, quer dizer, dissociada do regramento previsto na Lei n.º 1.067/2002, notadamente o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 4º (redação dada pela Lei n.º 1.386/2004).
O Estado de Rondônia, entretanto, sustenta o pagamento a título de vencimento fixo (R$ 3.300,00 para o contrato de 20 vinte horas semanais e R$ 6.600,00 para o contrato de 40 quarenta horas semanais), ao argumento de que inexiste previsão legal para o instituto da progressão.
Todavia, entendo que assiste razão aos médicos e, como consequência, à parte requerente pelos seguintes motivos: não houve revogação da Lei n.º 1.067/2002, já que a Lei n.º 1993/2008 apenas alterou dispositivos da Lei. 1.067/2002. Nem se argumente ter havido revogação tácita, na medida em que a intenção expressa do legislador fora tão somente alterar dispositivos, mantendo-se, pois, em plena vigência a Lei nº. 1.067/2002.

Por outro lado, ao que se depreende do teor do art. 3º da Lei n.º 1993/2008, cuidam-se de vencimentos básicos iniciais. Confira-se:
Art. 3º. O vencimento básico do profissional médico passa a vigorar, a partir da publicação desta Lei, no valor de R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) inicial, para o contrato de 40 horas semanais e R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) para o contrato de 20 horas semanais." (negritei)
Assim sendo, em se tratando de vencimentos básicos iniciais, conclui-se pela possibilidade da progressão, conforme regramento previsto na Lei nº. 1.067/2002.
Não prospera também o argumento de "ausência de previsibilidade legal" para aplicar o instituto da progressão, pois a progressão está devidamente prevista na Lei nº. 1.067/2002, que vigorou até a entrada em vigor da Lei nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021, quando a parte requerente já estava aposentada [30/09/2020].
Caso o legislador quisesse que cada nível de carreira não fosse constituído de uma progressão nas referências de 1 a 18, ao contrário do disposto no § 3º do art. 4º da Lei 1.067/2002 (redação dada pela Lei nº 1386/2004), teria, quando da edição da Lei n.º 1993/2008, revogado expressamente, como o fez com relação à gratificação de apoio à saúde, a qual foi excluída para os ocupantes do cargo de Médico, conforme art. 2º da Lei nº. 1993/2008; à gratificação de avaliação de desempenho, a qual não se aplica aos médicos à disposição das Secretarias Municipais de Saúde, também conforme revela o art. 2º da Lei n.º 1993/2008; à gratificação de atividade específica, a qual foi excluída para o cargo de Médico ANS 336, conforme art. 6º da Lei n.º 1998/2008.
Destarte, afigura-se indevida a aplicação isolada do art. 3º da Lei nº. 1993/2008, o que faz com que os médicos percebam vencimentos fixos, desconsiderando a progressão prevista na Lei nº. 1.067/2002, a qual, aliás, repita-se, permanece vigente.
Acaso revogada a Lei nº. 1.067/2002 ou, ainda, revogada expressamente a hierarquização e progressão previstas na referida lei; e acaso a Lei nº. 1993/2008 fosse também expressa quanto à percepção de vencimentos fixos ou tivesse previsto que os médicos passariam a perceber parcela única a título de vencimento (subsídio), este juízo não teria dúvida quanto à improcedência da progressão. Mas não é esse o caso, notadamente porque a aposentadoria da parte requerente se efetivou em 30/09/2020, ou seja, antes da entrada em vigor da Lei nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021 que revogou Lei nº. 1.067/2002 (ver ID: 84138672 - Pág. 1 e ID: 87522113 - Pág. 17).
Portanto, com razão o demandante ao afirmar que os vencimentos – R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) para o contrato de 20 (vinte) horas semanais e R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) para o contrato de 40 (quarenta) horas semanais – são iniciais, devendo-se utilizar os parâmetros para progressão previstos na Lei n.º 1.067/2002, de modo a levar em conta as referências de 1 a 18, sendo a diferença de vencimento de uma referência para outra imediatamente superior é de 2% (dois por cento), bem como as classes de "A", "B", "C" e "D", de acordo com o nível de habilitação de cada profissional.
Enfim, tem-se a partir de 14/09/2004 (data da publicação da Lei 1.386/2004 no DOE n.º 117), o seguinte:
Progressão funcional em 18 (dezoito) níveis nas referências de 01 a 18 na forma estabelecida nos Anexos I da Lei n.º 1.386/2004 (progressão horizontal), com indicação dos valores devidos a título de vencimento em cada referência (art. 1º da Lei 1.386/2004 que incluiu o art. 4º, § 3º, na Lei n.º 1067/2002), sendo a diferença de vencimento de uma referência para outra imediatamente superior, de 2% (art. 1º da Lei 1.386/2004 que incluiu o art. 4º, § 4º, na Lei n.º 1067/2002); Série de classe dos cargos que compõem a Carreira dos Profissionais do grupo Ocupacional Saúde do Sistema Único de Saúde em conformidade com o respectivo nível de habilitação e perfis profissional e ocupacional, identificado por letras maiúsculas da seguinte forma (progressão vertical): Classe A – habilitação em nível superior; Classe B – habilitação em nível superior com curso de pós-graduação lato sensu que confira o título de especialista ou equivalente; Classe C – habilitação em nível superior, com curso de mestrado; Classe D – habilitação em nível superior, com curso de doutorado (art. 2º da Lei 1.386/2004 que incluiu art. 6º-A, I e 6º-B, I, "a", "b", "c" e "d", na Lei n.º 1067/2002), conforme tabela do Anexo I a seguir transcrita: ANEXO I
NÍVEL 1 - PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR ESPECÍFICOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Classe
A
Referência
1
2
3
4
5
6
7
8
9
572,45
583,90
595,58
607,49
619,64
632,03
644,67
657,57
670,72
10
11
12
13
14
15
16
17
18

684,12
697,80
711,76
725,99
740,51
755,32
770,43
785,84
801,56
Classe
B
Referência
1
2
3
4
5
6
7
8
9
686,94
700,68
714,69
728,99
743,57
758,44
773,61
789,08
804,86
10
11
12
13
14
15
16
17
18
820,94
837,36
854,11
871,19
888,61
906,38
924,51
943,00
961,86
Classe
C
Referência
1
2
3
4
5
6
7
8
9
858,39
875,55
893,06
910,92
929,14
947,72
966,68
986,01
1.005,73

10
11
12
13
14
15
16
17
18
1.026,19
1.046,71
1.067,65
1.089,00
1.110,78
1.133,00
1.155,66
1.178,77
1.202,35
Classe
D
Referência
1
2
3
4
5
6
7
8
9
1.115,89
1.138,21
1.160,97
1.184,19
1.207,88
1.232,03
1.256,67
1.281,81
1.307,44
10
11
12
13
14
15
16
17
18
1.334,05
1.360,73
1.387,95
1.415,70
1.444,02
1.472,90
1.502,36
1.532,40
1.563,05

Aliado a isto, ainda se tem a partir de 09/12/2008 (data da publicação da Lei n.º 1993/2008 no DOE n.º 1140):

Vencimento básico inicial de R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) do profissional médico que tem contrato de trabalho com o Estado de Rondônia de 40 (quarenta) horas semanais, (art. 3º da Lei n.º 1993/2008); Vencimento básico inicial de R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) do profissional médico que tem contrato de trabalho com o Estado de Rondônia de 20 (vinte) horas semanais, (art. 3º da Lei n.º 1993/2008). Como condição do direito de progressão funcional do servidor público médico a Lei n.º 1.067/2002 em seus artigos 6º assevera que as progressões somente serão realizadas após o estágio probatório pelo período de 03 (três) anos e também em vista da Emenda Constitucional de n.º 19/98 de 04/06/1998. Desta feita o estágio probatório a ser aplicado aos servidores do grupo ocupacional saúde é de 3 (três) anos para aqueles que forem admitidos no serviço público estadual a partir de 04/06/1998 (data de promulgação da Emenda Constitucional de n.º 19/98). Já para aqueles servidores do grupo ocupacional de saúde que tiverem sido admitidos no serviço público estadual antes de 04/06/1998 aplica o prazo de 2 (dois) anos para o estagio probatório conforme disposto na Lei Complementar Estadual de n.º 68/92 e após este marco o prazo de 3 (três) anos.

Após o estágio probatório, as progressões funcionais ocorrerão a cada 2 (dois) anos, obedecendo os critérios de antiguidade e merecimento para aqueles servidores que não tenham sofrido qualquer pena de suspensão e/ou nota aquém da mínima necessária no Boletim de Avaliação, observadas as regras estabelecidas na Lei n.º 1067/2002 e respectivos regulamentos.
Feitas estas ponderações, passo a analisar a progressão funcional da parte requerente no caso concreto.
Compulsando os autos vejo que a data de admissão da parte requerente em seu contrato de 40 (quarenta) horas de trabalho com o Estado de Rondônia se deu com as seguintes características:
Data de contratação
Número da matrícula
04/03/2002
300039833
Não há nenhuma prova nos autos de que a parte requerente desde a data de sua admissão no serviço público estadual tenha sofrido pena de suspensão ou que tenha obtido nota aquém da mínima necessária no Boletim de Avaliação. Logo, inexiste qualquer óbice para o direito de progressão funcional da parte requerente durante ao longo de sua carreira profissional.
A parte requerente possui ESPECIALIZAÇÃO (ID: 84138671 - Pág. 1), estando, destarte, inserida na “Classe B” (Anexo I da Lei Estadual n.º 1.386/2004). Logo, considerando a dispensa do estágio probatório e o tempo necessário para se obter a progressão funcional tem-se o seguinte:
Estágio probatório: 1) antes EC 19/98 de 04/06/1998 = 2 anos; 2) depois EC 19/98 de 04/06/1998 = 3 anos
Matrícula n.º 300039833 (40 horas semanais)
Referência
Classe B
Admissão
04/03/2002
Vencimento básico
Estágio probatório
Vencimento básico
Progressão
04/03/2005
1
Progressão
04/03/2007
2
Progressão
04/03/2009
3
Progressão
04/03/2011
4
Progressão
04/03/2013
5
Progressão
04/03/2015
6
Progressão
04/03/2017
7
Progressão
04/03/2019
8
Progressão
04/03/2021
9
Obs: Portanto, a parte requerente teria de ter passado para a inatividade em 30/09/2020 na classe B e referência 8.
Considero que o valor reconhecido nesta fundamentação (R$ 3.300,00 para contratos de 20 horas e R$ 6.600,00 para contratos de 40 horas) deve ser aplicado desde a data da publicação da Lei n.º 1993/2008 no DOE n.º 1140, ou seja, 09/12/2008, ponderando-se os acréscimos decorrentes das passagens por classes e referências nos termos desta sentença.
Deve então o IPERON corrigir os proventos de aposentadoria da parte requerente de modo que ela venha a receber valores compatíveis com a média aritmética de suas maiores remunerações em harmonia com a classe B e referência 8, ficando a cargo do IPERON providenciar o necessário a fim de que as contribuições previdenciárias compatíveis com a classe B e referência 8 lhe sejam repassadas ulteriormente, tanto pelo Estado de Rondônia quanto pela parte requerente.
Uma vez devida a progressão funcional nos termos das fundamentações acima expendidas, deverá o IPERON pagar em favor da parte requerente as diferenças retroativas dos proventos de aposentadoria.
Fica o IPERON autorizado a descontar a contribuição previdenciária que deveria ser repassada a ele (parte do servidor de 13,5%) que, por sua vez, deverá corrigir o valor dos proventos da aposentadoria.
Dispositivo.
Posto isto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para:
a) RECONHECER o direito da parte requerente à revisão da aposentadoria, em virtude do direito à Progressão Funcional em linha VERTICAL (Referências) e HORIZONTAL(Classes), nos termos do art. 4º à 6ªB da Lei n. 1067/02, já declarado nos autos da ação coletiva n. 0012344-07.2012.8.22.0001;

b) CONDENAR o IPERON na obrigação de fazer, consistente em realizar a revisão da aposentadoria da parte requerente, implantando em folha os valores pecuniários correspondentes à progressão funcional VERTICAL (referências), de modo a inseri-lo na Referência 8 desde a data de sua aposentadoria, bem como a progressão horizontal, a fim de ser inserido na Classe "B";
c) CONDENAR o IPERON ao pagamento das diferenças retroativas e todos os reflexos salariais e indenizatórios, decorrentes da progressão funcional, desde a data da concessão da aposentadoria até a devida implantação respeitada a prescrição quinquenal.
O crédito deve ser corrigido monetariamente, e acrescido dos juros legais, de acordo com os índices aplicáveis à fazenda pública.
O valor a ser restituído será corrigido mês a mês, a partir de quando cada parcela deveria ter sido paga.
No tocante aos juros moratórios, serão eles contados a partir da citação (súmula nº 204 do STJ).
O IPERON deverá descontar a contribuição previdenciária, sendo parte do servidor de 13,5% e cobrar do Estado de Rondônia a parte patronal 14,5% num total de 28% (vinte e oito por cento). Vale ressaltar que a correção do valor dos proventos da aposentadoria da parte requerente independem do prévio repasse da contribuição patronal que deve ser objeto de acerto entre a Autarquia e o Estado de Rondônia na esfera administrativa / judicial, sendo o caso.
A parte requerida terá o prazo de 30 (trinta) dias para reclassificar a parte requerente, conforme item "b", servindo cópia da presente de mandado para intimação do gerente da folha de pagamento do IPERON, que deverá ser cientificado que na hipótese de desobediência sofrerá pessoalmente multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), sem prejuízo de outras providências administrativas, civis ou criminais.
DECLARO EXTINTO o processo com resolução de mérito nos termos do CPC/2015, artigo 316 c/c artigo 487, inciso I.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/09.
Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7044351-44.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: EUDSE MANGABEIRA LEAL
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: VALTER CARNEIRO, OAB nº RO2466
Requerido/Executado: REQUERIDOS: Estado de Rondônia, IPERON - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO ESTADO DE RONDONIA, GENERALI BRASIL SEGUROS S A, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
DESPACHO
Vistos, etc.
A parte requerente deverá esclarecer quanto aos retroativos (prestações não prescritas), qual é o período que está sendo cobrado, bem como trazer aos autos a respectiva planilha de cálculo acrescido das doze prestações vincendas a fim de colaborar com a conferência do valor da causa conforme parâmetros traçados pela Lei nº 12.153/2009, artigo 2º, § 2º, isto é, de considerar a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas.
Além disso, a parte requerente deverá somar o valor acima com o valor atribuído a título de indenização por danos morais, considerando o disposto no CPC/2015, artigo 292, VI.
Concedo em favor da parte requerente o prazo de 10 (dez) dias para cumprimento da diligência, sob pena de indeferimento da petição inicial.
Sendo o caso, a parte requerente deverá emendar a inicial para corrigir o valor da causa.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Obrigação de Fazer / Não Fazer
Processo 7021494-04.2023.8.22.0001
REQUERENTE: LUZINIRA CORREIA FERREIRA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LUCIANA MOZER DA SILVA DE OLIVEIRA, OAB nº RO6313, CARINA GASSEN MARTINS CLEMES, OAB nº RO3061A, Lucas Henrique da Silva Gil de Oliveira, OAB nº RO11998
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO
Intimem-se as partes para, no prazo de 15 dias, manifestarem sobre o Laudo Técnico apresentado pela perita no ID 93346714.
Agende-se decurso de prazo, após, retornem os autos conclusos para julgamento.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
==========
Processo nº: 7020875-79.2020.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: NAIARA NERI COSTA
Advogado do(a) EXEQUENTE: FIRMO JEAN CARLOS DIOGENES - RO10860
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem sobre os cálculos da Contadoria Judicial.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7044340-15.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: ELIANE APARECIDA DA SILVA NASCIMENTO
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de antecipação de tutela para o fornecimento de consulta em neurocirurgia adulto – retorno.
É o necessário.
Decido.
Para concessão da tutela pretendida é necessário que estejam presentes elementos que evidenciem o direito alegado, bem como o risco de dano ou ao resultado útil do processo.
No caso dos autos, não é possível verificar a urgência ou risco de dano, ou seja, não há elementos suficientes para deferimento do pedido neste momento processual, na medida em que não consta anotação de urgência nos documentos acostados aos autos.
Não há laudo médico dando conta do risco a vida ou grave risco a saúde da parte requerente caso não haja o imediato fornecimento do atendimento.
Pelo exposto, ao menos por ora, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.

Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7044020-62.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: SOLEDADE DE OLIVEIRA CASTRO
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de antecipação de tutela para o fornecimento do exame de ressonância magnética de coluna lombo-sacra.
É o necessário.
Decido.
Para concessão da tutela pretendida é necessário que estejam presentes elementos que evidenciem o direito alegado, bem como o risco de dano ou ao resultado útil do processo.
No caso dos autos, não é possível verificar a urgência ou risco de dano, ou seja, não há elementos suficientes para deferimento do pedido neste momento processual, na medida em que não consta anotação de urgência nos documentos acostados aos autos.
Não há laudo médico dando conta do risco a vida ou grave risco a saúde da parte requerente caso não haja o imediato fornecimento do atendimento..
Pelo exposto, ao menos por ora, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7044015-40.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: MOZANIEL DOS SANTOS MENDES GOMES
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de tutela de urgência para o fornecimento de consulta em oftalmologia - retina geral.
DECIDO.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
O encaminhamento acosto aos autos comprova que a parte requerente apresentou descolamento de retina e que já fora avaliado em serviço particular que verificou a necessidade de atendimento urgente, sob pena de cegueira irreversível.
O risco de dano ou ao resultado útil do processo também está presente, vez que a demora no atendimento pode causar a risco a saúde da parte requerente. Ademais o direito a saúde deve prevalecer sobre obstáculos burocráticos, conforme se infere do seguinte julgado:
APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – PRELIMINAR – CERCEAMENTO DE DEFESA – JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE – AFASTADA – MÉRITO – FORNECIMENTO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO – OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS – DIREITO À VIDA CONSTITUCIONALMENTE GARANTIDO – OBRIGAÇÃO DO PODER PÚBLICO GARANTIR O ACESSO DO CIDADÃO À SAÚDE – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA – INCIDÊNICA DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97 – RECURSO DO MUNICÍPIO IMPROVIDO – REEXAME NECESSÁRIO E RECURSO DO ESTADO PARCIALMENTE PROVIDO. Se as provas produzidas nos autos são suficientes para comprovar os fatos relevantes à solução do conflito, deve o magistrado julgar o mérito de forma antecipada, ex vi do art. 330, inciso I, da lei adjetiva. Tanto o Estado como o Município e a União têm a incumbência de prover solidariamente os meios necessários à manutenção da saúde dos cidadãos, podendo esses figurar em conjunto ou isoladamente no processo. A garantia constitucional do direito à vida assegura o acesso do cidadão às políticas públicas de saúde, devendo o Estado (em sentido lato) garantir o fornecimento de procedimento cirúrgico necessário ao tratamento de saúde e cura das mazelas da população, sem impor qualquer empecilho de ordem burocrática. ‘Nem o Estado nem o Judiciário têm as credenciais necessárias para determinar qual tratamento é o adequado para o caso concreto, razão pela qual à receita médica trazida aos autos pelo jurisdicionado deve ser dada toda credibilidade e ser acatada’.(TJMS, Ap. Civel 2009.007546-8 – Rel. Des. Dorival Renato Pavan, 4ª Turma Cível).
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. CIRURGIA DE URGÊNCIA. GARANTIA CONSTITUCIONAL À SAÚDE. Quando necessária à preservação do mínimo existencial do cidadão e comprovada a urgência e o perigo de dano, deve o Poder Público realizar a internação e intervenção cirúrgica de que necessita o paciente. Recurso conhecido mas não provido. (TJ-MG - AI: 10707120285358001 MG , Relator: Albergaria Costa, Data de Julgamento: 27/06/2013, Câmaras Cíveis / 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 05/07/2013).
Restando comprovada a necessidade do atendimento médico e sua urgência o Estado deverá arcar com as despesas de TFD ou fornecer o tratamento em rede pública ou particular local.
Posto isto, presentes os requisitos exigidos pelo artigo 300, CPC c/c art. 3º da Lei 12.153/2009, DEFIRO a antecipação de tutela formulada pela parte requerente e DETERMINO que o ESTADO DE RONDÔNIA, no prazo de até 15 (quinze) dias, forneça a consulta em oftalmologia - retina geral, seja pela rede pública própria, rede privada conveniada local ou via TDF, sob pena de sequestro em contas públicas para garantir o atendimento necessário.
INTIME-SE pessoalmente o Senhor Secretário Estadual de Saúde para cumprimento da Decisão de Antecipação de tutela, no prazo especificado, sob pena de incorrer no crime de desobediência, sem prejuízo da responsabilidade civil e administrativa.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.

Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Cópia serve como mandado.
SESAU: Rua Pio XII, 2986 - Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Machado - Porto Velho, RO - CEP 76801470
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Obrigação de Fazer / Não Fazer
Processo 7021494-04.2023.8.22.0001
REQUERENTE: LUZINIRA CORREIA FERREIRA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LUCIANA MOZER DA SILVA DE OLIVEIRA, OAB nº RO6313, CARINA GASSEN MARTINS CLEMES, OAB nº RO3061A, Lucas Henrique da Silva Gil de Oliveira, OAB nº RO11998
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Intimem-se as partes para, no prazo de 15 dias, manifestarem sobre o Laudo Técnico apresentado pela perita no ID 93346714.
Agende-se decurso de prazo, após, retornem os autos conclusos para julgamento.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7044348-89.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: EDNA PAULA DE ASSUNCAO
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: VALTER CARNEIRO, OAB nº RO2466
Requerido/Executado: REQUERIDOS: Estado de Rondônia, IPERON - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO ESTADO DE RONDONIA, GENERALI BRASIL SEGUROS S A
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos, etc.
A parte requerente deverá esclarecer quanto aos retroativos (prestações não prescritas), qual é o período que está sendo cobrado, bem como trazer aos autos a respectiva planilha de cálculo acrescido das doze prestações vincendas a fim de colaborar com a conferência do valor da causa conforme parâmetros traçados pela Lei nº 12.153/2009, artigo 2º, § 2º, isto é, de considerar a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas.
Além disso, a parte requerente deverá somar o valor acima com o valor atribuído a título de indenização por danos morais, considerando o disposto no CPC/2015, artigo 292, VI.
Concedo em favor da parte requerente o prazo de 10 (dez) dias para cumprimento da diligência, sob pena de indeferimento da petição inicial.
Sendo o caso, a parte requerente deverá emendar a inicial para corrigir o valor da causa.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
==========

Processo nº: 7023653-56.2019.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: FATIMA BEZERRA DA SILVA
Advogados do(a) EXEQUENTE: EDILAMAR BARBOSA DE HOLANDA - RO1653, IONETE FERREIRA DOS SANTOS - RO0001095A
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem sobre os cálculos da Contadoria Judicial.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7043977-28.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: CHARLES SILVA SENA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de antecipação de tutela para o fornecimento de EXAMES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE COLUNA TORÁCICA COM CONTRASTE, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE CRÂNIO COM CONTRASTE E RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DA COLUNA CERVICAL COM CONTRASTE.
É o necessário.
Decido.
Para concessão da tutela pretendida é necessário que estejam presentes elementos que evidenciem o direito alegado, bem como o risco de dano ou ao resultado útil do processo.
No caso dos autos, não é possível verificar a urgência ou risco de dano, ou seja, não há elementos suficientes para deferimento do pedido neste momento processual, na medida em que não consta anotação de urgência nos documentos acostados aos autos.
Não há laudo médico dando conta do risco a vida ou grave risco a saúde da parte requerente caso não haja o imediato fornecimento do atendimento.
Pelo exposto, ao menos por ora, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7044049-15.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: TERESA CRISTINA DUARTE TABOSA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de tutela de urgência para o fornecimento de consulta em oftalmologia - adulto.
DECIDO.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
O encaminhamento acosto aos autos comprova que a parte requerente apresentou lente intraocular do olho direito luxada e há risco de cegueira, e que já fora avaliado em serviço particular que verificou a necessidade de atendimento urgente, sob pena de cegueira.
O risco de dano ou ao resultado útil do processo também está presente, vez que a demora no atendimento pode causar a risco a saúde da parte requerente. Ademais o direito a saúde deve prevalecer sobre obstáculos burocráticos, conforme se infere do seguinte julgado:
APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – PRELIMINAR – CERCEAMENTO DE DEFESA – JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE – AFASTADA – MÉRITO – FORNECIMENTO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO – OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS – DIREITO À VIDA CONSTITUCIONALMENTE GARANTIDO – OBRIGAÇÃO DO PODER PÚBLICO GARANTIR O ACESSO DO CIDADÃO À SAÚDE – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA – INCIDÊNICA DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97 – RECURSO DO MUNICÍPIO IMPROVIDO – REEXAME NECESSÁRIO E RECURSO DO ESTADO PARCIALMENTE PROVIDO. Se as provas produzidas nos autos são suficientes para comprovar os fatos relevantes à solução do conflito, deve o magistrado julgar o mérito de forma antecipada, ex vi do art. 330, inciso I, da lei adjetiva. Tanto o Estado como o Município e a União têm a incumbência de prover solidariamente os meios necessários à manutenção da saúde dos cidadãos, podendo esses figurar em conjunto ou isoladamente no processo. A garantia constitucional do direito à vida assegura o acesso do cidadão às políticas públicas de saúde, devendo o Estado (em sentido lato) garantir o fornecimento de procedimento cirúrgico necessário ao tratamento de saúde e cura das mazelas da população, sem impor qualquer empecilho de ordem burocrática. ‘Nem o Estado nem o Judiciário têm as credenciais necessárias para determinar qual tratamento é o adequado para o caso concreto, razão pela qual à receita médica trazida aos autos pelo jurisdicionado deve ser dada toda credibilidade e ser acatada’.(TJMS, Ap. Civel 2009.007546-8 – Rel. Des. Dorival Renato Pavan, 4ª Turma Cível).
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. CIRURGIA DE URGÊNCIA. GARANTIA CONSTITUCIONAL À SAÚDE. Quando necessária à preservação do mínimo existencial do cidadão e comprovada a urgência e o perigo de dano, deve o Poder Público realizar a internação e intervenção cirúrgica de que necessita o paciente. Recurso conhecido mas não provido. (TJ-MG - AI: 10707120285358001 MG , Relator: Albergaria Costa, Data de Julgamento: 27/06/2013, Câmaras Cíveis / 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 05/07/2013).
Restando comprovada a necessidade do atendimento médico e sua urgência o Estado deverá arcar com as despesas de TFD ou fornecer o tratamento em rede pública ou particular local.
Posto isto, presentes os requisitos exigidos pelo artigo 300, CPC c/c art. 3º da Lei 12.153/2009, DEFIRO a antecipação de tutela formulada pela parte requerente e DETERMINO que o ESTADO DE RONDÔNIA, no prazo de até 30 (trinta) dias, forneça a consulta em oftalmologia - adulto, seja pela rede pública própria, rede privada conveniada local ou via TDF, sob pena de sequestro em contas públicas para garantir o atendimento necessário.
INTIME-SE pessoalmente o Senhor Secretário Estadual de Saúde para cumprimento da Decisão de Antecipação de tutela, no prazo especificado, sob pena de incorrer no crime de desobediência, sem prejuízo da responsabilidade civil e administrativa.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.

Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Cópia serve como mandado.
SESAU: Rua Pio XII, 2986 - Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Machado - Porto Velho, RO - CEP 76801470
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7016822-84.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: MARCUS VINICIUS LEITE OLIVEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: CRISTIANO POLLA SOARES, OAB nº RO5113A
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Decisão
DO RECURSO INOMINADO INTERPOSTO PELO ESTADO DE RONDÔNIA
Dado que tempestivo, apresentado por petição escrita e considerando que, na forma do art. 1.007, § 1º do Código de Processo Civil, os entes públicos têm o preparo recursal dispensado, recebo o recurso interposto em seu efeito devolutivo e suspensivo (art. 43, Lei nº 9.099/95).
DO RECURSO INOMINADO INTERPOSTO PELA AUTORA
Da análise dos autos, verifico que a promovente interpôs, tempestivamente, Recurso Inominado em face da sentença proferida nos autos, requerendo a concessão dos benefícios da justiça gratuita, a fim de se eximir do dever de efetivar o preparo recursal.
Sendo assim, compulsando as provas carreadas aos autos, verifico ser suficiente para comprovar a condição de hipossuficiência econômica da parte recorrente e subsidiar o deferimento da assistência judiciária gratuita. Nestes termos, comprovada sua efetiva necessidade com relação à gratuidade judiciária pleiteada, defiro o referido pleito.
Vale relembrar que o juízo de admissibilidade nos Juizados Especiais é bifásico. A decisão proferida pelo juízo a quo, inclusive o deferimento da assistência judiciária gratuita, não vincula a Turma Recursal na aferição dos pressupostos de admissibilidade do recurso inominado. Isso porque a competência do juízo definitivo de admissibilidade é da Turma Recursal, por ser o órgão destinatário do recurso inominado.
Portanto, recebo o recurso interposto em seu efeito devolutivo e suspensivo (art. 43 da Lei nº 9.099/95).
Assim, uma vez que ambos os recursos já estão devidamente contra-arrazoados, determino a remessa dos autos à Egrégia Turma Julgadora para distribuição e normal processo dos recursos em questão.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
==========
Processo nº: 7005085-84.2022.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: IRINETE NAZARENO BARRETO
Advogados do(a) EXEQUENTE: CARLENE TEODORO DA ROCHA - RO6922, JOAO PAULO ROBERTO DE ALMEIDA - RO11414
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ATO ORDINATÓRIO
(INTIMAÇÃO)
Diante do trânsito em julgado da r. Sentença, promovo a intimação da parte autora para, em 5 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento dos autos.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
GREGORY THIAGO MOREIRA MONTES
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Adicional de Insalubridade
Processo 7050559-49.2020.8.22.0001
EXEQUENTE: ALDISLANIA ARAUJO MARTINS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EVELEN NEVES DE SOUZA, OAB nº RO8699
EXECUTADO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
A parte interessada que atuou como perita judicial reclama que não localizou o pagamento na conta indicada para depósito da RPV, expedida no ID 66912687, referente aos honorários periciais.
Intime-se o Estado de Rondônia pelo sistema para manifestar quanto ao requerimento de ID 89527800.
Promova-se contato com a Subcoordenação de Gestão de Pagamento Judiciais da PGE/RO, setor responsável pelo pagamento de RPV através de e-mail (sgpj@pge.ro.gov.br), a fim de que no prazo de 10 dias, comprove o pagamento ou justifique o problema ocorrido informando novo prazo não superior a 15 dias.
Não havendo justificação dentro do prazo concedido, a perita judicial poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado e seguirá para análise judicial.
Agende-se decurso de prazo.
Após, intimem-se a parte autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 15 dias, sob pena de arquivamento.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
==========
Processo nº: 7015353-71.2020.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: NILSON BIEGER MEIRELES
Advogados do(a) EXEQUENTE: ANDRE LUIS LEON - RO10528, ARCELINO LEON - RO991, JUCILENE SANTOS DA CUNHA - RO331-B
NÃO DENUNCIADO: ESTADO DE RONDÔNIA
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem sobre os cálculos da Contadoria Judicial.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
==========
Processo nº: 7019485-74.2020.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: JESSICA BIANCA DOS PASSOS FERREIRA, BIANCA CRISTINA RODRIGUES CABRAL
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARILIA NUNES MACIEL DA SILVA - RO9073
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ATO ORDINATÓRIO
(INTIMAÇÃO)
Diante do trânsito em julgado da r. Sentença, promovo a intimação da parte autora para, em 5 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento dos autos.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
GREGORY THIAGO MOREIRA MONTES
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
7074104-80.2022.8.22.0001
1/3 de férias, Gratificação Natalina/13º salário, Férias, Licença Prêmio
REQUERENTE: DIRCE MARIA DA PENHA VENANCIO
ADVOGADO DO REQUERENTE: LEISE PROCHNOW MOURAO, OAB nº RO8445
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO
Vistos.
Diante da controvérsia apresentada no tocante ao efetivo pagamento do 6° quinquênio de licença prêmio em pecúnia no mês de novembro de 2019, já que a ficha financeira juntada pelo requerido (ID 83529453 – Pág. 5) indica o pagamento e na ficha carreada pela autora (ID 89483754 – Pág. 1) não consta a correspondente verba, converto o julgamento em diligência e DETERMINO a intimação do Estado de Rondônia para que, no prazo de 15 (quinze) dias, traga aos autos outros documentos que comprovem o efetivo pagamento da licença prêmio em pecúnia.
Com a juntada da documentação, dê-se vista dos autos à parte autora para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias.
Agende-se decurso de prazo.
Após, retornem-me conclusos para julgamento.
Intimem-se as partes.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7044353-14.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: JONAS CARVALHO FEITOSA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de tutela de urgência para o fornecimento do medicamento pregabalina 75mg.
É o necessário.
Decido.
Para concessão da tutela pretendida é necessário que estejam presentes elementos que evidenciem o direito alegado, bem como haja risco de dano ou ao resultado útil do processo.
A regra estabelecida para o fornecimento de medicamentos pela rede pública de saúde é que devem ser fornecidos, a princípio, apenas aqueles que estejam nas listas oficiais do SUS.
O STJ no julgamento do Recurso Especial Representativo de Controvérsia sob o rito do art. 1.036 do CPC, definiu:
ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. TEMA 106. JULGAMENTO SOB O RITO DO ART. 1.036 DO CPC/2015. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS NÃO CONSTANTES DOS ATOS NORMATIVOS DO SUS. POSSIBILIDADE. CARÁTER EXCEPCIONAL. REQUISITOS CUMULATIVOS PARA O FORNECIMENTO. 1. Caso dos autos: A ora recorrida, conforme consta do receituário e do laudo médico (fls. 14-15, e-STJ), é portadora de glaucoma crônico bilateral (CID 440.1), necessitando fazer uso contínuo de medicamentos (colírios: azorga 5 ml, glaub 5 ml e optive 15 ml), na forma prescrita por médico em atendimento pelo Sistema Único de Saúde - SUS. A Corte de origem entendeu que foi devidamente demonstrada a necessidade da ora recorrida em receber a medicação pleiteada, bem como a ausência de condições financeiras para aquisição dos medicamentos. 2. Alegações da recorrente: Destacou-se que a assistência farmacêutica estatal apenas pode ser prestada por intermédio da entrega de medicamentos prescritos em conformidade com os Protocolos Clínicos incorporados ao SUS ou, na hipótese de inexistência de protocolo, com o fornecimento de medicamentos constantes em listas editadas pelos entes públicos. Subsidiariamente, pede que seja reconhecida a possibilidade de substituição do medicamento pleiteado por outros já padronizados e disponibilizados. 3. Tese afetada: Obrigatoriedade do poder público de fornecer medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS (Tema 106). Trata-se, portanto, exclusivamente do fornecimento de medicamento, previsto no inciso I do art. 19-M da Lei n. 8.080/1990, não se analisando os casos de outras alternativas terapêuticas. 4. TESE PARA FINS DO ART. 1.036 DO CPC/2015 A concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige a presença cumulativa dos seguintes requisitos: (i) Comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS; (ii) incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito; (iii) existência de registro na ANVISA do medicamento. 5. Recurso especial do Estado do Rio de Janeiro não provido. Acórdão submetido à sistemática do art. 1.036 do CPC/2015. (REsp 1.657.156/RJ, Relator: Benedito Gonçalves, Julgado em 27/09/2017) Destaquei.
Logo, a parte requerente DEVERÁ comprovar os três requisitos fixados pelo STJ.
O medicamento postulado não pertence à lista do SUS, logo, é ônus da parte comprovar os requisitos do STJ.
Não há documento médico dando conta da impossibilidade de tratamento com fármacos regularmente disponíveis na rede pública ou a falha do tratamento.
Pelo exposto, ante a ausência de probabilidade do direito invocado, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.

4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Fica a parte requerida advertida de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo de defesa.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7064849-98.2022.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: MARIA EDUARDA RODRIGUES ESPIRITO SANTO
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO, OAB nº RO3300
Requerido/Executado: REQUERIDO: IPAM
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: IPAM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES
Sentença
Vistos, etc.
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27 da Lei nº 12.153/09.
Fundamentos
Decido.
Inicialmente, destaco que as provas existentes nos autos são suficientes para se julgar o mérito da causa, sem a necessidade, portanto, da produção de outras provas (artigo 355, inciso I, do novo CPC).
Extrai-se dos autos que a pretensão da parte requerente é o restabelecimento da pensão por morte, considerando que ainda não teria completado a idade de 21 (vinte e um) anos / 24 (vinte e quatro) e recebimento de valores retroativos desde a data de interrupção dos pagamentos que se deu quando completou 18 (dezoito) anos de idade até a reimplantação e/ou efetivo restabelecimento da pensão.
Pois bem.
O Município não tem competência para legislar sobre previdência social, mas apenas a União, os Estados e o Distrito Federal e de forma concorrente, nos termos do artigo 24, inciso XII, da CF/88, motivo pelo qual a norma Municipal sobre a data limite para recebimento da pensão por morte deve ser desconsiderada, ou melhor, afastada por meio do Controle Difuso de Constitucionalidade.
Não bastasse isso e considerando mais uma vez que o Município não possui competência para legislar sobre previdência social é de rigor ressaltar que o recebimento de pensão por morte deve persistir até que a parte requerente complete os seus 21 (vinte e um) anos, salvo se for inválido ou tiver deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, conforme também já decidiu o STJ no RMS 51.452/MS (Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 17/08/2017) que já vinha decidindo que:
RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. PENSÃO POR MORTE. FILHA DO SEGURADO. MAIORIDADE. SUSPENSÃO DO PAGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA LEI N. 9.717/98. PREVISÃO DE PAGAMENTO DO BENEFÍCIO ATÉ OS 21 ANOS. DIREITO LÍQUIDO E CERTO RECONHECIDO. RECURSO PROVIDO. 1. A pensão por morte rege-se pela legislação em vigor na data do falecimento do segurado, em atenção do princípio tempus regit actum. 2. Diante da Lei n. 9.717/98, norma geral acerca da organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, as entidades de previdência não poderão conceder benefícios distintos daqueles previstos no Regime Geral de Previdência Social. 3. Na espécie, a Lei Complementar Estadual n. 73/2004, na parte referente ao limite de idade para o pagamento da pensão por morte, deve ter sua eficácia suspensa, prevalecendo a Lei n. 8.213/91, pois enquanto nela o beneficiário perceberia o benefício até os 18 (dezoito) anos, na norma geral esse prazo é até os 21 (vinte e um) anos. 4. Recurso provido. (RMS 29.986/MA, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 23/10/2014, DJe 03/11/2014) [grifei]
É de se ressaltar que este entendimento também já fora referendado na egrégia Turma Recursal quando do julgamento do Recurso Inominado nº 7049760-06.2020.822.0001.
Assim, considerando que para o STJ e para a TR/TJRO o limite de idade para o pagamento da pensão por morte em se tratando de beneficiário do regime próprio de previdência social dos municípios deve ser até os 21 (vinte e um) anos em decorrência da Lei nº 9.717/98 c/c Lei nº 8.213/91 é de rigor julgar parcialmente procedente o pedido inicial.

Dispositivo
Frente ao exposto e ao mais que dos autos constam:
a) AFASTO a aplicação da idade limite para recebimento da pensão por morte prevista no artigo 62, inciso II, “a” da Lei Complementar Municipal nº 404, de 27/12/2010.
b) no mérito, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para:
b.1) CONDENAR o IPAM a restabelecer em favor da parte autora a pensão por morte que deverá perdurar até que ela complete 21 (vinte e um) anos de idade;
b.2) CONDENAR o IPAM a pagar os valores retroativos desde a data da cessação dos pagamentos até a reimplantação e/ou efetivo restabelecimento da pensão por morte em favor da parte autora.
O crédito deve ser corrigido monetariamente, e acrescido dos juros legais, de acordo com os índices aplicáveis à fazenda pública.
O valor a ser restituído será corrigido mês a mês, a partir de quando cada parcela deveria ter sido paga.
No tocante aos juros moratórios, serão eles contados a partir da citação (súmula nº 204 do STJ).
DECLARO EXTINTO o processo com resolução de mérito nos termos do CPC/2015, artigo 316 c/c artigo 487, inciso I.
Confirmo a tutela provisória de urgência concedida em favor da parte requerente.
Em relação à assistência judiciária gratuita, registro que a parte requerente não comprovou a sua hipossuficiência, razão pela qual não lhe assiste tal direito, devendo, num eventual recurso, recolher o respectivo preparo recursal.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/09.
Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública,
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
Número do Processo: 7056285-67.2021.8.22.0001
Requerente/Exequente: EXEQUENTE: CLENIO RUBSTANIO RABELO DE SOUZA
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: UELTON HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO8862, UILIAN HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO6805
Requerido/Executado: NÃO DENUNCIADO: IPERON - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO ESTADO DE RONDONIA, Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADOS DOS NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA DO IPERON, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Considerando que a parte exequente concordou com os cálculos da executada (ID nº 81788987) e renunciou ao limite da RPV, os HOMOLOGO e determino a expedição de RPV para pagamento do valor de R$ 12.120,00 (doze mil e cento e vinte reais), referente ao crédito principal e, reservando os honorários contratuais em favor do advogado, mediante apresentação do contrato de honorários, se for o caso.
Se faltar algum dado ou documento, o CPE deverá praticar ato ordinatório de intimar para apresentação no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento e ocorrendo desídia praticar a consequência independentemente de nova deliberação judicial.
Registre-se que no ato de pagamento do valor principal fica autorizado o desconto dos seguintes tributos (arts. 35 e 36, 40 e 50, V, Res 303, CNJ), se aplicável:
1. Contribuição previdenciária;
2. Imposto de renda.
Para o pagamento dos honorários fica autorizado o desconto dos seguintes tributos, se aplicável:
1. ISSQN;
2. Imposto de renda.
Para a hipótese de créditos que formaram-se em parcelas periódicas, o cálculo dos tributos deverá ser realizado mês a mês e não sobre o valor total do crédito.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
7019657-11.2023.8.22.0001
REQUERENTE: JOAO BATISTA VALENTE DE ARAUJO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: KAIRO ARTHUR FLORENCO, OAB nº RO12713, SANDRO LUIS DOS SANTOS, OAB nº RO10837
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

SENTENÇA
Dispensado o relatório, nos termos do artigo 38 da Lei nº 9.099/95, passo a fundamentar e decidir.
Do exame dos autos, observo que a parte autora manifestou expressamente seu interesse em desistir da presente ação, conforme se verifica em petição carreada aos autos.
Ressalte-se que o Codex Processual Civil, em seu art. 485, inc. VIII, estabelece ser a desistência uma das formas de extinção do processo sem resolução do mérito, devendo o demandante demonstrar expressamente vontade de não mais prosseguir no feito.
Quanto à possibilidade de desistência da ação, o Enunciado 90 do FONAJE (Aprovado no XVI Encontro – Rio de Janeiro/RJ), prevê que "a desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento."
De tal feita, em sede de Juizados Especiais, extingue-se o processo, por desistência da parte autora, ainda que não haja a anuência da parte ré.
Diante do exposto, estando presentes os pressupostos de admissibilidade do pedido de desistência, DECLARO extinto o processo sem apreciação do mérito de acordo com o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil.
Sem custas e honorários advocatícios, conforme estabelecem os arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95.
Certifique o trânsito em julgado e arquivem-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Arquivem-se os presentes autos promovendo-se às baixas necessárias e as cautelas de estilo.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Adicional de Insalubridade
Processo 7007590-82.2021.8.22.0001
EXEQUENTE: GABRIELA NOGUEIRA VIEIRA MENDONCA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: BRENDA CARNEIRO VASCONCELOS, OAB nº RO9302
NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Intime-se a fazenda pública pelo sistema para eventual impugnação no prazo de 30 dias, sob pena de ser acolhido o cálculo da parte requerente.
Como se trata de verba propter laborem, eventuais afastamentos do(a) servidor(a) deverão ser efetivamente comprovados pela parte requerida, no mesmo prazo, através da juntada das folhas de ponto ficha funcional, sob pena de preclusão temporal e presunção de que não houve nenhum afastamento.
Se o prazo decorrer havendo anuência e estiverem presentes os documentos necessários, expeça-se RPV/precatório e arquive-se.
O(a) advogado(a) da parte requerente deverá no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento, caso a documentação não esteja nos autos, apresentar a documentação para expedição de RPV/PRECATÓRIO: 1) Procuração com poderes específicos para receber e dar quitação (caso o advogado opte por receber em seu nome); 2) Procuração : 3) Contrato de honorários advocatícios; 4) Cópia da sentença; 5) Cópia do acórdão (se houver); 6) Cópia da certidão de trânsito em julgado; 7) Cópia da petição de cumprimento de sentença; 8) Cópia da petição em que há concordância com os valores ou impugnação aos cálculos; 9) Cópia do despacho em se determina a expedição do precatório ou RPV; 10) Dados bancários da parte autora e advogado; 11) planilha de cálculos homologado; 12)Termo de Renúncia (caso opte pelo recebimento de RPV).
Caso a documentação acima referenciados já esteja nos autos o advogado deverá mencionar o ID e o respectivo documento.
Transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias, e ausente(s) a(s) documentações relacionadas acima, deverá o cartório arquivar os autos, certificando o documento faltante. Nesta hipótese, o advogado poderá, sem prejuízo, anexar o documento faltante, para dar continuidade a expedição da RPV/PRECATÓRIO.
O(a) advogado(a) da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Registre-se que no ato de pagamento do valor principal fica autorizado o desconto dos seguintes tributos, se aplicável: 1. Contribuição previdenciária; 2. Imposto de renda.
Para o pagamento dos honorários fica autorizado o desconto dos seguintes tributos, se aplicável: 1. ISSQN; 2. Imposto de renda.
Para a hipótese de créditos que formaram-se em parcelas periódicas, o cálculo dos tributos deverá ser realizado mês a mês e não sobre o valor total do crédito.
Havendo impugnação o processo deverá ser movimentado como "JEC – Concluso para Julgamento – Embargos".
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
==========
Processo nº: 7009489-52.2020.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
AUTOR: MARIA CONCEICAO VIEIRA DOS SANTOS
Advogados do(a) AUTOR: FABIO CHIANCA DE MORAIS - RO9373, JOAO LUIS SISMEIRO DE OLIVEIRA JUNIOR - RO5379, LUIS GUILHERME SISMEIRO DE OLIVEIRA - RO6700
REU: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ATO ORDINATÓRIO
(INTIMAÇÃO)
Promovo a intimação da parte autora para, em 5 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento dos autos.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
FRANCIANE MUNIZ MAGALHAES
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Processo nº: 7043959-07.2023.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
REQUERENTE: ROBERTO BERNARDES DE SOUZA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOAINA GUARATHE RABELO, OAB nº RO12162
REQUERIDOS: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, IPERON - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos, etc.
Trata-se de decisão sobre pedido de concessão de tutela provisória realizado pela parte requerente para que seja determinado à parte requerida a suspensão dos descontos do “seguro v.g. pecúlio” em sua folha de pagamento, restituição do valor cobrado indevidamente e declaração de inexistência de relação contratual, sob a alegação de que tais descontos seriam indevidos, considerando que ela não os autorizou após a edição da Lei Complementar nº 228/2000 c/c Lei Complementar nº 622/2011 alterada pela Lei Complementar nº 701/2013 que fizeram deste seguro um seguro facultativo.
É o breve relatório.
Decido.
Consoante previsto no CPC/2015, artigo 300, caput, a tutela provisória será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
Pois bem.
Considerando que os descontos vêm sendo realizados desde o mês 10/2017 entendo pela ausência do requisito da urgência, isto é, do perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, até porque os descontos são em valores que não afetam ao mínimo existencial da parte requerente ou mesmo a sua dignidade, de modo que o indeferimento da tutela é medida que se impõe.
Destarte, INDEFIRO a tutela provisória requerida.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.

Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade.
Agende-se decurso de prazo.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7043221-92.2018.8.22.0001
Requerente/Exequente: EXEQUENTES: MARIA LUCIA SOARES DA SILVA, SEBASTIANA SOARES DE OLIVEIRA, MARIA DA CONCEICAO
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: RAFAEL DE CASTRO EREIRA TELLES, OAB nº RO8509, VIVIANE SOUZA DE OLIVEIRA SILVA, OAB nº RO9141, MURIELI CARVALHO DURAES, OAB nº RO8942
Requerido/Executado: EXECUTADO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Considerando que a contadoria judicial (ID nº 91182101) aplicou corretamente os índices de juros e atualização monetária, ACOLHO e HOMOLOGO seus cálculos e determino a expedição de RPV/precatório (natureza alimentar) para pagamento do valor de R$ 21.048,12, sendo R$ 19.134,66, referente ao crédito principal, reservando os honorários contratuais em favor do advogado, mediante apresentação do contrato de honorários, se for o caso e, R$ 1.913,47, relativo aos honorários sucumbenciais.
Se faltar algum dado ou documento, o CPE deverá praticar ato ordinatório de intimar para apresentação no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento e ocorrendo desídia praticar a consequência independentemente de nova deliberação judicial.
Registre-se que no ato de pagamento do valor principal fica autorizado o desconto dos seguintes tributos (arts. 35 e 36, 40 e 50, V, Res 303, CNJ), se aplicável:
1. Contribuição previdenciária;
2. Imposto de renda.
Para o pagamento dos honorários fica autorizado o desconto dos seguintes tributos, se aplicável:
1. ISSQN;
2. Imposto de renda.
Para a hipótese de créditos que formaram-se em parcelas periódicas, o cálculo dos tributos deverá ser realizado mês a mês e não sobre o valor total do crédito.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7043679-36.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: LUIZ FRANCINEI GOMES FRANCA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de antecipação de tutela para o fornecimento do procedimento de CATETERISMO CARDÍACO, de acordo com a solicitação médica.
É o necessário.
DECIDO.
Como afirma a Constituição Federal em seu artigo 196 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.
A parte requerente comprova pela documentação médica – laudo subscrito por especialista - acostada aos autos que o paciente apresenta cardiopatia grave e a tela do sistema SISREG indica que o autor possui dispneia e valvulopatia grave.
A possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação também está presente, pois como já dito a parte requerente necessita realizar em caráter de urgência do exame, com o risco de agravamento do estado de saúde. Ademais o direito a saúde deve prevalecer sobre obstáculos burocráticos, conforme se infere do seguinte julgado:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – PRELIMINAR – CERCEAMENTO DE DEFESA – JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE – AFASTADA – MÉRITO – FORNECIMENTO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO – OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS – DIREITO À VIDA CONSTITUCIONALMENTE GARANTIDO – OBRIGAÇÃO DO PODER PÚBLICO GARANTIR O ACESSO DO CIDADÃO À SAÚDE – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA – INCIDÊNICA DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97 – RECURSO DO MUNICÍPIO IMPROVIDO – REEXAME NECESSÁRIO E RECURSO DO ESTADO PARCIALMENTE PROVIDO.
Se as provas produzidas nos autos são suficientes para comprovar os fatos relevantes à solução do conflito, deve o magistrado julgar o mérito de forma antecipada, ex vi do art. 330, inciso I, da lei adjetiva. Tanto o Estado como o Município e a União têm a incumbência de prover solidariamente os meios necessários à manutenção da saúde dos cidadãos, podendo esses figurar em conjunto ou isoladamente no processo. A garantia constitucional do direito à vida assegura o acesso do cidadão às políticas públicas de saúde, devendo o Estado (em sentido lato) garantir o fornecimento de procedimento cirúrgico necessário ao tratamento de saúde e cura das mazelas da população, sem impor qualquer empecilho de ordem burocrática. 'Nem o Estado nem o Judiciário têm as credenciais necessárias para determinar qual tratamento é o adequado para o caso concreto, razão pela qual à receita médica trazida aos autos pelo jurisdicionado deve ser dada toda credibilidade e ser acatada'.(TJMS, Ap. Civel 2009.007546-8 – Rel. Des. Dorival Renato Pavan, 4ª Turma Cível).
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. CIRURGIA DE URGÊNCIA. GARANTIA CONSTITUCIONAL À SAÚDE. Quando necessária à preservação do mínimo existencial do cidadão e comprovada a urgência e o perigo de dano, deve o Poder Público realizar a internação e intervenção cirúrgica de que necessita o paciente. Recurso conhecido mas não provido. (TJ-MG - AI: 10707120285358001 MG , Relator: Albergaria Costa, Data de Julgamento: 27/06/2013, Câmaras Cíveis / 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 05/07/2013).
Assim, restando comprovada a necessidade do procedimento cirúrgico, sua urgência o Estado deverá arcar com as despesas de TFD ou fornecer o tratamento em rede pública ou particular local.
Posto isto, presentes os requisitos exigidos pelo artigo 300, CPC c/c art. 3º da Lei 12.153/2009, DEFIRO o pedido de tutela de urgência formulado pela parte requerente e DETERMINO que ao ESTADO DE RONDÔNIA, no prazo de 30 dias, forneça o EXAME DE CATETERISMO CARDÍACO, nos termos do pedido médico, seja pela rede pública própria, rede privada local ou via TDF, sob pena de multa, sem prejuízo de bloqueio de contas públicas para garantir o tratamento médico indispensável.
INTIME-SE pessoalmente pelo PLANTÃO, o Senhor SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE RONDÔNIA, para cumprimento da Decisão de Antecipação de tutela, no prazo especificado, sob pena de incorrer no crime de desobediência, sem prejuízo da responsabilidade civil e administrativa.
CITE-SE, com prazo de defesa de 30 dias na hipótese de ente público e prazo de 15 dias na hipótese de particular.
Se a parte requerida desejar a produção de qualquer prova, o requerimento deverá ser apresentado na peça defensiva, sob pena de preclusão, com as seguintes características:
1 - esclarecimento a respeito de que fato juridicamente relevante se refere cada prova (pertinência) e sua imprescindibilidade (utilidade).
2 – esclarecer se deseja que seja realização audiência de instrução por meio digital ou prefere que o processo fique suspenso até que as medidas de afastamento social sejam cessadas.
3 - se a prova for testemunhal, indicar rol com nomes e telefones que tenham WhatsApp ou e-mail a fim de que possam ser intimadas por esse meio. Se houver opção pela oitiva presencial indicar endereço completo, com ponto de referência e telefone para contato do oficial de justiça.
4 – o advogado poderá dar suporte para seu cliente e suas testemunhas em seu escritório caso elas declarem não ter acesso a WhatsApp ou computador com internet.
5- se a prova for pericial, indicar nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos.
6 – se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, identificar o documento, com descrição de seu conteúdo, bem como onde e com quem está depositado.
7 - se a prova for exibição de documento ou fornecimento de informações, comprovar protocolo de prévio requerimento para acesso e recusa do fornecimento ou inércia do depositário (Lei 12.527/11).
Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 dias para apresentar o requerimento, sob pena de preclusão.
Fica desde logo consignado que a intimação/notificação da testemunha da parte assistida por advogado privado deve ser realizada na forma do art. 455 do CPC e com a providência do respectivo §1º, ressalvadas as exceções do art. 455, §4º do CPC.
Caso haja testemunha cuja intimação incumba ao juízo, o advogado realizará tal apontamento no momento do requerimento de produção de provas.
Cópia do presente servirá de expediente para:
a. Intimação da parte requerente.
b. Citação e intimação da parte requerida, com advertência de que a falta de apresentação de defesa poderá gerar presunção de veracidade. Agende-se decurso de prazo de defesa.
Cite-se e intime-se o Estado de Rondônia pelo sistema PJe, servindo-se da presente como expediente.
Agende-se decurso de prazo e após volte-me conclusos para sentença.
Cópia da presente servirá como mandado.
Apenas o secretário de saúde deverá ser intimado por mandado.
SESAU: Rua Pio XII, 2986 - Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Machado - Porto Velho, RO - CEP 76801470
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7018259-68.2019.8.22.0001
Requerente/Exequente: EXEQUENTE: LUCENI DE JESUS BRITO AMORIM

Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JOSE AGUIA AZUL MARTINHO DE MEDEIROS, OAB nº RO2185, WILLIAN SEVALHO DA SILVA MEDEIROS, OAB nº RO7101, ELIANA SOLETO ALVES MASSARO, OAB nº RO1847
Requerido/Executado: NÃO DENUNCIADO: P. M. D. C. D. J.
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI
DECISÃO
Vistos.
Considerando que a contadoria judicial (ID nº 89545835) aplicou corretamente os índices de juros e atualização monetária, ACOLHO e HOMOLOGO seus cálculos e determino a expedição de RPV para pagamento do valor de R$ 557,65 (quinhentos e cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).
Se faltar algum dado ou documento, o CPE deverá praticar ato ordinatório de intimar para apresentação no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento e ocorrendo desídia praticar a consequência independentemente de nova deliberação judicial.
Registre-se que no ato de pagamento do valor principal fica autorizado o desconto dos seguintes tributos (arts. 35 e 36, 40 e 50, V, Res 303, CNJ), se aplicável:
1. Contribuição previdenciária;
2. Imposto de renda.
Para o pagamento dos honorários fica autorizado o desconto dos seguintes tributos, se aplicável:
1. ISSQN;
2. Imposto de renda.
Para a hipótese de créditos que formaram-se em parcelas periódicas, o cálculo dos tributos deverá ser realizado mês a mês e não sobre o valor total do crédito.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública,
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
Número do Processo: 7009219-28.2020.8.22.0001
Requerente/Exequente: EXEQUENTE: GESIANE OLIVEIRA SOARES
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO EXEQUENTE: DIEGO IONEI MONTEIRO MOTOMYA, OAB nº RO7757
Requerido/Executado: NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Considerando que a parte exequente concordou com os cálculos da executada (ID nº 88836774), os HOMOLOGO e determino a expedição de RPV/precatório para pagamento do valor de R$ 12.291,30 (doze mil, duzentos e noventa e um reais e trinta centavos), sendo R$ 11.173,91 (onze mil, cento e setenta e três reais e noventa e um centavos), referente ao crédito principal, reservando os honorários contratuais em favor do advogado, mediante apresentação do contrato de honorários, se for o caso e, R$ 1.117,39 (um mil, cento e dezessete reais e trinta e nove centavos), relativo aos honorários sucumbenciais.
Se faltar algum dado ou documento, o CPE deverá praticar ato ordinatório de intimar para apresentação no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento e ocorrendo desídia praticar a consequência independentemente de nova deliberação judicial.
Registre-se que no ato de pagamento do valor principal fica autorizado o desconto dos seguintes tributos (arts. 35 e 36, 40 e 50, V, Res 303, CNJ), se aplicável:
1. Contribuição previdenciária;
2. Imposto de renda.
Para o pagamento dos honorários fica autorizado o desconto dos seguintes tributos, se aplicável:
1. ISSQN;
2. Imposto de renda.
Para a hipótese de créditos que formaram-se em parcelas periódicas, o cálculo dos tributos deverá ser realizado mês a mês e não sobre o valor total do crédito.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7006791-39.2021.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: J. C. D. S. J.
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS, OAB nº RO3208
Polo Passivo: E. D. R.
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO
Da análise dos autos, verifica-se que a parte promovente interpôs recurso inominado em face da sentença proferida, pugnando pela concessão dos benefícios da justiça gratuita, a fim de se eximir do dever de efetivar o preparo recursal.
Pois bem. Embora o §3º, do artigo 99, do Código de Processo Civil estabeleça a presunção de veracidade da alegação de hipossuficiência deduzida por pessoa natural, é certo que, havendo dúvidas, o juiz pode determinar à parte que comprove o preenchimento dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, consoante dispõe o §2º do artigo supracitado.
Ademais, a presunção de pobreza não é absoluta, pois conforme inciso LXXIV, do artigo 5º, da Carta Magna, a assistência judiciária gratuita será prestada àqueles que comprovarem a falta de recursos.
No caso em tela, a parte recorrente apresentou documentação visando à comprovação da aventada hipossuficiência financeira. Todavia, em análise aos documentos apresentados, não há dúvidas de que a parte requerente possui condições econômicas para arcar com as custas e despesas processuais, sem prejuízo da garantia de seu sustento e da própria entidade familiar (rendimento bruto superior a R$ 12.000,00), de forma que não faz jus à assistência judiciária gratuita pleiteada.
Nesse diapasão, utilizando-se do juízo de admissibilidade recursal, no propósito de não surpreender a parte recorrente e tampouco cercear seu direito de acesso ao duplo grau de jurisdição, ao passo em que indefiro peremptoriamente o pedido de justiça gratuita ora formulado, nos termos do artigo 42, §1º, da Lei nº 9.099/95 e Enunciado Cível nº 115 do FONAJE, determino que seja intimada a parte recorrente para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, promova o preparo do recurso interposto, sob pena de deserção.
Apenas se providenciado tal pagamento, volvam-me conclusos os autos para o necessário juízo de admissibilidade recursal.
Do contrário, em caso de inércia da recorrente e ultrapassado o prazo acima delineado, considerar-se-á deserto o recurso interposto. Neste caso, certifique-se o trânsito em julgado e, em seguida, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe.
Intime-se. Cumpra-se.
Não há se falar em reconsideração, devendo eventual insurgência ser manejada pela via processual adequada.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
==========
Processo nº: 7060021-59.2022.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: VALDECI FILHO RIBEIRO MELO
Advogado do(a) EXEQUENTE: EMILY ANDRIELY SA DE MELO - RO9778
NÃO DENUNCIADO: ESTADO DE RONDÔNIA, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, IPERON - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO ESTADO DE RONDONIA
Advogado do(a) NÃO DENUNCIADO: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR - PE23289
ATO ORDINATÓRIO
(INTIMAÇÃO)
Diante do trânsito em julgado da r. Sentença, promovo a intimação da parte autora para, em 5 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento dos autos.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
GREGORY THIAGO MOREIRA MONTES
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública,
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
Número do Processo: 7009841-05.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: EXEQUENTE: MADYSON BRANDAO HAYASHIDA
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALLAN ALMEIDA COSTA, OAB nº RO10011
Requerido/Executado: NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Considerando que a parte executada concordou com os cálculos sobre o qual foi intimada a se manifestar, os HOMOLOGO e determino a expedição de RPV para pagamento do valor de R$ 1.715,14 (um mil, setecentos e quinze reais e quatorze centavos), referente ao crédito principal e, reservando os honorários contratuais em favor do advogado, mediante apresentação do contrato de honorários, se for o caso.
Se faltar algum dado ou documento, o CPE deverá praticar ato ordinatório de intimar para apresentação no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento e ocorrendo desídia praticar a consequência independentemente de nova deliberação judicial.
Registre-se que no ato de pagamento do valor principal fica autorizado o desconto dos seguintes tributos (arts. 35 e 36, 40 e 50, V, Res 303, CNJ), se aplicável:
1. Contribuição previdenciária;
2. Imposto de renda.

Para o pagamento dos honorários fica autorizado o desconto dos seguintes tributos, se aplicável:
1. ISSQN;
2. Imposto de renda.
Para a hipótese de créditos que formaram-se em parcelas periódicas, o cálculo dos tributos deverá ser realizado mês a mês e não sobre o valor total do crédito.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
==========
Processo nº: 7029628-20.2023.8.22.0001 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (14695)
REQUERENTE: CLAUDINEIA SILVA BATISTA
Advogado do(a) REQUERENTE: NAZARENO BERNARDO DA SILVA - RO8429
REQUERIDO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ATO ORDINATÓRIO
(INTIMAÇÃO DAS PARTES PARA SE MANIFESTAR QUANTO AO LAUDO PERICIAL - 15 DIAS)
Intimar as partes para manifestarem-se sobre o laudo pericial, no prazo comum de 15 dias.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7042051-85.2018.8.22.0001
Requerente/Exequente: REQUERENTE: FRANCISCO DAS NEVES XIMENES
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO REQUERENTE: SAUER ROGERIO DA SILVA, OAB nº RO8095
Requerido/Executado: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Intime-se o Secretário de Estado de Finanças para cumprimento da obrigação de fazer descrita na sentença no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento desta intimação, sob pena de multa pessoal no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), servindo cópia do presente de mandado.
Aguarde-se por 20 (vinte) dias e se nesse prazo não houver cumprimento da obrigação descrita na sentença a parte deverá apresentar reclamação, sob pena de arquivamento.
Cópia do presente serve de mandado.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Número do Processo: 7033837-08.2018.8.22.0001
Requerente/Exequente: EXEQUENTE: HELENA MARTINHA VITOR DA CRUZ
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ARMANDO DIAS SIMOES NETO, OAB nº RO8288, VANESSA CESARIO SOUSA, OAB nº RO8058A
Requerido/Executado: EXECUTADO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Despacho
Analisando os autos, verifico que a obrigação de fazer (implantação do adicional de insalubridade - ID 85070305) foi cumprida pela parte executada em 21/11/2022, oportunidade em que a parte exequente apresentou planilha de cálculos contendo os valores remanescentes da obrigação de pagar quantia (ID 93168649).
Intime-se a fazenda pública pelo sistema para eventual impugnação no prazo de 30 dias, sob pena de ser acolhido o cálculo da parte requerente.
Como se trata de verba propter laborem, eventuais afastamentos do(a) servidor(a) deverão ser efetivamente comprovados pela parte requerida, no mesmo prazo, através da juntada das folhas de ponto / ficha funcional, sob pena de preclusão temporal e presunção de que não houve nenhum afastamento.
Se o prazo decorrer havendo anuência e estiverem presentes os documentos necessários, expeça-se RPV/precatório e arquive-se.

O(a) advogado(a) da parte requerente deverá no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento, caso a documentação não esteja nos autos, apresentar a documentação para expedição de RPV/PRECATÓRIO: 1) Procuração com poderes específicos para receber e dar quitação (caso o advogado opte por receber em seu nome); 2) Procuração : 3) Contrato de honorários advocatícios; 4) Cópia da sentença; 5) Cópia do acórdão (se houver); 6) Cópia da certidão de trânsito em julgado; 7) Cópia da petição de cumprimento de sentença; 8) Cópia da petição em que há concordância com os valores ou impugnação aos cálculos; 9) Cópia do despacho em se determina a expedição do precatório ou RPV; 10) Dados bancários da parte autora e advogado; 11) planilha de cálculos homologado; 12)Termo de Renúncia (caso opte pelo recebimento de RPV).
Caso a documentação acima referenciados já esteja nos autos o advogado deverá mencionar o ID e o respectivo documento.
Transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias, e ausente(s) a(s) documentações relacionadas acima, deverá o cartório arquivar os autos, certificando o documento faltante. Nesta hipótese, o advogado poderá, sem prejuízo, anexar o documento faltante, para dar continuidade a expedição da RPV/PRECATÓRIO.
O(a) advogado(a) da parte credora fica informado que tratando-se de pagamento por RPV e inocorrendo cumprimento no prazo de 60 dias poderá peticionar pelo sequestro, pois o processo será automaticamente desarquivado independente do pagamento de custas e seguirá para análise judicial.
Registre-se que no ato de pagamento do valor principal fica autorizado o desconto dos seguintes tributos, se aplicável: 1. Contribuição previdenciária; 2. Imposto de renda.
Para o pagamento dos honorários fica autorizado o desconto dos seguintes tributos, se aplicável: 1. ISSQN; 2. Imposto de renda.
Para a hipótese de créditos que formaram-se em parcelas periódicas, o cálculo dos tributos deverá ser realizado mês a mês e não sobre o valor total do crédito.
Havendo impugnação o processo deverá ser movimentado como “JEC – Concluso para Julgamento – Embargos”.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública,
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
Número do Processo: 7003009-34.2015.8.22.0001
Requerente/Exequente: EXEQUENTE: MIGUEL ANGEL JARANDILLA PERALTA
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JOSE ROBERTO DE CASTRO, OAB nº RO2350, EDIR ESPIRITO SANTO SENA, OAB nº RO7124
Requerido/Executado: EXECUTADO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Considerando anuência de ambas as partes com os cálculos da contadoria judicial (ID 89152377), assim sendo, os HOMOLOGO e determino a expedição de RPV/precatório (natureza alimentar) para pagamento do valor de R$ 184.582,11, sendo R$ 179.250,74, referente ao crédito principal, reservando os honorários contratuais em favor do advogado, mediante apresentação do contrato de honorários, se for o caso e, R$ 5.331,37, relativo aos honorários sucumbenciais.
Se faltar algum dado ou documento, o CPE deverá praticar ato ordinatório de intimar para apresentação no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento e ocorrendo desídia praticar a consequência independentemente de nova deliberação judicial.
Registre-se que no ato de pagamento do valor principal fica autorizado o desconto dos seguintes tributos (arts. 35 e 36, 40 e 50, V, Res 303, CNJ), se aplicável:
1. Contribuição previdenciária;
2. Imposto de renda.
Para o pagamento dos honorários fica autorizado o desconto dos seguintes tributos, se aplicável:
1. ISSQN;
2. Imposto de renda.
Para a hipótese de créditos que formaram-se em parcelas periódicas, o cálculo dos tributos deverá ser realizado mês a mês e não sobre o valor total do crédito.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
==========

Processo nº: 7042887-24.2019.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: MARIA DO SOCORRO ANDRADE COSTA
Advogado do(a) EXEQUENTE: PAULO TIMOTEO BATISTA - RO2437
NÃO DENUNCIADO: ESTADO DE RONDÔNIA
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem sobre os cálculos da Contadoria Judicial.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
7075353-66.2022.8.22.0001
REQUERENTE: IRENE ALVES RODRIGUES
ADVOGADO DO REQUERENTE: CESAR PASSOS DE OLIVEIRA, OAB nº RO9565
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Fundamentos. Decido.
Trata-se ação declaratória de inexistência de débito combinada com pedido de indenização por danos morais e pedido de tutela de urgência movida por Irene Alves Rodrigues em face do Estado de Rondônia, tendo por causa de pedir remota o protesto da requerente feito pela requerida no 2° tabelionato de protestos de títulos e documentos desta Comarca, em razão de dívida de IPVA de veículo automotor que sofreu sinistro no ano de 2009.
Em ação pretérita, nos autos do Processo n° 7033494-46.2017.8.22.0001, a requerente já havia conseguido obter tutela jurisdicional no sentido de ver declarada a extinção dos débitos relativos ao veículo, assim como a obrigação de fazer condenando o Estado de Rondônia de abster-se de lançar novas cobranças de impostos, taxas ou multas em relação ao referido automóvel (Acórdão de ID 83061202 – Pág. 40/47).
Inicialmente, é necessário delimitar os pedidos passíveis de conhecimento e aqueles já alcançados pela coisa julgada, os quais não podem ser reanalisados pela presente via judicial. Com efeito, trata-se de sentença transitada em julgado, em que houve o reconhecimento da inexigibilidade de qualquer tributo decorrente da propriedade/posse/uso do veículo o Gol, fabricação 2004, modelo 2005 de placa NCQ 8859, chassi: 9BWCB05X15P021974, após o ano de 2009 quando apresentou sinistro. Nesse ponto não há que se falar na reanálise da exigibilidade dos tributos, mas tão somente sobre suposto dano moral causado pelo não cumprimento da sentença pretérita, com sua devida sua cessação.
Por esse motivo, RECONHEÇO a existência de coisa julgada em relação ao pedido de declaração da inexigibilidade do débito por se tratar de direito objeto de coisa julgada, e por conseguinte declaro extinto o processo sem resolução do mérito quanto a esse pleito nos termos do art. 485, inciso V do CPC.
Rejeito, ainda, a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pelo Estado de Rondônia considerando que a cobrança de IPVA é de sua competência tributária, e a ele compete adotar todas as cautelas necessárias no exercício dessa competência.
Passo então a analisar o pedido de indenização por danos morais.
Apesar de ter seu direito discutido em processo distinto (7033494-46.2017.8.22.0001), cujo Acórdão transitou em julgado no dia 25/05/2021, há adequação da via eleita pela requerente para postular reparação por danos morais decorrentes de seu protesto perante o 2° Tabelionato de Títulos e Documentos de Porto Velho – RO, isso porque a partir de seu descumprimento por parte da requerida surgiu novo litígio, a saber, nova inscrição nos órgãos de proteção ao crédito. Nesse sentido tem decidido o Superior Tribunal de Justiça:
AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL – AÇÃO CONDENATÓRIA – DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECLAMO DA PARTE ADVERSA. INSURGÊNCIA DA REQUERIDA.
1. O STJ possui entendimento no sentido de que é cabível o pedido de indenização por danos morais ante ao descumprimento de ordem judicial em demanda pretérita envolvendo as mesmas partes, na qual foi fixada multa cominatória, pois são institutos de natureza diversa, sendo possível, portanto, a cumulação das astreintes com a indenização. 2. Não há falar em majoração dos honorários recursais em sede de agravo interno, tendo em vista que a referida verba deve ser aplicada, apenas uma vez, em cada grau de jurisdição, e não a cada recurso interposto na mesma instância. 3. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp n. 1.685.060/RS, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 25/11/2019, DJe de 27/11/2019.)
DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL.
IRRESIGNAÇÃO SUBMETIDA AO NCPC. AÇÃO INDENIZATÓRIA.
INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS DE INADIMPLENTES. DANO MORAL CONFIGURADO. MULTA COMINATÓRIA FIXADA EM DEMANDA PRETÉRITA. DESCUMPRIMENTO. CUMULAÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. As disposições do NCPC são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado n.º 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.
2. Cinge-se a controvérsia em definir se é possível prosperar o pedido de indenização por danos morais em razão de descumprimento de ordem judicial em demanda pretérita, na qual foi fixada multa cominatória.

3. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a inscrição indevida em cadastro de inadimplentes gera dano moral passível de indenização, salvo constatada a existência de outras anotações preexistentes àquela que deu origem a ação reparatória (Súmula nº 385 do STJ).
4. Referida indenização visa a reparar o abalo moral sofrido em decorrência da verdadeira agressão ou atentado contra dignidade da pessoa humana.
5. A multa cominatória, por outro lado, tem cabimento nas hipóteses de
descumprimento de ordens judiciais, sendo fixada justamente com o objetivo de compelir a parte ao cumprimento daquela obrigação. Encontra justificativa no princípio da efetividade da tutela jurisdicional e na necessidade de se assegurar o pronto cumprimento das decisões judiciais cominatórias.
6. Considerando, portanto, que os institutos em questão têm natureza jurídica e finalidades distintas, é possível a cumulação.
7. Recurso especial provido" (RESP 1689074 / RS 2017/0187793-9, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 18/10/2018).
Há prova nos autos de que na data do protesto da autora o Acórdão proferido nos autos 7033494-46.2017.8.22.0001 já havia transitado em julgado determinando a abstenção do requerido em lançar novos débitos ou protestar a autora, informação essa que deveria ter sido observada pelo Estado de Rondônia antes de proceder com a inscrição do autor em dívida ativa e posteriormente protestá-la perante o 2° Tabelionato de Títulos e Documentos de Porto Velho – RO (ID 83058349 – Pág. 1).
Logo, o fundamento aplicável ao caso concreto é o da responsabilidade civil objetiva (CF, art. 37, § 6º). Para tanto é necessário averiguar o preenchimento dos pressupostos que são conduta, dano e nexo causal, sendo dispensada prova do dolo ou culpa.
Veja que há a conduta do Estado de Rondônia em protestar o requerente por débito inexigível, estando presentes, portanto, os requisitos essenciais que ensejam a responsabilidade civil de indenizar.
O IPVA cobrados pelo Estado de Rondônia tendo por favor gerador período posterior ao ano de 2009 mostram-se indevidos, dado o reconhecimento por decisão judicial de sua inexigibilidade.
Apesar de o Estado imputar a falha ao DETRAN/RO, não diligenciou e trouxe aos autos nenhuma prova no sentido de se eximir, logo, não se incumbiu de comprovar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte requerente (art. 373, II, CPC).
O dano, na hipótese dos autos é presumida – in re ipsa – conforme firme precedentes do STJ, deste juízo e do Tribunal de Justiça de Rondônia, vejamos:
PROCESSO CIVIL. DECLARATÓRIA. INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA. ENERGIA ELÉTRICA. MEDIDOR. PERÍCIA UNILATERAL. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO.
É inexigível a dívida fundado em perícia unilateral realizada pela fornecedora, pois não é prova hábil a embasar cobrança de débitos.
Para que o débito apurado seja considerado válido e exigível, quando alegado irregularidade no aparelho medidor de consumo, é necessário obediência aos procedimentos previstos na Resolução n. 414/10 da ANEEL, bem como aos princípios do contraditório e ampla defesa.
A jurisprudência do STJ já pacificou o entendimento de que a inscrição indevida no nome do consumidor nos cadastros negativos de proteção ao crédito torna in re ipsa o dano moral, sendo desnecessária a prova de prejuízo à honra ou à reputação.
No tocante ao quantum indenizatório, é sabido que, na quantificação da indenização por dano moral, deve o julgador, valendo-se de seu bom senso prático e adstrito ao caso concreto, arbitrar, pautado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, um valor justo ao ressarcimento do dano extrapatrimonial.
Apelação, Processo nº 0000435-40.2014.822.0019, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 11/07/2018 (negritei).
RECURSO INOMINADO. FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO. VISTORIA DETRAN NÃO CONCLUÍDA. COBRANÇAS INDEVIDAS DE IPVA. PROTESTO INDEVIDO. RESSARCIMENTO EM DOBRO PELO PAGAMENTO DO TRIBUTO DEVIDO. DANOS MORAIS EVIDENCIADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7020666-81.2018.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Data de julgamento: 11/04/2022)
Dessa forma, não tendo o Estado de Rondônia impugnado a existência das inscrições e dos protestos, mas apenas arguido sua ilegitimidade para a causa, encontram-se presentes os elementos suficientes para caracterização do dever de indenizar.
No que se refere ao quantum indenizatório, com base nos critérios da equidade, bom senso, razoabilidade e proporcionalidade dos transtornos experimentados pelo requerente, como o lapso temporal decorrido desde o protesto, entendo que o importe de R$3.000,00 (três mil reais) mostra-se suficiente a reparar o dano moral por ela suportado, pois os resultados decorrentes da conduta negligente do Estado de Rondônia ultrapassou o limite do mero aborrecimento.
DISPOSITIVO.
Posto isto:
a) RECONHEÇO a existência de coisa julgada em relação ao pedido de declaração da inexigibilidade do débito, por se tratar de direito objeto de coisa julgada no processo n° 7033494-46.2017.8.22.0001, devendo seu cumprimento ser postulado naqueles autos, e por conseguinte DECLARO EXTINTO o feito, sem resolução de mérito, em relação a esse pedido, nos termos do art. 485, V, CPC.
b) no mérito, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR o ESTADO DE RONDÔNIA ao pagamento da quantia de R$3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais à requerente.
O crédito deve ser corrigido monetariamente a partir da publicação da presente condenação (Súmula nº 362, STJ) e acrescido de juros legais, estes incidentes a partir do evento danoso – protesto (Súmula nº 54, STJ), de acordo com os índices aplicáveis à fazenda pública.
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas e honorários advocatícios.

Oficie-se o 2º Tabelionato de Protesto de Títulos de Porto Velho comunicando desta Sentença, informando que os custos pela baixa e/ou cancelamento do protesto lavrado em desfavor da parte requerente correrá por conta do Estado de Rondônia, na forma de eventual convênio ou das disposições legais ou regulamentares pertinentes.
Intimem-se as partes.
Agende-se decurso de prazo, transcorrido o prazo sem manifestação, arquivem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública,
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
Número do Processo: 7008630-36.2020.8.22.0001
Requerente/Exequente: EXEQUENTE: PEDRO BRUNO DA SILVA OLIVEIRA
Advogado do Requerente: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: LAYANNA MABIA MAURICIO, OAB nº RO3856, MARCIA DE OLIVEIRA LIMA, OAB nº RO3495
Requerido/Executado: NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Considerando que a parte executada concordou com os cálculos sobre o qual foi intimada a se manifestar, os HOMOLOGO e determino a expedição de RPV/precatório para pagamento do valor de R$ 4.666,23, sendo R$ 4.242,03, referente ao crédito principal, reservando os honorários contratuais em favor do advogado, mediante apresentação do contrato de honorários, se for o caso e, R$ 424,20, relativo aos honorários sucumbenciais.
Se faltar algum dado ou documento, o CPE deverá praticar ato ordinatório de intimar para apresentação no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento e ocorrendo desídia praticar a consequência independentemente de nova deliberação judicial.
Registre-se que no ato de pagamento do valor principal fica autorizado o desconto dos seguintes tributos (arts. 35 e 36, 40 e 50, V, Res 303, CNJ), se aplicável:
1. Contribuição previdenciária;
2. Imposto de renda.
Para o pagamento dos honorários fica autorizado o desconto dos seguintes tributos, se aplicável:
1. ISSQN;
2. Imposto de renda.
Para a hipótese de créditos que formaram-se em parcelas periódicas, o cálculo dos tributos deverá ser realizado mês a mês e não sobre o valor total do crédito.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública,
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 7h-14): (69) 3309-7000 / 3309-7002 (3309-7004 somente para advogados)
Número do Processo: 7010210-96.2023.8.22.0001
Requerente/Exequente: EXEQUENTE: OZIEL PEREIRA BORGES
Advogado do Requerente: ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALLAN ALMEIDA COSTA, OAB nº RO10011
Requerido/Executado: NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia
Advogado do Requerido/Executado: ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Considerando que a parte executada concordou com os cálculos sobre o qual foi intimada a se manifestar, os HOMOLOGO e determino a expedição de RPV/precatório para pagamento do valor de R$ 2.060,60 (dois mil, sessenta reais e sessenta centavos), referente ao crédito principal e, reservando os honorários contratuais em favor do advogado, mediante apresentação do contrato de honorários, se for o caso.
Se faltar algum dado ou documento, o CPE deverá praticar ato ordinatório de intimar para apresentação no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento e ocorrendo desídia praticar a consequência independentemente de nova deliberação judicial.
Registre-se que no ato de pagamento do valor principal fica autorizado o desconto dos seguintes tributos (arts. 35 e 36, 40 e 50, V, Res 303, CNJ), se aplicável:
1. Contribuição previdenciária;
2. Imposto de renda.

Para o pagamento dos honorários fica autorizado o desconto dos seguintes tributos, se aplicável:
1. ISSQN;
2. Imposto de renda.
Para a hipótese de créditos que formaram-se em parcelas periódicas, o cálculo dos tributos deverá ser realizado mês a mês e não sobre o valor total do crédito.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7062119-17.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: JOAQUIM NETO RABELO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LISDAIANA FERREIRA LOPES, OAB nº RO9693, ELIANE JORDAO DE SOUZA, OAB nº RO9652, PRISCILA BRONDOLO DE BARROS GOMES, OAB nº RO12495
Polo Passivo: VALDECIR FERREIRA DA SILVA, DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
DESPACHO
Intime-se o Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia - DETRAN/RO, para que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias, acerca do acordo celebrado (ID 89763910) entre o requerente Joaquim Neto Rabelo e o requerido 1º requerido Valdecir Ferreira da Silva, ficando ciente que eventual silêncio implicará em anuência.
Porto Velho/RO, datado e assinado digitalmente.
Thiago Gomes de Aniceto
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
7081580-72.2022.8.22.0001
1/3 de férias, Gratificação Natalina/13º salário, Férias, Licença Prêmio
REQUERENTE: RAIMUNDO CARLOS BEZERRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LEISE PROCHNOW MOURAO, OAB nº RO8445
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Cumpra-se integralmente o Despacho de ID 88559743 dando vista dos autos à parte autora pelo prazo de 10 (dez) dias para que se manifeste sobre a documentação juntada pelo Estado de Rondônia bem como requeira o que entender de direito.
Após, retornem-me os autos conclusos para julgamento.
Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1º Juizado Especial da Fazenda Pública
Reserva de Vagas para Pessoas com Deficiência
Processo 7010591-41.2022.8.22.0001
PROCURADORES: ALEXANDRINO RODRIGUES DA COSTA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS PROCURADORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
PROCURADOR: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Promova a CPE o cumprimento das determinações contidas na decisão anterior em relação ao perito nomeado (item Determinações procedimentais).
Publique-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Thiago Gomes De Aniceto
Juiz(a) de Direito, assinado digitalmente
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7043862-07.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: P. C. P. D. A.
ADVOGADO DO AUTOR: TAINA AMORIM LIMA, OAB nº RO6932
Polo Passivo: E. D. R.
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Intime parte autora para apresentar a petição inicial e os documentos que a acompanham, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção.
Intime-se e cumpra-se.
14 de julho de 2023
Guilherme Regueira Pitta

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível Processo: 7002672-22.2023.8.22.0015
Classe: Mandado de Segurança Cível
Assunto: Revogação/Anulação de multa ambiental, Liberação de Veículo Apreendido
Requerente (s): RODRIGO ANTONIO FIALHO DE AQUINO, CPF nº 94996652268, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 5913 A 6125 - LADO ÍMPAR APONIÃ - 76824-027 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado (s): LUCIANA XAVIER FERREIRA, OAB nº AC4911
Requerido (s): S. D. E. D. D. A. -. S., AVENIDA BELO HORIZONTE 2731, - DE 3248 A 3552 - LADO PAR JARDIM CLODOALDO - 76963-662 - CACOAL - RONDÔNIA
Advogado (s):

DECISÃO
Trata-se de mandado de segurança ajuizado pela parte impetrante acima nominada e já qualificada nos autos em face do "Presidente da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM".
Pois bem. Compulsando os autos, o impetrante na própria petição inicial informa que a sede da pessoa impetrada é em Porto Velho, onde possui sua sede funcional, qual seja: Avenida Farquar, 2986, palácio Rio Madeira, Edifício Cautário, curvo 2º, 2º andar, bairro pedrinhas 361, Porto Velho- RO.
Ainda, conforme planilha disponibilizada no próprio sítio eletrônico, a sede da SEDAM/PORTO VELHO está localizada na cidade de Porto Velho - "https://www.sedam.ro.gov.br/contato/".
Desse modo,
Há que se considerar que em sede de mandado de segurança, conforme entendimento jurisprudencial e doutrinário, que a competência deve ser fixada em função da autoridade coatora. Neste sentido, confira-se os seguintes julgados:
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. COMPETÊNCIA ABSOLUTA ESTABELECIDA DE ACORDO COM A SEDE FUNCIONAL. 1. O Tribunal Regional, ao dirimir a controvérsia, consignou (fls. 286, e-STJ): "Da mesma forma, em se tratando de mandado de segurança, a competência é absoluta e fixada em razão da qualificação da autoridade apontada como coatora e de sua sede funcional. Assim, verifica-se que o Juizo a quo é absolutamente incompetente em relação ao SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO RIO DE JANEIRO, que se encontra sob a jurisdição da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, sendo correta a decisão de manter no polo passivo, em relação à contribuição prevista no art. 1° da LC n° 110/2001, apenas o GERENTE DA GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE CAMPOS DO GOYTACAZES".
2. Na hipótese dos autos, o entendimento do Tribunal de origem está em consonância com a orientação do Superior Tribunal de Justiça de que, em se tratando de Mandado de Segurança, a competência para processamento e julgamento da demanda é estabelecida de acordo com a sede funcional da autoridade apontada como coatora e a sua categoria profissional, o que evidencia a natureza absoluta e a improrrogabilidade da competência, bem como a possibilidade de seu conhecimento ex officio.
3. Agravo Interno não provido. (AgInt nos EDcl no REsp 1784286/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 18/10/2019) (grifo nosso)
PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. COMPETÊNCIA. SEDE FUNCIONAL DA AUTORIDADE APONTADA COMO COATORA. IMPRORROGABILIDADE. 1. "(...) 4. Esta conclusão recorrida se coaduna com a jurisprudência deste Sodalício, que orienta no sentido de que," em se tratando de mandado de segurança, a competência para processamento e julgamento da demanda é estabelecida de acordo com a sede funcional da autoridade apontada como coatora e a sua categoria profissional, o que evidencia a natureza absoluta e a improrrogabilidade da competência, bem como a possibilidade de seu conhecimento ex officio ". (CC 41.579/RJ, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA SEÇAO, julgado em 14/09/2005, DJ 24/10/2005 p. 156). 5. Agravo regimental parcialmente conhecido, e, nesta extensão, negado provimento à insurgência" (in STJ - AgRg no Agravo em RESp nº 253.007-MS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques). 2. Na hipótese, o writ foi impetrado contra ato praticado pelo Gerente Executivo do INSS de Ouro Preto/MG, com sede funcional em Itabirito/MG, mediante o qual negou à parte agravante o benefício previdenciário. Certo, pois, que a autoridade coatora, para os efeitos do mandado de segurança, é o agente público que pratica o ato impugnado, aquele que tem o dever funcional de responder pelo seu fiel cumprimento e o que dispõe de competência para corrigir eventual ilegalidade. 3. Agravo de Instrumento provido.

(TRF-1 - AI: 00231976220134010000, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO LUIZ DE SOUSA, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: 27/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ART. 109, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. FACULDADE DA IMPETRANTE ESCOLHER O FORO PARA PROPOSITURA DA AÇÃO MANDAMENTAL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO. I - (...). II - A competência para conhecer e processar Mandado de Segurança encontra-se expressamente delimitada na Constituição da República e é aferida a partir da categoria funcional da autoridade apontada como coatora; assim, no conflito entre Justiça Estadual e Federal, ela é absoluta quando se tratar de writ impetrado contra Autoridade Federal, ou no exercício de delegação federal. (…) VII - Agravo Interno improvido. (AgInt no CC 147.361/DF, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/10/2017, DJe 19/10/2017).

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia também já asseverou em caso semelhante:

Agravo de Instrumento em Mandado de Segurança. Local da sede funcional da autoridade impetrada. Competência absoluta. Matéria de ordem pública. Reconhecimento de ofício. Varas da Fazenda Pública de Porto Velho. Juízo de origem incompetente. A fixação do juízo competente para processar e julgar mandado de segurança é determinada conforme a categoria e a sede funcional da autoridade coatora. Compete à Vara da Fazenda Pública de Porto Velho processar e julgar mandado de segurança impetrado contra ato do presidente da Agência de Defesa Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON. Nula é a decisão emanada de juiz incompetente. (AGRAVO DE INSTRUMENTO 0803910-57.2016.822.0000, Rel. Des. Renato Martins Mimessi, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Especial, julgado em 20/03/2018).

Depreende-se dos julgados acima que a competência será fixada em razão da autoridade coatora, evidenciando tratar-se de competência de natureza absoluta, inderrogável, devendo ser declarada de ofício e em qualquer grau de jurisdição, conforme arts. 62 e §1º do art. 64 do CPC.

Nesse contexto e por essas razões, declaro este Juízo absolutamente incompetente para processar a presente demanda e, por consequência, DECLINO DA COMPETÊNCIA em favor do foro competente da Comarca de Porto Velho/RO, determinando a remessa ao Juízo competente, na forma do artigo 64, § 3º, do Código de Processo Civil.

Intime-se.

SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.

Guajará-Mirim, sexta-feira, 14 de julho de 2023.

Gleucival Zeed Estevão

Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

Processo: 0143008-83.1999.8.22.0001

Classe: Cumprimento de sentença

Assunto: Improbidade Administrativa

EXEQUENTES: Ministério Público do Estado de Rondônia, Estado de Rondônia

ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

EXECUTADOS: DEJAIR DOS SANTOS ALMEIDA, EUCATUR TAXI AEREO LTDA - ME, ABIMAEL ARAUJO DOS SANTOS, Evanildo Abreu de Melo, ASSIS GURGACZ, WAGNER WILSON MOREIRA BORGES, WALTER LEMES SOARES

ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: RENATO CESAR BANHETI PRUDENCIO, OAB nº SP351662, PAOLA NERILLO FERNANDES DA SILVA, OAB nº SP357398, SHISLEY NILCE SOARES DA COSTA CAMARGO, OAB nº RO1244, FERNANDO HENRIQUE CHELLI, OAB nº MS249623, RAFAEL MORTARI LOTFI, OAB nº SP236623, FLAVIO AUGUSTO VALERIO FERNANDES, OAB nº SP209083, CARLOS ALBERTO PACIANOTTO JUNIOR, OAB nº SP214264, CARL TESKE JUNIOR, OAB nº RO3297, JOSE CRISTIANO PINHEIRO, OAB nº RO1529, FABRICIO DE OLIVEIRA KLEBIS, OAB nº SP183854, FABIO FERREIRA MORONG, OAB nº SP164692, GILBERTO PISELO DO NASCIMENTO, OAB nº Não informado no PJE, VILMA ELISA MATOS NASCIMENTO, OAB nº MT15719

Decisão

Trata-se de cumprimento de sentença movido pelo Ministério Público do Estado de Rondônia em face de EUCATUR TÁXI AÉREO, ASSIS GURGACZ e WALTER LEMES SOARES.

OS cálculos atualizados apresentados pelo Ministério Público do Estado (id. 89872775) apontam que os executados são devedores dos seguintes valores:

1. EUCATUR TÁXI AÉREO LTDA deve, a título de MULTA CIVIL INDIVIDUAL (já acrescida de Multa de 10%, do art. 475-J, do Antigo CPC, o montante de R$ 1.442.633,72;

2. ASSIS GURGACZ deve, a título de MULTA CIVIL INDIVIDUAL (já acrescida de Multa de 10%, do art. 475-J, do Antigo CPC, o montante de R$ 1.442.633,72;

3. WALTER LEMES SOARES deve, a título de MULTA CIVIL INDIVIDUAL (já acrescida de Multa de 10%, do art. 475-J, do Antigo CPC, o montante de R$ 1.442.633,72;

4. DE FORMA SOLIDÁRIA, a título de RESSARCIMENTO AO ERÁRIO, o montante total de R$ 14.426.337,21.

Os Executados Walter Lemes Soares e Eucatur Táxi Aéreo não tem falado nos autos, mas tão somente o Executado Assis Gurgacz, o qual vem praticando atos meramente protelatórios ao cumprimento da sentença, o que ocorre em outros autos movidos também em desfavor dos executados (7045478-61.2016.8.22.0001 e 7006689.90.2016.822.0001).

Em razão de tais fatos, o Estado de Rondônia apresentou pedidos de penhoras a serem realizadas nos seguintes termos:

Em face do executado Walter Lemes Soares: a) penhora sobre quota de capital da empresa ALS – Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda, CNPJ 178295690001-67, estabelecida na Rua Doutor José Foz, 1129, Bairro Vila Nova, Apt 91, CEP 19.010-042, Presidente Prudente/SP; b) penhora sobre ações ordinárias da empresa de transporte Andorinha S.A., CNPJ 55.334.262/0001-84, estabelecida na Rua Antônio Rodrigues, 1670, Bairro Vila Formosa, CEP 16. 013-920, Presidente Prudente/SP; c) penhora sobre cotas de capital da empresa Transpar Participações Ltda, CNPJ 073467630001-38, estabelecida na Rua Dorinha de Figueiredo, 150, Bairro Vila Progresso, CEP 79.050-410, Campo Grande/MS; d) penhora sobre quota de capital da empresa Empresso Mato Grosso Ltda, CNPJ 0351213400001-80, estabelecida na Rua Costa e Silva, n. 1275, Vila Progresso, Campo Grande - MS; e) penhora sobre dois terrenos em Iguapé-SP, Lote 40 e 41, da quadra 44, escriturado no Cartório do 2º Ofício; f) penhora sobre Gleba de Terras com área de 113,72 has., denominada Fazenda São José, no município de Nova Andradina-MS, conforme matrícula n 28.059.

Em face do executado Assis Gurgcaz: a) penhora de apartamento no Edifício Torre Mirage, em Balneário Camboriú-SC; b) penhora de casa localizada na rua Hercílio Luz, n. 275, Município de Cascavel - PR, lote 01, quadra 04; c) penhora de um barracão comercial construído sobre lote 01, quadra 490, situado na avenida Assunção, n. 870; d) penhora sobre o lote rural n. 14-A-1, gleba 4, colônia São João, município de Cascavel –PR; e) penhora sobre lote de terra urbano 13, quadra 54, setor 02.01, localizado na avenida 2 de abril, área de 7.694,20m2, no município de Ji-Paraná/RO; f) lote rural 87-A, Secção B da Gleba Pyrineos, com área de 71,5331 ha, no município de Ji-Paraná/RO; g) penhora sobre quota de Capital na firma AUCATUR - Agência União Cascavel de Turismo Ltda, inscrita no CNPJ n. 77.410.249/0001-08, estabelecida na Av. Tancredo Neves, n. 2222, Centro, Cascavel – PR; h) Penhora sobre Quotas de Capital na firma ASGEL - Assis Gurgacz Empreendimentos LTDA, inscrita no CNPJ n. 04.238.704/0001-58, estabelecida na Av. Brasil, n. 11600, bairro Santa Cruz, Cascavel – PR; i) penhora sobre quota de Capital na Firma EUCATUR-EMP. UNIÃO CASCAVEL T. T. LTDA. CNPJ. 76.080.738/0001-78; i) penhora sobre quota de Capital na Firma CESP. CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE CASCAVEL-PR. CNPJ. 02.096.765/0001-00, localizada na Avenida das Torres, n. 500, bairro FAG, município de Cascavel – Paraná, CEP 85.806-095.

Em face da executada Eucatur Taxi Aéreo (CNPJ 04.777.686/001-82): Requer seja oficiada à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), para que informe sobre a existência de aeronaves em nome da referida parte executada e, em havendo, proceder às providências expropriatórias de praxe, procedendo a restrição administrativa pertinente, com posterior efetivação da penhora, avaliação e intimação.

Pois bem,

Em relação ao pedido de penhora sobre bens imóveis pertencentes aos executados, apesar de o Estado de Rondônia apresentar endereço daqueles, não apresenta provas do registro dos mesmos em nome dos executados.

Importante mencionar que apenas com o registro público no cartório competente é que o Juízo poderá determinar o lançamento de restrições sobre os bens, possibilitando a realização da penhora e expropriação em hasta pública.

Assim, para a concessão da pretensão de penhora sobre bem, necessário que o Estado apresente as documentações e o registro público dos bens em nome dos executados.

Desta forma, por ora, INDEFIRO a pretensão neste ponto.

Com relação à penhora sobre cota social de empreendimentos pertencentes aos executados, possível seu deferimento.

A penhora sobre cotas sociais é perfeitamente admissível, ainda que se trate de sociedade limitada, uma vez que o devedor deve responder à execução com todos os seus bens, nos termos do que prescreve o art. 789, do CPC.

Com efeito, nada impede a constrição de cotas sociais das empresas pertencentes aos executados, porquanto não se está atingido os bens da sociedade, mas tão somente as cotas sociais de propriedades dos sócios. A medida em estudo encontra amparo legal no artigo 835 do Código de Processo Civil, in verbis:

Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem:

...

VI - ações e quotas de sociedades empresárias.

Da análise dos autos, verifica-se que diversas foram as tentativas do exequente em localizar bens para a satisfação do crédito executado, restando evidenciada a inexistência de outros meios capazes de promover a execução.

Efetivamente, afigura-se inquestionável — notadamente a partir da vigência do Código Civil de 2002 — a possibilidade de, em execução promovida por credor particular do sócio, a constrição judicial recair sobre os lucros da sociedade, ou sobre a parte que lhe tocar em liquidação atinente a sua participação societária, após constatada a insuficiência de outros bens do devedor, senão vejamos, in verbis:

Art. 1.026. O credor particular de sócio pode, na insuficiência de outros bens do devedor, fazer recair a execução sobre o que a este couber nos lucros da sociedade, ou na parte que lhe tocar em liquidação.

Parágrafo único. Se a sociedade não estiver dissolvida, pode o credor requerer a liquidação da quota do devedor, cujo valor, apurado na forma do art. 1.031, será depositado em dinheiro, no juízo da execução, até noventa dias após aquela liquidação.

As quotas sociais, seja de uma sociedade empresarial, seja de uma sociedade simples, por serem dotadas de expressão econômica e constituírem parte integrante do patrimônio dos sócios, são passíveis de alienação e/ou oneração.

Assim, DEFIRO o pedido de penhora nas cotas sociais requerida pelo Estado de Rondônia.

Procedo à penhora das quotas sociais das empresas:

Que sejam de titularidade ou tenham como sócio o executado WALTER LEMES SOARES (CPF 27059367853):

1. ALS – Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda, CNPJ 178295690001-67, estabelecida na Rua Doutor José Foz, 1129, Bairro Vila Nova, Apt 91, CEP 19.010-042, Presidente Prudente/SP;
2. Empresa de Transporte Andorinha S.A., CNPJ 55.334.262/0001-84, estabelecida na Rua Antônio Rodrigues, 1670, Bairro Vila Formosa, CEP 16. 013-920, Presidente Prudente/SP;
3. Empresa Transpar Participações Ltda, CNPJ 073467630001-38, estabelecida na Rua Dorinha de Figueiredo, 150, Bairro Vila Progresso, CEP 79.050-410, Campo Grande/MS;
4. Empresa Empresso Mato Grosso Ltda, CNPJ 0351213400001-80, estabelecida na Rua Costa e Silva, n. 1275, Vila Progresso, Campo Grande - MS;

Que sejam de titularidade ou tenham como sócio o executado ASSIS GURGCAZ (CPF 005.858.319-04):

1. AUCATUR - Agência União Cascavel de Turismo Ltda, inscrita no CNPJ n. 77.410.249/0001-08, estabelecida na Av. Tancredo Neves, n. 2222, Centro, Cascavel – PR;
2. ASGEL - Assis Gurgacz Empreendimentos LTDA, inscrita no CNPJ n. 04.238.704/0001-58, estabelecida na Av. Brasil, n. 11600, bairro Santa Cruz, Cascavel – PR;
3. EUCATUR-EMP. UNIÃO CASCAVEL T. T. LTDA. CNPJ. 76.080.738/0001-78; localizada na Avenida Marechal Rondon, 2727 - Dois de Abril - Ji-Paraná – RO;

4. CESP. CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE CASCAVEL-PR. CNPJ. 02.096.765/0001-00, localizada na Avenida das Torres, n. 500, bairro FAG, município de Cascavel – Paraná, CEP 85.806-095.
As Empresas deverão ser intimadas sobre a penhora, nos endereços indicados pelo Estado de Rondônia.
Determino aos sócios administradores das Sociedades que procedam com a liquidação parcial ou total daquelas, no prazo de até 90 dias, por meio de profissional qualificado, para que seja apresentado em Juízo os valores da cota social pertencentes aos executados, visando pagar a dívida executada.
O não cumprimento da determinação ensejará aplicação de multa às Sociedades Empresariais intimadas, por ato atentatório a dignidade da justiça, assim como gerará a provocação do Ministério Público deste Estado para apuar possível crime de desobediência pelos sócios administradores.
Deverá a intimação da penhora e das determinações dadas pelo Juízo ocorrer pessoalmente, por meio de oficial de justiça, em cada uma das Jurisdições, determinando-se a expedição das documentações necessárias à intimação das Empresas, inclusive mediante cartas precatórias.
À CPE: oficie-se ao SPC e ao SERASA para que procedam a inclusão dos devedores, executados, no cadastro de inadimplentes.
À CPE para que oficie à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), para que informe sobre a existência de aeronaves em nome da empresa executada, Eucatur Taxi Aéreo (CNPJ 04.777.686/001-82).
Após, com o cumprimento das determinações e resposta da ANAC, intimem-se os exequentes para se manifestarem no prazo de até 15 dias.
Intimem-se. Cumpra-se.
Serve a presente decisão como mandado/ofício/carta para fiel cumprimento.
Porto Velho/RO, 14 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz de Direito
1ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho/RO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 0017593-36.2012.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Antecipação de Tutela / Tutela Específica, Obrigação de Fazer / Não Fazer
EXEQUENTE: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: PORTO FARMA LTDA - ME
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Em análise dos autos, verifico que houve expedição de ofício à 6ª Vara Cível de Porto Velho requerendo penhora no rosto dos autos n. 7027860-30.2021.8.22.0001, até o valor de 12.072,90 (Id 66171142), em desfavor de Porto Farma Ltda -ME, CNPJ 04.323.249/0001-99. No momento da aludida determinação, o crédito havia sido corrigido para se efetuar a penhora (Id 65072036).
Foi juntado aos autos o comprovante de transferência dos valores para conta deste juízo, referente aos valores penhorados no processo n. 7027860-30.2021.8.22.0001 - (Id. 88427731).
Dessa forma, não há que se falar em nova atualização, uma vez que esses valores depositados em contas vinculadas são regularmente atualizados diariamente e já se encontram fora da esfera de disponibilidade do executado, não cabendo a este arcar com ônus posteriores.
Assim, quanto ao pedido Id 91804589, DEFIRO a transferência dos valores depositados em juízo (Id 88427731) para a conta indicada (Id 91804589).
Comprovada a transferência dos valores, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05 dias.
Nada mais sendo requerido, façam-me conclusos para extinção.
Intimem-se. Cumpra-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 14 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7002670-52.2023.8.22.0015 Classe Mandado de Segurança Cível Assunto Revogação/Anulação de multa ambiental, Liberação de Veículo Apreendido, Liberação de Veículo Apreendido Requerente EDIMAR GONCALVES FIALHO DE AQUINO, CPF nº 75547988200, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 5913 A 6125 - LADO ÍMPAR APONIÃ - 76824-027 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) LUCIANA XAVIER FERREIRA, OAB nº AC4911 Requerido(a) S. D. E. D. D. A. -. S., AVENIDA BELO HORIZONTE 2731, - DE 3248 A 3552 - LADO PAR JARDIM CLODOALDO - 76963-662 - CACOAL - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

—

DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança ajuizado pela parte impetrante acima nominada e já qualificada nos autos em face do "Presidente da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM".

Pois bem. Compulsando os autos, o impetrante na própria petição inicial informa que a sede da pessoa impetrada é em Porto Velho, onde possui sua sede funcional, qual seja: Avenida Farquar, 2986, palácio Rio Madeira, Edifício Cautário, curvo 2º, 2º andar, bairro pedrinhas 361, Porto Velho- RO.

Ainda, conforme planilha disponibilizada no próprio sítio eletrônico, a sede da SEDAM/PORTO VELHO está localizada na cidade de Porto Velho - "https://www.sedam.ro.gov.br/contato/".

Desse modo, há que se considerar que em sede de mandado de segurança, conforme entendimento jurisprudencial e doutrinário, que a competência deve ser fixada em função da autoridade coatora. Neste sentido, confira-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. COMPETÊNCIA ABSOLUTA ESTABELECIDA DE ACORDO COM A SEDE FUNCIONAL. 1. O Tribunal Regional, ao dirimir a controvérsia, consignou (fls. 286, e-STJ): "Da mesma forma, em se tratando de mandado de segurança, a competência é absoluta e fixada em razão da qualificação da autoridade apontada como coatora e de sua sede funcional. Assim, verifica-se que o Juizo a quo é absolutamente incompetente em relação ao SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO RIO DE JANEIRO, que se encontra sob a jurisdição da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, sendo correta a decisão de manter no polo passivo, em relação à contribuição prevista no art. 1° da LC n° 110/2001, apenas o GERENTE DA GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE CAMPOS DO GOYTACAZES".

2. Na hipótese dos autos, o entendimento do Tribunal de origem está em consonância com a orientação do Superior Tribunal de Justiça de que, em se tratando de Mandado de Segurança, a competência para processamento e julgamento da demanda é estabelecida de acordo com a sede funcional da autoridade apontada como coatora e a sua categoria profissional, o que evidencia a natureza absoluta e a improrrogabilidade da competência, bem como a possibilidade de seu conhecimento ex officio.

3. Agravo Interno não provido. (AgInt nos EDcl no REsp 1784286/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 18/10/2019) (grifo nosso)

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. COMPETÊNCIA. SEDE FUNCIONAL DA AUTORIDADE APONTADA COMO COATORA. IMPRORROGABILIDADE. 1. "(...) 4. Esta conclusão recorrida se coaduna com a jurisprudência deste Sodalício, que orienta no sentido de que," em se tratando de mandado de segurança, a competência para processamento e julgamento da demanda é estabelecida de acordo com a sede funcional da autoridade apontada como coatora e a sua categoria profissional, o que evidencia a natureza absoluta e a improrrogabilidade da competência, bem como a possibilidade de seu conhecimento ex officio ". (CC 41.579/RJ, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA SEÇAO, julgado em 14/09/2005, DJ 24/10/2005 p. 156). 5. Agravo regimental parcialmente conhecido, e, nesta extensão, negado provimento à insurgência" (in STJ - AgRg no Agravo em RESp nº 253.007-MS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques). 2. Na hipótese, o writ foi impetrado contra ato praticado pelo Gerente Executivo do INSS de Ouro Preto/MG, com sede funcional em Itabirito/MG, mediante o qual negou à parte agravante o benefício previdenciário. Certo, pois, que a autoridade coatora, para os efeitos do mandado de segurança, é o agente público que pratica o ato impugnado, aquele que tem o dever funcional de responder pelo seu fiel cumprimento e o que dispõe de competência para corrigir eventual ilegalidade. 3. Agravo de Instrumento provido.

(TRF-1 - AI: 00231976220134010000, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO LUIZ DE SOUSA, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: 27/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ART. 109, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. FACULDADE DA IMPETRANTE ESCOLHER O FORO PARA PROPOSITURA DA AÇÃO MANDAMENTAL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO. I - (...). II - A competência para conhecer e processar Mandado de Segurança encontra-se expressamente delimitada na Constituição da República e é aferida a partir da categoria funcional da autoridade apontada como coatora; assim, no conflito entre Justiça Estadual e Federal, ela é absoluta quando se tratar de writ impetrado contra Autoridade Federal, ou no exercício de delegação federal. (…) VII - Agravo Interno improvido. (AgInt no CC 147.361/DF, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/10/2017, DJe 19/10/2017).

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia também já asseverou em caso semelhante:

Agravo de Instrumento em Mandado de Segurança. Local da sede funcional da autoridade impetrada. Competência absoluta. Matéria de ordem pública. Reconhecimento de ofício. Varas da Fazenda Pública de Porto Velho. Juízo de origem incompetente. A fixação do juízo competente para processar e julgar mandado de segurança é determinada conforme a categoria e a sede funcional da autoridade coatora. Compete à Vara da Fazenda Pública de Porto Velho processar e julgar mandado de segurança impetrado contra ato do presidente da Agência de Defesa Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON. Nula é a decisão emanada de juiz incompetente. (AGRAVO DE INSTRUMENTO 0803910-57.2016.822.0000, Rel. Des. Renato Martins Mimessi, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Especial, julgado em 20/03/2018).

Depreende-se dos julgados acima que a competência será fixada em razão da autoridade coatora, evidenciando tratar-se de competência de natureza absoluta, inderrogável, devendo ser declarada de ofício e em qualquer grau de jurisdição, conforme arts. 62 e §1º do art. 64 do CPC.

Nesse contexto e por essas razões, declaro este Juízo absolutamente incompetente para processar a presente demanda e, por consequência, DECLINO DA COMPETÊNCIA em favor do foro competente da Comarca de Porto Velho/RO, determinando a remessa ao Juízo competente, na forma do artigo 64, § 3º, do Código de Processo Civil.

Intime-se.

SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.

Guajará Mirim/RO, 14 de julho de 2023

Gleucival Zeed Estevão

Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
1ª Vara de Fazenda Pública Av. Pinheiro Machado, n. 777, bairro Olaria, Porto Velho/RO. FONE: 69-3309-7059; E-MAIL: pvh1fazgab@tjro.jus.br 7005816-46.2023.8.22.0001 - Mandado de Segurança Cível
POLO ATIVO
IMPETRANTE: ELIZABETH CRISTINA OLIVEIRA DE LIMA, RUA JARDINS 1640 BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO IMPETRANTE: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO, OAB nº RO3300
POLO PASSIVO
IMPETRADOS: Estado de Rondônia, E. S. S. E. D. G. D. P. D. E. D. R. -. S. S. S. L. R. D. S., AVENIDA FARQUAR 2986, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS IMPETRADOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
ELIZABETH CRISTINA OLIVIERA DE LIMA interpôs embargos de declaração contra sentença de id. n. 91271407, sob a alegação de omissão (id. 91695258).
Contrarrazões aos embargos pugnando pela manutenção da sentença (id. n. 92518791).
Vieram-me os autos conclusos.
É o breve relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022 do Código de Processo Civil.
O prazo para interpor embargos de declaração consoante teor do artigo 1.023 do CPC é de cinco dias a contar da intimação da decisão impugnada, verbis:
Art. 1.023. Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo.
Os embargos são tempestivos, razão pela qual os recebo e passo a analisá-lo.
Pois bem.
Sustenta a parte Embargante a ocorrência, no cerne, de erro in judicando.
Entretanto, analisando a sentença combatida, não assiste razão à parte Embargante, pois, em verdade, pretende rediscutir matéria já apreciada, visando a reconsideração da sentença.
Certo é que os embargos de declaração, cujos pressupostos estão relacionados no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, visam eliminar contradição, obscuridade, suprir omissão ou corrigir erro material a respeito de questão jurídica que de especial relevância para o desate da lide.
Os embargos declaratórios são, portanto, apelos de integração, não se prestando como instrumento adequado quando a parte pretende a reforma de sentença. O julgador pode apenas aclarar a decisão anterior, não proferir outra em seu lugar, cuja atribuição cabe ao Tribunal correspondente.
Ora, o mero inconformismo do vencido com a decisão, não desafia a interposição de embargos de declaração como sucedâneo do recurso cabível. Nesse sentido, a prestigiada jurisprudência do Egrégio STJ:
"EMENTA. Não pode ser conhecido recurso que, sob o rótulo de embargos declaratórios, pretende substituir a decisão recorrida por outra. Os embargos declaratórios são apelos de integração – não de substituição". (ED no REsp 30.938-8, 23.3.94, 1ª Turma STJ, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, in DJU 2.5.94, p. 9968).
E ainda, nesse caminho são os precedentes do TJRO:
Embargos de declaração. Agravo de instrumento. Inexistência de omissão. Rediscussão da matéria. Prequestionamento. Descabimento. Embargos rejeitados.
Inexistindo qualquer omissão, obscuridade ou contradição no julgado, mostra-se inviável a oposição de embargos de declaração, mormente se houver intenção do embargante em rediscutir matéria já apreciada.
O provimento do recurso para fins de prequestionamento condiciona-se à existência efetiva dos defeitos previstos na legislação processual.
AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0801097-57.2016.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 18/10/2017
Processual civil. Embargos de declaração. Inexistência de omissão. Erro material corrigido.
Os embargos de declaração são cabíveis quando houver na decisão embargada erro material, omissão, obscuridade ou contradição, conforme art. 1.022 do CPC/15, não se prestando à rediscussão do mérito.
Havendo erro material, retifica-se por meio dos Embargos de Declaração.
Embargos de Declaração, Processo nº 0004960-44.2013.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 18/10/2017
Posto isso, rejeito os embargos de declaração, por não encontrar nenhum vício na sentença objurgada.
Publique-se e se intimem.
Porto Velho , 14 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
juiz(a) de direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
1ª Vara de Fazenda Pública Av. Pinheiro Machado, n. 777, bairro Olaria, Porto Velho/RO. FONE: 69-3309-7059; E-MAIL: pvh1fazgab@tjro.jus.br
7017333-48.2023.8.22.0001 Procedimento Comum Cível
POLO ATIVO
AUTOR: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
POLO PASSIVO

REU: CARLOS MACEDO DIAS
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos, etc.
Trata-se de Ação de Reparação de Danos movido pelo Estado de Rondônia em face de Carlos Macedo Dias.
Noticia que o demandado logrou-se vencedor do Prêmio proveniente do Edital nº 77/2020/SEJUCEL-CODEC - 1ª EDIÇÃO MARY CYANNE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO À CULTURA E À PRODUÇÃO ARTÍSTICO-CULTURAL PARA TRANSMISSÕES AO VIVO/GRAVADAS, promovido pela Superintendência da Juventude, Esporte, Cultura e Lazer - SEJUCEL tendo seu projeto intitulado "Memórias e Imagens" sido selecionada pela Comissão de seleção e avaliação do Edital.
Relata que seu projeto propunha transmitir pela internet via YouTube 3 (três) lives, as 2 (duas) primeiras com veiculação de apresentações gravadas, com média de 20 (vinte) minutos, e em seguida, um bate papo via chat, a terceira e última live ao vivo e contaria com a presença de um artista convidado, apresentou orçamento geral totalizando R$ 15.000,00 (quinze mil reais).
Afirma que se comprometeu a fornecer, posteriormente à execução do projeto "Memórias e Imagens", o relatório detalhado de cumprimento do objeto do edital, com fins de prestação de contas.
Ocorre que, não foram encontrados comprovantes de envio de relatório detalhado da execução da proposta; comprovantes de despesas inexistem nos autos, não constam nos autos administrativos nem foi enviado à SEJUCEL o Relatório detalhado da execução da proposta no prazo estipulado, não foram encontrados memorial fotográfico e os comprovantes de pagamentos e Relatório Detalhado das ações previstas no Plano de Trabalho não foram enviadas, conforme Relatório de Fiscalização.
Defende que a inércia da Requerida em realizar a contraprestação à Administração resultou na aplicação das penalidades previstas no edital, supracitado, de forma que o demandado foi notificado a devolver o recurso disponibilizado em sua totalidade, no montante de R$15.000,00, o que até a presente data não ocorreu, justificando a interposição da presente ação visando o ressarcimento de tais valores.
Com a inicial vieram as documentações.
O demandado foi regularmente citado (Id.. 90886550), contudo, deixou de apresentar sua defesa nos autos.
Sem mais.
É o relatório. Decido.
Cinge a lide ao pedido de ressarcimento de valores entregues ao demandado visando à execução de projeto cultural aprovado pelo Estado, o qual deveria ter prestado contas para comprovar da execução do projeto, mas que, mesmo após notificado, o requerido deixou de fazer, não tendo demonstrado a execução do projeto e a destinação regular dos valores que lhe foram entregues.
Por força de lei e em atenção aos princípios que regem a Administração Pública, os recursos, bens e valores pertencentes aos cofres públicos, devem ser bem geridos e administrados com o devido zelo, não sendo razoável que a parte beneficiada não obedeça aos princípios da Administração Pública e às cláusulas do pacto firmado com o Estado.
Ao participar do certame, o demandado se submete às regras estabelecidas pelo edital que rege o processo, tendo, inclusive, assinado termo de compromisso (Id 88596509 - Pág. 112), devendo cumprí-las, sob pena de aplicação das penas estabelecidas naquele.
O demandado deixou de cumprir com os requisitos do edital, não enviando dentro do prazo estabelecido (cláusula 11.6), mesmo após notificações da Administração, a regular Prestação de Contas estabelecida em Edital, culminando nas penalidades previstas nas cláusulas editalícias 25.1, conforme texto Edital nº 77/2020/SEJUCEL-CODEC - 1ª EDIÇÃO MARY CYANNE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO À CULTURA E À PRODUÇÃO ARTÍSTICO-CULTURAL PARA TRANSMISSÕES AO VIVO/GRAVADAS, que assim prevê (Id.88596509 - Pág. 21 e ss.), in verbis:
"…
11.6. Da prestação de contas:
11.6.1. Após o prazo estipulado para a execução do projeto no item 11.5.1, a prestação de contas deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a execução, e seguirá as exigências legais e sua não apresentação ou não aprovação estará sujeita às sanções definidas pela Administração Pública.
PARÁGRAFO ÚNICO: Os prazos previstos neste edital são improrrogáveis.
…
20.2. É obrigação do proponente: 20.2.1. Cumprir com as medidas sanitárias e administravas determinadas para contenção da COVID-19, em especial àquelas constantes no Decreto 24.919 de 05 de Abril de 2020 e nas outras normas expedidas pelo Governo do Estado de Rondônia.
20.2.2. Enviar à SEJUCEL, após a apresentação da proposta ao público, por plataforma virtual e/ou streaming ou presencial, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a gravação da proposta apresentada, bem como disponibilizar um link ou quaisquer outros meios de acesso que possibilite sua localização nas plataformas digitais e/ou streaming, em prol da execução da fiscalização online.
20.2.3. Em cada proposta apresentada, é OBRIGATÓRIO o proponente fazer referência às orientações narradas no subitem 1.2 deste Edital.
20.2.4. Quanto às apresentações AO VIVO, estas deverão ficar GRAVADAS na plataforma digital e/ou streaming utilizada pelo proponente (ex: Facebook, Youtube, Instagram, entre outras), pelo período mínimo de 12 (doze) meses, além de ser disponibilizado a SEJUCEL o link direto da apresentação.…
22. DA APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
22.1. O relatório final deverá demonstrar a efetiva execução do projeto, a saber: Conjunto de ações a serem realizadas, e quadro demonstrativo financeiro, conforme itens indicados no relatório detalhado apresentado na fase de seleção.
22.2. É imprescindível elencar as fases, a forma de execução, alterações de escopo ou de cronograma, alcance junto ao público alvo de forma a detalhar sua execução. O relatório de execução das atividades relacionadas ao projeto é de suma importância para avaliação do apoio concedido.
22.3. Após o prazo estipulado para a execução do projeto no item 11 - DOS PRAZOS, a prestação de contas deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias após a execução, e seguirá as exigências legais e sua não apresentação ou não aprovação estará sujeita às sanções definidas pela Administração Pública.
22.4. O relatório final deve ser acompanhado de documentação comprobatória de realização das etapas previstas por este EDITAL (física e financeira), de modo que inclua:

a) Cronograma com datas das atividades;
b) Matérias jornalíticas e publicitárias;
c) Registros dos resultados;
d) Incluir o material de divulgação com inserção da logomarca da SEJUCEL nas peças promocionais, conforme o Manual de Identidade Visual da SEJUCEL;
e) Menção ao apoio recebido em entrevistas e outros meios de comunicação disponíveis ao beneficiado, em observância ao art. 43 do Manual de Orientação; assim como está disposto na Lei nº 2.747/2012 (Fundo Estadual de Desenvolvimento da Cultura – FEDEC) que dispõe:
Art. 14 Em todos os projetos financiados pelo Fundo Estadual de Desenvolvimento da Cultura - FEDEC/RO deverá constar a divulgação do apoio institucional do "Governo do Estado de Rondônia/Secretaria dos Esportes, da Cultura e do Lazer - SECEL/Fundo Estadual de Desenvolvimento da Cultura - FEDEC/RO", com suas respectivas logomarcas, na forma que determinar o regulamento.
2.5. O relatório final deverá ser enviado para SEJUCEL, EXCLUSIVAMENTE pela forma descrita no subitem abaixo.
22.6. ENVIO DIGITAL - O relatório final de comprovação de execução deverá ser encaminhado, de forma digital e em um ÚNICO arquivo, em formato PDF, para o endereço eletrônico: Sistema de Apresentação de Propostas Culturais - SAP Cultural hp://sapcultural.sistemas.ro.gov.br/, contendo no assunto: 1ª EDIÇÃO MARY CYANNE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FOMENTO À CULTURA E À PRODUÇÃO ARTÍSTICOCULTURAL PARA TRANSMISSÕES AO VIVO/GRAVADAS, nome do contemplado (a), nome do eixo, linha de apoio, assim como, o nome do projeto.
PARÁGRAFO ÚNICO: Dos proponentes das iniciavas remuneradas através de chamadas públicas, que não estejam vinculadas às modalidades de editais de prêmios e/ou bolsistas, será exigida apresentação de notas fiscais ou recibos para comporem o relatório detalhado de execução (ANEXO IX).
Percebe-se que o edital prevê como obrigação do demandado a comprovação da execução das atividades executadas, assim como da prestação de contas em razão da entrega de valores por parte da Administração Pública.
O não cumprimento das regras estabelecidas possibilita a aplicação das penalidades previstas em edital, que assim prescreve, in verbis:
"…
25. DAS PENALIDADES
25.1. O não cumprimento das exigências deste EDITAL ou de qualquer uma das cláusulas do Termo de Compromisso, implicará na inabilitação do premiado para firmar novos compromissos com a SEJUCEL, além de ficar o mesmo obrigado a devolver a importância recebida, com juros de mercado e correções legais, não obstante às penas e sanções legais cabíveis, além de ficar impossibilitado, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, de contratar ou licitar com o Governo do Estado, assegurado o contraditório e a ampla defesa previsto no art. 5°, inciso LV, da Constituição Federal de 1988.
25.2. Deve o proponente atentar-se ao disposto nos §§1º e 2º do art. 10 da Lei nº 2.747/2012:
§ 1º. O proponente beneficiado que não comprovar a aplicação dos recursos nos objetivos e nos prazos estipulados, e o cumprimento do retorno de interesse público previsto como contrapartida, sofrerá as sanções penais e administravas prevista em lei e será registrado como devedor em Cadastro Informativo, ficando excluído de qualquer projeto apoiado por este e por outros mecanismos estaduais de financiamento à cultura.
§ 2º. No caso de ocorrer à quitação da pendência com a correspondente retirada do registro no Cadastro Informativo, o proponente será reabilitado.
25.3. Na ocorrência dos casos descritos acima, o proponente obriga-se a devolver os recursos recebidos, atualizados de acordo com a legislação vigente.
25.4. O inadimplemento, inexecução e/ou infração total ou parcial deste regulamento ou do TERMO DE COMPROMISSO sujeitará o PROPONENTE, sem prejuízo de eventual indenização por perdas e danos e das demais sanções cabíveis, e observando-se o direito de defesa prévia, a imediata restituição da integralidade do aporte efetuado pela SEJUCEL, devidamente corrigido pelo IPCA-E, acrescido de multa e juros de 0,5% ao mês até o efetivo pagamento.
A inércia da Requerida em realizar a contraprestação à Administração resultou na aplicação das penalidades previstas no edital supracitado, de forma que o demandado foi notificado a devolver o recurso disponibilizado em sua totalidade, no montante de R$15.000,00 no prazo de 15 dias úteis, conforme Notificação n.º 114/2021/SEJUCEL-CODEC (Id. 88596509 - Pág. 168), sendo que anteriormente já teriam sido realizados outras duas notificações ao demandado dando prazo para que fossem prestadas contas da execução do projeto, o que não ocorreu.
Cumpre mencionar que apesar de regularmente citado, o demandado deixou de apresentar defesa e documentos que possibilitasse afastar as alegações do autor, atraindo os efeitos da revelia, notadamente a presunção relativa dos fatos descritos pela parte autora (art. 344 do CPC).
No caso em tela, os documentos que instruem a inicial evidenciam os fatos nela narrados, sendo certo que o requerido não cumprir os seus deveres junto à Administração e, portanto, deve arcar com as consequências previstas no edital.
Caberia à requerida a prova de fato extintiva, modificativa ou impeditiva ao direito da requerente, nos termos do art.373, II do CPC.
Resta incontroverso que o demandado se submeteu às regras do edital no qual foi premiado, tendo, inclusive, firmado termo de compromisso sobre suas obrigações após execução do projeto, o que não ocorreu, possibilitando ao Estado reaver os valores disponibilizados para execução do projeto.
Ante o exposto, condenando o requerido JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para condenar a parte requerida a devolver aos cofres públicos o valor de R$ 15.000,00, sobre o qual deverá ser aplicada correção monetária, se utilizando dos índices legais, desde a data da efetiva transferência dos valores em seu favor, e juros moratórios desde a data da citação válida.
Resolve-se o mérito nos termos do art. 487, inc. I, do CPC.
Custas de lei pelo vencido. Condena-se a demandada ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor a ser ressarcido, após atualização, nos termos do art. 85, §3º, I, do CPC.
Sentença não sujeita à remessa necessária. Oportunamente, intime-se a parte autora a dar prosseguimento ao feito. Em caso de omissão, arquivem-se.
Vindo recurso voluntário, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões e remetam-se ao e. TJRO, com nossas homenagens.
Publique-se e registre-se eletronicamente. Cumpra-se.

SERVE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Porto Velho , 14 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz de Direito Substituto
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1329
e-mail: varasfazendacpe@tjro.jus.br
Processo : 7050313-87.2019.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: IMAGEM SINALIZACAO VIARIA LTDA - ME
Advogado do(a) AUTOR: ZOIL BATISTA DE MAGALHAES NETO - RO1619
REU: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
Intimação AUTOR - RETORNO DO TJ
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu Advogado/Procurador, para ciência e manifestação acerca do retorno dos autos do Tribunal de Justiça.
Prazo: 5 dias .
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7004068-18.2019.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Adicional de Insalubridade, Base de Cálculo
EXEQUENTE: MARIA AUXILIADORA LOPES GUEDES
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: SINTIA MARIA FONTENELE, OAB nº RO3356A, AMANDA MELO VALVERDE DOS SANTOS, OAB nº RO9777
EXECUTADO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Despacho
Defiro pedido de ID 92357420. À CPE para que promova as devidas retificações no sistema SAPRE, conforme ao solicitado em ID 92357420. Prazo: 05 (cinco) dias.
Expeça-se o necessário. Cumpra-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO 1ª Vara de Fazenda Pública Av. Pinheiro Machado, n. 777, bairro Olaria, Porto Velho/RO. FONE:69-3309-7059; E-MAIL: pvh1fazgab@tjro.jus.br 7044009-33.2023.8.22.0001 - Procedimento Comum Cível
POLO ATIVO
AUTOR: MARILEIDE MOREIRA DA SILVA, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 606 CENTRO - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
POLO PASSIVO
REU: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Decisão
MARILEIDE MOREIRA DA SILVA promove ação de obrigação de fazer com pedido de tutela de urgência em face do ESTADO DE RONDÔNIA objetivando a antecipação dos efeitos da tutela no sentido de obter procedimento cirúrgico nominado como Artroplastia total de conservação do quadril, devido ao diagnóstico de coxartrose não especificada e osteonecrose não especificada (CID M169 e M879) .
Discorre que foi diagnosticado com coxartrose não especificada e osteonecrose não especificada (CID M169 e M879) , nos termos do laudo médico, que também solicitou urgência no procedimento cirúrgico Artroplastia total de conservação do quadril.
Relata que a urgência decorre da perda óssea progressiva que pode dificultar ou mesmo inviabilizar à reconstrução cirúrgica.
Com a inicial vieram as documentações.
É o necessário. Decido.
O art. 300 do CPC estabelece dois requisitos, cumulativos, para obtenção dos efeitos da tutela provisória de urgência, que são a demonstração da probabilidade do direito alegado e o perigo do dano decorrente da demora.

O Art. 196 da Constituição Federal de 1988 aduz que o direito à saúde é um dever do Estado e direito de todos, portanto o direito fundamental do Requerente está sendo violado, vide art. 196, CF:
Art. 196, A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
A falta de encaminhamento ao atendimento desse direito, autoriza a intervenção judicial para correção dessa falha.
No julgado abaixo o STF deixa clara essa ideia:
(...) 1. O direito a saúde é prerrogativa constitucional indisponível, garantido mediante a implementação de políticas públicas, impondo ao Estado a obrigação de criar condições objetivas que possibilitem o efetivo acesso a tal serviço. 2. É possível ao Poder Judiciário determinar a implementação pelo Estado, quando inadimplente, de políticas públicas constitucionalmente previstas, sem que haja ingerência em questão que envolve o poder discricionário do Poder Executivo. Precedentes. 3. Agravo regimental improvido' (AI n. 734.487-AgR, Relatora a Ministra Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe 20.8.2010).
Ainda, importante destacar que a prestação de assistência à saúde, imposta pela Constituição Federal, é uma obrigação do Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação (AgRg no RE 259.508-0-RS, 2ª Turma, STF, RT 788/194).
Assim, tanto cabe ao Estado como ao Município ou à União, indistintamente, atender a necessidade de saúde das pessoas.
Nesse sentido é o precedente do STF:
(...) 1. É firme o entendimento deste Tribunal de que o Poder Judiciário pode, sem que fique configurada violação ao princípio da separação dos Poderes, determinar a implementação de políticas públicas nas questões relativas ao direito constitucional à saúde. 2. (...) constitui obrigação solidária dos entes federativos o dever de fornecimento gratuito de tratamentos e de medicamentos necessários à saúde de pessoas hipossuficientes. (...) (ARE 1049831 AgR, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 27/10/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-253 DIVULG 07-11-2017 PUBLIC 08-11-2017)
Para deferimento de aquisição de medicamentos, exames e/ou cirurgia a ser(em) custeado(s) pelo sistema SUS, necessário se faz que a indicação do médico da rede pública de saúde demonstre e descreva a urgência para realização do procedimento, pois apenas assim poderia ser colocada em início da fila para realização do procedimento cirúrgico.
Inclusive, tal requisito vem sendo reconhecido pelo e. TJRO como essencial para permitir o deferimento da realização de procedimento cirúrgico via decisão judicial, senão vejamos, in verbis:
Apelação. Direito à saúde. Cerceamento de defesa. Inexistência. Cirurgia bariátrica. Realização de cirurgia eletiva. Urgência não demonstrada. Fila de espera. 1. Inexiste cerceamento de defesa quando a parte intimada a produzir provas se mantém inerte deixando precluir o prazo oferecido para tanto. 2. Não se comprovando urgência para a realização de procedimento cirúrgico, para que não ocorra afronta à isonomia, se faz indispensável aguardar a ordem cronológica de atendimento do SUS. 3. Apelo não provido. (TJ-RO - AC: 70027918620188220005 RO 7002791-86.2018.822.0005, Data de Julgamento: 20/05/2019)
In casu, embora a parte Requerente tenha juntado laudo documento produzido por Médico da rede pública no qual solicita o procedimento em caráter de urgência, não há nos autos documentos que comprovem a negativa por parte do Estado de Rondônia em prestar os serviços médicos.
Os documentos médicos juntados com inicial revelam que a parte autora fez "Solicitação de Cirurgia Urgente" (id. 93314757), no entanto, ao que parece, ainda não sobreveio resposta por parte do Estado de Rondônia sobre o dia em que o procedimento médico será realizado.
Cediço que, além da Autora, outros pacientes também aguardam a realização de procedimento médico, os quais se encontram numa fila popularmente conhecida como "fila do SUS". Assim, eventual concessão de liminar sem manifestação do Estado de Rondônia pode implicar em ruptura, sem justificativa, da fila, o que causará prejuízo aos demais pacientes, que podem ou não se encontrar em condições semelhantes ou piores a da parte requerente.
Dessa forma, longe de negar o direito pleiteado judicialmente, mas com vistas a adotar as cautelas necessárias, por ora, postergo a análise da liminar quanto ao pedido de cirurgia, para ser deliberada após manifestação do Estado demandado.
Dispositivo
Ante o exposto, DETERMINO ao Estado de Rondônia que no prazo de 48 (quarenta e oito) horas faça: (a) regulação completa da paciente de acordo com a prioridade que a doença exige; (b) relacione quais providências administrativas serão adotadas para o caso clínico da Autora; (c) eventual posição da paciente na fila e, (d) outras informações que entender pertinentes.
Intime-se pessoalmente o Secretário de Estado da Saúde, por meio de oficial(a) de Justiça Plantonista, para dar cumprimento imediato à decisão.
O descumprimento da presente decisão ensejará multa, assim como apuração de eventual responsabilidade na esfera criminal.
À CPE para citar o Estado de Rondônia via sistema.
Apresentada a contestação, manifeste-se o Autor, prazo de 30 dias.
Tendo em vista que o pedido de produção de provas das partes deve ocorrerem com a inicial (art. 319, VI, CPC), em contestação (art. 336, CPC) ou em réplica (arts. 350 e 351, do CPC), após réplica venham conclusos para análise da necessidade de novas provas requeridas ou julgamento antecipado da lide nos termos do art. 355, do CPC.
Cite-se. Intime-se. Expeça-se o necessário.
Serve esta decisão como MANDADO para que o(a) oficial(a) de justiça: a) intime o Excelentíssimo Secretário Estadual de Saúde .
Porto Velho , 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz de Direito Substituto
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7036587-41.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Consulta

AUTOR: CLAUDIOMAR FIGUEROA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: SALETE VELOSO FIGUEROA, Estado de Rondônia
ADVOGADO DOS REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Despacho
Intime-se pessoalmente a parte autora para ciência e manifestação acerca do petitório contido em ID 92222248 e 92222249. Prazo: 05 (cinco) dias.
Intime-se. Cumpra-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
1ª Vara de Fazenda Pública Av. Pinheiro Machado, n. 777, bairro Olaria, Porto Velho/RO. FONE: 69-3309-7059; E-MAIL: pvh1fazgab@tjro.jus.br 7038883-02.2023.8.22.0001
AUTOR: LUCIA HELENA TEIXEIRA, ED. CANÁRIO DO REINO 3466, AVENIDA SÃO PAULO 3057 ZONA RURAL - 76868-970 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA - ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: Estado de Rondônia - ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Despacho
Intimem-se as partes para informarem nos autos os meios de provas que pretendem produzir, fundamentando e justificando os pedidos, sob pena de indeferimento.
Prazo: 05 (cinco) dias, observando o disposto no Art. 183 do CPC.
Após, retornem os autos conclusos para análise.
SERVE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Porto Velho , 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 0021254-62.2008.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
EXEQUENTES: HERKES MOSIAS DA SILVA ALMEIDA, IRACELMA COSTA DA SILVA ALMEIDA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: MARIA DA CONCEICAO SOUZA VERA, OAB nº RO573A, CRISTIANE PATRICIA HURTADO MADUENO, OAB nº RO1013
EXECUTADO: M. D. I. D. O.
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE
DESPACHO
Reconsidero a decisão ID 90132272 e defiro o pedido de ID 91665843.
Ficam os autos suspensos pelo prazo de 01 (um) ano, em consonância com o que também foi determinado nos autos do processo de curatela. Decorrido o prazo da suspensão, intime-se a parte autora para regular prosseguimento do feito. Prazo de 05 (cinco) dias.
Intime-se. Cumpra-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7042853-10.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Interesse Particular
REQUERENTE: MIRLA KAROLINE SILVA ALMEIDA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: VANESSA CESARIO SOUSA, OAB nº RO8058A, ARMANDO DIAS SIMOES NETO, OAB nº RO8288
REQUERIDO: P. G. D. E. D. R. -. P.
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Diante da incompetência do Juizado Especial de Fazenda processar o presente mandamus (art. 2º, §1º, I, Lei 12.153/09) , o processo foi redistribuído a uma das Varas de Fazenda Pública.
Contudo, a parte se manifestou Id. 93257697 requerendo o arquivamento do processo.
Diante disso, esclareça a autora se mantém o interesse no arquivamento, no prazo de 05 dias.
Intime-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7034716-49.2017.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Honorários Advocatícios, Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão
EXEQUENTE: JANETE MIRANDA DE QUEIROZ
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FAUSTO SCHUMAHER ALE, OAB nº SP273516
EXECUTADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUA DO OESTE, WGS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E ESCOLAR LTDA - ME, VIACAO BOLA BRANCA LTDA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: SILVANIA KLOCH, OAB nº RO4043, ALINE ARAUJO, OAB nº RO2259A, DEBORAH DE OLIVEIRA UEMURA, OAB nº SP109010, HUDSON DELGADO CAMURCA LIMA, OAB nº RO6792, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE
Despacho
Defiro pedido de ID 92644923.
Ficam os autos suspensos pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, decorrido o prazo da suspensão, intime-se a parte autora para regular prosseguimento do feito. Prazo de 05 (cinco) dias.
Intime-se. Cumpra-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Número do processo: 7044352-29.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: JOANA D ARC COSTA DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
O valor da causa é inferior a 60 salários mínimos. Não ocorre qualquer das hipóteses do art. 2º § 1º da Lei 12.153/2009. A autora pode ser parte no juizado especial fazendário. Portanto, trata-se de feito de competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública. Por isso, encaminhe os autos ao referido Juízo, com nossas homenagens, com urgência ante pedido liminar. segunda-feira, 17 de julho de 2023
Guilherme Regueira Pitta
Lei Federal 12.153/2009.
Art. 2o É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.
§ 1o Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública: I – as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos; II – as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas; III – as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.
(...) § 4o No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.
(...) Art. 5o Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública: I – como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; II – como réus, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas. (destaquei
COJE.

Art. 99. Compete ao Juizado Especial de Pequenas Causas exercer as atribuições decorrentes da Legislação Federal e Estadual pertinentes. (Vide Resolução n. 001/06-PR, Resolução n. 014/03-PR, Resolução n. 004/05-PR e a Resolução n. 019/2010-PR)
RESOLUÇÃO N. 019/2010-PR.
Art. 1º Convolar o 2º Juizado Especial Criminal da comarca de Porto Velho em Juizado da Fazenda Pública da mesma comarca, com base no artigo 149-C do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia. (Redação dada pela Resolução n. 036/2010-PR, de 5/8/2010)

7046785-11.2020.8.22.0001 7046785-11.2020.8.22.0001
Cumprimento de sentença
EXEQUENTES: Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, DER-RO - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: SABRINA PUGA, OAB nº RO4879, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DER/RO
EXECUTADO: COIMBRA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, AVENIDA MAMORÉ 415, - ATÉ 1403 - LADO ÍMPAR TRÊS MARIAS - 76812-415 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Oficie-se à Caixa Econômica Federal para que proceda a transferência dos valores existentes na conta judicial para a conta Nº10.343-8, Agência Nº2757-X, APAFRO-CNPJ Nº13.412.415/0001-14. Observo que após a transferência a conta deve fizer zerada e ser encerrada. O prazo para resposta ao ofício é de 20 dias.
Decorrido o prazo com a comprovação da transferência, dê-se ciência ao exequente, e, caso decorrido o prazo sem resposta ao ofício, deverá a CPE diligenciar junto ao site da Caixa Econômica no sentido de identificar se ainda há saldo na conta judicial. Havendo saldo, reitere-se o ofício.
Intimem-se.
SERVE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO
Porto Velho ,17/07/2023 .
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Guilherme Regueira Pitta
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
E-mail: pvh1fazgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7017065-91.2023.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Adicional de Periculosidade
EXEQUENTES: LUIZ WAGNER DA SANTA CRUZ SILVA, LUCIVALDO RIBEIRO ROSA, LEOMAR MUNIZ BEZERRA, LEANDRO PINHO FALLER, KLEVERSON MATHIAS LEMES GONCALVES, KASSIO MICHAEL DOS REIS MAIA, JOSINEI MIRANDA DA SILVA, JOSE WYLHAMY DE SOUSA CASTRO, JOSE EDISON LINHARES SOMBRA, JONATHAS ROBERTS VICENTE CAMPOS
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: CRISTIANO POLLA SOARES, OAB nº RO5113A, ANTONIO RABELO PINHEIRO, OAB nº RO659, GABRIEL DE MORAES CORREIA TOMASETE, OAB nº RO2641
EXECUTADO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Despacho
Intime-se pessoalmente a parte autora para ciência e manifestação acerca do petitório contido em ID 93113840. Prazo: 15 (quinze) dias.
Intime-se. Cumpra-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7071265-82.2022.8.22.0001
Classe: Ação Civil Pública
Assunto: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, Interesses ou Direitos Coletivos em Sentido Estrito
AUTORES: MUNICIPIO DE PORTO VELHO, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: DONATO DOS REIS
ADVOGADO DO REU: JOSE RAIMUNDO DE JESUS, OAB nº RO3975

Despacho
Intime-se o Município de Porto Velho para ciência e manifestação acerca do petitório contido em ID 92478072. Prazo: 15 (quinze) dias.
Intime-se. Cumpra-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7003356-62.2018.8.22.0001
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias, Anulação de Débito Fiscal
EXEQUENTE: CONSORCIO IBURA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: IGOR ALMEIDA DE ANDRADE, OAB nº SP212968, GISELDA FELIX DE LIMA, OAB nº SP96343, THIAGO VINICIUS CAPELLA GIANNATTASIO, OAB nº SP313000, LEANDRO AUGUSTO RAMOZZI CHIAROTTINO, OAB nº SP174894, CAMILA GARCIA BARBOZA, OAB nº SP344409, LUANA DE CASSIA ESPINOSA, OAB nº SP376758, BRUNO FERNANDO DOS SANTOS MALTA, OAB nº SP345718
EXECUTADO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Despacho
Intime-se pessoalmente o Estado de Rondônia para ciência e manifestação acerca do petitório contido em ID 92667582. Prazo: 15 (quinze) dias.
Intime-se. Cumpra-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
1ª Vara da Fazenda Pública Av. Pinheiro Machado, n. 777, bairro Olaria, CEP 76.801-235. Telefone: 3309-7059 - horário de atendimento: Seg. a Sex, das 07h às 14h). E-mail: pvh1fazgab@tjro.jus.br
7008970-48.2018.8.22.0001
EXEQUENTE: EDINALDO GONCALVES CARDOSO, RUA DOM PEDRO II 637, - DE 607 A 825 - LADO ÍMPAR CAIARI - 76801-151 - PORTO VELHO - RONDÔNIA - ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALLAN MONTE DE ALBUQUERQUE, OAB nº RO5177
EXECUTADO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO - ADVOGADOS DO EXECUTADO: KARYTHA MENEZES E MAGALHAES THURLER, OAB nº RO2211, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
DESPACHO
Ciente da interposição do Agravo de Instrumento. Mantenho a decisão recorrida por seus próprios fundamentos.
Aguarde-se por 15 dias a vinda de informações quanto à decisão liminar do recurso. Decorrido o prazo sem informação, dê-se cumprimento à Decisão de id 90132098.
Intimem-se.
SERVE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Porto Velho , 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
7036795-59.2021.8.22.0001 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
EXEQUENTE: ADRIANA DA CONCEICAO CRUZ, AVENIDA FLORIANOPOLIS 1551 JARDIM ESPERANÇA - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LEISE PROCHNOW MOURAO, OAB nº RO8445
POLO PASSIVO
EXECUTADO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

SENTENÇA
Vistos, etc.
Adriana da Conceição Cruz, ingressou com pedido de habilitação em precatório oriundo do processo nº 1216869.27.1995.8.22.0001, visando o recebimento do crédito de sua mãe falecida a Sra. Francisca Celina da Conceição Deodato.
Intimado a se manifestar, o Estado de Rondônia não anuiu com os pedidos de habilitação por meio da petição de id. 61427050 e requereu a juntada de documentos.
Não obstante os prazos concedidos por este juízo (ID 83629606 e 90081365), até o presente momento sequer foi apresentado aos autos o formal de partilha. Está evidente nos autos que a parte não tem interesse no prosseguimento do feito, vez que sequer informou a este Juízo acerca do prosseguimento do feito.
É verdade que o entendimento majoritário, anterior ao advento do CPC/2015, era no sentido da impossibilidade de extinção do feito, até porque o Juiz, de ofício, poderia determinar a abertura de inventário (art. 989, CPC/1973). Ocorre que tal possibilidade foi afastada com o novo CPC, concluindo-se que o prosseguimento do feito depende da demonstração de interesse por parte dos herdeiros e sucessores.
Por fim, apesar de existir interesse da Fazenda Pública, a extinção não lhe causará prejuízo, porquanto a cobrança do imposto correspondente ocorrerá quando houver a demonstração de interesse na partilha extrajudicial ou judicial.
Portanto, considerando que não houve manifestação dentro do prazo assinado, a inércia da parte em juntar o formal de partilha deve ser considerada como falta de interesse no prosseguimento do feito, possibilitando a extinção do processo e o arquivamento dos autos.
Com isso, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, com base no artigo 485, VI, do CPC.
Sem custas finais e sem honorários.
Sentença registrada e publicada automaticamente.
Oportunamente, arquive-se.
Porto Velho , 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7040662-94.2020.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Interpretação / Revisão de Contrato
AUTOR: L. & A. ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546
REU: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Despacho
Em atenção ao pedido de ID 92796846 e seguintes, designo audiência para o dia 10/10/2023 às 09 horas, para esclarecimento do perito.
Quem não quiser comparecer fisicamente, poderá comparecer virtualmente (art. 3º, Resolução 354/2020/CNJ) acessando a sala de audiência pelo link meet.google.com/fwf-qbdy-acr . Intimem-se as partes, o perito e os assistentes Técnicos.
Expeça-se o necessário. Cumpra-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7003775-48.2019.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Correção Monetária
REQUERENTE: VIA NORTE TRANSPORTES, COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
ADVOGADO DO REQUERENTE: ANDRE DERLON CAMPOS MAR, OAB nº RO8201
REQUERIDO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GRACILIANO ORTEGA SANCHEZ, OAB nº RO5194, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI
Despacho
Intime-se pessoalmente o Município de Candeias do Jamari-RO para ciência e manifestação acerca do petitório contido em ID 91815496.
Prazo: 15 (quinze) dias.
Intime-se. Cumpra-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 0015505-59.2011.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)
AUTOR: SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MARIA DE LOURDES DE LIMA CARDOSO, OAB nº RO4114, HELIO VIEIRA DA COSTA, OAB nº RO640, DAILOR WEBER, OAB nº RO5084, ZENIA LUCIANA CERNOV DE OLIVEIRA, OAB nº RO641
REU: IPERON - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO ESTADO DE RONDONIA, Estado de Rondônia
ADVOGADOS DOS REU: VALDECIR DA SILVA MACIEL, OAB nº RO390, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Despacho
Intime-se pessoalmente a parte autora para ciência e manifestação acerca dos petitórios contidos em IDs 92532047 e 92922282. Prazo: 15 (quinze) dias.
Intime-se. Cumpra-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 0129097-28.2004.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Sistema Remuneratório e Benefícios
REQUERENTES: SINDICADO DOS PERITOS CRIMINALISTICOS DO ESTADO DE RONDONIA - SINPEC, SINDICATO DOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA SINSEPOL
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: MARIA DE LOURDES DE LIMA CARDOSO, OAB nº RO4114, ZENIA LUCIANA CERNOV DE OLIVEIRA, OAB nº RO641, HELIO VIEIRA DA COSTA, OAB nº RO640
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Despacho
Defiro pedido do perito em ID 92736557, que o termo de diligência seja cumprido no prazo de 20 (vinte) dias.
Transcorrido o prazo, e não cumprida a diligência, intime-se o perito para juntada dos documentos ou manifestação nos autos. Prazo: 15 (quinze) dias
Cumprida a diligência, intime-se as partes para ciência e manifestação. Prazo: 05 (cinco) dias.
Aguarde-se os autos suspensos.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 0127470-67.1996.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Valor da Execução / Cálculo / Atualização
EXEQUENTE: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: JOAO BATISTA DAS NEVES XIMENES, NILO PEREIRA SILVA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: GABRIELE SILVA XIMENES, OAB nº RO7656
Despacho
Intime-se pessoalmente a parte exequente para promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 485, §1º do Código de Processo Civil.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 0006387-93.2010.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Usucapião Extraordinária
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: KARYTHA MENEZES E MAGALHAES THURLER, OAB nº RO2211, JEFFERSON DE SOUZA, OAB nº RO1139, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
EXECUTADOS: MARLY CACULAKIS RIVA CALIXTO, MARIO CALIXTO FILHO
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: WALTER AIRAM NAIMAIER DUARTE JUNIOR, OAB nº RO1111, FERNANDO DESEYVAN RODRIGUES, OAB nº RO1099A
Despacho
Intime-se pessoalmente a parte autora para promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 485, §1º do Código de Processo Civil.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7032335-29.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Concessão
REQUERENTE: GIVANEA DA SILVA MARQUES
ADVOGADOS DO REQUERENTE: AMANDA IARA TACHINI DE ALMEIDA, OAB nº RO3146, ANTONIO EDUARDO SCHRAMM DE SOUZA, OAB nº RO4001, NEWTON SCHRAMM DE SOUZA, OAB nº RO2947A, VERA LUCIA PAIXAO, OAB nº RO206
REQUERIDOS: IPERON - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO ESTADO DE RONDONIA, Estado de Rondônia, IPERON - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Despacho
Defiro pedido de ID 92860620.
À CPE para que expeça-se a RPV referente aos honorários devidos pelo demandado Estado de Rondônia anuído em ID 82470479, bem com, para expedir os competentes precatórios em desfavor de ambos os demandados, reservando o percentual de 30% referente aos honorários contratuais do causídico patrono da causa. Prazo: 15 (quinze) dias.
Expeça-se o necessário. Cumpra-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7040787-96.2019.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Adicional de Insalubridade, Agregação
EXEQUENTE: VANDIO DE FRANCA DO NASCIMENTO
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CAROLINE PONTES BEZERRA, OAB nº RO9267, SARAH DE PAULA SILVA, OAB nº RO8980
EXECUTADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI
Despacho
Cumpra-se integralmente Despacho de ID 91208710. Prazo: 05 (cinco) dias.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7046260-29.2020.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: CONCREZON CONSTRUCOES E COMERCIO EIRELI - EPP
ADVOGADOS DO AUTOR: JOSE MANOEL ALBERTO MATIAS PIRES, OAB nº RO3718, GUSTAVO GEROLA MARSOLA, OAB nº RO4164
Polo Passivo: DER-RO - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DER/RO
SENTENÇA
Trata-se de ação de produção antecipada de provas com pedido liminar ajuizada por CONCREZON CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO EIRELI - EPP em face do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGENS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - DER/RO.
Narra o requerente em sua peça inicial a necessidade da produção da prova de forma antecipada, a fim de ser verificado o valor efetivamente devido pelo requerido ao requerente em função do Contrato nº 011/18/PJ/DER-RO.
Pugna pela concessão da gratuidade de justiça e juntou documentos.
Decisão intimando requerente para que justifique a necessidade de utilização da ação, considerando que nos autos de nº 7026618-70.2020.8.22.0001 foi constatado que o mesmo está em fase de especificação de provas (ID.51950516).
Manifestação da parte autora (ID.52167636).
Após livre distribuição, despacho intimando requerente para recolhimento de custas e emenda à inicial (ID.53550620).
Manifestação requerendo concessão de benefícios de justiça gratuita (ID.54841661).
Decisão determina suspensão do tramite do processo até decisão final do Agravo de Instrumento que tramita perante o e. TJRO sob n. 0801306-50.2021.8.22.0000 (ID.54879254).
Manifestação da requerente informando que não logrou êxito em conseguir o deferimento da gratuidade judiciária, requerendo o arquivamento desta ação (ID.92132365).
Manifestação do réu concordando com pedido de desistência da ação, requerendo condenação da parte autora dos consectários legais (ID. 92945085)
É o relatório. DECIDO.
FUNDAMENTAÇÃO
Em análise do andamento processual, é possível concluir que não houve despacho de citação do requerido, nem apresentação de contestação por parte deste, sendo que após decisão que determinou a parte que recolhesse custas iniciais (ID.53550620) e manifestação da requerente em ID.53550620, este processo ficou inúmeros dias suspenso até o julgamento do agravo de instrumento de nº 0801306-50.2021.8.22.0000.
Após o julgamento do referido recurso, que foi desfavorável à requerente, esta fez pedido de arquivamento da ação.
No tocante aos honorários sucumbenciais, portanto, considerando que o pedido foi meramente para arquivar a ação e não de desistência da ação, não se aplica a regra do art. 485, §4º do CPC ao caso destes autos, inexistindo motivos para condenar o requerente em honorários.
Em complemento, ainda que a parte tivesse requerido desistência da ação, a jurisprudência do STJ possui firme orientação no sentido de que efetuado este pedido antes da citação do réu, como é o caso destes autos, não é cabível a condenação do autor ao pagamento de honorários advocatícios. Neste sentido, temos decisões em AgInt no AREsp n. 1.520.884/RS, Segunda Turma, julgado em 26/11/2019, DJe de 14/5/2020, AgRg no REsp n. 866.036/RJ, Primeira Turma, julgado em 17/4/2008, DJe de 14/5/2008; REsp n. 638.382/DF, Segunda Turma, julgado em 14/3/2006, DJ de 9/5/2006, p. 202.
No tocante as custas processuais, verifico que não houve o recolhimento das custas iniciais em sua integralidade após a intimação de ID.53550620, mesmo após o julgamento do agravo de instrumento, e tal fato resulta no indeferimento da petição inicial, de acordo com o art. 330, inciso IV, c/c art. 485, inciso I, do CPC, e nessa hipótese, a consequência legal é o cancelamento do registro de distribuição.
Ante este cancelamento de distribuição, o entendimento é de que inexiste fator que implique em condenação da parte ao recolhimento de custas, conforme precedente da Primeira Turma do STJ (ut AREsp n. 1.442.134/SP, Relator Ministro Gurgel de Faria, julgado em 17/11/2020, DJe de 17/12/2020).
Logo, como não houve recolhimento de custas após retorno do processo a este juízo, a situação não se trata de pedido de desistência da ação conforme relatou o requerido em ID.92945085, mas sim de mera extinção do feito sem resolução do mérito ante o cancelamento da distribuição da inicial.
Assim, a conduta adotada pela parte autora autoriza o indeferimento da petição inicial, a teor do art. 321, parágrafo único do CPC. Neste sentido temos posicionamento do STJ:
RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS INICIAIS. CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO. CITAÇÃO. INTIMAÇÃO.
IMPOSSIBILIDADE. RESPONSABILIDADE DO AUTOR PELO PAGAMENTO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. AUSÊNCIA.
1- Recurso especial interposto em 14/08/2020 e concluso ao gabinete em 24/11/2020.
2- O propósito recursal consiste em dizer se: a) nos termos do art.
290 do CPC, o cancelamento da distribuição pelo não recolhimento das custas iniciais exige a prévia citação ou intimação do réu; e b) o cancelamento da distribuição impõe ao autor a obrigação de arcar com os ônus de sucumbência.
3- O cancelamento da distribuição, a teor do art. 290 do CPC, prescinde da citação ou intimação da parte ré, bastando a constatação da ausência do recolhimento das custas iniciais e da inércia da parte autora, após intimada, em regularizar o preparo.
4- A extinção do processo sem resolução do mérito com fundamento no art. 290 e no inciso IV do art. 485, ambos do CPC, em virtude do não recolhimento das custas iniciais não implica a condenação do autor ao pagamento dos ônus sucumbenciais, ainda que, por erro, haja sido determinada a oitiva da outra parte.
5- Recurso especial provido.
(REsp 1906378/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/05/2021, DJe 14/05/2021)
Portanto, a extinção do feito sem resolução do mérito e o cancelamento da distribuição são medidas que se impõem.

DISPOSITIVO
Ante o exposto, considerando a inércia da parte autora em comprovar o pagamento das custas iniciais, indefiro a petição inicial e JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, inciso I, combinado com o art. 321, parágrafo único, ambos do CPC.
Sem custas ante o cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do CPC e sem honorários advocatícios pela não aplicação do art. 485, §4º do CPC.
Após o trânsito em julgado, não havendo pendências, arquive-se.
Intimem-se.
Publique-se e registre-se eletronicamente. Intimem-se.
SERVE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7012646-38.2017.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Juros
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
EXECUTADOS: ATEC - ADMINISTRACAO, TELEFONIA E CONSTRUCOES CIVIS LTDA, CARLOS ALBERTO SOCCOL, ANNE MARIE SANTOS
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Determino a SUSPENSÃO do processo de acordo com o despacho de ID 92593476.
Decorrido o prazo da suspensão, intime-se a parte autora para regular prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Intime-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1329
e-mail: varasfazendacpe@tjro.jus.br
Processo : 7037190-22.2019.8.22.0001
Classe : MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)
IMPETRANTE: CLINICA PORTO VELHO LTDA - EPP
Advogados do(a) IMPETRANTE: BRENO DIAS DE PAULA - RO399-B, FRANCIANY D ALESSANDRA DIAS DE PAULA - RO349-B, FRANCISCO AQUILAU DE PAULA - RO1-B, ITALO JOSE MARINHO DE OLIVEIRA - RO7708, PRISCILA DE CARVALHO FARIAS - RO8466, SUELEN SALES DA CRUZ - RO4289
IMPETRADO: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO e outros
Intimação AUTOR - RETORNO DO TJ
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu Advogado/Procurador, para ciência e manifestação acerca do retorno dos autos do Tribunal de Justiça.
Prazo: 5 dias .
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7033068-97.2018.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Juros
EXEQUENTES: MUNICIPIO DE PORTO VELHO, MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
EXECUTADOS: MARA BENEDICTA DE REZENDE MONTE CORREIA, HEVELIN DE SOUZA HOLANDA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: JHONATAN KLACZIK, OAB nº RO9338

Despacho
Intime-se o Município de Porto Velho para se manifestar acerca da restrição do veículo informado em Despacho de ID 84090397. Prazo: 15 (quinze) dias.
Intime-se. Cumpra-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
1ª Vara da Fazenda Pública Av. Pinheiro Machado, n. 777, bairro Olaria, CEP 76.801-235. Telefone: 3309-7059 - horário de atendimento: Seg. a Sex, das 07h às 14h). E-mail: pvh1fazgab@tjro.jus.br
7039173-61.2016.8.22.0001
AUTORES: Ministério Público do Estado de Rondônia, MUNICIPIO DE PORTO VELHO - ADVOGADOS DOS AUTORES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
REU: CLAUDINETE MIRANDA SOUZA, RUA HENRIQUE VALENTE N° 2936 TRÊS MARIAS - 76812-682 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, BENEDITA DO NASCIMENTO PEREIRA, RUA JOSÉ CAMACHO, N°930 OLARIA - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA - ADVOGADOS DOS REU: ALBANISA PEREIRA PEDRACA, OAB nº RO3201, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Despacho
Ciente da interposição do Agravo de Instrumento. Mantenho a decisão recorrida por seus próprios fundamentos.
Aguarde-se por 15 dias a vinda de informações quanto a decisão liminar do recurso. Decorrido o prazo sem informação, dê-se cumprimento à decisão de ID 91208513.
Intimem-se.
SERVE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Porto Velho , 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
7017366-38.2023.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: MESSIAS LEITE DA SILVA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor: R$ 10.000,00
DESPACHO
Defiro pedido de ID 92740147.
Considerando o pedido da parte autora e as anteriores tentativas frustradas de citação da parte ré, o Senhor Messias Leite da Silva, defiro a citação por edital. Prazo do edital: 20 dias.
Decorrido o prazo sem manifestação, encaminhe-se os autos à Curadoria de Ausentes para se manifestar no prazo de 30 dias. Após, conclusos.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7025127-57.2022.8.22.0001
Classe: Mandado de Segurança Cível
Assunto: ICMS / Incidência Sobre o Ativo Fixo
IMPETRANTE: GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA.
ADVOGADO DO IMPETRANTE: JULIO CESAR GOULART LANES, OAB nº AL9340
IMPETRADOS: S. -. S. D. E. D. F. D. E. D. R., Estado de Rondônia
ADVOGADOS DOS IMPETRADOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Despacho
A Parte autora obteve êxito na demanda, com recurso provido que declarou a inexigibilidade da cobrança do ICMS-DIFAL no ano-calendário de 2022.
Agora a impetrante deseja levantar o valor depositado id 92842811.

Defiro o levantamento, já expedindo o alvará eletrônico em favor da parte impetrante de valores vinculados a este feito, na conta do Banco do Brasil 5056-3, Ag. 3168-2, Global Distribuição de Bens de Consumo Ltda CNPJ Nº89.237.911/0001-40, Banco do Brasil.
Após, vistas à PGE para ciência. Em seguida, arquive-se, pois o feito cumpriu sua finalidade.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7037662-23.2019.8.22.0001
Classe: Ação Civil Pública
Assunto: Enriquecimento ilícito
AUTORES: Ministério Público do Estado de Rondônia, Estado de Rondônia
ADVOGADOS DOS AUTORES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: DARI DUARTE, EULES DE SOUZA PEREIRA, JOSE PEDRO BASILIO, JOSE CICERO ALBUQUERQUE DA SILVA, BENJAMIN MOURAO DA SILVA JUNIOR, JONATHAN DA SILVA LOPES, SHARLE DIAS FIGUEIREDO, ELANE DE MORAES CARDOSO, PAULO WERTON JOAQUIM DOS SANTOS, ELUANE MARTINS SILVA, RODRIGO MOTA DE JESUS, JOSE JOAQUIM DOS SANTOS, SHARLE DIAS FIGUEIREDO - ME, GABI MULTSOM LTDA - ME, R G P REDE GLOBAL DE PRODUCOES LTDA ME - ME, L. P. ARAUJO - ME, DARI DUARTE EVENTOS E SONORIZACAO - EPP, LIMA & SILVA LTDA - ME, A ASSOCIAO CULTURAL DOS CAVALEIROS DA REGIAO NORTE, SOCIEDADE CULTURAL CARNAVALESCA E FILANTROPICA ARCO-IRIS, ASSOCIACAO CULTURAL EVOLUCAO - GRUPO DE TEATRO EVOLUCAO, ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA EDUCATIVA VERDE AMAZONIA - FM, MARCIA REGINA VENANCIO, JAKELINE DE MORAIS PASSOS, HOTON FIGUEIRA DA MATA, INALDO BATISTA LACERDA, ALBERTO DE CASTRO ALVES
ADVOGADOS DOS REU: JOSE GOMES BANDEIRA FILHO, OAB nº RO816, HERBERT WENDER ROCHA, OAB nº RO3739, LAERCIO FERNANDO DE OLIVEIRA SANTOS, OAB nº RO2399, MANOEL VERISSIMO FERREIRA NETO, OAB nº RO3766, FRANCISCO CARLOS DO PRADO, OAB nº RO2701, RICARDO OLIVEIRA JUNQUEIRA, OAB nº RO4477A, ARIANE MARIA GUARIDO, OAB nº RO3367, Espólio de Gladstone Nogueira Frota, OAB nº RO9951, YAN JEFERSON GOMES NASCIMENTO, OAB nº RO10669, CARLOS EDUARDO CARDOSO RAMOS, OAB nº RO9783, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
À CPE para expedir edital de citação em relação aos requeridos SHARLE DIAS FIGUEIREDO, SHARLE DIAS FIGUEIREDO – ME, SOCIEDADE CULTURAL CARNAVALESCA E FILANTROPICA ARCO-IRIS e LOPES & LOPES. Prazo: 30 (trinta) dias.
Expeça-se o necessário. Cumpra-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
1ª Vara de Fazenda Pública Av. Pinheiro Machado, n. 777, bairro Olaria, Porto Velho/RO. FONE: 69-3309-7059; E-MAIL: pvh1fazgab@tjro.jus.br
7015522-24.2021.8.22.0001 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: KOMPORT COMERCIAL IMPORTADORA S.A., AVENIDA AMAZONAS 7798, - DE 7524 A 7858 - LADO PAR TIRADENTES - 76824-622 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ADEMIR GILLI JUNIOR, OAB nº SC20741, MARCIA BERBEREIA BASILE, OAB nº SC30356
POLO PASSIVO
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Tendo em vista a comprovação do pagamento dos valores executados (ID.93226822) e a manifestação da exequente quanto ao seu efetivo cumprimento (ID.93226821), reconheço a satisfação da obrigação, extinguindo-se a execução nos termos do art. 924, II, do CPC.
Transitado em julgado, arquivem-se.
Publique-se eletronicamente. Registre-se eletronicamente. Arquive-se.
SERVE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Porto Velho , 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7031826-30.2023.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Adicional de Periculosidade
EXEQUENTES: WILLIAM BARBOSA DE CARVALHO, VANUTE ALVES DE AMORIM, VANDERSON DE OLIVEIRA DE ABREU, VAN DAMME FRANCO PEREIRA, VALDIR RICHARDE MEDEIROS FERREIRA, TIAGO MURGIA DA SILVA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: CRISTIANO POLLA SOARES, OAB nº RO5113A, ANTONIO RABELO PINHEIRO, OAB nº RO659, GABRIEL DE MORAES CORREIA TOMASETE, OAB nº RO2641
EXECUTADO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Despacho
Intime-se pessoalmente o Estado de Rondônia para ciência e manifestação acerca do petitório e dos documentos contidos em IDs 93179232 e seguintes. Prazo: 15 (quinze) dias.
Intime-se. Cumpra-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7038253-53.2017.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Moral
REQUERENTE: HARDI LAN LIMA DE SOUZA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: EDISON CORREIA DE MIRANDA, OAB nº RO4886A, MOEMA SUELEN DE OLIVEIRA DE MIRANDA, OAB nº RO6188
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Promova-se o arquivamento do feito, já que os valores serão adimplidos por meio do procedimento instaurado junto ao TJRO. Ressalto que o autor deverá impulsionar o feito quando adimplida a obrigação para extinção do feito.
Intime-se. Cumpra-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7045477-76.2016.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Improbidade Administrativa
EXEQUENTES: Estado de Rondônia, Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: PAULO HENRIQUE SOARES DA SILVA, FRANCISCO GOMES DE OLIVEIRA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: EDUARDO BELMONTH FURNO, OAB nº RO5539, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Intime-se pessoalmente os autores para ciência e manifestação acerca do petitório contido em ID 93016959. Prazo: 15 (quinze) dias.
Intime-se. Cumpra-se
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 0000269-96.2013.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Improbidade Administrativa
EXEQUENTES: Ministério Público do Estado de Rondônia, MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
EXECUTADOS: GEORGE SILVA COSTA, ROZANGELA SILVA DE OLIVEIRA, ONILSON PEREIRA COSTA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: CORSIRENE GOMES LIRA, OAB nº RO2051, VINICIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL, OAB nº RO4150, RAFAEL VALENTIN RADUAN MIGUEL, OAB nº RO4486, MARGARETE GEIARETA DA TRINDADE, OAB nº RO4438
Despacho
Intime-se pessoalmente os demandados para juntada dos comprovantes dos meses de Abril e Julho, conforme solicitado no petitório contido em ID 92762155. Prazo: 15 (quinze) dias.
Intime-se. Cumpra-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7049629-02.2018.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Fauna, Poluição, Área de Preservação Permanente
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MOACIR DE SOUZA MAGALHAES, OAB nº RO1129, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
EXECUTADO: GENILDO DE LIMA PEREIRA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: BRUNO PAIVA OLIVEIRA, OAB nº RO8056, ABDIEL NEVES TOLEDO, OAB nº RO10020
Despacho
Arquive-se o feito.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7061552-83.2022.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Correção Monetária
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
EXECUTADOS: R R SERVICOS DE TERCEIRIZACAO LTDA - ME, ROBSON RODRIGUES DA SILVA, GETULIO GABRIEL DA COSTA, FRANCISCO SIZINHO GOMES, ERENILSON SILVA BRITO, ROBERTO EDUARDO SOBRINHO
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: GUSTAVO SANTANA DO NASCIMENTO, OAB nº RO11002, IGOR HABIB RAMOS FERNANDES, OAB nº RO5193, CASSIO ESTEVES JAQUES VIDAL, OAB nº RO5649, SHISLEY NILCE SOARES DA COSTA CAMARGO, OAB nº RO1244
Despacho
Intime-se pessoalmente o Município de Porto Velho para promover o regular andamento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.
Intime-se. Cumpra-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Guilherme Regueira Pitta
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO. Telefones: (69) 3309-7000 (Central de Atendimento) e (69) 3309-7061 (Gabinete). Email: pvh2fazgab@tjro.jus.br
PROCESSO N. 0011627-29.2011.8.22.0001
REQUERENTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARLON GONCALVES HOLANDA JUNIOR, OAB nº RO3650, CLEUZEMER SORENE UHLENDORF, OAB nº RO549, PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
REQUERIDOS: OZORINO SANTOS, OROZINO RAMOS
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Considerando as informações prestadas na petição ID 91840801, informando os dados do executado, determino encaminhamento dos autos à Central de Processos Eletrônicos – CPE para adequação do polo passivo da demanda, junto ao sistema Pje, bem como para cumprimento do despacho ID 89200633.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 10 de julho de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo: 7044232-83.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Urgência
AUTOR: JOSE APARECIDO PICOLLI
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: E. R.
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO PROFERIDA EM REGIME DE PLANTÃO
Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer movida por JOSÉ APARECIDO PICOLLI, representado pela Defensoria Pública, em face do Estado de Rondônia, na qual pretende, liminarmente, a realização de procedimento cirúrgico de urgência.
O autor, com 52 (cinquenta e dois) anos de idade, apresenta NEOPLASIA BENIGNA DO ENCÉFALO, SUPRATENTORIAL (CID D33.0), e está atualmente internado no HOSPITAL JOÃO PAULO II. Assevera que necessita com urgência pro procedimento de DISCECTOMIA CERVICAL/LOMBAR/LOMBO-SACRA POR VIA POSTERIOR (1NÍVEL C/MICROSCOPIA).
Afirma que mesmo havendo pedido médico indicando a necessidade da realização do procedimento com urgência, está esperando a providência desde 12/07/2023, e que o SUS se recusou em fornecer a cirurgia.
Relata-se na inicial que houve solicita TFD (pela falta de materiais e Insumos no Hospital de Base), e também tentou-se a aplicação da Portaria 55 para compra de material e para compra de serviços para casos semelhantes para outro pacientes, o qual também foi NEGADO, conforme parecer da Comissão Médica da Coordenadoria de Tratamento Fora de Domicílio - CTFD.
Relata o autor que a espera poderá agravar sua situação, por ser portador de neoplasia.
Com a inicial vieram as documentações.
Sucinto relatório, DECIDO.
Nos termos do art. 300 do CPC, a tutela de urgência deverá ser concedida quando presentes elementos de evidenciam o direito do interessado (fumus boni iuris), assim quando a demora do provimento jurisdicional poder resultar em dano irreparável ou de difícil reparação para parte (periculum in mora).
O direito a saúde, corolário da dignidade da pessoa humana, encontra-se agasalhado no art. 196 da Carta da República, evidenciando que a assistência integral à saúde, em se tratando de pessoa que não detém recursos financeiros suficientes, é obrigação do estado Brasileiro. A negativa de atendimento a esse direito, autoriza a intervenção judicial para correção dessa falha.
Ainda, importante destacar que a prestação de assistência à saúde, imposta pela Constituição Federal, é uma obrigação do Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação. Assim, tanto cabe ao Estado como ao Município ou à União, indistintamente, atender a necessidade de saúde das pessoas.
Nesse sentido é o precedente do STF:
(...) 1. É firme o entendimento deste Tribunal de que o Poder Judiciário pode, sem que fique configurada violação ao princípio da separação dos Poderes, determinar a implementação de políticas públicas nas questões relativas ao direito constitucional à saúde. 2. (...) constitui obrigação solidária dos entes federativos o dever de fornecimento gratuito de tratamentos e de medicamentos necessários à saúde de pessoas hipossuficientes. (...) (ARE 1049831 AgR, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 27/10/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-253 DIVULG 07-11-2017 PUBLIC 08-11-2017)
Para deferimento de aquisição de medicamentos, exames e/ou cirurgia a ser(em) custeado(s) pelo sistema SUS, necessário se faz que a indicação do médico da rede pública de saúde demonstre e descreva a urgência para realização do procedimento, pois apenas assim poderia ser colocada em início da fila para realização do procedimento cirúrgico.
Inclusive, tal requisito vem sendo reconhecido pelo e. TJRO como essencial para permitir o deferimento da realização de procedimento cirúrgico via decisão judicial, senão vejamos, n verbis:

Apelação. Direito à saúde. Cerceamento de defesa. Inexistência. Cirurgia bariátrica. Realização de cirurgia eletiva. Urgência não demonstrada. Fila de espera. 1. Inexiste cerceamento de defesa quando a parte intimada a produzir provas se mantém inerte deixando precluir o prazo oferecido para tanto. 2. Não se comprovando urgência para a realização de procedimento cirúrgico, para que não ocorra afronta à isonomia, se faz indispensável aguardar a ordem cronológica de atendimento do SUS. 3. Apelo não provido. (TJ-RO - AC: 70027918620188220005 RO 7002791-86.2018.822.0005, Data de Julgamento: 20/05/2019) (negritamos)

Sobre a concessão de liminar contra a fazenda pública nas questões de saúde, há um consenso de sua possibilidade, conforme se verifica nos julgados abaixo:

EMENTA TJRO: (...) 1. Para que seja deferida antecipação de tutela, imperioso constatar elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Inteligência do art. 300 do CPC. 2. Comprovada a probabilidade do direito vindicado (fumus boni iuris) e evidenciado o perigo na demora, impõe-se o agendamento de consulta médica e, sem observar lista de espera, promover tratamento cirúrgico. 3. Agravo parcialmente provido. (AGRAVO DE INSTRUMENTO 0803684-76.2021.822.0000, Rel. Des. Gilberto Barbosa, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 1ª Câmara Especial, julgado em 19/10/2021.)

EMENTA TJGO: (...) II - A regra constante no art. 1º, § 3º, da Lei nº 8.437/92, pela qual não se admite a concessão de liminar com efeitos irrrervesíveis contra a Fazenda Pública, é atenuada quando os bens jurídicos a serem tutelados com o deferimento da medida forem mais valiosos que a proteção ao erário, como a saúde e a vida. Devem em casos tais, ser aplicado o princípio de ponderação de interesses, devendo pravalecer no caso concreto o valor mais importante. III - Resolvido o mérito, resta prejudicado o agravo interno interposto. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. (TJ-GO - AI: 02743783120208090000 GOIÂNIA, Relator: Des(a). REINALDO ALVES FERREIRA, Data de Julgamento: 26/02/2021, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 26/02/2021)

O Enunciado 92, elaborado na Jornada de Direito de Saúde organizado pelo CNJ, também assentou a possibilidade de concessão de tutela de urgência nos casos de saúde:

ENUNCIADO Nº 92 Na avaliação de pedido de tutela de urgência, é recomendável levar em consideração não apenas a indicação do caráter urgente ou eletivo do procedimento, mas também o conjunto da condição clínica do demandante, bem como as repercussões negativas do longo tempo de espera para a saúde e bem-estar do paciente.

Tendo em mente essas diretrizes, após analisar os autos, verifico que o laudo médico apresentado (ID 93344643) demonstra que a parte autora se encontra em risco de vida, apontando a necessidade de tratamento com URGÊNCIA. Está descrito que o paciente está perdendo os movimentos das mãos e que a ausência do procedimento pode levar a “piora do quadro com risco de vida”. Foi também anotado que “o governo não dispõe de materiais para a cirurgia proposta”.

Sendo assim, em uma análise perfunctória, há clara conclusão sobre a probabilidade do direito, o que indica a presença do primeiro requisito para concessão da tutela de urgência (art. 300, CPC).

Os documentos médicos juntados garantem a necessidade de realização de cirurgia com urgência, tendo em vista o risco de vida ao qual será submetido o paciente, caso postergue o procedimento.

Caso o Estado não cumpra a determinação deve-se já ficar indicada a providência que o juízo adotará para assegurar o resultado prático equivalente. A medida que me parece mais adequada é o sequestro de valores para atendimento da ordem na rede privada.

O Superior Tribunal de Justiça admite o sequestro de valores como medida a ser adotada pelo juiz para assegurar a efetivação da ordem.

EMENTA STJ: (...) 1. Tratando-se de fornecimento de medicamentos, cabe ao Juiz adotar medidas eficazes à efetivação de suas decisões, podendo, se necessário, determinar até mesmo, o sequestro de valores do devedor (bloqueio), segundo o seu prudente arbítrio, e sempre com adequada fundamentação. 2. Recurso Especial provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 08/2008 do STJ. (STJ - REsp: 1069810 RS 2008/0138928-4, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/10/2013, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 06/11/2013)

O nosso E. TJRO também admite ser possível a concessão de liminar contra a fazenda pública com determinação de sequestro de valores para o caso de descumprimento.

EMENTA TJRO: (...) Encontra-se consolidado o entendimento de que a proibição de concessão de liminares contra a Fazenda Pública excepciona-se quando o direito a ser ponderado é o de preservação à saúde, à vida ou confronta com o princípio da dignidade humana. Não se mostra razoável o indeferimento de liminar contra o Estado que ponha em risco a vida de idoso. O sequestro de verba pública é medida de caráter excepcional e deve ser concedida para a efetivação da tutela específica apenas quando há nos autos comprovação de que o Estado não está cumprindo com a ordem expedida. (AGRAVO DE INSTRUMENTO 0809312-80.2020.822.0000, Rel. Des. Miguel Monico Neto, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Especial, julgado em 03/08/2021.)

Ante o exposto, presentes os requisitos do artigo 300/CPC, considerando o risco de morte da parte autora, CONCEDO tutela de urgência para determinar ao Estado de Rondônia para que no prazo de 48 horas PROVIDENCIE e informe o juízo sobre o local e data da realização do procedimento que a parte autora necessita (DISCECTOMIA CERVICAL/LOMBAR/LOMBO-SACRA POR VIA POSTERIOR - 1NÍVEL C/MICROSCOPIA), com o fornecimento de todo material necessário, sob pena de sequestro de valores para realização do procedimento cirúrgico na rede particular de saúde.

Intime-se pessoalmente com urgência o Estado de Rondônia e o Secretário de Estado da Saúde, por meio de oficial(a) de Justiça Plantonista, para dar cumprimento imediato à decisão.

Ainda, intime-se parte autora para já apresentar três locais da rede privada para realização da cirurgia com os valores estimados do procedimento, para o caso do Estado não cumprir a determinação acima.

Serve esta decisão como MANDADO para que o(a) oficial(a) de justiça: a) intime o Excelentíssimo Secretário Estadual de Saúde e o Estado de Rondônia para cumprimento da liminar; e, b) no mesmo ato CITE o Estado para apresentar defesa no prazo legal.

As demais deliberações serão feitas pelo Juízo natural.

DECISÃO EM REGIME DE PLANTÃO. SEXTA-FEIRA, 14/07/2023, 19h51min

Porto Velho/RO, 14 de julho de 2023 .

Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto

Juíza de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1331
e-mail: varasfazendacpe@tjro.jus.br
Processo : 7022215-53.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ROBERTO FERREIRA BERNABE
Advogado do(a) AUTOR: ALINE SILVA - RO0004696A
REU: ESTADO DE RONDONIA e outros
Intimação AUTOR - ESPECIFICAR PROVAS
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu Advogado/Procurador, para se manifestar acerca de quais provas pretende produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
Prazo: 5 dias.
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Número do processo: 7043961-74.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, HILDA VICTORIA SANCHEZ CASTILLO
ADVOGADOS DOS REPRESENTANTES PROCESSUAIS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO PROFERIDA EM REGIME DE PLANTÃO
A autora peticiona, em horário de plantão judicial (sábado, às 20 horas, dia 15/07/2023), requerendo providências em razão do não cumprimento da tutela de urgência.
Na inicial, demonstrou que tem diagnóstico de Neoplasia Benigna das Meninges - CID D.32, e que, diante deste quadro clínico, conforme solicitação médica necessita com URGÊNCIA de tratamento essencialmente de microcirurgia para tumor intracraniano com técnica complementar, tendo em vista que o tratamento solicitado está com todos os meios esgotados para a realização na rede pública e/ou conveniada pelo Estado de Rondônia.
Diante do risco de piora neurológica e óbito da paciente, foi proferida decisão que determinou que o Estado providenciasse a aquisição de forma direta e urgente de insumos necessários para a realização da cirurgia pleiteada para atendimento da paciente.
Foi também estabelecido que, na impossibilidade da aquisição do material em tempo, devido a urgência necessária pelo estado clínico da paciente, promovesse a aquisição do pacote de serviços em rede conveniadas ou privada por efeito desta ordem judicial, comunicando as medidas adotadas no prazo de 24 horas.
Passado o prazo concedido, veio a autora informar que não houve o cumprimento da providência, e que continua internada no Hospital de Base Ary Pinheiro, com dores de cabeça e alterações visuais.
Verifico que a autora acostou à inicial orçamentos obtidos junto à rede privada, havendo orçamento do HOSPITAL DAS CLÍNICAS para realização do procedimento por R$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais).
Diante da urgência da situação, entendo cabível determinar a imediata transferência da paciente para realização do procedimento nessa unidade de saúde, com posterior sequestro do valor junto aos cofres públicos, quando iniciado o horário regular bancário.
Assim, determino as seguintes providências:
A imediata transferência da paciente para o HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE PORTO VELHO, com realização do procedimento conforme pedido médico constante dos autos, condicionada à avaliação médica DE URGÊNCIA quanto aos critérios, cautelas e recomendações, de acordo com o seu estado clínico; A realização da microcirurgia DE IMEDIATO, pelo Hospital das Clínicas, adotadas as cautelas de pré-operatório; Expeça-se imediatamente mandado de sequestro, no valor de R$ 89.000,00 (oitenta e nove reais), junto aos cofres do ESTADO DE RONDÔNIA, com posterior transferência ao Hospital das Clínicas, em conta a ser informada pela Defensoria Pública. A presente decisão SERVE COMO MANDADO PARA CUMPRIMENTO IMEDIATO PELO OFICIAL DE JUSTIÇA PLANTONISTA, que deverá dirigir-se ao Hospital de Base para cumprimento da medida, intimando o Diretor daquela unidade de saúde ou quem esteja respondendo em seu nome. Intimem-se, ainda, o Procurador-Geral do Estado e a Secretaria de Saúde (SESAU).
Porto Velho, 15/07/2023, às 20h 38 min.
ELOISE MOREIRA CAMPOS MONTEIRO BARRETO
Juíza de Direito Substituta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1331
e-mail: varasfazendacpe@tjro.jus.br
Processo : 0019927-43.2012.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)

EXEQUENTE: WAGNER BATISTA DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDUARDO AUGUSTO FEITOSA CECCATTO - RO5100
EXECUTADO: Estado de Rondônia
Advogado do(a) EXECUTADO: ITALO LIMA DE PAULA MIRANDA - RO5222
Intimação AUTOR - PROSSEGUIMENTO DO FEITO
Fica a parte AUTORA intimada para se manifestar em termos de prosseguimento do feito.
Prazo: 5 dias.
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO. Telefones: (69) 3309-7000 (Central de Atendimento) e (69) 3309-7061 (Gabinete). Email: pvh2fazgab@tjro.jus.br
PROCESSO N. 7041354-88.2023.8.22.0001
IMPETRANTE: AFONSO SAMUEL SOUZA SACRAMENTO
ADVOGADO DO IMPETRANTE: FABIO HENRIQUE DOS SANTOS LEAO, OAB nº RO4402
IMPETRADOS: Estado de Rondônia, S. D. S. D. G. D. P.
ADVOGADO DOS IMPETRADOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Recebo a emenda à inicial. Passo à análise do pedido liminar.
Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO LIMINAR impetrado por AFONSO SAMUEL SOUZA SACRAMENTO contra suposto ato coator praticado pelo SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS DO ESTADO DE RONDÔNIA.
O Impetrante afirma que participou do concurso público regido pelo Edital n° 013/GCP/SEGEP para o provimento de cargos vagos do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia (SESAU), bem como para a formação de cadastro de reserva.
Alega que realizou todas as etapas logrando êxito em ser aprovado em 22° (vigésimo segundo lugar) para o cargo de Técnico em Radiologia, com lotação para o município de Cacoal/RO.
Diz que o resultado do final do concurso foi homologado no dia 03 de julho de 2017 e no dia 03 de julho de 2019, o Chefe do Poder Executivo do Estado de Rondônia expediu o Decreto n° 24.030/2019, prorrogando o prazo do concurso por 02 (dois) anos, ou seja, até 03 de julho de 2021.
Aponta que, com o advento do Estado de Calamidade Pública em todo território do Estado de Rondônia, o Chefe do Poder Executivo Estadual editou o Decreto n° 24.949/2020, suspendendo os prazos de validade dos editais de concursos públicos até o término do Estado de Calamidade decretado pelo Estado.
Afirma que diversos atos praticados pela Impetrada demonstram a inequívoca necessidade de servidores para o quadro de efetivos, sendo a principal delas a publicação de editais que inauguraram a realização de Processo Seletivo Simplificado de Avaliação de Títulos para a contratação de Técnicos em Radiologia para atender no âmbito da SESAU.
Assim, afirma que, em que pese a Impetrante integre o cadastro de reserva do certame regido pelo Edital n° 013/GCP/SEGEP, a inequívoca necessidade do Estado de Rondônia no preenchimento de cargos de Técnico em Radiologia e a evidente preterição arbitrária da Requerente e dos demais candidatos aprovados no cadastro de reserva, implica na convolação da expectativa de direito em direito subjetivo a nomeação.
Logo, por entender estar sendo preterido, ingressou com o presente mandamus, requerendo em liminar seja determinada sua convocação para tomar posse no cargo público para o qual concorreu e restou classificado. No mérito, requer a confirmação da liminar e a concessão da segurança. Juntou documentos.
É o relatório. Decido.
Impende salientar que a análise a ser proferida nesta sede cinge-se, pura e simplesmente, à aferição de existência concorrente dos pressupostos necessários à concessão da medida pleiteada em sede liminar.
Para a concessão da medida liminar, é necessário analisarmos a existência de seus pressupostos ensejadores: fumus boni iuris e periculum in mora.
Trata-se o fumus boni iuris da existência de plausibilidade do direito substancial invocado por quem pretende a segurança.
Incertezas ou imprecisões acerca do direito material do postulante não podem assumir a força de impedir-lhe o acesso à tutela cautelar. Caso, em um primeiro momento, a parte tenha possibilidade de exercer o direito de ação e se o fato narrado, em tese, lhe assegura provimento de mérito favorável, presente se acha o fumus boni juris, em grau capaz de autorizar a proteção das medidas preventivas.
Assim, não é evidente a existência de seus pressupostos ensejadores: expressão relevante do direito invocado que deve transparecer liquidez e certeza, e existência, consistência e risco de dano de irreversibilidade ou de prejuízo de extrema gravidade se não concedida liminarmente.
A utilização da via especial do mandado de segurança impõe ao Impetrante o ônus em revelar de premissa a expressão exuberante do direito que alega.
De outro lado, conforme assentado, a pretensão de concessão liminar, mormente sem ouvir a parte contrária, é de restar consubstanciada em elementos reveladores de risco, valendo fixar-se que o pedido é contra a Administração Pública que tem em seu favor a presunção de legitimidade dos seus atos.
O Juízo, mesmo diante dos documentos acostados aos autos, tem o dever de agir com cautela, a fim de prestar a tutela jurisdicional dentro da legalidade, não podendo em fase preliminar, adentrar ao mérito para conceder a convocação da impetrante, nesta fase preliminar.
Assentando que, havendo direito, esse será devidamente cumprido, ocorre que sem a oitiva da parte contrária, não se pode confirmar a certeza o enquadramento aos requisitos exigidos.
Assim, tem-se que as alegações da Impetrante não se mostram suficientes à concessão do provimento requerido em liminar, sendo pedido que requer, indispensavelmente, a análise do mérito da causa, com análise mais criteriosa acerca das alegações iniciais.

Imperioso aguardar pelo provimento final, momento em que já estarão colacionadas aos autos as informações pertinentes, bem como o parecer do Ministério Público, evitando assim seja concedida uma liminar e, verificando a inexistência do direito, seja posteriormente revogada.
Outrossim, é importante acentuar que o pedido da autora tem cunho satisfativo, pois necessitaria de análise meritória, o que, repita-se, não seria cabível sem adentrar ao mérito, notadamente nesta fase preliminar.
AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR INDEFERIDA. ANÁLISE DO FUMUS BONI JURIS QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO DA DEMANDA. 1. "A análise do pedido, no âmbito liminar, demanda a observância dos requisitos autorizadores para a concessão da medida, quais sejam, o fumus bonis juris e o periculum in mora." (AgRg no MS 15.104/DF , Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 8/9/2010, DJe 17/9/2010) 2. Na espécie, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da ação mandamental, o que concorre para demonstrar a natureza satisfativa do pleito apresentado a este Juízo. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. [STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA AgRg no MS 14058 DF 2008/0285070-6].
Nesta controvérsia não entendo que comporte o deferimento da liminar pretendida, pois não configurados plenamente os requisitos, ao menos nesta fase preliminar.
Posto isso, INDEFIRO O PEDIDO LIMINAR, para aguardar a vinda de informações.
Notifique-se a Impetrada para apresentar informações no prazo legal.
Em cumprimento ao art. 7º, II da Lei n. 12.016 de 7 de agosto de 2009, dê-se ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para querendo, ingresse no feito.
Após, ao Ministério Público do Estado de Rondônia para parecer.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1331
e-mail: varasfazendacpe@tjro.jus.br
Processo : 7014387-40.2022.8.22.0001
Classe : MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)
IMPETRANTE: CASA CUSTOM ILUMINACAO E SONORIZACAO EIRELI - EPP
Advogado do(a) IMPETRANTE: KARLOS ANTONIO SOUZA HERNANDEZ - SC33577
IMPETRADO: Coordenador da Receita Estadual da Secretaria de Estado de Finanças do Estado de Rondônia e outros
Intimação AUTOR - RETORNO DO TJ
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu Advogado/Procurador, para ciência e manifestação acerca do retorno dos autos do Tribunal de Justiça.
Prazo: 5 dias .
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1331
e-mail: varasfazendacpe@tjro.jus.br
Processo : 7008552-08.2021.8.22.0001
Classe : MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)
IMPETRANTE: MMC AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA
Advogado do(a) IMPETRANTE: LUIS HENRIQUE DA COSTA PIRES - SP154280
IMPETRADO: COORDENADOR GERAL DA RECEITA ESTADUAL e outros
Intimação AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu Advogado/Procurador, para ciência e manifestação acerca dos documentos juntados ID 92772296 e seguintes.
Prazo: 5 dias .
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1329
e-mail: varasfazendacpe@tjro.jus.br
Processo : 7028337-82.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: MARCIA GIZELE LIMA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: MAGNALDO SILVA DE JESUS - RO3485-A
REU: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
Intimação
Fica a parte Autora, por meio de seu advogado, no prazo de 48 horas, intimada para efetuar o pagamento da guia de custas inicial parcelada, id 93342463, conforme decisão ID 91883840.
Prazo: 48 horas .
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1331
e-mail: varasfazendacpe@tjro.jus.br
Processo : 7017097-38.2019.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: CHARLES DE OLIVEIRA CHAVES
Advogado do(a) EXEQUENTE: SILVIO VINICIUS SANTOS MEDEIROS - RO3015
EXECUTADO: Estado de Rondônia
Intimação EXEQUENTE - DOCUMENTOS PARA RPV/PRECATÓRIO
Fica o EXEQUENTE intimado, na pessoa do seu Advogado/Procurador, para juntar nos autos ou indicar os ID's dos documentos necessários para expedição e instrução da RPV/Precatório, nos termos da resolução nº 153/2020 (DJE n. 173, de 15/09/2020. P. 4 a 15).
Prazo: 5 dias.
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1331
e-mail: varasfazendacpe@tjro.jus.br
Processo : 7027323-63.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: FRANCISCO SALES DE SOUSA
Advogado do(a) AUTOR: LAURO GOMES SOUZA JUNIOR - RO12170
REU: procurador do Estado e outros
Intimação AUTOR - RÉPLICA
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu Advogado/Procurador, para apresentar réplica.
Prazo: 15 dias.
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1331
e-mail: varasfazendacpe@tjro.jus.br
Processo : 7071392-54.2021.8.22.0001
Classe : MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)
APELANTE: MAURICIO JONAS WEIRICH URBAN
Advogado do(a) APELANTE: DOMINGOS SAVIO NEVES PRADO - RO2004
APELADO: Presidente da comissão de Recurso da Secretaria de Educação do Estado de Rondônia e outros (2)
Intimação AUTOR - RETORNO DO TJ
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu Advogado/Procurador, para ciência e manifestação acerca do retorno dos autos do Tribunal de Justiça.
Prazo: 5 dias .
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1329
e-mail: varasfazendacpe@tjro.jus.br
Processo : 7020675-38.2021.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)

EXEQUENTE: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
EXECUTADO: BENEDITA DO NASCIMENTO PEREIRA e outros (3)
Advogado do(a) EXECUTADO: MAURO MAIA DA SILVA - RO12004
Advogado do(a) EXECUTADO: ERNANDE DA SILVA SEGISMUNDO - RO532
Intimação
Fica a parte MAURO MAIA DA SILVA - RO12004, intimada, por meio de seu Advogado/Procurador, acerca da certidão de objeto e pé expedida (ID 93343517 e ID 93343535).
Prazo: 5 dias .
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho PROCESSO N. 7077701-57.2022.8.22.0001
IMPETRANTE: MEYRIELE VIEIRA COSTA
ADVOGADOS DO IMPETRANTE: LUCAS BRANDALISE MACHADO, OAB nº RO931, EVERTON ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA REIS, OAB nº RO7649
IMPETRADOS: Estado de Rondônia, E. S. S. E. D. G. D. P. D. E. D. R. -. S. S. S. L. R. D. S., AVENIDA FARQUAR 2986, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS IMPETRADOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
A gratuidade de justiça foi concedida em sede de agravo de instrumento, conforme decisão ID 93251800.
Passo à análise do pedido liminar.
Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO LIMINAR impetrado por MEYRIELE VIEIRA COSTA contra suposto ato coator praticado pelo SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS DO ESTADO DE RONDÔNIA.
A Impetrante afirma que participou do concurso público regido pelo Edital n° 013/GCP/SEGEP para o provimento de cargos vagos do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia (SESAU), bem como para a formação de cadastro de reserva.
Alega que realizou todas as etapas e ao final, logrando êxito em ser aprovada em 35° (trigésimo quinto lugar) para o cargo de Técnico em Radiologia, com lotação na localidade de Porto Velho/RO.
Diz que o resultado do final do concurso foi homologado no dia 03 de julho de 2017 e no dia 03 de julho de 2019, o Chefe do Poder Executivo do Estado de Rondônia expediu o Decreto n° 24.030/2019, prorrogando o prazo do concurso por 02 (dois) anos, ou seja, até 03 de julho de 2021.
Aponta que, com o advento do Estado de Calamidade Pública em todo território do Estado de Rondônia, o Chefe do Poder Executivo Estadual editou o Decreto n° 24.949/2020, suspendendo os prazos de validade dos editais de concursos públicos até o término do Estado de Calamidade decretado pelo Estado.
Ressalta que, embora o Edital n° 013/GCP/SEGEP tenha indicado a necessidade de apenas 01 (uma) vaga para ampla concorrência (AC) para o cargo Técnico em Radiologia na localidade de Porto Velho, o Estado de Rondônia já nomeou cerca de 12 (doze) candidatos até a presente data, o que mostra inequívoca necessidade.
Afirma que diversos atos praticados pela Impetrada demonstram a inequívoca necessidade de servidores para o quadro de efetivos, sendo a principal delas a publicação de editais que inauguraram a realização de Processo Seletivo Simplificado de Avaliação de Títulos para a contratação de Técnicos em Radiologia para atender no âmbito da SESAU.
Assim, afirma que, em que pese a Impetrante integre o cadastro de reserva do certame regido pelo Edital n° 013/GCP/SEGEP, a inequívoca necessidade do Estado de Rondônia no preenchimento de cargos de Técnico em Radiologia e a evidente preterição arbitrária da Requerente e dos demais candidatos aprovados no cadastro de reserva, implica na convolação da expectativa de direito em direito subjetivo a nomeação.
Logo, por entender estar sendo preterida, ingressou com o presente mandamus, requerendo em liminar seja determinada sua convocação para apresentar documentos e tomar posse no cargo público para o qual concorreu e restou classificada. No mérito, requer a confirmação da liminar e a concessão da segurança. Juntou documentos.
É o relatório. Decido.
Impende salientar que a análise a ser proferida nesta sede cinge-se, pura e simplesmente, à aferição de existência concorrente dos pressupostos necessários à concessão da medida pleiteada em sede liminar.
Para a concessão da medida liminar, é necessário analisarmos a existência de seus pressupostos ensejadores: fumus boni iuris e periculum in mora.
Trata-se o fumus boni iuris da existência de plausibilidade do direito substancial invocado por quem pretende a segurança.
Incertezas ou imprecisões acerca do direito material do postulante não podem assumir a força de impedir-lhe o acesso à tutela cautelar. Caso, em um primeiro momento, a parte tenha possibilidade de exercer o direito de ação e se o fato narrado, em tese, lhe assegura provimento de mérito favorável, presente se acha o fumus boni juris, em grau capaz de autorizar a proteção das medidas preventivas.
Assim, não é evidente a existência de seus pressupostos ensejadores: expressão relevante do direito invocado que deve transparecer liquidez e certeza, e existência, consistência e risco de dano de irreversibilidade ou de prejuízo de extrema gravidade se não concedida liminarmente.
A utilização da via especial do mandado de segurança impõe ao Impetrante o ônus em revelar de premissa a expressão exuberante do direito que alega.
De outro lado, conforme assentado, a pretensão de concessão liminar, mormente sem ouvir a parte contrária, é de restar consubstanciada em elementos reveladores de risco, valendo fixar-se que o pedido é contra a Administração Pública que tem em seu favor a presunção de legitimidade dos seus atos.
O Juízo, mesmo diante dos documentos acostados aos autos, tem o dever de agir com cautela, a fim de prestar a tutela jurisdicional dentro da legalidade, não podendo em fase preliminar, adentrar ao mérito para conceder a convocação da impetrante, nesta fase preliminar.

Assentando que, havendo direito, esse será devidamente cumprido, ocorre que sem a oitiva da parte contrária, não se pode confirmar a certeza o enquadramento aos requisitos exigidos.
Assim, tem-se que as alegações da Impetrante não se mostram suficientes à concessão do provimento requerido em liminar, sendo pedido que requer, indispensavelmente, a análise do mérito da causa, com análise mais criteriosa acerca das alegações iniciais.
Imperioso aguardar pelo provimento final, momento em que já estarão colacionadas aos autos as informações pertinentes, bem como o parecer do Ministério Público, evitando assim seja concedida uma liminar e, verificando a inexistência do direito, seja posteriormente revogada.
Outrossim, é importante acentuar que o pedido da autora tem cunho satisfativo, pois necessitaria de análise meritória, o que, repita-se, não seria cabível sem adentrar ao mérito, notadamente nesta fase preliminar.
AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR INDEFERIDA. ANÁLISE DO FUMUS BONI JURIS QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO DA DEMANDA. 1. "A análise do pedido, no âmbito liminar, demanda a observância dos requisitos autorizadores para a concessão da medida, quais sejam, o fumus bonis juris e o periculum in mora." (AgRg no MS 15.104/DF , Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 8/9/2010, DJe 17/9/2010) 2. Na espécie, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da ação mandamental, o que concorre para demonstrar a natureza satisfativa do pleito apresentado a este Juízo. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. [STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA AgRg no MS 14058 DF 2008/0285070-6].
Nesta controvérsia não entendo que comporte o deferimento da liminar pretendida, pois não configurados plenamente os requisitos, ao menos nesta fase preliminar.
Posto isso, INDEFIRO O PEDIDO LIMINAR, para aguardar a vinda de informações.
Notifique-se a Impetrada para apresentar informações no prazo legal.
Em cumprimento ao art. 7º, II da Lei n. 12.016 de 7 de agosto de 2009, dê-se ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para querendo, ingresse no feito.
Após, ao Ministério Público do Estado de Rondônia para parecer.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho, 17/07/2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho PROCESSO N. 7044234-53.2023.8.22.0001
AUTOR: MERCIA ALVES BEZERRA
ADVOGADOS DO AUTOR: JADIR GILBERTO CARVALHO, OAB nº RO8661, ROSIMERY DO VALE SILVA RIPKE, OAB nº RO8805
REU: PATRICIA APOLINARIO, ESPÓLIO CARLOS ALBERTO DE SOUZA FRANCO
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Trata-se de AÇÃO DE USUCAPIÃO proposta por MÉRCIA ALVES VEZERRA em desfavor do ESPÓLIO DE CARLOS ALBERTO DE SOUZA.
Observando as partes do processo, noto não haver no presente feito interesse ou intervenção da Fazenda Pública estadual ou municipal de Porto Velho, nem tão pouco de suas Autarquias e Empresas Públicas a justificar o trâmite dos presentes autos perante este Juízo.
Assim, a incompetência deste Juízo revela-se absoluta para processar e julgar a presente ação, sendo a competência de uma das Varas Cíveis desta Capital.
Não sendo acolhida a competência, o juízo declinado, nos termos do parágrafo único do art. 66 do CPC, deverá suscitar o conflito, salvo se atribuir a outro juízo.
Ante o exposto, declino da competência e determino a redistribuição dos autos, por sorteio, para uma das Varas Cíveis de Porto Velho.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

2ª Vara de Fazenda Pública Av. Pinheiro Machado, n. 777, bairro Olaria, Porto Velho/RO. FONE: 69-3309-7059; E-MAIL: pvh2fazgab@tjro.jus.br
7037214-11.2023.8.22.0001 Procedimento Comum Cível
POLO ATIVO
AUTOR: PALMIRO ROBERTO JUNIOR, AVENIDA DOM PEDRO I 2407 SETOR 05 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: AGNALDO FELIPE DO NASCIMENTO BASTOS, OAB nº DF62576
POLO PASSIVO
REU: AGENCIA DE DEFESA IDARON
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos, etc.
O requerente peticionou a desistência da ação (id. 92778745)
Analisando o andamento processual, constato que não houve análise do pedido de tutela de urgência, nem citação do requerido
Assim, diante da dispensa de consentimento da parte contrária (art. 485, §4º), homologo o pedido de desistência da ação, nos termos do art. 485, inciso VIII, do CPC, julgando-se extinto o feito sem resolução do mérito.
Sem custas de lei. Sem honorários.
Transitado em julgado, arquivem-se.
SERVE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Porto Velho , 17 de julho de 2023 .
Edenir Sebastião A. da Rosa

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO. Telefones: (69) 3309-7000 (Central de Atendimento) e (69) 3309-7061 (Gabinete). Email: pvh2fazgab@tjro.jus.br
PROCESSO N. 7008365-29.2023.8.22.0001
IMPETRANTE: SHOPTENNIS COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
ADVOGADO DO IMPETRANTE: THALIS SANTOS DE OLIVEIRA, OAB nº SC62353
IMPETRADOS: Estado de Rondônia, C. D. R. E.
ADVOGADO DOS IMPETRADOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA

Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA interposto por SHOPTENNIS COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, contra suposto ato coator do COORDENADOR-GERAL DA RECEITA ESTADUAL DA SECRETARIA DO ESTADO DE FINANÇAS DE RONDÔNIA.

Afirma ser pessoa jurídica de direito privado e, que no exercício de suas atividades, vende mercadorias a consumidores finais não contribuintes localizados nas diversas Unidades da Federação, inclusive no Estado de Rondônia, efetuando o recolhimento do DIFAL.

Todavia, tendo em vista a decisão tomada pelo STF no julgamento do Tema 1093, bem como, a promulgação da LC n. 190/2022, em 05 de janeiro de 2022, aduz que não deve se submeter à exigibilidade do recolhimento de ICMS DIFAL nas operações interestaduais destinadas a não contribuintes situados neste Estado, no período compreendido entre 01 de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022, em razão do Princípio da Anterioridade (art. 150, III, b), ou, alternativamente, no período de 01 de janeiro de 2022 à 31 março de 2022, observando-se o Princípio da Anterioridade Nonagesimal (art. 150, III, c).

Assim, impetra mandado de segurança objetivando afastar a incidência do DIFAL.

Pedido liminar parcialmente deferido para determinar que a autoridade coatora se abstivesse de: a) cobrar o ICMS-DIFAL de consumidor final não contribuinte, antes dos 90 dias da promulgação da LC 190/2022; b) qualquer ato sancionatório (lavrar auto de infração, inscrição em cadastro restritivo, promover execução fiscal, negar expedição de certidão de regularidade fiscal, cancelar inscrições estaduais, revogar/indeferir concessão de regimes especiais) relativo a esse tributo, no período do item anterior; e, c) realizar a apreensão de mercadorias da Impetrante, quando transitarem nos postos de fiscalização do Estado, utilizando-se a apreensão como condição da exigibilidade do tributo (ICMS-DIFAL) – id 91775343.

O Estado de Rondônia ingressou nos autos – id 92614168. Afirma que a Emenda Constitucional 87/15 - que tinha como objetivo apenas promover nova divisão no produto da arrecadação do ICMS em operações interestaduais - editou-se, no âmbito do CONFAZ, o Convênio 93/15, cujo objeto era formalizar o modo de o contribuinte operacionalizar o recolhimento dos valores a dois entes distintos.

Discorre que, em síntese, enquanto originalmente o produto da arrecadação do ICMS em operações interestaduais destinadas a consumidor final ficava (i) com o Estado de origem quando o destinatário não era contribuinte ou (ii) era dividido quando o destinatário fosse contribuinte, a EC 87/15 passou a adotar apenas a última forma, ou seja, dividir o produto da arrecadação entre os Estados, de origem e de destino. Assim, já não importa se o destinatário é contribuinte para fins da divisão.

Explica que atualmente o fato de o consumidor final da mercadoria ser contribuinte, ou não, do ICMS somente faz diferença quanto à responsabilidade pelo recolhimento do imposto ao Estado de destino, conforme a nova redação do art. 155, § 2º, VIII, da CR/88. E, por certo, as regras gerais sobre responsabilidade já estavam fixadas no art. 5º da LC 87/96, não havendo qualquer óbice na imediata aplicação da nova sistemática de mera divisão do produto da arrecadação do tributo.

Afirma que em 2021, o Pretório Excelso chegou à conclusão de que a EC 87/15 criou uma nova espécie de obrigação tributária (obrigação principal), o que exigiria a edição de lei complementar específica. Aqui, não há como deixar de registrar críticas ao julgado pelo STF, tanto no aspecto da análise da relação jurídico-tributária, como na inexistência de uma espécie tributária própria (ICMS- DIFAL), estando todos os elementos já previstos na Lei Kandir, sendo apenas técnica de divisão de receitas entre entes federados. De qualquer forma, a decisão está aperfeiçoada, ainda que pendentes novos embargos de declaração que, como cediço, não podem alterar o acórdão inicial.

Assim, na ADI 5469 as cláusulas do Convênio que regulavam o recolhimento foram julgadas inconstitucionais, exigindo o Supremo Tribunal Federal a edição de lei complementar. No RE 1.287.019/DF, entendeu-se ilícita a cobrança do ICMS pelo Estado de destino na forma autorizada pela EC 87/15 sem a edição de lei complementar, tendo-se editado o tema 1092 em tese de Repercussão Geral.

Aduz que o STF modulou os efeitos dos julgados sendo aplicáveis a partir do início do ano de 2022, excetuado as demandas propostas anteriormente, aplicando a solução em face das leis estaduais de todos os entes regionais.

Discorre acerca dos efeitos da LC 190/22, destacando ser condição de o de eficácia para a lei estadual instituidora de tributo. Aqui, necessário será verificar o que se entende por eficácia e a produção de efeitos mínima já trazida pela vigência da lei ordinária. No ponto, mostra-se suficiente transcrever trecho do voto do Exmo. Ministro Marco Aurélio no RE 1.287.019/DF que lembrando as origens do entendimento que deu origem ao Tema 1094.

Ao final, pugna pela denegação da segurança, considerando a não aplicação da regra da anterioridade, resultando na manutenção da carga tributária.

Devidamente notificada, a autoridade coatora não prestou informações.

Parecer ministerial (ID 93081055). Manifesta-se pela denegação da ordem pleiteada.

É o relatório. DECIDO.

O mandado de segurança, como remédio constitucional, destina-se a proteger direito líquido e certo, não amparável por habeas corpus ou habeas data contra ato (ou omissão) marcado de ilegalidade ou abuso de poder, de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, LXIV da Constituição Federal).

Segundo Alexandre de Moraes “trata-se de uma ação constitucional civil, cujo objeto é a proteção de direito líquido e certo, lesado ou ameaçado de lesão, por ato ou omissão de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público (Moraes, Alexandre/Direito Constitucional. 2002, p. 164).”

A viabilidade do mandado de segurança é aferida no momento da impetração, verificando se o direito invocado na inicial está substancialmente comprovado, de forma a prescindir de qualquer outro meio probatório. O mandado de segurança só é possível quando houver direito líquido e certo, o que quer dizer fato incontroverso diante de prova pré-constituída, sendo desnecessária qualquer dilação probatória.

A controvérsia da presente demanda se instala na eventual ilegalidade de cobrança do ICMS-DIFAL após a publicação da LC 190/2022. Pois bem.

O artigo 146, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal prevê que compete à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre a definição dos impostos previstos no Texto Constitucional e dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.

Assim, observa-se que a matéria reservada à lei complementar pelo artigo 146, inciso III, da Carta cinge-se à fixação de normas gerais, ou seja, de princípios e regras tributários que, por sua generalidade, sejam aplicáveis às diversas pessoas políticas e seus administrados, orientando a atuação do legislador ordinário no exercício de sua competência constitucional.

Por sua vez, o artigo 155, inciso XII, §2º, alíneas "a", c", "d" e "i", da CF/88, prevê a espécie legislativa qualificada para definir os contribuintes do ICMS, para disciplinar o regime de compensação, a fixação de base, bem como para estabelecer o local da ocorrência do fato gerador do imposto, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável.

A lei complementar mencionada no inciso XII do § 2° do art. 155 encaixa-se primordialmente na função de limitar o poder de tributar relativamente ao ICMS, porque tem por objetivo definir quem é contribuinte desse imposto; dispor sobre a substituição tributária; disciplinar o regime de compensação do imposto; fixar o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços, o que foi possível por meio da LC nº 87/96.

A Lei Complementar n° 87/96 ("Lei Kandir") dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), estabelecendo, dentre outras normas, disciplina acerca do fato gerador (artigos 1°, 2° e 12), dos contribuintes e responsáveis tributários (artigos 2° a 7° e 9°), da base de cálculo (artigo ° e 13 a 16) e do local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável (artigo 11).

Assim, observa-se que a Lei Complementar nº 87/96 dispõe sobre as matérias elencadas nos artigos 146, inciso III, alínea "a", e 155, § 2°, inciso XII, alíneas "a", "c", "d" e "i", da Constituição, de modo a viabilizar a instituição e a cobrança do imposto em comento pelas unidades federadas competentes, inclusive sob a égide da Emenda Constitucional nº 87/15.

Cumpre transcrever algumas decisões dos Tribunais do país que reconhecem a legalidade da cobrança do DIFAL, in verbis:

"APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA (DIFAL). PRETENSÃO DE DECLARAÇÃO DE ILEGALIDADE E/OU INCONSTITUCIONALIDADE DA COBRANÇA PELO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL EM RAZÃO DA INEXISTÊNCIA DE LEI COMPLEMENTAR ESPECÍFICA. DESNECESSIDADE. Os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal compreendem, em si, os elementos necessários para que os Estados disciplinem, em seu respectivo âmbito, o instituto do diferencial de alíquotas (DIFAL), o que foi feito a partir da celebração do CONVÊNIO ICMS 35/2015, da Lei Estadual nº 14.804/2015 (que alterou a Lei Estadual nº 8.820/1989), e da edição do Decreto Estadual nº 52.839/2015 (que alterou o RICMS/RS), notadamente porque, com a edição da EC 87/2015, o art. 155 da Constituição Federal já passou a prever a forma de recolhimento da diferença entre a alíquota interna e a interestadual do ICMS. O Convênio ICMS 93/2015, tampouco gerou alterações quanto à alíquota interestadual ou interna ou quanto à base de cálculo devida nas operações que destinem bens, mercadorias ou serviços a consumidor final não contribuinte de ICMS localizado em outro Estado da Federação. É que, em verdade, o Convênio ICMS 93/2015 apenas reproduz o contido no art. 155, § 2º, inc. VII, 'a' e 'b', da Constituição Federal e no art. 13 da Lei Complementar Federal nº 87/96. Veja-se que a Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir) já define sobre hipótese de incidência, sobre contribuintes e responsáveis tributários, sobre base de cálculo e sobre local da operação ou prestação para efeito de cobrança e definição do estabelecimento responsável. APELAÇÃO DESPROVIDA. (TJ-RS - AC: 70077643740 RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Data de Julgamento: 26/06/2018, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 04/07/2018)."

"TRIBUTÁRIO NECESSIDADE DE LEI ESTADUAL PARA COBRANÇA DO DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA (DIFAL) DE ICMS PREVISÃO NA LEI ESTADUAL Nº 6.012/1996 OPERAÇÕES QUE DESTINEM BENS OU SERVIÇOS INCIDENCIA DO DIFAL RECUSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1- Cinge-se a controvérsia acerca da existência de Lei Estadual para haver a cobrança do diferencial de alíquota (DIFAL) de ICMS. 2 - Os dispositivos alegados por ambas as partes convergem que para a cobrança do diferencial de alíquota, é necessário a instituição em Lei, em conformidade com o entendimento do STF (RE 499608 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 28/06/2011, DJe-157 DIVULG 16-08-2011 PUBLIC 17-08- 2011 EMENT VOL-02567-02 PP-00218) . 3 A Lei Estadual nº 6.012/1996, no artigo 39, prevê que o Estado do Pará poderá exigir o pagamento do imposto ao contribuinte, com a fixação do valor da operação ou da prestação subsequente que terá base de cálculo o valor da mercadoria ou da prestação e o percentual da margem de lucro. E, que o contribuinte será responsável pela arrecadação e pagamento do imposto na condição de substituto tributário, em relação ao imposto incidente sobre as operações ou prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, inclusive ao valor que decorre da diferença entre alíquotas interna e interestadual.: 4- Desta forma, atesta-se que há previsão da cobrança do diferencial de alíquota do ICMS, pela Lei Estadual nº 6.012/1996, sendo possível a exigência do DIFAL pelo Estado do Pará, ora agravado, uma vez que o tal imposto correrá sobre operação com mercadorias (bens) oriundas de outra unidade Federativa, o que evidencia a ausência de verossimilhança das alegações. (2013.04245712-44, 127.958, Rel. MARIA DO CEO MACIEL COUTINHO, Órgão Julgador 1ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA, Julgado em 2013-12-16, Publicado em 2013-12-18)."

Inclusive, o próprio e. TJRO entende que havendo previsão específica na Constituição Federal e na lei estadual, não há que se falar em ilegalidade ou inconstitucionalidade na cobrança do diferencial de alíquota no âmbito do Estado de Rondônia, senão vejamos:

"Mandado de segurança. Tributário. Diferencial de alíquota tributária. Possibilidade. Legislação vigente. O recolhimento do diferença entre a alíquota interna e a interestadual do ICMS nas operações que destinem bens, mercadorias ou serviços a consumidor final não contribuinte de ICMS localizado em outro Estado da Federação, são devidos quando amparados por lei. Segurança denegada. (TJ RO, MS 0803509-87.2018.8.22.0000, Rel. Des. Oudivanil de Marins, j. em 11/04/2019)."

Importante esclarecer que a Emenda Constitucional nº 87/2015 não repercutiu nas operações e prestações interestaduais que se destinem a bens e serviços a contribuintes do imposto, pois a cobrança estava assegurada antes da redação conferida pela EC nº 87/2015.

O diferencial de alíquota do ICMS era previsto desde a redação original da Constituição Federal de 1988, somente para o destinatário final contribuinte do ICMS localizado em Estado diferente da origem da operação.

Nessa hipótese, ao Estado de origem cabia a alíquota interestadual fixada por ato senatorial e ao Estado de destino a diferença entre a alíquota interna e a interestadual – o Difal.

Quando a mercadoria ou o serviço fossem destinados ao consumidor final contribuinte do imposto, este era devido parte ao Estado de origem, e parte ao Estado de destino. A divisão era feita por meio da aplicação da alíquota interestadual, mais baixa, que gerava crédito menor para o comprador, e, consequentemente, fazia com que o ICMS por este pago, posteriormente, no Estado de destino, fosse maior.

Nesse cenário, não havia discussão sobre a cobrança do diferencial de alíquota ao consumidor final contribuinte, sendo assegurado no texto originário da Constituição Federal de 1988. O que não havia, até então, era previsão de incidência do Difal em operações interestaduais por não contribuintes do ICMS.

O argumento acerca da necessidade de lei complementar federal para implementação da referida disposição constitucional não encontra respaldo na jurisprudência do próprio STF, segundo o qual a Carta Magna já estabelece os critérios necessários à cobrança do diferencial de alíquota, dispensando previsão específica em lei complementar, senão vejamos, in verbis:

"Vistos etc. Contra o acórdão prolatado pelo Tribunal de origem, maneja recurso extraordinário, com base no art. 102, III, da Lei Maior, Praiamar Indústria Comércio e Distribuição Ltda. Aparelhado o recurso nas alíneas "a", "c" e "d" do art. 102, III, da Lei Maior. Aponta afronta aos arts. 24, I, §§ 3º e 4º, 146, III, "a", e 155, § 2º, incisos VII, "a" e "b", VIII e XII, "a", da Constituição Federal. É o relatório. Decido. Preenchidos os pressupostos extrínsecos. Da detida análise dos fundamentos adotados pelo Tribunal de origem, por ocasião do julgamento do apelo veiculado na instância ordinária, em confronto com as razões veiculadas no extraordinário, concluo que nada colhe o recurso. No julgamento do agravo de instrumento, interposto pela ora recorrente, na ação cautelar 3238, em que postulada a concessão de efeito suspensivo ao presente recurso extraordinário, consignei, ao indeferir o pedido: "A Constituição da República autoriza, de modo expresso, a cobrança, nas operações interestaduais de venda de mercadorias a destinatários que sejam contribuintes do ICMS, do cognominado 'diferencial de alíquota', consistente na diferença entre a alíquota interestadual, cobrada do alienante pelo Estado de origem, e a alíquota interna do Estado de destino. É o que estabelecem os incisos VII, a, e VIII do art. 155, § 2º, da Carta Política, verbis: 'Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: [...] II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; § 2º O imposto previsto no inciso II, atenderá ao seguinte: VII - em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á: a) a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto; b) a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele; VIII - na hipótese da alínea 'a' do inciso anterior, caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual. O diferencial de alíquota propicia a repartição da arrecadação entre os Estados em que situados o alienante e o adquirente, mediante a outorga, ao Estado de destino, de parcela do montante angariado com a sua cobrança. A rigor, trata-se de nova incidência tributária, distinta em muitos aspectos da exação cobrada pela operação interestadual: o sujeito ativo não é o Estado de origem, mas de destino; o sujeito passivo não é o alienante, mas o adquirente; a alíquota aplicável não é a interestadual e sequer a interna, mas o percentual correspondente à diferença entre elas. No caso dos autos, questiona-se a cobrança antecipada do diferencial de alíquota, quando da entrada, no estabelecimento do adquirente, de bens destinados a integrar o ativo permanente. A Lei 11.408/1996, do Estado de Pernambuco, estabelece tal cobrança nos seus artigos 5º, XIV, e 6º, IX, que preconizam: 'Art. 5º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento: [...] XIV - da entrada da mercadoria no estabelecimento do adquirente, quando procedente de outro Estado e destinada a integrar o respectivo ativo permanente ou ao seu próprio uso ou consumo. Art. 6º A base de cálculo do imposto é: (Redação alterada pelo art. 1º da Lei nº 12.335, de 23 de janeiro de 2003.) […] IX - na hipótese de utilização de serviços com prestação iniciada em outro Estado, que não esteja vinculada a operação ou prestação subseqüente, e de aquisição de mercadoria, também em outro Estado, para o ativo permanente ou uso ou consumo do próprio adquirente, o valor da prestação ou da operação no Estado de origem, sendo o imposto a pagar o valor resultante da aplicação do percentual equivalente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual sobre o mencionado valor. Quanto à alegação de ausência de previsão, em lei complementar, da cobrança do diferencial nas operações interestaduais de circulação de mercadorias, constato que a Lei Complementar 87/1996 é, de fato, omissa a respeito. Porém, a Carta Magna já estabelece, em seu próprio bojo, os critérios necessários à cobrança, dispensando previsão específica em lei complementar. Essa é a abalizada lição de Roque Antônio Carrazza, verbis: 'Em que pese ao silêncio desta lei complementar acerca da questão do diferencial de alíquota nas operações interestaduais que destinem bens, para uso, consumo ou ativo fixo, a consumidor final que seja contribuinte de ICMS, temos para nós que os Estados não se encontram inibidos de, por meio de leis próprias, tratar do assunto, buscando – é bom ressaltarmos – fundamento de validade diretamente na Constituição. […] Os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Carta Magna já trazem em seu bojo todos os elementos para que os Estados, com a autonomia que lhes é própria, disciplinem, no âmbito de seus respectivos territórios, o instituto do diferencial de alíquotas do ICMS." (ICMS. 13ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 470). Ademais, ao julgar a ADI 3.246, ajuizada pela Confederação Nacional do Comércio em face de dispositivo da legislação baiana que regulou a antecipação parcial do ICMS nas aquisições interestaduais de mercadorias, esta Corte assentou a legitimidade da cobrança antecipada do diferencial de alíquota, independentemente de previsão específica em lei complementar (Pleno, rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgada em 22/03/2007). Exige-se previsão em lei ordinária (1ª Turma, RE 499.608 AgR, rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 28/06/2011), presente na espécie. Assinalo, outrossim, que essa cobrança antecipada se afigura necessária nas hipóteses de bens destinados para o ativo permanente, porquanto, caso não ocorresse, haveria expressiva distorção impositiva, com sério abalo ao princípio da uniformidade da tributação (art. 152 da CF) e à economia do Estado de destino, pois se tornaria muito mais vantajosa a aquisição de produtos de empresas de outros Estados da federação, dada a cobrança exclusiva da alíquota interestadual, inferior à interna. Destarte, não vislumbro, na cognição sumária cabível nesta fase processual, a plausibilidade jurídica das alegações da autora. Com efeito, o entendimento adotado no acórdão recorrido não diverge da jurisprudência firmada no âmbito deste Supremo Tribunal Federal, no sentido de que legítima a cobrança antecipada das alíquotas de ICMS nas operações interestaduais com base em lei ordinária, razão pela qual não se divisa a alegada ofensa aos dispositivos constitucionais suscitados. Nesse sentido: "AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. ICMS. OPERAÇÕES INTERESTADUAIS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO. HIPÓTESE DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA POR ANTECIPAÇÃO. NECESSIDADE DE PREVISÃO EM LEI. AGRAVO IMPROVIDO. I – O entendimento desta Corte é no sentido de que, em operações interestaduais, a exigência antecipada do diferencial de alíquotas constitui espécie de substituição tributária e, dessa forma, está sujeita aos requisitos para a adoção desse instituto, entre eles, a previsão em lei. II – Agravo regimental improvido." (RE 499.608-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJe 17.8.2011.) Inviável a interposição do apelo extremo por quaisquer das alíneas do art. 102, III, da CF/88. Nesse sentir, não merece seguimento o recurso extraordinário, consoante também se denota dos fundamentos da decisão que desafiou o recurso, aos quais me reporto e cuja detida análise conduz à conclusão pela ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República. Nego seguimento ao recurso extraordinário (CPC, art. 557, caput). Publique-se. Brasília, 27 de abril de 2015. Ministra Rosa Weber Relatora. (RE 725653 / PE).

Portanto, até então, não havia irregularidade em relação à instituição de regulamento, convênio, que trata sobre a cobrança do diferencial da alíquota de ICMS, como vinha ocorrendo.

A matéria discutida no julgamento conjunto do Recurso Extraordinário (RE) com repercussão geral (Tema 1093), e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5469 e até o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do Recurso Extraordinário (RE) nº 1287019/DF, era considerada autoaplicável a EC nº 87/2015, a qual alterou os incisos VII e VIII, do art. 155, CF/88, atribuindo idêntico tratamento da alíquota interestadual do ICMS dos consumidores finais contribuintes aos consumidores finais não contribuintes.

O julgamento do recurso supracitado findou-se em 24/02/2021, quando a Suprema Corte firmou o entendimento constante no Tema 1093 de repercussão geral: "Necessidade de edição de lei complementar visando a cobrança da Diferença de Alíquotas do ICMS – DIFAL nas operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto, nos termos da Emenda Constitucional nº 87/2015".

O tema julgado pelo Supremo Tribunal Federal fez análise do Convênio ICMS nº 93/15 do CONFAZ, que dispunha sobre as operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS, posto que não existe controvérsia relativa à cobrança do DIFAL ao consumidor final contribuinte.

No julgamento do Tema 1093, para evitar possível insegurança jurídica, o Supremo Tribunal Federal modulou a sua decisão para ter efeitos a partir de 2022, dando oportunidade ao Congresso Nacional para que editasse a lei complementar sobre a questão.

Desse modo, o e. STF reconheceu a legalidade das cobranças realizadas a título de ICMS-DIFAL até dezembro de 2021, sendo que a partir de janeiro de 2022 deveria haver Lei Complementar estipulando norma geral de cobrança da referida exação.

Após a decisão do Supremo Tribunal Federal, em 15/03/2021 foi proposto pelo Senador Cid Gomes (PDT/CE) o Projeto de Lei Complementar (PLP) 32/2021 que visava realizar as alterações necessárias para viabilizar a cobrança do DIFAL nos casos de ICMS gerado nas operações envolvendo consumidores não contribuintes de Estados diversos. A tramitação do projeto finalizou no Senado, remetido à Câmara Federal em 06/08/2021. Na Câmara, o projeto foi aprovado e enviado para sanção presidencial em 20/12/2021. O Presidente da República apenas sancionou a lei em 04/01/2022, sendo o PLP convertido na Lei Complementar 190/2022.

Nesse cenário, a promulgação e publicação da Lei Complementar (LC) nº 190/2022 apenas no ano de 2022 gerou questionamentos dos contribuintes quanto a sua aplicabilidade. Inúmeras ações foram ajuizadas no Poder Judiciário a fim de dirimir as controvérsias.

Nessas ações se sustenta que o DIFAL de consumidor final não contribuinte só poderá ser cobrado em janeiro de 2023 (princípio da anterioridade anual) ou no mínimo 90 dias depois da promulgação da Lei Complementar 190/2022 (princípio da anterioridade nonagesimal).

O princípio da anterioridade anual, também conhecido como anterioridade comum ou anterioridade de exercício, está previsto no art. 150, III, b, CF. A norma constitucional veda a cobrança de tributo "no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou".

Por outro lado, o princípio da anterioridade nonagesimal, também conhecido como anterioridade privilegiada ou qualificada, está previsto no art. 150, III, c, da Constituição Federal, que estabelece que nenhum tributo poderá ser cobrado "antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou".

Desse modo, é possível aferir que a Constituição Federal de 1988 estabelece que os princípios da anterioridade anual e anterioridade nonagesimal serão observados apenas nos casos em que ocorra a publicação de uma lei, que institua um tributo ou aumente o seu valor.

Portanto, resta analisar se a Lei Complementar 190/2022, ao alterar a Lei Complementar 87/96, instituiu ou aumentou o tributo ICMS.

Ao analisar o inteiro teor da Lei complementar 190/2022, afere-se que não houve instituição de ICMS, ainda mais, ao olvidar-se que de 1968 até 1996 era o Decreto-Lei 406/68 que fixava as principais regras do ICMS. Após o período de 1968 a 1996, foi a Lei Complementar 87/96 que passou a tratar desse tributo. Assim, o tributo já existia antes da LC 190/2022.

Ademais, a LC 190/2022 não aumentou o tributo, haja vista que esta lei apenas dividiu em duas partes o valor que se pagava para o Estado remetente: alíquota interestadual e alíquota interna do Estado destinatário, conforme art. 13, § 3º, LC 87/96, com redação dada pela LC 190/2022.

Dito isso, não restando caracterizada a instituição de novo tributo ou a sua majoração, não há que se falar em observância ao princípio da anterioridade anual ou anterioridade nonagesimal, posto que não se aplicam ao presente caso.

No entanto, mister destacar o período de vacatio legis previsto no art. 3º da LC 190/2022. Constava no projeto inicial da LC 190/2022, que a lei entraria em vigor na data de sua publicação, no entanto, só produziria efeitos após decorridos 90 (noventa) dias.

Ocorre que durante a tramitação do projeto, houve mudança da redação da lei, sendo aprovada a redação do art. 3º, no qual consta que a entrada em vigor da lei ocorrerá na data de sua publicação, observado, quanto à produção de efeitos, o disposto na alínea "c" do inciso III do caput do art. 150 da Constituição Federal (anterioridade nonagesimal).

É certo que, conforme já exposto, não há que se falar em observância à alínea "c" do inciso III do caput do art. 150 da Constituição Federal (anterioridade nonagesimal), posto que não houve instituição de novo tributo, tampouco a sua majoração.

Percebe-se, em verdade, que a intenção do legislador é assegurar um intervalo de 90 dias entre a publicação da LC 190/2022 e a produção dos seus efeitos, de modo que a referência ao artigo 150, III, c, CF/88, foi indevida, sendo utilizada apenas para indicar a vacatio legis de 90 dias da publicação da lei para produção de efeitos.

Deste modo, em consonância com a determinação do artigo 3º, da Lei Complementar 190/2022, o diferencial de alíquota do ICMS para o consumidor final não contribuinte só passará a ser exigido depois de 90 dias da promulgação da LC 190/2022.

Outro ponto a destacar diz respeito à validade da Lei Estadual nº 3.699/2015. É certo que no julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.287.019 (Tema 1093), com repercussão geral, e da ADI nº 5469/DF, o e. Supremo Tribunal Federal (STF) reiterou o entendimento firmado no Tema nº 1.094 de repercussão geral, no julgamento do RE nº 1.221.330/SP, para considerar válidas as leis estaduais que preveem o ICMS correspondente ao diferencial de alíquotas nas operações ou prestações interestaduais com consumidor final não contribuinte, existentes antes da Lei Complementar, no entanto, ficou asseverado que os efeitos das leis estaduais só seriam produzidos após a edição da lei complementar, conforme trecho do voto do Excelentíssimo Ministro Dias Toffoli, a seguir transcrito:

"E, aplicando à presente discussão a orientação da Corte prevalecente no RE nº 917.950/SP-AgR e no RE nº 1.221.330/SP, Tema nº 1.094, julgo que as leis estaduais ou do Distrito Federal editadas após a EC 87/15 que preveem o ICMS correspondente ao diferencial de alíquotas nas operações ou prestações interestaduais com consumidor final não contribuinte do imposto são válidas, mas não produzem efeitos enquanto não for editada lei complementar dispondo sobre o assunto."

Assim, considerando que no âmbito do Estado de Rondônia a matéria é regulada pela Lei Estadual n. 3.699/2015, não há que se falar em necessidade de edição de nova lei para instituição do DIFAL, já que inexiste incompatibilidade, inadequação ou conflito entre as normas da Lei Estadual nº 3.699/2015 e da LC nº 190/2022.

Assim, a Lei Estadual 3.699/2015 é plenamente válida, no entanto, seus efeitos só iniciaram a partir da publicação da Lei Complementar 190/2022, conforme entendimento firmado pelo e. Supremo Tribunal Federal.

No tocante à compensação, declaro o direito da impetrante em realizá-la, desde que referente aos créditos do período de 90 dias de vacatio legis previsto no art. 3º da LC/190/2022, nos termos da Súmula 213/STJ, de modo que a comprovação do indébito e efetiva compensação deverão ser pleiteadas no âmbito administrativo, sendo incabível o mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte, nos termos da Súmula 460/STJ.
Por fim, em relação à apreensão de mercadorias, é cediço que o descumprimento de obrigações tributárias pode gerar a aplicação de multa, mas não a retenção da documentação ou mercadoria, conforme assentado na Súmula nº 323 do STF, que dispõe ser "inadmissível a apreensão de mercadoria como meio coercitivo para pagamento de tributos".
Nessa premissa, veda-se que a autoridade coatora adote providências no sentido de apreender as mercadorias da parte impetrante para fins de exigibilidade do DIFAL-ICMS de consumidor final não contribuinte.
DISPOSITIVO
Por todo o exposto, CONCEDO A SEGURANÇA para determinar que o impetrado se abstenha de: a) cobrar o ICMS-DIFAL de consumidor final não contribuinte, antes do período de 90 dias de vacatio legis, previsto no art. 3º da LC 190/2022, assegurado o direito da impetrante em realizar a compensação tributária; b) praticar qualquer ato sancionatório (lavrar auto de infração, inscrição em cadastro restritivo, promover execução fiscal, negar expedição de certidão de regularidade fiscal, cancelar inscrições estaduais, revogar/indeferir concessão de regimes especiais), relativo a esse tributo, no período do item anterior e; c) realizar a apreensão de mercadorias da Impetrante, quando transitarem nos postos de fiscalização do Estado, utilizando-se a apreensão como condição da exigibilidade do tributo (ICMS-DIFAL).
RESOLVO o feito, com análise do mérito, conforme art. 487, I, do Código de Processo Civil. Deixo de condenar em honorários na orientação do art. 25 da Lei n. 12.016/09. Custas pelo impetrado.
Sentença sujeita ao reexame necessário, oportunamente remetam-se ao e. TJRO. Vindo recurso voluntário, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões e remetam-se ao e. TJRO.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PORTO VELHO
Avenida Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO. Telefones: (69) 3309-7000 (Central de Atendimento) e (69) 3309-7061 (Gabinete). Email: pvh2fazgab@tjro.jus.br
PROCESSO N. 7040404-79.2023.8.22.0001
IMPETRANTE: TATIDIELE CARDOSO NASCIMENTO
ADVOGADO DO IMPETRANTE: ESMERALDINA OLIVEIRA DE SOUSA, OAB nº RO680
IMPETRADOS: Estado de Rondônia, CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIACAO E SELECAO E DE PROMOCAO DE EVENTOS - CEBRASPE
ADVOGADO DOS IMPETRADOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESCISÃO
Recebo a emenda á inicial. Retifique-se o valor da causa no sistema PJe.
Quanto à gratuidade de justiça, comporta assentar:
A Impetrante juntou documentos no intuito de comprovar a hipossuficiência financeira. Não obstante a documentação apresentada, não entendo que tenha demonstrado fazer jus a gratuidade.
Conforme tabelha apresentada, a Impetrante informa gastos com "água, energia, gazin e cartão", totalizando R$ 8.675,88 (oito mil seiscentos e setenta e cinco reais e oitenta e oito centavos).
Acontece que apenas as despesas da categoria "gazin" estão em nome da Impetrante. As despesas referentes à "água e energia" estão em nome de João Helio Soares da Cruz. No que diz respeito à categoria "cartão", sequer há identificação da titularidade da despesa, tratando-se de mero print que apresenta três lançamentos referentes ao mês de agosto e que não é últil para comprovar que se trata de despesa da Impetrante.
A Autora teve a oportunidade de comprovar fazer jus à gratuidade, todavia, não o fez da forma adequada.
Assim, não está comprovada a situação de hiposuficiência da Impetrante, motivo pelo qual indefiro a gratuidade de justiça.
Intime-se para recolher as custas iniciais, correspondentes a 2% sobre o valor da causa, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1331
e-mail: varasfazendacpe@tjro.jus.br
Processo : 7026028-93.2020.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ELIAS DA ROCHA PEREIRA
Advogado do(a) AUTOR: CELSO LUIZ MUTZ DA CRUZ - RO7822
REU: Estado de Rondônia
Intimação AUTOR - RETORNO DO TJ
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu Advogado/Procurador, para ciência e manifestação acerca do retorno dos autos do Tribunal de Justiça.
Prazo: 5 dias .
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

Sentença
Houve devido pagamento do valor em execução, por meio do precatório n. 0007074-73.2010.8.22.0000, conforme informações e documentos SEI n. 0006656-40.2023.8.22.8000, portanto, entendo como satisfeita a obrigação, nos termos do artigo 924, II c/c artigo 925, ambos do Código de Processo Civil e, por via de consequência, julgo resolvida a presente execução.
Considerando a preclusão lógica, o feito transita em julgado nesta data (CPC, artigo 1.000).
Na oportunidade, encaminho a ordem bancária de transferência dos valores depositados judicialmente na conta id n. 2848 040 01813795-0, com a devida atualização para a conta indicada pelo beneficiário NERY ALVARENGA - CPF n. 077.229.403-82, Conta Poupança n. 21519-6, Ag. 2848, Caixa Econômica Federal, a título de honorários sucumbenciais.
Aguarde-se a vinda das informações de transferência, no prazo de 10 (dez) dias, após, arquive-se.
P.R.I. Após as providências necessárias, arquive-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO. Telefones: (69) 3309-7000 (Central de Atendimento) e (69) 3309-7061 (Gabinete). Email: pvh2fazgab@tjro.jus.br
PROCESSO N. 7007557-34.2017.8.22.0001
EMBARGANTE: FRANCISCA ANTONIA CARVALHO FONSECA FERRO
ADVOGADOS DO EMBARGANTE: DIEGO IONEI MONTEIRO MOTOMYA, OAB nº RO7757, TANANY ARALY BARBETO, OAB nº RO5582
EMBARGADOS: Ministério Público do Estado de Rondônia, Estado de Rondônia
ADVOGADOS DOS EMBARGADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Determino a suspensão do feito pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de aguardar o retorno dos autos principais.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO. Telefones: (69) 3309-7000 (Central de Atendimento) e (69) 3309-7061 (Gabinete). Email: pvh2fazgab@tjro.jus.br
PROCESSO N. 7043971-21.2023.8.22.0001
IMPETRANTE: DORIVAN MIRANDA NERIS
ADVOGADO DO IMPETRANTE: VANDERLANDIS DA SILVA SANTOS, OAB nº MT19897O
IMPETRADO: D. E. D. T. D. R.
IMPETRADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Intime-se o Impetrante para apresentar comprovantes atuais de rendimentos e despesas mensais, a fim de que o Juízo analise se é cabível a concessão da gratuidade de justiça no caso.
Prazo de 15 (quinze) dias.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PORTO VELHO
Avenida Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO. Telefones: (69) 3309-7000 (Central de Atendimento) e (69) 3309-7061 (Gabinete). Email: pvh2fazgab@tjro.jus.br
PROCESSO N. 7002151-59.2023.8.22.0021
IMPETRANTE: REAL AGROPECUARIA LTDA - EPP
ADVOGADO DO IMPETRANTE: RODRIGO OTAVIO ACCETE BELINTANI, OAB nº AL9394A
IMPETRADO: S. -. D. D. R. E. D. R.
IMPETRADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Considerando a petição ID 93283675, concedo o prazo de 20 (vinte) dias para que o Impetrante cumpra o despacho ID 92196613.
Intime-se.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO. Telefones: (69) 3309-7000 (Central de Atendimento) e (69) 3309-7061 (Gabinete). Email: pvh2fazgab@tjro.jus.br
PROCESSO N. 7053592-52.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: R R SERVICOS DE TERCEIRIZACAO LTDA - ME
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: SHISLEY NILCE SOARES DA COSTA CAMARGO, OAB nº RO1244, ALEXANDRE CAMARGO, OAB nº RO704
EXECUTADO: MUNICIPIO DE PORTO VELHO
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
DECISÃO
Os autos vieram para regularizar movimento de suspensão, uma vez que os recursos interpostos ainda encontram-se pendentes de decisão definitiva.
Assim, determino o sobrestamento do feito por 60 dias ou até sobrevirem as informações de julgamento dos recursos.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO. Telefones: (69) 3309-7000 (Central de Atendimento) e (69) 3309-7061 (Gabinete). Email: pvh2fazgab@tjro.jus.br
PROCESSO N. 7085473-71.2022.8.22.0001
AUTOR: O MOVELEIRO COMERCIO E SERVICOS LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: IGOR SILVA DE MEDEIROS, OAB nº RN6300
REU: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Intime-se o requerido para ciência e adoção das providências cabíveis para cumprimento da decisão proferida no Agravo de Instrumento n. 0806978-68.2023.8.22.0000, que deferiu a antecipação da tutela a fim de suspender a exigibilidade dos valores referentes ao DIFAL no curso do ano-calendário 2022 e cobrados nos autos de origem, abstendo-se de atos restritivos ou sancionadores.
Em seguida, intime-se a parte Autora para, querendo, apresentar impugnação à contestação no prazo de 15 (quinze) dias.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO. Telefones: (69) 3309-7000 (Central de Atendimento) e (69) 3309-7061 (Gabinete). Email: pvh2fazgab@tjro.jus.br
PROCESSO N. 7044300-33.2023.8.22.0001
IMPETRANTE: V. G. G. D. Q.
ADVOGADO DO IMPETRANTE: BRUNO VALVERDE CHAHAIRA, OAB nº PR52860
IMPETRADOS: A. S. D. S. J., F. A. D. L. A.
IMPETRADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de prevenção para o juízo da 1º Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho.
Deste modo, determino a redistribuição do feito para aquela vara para análise do pedido.
À CPE para providências.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1331
e-mail: varasfazendacpe@tjro.jus.br
Processo : 7022613-97.2023.8.22.0001
Classe : MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)

IMPETRANTE: GE HEALTHCARE DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA
Advogado do(a) IMPETRANTE: LUIS EDUARDO VEIGA - SP261973
IMPETRADO: COORDENADOR DA COORDENADORIA DA RECEITA ESTADUAL (CRE) DA SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS DE RONDÔNIA e outros
Intimação AUTOR
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu Advogado/Procurador, para ciência da certidão ID93374068.
Prazo: 5 dias .
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho PROCESSO N. 7025440-23.2019.8.22.0001
AUTORES: Ministério Público do Estado de Rondônia, Estado de Rondônia
ADVOGADOS DOS AUTORES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: F N DE OLIVEIRA JUNIOR EIRELI - ME, FERNANDO NASCIMENTO DE OLIVEIRA JUNIOR, FERNANDA FERREIRA DE OLIVEIRA SILVA
ADVOGADOS DOS REU: MARIO JORGE DA COSTA SARKIS, OAB nº RO7241, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA com pedido de indisponibilidade de bens proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO em face de FERNANDA FERREIRA DE OLIVEIRA SILVA, FERNANDO NASCIMENTO DE OLIVEIRA JÚNIOR e F. N. DE OLIVEIRA JÚNIOR EIRELI ME.
Narra o autor, que por meio de inquérito civil público, desvendou-se que a requerida Fernanda Ferreira de Oliveira Silva, no exercício da função de Gerente Administrativa da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia, atuou diretamente para viabilizar a contratação, por parte do referido órgão, da empresa F. N. DE Oliveira Júnior EIRELI – ME, de propriedade de seu irmão Fernando Nascimento de Oliveira Júnior, para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em centrais de ar-condicionado tipo split. Além disso, Fernanda Ferreira de Oliveira teria atuado nos autos do Processo Administrativo alusivo à contratação da empresa do seu irmão, a despeito do impedimento expressamente previsto em lei.
Pontua que, no dia 24/09/2015, Fernanda, por meio do Memorando nº 045/2015, solicitou a abertura de procedimento administrativo para contratação de empresa especializada em prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado. Instruiu o pedido com a Ata de Registro de Preços formada no Pregão Eletrônico nº 05/2014, da 17ª Brigada de Infantaria de Selva desta cidade, bem como com outros documentos referentes a tal certame.
Diz que no dia 23/11/2015 foi celebrado o Contrato nº 235/PGE-2015 com a empresa F N DE OLIVEIRA JÚNIOR EIRELI – ME, fixando-se a contratação de serviço mensal de manutenção em 52 centrais de ar condicionado identificadas na avença (cláusula 1ª, Contrato de fls. 125/136, do Processo Administrativo nº 01-1801.01387-0000/2015).
Assevera, não fosse suficiente a atuação da requerida para beneficiar seu irmão, constatou-se, ainda, que a SEDAM já possuía uma empresa contratada para a prestação do mesmo serviço de manutenção das centrais de ar condicionado.
Discorre que no Processo Administrativo nº 01.1811.01078-000/2014, o Estado, por intermédio da SEDAM, firmou, no dia 03/03/2015, contrato com empresa Recuperar Recuperação e Manutenção em Ar Condicionado Ltda – ME, para prestação do serviço mensal de manutenção preventiva a corretiva. Afirma que consta do Contrato firmado com a Recuperar Recuperação e Manutenção em Ar Condicionado, o valor unitário do serviço de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos condicionadores de ar fixado em R$ 73,50. Na Ata de Registro de Preços aderida pela SEDAM, o preço unitário da manutenção era de R$ 833,33, mas tal valor acabou negociado em R$ 408,00 com F N DE OLIVEIRA (ainda assim, mais que cinco vezes superior ao praticado pela empresa Recuperar).
Relata que, os aparelhos que foram encaminhados à empresa Recuperar, também, foram encaminhados à empresa F N DE OLIVEIRA, de sorte que ambas, além de estarem prestando o mesmo serviço, concomitante, ainda faziam reparos e manutenções nos mesmos aparelhos.
Aduz que, entre novembro de 2015 a julho de 2016, o Estado pagou por duas vezes manutenções mensais concomitantes nos aparelhos com tombamento nº 1669, 1670, 1244, 1002, 1003, 1012, 1185, 1186, 484, 485, 1260, 1261, 1262, 1693, 990, 991, 994, 995, 996, 997, 998.
Conclui que a contratação da requerida F N DE OLIVEIRA era totalmente desnecessária e, além disso, elevou sobremaneira os custos do serviço de manutenção de centrais de ar, em comparação ao preço do serviço prestado pela Recuperar, e, ainda, acarretou o pagamento duplicado das manutenções nos aparelhos acima indicados. Juntou documentos.
O pedido liminar de indisponibilidade e sequestro de bens restou indeferido, sendo determinada pelo Juízo a averbação da informação sobre o trâmite da ação nos registros dos imóveis de propriedade dos requeridos, conforme decisão de Id. 28611506.
Notificados apresentarem defesa preliminar (Id. 30853036), apenas a requerida Fernanda Ferreira de Oliveira Silva restou notificada (Id. 31441997), enquanto o Requerido Fernando Nascimento de Oliveira Júnior consta informação de que este não reside mais no Brasil (Id. 31441996), razão pela qual foi determinada sua notificação por edital. Na mesma decisão (Id. 32214318), também foi determinada a notificação por edital da empresa F N DE OLIVEIRA JUNIOR EIRELI – ME.
Consta no Id. 32850981, peça nominada contestação, apresentada pela requerida Fernanda Ferreira de Oliveira, sem preliminares, a requerida alega responsabilização genérica e falta de indícios mínimos para o recebimento da inicial. Aduz que não era ordenadora de despesa e nem possuía poder de comando na pasta capaz de viabilizar a contratação da F N de Oliveira Júnior Eireli – ME. Relata que no relatório final do PAD, a comissão processante julgou improcedentes as acusações imputadas à requerida. Menciona, que no Processo Administrativo Disciplinar n. 063/PAD/SEDAM/2018, restou consignado que não houve qualquer prejuízo à Administração Pública, visto que o serviço foi devidamente prestado, inclusive avalizado pela Procuradoria Geral do Estado que proferiu despacho autorizando a adesão à Ata de Registro de Preços 001/2014 – Pregão para Registro de Preços 005/2014. Pugnou pelo não recebimento da inicial. Juntou documentos.

Certidão de certificação de publicação do Edital, Id. 32930887.
Os demandados F N DE OLIVEIRA JUNIOR EIRELI – ME e FERNANDO NASCIMENTO DE OLIVEIRA JUNIOR foram notificados por edital (Id 32930888). A Defensoria Pública, na qualidade de curador especial, apresentou contestação por negativa geral (ID 40139924).
Em réplica, constante no Id. 41416353, o autor manifestou-se pelo recebimento da inicial.
Decisão de Id. 53119614, rejeitou as manifestações prévias dos demandados, recebendo a presente ação civil pública.
A demandada FERNANDA FERREIRA DE OLIVEIRA contestou o feito (Id. 55573354). Não arguiu preliminares. Em relação ao mérito, defende a falta de indícios mínimos que ensejem a sua responsabilização. Diz que a simples instauração de processo administrativo é incapaz de resultar no gasto público de quase R$ 174.756,00. Que os documentos assinados pela requerida não são capazes de concretamente produzir o resultado exposto na inicial. Que não houve prejuízo à Administração Pública visto que o serviço foi devidamente prestado. Que não era ordenadora de despesa e nem possuía poder de comando na pasta capaz de viabilizar a contratação da F N de Oliveira Júnior Eireli – ME. Requer, em suma, a improcedência do pedido de improbidade administrativa.
Instados a especificarem provas, a Defensoria Pública manifestou-se pela produção de prova oral (Id. 57485870), o Ministério Público informou não ter interesse na produção de outras provas (ID 63952889), a requerida FERNANDA FERREIRA DE OLIVEIRA pugnou pela produção de prova testemunhal (ID 57485870) e os requeridos F N DE OLIVEIRA JUNIOR EIRELI – ME e FERNANDO NASCIMENTO DE OLIVEIRA JUNIOR, representados pela curadoria especial, disse não ter mais provas a produzir (Id. 63876516).
Os demandados F N DE OLIVEIRA JUNIOR EIRELI – ME e FERNANDO NASCIMENTO DE OLIVEIRA JUNIOR foram citados por edital (Id. 57673263). A Defensoria Pública, na qualidade de curador especial, apresentou contestação por negativa geral (ID 61557205).
Em réplica, o Ministério Público argumentou que nas defesas dos requeridos não há elementos ou argumentos capazes de derruir o acervo probatório que instrui o ICP, razão pela qual manifesta-se pelo prosseguimento da ação (ID 62566236).
Em decisão saneadora de Id. 66297025, decidiu-se que o ponto controvertido da lide reside em saber se houve a prática de ato ímprobo na contratação da requerida F N DE OLIVEIRA para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em centrais de ar-condicionado tipo split na Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia – SEDAM. E designou-se audiência de instrução e julgamento.
Em audiência realizada por videoconferência em 03.02.2022, às 09:00 horas, compareceram as testemunhas, Sra. Elaine Cristina Nunes Vieira; Sra. Pamela Suellen Lucindo de Melo; e Sr. Irving Borges Vitorino, conforme ata da audiência de Id. 67670274.
Alegações finais pelo autor, Id. 74883406, alegando em suma, a ocorrência de ato de improbidade administrativa pelos requeridos, que redundou em dano ao erário e violação aos princípios constitucionais da Administração Pública. Pugna pelo ressarcimento integral do dano, consubstanciado no valor pago pelo serviço no procedimento fraudado, a saber, Processo Administrativo n. 1801.01387-000/2015, no valor total de R$174.756,00 (cento e setenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e seis reais), devidamente corrigido; Suspensão dos direitos políticos por 8 (oito) anos; Pagamento de multa civil equivalente a duas vezes o valor do dano; Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, dieta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sejam sócios majoritários, pelo prazo de 5 (cinco) anos. Em caráter subsidiário, a condenação dos requeridos pela prática de ato de improbidade administrativa na modalidade violação a princípios, com a consequente aplicação das penas cominadas no art. 12, inciso III da Lei de Improbidade Administrativa.
Alegações finais pela requerida Fernanda Ferreira de Oliveira Silva, alegando em síntese, a ausência de dolo na conduta da requerida; que não houve vantagem para a empresa pertencente ao irmão da requerida, o qual se deu por adesão na modalidade "carona" no processo licitatório; que não houve prejuízo à Administração Pública visto que o serviço foi devidamente prestado, inclusive avalizado pela Procuradoria Geral do Estado que proferiu despacho autorizando a adesão à Ata de Registro de Preços 001/2014 – Pregão para Registro de Preços 005/2014; que os fatos narrados estão longe de configurar um ato de improbidade, pois carecem de requisitos mínimos previstos na tipificação legal. Requer seja declarada improcedente a demanda.
Em alegações finais, Id. 76102138, a Defensoria Pública, como curadora especial dos requeridos F N DE OLIVEIRA JUNIOR EIRELI – ME e FERNANDO NASCIMENTO DE OLIVEIRA JUNIOR, manifestou pela reiteração do teor da contestação, por negativa geral dos fatos articulados na petição inicial.
Determinado a intimação do estado de Rondônia para, querendo, ingressar no feito, este se manifestou no Id. 77024517, requerendo seu ingresso no polo ativo da demanda, e ratificando as alegações finais ofertadas pelo Ministério Público.
Os autos vieram conclusos para julgamento do feito.
Pois bem.
Os autos vieram conclusos, todavia, verifico que as partes não se manifestaram quanto as modificações trazidas pela Lei nº 14.230/21.
Sabe-se que com o advento da Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021, o legislador realizou diversas alterações na Lei de Improbidade, como: tipificação apenas das condutas dolosas, individualização da conduta, prazo de sanção dos direitos políticos, prazo prescricional, interrupção da prescrição, prescrição intercorrente, entre outros.
Dessa maneira, em razão das reformas introduzidas na Lei de Improbidade Administrativa pelo legislador reformista, surge a discussão se a novas mudanças introduzidas pela Lei nº 14.230/21 atingirá ou não as ações de improbidades em curso, bem como os atos de improbidade concretizados.
O art. 17-D, introduzido pela Lei nº 14.230/21, estabelece que a ação de improbidade não constitui ação civil, mas repressiva de caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal.
"Art. 17-D. A ação por improbidade administrativa é repressiva, de caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal previstas nesta Lei, e não constitui ação civil, vedado seu ajuizamento para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos."
Outrossim, o § 4º, do art. 1º, estabelece que deve se aplicar as ações de improbidade administrativa os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador:
"Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelará a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei.(...)
§ 4º Aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado nesta Lei os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador."
Outra regra inovadora que suscita potencial de incidência refere-se à prescrição intercorrente, conforme disposto no art. 23, § 8º, da Lei nº 8.429/92:
§ 8º O juiz ou o tribunal, depois de ouvido o Ministério Público, deverá, de ofício ou a requerimento da parte interessada, reconhecer a prescrição intercorrente da pretensão sancionadora e decretá-la de imediato, caso, entre os marcos interruptivos referidos no § 4º, transcorra o prazo previsto no § 5º deste artigo."

Assim, instaura-se situação de a superveniência da norma jurídica apontada deter potencial de incidência ao caso em exame considerando alterações relevantes como redefinição de tipificações de condutas ímprobas, repisando o dolo como elementar, a previsão de prescrição intercorrente, a incidência imediata ou a retroatividade sob fundamento de efeitos da natureza sacionatória às condutas como "direito administrativo sancionador", sob afirmação de normas protetivas a direitos e garantias constitucionais individuais fundamentais.
Sendo imperativo da sistemática jurídica pátria que o exame da controvérsia seja realizado à luz de normativa superveniente com potencial de incidência de normativas materiais ou processais ao caso concreto, revela-se necessária a oportunidade às partes para manifestação, em respeito ao principio do contraditório e da não surpresa.
É previsão específica do art. 493, CPC, a manifestação das partes em relação a superveniência de fatos novos influentes na lide:
"Art. 493. Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão.
Parágrafo único. Se constatar de ofício o fato novo, o juiz ouvirá as partes sobre ele antes de decidir."
Conquanto a leitura primeira possa induzir restrição a "fato" como evento natural, é certo na doutrina jurídica e na sistemática jurídica que "fato constitutivo, modificativo ou extintivo" refere-se à situação jurídica superveniente que pode decorrer de um evento natural ou normativo com potencial de reconfiguração da situação jurídica anterior. Trata-se de "fato jurídico", pois, evidente, somente o jurígeno interessa ao Direito.
Ao par disso, é princípio e fundamento processual o contraditório e a não surpresa:
Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
Art. 11. Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade."
Assim, intimem-se as partes, primeiro ao Ministério Público e Estado de Rondônia, posteriormente em prazo comum os requeridos, para querendo, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias, complementarem suas alegações finais, manifestando-se sobre as alterações inseridas na Lei nº 14.230/21, texto normativo superveniente que redefine normativa jurídica ao tema improbidade, conteúdo desta ação.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Edenir Sebastião A. da Rosa
Juiz(a) de Direito

1º JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - Vara de Proteção à Infância e Juventude
Processo: 0000153-51.2018.8.22.0701
Classe: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
REU: ODAIR JOSE DE SOUZA REIS
Advogado do(a) REU: MARCUS VINICIUS SANTOS ROCHA - RO7583
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados da decisão de Id 92974179.
Porto Velho, 14 de julho de 2023

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - Vara de Proteção à Infância e Juventude
Processo: 0000666-48.2020.8.22.0701
Classe: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
REU: IZIDORIO DE BRITO
Advogado do(a) REU: JORGE OSVALDO PEREIRA DA SILVA - RO341
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados da decisão de Id 92740294.
Porto Velho, 14 de julho de 2023

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - Vara de Proteção à Infância e Juventude
Processo: 7033785-70.2022.8.22.0001
Classe: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
DENUNCIADO: EDIMAR LOREDO FRUTUOSO
Advogados do(a) DENUNCIADO: CAROLINA HOULMONT CARVALHO ROSA DE PAULA - RO7066, FRANK JUNIOR AUTO MARTINS - RO7273, NICOLE DIANE MALTEZO MARTINS - RO7280, RUBENS OLIVEIRA DA SILVA - RO11648, THIAGO VALIM - RO6320-E
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados do despacho de Id 92030465.
Porto Velho, 14 de julho de 2023

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - Vara de Proteção à Infância e Juventude
Processo: 0000097-18.2018.8.22.0701
Classe: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
REU: RENAN JONAS GARCIA DUARTE
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados da decisão de Id 92783432.
Porto Velho, 14 de julho de 2023

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - Vara de Proteção à Infância e Juventude
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo : 7081021-18.2022.8.22.0001
Classe : ADOÇÃO (1401)
REQUERENTE: F. C. L. e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: PAULO FLAMINIO MELO DE FIGUEIREDO LOCATTO - RN9437
REQUERIDO: Em segredo de justiça e outros
Intimação
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu Advogado/Procurador, a se manifestar acerca da certidão de nascimento.
Prazo: 5 dias.
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - Vara de Proteção à Infância e Juventude
Processo: 0000325-61.2016.8.22.0701
Classe: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
REU: WILSIVAN DA SILVA MORAES
Advogado do(a) REU: SILVIO MACHADO - RO3355
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados do despacho id 92109753.
Porto Velho, 14 de julho de 2023

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Porto Velho - Vara de Proteção à Infância e Juventude
Processo: 0000143-02.2021.8.22.0701
Classe: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
REU: Sansão da Silva Menezes e outros
Advogados do(a) REU: JEFERSON FURTADO DE LIMA - PI19243, LENINE APOLINARIO DE ALENCAR - RO2219, RAIARA OLIVEIRA BORGES SALGADO - RO12431
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) acima mencionados da decisão de Id 92533679.
Porto Velho, 14 de julho de 2023

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - Vara de Proteção à Infância e Juventude
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo : 7035529-71.2020.8.22.0001
Classe : APURAÇÃO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA ÀS NORMAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA OU ADOLESCENTE (1392)
REQUERENTE: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CANDEIAS DO JAMARI/RO - APAE DE CANDEIAS/RO
Advogados do(a) REQUERENTE: CASSIA AKEMI MIZUSAKI - RO337-B, EDNEIA UETE MASSARANDUBA - RO6442
REQUERIDO: ADEMILSON PINHEIRO COSTA
Advogado do(a) REQUERIDO: SILMARA BORGHELOT - DF43373
Intimação
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de suas advogadas, a tomar ciência da sentença com ID n. 93313082.
Prazo: 15 dias.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA ALVES
Técnico(a) Judiciário(a)
(Assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - Vara de Proteção à Infância e Juventude
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo : 7036660-76.2023.8.22.0001
Classe : ADOÇÃO (1401)
REQUERENTE: B. V. C.
Advogados do(a) REQUERENTE: FABIO VIANA OLIVEIRA - RO0002060A, LAIRA KATRYNE MORAES GERHARDT - RO12111
REQUERIDO: Em segredo de justiça e outros
Intimação
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu Advogado/Procurador, a se manifestar acerca da decisão ID 93328337.
Prazo: 5 dias.
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - Vara de Proteção à Infância e Juventude
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo : 7024680-69.2022.8.22.0001
Classe : AUTORIZAÇÃO JUDICIAL (1703)
REQUERENTE: S. E. A. D. S. C. e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: BRUNA LETICIA GALIOTTO - RO10897
REQUERIDO: V. A. D. S.
Intimação
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu Advogado/Procurador, a se manifestar acerca da sentença ID 93390764.
Prazo: 10 dias.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - Vara de Proteção à Infância e Juventude
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo : 7067857-83.2022.8.22.0001
Classe : GUARDA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE (1420)
REQUERENTE: A. M. D. S. e outros
REQUERIDO: J. M.
Advogados do(a) REQUERIDO: JANIO SERGIO DA SILVA MACIEL - RO1950, NELSON SERGIO DA SILVA MACIEL - RO624-A
Intimação
Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu Advogado/Procurador, a se manifestar acerca da sentença ID 93380329.
Prazo: 10 dias.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

1ª VARA DE FAMÍLIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo nº: 7031280-72.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
ROMMINA SOUZA DOS REIS
ADVOGADOS DO AUTOR: LAERCIO JOSE TOMASI, OAB nº RO4400
CLEBER DOS SANTOS, OAB nº RO3210
GEBRIM ABDALA AUGUSTO DOS SANTOS
REU SEM ADVOGADO(S)

DECISÃO
Vistos e examinados.
1. Trata-se de pedido de tutela de urgência cautelar em caráter antecedente formulado por R. S. D. R. em face de G. A. A. D. S.
Sustenta, em síntese, que conviveu com o requerido em união estável de outubro de 2011 até agosto de 2022, tendo ao longo dos anos constituído patrimônio comum formado por imóveis, móveis, semoventes, aplicações financeiras e as empresas APACHE, O BUTECO e VILLA CHOPP. Contudo, desde a separação do casal, o requerido tem privado a autora de acessar o estoque, a contabilidade, bem como receber os frutos das referidas empresas.
Alega, ainda, que tem recebido notícias de que o requerido está dilapidando o patrimônio, desviando as receitas das empresas para a sua conta pessoal, a fim de prejudicar a autora e a futura partilha dos bens.
Assim, requer a concessão de medida liminar para que o Juízo determine ao requerido que este lhe conceda o acesso total e irrestrito aos sistemas, controle de estoque, contas a pagar e receber, e contas bancárias das empresas. Juntou procuração, documentos, bem como o comprovante do pagamento das custas.
Vieram os autos conclusos.
Pois bem, sabe-se que os critérios de aferição para o deferimento da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional estão na faculdade do juiz que, ponderando sobre os fatos narrados e documentos juntados, decide sobre a conveniência da concessão – exercendo assim juízo de cognição sumária, desde que preenchidos os requisitos legais (a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo), podendo a qualquer tempo concedê-la, revogá-la ou modificá-la.
A probabilidade do direito reclamado no dispositivo legal (NCPC, art. 300), exige prova tal que permita ao julgador estabelecer um juízo de quase certeza acerca do direito vindicado - prova inequívoca.
Da análise dos autos, os documentos apresentados pela parte autora não se revelam suficientes para indicar o suposto risco de dilapidação patrimonial.
O comprovante de compra via PIX Num. 90952151 na boate APACHE, apresentado pela autora como indício de que o requerido está efetuando a transferência das vendas efetuadas por meio das máquinas de cartões para a sua conta pessoal, por si só, não é suficiente para comprovar a alegada dilapidação do patrimônio, inclusive porque a referida empresa tem natureza jurídica de empresário individual (Num. 90951150 - Pág. 2), logo, não há distinção de patrimônios entre a firma individual e a pessoa física do titular.
Ademais, a autora alega que desde agosto de 2022 o requerido está supostamente negando o acesso às informações sobre o indicado patrimônio comum, todavia, somente em maio de 2023 veio reclamar medida de urgência, o que não se verifica nos autos.
Nesse cenário, entende-se que não restaram caracterizados os requisitos autorizadores da concessão da tutela de urgência.
2. Desta forma, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA formulado pela autora em face do requerido.
3. Nos termos do art. 305, parágrafo único c/c o art. 303, §6º do CPC/2015 fica a autora intimada para emendar a petição inicial, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentando o pedido principal com toda a documentação pertinente, sob pena de extinção sem resolução do mérito.
4. Cumprido, voltem os autos conclusos.
Porto Velho/RO, 14 de julho de 2023
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo nº: 7033639-92.2023.8.22.0001
Classe: Homologação da Transação Extrajudicial
REQUERENTES: E. G. D. O., S. P. C. D. O., E. E. C. D. O., V. D. S.
ADVOGADO DOS REQUERENTES: MARIZA MENEGUELLI, OAB nº RO8602
SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos e examinados.
Verifica-se que a emenda não fora cumprida integralmente.
Assim, intimem-se os autores para atendimento do já disposto no item 2.1 e 3 do despacho Num. 91463535.
Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento.
Porto Velho/RO, 14 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo nº: 7083539-78.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: E. A. R.
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: K. M. C. M.
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos e examinados.
Acolho a cota ministerial e determino a realização de estudo técnico do caso.
Prazo: 40 (quarenta) dias para apresentação do relatório respectivo.
Promova a CPE a notificação do Setor Psicossocial.
Com o laudo, intimem-se as partes para ciência e, querendo, manifestarem-se, no prazo de 15 (quinze) dias.
Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público para parecer e, somente então promova-se a conclusão.
Porto Velho/RO, 14 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7019933-76.2022.8.22.0001
Classe : DIVÓRCIO LITIGIOSO (12541)
REQUERENTE: E. D.C.P.
Advogado do(a) REQUERENTE: DIEGO ALVES DE OLIVEIRA - PI9117
REQUERIDO: D.M. P.P.
Advogado do(a) REQUERIDO: JULIANE MUNIZ MIRANDA DE LUCENA - RO1297
Intimação AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7041692-62.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: J J O DE S
Advogados do(a) AUTOR: DIEGO ALEXIS DOS SANTOS ARENAS - RO5188, RICHARD SOUZA SCHLEGEL - RO5876
REU: A C A S
Intimação AUTOR - DESPACHO
Fica a parte AUTORA intimada acerca do despacho : "[...] .Vistos e examinados.
1. Deve ser emendada a inicial para que a parte requerente:
a) esclareça a incongruência na inicial quanto ao período da alegada união estável, posto que na narração dos fatos o autor indica o início da união em meados de maio de 2022 e fim em 06 de março de 2023, já no tópico 2.2., indica o início da união em novembro de 2014 e fim em 08/02/2020 e, por fim, nos pedidos, indica o início em 25 de agosto de 2022 e fim em 06/03/2023, o que se torna confuso e contraditório.
b) traga aos autos cópia dos 3 (três) últimos comprovantes de rendimentos, de modo a demonstrar a afeição aos benefícios da justiça gratuita reclamada.
O profissional autônomo e o profissional liberal podem comprovar rendimento mensal de várias maneiras:
• Contrato de prestação de serviços e recibos de comprovantes de depósitos;
• Declaração do sindicato, cooperativa ou associação;
• Decore com DARF (se o valor estiver acima do limite de isenção). Este documento só pode ser emitido por um contador registrado;
• Recibo de Pagamento de Autônomo (RPA);
• Extrato do seu banco dos últimos três meses;
• Declaração Anual do Imposto de Renda ou comprovante de isenção.
b.1) Tais documentos são importantes, para aferição do pleito de gratuidade - vide penalidade do artigo 100, Parágrafo único do CPC/2015 - pagamento até o décuplo das custas judiciais. Não havendo adequação fática à previsão legal para a concessão da benesse da Justiça Gratuita, no mesmo prazo da emenda, recolha as custas iniciais.
2. Intime-se a parte interessada, para a providência, devendo apresentar nova contrafé em termos, com as devidas retificações, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial e imediato arquivamento do feito.
Porto Velho/RO, 10 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo nº: 7048663-68.2020.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: E. S. B.
ADVOGADO DO AUTOR: MARCOS GUIMARAES DA SILVA ASTRE, OAB nº RO10979
REU: J. M. F. D. S. T., D. F. D. S., S. M. F. D. S., S. R. D. S., J. R. D. S., R. R. D. S., A. R. D. S., J. R. D. S. P. R. D. S., S. M. R. D. S., A. M. R. D. S., F. D. A. R. D. S., P. R. D. S., M. E. R. D. S., M. J. R. D. S.
ADVOGADOS DOS REU: DAYANNE ALCEBIADES FERREIRA, OAB nº GO53996, MARIA VERONICA DE OLIVEIRA, OAB nº GO43842
DESPACHO
Vistos e examinados.
1. Intime-se a requerida Sebastiana, através de suas patronas, para promoverem a regularização da procuração do herdeiro FRANCISCO, porquanto não está assinada.
Prazo: 5 (cinco) dias.
2. Após, tornem os autos conclusos.
Porto Velho/RO, 14 de julho de 2023.
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
Processo nº: 7031099-71.2023.8.22.0001
Classe: Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos
RECORRENTES: D. D. O. D., D. P. D. E. D. R.
ADVOGADOS DOS RECORRENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RECORRIDO: D. S. D. P.
RECORRIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos e examinados.
Trata-se de execução de alimentos pelo rito da coerção pessoal.
Sobreveio notícia da parte exequente de quitação INTEGRAL do débito alimentar até o mês de JUNHO de 2023, pleiteando a extinção do processo (Num. 93168769).
Posto isso, com fundamento no art. 924, II, do CPC/2015, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO.
Não havendo interesse recursal, certifique-se o trânsito em julgado nesta data, devendo o processo ser arquivado imediatamente.
Providencie-se eventuais baixas no BNMP.
Sem custas e/ou honorários, deferindo-se ao executado gratuidade.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, 14 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo nº: 7015488-78.2023.8.22.0001
Classe: Arrolamento Comum
REQUERENTE: MARIA PEREIRA LIMA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: HELEN LUIZE COUTO DOS REIS, OAB nº RO8886, IDALMA GABRYELY MARTINS SILVA DE SOUZA, OAB nº RO10321, NAYLA MARIA FRANCA SOUTO, OAB nº RO8989
REQUERIDO: LAURO IZIDIO DE LIMA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos e examinados.
Verifica-se que a emenda apresentada está incompleta.
Intime-se a parte autora para cumprimento INTEGRAL do já determinado no despacho de Num. 88486118. Notadamente quanto aos itens:
a) apresentar a certidão de inteiro teor dos imóveis atualizadas. Acaso não tenham matrícula em cartório de registro de imóveis, apresentar certidão descritiva e informativa da Prefeitura, na qual conste todos os limites e confrontações, bem como a cadeia possessória do bem perante a municipalidade. Havendo imóveis rurais, traga certidão do INCRA;
b) regularizar a certidão estadual (Num. 92188176), em nome do falecido;
c) providenciar o recolhimento do tributo causa mortis, referente à herança, pela via administrativa junto à Fazenda Pública do Estado, conforme autoriza o art. 662 do CPC/2015, se acaso tal imposto incidir, o que deve ser verificado pelos interessados, fazendo a prova no caso de isenção ou não incidência;
d) Promover o recolhimento das custas processuais no Feito n.º 7085081-34.2022.8.22.0001, a teor do disposto 486, § 2º, do CPC/2015.
e) promover a regularização da representação processual de: Maria de Jesus Pereira Lima, José Pereira lima, Claudenir Pereira Lima, Claudecir Pereira e Felipe Reis Lima, uma vez que as procurações estão sem assinaturas.
f) consta da inicial que os herdeiros renunciam aos seus quinhões hereditários, assim juntem aos autos termos de renúncia com as firmas reconhecidas; e
g) apresentar os documentos constantes nos eventos Num. 88320714, 88320715, 88320716 de forma legível.
Prazo: 15 (quinze) dias.
Transcorrido o prazo e independente de nova intimação, deve a parte manifestar-se no Feito, sob pena de indeferimento da inicial.
Porto Velho/RO, 14 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7032274-03.2023.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS (12246)
REQUERENTE: L. P. P. M. L. e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: FERNANDO AUGUSTO TORRES DOS SANTOS - RO4725
REQUERIDO: U. F. L.
INTIMAÇÃO AUTOR - CERTIDÃO OFICIAL
Fica a parte AUTORA intimada para se manifestar acerca da certidão do oficial de justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7028200-37.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: E C O DE A e outros
Advogado do(a) AUTOR: CAROLINA CARVALHO DE SOUZA - RO11481
REU: C H M DA C
INTIMAÇÃO AUTOR - SENTENÇA
Fica a parte AUTORA intimada acerca da sentença: "[...]É o relatório. Decido.
Não havendo questão preliminar ou prejudicial do mérito, passa-se ao estudo da causa em julgamento.
Lembra-se que deve sempre ser observado pelo juiz qual a situação que mais favorece aos interesses da criança/adolescente, que se sobrepõem a qualquer outro, buscando o seu bem estar e segurança.
No caso dos autos, tem-se que a genitora pretende exercer a guarda unilateral da filha. Assim, considerando que a criança já está sob a guarda fática da mãe e não havendo resistência ao pedido, não há razão para negar o pleito.
Quanto ao direito de visita, sabe-se que este não é apenas um direito dos pais em relação aos filhos, mas, também, dos filhos em relação aos pais, razão pela qual é de suma importância que tal direito seja resguardado ao genitor que não tiver a guarda exclusiva.
O mesmo direito que possui a mãe de manter relação direta de convivência com a filha, também possui o pai, desde que esta seja benéfica para a criança, tendo sempre em conta o interesse superior desta, em virtude de tratarem-se de pessoas em desenvolvimento.
No caso dos autos, verifica-se que o requerido não se opõe ao pedido da autora, pois, embora citado, não se fez presente na audiência de conciliação e tampouco apresentou contestação.
Não obstante, em relação à exigência de que o requerido seja obrigado a realizar videochamadas com a genitora, a fim de que ela tenha conhecimento do estado de saúde da filha quando estiver na companhia do pai, não se vê necessidade de fixação judicial nesse sentido, pois não consta nos autos indícios de que a menor estará em risco sob os cuidados do genitor, o que não impede que as partes conversem entre si e acordem sobre a realização das videochamadas, caso entendam necessário.
Lembra-se que a convivência da mãe ou pai com os filhos não deve sofrer interferência em virtude da relação conflituosa estabelecida entre os genitores, pois para o bom desenvolvimento social e familiar da criança, é preciso que esta conviva com toda a sua família, tanto materna, quanto paterna, a fim de assegurar e fortalecer os vínculos de afetividade parentais.
Assim, impõe-se a regulamentação de visitas conforme pleiteado na inicial, da seguinte forma:
a) o requerido poderá ter a menor consigo de segunda-feira a sexta-feira, buscando-a na escola às 17:30h e devolvendo-a às 20h00, na residência da genitora;
b) o requerido poderá ter a menor consigo em finais de semanas alternados, buscando-a aos sábados às 14h00 e devolvendo-a às 17h00 de domingo;
Em relação aos alimentos, o valor da pensão alimentícia deve ter como parâmetro para sua fixação o trinômio necessidade, possibilidade e proporcionalidade.
Sabe-se que os alimentos são fixados em proporção à necessidade do alimentando e a possibilidade do alimentante, atentando-se a condição econômico-financeira das partes. A contribuição dos pais para a manutenção da prole deve ser distribuída equitativamente, sem onerar apenas um dos pais, que têm idêntica obrigação legal de garantir a subsistência condigna dos filhos.
Deve ser avaliada a demonstração genérica das necessidades da menor (alimentação, vestuário, moradia, educação, assistência médica, dentre outras), conforme gastos usuais relativos a sua idade (04 anos - Num. 76074687).
Por outro lado, há que se analisar a capacidade econômica do requerido, pois a lei não objetiva o perecimento do alimentante, uma vez que tal circunstância, em verdade, provocaria maior prejuízo à menor.
Na emenda à inicial, a parte requerente argumentou que o requerido possui um restaurante e trabalha também com corridas por meio de aplicativo, auferindo renda mensal de aproximadamente R$ 4.000,00.
Embora citado, não apresentou o requerido defesa, sendo induvidoso afirmar que não se opõe à fixação da obrigação alimentar. Sendo o requerido revel, é de se fazer valer os efeitos da revelia disposto nos artigos 344 do CPC/2015 e 7º da Lei 5.478/68.
Assim, considerando as necessidades que a criança possui, e que não houve comprovação da efetiva renda mensal auferida pelo requerido, e a considerar o valor afirmado pela parte autora quanto aos ganhos do pai, tem-se como adequada ao trinômio necessidade/possibilidade/proporcionalidade a fixação dos alimentos no valor correspondente a 70% (setenta por cento) salário mínimo nacional.
Quanto aos alimentos sazonais de 01 salário mínimo em julho e em dezembro, diante da possibilidade de ocorrer variação das despesas, que podem tanto aumentar como diminuir o valor, como bem pontuou o Ministério Público, mostra-se mais razoável que não seja fixado um valor invariável nos respectivos meses, mas sim que integre a obrigação alimentar paterna o custeio de 50% das despesas extraordinárias da menor com vestuários, material, mensalidade e uniforme escolar, mediante apresentação de recibo ou nota fiscal.
Certamente, tal valor não importará em prejuízo ao sustento do requerido, e, igualmente, não desvalora as possibilidades do alimentante, mostrando-se também o encargo proporcional tanto sob o ângulo daquele que prestará como daquele que receberá os alimentos.
Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial formulado por E C O DE A, por direito próprio e em representação da sua filha menor A CO M em face de C H M DA Cpara:
a) CONCEDER a guarda unilateral do menor A C O M para a genitora, resguardando o direito de visitas do genitor, conforme os termos da fundamentação acima;
b) FIXAR os alimentos, de forma definitiva, no patamar de 70% (setenta por cento) do salário mínimo, a serem pagos todo dia 10 (dez) de cada mês, mediante depósito na conta bancária da genitora, mais o custeio pelo genitor de 50% das despesas extraordinárias da menor com vestuários, material, mensalidade e uniforme escolar, mediante apresentação de recibo ou nota fiscal.
Custas e honorários pelo requerido, estes em 10% sobre o valor da causa dada a ausência de complexidade.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, 10 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7028200-37.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: E C O DE A e outros
Advogado do(a) AUTOR: CAROLINA CARVALHO DE SOUZA - RO11481
REU: CAIO HENRIQUE MARINHO DA CRUZ
Intimação DO REVEL - SENTENÇA
Considerando a revelia do requerido, e de acordo com Art, 346, caput do CPC, providencio a sua intimação dos termos da sentença, via Diário da Justiça.
(...)É o relatório. Decido.
Não havendo questão preliminar ou prejudicial do mérito, passa-se ao estudo da causa em julgamento.
Lembra-se que deve sempre ser observado pelo juiz qual a situação que mais favorece aos interesses da criança/adolescente, que se sobrepõem a qualquer outro, buscando o seu bem estar e segurança.
No caso dos autos, tem-se que a genitora pretende exercer a guarda unilateral da filha. Assim, considerando que a criança já está sob a guarda fática da mãe e não havendo resistência ao pedido, não há razão para negar o pleito.
Quanto ao direito de visita, sabe-se que este não é apenas um direito dos pais em relação aos filhos, mas, também, dos filhos em relação aos pais, razão pela qual é de suma importância que tal direito seja resguardado ao genitor que não tiver a guarda exclusiva.
O mesmo direito que possui a mãe de manter relação direta de convivência com a filha, também possui o pai, desde que esta seja benéfica para a criança, tendo sempre em conta o interesse superior desta, em virtude de tratarem-se de pessoas em desenvolvimento.
No caso dos autos, verifica-se que o requerido não se opõe ao pedido da autora, pois, embora citado, não se fez presente na audiência de conciliação e tampouco apresentou contestação.
Não obstante, em relação à exigência de que o requerido seja obrigado a realizar videochamadas com a genitora, a fim de que ela tenha conhecimento do estado de saúde da filha quando estiver na companhia do pai, não se vê necessidade de fixação judicial nesse sentido, pois não consta nos autos indícios de que a menor estará em risco sob os cuidados do genitor, o que não impede que as partes conversem entre si e acordem sobre a realização das videochamadas, caso entendam necessário.
Lembra-se que a convivência da mãe ou pai com os filhos não deve sofrer interferência em virtude da relação conflituosa estabelecida entre os genitores, pois para o bom desenvolvimento social e familiar da criança, é preciso que esta conviva com toda a sua família, tanto materna, quanto paterna, a fim de assegurar e fortalecer os vínculos de afetividade parentais.
Assim, impõe-se a regulamentação de visitas conforme pleiteado na inicial, da seguinte forma:
a) o requerido poderá ter a menor consigo de segunda-feira a sexta-feira, buscando-a na escola às 17:30h e devolvendo-a às 20h00, na residência da genitora;
b) o requerido poderá ter a menor consigo em finais de semanas alternados, buscando-a aos sábados às 14h00 e devolvendo-a às 17h00 de domingo;
Em relação aos alimentos, o valor da pensão alimentícia deve ter como parâmetro para sua fixação o trinômio necessidade, possibilidade e proporcionalidade.
Sabe-se que os alimentos são fixados em proporção à necessidade do alimentando e a possibilidade do alimentante, atentando-se a condição econômico-financeira das partes. A contribuição dos pais para a manutenção da prole deve ser distribuída equitativamente, sem onerar apenas um dos pais, que têm idêntica obrigação legal de garantir a subsistência condigna dos filhos.
Deve ser avaliada a demonstração genérica das necessidades da menor (alimentação, vestuário, moradia, educação, assistência médica, dentre outras), conforme gastos usuais relativos a sua idade (04 anos - Num. 76074687).
Por outro lado, há que se analisar a capacidade econômica do requerido, pois a lei não objetiva o perecimento do alimentante, uma vez que tal circunstância, em verdade, provocaria maior prejuízo à menor.
Na emenda à inicial, a parte requerente argumentou que o requerido possui um restaurante e trabalha também com corridas por meio de aplicativo, auferindo renda mensal de aproximadamente R$ 4.000,00.
Embora citado, não apresentou o requerido defesa, sendo induvidoso afirmar que não se opõe à fixação da obrigação alimentar. Sendo o requerido revel, é de se fazer valer os efeitos da revelia disposto nos artigos 344 do CPC/2015 e 7º da Lei 5.478/68.
Assim, considerando as necessidades que a criança possui, e que não houve comprovação da efetiva renda mensal auferida pelo requerido, e a considerar o valor afirmado pela parte autora quanto aos ganhos do pai, tem-se como adequada ao trinômio necessidade/possibilidade/proporcionalidade a fixação dos alimentos no valor correspondente a 70% (setenta por cento) salário mínimo nacional.
Quanto aos alimentos sazonais de 01 salário mínimo em julho e em dezembro, diante da possibilidade de ocorrer variação das despesas, que podem tanto aumentar como diminuir o valor, como bem pontuou o Ministério Público, mostra-se mais razoável que não seja fixado um valor invariável nos respectivos meses, mas sim que integre a obrigação alimentar paterna o custeio de 50% das despesas extraordinárias da menor com vestuários, material, mensalidade e uniforme escolar, mediante apresentação de recibo ou nota fiscal.
Certamente, tal valor não importará em prejuízo ao sustento do requerido, e, igualmente, não desvalora as possibilidades do alimentante, mostrando-se também o encargo proporcional tanto sob o ângulo daquele que prestará como daquele que receberá os alimentos.
Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial formulado por E C O DE A, por direito próprio e em representação da sua filha menor A CO M, em face de C H M DA C para:
a) CONCEDER a guarda unilateral do menor A C O M para a genitora, resguardando o direito de visitas do genitor, conforme os termos da fundamentação acima;
b) FIXAR os alimentos, de forma definitiva, no patamar de 70% (setenta por cento) do salário mínimo, a serem pagos todo dia 10 (dez) de cada mês, mediante depósito na conta bancária da genitora, mais o custeio pelo genitor de 50% das despesas extraordinárias da menor com vestuários, material, mensalidade e uniforme escolar, mediante apresentação de recibo ou nota fiscal.
Custas e honorários pelo requerido, estes em 10% sobre o valor da causa dada a ausência de complexidade.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, 10 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7059543-51.2022.8.22.0001
Classe : INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: MANOEL DE SOUZA e outros (10)
Advogado do(a) REQUERENTE: JESSE JUNIOR LAGES VICTOR - RO12467
Advogado do(a) REQUERENTE: LECI SABINO DA SILVA - RO5445
INVENTARIADO: MARIA DA SILVA OLIVEIRA SOUZA
Intimação AUTOR - DESPACHO
Fica a parte AUTORA intimada acerca do despacho : "[...] 1. Intime-se o inventariante para manifestação acerca do parecer do Ministério Público (Num. 93159714).
Prazo: 10 (dez) dias." .

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246
e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7071489-20.2022.8.22.0001
Classe : ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
AUTOR: W. G. F. e outros
Advogado do(a) AUTOR: SILVANA DEVACIL SANTOS - RO8679
REU: W. G. N.
Advogados do(a) REU: AIRTON RODRIGUES GALVAO DE OLIVEIRA - RO0006014A, JULIANA GONCALVES DAS NEVES - RO5953
Intimação PARTES - DESPACHO
Ficam as PARTES intimadas para manifestação acerca do despacho : "[...] 3. Após, intimem-se novamente as partes para que especifiquem as provas que ainda pretendem produzir, justificando a pertinência e necessidade de produção, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 357 do CPC/2015). Acaso desejem a produção de prova oral, no mesmo prazo apresentem o rol de testemunhas e observando a limitação do § 6º do artigo retro mencionado, mesmo que venham independente de intimação, sob pena de não serem admitidas (§ 4º do mesmo artigo). A parte que eventualmente já tenha indicado prova oral nos autos, deverá ratificar o pedido e o rol respectivo, caso ainda deseje tal prova, sob pena de preclusão. Deverão, inclusive, observar o regramento do art. 455 do CPC/2015, se aplicável. 4. Com as manifestações, tornem os autos conclusos. Porto Velho/RO, 11 de maio de 2023 Jordana Maria Mathias dos Reis Juiz(a) de Direito."

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7023472-50.2022.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: B. W. M. M. e outros
EXECUTADO: ROBERT WILLIAN MARTINS DE AGUIAR
INTIMAÇÃO
Fica a parte REQUERIDA - REVEL, ROBERT WILLIAN MARTINS DE AGUIAR, intimada para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOH7Y7i

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7056336-78.2021.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: R A DA S e outros (6)
Advogado do(a) AUTOR: FABIO VILLELA LIMA - RO7687
REU: M N DE A
INTIMAÇÃO AUTOR - DECISÃO
Fica a parte AUTORA intimada acerca da DECISÃO: "[...] Vistos e examinados.
Houve cumprimento das determinações constantes na sentença de Num. 81422998.
O Ministério Público se manifestou pela homologação da prestação de contas (Num. 90549649).
Dessa forma, homologo a prestação de contas e determino o arquivamento deste Feito.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 5 de julho de 2023
Tânia Mara Guirro
Juiz(a) de Direito.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7012464-42.2023.8.22.0001
Classe : INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
REQUERENTE: ALICE SIRLEI MINOSSO registrado(a) civilmente como ALICE SIRLEI MINOSSO
Advogado do(a) REQUERENTE: DANIELI CRISTINE MARZAROTTO - RO8178
REQUERIDO: L A N DE S
INTIMAÇÃO AUTOR - SENTENÇA
Fica a parte AUTORA intimada acerca da sentença: "[...] . Vistos e examinados.
Verifica-se que a parte autora apresentou petição desistindo do prosseguimento da ação, não havendo interesse na sua continuidade.
Tem-se que não há óbice para a extinção.
POSTO ISSO, com fundamento no artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo o processo ser arquivado, observadas as cautelas e movimentações de praxe.
Revogo a curatela provisória concedida no Num. 89895392.
Sem custas e/ou honorários.
Por questão lógica, não havendo interesse recursal, certifique-se o trânsito em julgado nesta data e, em seguida, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, 7 de julho de 2023 .
Tânia Mara Guirro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7016835-49.2023.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: L. L. M. D. V.
Advogado do(a) EXEQUENTE: VALNEI FERREIRA GOMES - RO3529
EXECUTADO: F E DE V
Advogado do(a) EXECUTADO: ANA CLAUDIA ELHAGE DE CARVALHO - RO12035
INTIMAÇÃO AO RÉU - CUSTAS FINAIS
Fica a parte REQUERIDA, através do seu advogado, intimada para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOH7Y7i

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7016835-49.2023.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: L. L. M. D. V.
Advogado do(a) EXEQUENTE: VALNEI FERREIRA GOMES - RO3529
EXECUTADO: F E DE V
Advogado do(a) EXECUTADO: ANA CLAUDIA ELHAGE DE CARVALHO - RO12035
INTIMAÇÃO PARTES - SENTENÇA
Fica a parte AUTORA intimada acerca da sentença: "[...] . Sobreveio notícia da parte executada de quitação INTEGRAL do débito alimentar até o mês de junho de 2023, sendo que a parte exequente confirmou o pagamento e pleiteou a extinção do processo (Num. 92885077).
Posto isso, com fundamento no art. 924, II, do CPC/2015, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO.
Não havendo interesse recursal, certifique-se o trânsito em julgado nesta data, devendo o processo ser arquivado imediatamente.
Custas e honorários em 10% (dez por cento) pelo executado, sobre o valor atualizado do débito exequendo e com a inclusão das parcelas vencidas no decorrer do processo.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho/RO, 6 de julho de 2023 .
Tânia Mara Guirro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7009732-88.2023.8.22.0001
Classe : DIVÓRCIO LITIGIOSO (12541)

REQUERENTE: I. P. M. N. e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: JOSE HENRIQUE CELESTINO DE JESUS - RO10159
REQUERIDO: I. R. N. B.
INTIMAÇÃO AO AUTOR - CUSTAS
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais. O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico:
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOH7Y7i

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo nº: 7016458-15.2022.8.22.0001
Classe: Arrolamento Sumário
REQUERENTES: MARIA ALMAIZA SOARES DE LIRA, ELIANE NAIARA SOARES LIRA, JAILSON SOARES DE LIRA, ELIANA SOARES DE LIRA, CLEIVANETE SOARES DE LIRA, JERFFESON SOARES DE LIRA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: CARLOS RODRIGO CORREIA DE VASCONCELOS, OAB nº RO2918
SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos e examinados.
1. Trata-se de inventário pelo procedimento de arrolamento sumário proposto por JEFFERSON SOARES DE LIRA, CLEIVANETE SOARES DE LIRA, ELIANA SOARES DE LIRA, JAILSON SOARES DE LIRA, ELIANE NAIARA SOARES DE LIRA e MARIA ALMAIZA SOARES, em razão do falecimento de ALTEVIR JOSÉ DE LIRA.
2. Compulsando os autos verifica-se na certidão de óbito que Elane Soares de Lira Sares era casada na data do falecimento. O código civil instituiu o concurso sucessório do cônjuge sobrevivente com os descentes/ascendentes.
Sendo o casamento realizado pelo regime de comunhão parcial de bens, nos termos do inciso I do art. 1.829 do CC, terá o cônjuge sobrevivente direito à concorrência sobre os bens particulares deixados pela falecida (adquiridos antes do casamento, recebidos por doação ou herança e todos os demais que são excluídos da comunhão - art. 1659 do CC).
Desta forma, devem os autores apresentarem aos autos a certidão de casamento de Elane, adequando-se o plano de partilha ao regime do casamento, incluindo, se for o caso, o cônjuge Expedido Fraga Sales no presente Feito ou requerer o que entender de direito.
Prazo: 15 (quinze) dias.
Decorrido o prazo, promova-se a conclusão.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo nº: 7032799-82.2023.8.22.0001
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
AUTOR: G. C. G. G.
ADVOGADOS DO AUTOR: NAYLA MARIA FRANCA SOUTO, OAB nº RO8989, HELEN LUIZE COUTO DOS REIS, OAB nº RO8886
REU: G. C. F., A. F. G. G., A. F. G. G.
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos e examinados.
1. Para a concessão da gratuidade é necessária a demonstração de motivo justificador do pleito, não tendo o autor condições de pagamento, sem que comprometa o sustento próprio ou da família.
No presente caso, observa-se que o autor tem profissão regular, servidor deste Tribunal de Justiça, tendo inclusive apresentado comprovantes de sua renda mensal (Num. 91253574 - pág. 1 a 5), demonstrando que não se enquadra na impossibilidade de arcar com os custos processuais.
Neste sentido a jurisprudência mais razoável:
“Não é ilegal condicionar o juiz a concessão da gratuidade à comprovação da miserabilidade jurídica, se a atividade ou o cargo exercido pelo interessado fazem em princípio presumir não se tratar de pessoa pobre” (STJ – RT 686185 E JTJ 213231).
Assim, indefiro o pleito de gratuidade.
Promova o requerente o recolhimento das custas iniciais, trazendo aos autos comprovação.
Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento.
2. Após, tornem os autos conclusos.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo nº: 7021836-15.2023.8.22.0001
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
AUTORES: J. D. C. S., G. H. S. D. S.
ADVOGADO DOS AUTORES: DANIELLE HERMANDO LACERDA, OAB nº MT27958O
REU: E. M. L. D. S.
REU SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Vistos e examinados.
1. As partes entabularam acordo no Num. 93222485.
2. Retire-se de pauta a audiência do dia 24/07/2023, às 11h45.
3. Intime-se a autora para apresentar a procuração do requerido para a advogada DANIELLE HERMANDO, OAB/MT 27.958, bem como o acordo assinado pelas partes.
Prazo: 10 dias.
4. Com o cumprimento, ao MP e conclusos.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo nº: 7031259-96.2023.8.22.0001
Classe: Divórcio Consensual
REQUERENTES: A. C. S. D. S., R. D. S. P.
ADVOGADO DOS REQUERENTES: ANDRE MOREIRA PESSOA, OAB nº RO6393
SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos e examinados.
Registre em segredo de justiça. Custas recolhidas.
1. Considerando a consensualidade do pedido, colha-se parecer do Ministério Público.
2. Após, tornem os autos conclusos.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo nº: 7000959-09.2023.8.22.0016
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: M. D. S. J.
ADVOGADO DO AUTOR: ERIC ALVES MANDRICK, OAB nº RO11217
REU: S. M. I. D. S.
REU SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Vistos e examinados.
Verifica-se a ocorrência de litispendência com o processo n. 7040085-14.2023.8.22.0001.
Desse modo, completamente incabível e impraticável o tramitar de ambos os feitos.
Posto isso, RECONHEÇO A OCORRÊNCIA DE LITISPENDÊNCIA, razão pela qual, nos termos do artigo 485, V, do CPC/2015, EXTINGUE-SE O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Após o trânsito em julgado, arquive-se.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo nº: 7041329-75.2023.8.22.0001
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
AUTORES: O. J. C. D. A., E. S. D. S. C., D. P. D. E. D. R.
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: W. R. F. D. A.
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos e examinados.
1. Registre em segredo de justiça (art. 189, II, do CPC/2015) e com gratuidade.
2. Quanto à adoção do Juízo 100% Digital, o Provimento 41/2020 da CGJ/TJ/RO em seu art. 2º afirma: A escolha pelo “Juízo 100% Digital” é facultativa e será exercida pela parte demandante no momento da distribuição da ação, podendo a parte demandada opor-se a essa opção até sua primeira manifestação no processo.
Portanto, a cargo da escolha das partes na distribuição da ação e independente do deferimento por este Juízo.

Contudo, pontua-se que o Provimento 010/2021 da CGJ/TJ/RO é expresso, em seu artigo 1º, §§s 2º e 3º, afirma a possibilidade de ato de modo presencial:
"§2º Inviabilizada a produção de meios de prova ou de outros atos processuais de forma virtual, a sua realização de modo presencial não impedirá a tramitação do processo no âmbito do "Juízo 100% Digital". (AC)
§ 3º O "Juízo 100% Digital" poderá se valer também de serviços prestados presencialmente por outros órgãos do Tribunal, como os de solução adequada de conflitos, de cumprimento de mandados, dentre outros, desde que os atos processuais possam ser convertidos em eletrônicos." (AC)
Embora exista medida protetiva em vigor, tem-se possível a conciliação ser realizada de forma presencial, uma vez que as partes poderão aguardar a audiência em salas separadas e o ato será presidido por conciliadora e estarão as partes acompanhadas por seus patronos, podendo a autora requerer, se entender melhor, a realização da conciliação com sessões individuais. Ademais, este Poder Judiciário presará pela segurança da requerente.
3. Designo, desde logo, audiência de tentativa de conciliação para o dia 05 DE SETEMBRO DE 2023 às 10H15MIN, a ser realizada pelo CEJUSC (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Família e Criminal – Av. Pinheiro Machado, 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO - 9º ANDAR).
A AUDIÊNCIA ACIMA SERÁ REALIZADA DE FORMA PRESENCIAL.
Encaminhe-se ao CEJUSC para conciliação.
3.1. Para a audiência, advirta-se no mandado a parte autora que seu não comparecimento implicará no arquivamento do feito. À parte requerida, exorte-a de que, não comparecendo, terá a revelia decretada, presumindo-se, então, verdadeiros os fatos descritos na inicial.
3.2. Na audiência, se não houver acordo, poderá a parte requerida contestar, desde que o faça por intermédio de advogado ou, não possuindo condições de constituir um advogado, pela Defensoria Pública, passando-se em seguida à oitiva das testemunhas, alegações finais e prolação da sentença (artigos 8° e 9° da Lei de Alimentos). Advirta-se também as partes de que não havendo conciliação o feito será na mesma data instruído e julgado, adotando-se a forma célere e compacta que a lei prevê, pelo que deverão comparecer à audiência acompanhadas das provas que tiverem, sendo que testemunhas serão admitidas no máximo três para cada parte, que deverá trazê-las independentemente de intimação, tudo nos termos dos artigos 7º e 8° da Lei de Alimentos.
3.3. Por fim, cientifique-se a parte autora de que deverá trazer à audiência prova de seus rendimentos atuais (contracheque, Carteira de Trabalho, Declaração de Imposto de Renda etc), sob pena de ter contra si alimentos fixados a critério do Juízo, se acolhido o pedido. A parte requerida deverá também providenciar esta prova, que lhe é conveniente.
4. Cite-se a parte requerida e intimem-se AMBAS AS PARTES.
4.1. Esclareça o Oficial de Justiça à parte requerida que deverá comparecer à audiência acompanhada de advogado e, não tendo condições de constituir, poderá procurar a Defensoria Pública da Comarca (Avenida Governador Jorge Teixeira, n. 1722, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, telefone 69 3117-4705).
SERVE ESTE DESPACHO COMO MANDADO.
REQUERENTE: OSEIAS JORGE CASTRO DE AMORIM, representado por sua genitora ESTER SANDRINE DE SOUZA CASTRO, domiciliados na Rua Quirino Campofiorito, n. 4021, Bairro Socialista, Porto Velho-RO, CEP 76829-078, telefone (69) 99257-4280.
REQUERIDO: WALISSON RICHARD FREITAS DE AMORIM, domiciliado na Rua Iguaçu, n. 4144, Bairro Jardim Santana, Porto Velho-RO, CEP 76828-644, telefone (69) 99300-4255.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo nº: 7032653-41.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: E. M. D. S.
ADVOGADO DO AUTOR: PAULA GRASIELLA VIEIRA DA MAIA, OAB nº MT13819E
REU: R. M. D. S.
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos e examinados.
1. Trata-se de Ação Declaratória de Alienação Parental proposta pela genitora/requerente em face do genitor/requerido.
O processo foi inicialmente distribuído à 1ª Vara Cível da Comarca de Tijucas/SC, tendo sido declinada a competência a este Juízo (Num. 91226058 - Pág. 86).
Observa-se que tramita perante este Juízo o processo de Modificação de Guarda n. 7043314-16.2022.8.22.0001, no qual foi concedida, em tutela de urgência, a guarda provisória da criança ao genitor (Num. 88051237 - anexa a este despacho).
Verifica-se, inclusive, que naqueles autos não houve apresentação de contestação, sendo decretada a revelia da requerida, a qual é requerente neste processo.
Assim, intime-se a requerente, através de sua patrona, para manifestação, declinando se ainda possui interesse no prosseguimento do Feito, pleiteando o que entender pertinente.
Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.
2. Após, tornem os autos conclusos.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo nº: 7039392-30.2023.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
MARIA FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
FRANCISCO MOREIRA DE SOUZA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos e examinados.
Noticia a requerente que na ação de reconhecimento e dissolução de união estável nº 7057430-61.2021.8.22.0001 foi homologado o acordo firmado entre as partes, no qual foi definida a partilha dos bens adquiridos na constância da união.
No acordo, as partes convencionaram que o imóvel situado na Rua 23, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de Porto Velho - RO, seria vendido e o valor obtido com a venda rateado no percentual de 50% para cada uma das partes.
Ocorre que o requerido não cumpriu o acordo, pois passou a ocupar o imóvel que seria destinado à venda, criando obstáculos para a sua alienação.
Assim, a requerente apresentou pedido de cumprimento de sentença pleiteando que seja o requerido intimado para cumprir o acordo homologado pelo Juízo, sob pena de multa.
É o relatório.
Em que pese o protocolo como cumprimento de sentença, certo é que não é da competência desta Vara especializada o conhecimento e julgamento de ação de dissolução de condomínio.
Mesmo que a ação tenha sido nominada como “cumprimento de sentença”, é certo que o que interessa para a solução da causa é que o pedido seja compatível com a pretensão narrada, sendo irrelevante o nomen iuris dado à peça processual, mesmo porque a categorização jurídica do fato compete ao magistrado.
No caso, alheio ao rito de cumprimento de sentença, pretende o requerente, em verdade, ver extinto o condomínio existente sobre bem já partilhado.
Desse modo, compete ao Juízo da Vara Cível, e não da Vara de Família, processar e julgar ação judicial com pretensão de extinção de condomínio resultante de partilha de bens realizada em dissolução de união estável consensual, pois cuida-se de tema sujeito a regras próprias, estranhas ao Direito de Família.
Ainda que a formação do condomínio decorra de partilha de bens, a competência para processar e julgar a ação de alienação de coisa comum é da Vara Cível, pois a discussão não está relacionada à união estável, a qual já foi resolvida judicialmente, mas à existência de condomínio entre os ex-companheiros e à necessidade de sua dissolução, mediante a venda do bem, implementando, assim, o acordo entre as partes.
Nesse sentido, a jurisprudência do E. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, vejamos:
Agravo de instrumento. Declínio de competência. Ação de dissolução de condomínio. Interesse meramente patrimonial. Competência do juiz da vara cível. Recurso provido.
Se a partilha foi dirimida por ocasião do divórcio na Vara de Família, cuja jurisdição está encerrada, a extinção do condomínio deve ser apreciada no juízo cível, por envolver matéria meramente patrimonial.
(AGRAVO DE INSTRUMENTO 0800890-82.2021.822.0000, Rel. Des. Hiram Souza Marques, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Cível, julgado em 28/07/2021.)
Conflito de competência. Dependência. Não configuração. Ação de divórcio. Família. Sentença transitada em julgado. Ação de extinção de condomínio. Direito Civil. Competência do Juízo Suscitado.
A despeito a nomenclatura usada na ação, no divórcio já fora estabelecida a partilha do imóvel entre os ex-cônjuges, verificado que a parte busca, em verdade, a extinção do condomínio existente sobre o bem, impõe-se reconhecer a competência do Juízo da Vara Cível para processamento do feito.
(CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL 0800156-05.2019.822.0000, Rel. Des. Isaias Fonseca Moraes, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: Câmaras Cíveis Reunidas, julgado em 15/05/2019.)
Outros Tribunais do País também possuem igual entendimento. Veja-se:
PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. VARA CÍVEL E DE FAMÍLIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. PARTILHA DE BENS. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE FAMÍLIA ENCERRADA. EXTINÇÃO DO CONDOMÍNIO DE BENS. MATÉRIA EXCLUSIVAMENTE PATRIMONIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO CÍVEL. 1. Cinge-se a controvérsia do incidente a saber de qual Juízo é a competência para processar e julgar o feito de extinção do condomínio de bens que possui natureza eminentemente patrimonial, embora decorra de sentença transitada em julgado proferida em ação de reconhecimento e dissolução de união estável c/c partilha de bem constituído pelo casal. 2. O juízo de Família, ao decretar a dissolução da união estável determinou a partilha do patrimônio, exaurindo sua jurisdição, não lhe remanescendo competência para resolver os conflitos em torno do patrimônio partilhado e sobre o qual se formara o condomínio de bens, o qual se busca extinguir com ação de origem manejada pela requerente. 3. Assim, resta evidente que o que remanesce da relação do casal não mais se enquadra na competência das Varas de Família, pois o que se discute na ação de origem são questões eminentemente obrigacionais, na esfera meramente patrimonial com fundamento no direito de propriedade. 4. O fato de o condomínio decorrer de sentença proferida em ação de reconhecimento e dissolução de união estável c/c partilha de bens comuns do ex-casal, por si só, não tem o condão de atrair a competência para o juízo de família, mas sim o cível para processar e julgar o feito, conforme se verifica no art. 54 da Lei de Organização Judiciária. Precedentes do TJCE. 5. Conflito conhecido para declarar competente o juízo suscitante. Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 4ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por votação unânime, em conhecer do conflito de competência, para declarar competente o juízo suscitante para apreciar e julgar a execução, em conformidade com o voto do eminente relator. Fortaleza, 13 de setembro de 2022 MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHAES Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADORA ÂNGELA TERESA GONDIM CARNEIRO CHAVES Relatora

(TJ-CE - CC: 00021114620228060000 Fortaleza, Relator: ÂNGELA TERESA GONDIM CARNEIRO CHAVES, Data de Julgamento: 13/09/2022, 4ª Câmara Direito Privado, Data de Publicação: 13/09/2022).
AÇÃO DE EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO - SENTENÇA QUE EXTINGUIU O PROCESSO, EM RAZÃO DA FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL, POR INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - INSURGÊNCIA DA AUTORA - CABIMENTO - AÇÃO QUE VISA A EXTINÇÃO DO CONDOMÍNIO INSTAURADO NOS AUTOS DA AÇÃO DE DIVÓRCIO - PORTANTO, A PRESENTE DEMANDA POSSUI NATUREZA PATRIMONIAL, TÃO SOMENTE - MATÉRIA AFETA AO JUÍZO CÍVEL, NÃO GUARDANDO RELAÇÃO À COMPETÊNCIA DA VARA DE FAMÍLIA - JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA POR ESTA CORTE, ATRAVÉS DE INÚMEROS JULGADOS DE CONFLITOS DE COMPETÊNCIA, DE QUE SE FAZ NECESSÁRIO O AJUIZAMENTO DE AÇÃO AUTÔNOMA E NÃO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NA AÇÃO DE DIVÓRCIO - SENTENÇA ANULADA - RECURSO PROVIDO.
(TJ-SP - AC: 10095244420188260302 SP 1009524-44.2018.8.26.0302, Relator: HERTHA HELENA DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 20/03/2020, 2ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 20/03/2020).
Posto isso, com os fundamentos acima, declino da competência para uma das Varas Cíveis da Comarca de Porto Velho, a quem caberá por distribuição via sorteio.
Redistribua-se com as cautelas de praxe.
Intime-se.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo nº: 7025961-60.2022.8.22.0001
Classe: Tutela Cível
REQUERENTES: B. E. S. D. A., E. C. A., P. E. S. D. A.
ADVOGADO DOS REQUERENTES: NEILA DE FATIMA GARCIA LIMA DE PONTES, OAB nº RO2712
{{polo_passivo.partes}}
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos e examinados.
1. Sobre o pedido de tutela provisória de urgência, considerando o parecer favorável do Ministério Público (Num. 92347422), verificam-se presentes os requisitos necessários para a concessão da medida, quais sejam, probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (artigos 294 e 300 do CPC/2015).
Isso porque comprovado, mesmo nessa fase de cognição sumária, que as crianças sempre estiveram sob os cuidados diretos do genitor (agora falecido) e da família paterna, havendo inclusive decisão judicial regulamentando a guarda compartilhada entre os genitores, com a custódia física em favor do pai (Num. 75743893).
Embora a mãe exerca juridicamente a guarda legal e natural dos filhos, pendente ainda a citação da genitora, não podendo as crianças ficarem no vácuo jurídico no que concerne a sua tutela e sem que haja alguém responsável pelo resguardo de seus interesses jurídicos, notadamente em relação ao processo judicial que tramita perante a Justiça Federal em relação à pensão por morte instituída pelo genitor falecido, bem como no atendimento de suas necessidades básicas, tais como alimentação, vestuário, saúde etc., que, sob prisma maior, constituem verdadeiros direitos fundamentais.
Posto isso, com fundamento nos artigos 1.728, I, e 1.731, II, ambos do Código Civil e artigos 294 e 300 do CPC/2015, defiro o pleito para conceder a tutela provisória dos menores Brenda Eloany Soares de Almeida e Pablo Emersom Soares de Almeida à requerente, pelo prazo inicial de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado em caso de necessidade.
Expeça-se, com urgência, o Termo de Tutela provisória.
2. Intime-se a requerente, através de sua patrona, para manifestação quanto ao solicitado pelo Juízo deprecante, acerca do número da residência da requerida (Num. 93273762), a fim de viabilizar a citação.
Prazo: 5 (cinco) dias.
3. Com a resposta acima, tornem os autos conclusos para deliberação (inclusive acerca da realização de Estudo Técnico).
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo nº: 7042529-20.2023.8.22.0001
Classe: Homologação da Transação Extrajudicial
REQUERENTES: MATHEUS LIMA SILVA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDOS: ANTHONY SILVA, MARIA IZABEL SAMPAIO DA SILVA
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos e examinados.
Registre em segredo de justiça e com gratuidade.
1. Considerando a consensualidade do pedido, colha-se parecer do Ministério Público.
2. Após, tornem os autos conclusos.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo nº: 7038369-49.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: RAIMUNDO DE ALMEIDA MATTOS
ADVOGADO DO AUTOR: LUIZ CARLOS FORTE, OAB nº RO510
REU: GEISIANE SANTOS DA SILVA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos e examinados.
Verifica-se que a emenda não fora cumprida integralmente.
Deve o autor juntar aos autos o seu documento de identidade, bem como instruir a inicial com certidão de inteiro teor do imóvel (acaso não tenha matrícula em Cartório de Registro de Imóveis, seja apresentada certidão descritiva e informativa da Prefeitura, no qual conste todos os limites e confrontações, bem como a cadeia possessória do bem perante a municipilidade);
Ressalta-se que os documentos mencionados são obtidos junto a órgãos públicos, não aproveitando ao autor a alegação de que tais se encontram com a requerida.
Deve, ainda, apresentar o documento acostado no evento Num. 93199720 - Pág. 1 e 2 de forma legível.
Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7077949-23.2022.8.22.0001
Classe : ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
AUTOR: M. C. S. M. e outros
Advogado do(a) AUTOR: CLEIBE PEREIRA RODRIGUES - RO10723
REU: R. H. S. M.
Intimação AUTOR - CARTA PRECATÓRIA
Fica a parte AUTORA intimada para comprovar o andamento da carta precatória.

2ª VARA DE FAMÍLIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7025481-82.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: C. DOS S. P.
Advogado do(a) AUTOR: RODRIGO FIRMINO CHAVES - RO11500
REU: F. F. Z.
Advogados do(a) REU: LUCIO AFONSO DA FONSECA SALOMAO - RO1063, STHEFANY SANTANA DA FONSECA SALOMAO - RO12019
Intimação DAS PARTES
Ficam as partes AUTORA/REQUERIDA intimadas para manifestação no prazo comum de 05 (cinco) dias, conforme Despacho de ID 91731976.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO - Fórum Geral Des. César Montenegro
Fone: (69) 3309-7000/7001 - Email: cpefamilia@tjro.jus.br7035013-46.2023.8.22.0001
Divórcio Litigioso
REQUERENTE: E. D. D. D. O. L.
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: V. J. T. R.
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Lançamento de regularização de movimento de audiência

SENTENÇA
"DELIBERAÇÃO: "Vistos etc. Trata-se de pedido de Divórcio Consensual. A Emenda Constitucional 66, de 13 de julho de 2010, que deu nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimiu o requisito de prévia separação judicial. Assim, estando as partes separadas de fato, outra solução não tem a lide. Ante o exposto, DECRETO O DIVÓRCIO DO CASAL. Homologo por sentença o acordo a que chegaram as partes, o qual se regerá pelas cláusulas e condições constantes no termo desta audiência, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, com fulcro no art. 487, III, "b", do CPC/2015. Sem custas. Sem honorários face à ausência de resistência pela parte contrária. As partes renunciam ao prazo recursal, o que homologo, operando-se o trânsito em julgado. Publicada em audiência, saem os presentes intimados. Registre-se. Serve a presente como mandado de averbação. Expeça-se o necessário, e arquive-se.". "
Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
João Adalberto Castro Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho 7028218-24.2023.8.22.0001
REQUERENTE: J. C. C., CPF nº 22074902204
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALTAIR ALTOFF DA ROCHA, OAB nº RO1870A
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Trata-se de ação de divórcio, regulamentação de guarda, visitas e oferta de alimentos.
As partes informaram que houve reconciliação e requereram a extinção do feito, sem julgamento do mérito (ID92124574).
Diante do exposto, HOMOLOGO a desistência da ação e extingo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC.
Por consequência, revogo a decisão liminar concedida ao ID91149669.
Sem custas, por ser beneficiária da gratuidade judiciária. Honorários pelas partes.
Arquive-se.
P.I.C.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
João Adalberto Castro Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO - Fórum Geral Des. César Montenegro
Fone: (69) 3309-7000/7170 - Email: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso n. 7028429-31.2021.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: H. F. A. R., RUA BARTOLOMEU PEREIRA 2792, - ELETRONORTE - 76808-554 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: VALNEI FERREIRA GOMES, OAB nº RO3529, VANESSA FERREIRA GOMES, OAB nº RO7742
REU: A. V. D. O., RUA PIRARARA 488, MOTEL METROPOLITAN LAGOA - 76812-044 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: ELIEL SOEIRO SOARES, OAB nº RO8442, BRUNA CELI LIMA PONTES, OAB nº RO6904A
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO
1. Trata-se de cumprimento de sentença de honorários advocatícios.
1.1. Proceda a CPE a evolução da classe processual.
2. Indefiro o item 1, do requerimento de ID92537537. Deverá a própria parte diligenciar junto à Serventia do Registro Civil respectivo para a averbação.
3. Ante a informação de que o requerido é aposentado junto ao INSS - Benefício n° 1918067292 -, requisite-se ao Instituto de Seguridade Social - INSS, para que: 1.1 promova o desconto dos alimentos, conforme sentença de id 85291927, ou seja, no valor de 70% do salário mínimo a serem depositados em nome de DANIELA ALVES RIBEIRO, brasileira, RG sob nº 834958 SSP/RO e do CPF nº 850.520.942-72, BANCO ITAÚ - AGÊNCIA 7368 - CONTA CORRENTE 21775-3.
As medidas deverão ser implementadas e comprovadas em 10 dias.
4. Quanto ao cumprimento de sentença dos honorários sucumbenciais, Intime-se o devedor para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da dívida, sob pena de multa de 10% (dez por cento), acaso não efetuado no tempo aprazado (art. 523, CPC).
4.1. Vencido o prazo sem que haja o pagamento, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
5. Decorrido o prazo sem apresentação de impugnação, intime-se a parte credora para apresentar planilha atualizada, inclusa a multa, no prazo de cinco (05) dias,
VALOR DA DÍVIDA: R$ 1.925, 72 (mil novecentos e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos), referente aos honorários advocatícios sucumbenciais.
OBSERVAÇÃO: Não tendo condições de constituir advogado, poderá a parte requerida procurar a Defensoria Pública de sua cidade (Em Porto Velho: DPE/RO - Av. Jorge Teixeira, 1722, Embratel, CEP: 76.820-846 - https://www.defensoria.ro.def.br).
Cumpra-se, servindo cópia de mandado de intimação do devedor, observando-se o art. 212, § 2º, do CPC.
REQUERIDO: ADEMAR VIANA DE OLIVEIRA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 16764 SSP/RO, inscrito no CPF sob o nº 022.914.362-87, residente e domiciliado na Av. Amazonas, n. 1239, apto 904, Condomínio Leonardo da Vinci, bairro Nª Sª das Graças, Porto Velho – RO, CEP n. 76.804-171.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
João Adalberto Castro Alves
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO - Fórum Geral Des. César Montenegro
Fone: (69) 3217-1246 - Email: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso n. 7021648-22.2023.8.22.0001
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
AUTORES: M. R. D. S., RUA MARIA DE LOURDES 6555, - DE 6875/6876 A 7089/7090 IGARAPÉ - 76824-308 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, N. O. S. A., RUA MARIA DE LOURDES 6555, - DE 6875/6876 A 7089/7090 IGARAPÉ - 76824-308 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: MARCIO PEREIRA BASSANI, OAB nº RO1699A, ANA JULIA LIMA AMARAL, OAB nº RO10505
REU: R. D. A., RUA PRECE 40, - DE 8922/8923 AO FIM SÃO FRANCISCO - 76813-400 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistas ao Ministério Público para manifestação.
Int.
Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
João Adalberto Castro Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO - Fórum Geral Des. César Montenegro
Fone: (69) 3217-1246 - Email: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso n. 7017399-28.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTORES: M. G. D. A., RUA SERINGUEIRA 66 MARIANA - 76813-710 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, J. R. F., RUA SERINGUEIRA 66 MARIANA - 76813-710 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: INARA REGINA MATOS DOS SANTOS, OAB nº RO2921
REU: V. V. S.
REU SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Tratou-se, inicialmente, de Ação de modificação de Guarda c/c liminar distribuída à Vara de Proteção à Infância e Juventude de Porto Velho.
O despacho inicial do referido Juízo, declinou da competência para julgar e processar a presente demanda, determinando a remessa dos autos a uma das Varas de Família e Sucessões da comarca de Porto Velho.
Recebido o processo na 2ª Vara de Família de Porto Velho, determinou-se a emenda da inicial, nos moldes do despacho de ID89095694.
Em seguida, os requerentes peticionaram, emendando a inicial, para fins de solicitar a adoção do menor impúbere qualificado nos autos (ID91678419).
Portanto, não é da competência deste Juízo o processamento e julgamento desta demanda, pois a adoção de menores impúberes é da competência absoluta da Justiça Infanto-Juvenil, conforme expressamente dispõe o artigo 148, III, do ECA.
Ante o exposto, visando evitar prejuízo aos interessados, determino da redistribuição do feito à Vara de Proteção da Infância e da Juventude.
Caso aquele Juízo entenda que não é competente, desde logo suscito o conflito negativo de competência, devendo o feito ser encaminhado ao e. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com distribuição perante as Câmaras Reunidas Cíveis, para que seja declarado a competência da Vara de Proteção à Infância e Juventude de Porto Velho para julgar e processar a presente demanda, servindo o presente como razões deste juízo.
Deve a CPE promover a redistribuição.
Int. C.
Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
João Adalberto Castro Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO - Fórum Geral Des. César Montenegro
Fone: (69) 3217-1246 - Email: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso n. 7076298-53.2022.8.22.0001
Classe: Divórcio Litigioso
REQUERENTE: F. J. L. D. S., RUA EDUARDO LIMA E SILVA 1864, - DE 1384/1385 A 1883/1884 AGENOR DE CARVALHO - 76820-372 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SILVIO VINICIUS SANTOS MEDEIROS, OAB nº RO3015
REQUERIDO: M. D. C. D. C. F., RUA EDUARDO LIMA E SILVA 1864, - DE 1384/1385 A 1883/1884 AGENOR DE CARVALHO - 76820-372 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: VALKIRIA MAIA ALVES ALMEIDA, OAB nº RO3178A
DECISÃO
1. Trata-se de ação de reconhecimento e dissolução de união estável promovida por Francisco José Lopes da Silva em desfavor de Maria da Conceição da Costa Fernandes.
2. A parte autora peticionou requerendo a realização da audiência na modalidade presencial - ID 91879300 -, com base na Resolução nº 481 de 22/11/2022, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, com o quê manifestou concordância a parte requerida - ID93057837.

3. Assim, diante da concordância expressa das partes, determino que a realização da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 15 de agosto de 2023 às 8h30m. (horário local - Porto Velho/RO) seja realizada de forma PRESENCIAL para ambas as partes, a ser realizada na Sala de Audiência desta 2ª Vara de Família e Sucessões (5º ANDAR).
4. Inalteradas as demais determinações contidas na decisão - ID91762532.
5. Ciência ao Ministério Público.
Int, C.
Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
João Adalberto Castro Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO - Fórum Geral Des. César Montenegro
Fone: (69) 3309-7170/ (69) 98418-9875 (atendimento móvel exclusivo enquanto perdurar a pandemia) - Email: cpefamilia@tjro.jus.br7087979-20.2022.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: A. C. F. B.
ADVOGADO DO AUTOR: GABRIEL MARTINS MONTEIRO, OAB nº RO9839
REU: K. D. R. L. B. G.
ADVOGADOS DO REU: GABRIEL WEBER THOMAS, OAB nº RO12328, GIAN DOUGLAS VIANA DE SOUZA, OAB nº RO5939
SENTENÇA
Trata-se de ação de investigação de paternidade e alimentos promovida por JOSE ADILSON FERREIRA BRITO, menor representado por ANA CARINE FERREIRA BRITO, em face de KAYANN DOS REIS LIMA BATISTA GAMA. Alegou, em síntese: que sua genitora manteve uma curta relação amorosa com o réu e como fruto dessa relação sobreveio o seu nascimento, estando com um pouco mais de 01 (ano) de vida. A genitora e o réu nunca residiram juntos, contudo, assim que a genitora informou ao requerido sobre a gravidez, este manteve-se indiferente à notícia.
A audiência de conciliação restou prejudicada, ante a ausência da parte Autora (ID87979226).
Sobreveio o laudo do exame de DNA, que concluiu que o requerido não é o pai biológico do requerente (ID:(ID87144611), exame que foi realizado em comum acordo entre as partes..
Em manifestação de ID 89164764, o requerente pleiteou pela desistência da ação, afirmando que realizou teste de DNA e o resultado foi negativo, de forma que não tem mais interesse em dar prosseguimento no feito. Intimado, o requerido não se opôs à desistência, pontuando que ele não é o genitor do menor e não tem laço afetivo (ID 88111700).
Houve manifestação do Ministério Público pela improcedência do pedido (ID92292177).
É o relatório. DECIDO. Diante do contido no laudo do exame de DNA, o feito requer o julgamento no estado em que se encontra, em observância ao art. 355, I, do CPC.
O exame genético do DNA concluiu de forma inequívoca, que o requerido não é o pai biológico do autor. Assim, diante do resultado do exame de DNA, não resta outra alternativa que não seja a improcedência do presente pedido.
Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido e declaro que o requerido KAYANN DOS REIS LIMA BATISTA GAMA não é o pai biológico do autor. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da causa, cuja exigibilidade fica suspensa, na forma do art. 98, §3º, do CPC, ante o deferimento da gratuidade judiciária.
Transitada esta em julgado, nada sendo requerido, arquive-se.
P. I. C.
Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
João Adalberto Castro Alves
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO - Fórum Geral Des. César Montenegro
Fone: (69) 3217-1246 - Email: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso n. 7006678-17.2023.8.22.0001
Classe: Inventário
REQUERENTES: IVALDO MATIAS DOURADO, RUA CHIRLEANE 7455, - DE 7100/7101 A 7499/7500 ESPERANÇA DA COMUNIDADE - 76825-080 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, JOSE IVO MATIAS DOURADO, RUA MILTON COSTA 7848 ESPERANÇA DA COMUNIDADE - 76825-098 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, IVONE MATIAS DOURADO, RUA JOÃO ALFREDO 1340 PAZ - 69048-000 - MANAUS - AMAZONAS, IVAN MATIAS DOURADO, RUA POSSIDÔNIO FONTES 4216, (JD DAS MANGUEIRAS I) AGENOR DE CARVALHO - 76820-336 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: VANESSA CESARIO SOUSA, OAB nº RO8058A, ARMANDO DIAS SIMOES NETO, OAB nº RO8288
INVENTARIADO: RAIMUNDO NONATO DOURADO, RUA CHIRLEANE, - DE 7100/7101 A 7499/7500 ESPERANÇA DA COMUNIDADE - 76825-080 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
INVENTARIADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Trata-se de inventário dos bens de RAIMUNDO NONATO DOURADO, falecido em 06/12/2022, promovido por IVALDO MATIAS DOURADO, JOSE IVO MATIAS DOURADO, IVONE MATIAS DOURADO e IVAN MATIAS DOURADO.

Foram indicados como bens pertencentes ao espólio: a) Imóvel residencial localizado na rua Milton Costa, 7848, Esperança da Comunidade, CEP Nº 76.825-098, Porto Velho/RO, inscrição municipal nº 01225220070001, com valor venal de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais); b) Ciclomotor DAFRA SUPER 50, preta, ano 2013, placa CM – 3710, valor venal (Tabela FIPE fevereiro/2023), avaliado em R$ 2.786,00 (dois mil setecentos e oitenta e seis reais), c) Automovel FORD/CORCEL II, azul, placa NBG8689/RO, valor venal R$ 8.000,00 (oito mil reais); d) Automóvel FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX, prata, placa NJD9E60/RO, valor venal (Tabela FIPE fevereiro/2023) R$ 22.449,00 (vinte e dois mil quatrocentos e quarenta e nove reais); e) valores em conta bancárias (já em conta judicial).
Visando a ultimação do feito, e a delimitação do acervo partilhável, determino que o inventariante providencie a juntada da avaliação da tabela FIPE atualizada dos veículos, para a correta apuração do valor da causa, sobre o qual incidirá as custas processuais e ITCMD. Prazo de 05 dias.
Int. C.
Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
João Adalberto Castro Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO - Fórum Geral Des. César Montenegro
Fone: (69) 3217-1246 - Email: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso n. 7089089-54.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: R. G. C., RUA NOVA ESPERANÇA 4854, - DE 3921/3922 A 4399/4400 CALADINHO - 76808-210 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: NAZARENO BERNARDO DA SILVA, OAB nº RO8429, DOUGLAS RICARDO ARANHA DA SILVA, OAB nº RO1779
REU: F. R. P. S. D. O., RUA DA PAZ 781, - DE 480/481 AO FIM FLORESTA - 76806-540 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: ITALO HENRIQUE MACENA BARBOZA, OAB nº RO11004
DECISÃO SANEADORA SERVINDO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO
Trata-se de ação de regulamentação de visita c.c. revisional de alimentos, promovida por RENATA GRAZIELLY CLEMENTE em face de FRANCISCO RAIMISSON PEREIRA SILVA DE OLIVEIRA.
Na decisão de ID85506688 foi concedida em parte a tutela de urgência pretendida, alterando o regime de convivência da menor, devendo o pai entregar a menor para passar o ano novo com a mãe. Após, em decisão proferida no agravo de instrumento n. 0812673-37.2022.8.22.0000, interposto pelo pai, foi concedida tutela de urgência recursal para suspender a entrega da menor à agravada, ora autora (ID85549019). A autora apresentou aditamento à petição inicial no ID87044947, requerendo, em suma, a modificação do direito de visitas e revisional de alimentos. A liminar foi indeferida quanto a majoração dos alimentos. Juntou documentos.
Foi deferida justiça gratuita a parte autora.
A audiência de conciliação registrada no ID89664615, restou infrutífera.
DA CONTESTAÇÃO: A parte requerida apresentou contestação: Alegou que foi instaurado inquérito policial na Delegacia especializada da Criança e do Adolescente (DEPCA) e pedido de medida protetiva na Vara da infância e da juventude, em razão de que foi descoberto pelo genitor e seus familiares de que a menor estava sendo abusada sexualmente no lar materno pelo seu tio, irmão da genitora; que a criança não corre risco à sua integridade física, pois foi deferida a guarda unilateral em decisão de agravo de instrumento. Alegou a ocorrência de alienação parental, mas na verdade o que ocorreu foi atitude de um pai que protegeu sua filha de sofrer novos abusos sexuais. Requereu produção de provas. Por fim requer a IMPROCEDÊNCIA c/c PEDIDO DE RECONVENÇÃO, requerendo a guarda unilateral a seu favor, bem como exoneração de alimentos, passando esse ônus para a requerente - ID90196138. Juntou documentos.
DA RECONVENÇÃO: Requer a concessão da gratuidade de justiça; a regulamentação da guarda unilateral ao requerido (genitor), com visitação assistida à Genitora, com a exoneração do genitor da obrigação de pagar as parcelas alimentares; e a fixação das parcelas alimentares em face da ré no percentual 15% sobre o salário mínimo.
DA REPLICA A CONTESTAÇÃO: A requerente impugnou as alegações do requerido e todos os documentos por ele anexados, e reitera os pedidos formulados na petição inicial e aditamento - ID91344126.
DA REPLICA A RECONVENÇÃO: Requer-se a realização de estudo psicossocial detalhado; a produção de provas em direito admitido; a procedência dos pedidos iniciais, impondo a Improcedência dos pedidos da reconvenção, com condenação em honorários advocatícios.
DO SANEAMENTO:
DA REJEIÇÃO DA RECONVENÇÃO:
Quanto ao pedido de concessão da gratuidade judiciária formulado na petição de reconvenção, está prejudicado. É que no caso, a reconvenção é inócua, uma vez que nas ações de guarda é admitido pedido contraposto, por se tratar de ação dúplice. Ou seja, como o que se discute é a guarda, regulamentação de convivência familiar e alimentos, não é necessária a reconvenção, já que, se a guarda não for estabelecida em favor de um dos genitores, naturalmente o será em favor do outro. Se assim, rejeito a reconvenção admitindo os pedidos como pedidos contrapostos.
1. Fixo como ponto controvertido a definição da guarda e da conviência familiar, observado o melhor interesse da criança; a majoração e/ou exoneração dos alimentos em favor da alimentada, observado o binômio necessidade possibilidade.
2. Serão admitidos como meios de provas o depoimento pessoal das partes, oitiva de testemunhas e a apresentação de documentos, estes últimos desde que respeitem os termos do art. 397 do CPC (documentos novos). O ônus da prova obedecerá a regra do art. 373 do CPC.
3. Fixo prazo de 05 (cinco) dias para que as partes apresentem o rol das testemunhas que pretendem sejam ouvidas, com apresentação do numero do celular de cada testemunha, para que possa ser ouvida via Google Meet (art. 357, §4º, CPC), sob pena de preclusão.
Observo que no tocante à guarda a prova prevalecente será a prova técnica (estudo psicossocial).
3.1. Observação: cabe ao advogado das partes informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo (art. 455, CPC), importando em desistência da inquirição caso não o faça (art. 455, § 3º, CPC).
4. Determino o depoimento pessoal das partes, sob pena de confesso (art. 385, §1º, CPC).

5. Determino a realização de estudo psicossocial. Dê-se ciência ao NUPS para a realização do estudo, devendo os/as técnicos/as diligenciarem junto aos juízos onde tramitam as ações que envolvem as partes (JIJ e Violência Doméstica) a fase atual dos feitos. Fixo prazo de 60 dias para apresentação do laudo.
Indefiro a oitiva da menor pelo Juízo. A menor será ouvida pelos profissionais no estudo técnico, a ser realizado pelo Núcleo de Apoio Psicossocial às Varas de Família, que já dará conta de mostrar as reais circunstâncias que envolvem as partes, mostrando-se desnecessária a determinação de sua oitiva no âmbito judicial.
Int. C.
Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
João Adalberto Castro Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO - Fórum Geral Des. César Montenegro
Fone: (69) 3309-7000 / 3309-7170 - Email: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso n. 7071809-70.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Requerente: M. L. O. C., CDD PORTO VELHO 788, AVENIDA DOS IMIGRANTES 2137 PANAIR - 76801-972 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
A. O. S., CDD PORTO VELHO 190, AVENIDA DOS IMIGRANTES 2137 PANAIR - 76801-972 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado: PATRICIA OLIVEIRA DE HOLANDA ROCHA, OAB nº RO3582
Requerido: R. A. O. D. S., AVENIDA DOS IMIGRANTES 321, - ATÉ 810 - LADO PAR PANAIR - 76801-400 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
M. A. O. D. S., AVENIDA DOS IMIGRANTES 321, - ATÉ 810 - LADO PAR PANAIR - 76801-400 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
A. O. D. S., AVENIDA DOS IMIGRANTES 700, - ATÉ 810 - LADO PAR PANAIR - 76801-400 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
V. O. D. S., AVENIDA DOS IMIGRANTES 320, - ATÉ 810 - LADO PAR PANAIR - 76801-400 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
M. M. D. S., AVENIDA DOS IMIGRANTES 228, - ATÉ 810 - LADO PAR PANAIR - 76801-400 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
J. O. D. S., AVENIDA DOS IMIGRANTES 320, - ATÉ 810 - LADO PAR PANAIR - 76801-400 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado: PATRICIA OLIVEIRA DE HOLANDA ROCHA, OAB nº RO3582
DECISÃO SANEADORA SERVINDO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO
Trata-se de ação de reconhecimento de paternidade post mortem, promovida por A. OLIVEIRA SANTOS e M. L. OLIVEIRA COSTA em face dos herdeiros de BIONOR ANTÔNIO DOS SANTOS, falecido em 24 de agosto de 2020. Narraram, em síntese que: pretendem ver reconhecimento a paternidade post mortem do falecido BIONOR ANTÔNIO DOS SANTOS. Asseveraram que o falecido Bionor e a mãe Jacira Oliveira eram casados e, do relacionamento, sobrevieram oito filhos, incluindo as requerentes; que seus registros de nascimento foram realizados tardiamente e sem constar o nome do pai, pois moravam no seringal e havia muita dificuldade para o registro. Afirma que Bionor Antônio faleceu em 24 de agosto de 2020, sem proceder o registro civil, razão pela qual ingressaram com a ação de reconhecimento de paternidade port mortem; que todos os irmãos estão de acordo, sendo representados pela mesma advogada. Juntaram documentos.
Houve emenda à inicial – ID 82729449.
P agente do MP manifestou-se no ID91773495.
DO SANEAMENTO:
1. Fixo como ponto controvertido: a paternidade das autoras Aldadina Oliveira Santos e Maria Luíza Oliveira Costa, em face do falecido Bionor Antônio dos Santos.
2. Serão admitidos como meios de provas o depoimento pessoal das partes, prova pericial, oitiva de testemunhas e a apresentação de documentos, estes últimos desde que respeitem os termos do art. 397 do CPC (documentos novos). O ônus da prova obedecerá a regra do art. 373 do CPC.
3. Fixo prazo de 05 (cinco) dias para que as partes apresentem o rol das testemunhas que pretende sejam ouvidas (art. 357, §4º, CPC), sob pena de preclusão.
3.1. Observação: cabe ao advogado das partes informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo (art. 455, CPC), importando em desistência da inquirição caso não o faça (art. 455, § 3º, CPC).
4. Determino o depoimento pessoal das partes, sob pena de confesso (art. 385, §1º, CPC).
4.1. Determino que as autoras juntem aos autos: cópias das certidões de nascimento atualizadas, com data de expedição não superior a 06 meses; também deverão juntar as certidões de batismo atualizadas. Prazo em até 10 dias antes da audiência.
5. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 28 de setembro de 2023 às 10h30.
5.1. A audiência será realizada por meio de videoconferência pela plataforma de comunicação Google Meet, sendo gravada e disponibilizada por este juízo na aba “audiências” do PJe, de acordo com o artigo 5º do ATO CONJUNTO N. 010/2022-PR-CGJ.
6. Se assim, DETERMINO:
6.1. Indiquem as partes, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da presente decisão, os números de telefone celular e endereço eletrônico de todos os participantes da audiência, inclusive testemunhas e informantes (já arrolados ou a serem arrolados), para viabilizar a realização da audiência por videoconferência.
6.2. Este gabinete, por meio da secretária do juízo, encaminhará o link da audiência no prazo de até 24 horas antes da audiência, para os e-mails e telefones informados no processo.
6.3. Com o link da videoconferência, tanto as partes quanto os advogados/defensores acessarão e participarão da audiência, por meio da internet, utilizando celular, notebook ou computador, que tenham vídeo e áudio regularmente funcionando.
6.4. No horário da audiência por videoconferência, as partes e testemunhas deverão estar disponíveis para contato por meio do e-mail e número de telefone celular informado, para que a audiência possa ter início. Os advogados, partes e testemunhas deverão comprovar sua identidade no início da audiência ou de sua oitiva, mostrando o documento oficial com foto, para conferência e registro.

6.5. As testemunhas serão autorizadas a entrar na sessão somente no momento de sua oitiva, bem como as partes, caso haja pedido de depoimento pessoal. OBS: as testemunhas poderão ser ouvidas de qualquer local: de sua casa, do trabalho etc. não sendo necessário ir para um local específico.
6.6. As testemunhas não poderão ser ouvidas juntamente com as partes e/ou advogados. Caso não seja possível, as testemunhas deverão ser direcionadas à sala de Audiências desta 2ª Vara de Família e Sucessões.
6.7. Ficam os interessados cientes que o não envio de mensagem, visualização do link ou acesso à videoconferência, até o horário de início da audiência será considerado como ausência à audiência virtual. Para as partes, a ausência à audiência virtual se presumirá como a desistência de produção de prova oral.
7. Dê-se ciência ao MP.
8. Int. Ficam as partes intimadas na pessoa de seus patronos/as.
9. Determino a realização de estudo social do caso no prazo de 30 dias. Dê-se ciência ao NUPS das Varas de Família de Porto Velho para a efetivação.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
João Adalberto Castro Alves
Juiz de Direito Titular

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO - Fórum Geral Des. César Montenegro
Fone: (69) 3217-1246 - Email: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso n. 7011389-02.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTORES: J. F. X., RUA IPIRANGA 5030, - DE 4829/4830 AO FIM COHAB - 76807-838 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, J. A. C. X., RUA IPIRANGA 838, - DE 4829/4830 AO FIM COHAB - 76807-838 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: D. C. L. C., MANELITO 383 JACY PARANA - 76840-000 - JACI PARANÁ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: LEONARDO FERNANDES FARIAS DE MORAES, OAB nº RO11680
DECISÃO SANEADORA SERVINDO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO
Trata-se de ação de regulamentação da guarda e convivência do filho Judismar Augusto Cayami Xavier, em face de Dara Cristina Cayami. Alegou, em síntese: Manteve um relacionamento amoroso com a requerida e, dessa união, adveio o nascimento de Judismar Augusto C. Xavier; que desde os 10 meses de vida do menor, a mãe entregou o filho sob seus cuidados, situação que permanece até hoje. – ID 69202919. Pediu a regulamentar da guarda em seu favor, a fim de regularizar a situação fática, fixando a convivência com a mãe em finais de semana alternados, e a fixação de alimentos (ID 69202919). Juntou documentos.
Foi deferida a gratuidade judiciária, e arbitrados os alimentos provisórios em favor do menor, no importe de 30% do salário-mínimo – ID 69236948.
A requerida foi citada no ID79222714.
A audiência de conciliação registrada no ID80458408, restou infrutífera.
CONTESTAÇÃO: A requerida apresentou contestação. Alegou, em síntese: que o autor era quem a proibia de visitar o filho, inclusive, a ameaçando, impedindo que ela buscasse a criança na escola ou a visitasse (ID 81269157); que a guarda compartilhada, em sendo deferida, a que melhor atende os interesse do menor é a do lar de referência materno, com a regulamentação da convivência com o pai; que o requerente é garimpeiro em Manaus e a criança fica na verdade sob os cuidados da avó paterna (ID 81269157). Requer, em sendo deferida, a fixação da guarda compartilhada regulada com lar de referência materno, e a fixação de alimentos a serem pagos pelo pai ao filho, no valor de 01 (um) salário-mínimo.
DA REPLICA: O requerente impugnou as alegações da requerida, em suma: que foi a genitora quem deixou de exercer seu direito de convivência; que requerida já ficou mais de 6 meses sem procurar a criança; que sua mãe, avó paterna de Judismar, o auxilia no cuidado do menor e embora seja garimpeiro, isso não o impede de exercer a guarda, reiterando pela procedência dos pedidos da inicial (ID 84580125). O autor destaca que, caso haja o acolhimento do pedido da ré, não possui condições de custear uma pensão em valor superior a R$ 250,00.
Elaborou-se estudo Social (ID 89841664), tendo as partes dele se manifestado (ID91132835 e 91432191).
Sobreveio manifestação do MP (91747215).
DO SANEAMENTO:
1. Fixo como ponto controvertido: A definição da modalidade da guarda, a regulamentação da convivência familiar e a definição dos alimentos em favor do filho.
2. Serão admitidos como meios de provas o depoimento pessoal das partes, oitiva de testemunhas e a apresentação de documentos, estes últimos desde que respeitem os termos do art. 397 do CPC (documentos novos). O ônus da prova obedecerá a regra do art. 373 do CPC.
3. Fixo prazo de 05 (cinco) dias para que as partes apresentem o rol das testemunhas que pretende sejam ouvidas, com apresentação do numero do celular de cada testemunha, para que possa ser ouvida via Google Meet (art. 357, §4º, CPC), sob pena de preclusão.
3.1. Observação: cabe ao advogado das partes informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo (art. 455, CPC), importando em desistência da inquirição caso não o faça (art. 455, § 3º, CPC).
4. Determino o depoimento pessoal das partes, sob pena de confesso (art. 385, §1º, CPC).
5. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 04 de outubro de 2023 às 8h30.
5.1. A audiência será realizada por meio de videoconferência pela plataforma de comunicação Google Meet, sendo gravada e disponibilizada por este juízo na aba “audiências” do PJe, de acordo com o artigo 5º do ATO CONJUNTO N. 010/2022-PR-CGJ.
6. Se assim, DETERMINO:

6.1. Indiquem as partes, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da presente decisão, os números de telefone celular e endereço eletrônico de todos os participantes da audiência, inclusive testemunhas e informantes (já arrolados ou a serem arrolados), para viabilizar a realização da audiência por videoconferência.
6.2. Este gabinete, por meio da secretária do juízo, encaminhará o link da audiência no prazo de até 24 horas antes da audiência, para os e-mails e telefones informados no processo.
6.3. Com o link da videoconferência, tanto as partes quanto os advogados/defensores acessarão e participarão da audiência, por meio da internet, utilizando celular, notebook ou computador, que tenham vídeo e áudio regularmente funcionando.
6.4. No horário da audiência por videoconferência, as partes e testemunhas deverão estar disponíveis para contato por meio do e-mail e número de telefone celular informado, para que a audiência possa ter início. Os advogados, partes e testemunhas deverão comprovar sua identidade no início da audiência ou de sua oitiva, mostrando o documento oficial com foto, para conferência e registro.
6.5. As testemunhas serão autorizadas a entrar na sessão somente no momento de sua oitiva, bem como as partes, caso haja pedido de depoimento pessoal. OBS: as testemunhas poderão ser ouvidas de qualquer local: de sua casa, do trabalho etc. não sendo necessário ir para um local específico.
6.6. As testemunhas não poderão ser ouvidas juntamente com as partes e/ou advogados. Caso não seja possível, as testemunhas deverão ser direcionadas à sala de Audiências desta 2ª Vara de Família e Sucessões.
6.7. Ficam os interessados cientes que o não envio de mensagem, visualização do link ou acesso à videoconferência, até o horário de início da audiência será considerado como ausência à audiência virtual. Para as partes, a ausência à audiência virtual se presumirá como a desistência de produção de prova oral.
7. Dê-se ciência ao MP, se o caso.
8. Int. Fica a parte requerida intimada na pessoa de seus patronos.
8.1. Intimem-se a parte autora, servindo o presente como mandado de intimação, com os benefícios do art. 212, § 2º do CPC.
No ato da intimação, deverá o Oficial de Justiça verificar e certificar o número de telefone celular/whatsApp e endereço do e-mail das partes, a fim de viabilizar a realização de audiência por vídeo conferência, caso seja necessário.
Int. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
João Adalberto Castro Alves
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Comarca de Porto Velho
2ª Vara de Família e Sucessões
Endereço: Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho/RO - Fórum Geral Des. César Montenegro
Fone: (69) 3309-7000 / 3309-7170 - Email: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso n. 7044275-20.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Requerente: A. D. S. V., RUA JERUSALEM 485 NOVO HORIZONTE - 76834-899 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado: CARLA SOARES CAMARGO, OAB nº RO10044, KELEN CRISTINA LEITE, OAB nº RO9289
Requerido: F. R. S., RUA BOMBARDINO 1950 CASTANHEIRA - 76811-484 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Trata-se de regulamentaçao de visitas avoengas.
Emende-se a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, CPC), devendo a autora exlcuir o menor, para incluir a mãe e o pai do infante no polo passivo do feito, pois este não tem legitimidade para tanto. Deve ser apresentada/juntada nova petição inicial retificada.
Quanto ao pedido de concessão da gratuidade judiciária formulado na petição inicial, nos termos do §2º do art. 99 do CPC, é insuficiente para o deferimento do pedido a simples alegação de pobreza, pois o art. 5º, Inciso LXXIV, da Constituição Federal estabelece que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
Nesse sentido:
Por não se tratar de direito absoluto, cabe à parte requerente do benefício comprovar o alegado estado de hipossuficiência, não bastando a simples declaração de pobreza. (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7052996-97.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 23/03/2022).
Agravo de instrumento. Processo civil. Gratuidade de justiça. Custas processuais. Hipossuficiência. Não comprovação. Parca documentação. Recurso não provido. O STJ, conquanto admita, para concessão da gratuidade, a mera declaração do interessado acerca da hipossuficiência, entende que a manifestação se reveste de presunção relativa de veracidade, suscetível de ser elidida pelo julgador que entenda haver fundadas razões para crer que o pleiteante não se encontra no estado de miserabilidade declarado. No caso, à exceção do comprovante de rendimentos da parte, todos os documentos se referem ao próprio objeto da causa, de modo que a análise do pedido de gratuidade se revelou impossível. A parca documentação juntada não se mostrou suficiente para comprovar a situação de hipossuficiência alegada. (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0810017-44.2021.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Roosevelt Queiroz Costa, Data de julgamento: 10/03/2022).
Agravo interno em apelação. Justiça Gratuita. Indeferimento. Ausência de comprovação da hipossuficiência. Manutenção da decisão agravada. Recurso não provido. Inexistindo prova da alegada hipossuficiência pode o magistrado indeferir o pedido mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. A ausência de provas e elementos satisfatórios ensejam a negativa de provimento ao recurso e a manutenção da decisão monocrática agravada (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7002915-88.2017.822.0010, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 12/01/2022).
Ressalta-se que a mera declaração não tem o condão de suprir a exigência constitucional e não há nos autos comprovantes de rendimentos e despesas mensais aptas à tal comprovação.

Se assim, traga aos autos cópia dos 3 (três) últimos comprovantes de rendimentos, de modo a demonstrar a afeição aos benefícios da justiça gratuita reclamada. Em sendo o caso de profissional autônomo e/ou profissional liberal podem comprovar rendimento mensal de várias maneiras: Contrato de prestação de serviços e recibos de comprovantes de depósitos; Declaração do sindicato, cooperativa ou associação; Decore com DARF (se o valor estiver acima do limite de isenção). Este documento só pode ser emitido por um contador registrado; Recibo de Pagamento de Autônomo (RPA); Extrato do seu banco dos últimos três meses; Declaração Anual do Imposto de Renda.
Não havendo adequação fática e documental com a situação legal prevista, deverá ser realizado o recolhimento das custas iniciais, que se dará no valor mínimo, em razão do valor dado à causa.
Int. C.
Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
João Adalberto Castro Alves
Juiz de Direito

3ª VARA DE FAMÍLIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho PROCESSO Nº 7030330-73.2017.8.22.0001
CLASSE: Inventário
ADVOGADOS DOS AUTORES: NAGEM LEITE AZZI SANTOS, OAB nº RO6915, SANDRA REGINA DA COSTA, OAB nº RO7926
INVENTARIADO SEM ADVOGADO(S)
AUTORES: CLESIANA FERREIRA ROCHA, ADRIANA CUNHA DE SOUZA, JULIANO DA CUNHA DE SOUZA, FERNANDO DA CUNHA DE SOUZA
INVENTARIADO: EDERVIL SOARES DE SOUZA
Despacho
Cumpra-se o despacho de id nº 93253651.
Porto Velho (RO), 16 de julho de 2023
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
PROCESSO Nº 7039489-30.2023.8.22.0001
CLASSE: Averiguação de Paternidade
ADVOGADO DOS REQUERENTES: ADRIANO BRITO FEITOSA, OAB nº RO4951A
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
REQUERENTES: T. D. J. D. O. B., R. D. O. B., R. S. B. D. N., O. D. J. D. O. B., M. V. D. B. O., M. M. B. G., J. A. D. O. B., M. G. B. D. A.
REQUERIDO: M. G. B. D. A.
DESPACHO
1. Recebo a emenda à inicial (id n° 93176201). Processe-se em segredo de Justiça.
2. Encaminhem-se os autos ao Núcleo Psicossocial de Apoio às Varas de Família e Cível (NUPS-FAC), para realização de estudo técnico do caso, com entrevistas com todos os envolvidos. O relatório deverá ser encaminhado em 30 (trinta) dias.
3. Com relatório, intimem-se os interessados para se manifestarem a respeito, em 5 (cinco) dias.
Porto Velho (RO), 16 de julho de 2023
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho
PROCESSO Nº 7048034-31.2019.8.22.0001
CLASSE: Cumprimento de sentença
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: AMANDA ALVES DA SILVA, OAB nº RO9628, HUGO WATARU KIKUCHI YAMURA, OAB nº RO3613, RODRIGO ERNANE MARQUES DE FARIAS, OAB nº RO11455
ADVOGADOS DO REQUERIDO: FLORIANO VIEIRA DOS SANTOS, OAB nº RO544, ANTONIO LACOUTH DA SILVA, OAB nº RO2306, PATRICIA DANIELA LOPEZ, OAB nº RO3464
REQUERENTES: M. M. N., M. N. D. S.
REQUERIDO: I. N. D. S.
DESPACHO
1. Manifeste-se a exequente a respeito do parecer do Ministério Público (id n° 89588400 - pp. 1-3), esclarecendo se ela é ou não beneficiada por plano de saúde e por quem é custeado pelo executado, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 dias.
2. Decorrido o prazo assinado, retornem os autos conclusos para outras deliberações
Porto Velho (RO), 16 de julho de 2023
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7008841-67.2023.8.22.0001
Classe : DIVÓRCIO LITIGIOSO (12541)
REQUERENTE: H. R.V.
Advogados do(a) REQUERENTE: LETICIA VIVIANNE MIRANDA CURY - RO9175, VAGNA DE SOUZA LANCA - RJ217109
REQUERIDO: F.G. T.
Advogados do(a) REQUERIDO: LIDUINA MENDES VIEIRA - RO4298, RAIMUNDO FACANHA FERREIRA - RO1806
Intimação RÉU - SENTENÇA
Fica a parte REQUERIDA intimada acerca da sentença id 93252994: "[...]
Aguarde-se a contestação e eventual impugnação. Após, ao Ministério Público.
P. R. I. C.
Porto Velho (RO), 13 de julho de 2023
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246
e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7057668-80.2021.8.22.0001
Classe : INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
REQUERENTE: Em segredo de justiça
Advogados do(a) REQUERENTE: ARLY DOS ANJOS SILVA - RO0003616A, EMILLY NASCIMENTO RIBEIRO - RO11462
REQUERIDO: M.E. R.
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE CURATELA
PRAZO: 10 (dez) DIAS
CURATELA DE: MARIA ELISANGELA RODRIGUES
Finalidade: FAZ SABER a todos quantos que foi processado por este Juízo e Cartório da 3ª Vara de Família, a ação de CURATELA, em que Em segredo de justiça, requer a decretação de Curatela de MARIA ELISANGELA RODRIGUES , conforme se vê da sentença a seguir transcrita: "Em face do exposto, DECIDO PELA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO e, em consequência, DECLARO a necessidade da curatela, nomeando ELIANA CRISTINA RODRIGUES SILVÉRIO para exercer o encargo de curadora de sua mãe MARIA ELISÂNGELA RODRIGUES, alcançando a curatela os atos de caráter patrimonial ou negocial (art. 85 da Lei 13.146/2015), tornando definitiva a tutela de urgência concedida. Expeça-se o termo de curatela, especificando, EM DESTAQUE, as seguintes limitações: Ficará a Curadora AUTORIZADA a: a) receber e administrar vencimentos, pensão ou benefício previdenciário do curatelado, nos termos do art. 1.747, II, do Código Civil. Outros valores que não aqueles, deverão ser depositados em conta poupança, somente movimentável mediante alvará judicial; b) representar o curatelado em órgãos administrativos e judiciais, em qualquer justiça e instância, para preservação de seu direito, sendo que qualquer valor recebido em ação administrativa ou judicial deverá ser depositado em conta poupança, igualmente movimentável mediante alvará judicial. Outras situações particulares deverão ser reclamadas de forma individualizada no feito. Os valores somente poderão ser utilizados em benefício exclusivo da curatelada, lembrando que a qualquer instante poderá o Curador ser instado à prestação de contas, pelo que deverá ter cuidado no armazenamento de notas, recibos, comprovantes etc. Em obediência ao disposto no art. 755, § 3º do CPC, inscreva-se a presente sentença no Registro Civil (art. 29, V, Lei 6.015/73). Na forma do que dispõe o § 3º do artigo 755 do CPC, publique-se esta decisão por três vezes apenas no Diário da Justiça, com intervalo de 10 (dez) dias. Dispenso a publicação na imprensa local em inteligência ao disposto no parágrafo único do art. 3º da Lei nº 1.060/50. Publique-se na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (onde permanecerá pelo prazo de seis meses), ficando dispensado o cumprimento desta determinação enquanto a plataforma não for criada e estiver em efetivo funcionamento. Esta sentença servirá como edital publicando-se o dispositivo dela pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de 10 dias. Esta sentença servirá como ofício/mandado de inscrição, dirigido ao 1º Ofício de Notas e Registro Civil das Pessoas Naturais de Porto Velho/RO (Assento de nascimento da curatelada foi lavrado sob nº do 1º Ofício de Notas e Registro Civil da Comarca de Porto Velho/RO – id n. 63479391). Sentença com resolução de mérito nos termos do art. 487, inc. I do CPC. Sem custas e sem honorários, pois estendo a gratuidade à requerida. Além disso, trata-se de processo necessário, em que a providência determinada tem por fim a proteção da própria requerida. Transitada em julgado, após o cumprimento integral das determinações supra, arquivem-se P.R.I.C. Porto Velho (RO), 18 de abril de 2023 Assinado eletronicamente Aldemir de Oliveira Juiz de Direito ."
Endereço do Juízo: Fórum Geral César Montenegro - 3ª Vara de Família e Sucessões, Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235.
Porto Velho (RO), 25 de maio de 2023
Técnico judiciário
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7043573-74.2023.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS (12246)
REQUERENTE: P. H. B. L. e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: PAMELA GLACIELE VIEIRA DA ROCHA - RO5353
REQUERIDO: SANDRO R. L.
Intimação AUTOR - DESPACHO
Fica a parte AUTORA intimada acerca do despacho :
"[...] Intime-se a parte autora para emendar a inicial, juntando notas fiscais referentes a todas despesas indicadas na planilha de id. nº 93228192 p. 4, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único, CPC). Porto Velho (RO), 16 de julho de 2023 Assinado eletronicamente Aldemir de Oliveira Juiz de Direito .

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7028738-81.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: S. P. D. M.e outros
REU: ZENILDA PEREIRA DE MORAES
Intimação RÉU - SENTENÇA
Fica a parte REQUERIDA intimada acerca da sentença id 93199420: "[...]
Em face do exposto, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, com fundamento no art. 487, inc. III, alínea b do CPC, HOMOLOGO o acordo de vontades celebrado entre partes, S.I P. DE M., J.. DA S. e Z.P. DE M., no interesse do menor impúbere, I. N. S. DE M., que se regerá pelas cláusulas e condições constantes nos termos do acordo realizado em audiência (id nº 93096912).
Sem custas, pois estendo a gratuidade da justiça à requerida. Sem honorários, ante o acordo celebrado pelas partes.
As partes renunciaram ao direito de recurso, o que homologo, operando de imediato o trânsito em julgado (CPC, art. 1.000).
Oportunamente, arquivem-se.
P. R. I. C.
Porto Velho (RO), 12 de julho de 2023
Assinado eletronicamente
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho PROCESSO Nº 7044016-25.2023.8.22.0001
CLASSE: Inventário
ADVOGADO DOS REQUERENTES: MARIO SERGIO LEIRAS TEIXEIRA, OAB nº RO1400
INVENTARIADO SEM ADVOGADO(S)
REQUERENTES: MARIA DO SOCORRO GAMA ROSAS, JOAO GABRIEL ROSAS DE SOUZA, JOANA GABRIELE ROSAS DE SOUZA, AMALRI JUNIOR SIQUEIRA DE SOUZA, LUANA SIQUEIRA DE SOUZA, ROQUELANO QUEIROZ DE SOUZA, RICHARLES CEICHAS QUEIROZ DE SOUZA
INVENTARIADO: AMALRI QUEIROZ DE SOUZA
Despacho
Trata-se de inventário em razão do falecimento de AMALRI QUEIROZ DE SOUZA.
Ocorre, todavia, que tramitou nesta Vara o inventário nº 7022131-52.2023.8.22.0001, com as mesmas partes, objeto e pedido deste processo, e em que a inicial foi indeferida, conforme o despacho de id nº 93327857.
Assim, intime-se o autor para emendar a inicial, comprovando o pagamento das custas no processo supramencionado, nos termos do art. 486, §2º do CPC. Em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único, CPC).
Porto Velho (RO), 16 de julho de 2023
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho PROCESSO Nº 7043697-57.2023.8.22.0001
CLASSE: Cumprimento de sentença
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JUSSARA DOS SANTOS RAMOS, OAB nº RO6758
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
EXEQUENTE: C. C. S.
EXECUTADO: S. S. L. J.

DESPACHO
Intime-se a parte autora para emendar a inicial, juntando o título em que foi constituída a obrigação alimentar objeto do pedido, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único, CPC).
Porto Velho (RO), 16 de julho de 2023
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7079241-43.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: H.S.M.
REU: AURILÉA DOS SANTOS MENDES e outros
Intimação RÉU - SENTENÇA
Fica a parte REQUERIDA intimada acerca da sentença ID 93211350: "[...]
Em face do exposto, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, com fundamento no art. 487, inc. III, alínea b do CPC, HOMOLOGO o acordo de vontades celebrado entre partes, H.S. M. e A. DOS S. M., no interesse da filha, menor impúbere, A. G. M. M., que se regerá pelas cláusulas e condições constantes nos termos do acordo realizado em audiência (id nº 93160003).
Sem custas, pois estendo a gratuidade da justiça à requeridoa. Sem honorários, ante o acordo celebrado pelas partes.
As partes renunciaram ao direito de recurso, o que homologo, operando de imediato o trânsito em julgado (CPC, art. 1.000).
Oportunamente, arquivem-se.
P. R. I. C.
Porto Velho (RO), 12 de julho de 2023
Assinado eletronicamente
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7003430-43.2023.8.22.0001
Classe : ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80 (74)
REQUERENTE: MARLUCIA LOBO DA SILVA TEIXEIRA e outros (4)
Advogado do(a) REQUERENTE: FABIO JULIO PERONDI SILVA - RO9826
Intimação AUTOR - OFÍCIO JUNTADO
Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar acerca do ofício, no prazo de 5 (cinco) dias, requerendo o que entender por oportuno.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7018833-57.2020.8.22.0001
Classe : INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: EDSON IRINEU MAZOCCO registrado(a) civilmente como EDSON IRINEU MAZOCCO e outros (7)
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANA DE SOUZA RUBIN - MT16490
Advogados do(a) REQUERENTE: EVERTON MELO DA ROSA - RO6544, JOSE VITOR COSTA JUNIOR - RO4575, JULIANA DE SOUZA RUBIN - MT16490
Advogado do(a) REQUERENTE: ELISA COGHETTO - RO9558
Advogados do(a) REQUERENTE: EVERTON MELO DA ROSA - RO6544, JOSE VITOR COSTA JUNIOR - RO4575
INVENTARIADO: ESPOLIO IRINEU LUIZ MAZOCCO registrado(a) civilmente como IRINEU LUIZ MAZOCCO
Intimação AUTOR - DESPACHO
Fica a parte AUTORA intimada acerca do despacho :
"[...] PETIÇÃO DE ID. Nº 91967887: Ante a manifestação favorável das interessadas SABRINA e ANA S. M. (id. nº 89163211), não vislumbro óbice à alienação do bem imóvel, observando-se, no entanto, que o valor obtido com a alienação deverá ser depositado em conta judicial vinculada a estes autos, tendo em vista a existência de herdeira menor, dívidas do espólio e que ainda não foi realizado o pagamento do ITCMD e as custas processuais. Assim, AUTORIZO o espólio de IRINEU LUIZ MAZOCCO, representado pelo inventariante EDSON IRINEU MAZOCCO, a alienar o imóvel matrícula n° 59.195, do 1º Ofício de Registro de Imóvel, de Porto Velho, por valor não inferior R$ 880.000,00, para ANDREI LEONARDO FREITAS DE OLIVEIRA, CPF nº 063.432.006-81. Condiciono a expedição de alvará autorizativo de transferência, à comprovação do depósito do valor integral arrecadado na conta judicial a ser aberta na agência 2848, operação 040, Caixa Econômica Federal, vinculada a este juízo, conforme decisão constante da ata de audiência de id. nº 88044721 p. 2, item 6. Assino o prazo de 60 dias, para que venha aos autos a comprovação do depósito do valor. Int. Porto Velho (RO), 16 de julho de 2023 Assinado eletronicamente Aldemir de Oliveira Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7056974-87.2016.8.22.0001
Classe : INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: ADLA HATZINAKIS ABUZED e outros
Advogados do(a) REQUERENTE: ELTON JOSE ASSIS - RO631, FELIPPE ROBERTO PESTANA - RO5077, KATIA APARECIDA PULLIG DE OLIVEIRA - RO7148
Advogados do(a) REQUERENTE: ERICK ALLAN DA SILVA BARROSO - RO4624, GENIVAL RODRIGUES PESSOA JUNIOR - RO7185
INVENTARIADO: ABUZED NETO e outros
Intimação AUTOR - DESPACHO
Fica a parte AUTORA intimada acerca do despacho id 93330082: "[...]
Intime-se a herdeira Idalinda Morais Abuzed, por meio de seu advogado, para manifestar-se quanto as últimas declarações de id n. 88506238, no prazo de 15 dias.
Sem prejuízo, intime-se a Fazenda Pública para manifestar-se quanto a regularidade do DIEF e ITCD.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho PROCESSO Nº 7039546-48.2023.8.22.0001
CLASSE: Interdição/Curatela
ADVOGADO DO REQUERENTE: PEDRO PAULO BARBOSA, OAB nº RO6833
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
REQUERENTE: SONJA GONCALVES CAVALCANTE
REQUERIDO: JOSE ARISTIDES NASCIMENTO DA SILVA
DESPACHO
A autora informou o falecimento do réu (id nº 93295396), porém não juntou a certidão de óbito. Assim, intime-se a parte autora para emendar a inicial, juntando a certidão de óbito, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único, CPC).
Porto Velho (RO), 16 de julho de 2023
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7043192-66.2023.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS (12246)
AUTOR: I. V. B. B.
Advogado do(a) AUTOR: LUCIANO DUARTE - RO9953
REU: VALERIA B. D. S.
Intimação AUTOR - DESPACHO
Fica a parte AUTORA intimada acerca do despacho :
"[...] Intime-se a parte autora para emendar a inicial, comprovando a intimação da requerida da decisão que fixou os alimentos provisórios, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único, CPC). Porto Velho (RO), 16 de julho de 2023 Assinado eletronicamente Aldemir de Oliveira Juiz de Direito .

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7024802-48.2023.8.22.0001
Classe : INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: Em segredo de justiça e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: ZILIO CEZAR POLITANO - RO489-A
INVENTARIADO: TEODORO LAZUTA
Intimação AUTOR - DESPACHO
Fica a parte AUTORA intimada acerca do despacho :

"[...] PETIÇÃO DE ID. Nº 91484655: Defiro o requerimento e determino que a CPE proceda a inclusão da interessada GECILENE CAMILA BARBOZA DE ARAÚJO no polo ativo da ação no PJe e a habilitação do advogado por ela constituído (id. nº 91484692). Considerando que a interessada GECILENE, que sustenta ser a companheira sobrevivente do falecido, compareceu ao processo e requereu sua habilitação, antes de decidir a respeito da nomeação de inventariante, concedo aos interessados o prazo de 5 (cinco) dias para tomar as providências necessárias sobre os seguintes pontos: a) estabelecer e individualizar os bens deixados pelo falecimento de FERNANDO LAZUTA; b) esclarecer quem está na posse dos bens supramencionados. Int. Porto Velho (RO), 16 de julho de 2023
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7032654-60.2022.8.22.0001
Classe : AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE (123)
REQUERENTE: M. A. D. O. A. e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: PEDRO HENRIQUE DE MACEDO PINHEIRO - RO8369
REQUERIDO: PABLO J. A. D. C.
Advogados do(a) REQUERIDO: EDUARDO MARCINICHEN KNOP - SC63690, MATHEUS GUEDES SANTOS - SC42153
Intimação REQUERIDA - DESPACHO
Fica a parte REQUERIDA intimada acerca do despacho :
"[...] O Laboratório Bio Check-UP indicou o laboratório parceiro para coleta do material hematológico do requerido que reside na cidade de São José dos Pinhais/SC e informou o valor do exame e da taxa de coleta (id n. 90511172).Assim, defiro o prazo de 15 dias, para que o requerido comprove o depósito judicial do valor do exame de DNA (R$600,00). Destaco que o valor da coleta (R$100,00), deverá ser pago pelo requerido ao laboratório indicado no ofício 058/2023, no dia designado por este juízo. Int. Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023 Assinado eletronicamente Aldemir de Oliveira Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7046533-13.2017.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: LEICIANE P. S.
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDUARDO AUGUSTO FEITOSA CECCATTO - RO5100
EXECUTADO: GUSTAVO S. D. A. registrado(a) civilmente como GUSTAVO S. D. A.
Intimação AUTOR - DESPACHO
Fica a parte AUTORA intimada acerca do despacho :
"[...] 1. No tocante ao requerimento para penhora no rosto dos autos nº 7014925-31.2016.8.22.0001 em trâmite no juízo da 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho/RO, intime-se a exequente para juntar documentos comprovando que o executado está habilitado naqueles autos e que o crédito será transferido de forma automática para os sucessores do falecido. De forma alternativa, poderá informar a respeito de eventual inventário/alvará e requerer a penhora diretamente nestes autos. Prazo de 15 (quinze) dias. 2. Oficie-se à Empresa Consórcio Minas Mais, para que encaminhe a este juízo, no prazo de 10 dias, a cópia da rescisão de contrato de trabalho de GUSTAVO SILVA DE ARAÚJO, CPF N° 856.924.172-00. 2.1. Sirva-se de ofício, que deverá ser encaminhado diretamente ao email procuracoes@agnet.com.br Porto Velho (RO), 13 de julho de 2023 Assinado eletronicamente Aldemir de Oliveira Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7046602-69.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ERIKA L. F. L. D.
REU: ROSELLI F. L.
Advogado do(a) REU: DEBORAH INGRID MATOSO RIBAS NONATO - RO5458
Intimação RÉU - SENTENÇA
Fica a parte REQUERIDA intimada acerca da sentença:
"[...] Em face do exposto, DECIDO PELA PROCEDÊNCIA PARCIAL do pedido e, em consequência: a) ESTABELEÇO que a guarda do filho MYGUEL A. F. DA S. será exercida de forma unilateral pela mãe ERIKA L. F. L. DA S.; b) ESTABELEÇO que o direito de convivência entre a avó materna ROSELLI F. L. e o neto MYGUEL A. F. DA S. ocorrerá aos finais de semana alternados, buscando-o na residência da mãe às 18h da sexta-feira, e devolvendo-o no mesmo local no domingo, às 18h. Sucumbente, condeno a requerida no pagamento das custas e dos honorários advocatícios que fixo em em R$ 1.302,00, o que faço com fundamento no art. 85, §§ 2º e 8º e 8º-A do CPC., ficando suspensa a exigibilidade ante a gratuidade que estendo a ela, nos termos do art. 98, §§ 2º e 3º do CPC. Sentença com resolução de mérito na forma do art. 487, I, do CPC. Transitada em julgado, realizada as anotações e baixas necessárias, arquivem-se os autos. P. R. I. C. Porto Velho (RO), 13 de julho de 2023 Assinado eletronicamente Aldemir de Oliveira Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7032890-75.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: A. M. D.e outros
Advogados do(a) AUTOR: CAUE CORREA - MS24754, INGRID ISABEL MONTEIRO - RO12561
REU: A.L.R. N.
Advogado do(a) REU: CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE - RO3010
Intimação RÉU - SENTENÇA
Fica a parte REQUERIDA intimada acerca da sentença id 93252994: "[...] Aguarde-se a contestação e eventual impugnação. Após, ao Ministério Público..

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7077058-02.2022.8.22.0001
Classe : ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80 (74)
REQUERENTE: RODRIGO SOARES DE LIMA e outros (2)
Advogado do(a) REQUERENTE: FAUSTO SCHUMAHER ALE - RO4165
INTERESSADO: VANIR SOARES DE LIMA
INTIMAÇÃO AUTOR - SENTENÇA
Fica a parte AUTORA intimada acerca da sentença:
"[...] Em face do exposto, AUTORIZO os requerentes RODRIGO SOARES DE LIMA, MÁRCIO SOARES DE LIMA e ROSANGELA SOARES DE LIMA, a receberem, em quotas iguais, os valores existentes nas contas judiciais n° 2848-040-1799420-4 e 2848-040-1799421-2, Caixa Econômica Federal, em nome do falecido VANIR SOARES DE LIMA. Retifico o valor causa para o quantum a ser sacado, ou seja, R$ 19.917,08. Proceda a CPE a regularização no PJe e no Sistema de Custas Processuais. Indefiro a gratuidade, pois os requerentes poderão suportar o pagamento das custas com os valores a serem sacados, sem que isso resulte em ônus insuportável ou que causa prejuízo ao sustento, destacando que não apresentaram elemento objetivo impeditivo dessa possibilidade. Assim, os requerentes deverão recolher as custas inicias, no equivalente a 2% sobre o valor a ser sacado (Regimento de Custas - Lei nº 3.896/2016 - art. 12, I). Sem custas finais e sem honorários. Condiciono a expedição do alvará à comprovação do pagamento das custas processuais. Com a comprovação, expeça-se o alvará, com prazo de 30 dias, em favor dos requerentes, que poderão sacar os valores pessoalmente ou por meio do advogado constituído, que tem poder especial para esse fim. Consigne-se que, após o saque, a conta judicial deverá ser encerrada. Trata-se de procedimento de jurisdição voluntária, em que a pretensão foi deferida, não existindo o interesse em recorrer, nas modalidades necessidade e utilidade, ocorrendo de imediato o trânsito em julgado (CPC, art. 1.000). Oportunamente, arquivem-se. P. R. I.C. Porto Velho (RO), 13 de julho de 2023 Assinado eletronicamente Aldemir de Oliveira Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho PROCESSO Nº 7032137-55.2022.8.22.0001
CLASSE: Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos
ADVOGADO DO REQUERENTE: WELINTON RODRIGUES DE SOUZA, OAB nº RO7512
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ORLANDO LEAL FREIRE, OAB nº RO5117, CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE, OAB nº RO3010
REQUERENTE: E. F. D. S. A.
Decisão
1. PETIÇÃO DE ID N° 93234114: Antes de analisar o requerimento, é imprescindível que o exequente cumpra a determinação contida na alínea c da deisão de id n° 90019933. Assim, intime-se o exequente para apresentar planilha atualizada do débito, com dedução dos valores comprovados por meio de transferência bancária no período de meses de maio de 2021 a abril de 2022, no prazo 5 dias.
2. Apresentada a planilha do débito, considerando que o exequente não aceitou a proposta de parcelamento do débito (id n°), intime-se o executado, por meio de seus advogados, para comprovar o pagamento do débito remanescente, em 5 dias, sob pena de penhora de bens.
3. Int.
Porto Velho (RO), 16 de julho de 2023
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7079713-44.2022.8.22.0001
Classe : ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)

AUTOR: ARIANE R. P.
Advogado do(a) AUTOR: PAULINO PALMERIO QUEIROZ FILHO - RO3944
REU: JOSE G. D. S.
Advogado do(a) REU: LEONY FABIANO DOS SANTOS TAVARES - RO0005200A
INTIMAÇÃO AUTOR - SENTENÇA
Fica a parte AUTORA intimada acerca da sentença:
"[...] Em face do exposto, DECIDO PELA PARCIAL PROCEDÊNCIA DO PEDIDO e, em consequência, condeno o requerido JOSÉ G. DA S. a pagar a sua filha MARIA E. S. R. a pensão alimentícia mensal no valor equivalente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo, reajustável pelo mesmo índice, a ser depositado na conta corrente nº 69382-0, agência 1294-7, Banco Bradesco, em nome da mãe da alimentanda, ARIANE R. P., CPF nº 028.888.832-44, até o dia 10 de cada mês. Sucumbente, condeno o requerido no pagamento das custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre 12 (doze) prestações da pensão alimentícia acima estabelecida, na forma do artigo 85, § 2º do CPC, ficando suspensa a exigibilidade, pois estendo a ele a gratuidade concedida à autora, nos termos do art. 98, §§ 2º e 3º do CPC. Sentença com resolução de mérito, na forma do que dispõe o art. 487, inc. I do CPC. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. Porto Velho (RO), 13 de julho de 2023 Assinado eletronicamente Aldemir de Oliveira Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246
e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7067477-60.2022.8.22.0001
Classe : INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
REQUERENTE: MARIA LUIZA DOS SANTOS ARAUJO
REQUERIDO: ELIZETE ASSUNCAO SANTOS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE CURATELA
PRAZO: 10 (dez) DIAS
CURATELA DE:
Nome: ELIZETE ASSUNCAO SANTOS
Endereço: Rua Porto Novo, s/n, Quadra 599, Bloco 06, Apto 402, Orgulho do Madeira, Jardim Santana, Porto Velho - RO - CEP: 76870-001
FINALIDADE: FAZ SABER a todos quantos que foi processado por este Juízo e Cartório da 3ª Vara de Família, a ação de CURATELA, em que MARIA LUIZA DOS SANTOS ARAUJO, requer a decretação de Curatela de ELIZETE ASSUNCAO SANTOS , conforme se vê da sentença a seguir transcrita: "Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO e, em consequência, nomeio MARIA LUÍZA DOS SANTOS ARAÚJO, para exercer o encargo de curadora de sua mãe ELIZETE ASSUNÇÃO SANTOS, alcançando a curatela os atos de caráter patrimonial ou negocial (art. 85 da Lei 13.146/2015), tornando definitiva a tutela de urgência concedida (id nº 81745953). Expeça-se o termo de curatela, especificando, EM DESTAQUE, as seguintes limitações: Ficará a curadora AUTORIZADA a: a) receber e administrar os vencimentos ou benefício previdenciário da curatelada, nos termos do art. 1.747, II, do Código Civil. Outros valores que não aqueles (vencimentos e benefícios previdenciários), deverão ser depositados em conta poupança, somente movimentável mediante alvará judicial; b) representar a curatelada em órgãos administrativos e judiciais, em qualquer justiça e instância, para preservação de seu direito, sendo que qualquer valor recebido em ação administrativa ou judicial deverá ser depositado em conta poupança, igualmente movimentável mediante alvará judicial; Outras situações particulares deverão ser reclamadas de forma individualizada no feito. Os valores somente poderão ser utilizados em benefício exclusivo da curatelada, lembrando que a qualquer instante poderá a curadora ser instada para prestação de contas, pelo que deverá ter cuidado no armazenamento de notas, recibos, comprovantes etc. Em virtude da ausência de interesse recursal, dou a sentença por transitada em julgado na presente data. Em atenção ao disposto no art. 755. § 3º do CPC e no art. 9º, inc. III do CC: a) Inscreva-se a presente decisão no Registro de Pessoas Naturais da Comarca de Porto Velho/RO; b) publique-se no Diário da Justiça Eletrônico por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias; c) dispenso a publicação na imprensa local em inteligência ao disposto no art. 3º, parágrafo único da Lei nº 1.060/50, pois agora deferido aos interessados os benefícios da gratuidade da justiça; d) publique-se na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (onde permanecerá pelo prazo de seis meses), ficando dispensado o cumprimento desta determinação enquanto a plataforma não for criada e estiver em efetivo funcionamento; Esta sentença servirá como edital, publicando-se o dispositivo dela pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias. Esta sentença servirá como mandado de inscrição, dirigido ao Cartório de Registro Civil. Remeta-se via da sentença ao Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Machadinho D' Oeste/RO para a inscrição da interdição (sendo que o assento de nascimento da curatelada foi lavrado sob a Matrícula nº - doc. id n° 81638441 - p. 8). Sentença com resolução de mérito nos termos do art. 487, inc. I do CPC. Sem custas, ante a gratuidade concedida às parte. Sem honorários, por se tratar de processo necessário e que ganhou afeição de procedimento de jurisdição voluntária. Após o cumprimento integral das determinações, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho (RO), 23 de fevereiro de 2023 Assinado eletronicamente Aldemir de Oliveira Juiz de Direito"....."
Endereço do Juízo: Fórum Geral César Montenegro - 3ª Vara de Família e Sucessões, Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235.
Porto Velho (RO), 17 de julho de 2023
Técnico judiciário
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7050561-19.2020.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: MARIA V. L. V. D.
Advogado do(a) AUTOR: JESSICA RAMOS DA SILVA - RO9695
REU: CATIANE D. M. S. e outros (2)
Advogado do(a) REU: MOISES MARINHO DA SILVA - RO5163
Advogado do(a) REU: JESSICA RAMOS DA SILVA - RO9695
Intimação PARTES - DESPACHO - AUDIÊNCIA
Ficam as partes AUTORA/REQUERIDA intimada acerca do despacho :
"[...] DECIDO.
Trata-se de ação de modificação de guarda c/c alienação parentar proposta por Maria V. L. V. D. em face de Catiane de M. S., Flávio L. DE M. S. e Maria B. V. da S.
Os autos encontram-se conclusos para saneamento e organização, com o fim de possibilitar o regular andamento na busca de decisão de mérito.
Diante das controvérsias existentes não se mostra possível o julgamento antecipado da lide na forma estabelecida no art. 355 do CPC, pois a conclusão sobre os pontos convertidos – atos de alienação parental e modificação da guarda – dependem de dilação probatória, apresentação de documentos novos, coleta dos depoimentos pessoais das partes e oitiva de eventuais testemunhas.
Assim, tenho que é necessária a designação da audiência de conciliação, instrução e julgamento, para nova tentativa de conciliação e para complementar as provas produzida pelas partes.
Serão admitidos como meios de provas o depoimento pessoal das partes, oitiva de testemunhas e documentos novos. O ônus da prova obedecerá a regra do art. 373 do CPC.
Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 31 de agosto de 2023, às 8h30min, ocasião em que, se for necessário, serão colhidos os depoimentos pessoais das partes e inquiridas as testemunhas arroladas pelas partes (id n. 88481921 e id n. 88698451).
A requerente e os requeridos deverão participar da audiência designada acompanhados de seus advogados. As partes deverão ser intimadas por seus advogados, nos termos do §3º do art. 334 do CPC.
OBSERVAÇÃO 1: A audiência será realizada por meio do aplicativo GOOGLE MEET, sendo, desde já, disponibilizado o link da videochamada: https://meet.google.com/odd-nhwe-ajc , que deverá ser acessado pelas partes e advogados na data e hora marcadas. Dessa forma, os advogados e as partes deverão manter atualizados os seus dados, principalmente os números dos telefones celulares para eventual contato, destacando que as dúvidas sobre o acesso poderão ser dirimidas na secretaria do juízo, por meio da linha telefônica 3309-7172. Eventual oposição à realização do ato pelo sistema virtual deverá ser apresentada, em 5 dias, sob pena de preclusão e a inércia será interpretada como anuência.
OBSERVAÇÃO 2: Cabe aos advogados das partes informar ou intimar as testemunhas por eles arroladas do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo (art. 455 do CPC), importando em desistência da inquirição caso não o faça (art. 455, §3º do CPC).
Int.
Porto Velho (RO), 14 de julho de 2023
Assinado eletronicamente
Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7036315-13.2023.8.22.0001
Classe : ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
AUTOR: I. V. B. B.
Advogado do(a) AUTOR: LUCIANO DUARTE - RO9953
REU: V. B.D. S.
Intimação AUTOR - CERTIDÃO OFICIAL
Fica a parte AUTORA intimada para se manifestar acerca da certidão do oficial de justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.

4ª VARA DE FAMÍLIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7033548-36.2022.8.22.0001
Classe : INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: MAISA DOS SANTOS PAVAN MACHADO e outros (2)
Advogado do(a) REQUERENTE: PAULINO PALMERIO QUEIROZ - RO208-A
INVENTARIADO: MARIA DA GRACA DOS SANTOS GOMES
Intimação AUTOR
Fica a parte AUTORA intimada acerca da manifestação da Fazenda Pública.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7039169-77.2023.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS (12246)
REQUERENTE: M. V. O. A.
Advogado do(a) REQUERENTE: BRYAN ERIKSON CAMARGO RIBEIRO - RO9490
REQUERIDO: A. F. A. Q.
INTIMAÇÃO AUTOR - SENTENÇA
Fica a parte AUTORA acerca da sentença: "[...]Vistos,M. V. O. A., representado por sua genitora G. S. D. O., propôs execução de alimentos em face de A. F. A. Q..Pede o cumprimento de sentença por quantia certa referente aos meses de abril de 2020 a março de 2023.Ocorre que, em consulta ao PJe, verificou-se a existência dos autos nº 7000780-25.2021.8.22.0023, tramita perane o Juízo da 1ª Vara Cível de Ji-Paraná correspondente aos meses de fevereiro, março e abril de 2021 e os meses que vencem no decorrer do processo e o outro sob o rito da expropriação de bens, processo nº 7000772-48.2021.8.22.0023, tramita perante o Juízo da Vara Única de São Francisco do Guaporé, correspondente aos meses de maio de 2020 a janeiro de 2021, com as mesmas partes.Assim, verifico a litispendência desta ação com aquelas, pois os meses executados nesta estão incluídos naquelas.Caso a parte pretenda propor nova ação referente aos mesmos meses neste Juízo, deverá se habilitar naqueles processos e deduzir a pretensão que achar mais oportuna naqueles autos, ou o declínio de competência ou a extinção do feito, e assim promover a nova ação nesta comarca.Não há possibilidade de duas ações de cumprimento de sentença prosseguirem acerca do mesmo período pois dessa forma haveria duplicidade de cobrança. Ante o exposto, extingo o processo sem resolução de mérito com fundamento nos artigos 485, inciso V, e 337, inciso VI, §§ 1º a 5º, todos do Código de Processo Civil.Custas pela parte exequente com exigibilidade suspensa face à gratuidade judiciária.P.R.I.Porto Velho , 11 de julho de 2023 . Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juíz(a) de Direito."

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7019261-05.2021.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: em segredo de justiça
Advogado do(a) EXEQUENTE: POLIANA FREITAS SILVA - RO10040
EXECUTADO: em segredo de justiça
Advogado do(a) EXECUTADO: MARILIDIA ADOMAITIS JOVELHO ORTEGA - SP260859
Intimação AUTOR - ALVARÁ
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1246 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 0006805-43.2015.8.22.0102
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: R. M. DA C. L. e outros
Advogado do(a) EXEQUENTE: JOSE MARIA ALVES LEITE - RO7691
EXECUTADO: A. G. L.
Advogados do(a) EXECUTADO: MARCO AURELIO DE OLIVEIRA SOUZA - RO10829, OTAVIO SUBTIL DE OLIVEIRA - RO10905
Intimação DO EXEQUENTE
Fica a parte EXEQUENTE intimada acerca da impugnação apresentada.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7029605-74.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: R. S. D. M.
Advogados do(a) AUTOR: ELSON BELEZA DE SOUZA - RO5435, ERISSON RICARDO ROBERTO RODRIGUES DA SILVA - RO5440, LORENA INGRITY CARDOSO REIS - RO10449
REU: W. C. D. R.
Advogados do(a) REU: ERISSON RICARDO ROBERTO RODRIGUES DA SILVA - RO5440, LORENA INGRITY CARDOSO REIS - RO10449
Intimação PARTES - DESPACHO
Ficam as partes intimadas acerca do despacho : "[...]Vistos, O advogado ao patrocinar partes adversas, em tese, comete tergiversação. Consta no ID 91932979 procuração da parte ré, fato que gera confusão processual. Manifestem-se sobre tal ponto em 15 dias.Porto Velho/RO, 11 de julho de 2023. Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito."

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7043394-43.2023.8.22.0001
Classe : INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: V. P. A. DE O. e outros (2)
Advogado do(a) REQUERENTE: ELEN CAROLINE MENEZES BARROSO - RO10362
INVENTARIADO: DAISON NOBRE BELO
Intimação INVENTARIANTE
Fica o(a) inventariante INTIMADA acerca do TERMO DE INVENTARIANTE expedido.
Observações:
1) O Termo de Inventariante poderá ser assinado na Central de Atendimento do Fórum Geral.
2) O Termo de Inventariante poderá ser assinado pela parte e juntado nos autos pelo Advogado ou Defensor Público.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: 4vfamcpe@tjro.jus.br
Processo : 7031142-08.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: em segredo de justiça
Advogados do(a) AUTOR: JANDIRA MACHADO - RO9697, JOSELIO FAUSTINO DA SILVA - RO10299, NATALIA CAROLINE GONCALVES BEZERRA - RO9690
REU: em segredo de justiça
Advogado do(a) REU: WESLEY PEREIRA DA SILVA - TO5133
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA
Fica a parte AUTORA intimada para apresentar réplica à contestação no prazo legal.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7021999-92.2023.8.22.0001
Classe : ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
AUTOR: L. L. D.
Advogado do(a) AUTOR: IGOR AMARAL GIBALDI - RO0006521A
REU: A. G. V. D. e outros
Intimação AUTOR - DESPACHO
Fica a parte AUTORA intimada acerca do despacho : "[...]Vistos,Trata-se de ação revisional de alimentos.Considerando a informação de novo endereço, designo audiência PRESENCIAL de conciliação, instrução e julgamento para o dia 25 de agosto de 2023 às 08 horas. Cite-sea parte requerida para apresentar contestação até o início da audiência e intimem-se as partes.O não comparecimento da parte autora implicará no arquivamento do feito e da parte requerida em revelia.As partes deverão comparecer acompanhadas de advogado ou defensor público. Se o (a) requerido (a) não tiver condições de contratar advogado particular, deverá procurar a Defensoria Pública.A parte requerida poderá contestar, desde que o faça por intermédio de advogado. Fica o (a) réu (ré) advertido (a) de que, se não apresentar contestação por intermédio de advogado ou defensor público, será presumido que pode arcar com os alimentos no valor pleiteado na inicial. Não havendo acordo, será realizada a oitiva das testemunhas, alegações finais e prolação da sentença. Advirtam-se também as partes de que, não havendo conciliação, o feito será instruído e julgado na mesma data, pelo que deverão comparecer à audiência acompanhadas das testemunhas que tiverem, sendo admitidas no máximo 03 (três) para cada parte, e trazê-las independentemente de intimação.A ausência injustificada à audiência de conciliação é considerada ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, como prevê o §8º do art. 334 do CPC. Intime-se o Ministério Público.O (a) autor (a) fica intimado (a) da audiência na pessoa do (a) advogado (a), consoante o §3º do art. 334 do CPC.OBSERVAÇÕES:1. Endereço do Fórum Geral Desembargador César Montenegro: Av. Pinheiro Machado, n° 777, Bairro Olaria, nesta Capital (antigo Clube Ipiranga). 2. As partes e testemunhas devem apresentar-se munidas de documentação pessoal para fins de identificação e cadastro. 3. É necessário comparecer ao Fórum com no mínimo 15 (quinze) minutos de antecedência para realização de cadastro no balcão de atendimento. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO / CARTA ARMP / CARTA PRECATÓRIA.Porto Velho/RO, 7 de julho de 2023. Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito."

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7030141-22.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: V. M. D. O. L. e outros (2)
Advogado do(a) AUTOR: SUZANA LOPES DE OLIVEIRA - RO2757
REPRESENTADO: PEDRO VICENTE LONRENSATTO
Intimação AUTOR - ALVARÁ
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7043402-88.2021.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: A. C. F. N.
Advogado do(a) REQUERENTE: ROSIMAR FRANCELINO MACIEL - RO0002860A
REQUERIDO: W. J. O. T. e outros
Intimação AUTOR
Fica a parte autora INTIMADA acerca do TERMO DE GUARDA expedido.
Observações:
1) O Termo de Guarda poderá ser assinado na Central de Atendimento do Fórum Geral.
2) O Termo de Guarda poderá ser assinado pela parte e juntado nos autos pelo Advogado ou Defensor Público.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7036405-21.2023.8.22.0001
Classe : DIVÓRCIO CONSENSUAL (12372)
REQUERENTE: em segredo de justiça
Advogado do(a) REQUERENTE: EDMAR DA SILVA SANTOS - RO1069
INTIMAÇÃO AUTOR - SENTENÇA
Fica a parte AUTORA intimada acerca do dispositivo da sentença de ID 93323795: “[...] Assim, indefiro a inicial nos termos do parágrafo único do artigo 321 do CPC. Sentença sem resolução de mérito na forma do inciso I do artigo 485 do CPC. Sem Custas. P.R.I.C. Porto Velho/, 14 de julho de 2023. (a) Adolfo Theodoro Naujorks Neto, Juiz de Direito.”

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7039649-26.2021.8.22.0001
Classe : INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: S. C. D. FARIAS e outros (4)
Advogado do(a) REQUERENTE: FLORISMUNDO ANDRADE DE OLIVEIRA SEGUNDO - SE9265
INVENTARIADO: JOSE BATISTA FERREIRA
INTIMAÇÃO AUTOR - DISTRIBUIR PRECATÓRIA
Fica a parte AUTORA intimada a retirar a Carta Precatória e comprovar a distribuição em 10 (dez) dias, ficando a seu encargo o recolhimento das custas perante o juízo deprecado, conforme a legislação do respectivo Tribunal, bem como o acompanhamento da diligência, devendo manter este Juízo informado quanto ao estágio/andamento da referida carta precatória.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7035450-87.2023.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: S. B. T. e outros
Advogados do(a) REQUERENTE: GABRIEL MARTINS MONTEIRO - RO9839, GRAZIELLA ALENCAR SILVA - RO12441
REQUERIDO: A. S.DOS S.
Advogado do(a) REQUERIDO: CARLA CAROLINE DOS SANTOS - RO11212
Intimação EXEQUENTE - JUSTIFICATIVA APRESENTADA
Fica a parte AUTORA intimada para manifestar quanto a justificativa apresentada pelo Executado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7001076-45.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: R. C. D. M.
Advogados do(a) AUTOR: BRUNA CELI LIMA PONTES - RO0006904A, ELIEL SOEIRO SOARES - RO8442
REU: A. K. F. D. M. e outros (2)
Advogado do(a) REU: MICHELE NOGUEIRA DE SOUZA - RO9706
INTIMAÇÃO RÉU - CONTRARRAZÕES
Fica a parte REQUERIDA intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7041668-44.2017.8.22.0001
Classe : INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: G. M. A. D. S.
Advogados do(a) REQUERENTE: OSCAR DIAS DE SOUZA NETTO - RO3567, SHEIDSON DA SILVA ARDAIA - RO5929
INVENTARIADO: ESPOLIO DE PATRICIUS SOUSA OLIVEIRA
Intimação AUTOR - ALVARÁ
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do alvará expedido via internet.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7035599-59.2018.8.22.0001
Classe : INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: CLEOMAR SAMPAIO DAS NEVES e outros (4)
Advogados do(a) REQUERENTE: HAROLDO LOPES LACERDA - RO962, VERONICA VERGINIA DOMINGOS RIOS LACERDA - RO5165
INVENTARIADO: CLEOMAR SAMPAIO DAS NEVES e outros (3)
Intimação AUTOR
Fica a parte AUTORA intimada acerca da manifestação da Fazenda Pública.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7049682-17.2017.8.22.0001
Classe: Inventário
REQUERENTES: CLACIONI FERREIRA FROTA, ANTONIO FERREIRA FROTA, ANA PATRICIA FERREIRA FROTA DA SILVA, ANA PAULA FERREIRA FROTRA DA SILVA, ANTONIO FERREIRA FROTA FILHO, WASHINGTON ROBERTO FERREIRA LINHARES
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: IDALICE OLIVEIRA DE MORAIS, OAB nº RO6129, VANESSA OLIVEIRA DE MORAIS, OAB nº RO5595, KARINA DA SILVA SANDRES, OAB nº RO4594, MANOEL RIBEIRO DE MATOS JUNIOR, OAB nº RO2692
INVENTARIADO: ESPÓLIO DE MARIA MARLENE FERREIRA LINHARES
INVENTARIADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
Indefiro o uso de qualquer imóvel dos acervo por herdeiros sem que o juízo fixe valor de aluguel a ser previamente fixado.
Nomeio inventariante Clacioni Ferreira Frota, compromisso em 05 dias.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 0224759-77.2008.8.22.0001
Classe: Inventário
REQUERENTE: NELIA LEOPOLDINA PEREIRA BARRETO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: TAISA ALESSANDRA DOS SANTOS SOUZA, OAB nº RO5033, PEDRO ORIGA NETO, OAB nº Não informado no PJE
REU: CARLOS ROBERTO MOREIRA DE ALENCAR, ALEXANDRE CESAR AGOSTINHO PEREIRA
ADVOGADOS DOS REU: GERALDO TADEU CAMPOS, OAB nº RO553A, MAISSARA SUZANA DARWICH DA ROCHA, OAB nº PA12136
Vistos,
Em 05 dias traga ao inventariante a localização completa do imóvel localizada na estrada do Santo Antônio KM 05.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7007243-15.2022.8.22.0001
Classe: Inventário
REQUERENTES: MARIA RAIMUNDA DE SOUZA FARIAS, MARCIO DE SOUZA FARIAS, MARIO JORGE DE SOUZA FARIAS, ADRIANA DE SOUZA FARIAS, CELIA REGINA SOUZA FARIAS, ANDREIA DE SOUZA FARIAS SANTANA DE OLIVEIRA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: LEONARDO FERREIRA DE MELO, OAB nº RO5959, NILTON BARRETO LINO DE MORAES, OAB nº RO3974
INVENTARIADO: SEBASTIAO JORGE FERREIRA DE FARIAS
INVENTARIADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
Venda de bem do espólio somente com vinda de proposta e depósito judicial do valor.
Venha a proposta de partilha pena de ser feito pelo partidor, em 05 dias.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7023435-62.2018.8.22.0001
Classe: Inventário
REQUERENTES: THIAGO CORREA DE AZEVEDO, CAROLINE CORREA DE AZEVEDO, RENATA SANTIAGO MOREIRA, LUCICLEIA SOUZA COSTA, RONALDO SANTIAGO CANAVARRO, BRUNO LARANJEIRA TEIXEIRA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: MARIA CLARA DO CARMO GOES, OAB nº RO198B, NILTON DANTAS DA SILVA, OAB nº RO243A, FABIO VIANA OLIVEIRA, OAB nº RO2060A, RUCILENE ARAUJO BOTELHO CAMPOS, OAB nº RO5587A, NEIDSONIA MARIA DE FATIMA FERREIRA, OAB nº RO5283A, VALDENIRA FREITAS NEVES DE SOUZA, OAB nº RO1983
REU: REGINALDO ENCARNACAO DE AZEVEDO
REU SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
Em 05 dias cumpra a inventariante o determinado no id 92569351 reservando para pagamento dos valores na habilitação no id 93291528.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7023270-39.2023.8.22.0001
Classe: Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE: FABRICIO BENAION TRINDADE
ADVOGADO DO REQUERENTE: GUILHERME TOURINHO GAIOTTO, OAB nº RO6183A
INTERESSADO: ERNESTINA MACOACHE GOMES
INTERESSADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
Os valores em nome do curatelado foram depositados na conta poupança da Caixa Econômica Federal (104), Agência 2848, operação 013, conta poupança 45625-8. Não há valores em conta judicial, conforme extrato anexo.
Providencie a parte autora o extrato da conta poupança mencionada.
Em 15 (quinze) dias.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7030149-62.2023.8.22.0001
Classe: Divórcio Litigioso

REQUERENTES: M. S. T., D. P. D. E. D. R.
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: L. P.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: MAURICIO M FILHO, OAB nº RO8826, RAIMUNDO SOARES DE LIMA NETO, OAB nº RO6232
Vistos,
Intimem-se as partes para se manifestarem acerca da informação contida no ID Num. 93312665 em 5 (cinco) dias.
No mais, aguarde-se a audiência de conciliação designada.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7055917-58.2021.8.22.0001
Classe: Interdição/Curatela
REQUERENTE: ANITA DE CARVALHO SOARES DA SILVA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: CELIA DE FATIMA RIBEIRO MICHALZUK, OAB nº RO7005, ALLAN OLIVEIRA SANTOS, OAB nº RO10315
REQUERIDO: ANTONIO EPAMINONDAS ALVES CARVALHO
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos,
ANITA DE CARVALHO SOARES DA SILVA popôs ação de interdição e curatela em face de ANTONIO EPAMINONDAS ALVES CARVALHO, ambos qualificados.
Em sua inicial, a autora alega que o requerido é seu irmão e foi diagnosticado como portador de esquizofrenia grave, estando em tratamento a vários anos. Alega que não toma os medicamentos corretamente, assim tem episódios de discursos desconexos e pensamentos desorganizados, não se alimenta, se desfaz dos alimentos jogando no chão, precisando que a família coloque cadeado na geladeira para poder assim guardar os mantimentos. Ademais a família pretende a curatela do requerido no intuito de buscar benefícios previdenciário. Assim requer que seja nomeada curadora de seu irmão, ora requerido.
Nomeada curadora provisória do requerido conforme ID 64917215.
O réu foi citado. (ID 68472571).
Em 22/02/2022 foi realizada a entrevista com o requerido. (ID 70203421).
Nomeado curador especial ao requerido, que contestou por negativa geral em audiência.
Em 12/05/2022 foi nomeado o médico perito.
A autora se manifestou nos autos em 28/05/2022 (ID77554851), em 20/07/2022 (ID 796408180). Sendo intimada via oficial de justiça sobre a data da perícia em 08/11/2022. Apresentou petição com quesitos apenas no dia da perícia, de forma intempestiva.
Realizada perícia no dia 21/11/2022, conforme ID 86179008.
Com a juntada da perícia, a parte se manifestou discordando do teor do laudo e requerendo intimação do médico perito a fim de que este reapreciasse os documentos apresentados neste processo e respondesse outros quesitos, o que foi indeferido por este juizo conforme ID 90136389.
O Ministério Público opinou pela improcedência do pedido.
É o relatório.
Decido.
Trata-se de ação de curatela.
A esse respeito, dispõe o Código Civil:
Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela:
I - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)
II - (Revogado) ; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)
III - os ébrios habituais e os viciados em tóxico; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)
IV - (Revogado) ; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)
V - os pródigos.
A par disso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei 13.146/15 modificou substancialmente o instituto da incapacidade no direito pátrio. Atualmente, somente são absolutamente incapazes os menores de 16 anos. A simples deficiência física ou mental não é mais causa de incapacidade, conforme se depreende dos artigos 3º e 4º do Código Civil.
Assim, a incapacidade está relacionada com a impossibilidade de manifestação de vontade (inciso III do art. 4º do CC), de modo que há uma alteração dos fundamentos da incapacidade.
O Estatuto da Pessoa com Deficiência apregoa:
Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.
§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

Desse modo, há que se apurar se o requerido não é capaz de manifestar sua vontade.
Na entrevista realizada, ele se mostrou lúcido e respondeu às perguntas de forma coerente.
Na perícia, constatou-se que o requerido é capaz de manifestar sua vontade, com ausência de critérios de doença mental com relevância para uma interdição ou curatela.
Ante o exposto, julgo improcedente o pedido inicial e resolvo o mérito na forma do art. 487, I, do CPC.
Sem custas finais em razão da gratuidade deferida.
P.R.I.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7073728-94.2022.8.22.0001
Classe: Outros procedimentos de jurisdição voluntária
REQUERENTES: LIDIENE MARCELA DE SOUZA MARTINS, LUCAS SALVADOR DE SOUZA BRITO, ISA BATISTA DIAS
ADVOGADO DOS REQUERENTES: ABDIEL AFONSO FIGUEIRA, OAB nº RO3092
REQUERIDO: CLEBESON ADRIANO ALVES BRITO
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
Manifeste-se a parte autora acerca dos documentos juntados no ID Num. 91006041 e ID Num. 91627291, bem como do extrato anexo extraído do Sisbajud.
Prazo: 5 (cinco) dias.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7061042-07.2021.8.22.0001
Classe: Inventário
REQUERENTES: ERENILCE MARQUES DA SILVA, JULIO CESAR AGUIRRE DE BRITO, BRUNA MARQUES DE BRITO SOARES, RONI CEZAR AGUIRRES DE BRITO
ADVOGADO DOS REQUERENTES: JUSSIER COSTA FIRMINO, OAB nº RO3557A
INVENTARIADO: MANOEL BEZERRIL DE BRITO
INVENTARIADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
Em 15 dias venham as ultimas declarações com proposta de partilha.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 0003962-76.2013.8.22.0102
Classe: Inventário
REQUERENTES: RAIMUNDA DJANIRA DA COSTA SILVA, ISRAEL FERRAZ DA SILVA, ISRAELITA FERRAZ DA SILVA CABRAL, MOISES FERRAZ DA SILVA, JOSE ARIMATEIA FERRAZ DA SILVA, FIRMINO FERRAZ DA SILVA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: SANDRO LUIS DOS SANTOS, OAB nº RO10837, GERALDO PERES GUERREIRO NETO, OAB nº RO577, IVONE MENDES DE OLIVEIRA, OAB nº RO4858, LENO FERREIRA ALMEIDA, OAB nº RO6211, EDUARDO BELMONTH FURNO, OAB nº RO5539, FABIO JORGE ANGELO SILVA, OAB nº RO1949, RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO, OAB nº RO3300
INVENTARIADO: ESPOLIO DE JOSE RAIMUNDO DA SILVA
INVENTARIADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
Ao MP.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7028827-17.2017.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: K. N. P. C.
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: Octávia Jane Lédo Silva, OAB nº RO1160, PEDRO PAULO SILVA DUARTE, OAB nº RO10094, MEIRIVONE MIRANDA DE SOUZA, OAB nº RO3127A, CARLOS EDUARDO CARDOSO RAMOS, OAB nº RO9783
EXECUTADO: J. N. D. A. C. F.
ADVOGADO DO EXECUTADO: GILBER ROCHA MERCES, OAB nº RO5797
Vistos,
Defiro a suspensão do feito por 60 dias.
Decorrido o prazo e independente de nova intimação a parte deve manifestar-se, sob pena de extinção.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7028790-19.2019.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: D. A.
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MICHELLE CORREIA DA SILVA, OAB nº RO9333, JHONATAN KLACZIK, OAB nº RO9338
EXCUTADO: M. D. D. D. L. C., D. Y. C. A.
ADVOGADOS DOS EXCUTADO: SALETE BENVENUTTI BERGAMASCHI, OAB nº RO2230, PATRICIA BERGAMASCHI DE ARAUJO, OAB nº RO4242A, RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO, OAB nº RO3300
Vistos,
Decorrido o prazo para manifestação pela executada, providenciei nesta data a transferência dos valores bloqueados para conta judicial.
Sem prejuizo, apresente o exequente sua conta para transferência dos valores.
Diga o exequente se pretende a adjudicação do bem penhorado via RENAJUD, nos termos da 4º parágrafo da decisão de ID 92530094.
Prazo : 05 (cinco) dias.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7015547-37.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: E. A. M.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ISABEL CARLA DE MELLO MOURA PIACENTINI, OAB nº RO9636
EXECUTADO: F. J. D. Q. M.
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROOSEVELT ALVES ITO, OAB nº RO6678
Vistos,
Trata-se de cumprimento de sentença relativo aos meses de maio a novembro de 2020.
A decisão de ID 88085498 determinou a expedição de ofício aos empregadores do executado a fim de informar se houve desconto dos alimentos referente ao período cobrado no presente feito.
A Faculdade metropolitana juntou comprovantes de pagamentos referente ao período de agosto/2020 (ID 90508803 - Pág. 1 e 2), setembro/2020 (ID 90508803 - Pág. 3 e 4) outubro/2020 (ID 90508803 - Pág. 5 e 6), novembro/2020 (90508803 - Pág. 7 e 8) e meses posteriores, entretanto não abrangido neste feito.
A fonte pagadora SAMP apresentou contracheque do executado em que consta dois descontos com a rubrica “pensão alimentícia” no qual informam que os descontos referente as alimentos devidos a exequente Emmanuela foram efetuados a partir de agosto de 2020. Assim, conforme os documentos juntados, restou comprovado os descontos dos meses de agosto/2020 (ID 92385153 - Pág. 1), setembro/2020 (ID 92385153 - Pág. 2), outubro/2020 (92385153 - Pág. 3) e novembro/2020 (92385153 - Pág. 4).
Dessa forma, ficam as partes intimadas para ciência em relação aos ofício juntados. Sem prejuízo, junte a exequente planilha de débito atualizada, abatendo os valores recebidos.
Em 10 dias.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7040348-51.2020.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
REQUERENTES: F. G. D. S. S., P. D. D. S.
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: LUZINETE XAVIER DE SOUZA, OAB nº RO3525A, ARLINDO VIEIRA DE ARAUJO FILHO, OAB nº RO8103
REQUERIDO: F. M. G. D. S.
ADVOGADO DO REQUERIDO: JOAO VITOR COSTA RODRIGUES, OAB nº RO12619
Vistos,
Defiro a consulta ao CNIS da executada a fim de se verificar eventuais vínculos de emprego, conforme extratos juntados em anexo.
Defiro igualmente o bloqueio no Sisbajud, conforme protocolo anexo.
Custas do art. 17 da Lei Estadual nº 3.896/16 com exigibilidade suspensa em razão da gratuidade judiciária.
Aguarde-se a resposta por 30 (trinta) dias e, após, retornem conclusos.
Sem prejuízo, fica a parte exequente intimada acerca das informações constantes no anexo.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7042329-47.2022.8.22.0001
Classe: Inventário
REQUERENTES: VINICIUS DOS SANTOS NUNES, VICTOR DOS SANTOS NUNES, SIRLENE JESUS DOS SANTOS
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: REINALDO ROSA DOS SANTOS, OAB nº RO1618, ADEMIR DIAS DOS SANTOS, OAB nº RO3774
INVENTARIADO: ELSON ROGERIO FERREIRA NUNES
INVENTARIADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
Intime-se Fazenda Pública e MP.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7036796-73.2023.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: R. B. S.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ROBERTO BARBOSA SANTOS, OAB nº AC4703
EXECUTADO: B. G. A.
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
Tendo em vista que houve fixação dos honorários sobre o valor referente a partilha de processo administrativo, junte cópia da inicial do processo 7052301-46.2019.8.22.0001 para aferir o valor informado neste feito.
Bem como, a parte exequente deve indicar claramente como chegou no valor R$ 8.619,17, indicado no presente cumprimento de sentença.
Em 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7024490-72.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: M. R. D. S.
ADVOGADO DO AUTOR: CARLOS EDUARDO FERREIRA LEVY, OAB nº RO6930
REU: P. K. S. S.
REU SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
Abro vistas as partes sobre o relatório psicológico juntado no ID. 92080900, para requerer o que entender oportuno, em 05 (cinco) dias.
No mais, cumpra-se o determinado em audiência.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7024624-36.2022.8.22.0001
Classe: Sobrepartilha
REQUERENTES: HENRIQUE XAVIER MELGAR, VIVIAN XAVIER MELGAR
ADVOGADO DOS REQUERENTES: DULCE CAVALCANTE GUANACOMA SANTOS, OAB nº RO6450
SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
A Fazenda Pública.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7016564-11.2021.8.22.0001
Classe: Inventário
REQUERENTES: GISELE CARDOSO DA SILVA, JOSE CARDOSO FEITOSA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: LUCIO FELIPE NASCIMENTO DA SILVA, OAB nº RO8992, DANIELA FERREIRA NOBRE BELO, OAB nº RO12027
INVENTARIADO: ALESSANDRA SUELEN DA SILVA
INVENTARIADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
Verbas rescisórias se levanta em procedimento própria, salvo se não houver dependentes habilitados, desta forma traga em 15 dias o inventariante a certidão de dependentes habilitados perante o empregador.
Oficie-se como requerido pelo MP no id 60733359.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7068351-79.2021.8.22.0001
Classe: Inventário
REQUERENTES: JAMES AQUILES PEDRAZA MENDES, JULIANE DIANE PEDRAZA MENDES, JANDERSON EDGAR PEDRAZA MENDES, JACKSON PEDRAZA MENDES, JACQUELINE PEDRAZA MENDES, KERLINY PEDRAZA MENDES, FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA MENDES, ANTONIO DE LISBOA SOUZA MENDES, MARIA DE NAZARE DE SOUZA MENDES
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: IVANIR MARIA SUMECK, OAB nº RO1687, DOUGLAS TADEU CHIQUETTI, OAB nº RO3946, LEIDE DIANA SEMLER DE VARGAS CHIQUETTI, OAB nº RO4225
INVENTARIADO: LIBERATA DE SOUZA MENDES
INVENTARIADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
A custas estão a menor, 3% do valor do acervo correspondem a R$ 8.175,75.
Complemente em 05 dias.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7047729-47.2019.8.22.0001
Classe: Inventário
REQUERENTES: WILLAMY SANTANA CARVALHO, LARISSA CARVALHO SEVERO, DAIRO CARVALHO SEVERO, ALISSON DIEGO CARVALHO SEVERO, JOSE SILVA SEVERO
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: ADELIO RIBEIRO LARA, OAB nº RO6929, CLEILTON FERNANDES DE SOUZA, OAB nº RO10359, MARIZETE ALBINO MARTA, OAB nº RO8350, LILIA DA SILVA QUEIROZ KIDA PEREIRA, OAB nº RO7518, LILIA DA SILVA QUEIROZ KIDA PEREIRA, OAB nº RO7518
INVENTARIADO: MARIA CLERES SANTANA CARVALHO
INVENTARIADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
A Fazenda Pública.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7018348-52.2023.8.22.0001
Classe: Divórcio Litigioso
REQUERENTE: L. V. D. S.
ADVOGADO DO REQUERENTE: EMERSON SOUSA MATIAS, OAB nº RO12344
REQUERIDO: R. M. D. M. V.
ADVOGADO DO REQUERIDO: GRACILIANO ORTEGA SANCHEZ, OAB nº RO5194
Vistos,
Chamo o feito à ordem.
Trata-se de ação de divórcio, partilha de bens, guarda, visitas e alimentos ao filho comum.
Compulsando os autos, verifico que, em audiência de conciliação, as partes concordaram com a decretação do divórcio e entabularam acordo acerca da guarda do filho comum.
Ocorre que a sentença parcial de mérito de ID Num. 91444745 homologou acordo também em relação às visitas, de modo que constatei ter havido erro material na referida sentença nesse ponto, o qual passo a corrigir de ofício, nos termos do inciso I do art. 494 do CPC.
Assim, onde se lê: "(...) Ante o exposto, homologo o acordo celebrado referente à guarda e às visitas, contido no termo de audiência de ID Num. 91381242, e DECRETO o divórcio das partes, e resolvo o mérito na forma do art. 487, I do CPC. [...] Por não ter havido acordo em relação aos alimentos partilha de bens, cumpra-se o determinado em audiência, para aguardar o curso do prazo de contestação, eis que o processo prossegue quanto a este pedido. "
Leia-se: "(...) Ante o exposto, homologo o acordo celebrado referente à guarda contido no termo de audiência de ID Num. 91381242 e DECRETO o divórcio das partes. Resolvo o mérito na forma do art. 487, I do CPC. [...] Por não ter havido acordo em relação aos alimentos, às visitas e à partilha de bens, cumpra-se o determinado em audiência para aguardar o curso do prazo de contestação, eis que o processo prossegue quanto a estes pedidos."
No mais, a sentença permanece tal como se encontra.
Em continuidade, indefiro o pedido de cumprimento de sentença em relação à regulamentação das visitas fixadas de forma provisória formulado no ID Num. 91819351 eis que a ação de conhecimento ainda está em curso. Dessa maneira, a parte interessada deverá deduzir sua pretensão em autos apartados a fim de evitar confusão processual.
Considerando que já há contestação no ID Num. 92313100, intime-se a parte autora para se manifestar em réplica em 15 (quinze) dias.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, 777, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: cpefamilia@tjro.jus.br
Processo : 7038325-30.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: M.S. D. O.
Advogado do(a) AUTOR: ALAN CARLOS DELANES MARTINS - RO10173
REU: J. L. S. P.
Intimação AUTOR - DESPACHO
Fica a parte AUTORA intimada acerca do despacho : "[...]Vistos,Em segredo de justiça e com gratuidade.Trata-se de ação de reconhecimento e dissolução da união estável com partilha de bens.Designo audiência preliminar de conciliação para o dia 28 de agosto de 2023, às 08:45 horas, a ser realizada de forma presencial no CEJUSC, localizado no 9º andar na sede do Fórum Geral Desembargador César Montenegro.Cite-se e intime-se o (a) requerido (a) para comparecer à audiência de tentativa de conciliação, nos termos do art. 695 do CPC, com as consequências do §8º do art. 334 do CPC, em caso de não comparecimento.Advirta-se o (a) requerido (a) de que o prazo para contestar é de 15 (quinze) dias, que se iniciará da data da audiência preliminar designada, conforme o art. 335 do CPC.A parte requerida poderá contestar, desde que o faça por intermédio de advogado. Fica o (a) réu (ré) advertido (a) de que, se não apresentar contestação por intermédio de advogado ou defensor público, serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas na inicial.A ausência injustificada à audiência de conciliação é considerada ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, como prevê o §8º do art. 334 do CPC.As partes deverão comparecer acompanhadas de advogado ou defensor público. Se o (a) requerido (a) não tiver condições de contratar advogado particular, deverá procurar a Defensoria Pública.O (a) autor (a) fica intimado (a) da audiência na pessoa do (a) advogado (a), consoante o §3º do art. 334 do CPC.SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO / CARTA ARMP / CARTA PRECATÓRIA. OBSERVAÇÕES:1. Endereço do Fórum Geral Desembargador César Montenegro: Av. Pinheiro Machado, n° 777, Bairro Olaria, nesta Capital (antigo Clube Ipiranga). 2. As partes devem apresentar-se munidas de documentação pessoal para fins de identificação e cadastro. 3. É necessário comparecer ao Fórum com no mínimo 15 (quinze) minutos de antecedência para realização de cadastro no balcão de atendimento. Porto Velho/RO, 13 de julho de 2023.Adolfo Theodoro Naujorks NetoJuiz de Direito."

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho Processo: 7043593-65.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: SUSIANNY CARVALHO MENDES
ADVOGADO DO AUTOR: PAMELA GLACIELE VIEIRA DA ROCHA, OAB nº RO5353
REU: MADISSON FERREIRA MENDES
REU SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
Quanto ao pedido de concessão da gratuidade judiciária formulado na petição inicial, ressalta-se que a mera declaração nesse sentido não tem o condão de suprir a exigência constitucional e não há nos autos comprovantes de rendimentos e despesas mensais aptos a tal comprovação.
De qualquer sorte, a fim de afastar a aparente capacidade financeira da parte requerente, autorizo a emenda à inicial, a fim de que ela demonstre, documentalmente, a impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família. Poderá, ainda, no prazo concedido, proceder ao recolhimento das custas processuais.
Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 0225779-40.2007.8.22.0001
Classe: Inventário
REQUERENTES: Davi Silva Santana, SIMEIA FLAVIA SILVA, RAFAEL ANTONIO STAUT DE AGUIAR, KARELINE STAUT DE AGUIAR
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: SAMUEL DOS SANTOS JUNIOR, OAB nº RO1238, ANA PAULA LUCAS DE AMORIM ALVES, OAB nº RO4480A, MARILIA LISBOA BENINCASA MORO, OAB nº RO2252A, ISABELLA CARVALHO MILHOMEM E SILVA ARAUJO, OAB nº RO2578, FLAVIO BRUNO AMANCIO VALE FONTENELE, OAB nº RO2584
INVENTARIADO: Espólio de Ricardo Antônio Santana de Aguiar
INVENTARIADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
As matriculas das ultimas declarações retificadas no id 92306003 estão diferentes das matriculas indicadas nas ultimas declarações apresentadas no id 36055550 que gerou o despacho no id 37699871.
As ultimas declarações devem obedecer o despacho no id 37699871, se houve mudança nas matrículas ou nos imóveis devem vir de forma clara e com a comprovação do inteiro teor.
Em 15 dias cumpra corretamente o inventariante o que foi determinado no id 37699871(retificando as ultimas declarações), após analisarei a impugnação no id 89695142
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7050316-13.2017.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: M. A. A.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUCIANA COSTA DAS CHAGAS, OAB nº RO6205
EXECUTADO: A. R. D. O.
ADVOGADOS DO EXECUTADO: TUANE ALVES SILVA, OAB nº SP398940, LISSANDRA MADEIRA DE ASSIS SILVA, OAB nº RO8793, DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA, OAB nº RO1996, VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA, OAB nº RO2479
Vistos,
Verifica-se que foi realizado bloqueio parcial de valores do executado, conforme decisão de ID 62995425. Este foi intimado da penhora (ID 62995425) e manteve-se inerte. Assim, defiro o levantamento do valor penhorado. Assim, nesta data procedi a transferência da quantia penhora para conta judicial vinculada a este processo, conforme anexo, para fins de expedição do alvará eletrônico em favor da parte exequente.
Sem prejuízo, fica o executado, por meio de seus advogados, intimado para se manifestar quanto ao pedido de adjudicação dos veículos penhorado conforme decisões de ID's 84401228 e 90057591, nos termos do art.876, I do CPC.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

1ª VARA CÍVEL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
7002712-14.2017.8.22.0015
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: ASSOCIACAO TIRADENTES DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: FREDSON AGUIAR RODRIGUES, OAB nº RO7368, VEIMAR PEREIRA DE BRITO, OAB nº RO8621, ANGELO LUIZ SANTOS DE CARVALHO, OAB nº RO5363
REQUERIDO: EDSON FRANCISCO DE SANTANA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
A parte exequente pugna por várias diligências a serem realizadas por este juízo, a fim de satisfazer a obrigação.
Entretanto, para que se mantenha a ordem processual, evitando qualquer expropriação excedente ou mais onerosa ao executado, será analisado os pedidos de forma sucessiva, observando a ordem de preferência fixada pelo CPC, em seu art. 835.
Portanto, primeiramente será realizadas as diligências em busca de dinheiro, em espécie (art. 835, inciso I, do CPC). Assim, o pedido que se enquadra na modalidade é a pesquisa no SISBAJUD.
Defiro o pedido de penhora on line.
Nesta data solicitei o bloqueio de contas/aplicações do executado junto ao sistema SISBAJUD, cuja identificação junto ao sistema pode ser feita pelo número do processo.
Aguarde-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta, excluindo-se do prazo a data em que este despacho é proferido e após, faça-se conclusão (jud's) dos autos para transcrição da resposta e deliberações.
Porto Velho-,14 de julho de 2023.
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Juíza de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
7073967-35.2021.8.22.0001
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
ADVOGADOS DO AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
REU: ARLESSON MONTEIRO DA COSTA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO Defiro o pedido de pesquisa de endereços junto ao(s) sistema(s) SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD, SERASAJUD e SIEL
Nesta data solicitei a pesquisa de endereços junto ao(s) sistema(s) supra mencionado(s).
Aguarde-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta, excluindo-se do prazo a data em que este despacho é proferido e após, faça-se conclusão (jud's) dos autos para transcrição das respostas e deliberações.
Porto Velho-,14 de julho de 2023.
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Juíza de direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
7084667-36.2022.8.22.0001
Carta Precatória Cível
REQUERENTE: CIMEC COMERCIO, SERVICOS, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: CONSTRUTORA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Trata-se de Carta Precatória, para ser cumprida na Comarca de Porto Velho.
A Vara de Auditoria Militar de Porto Velho é a vara competente para cumprimento destas.
Assim, vejo que houve evidente equívoco no direcionamento desta demanda para este juízo da 1ª Vara Cível, razão pela qual DECLARO A INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO para processar e julgar o feito e DECLINO DA COMPETÊNCIA em favor da Vara de Auditoria Militar de Porto Velho.
Redistribua-se.
Porto Velho/RO, 14 de julho de 2023 .
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Juiz (a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível Fórum Geral, 1a Vara Cível, sala 647, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
Processo:7005793-03.2023.8.22.0001
Classe:Procedimento Comum Cível
Assunto: Cancelamento de vôo
AUTOR: NELSYCLEIA NUNES GRASSI
ADVOGADO DO AUTOR: AGATA NASCIMENTO OLIVEIRA, OAB nº RO10100
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
SENTENÇA
NELSYCLEIA NUNES GRASSI ajuizou a presente AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, em face de AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., ambos já qualificados nos autos, alegando, em síntese, adquiriu junto a empresa passagem aérea partindo de Itaituba/PA com destino à Porto Velho/RO, para o dia 18/01/2023, sendo que horas antes do embarque da conexão MAO-PVH teriam cancelado o voo e realocado os passageiros para um voo 6 horas depois do pactuado. Requer indenização por danos morais em R$15.000,00 (quinze mil reais) e indenização por danos materiais em R$775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).
Citada, a Companhia ré apresentou contestação (ID 88316150) e rebateu a alegação da autora, aduzindo que a alteração ocorreu em virtude de manutenção emergencial na aeronave. Argumentou contra a pretensão de reparação por danos morais e materiais e requereu, por fim, a total improcedência da ação.
A parte requerente não apresentou réplica.
Intimados para especificarem provas, a parte autora informou que não tem provas a produzir e a parte requerida restou inerte.
É o relatório. Decido.
Mostra-se desnecessária dilação probatória, pois os documentos juntados com a inicial são suficientes para o convencimento do juízo, razão pela qual julgo antecipadamente o feito, nos moldes do art. 355, I do Código de Processo Civil.
O caso em tela espelha uma relação consumerista, estando bem delineadas as figuras do consumidor (requerente) e do fornecedor (requerida).
O Superior Tribunal de Justiça enfrentou o tema recentemente:
DIREITO DO CONSUMIDOR E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. ATRASO EM VOO INTERNACIONAL. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. EXTRAVIO DE BAGAGEM. ALTERAÇÃO DO VALOR FIXADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. […] 5. Na específica hipótese de atraso de voo operado por companhia aérea, não se vislumbra que o dano moral possa ser presumido em decorrência da mera demora e eventual desconforto, aflição e transtornos suportados pelo passageiro. Isso porque vários outros fatores devem ser considerados a fim de que se possa investigar acerca da real ocorrência do dano moral, exigindo-se, por conseguinte, a prova, por parte do passageiro, da lesão extrapatrimonial sofrida. 6. Sem dúvida, as circunstâncias que envolvem o caso concreto servirão de baliza para a possível comprovação e a consequente constatação da ocorrência do dano moral. A exemplo, pode-se citar particularidades a serem observadas: i) averiguação acerca do tempo que se levou para a solução do problema, isto é, a real duração do atraso; ii) se a companhia aérea ofertou alternativas para melhor atender aos passageiros; iii) se foram prestadas a tempo e modo informações claras e precisas por parte da companhia aérea a fim de amenizar os desconfortos inerentes à ocasião; iv) se foi oferecido suporte material (alimentação, hospedagem, etc.) quando o atraso for considerável; v) se o passageiro, devido ao atraso da aeronave, acabou por perder compromisso inadiável no destino, dentre outros.[...] REsp 1.584.465-MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, por unanimidade, julgado em 13/11/2018, DJe 21/11/2018.
Conforme restou estabelecido no citado julgado, há de se considerar as circunstâncias do caso concreto.
Da análise dos autos, restou incontroverso o cancelamento de parte do voo que a parte requerente contratou para chegar ao destino pretendido.
A parte autora juntou aos autos documentos para comprovar sua alegação, como o comprovante do voo contratado junto a requerida, onde denota o dia e a hora correta da partida, ID's 86427533, bem como o comprovante com a alteração dos voo, ID 86427534.
O artigo 14, § 1º, da Lei nº. 8.078 /90 – Código de Defesa do Consumidor – atribui ao fornecedor a responsabilidade objetiva pelos danos decorrentes da prestação defeituosa dos seus serviços, e o § 3º elenca as hipóteses excludentes do dever de reparação, às quais deve ser acrescentado o caso fortuito e a força maior, conforme balizada jurisprudência pátria (STJ/ REsp 120.647/SP).
Cumpre destacar que, a empresa requerida, postula afastar sua responsabilidade civil usando o argumento que foi o caso de força maior, que o cancelamento se deu em razão de uma falha na aeronave, com a necessidade de manutenção emergencial.
Ocorre que defeitos mecânicos em aeronaves não se enquadram na definição de caso fortuito elencado no artigo 393 do Código Civil/2002, pois tais defeitos se relacionam com a necessidade constante de manutenção das aeronaves pelas companhias, constituindo falha na prestação do serviço. A jurisprudência do Tribunal de Justiça é nesse sentido:
Apelação cível. Cancelamento de voo. Manutenção não programada. Desdobramentos. Descaso com passageiros. Dever de indenizar. Quantum indenizatório mantido. Peculiaridades do caso concreto. O cancelamento de voo por motivo de manutenção não programada constitui falha no serviço de transporte aéreo contratado e gera o direito à reparação moral pelos transtornos causados. O cancelamento de voo deixa o consumidor em situação de vulnerabilidade, causando-lhe aflição e angústia que ultrapassam o simples aborrecimento. E a postura da empresa aérea ante a apresentação da situação e as condições pessoais dos passageiros devem ser levados em conta. Para a fixação do valor da condenação, consideram-se as regras da razoabilidade e proporcionalidade, bem como as peculiaridades do caso concreto. Apelação, Processo nº 0011483-32.2014.822.0007, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Sansão Saldanha, Data de julgamento: 04/03/2020. (grifo nosso)
Ao adquirir as passagens aéreas, a autora pretendia chegar em seu destino na ida às 19h45min do dia 18/01/2023, mas somente chegou às 03h10min do dia 19/01/23. O atraso é de mais 06 horas, sendo que não houve qualquer assistência da parte requerida. Restou clara a falha na prestação do serviço, eis que a atitude da parte requerida causou transtornos e aflição ao autor, que certamente poderiam ter sido evitados.

Vale aqui a teoria do desvio produtivo, que está sendo reconhecida nos Tribunais do país, em que a parte mais forte deixa a parte fraca na relação consumerista com todo o prejuízo e perda de tempo sem atendê-la ou dar uma resposta em tempo adequado.
No que se refere ao quantum, considerando que a indenização objetiva proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição mas como um desestímulo à repetição do ilícito, entendo que o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) é adequado para compensar os infortúnios experimentados pela autora. Os juros e a correção monetária devem incidir a partir desta data, uma vez que, no arbitramento, foi considerado valor já atualizado, conforme jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça.
No tocante aos danos materiais, verifico houve comprovação dos gastos com diária de hotel no valor de R$ 253,40 (duzentos e cinquenta e três reais e quarenta centavos) (ID 86427536), alimentação no importe de R$ 52,90 (cinquenta e dois reais e noventa centavos) (ID 86428506) e transporte para o aeroporto em R$ 60,00 (sessenta reais) (ID 86427544), razão pela qual se mostra devido o ressarcimento, na forma simples, dos valores gastos pela parte autora em razão da má-prestação de serviços em tela.
Em relação aos gastos com transporte do hotel para o shopping (ID's 86427540 e 86427541), com vestimentas novas (ID 86428504) e produtos de higiene pessoal (ID 86428507), não merece ressarcimento, uma vez que não são gastos essenciais em virtude do atraso de voo de 6 horas.
A autora já estava em viagem, o que pressupõe que possuía roupas e produtos de higiene pessoal em sua bagagem. Ademais, as hospedagens disponibilizam produtos básicos, não havendo demonstração da real necessidade. Outrossim, não há comprovação nos autos de que a autora estaria desprovida dos pertences, podendo ter bagagem de mão com seus objetos pessoais, o que é comum atualmente.
Ainda, em relação ao transporte para passeios, a companhia aérea não deve ser condenada a ressarcir as opções turísticas feitas pelo cliente no período em que atrasam a prestação do serviço.
Destarte, merece parcial procedência os pedidos autorais.
Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.
No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).
O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.
Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos.
POSTO ISTO e por tudo o mais que consta nos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados pela autora, para condenar a Companhia ré ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de danos morais e R$ 366,30 (trezentos e sessenta e seis reais e trinta centavos) a título de danos materiais e, como consequência, julgo extinto o feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC
Ante a sucumbência em maior parte constatada (parágrafo único do art. 86 do CPC), condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2°, do CPC.
Transitada em julgado a presente decisão e não havendo o pagamento nem requerimento do credor para a execução da sentença, intime-se a parte requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias pagar as custas processuais, sob pena de protesto e posterior inscrição em dívida ativa. Após, arquivem-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO/ NOTIFICAÇÃO OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO.
Porto Velho - RO; 14 de julho de 2023
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível Fórum Geral, 1ª Vara Cível, sala 647, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 7016803-25.2015.8.22.0001
Assunto: Cheque
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: REMOPECAS DISTRIBUIDORA DE PECAS E ACESSORIOS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JOSE CRISTIANO PINHEIRO, OAB nº RO1529
EXECUTADO: DANIEL SALES UCHOA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor: R$ 3.638,40
DECISÃO
DEFIRO o pedido de busca no sistema SNIPER.
Assim, procedi à pesquisa de relações patrimoniais via sistema SNIPER junto ao CPF/CNPJ da parte executada. Segue em anexo as informações encontradas.

A pesquisa realizada por este Juízo, quanto aos dados complementares vinculados à lista de processos no DATAJUD e buscas no Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União, não resultou em apontamentos relevantes a serem destacados. Ainda assim, a própria parte interessada, indicando o número do CPF/CNPJ no respectivo campo de busca na página da internet, por exemplo, poderá obtê-los.
No mais, intime-se a parte exequente para, em 05 (cinco) dias, promover o andamento do feito requerendo o que entender de direito, sob pena de suspensão e arquivamento.
Atente a parte que caso solicite alguma das providências dispostas nos artigos 17 e 19 da Lei n. 3.896/2016, deverá comprovar o recolhimento das custas.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 14 de julho de 2023
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Juíza de Direito
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO:
Intimação de:
EXECUTADO: DANIEL SALES UCHOA
EXEQUENTE: REMOPECAS DISTRIBUIDORA DE PECAS E ACESSORIOS LTDA
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível Fórum Geral, 1ª Vara Cível, sala 647, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 7036432-04.2023.8.22.0001
Assunto: Nota Promissória, Compra e Venda
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTORES: MARIA LISIEUX DE PAULA ROCHA CURVELO, MARIA HORTELA COMERCIO DE VESTUARIO E ACESSORIOS LTDA
ADVOGADO DOS AUTORES: ANA PAULA COSTA SENA, OAB nº RO8949
REU: ELINEIDE COSTA GARCIA DOS SANTOS
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor: R$ 1.934,55
DESPACHO
Recebo a inicial.
Considerando a praxe utilizada pela parte requerida em demandas pretéritas e o fato de a natureza da causa envolver demanda em que raramente são feitas propostas de acordo, deixo de designar audiência específica para conciliação a fim de propiciar o rápido julgamento do feito e resolução da lide, notadamente porque os processos iniciais tem ficado meses paralisados no NUCOMED - Núcleo de Conciliação e Mediação, sem efetivação de acordo, gerando inúmeros atrasos ao julgamento e rápida resolução da lide.
Considerando os princípios informadores do processo civil, notadamente a celeridade e efetividade, e considerando, sobretudo, que no caso dos autos, a questão de fato pode ser provada por meio de documentos sem nenhum prejuízo às partes, também deixo de designar audiência de instrução e julgamento, posto que tal providência gerará morosidade ao feito sem qualquer proveito prático, à medida que não há necessidade de provas testemunhais.
Assim, com base nos arts. 4º, 6º, 8º; 139, II e VI e 370 do CPC, adoto, no caso em tela, o rito simplificado como forma de prestigiar os princípios informadores do processo civil e propiciar a solução integral do mérito dentro de um prazo razoável.
Cite(m)-se e intime(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para que apresente(m) resposta no prazo de 15 dias a contar da citação/intimação.
Caso alguma das partes tenha interesse em realizar a conciliação, determino que junte(m) aos autos, a qualquer tempo, a proposta de acordo que tiver(em) a fim de que seja submetida à outra parte ou seja designada audiência de conciliação para esse fim, hipótese em que esta conciliação será designada na pauta deste juízo e conduzida por este(a) magistrado(a).
Caso NÃO tenha interesse ou possibilidade de acordo, determino que as partes informem isso nos autos na primeira oportunidade que falarem no processo, ou seja, por ocasião de sua contestação e/ou réplica, a fim de evitar possíveis alegações de cerceamento do direito de a parte se conciliar, pena de seu silêncio ser interpretado como falta de interesse na conciliação.
Caso exista pedido de DANO MORAL no caso em tela, as partes deverão observar se é caso de dano moral presumido e em caso negativo, fica facultado às partes o direito de juntar declaração de suas testemunhas com firma reconhecida em Cartório relativamente ao fato constitutivo do direito que pretendem provar, ou, requerer a designação da audiência de instrução para esta finalidade.
Em todo caso, se alguma das partes tiver interesse na produção de provas orais, determino que se manifestem informando tal interesse na primeira oportunidade que falarem no processo, ou seja, por ocasião de sua contestação e/ou réplica, hipótese em que o direito de as partes produzirem provas será devidamente assegurado. Por outro lado, a não manifestação das partes no prazo ora assinalado, será interpretada como desinteresse à produção de provas orais.
Decorrido o prazo para apresentação de contestação, dê-se vistas do processo à parte requerente para impugnação/réplica.
Na sequência, se houver pedido de produção de prova pericial ou oral, faça-se conclusão do processo para DECISÃO a fim de analisar o pedido de prova pericial ou designar audiência de instrução, se for o caso.
Caso inexista pedido de prova pericial ou oral, faça-se a conclusão dos autos para SENTENÇA.
Cumpra-se servindo-se a presente Decisão como Carta de Citação e Intimação/Mandado/Ofício/Carta Precatória para o cumprimento da citação e intimação da requerida e intimação da parte autora.
Porto Velho - RO, 14 de julho de 2023
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Juíza de Direito
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO:
Intimação de:

REU: ELINEIDE COSTA GARCIA DOS SANTOS
AUTORES: MARIA LISIEUX DE PAULA ROCHA CURVELO, MARIA HORTELA COMERCIO DE VESTUARIO E ACESSORIOS LTDA
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
PROCESSO Nº 7043911-48.2023.8.22.0001
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTOR: GEOVANE DA SILVA FERREIRA
ADVOGADOS DO AUTOR: PAULO ROBERTO IGLESIAS ROSA, OAB nº RO7167A, JUCYMAR GOMES CARDOSO, OAB nº RO3295A
REU: E. R. -. D. D. E. S.
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Considerando o disposto no art. 2º, §4º, da Resolução 246/2022 TJRO c.c Ato 994/2022, publicado no DJ 141, de 01.08.2022, que criou e instituiu o 2º Núcleo de Justiça 4.0, com especialização nas demandas judiciais de empresas de distribuição, comercialização de energia elétrica e abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o Estado, visando a prevenção de decisões contraditórias sobre o mesmo tema ora unificado, manifestem-se as partes, no prazo de 5 dias, acerca da concordância e aceitação da remessa dos autos ao núcleo especializado na matéria que trata a petição inicial.
Saliento que o silêncio será interpretado como concordância com a remessa dos autos ao núcleo.
Com a aceitação expressa de ambas as partes, ou inércia, encaminhem-se os autos ao núcleo supracitado.
Em caso de discordância de qualquer das partes, retornem conclusos.
Porto Velho/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023 .
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Juíz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
Execução de Título Extrajudicial
7058840-23.2022.8.22.0001
EXEQUENTE: milanez e silva negocios imobiliarios ltda
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: PABLO DIEGO MARTINS COSTA, OAB nº RO8139, ALEXIA RICHTER DE PIETRO, OAB nº RO11154, BRUNA EDUARDO DA SILVA, OAB nº RO12142
EXECUTADO: B L C COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Nesta data, solicitei informações junto ao sistema RENAJUD para saber se existem veículos cadastrados em nome do(a) requerido(a).
Ocorre que o sistema informou que o veículo cadastrado em nome do(a) requerido(a) está alienado fiduciariamente à terceira empresa fiduciante, o que, in tese, tornaria inviável o pedido de constrição formulado pela parte autora pois estando alienado fiduciariamente, juridicamente o veículo não pertence a(o) devedor(a).
No entanto, a prática jurídica tem demonstrando que apesar de o gravame fiduciário ter sido baixado, o sistema do DETRAN continua sinalizando a informação de que o veículo possui “alienação fiduciária”. Para constatar tal situação e verificar se realmente há ou não gravame ativo, compete ao credor acessar o meio adequado junto ao DETRAN (CONSULTA DE GRAVAME junto ao site do DETRAN pertinente, sendo que em Rondônia o site para consulta é: https://consulta.detran.ro.gov.br/CentralDeConsultasInternet/Software/ViewConsultaVeiculos.aspx) para sustentar a manutenção da penhora. De igual forma, compete ao devedor comprovar que o gravame persiste, como forma de ilidir a penhora. Dessa forma, por ora, DEFIRO o pedido de penhora/restrição pelo sistema RENAJUD sobre o veículo conforme informações descritas no comprovante emitido pelo sistema, cuja juntada faço nesse ato.
Ante a restrição realizada, expeça-se mandado de penhora sobre o bem e intime-se o(a) executado(a), na pessoa de seu advogado, se houver, para se quiser, apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, como lhe faculta o art. 523 § 1° do CPC, ficando ressalvado o direito de obter a liberação imediata do veículo CASO PROVE que o gravame ainda não foi baixado e o veículo de fato permanece alienado fiduciariamente. Caso o executado/requerido seja intimado e NÃO apresente defesa/comprovação da alienação, presumir-se-á que o gravame foi baixado.
14 de julho de 2023
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Juíza de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível Fórum Geral, 1ª Vara Cível, sala 647, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 7043821-40.2023.8.22.0001
Assunto: Alienação Fiduciária
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: I. U. H. S.

ADVOGADOS DO AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
REU: P. L. D. A.
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor: R$ 17.202,98
DECISÃO
Trata-se de ação de busca e apreensão em alienação fiduciária.
Indefiro o pedido de segredo de justiça, pois não há motivos legais para que este tramite em sigilo. Retire-se a anotação dos autos.
Na forma dos artigos 319, 320 e 321 do CPC/2015, determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, emendar a petição inicial a fim de recolher os 2% das custas processais iniciais, sob pena de indeferimento. A Lei n. 3.896/2016, em seu artigo 12, estabelece que as custas iniciais serão de 2% (dois por cento) sobre o valor dado à causa no momento da distribuição, ainda considerando que este procedimento tem rito específico, o montante de 2% deverá ser recolhido no momento da distribuição.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 14 de julho de 2023
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Juíza de Direito
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO:
Intimação de:
REU: P. L. D. A.
AUTOR: I. U. H. S.
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Fórum Geral, 1a Vara Cível, sala 647, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
Processo:7019004-53.2016.8.22.0001
Classe:Procedimento Comum Cível
Assunto: Perdas e Danos
AUTOR: JOSE MARIA ALVES DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: GUSTAVO CAETANO GOMES, OAB nº RO3269
REU: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A., SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADOS DOS REU: FELIPE NOBREGA ROCHA, OAB nº RO5849, RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH, OAB nº DF26966, ALEX JESUS AUGUSTO FILHO, OAB nº RO5850, CLAYTON CONRAT KUSSLER, OAB nº RO3861, DANIEL NASCIMENTO GOMES, OAB nº DF47649, BRUNA REBECA PEREIRA DA SILVA, OAB nº RO4982
SENTENÇA
Trata-se de ação indenizatória proposta por JOSE MARIA ALVES DE SOUZA em face de ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A e SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Compulsando os autos, percebe-se que esta demanda traz o mesmo objeto, partes e causa de pedir dos autos nº 0009844-94.2014.8.22.0001, no qual foi proferida sentença julgando improcedente o pedido, identificando-se, portanto, a litispendência.
Desta maneira, havendo identidade de ações, com as mesmas partes, objeto e causa de pedir, configura-se a litispendência, de acordo com o art. 337, §§ 1°, 2° e 3° do Código de Processo Civil.
No presente caso, a identidade de ações está relacionada quanto aos pedidos indenizatórios do alegado impacto socioambiental causado pela requerida, em especial no que se refere a pesca.
Logo, resta evidente que ambas ações possuem as mesmas partes, pedidos e causa de pedir, razão pela qual estes autos devem ser extintos, sem a resolução do mérito, em virtude da litispendência.
Nesse sentido:
NOS TERMOS DO ARTIGO 485, INCISOS I E V, DO CPC. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CARACTERIZADA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A Identidade da presente demanda com ação anteriormente distribuída, com as mesmas partes, pedidos e causa de pedir, caracteriza litispendência (§§ 1º, 2º, 3º, do artigo 337, do CPC).” (TJSP; Apelação Cível 1002657-40.2017.8.26.0441; Relator: MARIA DO CARMO HONORIO; Órgão Julgador: 3ª Câmara de Direito Privado; Foro de Peruíbe - 1ª Vara; Data do Julgamento: 14/08/2014; Data de Registro: 29/11/2019)
Ante o exposto, julgo extinto o feito, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, V, do CPC.
Condeno a parte autora ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes que fixo em 10 % do valor da causa. Todavia, suspendo a exigibilidade em razão da concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Após, arquivem-se os autos.
Porto Velho, 14 de julho de 2023
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Juíza de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível Fórum Geral, sala 647, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
Processo:7000265-85.2023.8.22.0001
Classe:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Assunto: Alienação Fiduciária
AUTOR: Banco Bradesco Financiamentos S.A
ADVOGADOS DO AUTOR: ROSANGELA DA ROSA CORREA, OAB nº AC5398, BRADESCO
REU: LEANDRO DELGADO GOMES
ADVOGADO DO REU: ADRIANO SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RJ237726
Valor da causa: R$ 79.181,40
SENTENÇA
A parte autora apresentou petição desistindo do prosseguimento da ação, não havendo interesse no prosseguimento da demanda.
POSTO ISSO, com fundamento no artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo o processo ser arquivado, observadas as cautelas e movimentações de praxe.
As custas iniciais já foram recolhidas, arquive-se de imediato.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh1civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7044187-84.2020.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: INSTITUTO JOAO NEORICO
Advogado do(a) REQUERENTE: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546
REQUERIDO: BARBARA DANTAS DE FREITAS
Intimação AUTOR - IMPUGNAÇÃO À PENHORA ON LINE
Fica a parte AUTORA intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar manifestação acerca da impugnação à penhora on line apresentada.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh1civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 0005867-94.2014.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: REJANE MARY MACEDO ALAB
Advogado do(a) AUTOR: JOSE DE RIBAMAR SILVA - RO0004071A
REU: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS NPL I
Advogados do(a) REU: CARLOS EDUARDO COIMBRA DONEGATTI - SP290089, ELGISLANE MATOS BORGES DA SILVA CORDEIRO - RO5575
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh1civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7043286-48.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: JOSE MOTA NOVAIS
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
INTIMAÇÃO PARTES - RETORNO DO TJ E CUSTAS
1) Ficam AS PARTES intimadas a manifestarem-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do retorno dos autos, sob pena de arquivamento.
Advertência: Conforme prevê o art. 31, parágrafo único da Lei 3896/16, o feito poderá ser desarquivado a qualquer momento, desde que apresentado pedido descritivo, acompanhado de planilha dos créditos, de acordo com os arts. 523 e 524 do CPC, visando a intimação da parte adversa ao início do cumprimento de sentença.
2) Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais finais.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf ou em caso de custas pro-rata o boleto deverá ser retirado no site do TJRO: Página Inicial>Boleto Bancário>Custas Judiciais>Emissão de 2ª Via
Advertência:
Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh1civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 0009850-67.2015.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MANOEL FERNANDES NETO
Advogado do(a) EXEQUENTE: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO - RO3300
EXECUTADO: J. A. DOS SANTOS TRANSPORTES RODOVIARIOS - ME
Advogado do(a) EXECUTADO: ANDRE RICARDO STRAPAZZON DETOFOL - RO4234
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh1civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7011400-94.2023.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: CONDOMINIO PARQUE DOS PEQUIAS
Advogados do(a) EXEQUENTE: NAIANA ÉLEN SANTOS MELLO - RO7460-A, PITAGORAS CUSTODIO MARINHO - RO4700
EXECUTADO: ANTONIO ALDO RODRIGUES DE SOUSA
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 7042417-61.2017.8.22.0001
Assunto: Alienação Fiduciária
Classe: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda
ADVOGADOS DO REQUERENTE: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR, OAB nº AC4943, BRADESCO
REQUERIDO: DANIEL VITOR BELARMINO VENANCIO
ADVOGADO DO REQUERIDO: DANIEL VITOR BELARMINO VENANCIO, OAB nº RO5157A
Valor: R$ 19.420,52
DECISÃO
A parte exequente requereu a suspensão da CNH do executado.
A medida pleiteada pelo exequente deve ser deferida.
A nova ótica do processo civil vigente possibilita ao juiz implementar determinadas medidas, para viabilizar o cumprimento das decisões por ele proferidas. O inciso IV, do art. 139 do CPC trouxe um norte para os poderes de cautela do Juiz, ampliando a capacidade de realizar atos essenciais à solução das demandas.
Defiro o pedido de suspensão da CNH, como medida coercitiva objetivando a efetivação da presente execução. No entanto, para se efetivar tal medida é necessária a expedição de ofício ao DETRAN, o que depende do recolhimento das custas respectivas.
Assim, Intime-se o exequente para proceder o recolhimento das custas da diligência pleitada.
Caso não sejam recolhidas as custas, faça-se conclusão do processo para providências relativamente à inércia da parte.
Caso haja recolhimento das custas e comprovação no processo, desde já determino o prosseguimento do feito, cumprindo-se a seguinte providência: expeça-se ofício ao DETRAN para proceder à suspensão da CNH da parte executada REQUERIDO: DANIEL VITOR BELARMINO VENANCIO, inicialmente pelo prazo de 1 ano.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Juíza de Direito
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO ou qualquer outro instrumento válido para cumprimento da decisão.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh1civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7002057-16.2019.8.22.0001

Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: PAULDINO BATISTA RAMOS
Advogado do(a) EXEQUENTE: RENAN GOMES MALDONADO DE JESUS - RO5769
EXECUTADO: J CANDIDO PEREIRA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS AUTOMOTIVOS EIRELI e outros (3)
Advogado do(a) EXECUTADO: ADVALDO DA SILVA GONZAGA - RO7109
INTIMAÇÃO AUTOR
Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar no feito no prazo de 05 dias, complementando os endereços apresentados nos IDs 90362373, 90362374 e 90362376 para cumprimento da intimação das empresas.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh1civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7041613-20.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: WILSES SEBASTIANA CANTO DE LIMA
Advogado do(a) AUTOR: DANIEL DA CRUZ LIMA - RO10853
REU: MARCIA ALVES DA SILVA ARAUJO registrado(a) civilmente como MARCIA ALVES DA SILVA ARAUJO
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
7021781-74.2017.8.22.0001
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: LUIS MARCELO BATISTA DA SILVA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PEDRO GELLE DE OLIVEIRA, OAB nº MS16174
EXECUTADO: OCEANAIR LINHAS AEREAS S/A
ADVOGADOS DO EXECUTADO: LEONARDO MICHEL NACLE HAMUCHE, OAB nº SP434541, LEANDRO ARARIPE FRAGOSO BAUCH, OAB nº RJ226573, FERNANDO GOMES DOS REIS LOBO, OAB nº RJ146288, JAMYSON DE JESUS NASCIMENTO, OAB nº RO1646, GABRIEL DE ALMEIDA CINTRA GONCALVES, OAB nº RJ245466
Valor: R$ 11.235,99
DECISÃO
Trata-se de pedido de expedição de alvará de valores que já foram transferidos para a conta centralizadora.
Defiro o pedido e determino a expedição de ofício ao COGED/TJRO para que transfira os valores enviados à conta centralizadora através do alvará judicial de transferência, para uma conta vinculada a este processo, com os juros e rendimentos.
Vindo o comprovante da transação bancária, faça-se conclusão para expedição de alvará para a conta indicada no id. 92856503.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível Fórum Geral, 1ª Vara Cível, sala 647, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 7047879-62.2018.8.22.0001
Assunto: Locação de Imóvel, Obrigação de Fazer / Não Fazer
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: EDILEUZA DE ANDRADE COSTA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RAIMUNDO SOARES DE LIMA NETO, OAB nº RO6232
EXECUTADO: MARIA DO CARMO DE SOUZA MEDEIROS
ADVOGADOS DO EXECUTADO: ORLNDO MENDES PIMENTA, OAB nº RO9111, ANTONIO JUAREZ BEZERRA MAIA, OAB nº RO8309
Valor: R$ 27.000,00
DECISÃO
É cediço que o entendimento praticado por este magistrado coadunava-se ao posicionamento do STJ, no sentido da impenhorabilidade salarial. Todavia, não obstante a regra insculpida no art. 833, IV, CPC, prevalece, na jurisprudência e neste e. tribunal, o entendimento acerca da possibilidade de penhora de salário para pagamento de débitos do executado, desde que não comprometa sua subsistência ou de seus familiares.
Nesse sentido tem se firmado o TJ/RO:
Agravo de Instrumento e agravo Interno. Ação de execução de título extrajudicial. Penhorabilidade de salário. Possibilidade. Recurso provido. Agravo interno prejudicado. É possível a efetivação de penhora de parte do salário do devedor, desde que seja realizada em percentual condizente à capacidade econômica deste e, ainda, que seja respeitado o princípio da dignidade do ser humano. Em razão do julgamento do agravo de instrumento, torna-se prejudicado o julgamento do agravo interno pela perda superveniente do seu objeto. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0804044-74.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 10/01/2023.

Considerando que as tentativas de penhorar bens do(a) executado(a) restaram infrutíferas, mesmo lhe sendo oportunizado por diversas vezes quitar o débito, entendo que a impenhorabilidade do salário/benefício previdenciário, nestes casos, é relativa e que tal princípio deve ser mitigado visando à satisfação do credor, o fim do processo judicial, sob pena de descrédito da justiça.
Por outro lado, a penhora do salário não pode se realizar em montante que comprometa a subsistência do devedor e de seus familiares.
Assim, considerando que o débito existe, é líquido, certo e exigível, DEFIRO a penhora de 10% (dez por cento) dos rendimentos líquidos do(a) executado(a), esses entendidos como os rendimentos brutos abatidos apenas os descontos legais, mediante depósito sucessivo e mensal em conta judicial vinculada aos autos.
Para cumprimento desta decisão, a parte exequente deverá indicar o empregador da parte executada no prazo de 15 (quinze) dias.
Apresentada petição indicado o empregador da executada, desde já autorizado a expedição de ofício para que efetue os descontos até a satisfação integral do débito no valor de R$48.118,80 (quarenta e oito mil, cento e dezoito reais e oitenta centavos).
Intime-se a parte executada acerca da presente decisão, bem como para, querendo, apresentar impugnação.
Após, suspenda-se o curso do processo, até que seja informado pela parte interessada a quitação do débito, para que seja declarada a extinção da obrigação.
Aguarde-se o prazo da suspensão no arquivo provisório
Intime-se.
Cumpra-se.
Expeça-se o necessário.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Juíza de Direito
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO:
Intimação de:
EXECUTADO: MARIA DO CARMO DE SOUZA MEDEIROS
EXEQUENTE: EDILEUZA DE ANDRADE COSTA
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh1civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 0012454-98.2015.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MARTINHO BEZERRA DA SILVA NETO
Advogados do(a) EXEQUENTE: CARLOS ALBERTO TRONCOSO JUSTO - RO535-A, MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
EXECUTADO: BANCO DO EMPREENDEDOR e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível Fórum Geral, 1a Vara Cível, sala 647, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 7023038-32.2020.8.22.0001
Assunto: Prestação de Serviços
Classe: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: CAMILA GONCALVES MONTEIRO, OAB nº RO8348, SAMIR RASLAN CARAGEORGE, OAB nº RO9301, CAMILA BEZERRA BATISTA, OAB nº RO7212, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO, OAB nº RO796, JUCIMARA DE SOUZA CAMPOS, OAB nº RO1064
REQUERIDO: MILENA MADEIRA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Homologo o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o qual se regerá pelas cláusulas e condições nele dispostas, determinando a extinção do presente feito, com apoio nos arts. 513 e 924, III do CPC.
Havendo descumprimento do acordo, basta a parte exequente requerer o desarquivamento e o cumprimento por simples petição nos autos.
Face ao princípio da preclusão lógica, considero o trânsito em julgado nesta data.
Nesta data procedi com a interrupção da ordem de penhora online (ID 92327227).
Intime-se as partes para se manifestar no prazo de 5(cinco) dias sobre os valores constante em conta judicial, conforme documento em anexo.
Intime-se a parte requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias pagar as custas finais, sob pena de protesto e posterior inscrição em dívida ativa.
Após, arquivem-se os autos.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO/NOTIFICAÇÃO OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível Fórum Geral, 1ª Vara Cível, sala 647, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 7076122-74.2022.8.22.0001
Assunto: Contratos Bancários
Classe: Monitória
AUTOR: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO AUTOR: ITALO SCARAMUSSA LUZ, OAB nº BA67070, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
REU: JOSE MANOEL PINTO DE SOUSA, MARCEL GOMES DE CARVALHO
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor: R$ 184.139,59
DESPACHO
Inclua-se na representação processual do polo ativo, os advogados constituídos na procuração de id. 93014467, nos termos da petição de id. 93014462.
Após, tendo em vista o trânsito em julgado da presente, remetam-se os autos ao arquivo.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Juíza de Direito
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO:
Intimação de:
REU: JOSE MANOEL PINTO DE SOUSA, MARCEL GOMES DE CARVALHO
AUTOR: BANCO DO BRASIL
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
Processo nº: 7044225-91.2023.8.22.0001
Assunto: Alienação Fiduciária
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADOS DO AUTOR: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, OAB nº AP4778, PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
REU: EDILSON GONCALVES DE MELO
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor: R$ 2.185,92
DECISÃO
Trata-se de ação de busca e apreensão em alienação fiduciária.
Indefiro o pedido de segredo de justiça, pois não há motivos legais para que este tramite em sigilo. Retire-se a anotação dos autos.
Compulsando os autos, verifico ainda, que não há recolhimento das custas.
Na forma dos artigos 319, 320 e 321 do CPC/2015, determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, emendar a petição inicial a fim de recolher os 2% das custas processais iniciais, sob pena de indeferimento. A Lei n. 3.896/2016, em seu artigo 12, estabelece que as custas iniciais serão de 2% (dois por cento) sobre o valor dado à causa no momento da distribuição, ainda considerando que este procedimento tem rito específico, o montante de 2% deverá ser recolhido no momento da distribuição.
Fica também a parte autora intimada para apresentar o contrato de alienação fiduciária legível, uma vez que, conforme documento juntado ao id. 93344511 apresenta-se inelegível.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação da parte autora, retornem-me os autos conclusos em emendas.
Intime-se.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível Fórum Geral, 1ª Vara Cível, sala 647, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 0020942-18.2010.8.22.0001
Assunto: Seguro
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTORES: MARCIA LOURENCO DA SILVA, JOSÉ EDMIR NUNES CARDOSO, JOELMA CRISTINA DA SILVA, ROSANGELA SILVA SANCHEZ, MARIA DE FATIMA ARAÚJO GERONIMO, NILZA MARIA MOREIRA DE ALMEIDA, CARLOS AUGUSTO DE SOUSA SANTOS, MARIA DE FATIMA SILVA, ANTONIO VALDOMIRO ISRAEL, DIRCEU BARCELOS
ADVOGADOS DOS AUTORES: REGINALDO FERREIRA LIMA, OAB nº RO2118A, MARIO MARCONDES NASCIMENTO, OAB nº SC7701, LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA, OAB nº MA9487A, KHARIN DE CAMARGO, OAB nº RO2150
REU: CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO DO REU: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA, OAB nº AL16983

Valor: R$ 100.000,00
DECISÃO
No evento anterior há pedido de inclusão do administrador judicial da massa falida de Federal Seguros.
Indefiro, diante da substituição processual determinada no id. 37436764, com a exclusão de Federal Seguros e inclusão de Caixa Seguradora S/A.
Cumpra-se a decisão de id. 89775061.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Juíza de Direito
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO:
Intimação de:
REU: CAIXA SEGURADORA S/A
AUTORES: MARCIA LOURENCO DA SILVA, JOSÉ EDMIR NUNES CARDOSO, JOELMA CRISTINA DA SILVA, ROSANGELA SILVA SANCHEZ, MARIA DE FATIMA ARAÚJO GERONIMO, NILZA MARIA MOREIRA DE ALMEIDA, CARLOS AUGUSTO DE SOUSA SANTOS, MARIA DE FATIMA SILVA, ANTONIO VALDOMIRO ISRAEL, DIRCEU BARCELOS
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 1ª Vara Cível Fórum Geral, 1ª Vara Cível, sala 647, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh1civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 7044116-77.2023.8.22.0001
Assunto: Erro Médico
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: RONALDO JOSE DUARTE
ADVOGADO DO AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA, OAB nº RO1073
REU: SOL SERVICOS OFTALMOLOGIA S/S - EPP, INSTITUTO DE OLHOS DE RONDONIA LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor: R$ 20.000,00
DECISÃO
Defiro o benefício da justiça gratuita.
Recebo a inicial.
Considerando a praxe utilizada pela parte requerida em demandas pretéritas e o fato de a natureza da causa envolver demanda em que raramente são feitas propostas de acordo, deixo de designar audiência específica para conciliação a fim de propiciar o rápido julgamento do feito e resolução da lide, notadamente porque os processos iniciais tem ficado meses paralisados no NUCOMED - Núcleo de Conciliação e Mediação, sem efetivação de acordo, gerando inúmeros atrasos ao julgamento e rápida resolução da lide.
Assim, com base nos arts. 4º, 6º, 8º; 139, II e VI e 370 do CPC, adoto, no caso em tela, o rito simplificado como forma de prestigiar os princípios informadores do processo civil e propiciar a solução integral do mérito dentro de um prazo razoável.
Cite(m)-se e intime(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para que apresente(m) resposta no prazo de 15 dias a contar da citação/intimação.
Caso alguma das partes tenha interesse em realizar a conciliação, determino que junte(m) aos autos, a qualquer tempo, a proposta de acordo que tiver(em) a fim de que seja submetida à outra parte ou seja designada audiência de conciliação para esse fim, hipótese em que esta conciliação será designada na pauta deste juízo e conduzida por este(a) magistrado(a).
Caso NÃO tenha interesse ou possibilidade de acordo, determino que as partes informem isso nos autos na primeira oportunidade que falarem no processo, ou seja, por ocasião de sua contestação e/ou réplica, a fim de evitar possíveis alegações de cerceamento do direito de a parte se conciliar, pena de seu silêncio ser interpretado como falta de interesse na conciliação.
Caso exista pedido de DANO MORAL no caso em tela, as partes deverão observar se é caso de dano moral presumido e em caso negativo, fica facultado às partes o direito de juntar declaração de suas testemunhas com firma reconhecida em Cartório relativamente ao fato constitutivo do direito que pretendem provar, ou, requerer a designação da audiência de instrução para esta finalidade.
Em todo caso, se alguma das partes tiver interesse na produção de provas orais, determino que se manifestem informando tal interesse na primeira oportunidade que falarem no processo, ou seja, por ocasião de sua contestação e/ou réplica, hipótese em que o direito de as partes produzirem provas será devidamente assegurado. Por outro lado, a não manifestação das partes no prazo ora assinalado, será interpretada como desinteresse à produção de provas orais.
Decorrido o prazo para apresentação de contestação, dê-se vistas do processo à parte requerente para impugnação/réplica.
Na sequência, se houver pedido de produção de prova pericial ou oral, faça-se conclusão do processo para DECISÃO a fim de analisar o pedido de prova pericial ou designar audiência de instrução, se for o caso.
Caso inexista pedido de prova pericial ou oral, faça-se a conclusão dos autos para SENTENÇA.
Cumpra-se servindo-se a presente Decisão como Carta de Citação e Intimação/Mandado/Ofício/Carta Precatória para o cumprimento da citação e intimação da requerida e intimação da parte autora.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023
Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Juíza de Direito
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO:

Intimação de:
REU: SOL SERVICOS OFTALMOLOGIA S/S - EPP, INSTITUTO DE OLHOS DE RONDONIA LTDA
AUTOR: RONALDO JOSE DUARTE
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh1civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7019418-07.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: Mapfre Seguros
Advogado do(a) AUTOR: HELDER MASSAAKI KANAMARU - SP111887
REU: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON e outros
Advogado do(a) REPRESENTADO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh1civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7031774-39.2020.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: SANTANDER BRASIL ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA.
Advogado do(a) EXEQUENTE: PEDRO ROBERTO ROMAO - SP209551
EXECUTADO: CAROLINE DUARTE CORDEIRO
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh1civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7002738-49.2020.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
Advogados do(a) REQUERENTE: CAMILA BEZERRA BATISTA - RO7212, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO - RO796, SAMIR RASLAN CARAGEORGE - RO9301
REQUERIDO: CAMILA PEREIRA OLIVEIRA
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh1civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 1civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7032078-72.2019.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MINAS DISTRIB. DE PROD. FARMACEUTICOS E PERF. LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: ALINE SILVA DE SOUZA - RO6058, DAIANE GOMES BEZERRA - RO7918
EXECUTADO: DIEGO FREIRE MELO - ME e outros
INTIMAÇÃO Fica a parte Autora, por meio de seu advogado, no prazo de 5 dias, intimada para apresentar endereço, para confecção de mandado de penhora.

2ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7006161-46.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: IRAN ELISSON PEREIRA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: WILSON MOLINA PORTO - RO0000805A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - CONTRARRAZÕES
Fica a parte AUTORA intimada na pessoa do seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as Contrarrazões Recursais.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7052716-29.2019.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: SANDRA NASCIMENTO DE JESUS
Advogados do(a) EXEQUENTE: ERIC SOUZA - RO10328, KIMBERLY ALVES DE SA - RO10281
EXECUTADO: MICHELLE VAZ DA COSTA e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS OFICIAL DE JUSTIÇA
(ANTES DE INTIMAR verifique: endereço deve ser na comarca / diligências para o Interior: seguir o Provimento nº 007/2016-CG e Art. 48 das DGJ e Art. 48 DGJ)
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do mandado, fica a parte AUTORA, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada, para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada conforme tabela abaixo.
Fica a parte advertida que em se tratando de mandado de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural).
O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7060187-91.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: T. M. R. e outros
Advogado do(a) AUTOR: JOSEANDRA REIS MERCADO - RO5674
REU: UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA
Advogado do(a) REU: THIAGO MAIA DE CARVALHO - RO7472
INTIMAÇÃO REQUERIDO - CONTRARRAZÕES
Fica a parte REQUERIDA intimada, na pessoa do seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as Contrarrazões Recursais.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7012064-38.2017.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)

EXEQUENTE: S. C. DE FIGUEIREDO & CIA LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA - RO2913
EXECUTADO: RAFAEL PALERMO BORIM
Advogado do(a) EXECUTADO: JOSE BRUNO CECONELLO - RO1855
INTIMAÇÃO RÉU - ALVARÁ
Fica a parte REQUERIDA intimada acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do alvará expedido via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7034994-16.2018.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogados do(a) REQUERENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831, ZOIL BATISTA DE MAGALHAES NETO - RO1619
REQUERIDO: TAINARA PEREIRA ARGOLO
Advogado do(a) REQUERIDO: GENIVAL RODRIGUES PESSOA JUNIOR - RO7185
INTIMAÇÃO EXEQUENTE - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte EXEQUENTE intimada “para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito e para que dê prosseguimento normal ao feito, observando a ordem preferencial disposta no art. 835 do CPC.”, nos termos do ID 90980771 - Despacho.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7027861-44.2023.8.22.0001
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BANCO HYUNDAI CAPITAL BRASIL S. A
Advogado do(a) AUTOR: GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI - RO6638
REU: MATHEUS HENRIQUE DINIZ FERREIRA
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
7038681-93.2021.8.22.0001
Cláusula Penal
AUTOR: CAMPO FACIL SOLUCOES AGROPECUARIAS LTDA - ME, CNPJ nº 19629842000135, RUA SÍLVIO DAL’NEGRO 583 SANTO ANTÔNIO - 83025-670 - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PARANÁ
ADVOGADO DO AUTOR: NILO GOMES DA SILVA, OAB nº MS10108
REU: ALEXANDRE VENTURELLI DA SILVA, CPF nº 43792634287, ESTRADA DA PENAL Lt 19, - DE 5215 A 7001 - LADO ÍMPAR RIO MADEIRA - 76821-405 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: JOSE CRISTIANO PINHEIRO, OAB nº RO1529
DESPACHO
Vistos.
Chamo o feito a ordem
A parte requerida apresentou reconvenção, porém não especificou o valor dado à causa e nem recolheu as custas correspondentes, assim, defiro o prazo de 15 dias para que a parte requerida indique o valor da causa e recolha as custas correspondentes, sob pena de não ser analisado o pedido.
Atendida a determinação, intime-se a parte autora para a apresentação de réplica a reconvenção. Em caso de não atendimento do comando, retornem os autos conclusos.
Porto Velho 14 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 0002677-94.2012.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: LUCIANE NUNES LEITE FERNANDES e outros
Advogados do(a) EXEQUENTE: JOSE ALEXANDRE CASAGRANDE - RO379-B-B, LISE HELENE MACHADO - RO2101, LUIZ ROBERTO MENDES DE SOUZA - RJ187061, VALKIRIA MAIA ALVES ALMEIDA - RO0003178A
Advogados do(a) EXEQUENTE: JOSE ALEXANDRE CASAGRANDE - RO379-B-B, VALKIRIA MAIA ALVES ALMEIDA - RO0003178A
EXECUTADO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogados do(a) EXECUTADO: DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS - RO2013, MARCIO MELO NOGUEIRA - RO2827
INTIMAÇÃO EXEQUENTE - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte EXEQUENTE intimada acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7026639-85.2016.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: VITOR GABRIEL CASTRO DE FREITAS
Advogados do(a) EXEQUENTE: ANDERSON MARCELINO DOS REIS - RO6452, ELISANDRA NUNES DA SILVA - RO5143
ALVARÁ DE SOLTURA: ESMERALDO PEREIRA DA SILVA JUNIOR e outros (2)
Advogado do(a) ALVARÁ DE SOLTURA: GIAN DOUGLAS VIANA DE SOUZA - RO5939
INTIMAÇÃO EXEQUENTE - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte EXEQUENTE intimada acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7001820-11.2021.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ESPÓLIO DE OLINDA AGUIAR PEIXOTO DOS SANTOS registrado(a) civilmente como OLINDA AGUIAR PEIXOTO DOS SANTOS e outros (5)
Advogado do(a) AUTOR: MARIA ROSALIA BONFIM SANTOS - RO0005901A
REU: BANCO ITAU CONSIGNADO S.A
Advogado do(a) REU: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO - RJ060359
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7034730-23.2023.8.22.0001
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
Advogado do(a) AUTOR: MARILIA NUNES MACIEL DA SILVA - RO9073
REU: MARCOS ANTONIO PEREIRA
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.

3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7022743-87.2023.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: CENTRO DE EDUCACAO EXECUTIVA DO NORTE LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: IGOR JUSTINIANO SARCO - RO7957
EXECUTADO: MARCOS ANDRE NOGUEIRA DE ALMEIDA
INTIMAÇÃO EXEQUENTE - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7055271-14.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: LUCIVALDO EVANGELISTA DE SOUZA JUNIOR
Advogados do(a) AUTOR: PABLO TAVARES NUNES - RO10334, RODRIGO AFONSO RODRIGUES DE LIMA - RO10332
REU: ARCON CONSTRUÇÕES LTDA. EPP, SERGIO MOACIR FRAGA, OTAVIO AUGUSTO MESQUITA AGUIAR
INTIMAÇÃO AUTOR/RÉU - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência nos Termos do Provimento 018/2020-CG, ficam os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça. Ficam ainda os patronos intimados da Certidão ID 93336401 que contém todas as informações e advertências necessárias para a realização da solenidade, ficando a seu encargo informar à parte todo o necessário:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 14/09/2023 08:00

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7024376-75.2019.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: CAMILA BEZERRA BATISTA - RO7212, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO - RO796, JUCIMARA DE SOUZA CAMPOS - RO10319, SAMIR RASLAN CARAGEORGE - RO9301
EXECUTADO: MANOEL FERREIRA RAMALHAES JUNIOR
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7072337-07.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: GILMAR MACIEL DE CASTRO
Advogados do(a) AUTOR: CAIQUE VINICIUS CASTRO SOUZA - SP403110, RAPHAEL MARTINES GOMES - SP485351
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Fica a parte REQUERENTE intimada, no prazo de 05 dias, para manifestação quanto aos Embargos de Declaração apresentados.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7024497-64.2023.8.22.0001
Classe : ALIENAÇÃO JUDICIAL DE BENS (52)
REQUERENTE: LEONARDA MENDES DOS SANTOS MOREIRA e outros (2)
Advogado do(a) REQUERENTE: JOAO DAMASCENO BISPO DE FREITAS - RO0000979A
INTERESSADO: ANDERSON SANTOS DE OLIVEIRA e outros (3)
INTIMAÇÃO AUTOR - AR NEGATIVO Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca do AR negativo ID 92675872. Para a repetição da diligência (remessa de AR), o requerente/exequente deve apresentar o comprovante de pagamento da taxa, código 1008.1, para cada carta-AR, em relação a cada executado/requerido, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de não realização do ato.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 0002547-02.2015.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831
EXECUTADO: ELY CRISTINA OLIVEIRA SANTOS e outros
Advogado do(a) EXECUTADO: WALTER GUSTAVO DA SILVA LEMOS - RO655-A
Advogados do(a) EXECUTADO: VINICIUS SILVA LEMOS - RO2281, WALTER GUSTAVO DA SILVA LEMOS - RO655-A
INTIMAÇÃO EXEQUENTE - ATUALIZAR O DÉBITO
Tendo em vista o decurso de prazo para pagamento espontâneo, fica a parte EXEQUENTE, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada a atualizar o débito e dar prosseguimento no feito atentando-se que o requerimento de consultas por meio de sistemas judiciais (BACEN, RENAJUD e outros) deverá ser acompanhado de custas CÓDIGO 1007, para cada diligência requerida, nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7024497-64.2023.8.22.0001
Classe : ALIENAÇÃO JUDICIAL DE BENS (52)
REQUERENTE: LEONARDA MENDES DOS SANTOS MOREIRA e outros (2)
Advogado do(a) REQUERENTE: JOAO DAMASCENO BISPO DE FREITAS - RO0000979A
INTERESSADO: ANDERSON SANTOS DE OLIVEIRA, ALEXON SANTOS DE OLIVEIRA, ADRIANO OLIVEIRA DOS SANTOS, ANANIAS OLIVEIRA DOS SANTOS
INTIMAÇÃO AUTOR/RÉU - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência nos Termos do Provimento 018/2020-CG, ficam os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça. Ficam ainda os patronos intimados da Certidão ID 93343861 que contém todas as informações e advertências necessárias para a realização da solenidade, ficando a seu encargo informar à parte todo o necessário:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 24/08/2023 08:00

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7013301-10.2017.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: EDITH SANTOS DE LIMA
Advogados do(a) EXEQUENTE: CARLOS EDUARDO CARDOSO RAMOS - RO9783, OCTÁVIA JANE LÉDO SILVA - RO1160, RAIMISSON MIRANDA DE SOUZA - RO0005565A
EXECUTADO: TELMA SILVA COSTA
Advogados do(a) EXECUTADO: JOAO CAETANO DALAZEN DE LIMA - RO6508, LEONARDO ALENCAR MOREIRA - RO0005799A
INTIMAÇÃO Fica a parte AUTORA, por meio de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada para se manifestar quanto a certidão ID 91873679.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7009672-18.2023.8.22.0001
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
Advogado do(a) AUTOR: ROGERIO ADRIANO SANTIN - RO8430
REU: EDIS GONCALVES
Advogado do(a) REU: SAMIR MUSSA BOUCHABKI - RO0002570A
INTIMAÇÃO AUTOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Fica a parte REQUERENTE intimada, no prazo de 05 dias, para manifestação quanto aos Embargos de Declaração apresentados.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7089587-53.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: MARIO DE PAULA GOUVEA
Advogados do(a) AUTOR: KADIJA BENICIO SANTANA - RO9762, NILSON APARECIDO DE SOUZA - RO3883
REU: ASSOCIACAO TIRADENTES DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE RONDONIA
Advogados do(a) REU: ANGELO LUIZ SANTOS DE CARVALHO - RO5363, VEIMAR PEREIRA DE BRITO - RO8621
Intimação AO AUTOR - CUSTAS
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais (Iniciais 1001.2) O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
7037443-68.2023.8.22.0001
Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO DO BRASIL, CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES, OAB nº RN5553, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
REU: KELEN ROSA DE OLIVEIRA, CPF nº 74254987234, RUA MARIA DE LOURDES 7284, - DE 7100/7101 A 7524/7525 ESPERANÇA DA COMUNIDADE - 76825-076 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
As custas iniciais foram recolhidas corretamente (2%).
Trata-se de ação de busca e apreensão regido pelo Decreto-Lei 911/1969.
Defiro liminarmente a medida. Expeça-se mandado/carta precatória de busca e apreensão, depositando-se o bem com a parte autora, ressalvando a necessidade de prévio pagamento de eventuais taxas administrativas perante o DETRAN. Segue anexo comprovante de minuta de restrição do veículo, via Renajud.
Executada a liminar, cite-se a parte requerida para, em 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento integral da dívida pendente sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§§1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
Efetuado o pagamento a parte requerente deverá restituir o veículo à parte Requerida, comprovando nos autos.
No prazo de 15 (quinze) dias, a contar da execução da liminar, a devedora fiduciante poderá apresentar contestação (artigo 3º, § 3º do Decreto-Lei n. 911/69).
O ato processual deverá obedecer ao disposto no art. 212, §2º do CPC.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO:
a) CARTA / MANDADO / DE CITAÇÃO / DE BUSCA E APREENSÃO / DE AVALIAÇÃO, observando-se o seguinte endereço ou em quaisquer outros dentro desta jurisdição:
7037443-68.2023.8.22.0001 REU: KELEN ROSA DE OLIVEIRA, CPF nº 74254987234, RUA MARIA DE LOURDES 7284, - DE 7100/7101 A 7524/7525 ESPERANÇA DA COMUNIDADE - 76825-076 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Expeça-se o necessário.
Porto Velho 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br Processo nº: 7033183-45.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: MARIA DE JESUS GUIMARAES DE SOUZA DIOGO
ADVOGADO DO AUTOR: RENATO FIORAVANTE DO AMARAL, OAB nº SP349410
REU: BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
SENTENÇA
Vistos.
Verifica-se que a parte autora foi intimada para recolher as custas processuais, no entanto, manteve-se silente.
Note-se que o recolhimento de custas é pressuposto processual, dessa forma atrai a aplicabilidade do art. 485, IV do CPC: "O juiz não resolverá o mérito quando: verificar a ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo".
Por esta feita, julgo extinto o processo, por sentença sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil.
Intime-se a parte autora para o recolhimento das custas iniciais. Em caso de não pagamento inscreva-se em dívida ativa/protesto/serasa.
Desde logo se consigna que, no caso de eventual recurso, a parte autora deverá recolher as custas iniciais, bem como o preparo do recurso, sob pena de ser considerado deserto.
Sem custas finais.
Certificado o trânsito em julgado, arquive-se.
P.R.I.
Porto Velho17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível Fórum Geral, 2a Vara Cível, TELEFONE 69.33097034, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 7036841-82.2020.8.22.0001
Assunto: Prestação de Serviços
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: SAMIR RASLAN CARAGEORGE, OAB nº RO9301, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO, OAB nº RO796, CAMILA BEZERRA BATISTA, OAB nº RO7212, CAMILA GONCALVES MONTEIRO, OAB nº RO8348, JUCIMARA DE SOUZA CAMPOS, OAB nº RO1064
EXECUTADOS: KEILA JOSIANE AMARO, CLEITO JOSE AMARO
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: JUSSARA DOS SANTOS RAMOS, OAB nº RO6758
SENTENÇA
Proposta a presente ação, as partes noticiaram a realização de composição amigável extrajudicial e o submeteram para homologação e extinção do feito.
Presentes os requisitos legais, homologo o acordo celebrado entre as partes, para que tenha validade legal e reconheço a satisfação da obrigação, julgando extinto o feito na forma do artigo 487, III, alínea "b" do CPC.
Em face da grande quantidade de processos em andamento na vara e da necessidade de melhor orientar as rotinas cartorárias, assim como o fato de que eventual continuação do feito poderá ser feita nos próprios autos, mediante simples pedido de desarquivamento, providencie-se desde logo o arquivamento do feito.
Sem custas FINAIS, pois o acordo foi realizado antes da prolação da sentença.
Face ao princípio da preclusão lógica, considero o trânsito em julgado nesta data.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO/ NOTIFICAÇÃO OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível 7043403-05.2023.8.22.0001
Abatimento proporcional do preço
Procedimento Comum Cível
AUTOR: WAGNER MIOTTO GONCALVES, CPF nº 70707979900, RUA JACY PARANÁ 2443, - DE 2211 A 2777 - LADO ÍMPAR NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-163 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: PAULA JAQUELINE DE ASSIS MIRANDA, OAB nº RO4245A
REU: S. G. LOPES SERRA - ME, RUA MAJOR AMARANTE 658 ARIGOLÂNDIA - 76801-180 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, Einstein Instituição de ensino Ltda. EPP, PAULO FREIRE 4767 FLODOALDO PONTES PINTO - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Vistos.
As custas iniciais foram recolhidas corretamente (1%).
As audiências de conciliação e mediação no âmbito dos Cejusc's serão realizadas por videoconferência, através do aplicativo Whatsapp ou Hangouts Meet.
Assim, nos termos do art. 334, DETERMINO a designação de audiência de conciliação para data a ser indicada pela CPE utilizando-se o sistema automático do PJE, cuja solenidade realizar-se-á pelo CEJUSC/Cível desta Comarca.
Posteriormente, intime-se a parte autora, via Diário da Justiça Eletrônico (art. 334, §3º, CPC), e cite-se e intime-se a parte requerida, via correios ou oficial de justiça, para tomar ciência da audiência, com as advertências constantes nos artigos 344, 336 e 319 do CPC, salientando que o prazo para contestar fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC).
No ato da citação/intimação por Oficial de Justiça, este deverá solicitar o e-mail e o telefone da parte, bem como a ausência/recusa dessas informações, certificando nos autos.
Na hipótese da citação restar negativa, intime-se a parte autora para indicar o endereço atualizado da parte requerida.
Saliente-se que é necessário que os advogados, defensores públicos e promotores de justiça informem no processo, em até 5 (cinco) dias antes da audiência, o e-mail e número de telefone para possibilitar o procedimento de conciliação por videoconferência na data e horário preestabelecido.
No início da audiência de conciliação os advogados, as partes e as testemunhas deverão comprovar suas respectivas identidades, mostrando documento oficial com foto, para conferência e registro.
As partes ficam intimadas que o não comparecimento na audiência designada caracterizará ato atentatório à dignidade da justiça e incidirá multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, revertida em favor do Estado (art. 334, § 8º, do CPC), independentemente de eventual concessão de gratuidade da justiça (art. 98, § 4º, do CPC).
Havendo acordo, este deve ser reduzido a termo pelo(a) conciliador(a) e assinado por ele(a), com ciência expressa das partes e advogados que participaram do ato. Referida ciência deve ser dada pelo mesmo meio em que a audiência foi realizada (Whatsapp ou Hangouts Meet), ficando vedada a alteração do teor da ata posteriormente, tudo em consonância com o disposto nos incisos VI, VII e VII do art. 8º do Provimento.
Não havendo conciliação, vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade.
A solenidade somente não será realizada se também houver desinteresse expresso da parte requerida nos autos (art. 334, § 4º, I, do CPC).
Havendo pedido de dispensa pela(s) parte(s), desde já determino o cancelamento da audiência, sendo possível a liberação dos autos à parte demandada para oferecer contestação no prazo legal, a contar do protocolo do pedido expresso da parte requerida de não realização de audiência conciliatória (art. 335, II, do CPC).
Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abre-se vistas dos autos à parte autora para réplica.
Saliento ainda que, caso a parte autora tenha feito a opção pela tramitação do feito junto ao 'Juízo 100% Digital', regulamentado pelo Ato Conjunto nº 014/2022-PR-CGJ, fica a parte requerida advertida do seguinte:
Art. 2º A escolha pelo "Juízo 100% Digital" será exercida pela parte requerente no momento da distribuição da ação, podendo a parte requerida opor-se a essa opção até sua primeira manifestação no processo.
(...)
§ 3º Ao anuir com o "Juízo 100% Digital", a parte requerida e seu(sua) advogado(a) fornecerão e-mail e linha telefônica móvel com aplicativo whatsapp, no intuito de viabilizar a realização eletrônica das comunicações processuais supervenientes, aderindo às citações, nos termos da Lei nº 11.419/2006.
Consigno ainda que ambas as partes ficam intimadas que tanto em contestação como em réplica deverão especificar as provas que pretendem produzir, inclusive arrolando testemunhas, se entenderem, postulando e indicando a necessidade de prova pericial, uma vez que após a réplica será saneado o feito e já apreciados os pedidos acerca das provas a serem produzidas, inclusive com a audiência de instrução e julgamento, se for o caso.
Não havendo acordo na audiência de conciliação, deverá a parte autora proceder, no prazo de 5 (cinco) dias, a complementação das custas iniciais, conforme estabelecido no artigo 12, inciso I, da Lei Estadual n. 3.896/2016 (Lei de Custas), exceto em caso de gratuidade de justiça.
Fica a parte autora, desde já, intimada do inteiro teor desta, por meio de seu advogado.
Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

_____
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 7° III, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
2. Deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO; (art. 7° V, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. Comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7° II, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
2. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 7° IV, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);

3. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte deverá estar munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 7° XIII, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO MANDADO:
a) DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, nos termos do artigo 248 do CPC, para a parte requerida, inclusive, quanto a audiência designada, observando o seguinte endereço para o seu cumprimento:
REU: S. G. LOPES SERRA - ME, RUA MAJOR AMARANTE 658 ARIGOLÂNDIA - 76801-180 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, Einstein Instituição de ensino Ltda. EPP, PAULO FREIRE 4767 FLODOALDO PONTES PINTO - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC, caso a citação proceda mediante os termos dos artigos 249 e 250 mesmo Códex, expedindo-se o necessário para tal desiderato.
Porto Velho , 17 de julho de 2023 .
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br Processo nº: 7038889-09.2023.8.22.0001
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: B. V. S.
ADVOGADOS DO AUTOR: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI, OAB nº MG8816, PROCURADORIA DA VOLKSWAGEN
REU: N. D. S. -. M.
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
Verifica-se que a parte autora requereu a desistência da ação, porém antes de recolher as custas processuais.
Note-se que o recolhimento de custas é pressuposto processual, dessa forma atrai a aplicabilidade do art. 485, IV do CPC: “O juiz não resolverá o mérito quando: verificar a ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo”.
Por esta feita, julgo extinto o processo, por sentença sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil.
Intime-se a parte autora para o recolhimento das custas iniciais. Em caso de não pagamento inscreva-se em dívida ativa/protesto/serasa.
Desde logo se consigna que, no caso de eventual recurso, a parte autora deverá recolher as custas iniciais, bem como o preparo do recurso, sob pena de ser considerado deserto.
Sem custas finais.
Certificado o trânsito em julgado, arquive-se.
P.R.I.
Porto Velho17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível 7044159-14.2023.8.22.0001
Alienação Fiduciária
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: B. H. S., RUA DOUTOR JOSÉ ÁUREO BUSTAMANTE 377, ANDAR 3 ANDAR SANTO AMARO - 04710-090 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, PROCURADORIA DO BANCO HONDA S/A
REU: S. F. X., RUA IDALVA FRAGA MOREIRA 3946, - DE 3645/3646 A 4076/4077 TANCREDO NEVES - 76829-596 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Aguarde-se, pelo prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas iniciais pela parte Autora, tendo em vista não ter comprovado o cumprimento da respectiva providência.
Ressalto que de acordo com a Lei Estadual 3.896/16 (Lei de Custas), as custas inicias devem ser:
“Art. 12. As custas judiciais incidirão sobre o valor da causa, da seguinte forma:
I - 2% (dois por cento) no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado para até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo. Havendo acordo, as partes ficam desobrigadas ao pagamento do montante adiado; (...)”
Decorrido in albis o prazo para recolhimento das custas, o que deverá ser devidamente certificado, voltem os autos concluso para sentença de extinção.
Porto Velho , 17 de julho de 2023 .
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível Processo: 7006993-27.2023.8.22.0007
Classe: Monitória
Assunto: Fornecimento de Água
AUTOR: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADOS DO AUTOR: IHGOR JEAN REGO, OAB nº PR8546, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
REU: OCILENE MARTINS DE SOUZA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO (69)3217-4701
Vistos.
Requer a autora o diferimento das custas iniciais para o final do processo, ao argumento de que, estaria momentaneamente impossibilitada de recolher custas iniciais, ante o acúmulo de inadimplência e dificuldades financeiras de conhecimento público que se arrastam a anos.
Pois bem, de fato a previsão da hipótese de diferimento se refere a hipossuficiência momentânea, tendo-se a perspectivas de que no final do processo, essa hipossuficiência tenha chances de não mais persistir.
Todavia, a hipótese não se amolda ao caso, exatamente por operar a empresa autora sempre de forma deficitária há anos, não há perspectivas de que no final deste processo, sua situação seja diferente.
Além disso, não há documento que comprove sua impossibilidade momentânea no pagamento das custas iniciais.
Diante do exposto, INDEFIRO pedido de diferimento das custas iniciais.
Oportunizo o prazo de 15 dias para o recolhimento das custas iniciais, sob pena de extinção e arquivamento.
Porto Velho 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
7002744-51.2023.8.22.0001
Compra e Venda
AUTOR: RISILDA MARIA DO NASCIMENTO, CPF nº 22129006272, AVENIDA GUAPORÉ 3421, - DE 3381 A 3635 - LADO ÍMPAR AGENOR DE CARVALHO - 76820-265 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: PAULO HENRIQUE VALERIO DE OLIVEIRA, OAB nº RO12600, JOVANDER PEREIRA ROSA, OAB nº RO7860
REU: ALESSANDRO DE SOUZA ALVES, CPF nº 50916467287, RUA GUARANI 6484, - DE 6364/6365 AO FIM TRÊS MARIAS - 76812-636 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PATRICIA DE OLIVEIRA BARROS, CPF nº 89206274287, RUA GUARANI 6484, - DE 6364/6365 AO FIM TRÊS MARIAS - 76812-636 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PATRICIA DE OLIVEIRA BARROS - ME, CNPJ nº 27595134000159, RUA GUARANI 6484, - DE 6364/6365 AO FIM TRÊS MARIAS - 76812-636 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
No ID nº 92960341 as partes noticiam o acordo formulado e as condições de seu cumprimento, requerendo a homologação do pacto e a suspensão do feito.
No entanto, entendo que quando ocorre a transação, não há justificativa plausível para o prosseguimento do feito apenas para aguardar o pagamento das parcelas estabelecidas no acordo entre as partes, sendo a extinção do processo medida que se impõe, por não trazer qualquer prejuízo aos litigantes.
Em caso de descumprimento do acordo, a sentença homologatória servirá como título executivo judicial, podendo o feito ser desarquivado a qualquer tempo para prosseguimento.
Assim também é o entendimento do Egrégio Tribunal de justiça do Estado de Rondônia, no sentido de que não é possível a acumulação dos pedidos de homologação e suspensão do processo. Senão vejamos:
Apelação Cível. Acordo. Transação. Securitização. Homologação e suspensão. Impossibilidade. Extinção decretada. É incompatível o pedido de homologação de acordo com o de suspensão do processo de execução. A homologação de acordo pelo juízo dá causa à extinção do processo com julgamento do mérito, notadamente quando reconhecido nos autos o instituto da transação" (AC. 99.002662-0. Rel. Juiz José Antonio Robles, d. 14.11.00).
Vistos. O apelo é contra a sentença que, considerando a realização de acordo extrajudicial, homologou a transação e julgou extinto o processo de execução, com base no art. 269, III, c/c art. 794, II, e art. 795, todos do CPC, indeferindo o pedido de suspensão do feito até integral cumprimento do acordo, porque no caso de descumprimento da obrigação pactuada, a sentença homologatória pode servir de título executivo judicial apto a ensejar a devida execução. A tese jurídica recursal de impossibilidade de extinção da execução está em confronto com a jurisprudência deste e. Tribunal, razão pela qual deve ser julgado monocraticamente, conforme autorizado pelo art. 557 do CPC, que encontra corolário constitucional, pois prestigia o princípio da celeridade e economia processual, que norteiam o direito processual moderno. O entendimento adotado por este e. Tribunal é no sentido de que a composição de acordo que estipula a resolução da dívida concretiza a relação jurídica entre as partes, nos termos do art. 794, II, do CPC. Nesse sentido são os recentes julgados: 0002446-07.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, j. 12/07/2011; 0043682-72.2003.8.22.0014 Apelação, Rel. Des. Sansão Saldanha, j. 22/03/2011). Portanto, nega-se seguimento ao presente recurso. Porto Velho, 18 de fevereiro de 2014. (e-sig.) Desembargador Sansão Saldanha. Relator.
Ademais, tratando-se de ação que tramita via PJE sua extinção não acarretará em qualquer prejuízo para a parte pois, caso haja o inadimplemento, bastará que a parte autora peticione nos autos informando ao juízo, para que possam ser tomadas as medidas cabíveis.

Pelo exposto, HOMOLOGO por sentença o acordo e em consequência JULGO EXTINTO o processo supra referido, com análise do mérito, nos termos do art. 487, III, do CPC. Sem custas.
Antecipo o trânsito em julgado para esta data, considerando a dispensa manifestada pelas partes em acordo.
Nos termos do art. 241 do CPC, encaminhe-se comunicação ao requerido, a ser entregue no endereço informado na inicial, cientificando-o desta decisão.
Após, arquivem-se os autos, que poderão serem desarquivados, a qualquer momento, no caso de descumprimento do ajuste.
P.R.I.
Porto Velho 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível Fórum Geral, 2a Vara Cível, TELEFONE 69.33097034, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 7012740-78.2020.8.22.0001
Assunto: Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material, Indenização por Dano Material
Classe: Cumprimento de sentença
AUTOR: FERNANDA CRISTINA DE CASTRO MACEDO LEITE
ADVOGADO DO AUTOR: LUCIANA XAVIER GASPAR DE SOUZA, OAB nº RO4903
REU: AUTOVEMA VEICULOS LTDA
ADVOGADO DO REU: JOSE CRISTIANO PINHEIRO, OAB nº RO1529
SENTENÇA
Vistos.
Homologo o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o qual se regerá pelas cláusulas e condições nele dispostas, determinando a extinção do presente feito, com apoio nos arts. 513 e 924, III do CPC.
Havendo descumprimento do acordo, basta a parte exequente requerer o desarquivamento e o cumprimento por simples petição nos autos.
Face ao princípio da preclusão lógica, considero o trânsito em julgado nesta data.
Intime-se a parte requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias pagar as custas finais, sob pena de protesto e posterior inscrição em dívida ativa.
Após, arquivem-se os autos.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO/ NOTIFICAÇÃO OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível 7043741-76.2023.8.22.0001
Perdas e Danos, Compra e Venda
AUTORES: ALICE PINHEIRO SCARPONI, CPF nº 00624776255, RUA JOSÉ CAMACHO 3354, - DE 3095/3096 AO FIM EMBRATEL - 76820-886 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ARMANDO PINHEIRO SCARPONI, CPF nº 00254309208, RUA JOSÉ CAMACHO 3354, - DE 3095/3096 AO FIM EMBRATEL - 76820-886 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: YAMILE ALBUQUERQUE MAGALHAES, OAB nº RO9810, TALISSA NAIARA ELIAS LIMA, OAB nº RO9552, ANNA CARMEN DE SOUZA PITA, OAB nº RO10374
REU: CASAALTA CONSTRUCOES LTDA, CNPJ nº 77578623000170, RUA FERNANDO SIMAS 1222, - DE 754/755 AO FIM MERCÊS - 80710-660 - CURITIBA - PARANÁ
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Fica a parte autora intimada a, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento, trazer provas para confirmar a alegação de incapacidade financeira mediante a apresentação de demonstrativo de rendimentos e extratos bancários de despesas mensais ordinárias relativos ao mínimo de trinta dias (art. 99, §2º do CPC).
Ademais, a lei n. 3.896/16, prevê a possibilidade de diferimento e parcelamento de custas.
Porto Velho 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Número do processo: 7044106-33.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível

Polo Ativo: JUCI MARI SAMPAIO DE BRITO, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: ENERGISA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Trata-se de ação anulatória de débito com pedido de antecipação de tutela para que a parte requerida se abstenha de suspender o serviço de fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora da parte autora e para que se abstenha a incluir o nome da parte autora dos cadastros de inadimplentes e não realize cobranças pelo débito. Diz que a cobrança decorre de suposto débito pretérito decorrente de recuperação de energia.
Passo a analisar o pedido de tutela de urgência.
A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência de natureza antecipada, esta não será concedida, o que não é o caso dos autos (art. 300, § 3°, CPC).
Em se tratando de débito antigo, decorrente de recuperação de consumo, incabível a suspensão do fornecimento do serviço, de caráter essencial, o que não ocorre nos casos de inadimplência de faturas mensais. Da mesma forma, acrescento que em não se tratando de débito relativo ao inadimplemento de conta regular de energia elétrica, mas de débito decorrente de recuperação de consumo de energia apurado unilateralmente pela concessionária, a inscrição do nome do consumidor nos cadastros de inadimplentes mostra-se ilegítima, pois caracterizaria forma de coerção, com vistas ao pagamento da dívida pelo consumidor, sem o devido processo legal.
Nesse sentido, colaciono arestos:
Agravo de instrumento. Ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização. Gratuidade judiciária. Concessão. Impugnação do benefício concedido. Suspensão no fornecimento de energia elétrica. Débito pretérito. Impossibilidade. Inscrição em cadastro de inadimplente. Discussão da legalidade do débito. Baixa. Recurso provido. Havendo elementos aptos a comprovar a alegada hipossuficiência financeira, o pedido de assistência judiciária gratuita deve ser deferido. Havendo impugnação ao pedido de gratuidade de justiça, compete ao impugnante provar que o impugnado possui condições de arcar com as despesas do processo. A existência de débito pretérito, relativo ao fornecimento de energia elétrica, não pode servir como fundamento para a manutenção do corte do serviço na residência do usuário, tampouco como forma de coação para forçá-lo ao pagamento, devendo, em sendo o caso, o aludido débito ser cobrado pelas vias ordinárias cabíveis. A discussão sobre a regularidade do procedimento de análise do medidor e do débito cobrado autoriza a determinação de baixa da negativação. (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0805689-37.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 10/11/2022)
GRIFOS NOSSOS
Presentes, pois, os requisitos exigidos pelo art. 300, do CPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada, para que:
a) a requerida se abstenha de suspender o serviço de fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora DA AUTORA, referente ao débito de recuperação de consumo no valor de R$1.368,44, sob pena de multa de R$ 2.000,00, em caso de descumprimento;
b) a requerida se abstenha a incluir o nome da parte autora dos cadastros de inadimplentes, pelo débito referente a recuperação de consumo no valor de R$1.368,44, sob pena de multa de R$ 2.000,00, em caso de descumprimento.
c) Desde já esclareço que o serviço deve ser mantido em pleno funcionamento até julgamento final do processo, pois afastada provisoriamente a exigibilidade das faturas em discussão nestes autos. Significa que a parte autora deve realizar o pagamento das faturas de energia vencidas e vincendas não abrangidas por esta decisão.
d) Remeta-se os autos ao Núcleo Energisa.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/PRECATÓRIA/OFÍCIO.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
7037292-05.2023.8.22.0001
Fornecimento de Água
AUTOR: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MARICELIA SANTOS FERREIRA DE ARAUJO, OAB nº RO324B, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
REU: MARNEIDE OLIVEIRA DIAS DA SILVA, CPF nº 78417155287, AVENIDA DOS IMIGRANTES, 2137 11128 SÃO SEBASTIÃO - 76801-972 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
As custas iniciais foram recolhidas corretamente (2%).
Cite-se a parte requerida para no prazo de 15 dias proceda ao pagamento da quantia ora pleiteada, bem como honorários advocatícios de 5% sobre o valor da causa (art. 701 CPC), podendo, em igual prazo opor, nos próprios autos, embargos à monitória (art. 702 CPC), sendo que, se estes não forem opostos, o mandado inicial ficará convertido em mandado de execução, atendendo ao rito processual previsto no art. 701, §2º do Código de Processo Civil.
Saliente-se ao(à) requerido (ré) que, em efetuando o pagamento no prazo estabelecido alhures, ficará isento das custas processuais. (art. 701, §1º do CPC).
Havendo embargos, intime-se o Autor para responder a este no prazo de 15 (quinze) dias (art. 702, §5º do CPC).
Cumpridas as determinações acima, retorne os autos conclusos.
O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.

VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO atendendo aos requisitos dos arts. 248, 249 e 250.
Requerido: 7037292-05.2023.8.22.0001 REU: MARNEIDE OLIVEIRA DIAS DA SILVA, CPF nº 78417155287, AVENIDA DOS IMIGRANTES, 2137 11128 SÃO SEBASTIÃO - 76801-972 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível 7043842-16.2023.8.22.0001
Duplicata
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: JOINING COMERCIO ELETRO-ELETRICOS LTDA, CNPJ nº 03317342000128, PROFESSOR JOSE FELICIANO DE OLIVEIRA 890 CANINDE - 03034-040 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FELIPE ALEXANDRE VIZINHANI ALVES, OAB nº SP235380
EXECUTADO: T. W. DE OLIVEIRA GOMES EIRELI, GUANABARA 1265, - DE 1265 A 1715 - LADO ÍMPAR NOSSA SENHORA DAS GRACAS - 76804-131 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Aguarde-se, pelo prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas iniciais pela parte Autora, tendo em vista não ter comprovado o cumprimento da respectiva providência.
Ressalto que de acordo com a Lei Estadual 3.896/16 (Lei de Custas), as custas inicias devem ser:
“Art. 12. As custas judiciais incidirão sobre o valor da causa, da seguinte forma:
I - 2% (dois por cento) no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado para até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo. Havendo acordo, as partes ficam desobrigadas ao pagamento do montante adiado; (...)”
Decorrido in albis o prazo para recolhimento das custas, o que deverá ser devidamente certificado, voltem os autos concluso para sentença de extinção.
Porto Velho , 17 de julho de 2023 .
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7019274-04.2021.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
AUTOR: FATIMA KONIECZNA CARVALHO e outros
Advogados do(a) AUTOR: ELISANGELA GONCALVES BATISTA - RO9266, POLIANA SOUZA DOS SANTOS - RO10454, ROBSON JOSE MELO DE OLIVEIRA - RO4374
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A e outros
Advogado do(a) REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
Advogado do(a) REU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546
INTIMAÇÃO EXEQUENTE - ATUALIZAR O DÉBITO
Tendo em vista o decurso de prazo para pagamento espontâneo, fica a parte EXEQUENTE, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada a atualizar o débito e dar prosseguimento no feito atentando-se que o requerimento de consultas por meio de sistemas judiciais (BACEN, RENAJUD e outros) deverá ser acompanhado de custas CÓDIGO 1007, para cada diligência requerida, nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7048772-82.2020.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: LIDELBERK ALVES LINHARES
Advogados do(a) AUTOR: JOAO DIEGO RAPHAEL CURSINO BOMFIM - RO3669, VINICIUS SOARES SOUZA - RO4926
REU: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
Advogado do(a) REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
INTIMAÇÃO PARTES - RETORNO DO TJ E CUSTAS

1) Ficam AS PARTES intimadas a manifestarem-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do retorno dos autos, sob pena de arquivamento.
Advertência: Conforme prevê o art. 31, parágrafo único da Lei 3896/16, o feito poderá ser desarquivado a qualquer momento, desde que apresentado pedido descritivo, acompanhado de planilha dos créditos, de acordo com os arts. 523 e 524 do CPC, visando a intimação da parte adversa ao início do cumprimento de sentença.
2) Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais E MULTA.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf ou em caso de custas pro-rata o boleto deverá ser retirado no site do TJRO: Página Inicial>Boleto Bancário>Custas Judiciais>Emissão de 2ª Via
Advertência:
Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7012052-19.2020.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: H. I. D. S. M. e outros (2)
Advogado do(a) AUTOR: ELIELDO ROCHA DOS SANTOS - RO0006069A
REU: BRADESCO SAUDE S/A
Advogado do(a) REU: PAULO EDUARDO PRADO - RO4881
INTIMAÇÃO PARTES - RETORNO DO TJ E CUSTAS
1) Ficam AS PARTES intimadas a manifestarem-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do retorno dos autos, sob pena de arquivamento.
Advertência: Conforme prevê o art. 31, parágrafo único da Lei 3896/16, o feito poderá ser desarquivado a qualquer momento, desde que apresentado pedido descritivo, acompanhado de planilha dos créditos, de acordo com os arts. 523 e 524 do CPC, visando a intimação da parte adversa ao início do cumprimento de sentença.
2) Ficam AS PARTES intimadas, por meio dos seus advogados para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuarem o pagamento das custas judiciais pro-rata.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf ou em caso de custas pro-rata o boleto deverá ser retirado no site do TJRO: Página Inicial>Boleto Bancário>Custas Judiciais>Emissão de 2ª Via
Advertência:
Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

7036559-44.2020.8.22.0001
Acidente de Trânsito
AUTOR: TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A., CNPJ nº 60924040000666, RUA ALMIRANTE BARROSO 2659, - DE 2385 A 2659 - LADO ÍMPAR NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-151 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: CRISTIANE TRES ARAUJO, OAB nº SP306741, FERNANDA PLAZA REQUIA, OAB nº SP200339
REU: GENILDO DE LIMA PEREIRA, CPF nº 44335415400, RUA DOS LÍRIOS 5084 COHAB - 76807-862 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: CELIA DE FATIMA RIBEIRO MICHALZUK, OAB nº RO7005, GABRIEL ELIAS BICHARA, OAB nº RO6905
DESPACHO
Vistos.
I - Cuida-se de cumprimento de sentença. Altere-se a classe processual, observando-se os polos da ação. Anote-se.
II - INTIME-SE a parte devedora a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, satisfaça a obrigação, adimplindo o montante da condenação, corrigido e atualizado nos termos da sentença, sob pena de aplicação de honorários em execução e multa de 10% prevista no artigo 523, §1º, do CPC.
III - Advirta-se, desde já, o(a) executado(a) de que eventuais impugnações, deverão ser opostos(as) nos próprios autos, no prazo de 15 (quinze) dias, bem ainda delimitar e demonstrar especificamente os valores impugnados, bem como ser instruídos com os documentos que se fizerem necessário à demonstração do alegado, sob pena de preclusão e de imediato julgamento da impugnação, nos termos do artigo 525, §1º, do CPC.
Havendo impugnação, INTIME-SE a parte exequente para manifestar-se sobre a impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias.
IV - Decorrido o prazo para impugnação sem manifestação, certifique-se nos autos, e não havendo a satisfação da obrigação, o que deverá ser certificado, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito e para que dê prosseguimento normal ao feito, observando a ordem preferencial disposta no art. 835 do CPC.
V - Havendo pagamento, expeça-se o competente alvará judicial em nome da parte e/ou advogado (se o instrumento de procuração autorizar) ou proceda-se a transferência para conta a ser indicada, para levantamento dos valores com juros/correções/rendimentos, sob pena de envio dos respectivos valores depositados na conta judicial para a conta centralizadora. (Obs.: aguarde-se, em cartório, o decurso do prazo de vencimento do alvará).

VI - Posteriormente, por ato ordinatório, INTIME-SE a parte exequente, por meio de seu(s) advogado(s), para informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de aceitação dos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
VII - Por fim, mantendo-se inerte a parte exequente, envie-me os autos conclusos para sentença de extinção.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO CUMPRIMENTO DESTE observando-se o(s) seguinte(s) endereço(s) para localização:
Nome: REU: GENILDO DE LIMA PEREIRA
Endereço: REU: GENILDO DE LIMA PEREIRA, RUA DOS LÍRIOS 5084 COHAB - 76807-862 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Expeça-se o necessário.
Porto Velho 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
7017123-94.2023.8.22.0001
Perdas e Danos, Consignação de Chaves, Direito de Imagem, Acessão
AUTORES: VALKIRIA MAIA ALVES ALMEIDA, CPF nº 95340610691, - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, FLAXMAN DE SOUZA ALMEIDA, CPF nº 58919830282, RUA ENRICO CARUSO 5826, CASA DE ESQUINA APONIÃ - 76824-194 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: VALKIRIA MAIA ALVES ALMEIDA, OAB nº RO3178A
REU: NEIRIANE PRADO DOS SANTOS, CPF nº 98549065153, ESTRADA SANTO ANTÔNIO, 4763 4763, CASA 12 RESIDENCIAL VOLPI TRIÂNGULO - 76805-903 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, GERALDO ELISIO LEDA DE ATAIDE, CPF nº 23064790200, ESTRADA SANTO ANTÔNIO, 4763 4763, CASA 12 TRIÂNGULO - 76805-903 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REU: FELIPE GURJAO SILVEIRA, OAB nº RO5320
DESPACHO
Vistos.
Considerando as alegações da inicial e da contestação e o pedido genérico de provas, especifiquem ambas as partes, as provas que pretendem produzir de forma individualizada, indicando quanto a cada uma delas sua necessidade/relevância e pertinência ao deslinde da causa. Prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão.
Saliento que caso proteste pela produção de prova pericial, logo no seu requerimento deve a parte indicar o tipo de perícia pretendida, a sua finalidade, indicar o assistente técnico e apresentar os quesitos, sob pena de indeferimento da prova pretendida.
Caso ainda não tenha recolhido as custas em sua integralidade, nos termos do art. 12, I da Lei Estadual n. 3.896/16, fica a parte autora intimada a proceder o recolhimento da complementação das custas iniciais, prazo de 15 dias, sob pena de extinção, salvo se beneficiário de assistência judiciária gratuita.
Porto Velho 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível Fórum Geral, 2ª Vara Cível, 6º andar, telefone 69.33097034 Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 7022836-89.2019.8.22.0001
Assunto: Indenização por Dano Moral, Obrigação de Fazer / Não Fazer, Liminar
Classe: Procedimento Comum Infância e Juventude
REQUERENTE: ALMIR MATEUS DE SOUZA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: CASSIO BRUNO CASTRO SOUZA, OAB nº RO7936, FERNANDA DE OLIVEIRA SOUZA, OAB nº RO8533, CAROLINE GARCIA DE SOUZA, OAB nº RO9887
REQUERIDOS: UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA, Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil, CAIXA DE ASSISTENCIA DOS EMPREGADOS DA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA CASEMBRAPA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: EURICO SOARES MONTENEGRO NETO, OAB nº RO1742, RODRIGO OTAVIO VEIGA DE VARGAS, OAB nº RO2829, SUELEN SALES DA CRUZ, OAB nº RO4289, FERNANDA DE OLIVEIRA MELO, OAB nº MG98744, VANIA DE ARAUJO LIMA TORO DA SILVA, OAB nº SP181164, THIAGO MAIA DE CARVALHO, OAB nº RO7472, MARIA EMILIA GONCALVES DE RUEDA, OAB nº RN1064
Valor: R$ 15.000,00
DESPACHO
Vistos.
Fica o autor intimado a manifestar-se sobre o dinheiro depositado nos autos, bem como quanto a petição de id n. 91505299. Prazo de 15 dias.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível 7031461-73.2023.8.22.0001
Cancelamento de vôo
Procedimento Comum Cível
AUTORES: FRANCISLEIA REIS BATISTA, CPF nº 54307570200, RUA DOURADO 2003, - ATÉ 2068/2069 LAGOA - 76812-216 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, BEATRIZ VALENTE BATISTA, CPF nº 04258120227, RUA DOURADO 2003, - ATÉ 2068/2069 LAGOA - 76812-216 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, DHENNYFER REIS BATISTA, CPF nº 06641859240, RUA DOURADO 2003, - ATÉ 2068/2069 LAGOA - 76812-216 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: DANILO CARVALHO ALMEIDA, OAB nº RO8451
REU: GOL LINHAS AÉREAS, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS s/n, RODOVIA HÉLIO SMIDT, S/N TERMINAL DE PASSAGEIROS 1 ASA A MEZANINO . AEROPORTO - 07190-972 - GUARULHOS - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
DESPACHO
Vistos.
Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita. Anote-se.
As audiências de conciliação e mediação no âmbito dos Cejusc's serão realizadas por videoconferência, através do aplicativo Whatsapp ou Hangouts Meet.
Assim, nos termos do art. 334, DETERMINO a designação de audiência de conciliação para data a ser indicada pela CPE utilizando-se o sistema automático do PJE, cuja solenidade realizar-se-á pelo CEJUSC/Cível desta Comarca.
Posteriormente, intime-se a parte autora, via Diário da Justiça Eletrônico (art. 334, §3º, CPC), e cite-se e intime-se a parte requerida, via correios ou oficial de justiça, para tomar ciência da audiência, com as advertências constantes nos artigos 344, 336 e 319 do CPC, salientando que o prazo para contestar fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC).
No ato da citação/intimação por Oficial de Justiça, este deverá solicitar o e-mail e o telefone da parte, bem como a ausência/recusa dessas informações, certificando nos autos.
Na hipótese da citação restar negativa, intime-se a parte autora para indicar o endereço atualizado da parte requerida.
Saliente-se que é necessário que os advogados, defensores públicos e promotores de justiça informem no processo, em até 5 (cinco) dias antes da audiência, o e-mail e número de telefone para possibilitar o procedimento de conciliação por videoconferência na data e horário preestabelecido.
No início da audiência de conciliação os advogados, as partes e as testemunhas deverão comprovar suas respectivas identidades, mostrando documento oficial com foto, para conferência e registro.
As partes ficam intimadas que o não comparecimento na audiência designada caracterizará ato atentatório à dignidade da justiça e incidirá multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, revertida em favor do Estado (art. 334, § 8º, do CPC), independentemente de eventual concessão de gratuidade da justiça (art. 98, § 4º, do CPC).
Havendo acordo, este deve ser reduzido a termo pelo(a) conciliador(a) e assinado por ele(a), com ciência expressa das partes e advogados que participaram do ato. Referida ciência deve ser dada pelo mesmo meio em que a audiência foi realizada (Whatsapp ou Hangouts Meet), ficando vedada a alteração do teor da ata posteriormente, tudo em consonância com o disposto nos incisos VI, VII e VII do art. 8º do Provimento.
Não havendo conciliação, vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade.
A solenidade somente não será realizada se também houver desinteresse expresso da parte requerida nos autos (art. 334, § 4º, I, do CPC).
Havendo pedido de dispensa pela(s) parte(s), desde já determino o cancelamento da audiência, sendo possível a liberação dos autos à parte demandada para oferecer contestação no prazo legal, a contar do protocolo do pedido expresso da parte requerida de não realização de audiência conciliatória (art. 335, II, do CPC).
Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abre-se vistas dos autos à parte autora para réplica.
Saliento ainda que, caso a parte autora tenha feito a opção pela tramitação do feito junto ao 'Juízo 100% Digital', regulamentado pelo Ato Conjunto nº 014/2022-PR-CGJ, fica a parte requerida advertida do seguinte:
Art. 2º A escolha pelo "Juízo 100% Digital" será exercida pela parte requerente no momento da distribuição da ação, podendo a parte requerida opor-se a essa opção até sua primeira manifestação no processo.
(...)
§ 3º Ao anuir com o "Juízo 100% Digital", a parte requerida e seu(sua) advogado(a) fornecerão e-mail e linha telefônica móvel com aplicativo whatsapp, no intuito de viabilizar a realização eletrônica das comunicações processuais supervenientes, aderindo às citações, nos termos da Lei nº 11.419/2006.
Consigno ainda que ambas as partes ficam intimadas que tanto em contestação como em réplica deverão especificar as provas que pretendem produzir, inclusive arrolando testemunhas, se entenderem, postulando e indicando a necessidade de prova pericial, uma vez que após a réplica será saneado o feito e já apreciados os pedidos acerca das provas a serem produzidas, inclusive com a audiência de instrução e julgamento, se for o caso.
Não havendo acordo na audiência de conciliação, deverá a parte autora proceder, no prazo de 5 (cinco) dias, a complementação das custas iniciais, conforme estabelecido no artigo 12, inciso I, da Lei Estadual n. 3.896/2016 (Lei de Custas), exceto em caso de gratuidade de justiça.
Fica a parte autora, desde já, intimada do inteiro teor desta, por meio de seu advogado.
Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:

1. Deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 7° III, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
2. Deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 7° V, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. Comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7° II, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
2. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 7° IV, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
3. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte deverá estar munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 7° XIII, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO MANDADO:
a) DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, nos termos do artigo 248 do CPC, para a parte requerida, inclusive, quanto a audiência designada, observando o seguinte endereço para o seu cumprimento:
REU: GOL LINHAS AÉREAS, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS s/n, RODOVIA HÉLIO SMIDT, S/N TERMINAL DE PASSAGEIROS 1 ASA A MEZANINO . AEROPORTO - 07190-972 - GUARULHOS - SÃO PAULO
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC, caso a citação proceda mediante os termos dos artigos 249 e 250 mesmo Códex, expedindo-se o necessário para tal desiderato.
Porto Velho , 17 de julho de 2023 .
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
7041646-73.2023.8.22.0001
Alienação Fiduciária
AUTOR: S. C. F. E. I. S., CNPJ nº 45437547000197, PAULISTA 2150, - DE 2134 AO FIM - LADO PAR BELA VISTA - 01310-300 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO AUTOR: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI, OAB nº PE21678
REU: A. B. D. S., CPF nº 85663522204, R MIGUEL CALMON 3637, - DE 3573 A 3705 - LADO ÍMPAR CASTANHEIRA - 76811-315 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos,
Trata-se de ação de busca e apreensão regido pelo Decreto-Lei 911/1969.
Defiro liminarmente a medida. Expeça-se mandado/carta precatória de busca e apreensão, depositando-se o bem com a parte autora, ressalvando a necessidade de prévio pagamento de eventuais taxas administrativas perante o DETRAN. Segue anexo comprovante de minuta de restrição do veículo, via Renajud.
Executada a liminar, cite-se a parte requerida para, em 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento integral da dívida pendente sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§§1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
Efetuado o pagamento a parte requerente deverá restituir o veículo à parte Requerida, comprovando nos autos.
No prazo de 15 (quinze) dias, a contar da execução da liminar, a devedora fiduciante poderá apresentar contestação (artigo 3º, § 3º do Decreto-Lei n. 911/69).
O ato processual deverá obedecer ao disposto no art. 212, §2º do CPC.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO:
a) CARTA / MANDADO / DE CITAÇÃO / DE BUSCA E APREENSÃO / DE AVALIAÇÃO, observando-se o seguinte endereço ou em quaisquer outros dentro desta jurisdição:
7041646-73.2023.8.22.0001 REU: A. B. D. S., CPF nº 85663522204, R MIGUEL CALMON 3637, - DE 3573 A 3705 - LADO ÍMPAR CASTANHEIRA - 76811-315 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Expeça-se o necessário.
Porto Velho 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br 7069903-45.2022.8.22.0001
Prestação de Serviços
AUTOR: UNIRON, - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ALINE NOVAIS CONRADO DOS SANTOS, OAB nº SP415428, Uniron
REU: JOSE LEONARDO DANTAS DE SOUZA, CPF nº 00474518230, RUA JOSÉ CAMACHO 442, - ATÉ 472 - LADO PAR ARIGOLÂNDIA - 76801-184 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Vistos.
O endereço apresentado pela parte no ID n. 91914286 é o mesmo apresentado na inicial e o mesmo onde foram realizadas todas as tentativas de citação, inclusive com certidão de Oficial de Justiça no ID n. 87920805.
Assim, diga a parte exequente se realmente pretende a expedição de novo mandado para cumprimento no único endereço já diligenciado nos autos.
Considerando a realização das 3 (três) principais diligências, promova a parte exequente a citação do executado, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção e arquivamento.
Porto Velho17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível 7036486-67.2023.8.22.0001
Cancelamento de vôo
Tutela Antecipada Antecedente
REQUERENTES: JOAO AMARAL VIANA DO VALLE, CPF nº 09336035258, AVENIDA TIRADENTES 3461, - DE 3361 A 3661 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-019 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, MARCELO AMARAL ALVES DO VALLE, CPF nº 40961060204, AVENIDA TIRADENTES 3461, - DE 3361 A 3661 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-019 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, CRISTINA VIANA, CPF nº 84472294249, AVENIDA TIRADENTES 3461, CASA 5 INDUSTRIAL - 76821-019 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, MARCELO AMARAL VIANA DO VALLE, CPF nº DESCONHECIDO, AVENIDA TIRADENTES 3461, - DE 3361 A 3661 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-019 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA, OAB nº RO1246, MANUELA GSELLMANN DA COSTA, OAB nº RO3511
REU: DECOLAR. COM LTDA., ALAMEDA GRAJAÚ 219, 2 ANDAR ALPHAVILLE INDUSTRIAL - 06454-050 - BARUERI - SÃO PAULO, TAM LINHAS AÉREAS S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: FABIO RIVELLI, OAB nº BA34908, PROCURADORIA DECOLAR.COM LTDA, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
DESPACHO
Vistos.
Indefiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, visto que as custas já foram recolhidas.
As audiências de conciliação e mediação no âmbito dos Cejusc's serão realizadas por videoconferência, através do aplicativo Whatsapp ou Hangouts Meet.
Assim, nos termos do art. 334, DETERMINO a designação de audiência de conciliação para data a ser indicada pela CPE utilizando-se o sistema automático do PJE, cuja solenidade realizar-se-á pelo CEJUSC/Cível desta Comarca.
Posteriormente, intime-se a parte autora, via Diário da Justiça Eletrônico (art. 334, §3º, CPC), e cite-se e intime-se a parte requerida, via correios ou oficial de justiça, para tomar ciência da audiência, com as advertências constantes nos artigos 344, 336 e 319 do CPC, salientando que o prazo para contestar fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º, CPC).
No ato da citação/intimação por Oficial de Justiça, este deverá solicitar o e-mail e o telefone da parte, bem como a ausência/recusa dessas informações, certificando nos autos.
Na hipótese da citação restar negativa, intime-se a parte autora para indicar o endereço atualizado da parte requerida.
Saliente-se que é necessário que os advogados, defensores públicos e promotores de justiça informem no processo, em até 5 (cinco) dias antes da audiência, o e-mail e número de telefone para possibilitar o procedimento de conciliação por videoconferência na data e horário preestabelecido.
No início da audiência de conciliação os advogados, as partes e as testemunhas deverão comprovar suas respectivas identidades, mostrando documento oficial com foto, para conferência e registro.
As partes ficam intimadas que o não comparecimento na audiência designada caracterizará ato atentatório à dignidade da justiça e incidirá multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, revertida em favor do Estado (art. 334, § 8º, do CPC), independentemente de eventual concessão de gratuidade da justiça (art. 98, § 4º, do CPC).
Havendo acordo, este deve ser reduzido a termo pelo(a) conciliador(a) e assinado por ele(a), com ciência expressa das partes e advogados que participaram do ato. Referida ciência deve ser dada pelo mesmo meio em que a audiência foi realizada (Whatsapp ou Hangouts Meet), ficando vedada a alteração do teor da ata posteriormente, tudo em consonância com o disposto nos incisos VI, VII e VII do art. 8º do Provimento.
Não havendo conciliação, vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade.
A solenidade somente não será realizada se também houver desinteresse expresso da parte requerida nos autos (art. 334, § 4º, I, do CPC).

Havendo pedido de dispensa pela(s) parte(s), desde já determino o cancelamento da audiência, sendo possível a liberação dos autos à parte demandada para oferecer contestação no prazo legal, a contar do protocolo do pedido expresso da parte requerida de não realização de audiência conciliatória (art. 335, II, do CPC).
Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abre-se vistas dos autos à parte autora para réplica.
Saliento ainda que, caso a parte autora tenha feito a opção pela tramitação do feito junto ao 'Juízo 100% Digital', regulamentado pelo Ato Conjunto nº 014/2022-PR-CGJ, fica a parte requerida advertida do seguinte:
Art. 2º A escolha pelo "Juízo 100% Digital" será exercida pela parte requerente no momento da distribuição da ação, podendo a parte requerida opor-se a essa opção até sua primeira manifestação no processo.
(...)
§ 3º Ao anuir com o "Juízo 100% Digital", a parte requerida e seu(sua) advogado(a) fornecerão e-mail e linha telefônica móvel com aplicativo whatsapp, no intuito de viabilizar a realização eletrônica das comunicações processuais supervenientes, aderindo às citações, nos termos da Lei nº 11.419/2006.
Consigno ainda que ambas as partes ficam intimadas que tanto em contestação como em réplica deverão especificar as provas que pretendem produzir, inclusive arrolando testemunhas, se entenderem, postulando e indicando a necessidade de prova pericial, uma vez que após a réplica será saneado o feito e já apreciados os pedidos acerca das provas a serem produzidas, inclusive com a audiência de instrução e julgamento, se for o caso.
Não havendo acordo na audiência de conciliação, deverá a parte autora proceder, no prazo de 5 (cinco) dias, a complementação das custas iniciais, conforme estabelecido no artigo 12, inciso I, da Lei Estadual n. 3.896/2016 (Lei de Custas), exceto em caso de gratuidade de justiça.
Fica a parte autora, desde já, intimada do inteiro teor desta, por meio de seu advogado.
Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

_____

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 7° III, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
2. Deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 7° V, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. Comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7° II, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
2. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 7° IV, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
3. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte deverá estar munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 7° XIII, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO MANDADO:
a) DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, nos termos do artigo 248 do CPC, para a parte requerida, inclusive, quanto a audiência designada, observando o seguinte endereço para o seu cumprimento:
REU: DECOLAR. COM LTDA., ALAMEDA GRAJAÚ 219, 2 ANDAR ALPHAVILLE INDUSTRIAL - 06454-050 - BARUERI - SÃO PAULO, TAM LINHAS AÉREAS S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC, caso a citação proceda mediante os termos dos artigos 249 e 250 mesmo Códex, expedindo-se o necessário para tal desiderato.
Porto Velho , 17 de julho de 2023 .
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br 7043622-18.2023.8.22.0001
Aposentadoria por Incapacidade Permanente
AUTOR: VITALINA CONCEICAO VIRGILIO, CPF nº 68851154287, RUA EUCLIDES DA CUNHA 2004, JARU/RO SETOR 07 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: PATRICIA MACHADO DA SILVA, OAB nº RO9799, SOLANGE APARECIDA DA SILVA, OAB nº RO1153A
REU: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL , - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Despacho
Vistos.
Considerando o declínio da competência, digam as partes em termos de prosseguimento válido do feito. Prazo de 15 dias.
Porto Velho17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
7047544-38.2021.8.22.0001
Rescisão / Resolução
AUTOR: PAULO LUCAS JUNIOR - ME, CNPJ nº 10303288000127, AVENIDA TRANSCONTINENTAL 1726, - DE 1716 A 2446 - LADO PAR CASA PRETA - 76907-537 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ALAN DE ALMEIDA PINHEIRO DA SILVA, OAB nº RO7495, MARCELA MAGDA FUMAGALI CALEGARIO, OAB nº RO10779
REU: ONIXX INDUSTRIA DE VIDROS E INOX LTDA - EPP, CNPJ nº 14419259000186, RUA RAIMUNDO CANTUÁRIA 7789, - DE 7482 A 7828 - LADO PAR TANCREDO NEVES - 76829-622 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: CHRISTIAN FERNANDES RABELO, OAB nº RO333A, LUANNA OLIVEIRA DE LIMA, OAB nº RO9773, JOAO CARLOS VERIS, OAB nº RO906
DECISÃO
Vistos.
No ID nº 85475892-Págs.1/35 foi juntado o laudo pericial e no ID nº 87826000-Págs.1/18 e ID nº 89453177-Págs.1/6 as respostas às impugnações da parte requerida.
Assim, considerando que na decisão saneadora de ID nº 77102804 postergou-se para após a produção da prova pericial a análise do pedido de prova oral, e que no ID nº 87492170 a parte autora pugnou pela oitiva de testemunhas e no ID nº 89046605 a requerida peticionou pela oitiva da perita judicial e do assistente técnico que acompanhou a perícia, DESIGNO a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 12/09/2023, às 10h30min, a qual se realizará presencialmente e facultada a participação e acompanhamento por meio do seguinte link: https://meet.google.com/xbf-wgky-ibq
INTIME-SE, via sistema, a perita judicial Graciele Dummer Pereira.
Nos termos do artigo 451 do CPC o rol de testemunhas deve ser apresentado no prazo de (10) dez dias desta decisão. Registre-se que o artigo 455 do CPC estabelece expressamente que “cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo”.
QUANTO AO PROCEDIMENTO PARA A AUDIÊNCIA POR VÍDEO CONFERÊNCIA
I - Para tanto os advogados, Defensores Públicos e demais interessados deverão informar no processo, em até cinco dias antes da audiência, o e-mail e número de telefone das pessoas a serem ouvidas, para possibilitar o envio do link da videoconferência e a entrada na sala da audiência da videoconferência, na data e horário preestabelecido.
II - No caso da testemunha não dispor de condições para entrar no sistema seu depoimento poderá ser colhido no escritório do advogado que a arrolou ou da Defensoria Pública.
III - Será criada uma sala para conferência no Google Meet, pelo juízo, com a finalidade de registrar a audiência, a qual é integrada no sistema gravação de audiências do TJRO, denominado DRS, que automaticamente incluirá a audiência no PJe, nos moldes como já ocorre atualmente.
IV - O gabinete, por meio do secretário do juízo, encaminhará o link da audiência no prazo de até 24 horas antes da audiência, para os e-mails e telefones informados no processo.
V - Com o link da videoconferência, tanto partes quanto seus representantes acessarão e participarão da audiência, por meio da internet, utilizando celular, notebook ou computador, que possua vídeo e áudio regularmente funcionando. Registro que a solenidade por videoconferência ocorrerá pela plataforma de comunicação Google Meet, sendo gravada e disponibilizada por este juízo na aba “audiências” do Pje.
VI- No horário da audiência por videoconferência, cada parte e testemunha deverá entrar no link informado para que a audiência possa ter início. As testemunhas serão autorizadas a entrarem na sessão somente no momento de sua oitiva, bem como as partes, caso tenha sido deferido depoimento pessoal, devendo respeitar a incomunicabilidade entre elas, sob pena de ser processada criminalmente.
VII - Os advogados, partes e testemunhas deverão comprovar sua identidade no início da audiência ou de sua oitiva, mostrando o documento oficial com foto, para conferência e registro.
VIII - No caso a testemunha não entrem na sessão no momento em que for autorizada, presume-se que a parte desistiu de sua inquirição.
DEMAIS RESSALVAS
Ressalte-se que, nos termos do art. 357, § 1º da lei processual, as partes possuem o prazo comum de 5 (cinco) dias, para solicitarem esclarecimentos ou ajustes desta decisão, findo o prazo, tornar-se-á estável.
Anote-se ainda que, considerando que a causa não apresenta questões complexas de fato ou de direito, ou seja, não se adequa ao disposto no § 2º do art. 364 do CPC, seguir-se-á a regra do disposto no caput, do mesmo dispositivo legal.
Assim, finalizada a instrução, será dada a palavra ao advogado do autor e do réu, bem como ao membro do Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, sucessivamente, pelo prazo de 20 (vinte) minutos para cada um, prorrogável por 10 (dez) minutos, afim que se manifestem em razões finais orais, seguindo a prolação da sentença em audiência.
Intime-se a parte autora pessoalmente, cumpra-se e expeça-se o necessário.
VIAS DESTA SERVIRÃO DE MANDADO, CARTA, OFÍCIO E CARTA PRECATÓRIA.
Porto Velho 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
7043406-57.2023.8.22.0001
Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL, AC VILHENA 501, AVENIDA PRESIDENTE NASSER JARDIM AMÉRICA - 76981-000 - VILHENA - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO, OAB nº RO3249, PROCURADORIA DA SICOOB CREDISUL - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA LTDA
EXECUTADO: ANDRE LUIS SANTOS MORAIS, CPF nº 88739627268, RUA HENFIL 4862 AGENOR DE CARVALHO - 76820-304 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Cite-se a parte executada para, no prazo de 3 (três) dias (art. 829 do CPC), efetuar o pagamento da dívida, cujo valor atualizado alcança o montante de R$ 14.413,95 ou, querendo, oferecer embargos (sem efeito suspensivo), no prazo de 15 (quinze) dias, art. 915 do CPC.
Acrescente-se ao mandado de citação penhora e avaliação a advertência de que, reconhecendo o crédito da parte exequente, poderá a parte executada, comprovando o depósito de pelo menos 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, apresentar proposta de pagamento do restante, por meio de advogado, em ate 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 916 do CPC.
Fixo os honorários da execução em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, nos termos do art. 827, caput, do CPC, sendo que, em caso de integral pagamento no tríduo legal, a mencionada verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 827, § 1º).
Não efetuado o pagamento, deverá o Sr. oficial de justiça proceder de imediato a penhora de bens e a sua avaliação (CPC, art. 829, § 1º), atento à natureza dos bens disponíveis conforme ordem de prioridade legal, bem como a impenhorabilidade dos bens listados na lei federal n. 8009/90 - bem de família -, lavrando-se respectivo auto, e de tais atos intimar, na mesma oportunidade, o executado.
Recaindo a penhora em bens imóveis, intime-se também o cônjuge da parte executada ou, conforme o caso, o senhorio direto, o credor com garantia real ou com penhora anteriormente averbada.
Não encontrando bens, de ofício, fica INTIMADA a parte executada para indicar onde se encontram os bens sujeitos à execução, exibir a prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, bem como abster-se de qualquer atitude que dificulte ou embarace a realização da penhora, sob as penas da lei.
Caso a parte executada não seja localizada para intimação da penhora, certifique o Sr. oficial de justiça, detalhadamente, as diligências realizadas.
Não encontrando a parte devedora, proceda-se o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução, cumprindo as exigências do art. 830 e § 1º do CPC.
Efetuado o arresto, fica INTIMADA a parte credora para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer a citação por edital da parte devedora, CPC, art. 830 § 2º. Findo o prazo do edital, terá a parte devedora o prazo a que se refere o art. 829 do CPC, convertendo-se o arresto em penhora em caso de não pagamento.
Após, requeira a parte exequente o que entender de direito, referente a eventual adjudicação, alienação por iniciativa particular ou em hasta pública, o usufruto de bem móvel ou imóvel, tudo nos termos do art. 825 do CPC.
Caso a parte exequente solicite, fica desde já deferida a expedição de certidão de ajuizamento, nos termos do art. 828 do Código de Processo Civil, consignando-se que, expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando-as posteriormente nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO:
a) CARTA / MANDADO / CITAÇÃO / PENHORA / AVALIAÇÃO, observando-se o seguinte endereço ou em quaisquer outros dentro desta jurisdição:
7043406-57.2023.8.22.0001 EXECUTADO: ANDRE LUIS SANTOS MORAIS, CPF nº 88739627268, RUA HENFIL 4862 AGENOR DE CARVALHO - 76820-304 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Expeça-se o necessário.
Se necessário, requisite-se força policial para o cumprimento da diligência.
Autorizo, ao oficial de justiça, os benefícios do artigo 212,§§ 1º e 2º, do CPC.
Porto Velho 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7001978-32.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ALLIANZ SEGUROS S/A
Advogado do(a) AUTOR: FERNANDO DA CONCEICAO GOMES CLEMENTE - SP178171
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
INTIMAÇÃO PARTES - RETORNO DO TJ E CUSTAS
1) Ficam AS PARTES intimadas a manifestarem-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do retorno dos autos, sob pena de arquivamento.
Advertência: Conforme prevê o art. 31, parágrafo único da Lei 3896/16, o feito poderá ser desarquivado a qualquer momento, desde que apresentado pedido descritivo, acompanhado de planilha dos créditos, de acordo com os arts. 523 e 524 do CPC, visando a intimação da parte adversa ao início do cumprimento de sentença.
2) Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais.

O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf ou em caso de custas pro-rata o boleto deverá ser retirado no site do TJRO: Página Inicial>Boleto Bancário>Custas Judiciais>Emissão de 2ª Via
Advertência:
Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh2civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 2civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7001978-32.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ALLIANZ SEGUROS S/A
Advogado do(a) AUTOR: FERNANDO DA CONCEICAO GOMES CLEMENTE - SP178171
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
INTIMAÇÃO PARTES - RETORNO DO TJ E CUSTAS
1) Ficam AS PARTES intimadas a manifestarem-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do retorno dos autos, sob pena de arquivamento.
Advertência: Conforme prevê o art. 31, parágrafo único da Lei 3896/16, o feito poderá ser desarquivado a qualquer momento, desde que apresentado pedido descritivo, acompanhado de planilha dos créditos, de acordo com os arts. 523 e 524 do CPC, visando a intimação da parte adversa ao início do cumprimento de sentença.
2) Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf ou em caso de custas pro-rata o boleto deverá ser retirado no site do TJRO: Página Inicial>Boleto Bancário>Custas Judiciais>Emissão de 2ª Via
Advertência:
Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível 7042945-85.2023.8.22.0001
Contratos Bancários, Dever de Informação
AUTOR: ALISSON BRUNO MAIA ARAUJO, CPF nº 00719220246, RUA DOURADO 2003, - ATÉ 2068/2069 LAGOA - 76812-216 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: VINICIUS BATISTI STRINGHI, OAB nº RO10203
REU: BANCO DO BRASIL, 179 - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
DESPACHO
Vistos.
A parte autora afirma que está desempregada, apresentando cópia da Carteira de Trabalho Digital e da última declaração de imposto de renda, contudo, não apresentou comprovante de rendimentos e despesas.
Assim, para possível análise do pedido de gratuidade, oportunizo novo prazo de quinze dias para a parte autora apresentar os seus extratos bancários e o demonstrativo de despesas mensais ordinárias relativos ao mínimo de trinta dias (art. 99, §2º do CPC), sob pena de extinção e arquivamento.
No mesmo prazo e sob a mesma penalidade, deverá adequar o valor da causa em conformidade com a vantagem econômica pretendida (art. 292, II, CPC).
Porto Velho 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br
7044188-64.2023.8.22.0001
Perdas e Danos
AUTOR: SOFIA HELENA SOUZA MAIA RIBEIRO, CPF nº 05032171239, AVENIDA JOSÉ VIEIRA CAÚLA 5301, - DE 4681 A 4951 - LADO ÍMPAR FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-529 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: BRUNO HENRIQUE DIAS LIMA, OAB nº RO12540
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO SN, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO

Ficam ambos os genitores da parte autora intimados a, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento, trazerem subsídios a corroborar a alegação de incapacidade financeira mediante a apresentação de demonstrativo de rendimentos e/ou extratos bancários de despesas mensais ordinárias relativos ao mínimo de trinta dias, de ambos os pais (art. 99, §2º do CPC).
Esclareço que, embora a parte autora seja menor de idade, em se tratando as custas judiciais de tributos, da espécie taxa, o CTN , no art. 126, I estabelece que, a capacidade tributária passiva independe da capacidade civil das pessoas naturais, ou seja, permite que um menor seja considerado contribuinte e responsabilizado pelo pagamento de tributos, em nada interferindo o fato dele não possuir a maioridade civil.
Por conseguinte, no referido Código Tributário, há ainda a expressa previsão de que os pais são os responsáveis pelos tributos devidos por seus filhos menores (art. 134, I do CTN). Neste sentido:
Agravo de instrumento. Gratuidade judiciária. Evidência de falta de pressupostos. Custas. Obrigação tributária. Menor. Hipossuficiência presumida. Responsabilidade solidária dos pais. Evidência de falta de pressupostos para o benefício. Exigência de demonstração da hipossuficiência. A capacidade tributária passiva independe da capacidade civil das pessoas naturais. Assim sendo, a criança também é considerada contribuinte e pode ser responsabilizada pelo pagamento de tributos.
Os pais respondem solidariamente pelos filhos menores nos casos em que haja impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte. Apesar de a hipossuficiência da criança ser presumida, os genitores, na condição de responsáveis solidários, diante da evidência de falta de pressupostos para a concessão da gratuidade, devem demonstrar a sua hipossuficiência financeira a fim obter a gratuidade da justiça em nome do menor. (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0801952-31.2019.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 27/05/2020)
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível Fórum Geral, 2a Vara Cível, telefone 69.33097034, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 7022743-87.2023.8.22.0001
Assunto: Prestação de Serviços
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: CENTRO DE EDUCACAO EXECUTIVA DO NORTE LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: IGOR JUSTINIANO SARCO, OAB nº RO7957
EXECUTADO: MARCOS ANDRE NOGUEIRA DE ALMEIDA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
Homologo o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o qual se regerá pelas cláusulas e condições nele dispostas, determinando a extinção do presente feito, com apoio no art. 924, III e 487, III, todos do CPC.
Havendo descumprimento do acordo, basta a parte exequente requerer o desarquivamento e o cumprimento por petição nos autos.
Sem custas finais, pois o acordo foi entabulado antes da citação e/ou no prazo de apresentação de embargos. Arquive-se de imediato
Face ao princípio da preclusão lógica, considero o trânsito em julgado nesta data. Cumpridas as determinações, arquivem-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO/ NOTIFICAÇÃO OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
7011267-52.2023.8.22.0001
Interpretação / Revisão de Contrato, Indenização por Dano Material, Empréstimo consignado, Práticas Abusivas, Análise de Crédito
AUTOR: MARLEIDE DA SILVA, CPF nº 60341530263, RUA NOROESTE 1807 CASTANHEIRA - 76811-546 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ROMULO DO NASCIMENTO FERREIRA, OAB nº RO9376
REU: BANCO BMG S.A., AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 3477, - DE 3253 AO FIM - LADO ÍMPAR ITAIM BIBI - 04538-133 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA, OAB nº MG108112, Procuradoria do BANCO BMG S.A
DESPACHO
Vistos.
Considerando as alegações da inicial e da contestação e o pedido genérico de provas, especifiquem ambas as partes, as provas que pretendem produzir de forma individualizada, indicando quanto a cada uma delas sua necessidade/relevância e pertinência ao deslinde da causa. Prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão.
Saliento que caso proteste pela produção de prova pericial, logo no seu requerimento deve a parte indicar o tipo de perícia pretendida, a sua finalidade, indicar o assistente técnico e apresentar os quesitos, sob pena de indeferimento da prova pretendida.
Caso ainda não tenha recolhido as custas em sua integralidade, nos termos do art. 12, I da Lei Estadual n. 3.896/16, fica a parte autora intimada a proceder o recolhimento da complementação das custas iniciais, prazo de 15 dias, sob pena de extinção, salvo se beneficiário de assistência judiciária gratuita.

Porto Velho 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível Fórum Geral, 2ª Vara Cível, 6º andar, telefone 69.33097034 Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 7014561-20.2020.8.22.0001
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FRANCIELE DE OLIVEIRA ALMEIDA, OAB nº RO9541
EXECUTADOS: AMANDA CRUZ DA SILVA, SUELI DA CRUZ
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Valor: R$ 6.460,25
DESPACHO
Vistos.
Ficam as partes exequente e executada intimadas, no prazo de 15 dias, a manifestar-se quanto a petição de id n. 92099197 e certidão de id n. 92914869.
Em caso de inércia, proceda-se a transferência do valor depositado para conta judicial de titularidade do TJRO n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, Caixa Econômica Federal, conforme provimento n. 016/2010-CG.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br 7031096-63.2016.8.22.0001
Perdas e Danos, Indenização por Dano Moral
EXEQUENTE: MARIA ELIZA DE AGUIAR E SILVA, CPF nº 88671224872, RUA ABUNÃ 1475, - DE 1295 A 1645 - LADO ÍMPAR OLARIA - 76801-273 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FABIO HENRIQUE PEDROSA TEIXEIRA, OAB nº RO6111, HAROLDO BATISTI, OAB nº RO2535, THIAGO DENGER QUEIROZ, OAB nº RO2360, WALTER ALVES MAIA NETO, OAB nº RO1943, GLAUBER LUCIANO COSTA GAHYVA, OAB nº RO1768, LUCIANO ALVES DE SOUZA NETO, OAB nº RO2318
EXECUTADO: TERMOAR CLIMATIZACAO LTDA - EPP, CNPJ nº 12965862000138, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 1070, - DE 990 A 1276 - LADO PAR CENTRO - 76801-128 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ALEXANDRE CAMARGO, OAB nº RO704
DESPACHO
INTIME-SE o executado para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique a localização de bens sujeitos à penhora, sob pena de ser considerado ato atentatório à dignidade da justiça, com a consequente aplicação de multa, nos termos do art. 774, inciso V e p. único do NCPC.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO:
a) CARTA / MANDADO DE INTIMAÇÃO / DE PENHORA / DE AVALIAÇÃO, observando-se o seguinte endereço ou em quaisquer outros dentro desta jurisdição:
Rua Venezuela, nº 1665, nova porto velho, Porto Velho/RO, CEP: 76.820-140
Expeça-se o necessário.
Autorizo, ao oficial de justiça, as prerrogativas descritas no artigo 212, §§ 1º e 2º, do NCPC.
Porto Velho 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br 7038543-63.2020.8.22.0001
Seguro
REQUERENTE: TOKIO MARINE SEGURADORA SA, CNPJ nº 33164021000100, RUA SAMPAIO VIANA 44, 10 ANDAR PARAÍSO - 04004-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERENTE: JORGE LUIS BONFIM LEITE FILHO, OAB nº SP309115
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.

Foi realizada a pesquisa junto ao SISBAJUD e a parte novamente requer a mesma diligência.
A parte não justifica a repetição da mesma diligência, não demonstra qualquer realização de diligência extra autos e também não indicou as outras diligências que podem ser realizadas por meio dos sistemas colocados a disposição deste Juízo.
Assim, considerando a inércia do exequente na indicação de bens do executado, determino a suspensão da execução pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos do art. 921, III, §1º, do CPC.
Decorrido o prazo de suspensão, sem a localização de bens penhoráveis, e independentemente de nova intimação ou nova conclusão, se iniciará a contagem do prazo da prescrição intercorrente (TJ/RO - Agravo de Instrumento n. 0811225-63.2021.8.22.0000).
Superado o prazo prescricional total, intimem-se as partes via DJ para manifestação em 15 dias. Com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Ademais, faculto ao exequente promover o desarquivamento, antes de decorridos os prazos de suspensão / prescricional, desde que apresente uma forma concreta para recebimento de seu crédito (art. 921, III, §3º do CPC). Não havendo a localização dos executados e/ou de bens passíveis de penhora, o feito aguardará o decurso da prescrição intercorrente, sendo que, com a ocorrência da mesma, deverá ser desarquivado para extinção.
Porto Velho17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível Fórum Geral, 2ª Vara Cível, 6º andar, telefone 69.33097034 Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 7010238-74.2017.8.22.0001
Assunto: Contratos Bancários
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: MASSA FALIDA DO BANCO CRUZEIRO DO SUL
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO, OAB nº SP98628, PROCURADORIA MASSA FALIDA BANCO CRUZEIRO DO SUL
EXECUTADO: ANTONIO SOBREIRA DE SANTIAGO
ADVOGADOS DO EXECUTADO: UELITON FELIPE AZEVEDO DE OLIVEIRA, OAB nº RO5176, IGOR MARTINS RODRIGUES, OAB nº RO6413, VANESSA AZEVEDO MACEDO, OAB nº RO2867A
Valor: R$ 319.225,50
DESPACHO
Vistos.
Não há valores depositados nos autos. Diga a parte exequente em termos de prosseguimento no prazo de 5 dias, sob pena de suspensão nos termos do art 921 do CPC.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível Fórum Geral, 2ª Vara Cível, 6º andar, telefone 69.33097034 Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 7039847-63.2021.8.22.0001
Assunto: Esbulho / Turbação / Ameaça
Classe: Reintegração / Manutenção de Posse
REQUERENTES: JOSE MOREIRA DOS SANTOS, MARIA JOSE CARNIATO MOREIRA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: VIVIANE ANDRESSA MOREIRA, OAB nº RO5525A, WILSON MARCELO MININI DE CASTRO, OAB nº RO4769
REQUERIDO: INVASORES
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor: R$ 65.000,00
DESPACHO
Vistos.
Oportunizo o prazo de 5 dias para que a parte autora diga se já é possível a realização da diligência / citação dos invasores na área supostamente invadida. Pena de extinção.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
7042198-43.2020.8.22.0001
Seguro

AUTORES: BRUNO RAMOS LOIOLA, CPF nº 70289033209, RUA RAIMUNDO CANTUÁRIA, - DE 2108/2109 A 2524/2525 MATO GROSSO - 76804-416 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, VIKTOR GABRIEL RAMOS DA SILVA, CPF nº 06201840273, RAIMUNDO CANTUARIA, - DE 2108/2109 A 2524/2525 MATO GROSSO - 76804-416 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: BRUNO VINICIUS MACHADO PARREIRA, OAB nº RO8097
REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, EDIFÍCIO CITIBANK, RUA DA ASSEMBLÉIA 100 CENTRO - 20011-904 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS DO REU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES, OAB nº AC3592, SEGURADORA LÍDER - DPVAT
SENTENÇA
Vistos.
Ante a renúncia expressa da parte autora ao direito sobre o qual se funda a a ção (ID Num. 89905304), com fundamento na alínea “c”, inciso III, do art. 487 do Código de Processo Civil, HOMOLOGO por sentença a renúncia e julgo extinto, com resolução de mérito, o processo movido por AUTORES: BRUNO RAMOS LOIOLA, VIKTOR GABRIEL RAMOS DA SILVA contra Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A.
Autorizo a expedição de alvará em favor do perito do valor depositado no ID n. Num. 77702518 .
Com a expedição do alvará, intime-se o expert para recebimento no prazo de ci nco dias.
Em caso de inércia, proceda-se a transferência do referido valor para conta judicial de titularidade do TJRO n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, Caixa Econômica Federal, conforme provimento n. 016/2010-CG.
Custas pela parte autora, nos termos do artigo 90 do CPC. Honorários pela parte autora, que fixo em 10% do valor atualizado da causa, ressalvando a circunstância dos §§ 2º e 3º do art. 98 do CPC.
Com o trânsito em julgado, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho 17 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br 7044373-05.2023.8.22.0001
Interpretação / Revisão de Contrato
AUTOR: VALDIVINO RODRIGUES DE SOUZA, CPF nº 15980235272, RUA ALGODOEIRO 5201, - DE 5050/5051 A 5299/5300 COHAB - 76807-890 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: EDUARDO SANTOS HERNANDES, OAB nº PR46530, GABRIELA PEQUENO ALVES DE OLIVEIRA E SILVA, OAB nº PR112456
REU: BANCO MAXIMA S.A., CNPJ nº 33923798000100, ATLANTICA 1130, ANDAR: 12 PARTE; COPACABANA - 22021-000 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, BANCO DAYCOVAL S/A, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, BANCO INTER S.A., CNPJ nº 00416968000446, AVENIDA BARBACENA 1219, AVENIDA BARBACENA 1200 SANTO AGOSTINHO - 30190-924 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
ADVOGADO DOS REU: PROCURADORIA BANCO DAYCOVAL S.A
Despacho
Vistos.
01. Determino que a parte autora emende a petição inicial para juntar documentação necessária que demonstre a sua hipossuficiência financeira (rendimentos e despesas), incluindo última declaração de imposto de renda, todas as páginas da CTPS relativas a contratos de trabalho e CNIS atualizado, ou comprove o recolhimento das custas processuais (2%), ficando ciente desde já da possibilidade de parcelamento nos termos da Lei Estadual n. 4.721/2020 e Resolução n. 151/2020 do TJRO. Saliento que este é o posicionamento adotado pela jurisprudência em julgados semelhantes:
“TJRO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos, é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Câmaras Cíveis Reunidas, J. 05/12/2014).”
“STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014).”
Prazo de 15 (quinze) dias para regularização, nos termos do artigo 321 do CPC, sob pena de indeferimento da inicial, extinção do feito sem resolução do mérito e condenação em custas processuais.
02. Apresentada a emenda a inicial, venham conclusos na pasta DESPACHO EMENDA.
Porto Velho17 de julho de 2023
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br Processo: 7023983-53.2019.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
EXEQUENTE: FERNANDO DE SOUSA GEHRKE
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: DANIEL FAVERO, OAB nº RO9650, MARIANA ELLEN SILVA AZUELOS, OAB nº RO10557
EXECUTADOS: SIGNO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP, W2M EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: LESTER PONTES DE MENEZES JUNIOR, OAB nº RO2657, MAGUIS UMBERTO CORREIA, OAB nº RO1214, PAULA JAQUELINE DE ASSIS MIRANDA, OAB nº RO4245A, JEOVA LIMA DAVILA JUNIOR, OAB nº RO11014
Decisão
Vistos.
Considerando a petição de ID 92661175 , DEFIRO o pedido de penhora no rosto dos autos, nos termos do artigo 860 do CPC.
Sendo assim, DETERMINO:
I - Promova-se a penhora no rosto dos autos de nº :
7006181-03.2023.8.22.0001 - 7ª Vara Cível de Porto Velho - Valor da causa R$ 60.852,77 7033964-67.2023.8.22.0001 - 9ª Vara Cível de Porto Velho - Valor da causa R$ 28.802,38 7032046-28.2023.8.22.0001 - 5ª Vara Cível de Porto Velho - Valor da causa R$ 30.714,55 7032046-28.2023.8.22.0001 - 4ª Vara Cível de Porto Velho - Valor da causa R$ 41.218,82 7030050-92.2023.8.22.0001 - 5ª Vara Cível de Porto Velho - Valor da causa R$ 12.409,94 7010130-35.2023.8.22.0001 - 3ª Vara Cível de Porto Velho - Valor da causa R$ 22.124,88 7006356-94.2023.8.22.0001 - 6ª Vara Cível de Porto Velho - Valor da causa R$ 39.844,91
Oficie-se, com urgência, para ciência de sua ocorrência, ao magistrado responsável pelo processamento das ações acima elencadas, alvo da ordem de penhora, para que este possa anotá-la, reservando eventuais valores/créditos em favor da parte exequente EXEQUENTE: FERNANDO DE SOUSA GEHRKEe para que, podendo, deposite o valor em conta bancária judicial vinculada aos presentes autos e para que, em caso de impossibilidade de cumprimento da ordem, informe nestes autos o motivo.
II - Após o cumprimento do item anterior, sem nova conclusão, deverá a CPE intimar, por ato ordinatório, o(a) Executado(a) para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a penhora no rosto dos autos, conforme art. 917, §1º do CPC;
III - Decorrido o prazo, com ou sem manifestação sobre a penhora efetivada, sem nova conclusão, deverá a CPE intimar, por ato ordinatório, a parte Exequente, por seu advogado, para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
Cumpridas as determinações acima, retorne-me os autos conclusos.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/PRECATÓRIA/OFÍCIO.
EXEQUENTE: FERNANDO DE SOUSA GEHRKE, AVENIDA RIO MADEIRA, 5124 INDUSTRIAL - 76821-191 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADOS: SIGNO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP, CNPJ nº 01765235000137, RUA GETÚLIO VARGAS 2607, - DE 2493 A 2933 - LADO ÍMPAR SÃO CRISTÓVÃO - 76804-061 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, W2M EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ nº 12418969000166, RUA GETÚLIO VARGAS 2607, - DE 2493 A 2933 - LADO ÍMPAR SÃO CRISTÓVÃO - 76804-061 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh2civelgab@tjro.jus.br
0109316-44.2009.8.22.0001
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: TAPEJARA TINTAS LTDA - EPP
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FERNANDA MAIA MARQUES, OAB nº RO3034, CARL TESKE JUNIOR, OAB nº RO3297
EXECUTADO: ELISEU CARDOSO
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Indefiro o pedido de designação de audiência de conciliação, visto que é possível a composição extrajudicial entre as partes a qualquer momento.
Considerando que a parte exequente, mesmo intimada, não indicou outras diligências e que não encontrou bens nas buscas extra autos, DETERMINO a suspensão da execução pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos do art, 921, III, § 1º, do CPC.
Decorrido o prazo de suspensão, sem a localização de bens penhoráveis, e independentemente de nova intimação ou nova conclusão, se iniciará a contagem do prazo da prescrição intercorrente (TJ/RO - Agravo de Instrumento n. 0811225-63.2021.8.22.0000).
Superado o prazo prescricional total, intimem-se as partes via DJ para manifestação em 15 dias. Com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Ademais, faculto ao exequente promover o desarquivamento, antes de decorridos os prazos de suspensão / prescricional, desde que apresente uma forma concreta para recebimento de seu crédito (art. 921, III, §3º do CPC). Não havendo a localização dos executados e/ou de bens passíveis de penhora, o feito aguardará o decurso da prescrição intercorrente, sendo que, com a ocorrência da mesma, deverá ser desarquivado para extinção.
Porto Velho-,17 de julho de 2023.
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz(a) de Direito
Intimação de:
EXECUTADO: ELISEU CARDOSO, CPF nº 69629439034, RUA SÃO GABRIEL 1317 TRÊS MARIAS - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

3ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh3civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 3civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7015634-22.2023.8.22.0001
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
Advogado do(a) AUTOR: ESTEVAO FERREIRA DA SILVA - RO9406
REU: ALDAMIR MEDEIROS DA SILVA
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br Processo n. 7041867-27.2021.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: ASSOCIACAO TIRADENTES DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADOS DO AUTOR: FREDSON AGUIAR RODRIGUES, OAB nº RO7368, ANGELO LUIZ SANTOS DE CARVALHO, OAB nº RO5363, RONALDO FERREIRA DA CRUZ, OAB nº RO8963, VEIMAR PEREIRA DE BRITO, OAB nº RO8621
REU: EWERSON JOSE ABRANTES ARAGAO
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 6.501,67
Data da distribuição: 05/08/2021
DECISÃO
Vistos.
Mantenho a decisão de id 88659390 pelos próprios fundamentos.
Manifeste-se o autor quanto ao prosseguimento do feito no prazo de 05 dias, indicando endereço válido para viabilizar a citação do requerido ou requerer o que entender de direito, sob pena de extinção/arquivamento.
Apresentado endereço e recolhidas as custas, expeça-se mandado de citação.
Decorrido o prazo sem manifestação, voltem conclusos para extinção
Intimem-se e Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br Processo n. 7034416-82.2020.8.22.0001
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JUCIMARA DE SOUZA CAMPOS, OAB nº RO1064, CAMILA GONCALVES MONTEIRO, OAB nº RO8348, CAMILA BEZERRA BATISTA, OAB nº RO7212, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO, OAB nº RO796, SAMIR RASLAN CARAGEORGE, OAB nº RO9301
REQUERIDOS: MARILENE SERRATI DA SILVA, JOICI SERRATI DE OLIVEIRA
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: FABIO BARROS SERRATE, OAB nº RO7646
Valor da Causa: R$ 29.026,70
Data da distribuição: 17/09/2020
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de Cumprimento de sentença ajuizado por SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA em face de MARILENE SERRATI DA SILVA, JOICI SERRATI DE OLIVEIRA.
Da análise dos autos, observo que não houve cumprimento integral da decisão de id 88066088, vez que não foi expedido alvará em favor do credor.
Nesta data expedi Alvará Eletrônico na modalidade de transferência, através da ferramenta Alvará Eletrônico, pela qual o Juízo envia os dados da ordem bancária diretamente ao banco, o valor deverá ser levantado, com as devidas correções/rendimentos/atualizações até a data do saque efetivo.
Dados bancários apresentados pelo(a) exequente no id 91694188 e nos porcentuais indicado no id 92400049:

1) Favorecido: SOCIEDADE DE PESQUISA, EDUCAÇÃO E CULTURA DR. APARÍCIO CARVALHO DE MORAES LTDA, CNPJ 01.129.686/0001-88
Banco do Brasil
Agência: 0102-3
Conta Corrente: 99.771-4
O beneficiário deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação, conforme síntese supracitada.
Aguarde-se por cinco 05 (cinco) dias o cumprimento da ordem.
Sobrevindo informação de erro no cumprimento da ordem eletrônica, fica a CPE autorizada a proceder com a expedição de alvará sem necessidade de nova conclusão do processo.
Quanto ao valor dos honorários, considerando que a procuração assinada pelo autor outorgou poderes apenas aos advogados e não à sociedade advocatícia indicada no id 91694188, intime-se todos os advogados da parte exequente para que, no prazo de 5 dias, manifestem-se quanto à expedição de alvará para a sociedade de advogados.
Após, voltem conclusos para deliberação.
No mais, intime-se a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, requerer o que de direito, objetivando o prosseguimento do feito, sob pena de suspensão.
Pratique-se o necessário.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Fórum Geral, 2ª Vara Cível, 6º andar, telefone 69.33097034 Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 0014967-78.2011.8.22.0001
Assunto: Auxílio por Incapacidade Temporária
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: RODRIGO DA SILVA OLIVEIRA
ADVOGADOS DO AUTOR: FLAVIO HENRIQUE TEIXEIRA ORLANDO, OAB nº RO2003, CLARA REGINA DO CARMO GOES, OAB nº RO653
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, MINISTERIO DA FAZENDA
ADVOGADOS DOS REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA, PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor: R$ 10.000,00
DESPACHO
Vistos.
Ao analisar a peça e documentos anexados pela Autarquia Autora (id 84325601), requerendo inclusive a aplicação do tema repetitivo 692, imprescindível a manifestação da executada, Sr. Rodrigo da Silva Oliveira.
Nesse ínterim, aos moldes do princípio da não surpresa, positivado nos arts. 9 e 10 do Código de Processo Civil, é vedado ao Juiz decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar.
Dito isto, intime-se o executado para, no prazo de 10 (dez) dias se manifestar, sob pena de prosseguimento do feito no estado em que se encontra.
Expeça-se o necessário. Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br - Email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7038577-33.2023.8.22.0001
Classe Procedimento Comum Cível
Assunto Reintegração de Posse
AUTOR: HERCULES RHONEY RAIMUNDI
ADVOGADO DO AUTOR: VALKIRIA MAIA ALVES ALMEIDA, OAB nº RO3178A
REU: JORGE LUIZ SANTANA COSTA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de ação de reintegração de posse com pedido liminar em que o autor Herbert Junior de Paula litiga em face de Jorge Luiz Santana Costa.
Compulsando os autos, verifico que não foram juntados aos autos provas necessárias à ação, conforme o art. 561 do CPC.
Assim sendo, determino à parte autora que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, sob pena de extinção e arquivamento, acostando aos autos provas do esbulho praticado pelo réu; da data do esbulho; e da perda da posse.
Ressalto, ainda, que o registro de ocorrência policial isoladamente não possui aptidão para que este juízo afira, inicialmente, o esbulho alegado. Sobre o tema, faz-se mister trazer precedente do STJ apto a corroborar a referida conclusão:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANOS MATERIAIS. RESPONSABILIDADE. ALTERAÇÃO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO. 1. O boletim de ocorrência não goza de presunção juris tantum de veracidade das informações, porquanto tão somente aponta as declarações colhidas unilateralmente pelos interessados, sem, entretanto, certificar que a descrição seja verídica. Precedentes. 2. Na hipótese, entretanto, o Tribunal de origem não levou em consideração apenas o boletim de ocorrência, mas, sobretudo, a prova testemunhal, concluindo que ficou demonstrada a culpa exclusiva do condutor da carreta de propriedade da agravante no acidente em comento, bem como a comprovação dos danos materiais suportados pela parte autora. Nesse contexto, afigura-se inviável rever tal conclusão, tendo em vista o óbice da Súmula 7/STJ. 3. É impossível conhecer da alegada divergência interpretativa, pois a incidência da Súmula 7 do STJ na questão controversa apresentada é, por consequência, óbice também para a análise do apontado dissídio, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ - AgInt no AREsp: 1237811 MG 2018/0016927-2, Relator: Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Data de Julgamento: 07/08/2018, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/08/2018)
O boletim de ocorrência, assim, prova que a parte declarou um fato, mas não a veracidade do fato declarado. No mais, esclareço que a necessidade de apresentar tais provas decorre da previsão legal constante no art. 561 do CPC.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos para saneamento.
Intime-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br Processo: 7011786-27.2023.8.22.0001
Assunto:Direito de Imagem, Fornecimento de medicamentos
Parte autora: AUTOR: DEUZANIRA CARVALHO DA SILVA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: ANDRE MACEDO PEDROSA, OAB nº RO11581
Parte requerida: REU: ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA A SAUDE DOS TRABALHADORES NO COMERCIO ATACADISTA, VAREJISTA E DISTRIBUIDORES DA AMAZONIA, AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DOS REU: JAIME PEDROSA DOS SANTOS NETO, OAB nº RO4315
DESPACHO
Vistos.
A parte autora peticionou nos autos informando descumprimento da decisão que concedeu a tutela de urgência, requerendo a majoração da multa por descumprimento de ordem judicial (id 92480834).
Da análise dos autos, verifico que a tutela de urgência foi concedida no agravo de Instrumento n. 0804275-67.2023.8.22.0000, determinando que a parte requerida: "... restabeleça o plano de saúde da autora/agravante para a modalidade individual, sem exigência de carência, no prazo de 72h, desde que a agravante arque com o valor da mensalidade que efetuava diretamente para a empresa conveniada, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 até o limite de R$ 20.000,00 em caso de descumprimento, até julgamento do presente recurso." , consoante decisão acostada no id 90552985.
Consta nos autos que a requerida foi intimada da decisão, juntou procuração aos autos e apresentou contestação, sendo que não comprovou o cumprimento da ordem judicial ou apresentou qualquer justificativa.
Verifica-se que a decisão concedeu o prazo de 72 horas para a requerida informar o cumprimento da obrigação, sendo intimado de que o prazo decorreu sem que a parte requerida comprovasse o devido cumprimento da ordem judicial.
O Código de Processo Civil admite que o julgador disponha de mecanismos legais que obrigam o cumprimento das ordens judiciais:
Art. 537. A multa independe de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.
Nesse sentido, o dispositivo legal permite a aplicação de multa coercitiva a fim de compelir a requerida a cumprir a obrigação.
No caso dos autos, a fixação de astreintes se mostra necessária, pois a parte autora encontra-se sem a prestação de serviço.
Posto isso, determino, que, no prazo de 48 horas seja restabelecido o plano de saúde da requerida e, em caso de novo descumprimento fica APLICADA MULTA no valor de R$ R$ 1.500,00 reais por dia, a contar da intimação da requerida e enquanto perdurar a demora até o limite de R$ 30.000,00, em caso de novo descumprimento de ordem judicial, devendo a requerida comprovar nos autos o cumprimento da ordem.
No que concerne à aplicação da multa pelo novo descumprimento da obrigação, somente incidirá após o decurso do prazo para cumprimento da obrigação.
Intime-se. Cumpra-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário, com urgência.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/OFÍCIO/CARTA.
Porto Velho/RO, 14 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh3civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 3civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7053776-37.2019.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)

AUTOR: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) AUTOR: ITALO SCARAMUSSA LUZ - ES9173
REU: BAZILIO SOARES TAVARES
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS OFICIAL DE JUSTIÇA
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do mandado, fica a parte AUTORA, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada, para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada conforme tabela abaixo.
Fica a parte advertida que em se tratando de mandado de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural).
O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo: 7046571-20.2020.8.22.0001
Assunto: Direito de Imagem, Fornecimento de Energia Elétrica
Classe Processual: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARCIA TEIXEIRA DOS SANTOS, OAB nº RO6768, CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS, OAB nº DF12002, ENERGISA RONDÔNIA
REQUERIDO: AFONSO OLIVEIRA
ADVOGADO DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892
DECISÃO
Vistos,
Defiro o pedido de expedição de certidão formulado no ID 92044323, de maneira a viabilizar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes, nos termos do art. 782, §3º, do CPC.
Sobre o tema, faz-se mister trazer à baila entendimento do STJ:
O § 3º do art. 782 do CPC/2015 prevê que o juiz, a requerimento da parte, pode determinar a inclusão do nome do executado nos cadastros de inadimplentes (exs: SPC/SERASA). Embora o magistrado não esteja obrigado a deferir o pedido de inclusão do nome do executado no cadastro de inadimplentes, visto que a norma do art. 782, § 3º, do CPC/2015 não trata de uma imposição legal, mas mera faculdade atribuída ao juiz da causa, não se revela idôneo condicionar a referida medida à prévia recusa administrativa das entidades mantenedoras do respectivo cadastro. Assim, o credor pode requerer essa providência diretamente ao juízo, não sendo necessário comprovar que este pedido foi feito antes, extrajudicialmente, para as entidades mantenedoras do cadastro e que elas recusaram. STJ. 3ª Turma. REsp 1.835.778-PR, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 04/02/2020 (Info 664).
Exara a certidão, retornem os autos à suspensão, em arquivo, nos termos das decisões anteriores.
Cumpra-se.
SERVE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA
Porto Velho16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7034267-81.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Abatimento proporcional do preço
Valor da causa: R$ 12.065,22 (doze mil, sessenta e cinco reais e vinte e dois centavos)
Parte autora: CREUZA VIANA GUIMARAES, RUA ANTÔNIO VIOLÃO 4015 TANCREDO NEVES - 76829-562 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JOSIAS WELLINGTON SILVEIRA, OAB nº SP293832
Parte requerida: HOEPERS RECUPERADORA DE CREDITO S/A, 11 DE AGOSTO 56, ED. ALOISIO HOEPERS SAO JOAO - 91020-050 - PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Compulsando os autos percebe-se que esta demanda traz o mesmo objeto, partes e causa de pedir dos autos de n. 7034269-51.2023.8.22.0002, em trâmite neste juízo.
Ante o exposto, intime-se a parte autora a emendar a petição inicial para, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecer sobre a litispendência, sob pena de extinção.

Ainda, observo que advogado subscritor da petição inicial indica número de inscrição em Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB de outro estado. O artigo 10, § 2º, da Lei 8.906/94 - Estatuto da Advocacia, impõe que o advogado deva manter uma inscrição suplementar na seccional local da Ordem quando passar a exercer a advocacia habitualmente em estado diverso de onde mantém sua inscrição principal. A Lei diz que é habitual o exercício da advocacia quando há mais de cinco ações distribuídas por ano.
Em consulta ao PJE, verifica-se que o advogado possui mais de cinco ações distribuídas neste ano no Estado de Rondônia, assim, intime-se a parte autora, por seu advogado, para que como emenda da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, informe o número de inscrição suplementar da Seccional de Rondônia ou proceda com a regularização da capacidade postulatória, sob pena de indeferimento da inicial.
Após conclusos para despacho-emendas.
Decorrido o prazo sem manifestação, conclusos para extinção.
Porto Velho/RO, 14 de julho de 2023.
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh3civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 3civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7000221-08.2019.8.22.0001
Classe : IMISSÃO NA POSSE (113)
REQUERENTE: ARGO III TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A.
Advogados do(a) REQUERENTE: ALECSANDRO RODRIGUES FUKUMURA - RO6575, CHAIANE DE PAULA PEREIRA - MT19008/O, MURILO DE OLIVEIRA FILHO - SP284261
REQUERIDO: ANTONIO SADI DE MOURA e outros
Advogado do(a) REQUERIDO: VICENTE ANISIO DE SOUSA MAIA GONCALVES - RO0000943A
Intimação AUTOR - MANDADO AVERBAÇÃO
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias, retirar o Mandado de Averbação expedido e providenciar o protocolo no respectivo Cartório Extrajudicial, devendo comprovar nos autos.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh3civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 3civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7006995-93.2015.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: JANETE LOPES DA CUNHA
Advogados do(a) EXEQUENTE: NAIANA ÉLEN SANTOS MELLO - RO7460-A, PITAGORAS CUSTODIO MARINHO - RO4700
EXECUTADO: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
Advogados do(a) EXECUTADO: ALESSANDRA MONDINI CARVALHO - RO4240, MARCELO LESSA PEREIRA - RO1501, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635
INTIMAÇÃO RÉU
Fica a parte REQUERIDA intimada, no prazo de 15 dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa (ID 85992785 - DECISÃO).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh3civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 3civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7046627-82.2022.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: TAIS ILANA CAETANO DE LIMA
Advogado do(a) REQUERENTE: MAIARA MADER MENEZES AMAZONAS - RO8337
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para que o INSS cumpra o despacho ID 91645993, fica a parte autora intimada para informar quanto à implantação do benefício e/ou requerer o que entender de direito.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
3ª Vara Cível da Comarca de Porto VelhoProcesso n. 7049065-57.2017.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: FLYTOUR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA.
ADVOGADOS DO AUTOR: DENISE MARIN, OAB nº RJ141662, ERASMO HEITOR CABRAL, OAB nº MG52367
REU: BRIGITE VIEIRA FEITOSA 00816366284
ADVOGADO DO REU: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA, OAB nº RO1073
Despacho
Promova-se a mudança de classe processual para cumprimento de sentença.

Nos termos do art. 523 do CPC, fica a parte executada intimada para pagar voluntariamente o débito indicado no processo (ID n. 91778294), em 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios, também de 10% (dez por cento), ficando ainda sujeito a atos de expropriação (§3º do art. 523 do CPC).
A intimação se dará pelo Diário da Justiça, nos termos do inciso I do §2º do art. 513 do CPC.
Fica a parte executada ciente de que, com o transcurso do prazo para pagamento voluntário, nos termos do art. 525 do CPC, independente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, apresentar impugnação ao cumprimento de sentença.
Havendo impugnação, intime-se a parte exequente para, em 15 (quinze) dias, se manifestar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença e após, decorrido o prazo, venha concluso o processo para decisão.
Não havendo impugnação, intime-se a parte exequente para, em 5 (cinco) dias, atualizar o débito e requerer o que entender de direito para o prosseguimento do cumprimento de sentença, sob pena de extinção. Em caso de requerimento de pesquisa junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, desde logo, deverá apresentar o comprovante de pagamento das custas referentes à diligência pretendida, na forma do art. 17 da Lei n. 3.896/2016 (Regimento de custas do Estado de Rondônia), sob pena de indeferimento.
Em caso de pagamento, intime-se a parte exequente, por meio do seu advogado, para, em 5 (cinco) dias, informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que entender de direito, sob pena de presunção de aceitação tácita quanto aos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
CÓPIA DESTE SERVE COMO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Sophia Veiga De Assuncao
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br Processo nº: 7071094-28.2022.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Cheque
REQUERENTE: KAZ INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA, CNPJ nº 37296629000211
Advogado do requerente: FADI HASSAN FAYAD KHODR, OAB nº SP344210
REQUERIDO: A. DA C. PEREIRA COMERCIO, CNPJ nº 31097679000102
Advogado do requerido:SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos;
Promova-se a alteração de classe para “cumprimento de sentença”.
Intime-se a parte executada, via seu advogado (se possível) ou expedindo-se o necessário, na hipótese de não ter advogado constituído, para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver, com fulcro no art. 523 do CPC.
Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo supracitado, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento (§ 1º do art. 523 do mesmo Diploma Legal).
Caso seja efetuado o pagamento parcial dentro do prazo de quinze dias, a multa e os honorários decorrentes do inadimplemento incidirão sobre o restante (art. 523, § 2º, do CPC).
Após o decurso do intervalo de pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o(a) executado(a), independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, sendo que tal ato dever observar os incisos I a VII do art. 525 do CPC;
A apresentação de impugnação não impede a prática dos atos executivos, inclusive os de expropriação, podendo o juiz, a requerimento do executado e desde que garantido o juízo com penhora, caução ou depósito suficientes, atribuir-lhe efeito suspensivo, se seus fundamentos forem relevantes e se o prosseguimento da execução for manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação (art. 525, § 6º do mesmo Diploma Legal);
Eventual concessão de efeito suspensivo não impedirá a efetivação dos atos de substituição, de reforço ou de redução da penhora e de avaliação dos bens (§ 7º do art. 525 do CPC).
Na hipótese do mandado restar negativo, diante da não localização da parte requerida, fica o Cartório autorizado a repetir este comando, após apresentação de novo endereço pelo demandante.
Findo o prazo para o pagamento voluntário e impugnação, intime-se a parte exequente para tomar ciência, impulsionar o feito, indicando bens a penhora observando a ordem de preferência estabelecido no art. 835 do CPC, bem como a taxa devida para consultas eletrônicas, elencada no art. 17 da Lei Estadual n. 3.896/2016 . No prazo de: 05 dias.
CÓPIA DESTA DECISÃO SERVIRÁ DE CARTA-AR/MANDADO.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br 7043849-08.2023.8.22.0001 - Alienação Fiduciária
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA, OAB nº SP115665, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

REU: WELLINGTA DA COSTA ALMEIDA, CPF nº 76324664287
REU SEM ADVOGADO(S)
Despacho
1. Emende o requerente a inicial para proceder ao recolhimento das custas iniciais, no importe de 2% sobre o valor da causa, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
2.Compulsando os autos, verifico que o autor juntou aos autos o que seria comprovante de notificação via email da requerida (ID 93285772), a fim de constituir a mora do presente feito. Ocorre que tal modalidade não tem previsão legal, conforme vemos:
Alienação Fiduciária. Busca e Apreensão. Mora. Comprovação. Notificação por e-mail. Modalidade sem previsão legal. Recurso desprovido. 1. Para que seja deferida a liminar em ação de busca e apreensão de veículo decorrente de inadimplemento em contrato de mútuo garantido com alienação fiduciária, é necessária a prova da mora. 2. Essa pode ser por carta registrada com aviso de recebimento, por notificação extrajudicial realizada por intermédio do Cartório de Títulos e Documentos ou, ainda, por protesto. 3. No caso concreto, encaminhou-se e-mail. 4. Trata-se de modalidade sem previsão legal. 5. Sem a prova da mora, não há como se deferir a liminar de busca e apreensão. 6. Agravo de Instrumento a que se nega provimento. (TJ-RJ - AI: 00970612120218190000, Relator: Des(a). HORÁCIO DOS SANTOS RIBEIRO NETO, Data de Julgamento: 19/04/2022, DÉCIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 27/04/2022)
Desta feita, intime-se o autor para emendar a inicial, no mesmo prazo, comprovando que a devedora foi notificada por um dos meios disponíveis, a fim de comprovar a constituição da mora por parte desta, sob pena de indeferimento da inicial.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO
Porto Velho/RO, 16 de julho de 2023.
Sophia Veiga De Assuncao
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh3civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 3civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7004468-90.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: R. E. S. N. e outros
Advogado do(a) AUTOR: ADEGILSON AGUIAR DA SILVA JUNIOR - RO12231
REPRESENTADO: GOL LINHAS AÉREAS S/A
Advogado do(a) REPRESENTADO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
Intimação PARTES - PROVAS
Ficam AS PARTES intimadas para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca de quais provas pretendem produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo: 7057607-25.2021.8.22.0001
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Valor da causa: R$ 13.538,08
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, PROCURADORIA DA SICOOB AMAZÔNIA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA
EXECUTADO: CRISTIANE RODRIGUES DA SILVA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos,
INDEFIRO o pedido retro.
Embora a carta de intimação tenha sido enviada ao endereço em que o devedor foi citado, constata-se que não há informação de "mudou-se" hipótese em que o CPC presume válida a intimação, conforme § 3º do artigo 513 aliado ao parágrafo único do artigo 274 do CPC.
Outrossim, observa-se do aviso de recebimento, id. 88710366, informação "ausente" e na certidão do oficial de justiça (id 91769303) não há informação de mudança e tampouco indicativos de que a executada se ocultou. Denota-se, assim, que o avanço da marcha processual sem a formalidade processual constitui inequívoco ato eivado de nulidade que somente teria o condão de prejudicar o deslinde do feito, agora nesta via executiva.
Como é cediço, nos termos do "art. 854, § 2º Tornados indisponíveis os ativos financeiros do executado, este será intimado na pessoa de seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente." Da mesma forma, o art. 841 do CPC dispõe que "Art. 841. Formalizada a penhora por qualquer dos meios legais, dela será imediatamente intimado o executado. § 2º Se não houver constituído advogado nos autos, o executado será intimado pessoalmente, de preferência por via postal".
Não tendo havido válida intimação da parte executada quanto ao bloqueio e posterior penhora, é certo que não resta possível, nesse momento, o levantamento de qualquer quantia.
Portanto, entendo imperiosa nova tentativa de intimação da parte executada, no endereço onde ela foi citada, cumprindo ao oficial de justiça indicar, se for o caso, as razões pelas quais não localizou a referida parte, inclusive mediante contato com vizinhos ou outros moradores, ou expor os motivos que o fazem crer que a requerida não será ali encontrada.
Cumprido, intime-se a parte exequente para promover o recolhimento das custas atinentes à diligência acima citada.
Decorrido in albis, determino que os autos sejam feitos conclusos para deliberação.
Intime(m)-se, cumpra-se.

SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA
Porto Velho 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo: 7019531-63.2020.8.22.0001
Classe Processual: Cumprimento de sentença
Assunto: Abatimento proporcional do preço , Fornecimento de Energia Elétrica, Combustíveis e derivados, Dever de Informação
Valor da causa: R$ 16.359,95
REQUERENTE: MEGA TREINO CENTRO DE TREINAMENTO LTDA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MATHEUS FIGUEIRA LOPES, OAB nº RO6852, RAFAEL BALIEIRO SANTOS, OAB nº RO6864, FELIPE NADR ALMEIDA EL RAFIHI, OAB nº RO6537, ARTHUR NOGUEIRA PRADO, OAB nº RO10311
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos,
Defiro pesquisa(s) via sistema(s) conveniado(s) Sisbajud.
Intime(m)-se a(s) parte(s) autora(s)/exequente(s) para que se manifeste(m) sobre o(s) resultado(s) infrutífero, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção/arquivamento/suspensão, e impulsione(m) validamente o feito, requerendo o que entender(em) de direito e recolhendo custas, se for o caso.
Segue(m), em anexo, o(s) resultado(s).
Decorrido in albis, conclusos para decisão-urgente.
Intime(m)-se, cumpra-se
Porto Velho, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br Número do processo: 7006175-93.2023.8.22.0001
Classe: Monitória
Polo Ativo: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADOS DO AUTOR: CARLOS EDUARDO ROUMIE DE SOUZA, OAB nº RO6401, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
Polo Passivo: ELISSANDRA MORAES FERREIRA
ADVOGADO DO REU: DIEGO FERREIRA DIOGO, OAB nº RO13268
SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de AÇÃO MONITÓRIA ajuizada por CAMPANHA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA- CAERD em face de ELISSANDRA MORAES FERREIRA, ambos qualificados.
Narra a parte autora, em síntese, que a parte requerida não está cumprindo com suas obrigações de pagamento das faturas relativas ao consumo do período de 07/2017 a 11/2022, débitos que totalizam o patamar de R$ 10.677,48. Por fim, requereu a condenação da parte requerida ao pagamento do valor do débito pendente da prestação de serviço de fornecimento de água não adimplido. Com a inicial juntou documentos.
A parte requerida foi devidamente citada (ID 88212131).
Houve habilitação do patrono da parte requerida (ID 90052708).
A audiência de conciliação restou infrutífera (ID 90718998).
Instadas (ID 92091038), a parte autora postulou pela procedência do pedido (ID 92215288), enquanto a parte requerida quedou-se novamente inerte.
Por conseguinte, vieram conclusos.
É a síntese do necessário. DECIDO.
FUNDAMENTAÇÃO
Inicialmente, cumpre anotar que o feito já comporta julgamento, razão pela qual promovo o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso II, do CPC.
Depreende-se dos autos que a requerida foi efetivamente citada, sendo que se manteve inerte e não apresentou embargos monitórios no prazo legal.
Com efeito, observou-se que o vencimento das faturas deu-se em 07/2017a 07/2020 (id.86490680)
No mérito, a ação deve ser julgada procedente pois, em razão da revelia, presumem-se verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 344 do CPC), conforme expressa advertência constante no despacho inicial.
De acordo com o art. 700 do CPC, nas ações monitórias, a petição inicial deve ser instruída com prova escrita sem eficácia de título executivo.

E, no caso dos autos, a petição inicial esta instruída com o extrato da dívida pendente (id.86490680)
Somado a isso, tais fatos foram prestigiados pela ausência de contrariedade, presumindo-se verdadeiras as alegações iniciais, uma vez que a parte requerida quedou-se inerte, sem apresentar qualquer comprovação do pagamento ou mesmo de inexistência da dívida, ônus que lhe incumbia.
Portanto, considerando os documentos que instruíram a inicial e a inércia da parte requerida, o pedido deduzido na inicial deve ser julgado procedente.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE, por sentença com resolução de mérito, o pedido inicial para condenar a parte requerida ao pagamento de R$10.677,48, corrigido monetariamente a partir da última atualização e acrescidos de juros de 1% ao mês a partir da citação.
Sucumbente, condeno a parte requerida ao recolhimento das custas finais e ao pagamento de honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §2, do Código de Processo Civil.
Havendo apelação e recurso adesivo em face desta sentença, sem nova conclusão, intimem-se os recorridos para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias e remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça de Rondônia, nos termos do art. 1.010 do CPC.
Sentença registrada e publicada automaticamente.
Transitado em julgado, pagas as custas processuais ou inscritas em dívida ativa em caso de inadimplemento, arquivem-se com as baixas e anotações necessárias.
Porto Velho,16 de julho de 2023.
Sophia Veiga De Assuncao
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br Processo: 0002916-35.2011.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: RODIANA MATIAS TEODORO
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: LUIS FERREIRA CAVALCANTE, OAB nº RO2790, EDVALDO CAIRES LIMA, OAB nº RO306
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença proposto por RODIANA MATIAS TEODORO em face do INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
Após a expedição do precatório e de RPV's (id's 90474981, 90928640, 90928639), a exequente peticionou requerendo a retificação do precatório quanto aos honorários contratuais, aduzindo que foram anotados no porcentual incorreto, bem como que seja expedido no CNPJ do causídico (id 91726891 e 92730051).
A executada, por sua vez, manifestou no id 91903081 sustentando a necessidade de início de novo cumprimento de sentença para cobrança dos honorários na fase de cumprimento de sentença. Alternativamente, requer seja expedido uma única RPV para pagamento dos honorários sucumbenciais e honorários da fase de execução.
A exequente manifestou no id 92401355 concordando com a expedição de uma única RPV referente aos honorários.
Pois bem.
Não merece prosperar o argumento da requerida quanto à necessidade de início de novo cumprimento de sentença para cobrança de honorários da fase executiva.
A despeito dos argumentos da requerida, esta deixou de observar que houve fixação de honorários para esta fase na decisão de id 78774470, mantida na decisão de id 82520547 .
Quanto aos precatórios a lei é clara visto que o art. 1º-D da Lei 9.494/97 dispõe que "Não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas''. O Código de Processo Civil de 2015 veio a ratificar este entendimento, prevendo expressamente, em seu art. 85, § 7º , que não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.
Assim, caso a Fazenda Pública apresente impugnação os honorários serão devidos, e caso não embargue/impugne a execução os honorários em fase de cumprimento de sentença/execução não são devidos.
No caso em comento, a Fazenda Pública impugnou o cumprimento e foi arbitrado os honorários nesta fase executiva.
Ante o exposto, MANTENHO a obrigação do executado em pagar os honorários da fase de cumprimento de sentença à razão de 10% sobre o valor total da execução.
Quanto ao precatório expedido, defiro o pedido de id 91726891, pois não observadas as informações prestadas pela exequente no id 88982270.
Defiro, ainda, o pedido de expedição de uma única RPV referente aos honorários sucumbenciais e honorários da fase de cumprimento de sentença, nos termos requerido pela autarquia/requerida (id 91903081).
Determino o cancelamento das RPV's já expedidas (id 90928640 e 90928639) e, posteriormente, seja expedido nova RPV para pagamento dos honorários sucumbenciais e de execução, nos termos requerido pela autarquia.
Providencie a CPE o necessário para o recolhimento do Precatório expedido (id 90474981) e, posteriormente, expeça-se novo precatório com as devidas correções.
Após, arquive-se até o pagamento.
Com pagamento dos RPV's, expeça-se alvará para levantamento da quantia depositada nos autos e, em seguida, volte ao arquivo.
Quando houver pagamento do precatório, expeça-se alvará para levantamento para pagamento dos honorários contratuais e do que sobrar ao credor originário.
Após, venham conclusos para extinção.

Pratique-se o necessário.
Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 16 de julho de 2023 .
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo: 7043803-19.2023.8.22.0001
Assunto: Alienação Fiduciária
Classe Processual: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Valor da causa: R$ 20.376,35
AUTOR: B. H. S.
ADVOGADOS DO AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, PROCURADORIA DO BANCO HONDA S/A
REU: F. B. D. C.
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
Recusado o parâmetro de segredo/sigilo nestes autos, eis que não é o caso de nenhuma das hipóteses previstas no art. 189 do CPC.
1. Emende o requerente a inicial para proceder ao recolhimento das custas iniciais, no importe de 2% sobre o valor da causa, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Pagas as custas, cumpra-se o item 2.
2. Trata-se de ação de busca e apreensão regido pelo Decreto-Lei 911/1969. Sabe-se que com o advento do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), extinguiram-se as ações cautelares. No caso dos autos, embora trate-se de procedimento especial do Decreto-Lei 911/1969, aplica-se concomitantemente aos requisitos específicos do artigo 3º do aludido Decreto, também os requisitos legais para concessão da TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA (SATISFATIVA/ANTECIPADA), prevista no artigo 300 do NCPC, quais sejam: risco de dano, probabilidade do direito e reversibilidade da medida.
A probabilidade do direito sobre o qual se baseia o pedido de urgência evidencia-se pela Cédula de Crédito Bancário devidamente assinado pela parte ré e a notificação informando a respeito do inadimplemento da obrigação. De outro lado, o perigo de dano decorre da prejudicialidade na depreciação do veículo caso haja demora na restituição do mesmo à posse do requerente.
Ainda, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que, caso o requerido purgue a mora no prazo de 5 (cinco) dias, lhe será devolvido o veículo.
Ante o exposto, determino liminarmente a busca, apreensão, vistoria e avaliação do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante na inicial e contrato, depositando-se o bem em mãos do autor ou de pessoa por ele autorizada.
No prazo de 15 dias, a contar da citação, o devedor fiduciante poderá apresentar contestação, atentando-se ao disposto no art. 231, II, do NCPC. O ato processual deverá obedecer ao disposto no art. 212, §2º, do NCPC. Desde já concede-se ordem de arrombamento e requisição policial, desde que necessários para cumprimento da diligência, pelo oficial(a) de justiça.
3. Executada a liminar, cite-se a parte ré para que, no prazo de 5 dias, efetue o pagamento integral da dívida pendente, sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§§1º e 2º do art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
4. Efetuado o pagamento, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 05 dias.
5. Ocorrendo concordância com o valor depositado, deverá o autor restituir o veículo à parte ré, comprovando nos autos.
VIAS DESTA DECISÃO SERVEM COMO MANDADO DE BUSCA, APREENSÃO, CITAÇÃO E INTIMAÇÃO.
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: https://pjepg.tjro.jus.br/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23071314361468500000089523887_ (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça).
Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Av. Governador Jorge Teixeira, n. 1722, Porto Velho/RO (horário das 7:30 às 13:30) ou em seu site https://www.defensoria.ro.def.br/ e contatos ali disponíveis como 9 9243-8461 (fone e what's app) e 9 9273-1658 (fone e what's app), horário das 7:30 às 13:30, ou em seu plantão 9 9208-4629.
6. Caso o endereço de citação esteja localizado em outro Estado da Federação, defiro, desde logo, que a petição inicial sirva como Carta Precatória com prazo de 30 dias, ficando a parte autora intimada para comprovar a distribuição e o andamento da Carta Precatória, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção.
Bem alienado: marca HONDA, modelo CG 160 FAN CBS, chassi n.º 9C2KC2200PR332589, ano de fabricação 2022 e modelo 2023, cor PRATA, placa QTA6F61, renavam 1340899016
RÉU: FRANCISCO BATALHA DE CARVALHO, REU: F. B. D. C., RUA UNIÃO 3112, - DE 3056/3057 A 3353/3354 SOCIALISTA - 76829-200 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br Número do processo: 7029772-04.2017.8.22.0001

Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: BERNARDO BUOSI, OAB nº SP227541, MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES, OAB nº RN5553
Polo Passivo: CARVALHO & LIMA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME, GERALDO CARVALHO LIMA, MARIA DE LOURDES SOUSA SANTIAGO LIMA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
A parte autora interpôs recurso de apelação da sentença ID 88715476, que extinguiu o feito sem resolução do mérito (ID 92304239).
Desnecessária a intimação da parte requerida, para apresentar contrarrazões ao recurso, haja vista que o processo foi extinto sem resolução do mérito, antes mesmo que se formasse a relação processual.
Assim, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça, com as cautelas de estilo.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juíza de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo: 7043424-78.2023.8.22.0001
Assunto: Requerimento de Apreensão de Veículo
Classe Processual: Requerimento de Apreensão de Veículo
REQUERENTE: BANCO VOLKSWAGEN S.A.
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, PROCURADORIA DA VOLKSWAGEN
REQUERIDO: JOAO HENRIQUE CAVALCANTE DE ARAUJO
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
Trata-se de requerimento de busca e apreensão, fundado no §12 do art. 3º do Decreto Lei n. 911/69, (alterado pela Lei 13.043/2014), referente aos autos de nº. 7001665-97.2020.8.22.0015, que tramita na 2ª Vara Cível de Guajará-Mirim/RO.
Redistribua-se à Vara de Auditoria Militar, considerando a mudança de competências que lhe atribuiu o cuidado às cartas precatórias cíveis, direcionados de outros juízos deprecantes para esta Comarca de Porto Velho.
RESOLUÇÃO N. 249/2022-TJRO
Art. 3º Fica modificada as competências da Vara de Auditoria Militar (...) previstas nos artigos 94, IX, e 100, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia (COJGE), respectivamente, nos seguintes termos:
I - atribuir à Vara de Auditoria Militar a competência para o cumprimento das cartas precatórias cíveis, exceto aquelas relativas à Vara Infracional e de Execução de Medidas Socioeducativas, Juizados Especiais Cíveis e de Varas de Família e Sucessões.
https://www.tjro.jus.br/images/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n._249.2022-TJRO.pdf
Ante ao exposto, DECLINO a competência para o processamento e julgamento do presente feito para a Vara de Auditoria Militar Porto Velho/RO.
Remetam-se os presentes autos ao juízo competente imediatamente, feitas as anotações de praxe.
Retifique-se a classe processual para carta precatória cível.
Intime-se e cumpra-se.
SERVE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA
Porto Velho17 de julho de 2023
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh3civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 3civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7061787-84.2021.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: MONICA MARIA DOS SANTOS e outros (5)
Advogado do(a) AUTOR: JOSE D ASSUNCAO DOS SANTOS - RO1226
REU: ALLIANZ SEGUROS S/A
Advogado do(a) REU: MARIA PAULA DE CARVALHO MOREIRA - SP133065
INTIMAÇÃO AO RÉU - CUSTAS
Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais finais. O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Advertência:
1) Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo: 7038207-88.2022.8.22.0001
Classe Processual: Monitória
Assunto: Pagamento
Valor da causa: R$ 2.830,41
AUTOR: INSTITUTO JOAO NEORICO
ADVOGADO DO AUTOR: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546
REU: LEANDRA SOARES NOMERG
ADVOGADO DO REU: VINICIUS SOARES SOUZA, OAB nº RO4926
DESPACHO
Vistos,
Trata-se de pedido de expedição de alvará para levantamento dos valores depositados em juízo, em nome da sociedade de advogados (id 92538931).
Ocorre que o instrumento de procuração assinada pelo autor (id 77738840) e substabelecimento (id 84723879), não faz menção à sociedade de advogados, o que impede a expedição de alvará em seu nome.
Desta feita, intime-se a parte autora e seu patrono para retificar o dados bancários, viabilizando corretamente o recebimento do seu crédito, no prazo de 05 dias úteis.
Após concluso para expedição de alvará eletrônico.
Cumpra-se.
SERVE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh3civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 3civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7022989-83.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: S. G. A.
Advogado do(a) AUTOR: ADRIEL AMARAL KELM - RO9952
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogados do(a) REU: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação PARTES - PROVAS
Ficam AS PARTES intimadas para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca de quais provas pretendem produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh3civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 3civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7028645-26.2020.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
Advogado do(a) EXEQUENTE: ALEXANDRE PAIVA CALIL - RO2894
EXECUTADO: LUCIA FERNANDA SANTOS CRUZ
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br 7069816-26.2021.8.22.0001
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: RECOL DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA
ADVOGADO DO REQUERENTE: VANDERLEI SCHMITZ JUNIOR, OAB nº AC3582
REQUERIDO: DELTA COMERCIO IMP. E EXP. DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
R$ 58.492,64

SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença.
O processo de conhecimento tratava-se de ação monitória.
No id 73204781 foi proferida sentença, sendo o pedido julgado procedente.
Iniciado o cumprimento de sentença, a exequente deixou transcorrer o prazo para pagamento voluntário.
Decisão de id 86546893 deferiu pedido de penhora sobre faturamento da empresa devedora.
Devidamente intimado, houve a penhora no importe de R$ 1.500,00 (id 93212154).
Em seguida, o exequente noticiou que houve acordo entre as partes e requereu a homologação e sobrestamento do feito até o cumprimento do acordo, bem como a expedição de alvará para levantamento do valor depositado em juízo (id 93318606).
Pois bem.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório, decido.
O acordo entabulado entre as partes representa a vontade dos requerentes, podendo se presumir que o valor ajustado e a forma de pagamento representa a possibilidade dos requeridos e atende ao que é conveniente ao exequente para fins de recebimento do seu crédito.
Com isso, estando satisfeitas as exigências legais atinentes a pretensão das partes e evidenciado que o interesse delas resguardado, não há razão para não se homologar o acordo.
Ademais, não se verifica abuso ou prejuízo por parte de qualquer das partes interessadas, não se vislumbrando a existência de algum óbice à homologação do acordo firmado.
Com a homologação do acordo, é o caso de se determinar o arquivamento do processo, indeferindo-se o requerimento de suspensão até o término do prazo de parcelamento, tendo em vista que, no presente caso, o prazo do parcelamento é prolongado (15 meses), injustificando a paralisação do feito por tanto tempo.
Ademais, a homologação do acordo realizado caracteriza o título executivo judicial e pode ser executado a qualquer momento na hipótese de haver descumprimento, de modo que conclui-se que não haver razão para o feito se manter ativo, pois, o arquivamento equaciona o serviço judicial, respeitando o direito de cobrança executiva do credor e repelindo as situações que acarretam o abandono da demanda, racionalizando os recursos nas demandas que justificadamente necessitem da providência jurisdicional e certamente com apoio nos princípios da celeridade e da economia processual.
O arquivamento corresponde a medida que busca racionalizar o processo, diminuindo custos e tornando mais efetivo – de um modo geral – o mecanismo judiciário, evitando-se a permanência de um processo ativo por tanto tempo em modo de suspensão e sem nenhuma consequência prática.
Como dito, é de se considerar que se o executado deixar de efetuar os pagamentos, basta o exequente pedir o desarquivamento, informar tal circunstância nos autos e requerer a execução da sentença que homologou o acordo entabulado.
Por outro lado, se nada for requerido, logicamente entender-se-á estar havendo o regular adimplemento das parcelas ajustadas.
Portanto, a homologação do acordo e o arquivamento dos autos é medida de rigor.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, HOMOLOGO por SENTENÇA o acordo firmado entre as partes.
Em consequência, julgo extinto o processo com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso III, alínea “b”, do CPC.
Custas finais, nos termos do dispositivo da sentença. Advirto que as custas finais são devidas porque a transação ocorreu depois da sentença.
Tendo em vista que o feito foi extinto por acordo entre as partes, tenho que ocorreu a desistência tácita do prazo recursal.
Quanto ao pedido de expedição de alvará eletrônico para levantamento do valor depositado em juízo, considerando o acordo firmado entre as partes e que referido valor não está incluído no acordo, manifeste-se as partes, em 5 dias.
Assim, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.
Publicações e registros automáticos.
Intimem-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh3civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
e-mail: 3civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7009754-49.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: CAMILA SOARES MARIANO QUEIROZ
Advogados do(a) AUTOR: LILIA DA SILVA QUEIROZ KIDA PEREIRA - RO7518, MARCELA DE SA SALES - RO10605
REU: BANCO BRADESCO S.A.
INTIMAÇÃO AUTOR/RÉU - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência nos Termos do Provimento 018/2020-CG, ficam os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça. Ficam ainda os patronos intimados da Certidão ID 93368131 que contém todas as informações e advertências necessárias para a realização da solenidade, ficando a seu encargo informar à parte todo o necessário:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 04/09/2023 08:00

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo: 7060047-57.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Cartão de Crédito
AUTOR: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO AUTOR: WANDERLEY ROMANO DONADEL, OAB nº MG78870, BRADESCO
REU: VANDA REGINA DE OLIVEIRA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
1. Ciente da decisão de id 92586533, que reformou a sentença prolatada nestes autos e determinou o prosseguimento do feito.
2. Custas recolhidas (id 83960734).
3. Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer(em) à audiência de conciliação por videoconferência de acordo com os arts. 1º do Ato conjunto n. 4/2023-PR-CGJ e inciso IV, §1º, art. 3º da Resolução 354/2020-CNJ, devendo as partes se fazer(em) acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º).
AO CARTÓRIO: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE. Após, certifique-se, intime-se a parte autora via Sistema Eletrônico, e encaminhando como anexo à parte requerida.
A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC/2015).
O prazo para contestar, 15 dias, fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º).
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam usando o código: _____ (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça).
Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Bairro Pedrinhas, Porto Velho/RO (horário das 7:30 às 13:30) ou em seu site https://www.defensoria.ro.def.br/ e contatos ali disponíveis como 9 9243-8461 (fone e what's app) e 9 9273-1658 (fone e what's app), horário das 7:30 às 13:30, ou em seu plantão 9 9208-4629.
Este despacho servirá como carta/mandado/ofício/carta precatória, assim, neste ato, vossa senhoria está sendo citada para comparecer à audiência e apresentar sua defesa, ficando advertidas as partes que o não comparecimento na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º). Adverte-se a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC/2015).
4. Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para manifestar-se em réplica, no prazo de 15 dias.
5. Após, autorizo que à CPE proceda a intimação de ambas as partes, no prazo de 05 dias, para que digam se pretendem produzir provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
6. Sem pedido de especificação de provas, volvam conclusos para julgamento; se efetuado pedido de produção de provas, volvam conclusos para saneador.
REU: VANDA REGINA DE OLIVEIRA, RUA PROJETADA 3830, CASA 59 NOVA ESPERANÇA - 76822-608 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho 17 de julho de 2023
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo n. 7043810-11.2023.8.22.0001
Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE: H. A. D. S., CPF nº 19071442268
ADVOGADOS DO REQUERENTE: PAULO HENRIQUE VALERIO DE OLIVEIRA, OAB nº RO12600, JOVANDER PEREIRA ROSA, OAB nº RO7860
INTERESSADO: M. G. D. S., CPF nº 17584710930
DECISÃO
Versam os presentes autos sobre ALVARÁ JUDICIAL (ação de jurisdição voluntária) em que a parte autora pleiteia a transferência de veículo deixado pelo falecido, alegando ter adquirido o veículo do de cujus antes de seu falecimento.
Sobre o tema, o TJ/RO decidiu que a competência é atraída pelo direito sucessório, devendo a ação ser redistribuída, por sorteio, a uma das Varas de Família e de Sucessões da Comarca de Porto Velho, conforme se observa no julgado a seguir transcrito:
Conflito negativo de competência. Alvará Judicial. Jurisdição voluntária. Direito sucessório. Estado de Rondônia. Parte não integrante da lide. Competência de Vara de Família e Sucessões. É cediço que o procedimento de Alvará Judicial é o da jurisdição voluntária, sem pretensão resistida pelo ente público para recebimento de verbas de servidor falecido, implicando em declarar a incompetência da Vara de Fazenda Pública para processar e julgar a demanda, visto que o Estado de Rondônia não é parte integrante da relação processual, mas mero destinatário da ordem judicial. Nos termos da jurisprudência do STJ, impõe-se a remessa dos autos ao Juízo Competente, ainda que estranho ao conflito. Precedentes do STJ e desta Corte. In casu, a competência é atraída pelo direito sucessório, devendo o presente feito ser redistribuído, por sorteio, a uma das Varas de Família e de Sucessões da Comarca de Porto Velho. (TJ-RO - CC: 08088880420218220000 RO 0808888-04.2021.822.0000, Data de Julgamento: 21/10/2021)
Diante do exposto, DECLINO A COMPETÊNCIA em favor das Varas de Família e de Sucessões desta Capital.
Distribua-se por sorteio.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh3civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 3civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7028760-42.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: CESAR ADILSON BANDEIRA PINHEIRO
Advogado do(a) AUTOR: JACKSON DA SILVA WAGNER - PR79916
REU: BANCO DA AMAZONIA SA
Advogado do(a) REU: SERVIO TULIO DE BARCELOS - MG44698-A
INTIMAÇÃO Fica a parte Autora, por meio de seu advogado, no prazo de 10 dias, intimada para ciência da petição da requerida e em conjunto com o patrono do réu, apresentarem termo de acordo.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh3civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
e-mail: 3civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7027281-14.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ALISON MARTINS DA SILVA e outros (16)
Advogado do(a) AUTOR: JOSE MARIA ALVES LEITE - RO7691
REU: LUCEMI MAIA DOS SANTOS
INTIMAÇÃO AUTOR/RÉU - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência nos Termos do Provimento 018/2020-CG, ficam os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça. Ficam ainda os patronos intimados da Certidão ID 93371633 que contém todas as informações e advertências necessárias para a realização da solenidade, ficando a seu encargo informar à parte todo o necessário:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 18/09/2023 09:00

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh3civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 3civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7061120-64.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: JACO DA SILVA CRUZ
Advogados do(a) AUTOR: LUIZ GUILHERME DE CASTRO - RO8025, MARIA DA CONCEICAO AGUIAR LEITE DE LIMA - RO5932
REU: C2 CONSULTORIA INTERMEDIACOES E ADMINISTRACAO DE RECURSOS LTDA e outros
Advogado do(a) REU: WILSON BELCHIOR - RO6484
INTIMAÇÃO PARTES - RETORNO DO TJ E CUSTAS
1) Ficam AS PARTES intimadas a manifestarem-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do retorno dos autos, sob pena de arquivamento.
Advertência: Conforme prevê o art. 31, parágrafo único da Lei 3896/16, o feito poderá ser desarquivado a qualquer momento, desde que apresentado pedido descritivo, acompanhado de planilha dos créditos, de acordo com os arts. 523 e 524 do CPC, visando a intimação da parte adversa ao início do cumprimento de sentença.
2) Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais .
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf ou em caso de custas pro-rata o boleto deverá ser retirado no site do TJRO: Página Inicial>Boleto Bancário>Custas Judiciais>Emissão de 2ª Via
Advertência:
Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh3civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
e-mail: 3civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7032054-05.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: JOSE PAULO LIMA DE SOUZA
Advogados do(a) AUTOR: JOSE HERMINO COELHO JUNIOR - RO10010, WALTERNEY DIAS DA SILVA JUNIOR - RO10135
REU: FRANSLESSON MARTINS DA PAIXAO REPRESENTACOES, CREDCON ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA
INTIMAÇÃO AUTOR/RÉU - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA

Designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência nos Termos do Provimento 018/2020-CG, ficam os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça. Ficam ainda os patronos intimados da Certidão ID 93373355 que contém todas as informações e advertências necessárias para a realização da solenidade, ficando a seu encargo informar à parte todo o necessário:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 18/09/2023 09:00

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh3civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 3civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7001200-28.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: A. M. A. D. N.
Advogados do(a) AUTOR: BRENDA CARNEIRO VASCONCELOS - RO9302, BRUNA CARNEIRO VASCONCELOS - RO11443
REU: CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL
Advogados do(a) REU: ALICE BARROS PEREIRA - RO12582, RODRIGO OTAVIO VEIGA DE VARGAS - RO2829, THIAGO MAIA DE CARVALHO - RO7472
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br Processo n. 7044337-60.2023.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: EGN COMERCIO, SERVICOS & INFORMATICA LTDA - ME
ADVOGADO DO AUTOR: MORGHANNA THALITA DOS SANTOS AMARAL, OAB nº RO6850A
REU: GLEYDIVANNE FABIELLE RODRIGUES NOGUEIRA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 100.000,00
Data da distribuição: 17/07/2023
DECISÃO
1) Custas recolhidas (id 93369339)
2) Trata-se de ação de dissolução parcial de sociedade limitada com pedido de tutela antecipada. A parte requerente apresenta como fundamento jurídico o art. 599 do Código Civil 2002, para realizar a exclusão da sócia GLEYDIVANNE FABIELLE RODRIGUES NOGUEIRA sob o argumento de que este não integralizou o capital social; não ajuda com a administração da empresa e não mantém um bom nome na praça, o que gera danos à empresa como restrição a crédito.
Requer tutela de urgência para que seja determinado que a requerida seja excluída da sociedade. Junta documentos.
Para fins de concessão de tutela de urgência, entendo frágeis os elementos relativos ao perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, sendo necessária instrução do processo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, a fim de formar a convicção segura do magistrado.
Ademais, aludido pedido acabaria por praticamente esgotar o mérito da questão tratada nestes autos.
Assim, ausente um dos requisitos autorizadores, INDEFIRO, o pedido de liminar.
Intime-se a parte autora acerca desta decisão.
3- Do processo
Nos termos do art. 334 do NCPC, determino designação de audiência de conciliação que será agendada pela CPE e será realizada pelo conciliador, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.
A audiência será realizada por videoconferência de acordo com artigo 1º do Ato Conjunto n. 4/2023-PR-CGJ e inciso IV, §1ºm artigo 3º da Resolução 354/2020-CNJ.
O autor e o réu deverão comparecer à audiência designada pessoalmente ou por representante com poderes para transigir.
O não comparecimento injustificado à audiência de conciliação sujeita as partes à multa prevista no art. 334, §8º do NCPC.
Intime-se a parte autora, por seu advogado, via DJe.
Fica a parte requerida ciente de que se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, NCPC).
O prazo para oferecimento da contestação é de 15 (quinze) dias, iniciando-se da data da audiência de conciliação , exceto nas hipóteses dos incisos II e III do art. 335 do NCPC.
O mandado deverá ser cumprido com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data da audiência.
Pautada no princípio da efetividade da prestação jurisdicional e a fim de viabilizar que o processo retorne a este juízo apenas na fase de saneamento/julgamento antecipado da lide, salvo em caso de pedido incidental urgente, determino a prática dos seguintes atos ordinatórios: a) com a vinda da contestação dê-se vista à parte autora em réplica (prazo de 15 dias) e, no caso desta vir subsidiada de documentos novos, consequente vista a parte ré (prazo de 05 dias); b) não apresentada a contestação ou depois da réplica, dê-se vista às partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência e a finalidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado da lide. Nessa ocasião, havendo interesse de produção de prova testemunhal, faculto às partes depositarem o respectivo rol, com a qualificação das mesmas.
Após, conclusos.

SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Fórum Geral, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 7010397-12.2020.8.22.0001
Assunto: Seguro
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: PORTO SEGURO COMPAINHA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS, OAB nº DF273843
EXECUTADOS: TRANSPORTADORA PLANALTO LTDA, JOSE RAMALHO DE FIGUEIREDO, GUAPORE PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S/A
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: MARIA CAROLINA DE FREITAS ROSA FUZARO, OAB nº RO6125A, ANDRE COELHO JUNQUEIRA, OAB nº RO6485
Valor: R$ 401.760,88
DESPACHO
Vistos.
Trata-se de ação de execução de título extrajudicial.
Requer a exequente busca e ativos financeiros dos executados via Sisbajud, bem como a alienação judicial do veículo penhorado pelo oficial de justiça (id 92245241).
Pois bem.
Em análise aos autos não foi possível constatar a citação da empresa Guaporé Participações e Investimentos. Se o foi, em cooperação com juízo, informem o id. da citação válida. Caso contrário, antes de deliberar acerca do pedido retro, informe endereço válido para viabilizar a citação da executada, no prazo de 10 dias.
Apresentado endereço, cite-se, nos termos do despacho inicial.
Quanto ao pedido de alienação do veículo penhorado pelo oficial de justiça, cumpra-se o exequente conforme determinado na decisão de id 88066087 (comprovar que o veículo não possui gravame de alienação fiduciária que possa afetar direito de terceiros). Prazo: 10 dias úteis.
Após, conclusos para deliberação.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/OFÍCIO/CARTA
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br - email: Processo n. 7022076-04.2023.8.22.0001
Classe Monitória
Assunto Fornecimento de Água
AUTOR: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADOS DO AUTOR: ESTEVAO FERREIRA DA SILVA, OAB nº RO9406, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
REU: ELIONAI BATISTA DOS REIS
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de ação monitória ajuizada por COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA-CAERD, em desfavor de ELIONAI BATISTA DOS REIS, partes qualificadas. A parte autora, em síntese, alega ser credora do requerido, pois este haveria inadimplido a quantia de R$20.241,87, já acrescida de juros e correção monetária.
Com a inicial juntou os documentos de representação e os títulos em nome do requerido (id 89307157).
Citada (id 91457696), a parte requerida deixou transcorrer in albis o prazo concedido para que efetuasse o pagamento dos valores ou opusesse embargos.
É, em síntese, o relatório. Passo a fundamentar e decidir.
Analisando os autos verifico que a matéria versada é exclusivamente de direito, razão pela qual passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do CPC.
Versam os presentes autos acerca ação monitória onde a autora pretende a satisfação de sua pretensão.
A presunção relativa de veracidade dos fatos articulados pela parte autora, decorrente da revelia, não induz necessariamente à procedência dos pedidos – art. 344 do CPC.
No caso em tela, as faturas anexas no id 89307157 evidenciam os fatos nela narrados.
Nesse sentido:

“Apelação cível. Ação monitória. Consumo de água. Comprovação da relação jurídica e de débitos em aberto. Mantida procedência. Recurso não provido. Havendo prova documental da relação jurídica entre as partes e da existência de débitos em aberto relativo ao consumo de água, constitui-se de pleno direito o título executivo judicial. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7044316-94.2017.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 17/05/2019

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. CONSUMO ÁGUA/ESGOTO. PREFACIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEITADA. PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL. DESNECESSIDADE. PODER INSTRUTÓRIO DO JUIZ. INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 370, DO CPC/2015. MAGISTRADO É O DESTINATÁRIO FINAL DA PROVA, A QUEM CABE A ANÁLISE E A CONVENIÊNCIA DA NECESSIDADE DE SUA PRODUÇÃO.ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS. FATURAS DE ÁGUA QUE SÃO DOCUMENTOS SUFICIENTES PARA O INGRESSO DE AÇÃO MONITÓRIA. INICIAL QUE FORA INSTRUÍDA COM CÁLCCULO DETALHADO DO DEMONSTRATIVO DE DÉBITO, QUE TRAZ, DE FORMA CLARA E OBJETIVA, O VALOR HISTÓRICO COBRADO, A ATUALIZAÇÃO DO MESMO E A INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS LEGAIS DEVIDOS POR CADA FATURA INADIMPLIDA. EXCEÇÃO DE PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DO PRAZO DECENAL. O STJ, EM SEDE DE REPETITIVO, FIRMOU A TESE DE QUE “NAS AÇÕES DE COBRANÇA DE TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E ESGOTO, INCIDEM OS PRAZOS PRESCRICIONAIS ESTABELECIDOS NA REGRA GERAL DO CÓDIGO CIVIL, QUAIS SEJAM, O DECENAL (ART. 205 DO CC DE 2002) OU O VINTENÁRIO (ART. 177 DO CC DE 1916), OBSERVADA A REGRA DE TRANSIÇÃO PREVISTA NO ART. 2.028 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002”. COBRANÇA DE FATURAS REFERENTES AOS MESES DE NOVEMBRO/2012, MARÇO/2013, JULHO/2013, AGOSTO/2013, SETEMBRO/2013, OUTUBRO/2013, NOVEMBRO/2013 E DEZEMBRO/2013, JANEIRO/2014 A JUNHO/2014 E FEVEREIRO/2021. AÇÃO AJUIZADA EM 01.09.2021. MÉRITO. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA EFETIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. O FATO DE HAVER RELAÇÃO DE CONSUMO NÃO IMPLICA AUTOMÁTICA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. DOCUMENTOS QUE EVIDENCIAM OS CONSUMOS NO PERÍODO COBRADO. FATURAS INADIMPLIDAS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO, POR PARTE DO APELANTE DOS SERVIÇOS PRESTADOS – INTELIGÊNCIA DO ART. 373, INCISO II, DO CPC. PRECEDENTES. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. À UNANIMIDADE. (Apelação Cível Nº 202200843520 Nº único: 0001793-47.2021.8.25.0072 - 2ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator (a): Ricardo Múcio Santana de A. Lima - Julgado em 16/12/2022) - grifei

Caberia à requerida a prova de fato extintiva, modificativa ou impeditiva ao direito da requerente, nos termos do art. 373, II, do CPC.

Conforme já mencionado, a presunção de veracidade dos fatos alegados, ante a revelia, não é absoluta, mas estando a inicial instruída com a prova escrita sem eficácia de título executivo exigida pela lei, não há elementos nos autos capazes de formar convicção em contrário.

Como consequência, cabe o julgamento imediato do processo, na forma preestabelecida no art. 701, §2º, do novo Código de Processo Civil.

Dessa forma, JULGO PROCEDENTE o pedido nos termos do art. 487, I do CPC, para constituir de pleno direito, por sentença, o título executivo judicial e converter o mandado inicial em mandado executivo, observando-se, no que couber, o Título II do Livro I da parte especial do CPC/2015.

Em razão da sucumbência, condeno o requerido ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC.

Pagas as custas processuais ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, arquivem-se com as baixas e anotações necessárias.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 17 de julho de 2023

Juliana Couto Matheus Maldonado Martins

Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO

Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo: 7044272-65.2023.8.22.0001

Assunto: Responsabilidade dos sócios e administradores, Direito de Imagem

Classe Processual: Procedimento Comum Cível

AUTORES: C. A. B. E. S. L. -. M., L. S. D. I. E.

ADVOGADOS DOS AUTORES: SONIA DE SOUZA E SILVA, OAB nº RO10227, VALERIA PATRICIA DOS SANTOS MAIA, OAB nº RO8107

REU: A. I. P., R. P. S.

REU SEM ADVOGADO(S)

DECISÃO

Vistos,

1. Recusado o parâmetro de segredo/sigilo nestes autos, eis que não é o caso de nenhuma das hipóteses previstas no art. 189 do CPC.

Art. 189. Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos:

I - em que o exija o interesse público ou social;

II - que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes;

III - em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade;

IV - que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.

No entanto, defiro o sigilo dos documentos que tratem acerca de dados bancários e/ou movimentação financeira.

2.Trata-se de ação de reparação por danos materiais e morais com pedido de tutela provisória de urgência cautelar proposta por LOYOLA SERVIÇOS DE INCORPORAÇÃO EIRELI e CHÁCARAS AREIA BRANCA EMPREENDIMENTOS SPE LTDA em desfavor de ROBSON PAIN SILVA e ANGÉLICA INÁCIO PIRES.

Narra a parte autora, em síntese que, em relatório parcial de auditoria das empresas autoras, fora averiguado indícios de desvio de dinheiro e também, após saber de várias condutas inapropriadas do Réu, o proprietário, Sr. Fábio, revogou as procurações e dispensou os serviços do Réu. Relata que, o requerido ROBSON e sua esposa, a requerida ANGÉLICA, deixaram a cidade sem paradeiro certo. Segundo o autor, a auditoria contábil realizada comprova várias fraudes do requerido perante a empresa, inclusive, retiradas indevidas para conta pessoal do Réu e para as contas também da Ré, em valor superior a meio milhão de reais, bem como a não devolução dos celulares e cartões, levando o sócio proprietário das requerentes a dar início a abertura de inquérito policial contra o Requerido e sua esposa, que prestaram depoimento em Santa Catarina, local que acredita-se ser seu atual domicílio.
Postula, em sede de tutela de urgência, bloqueio de valores e bens em nome dos requeridos, no valor de R$ 1.837.878,31. Requer, por fim, o pagamento do dano patrimonial em R$ 1.837.878,31 e danos morais no valor de R$ 100.000,00. Junta documentos.
Pois bem.
O Código de Processo Civil prevê a possibilidade de a parte requerer providências para garantir a efetividade processual quando não houver elementos que evidenciam a probabilidade do direito pleiteado e o risco ao resultado útil do processo: “art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.
Uma dessas medidas é o arresto: “art. 301. A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguração do direito”.
O arresto é a forma do credor requerer uma penhora antes mesmo da citação do devedor no processo de execução. Ou seja, é o elemento surpresa. E ele pode ser requerido desde que comprovada a probabilidade do direito e o risco ao processo.
Sobre o tema, transcrevo o julgado a seguir:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE ARRESTO. TUTELA DE URGÊNCIA. ARRESTO VIA BACENJUD. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. DECISÃO MANTIDA. 1. É excepcional a adoção de medidas de constrição antes de realizada a citação. 2. Mostra-se possível a concessão da medida cautelar de arresto, desde que comprovada a existência de dívida líquida e certa e demonstrado que o devedor está praticando atos que o impossibilitem de cumprir a obrigação avençada, como a dilapidação patrimonial. Precedentes. 3. O inadimplemento obrigacional, por si, e a afirmação unilateral acerca da possibilidade de inexistirem bens para o adimplirem a dívida, não se mostram suficientes para a concessão de tutela de urgência consistente na realização de arresto via BacenJud. 4. Agravo de instrumento desprovido. (TJ-DF 07021507720198070000 DF 0702150-77.2019.8.07.0000, Relator: HECTOR VALVERDE, Data de Julgamento: 15/05/2019, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 21/05/2019).
Por ora, não vislumbro a existência de prova inequívoca que convença da verossimilhança da alegação autoral suficiente para autorizar a tutela de urgência pretendida nestes autos, sendo necessária instrução do processo com a citação da parte adversa, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, a fim de formar a convicção segura da magistrada, razão pela qual fica indeferido o pedido de tutela de urgência.
3. A parte Autora pretende o deferimento dos benefícios da gratuidade da justiça sob o argumento de não possuir condições financeiras para arcar com as custas processuais.
A simples afirmação da parte de que não possui condições de arcar com o pagamento das custas processuais não é suficiente para a concessão da assistência judiciária gratuita, existindo a necessidade da comprovação do estado de hipossuficiência para sua concessão, conforme previsão contida no art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal.
Ademais, o Código de Processo Civil em seu art. 99, § 2º, determina diz que não se convencendo o juiz de que a parte faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar que esta comprove o preenchimento dos referidos pressupostos antes de indeferir o pedido.
Diante do exposto, DETERMINO, sob pena de indeferimento da inicial:
a) a emenda da inicial para que a parte Autora demonstre a referida incapacidade financeira de seu núcleo familiar, mediante a apresentação de comprovantes de rendimentos, de gastos, cópia da carteira de trabalho, extratos bancários, declaração de IRPF bem como outros documentos que achar pertinentes que atestem suas alegações, no prazo de 15 (quinze) dias;
b) caso não atendido o item anterior, no mesmo prazo de 15 (quinze) dias, a comprovação do recolhimento das custas.
Após conclusos para despacho-emendas.
SERVE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA
Porto Velho17 de julho de 2023
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo: 7043519-11.2023.8.22.0001
Classe Processual: Monitória
Contratos Bancários
AUTOR: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO AUTOR: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, BRADESCO
REU: THAYNA CRISTINA DE OLIVEIRA NEVES
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
1. Intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento, a fim de comprovar o recolhimento das custas iniciais, no montante equivalente a 2% sobre o valor da causa, nos termos do artigo 12, I, da Lei n. 3.896/2016 (Lei de Custas), eis que nesse tipo de ação não será designada audiência de conciliação.
2. Nos termos do art. 700 e 701 do Código de Processo Civil, cite-se a parte requerida para pagar voluntariamente o débito no valor de R$ 73.293,46, acrescido dos honorários advocatícios no montante de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Este despacho servirá como carta/mandado/ofício/carta precatória, assim, neste ato, vossa senhoria está sendo citada para efetuar o pagamento ou apresentar embargos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio, ou da data de juntada aos autos do mandado cumprido, quando a citação ou a intimação for por oficial de justiça.
Rejeitados os embargos ou caso não haja o cumprimento da obrigação, "constituir-se-á, de pleno direito, título executivo judicial" (CPC, art. 702, §8º).
3. Sendo apresentado embargos no prazo legal, intime-se a parte autora para impugnar em 15 (quinze) dias úteis, (art. 702, §5º, do NCPC), sendo vedada reconvenção sucessiva, nos termos do §6º do mesmo artigo.
Depois, os autos virão conclusos para sentença, nos termos dos artigos 702, §8º, e seguintes do NCPC, caso as partes não peçam produção de outras provas.
4. Caso o réu satisfaça a obrigação no prazo supracitado, ficará isento de custas, subsistindo, entretanto, dever de pagar 5% do valor da dívida a título de honorários advocatícios (art. 701, do NCPC).
5. Efetuado o depósito, intime-se a parte autora para manifestar-se quanto ao pagamento, no prazo de 05 dias, sob pena de presunção de concordância dos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
6. Para o caso de não cumprimento, fixo honorários em 10% (dez por cento) do valor da dívida.
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam usando o código: _____ (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça).
Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Av. Governador Jorge Teixeira, n. 1722, Porto Velho/RO (horário das 7:30 às 13:30) ou em seu site https://www.defensoria.ro.def.br/ e contatos ali disponíveis como 9 9243-8461 (fone e what's app) e 9 9273-1658 (fone e what's app), horário das 7:30 às 13:30, ou em seu plantão 9 9208-4629.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA
REU: THAYNA CRISTINA DE OLIVEIRA NEVES, residente e domiciliado à Rua José Bonifácio, n.º 1610, Bairro Olaria, na cidade de Porto Velho – RO CEP 76801-318
Porto Velho17 de julho de 2023
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo: 7011753-37.2023.8.22.0001
Classe: Tutela Cautelar Antecedente
Assunto: Transação
REQUERENTE: Refriar Refrigeração Comercial LTDA EPP
ADVOGADO DO REQUERENTE: BRUNO NISHIGUCHI PETRY, OAB nº RO10488
REQUERIDOS: D.A.RODRIGUES FILHO - PRODUCOES - ME, BEER BET BAR E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI, KLEBER LISIAS FERREIRA
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
REQUERENTE: Refriar Refrigeração Comercial LTDA EPP ingressou com ação cautelar de arresto com pedido de liminar em desfavor de REQUERIDOS: D.A.RODRIGUES FILHO - PRODUCOES - ME, BEER BET BAR E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI, KLEBER LISIAS FERREIRA.
Indeferido o pedido de cautelar antecedente e determinado que a parte autora adite a inicial (ID 87738179).
A parte autora notificou a interposição de Agravo de Instrumento, autos n. 0801887-94.2023.8.22.0000, da referida decisão (ID 87770551/87770552).
A parte autora aditou a inicial, apresentando ação de cobrança c/c medida de cautelar de arresto (ID 88203417). Reiterou o pedido de arresto de bens.
Sobreveio ao feito encarte de malote digital acerca dos autos de Agravo de Instrumento n. 0801887-94.2023.8.22.0000, o qual não fora provido o recurso (ID 92685196).
Pois bem.
1. Recebo o aditamento à inicial ID 88203417.
O pedido cautelar de bens já fora apreciado e indeferido na decisão ID 87738179, inclusive com interposição de recurso pela parte autora e decisão de não provimento pela Instância Superior.
No mais, após reanálise do ocorrido, não vejo motivos para modificação do que foi decidido.
2. Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer(em) à audiência de conciliação por videoconferência de acordo com os arts. 1º do Ato conjunto n. 4/2023-PR-CGJ e inciso IV, §1º, art. 3º da Resolução 354/2020-CNJ, devendo as partes se fazer(em) acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º).
AO CARTÓRIO: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE. Após, certifique-se, intime-se a parte autora via Sistema Eletrônico, e encaminhando como anexo à parte requerida.
A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC/2015).
O prazo para contestar, 15 dias, fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º).
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: https://pjepg.tjro.jus.br/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23031321571385100000084692181(nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça).

Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Av. Governador Jorge Teixeira, n. 1722, Porto Velho/RO (horário das 7:30 às 13:30) ou em seu site https://www.defensoria.ro.def.br/ e contatos ali disponíveis como 9 9243-8461 (fone e what's app) e 9 9273-1658 (fone e what's app), horário das 7:30 às 13:30, ou em seu plantão 9 9208-4629.
Este despacho servirá como carta/mandado/ofício/carta precatória, assim, neste ato, vossa senhoria está sendo citada para comparecer à audiência e apresentar sua defesa, ficando advertidas as partes que o não comparecimento na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º). Adverte-se a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC/2015).
3. Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para manifestar-se em réplica, no prazo de 15 dias.
4. Após, autorizo que à CPE proceda a intimação de ambas as partes, no prazo de 05 dias, para que digam se pretendem produzir provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
5. Sem pedido de especificação de provas, volvam conclusos para julgamento; se efetuado pedido de produção de provas, volvam conclusos para saneador.
REQUERIDOS: D.A.RODRIGUES FILHO - PRODUCOES - ME, PASSAGEM ALACID NUNES 95 TENONÉ - 66820-020 - BELÉM - PARÁ, BEER BET BAR E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI, RAIMUNDO CANTUARIA 7034, - DE 6838 A 7034 - LADO PAR LAGOINHA - 76829-630 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, KLEBER LISIAS FERREIRA, RUA RAIMUNDO CANTUÁRIA 7034, - DE 6838 A 7034 - LADO PAR LAGOINHA - 76829-630 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho 17 de julho de 2023
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo: 7044278-72.2023.8.22.0001
Classe Processual: Monitória
Remissão das Dívidas
AUTOR: ASSOCIACAO DOS PRACAS E FAMILIARES DA POLICIA E BOMBEIRO MILITAR DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS, OAB nº RO3208
REU: CELSO DA SILVA MARQUES
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
1. Custas inicias id. 93354268/93354269.
2. Nos termos do art. 700 e 701 do Código de Processo Civil, cite-se a parte requerida para pagar voluntariamente o débito no valor de R$ R$ 3.461,80, acrescido dos honorários advocatícios no montante de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
Este despacho servirá como carta/mandado/ofício/carta precatória, assim, neste ato, vossa senhoria está sendo citada para efetuar o pagamento ou apresentar embargos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio, ou da data de juntada aos autos do mandado cumprido, quando a citação ou a intimação for por oficial de justiça.
Rejeitados os embargos ou caso não haja o cumprimento da obrigação, "constituir-se-á, de pleno direito, título executivo judicial" (CPC, art. 702, §8º).
3. Sendo apresentado embargos no prazo legal, intime-se a parte autora para impugnar em 15 (quinze) dias úteis, (art. 702 §5º do NCPC), sendo vedada reconvenção sucessiva, nos termos do §6º do mesmo artigo.
Depois, os autos virão conclusos para sentença, nos termos dos artigos 702, §8º e seguintes do NCPC, caso as partes não peçam produção de outras provas.
4. Caso o réu satisfaça a obrigação no prazo supracitado, ficará isento de custas, subsistindo, entretanto, dever de pagar 5% do valor da dívida a título de honorários advocatícios (art. 701, do NCPC).
5. Efetuado o depósito, intime-se a parte autora para manifestar-se quanto ao pagamento, no prazo de 05 dias, sob pena de presunção de concordância dos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
6. Para o caso de não cumprimento, fixo honorários em 10% (dez por cento) do valor da dívida.
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: https://pjepg.tjro.jus.br/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23071602104409100000089597037 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça).
Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Av. Governador Jorge Teixeira, n. 1722, Porto Velho/RO (horário das 7:30 às 13:30) ou em seu site https://www.defensoria.ro.def.br/ e contatos ali disponíveis como 9 9243-8461 (fone e what's app) e 9 9273-1658 (fone e what's app), horário das 7:30 às 13:30, ou em seu plantão 9 9208-4629.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA
REU: CELSO DA SILVA MARQUES, RUA MOISES CARVALHO 7572, RUA MOISES CARVALHO JUSCELINO KUBITSCHEK - 76829-284 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho17 de julho de 2023
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br Processo n.: 7088396-70.2022.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Alienação Fiduciária
Valor da causa: R$ 85.276,54 ()
Parte autora: BANCO VOLKSWAGEN S.A., - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, PROCURADORIA DA VOLKSWAGEN
Parte requerida: GABRIELA ARAUJO DE SANTIAGO, RUA ABUNÃ 1475, APTO 209 OLARIA - 76801-273 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: THIAGO VALIM, OAB nº RO739, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de ação de busca e apreensão ajuizada por BANCO WOLKSWAGEN S.A. contra GABRIELA ARAÚJO DE SANTIAGO, partes qualificadas.
Concedida e executada a liminar pleiteada, consoante id 87366608.
No decorrer do processo, a requerida apresentou defesa alegando que efetuou depósitos judiciais referentes às parcelas vencidas, com o intuito de purgar a mora.
Entretanto, considerando que a requerida efetuou depósitos apenas das parcelas vencidas, o pedido inicial foi julgado procedente, consolidando nas mãos da autora a posse plena e exclusiva do bem, consoante sentença de id 89273282.
A sentença transitou em julgado em 11/04/2023 (id 90567500).
Intimada para recolher as custas finais, a requerida pugnou pela utilização do valor depositado em juízo para pagamento das custas e expedição de alvará para levantamento do remanescente (id 91809900).
Assim, considerando que há valores vinculados a este feito, depositados pela requerida (id's 87363133, 87534044 e 88806123) e, em atenção ao pedido de id 91809900, visando a economia e celeridade processual, defiro o pedido e DETERMINO que a CPE promova o recolhimento das custas finais, podendo solicitar apoio da contadoria do juízo para atualização do valor da causa e, posteriormente, expedir a guia e oficiar à Caixa Econômica Federal para recolhimento da respectiva guia ou que a CPE proceda da forma já pré-definida em suas práticas cartorárias para gerar um resultado prático equivalente. OBS: Junte-se o comprovante de pagamento efetivado.
O saldo remanescente do valor depositado deverá ser levantado pela parte requerida Gabriela Araújo de Santiago, mediante alvará em seu nome ou de seu advogado, se tiver poderes nos autos.
Junte-se a resposta da referida instituição financeira aos autos.
Após a(s) juntada(s) do(s) comprovante(s) de transferência/pagamento, não havendo pendências, arquive-se
VIAS DESTA DECISÃO, INSTRUÍDAS COM OS DOCUMENTOS DO PROCESSO NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO DA ORDEM, SERVIRÃO COMO OFÍCIO/MANDADO.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo: 7008377-19.2018.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Compra e Venda
Requerente (s): COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO CARGA PESADA LTDA - ME, CNPJ nº 03915997000106, RUA JOSÉ CAMACHO 2360 SÃO JOÃO BOSCO - 76803-770 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado (s): ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA, OAB nº RO2913
Requerido (s): TERRA ARADA TERRAPLENAGEM LTDA - ME, CNPJ nº 10758004000197, AVENIDA AMAZONAS 9008, SALA 01 SOCIALISTA - 76828-870 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado (s): SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Oficie-se ao Juízo da 7ª Vara Cível desta Comarca, afim de informar acerca da efetividade da penhora no rosto dos autos n. 7032295-23.2016.8.22.0001.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br Processo n. 7006736-64.2016.8.22.0001
Cumprimento de sentença

EXEQUENTE: ANTONIO ROBESPIERRE LISBOA MONTEIRO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO, OAB nº RO3300
EXECUTADO: SERGIO ROBERTO GIOTTO
ADVOGADO DO EXECUTADO: ANTONIO ROBESPIERRE LISBOA MONTEIRO, OAB nº RO1593
Valor da Causa: R$ 64.401,56
Data da distribuição: 12/02/2016
DECISÃO
Vistos,
1. A parte exequente requereu a penhora por termo nos autos do veículo FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX 2007/2008, placa NDL6465, encontrado em nome do executado e, ainda, pedido de restrição via RENAJUD, sendo a restrição lançada neste ato, espelho anexo.
2. Outrossim, para formalização da penhora sobre o veículo já bloqueado via RENAJUD, necessário se faz sua localização para fins de avaliação e nomeação de depositário fiel; a uma por se tratar de bem móvel cuja propriedade comprova-se pela posse derivada da tradição (o titular pode ter vendido o bem); a duas porque a avaliação deve corresponder ao real estado de conservação do veículo; a três porque é necessário a nomeação de depositário, sob pena de não localizar o bem ou quem esteja em sua posse na futura entrega ao arrematante; a quatro porque o bloqueio RENAJUD produz os mesmos efeitos da penhora lançada no referido sistema.
Em suma, não obstante a previsão legal, os operadores do direito devem ter um olhar prático sobre a efetividade da norma. No caso em destaque, a penhora puramente formal de bem móvel, no caso de veículo, impede que o bem seja levado a venda judicial, porque os possíveis arrematantes não teriam acesso à análise de suas condições para lançar suas propostas, e ainda o Judiciário se veria em dificuldades de entregar o bem arrematado caso estivesse nas mãos de terceiros estranhos e/ou em lugar incerto e não sabido.
A penhora por termo nos autos somente tem efetividade para bens imóveis, por conta do acesso certo e possibilidade de avaliação para fins de venda judicial.
3. Desta feita, intime-se o exequente para fornecer os endereços onde tal bem poderá ser localizado para viabilizar a penhora, e avaliação. Prazo: 10 dias úteis.
No mesmo prazo, deverá apresentar a planilha atualizada do crédito exequendo.
4- Atendida integralmente os comandos constantes no item 3, expeça-se o devido mandado de penhora e avaliação do veículo.
5- Caso não seja localizado o veículo, intime-se a parte exequente para indicar bens do devedor passíveis de penhora, no prazo de 5 dias úteis, sob pena de suspensão/arquivamento.
Intime-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/OFÍCIO/CARTA
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo: 7010103-52.2023.8.22.0001
Classe Processual: Monitória Classe Processual: Monitória
Assunto: Contratos Bancários
Valor da causa: R$ 139.928,55
AUTOR: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A
ADVOGADOS DO AUTOR: DAVID SOMBRA PEIXOTO, OAB nº CE16477, PROCURADORIA BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
REU: EVANEIRE FERREIRA DE SOUZA
ADVOGADO DO REU: ANTONIA MARIA DA CONCEICAO ALVES BIANCHI, OAB nº RO8150
DECISÃO
Trata-se de Embargos de Declaração opostos por AUTOR: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A em face da sentença de ID 91983329.
Aduziu que há omissão e erro de fato na decisão (ID 92481255).
Intimada, a parte embargada se manifestou pela rejeição (ID 93026996).
É o relatório.
DECIDO.
O recurso é tempestivo, razão pela qual dele conheço.
De acordo com o art. 1.022, incisos I a III, do CPC, só cabem embargos de declaração para: a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; b) suprir omissão ou ponto sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; c) corrigir erro material;
Não merece prosperar a alegação de omissão/erro de fato da decisão vez que o julgamento observou os documentos carreados aos autos.
A análise dos embargos deixa evidente que a intenção da embargante é a reforma da decisão embargada. Se a pretensão é a reavaliação da decisão, deve valer-se do recurso adequado, conforme previsão legal do CPC.
Mostra-se evidente, portanto, que a decisão embargada não possui qualquer omissão/erro de fato a ser sanada, sendo que o verdadeiro intuito da embargante é a revisão dos fundamentos da decisão guerreada em relação à convicção deste juízo.
Ante o exposto, não acolho os embargos de declaração.
Intimem-se.
Porto Velho 17 de julho de 2023
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo: 7021024-12.2019.8.22.0001
Assunto: Direito de Imagem, Cancelamento de vôo
Classe Processual: Cumprimento de sentença
AUTOR: ROSIMARI RIBEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: JHONATAS EMMANUEL PINI, OAB nº RO4265
REU: GOL LINHAS AÉREAS S/A
ADVOGADOS DO REU: BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO, OAB nº RO2991, ALINE SUMECK BOMBONATO, OAB nº RO3728, GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
SENTENÇA
Vistos etc,
Trata-se de cumprimento de sentença de honorários sucumbenciais em favor de VILLEMOR TRIGUEIRO SAUER E ADVOGADOS ASSOCIADOS, id. 87591387.
Após acordo, a executada comprovou ter quitado a dívida, conforme comprovantes de transferência ao credor, id's 92446037 e 92670192.
Assim, em razão da quitação integral do débito, EXTINGO o feito com fundamento nos artigos 924, II e 925 do CPC.
Custas finais recolhidas.
Ante a preclusão lógica, o feito transita em julgado nesta data.
Arquive-se de imediato.
Porto Velho17 de julho de 2023.
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh3civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 3civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7080656-61.2022.8.22.0001
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: BANCO DO BRASIL
Advogados do(a) AUTOR: BERNARDO BUOSI - RO12470, MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES - RN5553, NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES - RO4875-A
REU: SHIRLEI RIBEIRO
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS OFICIAL DE JUSTIÇA
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do mandado, fica a parte AUTORA, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada, para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada conforme tabela abaixo.
Fica a parte advertida que em se tratando de mandado de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural).
O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo: 7037901-85.2023.8.22.0001
Assunto: Compromisso
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL AZALEIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: BRUNO PAIVA OLIVEIRA, OAB nº RO8056, JEANDERSON LUIZ VALERIO ALMEIDA, OAB nº RO6863, LUIS GUILHERME SISMEIRO DE OLIVEIRA, OAB nº RO6700
EXECUTADO: LUCIANA MACIEL TAVARES
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos etc,
Trata-se de Execução de Título Extrajudicial proposta por CONDOMINIO RESIDENCIAL AZALEIA em desfavor de LUCIANA MACIEL TAVARES.
Antes da citação, as partes, voluntariamente, juntaram termo de acordo e postularam pela homologação.
Isto posto, regularizado o instrumento, lícito o objeto e as partes capazes, sem vício de vontade aparente na formalização e efetivação da transação, HOMOLOGO, para que surta os efeitos legais, o acordo id. 93240366 que se regerá pelas cláusulas e condições ali expostas.
Via de consequência, nos termos do art. 924, II e 925 do CPC, EXTINGO a presente ação.

No sentido de que com a homologação do presente acordo forma-se um título executivo judicial, que poderá ser executado nos termos do art. 523 e art. 924, inciso II, ambos do CPC/2015, desnecessária a suspensão do feito.
No que concerne ao pagamento das custas iniciais, pela derradeira vez, tendo em vista o teor do despacho inicial e que o acordo foi silente quanto à responsabilidade do pagamento, fica intimada a parte exequente para, em 5 dias, recolher as custas, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa.
Com fulcro no artigo 8º, inciso I da Lei Estadual n. 3.896/2016, isento a parte executada do pagamento das custas
Oportunamente, arquivem-se.
P. R. I
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br Autos n. 7017868-74.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Protocolado em: 30/03/2023
Valor da causa: R$ 30.467,57
AUTOR: SEBASTIAO ALVES DA CONCEICAO, RUA VILLA RIOS 6228 CUNIÃ - 76824-408 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RENAN LUIS GOMES MENDONCA, OAB nº MT22597
REU: ITAPEVA XII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS, GOMES DE CARVALHO 1195, ANDAR 4 VILA OLIMPIA - 04547-004 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A
SENTENÇA
Vistos etc,
Trata-se de Procedimento Comum Cível ajuizado(a) por AUTOR: SEBASTIAO ALVES DA CONCEICAO em face de REU: ITAPEVA XII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS.
O pedido de gratuidade da justiça foi INDEFERIDO e intimada a parte autora, a efetuar o pagamento das custas processuais, o prazo decorreu in albis.
Após vieram conclusos.
Pois bem.
Como a parte autora não atendeu o comando para recolher as custas processuais iniciais, deixou de atender um dos requisitos para a recepção e processamento da petição inicial.
Tanto o art. 82 do CPC, como a supracitada lei estadual estabelecem a obrigação do autor em recolher as custas processuais inicias, que no Estado de Rondônia é no importe de 2%.
A Lei Estadual é expressa:
“Art. 12. As custas judiciais incidirão sobre o valor da causa, da seguinte forma:
I - 2% (dois por cento) no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado para até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo. Havendo acordo, as partes ficam desobrigadas ao pagamento do montante adiado;
O indeferimento da petição inicial é a medida que se impõe ao presente caso concreto, porque a ausência do pagamento das custas iniciais demonstra a ausência de procedibilidade do processo, com fundamento no art. 485, IV, do CPC.
Nesse sentido o STJ e TJRO se pronunciaram a respeito:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS INICIAIS. CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO. RESPONSABILIDADE DO AUTOR PELO PAGAMENTO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. AUSÊNCIA. CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA CONTRAPARTE. ERROR IN PROCEDENDO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PROVIDO.
1. Ação de obrigação de fazer, consistente na extinção de condomínio, ajuizada em 23/3/2021, da qual foi extraído o presente recurso especial, interposto em 25/5/2022 e concluso ao gabinete em 8/3/2023.
2. O propósito recursal consiste em decidir se o cancelamento da distribuição do processo impõe ao autor a obrigação de arcar com os ônus de sucumbência, notadamente quando haja citação e manifestação da contraparte.
3. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional, de súmula ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, “a”, da CF/88.
4. O cancelamento da distribuição, a teor do art. 290 do CPC/15, prescinde da citação ou intimação da parte ré, bastando a constatação da ausência do recolhimento das custas iniciais e da inércia da parte autora, após intimada, em regularizar o preparo.
5. A extinção do processo sem resolução do mérito com fundamento nos arts. 290 e 485, IV, do CPC/15, em virtude do não recolhimento das custas iniciais, não implica a condenação do autor ao pagamento dos ônus sucumbenciais, ainda que, por error in procedendo, haja sido determinada a oitiva da contraparte.
6. Hipótese em que a autora, ora recorrente, pleiteou, em sua petição inicial, a concessão da gratuidade de Justiça, sendo que após o indeferimento da medida, seja pelo Juízo de primeiro grau, seja pelo Tribunal, seria imprescindível a intimação para recolher as custas iniciais e, comprovada a sua inércia, a extinção do processo sem resolução do mérito por ausência de pressuposto processual, sem condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais, ante o cancelamento da distribuição.
7. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido para afastar a condenação da recorrente ao pagamento de honorários sucumbenciais.

(REsp n. 2.053.571/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 16/5/2023, DJe de 25/5/2023.)
Apelação cível. Ação de busca e apreensão. Determinação. Recolhimento das custas iniciais. Inércia. Extinção do processo sem resolução do mérito. Intimação pessoal. Desnecessidade. Sentença mantida. Recurso desprovido.
O descumprimento da determinação de recolhimento das custas iniciais implica em extinção da ação sem julgamento do mérito, por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo.
A intimação pessoal do autor só é exigível em caso de sentença de extinção fundada nos incisos II e III do artigo 485 do CPC.
APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7000538-26.2021.822.0004, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, Data de julgamento: 16/08/2021
Ante o exposto, por ausência de pressupostos processuais, EXTINGO o feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, IV do CPC.
Transcorrido o prazo para interposição de recurso voluntário, arquivem-se os autos com baixa.
P.R.I.
Porto Velho,RO, 17 de julho de 2023
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juíza de Direito
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo: 7044358-36.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Rescisão / Resolução, Promessa de Compra e Venda
AUTOR: ROSSELINE TEIXEIRA DE SOUSA
ADVOGADO DO AUTOR: RENATO HEITOR SILVA VILAR, OAB nº TO8049
REU: RESIDENCIAL BELMONT EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos,
1. Nos termos do art. 99, §2º, CPC, fica intimado o autor para juntar (i) comprovante de tentativa de resolução extrajudicial e (ii) comprovantes de rendimentos do núcleo familiar (contracheque/holerite/IRPF/extratos bancários e etc) e de despesas, atualizados, para aferição da condição de hipossuficiência, ou, querendo, recolha desde logo 1% do valor da causa, conforme art. 12 da Lei de Custas do TJRO. Ressalte-se que a custa inicial adiada, somente deverá ser recolhida, caso não haja acordo na audiência inicial.
Prazo de 15 dias, sob pena de extinção e revogação da tutela de urgência.
Findo prazo, conclusos para despacho-emendas.
2. Sem prejuízo da emenda, passo à análise do pedido urgente assim formulado:
"[...] o deferimento, em sede liminar, da TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA, com amparo no poder geral de cautela, determinando a cessação do contrato, a suspensão do pagamento das parcelas vencidas e vincendas, que a parte Requerida não efetue qualquer tipo de cobrança judicial ou extrajudicial em nome da parte Requerente, bem como impossibilite a parte Requerida de efetuar quaisquer restrições em nome da parte Requerente junto aos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), em caso de descumprimento."
Prevê o art. 300 do CPC que a tutela de urgência pode ser concedida quando da existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano/risco ao resultado útil do processo.
No que tange ao primeiro requisito, entendo que a probabilidade do direito é inquestionável. Da mesma forma que a parte autora quis contratar com a parte requerida, também pode querer desfazê-lo livremente (direito potestativo/princípio da autonomia da vontade), arcando, claro com as consequências contratuais assumidas.
À propósito:
"EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C INDENIZAÇÃO - CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL - TUTELA DE URGÊNCIA - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DAS PARCELAS VINCENDAS E ABSTENÇÃO DE NEGATIVAÇÃO - REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC - PRESENÇA. A concessão da tutela de urgência, disciplinada no artigo 300 do Código de Processo Civil, deve ser analisada mediante a verificação dos requisitos da probabilidade do direito invocado e do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Sendo expresso o interesse da parte Autora em rescindir o contrato de compra e venda firmado com a Ré, não há que se falar em manter a exigibilidade das parcelas vincendas, até mesmo porque eventual valor a ser retido pela vendedora já se encontra em sua posse, nisto residindo a probabilidade do direito. O risco de dano grave e de difícil reparação, por sua vez, está no fato de que a manutenção da exigibilidade das parcelas irá compelir a compradora a desembolsar um grande numerário para o cumprimento de uma obrigação que provavelmente será desfeita ao final do processo.(TJ-MG - AI: 05536791520238130000, Relator: Des.(a) Mônica Libânio, Data de Julgamento: 13/07/2023, 11ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 14/07/2023)."
"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.
1. "A despeito do caráter originalmente irretratável da compra e venda no âmbito da incorporação imobiliária (Lei 4.591/1964, art. 32, §2º), a jurisprudência do STJ, anterior à Lei 13.786/2018, de há muito já reconhecia, à luz do Código de Defesa do Consumidor, o direito potestativo do consumidor de promover ação a fim de rescindir o contrato e receber, de forma imediata e em pagamento único, a restituição dos valores pagos, assegurado ao vendedor sem culpa pelo distrato, de outro lado, o direito de reter parcela do montante (Súmula 543/STJ)" - (REsp 1723519/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/08/2019, DJe 02/10/2019).
2. A Segunda Seção desta Corte, no julgamento do Resp nº 1.723.519/SP, em 28/08/2019, de relatoria da Ministra Maria Isabel Gallotti, reafirmou a orientação pela adoção de um padrão-base de cláusula penal - retenção de 25% dos valores pagos - nos casos de desistência imotivada pelo comprador de imóvel, em que o acórdão recorrido não menciona qualquer circunstância específica apta a justificar a redução do parâmetro jurisprudencial, isto é, aquém do percentual de 25%. Precedentes.
3. A jurisprudência desta Corte Superior é assente em afirmar que, em caso de rescisão de contrato de compra e venda de imóvel, a correção monetária das parcelas pagas, para efeitos de restituição, incide sobre cada desembolso.

4. Agravo interno desprovido.
(AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.987.552/RJ, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 27/6/2022, DJe de 30/6/2022.)"
" Apelação cível. Rescisão contratual. Multa. Valor Exorbitante. Redução. Recurso desprovido.
Com relação à rescisão contratual, verifica-se que ninguém pode ser obrigado a permanecer vinculado a contrato que não mais lhe interessa, entretanto, há de serem observadas as consequências jurídicas decorrentes do ato.
Como é sabido, a cláusula penal tem natureza acessória, por meio do qual as partes determinam previamente uma sanção de natureza civil, com o objetivo de garantir o cumprimento da obrigação principal.
O art. 412 do CC disciplina que o valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal, fato que ocorreu no caso dos autos, havendo necessidade de adequação. Recurso desprovido. (APELAÇÃO CÍVEL 7026379-37.2018.822.0001, Rel. Des. Rowilson Teixeira, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 1ª Câmara Cível, julgado em 19/01/2022.)"
" Agravo de instrumento. Rescisão contratual. Tutela de urgência de natureza antecipada. Negativação nos órgãos de proteção ao crédito. Abstenção. Possibilidade. Bloqueio de valores. Ausência de requisitos.
Tratando-se de ação que visa à rescisão contratual de consórcio, é possível a concessão de tutela de urgência para que a requerida se abstenha de inserir o nome da autora nos órgãos de proteção ao crédito enquanto pendente de solução o litígio.
Para que se efetue o bloqueio de valores em tutela de urgência inaudita altera pars, é necessário que esteja devidamente demonstrado o direito alegado e o perigo de dano decorrente da não concessão. (AGRAVO DE INSTRUMENTO 0800932-34.2021.822.0000, Rel. Juiz Aldemir de Oliveira, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 1ª Câmara Cível, julgado em 29/04/2021.)"
" Agravo de instrumento. Ação de rescisão de contrato. Atraso na entrega da obra. Pedido de suspensão do pagamento das parcelas vincendas e vedação da inscrição do nome em cadastros de inadimplentes. Requisitos do artigo 300 do CPC. Preenchidos. Recurso provido
Afigura-se cabível a concessão da tutela de urgência requerida pela agravada, estando configurados, na hipótese vertente, os requisitos necessários para tanto, consoante o disposto no art. 300 do CPC. (AGRAVO DE INSTRUMENTO 0803418-26.2020.822.0000, Rel. Des. Hiram Souza Marques, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Cível, julgado em 26/03/2021.)"
"PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESCISÃO DE CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. TUTELA DE URGÊNCIA. PEDIDO DE SUSPENSÃO DA COBRANÇA DAS PARCELAS AJUSTADAS. TUTELA ANTECIPADA DEFERIDA. 1. A tutela de urgência antecipada, estabelecida no art. 300 do Código de Processo Civil, permite ao Poder Judiciário proteger direitos em vias de serem molestados. A concessão antecipada da tutela exige plausibilidade do direito alegado pela parte recorrente e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. 2. Sendo inequívoca a intenção de o promissário comprador rescindir o contrato de promessa de compra e venda, não é razoável que continue a pagar as parcelas vincendas. Ainda que a culpa pela rescisão contratual não esteja evidenciada, não se justifica a permanência dos efeitos do contrato a ser extinto. 3. Agravo de Instrumento conhecido e provido. Unânime. (TJ-DF 07121670720218070000 DF 0712167-07.2021.8.07.0000, Relator: FÁTIMA RAFAEL, Data de Julgamento: 14/07/2021, 3ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 28/07/2021 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)."
Por sua vez, o perigo de dano também está comprovado na medida em que a justificativa para rescisão é onerosidade das parcelas (página 3/13-id. 93375430).
Assim, DEFIRO PARCIALMENTE a tutela de urgência - pedido "e", para: (i) suspender a exigibilidade das parcelas vincendas, a partir desta decisão; (ii) que a requerida abstenha-se de: (a) efetuar qualquer cobrança judicial/extrajudicial em nome de ROSSELINE TEIXEIRA DE SOUSA - CPF 071.803.466-08 , referente ao contrato n. 42/636-0072, id. 93375435; (b) inscrevê-lo em Órgãos de Proteção ao Crédito, sob pena de multa no valor de R$ 1.000,00 por cada ato.
Intime-se com urgência.
REU: RESIDENCIAL BELMONT EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, AVENIDA CARLOS GOMES 981, - DE 969 A 1223 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76801-123 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho 17 de julho de 2023
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br 7034303-26.2023.8.22.0001
Monitória
AUTOR: RONALDO HEBERSON SITTA
ADVOGADO DO AUTOR: THAIS DE SOUZA SITTA, OAB nº RO13273
REU: RD ENGENHARIA LTDA.
REU: RD ENGENHARIA LTDA.
DESPACHO
A parte Autora comprovou o recolhimento das custas iniciais no importe de R$ 162,19, conforme ID 91976076/91976077, todavia, o referido valor se refere a apenas 1% do valor da causa.
O artigo 12, inciso I, da Lei Estadual n. 3896/2016, dispõe que as custas iniciais são devidas no montante de 2% sobre o valor da causa, no momento da distribuição, ficando 1% adiado para até 5 dias depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo.
Considerando que o presente feito não é caso de designação de audiência preliminar, se faz necessário que a parte autora proceda a complementação das custas iniciais, devendo considerar o montante de 2% sobre o valor da causa.
Assim, determino que no prazo de 5 dias, proceda a parte Autora a complementação das custas iniciais, uma vez ter recolhido apenas o importe de 1% sobre o valor causa, montante abaixo do que preceitua o artigo 12, inciso I, da Lei Estadual n. 3896/2016, sob pena de indeferimento da inicial.
Decorrido o prazo, tornem os autos conclusos.

SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juíza de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo: 7066392-39.2022.8.22.0001
Assunto: Esbulho / Turbação / Ameaça
Classe Processual: Reintegração / Manutenção de Posse
REQUERENTE: ISABEL RAMOS FERREIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: WILLYAN COSTA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERIDO: VAGNER BOSCATO DE ALMEIDA, OAB nº RO6737
SENTENÇA
Vistos, etc.
I - RELATÓRIO
Trata-se de ação de reintegração de posse proposta por REQUERENTE: ISABEL RAMOS FERREIRA em desfavor de REQUERIDO: WILLYAN COSTA DA SILVA.
A autora sustenta, em síntese, que é legítima possuidora do terreno situado na rua Tiradentes, esquina com a rua Airton Sena (rua do laticínio), s/n, em frente ao comercial Vida e Luz, zona rural, no distrito de Rio Pardo, pertencente ao município de Porto Velho-RO, medindo 15x60m, avaliado em aproximadamente R$ 130.000,00, o qual teria adquirido em novembro/2015. Afirma a autora que, apesar de não residir no local, sempre cuidou do terreno, mantendo-o limpo e, inclusive, perfurou um poço amazonas para futuramente construir uma casa para residir no local.
Segundo a autora, no início do mês de setembro de 2021, em razão de problemas de saúde, necessitou se mudar para a capital, assim, o imóvel ficou desocupado, mas sempre que possível ia até o local para garantir sua manutenção. A autora relata ainda que, em que pese os cuidados despendidos, em 30.05.2022, o requerido teria invadido o local, começando a limpar o terreno e derrubar várias árvores frutíferas. Afirma a autora que, em razão da invasão e ameaças, acionou a polícia e registrou o boletim de ocorrências n° 109/293/2022. Por fim, pede liminarmente a reintegração da posse do imóvel. No mérito, requer a concessão da gratuidade da justiça e a confirmação da liminar, com a consequente reintegração de posse do imóvel. Junta documentos.
Deferido os benefícios da justiça gratuita e indeferida a tutela de urgência (ID 81464790).
Audiência de conciliação infrutífera (ID 83805370).
Citado (ID 82048431), o requerido apresenta contestação (ID 84627550). Argui preliminar de inépcia da inicial. No mérito, sustenta que adquiriu o imóvel em 2011, através de contrato de compra e venda realizado com a Sra. Leidelane Simonceles dos Santos, pelo valor de R$ 49.500,00, sendo pago entrada de R$ 7.500,00 e o restante em 26 parcelas de R$ 2.000,00. Afirma que, não ameaçou a autora e nem teria invadido terreno de sua propriedade. Sustenta o requerido ainda que, a autora embasa suas alegações em recibo no valor de R$ 1.500, pagos para a Sra. Márcia de Fátima P. de Souza. Formula, por fim, pedido para ser acatada a preliminar suscitada e improcedência da ação. Junta documentos.
Réplica (ID 86423411).
Instadas (ID 88009320), a parte autora requerer a expedição de mandado de constatação dos lotes envolvidos e a produção de prova testemunhal (ID 88296731). O requerido postula pela produção de prova testemunhal (ID 88483205).
É o relatório. DECIDO.
II - FUNDAMENTAÇÃO
DO JULGAMENTO ANTECIPADO
Indefiro o pedido da parte autora para expedição de mandado de constatação dos lotes envolvidos, tendo em vista que é de responsabilidade da parte autora discriminar/identificar o lote que considera como sendo seu.
O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento para a produção de novas provas.
Ademais, o Excelso Supremo Tribunal Federal já de há muito se posicionou no sentido de que a necessidade de produção de prova em audiência há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado da lide implique em cerceamento de defesa. A antecipação é legítima se os aspectos decisivos da causa estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do magistrado (RTJ 115/789).
As provas produzidas nos autos não necessitam de outras para o justo deslinde da questão, nem deixam margem de dúvida. Por outro lado, "o julgamento antecipado da lide, por si só, não caracteriza cerceamento de defesa, já que cabe ao magistrado apreciar livremente as provas dos autos, indeferindo aquelas que considere inúteis ou meramente protelatórias" (STJ.- 3ª Turma, Resp 251.038/SP, j. 18.02.2003, Rel. Min. Castro Filho).
Sobre o tema, já se manifestou inúmeras vezes o Colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no exercício de sua competência constitucional de Corte uniformizadora da interpretação de lei federal:
"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESOLUÇÃO DE CONTRATO. INEXECUÇÃO NÃO DEMONSTRADA. PROVA NÃO PRODUZIDA. DESNECESSIDADE. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA 07/STJ. 1. Não configura o cerceamento de defesa o julgamento da causa sem a produção de prova testemunhal ou pericial requerida. Hão de ser levados em consideração o princípio da livre admissibilidade da prova e do livre convencimento do juiz, que, nos termos do art. 130 do Código de Processo Civil, permitem ao julgador determinar as provas que entende necessárias à instrução do processo, bem como o indeferimento daquelas que considerar inúteis ou protelatórias. Revisão vedada pela Súmula 7 do STJ. 2. Tendo a Corte de origem firmado a compreensão no sentido de que existiriam nos autos provas suficientes para o deslinde da controvérsia, rever tal posicionamento demandaria o reexame do conjunto probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental não provido." (AgRg no Ag 1350955/DF, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 18/10/2011, DJe 04/11/2011).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS Á EXECUÇÃO DE TÍTULO CAMBIAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CARACTERIZADO. I - Para que se tenha por caracterizado o cerceamento de defesa, em decorrência do indeferimento de pedido de produção de prova, faz-se necessário que, confrontada a prova requerida com os demais elementos de convicção carreados aos autos, essa não só apresente capacidade potencial de demonstrar o fato alegado, como também o conhecimento desse fato se mostre indispensável à solução da controvérsia, sem o que fica legitimado o julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, I, do Código de Processo Civil." (STJ-SP- 3 a Turma, Resp 251.038 – Edcl no AgRg, Rel. Min. Castro Filho)

Consoante os Julgados acima expostos, nos quais espelho meu convencimento da desnecessidade da produção de prova diante da suficiência de todas aquelas acostadas aos autos, passo ao julgamento da causa.

DA PRELIMINAR

Afasto a preliminar de inépcia da inicial por ausência de documentos essenciais para o deslinde do feito, porquanto que entendo que os documentos juntados aos autos encontram-se legíveis, bem como constam o necessário para análise do pedido.

Presentes as condições da ação e pressupostos processuais, ausentes impedimentos, passo à análise do mérito.

DO MÉRITO

Trata-se de ação de reintegração de posse na qual se discute a posse do imóvel descrito na inicial.

A ação possessória é a via legal para aquele que detém a posse exerça o direito de preservá-la contra aquele que a ameaça ou de que este pratique algum esbulho.

Nas referidas ações, portanto, cabe à demandante comprovar que exercia ou exerce algum dos poderes típicos da propriedade, para que seja reconhecido como possuidor e, consequentemente, que tenha tido sua posse esbulhada.

Portanto, claramente o cerne de uma ação possessória é a proteção da posse, que se trata de uma situação de fato que a pessoa exerce sobre a coisa, ou seja, a efetiva utilização do bem pelas partes, a disposição física deste, não se discutindo a sua propriedade. Neste sentido:

Reintegração de posse. Requisitos. Posse anterior. Esbulho. Não comprovados. Improcedência. Mantida. Tratando-se de reintegração de posse, cabe à parte postulante demonstrar a sua posse (anterior), o esbulho e a data em que foi dela privado por violência. Não o fazendo, a proteção possessória pretendida não merece amparo, devendo ser mantida a sentença de improcedência. (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7014545-08.2016.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 30/11/2021) - Grifei.

Reintegração de posse. Esbulho. Melhor posse. Ausente a prova do efetivo exercício da posse sobre o imóvel pelo autor, não há que se falar em reintegração, sobremodo quando os documentos apresentados demonstram apenas a propriedade do bem, fato irrelevante na ação possessória. (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7004488-18.2018.822.0014, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 25/11/2021) - Grifei.

Saliento ainda que em sede de ações possessórias não cabe discussão de limites, muito menos questões documentais ou de regularização fundiária. Neste sentido:

Processo civil. Apelação. Manutenção de posse. Prova da posse e da turbação. Procedência da proteção possessória. Discussão sobre limites do imóvel. Não cabimento. Recurso não provido. Comprovada a posse e a turbação praticada pelo réu, a proteção possessória impõe-se. A elucidação das metragens, limites e confrontações do imóvel em questão reclama ação apropriada de ampla dilação probatória, não sendo cabível dirimir as incongruências suscitadas pelas partes em sede de ação possessória. Recurso não provido. (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7006604-87.2019.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Sansão Saldanha, Data de julgamento: 06/10/2021) - Grifei.

Tal entendimento vem do fato de que discordâncias quanto ao direito de propriedade propriamente dito, inclusive sobre desmembramento ou demarcação de área, devem ser objeto de discussão em processo em que se debata o domínio, não havendo de se falar em ampliação do debate da demanda possessória para tais pontos, pois haveria o desvirtuamento do procedimento e dos limites das ações possessórias.

Pois bem. No caso em apreço, segue-se a regra, quanto a distribuição do ônus probatório, do disposto no art. 373 do CPC, qual seja, cabe à parte demandante a demonstração do fato constitutivo do seu direito e a parte requerida a comprovação de fato impeditivo, extintivo ou modificativo do direito do autor.

A parte autora alega que teve seu lote invadido pelo requerido, o que foi constatado no dia 30.05.2022. A parte requerida, por sua vez, alega que o imóvel é de sua propriedade desde o ano de 2011.

Para se entender melhor o instituto possessório da reintegração de posse, é preciso analisar o dispositivo que o regulamenta, sendo que o art. 1.210, do Código Civil, estipula que: "O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado".

Importante ressaltar ainda que, de acordo com o § 2º do mesmo dispositivo "Não obsta à manutenção ou reintegração de posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa."

É sabido que, para a procedência da ação possessória, deve-se identificar com clareza na prova, os requisitos do artigo 1.210 e seguintes do CC, cumulado com os arts. 560 e 561 do CPC, quais sejam a posse anterior, o esbulho praticado pelo réu, e a perda efetiva da posse, tratando-se de reintegração especificamente. Como menciona expressamente o dispositivo, esta prova incumbe à parte autora.

Com base nos referidos requisitos legais, passo a analisar as provas dos autos:

Como prova do esbulho praticado pela requerida, a autora colacionou aos autos a cópia do Boletim de Ocorrência (ID 81440391), que narra que em 30.05.2022, o referido lote foi invadido. No tocante a prova da posse, a autora junta recibo e certidão informativa (ID 81440389).

Na contestação a parte requerida se insurgiu contra a acusação, alegando que adquiriu o imóvel anos antes da autora e apresenta cadeia dominial até chegar a sua propriedade. Em que pese o reconhecimento de firma do contrato de compra e venda (ID 84628326) do requerido ter ocorrido após a propositura da ação.

Assim, as provas trazidas aos autos não é capaz de comprovar que a parte autora é a legitima possuidora do imóvel.

Ademais, a prova da posse é condição essencial (obrigatória) para a procedência do pedido de reintegração. Nesse sentido se firma o Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. REQUISITOS DO ARTIGO 927 DO CPC. AUSÊNCIA DE PROVA. HIPÓTESE DE IMPROCEDÊNCIA.CARÊNCIA DE AÇÃO. AFASTAMENTO.1. Não tendo os autores da ação de reintegração se desincumbido do ônus de provar a posse alegada, o pedido deve ser julgado improcedente e o processo extinto com resolução de mérito. 2. Recurso especial conhecido e provido.(REsp 930.336/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/02/2014, DJe 20/02/2014) (Grifei).

Assim, não demonstrados os requisitos exigidos pelo art. 561 do Código de Processo Civil, a improcedência da demanda é medida que se impõe.

Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.

No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).

O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.

III - DISPOSITIVO

Posto isto e por tudo o mais que consta nos autos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e, por conseguinte, CONDENO a parte autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa atualizado, nos termos do artigo 85, §2°, do CPC, observadas as circunstâncias da gratuidade judiciária.

Via de consequência, EXTINGO o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.

Advirta-se que eventual oposição de embargos meramente protelatórios ensejarão a aplicação de multa, a teor do art. 1.026, § 2°, do CPC.

Havendo apelação antes do trânsito em julgado e antes de iniciado eventual pedido de cumprimento da sentença, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias (CPC, artigo 1.010, § 1º). Com as contrarrazões ou certificado o decurso do prazo sem a respectiva apresentação, remetam-se os autos à instância superior para juízo de admissibilidade e eventual julgamento do recurso (CPC, artigo 1.010, § 3º).

Com o trânsito em julgado desta sentença ou do eventual acórdão que a confirme e após intimadas as partes e nada sendo requerido, arquive-se.

Sentença encaminhada automaticamente para publicação no DJe.

P.R.I.

Porto Velho17 de julho de 2023

Juliana Couto Matheus Maldonado Martins

Juíza de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO

Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo: 7044186-94.2023.8.22.0001

Classe: Procedimento Comum Cível

Assunto: Imputação do Pagamento

AUTOR: ASSOCIACAO DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES DO EX TERRITORIO FEDERAL DE RONDONIA - ASPOMETRON

ADVOGADOS DO AUTOR: ALAN DE ALMEIDA PINHEIRO DA SILVA, OAB nº RO7495, MARIA MARLENE DE ALMEIDA SILVA, OAB nº RO4241A, ANANIAS PINHEIRO DA SILVA, OAB nº RO1382

REU: JURANDIR CARLOS DA SILVA JUNIOR

REU SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO

Vistos,

1. Custas iniciais recolhidas em 1% sobre o valor da causa (ID 93340936).

2. Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer(em) à audiência de conciliação por videoconferência de acordo com os arts. 1º do Ato conjunto n. 4/2023-PR-CGJ e inciso IV, §1º, art. 3º da Resolução 354/2020-CNJ, devendo as partes se fazer(em) acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º).

AO CARTÓRIO: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE. Após, certifique-se, intime-se a parte autora via Sistema Eletrônico, e encaminhando como anexo à parte requerida.

A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC/2015).

O prazo para contestar, 15 dias, fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º).

A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: https://pjepg.tjro.jus.br/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23071416360044600000089582760 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça).

Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Av. Governador Jorge Teixeira, n. 1722, Porto Velho/RO (horário das 7:30 às 13:30) ou em seu site https://www.defensoria.ro.def.br/ e contatos ali disponíveis como 9 9243-8461 (fone e what's app) e 9 9273-1658 (fone e what's app), horário das 7:30 às 13:30, ou em seu plantão 9 9208-4629.

Este despacho servirá como carta/mandado/ofício/carta precatória, assim, neste ato, vossa senhoria está sendo citada para comparecer à audiência e apresentar sua defesa, ficando advertidas as partes que o não comparecimento na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º). Adverte-se a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC/2015).

3. Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para manifestar-se em réplica, no prazo de 15 dias.

4. Após, autorizo que à CPE proceda a intimação de ambas as partes, no prazo de 05 dias, para que digam se pretendem produzir provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
5. Sem pedido de especificação de provas, volvam conclusos para julgamento; se efetuado pedido de produção de provas, volvam conclusos para saneador.
REU: JURANDIR CARLOS DA SILVA JUNIOR, RUA BUENOS AIRES 2946, - DE 2763/2764 A 3204/3205 EMBRATEL - 76820-878 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho 17 de julho de 2023
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br Processo: 7011053-61.2023.8.22.0001
Assunto: Rescisão / Resolução
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: Condominio Brisas do madeira
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: SARA DICIANA CAMILO ARARIPE, OAB nº RO10253, DANIEL CAMILO ARARIPE, OAB nº RO2806
EXECUTADO: IVANILDA DE SOUZA ANDRADE
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Trata-se de Execução de Título Extrajudicial proposta por Condominio Brisas do madeira em desfavor de IVANILDA DE SOUZA ANDRADE.
Isso posto, regularizado o instrumento, lícito o objeto e as partes capazes, sem vício de vontade aparente na formalização e efetivação da transação, HOMOLOGO, para que surta os efeitos legais, o acordo entabulado entre as partes ID 93297305, que se regerá pelas cláusulas e condições ali expostas.
Via de consequência, nos termos dos artigos 487, III, "b" e 924, inciso III do CPC, julgo extinta a presente ação.
No sentido de que com a homologação do presente acordo forma-se um título executivo judicial, que poderá ser executado nos termos do art. 523 e art. 924, inciso II, ambos do CPC/2015, desnecessária a suspensão do feito.
É de se considerar que se o requerido deixar de efetuar o pagamento das parcelas, basta o autor pedir o desarquivamento, informar tal circunstância nos autos e requerer a execução da sentença que homologou o acordo entabulado.
Com fulcro no artigo 8º, inciso III da Lei Estadual n. 3.896/2016, isento as partes do pagamento de custas finais.
A presente decisão transita em julgado na data da publicação, uma vez que a manifestação da parte implica renúncia tácita ao prazo recursal.
P. R. I
Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, Tel Central Atend (Seg a sex, 8h-12h): 69 3309-7000/7002 e 98487-9601

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo: 7043693-54.2022.8.22.0001
Assunto: Prestação de Serviços
Classe Processual: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: MARIA FERNANDES DA COSTA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SABRINA PUGA, OAB nº RO4879
EXECUTADO: ASSOCIACAO DOS SUBTENENTES E SARGENTOS DA POLICIA MILIT
ADVOGADO DO EXECUTADO: ARCELINO LEON, OAB nº RO991
DESPACHO
Vistos,
Necessária a intimação pessoal da parte executada acerca do presente cumprimento de sentença, nos termos do art. 513, II, § 4º, do CPC, haja vista que a sentença em execução teve seu trânsito em julgado em 25.07.2018 (ID 79252711).
Art. 513. O cumprimento da sentença será feito segundo as regras deste Título, observando-se, no que couber e conforme a natureza da obrigação, o disposto no Livro II da Parte Especial deste Código.
(...)
§ 2º O devedor será intimado para cumprir a sentença:
II - por carta com aviso de recebimento, quando representado pela Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos, ressalvada a hipótese do inciso IV;
(...) § 4º Se o requerimento a que alude o § 1º for formulado após 1 (um) ano do trânsito em julgado da sentença, a intimação será feita na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço constante dos autos, observado o disposto no parágrafo único do art. 274 e no § 3º deste artigo.
Intime-se a parte executada, por carta com aviso de recebimento, nos termos do despacho ID 89028505.
Intime-se, expedindo-se o necessário.

SERVE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA
Porto Velho17 de julho de 2023
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo: 7042689-45.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Erro Médico
AUTOR: BEATRIZ VIANA DA SILVA FONTENELE
ADVOGADO DO AUTOR: ANA CLAUDIA MIRANDA MAGALHAES, OAB nº MT29097O
REU: RAYSSA CALZAVARA FERNEDA SCHITTINI, BRADESCO SAUDE S/A, INSTITUTO EDUCACAO E TERAPIAS INTEGRADAS LTDA
ADVOGADO DOS REU: PROCURADORIA BRADESCO SAÚDE S/A
DECISÃO
Vistos,
1. À luz do documento id. 93039621 INDEFIRO a gratuidade da justiça. No prazo de até 15 dias, recolha-se a custa inicial - 1% do valor da causa, sob pena de extinção. Ressalte-se que a custa inicial adiada, também em 1%, somente será recolhida, caso não haja acordo entre as partes na solenidade inicial.
1.1. Recolhida, cumpra-se item abaixo, ou conclusos para extinção.
2. Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer(em) à audiência de conciliação por videoconferência de acordo com os arts. 1º do Ato conjunto n. 4/2023-PR-CGJ e inciso IV, §1º, art. 3º da Resolução 354/2020-CNJ, devendo as partes se fazer(em) acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º).
AO CARTÓRIO: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE. Após, certifique-se, intime-se a parte autora via Sistema Eletrônico, e encaminhando como anexo à parte requerida.
A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC/2015).
O prazo para contestar, 15 dias, fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º).
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam usando o código:93039310 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça).
Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Bairro Pedrinhas, Porto Velho/RO (horário das 7:30 às 13:30) ou em seu site https://www.defensoria.ro.def.br/ e contatos ali disponíveis como 9 9243-8461 (fone e what's app) e 9 9273-1658 (fone e what's app), horário das 7:30 às 13:30, ou em seu plantão 9 9208-4629.
Este despacho servirá como carta/mandado/ofício/carta precatória, assim, neste ato, vossa senhoria está sendo citada para comparecer à audiência e apresentar sua defesa, ficando advertidas as partes que o não comparecimento na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º). Adverte-se a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC/2015).
3. Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para manifestar-se em réplica, no prazo de 15 dias.
4. Após, autorizo que à CPE proceda a intimação de ambas as partes, no prazo de 05 dias, para que digam se pretendem produzir provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
5. Sem pedido de especificação de provas, volvam conclusos para julgamento; se efetuado pedido de produção de provas, volvam conclusos para saneador.
REU: RAYSSA CALZAVARA FERNEDA SCHITTINI, AVENIDA ROGÉRIO WEBER 2621, - DE 2396/2397 A 2643/2644 CAIARI - 76801-160 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, BRADESCO SAUDE S/A, AV. 7 DE SETEMBRO 711, RUA BARÃO DE ITAPAGIPE 225 CENTRO - 20261-901 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, INSTITUTO EDUCACAO E TERAPIAS INTEGRADAS LTDA, ROGERIO WEBER 2621, - DE 2396/2397 A 2643/2644 CAIARI - 76801-160 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho 17 de julho de 2023
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA DE PORTO VELHO/RO
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Processo nº: 7044204-18.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível Assunto: Fornecimento de Energia Elétrica
AUTOR: JOAO ALTAIR MARIANO PINTO
ADVOGADO DO AUTOR: DAYANE MODESTO DE BRITO, OAB nº RO10447
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos,

1. A parte Autora pretende o deferimento dos benefícios da gratuidade da justiça sob o argumento de não possuir condições financeiras para arcar com as custas processuais.
A simples afirmação da parte de que não possui condições de arcar com o pagamento das custas processuais não é suficiente para a concessão da assistência judiciária gratuita, existindo a necessidade da comprovação do estado de hipossuficiência para sua concessão, conforme previsão contida no art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal.
Ademais, o Código de Processo Civil em seu art. 99, § 2º, diz que não se convencendo o juiz de que a parte faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar que esta comprove o preenchimento dos referidos pressupostos antes de indeferir o pedido.
Diante do exposto, DETERMINO:
a) a emenda da inicial para que a parte Autora demonstre a referida incapacidade financeira, bem como comprove renda familiar, mediante a apresentação de comprovantes de rendimentos e gastos do grupo familiar, e cópia da carteira de trabalho da sua genitora, bem como, outros documentos que achar pertinentes que atestem suas alegações, no prazo de 15 (quinze) dias;
b) caso não atendido o item anterior, no mesmo prazo de 15 (quinze) dias, a comprovação do recolhimento das custas.
2. Após conclusos para despacho-emendas.
3. Sem prejuízo da emenda ora determinada, passo à análise do pedido urgente.
Trata-se de AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO C/C PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ajuizada por JOÃO ALTAIR MARIANO PINTO em desfavor de ENERGISA RONDÔNIA S/A.
Requer em tutela de urgência: “a concessão da tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC, face o desequilíbrio contratual, a impossibilidade de arcar com R$ 1.578,88 mais o consumo mensal, o que conforme demonstrado acima gira em torno de R$ 238,08 (duzentos e trinta e oito reais e oito centavos), totalizando um gasto mensal de R$ 1.816,96 (um mil oitocentos e dezeseis e noventa e seis centavos), neste sentido, em sede cognição sumária, robustos elementos para que se restabeleça a energia elétrica, para que possa cumprir suas obrigações com a Requerida.”
Nos termos do artigo 300 do CPC, a tutela de urgência poderá ser concedida à evidência de elementos que indiquem probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
No caso concreto, o autor confessa ter ajustado termo de confissão de dívida que foi parcelada em 60 parcelas de R$ 1.578,88 + consumo do mês e que a partir de abril/2023 não conseguiu honrar com o compromisso. Aliado a isso, conforme cláusula terceira, id. 93049669, eventual inadimplência ensejaria a suspensão do fornecimento de energia elétrica cujo alerta de “reaviso” constou nas faturas de Abril, Maio e Junho.
Desta feita, em sede de cognição sumária, reputo ausente a plausibilidade do direito e como consequência, INDEFIRO a tutela de urgência.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juíza de Direito

Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo: 7003531-80.2023.8.22.0001
Assunto: Atraso de vôo, Cancelamento de vôo
Classe Processual: Procedimento Comum Cível
Valor da causa: R$ 10.000,00
AUTOR: HAABE NEVES DE LIMA
ADVOGADO DO AUTOR: DIELSON RODRIGUES ALMEIDA, OAB nº RO10628
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADOS DO REU: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
SENTENÇA
Vistos etc,
I - RELATÓRIO
HAABE NEVES DE LIMA ajuizou AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS em face de AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS, partes qualificados nos autos.
Narra a autora, em síntese, que adquiriu passagens aéreas junto à empresa requerida, para embarcar no dia 29/12/2022, saindo de Porto Velho-RO às 03:00h com destino a Guarulhos-SP e previsão de chegada no mesmo dia, no entanto, seu voo foi cancelado, por motivos técnicos operacionais da aeronave. Discorre que somente foi avisada, poucos minutos antes de chegar no aeroporto às 01h10min.
Segundo a genitora ela foi informada que o seu próximo voo sairia no mesmo dia, sem saber o que fazer, a requente aceitou as informações, mesmo esperando mais de 15 horas para chegar ao seu destino final. Assim, a parte autora percebeu que minutos antes de chegar no aeroporto recebeu e-mail da requerida Azul em que foi comunicado que seu voo seria cancelado, e mesmo com esse aviso com antecedência, alega que lhe causou prejuízos. Ao final, pugna pela condenação da parte ré ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R$10.000,00. Junta documentos.

Audiência de conciliação infrutífera (id. 88468156)

Citada, a parte ré contestou (id. 89124444). A requerida, inicialmente aduziu que não cometeu ato ilícito, pois o atraso ocorreu por causa da reestruturação da malha aérea, todas as alterações foi de modo seguro e eficiente para o transporte dos passageiros. Sustenta ter informado para o autor, por meio de e-mail, e deu a opção de rejeitá-los e ter os valores reembolsados, mas o autor escolheu a reacomodação, defende não ter havido comprovação dos danos sofridos. Postula a improcedência do pedido.

Réplica (id: 89763786),

Intimados para se manifestarem a respeito de provas a produzir (id. 90047062), as partes informaram não terem outras provas a produzir (id's 90052117 e 90314320).

Manifestação do Ministério Público (id.91032638).

O julgamento foi convertido em diligência e a requerida apresentou informações

Em seguida, vieram os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

Sendo despicienda a dilação probatória, ante a existência de elementos probatórios a ensejar o julgamento, procedo ao julgamento antecipado, conforme art. 355, I, CPC.

Autor vem a juízo alegando ter sofrido danos morais por ter esperado seu voo por mais de 15 horas.

Sendo a relação jurídica de consumo cuja responsabilidade civil é objetiva, compete à parte requerida cumprir o ônus previsto no art. 14 do CDC:

"Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

[...]

§ 3° O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro."

Pelo que comprovado, id. 93063564, o autor sabia da alteração do voo além do que, em razão de pedido do núcleo familiar, (Evelin, João Pedro e Maria Adelaide), houve reacomodação (art, 12, Res. 400 ANAC) do voo para a empresa GOL sendo cumprido o contrato de transporte aéreo (pág. 3/4 - id. 93063564)

Assim sendo, reputo inexiste ato ilícito a ensejar reparação por danos morais de modo que o pedido formulado na inicial não merece acolhimento.

A propósito:

"DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO. TRANSPORTE AÉREO. ATRASO DE VOO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DISSABOR. ABORRECIMENTO. DANO MORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. Não configura dano moral indenizável, por si só, o cancelamento de voo e atraso por cerca de 3 horas, quando evidenciado que a empresa aérea promoveu a assistência devida à passageira, na espécie, a reacomodação em voo de outra companhia aérea no mesmo dia, e a consumidora não comprovou a ocorrência de abalo extrapatrimonial.(TJ-RO - AC: 70090345320218220001 RO 7009034-53.2021.822.0001, Data de Julgamento: 27/09/2021)."

"Apelação cível. Ação de indenização. Alterações de voo. Consumidor informado com antecedência. Cumprimento do art. 12 da Resolução nº 400 da ANAC. Dano moral não configurado.De acordo com o art. 12 da Resolução nº 400/2016 da ANAC, é obrigação da companhia aérea informar o passageiro acerca da alteração do voo 72 horas antes da data do voo original, sendo que, se a alteração for superior a 30 minutos em voos domésticos, a companhia precisa oferecer as opções de reembolso integral da passagem ou reacomodação em outro voo (própria empresa ou outra companhia aérea) para o mesmo destino na primeira oportunidade, ou em voo da própria empresa, o que foi integralmente cumprido pela empresa requerida.O dano moral que gera o dever de indenizar é aquele que extravasa o campo dos meros aborrecimentos, percalços e pequenas ofensas. O mero incômodo e o desconforto de algumas circunstâncias em razão da vida em sociedade não servem para a concessão de indenização.A reparação não é fim, mas mero meio de reprimenda, repito, àqueles que violaram através de um ato ou fato a honra, moral ou boa fama do lesado, não podendo ou mesmo devendo aquele que vindica pela restauração daqueles atributos, tê-los como meio e finalidade objetiva única e primacial, o de obtenção de ganho patrimonial puro, assim se entender, constitui-se em gravosa violação aos ditames legais.O que gera direito à reparação é o efetivo dano moral consistente em constrangimento ou em outro tipo de sofrimento, o que não foi demonstrado no caso em julgamento. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7034856-15.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator (a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 23/04/2021. (TJ-RO - AC: 70348561520198220001, Relator: Des. Rowilson Teixeira, Data de Julgamento: 23/04/2021)."

"RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS.TRANSPORTE AÉREO. ATRASO DE VOO DOMÉSTICO (LATAM 3012). ATRASO INFERIOR A 4 (QUATRO) HORAS. PERDA DE CONEXÃO. DANO MORAL QUE NÃO DECORRE DO PRÓPRIO FATO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. OFENSA A DIREITO DA PERSONALIDADE NÃO DEMONSTRADA. REACOMODAÇÃO DO PASSAGEIRO PROMOVIDA PELO TRANSPORTADOR COM DIFERENÇA DE TRÊS HORAS EM RELAÇÃO AO VOO ORIGINAL. OBSERVÂNCIA DOS DEVERES ESTABELECIDOS PELA RESOLUÇÃO 400/2016 PARA A HIPÓTESE DE ATRASO DE VOO. RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 2ª Turma Recursal - 0011074-98.2018.8.16.0034 - Piraquara - Rel.: Juiz Helder Luis Henrique Taguchi - J. 13.08.2019)(TJ-PR - RI: 00110749820188160034 PR 0011074-98.2018.8.16.0034 (Acórdão), Relator: Juiz Helder Luis Henrique Taguchi, Data de Julgamento: 13/08/2019, 2ª Turma Recursal, Data de Publicação: 13/08/2019)."

Isto posto, com fulcro no art. 487, I, CPC, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL formulado por HAABE NEVES DE LIMA em desfavor de AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS e extingo o feito com resolução de mérito.
Pela sucumbência, condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários sucumbenciais que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, conforme art. 85, §2º, CPC.
Com o trânsito em julgado, custas recolhidas ou inscritas em dívida ativa, arquivem-se.
Apresentado recurso de Apelação, intime-se a parte apelada para, querendo, apresentar contrarrazões e findo prazo de 15 dias, encaminhe-se os autos ao TJRO.
Se apresentado requerimento de cumprimento de sentença, intime-se a parte sucumbente, sem nova conclusão, conforme art. 33, XIX, das DGJ/TJRO.
PRI
Porto Velho 17 de julho de 2023
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br 7035232-59.2023.8.22.0001
AUTOR: FRANCINEIDE BEZERRA MENDES DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: JOSE CARLOS GONCALVES DA SILVA, OAB nº DF56765
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
SENTENÇA
Trata-se de ação previdenciária de auxilio doença/aposentadoria por invalidez ajuizada por AUTOR: FRANCINEIDE BEZERRA MENDES DE SOUZA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Afirma que, em virtude de acidente de trabalho em 30.12.2018, recebeu o benefício de auxílio doença até o dia 24.06.2019, o qual não fora prorrogado pelo INSS, mesmo permanecendo incapacitada.
Determinada emenda à inicial para que a autora comprove o interesse de agir, com o requerimento administrativo, bem como que comprove a hipossuficiência alegada (ID 91968943).
A parte autora apresentou petição (ID 92362997), juntando o indeferimento do pedido, ocorrido em 26.09.2019, no entanto, não houve recurso administrativo (ID 92362998).
É o relatório necessário. DECIDO.
É cediço que a concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise.
Analisando a documentação que instruiu o feito, nota-se que a data de cessação do benefício cujo restabelecimento a parte autora pretende é anterior ao período de 04 (quatro) anos que antecedeu a propositura da ação. Assim, considerando que a situação fática no caso dos benefícios previdenciários baseados na incapacidade é extremamente instável, já que a maioria das enfermidades mostra-se de natureza progressiva, entendo que aceitar requerimento administrativo formulado anteriormente ao lapso ainda há pouco assinalado, acaba, em verdade, por não configurar adequadamente nos autos o interesse de agir da parte autora.
Nesse sentido:
E M E N T A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO ANTIGO. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO MANTIDA. ARTIGO 46 DA LEI N. 9.099/95. (TRF-3 - RI: 50002399520224036314, Relator: FLAVIA DE TOLEDO CERA, Data de Julgamento: 19/12/2022, 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, Data de Publicação: 21/01/2023)
Sendo assim, pautando-me pelo princípio da razoabilidade, penso que quando o interregno que separa a cessação administrativa do benefício e a propositura da ação é superior ao período de 02 (dois) anos, é quase que certa a alteração daquele estado de saúde da parte autora que gerou o indeferimento na via administrativa, de sorte que essa nova realidade dos fatos deve ser, primeiramente, submetida à análise do ente autárquico, por meio da formulação de um novo requerimento administrativo, para, então, somente depois, caso haja novo indeferimento, ser objeto de postulação judicial
Posto isso, INDEFIRO A INICIAL COM EXTINÇÃO do feito sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso I, c/c artigo 330, inciso IV ambos do CPC.
Sem custas e sem honorários.
Sentença publicada e registrada automaticamente no PJe.
Arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br
Processo n. 7020645-32.2023.8.22.0001
Classe Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto Alienação Fiduciária
AUTOR: A. C. F. E. I. S.
ADVOGADOS DO AUTOR: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
REU: L. F. P. L.
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária proposta por A. C. F. E. I. S. em desfavor de L. F. P. L., em que o requerido teria firmado com a parte autora contrato de financiamento para aquisição de um veículo dado em garantia.
Foi determinada no id. 91324607 a intimação da parte autora para emendar a inicial e comprovar a regular constituição em mora da parte requerida. Em resposta, a requerente requereu prazo em razão de tratativas de acordo, sendo concedido prazo de 10 dias para juntada de termo de acordo, todavia, o prazo decorreu in albis.
É o relatório. DECIDO.
É sabido que o artigo 2º, §2º do Decreto-Lei n. 911/69, exige para a busca e apreensão a comprovação da mora do devedor, o que se faz por mera carta com aviso de recebimento, conforme entendimento consolidado por meio da Súmula n. 72 do STJ "A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente."
Em relação ao ato ser realizado por email, os tribunais de justiça enfrentaram o tema aduzindo ser incabível ante a não previsão legal:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - CONSTITUIÇÃO DA MORA - NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL ENVIADA VIA EMAIL – MEIO INIDÔNEO – MORA NÃO CONFIGURADA – FALTA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO – PROTESTO POR EDITAL - NÃO ESGOTAMENTO DOS MEIOS PARA LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR – DETERMINAÇÂO DE EMENDA Á INICIAL PELO JUIZ SINGULAR– ART. 321 DO CPC - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.A comprovação da mora é requisito indispensável para a ação de busca e apreensão do bem objeto do contrato de alienação fiduciária, nos termos da Sum. n. 72, do Superior Tribunal de Justiça. A remessa de mensagem eletrônica através de "e-mail registrado" não atende aos requisitos do artigo 2º, § 2º, do DL911/69 à validade da comprovação da mora. Legislação específica que expressamente exige, ao menos, a remessa de carta, com aviso de recebimento, ao endereço do fiduciante. Segundo a jurisprudência, um pressuposto para a aceitação da notificação por edital, é a demonstração do esgotamento dos meios possíveis que para localização da parte devedora, o que não ficou comprovado no caso em tela, além de sua realização após a propositura ação.(TJ-MT 10044424320228110000 MT, Relator: NILZA MARIA POSSAS DE CARVALHO, Data de Julgamento: 29/03/2022, Primeira Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 31/03/2022)."
"AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0018876-86.2021.8.17.9000 ÓRGÃO JULGADOR: 1ª Câmara Cível RELATOR:Desembargador Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima JUIZ PROLATOR:Lecicia Sant'Anna da Costa – 2ª Vara da Comarca de Cabrobó AGRAVANTE:Aymore CFI AGRAVADO:José Francisco dos Santos EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL POR EMAIL. IMPOSSIBILIDADE. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, órgão encarregado da uniformização e estabilização do Direito federal, se firmou no sentido de que a mora do devedor de dívida garantida por alienação fiduciária pode ser comprovada mediante carta com aviso de recebimento, sendo facultada a assinatura do recebedor por terceiro, ou seja, prescinde a entrega pessoal. 2. O decreto-lei 911/69 não autoriza a notificação extrajudicial por email. 3. Agravo de Instrumento a que se nega provimento. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos do agravo de instrumento nº 0018876-86.2021.8.17.9000, acordam os Desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade dos votos, notas taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado, por unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso, nos termos do voto do Relator Desembargador Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima. Recife, Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima Desembargador Relator(TJ-PE - AI: 00188768620218179000, Relator: FABIO EUGENIO DANTAS DE OLIVEIRA LIMA, Data de Julgamento: 30/07/2022, Gabinete do Des. Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima (1ª CC))."
"Apelação cível. Ação de busca e apreensão. Comprovação da mora. Notificação extrajudicial. Endereço eletrônico (e-mail). Insuficiente. Indeferimento da inicial. Sentença mantida. Recurso não provido. A constituição da mora é requisito essencial para o ajuizamento da ação de busca e apreensão, a rigor do artigo 2º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69. A notificação enviada por e-mail não está legalmente prevista, razão pela qual não há como considerar válida a constituição em mora do devedor. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7046162-10.2021.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 09/05/2022 "
"Alienação fiduciária. Busca e apreensão. Comprovação da mora da ré. Ausência. Notificação encaminhada por "email registrado". Ação julgada extinta, sem julgamento de mérito, por ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, art. 485, I do NCPC. Apelação do autor. Alegação de que a constituição em mora decorre do simples vencimento da dívida. Pretensão ao reconhecimento de validade da notificação extrajudicial encaminhada ao devedor, via "email": Impossibilidade. Exigência de juntada do comprovante de entrega da notificação extrajudicial no endereço do réu. Ausência de previsão legal no sentido de permitir o encaminhamento da notificação extrajudicial via correio eletrônico. Mora não caracterizada. Sentença mantida. Recurso improvido.(TJ-SP - AC: 10022225420198260099 SP 1002222-54.2019.8.26.0099, Relator: Francisco Occhiuto Júnior, Data de Julgamento: 27/11/2019, 32ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 27/11/2019)"
Com efeito, à vista dos fundamentos supramencionados, o feito deve ser extinto.

Ante o exposto, INDEFIRO A INICIAL e, por consequência, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, o que faço com base nos artigos 485, I, c/c 330, IV, do Novo Código de Processo Civil, a fim de que surta os jurídicos e legais efeitos daí decorrentes.
Condeno a parte autora ao pagamento de custas processuais cujo pagamento deverá ocorrer em até 15 dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa.
Em caso de interposição de apelação subam os autos ao TJRO.
Pagas as custas, ou protestadas e inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, arquivem-se os autos oportunamente.
Após o trânsito em julgado, não havendo pendências, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo: 7003098-76.2023.8.22.0001
Assunto: Atraso de vôo, Dever de Informação, Práticas Abusivas
Classe Processual: Procedimento Comum Cível
AUTOR: JOAQUIM BRAGA COENGA
ADVOGADOS DO AUTOR: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO, OAB nº RO4783, RAISSA OLIVEIRA ANDRADE, OAB nº RO9712A
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADOS DO REU: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
SENTENÇA
Vistos etc,
Em razão da quitação integral do débito e pedido de expedição de alvará, EXTINGO o feito com fundamento nos artigos 924, II e 925 do CPC.
Expedi alvará eletrônico em favor da advogada do autor, conforme procuração id. 86054874, para saque do valor depositado diretamente na agência 2848-CEF, no prazo de até 30 dias, sob pena de transferência à conta centralizadora.
Apure-se o recolhimento das custas finais.
Oportunamente, arquivem-se.
Porto Velho17 de julho de 2023.
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 3ª Vara Cível Processo: 0000605-08.2010.8.22.0001
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Locação de Móvel
Valor da causa: R$ 3.649,75
EXEQUENTE: H. TELECOM SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES MACRO CELULAR AVANÇADO - SIMCA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES, OAB nº RO4594
EXECUTADO: CONSORCIO COMERCIAL DA CAERD - QUALICOM
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos,
Conforme decisão anterior, id. 92528768, ante o não levantamento do valor depositado, procedi transferência à conta centralizadora, conforme anexo.
Retorne-se ao arquivo.
Porto Velho 17 de julho de 2023
Juliana Couto Matheus Maldonado Martins
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh3civelgab@tjro.jus.br

4ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7039238-12.2023.8.22.0001
Classe Procedimento Comum Cível
Assunto Imissão
AUTOR: EFSON FERREIRA DOS SANTOS RODRIGUES
ADVOGADO DO AUTOR: EFSON FERREIRA DOS SANTOS RODRIGUES, OAB nº RO4952
REU: ALEXANDRE PAULO VAZ DA SILVA JUNIOR
REU SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Trata-se de pedido cautelar incidental em que o demandante EFSON FERREIRA DOS SANTOS RODRIGUES sustenta ser o real proprietário do imóvel discutido na ação de n. 7007861-62.2019.8.22.0001.
Ao verificar os referidos autos, constatei que houve alteração do polo passivo da ação, inclusive fazendo constar o Sr. Edson naquela demanda como assistente litisconsorcial, razão pela qual entendo ser desnecessária a distrIbuição de demanda cautelar autônoma, visando discutir situação que já está sendo debatida nos autos principais.
Destaco, inclusive, que as situações discutidas nesta cautelar são idênticas àquelas levantadas nos autos principais, razão pela qual entendo que há desnecessidade de prosseguimento do presente feito, devendo a petição inicial apresentada pelo Sr. Edson ser trasladada aos autos principais n. 7007861-62.2019.8.22.0001 para que seja ali decidido qualquer eventualidade acerca da real propriedade do imóvel em debate.
Ante o exposto, indefiro a petição inicial, nos termos do art. 330, inciso III, em virtude da inadequação da via eleita.
Traslade-se cópia da petição inicial para os autos n. 7007861-62.2019.8.22.0001.
Sem custas e honorários.
Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
SOPHIA VEIGA DE ASSUNÇÃO
Juiz(a) Substituta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7041677-93.2023.8.22.0001
Classe Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto Alienação Fiduciária
AUTOR: B. H. S.
ADVOGADOS DO AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, PROCURADORIA DO BANCO HONDA S/A
REU: P. P. C. S. F.
REU SEM ADVOGADO(S)
Vistos
1 - Custas processuais iniciais (2%) recolhidas. A CPE, se necessário, vincule as custas a estes autos.
2 - Diante da argumentação apresentada pelo autor e a documentação colacionada, vislumbro os requisitos legais previstos no art. 3º do Dec. lei 911/69. Assim, determino liminarmente a busca, apreensão e vistoria do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, depositando-se o bem em mãos do representante legal do autor, com a ressalva de que o veículo não deverá ser retirado da Comarca até a consolidação da posse.
3 - Determino também a citação da requerida para, em 05 (cinco) dias, comprovar o pagamento integral da dívida pendente, sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§ § 1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
4 - Comprovado o pagamento, o requerente deverá restituir o veículo ao requerido, comprovando nos autos.
No prazo de 15 (quinze) dias a contar da execução da liminar o devedor fiduciante poderá apresentar contestação (art. 3º, §3º do Dec. lei 911/69).
5 - Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias, indicar novo endereço para que a relação jurídico-processual seja estabelecida (art. 240, § 2º, NCPC), sob pena de extinção e arquivamento do feito por ausência de pressuposto processual de existência.
6 - Em caso de inércia do causídico da parte autora/exequente, intime-se, o autor/exequente pessoalmente, para, no mesmo prazo acima indicado, constituir novo advogado e dar andamento ao feito, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo conforme disposto no conforme art. 485, III, §1º NCPC.
7 - Defiro os benefícios contidos no § 2º do art. 212 do Novo Código de Processo Civil.
8 - Indefiro o pedido de tramitação do feito sob segredo de justiça, por não vislumbrar motivo hábil a justificar a mitigação ao princípio da publicidade previsto na Carta Magna. Afinal, a medida liminar será cumprida sem oitiva da parte demandada, comando que, por si só, é suficiente para preservar os interesses da instituição financeira.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juíza Substituta

VIAS DESTA DECISÃO SERVIRÃO COMO MANDADO
NOME: P. P. C. S. F. (qualificação completa nos autos)
ENDEREÇO: Na petição inicial
OBSERVAÇÃO: Em razão da nova Lei Geral de Proteção de dados, não serão divulgados dados pessoais e/ou sensíveis, tais como qualificação e endereço das partes. Todos os endereços apresentados nos autos, deverão ser diligenciados.
FINALIDADE: Proceda o Senhor Oficial de Justiça a BUSCA E APREENSÃO E VISTORIA do veículo a saber: Marca/Modelo: HYUNDAI, Fab/Mod: HB20s Comfort Plus 1.6 16V AT, Cor: Branco, Chassi: 9BHBG41DBHP716058, Placa: NCS-6271, Renavan: 1107728808, que se encontra em poder e guarda da parte requerida, passando-o ao representante legal do autor. Ato contínuo, CITE-SE a parte requerida, oportunizando que pague a dívida pendente ou conteste a ação, no prazo legal.
Advertência: Caso a parte requerida queira impedir a consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem pelo Credor Fiduciário, deverá comprovar o pagamento integral da dívida pendente, no prazo de 05 (cinco) dias, da data de cumprimento da liminar. O prazo para contestar será de 15 (quinze) dias, contado da juntada do mandado nos autos do processo. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiro os fatos articulados pela parte autora.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br Número do processo: 7033545-81.2022.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: EIDE DA COSTA PASSOS
ADVOGADOS DO REQUERENTE: RAFAEL VIEIRA, OAB nº RO8182, IDALMA GABRYELY MARTINS SILVA DE SOUZA, OAB nº RO10321
Polo Passivo: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA, SUPER PAGAMENTOS
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: NEY JOSE CAMPOS, OAB nº SP44243, ELAINE MORAES MATTA, OAB nº RJ166703, AILTON ALVES FERNANDES, OAB nº GO16854A, BRUNO HENRIQUE GONCALVES, OAB nº MS20732, PROCURADORIA BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., PROCURADORIA DA ADMINSTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Vistos.
Trata-se de ação indenizatória por danos morais onde foi realizado o pagamento do valor devido pela parte requerida por meio de depósito judicial, de forma que já houve a expedição de alvará judicial em favor da parte autora.
De acordo com a certidão de evento anterior, o valor depositado judicialmente já foi levantado pela parte (ID 93154794).
Nestes termos, como a controvérsia foi solucionada e já houve demonstração de pagamento por parte da requerida, bem como já foi sinalizado nos autos o levantamento do alvará judicial expedido em favor da parte autora, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, considerando portanto, a satisfação do crédito por meio do pagamento comprovado nos autos, fazendo-o com base no art. 924, II, do CPC.
Em razão da extinção do feito, DETERMINO que a CPE verifique a existência e providencie a baixa de eventuais restrições no SERASA, SPC, SERASAJUD, BACENJUD, RENAJUD e CARTÓRIO(S) DE PROTESTO. Além disso, determino ainda que a CPE verifique se há custas finais pendentes de recolhimento, devendo realizar a intimação da parte devedora para, no prazo de 15 dias, realizar o pagamento devido, sob pena de posterior inscrição em dívida ativa.
Caso exista algum bem fisicamente penhorado, fica automaticamente liberado, independentemente de documento oficial ou cumprimento de diligência.
Publique-se.
Registre-se.
Intimem-se.
Após, arquive-se os autos independentemente de trânsito em julgado.
Cumpra-se servindo a presente como mandado/carta de intimação/carta precatória para seu cumprimento.
Porto Velho/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Sophia Veiga de Assunção
Juíza Substituta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7052702-45.2019.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Juros
EXEQUENTE: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JUCIMARA DE SOUZA CAMPOS, OAB nº RO1064, CAMILA GONCALVES MONTEIRO, OAB nº RO8348, CAMILA BEZERRA BATISTA, OAB nº RO7212, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO, OAB nº RO796, SAMIR RASLAN CARAGEORGE, OAB nº RO9301
EXECUTADOS: ALINE TAKAHASHI SANTANA, ANTONIO DE FREITAS MARINHO, MANOEL CIRINEO CAMILO FREITAS
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DIOGO MORAIS DA SILVA, OAB nº RO3830, THAISE ROBERTA OLIVEIRA ALVAREZ, OAB nº RO9365

SENTENÇA
Vistos.
Homologo o acordo celebrado entre ALINE TAKAHASHI SANTANA (ID 92730744), para que produza seus efeitos jurídicos e legais e, em consequência, com fundamento no artigo 487, III, b do NCPC, JULGO EXTINTO o presente feito movido por SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA em face de ALINE TAKAHASHI SANTANA.
Custas finais, se houver, serão arcadas pela devedora, conforme deliberado no acordo.
Defiro o pedido de a expedição de ofício às concessionárias de serviço público e telefonia, pela via postal, para que informem endereço atualizado do executado ANTONIO DE FREITAS MARINHO. Porém, o envio dos ofícios deverá se dar por iniciativa da própria interessada, cumprindo a ela providenciar o encaminhamento das comunicações, com prazo de 15 dias para resposta das entidades destinatárias. Posteriormente, também no lapso temporal de 15 dias, deverá a credora juntar aos autos as respostas a tais ofícios. Serve a presente decisão como AUTORIZAÇÃO para a diligência retrocitada.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Cumpra-se. Nada mais havendo, arquive-se.
Porto Velho/RO, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Número do processo: 7016358-65.2019.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LAZARO PONTES RODRIGUES, OAB nº BA39590
Polo Passivo: GLEICIANE CECILIA MARQUES DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos,
Trata-se de pedido de expedição de ofício ao INSS para pesquisa de uma eventual fonte pagadora junto ao CPF do executado, GLEICIANE CECILIA MARQUES DA SILVA.
Defiro o pedido postulado pela parte autora, desde que recolhidas as custas da diligência (cód. 1007), uma vez que a nova sistemática adotada pelo Código de Processo Civil/2015, com base no princípio da cooperação judicial, bem como na eficácia, celeridade, solidez e segurança, evidencia a necessidade de se buscar a localização do requerido/executado nos sistemas informatizados, bem como nos cadastros públicos.
Com o recolhimento das custas, oficie-se ao INSS solicitando informações indicadas.
Custas recolhidas no ID 91781714.
Faça constar no ofício que a resposta poderá ser encaminhada tanto por email: 4civelcpe@tjro.jus.br, quanto por carta ar para o endereço: Av. Pinheiro Machado, 777, bairro Olaria - Porto Velho/RO.
Com a resposta junte-se o ofício nos autos e intime-se o exequente para dizer o que pretende em termos de prosseguimento do feito, em até 15 (quinze) dias.
Cumpra-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso: 7031561-33.2020.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: CONDOMINIO AGUAS DO MADEIRA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, TIAGO BARBOSA DE ARAUJO, OAB nº RO7693, TASSIA MARIA ARAUJO RODRIGUES, OAB nº RO7821, NELSON SERGIO DA SILVA MACIEL JUNIOR, OAB nº RO4763, MARIANA CORREIA DA SILVA GANANCA, OAB nº RO6672
EXECUTADO: KHRYS STEFANNY GUEDES DA SILVA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Realizada a consulta via sistema Sisbajud, esta restou infrutífera, pois não foram encontrados valores em nome do executado.
Intime-se o exequente também para, querendo, apresentar cálculo atualizado da dívida e indicar bens à penhora, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de imediata suspensão do feito.
Se houver interesse em proceder às pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do Juízo, apresente a parte exequente, no mesmo prazo, o comprovante de pagamento de taxa referente à cada diligência requerida, nos termos da Lei n. 3.896, de 24/08/2016, artigo 2º, VIII, e 17, publicada no DOE N. 158 de 24/08/2016, sob pena de arquivamento.
Decorrido o prazo sem manifestação, desde já, determino a suspensão da execução por 1 (um) ano, nos termos do art. 921, III, § 1º, do NCPC.

A suspensão correrá em arquivo provisório.
Decorrido o prazo de suspensão de um ano e independente de nova intimação, o feito permanecerá arquivado, passando a correr o prazo de prescrição intercorrente (art. 921, §2º) imediatamente, cujo desarquivamento ficará condicionado a demonstração de efetiva alteração da condição econômica do executado.
Decorrido o prazo prescricional sem manifestação, desarquivem-se e intimem-se as partes, por meio de seus patronos se houver, para que se manifestam quanto a prescrição, no prazo de 15 dias, conforme determina o art. 921, §5º, do CPC.
Na hipótese da parte não ser assistida por advogado, expeça-se carta com aviso de recebimento sem mão próprias. Retornando o expediente infrutífero por qualquer motivo, expeça-se edital.
Após, retornem os autos conclusos para extinção.
Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso: 7010333-94.2023.8.22.0001
Classe: Monitória
Assunto: Cédula de Crédito Comercial
AUTOR: AGROMOTORES MAQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: DANILO CARVALHO ALMEIDA, OAB nº RO8451
REU: ULISSES DA COSTA SILVA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Ante o pedido da parte, foi solicitada a pesquisa de endereços on-line no(s) CPF/CNPJ da(s) parte(s) requerida(s) e após o decurso do prazo, o(s) sistema(s) SISBAJUD/RENAJUD apresentou/apresentaram a(s) resposta(s) que consta na tela comprobatória, anexa a esta decisão.
Conforme o resultado anexo, a CPE deverá proceder da seguinte forma:
1- Intimar a parte interessada a se manifestar sobre o(s) resultado(s) da(s) pesquisa(s) de endereço(s) realizada(s), no prazo de 5(cinco) dias.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/ NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO.
Porto Velho/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso: 7084925-46.2022.8.22.0001
Classe: Monitória
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, PROCURADORIA DA SICOOB AMAZÔNIA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA
REU: COMERCIO GENTIL GONCALVES EIRELI - ME
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Ante o pedido da parte, foi solicitada a pesquisa de endereços on-line no(s) CPF/CNPJ da(s) parte(s) requerida(s) e após o decurso do prazo, o(s) sistema(s) SISBAJUD/INFOJUD apresentou/apresentaram a(s) resposta(s) que consta na tela comprobatória, anexa a esta decisão e nos IDs 91262075 e 91262074 .
Conforme o resultado anexo, a CPE deverá proceder da seguinte forma:
1- Intimar a parte interessada a se manifestar sobre o(s) resultado(s) da(s) pesquisa(s) de endereço(s) realizada(s), no prazo de 5(cinco) dias.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/ NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO.
Porto Velho/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br Número do processo: 7027211-94.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível

Polo Ativo: MARIA DE NAZARE QUEIROZ FERNANDES
ADVOGADO DO AUTOR: ALESSANDRA LIMA NEVES TABOSA, OAB nº RO8435
Polo Passivo: BANCO C6 CONSIGNADO S.A.
ADVOGADOS DO REU: FELICIANO LYRA MOURA, OAB nº AC3905, PROCURADORIA DO BANCO C6 CONSIGNADO S/A
DESPACHO
Intimem-se as partes para que essas informem, no prazo de dez dias, se pretendem produzir provas, devendo justificar a necessidade de cada pleito.
16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4ª Vara Cível PROCESSO: 7026504-63.2022.8.22.0001
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES, OAB nº RO4594, PROCURADORIA DA ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO CIDADÃO DE RONDÔNIA - ACRECID
EXECUTADOS: R B VIEIRA, RAFAELA BARBOSA VIEIRA, ANDERSON BARBOSA VIEIRA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: MARCOS ANTONIO SILVA PEREIRA, OAB nº RO367A
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: MARCOS ANTONIO SILVA PEREIRA, OAB nº RO367A
Decisão/Ordem de Pagamento
Vistos.
Trata-se de execução de título executivo extrajudicial em que as partes foram devidamente citadas.
Deferida o consulta por meio de SISBAJUD, foram penhorados valores da parte executada Rafaela Barbosa Vieira.
Intimada no endereço constante nos autos, a executada não foi encontrada.
Com fundamento no art. 274, parágrafo único do CPC, reconheço a validade da intimação ficta da parte executada e defiro o pedido de levantamento dos valores constantes nos autos em favor da advogada da parte exequente, conforme procuração ID 75831961.
Nesta data, EXPEDI ORDEM JUDICIAL ELETRÔNICA (alvará eletrônico) ao banco, em favor da exequente e/ou de seu(s) advogado(s) constituído(s) para levantamento dos valores depositados em juízo, com as devidas correções/rendimentos/atualizações monetárias, devendo a instituição financeira zerar e encerrar as contas.
Favorecido do alvará eletrônico:
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 4.692,03 KARINA DA SILVA SANDRES 42047390249 1793767 - 7 Sim Banco do Brasil S.A. (001) Ag.: 01023 C.: 71269-8
Após o levantamento dos valores, e nada requerido em cinco dias, volvem os autos conclusos para extinção.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Número do processo: 7043795-81.2019.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: FRIRON - COMERCIO, DISTRIBUICAO E REPRESENTACAO DE FRIOS RONDONIA LTDA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: BRUNA VITÓRIA RAUTA FREITAS BARBOSA SCRUPAK, OAB nº RO11725, BRUNO TRAJANO PINTAR, OAB nº RO7533
Polo Ativo: LOPES MENDONCA COMERCIO LTDA - ME
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Intime-se o exequente para promover o andamento do feito em 15 dias, sob pena de arquivamento dos autos.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Número do processo: 7052037-58.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADOS DO REQUERENTE: IHGOR JEAN REGO, OAB nº PR8546, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
Polo Passivo: ZILDA DA CRUZ DE LIMA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Vistos,

De acordo com o art. 921 do CPC, a execução poderá ser suspensa quando o executado não possuir bens penhoráveis, a fim de que a parte exequente diligencie no intuito de encontrar bens passíveis de satisfazer o crédito exequando.
Como nos autos foram realizadas diversas diligências na busca de bens da parte executada, as quais restaram todas infrutíferas, determino a suspensão da execução por 1 (um) ano, nos termos do art. 921, III, § 1º, do NCPC.
Assim, a suspensão correrá em arquivo provisório.
Decorrido o prazo de suspensão de um ano e independente de nova intimação, o feito permanecerá arquivado, passando a correr o prazo de prescrição intercorrente (art. 921, §2º) imediatamente, cujo desarquivamento ficará condicionado à demonstração de efetiva alteração da condição econômica do executado.
Decorrido o prazo prescricional sem manifestação, desarquivem-se e intimem-se as partes, por meu de seus patronos se houver, para que se manifestam quanto à prescrição, no prazo de 15 dias, conforme determina o art. 921, §5º, do CPC.
Na hipótese da parte não ser assistida por advogado, expeça-se carta com aviso de recebimento sem mão próprias. Retornando o expediente infrutífero por qualquer motivo, expeça-se edital.
Após, retornem os autos conclusos para extinção.
Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso: 7010559-70.2021.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária, Liminar
APELANTE: MARIO CELIO DO CARMO TRINDADE
ADVOGADO DO APELANTE: FELIPE GOES GOMES DE AGUIAR, OAB nº RO4494
APELADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO APELADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Trata-de de processo de acidente de trabalho proposto contra o INSS.
O feito foi julgado parcialmente procedente por este Juízo, no qual foi determinada a implantação do auxílio-doença em favor da parte autora.
O requerente, no entanto, apresentou recurso de apelação, requerendo que fosse reconhecida a aposentadoria por invalidez ou, alternativamente, fosse concedido auxílio-acidente.
Em julgamento no TJRO foi reconhecido de ofício a incompetência da justiça Estadual para o julgamento do presente feito, visto que o entendimento emanado foi no sentido de que não havia relação entre a lesão apresentada pela parte autora e a atividade laboral.
A Justiça Federal, entretanto, não se reconheceu como competente e levantou conflito negativo de competência.
Após, o Superior Tribunal de Justiça prolatou decisão reconhecendo a competência do Juízo Estadual para o julgamento do feito.
Verificando-se que já houve o esgotamento da prestação judicial de primeiro grau, cabendo apenas a análise meritória da apelação interposta, determino nova remessa dos autos ao Tribunal de Justiça de Rondônia, com as nossas homenagens de estilo.
Porto Velho/RO, domingo, 16 de julho de 2023
SOPHIA VEIGA DE ASSUNÇÃO
Juiz(a) Substituta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Número do processo: 7023608-23.2017.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: Einstein Instituição de ensino Ltda. EPP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: IGOR JUSTINIANO SARCO, OAB nº RO7957
Polo Passivo: RAMON BARATA LEITE
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
De acordo com o art. 921 do CPC, a execução poderá ser suspensa quando o executado não possuir bens penhoráveis, a fim de que a parte exequente diligencie no intuito de encontrar bens passíveis de satisfazer o crédito exequando.
Como nos autos foram realizadas diversas diligências na busca de bens da parte executada, as quais restaram todas infrutíferas, determino a suspensão da execução por 1 (um) ano, nos termos do art. 921, III, § 1º, do NCPC.
Assim, a suspensão correrá em arquivo provisório.
Decorrido o prazo de suspensão de um ano e independente de nova intimação, o feito permanecerá arquivado, passando a correr o prazo de prescrição intercorrente (art. 921, §2º) imediatamente, cujo desarquivamento ficará condicionado a demonstração de efetiva alteração da condição econômica do executado.
Decorrido o prazo prescricional sem manifestação, desarquivem-se e intimem-se as partes, por meu de seus patronos se houver, para que se manifestam quanto à prescrição, no prazo de 15 dias, conforme determina o art. 921, §5º, do CPC.

Na hipótese da parte não ser assistida por advogado, expeça-se carta com aviso de recebimento sem mão próprias. Retornando o expediente infrutífero por qualquer motivo, expeça-se edital.
Após, retornem os autos conclusos para extinção.
Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
SOPHIA VEIGA DE ASSUNÇÃO
Juiz(a) Substituta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Número do processo: 7010895-74.2021.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: Einstein Instituição de ensino Ltda. EPP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: IGOR JUSTINIANO SARCO, OAB nº RO7957
Polo Ativo: MARCIANA LAURINDO
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)

Despacho
Indefiro o pedido da autora de expedição de ofício às empresas, potenciais prestadoras de serviço ao requerido, uma vez que cabe à parte as diligências para promover a citação.
Intime-se para, em 5 dias, promover o andamento do feito, sob pena de extinção por falta de pressupostos processuais.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7043056-69.2023.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Cédula de Crédito Comercial
EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL LAGOA AZUL
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JEANDERSON LUIZ VALERIO ALMEIDA, OAB nº RO6863, MATHEUS LIMA DE MEDEIROS, OAB nº RO10795, BRUNO PAIVA OLIVEIRA, OAB nº RO8056
EXECUTADO: JOSIAS ALVES DE ANDRADE
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
1 - A lei possibilita o recolhimento de apenas 1% do valor no momento da distribuição da ação e o diferimento do 1% remanescente para após a audiência de conciliação, caso não reste frutífera.
Essa sistemática, contudo, aplica-se tão somente aos processos sob a égide do rito comum, vez que não há previsão de audiência obrigatória para os processos de execução de título extrajudicial ou procedimentos especiais.
Assim, sendo, determino à parte autora que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, acostando aos autos o comprovante de recolhimento das custas iniciais, uma vez que estas devem perfazer o quantum de 2% (dois por cento) incidentes sobre o valor da causa, devendo ser respeitado o valor mínimo previsto na Lei de Custas (art.12, §1º, Lei 3.896/2016).
1.1 - Decorrido in albis, o que deverá ser devidamente certificado, voltem os autos conclusos para sentença de extinção.
1.2 - Comprovado o recolhimento, a CPE deverá cumprir os demais itens da presente decisão.
2 - Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (art. 829 do NCPC).
Caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º, do NCPC).
Saliento que, a teor do art. 915, do NCPC, eventual defesa através de embargos deverá ser oferecida no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 231 do NCPC.
3 - Desde já defiro eventual pedido de expedição de certidão nos moldes do art. 828 do CPC, desde que o exequente comprove o recolhimento da taxa (cód. 1007) para confecção da mesma. A CPE poderá ainda, intimar o exequente para prestar informações complementares.
4 - Na hipótese do executado residir em comarca diversa desta, e por se tratar de Execução de Título Extrajudicial por quantia certa em que a própria lei determina que a citação deverá ser feita por mandado (Ar. 829, §1º, NCPC), desde já defiro a expedição de carta precatória.
Sendo necessário a expedição e distribuição de carta precatória dentro do estado de Rondônia, esta será realizada pela CPE após o comprovante de pagamento da diligência. Realizada a distribuição de carta precatória, intime-se o advogado do seu número, uma vez que este deverá acompanhar sua tramitação.
Na hipótese do executado residir em comarca de outro estado, a CPE fará a expedição da carta precatória e intimará o advogado para distribuí-la e comprovar a sua distribuição nestes autos no prazo de 30 (trinta) dias.
5 - Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte autora apresentar novo endereço sob pena de extinção e arquivamento.
Cumpridas as determinações acima, retornem-me os autos conclusos.

O prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
Intime-se. Cumpra-se.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
NOME: JOSIAS ALVES DE ANDRADE(qualificação completa nos autos)
ENDEREÇO: Na petição inicial
OBSERVAÇÃO: Em razão da nova Lei Geral de Proteção de dados, não serão divulgados dados pessoais e/ou sensíveis, tais como qualificação e endereço das partes. Todos os endereços apresentados nos autos, deverão ser diligenciados.
FINALIDADE: Pagar em 03 (três) dias, a importância de R$ 1.820,21 mil, oitocentos e vinte reais e vinte e um centavos, acrescido de 10% (dez por cento) de honorários advocatícios, ou nomear bens à penhora, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados tantos bens quantos bastem a integral quitação do débito. E, querendo, poderá apresentar embargos no prazo legal. Obs. havendo penhora, intime-a desta, para, querendo, oferecer Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 231 do NCPC.
PRAZO: 15 (quinze) dias.
ADVERTÊNCIA: Não sendo apresentados embargos, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, §1º, do NCPC). Saliento que, a teor do art. 915, do NCPC, eventual defesa através de embargos deverá ser oferecida no prazo de quinze dias, contados, conforme art. 231 do CPC).
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Processo n. 7030556-68.2023.8.22.0001
Classe Procedimento Comum Cível
Assunto Contratos Bancários
AUTOR: SIMONE VIEIRA RIBEIRO
ADVOGADOS DO AUTOR: ELSON PIZZI JUNIOR, OAB nº RO12213, MAXIMILIANO AGOSTINI, OAB nº MG91087
REU: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA SICOOB CREDISUL - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA LTDA
SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de ação declaratória proposta por Simone Vieira Ribeiro em face de COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL, partes devidamente qualificadas.
Conforme despacho no ID 91575814, foi determinado que a parte autora que, no prazo de 15 (quinze) dias, emendasse a inicial de modo a apresentar comprovantes que demonstrassem que o não deferimento da justiça gratuita acarretaria prejuízo ao seu sustento. Alternativamente, foi determinado que ela recolhesse as custas, sob pena extinção e arquivamento.
No ID 92665369 , a parte demandante se limitou a requerer a intimação pessoal dela para que cumprisse a determinação supracitada.
É, em síntese, o relatório. Passo a decidir.
Nos termos do art. 82 do Código de Processo Civil, incumbem às partes prover as despesas do autos que realizarem ou requererem no processo, antecipando-lhes o pagamento, desde o início até a sentença final. Segundo o parágrafo único do referido diploma legal, cabe ao autor adiantar tais despesas.
A distribuição da petição inicial é ato judicial sujeito a preparo e, portanto, não havendo o adiantamento das custas iniciais, o indeferimento é consequência lógica.
No caso em tela, inicialmente a parte autora formulou pedido de concessão do benefício da gratuidade da justiça, todavia, a qualificação da petição inicial, por si só, não permitiu concluir pela existência de hipossuficiência financeira da parte autora, motivo que lhe foi concedido prazo para emendar a inicial e apresentar documentos suficientes a demonstrar a situação de fato alegado ou recolher as custas iniciais devidas.
Decorrido o prazo de emenda, o advogado do autor peticionou afirmando que não logrou êxito em localizar o requerente.
A conduta adotada pela parte autora autoriza o cancelamento da exordial.
Registro ainda que o ato indicado no despacho de ID 92665369 se refere à diligência que não exige a intimação pessoal da parte, sendo suficiente a determinação feita ao advogado. Sobre o tema, convém trazer precedente do STJ, o qual corrobora a conclusão acima citada: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. CUSTAS INICIAIS. INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO. PESSOA DO ADVOGADO. SUFICIÊNCIA. INTIMAÇÃO PESSOAL. PRESCINDIBILIDADE. PRECEDENTES. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que a intimação pessoal do autor da ação é exigência apenas para a complementação das custas iniciais, de modo que, em relação às custas iniciais (em que não é feito recolhimento algum de custas processuais), aplica-se a regra estabelecida no art. 290 do CPC/2015 (correspondente ao art. 257 do CPC/1973). Precedentes. 2. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1842026 SP 2019/0299989-9, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 29/11/2021, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/12/2021)
Neste sentido o TJ/RO já asseverou se pronunciou a respeito:
O não recolhimento das custas processuais implica na ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, impondo-se a extinção do processo. A intimação pessoal do autor só é exigível em caso de sentença de extinção fundada nos incisos II e III do artigo 485 do CPC. (APELAÇÃO CÍVEL 7038200-38.2018.822.0001, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Cível, julgado em 13/06/2019).

Apelação cível. Ação monitória. Não recolhimento das custas iniciais. Ausência das condições de procedibilidade do processo. Recurso desprovido. Não acolhido despacho para o recolhimento das custas iniciais, mantém-se a sentença extintiva por ausência de requisito de procedibilidade do processo. (APELAÇÃO CÍVEL 0011335-05.2015.822.0001, Rel. Des. Isaias Fonseca Moraes, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Cível, julgado em 03/06/2019).
Busca e apreensão. Valor da causa. Adequação. Emenda à inicial. Complementação das custas. Prazo. Não atendimento. Extinção. Extingue-se a ação de busca e apreensão se a parte, devidamente intimada, não cumpre a determinação de emenda à inicial para adequar o valor da causa e, em consequência, complementar o recolhimento das custas judiciais. (APELAÇÃO, Processo nº 7049698-68.2017.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 15/02/2019).
Assim, a extinção do feito sem resolução do mérito e o cancelamento da distribuição são medidas que se impõem.
Ante o exposto, considerando a inércia da parte autora em comprovar o pagamento das custas iniciais, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, inciso I, combinado com o art. 290, ambos do CPC, determinando o cancelamento da distribuição do feito.
Deixo de condenar em honorários advocatícios por não ter se consolidado uma relação processual.
Em caso de interposição de apelação ao de recurso adesivo, intime-se o recorrido para apresentar suas contrarrazões no prazo de 15 dias. Com a apresentação das contrarrazões ou o decurso do referido prazo, subam os autos ao E. TJ/RO, conforme disciplina o art. 1.010, §§1º, 2º e 3º do NCPC.
Após o trânsito em julgado, não havendo pendências, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7014077-05.2020.8.22.0001
Classe Cumprimento de sentença
Assunto Requisição de Pequeno Valor - RPV
EXEQUENTE: PATRICIA RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: SILVIO MACHADO, OAB nº RO3355, JANAINA CANUTO DE OLIVEIRA, OAB nº RO5516A
EXECUTADOS: FUNDACAO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS, EDUCON-SOCIEDADE DE EDUCACAO CONTINUADA LTDA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: KELLEN REGINA MORO TEIXEIRA, OAB nº PR42232, SIMONE ZONARI LETCHACOSKI, OAB nº PR18445, JAX JAMES GARCIA PONTES, OAB nº MG103539, KELLEN REGINA MORO TEIXEIRA, OAB nº PR42232, SIMONE ZONARI LETCHACOSKI, OAB nº PR18445, JAX JAMES GARCIA PONTES, OAB nº MG103539, CARLOS EDUARDO BLEY, OAB nº PR18653, MARIA CECILIA VALENTE DE OLIVEIRA MARANGONI, OAB nº PR63447, RAUL MATTEI, OAB nº TO10229B, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE TOCANTINS
Vistos,
Diante do Depósito realizado a título de pagamento, e consequente aceitação do credor, nos termos do art. 924, II, do CPC, JULGO EXTINTO este processo, movido por PATRICIA RODRIGUES DA SILVA CONTRA FUNDACAO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS, EDUCON-SOCIEDADE DE EDUCACAO CONTINUADA LTDA e, em consequência, ordeno o seu arquivamento.
Sem custas.
P.R.I
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7008076-67.2021.8.22.0001
Classe Cumprimento de sentença
Assunto Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
REQUERENTES: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A, MARCIA ROBERTA ESTEVES ALENCAR MENEZES MIRANDA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: EDGAR FERREIRA DE SOUZA, OAB nº MT17664, PROCURADORIA GRUPO COGNA EDUCAÇÃO SA
LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO, OAB nº AM16780, FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR, OAB nº BA1179
DESPACHO
Atentando-se ao contido nos autos, fica a parte exequente intimada, por meio de seus advogados, para dar andamento normal ao feito, requerendo o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento provisório do feito.
Decorrido o prazo da parte exequente, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Número do processo: 7044456-60.2019.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: SANTHIAGO AGROPECUARIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS VETERINARIOS LTDA - EPP
ADVOGADOS DO REQUERENTE: OSVALDO NAZARENO SILVA BARBOSA, OAB nº RO6944, LAERCIO JOSE TOMASI, OAB nº RO4400, CLEBER DOS SANTOS, OAB nº RO3210
Polo Ativo: CAMILO DE LELLIS CHAGAS JUNIOR
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENAN GOMES MALDONADO DE JESUS, OAB nº RO5769, ANTONIO RERISON PIMENTA AGUIAR, OAB nº RO5993
Despacho
Considerando a inércia do autor, arquive-se provisoriamente.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4ª Vara Cível Fórum Geral, 4a Vara Cível, sala 647, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 0036777-80.2009.8.22.0001
Assunto: Nota Promissória
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: MANOEL FERREIRA TAVARES
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: IVANILDO PEREIRA DE LIMA, OAB nº RO5204A, JOAQUIM MOTA PEREIRA FILHO, OAB nº RO2795A, KELISSON MONTEIRO CAMPOS, OAB nº RO5871
EXECUTADO: ALCENIR ALVES DE SOUZA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Homologo o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o qual se regerá pelas cláusulas e condições nele dispostas, determinando a extinção do presente feito, com apoio no art. 924, III, do CPC.
Havendo descumprimento do acordo, basta a parte exequente requerer o desarquivamento e o cumprimento por petição nos autos.
Relativamente às despesas processuais, nos termos do art. 90, §3º, do CPC: " § 2º Havendo transação e nada tendo as partes disposto quanto às despesas, estas serão divididas igualmente". Registro ainda a necessidade de ser observado o benefício da justiça gratuita eventualmente concedido em prol das partes.
Face à preclusão lógica, considero o trânsito em julgado nesta data.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO/ NOTIFICAÇÃO OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO.
Porto Velho - RO, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a)de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 0010134-12.2014.8.22.0001
Classe Procedimento Comum Cível
Assunto Perdas e Danos
AUTOR: IVANEIDE DOS SANTOS PEREIRA
ADVOGADOS DO AUTOR: ROSEMARY RODRIGUES NERY, OAB nº RO5543, JOSIAS RODRIGUES NERY, OAB nº RO6158
REU: DIRECIONAL ENGENHARIA S/A, DIRECIONAL TSC JATUARANA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADOS DOS REU: MARCOS MENEZES CAMPOLINA DINIZ, OAB nº MG115451, VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA, OAB nº RO2479, LEONARDO BRAZ DE CARVALHO, OAB nº MG76653, HUMBERTO ROSSETTI PORTELA, OAB nº AM91263
SENTENÇA
Vistos.
Homologo o acordo celebrado entre as partes constante no ID 93184856 , para que produza seus efeitos jurídicos e legais e, em consequência, com fundamento no artigo 487, III, b do NCPC, JULGO EXTINTO o presente feito movido por IVANEIDE DOS SANTOS PEREIRA em face de DIRECIONAL ENGENHARIA S/A, DIRECIONAL TSC JATUARANA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
Via de consequência, ordeno o arquivamento dos autos.
Tratando-se de pedido de homologação de acordo entre as partes, verifica-se estas abriram mão do prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data.

Determino que a CPE verifique a existência de custas pendentes. Em caso positivo, cumprirá à parte autora promover o recolhimento dos valores, no prazo de 15 dias, conforme deliberado no acordo firmado entre as partes (cláusula V), sob pena de posterior inscrição em dívida ativa.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Cumpra-se. Nada mais havendo, arquive-se.
Porto Velho/RO, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Número do processo: 7024601-90.2022.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA A CULTURA NA AMAZONIA MOACYR GRECHI - AASCAM
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: BRUNO LOPES BILIATTO, OAB nº RO10076A, PEDRO ABIB HECKTHEUER, OAB nº RO6907
Polo Passivo: THIAGO CESTARO BATISTA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
1 - Trata-se de Execução de Título Extrajudicial em que ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA A CULTURA NA AMAZONIA MOACYR GRECHI - AASCAM demanda em face de THIAGO CESTARO BATISTA
2 - A parte exequente requereu pesquisa junto aos sistemas judiciais para constrição de bens.
3 - Antes de analisar o requerimento da parte exequente, determino a intimação desta para atualizar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo acostar aos autos planilha detalhada do débito com os índices de correção pela tabela do TJRO (INPC), juros simples de 1% ao mês e com as devidas deduções, se houver.
4 - Com ou sem resposta, retornem os autos conclusos para a pasta juds.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br 7043659-79.2022.8.22.0001
Pagamento
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: INSTITUTO JOAO NEORICOADVOGADO DO EXEQUENTE: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546
EXECUTADO: LUIZA CRISTINE AMARAL CIPRIANOEXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Realizei pesquisas no sistema conveniado ao TJRO em busca de novos endereços para a parte ré nos sistemas INFOJUD e RENAJUD. Resultados no anexo.
Assim, fica a parte autora intimada, via advogado, para se manifestar, no prazo de 15 dias, acerca dos endereços encontrados e indicar em qual deseja que seja realizada a citação/intimação da parte ré, comprovando o pagamento da taxa necessária à repetição do ato.
Porto Velho, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4ª Vara Cível PROCESSO: 7001570-75.2021.8.22.0001
REQUERENTE: THAYS DA SILVA LIMA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ALEXANDRE LEANDRO DA SILVA, OAB nº RO4260, KAMILA ARAUJO PRADO, OAB nº RO7371
REQUERIDO: 123 VIAGENS E TURISMO LTDA.
ADVOGADO DO REQUERIDO: RODRIGO SOARES DO NASCIMENTO, OAB nº MG129459
ADVOGADO DO REQUERIDO: RODRIGO SOARES DO NASCIMENTO, OAB nº MG129459
SENTENÇA
Cuida-se de cumprimento definitivo de sentença iniciado por THAYS DA SILVA LIMA em face de 123 VIAGENS E TURISMO LTDA., partes devidamente qualificadas.
Após o depósito, pela parte executada, do valor que entendia devido (93156765), a parte exequente alegou concordar com a quantia paga e pediu a expedição de alvará em nome da advogada que lhe representa, com a consequente extinção do processo.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório. Passo a decidir.
II. Fundamentação (art. 93, IX, da CRFB/88 e art. 489, II do CPC/2015).
Dispõe o art. 924, II do Código de Processo Civil que, uma vez satisfeita a obrigação, deve o processo executivo ser extinto.
Analisando o contido nos autos, pelo que foi acima relatado, tenho que esse deve ser o desfecho do presente processo, diante da satisfação integral do débito executado.

III. Dispositivo (art. 489, III, do CPC/2015).
Diante do exposto, julgo extinto o cumprimento de sentença, com resolução de mérito, na forma do art. 924, II, do Código de Processo Civil.
Considerando o depósito judicial realizado pela parte devedora, nesta data EXPEDI ORDEM JUDICIAL em favor da exequente e/ou de seu(s) advogado(s) constituído(s) para levantamento dos valores depositados em juízo, com as devidas correções/rendimentos/ atualizações monetárias, devendo a instituição financeira zerar e encerrar as contas.
Certifique, a CPE, sobre a existência de custas judiciais eventualmente pendentes, intimando-se a parte executada para pagamento, sob pena de posterior inscrição em dívida ativa.
OBSERVAÇÕES:
1) A parte favorecida deverá comparecer, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, à agência da Caixa Econômica Federal (agência: 2848), localizada na Avenida Nações Unidas, ao caixa presencial, munida de documentos de identificação com foto, para saque do valor creditado.
2) O alvará eletrônico deverá ser sacado em até 30 (trinta) dias, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, sob pena de transferência para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO, que desde já determino.
3)Saliento que não é necessária a impressão deste expediente e nem tampouco comparecimento da parte à sede deste Juizado, bastando, para tanto, comparecer à Caixa Econômica Federal - Agência 2848 - Avenida Nações Unidas para levantamento da ordem.
Tendo em vista que não há requerimentos pendentes, determino a extinção do feito e o arquivamento dos autos.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso: 7009412-38.2023.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Duplicata
EXEQUENTE: COPRALON COMERCIAL DE PROD ALIMENTICIOS LONDRINA LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ELSON BELEZA DE SOUZA, OAB nº RO5435
EXECUTADO: TATIANE GUIMARAES DA SILVA 00158525205
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Realizada a consulta via sistema Sisbajud, esta restou infrutífera, pois não foram encontrados valores em nome do executado.
Intime-se o exequente também para, querendo, apresentar cálculo atualizado da dívida e indicar bens à penhora, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de imediata suspensão do feito.
Se houver interesse em proceder às pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do Juízo, apresente a parte exequente, no mesmo prazo, o comprovante de pagamento de taxa referente à cada diligência requerida, nos termos da Lei n. 3.896, de 24/08/2016, artigo 2º, VIII e 17, publicada no DOE N. 158 de 24/08/2016, sob pena de arquivamento.
Decorrido o prazo sem manifestação, desde já, determino a suspensão da execução por 1 (um) ano, nos termos do art. 921, III, § 1º, do NCPC.
A suspensão correrá em arquivo provisório.
Decorrido o prazo de suspensão de um ano e independente de nova intimação, o feito permanecerá arquivado, passando a correr o prazo de prescrição intercorrente (art. 921, §2º) imediatamente, cujo desarquivamento ficará condicionado a demonstração de efetiva alteração da condição econômica do executado.
Decorrido o prazo prescricional sem manifestação, desarquivem-se e intimem-se as partes, por meio de seus patronos se houver, para que se manifestam quanto a prescrição, no prazo de 15 dias, conforme determina o art. 921, §5º, do CPC.
Na hipótese da parte não ser assistida por advogado, expeça-se carta com aviso de recebimento sem mão próprias. Retornando o expediente infrutífero por qualquer motivo, expeça-se edital.
Após, retornem os autos conclusos para extinção.
Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso: 7006205-31.2023.8.22.0001
Classe: Monitória
Assunto: Fornecimento de Água
AUTOR: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADOS DO AUTOR: CARLOS EDUARDO ROUMIE DE SOUZA, OAB nº RO6401, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD

REU: GABRIEL CESAR BRASIL
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Defiro o pedido de pesquisa de endereços junto ao sistema SISBAJUD.
Nesta data solicitei a pesquisa de endereços junto ao sistema supra mencionado.
Aguarde-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta do Sistema Sisbajud, excluindo-se do prazo a data em que este despacho é proferido e após, faça-se conclusão (jud's) dos autos para transcrição das respostas e deliberações.
Porto Velho/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Processo: 7019134-09.2017.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES, OAB nº RO4594
EXECUTADOS: HELDO OLIVEIRA DE SOUSA 59271574249, HELDO OLIVEIRA DE SOUSA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
A parte autora requer a suspensão do cartão de crédito da parte (s) executada (s), conforme ID 85965964.
Trata-se de processo de cumprimento de sentença, sem que tenha havido qualquer providência concreta no sentido do pagamento do débito.
O art. 139, IV, CPC/2015, faculta ao Juízo determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.
Logo, admite-se a adoção de medidas atípicas/alternativas, excepcionalmente, a fim de assegurar o cumprimento de obrigações, observando-se sempre a proporcionalidade e razoabilidade.
No âmbito da jurisprudência, é possível encontrar decisões que determinam o recolhimento de CNH, passaportes, suspensão da utilização de cartão de crédito, dentre outras providências. No entanto, no âmbito do STJ não há densa jurisprudência acerca do assunto, salvo em relação à aplicação de multas (RMS 55.109/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 17/11/2017).
Considerando a excepcionalidade deste medida, verifico que o pedido não deve ser deferido de plano, tendo em vista o entendimento recente do Tribunal de Justiça de Rondônia quanto a impossibilidade:
Agravo de Instrumento. Pretensão de suspensão da CNH. Impossibilidade. Violação ao direito Constitucional. Negado. Segundo entendimento do STJ não é razoável e nem efetiva a adoção das medidas excepcionais e coercitivas requeridas de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e apreensão de documentos pessoais, haja vista que tais providências extrapolariam o objetivo do processo, de expropriação direcionado à satisfação do crédito exequendo. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0802812-32.2019.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, Data de julgamento: 28/11/2019.
Agravo de instrumento. Execução de título extrajudicial. Pedido para adoção de "medidas atípicas de execução". Suspensão da CNH do devedor. Medidas restritivas da liberdade de ir e vir e de direitos incompatíveis com a pretendida cobrança de crédito. O pedido de aplicação de medidas atípicas com base no art. 139, inc. IV, do CPC para coagir os demandados ao pagamento do débito, deve ser aplicada em casos excepcionais e de forma proporcional e adequada, guardando correlação direta ou lógica com a satisfação da execução. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0803123-18.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 12/09/2022.
No caso em tela, não foram expostas, de forma fundamentada, as circunstâncias aptas a justificar a medida requerida, não sendo suficiente, para tanto, o mero inadimplemento. De acordo com o STJ, A adoção de meios executivos atípicos é cabível desde que cumpridos os seguintes requisitos: • existam indícios de que o devedor possui patrimônio expropriável (bens que podem ser penhorados); • essas medidas atípicas sejam adotadas de modo subsidiário; • a decisão judicial que a determinar contenha fundamentação adequada às especificidades da hipótese concreta; • sejam observados o contraditório substancial e o postulado da proporcionalidade. STJ. 3ª Turma. REsp 1788950/MT, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 23/04/2019.
Como exposto, não houve exposição de fundamentos concretos e não há indícios de patrimônio expropriável sendo dolosamente ocultados. Assim, o indeferimento das medidas atípicas, tendentes à satisfação da obrigação exequenda, é medida que se impõe.
Diante do exposto, indefiro o pedido de suspensão de cartão de crédito da parte devedora.
1. Intime-se o requerente para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem manifestação, desde já, determino a suspensão da execução por 1 (um) ano, nos termos do art. 921, III, § 1º, do NCPC.
2. Decorrido o prazo de suspensão, em arquivo provisório, de um ano e independente de nova intimação, o feito permanecerá arquivado, passando a correr o prazo de prescrição intercorrente (art. 921, §2º) imediatamente, cujo desarquivamento ficará condicionado a demonstração de efetiva alteração da condição econômica do executado.
3. Decorrido o prazo prescricional sem manifestação, desarquivem-se e intimem-se as partes, por meio de seus patronos se houver, para que se manifestam quanto a prescrição, no prazo de 15 dias, conforme determina o art. 921, §5º, do CPC.
4. Na hipótese da parte não ser assistida por advogado, expeça-se carta com aviso de recebimento sem mão próprias. Retornando o expediente infrutífero por qualquer motivo, expeça-se edital.
5. Após, retornem os autos conclusos para extinção.
Porto Velho, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Número do processo: 7024135-33.2021.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: SAMARA DA SILVA BALAO, JONILSON SOUZA ARAUJO
ADVOGADO DOS AUTORES: GUILHERME TOURINHO GAIOTTO, OAB nº RO6183A
Polo Ativo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Despacho
Intime-se as partes para ciência da resposta do perito (ID 91688802) quanto à impugnação efetuada, no prazo de 15 dias.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso: 7021128-67.2020.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Contratos Bancários
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES, OAB nº RN5553, BERNARDO BUOSI, OAB nº SP227541
EXECUTADOS: THAIS AMANDA SOUZA DA SILVA, GILBERTO DE ALMEIDA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de extinção/arquivamento.
Porto Velho/RO, domingo, 16 de julho de 2023
SOPHIA VEIGA DE ASSUNÇÃO
Juiz(a) Substituta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Número do processo: 7024085-07.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: ANTONIO FERREIRA DE MACEDO
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA, OAB nº SP115665
Polo Ativo: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
ADVOGADOS DO EXECUTADO: NATALIA BARROS DA SILVA, OAB nº RO8215, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
Despacho
Vistos.
Chamo o feito à ordem e revogo o despacho anterior, uma vez que não guarda relação com o atual andamento processual.
Demais disso, ao analisar a integralidade do feito, verifica-se que a advogada da parte requerida não apresentou procuração.
Dessa forma, nos termos do art. 76 do Código de Processo Civil, determino a intimação de Antônio Ferreira de Macedo, na pessoa da advogada cadastrada, Dra. Natália Barros da Silva - OAB/RO 8215, para regularização da representação, no prazo de 15 (quinze) dias.
Decorrido o prazo acima, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos para análise.
Intimem-se e expeça-se o necessário.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Número do processo: 7031926-19.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: JOSE ALEXANDRINO DA SILVA
ADVOGADOS DO AUTOR: FERNANDO APARECIDO SOLTOVSKI, OAB nº RO3478, CELIO OLIVEIRA CORTEZ, OAB nº RO3640
Polo Ativo: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA

Despacho
Intime-se o INSS para se manifestar quanto aos cálculos apresentados pela parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que entender de direito.
Havendo concordância expressa, expeça-se RPV. Caso contrário, tornem os autos conclusos.
Intimem-se e expeça-se o necessário.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7028216-93.2019.8.22.0001
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto: Alienação Fiduciária
Valor da causa: R$ 50.497,28 (cinquenta mil, quatrocentos e noventa e sete reais e vinte e oito centavos)
Parte autora: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO, AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 1355, 3 ANDAR JARDIM PAULISTANO - 01452-002 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO AUTOR: BRUNO JORDAO ARAUJO SILVA, OAB nº SP297715, VENANCIO JOSE LISBOA 28 PONTA DA PRAIA - 11030-080 - SANTOS - SÃO PAULO, JOSE GERALDO CORREA, OAB nº SP143300, ALMEIDA BRANDAO 1-26, - ATÉ QUADRA 3 VILA CARDIA - 17013-420 - BAURU - SÃO PAULO
Parte requerida: LENIR ALMEIDA, RUA GETÚLIO VARGAS 1941, - DE 1679 A 2099 - LADO ÍMPAR KM 1 - 76804-097 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Preenchidos todos os requisitos, foi deferida a expedição de mandado de busca e apreensão e citação, sendo que não foi localizado o bem objeto do contrato, o que torna a apreensão improvável. Assim, a parte autora requereu a conversão da busca e apreensão em ação executiva.
Relatei. Decido.
Com o advento da Lei 13.043/2014, em seu artigo 4º, cuja redação prevê que 'se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado e não se achar na posse do devedor, fica facultado ao credor requerer, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, na forma prevista no Capítulo II, do Livro II, da Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil'".
Ademais, o art. 5º, do Decreto-Lei nº 911/69, coloca a via executiva à disposição do credor fiduciário, não podendo, destarte, ser-lhe subtraída a possibilidade de emenda da inicial para transformar a busca e apreensão em execução, tal como pleiteado, motivo pelo qual defiro o pedido retro, visto que o executado não foi localizado, muito menos o bem dado em garantia do débito.
Posto isso, DEFIRO o pedido de conversão da busca e apreensão em ação executiva.
Retifique-se a classe processual para Execução de Título Extrajudicial, com fundamento no art. 4, do Decreto-Lei n. 911\69.
CITE-SE o executado, para no prazo de 3 (três) dias, nos termos do art. 829 do CPC, para efetuar o pagamento da dívida, ou, querendo, oferecer embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, art. 915 do CPC.
Fixo os honorários da execução em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, nos termos do art. 827, caput, do CPC, sendo que, em caso de integral pagamento no tríduo legal, a mencionada verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 827, § 1º).
Não efetuado o pagamento no prazo de 3 (três) dias úteis, EXPEÇA-SE mandado de avaliação e penhora, e assim o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de quantos bens bastem para satisfazer a obrigação bem como proceda coma sua avaliação, considerando para tanto o valor da petição inicial, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
Serve a presente de mandado de citação avaliação e penhora.
Porto Velho domingo, 16 de julho de 2023 às 23:15 .
Sophia Veiga De Assuncao
Juíza de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4ª Vara Cível Fórum Geral, sala 647, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Processo:7046827-94.2019.8.22.0001
Classe:Procedimento Comum Cível
Assunto: Direito de Imagem
AUTOR: MARIA LUBIANE BEZERRA DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: PAULA JAQUELINE DE ASSIS MIRANDA, OAB nº RO4245A
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Despacho
Defiro o pedido do perito de dilação do prazo para entrega do laudo em mais 15 dias.
Aguarde-se o prazo ora deferido e após a juntada do laudo, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo de 15 dias.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO/ NOTIFICAÇÃO OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO.
Porto Velho - RO, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz de Direito

Serve cópia deste despacho como carta/mandado/ofício.
Intimação de:
Autor: AUTOR: MARIA LUBIANE BEZERRA DA SILVA, RUA PAULO FORTES 6681, - DE 6623/6624 A 6946/6947 APONIÃ - 76824-084 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Requerido: REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Processo n. 7048278-23.2020.8.22.0001
Classe Cumprimento de sentença
Assunto Prestação de Serviços
AUTOR: UNIRON
ADVOGADO DO AUTOR: ALINE NOVAIS CONRADO DOS SANTOS, OAB nº SP415428
REU: IHAGO ARAUJO DEVENS
REU SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
1 - Trata-se de cumprimento de sentença em que a parte sucumbente não foi intimada para cumprir espontaneamente o julgado.
2 - Assim, fica intimada a parte executada para que, por meio de seu advogado (se houver), no prazo de quinze dias, pague o débito espontaneamente, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 523, § 1º, do NCPC (10%), e fixação de honorários na fase de cumprimento do julgado (10%).
Na hipótese do executado ter sido assistido pela Defensoria Pública na fase de conhecimento, a intimação deverá ser por carta com aviso de recebimento, conforme disposto no art. 513, II, do NCPC.
3 - Transcorrido tal prazo de 15 (quinze) dias, sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (CPC, art. 525).
4 - Decorrido o prazo do Executado, intime-se o exequente para que diga o que pretende em termos de andamento processual, bem como para que junte comprovante de pagamento das diligências que se fizerem necessárias, sob pena de suspensão processual.
5 - Restando infrutífera a intimação via carta Ar ou oficial de justiça, expeça-se edital de intimação para cumprimento de sentença, visto que os arts. 77, V e 274, parágrafo único do CPC determinam que a parte mantenha seu endereço sempre atualizado nos autos.
6 - Em caso de inércia do causídico da parte exequente, intime-se o exequente pessoalmente para, no prazo de 5 (cinco) dias, constituir novo advogado e dar andamento ao feito, sob pena de suspensão da execução por 1 (um) ano, nos termos do art. 921, III, § 1º, do NCPC.
7 - Cumpridas todas as determinações, volte os autos conclusos.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
SOPHIA VEIGA DE ASSUNÇÃO
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7020102-39.2017.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: CAMILA BEZERRA BATISTA - RO7212, CAMILA GONCALVES MONTEIRO - RO8348, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO - RO796, SAMIR RASLAN CARAGEORGE - RO9301
EXECUTADO: RAIMUNDO NONATO NUNES RODRIGUES e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7042486-83.2023.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Contratos Bancários
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES, OAB nº RO4594, PROCURADORIA DA ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO CIDADÃO DE RONDÔNIA - ACRECID
EXECUTADOS: ANA PAULA VIEIRA DA CRUZ, ANDRE PAULO DA CRUZ
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
1 - A lei possibilita o recolhimento de apenas 1% do valor no momento da distribuição da ação e o diferimento do 1% remanescente para após a audiência de conciliação, caso não reste frutífera.
Essa sistemática, contudo, aplica-se tão somente aos processos sob a égide do rito comum, vez que não há previsão de audiência obrigatória para os processos de execução de título extrajudicial ou procedimentos especiais.
Assim, sendo, determino à parte autora que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, acostando aos autos o comprovante de recolhimento das custas iniciais, uma vez que estas devem perfazer o quantum de 2% (dois por cento) incidentes sobre o valor da causa, devendo ser respeitado o valor mínimo previsto na Lei de Custas (art.12, §1º, Lei 3.896/2016).
1.1 - Decorrido in albis, o que deverá ser devidamente certificado, voltem os autos conclusos para sentença de extinção.
1.2 - Comprovado o recolhimento, a CPE deverá cumprir os demais itens da presente decisão.
2 - Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (art. 829 do NCPC).
Caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º, do NCPC).
Saliento que, a teor do art. 915 do NCPC, eventual defesa através de embargos deverá ser oferecida no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 231 do NCPC.
3 - Desde já defiro eventual pedido de expedição de certidão nos moldes do art. 828 do CPC, desde que o exequente comprove o recolhimento da taxa (cód. 1007) para confecção da mesma. A CPE poderá ainda, intimar o exequente para prestar informações complementares.
4 - Na hipótese do executado residir em comarca diversa desta, e por se tratar de Execução de Título Extrajudicial por quantia certa em que a própria lei determina que a citação deverá ser feita por mandado (Ar. 829, §1º, NCPC), desde já defiro a expedição de carta precatória.
Sendo necessário a expedição e distribuição de carta precatória dentro do estado de Rondônia, esta será realizada pela CPE após o comprovante de pagamento da diligência. Realizada a distribuição de carta precatória, intime-se o advogado do seu número, uma vez que este deverá acompanhar sua tramitação.
Na hipótese do executado residir em comarca de outro estado, a CPE fará a expedição da carta precatória e intimará o advogado para distribuí-la e comprovar a sua distribuição nestes autos no prazo de 30 (trinta) dias.
5 - Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte autora apresentar novo endereço sob pena de extinção e arquivamento.
Cumpridas as determinações acima, retornem-me os autos conclusos.
O prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
Intime-se. Cumpra-se.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
NOME: ANA PAULA VIEIRA DA CRUZ, ANDRE PAULO DA CRUZ(qualificação completa nos autos)
ENDEREÇO: Na petição inicial
OBSERVAÇÃO: Em razão da nova Lei Geral de Proteção de dados, não serão divulgados dados pessoais e/ou sensíveis, tais como qualificação e endereço das partes. Todos os endereços apresentados nos autos, deverão ser diligenciados.
FINALIDADE: Pagar em 03 (três) dias, a importância de R$ 18.172,40 dezoito mil, cento e setenta e dois reais e quarenta centavos, acrescido de 10% (dez por cento) de honorários advocatícios, ou nomear bens à penhora, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados tantos bens quantos bastem a integral quitação do débito. E, querendo, poderá apresentar embargos no prazo legal. Obs. havendo penhora, intime-a desta, para, querendo, oferecer Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 231 do NCPC.
PRAZO: 15 (quinze) dias.
ADVERTÊNCIA: Não sendo apresentados embargos, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros os fatos articulados pelo autor.
Caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, §1º, do NCPC).
Saliento que, a teor do art. 915, do NCPC, eventual defesa através de embargos deverá ser oferecida no prazo de quinze dias, contados, conforme art. 231, do CPC).
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br AUTOS: 7040982-42.2023.8.22.0001
CLASSE: Monitória
AUTOR: PIB COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI - EPP, AVENIDA NAÇÕES UNIDAS 1026, - DE 888 A 1130 - LADO PAR MATO GROSSO - 76804-420 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ABNER VINICIUS MAGDALON ALVES, OAB nº RO9232, BENEDITO ANTONIO ALVES, OAB nº RO947, MARIA AUXILIADORA MAGDALON ALVES, OAB nº RO8300, LUMA LAYANE DO NASCIMENTO REIS, OAB nº RO11838
REU: GA COMERCIO E SERVICOS LTDA, AFONSO PENA 4785, SALA 701 SANTA FE - 79031-010 - CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de AÇÃO MONITÓRIA C/C TUTELA DE URGÊNCIA em que a parte autora PIB COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP move em face do REU: GA COMERCIO E SERVICOS LTDA, partes devidamente qualificadas. Em síntese, a parte requerente pede:

"A concessão, inaudita altera pars, de TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA, no sentido de determinar o bloqueio imediato de valores, via sistema SISBAJUD, em todas as contas bancárias da requerida, até o limite do valor R$ 7.100,00 (sete mil e cem reais) como forma de garantir o resultado útil do processo, considerando a existência dos elementos para fins de concessão da tutela aqui pretendida, conforme dispõe o art. 300, § 3º do CPC."
Para a concessão da tutela de urgência, necessário que fique demonstrada a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300 do NCPC), desde que não haja perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
A parte requerente comprovou a existência da relação jurídica entre as partes, mas a plausibilidade das alegações não é evidente, uma vez que não apresentou nenhuma prova capaz de comprovar a insolvabilidade do requerido, ficando prejudicada a avaliação do risco ao resultado final da ação. Assim, ausente, por ora, o requisito da probabilidade do direito.
Há que se ressaltar ainda que, havendo notícia de a parte requerida estar em recuperação judicial, este Juízo sequer detém competência para efetivar medidas constritivas em seu patrimônio. Sobre o tema, convém trazer à baila posicionamento do STJ:
Depois de ter sido deferido o processamento da recuperação judicial, todas as ações e execuções contra o devedor que está em recuperação judicial ficam suspensas, excetuadas as que demandarem quantia ilíquida (§ 1º do art. 6º da Lei nº 11.101/2005) e as execuções fiscais (§ 7º).
Além de as ações e execuções contra o devedor em recuperação ficarem suspensas, o destino do patrimônio da sociedade em processo de recuperação judicial não poderá ser atingido por decisões prolatadas por juízo diverso daquele onde tramita o processo de reerguimento, sob pena de violação ao princípio maior da preservação da atividade empresarial. Em outras palavras, qualquer decisão que afete os bens da empresa em recuperação deverá ser tomada pelo juízo onde tramita a recuperação.
O juízo onde tramita o processo de recuperação judicial é o competente para decidir sobre o destino dos bens e valores objeto de execuções singulares movidas contra a recuperanda, ainda que se trate de crédito decorrente de relação de consumo.
STJ. 3ª Turma. REsp 1630702-RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 2/02/2017 (Info 598).
Nesse viés, sequer se revelaria possível o bloqueio de ativos da empresa ré, mesmo se demonstrada a insovabilidade desta.
Ausentes, pois, os requisitos exigidos pelo art. 300 do NCPC, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência.
1. A pretensão visa o cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem em petição devidamente instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (CPC, art. 700).
2. Cite-se a parte ré dos termos da presente ação para, no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento, a entrega da coisa ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (CPC, art. 701, caput).
2.1 Conste, ainda, do mandado que, nesse mesmo prazo, a parte ré poderá oferecer embargos independente de garantia do juízo, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, independente de qualquer formalidade. O prazo para embargar contar-se-á a partir da juntada do mandado aos autos, devendo a exequente ser intimada para apresentar os cálculos atualizados (CPC, 701, §2º c/c 702).
3. Optando o réu pelo pagamento integral ou cumprimento integral da obrigação deverá efetuar também o pagamento de honorários advocatícios de 5% sobre o valor da causa, hipótese em que ficará isento do pagamento de custas processuais (art. 701, §1º, CPC).
4. Caso a parte ré reconheça o débito, poderá requerer seu parcelamento no prazo de 15 dias, contados da juntada do presente mandado aos autos, desde que promova o pagamento à vista de 30% do débito, mais custas e honorários de advogado, e o saldo remanescente em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês (NCPC, art. 916, §6º c/c o art. 701, §5º, CPC), ato que importará em renúncia ao direito de opor embargos.
4.1. Em seguida, intime-se a parte autora para que se manifeste, em 05 dias, sobre o preenchimento dos pressupostos contidos no item 4, ocasião em que poderá levantar os valores depositados, vindo os autos conclusos para decisão (CPC, 916, §1º).
4.2 Enquanto não sobrevier decisão da proposta de parcelamento, o executado deverá depositar as parcelas vincendas (CPC, 916, §2º).
4.3 Sendo deferido o parcelamento, os atos executivos serão suspensos.
5. Havendo oposição de embargos ou reconvenção, intime-se o autor para responder em 15 dias (art. 702, §5º, CPC).
6. Decorrido o prazo e havendo inércia do réu, constituo de pleno direito o título executivo judicial, convertendo o mandado inicial em mandado de execução (art. 701, §2º, CPC), devendo a escrivania proceder a alteração da classe do feito para cumprimento de sentença.
6.1 Neste caso, a parte autora deverá apresentar o cálculo atualizado do débito, acrescido dos honorários fixados inicialmente (5%).
6.2 Após a vinda do cálculo, intime-se pessoalmente a parte ré para que, no prazo de 15 dias, cumpra a obrigação exigida na inicial, sob pena de multa de 10% e honorários, também de 10% (art. 523, §1º, CPC). Intime-se, ainda, de que caso não efetue o pagamento no prazo legal, poderá oferecer impugnação nos próprios autos, independente de caução, no prazo de 15 dias, a contar do decurso do prazo para pagamento, independente de nova intimação (art. 525 do CPC).
7. Decorrido o prazo, sem pagamento ou manifestação, intime-se o exequente para apresentar novo demonstrativo discriminado e atualizado do crédito e indicar bens passíveis de penhora, nos termos do art. 523 c/c 524 do CPC.
Pratique-se o necessário.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
AUTOR: PIB COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI - EPP, AVENIDA NAÇÕES UNIDAS 1026, - DE 888 A 1130 - LADO PAR MATO GROSSO - 76804-420 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU: GA COMERCIO E SERVICOS LTDA, AFONSO PENA 4785, SALA 701 SANTA FE - 79031-010 - CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL
Porto Velho-RO, 16 de julho de 2023.
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7038356-50.2023.8.22.0001
Classe Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto Alienação Fiduciária

AUTOR: YAMAHA ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: EDEMILSON KOJI MOTODA, OAB nº AL12832
REU: DAYHORRANA SALES DE MORAIS
REU SEM ADVOGADO(S)
Vistos
Chamo o feito à ordem, considerando que a inicial ainda não foi recebida.
1 - Custas processuais iniciais (2%) recolhidas. A CPE, se necessário, vincule as custas a estes autos.
2 - Diante da argumentação apresentada pelo autor e a documentação colacionada, vislumbro os requisitos legais previstos no art. 3º do Dec. lei 911/69. Assim, determino liminarmente a busca, apreensão e vistoria do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, depositando-se o bem em mãos do representante legal do autor, com a ressalva de que o veículo não deverá ser retirado da Comarca até a consolidação da posse.
3 - Determino também a citação da requerida para, em 05 (cinco) dias, comprovar o pagamento integral da dívida pendente, sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§ § 1º e 2º do art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
4 - Comprovado o pagamento, o requerente deverá restituir o veículo ao requerido, comprovando nos autos.
No prazo de 15 (quinze) dias a contar da execução da liminar o devedor fiduciante poderá apresentar contestação (art. 3º, §3º do Dec. lei 911/69).
5 - Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias, indicar novo endereço para que a relação jurídico-processual seja estabelecida (art. 240, § 2º, NCPC), sob pena de extinção e arquivamento do feito por ausência de pressuposto processual de existência.
6 - Em caso de inércia do causídico da parte autora/exequente, intime-se, o autor/exequente pessoalmente, para, no mesmo prazo acima indicado, constituir novo advogado e dar andamento ao feito, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo conforme disposto no conforme art. 485, III, §1º NCPC.
7 - Defiro os benefícios contidos no § 2º do art. 212 do Novo Código de Processo Civil.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz de Direito
VIAS DESTA DECISÃO SERVIRÃO COMO MANDADO
NOME: DAYHORRANA SALES DE MORAIS (qualificação completa nos autos)
ENDEREÇO: Na petição inicial
OBSERVAÇÃO: Em razão da nova Lei Geral de Proteção de dados, não serão divulgados dados pessoais e/ou sensíveis, tais como qualificação e endereço das partes. Todos os endereços apresentados nos autos, deverão ser diligenciados.
FINALIDADE: Proceda o Senhor Oficial de Justiça a BUSCA E APREENSÃO E VISTORIA do veículo a saber: Marca/Modelo: Yamaha, Fab/Mod: XTZ 250 TENERE/TENERE BLUEFLEX, Cor: PRETO, Chassi: 9C6DG3410K0004619, Placa: PHQ3H89, que se encontra em poder e guarda da parte requerida, passando-o ao representante legal do autor. Ato contínuo, CITE-SE a parte requerida, oportunizando que pague a dívida pendente ou conteste a ação, no prazo legal.
Advertência: Caso a parte requerida queira impedir a consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem pelo Credor Fiduciário, deverá comprovar o pagamento integral da dívida pendente, no prazo de 05 (cinco) dias, da data de cumprimento da liminar. O prazo para contestar será de 15 (quinze) dias, contado da juntada do mandado nos autos do processo. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiro os fatos articulados pela parte autora.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7027815-60.2020.8.22.0001
Classe Cumprimento de sentença
Assunto Direito de Imagem, Direito de Imagem, Fornecimento de Energia Elétrica
REQUERENTE: ERNESTO BORGES ADVOGADOS S/S
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE NONATO DE ARAUJO NETO, OAB nº RO6471A
REQUERIDO: BRITAMAR EXTRACAO DE PEDRAS E AREIA LTDA - EPP
ADVOGADOS DO REQUERIDO: MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892
SENTENÇA
Vistos,
O valor do débito executado foi regularmente pago.
Nos termos do art. 924, inciso II, c.c. art. 925, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o cumprimento de sentença.
Certifique a CPE se há custas pendentes de pagamento, devendo, em caso positivo, promover a intimação da parte devedora para recolhimento do montante devido no prazo de 15 dias, sob pena de posterior inscrição em dívida ativa.
Sentença transitada em julgado nesta data, ante a preclusão lógica (CPC, artigo 1.000).
Arquive-se.
P. R. I.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso: 7023773-36.2018.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Nota Promissória
EXEQUENTE: RDL COMERCIO E LOCACAO DE VEICULOS EIRELI - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ELDA LUCIANA OLIVEIRA MELO, OAB nº RO3924A
EXECUTADO: LUCAS TATUI SOARES LIBARINO
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Defiro o pedido de pesquisa de endereços junto ao sistem SISBAJUD.
Nesta data solicitei a pesquisa de endereços junto ao sistema supra mencionado.
Aguarde-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta do Sistema Sisbajud, excluindo-se do prazo a data em que este despacho é proferido e após, faça-se conclusão (jud's) dos autos para transcrição das respostas e deliberações. Respostas dos demais Sistemas no anexo.
Porto Velho/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Número do processo: 7017505-29.2019.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LAZARO PONTES RODRIGUES, OAB nº BA39590
Polo Passivo: JHULLIANE SOARES DA SILVA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
Trata-se de pedido de expedição de ofício ao INSS para pesquisa de uma eventual fonte pagadora junto ao CPF do executado JHULLIANE SOARES DA SILVA.
Defiro o pedido postulado pela parte autora, desde que recolhidas as custas da diligência (cód. 1007), uma vez que a nova sistemática adotada pelo Código de Processo Civil/2015, com base no princípio da cooperação judicial, bem como na eficácia, celeridade, solidez e segurança, evidencia a necessidade de se buscar a localização do requerido/executado nos sistemas informatizados, bem como nos cadastros públicos.
Com o recolhimento das custas, oficie-se ao INSS solicitando informações indicadas.
Custas recolhidas no ID 91783790.
Faça constar no ofício que a resposta poderá ser encaminhada tanto por email: 4civelcpe@tjro.jus.br, quanto por carta ar para o endereço: Av. Pinheiro Machado, 777, bairro Olaria - Porto Velho/RO.
Com a resposta junte-se o ofício nos autos e intime-se o exequente para dizer o que pretende em termos de prosseguimento do feito, em até 15 (quinze) dias.
Cumpra-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br 7006605-45.2023.8.22.0001- Acessão
EMBARGANTE: ENIVELTON JOSE DA SILVA, CPF nº 42135133272
ADVOGADOS DO EMBARGANTE: PRISCILA MENGATTI NOVAIS, OAB nº RO12607, ILIZANDRA SUMECK CARMINATTI, OAB nº RO3977, GUIDO SUMECK CARMINATTI, OAB nº DESCONHECIDO
EMBARGADO: RONDOACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA., CNPJ nº 02270850000135
ADVOGADO DO EMBARGADO: CLEBER JAIR AMARAL, OAB nº RO2856
Sentença
Trata-se de Embargos de Terceiro Cível em que ENIVELTON JOSE DA SILVA demanda em face de RONDOACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA.
Argumenta que é possuidor de direito do bem alvo de constrição judicial, sendo um veículo de marca/modelo MMC/L200 Triton GL D, ano 2014, placa NDC-0782, categoria particular, cor preta, RENAVAM 996588680.
Afirma que o referido veículo pertencia à Sant Paul Construção e Montagem LTDA que alienou para a Sr. Juliana Fernandes de Paula e esta, por sua vez, alienou para o Sr. Elivelton Baungarte de Oliveira que, posteriormente, alienou para o Sr. Calebe Mantovani Correa que, por derradeiro, vendeu para o embargante Erivelton José da Silva.

Aduz, ainda, que não fez contrato de compra e venda, porque habitualmente realiza negócios com o Sr. Calebe. Narra que está tentando regularizar a situação.
Concluiu falando que o veículo não se encontra mais na posse do Sr. Elivelton Baungarte de Oliveira, e sim na posse do embargante, fazendo-se necessário o ajuizamento desta ação, a fim de anular a indevida constrição judicial no veículo, objeto da lide.
O pedido de tutela provisória de urgência foi indeferido.
O requerido apresentou contestação, defendendo a necessidade de extinção do processo, sob o argumento de que não houve notificação da venda do veículo, somado ao fato que o embargante não juntou qualquer prova fidedigna da propriedade do bem.
Intimados para produzirem provas, o embargante requereu a oitiva de testemunha.
Posteriormente, o autor pediu a reconsideração da decisão que indeferiu o pedido liminar para afastar a constrição judicial que recaiu sobre o veículo em posse do embargante.
É o relatório. Decido.
Inexiste questão de fato que demande produção de outras provas além daquelas já trazidas aos autos junto à inicial e à contestação, uma vez que a lide será analisada com base nas provas documentais apresentadas pelas partes, sendo desnecessária a oitiva de testemunhas. Portanto, o feito comporta o julgamento antecipado do mérito, a teor do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
As partes são legítimas e encontram-se devidamente representadas. Não há preliminares ou questões processuais pendentes.
Conforme a sentença transitada em julgado nos autos 7030962-60.2021.8.22.0001, o juízo da 10ª Vara Cível constatou que o veículo em questão foi adquirido por ELIVELTON BAUNGARTE LOPES DE OLIVEIRA em 30/01/2018, concluindo, portanto, que desde esta data o bem já não pertencia à empresa Sant Paul Construção e Montagem Ltda.
Desse modo, é imperioso reconhecer, nesta ação, que o bloqueio realizado sobre o veículo, como garantia da execução, autos n. 7029575-44.2020.8.22.0001, recaiu sobre bem estranho ao patrimônio da parte executada Sant Paul Construção e Montagem Ltda.
Ressalte-se que a ausência de comprovação de regularização da transferência do veículo perante os órgãos competentes não obsta o ajuizamento de embargos.
Portanto, nos termos do artigo 674 do CPC, os bens do terceiro, ora embargante, não podem responder pela garantia de execução/cumprimento de sentença se este não integra a relação processual, devendo ser desconstituído o bloqueio realizado nos autos principais sob o n. 7029575-44.2020.8.22.0001.
Ademais, em observância ao Princípio da Causalidade e da Súmula n. 303 do STJ, deve o embargante suportar os encargos sucumbenciais, uma vez deu causa à constrição indevida e que lhe competia providenciar a transferência do veículo para seu nome, conforme o art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).
Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para levantar a restrição judicial que recai sobre o veículo marca/modelo MMC/L200 Triton GL D, ano 2014, placa NDC0782, cor preta, realizada via Sistema Renajud, nos autos de execução nº 7029575-44.2020.8.22.0001. Condeno a parte embargante ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% sobre o valor da causa atualizado, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC.
A CPE deverá juntar cópia desta sentença aos autos nº 7029575-44.2020.8.22.0001.
Transitado em julgado, pagas as custas, e não havendo requerimento do credor para cumprimento de sentença, proceda-se as baixas e comunicações pertinentes.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 12 de julho de 2023.
{orgao_julgador.magistrado}

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Número do processo: 0151565-44.2008.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: MAIRSON CANTERLE CARDOZO
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: PATRICIA BERGAMASCHI DE ARAUJO, OAB nº RO4242A, RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO, OAB nº RO3300, RENAN CORREIA LIMA, OAB nº RO6400
Polo Passivo: JEAN CARLOS DOS SANTOS, JOSE JOAQUIM DOS SANTOS, R. DE SOUZA FIGUEIREDO E CIA LTDA ME
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: CAMILE GONCALVES ZIMMERMANN, OAB nº RO675, FRANCISCO DAS CHAGAS FROTA LIMA, OAB nº RO1166
DECISÃO
Trata-se de pedido de penhora de salário que o exequente pugna em face do executado.
O artigo 833, IV, do Código de Processo Civil aponta entre os bens impenhoráveis os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2º.
Ao contrário do previsto em lei, há entendimento jurisprudencial que entende ser possível pensão de salário, desde que a restrição recaia sobre parcela proporcional e razoável.
Não pode ser desenvolvido o mesmo raciocínio, no entanto, no caso dos autos, isso porque o executado José Joaquim dos Santos é pessoa hipossuficiente que utiliza seu benefício do INSS para despesas básicas e sua subsistência, sendo a verba percebida de natureza essencialmente alimentar.
Assim, indefiro o pedido da parte exequente.
Intime-se o Exequente para que esse se manifeste sobre o prosseguimento do feito, no prazo de dez dias, sob pena de arquivamento.
16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br Número do processo: 7007070-25.2021.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: ALLIANZ SEGUROS S/A
ADVOGADO DO AUTOR: LUIZ ANTONIO DE AGUIAR MIRANDA, OAB nº SP93737
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Intimem-se as partes, COM URGÊNCIA, sobre a data da perícia constante na petição de Id. 92764283.
Expeça-se alvará em favor do perito Fernando Henrique Cardoso Rodrigues Ramalho de metade do valor depositado para a seguinte conta: BANCO: Itaú AGÊNCIA: 7368 CONTA CORRENTE: 16870-9 TITULAR: Fernando Henrique Cardoso Rodrigues Ramalho CPF: 018.349.472-51 TIPO DE CONTA: Individual.
Cumpra-se.
16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso: 7013729-60.2015.8.22.0001
Classe: Usucapião
Assunto: Acessão
AUTORES: FRANCISCO CARLOS DO PRADO, LUCIANA BORGES PRADO
ADVOGADOS DOS AUTORES: FRANCISCO CARLOS DO PRADO, OAB nº RO2701, JULIO CESAR MAGALHAES, OAB nº RO6007
REU: PAULO ANTUNES DO AMARAL, MARIA BETANIA NEVES PINTO AMARAL
ADVOGADOS DOS REU: ORESTES MUNIZ FILHO, OAB nº RO40, ALEXANDRE CAMARGO, OAB nº RO704
DESPACHO
A parte exequente deve adequar seu pedido de início da fase de cumprimento de sentença com os respectivos cálculos, como determinado no art. 524 do CPC, sob pena de indeferimento do pleito.
Concedo o prazo de 15 (quinze) dias para a para a parte adequar o referido pedido.
Em caso de inércia, após os procedimentos de praxe, dê-se baixa e arquivem-se.
Porto Velho/RO, domingo, 16 de julho de 2023
SOPHIA VEIGA DE ASSUNÇÃO
Juiz(a) Substituta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br Número do processo: 7004400-43.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: RODRIGO DA SILVA OLIVEIRA
ADVOGADOS DO AUTOR: JOSE CARLOS SABADINI JUNIOR, OAB nº RO8698, DANIELLI VITORIA SABADINI, OAB nº RO10128
Polo Passivo: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Intime-se o Exequente para que esse, no prazo de dez dias, informe os dados bancários da parte e dos advogados.
Após, voltem-me os autos conclusos, para a homologação de acordo.
16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br Número do processo: 7043753-90.2023.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO, OAB nº RO3831
Polo Passivo: LETICIA ALVARENGA VEDOVETO
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
1 - A lei possibilita o recolhimento de apenas 1% do valor no momento da distribuição da ação e o diferimento do 1% remanescente para após a audiência de conciliação, caso não reste frutífera.

Essa sistemática, contudo, aplica-se tão somente aos processos sob a égide do rito comum, vez que não há previsão de audiência obrigatória para os processos de execução de título extrajudicial ou procedimentos especiais.
Assim, sendo, determino à parte autora que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, acostando aos autos o comprovante de recolhimento das custas iniciais, uma vez que estas devem perfazer o quantum de 2% (dois por cento) incidentes sobre o valor da causa, devendo ser respeitado o valor mínimo previsto na Lei de Custas (art.12, §1º, Lei 3.896/2016).
1.1 - Decorrido in albis, o que deverá ser devidamente certificado, voltem os autos conclusos para sentença de extinção.
1.2 - Comprovado o recolhimento, a CPE deverá cumprir os demais itens da presente decisão.
2 - Cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (art. 829 do NCPC).
Caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º, do NCPC).
Saliento que, a teor do art. 915, do NCPC, eventual defesa através de embargos deverá ser oferecida no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 231 do NCPC.
3 - Desde já defiro eventual pedido de expedição de certidão nos moldes do art. 828 do CPC, desde que o exequente comprove o recolhimento da taxa (cód. 1007) para confecção da mesma. A CPE poderá ainda, intimar o exequente para prestar informações complementares.
4 - Na hipótese do executado residir em comarca diversa desta, e por se tratar de Execução de Título Extrajudicial por quantia certa em que a própria lei determina que a citação deverá ser feita por mandado (Ar. 829, §1º, NCPC), desde já defiro a expedição de carta precatória.
Sendo necessário a expedição e distribuição de carta precatória dentro do estado de Rondônia, esta será realizada pela CPE após o comprovante de pagamento da diligência. Realizada a distribuição de carta precatória, intime-se o advogado do seu número, uma vez que este deverá acompanhar sua tramitação.
Na hipótese do executado residir em comarca de outro estado, a CPE fará a expedição da carta precatória e intimará o advogado para distribuí-la e comprovar a sua distribuição nestes autos no prazo de 30 (trinta) dias.
5 - Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte autora apresentar novo endereço sob pena de extinção e arquivamento.
Cumpridas as determinações acima, retornem-me os autos conclusos.
O prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
Intime-se. Cumpra-se.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
NOME: LETICIA ALVARENGA VEDOVETO(qualificação completa nos autos)
ENDEREÇO: Na petição inicial
OBSERVAÇÃO: Em razão da nova Lei Geral de Proteção de dados, não serão divulgados dados pessoais e/ou sensíveis, tais como qualificação e endereço das partes. Todos os endereços apresentados nos autos, deverão ser diligenciados.
FINALIDADE: Pagar em 03 (três) dias, a importância de R$ 11.793,84 onze mil, setecentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos, acrescido de 10% (dez por cento) de honorários advocatícios, ou nomear bens à penhora, sob pena de, não o fazendo, serem-lhes penhorados tantos bens quantos bastem a integral quitação do débito. E, querendo, poderá apresentar embargos no prazo legal. Obs. havendo penhora, intime-a desta, para, querendo, oferecer Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 231 do NCPC.
PRAZO: 15 (quinze) dias.
ADVERTÊNCIA: Não sendo apresentados embargos, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros os fatos articulados pelo autor.
Caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, §1º, do NCPC).
Saliento que, a teor do art. 915 do NCPC, eventual defesa através de embargos deverá ser oferecida no prazo de quinze dias, contados, conforme art. 231 do CPC).
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje
Porto Velho/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Sophia Veiga de Assunção
Juíza Substituta

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4ª Vara Cível 7020666-42.2022.8.22.0001 7020666-42.2022.8.22.0001
Procedimento Comum Cível Procedimento Comum Cível
AUTOR: GABRIEL ELIAS BICHARA AUTOR: GABRIEL ELIAS BICHARA
ADVOGADO DO AUTOR: ANTONIO CARLOS PEREIRA NEVES, OAB nº RO9716 ADVOGADO DO AUTOR: ANTONIO CARLOS PEREIRA NEVES, OAB nº RO9716
REU: EURO BRAZIL PRODUCAO DE EVENTOS LIMITADA REU: EURO BRAZIL PRODUCAO DE EVENTOS LIMITADA
REU SEM ADVOGADO(S) REU SEM ADVOGADO(S)
Despacho
A parte autora deverá se manifestar quanto ao prosseguimento do feito no prazo impreterível de 5 dias, objetivando viabilizar a citação da parte requerida, sob pena de extinção e arquivamento do feito.
Porto Velho - RO; 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7039336-70.2018.8.22.0001
Classe Cumprimento de sentença
Assunto Direito de Imagem
REQUERENTE: MARIANA FONSECA RIBEIRO CARVALHO DE MORAES
ADVOGADO DO REQUERENTE: BRUNO VALVERDE CHAHAIRA, OAB nº PR52860
REQUERIDO: RONILDO PEREIRA MACEDO
ADVOGADO DO REQUERIDO: NEWTON SCHRAMM DE SOUZA, OAB nº RO2947A
Vistos,
Diante do Depósito realizado a título de pagamento, e consequente aceitação do credor, nos termos do art. 924, II, do CPC, JULGO EXTINTO este processo, movido por MARIANA FONSECA RIBEIRO CARVALHO DE MORAES CONTRA RONILDO PEREIRA MACEDO e, em consequência, ordeno o seu arquivamento.
Custas finais já foram recolhidas pela parte devedora.
P.R.I
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Processo n. 7034121-40.2023.8.22.0001
Classe Embargos de Terceiro Cível
Assunto Alienação Judicial
EMBARGANTE: ANDRE CAVALI
ADVOGADO DO EMBARGANTE: PATRICK DE LIMA OLIVEIRA MORAES, OAB nº AM980
EMBARGADO: EDSON SILVA MOREIRA
EMBARGADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de embargos de terceiros manejados por ANDRE CAVALI em face de EDSON SILVA MOREIRA, partes devidamente qualificadas.
Conforme despacho no ID 91623807 , foi determinada a intimação da parte autora para que, no prazo de 15 dias, recolhesse o valor atinente às custas iniciais, tendo o referido lapso temporal transcorrido in albis.
É, em síntese, o relatório. Passo a decidir.
Como é cediço, a petição inicial, para ser admitida, deve especificar os elementos dispostos no art. 319 do diploma processual civil, a saber: "I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação".
Além dessas formalidades, a exordial também deve ser instruída com documentação essencial à propositura da demanda, entendida como aquela sem a qual a pretensão não poderá ser apreciada, bem como com a guia de custas iniciais devidamente paga.
Caso não preenchidos os requisitos dispostos no art. 319 do CPC/15, não colacionados os documentos ditos indispensáveis ao início do feito, ou não pagas as despesas de ingresso, o magistrado deverá conferir à parte o prazo de 15 (quinze) dias para que ela emende a exordial e sane as irregularidades constadas, indicando com precisão o que deve ser corrigido, sob pena de indeferimento da peça pórtico, nos termos do art. 321 do diploma processual civil.
Pois bem. Na demanda em espeque, a parte autora, a despeito de ter sido devidamente intimada, não realizou o pagamento das custas processuais.
Portanto, não efetuado o adimplemento das despesas de ingresso, entendo ser o caso de cancelamento da distribuição, na forma do artigo 290 do Código de Processo Civil, hipótese que não enseja a condenação ao pagamento de custas.
Assim, diante do exposto, EXTINGO o presente feito SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil, indeferindo a petição inicial e determinando o cancelamento da distribuição do feito, na forma do art. 290 do diploma processual civil.
Sem custas e sem honorários advocatícios, uma vez que não houve citação da parte demandada.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Transitada em julgado, proceda-se com a devida baixa na distribuição e, em seguida, arquivem-se os autos.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso: 7047486-98.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Indenização por Dano Material

AUTOR: MILANI SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI
ADVOGADO DO AUTOR: MAIARA LIMA XIMENES, OAB nº RO5776A
REU: ANTONIO NAILTO SILVA DOS ANJOS 04420920327
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Ante o pedido da parte, foi solicitada a pesquisa de endereços on-line no(s) CPF/CNPJ da(s) parte(s) requerida(s) e após o decurso do prazo, o(s) sistema(s) SISBAJUD/INFOJUD/RENAJUD apresentou/apresentaram a(s) resposta(s) que consta na tela comprobatória, anexa a esta decisão.
Conforme o resultado anexo, a CPE deverá proceder da seguinte forma:
1- Intimar a parte interessada a se manifestar sobre o(s) resultado(s) da(s) pesquisa(s) de endereço(s) realizada(s), no prazo de 5(cinco) dias.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/ NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO.
Porto Velho/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso: 7012175-12.2023.8.22.0001
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto: Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO AUTOR: EDSON ROSAS JUNIOR, OAB nº AM1910, BRADESCO
REU: A B SERRAO LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Defiro o pedido de pesquisa de endereços junto ao(s) sistema(s) SISBAJUD/RENAJUD/.
Nesta data solicitei a pesquisa de endereços junto ao(s) sistema(s) supra mencionado(s).
Aguarde-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta do Sistema Sisbajud, excluindo-se do prazo a data em que este despacho é proferido e após, faça-se conclusão (jud's) dos autos para transcrição das respostas e deliberações. Respostas dos demais Sistemas no anexo.
Porto Velho/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br Número do processo: 0077710-66.2007.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: S DA COSTA RODRIGUES - ME, RENATO CARVALHO DA SILVA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS, OAB nº RO3208, ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO, OAB nº RO303B
Polo Passivo: EMPRESA JORNALISTICA O OBSERVADOR DE RONDONIA LTDA - ME
ADVOGADO DO EXECUTADO: CAETANO VENDIMIATTI NETTO, OAB nº RO1853
DESPACHO
Defiro o pedido de Id. 92812349 e determino a exclusão do advogado ALBINO MELO SOUZA JÚNIOR da autuação.
Intime-se o Exequente para que esse se manifeste sobre o prosseguimento do feito no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento.
16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7005429-70.2019.8.22.0001
Classe Cumprimento de sentença
Assunto Correção Monetária
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS, OAB nº RO3208, TAINA KAUANI CARRAZONE, OAB nº RO8541
EXECUTADO: FLAVIO ALVES DE MORAES
ADVOGADO DO EXECUTADO: LUCIANO DUARTE, OAB nº RO9953

SENTENÇA
Vistos.
Homologo o acordo celebrado entre as partes para que produza seus efeitos jurídicos e legais e, em consequência, com fundamento no artigo 924, III, do NCPC, JULGO EXTINTO o presente feito movido por ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER em face de FLAVIO ALVES DE MORAES e ordeno o seu arquivamento.
Tratando-se de pedido de homologação entre as partes, verifico a ocorrência da preclusão lógica no tangente ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data.
Fica a parte exequente intimada acerca do e-mail informado pelo executado para que sejam enviados os boletos para pagamento das parcelas acordadas.
Como as partes não entabularam acordo quando o pagamento de custas finais, estas serão rateadas na forma do art. 90, §2º, do CPC: § 2º Havendo transação e nada tendo as partes disposto quanto às despesas, estas serão divididas igualmente. Determino que a CPE apure se há custas pendentes de recolhimento, devendo providenciar, em caso positivo, a intimação do(s) devedor(es) no prazo de 15 dias, sob pena de posterior inscrição em dívida ativa.
Publique-se.Registre-se. Intime-se.
Nada mais havendo, arquive-se.
Porto Velho/RO, 16 de julho de 2023
SOPHIA VEIGA DE ASSUNÇÃO
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7036621-79.2023.8.22.0001
Classe Embargos à Execução
Assunto Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução
EMBARGANTE: TEREZINHA DA SILVA
ADVOGADO DO EMBARGANTE: JOSE CRISTIANO PINHEIRO, OAB nº RO1529
EMBARGADO: CONDOMINIO EDIFICIO CENTRO EMPRESARIAL PORTO VELHO
EMBARGADO SEM ADVOGADO(S)
Despacho INICIAL
Vistos,
1 - Compulsando os autos verifico que não há pedido de gratuidade processual, nem recolhimento das custas.
Ademais a lei possibilita o recolhimento de apenas 1% do valor no momento da distribuição da ação e o diferimento do 1% remanescente para após a audiência de conciliação, caso não reste frutífera. Essa sistemática se aplica aos processos sob a égide do rito comum, vez que há previsão de audiência de conciliação.
Considerando ser notório nesta comarca que o requerido não tem interesse em compor acordos em audiência de conciliação, deixo de designá-la, e determino à parte autora que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial para acostar nos autos o comprovante de recolhimento das custas iniciais, uma vez que estas devem perfazer o quantum de 2% (dois por cento) incidentes sobre o valor da causa, devendo ser respeitado o valor mínimo previsto na Lei de Custas (art.12, §1º, Lei 3.896/2016). Se necessário, a referida parte também poderá promover a alteração dos pedidos (acompanhado dos documento que comprovem a hipossuficiência), sob pena de extinção e arquivamento.
1.1. Da mesma forma, não vislumbro a existência de garantia do juízo, de maneira a justificar a concessão do efeito suspensivo, nos termos do art. 919, §1º, do CPC: “Art. 919. Os embargos à execução não terão efeito suspensivo. § 1o O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes”.
1.2 - Com o recolhimento das custas iniciais e demonstração da garantia do juízo, cumpram-se os demais termos do despacho.
2 - Trata-se de Embargos à Execução ajuizados por TEREZINHA DA SILVA em face de CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL narrando que não prosperam as alegações da Embargada, pois o débito cobrado já foi discutido judicialmente através da ação judicial feito n. 7038532-05.2018.8.22.0001, que está em cumprimento de sentença, em face de TERESINHA DE JESUS FERREIRA DA COSTA e FRANCISCO ELDER SOUZA DE OLIVEIRA, pertencendo a estes o débito cobrado referente às taxas de condomínio em atraso. Assim, a parte requerente defende: a) a inexigibilidade da execução; e b) excesso da execução, visto que a importância supostamente devida corresponderia à importância de R$ 9.888,86.
Pleiteou a suspensão do processo 7049525-68.2022.8.22.0001.
É o relatório.
Em síntese, o Embargante alega que o processo 7049525-68.2022.8.22.0001 cobra os mesmos débitos dos autos 7038532-05.2018.8.22.0001.
Nos autos do processo 7049525-68.2022.8.22.0001 são cobradas parcelas de janeiro a dezembro de 2018.
Nos autos do processo 7038532-05.2018.8.22.0001, a sentença determinou:
(A) a rescisão do contrato de locação e condenação dos requeridos e o fiador, solidariamente, ao:
(B) o pagamento referente aos aluguéis a contar de junho/2016 até a data da desocupação;
(C) o pagamento de multa de 10% por inadimplemento contratual;
(D) a cobrança de eventuais valores das tarifas de água e luz vencidas, devendo incidir atualização monetária, multas e juros previstos no referido contrato e ressarcimento de eventuais danos materiais, até a entrega das chaves ou desocupação, a ser liquidado em cumprimento de sentença e;
(E) a condenação dos requeridos, ainda, ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% do valor da condenação.
Compulsando os autos 7038532-05.2018.8.22.0001 verifica-se que esses cobram as cotas condominiais de 2016 a 2019, em fase de cumprimento de sentença.

O processo 7049525-68.2022.8.22.0001, por sua vez, cobra as cotas condominiais de 2018.
Verifica-se, portanto, que há dupla cobrança dos mesmos valores em diferentes ações, uma em fase de cumprimento de sentença e uma ação de execução de título extrajudicial.
Ante o exposto, defiro o pedido e concedo efeito suspensivo ao processo 7049525-68.2022.8.22.0001.
A CPE deve juntar a presente decisão ao processo 7049525-68.2022.8.22.0001 e suspendê-lo.
4 - Intime-se a parte Embargada, por meio de seu advogado, se houver - para querendo, impugná-los, no prazo de 15 dias (art. 920, I, NCPC).
PARA USO DA CPE:
5 - Certifiquem-se os presentes Embargos à Execução nos autos Principais 7049525-68.2022.8.22.0001.
5.1 - Não estando os Embargos à Execução associado ao processo principal, deverá a CPE associá-los.
6 - Retifique-se o polo passivo deste processo para incluir o patrono do exequente, ora embargado.
7 - Retifique-se o polo passivo da ação executiva principal, para consta o patrono do executado, ora embargante.
8 - Junte procuração do patrono do embargante apresentado nestes autos ao processo principal.
9 - Apresentada impugnação aos embargos à execução, intimem-se as partes para esclarecerem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, utilidade e sua adequação e, em caso de produção de prova testemunhal, já deverá apresentar seu rol de testemunhas (todas devidamente qualificadas, com endereço conforme dispõe o art. 450 do CPC), no prazo de 15 (quinze) dias a contar desta intimação, sob pena de preclusão, nos termos do art. 357, §4º, do CPC.
9.1 - A não apresentação de rol de testemunhas pelas partes no prazo acima (com qualificação e endereço), será interpretado como desistência do pedido de prova oral, não sendo designada a audiência e podendo o feito ser julgado no estado em que se encontra, salvo pendência de alguma diligência.
10 - Na hipótese das partes requererem julgamento antecipado da lide, ou não se manifestarem, retornem os autos conclusos para sentença.
11 - Havendo manifestação para produção de provas, retornem os autos conclusos para saneamento.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho - domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA
NOME: CONDOMINIO EDIFICIO CENTRO EMPRESARIAL PORTO VELHO
Endereço:
ADVERTÊNCIA: O prazo para apresentação de defesa ou cumprimento do mandado de pagamento, além do pagamento de honorários advocatícios é de quinze dias, contados da data da juntada do aviso de recebimento/mandado nos autos. Não sendo apresentada impugnação, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br Número do processo: 7020667-90.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: ADEMAR CALAURO BAIA
ADVOGADO DO AUTOR: MAIARA MADER MENEZES AMAZONAS, OAB nº RO8337
Polo Passivo: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Vistos,
Considerando a manifestação da parte autora requerendo a extinção do feito (ID 92674112) sob a justificativa de que ajuizou, equivocadamente, pedido de benefício de Auxílio Doença Previdenciário Rural no dia 06/12/2022, o qual gerou o nº de processo 7085678-03.2022.8.22.0001, nos termos do art. 485, inc. VIII, do Novo Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o presente processo promovido por ADEMAR CALAURO BAIA, em face de INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, e, em consequência, ordeno o seu arquivamento.
Tratando-se de pedido de desistência do feito verifica-se a ocorrência da preclusão lógica no tangente ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data.
Sem custas finais, conforme art. 8º, III, da Lei de Custas n. 3.896/2016.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Nada mais havendo, arquive-se
e continuidade tão somente.
Porto Velho/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Sophia Veiga de Assunção
Juíza Substituta

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4ª Vara Cível Fórum Geral, 1a Vara Cível, sala 647, 6º andar, Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Processo nº 7024407-56.2023.8.22.0001
Assunto: Condomínio
Classe: Procedimento Comum Cível

AUTOR: ASSOCIACAO RESIDENCIAL BOSQUES DO MADEIRA
ADVOGADO DO AUTOR: GEISEBEL ERECILDA MARCOLAN, OAB nº RO3956A
REU: BIANCA LETICIA BARROS MOREIRA
ADVOGADO DO REU: TIAGO JOSE ROTUNO VIEIRA, OAB nº RO9787
SENTENÇA
Proposta a presente ação, as partes noticiaram a realização de composição amigável extrajudicial e o submeteram para homologação e extinção do feito.
Presentes os requisitos legais, homologo o acordo celebrado entre as partes, para que tenha validade legal e reconheço a satisfação da obrigação, julgando extinto o feito na forma do artigo 487, III, alínea "b", do CPC.
Em face da grande quantidade de processos em andamento na vara e da necessidade de melhor orientar as rotinas cartorárias, assim como o fato de que eventual continuação do feito poderá ser feita nos próprios autos, mediante simples pedido de desarquivamento, providencie-se desde logo o arquivamento do feito.
Sem custas, pois o acordo foi realizado antes da prolação da sentença.
Face ao princípio da preclusão lógica, considero o trânsito em julgado nesta data.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO/ NOTIFICAÇÃO OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso: 7052707-96.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Prestação de Serviços
REQUERENTE: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: SAMIR RASLAN CARAGEORGE, OAB nº RO9301, JUCIMARA DE SOUZA CAMPOS, OAB nº RO1064, CAMILA GONCALVES MONTEIRO, OAB nº RO8348, CAMILA BEZERRA BATISTA, OAB nº RO7212, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO, OAB nº RO796
REQUERIDO: RAILDA SILVA DO NASCIMENTO
ADVOGADO DO REQUERIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
1 - Consta intimação do executado para pagamento voluntário no ID n.88065707.
2 - Comprovante de recolhimento da taxa da diligência no ID 91377105.
3 - Defiro o pedido de penhora on-line.
4 - Nesta data solicitei o bloqueio de contas/aplicações do executado junto ao sistema SISBAJUD, cuja identificação junto ao sistema pode ser feita pelo número do processo.
5 - Aguarde-se o prazo de 02 (dois) dias úteis para resposta, excluindo-se do prazo a data em que este despacho é proferido e após, faça-se conclusão (pasta JUDS) dos autos para transcrição da resposta e deliberações.
Porto Velho/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso: 7080644-47.2022.8.22.0001
Classe: Monitória
Assunto: Contratos Bancários
AUTOR: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
REU: DIONE ROBERTO DA SILVA, JULIANO ROBERTO DA SILVA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Defiro o pedido de pesquisa de endereços junto ao(s) sistema(s) SISBAJUD/RENAJUD/INFOJUD, ID 89590715.
Custas recolhidas conforme IDs 90370778 e 91248586
Nesta data solicitei a pesquisa de endereços junto ao(s) sistema(s) supra mencionado(s).
Aguarde-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta do Sistema Sisbajud, excluindo-se do prazo a data em que este despacho é proferido e após, faça-se conclusão (jud's) dos autos para transcrição das respostas e deliberações. Respostas dos demais Sistemas no anexo.
Porto Velho/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso: 7027207-91.2022.8.22.0001
Classe: Monitória
Assunto: Cartão de Crédito
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, PROCURADORIA DA SICOOB AMAZÔNIA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA
REU: DEIVY LEMES DA COSTA, R B VIEIRA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Defiro o pedido de pesquisa de endereços junto ao(s) sistema(s) SISBAJUD/INFOJUD.
Nesta data solicitei a pesquisa de endereços junto ao(s) sistema(s) supra mencionado(s).
Aguarde-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta do Sistema Sisbajud, excluindo-se do prazo a data em que este despacho é proferido e após, faça-se conclusão (jud's) dos autos para transcrição das respostas e deliberações. Respostas dos demais Sistemas no anexo.
Porto Velho/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7016506-76.2019.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Expropriação de Bens
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES, OAB nº RO4594
EXECUTADOS: ELIVANIO DE SOUZA NASCIMENTO, RAIMUNDA LOPES DA SILVA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Defiro o pedido da petição da parte exequente.
Assim, após o recolhimento de custas, expeça-se ofício ao INSS a fim de que realize consulta no Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS – para indicar a existência de vínculo(s) de emprego(s) ativo(s) dos executados.
Expeça-se o necessário.
Porto Velho/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4ª Vara Cível PROCESSO: 7039211-34.2020.8.22.0001
REQUERENTE: MARIA GUILHERME FERREIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FAUSTO SCHUMAHER ALE, OAB nº SP273516
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
I. Relatório (art. 489, I, do CPC/2015).
Cuida-se de cumprimento definitivo de sentença iniciado por MARIA GUILHERME FERREIRA em face de ENERGISA RONDONIA-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, partes devidamente qualificadas.
Após o depósito, pela parte executada, do valor que a parte exequente havia mencionado ser devido, vieram-me os autos conclusos.
É o relatório. Passo a decidir.
II. Fundamentação (art. 93, IX, da CRFB/88 e art. 489, II, do CPC/2015).
Dispõe o art. 924, II, do Código de Processo Civil que, uma vez satisfeita a obrigação, deve o processo executivo ser extinto.
Analisando o contido nos autos, pelo que foi acima relatado, tenho que esse deve ser o desfecho do presente processo, diante da satisfação integral do débito executado.
III. Dispositivo (art. 489, III, do CPC/2015).
Diante do exposto, julgo extinto o cumprimento de sentença, com resolução de mérito, na forma do art. 924, II, do Código de Processo Civil.
Via de consequência, considerando o depósito judicial realizado pela parte devedora, nesta data EXPEDI ORDEM JUDICIAL ao banco, em favor da exequente e/ou de seu(s) advogado(s) constituído(s) para levantamento dos valores depositados em juízo, com as devidas correções/rendimentos/atualizações monetárias, devendo a instituição financeira zerar e encerrar as contas.
A Energisa afirma que houve o pagamento e o bloqueio via sisbajud, porem não foram bloqueados valores por esta via.

OBSERVAÇÕES:
1) A parte favorecida deverá comparecer, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, à agência da Caixa Econômica Federal (agência: 2848), localizada na Avenida Nações Unidas, ao caixa presencial, munida de documentos de identificação com foto, para saque do valor creditado.
2) O alvará eletrônico deverá ser sacado em até 30 (trinta) dias, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, sob pena de transferência para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO, que desde já determino.
3)Saliento que não é necessária a impressão deste expediente e nem tampouco comparecimento da parte à sede deste Juízo, bastando, para tanto, comparecer à Caixa Econômica Federal - Agência 2848 - Avenida Nações Unidas para levantamento da ordem.
Tendo em vista que não há requerimentos pendentes, bem como o fato de que houve recolhimento das custas finais, determino a extinção do feito e o arquivamento dos autos.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7008899-70.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: BARBARA DE FREITAS MENDES PEREIRA e outros
REU: AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A
Advogado do(a) REU: JAIME PEDROSA DOS SANTOS NETO - RO4315
Intimação PARTES - PROVAS
Ficam AS PARTES intimadas para manifestarem-se acerca de quais provas pretendem produzir, justificando a necessidade, utilidade e sua adequação e, em caso de produção de prova testemunhal, já deverá apresentar seu rol de testemunhas (todas devidamente qualificadas, com endereço conforme dispõe o art. 450 do CPC), no prazo de 5 dias a contar desta intimação, sob pena de preclusão, nos termos do art. 357, §4º do CPC.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7068478-80.2022.8.22.0001
Classe : PETIÇÃO CÍVEL (241)
REQUERENTE: ROBSON SOUZA DOS SANTOS registrado(a) civilmente como ROBSON SOUZA DOS SANTOS
Advogado do(a) REQUERENTE: ANTONIA MARIA DA CONCEICAO ALVES BIANCHI - RO8150
REQUERIDO: ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS PUBLICOS e outros
Advogados do(a) REQUERIDO: JAIME PEDROSA DOS SANTOS NETO - RO4315, JONATAS JOEL MORETES SILVESTRE - RO10021, MARILIA GUIMARAES BEZERRA - RO10903
Advogado do(a) REQUERIDO: VINICIUS SOARES SOUZA - RO4926
INTIMAÇÃO
Fica a parte REQUERIDA intimada na pessoa do seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as Contrarrazões Recursais.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7068478-80.2022.8.22.0001
Classe : PETIÇÃO CÍVEL (241)
REQUERENTE: ROBSON SOUZA DOS SANTOS registrado(a) civilmente como ROBSON SOUZA DOS SANTOS
Advogado do(a) REQUERENTE: ANTONIA MARIA DA CONCEICAO ALVES BIANCHI - RO8150
REQUERIDO: ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS PUBLICOS e outros
Advogados do(a) REQUERIDO: JAIME PEDROSA DOS SANTOS NETO - RO4315, JONATAS JOEL MORETES SILVESTRE - RO10021, MARILIA GUIMARAES BEZERRA - RO10903
Advogado do(a) REQUERIDO: VINICIUS SOARES SOUZA - RO4926
INTIMAÇÃO
Fica a parte REQUERIDA intimada na pessoa do seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as Contrarrazões Recursais.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7021637-90.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: SABRINA DESTRO NOBRE RODRIGUES
Advogado do(a) AUTOR: VANESSA RODRIGUES ALVES MOITA - RO5120
REU: AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A e outros
Advogado do(a) REU: VINICIUS SOARES SOUZA - RO4926
Advogado do(a) REU: JAIME PEDROSA DOS SANTOS NETO - RO4315
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7007482-82.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: UNIRON
Advogado do(a) AUTOR: ALINE NOVAIS CONRADO DOS SANTOS - SP415428
REU: DIENE RAMOS BARBOSA
Advogados do(a) REU: ERIAS TOFANI DAMASCENO JUNIOR - RO2845, REMOLO BARBOSA RODRIGUES - RO10344
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7025739-58.2023.8.22.0001
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado do(a) AUTOR: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - PR19937
REU: RAIMUNDO ARAUJO DA CUNHA
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br Número do processo: 7071710-37.2021.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: LUIZ LUCAS DO NASCIMENTO
ADVOGADO DO AUTOR: MONICA JAPPE GOLLER KUHN, OAB nº RO8828
Polo Passivo: SAMUEL PEREIRA BRITO, ANDRE LUIZ MACHADO BRITO
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Indefiro o pedido de citação por whatsapp, uma vez que esse meio, via de regra, é excepcional, já que a autenticidade da comunicação por tal mecanismo é limitada e pressupõe muita cautela e cuidado. Isso porque é preciso comprovar a autenticidade não apenas do número telefônico com que o oficial de justiça realiza a conversa, mas também da identidade do destinatário das mensagens. Nesse passo, primeiramente deve-se priorizar os mecanismos convencionais de citação para, somente então, ser efetivada tentativa pelo supracitado aplicativo.
Intime-se a Autora para que indique o endereço e meios de citar os réus, no prazo de 10 dias, ou recolha custas para que seja feita nova tentativa de localização deles nos logradouros já indicados.
16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - Email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7064645-64.2016.8.22.0001
Classe Cumprimento de sentença
Assunto Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Moral
EXEQUENTE: JAILTON ZARCO DE OLIVEIRA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ANDERSON MARCELINO DOS REIS, OAB nº RO6452, ELISANDRA NUNES DA SILVA, OAB nº RO5143
EXECUTADOS: BAIRRO NOVO PORTO VELHO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A, OR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES S.A.
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO, OAB nº RO303B, GUSTAVO CLEMENTE VILELA, OAB nº SP220907, PAULO BARROSO SERPA, OAB nº RO4923, SERGIO CARNEIRO ROSI, OAB nº MG71639
DECISÃO INTERLOCUTÓRIA
Vistos.
Trata-se de Cumprimento de sentença em que JAILTON ZARCO DE OLIVEIRA demanda em face de BAIRRO NOVO PORTO VELHO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A, OR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES S.A.
Os autos foram remetidos para a Contadoria Judicial, cujo objetivo era o de apurar eventual saldo remanescente.
Ao seu turno, a Contadoria Judicial afirmou haver saldo remanescente de débito no valor de R$ 461,12 .
Intimadas as partes para se manifestarem, ambas não impugnaram os cálculos
Vieram os autos conclusos.
Pois bem.
A Contadoria Judicial entende que o saldo remanescente de débito é de R$ 461,12.
Assim, considerando o valor apresentado pela Contadoria do Juízo, ante a presunção de certeza e veracidade destes, corroborado ao fato de ser órgão auxiliar do Juízo e sem qualquer interesse na lide, vislumbro como plausível acolher os cálculos por ela operados.
Assim, HOMOLOGO os cálculos elaborados pela contadoria judicial.
A CPE:
a) Expeça alvará judicial do saldo já depositado nos autos em favor do exequente, eis que incontroversos;
b) Intime-se o exequente para, no prazo de 10 dias, efetuar o depósito do saldo remanescente de débito;
c) Realizado o depósito do saldo remanescente, expeça-se alvará judicial em favor do exequente.
Feitos os levantamentos, retorne para extinção.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Processo n. 7052108-60.2021.8.22.0001
Classe Procedimento Comum Cível
Assunto Abatimento proporcional do preço
AUTOR: IGREJA EVANGELICA PENTECOSTAL DEUS E A VERDADE
ADVOGADOS DO AUTOR: VAGNER MESSIAS DA SILVA, OAB nº RO8969, FRANCO OMAR HERRERA ALVIZ, OAB nº RO1228
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Vistos,
1 - Trata-se de cumprimento de sentença em que a parte sucumbente não foi intimada para cumprir espontaneamente o julgado.
2 - Assim, fica intimada a parte executada para que, por meio de seu advogado (se houver), no prazo de quinze dias, pague o débito espontaneamente, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 523, § 1º, do NCPC (10%), e fixação de honorários na fase de cumprimento do julgado (10%).
Na hipótese do executado ter sido assistido pela Defensoria Pública na fase de conhecimento, a intimação deverá ser por carta com aviso de recebimento, conforme disposto no art. 513, II, do NCPC.
3 - Transcorrido tal prazo de 15 (quinze) dias, sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (CPC, art. 525).
4 - Decorrido o prazo do Executado, intime-se o exequente para que diga o que pretende em termos de andamento processual, bem como para que junte comprovante de pagamento das diligências que se fizerem necessárias, sob pena de suspensão processual.
5 - Altere-se a classe processual.
6 - Restando infrutífera a intimação via carta Ar ou oficial de justiça, expeça-se edital de intimação para cumprimento de sentença, visto que os arts. 77, V, e 274, parágrafo único, do CPC determinam que a parte mantenha seu endereço sempre atualizado nos autos.
7 - Em caso de inércia do causídico da parte exequente, intime-se o exequente pessoalmente para, no prazo de 5 (cinco) dias, constituir novo advogado e dar andamento ao feito, sob pena de suspensão da execução por 1 (um) ano, nos termos do art. 921, III, § 1º, do NCPC.
8 - Cumpridas todas as determinações, volte os autos conclusos.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
SOPHIA VEIGA DE ASSUNÇÃO
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso: 7004579-79.2020.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Indenização por Dano Material, Direito de Imagem
AUTOR: AURIO CEZA ARAUJO
ADVOGADO DO AUTOR: RAIMUNDO SOARES DE LIMA NETO, OAB nº RO6232
REU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS DO REU: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
DESPACHO
Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca do pedido de sobrestamento feito pela requerida, conforme petição de ID. 92244427 .
Após, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos.
Porto Velho/RO, domingo, 16 de julho de 2023
SOPHIA VEIGA DE ASSUNÇÃO
Juiz(a) Substituta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7001837-13.2022.8.22.0001
Classe Monitória
Assunto Contratos Bancários
AUTOR: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO AUTOR: SERVIO TULIO DE BARCELOS, OAB nº RO6673A, BERNARDO BUOSI, OAB nº SP227541, JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA, OAB nº AC4270, MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES, OAB nº RN5553, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
REU: NISLEY JERONIMO DE ARAUJO, JANIO APARECIDO DO NASCIMENTO
REU SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
Defiro o pedido de realização de nova diligência de tentativa de citação, desde que precedido do pagamento das custas do oficial de justiça, visto se tratar de nova medida.
O boleto para pagamento deve ser gerado no portal de custas (https://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=pBlsoZy0qWQ04Ci-RqVKsRV5lyBz_Vep8-RwW04u.wildfly02:custas2.1).
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Número do processo: 0008997-29.2013.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: VIBRA ENERGIA S.A
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LEONARDO MENDES CRUZ, OAB nº BA25711, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA, OAB nº RO3434
Polo Passivo: MARIA CELIA SOUSA DE OLIVEIRA PEREIRA, CARCEL AUTO POSTO LTDA, CARLOS ANTONIO COSTA PEREIRA
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Deve a parte exequente recolher as custas referentes à diligência requerida, observando os termos da Lei Estadual n. 3.896/16, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do requerimento.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Número do processo: 7046185-19.2022.8.22.0001
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Polo Ativo: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA, OAB nº SP115665, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
Polo Ativo: JOSE FERNANDES PARAGUASSU
REU SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Indefiro o pedido ID 92077527, uma vez que a oficiala de justiça certificou (ID 89808737) que não obteve êxito na diligência para citar o requerido.
Não encontrado o requerido, cabe ao autor garantir os meios para efetivar a citação.
Intime-se o autor para que, em 5 dias, busque providências para citação, sob pena de extinção do feito.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Processo n. 7087539-24.2022.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Compromisso
EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL VITORIA REGIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JETER BARBOSA MAMANI, OAB nº RO5793
EXECUTADO: PATRICIA DOS SANTOS LEMOS
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Despacho INICIAL
A parte exequente pleiteou a realização de audiência de tentativa de conciliação com a parte executada para a resolução da lide.
Dessa forma, determino que a referida audiência seja realizada pela CEJUSC, com o devido agendamento a ser providenciado por aquele setor.
Proceda-se com o necessário, retornando os autos conclusos após a realização da solenidade.
Porto Velho, 16 de julho de 2023
SOPHIA VEIGA DE ASSUNÇÃO
Juiz(a)Substituta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Processo n. 7006788-84.2021.8.22.0001
Classe Cumprimento de sentença
Assunto Lei de Imprensa, Fornecimento de Energia Elétrica, Honorários Advocatícios
AUTORES: MARIA DO SOCORRO PEREIRA DE SOUZA TERTO, SEBASTIAO PEREIRA TERTO, JESSICA JESUS OLIMPIO TERTO, ANA LUCIA OLIMPIO DO O, JANIELSON PEREIRA TERTO
ADVOGADOS DOS AUTORES: ELISANGELA GONCALVES BATISTA, OAB nº RO9266, ROBSON JOSE MELO DE OLIVEIRA, OAB nº RO4374, POLIANA SOUZA DOS SANTOS, OAB nº RO10454
REU: REDE ENERGIA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL, ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DOS REU: MARIA BEATRIZ ALBUQUERQUE MOURA DE OLIVEIRA, OAB nº PB20422, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Vistos,
1 - Trata-se de cumprimento de sentença em que a parte sucumbente não foi intimada para cumprir espontaneamente o julgado.
2 - Assim, fica intimada a parte executada para que, por meio de seu advogado (se houver), no prazo de quinze dias, pague o débito espontaneamente, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 523, § 1º, do NCPC (10%), e fixação de honorários na fase de cumprimento do julgado (10%).
Na hipótese do executado ter sido assistido pela Defensoria Pública na fase de conhecimento, a intimação deverá ser por carta com aviso de recebimento, conforme disposto no art. 513, II, do NCPC.
3 - Transcorrido tal prazo de 15 (quinze) dias, sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (CPC, art. 525).
4 - Decorrido o prazo do Executado, intime-se o exequente para que diga o que pretende em termos de andamento processual, bem como, para que junte comprovante de pagamento das diligências que se fizerem necessárias, sob pena de suspensão processual.
5 - Altere-se a classe processual.
6 - Restando infrutífera a intimação via carta Ar ou oficial de justiça, expeça-se edital de intimação para cumprimento de sentença, visto que os arts. 77, V e 274, parágrafo único, do CPC determinam que a parte mantenha seu endereço sempre atualizado nos autos.
7 - Em caso de inércia do causídico da parte exequente, intime-se o exequente pessoalmente para, no prazo de 5 (cinco) dias, constituir novo advogado e dar andamento ao feito, sob pena de suspensão da execução por 1 (um) ano, nos termos do art. 921, III, § 1º, do NCPC.
8 - Cumpridas todas as determinações, volte os autos conclusos.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
SOPHIA VEIGA DE ASSUNÇÃO
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br Número do processo: 7034020-71.2021.8.22.0001
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Polo Ativo: BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADOS DO AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
Polo Passivo: BRUNA CARLOS DOS SANTOS
ADVOGADO DO REU: ALOISIO BARBOSA CALADO NETO, OAB nº PB17231
DESPACHO
Intime-se o Autor para que esse, no prazo de 10 dias, arque com as custas das diligências solicitadas, sob pena de indeferimento.
16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7045241-90.2017.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: FRANCISCA BRASIL DA COSTA RIBEIRO
Advogados do(a) REQUERENTE: FELIPE GOES GOMES DE AGUIAR - RO4494, LIDIANY FABIULA MOREIRA MARQUES - RO6505, MARCIA YUMI MITSUTAKE - RO7835, TERESA CRISTINA ARANHA DE BRITO - RO5798
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO PARTES - CÁLCULO CONTADOR
Ficam as PARTES intimadas para, no prazo de 10 dias, manifestarem-se acerca dos cálculos da contadoria judicial.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7013345-53.2022.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ALDEMISO VIRGINIO DE ALMEIDA e outros (4)
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCIA TEIXEIRA DOS SANTOS - RO6768
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada para dizer o que pretende em termos de andamento processual, bem como, para que junte comprovante de pagamento das diligências que se fizerem necessárias, no prazo de 05 dias, sob pena de suspensão.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7023831-63.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: V. D. S. A. e outros
Advogado do(a) AUTOR: ANDRIA ARAUJO DA SILVA - RO10870
REU: AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A e outros
Advogado do(a) REU: VINICIUS SOARES SOUZA - RO4926
Advogado do(a) REU: JAIME PEDROSA DOS SANTOS NETO - RO4315
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4ª Vara Cível PROCESSO: 7044000-76.2020.8.22.0001
REQUERENTES: REGIANE DOS SANTOS SOARES, PIETRO DOS SANTOS RAMALHAES
ADVOGADO DOS REQUERENTES: ELGISLANE MATOS BORGES DA SILVA CORDEIRO, OAB nº RO5575
REQUERIDO: AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: MARILIA GUIMARAES BEZERRA, OAB nº RO10903, JAIME PEDROSA DOS SANTOS NETO, OAB nº RO4315, JONATAS JOEL MORETES SILVESTRE, OAB nº RO10021
ADVOGADOS DO REQUERIDO: MARILIA GUIMARAES BEZERRA, OAB nº RO10903, JAIME PEDROSA DOS SANTOS NETO, OAB nº RO4315, JONATAS JOEL MORETES SILVESTRE, OAB nº RO10021

SENTENÇA
Vistos.
Considerando o depósito judicial realizado pela parte devedora, nesta data EXPEDI ORDEM JUDICIAL ao banco, em favor da exequente e/ou de seu(s) advogado(s) constituído(s) para levantamento dos valores depositados em juízo, com as devidas correções/rendimentos/ atualizações monetárias, devendo a instituição financeira zerar e encerrar as contas.
OBSERVAÇÕES:
1) A parte favorecida deverá comparecer, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, à agência da Caixa Econômica Federal (agência: 2848), localizada na Avenida Nações Unidas, ao caixa presencial, munida de documentos de identificação com foto, para saque do valor creditado.
2) O alvará eletrônico deverá ser sacado em até 30 (trinta) dias, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, sob pena de transferência para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO, que desde já determino.
3)Saliento que não é necessário a impressão deste expediente e nem tampouco comparecimento da parte à sede deste Juizado, bastando, para tanto, comparecer à Caixa Econômica Federal - Agência 2848 - Avenida Nações Unidas para levantamento da ordem.
Extingo o feito, uma vez que não há questões pendentes a serem analisadas.
Após, arquivem-se os autos.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Número do processo: 7028082-66.2019.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LAZARO PONTES RODRIGUES, OAB nº BA39590
Polo Passivo: EMERSON MACHADO DA SILVA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
Trata-se de pedido de expedição de ofício ao INSS para pesquisa de uma eventual fonte pagadora junto ao CPF do executado EMERSON MACHADO DA SILVA.
Defiro o pedido postulado pela parte autora, desde que recolhidas as custas da diligência (cód. 1007), uma vez que a nova sistemática adotada pelo Código de Processo Civil/2015, com base no princípio da cooperação judicial, bem como na eficácia, celeridade, solidez e segurança, evidencia a necessidade de se buscar a localização do requerido/executado nos sistemas informatizados, bem como nos cadastros públicos.
Com o recolhimento das custas, oficie-se ao INSS solicitando informações indicadas.
Custas recolhidas no ID 91781735.
Faça constar no ofício que a resposta poderá ser encaminhada tanto por email: 4civelcpe@tjro.jus.br, quanto por carta ar para o endereço: Av. Pinheiro Machado, 777, bairro Olaria - Porto Velho/RO.
Com a resposta junte-se o ofício nos autos e intime-se o exequente para dizer o que pretende em termos de prosseguimento do feito, em até 15 (quinze) dias.
Cumpra-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso: 0003914-08.2008.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Atos executórios
EXEQUENTE: Francisco Carlos Ferreira
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MANOEL RIVALDO DE ARAUJO, OAB nº RO315B
EXECUTADO: FRANCISCO EMILIANO PINTO NETO
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Defiro o pedido para expedição de certidão de dívida judicial. Intime-se o exequente se necessário para, no prazo de 5 (cinco) dias, prestar informações imprescindíveis para a confecção do referido documento.
Com a expedição, intime-se o exequente para dizer o que pretende, no prazo de 5 (cinco) dias.
Decorrido o prazo sem manifestação, os autos deverão ser arquivados
Int.
Porto Velho/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Número do processo: 7087525-40.2022.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: CONDOMINIO RESIDENCIAL VITORIA REGIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JETER BARBOSA MAMANI, OAB nº RO5793
Polo Ativo: DEANE CABRAL DOS SANTOS
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos,
Homologo o acordo celebrado entre as partes constante no ID 89016550 , para que produza seus efeitos jurídicos e legais e, em consequência, com fundamento no artigo 924, III do NCPC, JULGO EXTINTO o presente feito movido por CONDOMINIO RESIDENCIAL VITORIA REGIA em face de DEANE CABRAL DOS SANTOS . Via de consequência, ordeno o arquivamento dos autos.
Tratando-se de pedido de homologação entre as partes, verifico a ocorrência da preclusão lógica no tangente ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data.
Sem custas finais (1% sobre o valor da causa), conforme art. 8º, III, da lei de custas n. 3.896/2016.
Publique-se.Registre-se. Intime-se.
Nada mais havendo, arquive-se.
Porto Velho, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7023737-86.2021.8.22.0001
Classe Reintegração / Manutenção de Posse
Assunto Esbulho / Turbação / Ameaça
REQUERENTE: ARY SANTOS SOUSA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: GISELE DOS SANTOS MOREIRA, OAB nº RO11197, GABRIELLE VIANA DE MEDEIROS, OAB nº RO10434, EVERTON MELO DA ROSA, OAB nº RO6544, JOSE VITOR COSTA JUNIOR, OAB nº RO4575
REQUERIDOS: GEORGE DE ALENCAR BARBOSA, PLANCO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
Tomo conhecimento do agravo de instrumento interposto (artigo 1.018, CPC/15) e mantenho a DECISÃO combatida pelos seus próprios fundamentos.
Oportunamente, se solicitado, prestarei informações ao relator do agravo.
Como não houve comunicação a este juízo quanto a eventual efeito suspensivo concedido ao agravo, determino o prosseguimento, nos termos da decisão anterior.
Porto Velho, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br Número do processo: 7020850-66.2020.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: Einstein Instituição de ensino Ltda. EPP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: IGOR JUSTINIANO SARCO, OAB nº RO7957
Polo Passivo: EVERTON SEMBARSQUI ASFURY DE OLIVEIRA, SHIRLEY APARECIDA DA SILVA ASFURY
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Defiro o pedido de Id. 92022116 e determino o envio de ofício ao INSS para que esse informe, no prazo de 10 dias, possíveis vínculos empregatícios ativos ou de benefícios em nome da Executada Shirley Aparecida da Silva Asfury, CPF: 389.148.752-53.
16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Processo n. 7042338-09.2022.8.22.0001
Classe Cumprimento de sentença
Assunto Direito de Imagem, Direito de Imagem, Fornecimento de Energia Elétrica

EXEQUENTE: FELIPE NADR ALMEIDA EL RAFIHI
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MATHEUS FIGUEIRA LOPES, OAB nº RO6852, RAFAEL BALIEIRO SANTOS, OAB nº RO6864, MAIRA BENARROSH MACEDO, OAB nº RO9402, ARTHUR NOGUEIRA PRADO, OAB nº RO10311
EXECUTADO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO EXECUTADO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Vistos,
1 - Trata-se de cumprimento de sentença em que a parte sucumbente não foi intimada para cumprir espontaneamente o julgado.
2 - Assim, fica intimada a parte executada para que, por meio de seu advogado (se houver), no prazo de quinze dias, pague o débito espontaneamente, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 523, § 1º, do NCPC (10%), e fixação de honorários na fase de cumprimento do julgado (10%).
Na hipótese do executado ter sido assistido pela Defensoria Pública na fase de conhecimento, a intimação deverá ser por carta com aviso de recebimento, conforme disposto no art. 513, II, do NCPC.
3 - Transcorrido tal prazo de 15 (quinze) dias, sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (CPC, art. 525).
4 - Decorrido o prazo do Executado, intime-se o exequente para que diga o que pretende em termos de andamento processual, bem como para que junte comprovante de pagamento das diligências que se fizerem necessárias, sob pena de suspensão processual.
5 - Altere-se a classe processual.
6 - Restando infrutífera a intimação via carta Ar ou oficial de justiça, expeça-se edital de intimação para cumprimento de sentença, visto que os arts. 77, V e 274, parágrafo único do CPC determinam que a parte mantenha seu endereço sempre atualizado nos autos.
7 - Em caso de inércia do causídico da parte exequente, intime-se o exequente pessoalmente para, no prazo de 5 (cinco) dias, constituir novo advogado e dar andamento ao feito, sob pena de suspensão da execução por 1 (um) ano, nos termos do art. 921, III, § 1º, do NCPC.
8 - Cumpridas todas as determinações, volte os autos conclusos.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
SOPHIA VEIGA DE ASSUNÇÃO
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4ª Vara Cível PROCESSO: 7014176-77.2017.8.22.0001
REQUERENTE: CELIO LEMOS LOPES
ADVOGADOS DO REQUERENTE: HUDSON SOARES DE JESUS, OAB nº RO12024, ARLEN MATOS MEIRELES, OAB nº RO7903, MACSON DE MOURA DIOGENES, OAB nº RO5538A
REQUERIDO: JUCILENE MARQUES MORAES
ADVOGADO DO REQUERIDO: GRACILIANO ORTEGA SANCHEZ, OAB nº RO5194
ADVOGADO DO REQUERIDO: GRACILIANO ORTEGA SANCHEZ, OAB nº RO5194
Decisão/Ordem de Pagamento
Vistos.
Considerando o bloqueio judicial, nesta data EXPEDI ORDEM JUDICIAL ELETRÔNICA (alvará eletrônico) ao banco, em favor da exequente e/ou de seu(s) advogado(s) constituído(s) para levantamento dos valores depositados em juízo, com as devidas correções/ rendimentos/atualizações monetárias, devendo a instituição financeira zerar e encerrar as contas.
Favorecidos 2 Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 5.723,76 CELIO LEMOS LOPES 57176361215 1815135 - 9 Sim Direto na agência R$ 49,92 CELIO LEMOS LOPES 57176361215 1795468 - 7 Sim Direto na agência TOTAL
R$ 5.773,68 OBSERVAÇÕES:
1) A parte favorecida deverá comparecer, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, à agência da Caixa Econômica Federal (agência: 2848), localizada na Avenida Nações Unidas, ao caixa presencial, munida de documentos de identificação com foto, para saque do valor creditado.
2) O alvará eletrônico deverá ser sacado em até 30 (trinta) dias, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, sob pena de transferência para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO, que desde já determino.
3)Saliento que não é necessária a impressão deste expediente e nem tampouco comparecimento da parte à sede deste Juizado, bastando, para tanto, comparecer à Caixa Econômica Federal - Agência 2848 - Avenida Nações Unidas para levantamento da ordem.
Após o levantamento dos valores, e nada requerido em cinco dias, volvem os autos conclusos para extinção.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7088616-68.2022.8.22.0001
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)

AUTOR: Banco Bradesco Financiamentos S.A
Advogado do(a) AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA - AC4235-A
REU: RAIMUNDA NONATA GOMES DA SILVA
INTIMAÇÃO AUTOR - DISTRIBUIR PRECATÓRIA
Fica a parte AUTORA intimada a retirar a Carta Precatória e comprovar a distribuição em 10 (dez) dias, ficando a seu encargo o recolhimento das custas perante o juízo deprecado, conforme a legislação do respectivo Tribunal, bem como o acompanhamento da diligência, devendo manter este Juízo informado quanto ao estágio/andamento da referida carta precatória.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Número do processo: 7025477-11.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: LUCAS VINICIUS ARAUJO MOTA
ADVOGADOS DO AUTOR: MARIA LINDINES FLORENTINO CUNHA, OAB nº MT24263O, JACQUELINE OLIVEIRA DA SILVA, OAB nº MT24290O
Polo Ativo: IMPORTE JA BRASIL LTDA
ADVOGADO DO REU: CLAUDIO FRANCISCO PEROTI JUNIOR, OAB nº SP343259
DESPACHO
Vistos.
Defiro o pedido da parte autora e, via de consequência, determino que a CPE retire o sigilo contido na contestação.
Após, intime-se o autor para apresentar impugnação à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.
Decorrido o prazo acima, com ou sem manifestação, abra-se vistas às partes para especificarem as provas que pretendem produzir, no prazo comum de 15 (quinze) dias, indicando a necessidade e utilidade.
Após, tornem os autos conclusos para deliberação.
Intimem-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br Número do processo: 7043870-81.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: MARIA IRIS ALVES NUNES CASTRO DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: JOYCE BORBA DEFENDI, OAB nº RO4030A
Polo Passivo: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PO
REPRESENTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
A Autora não pleiteou a concessão da gratuidade nem pagou as custas processuais.
Intime-se a Autora para que esta, no prazo de 15 dias, emende a inicial para pleitear a gratuidade da justiça, devendo comprovar documentalmente as alegações, ou pague as custas processuais, sob pena de indeferimento da inicial.
16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7040872-77.2022.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)EXEQUENTE: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA - SP115665-A
EXECUTADO: ERICA NAIARA DA SILVA
Intimação AUTOR - CUSTAS COMPLEMENTARES (OFICIAL DE JUSTIÇA)
Fica a parte AUTORA intimada para complementar o valor das custas, CÓDIGO 1008.9. Prazo: 05 dias.
A guia para pagamento deverá ser gerada no site do TJRO: Página Inicial>Boleto Bancário>Custas Judiciais>Emissão de 2ª Via, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
OBS: Tratando-se de mandado de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da renovação de diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural), conforme Provimento nº 017/2009-CG/TJRO.
Valor da Diligência requerida pela parte autora: 143,41
Valor da Diligência recolhida pela parte autora: 109,45
Assim, a parte deve recolher a diferença do valor a fim de atingir o valor integral da diligência requisitada.
CÓDIGO 1008.9: Complementação de Custas
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 0001233-89.2013.8.22.0001
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Compromisso
EXEQUENTE: SOCIEDADE EDUCACIONAL DA REGIAO AMAZONICA - SERA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JESUS CLEZER CUNHA LOBATO, OAB nº RO2863, DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO, OAB nº RO3831
EXECUTADO: BERNARDO MARTINS WU
ADVOGADO DO EXECUTADO: SERGIO SIU MON, OAB nº PR47959
Vistos,
Trata-se de ação de execução manejada por SOCIEDADE EDUCACIONAL DA REGIAO AMAZONICA - SERA em face de BERNARDO MARTINS WU, partes devidamente qualificadas.
Consoante ID 93078398 , foi apresentado cópia de acordo para homologação.
É, em síntese, o relatório. Passo a decidir.
Consoante dispõe o art. 841 do CC/2002 “só quanto a direitos patrimoniais de caráter privado se permite a transação”. Na situação em espeque, revela-se evidente que o direito objeto da transação, além ter natureza patrimonial, versa sobre direito disponível e lícito, sendo os litigantes plenamente capazes.
Além disso, não há proibição legal quanto à disposição do tema abordado no acordo. No que toca à forma, verifico que a transação foi perfectibilizada em harmonia com o disposto no artigo 842 do Código Civil/2002, razão pela qual esse negócio jurídico é passível de homologação. Diante das razões expostas, considerando que o instrumento de transação do ID 93078398 preenche os requisitos de validade, homologo o acordo celebrado entre as partes em todos os seus termos, o qual passará a ter força de título executivo judicial nos termos da lei, julgando, via de consequência, extinto o processo com resolução do mérito, com fulcro no art. 487, III, “b”, do CPC/15.
Custas remanescentes dispensadas, com fulcor no art. 8, III, da Lei nº 3.896/2016. Autorizo o levantamento de eventuais restrições eventualmente impostas por este Juízo, ante a deliberação expressamente feita pelas partes.
Por derradeiro, certificado o trânsito em julgado e pagas as custas, arquive-se o processo com a devida baixa.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 0011827-94.2015.8.22.0001
Classe Cumprimento de sentença
Assunto Pagamento
EXEQUENTE: JOSE PINTO
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: TIAGO FERNANDES LIMA DA SILVA, OAB nº RO6122, FABIO MELO DO LAGO, OAB nº RO5734
EXECUTADO: SINAL MAR - SINALIZACOES MARITIMAS, LACUSTRES E TERRESTRES LTDA - ME
ADVOGADO DO EXECUTADO: CRISTIANE ALMEIDA DA SILVA, OAB nº RJ155051
DESPACHO
Indefiro o pedido da parte exequente de expedição de ofício à Marinha do Brasil, considerando que a diligência compete à parte.
Atentando-se ao contido nos autos, fica a parte exequente intimada, por meio de seus advogados, para dar andamento normal ao feito, requerendo o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito.
Decorrido o prazo da parte exequente, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7007551-17.2023.8.22.0001
Classe Procedimento Comum Cível
Assunto Atraso de vôo, Cancelamento de vôo
AUTOR: MARCELO PERON BARBIRATTO
ADVOGADOS DO AUTOR: JOAO CAETANO DALAZEN DE LIMA, OAB nº RO6508, DANIEL MENDONCA LEITE DE SOUZA, OAB nº RO6115
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADOS DO REU: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO, OAB nº PE42379, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A

SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de ação de reparação por danos morais em que MARCELO PERON BARBIRATTO demanda em face de Azul Linhas Aéreas S.A., partes devidamente qualificadas. A parte autora alega, em síntese, ter efetuado compra de passagem aérea de Porto Velho para Maringá, tendo havido um atraso injustificado de 10 horas para chegar ao seu destino final.
Assevera que houve atraso na conexão de São Paulo, o que fez com que chegasse atrasado ao seu destino final.
Aduz ainda que não recebeu assistência durante o período de espera.
Ao final, pugnou pela inversão do ônus da prova e pela condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$10.000,00 (dez mil) reais.
Com a inicial vieram procuração e documentos.
Audiência de conciliação restou infrutífera.
Citada a requerida apresentou contestação, aduzindo em síntese que o voo decolou com um atraso devido a restrições portuárias. Explica que, em razão do atraso do trecho anterior, a autora necessitou ser realocada em trajeto diverso, mas que sua acomodação ficou para a mesma data.
Discorre sobre a autorização da Torre de Comando para aterrizar e pousar em aeroportos.
Afirma que em momento algum agiu com desídia, fazendo o possível para minimizar os transtornos de uma intercorrência técnica completamente imprevisível.
Assevera que a "impossibilidade na aterrissagem no aeroporto de Confins não ocorreu por sua falha ou culpa, mas sim, por força de fatos alheios à sua vontade, qual seja, pela interdição do respectivo aeroporto, fato este imprevisível e inevitável".
Discorre sobre a inexistência de danos morais e da inversão do ônus da prova.
Ao final, pugnou pelo julgamento improcedente dos pedidos iniciais.
Réplica apresentada.
Intimadas as partes para se manifestarem sobre as provas a serem produzidas, mantiveram-se inerte.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório. Decido.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, nos moldes do art. 355, I do NCPC, eis que não há necessidade de dilação probatória, por tratar-se de matéria eminentemente de direito com suporte fático já devidamente demonstrado.
Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder". (STJ 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.1990, p. 9.513).
A relação de consumo existente é evidente, devendo o conflito ser dirimido à luz do Código de Defesa do Consumidor.
Segundo estabelecido pelo art. 14 do CDC, a responsabilidade da empresa ré, pelo defeito na prestação do seu serviço é objetiva, ou seja, se assenta na equação binária cujos polos são o dano e a autoria do evento danoso.
Sem cogitar da imputabilidade ou investigar a antijuridicidade do fato danoso, o que importa para assegurar o ressarcimento é a verificação do evento e se dele emanou prejuízo. Em situação, o autor do fato causador do dano é o responsável. Não há que se falar em culpa, tratando-se da aplicação da teoria da responsabilidade objetiva.
Tratando-se de relação consumerista é pertinente a aplicação do art. 6°, VI e VIII, do CDC o qual esclarece ser direito básico do consumidor a efetiva prevenção e reparação de danos morais a si causados, com facilitação da defesa de seus direitos, operando-se a inversão do ônus da prova em seu favor.
Registre-se oportunamente, que o princípio da dignidade do ser humano norteia qualquer relação jurídica. Tanto é que o inciso supracitado respeita o referido princípio constitucional, e reforça o artigo 4º, inciso I, do CDC, que reconhece taxativamente a vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.
No caso em tela, há provas irrefutáveis de que houve a prestação de um serviço deficiente, pois ocorreu alteração considerável no itinerário da parte autora, de modo a causar-lhe prejuízos pois as provas produzidas nos autos comprovam que a autora adquiriu passagem aérea da empresa requerida e o seu voo atrasou dez horas para chegar ao destino final.
Verifica-se ainda que a requerida não prestou informações claras e adequadas sobre a prestação de seu serviço, especialmente porque atrasou o voo sem prévio aviso.
Como se trata de relação consumerista, aplica-se o princípio da inversão do ônus da prova, de modo que basta ao autor alegar os fatos em que se funda seu direito e juntar provas da verossimilhança de suas alegações, cabendo ao réu provar que aquela situação existiu ou não.
De acordo com o artigo 14, § 1º, da Lei n. 8.078/90, o fornecedor do serviço tem responsabilidade objetiva pelos danos decorrentes da prestação viciosa do seu serviço, a qual somente é afastada se comprovar a ausência de defeito, culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros.
Como nenhuma dessas hipóteses que excluem a responsabilização foi demonstrada aos autos pela parte requerida, evidencia-se a procedência do pedido inicial.
A companhia aérea nada provou, eximindo-se da obrigação de comprovar que prestou informações prévias a respeito do atraso do voo e que o mesmo decorreu em razão de culpa de terceiro.
Quanto ao dano moral, a jurisprudência vem admitindo sua ocorrência de forma presumida nesses casos, ou seja, independentemente da comprovação de efetivo dano, já que a alteração de horário previamente fixado para embarque, advindo do cancelamento repentino de voo, modifica substancialmente a rotina do passageiro, causando-lhe transtornos de elevada monta. Eis o entendimento nesse sentido:
JUIZADO ESPECIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO DE VÔO. CASO FORTUITO INTERNO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO FORNECEDOR DO SERVIÇO PRESERVADA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MATERIAL E DANO MORAL. CARACTERIZAÇÃO. VALOR. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIADADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Recurso Inominado interposto pela parte ré, VGR LINHAS AÉREAS SA, contra a sentença que julgou procedente pedido de indenização por danos materiais e morais decorrente de cancelamento de voo. 2. Recurso próprio, regular e tempestivo. Contrarrazões apresentadas. 3. Nas relações de consumo a responsabilidade do fornecedor do serviço ou produto é objetiva em decorrência do risco da atividade. 4. Na esteira do artigo 14, § 1º, da Lei nº. 8.078/90, o fornecedor do serviço tem responsabilidade objetiva pelos danos decorrentes da prestação viciosa do seu serviço, a qual somente é afastada se comprovar a ausência de defeito, culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros, ou a ocorrência de caso fortuito ou força

maior. 5. A ocorrência de casos fortuitos, como por exemplo reparos inesperados, emergenciais, urgentes, ou ainda problemas com o tráfego aéreo decorrentes de condições meteorológicas, excluem a responsabilidade da empresa por eventual atraso ou cancelamento de voo, contudo, devem ser comprovados, ônus que, na espécie, não se desincumbiu a empresa aérea recorrente. Por outro lado, a alteração da malha aérea em razão de excesso de trafego aéreo, por si só, sem estar justificada pela ocorrência de caso fortuito, não é causa excludente de responsabilidade, uma vez que se trata de risco inerente à própria atividade empresarial. 6. Evidenciada está, portanto, a má prestação dos serviços postos à disposição do consumidor, em razão do cancelamento injustificado e sem prévio aviso de seu voo, devendo a prestadora responder objetivamente pela falha em seu serviço, suportando eventual pedido de indenização material e moral pelos danos causados. 7. Além do prejuízo material decorrente da aquisição de passagem aérea de outra companhia, a situação vivenciada pela autora gera desconforto, apreensão e angústia. Tal quadro é suficiente e capaz de alterar o estado anímico, além de superar os meros dissabores ou aborrecimentos cotidianos. Ressalte-se que a jurisprudência pátria reconhece a existência de dano moral em caso de atraso demasiado ou cancelamento de voo. 8. Não há motivos para a revisão do quantum arbitrado a título de indenização pelos danos materiais ou morais (R$2.000,00), uma vez que foram observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, assim como atendeu sua natureza compensatória e dissuasória. 9. Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. 10. Condeno a recorrente no pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) do valor da condenação. 11. Acórdão elaborado na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/95, servindo a ementa de acórdão. (TJ-DF - RI: 07043833820158070016, Relator: ARNALDO CORREA SILVA, Data de Julgamento: 25/08/2015, SEGUNDA TURMA RECURSAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 04/09/2015 . Pág.: Sem Página Cadastrada.).

CANCELAMENTO DE VÔO SEM AVISO PRÉVIO. REEMBARQUE NO DIA SEGUINTE. ATRASO DE 48 HORAS AO DESTINO FINAL. DANO MORAL CONFIGURADO. COMPRA DE NOVAS PASSAGENS. DESPESAS COM HOTEL E TAXAS AEROPORTUÁRIAS. DANO MATERIAL DEVIDO. Causa danos morais a atitude de empresa aérea que vende passagem de Manaus a Nova York, depois cancela o vôo sem aviso prévio, fazendo com que o consumidor aguarde por 16 horas até o próximo embarque, gerando um atraso final de 48 horas na viagem, encurtando as férias dos autores em dois dias. Gera também o dever de indenizar a título de danos materiais, o fato do consumidor ter de remarcar a data de retorno, tendo de adquirir novas passagens e arcar com despesas não previstas com hospedagem e taxas aeroportuárias. É devido o valor de R$ 20.000,00, sendo R$ 10.000,00 para cada um dos autores, fixado na sentença a título de danos morais, o qual não se mostra exagerado, foi fixado dentro da razoabilidade que o caso requeria e não foge ao padrão indenizatório comumente utilizado em casos similares por esta Turma Recursal. (TJ-RO-RI: 10035298120118220601 RO 1003529-81.2011.822.0601, Relator: Juiz Marcelo Tramontini, Data de Julgamento: 05/04/2013, Turma Recursal - Porto Velho, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 11/04/2013).

INDENIZAÇÃO. Responsabilidade civil. Transporte aéreo. Cancelamento do vôo sem aviso prévio. Responsabilidade objetiva da empresa aérea. Dano moral caracterizado. Prova. Desnecessidade. Dano “in re ipsa”. Verba indenizatória de R$ 10.000,00 (dez mil reais), bem fixada. Sentença mantida. Recurso improvido. (TJ-SP - APL: 00050902920138260003 SP 0005090-29.2013.8.26.0003, Relator: Silveira Paulilo, Data de Julgamento: 15/12/2014, 21ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/12/2014).

Dessa forma, o que há nos autos é suficiente para tornar certa a obrigação de indenizar, afinal restou provado o nexo de causalidade entre a conduta da requerida e o dano suportado pela autora.

Assim, considerando a prova da conduta da requerida, o dano, a culpa e o nexo de causalidade, conclui-se pela responsabilidade da requerida quanto aos prejuízos morais suportados pelos requerentes.

Constatado o dano, faz-se necessária a quantificação da verba indenitária.

Para tanto, a indenização deve ser fixada em termos razoáveis, não se justificando que a reparação venha a se constituir em enriquecimento indevido, devendo o arbitramento operar-se com moderação, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, valendo-se do bom senso, atendendo à realidade da vida, notadamente à situação econômica atual e às peculiaridades de cada caso.

A empresa reclamada é empresa de porte no ramo de transporte aéreo nacional, podendo suportar indenização em termos razoáveis, que não se traduza em impunidade.

O reclamante pelas suas condições subjetivas merece indenização que efetivamente recomponha a lesão sofrida.

Portanto, tenho que a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) é suficiente para a recomposição do dano.

Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial e CONDENO a requerida ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais) à título de indenização por danos morais em favor da autora, com correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça de Rondônia (INPC), a partir desta data (Súmula 362 do STJ) e juros simples de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação.

Condeno a parte requerida ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes no patamar de R$ 700,00 (setecentos reais), na forma do art. 85 §8º, CPC, tendo em vista o fato de que, se adotada a regra geral do §2º do art. 85 do diploma processual civil, o valor a ser arbitrado em prol do representante processual da parte autora seria irrisório.

Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do art. 523, § 1º, do NCPC, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.

Não havendo pagamento e nem requerimento do credor para a execução da sentença, proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de seis meses do trânsito em julgado.

Pagas as custas, ou protestadas e inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se os autos oportunamente.

Em caso de interposição de apelação ao de recurso adesivo, intime-se o recorrido para apresentar suas contrarrazões no prazo de 15 dias. Com a apresentação das contrarrazões ou o decurso do referido prazo, subam os autos ao E. TJ/RO, conforme disciplina o art. 1.010, §§1º, 2º, e 3º do NCPC.

Primando pela celeridade processual, havendo pagamento voluntário do débito, desde já DEFIRO expedição de alvará judicial em nome da parte autora ou seu advogado para efetuarem o levantamento do montante depositado.

Após o trânsito em julgado, não havendo pendências, arquive-se.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023

Sophia Veiga De Assuncao

Juíza de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4ª Vara Cível PROCESSO: 7023121-77.2022.8.22.0001
REQUERENTE: DANIEL MENACHO PENHA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JESSICA DAYANE VIEIRA GONCALVES, OAB nº RO11185
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Decisão/Ordem de Pagamento
Vistos.
Considerando o depósito judicial realizado pela parte devedora, nesta data EXPEDI ORDEM JUDICIAL ao banco, em favor da exequente e/ou de seu(s) advogado(s) constituído(s) para levantamento dos valores depositados em juízo, com as devidas correções/rendimentos/ atualizações monetárias, devendo a instituição financeira zerar e encerrar as contas. A advogada do credor detém poderes para dar quitação e receber alvará, conforme ID 76417745.
Intime-se a Executada para que se manifeste sobre a petição de Id. 92118792 , devendo pagar o valor pleiteado remanescente ou impugná-lo no prazo de 15 dias. OBSERVAÇÕES:
1) A parte favorecida deverá comparecer, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, à agência da Caixa Econômica Federal (agência: 2848), localizada na Avenida Nações Unidas, ao caixa presencial, munida de documentos de identificação com foto, para saque do valor creditado.
2) O alvará eletrônico deverá ser sacado em até 30 (trinta) dias, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, sob pena de transferência para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO, que desde já determino.
3)Saliento que não é necessária a impressão deste expediente e nem tampouco comparecimento da parte à sede deste Juízo, bastando, para tanto, comparecer à Caixa Econômica Federal - Agência 2848 - Avenida Nações Unidas para levantamento da ordem.
Após o levantamento dos valores, e nada requerido em cinco dias, voltem os autos conclusos para extinção.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7025840-95.2023.8.22.0001
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) AUTOR: ITALO SCARAMUSSA LUZ - ES9173
REU: RAFAEL PIMENTEL DE OLIVEIRA LIMA
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS REPETIÇÃO DE ATO
Fica a parte AUTORA intimada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, CÓDIGO 1008.1, conforme estabelecido no art. 19 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7042003-97.2016.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) EXEQUENTE: ITALO SCARAMUSSA LUZ - ES9173
EXECUTADO: PISO AO TETO - TRANSPORTES E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME e outros (2)
Intimação AUTOR - CUSTAS COMPLEMENTARES (OFICIAL DE JUSTIÇA)
Fica a parte AUTORA intimada para complementar o valor das custas, CÓDIGO 1008.9. Prazo: 05 dias.
A guia para pagamento deverá ser gerada no site do TJRO: Página Inicial>Boleto Bancário>Custas Judiciais>Emissão de 2ª Via, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
OBS: Tratando-se de mandado de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da renovação de diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural), conforme Provimento nº 017/2009-CG/TJRO.
Valor da Diligência requerida pela parte autora: 143,41
Valor da Diligência recolhida pela parte autora: 109,45
Assim, a parte deve recolher a diferença do valor a fim de atingir o valor integral da diligência requisitada.
CÓDIGO 1008.9: Complementação de Custas
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7033145-38.2020.8.22.0001
Classe : REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE (1707)
REQUERENTE: FLORESTAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP e outros (4)
Advogado do(a) REQUERENTE: RUY CARLOS FREIRE FILHO - RO0001012A
REQUERIDO: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO SETOR MANOA e outros (31)
Advogado do(a) REU: PATRICIA SCHULTZ DE MORAIS - RO9744
Advogado do(a) REQUERIDO: ARTHUR BAGDER DA SILVA SCHIAVE - RO7683
Advogado do(a) REU: ARTHUR BAGDER DA SILVA SCHIAVE - RO7683
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4ª Vara Cível PROCESSO: 7007651-06.2022.8.22.0001
REQUERENTE: ALICE FERREIRA DE SOUZA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCELLINO VICTOR RAQUEBAQUE LEAO DE OLIVEIRA, OAB nº RO8492
REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Sentença/Ordem de Pagamento
I. Relatório (art. 489, I, do CPC/2015).
Cuida-se de cumprimento definitivo de sentença iniciado por ALICE FERREIRA DE SOUZA em face de AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A., partes devidamente qualificadas.
Após o depósito, pela parte executada, do valor que a parte exequente havia mencionado ser devido, vieram-me os autos conclusos.
É o relatório. Passo a decidir.
II. Fundamentação (art. 93, IX, da CRFB/88 e art. 489, II, do CPC/2015).
Dispõe o art. 924, II, do Código de Processo Civil que, uma vez satisfeita a obrigação, deve o processo executivo ser extinto.
Analisando o contido nos autos, pelo que foi acima relatado, tenho que esse deve ser o desfecho do presente processo, diante da satisfação integral do débito executado.
III. Dispositivo (art. 489, III, do CPC/2015).
Diante do exposto, julgo extinto o cumprimento de sentença, com resolução de mérito, na forma do art. 924, II, do Código de Processo Civil.
Via de consequência, considerando o depósito judicial realizado pela parte devedora.
Considerando o depósito judicial realizado pela parte devedora, nesta data EXPEDI ORDEM JUDICIAL ao banco, em favor da exequente e/ou de seu(s) advogado(s) constituído(s) para levantamento dos valores depositados em juízo, com as devidas correções/rendimentos/ atualizações monetárias, devendo a instituição financeira zerar e encerrar as contas.
OBSERVAÇÕES:
1) A parte favorecida deverá comparecer, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, à agência da Caixa Econômica Federal (agência: 2848), localizada na Avenida Nações Unidas, ao caixa presencial, munida de documentos de identificação com foto, para saque do valor creditado.
2) O alvará eletrônico deverá ser sacado em até 30 (trinta) dias, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, sob pena de transferência para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO, que desde já determino.
3)Saliento que não é necessário a impressão deste expediente e nem tampouco comparecimento da parte à sede deste Juízo, bastando, para tanto, comparecer à Caixa Econômica Federal - Agência 2848 - Avenida Nações Unidas para levantamento da ordem.
Tendo em vista que não há requerimentos, determino a extinção do feito e o arquivamento dos autos.
À CPE, determino que verifique se há custas pendentes de pagamento, devendo, em caso positivo, promover a intimação da parte devedora ao pagamento da quantia devida, no prazo de 15 dias, sob pena de posterior inscrição em dívida ativa.
Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Número do processo: 7018767-19.2016.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA, OAB nº AC4270, SERVIO TULIO DE BARCELOS, OAB nº RO6673A, BERNARDO BUOSI, OAB nº SP227541, MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES, OAB nº RN5553
Polo Passivo: ALTEMIR TOMAZINI, T. J. VEICULOS E PECAS LTDA - EPP
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: LUCIANA MOZER DA SILVA DE OLIVEIRA, OAB nº RO6313
Vistos,
De acordo com o art. 921 do CPC, a execução poderá ser suspensa quando o executado não possuir bens penhoráveis, a fim de que a parte exequente diligencie no intuito de encontrar bens passíveis de satisfazer o crédito exequendo.
Como nos autos foram realizadas diversas diligências na busca de bens da parte executada, as quais restaram todas infrutíferas, determino a suspensão da execução por 1 (um) ano, nos termos do art. 921, III, § 1º, do NCPC.
Assim, a suspensão correrá em arquivo provisório.
Decorrido o prazo de suspensão de um ano e independente de nova intimação, o feito permanecerá arquivado, passando a correr o prazo de prescrição intercorrente (art. 921, §2º) imediatamente, cujo desarquivamento ficará condicionado a demonstração de efetiva alteração da condição econômica do executado.
Decorrido o prazo prescricional sem manifestação, desarquivem-se e intimem-se as partes, por meu de seus patronos se houver, para que se manifestam quanto a prescrição, no prazo de 15 dias, conforme determina o art. 921, §5º, do CPC.
Na hipótese da parte não ser assistida por advogado, expeça-se carta com aviso de recebimento sem mão próprias. Retornando o expediente infrutífero por qualquer motivo, expeça-se edital.
Após, retornem os autos conclusos para extinção.
Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7011013-84.2020.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) AUTOR: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA - RJ110501
REU: MARCELO REIS ROCHA
Intimação PARTES - PROVAS
Ficam AS PARTES intimadas para manifestarem-se acerca de quais provas pretendem produzir, justificando a necessidade, utilidade e sua adequação e, em caso de produção de prova testemunhal, já deverá apresentar seu rol de testemunhas (todas devidamente qualificadas, com endereço conforme dispõe o art. 450 do CPC), no prazo de 15 (quinze) dias a contar desta intimação, sob pena de preclusão, nos termos do art. 357, §4º do CPC.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7026069-65.2017.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ROBSON DE JESUS PEREIRA
Advogados do(a) REQUERENTE: ALEXANDRE AZEVEDO ANTUNES - MT8843, MARCUS AUGUSTO LEITE DE OLIVEIRA - RO7493
REQUERIDO: Oi Móvel S.A
Advogados do(a) REQUERIDO: ALESSANDRA MONDINI CARVALHO - RO4240, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635
Intimação AUTOR - IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Fica a parte AUTORA intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar manifestação acerca da impugnação ao cumprimento de sentença apresentada.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7044836-54.2017.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: PAMELA BATISTA CURCI COLLETO
Advogados do(a) AUTOR: CAMILA VARELA GREGORIO - RO4133, JAQUELINE JOICE REBOUCAS PIRES NOE - RO5481, VITOR MARTINS NOE - RO3035, WANDERSON MODESTO DE BRITO - RO0004909A
REU: SUL AMERICA SEGURO SAUDE S.A.
Advogado do(a) REU: PAULO EDUARDO PRADO - RO4881
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br Número do processo: 7076841-90.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: LENICE LOPES MAMEDES
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCIA YUMI MITSUTAKE, OAB nº RO7835
Polo Passivo: BANCO C6 CONSIGNADO S.A., BANCO DAYCOVAL S/A
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, FELICIANO LYRA MOURA, OAB nº AC3905, PROCURADORIA DO BANCO C6 CONSIGNADO S/A, PROCURADORIA BANCO DAYCOVAL S.A
DESPACHO
Intimem-se as partes para que essas se manifestem sobre o dinheiro constante em conta judicial conforme Id. 93216566 , no prazo de dez dias.
17 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br Número do processo: 7029070-53.2020.8.22.0001
Classe: Tutela Antecipada Antecedente
Polo Ativo: PATRICIA LIRA PANTA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DANIEL TADEU ROCHA, OAB nº SP404036
Polo Passivo: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A
ADVOGADO DO REQUERIDO: ADAHILTON DE OLIVEIRA PINHO, OAB nº AL14166
DESPACHO
Foi juntado aos autos minuta de acordo assinada pelos advogados.
Não há no processo, no entanto, procurações outorgando aos advogados poderes para transigir.
Intimem-se as partes para que essas, no prazo de quinze dias, juntem aos autos procuração com poderes para transigir, sob pena de não homologação do pacto.
17 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 4ª Vara Cível PROCESSO: 7033840-94.2017.8.22.0001
EXEQUENTES: ANTONIO DE SOUZA QUEIROZ, MARIA DO ROSARIO FERREIRA DE SOUZA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: FABIO HENRIQUE DOS SANTOS LEAO, OAB nº RO4402, PAULO FERNANDO LERIAS, OAB nº RO3747
EXECUTADO: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADO DO EXECUTADO: CLAYTON CONRAT KUSSLER, OAB nº RO3861
ADVOGADO DO EXECUTADO: CLAYTON CONRAT KUSSLER, OAB nº RO3861
Decisão/Ordem de Pagamento
Vistos.
Expeçam-se alvarás de transferência em nome de Fábio Henrique dos Santos Leão e Paulo Fernando Lérias, para os dados bancários constantes no Id. 92501108.
Há nos autos procuração com poderes específicos para levantamento de alvará no Id. 12057127 .
OBSERVAÇÕES:
1) A parte favorecida deverá comparecer, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, à agência da Caixa Econômica Federal (agência: 2848), localizada na Avenida Nações Unidas, ao caixa presencial, munida de documentos de identificação com foto, para saque do valor creditado.
2) O alvará eletrônico deverá ser sacado em até 30 (trinta) dias, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, sob pena de transferência para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO, que desde já determino.
3)Saliento que não é necessário a impressão deste expediente e nem tampouco comparecimento da parte à sede deste Juizado, bastando, para tanto, comparecer à Caixa Econômica Federal - Agência 2848 - Avenida Nações Unidas para levantamento da ordem.

Os autos do processo poderão ser acessados no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7038367-16.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ANA CECILIA BIEGER
Advogado do(a) AUTOR: CORNELIO LUIZ RECKTENVALD - RO2497
REU: ADEMIR PINHEIRO
Advogado do(a) REU: CAMILA PINHEIRO - SP408977
Intimação PARTES - PROVAS
Ficam AS PARTES intimadas para manifestarem-se acerca de quais provas pretendem produzir, justificando a necessidade, utilidade e sua adequação e, em caso de produção de prova testemunhal, já deverá apresentar seu rol de testemunhas (todas devidamente qualificadas, com endereço conforme dispõe o art. 450 do CPC), no prazo de 15 (quinze) dias a contar desta intimação, sob pena de preclusão, nos termos do art. 357, §4º do CPC.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7038367-16.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ANA CECILIA BIEGER
Advogado do(a) AUTOR: CORNELIO LUIZ RECKTENVALD - RO2497
REU: ADEMIR PINHEIRO
Advogado do(a) REU: CAMILA PINHEIRO - SP408977
Intimação PARTES - PROVAS
Ficam AS PARTES intimadas para manifestarem-se acerca de quais provas pretendem produzir, justificando a necessidade, utilidade e sua adequação e, em caso de produção de prova testemunhal, já deverá apresentar seu rol de testemunhas (todas devidamente qualificadas, com endereço conforme dispõe o art. 450 do CPC), no prazo de 15 (quinze) dias a contar desta intimação, sob pena de preclusão, nos termos do art. 357, §4º do CPC.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br Número do processo: 7021530-90.2016.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: OZIEL VICENTE COSTA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: CLARA REGINA DO CARMO GOES, OAB nº RO653, FELIPE GOES GOMES DE AGUIAR, OAB nº RO4494, TERESA CRISTINA ARANHA DE BRITO, OAB nº RO5798
Polo Passivo: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
O Exequente indicou como conta destinatária do pagamento dos RPVs a da Sociedade de Advocacia.
Conforme consta no Id. 3567197 , no entanto, a procuração foi firmada concedendo poderes aos advogados, não havendo poderes para que o RPV seja pago à sociedade de advocacia.
Intime-se o Exequente para que este, no prazo de dez dias, indique a conta pessoal para o pagamento de seu RPV ou junte aos autos documento apto a autorizar a transferência para a conta da sociedade de advocacia indicada na petição do ID 9325898.
Cumpra-se.
17 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br Número do processo: 7013041-59.2019.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença

Polo Ativo: AMAZON COCO INDUSTRIA ALIMENTICIA LTDA - ME
ADVOGADO DO REQUERENTE: VALDIR DE ASSIS, OAB nº SP224491
Polo Passivo: DAMIAO SILVA DE MEDEIROS, GILNAI MARTA VIEIRA DE SOUZA, PANTANAL PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI - ME
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: CARLOS SAMUEL DE GOIS ARAUJO, OAB nº CE29852, LEANDRO RODRIGUES DO PRADO, OAB nº MT22181O
O Exequente juntou aos autos minuta de acordo assinada pelos advogados.
Damião Silva de Medeiros e Pantanal Produtos Alimentícios EIRELI - ME não juntaram aos autos procurações outorgando ao seu advogado poderes para transigir.
Intimem-se Damião Silva de Medeiros e Pantanal Produtos Alimentícios EIRELI - ME para que estes, no prazo de quinze dias, juntem aos autos procuração com poderes para transigir.
17 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Número do processo: 7039040-48.2018.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: ABILIO CASTRO MESQUITA
ADVOGADO DO AUTOR: JAQUELINE MAINARDI, OAB nº RO8520
Polo Passivo: AGENOR CARLOS SALES DA SILVA
ADVOGADO DO REU: AGENOR CARLOS SALES DA SILVA, OAB nº AL4757
DESPACHO
Trata-se de pedido de penhora de salário que o exequente pugna em face do executado.
O artigo 833, IV, do Código de Processo Civil aponta entre os bens impenhoráveis os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2º.
Ao contrário do previsto em lei, há entendimento jurisprudencial que entende ser possível pensão de salário, desde que a restrição recaia sobre parcela proporcional e razoável.
Sobre o tema, trago à baila informativo do STJ:
Regra: os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios, os montepios etc. são, como regra geral, impenhoráveis.
Exceções expressas (§ 2º do art. 833 do CPC):
1) é possível a penhora das verbas salariais para pagamento de prestação alimentícia (qualquer que seja a sua origem, ou seja, pode ser pensão alimentícia decorrente de poder familiar, de parentesco ou mesmo derivada de um ato ilícito).
2) é possível a penhora sobre o montante que exceder 50 salários-mínimos.
Exceção implícita: é permitida a penhora para satisfação de dívida de natureza não alimentar, desde que a quantia bloqueada se revele razoável em relação à remuneração recebida pelo executado, não afrontando a dignidade ou a subsistência do devedor e de sua família. STJ. Corte Especial.EREsp 1.874.222-DF, Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 19/4/2023 (Info 771).
No caso dos autos, considerando que o executado é servidor público, não havendo risco de perecimento do direito da parte exequente, entendo pertinente, antes de me pronunciar sobre o pedido de penhora salarial, ouvir o devedor. Isso porque o valor de salário bruto, por si só, não implica dizer que o executado detém condições de pagar o débito sem gerar prejuízo à sua subsistência e à de sua família. Portanto, em atenção aos princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como considerando a excepcionalidade da penhora requerida, determino a intimação da parte executada para que, no prazo de 5 dias, se pronuncie quanto ao requerimento do ID 89330368 .
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
17 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br Número do processo: 7043461-08.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: ALLIANZ SEGUROS S/A
ADVOGADOS DO AUTOR: DEBORA DOMESI SILVA LOPES, OAB nº SP238994, FERNANDO DA CONCEICAO GOMES CLEMENTE, OAB nº SP178171, PROCURADORIA DA ALLIANZ SEGUROS S.A.
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos,
1 - Compulsando os autos verifico que não há pedido de gratuidade processual, nem recolhimento das custas.
Ademais, a lei possibilita o recolhimento de apenas 1% do valor no momento da distribuição da ação e o diferimento do 1% remanescente para após a audiência de conciliação, caso não reste frutífera. Essa sistemática se aplica aos processos sob a égide do rito comum, vez que há previsão de audiência de conciliação.

Considerando ser notório nesta comarca que o requerido não tem interesse em compor acordos em audiência de conciliação, deixo de designá-la, e determino à parte autora que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial para acostar nos autos o comprovante de recolhimento das custas iniciais, uma vez que estas devem perfazer o quantum de 2% (dois por cento) incidentes sobre o valor da causa, devendo ser respeitado o valor mínimo previsto na Lei de Custas (art.12, §1º, Lei 3.896/2016), ou, se necessário faça a alteração dos pedidos (acompanhado dos documento que comprovem a hipossuficiência), sob pena de extinção e arquivamento.

1.1 - Com o recolhimento das custas iniciais, cumpram-se os demais termos do despacho.

1.2 - Havendo pedido de gratuidade judicial - o que deverá ser acompanhado de documentos que de fato comprovam a sua hipossuficiência - venham os autos conclusos para análise.

2 - Considerando ser notório que a requerida não costuma entabular acordos em audiência de conciliação e visando a designação de solenidades desnecessárias, homenageando assim os princípios da economia e celeridade processual, deixo de designar audiência de conciliação.

2.1 - Ante a não realização de audiência de conciliação, intimem-se as autoras para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovarem o recolhimento das custas iniciais adiadas, sob pena de indeferimento da inicial, salvo se beneficiária da gratuidade judiciária.

3 - CITE-SE e INTIME-SE o requerido para, caso queira, apresentar resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, a iniciar da data da juntada do comprovante de citação nos autos.

Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).

4 - Havendo contestação, intime-se o autor para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.

Havendo reconvenção, intime-se o reconvinte para recolher as custas inicias (cód. 1001.4) sob o valor dado à reconvenção, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pedido e intime-se o reconvindo para apresentar manifestação.

5 - Intimem-se as partes, para esclarecerem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, utilidade e sua adequação e, em caso de produção de prova testemunhal, já deverá apresentar seu rol de testemunhas (todas devidamente qualificadas, com endereço conforme dispõe o art. 450 do CPC), no prazo de 15 (quinze) dias a contar desta intimação, sob pena de preclusão, nos termos do art. 357, §4º, do CPC.

5.1 - A não apresentação de rol de testemunhas pelas partes no prazo acima (com qualificação e endereço), será interpretado como desistência do pedido de prova oral, não sendo designada a audiência e podendo o feito ser julgado no estado em que se encontra, salvo pendência de alguma diligência.

5.2 - Na hipótese da ação ser fundada em relação de consumo, desde já aplico a inversão do ônus da prova prevista no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

6 - Na hipótese das partes requererem julgamento antecipado da lide, ou não se manifestarem, retornem os autos conclusos para sentença.

7 - Havendo manifestação para produção de provas, retornem os autos conclusos para saneamento.

PARA USO DA CPE:

8 - Havendo convênio entre o TJRO e a parte requerida para citação eletrônica (lista constante no Sei n. 0003809-95.2020.8.22.8800), deverá a CPE utilizar preferencialmente o sistema PJE para envio da correspondência, exceto nas decisões proferidas em plantão judicial.

9 - Não havendo convênio entre a parte requerida e o TJRO a citação deverá ocorrer de modo convencional por distribuição de mandado ou envio de carta com aviso de recebimento.

10 - Restando infrutífera a tentativa de citação por carta pelos motivos: ausente, não procurado, não existe número, recusado e endereço insuficiente, expeça-se mandado de citação.

11 - Restando infrutífera a tentativa de citação tanto por carta, quanto por mandado, deverá a parte autora ser instada a se manifestar em termos de prosseguimento do feito.

12 - Caso o autor requeira novas diligências, já deverá o fazer com o devido recolhimento das custas (cód. 1007). Sendo beneficiário da gratuidade judiciária deverá a CPE cadastrar as taxas no sistema de custas, mesmo que o seu pagamento não seja exigido.

13 - Em caso de inércia do causídico da parte autora, intime-se o autor pessoalmente para, no prazo de 5 (cinco) dias, constituir novo advogado e dar andamento ao feito, sob pena de arquivamento e/ou extinção do processo conforme disposto no art. 485, III, §1º CPC.

Expeça-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se.

VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO

NOME: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A (qualificação completa nos autos)

ENDEREÇO: Na petição inicial

OBSERVAÇÃO: Em razão da nova Lei Geral de Proteção de dados, não serão divulgados dados pessoais e/ou sensíveis, tais como qualificação e endereço das partes. Todos os endereços apresentados nos autos, deverão ser diligenciados.

FINALIDADE: Citar a parte requerida para responder a ação no prazo de 15 dias a partir da juntada do comprovante de citação nos autos.

ADVERTÊNCIAS: Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.

As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

Porto Velho/RO, data e horário certificados no sistema PJE.

Sophia Veiga de Assunção

Juíza Substituta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7028216-93.2019.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
AUTOR: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO
Advogados do(a) AUTOR: BRUNO JORDAO ARAUJO SILVA - SP297715, JOSE GERALDO CORREA - SP143300
REU: LENIR ALMEIDA
INTIMAÇÃO Fica a parte Autora intimada para informar o endereço para citação.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7002258-71.2020.8.22.0001
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogados do(a) AUTOR: EDILEDA BARRETTO MENDES - CE30217, MARLI INACIO PORTINHO DA SILVA - SP150793
REU: LUIS LIZARDO FERREIRA GOMES
Advogados do(a) REU: CELIVALDO SOARES DA SILVA - RO3561, LARISSA NERY SOARES - RO7172
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br Número do processo: 0009811-70.2015.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: PEDRO ORIGA E SANTANA ADVOGADOS ASSOCIADOS - EPP
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: DOUGLACIR ANTONIO EVARISTO SANT ANA, OAB nº RO287, PEDRO ORIGA, OAB nº RO1953
Polo Passivo: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADOS DO EXECUTADO: ANDERSON FELIPE REUSING BAUER, OAB nº RO5530, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
DESPACHO
Considerando-se os princípios da economia processual e celeridade, intimem-se as partes para que essas, no prazo de 10 dias, juntem aos autos proposta de acordo.
17 de julho de 2023
Sophia Veiga De Assuncao

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7040654-15.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ALLIANZ SEGUROS S/A
Advogado do(a) AUTOR: ELTON CARLOS VIEIRA - MG99455
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO AUTOR/RÉU - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA

Designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência nos Termos do Provimento 018/2020-CG, ficam os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça. Ficam ainda os patronos intimados da Certidão ID 93388887 que contém todas as informações e advertências necessárias para a realização da solenidade, ficando a seu encargo informar à parte todo o necessário:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 08/08/2023 09:30

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7040568-83.2019.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
Advogado do(a) REQUERENTE: ALEXANDRE PAIVA CALIL - RO2894
REQUERIDO: AGNELIO NUNES PEREIRA
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7049791-94.2018.8.22.0001
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogados do(a) AUTOR: FERNANDO LUZ PEREIRA - SP147020, MOISES BATISTA DE SOUZA - RO2993
REU: IVANILDO VITOR DA SILVA
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7053304-65.2021.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EMBARGANTE: AM TRANSPORTES LTDA - EPP
Advogado do(a) EMBARGANTE: MARCOS VINICIUS VIANNA - CE9198
REPRESENTADO: TRANSPACIFICO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETROLEO EIRELI
Advogado do(a) REPRESENTADO: PAULINO PALMERIO QUEIROZ - RO208-A
INTIMAÇÃO EXEQUENTE - ATUALIZAR O DÉBITO
Tendo em vista o decurso de prazo para pagamento espontâneo, fica a parte EXEQUENTE, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada a atualizar o débito e dar prosseguimento no feito atentando-se que o requerimento de consultas por meio de sistemas judiciais (BACEN, RENAJUD e outros) deverá ser acompanhado de custas CÓDIGO 1007, para cada diligência requerida, nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7042675-61.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA

Advogado do(a) AUTOR: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831
REU: HENRIQUE VINICIUS WROBLEWSKI BEZERRA
INTIMAÇÃO AUTOR/RÉU - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência nos Termos do Provimento 018/2020-CG, ficam os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça. Ficam ainda os patronos intimados da Certidão ID 93390076 que contém todas as informações e advertências necessárias para a realização da solenidade, ficando a seu encargo informar à parte todo o necessário:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 15/09/2023 08:00

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh4civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
e-mail: 4civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7041533-22.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: FRANCIANE ROCHA BRASIL
Advogado do(a) AUTOR: LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS - MS14572
REU: BANCO PAN S.A.
INTIMAÇÃO AUTOR/RÉU - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência nos Termos do Provimento 018/2020-CG, ficam os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça. Ficam ainda os patronos intimados da Certidão ID 93390089 que contém todas as informações e advertências necessárias para a realização da solenidade, ficando a seu encargo informar à parte todo o necessário:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 08/08/2023 10:00

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 4ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh4civelgab@tjro.jus.br
Processo n. 7014938-54.2021.8.22.0001
Classe Cumprimento de sentença
Assunto Auxílio por Incapacidade Temporária
REQUERENTE: VANESSA MAXI CARDOSO DE MELO DO NASCIMENTO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JOSIMAR OLIVEIRA MUNIZ, OAB nº RO912, VANTUILO GEOVANIO PEREIRA DA ROCHA, OAB nº RO6229
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DESPACHO
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença que se originou nestes autos.
Intime-se o INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL para dar ciência dos cálculos apresentados.
Caso não haja concordância com os cálculos apresentados, poderá no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução (art. 535 do CPC), ficando advertida que a falta de impugnação será considerada concordância tácita. (Art. 535, §3º, do CPC).
Havendo apresentação de impugnação, intime-se a parte exequente para manifestação no prazo legal, após, tornem-me os autos conclusos.
Em caso de concordância ou decorrido o prazo sem manifestação, proceda-se ao necessário para expedição de RPV e/ou PRECATÓRIO (art. 910, §1º, CPC), tornando assim possível o pagamento do valor e disponibilização para o exequente.
Expedidas as requisições de pagamento, intimem-se as partes de seu inteiro teor, conforme art. 10 da Resolução n. 168, de 05/12/2011, do Conselho da Justiça Federal.
No caso de expedição de RPV, aguarde-se pelo prazo de 60 dias. (Art.535, §3º, II, do CPC).
Em cumprimento a recomendação da Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, deverá o processo aguardar o pagamento no arquivo provisório. Para tanto, determino o arquivamento dos autos, sem baixa.
Comprovado o pagamento, expeça-se alvará para levantamento dos valores, autorizando o saque pelo advogado, desde que ele possua poderes específicos para tanto.
Intime-se o patrono da parte autora para retirar os alvarás expedidos, podendo fazê-lo via internet, devendo comprovar o seu saque no prazo de 5 dias, sob pena de extinção pelo pagamento.
Somente então, venham-me os autos conclusos para prolação de sentença de extinção.
Intime-se. Cumpra-se
Porto Velho, 17 de julho de 2023
SOPHIA VEIGA DE ASSUNÇÃO
Juiz(a) de Direito

5ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7055313-73.2016.8.22.0001
Classe: Desapropriação
Assunto: Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941
Parte autora: AUTOR: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: CLAYTON CONRAT KUSSLER, OAB nº RO3861
Parte requerida: REU: MARIA LUCIA RAMOS EDUARDO, MARIO RIBEIRO EDUARDO
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DOS REU: CARLOS EDUARDO ROCHA ALMEIDA, OAB nº RO3593, JOSE DE ALMEIDA JUNIOR, OAB nº RO1370
Vistos,
Inobstante este Magistrado compreender o estado de saúde do perito nomeado, venho, muito respeitosamente, esclarecer que o expert é auxiliar de confiança do Juízo.
Em tal diapasão, cumpre esclarecer que a perícia engloba a elaboração e apresentação de laudo pericial, esclarecimentos acerca de impugnações e debate com assistentes técnicos indicados pelas partes, além de acompanhamento do processo durante toda a fase processual. Por outro lado, o trabalho pericial é realizado no interesse da Justiça, diferentemente daquele que o técnico desenvolve quando está diante de interesses particulares, na qual a remuneração é o preço do mercado.
In casu, o expert tinha como encargo judicial o cumprimento dos trabalhos periciais como um todo, incluindo vistorias da(s) área(s). Por consectário lógico, as vistorias resultariam na produção do laudo, que não foi entregue porquanto os trabalhos para o qual foi designado não foram concluídos.
Diante disto, não há que se falar em compensação/ressarcimento de valores conforme requerido pelo senhor perito, visto que o trabalho pericial fora parcialmente realizado (apenas algumas vistorias), de forma que a nomeação doutro perito para o encargo foi inevitável.
Ressalte-se que o valor dos honorários periciais já traz embutido os custos a serem despendidos pelo expert na execução do serviço (em sua totalidade), incluindo os deslocamentos, regularmente pagos ao perito com a devida produção da prova/apresentação do laudo, o que não ocorreu na espécie.
Por todo o exposto, por mais que este Juízo se compadeça com o estado de saúde do senhor perito, razão não lhe assiste, motivo pelo qual hei por bem indeferir o pedido formulado nos autos.
Cientifiquem-se sobre a presente decisão e intimem-se as partes, via sistema, para requererem o que de direito, em termos de prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias.
Conclusão dos autos oportunamente.
Intimem-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7040661-46.2019.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Pagamento em Consignação
Parte autora: ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: ADRIELE SOUZA FONTES
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: MEIRIVONE MIRANDA DE SOUZA, OAB nº RO3127A, RAIMISSON MIRANDA DE SOUZA, OAB nº RO5565A, CARLOS EDUARDO CARDOSO RAMOS, OAB nº RO9783
Parte requerida: REQUERIDOS: SANDOVAL SOUZA FARIAS, PEDRO SITON FARIAS
Advogado da parte requerida: REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
Deferindo o pedido da parte credora, realizei, nesta data, penhora online via sistema SISBAJUD no CPF de Sandoval Souza Farias.
Trata-se de medida excepcional para constrição em ativos financeiros do de cujus no valor de R$ 628,25, porquanto já comprovadas diligências para localização de bens do devedor (saldos e investimentos), sem êxito, restando todas infrutíferas.
Ressalte-se, por oportuno, que, a inexistência de cpf em nome do espólio não obsta a verificação de contas bancárias em nome do falecido, de modo que cabe deferir a penhora online na conta havida em nome do de cujus.
Aguarde-se em cartório o prazo de 5 (cinco) dias para a resposta, voltando conclusos ao final do prazo para análise.
Intimem-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7087327-03.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Liminar
Parte autora: AUTOR: G. C. G.
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: GUSTAVO CAETANO GOMES, OAB nº RO3269
Parte requerida: REU: N. C. D. A.
Advogado da parte requerida: REU SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
Em atenção à manifestação de ID92388984, cite-se Neiva Cristina de Araújo, nos termos do despacho inicial de ID85817234, no endereço indicado na referida peça: Av. Chiquilito Erse, 4086, Bl 02, Apto. 708, Bairro Rio Madeira, Porto Velho/RO, CEP: 76.821-300. Custas já recolhidas.
Retornando negativo o AR, determino, desde já, a citação da parte adversa via Oficial de Justiça neste mesmo endereço. Para tanto, deve o autor para providenciar o recolhimento das custas de diligência.
Expeça-se o necessário com urgência.
Conclusos, oportunamente.
Intimem-se.
SERVE COMO CARTA/MANDADO
Porto Velho,segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7025653-87.2023.8.22.0001
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto: Alienação Fiduciária
Parte autora: AUTOR: BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO AUTOR: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, OAB nº AP4778, PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
Parte requerida: REU: FRANCISCO FONTINELE DO NASCIMENTO
Advogado da parte requerida: REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos,
A citação por hora certa prescinde de determinação judicial. Assim, deve a Oficiala de Justiça da diligência anterior dar fiel cumprimento ao mandado, nos termos do art. 252, CPC e 212, §2° do referido diploma legal.
Cumpra-se na Rua Manoel Félix, 4900, Flodoaldo Pontes Pinto - Porto Velho/RO, CEP: 76820-560. Custas já recolhidas.
Dados do fiel depositário: JOSE PETRONIO RIBEIRO BRAGADO – CPF 422.761.282-91, TELEFONE: 69 9951-5431.
Expeça-se o necessário. Renove-se o mandado.
Conclusos, oportunamente.
Cite-se; Intimem-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7043501-24.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Defeito, nulidade ou anulação
Parte autora: AUTOR: ELIZANGELA MARQUES DOS SANTOS
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: ANTONIO FRACCARO, OAB nº RO1941
Parte requerida: REU: CLEZIO SILVA CARVALHO
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DO REU: PAULO ROBERTO IGLESIAS ROSA, OAB nº RO7167A, JUCYMAR GOMES CARDOSO, OAB nº RO3295A
DESPACHO
Vistos,
Revejo a intimação por ato ordinatório de ID87888550 porquanto equivocada, tornando-a sem efeito.
Note-se a CPE intimou a parte autora quando deveria ter intimado a parte ré - vide despacho de ID86328811.

Assim, determino que se intime o réu para, querendo, manifestar-se sobre o documento apresentado pela autora no ID87521511 e, de igual modo, acerca do acórdão de ID92244777 que acompanha a petição de ID92244776. Prazo de 15 (quinze) dias.
Conclusão dos autos, oportunamente, para decisão saneadora.
Intimem-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo n.: 7044826-39.2019.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Transação
Valor da causa: R$ 4.239,83 (quatro mil, duzentos e trinta e nove reais e oitenta e três centavos)
Parte autora: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA, RUA ALEXANDRE GUIMARÃES 1927, - DE 1927 A 2067 - LADO ÍMPAR AREAL - 76804-373 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LAZARO PONTES RODRIGUES, OAB nº BA39590, MINISTRO OROZIMBO NONATO 525, APARTAMENTO 1302 VILA DA SERRA - 34006-053 - NOVA LIMA - MINAS GERAIS
Parte requerida: LENIR MARIA FERREIRA DE SOUZA, RUA SÃO PAULO 326, . NOVA BRASÍLIA - 76908-474 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
A parte exequente manifesta o interesse em realizar acordo, conforme proposta apresentada pelo executado ao oficial de justiça (ID n. 92881692).
Assim, intime-se a parta executada, no seu endereço de citação, para que se manifeste quanto a realização do acordo, no prazo de 15 dias.
Encaminhe-se como anexo da intimação a referida peça de ID n. 92881692.
CÓPIA DESTE DESPACHO SERVE COMO CARTA OU MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Endereço: Avenida Mamoré, nº 2992, Bairro Juscelino Kubitschek, no Município de Porto Velho/RO, CEP 76829-460
Publique-se e cumpra-se.
{{data.extenso}}
{{orgao_julgador.juiz}}
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7021114-88.2017.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Reivindicação
Parte autora: AUTOR: RENATO COSTA QUEIROZ
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO AUTOR: DALGOBERT MARTINEZ MACIEL, OAB nº RO1358A, MARCOS RODRIGO BENTES BEZERRA, OAB nº RO644
Parte requerida: REU: JUAREZ FELIZARDO DE SOUZA, EDNA DA SILVA COELHO FELIZARDO, SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DOS REU: CLAYTON CONRAT KUSSLER, OAB nº RO3861, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos,
Em atenção à manifestação de ID88409718, determino que a parte autora junte nos autos cópia atualizada do inteiro teor da matrícula do imóvel e procuração ad judicia (ID92767562), no prazo de 10 (dez) dias.
Sobrevindo o documento, intime-se a ré Santo Antônio Energia S.A. para a devida manifestação, em igual prazo.
Após, voltem conclusos para decisão saneadora.
Conclusão dos autos oportunamente.
Intimem-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7020728-19.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento Provisório de Sentença
Assunto: Cumprimento Provisório de Sentença
Parte autora: EXEQUENTE: GUMA CONSTRUTORA - EIRELI - ME
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: VINICIUS RENNER SILVA VILDOMAR RODRIGUES, OAB nº GO28497
Parte requerida: EXECUTADO: GAFISA SPE-85 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO EXECUTADO: DANIEL BATTIPAGLIA SGAI, OAB nº SP214918

DESPACHO
Vistos,
Em atenção à petição de ID89204425 da credora, hei por bem indeferir o pedido, por ora, em razão da prévia manifestação da parte contrária.
Note-se que a executada se antecipou à análise da referida peça pelo Juízo, vindo aos autos espontaneamente para requerer o indeferimento da penhora online em CNPJ diverso.
Assim, oportunizo a exequente a manifestar-se sobre a petição de ID80625287, requerendo o que de direito, para regular prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias.
Após, voltem conclusos para decisão.
Intimem-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7014923-95.2015.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Parte autora: EXEQUENTE: ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: TIAGO FURTADO AYRES, OAB nº RS105319, RAFAEL FURTADO AYRES, OAB nº DF17380
Parte requerida: EXECUTADOS: P A FALCAO M E - ME, ELIZETH COSTA DE SOUZA FALCAO, PEDRO DE ALCANTARA FALCAO, P ALCANTARA FALCAO - ME
Advogado da parte requerida: EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
Deferindo o pedido da parte credora, realizei, nesta data, penhora online na modalidade teimosinha nas contas dos executados, via sistema SISBAJUD.
Aguarde-se em cartório o prazo de 30 (trinta) dias para a resposta, voltando conclusos ao final do prazo para análise, ocasião em que as demais pesquisas (via Renajud e Infojud) serão também realizadas.
Intimem-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo n.: 7033087-30.2023.8.22.0001
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto: Alienação Fiduciária
Autor(es): Banco Bradesco Financiamentos S.A, - 76804-421 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA, OAB nº AL6557, BRADESCO
Requerido(a): LUCIANA CARLA DA SILVA JORGE, R URUGUAI 469, . NOVO PORTO VELHO - 76820-088 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
I - Relatório:
Trata-se de busca e apreensão proposta por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A em face de LUCIANA CARLA DA SILVA JORGE alegando, em síntese, que pactuaram contrato de alienação fiduciária do veículo Marca: YAMAHA, Modelo: FZ25 FAZER, Ano: 2021/2022, Cor: PRETA, Placa: RSZ4E29, RENAVAM: 01287396868, CHASSI: 9C6RG5020N0002476, sendo que a parte requerida deixou de pagar prestações do contrato, estando constituído em mora. Pleiteou assim, com base no Decreto-Lei n. 911/69, a busca e apreensão liminar do bem e a procedência do pedido para o fim de consolidar a propriedade e a posse em suas mãos. Juntou procuração e documentos.
Concedida e executada a liminar pleiteada (id. 92247638), o devedor fiduciário foi devidamente citado, todavia, não efetuou o pagamento.
No cumprimento da decisão, o Oficial apreendeu o bem, contudo deixou de citar a parte tendo em vista o seu óbito, conforme certidão em anexo (ID n. 92466945).
Vieram os autos conclusos.
É o relatório. Decido.
Em saneamento progressivo não vislumbro possibilidade de dar prosseguimento ao feito por se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV, CPC).
As ações de busca e apreensão regradas pelo Decreto-Lei 911/69, possuem particularidades em seu procedimento.
Vejamos o que dispõe o artigo art. 3º:

Art. 3o O proprietário fiduciário ou credor poderá, desde que comprovada a mora, na forma estabelecida pelo § 2o do art. 2o, ou o inadimplemento, requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, podendo ser apreciada em plantão judiciário. (...)

No caso em apreço, verifica-se que não se está diante de uma incapacidade sanável, que pode ser suprida pelo chamamento de um representante aos autos, mas sim diante de um caso de réu com incapacidade para se estar em juízo, uma vez que é falecido e não é detentor de capacidade material nem processual.

Extrai-se dos autos que o requerido faleceu na data de 23/02/2023, conforme certidão de óbito de ID n. 92466945. Ocorre que, a notificação de mora do requerido se deu em 11/04/2023, ou seja, em data posterior ao seu falecimento (notificação AR - ID n. 91306020), e a ação foi ajuizada 29/05/2023.

Sendo assim, o réu não pode figurar como sujeito passivo da presente ação.

Ainda na ordem do direito material, é necessário salientar também que o artigo 1787 do Código Civil dispõe que a abertura da sucessão se dá com a morte, com a imediata transferência do patrimônio do de cujus aos seus herdeiros.

Em atenção a essa situação que o legislador pátrio dispôs acerca da substituição processual: “Art. 110. Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a sucessão pelo seu espólio ou pelos seus sucessores, observado o disposto no art. 313, §§ 1º e 2º” (Código de Processo Civil).

Porém, tal instituto não se aplica no presente caso, uma vez que o ajuizamento da presente ação se deu em momento posterior ao falecimento do réu, devendo tal instituto ser aplicado somente na hipótese de falecimento durante o curso do processo.

A medida que se impõe no presente feito é o da extinção do processo sem resolução do mérito, por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, qual seja, ausência de capacidade em ser parte.

1 - Diante do exposto, com fundamento artigo 485, inciso IV do Código de Processo Civil, indefiro a inicial e JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito.

2 - Ocorre que, com a extinção dos autos, impõe-se a revogação liminar, com a consequente devolução do bem apreendido à pessoa que o detinha quando do cumprimento da liminar. Nesse aspecto, REVOGO a decisão liminar (ID n. 91685470) e DETERMINO a imediata devolução do bem à pessoa que detinha a posse quando do cumprimento da liminar, no prazo de 15 (quinze) dias.

3 - Não estando mais o autor em posse do veículo, caberá ao autor promover a respectiva devolução dos valores devidos, na forma do Decreto-Lei 911/69 a quem de direito.

4 - Sem custas finais.

5 - Havendo comprovação da devolução do bem ou da devolução dos valores devidos, e tendo os autos transitado em julgado, arquivem-se.

P. R. I. Cumpra-se.

CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.

Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.

Dalmo Antônio de Castro Bezerra

Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO

Porto Velho - 5ª Vara Cível Processo: 7013758-66.2022.8.22.0001

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Assunto: Indenização por Dano Moral

Parte exequente: AUTOR: REGINALDO BORTOLIN

Advogado da parte exequente: ADVOGADOS DO AUTOR: EDUARDO MATHEUS MARTINS DA COSTA, OAB nº RO11192, RONILDO FERREIRA DA SILVA, OAB nº RO11446, FABIO JULIO PERONDI SILVA, OAB nº RO9826

Parte executada: REU: ITAU UNIBANCO S.A.

Advogado da parte executada: ADVOGADOS DO REU: LARISSA MARTINS SILVEIRA, OAB nº SE15077, ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO, OAB nº BA29442

SENTENÇA

Atento à manifestação de id. 93176544, ante o pagamento total do débito, com fundamento nos arts. 513 e 771, ambos do Novo Código de Processo Civil, e inciso II do artigo 924, do referido diploma legal, julgo extinta a obrigação no cumprimento de sentença movido por AUTOR: REGINALDO BORTOLIN em face de REU: ITAU UNIBANCO S.A. , ambos qualificados nos autos.

Custas pela parte executada, devendo proceder o pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa, cuja guia deverá ser gerada pelo endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=M2VBhmGwXHBjOh7Y7i-nYY5BVo0iGyQDKoXf8PfM.wildfly01:custas1.1.

EXPEÇA-SE alvará, em favor da parte autora/credora, para levantamento da quantia depositada nos autos (id. 93164556). Caso solicitado, autorizo desde já a expedição de ofício à Caixa Econômica Federal para a transferência dos valores.

Ciente a parte, desde já, que o não levantamento da importância, no prazo de validade do alvará, implicará na imediata transferência do valor para conta a cargo do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme disposto no §7º do art. 447 das Diretrizes Gerais Judiciais.

Considerando a preclusão lógica, o feito transita em julgado na data de hoje. Assim, procedam-se às anotações necessárias e baixas, arquivando-se os autos após o levantamento do alvará e recolhimento de custas. Proceda a escrivania nos termos do Provimento Conjunto nº. 005/2016-PR-CG, arquive-se. Expeça-se o necessário.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

segunda-feira, 17 de julho de 2023

Dalmo Antônio de Castro Bezerra

Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, 5civelcpe@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 0010387-63.2015.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
Advogados do(a) EXEQUENTE: BERNARDO BUOSI - RO12470, MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES - RN5553
EXECUTADO: RENATO ANTONIO DE SOUZA LIMA e outros (2)
Advogado do(a) EXECUTADO: ELY ROBERTO DE CASTRO - RO509
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS OFICIAL DE JUSTIÇA
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do mandado, fica a parte AUTORA, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada, para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada conforme tabela abaixo.
Fica a parte advertida que em se tratando de mandado de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural).
O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 0009843-17.2011.8.22.0001
Classe: Exibição de Documento ou Coisa Cível
Assunto: Contratos Bancários
Parte autora: AUTOR: LUIZ CARLOS RIBEIRO FABRI DOS SANTOS
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: MABIAGINA MENDES DE LIMA, OAB nº RO3912
Parte requerida: REPRESENTADO: BANCO DO BRASIL
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DO REPRESENTADO: ERIKA CAMARGO GERHARDT, OAB nº RO1911, GUSTAVO AMATO PISSINI, OAB nº AM4567, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
DESPACHO
Vistos,
Em atenção à certidão retro, determino o imediato arquivamento dos autos, eis que as providências pertinentes ao caso concreto competem às partes - interessadas na lide.
Em tempo, encaminhe-se cópia do presente processo para a CGJ e Comissão Processante, para que apurem as responsabilidades à respeito do não cumprimento dos atos, restando prejuízo às partes.
Arquivem-se;
Intimem-se.
SERVE COMO OFÍCIO
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Processo: 7044233-68.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Prestação de Serviços, Atraso de vôo
Parte autora: AUTOR: ISADORA CAVALCANTE VASCONCELOS
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: EDILA DANTAS CAVALCANTE, OAB nº RO1551
Parte requerida: REU: LATAM AIRLINES GROUP S/A
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
DESPACHO
Vistos,
Em atenção ao art. 334 do NCPC a escrivania deverá agendar audiência de conciliação.
A autora (representada por sua genitora e advogada) e a ré deverão se fazer presentes na audiência na forma designada pela CPE/CEJUSC. No caso de não comparecimento injustificado, seja da autora ou da ré, à audiência de conciliação, as partes estarão sujeitas à multa prevista no art. 334, §8°, CPC.
Expeça-se carta de citação/intimação à parte requerida (art. 250, NCPC), que deverá comparecer acompanhada de advogado/Defensor Público e, caso não obtida a conciliação, apresentar contestação, sob pena de ser considerado revel e presumir-se como verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora, nos termos dos arts. 248, § 3º, e 344 do NCPC.

O prazo para oferecimento de contestação é de 15 (quinze) dias, a iniciar-se da data da audiência de tentativa de conciliação, caso frustrada, salvo hipóteses dos incisos II e III do art. 335, NCPC.
Findo o prazo para contestação, com sua apresentação, dê-se vista dos autos à parte autora para manifestação em 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, NCPC.
Caso a citação reste infrutífera, deverá o cartório intimar a parte autora para promover a citação, no prazo de 10 (dez) dias. Decorrido o prazo sem manifestação da parte tornem os autos conclusos para extinção.
Em caso de apresentação de novo endereço deverá o cartório agendar nova data de audiência e realizar as comunicações necessárias, observando-se, se for o caso, a necessidade de recolhimento de custas de repetição de diligência.
Fica a parte requerida advertida que a petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.
Cite-se; Intimem-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.
Endereço da parte requerida: REU: LATAM AIRLINES GROUP S/A, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6490, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Processo: 7008166-07.2023.8.22.0001
Classe: Embargos à Execução
Assunto: Novação
Parte autora: EMBARGANTES: WAGNER DE OLIVEIRA SILVA, JULIANA DE OLIVEIRA SILVA, RODRIGO DE OLIVEIRA SILVA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DOS EMBARGANTES: AMARILDO CRISOSTOMO BARBOSA, OAB nº MT13519
Parte requerida: EMBARGADO: BANCO DO BRASIL
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO EMBARGADO: PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
DESPACHO
Vistos,
1. Associe-se estes autos digitais ao processo digital executivo.
2. Inclua-se o advogado(a) dos embargados no cadastro destes embargos, bem como vincule-se no cadastro da execução, o advogado(a) dos executados, certificando-se.
3. Recebo os embargos à execução para discussão, sem atribuição de efeito suspensivo, vez que não estão presentes os requisitos para a concessão da tutela provisória (art. 919, §1º do CPC).
Com efeito, além de não se poder vislumbrar, à primeira vista, a probabilidade do direito, não se verifica também o perigo de dano, além daquilo que é inerente a toda e qualquer excussão patrimonial.
No mesmo sentido, não há como se ter por perfeitamente caracterizada a ocorrência das hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 311, do Código de Processo Civil, sendo o caso de se estabelecer o contraditório antes da apreciação das teses lançadas.
Pelo exposto, INDEFIRO o pedido de atribuição de efeito suspensivo.
4. Em termos de prosseguimento, intime(m)-se o(s) embargado(s), na pessoa de seu(s) patrono(s), para, querendo, apresentar(em) impugnação, no prazo de 15 dias (art. 920, I do CPC).
5. Decorrido o prazo, intime-se as partes para justificar a necessidade de produção de provas, motivando sua necessidade, no prazo de 05 dias, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado da lide, na fase em que se encontra.
Intimem-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, 5civelcpe@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7022489-27.2017.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: Einstein Instituição de ensino Ltda. EPP
Advogados do(a) EXEQUENTE: EDUARDO ABILIO KERBER DINIZ - AC4974, LUCAS LINCON FERREIRA BARBOSA - RO10952
EXECUTADO: MAGELA REJANE GONCALVES SILVA
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7043410-94.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Desconsideração da Personalidade Jurídica
Parte autora: AUTOR: FLAVIA REGINA SILVEIRA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO, OAB nº RO3300
Parte requerida: REU: MARCELO ALVES CAVALCANTE, ADELIO BAROFALDI
Advogado da parte requerida: REU SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
1. Associe-se e certifique-se nos autos principais (nº 7021419-38.2018.8.22.0001) a interposição do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
2. Citem-se os sócios MARCELO ALVES CAVALCANTE e ADELIO BAROFALDI, para manifestarem-se e requerem as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias (art. 135 do CPC/15), devendo ser incluído no polo passivo deste incidente.
3. Suspendo o procedimento principal até a resolução do presente incidente (art. 134, §3º).
4. Expeça-se servindo esta decisão como carta/mandado, de citação dos sócios, os quais terão o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestarem (art. 135, CPC), bem como requererem as provas que entenderem cabíveis. A não apresentação de manifestação implicará nos efeitos da revelia, consoante dispõe o art. 344 do Código de Processo Civil.
5. Adverte-se a parte requerida que se for acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude à execução, será considerada ineficaz em relação ao requerente (artigo 137, CPC/15).
Fica a parte executada advertida que a petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.
VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.
Endereço da parte requerida: REU: MARCELO ALVES CAVALCANTE, RUA BENEDITO DE SOUZA BRITO 4779, - DE 4578/4579 AO FIM INDUSTRIAL - 76821-290 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ADELIO BAROFALDI, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 700, - DE 700 A 1228 - LADO PAR NOVA PORTO VELHO - 76820-116 - PORTO VELHO – RONDÔNIA.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7038697-23.2016.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Seguro, Seguro
Parte autora: EXEQUENTE: Bradesco Seguros S/A
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI, OAB nº SP178033, PAULO EDUARDO PRADO, OAB nº RO4881
Parte requerida: EXECUTADO: OPORTO IMÓVEIS LTDA-ME
Advogado da parte requerida: EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Recebo os embargos de declaração como pedido de reconsideração, tendo em vista que os despachos de mero expediente não são passíveis de embargos declaratórios, conforme inteligência do artigo 1.001 do CPC.
Inicialmente, é importante salientar que o despacho de id. 91956896 não indeferiu o pedido da parte mas, tão somente, concedeu prazo para que o exequente cumprisse o disposto no CPC, instaurando o incidente de desconsideração da personalidade jurídica ali previsto.
Diante de tal despacho, a parte se manifestou alegando que esse juízo foi omisso em sua decisão uma vez que deixou de determinar a sucessão processual e desconsiderou a existência de precedente vinculante sobre o tema.
Nesse ponto, chamo atenção para o fato de que a Súmula 435 do STJ é aplicada para execuções fiscais, conforme exposto no seu teor:
Súmula 435 do STJ: “Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.” (grifei)
Trata-se de uma relação jurídica distinta daquelas regidas pelo direito civil. Como se sabe, a aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica leva em consideração o âmbito da sua aplicação e, em se tratando da aplicação do direito civil, utiliza-se a Teoria Maior, pela qual a desconsideração exige a demonstração da ocorrência dos requisitos previstos no art. 50 do Código Civil e, caso a relação seja consumerista, utiliza-se a Teoria Menor, por meio da qual a constatação de que a personalidade jurídica configura um obstáculo para o adimplemento da dívida permite a sua desconsideração e o redirecionamento da execução para os sócios administradores.
Em ambos os casos, quando se trata de pessoa jurídica constituída como sociedade limitada, caso dos autos, o seu patrimônio é distinto do patrimônio dos seus sócios, o que torna necessária a propositura do incidente quando o intuito é alcançar os bens particulares dos sócios.
Nesse sentido:
Agravo de instrumento. Desconsideração da personalidade jurídica. Microempresa. Responsabilidade limitada.
A microempresa não se confunde com microempresário individual, sendo que por se tratar de sociedade limitada, necessária decisão acerca do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
(AGRAVO DE INSTRUMENTO 0808905-06.2022.822.0000, Rel. Des. Alexandre Miguel, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Cível, julgado em 05/06/2023.)

Agravo de instrumento. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Medida excepcional. Não comprovação dos requisitos legais. Impossibilidade.
O incidente de desconsideração da personalidade jurídica nas relações civis-empresariais é medida excepcional que exige a demonstração efetiva do desvio de finalidade empresarial ou da confusão patrimonial da empresa. Não havendo comprovação de tais fatos, incabível a medida pleiteada.
(AGRAVO DE INSTRUMENTO 0802476-86.2023.822.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 1ª Câmara Cível, julgado em 30/06/2023.)
Agravo de instrumento. Sucessão processual da empresa. Responsabilização pessoal dos sócios. Ausência de demonstração de prévia liquidação e de distribuição de patrimônio positivo remanescentes.
Tratando-se de sociedade de responsabilidade limitada, após integralizado o capital social, os sócios não respondem com seu patrimônio pessoal pelas dívidas titularizadas pela sociedade, de modo que o deferimento da sucessão dependerá intrinsecamente da demonstração de existência de patrimônio líquido positivo e de sua efetiva distribuição entre seus sócios.
(AGRAVO DE INSTRUMENTO 0800998-43.2022.822.9000, Rel. Des. Kiyochi Mori, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Cível, julgado em 17/03/2023.)
Assim, reitero o despacho de id. 91956896 para conceder à parte o prazo de 05 (cinco) dias para que informe a distribuição do incidente ou requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão nos moldes do art. 921, III do CPC.
Intimem-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, 5civelcpe@tjro.jus.br
Número do processo: 7025710-08.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: LUIZ CARLOS COELHO DE MENEZES
ADVOGADO DO AUTOR: LEANDRO VICENTE LOW LOPES, OAB nº RO785A
Polo Passivo: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS DO REU: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
DESPACHO
01. Concedo às partes o prazo comum de 15 (quinze) dias, para que esclareçam se pretendem a produção de outras provas, devendo elas serem individualizadas e sua necessidade justificada, bem como serem indicados os pontos controvertidos, sob pena de, mantendo-se inertes, ser promovido o julgamento antecipado do mérito.
1.1. Acaso as partes optem pela produção de prova testemunhal, cientes, desde já, as partes de que o ato será realizado na modalidade presencial, junto à sala de audiências deste juízo.
02. Sendo apresentado rol de testemunhas ou requerida a produção de provas, venham conclusos na pasta “DECISÃO SANEADORA”, caso contrário, na pasta “JULGAMENTO”.
Intime-se.
Porto Velho/RO, {{data.extenso_sem_dia_semana}} .
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Processo: 7029208-49.2022.8.22.0001
Classe: Reintegração / Manutenção de Posse
Assunto: Esbulho / Turbação / Ameaça
Parte autora: REQUERENTE: VANDERLEI NOETZOLD
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO REQUERENTE: ELENIR AVALO, OAB nº RO224A
Parte requerida: REQUERIDOS: ALEX DE TAL, KLEITON LAURO MENDES ROCHA, JOSIELSO REIS DA COSTA, TAIANE RODRIGUES DE SOUZA, DANIEL MARTINS FERRAZ, RODINELLE SOUZA DE CASTRO
Advogado da parte requerida: REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Atento à manifestação de id. 93121152 e considerando a ausência de apresentação de defesa, com fundamento no inciso VIII do art. 485 do Código de Processo Civil, homologo a desistência da ação e julgo extinta, sem resolução de mérito, a presente ação movida por REQUERENTE: VANDERLEI NOETZOLD em face de REQUERIDOS: ALEX DE TAL, KLEITON LAURO MENDES ROCHA, JOSIELSO REIS DA COSTA, TAIANE RODRIGUES DE SOUZA, DANIEL MARTINS FERRAZ, RODINELLE SOUZA DE CASTRO, ambos qualificados nos autos.
Sem custas.
Considerando a preclusão lógica o feito transita em julgado na data de hoje. Assim procedam-se às anotações necessárias e baixas, arquivando-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
{{orgao_julgador.nome}} Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7037173-78.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Perdas e Danos, Liminar
Parte autora: AUTOR: IRAN GERALDO PAES LEME
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO AUTOR: PEDRO CEZAR DA SILVA MENEZES JUNIOR, OAB nº RO11315, EDIMAR FILHO FILMATO DE OLIVEIRA, OAB nº RO12030
Parte requerida: REU: PAY RETAILERS COBRANCA E SERVICOS EM TECNOLOGIA LTDA., BLOCKCHAIN TECNOLOGIA LTDA, FORTERAS INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA, B FINTECH SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DOS REU: ABIMAEL CLEMENTINO FERREIRA DE CARVALHO NETO, OAB nº CE10509, FERNANDA LIMA BATISTELLA, OAB nº SP211085, THIAGO DONATO DOS SANTOS, OAB nº SP253046, RAFAEL PONTES DE MIRANDA ALVES, OAB nº PE33260, RAFAEL DE CARVALHO PASSARO, OAB nº SP164878, EVA LETICIA RICCIARDI DE PAULA, OAB nº SP356164, JULIA CRISTINA FERREIRA, OAB nº DF69867, OLIVIA JANUZZI ZEQUI, OAB nº SP431740
SENTENÇA
Trata-se de ação cautelar antecedente formulada por IARAN GERALDO PAES LEME em face de B FINTECH SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA (BINANCE), FORTERAS INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA, BLOCKCHAIN TECNOLOGIA LTDA e PAY RETAILERS COBRANCA E SERVICOS EM TECNOLOGIA LTDA, onde afirma que:
O autor conta com 72 anos de idade, e após pesquisa optou por cadastrar-se no site da Corretora Internacional BINANCE.
Assim, para efetivar seus investimentos, o autor efetuou vários depósitos na conta bancária da Forteiras Serviços e Capitual, indicada no site da BINANCE, de titularidade da empresa CAPITUAL, FORTERAS INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA E PAY RETAILERS COBRANCA E SERVICOS EM TECNOLOGIA LTDA (extratos anexos), resultando no valor total de R$ 199.101.00 (cento e noventa e nove mil, cento e um reais).
Aduz que seguiu, à risca, todos os procedimentos de segurança recomendados pelo site da BINANCE, tanto que, para ter acesso ao mesmo, transferiu seus fundos digitais, registrados no site da Corretora BINANCE, para Empresas do mesmo grupo, são essas as empresas, Forteras Intermediação de Negócios, BLOCKCHAIN TECNOLOGIA LTDA, PAY RETAILERS COBRANCA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA. A plataforma que essas empresas utilizaram foi: MAXIPLUS, onde era possível fazer consultas sobre as cotações diárias das suas moedas digitais.
Alega que, ao consultar a tela principal da carteira digital da MAXIPLUS, o Autor tem a quantia de $41.229,78 (quarenta e um mil duzentos e vinte nove dólares e setenta e oito cents). O autor foi surpreendido pela subtração de diversos valores da quantia de US$137,000.00 (cento e trinta e sete mil dólares), transações essas circuladas em operações realizadas até a data de 25/05/2022, sem autorização. Entrou em contato, via e-mail, por várias oportunidades com as empresas requeridas, solicitando a devolução do capital investido e dos rendimentos obtidos na plataforma de moedas digitais. No entanto, as requeridas, por meio de suas intermediárias, aduziram que o autor precisava fazer novos investimentos para obter o resgate de seus investimentos, o que, na maioria das vezes, foi feito pelo requerente.
Afirma que seus rendimentos foram caindo, sem sua autorização, e constatou o acesso de terceiro, com IP diferente em relação ao computador do requerente. Afirma ainda que o autor quer que seus direitos que foram violados sejam restaurados pelo comportamento abusivo da BINANCE, consistente em não ressarcir seu cliente por uma falha em seu próprio sistema de segurança que, supostamente, deveria estar imune a fraudes. Há alguns casos de fortuito interno dos sistemas de “TI” da Corretora BINANCE, e ao ataque de “hackers” pela internet. Por esse motivo, vem buscar o socorro ao
PODER JUDICIÁRIO.
Requer ao final que as Empresas Rés, representantes no Brasil da Corretora BINANCE, sejam CONDENADAS, SOLIDARIAMENTE, a pagar ao Autor a título de DANO MATERIAL a importância de R$ 199.101.00 (cento e noventa e nove mil, cento e um reais), devidamente corrigidos, referente aos valores originalmente transferidos para serem aplicados em moedas digitais, bem como a pagar ao Autor, a título de DANO MORAL, a importância de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
Junta documentos.
Indeferido o pedido de tutela antecipada, determinada a citação e realização de audiência de conciliação.
FORTERAS peticiona informando que houve alteração contratual, a qual passou a adotar o nome empresarial de CAPITUAL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA.
B. FINTECH SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA., apresenta contestação onde afirma que não é uma corretora, pois não administra valores ou efetua a movimentação das criptomoedas. A função da B. FINTECH restringe-se apenas a converter as moedas fiduciárias, por exemplo, Reais, Dólares, Euros, para a criptomoeda. Trata-se de procedimento anterior ao realizado pela corretora, comparado a uma casa de câmbio onde recebe valores e os transforma em criptomoedas.
Afirma que não mantém contas de depósito, não realiza transferências e, mais especificamente no caso dos autos, não disponibilizou ao Autor plataforma para comprar e vender criptomoedas.
Sustenta a ilegitimidade passiva em razão de não existir relação jurídica entre o Autor e a Requerida.
No mérito sustenta ausência de grupo econômico entre as requeridas, sendo que não fazem parte de um mesmo conglomerado econômico ou possuem controle social comum. Afirma que a única empresa que manteve relação de parceria com a BINANCE foi a Corré, CAPITUAL/FORTERAS, que processava e intermediava o serviço de saques e depósitos via Pix entre os clientes e a corretora.
Alega ainda que é notório, a BINANCE encerrou a sua parceria de processamento de pagamentos com a CAPITUAL. O próprio fato do fim da parceria já comprova que elas não pertencem ao mesmo grupo econômico.
Assevera que em relação à empresa PAY RETAILERS, em rápida pesquisa na internet, verifica-se que ela nunca atuou em parceria com a BINANCE, sendo uma instituição de meio de pagamentos
Aduz que quando se pesquisa o termo “Maxiplus trade” no Google, existem reclamações sobre golpes iguais ao sofrido pelo Autor, isto é, na hora de sacar os investimentos, são requeridos outros depósitos por meio da PAY RETAILERS, além de os supostos consultores desaparecerem
Afirma que o simples fato de a plataforma MAXIPLUS ser falsa permite a conclusão lógica e óbvia de que ela não pertence à BINANCE, não é sua parceira e nem faz parte do mesmo grupo econômico.

Quanto a todos os depósitos e saques realizados na conta do Autor foram comunicados e autenticados pelos códigos enviados ao seu e-mail e ao seu celular, sendo que o número de telefone indicado nas mensagens com os códigos de autenticação é exatamente o mesmo fornecido pelo patrono do Autor.
Refuta danos morais.
Requer a improcedência do feito.
PAY RETAILERS COBRANCA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA apresenta CONTESTAÇÃO onde compareceu espontaneamente nos autos, e aduz que é uma das maiores plataformas de pagamentos da América Latina, com presença de destaque em países como Argentina, Brasil. Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, México, Panamá e Peru.
Afirma que no Brasil, a Pay Retailers é qualificada como uma empresa intermediadora de pagamentos, na modalidade "facilitação de pagamentos".
Assevera que age como uma "ponte" entre uma instituição financeira, cujos clientes são titulares de conta corrente bancária, e o vendedor do produto ou serviço para quem o valor será disponibilizado. A instituição de arranjo de pagamentos, ao final de uma cadeia de procedimentos e trâmites internos e externos, verifica a existência de saldo disponível da parte compradora e se os respectivos dados financeiros estão corretos. Aduz que a única função da Pay Retailers é transmitir o dinheiro inicialmente depositado via boleto por partes situadas no Brasil (parte compradora, no caso, o Autor) a fornecedores de produtos e serviços localizados no exterior (parte vendedora, no caso a MaxiPlus).
No mérito afirma que o Autor permanece com um saldo de US$ 41.229,78 (quarenta e um mil duzentos e vinte nove dólares e setenta e oito centavos) junto à MaxiPlus – valor que corresponde no câmbio atual (cerca de R$5,57) a quase R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) – valor superior ao pretendido na sua inicial! O que não faria sentido algum o ingresso da presente demanda. Inexiste qualquer documentação juntada, extrato ou afim que dê conta do estratosférico rendimento alegado, nem das eventuais condições com as quais se correlacionaram eventual promessa.
Alega que há inúmeras menções à empresa MaxiPlus, que paradoxalmente não figura no polo passivo.
Requer o reconhecimento da ilegitimidade passiva ou no mérito que a ação seja julgada improcedente.
CAPITUAL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA apresentou CONTESTAÇÃO onde aduz que cuida-se de ação indenizatória, em que o Autor requer, em síntese, o ressarcimento dos investimentos feitos nas plataformas BINANCE e MAXIPLUS (esta última não demandada).
Afirma que a pessoa jurídica CAPITUAL Instituição de Pagamentos Ltda (anteriormente denominada de FORTERAS Intermediação de Negócios Ltda.) é um "Banco Híbrido" que emite moeda eletrônica, por meio das contas de pagamento (CapConta), custódia e transfere cripto ativos, por meio das carteiras virtuais (CapWallet), e que funciona como o gateway (intermediadora) de pagamentos para corretoras de cripto ativos, permutando Reais (R$) por tokens e enviando às respectivas exchanges. Para executar esta última funcionalidade , o CAPITUAL opera, como mencionado, em parceria com algumas corretoras internacionais de criptomoedas, dentre as quais se encontrava, até recentemente, a corretora BINANCE (B fintech).
Alega que o CAPITUAL era o responsável exclusivamente pela intermediação de pagamentos via PIX/ TED, consubstanciada na "conversão" de Tokens "BRL" em moeda fiduciária e vice-versa, nos moldes mencionados, operando através de ordens, seja de depósito ("aporte"), seja de retirada ("saque"). Para que todas as operações ocorressem corretamente, é importante citar que o depósito e o saque deveriam ser feitos pelo mesmo titular, isto é, era preciso que os dados dos titulares das contas de origem e destino fossem exatamente os mesmos.
O cerne de toda a controvérsia da questão se dá em razão da suposta remessa de ativos da Exchange BINANCE à plataforma da MAXIPLUS e, depois, do suposto furto dos bens do autor desta última plataforma, sem que tenha envolvido – porquanto impossível – qualquer das funções exercidas pelo CAPITUAL no momento dos fatos.
Refuta o mérito, afirmando não haver ato ilícito do requerido.
Pugna pela improcedência do feito.
Réplica apresentada, id. Num. 83217340.
Saneador com designação de audiência de instrução em id. Num. 90148013.
Audiência de instrução e julgamento com tomada de depoimento pessoal do autor.
As partes apresentaram alegações finais.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório.
DECIDO:
Inicialmente consigno que as requeridas são solidárias, e portanto, legítimas para figurarem no polo passivo, eis que, participam da cadeia de fornecimento, razão pelo qual são responsáveis solidária e, por conseguinte, possui legitimidade para atuar no polo passivo da demanda, em consonância com os arts. 7º , parágrafo único , e 25 , § 1º , do Código de Defesa do Consumidor .
Indiscutível que a relação estabelecida entre as partes é de consumo, a qual é regida pelas normas do Código de Defesa do Consumidor, cujo artigo 14 estabelece a responsabilidade objetiva do fornecedor de serviços por eventuais danos causados aos consumidores. "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos
Em julgamento de Recurso Especial (BRASIL, 2017), tendo como relatora a Ministra Nancy Andrighi, houve decisão favorável à aplicação do Código de Defesa do Consumidor para as relações jurídicas que se estabelecem entre os investidores e as corretoras de valores.
A fundamentação levou em conta os artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor,
Aplicando-se a teoria finalista, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça vem consolidando o posicionamento no sentido de que o destinatário final da prestação de serviços é considerado consumidor, independentemente das circunstâncias da relação jurídica no caso concreto.
Por sua vez, o artigo 3º conceitua que "fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de [...] prestação de serviços." O §2º desse dispositivo, dispõe que: "Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista."
Assim sendo, a corretora é fornecedora e está caracterizada a relação de consumo. A Súmula nº 297 do Superior Tribunal de Justiça, que estabelece a aplicação do Código de Defesa do Consumidor às instituições financeiras. Portanto, o investidor, diante do serviço de intermediação contratado, é consumidor.

Nestes termos:
APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. COMPRA DE MOEDA VIRTUAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. EMPRESA INTERMEDIADORA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. RESTITUIÇÃO DO VALOR RECEBIDO. 1. Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor quando identificadas as figuras do art. 2º e 3º do CDC. 2. A análise das condições da ação deve ocorrer in status assertionis, isto é, segundo os fatos alegados pelo autor na inicial. 3. Configurada a relação de consumo, todas as empresas que participaram da cadeia negocial são solidariamente responsáveis pela reparação de danos ao consumidor (CDC, art. 7º, parágrafo único c/c arts. 14 e 25, § 1º). 4. Possui legitimidade passiva a empresa intermediadora de compra de moeda virtual que recebeu dinheiro diretamente dos autores, bem como possui responsabilidade solidária na restituição do valor recebido, que também é amparada pela legislação civil (CC, arts. 884 e 927). 5. Recurso conhecido e não provido. (TJ-DF 07107211620198070007 DF 0710721-16.2019.8.07.0007, Relator: DIAULAS COSTA RIBEIRO, Data de Julgamento: 25/11/2021, 8ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 09/12/2021 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)
Nos presentes autos o autor afirma que foi surpreendido pela subtração de diversos valores da quantia de US$137,000.00 (cento e trinta e sete mil dólares), transações essas circuladas em operações realizadas até a data de 25/05/2022, sem autorização. Permanece com o saldo de US $41.229.78.
Afirma ainda que o autor entrou em contato, via e-mail, por várias oportunidades com as empresas requeridas, solicitando a devolução do capital investido e dos rendimentos obtidos na plataforma de moedas digitais. No entanto, as requeridas, por meio de suas intermediárias, aduziram que o autor precisava fazer novos investimentos para obter o resgate de seus investimentos.
Requereu a devolução dos valores originariamente depositados.
As provas trazidas pela parte autora como constitutivas do direito junta provas da transferência de valores em id. Num. 77578323 - Pág. 1 até Pág. 18, nos valores respectivos de R$ 1.344,00, R$ 1.282,00, R$ 1.350,00, R$ 150,00, R$ 1.300,00, R$ 5.200,00, R$ 15.930,00, R$ 10.000,00, R$ 4.940,00, R$ 287,00, R$ 1.218,00, R$ 10.268,00, R$ 948,00, R$ 29.900,00, R$ 18.73500, R$ 50.000,00, R$ 9.150,00, R$ 37.000,00.
Data
Favorecido
Valor em R$
22/06/2021
Pay Retailers Cobrança
1.344,00
06/07/2021
PAY RETAILERS COBRANCA E SERVICOS
1.281,00
21/07/2021
Forteras Serviços
1.350,00
14/10/2021
Capitual
150,00
26/07/2021
Forteras Serviços
1.300,00
29/07/2021
Forteras Serviços
5.200,00
18/08/2021
Forteras Serviços
15.930,00
15/09/2021
Forteras Serviços
10.000,00
14/10/2021
Capitual
4.940,00
14/10/2021
Capitual
287,00
14/10/2021
Capitual
1.218,00
14/10/2021
Capitual
10.268,00
14/10/2021
Capitual
948,00
19/10/2021
Capitual
29.900,00
25/10/2021

Capitual
18.735,00
02/11/2021
Capitual
50.000,00
03/11/2021
Capitual
9.150,00
04/11/2021
Capitual
37.000,00
Pois bem, analisando as provas nos autos, vejo que o autor comprovou o aporte dos valores que pretende reaver.
As requeridas afirmam, em síntese, que o autor tem valores de saldo em sua conta maiores do que pretende reaver.
Entretanto, nenhuma das requeridas disponibilizou o valor para restituição ao autor.
Afirmam que a MaxiPlus é a plataforma onde permanecem os saldos do requerente, em valor de aproximadamente R$230.000,00. Esta plataforma utilizada pelo autor em orientação feita pelas requeridas, o que afasta a alegação da B. Fintech Serviços de Tecnologia Ltda de que não tem responsabilidade por um terceiro fraudador utilizar detalhes da empresa MaxiPlus.
Ocorre que o autor não consegue ter os valores disponibilizados, e ainda foi levado a aportar valores para que assim pudesse retirar o valor, o que nunca de fato aconteceu;
Ressalto que as partes demandadas fazem alusão a diversos meios protetivos a fim de demonstrar ambiente seguro e confiável para o consumidor , porém, no caso em tela, em verdade se vê uma parte promovida apontar a responsabilidade para a outra promovida sem apresentar solução efetiva para o vício aqui comprovado, deixando o consumidor sem real solução para o impasse, ou seja, sem devolver seu dinheiro (moeda virtual).
Nesse passo, as partes demandadas não demonstraram nos autos, como deveriam, a legalidade de seu ato de receber pelo serviço e não garantir - nem a transferência e nem o estorno do valor -, a conforme propagandeado, no que não foi apresentada impugnação específica para o valor requerido pelo autor (art. 341 do CPC), ficando desse modo demonstrado nos autos a falha na prestação de serviço (art. 14 do CDC) e, com isso, o dever de indenizar, salientando a evidente responsabilidade solidária no caso posto (parágrafo único do art. 7º do CDC).
Salientando ainda que não foi demonstrado nenhuma das excludentes dispostas no § 3º do art. 14 do CDC . O nexo de causalidade é evidente e se entrelaça na conduta das partes promovidas e nos danos experimentados pela parte promovente, pois causado por conta daquelas, assim tem a parte autora o direito de ser ressarcida nos moldes dos arts. 186 c/c 927 , caput, ambos do CC e arts. 6º, VI, 14 e 35, III, todos do CDC).
No caso dos autos, entretanto, vislumbro ainda algumas vulnerabilidades que não foram explanadas sobre a complexidade e riscos envolvidos.
A primeira vulnerabilidade é a falta de informação suficiente aliada a uma publicidade mais agressiva neste tipo de negócio, empobrecendo o conhecimento e criando falsas expectativas aos consumidores.
Não é despiciendo mencionar que Câmera de Valores Mobiliários em mais de uma oportunidade já se manifestou sobre o tema por meio de comunicados ao mercado, alertando sobre os riscos envolvidos nos cripto ativos e listando algumas características de situações de fraudes que foram reiteradamente verificadas pela agência reguladora diante do crescente número de denúncias contra as empresas de corretagem.
Assim, tenho que não houve comprovação das requeridas em ter cumprido o que está disposto na Constituição Federal, no inciso XIV do artigo 5º, e no Código de Defesa do Consumidor no artigo 4º, inciso IV, e como garantia no artigo 6º, inciso III, ou seja, informação clara, segura e objetiva.
A responsabilidade entre os fornecedores, assim considerados aqueles que antecedem o destinatário final em uma relação de consumo, é solidária, nos termos dos artigos 7º, parágrafo único, e 25, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor.
Entendo que somente o valor do capital aplicado deva ser devolvido, eis que, esse é o real patrimônio do requerente e, não o infactível lucro prometido e esperado no contrato.
Tenho como absolutamente nulo o contrato, e portanto, deve ser desfeito a partir do início, pela desinformação gerar vício de consentimento ao requerente, sendo abusiva a prática da requerida nos termos do artigo 39 do CDC.
Portanto, como valores a serem devolvidos fixo a importância de R$199.101.00 (cento e noventa e nove mil, cento e um reais) em obrigação de ressarcimento de forma solidária aos participantes como fornecedores de serviço, ora requeridos.
Nos termos do inciso VI do artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor tenho que a prática das requeridas se constituem em ato que gera danos morais ao requerente, o qual, induzido a acreditar em alta rentabilidade em uma aplicação que não pode haver promessa de rentabilidade, depositou as economias e se viu frustrado em não receber nem ao menos o capital investido.
Certo que a busca pelo
PODER JUDICIÁRIO para o recebimento de valores gera, no caso concreto, uma insegurança, sentimento de injustiça, e também frustração com o comportamento da primeira e segunda requerida, tenho que deva ser fixado danos morais no patamar pleiteado em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) considerados como suficiente para a prevenção e reparação no caso concreto.
Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A DEMANDA, nos termos do artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil, para o fim de:
1- CONDENAR SOLIDARIAMENTE as requeridas ao pagamento da importância de R$ 199.101.00 (cento e noventa e nove mil, cento e um reais), corrigidos monetariamente a partir do desembolso, e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação;
2- CONDENAR os requeridos ao pagamento da importância de R$5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, estes atualizados, e corrigidos monetariamente nos termos e índices estabelecidos pela Corregedoria Geral da Justiça até o efetivo pagamento.
3- CONDENAR os requeridos ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% do valor da condenação.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA, OFÍCIO, MANDADO.
Intimem-se.
{{data.extenso}}
{{orgao_julgador.juiz}}
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Processo: 7044104-63.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Benfeitorias, Cláusulas Abusivas
Parte autora: AUTOR: C. D. D. C.
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE KELLI JOSLIN, OAB nº PR5736
Parte requerida: REU: R. S. I. L.
Advogado da parte requerida: REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
PROCEDA à CPE com a retirada de sigilo dos presentes autos visto que o caso posto em lide não se amolda as hipóteses legais.
Outrossim, atente-se à parte autora de que a publicidade dos atos processuais é a regra processual, cabendo sigilo somente nas hipóteses previstas em lei.
Concedo à parte autora os benefícios da assistência judiciária gratuita, na forma do art. 98 do CPC.
1. Agende-se no PJE audiência de conciliação, de acordo com a pauta disponibilizada pelo CEJUSC. A solenidade será realizada por videoconferência (Google Meet ou Whatsapp), observando as instruções indicados no final deste despacho.
1.1 Ressalto, todavia, que caberá a CEJUSC a análise quanto a pertinência/conveniência da designação da realização do ato de forma presencial.
2. A citação da requerida será realizada por meio eletrônico, nos termos do inciso V do art. 246 do CPC, bem como observando-se o Ato Conjunto n. 023/2020-PR-CJG do Tribunal de Justiça de Rondônia.
Acaso não haja a confirmação do requerido em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da citação eletrônica, nos termos do art. 246, §1º-A, do CPC, deverá ser feita a citação pelos meios tradicionais (carta ou mandado).
Se a parte requerida não for cadastrada para citação eletrônica, promova-se a citação pelos meios tradicionais (carta ou mandado).
3. CITE-SE a parte requerida e INTIME-SE a autora para que, nos termos do art. 334 do CPC, compareçam à audiência de conciliação por meio eletrônico, representadas por Advogado(a) ou Defensor(a) Público(a) (art. 334, §9º CPC), observando as disposições contidas no provimento abaixo descrito, inclusive no que diz respeito aos meios para ingressar na videoconferência.
Advirto às partes de que o não comparecimento à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º, CPC).
Ressalte-se que a parte pode se fazer representada por advogado ou Defensor Público, desde que com poderes para transigir.
4. Caso não haja acordo, o prazo para contestar (15 dias úteis) terá início no dia posterior ao da audiência ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação deste pedido (art. 335, I e II, CPC). A manifestação de desistência deverá ser apresentada com antecedência mínima de 10 (dez) dias antes da audiência (art. 334, §5º, CPC).
Advirto a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).
5. Findo o prazo para contestação, com sua apresentação, dê-se vista dos autos à parte autora para manifestação em 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC.
6. Caso a citação reste infrutífera, deverá o cartório intimar a parte autora para promover a citação, no prazo de 10 (dez) dias. Decorrido o prazo sem manifestação da parte tornem os autos conclusos para extinção.
Em caso de apresentação de novo endereço deverá o cartório agendar nova data de audiência e realizar as comunicações necessárias, observando-se, se for o caso, a necessidade de recolhimento de custas de repetição de diligência.
7. Fica a parte requerida advertida que a petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.
8 - Instruções para audiência por videoconferência (Provimento da Corregedoria n. 018/2020, 25.05.2020):
8.1 - Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos e envio do link de acesso à audiência virtual.
8.2 - As partes e ou seus representantes serão comunicadas pelo seu advogado, que ficará com o ônus de informar a elas o link para acesso à audiência virtual. Se as partes não tiverem um patrono constituído, a intimação ocorrerá por mensagem de texto por meio whatsapp, e-mail, carta ou mandado, nessa respectiva ordem de preferência. No caso da presente ação, como se trata de inicial, deverá ocorrer a citação por carta ou mandado, conforme o caso.
8.3 - Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Público ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria do órgão, com confirmação de recebimento.
8.4 - As partes deverão buscar orientação, assim que receber a citação/intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação.
8.5 - Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação.
8.6 - As partes deverão estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO, bem como acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
8.7 - Incumbe às partes assegurar que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir.
8.8 - Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.
Endereço da parte requerida: REU: R. S. I. L., RUA TENREIRO ARANHA 2743, SALA 10 - GALERIA DO PORTO CENTRO - 76801-114 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7019128-89.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Fornecimento de Água
Parte autora: AUTOR: JOSE LUIZ GONCALVES
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO AUTOR: CLEGILA FREITAS DE OLIVEIRA, OAB nº RO13025, ALINE SILVA, OAB nº RO4696A
Parte requerida: REU: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DO REU: ANDERSON FELIPE REUSING BAUER, OAB nº RO5530, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de ação revisional de consumo proposta pelo autor em face da requerida, na qual alega, em suma, que é proprietário do imóvel localizado na Rua Tenreiro Aranha, n. 2836, Bairro Olaria, CEP: 76.801-254 e que nos meses de agosto a dezembro de 2022 teve aumentos substanciais em sua fatura que não correspondem ao seu consumo. Ao final, requereu retificação das faturas para o valor habitual de consumo, qual seja, R$54,30 (cinquenta e quatro reais e trinta centavos).
Citada, a requerida apresentou contestação alegando, preliminarmente, a incompetência do precedimento comum cível, não cabimento da inversão do ônus da prova, equiparação com as prerrogativas da Fazenda Pública, direito à isenção das custas. No mérito, defendeu a regularidade das cobranças e alegou que realizou a verificação técnica no local e não encontrou qualquer inconsistência no hidrômetro. Ao final, requereu a improcedência dos pedidos (id.91786301).
A parte autora apresentou réplica.
Vieram os autos conclusos.
Passo à análise da preliminar arguida pela requerida.
Da preliminar de incompetência do juízo
A requerida arguiu preliminar de incompetência do juízo, alegando que por possuir status de fazenda pública, o Juízo Comum Cível não possuiria competência para processar e julgar o feito.
Os argumentos da parte requerida não merecem prosperar vez que este Juízo possui competência para processar e julgar a lide, inclusive a própria requerida ajuíza diversas ações perante o juízo comum cível. Ressalta-se que a equiparação à fazenda pública se restringe à proibição de penhora ou bloqueio em conta única estatal.
Ante o exposto, afasto a preliminar de incompetência.
Do não cabimento da inversão do ônus da prova
Quanto à alegação da requerida a respeito da impossibilidade de inversão do ônus da prova, também não merece acolhimento.
Verifico que a relação jurídica ora em análise é de consumo, vez que a requerida é prestadora de serviços. Desse modo, havendo patente hipossuficiência técnica da parte autora frente a expertise da requerida e conforme autoriza o art. 6º, inciso VIII do CDC, inverto o ônus da prova.
Da equiparação das prerrogativas da fazenda pública e isenção de custas
Tendo em vista o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas instaurado (processo n. 0809003-88.2022.8.22.0000), postergo a análise do pedido de gratuidade para momento posterior à decisão da matéria no referido incidente.
No mais, as partes são legítimas e estão devidamente representadas. Não há qualquer vício ou questão processual pendente. Dou o feito por SANEADO.
O cerne da questão é, sem dúvida, a correspondência entre o consumo no imóvel no autor e o valor faturado/cobrado pela requerida.
Visando evitar o cerceamento de defesa, cujo vício insanável inquina nulidade de sentença, digam as partes, no prazo comum de 15 (quinze) dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade delas, de acordo com o fato que pretendem provar.
Decorrido o prazo, havendo especificação de provas, venham-me conclusos os autos.
Intimem-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7028887-77.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Indenização por Dano Material
Parte autora: AUTOR: ALLIANZ SEGUROS S/A
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO AUTOR: ELTON CARLOS VIEIRA, OAB nº GO47580, PROCURADORIA DA ALLIANZ SEGUROS S.A.
Parte requerida: REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DO REU: GUSTAVO SOUSA ARAUJO, OAB nº PB31791, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA

DESPACHO
Vistos.
Visando evitar o cerceamento de defesa, cujo vício insanável inquina nulidade de sentença, digam as partes, no prazo comum de 15 (quinze) dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade delas, de acordo com o fato que pretendem provar.
Decorrido o prazo, havendo especificação de provas, venham-me conclusos os autos para, no caso de entender da sua necessidade, proceder ao saneamento do feito e, se for o caso, designar instrução.
Caso as partes optem pela produção de prova testemunhal, deverão indicar, no prazo acima, a forma de sua realização (telepresencial ou presencial), sob pena de sua realização ocorrer de forma presencial, nos termos da Resolução 481/22 do CNJ.
Esclareço, ainda, que acaso uma das partes opte pela realização do ato pela modalidade presencial, esta será a forma adotada.
Sendo apresentado rol de testemunhas ou requerida a produção de provas, venham conclusos na pasta "DECISÃO SANEADORA", caso contrário, na pasta "JULGAMENTO".
Intimem-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Processo: 7023759-13.2022.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Interpretação / Revisão de Contrato
Parte autora: REQUERENTE: ARTHUR FELIPE ALENCAR DE LIMA
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO REQUERENTE: CASSIO ESTEVES JAQUES VIDAL, OAB nº RO5649, IGOR HABIB RAMOS FERNANDES, OAB nº RO5193
Parte requerida: REQUERIDO: BRADESCO SAUDE S/A
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DO REQUERIDO: PAULO EDUARDO PRADO, OAB nº RO4881, PROCURADORIA BRADESCO SAÚDE S/A
Vistos,
Trata-se de cumprimento de sentença na qual a parte exequente pugna pela aplicação de astreintes.
Intimado o executado para se manifestar, quedou-se inerte.
Analisando os autos, verifico que no id. 89943461 o exequente postulou pedido de cumprimento de sentença ao argumento de que o executado estava descumprindo decisão judicial, na medida em que não estava realizado o repasse dos valores à clínica de saúde responsável pelo tratamento.
Foi proferida decisão (id. 90675617), a qual determinou que a parte executada comprovasse o cumprimento da liminar já deferida (id. 75629597) no prazo de 48 horas, sob pena de multa diária no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) até o limite de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
Outrossim, deveria comprovar os pagamentos anteriores devidos à empresa Nubbe – Centro de Desenvolvimento Infantil (prestadora dos serviços) em 05 dias, sob pena de sequestro.
Não houve manifestação da parte executada.
Em manifestação de id. 91657475 o exequente reiterou os pedidos anteriores.
No dia 16/06/2023, id. 92120043, a parte executada informou o cumprimento da liminar.
Posteriormente, o exequente se manifestou rechaçando os argumentos do executado e informando que desde o dia 26/04/2023 encontra-se privado do tratamento experimentando uma queda na qualidade de vida. Juntou declaração atualizada da clínica prestadora do serviço (id. 92136711) apontando a inadimplência do executado.
Intimado o executado para se manifestar, quedou-se inerte.
É o breve relatório. DECIDO.
Em que pese a parte executada ter juntado vários telegramas no id. 92120044, não ficou comprovado ao Juízo o devido cumprimento da liminar já deferida outrora no id. 75629597, considerando não haver prova de recebimento, tão pouco medidas concretas e práticas que demonstrem o cumprimento da liminar.
Lado outro, o exequente no id. 92136711 juntou declaração atual da empresa Nubbe – Centro de Desenvolvimento Infantil (prestadora dos serviços), na qual informa não ter recebido os valores correspondentes aos custeios das terapias, pelo que o atendimento seria suspenso a partir de 26/04/2023.
Ademais, intimada para se manifestar a parte executada preferiu se calar. Não obstante, até os dias atuais o exequente ainda se encontra sem o devido tratamento.
Com efeito, reconheço o descumprimento da decisão constante no id. 90675617 e aplico a astreinte no seu patamar máximo qual seja: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
Concedo prazo de 15 dias para a parte executada proceder o pagamento, sob pena de Sisbajud, com recolhimento das custas.
Por fim, atento à petição de id. 93193975, concedo prazo de 48 horas para a parte executada comprovar o pagamento da empresa prestadora de serviço (R$ 7.600,00) para que o exequente possa ser atendido, sob pena de apreensão imediata dos valores em caso de inércia. Ressalte-se que tais valores devem ser descontados do montante total em caso de apresentação de planilha de débito.
Considerando a urgência do caso, intime-se via oficial de justiça plantonista.
Intimem-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.

Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo n.: 7036042-73.2019.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito
Valor da causa: R$ 30.000,00 (trinta mil reais)
Parte autora: R. A. N., RUA IDALVA FRAGA MOREIRA 4518, - DE 4478/4479 AO FIM ESCOLA DE POLÍCIA - 76824-802 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JULIA IRIA FERREIRA DA SILVA, OAB nº RO9290
Parte requerida: Y. J. I., RUA DAS SAMAUMEIRAS 3112 ELETRONORTE - 76808-584 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
A parte exequente pretende que seja realizada a renovação de diligência, via sistema SISBAJUD, para fins de localizar ativos em nome da parte executada (ID 92865388).
Contudo, nota-se dos autos que foi realizada uma busca em 05/06/2023 (ID 91829376), ou seja, por volta de 40 dias.
O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que a reiteração de diligências relacionadas a localização de bens via sistemas informatizados (Sisbajud, Renajud e Infojud) deve observar, em cada caso, o princípio da razoabilidade, dependendo ainda de motivação expressa do exequente, sob pena de onerar o
PODER JUDICIÁRIO com providências que cabem ao exequente da demanda. Nesse sentido, veja-se o entendimento do STJ:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENHORA ON-LINE. RENOVAÇÃO DO PEDIDO. RAZOABILIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. A realização de nova consulta ao sistema do Bacenjud para busca de ativo financeiro, quando infrutífera pesquisa anterior, é possível, se razoável a reiteração da medida, a exemplo da alteração na situação econômica do executado ou do decurso de tempo suficiente. 2. Na hipótese, para afirmar-se a existência de lapso temporal razoável, seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula nº 7/STJ. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ; AgInt-AREsp 1.134.064; Proc. 2017/0168949-6; RJ; Segunda Turma; Rel. Min. Og Fernandes; Julg. 16/10/2018; DJe 22/10/2018)."
No caso, não se vislumbra razoabilidade na realização de nova pesquisa no referido sistema pretendido pela exequente, mormente porque a exequente não demonstrou nenhuma modificação ocorrida na situação econômica da parte executada, desde o momento em que se tentou localizar ativos.
De outro lado, DEFIRO o pedido de buscas de bens pelos sistemas RENAJUD e INFOJUD.
Todavia, em consulta por este juízo ao sistema RENAJUD, constatou-se não haver veículos registrados em nome da parte devedora, conforme demonstrativo anexo.
Quanto à consulta ao sistema INFOJUD, as informações anexas a este despacho encontram-se sob sigilo, com acesso permitido somente às partes. PROCEDA à CPE com a liberação do acesso apenas às partes do processo.
Após a liberação, INTIME-SE a parte exequente a se manifestar acerca dos documentos fiscais solicitados, no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Processo: 7044260-51.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Atraso de vôo, Acidente Aéreo
Parte autora: AUTORES: BENJAMIN FONTENELE RADUAN MIGUEL, SUELI VALENTIN MORO
Advogado da parte autora: ADVOGADO DOS AUTORES: VINICIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL, OAB nº RO4150
Parte requerida: REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Em atenção ao art. 334 do NCPC a escrivania deverá agendar audiência de conciliação.
O autor e o Réu deverão se fazer presentes na audiência na forma designada pela CPE/CEJUSC. No caso de não comparecimento injustificado, seja do autor ou do réu, à audiência de conciliação, as partes estarão sujeitas à multa prevista no art. 334, §8°, CPC.
Expeça-se carta de citação/intimação à parte requerida (art. 250, NCPC), que deverá comparecer acompanhada de advogado/Defensor Público e, caso não obtida a conciliação, apresentar contestação, sob pena de ser considerado revel e presumir-se como verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora, nos termos dos arts. 248, § 3º, e 344 do NCPC.
O prazo para oferecimento de contestação é de 15 (quinze) dias, a iniciar-se da data da audiência de tentativa de conciliação, caso frustrada, salvo hipóteses dos incisos II e III do art. 335, NCPC.
Findo o prazo para contestação, com sua apresentação, dê-se vista dos autos à parte autora para manifestação em 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, NCPC.
Caso a citação reste infrutífera, deverá o cartório intimar a parte autora para promover a citação, no prazo de 10 (dez) dias. Decorrido o prazo sem manifestação da parte tornem os autos conclusos para extinção.
Em caso de apresentação de novo endereço deverá o cartório agendar nova data de audiência e realizar as comunicações necessárias, observando-se, se for o caso, a necessidade de recolhimento de custas de repetição de diligência.
Fica a parte requerida advertida que a petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.

CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.
Endereço da parte requerida: REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO SN, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7037852-44.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, Protesto Indevido de Título, Consórcio, Práticas Abusivas
Parte autora: AUTOR: ANA CLAUDIA ROSA FARIAS
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO AUTOR: AGATA NASCIMENTO OLIVEIRA, OAB nº RO10100, BRUNA LARISSA CAMPOS DE OLIVEIRA, OAB nº RO13000
Parte requerida: REU: UNIQUE ADMINISTRADORA DE BENS E CONSORCIO LTDA, MBR INTERMEDIACOES E FINANCAS LTDA
Advogado da parte requerida: REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
A parte requerente deverá comprovar sua condição de hipossuficiente, eis que não juntou qualquer documento que demonstre a sua real condição financeira, além de ter utilizado a quantia de R$ 12.590,00 (doze mil, quinhentos e noventa reais) como entrada do consórcio, o que gera controvérsia com relação a sua hipossuficiência.
Concedo o prazo de 15 (quinze) para que a requerente emende a inicial comprovando sua hipossuficiência ou comprove o recolhimento das custas iniciais, sob pena de extinção.
Intime-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, 5civelcpe@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7008228-47.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: MIRIA DE LIMA BEZERRA
Advogado do(a) AUTOR: VEIMAR PEREIRA DE BRITO - RO8621
REU: FERNANDA NASCIMENTO PELLUCIO
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS OFICIAL DE JUSTIÇA
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do mandado, fica a parte AUTORA, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada, para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada conforme tabela abaixo.
Fica a parte advertida que em se tratando de mandado de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural).
O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7033149-75.2020.8.22.0001
Classe: Interdito Proibitório
Assunto: Esbulho / Turbação / Ameaça
Parte autora: REQUERENTE: LUIZ PEDRO DA SILVA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCEL DOS REIS FERNANDES, OAB nº RO4940
Parte requerida: REQUERIDO: VITOR HUGO FERNANDES DE SOUZA, RABELO, GRINGO, MARANHÃO, NENO, DENTRE OUTROS
Advogado da parte requerida: REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Vistos,

Considerando a certidão de id. 92739082, oficie-se ao Comando-Geral da PM/RO para que seja designado policiamento para auxiliar no cumprimento da decisão de id. 52709832. Prazo de 15 dias.
Instrua-se com o necessário. Após, expeça-se o referido mandado.
Intimem-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Processo: 7040434-17.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Compra e Venda, Compromisso
Parte autora: AUTORES: V. DE FREITAS E R. F. DA SILVA LTDA - ME, VALDERI DE FREITAS
Advogado da parte autora: ADVOGADO DOS AUTORES: MIRIAM PEREIRA MATEUS, OAB nº RO5550A
Parte requerida: REU: CELSO SILVA DE OLIVEIRA, DAIANY GOMES CORDEIRO ANDRADE SANTANA, GENIVALDO ANDRADE SANTANA
Advogado da parte requerida: REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Trata-se de Ação de Cobrança proposta por VALDERI DE FREITAS e outro em face de GENIVALDO ANDRADE SANTANA e outros, com pedido de tutela cautelar antecedente para que seja feito o arresto da quantia de R$ 88.324,94 (oitenta e oito mil, trezentos e vinte e quatro reais e noventa e quatro centavos), sustentando em síntese que em 27 de setembro de 2022 celebrou um contrato de compra e venda de um estabelecimento comercial com os requeridos, sendo que o valor total da venda foi de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) e o pagamento realizado com uma entrada de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) pago à vista e R$ 70.000,00 (setenta mil reais) que seriam pagos em 10 (dez) parcelas mensais de R$ 7.000,00 (sete mil reais).
Afirma que recebeu o valor da entrada e recebeu os cheques pré-datados dos requeridos e eles então já iniciaram a utilização do estabelecimento comercial, iniciando um restaurante com nome fantasia “Geday”. Quando do vencimento do primeiro cheque, o requerido GENIVALDO solicitou a dilação do prazo para pagamento do cheque, sendo que ele aceitou o pedido e negociou com seus credores, pagando juros e conseguindo segurar os depósitos dos cheques.
Afirma ainda que na data solicitada, os dois primeiros cheques foram depositados, mas o requerido havia sustado os cheques sem avisá-lo, momento que tentou entrar em contato com os requeridos, mas não obtendo êxito.
Alega que ficou sabendo que os requeridos estavam vendendo os bens do estabelecimento comercial, o que aparentou uma tentativa de fuga e inadimplemento do contrato e que tentou negociar com os requeridos, mas as tentativas foram inúteis. Eles não forneceram qualquer justificativa para o inadimplemento e continuaram a vender os bens do estabelecimento comercial.
Aduz que os demais cheques foram vencendo e teve inúmeros prejuízos, pois havia feito planos para os valores dos cheques, sendo que já havia repassado a maioria dos cheques para pagar dívidas; Que os requeridos desfizeram de todos os bens que compunham o estabelecimento comercial, levando a crer que não tinham interesse em devolvê-lo, o interesse foi de não pagar e não cumprir com o contrato assinado.
Ressalta que tentou de maneira cansativa, uma composição amigável perante as requeridas, que se mantiveram inertes em fornecer uma proposta ou posicionamento acerca dos títulos que se encontravam vencidos.
Juntou documentos e procuração.
Recolheu as custas iniciais.
Pede que seja feito o arresto de bens e valores em nome dos requeridos.
É a síntese necessária. Decido.
A tutela de urgência deve ser concedida quando restar evidenciada a presença da probabilidade do direito e do perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, conforme dispõe o art. 300 do Código de Processo Civil.
O art. 301 do CPC traz que: “Art. 301. A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguração do direito.”
O requerente vem aos autos requerendo que seja efetivada a medida de arresto contra os requeridos, sustentando que eles estão dilapidando os bens que compõem o estabelecimento vendido para eles, bem como deixaram de adimplir os cártulas emitidas (dez) no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais) cada.
O contrato juntado nos autos, bem como os títulos extrajudiciais (cheques) emitidos (também juntados), demonstram o regular direito de crédito que o requerente tem contra os requeridos, ficando comprovado que eles não foram pagos por insuficiência de fundos, conforme ID num. 92617314.
Há nos autos ainda a demonstração de que os requeridos não mantém mais o comércio aberto e a informação de que eles estão desfazendo dos bens que compõem o fundo de comércio vendido, o que pode acarretar prejuízo de difícil ou impossível reparação, por não ter havido o adimplemento integral do contrato e por ainda estarem se beneficiando economicamente dos bens que estão vendendo.
Por todo o exposto, verifica-se que estão presentes os requisitos necessários para a concessão da tutela cautelar de arresto, conforme dispõe o art. 300 e 301 do CPC, razão pela qual defiro a Cautelar de Arresto e Procedo nesta data a imediata busca de bens em nome dos requeridos, visando garantir futura e eventual execução, no caso de procedência dos pedidos.
Como a cautelar veio junto ao pedido principal, o feito seguirá o trâmite comum, devendo a parte ser citada para audiência de conciliação e para contestar.
Em atenção ao art. 334 do CPC agende-se no PJE audiência de conciliação, de acordo com a pauta disponibilizada pelo CEJUSC.
A solenidade será realizada por videoconferência (Google Meet ou WhatsApp).
Se a parte ou seu advogado justificar o acesso à audiência por videoconferência apenas por meio de outro aplicativo, poderá o conciliador, excepcionalmente, realizar a audiência por tal meio.
Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos e envio do link de acesso à audiência virtual.

As partes e ou seus representantes serão comunicadas pelo seu advogado, que ficará com o ônus de informar a elas o link para acesso à audiência virtual. Se as partes não tiverem um patrono constituído, a intimação ocorrerá por mensagem de texto por meio WhatsApp, e-mail, carta ou mandado, nessa respectiva ordem de preferência. No caso da presente ação, como se trata de inicial, deverá ocorrer a citação por carta ou mandado, conforme o caso.
Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Público ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria do órgão, com confirmação de recebimento.
Qualquer fato que tenha como consequência a impossibilidade de intimação daqueles que obrigatoriamente devem ser comunicados para participar da audiência por videoconferência implicará em movimentação do processo para deliberação do juiz natural, sendo que somente o juiz natural poderá decidir sobre o adiamento ou cancelamento de audiências designadas, ficando esta mantida até deliberação judicial.
As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
As partes deverão buscar orientação, assim que receber a citação/intimação, sobre como acessar os aplicativos WhatsApp e Hangouts de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação.
Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação.
As partes deverão estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO, bem como acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
Incumbe às partes assegurar que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir.
Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.
No horário agendado para a audiência virtual, o conciliador deverá observar o seguinte roteiro:
I – acaso a ausência deixe de ocorrer em virtude da inexistência de citação válida, o conciliador intimará o requerente e seu advogado na própria solenidade para informar novo endereço da parte
demandada, no prazo de 5 (cinco) dias;
II – ainda que a citação seja negativa, o conciliador deverá permanecer com os presentes por 5 (cinco) minutos, aguardando eventual comparecimento espontâneo da parte requerida;
III – se a audiência deixar de ser realizada por fato não atribuível às partes e seus advogados, o processo permanecerá no CEJUSC, devendo preferencialmente ser redesignada a audiência no mesmo ato com intimação dos presentes;
IV – se instalada a audiência e não houver acordo, os advogados das partes serão informados do prazo e meio de apresentação de defesa ou manifestação;
V – (...)
VI – se houver acordo, o conciliador redigirá os termos e enviará para os presentes via recurso de chat do Hangouts Meet, solicitando que se houver alguma observação deverá haver apontamento pelo mesmo meio, sob pena de compreender-se o silencio como concordância de que a ata representa os exatos termos do que ficou pactuado na audiência virtual;
VII – se houver apontamentos, o conciliador deverá fazer as correções e submeter a aprovação de todos na mesma forma do inciso anterior, até que não haja mais objeções;
VIII – para substituir a assinatura das partes, seus advogados e outros profissionais o conciliador lançará o teor da deliberação no recurso de chat, solicitando que todos manifestem suas anuências aos termos;
IX - o conciliador sempre fará constar no topo da ata a hipótese de ocorrência para facilitar a leitura da circunstância no momento da deliberação judicial;
X – o conciliador imprimirá e assinará a ata de audiência aprovada e fará juntada dela, acompanhada da imagem do conteúdo do chat no processo até o final do horário forense matutino ou vespertino em que for realizada.
Cite-se a parte requerida e intime-se a autora para que, nos termos do art. 334 do CPC, compareçam à audiência de conciliação por meio eletrônico, representadas por Advogado(a) ou Defensor(a) Público(a) (art. 334, §9º CPC), observando as disposições contidas no provimento acima descrito, inclusive no que diz respeito aos meios para ingressar na videoconferência. Advirto às partes de que o não comparecimento à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). A presença do Advogado(a) não supre a exigência de comparecimento pessoal do(a) autor(a).
Caso não haja acordo, o prazo para contestar (15 dias úteis) terá início no dia posterior ao da audiência ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação deste pedido (art. 335, I e II, CPC). A manifestação de desistência deverá ser apresentada com antecedência mínima de 10 dias antes da audiência (art. 334, §5º, CPC).
Advirto a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).
Vindo contestação, vistas à parte autora para réplica.
Após, conclusos para decisão saneadora.
Fica a parte requerida advertida que a petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.
Endereço da parte requerida: REU: CELSO SILVA DE OLIVEIRA, RUA FLUMINENSE 6697 LAGOINHA - 76829-782 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, DAIANY GOMES CORDEIRO ANDRADE SANTANA, AV. ZIL BRASIL 871, RESTAURANTE GEDAY CENTRO - 19260-000 - MIRANTE DO PARANAPANEMA - SÃO PAULO, GENIVALDO ANDRADE SANTANA, JOÃO AUGUSTO DE ALMEIDA 1367, RESTAURANTE GEDAY CENTRO - 19260-000 - MIRANTE DO PARANAPANEMA - SÃO PAULO
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Processo: 7008530-86.2017.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Parte autora: REQUERENTE: LIDIA BARBOSA DA SILVA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO REQUERENTE: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA, OAB nº RO1073
Parte requerida: REQUERIDOS: ALDETANIA DA SILVA COSTA - ME, ALDETANIA DA SILVA COSTA
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos,
Pretende o exequente a penhora no rosto dos autos nº 7023377-30.2016.8.22.0001, que tramita perante a 5º Vara Cível desta Comarca.
Embora o exequente não tenha apresentado nenhum documento relativo ao feito em trâmite no 2ª JEC, em consulta ao sistema Pje deste Tribunal, constatou-se prolação de sentença a favor do ora executado ALDETANIA DA SILVA COSTA – ME.
Pois bem.
A possibilidade de penhora no rosto dos autos decorre dos artigos 857 e 860 do CPC. É a forma que assume este ato de constrição na hipótese de o seu objeto ser direito discutido em juízo. Quando o crédito perseguido for um direito que está sendo pleiteado em outro processo judicial, far-se-á a averbação desta penhora nos autos do processo.
Desta forma, caso o direito penhorado esteja sendo pleiteado em juízo pelo devedor, procede-se à penhora, mediante averbação no rosto dos autos, a fim de que eventual produto favorável ao executado (credor do terceiro) seja revertido em prol da execução.
Com efeito, em razão do lapso temporal, das tentativas infrutíferas de obter a satisfação do crédito e por tudo mais exposto, defiro o pedido constante no id. 93175392. Expeça-se o necessário para que se proceda à penhora no rosto dos autos nº 7023377-30.2016.8.22.0001, que tramita perante a 5º Vara Cível desta Comarca, em que o ora executado figura como autor, para constrição dos valores existentes em decorrência de sentença prolatada naqueles autos, até o limite da obrigação neste feito. Ressalte-se que será obedecida a ordem das penhoras e preferências legais.
Expeça-se o necessário.
Intimem-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7023708-65.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Compra e Venda
Parte autora: AUTOR: JOSE NEY MARTINS JUNIOR
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO AUTOR: LUIS FERNANDO CALHEIROS CASIMIRO, OAB nº RO9846, MAIARA MADER MENEZES AMAZONAS, OAB nº RO8337
Parte requerida: REU: IGREJA METODISTA WESLEYANA DA 4 REGIAO
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REU: JONATHAS COELHO BAPTISTA DE MELLO, OAB nº RO3011
DESPACHO
Fica a parte requerente intimada para que tome ciência da manifestação de id. 93307131 e documentos que a acompanham e para que, querendo, manifeste-se em 5 (cinco) dias.
Aguarde-se o decurso do prazo para defesa.
Intimem-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 0012418-56.2015.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Compromisso
Parte autora: EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S. A
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: SAMARA DE OLIVEIRA SOUZA, OAB nº RO7298, MAURO PAULO GALERA MARI, OAB nº RO4937, EDSON ROSAS JUNIOR, OAB nº AM1910, LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS, OAB nº AM10075
Parte requerida: EXECUTADO: ELVIRA ESCALANTE LENS
Advogado da parte requerida: EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Inicialmente, esclareço à exequente que o sistema SNIPER não realiza a penhora de valores, mas sim consulta de dados nos sistemas integrados, para viabilizar a investigação patrimonial. Ressalto, ainda, que a consulta, atualmente, está disponível nos seguintes órgãos: Receita Federal do Brasil (CPF e CNPJ), Tribunal Superior Eleitoral (base de candidatos, com informações sobre candidaturas e bens declarados), CGU (informações sobre sanções administrativas, empresas inidôneas e suspensas, entidades sem fins lucrativos impedidas, empresas punidas e acordos de leniência), ANAC (Registro Aeronáutico Brasileiro) Tribunal Marítimo (embarcações listadas no Registro Especial Brasileiro), e CNJ (informações sobre processos judiciais, número de processos, valor da causa, partes, classe e assunto dos processos).
Sendo assim, DEFIRO o pedido de ID 92898348.
Procedia à pesquisa de relações patrimoniais via sistema SNIPER junto ao CPF da parte executada, a qual restou infrutífera, conforme espelhos anexos.
Sendo assim, fica a parte credora intimada para que, no prazo de 15 (quinze) dias, dê andamento ao feito, indicando bens passíveis de penhora, bem como requerendo o que entender de direito, sob pena de suspensão, nos termos do art. 921, III do CPC.
Friso, desde já, que se houver interesse da parte exequente em proceder às pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, apresente, no prazo de 5 (cinco) dias, o comprovante de pagamento de taxa referente a cada diligência judicial requerida, nos termos da Lei n. 3.896/2016, arts. 2º, VIII e 17.
Pratique-se o necessário.
Intimem-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7006969-85.2021.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Perdas e Danos
Parte autora: AUTOR: MARCIA CRISTINA DOS SANTOS MACHADO
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO AUTOR: WELINTON RODRIGUES DE SOUZA, OAB nº RO7512, MARCELO MALDONADO RODRIGUES, OAB nº RO2080, MAURILIO PEREIRA JUNIOR MALDONADO, OAB nº RO4332
Parte requerida: REU: BANCO DO BRASIL
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DO REU: ITALO SCARAMUSSA LUZ, OAB nº BA67070, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
Vistos,
Atento à petição de id. 92984261, concedo prazo de 15 dias para o banco requerido se manifestar.
Não havendo mudanças fáticas o feito continuará suspenso.
Intimem-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7026088-61.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Acidente Aéreo, Análise de Crédito
Parte autora: AUTOR: MARINETE OLIVEIRA GOMES
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: MARISA GOMES PEREIRA, OAB nº RO11592
Parte requerida: REU: BANCO PAN S.A.
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DO REU: WILSON BELCHIOR, OAB nº CE17314A, PROCURADORIA BANCO PAN S.A
DESPACHO
Vistos,
Visando evitar o cerceamento de defesa, cujo vício insanável inquina nulidade de sentença, digam as partes, no prazo comum de 15 (quinze) dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade delas, de acordo com o fato que pretendem provar.
Decorrido o prazo, havendo especificação de provas, venham-me conclusos os autos para, no caso de entender da sua necessidade, proceder ao saneamento do feito e, se for o caso, designar instrução.
Caso as partes optem pela produção de prova testemunhal, deverão indicar, no prazo acima, a forma de sua realização (telepresencial ou presencial), sob pena de sua realização ocorrer de forma presencial, nos termos da Resolução 481/22 do CNJ.

Esclareço, ainda, que acaso uma das partes opte pela realização do ato pela modalidade presencial, esta será a forma adotada.
Sendo apresentado rol de testemunhas ou requerida a produção de provas, venham conclusos na pasta “DECISÃO SANEADORA”, caso contrário, na pasta “JULGAMENTO”.
Intimem-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7014417-46.2020.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Cartão de Crédito
Parte autora: AUTOR: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO AUTOR: ANDRE NIETO MOYA, OAB nº DF42839, WANDERLEY ROMANO DONADEL, OAB nº MG78870
Parte requerida: REU: O T ARDENGUE
Advogado da parte requerida: REU SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Considerando as tentativas frustradas de localizar a parte executada para fins de citação, DEFIRO o pleito de Id. 92857029 e DETERMINO a citação editalícia nos termos do art. 256 e art. 257, III do CPC, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.
Deverá a parte exequente, após a expedição do edital, em 5 (cinco) dias, comprovar o recolhimento das custas para a publicação do edital no site do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos.
Decorrido o prazo, caso não haja manifestação da parte requerida, nos termos do art. 72, inciso II, parágrafo único, do CPC, NOMEIO a Defensoria Pública para atuar como curadora especial em favor dos citandos por edital. Dê-se vista para apresentar manifestação.
Apresentada manifestação pela curadora, dê-se vista a parte autora para se manifestar e requerer o que de direito.
Expeça-se o necessário
Intime-se.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7075729-86.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Abatimento proporcional do preço
Parte autora: REQUERENTE: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO REQUERENTE: KELISSON MONTEIRO CAMPOS, OAB nº RO5871, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Parte requerida: REQUERENTE: ADRYA FERNANDES DOS SANTOS
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REQUERENTE: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280
Vistos,
Manifeste-se o exequente no prazo de 10 dias acerca da petição de id. 89565034, pugnando pelo que de direito.
Intimem-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7019549-79.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Perdas e Danos, Troca ou Permuta, Busca e Apreensão

Parte autora: AUTORES: REBECA DE ALBUQUERQUE, MARILDA PINHEIRO DE ALBUQUERQUE
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Parte requerida: REU: GUSTAVO QUEIROZ DE MENEZES
Advogado da parte requerida: REU SEM ADVOGADO(S)
Vistos,
Defiro o pedido de id. 92802701. Parte beneficiária da AJG.
Expeça-se mandado de citação para o endereço fornecido pela parte autora, a saber, Presídio Urso Branco, nesta Capital.
Restando infrutífera a diligência, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 485, §1º, do NCPC.
VIAS DESTA SERVIRÃO DE CARTA/MANDADO
Intime-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7064920-13.2016.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Juros, Penhora / Depósito/ Avaliação
Parte autora: EXEQUENTE: INSTITUTO JOAO NEORICO
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA CAHULLA, OAB nº RO4117, TIAGO FAGUNDES BRITO, OAB nº RO4239, GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546
Parte requerida: EXECUTADO: JUCARA RODRIGUES PEDROSA
Advogado da parte requerida: EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Considerando o descumprimento do acordo homologado, bem ainda a recusa da proposta apresentada, altere-se a classe processual para CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Cadastre-se a DPE/RO no polo passivo.
Nos termos do art. 523 do Código de Processo Civil, fica o executado intimado para pagar voluntariamente o débito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios, também em 10% (dez por cento) sobre o débito, ficando ainda sujeito a atos de expropriação (§3º do art. 523 do CPC).
A intimação se dará por carta com aviso de recebimento/pelo diário da justiça/ por meio eletrônico/ por edital, nos termos do art. 513, §2º, I a IV, do CPC.
Também, fica a parte executada ciente de que, com o transcurso do prazo para pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar impugnação caso queira, conforme art. 525 do CPC.
Havendo impugnação, intime-se a parte exequente para manifestar-se , no prazo de 15 (quinze) dias.
Não havendo impugnação, intime-se a parte exequente para atualizar o débito e requerer o que entender de direito, no prazo de 05 dias, observando que, caso ocorra o pagamento parcial da obrigação, a multa e os honorários advocatícios incidirão sobre o valor remanescente.
Se houver interesse em proceder com as pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, deverá o exequente comprovar o pagamento das custas conforme o número das diligências e dos CPF/CNPJ pesquisado, nos termos da Lei n. 3.896/2016, artigos 2º, VIII e 17.
Em caso de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente, por meio de seu(s) advogado(s), para informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de presunção de aceitação tácita adimplemento integral da obrigação.
Cadastre-se a DPE/RO no polo passivo da lide.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE COMO:
a) CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO DA(S) PARTE(S) EXECUTADA(S);
b) ou EDITAL COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS DE INTIMAÇÃO DA(S) PARTE(S) EXECUTADA(S) para efetuar o pagamento acima e impugnar; desde logo nomeio curador especial ao intimado por edital, na pessoa do Defensor Público que exerce tal função, intimando-se-o.
Endereço do executado: EXECUTADO: JUCARA RODRIGUES PEDROSA, RUA DO CRAVO 3079, - DE 2909/2910 AO FIM COHAB - 76807-874 - PORTO VELHO - RONDÔNIA EXECUTADO: JUCARA RODRIGUES PEDROSA, RUA DO CRAVO 3079, - DE 2909/2910 AO FIM COHAB - 76807-874 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7005710-60.2018.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Parte autora: EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RAFAEL SGANZERLA DURAND, OAB nº SP211648, Lucildo Cardoso Freire, OAB nº RO4751, REYNNER ALVES CARNEIRO, OAB nº RO2777, HERLANE MOREIRA DE OLIVEIRA, OAB nº RO4229, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
Parte requerida: EXECUTADOS: ROCHA SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, IRINEU GONCALVES FERREIRA, IVANI APARECIDA MARTINS DE OLIVEIRA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DOS EXECUTADOS: RENATO JULIANO SERRATE DE ARAUJO, OAB nº RO4705
Vistos,
Pesquisa realizada.
Aguarde-se em cartório.
Intimem-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
{{orgao_julgador.nome}} Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7085141-07.2022.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Anulação e Correção de Provas / Questões, Anulação
Parte autora: REQUERENTE: VAGNER MACEDO DA SILVA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO REQUERENTE: REMOLO BARBOSA RODRIGUES, OAB nº RO10344
Parte requerida: REQUERIDO: CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIACAO E SELECAO E DE PROMOCAO DE EVENTOS - CEBRASPE
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REQUERIDO: DANIEL BARBOSA SANTOS, OAB nº DF13147
SENTENÇA
Trata-se de Ação Anulatória de ato administrativo proposta por VAGNER MACEDO DA SILVA em face de CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS - CEBRASPE, com pedido de tutela antecipada para que a requerida seja compelida a proceder a correção da prova de redação e demais fases do concurso público, sustentando em síntese que prestou o Concurso Público para provimento de vagas nos cargos de Agente de Polícia do Estado de Rondônia e Escrivão de Polícia do Estado de Rondônia, organizado e coordenado pela requerida, conforme Edital de Abertura Nº 02/2022/PC-DGPC, DE 8 DE JULHO DE 2022, e que realizar a prova objetiva obteve as seguintes pontuações, ipsis litteris:
- Agente de Polícia do Estado de Rondônia, Cargo 1: o Autor obedecendo a todos os critérios elencados no edital do certame, realizou uma prova objetiva, composta por 100 (cem) questões e valorada em 1 ponto para cada questão, aplicada em 09/10/2022 no período da tarde, obtendo o número de acertos 50 (cinqüenta) pontos no total da prova, seguir item do edital; 8.11.4 Será reprovado nas provas objetivas e eliminado do concurso público o candidato aos cargos de Agente de Polícia, Datiloscopista Policial, Escrivão de Polícia e de Técnico em Necropsia que obtiver: a) nota inferior a 15,00 pontos na prova objetiva de conhecimentos gerais (P1), obs.; nesta houve acerto de 13,00, sendo esta a responsável por deixá lo fora da correção da dissertativa e demais etapas. b) nota inferior a 35,00 pontos na prova objetiva de conhecimentos específicos (P2), obs.; nesta houve acertos de 37,00, como visto acima do mínimo exigível. c) nota inferior a 50,00 pontos no conjunto das provas objetivas, (P1), (P2), obs.; nesta o autor fez 50,00. Quando da divulgação do gabarito preliminar o Autor no prazo legal, interpor recursos administrativos de acordo com pareceres de especialistas demonstrando questões com erros passíveis de anulação junto a CEBRASPE com escopo de anular as questões 09, 14 da prova de português, e questão 24 e 30 da prova de história de Rondônia, das quais fazem parte de conhecimentos gerais P1, contudo, tal pedido, restou indeferido pela banca examinadora do concurso.
- Escrivão de Polícia do Estado de Rondônia, Inscrição: 10006344, sob a coordenação técnica e administrativa da CEBRASPE, conforme Edital de Abertura EDITAL Nº 02/2022/PC-DGPC, DE 8 DE JULHO DE 2022 e Homologação Final 18/11/2022. Regularmente inscrito no certame sob a inscrição nº10006344, o Autor obedecendo a todos os critérios elencados no edital do certame, realizou uma prova objetiva, composta por 100 (cem) questões e valorada em 1 ponto para cada questão, aplicada em 09/10/2022, obtendo o número de acertos 56 (cinquenta e seis) pontos no total da prova, seguir item do edital; 8.11.4 Será reprovado nas provas objetivas e eliminado do concurso público o candidato aos cargos de Agente de Polícia, Datiloscopista Policial, Escrivão de Polícia e de Técnico em Necropsia quem obtiver: a) nota inferior a 15,00 pontos na prova objetiva de conhecimentos gerais (P1), obs.; nesta houve 14,00 acertos, sendo esta a responsável por deixá-lo fora da correção da dissertativa e demais etapas. b) nota inferior a 35,00 pontos na prova objetiva de conhecimentos específicos(P2), obs.; nesta houve 42,00 de acertos, como visto acima do mínimo exigível. c) nota inferior a 50,00 pontos no conjunto das provas objetivas,(P1),(P2), obs.; nesta o autor fez 56,00. Quando da divulgação do gabarito preliminar o Autor no prazo legal, interpor recursos administrativos de acordo com pareceres de especialistas demonstrando questões com erros passíveis de anulação junto a CEBRASPE com escopo de alterar o gabarito da letra E para a letra A da questão 03 p e anular as questões 05, 12 da prova de português, e questão 23 da prova de história de Rondônia, das quais fazem parte de conhecimentos gerais P1, contudo, tal pedido, restou indeferido pela banca examinadora do concurso.

Afirma que, como teve nota abaixo do mínimo para prosseguir para as outras fases, entrou com recurso administrativo para revisão das questões mencionadas acima, contudo não obteve êxito, não restando outra forma senão recorrer-se ao Poder Judiciário para tentar reverter a atual situação e continuar nas outras fases do referido concurso público.
Juntou documentos e procuração.
Pediu a concessão dos benefícios da justiça gratuita e o deferimento da tutela antecipada.
Foi indeferido o pedido liminar.
O CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS (CEBRASPE) apresenta CONTESTAÇÃO onde aduz que o Autor se inscreveu no presente certame objetivando concorrer a uma das vagas destinadas ao Cargo 1 de Agente de Polícia e ao Cargo 4: Escrivão de Polícia. O candidato realizou as provas objetivas de ambos os cargos e referente ao cargo de Agente de Polícia obteve o total de 50,00 pontos, sendo que obteve 13,00 pontos na prova de conhecimentos gerais e 37,00 pontos na prova de conhecimentos específicos, sendo reprovado e eliminado do certame por não atingir pontuação mínima na parte de conhecimentos gerais. Já para o cargo de Escrivão de Polícia, obteve o total de 57,00 pontos, sendo 14,00 pontos na prova de conhecimentos gerais e 43,00 pontos na prova de conhecimentos específicos, sendo, também, reprovado e eliminado do certame por não atingir pontuação mínima na parte de conhecimentos gerais.
Invoca a pacificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Recurso Extraordinário de Repercussão Geral e assim a aplicação do inciso II do artigo 332 do Código de Processo Civil.
Requer o litisconsórcio com todos os outros candidatos aprovados.
Afirma que o edital é a lei do concurso. Discorre sobre as questões impugnadas.
Requer a improcedência dos pedidos.
Intimado a apresentar réplica, o autor quedou-se inerte.
Também não pugnou por outras provas.
É o relatório.
DECIDO:
Passo ao julgamento do processo no estado que se encontra, eis que trata-se de matéria de direito, inclusive com julgamento por repercussão geral do Supremo Tribunal Federal.
Ademais, instada as partes sobre provas, ficaram inertes as partes.
Como bem dito pela requerida, o Supremo Tribunal Federal já pacificou a matéria, por meio do julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 632.853, tema 485, estabelecendo que é vedado ao Poder Judiciário adentrar ao mérito administrativo, para interpretar, modificar ou realizar atribuição de pontos aos candidatos
Nestes termos cito a ementa:
"Recurso extraordinário com repercussão geral. 2. Concurso público. Correção de prova. Não compete ao Poder Judiciário, no controle de legalidade, substituir banca examinadora para avaliar respostas dadas pelos candidatos e notas a elas atribuídas. Precedentes. 3. Excepcionalmente, é permitido ao Judiciário o juízo de compatibilidade do conteúdo das questões do concurso com o previsto no edital do certame. Precedentes. 4. Recurso extraordinário provido".
Este é o objetivo do requerente, que o Poder Judiciário venha a se imiscuir nas questões para dizer sobre a avaliação feita da banca examinadora a respeito das respostas dadas pelo autor, o que é vedado.
O concurso público é a ferramenta consagrada, em sede constitucional, para a seleção dos indivíduos aptos a ingressar nas carreiras do serviço público. Cuidou o constituinte de observar, dentre outros, os princípios da impessoalidade, da moralidade e, ainda, da eficiência (art. 37, caput) ao exigir, para a investidura em cargos públicos, a prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. Assim, a isonomia é a regra do um concurso e demanda tratamento igual a todos os candidatos em todas as fases do concurso, de modo que a única distinção admitida é em virtude do desempenho de cada candidato no certame.
No caso dos autos o autor não demonstrou erro por parte da requerida, ou qualquer ato contrário a princípios ou a Constituição Federal, ao contrário, a requerida esclareceu - ainda que não fosse necessário - os critérios de correção de prova que levaram o autor a não atingir a pontuação mínima exigida que o levaria para a fase posterior do concurso.
Cito precedentes do Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia:
Agravo de instrumento. Processo civil. Procedimento comum. Concurso público. Polícia Civil do Estado de Rondônia. Correção de questão. Candidato reprovado. Edital. Não preenchidos os requisitos.
1. A tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça afasta a interferência do Poder Judiciário para corrigir ou alterar o gabarito de concurso público.
2. Não se reconhece direito líquido e certo a acréscimo de pontuação em concurso público, quando inexistente prova inequívoca de desobediência, pelo examinador, dos parâmetros de correção estabelecidos no edital.
3. Não provido. (AGRAVO DE INSTRUMENTO 0802102-70.2023.822.0000, Rel. Des. Daniel Ribeiro Lagos,

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 1ª Câmara Especial, julgado em 12/07/2023.) [...] Agravo de instrumento. Mandado de segurança. Gabarito concurso público. Anulação de questão. Revisão de nota. Impossibilidade. Ilegalidade não demonstrada. Invasão ao mérito administrativo. Recurso não provido.Não cabe ao Poder Judiciário definir os critérios de avaliação adotados pela instituição realizadora de concurso público, ou mesmo ingressar no mérito de correção da prova respectiva, salvo nas hipóteses de flagrante ilegalidade e abuso de poder. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0800129-80.2023.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Hiram Souza Marques, Data de julgamento: 13/04/2023 [...]
[...] Mandado de segurança. Concurso público. Revisão dos critérios de correção de prova discursiva. Inviabilidade. Competência do poder judiciário limitada ao exame de legalidade do certame. Segurança denegada.
1. Ao Poder Judiciário cabe tão somente apreciar a legalidade do certame, sendo-lhe vedado substituir a banca examinadora para apreciar os critérios utilizados para a elaboração e correção das provas, sob pena de interferência no mérito do ato administrativo, ressalvado o exame da legalidade dos procedimentos e a análise da compatibilidade entre o conteúdo das questões e o previsto no edital do certame.
2. Não se reconhece direito líquido e certo a acréscimo de pontuação em concurso público, quando inexistente prova inequívoca de desobediência, pelo examinador, dos parâmetros de correção estabelecidos no edital.
3. Segurança denegada. MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL, Processo nº 0808372-47.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Tribunal Pleno, Relator(a) do Acórdão: Des. Francisco Borges Ferreira Neto, Data de julgamento: 19/03/2023 [...]

[...] Mandado de segurança. Concurso público. Revisão dos critérios de correção de prova discursiva. Inviabilidade. Competência do poder judiciário limitada ao exame de legalidade do certame. Segurança denegada.
Ao Poder Judiciário cabe tão somente apreciar a legalidade do certame, sendo-lhe vedado substituir a banca examinadora para apreciar os critérios utilizados para a correção das provas, sob pena de interferência no mérito do ato administrativo, ressalvado o exame da legalidade dos procedimentos e a análise da compatibilidade entre o conteúdo das questões e o previsto no edital do certame. MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL, Processo nº 0806612-63.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Tribunal Pleno, Relator(a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 09/11/2022 [...]
Os pedidos do requerente são incompatíveis com o recurso extraordinário de Repercussão Geral e visam especificamente a reavaliação de correções da banca examinadora.
Assim sendo, tenho que o pedido deva ser julgado improcedente, nos termos do artigo 332, inciso II do Código de Processo Civil combinado com artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.
Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil e, via de consequência, determinar o arquivamento do processo.
Condeno o autor ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor da causa.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Serve a presente como mandado, carta, ofício.
Intimem-se.
{{data.extenso}}
{{orgao_julgador.juiz}}
Juiz de Direito

Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo n.: 7049362-93.2019.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Erro Médico, Erro Médico
Valor da causa: R$ 109.950,00 (cento e nove mil, novecentos e cinquenta reais)
Parte autora: MARINA MARQUES RIBEIRO, RUA TANCREDO NEVES 3827, - DE 3816/3817 A 4059/4060 CALADINHO - 76808-140 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CAROLINE PONTES BEZERRA, OAB nº RO9267
Parte requerida: L. DE M. OLIVEIRA & CIA LTDA. - ME, TRAVESSA SANTA MARIA 40 OLARIA - 76801-277 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: LESTER PONTES DE MENEZES JUNIOR, OAB nº RO2657, RUA TENREIRO ARANHA 3334, NÃO INFORMADO OLARIA - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de Ação Indenizatória ajuizada por MARINA MARQUES RIBEIRO em face de ELETICIA DIAS PINTO e L. M. OLIVEIRA & CIA LTDA (Oral Art Clínica Odontológica), ambos qualificadas nos autos, objetivando ser indenizada pelos danos morais, materiais e estéticos suportados em razão da negligência no atendimento prestado pela parte requerida. Juntou procuração e documentos.
Para tanto, aduz, em síntese, que procurou a requerida com intuito de implantar os dentes que lhe faltavam e deixar de usar dentadura, ocasião em que lhe fora oferecido tratamento em uma espécia de “consórcio dental”, onde pagaria a quantia de R$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) para implantar 12 (doze) dentes de porcelana. Diz que o baixo preço do serviço fora justificado pela requerida como sendo uma espécie de grupo de compra, de forma que, ao adquirir uma quantidade “x” de próteses, ganharia o implante.
Compreende que realizou os pagamentos da forma em que acordada e, em abril/2018, iniciou seu tratamento com a promessa de que seria finalizado em agosto/2018, o que não fora cumprido, visto que, passados mais de 1 (um) ano do combinado, o tratamento não fora finalizado, tendo a requerida apresentado inúmeras desculpas. Sustenta que realizou 9 (nove) implantes, com colocação de dentes provisórios, passando a sentir dores, além de ter que ir colar os dentes provisórios que estavam se soltando, não mais conseguindo atendimento com a requerida, que sempre lhe dava desculpas através de sua secretária.
Defende que, desesperada com a situação, solicitou sua documentação médica para seguir tratamento com outro profissional, o que lhe fora negado. Dispõe que, ao realizar consulta com outro profissional, este solicitou raio-x panorâmico e lhe informou que os implantes realizados tinham sido feitos de forma errada, de tamanhos irregulares, além de que alguns haviam causado rachaduras e lesões por sua boca. Sustenta que a conduta negligente da parte requerida lhe causou danos de ordem moral, material e estética.
Decisão de ID 32721873 concedeu os benefícios da assistência judiciária gratuita, bem como determinação a citação da requerida e a designação de audiência de tentativa de conciliação.
Citada, a requerida L. M. OLIVEIRA & CIA LTDA (Oral Art Clínica Odontológica) apresentou contestação (ID 42544923), aduzindo, preliminarmente, sua ilegitimidade passiva, visto que apenas alugou uma sala para consultório para a senhora Márcia de Mendonça Nonato Oliveira, a qual cedeu seu uso para a corré. No mérito, afirma que a parte autora não procurou a ora requerida para realização de seu tratamento odontológico, mas sim a corré Eletícia, a qual não possui consultório fixo, sendo a autora atendida em vários consultórios diferentes. Sustenta que nunca existiu qualquer contrato com a parte autora, não havendo prova de que a quantia postulada, a título de dano material, fora efetivamente dispendida pela parte autora. Entende não ser responsável pelos danos reclamados, requerendo, ao final, a improcedência do feito. Juntou procuração e documentos.
Realizada audiência de tentativa de conciliação, esta restou infrutífera diante da ausência de proposta conciliatória (ID 49568599).
Apresentada impugnação à contestação (ID 50758697).
A parte autora atravessou petição requerendo a desistência do feito em face da requerida ELETICIA DIAS PINTO (ID86360880).
Decisão de ID 87193463 homologou a desistência do feito em face da requerida ELETICIA DIAS PINTO, bem como determinou a especificação de provas pelas partes, não havendo nenhuma manifestação no feito.
É o relatório. DECIDO.
FUNDAMENTAÇÃO
Da Preliminar de Ilegitimidade Passiva da requerida L. M. OLIVEIRA & CIA LTDA (Oral Art Clínica Odontológica)
Prima facie, esclareço que a preliminar arguida se imbrica ao mérito e, com ele, pois, será apreciada.

Do Julgamento Conforme o Estado do Processo

O feito comporta julgamento antecipado, pois a matéria fática veio comprovada por documentos, evidenciando-se despicienda a designação de audiência de instrução ou a produção de outras provas (CPC, art. 355, I).

Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, "A finalidade da prova é o convencimento do juiz, sendo ele o seu direto e principal destinatário, de modo que a livre convicção do magistrado consubstancia a bússola norteadora da necessidade ou não de produção de quaisquer provas que entender pertinentes à solução da demanda (art. 330 do CPC); exsurgindo o julgamento antecipado da lide como mero consectário lógico da desnecessidade de maiores diligências."(REsp 1338010/SP).

Do mérito

Pois bem! Trata-se de pedido de indenização por danos morais, materiais e estéticos na qual a parte autora afirma ter sido negligenciada em tratamento odontológico para colocação de implantes dentários.

De início, cumpre tecer algumas considerações a respeito da responsabilidade civil do dentista e da clínica odontológica.

O Código de Defesa do Consumidor, em exceção à regra da responsabilidade objetiva incidente às relações de consumo, prevê a responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais, conforme dispõe o §4º do art. 14, vejamos: "A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação da culpa".

Assim, tem-se que responsabilidade subjetiva tem como pressupostos a conduta culposa do agente, o nexo causal e o dano, segundo o art. 186 do Código Civil, in verbis: "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito".

No que concerne à responsabilidade do dentista, o entendimento que prevalece na doutrina e na jurisprudência é no sentido de que a obrigação assumida pelos profissionais de odontologia, é, em regra, de resultado.

Conforme o entendimento doutrinário a respeito do tema, portanto, a obrigação assumida pelo cirurgião dentista, em regra, é de resultado, sendo a responsabilidade subjetiva, com culpa presumida. Ou seja, é do profissional o ônus da prova no sentido de que não agiu com culpa em qualquer das modalidades: negligência, imprudência ou imperícia.

Relativamente à clínica odontológica, esta responde independentemente de culpa pelo serviço defeituoso prestado ao consumidor, na qualidade de prestadora de serviços, incidindo a responsabilidade objetiva prevista no art. 14 do Código de Defesa do Consumidor in verbis: "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos".

Sobre o tema, Sergio Cavalieri Filho diz:

Os estabelecimentos hospitalares são fornecedores de serviços, e, como tais, respondem objetivamente pelos danos causados aos seus pacientes.

[…]

É o que o Código chama de fato do serviço, entendendo-se como tal o acontecimento externo, ocorrido no mundo físico, que causa danos materiais ou morais ao consumidor, mas decorrente de um defeito do serviço.

Essa responsabilidade, como se constata do próprio texto legal, tem por fundamento ou fato gerador o defeito do serviço, que, fornecido ao mercado, vem a dar causa a um acidente de consumo. O serviço é defeituoso, diz o § 1º do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais o modo do seu fornecimento, o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam e a época em que foi fornecido. Trata-se, como se vê, de uma garantia de que o serviço será fornecido ao consumidor sem defeito, de sorte que, ocorrido o acidente de consumo, não se discute culpa; o fornecedor responde por ele simplesmente porque lançou no mercado um serviço com defeito. E mais, será absolutamente irrelevante saber se o fornecedor tinha ou não conhecimento do defeito, bem como se esse defeito era previsível ou evitável. Em face do fato do serviço, o defeito é presumido porque o Código diz - art. 14, § 3º, I - que o fornecedor só excluirá a sua responsabilidade se provar - ônus seu - que o defeito inexiste, vale dizer, que o acidente não teve por causa um defeito do serviço".

A responsabilidade é afastada, contudo, quando comprovada a inexistência de defeito ou a culpa exclusiva do consumidor, ou de terceiro, conforme dispõe o §3º do art. 14 do CDC.

Ainda, cumpre ressaltar que a responsabilidade objetiva não dispensa a demonstração do nexo de causalidade entre a conduta do agente e o evento danoso, a ensejar o reconhecimento do dever de indenizar. Nesse passo, necessária a comprovação do dano e do nexo causal, conforme as regras de distribuição do ônus da prova do art. 373 do Código de Processo Civil.

No presente caso, observa-se da narrativa trazida pela parte autora, bem como das provas por ela coligidas ao feito, que o serviço odontológico ora posto em lide fora contratado diretamente com a profissional liberal (dentista) – ID 32292508, págs. 02 e 03 e ID 32293405.

Igualmente, da conversa colacionada ao ID 32292518, é possível se depreender que todos os pagamentos realizados para o tratamento odontológico foram feitos diretamente na conta bancária da profissional liberal (dentista), não havendo nenhuma comprovação, ainda que mínima, de que o serviço fora prestado na clínica ora requerida ou que esta atuou na sua intermediação.

Acresça-se, ainda, que o áudio de ID 32294156, juntado pela autora, comprova a alegação de defesa, de que a profissional liberal (dentista) não era sua credenciada, bem como não possuía local certo para atendimento, fato este também corroborado pela conversa de ID 32292518, em que a dentista aponta diversos locais para atendimento da parte autora.

Nesse prisma, tem-se mostrado como assente na doutrina e na jurisprudência o entendimento de que a responsabilização das clínicas médicas nas hipóteses de erro médico dependem do vínculo entre o profissional da medicina encarregado do procedimento e o estabelecimento. Consoante precedente do STJ:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ERRO MÉDICO. PROFISSIONAL SEM VÍNCULO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA HOSPITALAR. 1. De acordo com assente jurisprudência desta Corte, "restando inequívoco o fato de que o médico a quem se imputa o erro profissional não possuía vínculo com o hospital onde realizado o procedimento cirúrgico, não se pode atribuir a este a legitimidade para responder à demanda indenizatória" (REsp 908.359/SC, Segunda Seção, Rel. p/ acórdão Min. João Otávio de Noronha, DJe 17/12/2008). 2. No caso, o Tribunal de origem consignou, expressamente, que "as dependências do nasocômio foram utilizadas como hotelaria hospitalar, sem vínculo de qualquer ordem com o profissional médico responsável pela intervenção cirúrgica" (e-STJ fl. 564), sendo, portanto, impossível o reconhecimento da legitimidade passiva da sociedade empresária hospitalar. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp n. 1.474.047/SP, Min. Ricardo Villas Bôas Cueva).

Ora! Inexistindo no feito comprovação de que a profissional liberal era credenciada à clínica odontológica ora requerida, bem como de que o serviço ora reclamado no feito fora realizado em seu estabelecimento, não há como se aferir sua pertinência subjetiva no feito e, consequentemente, sua responsabilidade civil pelo evento danoso.

É dizer. Conforme dito acima, ainda que se trate de responsabilidade objetiva, necessária se faz a demonstração do nexo de causalidade entre a conduta do agente e o evento danoso, a ensejar o reconhecimento do dever de indenizar.
Nos termos do art. 373, I do CPC, competia a parte autora o ônus de comprovar, ainda que minimamente, o nexo causal entre o dano suportado e a conduta praticada pela ré, o que, no presente caso, não ocorreu.
E, neste ponto, não há de se falar em prova impossível ou de difícil produção, visto que o nexo causal poderia ter sido comprovado mediante prova testemunhal ou documental, as quais, apesar de oportunizada por 2 (duas) vezes (ID 87193463 e 89974352), não foram postuladas pela parte autora que sequer se manifestou no feito.
Todas as provas colacionadas ao feito apenas compreendem o nexo de causalidade com atos praticados pela profissional liberal (dentista), não havendo, em momento algum, sequer menção à clínica ora requerida.
Ou seja. Todas as tratativas, pagamentos, reclamações e cobranças foram realizadas diretamente entre a parte autora e a profissional liberal (dentista), de forma que, ainda que não exista no contrato de sublocação da requerida cláusula de impedimento de cedência do espaço físico para outros profissionais, referido fato não se mostra capaz de atrair a responsabilidade civil da ré pelo evento danoso, ainda mais quando ausente comprovação do efetivo atendimento em seu estabelecimento.
Ao que tudo indica, no presente caso ocorreu exercício autônomo do ofício pela profissional liberal (dentista), de forma desassociada da clínica odontológica ré, fato este que repele a aplicação da responsabilidade objetiva, compreendida pelo CDC.
Portanto, não comprovado o nexo de causalidade entre a conduta da clínica requerida e os eventuais danos sofridos pela parte autora, bem como ausente prova da conduta culposa, não há se falar em responsabilização civil no presente caso, sendo a improcedência do feito medida que se impõe.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, pondo fim ao processo de conhecimento, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil.
CONDENO a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes que arbitro em 15%(quinze por cento) do valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §2º do CPC, cujo pagamento ficará sob condição suspensiva, diante do benefício da assistência judiciária gratuita deferida (ID 32721873), consoante art. 98, §3º do CPC.
Em caso de interposição de apelação, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. Caso o recorrido apresente recurso adesivo, intime-se a parte contrária para contrarrazoar o mesmo em igual prazo. Com as contrarrazões ou decorridos os prazos remeta-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Processo: 7035478-55.2023.8.22.0001
Classe: Monitória
Assunto: Fornecimento de Água
Parte autora: AUTOR: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO AUTOR: MARICELIA SANTOS FERREIRA DE ARAUJO, OAB nº RO324B, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
Parte requerida: REU: MARLENE MACHADO DA SILVA
Advogado da parte requerida: REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
1. Diante da prova escrita, defiro de plano a expedição de mandado, com prazo de 15 (quinze) dias para pagamento, nos termos da inicial, anotando-se que, caso o réu satisfaça a obrigação no prazo supracitado, ficará isento de custas, subsistindo, entretanto, dever de pagar 5% do valor da dívida à título de honorários advocatícios (art. 701, do NCPC)
Valor atualizado da dívida: R$ 9.315,20 + 5% de honorários advocatícios.
Para o caso de não cumprimento, fixo honorários em 10% (dez por cento) do valor da dívida.
2. Fica o réu ciente, ainda, que no prazo de 15 (quinze) dias úteis, poderá oferecer embargos que suspenderá a eficácia do mandado inicial, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, independentemente de qualquer formalidade, "constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial", convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo (art. 701 §2º NCPC).
3. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar novo endereço para que a relação jurídico-processual seja estabelecida, sob pena de extinção e arquivamento do feito por ausência de pressuposto processual de existência.
4. Sendo apresentado embargos no prazo legal, intime-se a parte autora para responder em 15 (quinze) dias úteis, (art. 702 §5º do NCPC), sendo vedada reconvenção sucessiva, nos termos do §6º do mesmo artigo. Após, os autos virão conclusos para sentença, nos termos dos art. 702, §8º e seguintes do NCPC.
Depois, os autos virão conclusos para sentença, nos termos dos artigos 702, §8º e seguintes do NCPC, caso as partes não peçam produção de outras provas.
5. Caso o réu realize pagamento, intime-se a parte autora para manifestar-se quanto ao pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de presunção de concordância com os valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
Fica a parte requerida advertida que a petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ.
Não tendo a parte condições de constituir advogado, deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, Porto Velho/RO.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.
Endereço da parte requerida: REU: MARLENE MACHADO DA SILVA, RUA POUSO ALEGRE 2090, (CJ JAMARI) TRÊS MARIAS - 76812-646 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVERTÊNCIAS: O prazo para apresentação de defesa ou cumprimento do mandado e o pagamento de honorários advocatícios é de quinze dias, contados da juntada do aviso de recebimento ou do mandado aos autos. Não sendo embargada a ação, presumir-se-ão aceitos pela parte ré, como verdadeiras, as alegações de fato formuladas pela parte autora.

segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, 5civelcpe@tjro.jus.br - email: pvh4civelgab@tjro.jus.brProcesso n. 7004271-77.2019.8.22.0001
Classe Procedimento Comum Cível
Assunto Dano Ambiental, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Ambiental
AUTORES: MARCOS ANTONIO DOS SANTOS, REBECA LOPES AMARAL, GABRIELY MORGANA LOPES AMARAL, MARIA DE JESUS QUEIROZ AMARAL, ANTONIO MARCOS DOS SANTOS
ADVOGADOS DOS AUTORES: CARLOS FREDERICO MEIRA BORRE, OAB nº RO3010, VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR, OAB nº RO3099
REU: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADO DO REU: CLAYTON CONRAT KUSSLER, OAB nº RO3861
Vistos.
MARCOS ANTONIO DOS SANTOS, REBECA LOPES AMARAL, GABRIELY MORGANA LOPES AMARAL, MARIA DE JESUS QUEIROZ AMARAL, ANTONIO MARCOS DOS SANTOS promove AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS em face de SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A, narrando, em síntese, ser morador do distrito de Jaci-Paraná/RO, local afetado diretamente pela praga de mosquitos do tipo mansonia, que segundo o autor, tem como causa o empreendimento da requerida.
Foi noticiado nos autos, em sede de contestação, que a ACP 0005710-93.2016.4.01.4100 em trâmite na 5ª vara federal de Porto Velho-RO, pretende a apuração da responsabilidade da Requerida quanto a proliferação do mosquito mansonia na região do seu reservatório e a sua eventual interferência no cotidiano da população afetada, bem como a fixação de obrigação para monitoramento e controle em toda a extensão do reservatório está em fase de especificação de provas.
Assim, oportunizo ambas as partes para, que no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar quanto ao interesse na prova emprestada.
Caso haja interesse, acostar ao auto o laudo pericial da ACP 0005710-93.2016.4.01.4100.
Vindo tais documentos, torne os autos concluso para saneamento.
Int.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Processo: 7044190-34.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Perdas e Danos
Parte autora: AUTOR: SOFIA HELENA SOUZA MAIA RIBEIRO
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: BRUNO HENRIQUE DIAS LIMA, OAB nº RO12540
Parte requerida: REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Acerca do pedido de gratuidade judiciária, muito se discute quanto a melhor interpretação da Lei n. 1.060/50, visto a presença de antinomia jurídica entre a referida lei e a Carta Magna.
Isto porquê a lei prevê que a parte fará jus aos benefícios de assistência judiciária gratuitamente, mediante afirmação de que não está em condições de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios (art. 4º da Lei n. 1.060/50 e art. 98 do NCPC).
A Constituição Federal, por sua vez, assegura o direito de assistência jurídica gratuita àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos.
Certo é que as disposições da Lei n. 1.060 de 1950 vem tendo nova interpretação com o advento da Constituição Federal de 1988, da qual extrai-se em seu artigo 5º, inciso LXXIV, que deve a parte interessada em obter os benefícios da assistência jurídica integral e gratuita, comprovar a insuficiência de seus recursos financeiros.
O novo CPC, em seu art. 99, §3º, diz presumir-se verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física.
A leitura do aludido dispositivo, no entanto, deve ser feita em consonância com o texto da Carta Magna, sob pena de ser tido por inconstitucional.
Portanto, a única leitura possível do texto, é no sentido de que pode o magistrado exigir que o pretendente junte documentos que permitam a avaliação de sua incapacidade financeira, nos termos do art. 99, §2º do NCPC.
Logo, não basta dizer que é pobre nos termos da lei, deve-se trazer aos autos elementos mínimos a permitir que o magistrado avalie tal condição.
A jurisdição é atividade complexa e de alto custo para o Estado. A concessão indiscriminada dos benefícios da gratuidade tem potencial de tornar inviável o funcionamento da instituição, que tem toda a manutenção de sua estrutura (salvo folha de pagamento) custeado pela receita oriunda das custas judiciais e extrajudiciais.
Quanto mais se concede gratuidade, mais oneroso fica o Judiciário para o Estado. Como o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo, salta aos olhos que o contribuinte já teve sua capacidade contributiva extrapolada, decorrendo daí não ser uma opção o simples aumento de impostos.
Sendo um dos Poderes da República, o custo de sua manutenção concorre com as demais atividades do Estado, de modo que mais recursos para o Poder Judiciário significa menos recursos para infraestrutura, segurança, educação, saúde...

Não é justo, portanto, que tendo condições de custear a demanda, o jurisdicionado imponha tal custo àquele que não está demandando. Assim, pela nova leitura dos dispositivos constitucionais e legais, o direito de assistência integral gratuita prevista nas normas infralegais não é absoluto. Ou seja: sendo pessoa física ou jurídica, há sim a necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo da própria existência.
Nesse sentido:
TJRO. AGRAVO INTERNO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. DITAMES CONSTITUCIONAIS. Tendo o agravo de instrumento o escopo de atacar decisão que, diante dos documentos acostados aos autos, nega a concessão das benesses da gratuidade da justiça, deve a parte demonstrar a sua hipossuficiência financeira, não sendo suficiente a simples declaração de pobreza. (Agravo em Agravo de Instrumento n. 0008881-26.2013.8.22.0000, Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 16/10/2013)
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)
CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. JUIZ QUE INDEFERE PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAR A HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPROVIMENTO. I - A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 5º,LXXIV) EXIGE DO INTERESSADO EM OBTER O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA QUE COMPROVE A INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS, RESTANDO NÃO RECEPCIONADO, NESTE PONTO ESPECÍFICO, O DISPOSITIVO DO ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50 QUE EXIGIA APENAS A MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. II - A INICIATIVA DO MAGISTRADO EM VERIFICAR A COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PRETENDENTE À GRATUIDADE DE JUSTIÇA TAMBÉM ESTÁ JUSTIFICADA PELO FATO DE QUE AS CUSTAS JUDICIAIS TÊM NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO, CONFORME JÁ DECIDIU O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. III - SE OS DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS PELA AGRAVANTE NÃO SE COMPATIBILIZA COM A SITUAÇÃO DE POBREZA DECLARADA, O INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO PLEITEADO É MEDIDA QUE SE IMPÕE, NÃO PREVALECENDO, PORTANTO, A PRESUNÇÃO LEGAL DA SIMPLES DECLARAÇÃO (ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50). (TJ-DF- AI: 31743620098070000 DF 0003174-36.2009.807.0000, Relator: NATANAEL CAETANO, Data de Julgamento: 06/05/2009, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 18/05/2009, DJ-e Pág. 49).
Ademais, o Novo Código de Processo Civil em seu art. 99 §2º determina que não se convencendo o juiz de que a parte faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos, antes de indeferir o pedido.
Portanto, a simples afirmação da parte autora de que é pobre na forma da lei, não comprova a reduzida capacidade financeira.
A parte autora afirmou na inicial que é hipossuficiente, porém, não apresentou nenhum documento que prove sua real condição econômica.
Isso posto, emende-se a inicial no prazo de 15 dias úteis para comprovar a alegação de incapacidade financeira mediante a apresentação de comprovante de renda mensal hábil para atestar suas alegações, sob pena de indeferimento da gratuidade. Ressalte-se que a genitora é enfermeira o que em tese demonstra a sua autossuficiência.
Caso queira, no mesmo prazo, poderá comprovar o recolhimento das custas.
Pena de indeferimento da inicial em caso de não manifestação.
Intimem-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 5ª Vara Cível Fórum Geral Desembargador César Montenegro - Av. Pinheiro Machado, n. 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-235.
Processo: 7001788-11.2018.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Penhora / Depósito/ Avaliação
Parte autora: EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES, OAB nº RO4594, MICHELE DE SANTANA, OAB nº RO9308
Parte requerida: EXECUTADOS: SANDY SABRINA FERREIRA CORREA, SERGILDO DA SILVA BARBOSA
Advogado da parte requerida: EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Os valores certificados referem-se às parcelas mensais da penhora, cujos valores foram depositados em conta judicial vinculada a este processo.
Defiro a expedição de alvará em favor da parte exequente na quantia depositada e vinculada a estes autos, conta 2848 / 040 / 01740045-2.
Desde já autorizo a expedição de ofício de transferência dos valores, caso seja pleiteado pela parte, mediante a indicação de conta de titularidade da parte ou sua patrona.
Após, cumpra-se o disposto no id. 83370484 no que atine à suspensão do processo.
Intimem-se.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, 5civelcpe@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7086167-40.2022.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES - RO4875-A
EXECUTADO: AGROPECUARIA JG AGRONEGOCIOS LTDA e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, 5civelcpe@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7055581-54.2021.8.22.0001
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BANCO VOLKSWAGEN S.A.
Advogado do(a) AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - RO8599
REU: FABRICIO DE SOUZA COSTA
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS OFICIAL DE JUSTIÇA
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do mandado, fica a parte AUTORA, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada, para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada conforme tabela abaixo.
Fica a parte advertida que em se tratando de mandado de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural).
O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, 5civelcpe@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 5civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7063995-07.2022.8.22.0001
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda
Advogados do(a) AUTOR: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - RO4943-A, THIAGO DE SIQUEIRA BATISTA MACEDO - RO6842
REU: IGOR GLADSON COSTA DA SILVA
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS OFICIAL DE JUSTIÇA
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do mandado, fica a parte AUTORA, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada, para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada conforme tabela abaixo.
Fica a parte advertida que em se tratando de mandado de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural).
O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

6ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br Processo: 7071253-68.2022.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: SICOOB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PEDRO ROBERTO ROMAO, OAB nº AM209551
EXECUTADO: CINTIA PELLANDA DA SILVA SANTOS
DECISÃO
1. Considerando a inércia do exequente em promover o andamento do feito, suspendo o processo por 1 ano, período em que ficará suspenso o decurso do prazo prescricional.
2. Fica o exequente desde já intimada de que decorrido o prazo da suspensão, caso se mantenha inerte, terá início o decurso do prazo da prescrição intercorrente (art. 921, § 4º, do CPC).
3. Não há óbice para que o feito, a partir da suspensão, seja arquivado, pois prejuízo algum trará à parte exequente, que a qualquer momento poderá requerer o desarquivamento e prosseguimento da execução à vista de localização de bens penhoráveis em nome da parte executada (art. 921, §3º do CPC).
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7078005-90.2021.8.22.0001
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BANCO VOLKSWAGEN S.A.
Advogados do(a) AUTOR: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - RO4943-A, THIAGO DE SIQUEIRA BATISTA MACEDO - RO6842
REU: MARCOS BORGES DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO AUTOR Conforme AR (ID 92696132), o endereço estava insuficiente, pela falta de numeração da casa. Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias. Caso queira poderá solicitar expedição de carta precatória.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7015422-98.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: J. M. B.
Advogado do(a) AUTOR: RAFAEL CARDOSO SARAIVA - RO12649
REU: GOL LINHAS AEREAS S.A.
CERTIDÃO- AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Certifico que, nos termos do Provimento 018/2020-CG, foi designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência, ficando os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 14/09/2023 09:00
INSTRUÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AUDIÊNCIA:
COMO ENTRAR NA AUDIÊNCIA: aguardar chamada de vídeo pelo whatsapp que receberá no dia e hora marcado no item anterior.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Deverá buscar orientação, em caso de dúvidas sobre audiência, nos telefones (69) 3309-7259 ou (69) 99901-8281 assim que receber a intimação (art. 7° III, Prov. 018/2020-CG);
2. Deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO; (art. 7° V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7° II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 7° IV, Prov. 018/2020-CG);

4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 7° VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 7° VIII, Prov. 018/2020-CG);
6. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
7. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 7° X, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 7° XI, Prov. 018/2020-CG);
9. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 7° XII, Prov. 018/2020-CG);
10. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 7° XIII, Prov. 018/2020-CG);
11. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 7° XIX, Prov. 018/2020-CG);
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7° I, Prov. 018/2020-CG);
2. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XIV, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 7° XVI, Prov. 018/2020-CG);
5. Nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XVII, Prov. 018/2020-CG);
6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7° XVIII, Prov. 018/2020-CG);
7. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 7° XX, Prov. 018/2020-CG)

6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de Porto Velho
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br
PROCESSO Nº 7073052-49.2022.8.22.0001
CLASSE: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: DEON E NOVAIS LTDA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: IAN BARROS MOLLMANN, OAB nº RO6894, RAIRA VLAXIO DE AZEVEDO, OAB nº RO7994
EXECUTADO: MANOEL PANTOJA COUTO
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
A citação por edital trata-se de medida excepcional, nos termos do art. 256 e 257 do CPC, e no presente caso não foram esgotadas todas as vias usuais para proceder a citação da parte requerida, resta pendente consulta aos demais sistemas eletrônicos à disposição do judiciário (INFOJUD, RENAJUD, SIEL).
Pelo argumento acima, indefiro a citação por edital pleiteada.
Fica intimada a parte autora para que, no prazo de 5 (cinco) dias, aponte endereço válido para a citação da requerida ou, no mesmo prazo, requereira o que entender necessário, sob pena de extinção do feito.
Decorrido o prazo sem manifestação, voltem conclusos para extinção do feito, por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV, do CPC).
Caso haja pedido de citação em novo endereço, desde já defiro, desde que comprovado o pagamento da respectiva taxa.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM GERAL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª Vara Cível, Falências e RecuPERAÇÕES JUDICIAIS
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br
PROCESSO Nº: 7060108-15.2022.8.22.0001
CLASSE: Procedimento Comum Cível

AUTOR: UNIRON
ADVOGADOS DO AUTOR: ALINE NOVAIS CONRADO DOS SANTOS, OAB nº SP415428, Uniron
REU: FRANCISCO EDVANDRO DA CRUZ
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
UNIRON ajuizou a presente ação de cobrança em face de FRANCISCO EDVANDRO DA CRUZ, partes qualificadas no feito, visando o recebimento de uma dívida no valor atualizado de R$ 18.801,76 (dezoito mil oitocentos e um reais e setenta e seis centavos), consubstanciada em contrato de prestação de serviços educacionais, sem força executiva.
Citada (ID 88819568), a parte requerida não contestou a ação, preferindo arcar com o ônus da revelia.
A audiência de conciliação restou infrutífera (ID 91530451).
Instada a dar andamento ao feito, a parte requerente pugnou pela conversão do mandado judicial em título executivo (ID 91059331).
É o relatório. Decido.
O presente feito comporta julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, II, CPC, tendo em vista que a parte requerida não apresentou contestação, sendo, portanto, revel.
Ademais, considerando que um dos efeitos da revelia é considerar como verdadeira matéria de fato articulada pelo autor, consoante o disposto no art. 344, CPC, a procedência do pedido é medida que se impõe.
Os documentos juntados com a inicial dão conta de que a dívida existe efetivamente, e tal premissa se confirma com a inércia da parte requerida que, citado, não se manifestou.
Poderia tê-lo feito para demonstrar que o crédito não existe, ou não se justifica conforme lançado na inicial, mas não o fez. Logo, presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, na forma do artigo 344 do Código de Processo Civil.
Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, para condenar a parte requerida, FRANCISCO EDVANDRO DA CRUZ, ao pagamento de R$ 18.801,76 (dezoito mil oitocentos e um reais e setenta e seis centavos), à parte requerente, UNIRON, valor que deverá ser acrescido de juros e correção monetária, aqueles a partir do vencimento do débito (art. 397, CC) e esta a partir do ajuizamento da ação.
Julgo extinto o feito com resolução de mérito, com base no art. 487, I, do CPC.
Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes que fixo em 15% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §2º do CPC.
P. R. I. Transitada esta em julgado, nada sendo requerido, arquive-se.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 0019269-19.2012.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: JOSE AUGUSTO NEGAO DA SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: CARLOS ALBERTO TRONCOSO JUSTO - RO535-A, MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO1073
REQUERIDO: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
Advogado do(a) REQUERIDO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7021820-61.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ASSOCIACAO DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES DO EX TERRITORIO FEDERAL DE RONDONIA - ASPOMETRON
Advogados do(a) AUTOR: ALAN DE ALMEIDA PINHEIRO DA SILVA - RO7495, ANANIAS PINHEIRO DA SILVA - RO1382, MARIA MARLENE DE ALMEIDA SILVA - RO4241
REU: VILMA FERREIRA DE OLIVEIRA PEREIRA
INTIMAÇÃO Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7037812-33.2021.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: UNIRON
Advogado do(a) AUTOR: ALINE NOVAIS CONRADO DOS SANTOS - SP415428
REU: GUSTAVO CANAPINI
INTIMAÇÃO AUTOR - AR NEGATIVO Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca do AR negativo. Para a repetição da diligência (remessa de AR), o requerente/exequente deve apresentar o comprovante de pagamento da taxa, código 1008.1, para cada carta-AR, em relação a cada executado/requerido, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de não realização do ato.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7071470-14.2022.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
AUTOR: INSTITUTO JOAO NEORICO
Advogado do(a) AUTOR: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546
REU: FELIPE CANDIDO DA SILVA CUNHAAdvogado do(a) REU: TATIANA FREITAS NOGUEIRA - RO0005480A
CERTIDÃO- AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Certifico que, nos termos do Provimento 018/2020-CG, foi designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência, ficando os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 23/08/2023 09:00
INSTRUÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AUDIÊNCIA:
COMO ENTRAR NA AUDIÊNCIA: aguardar chamada de vídeo pelo whatsapp que receberá no dia e hora marcado no item anterior.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Deverá buscar orientação, em caso de dúvidas sobre audiência, nos telefones (69) 3309-7259 ou (69) 99901-8281 assim que receber a intimação (art. 7° III, Prov. 018/2020-CG);
2. Deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO; (art. 7° V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7° II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 7° IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 7° VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 7° VIII, Prov. 018/2020-CG);
6. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
7. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 7° X, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 7° XI, Prov. 018/2020-CG);
9. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 7° XII, Prov. 018/2020-CG);
10. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 7° XIII, Prov. 018/2020-CG);
11. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 7° XIX, Prov. 018/2020-CG);
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7° I, Prov. 018/2020-CG);
2. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XIV, Prov. 018/2020-CG);

3. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 7° XVI, Prov. 018/2020-CG);
5. Nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XVII, Prov. 018/2020-CG);
6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7° XVIII, Prov. 018/2020-CG);
7. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 7° XX, Prov. 018/2020-CG)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7028556-95.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: LILIAN RIBEIRO DIAS e outros (2)
Advogado do(a) AUTOR: TIAGO IUDI MONTEIRO MOTOMYA - RO7872
REU: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS SA, CLEBERSON LUIZ BARBETA 49612220115, PORTO NORTE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME
CERTIDÃO- AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Certifico que, nos termos do Provimento 018/2020-CG, foi designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência, ficando os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 14/09/2023 08:30
INSTRUÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AUDIÊNCIA:
COMO ENTRAR NA AUDIÊNCIA: aguardar chamada de vídeo pelo whatsapp que receberá no dia e hora marcado no item anterior.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Deverá buscar orientação, em caso de dúvidas sobre audiência, nos telefones (69) 3309-7259 ou (69) 99901-8281 assim que receber a intimação (art. 7° III, Prov. 018/2020-CG);
2. Deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO; (art. 7° V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7° II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 7° IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 7° VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 7° VIII, Prov. 018/2020-CG);
6. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
7. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 7° X, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 7° XI, Prov. 018/2020-CG);
9. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 7° XII, Prov. 018/2020-CG);
10. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 7° XIII, Prov. 018/2020-CG);

11. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 7° XIX, Prov. 018/2020-CG);
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7° I, Prov. 018/2020-CG);
2. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XIV, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 7° XVI, Prov. 018/2020-CG);
5. Nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XVII, Prov. 018/2020-CG);
6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7° XVIII, Prov. 018/2020-CG);
7. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 7° XX, Prov. 018/2020-CG)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7025743-95.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: DANIELLY DE CASTRO PEREIRA
Advogados do(a) AUTOR: ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO - RO303-B, PAULO BARROSO SERPA - RO4923-E
REU: JOSIER FERREIRA LEMOS e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS REPETIÇÃO DE ATO
Fica a parte AUTORA intimada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, CÓDIGO 1008.1, conforme estabelecido no art. 19 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7006648-79.2023.8.22.0001
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: Banco Bradesco Financiamentos S.A
Advogado do(a) AUTOR: ROSANGELA DA ROSA CORREA - RO5398-A
REU: SERGIO AUGUSTO GADELHA RODRIGUES
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS OFICIAL DE JUSTIÇA
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do mandado, fica a parte AUTORA, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada, para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada conforme tabela abaixo.
Fica a parte advertida que em se tratando de mandado de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural).
O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7083077-24.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
Advogado do(a) AUTOR: ESTEVAO FERREIRA DA SILVA - RO9406
REU: SANDRA MARIA DE MELO SILVA
Advogado do(a) REU: LUIZ GUSTAVO FERREIRA SANTANA - RO8595
INTIMAÇÃO AUTOR - CONTRARRAZÕES
Fica a parte AUTORA intimada na pessoa do seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as Contrarrazões Recursais.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7031876-56.2023.8.22.0001
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Advogados do(a) AUTOR: GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI - RO6638, RODRIGO FRASSETTO GOES - SC0033416A
REU: GABRIELA ALVES RAMALHO
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Pinheiro Machado, n° 777, Bairro Olaria, CEP 76.801-235, Porto Velho
pvh6civelgab@tjro.jus.br
7020435-15.2022.8.22.0001
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: PATRICIA OLIVEIRA DE HOLANDA ROCHA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PATRICIA OLIVEIRA DE HOLANDA ROCHA, OAB nº RO3582
EXECUTADO: MARCELO JORDAO DA SILVA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Ciente da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de Rondônia, dando parcial provimento ao agravo de instrumento interposto pela parte exequente, deferindo a penhora de 10% dos rendimentos líquidos do excutado (Processo n° 0802559-05.2023.8.22.0000) (ID 93319877). Com efeito. DETERMINO:
1. INTIME-SE a parte exequente para apresentar planilha atualizada de débito, no prazo de 5 (cinco) dias, e dar seguimento ao presente feito.
2. Após o cumprimento do item 1, EXPEÇA-SE ofício ao órgão empregador do executado (Câmara Municipal de Porto Velho - Divisão de Folha de Pagamento), MARCELO JORDAO DA SILVA - CPF nº 509.505.502-30MARCELO JORDAO DA SILVA, CPF nº 50950550230 determinando a realização de desconto mensal de 10% (dez por cento) sobre a sua remuneração líquida, até a satisfação do montante devido (apontado na planilha atualizada - item 1), sendo os valores depositados mensalmente em conta judicial (única) vinculada a este processo.
3. INTIME-SE as partes sobre o teor desta decisão.
4. Após o cumprimento das determinações anteriores, retornem os autos conclusos para que seja ordenada a suspensão até a satisfação integral do crédito. Tal medida não importará prejuízo às partes, considerando que o feito tramita eletronicamente, sendo possível eventual peticionamento.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO OFÍCIO.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM GERAL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª Vara Cível, Falências e RecuPERAÇÕES JUDICIAIS
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br
PROCESSO Nº: 7003241-65.2023.8.22.0001
CLASSE: Monitória

AUTOR: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADOS DO AUTOR: ROGERIO ADRIANO SANTIN, OAB nº RO8430, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
REU: ANTONIA FERREIRA DOS SANTOS
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD ajuizou a presente ação de cobrança em face de ANTONIA FERREIRA DOS SANTOS, partes qualificadas no feito.
Narra a inicial, em síntese, a requerente ser fornecedora de agua tratada à requerida, no qual os serviços de abastecimento de água foram devidamente prestados pela requerente. A requerente alega que a requerida tem débitos do período de 11/2012 a 08/2013 e que diante de tal inadimplência, tornou-se credora da requerida do valor de R$ 9.379,58 (nove mil trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), valor atualizado até 20/01/2023. Sustenta que alertou a requerida quanto a possibilidade do corte de fornecimento de água e/ou coleta de esgoto bem como a negativação de seu nome no cadastro de devedores em razão do inadimplemento das faturas de consumo, na tentativa de satisfazer seu crédito na via extrajudicial, sem obter êxito. Diante do exposto, requer a procedência da demanda, a fim de que a requerida seja condenada ao pagamento do valor de R$ 9.379,58 (nove mil trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), acrescido de correção monetária e juros. Juntou documentos.
Citada (ID 91717297) por meio de seu procurador, a parte requerida não contestou a ação, preferindo arcar com o ônus da revelia.
Instada a dar andamento ao feito, a parte requerente pugnou pela conversão da ação para o título executivo judicial (ID 92679807).
É o relatório. Decido.
O presente feito comporta julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, II, CPC, tendo em vista que a parte requerida não apresentou contestação, sendo, portanto, revel.
Ademais, considerando que um dos efeitos da revelia é considerar como verdadeira matéria de fato articulada pelo autor, consoante o disposto no art. 344, CPC, a procedência do pedido é medida que se impõe.
Os documentos juntados com a inicial dão conta de que a dívida existe efetivamente, e tal premissa se confirma com a inércia da parte requerida que, citado, não se manifestou.
Poderia tê-lo feito para demonstrar que o crédito não existe, ou não se justifica conforme lançado na inicial, mas não o fez. Logo, presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, na forma do artigo 344 do Código de Processo Civil.
Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, para condenar a parte requerida, ANTONIA FERREIRA DOS SANTOS, ao pagamento de, à parte requerente, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOSTOS DE RONDÔNIA – CAERD, valor de R$ 9.379,58 (nove mil trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), que deverá ser acrescido de juros e correção monetária, aqueles a partir do vencimento do débito (art. 397, CC) e esta a partir do ajuizamento da ação.
Julgo extinto o feito com resolução de mérito, com base no art. 487, I, do CPC.
Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes que fixo em 15% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §2º do CPC.
P. R. I. Transitada esta em julgado, nada sendo requerido, arquive-se.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7037557-46.2019.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: LARYSSA FERNANDA FEITOSA
Advogado do(a) EXEQUENTE: DEBORAH INGRID MATOSO RIBAS NONATO - RO5458
EXECUTADO: MMS VIAGENS LTDA
Advogado do(a) EXECUTADO: BRUNO FERNANDES DE MORAES - MG111159
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de Porto Velho
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br
PROCESSO Nº 7062014-40.2022.8.22.0001
CLASSE: Monitória
AUTOR: RONDOBRITA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI - ME
ADVOGADO DO AUTOR: DIONATAN DE QUEIROZ LIMA GUZMAN, OAB nº RO10272
REU: CNE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA-ME
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
A citação por edital trata-se de medida excepcional, nos termos do art. 256 e 257 do CPC, e no presente caso não foram esgotadas todas as vias usuais para proceder a citação da parte requerida, resta pendente consulta aos demais sistemas eletrônicos à disposição do judiciário (INFOJUD, RENAJUD, SISBAJUD, SIEL).
Pelo argumento acima, indefiro a citação por edital pleiteada.
Fica intimada a parte autora para que, no prazo de 5 (cinco) dias, aponte endereço válido para a citação da requerida ou, no mesmo prazo, requereira o que entender necessário, sob pena de extinção do feito.

Decorrido o prazo sem manifestação, voltem conclusos para extinção do feito, por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV, do CPC).
Caso haja pedido de citação em novo endereço, desde já defiro, desde que comprovado o pagamento da respectiva taxa.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7026293-90.2023.8.22.0001
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: YAMAHA ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA
Advogado do(a) AUTOR: EDEMILSON KOJI MOTODA - SP0231747A
REU: BIANCA DIAS PEREIRA
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7048613-47.2017.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES - RO4875-A
EXECUTADO: BRUNO EVARISTO PINHO DA COSTA
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS OFICIAL DE JUSTIÇA
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do mandado, fica a parte AUTORA, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada, para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada conforme tabela abaixo.
Fica a parte advertida que em se tratando de mandado de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural).
O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br Processo: 7074049-32.2022.8.22.0001
Classe: Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica
AUTORES: M S COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS EIRELI, M S COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS EIRELI
ADVOGADO DOS AUTORES: SANDRA CRISTINA DOS SANTOS BAHIA, OAB nº RO6486
REU: MARCELO ALVES CAVALCANTE
DECISÃO
1. Ao autor para se manifestar sobre as informações fornecidas pelo sistema RENAJUD (comprovado o pagamento de apenas 1 diligência) requerendo o que de direito em 05 dias, sob pena de extinção/ arquivamento.
2. Caso requeira diligência no novo endereço, deverá comprovar o depósito das custas devidas da diligência negativa ou a taxa de expedição do AR.
3. Comprovado, expeça-se o necessário, inclusive carta precatória, desentranhe-se o mandado, observando o novo endereço indicado.
4. Decorrido o prazo sem manifestação ou sem comprovação do pagamento devido (item 2), voltem conclusos para extinção.
VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO/CARTA.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª Vara Cível, Falências e RecuPERAÇÕES JUDICIAIS
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 7025618-30.2023.8.22.0001
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTOR: MAGNOLIA DE JESUS SOUZA HASSAN
ADVOGADO DO AUTOR: RENATO PRINCIPE STEVANIN, OAB nº SP346790
REU: BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
SENTENÇA
Trata-se de ação revisional de contrato bancário com pedido de tutela antecipada promovida por MAGNOLIA DE JESUS SOUZA HASSAN em face de BANCO ITAUCARD S.A..
Compulsando os autos, verifico que a decisão de ID 91624996 intimou a parte autora, sob pena de indeferimento da inicial, para, no prazo de 15 (quinze) dias: a) juntar aos autos comprovante de pagamento das custas processuais iniciais.
Ocorre que, a parte interessada não procedeu com as diligências necessárias e não emendou a inicial.
Ressalto que o desatendimento à determinação judicial de emenda acarreta o indeferimento da inicial e a consequente extinção do processo, sem resolução de mérito, nos termos dos artigos 321 e 485, inciso IV, ambos do Novo Código de Processo Civil.
Nesse sentido é a jurisprudência:
"APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. DESATENDIMENTO À DETERMINAÇÃO DE EMENDA. - O desatendimento à determinação de emenda acarreta o indeferimento da inicial e a consequente extinção do processo, sem resolução de mérito. Inteligência do Parágrafo único do art. 321 e do art. 485, IV, ambos do CPC. Sentença que indeferiu a inicial mantida. APELO DESPROVIDO." (Apelação Cível Nº 70075255737, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Gelson Rolim Stocker, Julgado em 23/11/2017) (Grifei).
Diante do exposto, indefiro a petição inicial e JULGO extinto o feito, sem julgamento de mérito, nos termos dos artigos 485, inciso IV, c/c 321, ambos do NCPC.
Em caso de reiteração de pedido, fica o presente juízo prevento, nos termos do artigo 286, inciso II, do NCPC.
Custas pela parte Autora.
Fica intimada a parte Autora para proceder com o pagamento das custas iniciais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa, cuja guia deverá ser gerada pelo seguinte endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=FjnOr--DVcF7A4aZ_QirTUH7CAMBWGz7xeamKKnB.wildfly01:custas1.1
Sem honorários.
Desnecessária a intimação pessoal da parte Requerida desta sentença.
Com o trânsito em julgado, pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br Processo: 7005607-77.2023.8.22.0001
Classe: Monitória
Autor(a)(as)(es): AUTOR: BANCO BRADESCO S.A., BANCO BRADESCO S.A. s/n, RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO AUTOR: EDSON ROSAS JUNIOR, OAB nº AM1910, BRADESCO
Requerido(a)(s): REU: AGROPECUARIA KS AGRONEGOCIOS LTDA, CNPJ nº 43383395000161, CLEA MERCES 5173, ANEXO A AGENOR DE CARVALHO - 76820-278 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 84.103,92
SENTENÇA
I. RELATÓRIO
Trata-se de Ação Monitória movida por BANCO BRADESCO S.A. em face de AGROPECUARIA KS AGRONEGOCIOS LTDA, partes qualificadas, alegando, em síntese, ser credor da parte requerida, da importância de R$ 84.103,92 (oitenta e quatro mil cento e três reais e noventa e dois centavos), representada por contrato de abertura de conta de depósitos para pessoa jurídica, firmado entre as partes.
Informa que o valor foi depositado na conta do requerido, conforme consta em anexo o extrato bancário, no que diz comprovar a existência de movimentação financeira na conta do requerido. Todavia, a parte requerida não honrou com o pagamento, tornando-se inadimplente.
Pleiteia a condenação da parte requerida no valor de R$ 84.103,92 (oitenta e quatro mil, cento e três reais e noventa e dois centavos) atualizado até 20/12/2022.
Regularmente citada (ID 91688283), a parte requerida deixou transcorrer in albis o prazo concedido para que efetuasse o pagamento dos valores ou opusesse embargos, preferindo arcar com o ônus da revelia.
II. FUNDAMENTAÇÃO
De início, cumpre anotar que o presente feito comporta o julgamento antecipado do mérito, eis que os fatos dependem apenas da análise da prova documental já carreada aos autos, conforme art. 355, I do Código de Processo Civil, dispensada inclusive prova pericial, diante da atual realidade do caderno processual favorável à plena cognição da matéria de mérito, e convencimento do juízo no particular. Além disso, tem-se que a requerida é revel (art. 355, II, CPC).
Nesse sentido é o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder". (STJ – 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513). No mais, presentes os pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido do processo, além de reunidas às condições da ação, passa-se ao exame de mérito.

A parte autora, de posse dos documentos, sem força executiva, requer seja reconhecido o débito e, consequentemente, reste formado o título executivo judicial na quantia de R$ 84.103,92 (oitenta e quatro mil, cento e três reais e noventa e dois centavos), valor este acrescido de correção monetária e juros até a data do ajuizamento.
O Egrégio Tribunal do Justiça do Estado de Rondônia entende que a ação monitória deve ser procedente se instruída por documento escrito sem força executiva e se não for provada a irregularidade do débito, seu pagamento ou qualquer outro fato apto a desconstituir a cobrança (Apelação, Processo nº 0013423-32.2014.822.0007, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, Data de julgamento: 22/03/2018).
Destaco que a parte requerida, apesar de regularmente citada, deixou transcorrer in albis o prazo concedido para que efetuasse o pagamento dos valores ou opusesse embargos, incorrendo em revelia e confissão ficta (artigo 344, CPC) quanto à matéria de fato.
Os documentos que embasam a presente demanda encontram-se acostados ao feito no ID 86394097 e 86394099 dão conta de que a dívida existe efetivamente, e tal premissa se confirma com a inércia da parte requerida que, citada, não se manifestou.
Com isso, não tendo havido prova de mácula ou outro fato capaz de descaracterizar a dívida, a procedência do pedido é medida impositiva.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, não cumprido o mandado de pagamento, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, com fulcro no art. 487, I, c/c 701, §2º ambos do CPC, para constituir de pleno direito o título executivo judicial, condenando a parte requerida a pagar à parte requerente a importância de R$ 84.103,92 (oitenta e quatro mil, cento e três reais e noventa e dois centavos), atualizados até 20/12/2022, acrescidos de juros de 1% ao mês a partir da citação e correção monetária a incidir do ajuizamento desta ação.
Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do §2º do art. 85 do CPC.
P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se os autos.
PORTO VELHO-RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 0157749-50.2007.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MARIA DE LOURDES COUTINHO GASPAR e outros (2)
Advogados do(a) EXEQUENTE: AYRTON BARBOSA DE CARVALHO - RO0000861A, ELIANE DE FATIMA ALVES ANTUNES - RO3151, MANOEL RIVALDO DE ARAUJO - RO315-B
EXECUTADO: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A e outros
Advogados do(a) EXECUTADO: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - PE16983, CLAUDIA VIRGINIA CARVALHO PEREIRA DE MELO - PE20670, GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI - RO4953, JULIANA DE ALMEIDA E SILVA - PE21098, LILI DE SOUZA SUASSUNA BECKER - PE29966, MARIA EMILIA GONCALVES DE RUEDA - PE23748
Advogados do(a) EXECUTADO: ANDRE LUIZ DELGADO - RO1825, EDUARDO RODRIGO COLOMBO - PR42782, GILBERTO PISELO DO NASCIMENTO - RO78-B, RUI ALVES PEREIRA - RO5354, VILMA ELISA MATOS NASCIMENTO - RO6917
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de Porto Velho
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br
PROCESSO Nº: 7006301-17.2021.8.22.0001
CLASSE: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS UNIRONDONIA LTDA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JACKSON WILLIAM DE LIMA, OAB nº PR60295, PROCURADORIA DA UNIRONDÔNIA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS UNIRONDÔNIA LTDA
EXECUTADO: M V G EDUCACAO INFANTIL EIRELI
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Trata-se de cumprimento de sentença proposto por COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS UNIRONDONIA LTDA em face de M V G EDUCACAO INFANTIL EIRELI.
Na decisão de ID. 91952800 foi indeferida a apreensão da CNH e bloqueio dos cartões de crédito em desfavor do executado, e contra ele parte exequente interpôs agravo de instrumento, conforme ofício de ID. 93319883.
Recebido o recurso, foi determinado pelo 2º Grau a notificação do juiz da causa que proferiu a decisão agravada para apresentação de contraminuta.
Desta forma, encaminhe-se cópia do ofício abaixo redigido ao egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia, visando imprimir maior celeridade ao expediente e presteza no fornecimento das informações solicitadas.
Em face da ausência de concessão de efeito suspensivo, determino que seja dada regular tramitação ao feito.
No mais, em cumprimento ao ofício ID. 92999748, que comunicou o julgamento do agravo de instrumento de nº 0802785-10.2023.8.22.0000, determino à CPE que efetue a inclusão da executada no SISTEMA SERASAJUD. EXECUTADO: M V G EDUCACAO INFANTIL EIRELI, CNPJ nº 29943538000111
Intimem-se as partes desta decisão.
Cumpra-se.

SERVE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO, CARTA OU OFÍCIO.

EXPEDIENTE
Ofício/Processo n° 7006301-17.2021.8.22.0001- 6ª Vara Cível
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023.
Resposta ao Ofício s/nº - CCível- CPE 2ºGRAU
Agravo de Instrumento n° 0807245-40.2023.8.22.0000
Agravante: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS UNIRONDONIA LTDA
Agravado: M V G EDUCACAO INFANTIL EIRELI
Processo de origem: 7006301-17.2021.8.22.0001 – Porto Velho / 6ª Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Excelentíssimo Senhor Relator,
O agravo de instrumento interposto pela exequente, ora agravante, desafia despacho proferido no ID. 91952800 do Pje 7006301-17.2021.8.22.0001 e que, nesta ocasião, mantenho por seus próprios fundamentos, por não verificar motivação diversa nos argumentos expostos pela postulante.
Explico. Este juízo indeferiu o pedido de apreensão e bloqueio de cartões de crédito do executado. A decisão foi fundamentada, no sentido de que não há informações de que o executado possua CNH e que o bloqueio de cartões de crédito poderia prejudicar o suprimento de suas necessidades básicas.
Com estas considerações e cumprimentos, coloco-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas, ou prestar os esclarecimentos que Vossa Excelência reputar necessários.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito
Ao Excelentíssimo Desembargador
Desembargador Relator Sansão Saldanha
1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de Porto Velho
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br
PROCESSO Nº: 7042940-63.2023.8.22.0001
CLASSE: Alienação Judicial de Bens
REQUERENTES: SUELLEN MARIANA PAULA LIMA DA SILVA, JORGE CLEITON DE SOUZA TICO, GLEUTON PAULO LIMA DA SILVA, JAQUELINE DAMIANA FEITOSA GOMES, JANAINA LILIBETE FEITOSA GOMES, CESINELIA MARTINS DE SOUZA, VICENTE GOMES FILHO, MARYLENE PAULA SOUZA RIBEIRO, ELAINE CRISTIANE PAULA SOUZA GOMES
ADVOGADO DOS REQUERENTES: AUGUSTO CEZAR DAMASCENO COSTA, OAB nº AC4921
INTERESSADO: FRANCISCO DAS CHAGAS DUARTE
DECISÃO
1. Custas iniciais recolhidas. Associe-se aos autos a guia de custas.
2. Trata-se de ação de extinção de condomínio e alienação judicial c/c cobrança de alugueis que ELAINE CRISTIANE PAULA SOUZA GOMES e outros movem em face de FRANCISCO DAS CHAGAS DUARTE.
Narra a inicial, em síntese, que os requerentes e o requerido possuem um imóvel em condomínio, decorrente de decisão judicial prolatada nos autos de inventário e partilha n. 0001805-33.2013.8.22.0102. Afirmam que o requerido está alugando o imóvel, sem partilhar com os demais herdeiros os valores auferidos. Pugnam pela concessão de tutela de urgência, a fim de que o requerido seja compelido a depositar os valores dos alugueis. No mérito, pugnam pela procedência da demanda, para que seja determinada a extinção do condomínio, com a alienação do bem comum, caso o requerido não manifeste interesse na adjudicação do imóvel.
Decido.
Inicialmente, importante tecer algumas considerações sobre o procedimento da ação de extinção de condomínio.
De acordo com o entendimento doutrinário e das disposições contidas nos artigos 1.314 a 1.326 do Código Civil, tem-se por condomínio ordinário ou voluntário, a espécie de propriedade comum a dois ou mais titulares em que se atribui a cada um deles uma fração ou cota ideal sobre o todo, advinda de uma relação contratual ou por determinação sucessória (art. 1.791, parágrafo único).
Um exemplo típico de condomínio voluntário ou indivisibilidade jurídica é o instituído pela herança a partir do esboço de partilha homologado judicialmente na ação de inventário em que os herdeiros passam a exercer seus direitos e deveres na propriedade comum a dois ou mais herdeiros (titulares), em que se atribui a cada um deles uma fração ou cota ideal sobre o todo, por determinação sucessória (art. 1.791, parágrafo único).
O condomínio voluntário ou ordinário somente poderá ser extinto por meio da venda judicial ou alienação da coisa comum (art. 1.322 CC), ou alienação das cotas de forma onerosa ou gratuita (art. 504 CC), podendo ser exercido o direito de preferência (art. 504, parágrafo único CC).
Se a venda for do interesse de todos, será amigável, nos termos do procedimento de jurisdição voluntária (art. 719 a 725 e art. 730, todos do CPC). Após a avaliação, é realizada a alienação do(s) bem(ns) em hasta pública.
O procedimento é regulado pelos artigos 719 a 725 e art. 730, todos do CPC, sendo necessária a comprovação pelo(s) promovente(s) de seu direito real, além de sua posse ou a de alguns comunheiros.
A alienação do bem apenas substituirá o condômino alienante pelo adquirente, mantendo-se o condomínio. O art. 504 do Código Civil trata da preempção ao condômino na aquisição do bem indivisível quando da igualdade de oferta, ou seja, no caso da extinção do condomínio por adjudicação a um único proprietário.
No caso da alienação de cotas, a vantagem cabe ao condômino responsável pela benfeitoria de maior valor, sendo que na ausência delas, reservar-se-á o direito ao proprietário do maior quinhão. Só é cabível a licitação perante os interessados na inexistência de padrão de preferência, vencendo, neste caso, o que propuser maior preço. Com a alienação particular ou judicial, o título, o contrato ou a carta de adjudicação por preferência, deverão ser levados à matrícula do imóvel a fim de substituir o antigo detentor/condômino.
Registre-se que a opção mais célere e proveitosa para todas as partes é a resolução do presente conflito pela via consensual e, em caso de impossibilidade de celebração de acordo, a demanda seguirá sob o rito contencioso, com a alienação judicial do bem. Nesse último caso (via contenciosa), a aquisição da quota parte do bem por um terceiro ensejará na manutenção do condomínio, o que poderá se tornar em um cenário complexo para todos os envolvidos.

Quanto ao pedido de tutela de urgência, postergo sua análise para ser feita após a audiência de conciliação, no caso de eventual impossibilidade de acordo.
3. Cite-se a parte requerida dos termos da ação, com antecedência mínima de 20 dias da audiência designada, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 15 dias, a contar da realização da audiência de conciliação ora designada, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344, CPC).
4. Nos termos do art. 334, DETERMINO a designação de audiência de conciliação por VIDEOCONFERÊNCA, via whatsapp ou hangouts meet, para data a ser indicada pela CPE, cuja solenidade será realizada pelo CEJUSC/Cível, devendo as partes comparecerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º, CPC), salvo se houver requerimento da parte interessada, no prazo de cinco dias, a contar de suas intimações, para que seja realizada de forma presencial (art. 3º da Resolução n. 354/2020, alterada pela Resolução n. 481/22, publicada no DJ n. 294, de 25.11.22, p 2-3). Ademais, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas por seus patronos, nos termo do art. 334, § 9º, CPC.
4.1. À CPE: Agende-se data para audiência utilizando-se o sistema automático do PJE e, após, certifique-se nos autos. Posteriormente, intime-se a parte autora, via Diário da Justiça Eletrônico, e cite-se e intime-se a parte requerida, via correios e/ou oficial de justiça.
4.2 Fica a parte autora intimada, na pessoa de seu patrono, de que restando infrutífera a conciliação deverá providenciar, em 05 dias, a contar da data da realização da audiência, a complementação das custas, nos termos do art. 12, inciso I, da Lei Estadual de Custas Forenses n. 3.896/2016, sob pena de extinção do feito.
5. Caso o requerido não possua interesse na realização da audiência de conciliação, deverá manifestá-lo com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º CPC), ficando de qualquer forma obrigado a comparecer à audiência caso não haja manifestação de anuência da parte autora na petição inicial (art. 334, §4º, inciso I, CPC).
6. Se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, a audiência de conciliação não se realizará, iniciando-se o prazo de defesa a contar da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu (art. 335, inciso II, CPC).
7. Caso reste infrutífera a conciliação, vindo a contestação, na hipótese de defesa preliminar e/ou juntada de documentos com a resposta, intime-se a parte autora para se manifestar em réplica ou impugnação, no prazo de 15 dias.
8. Caso o requerido apresente reconvenção, intime-se o requerente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias.
9. No caso do item 8, intime-se o requerido para comprovar o recolhimento das custas processuais, nos termos do art. 12 da Lei Estadual n. 3.896/2016, atentando-se para o fato de que as custas devem corresponder ao importe de 2% sobre o valor da causa atribuído à reconvenção, utilizando-se do código 1001.4 no sistema de custas, para emissão do boleto para pagamento.
10. Em seguida, intimem-se as partes para especificar as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, em 5 dias.
11. Expeça-se o necessário.
Tendo em vista a possibilidade de conciliação a fim de tornar o processo mais célere e visando a atividade satisfativa mais benéfica e efetiva para os interessados, ficam as partes advertidas que poderão firmar acordo a qualquer momento, sem intervenção do juiz por ocasião das tratativas, apenas para fins de homologação judicial. As propostas de acordo poderão ser apresentadas por intermédio de petição simples por meio dos procuradores das partes ou Defensoria Pública.
Caso a parte não possua representação nos autos (advogado/procurador/defensor público), poderá entrar em contato diretamente com os advogados da parte adversa (endereço, telefone e e-mail constantes na petição inicial) para tentativa de acordo extrajudicial a ser homologada pelo juízo.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO:
a) CARTA / MANDADO / DE CITAÇÃO /DE INTIMAÇÃO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA, nos termos do artigo 248 do CPC, para a parte requerida, inclusive, quanto a audiência designada, observando o seguinte endereço para o seu cumprimento:
REQUERIDO: FRANCISCO DAS CHAGAS DUARTE, AVENIDA NICARÁGUA 1628, - DE 1365 A 2039 - LADO ÍMPAR NOVA PORTO VELHO - 76820-143 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC, caso a citação proceda mediante os termos dos artigos 249 e 250 mesmo Códex, expedindo-se o necessário.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br Processo: 7038807-46.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: BARTOLOMEU SOUZA DE OLIVEIRA JUNIOR, OAB nº RO10498
EXECUTADO: ELIZANGELA MARINHO OLIVEIRA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO, OAB nº RO3831
DESPACHO
O ofício acostado aos autos noticia que o TJRO deu provimento ao recurso de agravo de instrumento para conceder a gratuidade judiciária com efeito ex nunc à parte executada, registrando que "... a suspensão do cumprimento de sentença e seus atos executivos nos termos do art. 98, §3º do CPC se aplica apenas as despesas posteriores a concessão do benefício, devendo prosseguir em relação aquelas reconhecidas como devidas até o seu deferimento" (sic, ID 93319897).
Com efeito.
1. Aguarde-se o trânsito em julgado do acórdão proferido nos autos do Agravo de Instrumento nº 0807093-89.2023.8.22.0000 (ID 93319897), razão pela qual, suspendo este feito pelo prazo de 15 (quinze) dias ou até que advenha decisão definitiva.
2. Não havendo interposição de recurso ou alteração da referida decisão, INTIME-SE a parte exequente para atualizar os cálculos do valor reclamado em sede de cumprimento de sentença, indicar bens à penhora e/ou requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento do feito.

3. Sobrevindo a manifestação, INTIME-SE a parte executada para comprovar o pagamento, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de incidirem medidas constritivas sobre bens ou ativos.
4. Após, volte o feito concluso para deliberação.
VIAS DESTA DECISÃO SERVIRÃO DE MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br
PROCESSO Nº 7071182-66.2022.8.22.0001
CLASSE: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DO NORTE DE RONDONIA LTDA. - CREDISIS CREDIARI
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: PAULA LOPES DA ROCHA, OAB nº RO12109, VALDOMIRO JACINTHO RODRIGUES, OAB nº RO2368, WILLIAM ALVES JACINTHO RODRIGUES, OAB nº RO3272
EXECUTADOS: LIDIA INES SALDANHA, LEANDRO DA SILVA VARGAS
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Considerando que o TJRO ao julgar o agravo de instrumento interposto pela exequente reformou a decisão deste juízo para deferir a citação por edital dos executados, cumpra-se a decisão do TJ expedindo-se edital de citação dos executados, com prazo de 20 (vinte) dias, mediante publicação no Diário Oficial da Justiça e na plataforma no site do TJ.
Após, certificado o prazo e findando este in albis, à Defensoria Pública Estadual para indicar um defensor para atuar como Curador Especial e, se for o caso, apresentar defesa no prazo legal.
Em seguida, ao requerente para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 dias.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7002276-24.2022.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: L. L. O. S.
Advogado do(a) REQUERENTE: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546
REQUERIDO: GOL LINHAS AEREAS S.A. e outros
Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
Advogado do(a) REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
INTIMAÇÃO AUTOR/EXEQUENTE - DEPÓSITO JUDICIAL Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu patrono, a manifestar-se no prazo de 05 dias sobre o Depósito Judicial comprovado nos autos. Em igual prazo deve informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que entender de direito, sob pena de presunção de aceitação tácita quanto aos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação. Caso, opte por transferência bancária deverá informar os dados bancários, os quais devem estar de acordo com a procuração nos autos.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7004711-34.2023.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA A CULTURA NA AMAZONIA MOACYR GRECHI - AASCAM
Advogados do(a) EXEQUENTE: BRUNO LOPES BILIATTO - RO10076, PEDRO ABIB HECKTHEUER - RO6907
EXECUTADO: CARLOS ALBERTO DA ROCHA NOGUEIRA
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM GERAL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª Vara Cível, Falências e RecuPERAÇÕES JUDICIAIS
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br
PROCESSO Nº: 7043961-11.2022.8.22.0001
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTOR: EDMAR CASTRO DE MIRANDA
ADVOGADO DO AUTOR: VALDENI ORNELES DE ALMEIDA PARANHOS, OAB nº RO4108
REU: SERGIO FERREIRA CARVALHO
REU SEM ADVOGADO(S)

SENTENÇA
I – RELATÓRIO
EDMAR CASTRO DE MIRANDA ajuizou a presente ação de obrigação de fazer transferência de veículo em face de SERGIO FERREIRA CARVALHO, partes qualificadas no feito.
Narra a inicial, em síntese, que em 21/12/2016 o requerente vendeu a motocicleta HONDA/BIZ 125 ES, ano 2013 modelo 2014, cor Preta, Placa NBW8641, CHASSI 9C2JC4820ER014073, código RENAVAM 603238343 ao requerido, o qual se comprometeu verbalmente a realizar a transferência do bem para seu nome, dentro do prazo de noventa dias. Afirma que o requerido desapareceu e não efetuou a transferência do bem junto aos órgãos de trânsito, o que tem causado prejuízos ao requerente, pois está recebendo cobranças de multas e dos débitos referentes a IPVA e licenciamento da motocicleta, dívidas estas que estão registradas indevidamente em seu nome. Diante do exposto, requer a concessão de tutela de urgência, a fim de que o requerido seja compelido a realizar a transferência do bem. No mérito, requer a confirmação da liminar. Juntou documentos.
Recebida a inicial, a tutela de urgência foi indeferida, determinando-se a designação de audiência de conciliação e a citação da parte requerida (ID 78543944).
Foram realizadas várias tentativas de citação pessoal da parte requerida, contudo, todas restaram infrutíferas, motivo pelo qual esta foi realizada pela via editalícia (ID 84620397).
Nomeada para exercer a curadoria especial, a Defensoria Pública apresentou contestação por negativa geral (ID 88087840), a qual foi impugnada pela parte requerente no ID 89018009.
No despacho de ID 91195277, o requerente foi intimado a comprovar o pagamento da segunda parcela das custas iniciais, tendo cumprido a determinação judicial no ID 91633355.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Cuida-se de ação de obrigação de fazer em que a parte requerente visa à condenação da parte requerida para efetuar a transferência da motocicleta descrita na inicial para o seu nome, além das dívidas geradas em nome da parte requerente,
O feito comporta julgamento imediato, pois os fatos e questões de direito em debate não requerem a produção de outras provas além das que já constam dos autos, consoante art. 355, I, do CPC.
Consta na inicial que as partes firmaram contrato de compra e venda em 21/12/2016, tendo por objeto a motocicleta HONDA/BIZ 125 ES, ano 2013 modelo 2014, cor Preta, Placa NBW8641, CHASSI 9C2JC4820ER014073, código RENAVAM 603238343. Durante a negociação, a parte requerida comprometeu-se a realizar a transferência do bem para seu nome, junto aos órgãos de trânsito.
Para validar suas alegações, a parte requerente trouxe ao feito cópia do contrato de compra e venda firmado com o requerido (ID 78514219) e cópia de procuração pública outorgada ao requerido, para realização da transferência (ID 78514217).
As provas dão conta que as partes firmaram contrato de compra e venda em 21/12/2016 e até o momento a parte requerida não cumpriu a obrigação de transferir o bem para seu nome, sendo esta uma responsabilidade que decorre do contrato celebrado entre as partes.
Além disso, tal premissa se confirma com a contestação por negativa geral, na qual o curador especial impugna o pedido da parte requerente de forma genérica, não adentrando ao mérito da causa.
Nesse trilhar, destaca-se que a obrigação imputada à requerida decorre dos artigos 123, § 1º, e 134 do CTB e artigos 1.226 e 1.267 do CC, dos quais se extrai que a transferência do veículo ocorre pela tradição e, portanto, a obrigação de regularizar a documentação e de pagar os débitos é de quem adquire o veículo, sendo solidária a obrigação da alienante apenas no que diz respeito às penalidades. Nesse sentido, a jurisprudência:
ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. TAXA DE LICENCIAMENTO DO VEÍCULO. ALIENAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO AO DETRAN/RS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ART. 134 DO CTB. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015. II. Na origem, a parte ora agravada ajuizou ação, requerendo fosse declarada a inexistência de débitos junto ao ora agravante, decorrentes do não pagamento da taxa de licenciamento de motocicleta, referente ao período posterior à venda do veículo. III. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça "a obrigação de expedição de novo Certificado de Registro de Veículo quando for transferida a propriedade, prevista no art. 123, I, do CTB, é imposta ao proprietário adquirente do veículo pois, em se tratando de bem móvel, a transferência da propriedade ocorre com a tradição" (STJ, AgInt no AREsp 881.250/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/10/2016). Assim, "a responsabilidade solidária prevista no art. 134 do CTB refere-se às penalidades (infrações de trânsito), não sendo possível interpretá-lo ampliativamente para criar responsabilidade tributária ao antigo proprietário, não prevista no CTN, em relação a imposto ou taxa incidente sobre veículo automotor, no que se refere ao período posterior à alienação" (STJ, REsp 1.689.032/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/10/2017). IV. Agravo interno improvido. (AgInt no REsp 1653340/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/05/2019, DJe 30/05/2019).
Apelação cível. Compra e venda. Transferência de propriedade não realizada pelo comprador. Comunicação ao DETRAN. Ausência. Responsabilidade solidária quanto ao pagamento de infrações de trânsito. Sabe-se que a propriedade de veículos (bens móveis) se adquire pela tradição ou entrega da coisa. Todavia, no âmbito administrativo se faz necessária a comunicação ao DETRAN pelo antigo proprietário da transferência do veículo, consoante o disposto no art. 134 do CTB. A responsabilidade solidária do antigo proprietário, prevista no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, não abrange o IPVA incidente sobre o veículo automotor, bem como taxas de licenciamento e seguro obrigatório, no que se refere ao período posterior à sua alienação, mas tão somente às infrações de trânsito. (TJRO - APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7010742-97.2019.822.0005, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 29/04/2021).
Sendo assim, deve ser acolhido o pedido da parte requerente para imputar à parte requerida a obrigação de proceder à transferência do bem e das dívidas junto à SEFIN e ao DETRAN (IPVA, seguro obrigatório, multa e demais encargos), decorrentes do veículo sub judice, a partir da data da venda, qual seja, 21 de dezembro de 2016, consoante demonstra o documento do ID 78514219.
Assim, não trazendo a parte requerida fatos suspensivos, modificativos ou extintivos do direito do requerente, o pedido inicial mostra-se hígido para os fins a ele cominados.
Demais teses ou argumentos eventualmente suscitados pelas partes ficam prejudicados, em face das razões de entendimento explicitadas nesta sentença, que são suficientes à prestação jurisdicional. Por oportuno, eis o trecho retirado de recentíssimo julgado proferido na Corte da Cidadania:

… Nos termos da orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal, tendo a instância de origem se pronunciado de forma clara e precisa sobre as questões postas nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão, como no caso concreto, não há falar em omissão no acórdão estadual, não se devendo confundir fundamentação sucinta com ausência de fundamentação [...]. (STJ, AREsp: 1756811 SP 2020/0233333-2, Relator: Ministro Sérgio Kukina, Data de Publicação: 3/2/2021)
Diante do exposto, a procedência da demanda é medida que se impõe.
III – DISPOSITIVO
Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por EDMAR CASTRO DE MIRANDA em desfavor de SERGIO FERREIRA CARVALHO, para CONDENAR a parte requerida na obrigação de fazer consistente em transferir para o seu nome, junto aos órgãos de trânsito, a motocicleta marca motocicleta HONDA/BIZ 125 ES, ano 2013 modelo 2014, cor Preta, Placa NBW8641, CHASSI 9C2JC4820ER014073, código RENAVAM 603238343, bem como a pagar os débitos fiscais, multas e eventuais encargos vinculados ao bem, com fato gerador posterior à data da venda, qual seja, 21/12/2016 (DETRAN, SEFIN etc.), no prazo de 15 (quinze) dias e à suas expensas, a contar da intimação desta decisão, sob pena deste juízo determinar que seja realizada de ofício.
Julgo extinto o feito, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.
Considerando a sucumbência, condeno a parte requeria ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 2º, CPC.
Advirta-se que a oposição de embargos meramente protelatórios ensejará a aplicação de multa, a teor do art. 1.026, § 2°, do CPC.
P.R.I. Transitada em julgado, arquive-se.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br Processo: 7020959-75.2023.8.22.0001
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: Banco Bradesco Financiamentos S.A
ADVOGADOS DO AUTOR: ROSANGELA DA ROSA CORREA, OAB nº AC5398, BRADESCO
REU: NATALI GIRLENE FONSECA DE CARVALHO
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Trata-se de ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária proposta por AUTOR: Banco Bradesco Financiamentos S.A em face de REU: NATALI GIRLENE FONSECA DE CARVALHO.
Compulsando os autos verifico que, antes da citação e oferecimento da contestação, a parte autora pugnou pela desistência do feito (ID 93010267). Assim, tratando-se de direito disponível, não há óbice à desistência pretendida, razão pela qual, nos termos do parágrafo único, do art. 200, do CPC, homologo o pedido.
Isso posto, nos termos do art. 316 c.c. art. 485, VIII, ambos do CPC, julgo extinto o feito sem resolução do mérito.
Desnecessária a intimação da parte requerida desta sentença.
Sem custas finais.
RENAJUD baixado, conforme comprovante em anexo.
Ante a preclusão lógica, a presente decisão transita em julgado nesta data.
P.R.I.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juíza de Direito

6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de Porto Velho
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br
PROCESSO Nº 7017371-60.2023.8.22.0001
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTOR: FLORI MENEZES DA SILVA
ADVOGADOS DO AUTOR: ERNANDE DA SILVA SEGISMUNDO, OAB nº RO532, DANIEL GAGO DE SOUZA, OAB nº RO4155, FABRICIO DOS SANTOS FERNANDES, OAB nº RO1940
REU: 123 SOLAR PLACAS LTDA, SUAN UIARA ALVES DA SILVA, FUTURE REPRESENTACOES DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
A citação por edital trata-se de medida excepcional, nos termos do art. 256 e 257 do CPC, e no presente caso não foram esgotadas todas as vias usuais para proceder a citação das partes requeridas, restam pendentes de consulta aos demais sistemas eletrônicos à disposição do judiciário (INFOJUD, RENAJUD, SISBAJUD, SIEL).
Pelo argumento acima, indefiro a citação por edital pleiteada.
Fica intimada a parte autora para que, no prazo de 5 (cinco) dias, aponte endereço válido para a citação da requerida ou, no mesmo prazo, requereira o que entender necessário, sob pena de extinção do feito.
Decorrido o prazo sem manifestação, voltem conclusos para extinção do feito, por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV, do CPC).
Caso haja pedido de citação em novo endereço, desde já defiro, desde que comprovado o pagamento da respectiva taxa.
Sem prejuízo das determinações acima, expeça-se carta de citação da requerida 123 SOLAR PLACAS LTDA, a ser cumprida no endereço indicado na petição de ID 93200106.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7016647-27.2021.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: SAYONARA SILVA CARVALHO
Advogados do(a) REQUERENTE: ARTHUR NOGUEIRA PRADO - RO10311, FELIPE NADR ALMEIDA EL RAFIHI - RO6537, MAIRA BENARROSH MACEDO - RO9402, MATHEUS FIGUEIRA LOPES - RO6852, RAFAEL BALIEIRO SANTOS - RO6864
REQUERIDO: AMARILLYS DE ARAUJO LOPES
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de Porto Velho
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br
PROCESSO Nº 0001735-91.2014.8.22.0001
CLASSE: Cumprimento de sentença
EXEQUENTES: J. O. COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - EPP, LIVIA MARIA BARROS DE ALMEIDA, JOAO PEREIRA LISBOA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: ERIVALDO FERREIRA LIMA, OAB nº RO8376, JUAREZ BARRETO MACEDO JUNIOR, OAB nº RO334B
EXECUTADO: MAB-RO SOLUCOES EM MADEIRAS EIRELI - EPP
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: KATIA NAVARRO RODRIGUES, OAB nº SC48582, ROBERTO PEREIRA GONCALVES, OAB nº SP105077
DESPACHO
Chamo o feito à ordem.
Trata-se de cumprimento de sentença que J. O. COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA – EPP e LIVIA MARIA BARROS DE ALMEIDA LISBOA movem em face de MAB-RO SOLUCOES EM MADEIRAS EIRELI – EPP.
Compulsando os autos, observa-se que, quando do ajuizamento da ação, a empresa MAB estava representada pelos advogados Fabiana Maria da Silva (OAB/SP 220395), Robson Souza Prado (OAB/SP 267748) e Patrícia de Oliveira Silva (OAB/SP 304517), consoante procuração acostada ao ID 11213813 - Pág. 60.
No ID 11213844 - Pág. 26 foi acostado substabelecimento sem reservas pelos advogados Robson e Fabiana em favor dos causídicos Roberto Pereira Gonçalves (OAB/SP 105077), Katia Navarro Rodrigues (OAB/SP 175491), Cíntia Marcelino Ferreira (OAB/SP 245442) e Lucimara Santos Costa (OAB/SP 231949).
Os advogados Katia Navarro Rodrigues e Roberto Pereira Gonçalves juntaram petições renunciando ao mandato nos IDs 87483414 e 88912590.
Além disso, observa-se que o despacho que recebeu o cumprimento de sentença e determinou a intimação da executada para pagar o débito contou com erro material quanto ao valor (ID 88535520), eis que deveria ter constado a somatória das quantias apresentadas nas petições de IDs 88131427 e 88317358. Portanto, a executada deve novamente ser intimada para pagar voluntariamente o débito, na pessoa de suas atuais procuradoras e também constando o valor correto a ser pago.
Por fim, observa-se que resta pendente de cumprimento pela CPE a parte final da sentença (ID 80232399), no tocante à expedição de ofício ao Cartório de Registro de Protestos.
Diante do exposto, e determino o seguinte:
1. À CPE: oficie-se ao Cartório de Registro de Protestos comunicando do teor da presente sentença, a fim de que seja levantada a sustação dos protestos que recaíam sobre os cheques n. 012891, 012884, 012885 e 012887 e altere-se a representação processual da executada MAB, excluindo os advogados Katia Navarro Rodrigues e Roberto Pereira Gonçalves e incluindo as advogadas Cíntia Marcelino Ferreira (OAB/SP 245442) e Lucimara Santos Costa (OAB/SP 231949), conforme substabelecimento acostado ao ID 11213844 - Pág. 26.
2. Após o cumprimento do item 1, INTIME-SE a executada, MAB-RO SOLUCOES EM MADEIRAS EIRELI – EPP, na pessoa de suas procuradoras constituídas no feito, para pagar voluntariamente o débito no valor de R$ 77.999,00 (setenta e sete mil novecentos e noventa e nove reais), bem como comprová-lo no feito, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios, também em 10% (dez por cento) sobre o débito, ficando ainda sujeito a atos de expropriação (§3º do art. 523 do CPC).
Cumpre registrar que o valor a ser pago (R$ 77.999,00) deverá ser dividido igualmente entre os exequentes, que são os advogados das partes J. O. COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA – EPP e LIVIA MARIA BARROS DE ALMEIDA LISBOA.
Também, fica a parte executada desde já ciente de que, com o transcurso do prazo para pagamento voluntário, nos termos do art. 525 do CPC (independentemente de penhora ou nova intimação), inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que, querendo, apresente impugnação ao cumprimento de sentença.
Não havendo impugnação ou pagamento, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 dias e sob pena de suspensão dos autos, atualizar o débito, e indicar bens à penhora ou requerer o que entender de direito, atentando para que, caso ocorra o pagamento parcial do débito, a multa e os honorários advocatícios estabelecidos incidirão sobre o remanescente da dívida.

Decorrido o referido prazo e quedando a parte silente, desde já, suspendo o processo por 1 ano, período em que ficará suspenso o decurso do prazo prescricional.
Fica a exequente desde já intimada de que decorrido o prazo da suspensão, caso se mantenha inerte, terá início o decurso do prazo da prescrição intercorrente (art. 921, § 4º, do CPC/2015).
Não há óbice para que o feito, a partir da suspensão, seja arquivado, pois prejuízo algum trará à parte exequente, que a qualquer momento poderá requerer o desarquivamento e prosseguimento da execução à vista de localização de bens penhoráveis em nome da parte executada (art. 921, §3º, CPC/2015).
Caso o executado efetue o pagamento na data aprazada, expeça-se alvará ou ofício de transferência a favor do exequente para levantamento da quantia respectiva, intimando-o para se manifestar sobre eventual saldo remanescente, no prazo de 05 dias, independentemente de nova conclusão.
Após, nada sendo requerido, venham conclusos para extinção.
Havendo impugnação ao presente cumprimento de sentença, intime-se o exequente para manifestação no prazo de 05 dias.
Expeça-se o necessário.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br
PROCESSO Nº 7011162-56.2015.8.22.0001
CLASSE: Petição Cível
REQUERENTE: VIVIANE PATRICIA FERREIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCOS ANTONIO ARAUJO DOS SANTOS, OAB nº RO846
REQUERIDO: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO, OAB nº RO635, MARCELO LESSA PEREIRA, OAB nº RO1501, Procuradoria da OI S/A
DESPACHO
À CPE: altere-se a classe processual para Cumprimento de Sentença.
Fica a parte exequente INTIMADA para no prazo de 05 dias, requerer o que entender necessário, sob pena de suspensão do feito.
Decorrido o referido prazo e quedando a parte silente, desde já, suspendo o processo por 1 ano, período em que ficará suspenso o decurso do prazo prescricional.
Fica a exequente desde já intimada de que decorrido o prazo da suspensão, caso se mantenha inerte, terá início o decurso do prazo da prescrição intercorrente (art. 921, § 4º, do CPC).
Não há óbice para que o feito, a partir da suspensão, seja arquivado, pois prejuízo algum trará à parte exequente, que a qualquer momento poderá requerer o desarquivamento e prosseguimento da execução à vista de localização de bens penhoráveis em nome da parte executada (art. 921, §3º, CPC).
Expeça-se o necessário.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª Vara Cível, Falências e RecuPERAÇÕES JUDICIAIS
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3217-1326
PROCESSO Nº: 7019083-22.2022.8.22.0001
CLASSE: Cumprimento de sentença
EXEQUENTES: ATINELLI NONATA RODRIGUES, FRANCISCO RODRIGUES FILHO, ALDEMIRA NONATA BEZERRA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: ELISANGELA GONCALVES BATISTA, OAB nº RO9266, ROBSON JOSE MELO DE OLIVEIRA, OAB nº RO4374, POLIANA SOUZA DOS SANTOS, OAB nº RO10454
REQUERIDOS: REDE ENERGIA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL, ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de sentença movida por ATINELLI NONATA RODRIGUES, FRANCISCO RODRIGUES FILHO, ALDEMIRA NONATA BEZERRA em face de REDE ENERGIA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL, ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A , sendo certo que no ID 92501328 consta o levantamento integral do valor devido e nada mais foi requerido, motivo pelo qual, o feito caminha rumo à extinção.
Nos termos do art. 924, inciso II, do CPC/15, extingue-se a execução, dentre outras causas, quando a obrigação for satisfeita.
É o caso dos autos.
Diante do exposto considerando a satisfação da obrigação, JULGO EXTINTO por sentença o feito, nos termos do artigo 924, inciso II, do Novo Código de Processo Civil.
Fica intimada a parte Sucumbente para proceder com o pagamento das custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa, cuja guia deverá ser gerada pelo seguinte endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=FjnOr--DVcF7A4aZ_QirTUH7CAMBWGz7xeamKKnB.wildfly01:custas1.1

Nada mais pendente e procedido o pagamento das custas ou sua inscrição em dívida ativa, arquive-se os autos com as baixas e cautelas de praxe.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7006954-48.2023.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA A CULTURA NA AMAZONIA MOACYR GRECHI - AASCAM
Advogados do(a) EXEQUENTE: BRUNO LOPES BILIATTO - RO10076, PEDRO ABIB HECKTHEUER - RO6907
EXECUTADO: NEILA PRESTES DO NASCIMENTO
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS OFICIAL DE JUSTIÇA
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do mandado, fica a parte AUTORA, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada, para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada conforme tabela abaixo.
Fica a parte advertida que em se tratando de mandado de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural).
O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 0004473-52.2014.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MARCO ANTONIO DIAS FLAVIO e outros
Advogado do(a) EXEQUENTE: JESUS CLEZER CUNHA LOBATO - RO2863
EXECUTADO: GAFISA SPE-85 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
Advogado do(a) EXECUTADO: RODRIGO BORGES SOARES - RO4712
INTIMAÇÃO Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 15 dias, sob pena de extinção/suspensão.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br Processo: 7034766-70.2020.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: RONDOACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CLEBER JAIR AMARAL, OAB nº RO2856
EXECUTADO: EGIDIO CAETANO FERNANDES JUNIOR
DECISÃO
1. Fica intimado o exequente para que no prazo de 5 dias, acoste o ao feito planilha atualizada do valor do débito, pra fins de realização da diligência requerida, sob pena de suspensão/arquivamento, com fulcro no art. 921, II do CPC.
2. Decorrido o referido prazo e quedando-se a parte silente, desde já, suspendo o processo por 1 ano, período em que ficará suspenso o decurso do prazo prescricional.
3. Fica o exequente desde já intimada de que decorrido o prazo da suspensão, caso se mantenha inerte, terá início o decurso do prazo da prescrição intercorrente (art. 921, § 4º, do CPC).
4. Não há óbice para que o feito, a partir da suspensão, seja arquivado, pois prejuízo algum trará à parte exequente, que a qualquer momento poderá requerer o desarquivamento e prosseguimento da execução à vista de localização de bens penhoráveis em nome da parte executada (art. 921, §3º do CPC).
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juíza de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de Porto Velho
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br
PROCESSO Nº: 7044127-09.2023.8.22.0001
Valor da causa: R$ 29.243,48
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO J. SAFRA S.A
ADVOGADO DO AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA, OAB nº AL6557
REU: ANA LUCIA MARQUES FEITOSA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
1. Fica o requerente INTIMADO para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento, a fim de comprovar o recolhimento das custas iniciais.
1.1. Ressalto que de acordo com a Lei Estadual 3896/16 (Lei de Custas), as custas inicias devem ser recolhidas no importe de 2% sobre o valor da causa, uma vez que o presente feito não é caso de realização de audiência preliminar.
1.2. Decorrido in albis o prazo para recolhimento das custas, o que deverá ser devidamente certificado, volte-me os autos conclusos para sentença de extinção.
1.3. Comprovado o recolhimento, a CPE deverá cumprir os demais itens da presente decisão.
2. Trata-se de ação de busca e apreensão regido pelo Decreto-Lei 911/1969.
3. Nos termos do art. 3º do Decreto-lei 911/1969: "O proprietário fiduciário ou credor poderá, desde que comprovada a mora, na forma estabelecida pelo § 2º do art. 2º, ou o inadimplemento, requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, podendo ser apreciada em plantão judiciário".
4. Já a mora é comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, na qual é dispensável que a assinatura seja do próprio destinatário, conforme estabelece o §2º, do art. 2º, do referido Decreto, com redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014.
5. A probabilidade do direito sobre o qual se baseia o pedido de urgência evidencia-se pela Cédula de Crédito Bancário devidamente recebida pela parte requerida e a notificação informando a respeito do inadimplemento da obrigação.
6. De outro lado, o perigo de dano decorre da prejudicialidade na depreciação do veículo caso haja demora na restituição do mesmo à posse do requerente.
7. Ainda, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que, caso o requerido pague a totalidade do débito apontado na inicial, no prazo de 5 (cinco) dias, lhe será devolvido o veículo.
8. Diante do exposto, determino liminarmente a busca, apreensão, vistoria e avaliação do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante da exordial e contrato, depositando-se o bem em mãos do Banco autor, com a ressalva de que caso o veículo seja retirado da Comarca até o decurso do prazo de cinco dias fixados em lei para a consolidação da posse, os custos e as despesas decorrente do translado até a efetiva a devolução correrão às expensas da parte autora.
8.1 Caso necessário, defiro desde já ordem de arrombamento e reforço policial, independentemente de nova conclusão.
9. CITE-SE a parte requerida para, em 05 (cinco) dias após executada a liminar, efetuar o PAGAMENTO INTEGRAL da dívida pendente, sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§§1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
10. Efetuado o pagamento, intime-se o Banco autor para, no prazo de 05 dias, manifestar-se quanto ao comprovante anexado, bem como restituir o veículo à parte requerida, comprovando nos autos.
10.1 Após, comprovado o pagamento da integralidade da dívida cobrada na inicial, voltem os autos conclusos para decisão urgente.
11. No prazo de 15 (quinze) dias, a contar da citação, o devedor fiduciante poderá apresentar contestação, atentando-se ao disposto no art. 231, II, do CPC.
Neste sentido:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DECRETO-LEI 911 /69. INÍCIO DO PRAZO PARA OFERECIMENTO DE DEFESA. JUNTADA DO MANDADO DE CITAÇÃO DEVIDAMENTE CUMPRIDO. ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. O termo inicial do prazo de 15 (quinze) dias para oferecimento de contestação, nas ações de busca e apreensão pelo Decreto-Lei nº 911 /69, é a data de juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido, uma vez que a redação do § 3º do artigo 3º daquele Decreto deve ser interpretada em conjunto com o disposto no artigo 231 , inciso II , do Código de Processo Civil . Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. APELO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA CASSADA.
12. O ato processual deverá obedecer ao disposto no art. 212, §§ 1º, 2º e 3º, e art. 251/253 do CPC.
13. Nesta data, procedi a restrição judicial prevista no §9º, art. 3º, DL 911/69 com redação dada pela Lei n. 13.043/2014, conforme espelho anexo. Após a apreensão, venham conclusos para exclusão da restrição no RENAJUD.
14. Vindo a contestação, na hipótese de defesa preliminar e/ou juntada de documentos com a resposta, intime-se a parte autora s para se manifestar em réplica ou impugnação, no prazo de 15 dias.
14.1 Caso o requerido apresente reconvenção, intime-se o requerente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias.
15. No caso do item 14.1, intime-se o requerido para comprovar o recolhimento das custas processuais, nos termos do art. 12 da Lei Estadual n. 3.896/2016, atentando-se para o fato de que as custas devem corresponder ao importe de 2% sobre o valor da causa atribuído à reconvenção, utilizando-se do código 1001.4 no sistema de custas, para emissão do boleto para pagamento.
15. Em havendo contestação, intimem-se as partes para especificar as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, em 5 dias.
16. Oportunamente, advirta-se a parte autora para que não proceda a distribuição de ações desta mesma classe processual com sigilo, pois tal regra não se aplica ao caso. Assim, pomova a CPE com a retirada da observação de "Segredo de Justiça" do PJE.
Tendo em vista a possibilidade de conciliação a fim de tornar o processo mais célere e visando a atividade satisfativa mais benéfica e efetiva para os interessados, ficam as partes advertidas que poderão firmar acordo a qualquer momento, sem intervenção do juiz por ocasião das tratativas, apenas para fins de homologação judicial. As propostas de acordo poderão ser apresentadas por intermédio de petição simples por meio dos procuradores das partes ou Defensoria Pública.

Caso a parte não possua representação nos autos (advogado/procurador/defensor público), poderá entrar em contato diretamente com os advogados da parte adversa (endereço, telefone e e-mail constantes na petição inicial) para tentativa de acordo extrajudicial a ser homologada pelo juízo.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO:
a) CARTA / MANDADO / DE CITAÇÃO / DE INTIMAÇÃO / DE BUSCA E APREENSÃO / DE AVALIAÇÃO, observando-se, para tanto, o seguinte endereço ou quaisquer outros em que a parte possa ser encontrada nesta jurisdição:
REU: ANA LUCIA MARQUES FEITOSA, RUA JARDINS 1228, BAIRRO NOVO - 76817-001 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Expeça-se o necessário. Autorizo, desde já, expedição de carta precatória durante o trâmite do processo, independentemente de nova conclusão, atentando-se a parte quanto ao pagamento das custas para distribuição do expediente.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br
PROCESSO Nº 7020064-61.2016.8.22.0001
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTORES: REGINALDO MIGUEL VELOSO, JOSE ALVES DA SILVA, EUGENIO DUTRA DA SILVA, MARCELO BOTELHO DA SILVA, MARIA LUCIMAR SOUZA ESTEVES, JOSE MARIA DE SOUZA PASSOS, GLEICILENE PANTOJA PRESTES DE ALMEIDA, GEZUITA GOMES DE OLIVEIRA, CELSO MARQUES DA SILVA, CLEUTON ALMEIDA CRUZ, JORGE AGENOR ALVES DE FREITAS
ADVOGADOS DOS AUTORES: CLODOALDO LUIS RODRIGUES, OAB nº RO2720, GUSTAVO LAURO KORTE JUNIOR, OAB nº SP14983, ANDRESA BATISTA SANTOS, OAB nº SP306579, JORGE FELYPE COSTA DE AGUIAR DOS SANTOS, OAB nº RO2844
REU: ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. - ESBR, SANTO ANTONIO ENERGIA S.A., CONSORCIO CONSTRUTOR SANTO ANTONIO - CCSA
ADVOGADOS DOS REU: GIUSEPPE GIAMUNDO NETO, OAB nº AM6092, EDGARD HERMELINO LEITE JUNIOR, OAB nº AM6090, ANTONIO CELSO FONSECA PUGLIESE, OAB nº SP155105, LIGIA FAVERO GOMES E SILVA, OAB nº SP235033, RENATA SAMPAIO SUNE, OAB nº BA22400, PROCURADORIA DA ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A.
DESPACHO
A assessoria do juízo entrou em contato com o perito nomeado nos autos, o qual informou que está finalizando as diligencias necessárias para a entrega do laudo pericial.
Assim sendo, concedo dilação de prazo por mais 30 dias para a entrega do laudo.
INTIME-SE o perito do teor desta decisão.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7033634-70.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: BOSQUES DO MADEIRA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE LTDA
Advogado do(a) AUTOR: REGINALDO DE CAMARGO BARROS - RO12417-S
REU: JOAO LEONARDO LEISMANN DE SA CHAVES e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - AR AUSENTE
Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca do AR negativo devolvido com motivo “AUSENTE”.
1) Poderá a parte informar se tem interesse na repetição do AR (custas do art. 19 da Lei 3.896/2016) ou em remessa de Mandado (custas de Oficial). Sendo endereço do interior do Estado, poderá optar por Mandado com força de precatória (custas do art. 30 da Lei 3.896/2016), EXCETUANDO-SE os casos que necessitam de “Cumpra-se” (previstos no Art. 1º § 1º do Provimento nº 007/2016-CG e Art. 48 DGJ).
2) Sendo endereço fora do Estado ou atos que requeiram “cumpra-se”, inclusive citação/Execução de Título Extrajudicial (nos termos do Art. 1º § 1º do Provimento nº 007/2016-CG e Art. 48 DGJ), deverá a parte informar se tem interesse na expedição de precatória. As custas deverão ser recolhidas na Comarca de distribuição da precatória.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br
PROCESSO Nº 0017509-35.2012.8.22.0001
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTORES: JOAO DE NAZARE DA SILVA, RAIMUNDA SOARES DE OLIVEIRA, JUCILENE ALVES DA SILVA, ROSA MARIA DE SOUZA, RAIMUNDO RIBEIRO MENDONCA, MARIA RODRIGUES PAZ, RAIMUNDO BELEZA BRITO, JOCELMA FERREIRA DOS SANTOS, JOEL RAMOS FERREIRA, JANAINA NEVES DA CRUZ SOUZA
ADVOGADOS DOS AUTORES: GUSTAVO LAURO KORTE JUNIOR, OAB nº SP14983, VALERIA PAULINO, OAB nº SP153898, CLODOALDO LUIS RODRIGUES, OAB nº RO2720

REU: ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. - ESBR, CONSORCIO CONSTRUTOR SANTO ANTONIO - CCSA, SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
ADVOGADOS DOS REU: ANTONIO CELSO FONSECA PUGLIESE, OAB nº SP155105, LIGIA FAVERO GOMES E SILVA, OAB nº SP235033, CLAYTON CONRAT KUSSLER, OAB nº RO3861, EDGARD HERMELINO LEITE JUNIOR, OAB nº AM6090, GIUSEPPE GIAMUNDO NETO, OAB nº AM6092, ALDO GUILHERME DA COSTA TOURINHO TEIXEIRA SOUZA, OAB nº RO6848, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO, OAB nº RO635, MARCELO LESSA PEREIRA, OAB nº RO1501, JAIME PEDROSA DOS SANTOS NETO, OAB nº RO4315, RENATA SAMPAIO SUNE, OAB nº BA22400, PROCURADORIA DA ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A.
DESPACHO
A assessoria do juízo entrou em contato com o perito nomeado nos autos, o qual informou que está finalizando as diligencias necessárias para a entrega do laudo pericial.
Assim sendo, concedo dilação de prazo por mais 30 dias para a entrega do laudo.
INTIME-SE o perito do teor desta decisão.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br
PROCESSO Nº 0009817-19.2011.8.22.0001
CLASSE: Reintegração / Manutenção de Posse
REQUERENTE: KESIA COSMO DA CONCEICAO
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: SIMONE DOS SANTOS MAGÁVEL
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ERIAS TOFANI DAMASCENO JUNIOR, OAB nº RO2845, DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES, OAB nº RO2433
DESPACHO
Indefiro o pedido de ID 92563024, pois cabe à requerida comparecer à SEMUR, com cópia da sentença prolatada no ID 83981659, a fim de dar continuidade ao processo administrativo de regularização do imóvel.
Caso reste comprovado nos autos algum impedimento por parte da SEMUR em regularizar o imóvel, em razão da decisão judicial proferida nestes autos, a requerida deverá comprovar documentalmente tal alegação.
Intimem-se.
No mais, retornem os autos ao arquivo.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7059623-15.2022.8.22.0001
Classe : REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE (1707)
REQUERENTE: FRANCINEI FERREIRA DA SILVA e outros (5)
Advogado do(a) REQUERENTE: LEA TATIANA DA SILVA LEAL - RO5730
REQUERIDO: WANDERLEY SOUSA DA SILVA e outros
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br
PROCESSO Nº 7011002-55.2020.8.22.0001
CLASSE: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA, OAB nº SP115665, ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS, OAB nº AC4846, LUCIANO GONCALVES OLIVIERI, OAB nº ES11703, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS, OAB nº DF12002
REU: MARCELO HENRIQUE RODRIGUES FERREIRA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Considerando a cessão de crédito noticiada nos autos, determino que a CPE exclua a AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A do polo ativo da ação, incluindo a cessionária SAGA ÁSIA COMERCIO DE VEICULOS, PECAS E SERVICOS LTDA, excluindo também os antigos advogados e mantendo apenas o causídico RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA.
Após, intime-se a parte autora para dar andamento ao feito, informando o endereço atualizado do requerido para cumprimento do mandado de citação e busca e apreensão, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do feito sem julgamento de mérito.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br
PROCESSO Nº 7058596-07.2016.8.22.0001
CLASSE: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: GILLIARD SAMPAIO DA SILVA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARIA ROSALIA BONFIM SANTOS, OAB nº RO5901A
EXECUTADO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
DESPACHO
Vistos.
Indefiro o pedido de isenção de custas, posto que não verifica-se hipótese para extensão das prerrogativas conferidas à Fazenda Pública, em relação ao recolhimento das custas processuais, diferente das autarquias e fundações públicas, as sociedades de economia mista e empresas públicas não desfrutam dos mesmos privilégios processuais conferidos à Fazenda Pública. No mais a pretendida isenção não consta no rol do art. 5º da Lei 3896/2016.
Caso não concorde com o posicionamento do juízo, a executada deverá interpor o recurso adequado, tendo em vista que o feito já foi sentenciado (ID 91561779).
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br
PROCESSO Nº 7011788-41.2016.8.22.0001
CLASSE: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: TAIZE SILVA ROCHA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ALEXANDRE LEANDRO DA SILVA, OAB nº RO4260, KAMILA ARAUJO PRADO, OAB nº RO7371
REQUERIDOS: ODEBRECHT REALIZACOES IMOBILIARIAS S.A, BAIRRO NOVO PORTO VELHO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: GUSTAVO CLEMENTE VILELA, OAB nº SP220907, PAULO BARROSO SERPA, OAB nº RO4923, ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO, OAB nº RO303B, CYNTHIA MARIA TAVARES DA FONSECA LIMA, OAB nº BA12589
DESPACHO
Considerando a divergência existente entre as partes, remetam-se os autos à Contadoria Judicial para apuração do real valor devido pelo executado.
Com a juntada dos cálculos, intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 05 (cinco) dias.
Após, retorne concluso.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7029310-37.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) AUTOR: WANDERLEY ROMANO DONADEL - MG78870
REU: ALEXANDRE TANI GUEDES DA SILVA
INTIMAÇÃO AUTOR - AR AUSENTE

Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca do AR negativo devolvido com motivo “AUSENTE”.
1) Poderá a parte informar se tem interesse na repetição do AR (custas do art. 19 da Lei 3.896/2016) ou em remessa de Mandado (custas de Oficial). Sendo endereço do interior do Estado, poderá optar por Mandado com força de precatória (custas do art. 30 da Lei 3.896/2016), EXCETUANDO-SE os casos que necessitam de “Cumpra-se” (previstos no Art. 1º § 1º do Provimento nº 007/2016-CG e Art. 48 DGJ).
2) Sendo endereço fora do Estado ou atos que requeiram “cumpra-se”, inclusive citação/Execução de Título Extrajudicial (nos termos do Art. 1º § 1º do Provimento nº 007/2016-CG e Art. 48 DGJ), deverá a parte informar se tem interesse na expedição de precatória. As custas deverão ser recolhidas na Comarca de distribuição da precatória.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7061010-65.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ANGELINA DE JESUS SILVA MENA
Advogado do(a) AUTOR: BRUNA SANTANA DE FREITAS MENDES - MG170188
REU: MANOEL RIVALDO DE ARAUJO
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br

PROCESSO Nº: 7041638-33.2022.8.22.0001
Valor da causa: R$ 77.846,41
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO AUTOR: SERVIO TULIO DE BARCELOS, OAB nº RO6673A, MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES, OAB nº RN5553, BERNARDO BUOSI, OAB nº SP227541, JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA, OAB nº AC4270, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
REU: VINICIUS DE ALMEIDA CAMPOS
REU SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Acolho a justificativa apresentada pelo requerente no ID 92556401 e determino o prosseguimento do feito sem a designação de nova audiência de conciliação, com fundamento no princípio da razoabilidade, da instrumentalidade das formas e da celeridade processual. Ademais, o requerente informou o desinteresse em conciliar.
Fica a parte autora INTIMADA para, no prazo de 5 dias, apresentar endereço atualizado do requerido ou requerer o que entender necessário para viabilizar a citação, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito.
Com a vinda de novo endereço, expeça-se o necessário para citação.
Decorrido o prazo sem manifestação, retornem conclusos para extinção.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023.
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de Porto Velho
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br b
Processo: 7005993-10.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: DARNLEY ARZA DE ARAUJO
ADVOGADO DO AUTOR: WILLIAN SEVALHO DA SILVA MEDEIROS, OAB nº RO7101
REU: CLEIDSON RIBEIRO DE ARAUJO ROCHA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
1. Defiro a citação por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, mediante publicação no Diário Oficial da Justiça e na plataforma no site do TJ.
1.1. Esclareço à parte autora que se eventualmente estiver alegando dolosamente a presença dos requisitos do artigo 256 do CPC, poderá incorrer em multa de 05 (cinco) vezes o valor do salário mínimo vigente, nos termos do artigo 258 do mesmo diploma legal.

2. Após, certificado o prazo e findando este in albis, à Defensoria Pública Estadual para indicar um defensor para atuar como Curador Especial e, se for o caso, apresentar defesa no prazo legal.
3. Em seguida, cumpram-se os itens 6 e seguintes da decisão de ID 86479615.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de Porto Velho
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br
PROCESSO Nº 7006052-08.2017.8.22.0001
CLASSE: Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: LEANDRO DIAS DE MESQUITA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GRACILIANO ORTEGA SANCHEZ, OAB nº RO5194
EXECUTADO: ANTONIO JOSE BERNABE DE ALMEIDA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: PAULO BARROSO SERPA, OAB nº RO4923, ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO, OAB nº RO303B
DESPACHO
Analisando os documentos juntados ao ID, observa-se que, de fato, foi concedida a gratuidade da justiça de maneira tácita ao exequente nos autos principais, sendo tal benefício estendido à fase de cumprimento de sentença.
Quanto ao pedido de penhora do imóvel registrado sob a matrícula n. 875, verifica-se que o exequente juntou a certidão de inteiro teor incompleta e desatualizada no ID 91133325.
Assim sendo, fica a parte exequente INTIMADA para, no prazo de 5 dias, juntar aos autos a Certidão de Inteiro Teor do respectivo imóvel, completa e atualizada, sob pena de suspensão.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br Processo: 7070360-77.2022.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTORES: SERGIO SARAIVA RIBEIRO, LUZANIRA EVANGELISTA SARAIVA
ADVOGADO DOS AUTORES: ANTONIO ROGERIO DE ALMEIDA CRISPIM, OAB nº RO7856
REU: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO REU: ITALO SCARAMUSSA LUZ, OAB nº BA67070, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
SENTENÇA
I. RELATÓRIO
Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA C/ PEDIDO DE CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS C/C TUTELA DE URGÊNCIA/EVIDÊNCIA ajuizada por LUZANIRA EVANGELISTA SARAIVA, representada por SERGIO SARAIVA RIBEIRO em desfavor do BANCO DO BRASIL. Alega que em 01/07/2009 adquiriu o veículo Ford F-250, Placa CNV-6875, RENAVAM 715837524 de Ubiratan Florentino Teixeira. Sustenta que o veículo está quitado mas quando tentou efetuar a transferência do veículo para seu nome, descobriu GRAVAME em favor do requerido, datado de 08/01/2003, quando o veículo era propriedade de Darcisio Pereira Prates e estava registrado no DETRAN/SP. Alega que tentou resolver o problema administrativamente, porém os representantes do requerido se manifestaram informando que nada poderiam fazer pois seria incumbência do DETRAN/SP. Alega que nos 12 (doze) anos após a compra, sempre conseguiu emitir o certificado de licenciamento e registro do veículo, contudo a partir de 2021 se viu impedida de obter tal documento. Informa que a situação lhe gerou inconveniente, pois está impedida de licenciar o veículo, o que impede seu uso. Alega que a conduta da requerida lhe gerou abalos morais. Pugnou: 1) concessão de tutela de urgência ou evidência para que a requerida proceda a imediata baixa do gravame junto ao DETRAN; 2) concessão da gratuidade da justiça; 3) condenação do réu ao pagamento de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) a título de danos morais. Juntou documentos.
Decisão de ID. 82555502 que recebeu a demanda, concedeu o pedido de gratuidade da justiça, indeferiu a tutela liminar, deixou de designar fundamentadamente audiência de conciliação e determinou a intimação da requerida para contestar.
Citada, a requerida apresentou contestação (ID. 83417600). Apresentou preliminares de: 1) falta de interesse de agir por ausência de necessidade decorrente de negativa administrativa; 2) impossibilidade de concessão da gratuidade da justiça; 3) ausência dos requisitos para concessão de tutela antecipada e enriquecimento ilícito no caso de descumprimento da tutela. No mérito, alegou: i) que há baixa de alienação e que a autora deveria apresentar ao banco no prazo de 30 (trinta) dias o novo CRLV sem o gravame, e que para isso a autora deve se dirigir ao DETRAN para emissão de novo documento e averbação em definitivo do registro do gravame, salientando que as alegações da autora são mera suposições sem amparo probatório; ii) não caracterização de defeito na prestação de serviço; iii) inexistência de danos morais, podendo no máximo, caracterizar mero aborrecimento não passível de indenização; iv) no caso de condenação, que o quantum seja fixado de forma razoável, sem implicar em enriquecimento sem causa; v) inaplicabilidade da inversão do ônus da prova. Pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais.
Manifestação da requerida (ID. 84285838) informando que de fato o veículo fora financiado por ela em 24/01/2002, com primeiro vencimento em 03/03/2002 em nome de Darcisio Pereira Prates. Alega que não possui responsabilidade pelos fatos sofridos pela autora. Apresentou tela do sistema interno e pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais.
Houve réplica (ID. 84484749).
Intimadas acerca da produção de provas (ID. 84624247), ambas as partes informaram que não tinham novas provas a serem produzidas (ID. 84922241 e 85026792).

Despacho de ID. 89759843 que intimou a parte autora para regularizar procuração.
Manifestação da autora juntando procuração regularizada (ID. 90073353).
Manifestação da requerida pugnando pela regularização processual (ID. 92594345).
Vieram os autos conclusos.
II. FUNDAMENTAÇÃO
II.1. DO JULGAMENTO ANTECIPADO
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra.
Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder":
PROCESSUAL CIVIL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. OMISSÃO INEXISTENTE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA N. 83/STJ. 1. Não há violação do 535 do CPC quando o Tribunal de origem adota fundamentação suficiente para decidir a controvérsia, apenas não acolhendo a tese de interesse da parte recorrente. 2. O juiz tem o poder-dever de julgar a lide antecipadamente, quando constatar que o acervo documental é suficiente para nortear e instruir seu entendimento. 3. "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida" (Súmula n. 83/STJ). 4. Agravo regimental desprovido. (STJ – AgRg no AREsp: 177142 SP 2012/0094394-9, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 12/08/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 20/08/2014).
No presente caso concreto, a questão de mérito dispensa a produção de prova em audiência e as partes não se manifestaram acerca da produção de outras provas logo, há que se promover o julgamento antecipado da causa, na forma do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
II.2. DAS PRELIMINARES
a) Da falta de interesse processual
Não há falar em ausência de interesse processual quando o autor tem a necessidade de buscar a tutela jurisdicional para proteger, resguardar ou conservar o seu direito, sobretudo demonstrando o seu direito, as razões pelas quais entende ser cabível a indenizatória, bem como a sua finalidade, sendo desnecessária a negativa administrativa.
Desta forma, afasto a preliminar suscitada.
b) Da impugnação à gratuidade da justiça.
O requerido não apresentou prova que pudesse ensejar na revogação da gratuidade da justiça concedida à autora.
Desta forma, afasto a preliminar suscitada.
c) Da ausência dos requisitos para tutela de antecipada e impossibilidade de aplicação de multa por descumprimento.
Desnecessária análise em razão do indeferimento da tutela antecipada conforme decisão de ID. 82555502.
II. 3. DO MÉRITO
Registre-se que o presente caso deve ser solucionado à luz da Lei n. 8.078/90, por ser de consumo por equiparação a relação havida entre as partes, uma vez que embora não tenha sido quem contratou o financiamento em 2002, a autora foi afetada pelo gravame da requerida.
Com efeito, chega-se a essa conclusão em virtude do disposto nos artigos 2º e 3º e 17 do Código de Defesa do Consumidor, que conceituam, respectivamente, as figuras do consumidor, do fornecedor e do consumidor por equiparação. Vejamos:
Art. 2° Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
Art. 3° Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
Art. 17. Para os efeitos desta Seção, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento.
Incide, portanto, o art. 6°, VIII, do CDC, como instrumento facilitador da defesa de direitos, dada a verossimilhança das alegações e hipossuficiência da autora, segundo as regras ordinárias de experiências.
Entretanto, a inversão do ônus da prova não pode ser usada de forma absoluta, necessitando que a parte autora apresente indícios mínimos de suas alegações.
O âmago da questão consiste em saber se é culpa do requerido a existência do gravame em nome de proprietário anterior, bem como se os fatos justificam a compensação da autora pelos supostos danos morais sofridos.
É fato incontroverso que a autora adquiriu o veículo 01/07/2009, de Ubiratan Florentino Teixeira, então residente em Rolim de Moura/RO. Este adquiriu o veículo de Darcisio Pereira Prates (sobre quem se refere o gravame contestado pela autora), aparentemente no ano de 2003 e mediante alienação fiduciária junto ao Banco Bradesco. Ou seja, o veículo se encontrava transferido do estado de São Paulo para Rondônia e passou a ter gravame de alienação fiduciária com banco diverso do requerido (Bradesco). No mesmo sentido, ressalta-se que o certificado de Licenciamento e Registro do Veículo do ano de 2020, embora em nome de Ubiratan Florentino Teixeira, informa que não há restrições sobre o veículo (ID. 82109305 - Pág. 5 e 6).
A própria requerida confirma no ID. 84285838 - Pág. 2 que o contrato de Darcisio Pereira Prates se encontra liquidado. Sobre o tema em litígio, destaca-se que é atribuição do credor fiduciário, no caso o banco requerido, em promover a liberação do gravame fiduciário após a quitação total da dívida pelo devedor fiduciante (Darcisio Pereira Prates), com respaldo no artigo 9º da Resolução 320/2009, do CONTRAN.
Em verdade, verifica-se que o veículo estava livre do gravame discutido, de modo que teve sua transferência autorizada em 2003 para Ubiratan Florentino Teixeira mediante alienação financeira com outro banco e transferência de estado de registro, o que não ocorreria se tal pendência permanecesse
Desta forma, resta evidente que embora a autora não tenha efetuado a transferência do registro do veículo por mais de 10 (dez) anos, não constava gravame em favor da requerida.
O surgimento de gravame em favor da requerida, em nome de proprietário anterior e em estado diferente implica no reconhecimento de falha na prestação de serviço, devendo a requerida responder objetivamente por eventuais danos causados bem como promover da liberação do veículo.
Nesse sentido, encontra-se a jurisprudência encontrada:

CIVIL. PROCESSO CIVIL. INSCRIÇÃO POR VALOR INDEVIDO. DÍVIDA LEGÍTIMA POR VALOR DIVERSO. DANOS MORAIS ANALISADOS EM OUTRA AÇÃO. COISA JULGADA MATERIAL. BAIXA DE GRAVAME DE VEÍCULO. NÃO EFETIVADA. RESPONSABILIDADE DO CREDOR FIDUCIANTE. DANO MORAL CONFIGURADO. 1 A diferença existente entre o débito devido e o valor constante dos registros do BACEN não retira a legitimidade da inscrição, por ser a autora devedora da ré, retificando apenas o valor da cobrança, circunstância que atrai, por analogia, o teor da Sumula 385/STJ, na medida em que o valor excedente tem o efeito de uma nova inscrição. Diz o enunciado: "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento". 2 De acordo com o art. 9º da Resolução 320/2009, do CONTRAN, incumbe ao credor fiduciário promover a liberação do GRAVAME fiduciário após a quitação da dívida pelo devedor fiduciante, cabendo, por conseguinte, compensação por dano moral, em caso de desídia, e a fixação de multa diária, para o caso de descumprimento da obrigação de fazer. 3 Recurso conhecido e parcialmente provido.(TJ-DF - APC: 20120111697613 DF 0046554-04.2012.8.07.0001, Relator: LEILA ARLANCH, Data de Julgamento: 25/02/2015, 2ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 06/03/2015 . Pág.: 268)

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INCLUSÃO INDEVIDA DE GRAVAME DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. VEÍCULO ADQUIRIDO PELA AUTORA SEM RESTRIÇÕES. POSTERIOR INCLUSÃO DE GRAVAME EM NOME DO PROPRIETÁRIO ANTERIOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. VALOR ARBITRADO QUE NÃO COMPORTA REDUÇÃO PORQUANTO EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS. SENTENÇA MANTIDA. Recurso conhecido e desprovido. Diante do exposto, resolve esta Turma Recursal, por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos exatos termos do vot (TJPR - 2ª Turma Recursal - 0000479-02.2012.8.16.0050 - Bandeirantes - Rel.: Juiz Rafael Luis Brasileiro Kanayama - J. 12.03.2015) (TJ-PR - RI: 00004790220128160050 PR 0000479-02.2012.8.16.0050 (Acórdão), Relator: Juiz Rafael Luis Brasileiro Kanayama, Data de Julgamento: 12/03/2015, 2ª Turma Recursal, Data de Publicação: 16/03/2015)

Portanto, a procedência da ação é a medida cabível, devendo o requerido proceder a baixa na restrição judicial do veículo.

Dos danos morais

O ressurgimento do gravame fiduciário sobre veículo da autora relativo à contrato com proprietário anterior configura – por si só – um quadro de circunstâncias especiais com habilidade técnica eficiente para dar ensejo ao dano moral passível de indenização.

Assim, o dano causado ao requerente é evidente, promovido pela negligência do requerido que reintroduziu ou possibilitou a reinserção de gravame de contrato quitado há aproximadamente 20 (vinte) anos com antigo proprietário, sendo, portanto, considerado in re ipsa, independente de comprovação, notadamente em face do constrangimento causado pela indisponibilidade patrimonial gerada.

Resta, então, procedente o dever de indenizar.

Do Quantum Indenizatório

Inexiste norma legal a estipular um quantum determinado. Na jurisprudência, há inúmeros julgados, em montantes diferenciados, sendo pacífico que o dano moral puro, pelo seu critério imaterial, não possibilita uma reparação exata.

Todavia, o julgador deve obedecer alguns parâmetros, tais como: compensar a dor sofrida pela vítima; irradiar um sentido repressivo e preventivo, não só no vencido, mas também na sociedade como um todo; condenar o réu em quantia razoável, ou seja, nem pouca de modo a nada lhe significar, nem muita a ensejar um enriquecimento sem causa por parte da autora; e, por último, auferir a repercussão pública bem como a gravidade da ofensa.

No presente caso sopesando os aborrecimentos suportados pela parte autora e também que a indenização pelo dano moral deve revestir-se de caráter inibidor e compensatório, fixo o dano moral no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) com correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça de Rondônia (INPC), desde a data do arbitramento (súmula 362, do STJ) e com juros simples de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação (art. 405, do CC).

III - DISPOSITIVO

Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos de LUZANIRA EVANGELISTA SARAIVA em desfavor de BANCO DO BRASIL, para:

a) determinar que o requerido proceda à baixa da restrição de alienação fiduciária junto ao DETRAN/SP pertinente ao veículo Ford F-250, Placa CNV-6875, RENAVAM 715837524;

b) condenar o requerido ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) com correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça de Rondônia (INPC), desde a data do arbitramento (súmula 362, do STJ) e com juros simples de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação (art. 405, do CC).

c) condenar o requerido a pagar à autora o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, com juros e correção monetária a contar a partir desta data, uma vez que, no arbitramento, foi considerado valor já atualizado, conforme jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça (EDRESP 195.625/SP, publicado no DJU em 05.08.2002., p. 0325).

Declaro extinto o feito, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.

Condeno a requerida a pagar as custas processuais e honorários advocatícios da autora, os quais arbitro em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2°, do CPC, em razão do grau de zelo profissional e o trabalho realizado pelos advogados da parte autora.

Registre-se que todas as teses alegadas pelas partes ficam prequestionadas por este órgão julgador, para fins de possível interposição de recurso especial e/ou extraordinário. Assim, desnecessário indicar na sentença cada um dos dispositivos legais apontados pelas partes, se por outros fundamentos estiver devidamente decidida a controvérsia (TJRO, Apelação Cível, Processo nº 7021316- 31.2018.822.0001, 2ª Câmara Cível, Relator do Acórdão: Des. Hiram Souza Marques, Data de julgamento: 9/7/2020).

Advirta-se que a oposição de embargos meramente protelatórios ensejará a aplicação de multa, a teor do art. 1.026, § 2°, do CPC.
À CPE: Exclua-se o nome de SERGIO SARAIVA RIBEIRO da lide, em razão da regularização da representação da autora conforme procuração de ID. 90073354.
Transitada em julgado, pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FÓRUM GERAL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO
6ª VARA CÍVEL, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br
PROCESSO Nº: 7028765-69.2020.8.22.0001
CLASSE: Reintegração / Manutenção de Posse
AUTOR: JANUARIA OLIVEIRA FONSECA
ADVOGADOS DO AUTOR: ROSEANE LIMA DOS ANJOS, OAB nº AM10862, MARILIA LISBOA BENINCASA MORO, OAB nº RO2252A, JANAINA VERISSIMO DOS SANTOS, OAB nº AM4475, BRUNO INFANTE FONSECA, OAB nº AM16619
REQUERIDO: FRANCISCA DE SOUZA FONSECA
ADVOGADO DO REQUERIDO: EMANUEL NERI PIEDADE, OAB nº RO10336
SENTENÇA
I - RELATÓRIO
ESPÓLIO DE JANUÁRIA OLIVEIRA FONSECA representado pelo inventariante Roberto de Souza Fonseca ingressou com a presente ação de reintegração de posse em face de a FRANCISCA DE SOUZA FONSECA, partes qualificadas nos autos.
Narra, em síntese, a parte autora que Januária Oliveira Fonseca quando em vida, era a legítima possuidora do imóvel urbano localizado na Rua Raimundo Cantuária, nº 8485, bairro Socialista, registrado no SEMUR sob nº 01.23.506.0669.001, com área de terreno 476,74 m², área total construída 118,5 m², área construída da unidade 118,5m², conforme se prova através de fotografias e farta documentação anexas.
Alega que Januária faleceu em 2015, contudo, somente em 2017 foi aberto o inventário (7014830-64.2017.8.22.0001) tendo sido arrolado nas primeiras declarações, dentre outros bens, o imóvel em questão que, posteriormente, foi objeto de oposição pela ré, também herdeira necessária da de cujus ao argumento de que o imóvel é de sua propriedade e, por isso não pode fazer parte dos bens do espólio arrolados no inventário.
Aduz que em diligências à SEMUR constatou a existência de diversos processos administrativos alusivos ao imóvel em que a ré, por meio de documentos inidôneos, pretende a regularizar o bem em seu nome. Diante do imbróglio envolvendo a posse do imóvel, os processos de regularização cadastral foram suspensos na Secretaria Municipal competente e o bem excluído do inventário. Por entender que Januária Oliveira Fonseca exercia a posse legítima do imóvel que, com o seu óbito, passou para os herdeiros, pleiteia liminarmente a expedição de mandado de reintegração de posse em favor do espólio. No mérito, seja confirmada a liminar para tornar definitiva à posse do bem ao espólio. Requereu o benefício da assistência judiciária gratuita (ID 44409086).
A inicial veio acompanhada de diversos documentos e fotografias.
O pedido de gratuidade foi indeferido, o que foi objeto de embargos de declaração e, posteriormente, de agravo de instrumento que foi provido para reformar a decisão do juiz singular e conceder o benefício à parte autora (ID 51491326).
Este juízo declinou da competência determinando a redistribuição do feito ao juízo da 1ª Vara de Família para tramitação em conjunto com a ação de inventário. Todavia, foi suscitado conflito de competência que, ao ser julgado, foi declarado competente este juízo para processar e julgar o presente feito (ID 58215220, 67014992 e 76570473).
Após emenda, foi indeferida a liminar de reintegração de posse e determinada à citação da ré (ID 78373402).
Citada, a ré ofertou contestação que, posteriormente, foi declarada a sua intempestividade por este juízo (ID 80242409).
Houve réplica (ID 80302361).
Instadas as partes na fase de especificação de provas, o autor requereu a produção de prova oral consistente no depoimento pessoal da ré e oitiva de testemunhas. A ré, por sua vez, protestou pela prova testemunhal (ID 80456795 e 80636141).
O feito foi saneado, ocasião em que foi reconhecida a intempestividade da contestação, decretada a revelia da ré, estabelecido o ônus da prova, defiro as provas pleiteadas pelas partes, fixados os pontos controvertidos e designada audiência de instrução (ID 86315286).
A parte autora se insurgiu contra a decisão saneadora, pedindo esclarecimentos cuja decisão foi encartada no ID 87093900.
Durante a solenidade foram ouvidos dois informantes e uma testemunha. Declarada encerrada a instrução processual, saindo as partes intimadas para alegações finais por memoriais (ID 88598082).
Alegações finais das partes (ID 89260811 e 89308447).
Vieram os autos conclusos.
É o Relatório. Decido.
II – FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se ação de reintegração de posse proposta pelo ESPÓLIO DE JANUÁRIA OLIVEIRA FONSECA em face de FRANCISCA DE SOUZA FONSECA objetivando a reintegração da posse de um imóvel imóvel urbano localizado na Rua Raimundo Cantuária, nº 8485, bairro Socialista, registrado no SEMUR sob nº 01.23.506.0669.001, com área de terreno 476,74 m², área total construída 118,5 m², área construída da unidade 118,5m², neste município de Porto Velho.

O presente feito encontra-se apto a julgamento e inexistem nulidades a serem sanadas.

A ré alegou em preliminar tanto na contestação como nas alegações finais a ilegitimidade ativa do espólio e a falta de interesse de agir do espólio. Além disso, impugnou o pedido de gratuidade da justiça do espólio.

Conquanto se trate de matéria de ordem pública as duas primeiras preliminares, as quais podem ser arguidas em qualquer tempo e grau de jurisdição e analisada, inclusive de ofício pelo julgador, tem-se que tais preliminares se confundem com o próprio mérito da ação e, por isso serão analisadas em conjunto com o mérito, posto que, dizer ou não se a parte autora é parte legítima para pleitear a presente demanda e se possui interesse é o mesmo que dizer que o espólio, de fato, exercia a posse do bem antes do esbulho, o que é matéria eminentemente de mérito.

Diferentemente é a impugnação do benefício da gratuidade concedido à parte autora, tendo em vista que não se trata de matéria de ordem pública e que a ré formulou na contestação que foi declarada intempestiva, reiterando nas alegações finais. Portanto, declaro preclusa à impugnação ofertada nas alegações finais, passando ao exame do mérito.

A ação possessória é a via legal para aquele que detém a posse exerça o direito de preservá-la contra aquele que a ameaça ou pratique algum esbulho.

Nas referidas ações, portanto, cabe ao demandante comprovar que exercia ou exerce algum dos poderes típicos da propriedade, para que seja reconhecido como possuidor e, consequentemente, que tenha tido sua posse esbulhada.

Portanto, o cerne de uma ação possessória é a proteção da posse, que se trata de uma situação de fato que a pessoa exerce sobre a coisa, ou seja, a efetiva utilização do bem, a disposição física deste, não se discutindo a sua propriedade. Neste sentido:

Reintegração de posse. Requisitos. Posse anterior. Esbulho. Não comprovados. Improcedência. Mantida. Tratando-se de reintegração de posse, cabe à parte postulante demonstrar a sua posse (anterior), o esbulho e a data em que foi dela privado por violência. Não o fazendo, a proteção possessória pretendida não merece amparo, devendo ser mantida a sentença de improcedência. (TJRO – Apelação Cível, Processo nº 7014545-08.2016.822.0001, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 30/11/2021).

Reintegração de posse. Esbulho. Melhor posse. Ausente a prova do efetivo exercício da posse sobre o imóvel pelo autor, não há que se falar em reintegração, sobremodo quando os documentos apresentados demonstram apenas a propriedade do bem, fato irrelevante na ação possessória. (TJRO – Apelação Cível, Processo nº 7004488-18.2018.822.0014, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 25/11/2021).

Registre-se, ainda, que em sede de ações possessórias não cabe discussão de limites, muito menos questões documentais ou de regularização fundiária. Neste sentido:

Processo civil. Apelação. Manutenção de posse. Prova da posse e da turbação. Procedência da proteção possessória. Discussão sobre limites do imóvel. Não cabimento. Recurso não provido. Comprovada a posse e a turbação praticada pelo réu, a proteção possessória impõe-se. A elucidação das metragens, limites e confrontações do imóvel em questão reclama ação apropriada de ampla dilação probatória, não sendo cabível dirimir as incongruências suscitadas pelas partes em sede de ação possessória. Recurso não provido. (TJRO – Apelação Cível, Processo nº 7006604-87.2019.822.0005, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Sansão Saldanha, Data de julgamento: 06/10/2021).

Tal entendimento vem do fato de que discordâncias quanto ao direito de propriedade propriamente dito, inclusive sobre desmembramento ou demarcação de área, devem ser objeto de discussão em processo em que se debata o domínio, não havendo de se falar em ampliação do debate da demanda possessória para tais pontos, pois haveria o desvirtuamento do procedimento e dos limites das ações possessórias.

No caso em apreço, segue-se a regra, quanto a distribuição do ônus probatório, do disposto no art. 373 do CPC, qual seja, cabe à parte demandante a demonstração do fato constitutivo do seu direito e a parte requerida a comprovação de fato impeditivo, extintivo ou modificativo do direito do autor.

A parte autora alega que teve seu imóvel esbulhado pela ré, uma das herdeiras da falecida JANUÁRIA OLIVEIRA FONSECA, quando não aceitou a inclusão do bem nas primeiras declarações ofertadas no processo de inventário.

Disse que JANUÁRIA exerceu a posse do imóvel até a data de seu falecimento, sendo a ré mera detentora, eis que morava na companhia de sua genitora e exercia as funções de cuidadora. Afirma que com o falecimento da posseira, os demais herdeiros permitiram, por mero ato de tolerância, a permanência da ré no imóvel até a partilha dos bens, quando então deveria a ré desocupar o imóvel. No entanto, não foi o ocorreu, pois já nas primeiras declarações do inventário a ré se insurgiu, alegando que o imóvel é de sua propriedade e que exerce a posse do bem desde o ano de 1997 quando o adquiriu.

A ré defende em suas alegações finais que sua genitora nunca exerceu a posse do imóvel. Alega que adquiriu o bem em 22/8/1997 pelo valor de R$1.050,00. Relata que a área foi cadastrada junto ao município de Porto Velho no ano de 2010 e desmembrada em seis lotes com testada de 10 metros cada, gerando as matrículas 01235060669001, 01235060679001, 01235060689001, 01235060699001, 01235060709001, no entanto, permaneceu somente com a posse do imóvel da matrícula 01235060669001, o mesmo discutido nestes autos.lide Afirma que reside no imóvel desde meados de 2010 e os genitores residiam na Rua Alexandre Guimarães, 8368, bairro Tancredo Neves.

O cerne da questão se limita em saber se, de fato, Januária era quem exercia a posse do imóvel em questão até o seu falecimento, como quer fazer crer a parte autora.

Para se entender melhor o instituto possessório da reintegração de posse, é preciso analisar o dispositivo que o regulamenta, sendo que o art. 1.210, do Código Civil, estipula que: "O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado".

Importante ressaltar ainda que, de acordo com o § 2º do mesmo dispositivo "Não obsta à manutenção ou reintegração de posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa."

É sabido que, para a procedência da ação possessória, deve-se identificar com clareza na prova, os requisitos do artigo 1.210 e seguintes do CC, cumulado com os arts. 560 e 561 do CPC, quais sejam a posse anterior, o esbulho praticado pelo réu, e a perda efetiva da posse, tratando-se de reintegração especificamente. Como menciona expressamente o dispositivo, esta prova incumbe à parte autora.

Com base nos referidos requisitos legais, passo a analisar as provas dos autos:

Foi encartado ao feito pela parte autora no ID 46317307, dentre outros documentos, cópia do processo administrativo nº 18.03853/2010 de regularização fundiária do imóvel, em que figura como interessada a ré Francisca de Souza Fonseca, com data de autuação em 30/7/2010, onde constam contrato particular de compra e venda do imóvel em questão de Raimundo Alves da Silva vendendo para Francisca de Souza Fonseca em 21/8/1997; instrumento de procuração pública em que Raimundo Alves da Silva outorga poderes para Ercília Mesquita da Silva Guimarães vender o referido imóvel em seu nome; notas fiscais e orçamentos de materiais de construção; contrato de compra e venda de ID 46317307 - Pág. 6/7; fatura do consumo de água em nome e endereço da ré, datado de 14/4/2011 e demais documentos em nome da ré.

A testemunha Ercília Mesquita ouvida em juízo confirmou a venda do imóvel, explicando de forma detalhada que a venda se deu no ano de 1997, sabendo informar que a ré, desde a compra do imóvel, é quem exerce a sua posse, não sabendo informar quem é Januária.

Tais fatos foram corroborados pelos informantes Gilmar e Raíssa e também pela própria ré em seu depoimento pessoal prestado em juízo.

De tudo o que se extrai das provas dos autos é que Januária nunca exerceu a posse do bem, pois, embora tenha residido no imóvel por alguns anos (2012 até o seu falecimento em 2015) ali permaneceu em companhia da ré que detinha a posse do imóvel desde que o adquiriu.

Tais premissas vêm confirmadas por outros elementos de provas encartados ao feito, com as alegações finais (ID 89260811).

Verifica-se, portanto, que todos os elementos de provas juntados aos autos por ambas as partes dão conta que Januária nunca exerceu a posse do imóvel descrito na inicial e, por isso, não há falar em transferência da posse do imóvel aos herdeiros.

Tem-se que a parte autora não produziu prova mínima de seu direito constitutivo articulado na inicial, o que era seu ônus, nos termos do art. 373, I, CPC. Ao contrário, os documentos juntados aos autos pelo autor e a prova oral produzida, revelam que é a ré que exerce a posse do imóvel desde 1997.

Aliás, não há no feito sequer indícios de que Januária por algum espaço de tempo tenha exercido a posse do imóvel descrito na inicial.

Vale destacar que o sucesso da presente demanda dependeria da demonstração da posse prévia da parte autora e do esbulho atribuído à ré. Contudo, nenhum dos requisitos está configurado, pois, o autor não produziu provas neste sentido.

O art. 560 do CPC dispõe que o possuidor tem o direito de ser mantido na posse em caso de turbação e reintegrado no de esbulho, porém incumbe a ele provar, a sua posse anterior, a turbação ou esbulho praticado pelo réu, a data dessa turbação ou esbulho (art. 561, CPC). Assim, é pressuposto essencial da possessória o exercício anterior da posse, ou seja, do poder fático sobre a coisa e a existência do esbulho.

No presente caso, percebe-se que a realidade fática não se coaduna com o que foi aduzido na inicial, restando incongruentes as afirmações do autor quanto à posse da autora da herança JANUÁRIA OLIVEIRA FONSECA sobre o imóvel objeto da demanda e sobre o esbulho que alegou sofrer, motivo pelo qual impede a procedência da ação. Nesse sentido se posiciona o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:

Apelação cível. Ação possessória. Reintegração. Requisitos não preenchidos. Recurso desprovido. A não comprovação da posse e do esbulho, requisitos essenciais da ação de reintegração de posse, impedem a procedência do pedido. (TJRO, Apelação Cível - 0017209-05.2014.822.0001, Rel. Des. Isaias Fonseca Moraes, 2ª Câmara Cível, julgado em 19/03/2019.) (Grifei).

Apesar das oportunidades lhe foram dadas, a parte autora não logrou êxito em produzir provas que respaldassem suas alegações, não tendo, portanto, se desincumbido de seu ônus probatório (Código de Processo Civil, art. 373).

Dessa forma, não demonstrados os requisitos exigidos pelo art. 561 do Código de Processo Civil, a improcedência da demanda é medida que se impõe.

Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a solução do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.

No mesmo sentido:

"O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).

O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.

III - DISPOSITIVO

Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e, por conseguinte, condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa atualizado, nos termos do artigo 85, §2°, do CPC, observadas as circunstâncias da gratuidade judiciária.

Declaro extinto o feito, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.

Havendo apelação antes do trânsito em julgado e antes de iniciado eventual pedido de cumprimento da sentença, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, artigo 1.010, § 1º).

Com as contrarrazões ou certificado o decurso do prazo sem a respectiva apresentação, remetam-se os autos à instância superior para juízo de admissibilidade e eventual julgamento do recurso (CPC, artigo 1.010, § 3º).
P.R.I. Com o trânsito em julgado desta sentença ou do eventual acórdão que a confirme e após intimadas as partes e nada sendo requerido, arquive-se.
Sentença encaminhada automaticamente para publicação no DJe.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br
PROCESSO Nº 7003114-98.2021.8.22.0001
CLASSE: Reintegração / Manutenção de Posse
REQUERENTE: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERENTE: DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE, OAB nº AM697, RODRIGO LELIS RIBEIRO LEITE, OAB nº MG150292, ENERGISA RONDÔNIA
REQUERIDOS: THIAGO BORDIGNON OGNIBENE MILANESI, RAFAELLA RAMOS EDUARDO MILANESI
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: JOSE DE ALMEIDA JUNIOR, OAB nº RO1370, CARLOS EDUARDO ROCHA ALMEIDA, OAB nº RO3593
DESPACHO
À CPE: altere-se a classe processual para Procedimento Comum Cível e o assunto para Servidão.
INTIME-SE o perito nomeado nos autos para que, no prazo de 5 dias, informe a possibilidade de dar continuidade aos trabalhos periciais somente com os documentos apresentados pelos requeridos, considerando o teor da petição apresentada pela parte autora no ID 92670861.
Caso o perito manifeste pela impossibilidade de concluir os trabalhos, INTIME-SE novamente a requerente para apresentar os documentos solicitados pelo perito, no prazo improrrogável de 15 dias.
Apresentados os documentos, intime-se o expert para conhecimento e providências necessárias.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 .
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7005985-33.2023.8.22.0001
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
Advogado do(a) AUTOR: QUEILA JORGE TURBAY - RO9793
REU: GIOVANNI LUIZ MACHADO
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados, consoante ID nº 93388522 e seguintes.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh6civelgab@tjro.jus.br 7004197-57.2018.8.22.0001
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES, OAB nº RO4594, MICHELE DE SANTANA, OAB nº RO9308
EXECUTADO: ISRAEL ALVES VIANA
Decisão
1. Em consulta ao sistema PREVJUD/INSS, obtendo resposta positiva, conforme resultado do CNIS a frente.
2. Promova o exequente o regular andamento do feito, requerendo o que de direito no prazo de 5 dias, sob pena de suspensão/ arquivamento, com fulcro no art. 921, II do CPC.
3. Decorrido o referido prazo e quedando-se a parte silente, desde já, suspendo o processo por 1 ano, período em que ficará suspenso o decurso do prazo prescricional.
4. Fica o exequente desde já intimada de que decorrido o prazo da suspensão, caso se mantenha inerte, terá início o decurso do prazo da prescrição intercorrente (art. 921, § 4º, do CPC).
5. Não há óbice para que o feito, a partir da suspensão, seja arquivado, pois prejuízo algum trará à parte exequente, que a qualquer momento poderá requerer o desarquivamento e prosseguimento da execução à vista de localização de bens penhoráveis em nome da parte executada (art. 921, §3º do CPC).
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Jordana Maria Mathias dos Reis
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7026356-23.2020.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
Advogados do(a) REQUERENTE: CAMILA BEZERRA BATISTA - RO7212, CAMILA GONCALVES MONTEIRO - RO8348, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO - RO796, JUCIMARA DE SOUZA CAMPOS - RO10319, SAMIR RASLAN CARAGEORGE - RO9301
REQUERIDO: HIGOR MARCELO RAINHO
INTIMAÇÃO Fica a parte exequente, por meio de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada para informar dados bancários para expedição de ofício de transferência ou informar se deseja expedição de alvará tradicional.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7031083-88.2021.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PO
Advogado do(a) REQUERENTE: FRANCIELE DE OLIVEIRA ALMEIDA - RO9541
REPRESENTADO: HELLEN CRISTINA FERREIRA DOS SANTOS FLORENCIO MESQUITA
Advogado do(a) REPRESENTADO: RENAN NASCIMENTO SOUSA - RO11393
INTIMAÇÃO AUTOR/EXEQUENTE - DEPÓSITO JUDICIAL Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu patrono, a manifestar-se no prazo de 05 dias sobre o Depósito Judicial comprovado nos autos. Em igual prazo deve informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que entender de direito, sob pena de presunção de aceitação tácita quanto aos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação. Caso, opte por transferência bancária deverá informar os dados bancários, os quais devem estar de acordo com a procuração nos autos.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7080683-44.2022.8.22.0001
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA
Advogado do(a) AUTOR: MARCIO MELO NOGUEIRA - RO2827
REU: EMPORIO ORIENTAL COMERCIO DE ALMENTOS LTDA
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 15 (quinze dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 6ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh6civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 6civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7027911-51.2015.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831
EXECUTADO: JULIANO MARQUES DA SILVA
INTIMAÇÃO
Fica a parte exequente, por meio de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada para informar dados bancários para expedição de ofício de transferência ou informar se deseja expedição de alvará tradicional.

7ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7000957-26.2019.8.22.0001
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: NOROESTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SHELDON ROMAIN SILVA DA CRUZ, OAB nº RO4432
EXECUTADOS: NOVA CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM EIRELI - ME, EIBOM TERRAPLENAGEM E COMERCIO LTDA - ME, CRUZ SERVICOS DE TERRAPLENAGEM E COMERCIO LTDA - ME
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: MURYLLO FERRI BASTOS, OAB nº RO7712, PATRICK DE SOUZA CORREA, OAB nº RO9121
Valor da causa: R$ 27.791,15
DESPACHO
Arquive-se.
Aguarde-se o decurso do prazo da prescrição intercorrente no arquivo, nos termos do §4º do art. 921 do CPC.
A parte exequente poderá requerer o desarquivamento a qualquer momento, sem nenhum ônus.
Decorrido esse prazo, in albis, ou após diligências infrutíferas, independentemente de nova intimação na forma do disposto no §5º do art. 921 do CPC, fica extinta a execução, na forma do disposto no art. 924, inciso V, c.c. o art. 925, ambos do CPC, sem ônus para as partes.
Intime-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7004331-21.2017.8.22.0001
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: PV EMPRESA DE FOMENTO MERCANTIL LTDA - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PAULINO PALMERIO QUEIROZ, OAB nº RO69684
EXECUTADOS: SOLUCOES FARMA CENTRO DE DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, LAURO ROBERTO MATOS DA SILVA, VALDECI CAVALCANTE MACHADO, ROBSON CORDEIRO DOS SANTOS
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 35.975,37
Despacho
A parte exequente pleiteou doze diligências, mas recolheu custas para apenas nove.
DEFIRO o bloqueio de valores por meio do SISBAJUD, conforme comprovante em anexo.
O bloqueio de valores foi infrutífero, não possibilitando a realização de sequestro.
Defiro, por fim, o bloqueio judicial por meio do sistema RENAJUD.
Com fundamento no art. 7º-A do Decreto-Lei n. 911/1969, não é possível a restrição do veículo encontrado por constar gravame de alienação fiduciária. A propriedade pertence ao credor fiduciário.
Além disso, os outros dois veículos constam a informação de roubo.
Segue o comprovante da solicitação.
Promova a parte exequente, em 10 (dez) dias, o andamento do feito para requerer o que entender de direito, sob pena de suspensão e arquivamento.
Decorrido o prazo, se nada for requerido, venha concluso o processo para suspensão na pasta “Despacho Urgente”.
Intime-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 0011680-05.2014.8.22.0001
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: ISMAEL BISPO DA SILVA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GREYCIANE BRAZ BARROSO, OAB nº RO5928
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 10.000,00
Data da distribuição: 06/06/2014

Despacho
Em atenção ao despacho inserido no ID n. 51445496:
Com a apresentação da carta de concessão de benefício previdenciário e da memória de cálculos, tornem o processo à contadoria judicial.
Cumpra-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7000154-72.2021.8.22.0001
Monitória
AUTOR: BANCO DO BRASIL
ADVOGADO DO AUTOR: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES, OAB nº RN5553
REU: ROSILDO COSTA LOPES
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 17.792,59
Data da distribuição: 05/01/2021
DESPACHO
A parte autora solicitou a realização de pesquisa em diversos sistemas vinculados ao Poder Judiciário, todavia, efetuou o recolhimento de custas em valor suficiente para a realização de tão somente 01 (uma) diligência. Diante dessa situação, DEFIRO a realização de pesquisa de endereço da parte demandada apenas por meio do sistema SIEL.
As informações encontram-se anexas a este despacho.
Caso a parte interessada pretenda que outras pesquisas sejam concretizadas, deverá efetuar o recolhimento das respectivas custas, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016 (Lei de Custas Judiciais).
Promova a parte autora, em 15 (quinze) dias, a citação da parte requerida, sob pena de indeferimento da petição inicial.
Decorrido o prazo, se nada for requerido, venha concluso para extinção.
Porto Velho, 14 de julho de 2023
Renan Kirihata
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7004936-30.2018.8.22.0001
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI, OAB nº RO4937, Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, BRADESCO
EXECUTADO: CLEIVAN MARCOS MORAES DO AMARAL
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 43.760,14
DESPACHO
Arquive-se.
Aguarde-se o decurso do prazo da prescrição intercorrente no arquivo, nos termos do §4º do art. 921 do CPC.
A parte exequente poderá requerer o desarquivamento a qualquer momento, sem nenhum ônus.
Decorrido esse prazo, in albis, ou após diligências infrutíferas, independentemente de nova intimação na forma do disposto no §5º do art. 921 do CPC, fica extinta a execução, na forma do disposto no art. 924, inciso V, c.c. o art. 925, ambos do CPC, sem ônus para as partes.
Intime-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7013099-04.2015.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: LUCIDIO ALVES FERREIRA
ADVOGADOS DO AUTOR: NAJILA PEREIRA DE ASSUNCAO, OAB nº RO5787, MARIA CLARA DO CARMO GOES, OAB nº RO198B

REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 25.115,85
Data da distribuição: 25/09/2015
DECISÃO
Promova-se a mudança de classe processual para cumprimento de sentença. Promova-se a mudança de classe processual para cumprimento de sentença.
Ante a inércia da exequente, arquive-se.
Aguarde-se o decurso do prazo da prescrição intercorrente no arquivo, nos moldes do §4º do art. 921 do CPC.
A parte exequente poderá requerer o desarquivamento a qualquer momento, sem nenhum ônus.
Decorrido o prazo, in albis, ou após diligências infrutíferas, independentemente de nova intimação na forma do disposto no §5º do art. 921 do CPC, fica extinta a execução, na forma do disposto no art. 924, inciso V, c.c. o art. 925, ambos do CPC, sem ônus para as partes.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7013170-64.2019.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: LAZARO PONTES RODRIGUES, OAB nº BA39590
REU: JOAO VICTOR SANCHEZ PINHEIRO ALVES
ADVOGADO DO REU: GREYCIANE BRAZ BARROSO, OAB nº RO5928
Valor da Causa: R$ 7.375,69
Data da distribuição: 09/04/2019
DESPACHO
Promova-se a mudança de classe processual para cumprimento de sentença.
Intime-se a parte exequente para, em 10 (dez) dias, apresentar seus dados bancários (número do banco, conta, agência e CPF/CNPJ do titular) para fins de expedição de alvará.
Nos termos do art. 523 do CPC, fica a parte executada intimada para pagar voluntariamente o débito indicado no processo (ID n. 92913709 e 92913710), em 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e os honorários advocatícios fixados na sentença, ficando ainda sujeito a atos de expropriação (§3º do art. 523 do CPC).
A intimação se dará pelo Diário da Justiça, nos termos do inciso I do §2º do art. 513 do CPC.
Fica a parte executada ciente de que, com o transcurso do prazo para pagamento voluntário, nos termos do art. 525 do CPC, independente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, apresentar impugnação ao cumprimento de sentença.
Havendo impugnação, intime-se a parte exequente para, em 15 (quinze) dias, se manifestar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença e após, decorrido o prazo, venha concluso o processo para decisão.
Não havendo impugnação, intime-se a parte exequente para, em 5 (cinco) dias, atualizar o débito e requerer o que entender de direito para o prosseguimento do cumprimento de sentença, sob pena de extinção. Em caso de requerimento de pesquisa junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, desde logo, deverá apresentar o comprovante de pagamento das custas referentes à diligência pretendida, na forma do art. 17 da Lei n. 3.896/2016 (Regimento de custas do Estado de Rondônia), sob pena de indeferimento.
Em caso de pagamento, intime-se a parte exequente, por meio do seu advogado, para, em 5 (cinco) dias, informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que entender de direito, sob pena de presunção de aceitação tácita quanto aos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
Intime-se.
CÓPIA DESTE SERVE COMO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7019321-41.2022.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: UNIRON
ADVOGADOS DO AUTOR: ALINE NOVAIS CONRADO DOS SANTOS, OAB nº SP415428, Uniron
REU: LUCIANO DUARTE
ADVOGADO DO REU: LUCIANO DUARTE, OAB nº RO9953
Valor da Causa: R$ 5.908,44
Data da distribuição: 21/03/2022

Despacho
Para saneamento do processo, com a delimitação dos pontos controvertidos e definição das provas a serem produzidas, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma pormenorizada e justificada, em 10 (dez) dias, sob pena de julgamento conforme o estado do processo.
Atentem as partes que, se não for justificada a necessidade de produção da prova especificada, o processo será julgado no estado em que se encontra, indeferindo-se a prova eventualmente indicada.
Intimem-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7022144-90.2019.8.22.0001
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: CNF - ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS NACIONAL LTDA.
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JEFERSON ALEX SALVIATO, OAB nº SP236655, ANDRE LUIS FEDELI, OAB nº BA69056, Procuradoria da Rodobens
EXECUTADOS: VINICIUS BERLANGE OLIVEIRA DE CARVALHO HENRIQUES, PROTECAO NORTE - EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDUSTRIAL LTDA - ME
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 34.899,30
DESPACHO
Arquive-se.
Aguarde-se o decurso do prazo da prescrição intercorrente no arquivo, nos termos do §4º do art. 921 do CPC.
A parte exequente poderá requerer o desarquivamento a qualquer momento, sem nenhum ônus.
Decorrido esse prazo, in albis, ou após diligências infrutíferas, independentemente de nova intimação na forma do disposto no §5º do art. 921 do CPC, fica extinta a execução, na forma do disposto no art. 924, inciso V, c.c. o art. 925, ambos do CPC, sem ônus para as partes.
Intime-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7022647-72.2023.8.22.0001
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO VOLKSWAGEN S.A.
ADVOGADOS DO AUTOR: FLAVIO NEVES COSTA, OAB nº DF28317, PROCURADORIA DA VOLKSWAGEN
REU: DANIEL RODRIGUES NUNES
ADVOGADO DO REU: MARCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO, OAB nº RO10830
Valor da Causa: R$ 3.027,61
Data da distribuição: 13/04/2023
SENTENÇA
BANCO VOLKSWAGEN S.A. ajuizou ação de busca e apreensão contra DANIEL RODRIGUES NUNES, ambos qualificados no processo, pretendendo a busca e apreensão do veículo "VEÍCULO MARCA VOLKSWAGEN, MODELO GOL 1.0 12V, CHASSI 9BWAG45U9MT040199, PLACA QTE8D28, RENAVAM 01237641451, COR BRANCO, ANO 2020/2021, movido à BIOCOMBUSTÍVEL .
Alega a parte autora que, em 23/11/2022 as partes renegociaram contrato de alienação fiduciária, comprometendo-se a parte requerida a pagar o valor em 23 parcelas de R$1.445,44. Sustenta, entretanto, que a parte requerida deixou de pagar as prestações a partir de 11/04/2023. Informou que o débito atual é de R$ 30.490,97. Requer a busca e apreensão liminar e, no caso da parte requerida não pagar a totalidade do débito com os consectários legais, que se consolide a sua posse e propriedade plena e exclusiva do bem.
Assim, nos moldes do Decreto-lei n.º 911/69, postulou pela busca e apreensão do bem alienado, em caráter liminar, com seu depósito em favor da instituição financeira requerente, para que depois de ultrapassado o prazo de purgação da mora, seja consolidado em seu favor o domínio e posse plenos e exclusivos do bem, confirmando-o em sentença, com a condenação da parte requerida nas cominações de estilo. A inicial veio instruída de documentos.
A liminar foi deferida e fora devidamente cumprida (ID 89994018 e 90247070).
O requerido apresentou contestação (ID 90384411) alegando que todas as vezes que solicitava o boleto de pagamento, o autor enviava os boletos errados e falhava em dar informações corretas e precisas quanto à solução dos problemas, não tendo prestado a assistência integral ao Requerido, no que lhe obrigava a relação de consumo. Aduz que o débito foi renegociado, contrato este que a parte autora omitiu-se de apresentar na inicial. Informa que realizou vários contatos anteriores, para que fossem impressos os boletos para pagamento das parcelas, estando ou não atrasadas, sendo até mesmo enviados para endereços eletrônicos errados, dos quais não eram, de fato, pertencentes ao requerido. Alegou que em nenhum momento foi notificado da busca e apreensão do veículo, requereu a improcedência da ação e a restituição do veículo.

Apresentada impugnação o autor sustenta que apresentou o Contrato Originário 45119375, que foi renegociado através do Contrato 48668701. Que o requerido afirma não ter recebido os boletos pertinentes à Renegociação objeto da ação, porém, realizou o pagamento das duas primeiras parcelas normalmente. Que tentou por inúmeras vezes contato com o requerido, que só foi responder após a busca e apreensão do veículo. Por estes fundamentos requer a procedência dos pedidos.
Intimados a apresentarem provas, o autor requereu o julgamento dos autos e o requerido pugnou a concessão da justiça gratuita, a comprovação da legalidade da busca e apreensão e restituição do veículo e danos morais.
Vieram-me os autos conclusos.
É, em essência, o relatório. FUNDAMENTO e DECIDO.
Trata-se de ação de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente em que o devedor, ora Requerido, deixou de pagar as parcelas.
Do Julgamento Antecipado
Julgo antecipadamente a lide, nos termos do artigo 355, I, do CPC, eis que é matéria estritamente de direito e não fere o direito do autor.
A petição inicial preenche adequadamente os requisitos dos artigos 319 e 320, do Código de Processo Civil, e os documentos utilizados para instruí-la são suficientes para amparar os fatos narrados e o pedido realizado.
As partes são legítimas e estão bem representadas. Outrossim, o interesse de agir restou comprovado, sendo a tutela jurisdicional necessária e a via escolhida adequada.
Assim, presentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válidos do processo, inexistindo questões preliminares, procedo, doravante, ao exame do mérito.
A alienação fiduciária é uma modalidade contratual em que o comprador transfere a propriedade do bem como garantia do financiamento, contudo, essa transferência tem apenas caráter fiduciário.
Assim, quem está concedendo o financiamento, fica apenas com a propriedade fiduciária e com a posse indireta, permanecendo o devedor como possuidor direto da coisa, até completar o pagamento da última prestação. Se o devedor não cumpre com sua obrigação de pagar o financiamento, a propriedade é consolidada no patrimônio do credor e este, pode promover a venda do bem, ficando autorizado a se apropriar do valor correspondente ao seu crédito.
O contrato firmado entre os litigantes, sob o n° 45119375 e 48668701, é crédito bancário com garantia do veículo acima descrito, como se verifica no documento de ID 89398909.
Nesse contrato, está nítido que as partes pactuaram, que em caso de atraso de pagamentos, incorrerá em multa, juros e retomada do bem, no item 5.0 e 5.1 (ID 89398909).
Desse modo, resta evidente que a simples inadimplência ocorrida, já gera o direito de cobrança das parcelas vincendas e, via de consequência, a busca e apreensão do objeto do contrato, como ocorreu no caso em apreço.
A jurisprudência do nosso Tribunal de Justiça assim asseverou:
Ação de busca e apreensão. Alienação fiduciária. Rescisão contratual. A efetivação de busca e apreensão acarreta, como consequência lógica, a rescisão contratual, em razão da consolidação da posse e do domínio em favor do credor fiduciário em face do inadimplemento do devedor. (APELAÇÃO 702338-41.2016.822.0001. Rel. Kiyochi Mori, T?RO: 2ª Câmara Cível, julgado em 11/10/2017).
Busca e apreensão. Alienação fiduciária. Teoria do adimplemento substancial. Inaplicabilidade. Entendimento do STJ. Ação procedente. Nos contratos de alienação fiduciária com veículo como garantia, segundo entendimento jurisprudencial firmado no STJ, é inaplicável a teoria do adimplemento substancial, devendo ser julgada procedente a ação de busca e apreensão quando não há o pagamento integral do débito após a execução da liminar.(Apelação 0024182-73.2014.822.0001, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Cível, julgado em 30/11/2017. Publicado no Diário Oficial em 11/12/2017.)
Ao teor do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, para consolidar a posse em favor da parte autora, resolvendo o feito nos termos do art. 487, I, CPC.
Faculto ao autor à venda do bem, na forma do artigo 2º do Decreto-Lei 911/69.
Oficie-se ao DETRAN/RO comunicando que o autor está autorizado a proceder a transferência do bem a terceiros.
Custas na forma da lei. Em caso de não pagamento após o decurso do prazo da intimação, inscreva-se eletronicamente em dívida ativa.
Após o trânsito em julgado, caso haja requerimento, fica desde já autorizada a CPE, intimar a parte sucumbente, por intermédio de seu patrono ou pessoalmente, a efetuar o pagamento da condenação, devidamente atualizada, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 523 e parágrafos do CPC, pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.
Havendo depósito judicial, defiro o levantamento dos valores através de alvará a favor do credor ou transferência bancária, se o caso.
Sentença publicada e registrada automaticamente.
SIRVA O PRESENTE COMO MANDADO/ALVARÁ JUDICIAL/OFÍCIO.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7026006-30.2023.8.22.0001
Interdito Proibitório
REQUERENTE: JOSE AMARAL BARBOZA
ADVOGADO DO REQUERENTE: TIAGO LACHESKI SILVEIRA DE OLIVEIRA, OAB nº PR102510
REQUERIDO: TIM
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 100.000,00
Data da distribuição: 26/04/2023

DECISÃO
Recebo a emenda de ID n.93234950.
Retifique o polo passivo para constar: RODEZIO LOURENÇO DE OLIVEIRA, vulgo TIM, inscrito no CPF de n° 862.751.432-15 e no RG° 1121755 SSP RO, telefone (69)99363-2317.
Trata-se de ação de interdito proibitório em que o autor pretende a expedição de mandado proibitório com pedido liminar em face de RODEZIO LOURENÇO DE OLIVEIRA, "vulgo TIM", para que se assegure na posse do imóvel rural situado na linha BA-16, lote 04, Setor 141, Gleba do Rio Preto (oficialmente Gleba Jacundá), localizado na região de Porto Velho/RO. Assevera que em 03/03/2021 adquiriu o referido imóvel conforme contrato de compromisso de compra e venda de direito de posse de imóvel rural. Aduziu que em janeiro de 2022, quase um ano após ter adquirido a posse do imóvel, ao retornar de uma viagem, o Autor se deparou sua residência queimada, fruto de incêndio criminoso provocado por terceiros, não apenas a sua residência, mas a de todos os posseiros da região sofreram igual destino, desde então passaram a receber ligações de "TIM" que alega ser o verdadeiro proprietário. Narra que recentemente entre os meses de fevereiro e março o autor passou a receber ligações, com maior frequência, de "TIM" em tons cada vez mais ameaçadores, relata que possui receio de que as ameaças a ele dirigidas sejam concretizadas. Requer a concessão de liminar para que o requerido e qualquer pessoa a sua ordem se abstenha de praticar esbulho ou turbação. Postulou ao final a procedência do pedido. Apresentaram documentos.
É a síntese necessária.
Passo à análise do pedido liminar.
O art. 567 do Código de Processo Civil - CPC dispõe que o possuidor direto ou indireto que tenha justo receio de ser molestado na posse poderá requerer ao juiz que o segure da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório em que se comine ao réu determinada pena pecuniária caso transgrida o preceito.
Além disso, o art. 568 estabelece que aplica-se ao interdito proibitório o disposto na Seção II deste Capítulo, ou seja, os dispositivos relacionados à manutenção e reintegração da posse.
Nos termos do art. 561 do CPC, para a concessão da liminar é necessário que a parte autora comprove a sua posse, a turbação ou o esbulho praticado e a sua data, assim como a continuação ou perda da posse.
Observa-se que os requisitos legais para permitir, de plano, a concessão da medida liminar restaram demonstrados.
Os documentos apresentados demonstram que os autores exercem a posse do imóvel indicado na petição inicial, bem como a iminência de turbação ou esbulho.
Presentes os requisitos, a concessão da liminar é a medida necessária.
Nesse sentido:
"Agravo de Instrumento. Ação de interdito proibitório. Tutela provisória de urgência concedida. Pressupostos presentes. Sem demonstração de inconsistências na motivação da decisão agravada. Recurso não provido. Sem a demonstração de inconsistências na motivação, mantém-se a decisão que concedeu a tutela provisória de urgência de interdito proibitório, devidamente fundamentada no preenchimento dos requisitos legais para a medida preventiva." (TJ-RO, 1ª Câmara Cível, Processo nº 0811417-93.2021.822.0000, Rel. Des. Sansão Saldanha, Data de julgamento: 06/04/2022).
Ante ao exposto, DEFIRO a liminar formulada e DETERMINO que RODEZIO LOURENÇO DE OLIVEIRA, vulgo TIM, se abstenha de promover ameaça, turbação ou esbulho, diretamente ou através de terceiros, na área do imóvel situado na linha BA-16, lote 04, Setor 141, Gleba do Rio Preto (oficialmente Gleba Jacundá), localizado na região de Porto Velho/RO, descrito na petição inicial, sob pena de multa no valor de R$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais), sem prejuízos de outras sanções em caso de eventual descumprimento, e aumento da multa.
Expeça-se mandado proibitório.
Designo audiência de conciliação a realizar-se pelo conciliador da CEJUSC.
As audiências serão realizadas por vídeo conferência através de WhatsApp, Meet ou outro aplicativo. A Central promoverá os atos necessários ao agendamento da audiência e intimação das partes.
Intime-se a parte autora por meio de seu advogado (art. 334, 3º, do CPC).
Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer à audiência acima, acompanhada de advogado ou Defensor Público.
Caso necessário, desde já, autorizo a expedição de carta precatória.
Obs. 1: Caso não tenha condições de pagar advogado, poderá procurar a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, situada na Avenida Jorge Teixeira, 1722, Bairro Embratel – CEP n. 76.820-846.
O prazo para oferecimento da contestação é de 15 (quinze) dias, a contar da data da audiência de conciliação, caso frustradas as tentativas de acordo, salvo hipóteses dos incisos II e III do art. 335 do CPC.
Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).
No caso de não comparecimento injustificado à audiência de conciliação, por qualquer das partes, o faltoso estará sujeito à multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, conforme art. 334, §8º do CPC.
Obs. 2: A apresentação de contestação antes da audiência de conciliação não exime a aplicação da multa, caso a parte requerida não compareça à solenidade.
Obs. 3: A petição inicial e documentos que a instruem poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam.
CÓPIA DESTE SERVE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
Dados para cumprimento:
Parte requerida: RODEZIO LOURENÇO DE OLIVEIRA, "vulgo TIM", endereço: Rua Campo Mourão, Bairro Jardim Paraná, n° 2495 no município de Ariquemes - RO, telefone (69) 99363-2317.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7028771-08.2022.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADOS DO AUTOR: IHGOR JEAN REGO, OAB nº PR8546, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
REU: VANDETE FERREIRA DE ASEVEDO SALES
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 2.787,28
Data da distribuição: 27/04/2022
DESPACHO
Defiro a realização de pesquisa de endereço da parte demandada por meio dos sistemas INFOJUD e SISBAJUD.
As informações encontram-se anexas a este despacho.
Promova a parte autora, em 15 (quinze) dias, a citação da parte requerida, sob pena de indeferimento da petição inicial.
Decorrido o prazo, se nada for requerido, venha concluso para extinção.
Porto Velho, 14 de julho de 2023
Renan Kirihata
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7039090-98.2023.8.22.0001
Monitória
AUTOR: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADOS DO AUTOR: MARILIA NUNES MACIEL DA SILVA, OAB nº RO9073, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
REU: GILBERTO CARVALHO DE CASTRO JUNIOR
Valor da causa: R$ 9.665,91
Distribuição: 22/06/2023
Despacho
Observe a parte autora que o pedido de diferimento de custas iniciais foi indeferido. Dessa forma, não se conformando com tal decisão, deverá buscar a via adequada para reversão da decisão judicial. A decisão foi clara, não havendo obscuridade, contradição, omissão ou erro material, de forma que não é adequada a via dos embargos de declaração. Posto isso, REJEITO os embargos de declaração, mantendo em todos os seus termos, e por seus próprios fundamentos, a decisão guerreada..
Por outro lado, nota-se que é prejudicial que o feito fique suspenso aguardando a decisão do IRDR instaurado perante o Tribunal de Justiça de Rondônia. Dessa forma, oportunize-se à requerente o recolhimento de custas, de forma facultativa.
Nesses termos, apresente a parte autora comprovante de recolhimento das custas iniciais, em 15 (quinze) dias, sob pena de suspensão da petição inicial até o julgamento do IRDR 0809003-88.2022.8.22.0000. Por tratar-se de procedimento especial, que não admite audiência de conciliação no início do processo, as custas devem ser recolhidas no importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa, conforme primeira parte do inciso I do art. 12 da Lei n. 3.896/2016.
Não recolhidas as custas, suspenda-se o processo nos termos da decisão de ID 92427017.
Recolhidas as custas iniciais, cite-se a parte requerida, conforme despacho abaixo:
Considerando que a parte requerente apresentou prova escrita, sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 701 do CPC, DEFIRO a expedição de mandado monitório.
Cite-se a parte requerida a pagar a importância referida na petição inicial mais honorários advocatícios de 5% (cinco por cento), no prazo de 15 (quinze) dias, podendo oferecer embargos por meio de advogado ou defensor público, no mesmo prazo, independente de prévia segurança do juízo.
Havendo o cumprimento do mandado no prazo mencionado, a parte requerida ficará isenta de custas processuais.
Obs. 1: Caso não tenha condições de pagar advogado, poderá procurar a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, situada na Avenida Jorge Teixeira, 1722, Bairro Embratel – CEP n. 76.820-846.
Para o caso de não ocorrer o pronto pagamento e a não apresentação de embargos monitórios, com base no §2º do art. 701 do CPC, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, observando-se no que couber o Título II do Livro I da Parte Especial do CPC.
Havendo apresentação de embargos, no prazo legal, intime-se a parte autora para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre os embargos monitórios. Decorrido o prazo previsto no §5º do art. 702 do CPC, intimem-se as partes para, em 5 (cinco) dias, especificar as provas que pretendem produzir, justificando a sua necessidade. Sendo formulado pedido de provas, venha concluso o processo para decisão. Caso as partes não pretendam a produção de outras provas, venha concluso o processo para julgamento.
Efetuado o depósito, intime-se a parte autora para manifestar-se quanto ao pagamento, em 5 (cinco) dias, sob pena de presunção de concordância em relação aos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
Havendo satisfação da obrigação no prazo concedido, a parte requerida ficará isenta de custas, subsistindo o dever de pagar 5% (cinco por cento) do valor da dívida a título de honorários advocatícios.
Em caso de não cumprimento, fixo os honorários em 10% (dez por cento) do valor da dívida.
Obs. 2: A petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam.
Intimem-se.

CÓPIA DESTE SERVE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO.
Dados para cumprimento:
PARTE REQUERIDA: REU: GILBERTO CARVALHO DE CASTRO JUNIOR, RUA JOSÉ BONIFÁCIO 2158, - DE 2115/2116 AO FIM PEDRINHAS - 76801-534 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7040359-46.2021.8.22.0001
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: JORGE CHEDIAK JUNIOR
ADVOGADO DO EXEQUENTE: THALYTA KARINA CORREIA CHEDIAK, OAB nº RO11011
EXECUTADO: ERICA LIMA RAMOS
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 27.896,55
Data da distribuição: 29/07/2021
Despacho
Defiro o pedido (ID n. 84789564) para a realização de nova diligência.
Cite-se o executado no endereço informado, qual seja na Rua Chirleane, 7141, Igarapé, em uma vila de apartamentos onde reside, ou no local de trabalho Rua Idalva Fraga Moreira, 4282, Tiradentes, Bar Bilis Altas Horas.
Não sendo localizado no endereço supramencionado, intime-se a parte exequente para informar endereço atualizado no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por abandono. Apresentado novo endereço fica desde já deferida a citação, independentemente de retorno dos autos à conclusão.
Sem custas visto que não deu causa a nova tentativa.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7043811-93.2023.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: VANDERSON FERREIRA VIDIGAL
ADVOGADO DO AUTOR: HELENA MARIA BALDUINO DE MORAES, OAB nº SP491157
REU: DM ESTETICA LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 52.670,40
Data da distribuição: 13/07/2023
DESPACHO
A parte autora pleiteia a gratuidade da justiça, todavia, os dados da qualificação apresentada não permitem, por si só, presumir a situação de hipossuficiência econômica e, além disso, não foram apresentados documentos que demonstrem o fato.
Assim, apresente a parte autora, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, documentos que comprovem a sua hipossuficiência (Carteira de trabalho integral, contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, declaração de rendimentos à Receita Federal, Decore – declaração comprobatória de percepção de rendimentos, etc.) ou comprove o recolhimento das custas iniciais no importe de 1% (um por cento), nos termos do inciso I do art. 12 da Lei n. 3.896/2016.
Decorrido o prazo, se nada for apresentando, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça ao autor ficando, desde logo, intimada referida parte para recolher as custas iniciais, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial.
Não recolhidas as custas, venha concluso para extinção.
Apresentados os documentos, venha concluso a pasta “Despacho Emendas”.
Recolhidas as custas, cumpra-se o despacho abaixo.
Designo audiência de conciliação a realizar-se pelo conciliador (CEJUSC).
As audiências serão realizadas por vídeo conferência através de WhatsApp, Meet ou outro aplicativo. A Central promoverá os atos necessários ao agendamento da audiência e intimação das partes.
Intime-se a parte autora por meio de seu advogado (art. 334, 3º, do CPC).
Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer à audiência acima, acompanhada de advogado.
O prazo para oferecimento da contestação é de 15 (quinze) dias, a contar da data da audiência de conciliação, caso frustradas as tentativas de acordo, salvo hipóteses dos incisos II e III do art. 335 do CPC.

Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).
No caso de não comparecimento injustificado à audiência de conciliação, por qualquer das partes, o faltoso estará sujeito à multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, conforme art. 334, §8º do CPC.
Obs. 1: A apresentação de contestação antes da audiência de conciliação não exime a aplicação da multa, caso a parte requerida não compareça à solenidade.
Obs. 2: A petição inicial e documentos que a instruem poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam.
Nos termos do §1º do art. 246 do CPC, as empresas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações.
Considerando que a parte requerida não está cadastrada no sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe), nos termos do §2º do art. 1º da Lei Estadual n. 4.912/2020, deve arcar com as despesas necessárias à sua citação, a ser recolhido mediante boleto bancário, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa.
Desta forma expeça-se o boleto necessário ao pagamento da diligência e, com o instrumento de citação, encaminhe-se à parte requerida, para pagamento em 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa.
CÓPIA DESTE SERVE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO.
Dados para cumprimento:
PARTE REQUERIDA: REU: DM ESTETICA LTDA, PREFEITO CHIQUILITO ERSE 3288, SALA 263 ANDAR 2 PISO FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-408 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho 15 de julho de 2023
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7043814-48.2023.8.22.0001
Monitória
AUTOR: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO, OAB nº RO3831
REU: LETICIA VERONICA MARQUES DA CRUZ
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 10.747,91
Data da distribuição: 13/07/2023
Despacho
Apresente a parte autora comprovante de recolhimento das custas iniciais, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. Por tratar-se de procedimento especial, que não admite audiência de conciliação no início do processo, as custas devem ser recolhidas no importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa, conforme primeira parte do inciso I do art. 12 da Lei n. 3.896/2016.
Não recolhidas as custas, venha o processo concluso para extinção.
Recolhidas as custas iniciais, cite-se a parte requerida, conforme despacho abaixo:
Considerando que a parte requerente apresentou prova escrita, sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 701 do CPC, DEFIRO a expedição de mandado monitório.
Cite-se a parte requerida a pagar a importância referida na petição inicial mais honorários advocatícios de 5% (cinco por cento), no prazo de 15 (quinze) dias, podendo oferecer embargos por meio de advogado ou defensor público, no mesmo prazo, independente de prévia segurança do juízo.
Havendo o cumprimento do mandado no prazo mencionado, a parte requerida ficará isenta de custas processuais.
Para o caso de não ocorrer o pronto pagamento e a não apresentação de embargos monitórios, com base no §2º do art. 701 do CPC, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, observando-se no que couber o Título II do Livro I da Parte Especial do CPC.
Havendo apresentação de embargos, no prazo legal, intime-se a parte autora para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre os embargos monitórios. Decorrido o prazo previsto no §5º do art. 702 do CPC, intimem-se as partes para, em 5 (cinco) dias, especificar as provas que pretendem produzir, justificando a sua necessidade. Sendo formulado pedido de provas, venha concluso o processo para decisão. Caso as partes não pretendam a produção de outras provas, venha concluso o processo para julgamento.
Efetuado o depósito, intime-se a parte autora para manifestar-se quanto ao pagamento, em 5 (cinco) dias, sob pena de presunção de concordância em relação aos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
Havendo satisfação da obrigação no prazo concedido, a parte requerida ficará isenta de custas, subsistindo o dever de pagar 5% (cinco por cento) do valor da dívida a título de honorários advocatícios.
Em caso de não cumprimento, fixo os honorários em 10% (dez por cento) do valor da dívida.
Obs. 2: A petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam.
Intimem-se.
CÓPIA DESTE SERVE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO.
Dados para cumprimento:
Parte requerida: Letícia Verônica Marques da Cruz
Endereço: Rua Zona Franca (Conjunto Chagas Neto), n. 2135, Conceição, CEP n. 76808-282, Porto Velho/RO.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7043959-12.2020.8.22.0001
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADOS DO AUTOR: HUDSON JOSE RIBEIRO, OAB nº SP150060, WELSON GASPARINI JUNIOR, OAB nº SP116196
REU: JOSE FRANCISCO PINHEIRO CAVALCANTE
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 65.869,61
Data da distribuição: 16/11/2020
DECISÃO
I – RELATÓRIO
BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, qualificado no processo, apresentou embargos de declaração contra a sentença de ID n. 91160107, alegando que a referida decisão contém equívoco, pois houve declaração de rescisão do contrato, porém não fez parte do pedido inicial. Requereu, por isso, seja suprida o referido erro para reanálise da decisão proferida.
Intimada, a Defensoria Pública de Rondônia, como curadora, apresentou manifestação pela ausência de qualquer tese defensiva (ID n. 92968184).
É a síntese necessária.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Os embargos declaratórios ofertados são claramente procedentes.
Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na decisão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.
No presente caso, há a ocorrência de erro material, pois foi declarada a rescisão do contrato celebrado entre as partes (ID n. 51686113 - p. 1/2), todavia, sem constar no pedido.
O equívoco cometido é evidente e deve ser corrigido, eis que configura sentença extra petita.
Assim, na forma do art. 494, inciso I do Código de Processo Civil, reconheço a ocorrência de erro material na sentença de ID n. 91160107.
Note-se que o erro material, como ocorre no presente caso concreto, pode ser corrigido a qualquer tempo, de ofício ou a requerimento das partes, sem que haja qualquer ofensa ao julgado.
III – CONCLUSÃO
Ante o exposto, ACOLHO os embargos de declaração apresentados por BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, e assim com fundamento no dispositivo legal supremencionado, RETIFICO a sentença proferida no ID n. 91160107, para que no dispositivo conste o seguinte:
Onde se lê:
“Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado por BV FINANCEIRA S/A contra JOSÉ FRANCISCO PINHEIRO CAVALCANTE, ambas as partes qualificadas no processo, em consequência, DECLARO rescindido o contrato celebrado entre as partes (ID n. 51686113 – Pág. 1/2), e CONSOLIDO nas mãos da parte requerente a posse plena e exclusiva do bem descrito e caracterizado na petição inicial (veículo HYUNDAI, modelo HB20S COMFORT PLUS placa n QTA5644, chassi n 9BHBG41CAKP067743), cuja apreensão liminar torno definitiva. Faculto a venda do bem pela parte requerente, na forma do §4º do art. 1º do Decreto-Lei n. 911/1969.”
Leia-se:
“Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado por BV FINANCEIRA S/A contra JOSÉ FRANCISCO PINHEIRO CAVALCANTE, ambas as partes qualificadas no processo, em consequência, CONSOLIDO nas mãos da parte requerente a posse plena e exclusiva do bem descrito e caracterizado na petição inicial (veículo HYUNDAI, modelo HB20S COMFORT PLUS placa n QTA5644, chassi n 9BHBG41CAKP067743), cuja apreensão liminar torno definitiva. Faculto a venda do bem pela parte requerente, na forma do §4º do art. 1º do Decreto-Lei n. 911/1969.”
Mantenho os demais termos da sentença.
Sem custas e sem honorários.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7065330-61.2022.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: BENICIO MASSERA RAUEN
ADVOGADOS DO AUTOR: RENATA FABRIS PINTO, OAB nº RO3126, FELIPE GURJAO SILVEIRA, OAB nº RO5320
REU: TAM LINHAS AÉREAS S/A
ADVOGADOS DO REU: CELSO ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO JUNIOR, OAB nº PA18736, FABIO RIVELLI, OAB nº BA34908, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
Valor da Causa: R$ 0,00
Data da distribuição: 31/08/2022

SENTENÇA
I- RELATORIO
BENÍCIO MASSERA RAUEN, representado por sua genitora JULIANA MARIA MASSERA, ajuizou ação de reparação de danos morais contra TAM LINHAS AEREAS S/A, todos qualificados no processo, alegando que foi adquirida uma passagem de ida com destino a Navegantes/SC, com saída de Porto Velho/RO na data de 25/12/2021 as 12h55min e chegada em seu destino final as 23h45min do mesmo dia, fazendo uma conexão em Brasília/DF. Todavia, afirma que foi surpreendido com o cancelamento de seu voo de ida, sendo remarcado para as 18h30min do mesmo dia, desta vez fazendo duas conexões sendo a primeira em Brasília/DF e a segunda em Congonhas/SP. Alega ainda que ao fazer a conexão em Brasília/DF, tiveram que pernoitar, embarcando no voo somente as 21h55min do dia 26/12/21, chegando em seu destino final as 23h do dia 26/12/21, tendo um atraso de 24 horas em sua chegada. Discorre sobre a relação de consumo entre as partes e sobre os danos morais sofridos, gerando transtornos, deixando o autor irritadiço e choroso. Aduz que todo o transtorno causou angústias e sofrimentos que devem ser indenizáveis. Menciona sobre a inversão do ônus da prova. Dessa forma, pleiteia que seja a requerida condenada ao pagamento de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a título de indenização por danos morais.
Recebida a petição inicial, foi determinada a designação de audiência de conciliação e citação da requerida (ID n. 83323239).
Realizada a audiência de conciliação, as partes compareceram, a tentativa de acordo restou infrutífera (ID n. 84872387).
Regularmente citada, a requerida apresentou contestação (ID n. 85305180). Defende a prevalência do código brasileiro de aeronáutica em detrimento do código de defesa do consumidor. Aduz que o atraso de voo aconteceu por motivos operacionais/manutenção na aeronave. Ainda relata haver ausência de pressupostos à caracterização da responsabilidade civil por danos morais, defende a impossibilidade de inversão do ônus da prova. Requer a improcedência da ação.
Réplica apresentada (ID n. 87270224)
Oportunizada a especificação de provas, as partes declararam não terem outra provas a serem produzidas (ID's n. 91118015 e 91733556).
II - FUNDAMENTAÇÃO
PRELIMINARMENTE:
1. DA CONEXÃO EXISTENTE ENTRE AS AÇÕES
A parte requerida alega haver conexão entre os processos 7065330-61.2022.8.22.0001 e 7065032-69.2022.8.22.0001.
Não há que se falar em conexão, pois em casos de dano morais, cada ofendido, pode pleitear seu direito individualmente ou conjuntamente. Tendo em vista que o dano moral tem caráter personalíssimo. Rejeito a preliminar arguida pela parte requerida.
MÉRITO
Trata-se de pretensão indenizatória ajuizada pela parte autora visando a condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos morais, em razão de mudança do voo de ida, fato não negado pela requerida, restando incontroverso que a parte autora chegou ao seu destino final com 24 horas de atraso.
A questão deve ser examinada efetivamente à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, vez que a demandada é fornecedora de produtos (passagens aéreas) e prestadora de serviços (administração de venda de passagens aéreas, transporte aéreo, informes promocionais) e, como tal, deve responder por suas ações à luz do CDC, não se aplicando o Código Brasileiro de Aeronáutica, conforme entendimento da jurisprudência pátria.
Logo, estando diante de uma relação de consumo, em que a responsabilidade do fornecedor de serviços é de natureza objetiva.
A parte requerida, por sua vez, não desconsiderou a narrativa da autora no tocante ao cancelamento do voo de ida. Nesse sentido, há que se consignar que restaram incontroversos o cancelamento alegado pela parte autora.
Ainda, não justifica o motivo da alteração da malha aérea, apenas alega que a alteração da malha aérea ocorreu devido a necessidade de manutenção não programada na aeronave, tal alegação não exclui sua responsabilidade.
Diante de tal quadro, a questão a ser dirimida no processo é verificar se, em decorrência do mencionado atraso/cancelamento, decorreu dano moral indenizável.
A análise do processo conduz à improcedência do pedido inicial.
A fundamentação da parte requerente, constante na petição inicial, quanto à ocorrência do dano moral, baseia-se única e exclusivamente no atraso alegado, concluindo ela que seria este um dano puro e presumido e, portanto, desnecessária a sua demonstração.
É verdade que atrasos nas saídas de voos podem causar transtornos para o passageiro, que muitas vezes tem suas viagens realizadas em razão de compromissos previamente agendados.
Isso tem levado os tribunais a analisarem a situação do passageiro posta sob julgamento com maior acuidade, e exigir comprovação daquelas situações que realmente abalam suas condições emocionais.
O atual entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que, para a configuração de abalo moral indenizável decorrente de falha na prestação de serviços aéreos, deve ser demonstrado efetivos prejuízos derivados de tal situação. Ou seja, não há mais possibilidade de indenização por dano moral sem prova desses transtornos que extrapolam os limites do razoável e do bom senso, até porque nas relações sociais é necessário que cada qual tenha um mínimo de tolerância pela conduta do outro.
Referido entendimento, portanto, afasta a incidência de dano moral presumido na hipótese de atrasos/cancelamento de voos e esclarece a necessidade de balizar a ocorrência do suposto dano moral em circunstâncias outras que somadas àquele primeiro fato tenham imposto ao consumidor lesões anormais e incomuns.
No ponto:
DIREITO DO CONSUMIDOR E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. ATRASO EM VOO INTERNACIONAL. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. EXTRAVIO DE BAGAGEM. ALTERAÇÃO DO VALOR FIXADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 1. Ação de reparação de danos materiais e compensação de danos morais, tendo em vista falha na prestação de serviços aéreos, decorrentes de atraso de voo internacional e extravio de bagagem. 2. Ação ajuizada em 03/06/2011. Recurso especial concluso ao gabinete em 26/08/2016. Julgamento: CPC/73. 3. O propósito recursal é definir i) se a companhia aérea recorrida deve ser condenada a compensar os danos morais supostamente sofridos pelo recorrente, em razão de atraso de voo internacional; e ii) se o valor arbitrado a título de danos morais em virtude do extravio de bagagem deve ser majorado. 4. A ausência de decisão acerca dos argumentos invocados pelo recorrente em suas razões recursais impede o conhecimento do recurso especial. 5. Na específica hipótese de atraso de voo operado por companhia aérea, não se vislumbra que o dano moral possa ser presumido em decorrência da mera demora e eventual desconforto, aflição e transtornos suportados pelo passageiro. Isso porque vários outros fatores devem ser considerados a fim de que se possa investigar acerca da real ocorrência do dano moral, exigindo-se, por conseguinte, a prova, por parte

do passageiro, da lesão extrapatrimonial sofrida. 6. Sem dúvida, as circunstâncias que envolvem o caso concreto servirão de baliza para a possível comprovação e a consequente constatação da ocorrência do dano moral. A exemplo, pode-se citar particularidades a serem observadas: i) a averiguação acerca do tempo que se levou para a solução do problema, isto é, a real duração do atraso; ii) se a companhia aérea ofertou alternativas para melhor atender aos passageiros; iii) se foram prestadas a tempo e modo informações claras e precisas por parte da companhia aérea a fim de amenizar os desconfortos inerentes à ocasião; iv) se foi oferecido suporte material (alimentação, hospedagem, etc.) quando o atraso for considerável; v) se o passageiro, devido ao atraso da aeronave, acabou por perder compromisso inadiável no destino, dentre outros. 7. Na hipótese, não foi invocado nenhum fato extraordinário que tenha ofendido o âmago da personalidade do recorrente. Via de consequência, não há como se falar em abalo moral indenizável. 8. Quanto ao pleito de majoração do valor a título de danos morais, arbitrado em virtude do extravio de bagagem, tem-se que a alteração do valor fixado a título de compensação dos danos morais somente é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada, o que não ocorreu na espécie, tendo em vista que foi fixado em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). 9. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido. (STJ, 3ª Turma. Processo n. 1584465/MG. Relatora Min. Nancy Andrighi, julgado em 13/11/2018, publicado em 21/11/2018 – grifei).

A parte requerente não demonstrou que houve outros desdobramentos mais graves, extraordinários, além dos geralmente previstos, em razão do cancelamento do voo, ou atraso, que culminou em sua chegada em seu destino final tão somente após 24 (vinte e quatro) horas, quando comparada com o voo originariamente contratado na ida.

Logo, incontestável que a situação de atraso vivenciada pelas partes requerentes trouxe dissabores em viagem previamente planejada e pactuada com a parte requerida.

Não são aptos a ensejarem indenização por dano moral, sobretudo diante da ausência de elementos fáticos-probatórios constantes do processo hábeis a demonstrar que, do atraso de 24 (vinte e quatro) horas, àquelas sobrevieram danos em sua esfera moral, ainda mais considerando que o autor possuía 6 anos à época dos fatos, com limitada cognoscibilidade em virtude de tenra idade. Houve o devido apoio da parte ré em virtude dos atrasos, com acomodação compatível. O simples fato do autor possuir TEA não se considera agravante para o caso em concreto.

Contudo, embora existente conduta ilícita e nexo causal entre a conduta e o resultado, não há dano moral indenizável, constituindo a situação fato da vida cotidiana.

III - DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 487 do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por BENÍCIO MASSERA RAUEN, representado por sua genitora JULIANA MARIA MASSERA, contra TAM LINHAS AEREAS S/A, todos qualificados no processo.

CONDENO a parte requerente ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados, na forma do § 2º do art. 85 do Código de Processo Civil, em 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa.

Gratuidade da justiça deferida ao autor (ID 81383737).

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Porto Velho, 16 de julho de 2023.

Renan Kirihata

Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Porto Velho - 7ª Vara Cível

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo: 7071826-09.2022.8.22.0001

Assunto:Esbulho / Turbação / Ameaça

Parte autora: REQUERENTE: FRANCIMAR DE SOUZA TAVARES

Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO REQUERENTE: EVERTHON BARBOSA PADILHA DE MELO, OAB nº RO3531, EBERTTON BARBOSA PADILHA DE MELO, OAB nº SC27146, CARLA FRANCIELEN DA COSTA, OAB nº RO7745

Parte requerida: REQUERIDO: MARLI RODRIGUES DA SILVA

Advogado da parte requerida: REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO

Na decisão inicial foi deferida a liminar de reintegração de posse do autor, determinado ao oficial de justiça que procedesse com a identificação pormenorizada (nome, documento de identificação, etc) dos ocupantes do imóvel objeto do esbulho e por fim a citação da parte requerida (ID n. 82515592).

Em ato contínuo, a Oficiala de Justiça certifica que “DEI FIEL AO MANDADO DO CUMPRIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE, conforme auto de reintegração de posse em anexo”- ID n.88131722, no entanto, não se verifica a informação de citação da requerida, identificação pormenorizada (nome, documento de identificação, etc) dos ocupantes do imóvel objeto do esbulho e o auto de reintegração de posse.

Dessa forma, notifique-se a Oficiala de Justiça SIMONE CRISTINA FERREIRA DE SOUZA para que, no prazo de 10 (dez) dias, preste esclarecimentos acerca do cumprimento integral do mandado, especificamente sobre a citação da parte requerida, identificação dos ocupantes e que anexe ao processo o auto de reintegração de posse.

Cumpra-se.

Porto Velho/RO, 16 de julho de 2023

Renan Kirihata

Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7002834-93.2022.8.22.0001
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: UNNESA - UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZONIA OCIDENTAL S/S LTDA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO, OAB nº RO796, CAMILA BEZERRA BATISTA, OAB nº RO7212, CAMILA GONCALVES MONTEIRO, OAB nº RO8348, JUCIMARA DE SOUZA CAMPOS, OAB nº RO1064, SAMIR RASLAN CARAGEORGE, OAB nº RO9301, RODRIGO BENTES SILVA BEZERRA, OAB nº RO11632
REQUERIDOS: NEIVA MACEDO DA SILVA SEVERO, LEIDEMAR DE SOUSA MOREIRA
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: DEMETRIO MACEDO DA SILVA, OAB nº RO9969
Valor da causa: R$ 21.845,98
DECISÃO
DEFIRO o bloqueio de valores. Segue, em anexo, o comprovante de realização de diligência eletrônica pelo sistema SISBAJUD.
A parte executada apresentou impugnação ao bloqueio judicial afirmando a impenhorabilidade por se tratarem de verbas alimentares e quantia inferior a 40 (quarenta) salários mínimos depositada em conta.
Razão em parte assiste aos argumentos das executadas.
Observa-se que as contas bancárias sobre as quais recaíram os bloqueios são correntes.
A executada Neiva Macedo da Silva Severo comprovou que o valor bloqueado de R$ 1.437,70 advém de benefício previdenciário (ID n. 92675210, p. 2), assim como a executada Leidemar de Sousa Moreira demonstrou que do valor bloqueado de R$ 2.477,83, R$ 1.862,08 decorre de recebimento de proventos do IPERON (ID n. 92598519, p. 3).
Com relação aos demais valores, as executadas não demonstraram se tratarem de verbas alimentares e, por isso, devem ser mantidos os bloqueios e convertidos em penhora.
Nesse sentido já se manifestou o Tribunal de Justiça de Rondônia:
"Apelação Cível. Embargos à execução. Citação por oficial de justiça. Tentativa frustrada. Empresa não localizada. Citação por edital. CPC/73 x LEF. Regra especial. Princípio da especialidade. Penhora on line. Conta poupança. Alegação. Não comprovação. Impenhorabilidade não verificada. Recurso improvido. A lei de execução fiscal, com normativo legal de regência exige, para citação editalícia, a tentativa frustrada de citação, que na espécie o oficial de justiça certificou a ocorrência, não tendo o mesmo encontrado a empresa ou informação alguma sobre o seu paradeiro, só então sobrevindo a citação ficta com publicação do edital uma só vez no órgão oficial. Válido, portanto, o ato citatório nos ditames que seguiu o princípio da especialidade da LEF e não o CPC, regra de caráter geral. Ausente comprovação de que o valor penhorado pertencia exclusivamente à conta poupança e que por isso estaria ao abrigo da impenhorabilidade, a manutenção de sua higidez é medida impositiva." (Apelação, Processo nº 0001453-98.2015.822.0007, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Roosevelt Queiroz Costa, Data de julgamento: 28/11/2018).
Com relação a impenhorabilidade da quantia de até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos, o art. 833, inciso X do Código de Processo estabelece que se aplica aos valores depositados em conta poupança.
Apesar de o Superior Tribunal de Justiça aplicar efeito extensivo para os depósitos em conta corrente ou outras aplicações financeiras, tais decisões não foram tomadas sob o rito de precedentes qualificados e, por isso, o Juízo não está adstrito ao acolhimento obrigatório de tais decisões, que servem apenas de orientação.
Acolher tal tese significa esvaziar o instituo da execução extrajudicial/judicial, pois a penhora tem ordem preferencial para dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira, nos termos do art. 835, inciso I do Código de Processo Civil, sendo que isso impede, inclusive a satisfação da pretensão executiva pelo modo mais eficaz, ou seja, premia o devedor que sequer adota condutas para a resolução do processo e penaliza ainda mais o credor que já se vale do Poder Judiciário para tentar receber o que lhe é devido.
Se as executadas entendem que os bloqueios não são razoáveis e são excessivos, devem apontar os meios mais eficazes e menos onerosos, nos termos do art. 805, parágrafo único do Processo Civil, no entanto, o que as demandadas querem é não pagar o que devem e ainda com a chancela do Judiciário, haja vista os poderes concedidos nas procurações tão somente para a impugnação ao bloqueio, bem como o pedido de tutela preventiva para que não sejam bloqueados valores depositados em suas contas.
No que diz ao benefício de ordem não se aplica ao caso, visto que houve renúncia expressa de acordo com a cláusula 8.1 do contrato.
Por fim, deve ser liberado apenas 80% (oitenta por cento) de R$ 1.437,70 e R$ 1.862,08 por se tratarem de verbas alimentares, eis que o Superior Tribunal de Justiça admite a penhora em valores destinados ao sustento do devedor e de sua família, mesmo em execução de créditos não alimentares, preservando-se o suficiente para garantir a sua subsistência digna.
No ponto:
"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. PENHORA DE PERCENTUAL DE SALÁRIO. DÍVIDA DE CARÁTER NÃO ALIMENTAR. RELATIVIZAÇÃO DA REGRA DE IMPENHORABILIDADE. POSSIBILIDADE. 1. Ação de execução de título executivo extrajudicial - nota promissória. 2. Ação ajuizada em 13/10/1994. Recurso especial interposto em 29/10/2009. Embargos de divergência opostos em 23/10/2017. Julgamento: CPC/2015. 3. O propósito recursal é definir sobre a possibilidade de penhora de vencimentos do devedor para o pagamento de dívida de natureza não alimentar. 4. Em situações excepcionais, admite-se a relativização da regra de impenhorabilidade das verbas salariais prevista no art. 649, IV, do CPC/73, a fim de alcançar parte da remuneração do devedor para a satisfação do crédito não alimentar, preservando-se o suficiente para garantir a sua subsistência digna e a de sua família. Precedentes. 5. Na espécie, a moldura fática delineada nos autos - e inviável de ser analisada por esta Corte ante a incidência da Súmula 7/STJ - conduz à inevitável conclusão de que a constrição de percentual de salário da embargante não comprometeria a sua subsistência digna. 6. Embargos de divergência não providos" (STJ, Corte Especial, EREsp 518169/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, julgado em 03/10/2018 e publicado no DJe em 27/02/2019 - grifei).
Assim, mantenho o bloqueio de 20% (vinte por cento) daqueles valores e converto em penhora, uma vez que tal percentual não compromete a subsistência digna das executadas e de suas famílias.

Portanto, foram liberados R$ 1.150,16 em favor da executada Neiva Macedo da Silva e R$ 1.489,67 para a executada Leidemar de Sousa Moreira. E, por outro lado, mantenho o bloqueio de R$ 352,42 da executada Neiva Macedo da Silva e R$ 2.978,34 da executada Leidemar de Sousa Moreira e, por consequência, converto em penhora e suspendo a reiteração das ordem futuras.
Atentem as executadas que a informação de desbloqueio foi encaminhada pelo sistema SISBAJUD, que promoverá o desbloqueio no prazo de até 48 (quarenta) e oito horas.
Intime-se a parte executada para apresentar impugnação à penhora em 15 (quinze) dias.
Apresentada impugnação, intime-se a parte exequente para também em 15 (quinze) dias apresentar manifestação e indicar seus dados bancários (agência, conta, CPF/CNPJ do titular e número do banco).
Após, venha concluso para decisão.
Em caso de não apresentação de impugnação, venha concluso na pasta “Despacho Alvará”, ficando intimada a exequente a informar eventual saldo remanescente, acompanhado de cálculos e requerendo o que entender de direito em 5 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento.
Intime-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7004459-31.2023.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: MEYRILENE DE OLIVEIRA PINHEIRO
ADVOGADO DO AUTOR: PEDRO PEREIRA DE OLIVEIRA, OAB nº RO4282
REU: BRASILSEG COMPANHIA DE SEGURO
ADVOGADOS DO REU: JURANDY SOARES DE MORAES NETO, OAB nº PE27851, PROCURADORIA DA BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS
Valor da Causa: R$ 310.286,47
Data da distribuição: 21/06/2023
DECISÃO
O presente processo foi distribuído na data de 21/06/2023.
A decisão de ID n. 86231130, proferida em 27/01/2023, pelos fatos e fundamentos ali explanados, reconheceu a conexão desta ação com o processo de n. 7009108-73.2022.8.22.0001 em trâmite na 10ª Vara Cível de Porto Velho, consequentemente, determinando a redistribuição por dependência àquele juízo.
A redistribuição foi finalizada na data de 31/01/2023, conforme informação constante no sistema Pje na aba “Redistribuições”, em anexo.
Na data de 03/03/2023, foi proferida decisão no processo (ID n. 86478494), proferida pelo juízo da 10ª Vara Cível de Porto Velho, indicando o não recebimento desta ação e informando julgamento do processo paradigma (7009108-73.2022.8.22.0001) na data de 02/02/2023 e determinando a remessa do feito para este juízo.
A sobredita decisão fundamentou-se na inaplicabilidade da reunião de processos conexões em razão de um deles encontrar-se julgado, conforme disciplina do §1º do art. 55 do CPC. Observe-se, contudo, que não se baseou na inexistência de conexão entre as ações.
Ocorre, contudo, como pormenorizadamente demonstrado acima, que no momento da decisão proferida e medidas adotadas o estado do processo paradigma era compatível com a regra processual que prevê a reunião dos processos conexos, sendo estas, pois, processualmente adequadas e não podendo ser desconsideradas em razão de circunstâncias que modificaram o processo apenas posteriormente.
A decisão e medida adotadas por este Juízo da 7ª Vara Cível de Porto Velho possuem fundamento na regra processual vigente acerca da modificação de competência prevista na Lei Processual Civil (art. 54 e seguintes do CPC) e baseadas no estado em que se encontrava o processo paradigma no momento da análise processual.
Ademais disso, uma vez que não entendesse correta a reunião dos processos, caberia ao juízo da 10ª Vara Cível suscitar o conflito na forma do parágrafo único do art. 66 do CPC. O que, no entanto, não foi feito, sendo determinada remessa direta a esse juízo.
Nesse sentido, não tendo sido suscitado no momento oportuno, e diante da compreensão pela regularidade das medidas adotadas por este juízo, uma vez que ambos os juízos aqui mencionados se entendem incompetentes para processar e julgar esta demanda, não me resta outra alternativa senão suscitar o conflito de competência ao excelentíssimo senhor Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, o que faço com fundamento no inciso II do art. 66 e art. 951, ambos do CPC.
Oficie-se, sem encaminhamento do processo, com cópia integral da petição inicial, das decisões de ID n. 86231130, proferida por este juízo e de ID n. 86478494, proferida pelo juízo da 10ª Vara Cível e desta decisão.
Aguarde-se a manifestação do egrégio Tribunal de Justiça, inclusive quanto ao juízo encarregado das medidas urgentes.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7007671-60.2023.8.22.0001
Procedimento Comum Cível

AUTORES: ANA KARYNI ALVES CAMPOS, PEDRO HENRIQUE CAMPOS FOSSE
ADVOGADOS DOS AUTORES: JORGE AVELINO LIMA DO AMARAL, OAB nº RO10555, RYAN MARQUES DE OLIVEIRA MEDEIROS, OAB nº RO9711
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADOS DO REU: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Valor da Causa: R$ 14.541,22
Data da distribuição: 10/02/2023
DECISÃO
Vistos,
PEDRO HENRIQUE CAMPOS FOSSE representado por sua genitora ANA KARYNI ALVES CAMPOS, ajuizou ação de reparação de danos contra AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA SA, alegando em síntese que compraram passagens aéreas com destino à Brasília, com previsão de embarque no dia 09/12/2022, tendo como objetivo participar da Conferência do Modelo Internacional do Brasil – MIB, realizada pela ONU.
De acordo com o relatado, ao chegar no aeroporto para realizar seu check in, o autor foi informado de que não poderia embarcar desacompanhado, uma vez que seu voo teria uma conexão.
Alega que as únicas opções ofertadas pela companhia aérea foram a compra de uma passagem pelo seu genitor, para que o acompanhasse na viagem, que a passagem fosse remarcada para outro dia, a fim de que viajasse na presença de um acompanhante, ou que os trechos fossem desmembrados.
Como única alternativa, o autor foi obrigado a comprar um novo bilhete aéreo, em outra companhia, embarcando apenas no dia 10/12/2022, às 03h10min, perdendo a passagem anteriormente comparada com a requerida, bem como, sua bagagem.
Em vista dos fatos mencionados, pugnam pela condenação da requerida ao pagamento de danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e danos materiais no valor de R$ 4.541,22 (quatro mil, quinhentos e quarenta e um reais e vinte e dois centavos).
DECIDO
Dispõe o art. 55 do CPC que se reputam conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir é composta pelos fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede, e o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional.
Em consulta ao sistema PJ-e, constatou-se a existência do processo n. 7007690-66.2023.8.22.0001, distribuído à 3ª Vara Cível desta Comarca e que versa sobre a mesma causa de pedir discutida nestes autos.
Com efeito, ambos os processos tratam do mesmo negócio jurídico e dos mesmos fatos: o contrato firmado sob o localizador GLIF7K para o transporte aéreo de passageiros de Porto Velho a Brasília, para participarem do mesmo evento, e a alegação de impedimento de embarque no voo por ser menor de 16 anos, que culminou com a compra de novas passagens para o mesmo trecho, com embarque no dia seguinte. Em ambos, os autores pleiteiam indenização por danos morais e materiais.
Está configurada, portanto, a conexão das demandas, vez que tratam da mesma causa de pedir remota (relação jurídica) e próxima (descumprimento contratual).
A propósito, lecionam Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery:
Para existir conexão, basta que a causa de pedir em apenas uma de suas manifestações seja igual nas duas ou mais ações. Existindo duas ações fundadas no mesmo contrato, onde se alega inadimplemento na primeira e nulidade de cláusula na segunda, há conexão. A causa de pedir remota (contrato) é igual em ambas as ações, embora a causa de pedir próxima (lesão, inadimplemento), seja diferente." (NERY JÚNIOR, Nelson; ANDRADE NERY, Rosa Maria. Código de Processo Civil Comentado. Editora Revista dos Tribunais, Ed. 2022, Livro eletrônico [p. RL-1.11]. Disponível em https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/ codigos/113133203/v20/page/RL-1.11)
Como visto, as demandas possuem vínculo de identidade entre si, recomendando-se a reunião dos processos para julgamento conjunto, evitando-se inclusive a prolação de decisões conflitantes ou contraditórias. Destaca-se, por oportuno, que a individualização do dano moral sofrido por cada passageiro pode ser realizada em uma única sentença, atendendo-se às peculiaridades de cada um.
Ademais, a apreciação de ambos os processos em um só juízo trará economia, pois as provas poderão ser produzidas uma só vez e a parcela comum a ambos será apreciada somente uma vez e pelo mesmo juiz. Do contrário, para resolução do litígio existente entre as partes haverá um relevante aumento do custo, de tempo e recursos, arcado pelo Estado e, portanto, pelo contribuinte.
Apesar de prática rotineira, a propositura de várias ações indenizatórias pelo mesmo patrono e amparadas no mesmo contrato, pela mesma pessoa, ou no mesmo fato, por membros do mesmo núcleo familiar ou pessoas próximas, deve ser coibida pelo Judiciário, em homenagem aos princípios da segurança jurídica, da cooperação e da economia processual.
Importante destacar a previsão do art. 327 do CPC, que admite a cumulação de vários pedidos contra o mesmo réu, ainda que não haja conexão. Assim, com muito mais razão se reputa adequada a cumulação de pedidos conexos na mesma demanda.
Cumpre esclarecer, ainda, que o judiciário brasileiro é diuturnamente criticado por sua morosidade, mas estudos têm demonstrado que o excesso de judicialização e uso predatório das ações são os grandes responsáveis pela demora judicial. Na hipótese, o patrono poderia demandar o caso em questão em uma única demanda.
Diante do exposto, com intuito de evitar custos financeiros desnecessários e o desperdício do aparato estatal na resolução dessas demandas fincadas em uma mesma causa de pedir, entendo necessária e conveniente a reunião dos processos para julgamento conjunto, evitando-se decisões conflitantes, nos termos do artigo 55 do Código de Processo Civil.
Dito isso, nos termos dos arts. 58, 59, e 286, I, do CPC, verifica-se que o 2º Juizado Especial Cível desta Comarca é o juízo prevento para a análise das demandas, posto que a distribuição daqueles autos 7007690-66.2023.8.22.0001 3ª V. Cível (10/02/2023 11:24:09) é posterior à deste processo n. 7007671-60.2023.8.22.0001 (10/02/2023 10:45:07).
Por fim, havendo discordância acerca da remessa dos autos, deverá o Juízo que receber o feito suscitar o competente conflito negativo de competência, nos termos do art. 951 e ss. do CPC.
Assim, determino a redistribuição do feito àquele Juizado, com a devida remessa, devendo o cartório promover as anotações e movimentações de praxe.
Intime-se.

Serve como comunicação.
Serve a presente como comunicação/intimação/sentença.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7007785-96.2023.8.22.0001
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO REQUERENTE: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, BRADESCO
REQUERIDOS: CLEIBSON CARVALHO DA SILVA, AUTO POSTO PREMIUM LTDA.
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: VALDISMAR MARIM AMANCIO, OAB nº RO5866A
Valor da Causa: R$ 105.542,28
Data da distribuição: 10/02/2023
Despacho
Concedo o prazo de 10 (dez) dias, para a parte exequente apresentar planilha atualizada do débito, sob pena de arquivamento.
Apresentado a planilha de débito, cumpra-se os demais termos da sentença de ID n.91496294.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7021645-43.2018.8.22.0001
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ALEXANDRE PAIVA CALIL, OAB nº RO2894, PROCURADORIA DA ASPER - ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PÚBLICO NO ESTADO DE RONDÔNIA
REQUERIDO: ALEXANDRE DE SOUSA SILVA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: HAROLDO LOPES LACERDA, OAB nº RO962, HUGO ANDRE RIOS LACERDA, OAB nº RO5717
Valor da Causa: R$ 4.103,77
Data da distribuição: 04/06/2018
SENTENÇA
HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes (ID n. 91787203) para que produza seus jurídicos e legais efeitos e, em consequência, com fundamento na alínea “b” do inciso III do art. 487 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo movido por REQUERENTE: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER contra REQUERIDO: ALEXANDRE DE SOUSA SILVA, ambos qualificados no processo e DETERMINO seu arquivamento.
Tratando-se de pedido de homologação de acordo, verifica-se a ocorrência da preclusão lógica quanto ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data.
Oficie-se ao Tribunal de Contas de Rondônia para promover os descontos das parcelas nos termos do acordo (ID n. 91787203, p. 2).
Segue alvará judicial eletrônico em favor do executado. Atente a parte que a informação foi encaminhada eletronicamente à Caixa Econômica Federal e, em razão disso, a parte deve comparecer na agência para promover o levantamento.
Segue a baixa da restrição judicial lançada pelo sistema RENAJUD.
Custas finais pela parte executada.
Intime-se a parte executada para, em 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa do Estado. O boleto para pagamento das custas pode ser acessado por meio do link http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/controleCustas.jsf;jsessionid=dccoQd1AaWrwh9NanNJexU9rqyeiA0evkxvPueuJ.wildfly01:custas1.1
Recolhido o valor, arquive-se.
Não havendo recolhimento, cumpra-se o disposto no art. 35 e seguintes da Lei n. 3.896/2016 e art. 2º do Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG. Após, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7025080-88.2019.8.22.0001
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: DOMINGOS SAVIO NEVES PRADO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DOMINGOS SAVIO NEVES PRADO, OAB nº RO2004
EXECUTADOS: ELIANA DOS SANTOS MORATO BARALDI, B&B SOLUCOES EMPRESARIAIS EIRELI - ME
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: RUI BENEDITO GALVAO, OAB nº RO242B, THALYTA KARINA CORREIA CHEDIAK, OAB nº RO11011
Valor da Causa: R$ 39.600,00
Data da distribuição: 11/06/2019
Despacho
Expeço ordem eletrônica de transferência bancária em favor do exequente, em nome próprio, para levantamento do saldo constante na conta judicial n. 2848/040/01814829-3.
Considerando a recente implantação do sistema de expedição alvarás e ordens eletrônicas de transferência de valores, a parte beneficiária deverá aguardar o prazo de até 7 (sete) dias para o envio da ordem.
Considerando a existência de penhora em salário, aguarde-se, em cartório, os demais depósitos.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7027463-34.2022.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADOS DO AUTOR: IHGOR JEAN REGO, OAB nº PR8546, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
REU: JOAO BRAZ DE ARAUJO
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 2.514,41
Data da distribuição: 22/04/2022
DESPACHO
Defiro a realização de pesquisa de endereço da parte demandada por meio dos sistemas SIEL e SERASAJUD.
As informações referentes ao SIEL encontram-se anexas a este despacho.
Proceda a CPE a realização de pesquisa de endereço da parte requerida no sistema SERASAJUD.
Com a juntada da pesquisa, intime-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, promover a citação da parte requerida, sob pena de indeferimento da petição inicial.
Decorrido o prazo, se nada for requerido, venha concluso para extinção.
Porto Velho, 14 de julho de 2023
Renan Kirihata
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7038214-80.2022.8.22.0001
Monitória
AUTOR: INSTITUTO JOAO NEORICO
ADVOGADO DO AUTOR: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546
REU: MAYARA LARISSA LUCINDO PELENTIR
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 2.907,31
Data da distribuição: 01/06/2022
SENTENÇA
Trata-se de ação monitória, proposto por INSTITUTO JOAO NEORICO em face de MAYARA LARISSA LUCINDO PELENTIR , partes qualificadas nos autos.
O feito vinha tramitando regularmente, quando sobreveio aos autos notícia de falecimento da requerida.
A parte exequente aduz que procedeu com diligências externas e obteve a confirmação do óbito da Executada. Por fim, requereu a extinção do feito, sem resolução do mérito (ID n.92599769).
Ante a informação de óbito do executado, resta prejudicado o objeto da presente ação, pelo que, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, conforme disposto no art. 485, IX do Código de Processo Civil.

Sem custas e sem honorários.
Arquive-se.
Publica-se. Registra-se. Intima-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7041315-91.2023.8.22.0001
Execução de Título Executivo Extrajudicial
AUTOR: COOPERATIVA DE ENERGIA SOLAR - CES
ADVOGADOS DO AUTOR: FABIO CAMARGO LOPES, OAB nº MG8807, PEDRO HENRIQUE VIEIRA FEITOSA, OAB nº RO9622
REU: JOABSON MILLER GOMES DA SILVA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 1.412,59
Distribuição:06/07/2023
DESPACHO
Recebo o processo.
Altere-se a classe do processo para constar EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL.
Cite-se a parte executada para, em 3 (três) dias, efetuar o pagamento da importância indicada na petição inicial mais 10% (dez por cento) de honorários advocatícios ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem-lhe penhorados tantos bens quantos bastem para a garantia da execução e acréscimos legais.
Caso ocorra o pagamento integral do débito no prazo mencionado, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade.
A parte executada poderá apresentar embargos à execução, defesa formal por meio de advogado ou defensor público, independente de penhora, depósito ou caução, em 15 (quinze) dias.
No mesmo prazo, comprovando o depósito de 30% do valor do débito, o executado poderá requerer o parcelamento do valor remanescente da dívida em seis parcelas, na forma do art. 916 do CPC. Nessa hipótese, a parte exequente deverá ser intimada para, em 5 (cinco) dias, manifestar-se quanto ao pedido e, em seguida, venha concluso o processo para decisão.
Obs. 1: Caso não tenha condições de pagar advogado, poderá procurar a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, situada na Avenida Governador Jorge Teixeira, nº 1722, Bairro Embratel, CEP n. 76820-846, Porto Velho/RO.
Na hipótese do executado não ser encontrado pelo Oficial de Justiça, este deverá proceder o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art. 830 do CPC).
Nos 10 (dez) dias seguintes à realização do arresto o Oficial de Justiça procurará o executado 02 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação por hora certa (§1º do art. 830 do CPC).
Restando infrutífera a citação ou penhora de bens, intime-se a parte exequente para, em 5 (cinco) dias, atualizar o débito e requerer o que entender de direito para o prosseguimento da execução, sob pena de extinção.
Em caso de requerimento de pesquisa junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, desde logo, deverá apresentar o comprovante de pagamento das custas referentes à diligência pretendida, na forma do art. 17 da Lei n. 3.896/2016 (Regimento de custas do Estado de Rondônia), sob pena de indeferimento.
Obs. 2: A petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam.
CÓPIA DESTE DESPACHO SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO
Dados para o cumprimento
Parte executada: Joabson Miller Gomes da Silva
Endereço: Rua Hermatita, n. 12076 - quadra n. 637, lote n. 210, Teixeirão, CEP n. 76825-337, Porto Velho/RO.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7042184-30.2018.8.22.0001
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDONIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MILEISI LUCI FERNANDES, OAB nº RO3487, JAQUELINE FERNANDES SILVA, OAB nº RO8128
EXECUTADO: LAURA LANA FIGUEIREDO DOS SANTOS
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 2.829,21
Data da distribuição: 18/10/2018

SENTENÇA
HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes (ID n. 89632484) para que produza seus jurídicos e legais efeitos e, em consequência, com fundamento no inciso III do art. 924 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a execução movida por SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDONIA contra LAURA LANA FIGUEIREDO DOS SANTOS, ambos qualificados no processo e DETERMINO seu arquivamento.
Os valores em conta foram objetos do acordo, o qual serão usados para abater o débito nos termos do acordo. Assim, encaminho alvará eletrônico à Caixa Econômica, a parte exequente e/ou seus patronos poderão proceder com o levantamento dos valores em conta, no prazo de 30 (trinta) dias, mediante a apresentação de documento pessoal com foto, perante a seguinte instituição financeira e conta judicial a ela vinculada, sendo, respectivamente, Caixa Econômica Federal, Agência n. 2848, contas judiciais: nº 01809817-2, 01809826-1, 01809828-8 e 01809833-4.
Quanto ao pedido de suspensão do processo no prazo do parcelamento acordo, é viável, todavia, não obsta seu arquivamento, não gerando prejuízos à parte exequente, sobretudo por tratar-se de processo eletrônico e os pagamentos serem realizados extrajudicialmente. Assim, arquive-se o processo, todavia, declaro suspensa fase de cumprimento de sentença (homologatória de acordo), pelo tempo do parcelamento, para fins de contagem de prescrição.
Tratando-se de pedido de homologação de acordo, verifica-se a ocorrência da preclusão lógica quanto ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data.
Sem custas finais.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7043663-82.2023.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: MEIRYLANDIA DE JESUS ARISTIDES
ADVOGADOS DO AUTOR: OTAVIO SUBTIL DE OLIVEIRA, OAB nº RO10905, MARCO AURELIO DE OLIVEIRA SOUZA, OAB nº RO10829
REU: RESIDENCIAL CASA LOBO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 34.076,23
Data da distribuição: 13/07/2023
DESPACHO
A parte autora ao indicar o valor da causa não levou em consideração o proveito econômico perseguido.
Com fundamento no § 3º do art. 292 do CPC, corrijo de ofício o valor da causa para R$ 107.896,23. Retifique-se no sistema.
A parte autora pleiteia a gratuidade da justiça, todavia, os dados da qualificação apresentada não permitem, por si só, presumir a situação de hipossuficiência econômica e, além disso, não foram apresentados documentos que demonstrem o fato.
Assim, apresente a parte autora, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, documentos que comprovem a sua hipossuficiência (Carteira de trabalho integral, contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, declaração de rendimentos à Receita Federal, Decore – declaração comprobatória de percepção de rendimentos, etc.) ou comprove o recolhimento das custas iniciais no importe de 1% (um por cento), nos termos do inciso I do art. 12 da Lei n. 3.896/2016.
Decorrido o prazo, se nada for apresentando, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça ao autor ficando, desde logo, intimada referida parte para recolher as custas iniciais, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial.
Não recolhidas as custas, venha concluso para extinção.
Apresentados os documentos, venha concluso a pasta “Despacho Emendas”.
Recolhidas as custas, cumpra-se o despacho abaixo.
Trata-se de ação declaratória cumulada com reparação de danos em que a parte autora pretende ver declarada a rescisão do contrato de compra e venda do lote 357, quadra 655, com área de 300,00 m², e a devolução de valores pagos. Afirmou que o pagamento seria uma entrada de R$ 2.300,00 mais 240 (duzentas e quarenta parcelas) de R$ 298,00 perfazendo o montante de R$ 73.820,00. Argumentou a impossibilidade de cumprir o contrato devido a majoração das parcelas, da qual não foi informada no momento da contratação. Asseverou a existência de taxas de juros e cláusulas penais compensatórias abusivas, sendo que 1/3 do valor pago ficará retido a título de multa contratual e não haverá devolução do valor da corretagem. Apontou que se caso valor pago ultrapassasse 1/3 do contrato a multa seria de 30% (trinta por cento) mais 6% (seis por cento) de juros ao ano retroagido por um ano. Sustentou que se trata de contrato de adesão, o que dificulta a discussão das cláusulas previstas e devem ser declaradas nulas. Teceu comentários acerca de retenção de apenas 10% (dez por cento) caso não seja devolvido todo o valor. Pleiteou a antecipação dos efeitos da tutela de urgência para suspensão da cobrança das parcelas, que a requerida se abstenha de incluir o nome da autora no cadastro de inadimplentes e protesto. Postulou a procedência dos pedidos. Apresentou documentos.
É a síntese necessária.
Passo à análise do pedido de tutela de urgência.
A tutela de urgência encontra fundamento no art. 300 do CPC e para sua concessão faz-se mister a observância dos pressupostos estabelecidos em tal dispositivo, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
No caso em tela, a plausibilidade do direito sobre o qual se fundamenta o pedido de urgência decorre da iniciativa de rescisão contratual pela parte autora.
Ao que parece, a resolução pretendida pela autora decorre de eventual cláusulas abusivas que tornou o cumprimento da obrigação.

Em razão da força obrigatória dos contratos e do princípio da autonomia privada, cabem às partes cumprir a avença tal qual estabelecida, todavia, nada impede resolução ou resilição contratual.
O perigo de dano pode ser evidenciado pela possibilidade de diversos desdobramentos negativos àquele que não tem interesse no prosseguimento do contrato, como, por exemplo, a continuidade do pagamento das parcelas, que sujeitas a eventual inadimplemento pode incidir correção, juros e multa moratória, e até inscrição no cadastro de inadimplentes e protesto.
Além disso, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que atende aos requisitos disciplinados pela Legislação Processual (§3º do art. 300 do CPC).
Ante o exposto, DEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência antecipada formulado e DETERMINO a suspensão da cobrança das parcelas do contrato 51/655-357 (ID n. 93239030), bem como que a parte requerida se abstenha de incluir o nome da parte autora no cadastro de inadimplentes e protestá-lo, sob pena de multa diária no valor de R$ 1.320,00 (mil trezentos e vinte reais), até o limite de R$ 13.200,00 (treze mil reais).
Designo audiência de conciliação a realizar-se pelo conciliador (CEJUSC).
As audiências serão realizadas por vídeo conferência através de WhatsApp, Meet ou outro aplicativo. A Central promoverá os atos necessários ao agendamento da audiência e intimação das partes.
Intime-se a parte autora por meio de seu advogado (art. 334, 3º, do CPC).
Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer à audiência acima, acompanhada de advogado.
O prazo para oferecimento da contestação é de 15 (quinze) dias, a contar da data da audiência de conciliação, caso frustradas as tentativas de acordo, salvo hipóteses dos incisos II e III do art. 335 do CPC.
Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).
No caso de não comparecimento injustificado à audiência de conciliação, por qualquer das partes, o faltoso estará sujeito à multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, conforme art. 334, §8º do CPC.
Obs. 1: A apresentação de contestação antes da audiência de conciliação não exime a aplicação da multa, caso a parte requerida não compareça à solenidade.
Obs. 2: A petição inicial e documentos que a instruem poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam.
Nos termos do §1º do art. 246 do CPC, as empresas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações.
Considerando que a parte requerida não está cadastrada no sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe), nos termos do §2º do art. 1º da Lei Estadual n. 4.912/2020, deve arcar com as despesas necessárias à sua citação, a ser recolhido mediante boleto bancário, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa.
Desta forma expeça-se o boleto necessário ao pagamento da diligência e, com o instrumento de citação, encaminhe-se à parte requerida, para pagamento em 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa.
CÓPIA DESTE SERVE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO.
Dados para cumprimento:
PARTE REQUERIDA: REU: RESIDENCIAL CASA LOBO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, AVENIDA CARLOS GOMES 981, - DE 969 A 1223 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76801-123 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho 15 de julho de 2023
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7045480-21.2022.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: ANDERSON ANTUNES DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: CAIQUE VINICIUS CASTRO SOUZA, OAB nº RJ233392
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 1.000,00
Data da distribuição: 04/07/2022
DECISÃO
I – RELATÓRIO
INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, qualificado no processo, apresentou embargos de declaração contra a sentença de ID n. 89535523, alegando que a referida decisão é omissa, pois não houve manifestação acerca da restituição dos honorários periciais adiantados pela parte. Requereu, por isso, seja suprida a referida omissão, para reanálise da decisão proferida.
Intimada, a parte embargada ficou inerte.
É a síntese necessária.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Os embargos declaratórios ofertados são claramente improcedentes.
Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na decisão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.
No presente caso, não há a ocorrência de nenhuma das hipóteses legais mencionadas (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

A sentença proferida possui fundamento perfeitamente adequado à sistemática processual, apresentando com clareza as razões e arguições com base nos quais chegou o Juízo à conclusão da decisão.
Os embargos declaratórios não se destinam a prestar esclarecimentos à parte insatisfeita com o desfecho do processo e tampouco a retificar fundamentação de decisão proferida de maneira escorreita.
Observe a parte embargante que a sentença fixou o ônus da sucumbência à parte autora, ora embargada, dentre elas as despesas processuais que incluem os honorários periciais.
Por se tratar de beneficiário da gratuidade da justiça, a exigibilidade direta ao autor está suspensa, porém, será de responsabilidade do Estado, nos termos do art. 95, § 3º, inciso II do Código de Processo Civil.
Ademais, o Superior Tribunal de Justiça fixou tese em sede de recursos repetitivos nesse sentido:
"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA DE NATUREZA REPETITIVA. AÇÃO ACIDENTÁRIA EM QUE A PARTE AUTORA, BENEFICIÁRIA DE GRATUIDADE DA JUSTIÇA, NA FORMA DE ISENÇÃO, É SUCUMBENTE. ISENÇÃO DE ÔNUS SUCUMBENCIAIS DO ART. 129, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 8.213/91. CUSTEIO DE HONORÁRIOS PERICIAIS, ADIANTADOS PELO INSS. ART. 8º, § 2º, DA LEI 8.620/93. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. DEVER CONSTITUCIONAL DE PRESTAR ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS HIPOSSUFICIENTES. PRECEDENTES DO STJ. TESE FIRMADA SOB O RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. ART. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO. [...] XI. Tese jurídica firmada: "Nas ações de acidente do trabalho, os honorários periciais, adiantados pelo INSS, constituirão despesa a cargo do Estado, nos casos em que sucumbente a parte autora, beneficiária da isenção de ônus sucumbenciais, prevista no parágrafo único do art. 129 da Lei 8.213/91. [...]." (STJ, 1ª Seção, REsp n. 1.824.823-PR, Rel. Min. Assusete Magalhães, julgado em 21/10/2021 e publicado em 25/10/2021).
Em razão disso, não há necessidade de constar na sentença que a responsabilidade pelo ressarcimento dos honorários periciais é do Estado de Rondônia.
Atente ainda que após o trânsito em julgado da sentença cabe à parte embargante pleitear a expedição de requisição de pequeno valor ao Estado de Rondônia.
Se a parte embargante está irresignada com a decisão proferida e pretende alterar o desfecho do feito, cabe a ela deduzir sua insatisfação perante a instância superior, pelos meios legais próprios.
III – CONCLUSÃO
Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração apresentados por INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, mantendo em todos os seus termos, e por seus próprios fundamentos, a decisão guerreada.
Sem custas e sem honorários.
Considerando que o INSS foi intimado para apresentar contrarrazões, mas ficou inerte, remeta-se o processo ao Tribunal de Justiça de Rondônia.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7051437-42.2018.8.22.0001
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: EDIELSON ALMEIDA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELIZABETH FONSECA, OAB nº RO4445
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 36.650,00
Data da distribuição: 22/12/2018
Despacho
A executada na petição de ID n. 85908230, informou que não se opõe valor pleiteado pelo exequente.
O exequente na petição de ID n. 87584301 informou que renuncia ao excedente do seu crédito que ultrapassa os 60 salários mínimos.
Assim, expeça-se precatório requisitório pelo sistema SAPRE no valor de R$79.200,00.
Para expedição de precatório requisitório deve o exequente preencher o documento de ID n. 64614621.
Havendo a disponibilidade do valor do crédito do exequente, expeça-se alvará em favor do exequente. Após, venha o processo concluso para sentença de extinção.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7075998-28.2021.8.22.0001
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: SERGIO KASSIO DA SILVA AZEREDO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JOELMA ALBERTO, OAB nº RO7214

EXECUTADOS: MARIA FERNANDA ABATI, ANA CAROLINA ABATI
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: MARACELIA LIMA DE OLIVEIRA, OAB nº RO2549, NICHELE TAINARA FERREIRA DA SILVA, OAB nº RO11789, GABRIEL DE MORAES CORREIA TOMASETE, OAB nº RO2641, NAYARA SIMEAS PEREIRA RODRIGUES, OAB nº RO1692
Valor da Causa: R$ 250.917,34
Data da distribuição: 14/12/2021
Despacho
Expeço ordem eletrônica de transferência bancária em favor do exequente, a ser liberado em conta bancária de sua advogada JOELMA ALBERTO OAB/RO n. 7214, do saldo constante na conta judicial n. 2848/040/ 01803754-8, referente ao pagamento da 5ª parcela do acordo celebrado entre as partes (ID n. 92762759 e ID n. 92762776).
Aguarde-se, em cartório, os demais depósitos.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7026124-74.2021.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: LEIDE DANIELA DE CARVALHO
ADVOGADO DO AUTOR: MAURICIO BONI DUARTE AZEVEDO, OAB nº RO6283
REU: ANCORA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S.A.
ADVOGADOS DO REU: RAFAEL MULE BIANCHI, OAB nº SP405571, DALMO HENRIQUE BRANQUINHO, OAB nº DESCONHECIDO
Valor da Causa: R$ 59.467,00
Data da distribuição: 26/05/2021
SENTENÇA
Ante a não oposição ao pedido de desistência formulado (ID's n. 90050611 e n. 75331907), com fundamento no inciso VIII do art. 485 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO sem apreciação de mérito, o processo movido por LEIDE DANIELA DE CARVALHO contra ANCORA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S.A., ambas as partes qualificadas no processo e, em consequência, DETERMINO seu arquivamento.
Sem custas finais.
Ante a preclusão lógica, sentença transitada em julgado nesta data.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7014461-94.2022.8.22.0001
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
ADVOGADOS DO AUTOR: GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI, OAB nº AC4254, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
REU: SAMUEL GOMES SOUZA
ADVOGADO DO REU: IGOR JUSTINIANO SARCO, OAB nº RO7957
Valor da Causa: R$ 9.153,47
Data da distribuição: 26/05/2022
Despacho
Intime-se a parte autora para, em 10 (dez) dias, apresentar o comprovante de recolhimento das custas para a diligência pleiteada na petição de ID 82530587, nos termos do art. 17 da Lei Estadual n. 3.896/2016.
Atente que cada recolhimento equivale a uma pesquisa/consulta (um CPF e um sistema). Assim, pretendendo a parte efetuar mais de uma consulta (exemplo: dois ou mais sistemas ou dois ou mais CPF's em um sistema), deverá recolher o montante respectivo às diligências pleiteadas (duas custas), nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016 (Lei de Custas Judiciais).
Decorrido o prazo, se nada for apresentado, arquive-se.
Recolhidas as custas, venha concluso na pasta "Decisão JUD's".
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 0014484-77.2013.8.22.0001
Reintegração / Manutenção de Posse
REQUERENTE: Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARCELO LESSA PEREIRA, OAB nº RO1501, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO, OAB nº RO635
REQUERIDO: LEONARDO ROSATO DE SOUZA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: MICHELE MARQUES ROSATO, OAB nº RO3645, ANDRIA APARECIDA DOS SANTOS DE MENDONCA, OAB nº AC3784
Valor da Causa: R$ 10.000,00
Data da distribuição: 22/07/2013
DECISÃO
I – RELATÓRIO
LEONARDO ROSATO DE SOUZA opôs embargos de declaração contra a sentença proferida no processo ID n. 91842771, aduzindo a ocorrência de omissão e erro material. Sustenta que a decisão aduziu a não existência de provas robustas quanto a existência de comodato alegado pelo embargante. Menciona que apresentou provas suficientes para comprovar o comodato. Aduz, também, que o esbulho ficou caracterizado na data de 29/01/2021 não podendo o período de vigência do contrato ser computado para aferição da prescrição. Requer o acolhimento dos embargos.
É a síntese necessária.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Os embargos declaratórios ofertados são claramente improcedentes.
Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na decisão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.
Na verdade, o embargante repetiu os mesmos argumentos dos embargos de declaração opostos anteriormente (ID n. 88054074), que já foi decidido (ID n. 91842771).
Por outro lado, observa-se a ocorrência de erro material, pois constou na fundamentação que o esbulho ficou caracterizado em 29/01/2021, data da expedição da notificação, que ocorreu em 29/01/2012.
No entanto, o esbulho deve ser caracterizado em 15/03/2013, data da notificação quando o requerido se recusou a receber a notificação de desocupação voluntária (ID n. 13725788, p. 43).
Além disso, o autor foi condenado ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários, quando deveria ser a parte requerida em razão sua sucumbência.
Os equívocos cometidos são evidentes e devem ser corrigidos.
Assim, na forma do art. 494, inciso I do Código de Processo Civil, reconheço a ocorrência de erro material na sentença (ID n. 91842771).
Note-se que o erro material, como ocorre no presente caso concreto, pode ser corrigido a qualquer tempo, de ofício ou a requerimento das partes, sem que haja qualquer ofensa ao julgado.
Com relação aos demais apontamentos, mantém-se a decisão anterior (ID n. 91842771)
III – CONCLUSÃO
Ante o exposto, ACOLHO PARCIALMENTE os embargos de declaração apresentados por LEONARDO ROSATO DE SOUZA, e assim com fundamento no dispositivo legal supremencionado, RETIFICO a sentença proferida no ID n. 91842771, para que conste o seguinte:
Onde se lê:
“Em relação a alegada prescrição suscitada pela parte requerida, não merece ser confirmada. A contagem prescricional deve iniciar na data da notificação extrajudicial, momento esse no qual o autor da presente ação demonstra interesse na desocupação do imóvel. Ou seja, o esbulho ficou caracterizado na data de 29/01/2021, não podendo o período de vigência do contrato ser computado para aferição de prescrição.”
“Com a ressalva do §3º do art. 98 do CPC,CONDENO o autor a pagar as custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa atualizado (§2º do art. 85 do CPC), com correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça de Rondônia (INPC) a partir desta data e juros simples de 1% (um por cento) ao mês a partir do trânsito em julgado da decisão (§16 do art. 85 do CPC).”
Leia-se:
“Em relação a alegada prescrição suscitada pela parte requerida, não merece ser confirmada. A contagem prescricional deve iniciar na data da notificação extrajudicial, momento esse no qual o autor da presente ação demonstra interesse na desocupação do imóvel. Ou seja, o esbulho ficou caracterizado na data de 15/03/2013, não podendo o período de vigência do contrato ser computado para aferição de prescrição.”
“Com a ressalva do §3º do art. 98 do Código de Processo Civil, CONDENO o requerido a pagar as custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa atualizado (§2º do art. 85 do CPC), com correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça de Rondônia (INPC) a partir desta data e juros simples de 1% (um por cento) ao mês a partir do trânsito em julgado da decisão (§16 do art. 85 do CPC).”
Mantenho os demais termos do julgado.
Sem custas e sem honorários.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7004901-65.2021.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: ANISIO ORTIZ DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: RODRIGO STEGMANN, OAB nº AM6063
REU: BANCO BMG S.A.
ADVOGADO DO REU: Procuradoria do BANCO BMG S.A
Valor da Causa: R$ 248.211,45
Data da distribuição: 05/02/2021
Despacho
Observa-se que as custas iniciais foram parceladas em oito vezes, sendo que houve o pagamento de apenas três parcelas.
A parte autora informou a impossibilidade e pleiteia novo parcelamento.
Indefiro o pedido, pois nos termos do art. 7º da Resolução n. 150/2020-TJRO, a mora no pagamento de quaisquer das parcelas no curso do processo acarretará a antecipação do vencimento das vincendas.
Logo, deve ser aplicado o art. 15 daquela Resolução.
Intime-se a parte autora para, em 15 (quinze) dias, comprovar o pagamento das parcelas das custas iniciais de forma integral, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa.
Decorrido o prazo sem o pagamento, certifique-se o ocorrido e, após, cumpra-se o disposto no art. 35 e seguintes da Lei n. 3.896/2016 e art. 2º do Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG. Por fim, arquive-se.
Recolhidas as parcelas das custas de forma integral, arquive-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7007516-57.2023.8.22.0001
Monitória
AUTOR: UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVENIOS LTDA
ADVOGADOS DO AUTOR: PEDRO HENRIQUE VIEIRA FEITOSA, OAB nº RO9622, FABIO CAMARGO LOPES, OAB nº MG8807
REU: UNIAO BRASIL - RONDONIA - RO - ESTADUAL
ADVOGADO DO REU: ALEXANDRE CAMARGO FILHO, OAB nº RO9805
Valor da Causa: R$ 69.157,66
Data da distribuição: 09/02/2023
SENTENÇA
HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes (ID n. 93168671) para que produza seus jurídicos e legais efeitos e, em consequência, com fundamento na alínea “b” do inciso III do art. 487 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo movido por AUTOR: UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVENIOS LTDA contra REU: UNIAO BRASIL - RONDONIA - RO - ESTADUAL, ambos qualificados no processo e DETERMINO seu arquivamento.
Tratando-se de pedido de homologação de acordo, verifica-se a ocorrência da preclusão lógica quanto ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data.
Custas nos termos da sentença (ID n. 91880457).
Intime-se a parte requerida para, em 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa do Estado. O boleto para pagamento das custas pode ser acessado por meio do link http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/controleCustas.jsf;jsessionid=dccoQd1AaWrwh9NanNJexU9rqyeiA0evkxvPueuJ.wildfly01:custas1.1
Recolhido o valor, arquive-se.
Não havendo recolhimento, cumpra-se o disposto no art. 35 e seguintes da Lei n. 3.896/2016 e art. 2º do Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG. Após, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7007581-57.2020.8.22.0001

Procedimento Comum Cível
AUTOR: SEBASTIAO FEITOZA MACIEL
ADVOGADO DO AUTOR: FELIPE GOES GOMES DE AGUIAR, OAB nº RO4494
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 21.976,00
Data da distribuição: 18/02/2020
DESPACHO
Promova-se a mudança de classe processual para cumprimento de sentença.
Nos termos do art. 535 do CPC, fica a parte executada intimada para impugnar a execução, em de 30 (trinta) dias, sob pena de expedição da requisição de pagamento com os valores apresentados pela parte exequente.
Decorrido o prazo, não havendo impugnação, expeça-se precatório de acordo com o valor apontado pela parte exequente, nos termos do inciso II do §3º do art. 535 do CPC.
Ao arquivo para aguardar pagamento.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7017765-77.2017.8.22.0001
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI, OAB nº RO4937, Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, EDSON ROSAS JUNIOR, OAB nº AM1910
EXECUTADOS: GONCALVES INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, JOSE GONCALVES DA SILVA, BENEDITA CANDIDA DA SILVA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: CELSO CANDIDO DE SOUZA, OAB nº GO2967
Valor da causa: R$ 705.062,50
DESPACHO
DEFIRO o bloqueio de valores por meio do SISBAJUD, conforme comprovante em anexo.
O bloqueio de valores foi infrutífero, não possibilitando a realização de sequestro.
DEFIRO, também, a quebra do sigilo fiscal por meio do sistema INFOJUD.
Com o devido sigilo, as informações encontram-se em anexo.
Libere-se a CPE o acesso dos documentos somente aos advogados das partes devidamente representadas e que estejam cadastrados no processo.
Defiro, por fim, o bloqueio judicial por meio do sistema RENAJUD.
Segue o comprovante da solicitação.
Promova a parte exequente, em 10 (dez) dias, o andamento do feito para requerer o que entender de direito, sob pena de suspensão e arquivamento.
Decorrido o prazo, se nada for requerido, venha concluso o processo para suspensão na pasta “Despacho Urgente”.
Intime-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7022838-54.2022.8.22.0001
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
REQUERIDOS: LEONARDO SANTANA, ANALDO KILPPEL, SIMONE DA SILVA MORAES
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 177.837,98
DESPACHO
1) A CPE para que cumpra o despacho de ID n.91879161, visando intimar as partes requeridas para impugnar o bloqueio e demais termos do despacho.
2) DEFIRO a quebra do sigilo fiscal por meio do sistema INFOJUD.
Com o devido sigilo, as informações encontram-se em anexo.
Libere-se a CPE o acesso dos documentos somente aos advogados das partes devidamente representadas e que estejam cadastrados no processo.
3) Defiro, por fim, o bloqueio judicial por meio do sistema RENAJUD.

Foi localizado em nome do executado Leonardo Santana o veículo: FIAT/UNO MILLE WAY ECON, placa NCH6920; em nome de Analdo os veículos: HONDA/NXR150 BROS ESD, placa NCO1024 e HONDA/XLR 125, placa NCB0556, em todos os veículos foram lançadas restrições via RENAJUD.
A pesquisa em nome de Simone restou infrutífera.
Segue o comprovante das solicitações.
Após cumprimento do item 1, promova a parte exequente, em 15 (quinze) dias, o andamento do feito para requerer o que entender de direito, sob pena de suspensão e arquivamento.
Decorrido o prazo, se nada for requerido, venha concluso o processo para suspensão na pasta "Despacho Urgente".
Intime-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7026209-31.2019.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: ARLENE ABIORANA PORDEUS
ADVOGADOS DO AUTOR: RAFAEL SANTOS REIS CAVALINI, OAB nº RO3536A, VERONICA FATIMA BRASIL DOS SANTOS REIS CAVALINI, OAB nº RO1248
REU: ZOGHBI ADMINISTRACAO DE CONDOMINIOS E LOCACAO DE IMOVEIS LTDA.
ADVOGADO DO REU: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS, OAB nº RO3208
Valor da Causa: R$ 95.152,78
Data da distribuição: 19/06/2019
DECISÃO
I – RELATÓRIO
ARLENE ABIORANA PORDEUS, qualificado no processo, apresentou embargos de declaração contra a sentença de ID n. 89609089, alegando que a referida decisão contém erro material ao constar "Disse a autora que a empresa administradora do aluguel não foi negligente" quando houve a afirmação. Apontou obscuridade e contradição na condenação às custas, despesas processuais e honorários, sendo que é beneficiária da gratuidade de justiça. Argumentou que o entendimento firmado está contrário às provas. Alegou omissão quando falta de análise da responsabilidade objetiva e da ausência de poderes para representação da requerida. Requereu, por isso, seja suprida a referida omissão, contradição e erro material, para reanálise da decisão proferida.
Intimada, a parte embargada concordou apenas com o erro material, sustentando a inexistência de contradição e omissão (ID n. 91935696).
É a síntese necessária.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Os embargos declaratórios ofertados são claramente parcialmente procedentes.
Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na decisão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.
No presente caso, há a ocorrência da contradição apontada pela parte embargante e omissão quanto a condição suspensiva da exigibilidade das custas, despesas processuais e honorários.
Nos demais termos apontados pela embargante não há ocorrência de omissão, contradição e obscuridade.
A sentença proferida possui fundamento perfeitamente adequado à sistemática processual, apresentando com clareza as razões e arguições com base nos quais chegou o Juízo à conclusão da decisão.
Os embargos declaratórios não se destinam a prestar esclarecimentos à parte insatisfeita com o desfecho do processo e tampouco a retificar fundamentação de decisão proferida de maneira escorreita.
Não há que se falar em contradição do julgado, uma vez que, nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, a contradição que autoriza os aclaratórios é aquela entre proposições do próprio julgado, e não com as provas ou o entendimento da parte.
Nesse sentido:
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO COM OUTROS JULGADOS. IMPOSSIBILIDADE. PRETENSÃO DE REANÁLISE MERITÓRIA. I - Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, são cabíveis embargos de declaração quando houver na decisão vício consistente em: omissão, contradição, obscuridade ou erro material. II - A contradição que autoriza a oposição dos embargos é interna ao julgado atacado, e não entre ele e outros precedentes, ou com o entendimento da parte. III - Na espécie, a contradição apontada é com outros julgados que, segundo a embargante, seriam aplicáveis ao caso, o que é evidentemente inadmissível. IV - Inviável a intenção da embargante de mera reanálise do mérito do recurso especial. V - Embargos de declaração rejeitados" (STJ, Corte Especial, EDcl no AgInt nos EAREsp 498.082/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, julgado em 10/03/2020 e publicado no DJe 13/03/2020 - grifei).
Além do mais, é desnecessário enfrentar todos os argumentos do autor quando haja motivo suficiente para proferir a decisão.
Nesse sentido é o entendimento da Corte Superior:
"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA. 1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço. 2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. [...] 4. Percebe-se, pois, que o embargante maneja os presentes aclaratórios em virtude, tão somente, de seu inconformismo com a decisão ora atacada, não se divisando, na hipótese, quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil, a inquinar tal decisum. 5. Embargos de declaração rejeitados. (STJ, 1ª Seção, EDcl no MS n. 21.315/DF, Rel. Des. Diva Malerbi, julgado em 08/06/2016 - grifei).

Se a parte embargante está irresignada com a decisão proferida e pretende alterar o desfecho do feito, cabe a ela deduzir sua insatisfação perante a instância superior, pelos meios legais próprios.
Atente a parte que os embargos de declaração tem natureza integrativa e não substitutiva, como pretende a embargante.
No ponto:
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - APELO DE INTEGRAÇÃO - PRETENSÃO SUBSTITUTIVA. - Não merece conhecimento recurso que, sob o rótulo de embargos declaratórios, pretende substituir a decisão recorrida por outra. - Os embargos declaratórios são apelos de integração, não de substituição." (STJ, Corte Especial, EDcl no AgRg nos EDcl na Carta Rogatória n. 2.894 - MX, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, julgado em 30/6/2008 e publicado no DJe em 7/8/2008).
III – CONCLUSÃO
Ante o exposto, ACOLHO PARCIALMENTE os embargos de declaração apresentados por ARLENE ABIORANA PORDEUS, e assim com fundamento no dispositivo legal supremencionado, RETIFICO/ a sentença proferida no ID n. 89609089, para que conste o seguinte:
Onde se lê:
"Disse a autora que a empresa administradora do aluguel não foi negligente em sua atuação, pois não teria cumprido o dever de fiscalizar a conservação e manutenção do imóvel no período da referida locação e assim permitindo que aluguéis ficassem em atraso e que o locatário utilizasse o bem sem cuidados mínimos o que levou o imóvel a um estado de extrema deterioração e que, ao ser acionada, e empresa contratada não adotou as medidas necessárias."
"CONDENO a parte autora ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais da parte contrária, estes no percentual de 10% do valor atualizado da causa, ante a natureza da ação e a simplicidade da causa, nos termos do §2º do art. 85 do CPC. Com correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça de Rondônia (INPC) e com juros simples de 1% (um por cento) ao mês, ambos a partir desta data."
Leia-se:
"Disse a autora que a empresa administradora do aluguel foi negligente em sua atuação, pois não teria cumprido o dever de fiscalizar a conservação e manutenção do imóvel no período da referida locação e assim permitindo que aluguéis ficassem em atraso e que o locatário utilizasse o bem sem cuidados mínimos o que levou o imóvel a um estado de extrema deterioração e que, ao ser acionada, e empresa contratada não adotou as medidas necessárias."
"Com a ressalva do art. 98, §3º do Código de Processo Civil, CONDENO a parte autora ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais da parte contrária, estes no percentual de 10% do valor atualizado da causa, ante a natureza da ação e a simplicidade da causa, nos termos do §2º do art. 85 do Código de Processo Civil, com correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça de Rondônia (INPC) e com juros simples de 1% (um por cento) ao mês, ambos a partir desta data."
Mantenho os demais termos da sentença.
Sem custas e sem honorários.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7042964-62.2021.8.22.0001
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: ANTONIO ADEMIR DA SILVA FILHO
ADVOGADO DO REQUERENTE: SILENE SILVA NORBERTO, OAB nº RO11472
REQUERIDO: FRANCINEIDE DE SOUZA ARAUJO MONTINEGRO
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 0,00
DESPACHO
1) Retifique-se o valor da causa para constar de acordo com a petição inicial no valor de R$ 33.088,21 (Trinta e três mil oitenta e oito reais e vinte e um centavos)- ID n. 61100020.
2) Proceda-se a mudança de classe do processo para ação de execução, nos termos do despacho de ID n. 61201450.
3) A parte executada foi citada da presente execução no ID n. 83501546 e não realizou o pagamento voluntário e nem indicou bens à penhora. Dessa forma, não a o que se falar em repetição de citação nos termos requerido no ID n.92737370.
4) DEFIRO o bloqueio de valores. Segue, em anexo, o comprovante de realização de diligência eletrônica pelo sistema SISBAJUD.
Intime-se a parte executada para, querendo, impugnar o bloqueio em 5 (cinco) dias (§3º do art. 854 do CPC). Apresentada impugnação, intime-se a parte exequente para se manifestar, também no prazo de 5 (cinco) dias.
Havendo impugnação, e estando a parte exequente já intimada, venha o processo concluso para decisão.
Não sendo apresentada impugnação, o bloqueio fica convertido em penhora, sem necessidade de termo (art. 854, §5º, do CPC). Ficando a parte executada intimada desde logo para apresentar impugnação à penhora em 15 (quinze) dias, a contar do término do prazo para impugnar o bloqueio.
Apresentada impugnação, intime-se a parte exequente para também em 15 (quinze) dias apresentar manifestação.
Se houver impugnação e já decorrido o prazo da parte exequente para se manifestar, venha o processo concluso para decisão.
Em caso de não apresentação de impugnação, levante-se o valor em favor da parte exequente, ficando intimada a informar eventual saldo remanescente, acompanhado de cálculos e requerendo o que entender de direito em 5 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento.
5) DEFIRO, também, a quebra do sigilo fiscal por meio do sistema INFOJUD.
Com o devido sigilo, as informações encontram-se em anexo.

Libere-se a CPE o acesso dos documentos somente aos advogados das partes devidamente representadas e que estejam cadastrados no processo.
6) Defiro o bloqueio judicial por meio do sistema RENAJUD.
Com fundamento no art. 7º-A do Decreto-Lei n. 911/1969, não é possível a restrição do veículo encontrado (placa NBS1233) por constar gravame de alienação fiduciária. A propriedade pertence ao credor fiduciário.
Segue o comprovante da solicitação.
7) Defiro a pesquisa de CNIS. O extrato previdenciário do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS pode ser obtido por meio do sistema PREVJUD.
Consta em anexo o resultado da pesquisada realizada no CPF da parte executada.
8) No que se refere a consulta de bens pelo sistema ARISP, indefiro o pedido.
A realização de pesquisa de bens imóveis, via ARISP, poderá ser realizada pela própria parte via internet, por exemplo, nos seguintes sites:
http://www.oficioeletronico.com.br
https://www.registradores.org.br/
https://www.registradores.org.br/PO/DefaultPO.aspx?from=menu
https://www.registradores.org.br/CE/DefaultCE.aspx
Dessa forma, dispensável a intervenção do juízo.
Intime-se.
CÓPIA DESTE DESPACHO SERVE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/CARTA AR
Dados para o cumprimento:
Parte requerida: FRANCINEIDE DE SOUZA ARAUJO MONTINEGRO, CPF nº 92760287220, AVENIDA CAMPOS SALES 777, - DE 589 A 1077 - LADO ÍMPAR AREAL - 76804-321 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7056185-88.2016.8.22.0001
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: INSTITUTO JOAO NEORICO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546
EXECUTADO: IAGO RIBEIRO PRIVADO
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 7.850,46
Data da distribuição: 31/10/2016
DESPACHO
Defiro o pedido de dilação de prazo de 10 (dez) dias para apresentação de comprovante de pagamento das custas, sob pena de arquivamento.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7057506-85.2021.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: ROSIVALDO RIBEIRO LAMAS
ADVOGADO DO AUTOR: FLAVIA LAIS COSTA NASCIMENTO, OAB nº RO6911
REU: AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A
ADVOGADOS DO REU: MARILIA GUIMARAES BEZERRA, OAB nº RO10903, JONATAS JOEL MORETES SILVESTRE, OAB nº RO10021
Valor da Causa: R$ 61.631,26
Data da distribuição: 06/10/2021
SENTENÇA
I - RELATÓRIO
Trata-se de julgamento da ação por danos materiais e reparação por danos morais e estéticos c/c pagamento de lucros cessantes, proposta por ROSIVALDO RIBEIRO LAMAS em face da AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A.
A parte requerente narra que no dia 10 de junho de 2018 foi vítima de acidente de trânsito, sendo encaminhado para o Hospital João Paulo II, cujo atendimento foi realizado e diagnosticado com lesão no menisco de joelho D.

Afirma que, temendo sofrer alguma sequela ocasionada para esperar por vagas, decidiu recorrer ao seu plano de saúde, sendo atendido no Hospital da AMERON e devidamente iniciado o tratamento para o trauma. No dia previamente agendado, foi encaminhado ao centro cirúrgico, porém antes de dar início ao procedimento, o médico da parte requerida, optou por realizar procedimento cirúrgico alheio ao que fora contratado, sem o consentimento do autor.
Alega que, apesar do acompanhamento médico realizado pelo Ortopedista da parte requerida e das propostas de reabilitação por meio de fisioterapia para o fortalecimento da musculatura, o caso se agravou, e o Autor sofre fortes dores no joelho, que resultam na impossibilidade de locomoção normal e instabilidade dos movimentos.
Requer a procedência dos pedidos formulados, condenando a parte requerida ao pagamento de danos morais no valor de R$ 15.000,00.
Requer também a procedência do pedido para condenar a parte requerida no valor de R$ 7.079,26, por danos materiais, comprovados por meio de relatório de utilização em anexo, acrescido de juros e correção monetária desde a data dos descontos.
Requereu lucros cessantes, nos valores em que a parte requerente deixou de obter no valor de R$ 39.552,00.
A parte requerida foi devidamente citada e agendada a audiência de conciliação. Realizada a audiência, restou infrutífera.
Em contestação a parte requerida suscita preliminar de ausência de pedido expresso, violando o art. 319, inciso III, do Código de Processo Civil (CPC).
No mérito, afirma que foram realizadas mais 02 (duas) consultas médicas, com ampla visualização de outros exames, entre outros documentos necessários, para atestar a necessidade do procedimento cirúrgico, de maneira que o Dr. Hallan designou a cirurgia para a data de 13/10/2018.
Discorre que coube trazer que, de fato, todos os apontamentos médicos traziam a necessidade da cirurgia, observada como "Artroscopia Cirúrgica do Joelho D", como exposto no trecho do Prontuário Médico Sintético colacionado acima, contudo, a referida indicação fora observada como um "falso positivo", tendo em vista que, no momento em que fora iniciado o procedimento, o médico, Dr. Hallan, ao realizar o inventário artroscópico da cavidade articular, notou que: (i) a lesão do menisco era estável, com potencial de cicatrização; (ii) o ligamento cruzado anterior estava íntegro, não devendo ser reconstruído, pois não se encontrava rompido ou desarranjado, em contrariedade à primeira ressonância magnética realizada, resultando-se, assim, em um falso positivo.
Alega também que o plano de saúde forneceu os devidos serviços de fisioterapia, enquanto havia o vínculo com o autor.
Argumenta que não houve ato ilícito, bem como, o pleito de dano material não encontra qualquer respaldo conforme a realidade dos fatos.
Afirma que o agravamento do estado de saúde foi agravado pela própria requerente que não participou de outras sessões de fisioterapia e estaria fazendo academia, bem como, estaria se locomovendo com uma motocicleta.
Por fim afirma que a parte requerente não cumpriu com o seu ônus da prova, nos termos do artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil e requer a litigância de má-fé por alterar a verdade dos fatos.
Em réplica à contestação, a parte requerente afirma que todos os pré-requisitos para a ação foram preenchidos.
Sustenta novamente que houve erro médico e afirma que o fato da não realização de procedimento devidamente remunerado, aliado a complicação de estado clínico, por si só já configura o dano estético.
Por fim afirma que todas as provas pertinentes ao pleito encontram-se contidas nos autos.
Dado seguimento aos autos e intimada as partes para, querendo, especificarem as provas que pretendem produzir, a parte requerente não se manifestou e a parte requerida fez pedido de prova testemunhal para a oitiva de testemunhas e os autos vieram conclusos para decisão.
II - FUNDAMENTAÇÃO
Não vejo necessidade de audiência para oitiva de testemunhas, pois os fatos controvertidos devem ser esclarecidos à luz de outras provas, especialmente pelo exame de prova pericial, como ocorre no caso dos autos.
Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ- 4ª. Turma, Resp 2.832-RJ, REL.MIN. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14/08/1990 e publicado no DJU em 17/09/90, p. 9.513).
No presente caso, a questão de mérito dispensa a produção de outras provas, logo, há que se promover o julgamento antecipado da causa, na forma do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
Por verificar a presença dos pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, além de reunidas às condições da ação, passo ao exame.
DA PRELIMINAR
Não assiste razão a parte demandada, pois verifico que a petição da parte autora cumpriu com todas as exigências do art. 319 e 320 do CPC.
DO MÉRITO
A legislação aplicável à hipótese é o CDC, inserindo-se as partes nos conceitos de consumidor e fornecedor expressos nos artigos 2º e 3º do referido diploma. Assim, a responsabilidade em exame é objetiva, nos termos do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor, exigindo-se para sua configuração a demonstração do fato, do dano e do nexo causal.
Em que pese seja uma relação de consumo é imprescindível a prova do fato constitutivo direito do autor, nos termos do art. 373, I, do Código de Processo Civil.
É certo que para a configuração do dever de indenizar, nos termos dos artigos 186 e 927, ambos do CC, devem estar presentes os pressupostos da responsabilidade civil (dano, ato ilícito e nexo de causalidade).
Da análise dos fatos é possível se extrair que a controvérsia se instala no suposto erro médico, sob alegação da parte requerida de que o médico que lhe atendeu no hospital da AMERON, optou por realizar procedimento cirúrgico alheio ao que fora contratado, sem o consentimento da parte requerente, bem como após o procedimento cirúrgico o seu caso fez agravar e não melhorar, apresentando fortes dores no joelho que, resultam na impossibilidade de locomoção normal e instabilidade dos movimentos.
Pois bem.
O acidente de trânsito e o atendimento médico prestado pela AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A é fato incontroverso.
Todavia, não é possível se extrair das alegações e das provas colacionadas aos autos que houve erro médico.
O fato da parte requerente alegar que o procedimento cirúrgico realizado e o tratamento realizado agravaram o seu caso, por si só, não traduz erro na conduta do médico, na medida em que este fato pode ter ocorrido por diversos motivos: problema no material, erro do médico, incompatibilidade do material disponível com a lesão/fratura, a não realização correta do tratamento pela própria parte requerente etc. Ou qualquer outra razão que apenas uma perícia seria capaz de confirmar.

Todavia, a autora não requereu a produção da referida prova oportunamente, logo, não há prova do erro médico, motivo pelo qual, seus pedidos improcedem.
III - DISPOSITIVO
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do artigo 487 do Código de Processo Civil c/c o art. 38 da Lei n. 9.099/1995, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos iniciais formulados por ROSIVALDO RIBEIRO LAMAS em face do AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A, ambas qualificadas no processo.
CONDENO a parte requerente ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que arbitro em 10% sobre o valor atualizado da causa, ressalvando a circunstância dos § § 2º e 3º do art. 98 do CPC.
Com o trânsito em julgado, certifique-se o pagamento das custas, protestando-se e inscrevendo-se em dívida ativa em caso de inércia.
Em caso de pagamento espontâneo, expeça-se o competente alvará, arquivando-se o feito.
Não havendo pagamento e, diante de requerimento para cumprimento de sentença, modifique-se a classe e intime-se a parte sucumbente, na pessoa do seu advogado constituído nos autos ou pessoalmente, para efetuar o pagamento da condenação, no prazo de quinze dias, sob pena de incidência a multa de 10% (dez por cento), bem como honorários advocatícios também de 10%, se o caso, além de custas, se houver, nos termos do art. 523 e parágrafos do Código de Processo Civil.
Efetuado o pagamento através de depósito judicial, inclusive dos honorários, desde já autorizo a expedição de alvará em favor da parte exequente. Em seguida, venham os autos conclusos para extinção.
Adotadas as providências de praxe e nada sendo requerido, arquive-se.
Intimem-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA,
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7079700-45.2022.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: LEILA VALENTE DE ARAUJO
ADVOGADO DO AUTOR: JULIANA SLEIMAN MURDIGA, OAB nº SP300114
REU: BANCO VOLKSWAGEN S.A.
ADVOGADOS DO REU: JOAO FRANCISCO ALVES ROSA, OAB nº BA17023, PROCURADORIA DA VOLKSWAGEN
Valor da Causa: R$ 4.173,52
Data da distribuição: 18/11/2022
SENTENÇA
I – RELATÓRIO
LEILA VALENTE DE ARAÚJO ajuizou ação revisional de contrato bancário em face de BANCO VOLKSWAGEN S/A ao fundamento de que houve a inclusão indevida da tarifa de cadastro, tarifa de avaliação, além dos juros maiores do que o contratado. Requer a declaração de abusividade do contrato e sua consequente revisão com expurgo dos valores indevidos e aplicação da taxa média de juros do mercado, bem como a devolução em dobro dos valores indevidamente cobrados. Juntou procuração e documentos. ID 83823658 a ID 83823665.
Houve declínio de competência ao juízo da 6ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, pois em consulta verificou-se que encontrava-se em tramitação o processo nº 7005109-15.2022.8.22.0001 referente a busca e apreensão do veículo financiado. ID 83920923.
Contudo, o Superior Tribunal de Justiça fixou o entendimento em razão da inexistência de conexão entre as ações de busca e apreensão decorrentes de contrato de alienação fiduciária e as de revisão de contrato de financiamento, deste modo, foi realizada a redistribuição dos autos à 7ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho. ID 84275019.
Deferida a gratuidade judiciária e designada a audiência de conciliação, assim como a citação da parte requerida. ID 84570442.
Na contestação a parte requerida alegou, preliminarmente, a inépcia da inicial ante ausência de especificação das cláusulas controvertidas e por consequência a extinção do processo sem julgamento do mérito. Argumenta que o Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento pela possibilidade de cobrança da tarifa de cadastro, da taxa de avaliação de bem, da despesa de registro do contrato e do seguro de proteção financeira. Assim como, destaca a inexistência da cobrança referente a tarifa de avaliação neste presente contrato. Ainda, aduz que a contratação do título de capitalização está expressamente prevista no contrato celebrado, bem como afirma que a taxa remuneratória está em consonância com a praticada no mercado. Por fim, argumenta que as cobranças são legais e requer o acolhimento da preliminar e a improcedência da ação. ID 85461185 a ID 85461191.
Prazo aberto para impugnação. ID 87202357.
A parte autora apresentou sua impugnação aduzindo quanto a inexistência de inépcia, afirmando que a exordial apresenta de forma detalhada os pontos que pretende ser revisados, restando assim a necessidade da análise do mérito. Reiterando os termos da exordial, bem como aduziu o equívoco na indicação da tarifa de avaliação, razão em que retifica para tarifa de cadastro. ID 87936052.
Intimadas a especificarem provas, as partes pugnaram pelo julgamento antecipado da lide. ID 90061034 e ID 90382197.
É o relatório. Decido.
II – FUNDAMENTAÇÃO
DA APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA
A jurisprudência é pacífica no sentido de que as relações jurídicas entre as instituições financeiras e seus clientes configuram relação de consumo, que se perfaz sob a forma de prestação de serviços, a teor do artigo 3º, §2º, do Código de Defesa do Consumidor, seguindo o entendimento expresso no enunciado n. 297 da súmula de jurisprudência Superior Tribunal de Justiça.
A pretensão à revisão contratual recai sobre relação de consumo entre o autor e a instituição financeira ré, sendo, portanto, aplicáveis as disposições do Código de Defesa do Consumidor.

Deste modo, resta claro a existência de relação de consumo e a hipossuficiência do autor/consumidor em face do requerido/fornecedor.
DA INÉPCIA DA INICIAL
A parte ré aduz ser inépcia a exordial ante ausência de especificação das cláusulas controvertidas, fundamentando seu pedido no art. 330, § 3º, do CPC.
A inépcia da inicial é descrita no art. 330, I e § 2º, do CPC revelando a impropriedade do pedido da parte requerida.
Ademais, petição inicial inepta é aquela que desobedece à forma prescrita em lei para sua apresentação, ou seja, quando lhe faltar pedido ou causa de pedir ou quando da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão e quando contiver pedidos incompatíveis entre si.
Notadamente não é este o caso pois a parte autora de forma clara apresentou sua causa de pedir e pedidos, bem como discriminou as obrigações contratuais que pretende controverter.
Assim, REJEITO a preliminar de inépcia da exordial.
DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE
Não há outras preliminares ou questões processuais pendentes. As partes são legítimas e encontram-se devidamente representadas.
Possível o julgamento antecipado do mérito, especialmente diante do desinteresse das partes na produção de outras provas. Passo a analisar o mérito.
DO REGISTRO DE CONTRATO (DESPESA DO EMITENTE)
Para avaliar a legitimidade dessas cobranças, é necessário analisar a Resolução 3.919/2010 do Conselho Monetário Nacional, que consolida as normas sobre cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras.
Quanto a Despesa do Emitente como consta no contrato ID 85461187- p. 2, trata-se da tarifa referente ao registro de contrato, que conforme resolução revela-se legítima desde que o seu valor não seja demasiadamente oneroso e que o serviço tenha efetivamente sido prestado.
Portanto, além de sua previsão contratual, deve haver ainda a prova de sua realização, ou seja, deve a instituição financeira demonstrar que efetivamente realizou o serviço de registro de contrato ou que teve de arcar com os custos desses serviços.
Neste sentido, já se manifestou o E. Superior Tribunal de Justiça, confira-se:
RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. TEMA 958/STJ. DIREITO BANCÁRIO. COBRANÇA POR SERVIÇOS DE TERCEIROS, REGISTRO DO CONTRATO E AVALIAÇÃO DO BEM. PREVALÊNCIA DAS NORMAS DO DIREITO DO CONSUMIDOR SOBRE A REGULAÇÃO BANCÁRIA. EXISTÊNCIA DE NORMA REGULAMENTAR VEDANDO A COBRANÇA A TÍTULO DE COMISSÃO DO CORRESPONDENTE BANCÁRIO. DISTINÇÃO ENTRE O CORRESPONDENTE E O TERCEIRO. DESCABIMENTO DA COBRANÇA POR SERVIÇOS NÃO EFETIVAMENTE PRESTADOS. POSSIBILIDADE DE CONTROLE DA ABUSIVIDADE DE TARIFAS E DESPESAS EM CADA CASO CONCRETO.
1. DELIMITAÇÃO DA CONTROVÉRSIA: Contratos bancários celebrados a partir de 30/04/2008, com instituições financeiras ou equiparadas, seja diretamente, seja por intermédio de correspondente bancário, no âmbito das relações de consumo.
2. TESES FIXADAS PARA OS FINS DO ART. 1.040 DO CPC/2015:
2.1. Abusividade da cláusula que prevê a cobrança de ressarcimento de serviços prestados por terceiros, sem a especificação do serviço a ser efetivamente prestado;
2.2. Abusividade da cláusula que prevê o ressarcimento pelo consumidor da comissão do correspondente bancário, em contratos celebrados a partir de 25/02/2011, data de entrada em vigor da Res.-CMN 3.954/2011, sendo válida a cláusula no período anterior a essa resolução, ressalvado o controle da onerosidade excessiva;
2.3. Validade da tarifa de avaliação do bem dado em garantia, bem como da cláusula que prevê o ressarcimento de despesa com o registro do contrato, ressalvadas a:
2.3.1. abusividade da cobrança por serviço não efetivamente prestado; e a
2.3.2. possibilidade de controle da onerosidade excessiva, em cada caso concreto.
3. CASO CONCRETO.
3.1. Aplicação da tese 2.2, declarando-se abusiva, por onerosidade excessiva, a cláusula relativa aos serviços de terceiros (“serviços prestados pela revenda”).
3.2. Aplicação da tese 2.3, mantendo-se hígidas a despesa de registro do contrato e a tarifa de avaliação do bem dado em garantia.
4. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.
(REsp n. 1.578.553/SP, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, julgado em 28/11/2018, DJe de 6/12/2018).
No tocante à tarifa de registro de contrato, o Código Civil Brasileiro em seu artigo 1.361 aduz que:
Art. 1.361. Considera-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor.
Ademais, a Resolução Contran nº 320 de 05/06/2009, posteriormente revogada pela nº 689 de 27/09/2017, estabelece que:
O Registro Nacional de Gravames - RENAGRAV e dispõe sobre o Registro de Contratos com cláusula de Alienação Fiduciária em operações financeiras, consórcio, Arrendamento Mercantil, Reserva de Domínio ou Penhor, nos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, para anotação no Certificado de Registro de Veículos - CRV.
Considerando que restou comprovado nos autos por meio do documentos de CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo) ID 83823660 - p. 3, a transferência do veículo para o nome da requerente e o registro da alienação fiduciária ao Banco Volkswagen S/A.
Além do valor cobrado, R$351,99 (trezentos e cinquenta e um reais e noventa e nove centavos) não representar onerosidade excessiva.
Diante da ausência de abusividade nas cobranças e sendo os serviços efetivamente prestados não há razão para sua repetição.
DA TARIFA DE CADASTRO
Em relação à tarifa de cadastro, o STJ no julgamento dos Recursos Especiais 1.251.331/RS 1.255.573/RS (Tema 620) firmou a seguinte tese:
Permanece válida a tarifa de cadastro expressamente tipificada em ato normativo padronizador da autoridade monetária, a qual somente pode ser cobrada do início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira.
De igual modo, a Súmula 566 do STJ prevê que “nos contratos bancários posteriores ao início da vigência da Resolução-CMN n. 3.518/2007, em 30/4/2008, pode ser cobrada a tarifa de cadastro no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira.” (SÚMULA 566, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/02/2016, DJe 29/02/2016).

A Resolução 3.919/2010 do Conselho Monetário Nacional dispõe que o fator gerador da cobrança da tarifa de cadastro é a simples "Realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, e tratamento de dados e informações necessários ao início de relacionamento decorrente da abertura de conta de depósitos à vista ou de poupança ou contratação de operação de crédito ou de arrendamento mercantil, não podendo ser cobrada cumulativamente."

Assim demonstrada a legalidade da cobrança de tarifa, no início do relacionamento entre as partes. A tarifa de cadastro serve para cobrar/remunerar o serviço da instituição financeira pelo serviço da abertura do cadastro do consumidor, que obviamente não possui relacionamento com o Banco.

Insta salientar, que a parte ré apresentou consulta sob o referencial dos valores médios por tarifa bancária no segmento de financiamento na confecção de cadastro de pessoa física com valor equivalente a R$ 1.057,58 (mil e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos) ID 85461191, logo, uma vez que o valor cobrado no contrato encontra-se inferior, tendo em vista a quantia repassada ao consumidor final ser o de R$ 495,00 (quatrocentos e noventa e cinco reais) ID 85461189, restou comprovado a inexistência abusiva por parte do requerido.

DA REVISÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS

Controvertem as partes quanto a possibilidade de revisão da taxa de juros pactuada no contrato objeto destes autos.

Com efeito, as instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios que foi estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33). Neste sentido, confira-se a Súmula 596 do STF, in verbis:

Súmula 596/STF

As disposições do Decreto 22.626/1933 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o Sistema Financeiro Nacional.

Também não se aplicam as limitações do art. 591 c/c o art. 406 do Código Civil aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário, porquanto estes são regulados pelo Conselho Monetário Nacional, conforme dispõe a Lei nº. 4.595/64.

Ressalte-se que, ainda que anterior, a Lei nº. 4.595/64 deve ser aplicada em detrimento do Código Civil por ser lei específica sobre a matéria.

Desta forma, com fundamento na Lei nº. 4.595/64, não tendo o Conselho Monetário Nacional fixado limite para a definição dos juros nestas operações, tem-se, em regra, que os juros remuneratórios podem ser livremente pactuados entre as partes nos contratos de empréstimo no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

No entanto, como já destacado anteriormente, o contrato objeto dos autos é também regulado pelas disposições do Código de Defesa do Consumidor, lei específica, de ordem pública e interesse social, que confere proteção ao consumidor, tido como parte vulnerável na relação de consumo.

O aludido Código, em seu artigo 39, inciso V, estabelece que ao fornecedor é vedado "exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva" e, paralelamente, em seu art. 51, inciso IV, torna nulas de pleno direito cláusulas que "estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou seja, incompatíveis com a boa-fé ou a equidade."

Desta forma, estando o contrato sob a égide do Código de Defesa do Consumidor, revela-se possível a revisão de cláusulas abusivas, ainda que disponham sobre a remuneração do contrato.

Calcada nessas premissas, adoto como fundamento desta sentença parte do voto proferido pela E. Ministra Nancy Andrighi no REsp nº 1.061.530 – RS, julgado sob a sistemática do artigo 543-C do CPC/73, onde são citados posicionamentos de outros Eminentes Ministros sobre o tema em enfoque, confira-se:

[…] os Ministros que atualmente compõem esta 2ª Seção têm admitido a possibilidade de controle dos juros manifestamente abusivos naqueles contratos que se inserem em uma relação de consumo.

O Min. Aldir Passarinho Junior vem considerando "que a pactuação [dos juros] é livre entre as partes, somente se podendo falar em taxa abusiva se constatado oportunamente por prova robusta que outras instituições financeiras, nas mesmas condições, praticariam percentuais muito inferiores" (REsp 915.572/RS, Quarta Turma, DJe 10.03.2008).

Por isso, o Ministro Aldir defende que essa abusividade seja demonstrada em "perícia que propicie a comparação com as taxas praticadas por outras instituições financeiras, desde que coincidentes o produto, a praça e a época da firmatura do pacto" (AgRg no REsp 935.231/RJ, Quarta Turma, DJ de 29.10.2007).

O Min. Sidnei Beneti reconheceu que "para o período da inadimplência, permite-se o controle judicial dos juros remuneratórios, com base nas regras do Código de Defesa do Consumidor, quando ficar comprovado que o percentual cobrado destoa da taxa média do mercado para a mesma operação financeira".

Assim, conclui o Min. Beneti que, como "o Acórdão recorrido apurou que a taxa de juros remuneratórios cobrada pela instituição financeira recorrida encontra-se acima do dobro da taxa média do mercado para a modalidade do negócio jurídico efetivado", na inadimplência, os juros deveriam variar "segundo a taxa média do mercado, para a operação de mútuo, apurada pelo Banco Central do Brasil, na forma da Circular da Diretoria n° 2.957, de 28 de dezembro de 1999 (...)" (REsp 977.789/RS, Terceira Turma, DJe de 20.06.2008). Ressalte-se, para fins ilustrativos, que nessa hipótese havia dois contratos de mútuo, um com taxa de 9,9% ao mês e outro de 8,8% ao mês.

Por sua importância, ainda vale mencionar a posição de alguns Ministros que não mais integram esta 2ª Seção:

O Ministro César Asfor Rocha, diante de juros remuneratórios pactuados à taxa de 34,87% ao mês contra uma taxa média, apurada por perícia, de 14,19% ao mês, entendeu que, estando "cabalmente comprovada por perícia, nas instâncias ordinárias, que a estipulação da taxa de juros remuneratórios foi aproximadamente 150% maior que a taxa média praticada no mercado, nula é a cláusula do contrato" (REsp 327.727/SP, Segunda Seção, DJ de 08.03.2004).

O Min. Pádua Ribeiro, por seu turno, constatando cobrança de taxa superior ao triplo da média (380,78% ao ano contra 67,81% ao ano), reduziu-a para o "patamar médio praticado pelo mercado para a respectiva modalidade contratual" (REsp 971.853/RS, Quarta Turma, DJ de 24.09.2007).

Logo, diante desse panorama sobre o posicionamento atual da 2ª Seção, conclui-se que é admitida a revisão das taxas de juros em situações excepcionais, desde que haja relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada – art. 51, §1º, do CDC) esteja cabalmente demonstrada.

(REsp 1.061.530-RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 22/10/2008.)

Fixadas estas premissas e já tendo estabelecido a existência de relação de consumo, cumpre averiguar se no caso dos autos há abusividade capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada.

A taxa de juros é, em geral, fixada à luz de diversos componentes do custo do dinheiro emprestado, fato que, a priori, torna difícil a constatação de abusividade da taxa estipulada no contrato.

No entanto, o Banco Central do Brasil, há algum tempo, passou a divulgar as taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras nas diversas modalidades de crédito disponibilizadas no mercado e também a taxa média destas operações.
A taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil é calculada segundo as informações prestadas pelas diversas instituições financeiras atuantes no mercado interno e, por isso, representa bem a realidade praticada no mercado.
Com efeito, esta taxa indica o "spread" médio das instituições financeiras em cada modalidade de crédito, revelando-se como um parâmetro para a elaboração de um juízo sobre a abusividade.
Logicamente, não se pode conceber que toda operação cuja taxa exceda a média seja abusiva, pois, de certo, a média é composta por taxas inferiores e também superiores. No entanto, uma taxa que exageradamente destoe da média certamente configura uma exagerada desvantagem ao consumidor.
A jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça demonstra ser pacífica a adoção da taxa média de juros fornecida pelo Banco Central do Brasil como critério de verificação da abusividade da taxa prevista no contrato, confira-se:
CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. CONTRATO BANCÁRIO. REVISIONAL. OMISSÃO INEXISTENTE. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. JUROS REMUNERATÓRIOS ABUSIVOS. PROVAS ANEXADAS AOS AUTOS. CONCLUSÃO TOMADA COM BASE NA ANÁLISE DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E DEMAIS PREMISSAS FÁTICAS. REVISÃO OBSTADA PELAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.
2. Não há ofensa ao art. 535 do CPC/73 se o Tribunal examinou as questões atinentes à solução da lide e declinou os fundamentos nos quais firmou suas conclusões, sendo certo que o fato de não o fazer à luz dos dispositivos legais indicados pela parte não o vicia de nulidade.
3. Ademais, ainda que o houvesse omissão acerca do art. 2º do CDC, a decisão agravada, ao aplicar o direito à espécie (art. 1.025 do NCPC), ter-lhe-ia suprido.
4. As convicções firmadas pela Corte estadual acerca da abusividade da taxa de juros remuneratórios cobrada está em sintonia com a jurisprudência desta Corte, porque decorreu de comparação feita com a taxa média de mercado divulgada pelo BACEN, sendo certo que a revisão do acórdão recorrido à luz dos fundamentos carreados no recurso especial está obstada pelas Súmulas nºs 5 e 7 do STJ.
5. Agravo interno não provido.
(AgInt no AREsp 879.448/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 29/05/2017).
BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONTRATO QUE NÃO PREVÊ O PERCENTUAL DE JUROS REMUNERATÓRIOS A SER OBSERVADO. I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO - JUROS REMUNERATÓRIOS 1 - Nos contratos de mútuo em que a disponibilização do capital é imediata, o montante dos juros remuneratórios praticados deve ser consignado no respectivo instrumento. Ausente a fixação da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente. 2 - Em qualquer hipótese, é possível a correção para a taxa média se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados. II - JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO - Consignada, no acórdão recorrido, a abusividade na cobrança da taxa de juros, impõe-se a adoção da taxa média de mercado, nos termos do entendimento consolidado neste julgamento. - Nos contratos de mútuo bancário, celebrados após a edição da MP nº 1.963-17/00 (reeditada sob o nº 2.170-36/01), admite-se a capitalização mensal de juros, desde que expressamente pactuada. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Ônus sucumbenciais redistribuídos. (STJ - REsp: 1112879 PR 2009/0015831-8, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 12/05/2010, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 19/05/2010).
Portanto, deve a abusividade da taxa de juros prevista no contrato ser avaliada em comparação à taxa de juros média fornecida pelo Banco Central do Brasil em operações de natureza similar.
A jurisprudência tem considerado abusivas taxas superiores a uma vez e meia (voto proferido pelo Min. Ari Pargendler no REsp 271.214/RS, Rel. p. Acórdão Min. Menezes Direito, DJ de 04.08.2003), ao dobro (Resp 1.036.818, Terceira Turma, minha relatoria, DJe de 20.06.2008) ou ao triplo (REsp 971.853/RS, Quarta Turma, Min. Pádua Ribeiro, DJ de 24.09.2007) da média.
Todavia, conforme consignado pela E. Ministra Nancy Andrighi, esta perquirição acerca da abusividade não é estanque, o que impossibilita a adoção de critérios genéricos e universais, eis que a taxa média de mercado, divulgada pelo Banco Central, constitui um valioso referencial, mas cabe somente ao juiz, no exame das peculiaridades do caso concreto, avaliar se os juros contratados foram ou não abusivos." (REsp 1061530/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009).
A autora informa que a taxa de juros celebrada entre as partes era de 1,68% a.m. e 22,11% a.a., conforme os autos ID 83823658 e ID 83823660 - p. 1.
Ocorre que a partir da consulta ao BACEN juntada aos autos é possível aferir que a taxa média para a operação em comento (crédito para pessoa física – aquisição de veículos) na época da operação (09/09/2019) era de 19,79% a.a. ID 85461190.
Ao realizar uma comparação, constata-se que a taxa de juros estipulada no contrato não alcança o dobro da taxa média, sendo exatamente muito próxima à média do mercado (22,11% a.a. vs 19,79% a.a.).
Importante observar que o Banco Central ao divulgar as taxas médias do mercado não faz distinção entre o prazo da operação, sendo este também um fator determinante para a estipulação da taxa, eis que prazos maiores estão sujeitos a variações inflacionárias menos previsíveis.
Deste modo, o simples fato da taxa informada pelo banco estar destoante daquela informada ao BACEN não traz nenhuma nulidade ao contrato e nem prejuízo ao consumidor que foi efetivamente informado da taxa contratada.
Com efeito, pelo comparativo realizado, vislumbra-se que as taxas de juros previstas no contrato não representam obrigação excessiva ou desvantagem exagerada para o consumidor.
Destarte, não sendo demonstrada a abusividade da cláusula contratual deve o contrato se manter hígido quanto aos juros moratórios estipulados.
Com as fundamentações acima, tenho que as matérias alegadas não encontram qualquer guarida na legislação ou jurisprudência pátria, não restando outra solução a dar ao caso senão julgar improcedente a demanda.

III – DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados pela parte autora, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I do CPC/2015.
Sucumbente, condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% do valor causa, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC.
Transitada em julgado a presente decisão e nada sendo requerido, arquivem-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7007299-14.2023.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: FRANCISCA ALVES DE OLIVEIRA TAVARES
ADVOGADO DO AUTOR: ELISABETE ROQUE WERLANG, OAB nº RO8338
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADOS DO REU: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Valor da Causa: R$ 15.999,09
Data da distribuição: 08/02/2023
SENTENÇA
I – RELATÓRIO
FRANCISCA ALVES DE OLIVEIRA TAVARES ajuizou ação indenizatória contra AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A, ambos devidamente qualificados no processo, pretendendo a condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos morais e materiais. O autor aduziu que sua adquiriu passagens aéreas para viajar entre as cidades de Porto Velho/RO e Foz do Iguaçu/PR. Alegou que a saída de Porto Velho ocorreu no dia 28/11/2022 e que ao chegar no aeroporto de Foz do Iguaçu sua mala estava avariada, tendo recebido apenas um voucher de compensação, que não lhe foi de nenhuma valia, visto não ter na cidade encontrado nenhum local para o conserto da mala. Ademais no voo de volta, este sairia para Porto Velho às 2h15min, com previsão de chegada ao destino final às 01h40min de 18/01/2023. Aduziu que quando chegou ao aeroporto, foi informado que seu itinerário foi atrasado, o que fez com que perdesse a conexão, sendo remarcado primeiramente para o dia 20/01/2023, e novamente remarcado para o dia 21/01/2023. Tendo a autora chegado em seu destino final somente 03 (três) dias após o contratado. Aduz que tal fato lhe teria abalado os direitos de personalidade. Ante o exposto, ingressou com a presente demanda postulando a condenação da Ré ao pagamento de indenização no valor de R$ 15.000,00 a título de danos morais bem como, danos materiais por avaria em sua bagagem no valor de R$ 599,90. Sustentou que a situação vivenciada decorreu da má prestação de serviços da requerida e permitiu a ocorrência de inúmeros constrangimentos morais no autor. Apresentou documentos.
Recebida a petição inicial, foi determinada a citação da parte requerida (ID n. 87027347).
Regularmente citada, a parte requerida ofertou contestação (ID n. 90126535), preliminarmente, suscitou a prevalência do código brasileiro de aeronáutica em detrimento do código de defesa do consumidor. No mérito, argumentou que o autor adquiriu passagens aéreas de ida e volta entre os trechos Porto Velho/Foz do Iguaçu/Porto Velho, sendo que no trecho de volta em 17/01/2023 seu voo foi alterado em decorrência do tráfego aéreo. Alegou que realocou o autor no voo mais próximo, ofertando facilidades como Alimentação, hospedagem e transporte no intuito de minimizar os transtornos causados pela intercorrência, conforme previsão da Resolução n. 400 da ANAC, bem como disponibilizou vouchers. Sustentou não existir falha na prestação de serviço por ela fornecido, de modo que adotou todos as medidas possíveis a solucionar o problema do consumidor e amenizar os eventuais danos advindos da situação, de modo que não lhe remanesce dever de indenização. Pugnou pela improcedência do pedido inicial.
Intimada, a parte autora apresentou réplica à contestação (ID n. 91697223) impugnando-a em todos os seus termos.
Intimadas a produzir provas (ID 91895031) a requerida informou não ter mais provas a produzir e requerente apresentou documentos apresentados na inicial.
É o relatório.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Da Preliminar de Prevalência do Código Brasileiro de Aeronáutica sobre o Código de Defesa do Consumidor
A relação jurídica estabelecida entre as partes, não obstante os argumentos levantados pela companhia aérea, é regida não apenas pelo Código Civil (arts. 730/733 do CC) e do Código Brasileiro de Aeronáutica, mas também pelo Código de Defesa do Consumidor superestrutura jurídica que, presentes os requisitos da relação de consumo (arts. 2º e 3º), ao contrato se aplica em uma análise sistemática das normas.
DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE
Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder.” (STJ- 4ª. Turma, Resp 2.832-RJ, REL.MIN. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14/08/1990 e publicado no DJU em 17/09/90, p. 9.513).
No presente caso, a questão de mérito dispensa a produção de prova em audiência, logo, há que se promover o julgamento antecipado da causa, na forma do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
Por verificar a presença dos pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, além de reunidas às condições da ação, passo ao exame de mérito.

DO MÉRITO

Vislumbra-se que o ponto crucial da demanda consiste em analisar a respeito da existência de danos materiais e morais em virtude de avarias na bagagem da autora bem como à alteração do voo.

Analisando os autos, restou claro que a autora despachou uma bagagem em perfeito estado, cuja entrega não foi feita no mesmo estado que a companhia recebeu o aludido bem.

Ora, as alegações da requerida a dispêndio e da ausência de provas quanto as avarias, mostra-se contrária aos próprios protocolos praticados pelas companhias áreas no momento de despacharem as bagagens.

As companhia aéreas ao despacharem bagagens certificam-se do estado de conservação da mesma e ao notarem avarias notificam de plano o viajante, ou seja, já no momento do despacho emitem relatório constando o estado em que receberam a bagagem, justamente para isentarem de eventual responsabilidade quanto aos danos pré-existentes.

Desse modo, se a bagagem estivesse avariada antes do início do contato de transporte, por certo a requerida teria emitido notificação. Não o fazendo, presume-se que a bagagem estava em bom estado e as avarias apontadas nas fotografias foram causadas durante o trajeto. Logo, há o dever de reparar os danos materiais causados.

Nesse cenário, deve ser restituído o preço da bagagem no valor de R$ 599,90 (preço da bagagem).

Quanto à alteração do voo, temos que o transporte aéreo é considerado serviço essencial para fins de aplicação do art. 22, caput, e parágrafo único, do CDC e, como tal, envolve a responsabilidade pelo fornecimento dos serviços com adequação, eficiência, segurança e continuidade, sob pena de ser o prestador compelido a cumpri-lo e a reparar os danos advindos do descumprimento total ou parcial.

Por sua vez, o art. 6º do CDC assegura ao consumidor, entre outros, a proteção contra "prática e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços".

A requerida não negou a contratação do serviço de transporte aéreo pela autora, nem o descumprimento do contrato em razão da alteração do voo. A celeuma é saber se a alteração do horário é causa de dano moral e se houve alguma hipótese de exclusão de responsabilidade.

É firme a jurisprudência no sentido de considerar o atraso de voo como ato capaz de gerar dano moral.

Nesse sentido:

RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE AÉREO. ATRASO DE VOO. DANOS MORAIS. CONFIGURADOS. QUANTUM. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE PROPORCIONALIDADE. O atraso do voo sujeita a companhia aérea ao pagamento de indenização por danos morais, uma vez que comprovada a conduta ilícita, que resultou na frustração das expectativas da consumidora ao adquirir passagem aérea. O arbitramento da indenização deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos e à capacidade econômica das partes.

PODER JUDICIÁRIO do Estado de Rondônia 1ª Câmara Cível. Data do julgamento: 23/05/2017. Apelação– 0022204-61.2014.8.22.0001. Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho.

A requerida alegou que a alteração no horário do voo do autor ocorreu por razões de alteração no tráfego aéreo, motivo pelo qual o requerente fora realocado em outra aeronave.

Entretanto, os problemas de tráfego aéreo, confessado pela requerida, configura descumprimento contratual capaz de gerar a responsabilidade civil, obrigando a requerida a indenizar os danos decorrentes, tendo em vista que a aeronave decolou deixando o requerente, frise-se, por 03 (três) dias esperando para chegar em seu destino.

Desse modo, malgrado os argumentos expostos pela requerida, não configura excludente de responsabilidade, na medida em que não foi comprovada qualquer hipótese caracterizadora de caso fortuito ou força maior, tratando-se de fato previsível e corriqueiro que integra a atividade da empresa recorrente.

Nesse sentido:

RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO POR ATRASO EM VOO. RESPONSABILIDADE DA RÉ CONFIGURADA. NÃO COMPROVAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE CASO FORTUITO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Conforme se infere dos documentos constantes dos autos, a parte autora comprovou que houve atraso considerável nos trechos de seus voos. Ainda, a ré admite em sua contestação que o voo do autor atrasou e que houve preterição em seu embarque, não tendo comprovado a ocorrência de qualquer uma das causas excludentes de sua responsabilidade. Saliento que, embora tenha alegado a ocorrência de caso fortuito, não acostou aos autos qualquer comprovação. Assim, resta configurado o dever de indenizar da ré, sendo mantido os valores fixados na sentença pelo juízo de origem, pois de acordo com os parâmetros adotados. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71007521305, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Alexandre de Souza Costa Pacheco, Julgado em 26/09/2018) (TJ-RS - Recurso Cível: 71007521305 RS, Relator: Alexandre de Souza Costa Pacheco, Data de Julgamento: 26/09/2018, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 01/10/2018).

Nesse toar, a fixação do dano moral também deve ser pautada nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

Assim, presentes o ato ilícito, o dano e o nexo causal entre eles e, ainda, visando afastar o enriquecimento ilícito, tenho como suficiente o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

III- DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para:

a) CONDENAR a requerida a pagar ao autor, a título de indenização por danos morais, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), observando-se juros legais a partir da citação por se tratar de relação contratual (art. 405, CC) e correção monetária contada do arbitramento (Súmula 362 do STJ);

b) CONDENAR a requerida a restituir o valor de R$ 599,90 (quinhentos e noventa e nove reais e noventa centavos), à requerente com correção monetária pelos índices do TJRO, desde a data da viagem e juros de 1% ao mês a partir da citação.

Condeno, por fim, a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, este fixo em 10% sobre o valor atualizado da condenação (art. 85, §2°, CPC), considerando a sucumbência mínima da parte ex adversa e a Súmula n. 326 do STJ.

Na hipótese de interposição de recurso de apelação, proceda a Diretoria ao cumprimento do estabelecido no art. 1.010, §§1º, 2º e 3º do Código de Processo Civil.

Certificado o trânsito em julgado, o cumprimento da sentença só ocorrerá após prévio requerimento do Autor, nos termos do art. 523 do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias.

Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da sentença, proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento - art. 31, parágrafo único, Lei 3.896/16.
Intimem-se as partes pelos advogados (DJ).
Intimem-se.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7040270-57.2020.8.22.0001
Consignação em Pagamento
AUTOR: SIDNEY FERREIRA LOBATO
ADVOGADO DO AUTOR: CASSIA DE ARAUJO SOUZA, OAB nº MT10921O
REU: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
ADVOGADOS DO REU: BRUNO HENRIQUE GONCALVES, OAB nº MS20732, LUIS GUSTAVO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, OAB nº SP310465, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
Valor da Causa: R$ 42.000,00
Data da distribuição: 23/10/2020
SENTENÇA
I - RELATÓRIO
SIDNEY FERREIRA LOBATO, qualificada nos autos, ajuizou a presente ação revisional de cláusulas contratuais e consignação em pagamento, em face de AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA, alegando, em apertada síntese, que no ano de 2020 firmou contrato de financiamento para aquisição do veículo marca/modelo Hyundai HB20, devidamente descrito na inicial, no valor de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais); para pagamento em 60 parcelas mensais, no valor de R$1.077,75, totalizando ao final dos pagamentos das parcelas o montante de R$ 81.655,00 por conta da cobrança ilegal de tarifas administrativas, representada pela "taxa de cadastro" valor R$730,00 (setecentos e trinta reais), e "taxa de registro" valor R$294,10 (duzentos e noventa e quatro reais e dez centavos); e, também, em decorrência do percentual exorbitante relativo aos juros remuneratórios fixado no patamar equivalente 20,42% ao ano.
Pleiteou,a justiça gratuita; fosse autorizado o depósito judicial das parcelas vencidas no valor que entende inconteste; a manutenção da posse do veículo; antecipação da tutela para que a instituição financeira requerida não efetue cobranças por inclusão do nome nos cadastros de inadimplentes; ao final, a exclusão da cobrança das taxas administrativas, cálculo e adequação dos juros do contrato; condenação da parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.
Citada, a requerida apresentou contestação (id 75604454) impugnando a gratuidade da justiça concedida; suscita preliminar da inépcia da inicial por pedido revisional genérico; no mérito, argumentou sobre a validade do contrato, a legalidade dos juros remuneratórios e da capitalização de juros, bem como a validade das tarifas cobradas, requereu a improcedência da ação, em todos os seus termos.
Foi realizada audiência de conciliação, mas as propostas conciliatórias restaram inexitosas (id 75986780).
Instados a especificarem as provas que pretendiam produzir, a parte requerida pugnou pelo julgamento antecipado da lide (id 79364512) e a parte autora não se manifestou.
É o relatório.
II - FUNDAMENTAÇÃO
DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA
A preliminar de impugnação à gratuidade não merece ser acolhida porque foi objeto de agravo de instrumento com decisão proferida transitada em julgado
DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE
Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ- 4ª. Turma, REsp 2.832-RJ, REL.MIN. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, pág. 9.513).
No presente caso, a questão de mérito dispensa a produção de prova em audiência, logo, há que se promover o julgamento antecipado da causa, na forma do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
DO MÉRITO
A parte requerente pactuou junto à instituição financeira requerida, Cédula de Crédito Bancária de veículo, contrato n. 392805626 (id 75604461), no qual financiou o valor de R$ 42.000,00, a ser pago em 60 parcelas fixas de R$ 1.077,75.
O ponto crucial da controvérsia reside em analisar: 1) se a taxa de juros remuneratórios (anual) e o custo efetivo total são abusivos; e 2) a cobrança de tarifa de cadastro, registro de contrato.
No caso em tela, aplica-se o direito consumerista, tendo em vista que as relações jurídicas entre as instituições financeiras e seus clientes configuram relação de consumo, que se caracteriza pela prestação de serviços.
Destaca-se o entendimento, a súmula 297 do Superior Tribunal de Justiça, a qual estabelece que "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras."
Não se pode olvidar que, ainda que a relação havida entre as partes seja de consumo, a inversão do ônus da prova não se dá de forma automática, devendo fazer-se presentes a verossimilhança das alegações ou a hipossuficiência do consumidor na produção da prova específica, ausentes na espécie.

DA TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS ANUAL

No julgamento de matéria repetitiva (REsp 1.061.530-RS, 2ª Seção, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe 10.03.2009), o colendo Superior Tribunal de Justiça estabeleceu importantes diretrizes para que o órgão judicial possa verificar abusividade da taxa praticada pelos bancos, ao examinar a temática dos juros remuneratórios, assim sintetizadas:

(i) a revisão da taxa de juros remuneratórios é admitida apenas em situações excepcionais, desde que caracterizada relação de consumo e que a abusividade fique cabalmente demonstrada no caso concreto, adotando-se como parâmetro, embora tal não seja estanque, a noção de que haverá abusividade se a taxa contratual for superior a uma vez e meia à taxa média apurada pelo Banco Central do Brasil para a respectiva operação bancária;

(ii) as disposições dos artigos 406 e 591 do Código Civil são inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário e as instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), conforme já enunciado na Súmula 596 do Supremo Tribunal Federal.

Essas ponderações descortinam o óbvio, pois, evidentemente, não se poderia exigir que todos os financiamentos fossem feitos segundo uma mesma taxa média (até porque, caso isto ocorresse, a taxa deixaria de ser média, para se tornar fixa), admitindo-se uma faixa razoável de variação.

No caso dos autos, sustentou a autora que os juros estão sendo praticados de forma exorbitante, tendo em vista que fixados no patamar equivalente a 20,42 % ao ano.

Já o banco requerido alegou que os valores cobrados estão de acordo com a média apurada pelo Banco Central, demonstrando inexistir qualquer tipo de ilegalidade ou abusividade no contrato, não havendo que se falar em desalinhamento de procedimento ou prática abusiva.

À vista disso, não se pode qualificar como abusiva a taxa pactuada, tendo em vista não remonta em valor superior a uma vez e meia à taxa média apurada pelo Banco Central do Brasil para a respectiva operação bancária, praticada no mercado financeiro, à época da contratação (09/10/2018), inferior, inclusive, a média praticada pela requerida, apontada pela própria autora em sua inicial, no percentual 20,42%.

Destaca-se que o próprio Banco Central veicula ponderação no sentido de que as taxas de juros de uma instituição financeira, em uma mesma modalidade, variam de acordo com diversos fatores de risco envolvidos nas operações, tais como o valor e a qualidade das garantias apresentadas na contratação do crédito, o valor do pagamento dado como entrada da operação, o histórico e a situação cadastral de cada cliente, o prazo da operação, entre outros.

Com efeito, em consonância com o entendimento do STJ, apenas deve ser considerada abusiva a taxa de juros que supere em uma vez e meia, ou seja, 50% a média praticada no mercado. Isso porque a diferença inferior a este percentual (50%) em relação à taxa média do mercado não é hábil a refletir a existência de abusividade ou a acarretar onerosidade excessiva ao contratante, constituindo efeito natural da concorrência de mercado e das práticas comerciais.

Portanto, deve permanecer a taxa de juros remuneratórios prevista no contrato objeto desta ação, já que não ultrapassa uma vez e meia a taxa média de mercado, não havendo que se falar em abusividade e, consequentemente, em limitação.

DAS TARIFAS

Alegou o autor que lhe foram cobradas de forma abusiva taxas e tarifas de cobrança de registro de contrato.

Em análise aos autos, especificamente o contrato entabulado entre as partes (id 75604461), verifica-se que efetivamente foram cobradas: “taxa de cadastro” valor R$730,00 (setecentos e trinta reais), e “taxa de registro” valor R$ 294,10 (duzentos e noventa e quatro reais e dez centavos)

DA TARIFA DE CADASTRO

Em relação à tarifa de cadastro, permanece legítima a estipulação da Tarifa de Cadastro, a qual remunera o serviço de “realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, e tratamento de dados e informações necessários ao início de relacionamento decorrente da abertura de conta de depósito à vista ou de poupança ou contratação de operação de crédito ou de arrendamento mercantil, não podendo ser cobrada cumulativamente. (REsp 1.251.331/RS, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, j. 28/08/2013, DJe 24/10/2013, Tema 618).

Da decisão citada, pacificou-se que é lícita a cobrança de tarifa de cadastro, desde que fixada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira. Este é justamente o caso dos autos, em que a cada novo contrato se cobra uma tarifa de contratação, o que se mostra plenamente adequado do caso concreto.

Assim, vislumbra-se possível a cobrança da taxa de abertura de cadastro, que somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira, posto que o autor não fez prova de que já mantinha relacionamento com a instituição requerida.

DA TARIFA DE REGISTRO DE CONTRATO

Quanto à cobrança da tarifa de registro de contrato, trata-se, em rigor, de exigência prevista na legislação civil (art. 1.361 do Código Civil) e na regulação de trânsito (Resolução-CONTRAN nº 320, de 5 de junho de 2009), que em se tratando de contrato de alienação fiduciária, mostra-se plenamente possível e necessária para a formalização do pacto.

Nesse sentido, em julgamento de recursos especiais submetidos ao rito dos repetitivos (tema 958), a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) fixou tese no sentido da validade da cláusula que prevê o ressarcimento de despesa com registro do contrato, ressalvadas as hipóteses de reconhecimento de abuso por cobrança de serviço não efetivamente prestado e a possibilidade de controle da onerosidade excessiva em cada caso concreto.

Como não há nos autos ao menos indícios de que o serviço não foi prestado, bem como, não se pode considerar excessivamente oneroso o valor cobrado, não há que se falar em nulidade da cobrança.

III- DISPOSITIVO

Posto isto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos iniciais, revogando a tutela antecipada concedida, pondo fim ao processo de conhecimento, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.

Face à sucumbência, CONDENO a parte autora ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários de sucumbência que arbitro em 10% do valor da causa, cuja exigibilidade fica suspensa ante a gratuidade deferida.

Caso a parte autora seja beneficiária da justiça gratuita isento-a do pagamento de custas processuais e suspendo a exigibilidade do pagamento dos honorários advocatícios enquanto perdurar a condição de hipossuficiente.
Operado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, atendidas as formalidades legais.
P. R. I. C.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7035701-42.2022.8.22.0001
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: Mapfre Seguros
ADVOGADO DO AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617
REU: ROBERTO FELIX DE SOUZA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 37.027,34
Data da distribuição: 24/05/2022
DESPACHO
O sistema SERASAJUD não tem a função de consulta de endereços.
Defiro a realização de pesquisa de endereço da parte demandada por meio dos sistemas INFOJUD, SISBAJUD, RENAJUD e SIEL.
As informações encontram-se anexas a este despacho.
Promova a parte autora, em 15 (quinze) dias, a citação da parte requerida, sob pena de indeferimento da petição inicial.
Decorrido o prazo, se nada for requerido, venha concluso para extinção.
Porto Velho, 16 de julho de 2023
Renan Kirihata
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7041604-24.2023.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: BLUCY RECH BORGES
ADVOGADO DO AUTOR: ANDRE ALIA BORELLI, OAB nº SP405738
REU: BANCO J. SAFRA S.A
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 1.320,00
Data da distribuição: 04/07/2023
SENTENÇA
Ante o pedido de desistência formulado (ID n. 93103823), com fundamento no inciso VIII do art. 485 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO sem apreciação de mérito, o processo movido por BLUCY RECH BORGES contra BANCO J. SAFRA S.A, ambas as partes qualificadas no processo e, em consequência, DETERMINO seu arquivamento.
Sem custas finais.
Ante a preclusão lógica, sentença transitada em julgado nesta data.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7026777-08.2023.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: MICKAEL DOS SANTOS BRAGA
ADVOGADOS DO AUTOR: JAQUES DOUGLAS FERREIRA BARBOSA JUNIOR, OAB nº RO1118E, RAMIRES ANDRADE DE JESUS, OAB nº RO9201
REU: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO DO REU: EMERSON LOPES DOS SANTOS, OAB nº BA23763
Valor da causa: R$ 53.333,09

DESPACHO
Para saneamento do processo, com a delimitação dos pontos controvertidos e definição das provas a serem produzidas, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, de forma pormenorizada e justificada, em 10 (dez) dias, sob pena de julgamento conforme o estado do processo.
Atentem as partes que, se não for justificada a necessidade de produção da prova especificada, o processo será julgado no estado em que se encontra, indeferindo-se a prova eventualmente indicada.
Intimem-se.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7045035-03.2022.8.22.0001
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA, OAB nº SP115665, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
REU: JEFFERSON EVERTON SERNAJOTO ALBUQUERQUE
ADVOGADO DO REU: ALOISIO BARBOSA CALADO NETO, OAB nº PB17231
Valor da Causa: R$ 66.619,61
Data da distribuição: 27/06/2022
SENTENÇA
Nos termos do art. 82 do Código de Processo Civil, incumbe às partes prover as despesas dos atos que realizarem, antecipando-lhes o pagamento, desde o início até a sentença final.
A distribuição da reconvenção é ato judicial sujeito a preparo e, portanto, não havendo o adiantamento das custas iniciais, o indeferimento é consequência lógica.
Insta salientar que, por se tratar de indeferimento da petição inicial, não há necessidade de intimação pessoal da parte autora, uma vez que o processo não se formou validamente (inciso IV do art. 485 do CPC).
Nesse sentido:
“DIREITO PROCESSUAL CIVIL. GRATUIDADE CONDICIONADA À COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. NÃO COMPROVAÇÃO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. NÃO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. 1. Imprescindível o adiantamento das custas iniciais no ato da distribuição da inicial, pois constitui ato sujeito a preparo, exceto se houver concessão de gratuidade judiciária. 2. Condicionado o deferimento do pedido de gratuidade judiciária à comprovação do estado de miserabilidade, não sendo apresentados documentos que comprovem a situação alegada e não realizado o preparo no prazo concedido, o indeferimento da inicial fundamenta-se na ausência de requisito para o processamento regular do processo, não sendo necessária a intimação pessoal do autor. 3. Apelação conhecida e improvida” (TJ/DF, 2ª Turma Cível, AC n. 2006.01.1.102275-7, Relator Des. Carlos Rodrigues, julgado em 06/06/2007 e publicado no DJU de 28/08/2007, p. 121).
“Extinção do processo. Ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Intimação pessoal. Desnecessidade. Extinto o processo em razão de ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, mostra-se desnecessária a intimação pessoal do autor, não se aplicando o § 1º do art. 485 do CPC, pois o mesmo se refere apenas à extinção do processo por abandono processual (incisos II e III).” ((TJ/RO, 2ª Câmara Cível, Apelação n. 7027682-91.2015.822.0001, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, julgado em 18/07/2019).
Ante o exposto, com fundamento no parágrafo único do art. 321 e inciso IV do art. 330 do Código de Processo Civil, INDEFIRO a reconvenção apresentada por JEFFERSON EVERTON SERNA JOTO contra AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A., ambos qualificados no processo e, em consequência, nos termos do inciso I do art. 485 do mesmo Código, JULGO EXTINTO a reconvenção sem resolução de mérito e DETERMINO seu arquivamento.
Ante o pedido de desistência formulado (ID n. 92530534), com fundamento no inciso VIII do art. 485 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem apreciação de mérito, o processo movido por AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A contra JEFFERSON EVERTON SERNAJOTO ALBUQUERQUE , ambos qualificados no processo e, em consequência, DETERMINO seu arquivamento.
Sem custas finais.
Ante a preclusão lógica, sentença transitada em julgado nesta data.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7043250-69.2023.8.22.0001
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
ADVOGADOS DO AUTOR: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
REU: TEREZA ZULEIDE DO PRADO
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 20.129,01
Data da distribuição: 11/07/2023
DESPACHO
O caso em tela não se enquadra em nenhuma das hipóteses do art. 189 do CPC. Exclua-se o segredo de justiça do cadastro do processo.
Intime-se a parte autora para, em 15 (quinze) dias, apresentar o comprovante de notificação da mora da devedora, uma vez que o documento apresentado não se presta a tanto porque não foi entregue no endereço da requerida pelo motivo "ausente" (ID n. 93165177), sob pena de indeferimento da petição inicial.
Na mesma oportunidade e sob a mesma penalidade, apresente a parte autora o comprovante de recolhimento das custas iniciais. Por tratar-se de procedimento especial, que não admite audiência de conciliação no início do processo, as custas devem ser recolhidas no importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa, conforme primeira parte do inciso I do art. 12 da Lei n. 3.896/2016.
Decorrido o prazo, se nada for apresentado, venha concluso para extinção.
Cumpridas as especificações, venha concluso na pasta "Despacho Emendas".
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 0015853-72.2014.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: PAULO FABIANO DO VALE
ADVOGADOS DO AUTOR: TAISA ALESSANDRA DOS SANTOS SOUZA, OAB nº RO5033, DOUGLACIR ANTONIO EVARISTO SANT ANA, OAB nº RO287, PEDRO ORIGA NETO, OAB nº Não informado no PJE
REU: FERNANDO DOS SANTOS BAETA, CLEICE MOTA CASTRO
ADVOGADOS DOS REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 5.000,00
Data da distribuição: 12/08/2014
DESPACHO
Intime-se a Defensoria Pública para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se acerca da petição de ID n.91382443.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7013845-90.2020.8.22.0001
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: ALZENIR DOS SANTOS SOARES PONTES
ADVOGADO DO REQUERENTE: SIDNEY SOBRINHO PAPA, OAB nº RO10061
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS, OAB nº RO2013, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO, OAB nº RO635, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 10.000,00
Data da distribuição: 26/03/2020
SENTENÇA
Ante o cumprimento da obrigação, com fundamento no inciso II do art. 924 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo movido por ALZENIR DOS SANTOS SOARES PONTES contra ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, ambos qualificados no processo e, em consequência, DETERMINO o seu arquivamento.
Custas finais pela parte executada.
Apresente a parte executada para, em 15 (quinze) dias, o comprovante de recolhimento das custas, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa do Estado. O boleto de pagamento das custas pode ser acessado pelo link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Recolhido o valor, arquive-se.

Não havendo recolhimento, cumpra-se o disposto no art. 35 e seguintes da Lei n. 3.896/2016 e art. 2º do Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG.
Após, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7043793-72.2023.8.22.0001
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADOS DO AUTOR: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, OAB nº AP4778, PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
REU: ALECSANDRO BARROSO ARRAIS
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 20.213,80
Data da distribuição: 13/07/2023
DECISÃO
O caso em tela não se enquadra em nenhuma das hipóteses do art. 189 do CPC.
Apresente a parte autora comprovante de recolhimento das custas iniciais, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. Por tratar-se de procedimento especial, que não admite audiência de conciliação no início do processo, as custas devem ser recolhidas no importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa, conforme primeira parte do inciso I do art. 12 da Lei n. 3.896/2016.
Não recolhidas as custas, venha o processo concluso para extinção.
Recolhidas as custas iniciais, cumpra-se a decisão:
BANCO ITAUCARD S.A. ajuizou ação de busca e apreensão contra ALECSANDRO BARROSO ARRAIS, ambos qualificados no processo, pretendendo a busca e apreensão do veículo Marca VW, modelo Gol 1.0L MC4, ano 2019/2020, placa OHP6G42, chassi 9BWAG45U8LT091692 e renavam 01224242073. Alega a parte autora que, em 13/02/2020, celebrou contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária com a parte requerida, comprometendo-se esta a pagar o valor em 48 parcelas de R$ 1.223,43. Sustenta, entretanto, que a parte requerida deixou de pagar as prestações a partir de 19/11/2022. Informou que o débito atual monta em R$ 20.213,80. Requer a busca e apreensão liminar e, no caso da parte requerida não pagar a totalidade do débito com os consectários legais, que se consolide a sua posse e propriedade plena e exclusiva do bem.
Demonstrada a relação jurídica existente entre as partes e a constituição em mora da parte devedora, DEFIRO a busca e apreensão liminar do veículo Marca VW, modelo Gol 1.0L MC4, ano 2019/2020, placa OHP6G42, chassi 9BWAG45U8LT091692 e renavam 01224242073. O bem deverá ser depositado em mãos do autor ou de pessoa por ele autorizada (ID n. 93272947, p. 8).
Cite-se e intime-se a parte requerida para, em 05 (cinco) dias, pagar a integralidade do débito indicado pelo credor, mais honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito e a restituir as custas iniciais despendida pela parte autora.
Cinco dias após apreendido o veículo, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio da parte autora (§1º, art. 3º do Decreto-Lei n. 911/1969).
Havendo pagamento dos itens acima, intime-se a parte autora para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto ao depósito.
A parte autora concordando com o valor depositado deverá restituir o veículo à parte requerida livre de ônus.
Não havendo concordância da parte autora quanto ao valor depositado, intime-se a parte requerida para manifestar-se, em 05 (cinco) dias, após venha o processo concluso para julgamento.
No prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apreensão do veículo, a parte requerida poderá apresentar defesa formal por advogado, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (§§3º e 4º do art. 3º do Decreto-Lei 911/1969 e art. 344 do CPC).
Obs. 1: Caso não tenha condições de pagar advogado, poderá procurar a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, situada na Avenida Jorge Teixeira, 1722, Bairro Embratel – CEP n. 76.820-846.
Segue o bloqueio judicial do veículo, restrição de circulação, realizado por meio do sistema RENAJUD (§9º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69).
Obs. 2: A petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam
CÓPIA DESTE SERVE COMO MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO, DEPÓSITO E CITAÇÃO.
Determino ao Oficial de Justiça que proceda a inspeção e avaliação do bem e cientifique eventuais avalistas.
Dados para cumprimento:
Parte requerida: REU: ALECSANDRO BARROSO ARRAIS, CPF nº 00196165202, RUA SANTOS 06290, (CJ JAMARI) LAGOINHA - 76829-766 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7043854-30.2023.8.22.0001
Tutela Cautelar Antecedente
REQUERENTE: OSMILTON PINTO DE MESQUITA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DENIS ROBERTO NITIBAILOF, OAB nº RO11687
REQUERIDO: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA DA ASPER - ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PÚBLICO NO ESTADO DE RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 1.000,00
Data da distribuição: 13/07/2023
DECISÃO
Defiro os benefícios da gratuidade em favor da parte autora.
Trata-se de Ação de Tutela Cautela Antecedente em que a parte autora pretende a produção de prova antecipada. Aduz que possuía vínculo contratual de plano de saúde coparticipativo com a requerida, sendo rescindido em Julho/2022, fazendo surgir o seu interesse de agir para discussão de valores cobrados desarrazoados. Narra que para defesa do seu direito faz-se necessário a exibição de documento que estão sob a posse da requerida: a) Documentação referente à dívida do autor com o valor total do débito relativo às pendências de pagamento com o valor atualizado, os juros aplicados, eventuais multas e quaisquer outras informações relevantes; b) Discriminação dos valores descontados automaticamente em folha de pagamento desde o início do procedimento cobrado, desde o ano de 2019, devidamente compensados e abatidos do valor total da dívida; c) Relatórios e extratos distinguindo o valor mensal do plano e custeio complementar que eventual tenha sido incluído no valor de descontos em folha, bem como, a planilha de abatimento dos valores descontados na aposentadoria do autor para amortização das dívidas. Relata que já buscou diversas vezes a requerida para obter respostas quanto sua a inadimplência, no entanto, sem êxito. Junta aos autos o pedido de administrativo encaminhado a requerida. Requer a procedência dos pedidos com a apresentação dos documentos.
O caso dos autos se enquadra ao disposto no artigo 381, III, CPC, desta forma, Defiro a produção antecipada de prova. Ressalvo que neste procedimento, não se admitirá defesa ou recurso, salvo contra decisão que indeferir totalmente a produção da prova pleiteada pelo requerente originário.
Cite-se o requerido para, no prazo de 15 dias, juntar aos autos os documentos mencionados na inicial: a) Documentação referente à dívida do autor com o valor total do débito relativo às pendências de pagamento com o valor atualizado, os juros aplicados, eventuais multas e quaisquer outras informações relevantes; b) Discriminação dos valores descontados automaticamente em folha de pagamento desde o início do procedimento cobrado, desde o ano de 2019, devidamente compensados e abatidos do valor total da dívida; c) Relatórios e extratos distinguindo o valor mensal do plano e custeio complementar que eventual tenha sido incluído no valor de descontos em folha, bem como, a planilha de abatimento dos valores descontados na aposentadoria do autor para amortização das dívidas. (art. 382, §1º e §4º do CPC). O juiz não se pronunciará sobre a ocorrência ou a inocorrência do fato, nem sobre as respectivas consequências jurídicas (382, §2º).
Considerando o Ato Conjunto n. 023/2020-PR-CJG do Tribunal de Justiça de Rondônia, a citação da requerida será realizada por meio eletrônico, nos termos do inciso V do art. 246 do CPC.
O processo permanecerá ativo durante 1 (um) mês para obtenção da prova e certidões pelos interessados (art. 383, CPC).
Cumprida as diligências, e decorrido o prazo acima, venham conclusos para sentença extintiva na forma do art. 383, § único, CPC.
Pontuo ao autor que a produção antecipada da prova não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta (art. 381, §3º, CPC).
Frisa-se que as partes têm livre acesso à íntegra do processo diretamente pelo website do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
CÓPIA DESTE SERVE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7043860-37.2023.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: VALDENOR MOREIRA BARROS
ADVOGADO DO AUTOR: JEOVAL BATISTA DA SILVA, OAB nº RO5943
REU: FLEDSON SILVA SANTOS 68585861215, FLEDSON SILVA SANTOS
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 54.523,00
Data da distribuição: 13/07/2023
DESPACHO
Apresente a parte autora comprovante de recolhimento das custas iniciais, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. As custas devem ser recolhidas no importe de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, na forma da primeira parte do inciso I do art. 12 da Lei n. 3.896/2016.
Não recolhidas as custas, venha o processo concluso para extinção.
Recolhidas as custas iniciais, cumpra-se despacho abaixo:

Trata-se de ação cominatória ajuizada por VALDENOR MOREIRA BARROS contra FLEDSON SILVA SANTOS e FLEDSON SILVA SANTOS 68585861215 - ME, todos devidamente qualificados no processo, pretendendo que o requerido seja compelido a devolver veículo automotor que se encontra em sua posse, mas de propriedade do autor. O autor aduziu que, no ano de 2021, precisou se ausentar da cidade de Porto Velho deixando o veículo aos cuidados do requerido e, que em razão de amizade e confiança, não celebrou nenhum contrato. Relatou que o requerido utilizou o veículo de forma indevida e desautorizada provocando acidente de trânsito que gerou prejuízos ao autor. Narrou que o requerido se nega a devolver o veículo ao autor, sob o argumento de que o autor não efetuou o pagamento dos serviços que ele, requerido, realizou no referido bem móvel. Formulou tutela de urgência para ter o bem restituído. Apresentou documentos.
Passo à análise do pedido de urgência.
A tutela de antecipada deve ser indeferida.
Analisando a narrativa do autor e as provas, até então apresentadas no processo, não é possível verificar a plausibilidade do direito do autor.
Isto porque, o documento de ID n. 93286715 é insuficiente para comprovar a propriedade do veículo, uma vez que a propriedade de bem móvel é transmitida pela tradição.
Nesse sentido, a situação narrada entre as partes foi verbal, de modo que, nesse momento, não é possível deferir a medida pretendida pelo autor, sendo necessário ouvir a parte contrária e, ainda, se necessário, adentrar a fase instrutória para apurar adequadamente os fatos ocorridos.
Assim, nos termos do art. 300 do CPC, INDEFIRO a tutela antecipada de urgência.
No mais, designo audiência de conciliação a realizar-se pelo conciliador da CEJUSC.
As audiências serão realizadas por vídeo conferência através de WhatsApp, Meet ou outro aplicativo. A Central promoverá os atos necessários ao agendamento da audiência e intimação das partes.
Intime-se a parte autora por meio de seu advogado (art. 334, 3º, do CPC).
Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer à audiência acima, acompanhada de advogado.
O prazo para oferecimento da contestação é de 15 (quinze) dias, a contar da data da audiência de conciliação, caso frustradas as tentativas de acordo, salvo hipóteses dos incisos II e III do art. 335 do CPC.
Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).
No caso de não comparecimento injustificado à audiência de conciliação, por qualquer das partes, o faltoso estará sujeito à multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, conforme art. 334, §8º do CPC.
Obs. 1: A apresentação de contestação antes da audiência de conciliação não exime a aplicação da multa, caso a parte requerida não compareça à solenidade.
Obs. 2: A petição inicial e documentos que a instruem poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam.
CÓPIA DESTE SERVE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO.
Dados para cumprimento:
Parte requerida: FLEDSON SILVA SANTOS e FLEDSON SILVA SANTOS 68585861215
Endereço: Av. Sete de Setembro, n. 6763, Cuniã, CEP n. 76824-412, Porto Velho/RO.
Porto Velho 15 de julho de 2023
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7015208-10.2023.8.22.0001
Prestação de Serviços Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: UNNESA - UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZONIA OCIDENTAL S/S LTDA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CAMILA BEZERRA BATISTA, OAB nº RO7212, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO, OAB nº RO796, CAMILA GONCALVES MONTEIRO, OAB nº RO8348
EXECUTADO: THIAGO VAZ LOPES
ADVOGADO DO EXECUTADO: JOAO FELIPE SAURIN, OAB nº RO9034
Valor da causa: R$ 94.764,64
Distribuição:15/03/2023
DESPACHO
Expeça-se novo mandado de citação, sem cobrança de custas.
Cite-se a parte executada para, em 3 (três) dias, efetuar o pagamento da importância indicada na petição inicial mais 10% (dez por cento) de honorários advocatícios ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem-lhe penhorados tantos bens quantos bastem para a garantia da execução e acréscimos legais.
Caso ocorra o pagamento integral do débito no prazo mencionado, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade.
A parte executada poderá apresentar embargos à execução, defesa formal por meio de advogado ou defensor público, independente de penhora, depósito ou caução, em 15 (quinze) dias.
No mesmo prazo, comprovando o depósito de 30% do valor do débito, o executado poderá requerer o parcelamento do valor remanescente da dívida em seis parcelas, na forma do art. 916 do CPC. Nessa hipótese, a parte exequente deverá ser intimada para, em 5 (cinco) dias, manifestar-se quanto ao pedido e, em seguida, venha concluso o processo para decisão.
Obs. 1: Caso não tenha condições de pagar advogado, poderá procurar a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, situada na Avenida Governador Jorge Teixeira, nº 1722, Bairro Embratel, CEP n. 76820-846, Porto Velho/RO.

Na hipótese do executado não ser encontrado pelo Oficial de Justiça, este deverá proceder o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art. 830 do CPC).
Nos 10 (dez) dias seguintes à realização do arresto o Oficial de Justiça procurará o executado 02 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação por hora certa (§1º do art. 830 do CPC).
Restando infrutífera a citação ou penhora de bens, intime-se a parte exequente para, em 5 (cinco) dias, atualizar o débito e requerer o que entender de direito para o prosseguimento da execução, sob pena de extinção.
Em caso de requerimento de pesquisa junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, desde logo, deverá apresentar o comprovante de pagamento das custas referentes à diligência pretendida, na forma do art. 17 da Lei n. 3.896/2016 (Regimento de custas do Estado de Rondônia), sob pena de indeferimento.
Obs. 2: A petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam.
CÓPIA DESTE DESPACHO SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO
Dados para o cumprimento:
Parte requerida: Parte requerida: THIAGO VAZ LOPES, RUA QUINTINO BOCAIÚVA 3313, - DE 3121/3122 AO FIM EMBRATEL - 76820-840 - PORTO VELHO - RONDÔNIA , telefone (69) 99216-4171.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7043924-47.2023.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: FERNANDES & CARNEIRO LIMITADA - ME
ADVOGADO DO AUTOR: WELYS ARAUJO DE ASSIS, OAB nº RO3804
REU: S. C. DA ROCHA AUTO MECANICA - ME, SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 109.125,12
Data da distribuição: 14/07/2023
DESPACHO
A parte requerente postulou a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, entretanto verifico a presença de elementos que evidenciam a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade, por ser insuficiente os documentos apresentados para demonstrar a sua suposta hipossuficiência econômica.
Assim, nos termos do §2º do art. 99 do CPC, intime-se a parte autora para comprovar a hipossuficiência aventada, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da gratuidade da justiça. No mesmo prazo, não comprovando a sua hipossuficiência, deverá recolher as custas iniciais, sob pena de indeferimento da inicial.
Decorrido o prazo, se não houver manifestação, venha concluso para “Julgamento Extinção”.
Apresentados documentos ou recolhidas as custas, venha concluso na pasta “Despacho Emendas”.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7053232-20.2017.8.22.0001
Monitória
AUTOR: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO AUTOR: ITALO SCARAMUSSA LUZ, OAB nº BA67070, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
REU: JAH WIN IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ARTIGOS TECNOLOGICOS LTDA, GILBERTO TOTARO
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 139.724,52
Data da distribuição: 13/12/2017
DECISÃO
I – RELATÓRIO
BANCO DO BRASIL S.A., qualificado no processo, apresentou embargos de declaração contra a sentença de ID n. 91700757, alegando que a referida decisão contém omissa e contradição, pois os juros moratório deve incidir do vencimento da parcela conforme o teor do art. 397 do Código de Civil. Requereu, por isso, seja suprida a referida para reanálise da decisão proferida.
Intimada, a Defensoria Pública de Rondônia, como curadora, apresentou manifestação pelo impossibilidade de tese defensiva (ID n. 92563383).
É a síntese necessária.

II – FUNDAMENTAÇÃO
Os embargos declaratórios ofertados são claramente improcedentes.
Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na decisão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.
No presente caso, não há a ocorrência de nenhuma das hipóteses legais mencionadas (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).
A sentença proferida possui fundamento perfeitamente adequado à sistemática processual, apresentando com clareza as razões e arguições com base nos quais chegou o Juízo à conclusão da decisão.
Os embargos declaratórios não se destinam a prestar esclarecimentos à parte insatisfeita com o desfecho do processo e tampouco a retificar fundamentação de decisão proferida de maneira escorreita.
Não há que se falar em contradição do julgado com o dispositivo legal supostamente não observados, uma vez que, nos termos do art. 1022 do Código de Processo Civil, a contradição que autoriza os aclaratórios é aquela entre proposições do próprio julgado, e não com a lei ou o entendimento da parte.
Nesse sentido:
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO COM OUTROS JULGADOS. IMPOSSIBILIDADE. PRETENSÃO DE REANÁLISE MERITÓRIA. I - Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, são cabíveis embargos de declaração quando houver na decisão vício consistente em: omissão, contradição, obscuridade ou erro material. II - A contradição que autoriza a oposição dos embargos é interna ao julgado atacado, e não entre ele e outros precedentes, ou com o entendimento da parte. III - Na espécie, a contradição apontada é com outros julgados que, segundo a embargante, seriam aplicáveis ao caso, o que é evidentemente inadmissível. IV - Inviável a intenção da embargante de mera reanálise do mérito do recurso especial. V - Embargos de declaração rejeitados" (STJ, Corte Especial, EDcl no AgInt nos EAREsp 498.082/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, julgado em 10/03/2020 e publicado no DJe 13/03/2020 - grifei).
Se a parte embargante está irresignada com a decisão proferida e pretende alterar o desfecho do feito, cabe a ela deduzir sua insatisfação perante a instância superior, pelos meios legais próprios.
III – CONCLUSÃO
Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração apresentados por BANCO DO BRASIL S.A., mantendo em todos os seus termos, e por seus próprios fundamentos, a decisão guerreada.
Sem custas e sem honorários.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7027077-67.2023.8.22.0001
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO AUTOR: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, BRADESCO
REU: ANTONIO NEMEZIO DE MIRANDA FILHO
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 36.292,23
DESPACHO
Intime-se a parte autora para, em 10 (dez) dias, promover o andamento do feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção.
Decorrido o prazo, se não houver manifestação, cumpra-se o disposto no §1º do art. 485 do CPC.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7034932-05.2020.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: OTONIEL DE OLIVEIRA NEGRAO
ADVOGADO DO AUTOR: JULIANA SLEIMAN MURDIGA, OAB nº SP300114
REU: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADOS DO REU: JOAO FRANCISCO ALVES ROSA, OAB nº BA17023, PROCURADORIA BV FINANCEIRA S.A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Valor da Causa: R$ 14.153,93
Data da distribuição: 22/09/2020

DECISÃO
I – RELATÓRIO
BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (BANCO VOTORANTIM S.A), qualificado no processo, apresentou embargos de declaração contra a sentença de ID n. 91138460, alegando que a referida decisão é omissa acerca da compensação de valores, quanto ao termo inicial da correção monetária de acordo com a Súmula 43 do Superior Tribunal de Justiça e correção e juros pela taxa Selic. Requereu, por isso, seja suprida a referida omissão, para reanálise da decisão proferida.
Intimada, a parte embargada pleiteou o não acolhimento dos aclaratórios pelo não preenchimento dos requisitos. Postulou a aplicação da multa por se tratar recurso meramente protelatório, bem como por litigância de má-fé e ato atentatório à dignidade da justiça (ID n. 92242202).
É a síntese necessária.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Os embargos declaratórios ofertados são parcialmente procedentes.
Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na decisão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.
No presente caso, há a ocorrência de nenhuma das hipóteses legais mencionadas (obscuridade, contradição, omissão ou erro material). A sentença proferida possui fundamento perfeitamente adequado à sistemática processual, apresentando com clareza as razões e arguições com base nos quais chegou o Juízo à conclusão da decisão.
Os embargos declaratórios não se destinam a prestar esclarecimentos à parte insatisfeita com o desfecho do processo e tampouco a retificar fundamentação de decisão proferida de maneira escorreita.
Por outro lado, faz-se necessário alguns apontamentos.
Observe a parte embargante que o Juízo estabeleceu o termo inicial da correção monetária, assim como o índice para a incidência de juros moratório, e atente a parte que o fato de o Juízo ter fixado índice diferente do que a parte entende cabível não significa omissão do julgado.
Ademais, o termo inicial da correção está de acordo como entendimento do Superior Tribunal de Justiça, visto que o efetivo prejuízo se deu a partir da pactuação do contrato.
No que se refere a compensação, nenhuma das partes fez tal pedido, o que não impede a sua aplicabilidade na fase de cumprimento de sentença, desde que atendidos os dispositivos pertinentes.
Se a parte embargante está irresignada com a decisão proferida e pretende alterar o desfecho do feito, cabe a ela deduzir sua insatisfação perante a instância superior, pelos meios legais próprios.
III – CONCLUSÃO
Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração apresentados por BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (BANCO VOTORANTIM S.A), mantendo em todos os seus termos, e por seus próprios fundamentos, a decisão guerreada.
Sem custas e sem honorários.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7006156-58.2021.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: DAYANE ARAUJO ALVES
ADVOGADO DO AUTOR: EDESIO VASCONCELOS DE RESENDE, OAB nº RO7513
REU: CONDOMINIO DOIS TOTAL VILLE PORTO VELHO
ADVOGADO DO REU: DANIEL CAMILO ARARIPE, OAB nº RO2806
Valor da Causa: R$ 8.100,00
Data da distribuição: 12/02/2021
SENTENÇA
Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais proposta por DAYANE ARAUJO ALVES em face de CONDOMINIO DOIS TOTAL VILLE PORTO VELHO.
Em síntese, alega a autora que realiza diárias como faxineira no preço médio de R$ 100,00. No dia 14.08.2020, foi contratada para realizar uma diária de faxina na casa de uma cliente que mora no condomínio Requerido. Informou que questionou a cliente se ela já havia liberado sua entrada na portaria do condomínio, o que foi confirmado pela mesma. Sendo assim, ao chegar à portaria, não foi autorizada sua entrada, e que ao saber o motivo só lhe foi informado que sua entrada não estava liberada. Tornou a entrar em contato com a cliente, que confirmou que já havia autorizado sua entrada na portaria do condomínio, que inclusive já havia ligado na portaria. Todavia, mesmo com a moradora ligando na portaria e autorizando a entrada da Autora, o porteiro não deixou que ela entrasse. A autora, se sentindo constrangida, ingressou com a ação requerendo danos materiais pela perda da faxina no valor de R$ 100,00 (cem reais) e danos morais no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais). Apresentou documentos
Citado/intimado (ID 60492407), o requerido não apresentou contestação. E posteriormente alegou que a citação foi inválida.
Intimada a apresentar provas, a autora requereu produção de provas (ID 58807145).
É o relatório.

FUNDAMENTOS

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, nos moldes do art. 355, II, do CPC, eis que o requerido não apresentou contestação e, portanto, é revel, nos termos do artigo 344, do CPC, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelos autores, já que não aplicadas, ao caso, as exceções previstas no artigo 345, do CPC. Além do mais, não houve requerimento de provas pelo réu revel, na forma do artigo 349, já que sequer compareceu ao feito.

Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder. (STJ 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.1990, p. 9.513).

Pois bem. Pretendem a autora a condenação do requerido ao ressarcimento dos danos materiais e ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos.

Em que pese o requerido alegar que a citação foi inválida, tendo em vista que o recebimento do A.R foi por pessoa diversa da administração do condomínio, o art. 248 do CPC dispõe que a citação de pessoa jurídica pode ser recebida por funcionário responsável pelo recebimento de correspondência e não somente pelo síndico. vejamos:

Art. 248. Deferida a citação pelo correio, o escrivão ou o chefe de secretaria remeterá ao citando cópias da petição inicial e do despacho do juiz e comunicará o prazo para resposta, o endereço do juízo e o respectivo cartório.

§ 1º A carta será registrada para entrega ao citando, exigindo-lhe o carteiro, ao fazer a entrega, que assine o recibo.

§ 2º Sendo o citando pessoa jurídica, será válida a entrega do mandado a pessoa com poderes de gerência geral ou de administração ou, ainda, a funcionário responsável pelo recebimento de correspondências.

§ 3º Da carta de citação no processo de conhecimento constarão os requisitos do art. 250 .

§ 4º Nos condomínios edilícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência, que, entretanto, poderá recusar o recebimento, se declarar, por escrito, sob as penas da lei, que o destinatário da correspondência está ausente.

Neste sentido:

Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Ação monitória. Nulidade de citação. Mandado recebido por funcionário da portaria. Citação válida. Recurso não provido.O art. 248, § 4º, do CPC/2015, é claro ao estabelecer como válida a citação entregue a funcionário da portaria de condomínio edilício ou loteamento, responsável pelo recebimento de correspondência, que poderá recusar o recebimento se declarar, por escrito, sob as penas da lei, que o destinatário da correspondência está ausente, circunstância ausente na espécie. Recurso não provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0810996-69.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator (a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 26/04/2023 (TJ-RO - AI: 08109966920228220000, Relator: Des. Rowilson Teixeira, Data de Julgamento: 26/04/2023).

Agravo interno. Citação de Pessoa Jurídica. Porteio do prédio. Validade. Falta de provas. Manutenção da decisão agravada. A citação postal da pessoa jurídica é considerada válida se a correspondência de citação for recebida no endereço da sua sede ou estabelecimento, ainda que por funcionário ou empregado que não tenha poderes específicos para receber citação em seu nome ou que não tenha poderes para representá-la em juízo. Para modificar a decisão monocrática proferida em sede de julgamento de agravo, deve a parte trazer argumentos capazes de modificar a decisão e fazer a devida prova de suas alegações. A ausência de provas e elementos satisfatórios ensejam a negativa de provimento ao recurso e a manutenção da decisão monocrática agravada. (TJ-RO - AGV: 00126890520148220000 RO 0012689-05.2014.822.0000, Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho, Data de Julgamento: 03/02/2015, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 06/02/2015.).

As pretensões da autora são parcialmente procedentes.

Para além da alegação de veracidade dos fatos narrados pela autora, que não é absoluta, verifico que, diante dos documentos apresentados, não existem elementos para se formar convicção em contrário.

Isso porque, conforme demonstrado nos autos, a entrada da autora foi permitida pela moradora, no entanto o porteiro do condomínio requerido negou sua entrada, sem informar motivo algum pelo ocorrido.

Logo, deve o requerido devolver à autora os R$ 100,00,00 (cem reais) pagos pela diária que a autora perdeu, pela recusa de sua entrada no condomínio.

No que toca aos danos morais, inegável que a sequência de fatos vivenciados pela parte autora gerou desconforto e aflição que extrapolam a situação de mero aborrecimento da vida cotidiana. Afinal, não pode ingressar no condomínio, mesmo tendo sua entrada permitida pela moradora conforme demonstrado nos áudios constantes nos autos.

A indenização, no entanto, deve ser fixada em termos razoáveis, não se justificando que a reparação venha a constituir-se em enriquecimento indevido, com manifestos abusos e exageros, recomendando-se que o arbitramento opere com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, a capacidade financeira das partes, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se da experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e as peculiaridades de cada caso.

Analisando os parâmetros citados e as peculiaridades do caso, tenho que o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) seja proporcional e razoável, a fim de indenizar os autores pelos danos morais sofridos.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por DAYANE ARAUJO ALVES e CONDENO CONDOMINIO DOIS TOTAL VILLE PORTO VELHO a:

a) ressarcir aos autores o valor correspondente a R$100,00 (cem reais) a título de danos materiais, corrigidos monetariamente desde a data do evento, ou seja, 14/08/2020, e acrescidos de juros legais de 1% ao mês, estes devidos a partir da citação; e

b) pagar o valor de RR 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, em valores já atualizados, e acrescidos de juros legais de 1% ao mês, estes devidos a partir da citação;.

Considerando que a parte autora decaiu de parte mínima do pedido (art. 86, parágrafo único do CPC), condeno a parte requerida ao pagamento de honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC.

Havendo interposição de recurso de apelação, o serviço cartorário deverá intimar de pronto o apelado, para apresentação de contrarrazões, e caso esse, interpuser apelação adesiva, intime-se o apelante para apresentar contrarrazões.

Após, sejam os recursos remetidos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme determinação do artigo 1.010,§ 3º, do CPC.
Após o trânsito em julgado, nada sendo requerido no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7022046-08.2019.8.22.0001
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: FRANCISCO JOSE FERNANDES FERREIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELENIR AVALO, OAB nº RO224A
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO, OAB nº RO635, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 10.000,00
Data da distribuição: 27/05/2019
DESPACHO
O valor observado, como o próprio autor informou, refere-se ao pagamento de custas recursais referentes ao recurso de apelação interposto pelo autor.
As custas processuais, como regra, devem ser recolhidas via guia judicial, todavia, o autor efetuou pagamento por depósito judicial.
Tal situação foi verificada em âmbito do Tribunal de Justiça, que reconheceu como válido o pagamento, de modo que conheceu e julgou o referido recurso.
Portanto, o valor não deve ser restituído ao autor, mas ao contrário deve ser disponibilizado em favor deste
PODER JUDICIÁRIO de Rondônia.
Assim, expeça-se ofício a CAIXA Econômica informando que os valores constantes nas contas judiciais 2848/040/01784353-2 e 01784368-0 referem-se a custas processuais e, assim, providenciem o necessário para disponibilizar referidos saldo para o TJRO, na forma determinada pelo Ofício nº 879/2018 – SEAR/GOGER-Coref/ SGE/PRESI/TRJO em anexo.
Após expedição do ofício, nada mais havendo, arquive-se o feito.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7029421-89.2021.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: ANA CARLA RIBEIRO DE BRITO
ADVOGADOS DO AUTOR: ALINE COSTA MONTEIRO ORIGA, OAB nº RO2580, CARLOS VITOR DE OLIVEIRA CARDOSO DA SILVA, OAB nº RO11001, CASTIEL FERREIRA DE PAULA, OAB nº RO8063
REU: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 3.045,35
Data da distribuição: 10/06/2021
DECISÃO
I – RELATÓRIO
ANA CARLA RIBEIRO DE BRITO, qualificada no processo, apresentou embargos de declaração contra a sentença de ID n. 90556590, alegando que a referida decisão contém obscuridade ou contradição quanto ao nexo de causalidade da doença com relação ocupacional. Apontou omissão quanto a necessidade de concessão do auxílio-doença acidentário, assim como do pagamento de valor errado do benefício. Asseverou contradição devido a revogação da tutela de urgência concedida pelo Tribunal de Justiça de Rondônia. Requereu, por isso, seja suprida as referidas para reanálise da decisão proferida.
Intimada, a parte embargada ficou inerte.
É a síntese necessária.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Os embargos declaratórios ofertados são claramente improcedentes.
Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na decisão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

No presente caso, não há a ocorrência de nenhuma das hipóteses legais mencionadas (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).
A sentença proferida possui fundamento perfeitamente adequado à sistemática processual, apresentando com clareza as razões e arguições com base nos quais chegou o Juízo à conclusão da decisão.
Os embargos declaratórios não se destinam a prestar esclarecimentos à parte insatisfeita com o desfecho do processo e tampouco a retificar fundamentação de decisão proferida de maneira escorreita.
Observa-se que não há que se falar em contradição do julgado, uma vez que, nos termos do art. 1022 do CPC, a contradição que autoriza os aclaratórios é aquela entre proposições do próprio julgado, e não com as provas ou com o entendimento da parte.
Nesse sentido:
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO COM OUTROS JULGADOS. IMPOSSIBILIDADE. PRETENSÃO DE REANÁLISE MERITÓRIA. I - Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, são cabíveis embargos de declaração quando houver na decisão vício consistente em: omissão, contradição, obscuridade ou erro material. II - A contradição que autoriza a oposição dos embargos é interna ao julgado atacado, e não entre ele e outros precedentes, ou com o entendimento da parte. III - Na espécie, a contradição apontada é com outros julgados que, segundo a embargante, seriam aplicáveis ao caso, o que é evidentemente inadmissível. IV - Inviável a intenção da embargante de mera reanálise do mérito do recurso especial. V - Embargos de declaração rejeitados" (STJ, Corte Especial, EDcl no AgInt nos EAREsp 498.082/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, julgado em 10/03/2020 e publicado no DJe 13/03/2020 - grifei).
Atente que se não foi reconhecido o nexo de causalidade entre a doença e o trabalho exercido, não há o porquê conceder o pedido da autora e, tampouco, manter a tutela de urgência deferida.
Se a parte embargante está irresignada com a decisão proferida e pretende alterar o desfecho do feito, cabe a ela deduzir sua insatisfação perante a instância superior, pelos meios legais próprios.
Os embargos de declaração têm natureza integrativa e não substitutiva, como pretende a embargante.
No ponto:
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - APELO DE INTEGRAÇÃO - PRETENSÃO SUBSTITUTIVA. - Não merece conhecimento recurso que, sob o rótulo de embargos declaratórios, pretende substituir a decisão recorrida por outra. - Os embargos declaratórios são apelos de integração, não de substituição." (STJ, Corte Especial, EDcl no AgRg nos EDcl na Carta Rogatória n. 2.894 - MX, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, julgado em 30/6/2008 e publicado no DJe em 7/8/2008).
III – CONCLUSÃO
Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração apresentados por ANA CARLA RIBEIRO DE BRITO, mantendo em todos os seus termos, e por seus próprios fundamentos, a decisão guerreada.
Sem custas e sem honorários.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7031922-45.2023.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: DANILO FERNANDO BORGHI CARDOSO
ADVOGADO DO AUTOR: FELIPE MULLER OLIVEIRA, OAB nº RO10483
REU: SUELI ROMINGOS DOS SANTOS
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 1.576,55
Data da distribuição: 22/05/2023
SENTENÇA
A parte autora foi intimada a emendar a petição inicial, sob pena de indeferimento (ID n. 91228131), no entanto, deixou escoar o prazo sem que fossem tomadas as providências determinadas por este juízo.
Ante o exposto, com fundamento no parágrafo único do art. 321 e inciso IV do art. 330 do Código de Processo Civil, INDEFIRO a petição inicial apresentada por DANILO FERNANDO BORGHI CARDOSO contra SUELI ROMINGOS DOS SANTOS, ambos qualificados no processo e, em consequência, nos termos do inciso I do art. 485 do mesmo Código, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito e DETERMINO seu arquivamento.
Não recolhidas as custas, é o caso de cancelamento da distribuição nos termos do art. 290 do CPC.
Após, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7017043-67.2022.8.22.0001
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO AUTOR: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, BRADESCO
REU: NILVAN DA MOTA DOS SANTOS
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 25.136,85
Data da distribuição: 14/03/2022
DESPACHO
O juízo não tem acesso ao sistema INFOSEG.
Defiro a realização de pesquisa de endereço da parte demandada por meio dos sistemas INFOJUD e SISBAJUD.
As informações encontram-se anexas a este despacho.
Promova a parte autora, em 15 (quinze) dias, a citação da parte requerida, sob pena de indeferimento da petição inicial.
Decorrido o prazo, se nada for requerido, venha concluso para extinção.
Porto Velho, 16 de julho de 2023
Renan Kirihata
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7010219-58.2023.8.22.0001
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
ADVOGADOS DO AUTOR: GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI, OAB nº AC4254, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
REU: VERA LUCIA BENIGNO
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 70.555,48
Data da distribuição: 23/02/2023
SENTENÇA
A parte autora foi intimada a promover a citação da requerida (ID n. 91422550), deixando escoar o prazo sem que fossem tomadas as providências determinadas por este juízo.
Note-se que a inércia da parte autora faz revelar a ausência dos pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo, razão pela qual o feito deve ser extinto, uma vez que a parte não cumpriu a diligência que lhe competia, possibilitando o indeferimento da inicial na forma do parágrafo único do art. 321 do Código de Processo Civil.
A propósito, julgados do Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia que, em casos análogos, assim decidiu:
“Apelação cível. Ação de execução. Extinção do processo sem julgamento do mérito. Pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. Ausência. A ausência de citação é causa de extinção do processo, sem resolução de mérito, por inexistência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular. Recurso não provido.” (TJ/RO, 1ª Câmara Cível, Processo n. 0007049-57.2010.822.0001, Rel. Juiz Rinaldo Forti da Silva, julgado em 28/02/2018 e publicado no Diário Oficial em 08/03/2018).
“Extinção do processo. Ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Desnecessidade de intimação pessoal. Extinto o processo em razão de ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, tal qual o não aperfeiçoamento de citação por inércia do autor, se mostra desnecessária sua intimação pessoal, não se aplicando o § 1º do art. 267 do CPC, pois este se refere apenas à extinção do processo por abandono processual (incisos II e III).” (TJ/RO, 2ª Câmara Cível, Processo n. 0002130-83.2014.822.0001, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, julgado em 15/03/2018 e publicado no Diário Oficial em 21/03/2018).
Ante o exposto, com fundamento no parágrafo único do art. 321 do Código de Processo Civil, INDEFIRO a petição inicial apresentada por AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A contra VERA LUCIA BENIGNO, ambos qualificados no processo e, em consequência, nos termos dos incisos I e IV do art. 485 do mesmo Código, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito e DETERMINO seu arquivamento.
Segue em anexo comprovante da baixa da restrição judicial lançada sobre o veículo via sistema RENAJUD.
Sem custas finais, assim, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 16 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7033520-44.2017.8.22.0001
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO, OAB nº RO3831
EXECUTADO: JESSICA DENISE FARIAS SANTOS
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 8.051,29
Data da distribuição: 28/07/2017
DESPACHO
Segue em anexo as pesquisas via PREVJUD.
Promova a parte exequente, em 10 (dez) dias, o andamento do feito para requerer o que entender de direito, sob pena de suspensão e arquivamento.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7028680-78.2023.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTORES: LAURA MARIA ALMEIDA SOUZA, ISABELLA DE SOUZA MELO
ADVOGADO DOS AUTORES: ANA CAROLINA FERREIRA MOREIRA, OAB nº RO6308
REU: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 11.963,89
Data da distribuição: 10/05/2023
DESPACHO
Recebo o processo.
A questão trazida à análise judicial trata-se de matéria de defesa em ação de execução, especificamente, de impugnação a bloqueio/penhora.
Referida defesa, pois, foi oportunamente apresentada pela parte executada, ora autora, no processo n. 7039602-91.2017.8.22.0001 e devidamente apreciada, tendo sido rejeitada.
Em razão da rejeição da impugnação apresentada os valores bloqueados foram penhorados e, posteriormente, liberados em favor da parte exequente, ora requerida.
A pretensão da parte autora, neste processo, já foi decidida judicialmente e estando ela inconformada com o desfecho acerca da medida, deveria ter providenciado, pelos meio e instrumentos processuais adequados, manifestar a sua irresignação e tentar reverter a decisão proferida.
A presente demanda, pois, não é via adequada para a discussão que a autora pretende levantar.
Assim, nos termos do art. 10 do CPC, intime-se a parte autora para, em 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do seu interesse processual, no aspecto da via adequada, sob pena de extinção.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7040644-68.2023.8.22.0001
Correção Monetária Procedimento Comum Cível
AUTOR: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA.
ADVOGADO DO AUTOR: JACO CARLOS SILVA COELHO, OAB nº DF23355
REU: INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS MDM LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 612.288,44
Distribuição:03/07/2023

DESPACHO
Recebo o processo.
Promova-se a complementação do cadastro do processo incluindo no polo passivo CLEY JEFFERSON DE MEDEIROS MUNIZ, conforme indicado na petição inicial.
Vincule-se ao processo, por meio do Sistema de Controle de Custas do TJRO, a guia de custas avulsa de ID n. 92664420, referente ao pagamento de 1% das custas iniciais (ID n. 92664419).
Intime-se a parte exequente para, em 15 (quinze) dias, complementar o pagamento das custas iniciais (1%), pois, por se tratar de procedimento especial que não admite a audiência de conciliação no início do processo, as custas devem ser recolhidas no percentual de 2% (dois por cento), na forma do inciso I do art. 12 da Lei n. 3.896/2016, sob pena de indeferimento da petição inicial.
Decorrido o prazo, se nada for apresentado, venha concluso o processo na pasta “Julgamento Extinção”.
Recolhidas as custas, cumpra-se o despacho a seguir:
Cite-se a parte executada para, em 3 (três) dias, efetuar o pagamento da importância indicada na petição inicial mais 10% (dez por cento) de honorários advocatícios ou nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem-lhe penhorados tantos bens quantos bastem para a garantia da execução e acréscimos legais.
Caso ocorra o pagamento integral do débito no prazo mencionado, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade.
A parte executada poderá apresentar embargos à execução, defesa formal por meio de advogado ou defensor público, independente de penhora, depósito ou caução, em 15 (quinze) dias.
No mesmo prazo, comprovando o depósito de 30% do valor do débito, o executado poderá requerer o parcelamento do valor remanescente da dívida em seis parcelas, na forma do art. 916 do CPC. Nessa hipótese, a parte exequente deverá ser intimada para, em 5 (cinco) dias, manifestar-se quanto ao pedido e, em seguida, venha concluso o processo para decisão.
Obs. 1: Caso não tenha condições de pagar advogado, poderá procurar a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, situada na Avenida Governador Jorge Teixeira, nº 1722, Bairro Embratel, CEP n. 76820-846, Porto Velho/RO.
Na hipótese do executado não ser encontrado pelo Oficial de Justiça, este deverá proceder o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art. 830 do CPC).
Nos 10 (dez) dias seguintes à realização do arresto o Oficial de Justiça procurará o executado 02 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação por hora certa (§1º do art. 830 do CPC).
Restando infrutífera a citação ou penhora de bens, intime-se a parte exequente para, em 5 (cinco) dias, atualizar o débito e requerer o que entender de direito para o prosseguimento da execução, sob pena de extinção.
Em caso de requerimento de pesquisa junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, desde logo, deverá apresentar o comprovante de pagamento das custas referentes à diligência pretendida, na forma do art. 17 da Lei n. 3.896/2016 (Regimento de custas do Estado de Rondônia), sob pena de indeferimento.
Obs. 2: A petição inicial, e documentos que a instruem poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam.
CÓPIA DESTE DESPACHO SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO
Dados para o cumprimento
Parte executada:
Indústria e Comércio de Bebidas MDM LTDA
Endereço: Rua Raimundo Cantuária, n. 7761, Tiradentes, CEP n. 76824-629, Porto Velho/RO.
Cley Jeffersson de Medeiros Muniz
Endereço: Rua Paulo Leal, n. 1399, Nossa Senhora das Graças, CPE n. 76804-128, Porto Velho/RO.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7043836-09.2023.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: VALDECIR ROQUE RUFATTO
ADVOGADO DO AUTOR: IULSF ANDERSON MICHELON, OAB nº RO8084
REU: FOX PNEUS LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 5.423,00
Data da distribuição: 13/07/2023
DESPACHO
Defiro os benefícios da gratuidade em favor da parte autora.
Designo audiência de conciliação a realizar-se pelo conciliador (CEJUSC).
As audiências serão realizadas por vídeo conferência através de WhatsApp, Meet ou outro aplicativo. A Central promoverá os atos necessários ao agendamento da audiência e intimação das partes.
Intime-se a parte autora por meio de seu advogado (art. 334, 3º, do CPC).
Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer à audiência acima, acompanhada de advogado.
O prazo para oferecimento da contestação é de 15 (quinze) dias, a contar da data da audiência de conciliação, caso frustradas as tentativas de acordo, salvo hipóteses dos incisos II e III do art. 335 do CPC.

Se a parte requerida não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).
No caso de não comparecimento injustificado à audiência de conciliação, por qualquer das partes, o faltoso estará sujeito à multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, conforme art. 334, §8º do CPC.
Obs. 1: A apresentação de contestação antes da audiência de conciliação não exime a aplicação da multa, caso a parte requerida não compareça à solenidade.
Obs. 2: A petição inicial e documentos que a instruem poderão ser consultados no sitio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam.
Nos termos do §1º do art. 246 do CPC, as empresas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações.
Considerando que a parte requerida não está cadastrada no sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe), nos termos do §2º do art. 1º da Lei Estadual n. 4.912/2020, deve arcar com as despesas necessárias à sua citação, a ser recolhido mediante boleto bancário, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa.
Desta forma expeça-se o boleto necessário ao pagamento da diligência e, com o instrumento de citação, encaminhe-se à parte requerida, para pagamento em 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa.
CÓPIA DESTE SERVE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO.
Dados para cumprimento:
PARTE REQUERIDA: FOX PNEUS LTDA , CNPJ de nº 03.983.300/0001-26, sede na Av. Governador Jorge Teixeira, 1159, Bairro Nossa Senhora das Graças, na cidade de Porto Velho RO, CEP 76804-149.
Porto Velho 15 de julho de 2023
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7008602-68.2020.8.22.0001
Alienação Fiduciária Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: Banco Bradesco Financiamentos S.A
ADVOGADO DO AUTOR: ROSANGELA DA ROSA CORREA, OAB nº AC5398
REU: REGIOVANE FARIAS DE ANDRADE
ADVOGADO DO REU: DOUGLAS RICARDO ARANHA DA SILVA, OAB nº RO1779
Valor da causa: R$ 22.250,66
Distribuição:26/02/2020
DESPACHO
Trata-se de cumprimento de sentença para pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.
Altera-se o polo ativo para constar DOUGLAS RICARDO ARANHA DA SILVA, Advogado OAB/RO 1779.
Altera-se o polo passivo para constar Banco Bradesco Financiamentos S.A - CNPJ: 07.207.996/0001-50 e sua patrona ROSANGELA DA ROSA CORREA registrado(a) civilmente como ROSANGELA DA ROSA CORREA - OAB RO5398-A - CPF: 519.812.380-34 (ADVOGADO)
Intime-se a parte exequente para, em 10 (dez) dias, apresentar seus dados bancários (número do banco, conta, agência e CPF/CNPJ do titular) para fins de expedição de alvará.
Nos termos do art. 523 do CPC, fica a parte executada intimada para pagar voluntariamente o débito indicado no processo (ID n.91848173), em 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios, também de 10% (dez por cento), ficando ainda sujeito a atos de expropriação (§3º do art. 523 do CPC).
A intimação se dará pelo Diário da Justiça, nos termos do inciso I do §2º do art. 513 do CPC.
Fica a parte executada ciente de que, com o transcurso do prazo para pagamento voluntário, nos termos do art. 525 do CPC, independente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, apresentar impugnação ao cumprimento de sentença.
Havendo impugnação, intime-se a parte exequente para, em 15 (quinze) dias, se manifestar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença e após, decorrido o prazo, venha concluso o processo para decisão.
Não havendo impugnação, intime-se a parte exequente para, em 5 (cinco) dias, atualizar o débito e requerer o que entender de direito para o prosseguimento do cumprimento de sentença, sob pena de extinção. Em caso de requerimento de pesquisa junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, desde logo, deverá apresentar o comprovante de pagamento das custas referentes à diligência pretendida, na forma do art. 17 da Lei n. 3.896/2016 (Regimento de custas do Estado de Rondônia), sob pena de indeferimento.
Em caso de pagamento, intime-se a parte exequente, por meio do seu advogado, para, em 5 (cinco) dias, informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que entender de direito, sob pena de presunção de aceitação tácita quanto aos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
CÓPIA DESTE DESPACHO SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO
Dados para o cumprimento
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7012285-79.2021.8.22.0001
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS FERNANDES LTDA
ADVOGADO DO REQUERENTE: CLEITON CARLOS DE ABREU COELHO BARRETO, OAB nº RO428E
REQUERIDO: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda
ADVOGADOS DO REQUERIDO: WILSON BELCHIOR, OAB nº CE17314A, BRADESCO
Valor da Causa: R$ 60.063,76
Data da distribuição: 19/03/2021
DESPACHO
Recebo a impugnação ao cumprimento de sentença.
Concedo o efeito suspensivo ante o risco de dano irreparável à parte requerida a fim de que o prazo para expedição e pagamento seja suspenso até a decisão dessa impugnação ao cumprimento da sentença, intime-se a parte executada para, em 05 (cinco) dias, anexar ao processo o comprovante de garantia do juízo no valor de R$ 64.371,53 (sessenta e quatro mil, trezentos e setenta e um reais e cinquenta e três centavos) exposta na petição de ID n. 93276613.
Intime-se o(a) impugnado(a) para se manifestar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a impugnação ao cumprimento de sentença de ID n. 93276613.
Após o decurso do prazo, faça-se conclusão dos autos para decisão.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7023599-85.2022.8.22.0001
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: MARIA CRISTINA THOMAS - EPP
ADVOGADOS DO REQUERENTE: CARLA ALEXANDRE RIBEIRO, OAB nº RO6345A, MARTA FRANCISCO DE OLIVEIRA, OAB nº RO5900A, VIRGILIA MARIA BARBOSA MENDONCA, OAB nº RO2292
REQUERIDO: ELIZANGELA MONTEIRO DOS REIS
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 2.304,55
Data da distribuição: 05/04/2022
DESPACHO
Conclusão desnecessária.
Arquive-se.
Porto Velho, 14 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7060468-47.2022.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTORES: GRAZIELE SILVA DE MELO, MARCELO REGIS LIMA CORREA
ADVOGADO DOS AUTORES: CASSIA MARIA PICANCO DAMIAN DE MELLO, OAB nº RJ74365
REU: TAM LINHAS AÉREAS S/A
ADVOGADOS DO REU: FERNANDO ROSENTHAL, OAB nº SP146730, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
Valor da Causa: R$ 16.000,00
Data da distribuição: 11/08/2022
SENTENÇA
HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes (ID n. 92996354) para que produza seus jurídicos e legais efeitos e, em consequência, com fundamento na alínea “b” do inciso III do art. 487 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo movido por AUTORES: GRAZIELE SILVA DE MELO, MARCELO REGIS LIMA CORREA contra REU: TAM LINHAS AÉREAS S/A, ambos qualificados no processo e DETERMINO seu arquivamento.

Tratando-se de pedido de homologação de acordo, verifica-se a ocorrência da preclusão lógica quanto ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data.
Custas nos termos da sentença.
Intime-se a parte requerida para, em 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa do Estado. O boleto para pagamento das custas pode ser acessado por meio do link http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/controleCustas.jsf;jsessionid=dccoQd1AaWrwh9NanNJexU9rqyeiA0evkxvPueuJ.wildfly01:custas1.1
Recolhido o valor, arquive-se.
Não havendo recolhimento, cumpra-se o disposto no art. 35 e seguintes da Lei n. 3.896/2016 e art. 2º do Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG. Após, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7063075-33.2022.8.22.0001
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADOS DO AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
REU: JUNIANE MADALENE SOARES EVANGELISTA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 111.499,34
Data da distribuição: 23/08/2022
SENTENÇA
Ante o pedido de desistência formulado (ID n. 93117139), com fundamento no inciso VIII do art. 485 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem apreciação de mérito, o processo movido por BANCO ITAUCARD S.A. contra JUNIANE MADALENE SOARES EVANGELISTA , ambos qualificados no processo e, em consequência, DETERMINO seu arquivamento.
Segue a baixa da restrição lançada pelo sistema RENAJUD, conforme comprovante anexo.
Recolha-se o mandado.
Sem custas finais.
Ante a preclusão lógica, sentença transitada em julgado nesta data.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7031962-61.2022.8.22.0001
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: WALDEMAR MOREIRA LUNA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ROSIANE DE LIMA LUNA RODRIGUES, OAB nº RO6968, ANTONIO AUGUSTO SOUZA DIAS, OAB nº RO596
REQUERIDO: RAINEY JOSE VIANA DA MOTA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PAULO ROBERTO IGLESIAS ROSA, OAB nº RO7167A
Valor da Causa: R$ 47.249,64
Data da distribuição: 09/05/2022
DESPACHO
No despacho de ID n. 85310982 há, pelos fatos ali delineados, a determinação de expedição de ofício.
Analisando o processo, observou-se, contudo, que não fora cumprida a determinação.
Assim, cumpra a CPE, com urgência, referida disposição.
Em razão disso, tendo em vista a necessidade de esclarecimentos acerca dos valores bloqueado e transferido para conta judicial, indefiro, por ora, o levantamento do valor em benefício do exequente.
No mais, quanto à análise do pedido de penhora de salário do devedor, este é possível, contudo, deve a parte exequente apresentar maiores informações acerca do atual vínculo de emprego do executado e do seu subsídio mensal para que possa ser realizada a análise do mencionado pedido, bem como recolhimento das custas de diligência, nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.

Assim, intime-se a parte exequente para, em 10 (dez) dias, apresentar documentos que demonstrem a renda mensal do executado, como por exemplo contracheque, sob pena de indeferimento do pedido e arquivamento do feito.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br Processo n. 7030120-80.2021.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: HORTON HELLMANN DE OLIVEIRA MARTINS
ADVOGADO DO AUTOR: ANDREA GODOY, OAB nº RO9913
REU: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA, SAGA ASIA COMERCIO DE VEICULOS, PECAS E SERVICOS LTDA
ADVOGADOS DOS REU: MAGDA ZACARIAS DE MATOS, OAB nº SP8004, FABIO RIVELLI, OAB nº BA34908
Valor da Causa: R$ 28.117,51
Data da distribuição: 16/06/2021
DECISÃO
Trata-se de ação de reparação por vício/defeito em automóvel cumulada com reparação de danos morais interposta por HORTON HELLMANN DE OLIVEIRA MARTINS em face de SAGA ASIA COMÉRCIO DE VEÍCULOS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA e HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMÓVEIS LTDA.
Oferecida contestações e réplica, as partes especificaram as provas que pretendem produzir, estando o feito pronto para ser saneado, o que passo a fazer nesta oportunidade.
A requerida SAGA ASIA COMÉRCIO DE VEÍCULOS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA em sua contestação não suscitou preliminares (ID n.62037700).
Por sua vez a requerida HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMÓVEIS LTDA aduziu preliminar de ausência de interesse processual considerando que os problemas apresentados foram causados por culpa exclusiva do autor (ID n.63949273).
A simples leitura da petição da inicial, bem como os documentos apresentados são suficientes para afastar essa preliminar, eis que a parte autora indicou claramente os motivos pelos quais pretende o provimento jurisdicional ora pleiteado (reparação por vício de veículo e danos morais).
As alegações da requerida, a fim de elidir o direito do requerente, referem-se ao mérito da questão e, assim sendo, serão analisadas no momento oportuno.
Rejeito a preliminar.
As condições da ação restaram demonstradas. As partes são legítimas e encontram-se regularmente representadas no processo.
Inexistindo outras preliminares ou prejudiciais a serem analisadas, DOU O FEITO POR SANEADO.
Defiro a inversão do ônus da prova, tendo em vista a relação de consumo existente.
Na forma do art. 357 do Código de Processo Civil, fixo como pontos controvertidos: a existência de defeitos ou vícios no veículo, a ocorrência de danos morais e materiais.
A parte autora pleiteou a produção de prova pericial no radiador do veículo (ID n.62789015).
A parte requerida HYUNDAI requereu a produção de prova pericial na modalidade mecânica, visando corroborar a tese de ausência de vícios (ID n.78763428). A outra requerida não se manifestou quanto a produção de provas.
Nesse sentido, DEFIRO a produção de prova documental e pericial para apurar a existência de defeitos ou vícios no veículo.
Ficam as requeridas intimadas para no prazo de 10 (dez) dias, apresentarem todas as ordens de serviços realizadas no veículo objeto dos autos, as quais subsidiarão a perícia, sob pena de dispensa da prova e presunção dos fatos suscitados pelo autor.
Após exibidos os documentos, intimem-se a parte autora e as requeridas para, querendo, manifestarem sobre tais documentos no prazo comum de 05 (cinco) dias.
Quanto à perícia técnica a ser realizada sobre o veículo para apurar a existência de defeitos ou vícios, nomeio o engenheiro mecânico VINICIUS AUGUSTO CASTELO BRANCO MATEUS, a quem concedo o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do laudo pericial, a contar da data de intimação de depósito dos honorários periciais. Intime-se pelo telefone 69 99956-3058 ou e-mail vacbm_18@hotmail.com, para tomar ciência da nomeação.
Concedo às partes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta decisão, para apresentação de quesitos e indicação de assistentes técnicos, sob pena de preclusão (art. 465, §1º, III do CPC).
Apresentado os quesitos, intime-se o perito para que apresente proposta de honorários periciais, os quais deverão ser custeados pela requerida HYUNDAI, pois foi quem pleiteou a realização da perícia (art. 95 do CPC) e também decorrente da inversão do ônus da prova, consagrada pelo Código de Defesa do Consumidor.
Apresentada a proposta de honorários, intime-se a requerida HYUNDAI a efetivar o depósito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de dispensa da prova e presunção dos fatos suscitados pelo autor.
Depositados os honorários, deverá ser intimado o perito para agendar data para realização da perícia, cientificando-o que deverá informar ao juízo a data de início dos trabalhos com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, a fim de viabilizar a intimação das partes.
Apresentada data para perícia do veículo, intime-se as partes.
Com a vinda do laudo pericial, intimem-se as partes a manifestarem-se a respeito, no prazo comum de 15 (quinze) dias (art. 477, §1º do CPC), sob pena de preclusão. Se nada for requerido, abra-se oportunidade para as alegações finais, no prazo acomum de 10 (dez) dias.
Intimem-se as requeridas por meio de seus advogados.
Porto Velho, 15 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh7civgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7077874-81.2022.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI - SP248970
EXECUTADO: MARIA FRANCILENE MOREIRA DA CRUZ
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS OFICIAL DE JUSTIÇA
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do mandado, fica a parte AUTORA, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada, para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada conforme tabela abaixo.
Fica a parte advertida que em se tratando de mandado de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural).
O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh7civgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7011667-66.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: LETICIA CRISTINA FERNANDES GONCALVES
Advogado do(a) AUTOR: VALDECIR RABELO FILHO - ES19462
REU: CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
Advogado do(a) REU: LAZARO JOSE GOMES JUNIOR - GO31757-A
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS E RÉPLICA Considerando que não houve a autocomposição entre as partes, nos termos do art. 12, inc.I, da Lei nº 3.896/2016 (Lei de Custas do TJRO), fica a parte AUTORA intimada para efetuar o recolhimento de CUSTAS ADIADAS CÓDIGO 1001.2 sob pena de extinção, bem como, em igual prazo, intimada para apresentar RÉPLICA. Prazo: 15 (quinze) dias.
O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh7civgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 7civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7024425-77.2023.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS JURIDICAS E DOS SERVENTUARIOS DE ORGAOS DA JUSTICA E AFINS, RONDONIA - CREDJURD
Advogado do(a) EXEQUENTE: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA - RO1246
EXECUTADO: MARCELO FERNANDES CHAGAS e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7070163-25.2022.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: EUZIMAR AFONSO DA SILVA
ADVOGADOS DO AUTOR: LUCAS ZAGO FAVALESSA, OAB nº RO10982, JOAO VITOR MESQUITA DONATO, OAB nº RO11703
REU: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO REU: LARISSA SENTO SE ROSSI, OAB nº BA16330, BRADESCO
Valor da Causa: R$ 37.000,00

Data da distribuição: 21/09/2022
SENTENÇA
I – RELATÓRIO
EUZIMAR AFONSO DA SILVA ajuizou ação declaratória cumulada com pedido de reparação de danos contra BANCO BRADESCO SA, ambos qualificados no processo, pretendendo seja declarada a inexistência da relação jurídica que originou a inscrição nos cadastros de inadimplentes, bem como a condenação da requerida à reparação de danos morais e materiais.
Aduziu que foi surpreendida com a inscrição de seu nome nos cadastros de inadimplentes (id 82068086) em razão de débitos junto à instituição financeira, ora requerida, que afirmou desconhecer. Aduziu que os referidos débitos são inexistentes, pois não contratou o empréstimo que originou tal inscrição. Relatou que no ano de 2010 aplicou o valor de R$ 25.000,00, que recebeu de herança, na previdência privada administrada pelo banco requerido, valor que não tinha intenção de resgatar ou sacar por se tratar de investimento a longo prazo, e se referia a conta que possuía com o requerido que não utilizava para transações comuns do dia-a-dia. Conta que esse investimento sofreu saques periódicos não feitos pela parte requerente nem por ela autorizada que totalizam R$27.000,00. Sustentou, portanto, que desconhece a conta e o empréstimo realizado, ou seja, os débitos são inexistentes e, consequentemente, as inscrições negativas em seu nome são indevidas e irregulares e, estão, lhe causando transtornos de ordem moral. Apresentou documentos.
Deferido os benefícios da gratuidade da justiça à parte requerente e o pedido de tutela de urgência para determinar que a parte requerida promova a retirada do nome do requerente EUZIMAR AFONSO DA SILVA do cadastro de inadimplentes, referente ao contrato n. 389458512000091FI (id 82068086), no valor de R$ 437,82, vencido em 21/09/2019 e disponível em 22/10/2019 (id 82256375).
Regularmente citada, a parte requerida ofertou contestação (id. 84858229), suscitou preliminares de ausência de interesse processual por inexistência de pretensão resistida, impugnação à gratuidade da justiça e de inépcia da petição inicial; no mérito, sustenta que as transações bancárias realizadas na conta da parte autora, por si administrada, são acessadas pela parte autora ou por quem tenha os seus dados como senha e cartão, portanto foram feitas com a autorização do titular da conta; afirma que a parte autora juntou extratos referente a aplicação sem dados de agência e número da conta, sobre o que nomeia seguro Bradesco Vida e Previdência (BVP) - o que o autor chamou de investimento de previdência privada, defende não ocorreram retiradas, mas retorno das aplicações e que embora não tenha contratado o referido seguro a parte autora esteve coberta durante o período de 26/11/2010 a 23/10/2019. Concluiu que, nesse ponto, a parte autora se insurge de valores recebidos em sua conta, portanto a condenação em danos morais e materiais devem ser excluídas ou pelo menos arbitradas em quantum que atenda os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Fala nada a respeito da inscrição nos cadastros de inadimplentes. Por fim, pugnou, em suma, pela improcedência da ação.
Foi realizada audiência de conciliação, mas as propostas conciliatórias restaram inexitosas (id. 84865797).
Intimada, a parte autora manifestou-se acerca da contestação apresentada, afirmando que a parte requerida não apresentou qualquer documento ou contrato devidamente assinado pelo requerente; reitera que não contratou empréstimo que gerou o débito originário da inscrição indevida; impugnou, assim, a contestação em todos os termos (id.86408685).
Chamadas as partes para especificarem provas (id 87352547) deixaram de se manifestar nesse sentido.
É o relatório.
II – FUNDAMENTAÇÃO
DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE
Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder.” (STJ- 4ª. Turma, REsp 2.832-RJ, REL.MIN. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, pág. 9.513).
No presente caso, a questão de mérito dispensa a produção de prova em audiência, logo, há que se promover o julgamento antecipado da causa, na forma do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
PRELIMINAR IMPUGNAÇÃO À GRATUIDADE DA JUSTIÇA
Rejeito a preliminar de impugnação à gratuidade da justiça porque a decisão tomou por base os documentos juntados pela parte autora com a inicial que comprovam sua atual situação de hipossuficiência financeira.
PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL POR INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA
A parte requerida defende que o autor, para que tivesse interesse de agir deveria ter primeiro procurar uma agência sua para resolver a situação aqui reclamada.
Afasto a preliminar, pois o art. 5º, XXXV, da Constituição Federal aduz: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito”. Desse modo, não há necessidade de esgotamento da via administrativa para se buscar a tutela jurisdicional.
Superadas as preliminares, presentes o interesse, a legitimidade, bem como os pressupostos processuais, passo à análise do mérito.
PRELIMINAR INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL
Afasto a preliminar de inépcia da petição inicial, pois o autor não deixou de apresentar o pedido e a respectiva causa de pedir, a narração dos fatos leva a uma conclusão lógica e não há incompatibilidade de pedidos, em se tratando de Juizado Especial a ausência do valor da causa não prejudica o prosseguimento do feito, tendo em vista os princípios da simplicidade, informalidade e oralidade.
DO MÉRITO
EUZIMAR AFONSO DA SILVA ajuizou ação declaratória cumulada com reparação de danos contra BANCO BRADESCO SA, pretendendo ver declarada a inexistência de débito e a condenação da parte requerida a indenizar danos morais e materiais. Alegou que seu nome foi indevidamente inscrito em cadastro de inadimplentes, uma vez que nunca contraiu dívida vinculada a empréstimos/financiamentos com a parte requerida. Aduziu que entrou em contato com a parte requerida para solucionar a controvérsia, mas sem êxito. Argumentou que a inscrição indevida lhe causou prejuízos morais. Ao final, no mérito, pleiteou a declaração de inexistência do débito e a sua consequente nulidade, assim como, pugnou pela condenação da parte requerida ao pagamento de dano material (R$ 27.000,00) e moral (R$ 10.000,00 reais).
A parte requerida afirma que não ocorreram descontos no investimento da parte autora, Bradesco Vida e Previdência, que o extrato juntado do BVP indica os rendimentos anuais do investimento, portanto trata de depósito, e não saques, contudo não considera que aquela tela foi fornecida por gerente preposto seu que mostrou descontos para a parte autora, sendo que o própria tela aponta histórico de resgate parcial. Não bastasse isso, não trouxe extrato daquele investimento com o fim de comprovar o que afirma de que são depósitos e que portanto o foi acrescido R$ 27.000,00 e não descontado esse valor.
Por outro lado, afirma que a transação foi feita pela utilização de cartão com senha, mas não demonstra que a entrega do cartão ou se o tipo da contratação daquela conta tem esse tipo de movimentação autorizada para autoatendimento.
A análise dos autos leva à conclusão de que foi indevida a inscrição do nome da parte autora nos cadastros de inadimplentes.

Isso porque a requerida não demonstrou ter a parte requerente contratado os serviços que motivaram a inscrição discutida nestes autos . Nada foi apresentado nesse sentido.
Não tendo a requerida comprovado que a parte requerente com ela contratou, a inscrição no cadastro de inadimplentes foi indevida, de forma que há de se reconhecer a ilegitimidade da anotação, bem como declarar a inexigibilidade do débito inscrito (id 82068086).
DOS DANOS MORAIS
Ao inscrever o nome da parte autora por inadimplência, a requerida incorreu em conduta ilícita (art. 186 do Código Civil), uma vez que não houve comprovação de que a parte requerente tenha contratado empréstimo capaz de originar o débito inscrito.
Incorrendo em conduta ilícita, por negligência, a requerida está obrigada a ressarcir o dano moral a que deu causa, este verificável pela simples inscrição, que, nos termos da pacífica jurisprudência, é causa de dano moral puro, dispensando qualquer comprovação. Nesse sentido, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:
TJRO. Apelação cível. Telefonia. Inscrição indevida em cadastro de inadimplentes. Dano moral configurado. Indenização devida. Valor. Critérios de fixação. Quantum minorado. Honorários advocatícios. Majoração. Impossibilidade. O dano moral decorrente da inscrição indevida em cadastro de inadimplentes é considerado in re ipsa, isto é, não se faz necessária a prova do prejuízo, que é presumido e decorre do próprio fato. O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e o conceito social das partes, devendo ser reduzido quando se mostrar incompatível com tais parâmetros. Nos termos da jurisprudência do STJ, os honorários advocatícios são passíveis de modificação tão-somente quando se mostrarem irrisórios ou exorbitantes. (TJRO, ApCív 0011965-61.2015.822.0001, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, j. 15/02/2018, DJe de 23/02/2018).
A responsabilidade civil da parte requerida, portanto, está caracterizada, impondo-se-lhe o dever de indenizar, nos termos do art. 927 do Código Civil.
Assim, considerando as circunstâncias normais para esse tipo de ocorrência, bem como a orientação dos julgados das Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça de Rondônia, o montante de R$ 2.000,00 se mostra adequado para o caso.
A correção monetária deve incidir a partir desta data (Súmula n. 362 do STJ) e os juros a partir da data da inscrição no cadastro de inadimplentes (Súmula n. 54 do STJ).
DO DANO MATERIAL
Não procede a indenização por dano material. Da análise do conjunto probatório, percebe-se que os valores apontados como saques de terceiros foram resgates e devidamente creditados na conta corrente do autor derivados de plano de previdência. Nesse sentido, os apontamentos “PGTO VIDA E PREVIDÊNCIA” constantes no extrato guardam correlação com datas e valores descontados (após retenção de tributos) quanto cotejados com os dados da petição inicial.
Petição inicial Petição inicial Extrato Extrato Extrato Data Valor Data Valor ID 23/10/2019 6.000,00 25/10/2019 5.607,37 82068090 22/08/2019 6.000,00 26/08/2019 5.610,97 82068090 25/07/2017 6.000,00 27/07/2017 5.654,43 82068090 21/03/2011 1.000,00 25/03/2013 981,54 82068090 08/11/2011 2.000,00 Não apresentado Não apresentado ***Assim, não incidem as premissas do art. 6º, VIII, do CDC, que permitem a inversão do ônus da prova, por não estar presente a verossimilhança nas alegações da parte autora. Os resgates foram depositados na conta corrente do autor, que utilizou na compensação posterior de débitos e créditos, conforme os extratos apresentados.
III – CONCLUSÃO
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 487 do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, formulado por AUTOR: EUZIMAR AFONSO DA SILVA contra REU: BANCO BRADESCO SA, ambos qualificados nos autos e, em consequência, CONFIRMO a tutela de urgência concedida de forma antecipada (id 82256375) e DECLARO inexistente o débito que originou a inscrição discutido nestes autos. CONDENO a parte requerida a pagar à parte autora, a título de danos morais, o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigido monetariamente pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, a partir desta data (Súmula n. 362 do STJ) e com juros simples de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data do evento danoso Súmula n. 54 do STJ).
CONDENO a parte requerida ao pagamento honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da condenação, face a natureza da ação e a simplicidade do caso (art. 85, §2º do CPC).
CONDENO a parte requerente ao pagamento honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor do proveito econômico sucumbente, face a natureza da ação e a simplicidade do caso (art. 85, §2º do CPC).
Tendo em vista a sucumbência recíproca, cada parte arcará com metade das custas.
Gratuidade judiciária concedida ao autor (ID 82256375).
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7078059-22.2022.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
AUTOR: MARIA DE NAZARE SOARES REIS
ADVOGADOS DO AUTOR: ANDREW DE SENA MACEDO, OAB nº RO12068, JURACI ALVES DOS SANTOS, OAB nº RO10517, THIAGO APARECIDO MENDES ANDRADE, OAB nº RO9033, PEDRO RODRIGUES DE SOUZA, OAB nº RO10519
REU: BANCO BMG S.A.
ADVOGADOS DO REU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, Procuradoria do BANCO BMG S.A
Valor da Causa: R$ 14.047,30
Data da distribuição: 28/10/2022

SENTENÇA

I - RELATÓRIO

MARIA DE NAZARE SOARES REIS ajuizou ação declaratória cumulada reparação de danos contra BANCO BMG SA, ambos qualificados no processo, pretendendo o reconhecimento da nulidade de cláusula contratual, repetição de indébito e indenização por danos morais. O autor aduziu ter celebrado contrato de empréstimo consignado tradicional com banco requerido (R$ 20.232,00 em 72 parcelas fixas de R$ 281,00 - início em 04/2017 e fim em 07/2019) mas pelo extrato do seu benefício e em consulta ao INSS, constatou que havia mais um desconto que se tratava de Cartão de Crédito Consignado - RMC que foi contratado na mesma data em que procurou a financeira para fazer o Empréstimo Consignado, que nunca contratou, cujo valor liberado foi de R$1.169,00 com parcelas no valor de R$52,25 (ou R$ 46,85) sem prazo para finalizar, as quais continuam foram descontadas 68 parcelas, mas que calculada pela média dos juros de mercado de 2,01% ao mês nesse valor de parcela, para a liberação do valor de R$1.169,00, trouxe cálculo que aponta ter sido quitado esse empréstimo na parcela de número 30; assim, afirma que a fixação dos juros, não fica adstrita ao limite de 12% ao ano, mas deve ser feita segundo a taxa média de mercado nas operações da espécie. Afirma que os descontos ocorridos em seu benefício previdenciário a título de Empréstimo sobre a RMC ou Reserva de Margem Consignável (RMC) extrapolaram o esperado para contratações de empréstimo. Além do mais, afirmou que a conduta da parte requerida causou-lhes constrangimento e danos morais passíveis de indenização. Formulou antecipação dos efeitos da tutela de urgência a fim de que sejam suspensos os descontos consignados em seu benefício previdenciário referente ao contrato n. 12761767. Pleiteou a procedência dos pedidos. Apresentou documentos.

Recebida a petição inicial, foi deferido o benefício da gratuidade da justiça (id 83605224), a tutela de urgência para determinar à parte requerida que suspenda o desconto do do valor R$52,25 (contrato n. 12761767) do benefício previdenciário da parte autora, e determinada a citação da parte requerida (id 84151459).

Citado, o requerido apresentou contestação (id 85432551), onde suscita preliminares de ausência de interesse de agir por inexistência de pretensão resistida e da prescrição da pretensão porque considera a termo final como a data do primeiro desconto em 2017; no mérito, teceu comentários acerca da impossibilidade de inversão do ônus da prova. Apontou a validade do cartão de crédito consignado, nos termos das leis a) 10.820/2003 (em especial no artigo 1, § 1, II); b) 13.172/2015; c) 1.046/1950; e. d) 8.213/1991 (em especial no artigo 115, VI). Informou a contratação do cartão de crédito consignado em 16/03/2017 através da assinatura do termo de adesão e autorização para desconto em folha de pagamento. Alegou que ficou estabelecido que o valor mínimo de cada fatura seria descontado dos rendimentos mensais do autor, sendo que o saldo remanescente deveria ser pago de forma avulsa, sob pena de ser automaticamente refinanciado e incluído na fatura do mês seguinte. Alega que a dívida não se torna infinita. Asseverou que o valor sacado não se trata de empréstimo na modalidade convencional. Sustentou a inexistência de vício na contratação por cumprir o dever de informação, assim como de responsabilização civil. Pleiteou a improcedência do pedido. Apresentou documentos.

Foi realizada audiência de conciliação, mas as propostas conciliatórias restaram inexitosas (id. 86529202).

Na impugnação à contestação a parte requerente afirma que o banco requerido nunca enviou boleto para pagamento de crédito consignado, até porque, como o próprio nome já diz – consignado – ou seja, é tipo de empréstimo que o cliente solicita e passa a ter o valor das parcelas cobrado direto na folha de pagamento

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL POR INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA

A parte requerida defende que o autor, para que tivesse interesse de agir deveria ter primeiro procurar uma agência sua para resolver a situação aqui reclamada.

Afasto a preliminar, pois o art. 5º, XXXV, da Constituição Federal aduz: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito”. Desse modo, não há necessidade de esgotamento da via administrativa para se buscar a tutela jurisdicional.

Superadas as preliminares, presentes o interesse, a legitimidade, bem como os pressupostos processuais, passo à análise do mérito.

DA PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO

Alega prescrição por considerar a termo final como a data do primeiro desconto em 2017 e não no último desconto ocorrido em 2022.

Igualmente, no que cinge à prejudicial de prescrição, ressalta-se que, nas obrigações de trato sucessivo, como é o caso dos autos, o início do prazo prescricional é o dia de vencimento da última parcela do contrato.

Ou seja. Em obrigações sucessivas, há a cada ciclo a quitação integral da obrigação com o surgimento de outra, todavia sem que haja a extinção do contrato, o qual continua em vigor até o termo final de sua vigência. O contrato, assim, é composto por diversos ciclos obrigacionais que florescem e encerram de maneira sucessiva durante a vigência do contrato.

Nesse prisma, não há de se considerar a data de assinatura do contrato quando se mostra incontroverso nos autos que a parte autora vem suportando descontos em seu contracheque, por determinação do banco requerido, para quitação do cartão consignado objeto dos autos.

DO MÉRITO

Trata-se de Ação Indenizatória na qual a parte autora alega que intentou contratar empréstimo na modalidade consignada, todavia, contratou na verdade cartão de crédito consignado, que não era sua intenção. Diante disso, sob o entendimento de que não contratou o mencionado cartão de crédito, ajuizou a presente demanda requerendo, a inversão do ônus da prova, o cancelamento do contrato ora realizado, a devolução em dobro dos valores descontados em seu benefício e a condenação do Banco Requerido ao pagamento de danos morais.

O cerne da demanda reside basicamente no pedido de declaração de inexistência de relação contratual acessória e consequente inexigibilidade de débitos respectivos, com repetição de indébito e nos alegados danos ofensivos à honra objetiva e subjetiva da autora, levados a efeito em razão de crédito rotativo de cartão de crédito que alega nunca ter adquirido, dando azo aos pleitos contidos na inicial. Contudo, analisando todo o conjunto probatório encartado nos autos, não vislumbro qualquer viabilidade para o acolhimento dos pedidos formulados na inicial, posto que as alegações do demandante são diversas das provas apresentadas em juízo.

O requerente alega que tinha empréstimo consignado, cujos pagamentos deveriam ocorrer de forma a abater o saldo devedor. Ocorre que, compulsando os documentos trazidos juntos com a contestação, pode-se constatar que trata-se de contratação de cartão de crédito consignado. Além disto, o requerente recebeu cartão de crédito e realizou diversas compras e saques (fevereiro/2019, saque (id 85431795); compras em fevereiro/2020 (id 85431795) e em maio/2020 (id 85431795).

A autora utilizou o cartão, com saques complementares e operações na função crédito. Assinou o contrato, não havendo indício de vício de consentimento. Não pode agora alegar desconhecimento do produto, sob pena de se convalidar comportamento contraditório (venire contra factum proprium).

No momento da realização do empréstimo na modalidade cartão consignado, já estava com a margem de 30% comprometida, tendo utilizado o adicional de 5% de margem do cartão de crédito. Exemplo (id 83561140) competência 05/2017: (A) valor total de MR do período: R$ 937,00; (B) consignação do empréstimo bancário: R$ 281,00; (C) Utilização de margem: 927/ 281 = 30%

Dessa forma, verifica-se claramente que foi utilizado o limite adicional de 5% para acesso ao crédito (Lei 8.213/91, art. 115, VI, na redação da Lei 13.172/2015). Posteriormente, o limite extra foi aumentado para 10% (Lei 14.431/2022).

Ora, não pode o autor achar crível que ao receber cartão de crédito e fazer uso dele, deva pagar tão somente um valor fixo como se empréstimo fosse. Nesse sentido:

TJMT. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS - CONTRATO DE ADESÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO –- ACEITAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO PELA PARTE AUTORA – COMPROVAÇÃO DA ANUÊNCIA DA PARTE PARA DESCONTO EM SUA FOLHA DE PAGAMENTO — NEGÓCIO JURÍDICO REALIZADO – JUNTADA DE CONTRATO ASSINADO –13 (TREZE) SAQUES REALIZADOS E COMPRAS EM ESTABELECIMENTOS - VIOLAÇÃO AO DEVER DE INFORMAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E VÍCIO DE VONTADE NÃO CONFIGURADOS –INEXISTÊNCIA DE JUROS ABUSIVOS - AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO – DANOS MORAIS INDEVIDOS - – ÔNUS SUCUMBENCIAIS MANTIDOS - SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Não há que se falar em indução a erro do consumidor na contratação de cartão de crédito consignado, quando demonstrado a utilização efetiva do referido cartão. Havendo a comprovação da contratação mediante a juntada de contrato assinado, o qual autoriza os descontos relativos ao empréstimo e ao cartão de crédito, a improcedência se impõe, não havendo se falar em violação ao direito de informação. Optando a apelante ao desconto mínimo, o não pagamento do valor integral da fatura acaba por acarretar a incidência de encargos financeiros sobre o saldo devedor, conforme previsão contratual e discriminados nas próprias faturas, motivo pelo qual os descontos continuam sendo devidos. Uma vez utilizado o cartão de crédito na forma de saques e ainda, de compra em estabelecimento, a autora deverá realizar o pagamento da fatura no dia acordado, sob pena de incorrer os encargos moratórios. Inexiste abusividade dos juros remuneratórios pactuados, quando apresentam dentro da taxa média de mercado previsto pelo BACEN, à época da contratação. Diante de provas da adesão a cartão de crédito consignado com autorização expressa para desconto em folha de pagamento, descabe alegação de ato ilícito praticado pela instituição financeira, a ensejar o dever de indenizar. Ausente qualquer vício na contratação, não há que se falar em devolução de valores e, em indenização por danos morais. (TJMT 1030992-83.2021.8.11.0041, Rel. Nilza Maria Possas de Carvalho, j. 25/10/2022, DJe 31/10/2022)

Sendo assim, diante das provas encartadas nos autos não há como se induzir ao contrário, de modo que não há como se concluir pela ocorrência de qualquer abuso ou dano causado pela instituição bancária requerida, capaz de se declarar que o débito sem encontra com parcelas adimplidas, tampouco inexigível o débito, conforme relatado na inicial.

A dívida não se torna infinita. Basta que seja pago o valor adicional da fatura para a devida quitação. A rolagem da dívida, com o pagamento da parcela mínima, é opção da autora, que pode espontaneamente realizar o pagamento adicional.

As fichas financeiras anexadas pelo autor revelam que os descontos consignados ocorriam em parcelas mínimas, sendo que o pagamento do valor remanescente não era realizado pelo autor.

DA NÃO ABUSIVIDADE DAS TAXAS COBRADAS

A taxa média BC série 20746 para o mês de abril/2017 para consignado INSS foi de 28,33% a.a. No caso em análise, a taxa cobrada na tarifa do cartão é de 3,36% a.m., o que equivale a taxa anual de 48,67% (id 85431796), portanto foi contratada taxa inferior ao dobro. Os contornos do caso específico que justificam uma taxa muito superior à média é a utilização do crédito em todo o seu limite, acarretando maior risco de crédito. Portanto, essas eram as condições de mercado para essa contratação de crédito, de forma que não configura contratação de taxa abusiva.

DA REVISÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS

Controvertem as partes quanto a possibilidade de revisão da taxa de juros pactuada no contrato objeto destes autos.

Com efeito, as instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios que foi estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33). Neste sentido, confira-se a Súmula n. 596 do STF, in verbis: “As disposições do Decreto 22.626/1933 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o Sistema Financeiro Nacional”.

Também não se aplicam as limitações do art. 591 c/c o art. 406 do Código Civil aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário, porquanto estes são regulados pelo Conselho Monetário Nacional, conforme dispõe a Lei n. 4.595/64.

Ressalte-se que, ainda que anterior, a Lei n. 4.595/64 deve ser aplicada em detrimento do Código Civil por ser lei específica sobre a matéria.

Desta forma, com fundamento na Lei n. 4.595/64, não tendo o Conselho Monetário Nacional fixado limite para a definição dos juros nestas operações, tem-se, em regra, que os juros remuneratórios podem ser livremente pactuados entre as partes nos contratos de empréstimo no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

No entanto, como já destacado anteriormente, o contrato objeto dos autos é também regulado pelas disposições do Código de Defesa do Consumidor, lei específica, de ordem pública e interesse social, que confere proteção ao consumidor, tido como parte vulnerável na relação de consumo.

O aludido Código, em seu artigo 39, inciso V, estabelece que ao fornecedor é vedado "exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva" e, paralelamente, em seu art. 51, inciso IV, torna nulas de pleno direito cláusulas que "estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou seja, incompatíveis com a boa-fé ou a equidade."

Desta forma, estando o contrato sob a égide do Código de Defesa do Consumidor, revela-se possível a revisão de cláusulas abusivas, ainda que disponham sobre a remuneração do contrato.

Calcada nessas premissas, adoto como fundamento desta sentença parte do voto proferido pela e. Ministra Nancy Andrighi, no REsp n. 1.061.530/RS, julgado sob a sistemática do artigo 543-C do CPC/73, onde são citados posicionamentos de outros Eminentes Ministros sobre o tema em enfoque, confira-se:

[…] os Ministros que atualmente compõem esta 2ª Seção têm admitido a possibilidade de controle dos juros manifestamente abusivos naqueles contratos que se inserem em uma relação de consumo.

O Min. Aldir Passarinho Junior vem considerando "que a pactuação [dos juros] é livre entre as partes, somente se podendo falar em taxa abusiva se constatado oportunamente por prova robusta que outras instituições financeiras, nas mesmas condições, praticariam percentuais muito inferiores" (REsp 915.572/RS, Quarta Turma, DJe 10.03.2008).

Por isso, o Ministro Aldir defende que essa abusividade seja demonstrada em "perícia que propicie a comparação com as taxas praticadas por outras instituições financeiras, desde que coincidentes o produto, a praça e a época da firmatura do pacto" (AgRg no REsp 935.231/RJ, Quarta Turma, DJ de 29.10.2007).

O Min. Sidnei Beneti reconheceu que "para o período da inadimplência, permite-se o controle judicial dos juros remuneratórios, com base nas regras do Código de Defesa do Consumidor, quando ficar comprovado que o percentual cobrado destoa da taxa média do mercado para a mesma operação financeira".

Assim, conclui o Min. Beneti que, como "o Acórdão recorrido apurou que a taxa de juros remuneratórios cobrada pela instituição financeira recorrida encontra-se acima do dobro da taxa média do mercado para a modalidade do negócio jurídico efetivado", na inadimplência, os juros deveriam variar "segundo a taxa média do mercado, para a operação de mútuo, apurada pelo Banco Central do Brasil, na forma da Circular da Diretoria n° 2.957, de 28 de dezembro de 1999 (...)" (REsp 977.789/RS, Terceira Turma, DJe de 20.06.2008). Ressalte-se, para fins ilustrativos, que nessa hipótese havia dois contratos de mútuo, um com taxa de 9,9% ao mês e outro de 8,8% ao mês.

Por sua importância, ainda vale mencionar a posição de alguns Ministros que não mais integram esta 2ª Seção:

O Ministro César Asfor Rocha, diante de juros remuneratórios pactuados à taxa de 34,87% ao mês contra uma taxa média, apurada por perícia, de 14,19% ao mês, entendeu que, estando "cabalmente comprovada por perícia, nas instâncias ordinárias, que a estipulação da taxa de juros remuneratórios foi aproximadamente 150% maior que a taxa média praticada no mercado, nula é a cláusula do contrato" (REsp 327.727/SP, Segunda Seção, DJ de 08.03.2004).

O Min. Pádua Ribeiro, por seu turno, constatando cobrança de taxa superior ao triplo da média (380,78% ao ano contra 67,81% ao ano), reduziu-a para o "patamar médio praticado pelo mercado para a respectiva modalidade contratual" (REsp 971.853/RS, Quarta Turma, DJ de 24.09.2007).

Logo, diante desse panorama sobre o posicionamento atual da 2ª Seção, conclui-se que é admitida a revisão das taxas de juros em situações excepcionais, desde que haja relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada – art. 51, §1º, do CDC) esteja cabalmente demonstrada. (STJ, REsp 1.061.530-RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 22/10/2008.)

Fixadas estas premissas e já tendo estabelecido a existência de relação de consumo, cumpre averiguar se no caso dos autos há abusividade capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada.

A taxa de juros é, em geral, fixada à luz de diversos componentes do custo do dinheiro emprestado, fato que, a priori, torna difícil a constatação de abusividade da taxa estipulada no contrato.

No entanto, o Banco Central do Brasil, há algum tempo, passou a divulgar as taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras nas diversas modalidades de crédito disponibilizadas no mercado e também a taxa média destas operações.

A taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil é calculada segundo as informações prestadas pelas diversas instituições financeiras atuantes no mercado interno e, por isso, representa bem a realidade praticada no mercado.

Com efeito, esta taxa indica o "spread" médio das instituições financeiras em cada modalidade de crédito, revelando-se como um parâmetro para a elaboração de um juízo sobre a abusividade.

Logicamente, não se pode conceber que toda operação cuja taxa exceda a média seja abusiva, pois, de certo, a média é composta por taxas inferiores e também superiores. No entanto, uma taxa que exageradamente destoa da média certamente configura uma exagerada desvantagem ao consumidor.

A jurisprudência do e. Superior Tribunal de Justiça demonstra ser pacífica a adoção da taxa média de juros fornecida pelo Banco Central do Brasil como critério de verificação da abusividade da taxa prevista no contrato, confira-se:

STJ. CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. CONTRATO BANCÁRIO. REVISIONAL. OMISSÃO INEXISTENTE. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. JUROS REMUNERATÓRIOS ABUSIVOS. PROVAS ANEXADAS AOS AUTOS. CONCLUSÃO TOMADA COM BASE NA ANÁLISE DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E DEMAIS PREMISSAS FÁTICAS. REVISÃO OBSTADA PELAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas

a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. Não há ofensa ao art. 535 do CPC/73 se o Tribunal examinou as questões atinentes à solução da lide e declinou os fundamentos nos quais firmou suas conclusões, sendo certo que o fato de não o fazer à luz dos dispositivos legais indicados pela parte não o vicia de nulidade. 3. Ademais, ainda que o houvesse omissão acerca do art. 2º do CDC, a decisão agravada, ao aplicar o direito à espécie (art. 1.025 do NCPC), ter-lhe-ia suprido. 4. As convicções firmadas pela Corte estadual acerca da abusividade da taxa de juros remuneratórios cobrada está em sintonia com a jurisprudência desta Corte, porque decorreu de comparação feita com a taxa média de mercado divulgada pelo BACEN, sendo certo que a revisão do acórdão recorrido à luz dos fundamentos carreados no recurso especial está obstada pelas Súmulas nºs 5 e 7 do STJ. 5. Agravo interno não provido. (STJ, AgInt no AREsp 879.448/MG, Rel. Min. Moura Ribeiro, j. 16/05/2017, DJe 29/05/2017).
STJ. A. BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONTRATO QUE NÃO PREVÊ O PERCENTUAL DE JUROS REMUNERATÓRIOS A SER OBSERVADO. I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO - JUROS REMUNERATÓRIOS 1 - Nos contratos de mútuo em que a disponibilização do capital é imediata, o montante dos juros remuneratórios praticados deve ser consignado no respectivo instrumento. Ausente a fixação da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente. 2 - Em qualquer hipótese, é possível a correção para a taxa média se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados. II - JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO - Consignada, no acórdão recorrido, a abusividade na cobrança da taxa de juros, impõe-se a adoção da taxa média de mercado, nos termos do entendimento consolidado neste julgamento. - Nos contratos de mútuo bancário, celebrados após a edição da MP n. 1.963-17/00 (reeditada sob o n. 2.170-36/01), admite-se a capitalização mensal de juros, desde que expressamente pactuada. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Ônus sucumbenciais redistribuídos. (STJ, REsp: 1112879/PR, Rel. Min. Nancy Andrighi, J. 12/05/2010, DJe 19/05/2010).
Portanto, deve a abusividade da taxa de juros prevista no contrato ser avaliada em comparação à taxa de juros média fornecida pelo Banco Central do Brasil em operações de natureza similar.
A jurisprudência tem considerado abusivas taxas superiores a uma vez e meia (voto proferido pelo Min. Ari Pargendler no REsp 271.214/RS, Rel. p. Acórdão Min. Menezes Direito, DJ de 04.08.2003), ao dobro (Resp 1.036.818, Terceira Turma, minha relatoria, DJe de 20.06.2008) ou ao triplo (REsp 971.853/RS, Quarta Turma, Min. Pádua Ribeiro, DJ de 24.09.2007) da média.
Todavia, conforme consignado pela e. Ministra Nancy Andrighi, esta perquirição acerca da abusividade não é estanque, o que impossibilita a adoção de critérios genéricos e universais, eis que a taxa média de mercado, divulgada pelo Banco Central, constitui um valioso referencial, mas cabe somente ao juiz, no exame das peculiaridades do caso concreto, avaliar se os juros contratados foram ou não abusivos." (REsp 1061530/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 22/10/2008, DJe 10/03/2009).
Importante observar que o Banco Central ao divulgar as taxas médias do mercado não faz distinção entre o prazo da operação, sendo este também um fator determinante para a estipulação da taxa, eis que prazos maiores estão sujeitos a variações inflacionárias menos previsíveis.
Deste modo, o simples fato da taxa informada pelo banco estar destoante daquela informada ao BACEN não traz nenhuma nulidade ao contrato e nem prejuízo ao consumidor que foi efetivamente informado da taxa contratada.
Com efeito, pelo comparativo realizado, vislumbra-se que as taxas de juros previstas no contrato não representam obrigação excessiva ou desvantagem exagerada para o consumidor.
Destarte, não sendo demonstrada a abusividade da cláusula contratual deve o contrato se manter hígido quanto aos juros moratórios estipulados.
Com as fundamentações acima, tenho que as matérias alegadas não encontram qualquer guarida na legislação ou jurisprudência pátria, não restando outra solução a dar ao caso senão julgar improcedente a demanda.
CONCLUSÃO
Em réplica, o autor não impugna as alegações de modo que os fatos e documentos trazidos pelo demandado tornaram-se efetivamente impeditivos e extintivos ao pleito autoral, não vingando a tese de inexistência de vínculo quanto ao cartão de crédito e inexistência de débitos em relação ao empréstimo consignado.
Portanto, não tenho como comprovado o direito vindicado e os pressupostos necessários e ensejadores da responsabilidade civil, deixando o autor de cumprir com o seu mister (art. 373, I, do CPC).
E, no processo civil, valem os princípios da verdade processual, da persuasão racional e do livre convencimento na análise da prova, que não permitem, in casu, a tutela e provimento judicial reclamados, sendo a improcedência medida imperativa.
III- DISPOSITIVO
Posto isto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos iniciais, revogando a tutela antecipada concedida, pondo fim ao processo de conhecimento, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.
Face à sucumbência, CONDENO a parte autora ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários de sucumbência que arbitro em 10% do valor da causa, cuja exigibilidade fica suspensa ante a gratuidade deferida.
Caso a parte autora seja beneficiária da justiça gratuita isento-a do pagamento de custas processuais e suspendo a exigibilidade do pagamento dos honorários advocatícios enquanto perdurar a condição de hipossuficiente.
Operado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, atendidas as formalidades legais.
P. R. I. C.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Renan Kirihata
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh7civgab@tjro.jus.br

8ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível Atendimento 7 às 14 horas: Balcão virtual https://meet.google.com/unc-ggeh-qrh Fones/WhatsApp Institucional: (69) 3309-7051 e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br Processo nº: 7043908-93.2023.8.22.0001 Classe: Procedimento Comum Cível Assunto: Práticas Abusivas, Irregularidade no atendimento, Tratamento médico-hospitalar
AUTOR: VITORIA MELLO PEREIRA SILVA DE FREITAS
ADVOGADO DO AUTOR: FERNANDO ARAUJO DA SILVA, OAB nº RO11575
REU: UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO LTDA, ARMANDO LOMBARDI 400, LOJA 101 A 105, 108 E 109 BARRA DA TIJUCA - 22640-000 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
LIBERATO CLUBE DE BENEFICIOS, DESEMBARGADOR LIMA CASTRO 224, CONJ 101 FONSECA - 24120-350 - NITERÓI - RIO DE JANEIRO
D E C I S Ã O
1. DA TUTELA DE URGÊNCIA
A consumidora autora pede em tutela a reativação de seu plano de saúde cancelado.
Indica que o cancelamento foi unilateral por ter a empresa de plano de saúde decidido por encerrar o contrato coletivo do qual é aderente, sem comunicar nem a entidade representante dessa coletividade, intermediadora, nem ela consumidora individualmente.
Nesse sentido, há probabilidade do direito já que é das normas de plano de saúde a regra da necessidade dessa comunicação prévia à interrupção do contrato, bem ainda que seja oportunizado ao consumidor, aderente de plano coletivo, espécie de migração para outra modalidade de plano, de forma a preservar a continuidade da cobertura.
Passa-se a análise do segundo requisito, perigo da demora, para a tutela pedida.
Note-se que as questões de saúde são delicadas e vulnerabilizam o consumidor, contudo, abreviar o processo para se entregar o pedido de imediato sem ouvir o plano de saúde a respeito, é providência de para ser adotada necessita da caracterização de urgência ou emergência.
O caso em questão traz essas características, posto que, trata-se de cirurgia em continuidade no tratamento, o qual em cirurgia anterior, inseriu cateter no sistema renal-urinário da consumidora, objeto este que precisa ser retirado do organismo, do contrário poderá gerar complicações diversas como inclusive infecções.
Note-se que além da retirada do cateter, há indicação médica para tratamento dos cálculos renais nessa mesma cirurgia, o que aponta para quadro de dor da paciente e envolve ainda desdobramento do tratamento anterior iniciado com a primeira cirurgia. Assim, igualmente se mostra urgente que seja adotado este procedimento.
Quanto ao último requisito, o da reversibilidade da medida adotada, em casos de saúde, este é mitigado.
Assim, concede-se tutela de urgência para determinar, que o plano de saúde requerido providencie a autorização para realização do procedimento cirúrgico de retirada do cateter duplo J e tratamento dos cálculos renais na mesma cirurgia, conforme guia já aprovada de complementação de tratamento.
Também deverá o plano providenciar cobertura para internação e demais atos, produtos, serviços e despesas inerentes a este procedimento.
Prazo: 5 dias, sob pena de multa diária de R$ 2.000,00 até o limite de R$ 10.000,00
Inviável a tutela de urgência para reativação integral do plano de saúde, vez que, para eventuais outros tratamentos e coberturas, não há o requisito do perigo da demora.
2. Cite-se a parte requerida para apresentar sua defesa/contestação, no prazo de 15 dias.
O prazo para contestar (defesa), começa da data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a citação for pelos correios, ou da data de juntada aos autos do mandado cumprido, quando a citação for por oficial de justiça, nos termos do art. 231, I e II, do CPC.
Este despacho servirá como carta/mandado, assim, neste ato, vossa senhoria está sendo citada para apresentar sua defesa.
Adverte-se a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato ditas pelo autor (art. 344, CPC/2015).
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico:http://pjepg.tjro.jus.br/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam usando o código: 23071320311689400000089538687 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça).
3. Informa-se que, em que pese tratar-se de processo de rito comum, no qual o CPC estipula ocorra o ato de audiência inaugural de conciliação (art. 334), há orientação deste Tribunal no sentido de ser suprimido este ato quando a parte requerida for empresa considerada grande demandada, sendo oportunizado que a qualquer momento posterior solicite que seja praticado.
No processo administrativo interno deste Tribunal, SEI 0002342-13.2022.822.8800 e Nota Técnica n. 02/2022/CIJERO/PRESI/TJRO assim consta:
2. Notas Técnicas - Pauta de Audiência Inaugural. 2.1. Orientar aos (...) e os magistrados e magistradas de 1º Grau de que nos feitos de demandas de massa ou repetitivas de grandes demandados sem política de conciliação, que estabeleçam pauta diferenciada de conciliação (pautas temáticas), de modo a não estender a pauta ordinária daqueles processos que indicam a viabilidade da negociação 2.2. o Centro de Inteligência (CIJERO) em conjunto com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) irá manter contato com os grandes demandados, a fim de ajustar o fluxo das demandas, bem como sugerir que as mesmas possam ser tratadas em mutirões de conciliação temáticos, que serão agendados nas respectivas comarcas pelos juízos, visando a celeridade e economia processual tanto para as instituições como para o judiciário de forma a trazer benefícios aos interessados na demanda. (...) A judicialização das demandas repetitivas e de massa acarreta o congestionamento da pauta de audiências do CEJUSC'S e da própria unidade judiciária, sendo que os mutirões temáticos para os referidos caso são forma de garantir às partes o acesso à justiça e a razoabilidade duração do processo, havendo com isso maior celeridade processual e economia processual. Assim com esta Nota Técnica versa sobre a designação de audiência de conciliação inaugural nas demandas repetitivas e de massa de grandes demandados e busca auxiliar os CEJUSC's e os magistrados e magistradas na gestão das pautas e acervo processuais, visando garantir a celeridade processual e a razoável duração do processo, tanto nos procedimentos comuns quanto nos repetitivos e de massa. https://www.tjro.jus.br/images/Nota_T%C3%A9cnica_n._02-2022_-_CIJERO.pdf Assim, a empresa requerida, poderá entrar em contato com o Núcleo de Solução de Conflitos (NUPEMEC) para solicitar a inclusão deste processo em pauta temática para audiência de conciliação, caso tenha alguma proposta de acordo.

nupemec@tjro.jus.br
Balcão Virtual: https://meet.google.com/qcf-ompk-cuv
(69) 3309-6036 telefone
4. Considerando a hipossuficiência técnica e informacional do consumidor, e levando em conta o fato de que o fornecedor detém todos os dados atinentes à contratação, entendo que a parte ré terá melhores condições de esclarecer as questões que são objeto de controvérsia, com fulcro no art. 6º, VIII, do CDC, DECIDO POR INVERTER O ÔNUS DA PROVA, determinando que a parte ré apresente a documentação referente à relação contratual havida entre os litigantes.
5. Proceda a CPE a vinculação da guia de custas iniciais avulsa, ao sistema de controle de custas.
6. Proceda a consumidora autora com o recolhimento da segunda parcela das custas iniciais. Como não haverá audiência inaugural de conciliação, os 2% das custas iniciais são devidos de imediato.
Porto Velho/RO, 14 de julho de 2023 .
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh8civelgab@tjro.jus.br Processo nº: 7002642-29.2023.8.22.0001 Classe: Procedimento Comum Cível Assunto: Acessão AUTOR: ANTONIA DE OLIVEIRA LOPES ADVOGADO DO AUTOR: NELIO SOBREIRA REGO, OAB nº RO1380 REU: VANESSA DA SILVA PANTOJA SANTOS REU SEM ADVOGADO(S)
S E N T E N Ç A
Vistos, etc.
A parte autora fora intimada a regularizar o processo promovendo a citação da parte requerida, todavia, não cumpriu a determinação.
Note-se que a citação válida é pressuposto processual dessa forma atraindo-se a aplicabilidade do art. 485, IV do CPC: “O juiz não resolverá o mérito quando: verificar a ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo”.
Veja-se que o caso em testilha dispensa a intimação pessoal prevista no §2º do art. 485 do CPC, conforme precedentes desta e de outras cortes:
Apelação. Indenização. Dano moral. Extinção. Julgamento do mérito. Pressuposto processual. Ausência. Citação. A falta de citação do réu configura ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo e enseja sua extinção, sem exame do mérito, nos termos do art. 485, IV, do NCPC, hipótese que prescinde de prévia intimação pessoal do autor, exigida pelo parágrafo primeiro do mesmo dispositivo. (Precedentes 3ª T. STJ). (Apelação, Processo nº 0000300-82.2014.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator (a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 28/04/2016)
No mesmo sentido apelações 0024173-82.2012.8.22.0001/RO, 0012211-28.2013.8.22.0001/RO, 0023262-36.2013.8.22.0001/RO, 0228932-47.2008.8.22.0001/RO, 0633241-37.2014.8.04.0001/AM e 10024140471715001/MG.
Em consequência, com fundamento no artigo 485, inciso IV do CPC, julgo extinto o feito, sem julgamento de mérito, ante a falta de citação válida.
Sem custas finais.
P. R. I. e, após o trânsito em julgado, arquivem-se.
Porto Velho/RO, 14 de julho de 2023 .
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh8civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh8civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7061257-80.2021.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
PROCURADOR: RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA.
Advogados do(a) PROCURADOR: ANDRE LUIS FEDELI - SP193114, JEFERSON ALEX SALVIATO - SP236655
EXECUTADO: JOSE LINCON DA SILVA CRUZ
Intimação AUTOR - PRECATÓRIA DEVOLVIDA
Fica a parte AUTORA intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar manifestação acerca da devolução de carta precatória.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh8civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7041052-64.2020.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: NATAL VIEIRA DE ALMEIDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: CLEBER DOS SANTOS - RO3210, LAERCIO JOSE TOMASI - RO4400
EXECUTADO: VANIA MARIA FROES RAMOS
Advogado do(a) EXECUTADO: SALVADOR CLARINDO CAMPELO - AM1712
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados em certidão de ID 93361503.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh8civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7058441-91.2022.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
Advogado do(a) EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES - RO4594-A
EXECUTADO: GUSTAVO LIMA PINHEIRO e outros (2)
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados em certidão de ID 93361513.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh8civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7028144-04.2022.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARCIO MELO NOGUEIRA - RO2827
EXECUTADO: MEGAMAX COMERCIO E SERVICOS DE SEGURANCA ELETRONICA LTDA e outros (2)
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 15 (quinze dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh8civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7004119-87.2023.8.22.0001
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
Advogado do(a) AUTOR: ROGERIO ADRIANO SANTIN - RO8430
REU: JARED ICARY DA FONSECA e outros
INTIMAÇÃO RÉU - DOCUMENTOS JUNTADOS
Fica a parte REQUERIDA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca da petição juntada pela parte adversa.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh8civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7017236-19.2021.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: CLICIA BRAGA FERNANDES
Advogados do(a) EXEQUENTE: DIMAS VITOR MORET DO VALE - RO11488, MARCELO MALDONADO RODRIGUES - RO2080, MAURILIO PEREIRA JUNIOR MALDONADO - RO4332, WELINTON RODRIGUES DE SOUZA - RO7512
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, requerendo o que entender de direito.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh8civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7089829-12.2022.8.22.0001
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
Advogado do(a) AUTOR: ALEXANDRE PAIVA CALIL - RO2894
REU: MITHALLE PRESTES BOLONHEZ
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh8civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7058572-66.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: GABRIELA BRASIL DE SOUZA e outros
Advogados do(a) AUTOR: MARCIA YUMI MITSUTAKE - RO7835, RAFAEL VALENTIN RADUAN MIGUEL - RO4486
REU: MARIA DE LOURDES FEITOSA RIBEIRO
Advogado do(a) REU: MARCIO NOBRE DO NASCIMENTO - RO0002852A
INTIMAÇÃO PARTES - LAUDO PERICIAL
Ficam AS PARTES intimadas a manifestarem-se, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca do laudo pericial apresentado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh8civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7009354-35.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: GLEICITON MOURA DE SOUZA
REU: OMNI ADMINISTRADORA DE BENS E CONSORCIO LTDA e outros
Advogado do(a) REU: PEDRO LEAL E ALMEIDA FILHO - BA33824
Intimação PARTES - PROVAS
Ficam AS PARTES intimadas para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca de quais provas pretendem produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh8civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7043633-81.2022.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ELEAZAR NOGUEIRA e outros
Advogado do(a) EXEQUENTE: ADRIANO MICHAEL VIDEIRA DOS SANTOS - RO4788
EXECUTADO: FRANCILEI SOUZA DA SILVA
Advogado do(a) EXECUTADO: JULIANA GONCALVES DAS NEVES - RO5953
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, requerendo o que entender de direito.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh8civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7019425-96.2023.8.22.0001
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BANCO VOLKSWAGEN S.A.
Advogado do(a) AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - RO8599
REU: NILSON LOPES SOARES JUNIOR
Advogado do(a) REU: FIRMINO GISBERT MOREIRA - RO9660
INTIMAÇÃO AUTOR - CONTRARRAZÕES
Fica a parte AUTORA intimada na pessoa do seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as Contrarrazões Recursais.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh8civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7029229-88.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: JANE SUELY DA SILVA e outros (3)
Advogado do(a) AUTOR: REGIANE FELIX SOUZA DE CASTRO DO NASCIMENTO - RO7636
REU: LAURINDO ROQUE DA COSTA, IVANEIDE ROQUE DA COSTA LEBRE, ALTAIZA ROQUE DA COSTA, MARIA NEIDE COSTA VIEIRA, DELZUITE ROQUE BEZERRA, MARIA ANTÔNIA DA COSTA, ROSIVALDO ROQUE DA COSTA, ANTONIO ROQUE DA COSTA
CERTIDÃO- AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA

Certifico que, nos termos do Provimento 018/2020-CG, foi designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência, ficando os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 18/09/2023 08:00
INSTRUÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AUDIÊNCIA:
COMO ENTRAR NA AUDIÊNCIA: aguardar chamada de vídeo pelo whatsapp que receberá no dia e hora marcado no item anterior.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Deverá buscar orientação, em caso de dúvidas sobre audiência, nos telefones (69) 3309-7259 ou (69) 99901-8281 assim que receber a intimação (art. 7° III, Prov. 018/2020-CG);
2. Deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 7° V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7° II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 7° IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 7° VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 7° VIII, Prov. 018/2020-CG);
6. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
7. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 7° X, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 7° XI, Prov. 018/2020-CG);
9. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 7° XII, Prov. 018/2020-CG);
10. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 7° XIII, Prov. 018/2020-CG);
11. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 7° XIX, Prov. 018/2020-CG);
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7° I, Prov. 018/2020-CG);
2. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XIV, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 7° XVI, Prov. 018/2020-CG);
5. Nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XVII, Prov. 018/2020-CG);
6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7° XVIII, Prov. 018/2020-CG);
7. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 7° XX, Prov. 018/2020-CG)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh8civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7004023-72.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: MARIA NILZA FREITAS DE SA
REU: SUDAMERICA CLUBE DE SERVICOS e outros
Advogado do(a) REU: AMADEU GUILHERME LOPES MACHADO - RO1225
Advogado do(a) REU: ANDRE LUIZ LUNARDON - PR23304
Intimação PARTES - PROVAS
Ficam AS PARTES intimadas para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca de quais provas pretendem produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh8civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7018308-70.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: VANIA RODRIGUES SOARES
Advogados do(a) AUTOR: ALDECIR RAZINI JUNIOR - SE8313, LUZINETE XAVIER DE SOUZA - RO0003525A
REU: RAFAEL RODRIGUES DA SILVA SOARES
Advogado do(a) REU: MAGDA ZACARIAS DE MATOS - RO8004
INTIMAÇÃO AUTOR E RÉU - RÉPLICA E PROVAS
1) Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias e no mesmo prazo especificar provas.
2) Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para especificar provas no prazo de 05 (cinco) dias.
3) As PARTES deverão indicar as provas que pretendem produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh8civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7015321-37.2018.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: CIAGRO COMERCIAL DE PRODUTOS AGROPECUARIA LTDA - EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: ELDA LUCIANA OLIVEIRA MELO - RO0003924A
EXECUTADO: MARCOS CESAR LUCIETT
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS OFICIAL DE JUSTIÇA
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do mandado, fica a parte AUTORA, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada, para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada conforme tabela abaixo.
Fica a parte advertida que em se tratando de mandado de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural).
O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh8civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7034568-96.2021.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ANA CARLA MORONG
Advogado do(a) REQUERENTE: DINAIR APARECIDA DA SILVA - RO6736
REQUERIDO: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
Advogado do(a) REQUERIDO: EMERSON LOPES DOS SANTOS - BA23763
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte ANA CARLA MORANG intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca da petição de ID 92996562 apresentada pela parte adversa.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível Atendimento 7 às 14 horas: Balcão virtual https://meet.google.com/unc-ggeh-qrh Fones/WhatsApp Institucional: (69) 3309-7051 e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br Processo nº: 7044108-03.2023.8.22.0001
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Assunto: Alienação Fiduciária
AUTOR: I. U. H. S.
ADVOGADOS DO AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
REU: A. N. D. S., AV CHIQUILITO ERSE 5064, BC 21 AP 103 NOVA ESPERANCA - 76821-510 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
D E C I S Ã O
1. Foi retirado o parâmetro de segredo de justiça, eis que o presente caso não se adequa à nenhuma das hipóteses previstas no art. 189 do CPC.
2. Emende o requerente a inicial para proceder ao recolhimento das custas iniciais, no importe de 2% sobre o valor da causa, neste momento, ou no mínimo o valor de R$ 134,98 (cento e trinta e quatro reais e noventa e oito centavos), no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Pagas as custas, cumpra-se o item 3.
3. Trata-se de ação de busca e apreensão regido pelo Decreto-Lei 911/1969. Sabe-se que com o advento do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), extinguiram-se as ações cautelares.
No caso dos autos, embora se trate de procedimento especial do Decreto-Lei 911/1969, aplica-se concomitantemente aos requisitos específicos do artigo 3º do aludido Decreto, também os requisitos legais para concessão da TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA (SATISFATIVA/ANTECIPADA), prevista no artigo 300 do CPC, quais sejam: risco de dano, probabilidade do direito e reversibilidade da medida.
A probabilidade do direito sobre o qual se baseia o pedido de urgência evidencia-se pela Cédula de Crédito Bancário devidamente assinado pela parte ré e a notificação informando a respeito do inadimplemento da obrigação.
De outro lado, o perigo de dano decorre da prejudicialidade na depreciação do veículo caso haja demora na restituição do mesmo à posse do requerente.
Ainda, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que, caso o requerido purgue a mora no prazo de 5 (cinco) dias, lhe será devolvido o veículo
Ante o exposto, determino liminarmente a busca, apreensão, vistoria e avaliação do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante na inicial e contrato.
Depositando-se o bem em mãos do autor ou de pessoa por ele autorizada, com a ressalva de que o veículo não deverá ser retirado da Comarca até o decurso do prazo de cinco dias fixados em lei para a consolidação da posse, sob pena de multa diária de dois salários-mínimos até o limite do valor do veículo.
No prazo de 15 dias, a contar da citação, o devedor fiduciante poderá apresentar contestação, atentando-se ao disposto no art. 231, II do NCPC.
O ato processual deverá obedecer ao disposto no art. 212, §2º do NCPC.
4. Executada a liminar, cite-se a parte ré para que, no prazo de 5 dias, efetue o pagamento integral da dívida pendente, sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§§1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
5. Efetuado o pagamento, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 05 dias.
6. Ocorrendo concordância com o valor depositado, deverá o autor restituir o veículo à parte ré, comprovando nos autos.
7. VIAS DESTA DECISÃO SERVEM COMO MANDADO DE BUSCA, APREENSÃO, CITAÇÃO E INTIMAÇÃO.
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pjepg.tjro.jus.br/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam usando o código: 23071414160271300000089575705 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça).
Não tendo condições de constituir advogado, a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Avenida Jorge Teixeira, n. 1722, Bairro Embratel, Porto Velho/RO (horário das 7:30 às 13:30) ou em seu site https://www.defensoria.ro.def.br/ e contatos ali disponíveis como 9 9243-8461 (fone e WhatsApp) e 9 9221-4773 (fone e WhatsApp), horário das 7:30 às 13:30, ou em seu plantão 9 9208-4629.
8. Caso o veículo se encontre em outra comarca ou outro Estado da Federação, defiro, desde logo, que a petição inicial sirva como Carta Precatória com prazo de 30 dias, nos termos do §12 do art. 3º do Decreto Lei 911/69 (alterado pela Lei 13.043/2014), que trata do cumprimento de busca apreensão via pedido direto do credor ao juízo em que em tese se encontra o veículo a ser apreendido, ficando a parte autora intimada para comprovar a distribuição e o andamento do pedido direto valendo como Carta Precatória, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto Juiz(a) de direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 8ª Vara Cível Processo nº: 7043438-62.2023.8.22.0001 Classe: Procedimento Comum Cível Assunto: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro AUTOR: GRACILENE CALDAS BARBOSA DE MACEDO ADVOGADO DO AUTOR: JOAQUIM OCELIO LACERDA, OAB nº RO6176 REU: JAQUELINE ELAINE SOUZA VAZ, RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA., JSF NEGOCIOS LTDA ADVOGADO DOS REU: PROCURADORIA DA RODOBENS DESPACHO/DECISÃO
1) A autora alega hipossuficiência econômica que lhe impossibilita recolher a primeira parcelas das custas iniciais, no valor aproximado de R$ 309,00. Apresenta carteira de trabalho sem anotação atual, mas menciona ser autônoma. Pois bem, o objeto da ação em si aponta em sentido contrário à alegação de hipossuficiência, vez que se trata de financiamento via consórcio para aquisição de dois lotes/imóveis. Sendo dois, há a aparência de intuito investimento especulativo, vale dizer, revenda posterior, ao menos em relação ao um deles, o outro talvez se destine a moradia. O valor das parcelas é considerável e aponta para rendimentos medianos de que o pague. O documento de ID 93201677, mostra que a parcela de um dos imóveis seria de R$ 1.586,00, havendo ainda a parcela do outro. A interrupção no pagamento das parcelas não se deu por insuficiência de recursos, mais sim por descoberta da fraude.
Desta forma, os elementos atuais apontam para o indeferimento da gratuidade da justiça.
Porém, antes, fica oportunizado que a autora apresente comprovantes da alegada hipossuficiência, incluindo seus rendimentos e despesas, sob pena de indeferimento da assistência judiciária e, por consequência, da inicial, em face do não recolhimento das custas.
Inclusive já posicionamento adotado neste tribunal, e julgados semelhantes:

TJRO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos, é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Câmaras Cíveis Reunidas, J. 05/12/2014).
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico-financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)
Prazo de 15 (quinze) dias para regularização, nos termos do artigo 321 do CPC/15, sob pena de indeferimento da inicial e consequente condenação em custas iniciais, já que o Regimento de Custa considera como fato gerador deste tributo (taxa) a mera distribuição da ação, o que já ocorrera.
2) DA TUTELA DE URGÊNCIA
O objetivo da tutela de urgência é impedir que a administradora de consórcio negative a autora, contudo, não há probabilidade do direito neste momento processual para esta medida.
Note-se que não está claro da dinâmica de fraude a responsabilidade da administradora de consórcio, vale dizer, não está claro se a intermediadora que recebia os pagamentos em pix e não repassava à administradora para a baixa nas parcelas se atuava em representação com a administradora, vale dizer, se tinha autorização da administradora para fazer esse tipo de intermediação.
Assim, não se tem elementos que convençam neste momento inicial, quanto à responsabilidade da administradora de consórcios pela fraude.
Indefere-se o pedido de tutela de urgência.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh8civelgab@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia Porto Velho - 8ª Vara Cível e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br Processo nº: 7085303-02.2022.8.22.0001
Classe: Reintegração / Manutenção de Posse
Assunto: Esbulho / Turbação / Ameaça
AUTOR: RAIMUNDO DE SA BARBOSA
ADVOGADOS DO AUTOR: DANIEL GAGO DE SOUZA, OAB nº RO4155, FABRICIO DOS SANTOS FERNANDES, OAB nº RO1940, ERNANDE DA SILVA SEGISMUNDO, OAB nº RO532
REQUERIDOS: IGNORADO, JOSE APARECIDO NORONHA REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S) D E C I S Ã O
1. Designo a audiência de Instrução de Julgamento para o dia 20/09/2023, às 11h, PRESENCIAL, na sala de audiências desta 8ª Vara Cível, 7º andar, do prédio Fórum Geral, Avenida Pinheiro Machado nº 777, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, para a colheita da prova oral, consistente na oitiva de testemunhas, além do depoimento pessoal das partes, sob pena de confesso.
Intime-se pessoalmente as partes para prestar depoimento pessoal, sob pena de confesso.
Inexistindo petição recente indicando a modificação de endereço, deverá a CPE utilizar o endereço da inicial para os autores e o da última diligência frutífera de citação/intimação para os requeridos.
Retornando negativa a intimação, presumir-se-á válida, com fundamento no art. 274, p. ú., do CPC.
Destaco ser dever das partes comunicar ao juízo a mudança de endereço, ainda que temporária, nos ditames da norma esculpida no art. 77, V, do CPC.
Limita-se ao número de 3 (três) as testemunhas a serem ouvidas para cada fato (art. 357, §6º). Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada, dispensando-se a intimação do juízo (artigo 455, CPC). A intimação deverá ser realizada por carta AR/MP, que deverá o advogado fazer juntar aos autos com antecedência de pelo menos 3 (três) dias da data da audiência (§ 1º), podendo a parte comprometer-se a levar a testemunha independentemente da intimação (§ 2º).
O rol de testemunhas deverá ser apresentado nos autos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da intimação desta decisão, nos termos do art. 357,§4º do CPC. Apresentado em ID. 91877860 - Pág. 4.
Nos casos de exceção à regra de intimação das testemunhas pelos advogados (art. 455, §4º do CPC), ficam estes intimados a informar o endereço completo.
2. Orienta-se aos participantes chegarem ao menos com 30min de antecedência, munidos de seus documentos pessoais e informações quanto ao número deste processo, para fins de identificação na recepção do prédio e deslocamento até a sala correta.
3. A impossibilidade de comparecimento presencial à solenidade, deve ser informada com antecedência para viabilizar a participação de forma virtual, por videoconferência.
4. Eventuais dúvidas podem ser sanadas via pedido de orientação das 7h às 14h, horário local, pelo telefone e WhatsApp institucional da unidade: (69) 3309-7051.
SERVE ESTA DECISÃO COMO MANDADO/CARTA.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 . Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz (a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível Atendimento 7 às 14 horas: Balcão virtual https://meet.google.com/unc-ggeh-qrh Fones/WhatsApp Institucional: (69) 3309-7051 e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br Processo: 7044168-73.2023.8.22.0001 Classe: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança Assunto: Despejo por Inadimplemento AUTOR: THEOBALDO FERREIRA DE BRITO ADVOGADO DO AUTOR: BRUNO LEONARDO FOGACA, OAB nº SP194818 REU: EDILSON COSTA DE OLIVEIRA, AVENIDA CALAMA 7634, - DE 7444 A 8000 - LADO PAR TEIXEIRÃO - 76825-320 - PORTO VELHO - RONDÔNIA DECISÃO

1. Emende o requerente a inicial para proceder ao recolhimento das custas iniciais, no importe de 2% sobre o valor da causa, neste momento, ou no mínimo o valor de R$ 134,98, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Pagas as custas, cumpra-se o item 3.
2. DA LIMINAR/TUTELA DE URGÊNCIA DE DESOCUPAÇÃO IMEDIATA
A questão é por demais controvertida, note-se que há espólio tanto no polo ativo quanto no polo passivo. O contrato de locação não está no nome do de cujus, mas sim de sua companheira à época do falecimento. Há determinação do juízo de inventário para o pagamento judicial dos alugueres, pelo locatário, o que cessou-se aparentemente pela morte do locatário, e a sua inventariante afirma que não pode fazer os pagamentos, apontando a necessidade de título judicial para habilitação nos autos de inventário do locatário.
Veja-se que neste contexto, inviável o reconhecimento da probabilidade do direito para a tutela de urgência, também não ocorrido o enquadramento nas hipóteses específicas de liminar da Lei 13.10513. Note-se que não houve o depósito de caução de 3 meses exigidos pelo art. 59, §1º.
Perceba-se ainda que se trata de imóvel com fim comercial, o qual, uma desocupação imediata importaria em diversos transtornos à empresa como onde colocar os estoques e as dificuldades para se encontrar outro ponto comercial que regra geral são maiores que em locações residenciais.
Por fim, menciona-se que não está clara se existe resistência à lide, posto indicar-se em inicial que a inventariante estaria disposta a pagar desde que com título apto à habilitação nos autos de inventário do locatário. Assim, não resta claro se o objetivo desta ação é tão somente essa regularização para continuidade da relação locatícia, ou a retirada dos herdeiros do locatário do local e também o título judicial (sentença) para habilitação do crédito de alugueres vencidos no inventário do locatário.
Assim, indefere-se o pedido de tutela de urgência.
3.Este despacho servirá como mandado. Cite-se e intime-se a parte requerida e o fiador para, no prazo de 15 dias (artigo 335 do CPC/15), depositar em juízo a integralidade do débito, purgar a mora ou contestar/defender-se no prazo de 15 (quinze) dias. No caso de purgação da mora, arbitram-se honorários em 10% (dez por cento) do débito no dia do efetivo pagamento.
Se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC/2015).
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pjepg.tjro.jus.br/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam usando o código: 23071416091734800000089581831 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça).
Não tendo condições de constituir advogado a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Avenida Jorge Teixeira, n. 1722, Bairro Embratel, Porto Velho/RO (horário das 7:30 às 13:30) ou em seu site https://www.defensoria.ro.def.br/ e contatos ali disponíveis como 9 9243-8461 (fone e WhatsApp) e 9 9221-4773 (fone e WhatsApp), horário das 7:30 às 13:30, ou em seu plantão 9 9208-4629.
Intimem-se eventuais sublocatários e ocupantes.
4. Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para manifestar-se em réplica, no prazo de 15 dias.
5. Após, autorizo que à CPE proceda à intimação das partes, no prazo de 05 dias, para dizerem se pretendem produzir provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
6. Sem pedido de especificação de provas, volvam conclusos para julgamento; se efetuado pedido de produção de provas, volvam conclusos para saneador.
7. Proceda a CPE com a vinculação dos advogados SILVANIA FERREIRA WEBER - OAB RO7385 e ORLANDO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - OAB RO8308, ao polo passivo, vez que atuaram representando o espólio locatário em sua ação de inventário 7020624-90.2022.8.22.0001. Intime-os desta decisão inicial, para que, caso ainda representem aquele espólio, e entenderem pertinente, apresentarem manifestação deste em termos de citação por comparecimento espontâneo. Nessa hipótese, suprindo a necessidade da remessa da carta citatória.
Após a intimação, aguarde-se o prazo de item 1.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiza de Direito

Porto Velho - 8ª Vara Cível Atendimento 7 às 14 horas: Balcão virtual https://meet.google.com/pgx-xvdd-jwz Fones/What'sApp Institucional: (69) 3309-7000 (Central Atendimento) (69) 3309-7051 (Gabinete) e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br Processo nº: 7040454-47.2019.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Compra e Venda
EXEQUENTE: ROVEMA VEICULOS E MAQUINAS LTDA.
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FABIO CAMARGO LOPES, OAB nº MG8807, RODRIGO BARBOSA MARQUES DO ROSARIO, OAB nº RO2969
EXECUTADO: COMERCIO GENTIL GONCALVES EIRELI - ME
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S) D E S P A C H O
O credor se posiciona não indicando bens do devedor passíveis de penhora, nem outras providências úteis, não havendo perspectivas por ora, de novos atos executivos/constritivos/expropriatório úteis a se praticar neste processo.
Assim, arquive-se este processo executivo por falta de impulso, execução frustrada e falta de utilidade prática na sua manutenção ativa no sistema de informações PJE. Diferente do processo em papel, no qual a suspensão tem a utilidade de deixá-lo disponível, acessível ao advogado, posto que se arquivado fosse seria encaminhado para outro lugar que não a própria Vara, no caso de autos virtuais como o presente, a disponibilidade e acessibilidade é ampla, não havendo distinção prática para as partes entre suspender ou arquivar, em casos como este.
O processo poderá voltar a tramitar a qualquer momento mediante simples petição, antes de prescrita a dívida.
Verifique-se a CPE - Central de Processos Eletrônicos, a cobrança das custas processuais da fase de conhecimento, então, arquive-se.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh8civelgab@tjro.jus.br Processo nº: 0015702-48.2010.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Compra e Venda, Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
EXEQUENTE: SBS EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 01042476000158
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS, OAB nº RO3208, JERONIMO LIMA BARREIROS, OAB nº AC1092
EXECUTADOS: JERONIMO LIMA BARREIROS, CPF nº 04216040268, LUCILA BRUNETTA, CPF nº 10885102215
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DOMINGOS SAVIO NEVES PRADO, OAB nº RO2004, PEDRO AMERICO BARREIROS SILVA, OAB nº RO6435
DECISÃO
1. Há valores vinculados aos autos referente aos descontos no salário do executado Jerônimo.
Desta forma, expeça-se alvará em favor do exequente.
2. Houve erro material na decisão de Id. 90662018, eis que no lugar de determinação de penhora sobre o salário da executada Lucila Brunetta foi determinada novamente a penhora sob o salário de Jerônimo.
Informa o exequente que o executado Jerônimo é servidor do Município de Cruzeiro do Sul/AC e que os descontos já estão sendo realizados.
Apresente o exequente, no prazo de 05 (cinco) dias, planilha atualizada do seu crédito, com abatimento dos valores já levantados.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
{{orgao_julgador.magistrado}}
Juiz (a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível Atendimento 7 às 14 horas: Balcão virtual https://meet.google.com/unc-ggeh-qrh Fones/WhatsApp Institucional: (69) 3309-7051 e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br Processo nº: 7035203-09.2023.8.22.0001
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto: Alienação Fiduciária
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
ADVOGADOS DO AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
REU: GELSON GALDINO DE SOUZA
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Trata-se pretensão de busca e apreensão de veículo alienado fiduciariamente.
A inicial não fora instruída com comprovante de recebimento, para comprovação da constituição do devedor em mora.
O Decreto-Lei nº 911/69 dispõe:
Art. 3º O proprietário fiduciário ou credor poderá, desde que comprovada a mora, na forma estabelecida pelo § 2º do art. 2º, ou o inadimplemento, requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, podendo ser apreciada em plantão judiciário.
Note-se que a notificação do devedor é requisito essencial à evidenciação do interesse do credor em manejar a ação de busca e apreensão, ao passo que a sua ausência atrai a aplicabilidade dos artigos do CPC:
“Art. 17. Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.”
“Art. 330. A petição inicial será indeferida quando:
(..)
III - o autor carecer de interesse processual;”
“Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:
I - indeferir a petição inicial;
(..)
VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;”
Em consequência, com fundamento nos artigos 17, 330, III e 485, I e VI, todos do CPC, indefiro a inicial e julgo extinto o feito, por sentença sem resolução de mérito, ante a falta de interesse processual do autor.
As custas iniciais são devidas, pois seu fato gerador é a distribuição da ação (art. 12, I, da Lei nº 3.896/2016). Sem custas finais.
Em sendo interposto recurso de apelação, cite-se o réu para contrarrazoar no prazo de 15 (quinze) dias (art. 331, §1º, CPC).
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao E. TJRO com nossos cordiais cumprimentos.
P. R. I. e, após o trânsito em julgado, pagas as custas ou inscritas em dívida ativa no caso de não pagamento, arquivem-se.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh8civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh8civelgab@tjro.jus.br Processo nº: 7033560-21.2020.8.22.0001 Classe: Cumprimento de sentença Assunto: Perdas e Danos REQUERENTE: ELKE MODAS COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - ME ADVOGADOS DO REQUERENTE: WELYS ARAUJO DE ASSIS, OAB nº RO3804, IARA VITORIA PINHEIRO DE LIMA, OAB nº RO10335 REQUERIDOS: MUNDIAL EQUIPAMENTOS PARA GINASTICA - EIRELI, EVANDRO SAINT CLAIR NEVES - EIRELI, WEVERTON RODRIGO BELTRANI EQUIPAMENTOS - ME ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: BRUNA ISMAEL PIRILLO, OAB nº SP309746, LEONARDO ROBERTO ALVES DE LIMA, OAB nº SP392043

D E S P A C H O
1) Tomo conhecimento do agravo de instrumento interposto (artigo 1.018, CPC/15) e mantenho a DECISÃO combatida, pelos seus próprios fundamentos.
Oportunamente, se solicitado, prestarei informações ao relator do agravo.
Como não houve comunicação a este juízo quanto a eventual efeito suspensivo concedido ao agravo, determino o prosseguimento, assim impulsione o exequente o feito, com medida útil executiva, conforme indicado em item 3 da decisão agravada, ou diga se prefere aguardar o desfecho do agravo.
Prazo: 15 dias.
2) Simultaneamente, e sem suspensão dos prazos processuais, agende-se a CPE, data para audiência de conciliação por videoconferência.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh8civelgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh8civelgab@tjro.jus.br Processo nº: 7066846-19.2022.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Agência e Distribuição
EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL HORTENCIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: WANUSA CAZELOTTO DIAS DOS SANTOS, OAB nº RO4284, TALITA BATISTA FERREIRA CONSTANTINO, OAB nº RO7061
EXECUTADO: ANGELA MARIA DE PAIVA LIRA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S) SENTENÇA
1) Trata-se de execução em que foi juntada petição requerendo a homologação de acordo estipulado e devidamente assinado.
Posto isso, homologo por sentença o acordo estabelecido pelas partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, conforme as cláusulas especificadas.
Note-se que a dívida originária fora extinta por força da novação via acordo.
Assim, julgo extinto o processo, nos termos do artigo 924, inciso III, do CPC/2015.
No sentido de que com a homologação do presente acordo forma-se um título executivo judicial, que poderá ser executado nos termos do art. 523 do CPC/2015, em caso de descumprimento.
Sem custas finais e honorários nos termos do acordo.
A diligência para eventuais baixas de anotações em cadastro de proteção ao crédito decorrentes destes autos incumbirá à parte interessada. Servindo esta sentença de autorização para a baixa da anotação.
2) Nos termos do acordo, fica autorizada a entrega dos valores em depósito conta judicial, decorrentes do bloqueio SISBAJUD, em favor do condomínio credor. Para tanto, diga como prefere recebê-los, se por transferência bancária em seu favor, indicando seus dados de conta, ou alvará tradicional para saque presencial. Prazo para opção: 5 dias. Em caso de silêncio, expeça-se alvará tradicional.
3) Como o tipo de rito processual foi superado, com a presente sentença de homologação de acordo, evolua-se a classe processual para fase de cumprimento de sentença.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz (a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível Atendimento 7 às 14 horas: Balcão virtual https://meet.google.com/unc-ggeh-qrh Fones/WhatsApp Institucional: (69) 3309-7051 e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo nº: 7012606-17.2021.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Duplicata
EXEQUENTE: S.M. SERVICOS DE COBRANCA LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CAROLINE CARRANZA FERNANDES, OAB nº RO1915
EXECUTADO: RODRIGO FERREIRA NAVES
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
D E S P A C H O
Realizada a consulta no sistema SNIPER, esta restou frutífera.
Fica a parte exequente intimada a se manifestar acerca do resultado da consulta, no prazo de 15 (quinze) dias.
Segue, em anexo, o detalhamento da consulta.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh8civelgab@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível Atendimento 7 às 14 horas: Balcão virtual https://meet.google.com/unc-ggeh-qrh Fones/WhatsApp Institucional: (69) 3309-7051 e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br Processo nº: 7045839-39.2020.8.22.0001 Classe: Cumprimento de sentença Assunto: Fornecimento de Energia Elétrica EXEQUENTE: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ANDERSON JOSE ADAO, OAB nº PR40886, DAYSE MARINHO DE OLIVEIRA, OAB nº PB15069, VINICIUS MEDEIROS MARQUES, OAB nº PB23072, ENERGISA RONDÔNIA EXECUTADO: ADEMIR JOSE SARTORI ADAO ADVOGADO DO EXECUTADO: GEORGE OTTAVIO BRASILINO OLEGARIO, OAB nº PB15013
D E S P A C H O
Vistos.
Em razão de erro material no despacho anterior em que não foi incluído o detalhamento das consultas realizadas pelo RENAJUD e INFOJUD, segue o detalhamento, em anexo.
Fica intimada a exequente a se manifestar sobre as consultas, no prazo de 15 dias, sob pena de arquivamento.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh8civelgab@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível Atendimento 7 às 14 horas: Balcão virtual https://meet.google.com/unc-ggeh-qrh Fones/WhatsApp Institucional: (69) 3309-7051 e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br Processo nº: 7027742-25.2019.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO, OAB nº RO6338
EXECUTADOS: FATIMA MOTA SOUZA, F. MOTA SOUZA - ME
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: RALENSON BASTOS RODRIGUES, OAB nº RO8283, LARISSA TEIXEIRA RODRIGUES FERNANDES, OAB nº RO7095, MICHEL MESQUITA DA COSTA, OAB nº RO6656
D E S P A C H O
1. Realizada a tentativa de bloqueio on-line de valores por meio do sistema SISBAJUD, por meio da modalidade Repetição Programada (Teimosinha), a consulta foi finalizada após 30 dias de tentativas, não tendo outros valores bloqueados, além dos que já constam nos autos.
Segue, em anexo, o detalhamento do SISBAJUD.
2. Realizada consulta via Renajud verificou-se que:
a. não consta registro de veículos em nome do primeiro executado;
b. o veículo em nome do segundo executado já possui restrição judicial.
3. Providencie o autor o impulsionamento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, apontando bens passíveis de penhora, sob pena de arquivamento.
Segue, em anexo, o detalhamento da consulta.
Intimem-se.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz (a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível Atendimento 7 às 14 horas: Balcão virtual https://meet.google.com/unc-ggeh-qrh Fones/WhatsApp Institucional: (69) 3309-7051 e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br Processo nº: 0003072-52.2013.8.22.0001 Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Usucapião da L 6.969/1981
EXEQUENTES: RAIMUNDO NONATO BARBOSA FILHO, MARIA DAS GRAÇAS REIS BARBOSA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: MARIA MERCEDES DE FRANÇA, JOSE PINTO DOS SANTOS
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA D E S P A C H O
Compulsando os autos, observa-se que constou em sentença:
Houve anuência da parte autora com condicionantes, sendo homologado o acordo via sentença constituindo a obrigação de Associação Casa de Apoio Filhos de Hiram e Concreaço (empresa que cedeu a área à Associação) de construir a nova estrada transferindo-se o direito de servidão à nova área, obviamente sobre a qual se incidirá o gravame deste ônus na matrícula do imóvel que perpassa a nova estrada.
...
Adveio notícia atual do cartório extrajudicial indicando que foi registrada da servidão sobre a nova área.
...
Pois bem, pelo que apura dos autos já houve o cumprimento do acordo, uma vez que, a nova estrada já foi construída, o registro da servidão sobre a nova área já foi registrado e as requeridas tem se portado de forma a aceitar o trânsito dos autores no local, agindo assim em conformidade com o que se determina o direito de servidão.
Veja-se que não foi objeto do acordo e não é objeto dos autos a manutenção da estrada, situação essa que engloba a questão dos empoçamentos a cada época de novas chuvas.
1) Assim, declara-se extinto o processo, com fulcro no art. 924, II do CPC, pelo cumprimento da obrigação de entrega da nova estrada e constituição da servidão, dando-se por cumprido o acordo homologado.

...
Desta forma, os autos devem ser arquivados.
Intime-se.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh8civelgab@tjro.jus.br Processo nº: 7086068-70.2022.8.22.0001
Classe: Execução de Título Judicial - CEJUSC
Assunto: Correção Monetária
EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL VILA VERDE
ADVOGADO DO EXEQUENTE: THIAGO DE SOUZA GOMES FERREIRA, OAB nº RO4412
EXECUTADO: JOAO VITOR LEMOS AGUIAR
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S) SENTENÇA
Trata-se de execução em que foi juntada petição requerendo a homologação de acordo estipulado e devidamente assinado.
Posto isso, homologo por sentença o acordo estabelecido pelas partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, conforme as cláusulas especificadas.
Note-se que a dívida originária fora extinta por força da novação via acordo.
Assim, julgo extinto o processo, nos termos do artigo 924, inciso III, do CPC/2015.
No sentido de que com a homologação do presente acordo forma-se um título executivo judicial, que poderá ser executado nos termos do art. 523 do CPC/2015, em caso de descumprimento.
Sem custas finais e honorários nos termos do acordo.
A diligência para eventuais baixas de anotações em cadastro de proteção ao crédito decorrentes destes autos incumbirá à parte interessada. Servindo esta sentença de autorização para a baixa da anotação.
Arquivem-se de imediato os autos. Eventual desarquivamento pode ser feito mediante simples petição sem custas.
P.R.I.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh8civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7036895-43.2023.8.22.0001
Classe : PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA (193)
REQUERENTE: VALESCA MORAIS DE CARVALHO
Advogados do(a) REQUERENTE: ALEXANDRE WASCHECK DE FARIA - RO0000924A, EDUARDO AUGUSTO FEITOSA CECCATTO - RO5100
REQUERIDO: SABEMI SEGURADORA SA
Advogado do(a) REQUERIDO: JULIANO MARTINS MANSUR - RJ113786
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh8civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7025426-97.2023.8.22.0001
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Advogados do(a) AUTOR: GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI - RO6638, RODRIGO FRASSETTO GOES - SC0033416A
REU: CALTON HENRIQUE DA SILVA
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh8civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7058917-66.2021.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)

EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES - RO4875-A
EXECUTADO: ANA ROSA COSTA FARIAS
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas SISBAJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh8civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7031039-98.2023.8.22.0001
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Advogado do(a) AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA - SP115665-A
REU: JANIO VENANCIO DE MOURA
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 8ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh8civelgab@tjro.jus.br, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7063628-80.2022.8.22.0001
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado do(a) AUTOR: JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR - RO5402
REU: EDIVALDO RODRIGUES GONCALVES
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS OFICIAL DE JUSTIÇA
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do mandado, fica a parte AUTORA, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada, para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada conforme tabela abaixo.
Fica a parte advertida que em se tratando de mandado de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural).
O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível Atendimento 7 às 14 horas: Balcão virtual https://meet.google.com/unc-ggeh-qrh Fones/WhatsApp Institucional: (69) 3309-7051 e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br Processo nº: 7043960-89.2023.8.22.0001
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto: Alienação Fiduciária
AUTOR: A. D. C. N. H. L.
ADVOGADOS DO AUTOR: THIAGO DE SIQUEIRA BATISTA MACEDO, OAB nº RO6842, AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR, OAB nº AC4943, PROCURADORIA DA ADMINSTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
REU: A. D. A. S. N., R JOAQUIM DA ROCHA 5431, CASA B CASTANHEIRA - 76811-360 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
D E C I S Ã O
1. Foi retirado o parâmetro de segredo de justiça, eis que o presente caso não se adequa à nenhuma das hipóteses previstas no art. 189 do CPC.
2. Trata-se de ação de busca e apreensão regido pelo Decreto-Lei 911/1969. Sabe-se que com o advento do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), extinguiram-se as ações cautelares.
No caso dos autos, embora se trate de procedimento especial do Decreto-Lei 911/1969, aplica-se concomitantemente aos requisitos específicos do artigo 3º do aludido Decreto, também os requisitos legais para concessão da TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA (SATISFATIVA/ANTECIPADA), prevista no artigo 300 do NCPC, quais sejam: risco de dano, probabilidade do direito e reversibilidade da medida.
A probabilidade do direito sobre o qual se baseia o pedido de urgência evidencia-se pela Cédula de Crédito Bancário devidamente assinado pela parte ré e a notificação informando a respeito do inadimplemento da obrigação.

De outro lado, o perigo de dano decorre da prejudicialidade na depreciação do veículo caso haja demora na restituição do mesmo à posse do requerente.
Ainda, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que, caso o requerido purgue a mora no prazo de 5 (cinco) dias, lhe será devolvido o veículo
Ante o exposto, determino liminarmente a busca, apreensão, vistoria e avaliação do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante na inicial e contrato.
Depositando-se o bem em mãos do autor ou de pessoa por ele autorizada, com a ressalva de que o veículo não deverá ser retirado da Comarca até o decurso do prazo de cinco dias fixados em lei para a consolidação da posse, sob pena de multa diária de dois salários-mínimos até o limite do valor do veículo.
No prazo de 15 dias, a contar da citação, o devedor fiduciante poderá apresentar contestação, atentando-se ao disposto no art. 231, II do NCPC.
O ato processual deverá obedecer ao disposto no art. 212, §2º do NCPC.
3. Executada a liminar, cite-se a parte ré para que, no prazo de 5 dias, efetue o pagamento integral da dívida pendente, sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§§1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
4. Efetuado o pagamento, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 05 dias.
5. Ocorrendo concordância com o valor depositado, deverá o autor restituir o veículo à parte ré, comprovando nos autos.
6. VIAS DESTA DECISÃO SERVEM COMO MANDADO DE BUSCA, APREENSÃO, CITAÇÃO E INTIMAÇÃO.
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pjepg.tjro.jus.br/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam usando o código: 23071408290422500000089546836 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça).
Não tendo condições de constituir advogado, a parte deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Avenida Jorge Teixeira, n. 1722, Bairro Embratel, Porto Velho/RO (horário das 7:30 às 13:30) ou em seu site https://www.defensoria.ro.def.br/ e contatos ali disponíveis como 9 9243-8461 (fone e WhatsApp) e 9 9221-4773 (fone e WhatsApp), horário das 7:30 às 13:30, ou em seu plantão 9 9208-4629.
7. Caso o veículo se encontre em outra comarca ou outro Estado da Federação, defiro, desde logo, que a petição inicial sirva como Carta Precatória com prazo de 30 dias, nos termos do §12 do art. 3º do Decreto Lei 911/69 (alterado pela Lei 13.043/2014), que trata do cumprimento de busca apreensão via pedido direto do credor ao juízo em que em tese se encontra o veículo a ser apreendido, ficando a parte autora intimada para comprovar a distribuição e o andamento do pedido direto valendo como Carta Precatória, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto Juiz(a) de direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível Atendimento 7 às 14 horas: Balcão virtual https://meet.google.com/unc-ggeh-qrh Fones/WhatsApp Institucional: (69) 3309-7051 e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br Processo nº: 7041759-27.2023.8.22.0001 Classe: Procedimento Comum Cível Assunto: Perdas e Danos, Consórcio
AUTOR: MARIA DE FATIMA LEITE ALBINO
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: UNIQUE ADMINISTRADORA DE BENS E CONSORCIO LTDA, GOMES DE CARVALHO 1507, CONJ 41 - TORRE A - VILA OLIMPIA - 04547-005 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
D E S P A C H O
1. A concessão dos benefícios da justiça gratuita decorre de expressa previsão legal contida no artigo 5º, inciso LXXIV da Lei maior deste país (CF/88), que diz que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita, desde que haja comprovação da insuficiência de recursos pela parte:
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (..) LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
Tal fundamentação se faz verossímil ao presente caso analisado, portanto DEFIRO a gratuidade da justiça.
Cumpra-se o item 2.
2. Cite-se a parte requerida para, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer à audiência de conciliação que, poderá ocorrer presencialmente na Central de Conciliação - CEJUSC, sito à Avenida Pinheiro Machado, nº 777 (Prédio Novo), Bairro Olaria, em Porto Velho (RO) , telefone: (69) 3309-7051, e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br, devendo as partes se fazer acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º), ou , preferencialmente, por videoconferência de acordo com o ato nº 09/2020, devendo as partes, informarem contato de WhatsApp para a realização do ato, nessa segunda hipótese. A modalidade da audiência, se presencial ou virtual, será informada de acordo com os próximos atos processuais pela CPE e CEJUSC.
Agende-se data para audiência inaugural de conciliação e intimem-se as partes.
O prazo para contestar, 15 dias, fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º).
Este despacho servirá como carta/mandado, assim, neste ato, vossa senhoria está sendo citada para comparecer à audiência e apresentar sua defesa, ficando advertidas as partes que o não comparecimento na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
Adverte-se a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC/2015).
A petição inicial poderá ser consultada pelo endereço eletrônico: http://pjepg.tjro.jus.br/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam usando o código: 23070419494346700000089137080 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça).

3. Considerando a hipossuficiência técnica e informacional do consumidor, e levando em conta o fato de que o fornecedor detém todos os dados atinentes à contratação, entendo que a parte ré terá melhores condições de esclarecer as questões que são objeto de controvérsia, com fulcro no art. 6º, VIII, do CDC, DECIDO POR INVERTER O ÔNUS DA PROVA, determinando que a parte ré apresente a documentação referente à relação contratual havida entre os litigantes.
4. Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para manifestar-se em réplica, no prazo de 30 dias.
Após, autoriza-se à CPE proceder a intimação de ambas as partes, no prazo de 05 dias, para que digam se pretendem produzir provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
Sem pedido de especificação de provas, volvam conclusos para julgamento; se efetuado pedido de produção de provas, volvam conclusos para saneador.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz (a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 8ª Vara Cível 7005886-63.2023.8.22.0001 Monitória Prestação de Serviços AUTOR: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA ADVOGADOS DO AUTOR: RODRIGO BENTES SILVA BEZERRA, OAB nº RO11632, JUCIMARA DE SOUZA CAMPOS, OAB nº RO1064, CAMILA GONCALVES MONTEIRO, OAB nº RO8348, CAMILA BEZERRA BATISTA, OAB nº RO7212, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO, OAB nº RO796, SAMIR RASLAN CARAGEORGE, OAB nº RO9301 REU: ROSANGELA LETICIA SIPAUBA DO NASCIMENTO REU SEM ADVOGADO(S) SENTENÇA
1) Houve entabulação de acordo em solenidade de audiência conduzida pela Central de Conciliação, em que as partes requerem sua homologação, estando devidamente assinado e não havendo vícios aparentes. Posto isso, homologo por sentença o acordo estabelecido pelas partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, conforme as cláusulas especificadas.
Julgo extinto o processo, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea “b” do CPC/2015.
Sem custas finais e honorários conforme acordo.
Com o acordo homologado forma-se um título executivo judicial, que poderá ser executado nos termos do art. 523 do CPC/2015, em caso de descumprimento.
2) Como com este ato se encerra a fase processual de conhecimento, desde já, evolua-se a classe processual para cumprimento de sentença e ato seguido, arquive-se.
Porto Velho / , 17 de julho de 2023 .
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível Atendimento 7 às 14 horas: Balcão virtual https://meet.google.com/unc-ggeh-qrh Fones/WhatsApp Institucional: (69) 3309-7051 e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br Processo nº: 7043301-80.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Defeito, nulidade ou anulação
AUTOR: ANGELA MARIA ARAUJO DE OLIVEIRA RAMOS
ADVOGADO DO AUTOR: ANDERSON LOPES RAMOS, OAB nº RO10495
REU: ANA CLAUDIA ARAUJO MENDES
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO / DECISÃO
Vistos.
1) Apresentem-se comprovantes da alegada hipossuficiência, incluindo rendimentos e despesas, para análise do pedido de gratuidade.
TJRO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXIGÊNCIA. POSSIBILIDADE. A simples declaração de pobreza, conforme as circunstâncias dos autos, é o que basta para a concessão do benefício da justiça gratuita, porém, por não se tratar de direito absoluto, uma vez que a afirmação de hipossuficiência implica presunção juris tantum, pode o magistrado exigir prova da situação, mediante fundadas razões de que a parte não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Câmaras Cíveis Reunidas, J. 05/12/2014). STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico-financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014) Prazo: 15 dias para manifestação ou recolhimento das custas iniciais. Em caso de silêncio será indeferida a petição inicial.
Menciona-se que, mesmo com indeferimento da petição inicial, as custas iniciais são devidas, visto que, já ocorrera seu fato gerador/ hipótese de incidência deste tributo (taxa), que nos termos do Regimento de Custas é a distribuição da ação.
2) DA TUTELA DE URGÊNCIA
O objetivo da tutela de urgência é determinar que a requerida fique proibida de vender o imóvel, sobre o qual, recai e discussão de nulidade do negócio jurídico que levou o bem ao patrimônio da requerida.
A tese da autora é que, a sua irmã requerida, recebeu-o mediante negócio jurídico proibido que seria a alienação do imóvel pela mãe de ambas, em detrimento aos direitos de herança dos demais filhos.
A questão é muito controversa e não há neste momento elementos para se convencer da probabilidade do direito que vindica a autora, dependendo-se do contraditório neste processo e da produção de provas para convencimento acerca dos fatos.
Note-se que a contradição já existe no âmbito do processo judicial de sobrepartilha:

No tocante aos imóvel localizado na Rua Magno Guimarães, nº 4857, Bairro Castanheiras, Porto Velho/RO - inscrição municipal nº 01.26.170.0181.001, verifica-se que se trata de direito de posse. A inventariante alega que os direitos sobre o imóvel são dela e decorrem de sub-rogação da alienação de um imóvel localizado em Costa Marques/RO e encontra-se em nome de terceiro estranho aos presentes autos (id nº 51606089). Não se sabe ao certo o que realmente aconteceu, pois não existe prova a respeito, apenas as palavras divergentes dos herdeiros, os quais agem de forma contraditória. Note-se que no fragmento desta decisão do juízo da sobrepartilha, ainda há a indicação de que os direitos de posse sobre o imóvel, já teriam sido vendidos pela requerida, se assim o for, a tutela de urgência não teria efeito prático nenhum, já que o ato que se objetiva proibir já teria sido praticado.
Assim, indefere-se a tutela de urgência por falta do requisito da probabilidade do direito.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh8civelgab@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível Atendimento 7 às 14 horas: Balcão virtual https://meet.google.com/unc-ggeh-qrh Fones/WhatsApp Institucional: (69) 3309-7051 e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br Processo nº: 7011153-84.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Causas Supervenientes à Sentença
EXEQUENTE: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: IHGOR JEAN REGO, OAB nº PR8546, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
EXECUTADO: MARIA IZABEL MARQUES
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Trata-se de execução em que foi juntada petição pela executada (ID. 90809281 - Pág. 1) oferecendo proposta de acordo para pagamento do débito que seja descontado em seus proventos o percentual de 10%.
Houve manifestação da exequente (ID. 92093142 - Pág. 1) concordando com a proposta da executada.
Posto isso, homologo por sentença o acordo estabelecido pelas partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, conforme as cláusulas especificadas.
Note-se que a dívida originária fora extinta por força da novação via acordo.
Assim, julgo extinto o processo, nos termos do artigo 924, inciso III, do CPC/2015.
No sentido de que com a homologação do presente acordo forma-se um título executivo judicial, que poderá ser executado nos termos do art. 523 do CPC/2015, em caso de descumprimento.
Sem custas finais e honorários nos termos do acordo.
A diligência para eventuais baixas de anotações em cadastro de proteção ao crédito decorrentes destes autos incumbirá à parte interessada. Servindo esta sentença de autorização para a baixa da anotação.
Para a expedição de ofício ao INSS para a realização dos descontos, apresente a exequente, no prazo de 05 (cinco) dias, dados bancários para depósito dos descontos diretamente na conta do credor.
Considerando a realização do acordo, desconstituo a penhora realizada no veículo da executada, conforme comprovante anexo.
P.I.R.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh8civelgab@tjro.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - 8ª Vara Cível Atendimento 7 às 14 horas: Balcão virtual https://meet.google.com/unc-ggeh-qrh Fones/WhatsApp Institucional: (69) 3309-7051 e-mail: 8civelcpe@tjro.jus.br Processo nº: 7004616-04.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Cancelamento de vôo
AUTOR: ISABELLA CHALUB DODO DIEGUES
ADVOGADO DO AUTOR: CARLOS ERIQUE DA SILVA BONAZZA, OAB nº RO8176
REU: LATAM AIRLINES GROUP S/A
ADVOGADOS DO REU: CELSO ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO JUNIOR, OAB nº PA18736, FABIO RIVELLI, OAB nº BA34908, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
SENTENÇA
Vistos, etc.
I – RELATÓRIO
ISABELLA CHALUB DODO DIEGUES menor impúbere, representada por sua genitora, ROBERTTA FABIANI DODO DIEGUES, ajuizou ação indenizatória de danos morais em desfavor de LATAM AIRLINES GROUP S/A, ambas as partes qualificadas nos autos, alegando ter adquirido da empresa requerida, passagens aéreas com trecho consistente na saída de Porto Velho/RO dia 19/05/2021 às 14h:10min, com conexões em Brasília/DF e Guarulhos/SP, e destino final João Pessoa/PA às 23h:30min do mesmo dia. Narrou que ao chegar no aeroporto foi surpreendida com a informação de que seu voo estaria cancelado por ajustes na malha aérea. Sustentou que em razão do cancelamento de seu voo e a falta de reacomodação, só conseguiu realizar a viagem após 4 meses da data originalmente contratada. Requereu a condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 8.000,00. Juntou documentos.

Despacho inicial ID n. 86231623.
Audiência de conciliação com resultado infrutífero sob ID 89141940.
Regularmente citada, a requerida apresentou contestação (ID. 90035119), arguindo preliminarmente a necessidade de condenação a pena de litigância de má-fé, bem como, da conexão entre ações propostas pela genitora e irmã da requerente. Sustentou a falta de interesse de agir e inépcia da inicial ante a ausência de documentos essenciais. No mérito aduziu a inaplicabilidade do código de defesa do consumidor, a ausência de responsabilidade civil da ré ante a culpa exclusiva da parte autora. Por fim, teceu comentários sobre a fixação de um quantum indenizatório em caso de condenação, bem como, sobre a impossibilidade da inversão do ônus da prova. Requereu a improcedência dos pedidos autorais. Não juntou documentos.
Réplica sob o ID. 91038737.
Sem pedido de produção de provas.
Parecer do Ministério Público do Estado de Rondônia sob. ID 91898331.
É o relatório. Decidido.
II – FUNDAMENTOS
Da Litigância de Má-Fé
O pedido de condenação por litigância de má-fé apresentado pela parte requerida não deve ser acolhido, porquanto não comprovada no processo e tampouco verificada nenhuma das hipóteses previstas no artigo 80 do Código de Processo Civil.
Da preliminar de conexão
A requerida sustentou haver conexão da presente ação com as ações distribuídas por sua genitora, sob o nº º 7001035-78.2023.8.22.0001 no 3º Juizado Especial Cível, e sua irmã, sob o nº 7004620-41.2023.8.22.0001, perante a 6º Vara Cível desta Capital.
Note-se que embora decorrente de um mesmo contexto fático, os autores são distintos e a hipótese seria de litisconsórcio facultativo, não havendo obrigatoriedade legal para distribuição em conjunto, tampouco necessidade de distribuição por conexão, vez que o dano moral é personalíssimo e deve ser analisado o caso de cada autor de maneira individualizada, não havendo hipótese de decisões conflitantes. Portanto, rejeito a preliminar de conexão.
O Julgamento Conforme o Estado do Processo
Consoante entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder (STJ – 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).
O presente caso retrata questão que dispensa a produção de outras provas, razão pela qual passo, doravante, a conhecer diretamente do pedido, nos termos do art. 355, I do Código de Processo Civil/2015.
Do Mérito
Versam os autos sobre ação de natureza condenatória através da qual a parte autora pretende ser indenizada pelos danos morais que alega ter sofrido em razão da alegada falha na prestação de serviço da empresa requerida, decorrente da alteração do voo contratado.
A autora inicialmente havia adquirido bilhetes de passagem com destino a João Pessoa/PA, com saída de Porto Velho/RO, em voo programado para partida em 19/05/2021 às 14h:10min e previsão de chegada ao destino às 23h:30min do mesmo dia.
A ré asseverou que a alteração do voo teria ocorrido em razão de culpa exclusiva da autora, que não compareceu ao check-in em tempo hábil e com isso se caracterizou o no show, ensejando o cancelamento dos demais trechos. Contudo, não trouxe nada aos autos, além dos “prints” de tela, que pudesse comprovar suas alegações.
Ressalta-se que a ré, embora em tempo posterior, utilizou as mesmas passagens aéreas, descaracterizando o alegado no show pela requerida.
Ocorre que o fato de ter havido falha na prestação do serviço nem sempre ensejará o dever de indenizar, pois é necessário também haver dano a ser indenizado.
Quanto aos danos morais, são necessárias algumas ponderações.
Há muito o nosso Direito privilegia a responsabilidade por dano moral, mas com o advento da Constituição Federal de 1988 a matéria passou a adquirir relevância em face do teor dos incisos V e X do art. 5º, que assegurou o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de violação à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem, tendo passado, então, a ser admitida a cumulação das indenizações, pouco importando se originárias do mesmo ato ilícito.
No caso, não entendo presente dano moral indenizável, pois os fatos narrados não ultrapassam os aborrecimentos normais da vida em sociedade, ao ponto de atingir a esfera extrapatrimonial da parte autora, considerados os valores protegidos pela Constituição Federal.
Ademais, a criança estava com sua família e não há narrativa de que tenha sofrido algum abalo extraordinário com o adiamento da viagem.
III – CONCLUSÃO
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I do Código de Processo Civil/2015, JULGO IMPROCEDENTE, por sentença com resolução de mérito, os pedidos formulados na inicial.
Sucumbente, condeno o autor ao recolhimento das custas processuais, e ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa atualizado, nos termos do art. 85, §2º, c/c 86, ambos do CPC/2015.
Pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se.
P.I.R.
Porto Velho/RO, 17 de julho de 2023 .
Eloise Moreira Campos Monteiro Barreto
Juiz (a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Pinheiro Machado, nº 777, Bairro Olaria, CEP 76801-235, Porto Velho, pvh8civelgab@tjro.jus.br

9ª VARA CÍVEL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível AUTOS: 7052350-92.2016.8.22.0001
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS, OAB nº RO3208, TAINA KAUANI CARRAZONE, OAB nº RO8541
EXECUTADO: EDVALDO BOTELHO ARAUJO
ADVOGADO DO EXECUTADO: MARCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO, OAB nº RO10830
SENTENÇA
Versam os autos sobre Cumprimento de Sentença ajuizado por ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER em face de EDVALDO BOTELHO ARAUJO.
Após o início do Cumprimento de Sentença, as partes anunciam celebração de acordo; requereram a homologação do termo e a extinção do feito (ID n° 92287137).
Diante do exposto, por vislumbrar os pressupostos legais, HOMOLOGO O ACORDO firmado entre as partes (ID n° 92287142) para que produza seus efeitos jurídicos e legais e, via de consequência, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, na forma do art. 487, III, “b” do CPC.
Sem custas (Art. 8º, III da Lei n° 3.896/2016).
Antecipo o trânsito em julgado para esta data, considerando a dispensa manifestada pelas partes em acordo.
P.R.I. e arquive-se.
Porto Velho - RO, 16 de julho de 2023.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível 7035474-18.2023.8.22.0001
Monitória
AUTOR: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADOS DO AUTOR: MARICELIA SANTOS FERREIRA DE ARAUJO, OAB nº RO324B, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
REU: MARLEIDE FEITOSA DE PAULA
REU SEM ADVOGADO(S)
Sentença
I – Relatório
Versam os presentes sobre ação de Monitória ajuizada por AUTOR: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD em face de REU: MARLEIDE FEITOSA DE PAULA.
O Juízo determinou a emenda à inicial, sob pena de indeferimento, para que o autor comprovasse o pagamento das custas (id 91731999), no entanto, quedou-se inerte.
É, em suma, o relatório.
II – Fundamentação
Nos termos do artigo 321 do CPC, verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 15 dias.
No presente caso, embora a parte autora tenha sido intimada para regularizar os apontamentos feitos pelo Juízo, ficou inerte.
Desse modo, a conduta adotada pela parte autora autoriza o indeferimento da petição inicial, nos termos do art. 321, p. único do CPC.
No mesmo sentido, são os julgados a seguir:
Apelação civil. Busca e apreensão. Petição inicial. Determinação de emenda. Adequação do valor da causa. Inércia. Extinção sem julgamento do mérito. Recurso desprovido.
Impositiva é a extinção do feito sem resolução de mérito, quando o autor devidamente intimado para emendar a inicial, deixa de atender ao comando judicial.
APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7025224-28.2020.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, Data de julgamento: 01/02/2021
III – Dispositivo
Ante o exposto, considerando a inércia da parte autora, indefiro a petição inicial e JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, inciso I combinado com o art. 321, parágrafo único, ambos do CPC.
Custas iniciais pela autora.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Após o trânsito, arquive-se.
Porto Velho-RO, 16 de julho de 2023.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juiz(a)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível 7054422-76.2021.8.22.0001
Procedimento Comum Cível
Prestação de Serviços
AUTOR: ROSE HELENA DA SILVA DINIZ ADVOGADOS DO AUTOR: FELIPE GURJAO SILVEIRA, OAB nº RO5320, HERMES FRUTUOSO PRESTES CAVASIN SANTANA JUNIOR, OAB nº RO6621, RENATA FABRIS PINTO, OAB nº RO3126
REU: B PASCOAL COMERCIO E SERVICOS DE CONSTRUCAO EIRELI ADVOGADO DO REU: JOAO CAETANO DALAZEN DE LIMA, OAB nº RO6508
Sentença
Versam os presentes sobre AÇÃO ORDINÁRIA que ROSE HELENA DA SILVA DINIZ move em face de B PASCOAL COMERCIO E SERVICOS DE CONSTRUCAO EIRELI, ambos qualificados nos autos.
Pretende o autor a condenação do réu ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, decorrentes dos vícios ocorridos na reforma do imóvel, bem como a condenação ao pagamento de multas e honorários advocatícios decorrentes da quebra de acordo extrajudicial.
A parte autora afirma ter celebrado contrato de prestação de serviço com a pessoa jurídica ré em 09/06/2020. Aduziu que o termo inicial do negócio jurídico se deu em 14/07/2020, terceiro dia após a aprovação do projeto pela administração do condomínio, sendo o termo final a data de 11/09/2020. Assevera que, a parte ré não finalizou a obra no prazo pactuado, sendo o contrato objeto de 7 (sete) prorrogações. Afirma também ter sido formulado acordo extrajudicial para a solução definitiva do impasse. Assevera que até então a obra não foi terminada. Por fim, pugna pela condenação da demandada em obrigação de pagar 20% do valor atualizado do contrato à título de multa, acrescido de 20% de honorários advocatícios, e a condenação em danos materiais e morais.
CONTESTAÇÃO (ID n. 67463428): o requerido alega preliminarmente a inépcia da inicial, visto que não foi notificado acerca do descumprimento do contrato de prestação de serviços, e que as prorrogações ocorridas teriam afastado a aplicação da cláusula 20 do contrato. No mérito, aduz o afastamento do nexo de causalidade, e da inversão do ônus da prova, sob o argumento de que a requerente não demonstrou a prova entre os danos e o nexo de causalidade. Afirma também que, a inexecução parcial do contrato se deu por circunstâncias imprevisíveis, extraordinárias e extracontratuais, o que atrai ao caso em espeque a teoria da imprevisão ocasionada pelo vírus da COVID-19.
Ressalta que não pode a parte autora pleitear a reparação por serviço ou material a que não se obrigou a parte demandada. Assevera que a cobrança dos honorários advocatícios contratuais só é cabível nos casos em que o inadimplemento contratual for resolvido extrajudicialmente, o que no caso restaria afastado com o protocolo desta ação. Aduz o cabimento da a teoria do adimplemento substancial e que deve-se considerar executada a obrigação quando a atividade do contratado, embora não tenha sido perfeita, aproxima-se consideravelmente do seu resultado. Alega também que, não se verifica a existência de violação a direitos da personalidade capazes de ensejar a responsabilização por danos morais. Por fim, pugna pela rejeição total dos pedidos formulados pela parte autora, e subsidiariamente a redução equitativa referente aos danos materiais, extrapatrimoniais e da multa (cláusula penal).
RÉPLICA (ID n. 71226628): a parte autora reafirmou os fundamentos da sua petição inicial e limitou-se a rebater os argumentos desenvolvidos na contestação.
Custas iniciais recolhidas (ID's n. 62927360 e 66124497).
DECISÃO SANEADORA (Id 74073762): A preliminar foi afastada na decisão saneadora, a qual reconheceu determinou a inversão do ônus daainda fixou pontos controvertidos e determinou a realização de perícia, com honorários periciais ao encargo da requerida.
Proposta de honorários periciais (Id 74826273), sobre a qual as partes se manifestaram, tendo o requerido solicitado parcelamento no Id 75879855, o que foi deferido pelo juízo no despacho de Id 77290345
A parte autora nomeou assistente técnico (Id 78411764) e apresentou quesitos (Id 78411765)
Honorários periciais recolhidos em parcelas (Id 79374752 e 87211260)
LAUDO PERICIAL (Id 88573389): sobre o qual se manifestaram as partes no Id 90656237 e 90677315.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório. Decido.
FUNDAMENTAÇÃO
A demanda será julgada parcialmente procedente, porque restou comprovado por perícia judicial que apenas algumas das falhas na prestação do serviço imputadas à requerida, são, de fato, de sua responsabilidade.
A parte autora apresentou quesitos complementares quando da sua manifestação sobre o laudo pericial (Id 90677316). Porém, o pedido de complementação da peça técnica será indeferido porque as informações constantes do referido laudo respondem satisfatoriamente aos quesitos formulados pelo juízo na decisão saneadora e são suficientes para o correto deslinde do feito. Vejamos.
A produção da prova técnica foi determinada a fim de apurar a responsabilidade pelos danos verificados no imóvel de propriedade da autora, sendo certo que na petição inicial são apontados diversos defeitos e pendências cuja causa está sendo imputada à ré.
A prova pericial deve ser o móvel do julgamento quando se coaduna com o contexto probatório em sua completude. É o que se verifica nestes autos.
Foram fixados como controvertidos os pontos: a) se há vícios construtivos; b) se os vícios decorreram de eventos externos, c) se a conduta do réu ensejou o pedido de reparação por danos materiais e morais; d) a real extensão do dano causado.
No tocante aos vícios construtivos, esclareceu o perito no item 5 do laudo (Id 88573389) que "os vícios são uma espécie do gênero anomalia. Mas para que certa anomalia seja categorizada como vício, há que se preencher ao menos um dos seguintes requisitos: (i) a anomalia deverá afetar o desempenho do produto, ou (ii) a anomalia deverá conduzir à inadequação do bem". Explicou ainda que "para a anomalia alcançar o status de vício, será necessário que o efeito de sua manifestação redunde, no mínimo, (a) em prejuízos materiais, ou (b) em transtornos ao consumidor (assim entendido como o destinatário final da construção)".
Concluiu, portanto, que os vícios construtivos examinados pela perícia foram aqueles que repousam na relação de consumo firmada entre as partes e que preenchem os requisitos de enquadramento relatados. Em contrapartida, os vícios classificados como causados por eventos externos serão aqueles estranhos à relação de consumo, pelos quais não deve responder a ré.
Em resposta aos pontos controvertidos, o expert apontou como vício construtivo de responsabilidade da ré:
- item 1) as rachaduras, fissuras e trincados identificados na parede e no teto da área que foi ampliada no apartamento pela requerida;
- item 4) vedação dos boxes dos banheiros; (não ofereceu durabilidade razoável)

- item 5) deterioração dos móveis planejados (não ofereceram durabilidade razoável)
- item 6) vícios no porcelanato (ocasionados pela reforma realizada no imóvel pela ré)
- item 7) pintura completa (por estar dentro do prazo de garantia quando do ajuizamento da ação)
- item 8) finalização dos móveis planejados
- item 9) Instalação de quatro armários listados no projeto, sendo PARTE SUPERIOR: 1 unidade sendo 65cm de comprimento, 79 de altura, 41 cm de profundidade. 1 unidade sendo 62 cm de comprimento, 79 de altura, 36 de profundidade. Parte INFERIOR: unidade, sendo 62 cm comprimento, 70cm de altura, 36 cm de profundidade. Unidade, sendo 65 cm de comprimento, 70cm de altura, 41 cm de profundidade. (as partes informaram ao perito que a autora impediu a ré de instalá-los enquanto não fossem finalizadas as outras pendências)

Em contrapartida, apontou que os seguintes vícios não são de responsabilidade da requerida:
- item 2) a instalação de soleiras/peitoris nas portas (não é objeto do contrato entabulado entre as partes)
- item 3) resíduos de tintas nas portas, que podem ser facilmente limpos;
- instalação do interfone (não é objeto do contrato entabulado entre as partes)

O contrato faz lei entre as partes e deve ser cumprido nos limites do pactuado, mesmo porque celebrado entre partes maiores, capazes e com entendimento do homem médio.

Nesse norte, entende-se provada a inexecução parcial do contrato e as falhas no serviço prestado pela requerida, pois a nítida deterioração dos móveis planejados, as rachaduras e fissuras na parte que foi construída pela ré, e o estado em que se encontra a pintura provam que o serviço não ofereceu a qualidade e durabilidade que legitimamente se espera. Pontua-se que o expert excluir a ocorrência de caso fortuito ou força maior que, se reconhecidos, mitigariam ou afastariam a responsabilidade da requerida.

É necessário valorar a observação do perito de que a demanda foi ajuizada apenas 07 meses depois do encerramento do prazo contratual para a prestação do serviço, não sendo possível endossar o argumento da ré de que a autora ou terceiros tenham dado causa aos danos.

Pelo princípio da congruência, da adstrição ou da correlação, a sentença deve se limitar a enfrentar as questões suscitadas e discutidas pelas partes durante o processo.

A autora postula pela condenação da requerida na multa contratual de 20% do valor atualizado do contrato, honorários advocatícios de 20% do valor atualizado do contrato, indenização por danos materiais no valor de R$ 14.000,00 e danos morais no valor de R$ 10.000,00. Não há pedido de condenação da requerida pela tutela específica da obrigação de fazer consistente em prestar o serviço faltante ou refazer os defeituosos.

O contrato foi firmado no valor de R$ 124.000,00, na data de 09/06/2020, estabelecendo-se o prazo até 06/02/2021, em instrumento aditivo de Id 62720346 , para finalização e entrega da obra, sendo o inadimplemento manifesto. A cláusula penal e arbitramento de honorários estão previstas no aditivo de Id 62720345, em termo assinado pelos contratantes.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, o fornecedor de produtos ou serviços possui responsabilidade objetiva prevista nos artigos 12 e 14, ou seja, deve responder por prejuízos causados ao consumidor independentemente da existência de culpa, e não havendo causa excludente de responsabilidade como caso fortuito ou força maior.

No tocante aos danos materiais, o pedido será julgado procedente, porém em valor inferior ao postulado. Para fixação do quantum, pontua-se que a petição inicial não foi instruída com notas fiscais, orçamentos ou qualquer outro documento que prove o valor desembolsado (ou que se faz necessário desembolsar) para finalizar a obra, fazendo-se necessário recorrer ao laudo pericial de Id 88573389 , p. 17, que atribuiu o valor de R$ 9.634,80 para a extensão dos danos.

Observo que a correção monetária deverá incidir desde a configuração do inadimplemento, que se deu em 07/02/2021, primeiro dia subsequente ao prazo final estipulado em contrato para a entrega da obra.

Além dos danos materiais, também são devidos pela requerida os valores estipulados em aditivo contratual a título de multa pelo atraso na entrega da obra, que compreendem o percentual de 20% do valor atualizado do contrato, e o mesmo valor a título de honorários advocatícios, conforme cláusula segunda, parágrafo primeiro, do termo de acordo extracontratual de Id 62720345.

No tocante aos danos morais, o pedido também é procedente. O atraso na entrega de imóvel ou de reforma gera responsabilidade civil para a construtora que deverá indenizar por todos os danos materiais comprovados, bem como por danos morais. É certo que a situação relatada nos autos ultrapassa o mero aborrecimento pois restou demonstrado que, além da demora na finalização da reforma, a requerida deixou de atender expectativas básicas e legítimas da autora, que recebeu móveis planejados de qualidade questionável, alguns inclusive sem portas e com perfil solto, paredes rachadas e pintura manchada e sem homogeneidade. Colaciono jurisprudência:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO C. C. INDENIZATÓRIA. ATRASO NA ENTREGA DA OBRA. DANO MORAL E VALOR INDENIZATÓRIO. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 7/STJ. 1. Consoante a jurisprudência do STJ, o simples inadimplemento contratual em razão do atraso na entrega do imóvel não é capaz, por si só, de gerar dano moral indenizável, sendo necessária a comprovação de circunstâncias específicas que possam configurar a lesão extrapatrimonial. 2. Por outro lado, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende cabível a indenização por danos morais, nos casos de atraso na entrega do imóvel, quando este ultrapassar o limite do mero dissabor. 3. Na hipótese dos autos, o Tribunal de Justiça reconheceu a existência de dano moral. Alterar esse entendimento demanda o reexame de provas, inviável em recurso especial. 4. O valor arbitrado a título de reparação civil observou os critérios de proporcionalidade e de razoabilidade, além de estar compatível com as circunstâncias narradas no acórdão e sua eventual redução demandaria, por consequência, a reanálise de provas, o que é vedado em recurso especial ante o óbice do Enunciado n.º 7/STJ. 5. Não apresentação de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada. 6. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO. (STJ - AgInt no REsp: 1939956 RJ 2021/0158581-7, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 09/05/2022, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/05/2022)

No tocante ao valor da indenização, quando se trata de dano moral, o conceito ressarcitório é dúplice, pois traz em si o caráter punitivo para que o causador do dano, com a condenação, se veja castigado pela ofensa que praticou e o caráter compensatório para a vítima, de modo a garantir que receba uma soma que lhe proporcione prazeres como contrapartida do mal sofrido.

Nesse sentido é a lição do Mestre Caio Mário da Silva Pereira, afirmando que no caso de dano simplesmente moral, o juiz arbitrará moderada e equitativamente a indenização observando que na reparação estariam conjugados dois motivos, ou concausas: I) punição ao infrator pelo fato de haver ofendido um bem jurídico da vítima, posto que imaterial; II) pôr nas mãos do ofendido uma soma que não é o pretium doloris, porém o meio de lhe oferecer a oportunidade de conseguir uma satisfação de qualquer espécie, seja de ordem intelectual ou moral, seja mesmo de cunho material o que pode ser obtido “no fato” de saber que esta soma em dinheiro pode amenizar a amargura da ofensa e de qualquer maneira o desejo de vingança.

Sabe-se ainda, que o arbitramento da indenização pelo dano moral deve atender às circunstâncias de cada caso. Nesse sentido o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, no Recurso Especial nº 1.415.537 - SP (2013/0357399-4), apontou como principais pontos a serem considerados como elementos objetivos e subjetivos de concreção para a fixação do quantum indenizatório "a) a gravidade do fato em si e suas consequências para a vítima (dimensão do dano); b) a intensidade do dolo ou o grau de culpa do agente (culpabilidade do agente); c) a eventual participação culposa do ofendido (culpa concorrente da vítima); d) a condição econômica do ofensor; e) as condições pessoais da vítima (posição política, social e econômica)" (grifei).

Ainda segundo os ensinamentos do ilustre Magistrado Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, também extraído do RE nº 1.415.537 - SP (2013/0357399-4):

"(...) O método mais adequado para um arbitramento razoável da indenização por dano extrapatrimonial é o bifásico, resultando da reunião dos dois últimos critérios analisados (valorização sucessiva tanto das circunstâncias como do interesse jurídico lesado)."

Na primeira fase, arbitra-se o valor básico ou inicial da indenização, considerando-se o interesse jurídico lesado, em conformidade com os precedentes jurisprudenciais acerca da matéria (grupo de casos). Assegura-se, com isso, uma exigência da justiça comutativa que é uma razoável igualdade de tratamento para casos semelhantes, assim como que situações distintas sejam tratadas desigualmente na medida em que se diferenciam.

Na segunda fase, procede-se à fixação definitiva da indenização, ajustando-se o seu montante às peculiaridades do caso com base nas suas circunstâncias. Partindo-se, assim, da indenização básica, eleva-se ou reduz-se esse valor de acordo com as circunstâncias particulares do caso (gravidade do fato em si, culpabilidade do agente, culpa concorrente da vítima, condição econômica das partes) até se alcançar o montante definitivo. Procede-se, assim, a um arbitramento efetivamente equitativo, que respeita as peculiaridades do caso. (…)"

Considerando o critério bifásico acima exposto, é possível identificar, que o nosso Tribunal de Justiça, tem fixado indenizações que variam, em sua grande maioria de R$ 3.000,00 (Ap. 7003125-85.2016.8.22.0007) a R$10.000,00 (Ap. 0001310-30.2015.8.22.0001).

Identificado o grupo de caso representativo da jurisprudência do Tribunal acerca do tema, passa-se à análise das circunstâncias particulares do caso concreto.

No que atine à conduta, tenho-a por certa, dado que a autora é consumidora que teve que suportar atraso de mais de seis meses para reforma de baixa complexidade, e ainda recebeu com todas as pendências e falhas apontadas no laudo pericial.

Quanto ao grau da culpa da requerida, tenho-a como grave, dado que descumpriu o contrato, os seus deveres anexos e violou a boa-fé objetiva que deve reger os contratos em todas as suas fases.

Relativamente a eventual concorrência de culpa, a requerente não praticou qualquer conduta que pudesse contribuir para a eclosão do resultado. Não consta dos autos notícia de inadimplemento pela autora.

Por fim, relativamente a condição social da ofendida, tenho-na por hipossuficiente em comparação a ré, que é pessoa jurídica especializada na prestação do serviço para a qual foi contratada.

Assim, feitas tais ponderações e para que haja proporcionalidade entre a ofensa e o valor do ressarcimento, sem que haja enriquecimento ilícito do requerente, considerando o risco de morte a que foi exposto o autor, arbitro o valor da indenização por danos morais em R$ 3.000,00 (três mil reais).

Por fim, entendo por oportuno salientar que o entendimento do STJ, inclusive sumulado (Súmula 326, STJ) e seguido por este Tribunal, é no sentido de que "na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca".

DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do CPC, julgo PROCEDENTES os pedidos formulados pela autora para:

a) CONDENAR a requerida no pagamento de R$ 9.634,80 (nove mil, seiscentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos), a título de danos materiais, acrescido de correção monetária desde o inadimplemento e juros de mora a partir da citação;

b) CONDENAR a requerida ao pagamento de 20% do valor atualizado do contrato a título de multa pelo atraso na entrega da obra, conforme cláusula segunda, parágrafo primeiro, do termo de acordo extracontratual de Id 62720345;

c) CONDENAR a requerida ao pagamento de 20% do valor atualizado do contrato a título de honorários advocatícios, conforme cláusula segunda, parágrafo primeiro, do termo de acordo extracontratual de Id 62720345;

d) CONDENAR a requerida no pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por danos morais, montante cujo valor já teve considerado os juros e a correção monetária devidos (Súmulas 54 e 362 do STJ).

Em razão da sucumbência, condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa (art. 85, §2º do CPC), ressalvada a condição suspensiva do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Caso haja pagamento voluntário do valor da condenação, desde logo fica determinada a expedição de alvará ou ofício para transferência em favor da parte credora, independentemente de nova conclusão.

Havendo a proposição de cumprimento de sentença pela parte autora, sem necessidade de nova conclusão, modifique-se a classe processual para cumprimento de sentença e proceda-se na forma dos artigos do art. 513 e 523 do CPC.

Transitada em julgado, altere-se a classe para cumprimento de sentença e intime-se a PARTE REQUERIDA para efetuar o pagamento das custas finais, no prazo de 15 dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa.

Observadas as formalidades legais, transitada em julgado, arquivem-se.

Porto Velho- RO, 16 de julho de 2023

Valdirene Alves da Fonseca Clementele

Juíza de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Porto Velho - 9ª Vara Cível

, 777, pvh9civgab@tjro.jus.br, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307

e-mail: 9civelcpe@tjro.jus.br

Processo : 7001194-89.2021.8.22.0001

Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
AUTOR: NELSO MARTINS
Advogado do(a) AUTOR: ANA LIDIA DA SILVA - RO4153
REU: ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e outros
Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Advogado do(a) REU: MARCIO MELO NOGUEIRA - RO2827
Intimação - ART. 523 CPC
Fica a parte REQUERIDA , na pessoa do seu advogado, INTIMADO(A) nos termos do art. 523 do Código de Processo Civil, para que pague espontaneamente o valor de R$ 665,78 (seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e oito centavos), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% ao montante da condenação e, também, de honorários de fase de cumprimento de sentença de 10%. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 CPC para pagamento espontâneo, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível Processo n. 7069769-52.2021.8.22.0001
EXEQUENTE: H O COMERCIO DE VEICULOS E SERVICOS LTDA - ME
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RAFAEL BALIEIRO SANTOS, OAB nº RO6864, MAIRA BENARROSH MACEDO, OAB nº RO9402
EXECUTADO: LEUDO CARVALHO DOS SANTOS
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 3.546,43
DESPACHO
Suspendo o feito pelo prazo requerido a contar do pedido.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juiz(a)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, 777, pvh9civgab@tjro.jus.br, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 9civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7067214-28.2022.8.22.0001
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: BANCO DO BRASIL
Advogados do(a) AUTOR: BERNARDO BUOSI - RO12470, MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES - RN5553, NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES - RO4875-A
REU: RICARDO JOSE DE OLIVEIRA
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, 777, pvh9civgab@tjro.jus.br, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 9civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7022891-98.2023.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: POMMER & BARBOSA LTDA - EPP
Advogados do(a) EXEQUENTE: SAMUEL DOS SANTOS JUNIOR - RO1238-A, WELLINGTON CARLOS GOTTARDO - RO0004093A
EXECUTADO: MARIA MARGARIDA LOPES DA CRUZ
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.

2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, 777, pvh9civgab@tjro.jus.br, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 9civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7070078-73.2021.8.22.0001
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda
Advogados do(a) AUTOR: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - RO4943-A, MARIA LUCILIA GOMES - SP84206
REU: GIGSON ALMEIDA DA SILVA
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, 777, pvh9civgab@tjro.jus.br, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 9civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7032703-67.2023.8.22.0001
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
Advogado do(a) AUTOR: ROGERIO ADRIANO SANTIN - RO8430
REU: JACQUELINE DE AZEVEDO ROCHA
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, 777, pvh9civgab@tjro.jus.br, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 9civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7032451-64.2023.8.22.0001
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD

Advogado do(a) AUTOR: ROGERIO ADRIANO SANTIN - RO8430
REU: JOSE DE RIBAMAR NINA LAMAR
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, 777, pvh9civgab@tjro.jus.br, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 9civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7067801-50.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: JOAO FERREIRA DA SILVA e outros (4)
Advogados do(a) AUTOR: ELISANGELA GONCALVES BATISTA - RO9266, POLIANA SOUZA DOS SANTOS - RO10454, ROBSON JOSE MELO DE OLIVEIRA - RO4374
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A e outros
Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
INTIMAÇÃO REQUERIDO - CONTRARRAZÕES
Fica a parte REQUERIDA intimada, na pessoa do seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as Contrarrazões Recursais.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, 777, pvh9civgab@tjro.jus.br, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 9civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7031767-42.2023.8.22.0001
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
Advogado do(a) AUTOR: ROGERIO ADRIANO SANTIN - RO8430
REU: JOSE SANTOS HERCULANO
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, 777, pvh9civgab@tjro.jus.br, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 9civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7028936-21.2023.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: NEOVIA NUTRICAO E SAUDE ANIMAL LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: HELVIO SANTOS SANTANA - SE8318
EXECUTADO: JOSE MARTIM NOGUEIRA MAIA
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO

Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, 777, pvh9civgab@tjro.jus.br, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 9civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7028921-52.2023.8.22.0001
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Advogados do(a) AUTOR: GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI - RO6638, RODRIGO FRASSETTO GOES - SC0033416A
REU: RICARDO MARIANO VIEIRA
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, 777, pvh9civgab@tjro.jus.br, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 9civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7062960-12.2022.8.22.0001
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: DONATO DOS REIS
Advogado do(a) AUTOR: JOSE RAIMUNDO DE JESUS - RO3975
REU: RAFAEL ROCHA DE SANTANA
Advogado do(a) REU: VALDISMAR MARIM AMANCIO - RO0005866A
INTIMAÇÃO Fica a parte Autora intimada para efetuar o pagamento da 1ª parcela das custas iniciais (ID 93366267).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível 7031866-12.2023.8.22.0001
AUTOR: Banco Bradesco Financiamentos S.A ADVOGADOS DO AUTOR: RODRIGO FRASSETTO GOES, OAB nº AP3096, GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI, OAB nº AC4254, BRADESCO
REU: KARLLA TEODORO DA ROCHA REU SEM ADVOGADO(S)
Alienação Fiduciária
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
SENTENÇA
Versam os presentes sobre Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária ajuizada por AUTOR: Banco Bradesco Financiamentos S.A em face de REU: KARLLA TEODORO DA ROCHA
O autor requereu a desistência da ação e a extinção do feito (id 91865321).
É o relatório.
Dispõe o artigo 200 do CPC: “Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais.”
No entanto, o parágrafo único do mesmo artigo prevê que a desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial.

Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA da pretensão para os fins do art. 200, parágrafo único do Código de Processo Civil e, consequentemente, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito, com supedâneo no art. 485, VIII, do mesmo diploma legal.
Sem custas finais (art. 8º, III da lei 3.896/16).
Como se trata de pedido de desistência verifico a ocorrência da preclusão lógica, razão pela qual antecipo o trânsito em julgado para esta data.
P.R.I.
Após, não havendo pendências, arquivem.
Porto Velho, 16 de julho de 2023
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível 7040653-30.2023.8.22.0001
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO GMAC S/A
ADVOGADOS DO AUTOR: ELIETE SANTANA MATOS, OAB nº AM1052, HIRAN LEAO DUARTE, OAB nº CE10422
REU: JUSSARA REGINA BORBA GIUNCO
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Versam os presentes sobre Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária ajuizada por AUTOR: BANCO GMAC S/A em face de REU: JUSSARA REGINA BORBA GIUNCO
Antes de ser realizada a citação, o autor requereu a desistência da ação e a extinção do feito, sob o argumento de que o requerido realizou acordo com o banco para o pagamento parcial da dívida.
É o relatório.
Dispõe o artigo 200 do CPC: “Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais.”
No entanto, o parágrafo único do mesmo artigo prevê que a desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial.
Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA da pretensão para os fins do art. 200, parágrafo único do Código de Processo Civil e, consequentemente, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito, com supedâneo no art. 485, VIII, do mesmo diploma legal.
Sem custas finais (art. 8º, III da lei 3.896/16).
Como se trata de pedido de desistência verifico a ocorrência da preclusão lógica, razão pela qual antecipo o trânsito em julgado para esta data.
P.R.I.
Após, não havendo pendências, arquivem.
Porto Velho, 16 de julho de 2023
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juiz(a)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, 777, pvh9civgab@tjro.jus.br, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 9civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7037676-07.2019.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: AUTOVEMA VEICULOS LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: FABIO CAMARGO LOPES - RO8807, PEDRO HENRIQUE VIEIRA FEITOSA - RO9622, RODRIGO BARBOSA MARQUES DO ROSARIO - RO2969
EXECUTADO: ALEXANDRE FARIA VILELA DE CARVALHO
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br 7028517-35.2022.8.22.0001
Acidente de Trânsito
Procedimento Comum Cível
AUTOR: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A ADVOGADOS DO AUTOR: MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, ENERGISA RONDÔNIA
REU: FABIANO SOARES DOS SANTOS REU SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Defiro o pedido da parte autora/credora.
Em consulta ao sistemas conveniado localizei novo(s) endereço(s). Comprovante em anexo.
1- Defiro a tentativa de citação da parte requerida no endereço localizado, desde que a parte credora comprove o recolhimento da diligência negativa anterior, conforme art. 17 da Lei de Custas do TJ/RO.
2- Apresentado o comprovante, expeça-se carta para citação.
3- Caso as diligências sejam negativas, intime-se a parte autora/credora, via DJ, para indicar novo endereço, já que esgotadas as pesquisas realizadas pelo Juízo.
4- No caso do item 3, não sendo indicado novo endereço, cite-se por Edital, nos termos do art. 246, inciso IV do CPC, pelo prazo de 20 dias, considerando que foram exauridos os meios para citação pessoal.
Expeça-se o necessário (art. 256 e seguintes do CPC).
5- Decorrido o prazo, certifique-se e envie os autos à Defensoria Pública para exercer o encargo de curatela especial (art. 72, c/c art. 257, §4º, ambos do CPC).
6- Havendo manifestação, vistas à parte autora pelo prazo de 05 dias.
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br 7030898-21.2019.8.22.0001
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: ALESSANDRO MENDES DE ALMEIDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: AMANDA TAYNARA LAURENTINO LOPES, OAB nº RO9378
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Versam os autos sobre Cumprimento de sentença que ALESSANDRO MENDES DE ALMEIDA move em face de INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
Após regular trâmite processual, a parte credora informou nos autos a quitação do crédito e pugnou pela extinção e arquivamento do feito (ID: 70753570).
Diante do exposto, face a quitação do crédito, JULGO EXTINTO O FEITO com fundamento no art. 924, inciso II do Código de Processo Civil.
Custas finais indevidas (art. 5º, I da Lei 3.896/2016).
Considerando a preclusão lógica decorrente da quitação, antecipo o trânsito em julgado para esta data.
P.R.I. Cumpra-se.
Não havendo pendências, arquivem-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível 7039136-87.2023.8.22.0001
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: ITAU UNIBANCO S.A.
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI, OAB nº PE21678, PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
EXECUTADOS: JOSE ESTENIO NOGUEIRA CHAGAS JUNIOR, AMAZON COCO INDUSTRIA ALIMENTICIA LTDA - ME
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Versam os autos sobre execução de título extrajudicial que ITAU UNIBANCO S.A. move em face de JOSE ESTENIO NOGUEIRA CHAGAS JUNIOR, AMAZON COCO INDUSTRIA ALIMENTICIA LTDA - ME .
Antes da citação da executada, a parte credora informou ter realizado acordo extrajudicial, tendo apresentado o termo da composição (id 92753736).
Diante do exposto, por vislumbrar os pressupostos legais, HOMOLOGO O ACORDO firmado entre as partes para que produza seus efeitos jurídicos e legais e, via de consequência, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, na forma do art. 487, III, “b” do CPC.
1- Sem custas finais (Art. 8º, III da Lei n° 3.896/2016).
2- Após, não havendo pendências, arquive-se.

Antecipo o trânsito em julgado para esta data, considerando a preclusão lógica decorrente do acordo.
P.R.I. Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 17 de julho de 2023 .
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juiz(a)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br
Processo n. 7079137-51.2022.8.22.0001
Monitória
AUTOR: DALLARMI & OLIVEIRA PRODUTOS AGRICOLAS LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: JOSE CRISTIANO PINHEIRO, OAB nº RO1529
REU: SIMONE NOGUEIRA RODRIGUES
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 2.423,83
Data da distribuição: 03/11/2022
DESPACHO
Defiro. Taxa recolhida.
O endereço localizado junto ao SIEL é o mesmo indicado na inicial. Comprovante em anexo.
Fica a parte autora intimada a indicar novo endereço visando a citação ou se valer de pesquisa por meio dos demais sistemas conveniados (por se registrar dos autos apenas a pesquisa junto ao SIEL), devendo comprovar o pagamento das respectivas taxas, sob pena de extinção.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br Número do processo: 0025341-22.2012.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: MARIA VANDIRA DA SILVA GOMES
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: PAULA JAQUELINE DE ASSIS MIRANDA, OAB nº RO4245A, NILVA SALVI, OAB nº RO4340
Polo Passivo: A. P. B. INFORMATICA LTDA DIGITAL TRAINING
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Sisbajud restou com valor ínfimo, e já desbloqueados na presente data, conforme comprovante anexo.
Diante do exposto, e considerando o recolhimento de mais duas taxas de diligência, fica a parte exequente intimada, via advogado, para requerer o que entender de direito.
Prazo: 5 dias
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível Processo n. 0012431-89.2014.8.22.0001
EXEQUENTE: IRESOLVE COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU, OAB nº RJ200158
EXECUTADOS: A. TEIXEIRA DE OLIVEIRA, ALEIXO TEIXEIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 43.952,37
Despacho
Indefiro a negativação do nome da executada via sistema SERASAJUD. O aludido sistema é utilizado por esta unidade jurisdicional para dar mais celeridade às decisões de antecipação de tutela que suspendem anotação de inscrição negativa. Por outro lado, a providência de incluir nome da parte executada no cadastro dos órgãos de proteção ao crédito pode ser facilmente realizada pela parte, independentemente de intervenção estatal. Além disso, o princípio da Cooperação preceitua que as partes do processo devem cooperar entre si para a rápida solução do litígio e não acumular o Judiciário de atribuições que competem à parte credora.
Intime-se a parte autora a dar andamento ao feito.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juiz(a)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível Processo n. 7033759-48.2017.8.22.0001
EXEQUENTE: AUTOVEMA VEICULOS LTDA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FABIO CAMARGO LOPES, OAB nº MG8807, PEDRO HENRIQUE VIEIRA FEITOSA, OAB nº RO9622, RODRIGO BARBOSA MARQUES DO ROSARIO, OAB nº RO2969
EXECUTADO: AGNALDO OLIVEIRA FEITOSA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 3.964,75
DESPACHO SERVINDO COMO TERMO DE PENHORA.
Considerando que não foram encontrados outros bens suficientes para garantir a execução, defiro o pedido de penhora de parte dos rendimentos auferidos pelo executado, a título de alugueres.
Expeça-se mandado de intimação da locatária do imóvel situado noendereçoRua Brasília, nº 1506, Bairro Santa Barbara, CEP nº 76.804-206, Porto Velho/RO(Restaurante "Remanso do Tucunaré") , no caso a empresa NAIARA FERNANDA ROMANO FELIPINI HENRIQUE, na pessoa de sua representante legal, sobre a penhora ora deferida e para que realize o pagamento da cota parte referente ao Executado AGNALDO OLIVEIRA FEITOSA, no percentual de 28,75% sobre o valor total do aluguel, ou seja, a importância de R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), através de depósito judicial nestes autos, sob pena de responsabilização, até a satisfação integral d ocréditodevido, no importe de R$ 8.437,42, atualizado até 25/05/2023.
No mesmo mandado, intime-se o devedor sobre a penhora ora deferida.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juiz(a)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, 777, pvh9civgab@tjro.jus.br, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 9civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7030535-92.2023.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: 3ª CÂMARA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA 5ª REGIÃO DO TJAMME/RO
Advogado do(a) REQUERENTE: RAIMUNDO SOARES DE LIMA NETO - RO6232
EXECUTADO: JOSE OLIMPIO registrado(a) civilmente como JOSE OLIMPIO DE MIRANDA
INTIMAÇÃO Fica a parte AUTORA intimada para efetuar o pagamento da 1ª parcela das custas iniciais (ID 93367492).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, 777, pvh9civgab@tjro.jus.br, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 9civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 0003832-98.2013.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: Joás Leonardelli
Advogados do(a) EXEQUENTE: LIGIA CRISTINA TROMBINI PAVONI - RO1419, SANDRA PEDRETI BRANDAO - RO459, TAISE GUILHERME MOURA - RO5106
EXECUTADO: VITOR DIEGO RODRIGUES DE ANDRADE e outros
Advogado do(a) EXECUTADO: CRISTIAN DE SOUZA ARAUJO - RO6563
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, 777, pvh9civgab@tjro.jus.br, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 9civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7011506-56.2023.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: RONDONIA PARAFUSOS E FERRAGENS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: RAIMUNDO GONCALVES DE ARAUJO - RO3300
EXECUTADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS MDM LTDA
Advogado do(a) EXECUTADO: WELSER RONY ALENCAR ALMEIDA - RO1506
INTIMAÇÃO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, 777, pvh9civgab@tjro.jus.br, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 9civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7016968-96.2020.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: BRISOL FERREIRA NASCIMENTO
Advogado do(a) AUTOR: LUZINETE XAVIER DE SOUZA - RO0003525A
REU: SICOOB SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA SA
Advogados do(a) REU: DANIELLE DE AZEVEDO CARDOSO - BA56347, THACIO FORTUNATO MOREIRA - BA31971
INTIMAÇÃO AO RÉU - CUSTAS
Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais (Finais). O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Advertência:
1) Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

Porto Velho - 9ª Vara Cível
AUTOS: 7043691-50.2023.8.22.0001
EXEQUENTE: IZABEL MELLO PESSOA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ANTONIO RUAN LUIZ DE ARAUJO SILVA FERREIRA, OAB nº RO8252, JOSE CARLOS LINO COSTA, OAB nº RO1163
EXECUTADOS: A C B MOREIRA - ME, MEGA UTILIDADES, ANA CLEUDES BARROS MOREIRA
Despacho
1- Cite-se a parte executada para que, no prazo de 03 dias, efetue o pagamento da dívida, contados a partir da citação (art. 829 e 231 §3º do CPC), ou, no prazo de 15 dias úteis, oponha embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no artigo 827, §1º §º2º do CPC.
No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 CPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para decisão.
Fixo honorários advocatícios de 10%, a serem pagos pelo executado (Art. 827, CPC). No caso de integral pagamento no prazo de 3 dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade (§1º). O valor dos honorários poderá ser elevado até 20%, quando rejeitados os embargos à execução, podendo a majoração, caso não opostos os embargos, ocorrer ao final do procedimento executivo, levando-se em conta o trabalho realizado pelo advogado do exequente (§2º).
Não efetuado o pagamento no prazo de 03 dias úteis, munido da segunda via do mandado, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 252 do CPC.
Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art. 830, CPC). Nos 10 dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado duas vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (§1º). Incumbe ao exequente requerer a citação por edital, uma vez frustradas a pessoal e a com hora certa (§2º). Aperfeiçoada a citação e transcorrido o prazo de pagamento, o arresto converter-se-á em penhora, independentemente de termo (§3º).
2- Sendo positiva a citação e havendo a penhora de bens, a parte executada poderá requerer a substituição da penhora no prazo de 10 dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e ss do CPC.
3- Formulado o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado a se manifestar no prazo de 05 dias úteis.
4- Caso aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
5- Havendo a citação e não sendo localizados bens pelo oficial de justiça, intime-se a parte exequente para apresentar o cálculo atualizado do crédito, indicar bens à penhora ou requerer a pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nesta ordem, mediante o pagamento das taxas, conforme art. 17 da Lei de Custas do TJ/RO.
6- Em caso de inércia do advogado da parte exequente, intime-a pessoalmente, por carta AR, para dar impulso ao feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III e §1º do CPC.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO. A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na AV. Jorge Teixeira, 1722-Embratel, Porto Velho-RO, 76820-846, nesta.
EXECUTADOS: A C B MOREIRA - ME, MEGA UTILIDADES, ANA CLEUDES BARROS MOREIRA
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juiz(a)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, 777, pvh9civgab@tjro.jus.br, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3217-1307
e-mail: 9civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7013251-08.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: MARLUCY LENE DE AZEVEDO
Advogado do(a) AUTOR: MAXIMILIANO KOLBE NOWSHADI SANTOS - DF25548
REU: FUNDACAO ELETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL ELETROS e outros (3)
Advogado do(a) REU: ERIKA CASSINELLI PALMA - SP189994
Advogado do(a) REU: CARLA BARRETO - RJ047588
Intimação AO AUTOR - CUSTAS
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais (Iniciais - 2%). O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br Número do processo: 7050154-76.2021.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: SAMIR RASLAN CARAGEORGE, OAB nº RO9301, JUCIMARA DE SOUZA CAMPOS, OAB nº RO1064, CAMILA GONCALVES MONTEIRO, OAB nº RO8348, CAMILA BEZERRA BATISTA, OAB nº RO7212, IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO, OAB nº RO796
Polo Passivo: LORENA FARIAS FALCAO
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Pugna a exequente pela constrição forçada em ativos financeiros do executado por meio do sistema SISBAJUD.
O bloqueio de dinheiro por meio do sistema SISBAJUD foi positivo, conforme comprovante anexo.
Determino, neste ato, a liberação de eventuais valores bloqueados em excesso de forma automática pelo sistema (a ordem será cumprida em 48 horas).
Desde logo, determino a transferência dos valores bloqueados para conta judicial, na qual terão os rendimentos estabelecidos pelas normas pertinentes. Isso porque, não se vislumbra qualquer prejuízo às partes com a imediata transferência dos valores bloqueados para conta judicial, em especial, porque caso eventual impugnação pelo devedor seja acolhida, os valores lhe serão restituídas devidamente corrigidos, ao contrário do que ocorreria caso simplesmente permanecessem bloqueados.
O tempo em que é necessário aguardar até deliberação quanto a eventual acolhida de impugnação, caso seja apresentada, sem que o valor tenha qualquer rendimento ou atualização entre a data do bloqueio e a transferência pode ser de meses, pois demanda, além de decisão judicial, expedição de intimação ao devedor pela CPE, juntada do respectivo comprovante para o início da contagem do prazo e, posteriormente, o retorno dos autos ao Gabinete onde aguardará por decisão, por ordem cronológica, na forma do art. 12 do Código de Processo Civil.
Assim, por mais que esta Magistrada tente agilizar o andamento do processo, os valores permanecerão sem atualização por período significativo.
Desta forma, por não vislumbrar prejuízo às partes, em especial ao devedor, desde logo os valores serão transferidos para conta judicial. Caso eventual impugnação seja acolhida, os mesmos serão liberados em favor do devedor.
1- Assim, nos termos do art. 854, §§ 2º 3º do Código de Processo Civil, fica intimada a parte devedora, via carta com AR, para, se for o caso, apresentar impugnação no prazo de 5 dias.
2- Apresentada impugnação, intime-se a parte credora para, querendo, se manifestar.
3- Caso não haja impugnação, desde logo, determino expedição de alvará para liberação dos valores em favor da parte exequente, cujo levantamento deve ser comprovado em 5 dias ou ofício para transferência caso haja a indicação de conta bancária pela parte.
4 - Cumpridos os itens anteriores, intime-se a parte credora, via advogado, para que diga se há saldo remanescente e, em caso positivo, promova o regular andamento ao feito. Em caso de inércia a quitação será presumida e o feito extinto (art. 526, §3º do CPC).
Porto Velho, 17 de julho de 2023.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, 777, pvh9civgab@tjro.jus.br, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
e-mail: 9civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7038912-52.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: DAYANNE LOPES DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: ALEXANDRE LEANDRO DA SILVA - RO4260, KAMILA ARAUJO PRADO - RO7371
REU: GOL LINHAS AEREAS S.A.

INTIMAÇÃO AUTOR/RÉU - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência nos Termos do Provimento 018/2020-CG, ficam os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça. Ficam ainda os patronos intimados da Certidão ID 93378020 que contém todas as informações e advertências necessárias para a realização da solenidade, ficando a seu encargo informar à parte todo o necessário:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 08/08/2023 09:00

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, 777, pvh9civgab@tjro.jus.br, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235
e-mail: 9civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7036055-33.2023.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ARTUR GUEDES DE OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: RICARDO TURESSO - RO0000154A-A
REU: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S/A
INTIMAÇÃO AUTOR/RÉU - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência nos Termos do Provimento 018/2020-CG, ficam os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça. Ficam ainda os patronos intimados da Certidão ID 93376800 que contém todas as informações e advertências necessárias para a realização da solenidade, ficando a seu encargo informar à parte todo o necessário:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 08/08/2023 08:30

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível Processo n. 7007308-10.2022.8.22.0001
EXEQUENTE: REAL DIAGNOSTICA COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS LTDA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JOAO PAULO ROBERTO DE ALMEIDA, OAB nº RO11414, ERIVALDO MONTE DA SILVA, OAB nº RO1247, CARLENE TEODORO DA ROCHA, OAB nº RO6922, JAMYSON DE JESUS NASCIMENTO, OAB nº RO1646
EXECUTADOS: VIANA CLIN - SOCIEDADE SIMPLES - ME, ALEKSANDRA PESSOA DA SILVA, CLINICA POPULAR 06 DE AGOSTO LTDA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 189.100,84
DESPACHO
Observa-se que a ação foi ajuizada inicialmente apenas contra VIANA CLIN LTDA, conforme se vê da inicial, constando a Sra. Roberta Pessoa da Costa somente na condição de sócia proprietária, indicando três endereços na cidade de Rio Branco/AC para cumprimento da diligência de citação, pelo que houve expedição de carta precatória.
A devedora não foi localizada, conforme se vê da certidão de ID: 80027281 p. 28.
Em sede de emenda a inicial, o autor requereu a inclusão de CLÍNICA POPULAR 06 DE AGOSTO LTDA e da sócia ALEKSANDRA PESSOA DA SILVA.
Pelo Instrumento de Distrato Social ao ID: 82416434, verifica-se que a empresa VIANA CLIN LTDA foi dissolvida, encerrando suas operações e atividades.
A emenda foi recebida ao ID: 85195120 e expedidas cartas precatórias para citação dos devedores.
A parte autora apresentou manifestação mencionando que a devedora Aleksandra pleiteou a gratuidade da Justiça e indicou bens à penhora, dos quais discordou, bem como manifestou-se o encerramento das atividades da empresa Viana Clin Ltda e requereu penhora de salário da executada Aleksandra, suspensão de seu CPF e de cartões de crédito, oficio ao Serasa e SPC, bem como consulta aos sistemas Bacenjud, Infojud, Renajud e Sniper.
Ao ID: 91610973 p. 18, o autor requereu a inclusão no polo passivo de ROBERTA PESSOA DA COSTA ABREU.
Ao ID: 91610973 p. 21 foi certificada a não localização da devedora CLÍNICA POPULAR 06 DE AGOSTO LTDA.
É a síntese necessária.
Inicialmente, esclareço que não localizei petição da devedora ALEKSANDRA nestes autos, razão pela qual não é possível analisar eventuais pedidos de gratuidade ou de indicação de bens à penhora. Possivelemente, tais pedidos tenham sido apresentados perante o juízo deprecado, a quem compete análise de pedido de penhora de bens sujeitos a sua jurisdição.
Além disso, não logrei êxito em encontrar nos autos informação sobre a citação de VIANA CLIN LTDA e de ALEKSANDRA PESSOA DA SILVA, tendo em vista não constar a devolução da carta precatória.
No entanto, registra-se dos autos a informação do encerramento das atividades de VIANA CLIN LTDA. Assim, possível a inclusão no polo passivo da outra sócia, Sra. ROBERTA, conforme pleiteado.
Os demais pedidos formulados pelo autor, relativo a penhora de bens, suspensão de CPF, cartões e demais diligências serão analisados quando for apresentada comprovação da citação dos devedores.
Anoto que por ora serão deferidas diligências visando a regularização do passivo e respectivas citações. Outras medidas podem causar tumulto processual, em especial, pela inclusão posterior de outras pessoas, o que não foi realizado com a inicial, delongando a triangularização da relação processual.
Pelo exposto, determino as seguintes providências:
1. Inclua-se a sócia ROBERTA PESSOA DA COSTA ABREU, no polo passivo, citando-a no endereço descrito ao ID: 91610973 p. 18, inicialmente por carta a ser enviada pelos Correios.
2. Fica a parte autora intimada a informar o endereço correto da devedora CLÍNICA POPULAR 06 DE AGOSTO LTDA.
3. Com a informação, expeça-se o necessário para citação, o que deve ocorrer inicialmente por carta.

Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juiz(a)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br

Porto Velho - 9ª Vara Cível
AUTOS: 7044279-57.2023.8.22.0001
AUTOR: ASSOCIACAO DOS PRACAS E FAMILIARES DA POLICIA E BOMBEIRO MILITAR DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS, OAB nº RO3208
REU: GILSON VALERIO DE SOUZA
Despacho
1- Considerando a possibilidade de acordo nas ações que tramitam pelo rito da monitória, com fundamento no art. 139, V do CPC, determino agendamento de audiência de conciliação no CEJUSC. Agende-se de acordo com a pauta automática.
Ficam as partes advertidas de que o não comparecimento pessoal à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). O comparecimento do advogado com poderes para transigir supre a exigência de comparecimento pessoal.
2- Intime-se a parte autora, via sistema, para comparecer à solenidade.
3- Expeça o necessário para a citação/intimação da parte requerida a fim de que compareça à solenidade.
4- Restando infrutífera a tentativa de citação, intime-se a parte autora, via advogado, para indicar novo endereço em 5 dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual.
5- Caso a conciliação seja infrutífera, no dia útil posterior ao da audiência dar-se-á início ao prazo de 15 dias para a requerida pagar o débito ou apresentar Embargos Monitórios.
Se o pagamento for feito no prazo citado, a parte requerida ficará isenta de custas e pagará, apenas, honorários advocatícios de 5% sobre o valor da dívida (art. 701, do CPC).
Para o caso de não pagamento no prazo, fixo honorários em 10% sobre o valor da dívida.
A defesa suspenderá a eficácia do mandado inicial e, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, "constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial" (art. 701 § 2 CPC).
6- Apresentado Embargos Monitórios no prazo legal, intime-se a parte autora para responder em 15 dias, (art. 702 §5º do CPC), sendo vedada reconvenção sucessiva, nos termos do §6º do mesmo artigo.
7- Com ou sem embargos, venham os autos conclusos para sentença (art. 702 §8º e seguintes do CPC).
Depreque-se caso necessário.
SERVE COMO CARTA/MANDADO. A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, AV. Jorge Teixeira, 1722-Embratel, Porto Velho-RO, 76820-846, nesta.
REU: GILSON VALERIO DE SOUZA
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juiz(a)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br Número do processo: 7037090-28.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: ODILA HAIDUK DOMICIANO
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: FABIANO MATOS
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO/OFÍCIO
A parte autora interpôs agravo de instrumento para que seja deferida a tutela de urgência.
O relator esclareceu que houve a juntada de novos documentos em anexo ao recurso. Desse modo, a fim de evitar a supressão de instância, notificou o Juízo para que se manifeste sobre os novos documentos e preste as informações que entender necessárias.
Compulsando o recurso, verifica-se que a parte autora juntou novos documentos (conversa de whats app e áudios).
Os novos documentos juntados não são suficientes para mudar o convecimento deste Juízo, uma vez que a probabilidade do direito do autor não está evidente. Isso porque, a conversa e os áudios através do aplicativo whats app não identificam o requerido.
Portanto, é necessária a dilação probatória no presente feito, razão pela qual mantenho a decisão agravada pelos mesmos fundamentos.
1- Excelentíssimo Senhor Desembargador Relator, em resposta ao Ofício/Decisão, dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que não há informações a acrescentar no presente caso, pois todas as razões que embasaram o convencimento deste Juízo já constaram na decisão agravada. Sendo o que cumpria informar, respeitosamente.
2- Encaminhe-se as informações do Agravo por Malote Digital ou e-mail, certificando nos autos.
3- Como não há informação sobre concessão de efeito suspensivo ao Agravo, aguarda-se a audiência de conciliação no Cejusc.
SERVE COMO OFÍCIO.
AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0807262-76.2023.8.22.0000
Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador,
Relator Paulo Kiyochi Mori

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juiz(a)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br 7054487-13.2017.8.22.0001
Cumprimento de sentença
REQUERENTES: VALORIZE ADMINISTRADORA DE CONDOMINIOS LTDA - ME, Direcional Ambar Empreendimentos Imobiliários Ltda
ADVOGADO DOS REQUERENTES: PEDRO ALEXANDRE ASSIS MOREIRA, OAB nº RO3675
REQUERIDO: HAMILTON AUGUSTO LACERDA SANTOS
ADVOGADOS DO REQUERIDO: MARCOS MENEZES CAMPOLINA DINIZ, OAB nº MG115451, MIRELE REBOUCAS DE QUEIROZ JUCA, OAB nº RO3193, ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA, OAB nº RO1246, JOAO PAULO DA SILVA SANTOS, OAB nº DF60471
SENTENÇA
Versam os autos sobre Cumprimento de sentença que VALORIZE ADMINISTRADORA DE CONDOMINIOS LTDA - ME, DIRECIONAL AMBAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA move em face de HAMILTON AUGUSTO LACERDA SANTOS.
Após regular trâmite processual, a parte devedora informou a quitação da última parcela do termo de acordo pactuado e pugnou pela extinção e arquivamento do feito (id 92575972 e 92575978) .
A parte credora fora intimada a se manifestar, sob pena de extinção pelo pagamento (ids 91688045 e 92538502), tendo permanecido silente.
Diante do exposto, face a quitação do crédito, JULGO EXTINTO O FEITO com fundamento no art. 924, inciso II do Código de Processo Civil.
Custas finais quitadas (id 66047658).
Considerando a preclusão lógica decorrente da quitação, antecipo o trânsito em julgado para esta data.
P.R.I. Cumpra-se.
Não havendo pendências, arquivem-se.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível 7024390-20.2023.8.22.0001
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A ADVOGADOS DO AUTOR: RODRIGO FRASSETTO GOES, OAB nº AP3096, GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI, OAB nº AC4254, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
REU: WALDIR PERES ALVES DE OLIVEIRA REU SEM ADVOGADO(S)
Alienação Fiduciária
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
SENTENÇA
Versam os presentes sobre Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária ajuizada por AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A em face de REU: WALDIR PERES ALVES DE OLIVEIRA
O autor requereu a desistência da ação e a extinção do feito (id 90572681).
É o relatório.
Dispõe o artigo 200 do CPC: “Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais.”
No entanto, o parágrafo único do mesmo artigo prevê que a desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial.
Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA da pretensão para os fins do art. 200, parágrafo único do Código de Processo Civil e, consequentemente, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito, com supedâneo no art. 485, VIII, do mesmo diploma legal.
Sem custas finais (art. 8º, III da lei 3.896/16).
Como se trata de pedido de desistência verifico a ocorrência da preclusão lógica, razão pela qual antecipo o trânsito em julgado para esta data.
P.R.I.
Após, não havendo pendências, arquivem.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br Número do processo: 7044224-09.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: TIAGO MARQUES RODRIGUES
ADVOGADO DO AUTOR: ISANGELA DE SOUZA DUARTE, OAB nº RO8792

Polo Passivo: GAV RESORTS GESTAO DE NEGOCIOS E PARTICIPACAO LTDA, SALINAS PREMIUM RESORT EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Da tutela de urgência
Trata-se de ação de rescisão contratual cumulada com pedido de restituição dos valores pagos e tutela antecipada movida por TIAGO MARQUES RODRIGUES em desfavor de SALINAS PREMIUM RESORT EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA e GAV RESORTS GESTÃO DE NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÃO LTDA, todos qualificados nos autos.
Narra o autor que em agosto/2020 firmaram com as requeridas dois contratos de Promessa de Compra e Venda Cota-fração de Unidade Residencial em Regime de Multipropriedade (referente aos apartamentos n. 513 e 519, localizados na unidade autônoma nº 12, Torre BL 02, 05º andar).
Explica que já efetuou o pagamento total de R$ 54.668,74 (cinquenta e quatro mil seiscentos e sessenta e oito reais e setenta e quatro centavos) pelas duas cotas, e que não está inadimplentes, porém, após a pandemia, seus recursos financeiros vêm se tornando escassos. Em sede de tutela antecipada, requerem a suspensão da exigibilidade das parcelas vencidas e vincendas. No mérito, postulam pela declaração de rescisão contratual com a condenação da requerida na obrigação de restituir 90% dos valores pagos. Postulam ainda pela inversão do ônus da prova.
Com a inicial juntaram documentos.
Pois bem.
Tratando-se de pedido de tutela provisória de urgência (antecipada), em juízo de cognição sumário, o magistrado deve constatar a probabilidade do direito do autor, o risco de dano, e a reversibilidade do provimento, nos termos do artigo 300 caput e §3º do CPC.
Os documentos que acompanham a inicial, a priori, não demonstram a probabilidade do direito dos requerentes. Compulsando os autos, vê-se que os contratos juntados aos autos estão redigidos de forma clara, sem cláusulas escritas em letras diminutas que impeçam a leitura e o pleno entendimento de seu conteúdo. Ademais, todas as páginas estão com a rubrica dos autores, o que faz presumir a leitura e concordância com seu conteúdo.
Nos termos do artigo 47, do Código de Defesa do Consumidor, em contratos firmados na seara das relações de consumo, as cláusulas contratuais devem ser interpretadas em favor do consumidor, que é a parte vulnerável. Todavia, a minuciosa valoração do conteúdo de tais cláusulas e a análise dos seus possíveis desdobramentos compõem o mérito da lide, cuja análise demanda obediência à ampla defesa e ao contraditório no curso da instrução processual.
Quanto ao risco de dano, também não está provado. Os autores firmaram contrato com a requerida no ano de 2020, ou seja, até o presente momento já transcorreu lapso temporal significativo para indicar que é possível aguardar o curso normal da instrução processual, com obediência à ampla defesa e ao contraditório, sem que isso implique na ocorrência de prejuízo irreparável à parte.
Pelo exposto, INDEFIRO o pedido de tutela antecipada pleiteado.
PROVIDÊNCIAS PELA CPE:
1- Custas iniciais pagas (1%) - ID n. 93344039.
2- Agende-se audiência de conciliação, de acordo com a pauta automática do CEJUSC, que poderá ser realizada presencialmente ou por videoconferência (Google Meet ou Whatsapp).
3- Após, cite-se/intime-se a parte requerida e intime-se a autora para que, nos termos do art. 334 do CPC, compareçam à audiência de conciliação, representadas por Advogado(a) ou Defensor(a) Público(a) (art. 334, §9º CPC), observando as disposições da CPE, caso a audiência seja virtual.
Advirto às partes de que o não comparecimento à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). A presença do Advogado(a) não supre a exigência de comparecimento pessoal do(a) autor(a).
4- Caso não haja acordo, o prazo para contestar (15 dias úteis) terá início no dia posterior ao da audiência ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação deste pedido (art. 335, I e II, CPC).
A manifestação de desistência deverá ser apresentada com antecedência mínima de 10 dias antes da audiência (art. 334, §5º, CPC).
Advirto a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).
5- Vindo contestação, vistas à parte autora para réplica.
6- Se houver menor no polo ativo, remetam-se os autos ao MP.
7- Após, conclusos para decisão saneadora.
8- Em não sendo juntada a procuração pela parte autora no prazo de 15 dias, conclusos para extinção.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO. A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
REU: GAV RESORTS GESTAO DE NEGOCIOS E PARTICIPACAO LTDA, SALINAS PREMIUM RESORT EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE LTDA
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

Porto Velho - 9ª Vara Cível
PROCESSO Nº 7044043-08.2023.8.22.0001
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTOR: INSTITUTO EDUCACIONAL ALENCAR FREITAS LTDA - ME
ADVOGADOS DO AUTOR: LUCIO FELIPE NASCIMENTO DA SILVA, OAB nº RO8992, DANIELA FERREIRA NOBRE BELO, OAB nº RO12027
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA

Despacho
Considerando o disposto no art. 2º, §4º, da Resolução 246/2022 TJRO c.c Ato 994/2022, publicado no DJ 141, de 01.08.2022, que criou e instituiu o 2º Núcleo de Justiça 4.0, com especialização nas demandas judiciais de empresas de distribuição, comercialização de energia elétrica e abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o Estado, visando a prevenção de decisões contraditórias sobre o mesmo tema ora unificado, manifesta-se a parte requerida, no prazo de 5 dias, acerca da concordância e aceitação da remessa dos autos ao núcleo especializado na matéria que trata a petição inicial, haja vista que a parte autora já manifestou seu interesse do processo tramitar no núcleo de justiça 4.0.
Saliento que o silêncio será interpretado como concordância com a remessa dos autos ao núcleo.
Com a aceitação expressa de ambas as partes, ou inércia, encaminhem-se os autos ao núcleo supracitado.
Em caso de discordância de qualquer das partes, retornem conclusos.
Porto Velho/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 .
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíz(a) de Direito

7035749-35.2021.8.22.0001
AUTOR: ROSINALDO ALVES FERREIRA
ADVOGADOS DO AUTOR: FERNANDA WILLIAMS TOMACHESKI, OAB nº RO10918, EDNA CAMILA SANTOS E SILVA, OAB nº RO10484
REU: WALBER SANTOS PEREIRA 04609926350, WALBER SANTOS PEREIRA, LUME GRUPO DE CONSORCIO E INVESTIMENTOS LTDA - ME, Bradesco Administradora de Consórcios Ltda, LUIZ BOBY RODRIGUES CATACA
ADVOGADOS DOS REU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, KLEBER AUGUSTO VIEIRA, OAB nº PR41385, BRADESCO
Despacho
Na decisão de ID 92972083 fora designada audiência de Conciliação, Instrução de Julgamento para o dia 15 de agosto de 2023, contudo, restou omisso o horário do ato.
Desta forma, informo que a audiência terá início às 09 horas. Permanecem inalteradas as demais orientações constantes na referida Decisão, inclusive quanto à possibilidade de realização por meio de videoconferência. Intimem-se as partes.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

Porto Velho - 9ª Vara Cível
PROCESSO: 7043872-51.2023.8.22.0001
AUTORES: SILVIA LIMA GOMES, JESUS JOSUE DA SILVA
ADVOGADO DOS AUTORES: LESTER PONTES DE MENEZES JUNIOR, OAB nº RO2657
REU: ATIVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SC LTDA - ME
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Acerca do pedido de gratuidade judiciária, muito se discute quanto a melhor interpretação do art. 98, visto a presença de antinomia jurídica entre a referida lei e a Carta Magna.
Isto porquê a lei prevê que a parte fará jus aos benefícios de assistência judiciária gratuitamente, mediante afirmação de que não está em condições de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios (art. 98 do CPC).
A Constituição Federal, por sua vez, assegura o direito de assistência jurídica gratuita àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos.
Certo é que as disposições da Lei n. 1.060 de 1950 vem tendo nova interpretação com o advento da Constituição Federal de 1988, da qual extrai-se em seu artigo 5º, inciso LXXIV, que deve a parte interessada em obter os benefícios da assistência jurídica integral e gratuita, comprovar a insuficiência de seus recursos financeiros.
O CPC, em seu art. 99, §3º, diz presumir-se verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física.
A leitura do aludido dispositivo, no entanto, deve ser feita em consonância com o texto da Carta Magna, sob pena de ser tido por inconstitucional.
Portanto, a única leitura possível do texto, é no sentido de que pode o magistrado exigir que o pretendente junte documentos que permitam a avaliação de sua incapacidade financeira, nos termos do art. 99, §2º do CPC.
Logo, não basta dizer que é pobre nos termos da lei, deve-se trazer aos autos elementos mínimos a permitir que o magistrado avalie tal condição.
A jurisdição é atividade complexa e de alto custo para o Estado. A concessão indiscriminada dos benefícios da gratuidade tem potencial de tornar inviável o funcionamento da instituição, que tem toda a manutenção de sua estrutura (salvo folha de pagamento) custeado pela receita oriunda das custas judiciais e extrajudiciais.
Quanto mais se concede gratuidade, mais oneroso fica o Judiciário para o Estado. Como o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo, salta aos olhos que o contribuinte já teve sua capacidade contributiva extrapolada, decorrendo daí não ser uma opção o simples aumento de impostos.
Sendo um dos Poderes da República, o custo de sua manutenção concorre com as demais atividades do Estado, de modo que mais recursos para o Poder Judiciário significa menos recursos para infraestrutura, segurança, educação, saúde...
Não é justo, portanto, que tendo condições de custear a demanda, o jurisdicionado imponha tal custo àquele que não está demandando.
Assim, pela nova leitura dos dispositivos constitucionais e legais, o direito de assistência integral gratuita prevista nas normas infralegais não é absoluto. Ou seja: sendo pessoa física ou jurídica, há sim a necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo da própria existência. Nesse sentido:

TJRO. AGRAVO INTERNO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. DITAMES CONSTITUCIONAIS. Tendo o agravo de instrumento o escopo de atacar decisão que, diante dos documentos acostados aos autos, nega a concessão das benesses da gratuidade da justiça, deve a parte demonstrar a sua hipossuficiência financeira, não sendo suficiente a simples declaração de pobreza. (Agravo em Agravo de Instrumento n. 0008881-26.2013.8.22.0000, Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 16/10/2013)

STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)

CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. JUIZ QUE INDEFERE PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAR A HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPROVIMENTO. I - A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 5º,LXXIV) EXIGE DO INTERESSADO EM OBTER O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA QUE COMPROVE A INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS, RESTANDO NÃO RECEPCIONADO, NESTE PONTO ESPECÍFICO, O DISPOSITIVO DO ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50 QUE EXIGIA APENAS A MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. II - A INICIATIVA DO MAGISTRADO EM VERIFICAR A COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PRETENDENTE À GRATUIDADE DE JUSTIÇA TAMBÉM ESTÁ JUSTIFICADA PELO FATO DE QUE AS CUSTAS JUDICIAIS TÊM NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO, CONFORME JÁ DECIDIU O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. III - SE OS DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS PELA AGRAVANTE NÃO SE COMPATIBILIZA COM A SITUAÇÃO DE POBREZA DECLARADA, O INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO PLEITEADO É MEDIDA QUE SE IMPÕE, NÃO PREVALECENDO, PORTANTO, A PRESUNÇÃO LEGAL DA SIMPLES DECLARAÇÃO (ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50). (TJ-DF- AI: 31743620098070000 DF 0003174-36.2009.807.0000, Relator: NATANAEL CAETANO, Data de Julgamento: 06/05/2009, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 18/05/2009, DJ-e Pág. 49).

Ademais, o Código de Processo Civil em seu art. 99 §2º determina que não se convencendo o juiz de que a parte faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos, antes de indeferir o pedido.

Portanto, a simples afirmação do autor de que é pobre na forma da lei, não comprova a reduzida capacidade financeira.

1- Isso posto, intimo a parte autora, via advogado, para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, devendo:

a) juntar documentos suficientes para comprovar a hipossuficiência alegada. Por outro lado, caso queira, poderá comprovar o pagamento das custas iniciais;

b) juntar documentos pessoais das partes autoras.

2- Após, conclusos para despacho inicial/emenda.

Porto Velho 17 de julho de 2023

Valdirene Alves da Fonseca Clementele

Juiz(a)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO

Porto Velho - 9ª Vara Cível AUTOS: 7044296-93.2023.8.22.0001

AUTOR: REGINA CORREIA GUIMARAES

ADVOGADO DO AUTOR: ROBERES CORREA GUIMARAES, OAB nº RO8639

REU: BANCO VOTORANTIM S/A

DECISÃO

Trata-se de ação revisional de contrato com pedido de tutela antecipada movida por REGINA CORREIA GUIMARÃES em desfavor de BANCO VOTORANTIM S/A.

Narra a autora que assinou contrato com a instituição bancária visando a obtenção de recursos financeiros, aderindo aos termos da contratação, para aquisição do tão sonhado veículo. Alega que, após a realização do contrato, atestou que os valores cobrados estavam extorsivos no que diz respeito a taxa de juros remuneratórios praticada. Busca a redução da taxa de juros remuneratórios para a média de mercado, qual seja, 1,83% ao mês e 24,39% ao ano. Indica como sendo sendo devida a prestação mensal incontroversa de R$ 761,22 (setecentos e sessenta e um reais e vinte e dois centavos).

Em sede de tutela de urgência, requer seja afastada a mora debendi das prestações pagas de modo impontual antes do ajuizamento da ação, como também para o pagamento das prestações feitas no curso do processo apenas sob o valor incontroverso desta demanda.

TUTELA DE URGÊNCIA

A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência de natureza antecipada, esta não será concedida (art. 300, § 3º, CPC).

No caso dos autos, os documentos juntados com a petição inicial não possuem elementos que demonstrem satisfatoriamente a abusividade do pactuado entre as partes.

Ademais, inexiste, na hipótese, qualquer perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, vez que as parcelas foram avençadas pela parte autora e por ela têm sido pagas desde que o contrato foi firmado, presumindo-se assim sua capacidade para suportar o pagamento.

No caso em tela, a probabilidade do direito sobre o qual se baseia o pedido está relacionada à alegação de que a autora aderiu a contrato ilegal e arbitrário. Contudo, a aferição de eventual abusividade contratual e cobrança excessiva, trata-se de questão que deve ser aferida após a devida dilação probatória, já que se faz necessária a instrução processual para se esclarecer os termos exatos da contratação do empréstimo.

Quanto à irreversibilidade do provimento, também não está presente, uma vez que, se ficar demonstrado que os valores são indevidos, poderá ser ressarcido pelo réu.

Nesse contexto, os contratos firmados segundo a livre vontade das partes, deverão ser cumpridos nos termos pactuados, até que sejam efetivamente revisados.
No mais, é pacífico o entendimento de que o simples ajuizamento de ação revisional de contrato não desonera o devedor de adimplir com o pactuado livremente.
Assim, ante a ausência dos requisitos ensejadores da medida, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência.
DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO
A prática deste Juízo revela que muitas empresas, tais como bancos e financeiras não oferecem propostas de acordo nas audiências preliminares realizadas pelo CEJUSC, razão pela qual é contraproducente designar tal ato.
É direito e garantia fundamentais do jurisdicionado, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (art. 5ª, LXXVIII, CF/88).
Nesse sentido, o Poder Judiciário despende quantias altíssimas para manter sua estrutura funcionando em prol da sociedade. Não raro, partes e advogados formalizam reclamações pedindo celeridade na tramitação de suas ações, considerando a demora para o julgamento de muitas ações em razão de diversos fatores.
No entanto, com o acúmulo de processos; proposição em massa de ações e a infraestrutura aquém da real necessidade demandada, pesa aos cofres públicos a designação de atos inúteis no processo, seja na perspectiva financeira ou na perspectiva temporal, já que toda a Estrutura do Judiciário converge para a realização de um ato - no caso a audiência preliminar para tentativa de conciliação - que, por fim, se revela inócuo à finalidade para a qual foi concebido, impactando diretamente na solução rápida do litígio, o que vai contra a à Constituição Federal.
PROVIDÊNCIAS PELA CPE:
1– Defiro o benefício da justiça gratuita pois houve requerimento expresso e a parte autora juntou documentos que atestam a impossibilidade neste momento de arcar com o pagamento das despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento próprio. Contudo, esclareço que havendo mudança em sua condição financeira durante o decurso do processo, a gratuidade judiciária poderá ser revogada. Anote-se no PJE.
2- Cite-se o requerido para que, querendo, apresente contestação no prazo de 15 dias, que terá início nos termos do art. 231, CPC c/c art. 335, III, do CPC, sob pena de ser considerada revel e presumir-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora, caso não venha defesa (art. 344, CPC).
3- Apresentada contestação com pedido expresso de audiência de conciliação, agende-se o ato de acordo com a pauta automática do CEJUSC, que será realizado por videoconferência, intimando-se as partes, via sistema ou DJ.
4- Juntada contestação sem pedido para audiência, vistas à parte autora para réplica.
5- Cumpridos os itens anteriores, conclusos para decisão saneadora.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO. A petição inicial e os documentos que instruem a inicial poderão ser consultados no sítio eletrônico http://pje.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam, nos termos do Art. 20, da Resolução 185/2013 – CNJ. Não tendo condições de constituir advogado a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública, com endereço na Rua Padre Chiquinho, n. 913, Pedrinhas, nesta.
RÉU: BANCO VOTORANTIM S/A (havendo convênio, cite-se pelo Sistema)
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br
Porto Velho - 9ª Vara Cível
Número do processo: 7044118-47.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: RAIMUNDA FERREIRA DO NASCIMENTO
ADVOGADOS DO AUTOR: JONATAN DOS SANTOS FEIJO DANTAS, OAB nº RO10316, FREDERICO MACHADO ALVES, OAB nº MG134649
Polo Passivo: BANCO DO BRASIL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
Despacho
Trata-se de ação de Perdas e Danos em que RAIMUNDA FERREIRA DO NASCIMENTO demanda em face de BANCO DO BRASIL, alegando que após anos de contribuição, ao realizar o saque de seu PASEP, recebeu valor inferior ao que fazia jus.
Sobre o tema, veio boletim informativo NUGEP/TJRO – CI Circular n. 54/2021 enviado a este juízo via SEI n. 0003968-76.2021.8.22.8000, referente a Suspensão em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 9/STJ em que o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, acolheu pedido de suspensão da tramitação de todos os processos individuais ou coletivos em curso no território nacional, inclusive nos juizados especiais que versem sobre a questão de direito objeto dos seguintes IRDR's admitidos nos processo n. 0720138-77.2020.8.07.0000/TJDFT, 00102018-16.2020.8.27.2700/TJTO, 0812604-05.2019.8.15.0000/TJPB e 0756585-58.2020.8.18.0000/TJPI.
Deste modo, conforme decisão do Ministro, deverão ser suspensos todos os processos que versem sobre os seguintes questionamentos:
a) o Banco do Brasil possui, ou não, legitimidade passiva ad causam para figurar no polo passivo de demanda na qual se discute eventual falha na prestação do serviço quanto a conta vinculada ao PASEP, saques indevidos e desfalques, além da ausência de aplicação dos rendimentos estabelecidos pelo Conselho Diretor do referido programa;
b) a pretensão ao ressarcimento dos danos havidos em razão dos desfalques em conta individual vinculada ao PASEP se submete ao prazo prescricional decenal previsto pelo artigo 205 do Código Civil ou ao prazo quinquenal estipulado pelo artigo 1º do Decreto nº 20.910/32, e;
c) o termo inicial para a contagem do prazo prescricional é o dia em que o titular toma ciência dos desfalques ou a data do último depósito efetuado na conta individual vinculada ao PASEP.

Portanto, em cumprimento ao art. 982, I, §1º do CPC, DETERMINO A SUSPENSÃO do feito até o trânsito em julgado das IRDRs supramencionadas, bem como do SIRDR n. 71/TO.
Notifiquem-se as partes e eventuais peritos.
Com o trânsito em julgado das decisões supramencionadas, o que deverá ser certificado nestes autos, dêem vistas as partes.
Oportunamente, tornem os autos conclusos.
Porto Velho, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível 7043470-67.2023.8.22.0001
Citação, Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução
Embargos à Execução
EMBARGANTE: VALDETE TABALIPA
ADVOGADO DO EMBARGANTE: LENIERTAN MARIANO, OAB nº RO380A
EMBARGADOS: MARIA DE FATIMA BORBA PEREIRA, PEDRO PEREIRA DA SILVA
EMBARGADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Em análise aos Autos 7046166-47.2021.8.22.0001, observa-se que em 12/07/2023, fora proferida decisão revogando a decisão anterior que havia entendido pela nulidade da citação da executada Valdete Tabalipa.
Da mesma decisão, constou a ressalva de que o prazo para embargos já havia decorrido para ambos os devedores, eis que o prazo de 15 dias conta-se da citação, no caso do devedor Valtemir e do comparecimento espontâneo da devedora Valdete, o que ocorreu ao ID: 90750195, em 15/05/2023. Em relação a esta, o prazo decorreu em 05/06/2023.
Assim, nos termos dos artigos 10 do Código de Processo Civil, manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias no tocante a eventual intempestividade.
No mesmo prazo, fica intimada a comprovar a condição de hipossuficiência, por meio de documentos capazes de atestar a alegada incapacidade financeira, podendo, ainda, comprovar o pagamento das custas iniciais (1%).
Com a manifestação e comprovado o pagamento, conclusos em despacho inicial urgente.
Sendo reiterado o pedido de concessão da gratuidade, conclusos em despacho inicial urgente
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juiz(a)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br
Porto Velho - 9ª Vara Cível
7040904-48.2023.8.22.0001
Classe: Exibição de Documento ou Coisa Cível
AUTOR: PATRICIA CAROLINE DA SILVA TEIXEIRA
ADVOGADOS DO AUTOR: GABRIELA TEIXEIRA SANTOS, OAB nº RO9076, INGRYD STEPHANYE MONTEIRO DE SOUZA, OAB nº RO10984
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
1. Considerando os documentos juntados nos autos, defiro a gratuidade.
2. Com fundamento no art. 396 CPC, cite-se a parte requerida para EXIBIR o(s) documento(s) indicado(s) na petição inicial ou apresentar resposta, no prazo de 5 (cinco) dias (CPC, art. 398).
Havendo inércia, o juiz admitirá como verdadeiros os fatos que, por meio do documento, a parte pretendia provar se: I - o requerido não efetuar a exibição nem fizer nenhuma declaração no prazo do art. 398; II - a recusa for havida por ilegítima (CPC, art. 400).
3. Com a juntada dos documentos e/ou manifestação da parte ré, intime-se a autora para conhecimento e manifestação, em 10 (dez) dias e, em seguida, tornem conclusos.
Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE DE MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
Porto Velho, 17 de julho de 2023
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 9ª Vara Cível
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br Número do processo: 7006935-42.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: LEANDRO DOS SANTOS SANCHES
ADVOGADOS DO AUTOR: ITALO DIDEROT PESSOA REBOUCAS, OAB nº RR142, FLAVIO RAFAEL MELO NINA, OAB nº RR1839
Polo Passivo: LUIZ ALCIDES DE OLIVEIRA PAULA, PABLO ALLAN MIRANDA MOURA DOS SANTOS
ADVOGADOS DOS REU: FABIO CHIANCA DE MORAIS, OAB nº RO9373, CARLOS LUIZ PACAGNAN JUNIOR, OAB nº RO6718
DECISÃO

Trata-se de pretensão em que o autor postulou a desistência do feito antes de apresentada a contestação em relação ao requerido Luiz Alcides.
Note-se que o art. 485, §4º do CPC, estabelece que haverá necessidade de consentimento do réu para o autor desistir da ação apenas quando já oferecida a contestação.
1- Isto posto, homologo a desistência e julgo extinto o feito, sem resolução de mérito, com respaldo no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil em relação ao corréu Luiz Alcides de Oliveira Paula. O feito deverá prosseguir somente contra o requerido Pablo Allan.
2- Proceda a CPE a exclusão do requerido Luiz Alcides do polo passivo.
3- Considerando que a audiência de conciliação restou infrutífera, fica intimada a parte autora para realizar o pagamento das custas iniciais complementares no prazo de 15 (quinze), sob pena de indeferimento da inicial.
4- No mais, aguarde-se o prazo para contestação e cumpra-se os demais itens do despacho de ID n. 86909602.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível Processo n. 7037372-66.2023.8.22.0001
AUTOR: GILBERTO BAPTISTA
ADVOGADO DO AUTOR: ALEX DOS REIS FERNANDES, OAB nº AC2365A
REU: RAIMUNDA VERONICA BENTO DOS SANTOS
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 37.800,00
DESPACHO
Em que pese o pedido de aditamento, consistente na alteração do valor da causa para o valor de R$ 37.800,00, indefiro, por ora, ao menos que venha aos autos os contratos de compromisso de compra e venda referente aos Lotes 1, 2 e 3.
Somente com a apresentação dos referidos contratos, poderá ser aferido se, de fato, a contratação consistiu no valor de R$ 3.000,00 em relação a cada um dos 3 (três) lotes, ou, se a contratação correspondeu ao valor de R$ 14.400,00, a exemplo do valor indicado nos contratos em relação ao Lotes 4 e 5 (R$ 14.400,00 - cada contrato) que, em tese, somaria o valor de R$ 72.000,00, inicialmente indicado pela parte autora como sendo o valor da causa.
1- Fica a parte autora intimada a apresentar a cópia dos contratos correspondentes aos Lotes 1, 2 e 3.
2- Com a apresentação da documentação, conclusos em emenda, para nova análise do pedido de Id 92885058.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juiz(a)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Porto Velho - 9ª Vara Cível Processo n. 7018490-61.2020.8.22.0001
EMBARGANTE: ANDERSON MARTINS NASCIMENTO
ADVOGADO DO EMBARGANTE: INALDO LEAO FERREIRA, OAB nº PA30089
EMBARGADOS: SUENN CRISTIAN DE PEDER COPIAK, JULIANA PANIAGO DE MELO LEITE
ADVOGADOS DOS EMBARGADOS: FELIPE GURJAO SILVEIRA, OAB nº RO5320, CLAUDIA JULIANA KRONBAUER TABARES, OAB nº RO6440, SUENN CRISTIAN DE PEDER COPIAK, OAB nº RO8864
Valor da causa: R$ 172.824,62
DESPACHO
Trata-se de embargos de declaração. Intimada, a parte embargada não respondeu.
Conheço dos embargos de declaração apenas no tocante ao pedido relativo ao indeferimento da gratuidade processual, em razão de que em relação às demais deliberações, o embargante não apontou os pontos omissos, contraditórios ou obscuros da decisão, limitando-se a apresentar fundamentos para o julgamento de mérito da ação, o que ainda não é possível em face do não encerramento da instrução. Além disso, os fundamentos jurídicos do pedido devem ser apresentados quando do ajuizamento da ação.
Feito o esclarecimento, passo a análise dos embargos no tocante ao questionamento quanto ao indeferimento do pedido de gratuidade. Em que pese os documentos trazidos sejam contemporâneos, não são suficientes para comprovar a hipossuficiência do embargante, ao contrário, pela Declaração de Imposto de Renda, observa-se que o mesmo possui bens, inclusive veículo de alto valor demonstrando possuir condições de arcar com as custas processuais.
Pelo exposto, conheço parcialmente dos embargos, porém não os acolho.
Certifique-se quanto ao retorno do Aviso de Recebimento do ofício expedido.
Porto Velho - RO, 17 de julho de 2023.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juiz(a)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
, nº 777, Bairro , CEP 76801-235, Porto Velho, pvh9civgab@tjro.jus.br

10ª VARA CÍVEL

COMARCA DE PORTO VELHO 10ª Vara Cível Fórum Geral da Comarca de Porto Velho - Av: Pinheiro Machado, nº 777, 7º andar, Bairro Olaria, CEP 76801-235, telefone/WhatsApp: (69) 3309-7066, e-mail: pvh10civelgab@tjro.jus.br PROCESSO Nº 7050380-18.2020.8.22.0001 CLASSE: Cumprimento de sentença ASSUNTO: Imissão, Servidão Administrativa EXEQUENTE: LUZARDO RODRIGUES BANDEIRA ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RENATA MARIANA BRASIL FEITOSA, OAB nº RO6818, DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE, OAB nº AM697, RODRIGO LELIS RIBEIRO LEITE, OAB nº MG150292 EXECUTADO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A ADVOGADOS DO EXECUTADO: TAISA TORRES HERMES, OAB nº RO9745, ENERGISA RONDÔNIA

DESPACHO

Expedido alvará eletrônico na modalidade transferência através da ferramenta “alvará eletrônico”, pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente ao banco detentor da conta judicial, sem gerar documento novo nos autos. Procuração com poderes para levantamento no ID 93282272.

Seguem as informações sintéticas do alvará eletrônico, como o beneficiário, a conta destino e os valores:

Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 24.660,21 TAISA TORRES HERMES 02551679206 1819393 - 0 Sim Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748) Ag.: 0002 C.: 0701106-7 EditarExcluir TOTAL

R$ 24.660,21

Adicionar Conta Centralizadora Adicionar FavorecidoO beneficiário deverá aguardar a chegada dos valores em sua conta bancária, por cerca de 3 dias, caso não cheguem, deverá informar tal fato no processo, devendo a CPE nesta hipótese, proceder a entrega dos valores por ofício (e-mail) à Caixa ou alvará tradicional de saque presencial.

Conforme documento anexado, além do valor executado cuja transferência foi realizada nesta data, há depositado o valor de $ 1.767,13, na conta 2848/040/01744141-8.

Assim, ficam as partes intimadas para, no prazo de cinco dias, se manifesatarem acerca do valor de $ 1.767,13, que está depositado na conta 2848/040/01744141-8, vinculada a estes autos.

Intime-se via publicação deste ato no DJ, através de seus advogados habilitados.

Porto Velho/RO, 14 de julho de 2023 .

Duília Sgrott Reis

Juiz (a) de Direito

COMARCA DE PORTO VELHO 10ª Vara Cível Fórum Geral da Comarca de Porto Velho - Av: Pinheiro Machado, nº 777, 7º andar, Bairro Olaria, CEP 76801-235, telefone/whatsapp: (69) 3309-7066, e-mail: pvh10civelgab@tjro.jus.br PROCESSO Nº 0002068-43.2014.8.22.0001 CLASSE: Execução de Título Extrajudicial ASSUNTO: Nota Promissória EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA ADVOGADO DO EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES, OAB nº RO4594 EXECUTADOS: GEIS ROSE DA SILVA FERREIRA, ROSANGELA DA SILVA, GEISIANE DA SILVA FERREIRA, GEISILENE DA SILVA FERREIRA ADVOGADO DOS EXECUTADOS: JOSE RAIMUNDO DE JESUS, OAB nº RO3975

DECISÃO

Fica a parte exequente intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar procuração atualizada, com poderes especiais para levantar alvará, receber e dar quitação, nos termos do art. 105 do CPC.

Intime-se via publicação deste ato no DJ, através de sua advogada habilitada.

Porto Velho/RO, 14 de julho de 2023 .

Duília Sgrott Reis

Juiz (a) de Direito

COMARCA DE PORTO VELHO 10ª Vara Cível Fórum Geral da Comarca de Porto Velho - Av: Pinheiro Machado, nº 777, 7º andar, Bairro Olaria, CEP 76801-235, telefone/whatsapp: (69) 3309-7066, e-mail: pvh10civelgab@tjro.jus.br PROCESSO Nº 7008433-76.2023.8.22.0001 CLASSE: Procedimento Comum Cível ASSUNTO: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes AUTOR: CARLOS FRANCISCO DE SOUZA DA SILVA ADVOGADO DO AUTOR: ESTEVAO NOBRE QUIRINO, OAB nº MT24416 REU: OI S.A ADVOGADOS DO REU: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO, OAB nº RO635, Procuradoria da OI S/A

SENTENÇA

Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO CIVIL POR DANO MORAL proposta por CARLOS FRANCISCO DE SOUZA DA SILVA em face de OI S.A., todos qualificados.

Alega a inicial que a parte autora ao tentar realizar uma compra, foi surpreendida com a informação de que seu nome consta nos órgãos restritivos de crédito de uma dívida junto a empresa requerida, referente a conta telefônica, no valor de R$ 319,73 (trezentos e dezenove reais e setenta e três centavos). Afirma que jamais realizou qualquer tipo de transação comercial com a empresa requerida. Argumenta que a restrição está lhe acarretando vários danos de ordem moral, social e psicológica.

Desse modo, requereu a declaração de inexigibilidade do débito de R$ 319,73, com a consequente determinação de baixa nos cadastros de inadimplentes, a saber, SPC, SCPC E SERASA, bem como a condenação da parte ré em danos morais, no importe de R$ 10.000,00. Pugnou pela Justiça Gratuita. Juntou documentos e procuração (ID 87124070 - fls. 17/26).

DESPACHO - Recolhidas as custas iniciais (ID 87707433). Determinada a designação de audiência de conciliação e citação da parte requerida (ID 88555322).

CITAÇÃO/DEFESA - Citada via sistema, a parte requerida alega preliminarmente a falta de interesse de agir pelo não exaurimento das instâncias administrativas. Sustenta a legalidade das telas sistêmicas como meios efetivos de prova. Narra que o requerente foi cliente da empresa ré, vinculado ao nº do cliente 2176654835, possuía o PLANO OI TOTAL FIXO + BANDA LARGA 1, ativo no dia 16/04/2018, tendo seu cancelamento realizado no dia 15/07/2019, devido a inadimplência do autor. Afirma existir histórico de faturas pagas pelo requerente, bem como histórico de consumo. Afirma que a negativação se deu por culpa exclusiva da parte autora que não cumpriu com sua obrigação de adimplir com as faturas. Relata que a parte requerente não o procurou para solucionar o problema administrativamente. Defende que o autor é devedor contumaz, posto que seu nome foi negativado por outras empresas. Alega que o requerente não comprovou o abalo emocional que pudesse ensejar a indenização por danos morais. Postula pela improcedência dos pedidos.
RÉPLICA - A parte autora impugna a defesa e reitera os termos da inicial.
É o relatório. Decido.
FUNDAMENTOS DO JULGADO
JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO
O Superior Tribunal de Justiça já firmou o entendimento de que "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder". (STJ - 4a Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).
Portanto, estando o feito perfeitamente instruído, passo, doravante, a conhecer diretamente dos pedidos, conforme art. 355, I, do Código de Processo Civil.
APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
O caso sub judice retrata situação típica de relação consumerista, estando bem delineadas as figuras do consumidor (requerente – CDC, arts. 2º, 17 e 29) e do fornecedor do serviço (requerido – CDC, art. 14), de modo que lhe é aplicável a teoria objetiva da responsabilidade civil, em razão da qual é devida indenização ao consumidor lesado desde que comprovado dano sofrido e o nexo de causalidade entre este e a conduta do respectivo causador.
A relação estabelecida entre Bancos e clientes e é uma relação jurídica de consumo, a qual pode ser conceituada como uma relação existente entre fornecedor e consumidor que tem por objeto a aquisição de um produto ou a utilização de um serviço. Dessa forma, estão submetidas às disposições do Código de Defesa do Consumidor e todos seus consectários legais.
MÉRITO
Trata-se de ação declaratória de inexigibilidade de débitos de faturas de telefonia, no valor de valor de R$ 319,73 (trezentos e dezenove reais e setenta e três centavos), com vencimento em 11/04/2019, sob alegação de negativação indevida, em razão da dívida se originar de contratação inexistente, bem como pedido de condenação em danos morais.
Restou incontroverso que a parte autora teve seu nome negativado em razão do contrato de nº 2176654835, débito no valor de R$ 319,73 (trezentos e dezenove reais e setenta e três centavos), com vencimento em 11/04/2019, oriundas de conta de telefonia, conforme extrato SERASA anexado em ID 87124075.
Assim pugna pela declaração de inexigibilidade de débitos e condenação da parte requerida em danos morais no importe de R$ 10.000,00.
Pois bem.
O Tribunal de Justiça de Rondônia tem jurisprudência no sentido de que na ação declaratória de inexistência de débito, o pretenso credor deverá provar o vínculo contratual, por não se admitir a exigência de prova negativa do suposto devedor (Apelação, 0012663-67.2015.8.22.0001, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, j. 27/09/2016). Tal situação não foi verificada no presente caso, eis que a parte ré se limitou a arguir a legitimidade do débito, sem, contudo, produzir qualquer prova nesse sentido, sequer juntando documento comprobatório da contratação do serviço e, portanto, da legítima relação jurídica entre as partes.
As telas sistêmicas e as faturas emitidas em nome do autor, juntadas pela parte requerida, sem qualquer outro elemento de prova, não se revelam suficientes para a comprovação do vínculo contratual, tratando-se, portanto, de provas unilaterais. Inclusive, assim já entendeu o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:
Apelação cível. Ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por dano moral. Telas sistêmicas e faturas mensais. Relação jurídica não comprovada. Descontos em benefício previdenciário. Indevidos. Restituição em dobro. Dano moral configurado. Quantum indenizatório. Manutenção. Restituição valores descontados em dobro. Recurso desprovido.
A juntada de cópias de telas sistêmicas e extratos de simples conferência, produzidas unilateralmente, sem nenhum outro elemento de prova não é suficiente para comprovar relação jurídica.
Conforme tese fixada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento de Recurso Especial representativo de controvérsia, a repetição em dobro, prevista no parágrafo único do art. 42 do CDC, é cabível quando a cobrança indevida consubstanciar conduta contrária à boa-fé objetiva, ou seja, deve ocorrer independentemente da natureza do elemento volitivo
APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7006954-82.2022.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 06/07/2023
Responsabilidade civil. Declaratória de inexistência de débito. Serviço de telefonia. Prova da relação jurídica. Inexistência. Telas sistêmicas. Insuficiência. Negativação indevida. Dano moral in re ipsa. Quantum. Proporcionalidade e razoabilidade. Juros. Termo inicial.
As telas sistêmicas apresentadas pela empresa de telefonia, de forma isolada, não são suficientemente capazes de comprovar a relação jurídica entre as partes, devendo haver outros elementos aptos a demonstrar a contratação e a regularidade da negativação, sob pena de ser considerado indevido o registro desabonador, com a condenação da empresa ao pagamento de indenização por danos morais que, no caso, configura-se in re ipsa.
Na valoração da verba indenizatória a título de danos morais, deve ser levada em conta a dupla finalidade da reparação, buscando-se um efeito repressivo e pedagógico, propiciando à vítima uma satisfação, sem que isto represente para ela uma fonte de enriquecimento sem causa.
O termo inicial para incidência dos juros de mora, nas hipóteses de responsabilidade extracontratual deve ser a data do evento danoso, conforme o enunciado disposto na Súmula 54 do STJ.
APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7006839-43.2022.822.0007, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 23/05/2023

Ademais, o caso em tela não incide a Súmula 385 do STJ, porquanto para que se desautorize a indenização por danos morais, é necessária a existência de inscrição anterior ao débito discutido, o que não é a hipótese dos autos, pois as anotações são posteriores a negativação discutida, conforme ID 88305946.

Desse modo, não há outro entendimento senão de que não há débito que justifique a inscrição no cadastro de inadimplentes pela requerida. Nesse diapasão, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é uniforme no sentido de que a inscrição indevida do nome do usuário de serviço público em cadastro de inadimplentes gera o direito à indenização independentemente da comprovação do dano moral (AgRg no REsp 1474101/RS, Rel. Ministro Og Fernandes, DJe 5/3/2015). Aquela Corte ainda dispõe que a inscrição indevida do nome do devedor no cadastro de inadimplente enseja o dano moral in re ipsa, ou seja, dano vinculado à própria existência do ato ilícito, cujos resultados são presumidos (REsp 1155726/SC, Rel. Min. Eliana Calmon, j. 04/03/2010).

Assim, o requerente demonstrou fato constitutivo de seu direito (art. 373, I, CPC), sem que a parte requerida comprovasse a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito autoral (art. 373, II, CPC). Resta, portanto, delimitar apenas a extensão do transtorno/prejuízo sofrido.

DANOS MORAIS

O Código Civil dispõe acerca dos danos da seguinte forma:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. (...)

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. (...)

Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano.

Ademais, o art. 5º, V e X da Constituição Federal também assegura o direito à indenização por dano material e moral quando violados os direitos de personalidade, assim como o art. 6o, VI, CDC prevê que são direitos básicos do consumidor “a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos”.

Sérgio Cavalieri Filho (Programa de responsabilidade civil, 2009, p. 83) leciona que só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. O mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia a dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo.

Infere-se dos autos que o requerente teve seu nome inscrito no cadastro de inadimplentes pela requerida por débitos de serviço não contratado, o que se verifica pela lista de consulta anteriores do ID57650341 - Pág. 1. Tal situação é considerada dano in re ipsa, conforme precedentes:

Apelação. Ação declaratória. Inexistência de relação jurídica. Inscrição indevida. Dano moral. Quantum indenizatório.

A inscrição indevida do nome do consumidor nos cadastros de proteção ao crédito caracteriza dano moral, o qual é vinculado à própria existência do ato ilícito, cujas consequências danosas são inevitáveis, portanto, o dano imaterial é presumido.

Afasta-se a aplicação da Súmula n. 385, STJ, quando as inscrições preexistentes tiverem sido excluídas antes da inclusão da dívida discutida nos autos.

Ao fixar o quantum indenizatório, deve o julgador valer-se dos critérios de razoabilidade e da proporcionalidade, ou seja, considerar não só as condições econômicas do ofensor e do ofendido, mas o grau da ofensa e suas consequências, objetivando alcançar um equilíbrio para uma justa condenação. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7001537-80.2020.822.0014, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 19/05/2023

Apelação cível. Direito do consumidor. Ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais. Cobrança de energia elétrica. Comprovação da quitação da fatura. Inscrição nos serviços de proteção ao crédito. Indevida. Dano moral in re ipsa. Manutenção do valor do dano moral. Recurso não provido.

Operam-se in re ipsa, os danos morais decorrentes de negativação indevida, dedutíveis que são da própria natureza do ato ilícito, considerada à luz da experiência comum.

A indenização por dano moral não pode ser insignificante a ponto de não cumprir a sua função penalizante, nem ser excessiva e causar enriquecimento indevido à parte, devendo respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Recurso não provido. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7003523-28.2022.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 05/07/2023

Destarte, restou configurado o nexo de causalidade entre a conduta da parte requerida e os danos sofridos pela parte autora, sendo cabível a responsabilização civil daquela. Assim, atendendo aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade para que a condenação atinja seus objetivos, pois a reparação não pode servir de causa ao enriquecimento injustificado, reputo como justo o valor de R$5.000,00 a título de indenização individual como medida punitiva e pedagógica. Ressalte-se que, nos termos da Súmula 362 do STJ, a correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento e, por se tratar de relação extracontratual entre as partes, os juros moratórios deverão incidir desde o evento danoso (Súmula 54 do STJ)

DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, para:

a) DECLARAR a inexistência do débito no valor de R$ 319,73 (trezentos e dezenove reais e setenta e três centavos), com vencimento em 11/04/2019, do contrato/fatura nº 0005099536930322, devendo a parte requerida proceder o levantamento dos registros de negativação junto ao SERASA/SPC/PROTESTO, sob pena de multa;

b) CONDENAR a parte requerida a pagar danos morais, no importe de R$ 5.000,00(cinco mil reais) para a parte autora, com juros a partir do evento danoso (inscrição) e correções a partir do arbitramento;

c) CONDENAR a parte ré, no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios decorrentes da sucumbência, estes que arbitro em 10% sobre o valor da condenação, na forma do art. 85, § 2, do Código Processual Civil.

Fica ciente o requerido que deverá cumprir a obrigação que ora lhe é imposta no prazo de quinze dias, a contar do trânsito em julgado desta decisão, sob pena de ser acrescido ao valor principal multa de 10%, nos termos do disposto no CPC.

Caso haja pagamento voluntário do valor da condenação, desde logo fica determinada a expedição de alvará ou ofício para transferência em favor da parte credora, devendo os autos retornarem conclusos ao gabinete para expedição de alvará eletrônico.

Havendo a proposição de cumprimento de sentença pela parte autora, sem necessidade de nova conclusão, proceda-se na forma dos artigos do art. 513 e 523 do CPC.

Transitada em julgado, altere-se a classe para cumprimento de sentença e intime-se a PARTE REQUERIDA para efetuar o pagamento das custas finais, no prazo de 15 dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 14 de julho de 2023 .
Duília Sgrott Reis
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh10civelgab@tjro.jus.br - (69) 3309-7066, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 10civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7010981-79.2020.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: RAIMUNDA DA SILVA CRUZ PINHEIRO
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
INTIMAÇÃO Intimação credora poderá, no prazo de 15 dias, indicar bens a penhora ou formular a esse juízo pesquisa junto aos sistemas informatizados - INFOJUD, SISBAJUD ou RENAJUD - para localizar bens do devedor, mediante comprovação de pagamento da taxa prevista no artigo 17, da Lei n. 3.896/2016(LEI DE CUSTAS). A taxa refere-se a consulta individual de cada sistema informatizado e por número de CPF ou CNPJ. Não haverá necessidade de pagamento da taxa se a parte for beneficiária da assistência judiciária gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh10civelgab@tjro.jus.br - (69) 3309-7066, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 10civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7033846-62.2021.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA
Advogado do(a) EXEQUENTE: FRANCIELE DE OLIVEIRA ALMEIDA - RO9541
EXECUTADO: ELIZA AZEVEDO PEDRISCH
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS REPETIÇÃO DE ATO - ENVIO DE OFÍCIOS
Fica a parte AUTORA intimada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, CÓDIGO 1008.1, conforme estabelecido no art. 19 da Lei 3.896/2016 - 6 custas.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh10civelgab@tjro.jus.br - (69) 3309-7066, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 10civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7047676-32.2020.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ELINIO VIEIRA COSTA
Advogado do(a) REQUERENTE: FELIPE GOES GOMES DE AGUIAR - RO4494
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh10civelgab@tjro.jus.br - (69) 3309-7066, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 10civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7074907-63.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: VERONILDE MONTEIRO DE ARAUJO SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: FLAVIANA LETICIA RAMOS MOREIRA - RO0004867A
REU: BANCO BRADESCO S/A e outros
Advogado do(a) REU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE23255
Advogado do(a) REU: PAULO EDUARDO PRADO - RO4881
Intimação PARTES - PROVAS
Ficam AS PARTES intimadas para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca de quais provas pretendem produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh10civelgab@tjro.jus.br - (69) 3309-7066, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 10civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7029179-96.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: JACIR TRESSI
Advogados do(a) AUTOR: DANIELA FERREIRA NOBRE BELO - RO12027, LUCIO FELIPE NASCIMENTO DA SILVA - RO8992
REU: EDENIS CUNHA DE OLIVEIRA
Advogado do(a) REU: TELSON MONTEIRO DE SOUZA - RO1051
INTIMAÇÃO RÉU
Fica a parte REQUERIDA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca do ID 92865198

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh10civelgab@tjro.jus.br - (69) 3309-7066, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 10civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7083127-50.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: MOISES CEOBANIUC BATISTA DE OLIVEIRA
Advogados do(a) AUTOR: AMANDA ALMEIDA ABREU - SP474515, EDIJANE CEOBANIUC DA SILVA - RO6897, JOSE CRISTOFY PITA DA SILVA - SP474598
REU: SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA
Advogado do(a) REU: IZABEL CELINA PESSOA BEZERRA CARDOSO - RO796
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh10civelgab@tjro.jus.br - (69) 3309-7066, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 10civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7051658-25.2018.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: C. S. COMERCIO DE COSMETICOS E PERFUMARIA LTDA
Advogados do(a) REQUERENTE: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO - RO635, RODRIGO AFONSO RODRIGUES DE LIMA - RO10332
EXCUTADO: EDICILEIDE ALMEIDA DE SOUZA
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada, caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 15 (quinze dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh10civelgab@tjro.jus.br - (69) 3309-7066, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 10civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7089688-90.2022.8.22.0001
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: C. M. G. C. e outros
Advogado do(a) AUTOR: LEA TATIANA DA SILVA LEAL - RO5730
REU: HOSPITAL SAMAR S/A
Advogado do(a) REU: JAIME PEDROSA DOS SANTOS NETO - RO4315
Intimação PARTES - PROVAS
Ficam AS PARTES intimadas para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca de quais provas pretendem produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh10civelgab@tjro.jus.br - (69) 3309-7066, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 10civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7017563-90.2023.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR - DF29190
EXECUTADO: ARINAILSON NASCIMENTO ROSENDO e outros (2)
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh10civelgab@tjro.jus.br - (69) 3309-7066, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 10civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7021203-77.2018.8.22.0001
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) EXEQUENTE: ITALO SCARAMUSSA LUZ - ES9173
EXECUTADO: ADOLFO HENRIQUE NHOLLA REHDER DE LIMA e outros (2)
Intimação AUTOR - COMPROVAR ANDAMENTO DE PRECATÓRIA
Fica a parte AUTORA intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o andamento da carta precatória.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh10civelgab@tjro.jus.br - (69) 3309-7066, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 10civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7085451-13.2022.8.22.0001
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BANCO VOTORANTIM S/A
Advogado do(a) AUTOR: SERGIO SCHULZE - SC7629
REU: WILLIANS RAMON ALMEIDA LIMA
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO - RECOLHIMENTO DE CUSTAS
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 10 dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 10ª Vara Cível
Avenida Pinheiro Machado, 777, pvh10civelgab@tjro.jus.br - (69) 3309-7066, Olaria, Porto Velho - RO - CEP: 76801-235 - Fone: (69) 3309-7000/ 3309-7002/ 98487-9601
e-mail: 10civelcpe@tjro.jus.br
Processo : 7086880-15.2022.8.22.0001
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Advogado do(a) AUTOR: FLAVIO NEVES COSTA - SP153447
REU: LEONARDO DA SILVA ALMEIDA
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

COMARCA DE JI-PARANÁ

JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMNAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7015298-40.2022.8.22.0005
Assunto:Pessoa Idosa
Parte autora: REQUERENTES: JOAO PEDRO FERREIRA VIOTO JUSTINO, CPF nº 09972857298, RUA DAS MANGUEIRAS 2504 JARDIM DOS MIGRANTES - 76900-001 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, Ministério Público do Estado de Rondônia, RUA JAMARY 1555, MINISTÉRIO OLARIA - 76801-917 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DOS REQUERENTES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Parte requerida: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
1- A parte autora compareceu à consulta oferecida pelo requerido em 23/06/2023. O profissional indicou o procedimento cirúrgico denominado herniorrafia inguinal direita- CID - K-40- id. 92521959. Requer seja o requerido instado a fornecer ao paciente o referido procedimento cirúrgico.
2-Assim,antenecessidadedotratamento,intime-seo"EstadodeRondônia"eoSecretáriodeEstadodaSaúdesobreoteordapetiçãoapresentada no id. Num. 92519641 - Pág. 1 / Num. 92521959 - Pág. 1/3 devendo o requerido, consequentemente, demonstrar o agendamento do procedimento cirúrgico denominado herniorrafia inguinal direita, conforme indicação médica, no prazo de 15 dias corridos, sob pena de sequestro. Cabe ao requerido informar com antecedência a data do agendamento ao autor(a) e nos autos.
3- No mesmo prazo, fica intimado a parte requerente para apresentar 3 orçamentos da cirurgia indicada no id. num. 92521959 - Pág. 1.
a) Intime-se o Estado de Rondônia por meio do seu procurador-geral, via oficial de justiça plantonista de Porto Velho/RO. Endereço: Edifício Pacaás Novos - Av. Farquar, 2986 - Pedrinhas, Porto Velho - RO, 76801-470 - Telefone: (69) 3212-9164;
b) Intime-se o Secretário de Estado da Saúde por meio de oficial de justiça plantonista de Porto Velho - Edifício Rio Machado - R. Pio XII, 2986 - Pedrinhas, Porto Velho - RO, 76801-470 – Fone (69) 3216-7214;
c) Intime-se a parte autora, via sistema.
Cópias da presente servem de comunicação.
Ji-Paraná/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
{{orgao_julgador.juiz}}
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Endereço: Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594
==========
Processo nº: 7008801-44.2021.8.22.0005 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: ALICE PEREIRA LIMA DE SOUZA
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIANA PAULINO GALVAO - RO10811
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
ATO ORDINATÓRIO
(INTIMAÇÃO)
Ante o decurso de prazo para manifestação do executado, promovo a intimação da parte autora para, em 5 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento dos autos.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.
MARIANGELA DE OLIVEIRA CARVALHO
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Endereço: Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594
==========
Processo nº: 7007481-90.2020.8.22.0005 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: PEDRO JOSE SIMOES SOBRINHO
Advogados do(a) EXEQUENTE: DIANA PAULINO GALVAO - RO10811, PAULO OTAVIO CATARDO SILVA - RO9457
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
ATO ORDINATÓRIO
(INTIMAÇÃO)

Ante o decurso de prazo para manifestação do executado, promovo a intimação da parte autora para, em 5 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento dos autos.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.
MARIANGELA DE OLIVEIRA CARVALHO
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Endereço: Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594
==========
Processo nº: 7005852-81.2020.8.22.0005 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: DIVANA ALVES DE SOUZA
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIANA PAULINO GALVAO - RO10811
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar a parte requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar sobre a petição apresentada pela parte requerida ID nº 93093791, sob pena de arquivamento.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Procedimento do Juizado Especial Cível 7007080-23.2022.8.22.0005
REQUERENTE: VIVALDO ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARIA APARECIDA DA SILVA BARROSO, OAB nº RO8749
REQUERIDO: BVEL VEICULOS LTDA
SENTENÇA
Relatório dispensado.
Considerando que a parte autora deixou transcorrer in albis o prazo de 05 (cinco) dias para informar o atual endereço da parte requerida, EXTINGO o processo SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do art. 485, inc. IV, do Código de Processo Civil.
Sem ônus.
Transitada em julgado, arquivem-se.
Sentença registrada automaticamente e publicada no DJE.
Ji-Paraná15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7009565-93.2022.8.22.0005
Assunto:Indenização por Dano Material, Análise de Crédito
Parte autora: AUTOR: LUCELENA MARTINS FERNANDES VILELA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: LUCELENA MARTINS FERNANDES VILELA, OAB nº RO456
Parte requerida: REQUERIDO: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REQUERIDO: THIAGO MAHFUZ VEZZI, OAB nº AL11937
DECISÃO
Preenchidos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos do recurso interposto, recebo-o no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/1995.
Tendo em vista que a parte recorrida já apresentou contrarrazões, remetam-se os autos à e. Turma Recursal.
Ji-Paraná/, sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7011664-36.2022.8.22.0005
Assunto:Indenização por Dano Material
Parte autora: REQUERENTE: ELAINE TEIXEIRA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO REQUERENTE: VALTER CARNEIRO, OAB nº RO2466
Parte requerida: REQUERIDOS: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A

Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: HELVIO SANTOS SANTANA, OAB nº SP353041, BRUNO MARIO DA SILVA, OAB nº PR82064, EVELYSE DAYANE STELMATCHUK, OAB nº PR100778, FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289, PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
DECISÃO
Preenchidos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos do recurso interposto, recebo-o no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/1995.
Tendo em vista que a parte recorrida já apresentou contrarrazões, remetam-se os autos à e. Turma Recursal.
Ji-Paraná/, sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7007993-68.2023.8.22.0005
Assunto:CNH - Carteira Nacional de Habilitação
Parte autora: REQUERENTE: FRANCISCO JOSE NICOLAU NUNES, RUA MATOGROSSENSE 383 URUPÁ - 76900-297 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO REQUERENTE: LEIDIANE LEITE VIANA, OAB nº RO12268, ALYSON MOREIRA NOVAIS, OAB nº RO12255
Parte requerida: REQUERIDO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO, - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
1- Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c pedido de tutela de urgência objetivando o restabelecido provisório do direito de dirigir do autor.
Postergo a análise do pedido de tutela, eis que, para análise, necessário cópia integral do processo administrativo que originou a suspensão da CNH do autor, bem como faz-se necessário cópia do ofício/requerimento expedido pelo autor ao Detran. Sendo assim:
a) Determino a intimação do Detran (requerido) para anexar aos autos o Processo Administrativo que originou a suspensão da CNH do autor FRANCISCO JOSE NICOLAU NUNES (em sua integralidade). Prazo de 15 dias, sob pena de responder por desobediência.
b) Intime-se a parte autora para acostar aos cópia do ofício/requerimento administrativo efetuado ao requerido (id. 93227939). Prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Havendo o cumprimento do item anterior, façam os autos conclusos para decisão urgente.
2- Tendo em vista os princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 c/c art. 2º da Lei 9.099/95), deixo de designar a solenidade conciliatória.
CITE-SE as partes requeridas para responderem a presente, apresentando defesa e todos os documentos de prova que porventura possuam, no prazo de 30 dias contados da ciência (artigos 9º e 7º da Lei 12.153/09).
Após, intimem-se as partes autoras para, querendo, impugnar cada contestação, no prazo de 15 dias.
Nada mais havendo, façam os autos conclusos para sentença.
CÓPIAS DA PRESENTE SERVIRÃO DE MANDADO/CARTA.
JI-PARANÁ/, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Número do processo: 7000048-98.2021.8.22.0005
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: TATIANE BORGES MAIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALINE SILVA DE SOUZA, OAB nº RO6058
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
A parte executada cumpriu com a obrigação objeto destes autos.
Desse modo, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO.
Sentença transitada nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Arquivem-se.
Sentença registrada automaticamente e publicada no PJE.
Ji-Paraná/RO, 12 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Número do processo: 7000669-27.2023.8.22.0005
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: MARCELA MAGDA FUMAGALI CALEGARIO

ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCELA MAGDA FUMAGALI CALEGARIO, OAB nº RO10779
Polo Passivo: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Despacho
Nesta data EXPEDI ORDEM JUDICIAL ELETRÔNICA (alvará eletrônico) à Caixa Econômica Federal, em favor da exequente e/ou de seu(s) advogado(s) constituído(s) para levantamento dos valores depositados em juízo, o valor de R$ 4.056,35 e suas atualizações.
Conta Judicial: 1824 / 040 / 01538179-1
Favorecido do alvará eletrônico: MARCELA MAGDA FUMAGALI CALEGARIO - OAB RO10779 - CPF: 015.643.672-82, a parte autora deverá informar o cumprimento da decisão.
Caso haja alguma incongruência nos dados constante no tópico supra que inviabilize o levantamento dos valores, deverá a CPE diligenciar junto a Instituição Financeira e expedir alvará em favor do credor, viabilizando o levantamento dos valores, prescindindo nova conclusão do feito.
Após o saque, intime-se a executada para, no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento da dívida remanescente.
Efetuado o pagamento, voltem os autos conclusos para sentença de extinção e liberação do numerário em prol do credor.
Decorrido o prazo, voltem os autos conclusos para realização da penhora on line.
OBSERVAÇÕES:
1) A parte favorecida deverá comparecer, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, à agência da Caixa Econômica Federal (agência: 1824), ao caixa presencial, munida de documentos de identificação com foto, para saque do valor creditado.
2) O alvará eletrônico deverá ser sacado em até 30 (trinta) dias, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, sob pena de transferência para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO, que desde já determino.
Ji-Paraná/RO, 12 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910
Processo: 7002690-73.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Gratificações e Adicionais
REQUERENTE: JOSELAINE SILVERIO ZANON
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LOUISE SOUZA DOS SANTOS HAUFES, OAB nº RO3221A, ANDRELINO DE OLIVEIRA SANTOS NETO, OAB nº RO9761
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Com relação aos embargos de declaração opostos pela parte requerente, verifica-se que objetiva modificar a decisão embargada, extrapolando, assim, o campo delimitado desta via recursal, exigindo recurso processual diverso, qual seja recurso inominado.
É cediço que os embargos de declaração têm a finalidade de esclarecer, tornar claro o julgado, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões e esclarecer obscuridades porventura nele encontradas.
Sobre este tema, afirmam Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Nery que: “Os EDcl têm finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições. Não têm caráter substitutivo da decisão embargada, mas sim integrativo ou aclaratório. Como regra, não têm caráter substitutivo, modificador ou infringente do julgado” (Código de Processo Civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 1045).
Nesse sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: “Rediscutir, pois as questões apreciadas, com o reforço ou inovação argumentativa, constitui delírio na via processual declaratória. A motivação do convencimento do Juiz não impõe que expresse razões versando todos os argumentos delineados pelas partes, por mais importantes possam lhes parecer” (Embargos de Declaração no REsp 38.344 PR. Relator Ministro Milton Luiz Pereira).
Assim, em que pesem os argumentos da parte embargante, não há que se falar em vício de contradição ou omissão, uma vez que ao analisar os pedidos e julgá-los este magistrado fundamentou e esclareceu as razões para tanto.
Pelo exposto, rejeito os embargos de declaração opostos.
Restituo o prazo para recurso inominado.
Intimem-se.
Ji-Paraná, sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7003764-02.2022.8.22.0005
Assunto:Honorários Periciais
Parte autora: AUTOR: LUDYMILLA EMELIN ESPAKI
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO AUTOR: CAROLINA TAVANTI BALASSO, OAB nº RO10084, ALEXANDRA SILVA SEGASPINI, OAB nº RO2739A

Parte requerida: REU: Estado de Rondônia
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
A parte demandante postulou a extinção/desistência da demanda.
Assim, por tudo que constam dos autos, HOMOLOGO o pedido de desistência, nos termos do art. 485, inc. VIII.
Sem custas ou honorários (artigo 55 da lei 9.099/95).
Tendo em vista a preclusão lógica, sentença transitada em julgado nesta data, arquivem-se os autos.
Ji parana/RO, sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910
Processo: 7013872-90.2022.8.22.0005
Assunto:Indenização por Dano Material
Parte autora: REQUERENTE: SANDRA MARIA FAVARETO
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO REQUERENTE: SAYMON DA SILVA RODRIGUES, OAB nº RO7622
Parte requerida: REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Sendo as partes capazes e o objeto disponível, homologo o acordo firmado entre o(a) requerente e o(a) requerido(a) para que produza os seus jurídicos e legais efeitos e, via de consequência, extingo o feito, com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, III, “b”, do Código de Processo Civil.
Dispensado o prazo recursal (art. 1.000, parágrafo único, do CPC).
Nada mais havendo, arquivem-se.
Sentença registrada e publicada via PJE.
Ji-Paraná/RO, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 7012212-66.2019.8.22.0005
EXEQUENTE: SEBASTIAO NUNES, RUA URUGUAI 1878, - DE 1670/1671 A 1950/1951 JARDIM DAS SERINGUEIRAS - 76913-486 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ESTEFANIA SOUZA MARINHO, OAB nº RO7025, LUCAS GATELLI DE SOUZA, OAB nº RO7232
EXECUTADO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, , INEXISTENTE - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
A parte executada cumpriu com a obrigação objeto destes autos.
Desse modo, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO.
Sentença transitada nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Arquivem-se.
Sentença registrada automaticamente e publicada no PJE.
Ji-Paraná, sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7001471-25.2023.8.22.0005
Assunto:Cancelamento de vôo
Parte autora: AUTOR: IGOR HENRIQUE TENEDINE DE SANTANA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: NAIANY CRISTINA LIMA, OAB nº RO7048
Parte requerida: REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DO REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DECISÃO
Defiro gratuidade de justiça à parte recorrente (autor).
Preenchidos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos do recurso interposto, recebo-o no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/1995.
Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias.
Apresentada as contrarrazões ou decorrido o prazo, remetam-se os autos à e. Turma Recursal.
Ji-Paraná/, sábado, 15 de julho de 2023

Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7000681-41.2023.8.22.0005
Assunto:Protesto Indevido de Título
Parte autora: REQUERENTE: UCLAITON DE OLIVEIRA PINHO
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO REQUERENTE: FILIPH MENEZES DA SILVA, OAB nº RO5035A, JESSICA KAROLAYNE SOUZA BORGES, OAB nº RO9480
Parte requerida: REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DO REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DECISÃO
Defiro gratuidade de justiça à parte recorrente.
Preenchidos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos do recurso interposto, recebo-o no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/1995.
Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias.
Apresentada as contrarrazões ou decorrido o prazo, remetam-se os autos à e. Turma Recursal.
Ji-Paraná/, sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial Processo: 7005204-96.2023.8.22.0005
Assunto:Nota Promissória
Parte autora: AUTOR: E. APARECIDA LEMOS OLIVEIRA EIRELI
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: PATRICIA MACHADO DA SILVA, OAB nº RO9799
Parte requerida: REU: ELLEN BASSO
Advogado da parte requerida: REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
1. O processo encontra-se na fase inicial, restando pendente a citação da parte requerida para o aperfeiçoamento da relação processual.
1.1. Quanto ao pedido da parte autora, mostra-se incabível a realização do ato citatório por meio de aplicativo WhatsApp, por ausência de previsão legal para tanto.
1.2. Ressalto, ainda, que a previsão contida no Provimento da Corregedoria n. 018/2020, refere-se tão somente à possibilidade de intimação da parte por WhatsApp para o comparecimento em audiência de conciliação, em nada se confundindo com o ato de citação. Por tal motivo, indefiro desde já o pedido da parte requerente de citação por aplicativo WhatsApp.
2. Defiro o pedido da parte demandante (id. 91392592), devendo a parte demandada ser citada no endereço indicado. Sendo citada, cumpra-se integralmente a decisão de id. 91006693.
3. Em caso de citação negativa, intime-se a parte requerente para se manifestar no prazo de 10 dias, sob pena de extinção.
Int. Cumpra-se.
Ji-Paraná, sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7007238-49.2020.8.22.0005
Assunto:Honorários Advocatícios, Gratificação de Incentivo
Parte autora: EXEQUENTE: EVERTON ALEXANDRE VIDIGAL, CPF nº 02605133931, AVENIDA ARACAJU 1280, APTO 121 SÃO PEDRO - 76913-594 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: KARINA DALLAVALLE MERTEN, OAB nº RO6353
Parte requerida: NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA, - 76900-970 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
SENTENÇA
O executado peticionou informando o pagamento da RPV.
Assim, ante o cumprimento da obrigação, nos termos do art. 924, inc. II, do CPC, declaro extinta a execução.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigos 11 e 27, da Lei 12.153/09.
Sentença registrada e publicada automaticamente via PJE
Intime-se. Com o trânsito em julgado, arquivem-se.
Ji-Paraná,sábado, 15 de julho de 2023.

Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Número do processo: 7012510-87.2021.8.22.0005
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: J B DOS SANTOS PEREIRA - ME
ADVOGADO DO REQUERENTE: GIDALTE DE PAULA DIAS, OAB nº PR56511
Polo Passivo: WELLINGTON MEDINA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Seguem abaixo as informações sintéticas do alvará eletrônico na modalidade transferência, como o beneficiário, a conta destino e os valores.
O(a) beneficiário(a) deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação, conforme síntese supracitada.
Aguarde-se por cinco 5 dias o cumprimento da ordem.
Renajud infrutífero, conforme anexo.
Intime-se a parte exequente.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Editar Alvará Eletrônico Contas Judiciais 1 7012510-87.2021.8.22.00057012510-87.2021.8.22.0005Processo atual e os relacionados
Nº 1533057-7 Origem: BACENJUD J B DOS SANTOS PEREIRA ME Saldo R$ 387,88 Utilizado R$ 387,88
Data 01/09/2022 Saldo Remanescente R$ 0,00 Favorecidos 1 Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 387,88 Jessica Bruna dos Santos pereira 91559014253 1533057 - 7 Sim Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB/SICOOB (756) Ag.: 1 C.: 220897-0 EditarExcluir TOTAL
R$ 387,88
Adicionar Conta Centralizadora Adicionar FavorecidoSalvar

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Número do processo: 7010178-50.2021.8.22.0005
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: MOISES DOS SANTOS
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LUCAS GATELLI DE SOUZA, OAB nº RO7232, ESTEFANIA SOUZA MARINHO, OAB nº RO7025
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Nesta data EXPEDI ORDEM JUDICIAL ELETRÔNICA (alvará eletrônico) à Caixa Econômica Federal, em favor da exequente e/ou de seu(s) advogado(s) constituído(s) para levantamento dos valores depositados em juízo, o valor de R$ 16.955,97 e suas atualizações.
Conta Judicial: 1824 / 040 / nº 1538565 – 7
Favorecido do alvará eletrônico: MOISES DOS SANTOS - CPF: 452.746.659-34, através dos seus procuradores ESTEFANIA SOUZA MARINHO - OAB RO7025 - CPF: 958.976.822-91 e LUCAS GATELLI DE SOUZA - OAB RO7232 - CPF: 011.258.482-94(procuração id. 62491395), a parte autora deverá informar o cumprimento da decisão.
Nada mais havendo, conclusos para extinção da execução.
OBSERVAÇÕES:
1) A parte favorecida deverá comparecer, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, à agência da Caixa Econômica Federal (agência: 1824), ao caixa presencial, munida de documentos de identificação com foto, para saque do valor creditado.
2) O alvará eletrônico deverá ser sacado em até 30 (trinta) dias, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, sob pena de transferência para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO, que desde já determino.
Ji-Paraná/RO, 10 de julho de 2023.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7004271-31.2020.8.22.0005
Assunto: Perdas e Danos
Parte autora: EXEQUENTE: ADMILSON VENANCIO DE OLIVEIRA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
Parte requerida: EXECUTADO: JORGINO BARRETO
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO EXECUTADO: ANANIAS PINHEIRO DA SILVA, OAB nº RO1382
DECISÃO

Com relação à manifestação do executado, verifica-se que não merece guarida.
Com efeito, no JEC não há instauração do cumprimento da sentença, esse ocorre automaticamente após o trânsito em julgado, conforme artigo 52, incisos III e IV, da LJE:
Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações:
I - as sentenças serão necessariamente líquidas, contendo a conversão em Bônus do Tesouro Nacional - BTN ou índice equivalente;
II - os cálculos de conversão de índices, de honorários, de juros e de outras parcelas serão efetuados por servidor judicial;
III - a intimação da sentença será feita, sempre que possível, na própria audiência em que for proferida. Nessa intimação, o vencido será instado a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertido dos efeitos do seu descumprimento (inciso V);
IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação;
A propósito, há Enunciado do Fojur dispondo a esse respeito, o qual foi editado expressamente na sentença: “Seguindo o Enunciado 5º do 1º FOJUR de Rondônia, transitada em julgado esta decisão (10 dias após ciência da decisão), ficará a parte demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC/15, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo.”.
Assim, o executado, além de ter perdido o prazo para pagamento voluntário do débito, incidiu na multa de 10%, prevista no artigo 523, § 1º, do CPC, em razão do não pagamento no prazo legalmente estipulado.
Em arremate, não há que se falar em atuação de ofício do Juízo, tendo em vista que a parte exequente requereu o prosseguimento do feito, indicando o valor que entendeu devido (id 90855956).
Ocorre que a parte exequente, não se sabe por qual razão, juntou sua petição em sigilo, sem demonstrar qualquer excepcionalidade descrita no art. 189 do CPC, o que impediu que a parte contrária tomasse conhecimento da manifestação da parte exequente.
Em razão disso, deixo de expedir alvará, e devolvo à parte executada o prazo de 15 (quinze) dias descritos na decisão de id 91412357.
Retire-se o sigilo da petição de id 90855956 e intime-se a parte exequente da decisão de id id 91412357
Intimem-se.
Ji-Paraná/RO, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 7013292-94.2021.8.22.0005
Abatimento proporcional do preço
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: DERIUDA FERNANDES DE ASSIS ABREU, RUA DAS FLORES 948, - DE 809/810 AO FIM SÃO FRANCISCO - 76908-148 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ROSIANE DE SOUZA E SILVA REIS, OAB nº RO9153
EXECUTADO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: MICAELLA CAMPOS GONCALVES DE MORAIS, OAB nº PB23978, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Decisão
Nesta data EXPEDI ORDEM JUDICIAL ELETRÔNICA na modalidade transferência através da ferramenta “alvará eletrônico”, em favor do executado, devendo a instituição financeira zerar e encerrar a conta.
Seguem as informações sintéticas do alvará eletrônico, conforme abaixo:
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 21.583,36 ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A 05914650000166 1532036 - 9
Sim Itaú Unibanco S.A. (341) Ag.: 0275 C.: 20010-3
Nada mais havendo, arquivem-se.
Ji-Paraná, segunda-feira, 24 de abril de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo nº: 7002679-44.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Abono de Permanência
Requerente/Exequente: MARCELO ACACIO SIQUEIRA, RUA PRESBÍTERO HONORATO PEREIRA 1640, - DE 1623/1624 A 1830/1831 NOVA BRASÍLIA - 76908-396 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado do requerente: RODRIGO FERREIRA RODRIGUES SOUTO, OAB nº PE47718
Requerido/Executado: Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.

Trata-se de ação de cobrança proposta por MARCELO ACACIO SIQUEIRA, em face de o ESTADO DE RONDÔNIA, na qual a parte requerente, policial militar, pretende o recebimento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.

Alega que a referida verba deveria integrar os vencimentos do requerente desde janeiro de 2020 no percentual de 6% do soldo, porém não foi implementado até o momento.

Inicialmente rejeito a preliminar de impugnação ao valor da causa, tendo em vista que o percentual calculado sobre o soldo corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão, conforme anexo II do citado normativo.

Quanto a incompetência absoluta alegada, não presente na lei 12.153/2009 qualquer restrição em relação aos direitos individuas homogêneos, sendo a limitação a ações coletivas no âmbito dos juizados especiais. O STJ igualmente realiza essa distinção, entendendo ser da competência do Juizado Especial a ação individual, ainda que nela seja pleiteada a satisfação de direito coletivo, difuso ou individual homogêneo. (AgRg no RMS 28085/SC, 1ª Turma, rel. Min. Denise Arruda, j. 14/04/2009, DJe 07/05/2009); (STJ - REsp: 1673270 SP 2017/0104871-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 26/09/2017, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/12/2017). Portanto, não se enquadra na exceção expressa do art. 2º, § 1º, I, da Lei nº 12.153/2009 o fato de o próprio titular do direito formular seu pedido individualmente.

Por fim, no que tange ao julgamento de improcedência liminar do pedido, não é o caso , posto que ausentes os requisitos que autorização o julgamento nos termos do art. 332 do CPC.

Cinge-se á controvérsia em verificar se a Lei Federal acima, que estabeleceu o adicional ao Militares das Forças Armadas (União) aplica-se aos militares estaduais.

Pois bem.

O texto constitucional, em seu art. 25, estabelece que os Estados da federação são detentores de autonomia política, administrativa e legislativa, regendo-se pela Constituição e leis que adotarem:

“Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.”

Outrossim, é de competência de cada ente organizar o respectivo regime jurídico de seus servidores, estabelecendo em lei específica os vencimentos dos servidores públicos e demais componentes do sistema remuneratório, nos termos dos art. 37 e 39 da CF/88.

Ainda, especificamente na Seção III, o texto maior, trata dos militares dos Estados, veja:

“Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.”

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. [grifei e destaquei]

§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal. [grifei e destaquei]

§ 3º Aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no art. 37, inciso XVI, com prevalência da atividade militar.

X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.

A legislação que dispõe sobre a remuneração dos integrantes da carreira de militares do Estado de Rondônia (Lei 1.063/2002) não prevê o adicional de compensação por disponibilidade militar. E nesse contexto, de acordo com o teor Súmula Vinculante n° 37 do STF, incabível ao

PODER JUDICIÁRIO, que não possui função legislativa, aumentar vencimentos de servidores sob o fundamento de isonomia.

Ocorre que, referido adicional tem previsão apenas no tocante a remuneração dos militares integrantes das Forças Armadas, conforme se depreende do Decreto n° 10.471/2020, que regulamenta o benefício e do Decreto n° 11.002/2022, que dispõe acerca da Lei nº 13.954/2109 e da Medida Provisória nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001.

Nesse sentido, conforme disposto no art. 1º da Lei Complementar n. 69/1991, as Forças Armadas são constituída pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, sendo as polícias militares e os corpos de bombeiros militares definidas como “forças auxiliares” e “reserva” do Exército, nos termos do art. 144, §6º da Constituição Federal.

Em que pese a legislação que criou tal adicional também atingir o Decreto-Lei n° 667/69, que trata da reorganização das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal, a faz tão somente para alterar partes da normativa que não guardam relação com o adicional de disponibilidade.

Esse também é o sentido do art. 24, em sua nova redação no Decreto-Lei nº 667/69:

Art. 24. Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos, nos termos do § 1º do art. 42, combinado com o inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 13.954, de 2019). [grifei e destaquei].

Nesse sentido, o recente julgamento pela Turma Recursal do TJRO, do qual resultou em novo entendimento:

Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. - A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RECURSO INOMINADO, autos n. 7002283-17.2021.8.22.001 , Relator : CRISTIANO GOMES MAZZINI, Data julgamento: 29/03/2023)

Ainda, ao encontro do entendimento acima, E. Tribunal do DF, veja:

APELAÇÃO CÍVEL. LEI Nº 13.954/2019. ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO POR DISPONIBILIDADE MILITAR. INAPLICABILIDADE AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. LEI ESPECÍFICA. ENUNCIADO DE SÚMULA Nº 37, DO STF. REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DECORRENTE DO IMPLEMENTO DE ALÍQUOTA SUPERIOR PARA A CONTRIBUIÇÃO DA PENSÃO MILITAR. AUSÊNCIA DE PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PATAMAR. REDUÇÃO SALARIAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO ESPECÍFICO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A Lei nº 13.954/2019 criou o adicional de compensação por disponibilidade militar, que consiste na parcela remuneratória mensal devida ao militar em razão da disponibilidade permanente e da dedicação exclusiva. 2. Segundo o art. 8º, § 1º, da Lei nº 13.954/2019, é vedada a acumulação do adicional de compensação por disponibilidade militar com o adicional de tempo de serviço que trata o art. 3º, inciso IV, da Medida Provisória nº 2.215/2001. 3. Os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não

fazem jus ao referido adicional, porquanto a Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos servidores militares desses órgãos deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos. 4. Segundo enunciado de Súmula nº 37, do STF, não cabe ao PODER JUDICIÁRIO, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 5. Em que pese à alegação de redução de remuneração decorrente do implemento de alíquota superior para a contribuição de pensão militar, os autores/apelantes não formularam pedido em tal sentido, razão pela qual não há que se falar em alteração do patamar de contribuição previdenciária. 6. Apelo não provido. (TJ-DF 07304766220208070016 DF 0730476-62.2020.8.07.0016, Relator: ARNOLDO CAMANHO, Data de Julgamento: 15/07/2021, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe : 29/07/2021 . Pág.: Sem Página Cadastrada.).
Observa-se ainda, que da mesma forma se entende quanto aos pensionistas dos militares dos Estados e aos militares inativos (Arts. 42, § 2º c/c 142, CF).
De mais a mais, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça inexiste obrigação do julgador se pronunciar sobre cada uma das alegações e dos artigos citados pelas partes, de forma pontual, bastando que apresente fundamentação suficiente às razões de seu convencimento.
Assim, resta claramente demonstrado que a Lei nº 13.954/2019, no que concerne ao adicional de compensação por disponibilidade militar não se aplica à parte autora, sob pena de violão ao princípio da legalidade e da separação dos Poderes.
Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por MARCELO ACACIO SIQUEIRA para condenação do Estado de Rondônia ao pagamento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Defiro a gratuidade. Sem custas e honorários advocatícios.
Intimem-se.
Agende-se decurso de prazo. Transitado em julgado, arquive-se.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo nº: 7003279-65.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Gratificações e Adicionais, Reserva Remunerada
Requerente/Exequente: EDIVALDO DE SOUSA OLIVEIRA, AVENIDA JK 2157, - DE 1860/1861 AO FIM CASA PRETA - 76907-644 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado do requerente: FABIO LEANDRO AQUINO MAIA, OAB nº RO1878A, ANTONIO FRACCARO, OAB nº RO1941
Requerido/Executado: Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de cobrança proposta por EDIVALDO DE SOUSA OLIVEIRA, em face de o ESTADO DE RONDÔNIA, na qual a parte requerente, policial militar, pretende o recebimento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
Alega que a referida verba deveria integrar os vencimentos do requerente desde janeiro de 2020 no percentual de 6% do soldo, porém não foi implementado até o momento.
O texto constitucional, em seu art. 25, estabelece que os Estados da federação são detentores de autonomia política, administrativa e legislativa, regendo-se pela Constituição e leis que adotarem:
“Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.”
Outrossim, é de competência de cada ente organizar o respectivo regime jurídico de seus servidores, estabelecendo em lei específica os vencimentos dos servidores públicos e demais componentes do sistema remuneratório, nos termos dos art. 37 e 39 da CF/88.
Ainda, especificamente na Seção III, o texto maior, trata dos militares dos Estados, veja:
“Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.”
§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. [grifei e destaquei]
§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal. [grifei e destaquei]
§ 3º Aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no art. 37, inciso XVI, com prevalência da atividade militar.
X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.
A legislação que dispõe sobre a remuneração dos integrantes da carreira de militares do Estado de Rondônia (Lei 1.063/2002) não prevê o adicional de compensação por disponibilidade militar. E nesse contexto, de acordo com o teor Súmula Vinculante n° 37 do STF, incabível ao
PODER JUDICIÁRIO, que não possui função legislativa, aumentar vencimentos de servidores sob o fundamento de isonomia.
Ocorre que, referido adicional tem previsão apenas no tocante a remuneração dos militares integrantes das Forças Armadas, conforme se depreende do Decreto n° 10.471/2020, que regulamenta o benefício e do Decreto n° 11.002/2022, que dispõe acerca da Lei nº 13.954/2109 e da Medida Provisória nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001.

Nesse sentido, conforme disposto no art. 1º da Lei Complementar n. 69/1991, as Forças Armadas são constituída pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, sendo as polícias militares e os corpos de bombeiros militares definidas como “forças auxiliares” e “reserva” do Exército, nos termos do art. 144, §6º da Constituição Federal.
Em que pese a legislação que criou tal adicional também atingir o Decreto-Lei n° 667/69, que trata da reorganização das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal, a faz tão somente para alterar partes da normativa que não guardam relação com o adicional de disponibilidade.
Esse também é o sentido do art. 24, em sua nova redação no Decreto-Lei nº 667/69:
Art. 24. Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos, nos termos do § 1º do art. 42, combinado com o inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 13.954, de 2019). [grifei e destaquei].
Nesse sentido, o recente julgamento pela Turma Recursal do TJRO, do qual resultou em novo entendimento:
Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. - A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RECURSO INOMINADO, autos n. 7002283-17.2021.8.22.001 , Relator : CRISTIANO GOMES MAZZINI, Data julgamento: 29/03/2023)
Ainda, ao encontro do entendimento acima, E. Tribunal do DF, veja:
APELAÇÃO CÍVEL. LEI Nº 13.954/2019. ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO POR DISPONIBILIDADE MILITAR. INAPLICABILIDADE AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. LEI ESPECÍFICA. ENUNCIADO DE SÚMULA Nº 37, DO STF. REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DECORRENTE DO IMPLEMENTO DE ALÍQUOTA SUPERIOR PARA A CONTRIBUIÇÃO DA PENSÃO MILITAR. AUSÊNCIA DE PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PATAMAR. REDUÇÃO SALARIAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO ESPECÍFICO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A Lei nº 13.954/2019 criou o adicional de compensação por disponibilidade militar, que consiste na parcela remuneratória mensal devida ao militar em razão da disponibilidade permanente e da dedicação exclusiva. 2. Segundo o art. 8º, § 1º, da Lei nº 13.954/2019, é vedada a acumulação do adicional de compensação por disponibilidade militar com o adicional de tempo de serviço que trata o art. 3º, inciso IV, da Medida Provisória nº 2.215/2001. 3. Os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao referido adicional, porquanto a Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos servidores militares desses órgãos deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos. 4. Segundo enunciado de Súmula nº 37, do STF, não cabe ao PODER JUDICIÁRIO, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 5. Em que pese à alegação de redução de remuneração decorrente do implemento de alíquota superior para a contribuição de pensão militar, os autores/apelantes não formularam pedido em tal sentido, razão pela qual não há que se falar em alteração do patamar de contribuição previdenciária. 6. Apelo não provido. (TJ-DF 07304766220208070016 DF 0730476-62.2020.8.07.0016, Relator: ARNOLDO CAMANHO, Data de Julgamento: 15/07/2021, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe : 29/07/2021 . Pág.: Sem Página Cadastrada.).
Observa-se ainda, que da mesma forma se entende quanto aos pensionistas dos militares dos Estados e aos militares inativos (Arts. 42, § 2º c/c 142, CF).
De mais a mais, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça inexiste obrigação do julgador se pronunciar sobre cada uma das alegações e dos artigos citados pelas partes, de forma pontual, bastando que apresente fundamentação suficiente às razões de seu convencimento.
Assim, resta claramente demonstrado que a Lei nº 13.954/2019, no que concerne ao adicional de compensação por disponibilidade militar não se aplica à parte autora, sob pena de violão ao princípio da legalidade e da separação dos Poderes.
Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por EDIVALDO DE SOUSA OLIVEIRA para condenação do Estado de Rondônia ao pagamento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Defiro a gratuidade. Sem custas e honorários advocatícios.
Intimem-se.
Agende-se decurso de prazo. Transitado em julgado, arquive-se.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
7005031-72.2023.8.22.0005
AUTOR: GLEBER MARCIAL
ADVOGADO DO AUTOR: ALAN DE ALMEIDA PINHEIRO DA SILVA, OAB nº RO7495
REU: LIMA INVESTIMENTOS E NEGOCIOS LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Relatório dispensado, nos termos do artigo 38 da LJE.
O autor pretende rescindir contrato no valor de R$ 160.000,00 (id. 85339341), também postula pela restituição de quantia paga no importe de R$ 13.141,25, bem ainda objetiva indenização por dano moral na quantia de R$ 10.000,00, totalizando benefício econômico de R$ 183.141,25.
Dessa forma, o valor correto da causa ultrapassa a alçada do Juizado Especial Cível, considerando a data do ajuizamento da ação e o salário mínimo respectivo.
Com efeito, o artigo 292 do CPC disciplina que o valor do contrato que se pretende rescindir deve integrar valores a serem restituído e indenizados, pois, na cumulação de pedidos, deve-se somar as quantias de todos os pedidos. Confira-se:
Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será:
I - na ação de cobrança de dívida, a soma monetariamente corrigida do principal, dos juros de mora vencidos e de outras penalidades, se houver, até a data de propositura da ação;

II - na ação que tiver por objeto a existência, a validade, o cumprimento, a modificação, a resolução, a resilição ou a rescisão de ato jurídico, o valor do ato ou o de sua parte controvertida;
III - na ação de alimentos, a soma de 12 (doze) prestações mensais pedidas pelo autor;
IV - na ação de divisão, de demarcação e de reivindicação, o valor de avaliação da área ou do bem objeto do pedido;
V - na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido;
VI - na ação em que há cumulação de pedidos, a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles;
VII - na ação em que os pedidos são alternativos, o de maior valor;
VIII - na ação em que houver pedido subsidiário, o valor do pedido principal.
Assim, não subsiste razão ao autor em pleitear sua demanda nesta especializada.
Posto isso, extingo o processo sem resolução de mérito, com fundamento no disposto no artigo 3º, I, e artigo 51, II, da LJE.
Sem custas e sem honorários.
Com o trânsito em julgado, arquivem-se.
Sentença registrada automaticamente e publicada no DJE.
Ji-Paraná, sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910
Autos n. 7008159-03.2023.8.22.0005
Origem: Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Classe/natureza/assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica
Valor da causa: R$ 1.320,00
REQUERENTE: CEDRICK ROLIN PERIM
ADVOGADO DO REQUERENTE: TIAGO DE AGUIAR MOREIRA, OAB nº RO5915A
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO DO REQUERIDO: ENERGISA RONDÔNIA
Decisão
Recebido no plantão.
CEDRICK ROLIN PERIM ingressou com a presente AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE LIMINAR em face de ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A contendo pedido de tutela de urgência para que a parte ré restabeleça o serviço de fornecimento de energia elétrica da unidade consumidora nº 20/2211123-1 (Rua Governador Jorge Teixeira, n. 617, bairro Nova Brasília, cidade de JiParaná/RO, CEP 76908-383), alegando que, é comerciante e teve sua energia elétrica cortada pela Requerida na data de hoje (15/07/2023) - sábado. Conta que assim que os funcionários da Requerida chegaram em seu estabelecimento comercial para realizar o corte de energia, o Requerente informou que eles não poderiam estar realizando o respectivo corte fora do horário comercial em um sábado, no entanto, os funcionários da Requerida apenas informaram que estavam cumprindo ordem. Ainda, sustenta que, estava inadimplente com a Requerida, deste modo, ainda quando os funcionários da Requerida estavam em seu estabelecimento comercial, o Requerente realizou o pagamento de seus débitos e mostrou para os funcionários da Requerida, todavia, nada adiantou.
Juntou documentos.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório. DECIDO.
Para fins de concessão da antecipação de tutela, é necessário que estejam presentes os pressupostos do art. 300 do CPC:
“Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.”
Na hipótese em exame, vislumbro a probabilidade do direito e o perigo do dano alegado pela parte autora.
Verifica-se que o desligamento foi realizado em um sábado, o que não é permitido conforme RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.000, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021:
Art. 359. A distribuidora deve adotar o horário das 8 horas às 18 horas para a execução da suspensão do fornecimento por inadimplemento, sendo vedada às sextas-feiras, sábados, domingos, vésperas de feriados e nos feriados.
E, ainda, conforme LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017:
Art. 6º Parágrafo único. É vedada a suspensão da prestação de serviço em virtude de inadimplemento por parte do usuário que se inicie na sexta-feira, no sábado ou no domingo, bem como em feriado ou no dia anterior a feriado. (Incluído pela Lei nº 14.015, de 2020).
Dessa forma, em um exame sumário, verifico ser caso de deferimento da tutela de urgência no presente momento.
Outrossim, não há que se falar em prejuízo e/ou perigo de irreversibilidade dos efeitos da presente decisão, pois a parte requerida poderá comprovar eventual exercício regular de seu direito, suspender o fornecimento de energia.
Portanto, acolho o pedido liminar, razão pela qual DETERMINO que a parte requerida (ENERGISA) proceda à IMEDIATA retomada do fornecimento do serviço de energia elétrica na unidade consumidora nº 20/2211123-1 (Rua Governador Jorge Teixeira, n. 617, bairro Nova Brasília, cidade de JiParaná/RO, CEP 76908-383) (religamento), no prazo máximo de 1 hora 45 minutos, sob pena de multa de R$1.000,00 por hora de atraso, até o limite de R$200.000,00 (duzentos mil reais). O valor das astreintes nesse patamar, se dá sobretudo pelo fato de que a referida concessionária de energia elétrica ignora, não só a ordem judicial, mas sobretudo comando imperativo da Lei e Resolução aprovada pela autarquia federal que regula o setor. Demonstrando com isso a sua afronta aos poderes constituídos (Executivo/Legislativo/Judiciário).
Se sobrevier informação nos autos sobre o descumprimento da medida, tragam-me os autos conclusos na data de hoje à qualquer hora DA NOITE OU MADRUGADA para fins de MAJORAÇÃO DA MULTA.

Fica a parte autora, desde já, intimada do inteiro teor desta, por meio de seu advogado.
Em concretude aos princípios da economicidade e da celeridade processual, a intimação da requerida ENERGISA da presente decisão será feita através do envio para o e-mail institucional protocolojudicial@energisa.com.br, conforme ajuste feito com a CGJ.
Cite-se pelo Sistema PJE.
Intimem-se COM URGÊNCIA. Cumpra-se.
Ji-Paraná/RO, 15 de julho de 2023.
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz Plantonista
*Observações importantes à CPE-1º Grau e a Oficiais de Justiça:
1. Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício por servidor(a) da CPE-1º Grau e revistos pelo Juiz natural quando necessários. Assim, proceda a CPE-1º Grau de acordo com o disposto no art. 93, XIV, da CF; art. 152, VI, do CPC e art. 33 das DGJ. Deveras, à luz do disposto nas citadas normas e considerando o que consta do Manual de Processos da Área Cível do PODER JUDICIÁRIO do Estado de Rondônia, a CPE-1º Grau deverá praticar eventuais atos ordinatórios necessários ao andamento do feito.
2. Acaso necessário, serve a cópia desta decisão, devidamente assinada eletronicamente/digitalmente pelo MM Juiz de Direito que a redigiu (subscritor), extraída do sistema PJe/CNJ, como Mandado de Citação, Intimação, Notificação, Requisição, Comunicação, Carta Precatória e/ou Ofício, solicitação de colaboração/cooperação dirigida a órgãos públicos, autarquias, departamentos públicos ou entes privados, Tribunais, outros Juízos, pessoas naturais ou jurídicas de direito público e/ou privado envolvidos ou com interesse direto ou indireto nesta demanda.
3. Caso a providência a ser realizada se amolde à possibilidade de cumprimento eletrônico do ato judicial determinado por este Juízo, poderá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça executar a(s) diligência(s) por meio do aplicativo eletrônico de troca de mensagens e arquivos WhatsApp, desde que incidente ao caso a hipótese prevista no art. 2º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ (DJe n. 218, 24/11/2022). O(a) senhor(a) serventuário(a) da Justiça deverá observar rigorosamente o que previsto no art. 3º da norma administrativa citada para efeito de pagamento da(a) diligência(s). Para a validade da comprovação da identidade da(s) pessoa(s) citada(s), intimada(s), requisitada(s), comunicada(s) ou notificada(s), no cumprimento da(s) diligência(s), deverá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça considerar o que tipificado no art. 4º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ.
4. Se oportuno, preclusa a decisão, alterado o rito/procedimento da ação ou transitada em julgado eventual sentença, a Central de Processamento Eletrônico - CPE-1º Grau deverá providenciar a imediata e imprescindível retificação da classe processual, assunto e natureza da demanda, a fim de que os relatórios estatísticos, relatórios de Metas/CNJ e de monitoramento da Vara reflitam a real quantidade e tipos das ações que aqui tramitam (ex.: ação de conhecimento para cumprimento de sentença/execução; auto de apreensão em flagrante ou procedimento (inquisitorial) para apuração de ato infracional para ação para apuração de ato infracional - ou classe equivalente; ação monitória para cumprimento de sentença).
5. A intimação de atos judicantes dirigida a advogados constituídos dá-se por meio de publicação no Diário da Justiça eletrônico – DJe, conforme Lei n. 11.419/2006; CPC, art. 205, § 3º; art. 224; art. 231, VII; Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017; Pedido de Providência CNJ n. 0002470-04.2018.2.00.0000, art. 5º da Resolução CNJ n. 234/2016 e Resolução CNJ n. 455/2022, art. 11, § 3º.
Com efeito, à intimação do causídico precede a disponibilização ou divulgação do ato no DJe. Com a divulgação no DJe, dá-se a publicação da manifestação judicial e, ato contínuo, a intimação dos d. advogados. É o que diz o art. 224, § 2º, do CPC: "Considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico." Dispõe ainda o seu § 3º: "A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação."
Logo, eventual recebimento de informações inerentes à prática de atos judicantes por advogados via e-mail (sistema push) tem efeito meramente informativo, de jeito que não há falar em intimação de advogados a partir de simples consulta processual ao PJe ou via sistema push. Ver ainda SEI n. 0003496-42.2017.8.22.8800, Ofício-CGJ n. 982/2017, de 22/12/2017; Ofício Circular-CGJ n. 216/2017; Ofício Circular-CGJ n. 31/2018 e Informação-CGJ n. 629/2018. Assim, regra geral, a mera consulta aos autos eletrônicos no Sistema PJe ou o recebimento de informações sobre a prática de atos processuais via e-mail (sistema push) não implicam em divulgação, publicação ou intimação das partes e de seus advogados constituídos. Por sua vez, apenas advogados e procuradores públicos, assim como a Defensoria Pública e o Ministério Público gozam da chamada "intimação pessoal" via Sistema PJe.
Reitere-se que, nos termos do Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017, publicado no DJe n. 234, de 20/12/2017, p. 52, no primeiro grau de jurisdição, a publicação dos atos processuais no Diário de Justiça eletrônico – DJe do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia substitui qualquer outro meio oficial de comunicação, para fins de intimação, à exceção dos casos em que a lei exigir vista ou intimação pessoal (art. 1º).

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Endereço: Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594
==========
Processo nº: 7006189-02.2022.8.22.0005 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: LUZIA DE JESUS OLIVEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: LAIS GABRIELA SBALCHIERO COSTA - RO10934
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE
Finalidade: Considerando que a parte requerida opôs embargos de declaração em face à r. sentença, promovo a intimação da parte requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar contrarrazões.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Endereço: Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594
==========
Processo nº: 7005303-03.2022.8.22.0005 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

AUTOR: AGRIMALDO VICENTE DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: RAFAEL SILVA ARENHARDT - RO10525
REQUERIDO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
Intimação AO REQUERENTE (VIA DJE)
Finalidade: Considerando que a parte requerida apresentou recurso em face à r. sentença, promovo a intimação da parte autora para, em 10 (dez) dias, apresentar contrarrazões.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Endereço: Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594
==========
Processo nº: 7004948-61.2020.8.22.0005 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: SILVIA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: DIANA PAULINO GALVAO - RO10811
EXECUTADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
ATO ORDINATÓRIO
(INTIMAÇÃO)
Intime-se a exequente para informar se a obrigação foi satisfeita. Prazo de 05 dias, sob pena de arquivamento.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Endereço: Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594
==========
Processo nº: 7001410-04.2022.8.22.0005 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: MARIA JOSE VILAS BOAS
Advogados do(a) EXEQUENTE: AROLDO BUENO DE OLIVEIRA - PR54249, JACKSON BARBOSA DE CARVALHO - RO8310
NÃO DENUNCIADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Intimação AO EXEQUENTE (VIA DJE)
Finalidade: Intimar a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar sobre a petição apresentada pela parte executada ID nº 92471693.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Endereço: Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594
==========
Processo nº: 7006570-44.2021.8.22.0005 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: WILMA JESUS DA SILVA
Advogados do(a) EXEQUENTE: JORDAN LUIZ MIRANDA HOLANDA - RO10573, MARCIO CALADO DA SILVA - RO10945
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
Intimação AO EXEQUENTE (VIA DJE)
Finalidade: Intimar a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar sobre a petição apresentada pela parte executada ID nº 92962045/92958718/92958739.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7011542-57.2021.8.22.0005
Assunto:Indenização por Dano Material
Parte autora: EXEQUENTE: JACO ARAUJO DE SA, CPF nº 05893301447, ÁREA RURAL s/n ÁREA RURAL DE JI-PARANÁ - 76914-899 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: SAYMON DA SILVA RODRIGUES, OAB nº RO7622
Parte requerida: EXECUTADO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DO EXECUTADO: RAFAELA INES OLIVEIRA DOS SANTOS, OAB nº PB26230, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA

A parte executada cumpriu com a obrigação objeto destes autos.
Desse modo, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95.
Sentença registrada e publicada automaticamente via PJE, com trânsito em julgado nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Arquivem-se.
Ji-Paraná,sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 7003473-02.2022.8.22.0005
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: J L DE OLIVEIRA OTICA, AVENIDA MARECHAL RONDON 1748, - DE 1548 A 1900 - LADO PAR CENTRO - 76900-136 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELISIARIA SANTOS DE BARROS, OAB nº RO11171
REQUERIDO: JOABI FERREIRA BELEM, RUA DAS FLORES 573 SAO JOSE - 69800-000 - HUMAITÁ - AMAZONAS
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da LJE.
Realizadas diligências, não foram encontrados bens do devedor.
Indefiro o pedido de suspensão, eis que, em tal caso a lei permite a extinção do feito de imediato, evitando-se sua eternização, sem prejuízo às partes e à própria justiça (art. 53, § 4º, da LJE).
Frise-se que não há prejuízo efetivo para a parte, posto que poderá o feito ser movimentado livremente caso encontrados bens, antes da prescrição.
Diante do exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 53, §4º, da LJE, podendo a parte exequente promover o desarquivamento e prosseguimento do feito, se localizados bens da parte devedora, antes da prescrição.
Nada mais havendo, arquive-se.
Sentença registrada e publicada via PJE.
Ji-Paraná, 15 de julho de 2023
Maximiliano Darcy David Deitos
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7007020-21.2020.8.22.0005
Assunto:Rescisão / Resolução
Parte autora: EXEQUENTE: J B DOS SANTOS PEREIRA - ME, CNPJ nº 26720521000107, RUA MANOEL FRANCO 677, - DE 412/413 A 734/735 NOVA BRASÍLIA - 76908-410 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: GIDALTE DE PAULA DIAS, OAB nº PR56511, JOAO RICARDO DE ALMEIDA GERON, OAB nº PR60345
Parte requerida: EXECUTADO: SANDRA REGINA DE OLIVEIRA MACHADO, CPF nº 61290750220, RUA BELÉM 1769, - DE 1360/1361 A 1637/1638 VALPARAÍSO - 76908-722 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Verifico que a parte executada não foi encontrada no endereço constante nos autos.
Outrossim, intimada para informar novo endereço da parte executada, a parte exequente não se manifestou nos autos.
Dessa forma, com fundamento no artigo 53, § 4º, da Lei 9.099/19951, EXTINGO o feito.
Intime-se a parte exequente e arquivem-se os autos.
Sentença registrada automaticamente via PJE.
Ji-Paraná/, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
1“não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor”
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7001981-38.2023.8.22.0005
Assunto:Nota Promissória
Parte autora: PROCURADORES: CLEUCY DE SOUZA SILVA, ATACADO RONDONIA EIRELI - EPP

Advogado da parte autora: ADVOGADOS DOS PROCURADORES: SERGIO LUIZ MILANI FILHO, OAB nº RO7623, WILLIAN SILVA SALES, OAB nº RO8108
Parte requerida: REQUERIDO: CASSIANO LEITE NASCIMENTO
Advogado da parte requerida: REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Trata-se de ação de cobrança de dívida.
Inicialmente, verifico que a parte requerida não compareceu à audiência e nem mesmo apresentou defesa, incidindo, pois, nos efeitos da revelia, conforme artigo 20 da Lei 9.099/95.
Sendo a parte requerida revel, tornam-se incontroversos os fatos narrados na inicial.
Ademais, merece procedência o pedido da parte requerente, na medida em que juntou documentos que comprovam a existência da dívida (id. 87517554).
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos do(a) requerente e, via de consequência, condeno a parte requerida a pagar à parte autora o montante de R$ 2.023,70, atualizado monetariamente a partir do ajuizamento da ação e com incidência de juros de 1% ao mês a partir da citação.
Como corolário, extingo o processo, com resolução do mérito, com base no artigo 487, I, do Código de Processo Civil.
Sem custas e honorários (artigo 55 da Lei 9.099/95).
Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
A parte que desejar recorrer à Turma Recursal deverá recolher, até 48 horas, contados da interposição do recurso inominado, 5% sobre o valor da causa (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/1995 e art. 23, c/c art. 12, do Regimento de Custas – Lei Estadual nº 3.896/2016), sob pena de deserção. No caso da insuficiência do valor recolhido não haverá intimação para complementação do preparo (Enunciado n. 80 do Fonaje e art. 42, §1º, da Lei nº 9.099/1995).
Caso o(a) recorrente pretenda o benefício da assistência judiciária deverá, na própria peça recursal, efetuar o pedido e juntar documentos (exemplos comprovantes de rendimento, gastos mensais, extrato bancário dos últimos 3 meses, declaração de isento de imposto de renda, certidão de registro de imóveis e declaração do IDARON), independentemente de ter feito o pedido na inicial ou contestação ou juntado documentos anteriormente, pois a ausência de recurso financeiro deve ser contemporâneo ao recolhimento das custas do preparo.
Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta decisão (10 dias após ciência da decisão), ficará a parte demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC/15, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo, além de penhora de valores e bens.
Os autos deverão aguardar no arquivo o prazo para pagamento voluntário do débito. Havendo pagamento, expeça-se alvará ao credor.
Sentença registrada automaticamente e publicada no DJE.
Ji-Paraná/, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7006740-79.2022.8.22.0005
Assunto:Licença Prêmio
Parte autora: EXEQUENTE: JORGE NOGUEIRA DE SOUZA, CPF nº 31233678191
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: PAULO OTAVIO CATARDO SILVA, OAB nº RO9457
Parte requerida: NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
DESPACHO
Considerando a eventual possibilidade de modificação da decisão embargada, com fundamento no disposto no artigo 1.023, § 2º, do CPC, fica a parte exequente/embargada intimada para, querendo, manifestar-se no prazo de 5 dias úteis.
Após, conclusos.
Int.
Ji-Paraná/sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910
Processo: 7006418-59.2022.8.22.0005
Assunto: Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material
AUTOR: MIQUEIAS RODRIGUES SOARES, CPF nº 01684145201
ADVOGADOS DO AUTOR: THAYSA SILVA DE OLIVEIRA, OAB nº RO6577A, AGNYS FOSCHIANI HELBEL, OAB nº RO6573A, ALINE SILVEIRA KRUGUEL, OAB nº RO12377
REQUERIDO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD

ADVOGADOS DO REQUERIDO: ANDERSON FELIPE REUSING BAUER, OAB nº RO5530, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
DECISÃO
A CAERD interpôs recurso inominado requerendo a isenção do preparo recursal, sob a alegação de ser equiparada à fazenda pública.
Este magistrado vinha decidindo, em consonância com a Turma Recursal, que a CAERD não goza da isenção de custas, pois a decisão do STF que a equiparou à fazenda pública está limitada à impenhorabilidade de seus bens, pois, apesar de ser empresa de economia mista, exerce sua atividade sem concorrência no âmbito do estado de Rondônia.
No final do ano passado, por força de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, o egrégio Tribunal de Justiça, por suas Câmaras Cíveis Reunidas, decidiu determinar a suspensão dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre o tema de ISENÇÃO DE CUSTAS PROCESSUAIS À CAERD (Tema 06 - IRDR) - conforme processo nº 0809003-88.2022.8.22.0000 - acórdão disponibilizado no DJe de 09/12/2022.
Portanto, DETERMINO a suspensão do processo até decisão ulterior das colendas Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.
Intimem-se.
Ji-Paraná/RO, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7012101-77.2022.8.22.0005
Assunto:Indenização por Dano Material
Parte autora: REQUERENTE: RAFAEL MACIEL POSSAMAI
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO REQUERENTE: LUANA GALVAO, OAB nº RO9759
Parte requerida: REQUERIDO: MERCADO PAGO INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REQUERIDO: JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM, OAB nº ES18694
DESPACHO
Considerando a eventual possibilidade de modificação da decisão embargada, com fundamento no disposto no artigo 1.023, § 2º, do CPC, fica a parte requerida/embargada intimada para, querendo, manifestar-se no prazo de 5 dias úteis.
Após, conclusos.
Ji-Paraná/sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7008071-96.2022.8.22.0005
Assunto:Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, Honorários Advocatícios, Intimação / Notificação
Parte autora: REQUERENTE: VALDECIR DE SOUZA FERNANDES
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO REQUERENTE: IDENIRIA FELBERK DE ALMEIDA, OAB nº RO1213, SAULO VINICIUS FELBERK DE ALMEIDA, OAB nº RO10069
Parte requerida: REQUERIDOS: COOPERATIVA MISTA ROMA, RIO MACHADO REPRESENTACOES LTDA
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: NATHALIA GONCALVES DE MACEDO CARVALHO, OAB nº SP287894, CRISTIANO REGO BENZOTA DE CARVALHO, OAB nº BA15471
DECISÃO
Considerando a inexistência de prejuízo às partes, defiro o pedido do id. 93014352, de modo que a audiência poderá ser realizada integralmente de forma virtual ou mista (virtual para a requerida e presencial para a parte autora), a depender da adesão da parte requerente, porém, desde já, ficam as partes ADVERTIDAS que, se aderentes à audiência virtual, deverão entrar na sala de audiência virtual link: https://meet.google.com/fvf-yriu-hqh, independente de contato de servidores deste juízo e providenciar meios tecnológicos necessários (conforme advertências abaixo).
ADVERTÊNCIAS (NO CASO DE VIDEOCONFERÊNCIA):
1) Advertem-se às partes a necessidade da leitura atenta a fim de que se atendem quanto ao procedimento e ônus de intimação de suas testemunhas.
2) Para realização da audiência por videoconferência, será observado o seguinte:
a) Participando pelo computador: necessário câmera e microfone instalados e em pleno funcionamento, basta clicar no link: https://meet.google.com/fvf-yriu-hqh, não será necessário instalar nenhum aplicativo.
b) Participando pelo celular: necessário instalação prévia do aplicativo Google Meet, disponível na Play Store ou App Store; após, basta clicar no link acima informado.
3) Caso optado por audiência virtual, a parte estará inteiramente responsável de suas atribuições previamente informadas, independente de contato de servidores deste juízo.
Intimem-se as partes, por seus advogados, via publicação no DJE.
Cumpra-se.
{{orgao_julgador.cidade}}/, {{data.extenso}}
{{orgao_julgador.juiz}}
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7007885-39.2023.8.22.0005
Assunto:Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Parte autora: AUTOR: ROGERIO ROSA DOS SANTOS
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: LUANA GOMES DOS SANTOS, OAB nº RO8443
Parte requerida: REU: ITAPEVA X MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO - PADRONIZADOS
Advogado da parte requerida: REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 dias: a) documentos em pdf que constam no id. 93125559 (parcelas e comprovantes de pagamento etc; b) apresentar comprovante de endereço atualizado (até 60 dias) e em seu nome ou declaração pessoal de residência; c) juntar certidão da CDL que contempla as inscrições de SPC.
Sem prejuízo, passo à análise da liminar.
A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco útil do processo.
No caso em tela, o pedido de exclusão vem amparado apenas na afirmação da parte autora que não tem mais relação jurídica com a parte requerida e não há qualquer dívida com ela.
Contudo, em que pese o alegado, não vejo como antecipar-lhe a tutela sem antes, ao menos, ouvir a parte contrária, exatamente porque nenhum elemento indiciário foi trazido aos autos capazes de corroborar a alegação da parte demandante. Ademais, considera também, que o fato desprovido de provas está sendo apreciado em sede de tutela antecipada, sem a prévia oitiva da parte demandada.
Daí porque me parece razoável, diante da inexistência de elementos probatórios pré-constituídos, que ao menos se aguarde-se a manifestação do requerido a respeito do tema.
Além do mais, trata-se de débito inscrito no de 2020 e o autor não apresentou fato concreto a respeito do prejuízo que esteja sofrendo com a negativação, o que descaracteriza a urgência da medida, pressuposto essencial para a concessão da tutela provisória.
Assim, considerando que não há prova pré-constituída da ilegalidade ou abuso na conduta da parte requerida; considerando que o requerente não demonstrou perigo de dano a ser tutelado, indefiro, por ora, o pedido de tutela provisória de urgência em caráter antecipado, contudo ressalvo a possibilidade de reanálise após a manifestação da parte demandada, desde que seja reiterado pelo autor em sua manifestação (impugnação).
Encaminhem-se os autos à CPE - Central de Processos Eletrônicos para cumprimento dos atos processuais de Comunicação e designação de audiência de Conciliação, adotando-se a pauta automática do PJE.
Cite-se e intime-se a parte requerida, nos termos da lei, bem como do Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017 (DJE nº 104, de 08/06/2017, pág. 01/03).
Intime-se a parte requerente quanto à audiência designada, advertindo-a de que a sua ausência injustificada implicará em extinção do feito, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95.
Observações da Lei n. 9.099-95 e Enunciados do FONAJE: 1) Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil; 2) Art. 9º Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória; 3) ENUNCIADO 5 – A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor; 4) ENUNCIADO 20 – O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto; 5) ENUNCIADO 141 (Substitui o Enunciado 110) – A microempresa e a empresa de pequeno porte, quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (XXVIII Encontro – Salvador/BA).
CÓPIAS DA PRESENTE SERVIRÃO DE COMUNICAÇÃO.
ADVERTÊNCIAS (conforme Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017, Diário da Justiça de 08/06/2017, pág. 01/03):
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
V – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
VI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
VII – o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
VIII – o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
X – a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação;
XI – na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados;

XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.
Contatos e orientações para Audiências de Conciliação no CEJUSC de JiParaná (Conforme Provimento 19/2021 da CGJ PJRO):
Sala virtual: https://meet.google.com/acr-byba-vhe
(69) 9-9955-9197 JECRIM (Somente WhatsApp)
(69) 9-9956-0027 JEC/Varas Cíveis (Somente WhatsApp)
Ji-Paraná/ , 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7003891-71.2021.8.22.0005
Assunto:Obrigação de Fazer / Não Fazer
Parte autora: EXEQUENTE: SILVANO LEMES DOS SANTOS
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ALESSANDRO RIOS PRESTES, OAB nº RO9136, JOSE ANDRE DA SILVA, OAB nº RO9800
Parte requerida: EXECUTADO: JAIR EVARISTO ALVES
Advogado da parte requerida: EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
1 - Não houve impugnação às penhoras. Autorizo por meio deste alvará eletrônico, que a parte exequente EXEQUENTE: SILVANO LEMES DOS SANTOS, CPF nº 46896988215ou seu procurador (a) ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ALESSANDRO RIOS PRESTES, OAB nº RO9136, JOSE ANDRE DA SILVA, OAB nº RO9800, compareça à Caixa Econômica Federal, munida de documento oficial com foto, para realizar o saque ou transferência do valor depositado em Juízo, mais acréscimos legais, no prazo de até 30 dias. Não é necessário imprimir esse despacho. Junto comprovante do alvará ao final.
Conta Judicial: 1533056 - 9, 1533058 - 5 e 1533066 - 6.
Favorecido (a) do alvará eletrônico: EXEQUENTE: SILVANO LEMES DOS SANTOS, CPF nº 46896988215ou seu procurador (a) ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ALESSANDRO RIOS PRESTES, OAB nº RO9136, JOSE ANDRE DA SILVA, OAB nº RO9800. Dados bancários:
JOSÉ ANDRÉ DA SILVA - OAB/RO 9800
CPF: 617.002.232-91
BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)
AGÊNCIA: 1824 - POUPANÇA: 58724-3
2 - Após, intime-se a parte credora, via advogado, constituídos nos autos, para apresentar cálculo atualizado da dívida e requerer o que entender de direito.
Int.
Ji-Paraná/15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Favorecidos 3 Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 64,80 SILVANO LEMES DOS SANTOS 46896988215 1533056 - 9 Sim Direto na agência EditarExcluir R$ 1.911,78 SILVANO LEMES DOS SANTOS 46896988215 1533058 - 5 Sim Direto na agência EditarExcluir R$ 51,06 SILVANO LEMES DOS SANTOS 46896988215 1533066 - 6 Sim Direto na agência EditarExcluir TOTAL
R$ 2.027,64
Adicionar Conta Centralizadora Adicionar FavorecidoSalvar Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7007671-82.2022.8.22.0005
Assunto:Cédula de Crédito Bancário, Nota Promissória
Parte autora: EXEQUENTE: FUNDO DE APOIO AO EMPREENDIMENTO POPULAR DE ARIQUEMES-FAEPAR
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ARLINDO FRARE NETO, OAB nº RO3811, KARINE SANTOS CASTOR, OAB nº RO10703, DIONATAN LUCAS SILVA ROCHA, OAB nº RO12078
Parte requerida: EXECUTADOS: ANTONIO ALVES DA ROCHA FILHO, CINTIA CAROLINA GIMENEZ DA SILVA
Advogado da parte requerida: EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de título extrajudicial.
Cabe à parte exequente trazer aos autos planilha discriminada e atualizada do débito, a fim de garantir o recebimento completo da dívida. Intime-se a parte exequente para apresentar cálculo atualizado da dívida e, na mesma oportunidade, manifestar-se acerca da proposta ofertada, querendo, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção.
Após, conclusos.
Int.
Ji-Paraná/15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910
7001790-61.2021.8.22.0005
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: JULIO CESAR DIAS
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: LUCAS GATELLI DE SOUZA, OAB nº RO7232, ESTEFANIA SOUZA MARINHO, OAB nº RO7025
EXECUTADO: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO EXECUTADO: ITALO SCARAMUSSA LUZ, OAB nº BA67070, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
DECISÃO
Requereu a parte exequente a aplicação de multa em face da executada, em razão do descumprimento da obrigação de fazer (baixa do débito em órgãos de proteção ao crédito).
O Código de Processo Civil, aplicado à espécie em razão da ausência de dispositivo na norma própria, dispõe que o julgador determinará providências que assegurem a obtenção da tutela pelo resultado prático equivalente (art. 497 CPC). Prevê ainda que é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou a existência de culpa ou dolo (parágrafo único do artigo 497 do CPC).
Destarte, sendo o fundamento da lesão à parte autora/exequente a manutenção da cobrança de dívida outrora declarada inexigível, provocando a manutenção da inscrição do nome do exequente em cadastros de restrição ao crédito, consoante comprovados nos autos no id. 92918769, a situação exige a fixação de medida que seja capaz de estancar definitivamente o dano, sob pena de agravamento do prejuízo da parte exequente, além de custoso impacto social relacionado ao valor da astreinte.
Nessa linha de entendimento já decidiu o colendo STJ:
[...] É dever do magistrado utilizar o meio menos gravoso e mais eficiente para se alcançar a tutela almejada, notadamente verificando medidas de apoio que tragam menor onerosidade aos litigantes. Após a imposição da multa (ou sua majoração), constatando-se que o apenamento não logrou êxito em compelir o devedor para realização da prestação devida, ou, ainda, sabendo que se tornou jurídica ou materialmente inviável a conduta, deverá suspender a exigibilidade da medida e buscar outros meios para alcançar o resultado específico equivalente. (STJ - AgInt no REsp: 1733695 SC 2018/0077019-7, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 22/03/2021, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/03/2021).
Neste caso, estando o processo em situação de cumprimento da sentença, já tendo sido lançado o bloqueio de valores em face da requerida/executada, viável a emissão de ofício aos principais órgãos de proteção ao crédito (SPC e Serasa), a fim de procederem a baixa definitiva do débito, pelo que determino:
a) oficie-se à Serasa e ao SPC, com urgência, requisitando seja o débito em questão excluído de forma definitiva do nome do exequente, no prazo de 5 dias.
b) decorrido o prazo, vista à parte exequente.
c) após, conclusos.
Intimem-se. Cumpra-se.
SERVE DE ORDEM.
Ji-Paraná,sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7004324-41.2022.8.22.0005
Assunto:Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material
Parte autora: AUTOR: CRISTINA ANAIR DA SILVA DAHER
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO AUTOR: MAURICIO MOYSES CORILACO, OAB nº RO10404, EVERTON EGUES DE BRITO, OAB nº RO4889
Parte requerida: REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS S.A
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
DECISÃO
Preenchidos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos do recurso interposto, recebo-o no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/1995.
Tendo em vista que a parte recorrida já apresentou contrarrazões, remetam-se os autos à e. Turma Recursal.
Ji-Paraná/, sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Número do processo: 7013759-39.2022.8.22.0005
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: JANE EIRE DELARMELLIM
ADVOGADO DO REQUERENTE: GEORGE TAYLOR DE LIMA PEREIRA, OAB nº RO10407
Polo Passivo: JOVANILDO DOS SANTOS FERREIRA 04082493158
ADVOGADO DO REQUERIDO: WILMA FERNANDES TRINDADE, OAB nº RO12501
SENTENÇA

Sendo as partes capazes e o objeto disponível, homologo o acordo firmado entre o(a) requerente e o(a) requerido(a) para que produza os seus jurídicos e legais efeitos e, via de consequência, extingo o feito, com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, III, “b”, do Código de Processo Civil.
Dispensado o prazo recursal (art. 1.000, parágrafo único, do CPC).
Nada mais havendo, arquivem-se.
Sentença registrada e publicada via PJE.
Ji-Paraná/RO, 12 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910
Número do processo: 7007746-87.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: WELINGTON FABRES JUNIOR
ADVOGADO DO AUTOR: GIORDANO LEAO PEREIRA, OAB nº RO10130
Polo Passivo: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
DESPACHO
Verifica-se que há necessidade de maior clareza dos fatos, a fim de facilitar a leitura da inicial e, por conseguinte, julgamento do processo.
Desta forma, intime-se a parte requerente para apresentar tabela do(s) voo(s) contratado(s) originalmente e o(s) que foi(ram) alterado(s), conforme tabela exemplo abaixo:
TRECHO ORIGINAL
DATA E HORÁRIO
TRECHO ALTERADO
DATA E HORÁRIO
Ainda, para adequar o entendimento deste juízo ao atual entendimento do STJ e da Lei 14.034/2020 (oriunda da Conversão da Medida Provisória n. 925/2020), que alterou sobremaneira a responsabilidade por dano a passageiro prevista no Código Brasileiro de Aeronáutica, no que se refere aos pedidos de indenização por atraso de voo, ressaltando que antes havia a presunção de dano moral pelo atraso superior a 4 horas, percepção superada conforme decidido no REsp 1.584.465-MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, por unanimidade, julgado em 13/11/2018, DJe 21/11/2018, e também em observância ao princípio da não surpresa, intime-se a parte autora para se manifestar acerca das hipóteses elencadas no referido acórdão, conforme o caso em concreto, considerando:
a) tempo que se levou para a solução do problema, isto é, a real duração do atraso;
b) se a companhia aérea ofertou alternativas para melhor atender a parte autora;
c) se foram prestadas a tempo e modo informações claras e precisas por parte da companhia aérea a fim de amenizar os desconfortos inerentes à ocasião;
d) se foi oferecido suporte material (alimentação, hospedagem, etc.);
e) se o passageiro, devido ao atraso da aeronave, acabou por perder compromisso inadiável no destino, dentre outros, devendo apresentar documentos ou outras provas que comprovem o dano vinculado à falha na prestação de serviço (folha de ponto, contrato de turismo, folheto de eventos culturais, etc.);
f) demonstre, ainda, a título de indenização por dano extrapatrimonial, A EFETIVA OCORRÊNCIA DO PREJUÍZO E DE SUA EXTENSÃO, a teor do art. 251-A do Código Brasileiro de Aeronáutica.
Prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, a teor do art. 330, IV do CPC.
Após, retornem os autos conclusos para despacho (emendas).
Ji-Paraná,sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Número do processo: 7008068-15.2020.8.22.0005
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Polo Ativo: JANE BATISTA MACIEL
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DIANA PAULINO GALVAO, OAB nº RO10811
Polo Passivo: MUNICIPIO DE JI-PARANA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
SENTENÇA
A parte exequente peticionou informando que a obrigação foi satisfeita.
Assim, nos termos do art. 924, inc. II, do CPC, declaro extinta a execução.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigos 11 e 27, da Lei 12.153/09.
Sentença registrada e publicada automaticamente via PJE, com trânsito em julgado nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Arquivem-se.
Ji-Paraná,quarta-feira, 12 de julho de 2023.
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo nº: 7002818-93.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)
Requerente/Exequente: GEOVANY GOMEZ MAFRA, RUA VILAGRAN CABRITA 516, - ATÉ 484 - LADO PAR URUPÁ - 76900-236 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado do requerente: NILSON SOUZA SANTOS, OAB nº RO12984
Requerido/Executado: Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de cobrança proposta por GEOVANY GOMEZ MAFRA, em face de o ESTADO DE RONDÔNIA, na qual a parte requerente, policial militar, pretende o recebimento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
Alega que a referida verba deveria integrar os vencimentos do requerente desde janeiro de 2020 no percentual de 6% do soldo, porém não foi implementado até o momento.
Inicialmente rejeito a preliminar de impugnação ao valor da causa, tendo em vista que o percentual calculado sobre o soldo corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão, conforme anexo II do citado normativo.
Quanto a incompetência absoluta alegada, não presente na lei 12.153/2009 qualquer restrição em relação aos direitos individuas homogêneos, sendo a limitação a ações coletivas no âmbito dos juizados especiais. O STJ igualmente realiza essa distinção, entendendo ser da competência do Juizado Especial a ação individual, ainda que nela seja pleiteada a satisfação de direito coletivo, difuso ou individual homogêneo. (AgRg no RMS 28085/SC, 1ª Turma, rel. Min. Denise Arruda, j. 14/04/2009, DJe 07/05/2009); (STJ - REsp: 1673270 SP 2017/0104871-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 26/09/2017, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/12/2017). Portanto, não se enquadra na exceção expressa do art. 2º, § 1º, I, da Lei nº 12.153/2009 o fato de o próprio titular do direito formular seu pedido individualmente.
Por fim, no que tange ao julgamento de improcedência liminar do pedido, não é o caso , posto que ausentes os requisitos que autorização o julgamento nos termos do art. 332 do CPC.
Cinge-se á controvérsia em verificar se a Lei Federal acima, que estabeleceu o adicional ao Militares das Forças Armadas (União) aplica-se aos militares estaduais.
Pois bem.
O texto constitucional, em seu art. 25, estabelece que os Estados da federação são detentores de autonomia política, administrativa e legislativa, regendo-se pela Constituição e leis que adotarem:
“Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.”
Outrossim, é de competência de cada ente organizar o respectivo regime jurídico de seus servidores, estabelecendo em lei específica os vencimentos dos servidores públicos e demais componentes do sistema remuneratório, nos termos dos art. 37 e 39 da CF/88.
Ainda, especificamente na Seção III, o texto maior, trata dos militares dos Estados, veja:
“Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.”
§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. [grifei e destaquei]
§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal. [grifei e destaquei]
§ 3º Aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no art. 37, inciso XVI, com prevalência da atividade militar.
X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.
A legislação que dispõe sobre a remuneração dos integrantes da carreira de militares do Estado de Rondônia (Lei 1.063/2002) não prevê o adicional de compensação por disponibilidade militar. E nesse contexto, de acordo com o teor Súmula Vinculante n° 37 do STF, incabível ao
PODER JUDICIÁRIO, que não possui função legislativa, aumentar vencimentos de servidores sob o fundamento de isonomia.
Ocorre que, referido adicional tem previsão apenas no tocante a remuneração dos militares integrantes das Forças Armadas, conforme se depreende do Decreto n° 10.471/2020, que regulamenta o benefício e do Decreto n° 11.002/2022, que dispõe acerca da Lei nº 13.954/2109 e da Medida Provisória nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001.
Nesse sentido, conforme disposto no art. 1º da Lei Complementar n. 69/1991, as Forças Armadas são constituída pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, sendo as polícias militares e os corpos de bombeiros militares definidas como “forças auxiliares” e “reserva” do Exército, nos termos do art. 144, §6º da Constituição Federal.
Em que pese a legislação que criou tal adicional também atingir o Decreto-Lei n° 667/69, que trata da reorganização das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal, a faz tão somente para alterar partes da normativa que não guardam relação com o adicional de disponibilidade.
Esse também é o sentido do art. 24, em sua nova redação no Decreto-Lei nº 667/69:
Art. 24. Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos, nos termos do § 1º do art. 42, combinado com o inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 13.954, de 2019). [grifei e destaquei].
Nesse sentido, o recente julgamento pela Turma Recursal do TJRO, do qual resultou em novo entendimento:

Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. - A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RECURSO INOMINADO, autos n. 7002283-17.2021.8.22.001 , Relator : CRISTIANO GOMES MAZZINI, Data julgamento: 29/03/2023)

Ainda, ao encontro do entendimento acima, E. Tribunal do DF, veja:

APELAÇÃO CÍVEL. LEI Nº 13.954/2019. ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO POR DISPONIBILIDADE MILITAR. INAPLICABILIDADE AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. LEI ESPECÍFICA. ENUNCIADO DE SÚMULA Nº 37, DO STF. REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DECORRENTE DO IMPLEMENTO DE ALÍQUOTA SUPERIOR PARA A CONTRIBUIÇÃO DA PENSÃO MILITAR. AUSÊNCIA DE PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PATAMAR. REDUÇÃO SALARIAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO ESPECÍFICO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A Lei nº 13.954/2019 criou o adicional de compensação por disponibilidade militar, que consiste na parcela remuneratória mensal devida ao militar em razão da disponibilidade permanente e da dedicação exclusiva. 2. Segundo o art. 8º, § 1º, da Lei nº 13.954/2019, é vedada a acumulação do adicional de compensação por disponibilidade militar com o adicional de tempo de serviço que trata o art. 3º, inciso IV, da Medida Provisória nº 2.215/2001. 3. Os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao referido adicional, porquanto a Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos servidores militares desses órgãos deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos. 4. Segundo enunciado de Súmula nº 37, do STF, não cabe ao PODER JUDICIÁRIO, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 5. Em que pese à alegação de redução de remuneração decorrente do implemento de alíquota superior para a contribuição de pensão militar, os autores/apelantes não formularam pedido em tal sentido, razão pela qual não há que se falar em alteração do patamar de contribuição previdenciária. 6. Apelo não provido. (TJ-DF 07304766220208070016 DF 0730476-62.2020.8.07.0016, Relator: ARNOLDO CAMANHO, Data de Julgamento: 15/07/2021, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe : 29/07/2021 . Pág.: Sem Página Cadastrada.).

Observa-se ainda, que da mesma forma se entende quanto aos pensionistas dos militares dos Estados e aos militares inativos (Arts. 42, § 2º c/c 142, CF).

De mais a mais, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça inexiste obrigação do julgador se pronunciar sobre cada uma das alegações e dos artigos citados pelas partes, de forma pontual, bastando que apresente fundamentação suficiente às razões de seu convencimento.

Assim, resta claramente demonstrado que a Lei nº 13.954/2019, no que concerne ao adicional de compensação por disponibilidade militar não se aplica à parte autora, sob pena de violão ao princípio da legalidade e da separação dos Poderes.

Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por GEOVANY GOMEZ MAFRA para condenação do Estado de Rondônia ao pagamento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.

Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.

Sem custas e honorários advocatícios.

Intimem-se.

Agende-se decurso de prazo. Transitado em julgado, arquive-se.

Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023.

Eliezer Nunes Barros

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ji-Paraná - 1º Juizado Especial

Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo nº: 7003079-58.2023.8.22.0005

Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública

Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer

Requerente/Exequente: EDILSON FEITOSA DE MENEZES, RUA RIO NEGRO 391, - DE 240/241 A 512/513 JARDIM DOS MIGRANTES - 76900-720 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Advogado do requerente: LUIS FERNANDO CALHEIROS CASIMIRO, OAB nº RO9846

Requerido/Executado: Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Advogado do requerido: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

SENTENÇA

Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.

Trata-se de ação de cobrança proposta por EDILSON FEITOSA DE MENEZES, em face de o ESTADO DE RONDÔNIA, na qual a parte requerente, policial militar, pretende o recebimento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.

Alega que a referida verba deveria integrar os vencimentos do requerente desde janeiro de 2020 no percentual de 6% do soldo, porém não foi implementado até o momento.

Inicialmente rejeito a preliminar de impugnação ao valor da causa, tendo em vista que o percentual calculado sobre o soldo corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão, conforme anexo II do citado normativo.

Quanto a incompetência absoluta alegada, não presente na lei 12.153/2009 qualquer restrição em relação aos direitos individuas homogêneos, sendo a limitação a ações coletivas no âmbito dos juizados especiais. O STJ igualmente realiza essa distinção, entendendo ser da competência do Juizado Especial a ação individual, ainda que nela seja pleiteada a satisfação de direito coletivo, difuso ou individual homogêneo. (AgRg no RMS 28085/SC, 1ª Turma, rel. Min. Denise Arruda, j. 14/04/2009, DJe 07/05/2009); (STJ - REsp: 1673270 SP 2017/0104871-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 26/09/2017, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/12/2017). Portanto, não se enquadra na exceção expressa do art. 2º, § 1º, I, da Lei nº 12.153/2009 o fato de o próprio titular do direito formular seu pedido individualmente.

Por fim, no que tange ao julgamento de improcedência liminar do pedido, não é o caso , posto que ausentes os requisitos que autorização o julgamento nos termos do art. 332 do CPC.

Cinge-se á controvérsia em verificar se a Lei Federal acima, que estabeleceu o adicional ao Militares das Forças Armadas (União) aplica-se aos militares estaduais.

Pois bem.
O texto constitucional, em seu art. 25, estabelece que os Estados da federação são detentores de autonomia política, administrativa e legislativa, regendo-se pela Constituição e leis que adotarem:
"Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição."
Outrossim, é de competência de cada ente organizar o respectivo regime jurídico de seus servidores, estabelecendo em lei específica os vencimentos dos servidores públicos e demais componentes do sistema remuneratório, nos termos dos art. 37 e 39 da CF/88.
Ainda, especificamente na Seção III, o texto maior, trata dos militares dos Estados, veja:
"Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios."
§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. [grifei e destaquei]
§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal. [grifei e destaquei]
§ 3º Aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no art. 37, inciso XVI, com prevalência da atividade militar.
X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.
A legislação que dispõe sobre a remuneração dos integrantes da carreira de militares do Estado de Rondônia (Lei 1.063/2002) não prevê o adicional de compensação por disponibilidade militar. E nesse contexto, de acordo com o teor Súmula Vinculante n° 37 do STF, incabível ao
PODER JUDICIÁRIO, que não possui função legislativa, aumentar vencimentos de servidores sob o fundamento de isonomia.
Ocorre que, referido adicional tem previsão apenas no tocante a remuneração dos militares integrantes das Forças Armadas, conforme se depreende do Decreto n° 10.471/2020, que regulamenta o benefício e do Decreto n° 11.002/2022, que dispõe acerca da Lei nº 13.954/2109 e da Medida Provisória nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001.
Nesse sentido, conforme disposto no art. 1º da Lei Complementar n. 69/1991, as Forças Armadas são constituída pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, sendo as polícias militares e os corpos de bombeiros militares definidas como "forças auxiliares" e "reserva" do Exército, nos termos do art. 144, §6º da Constituição Federal.
Em que pese a legislação que criou tal adicional também atingir o Decreto-Lei n° 667/69, que trata da reorganização das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal, a faz tão somente para alterar partes da normativa que não guardam relação com o adicional de disponibilidade.
Esse também é o sentido do art. 24, em sua nova redação no Decreto-Lei nº 667/69:
Art. 24. Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos, nos termos do § 1º do art. 42, combinado com o inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 13.954, de 2019). [grifei e destaquei].
Nesse sentido, o recente julgamento pela Turma Recursal do TJRO, do qual resultou em novo entendimento:
Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. - A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RECURSO INOMINADO, autos n. 7002283-17.2021.8.22.001 , Relator : CRISTIANO GOMES MAZZINI, Data julgamento: 29/03/2023)
Ainda, ao encontro do entendimento acima, E. Tribunal do DF, veja:
APELAÇÃO CÍVEL. LEI Nº 13.954/2019. ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO POR DISPONIBILIDADE MILITAR. INAPLICABILIDADE AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. LEI ESPECÍFICA. ENUNCIADO DE SÚMULA Nº 37, DO STF. REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DECORRENTE DO IMPLEMENTO DE ALÍQUOTA SUPERIOR PARA A CONTRIBUIÇÃO DA PENSÃO MILITAR. AUSÊNCIA DE PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PATAMAR. REDUÇÃO SALARIAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO ESPECÍFICO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A Lei nº 13.954/2019 criou o adicional de compensação por disponibilidade militar, que consiste na parcela remuneratória mensal devida ao militar em razão da disponibilidade permanente e da dedicação exclusiva. 2. Segundo o art. 8º, § 1º, da Lei nº 13.954/2019, é vedada a acumulação do adicional de compensação por disponibilidade militar com o adicional de tempo de serviço que trata o art. 3º, inciso IV, da Medida Provisória nº 2.215/2001. 3. Os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao referido adicional, porquanto a Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos servidores militares desses órgãos deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos. 4. Segundo enunciado de Súmula nº 37, do STF, não cabe ao
PODER JUDICIÁRIO, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 5. Em que pese à alegação de redução de remuneração decorrente do implemento de alíquota superior para a contribuição de pensão militar, os autores/apelantes não formularam pedido em tal sentido, razão pela qual não há que se falar em alteração do patamar de contribuição previdenciária. 6. Apelo não provido. (TJ-DF 07304766220208070016 DF 0730476-62.2020.8.07.0016, Relator: ARNOLDO CAMANHO, Data de Julgamento: 15/07/2021, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe : 29/07/2021 . Pág.: Sem Página Cadastrada.).
Observa-se ainda, que da mesma forma se entende quanto aos pensionistas dos militares dos Estados e aos militares inativos (Arts. 42, § 2º c/c 142, CF).
De mais a mais, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça inexiste obrigação do julgador se pronunciar sobre cada uma das alegações e dos artigos citados pelas partes, de forma pontual, bastando que apresente fundamentação suficiente às razões de seu convencimento.
Assim, resta claramente demonstrado que a Lei nº 13.954/2019, no que concerne ao adicional de compensação por disponibilidade militar não se aplica à parte autora, sob pena de violão ao princípio da legalidade e da separação dos Poderes.
Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por EDILSON FEITOSA DE MENEZES para condenação do Estado de Rondônia ao pagamento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas e honorários advocatícios.

Intimem-se.
Agende-se decurso de prazo. Transitado em julgado, arquive-se.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Número do processo: 7009439-43.2022.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: DANIEL ALVES DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: BEATRIZ SIPRIANO DA SILVA, OAB nº RO12408
Polo Passivo: CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
ADVOGADO DO REQUERIDO: EMERSON LOPES DOS SANTOS, OAB nº BA23763
Decisão
Preenchidos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos do recurso interposto, recebo-o no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/1995.
Tendo em vista que a parte recorrida já apresentou contrarrazões, remetam-se os autos à e. Turma Recursal.
Ji-Paraná/RO, 12 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7003209-48.2023.8.22.0005
Assunto:Perdas e Danos
Parte autora: REQUERENTE: MARCOS LUIZ DA SILVA, CPF nº 34830448253, RUA CURITIBA 2864, - DE 2670/2671 A 3270/3271 NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - 76909-814 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO REQUERENTE: KARINA JIOSANE GORETI THEIS, OAB nº RO6045A
Parte requerida: REQUERIDO: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Verifico que a parte requerente postulou a extinção do feito.
Sendo assim, homologo a desistência da ação e extingo o feito, sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil.
Tendo em vista a preclusão lógica, sentença transitada em julgado nesta data.
Arquivem-se os autos.
Sentença registrada e publicada via PJE.
Ji-Paraná/, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Número do processo: 7012399-06.2021.8.22.0005
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: B. & L. CONFECCOES LTDA - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DAMARIS HERMINIO BASTOS, OAB nº RO8884
Polo Passivo: JOAO BATISTA SOARES MOREIRA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Sendo as partes capazes e o objeto disponível, homologo o acordo firmado entre o(a) requerente e o(a) requerido(a) para que produza os seus jurídicos e legais efeitos e, via de consequência, extingo o feito, com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, III, “b”, do Código de Processo Civil.
Verifico que o sistema de alvará eletrônico apresentou erro na integração de valores, assim, expeça-se alvará em favor da parte exequente B. & L. CONFECCOES LTDA - CNPJ: 05.963.867/0001-66 através da sua procuradora DAMARIS HERMINIO BASTOS registrado(a) - OAB RO8884 - CPF: 720.702.932-20 (ou ofício de transferência de valores), a parte autora deverá informar o cumprimento da decisão.
Caso haja alguma incongruência nos dados constante no tópico supra que inviabilize o levantamento dos valores, deverá a CPE diligenciar junto a Instituição Financeira e expedir alvará em favor da credora, viabilizando o levantamento dos valores, prescindindo nova conclusão do feito.
Dispensado o prazo recursal (art. 1.000, parágrafo único, do CPC).

Nada mais havendo, arquivem-se.
Sentença registrada e publicada via PJE.
Ji-Paraná/RO, 12 de julho de 2023.
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Endereço: Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594
==========
Processo nº: 7015051-59.2022.8.22.0005 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (14695)
REQUERENTE: MARIA TAVARES ALVES DE MORAIS
Advogados do(a) REQUERENTE: AGNYS FOSCHIANI HELBEL - RO0006573A, ROSANA FERREIRA SANTOS ALVES - RO10584, THAYSA SILVA DE OLIVEIRA - RO0006577A
REQUERIDO: ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., GENERALI BRASIL SEGUROS S A, ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) REQUERIDO: HELVIO SANTOS SANTANA - SE8318
Advogado do(a) REQUERIDO: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR - PE23289
Intimação AO REQUERENTE
Por determinação do(a) MM. Juiz(a) de Direito, deste Juizado Especial da Fazenda Pública, fica Vossa Senhoria intimada para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar impugnação à contestação.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Endereço: Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594
==========
Processo nº: 7007702-73.2020.8.22.0005 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: ELY MARTINS BARBOSA SANTIAGO
Advogados do(a) EXEQUENTE: JORDAN LUIZ MIRANDA HOLANDA - RO10573, MARCIO CALADO DA SILVA - RO10945, RODRIGO DA SILVA MIRANDA - RO10582
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar a parte requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar sobre a petição apresentada pela parte requerida ID nº 93095661.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Endereço: Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594
==========
Processo nº: 7004212-38.2023.8.22.0005 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (14695)
REQUERENTE: JORGE MARCAL DOS SANTOS
REQUERIDO: BORGES COMERCIO E CONSTRUCOES EIRELI, DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO
Advogado do(a) REQUERIDO: MARCOS MATHEUS BARROS FERNANDEZ DOS SANTOS CLAROS - AC5566
Intimação AO REQUERENTE
Por determinação do(a) MM. Juiz(a) de Direito, deste Juizado Especial da Fazenda Pública, fica Vossa Senhoria intimada para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar impugnação à contestação.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Endereço: Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594
==========
Processo nº: 7011303-19.2022.8.22.0005 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (14695)
REQUERENTE: FRANCISCO CARLOS FERNANDES OLIVEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: IASMINI SCALDELAI DAMBROS - RO7905
REQUERIDO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
Intimação AO REQUERENTE (VIA DJE)
Finalidade: Considerando que a parte requerida apresentou recurso em face à r. sentença, promovo a intimação da parte autora para, em 10 (dez) dias, apresentar contrarrazões.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Endereço: Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594
==========
Processo nº: 7003448-23.2021.8.22.0005 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: LILIANE DE OLIVEIRA SILVA
Advogados do(a) EXEQUENTE: JORDAN LUIZ MIRANDA HOLANDA - RO10573, MARCIO CALADO DA SILVA - RO10945
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
ATO ORDINATÓRIO
(INTIMAÇÃO)
Não comprovado o devido pagamento, intime-se o(a) exequente, para pleitear o que entender de direito - prazo de 5 dias.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 7001655-83.2020.8.22.0005
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: MARCIVALDO ANDRE LANZA, RUA ALMIR ROBERTO ZANETTIN 180 TALISMÃ - 76909-402 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: LUCAS GATELLI DE SOUZA, OAB nº RO7232, ESTEFANIA SOUZA MARINHO, OAB nº RO7025
EXECUTADO: MARILENE TUNI DOS REIS 85346764291, AV 1 DE MAIO 8740 SAO DOMINGOS DO GUAPORE - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da LJE.
Realizadas diligências, não foram encontrados bens do devedor.
Em tal caso a lei permite a extinção do feito de imediato, evitando-se sua eternização, sem prejuízo às partes e à própria justiça (art. 53, § 4º, da LJE).
Frise-se que não há prejuízo efetivo para a parte, posto que poderá o feito ser movimentado livremente caso encontrados bens, antes da prescrição.
Diante do exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 53, §4º, da LJE, aplicado subsidiariamente à espécie, podendo a parte exequente promover o desarquivamento e prosseguimento do feito, se localizados bens da parte devedora, antes da prescrição.
Expeça-se certidão de dívida judicial relativamente ao saldo credor, se assim requerido.
Registro a baixa de restrição no Renajud, conforme anexo.
Nada mais havendo, arquive-se.
Sentença registrada e publicada via PJE.
Ji-Paraná, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7004811-11.2022.8.22.0005
Assunto:Duplicata
Parte autora: EXEQUENTE: J B DOS SANTOS PEREIRA - ME, CNPJ nº 26720521000107, RUA MANOEL FRANCO 677, - DE 412/413 A 734/735 NOVA BRASÍLIA - 76908-410 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: GIDALTE DE PAULA DIAS, OAB nº PR56511, VANESSA SPINASSI, OAB nº PR104806, ARIANE DA SILVA SUPANIK, OAB nº PR109550
Parte requerida: EXECUTADO: REINALDO VIEIRA NOGUEIRA DE OLIVEIRA, CPF nº 72326972287, R ANTONIO SERPA DO AMARAL 2036, CASA 2O DISTRITO - 76900-970 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Verifico que a parte executada não foi encontrada no endereço constante nos autos.
Outrossim, intimada para informar novo endereço da parte executada, a parte exequente não se manifestou nos autos.
Dessa forma, com fundamento no artigo 53, § 4º, da Lei 9.099/19951, EXTINGO o feito.
Intime-se a parte exequente e arquivem-se os autos.
Sentença registrada automaticamente via PJE.
Ji-Paraná/, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
1“não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor”
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo n.: 7007941-72.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: CNH - Carteira Nacional de Habilitação
Valor da causa: R$ 1.000,00 (mil reais)
Parte autora: LUAN PATRIK DE JESUS DA CRUZ, RUA WADIH SAID KLAIME 1314 BOSQUE DOS IPÊS - 76901-392 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ALYSON MOREIRA NOVAIS, OAB nº RO12255, AVENIDA ARACAJU 749, - DE 601 A 973 - LADO ÍMPAR NOVA BRASÍLIA - 76908-323 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, LEIDIANE LEITE VIANA, OAB nº RO12268
Parte requerida: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO, - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
O artigo 300 do Código de Processo Civil prevê que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
Neste caso, o autor não comprovou a compra e venda do veículo vinculado às multas, pois, nem mesmo a certidão de reconhecimento de firma no documento de transferência acostou nos autos. Observa-se também que não apresentou nenhuma prova de providência administrativa ou judicial sobre a transferência do bem.
Ainda, conforme o art. 134 do CTB, cabe ao antigo proprietário informar ao órgão de trânsito acerca da transferência de propriedade. No caso dos autos, não se verificou que o apelante efetuou a comunicação da venda perante o DETRAN à época.
Ademais, o STJ consolidou entendimento de mitigar a responsabilidade do vendedor, interpretação do artigo 134 do CTB, porém, é necessário comprovar a compra e venda do veículo, o que não ocorreu no presente caso, ao menos nesta análise sumária.
Além disso, não é demais acrescentar que auto de infração de trânsito constitui ato administrativo dotado de imperatividade, devendo prevalecer quando não afetada a presunção de legalidade, veracidade e legitimidade de que se reveste.
Diante dessas razões, INDEFIRO o pedido de antecipação da tutela, sem prejuízo de revisão caso apresentadas novas provas e argumentos.
Tendo em vista os princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 c/c art. 2º da Lei 9.099/95), deixo de designar a solenidade conciliatória.
CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentando defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 dias contados da ciência (artigos 9º e 7º da Lei 12.153/09). Na oportunidade, deverá juntar cópia integral dos processos administrativos vinculados à questão destes autos.
Após, intime-se as parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 dias.
Nada mais havendo, façam os autos conclusos para sentença.
CÓPIAS DA PRESENTE SERVIRÃO DE MANDADO/CARTA.
Ji-Paraná sábado, 15 de julho de 2023 às 13:05 .
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 7000123-40.2021.8.22.0005
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: LARISSA MOREIRA DO NASCIMENTO, RUA MARTINHO LUTERO 63, - DE 271/272 AO FIM JARDIM AURÉLIO BERNARDI - 76907-446 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LARISSA MOREIRA DO NASCIMENTO, OAB nº RO10928
EXECUTADO: JOSIMAR MARCOS DA ROCHA, RUA TRINTA E UM DE MARÇO 1084, - DE 820/821 A 1106/1107 JARDIM DOS MIGRANTES - 76900-680 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PERICLES XAVIER GAMA, OAB nº RO2512A
SENTENÇA
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da LJE.
Realizadas diligências, não foram encontrados bens do devedor.
Indefiro o pedido de suspensão, eis que, em tal caso a lei permite a extinção do feito de imediato, evitando-se sua eternização, sem prejuízo às partes e à própria justiça (art. 53, § 4º, da LJE).
Frise-se que não há prejuízo efetivo para a parte, posto que poderá o feito ser movimentado livremente caso encontrados bens, antes da prescrição.
Diante do exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 53, §4º, da LJE, aplicado subsidiariamente à espécie, podendo a parte exequente promover o desarquivamento e prosseguimento do feito, se localizados bens da parte devedora, antes da prescrição.
Expeça-se certidão de dívida judicial relativamente ao saldo credor, se assim requerido.
Nada mais havendo, arquive-se.
Sentença registrada e publicada via PJE.
Ji-Paraná, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Número do Processo: 7006477-13.2023.8.22.0005
AUTOR: RAQUEL FERREIRA PIO, RUA VERDILINA VENTURINO MÓRIA 11 RESIDENCIAL CARNEIRO - 76909-478 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ALINE SILVA DE SOUZA, OAB nº RO6058
REU: AVON COSMETICOS LTDA., AVENIDA INTERLAGOS 4300, - DE 2432 A 2830 - LADO PAR SANTO AMARO - 04660-004 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES, OAB nº AC4613, PROCURADORIA DA AVON COSMÉTICOS LTDA
DECISÃO
Compulsando os autos, entendo presentes os requisitos que autorizam a concessão da tutela de urgência (artigo 300 do CPC1), uma vez que: a) restou comprovado que a parte requerida inscreveu o nome da parte autora no SPC/SERASA; b) a parte autora desconhece o débito que deu origem a inscrição; c) o deferimento da antecipação da tutela não importará prejuízos à parte requerida, que poderá retomar a cobrança do débito caso não seja reconhecido o direito da parte requerente; d) não há perigo de irreversibilidade do provimento (artigo 300, § 3º, do CPC).
Ante o exposto, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA e, via de consequência, determino que a parte requerida, no prazo de 5 dias úteis a partir da ciência desta decisão, dê baixa na inscrição do nome da parte autora do SPC/SERASA em razão do débito discutido nestes autos, sob pena de desobedecendo, ser-lhe cominada multa diária de R$ 300,00 reais, até o limite de R$ 6.000,00 reais, sem prejuízo de ser revista caso não atenda à finalidade do instituto.
Fica ADVERTIDA a parte a requerente, caso se constate ao final que a mesmo tinha conhecimento da dívida e faltou com a verdade e lealdade processual que se espera, poderá incorrer em MA-FÉ e arcar as penalidades previstas. Desde já, inverto o ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, uma vez que a parte autora é hipossuficiente.
Desde já, inverto o ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, uma vez que a parte autora é hipossuficiente para provar fato negativo (inexistência de fato constitutivo do débito).
Encaminhem-se os autos à CPE - Central de Processos Eletrônicos para cumprimento dos atos processuais de Comunicação e designação de audiência de Conciliação, adotando-se a pauta automática do PJE.
Cite-se e intime-se com urgência, expedindo-se o necessário e dando ciência do inteiro teor desta a parte requerida.
Cópia(s) da presente servirá(ão) de MANDADO/CARTA.
ADVERTÊNCIAS (conforme Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017, Diário da Justiça de 08/06/2017, pág. 01/03):
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV – a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
V – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
VI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
VII – o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
VIII – o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
IX – deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
X – a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação;
XI – na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados;
XII – não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização da audiência de instrução e julgamento;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca.
Ji-Paraná/RO, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
1Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910
Número do processo: 7007865-48.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: FABIANO APARECIDO AMARAL DE MENESES
ADVOGADOS DO REQUERENTE: DENNIS FERNANDES DE SOUZA SANTOS, OAB nº RO6979, BRUNA MARCON JACONI, OAB nº RO10942

Polo Passivo: GOL LINHAS AÉREAS
DESPACHO
Verifica-se que há necessidade de maior clareza dos fatos, a fim de facilitar a leitura da inicial e, por conseguinte, julgamento do processo. Desta forma, intime-se a parte requerente para apresentar tabela do(s) voo(s) contratado(s) originalmente e o(s) que foi(ram) alterado(s), conforme tabela exemplo abaixo:
TRECHO ORIGINAL
DATA E HORÁRIO
TRECHO ALTERADO
DATA E HORÁRIO
Ainda, para adequar o entendimento deste juízo ao atual entendimento do STJ e da Lei 14.034/2020 (oriunda da Conversão da Medida Provisória n. 925/2020), que alterou sobremaneira a responsabilidade por dano a passageiro prevista no Código Brasileiro de Aeronáutica, no que se refere aos pedidos de indenização por atraso de voo, ressaltando que antes havia a presunção de dano moral pelo atraso superior a 4 horas, percepção superada conforme decidido no REsp 1.584.465-MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, por unanimidade, julgado em 13/11/2018, DJe 21/11/2018, e também em observância ao princípio da não surpresa, intime-se a parte autora para se manifestar acerca das hipóteses elencadas no referido acórdão, conforme o caso em concreto, considerando:
a) tempo que se levou para a solução do problema, isto é, a real duração do atraso;
b) se a companhia aérea ofertou alternativas para melhor atender a parte autora;
c) se foram prestadas a tempo e modo informações claras e precisas por parte da companhia aérea a fim de amenizar os desconfortos inerentes à ocasião;
d) se foi oferecido suporte material (alimentação, hospedagem, etc.);
e) se o passageiro, devido ao atraso da aeronave, acabou por perder compromisso inadiável no destino, dentre outros, devendo apresentar documentos ou outras provas que comprovem o dano vinculado à falha na prestação de serviço (folha de ponto, contrato de turismo, folheto de eventos culturais, etc.);
f) demonstre, ainda, a título de indenização por dano extrapatrimonial, A EFETIVA OCORRÊNCIA DO PREJUÍZO E DE SUA EXTENSÃO, a teor do art. 251-A do Código Brasileiro de Aeronáutica.
Prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, a teor do art. 330, IV do CPC.
Após, retornem os autos conclusos para despacho (emendas).
Ji-Paraná,sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 7009833-84.2021.8.22.0005
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: LUCIVAL ALVES DE ALMEIDA, AVENIDA TRANSCONTINENTAL 4271, - DE 3901 A 4271 - LADO ÍMPAR SANTIAGO - 76901-169 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
EXEQUENTE SEM ADVOGADO(S)
EXECUTADO: JULIO CESAR BORGES DA SILVA, CATARINO CARDOSO 457, - ATÉ 497 - LADO ÍMPAR CONJ HALEY - 76961-749 - CACOAL - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da LJE.
Realizadas diligências, não foram encontrados bens do devedor.
Em tal caso a lei permite a extinção do feito de imediato, evitando-se sua eternização, sem prejuízo às partes e à própria justiça (art. 53, § 4º, da LJE).
Frise-se que não há prejuízo efetivo para a parte, posto que poderá o feito ser movimentado livremente caso encontrados bens, antes da prescrição.
Diante do exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 53, §4º, da LJE, aplicado subsidiariamente à espécie, podendo a parte exequente promover o desarquivamento e prosseguimento do feito, se localizados bens da parte devedora, antes da prescrição.
Expeça-se certidão de dívida judicial relativamente ao saldo credor, se assim requerido.
Nada mais havendo, arquive-se.
Sentença registrada e publicada via PJE.
Ji-Paraná, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 7013122-25.2021.8.22.0005
EXEQUENTES: ROGERIO LUCAS MARIANO DE CARVALHO, AVENIDA HOLANDA 1034 JARDIM SÃO CRISTÓVÃO - 76913-834 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, FABIOLA DE OLIVEIRA BESSA DE CARVALHO, AVENIDA HOLANDA 1034 JARDIM SÃO CRISTÓVÃO - 76913-834 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: PAULO OTAVIO CATARDO SILVA, OAB nº RO9457

EXECUTADOS: GOL LINHAS AÉREAS S.A, PRAÇA SENADOR SALGADO FILHO S/N, TERREOAEREA PUBLICA ENT EIXOS 46-48 O-P SALA DE GE CENTRO - 20021-340 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, 123 VIAGENS E TURISMO LTDA., RUA DOS AIMORÉS 1017, - DE 801/802 A 1758/1759 FUNCIONÁRIOS - 30140-071 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, RODRIGO SOARES DO NASCIMENTO, OAB nº MG129459, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
SENTENÇA
A parte executada cumpriu com a obrigação objeto destes autos.
Desse modo, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO.
Sentença transitada nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Arquivem-se.
Sentença registrada automaticamente e publicada no PJE.
Ji-Paraná, sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 7008662-92.2021.8.22.0005
EXEQUENTE: GILVANE JOSE DE FREITAS, RUA CANAÃ 30 PARQUE DOS PIONEIROS - 76913-223 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RODRIGO FERREIRA RODRIGUES SOUTO, OAB nº PE47718
EXECUTADO: - MAGAZINE LUIZA S/A, RUA ARNULPHO DE LIMA 2385 VILA SANTA CRUZ - 14403-471 - FRANCA - SÃO PAULO
ADVOGADO DO EXECUTADO: WILSON BELCHIOR, OAB nº CE17314A
SENTENÇA
A parte executada cumpriu com a obrigação objeto destes autos.
Desse modo, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO.
Sentença transitada nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Arquivem-se.
Sentença registrada automaticamente e publicada no PJE.
Ji-Paraná, sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 7006421-24.2016.8.22.0005
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: MONICA FERREIRA DIAS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: THAYSA SILVA DE OLIVEIRA, OAB nº RO6577A
EXECUTADO: BRUNA ALVES CALDEIRA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da LJE.
Realizadas diligências, não foram encontrados bens do devedor.
Em tal caso a lei permite a extinção do feito de imediato, evitando-se sua eternização, sem prejuízo às partes e à própria justiça (art. 53, § 4º, da LJE).
Frise-se que não há prejuízo efetivo para a parte, posto que poderá o feito ser movimentado livremente caso encontrados bens, antes da prescrição.
Diante do exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 53, §4º, da LJE, aplicado subsidiariamente à espécie, podendo a parte exequente promover o desarquivamento e prosseguimento do feito, se localizados bens da parte devedora, antes da prescrição.
Expeça-se certidão de dívida judicial relativamente ao saldo credor, se assim requerido.
Nada mais havendo, arquive-se.
Sentença registrada e publicada via PJE.
Ji-Paraná, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Número do processo: 7006149-54.2021.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: PEDRO JOSE DE LIMA, MARIA HELENA MONTI DE LIMA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: CRISTIANE DE OLIVEIRA DIESEL, OAB nº RO8923, KARIMA FACCIOLI CARAM, OAB nº RO3460A, EDER MIGUEL CARAM, OAB nº RO5368
Polo Passivo: T. DE JESUS COSTA - ME
ADVOGADO DO REQUERIDO: ANOAR MURAD NETO, OAB nº RO9532

SENTENÇA
Relatório dispensado, conforme artigo 38 da LJE.
Trata-se de ação de reparação por danos materiais c/c danos morais decorrente de serviço de mecânica prestado pela parte requerida.
Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder". (STJ - 4ª Turma, Resp. 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513). Portanto, o feito encontra-se suficientemente instruído, passo a conhecer diretamente do pedido, nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil.
De início, registro que na relação jurídica em apreço se aplicam as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC), tendo em vista a presença das figuras do consumidor e fornecedor de serviços no mercado de consumo, nos termos do art. 2° e 3°, ambos do referido diploma normativo.
No caso sob exame, o ponto controvertido é a existência de vício do serviço, mensurável e apurável por meio das provas juntadas no presente feito.
Preliminar – decadência – apresentação de veículo fora do prazo de garantia pela prestação do serviço (90 dias): Nos termos do art. 26, parágrafo 3º, do CDC, o prazo inicia-se a partir do descobrimento do vício oculto gerado pelo serviço. Rejeito.
No mérito, os pedidos dos autores merecem procedência, pois: a) É incontroverso que as partes celebraram negócio de prestação de serviços referentes ao conserto do veículo e que posteriormente, o automóvel apresentou problemas; b) as provas são suficientes para demonstração de que o infortúnio tenha decorrido pela má prestação do serviço pela parte demandada (nexo causal), já que na data de 07/01/2021 foi realizada manutenção no motor e radiador do veículo no valor de R$ 23.397,95 e após 5 meses, na data de 20 maio de 2021 o motor novamente apresentou problema; c) confrontando-se os encargos probatórios de ambas as partes, verifica-se então, que o autor comprovou o fato constitutivo de seu direito (má prestação do serviço oferecido pela parte requerida), nos termos do artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil (CPC), não tendo a parte, por outro lado, provado qualquer fato impeditivo, extintivo ou modificativo da pretensão autoral (artigo 373, inc. II, do CPC), a alegação que o serviço prestado pela segunda vez foi diferente, não restou comprovada, a parte requerida não trouxe nenhum laudo técnico ou documento capaz de afastar a veracidade das alegações da parte requerida. Nesse ponto, já se decidiu em grau de recurso, que a oficina mecânica, em virtude do presumido conhecimento técnico de seus funcionários, deve realizar o serviço adequado, a fim de evitar risco ao cliente.
Veja-se
AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. CONSUMIDOR. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR OFICINA MECÂNICA. VEÍCULO QUE, APÓS A TROCA DA BOMBA E FILTRO DE COMBUSTÍVEL, APRESENTOU FALHAS NO MOTOR. COMPLEXIDADE DA CAUSA AFASTADA. EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS QUE PERMITEM O JULGAMENTO DO FEITO SEM A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA, QUE, ALIÁS, NÃO MAIS SERIA POSSÍVEL. DECADÊNCIA NÃO VERIFICADA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO RÉU. INDÍCIOS DE MÁ EXECUÇÃO DO SERVIÇO, QUE PROVOCOU A MISTURA DE AGUA E ÓLEO E O NÃO FUNCIONAMENTO DO MOTOR. INEXISTÊNCIA DE PROVA DE QUE A CAUSA DA FALHA DECORRA DA MÁ QUALIDADE DO COMBUSTÍVEL OU DE OUTRO FATOR, ÔNUS QUE COMPETIA AO RÉU. DIREITO AO RESSARCIMENTO INTEGRAL DAS DESPESAS PARA O CONSERTO DO VEÍCULO. SENTENÇA, NO PONTO, REFORMADA. Não há complexidade a ser reconhecida. Os elementos probatórios são suficientes para o julgamento do processo. Além disso, a perícia não se faz mais possível, já que o veículo restou consertado. Não há falar em decadência. Nos termos do art. 26, par.3º, do CDC, o prazo inicia-se a partir do descobrimento do vício oculto gerado pelo serviço, e não da data em que o serviço foi executado. Entre o encaminhamento do veículo para a oficina Comercial Debacco e o ajuizamento da ação não decorreram 90 dias. Em se tratando de relação de consumo, a responsabilidade pelo vício do serviço é objetiva, impondo-se ao fornecedor o ônus de provar o fato extintivo, impeditivo ou modificativo do direito do consumidor. No caso concreto, aproximadamente 06 meses após a troca do filtro e da bomba de combustível, o veículo apresentou falha de funcionamento no motor. As fotografias das fls. 13-14 mostram que o tanque de combustível não estava totalmente vedado, permitindo o ingresso de água e sua mistura com o óleo diesel, o que prejudica o funcionamento do motor. As testemunhas do réu, além de contraditórias, declararam que havia necessidade de limpeza do tanque e troca do óleo diesel. No entanto, não o fizeram, aceitando prestar um serviço incompleto que, sabidamente, não geraria o resultado esperado pelo autor. Ainda que o autor não tivesse solicitado ou autorizado o serviço complementar, era ônus de o réu adverti-lo de que, não o fazendo, poderia o veículo apresentar falhas, ou, o que seria mais razoável, deveria se recusar a fazer um serviço "pela metade". A oficina mecânica, presumidamente pelo conhecimento técnico de seus funcionários, deveria apresentar um diagnóstico completo, para evitar que o veículo saísse em condições de vir a apresentar falhas. Por outro lado, a testemunha do autor confirmou que a abertura do tanque de combustível não estava bem vedada, o que permitia a entrada de água. Diferentemente do réu, realizou, inclusive, a limpeza do tanque, sanando o problema. A má execução do serviço, somada à ausência de prova de outras causas do defeito, autoriza a concessão de indenização integral. RECURSO DO AUTOR PROVIDO. RECURSO DO RÉU DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71003477726, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Alexandre de Souza Costa Pacheco, Julgado em 28/11/2012) (TJ-RS - Recurso Cível: 71003477726 RS , Relator: Alexandre de Souza Costa Pacheco, Data de Julgamento: 28/11/2012, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 04/12/2012). Grifou-se.
d) Consequência jurídica desse encontro de acontecimentos, nos termos do arts. 14 e 20, inc. II, da Lei nº 8.078/90, a obrigação de a demandada reparar os prejuízos experimentados pelo consumidor, ou seja, de lhe restituir a quantia paga, com o segundo conserto, o valor de R$ 13.533,25.
Prosseguindo: e) quanto ao dano moral, razoável entender que uma conjuntura como a relatada nos autos implica certo aborrecimento ao consumidor. Entendo, no entanto, que o caso discutido na presente demanda se trata de fato do dia a dia, mormente pelo fato de que serviço de mecânica veicular envolve certa complexidade. Em palavras simples, ainda que a requerida seja responsável pelo resultado pretendido ao realizar o reparo, é possível que surja algum problema em decorrência de eventual falha em componentes ou no próprio serviço realizado. Neste caso, ainda que não se negue a existência de transtornos aos consumidor, não se trata de fato extraordinário que possa causar abalo moral.
Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da inicial e, por conseguinte: a) CONDENO a requerida em danos materiais no valor de R$ 13.533,25, referente ao segundo conserto do veículo, objetos da lide. O valor deverá ser acrescido de correção monetária desde o desembolso e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês nos, desde a citação.
Como corolário, julgo extingo o feito, com resolução de mérito, com base no artigo 487, I, do Código de Processo Civil.
Sem custas e honorários (artigo 55 da Lei 9.099/1995).

A parte que desejar recorrer à Turma Recursal deverá recolher, até 48 horas, contados da interposição do recurso inominado, 5% sobre o valor da causa (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/1995 e art. 23, c/c art. 12, do Regimento de Custas – Lei Estadual nº 3.896/2016), sob pena de deserção. No caso da insuficiência do valor recolhido não haverá intimação para complementação do preparo (Enunciado n. 80 do Fonaje e art. 42, §1º, da Lei nº 9.099/1995).
Caso o(a) recorrente pretenda o benefício da assistência judiciária deverá, na própria peça recursal, efetuar o pedido e juntar documentos (exemplos comprovantes de rendimento, gastos mensais, extrato bancário dos últimos 3 meses, declaração de isento de imposto de renda, certidão de registro de imóveis e declaração do IDARON), independentemente de ter feito o pedido na inicial ou contestação ou juntado documentos anteriormente, pois a ausência de recurso financeiro deve ser contemporâneo ao recolhimento das custas do preparo.
Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta decisão (10 dias após ciência da decisão), ficará a parte demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC/15, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo, além de penhora de valores e bens.
Os autos deverão aguardar no arquivo o prazo para pagamento voluntário do débito. Havendo pagamento, expeça-se alvará ao credor.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
Sentença registrada automaticamente e publicada no DJE.
Ji-Paraná, 07 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Número do processo: 7005478-31.2021.8.22.0005
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Polo Ativo: AURITA VIEIRA LOPES CORREA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DIANA PAULINO GALVAO, OAB nº RO10811
Polo Passivo: MUNICIPIO DE JI-PARANA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
SENTENÇA
A parte exequente peticionou informando que a obrigação foi satisfeita.
Assim, nos termos do art. 924, inc. II, do CPC, declaro extinta a execução.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigos 11 e 27, da Lei 12.153/09.
Sentença registrada e publicada automaticamente via PJE, com trânsito em julgado nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Arquivem-se.
Ji-Paraná,quarta-feira, 12 de julho de 2023.
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo nº: 7002858-75.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)
Requerente/Exequente: DALTO DOS SANTOS DE SOUSA, RUA IRAJÁ HAINSCH MACHADO 2001 COLINA PARK I - 76906-676 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado do requerente: NILSON SOUZA SANTOS, OAB nº RO12984
Requerido/Executado: Estado de Rondônia
Advogado do requerido: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Sentença
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de cobrança proposta por DALTO DOS SANTOS DE SOUSA, em face de o ESTADO DE RONDÔNIA, na qual a parte requerente, policial militar, pretende o recebimento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
Alega que a referida verba deveria integrar os vencimentos do requerente desde janeiro de 2020 no percentual de 6% do soldo, porém não foi implementado até o momento.
Inicialmente rejeito a preliminar de impugnação ao valor da causa, tendo em vista que o percentual calculado sobre o soldo corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão, conforme anexo II do citado normativo.
Quanto a incompetência absoluta alegada, não presente na lei 12.153/2009 qualquer restrição em relação aos direitos individuas homogêneos, sendo a limitação a ações coletivas no âmbito dos juizados especiais. O STJ igualmente realiza essa distinção, entendendo ser da competência do Juizado Especial a ação individual, ainda que nela seja pleiteada a satisfação de direito coletivo, difuso ou individual homogêneo. (AgRg no RMS 28085/SC, 1ª Turma, rel. Min. Denise Arruda, j. 14/04/2009, DJe 07/05/2009); (STJ - REsp: 1673270 SP 2017/0104871-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 26/09/2017, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/12/2017). Portanto, não se enquadra na exceção expressa do art. 2º, § 1º, I, da Lei nº 12.153/2009 o fato de o próprio titular do direito formular seu pedido individualmente.

Por fim, no que tange ao julgamento de improcedência liminar do pedido, não é o caso , posto que ausentes os requisitos que autorização o julgamento nos termos do art. 332 do CPC.

Cinge-se á controvérsia em verificar se a Lei Federal acima, que estabeleceu o adicional ao Militares das Forças Armadas (União) aplica-se aos militares estaduais.

Pois bem.

O texto constitucional, em seu art. 25, estabelece que os Estados da federação são detentores de autonomia política, administrativa e legislativa, regendo-se pela Constituição e leis que adotarem:

"Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição."

Outrossim, é de competência de cada ente organizar o respectivo regime jurídico de seus servidores, estabelecendo em lei específica os vencimentos dos servidores públicos e demais componentes do sistema remuneratório, nos termos dos art. 37 e 39 da CF/88.

Ainda, especificamente na Seção III, o texto maior, trata dos militares dos Estados, veja:

"Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios."

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. [grifei e destaquei]

§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal. [grifei e destaquei]

§ 3º Aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no art. 37, inciso XVI, com prevalência da atividade militar.

X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.

A legislação que dispõe sobre a remuneração dos integrantes da carreira de militares do Estado de Rondônia (Lei 1.063/2002) não prevê o adicional de compensação por disponibilidade militar. E nesse contexto, de acordo com o teor Súmula Vinculante n° 37 do STF, incabível ao

PODER JUDICIÁRIO, que não possui função legislativa, aumentar vencimentos de servidores sob o fundamento de isonomia.

Ocorre que, referido adicional tem previsão apenas no tocante a remuneração dos militares integrantes das Forças Armadas, conforme se depreende do Decreto n° 10.471/2020, que regulamenta o benefício e do Decreto n° 11.002/2022, que dispõe acerca da Lei nº 13.954/2109 e da Medida Provisória nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001.

Nesse sentido, conforme disposto no art. 1º da Lei Complementar n. 69/1991, as Forças Armadas são constituída pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, sendo as polícias militares e os corpos de bombeiros militares definidas como "forças auxiliares" e "reserva" do Exército, nos termos do art. 144, §6º da Constituição Federal.

Em que pese a legislação que criou tal adicional também atingir o Decreto-Lei n° 667/69, que trata da reorganização das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal, a faz tão somente para alterar partes da normativa que não guardam relação com o adicional de disponibilidade.

Esse também é o sentido do art. 24, em sua nova redação no Decreto-Lei nº 667/69:

Art. 24. Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos, nos termos do § 1º do art. 42, combinado com o inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 13.954, de 2019). [grifei e destaquei].

Nesse sentido, o recente julgamento pela Turma Recursal do TJRO, do qual resultou em novo entendimento:

Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. - A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RECURSO INOMINADO, autos n. 7002283-17.2021.8.22.001 , Relator : CRISTIANO GOMES MAZZINI, Data julgamento: 29/03/2023)

Ainda, ao encontro do entendimento acima, E. Tribunal do DF, veja:

APELAÇÃO CÍVEL. LEI Nº 13.954/2019. ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO POR DISPONIBILIDADE MILITAR. INAPLICABILIDADE AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. LEI ESPECÍFICA. ENUNCIADO DE SÚMULA Nº 37, DO STF. REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DECORRENTE DO IMPLEMENTO DE ALÍQUOTA SUPERIOR PARA A CONTRIBUIÇÃO DA PENSÃO MILITAR. AUSÊNCIA DE PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PATAMAR. REDUÇÃO SALARIAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO ESPECÍFICO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A Lei nº 13.954/2019 criou o adicional de compensação por disponibilidade militar, que consiste na parcela remuneratória mensal devida ao militar em razão da disponibilidade permanente e da dedicação exclusiva. 2. Segundo o art. 8º, § 1º, da Lei nº 13.954/2019, é vedada a acumulação do adicional de compensação por disponibilidade militar com o adicional de tempo de serviço que trata o art. 3º, inciso IV, da Medida Provisória nº 2.215/2001. 3. Os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao referido adicional, porquanto a Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos servidores militares desses órgãos deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos. 4. Segundo enunciado de Súmula nº 37, do STF, não cabe ao PODER JUDICIÁRIO, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 5. Em que pese à alegação de redução de remuneração decorrente do implemento de alíquota superior para a contribuição de pensão militar, os autores/apelantes não formularam pedido em tal sentido, razão pela qual não há que se falar em alteração do patamar de contribuição previdenciária. 6. Apelo não provido. (TJ-DF 07304766220208070016 DF 0730476-62.2020.8.07.0016, Relator: ARNOLDO CAMANHO, Data de Julgamento: 15/07/2021, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe : 29/07/2021 . Pág.: Sem Página Cadastrada.).

Observa-se ainda, que da mesma forma se entende quanto aos pensionistas dos militares dos Estados e aos militares inativos (Arts. 42, § 2º c/c 142, CF).

De mais a mais, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça inexiste obrigação do julgador se pronunciar sobre cada uma das alegações e dos artigos citados pelas partes, de forma pontual, bastando que apresente fundamentação suficiente às razões de seu convencimento.

Assim, resta claramente demonstrado que a Lei nº 13.954/2019, no que concerne ao adicional de compensação por disponibilidade militar não se aplica à parte autora, sob pena de violão ao princípio da legalidade e da separação dos Poderes.

Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por DALTO DOS SANTOS DE SOUSA para condenação do Estado de Rondônia ao pagamento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas e honorários advocatícios.
Intimem-se.
Agende-se decurso de prazo. Transitado em julgado, arquive-se.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Número do processo: 7000199-30.2022.8.22.0005
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: ADRIANA REGIS DE JESUS RODRIGUES
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: AMERICANAS S.A.
ADVOGADO DO REQUERIDO: THIAGO MAHFUZ VEZZI, OAB nº AL11937
SENTENÇA
A parte executada cumpriu com a obrigação objeto destes autos.
Desse modo, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO.
Sentença transitada nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Arquivem-se.
Sentença registrada automaticamente e publicada no PJE.
Ji-Paraná/RO, 12 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Número do processo: 7014609-93.2022.8.22.0005
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: JOSANE APARECIDA TENEDINE
ADVOGADO DO REQUERENTE: NAIANY CRISTINA LIMA, OAB nº RO7048
Polo Passivo: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Despacho
A parte executada comprovou a quitação dos débitos pendentes (id. 92272510).
Seguem as informações sintéticas do alvará eletrônico, como o beneficiário, a conta destino e os valores:
Conta Judicial: 1824/040/01537983-5
Favorecido do alvará eletrônico: JOSANE APARECIDA TENEDINE - CPF: 723.261.742-91, através da sua procuradora NAIANY CRISTINA LIMA - OAB RO7048 - CPF: 976.923.362-53 (procuração id. 85025385), AGÊNCIA: 1824, CONTA CORRENTE: 220747-9, BANCO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, , nos valores de R$ 10.065,75 e suas atualizações.
O beneficiário deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação, conforme síntese supracitada.
Aguarde-se por cinco 5 dias o cumprimento da ordem.
Nada mais havendo, conclusos para extinção da execução.
Pratique-se o necessário.
Ji-Paraná/RO, 11 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo nº: 7003309-03.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Perdas e Danos
Requerente/Exequente: JEAN OLIVEIRA DE FARIAS, ÁREA RURAL s/n, CHACARA ÁREA RURAL DE JI-PARANÁ - 76914-899 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado do requerente: BEATRIZ REGINA SARTOR, OAB nº RO9434, TANANY ARALY BARBETO, OAB nº RO5582, EDSON GILBERTO BODNARD DA SILVA, OAB nº RO12498
Requerido/Executado: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986, PALÁCIO RIO MADEIRA, NA CIDADE DE PORTO VELHO - RO PEDRINHAS - 76801-066 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA

Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.

Trata-se de ação de cobrança proposta por JEAN OLIVEIRA DE FARIAS, em face de o ESTADO DE RONDÔNIA, na qual a parte requerente, policial militar, pretende o recebimento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.

Alega que a referida verba deveria integrar os vencimentos do requerente desde janeiro de 2020 no percentual de 6% do soldo, porém não foi implementado até o momento.

Citado, o réu não contestou a ação. Ante a impossibilidade de decretação do efeito material da revelia para Entes Públicos, declaro a preclusão para oferecimento de contestação.

Assim, tem-se diversos julgados do Superior Tribunal de Justiça quanto à inaplicabilidade dos efeitos materiais em face da Fazenda Pública, a exemplo cita-se:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO. EFEITO MATERIAL DA REVELIA. CONFISSÃO. NÃO APLICABILIDADE. 1. Não se aplica à Fazenda Pública o efeito material da revelia, nem é admissível, quanto aos fatos que lhe dizem respeito, a confissão, pois os bens e direitos são considerados indisponíveis. 2. Agravo regimental a que se nega seguimento." (AgRg no REsp 1170170/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 01/10/2013, DJe 09/10/2013). (Grifei).

Conveniente e oportuno o julgamento no estado que se encontra o presente processo, eis que os fatos dependem apenas da análise da prova documental já carreada aos autos, conforme artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Assim, por verificar a presença dos pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido do processo, além de reunidas às condições da ação, passo ao exame do mérito.

Cinge-se á controvérsia em verificar se a Lei Federal acima, que estabeleceu o adicional ao Militares das Forças Armadas (União) aplica-se aos militares estaduais.

Pois bem.

O texto constitucional, em seu art. 25, estabelece que os Estados da federação são detentores de autonomia política, administrativa e legislativa, regendo-se pela Constituição e leis que adotarem:

"Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição."

Outrossim, é de competência de cada ente organizar o respectivo regime jurídico de seus servidores, estabelecendo em lei específica os vencimentos dos servidores públicos e demais componentes do sistema remuneratório, nos termos dos art. 37 e 39 da CF/88.

Ainda, especificamente na Seção III, o texto maior, trata dos militares dos Estados, veja:

"Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios."

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. [grifei e destaquei]

§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal. [grifei e destaquei]

§ 3º Aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no art. 37, inciso XVI, com prevalência da atividade militar.

X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.

A legislação que dispõe sobre a remuneração dos integrantes da carreira de militares do Estado de Rondônia (Lei 1.063/2002) não prevê o adicional de compensação por disponibilidade militar. E nesse contexto, de acordo com o teor Súmula Vinculante n° 37 do STF, incabível ao

PODER JUDICIÁRIO, que não possui função legislativa, aumentar vencimentos de servidores sob o fundamento de isonomia.

Ocorre que, referido adicional tem previsão apenas no tocante a remuneração dos militares integrantes das Forças Armadas, conforme se depreende do Decreto n° 10.471/2020, que regulamenta o benefício e do Decreto n° 11.002/2022, que dispõe acerca da Lei nº 13.954/2109 e da Medida Provisória nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001.

Nesse sentido, conforme disposto no art. 1º da Lei Complementar n. 69/1991, as Forças Armadas são constituída pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, sendo as polícias militares e os corpos de bombeiros militares definidas como "forças auxiliares" e "reserva" do Exército, nos termos do art. 144, §6º da Constituição Federal.

Em que pese a legislação que criou tal adicional também atingir o Decreto-Lei n° 667/69, que trata da reorganização das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal, a faz tão somente para alterar partes da normativa que não guardam relação com o adicional de disponibilidade.

Esse também é o sentido do art. 24, em sua nova redação no Decreto-Lei nº 667/69:

Art. 24. Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos, nos termos do § 1º do art. 42, combinado com o inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 13.954, de 2019). [grifei e destaquei].

Nesse sentido, o recente julgamento pela Turma Recursal do TJRO, do qual resultou em novo entendimento:

Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. - A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RECURSO INOMINADO, autos n. 7002283-17.2021.8.22.001 , Relator : CRISTIANO GOMES MAZZINI, Data julgamento: 29/03/2023)

Ainda, ao encontro do entendimento acima, E. Tribunal do DF, veja:

APELAÇÃO CÍVEL. LEI Nº 13.954/2019. ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO POR DISPONIBILIDADE MILITAR. INAPLICABILIDADE AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. LEI ESPECÍFICA. ENUNCIADO DE SÚMULA Nº 37, DO STF. REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DECORRENTE DO IMPLEMENTO DE ALÍQUOTA SUPERIOR PARA A CONTRIBUIÇÃO DA PENSÃO MILITAR. AUSÊNCIA DE PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PATAMAR. REDUÇÃO SALARIAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO ESPECÍFICO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A Lei nº 13.954/2019 criou o adicional de compensação por disponibilidade militar, que consiste na parcela remuneratória mensal devida ao militar em razão da disponibilidade permanente e da dedicação exclusiva. 2. Segundo o art. 8º, § 1º, da Lei nº 13.954/2019, é vedada a acumulação do adicional de compensação por disponibilidade militar com o adicional de tempo de serviço que trata o art. 3º, inciso IV, da Medida Provisória nº 2.215/2001. 3. Os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao referido adicional, porquanto a Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos servidores militares desses órgãos deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos. 4. Segundo enunciado de Súmula nº 37, do STF, não cabe ao PODER JUDICIÁRIO, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 5. Em que pese à alegação de redução de remuneração decorrente do implemento de alíquota superior para a contribuição de pensão militar, os autores/apelantes não formularam pedido em tal sentido, razão pela qual não há que se falar em alteração do patamar de contribuição previdenciária. 6. Apelo não provido. (TJ-DF 07304766220208070016 DF 0730476-62.2020.8.07.0016, Relator: ARNOLDO CAMANHO, Data de Julgamento: 15/07/2021, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe : 29/07/2021 . Pág.: Sem Página Cadastrada.).
Observa-se ainda, que da mesma forma se entende quanto aos pensionistas dos militares dos Estados e aos militares inativos (Arts. 42, § 2º c/c 142, CF).
De mais a mais, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça inexiste obrigação do julgador se pronunciar sobre cada uma das alegações e dos artigos citados pelas partes, de forma pontual, bastando que apresente fundamentação suficiente às razões de seu convencimento.
Assim, resta claramente demonstrado que a Lei nº 13.954/2019, no que concerne ao adicional de compensação por disponibilidade militar não se aplica à parte autora, sob pena de violão ao princípio da legalidade e da separação dos Poderes.
Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por JEAN OLIVEIRA DE FARIAS para condenação do Estado de Rondônia ao pagamento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Defiro a gratuidade. Sem custas e honorários advocatícios.
Intimem-se.
Agende-se decurso de prazo. Transitado em julgado, arquive-se.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Endereço: Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594
==========
Processo nº: 7012113-91.2022.8.22.0005 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (14695)
REQUERENTE: RODRIGO SARDINHA HERMES
Advogado do(a) REQUERENTE: FRANCIELE NATALI DA SILVA - RO10125
REQUERIDO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
Intimação AO REQUERENTE (VIA DJE)
Finalidade: Considerando que a parte requerida apresentou recurso em face à r. sentença, promovo a intimação da parte autora para, em 10 (dez) dias, apresentar contrarrazões.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7003795-85.2023.8.22.0005
Assunto:Cancelamento de vôo
Parte autora: REQUERENTE: ROSINEI GONZAGA DE MELO
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO REQUERENTE: ARYANE KELLY SILVA SAMPAIO, OAB nº RO8625
Parte requerida: REQUERIDO: TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DO REQUERIDO: DAIANE DE CARVALHO OLIVEIRA, OAB nº BA52615, RENATA MALCON MARQUES, OAB nº BA24805
Despacho
Ciente da certidão de id. 93301132, a respeito do estorno dos valores.
Nesta data EXPEDI ORDEM JUDICIAL ELETRÔNICA (alvará eletrônico) à Caixa Econômica Federal, em favor da exequente e/ou de seu(s) advogado(s) constituído(s) para levantamento dos valores depositados em juízo e seus acréscimos, conforme dados abaixo.
A parte autora deverá informar o cumprimento da decisão.
Nada mais havendo, arquive-se, conforme determinação no id. 91653747.
OBSERVAÇÕES:
1) A parte favorecida deverá comparecer, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, à agência da Caixa Econômica Federal (agência: 1824), ao caixa presencial, munida de documentos de identificação com foto, para saque do valor creditado.
2) O alvará eletrônico deverá ser sacado em até 30 (trinta) dias, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, sob pena de transferência para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO, que desde já determino.

Ji-Paraná/15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Favorecidos 1 Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 4.013,59 ROSINEI GONZAGA DE MELO 89094409291 1537936 - 3 Sim Direto na agência EditarExcluir TOTAL
R$ 4.013,59
Adicionar Conta Centralizadora Adicionar FavorecidoSalvar

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7006890-31.2020.8.22.0005
Assunto:Nota Promissória
Parte autora: REQUERENTE: B. & L. CONFECCOES LTDA - ME
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO REQUERENTE: DAMARIS HERMINIO BASTOS, OAB nº RO8884
Parte requerida: REQUERIDO: NILDA BARBOSA JARDIM
Advogado da parte requerida: REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Conforme informado no id. 92636411 houve o desbloqueio dos valores, pois as quantias ainda não haviam sido remetidas à conta judicial vinculada, logo, a penhora ainda não estava efetivada.
Arquivem-se.
Ji-Paraná/15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Número do processo: 7006939-38.2021.8.22.0005
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Polo Ativo: JOAO JONES FREITAS DA CRUZ
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DIANA PAULINO GALVAO, OAB nº RO10811
Polo Passivo: MUNICIPIO DE JI-PARANA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
DESPACHO
Arquivem-se os autos, conforme determinado no ID. 92636003. O comprovante de pagamento juntado pela parte executada está em nome de terceira pessoa estranha ao processo (ID.92962947).
Ji-Paraná/RO, 12 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Execução de Título Extrajudicial
7012139-89.2022.8.22.0005
EXEQUENTE: J B DOS SANTOS PEREIRA - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GIDALTE DE PAULA DIAS, OAB nº PR56511
EXECUTADO: ADRIANA MARIA DE OLIVEIRA
SENTENÇA
Relatório dispensado.
Considerando que a parte autora deixou transcorrer in albis o prazo de 05 (cinco) dias para informar o atual endereço da parte requerida, EXTINGO o processo nos termos do art. 485, inc. IV, do Código de Processo Civil.
Sem ônus.
Transitada em julgado, arquivem-se.
Sentença registrada automaticamente e publicada no DJE.
Ji-Paraná15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910
Central de Atendimento da Comarca de Ji-Paraná/RO - (69) 3411-2910/ 3411-2922
Contato Gabinete: Telefone: 3411-2934 (Assessores) - Central de Atendimento 3411-2910 - E-mail:jip1jegab@tjrojus.br - Sala virtual: https://meet.google.com/ixg-wwbf-qzb

Processo: 7011510-52.2021.8.22.0005
Assunto: Direito de Imagem
Parte autora: REQUERENTE: INES PAULINO DE OLIVEIRA
Advogado da parte autora: YURI ROBERT RABELO ANTUNES, OAB nº RO4584
Parte requerida: REQUERIDOS: F R T OPERADORA DE TURISMO LTDA - EPP, G LIMA DE OLIVEIRA - ME
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: VANESSA SALDANHA VIEIRA, OAB nº RO3587, ALEXANDRE MUCKE FLEURY, OAB nº SP213363, TAMARA GEREMIA MELCHIOR, OAB nº PR78723
DECISÃO
Promova-se a alteração da classe processual para "cumprimento de sentença".
Fica a parte executada intimada para, no prazo de 10 dias, emitir e entregar à exequente a respectiva carta de anuência para fins de baixa do protesto, sob pena de multa no valor de R$ 500,00 até o limite de R$ 2.000,00.
Decorrido o prazo e nada mais sendo requerido, conclusos para extinção do cumprimento de sentença.
Int.
Ji-Paraná/RO, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 7009962-55.2022.8.22.0005
REQUERENTE: MIRALDINO DE OLIVEIRA CELESTINO, RUA MARIA MENDES MESSIAS 345 COLINA PARK II - 76906-770 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MANOEL JAIRO BATISTA DE LIMA JUNIOR, OAB nº RO7423
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6490, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
SENTENÇA
A parte executada cumpriu com a obrigação objeto destes autos.
Desse modo, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO.
Sentença transitada nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Arquivem-se.
Sentença registrada automaticamente e publicada no PJE.
Ji-Paraná, sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910
Processo: 7003224-17.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Gratificações e Adicionais
REQUERENTE: LUCIO LOPES
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ANDRELINO DE OLIVEIRA SANTOS NETO, OAB nº RO9761, LOUISE SOUZA DOS SANTOS HAUFES, OAB nº RO3221A
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Com relação aos embargos de declaração opostos pela parte requerente, verifica-se que objetiva modificar a decisão embargada, extrapolando, assim, o campo delimitado desta via recursal, exigindo recurso processual diverso, qual seja recurso inominado.
É cediço que os embargos de declaração têm a finalidade de esclarecer, tornar claro o julgado, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões e esclarecer obscuridades porventura nele encontradas.
Sobre este tema, afirmam Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Nery que: "Os EDcl têm finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições. Não têm caráter substitutivo da decisão embargada, mas sim integrativo ou aclaratório. Como regra, não têm caráter substitutivo, modificador ou infringente do julgado" (Código de Processo Civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 1045).
Nesse sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "Rediscutir, pois as questões apreciadas, com o reforço ou inovação argumentativa, constitui delírio na via processual declaratória. A motivação do convencimento do Juiz não impõe que expresse razões versando todos os argumentos delineados pelas partes, por mais importantes possam lhes parecer" (Embargos de Declaração no REsp 38.344 PR. Relator Ministro Milton Luiz Pereira).
Assim, em que pesem os argumentos da parte embargante, não há que se falar em vício de contradição ou omissão, uma vez que ao analisar os pedidos e julgá-los este magistrado fundamentou e esclareceu as razões para tanto.
Pelo exposto, rejeito os embargos de declaração opostos.

Restituo o prazo para recurso inominado.
Intimem-se.
Ji-Paraná, segunda-feira, 20 de maio de 2019
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7008929-98.2020.8.22.0005
Assunto:Gratificação de Incentivo
Parte autora: EXEQUENTE: LUCIA BORBA CORREIA SOARES, CPF nº 42127920449, RUA RIO JARU 1335, - DE 1250/1251 AO FIM DOM BOSCO - 76907-742 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RODRIGO DA SILVA MIRANDA, OAB nº RO10582, MARCIO CALADO DA SILVA, OAB nº RO10945, JORDAN LUIZ MIRANDA HOLANDA, OAB nº RO10573
Parte requerida: NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA, AVENIDA DOIS DE ABRIL 1701, - DE 1649 A 1731 - LADO ÍMPAR URUPÁ - 76900-149 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
SENTENÇA
O executado peticionou informando o pagamento da RPV.
Assim, ante o cumprimento da obrigação, nos termos do art. 924, inc. II, do CPC, declaro extinta a execução.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigos 11 e 27, da Lei 12.153/09.
Sentença registrada e publicada automaticamente via PJE
Intime-se. Com o trânsito em julgado, arquivem-se.
Ji-Paraná,sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Número do processo: 7006648-38.2021.8.22.0005
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: VANILDO MATIAS LOPES
ADVOGADO DO EXEQUENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR, OAB nº MT20812O
Polo Passivo: CLARO S.A
ADVOGADOS DO EXECUTADO: RAFAEL GONCALVES ROCHA, OAB nº PA16538L, PAULA MALTZ NAHON, OAB nº PA16565, PROCURADORIA DA CLARO S.A.
DESPACHO
A parte executada comprovou a quitação dos débitos pendentes (id. 92549328).
Seguem as informações sintéticas do alvará eletrônico, como o beneficiário, a conta destino e os valores:
Conta Judicial: 1824 / 040 /01532995-1
Favorecido do alvará eletrônico: CLARO S.A - CNPJ: 40.432.544/0001-47, através dos seus procuradores RAFAEL GONCALVES ROCHA - OAB RS41486-A - CPF: 674.407.200-59 e PAULA MALTZ NAHON - OAB RS51657 (procuração id. 63652472), transferido na conta corrente nº. 38007-5, Ag. nº. 3070-8, Banco do Brasil, de titularidade de Claro S.A., inscrita no CNPJ sob o nº. 40.432.544/0706-09, nos valores de R$ 409,33 e suas atualizações.
O beneficiário deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação, conforme síntese supracitada.
Aguarde-se por cinco 5 dias o cumprimento da ordem.
Nada mais havendo, conclusos para extinção da execução.
Pratique-se o necessário.
Ji-Paraná/RO, 11 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7007413-43.2020.8.22.0005
Assunto:Promoção / Ascensão
Parte autora: EXEQUENTE: ANGELA MARIA EFFIGEM CESCONETO DA SILVEIRA, CPF nº 61945943220, ÁREA RURAL S/N, LH GAZOLLI LOTE 33 ÁREA RURAL DE JI-PARANÁ - 76914-899 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: DIANA PAULINO GALVAO, OAB nº RO10811
Parte requerida: NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
SENTENÇA

A parte exequente peticionou informando que a obrigação foi satisfeita.
Assim, nos termos do art. 924, inc. II, do CPC, declaro extinta a execução.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigos 11 e 27, da Lei 12.153/09.
Sentença registrada e publicada automaticamente via PJE, com trânsito em julgado nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Arquivem-se.
Ji-Paraná,sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7006819-92.2021.8.22.0005
Assunto:Indenização por Dano Material
Parte autora: AUTOR: EMANUEL TARLEY RAMOS, CPF nº 01592873910, GLEBA 01 S/N, ZONA RURAL DE JI-PARANÁ/RO LINHA UNIÃO, LOTE 75-A - 76914-899 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: ROBSON REINOSO DE PAULA, OAB nº RO1341A
Parte requerida: REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Verifico que a parte requerente postulou a extinção do feito.
Sendo assim, homologo a desistência da ação e extingo o feito, sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil.
Tendo em vista a preclusão lógica, sentença transitada em julgado nesta data.
Arquivem-se os autos.
Sentença registrada e publicada via PJE.
Ji-Paraná/, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Número do processo: 7004309-43.2020.8.22.0005
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Polo Ativo: RENATA PERFETTI DE SOUZA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCIO CALADO DA SILVA, OAB nº RO10945
Polo Passivo: MUNICIPIO DE JI-PARANA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
SENTENÇA
A parte exequente peticionou informando que a obrigação foi satisfeita.
Assim, nos termos do art. 924, inc. II, do CPC, declaro extinta a execução.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigos 11 e 27, da Lei 12.153/09.
Sentença registrada e publicada automaticamente via PJE, com trânsito em julgado nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Arquivem-se.
Ji-Paraná,quarta-feira, 12 de julho de 2023.
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7002810-53.2022.8.22.0005
Assunto:Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material
Parte autora: AUTOR: MARIA EDINETH FERREIRA GOMES
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: ALCIR ALVES, OAB nº RO1630
Parte requerida: REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA

DECISÃO
Defiro gratuidade de justiça à parte recorrente.
Preenchidos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos do recurso interposto, recebo-o no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/1995.
Tendo em vista que a parte recorrida já apresentou contrarrazões, remetam-se os autos à e. Turma Recursal.
Ji-Paraná/,sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo nº: 7002849-16.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)
Requerente/Exequente: JOSE LUIZ SOARES DE CARVALHO JUNIOR, AVENIDA SÃO PAULO 1834, - DE 1723/1724 A 2276/2277 NOVA BRASÍLIA - 76908-632 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado do requerente: NILSON SOUZA SANTOS, OAB nº RO12984
Requerido/Executado: Estado de Rondônia
Advogado do requerido: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de cobrança proposta por JOSE LUIZ SOARES DE CARVALHO JUNIOR, em face de o ESTADO DE RONDÔNIA, na qual a parte requerente, policial militar, pretende o recebimento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
Alega que a referida verba deveria integrar os vencimentos do requerente desde janeiro de 2020 no percentual de 6% do soldo, porém não foi implementado até o momento.
Inicialmente rejeito a preliminar de impugnação ao valor da causa, tendo em vista que o percentual calculado sobre o soldo corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão, conforme anexo II do citado normativo.
Quanto a incompetência absoluta alegada, não presente na lei 12.153/2009 qualquer restrição em relação aos direitos individuas homogêneos, sendo a limitação a ações coletivas no âmbito dos juizados especiais. O STJ igualmente realiza essa distinção, entendendo ser da competência do Juizado Especial a ação individual, ainda que nela seja pleiteada a satisfação de direito coletivo, difuso ou individual homogêneo. (AgRg no RMS 28085/SC, 1ª Turma, rel. Min. Denise Arruda, j. 14/04/2009, DJe 07/05/2009); (STJ - REsp: 1673270 SP 2017/0104871-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 26/09/2017, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/12/2017). Portanto, não se enquadra na exceção expressa do art. 2º, § 1º, I, da Lei nº 12.153/2009 o fato de o próprio titular do direito formular seu pedido individualmente.
Por fim, no que tange ao julgamento de improcedência liminar do pedido, não é o caso , posto que ausentes os requisitos que autorização o julgamento nos termos do art. 332 do CPC.
Cinge-se á controvérsia em verificar se a Lei Federal acima, que estabeleceu o adicional ao Militares das Forças Armadas (União) aplica-se aos militares estaduais.
Pois bem.
O texto constitucional, em seu art. 25, estabelece que os Estados da federação são detentores de autonomia política, administrativa e legislativa, regendo-se pela Constituição e leis que adotarem:
“Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.”
Outrossim, é de competência de cada ente organizar o respectivo regime jurídico de seus servidores, estabelecendo em lei específica os vencimentos dos servidores públicos e demais componentes do sistema remuneratório, nos termos dos art. 37 e 39 da CF/88.
Ainda, especificamente na Seção III, o texto maior, trata dos militares dos Estados, veja:
“Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.”
§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. [grifei e destaquei]
§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal. [grifei e destaquei]
§ 3º Aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no art. 37, inciso XVI, com prevalência da atividade militar.
X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.
A legislação que dispõe sobre a remuneração dos integrantes da carreira de militares do Estado de Rondônia (Lei 1.063/2002) não prevê o adicional de compensação por disponibilidade militar. E nesse contexto, de acordo com o teor Súmula Vinculante n° 37 do STF, incabível ao
PODER JUDICIÁRIO, que não possui função legislativa, aumentar vencimentos de servidores sob o fundamento de isonomia.
Ocorre que, referido adicional tem previsão apenas no tocante a remuneração dos militares integrantes das Forças Armadas, conforme se depreende do Decreto n° 10.471/2020, que regulamenta o benefício e do Decreto n° 11.002/2022, que dispõe acerca da Lei nº 13.954/2109 e da Medida Provisória nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001.

Nesse sentido, conforme disposto no art. 1º da Lei Complementar n. 69/1991, as Forças Armadas são constituída pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, sendo as polícias militares e os corpos de bombeiros militares definidas como “forças auxiliares” e “reserva” do Exército, nos termos do art. 144, §6º da Constituição Federal.
Em que pese a legislação que criou tal adicional também atingir o Decreto-Lei n° 667/69, que trata da reorganização das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal, a faz tão somente para alterar partes da normativa que não guardam relação com o adicional de disponibilidade.
Esse também é o sentido do art. 24, em sua nova redação no Decreto-Lei nº 667/69:
Art. 24. Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos, nos termos do § 1º do art. 42, combinado com o inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 13.954, de 2019). [grifei e destaquei].
Nesse sentido, o recente julgamento pela Turma Recursal do TJRO, do qual resultou em novo entendimento:
Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. - A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RECURSO INOMINADO, autos n. 7002283-17.2021.8.22.001 , Relator : CRISTIANO GOMES MAZZINI, Data julgamento: 29/03/2023)
Ainda, ao encontro do entendimento acima, E. Tribunal do DF, veja:
APELAÇÃO CÍVEL. LEI Nº 13.954/2019. ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO POR DISPONIBILIDADE MILITAR. INAPLICABILIDADE AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. LEI ESPECÍFICA. ENUNCIADO DE SÚMULA Nº 37, DO STF. REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DECORRENTE DO IMPLEMENTO DE ALÍQUOTA SUPERIOR PARA A CONTRIBUIÇÃO DA PENSÃO MILITAR. AUSÊNCIA DE PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PATAMAR. REDUÇÃO SALARIAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO ESPECÍFICO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A Lei nº 13.954/2019 criou o adicional de compensação por disponibilidade militar, que consiste na parcela remuneratória mensal devida ao militar em razão da disponibilidade permanente e da dedicação exclusiva. 2. Segundo o art. 8º, § 1º, da Lei nº 13.954/2019, é vedada a acumulação do adicional de compensação por disponibilidade militar com o adicional de tempo de serviço que trata o art. 3º, inciso IV, da Medida Provisória nº 2.215/2001. 3. Os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao referido adicional, porquanto a Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos servidores militares desses órgãos deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos. 4. Segundo enunciado de Súmula nº 37, do STF, não cabe ao PODER JUDICIÁRIO, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 5. Em que pese à alegação de redução de remuneração decorrente do implemento de alíquota superior para a contribuição de pensão militar, os autores/apelantes não formularam pedido em tal sentido, razão pela qual não há que se falar em alteração do patamar de contribuição previdenciária. 6. Apelo não provido. (TJ-DF 07304766220208070016 DF 0730476-62.2020.8.07.0016, Relator: ARNOLDO CAMANHO, Data de Julgamento: 15/07/2021, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe : 29/07/2021 . Pág.: Sem Página Cadastrada.).
Observa-se ainda, que da mesma forma se entende quanto aos pensionistas dos militares dos Estados e aos militares inativos (Arts. 42, § 2º c/c 142, CF).
De mais a mais, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça inexiste obrigação do julgador se pronunciar sobre cada uma das alegações e dos artigos citados pelas partes, de forma pontual, bastando que apresente fundamentação suficiente às razões de seu convencimento.
Assim, resta claramente demonstrado que a Lei nº 13.954/2019, no que concerne ao adicional de compensação por disponibilidade militar não se aplica à parte autora, sob pena de violão ao princípio da legalidade e da separação dos Poderes.
Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por JOSE LUIZ SOARES DE CARVALHO JUNIOR para condenação do Estado de Rondônia ao pagamento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas e honorários advocatícios.
Intimem-se.
Agende-se decurso de prazo. Transitado em julgado, arquive-se.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo nº: 7003398-26.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Requerente/Exequente: ANDREY SIQUEIRA MACIEL, AVENIDA CLÓVIS ARRAES CHAVES 2040, - DE 1821/1822 AO FIM CASA PRETA - 76907-598 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado do requerente: LUIS FERNANDO CALHEIROS CASIMIRO, OAB nº RO9846
Requerido/Executado: Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de cobrança proposta por ANDREY SIQUEIRA MACIEL, em face de o ESTADO DE RONDÔNIA, na qual a parte requerente, policial militar, pretende o recebimento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
Alega que a referida verba deveria integrar os vencimentos do requerente desde janeiro de 2020 no percentual de 6% do soldo, porém não foi implementado até o momento.
Inicialmente rejeito a preliminar de impugnação ao valor da causa, tendo em vista que o percentual calculado sobre o soldo corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão, conforme anexo II do citado normativo.

Quanto a incompetência absoluta alegada, não presente na lei 12.153/2009 qualquer restrição em relação aos direitos individuas homogêneos, sendo a limitação a ações coletivas no âmbito dos juizados especiais. O STJ igualmente realiza essa distinção, entendendo ser da competência do Juizado Especial a ação individual, ainda que nela seja pleiteada a satisfação de direito coletivo, difuso ou individual homogêneo. (AgRg no RMS 28085/SC, 1ª Turma, rel. Min. Denise Arruda, j. 14/04/2009, DJe 07/05/2009); (STJ - REsp: 1673270 SP 2017/0104871-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 26/09/2017, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/12/2017). Portanto, não se enquadra na exceção expressa do art. 2º, § 1º, I, da Lei nº 12.153/2009 o fato de o próprio titular do direito formular seu pedido individualmente.

Por fim, no que tange ao julgamento de improcedência liminar do pedido, não é o caso , posto que ausentes os requisitos que autorização o julgamento nos termos do art. 332 do CPC.

Cinge-se á controvérsia em verificar se a Lei Federal acima, que estabeleceu o adicional ao Militares das Forças Armadas (União) aplica-se aos militares estaduais.

Pois bem.

O texto constitucional, em seu art. 25, estabelece que os Estados da federação são detentores de autonomia política, administrativa e legislativa, regendo-se pela Constituição e leis que adotarem:

“Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.”

Outrossim, é de competência de cada ente organizar o respectivo regime jurídico de seus servidores, estabelecendo em lei específica os vencimentos dos servidores públicos e demais componentes do sistema remuneratório, nos termos dos art. 37 e 39 da CF/88.

Ainda, especificamente na Seção III, o texto maior, trata dos militares dos Estados, veja:

“Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.”

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. [grifei e destaquei]

§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal. [grifei e destaquei]

§ 3º Aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no art. 37, inciso XVI, com prevalência da atividade militar.

X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.

A legislação que dispõe sobre a remuneração dos integrantes da carreira de militares do Estado de Rondônia (Lei 1.063/2002) não prevê o adicional de compensação por disponibilidade militar. E nesse contexto, de acordo com o teor Súmula Vinculante n° 37 do STF, incabível ao

PODER JUDICIÁRIO, que não possui função legislativa, aumentar vencimentos de servidores sob o fundamento de isonomia.

Ocorre que, referido adicional tem previsão apenas no tocante a remuneração dos militares integrantes das Forças Armadas, conforme se depreende do Decreto n° 10.471/2020, que regulamenta o benefício e do Decreto n° 11.002/2022, que dispõe acerca da Lei nº 13.954/2109 e da Medida Provisória nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001.

Nesse sentido, conforme disposto no art. 1º da Lei Complementar n. 69/1991, as Forças Armadas são constituída pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, sendo as polícias militares e os corpos de bombeiros militares definidas como “forças auxiliares” e “reserva” do Exército, nos termos do art. 144, §6º da Constituição Federal.

Em que pese a legislação que criou tal adicional também atingir o Decreto-Lei n° 667/69, que trata da reorganização das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal, a faz tão somente para alterar partes da normativa que não guardam relação com o adicional de disponibilidade.

Esse também é o sentido do art. 24, em sua nova redação no Decreto-Lei nº 667/69:

Art. 24. Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos, nos termos do § 1º do art. 42, combinado com o inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 13.954, de 2019). [grifei e destaquei].

Nesse sentido, o recente julgamento pela Turma Recursal do TJRO, do qual resultou em novo entendimento:

Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. - A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RECURSO INOMINADO, autos n. 7002283-17.2021.8.22.001 , Relator : CRISTIANO GOMES MAZZINI, Data julgamento: 29/03/2023)

Ainda, ao encontro do entendimento acima, E. Tribunal do DF, veja:

APELAÇÃO CÍVEL. LEI Nº 13.954/2019. ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO POR DISPONIBILIDADE MILITAR. INAPLICABILIDADE AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. LEI ESPECÍFICA. ENUNCIADO DE SÚMULA Nº 37, DO STF. REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DECORRENTE DO IMPLEMENTO DE ALÍQUOTA SUPERIOR PARA A CONTRIBUIÇÃO DA PENSÃO MILITAR. AUSÊNCIA DE PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PATAMAR. REDUÇÃO SALARIAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO ESPECÍFICO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A Lei nº 13.954/2019 criou o adicional de compensação por disponibilidade militar, que consiste na parcela remuneratória mensal devida ao militar em razão da disponibilidade permanente e da dedicação exclusiva. 2. Segundo o art. 8º, § 1º, da Lei nº 13.954/2019, é vedada a acumulação do adicional de compensação por disponibilidade militar com o adicional de tempo de serviço que trata o art. 3º, inciso IV, da Medida Provisória nº 2.215/2001. 3. Os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao referido adicional, porquanto a Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos servidores militares desses órgãos deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos. 4. Segundo enunciado de Súmula nº 37, do STF, não cabe ao PODER JUDICIÁRIO, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 5. Em que pese à alegação de redução de remuneração decorrente do implemento de alíquota superior para a contribuição de pensão militar, os autores/apelantes não formularam pedido em tal sentido, razão pela qual não há que se falar em alteração do patamar de contribuição previdenciária. 6. Apelo não provido. (TJ-DF 07304766220208070016 DF 0730476-62.2020.8.07.0016, Relator: ARNOLDO CAMANHO, Data de Julgamento: 15/07/2021, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe : 29/07/2021 . Pág.: Sem Página Cadastrada.).

Observa-se ainda, que da mesma forma se entende quanto aos pensionistas dos militares dos Estados e aos militares inativos (Arts. 42, § 2º c/c 142, CF).

De mais a mais, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça inexiste obrigação do julgador se pronunciar sobre cada uma das alegações e dos artigos citados pelas partes, de forma pontual, bastando que apresente fundamentação suficiente às razões de seu convencimento.
Assim, resta claramente demonstrado que a Lei nº 13.954/2019, no que concerne ao adicional de compensação por disponibilidade militar não se aplica à parte autora, sob pena de violão ao princípio da legalidade e da separação dos Poderes.
Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por ANDREY SIQUEIRA MACIEL para condenação do Estado de Rondônia ao pagamento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas e honorários advocatícios.
Intimem-se.
Agende-se decurso de prazo. Transitado em julgado, arquive-se.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910
Número do processo: 7007674-03.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: GORETH DA SILVA SCARDUA
ADVOGADO DO AUTOR: GEOVANNA GONCALVES AVELINO, OAB nº RO12258
Polo Passivo: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
DESPACHO
Verifico que há uma tabela juntada na emenda á inicial, no entanto, há necessidade de maior clareza dos fatos, considerando que não há horários da viagem de retorno e o itinerário não condiz com o que foi narrado na petição inicial.
Desta forma, intime-se a parte requerente para apresentar de forma legível os bilhetes da viagem de volta e tabela do(s) voo(s) contratado(s) originalmente e o(s) que foi(ram) alterado(s), conforme tabela exemplo abaixo:
TRECHO ORIGINAL
DATA E HORÁRIO
TRECHO ALTERADO
DATA E HORÁRIO
Ainda, para adequar o entendimento deste juízo ao atual entendimento do STJ e da Lei 14.034/2020 (oriunda da Conversão da Medida Provisória n. 925/2020), que alterou sobremaneira a responsabilidade por dano a passageiro prevista no Código Brasileiro de Aeronáutica, no que se refere aos pedidos de indenização por atraso de voo, ressaltando que antes havia a presunção de dano moral pelo atraso superior a 4 horas, percepção superada conforme decidido no REsp 1.584.465-MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, por unanimidade, julgado em 13/11/2018, DJe 21/11/2018, e também em observância ao princípio da não surpresa, intime-se a parte autora para se manifestar acerca das hipóteses elencadas no referido acórdão, conforme o caso em concreto, considerando:
a) tempo que se levou para a solução do problema, isto é, a real duração do atraso;
b) se a companhia aérea ofertou alternativas para melhor atender a parte autora;
c) se foram prestadas a tempo e modo informações claras e precisas por parte da companhia aérea a fim de amenizar os desconfortos inerentes à ocasião;
d) se foi oferecido suporte material (alimentação, hospedagem, etc.);
e) se o passageiro, devido ao atraso da aeronave, acabou por perder compromisso inadiável no destino, dentre outros, devendo apresentar documentos ou outras provas que comprovem o dano vinculado à falha na prestação de serviço (folha de ponto, contrato de turismo, folheto de eventos culturais, etc.);
f) demonstre, ainda, a título de indenização por dano extrapatrimonial, A EFETIVA OCORRÊNCIA DO PREJUÍZO E DE SUA EXTENSÃO, a teor do art. 251-A do Código Brasileiro de Aeronáutica.
g) A juntada de forma legível do bilhete de retorno do ID 92927414 - Pág. 4.
Prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, a teor do art. 330, IV do CPC.
Após, retornem os autos conclusos para despacho (emendas).
Ji-Paraná,sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910
Número do processo: 7007824-81.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: ANDRE LAMOUNIER DE ALMEIDA SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: NAIANY CRISTINA LIMA, OAB nº RO7048
Polo Passivo: GOL LINHAS AÉREAS
DESPACHO
Verifica-se que há necessidade de maior clareza dos fatos, a fim de facilitar a leitura da inicial e, por conseguinte, julgamento do processo.
Desta forma, intime-se a parte requerente para apresentar tabela do(s) voo(s) contratado(s) originalmente e o(s) que foi(ram) alterado(s), conforme tabela exemplo abaixo:

TRECHO ORIGINAL
DATA E HORÁRIO
TRECHO ALTERADO
DATA E HORÁRIO
Ainda, para adequar o entendimento deste juízo ao atual entendimento do STJ e da Lei 14.034/2020 (oriunda da Conversão da Medida Provisória n. 925/2020), que alterou sobremaneira a responsabilidade por dano a passageiro prevista no Código Brasileiro de Aeronáutica, no que se refere aos pedidos de indenização por atraso de voo, ressaltando que antes havia a presunção de dano moral pelo atraso superior a 4 horas, percepção superada conforme decidido no REsp 1.584.465-MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, por unanimidade, julgado em 13/11/2018, DJe 21/11/2018, e também em observância ao princípio da não surpresa, intime-se a parte autora para se manifestar acerca das hipóteses elencadas no referido acórdão, conforme o caso em concreto, considerando:
a) tempo que se levou para a solução do problema, isto é, a real duração do atraso;
b) se a companhia aérea ofertou alternativas para melhor atender a parte autora;
c) se foram prestadas a tempo e modo informações claras e precisas por parte da companhia aérea a fim de amenizar os desconfortos inerentes à ocasião;
d) se foi oferecido suporte material (alimentação, hospedagem, etc.);
e) se o passageiro, devido ao atraso da aeronave, acabou por perder compromisso inadiável no destino, dentre outros, devendo apresentar documentos ou outras provas que comprovem o dano vinculado à falha na prestação de serviço (folha de ponto, contrato de turismo, folheto de eventos culturais, etc.);
f) demonstre, ainda, a título de indenização por dano extrapatrimonial, A EFETIVA OCORRÊNCIA DO PREJUÍZO E DE SUA EXTENSÃO, a teor do art. 251-A do Código Brasileiro de Aeronáutica.
Prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, a teor do art. 330, IV do CPC.
Após, retornem os autos conclusos para despacho (emendas).
Ji-Paraná,sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7007828-21.2023.8.22.0005
Assunto:Obrigação de Fazer / Não Fazer, Assistência à Saúde
Parte autora: REQUERENTES: CLAUIDES FIRMINO MIGUEL, RUA ALCEU ROCHA 35 SANTIAGO - 76901-224 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, AV MARECHAL RONDON 527 CENTRO - 76900-244 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Parte requerida: REQUERIDOS: MUNICIPIO DE JI-PARANA, AVENIDA DOIS DE ABRIL 1701, - DE 1772 A 2142 - LADO PAR DOIS DE ABRIL - 76900-808 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, Estado de Rondônia, AVENIDA DOS IMIGRANTES - DE 31 3503, - DE 3129 A 3587 - LADO ÍMPAR COSTA E SILVA - 76803-611 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
1- Cuida-se de ação de obrigação de fazer com pedido de tutela provisória de urgência, em que se objetiva que o Estado de Rondônia seja compelido a providenciar para a parte autora CONSULTA EM CIRURGIA VASCULAR - VARIZES. Ainda, requer que o Município de Ji-Paraná seja compelido a fornecer passagens intermunicipais, em caso de necessidade.
Em que pesem as alegações descritas na exordial, não vislumbro presente os requisitos autorizadores para a concessão da tutela (art. 294 e 300,do CPC c/c art. 35-C, inciso I, da Lei n. 9.656/98). Não há laudo médico mencionado a urgência do procedimento e nem os riscos de eventual demora. Descaracterizado o periculum in mora, nos termos do disposto no Enunciado n. 51 da Jornada de Direito da Saúde/CNJ: “Saúde Pública - Nos processos judiciais, a caracterização da urgência/emergência requer relatório médico circunstanciado, com expressa menção do quadro clínico de risco imediato”.
Ainda, considerando o prazo (Num. 93086747 - Pág. 1) não excessivo e que existem outros pacientes que também estão na lista de espera. Entendo razoável oportunizar ao requerido um prazo a fim de demonstrar se a autora possui condições para permanecer na fila de espera, sem prejuízo à sua integridade física e/ou risco de sequelas, nos termos do Enunciado n. 93 da Jornada de Direito da Saúde/CNJ, a saber:
“Nas demandas de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS por acesso a ações e serviços de saúde eletivos previstos nas políticas públicas, considera-se excessiva a espera do paciente por tempo superior a 100 (cem) dias para consultas e exames, e de 180 (cento e oitenta) dias para cirurgias e tratamentos.”
Assim, intime-se o “Estado de Rondônia” e o Secretário de Saúde do Estado, para:
a) demonstrarem nos autos, por meio de laudo e/ou relatório médico, a possibilidade da paciente aguardar a CONSULTA EM CIRURGIA VASCULAR - VARIZES, dentro da na lista de espera do SISREG, sem comprometer ou prejuízos a sua integridade física, psíquica, risco de sequelas ou de morte. Prazo improrrogável de 15 dias;
Assim, não denoto ter restado comprovado, de forma taxativa, o perigo de dano à saúde da parte autora. O agravamento na saúde do(a) requerente em razão da não realização do procedimento pleiteado, por certo, não é presumível. É necessário prova robusta que o(a) autor(a) esteja na iminência de sofrer dano irreparável ou de difícil reparação, mormente tendo em vista que eventual descumprimento da decisão poderá acarretar sequestro de verba pública.
Ausente provas do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, por ora, indefiro a tutela antecipada.
3- No entanto, nada impede a parte autora em apresentar/reiterar o pedido do procedimento a qualquer momento durante o processo, mediante a juntada de laudo médico atestando a urgência e especificando os riscos de sua não realização.

4- Após, CITEM-SE os requeridos para responderem a presente, apresentando defesa e todos os documentos de prova que porventura possuam, no prazo de 30 dias contados da ciência (artigos 9º e 7º da Lei 12.153/09).
Observação: o(s) requerido(s) deverá(ão) informar/demonstrar em sua peça de contestação e/ou, em sendo o caso, em resposta à decisão liminar: a) possibilidade de atendimento administrativo; b) inexistência de urgência na realização do procedimento; c) existência de fila para realização do atendimento, posição do paciente e possibilidade de aguardar; e d) previsão de realização de mutirões que possam beneficiar o(a) requerente, etc.
5 - Após, intime-se a parte autora para, querendo, impugnar cada contestação, no prazo de 10 dias.
6- Nada mais havendo, façam os autos conclusos para sentença.
CÓPIAS DA PRESENTE SERVIRÃO DE MANDADO/CARTA.
JI-PARANÁ, 10 de julho de 2023..
{{orgao_julgador.juiz}}
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Número do processo: 7000701-32.2023.8.22.0005
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: WALCIMEIRE SOUZA DO NASCIMENTO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: RODRIGO FRETTA MENEGHEL, OAB nº MS9117, FERNANDO MANZI SANTOS, OAB nº MT8912O
Polo Passivo: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Nesta data EXPEDI ORDEM JUDICIAL ELETRÔNICA (alvará eletrônico) à Caixa Econômica Federal, em favor da exequente e/ou de seu(s) advogado(s) constituído(s) para levantamento dos valores depositados em juízo e seus acréscimos, conforme dados abaixo.
OBSERVAÇÕES:
1) A parte favorecida deverá comparecer, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, à agência da Caixa Econômica Federal (agência: 1824), ao caixa presencial, munida de documentos de identificação com foto, para saque do valor creditado.
2) O alvará eletrônico deverá ser sacado em até 30 (trinta) dias, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, sob pena de transferência para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO, que desde já determino.
No mais, a parte credora manifestou-se pela extinção do feito.
Desse modo, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO.
Sentença transitada nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Arquivem-se.
Sentença registrada automaticamente e publicada no PJE.
Ji-Paraná, sábado, 15 de julho de 2023.
A parte autora deverá informar o cumprimento da decisão.
Nada mais havendo, conclusos para extinção da execução.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Favorecidos 1 Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 6.075,39 WALCIMEIRE SOUZA DO NASCIMENTO 59859784272 1538286 - 0 Sim Direto na agência EditarExcluir TOTAL
R$ 6.075,39
Adicionar Conta Centralizadora Adicionar FavorecidoSalvar

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Número do processo: 7004889-73.2020.8.22.0005
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Polo Ativo: ROSELY TAVARES
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DIANA PAULINO GALVAO, OAB nº RO10811
Polo Passivo: MUNICIPIO DE JI-PARANA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
DESPACHO
Obrigação cumprida (id. 91662356). Arquive-se.
Ji-Paraná/RO, 12 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7001839-68.2022.8.22.0005
Assunto:Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública
Parte autora: EXEQUENTE: ALDON APARECIDO MENEZES, CPF nº 28959213268, Q 53, - ATÉ 134/135 BNH - 76913-029 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALDON APARECIDO MENEZES, OAB nº RO11803
Parte requerida: NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
A parte exequente peticionou informando que a obrigação foi satisfeita.
Assim, nos termos do art. 924, inc. II, do CPC, declaro extinta a execução.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigos 11 e 27, da Lei 12.153/09.
Sentença registrada e publicada automaticamente via PJE, com trânsito em julgado nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Arquivem-se.
Ji-Paraná,sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ji-Paraná - 1º Juizado Especial Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594,(69) 34112910 Processo nº : 7008066-40.2023.8.22.0005 Requerente: AUTOR: LUIZ SERGIO RIGONI Advogado: Advogados do(a) AUTOR: ODAIR PEREIRA MUNHOZ - RO9756, PRISCILA BRONDOLO DE BARROS GOMES - RO12495
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: Sala 3 Data: 31/08/2023 Hora: 10:30 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
TEL: (69) 99956-0027
E-MAIL: cejuscjip@tjro.jus.br
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG);
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos

estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Endereço: Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594
==========
Processo nº: 7007048-23.2019.8.22.0005 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: IVONE APARECIDA DOS SANTOS
Advogados do(a) EXEQUENTE: IRVANDRO ALVES DA SILVA - RO5662, NAILSON NANDO OLIVEIRA DE SANTANA - RO2634
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
Intimação AO EXEQUENTE
Por determinação do(a) MM. Juiz(a) de Direito, deste Juizado Especial da Fazenda Pública, fica Vossa Senhoria intimada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se nos autos em epígrafe acerca da impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pela parte executada.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Endereço: Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594
==========
Processo nº: 7004760-68.2020.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
AUTOR: NILDA FURTUNATO MOURAO
Advogados do(a) AUTOR: AGNYS FOSCHIANI HELBEL - RO0006573A, THAYSA SILVA DE OLIVEIRA - RO0006577A
REU: ESTADO DE RONDÔNIA
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar a parte exequente para informar se houve pagamento da RPV expedida nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Endereço: Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594
==========
Processo nº: 7006480-36.2021.8.22.0005 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: SONIA MARIA DE OLIVEIRA SOARES DUARTE
Advogados do(a) EXEQUENTE: JORDAN LUIZ MIRANDA HOLANDA - RO10573, MARCIO CALADO DA SILVA - RO10945
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
Intimação AO EXEQUENTE (VIA DJE)
Finalidade: Intimar a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar sobre a petição apresentada pela parte executada ID nº 92910281/92909119.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Endereço: Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594
==========
Processo nº: 7007190-22.2022.8.22.0005 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
AUTOR: LUCIO RIBEIRO DE AZEVEDO
Advogados do(a) AUTOR: SERGIO LUIZ MILANI FILHO - RO7623, WILLIAN SILVA SALES - RO8108
REQUERIDO: ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, ESTADO DE RONDÔNIA

Intimação AO REQUERENTE (VIA DJE)
Finalidade: Considerando que a parte requerida apresentou recurso em face à r. sentença, promovo a intimação da parte autora para, em 10 (dez) dias, apresentar contrarrazões.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Endereço: Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594
==========
Processo nº: 7005345-23.2020.8.22.0005
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: ZILMA ALVES DA SILVA
Advogados do(a) EXEQUENTE: AGNYS FOSCHIANI HELBEL - RO0006573A, THAYSA SILVA DE OLIVEIRA - RO0006577A
NÃO DENUNCIADO: ESTADO DE RONDÔNIA
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar a parte exequente para informar se houve pagamento da RPV expedida nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Endereço: Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594
==========
Processo nº: 7005120-03.2020.8.22.0005 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXECUTADO: MARLUCIA DO CARMO RAMOS
Advogado do(a) EXECUTADO: JORDAN LUIZ MIRANDA HOLANDA - RO10573
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE JI-PARANA
Intimação AO EXEQUENTE (VIA DJE)
Finalidade: Intimar a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar sobre a petição apresentada pela parte executada ID nº 92914312/92907966/92907967/92907968.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910
Processo: 7000243-83.2021.8.22.0005
Assunto:Cheque
Parte autora: EXEQUENTE: ADAIR JOSE MENEGOL
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: THAMMY KHERULLYN MARTINS LIMA, OAB nº RO7909, SILVANE SECAGNO, OAB nº RO5020, SANDRO RICARDO SALONSKI MARTINS, OAB nº RO1084, RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO, OAB nº RO3249
Parte requerida: EXECUTADO: LOPES & LOPES INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Advogado da parte requerida: EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Sendo as partes capazes e o objeto disponível, homologo o acordo firmado entre o(a) requerente e o(a) requerido(a) para que produza os seus jurídicos e legais efeitos e, via de consequência, extingo o feito, com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, III, “b”, do Código de Processo Civil.
Dispensado o prazo recursal (art. 1.000, parágrafo único, do CPC).
Nada mais havendo, arquivem-se.
Sentença registrada e publicada via PJE.
Ji-Paraná/RO, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ji-Paraná - 1º Juizado Especial Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594,(69) 34112910 Processo nº : 7007684-47.2023.8.22.0005 Requerente: AUTOR: MARLI DE MIRANDA GOMES Advogado: Advogado do(a) AUTOR: NAIRA DA ROCHA FREITAS - RO5202
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:

Tipo: Conciliação - JEC Sala: Sala 3 Data: 31/08/2023 Hora: 11:30 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
TEL: (69) 99956-0027
E-MAIL: cejuscjip@tjro.jus.br
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG);
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7003250-49.2022.8.22.0005
Assunto:Indenização por Dano Moral
Parte autora: AUTOR: GABRYEL BATISTA SALMENTO
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO AUTOR: LUCAS GATELLI DE SOUZA, OAB nº RO7232, ESTEFANIA SOUZA MARINHO, OAB nº RO7025
Parte requerida: REQUERIDO: D. S. R. CONSTRUCOES LTDA - ME
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REQUERIDO: ALIADNE BEZERRA LIMA FELBERK DE ALMEIDA, OAB nº RO3655
DECISÃO
Preenchidos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos do recurso interposto, recebo-o no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/1995.
Tendo em vista que a parte recorrida já apresentou contrarrazões, remetam-se os autos à e. Turma Recursal.

Ji-Paraná/, sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910
Processo: 7002695-95.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Gratificações e Adicionais
REQUERENTE: MARCIEL SCHUAVAB MACEDO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LOUISE SOUZA DOS SANTOS HAUFES, OAB nº RO3221A, ANDRELINO DE OLIVEIRA SANTOS NETO, OAB nº RO9761
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Com relação aos embargos de declaração opostos pela parte requerente, verifica-se que objetiva modificar a decisão embargada, extrapolando, assim, o campo delimitado desta via recursal, exigindo recurso processual diverso, qual seja recurso inominado.
É cediço que os embargos de declaração têm a finalidade de esclarecer, tornar claro o julgado, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões e esclarecer obscuridades porventura nele encontradas.
Sobre este tema, afirmam Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Nery que: “Os EDcl têm finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições. Não têm caráter substitutivo da decisão embargada, mas sim integrativo ou aclaratório. Como regra, não têm caráter substitutivo, modificador ou infringente do julgado” (Código de Processo Civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 1045).
Nesse sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: “Rediscutir, pois as questões apreciadas, com o reforço ou inovação argumentativa, constitui delírio na via processual declaratória. A motivação do convencimento do Juiz não impõe que expresse razões versando todos os argumentos delineados pelas partes, por mais importantes possam lhes parecer” (Embargos de Declaração no REsp 38.344 PR. Relator Ministro Milton Luiz Pereira).
Assim, em que pesem os argumentos da parte embargante, não há que se falar em vício de contradição ou omissão, uma vez que ao analisar os pedidos e julgá-los este magistrado fundamentou e esclareceu as razões para tanto.
Pelo exposto, rejeito os embargos de declaração opostos.
Restituo o prazo para recurso inominado.
Intimem-se.
Ji-Paraná, sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7010748-07.2019.8.22.0005
Assunto:Obrigação de Fazer / Não Fazer, Adicional de Insalubridade, Adicional de Periculosidade
Parte autora: EXEQUENTE: JOLISSANDRO RAMOS PAES, CPF nº 01539185273, AVENIDA SÃO PAULO 2688, APT 10 NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - 76909-812 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: Nailson Nando Oliveira de Santana, OAB nº RO2634, IRVANDRO ALVES DA SILVA, OAB nº RO5662
Parte requerida: NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA, AVENIDA DOIS DE ABRIL 1701 JARDIM PRESIDENCIAL - 76901-012 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
SENTENÇA
O executado peticionou informando o pagamento da RPV.
Assim, ante o cumprimento da obrigação, nos termos do art. 924, inc. II, do CPC, declaro extinta a execução.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigos 11 e 27, da Lei 12.153/09.
Sentença registrada e publicada automaticamente via PJE
Intime-se. Com o trânsito em julgado, arquivem-se.
Ji-Paraná,sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Número do processo: 7002638-14.2022.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: JOAO CAETANO PEREIRA
ADVOGADO DO AUTOR: PAULO OTAVIO CATARDO SILVA, OAB nº RO9457
Polo Passivo: LOJAS AMERICANAS S.A.
ADVOGADO DO REQUERIDO: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA, OAB nº MG108112
DECISÃO
Preenchidos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos do recurso interposto, recebo-o no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95.
Intimem-se a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias.
Apresentada as contrarrazões ou decorrido o prazo, remetam-se os autos à e. Turma Recursal.
Ji-Paraná/RO, 12 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7000684-93.2023.8.22.0005
Assunto:Protesto Indevido de Título
Parte autora: REQUERENTE: ALETUSA GONCALVES GOMES PINHO
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO REQUERENTE: FILIPH MENEZES DA SILVA, OAB nº RO5035A, JESSICA KAROLAYNE SOUZA BORGES, OAB nº RO9480
Parte requerida: REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DO REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Decisão
Preenchidos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos do recurso interposto, recebo-o no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/1995.
Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias.
Apresentada as contrarrazões ou decorrido o prazo, remetam-se os autos à e. Turma Recursal.
Ji-Paraná/, sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Número do processo: 7000759-35.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: JADSON PEREIRA DE ALMEIDA
ADVOGADO DO AUTOR: EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS, OAB nº DESCONHECIDO
Polo Passivo: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADOS DO REU: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DECISÃO
Preenchidos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos do recurso interposto, recebo-o no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95.
Intimem-se a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias.
Apresentada as contrarrazões ou decorrido o prazo, remetam-se os autos à e. Turma Recursal.
Ji-Paraná/RO, 26 de junho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7003531-05.2022.8.22.0005
Assunto:Obrigação de Fazer / Não Fazer
Parte autora: AUTOR: NAIANY CRISTINA LIMA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: NAIANY CRISTINA LIMA, OAB nº RO7048
Parte requerida: REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Decisão

Preenchidos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos do recurso interposto, recebo-o no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/1995.
Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias.
Apresentada as contrarrazões ou decorrido o prazo, remetam-se os autos à e. Turma Recursal.
Ji-Paraná/, sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7007265-27.2023.8.22.0005
Assunto:Alteração do coeficiente de cálculo do benefício
Parte autora: EXEQUENTE: JOEL JOSE DA SILVA, CPF nº 41450159915, RUA CAFÉ FILHO 644, - DE 908/909 AO FIM SÃO PEDRO - 76913-598 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: GABRIEL ALENCAR DE ABREU, OAB nº RO12826, Nailson Nando Oliveira de Santana, OAB nº RO2634
Parte requerida: NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA, - 76900-057 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL - FPS JI-PARANÁ, CNPJ nº 21407711000155, AVENIDA DOIS DE ABRIL 965, - DE 929 A 1591 - LADO ÍMPAR URUPÁ - 76900-181 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DOS NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
DESPACHO
Intime-se a parte autora para que apresente, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial, comprovante de endereço atualizado (até 60 dias) e em seu nome ou declaração pessoal de residência.
Após, conclusos decisão.
Int.
Ji-Paraná/15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910
Número do processo: 7007642-95.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: VAGNER DUARTE DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: MARLENE SGORLON, OAB nº RO8212
Polo Passivo: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
DESPACHO
Verifica-se que há necessidade de maior clareza dos fatos, a fim de facilitar a leitura da inicial e, por conseguinte, julgamento do processo. Desta forma, intime-se a parte requerente para apresentar:
1. Comprovante de endereço atualizado e em nome do autor.
2. Procuração devidamente assinada pela parte autora.
3. Tabela do(s) voo(s) contratado(s) originalmente e o(s) que foi(ram) alterado(s), conforme tabela exemplo abaixo:
TRECHO ORIGINAL
DATA E HORÁRIO
TRECHO ALTERADO
DATA E HORÁRIO
Ainda, para adequar o entendimento deste juízo ao atual entendimento do STJ e da Lei 14.034/2020 (oriunda da Conversão da Medida Provisória n. 925/2020), que alterou sobremaneira a responsabilidade por dano a passageiro prevista no Código Brasileiro de Aeronáutica, no que se refere aos pedidos de indenização por atraso de voo, ressaltando que antes havia a presunção de dano moral pelo atraso superior a 4 horas, percepção superada conforme decidido no REsp 1.584.465-MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, por unanimidade, julgado em 13/11/2018, DJe 21/11/2018, e também em observância ao princípio da não surpresa, intime-se a parte autora para se manifestar acerca das hipóteses elencadas no referido acórdão, conforme o caso em concreto, considerando:
a) tempo que se levou para a solução do problema, isto é, a real duração do atraso;
b) se a companhia aérea ofertou alternativas para melhor atender a parte autora;
c) se foram prestadas a tempo e modo informações claras e precisas por parte da companhia aérea a fim de amenizar os desconfortos inerentes à ocasião;
d) se foi oferecido suporte material (alimentação, hospedagem, etc.);
e) se o passageiro, devido ao atraso da aeronave, acabou por perder compromisso inadiável no destino, dentre outros, devendo apresentar documentos ou outras provas que comprovem o dano vinculado à falha na prestação de serviço (folha de ponto, contrato de turismo, folheto de eventos culturais, etc.);
f) demonstre, ainda, a título de indenização por dano extrapatrimonial, A EFETIVA OCORRÊNCIA DO PREJUÍZO E DE SUA EXTENSÃO, a teor do art. 251-A do Código Brasileiro de Aeronáutica.
Prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, a teor do art. 330, IV do CPC.
Após, retornem os autos conclusos para despacho (emendas).

Ji-Paraná,sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7001483-73.2022.8.22.0005
Assunto:Indenização por Dano Moral
Parte autora: EXEQUENTE: VALDENI JOSE DOS SANTOS, CPF nº 22125213249, RUA FEIJÓ 2.438, - DE 2437/2438 A 2660/2661 SÃO PEDRO - 76913-571 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANA GOMES DE SOUZA SILVA, OAB nº SP403374
Parte requerida: EXECUTADO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, RUA ALUÍZIO FERREIRA 290, - ATÉ 289/290 CENTRO - 76900-024 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DO EXECUTADO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
A parte executada cumpriu com a obrigação objeto destes autos.
Desse modo, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95.
Sentença registrada e publicada automaticamente via PJE, com trânsito em julgado nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Arquivem-se.
Ji-Paraná,sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7009244-58.2022.8.22.0005
Assunto:Prescrição e Decadência, Protesto Indevido de Título
Parte autora: AUTOR: ARLETE BAYMA DE MORAES SANTOS
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: ALIADNE BEZERRA LIMA FELBERK DE ALMEIDA, OAB nº RO3655
Parte requerida: REU: BANCO PAN S.A.
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DO REU: WILSON BELCHIOR, OAB nº CE17314A, PROCURADORIA BANCO PAN S.A
Decisão
Preenchidos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos do recurso interposto, recebo-o no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/1995.
Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias.
Apresentada as contrarrazões ou decorrido o prazo, remetam-se os autos à e. Turma Recursal.
Ji-Paraná/, sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7001268-63.2023.8.22.0005
Assunto:Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
Parte autora: AUTOR: SONIA REGINA GONCALVES ESPAKI, CPF nº 40933393253, AVENIDA JK 1190, APTO 01, BLOCO A CASA PRETA - 76907-556 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: VERIDIANA LUCENA MUNIZ, OAB nº RO3459
Parte requerida: REQUERIDO: TECNOTEC LTDA, CNPJ nº 05904663000154, EDUARDO RIBEIRO 520, SL 802 CD SHOPPING CENTRO - 69010-901 - MANAUS - AMAZONAS
Advogado da parte requerida: REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
A parte requerida não foi encontrada no endereço informado.
Realizada a consulta ao Infojud, não foi encontrado endereço diverso do já diligenciado.
A situação requer a citação por edital.
Todavia, o procedimento de citação por edital não é cabível nas ações que tramitam nos Juizados Especiais Cíveis, nos termos do artigo 18, § 2º, da Lei 9.099/95, que assim dispõe: “não se fará citação por edital”. Necessário, portanto, que a parte autora ajuíze a ação endereçada a uma das Varas Cíveis, onde será possível a citação da parte requerida por edital. Corroborando o exposto, as seguintes decisões:

RECURSO INOMINADO. PROCESSO CIVIL. JUIZADO ESPECIAL. FRUSTRADAS TODAS AS POSSIBILIDADES DE CITAÇÃO DA REQUERIDA. IMPOSSIBILIDADE DE CITAÇÃO POR EDITAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS. IMPOSSIBILIDADE DE REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO COMUM. REGRA ESPECÍFICA DO ART. 51, INCISO II, DA LEI 9.099/99. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR - 2ª Turma Recursal - 0007676-24.2017.8.16.0182 - Curitiba - Rel.: Renata Estorilho Baganha - J. 20.08.2019) (TJ-PR - RI: 00076762420178160182 PR 0007676-24.2017.8.16.0182 (Acórdão), Relator: Renata Estorilho Baganha, Data de Julgamento: 20/08/2019, 2ª Turma Recursal, Data de Publicação: 22/08/2019).
Ante o exposto, dada a necessidade de citação por edital, para deslinde da controvérsia, declaro a incompetência do Juizado Especial Cível para processar e julgar o pedido da requerente.
Outrossim, embora o reconhecimento da incompetência no Juizado Especial seja causa de extinção do feito, para fins de evitar prejuízo à parte autora (morosidade\liberação de valores sisbajud), redistribuam-se os autos a uma das varas cíveis desta comarca.
Com as baixas de estilo. Intimem-se. Cumpra-se.
Cópia da presente serve de comunicação.
Ji-Paraná/, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 1002863-93.2009.8.22.0005
Obrigação de Fazer / Não Fazer
Execução de Título Judicial - CEJUSC
EXEQUENTE: M E PAZ - ME, AV JATUARANA 4558 ELDORADO - 76823-010 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GIANE ELLEN BORGIO BARBOSA, OAB nº RO2027A
EXECUTADO: HÉLIO CORREIA, LOJA IDEAL MÓVEIS 501 , AO LADO DA FARMÁCIA LINI CENTRO - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Houve depósito e levantamento dos valores pela parte exequente.
Desse modo, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO.
Sentença transitada nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Arquivem-se.
Sentença registrada automaticamente e publicada no PJE.
Ji-Paraná, sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Endereço: Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594
==========
Processo nº: 7007811-58.2018.8.22.0005 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: ADEUSI NUNES RODRIGUES
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar a parte requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar sobre a petição apresentada pela parte requerida ID nº 93000388.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo nº: 7002829-25.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)
Requerente/Exequente: EDUARDO CAMPOS DO NASCIMENTO, RUA RIO NEGRO 852, - DE 601/602 A 875/876 JARDIM DOS MIGRANTES - 76900-647 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado do requerente: NILSON SOUZA SANTOS, OAB nº RO12984
Requerido/Executado: Estado de Rondônia
Advogado do requerido: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.

Trata-se de ação de cobrança proposta por EDUARDO CAMPOS DO NASCIMENTO, em face de o ESTADO DE RONDÔNIA, na qual a parte requerente, policial militar, pretende o recebimento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.

Alega que a referida verba deveria integrar os vencimentos do requerente desde janeiro de 2020 no percentual de 6% do soldo, porém não foi implementado até o momento.

Inicialmente rejeito a preliminar de impugnação ao valor da causa, tendo em vista que o percentual calculado sobre o soldo corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão, conforme anexo II do citado normativo.

Quanto a incompetência absoluta alegada, não presente na lei 12.153/2009 qualquer restrição em relação aos direitos individuas homogêneos, sendo a limitação a ações coletivas no âmbito dos juizados especiais. O STJ igualmente realiza essa distinção, entendendo ser da competência do Juizado Especial a ação individual, ainda que nela seja pleiteada a satisfação de direito coletivo, difuso ou individual homogêneo. (AgRg no RMS 28085/SC, 1ª Turma, rel. Min. Denise Arruda, j. 14/04/2009, DJe 07/05/2009); (STJ - REsp: 1673270 SP 2017/0104871-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 26/09/2017, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/12/2017). Portanto, não se enquadra na exceção expressa do art. 2º, § 1º, I, da Lei nº 12.153/2009 o fato de o próprio titular do direito formular seu pedido individualmente.

Por fim, no que tange ao julgamento de improcedência liminar do pedido, não é o caso , posto que ausentes os requisitos que autorização o julgamento nos termos do art. 332 do CPC.

Cinge-se á controvérsia em verificar se a Lei Federal acima, que estabeleceu o adicional ao Militares das Forças Armadas (União) aplica-se aos militares estaduais.

Pois bem.

O texto constitucional, em seu art. 25, estabelece que os Estados da federação são detentores de autonomia política, administrativa e legislativa, regendo-se pela Constituição e leis que adotarem:

“Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.”

Outrossim, é de competência de cada ente organizar o respectivo regime jurídico de seus servidores, estabelecendo em lei específica os vencimentos dos servidores públicos e demais componentes do sistema remuneratório, nos termos dos art. 37 e 39 da CF/88.

Ainda, especificamente na Seção III, o texto maior, trata dos militares dos Estados, veja:

“Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.”

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. [grifei e destaquei]

§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal. [grifei e destaquei]

§ 3º Aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no art. 37, inciso XVI, com prevalência da atividade militar.

X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.

A legislação que dispõe sobre a remuneração dos integrantes da carreira de militares do Estado de Rondônia (Lei 1.063/2002) não prevê o adicional de compensação por disponibilidade militar. E nesse contexto, de acordo com o teor Súmula Vinculante n° 37 do STF, incabível ao

PODER JUDICIÁRIO, que não possui função legislativa, aumentar vencimentos de servidores sob o fundamento de isonomia.

Ocorre que, referido adicional tem previsão apenas no tocante a remuneração dos militares integrantes das Forças Armadas, conforme se depreende do Decreto n° 10.471/2020, que regulamenta o benefício e do Decreto n° 11.002/2022, que dispõe acerca da Lei nº 13.954/2109 e da Medida Provisória nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001.

Nesse sentido, conforme disposto no art. 1º da Lei Complementar n. 69/1991, as Forças Armadas são constituída pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, sendo as polícias militares e os corpos de bombeiros militares definidas como “forças auxiliares” e “reserva” do Exército, nos termos do art. 144, §6º da Constituição Federal.

Em que pese a legislação que criou tal adicional também atingir o Decreto-Lei n° 667/69, que trata da reorganização das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal, a faz tão somente para alterar partes da normativa que não guardam relação com o adicional de disponibilidade.

Esse também é o sentido do art. 24, em sua nova redação no Decreto-Lei nº 667/69:

Art. 24. Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos, nos termos do § 1º do art. 42, combinado com o inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 13.954, de 2019). [grifei e destaquei].

Nesse sentido, o recente julgamento pela Turma Recursal do TJRO, do qual resultou em novo entendimento:

Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. - A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RECURSO INOMINADO, autos n. 7002283-17.2021.8.22.001 , Relator : CRISTIANO GOMES MAZZINI, Data julgamento: 29/03/2023)

Ainda, ao encontro do entendimento acima, E. Tribunal do DF, veja:

APELAÇÃO CÍVEL. LEI Nº 13.954/2019. ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO POR DISPONIBILIDADE MILITAR. INAPLICABILIDADE AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. LEI ESPECÍFICA. ENUNCIADO DE SÚMULA Nº 37, DO STF. REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DECORRENTE DO IMPLEMENTO DE ALÍQUOTA SUPERIOR PARA A CONTRIBUIÇÃO DA PENSÃO MILITAR. AUSÊNCIA DE PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PATAMAR. REDUÇÃO SALARIAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO ESPECÍFICO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A Lei nº 13.954/2019 criou o adicional de compensação por disponibilidade militar, que consiste na parcela remuneratória mensal devida ao militar em razão da disponibilidade permanente e da dedicação exclusiva. 2. Segundo o art. 8º, § 1º, da Lei nº 13.954/2019, é vedada a acumulação do adicional de compensação por disponibilidade militar com o adicional de tempo de serviço que trata o art. 3º, inciso IV, da Medida Provisória nº 2.215/2001. 3. Os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao referido adicional, porquanto a Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos servidores militares desses órgãos deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos. 4. Segundo enunciado de Súmula nº 37, do STF, não cabe ao

PODER JUDICIÁRIO, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 5. Em que pese à alegação de redução de remuneração decorrente do implemento de alíquota superior para a contribuição de pensão militar, os autores/apelantes não formularam pedido em tal sentido, razão pela qual não há que se falar em alteração do patamar de contribuição previdenciária. 6. Apelo não provido. (TJ-DF 07304766220208070016 DF 0730476-62.2020.8.07.0016, Relator: ARNOLDO CAMANHO, Data de Julgamento: 15/07/2021, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe : 29/07/2021 . Pág.: Sem Página Cadastrada.).
Observa-se ainda, que da mesma forma se entende quanto aos pensionistas dos militares dos Estados e aos militares inativos (Arts. 42, § 2º c/c 142, CF).
De mais a mais, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça inexiste obrigação do julgador se pronunciar sobre cada uma das alegações e dos artigos citados pelas partes, de forma pontual, bastando que apresente fundamentação suficiente às razões de seu convencimento.
Assim, resta claramente demonstrado que a Lei nº 13.954/2019, no que concerne ao adicional de compensação por disponibilidade militar não se aplica à parte autora, sob pena de violão ao princípio da legalidade e da separação dos Poderes.
Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por EDUARDO CAMPOS DO NASCIMENTO para condenação do Estado de Rondônia ao pagamento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas e honorários advocatícios.
Intimem-se.
Agende-se decurso de prazo. Transitado em julgado, arquive-se.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo nº: 7003089-05.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Requerente/Exequente: EVANDRO MARTINS GERVASIO, RUA MONTE CRISTO 81 COLINA PARK II - 76906-720 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado do requerente: LUIS FERNANDO CALHEIROS CASIMIRO, OAB nº RO9846
Requerido/Executado: Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de cobrança proposta por EVANDRO MARTINS GERVASIO, em face de o ESTADO DE RONDÔNIA, na qual a parte requerente, policial militar, pretende o recebimento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
Alega que a referida verba deveria integrar os vencimentos do requerente desde janeiro de 2020 no percentual de 6% do soldo, porém não foi implementado até o momento.
Cinge-se á controvérsia em verificar se a Lei Federal acima, que estabeleceu o adicional ao Militares das Forças Armadas (União) aplica-se aos militares estaduais.
Pois bem.
O texto constitucional, em seu art. 25, estabelece que os Estados da federação são detentores de autonomia política, administrativa e legislativa, regendo-se pela Constituição e leis que adotarem:
“Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.”
Outrossim, é de competência de cada ente organizar o respectivo regime jurídico de seus servidores, estabelecendo em lei específica os vencimentos dos servidores públicos e demais componentes do sistema remuneratório, nos termos dos art. 37 e 39 da CF/88.
Ainda, especificamente na Seção III, o texto maior, trata dos militares dos Estados, veja:
“Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.”
§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. [grifei e destaquei]
§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal. [grifei e destaquei]
§ 3º Aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no art. 37, inciso XVI, com prevalência da atividade militar.
X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.
A legislação que dispõe sobre a remuneração dos integrantes da carreira de militares do Estado de Rondônia (Lei 1.063/2002) não prevê o adicional de compensação por disponibilidade militar. E nesse contexto, de acordo com o teor Súmula Vinculante n° 37 do STF, incabível ao
PODER JUDICIÁRIO, que não possui função legislativa, aumentar vencimentos de servidores sob o fundamento de isonomia.
Ocorre que, referido adicional tem previsão apenas no tocante a remuneração dos militares integrantes das Forças Armadas, conforme se depreende do Decreto n° 10.471/2020, que regulamenta o benefício e do Decreto n° 11.002/2022, que dispõe acerca da Lei nº 13.954/2109 e da Medida Provisória nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001.

Nesse sentido, conforme disposto no art. 1º da Lei Complementar n. 69/1991, as Forças Armadas são constituída pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, sendo as polícias militares e os corpos de bombeiros militares definidas como “forças auxiliares” e “reserva” do Exército, nos termos do art. 144, §6º da Constituição Federal.

Em que pese a legislação que criou tal adicional também atingir o Decreto-Lei n° 667/69, que trata da reorganização das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal, a faz tão somente para alterar partes da normativa que não guardam relação com o adicional de disponibilidade.

Esse também é o sentido do art. 24, em sua nova redação no Decreto-Lei nº 667/69:

Art. 24. Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos, nos termos do § 1º do art. 42, combinado com o inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 13.954, de 2019). [grifei e destaquei].

Nesse sentido, o recente julgamento pela Turma Recursal do TJRO, do qual resultou em novo entendimento:

Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. - A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RECURSO INOMINADO, autos n. 7002283-17.2021.8.22.001 , Relator : CRISTIANO GOMES MAZZINI, Data julgamento: 29/03/2023)

Ainda, ao encontro do entendimento acima, E. Tribunal do DF, veja:

APELAÇÃO CÍVEL. LEI Nº 13.954/2019. ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO POR DISPONIBILIDADE MILITAR. INAPLICABILIDADE AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. LEI ESPECÍFICA. ENUNCIADO DE SÚMULA Nº 37, DO STF. REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DECORRENTE DO IMPLEMENTO DE ALÍQUOTA SUPERIOR PARA A CONTRIBUIÇÃO DA PENSÃO MILITAR. AUSÊNCIA DE PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PATAMAR. REDUÇÃO SALARIAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO ESPECÍFICO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A Lei nº 13.954/2019 criou o adicional de compensação por disponibilidade militar, que consiste na parcela remuneratória mensal devida ao militar em razão da disponibilidade permanente e da dedicação exclusiva. 2. Segundo o art. 8º, § 1º, da Lei nº 13.954/2019, é vedada a acumulação do adicional de compensação por disponibilidade militar com o adicional de tempo de serviço que trata o art. 3º, inciso IV, da Medida Provisória nº 2.215/2001. 3. Os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao referido adicional, porquanto a Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos servidores militares desses órgãos deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos. 4. Segundo enunciado de Súmula nº 37, do STF, não cabe ao PODER JUDICIÁRIO, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 5. Em que pese à alegação de redução de remuneração decorrente do implemento de alíquota superior para a contribuição de pensão militar, os autores/apelantes não formularam pedido em tal sentido, razão pela qual não há que se falar em alteração do patamar de contribuição previdenciária. 6. Apelo não provido. (TJ-DF 07304766220208070016 DF 0730476-62.2020.8.07.0016, Relator: ARNOLDO CAMANHO, Data de Julgamento: 15/07/2021, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe : 29/07/2021 . Pág.: Sem Página Cadastrada.).

Observa-se ainda, que da mesma forma se entende quanto aos pensionistas dos militares dos Estados e aos militares inativos (Arts. 42, § 2º c/c 142, CF).

De mais a mais, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça inexiste obrigação do julgador se pronunciar sobre cada uma das alegações e dos artigos citados pelas partes, de forma pontual, bastando que apresente fundamentação suficiente às razões de seu convencimento.

Assim, resta claramente demonstrado que a Lei nº 13.954/2019, no que concerne ao adicional de compensação por disponibilidade militar não se aplica à parte autora, sob pena de violão ao princípio da legalidade e da separação dos Poderes.

Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por EVANDRO MARTINS GERVASIO para condenação do Estado de Rondônia ao pagamento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.

Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.

Sem custas e honorários advocatícios.

Intimem-se.

Agende-se decurso de prazo. Transitado em julgado, arquive-se.

Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023.

Eliezer Nunes Barros

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ji-Paraná - 1º Juizado Especial Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594,(69) 34112910 Processo nº : 7007984-09.2023.8.22.0005 Requerente: EXEQUENTE: J B DOS SANTOS PEREIRA - ME Advogado: Advogado do(a) EXEQUENTE: GIDALTE DE PAULA DIAS - PR56511

Requerido(a): EXECUTADO: JULLYANNO DE SOUZA Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017

Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:

Tipo: Conciliação - JEC Sala: Sala 3 Data: 31/08/2023 Hora: 12:00 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.

CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:

TEL: (69) 99956-0027

E-MAIL: cejuscjip@tjro.jus.br

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:

1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência. ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo nº: 7002879-51.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Abono de Permanência
Requerente/Exequente: WESLEY ALVES DE OLIVEIRA, RUA SENADOR ARTUR CEZAR RIOS 384 COLINA PARK II - 76906-726 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado do requerente: RODRIGO FERREIRA RODRIGUES SOUTO, OAB nº PE47718
Requerido/Executado: Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido:
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de cobrança proposta por WESLEY ALVES DE OLIVEIRA, em face de o ESTADO DE RONDÔNIA, na qual a parte requerente, policial militar, pretende o recebimento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
Alega que a referida verba deveria integrar os vencimentos do requerente desde janeiro de 2020 no percentual de 6% do soldo, porém não foi implementado até o momento.
Inicialmente rejeito a preliminar de impugnação ao valor da causa, tendo em vista que o percentual calculado sobre o soldo corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão, conforme anexo II do citado normativo.

Quanto a incompetência absoluta alegada, não presente na lei 12.153/2009 qualquer restrição em relação aos direitos individuas homogêneos, sendo a limitação a ações coletivas no âmbito dos juizados especiais. O STJ igualmente realiza essa distinção, entendendo ser da competência do Juizado Especial a ação individual, ainda que nela seja pleiteada a satisfação de direito coletivo, difuso ou individual homogêneo. (AgRg no RMS 28085/SC, 1ª Turma, rel. Min. Denise Arruda, j. 14/04/2009, DJe 07/05/2009); (STJ - REsp: 1673270 SP 2017/0104871-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 26/09/2017, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/12/2017). Portanto, não se enquadra na exceção expressa do art. 2º, § 1º, I, da Lei nº 12.153/2009 o fato de o próprio titular do direito formular seu pedido individualmente.

Por fim, no que tange ao julgamento de improcedência liminar do pedido, não é o caso , posto que ausentes os requisitos que autorização o julgamento nos termos do art. 332 do CPC.

Cinge-se á controvérsia em verificar se a Lei Federal acima, que estabeleceu o adicional ao Militares das Forças Armadas (União) aplica-se aos militares estaduais.

Pois bem.

O texto constitucional, em seu art. 25, estabelece que os Estados da federação são detentores de autonomia política, administrativa e legislativa, regendo-se pela Constituição e leis que adotarem:

“Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.”

Outrossim, é de competência de cada ente organizar o respectivo regime jurídico de seus servidores, estabelecendo em lei específica os vencimentos dos servidores públicos e demais componentes do sistema remuneratório, nos termos dos art. 37 e 39 da CF/88.

Ainda, especificamente na Seção III, o texto maior, trata dos militares dos Estados, veja:

“Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.”

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. [grifei e destaquei]

§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal. [grifei e destaquei]

§ 3º Aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no art. 37, inciso XVI, com prevalência da atividade militar.

X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.

A legislação que dispõe sobre a remuneração dos integrantes da carreira de militares do Estado de Rondônia (Lei 1.063/2002) não prevê o adicional de compensação por disponibilidade militar. E nesse contexto, de acordo com o teor Súmula Vinculante n° 37 do STF, incabível ao Poder Judiciário, que não possui função legislativa, aumentar vencimentos de servidores sob o fundamento de isonomia.

Ocorre que, referido adicional tem previsão apenas no tocante a remuneração dos militares integrantes das Forças Armadas, conforme se depreende do Decreto n° 10.471/2020, que regulamenta o benefício e do Decreto n° 11.002/2022, que dispõe acerca da Lei nº 13.954/2109 e da Medida Provisória nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001.

Nesse sentido, conforme disposto no art. 1º da Lei Complementar n. 69/1991, as Forças Armadas são constituída pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, sendo as polícias militares e os corpos de bombeiros militares definidas como “forças auxiliares” e “reserva” do Exército, nos termos do art. 144, §6º da Constituição Federal.

Em que pese a legislação que criou tal adicional também atingir o Decreto-Lei n° 667/69, que trata da reorganização das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal, a faz tão somente para alterar partes da normativa que não guardam relação com o adicional de disponibilidade.

Esse também é o sentido do art. 24, em sua nova redação no Decreto-Lei nº 667/69:

Art. 24. Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos, nos termos do § 1º do art. 42, combinado com o inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 13.954, de 2019). [grifei e destaquei].

Nesse sentido, o recente julgamento pela Turma Recursal do TJRO, do qual resultou em novo entendimento:

Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. - A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RECURSO INOMINADO, autos n. 7002283-17.2021.8.22.001 , Relator : CRISTIANO GOMES MAZZINI, Data julgamento: 29/03/2023)

Ainda, ao encontro do entendimento acima, E. Tribunal do DF, veja:

APELAÇÃO CÍVEL. LEI Nº 13.954/2019. ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO POR DISPONIBILIDADE MILITAR. INAPLICABILIDADE AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. LEI ESPECÍFICA. ENUNCIADO DE SÚMULA Nº 37, DO STF. REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DECORRENTE DO IMPLEMENTO DE ALÍQUOTA SUPERIOR PARA A CONTRIBUIÇÃO DA PENSÃO MILITAR. AUSÊNCIA DE PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PATAMAR. REDUÇÃO SALARIAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO ESPECÍFICO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A Lei nº 13.954/2019 criou o adicional de compensação por disponibilidade militar, que consiste na parcela remuneratória mensal devida ao militar em razão da disponibilidade permanente e da dedicação exclusiva. 2. Segundo o art. 8º, § 1º, da Lei nº 13.954/2019, é vedada a acumulação do adicional de compensação por disponibilidade militar com o adicional de tempo de serviço que trata o art. 3º, inciso IV, da Medida Provisória nº 2.215/2001. 3. Os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao referido adicional, porquanto a Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos servidores militares desses órgãos deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos. 4. Segundo enunciado de Súmula nº 37, do STF, não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 5. Em que pese à alegação de redução de remuneração decorrente do implemento de alíquota superior para a contribuição de pensão militar, os autores/apelantes não formularam pedido em tal sentido, razão pela qual não há que se falar em alteração do patamar de contribuição previdenciária. 6. Apelo não provido. (TJ-DF 07304766220208070016 DF 0730476-62.2020.8.07.0016, Relator: ARNOLDO CAMANHO, Data de Julgamento: 15/07/2021, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe : 29/07/2021 . Pág.: Sem Página Cadastrada.).

Observa-se ainda, que da mesma forma se entende quanto aos pensionistas dos militares dos Estados e aos militares inativos (Arts. 42, § 2º c/c 142, CF).

De mais a mais, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça inexiste obrigação do julgador se pronunciar sobre cada uma das alegações e dos artigos citados pelas partes, de forma pontual, bastando que apresente fundamentação suficiente às razões de seu convencimento.
Assim, resta claramente demonstrado que a Lei nº 13.954/2019, no que concerne ao adicional de compensação por disponibilidade militar não se aplica à parte autora, sob pena de violão ao princípio da legalidade e da separação dos Poderes.
Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por WESLEY ALVES DE OLIVEIRA para condenação do Estado de Rondônia ao pagamento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Defiro a gratuidade. Sem custas e honorários advocatícios.
Intimem-se.
Agende-se decurso de prazo. Transitado em julgado, arquive-se.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo nº: 7002819-78.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Agregação
Requerente/Exequente: MAURO CELIO PAIVA SEIBERT, RUA LEONARDO ALVES DA COSTA 49 COLINA PARK I - 76906-576 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado do requerente: EDILSON CRISPIN DIAS, OAB nº RO12149, VAGNER GULARTE PEREIRA, OAB nº RO9724
Requerido/Executado: Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de cobrança proposta por MAURO CELIO PAIVA SEIBERT, em face de o ESTADO DE RONDÔNIA, na qual a parte requerente, policial militar, pretende o recebimento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
Alega que a referida verba deveria integrar os vencimentos do requerente desde janeiro de 2020 no percentual de 6% do soldo, porém não foi implementado até o momento.
Inicialmente rejeito a preliminar de impugnação ao valor da causa, tendo em vista que o percentual calculado sobre o soldo corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão, conforme anexo II do citado normativo.
Quanto a incompetência absoluta alegada, não presente na lei 12.153/2009 qualquer restrição em relação aos direitos individuas homogêneos, sendo a limitação a ações coletivas no âmbito dos juizados especiais. O STJ igualmente realiza essa distinção, entendendo ser da competência do Juizado Especial a ação individual, ainda que nela seja pleiteada a satisfação de direito coletivo, difuso ou individual homogêneo. (AgRg no RMS 28085/SC, 1ª Turma, rel. Min. Denise Arruda, j. 14/04/2009, DJe 07/05/2009); (STJ - REsp: 1673270 SP 2017/0104871-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 26/09/2017, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/12/2017). Portanto, não se enquadra na exceção expressa do art. 2º, § 1º, I, da Lei nº 12.153/2009 o fato de o próprio titular do direito formular seu pedido individualmente.
Por fim, no que tange ao julgamento de improcedência liminar do pedido, não é o caso , posto que ausentes os requisitos que autorização o julgamento nos termos do art. 332 do CPC.
Cinge-se á controvérsia em verificar se a Lei Federal acima, que estabeleceu o adicional ao Militares das Forças Armadas (União) aplica-se aos militares estaduais.
Pois bem.
O texto constitucional, em seu art. 25, estabelece que os Estados da federação são detentores de autonomia política, administrativa e legislativa, regendo-se pela Constituição e leis que adotarem:
“Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.”
Outrossim, é de competência de cada ente organizar o respectivo regime jurídico de seus servidores, estabelecendo em lei específica os vencimentos dos servidores públicos e demais componentes do sistema remuneratório, nos termos dos art. 37 e 39 da CF/88.
Ainda, especificamente na Seção III, o texto maior, trata dos militares dos Estados, veja:
“Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.”
§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. [grifei e destaquei]
§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal. [grifei e destaquei]
§ 3º Aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no art. 37, inciso XVI, com prevalência da atividade militar.
X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.
A legislação que dispõe sobre a remuneração dos integrantes da carreira de militares do Estado de Rondônia (Lei 1.063/2002) não prevê o adicional de compensação por disponibilidade militar. E nesse contexto, de acordo com o teor Súmula Vinculante n° 37 do STF, incabível ao Poder Judiciário, que não possui função legislativa, aumentar vencimentos de servidores sob o fundamento de isonomia.

Ocorre que, referido adicional tem previsão apenas no tocante a remuneração dos militares integrantes das Forças Armadas, conforme se depreende do Decreto n° 10.471/2020, que regulamenta o benefício e do Decreto n° 11.002/2022, que dispõe acerca da Lei nº 13.954/2109 e da Medida Provisória nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001.

Nesse sentido, conforme disposto no art. 1º da Lei Complementar n. 69/1991, as Forças Armadas são constituída pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, sendo as polícias militares e os corpos de bombeiros militares definidas como “forças auxiliares” e “reserva” do Exército, nos termos do art. 144, §6º da Constituição Federal.

Em que pese a legislação que criou tal adicional também atingir o Decreto-Lei n° 667/69, que trata da reorganização das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal, a faz tão somente para alterar partes da normativa que não guardam relação com o adicional de disponibilidade.

Esse também é o sentido do art. 24, em sua nova redação no Decreto-Lei nº 667/69:

Art. 24. Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos, nos termos do § 1º do art. 42, combinado com o inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 13.954, de 2019). [grifei e destaquei].

Nesse sentido, o recente julgamento pela Turma Recursal do TJRO, do qual resultou em novo entendimento:

Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. - A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RECURSO INOMINADO, autos n. 7002283-17.2021.8.22.001 , Relator : CRISTIANO GOMES MAZZINI, Data julgamento: 29/03/2023)

Ainda, ao encontro do entendimento acima, E. Tribunal do DF, veja:

APELAÇÃO CÍVEL. LEI Nº 13.954/2019. ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO POR DISPONIBILIDADE MILITAR. INAPLICABILIDADE AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. LEI ESPECÍFICA. ENUNCIADO DE SÚMULA Nº 37, DO STF. REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DECORRENTE DO IMPLEMENTO DE ALÍQUOTA SUPERIOR PARA A CONTRIBUIÇÃO DA PENSÃO MILITAR. AUSÊNCIA DE PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PATAMAR. REDUÇÃO SALARIAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO ESPECÍFICO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A Lei nº 13.954/2019 criou o adicional de compensação por disponibilidade militar, que consiste na parcela remuneratória mensal devida ao militar em razão da disponibilidade permanente e da dedicação exclusiva. 2. Segundo o art. 8º, § 1º, da Lei nº 13.954/2019, é vedada a acumulação do adicional de compensação por disponibilidade militar com o adicional de tempo de serviço que trata o art. 3º, inciso IV, da Medida Provisória nº 2.215/2001. 3. Os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao referido adicional, porquanto a Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos servidores militares desses órgãos deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos. 4. Segundo enunciado de Súmula nº 37, do STF, não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 5. Em que pese à alegação de redução de remuneração decorrente do implemento de alíquota superior para a contribuição de pensão militar, os autores/apelantes não formularam pedido em tal sentido, razão pela qual não há que se falar em alteração do patamar de contribuição previdenciária. 6. Apelo não provido. (TJ-DF 07304766220208070016 DF 0730476-62.2020.8.07.0016, Relator: ARNOLDO CAMANHO, Data de Julgamento: 15/07/2021, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe : 29/07/2021 . Pág.: Sem Página Cadastrada.).

Observa-se ainda, que da mesma forma se entende quanto aos pensionistas dos militares dos Estados e aos militares inativos (Arts. 42, § 2º c/c 142, CF).

De mais a mais, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça inexiste obrigação do julgador se pronunciar sobre cada uma das alegações e dos artigos citados pelas partes, de forma pontual, bastando que apresente fundamentação suficiente às razões de seu convencimento.

Assim, resta claramente demonstrado que a Lei nº 13.954/2019, no que concerne ao adicional de compensação por disponibilidade militar não se aplica à parte autora, sob pena de violão ao princípio da legalidade e da separação dos Poderes.

Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por MAURO CELIO PAIVA SEIBERT para condenação do Estado de Rondônia ao pagamento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.

Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.

Sem custas e honorários advocatícios.

Intimem-se.

Agende-se decurso de prazo. Transitado em julgado, arquive-se.

Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023.

Eliezer Nunes Barros

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ji-Paraná - 1º Juizado Especial Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594,(69) 34112910 Processo nº : 7007774-55.2023.8.22.0005 Requerente: EXEQUENTE: J B DOS SANTOS PEREIRA - ME Advogado: Advogado do(a) EXEQUENTE: GIDALTE DE PAULA DIAS - PR56511

Requerido(a): EXECUTADO: JOSEFINA ROQUETTI DRESCH Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017

Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:

Tipo: Conciliação - JEC Sala: Sala 3 Data: 31/08/2023 Hora: 12:30 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.

CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:

TEL: (69) 99956-0027

E-MAIL: cejuscjip@tjro.jus.br

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:

1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência. ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7000304-07.2022.8.22.0005
Assunto:Indenização por Dano Material
Parte autora: REQUERENTES: LAILSON JUNIOR GASPARINI, L. J. GASPARINI REPRESENTACOES - ME
Advogado da parte autora: ADVOGADO DOS REQUERENTES: TATIANE CATARINA VIEIRA, OAB nº RO6068
Parte requerida: REQUERIDO: G. L. DE CAMPOS - PECAS PARA VEICULOS - ME
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REQUERIDO: ANDRE LUIZ PETRECHI MARTINS, OAB nº PR80352
DECISÃO
Em que pese o recurso inominado ser tempestivo, não houve o recolhimento do preparo.
Assim, considerando que a recorrente não recolheu o preparo devido mesmo após a intimação para recolhimento ou comprovação de hipossuficiência, julgo o recurso deserto, nos termos do § 1º do artigo 42 da Lei 9.099/1995.
Certifique-se o trânsito em julgado da sentença.
Nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos.
Int.
Ji-Paraná/, sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7007429-89.2023.8.22.0005
Assunto:Direito de Imagem
Parte autora: AUTOR: JOAO GUILHERME DE HOLANDA CORILACO, CPF nº 00610533258, RUA FERNANDO DE NORONHA 148 PARK AMAZONAS - 76907-179 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: YURI ROBERT RABELO ANTUNES, OAB nº RO4584
Parte requerida: REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 4000 A 4344 - LADO PAR INDUSTRIAL - 76821-060 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Verifico que a parte requerente postulou a extinção do feito.
Sendo assim, homologo a desistência da ação e extingo o feito, sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil.
Tendo em vista a preclusão lógica, sentença transitada em julgado nesta data.
Arquivem-se os autos.
Sentença registrada e publicada via PJE.
Ji-Paraná/, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo nº: 7003319-47.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Requerente/Exequente: WELITON PIMENTA CANDIDO, RUA MANOEL DAS NEVES RUFINO 1765 COPAS VERDES - 76901-480 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado do requerente: LUIS FERNANDO CALHEIROS CASIMIRO, OAB nº RO9846
Requerido/Executado: Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de cobrança proposta por WELITON PIMENTA CANDIDO, em face de o ESTADO DE RONDÔNIA, na qual a parte requerente, policial militar, pretende o recebimento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
Alega que a referida verba deveria integrar os vencimentos do requerente desde janeiro de 2020 no percentual de 6% do soldo, porém não foi implementado até o momento.
Inicialmente rejeito a preliminar de impugnação ao valor da causa, tendo em vista que o percentual calculado sobre o soldo corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão, conforme anexo II do citado normativo.
Quanto a incompetência absoluta alegada, não presente na lei 12.153/2009 qualquer restrição em relação aos direitos individuas homogêneos, sendo a limitação a ações coletivas no âmbito dos juizados especiais. O STJ igualmente realiza essa distinção, entendendo ser da competência do Juizado Especial a ação individual, ainda que nela seja pleiteada a satisfação de direito coletivo, difuso ou individual homogêneo. (AgRg no RMS 28085/SC, 1ª Turma, rel. Min. Denise Arruda, j. 14/04/2009, DJe 07/05/2009); (STJ - REsp: 1673270 SP 2017/0104871-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 26/09/2017, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/12/2017). Portanto, não se enquadra na exceção expressa do art. 2º, § 1º, I, da Lei nº 12.153/2009 o fato de o próprio titular do direito formular seu pedido individualmente.
Por fim, no que tange ao julgamento de improcedência liminar do pedido, não é o caso , posto que ausentes os requisitos que autorização o julgamento nos termos do art. 332 do CPC.
Cinge-se á controvérsia em verificar se a Lei Federal acima, que estabeleceu o adicional ao Militares das Forças Armadas (União) aplica-se aos militares estaduais.
Pois bem.
O texto constitucional, em seu art. 25, estabelece que os Estados da federação são detentores de autonomia política, administrativa e legislativa, regendo-se pela Constituição e leis que adotarem:
“Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.”
Outrossim, é de competência de cada ente organizar o respectivo regime jurídico de seus servidores, estabelecendo em lei específica os vencimentos dos servidores públicos e demais componentes do sistema remuneratório, nos termos dos art. 37 e 39 da CF/88.
Ainda, especificamente na Seção III, o texto maior, trata dos militares dos Estados, veja:
“Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.”
§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. [grifei e destaquei]
§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal. [grifei e destaquei]

§ 3º Aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no art. 37, inciso XVI, com prevalência da atividade militar.
X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.
A legislação que dispõe sobre a remuneração dos integrantes da carreira de militares do Estado de Rondônia (Lei 1.063/2002) não prevê o adicional de compensação por disponibilidade militar. E nesse contexto, de acordo com o teor Súmula Vinculante n° 37 do STF, incabível ao Poder Judiciário, que não possui função legislativa, aumentar vencimentos de servidores sob o fundamento de isonomia.
Ocorre que, referido adicional tem previsão apenas no tocante a remuneração dos militares integrantes das Forças Armadas, conforme se depreende do Decreto n° 10.471/2020, que regulamenta o benefício e do Decreto n° 11.002/2022, que dispõe acerca da Lei nº 13.954/2109 e da Medida Provisória nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001.
Nesse sentido, conforme disposto no art. 1º da Lei Complementar n. 69/1991, as Forças Armadas são constituída pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, sendo as polícias militares e os corpos de bombeiros militares definidas como “forças auxiliares” e “reserva” do Exército, nos termos do art. 144, §6º da Constituição Federal.
Em que pese a legislação que criou tal adicional também atingir o Decreto-Lei n° 667/69, que trata da reorganização das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal, a faz tão somente para alterar partes da normativa que não guardam relação com o adicional de disponibilidade.
Esse também é o sentido do art. 24, em sua nova redação no Decreto-Lei nº 667/69:
Art. 24. Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos, nos termos do § 1º do art. 42, combinado com o inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 13.954, de 2019). [grifei e destaquei].
Nesse sentido, o recente julgamento pela Turma Recursal do TJRO, do qual resultou em novo entendimento:
Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. - A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RECURSO INOMINADO, autos n. 7002283-17.2021.8.22.001 , Relator : CRISTIANO GOMES MAZZINI, Data julgamento: 29/03/2023)
Ainda, ao encontro do entendimento acima, E. Tribunal do DF, veja:
APELAÇÃO CÍVEL. LEI Nº 13.954/2019. ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO POR DISPONIBILIDADE MILITAR. INAPLICABILIDADE AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. LEI ESPECÍFICA. ENUNCIADO DE SÚMULA Nº 37, DO STF. REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DECORRENTE DO IMPLEMENTO DE ALÍQUOTA SUPERIOR PARA A CONTRIBUIÇÃO DA PENSÃO MILITAR. AUSÊNCIA DE PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PATAMAR. REDUÇÃO SALARIAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO ESPECÍFICO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A Lei nº 13.954/2019 criou o adicional de compensação por disponibilidade militar, que consiste na parcela remuneratória mensal devida ao militar em razão da disponibilidade permanente e da dedicação exclusiva. 2. Segundo o art. 8º, § 1º, da Lei nº 13.954/2019, é vedada a acumulação do adicional de compensação por disponibilidade militar com o adicional de tempo de serviço que trata o art. 3º, inciso IV, da Medida Provisória nº 2.215/2001. 3. Os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao referido adicional, porquanto a Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos servidores militares desses órgãos deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos. 4. Segundo enunciado de Súmula nº 37, do STF, não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 5. Em que pese à alegação de redução de remuneração decorrente do implemento de alíquota superior para a contribuição de pensão militar, os autores/apelantes não formularam pedido em tal sentido, razão pela qual não há que se falar em alteração do patamar de contribuição previdenciária. 6. Apelo não provido. (TJ-DF 07304766220208070016 DF 0730476-62.2020.8.07.0016, Relator: ARNOLDO CAMANHO, Data de Julgamento: 15/07/2021, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe : 29/07/2021 . Pág.: Sem Página Cadastrada.).
Observa-se ainda, que da mesma forma se entende quanto aos pensionistas dos militares dos Estados e aos militares inativos (Arts. 42, § 2º c/c 142, CF).
De mais a mais, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça inexiste obrigação do julgador se pronunciar sobre cada uma das alegações e dos artigos citados pelas partes, de forma pontual, bastando que apresente fundamentação suficiente às razões de seu convencimento.
Assim, resta claramente demonstrado que a Lei nº 13.954/2019, no que concerne ao adicional de compensação por disponibilidade militar não se aplica à parte autora, sob pena de violão ao princípio da legalidade e da separação dos Poderes.
Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por WELITON PIMENTA CANDIDO para condenação do Estado de Rondônia ao pagamento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas e honorários advocatícios.
Intimem-se.
Agende-se decurso de prazo. Transitado em julgado, arquive-se.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7012350-62.2021.8.22.0005
Assunto:Obrigação de Fazer / Não Fazer
Parte autora: REQUERENTE: LUCILENE DO NASCIMENTO PEREIRA, LINHA 207, LT 54 KM 14 GLEBA 32 ÁREA RURAL DE JI-PARANÁ - 76914-899 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Parte requerida: REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
A parte executada cumpriu com a obrigação objeto destes autos.
Desse modo, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO.
Autorizo por meio de alvará eletrônico, que a parte requerente compareça à Caixa Econômica Federal, munida de documento oficial com foto, para realizar o saque ou transferência do valor depositado em Juízo, mais acréscimos legais, no prazo de até 30 dias. Não é necessário imprimir esse ato. Junto comprovante do alvará ao final.
Ademais, também foi expedido alvará eletrônico na modalidade transferência em favor da Defensoria Pública, em relação aos honorários, conforme abaixo.
Sentença transitada nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Arquivem-se.
Sentença registrada automaticamente e publicada no PJE.
Ji-Paraná/15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Favorecidos 2 Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 15.600,61 LUCILENE DO NASCIMENTO PEREIRA 68687370253 1537806 - 5 Sim Direto na agência EditarExcluir R$ 1.725,84 FUNDEP – Fundo de Amparo da Defensoria Pública do Estado de Rondônia 06188804000142 1537806 - 5 Sim Banco do Brasil S.A. (001) Ag.: 2757 C.: 7747-0 EditarExcluir TOTAL R$ 17.326,45
Adicionar Conta Centralizadora Adicionar Favorecido

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Número do processo: 7007819-59.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: ANALICE ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALDO MANOEL CAVICHIOLI ROQUE, OAB nº RO11408
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Analisando as provas apresentadas, verifica-se a necessidade de instaurar o contraditório para melhor análise da questão apresentada, pois a parte autora sequer juntou nos autos protocolo administrativo, por outro lado, o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo não foram comprovados, assim, como os requisitos precisam ser apresentados simultaneamente, de rigor o indeferimento da liminar.
Ante o exposto, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA.
Deixo de designar audiência de conciliação porquanto a experiência prática tem revelado que o ente requerido não realiza acordos, sob o argumento de que o interesse público é indisponível, não sendo matéria passível de transação. Saliento que não haverá nenhum prejuízo às partes, porque embora não sendo designada audiência de conciliação, elas poderão transigir a qualquer tempo.
Portanto, exclua-se da pauta a audiência designada pelo sistema.
Assim, considerando as advertências do procedimento da Lei n. 12.153/2009, cite-se o requerido, bem como o intime, por seu representante, para que, no prazo 15 dias, apresente a defesa e eventual documentação de que disponha para esclarecimento dos fatos, especificando as provas que pretende produzir, inclusive qualificando eventuais testemunhas arroladas, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento. Cientifique-o que não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas de direito público (art. 7º).
Com a apresentação de resposta, intime-se a parte autora para apresentar, no prazo de 10 dias, sua impugnação, indicando provas que pretenda produzir e justificando sua necessidade e pertinência, inclusive qualificando eventuais testemunhas arroladas, sob pena de preclusão ou indeferimento.
As citações e intimações serão realizadas nos termos do art. 242, § 3º do CPC.
A parte autora será intimada via sistema/DJ, por meio de seu advogado constituído.
Ji-Paraná, 11 de julho de 2023.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910
Central de Atendimento da Comarca de Ji-Paraná/RO - (69) 3411-2910/ 3411-2922
Contato Gabinete: Telefone: 3411-2934 (Assessores) - Central de Atendimento 3411-2910 - E-mail:jip1jegab@tjrojus.br - Sala virtual: https://meet.google.com/ixg-wwbf-qzb
7007839-50.2023.8.22.0005
Indenização por Dano Material
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES
REU: ADRIANA DOS SANTOS SILVA, RUA MARINGÁ 996, - DE 810 A 1270 - LADO PAR NOVA BRASÍLIA - 76908-454 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, FRANCISCO PEREIRA DE FREITAS JUNIOR, RUA MARINGÁ 996, - DE 810 A 1270 - LADO PAR NOVA BRASÍLIA - 76908-454 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
DESPACHO

Encaminhem-se os autos à CPE - Central de Processos Eletrônicos para cumprimento dos atos processuais de Comunicação e designação de audiência de Conciliação, adotando-se a pauta automática do PJE.
Cite-se e intime-se a parte requerida, nos termos da lei, bem como do Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017 (DJE nº 104, de 08/06/2017, pág. 01/03).
Intime-se a parte requerente quanto à audiência designada, advertindo-a de que a sua ausência injustificada implicará em extinção do feito, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95.
Observações da Lei n. 9.099-95 e Enunciados do Fonaje: 1) Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil; 2) Art. 9º Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória; 3) ENUNCIADO 5 – A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor; 4) ENUNCIADO 20 – O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto; 5) ENUNCIADO 141 (Substitui o Enunciado 110) – A microempresa e a empresa de pequeno porte, quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (XXVIII Encontro – Salvador/BA).
CÓPIAS DA PRESENTE SERVIRÃO DE COMUNICAÇÃO.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023. 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Contatos e orientações para Audiências de Conciliação no CEJUSC de Ji-Paraná (Conforme Provimento 19/2021 da CGJ PJRO):
Sala virtual: https://meet.google.com/acr-byba-vhe
(69) 9-9955-9197 JECRIM (Somente WhatsApp)
(69) 9-9956-0027 JEC/Varas Cíveis (Somente WhatsApp)
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7006658-19.2020.8.22.0005
Assunto:Gratificação de Incentivo
Parte autora: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE JI-PARANA, AVENIDA DOIS DE ABRIL 1701, - DE 1649 A 1731 - LADO ÍMPAR URUPÁ - 76900-149 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARCIO CALADO DA SILVA, OAB nº RO10945, JORDAN LUIZ MIRANDA HOLANDA, OAB nº RO10573, RODRIGO DA SILVA MIRANDA, OAB nº RO10582, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
Parte requerida: EXECUTADO: CLELIA MARIA DE ALMEIDA CORREA, CPF nº 27191397268, RUA CRUZEIRO DO SUL 1590, - DE 1585/1586 A 1734/1735 SÃO PEDRO - 76913-684 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
O executado peticionou informando o pagamento da RPV.
Assim, ante o cumprimento da obrigação, nos termos do art. 924, inc. II, do CPC, declaro extinta a execução.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigos 11 e 27, da Lei 12.153/09.
Sentença registrada e publicada automaticamente via PJE
Intime-se. Com o trânsito em julgado, arquivem-se.
Ji-Paraná,sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7013324-65.2022.8.22.0005
Assunto:Cancelamento de vôo
Parte autora: AUTOR: LUIZ CARLOS PEREIRA PORTELA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: MANOEL JAIRO BATISTA DE LIMA JUNIOR, OAB nº RO7423
Parte requerida: REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogado da parte requerida: ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Decisão
Preenchidos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos do recurso interposto, recebo-o no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/1995.
Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias.
Apresentada as contrarrazões ou decorrido o prazo, remetam-se os autos à e. Turma Recursal.
Ji-Paraná/, sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

\PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Número do processo: 7007609-42.2022.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: MARCIO WILLIAM VIEIRA JUNIOR, EDUARDO WILLIAM MENDES VIEIRA, MARCIO WILLIAM VIEIRA, MIRLENE MENDES RODRIGUES
ADVOGADOS DOS AUTORES: GUILHERME DA CAMARA MANCO, OAB nº PE54294, BRUNA TINOCO DE MELO, OAB nº PE54194
Polo Passivo: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS SA
ADVOGADOS DOS REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Nesta data EXPEDI ORDEM JUDICIAL ELETRÔNICA (alvará eletrônico) à Caixa Econômica Federal, em favor da exequente e/ou de seu(s) advogado(s) constituído(s) para levantamento dos valores depositados em juízo, o valor de R$ 11.126,35 e suas atualizações.
Conta Judicial: 1824/040/01537839-1
Favorecido do alvará eletrônico: MIRLENE MENDES RODRIGUES - CPF: 014.920.152-45 e MARCIO WILLIAM VIEIRA - CPF: 774.443.292-49, a parte autora deverá informar o cumprimento da decisão.
Caso haja alguma incongruência nos dados constante no tópico supra que inviabilize o levantamento dos valores, deverá a CPE diligenciar junto a Instituição Financeira e expedir alvará em favor do credor, viabilizando o levantamento dos valores, prescindindo nova conclusão do feito.
Nada mais havendo, conclusos para extinção da execução.
OBSERVAÇÕES:
1) A parte favorecida deverá comparecer, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, à agência da Caixa Econômica Federal (agência: 1824), ao caixa presencial, munida de documentos de identificação com foto, para saque do valor creditado.
2) O alvará eletrônico deverá ser sacado em até 30 (trinta) dias, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, sob pena de transferência para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO, que desde já determino.
Ji-Paraná/RO, 12 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ji-Paraná - 1º Juizado Especial Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594,(69) 34112910 Processo nº : 7008159-03.2023.8.22.0005 Requerente: REQUERENTE: CEDRICK ROLIN PERIM Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: TIAGO DE AGUIAR MOREIRA - RO0005915A Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: Sala 3 Data: 31/08/2023 Hora: 11:00 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
TEL: (69) 99956-0027
E-MAIL: cejuscjip@tjro.jus.br
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia,

reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7005749-06.2022.8.22.0005
Assunto:Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública
Parte autora: EXEQUENTE: ELIANE JORDAO DE SOUZA, CPF nº 69846782268, - 76900-970 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: ELIANE JORDAO DE SOUZA, OAB nº RO9652
Parte requerida: NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia, AVENIDA MARECHAL RONDON, 721 743 CENTRO - 76900-057 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
O executado peticionou informando o pagamento da RPV.
Assim, ante o cumprimento da obrigação, nos termos do art. 924, inc. II, do CPC, declaro extinta a execução.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigos 11 e 27, da Lei 12.153/09.
Sentença registrada e publicada automaticamente via PJE
Intime-se. Com o trânsito em julgado, arquivem-se.
Ji-Paraná,sábado, 15 de julho de 2023.
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo nº: 7003078-73.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Requerente/Exequente: ADEMIR DOS SANTOS NASCIMENTO, RUA ROSANIA BASTO CAMILO 3245 COPAS VERDES - 76901-404 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado do requerente: LUIS FERNANDO CALHEIROS CASIMIRO, OAB nº RO9846
Requerido/Executado: Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de cobrança proposta por ADEMIR DOS SANTOS NASCIMENTO, em face de o ESTADO DE RONDÔNIA, na qual a parte requerente, policial militar, pretende o recebimento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
Alega que a referida verba deveria integrar os vencimentos do requerente desde janeiro de 2020 no percentual de 6% do soldo, porém não foi implementado até o momento.
Inicialmente rejeito a preliminar de impugnação ao valor da causa, tendo em vista que o percentual calculado sobre o soldo corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão, conforme anexo II do citado normativo.

Quanto a incompetência absoluta alegada, não presente na lei 12.153/2009 qualquer restrição em relação aos direitos individuas homogêneos, sendo a limitação a ações coletivas no âmbito dos juizados especiais. O STJ igualmente realiza essa distinção, entendendo ser da competência do Juizado Especial a ação individual, ainda que nela seja pleiteada a satisfação de direito coletivo, difuso ou individual homogêneo. (AgRg no RMS 28085/SC, 1ª Turma, rel. Min. Denise Arruda, j. 14/04/2009, DJe 07/05/2009); (STJ - REsp: 1673270 SP 2017/0104871-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 26/09/2017, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/12/2017). Portanto, não se enquadra na exceção expressa do art. 2º, § 1º, I, da Lei nº 12.153/2009 o fato de o próprio titular do direito formular seu pedido individualmente.

Por fim, no que tange ao julgamento de improcedência liminar do pedido, não é o caso , posto que ausentes os requisitos que autorização o julgamento nos termos do art. 332 do CPC.

Cinge-se á controvérsia em verificar se a Lei Federal acima, que estabeleceu o adicional ao Militares das Forças Armadas (União) aplica-se aos militares estaduais.

Pois bem.

O texto constitucional, em seu art. 25, estabelece que os Estados da federação são detentores de autonomia política, administrativa e legislativa, regendo-se pela Constituição e leis que adotarem:

“Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.”

Outrossim, é de competência de cada ente organizar o respectivo regime jurídico de seus servidores, estabelecendo em lei específica os vencimentos dos servidores públicos e demais componentes do sistema remuneratório, nos termos dos art. 37 e 39 da CF/88.

Ainda, especificamente na Seção III, o texto maior, trata dos militares dos Estados, veja:

“Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.”

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. [grifei e destaquei]

§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal. [grifei e destaquei]

§ 3º Aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no art. 37, inciso XVI, com prevalência da atividade militar.

X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.

A legislação que dispõe sobre a remuneração dos integrantes da carreira de militares do Estado de Rondônia (Lei 1.063/2002) não prevê o adicional de compensação por disponibilidade militar. E nesse contexto, de acordo com o teor Súmula Vinculante n° 37 do STF, incabível ao Poder Judiciário, que não possui função legislativa, aumentar vencimentos de servidores sob o fundamento de isonomia.

Ocorre que, referido adicional tem previsão apenas no tocante a remuneração dos militares integrantes das Forças Armadas, conforme se depreende do Decreto n° 10.471/2020, que regulamenta o benefício e do Decreto n° 11.002/2022, que dispõe acerca da Lei nº 13.954/2109 e da Medida Provisória nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001.

Nesse sentido, conforme disposto no art. 1º da Lei Complementar n. 69/1991, as Forças Armadas são constituída pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, sendo as polícias militares e os corpos de bombeiros militares definidas como “forças auxiliares” e “reserva” do Exército, nos termos do art. 144, §6º da Constituição Federal.

Em que pese a legislação que criou tal adicional também atingir o Decreto-Lei n° 667/69, que trata da reorganização das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal, a faz tão somente para alterar partes da normativa que não guardam relação com o adicional de disponibilidade.

Esse também é o sentido do art. 24, em sua nova redação no Decreto-Lei nº 667/69:

Art. 24. Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos, nos termos do § 1º do art. 42, combinado com o inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 13.954, de 2019). [grifei e destaquei].

Nesse sentido, o recente julgamento pela Turma Recursal do TJRO, do qual resultou em novo entendimento:

Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada. - A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria. (RECURSO INOMINADO, autos n. 7002283-17.2021.8.22.001 , Relator : CRISTIANO GOMES MAZZINI, Data julgamento: 29/03/2023)

Ainda, ao encontro do entendimento acima, E. Tribunal do DF, veja:

APELAÇÃO CÍVEL. LEI Nº 13.954/2019. ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO POR DISPONIBILIDADE MILITAR. INAPLICABILIDADE AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. LEI ESPECÍFICA. ENUNCIADO DE SÚMULA Nº 37, DO STF. REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DECORRENTE DO IMPLEMENTO DE ALÍQUOTA SUPERIOR PARA A CONTRIBUIÇÃO DA PENSÃO MILITAR. AUSÊNCIA DE PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PATAMAR. REDUÇÃO SALARIAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO ESPECÍFICO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A Lei nº 13.954/2019 criou o adicional de compensação por disponibilidade militar, que consiste na parcela remuneratória mensal devida ao militar em razão da disponibilidade permanente e da dedicação exclusiva. 2. Segundo o art. 8º, § 1º, da Lei nº 13.954/2019, é vedada a acumulação do adicional de compensação por disponibilidade militar com o adicional de tempo de serviço que trata o art. 3º, inciso IV, da Medida Provisória nº 2.215/2001. 3. Os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios não fazem jus ao referido adicional, porquanto a Lei nº 13.954/2019, em seu art. 25, prevê que a remuneração dos servidores militares desses órgãos deve ser estabelecida em leis específicas dos entes federativos. 4. Segundo enunciado de Súmula nº 37, do STF, não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 5. Em que pese à alegação de redução de remuneração decorrente do implemento de alíquota superior para a contribuição de pensão militar, os autores/apelantes não formularam pedido em tal sentido, razão pela qual não há que se falar em alteração do patamar de contribuição previdenciária. 6. Apelo não provido. (TJ-DF 07304766220208070016 DF 0730476-62.2020.8.07.0016, Relator: ARNOLDO CAMANHO, Data de Julgamento: 15/07/2021, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe : 29/07/2021 . Pág.: Sem Página Cadastrada.).

Observa-se ainda, que da mesma forma se entende quanto aos pensionistas dos militares dos Estados e aos militares inativos (Arts. 42, § 2º c/c 142, CF).

De mais a mais, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça inexiste obrigação do julgador se pronunciar sobre cada uma das alegações e dos artigos citados pelas partes, de forma pontual, bastando que apresente fundamentação suficiente às razões de seu convencimento.
Assim, resta claramente demonstrado que a Lei nº 13.954/2019, no que concerne ao adicional de compensação por disponibilidade militar não se aplica à parte autora, sob pena de violão ao princípio da legalidade e da separação dos Poderes.
Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por ADEMIR DOS SANTOS NASCIMENTO para condenação do Estado de Rondônia ao pagamento do adicional de compensação por disponibilidade militar, prevista na Lei Federal nº 13.954/2019.
Declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.
Sem custas e honorários advocatícios.
Intimem-se.
Agende-se decurso de prazo. Transitado em julgado, arquive-se.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594,(69) 34112910
Processo nº : 7007485-25.2023.8.22.0005 Requerente: EXEQUENTE: J B DOS SANTOS PEREIRA - ME Advogado: Advogado do(a) EXEQUENTE: GIDALTE DE PAULA DIAS - PR56511
Requerido(a): EXECUTADO: GREICIANE PARANHOS DE BRITO Advogado: INTIMAÇÃO AO REQUERENTE
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS sob pena de arquivamento.
Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.
Sentença
Sendo as partes capazes e o objeto disponível, homologo o acordo firmado entre o(a) requerente e o(a) requerido(a) para que produza os seus jurídicos e legais efeitos e, via de consequência, extingo o feito, com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, III, “b”, do Código de Processo Civil.
Dispensado o prazo recursal (art. 1.000, parágrafo único, do CPC).
Nada mais havendo, arquivem-se.
Sentença registrada e publicada via PJE.
Ji-Paraná/RO, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ji-Paraná - 1º Juizado Especial Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594,(69) 34112910 Processo nº : 7007614-30.2023.8.22.0005 Requerente: EXEQUENTE: J B DOS SANTOS PEREIRA - ME Advogado: Advogado do(a) EXEQUENTE: GIDALTE DE PAULA DIAS - PR56511
Requerido(a): EXECUTADO: AMAURI TEODORO DE SOUZA Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: Sala 5 Data: 31/08/2023 Hora: 09:00 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
TEL: (69) 99956-0027
E-MAIL: cejuscjip@tjro.jus.br
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se

tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594,(69) 34112910
Processo nº : 7002204-88.2023.8.22.0005 Requerente: REQUERENTE: FELIPE RICARDO OLIVEIRA SILVA Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: ALINE SILVEIRA KRUGUEL - RO12377
Requerido(a): REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A. Advogado: Advogados do(a) REQUERIDO: ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação À PARTE RECORRIDA
AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Av. Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, Edif. C.Branco Office Park -Torre Jatobá .9 andar, Alphaville Industrial- Barueri-SP, Barueri - SP - CEP: 06460-040
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ji-Paraná - 1º Juizado Especial Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594,(69) 34112910 Processo nº : 7007667-11.2023.8.22.0005 Requerente: AUTOR: GILCIRLENE JOSE DA SILVA FERREIRA Advogado: Advogado do(a) AUTOR: RHUAN ALVES DE AZEVEDO - RO5125
Requerido(a): REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A. Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: Sala 5 Data: 31/08/2023 Hora: 09:30 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
TEL: (69) 99956-0027
E-MAIL: cejuscjip@tjro.jus.br
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos

endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594,(69) 34112910
Processo nº : 7011114-75.2021.8.22.0005 Requerente: REQUERENTE: CLAUDIA LUCIANA COUY Requerido(a): REQUERIDO: MARCO ANTONIO MENEZES .
INTIMAÇÃO DE
Nome: MARCO ANTONIO MENEZES
Endereço: Avenida Transcontinental, 622, Guaporé Veículos, Casa Preta, Ji-Paraná - RO - CEP: 76914-878
MANDADO DE INTIMAÇÃO AO REQUERIDO
Finalidade: Após, intime-se a parte requerida para, no prazo de 5 dias, querendo, manifestar-se nos autos.
Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ji-Paraná - 1º Juizado Especial Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594,(69) 34112910 Processo nº : 7007735-58.2023.8.22.0005 Requerente: AUTOR: ROSELI MARIA VENDRAMEL GARCIA Advogado: Advogado do(a) AUTOR: CAUE CORREA - MS24754
Requerido(a): REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A. Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: Sala 5 Data: 31/08/2023 Hora: 10:30 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
TEL: (69) 99956-0027
E-MAIL: cejuscjip@tjro.jus.br
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:

1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência. ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7013515-47.2021.8.22.0005
Assunto:1/3 de férias, Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI
Parte autora: AUTOR: LUCINEIA RODRIGUES DOS SANTOS
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO AUTOR: SUELI DE SOUZA LIMA SANTOS, OAB nº RO9754
Parte requerida: REQUERIDO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
DECISÃO
Preenchidos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos do recurso interposto, recebo-o no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/1995.
Tendo em vista que a parte recorrida já apresentou contrarrazões, remetam-se os autos à e. Turma Recursal.
Ji-Paraná/, sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910
Processo: 7004500-54.2021.8.22.0005
Assunto:Gratificação de Incentivo

Parte autora: EXEQUENTE: DEIS XAVIER ALVES
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JORDAN LUIZ MIRANDA HOLANDA, OAB nº RO10573, MARCIO CALADO DA SILVA, OAB nº RO10945
Parte requerida: NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
Sentença
1- A parte exequente concordou com os cálculos do executado (ID 81911267), bem como não há divergência referente à proposta de acordo/pagamento em 02 parcelas.
Assim, HOMOLOGO os cálculos e a PROPOSTA de ACORDO apresentada, em conformidade com o art. 2º, §2º da Lei n. 3444/2021, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, com fundamento no artigo no art. 487, III, "b", do CPC/2015.
2 – O pagamento das parcelas (valores principais, honorários sucumbenciais ou contratuais) deverão iniciar no prazo de 60 dias, sob pena de vencimento antecipado e sequestro integral dos valores.
3 - Determino o arquivamento dos autos que somente retornarão conclusos caso haja denúncia de descumprimento do acordo.
4 - Sem custas ou honorários (artigo 55 da lei 9.099/95).
Sentença registrada e publicada via PJE.
CÓPIA DA PRESENTE SERVE DE COMUNICAÇÃO.
Ji-Paraná/RO, quarta-feira, 28 de junho de 2023.
Valdecir Ramos de Souza
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7002685-51.2023.8.22.0005
Assunto:Gratificações e Adicionais
Parte autora: REQUERENTE: MARCOS GONCALVES PINTO
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO REQUERENTE: LOUISE SOUZA DOS SANTOS HAUFES, OAB nº RO3221A, ANDRELINO DE OLIVEIRA SANTOS NETO, OAB nº RO9761
Parte requerida: REQUERIDO: Estado de Rondônia
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Preenchidos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos do recurso interposto, recebo-o no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/1995.
Tendo em vista que a parte recorrida já apresentou contrarrazões, remetam-se os autos à e. Turma Recursal.
Ji-Paraná/, sábado, 15 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
□

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7005670-32.2019.8.22.0005
Assunto:Gratificação Complementar de Vencimento
Parte autora: EXEQUENTE: LINDAURA ALVES LIMA, CPF nº 14320312287, RUA SENA MADUREIRA 3256, - DE 3000/3001 A 3344/3345 JORGE TEIXEIRA - 76912-693 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: Nailson Nando Oliveira de Santana, OAB nº RO2634, IRVANDRO ALVES DA SILVA, OAB nº RO5662
Parte requerida: EXECUTADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA, - 76900-261 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
Decisão
O exequente persiste em receber seu crédito com respaldo na Lei n. 3444/2021 (Id. 80781707).
Os cálculos foram homologados em agosto de 2021 e na decisão homologatória foi determinado a expedição do Precatório Requisitório. Em negócio jurídico que já se encontra concluído, impossível é a qualquer das partes o arrependimento ou alteração unilateral. Além disso, o executado não concorda em efetuar o pagamento com base na lei citada acima, eis que a homologação dos cálculos ocorreu antes da lei.
Posto isso, a decisão homologatória (Id. 61734341) deve ser mantida, ante ao princípio da preclusão inserido na legislação processual pátria em homenagem ao princípio da segurança jurídica, que impede a eterna revisão de decisões já proferidas e não impugnadas adequadamente.
Cumpra-se a decisão homologatória (ID 61734341).
Intimem-se.
Cópia da presente serve de comunicação.
Ji-Paraná/RO, 28 de junho de 2023
Valdecir Ramos de Souza
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594,(69) 34112910
Processo nº : 7013978-52.2022.8.22.0005 Requerente: AUTOR: ELIANA MORAIS DA CRUZ CARVALHO Advogado: Advogado do(a) AUTOR: WAGNER DA CRUZ MENDES - RO0006081A Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
INTIMAÇÃO
ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Avenida dos Imigrantes, 4137, - de 3601 a 4635 - lado ímpar, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica a Parte intimada, a se manifestar acerca da petição da parte requerente (ID 93363221), NO PRAZO DE 5 DIAS.
Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910
Processo: 7000345-71.2022.8.22.0005
Assunto:Abono de Permanência
Parte autora: EXEQUENTE: BENEDITO ROGELDO BEZERRA DE MENEZES, CPF nº 42203708204, RUA MAMORÉ 387, - ATÉ 500/501 JARDIM AURÉLIO BERNARDI - 76907-484 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: IASMINI SCALDELAI DAMBROS, OAB nº RO7905
Parte requerida: NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA, AVENIDA DOIS DE ABRIL, - DE 1649 A 1731 - LADO ÍMPAR URUPÁ - 76900-149 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
DESPACHO
O exequente concordou com os cálculos apresentados pelo executado.
O exequente manifestou-se que pretende realizar acordo em conformidade com os parâmetros da Lei 3.444/2021 que autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar acordos judiciais para pagamento de precatórios especificamente aos servidores da Secretaria Municipal de Educação.
Assim, ante as regras de desconto e parcelamento conforme art. 2º da referida lei, intime-se o executado para no prazo de 10 dias manifestar-se quanto ao aceite do termo de acordo apresentado aos autos.
Após, concluso para homologação.
Cópia do presente serve de comunicação.
Ji-Paraná/RO, 15 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910
Processo: 7013111-93.2021.8.22.0005
Assunto:Enquadramento
Parte autora: REQUERENTE: MARIA CARDOZO SCHAMBER, CPF nº 59631414191, LH 38 LOTE 07 S/N ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO REQUERENTE: DIANA PAULINO GALVAO, OAB nº RO10811
Parte requerida: REQUERIDO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
DESPACHO
O executado concordou com os cálculos apresentados pela exequente.
A exequente manifestou-se que pretende realizar acordo em conformidade com os parâmetros da Lei 3.444/2021 que autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar acordos judiciais para pagamento de precatórios especificamente aos servidores da Secretaria Municipal de Educação.
Assim, ante as regras de desconto e parcelamento conforme art. 2º da referida lei, intime-se o executado para no prazo de 10 dias manifestar-se quanto ao aceite do termo de acordo apresentado aos autos.
Após, concluso para homologação.
Cópia do presente serve de comunicação.
Ji-Paraná/RO, 7 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7007421-88.2018.8.22.0005
Assunto:Gratificação Complementar de Vencimento
Parte autora: EXEQUENTE: SIMONE ALVES SCARAMUZZA, CPF nº 89917448268, RUA PEDRO AUGUSTO SOTTE 241 COLINA PARK II - 76906-768 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: AGNYS FOSCHIANI HELBEL, OAB nº RO6573A, THAYSA SILVA DE OLIVEIRA, OAB nº RO6577A
Parte requerida: EXECUTADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
Decisão
O exequente persiste em receber seu crédito com respaldo na Lei n. 3444/2021 (Id. 82893704).
Os cálculos foram homologados em fevereiro de 2021 e na decisão homologatória foi determinada a expedição do Precatório Requisitório para pagamento do principal.
Em negócio jurídico que já se encontra concluído, impossível é a qualquer das partes o arrependimento ou alteração unilateral. O executado não concorda em efetuar o pagamento com base na lei citada acima, eis que a homologação dos cálculos ocorreu antes da lei. A decisão homologatória (Id. 54412358) deve ser mantida, ante ao princípio da preclusão inserido na legislação processual pátria em homenagem ao princípio da segurança jurídica, que impede a eterna revisão de decisões já proferidas e não impugnadas adequadamente.
Assim, cumpra-se a decisão homologatória (ID 54412358).
Intimem-se.
Cópia da presente serve de comunicação.
Ji-Paraná/RO, 7 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7008821-69.2020.8.22.0005
Assunto:Enquadramento
Parte autora: EXEQUENTE: ELIZANGELA ALVES DA COSTA FREITAS, CPF nº 71152830287, RUA C 228 INDUSTRIAL - 76967-786 - CACOAL - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: DIANA PAULINO GALVAO, OAB nº RO10811
Parte requerida: NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
DESPACHO
1 - Intime-se a parte executada para, querendo, impugnar a execução, no prazo de 30 dias, conforme art. 535 do CPC.
2 - Apresentando a impugnação, intime-se o(a) exequente para, querendo, manifestar-se no prazo de 10 dias. Após, conclusos para decisão.
3 - Todavia, havendo concordância, não sendo impugnado ou transcorrido o prazo sem manifestação, desde já homologo os cálculos do(a) exequente. Expeça-se Requisição de Pequeno Valor – RPV, conforme o solicitado, em face do executado, nos termos do artigo 13, I, da Lei 12.153/09, a ser cumprido no prazo máximo de 60 dias. Ainda, para que seja dado baixa junto ao Sistema “SAPRE”, necessário que o ente público (executado), informe ao juízo o pagamento da respectiva requisição.
Desde já, fica a parte exequente intimada para fornecer os dados bancários (conta corrente) e juntar aos autos as cópias necessárias à expedição do RPV (art. 6º, da Resolução nº 153/2020-PR), no prazo de dez (10) dias, sob pena de arquivamento.
5- Assim:
a) intime-se o exequente para juntar aos autos documentos necessários para a instruir a RPV, caso já não juntados;
b) com a expedição e juntada dos documentos, intime-se o ente público para iniciar o procedimento de pagamento da Requisição, extraindo as cópias necessárias diretamente do PJE, iniciando-se prazo para pagamento (60 dias) na data do registro da ciência no PJE;
c) ainda, necessário que o ente público(executado) informe ao juízo o pagamento da respectiva requisição.
6- Após, havendo informação de pagamento, façam os autos conclusos para extinção. Após, havendo informação de pagamento, façam os autos conclusos para extinção.
7- Intimem-se. Cumpra-se.
Cópias do presente servem de comunicação.
Ji-Paraná/, 7 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7011511-76.2017.8.22.0005
Assunto:Pagamento em Pecúnia, Licença Prêmio
Parte autora: EXEQUENTE: MARIA TAVARES ALVES DE MORAIS

Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: POLYANA LUSTOSA BEZERRA, OAB nº RO8210, RODRIGO SAMPAIO DE SOUZA, OAB nº MT2324
Parte requerida: EXECUTADO: Estado de Rondônia
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Encaminhem-se os autos à Contadoria Judicial, a fim de avaliar se há saldo devedor pendente.
Após, vista às partes, pelo prazo de 15 dias.
Em seguida, conclusos.
Ji-Paraná/7 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594
Processo n°: 7000701-32.2023.8.22.0005
REQUERENTE: WALCIMEIRE SOUZA DO NASCIMENTO
Advogados do(a) REQUERENTE: FERNANDO MANZI SANTOS - MT8912/O, RODRIGO FRETTA MENEGHEL - MS9117
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação À PARTE
WALCIMEIRE SOUZA DO NASCIMENTO
Rua das Mangueiras, 2923, - de 2850/2851 a 3388/3389, Jardim Presidencial, Ji-Paraná - RO - CEP: 76901-042
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA acerca da EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ ELETRÔNICO de transferência junto à agência da Caixa Econômica Federal. A parte beneficiária deverá comparecer na referida agência munida de documento pessoal, a fim de realizar o levantamento dos valores.
Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ji-Paraná - 1º Juizado Especial Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594,(69) 34112910 Processo nº : 7007985-91.2023.8.22.0005 Requerente: EXEQUENTE: J B DOS SANTOS PEREIRA - ME Advogado: Advogado do(a) EXEQUENTE: GIDALTE DE PAULA DIAS - PR56511
Requerido(a): EXECUTADO: MIRIAM PINHEIRO GOMES Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: Sala 5 Data: 31/08/2023 Hora: 11:00 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
TEL: (69) 99956-0027
E-MAIL: cejuscjip@tjro.jus.br
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da

prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910 Processo: 7006040-40.2021.8.22.0005
Assunto:Enquadramento
Parte autora: EXEQUENTE: LIETE ALVES VIANA, CPF nº 35131241200, RUA GARÇAS 77 MUTIRÃO - 76909-650 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado da parte autora: ADVOGADO DO EXEQUENTE: DIANA PAULINO GALVAO, OAB nº RO10811
Parte requerida: NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
SENTENÇA
A parte exequente peticionou informando que a obrigação foi satisfeita.
Assim, nos termos do art. 924, inc. II, do CPC, declaro extinta a execução.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigos 11 e 27, da Lei 12.153/09.
Sentença registrada e publicada automaticamente via PJE, com trânsito em julgado nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Arquivem-se.
Ji-Paraná, quarta-feira, 28 de junho de 2023.
Valdecir Ramos de Souza
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, (69) 34112910

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ji-Paraná - 1º Juizado Especial Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594,(69) 34112910 Processo nº : 7007775-40.2023.8.22.0005 Requerente: EXEQUENTE: J B DOS SANTOS PEREIRA - ME Advogado: Advogado do(a) EXEQUENTE: GIDALTE DE PAULA DIAS - PR56511
Requerido(a): EXECUTADO: LAURRANE GOMES REIS Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: Sala 1 Data: 01/09/2023 Hora: 08:00 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.

CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
TEL: (69) 99956-0027
E-MAIL: cejuscjip@tjro.jus.br
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG);
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ji-Paraná - 1º Juizado Especial Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594,(69) 34112910 Processo nº : 7007653-27.2023.8.22.0005 Requerente: AUTOR: JEIMISSON FREDYANI DUTRA DE SOUZA Advogado: Advogado do(a) AUTOR: RHUAN ALVES DE AZEVEDO - RO5125
Requerido(a): REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A. Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: Sala 5 Data: 31/08/2023 Hora: 12:30 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
TEL: (69) 99956-0027
E-MAIL: cejuscjip@tjro.jus.br

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG);
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ji-Paraná - 1º Juizado Especial Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594,(69) 34112910 Processo nº : 7007723-44.2023.8.22.0005 Requerente: AUTOR: VICTOR HUGO TENEDINE DE SANTANA Advogado: Advogado do(a) AUTOR: NAIANY CRISTINA LIMA - RO7048
Requerido(a): REU: EDESTINOS.COM.BR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A. Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: Sala 5 Data: 31/08/2023 Hora: 12:00 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
TEL: (69) 99956-0027
E-MAIL: cejuscjip@tjro.jus.br

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG);
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ji-Paraná - 1º Juizado Especial Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594,(69) 34112910 Processo nº : 7006852-14.2023.8.22.0005 Requerente: AUTOR: FRANCIELI MATOS DE OLIVEIRA Advogado: Advogado do(a) AUTOR: ROSIMERI VIEIRA QUINTINO SILVA - RO11378
Requerido(a): REU: B. & L. CONFECCOES LTDA Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: Sala 5 Data: 31/08/2023 Hora: 11:30 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
TEL: (69) 99956-0027
E-MAIL: cejuscjip@tjro.jus.br

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG);
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Ji-Paraná - 1º Juizado Especial
Avenida Brasil, 595, (69) 34112910, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-594,(69) 34112910
Processo nº : 7004271-31.2020.8.22.0005 Requerente: EXEQUENTE: ADMILSON VENANCIO DE OLIVEIRA Advogado: Advogado do(a) EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES - RO301-B
Requerido(a): EXECUTADO: JORGINO BARRETO Advogado: Advogado do(a) EXECUTADO: ANANIAS PINHEIRO DA SILVA - RO1382
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERIDA
JORGINO BARRETO
Rua Ana Gomes dos Santos, 727, apto 06, Jardim Aurélio Bernardi, Ji-Paraná - RO - CEP: 76907-478
Finalidade: Por determinação do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA acerca do teor da Decisão (ID 91412357), bem como para apresentar impugnação à indisponibilidade dos ativos financeiros (penhora online em conta bancária), NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, nos termos do artigo 854, § 1º do Código de Processo Civil.
Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.

1ª VARA CÍVEL

Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
, nº , Bairro , CEP ,
Fone: (069) 3411-2901 – e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo n.: 7011415-22.2021.8.22.0005
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Duplicata
REQUERENTE: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS CONE SUL LTDA, AV MARECHAL RONDON 1265 CENTRO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ILZA POSSIMOSER, OAB nº RO5474A
REQUERIDOS: ANA PAULA PEREIRA NOGUEIRA, RUA ANTONIO ATANAZIO DA SILVA 511, - DE 491 A 695 - LADO ÍMPAR SÃO FRANCISCO - 76908-217 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, A. P. P. NOGUEIRA EIRELI, RUAANTONIO ATANAZIO DA SILVA 511, - DE 491 A 695 - LADO ÍMPAR SÃO FRANCISCO - 76908-217 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, EXITUS CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA, RUA ANTONIO ATANAZIO DA SILVA 511, - DE 491 A 695 - LADO ÍMPAR SÃO FRANCISCO - 76908-217 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 26.518,08
DESPACHO
Cópia do despacho servirá de mandado de intimação das executadas para, em 15 (quinze) dias, pagarem a importância executada, mais as custas processuais, sob pena de o débito ser acrescido de multa processual e honorários advocatícios, cada um na razão de 10% sobre o valor devido (artigo 523, § 1º, do CPC).
Advirtam-se de que havendo pagamento parcial no prazo previsto acima, a multa e os honorários incidirão sobre o remanescente do débito e de que transcorrido o prazo para pagamento voluntário inicia-se o prazo para impugnação, que deverá ser realizada em observância ao disposto no artigo 525 do CPC.
Endereço: RUA ANTONIO ATANAZIO DA SILA , Nº 511, LADO ÍMPAR - BAIRRO SÃO FRANCISCO CEP 76908217 JI PARANÁ.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.
Jose Antonio Barretto
Juiz de Direito

Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Brasil, 595 - Nova Brasília, Ji-Paraná - RO, 76908-594
Fone: (069) 3411-2901 – e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo n.: 7010024-32.2021.8.22.0005
Classe: Inventário
Assunto: Inventário e Partilha
REQUERENTES: JOSE OLIMPIO LIMA SILVA JUNIOR, RUA RAFAEL VAZ E SILVA 3253, - DE 2850/2851 A 3283/3284 LIBERDADE - 76803-870 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ALINE CABRAL DE LIMA, RUA JOSÉ MIRANDA DA SILVA 280 SANTIAGO - 76901-161 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, CHARLES CABRAL DE LIMA, RUA MATO GROSSO 745, - DE 586/587 A 931/932 URUPÁ - 76900-178 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, TATIANA MENDES SILVA DE AMORIM, MATO GROSSO 745, - DE 586/587 A 931/932 URUPA - 76900-178 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: TATIANA MENDES SILVA DE AMORIM, OAB nº RO6374
INVENTARIADO: JOSE OLIMPIO LIMA SILVA, RUA DOS ZORÓS 197 URUPÁ - 76900-190 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
INVENTARIADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 359.928,84
DESPACHO
Cópia deste despacho serve de ofício à caixa Econômica Federal para que encaminhe extrato bancário das contas do de cujus entre as datas de 01/10/2020 e 14/12/2020, informando se houve eventual saque do valor aplicado junto à referida instituição financeira.
Instrua-se com o extrato de ID 62403216.
A resposta deve se dar de forma eletrônica (cpe1civjip@tjro.jus.br), no prazo de 20 (vinte) dias.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.
Jose Antonio Barretto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
- Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe3civjip@tjro.jus.br
Processo : 7001788-23.2023.8.22.0005
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS UNIRONDONIA LTDA
Advogado do(a) AUTOR: JACKSON WILLIAM DE LIMA - PR60295
REU: LEONARSEM DA SILVA NASCIMENTO
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo : 7005060-59.2022.8.22.0005
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: POSTO NORTAO LTDA
Advogado do(a) REQUERENTE: LUANA GOMES DOS SANTOS - RO8443
REQUERIDO: L. J. GASPARINI REPRESENTACOES - ME
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
, nº , Bairro , CEP ,
Fone: (069) 3411-2901 – e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo n.: 7007563-19.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
AUTOR: COMERCIO DE MOLAS JI-PARANA LTDA - EPP, LINHA 03 LOTE 04 GLEBA 02 S/N ZONA RURAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE GOMES BEZERRA, OAB nº RO7918
REU: DOUGLAS JAMES DA SILVA URIZZE, AVENIDA CASTELO BRANCO 2226, - DE 22570 A 22700 - LADO PAR VISTA ALEGRE - 76960-008 - CACOAL - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 7.066,16
DESPACHO
Determino à CPE que agende audiência de tentativa de conciliação junto ao CEJUSC - CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.
Cite-se a parte requerida para conhecimento acerca dos termos da presente ação, com antecedência mínima de 20 dias da audiência designada, intimando-a para participar do ato, bem como para que, querendo, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias, contados do primeiro dia útil seguinte ao dia audiência de conciliação, caso não haja acordo, sob pena de serem presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (artigo 344, do CPC).
Os conciliadores da CEJUSC deverão, complementar a qualificação da parte que comparecer ao ato.
Intime-se a parte autora por meio de seus advogados, via PJe.
Caso a parte requerida manifeste desinteresse na autocomposição, deverá formular pedido, na forma e prazo do art. 334, § 5º, do CPC. Neste caso, o prazo para apresentação de defesa começará a fluir a partir do primeiro dia útil seguinte ao dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência, nos termos do artigo 335, II, do CPC.
Orientações para a audiência de conciliação:
1. As audiências de conciliação serão realizadas pelo aplicativo WhatsApp, salvo se o número de participantes exceder a capacidade da plataforma, hipótese em que serão realizadas pelo Google Meet.(art. 13). 2. As partes deverão informar nos autos, com antecedência de pelo menos 24 horas, um contato de WhatsApp que será utilizado para realização da audiência por videoconferência. (arts. 21 e 22) OU informar o número do WhatsApp diretamente no contato do CEJUSC (acima informado). 3. Será admitido apenas um número de telefone em relação a cada participante da audiência. Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista.
Contatos e orientações para Audiências de Conciliação no CEJUSC de Ji-Paraná (Conforme Provimento 19/2021 da CGJ PJRO):
Sala virtual: https://meet.google.com/acr-byba-vhe
(69) 9-9956-0027 Varas Cíveis (Somente WhatsApp)
SERVE DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO PARA A PARTE REQUERIDA.
Ji-Paraná/RO, 17 de julho de 2023.
Jose Antonio Barretto
Juiz de Direito

Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
, nº , Bairro , CEP ,
Fone: (069) 3411-2901 – e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo n.: 7006203-49.2023.8.22.0005
Classe: Embargos de Terceiro Cível
Assunto: Perda da Propriedade, Usucapião Extraordinária
EMBARGANTE: JUVENAL ALVES DA SILVA, RUA TEREZINA 1026, - DE 936/937 A 1297/1298 NOVA BRASÍLIA - 76908-430 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EMBARGANTE: EDMILSO MARQUES DE SOUZA, OAB nº SP477595
EMBARGADO: BRUNO RODRIGUES DE CARVALHO, ALDEIA DO LAGO BR 135 ZONA RURAL - 76900-970 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
EMBARGADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 1.320,00
DESPACHO
Associei a este processo a guia avulsa de custas processuais recolhida.
Alterei o valor da causa para R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).
Associe-se este processo ao processo n. 7003009-75.2022.8.22.0005.

Intime-se o autor para que complemente as custas iniciais, a fim de que perfaçam 2% do valor da causa, já corrigido.
Prazo de 15 (quinze) dias.
Ji-Paraná/RO, 17 de julho de 2023.
Jose Antonio Barretto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe3civjip@tjro.jus.br
Processo : 7007586-67.2020.8.22.0005
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ITAMAR HUHSHLEY ALVES
Advogados do(a) REQUERENTE: ABEL NUNES TEIXEIRA - RO7230, EDNAYR LEMOS SILVA DE OLIVEIRA - RO0007003A
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - DADOS PARA EXPEDIÇÃO DE RPV E/OU PRECATÓRIO
Fica a parte AUTORA intimada a trazer os dados necessários para expedição de precatório, conforme certidão ID. 93343330, no prazo de 05 dias.

Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
, nº , Bairro , CEP ,
Fone: (069) 3411-2901 – e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo n.: 7012480-18.2022.8.22.0005
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO, RUA JOSÉ EDUARDO VIEIRA 1811, - DE 1604/1605 A 1810/1811 NOVA BRASÍLIA - 76908-404 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO, OAB nº RO6338
PROCURADORIA DA SICOOB CENTRO - COOPERATIVA DE CRÉDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: MATHEUS WILLIAM CHAGAS LOPES DE MESQUITA, RUA CARAJÁS 275 PARQUE SÃO PEDRO - 76907-842 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 13.737,58
SENTENÇA
As partes informam que firmaram acordo e requerem a homologação.
Decido.
O acordo versa sobre direitos disponíveis, de modo que não há óbice algum para que seja homologado.
Ante o exposto, homologo o acordo noticiado e extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso III, b, do Código de Processo Civil.
Sem custas finais.
Publique-se, intime-se e arquive-se.
Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.
Jose Antonio Barretto
Juiz de Direito

Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Brasil, 595 - Nova Brasília, Ji-Paraná - RO, 76908-594
Fone: (069) 3411-2901 – e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo n.: 7010873-38.2020.8.22.0005
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Administração judicial, Limitada
REQUERENTE: SUPERMERCADO TAI LTDA, AVENIDA DAS SERINGUEIRAS 1599, SUPERMERCADO NOVA BRASÍLIA - 76908-520 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: NEUMAYER PEREIRA DE SOUZA, OAB nº RO1537
SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 12.496.843,00
DESPACHO
As habilitações de crédito devem ser feitas junto à Administradora Judicial, conforme já reiteradamente informado nos autos, bastando que a parte credora apresente a certidão de crédito.
Em relação à afirmação de que há investidor interessado na aquisição da recuperanda, defiro o prazo de 10 dias para que isso seja confirmado.
Ji-Paraná/RO, 17 de julho de 2023.
Jose Antonio Barretto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe3civjip@tjro.jus.br
Processo : 7006918-62.2021.8.22.0005

Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogados do(a) AUTOR: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - RO4943-A, THIAGO DE SIQUEIRA BATISTA MACEDO - RO6842
REU: DAVID ARAUJO DA SILVA
INTIMAÇÃO PARTES - RETORNO DO TJ
01) Ficam AS PARTES intimadas a manifestarem-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do retorno dos autos, sob pena de arquivamento.
Advertência: Conforme prevê o art. 31, parágrafo único da Lei 3896/16, o feito poderá ser desarquivado a qualquer momento, desde que apresentado pedido descritivo, acompanhado de planilha dos créditos, de acordo com os arts. 523 e 524 do CPC, visando a intimação da parte adversa ao início do cumprimento de sentença.
Advertência:
Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe3civjip@tjro.jus.br
Processo : 7006918-62.2021.8.22.0005
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogados do(a) AUTOR: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - RO4943-A, THIAGO DE SIQUEIRA BATISTA MACEDO - RO6842
REU: DAVID ARAUJO DA SILVA
INTIMAÇÃO PARTES - RETORNO DO TJ
01) Ficam AS PARTES intimadas a manifestarem-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do retorno dos autos, sob pena de arquivamento.
Advertência: Conforme prevê o art. 31, parágrafo único da Lei 3896/16, o feito poderá ser desarquivado a qualquer momento, desde que apresentado pedido descritivo, acompanhado de planilha dos créditos, de acordo com os arts. 523 e 524 do CPC, visando a intimação da parte adversa ao início do cumprimento de sentença.
Advertência:
Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe3civjip@tjro.jus.br
Processo : 7011519-48.2020.8.22.0005
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO MACHADO - CREDISIS JI-CRED
Advogados do(a) EXEQUENTE: ARTUR BAIA RAMOS - RO6721, NEUMAYER PEREIRA DE SOUZA - RO1537
EXECUTADO: DIEGO ROBERTO SILVA DE OLIVEIRA e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS EDITAL Fica a parte AUTORA intimada a proceder o recolhimento de custas para publicação do Edital no DJ, no prazo de 05 (cinco) dias, sob o CÓDIGO 1027. O boleto deverá ser gerado no sistema de controle de custas processuais no seguinte link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf

Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
, nº , Bairro , CEP ,
Fone: (069) 3411-2901 – e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo n.: 7012431-74.2022.8.22.0005
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Direito de Imagem
AUTOR: FERNANDA MARTINS DA SILVA
ADVOGADOS DO AUTOR: CARLOS LUIZ PACAGNAN, OAB nº RO107B
CARLOS LUIZ PACAGNAN JUNIOR, OAB nº RO6718
REU: MARINA CELIA REINALDO LOUREIRO, RUA EQUADOR 1942, - ATÉ 779/780 JARDIM SÃO CRISTÓVÃO - 76913-872 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: LISDAIANA FERREIRA LOPES, OAB nº RO9693, ELIANE JORDAO DE SOUZA, OAB nº RO9652
Valor da causa: R$ 25.000,00
DESPACHO
Indefiro o pedido de reabertura de prazo para apresentação de defesa pela requerida, uma vez que foi citada, compareceu ao processo através de advogado e não contestou, gerando a revelia.
Defiro o depoimento pessoal da autora e a prova testemunhal, consignando que o limite de testemunhas de cada parte é de até 3 (três) para cada fato a ser provado.
Para realização do ato designo audiência de instrução para o dia 24 de agosto de 2023, às 11h, por videoconferência via googlemeet.
A intimação das partes e da testemunha para participação do ato compete aos advogados, conforme disposição do art. 455, caput e §1º, do Código de Processo Civil.
Os advogados deverão comunicar às partes e a testemunha arrolada das seguintes instruções:
1. A parte deverá fornecer o número de telefone e o endereço de e-mail.
2. O link de acesso meet.google.com/tuk-iiff-zjv
3. A parte poderá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o aplicativo googlemeet , através do número (69) 3411-2901;

Intimem-se.
Ji-Paraná/RO, 17 de julho de 2023.
Jose Antonio Barretto
Juiz de Direito

Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Brasil, 595 - Nova Brasília, Ji-Paraná - RO, 76908-594
Fone: (069) 3411-2901 – e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo n.: 7008091-53.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Descontos Indevidos
AUTOR: CARMEN BASCIGA LAVAGNOLI, AVENIDA JK 2004, - DE 1860/1861 AO FIM CASA PRETA - 76907-644 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: CAIQUE PERES PEDROSO, OAB nº RO10338
MARCELO PERES BALESTRA, OAB nº RO2650
REU: BANCO PAN S.A., AVENIDA PAULISTA 1374, - DE 612 A 1510 - LADO PAR BELA VISTA - 01310-100 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA BANCO PAN S.A
Valor da causa: R$ 30.000,00
DESPACHO
A autora também distribuiu ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais com pedido liminar em face do Banco Pan S/A na 5ª Vara Cível desta comarca, processo n. 7007666-26.2023.8.22.0005.
A autora deve esclarecer se tratam-se de empréstimos consignados diversos, uma vez que nos fatos narrados na petição inicial afirma que trata-se de contrato n. 329980995-8 006, porém, no extrato de empréstimos bancários descontados de sua previdência (ID 93312477) consta número 329980995-8, aparentemente o mesmo discutido no juízo da 5ª Vara Cível. Junta o mesmo extrato da CDL para comprovar a negativação tanto neste processo quanto no de n. 7007666-26.2023.8.22.0005.
Tanto é que naquele processo postulou liminarmente a suspensão dos descontos no benefício previdenciário e neste juízo apenas a retirada de seus dados do SERASA/SPC.
Esclareça no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de ser reconhecida a litispendência e o processo ser extinto sem resolução de mérito, ou declinada a competência em razão da conexão entre as ações.
Ji-Paraná/RO, 17 de julho de 2023.
Jose Antonio Barretto
Juiz de Direito

Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
, nº , Bairro , CEP ,
Fone: (069) 3411-2901 – e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo n.: 7011205-34.2022.8.22.0005
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Direito de Imagem, Liminar
REQUERENTE: FABIULA DAS FLORES CANTAO, RUA JOSÉ BRASIL NETO 427 CAPELASSO - 76912-206 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: BEATRIZ REGINA SARTOR, OAB nº RO9434
TANANY ARALY BARBETO, OAB nº RO5582
REQUERIDO: ENERGISA, . ., . - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892
Valor da causa: R$ 5.454,70
SENTENÇA
A parte executada concordou com o bloqueio,, requerendo a liberação em favor da parte exequente.
Ante o exposto, EXTINGO O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, nos termos do artigo 924, II, c/c art. 925, ambos do Código de Processo Civil.
Fica a parte executada intimada a pagar as custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de protesto judicial e posterior inclusão em dívida ativa, que desde já autorizo.
Intime-se o exequente para indicar conta bancária para expedição de alvará eletrônico, no prazo de 5 (cinco) dias, tendo em vista que o número da conta informada no ID 91694503 está sem o dígito verificador.
CÓPIA DA SENTENÇA SERVE DE EXPEDIENTE CONFORME A NECESSIDADE.
Ji-Paraná/RO, 17 de julho de 2023.
Jose Antonio Barretto
Juiz de Direito

Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
, nº , Bairro , CEP ,
Fone: (069) 3411-2901 – e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo n.: 7008171-17.2023.8.22.0005
Classe: Carta Precatória Cível
Assunto: Diligências
DEPRECANTE: JOSE EDUARDO BARBOSA BARROS, AVENIDA MANOEL LAURENTINO DE SOUZA 2799 EMBRATEL - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO DEPRECANTE: GIDALTE DE PAULA DIAS, OAB nº PR56511
DEPRECADO: PATRICIA SILVA BRILHANTE, RUA DIVINO TAQUARI 3646, - DE 3090 AO FIM - LADO PAR VALPARAÍSO - 76908-725 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

DEPRECADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 757,05
Despacho
Cumpra-se. Após, devolva-se à origem com as baixas de praxe.
Havendo informação de que houve alteração de endereço para outra comarca, diante do caráter itinerante da carta precatória, encaminhem-se os autos ao juízo respectivo, comunicando-se o juízo deprecante.
Cópia deste despahco serve de mandado para citação de PATRICIA SILVA BRILHANTE, Endereço: DIVINO TAQUARI, 3646, Bairro: VALPARAÍSO, JI-PARANÁ-RO, CEP: 76908-725, para que PAGUE, NO PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS, a quantia de R$ 757,05 (setecentos e cinquenta e sete reais e cinco centavos), ou OFEREÇA BENS À PENHORA, suficientes para assegurarem à totalidade do débito, sob pena de ser penhorado tantos bens quanto bastem para a satisfação integral da execução.
Havendo penhora, INTIME-A da mesma e CIENTIFIQUE-SE que poderá oferecer EMBARGOS no prazo legal.
Instrua-se com cópia da petição inicial.
Ji-Paraná/RO, 17 de julho de 2023.
Jose Antonio Barretto
Juiz de Direito

Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Brasil, 595 - Nova Brasília, Ji-Paraná - RO, 76908-594
Fone: (069) 3411-2901 – e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo n.: 7010397-63.2021.8.22.0005
Classe: Desapropriação
Assunto: Desapropriação
AUTOR: Estado de Rondônia
ADVOGADOS DO AUTOR: KHERSON MACIEL GOMES SOARES, OAB nº RO7139
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: SUPERMERCADO TAI LTDA, AVENIDA DAS SERINGUEIRAS, - DE 1470/1471 A 1878/1879 NOVA BRASÍLIA - 76908-520 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: RODRIGO TOTINO, OAB nº RO6338
Valor da causa: R$ 0,00
DESPACHO
1) Retifique-se o nome da ré junto ao sistema PJE para fazer constar a expressão “em Recuperação Judicial”;
2) Promova-se a inclusão no sistema da sociedade de advogados Machiavelli, Bonfá & Totino, que atua como Administradora Judicial, representada por Rodrigo Totino, OAB/RO 6338;
3) A inclusão do advogado Rodrigo Totino deve se restringir à representação da Administradora Judicial e não à ré;
4) Sem prejuízo, promova-se a avaliação, por oficial de justiça, do Lote de Terras Urbano denominado Chácara 05-F, do Setor Nazareth, localizado na Rua Aracajú, 2° Distrito, em Ji-Paraná/RO, a fim de que se possa verificar o valor da parcela de 600 m², declarada como de utilidade pública pelo Decreto Estadual nº 25.610/2020.
CÓPIA SERVIRÁ DE EXPEDIENTE, CONFORME A NECESSIDADE.
Ji-Paraná/RO, 13 de julho de 2023.
Jose Antonio Barretto
Juiz de Direito

Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
, nº , Bairro , CEP ,
Fone: (069) 3411-2901 – e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo n.: 7012585-92.2022.8.22.0005
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário, Contratos Bancários
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A., BANCO BRADESCO S.A. S/N, CIDADE DE DEUS VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EDSON ROSAS JUNIOR, OAB nº AM1910
BRADESCO
EXECUTADOS: PAULO LUCAS JUNIOR, RUA TEREZINA 1850, T1 NOVA BRASÍLIA - 76908-524 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, PAULO LUCAS JUNIOR - ME, RUA TEREZINA 1850, ESQUINA COM T15 NOVA BRASÍLIA - 76908-532 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 133.890,56
DESPACHO
O bloqueio de valores via SISBAJUD teve resultado negativo, conforme espelho em anexo.
A pesquisa no sistema RENAJUD apresentou três veículos, todos alienados fiduciariamente.
A pesquisa INFOJUD foi negativa para a pessoa jurídica e apresentou resultados com relação à pessoa física, conforme espelhos em anexo.
A CPE deve impor sigilo sobre os documentos em anexo para possibilitar a visualização somente pelas partes.
Intime-se a parte exequente para manifestar-se quanto ao resultado da pesquisa
Prazo de 15 (quinze) dias.
Ji-Paraná/RO, 17 de julho de 2023.
Jose Antonio Barretto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe3civjip@tjro.jus.br
Processo : 7004990-42.2022.8.22.0005
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: JOSE GOMES DE OLIVEIRA
Advogados do(a) AUTOR: EDNAYR LEMOS SILVA DE OLIVEIRA - RO0007003A, MARLI QUARTEZANI SALVADOR - RO5821
REU: BANCO C6 CONSIGNADO S.A.
Advogado do(a) REU: FELICIANO LYRA MOURA - PE0021714A
INTIMAÇÃO AUTOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Fica a parte REQUERENTE intimada, no prazo de 05 dias, para manifestação quanto aos Embargos de Declaração apresentados.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe2civjip@tjro.jus.br
Processo : 7003386-12.2023.8.22.0005
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: JAIR TAVARES e outros (2)
Advogados do(a) AUTOR: ADILSON PRUDENTE DE OLIVEIRA - RO5314, CINTHIA CHAGAS DE PAULA - RO11776
REU: GISLAINE MENEZES RIBEIRO CHAVES, COOPERATIVA DE SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES - COOPMEDHAdvogado do(a) REU: EDUARDO TADEU JABUR - RO5070
INTIMAÇÃO AUTOR/RÉU - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência nos termos do Provimento 019/2021-CGJ, ficam as PARTES, por seus advogados, intimadas da solenidade devendo o patrono participar e assegurar que seu constituinte também participe. Fica a parte advertida de que a não participação na audiência poderá ser considerada ato atentatório à dignidade da justiça passível de multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 27/10/2023 00:00
O prazo para CONTESTAÇÃO fluirá da data da realização da audiência designada, ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º).
O patrono deve prestar à parte as informações necessárias para a realização da audiência, conforme informações contidas na Certidão ID 93377405.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe2civjip@tjro.jus.br
Processo : 7003386-12.2023.8.22.0005
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: JAIR TAVARES e outros (2)
Advogados do(a) AUTOR: ADILSON PRUDENTE DE OLIVEIRA - RO5314, CINTHIA CHAGAS DE PAULA - RO11776
REU: GISLAINE MENEZES RIBEIRO CHAVES, COOPERATIVA DE SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES - COOPMEDHAdvogado do(a) REU: EDUARDO TADEU JABUR - RO5070
INTIMAÇÃO AUTOR/RÉU - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência nos termos do Provimento 019/2021-CGJ, ficam as PARTES, por seus advogados, intimadas da solenidade devendo o patrono participar e assegurar que seu constituinte também participe. Fica a parte advertida de que a não participação na audiência poderá ser considerada ato atentatório à dignidade da justiça passível de multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 27/10/2023 00:00
O prazo para CONTESTAÇÃO fluirá da data da realização da audiência designada, ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º).
O patrono deve prestar à parte as informações necessárias para a realização da audiência, conforme informações contidas na Certidão ID 93377405.

Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
, nº , Bairro , CEP ,
Fone: (069) 3411-2901 – e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo n.: 7007730-36.2023.8.22.0005
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Nota Promissória
EXEQUENTE: ODAIR SERGIO ALMEIDA DA SILVA, RUA BRASILÉIA 1095, - DE 927/928 A 1259/1260 RIACHUELO - 76913-705 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: Suélen Cavichioli Lima Raasch Feltz, OAB nº RO9694
EXECUTADO: JOSE APARECIDO LUCIANO DUTRA, RUA PIRAQUARA 570 JARDIM DOS MIGRANTES - 76900-970 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 45.631,91
DESPACHO
Altere-se a classe processual para “ação de cobrança”.
Determino à CPE que agende audiência de tentativa de conciliação junto ao CEJUSC - CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.
Cite-se a parte requerida para conhecimento acerca dos termos da presente ação, com antecedência mínima de 20 dias da audiência designada, intimando-a para participar do ato, bem como para que, querendo, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias, contados do primeiro dia útil seguinte ao dia audiência de conciliação, caso não haja acordo, sob pena de serem presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (artigo 344, do CPC).
Os conciliadores da CEJUSC deverão, complementar a qualificação da parte que comparecer ao ato.
Intime-se a parte autora por meio de seus advogados, via PJe.
Caso a parte requerida manifeste desinteresse na autocomposição, deverá formular pedido, na forma e prazo do art. 334, § 5º, do CPC. Neste caso, o prazo para apresentação de defesa começará a fluir a partir do primeiro dia útil seguinte ao dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência, nos termos do artigo 335, II, do CPC.
Orientações para a audiência de conciliação:
1. As audiências de conciliação serão realizadas pelo aplicativo WhatsApp, salvo se o número de participantes exceder a capacidade da plataforma, hipótese em que serão realizadas pelo Google Meet.(art. 13). 2. As partes deverão informar nos autos, com antecedência de pelo menos 24 horas, um contato de WhatsApp que será utilizado para realização da audiência por videoconferência. (arts. 21 e 22) OU informar o número do WhatsApp diretamente no contato do CEJUSC (acima informado). 3. Será admitido apenas um número de telefone em relação a cada participante da audiência. Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista.
Contatos e orientações para Audiências de Conciliação no CEJUSC de Ji-Paraná (Conforme Provimento 19/2021 da CGJ PJRO):
Sala virtual: https://meet.google.com/acr-byba-vhe
(69) 9-9956-0027 Varas Cíveis (Somente WhatsApp)
SERVE DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO PARA A PARTE REQUERIDA.
Ji-Paraná/RO, 17 de julho de 2023.
Jose Antonio Barretto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo : 7007091-86.2021.8.22.0005
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: CRISTIANI FRANKE
Advogado do(a) AUTOR: MARLENE SGORLON - RO8212
REU: M P SERVICOS DE PROTESES LTDA - ME e outros
Advogado do(a) REU: CLAUDIA DINIZ PIRES - GO35722
Advogados do(a) REU: AROLDO BUENO DE OLIVEIRA - PR54249, ELISIARIA SANTOS DE BARROS - RO11171
INTIMAÇÃO PARTES - LAUDO PERICIAL
Ficam AS PARTES intimadas a manifestarem-se, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca do laudo pericial apresentado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo : 7009498-31.2022.8.22.0005
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: CANASSA & CANASSA LTDA - ME
Advogado do(a) AUTOR: MAURICIO MOYSES CORILACO - RO10404
REU: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A
Advogados do(a) REU: HELISON FRANCISCA DE PAULA - RJ224648, PAULA RUIZ DE MIRANDA BASTOS - RJ089119
INTIMAÇÃO REQUERENTE e REQUERIDO - CONTRARRAZÕES
Ficam as partes intimadas, na pessoa do seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem as Contrarrazões Recursais.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo : 7000441-86.2022.8.22.0005
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
AUTOR: GUSTAVO JOSE SARTOR
Advogados do(a) AUTOR: EDUARDO LOBIANCO DOS SANTOS - RO11773, MARIO CESAR TORRES MENDES - RO2305
REU: FRIGORIFICO RIO MACHADO INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES LTDA

Advogados do(a) REU: MARCUS VINICIUS DA SILVA SIQUEIRA - RO0005497A, RAFAEL SILVA COIMBRA - RO5311
INTIMAÇÃO REQUERIDO - CONTRARRAZÕES
Fica a parte REQUERIDA intimada, na pessoa do seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as Contrarrazões Recursais.

Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
, nº , Bairro , CEP ,
Fone: (069) 3411-2901 – e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo n.: 7008499-78.2022.8.22.0005
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Repetição de indébito, Defeito, nulidade ou anulação, Indenização por Dano Moral, Empréstimo consignado
AUTOR: SUELI RAMALHO SOARES, RUA RIO JARU 932, - DE 700/701 A 1239/1240 DOM BOSCO - 76907-758 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: CARLOS LUIZ PACAGNAN, OAB nº RO107B
CARLOS LUIZ PACAGNAN JUNIOR, OAB nº RO6718
REU: GRAND CONSULTORIA E VENDAS EIRELI, JORNALISTA ROBERTO MARINHO 800, GALPAO PARTE GALO BRANCO - 24422-176 - SÃO GONÇALO - RIO DE JANEIRO, BANCO CETELEM S.A., ALAMEDA ARAGUAIA 161, ANDAR 17 ALPHAVILLE INDUSTRIAL - 06455-000 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADOS DOS REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, PROCURADORIA DO BANCO CETELEM S/A
Valor da causa: R$ 17.786,20
DESPACHO
A citação por edital trata-se de medida excepcional, nos termos do art. 256 e 257 do CPC, e no presente caso não foram esgotadas todas as vias usuais para proceder a citação da parte requerida na pessoa do representante, quais sejam: SISBAJUD, RENAJUD e outros.
Pelos argumentos acima expostos, indefiro a citação por edital pleiteada.
Fica intimada a parte autora para que em 5 (cinco) dias aponte endereço válido para a citação da parte requerida ou, no mesmo prazo, requeira demais diligências necessária à sua obtenção, nos termos do art. 319, § 1º, do CPC.
Ressalto que caso haja requerimento de medidas para obtenção de endereço válido da parte requerida, estas somente serão realizadas mediante o prévio recolhimento das custas de cada diligência, conforme estabelecido no art. 17 da Lei 3.896/2016.
Ji-Paraná/RO, 17 de julho de 2023.
Jose Antonio Barretto
Juiz de Direito

Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
, nº , Bairro , CEP ,
Fone: (069) 3411-2901 – e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo n.: 7008180-76.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Consórcio, Obrigação de Fazer / Não Fazer
AUTOR: ELAINE RODRIGUES DOS SANTOS DE FREITAS
ADVOGADOS DO AUTOR: GENECI ALVES APOLINARIO, OAB nº RO1007
DIOGO JOVINO FERREIRA DOS SANTOS, OAB nº RO10686
REU: GMAC ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA., AVENIDA INDIANÓPOLIS 3096, BL A TERREO E 3 AND INDIANÓPOLIS - 04062-003 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, TIGRAO COMERCIO DE VEICULOS LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 65.696,55
DESPACHO
Não há prova alguma de que a autora seja hipossuficiente economicamente, ao contrário, pois quem dispõe dos valores informados para pagamento de consórcio não é desprovida de recursos.
Recolha as custas processuais, observando os percentuais e valores mínimos estabelecidos na Lei de Custas.
Prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial e extinção.
Ji-Paraná/RO, 17 de julho de 2023.
Jose Antonio Barretto
Juiz de Direito

Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Brasil, 595 - Nova Brasília, Ji-Paraná - RO, 76908-594
Fone: (069) 3411-2901 – e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo n.: 7005580-87.2020.8.22.0005
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cheque, Compromisso
EXEQUENTE: UNIMED CENTRO RONDONIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO, AVENIDA TRANSCONTINENTAL 1019 CENTRO - 76900-091 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CLEBER CARMONA DE FREITAS, OAB nº RO3314A
EXECUTADOS: H. M. BALBI SERVICOS E COMERCIO EIRELI, RUA RAIMUNDO FERREIRA 75 URUPÁ - 76900-246 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, HELIO MARQUES BALBI, RUA VELHO ROCHA 87, CASA URUPÁ - 76900-282 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: NILTON CEZAR RIOS, OAB nº RO1795
Valor da causa: R$ 149.907,55
DESPACHO

Intime-se a parte exequente para que tenha ciência do que foi delineado na petição de ID 93115156 e requeira o que for de interesse em 15 (quinze) dias.
Ji-Paraná/RO, 17 de julho de 2023.
Jose Antonio Barretto
Juiz de Direito

Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Brasil, 595 - Nova Brasília, Ji-Paraná - RO, 76908-594
Fone: (069) 3411-2901 – e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo n.: 7011179-36.2022.8.22.0005
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Restabelecimento
AUTOR: EDPO MONTANARI OLIVEIRA, RUA EQUADOR 1952, - ATÉ 779/780 JARDIM SÃO CRISTÓVÃO - 76913-872 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: THADEU FERNANDO BARBOSA OLIVEIRA, OAB nº SP208932
MARCELO PERES BALESTRA, OAB nº RO2650
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 22.227,98
DECISÃO
A parte autora impugnou o laudo pericial sob o fundamento de que o perito não possui a especialidade necessária para avaliar eventual incapacidade do autor.
Com razão o autor, sobretudo porque a perícia médica foi determinada pelo juízo.
Isso posto, determino a realização de perícia complementar com médico psiquiátrico, designando para realização do ato o Dr. Humberto Müller, Médico Psiquiatra, CRM 2439 / RQE 883, o qual poderá ser intimado através do endereço R. Alm. Barroso, 1433 - Bairro Centro, Ji-Paraná - RO, 76900-079, ou por e-mail contato@humbertomuller.com.br.
Fixo os honorários periciais em R$ 500,00 (quinhentos reais), salientando que o pagamento será por ocasião da expedição da RPV.
Em sendo vencido o autor, por ser beneficiário da Justiça Gratuita, os honorários serão requisitados ao Estado de Rondônia.
Intime-se o perito para que designe dia, hora e local para a realização do exame, noticiando-se nos autos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias a fim de viabilizar a intimação da parte autora e dos assistentes técnicos. Intime-se a parte requerente para comparecer ao ato.
Ji-Paraná/RO, 17 de julho de 2023.
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz de Direito

Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Brasil, 595 - Nova Brasília, Ji-Paraná - RO, 76908-594
Fone: (069) 3411-2901 – e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo n.: 7012981-69.2022.8.22.0005
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO, RUA JOSÉ EDUARDO VIEIRA 1811, - DE 1604/1605 A 1810/1811 NOVA BRASÍLIA - 76908-404 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO, OAB nº RO6338
PROCURADORIA DA SICOOB CENTRO - COOPERATIVA DE CRÉDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: SAMELA SUELLEN DE ALMEIDA ANDRADE OLIVEIRA, RUA ANÍSIO SERRA 112 URUPÁ - 76900-278 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, CARLOS ALBERTO CRISTAL DE OLIVEIRA, RUA ANÍSIO SERRA 112 URUPÁ - 76900-278 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, JOYCE CAROLINE COSTA DE OLIVEIRA, RUA AMARILDO PASSOS 301, APT 11 SANTA CRUZ - 85806-107 - CASCAVEL - PARANÁ, UNIVERSAL RENOVADORA DE PNEUS LTDA - EPP, RUA DOUTOR FIEL 227, - DE 51 A 261 - LADO ÍMPAR JOTÃO - 76908-289 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 81.159,71
DESPACHO
Revogo o despacho anterior, eis que juntado equivocadamente.
Cópia do despacho serve de mandado de citação da executada Sâmela Suellen de Almeida Andrade Oliveira, para que no prazo de 3 (três) dias pague o débito, cujo valor atualizado alcança o montante de R$ 81.159,71 (oitenta e um mil e cento e cinquenta e nove reais e setenta e um centavos) ou, querendo, ofereça embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme estabelece o art. 915 do Código de Processo Civil.
Fixo os honorários da execução em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, nos termos do art. 827, caput, do Código de Processo Civil, sendo que, em caso de integral pagamento no tríduo legal, a mencionada verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 827, § 1º).
Endereço para a diligência: Rua Anísio Serra n. 112, bairro Urupá, CEP 76900-278, Ji-Paraná/RO.
Caso a executada não seja encontrada no endereço mencionado, ou haja suspeita de ocultação, o oficial de justiça deverá certificar a referida situação e proceder com a citação por hora certa.
Sem prejuízo, consultei nos sistemas SIEL e INFOJUD endereços em nome da executada Joyce Caroline Costa de Oliveira:
- Rua Curitiba, 1078, Nova Brasília, 78960-000, Ji-Paraná/RO;
- Rua Amarildo Passos, 301, apto 11, FAG, CEP 85806-107, Cascavel/PR.
Protocolei busca de endereços no sistema SISBAJUD, mas tal sistema leva até 5 (cinco) dias para apresentar o resultado, o qual será juntado no processo.

Intime-se a exequente para indicar o endereço que pretende a citação e recolher as custas pertinentes para a renovação da diligência no prazo de 15 (quinze) dias.
Ji-Paraná/RO, 17 de julho de 2023.
Jose Antonio Barretto
Juiz de Direito

Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Brasil, 595 - Nova Brasília, Ji-Paraná - RO, 76908-594
Fone: (069) 3411-2901 – e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo n.: 7008484-46.2021.8.22.0005
Classe: Ação Civil Pública
Assunto: Enriquecimento ilícito
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: MARCITO APARECIDO PINTO, AVENIDA DOIS DE ABRIL 1701, - DE 1649 A 1731 - LADO ÍMPAR URUPÁ - 76900-149 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, CARLOS MAGNO RAMOS, RUA ANDERSON LEITE DO NASCIMENTO JUNIOR 1207 COLINA PARK - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: JOSE DE ALMEIDA JUNIOR, OAB nº RO1370, CARLOS EDUARDO ROCHA ALMEIDA, OAB nº RO3593, IVAN FRANCISCO MACHIAVELLI, OAB nº RO83, THAIS RODRIGUES DE OLIVEIRA, OAB nº RO8965, EDIENE DA SILVA ALENCAR, OAB nº RO9452, NITIELE SOBRAL GENELHU DE ALMEIDA, OAB nº RO9326, RODRIGO TOTINO, OAB nº RO6338
Valor da causa: R$ 200.000,00
DESPACHO
Cite-se o réu Carlos Magno Ramos no endereço constante na procuração outorgada aos advogados, a fim de que tenha ciência do recebimento da ação e, querendo, conteste-a no prazo legal, sob pena de revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados.
Cópia deste despacho serve de mandado, devendo ser instruído com cópia da petição inicial e da decisão do ID 83283159.
Endereço: Rua Espírito Santo, nº 480, Bairro Jardim Novo, Ouro Preto do Oeste/RO.
Ji-Paraná/RO, 17 de julho de 2023.
Jose Antonio Barretto
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo : 0014835-04.2014.8.22.0005
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S.A
Advogado do(a) EXEQUENTE: ROSANGELA DA ROSA CORREA - RO5398-A
EXECUTADO: FRANCINEI FERREIRA DA CRUZ
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS OFICIAL DE JUSTIÇA
Considerando os endereços indicados para tentativa de citação, tratarem-se de zona rural, devendo ser feita através de Oficial de Justiça, conforme despacho de ID 92630676, fica a parte AUTORA, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada, para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada conforme tabela abaixo.
Fica a parte advertida que em se tratando de mandado de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural).
O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe3civjip@tjro.jus.br
Processo : 0011104-97.2014.8.22.0005
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA - RJ110501
EXECUTADO: SEBASTIAO PAPA e outros
Intimação AUTOR - COMPROVAR ANDAMENTO DE PRECATÓRIA
Fica a parte EXEQUENTE intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o andamento da carta precatória.

2ª VARA CÍVEL

Autos n. 7003649-44.2023.8.22.0005
Origem: Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Classe/natureza/assunto: Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário
Valor da causa: R$ 22.185,62
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS UNIRONDONIA LTDA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JACKSON WILLIAM DE LIMA, OAB nº PR60295, PROCURADORIA DA UNIRONDÔNIA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS UNIRONDÔNIA LTDA
EXECUTADOS: JAQUELINE BONFA CARON, CARON & MATANA LTDA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Despacho
A pesquisa Renajud restou infrutífera em relação às executadas.
Dado o distanciamento da última atualização do débito, intime-se a exequente para que apresente memória atualizada no prazo de 5 dias. Deverá ser incluído, no cálculo do principal, os valores de honorários, ou outros encargos ou multas, se houver, sob pena de ser considerada a renúncia dos valores não informados.
Verifico, também que não houve o recolhimento integral das custas das diligências pretendidas, tendo sido recolhido somente o valor de R$40,48, considerando serem dois sistema a serem consultados e duas executadas.
Assim, intime-se para recolhimento integral, sob pena de indeferimento da diligência.
Prazo de 5 dias.
Cumpra-se.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.
LEONARDO LEITE MATTOS E SOUZA
Juiz de Direito
wj
*Observações importantes à CPE-1º Grau e a Oficiais de Justiça:
1. Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício por servidor(a) da CPE-1º Grau e revistos pelo Juiz natural quando necessários. Assim, proceda a CPE-1º Grau de acordo com o disposto no art. 93, XIV, da CF; art. 152, VI, do CPC e art. 33 das DGJ. Deveras, à luz do disposto nas citadas normas e considerando o que consta do Manual de Processos da Área Cível do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, a CPE-1º Grau deverá praticar eventuais atos ordinatórios necessários ao andamento do feito.
2. Acaso necessário, serve a cópia desta decisão, devidamente assinada eletronicamente/digitalmente pelo MM Juiz de Direito que a redigiu (subscritor), extraída do sistema PJe/CNJ, como Mandado de Citação, Intimação, Notificação, Requisição, Comunicação, Carta Precatória e/ou Ofício, solicitação de colaboração/cooperação dirigida a órgãos públicos, autarquias, departamentos públicos ou entes privados, Tribunais, outros Juízos, pessoas naturais ou jurídicas de direito público e/ou privado envolvidos ou com interesse direto ou indireto nesta demanda.
3. Caso a providência a ser realizada se amolde à possibilidade de cumprimento eletrônico do ato judicial determinado por este Juízo, poderá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça executar a(s) diligência(s) por meio do aplicativo eletrônico de troca de mensagens e arquivos WhatsApp, desde que incidente ao caso a hipótese prevista no art. 2º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ (DJe n. 218, 24/11/2022). O(a) senhor(a) serventuário(a) da Justiça deverá observar rigorosamente o que previsto no art. 3º da norma administrativa citada para efeito de pagamento da(a) diligência(s). Para a validade da comprovação da identidade da(s) pessoa(s) citada(s), intimada(s), requisitada(s), comunicada(s) ou notificada(s), no cumprimento da(s) diligência(s), deverá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça considerar o que tipificado no art. 4º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ.
4. Se oportuno, preclusa a decisão, alterado o rito/procedimento da ação ou transitada em julgado eventual sentença, a Central de Processamento Eletrônico - CPE-1º Grau deverá providenciar a imediata e imprescindível retificação da classe processual, assunto e natureza da demanda, a fim de que os relatórios estatísticos, relatórios de Metas/CNJ e de monitoramento da Vara reflitam a real quantidade e tipos das ações que aqui tramitam (ex.: ação de conhecimento para cumprimento de sentença/execução; auto de apreensão em flagrante ou procedimento (inquisitorial) para apuração de ato infracional para ação para apuração de ato infracional - ou classe equivalente; ação monitória para cumprimento de sentença).
5. A intimação de atos judicantes dirigida a advogados constituídos dá-se por meio de publicação no Diário da Justiça eletrônico – DJe, conforme Lei n. 11.419/2006; CPC, art. 205, § 3º; art. 224; art. 231, VII; Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017; Pedido de Providência CNJ n. 0002470-04.2018.2.00.0000, art. 5º da Resolução CNJ n. 234/2016 e Resolução CNJ n. 455/2022, art. 11, § 3º.
Com efeito, à intimação do causídico precede a disponibilização ou divulgação do ato no DJe. Com a divulgação no DJe, dá-se a publicação da manifestação judicial e, ato contínuo, a intimação dos d. advogados. É o que diz o art. 224, § 2º, do CPC: "Considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico." Dispõe ainda o seu § 3º: "A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação."
Logo, eventual recebimento de informações inerentes à prática de atos judicantes por advogados via e-mail (sistema push) tem efeito meramente informativo, de jeito que não há falar em intimação de advogados a partir de simples consulta processual ao PJe ou via sistema push. Ver ainda SEI n. 0003496-42.2017.8.22.8800, Ofício-CGJ n. 982/2017, de 22/12/2017; Ofício Circular-CGJ n. 216/2017; Ofício Circular-CGJ n. 31/2018 e Informação-CGJ n. 629/2018. Assim, regra geral, a mera consulta aos autos eletrônicos no Sistema PJe ou o recebimento de informações sobre a prática de atos processuais via e-mail (sistema push) não implicam em divulgação, publicação ou intimação das partes e de seus advogados constituídos. Por sua vez, apenas advogados e procuradores públicos, assim como a Defensoria Pública e o Ministério Público gozam da chamada "intimação pessoal" via Sistema PJe.
Reitere-se que, nos termos do Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017, publicado no DJe n. 234, de 20/12/2017, p. 52, no primeiro grau de jurisdição, a publicação dos atos processuais no Diário de Justiça eletrônico – DJe do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia substitui qualquer outro meio oficial de comunicação, para fins de intimação, à exceção dos casos em que a lei exigir vista ou intimação pessoal (art. 1º).

Autos n. 7008099-30.2023.8.22.0005
Origem: Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Classe/natureza/assunto: Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos, Obrigação de Fazer / Não Fazer
Valor da causa: R$ 5.815,38
AUTOR: THIAGO AUGUSTO FREIRE DE SOUZA
ADVOGADOS DO AUTOR: GABRIEL ALENCAR DE ABREU, OAB nº RO12826, Nailson Nando Oliveira de Santana, OAB nº RO2634
REU: RICARDO RIOS JÚNIOR
REU SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Trata-se de ação de obrigação de fazer proposta por THIAGO AUGUSTO FREIRE DE SOUZA em desfavor do RICARDO RIOS JÚNIOR, buscando compelir a parte ré em transferir o veículo, bem como condená-lo ao pagamento dos valores pagos a título de multa, IPVA e licenciamento.
No entanto, a petição inicial dever ser instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação (art. 320 do CPC) e ser certo e determinado (art. 322 e 324 do mesmo códice).
Desta feita, intime-se a parte autora para promover as seguintes emendas:
Especificar a data da venda do veículo para RICARDO RIOS JÚNIOR;
Esclarecer se houve comunicação de venda junto ao órgão competente;
Juntar comprovantes de pagamentos do dano material, já que almeja o ressarcimento;
Retificar o valor da causa ao proveito econômico pretendido, considerando também a quantia estabelecida na venda do veículo
Recolher as custas processuais remanescentes
Para tal empenho, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento.
Cumpra-se.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.
LEONARDO LEITE MATTOS E SOUZA
Juiz de Direito
gms
*Observações importantes à CPE-1º Grau e a Oficiais de Justiça:
1. Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício por servidor(a) da CPE-1º Grau e revistos pelo Juiz natural quando necessários. Assim, proceda a CPE-1º Grau de acordo com o disposto no art. 93, XIV, da CF; art. 152, VI, do CPC e art. 33 das DGJ. Deveras, à luz do disposto nas citadas normas e considerando o que consta do Manual de Processos da Área Cível do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, a CPE-1º Grau deverá praticar eventuais atos ordinatórios necessários ao andamento do feito.
2. Acaso necessário, serve a cópia desta decisão, devidamente assinada eletronicamente/digitalmente pelo MM Juiz de Direito que a redigiu (subscritor), extraída do sistema PJe/CNJ, como Mandado de Citação, Intimação, Notificação, Requisição, Comunicação, Carta Precatória e/ou Ofício, solicitação de colaboração/cooperação dirigida a órgãos públicos, autarquias, departamentos públicos ou entes privados, Tribunais, outros Juízos, pessoas naturais ou jurídicas de direito público e/ou privado envolvidos ou com interesse direto ou indireto nesta demanda.
3. Caso a providência a ser realizada se amolde à possibilidade de cumprimento eletrônico do ato judicial determinado por este Juízo, poderá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça executar a(s) diligência(s) por meio do aplicativo eletrônico de troca de mensagens e arquivos WhatsApp, desde que incidente ao caso a hipótese prevista no art. 2º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ (DJe n. 218, 24/11/2022). O(a) senhor(a) serventuário(a) da Justiça deverá observar rigorosamente o que previsto no art. 3º da norma administrativa citada para efeito de pagamento da(a) diligência(s). Para a validade da comprovação da identidade da(s) pessoa(s) citada(s), intimada(s), requisitada(s), comunicada(s) ou notificada(s), no cumprimento da(s) diligência(s), deverá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça considerar o que tipificado no art. 4º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ.
4. Se oportuno, preclusa a decisão, alterado o rito/procedimento da ação ou transitada em julgado eventual sentença, a Central de Processamento Eletrônico - CPE-1º Grau deverá providenciar a imediata e imprescindível retificação da classe processual, assunto e natureza da demanda, a fim de que os relatórios estatísticos, relatórios de Metas/CNJ e de monitoramento da Vara reflitam a real quantidade e tipos das ações que aqui tramitam (ex.: ação de conhecimento para cumprimento de sentença/execução; auto de apreensão em flagrante ou procedimento (inquisitorial) para apuração de ato infracional para ação para apuração de ato infracional - ou classe equivalente; ação monitória para cumprimento de sentença).
5. A intimação de atos judicantes dirigida a advogados constituídos dá-se por meio de publicação no Diário da Justiça eletrônico – DJe, conforme Lei n. 11.419/2006; CPC, art. 205, § 3º; art. 224; art. 231, VII; Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017; Pedido de Providência CNJ n. 0002470-04.2018.2.00.0000, art. 5º da Resolução CNJ n. 234/2016 e Resolução CNJ n. 455/2022, art. 11, § 3º.
Com efeito, à intimação do causídico precede a disponibilização ou divulgação do ato no DJe. Com a divulgação no DJe, dá-se a publicação da manifestação judicial e, ato contínuo, a intimação dos d. advogados. É o que diz o art. 224, § 2º, do CPC: "Considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico." Dispõe ainda o seu § 3º: "A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação."
Logo, eventual recebimento de informações inerentes à prática de atos judicantes por advogados via e-mail (sistema push) tem efeito meramente informativo, de jeito que não há falar em intimação de advogados a partir de simples consulta processual ao PJe ou via sistema push. Ver ainda SEI n. 0003496-42.2017.8.22.8800, Ofício-CGJ n. 982/2017, de 22/12/2017; Ofício Circular-CGJ n. 216/2017; Ofício Circular-CGJ n. 31/2018 e Informação-CGJ n. 629/2018. Assim, regra geral, a mera consulta aos autos eletrônicos no Sistema PJe ou o recebimento de informações sobre a prática de atos processuais via e-mail (sistema push) não implicam em divulgação, publicação ou intimação das partes e de seus advogados constituídos. Por sua vez, apenas advogados e procuradores públicos, assim como a Defensoria Pública e o Ministério Público gozam da chamada "intimação pessoal" via Sistema PJe.
Reitere-se que, nos termos do Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017, publicado no DJe n. 234, de 20/12/2017, p. 52, no primeiro grau de jurisdição, a publicação dos atos processuais no Diário de Justiça eletrônico – DJe do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia substitui qualquer outro meio oficial de comunicação, para fins de intimação, à exceção dos casos em que a lei exigir vista ou intimação pessoal (art. 1º).

Autos n. 7008076-84.2023.8.22.0005
Origem: Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Classe/natureza/assunto: Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem, Fornecimento de Água
Valor da causa: R$ 10.000,00
AUTOR: JULIENE ORTIZ PEREIRA
ADVOGADOS DO AUTOR: ABEL NUNES TEIXEIRA, OAB nº RO7230, SANDILLA ORTIZ MARTINS FERREIRA, OAB nº RO11717
REU: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADO DO REU: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
Decisão
A concessão dos benefícios da justiça gratuita decorre de expressa previsão legal contida no artigo 5º, inciso LXXIV, da Lei Maior (CF) deste país (CF/88), de modo que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que dela necessitem, desde que haja comprovação da insuficiência de recursos pela parte, neste termos:
"Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
(...)
LXXIV - O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".
Já o art. 98 do Código de Processo Civil dispõe que a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios têm direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.
Decorre do texto constitucional e do CPC que o jurisdicionado que pretender o benefício da gratuidade da justiça deverá comprovar a sua condição de hipossuficiência econômica. Contudo, o Código de Processo Civil, em seu art. 99, § 3º, diz presumir-se verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física.
A leitura do aludido dispositivo, no entanto, deve ser feita em consonância com o texto da Carta Magna, sob pena de ser tido por inconstitucional. A interpretação aqui, como decomposição do Direito e em sua perspectiva prescritiva ou prática, voltada para a redução de erros, incompreensões e mal-entendidos, deve ser teleológica ou finalística e sistemática.
Deveras, não é verdade que in claris cessat interpretativo. A interpretação dos arts. 98 e 99, § 3º, ambos do CPC e do art. 5º, LXXIV, da CF obriga o Juiz a uma busca por critérios de certeza e objetividade no ato de compreensão e de sentido das expressões neles contidas de maneira a não beneficiar aqueles que dispõem de recursos para arcarem com as despesas de um processo, quase sempre dispendioso para o Estado.
Assim, o Juiz deve fazer um mapeamento das circunstâncias concretas e sociais que motivaram o legislador a elaborar o texto jurídico (aspecto psicológico), sem prejuízo de uma interpretação como fenômeno histórico e da nossa realidade sociocultural acerca de tais normas.
A Constituição de 1934 (art. 113, item 32) e a Lei n. 1.060/50 já previam a hipótese do Juiz averiguar se a parte "necessitada" poderia gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita ou do acesso à justiça.
É bem verdade que "[...] as facetas do direito ao acesso à justiça possuem um caráter evolutivo e devem compreender, atualmente, ao menos: (i) a existência de um Poder Judiciário; (ii) a assistência jurídica técnica; (iii) a possibilidade de se litigar sobre o maior número de direitos, incluídos os difusos; (iv) acesso prático e humanizado; (v) garantias processuais; (vi) término do processo em tempo razoável e (vii) decisão justa e eficaz" (BELEM, Anita Magdelaine Perez. O Direito Fundamental do Acesso à Justiça. 2022, 24p. Dissertação (Mestrado Profissional Interdisciplinar de Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça) – Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho).
Hoje, com a judicialização da vida e a existência de demandas de massa, ações indignas e demandas predatórias, o exame acerca da possibilidade de se arcar com as custas e despesas de um processo judicial se mostra ainda mais necessário e rigoroso, mesmo em Estados fundados nas bases do "Sozialer Rechsstaat" ou no "Welfare State".
Não se trata de sonegar aos carentes o acesso à justiça, mas de exigir daqueles que não são hipossuficientes financeiramente tributo vinculado que constitui receita do Estado capaz de manter os serviços forenses, as atividades específicas da Justiça e a estrutura do Poder Judiciário em razoável funcionamento, tal como definido na Lei Estadual n. 3.896/2016 – Regimento de Custas do egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia.
Portanto, a interpretação sistemática de todas essas normas exige uma visão do contexto social atual e em conjunto com outras normas, sem prejuízo da busca pela finalidade desses textos legais.
Pode então o magistrado exigir que o pretendente à gratuidade do acesso ao Poder Judiciário prove, por meio de documentos, sua incapacidade financeira quando do ajuizamento da demanda, não bastando à parte dizer apenas que é "pobre nos termos da lei", devendo ela trazer aos autos elementos mínimos capazes de permitir que o Juiz avalie tal condição.
Aliás, nesse sentido, o seguinte julgado do eg. TJRO:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE ALUGUEL COM TUTELA DE URGÊNCIA. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. ELEMENTOS QUE DEMONSTRAM A POSSIBILIDADE FINANCEIRA DE ARCAR COM OS CUSTOS PROCESSUAIS E EVENTUAIS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. A gratuidade da justiça não se trata de direito absoluto, de modo que havendo elementos nos autos que evidenciem a falta de pressupostos legais para a concessão da gratuidade, cabe ao requerente demonstrar. Na presente hipótese, a agravante é empresária individual, cujas provas juntadas aos autos não se mostraram suficientes para demonstrar a sua alegada hipossuficiência financeira. (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0800646-22.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 17/05/2022);
AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO. Ausente a demonstração da hipossuficiência financeira da parte-requerente, impõe-se o indeferimento da benesse da gratuidade. (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0801771-25.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 05/05/2022) e;

AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. CUSTAS. POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO. 1. O benefício da gratuidade de justiça constitui exceção dentro do sistema judiciário brasileiro, devendo ser deferido apenas aos efetivamente necessitados, na acepção legal e, sendo exceção, a interpretação deve ser necessariamente restrita. 2. Não ficou demonstrada a impossibilidade de arcar com as despesas processuais, visto que o valor percebido garante ter condições de pagar as custas, mesmo com as despesas apresentadas. 3. Pode o magistrado, de forma excepcional, autorizar o parcelamento, com base no art. 98, §6º do CPC. 4. A Lei n. 4.721/2020 garante o parcelamento das custas judiciais no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia. 5. Recurso provido. (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0800917-65.2021.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Juíza Inês Moreira da Costa, Data de julgamento: 19/11/2021).

A propósito, a jurisdição é atividade complexa e de alto custo para o Estado. A concessão indiscriminada dos benefícios da gratuidade da justiça tem potencial de tornar inviável o funcionamento do Poder Judiciário, que tem nas custas judiciais e extrajudiciais a fonte de manutenção de sua estrutura, salvo a folha de pagamento.

Quanto mais se conceder a gratuidade da justiça de forma indiscriminada, mais oneroso serão os serviços forenses para o Estado e para a sociedade. Sendo um dos Poderes da República, o custo de sua manutenção concorre com as demais atividades do Estado, de modo que manter o Judiciário apenas com recursos orçamentários significa tirar recursos voltados à infraestrutura, à segurança, à educação, à saúde.

Não é justo, portanto, que tendo condições de custear a demanda, o jurisdicionado imponha tal ônus àquele que não está demandando ou que resolve seus conflitos de modo consensual e extrajudicial.

No caso em apreço, o autor trouxe apenas sua carteira de trabalho e não há outros impressos que denotem sua condição financeira, tais como certidão negativa de imóveis ou veículos, declaração de imposto de renda, extratos bancários e etc.

Outrossim, verifico que o valor das custas não é excessivo e, em que pesem os argumentos do autor, não está provada a sua condição de insuficiência econômica e, como optou pela via judicial ordinária – que é mais onerosa – deverá arcar com o pagamento das custas ou atestar a alegada hipossuficiência.

Ante o exposto, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, promover o recolhimento das custas ou trazer novos documentos que demonstrem sua hipossuficiência, sob pena de indeferimento e extinção do feito sem resolução do mérito (art. 321, parágrafo único, do CPC).

Cumpra-se.

Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.

LEONARDO LEITE MATTOS E SOUZA

Juiz de Direito

gms

*Observações importantes à CPE-1º Grau e a Oficiais de Justiça:

1. Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício por servidor(a) da CPE-1º Grau e revistos pelo Juiz natural quando necessários. Assim, proceda a CPE-1º Grau de acordo com o disposto no art. 93, XIV, da CF; art. 152, VI, do CPC e art. 33 das DGJ. Deveras, à luz do disposto nas citadas normas e considerando o que consta do Manual de Processos da Área Cível do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, a CPE-1º Grau deverá praticar eventuais atos ordinatórios necessários ao andamento do feito.

2. Acaso necessário, serve a cópia desta decisão, devidamente assinada eletronicamente/digitalmente pelo MM Juiz de Direito que a redigiu (subscritor), extraída do sistema PJe/CNJ, como Mandado de Citação, Intimação, Notificação, Requisição, Comunicação, Carta Precatória e/ou Ofício, solicitação de colaboração/cooperação dirigida a órgãos públicos, autarquias, departamentos públicos ou entes privados, Tribunais, outros Juízos, pessoas naturais ou jurídicas de direito público e/ou privado envolvidos ou com interesse direto ou indireto nesta demanda.

3. Caso a providência a ser realizada se amolde à possibilidade de cumprimento eletrônico do ato judicial determinado por este Juízo, poderá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça executar a(s) diligência(s) por meio do aplicativo eletrônico de troca de mensagens e arquivos WhatsApp, desde que incidente ao caso a hipótese prevista no art. 2º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ (DJe n. 218, 24/11/2022). O(a) senhor(a) serventuário(a) da Justiça deverá observar rigorosamente o que previsto no art. 3º da norma administrativa citada para efeito de pagamento da(a) diligência(s). Para a validade da comprovação da identidade da(s) pessoa(s) citada(s), intimada(s), requisitada(s), comunicada(s) ou notificada(s), no cumprimento da(s) diligência(s), deverá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça considerar o que tipificado no art. 4º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ.

4. Se oportuno, preclusa a decisão, alterado o rito/procedimento da ação ou transitada em julgado eventual sentença, a Central de Processamento Eletrônico - CPE-1º Grau deverá providenciar a imediata e imprescindível retificação da classe processual, assunto e natureza da demanda, a fim de que os relatórios estatísticos, relatórios de Metas/CNJ e de monitoramento da Vara reflitam a real quantidade e tipos das ações que aqui tramitam (ex.: ação de conhecimento para cumprimento de sentença/execução; auto de apreensão em flagrante ou procedimento (inquisitorial) para apuração de ato infracional para ação para apuração de ato infracional - ou classe equivalente; ação monitória para cumprimento de sentença).

5. A intimação de atos judicantes dirigida a advogados constituídos dá-se por meio de publicação no Diário da Justiça eletrônico – DJe, conforme Lei n. 11.419/2006; CPC, art. 205, § 3º; art. 224; art. 231, VII; Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017; Pedido de Providência CNJ n. 0002470-04.2018.2.00.0000, art. 5º da Resolução CNJ n. 234/2016 e Resolução CNJ n. 455/2022, art. 11, § 3º.

Com efeito, à intimação do causídico precede a disponibilização ou divulgação do ato no DJe. Com a divulgação no DJe, dá-se a publicação da manifestação judicial e, ato contínuo, a intimação dos d. advogados. É o que diz o art. 224, § 2º, do CPC: "Considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico." Dispõe ainda o seu § 3º: "A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação."

Logo, eventual recebimento de informações inerentes à prática de atos judicantes por advogados via e-mail (sistema push) tem efeito meramente informativo, de jeito que não há falar em intimação de advogados a partir de simples consulta processual ao PJe ou via sistema push. Ver ainda SEI n. 0003496-42.2017.8.22.8800, Ofício-CGJ n. 982/2017, de 22/12/2017; Ofício Circular-CGJ n. 216/2017; Ofício Circular-CGJ n. 31/2018 e Informação-CGJ n. 629/2018. Assim, regra geral, a mera consulta aos autos eletrônicos no Sistema PJe ou o recebimento de informações sobre a prática de atos processuais via e-mail (sistema push) não implicam em divulgação, publicação ou intimação das partes e de seus advogados constituídos. Por sua vez, apenas advogados e procuradores públicos, assim como a Defensoria Pública e o Ministério Público gozam da chamada "intimação pessoal" via Sistema PJe.

Reitere-se que, nos termos do Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017, publicado no DJe n. 234, de 20/12/2017, p. 52, no primeiro grau de jurisdição, a publicação dos atos processuais no Diário de Justiça eletrônico – DJe do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia substitui qualquer outro meio oficial de comunicação, para fins de intimação, à exceção dos casos em que a lei exigir vista ou intimação pessoal (art. 1º).

Autos n. 7008039-57.2023.8.22.0005
Origem: Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Classe/natureza/assunto: Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário
Valor da causa: R$ 3.055,66
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO MACHADO - CREDISIS JI-CRED
ADVOGADO DO EXEQUENTE: NEUMAYER PEREIRA DE SOUZA, OAB nº RO1537
EXECUTADOS: BRUNO RODRIGUES DE CARVALHO, ALTO NIVEL MODA COUNTRY E AGRONEGOCIOS EIRELI - ME
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Intime-se a parte exequente para que comprove o recolhimento do valor integral das custas processuais iniciais (2%), nos termos do artigo 12, I, primeira parte, da Lei de Regência.
Considerando que já houve a distribuição do feito, o pagamento das custas deverá ser vinculado ao número dos presentes autos, sob pena de não reconhecimento das custas pagas na forma avulsa.
Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito (artigo 290, do CPC).
Cumpra-se.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.
LEONARDO LEITE MATTOS E SOUZA
Juiz de Direito
wj
*Observações importantes à CPE-1º Grau e a Oficiais de Justiça:
1. Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício por servidor(a) da CPE-1º Grau e revistos pelo Juiz natural quando necessários. Assim, proceda a CPE-1º Grau de acordo com o disposto no art. 93, XIV, da CF; art. 152, VI, do CPC e art. 33 das DGJ. Deveras, à luz do disposto nas citadas normas e considerando o que consta do Manual de Processos da Área Cível do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, a CPE-1º Grau deverá praticar eventuais atos ordinatórios necessários ao andamento do feito.
2. Acaso necessário, serve a cópia desta decisão, devidamente assinada eletronicamente/digitalmente pelo MM Juiz de Direito que a redigiu (subscritor), extraída do sistema PJe/CNJ, como Mandado de Citação, Intimação, Notificação, Requisição, Comunicação, Carta Precatória e/ou Ofício, solicitação de colaboração/cooperação dirigida a órgãos públicos, autarquias, departamentos públicos ou entes privados, Tribunais, outros Juízos, pessoas naturais ou jurídicas de direito público e/ou privado envolvidos ou com interesse direto ou indireto nesta demanda.
3. Caso a providência a ser realizada se amolde à possibilidade de cumprimento eletrônico do ato judicial determinado por este Juízo, poderá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça executar a(s) diligência(s) por meio do aplicativo eletrônico de troca de mensagens e arquivos WhatsApp, desde que incidente ao caso a hipótese prevista no art. 2º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ (DJe n. 218, 24/11/2022). O(a) senhor(a) serventuário(a) da Justiça deverá observar rigorosamente o que previsto no art. 3º da norma administrativa citada para efeito de pagamento da(a) diligência(s). Para a validade da comprovação da identidade da(s) pessoa(s) citada(s), intimada(s), requisitada(s), comunicada(s) ou notificada(s), no cumprimento da(s) diligência(s), deverá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça considerar o que tipificado no art. 4º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ.
4. Se oportuno, preclusa a decisão, alterado o rito/procedimento da ação ou transitada em julgado eventual sentença, a Central de Processamento Eletrônico - CPE-1º Grau deverá providenciar a imediata e imprescindível retificação da classe processual, assunto e natureza da demanda, a fim de que os relatórios estatísticos, relatórios de Metas/CNJ e de monitoramento da Vara reflitam a real quantidade e tipos das ações que aqui tramitam (ex.: ação de conhecimento para cumprimento de sentença/execução; auto de apreensão em flagrante ou procedimento (inquisitorial) para apuração de ato infracional para ação para apuração de ato infracional - ou classe equivalente; ação monitória para cumprimento de sentença).
5. A intimação de atos judicantes dirigida a advogados constituídos dá-se por meio de publicação no Diário da Justiça eletrônico – DJe, conforme Lei n. 11.419/2006; CPC, art. 205, § 3º; art. 224; art. 231, VII; Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017; Pedido de Providência CNJ n. 0002470-04.2018.2.00.0000, art. 5º da Resolução CNJ n. 234/2016 e Resolução CNJ n. 455/2022, art. 11, § 3º.
Com efeito, à intimação do causídico precede a disponibilização ou divulgação do ato no DJe. Com a divulgação no DJe, dá-se a publicação da manifestação judicial e, ato contínuo, a intimação dos d. advogados. É o que diz o art. 224, § 2º, do CPC: "Considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico." Dispõe ainda o seu § 3º: "A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação."
Logo, eventual recebimento de informações inerentes à prática de atos judicantes por advogados via e-mail (sistema push) tem efeito meramente informativo, de jeito que não há falar em intimação de advogados a partir de simples consulta processual ao PJe ou via sistema push. Ver ainda SEI n. 0003496-42.2017.8.22.8800, Ofício-CGJ n. 982/2017, de 22/12/2017; Ofício Circular-CGJ n. 216/2017; Ofício Circular-CGJ n. 31/2018 e Informação-CGJ n. 629/2018. Assim, regra geral, a mera consulta aos autos eletrônicos no Sistema PJe ou o recebimento de informações sobre a prática de atos processuais via e-mail (sistema push) não implicam em divulgação, publicação ou intimação das partes e de seus advogados constituídos. Por sua vez, apenas advogados e procuradores públicos, assim como a Defensoria Pública e o Ministério Público gozam da chamada "intimação pessoal" via Sistema PJe.

Reitere-se que, nos termos do Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017, publicado no DJe n. 234, de 20/12/2017, p. 52, no primeiro grau de jurisdição, a publicação dos atos processuais no Diário de Justiça eletrônico – DJe do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia substitui qualquer outro meio oficial de comunicação, para fins de intimação, à exceção dos casos em que a lei exigir vista ou intimação pessoal (art. 1º).

Autos n. 7008082-91.2023.8.22.0005
Origem: Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Classe/natureza/assunto: Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica
Valor da causa: R$ 10.000,00
AUTOR: RAFAEL RODRIGUES MARTINS
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCIA ANITA DE SOUSA SULZBACH, OAB nº RO6315A, KEILA FERNANDA BATISTA DA SILVA, OAB nº RO12699
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
Decisão
Em atenção à petição apresentada pelo autor, no ID n. 93309375, comprovando o pagamento das faturas, não existindo débito em aberto, passo à nova análise da liminar.
Para fins de concessão da antecipação de tutela, é necessário que estejam presentes os pressupostos do art. 300 do CPC:
"Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão."
Na hipótese em exame, vislumbro a probabilidade do direito e o perigo do dano alegado pela parte autora.
Dessa forma, em um exame sumário, entendo ser caso de deferimento da tutela de urgência no presente momento.
Outrossim, não há que se falar em prejuízo e/ou perigo de irreversibilidade dos efeitos da presente decisão, pois a parte requerida poderá comprovar eventual exercício regular de seu direito, suspender o fornecimento de energia.
Portanto, acolho o pedido liminar, razão pela qual DETERMINO que a parte requerida (ENERGISA) proceda à IMEDIATA retomada do fornecimento do serviço de energia elétrica na rua Francisco Caetano José, n. 64, Bairro Colina Park I, cidade de Ji-Paraná/ RO - Unidade Consumiodora n° 20/2322277-1 (religamento), no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
Fica a parte autora, desde já, intimada do inteiro teor desta, por meio de seu advogado.
Em concretude aos princípios da economicidade e da celeridade processual, a intimação da requerida ENERGISA da presente decisão será feita através do envio para o e-mail institucional protocolojudicial@energisa.com.br, conforme ajuste feito com a CGJ.
Cite-se pelo Sistema PJE.
Intimem-se. Cumpra-se.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.
LEONARDO LEITE MATTOS E SOUZA
Juiz de Direito
lv
*Observações importantes à CPE-1º Grau e a Oficiais de Justiça:
1. Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício por servidor(a) da CPE-1º Grau e revistos pelo Juiz natural quando necessários. Assim, proceda a CPE-1º Grau de acordo com o disposto no art. 93, XIV, da CF; art. 152, VI, do CPC e art. 33 das DGJ. Deveras, à luz do disposto nas citadas normas e considerando o que consta do Manual de Processos da Área Cível do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, a CPE-1º Grau deverá praticar eventuais atos ordinatórios necessários ao andamento do feito.
2. Acaso necessário, serve a cópia desta decisão, devidamente assinada eletronicamente/digitalmente pelo MM Juiz de Direito que a redigiu (subscritor), extraída do sistema PJe/CNJ, como Mandado de Citação, Intimação, Notificação, Requisição, Comunicação, Carta Precatória e/ou Ofício, solicitação de colaboração/cooperação dirigida a órgãos públicos, autarquias, departamentos públicos ou entes privados, Tribunais, outros Juízos, pessoas naturais ou jurídicas de direito público e/ou privado envolvidos ou com interesse direto ou indireto nesta demanda.
3. Caso a providência a ser realizada se amolde à possibilidade de cumprimento eletrônico do ato judicial determinado por este Juízo, poderá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça executar a(s) diligência(s) por meio do aplicativo eletrônico de troca de mensagens e arquivos WhatsApp, desde que incidente ao caso a hipótese prevista no art. 2º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ (DJe n. 218, 24/11/2022). O(a) senhor(a) serventuário(a) da Justiça deverá observar rigorosamente o que previsto no art. 3º da norma administrativa citada para efeito de pagamento da(a) diligência(s). Para a validade da comprovação da identidade da(s) pessoa(s) citada(s), intimada(s), requisitada(s), comunicada(s) ou notificada(s), no cumprimento da(s) diligência(s), deverá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça considerar o que tipificado no art. 4º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ.

4. Se oportuno, preclusa a decisão, alterado o rito/procedimento da ação ou transitada em julgado eventual sentença, a Central de Processamento Eletrônico - CPE-1º Grau deverá providenciar a imediata e imprescindível retificação da classe processual, assunto e natureza da demanda, a fim de que os relatórios estatísticos, relatórios de Metas/CNJ e de monitoramento da Vara reflitam a real quantidade e tipos das ações que aqui tramitam (ex.: ação de conhecimento para cumprimento de sentença/execução; auto de apreensão em flagrante ou procedimento (inquisitorial) para apuração de ato infracional para ação para apuração de ato infracional - ou classe equivalente; ação monitória para cumprimento de sentença).

5. A intimação de atos judicantes dirigida a advogados constituídos dá-se por meio de publicação no Diário da Justiça eletrônico – DJe, conforme Lei n. 11.419/2006; CPC, art. 205, § 3º; art. 224; art. 231, VII; Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017; Pedido de Providência CNJ n. 0002470-04.2018.2.00.0000, art. 5º da Resolução CNJ n. 234/2016 e Resolução CNJ n. 455/2022, art. 11, § 3º.

Com efeito, à intimação do causídico precede a disponibilização ou divulgação do ato no DJe. Com a divulgação no DJe, dá-se a publicação da manifestação judicial e, ato contínuo, a intimação dos d. advogados. É o que diz o art. 224, § 2º, do CPC: "Considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico." Dispõe ainda o seu § 3º: "A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação."

Logo, eventual recebimento de informações inerentes à prática de atos judicantes por advogados via e-mail (sistema push) tem efeito meramente informativo, de jeito que não há falar em intimação de advogados a partir de simples consulta processual ao PJe ou via sistema push. Ver ainda SEI n. 0003496-42.2017.8.22.8800, Ofício-CGJ n. 982/2017, de 22/12/2017; Ofício Circular-CGJ n. 216/2017; Ofício Circular-CGJ n. 31/2018 e Informação-CGJ n. 629/2018. Assim, regra geral, a mera consulta aos autos eletrônicos no Sistema PJe ou o recebimento de informações sobre a prática de atos processuais via e-mail (sistema push) não implicam em divulgação, publicação ou intimação das partes e de seus advogados constituídos. Por sua vez, apenas advogados e procuradores públicos, assim como a Defensoria Pública e o Ministério Público gozam da chamada "intimação pessoal" via Sistema PJe.

Reitere-se que, nos termos do Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017, publicado no DJe n. 234, de 20/12/2017, p. 52, no primeiro grau de jurisdição, a publicação dos atos processuais no Diário de Justiça eletrônico – DJe do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia substitui qualquer outro meio oficial de comunicação, para fins de intimação, à exceção dos casos em que a lei exigir vista ou intimação pessoal (art. 1º).

Autos n. 7004634-47.2022.8.22.0005
Origem: Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Classe/natureza/assunto: Execução de Título Extrajudicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer
Valor da causa: R$ 393.237,22
EXEQUENTE: ALMERINDO LEANDRO DA ROCHA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDER KENNER DOS SANTOS, OAB nº RO4549
EXECUTADO: ELIO MARCELO
ADVOGADO DO EXECUTADO: NILTON CEZAR RIOS, OAB nº RO1795
Decisão

Quanto ao bloqueio de valores, verifico que o executado não apresentou embargos à penhora, tendo resumido sua manifestação a alegar que estaria em extrema miserabilidade, contudo, não juntou CTPS, declaração de bens prestada à RFB, extratos bancários, declarações, etc., ou seja, qualquer documento apto a comprovar suas alegações que, por óbvio, não podem limitar-se a meras alegações, sem provas.

Portanto, considerando a penhora de ativos financeiros (ID n. 92412576) e a ausência da apresentação de embargos pelo devedor ou mesmo de documentos suficientes ao reconhecimento de veracidade de suas alegações, determino a transferência do(s) valor(es) bloqueados para conta judicial junto à Caixa Econômica Federal.

Quanto ao pedido do exequente para inclusão da pessoa jurídica, indefiro tal pedido.

Conforme expressa previsão do art. 133 do CPC, caso o pedido de desconsideração não seja formalizado na fase inicial/postulatória, será necessária a formalização de autos apartados, incidentais aos presentes autos e com suspensão destes. Veja-se:

Art. 133. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.

§ 2º Dispensa-se a instauração do incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.

§ 3º A instauração do incidente suspenderá o processo, salvo na hipótese do § 2º.

Portanto, determino:

a) Intime-se a parte exequente a informar os seus dados bancários, conforme abaixo, para que este Juízo determine a transferência eletrônica dos valores a ela devidos por meio da plataforma Alvará Digital.

Favorecido; CPF ou CNPJ; Banco, agência e conta de destino, com indicação do tipo de conta (conta corrente ou poupança, bem como se de pessoa física ou jurídica)

b) Caso insista no pedido de inclusão da pessoa jurídica, proceda à formalização e instauração do incidente de desconsideração inversa da personalidade jurídica, vinculado aos presentes autos.

Prazo de 5 dias para andamento ao feito e providências acima.

Cumpra-se.

Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.

LEONARDO LEITE MATTOS E SOUZA
Juiz de Direito
wj
*Observações importantes à CPE-1º Grau e a Oficiais de Justiça:
1. Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício por servidor(a) da CPE-1º Grau e revistos pelo Juiz natural quando necessários. Assim, proceda a CPE-1º Grau de acordo com o disposto no art. 93, XIV, da CF; art. 152, VI, do CPC e art. 33 das DGJ. Deveras, à luz do disposto nas citadas normas e considerando o que consta do Manual de Processos da Área Cível do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, a CPE-1º Grau deverá praticar eventuais atos ordinatórios necessários ao andamento do feito.
2. Acaso necessário, serve a cópia desta decisão, devidamente assinada eletronicamente/digitalmente pelo MM Juiz de Direito que a redigiu (subscritor), extraída do sistema PJe/CNJ, como Mandado de Citação, Intimação, Notificação, Requisição, Comunicação, Carta Precatória e/ou Ofício, solicitação de colaboração/cooperação dirigida a órgãos públicos, autarquias, departamentos públicos ou entes privados, Tribunais, outros Juízos, pessoas naturais ou jurídicas de direito público e/ou privado envolvidos ou com interesse direto ou indireto nesta demanda.
3. Caso a providência a ser realizada se amolde à possibilidade de cumprimento eletrônico do ato judicial determinado por este Juízo, poderá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça executar a(s) diligência(s) por meio do aplicativo eletrônico de troca de mensagens e arquivos WhatsApp, desde que incidente ao caso a hipótese prevista no art. 2º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ (DJe n. 218, 24/11/2022). O(a) senhor(a) serventuário(a) da Justiça deverá observar rigorosamente o que previsto no art. 3º da norma administrativa citada para efeito de pagamento da(a) diligência(s). Para a validade da comprovação da identidade da(s) pessoa(s) citada(s), intimada(s), requisitada(s), comunicada(s) ou notificada(s), no cumprimento da(s) diligência(s), deverá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça considerar o que tipificado no art. 4º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ.
4. Se oportuno, preclusa a decisão, alterado o rito/procedimento da ação ou transitada em julgado eventual sentença, a Central de Processamento Eletrônico - CPE-1º Grau deverá providenciar a imediata e imprescindível retificação da classe processual, assunto e natureza da demanda, a fim de que os relatórios estatísticos, relatórios de Metas/CNJ e de monitoramento da Vara reflitam a real quantidade e tipos das ações que aqui tramitam (ex.: ação de conhecimento para cumprimento de sentença/execução; auto de apreensão em flagrante ou procedimento (inquisitorial) para apuração de ato infracional para ação para apuração de ato infracional - ou classe equivalente; ação monitória para cumprimento de sentença).
5. A intimação de atos judicantes dirigida a advogados constituídos dá-se por meio de publicação no Diário da Justiça eletrônico – DJe, conforme Lei n. 11.419/2006; CPC, art. 205, § 3º; art. 224; art. 231, VII; Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017; Pedido de Providência CNJ n. 0002470-04.2018.2.00.0000, art. 5º da Resolução CNJ n. 234/2016 e Resolução CNJ n. 455/2022, art. 11, § 3º.
Com efeito, à intimação do causídico precede a disponibilização ou divulgação do ato no DJe. Com a divulgação no DJe, dá-se a publicação da manifestação judicial e, ato contínuo, a intimação dos d. advogados. É o que diz o art. 224, § 2º, do CPC: "Considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico." Dispõe ainda o seu § 3º: "A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação."
Logo, eventual recebimento de informações inerentes à prática de atos judicantes por advogados via e-mail (sistema push) tem efeito meramente informativo, de jeito que não há falar em intimação de advogados a partir de simples consulta processual ao PJe ou via sistema push. Ver ainda SEI n. 0003496-42.2017.8.22.8800, Ofício-CGJ n. 982/2017, de 22/12/2017; Ofício Circular-CGJ n. 216/2017; Ofício Circular-CGJ n. 31/2018 e Informação-CGJ n. 629/2018. Assim, regra geral, a mera consulta aos autos eletrônicos no Sistema PJe ou o recebimento de informações sobre a prática de atos processuais via e-mail (sistema push) não implicam em divulgação, publicação ou intimação das partes e de seus advogados constituídos. Por sua vez, apenas advogados e procuradores públicos, assim como a Defensoria Pública e o Ministério Público gozam da chamada "intimação pessoal" via Sistema PJe.
Reitere-se que, nos termos do Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017, publicado no DJe n. 234, de 20/12/2017, p. 52, no primeiro grau de jurisdição, a publicação dos atos processuais no Diário de Justiça eletrônico – DJe do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia substitui qualquer outro meio oficial de comunicação, para fins de intimação, à exceção dos casos em que a lei exigir vista ou intimação pessoal (art. 1º).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
, nº , Bairro , CEP , PROCESSO: 7008163-40.2023.8.22.0005
Auto de Apreensão em Flagrante
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADOLESCENTES: JOAO MANOEL LOURENCO DA SILVA NETO, AUGUSTINHO CARDOZO LINO
ADOLESCENTES SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO - Plantão
Recebo a representação ofertada pelo Ministério Público conquanto os fatos nela narrados resultam, em tese, na prática pelos Representados: João Manoel Lourenço da Silva Neto e Augustinho Cardo Lino de ato infracional (ECA, artigo 103) análogo ao delito previsto no artigo 157, § 2º, incisos II e §2-A, inciso I, do Código Penal, e no art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro.
Designo audiência de apresentação dos adolescentes para amanhã, 17/07/2023, pelas 10 horas da manhã, na sala de audiência da Vara da Infância de Ji-Paraná.
O Parquet asseverou que na manhã do dia 16 de julho de 2023 (domingo), por voltá dás 7h, na Rua JK, bairro Casa Preta, no município de Ji-Paraná /RO, os adolescentes AUGUSTINHO CARDOZO LINO e JOAO MANOEL LOURENCO DA SILVA NETO, previamente ajustados e agindo em unidade de desígnios, subtraíram, para eles, mediante grave ameaça exercida com o emprego de arma de fogo, uma motocicleta Honda Biz, cor branca, placa OHV 8144 e um capacete, pertencentes a vítima Patrícia Rodrigues de Sales.

Segundo restou apurado, AUGUSTINHO e JOAO MANOEL pularam na frente da motocicleta da vítima, enquanto ela trafegava pela via pública a caminho do trabalho. Apo s anunciarem o roubo com o emprego de arma de fogo, possivelmente uma pistola de cor prateada, na o apreendida nos autos, se apossaram da motocicleta e do capacete, e empreenderam fuga do local. A Polícia Militar foi acionada e durante o deslocamento se deparou com os adolescentes na motocicleta, sendo que um estava sem o capacete e, ao avistarem a guarnição, empreenderam fuga, dando início a perseguição policial. Durante a fuga, os adolescentes realizaram manobras perigosas, colocando em risco a vida de pessoas que trafegavam na via, pois atravessaram diversos cruzamentos preferenciais. Pela própria condição de adolescente, a direção da motocicleta deu-se sem a devida Permissa o para Dirigir ou Habilitação. Na sequência, os policiais abordaram os adolescentes e os conduziram para a Delegacia de Polícia Civil. Os pertences da vítima foram recuperados e a arma de fogo na o foi localizada pelos policiais. Na Delegacia, a vítima reconheceu os adolescentes como autores do roubo

Nos termos do artigo 108, parágrafo único, e art. 174, ambos da Lei 8.069/90 a internação provisória deve basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.

Como sabido, a decretação da internação provisória não se sujeita às limitações do rol exaustivo do art. 122 do ECA, consoante entendimento dos tribunais superiores. O regramento dessa decretação deve-se basear sim, no estipulado pelo art. 174 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Trata-se de um controle judicial sobre o ato administrativo da autoridade policial à semelhança da decisão de conversão da prisão em flagrante em preventiva (art. 310, II, do CPP), mas sem a limitação do art. 122 da lei menorista. Tanto é que, topograficamente, as duas matérias foram inseridas tecnicamente em capítulos distintos. A medida socioeducativa da internação foi colocada no Capítulo IV do Título III que cuida do direito material (prática do ato infracional), ao passo que a medida cautelar de internação provisória se coloca acertadamente na matéria procedimental (Seção V do Capítulo III do Título VI).

Pois bem. No caso vertente, há indícios suficientes da materialidade do ato infracional e de serem os adolescentes um dos autores dos fatos, consoante se verifica da ocorrência policial e demais documentos anexados aos autos, bem como uma testemunha reconheceu os representados como um dos autores do ato infracional.

Quanto à internação, constata-se que se encontram preenchidos os requisitos do ECA para aplicação de medida de internação, visto que se tratam de ato infracional grave praticado mediante violência e grave ameaça, observa-se a necessidade de aplicação de medida protetiva nos termos do art. 98, III, do ECA.

A prática de vários atos infracionais, vem provocando verdadeiro terror à sociedade ante sua constância, e com isso causando sentimentos de indignação e impotência, devendo o poder público se mostrar presente com o fim de afastar os sentimentos de desamparo e inseguranças que paira sobre a sociedade, gerando ainda sensações de impunidade, que por fim encoraja a prática de atos desta espécie.

Há de se resguardar a sociedade e também o próprio adolescente de eventual represália, até porque não consta prisão do parceiro na prática do ato infracional. E não se sabe ao certo, todos as circunstâncias que envolveram o próprio adolescente na participação de ato tão grave, sem nunca antes ter praticado qualquer conduta irregular.

Portanto, a internação provisória do adolescentes se faz necessária com o fim garantir que não venham a evadir-se do local, bem como, para que receba a necessária resposta estatal que venha a frear suas práticas delituosas, devendo permanecer sob custódia até que se verifique em que circunstâncias os fatos ocorreram, seus antecedentes infracionais, bem como seu comportamento social, a serem oportunamente averiguados.

Ante o exposto, para garantir a própria segurança do adolescente HOMOLOGO o auto de apreensão em flagrante apresentado e DECRETO a internação provisória de João Manoel Lourenço da Silva Neto e Augustinho Cardo Lino, anteriormente qualificados, pelo prazo de até 45 dias, nos termos dos artigos 122, II e 108 da Lei 8.069/90.

Anote-se na capa dos autos a data limite da internação provisória.

Providencie-se atualização do cadastro do adolescente no sistema do CNJ.

Notifiquem-se e cientifiquem-se, os adolescentes, e respectivas genitoras, via oficial plantonista, para tomar conhecimento da ação e da audiência designada.

Juntem-se antecedentes especificados, incluindo relatórios de cumprimento de eventuais medidas socioeducativas e protetivas anteriormente aplicadas ao representado, bem como decisões em incidentes de execução.

Responsável legal:

Michele Martonis Cardozo e Nelson Alves Lima, CPF n.º 061.518.522-30, residente na rua Honduras, n.º 646 ou rua Itália, s/n.º, Járdim dás Seringueirás, Município de JiPáráná /RO, telefone (69) 99394-5718 (adolescente Augustinho)

Adelia Bomfim da Silva, CPF n.º 080.073.882-90, residente na rua Princesa Isabel, n.º 3089, centro, Município de São Fráncisco do Guaporé /RO, telefone (69) 99930-9248 (adolescente João Manoel)

Anote-se na capa dos autos a data limite da internação provisória.

Providencie-se atualização do cadastro do adolescente no sistema do CNJ.

CIENTIFIQUEM-SE DEFENSORIA PÚBLICA E MINISTÉRIO PÚBLICO.

DECRETO ABSOLUTA PRIORIDADE DO PROCEDIMENTO PARA FINS DE TRAMITAÇÃO E JULGAMENTO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART.4º, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, ALÍNEA “B”, DA LEI Nº 8.069/90 E ART. 227, “CAPUT”, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Tramite-se em segredo de justiça.

SERVE ESTA COMO MANDADO/CITAÇÃO/INITMAÇÃO

JI-PARANÁ,16 de julho de 2023

R JOSÉ dos Santos

Juiz Plantonista

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo: 7003756-25.2022.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO COMUM INFÂNCIA E JUVENTUDE (1706)
REQUERENTE: G. T. M. e outros

Advogado do(a) REQUERENTE: JANCLEIA DE JESUS BARROS KVASNE - RO0004205A
REQUERIDO: U. C. D. T. M. D. R. D. J. L.
Advogado do(a) REQUERIDO: EDUARDO LOPES DE OLIVEIRA - RJ080687
Intimação AUTOR - CONTRARRAZÕES
Fica a PARTE AUTORA intimada, na pessoa do seu advogado, para apresentar as Contrarrazões Recursais no prazo de 15 (quinze) dias.

Autos n. 7010160-92.2022.8.22.0005
Origem: Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Classe/natureza/assunto: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária
Valor da causa: R$ 37.872,33
AUTOR: Banco Bradesco Financiamentos S.A
ADVOGADOS DO AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA, OAB nº AL6557, BRADESCO
REU: SERGIO DE CARVALHO MEZABARBA
REU SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Procedi à liberação do veículo no Renajud (comprovante em anexo).
Arquivem-se os autos.
Cumpra-se.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.
LEONARDO LEITE MATTOS E SOUZA
Juiz de Direito
wj
*Observações importantes à CPE-1º Grau e a Oficiais de Justiça:
1. Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício por servidor(a) da CPE-1º Grau e revistos pelo Juiz natural quando necessários. Assim, proceda a CPE-1º Grau de acordo com o disposto no art. 93, XIV, da CF; art. 152, VI, do CPC e art. 33 das DGJ. Deveras, à luz do disposto nas citadas normas e considerando o que consta do Manual de Processos da Área Cível do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, a CPE-1º Grau deverá praticar eventuais atos ordinatórios necessários ao andamento do feito.
2. Acaso necessário, serve a cópia desta decisão, devidamente assinada eletronicamente/digitalmente pelo MM Juiz de Direito que a redigiu (subscritor), extraída do sistema PJe/CNJ, como Mandado de Citação, Intimação, Notificação, Requisição, Comunicação, Carta Precatória e/ou Ofício, solicitação de colaboração/cooperação dirigida a órgãos públicos, autarquias, departamentos públicos ou entes privados, Tribunais, outros Juízos, pessoas naturais ou jurídicas de direito público e/ou privado envolvidos ou com interesse direto ou indireto nesta demanda.
3. Caso a providência a ser realizada se amolde à possibilidade de cumprimento eletrônico do ato judicial determinado por este Juízo, poderá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça executar a(s) diligência(s) por meio do aplicativo eletrônico de troca de mensagens e arquivos WhatsApp, desde que incidente ao caso a hipótese prevista no art. 2º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ (DJe n. 218, 24/11/2022). O(a) senhor(a) serventuário(a) da Justiça deverá observar rigorosamente o que previsto no art. 3º da norma administrativa citada para efeito de pagamento da(a) diligência(s). Para a validade da comprovação da identidade da(s) pessoa(s) citada(s), intimada(s), requisitada(s), comunicada(s) ou notificada(s), no cumprimento da(s) diligência(s), deverá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça considerar o que tipificado no art. 4º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ.
4. Se oportuno, preclusa a decisão, alterado o rito/procedimento da ação ou transitada em julgado eventual sentença, a Central de Processamento Eletrônico - CPE-1º Grau deverá providenciar a imediata e imprescindível retificação da classe processual, assunto e natureza da demanda, a fim de que os relatórios estatísticos, relatórios de Metas/CNJ e de monitoramento da Vara reflitam a real quantidade e tipos das ações que aqui tramitam (ex.: ação de conhecimento para cumprimento de sentença/execução; auto de apreensão em flagrante ou procedimento (inquisitorial) para apuração de ato infracional para ação para apuração de ato infracional - ou classe equivalente; ação monitória para cumprimento de sentença).
5. A intimação de atos judicantes dirigida a advogados constituídos dá-se por meio de publicação no Diário da Justiça eletrônico – DJe, conforme Lei n. 11.419/2006; CPC, art. 205, § 3º; art. 224; art. 231, VII; Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017; Pedido de Providência CNJ n. 0002470-04.2018.2.00.0000, art. 5º da Resolução CNJ n. 234/2016 e Resolução CNJ n. 455/2022, art. 11, § 3º.
Com efeito, à intimação do causídico precede a disponibilização ou divulgação do ato no DJe. Com a divulgação no DJe, dá-se a publicação da manifestação judicial e, ato contínuo, a intimação dos d. advogados. É o que diz o art. 224, § 2º, do CPC: "Considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico." Dispõe ainda o seu § 3º: "A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação."
Logo, eventual recebimento de informações inerentes à prática de atos judicantes por advogados via e-mail (sistema push) tem efeito meramente informativo, de jeito que não há falar em intimação de advogados a partir de simples consulta processual ao PJe ou via sistema push. Ver ainda SEI n. 0003496-42.2017.8.22.8800, Ofício-CGJ n. 982/2017, de 22/12/2017; Ofício Circular-CGJ n. 216/2017; Ofício Circular-CGJ n. 31/2018 e Informação-CGJ n. 629/2018. Assim, regra geral, a mera consulta aos autos eletrônicos no Sistema PJe ou o recebimento de informações sobre a prática de atos processuais via e-mail (sistema push) não implicam em divulgação, publicação ou intimação das partes e de seus advogados constituídos. Por sua vez, apenas advogados e procuradores públicos, assim como a Defensoria Pública e o Ministério Público gozam da chamada "intimação pessoal" via Sistema PJe.
Reitere-se que, nos termos do Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017, publicado no DJe n. 234, de 20/12/2017, p. 52, no primeiro grau de jurisdição, a publicação dos atos processuais no Diário de Justiça eletrônico – DJe do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia substitui qualquer outro meio oficial de comunicação, para fins de intimação, à exceção dos casos em que a lei exigir vista ou intimação pessoal (art. 1º).

Autos n. 7004836-92.2020.8.22.0005
Origem: Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Classe/natureza/assunto: Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário
Valor da causa: R$ 23.623,35
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO, OAB nº RO6338
EXECUTADOS: THAYLISE SIRILO ALVES FALAVIGNA, THAYLISE SIRILO ALVES FALAVIGNA 73115592272
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Despacho
SERVE A PRESENTE COMO ALVARÁ ELETRÔNICO, conforme dados informados na petição retro.
Procedi à pesquisa de veículos via Renajud em nome dos executados, contudo, não há veículos registrados.
Intime-se o exequente para requerer o andamento do feito.
Prazo de 5 dias.
Cumpra-se.
Ji-Paraná/RO, 17 de julho de 2023.
LEONARDO LEITE MATTOS E SOUZA
Juiz de Direito
wj
*Observações importantes à CPE-1º Grau e a Oficiais de Justiça:
1. Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício por servidor(a) da CPE-1º Grau e revistos pelo Juiz natural quando necessários. Assim, proceda a CPE-1º Grau de acordo com o disposto no art. 93, XIV, da CF; art. 152, VI, do CPC e art. 33 das DGJ. Deveras, à luz do disposto nas citadas normas e considerando o que consta do Manual de Processos da Área Cível do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, a CPE-1º Grau deverá praticar eventuais atos ordinatórios necessários ao andamento do feito.
2. Acaso necessário, serve a cópia desta decisão, devidamente assinada eletronicamente/digitalmente pelo MM Juiz de Direito que a redigiu (subscritor), extraída do sistema PJe/CNJ, como Mandado de Citação, Intimação, Notificação, Requisição, Comunicação, Carta Precatória e/ou Ofício, solicitação de colaboração/cooperação dirigida a órgãos públicos, autarquias, departamentos públicos ou entes privados, Tribunais, outros Juízos, pessoas naturais ou jurídicas de direito público e/ou privado envolvidos ou com interesse direto ou indireto nesta demanda.
3. Caso a providência a ser realizada se amolde à possibilidade de cumprimento eletrônico do ato judicial determinado por este Juízo, poderá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça executar a(s) diligência(s) por meio do aplicativo eletrônico de troca de mensagens e arquivos WhatsApp, desde que incidente ao caso a hipótese prevista no art. 2º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ (DJe n. 218, 24/11/2022). O(a) senhor(a) serventuário(a) da Justiça deverá observar rigorosamente o que previsto no art. 3º da norma administrativa citada para efeito de pagamento da(a) diligência(s). Para a validade da comprovação da identidade da(s) pessoa(s) citada(s), intimada(s), requisitada(s), comunicada(s) ou notificada(s), no cumprimento da(s) diligência(s), deverá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça considerar o que tipificado no art. 4º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ.
4. Se oportuno, preclusa a decisão, alterado o rito/procedimento da ação ou transitada em julgado eventual sentença, a Central de Processamento Eletrônico - CPE-1º Grau deverá providenciar a imediata e imprescindível retificação da classe processual, assunto e natureza da demanda, a fim de que os relatórios estatísticos, relatórios de Metas/CNJ e de monitoramento da Vara reflitam a real quantidade e tipos das ações que aqui tramitam (ex.: ação de conhecimento para cumprimento de sentença/execução; auto de apreensão em flagrante ou procedimento (inquisitorial) para apuração de ato infracional para ação para apuração de ato infracional - ou classe equivalente; ação monitória para cumprimento de sentença).
5. A intimação de atos judicantes dirigida a advogados constituídos dá-se por meio de publicação no Diário da Justiça eletrônico – DJe, conforme Lei n. 11.419/2006; CPC, art. 205, § 3º; art. 224; art. 231, VII; Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017; Pedido de Providência CNJ n. 0002470-04.2018.2.00.0000, art. 5º da Resolução CNJ n. 234/2016 e Resolução CNJ n. 455/2022, art. 11, § 3º.
Com efeito, à intimação do causídico precede a disponibilização ou divulgação do ato no DJe. Com a divulgação no DJe, dá-se a publicação da manifestação judicial e, ato contínuo, a intimação dos d. advogados. É o que diz o art. 224, § 2º, do CPC: "Considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico." Dispõe ainda o seu § 3º: "A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação."
Logo, eventual recebimento de informações inerentes à prática de atos judicantes por advogados via e-mail (sistema push) tem efeito meramente informativo, de jeito que não há falar em intimação de advogados a partir de simples consulta processual ao PJe ou via sistema push. Ver ainda SEI n. 0003496-42.2017.8.22.8800, Ofício-CGJ n. 982/2017, de 22/12/2017; Ofício Circular-CGJ n. 216/2017; Ofício Circular-CGJ n. 31/2018 e Informação-CGJ n. 629/2018. Assim, regra geral, a mera consulta aos autos eletrônicos no Sistema PJe ou o recebimento de informações sobre a prática de atos processuais via e-mail (sistema push) não implicam em divulgação, publicação ou intimação das partes e de seus advogados constituídos. Por sua vez, apenas advogados e procuradores públicos, assim como a Defensoria Pública e o Ministério Público gozam da chamada "intimação pessoal" via Sistema PJe.
Reitere-se que, nos termos do Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017, publicado no DJe n. 234, de 20/12/2017, p. 52, no primeiro grau de jurisdição, a publicação dos atos processuais no Diário de Justiça eletrônico – DJe do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia substitui qualquer outro meio oficial de comunicação, para fins de intimação, à exceção dos casos em que a lei exigir vista ou intimação pessoal (art. 1º).

Autos n. 7008076-84.2023.8.22.0005
Origem: Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Classe/natureza/assunto: Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem, Fornecimento de Água
Valor da causa: R$ 10.000,00
AUTOR: JULIENE ORTIZ PEREIRA
ADVOGADOS DO AUTOR: ABEL NUNES TEIXEIRA, OAB nº RO7230, SANDILLA ORTIZ MARTINS FERREIRA, OAB nº RO11717
REU: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADO DO REU: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD

Decisão
Trata-se de ação de obrigação de fazer e indenizatória proposta por JULIENE ORTIZ PEREIRA em desfavor de COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA (CAERD), objetivando compelir a parte ré o abastecimento de água em sua residência, bem como um paliativo pelo abalo a sua honra, diante da demora na prestação do serviço.
Determinada intimação para recolhimento das custas ou comprovar sua hipossuficiência (ID n. 93331540).
Reiteração do pedido de gratuidade (ID n. 93337429).
Vieram-me os autos conclusos.
É o breve relato. DECIDO.
1. A natureza da causa se conforma com a competência deste Juízo.
2. Considerando os documentos que acompanham a peça de ID n. 93337429 e, diante da inocorrência das hipóteses do § 2º do art. 99 do Código de Processo Civil, defiro a gratuidade judiciária.
3. A petição inicial preenche os requisitos essenciais ao seu recebimento (CPC, art. 319): a parte demandante é aparentemente legítima e está bem representada por advogada; os pedidos são certos e determinados, sendo ainda, em tese, juridicamente possíveis, já que há narração dos fatos e dos seus fundamentos jurídicos. Nada obsta, por ora, o interesse de agir da parte autora.
4. Nada recomenda que este processo tramite sob segredo de Justiça (CPC, art. 11 e art. 189, caput, primeira parte). Dessarte, tanto os atos já como os doravante praticados serão públicos, salvo no caso de decisão ulterior que justifique a imposição de sigilo ao feito.
5. No tocante ao pedido de tutela de urgência, consigno que os requisitos para sua concessão são o juízo de probabilidade do direito e perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, caput, do CPC).
No caso dos autos, a fumaça do bom direito encontra-se devidamente demostrada pelas solicitações realizadas na via administrativa e recalcitrância da parte ré em atender os pedidos da demandante, efetuados há mais de 3 meses.
O perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo também está presente, diante da informação de que o fornecimento de água ainda não foi estabelecido é patente a necessidade de utilização dos serviços para as atividades cotidianas.
Consigna-se, ainda, que, em contrapartida, o deferimento não acarretará em prejuízo à parte ré, pois na hipótese da parte autora não preencher algum requisito técnico, poderá notificá-la para a devida correção em tempo hábil.
Ademais, a essencialidade do serviço ecoa na jurisprudência do TJ/RO, ao asseverar que: “O fornecimento de água potável, à luz da Constituição da Republica, bem como da própria é serviço essencial à população se constituindo em direito básico do cidadão, estando este serviço sob a égide dos Princípios da Legalidade, da Dignidade humana e da Eficiência, defluindo deste último postulado o conceito do “serviço adequado, considerado como aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas” (TJ-RO - APL: 00020350720158220005 RO 0002035-07.2015.822.0005, Data de Julgamento: 14/11/2018, Data de Publicação: 21/11/2018)
Assim, presentes os requisitos que autorizam a medida, DEFIRO o pedido de tutela de urgência formulado pela requerente e determino que a COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA (CAERD) promova, em 24 (vinte e quatro) horas, a ligação de água no imóvel residencial localizado à Rua Cariacica, n. 75, Bairro São Francisco, Ji-Paraná/RO, sob pena de caracterização do crime de desobediência pelo agente administrativo responsável pelo ato e imposição de multa.
Consigno a parte ré que a requerente já detém um contrato de adesão de prestação de serviços públicos de abastecimento de água (Matrícula n. 2380471 – Inscrição n.º 003.001.423.0459.000), conforme protocolo de solicitação de primeira ligação n. 20231001198035.
Deixo de designar audiência de conciliação ante ao fato de que não se tem mostrado eficazes em ações como a presente, já que raramente são trazidas ofertas de acordo, isso em deferência aos princípios da eficiência e da duração razoável do processo.
Não obstante, em se tratando de discussão que envolve a inexistência de relação jurídica com a parte ré e, por consequência, a desconstituição da dívida em cobrança, cediço que à parte autora/consumidora não pode recair a obrigação de produção de prova negativa.
Portanto, ante a manifesta hipossuficiência técnica da parte consumidora, INVERTO O ÔNUS DA PROVA.
6. Cite-se a parte ré, contando-se o prazo para resposta na forma do artigo 335, III, do CPC.
7. São deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participarem do processo observar o disposto no art. 77 do CPC, sobretudo declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva. Deverão ainda ser observadas as regras indicadas no art. 106, II, § 2º e art. 274 e parágrafo único, ambos do CPC, de modo que se presumem válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo(a) interessado(a), se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.
8. Registro que as provas dos fatos alegados pelas partes devem ser produzidas durante a fase postulatória (petição inicial e resposta/contestação), mormente as documentais. Regra geral, a inicial e a resposta da parte demandada devem ser instruídas com os documentos indispensáveis à propositura da ação e ao oferecimento da resposta, vedada a juntada de documentos depois desta fase, ressalvado o disposto no art. 435 do CPC.
9. Apenas se o(a) réu(ré) alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do(a) autor(a), este(a) será ouvido(a) no prazo de 15 dias, permitida a produção de prova (CPC, art. 350). Por sua vez, somente se a parte ré alegar qualquer das matérias enumeradas no art. 337 do CPC, deverá dizer a parte autora no prazo de 15 dias, permitida a produção de prova (CPC, art. 351).
10. Se a parte ré não contestar a ação, será considerado(a) revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo(a) autor(a) – (CPC, art. 344), ressalvado o disposto no art. 345 do CPC.
11. Deverá a CPE-1º grau fazer uso do disposto no art. 246 do CPC, se possível (modos de citação).
12. Eventual intimação da Defensoria Pública e/ou do Ministério Pública deverá ser feita de modo pessoal, na forma eletrônica, via PJe (CPC, art. 180, caput e art. 183, § 1º).
13. Após a prática dos atos necessários, aguarde-se o prazo para o oferecimento de resposta/contestação em não havendo composição consensual do conflito pelas partes.
14. Cópia desta decisão serve como mandado ou carta de citação, intimação, notificação, carta precatória e/ou ofício.
15. Endereço para citação da parte ré: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA (CAERD), sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.914.254/0001-39, com endereço da sede na Avenida Pinheiro Machado, n.º 2112, Bairro São Cristóvão, Porto Velho/RO, CEP 76804-046.
Cumpra-se.

Ji-Paraná/RO, 17 de julho de 2023.
LEONARDO LEITE MATTOS E SOUZA
Juiz de Direito
gms
*Observações importantes à CPE-1º Grau e a Oficiais de Justiça:
1. Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício por servidor(a) da CPE-1º Grau e revistos pelo Juiz natural quando necessários. Assim, proceda a CPE-1º Grau de acordo com o disposto no art. 93, XIV, da CF; art. 152, VI, do CPC e art. 33 das DGJ. Deveras, à luz do disposto nas citadas normas e considerando o que consta do Manual de Processos da Área Cível do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, a CPE-1º Grau deverá praticar eventuais atos ordinatórios necessários ao andamento do feito.
2. Acaso necessário, serve a cópia desta decisão, devidamente assinada eletronicamente/digitalmente pelo MM Juiz de Direito que a redigiu (subscritor), extraída do sistema PJe/CNJ, como Mandado de Citação, Intimação, Notificação, Requisição, Comunicação, Carta Precatória e/ou Ofício, solicitação de colaboração/cooperação dirigida a órgãos públicos, autarquias, departamentos públicos ou entes privados, Tribunais, outros Juízos, pessoas naturais ou jurídicas de direito público e/ou privado envolvidos ou com interesse direto ou indireto nesta demanda.
3. Caso a providência a ser realizada se amolde à possibilidade de cumprimento eletrônico do ato judicial determinado por este Juízo, poderá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça executar a(s) diligência(s) por meio do aplicativo eletrônico de troca de mensagens e arquivos WhatsApp, desde que incidente ao caso a hipótese prevista no art. 2º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ (DJe n. 218, 24/11/2022). O(a) senhor(a) serventuário(a) da Justiça deverá observar rigorosamente o que previsto no art. 3º da norma administrativa citada para efeito de pagamento da(a) diligência(s). Para a validade da comprovação da identidade da(s) pessoa(s) citada(s), intimada(s), requisitada(s), comunicada(s) ou notificada(s), no cumprimento da(s) diligência(s), deverá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça considerar o que tipificado no art. 4º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ.
4. Se oportuno, preclusa a decisão, alterado o rito/procedimento da ação ou transitada em julgado eventual sentença, a Central de Processamento Eletrônico - CPE-1º Grau deverá providenciar a imediata e imprescindível retificação da classe processual, assunto e natureza da demanda, a fim de que os relatórios estatísticos, relatórios de Metas/CNJ e de monitoramento da Vara reflitam a real quantidade e tipos das ações que aqui tramitam (ex.: ação de conhecimento para cumprimento de sentença/execução; auto de apreensão em flagrante ou procedimento (inquisitorial) para apuração de ato infracional para ação para apuração de ato infracional - ou classe equivalente; ação monitória para cumprimento de sentença).
5. A intimação de atos judicantes dirigida a advogados constituídos dá-se por meio de publicação no Diário da Justiça eletrônico – DJe, conforme Lei n. 11.419/2006; CPC, art. 205, § 3º; art. 224; art. 231, VII; Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017; Pedido de Providência CNJ n. 0002470-04.2018.2.00.0000, art. 5º da Resolução CNJ n. 234/2016 e Resolução CNJ n. 455/2022, art. 11, § 3º.
Com efeito, à intimação do causídico precede a disponibilização ou divulgação do ato no DJe. Com a divulgação no DJe, dá-se a publicação da manifestação judicial e, ato contínuo, a intimação dos d. advogados. É o que diz o art. 224, § 2º, do CPC: "Considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico." Dispõe ainda o seu § 3º: "A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação."
Logo, eventual recebimento de informações inerentes à prática de atos judicantes por advogados via e-mail (sistema push) tem efeito meramente informativo, de jeito que não há falar em intimação de advogados a partir de simples consulta processual ao PJe ou via sistema push. Ver ainda SEI n. 0003496-42.2017.8.22.8800, Ofício-CGJ n. 982/2017, de 22/12/2017; Ofício Circular-CGJ n. 216/2017; Ofício Circular-CGJ n. 31/2018 e Informação-CGJ n. 629/2018. Assim, regra geral, a mera consulta aos autos eletrônicos no Sistema PJe ou o recebimento de informações sobre a prática de atos processuais via e-mail (sistema push) não implicam em divulgação, publicação ou intimação das partes e de seus advogados constituídos. Por sua vez, apenas advogados e procuradores públicos, assim como a Defensoria Pública e o Ministério Público gozam da chamada "intimação pessoal" via Sistema PJe.
Reitere-se que, nos termos do Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017, publicado no DJe n. 234, de 20/12/2017, p. 52, no primeiro grau de jurisdição, a publicação dos atos processuais no Diário de Justiça eletrônico – DJe do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia substitui qualquer outro meio oficial de comunicação, para fins de intimação, à exceção dos casos em que a lei exigir vista ou intimação pessoal (art. 1º).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe3civjip@tjro.jus.br
Processo : 0011199-30.2014.8.22.0005
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: BOASAFRA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: GIANE ELLEN BORGIO BARBOSA - RO0002027A
EXECUTADO: FABIO RAMIRO ZAMPA
Advogados do(a) EXECUTADO: ELESSANDRA APARECIDA FERRO - RO4883, HENRIQUE SCARCELLI SEVERINO - RO2714
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados no id 93189298.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo: 7010244-30.2021.8.22.0005
Classe: GUARDA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE (1420)
REQUERENTE: A. F. R.
Advogado do(a) REQUERENTE: BLENDA LARA FONSECA DO NASCIMENTO - MG83915

REQUERIDO: A. D. S. T.
Advogados do(a) REQUERIDO: PAMELA DE SOUSA SILVA - MG141493, VICTOR GUILHEN MAZARO ARAUJO - RO10926
Intimação
Ficam as PARTES intimadas, por meio de seu Advogado/Procurador, dos documentos juntados sob o ID 91908125 e 93388137.
-RO, 17 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

Autos n. 7005243-93.2023.8.22.0005
Origem: Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Classe/natureza/assunto: Procedimento Comum Cível - Fixação, Guarda, Regulamentação de Visitas
Valor da causa: R$ 6.000,00
AUTORES: F. C. B. D. S. A., D. P. D. E. D. R.
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: I. A. D. S.
REU SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Trata-se de Ação de Regularização de Guarda c/c Convivência e Fixação de Pensão Alimentícia, proposta por FABIANA CRISTINA BATISTA DOS SANTOS, contra IZAIAS ALEXANDRINO DOS SANTOS, ambos qualificados nos autos, conforme ID n. 90471044. Com pedido de homologação de acordo em parte, conforme realizado em audiência de conciliação, ID n. 92831733.
Narra a requerente juntamente ao requerido são pais da criança A.V.A.S. nascido em 07/11/2009, e por não possuírem vínculo marital, o filho vive sob a responsabilidade e guarda da genitora. E que o genitor não contribui com o sustento e educação do filho, razão pela qual se faz necessária a regularização da guarda, convivência e fixação de pensão alimentícia.
À causa foi atribuído o valor de R$ 6.000,00.
Com inicial vieram documentos indispensáveis à sua propositura, em especial o instrumento de mandato (procuração), o documento de identificação da autora, comprovante de residência e lista dos bens.
Os pedidos são certos e determinados.
Por preencher os requisitos do art.319 do CPC, a petição inicial, depois de registrada e distribuída, foi recebida, tendo ainda este juízo concedido os benefícios da gratuidade judiciária ao autor.
Nos termos do art. 334 do CPC, foi designada audiência de conciliação, bem como ordenada a citação do requerido, no ID n. 90556399.
A audiência de conciliação restou-se parcialmente frutífera, ID n. 92831733, que entabularam o seguinte acordo:
a) A guarda judicial de A.V.A.S. será exercida de forma UNILATERAL pela genitora FABIANA CRISTINA BATISTA DOS SANTOS ALEXANDRINO.
b) O direito de visitas será exercido pelo genitor, ISAIAS ALEXANDRINO DOS SANTOS, de forma livre, ficando acordando que caberá ao genitor avisar com antecedência a genitora quando irá pegar a criança, cabendo, ainda, ao genitor buscar e levar a criança na casa da genitora;
O Ministério Público, no interesse do filho menor (CPC, art. 178, II), opinou pela homologação do acordo celebrado entre as partes, no ID n. 93153547.
Ademais, requerem o prosseguimento da demanda em relação à fixação de alimentos, ante a persistência de controvérsia entre as partes.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o breve relatório. A DECISÃO.
Anote-se que a autocomposição é sempre o melhor caminho para pôr fim à lide, eis que a solução do caso é projetada e construída pelos próprios interessados, aliás, os reais detentores da verdade real. Com base nisso, o CPC sacramentou em seu art. 3º, § 2º, o princípio da promoção da solução consensual dos conflitos, também consagrado na Resolução n. 125/2010 do CNJ.
A rigor, a conciliação e a mediação, doravante, passam a ser uma política pública de tratamento adequado dos problemas jurídicos e dos conflitos de interesses. Trata-se de uma meta do Estado que deve ser estimulada, apoiada, difundida, sistematizada, aprimorada e praticada por todos os envolvidos no processo. No dia-a-dia forense não deve prevalecer mais resíduos de uma formação contenciosa dos atores da Justiça, mas a busca e empenho pela resolução alternativa de conflitos, evitando-se os desgastes de toda demanda fundada no modelo adversarial, em que prevalece a competição, a disputa e a morosidade.
As disposições relativas aos alimentos, bem como as inerentes à guarda da criança e ao direito de convivência do pai, não atentam contra a integridade física ou psicológica do menor, atendendo seu interesse.
Nesse sentido, considerando que as partes entabularam acordo e que este respeita o seu melhor interesse, aliado ao fato de ter o Ministério Público exarado parecer a ele favorável, sua homologação é medida que se impõe.
DISPOSITIVO
Por vislumbrar os pressupostos legais, homologo o acordo acostado no ID n. 92831733, a fim de que este produza seus efeitos jurídicos e legais, para:
1) Declarar que a guarda das crianças A.V.A.S. será exercida de forma UNILATERAL pela genitora FABIANA CRISTINA BATISTA DOS SANTOS ALEXANDRINO;
2) Declarar direito de visitas será exercido pelo genitor, ISAIAS ALEXANDRINO DOS SANTOS, de forma livre, ficando acordando que caberá ao genitor avisar com antecedência a genitora quando irá pegar a criança, cabendo, ainda, ao genitor buscar e levar a criança na casa da genitora;
No que se refere a prática comum de expedição de termo de guarda, como se refere a um dos deveres dos pais (ECA, art. 22) e está sendo atribuída a um dos genitores que está em pleno exercício do poder familiar e não a terceiro, é despicienda a sua expedição, sendo suficiente para gerar eventuais efeitos de prova, via desta sentença homologatória que fixa a guarda em favor de um dos pais. Desse modo, entendo desnecessária no caso em tela, a expedição do referido termo.
Nos demais objeto da demanda, segue o procedimento.
Homologado o acordo, ao Ministério Público para exarar parecer em relação à fixação de alimentos, ante a persistência de controvérsia entre as partes.
Transitada em julgado neste ato, diante da falta de interesse recursal, nos moldes do art. 1.000, do CPC.

Sentença publicada e registrada eletronicamente pelo PJe.
Nada pendente.
Cumpra-se.
Ji-Paraná/RO, 17 de julho de 2023.
LEONARDO LEITE MATTOS E SOUZA
Juiz de Direito
lc e lv
*Observações importantes à CPE-1º Grau e a Oficiais de Justiça:
1. Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício por servidor(a) da CPE-1º Grau e revistos pelo Juiz natural quando necessários. Assim, proceda a CPE-1º Grau de acordo com o disposto no art. 93, XIV, da CF; art. 152, VI, do CPC e art. 33 das DGJ. Deveras, à luz do disposto nas citadas normas e considerando o que consta do Manual de Processos da Área Cível do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, a CPE-1º Grau deverá praticar eventuais atos ordinatórios necessários ao andamento do feito.
2. Acaso necessário, serve a cópia desta decisão, devidamente assinada eletronicamente/digitalmente pelo MM Juiz de Direito que a redigiu (subscritor), extraída do sistema PJe/CNJ, como Mandado de Citação, Intimação, Notificação, Requisição, Comunicação, Carta Precatória e/ou Ofício, solicitação de colaboração/cooperação dirigida a órgãos públicos, autarquias, departamentos públicos ou entes privados, Tribunais, outros Juízos, pessoas naturais ou jurídicas de direito público e/ou privado envolvidos ou com interesse direto ou indireto nesta demanda.
3. Caso a providência a ser realizada se amolde à possibilidade de cumprimento eletrônico do ato judicial determinado por este Juízo, poderá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça executar a(s) diligência(s) por meio do aplicativo eletrônico de troca de mensagens e arquivos WhatsApp, desde que incidente ao caso a hipótese prevista no art. 2º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ (DJe n. 218, 24/11/2022). O(a) senhor(a) serventuário(a) da Justiça deverá observar rigorosamente o que previsto no art. 3º da norma administrativa citada para efeito de pagamento da(a) diligência(s). Para a validade da comprovação da identidade da(s) pessoa(s) citada(s), intimada(s), requisitada(s), comunicada(s) ou notificada(s), no cumprimento da(s) diligência(s), deverá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça considerar o que tipificado no art. 4º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ.
4. Se oportuno, preclusa a decisão, alterado o rito/procedimento da ação ou transitada em julgado eventual sentença, a Central de Processamento Eletrônico - CPE-1º Grau deverá providenciar a imediata e imprescindível retificação da classe processual, assunto e natureza da demanda, a fim de que os relatórios estatísticos, relatórios de Metas/CNJ e de monitoramento da Vara reflitam a real quantidade e tipos das ações que aqui tramitam (ex.: ação de conhecimento para cumprimento de sentença/execução; auto de apreensão em flagrante ou procedimento (inquisitorial) para apuração de ato infracional para ação para apuração de ato infracional - ou classe equivalente; ação monitória para cumprimento de sentença).
5. A intimação de atos judicantes dirigida a advogados constituídos dá-se por meio de publicação no Diário da Justiça eletrônico – DJe, conforme Lei n. 11.419/2006; CPC, art. 205, § 3º; art. 224; art. 231, VII; Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017; Pedido de Providência CNJ n. 0002470-04.2018.2.00.0000, art. 5º da Resolução CNJ n. 234/2016 e Resolução CNJ n. 455/2022, art. 11, § 3º.
Com efeito, à intimação do causídico precede a disponibilização ou divulgação do ato no DJe. Com a divulgação no DJe, dá-se a publicação da manifestação judicial e, ato contínuo, a intimação dos d. advogados. É o que diz o art. 224, § 2º, do CPC: "Considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico." Dispõe ainda o seu § 3º: "A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação."
Logo, eventual recebimento de informações inerentes à prática de atos judicantes por advogados via e-mail (sistema push) tem efeito meramente informativo, de jeito que não há falar em intimação de advogados a partir de simples consulta processual ao PJe ou via sistema push. Ver ainda SEI n. 0003496-42.2017.8.22.8800, Ofício-CGJ n. 982/2017, de 22/12/2017; Ofício Circular-CGJ n. 216/2017; Ofício Circular-CGJ n. 31/2018 e Informação-CGJ n. 629/2018. Assim, regra geral, a mera consulta aos autos eletrônicos no Sistema PJe ou o recebimento de informações sobre a prática de atos processuais via e-mail (sistema push) não implicam em divulgação, publicação ou intimação das partes e de seus advogados constituídos. Por sua vez, apenas advogados e procuradores públicos, assim como a Defensoria Pública e o Ministério Público gozam da chamada "intimação pessoal" via Sistema PJe.
Reitere-se que, nos termos do Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017, publicado no DJe n. 234, de 20/12/2017, p. 52, no primeiro grau de jurisdição, a publicação dos atos processuais no Diário de Justiça eletrônico – DJe do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia substitui qualquer outro meio oficial de comunicação, para fins de intimação, à exceção dos casos em que a lei exigir vista ou intimação pessoal (art. 1º).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe2civjip@tjro.jus.br
Processo : 7004325-26.2022.8.22.0005
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ALTAIR MARCIAL COELHO
Advogado do(a) AUTOR: FABIANA MODESTO DE ARAUJO - RO0003122A
REU: FRANCISCO BATISTA PEREIRA e outros
Advogado do(a) REU: FRANCISCO BATISTA PEREIRA - RO0002284A
Advogado do(a) REU: FABIO GIL MOREIRA SANTIAGO - BA15664
INTIMAÇÃO AUTOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Fica a parte REQUERENTE intimada, no prazo de 05 dias, para manifestação quanto aos Embargos de Declaração apresentados.

3ª VARA CÍVEL

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7003389-98.2022.8.22.0005
Classe : Cumprimento de sentença
Assunto : Requisição de Pequeno Valor - RPV, Extinção da Execução
EXEQUENTE: TITO RODRIGUES DELGADO JUNIOR, CPF nº 45682577272
ADVOGADO DO EXEQUENTE: Nailson Nando Oliveira de Santana, OAB nº RO2634
EXECUTADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
VALOR DA CAUSA: R$ 10.172,38
DESPACHO
Remetam-se os autos à contadoria para que apresente o valor correto da presente execução, tendo em vista a controvérsia existente entre as partes.
Com a vinda dos cálculos, sem necessidade de nova conclusão, intime-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestem-se acerca do relatório apresentado pelo contador judicial.
Em seguida, tornem os autos conclusos para decisão.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito
EXEQUENTE: TITO RODRIGUES DELGADO JUNIOR, CPF nº 45682577272, RUA PARANÁ 1974, - ATÉ 873/874 CASA PRETA - 76907-604 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
EXECUTADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA, AVENIDA DOIS DE ABRIL 1701, - DE 1649 A 1731 - LADO ÍMPAR URUPÁ - 76900-149 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
, nº , Bairro , CEP ,
PROCESSO: 7014258-23.2022.8.22.0005
Classe : Divórcio Litigioso
Assunto : Dissolução, Guarda
REQUERENTES: A. L. Z. D. S., D. P. D. E. D. R.
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: J. A. R.
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 92.560,00
DECISÃO
Em relação à comunicação de não cumprimento do mandado de averbação do divórcio (Num. 90754067 - Pág. 2) bem como, acerca do contido na peça de ID Num. 91465815 - Pág. 1, registro que às partes foi concedida a gratuidade de justiça a teor da decisão de ID , de modo que são beneficiárias das respectivas isenções legais.
Desta feita, renove-se o mandado de averbação para que a Serventia Extrajudicial promova a devida averbação do comando judicial proferido no ID ., anotando-se a benesse legal ora em comento.
No mais, especifiquem as partes, as provas que pretendem produzir.
Se as partes optarem por produção de prova testemunhal, evitando-se a produção de provas inúteis e morosidade ao feito, que as partes esclareçam especificamente em que a oitiva de cada uma das testemunhas colaborará para a solução do feito, informando-se qual o conhecimento das testemunhas arroladas acerca dos fatos – que influem no julgamento da causa – sob pena de indeferimento da oitiva.
Intimem-se, e sendo ambas as partes patrocinadas pela Defensoria Pública local, deverão seus membros tramitar internamente o feito, a fim de cumprir a determinação processual, sem necessidade de nova vistas para a mesma finalidade.
Prazo: 10 (dez) dias.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
SIRVA, AINDA, COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO. Determino ao Sr (a) Oficial(a) do 1° Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas da Comarca de Ji-Paraná/RO, que vendo o presente e em seu cumprimento, proceda à margem da Certidão de Casamento Matrícula nº 096297 01 55 2012 2 00094 236 0021386 96, a averbação do DIVÓRCIO CONSENSUAL de ANA LUZIA ZURICA DA SILVA RODRIGUES e JOSÉ ANTÔNIO RODRIGUES. Partes beneficiárias da gratuidade judiciária.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTES: A. L. Z. D. S., RUA LINCOLN PAVÃO DOS SANTOS 1412 BOSQUE DOS IPÊS - 76901-394 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, D. P. D. E. D. R., AV MARECHAL RONDON 527 CENTRO - 76900-244 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7006948-29.2023.8.22.0005
Classe : Alvará Judicial - Lei 6858/80
Assunto : Consórcio, Obrigação de Fazer / Não Fazer
REQUERENTE: MARTA MONTEIRO DE SANTANA ANDRADE, CPF nº 58331905253

ADVOGADOS DO REQUERENTE: LAVOISIER CONDACK PEREIRA DA SILVA, OAB nº RO10105, ANA LUISA BARROS DOS SANTOS, OAB nº RO10138, EVA CONDACK DIAS PEREIRA DA SILVA, OAB nº RO2273A, ELIANE APARECIDA DE BARROS, OAB nº RO2064
INTERESSADO: COMETA JI PARANA MOTOS LTDA, CNPJ nº 04926895000140
INTERESSADO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 11.833,00
DESPACHO
1.Recebo a emenda ID. 93205257, defiro o pedido acerca da gratuidade judiciária.
2 - Trata-se de ALVARÁ JUDICIAL proposta por MARTA MONTEIRO DE SANTANA ANDRADE alegando, em síntese, que é a única herdeira do sr. MARCELO LOPES RIBEIRO falecido em 08 de fevereiro de 2019.
A autora requer autorização judicial, com fulcro na Lei n. 6.858/80, para levantamento da carta de crédito de consórcio que o de cujus pagava ao GRUPO 42007, cota 533, consórcio honda.
Apresentaram os documentos pertinentes.
Dito isso, determino seja oficiado:
2.1. ao INSS, requisitando-se informações quanto à existência de dependentes do(a) falecido(a) e, em havendo, indicá-los; e
2.2. ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, requisitando-lhes informações quanto aos valores existentes em nome do(a) de cujus, discriminando a que se refere tais verbas (FGTS, PIS/PASEP, etc).
Faça constar no ofício que as respostas poderão ser encaminhadas via e-mail - a ser indicado pela Central de Processamento Eletrônico - no prazo de 15 (quinze) dias.
Com as respostas, deverá a CPE juntá-las nos autos e, em seguida, intimar os autores para, no prazo de 05 dias, requererem o que entender de direito.
Somente então, deverão os autos retornarem ao gabinete.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: MARTA MONTEIRO DE SANTANA ANDRADE, CPF nº 58331905253, RUA PADRE FRANCO, - DE 2460/2461 AO FIM HABITAR BRASIL - 76909-847 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
INTERESSADO: COMETA JI PARANA MOTOS LTDA, CNPJ nº 04926895000140, AVENIDA TRANSCONTINENTAL 520 VILA JOTÃO - 76900-001 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
PROCESSO: 7007509-53.2023.8.22.0005
Classe : Procedimento Comum Cível
Assunto : Abatimento proporcional do preço , Indenização por Dano Material, Análise de Crédito
AUTORES: ROBSSON ENRIQUE GOMES ZAPATA, CPF nº 00164159223, ANDRESSA GOMES PAZ ZAPATA, CPF nº 00813189284
ADVOGADO DOS AUTORES: LUCIANA NOGAROL PAGOTTO, OAB nº RO4198A
REU SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 53.900,00
DECISÃO
ROBSSON ENRIQUE GOMES ZAPATA, ANDRESSA GOMES PAZ ZAPATA, propuseram AÇÃO DECLARATÓRIA DE DEFEITO C/C RESTITUIÇÃO DE VALOR PAGO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS em face de MEGA VEICULOS LTDA, Ford Motor Company Brasil Ltda, alegando, em síntese, defeito do produto e má prestação dos serviços contratados.
Sabe-se que a petição inicial é a peça que inaugura o processo, devendo satisfazer requisitos mínimos para ser considerada apta à sua finalidade (artigo 319, CPC), dentre os quais o pedido e suas especificações (inciso IV).
No caso, ao analisar a exordial, verifico que a parte autora busca a condenação do(s) requerido(s) em indenização por danos morais, não atribuindo, no entanto, valor a este pedido.
Nos termos do art. 292, V, do CPC, o autor deverá apontar na inicial da “ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido”.
Portanto, se faz necessário que a parte autora indique o quantum pretendido à título de dano moral.
Outrossim, segundo o art. 292, VI, do CPC, quando houver cumulação de pedidos o valor da causa deverá corresponder à quantia equivalente à soma dos valores de todos eles.
Dessarte, tratando-se de demanda que envolve mais de um pedido com valor econômico, INTIME-SE a parte autora a emendar a inicial, indicando o valor pretendido à título de indenização pelos danos morais que alega ter sofrido e, em seguida, promovendo a adequação do valor da causa, que deve retratar o conteúdo econômico dos pedidos formulados.
Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, nos termos dos artigos 321 do CPC.
Com ou sem a emenda, tornem os autos conclusos após o decurso do prazo estabelecido.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/ MANDADO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTORES: ROBSSON ENRIQUE GOMES ZAPATA, CPF nº 00164159223, RUA NORUEGA 1779 JARDIM SÃO CRISTÓVÃO - 76913-853 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, ANDRESSA GOMES PAZ ZAPATA, CPF nº 00813189284, RUA NORUEGA 1179 JARDIM SÃO CRISTÓVÃO - 76913-853 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7011419-93.2020.8.22.0005
Classe : Cumprimento de sentença
Assunto : Fornecimento de Energia Elétrica
REQUERENTE: EVANILDO APARECIDO CAETANO, CPF nº 79104940253
ADVOGADO DO REQUERENTE: EDER KENNER DOS SANTOS, OAB nº RO4549
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Considerando a petição do Exequente juntada no ID nº 92784846, procedi busca de valores "on line" em nome do(s) Executado(s), pelo sistema SISBAJUD, que retornou bloqueio do valor total de R$=2.316,36, suficiente para o pagamento do crédito indicado pelo Exequente, converto a indisponibilidade em penhora, independentemente de termo, e promovo a transferência dos valores para conta judicial vinculada ao Juízo, conforme arquivo(s) anexo(s).
Fica a parte executada, intimada na pessoa do respectivo patrono, para que caso queira, se manifeste sobre o bloqueio no prazo de 05 (cinco) dias, a fim de comprovar nos autos a impenhorabilidade dos valores bloqueados, para fins do § 3º do art. 854 do CPC, sob pena de liberação em favor do Exequente.
Havendo manifestação da parte executada, intime-se a parte Exequente para manifestar em termos de seguimento, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7000950-51.2021.8.22.0005
Classe : Execução de Título Extrajudicial
Assunto : Rescisão / Resolução
EXEQUENTE: FAGNER JOSE MACHADO CAMARGO, CPF nº 83864008204
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LIRIAN GALINARI OLIVEIRA, OAB nº RO6046
EXECUTADO: EDER MAYK SILVA NAIM, CPF nº 88964957253
ADVOGADO DO EXECUTADO: GUSTAVO CAETANO GOMES, OAB nº RO3269
DESPACHO
Considerando o pedido da parte Exequente juntado no ID nº 93169768, procedi junto ao sistema da Receita Federal " INFOJUD ", pesquisa de declarações de bens e renda da parte executada, com resultados conforme arquivo(s) anexo(s).
As informações anexas a este despacho foram juntadas com advertência de sigilo, para manuseio exclusivo dos advogados das partes, mediante acesso ao PJE.
A CPE deverá conceder o acesso dos anexos às partes.
Manifeste-se a Exequente em termos de seguimento, indicando bens da parte Executada passível de penhora, bem como deverá informar o local em que poderá ser encontrado, a fim de viabilizar o cumprimento do mandado de penhora, avaliação e intimação pelo Oficial de Justiça, ou requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7007899-23.2023.8.22.0005
Classe : Procedimento Comum Cível
Assunto : Transação
AUTOR: JOSE PAULO DA SILVA, CPF nº 94438510830
ADVOGADOS DO AUTOR: ELIANE JORDAO DE SOUZA, OAB nº RO9652, GEOVANE CAMPOS MARTINS, OAB nº RO7019, LISDAIANA FERREIRA LOPES, OAB nº RO9693
REU: MARLI SPERANDIO, CPF nº 08542112253
REU SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 122.008,12
DECISÃO
Acerca do pedido de gratuidade judiciária, muito se discute quanto a melhor interpretação da Lei n. 1.060/50, visto a presença de antinomia jurídica entre a referida lei e a Carta Magna.
Isto porque a lei prevê que a parte fará jus aos benefícios de gratuidade de justiça, mediante afirmação de que não está em condições de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios (art. 4º da Lei n. 1.060/50 e art. 98 do CPC).
A Constituição Federal, por sua vez, assegura o direito de assistência jurídica gratuita àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos.
Certo é que as disposições da Lei n. 1.060 de 1950 vem tendo nova interpretação com o advento da Constituição Federal de 1988, da qual extrai-se em seu artigo 5º, inciso LXXIV, que deve a parte interessada em obter os benefícios da assistência jurídica integral e gratuita, comprovar a insuficiência de seus recursos financeiros.
O CPC, em seu art. 99, §3º, diz presumir-se verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física.

A leitura do aludido dispositivo, no entanto, deve ser feita em consonância com o texto da Carta Magna, sob pena de ser tido por inconstitucional.
Portanto, a única leitura possível do texto, é no sentido de que pode o magistrado exigir que o pretendente junte documentos que permitam a avaliação de sua incapacidade financeira, nos termos do art. 99, §2º do CPC.
Logo, não basta dizer que é pobre nos termos da lei, deve-se trazer aos autos elementos mínimos a permitir que o magistrado avalie tal condição.
A jurisdição é atividade complexa e de alto custo para o Estado. A concessão indiscriminada dos benefícios da gratuidade tem potencial de tornar inviável o funcionamento da instituição, que tem toda a manutenção de sua estrutura (salvo folha de pagamento) custeado pela receita oriunda das custas judiciais e extrajudiciais.
Quanto mais se concede gratuidade, mais oneroso fica o Judiciário para o Estado. Como o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo, salta aos olhos que o contribuinte já teve sua capacidade contributiva extrapolada, decorrendo daí não ser uma opção o simples aumento de impostos.
Sendo um dos Poderes da República, o custo de sua manutenção concorre com as demais atividades do Estado, de modo que mais recursos para o
PODER JUDICIÁRIO significa menos recursos para infraestrutura, segurança, educação, saúde, etc.
Não é justo, portanto, que tendo condições de custear a demanda, o jurisdicionado imponha tal custo àquele que não está demandando.
Assim, pela nova leitura dos dispositivos constitucionais e legais, o direito de assistência integral gratuita prevista nas normas infralegais não é absoluto. Ou seja: sendo pessoa física ou jurídica, há sim a necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo da própria existência.
Nesse sentido:
TJRO. AGRAVO INTERNO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. DITAMES CONSTITUCIONAIS. Tendo o agravo de instrumento o escopo de atacar decisão que, diante dos documentos acostados aos autos, nega a concessão das benesses da gratuidade da justiça, deve a parte demonstrar a sua hipossuficiência financeira, não sendo suficiente a simples declaração de pobreza. (Agravo em Agravo de Instrumento n. 0008881-26.2013.8.22.0000, Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 16/10/2013)
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)
CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. JUIZ QUE INDEFERE PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAR A HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPROVIMENTO. I - A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 5º,LXXIV) EXIGE DO INTERESSADO EM OBTER O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA QUE COMPROVE A INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS, RESTANDO NÃO RECEPCIONADO, NESTE PONTO ESPECÍFICO, O DISPOSITIVO DO ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50 QUE EXIGIA APENAS A MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. II - A INICIATIVA DO MAGISTRADO EM VERIFICAR A COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PRETENDENTE À GRATUIDADE DE JUSTIÇA TAMBÉM ESTÁ JUSTIFICADA PELO FATO DE QUE AS CUSTAS JUDICIAIS TÊM NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO, CONFORME JÁ DECIDIU O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. III - SE OS DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS PELA AGRAVANTE NÃO SE COMPATIBILIZA COM A SITUAÇÃO DE POBREZA DECLARADA, O INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO PLEITEADO É MEDIDA QUE SE IMPÕE, NÃO PREVALECENDO, PORTANTO, A PRESUNÇÃO LEGAL DA SIMPLES DECLARAÇÃO (ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50). (TJ-DF- AI: 31743620098070000 DF 0003174-36.2009.807.0000, Relator: NATANAEL CAETANO, Data de Julgamento: 06/05/2009, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 18/05/2009, DJ-e Pág. 49).
Ademais, o Código de Processo Civil em seu art. 99, § 2.º, determina que não se convencendo o juiz de que a parte faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar a parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos antes de indeferir o pedido.
Logo, a simples afirmação de que é pobre na forma da lei, não comprova a reduzida capacidade financeira.
Com isso, a parte autora não comprovou que faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, devendo fazê-lo no prazo de emenda, apresentando documentos que provem sua condição econômica.
Dessa feita, intime-se a parte autora, via advogado, para EMENDAR a peça inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, apresentando comprovante de renda mensal, declarações de imposto de renda dos últimos dois anos, extratos bancários dos últimos três meses das contas que possua ou outro documento que demonstre seus rendimentos, ou comprovando o recolhimento das custas processuais.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: JOSE PAULO DA SILVA, CPF nº 94438510830, RUA ARSENO RODRIGUES 340, - DE 269/270 AO FIM URUPÁ - 76900-242 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
REU: MARLI SPERANDIO, CPF nº 08542112253, RUA SENA MADUREIRA 1107, - DE 888/889 A 1243/1244 RIACHUELO - 76913-703 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
, nº , Bairro , CEP , Número do processo: 7007403-91.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento Comum Cível

Polo Ativo: CLAUDECIR RODRIGUES PRIMO
ADVOGADOS DO AUTOR: IRAN DA PAIXAO TAVARES JUNIOR, OAB nº RO5087, ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO, OAB nº RO303B, PAULO BARROSO SERPA, OAB nº RO4923
Polo Passivo: ZELIA CESCONETTO VERONEZ
ADVOGADOS DO REU: DIEGO RODRIGO DE OLIVEIRA DOMINGUES, OAB nº RO5963, PAULO AFONSO FONSECA DA FONSECA JUNIOR, OAB nº RO5477
DECISÃO
Tratam-se os autos de AÇÃO DE CONHECIMENTO PELO PROCEDIMENTO COMUM COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE CARÁTER ANTECIPADO INCIDENTAL, proposta por CLAUDECIR RODRIGUES PRIMO em face de ZÉLIA CESCONETTO VERONEZ, na qual alega, em síntese, que firmou contrato de arrendamento comercial, em 01/10/2021, atinente à locação de imóvel localizado na Av. Seringueiras, nº. 1005, Bairro Cafezinho, Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, pelo prazo de 10 (dez) anos, onde está instalado o Posto de Combustível CESCONETTO.
Afirma, que após ter firmado o contrato, a requerida vem agindo de modo a dificultar o bom andamento da empresa arrendada, que contradizem o previsto no contrato.
Tutela concedida conforme decisão de id 92739414.
Contestação com reconvenção apresentados consoante id 93209558.
Pedido de revogação da antecipação de tutela id 93216620.
É o simples relato.
Decido.
Em pouco mais de 10 dias de tramitação, o processo se encontra com 1.175 (mil cento e setenta e cinco) laudas, o que revela à primeira vista certa complexidade para o seu deslinde.
Não é bem verdade essa impressão.
Para o exato deslinde da pendenga é necessário se ater inicialmente aos fatos, conforme moderna teoria da asserção encampada pelo STJ com muito entusiasmo (REsp 1561498/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 07/03/2016).
Nesse aspecto eis a assertiva do autor:
1.Objetivando explorar atividade comercial de venda de combustível, o Requerente firmou com a Requerida “Contrato de Arrendamento Comercial” alusivo à empresa Comércio de Combustível CESCONETTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 32.060.995/0001-72, com sede na Av. Seringueiras, nº. 1005, Bairro Cafezinho, Município de Ji-Paraná/RO. (fls. 2, petição inicial, id 92644863).
Ora, como se sabe, as relações comerciais possuem regramento próprio, razão pela qual, pelo critério da especialidade deve se aplicar o arcabouço legal que trata sobre o tema.
Nesse trilhar, temos que os contratos que tenham por objeto o arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário:
CC. Art. 1.144. O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, e de publicado na imprensa oficial.
Pois é, no dedilhar da imensidão de documentos juntados não se acha a comprovação de que o dito “contrato de arrendamento mercantil” está devidamente averbado como manda o código civil. Vide documento juntado id. 92644870.
Se acha sim, uma certidão de matrícula do imóvel (id 92644876) que sequer, em seus registros cronológico de averbação se faz menção ao “contrato de aluguel” (para dar efeitos erga omnes), muito menos faz referência a “contrato mercantil”, o qual como já explicitado deve ser à margem da inscrição empresarial.
O autor junta uma certidão oriunda do ofício de registro civil dando conta apenas de uma procuração pública registrada na junta comercial dada em favor do autor pela ré do processo, mas que não tem nada a ver com o contrato de arrendamento mercantil (id 93209565).
O dito “contrato de arrendamento mercantil” (id 92644871, 92644872) também é citado como contrato de aluguel na petição inicial e nos contratos juntados (id 92644869, 92644870); estranhamente, já que, ou é um (contrato de arrendamento) ou é outro (contrato de aluguel), e nunca os dois.
Vejamos o que nos ensina a Corte Cidadã:
RECURSO ESPECIAL Nº 1910376 - MG (2020/0312373-1) DECISÃO Trata-se de recurso especial interposto por MARIO HAMILTON MARTINS e OUTRA, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado: “APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO PROCESSUAL CIVIL - PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR OFENSA AO PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA RESOLUÇÃO DE MÉRITO - SENTENÇA DE MÉRITO - INTERESSE RECURSAL - AUSÊNCIA - PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA - ART. 10, CPC -OBSERVÂNCIA - AÇÃO REVISIONAL DE ALUGUEL - CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL - LEI 8.245/91 -INAPLICABILIDADE -IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. 1 - A configuração do interesse recursal é avaliada mediante a conjugação do binômio necessidade e utilidade. Uma vez que a sentença resolveu o mérito, falta às apelantes interesse recursal para suscitar preliminar de nulidade da sentença por ofensa ao princípio da primazia da resolução de mérito. 2 - Estabelecido o contraditório sobre a aplicação da Lei 8.245/91 ao contrato firmado entre as partes, o acolhimento da tese de inaplicabilidade de referida lei não ofende o princípio da não surpresa previsto no art. 10 do Código de Processo Civil. 3 - Nos termos do art. 1.142 do Código Civil, ‘considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária’. A possibilidade de se firmar contrato de arrendamento do estabelecimento encontra amparo no art. 1.144 do Código Civil. 4 - O arrendamento do estabelecimento tem por escopo a fruição do complexo de bens produtivos que o integram. O objetivo do arrendatário é continuar o exercício da empresa. Caso o objeto não seja o complexo de bens, mas bens singularmente considerados não há celebração de arrendamento, mas verdadeiramente de locação. 5 - Considerando que as partes não firmaram mera locação de bens imóvel e móveis, mas sim de arrendamento do estabelecimento comercial em sua plenitude, não se aplica a Lei nº 8.245/91, sendo descabida, pois, a ação revisional de aluguel prevista no art. 19 da referida lei” (e-STJ fl. 550). (STJ - REsp: 1910376 MG 2020/0312373-1, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Publicação: DJ 01/03/2021)
Tem mais:

Arrendamento de estabelecimento comercial. Inadimplemento. Ação de rescisão contratual c.c. reintegratória de posse e cobrança. 1. Tratando-se de arrendamento de estabelecimento comercial, que inclui bens móveis e imóveis, inaplicável a Lei 8.245/91. 2. O débito confessado pelo réu é suficiente para lastrear o decreto de procedência do pedido de rescisão do contrato e de cobrança, visto que o inadimplemento é a maior das infrações. 3. Tratando-se de contrato escrito, somente alteração sob a mesma forma tem o condão de surtir efeitos. Imprestável a prova oral para comprovar a modificação do contrato escrito de comodato, que não previu qualquer retenção dos bens. 4. Negaram provimento ao recurso.
(TJ-SP - APL: 00063765720118260441 SP 0006376-57.2011.8.26.0441, Relator: Vanderci Álvares, Data de Julgamento: 05/03/2015, 25ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 06/03/2015)
Muito bem, a fim de que eu possa avaliar concretamente qual regramento jurídico devo aplicar à presente demanda, preciso saber com exatidão legal se estou diante de contrato de arrendamento mercantil ou contrato de aluguel, posto que as implicações são diferentes.
Refiro-me a "exatidão legal", posto que o contrato de arrendamento mercantil é um contrato solene, porquanto precisa de certas formalidades conforme já expliquei acima. Para isso, determino que o autor junte aos autos a comprovação de que o contrato mercantil de arrendamento juntado aos autos cumpriu suas formalidades legais. Prazo 10 dias.
Nesse passo, suspendo pelo mesmo prazo a eficácia da tutela antecipada concedida na decisão id 92739414, com a juntada das informações subam os autos conclusos para análise do pedido de revogação da antecipação da tutela concedida.
Quanto ao pedido de justiça gratuita formulado pelo réu, concedo prazo de 5 dias para juntar aos autos comprovante de sua miserabilidade, em especial declaração de imposto de renda, o fato de ter sofrido um desfalque financeiro conforme relata no processo 7003797-89.2022.822.0005, não é motivo per si, para deferimento da justiça gratuita.
Essa é a decisão.
No mais, o autor requer a manutenção do aludido contrato de "aluguel" / "arrendamento mercantil" (a conferir conforme decisão acima), ao passo que o réu alega dificuldades financeiras e necessita vender seu imóvel/estabelecimento (a conferir também), o qual, pelo que parece está em vias de conclusão de negócio de compra e venda. Ora, a presente demanda, ao meu ver pode ser resolvida da seguinte forma consensual: basta o novo comprador honrar o contrato entabulado entre autor e réu, até seu termo. É dizer, o novo comprador será também, até que se finde o contrato, o novo locador, permanecendo o antigo locatário, que desta feita repassará o aluguel/arrendamento ao novo dono.
Cumpra-se, para tanto, basta intimar as partes.
Suspendo ainda por 10 dias o início do prazo para apresentação de contestação à reconvenção, até que se resolva os incidentes acima.
Ji-Paraná, 14/07/2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz Substituto

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7006247-68.2023.8.22.0005
Classe : Procedimento Comum Cível
Assunto : Eletiva
AUTOR: LEONARDO SERRAO, CPF nº 06926418900
ADVOGADO DO AUTOR: JOBECY GERALDO DOS SANTOS, OAB nº RO541A
REU: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
VALOR DA CAUSA: R$ 147.500,00
DECISÃO
Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER com pedido de tutela provisória de urgência antecipada proposta por LEONARDO SERRAOem desfavor de ESTADO DE RONDÔNIA, visando à realização de cirurgia total de quadril em razão de acidente sofrido em 03/10/2022, que resultou no esmagamento e fratura total da bacia e acetábulo esquerdo, provocando deformidade e falha óssea com descontinuidade pélvica.
Alega a parte autora que está em tratamento médico e já passou por três cirurgias corretoras de várias partes do corpo, mas que permanece aguardando a reconstrução do quadril, que deve ser realizada com urgência principalmente devido à perda óssea progressiva, que pode culminar em sequela definitiva, conforme laudo médico.
Aduz, ainda, que no procedimento denominado reconstrução acetabular há a necessidade de ser utilizado metal trabecular, material não disponível no SUS de Rondônia e sem previsão de abertura de procedimento licitatório para sua aquisição, de acordo com informações do setor responsável.
Considerando sua hipossuficiência financeira, por não ter condições de arcar com o tratamento, requer, em caráter de tutela provisória de urgência antecipada, provimento judicial para obrigar o requerido a lhe fornecer a cirurgia.
Tece comentários jurídicos acerca da pretensão, requer gratuidade de justiça e pugna, ao final, pela procedência do pedido inicial e confirmação da liminar.
Junta procuração e documentos.
Sob ID 91838989, determinação de emenda à inicial, concernente na comprovação de prévia negativa do requerido ou de indisponibilidade do procedimento no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS e na Saúde Suplementar.
Emenda sob ID 92171040, com apresentação de documentos comprobatórios (ID 92172660 e ID92172664).
A inicial foi recebida, concedida gratuidade de justiça e determinada remessa dos autos ao NATJUS para elaboração de nota técnica visando à análise quanto urgência do procedimento, postergando-se a análise da antecipação de tutela (ID 92736016).
Sob ID 93019849, nota técnica do NATJUS apontando a inexistência de documentos comprobatórios de urgência/emergência na realização da cirurgia e recomendando que o requerente seja "submetido a consulta com médico especialista na rede estadual para solicitação do procedimento e do material necessário aos responsáveis por esse setor dentro do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro".
Em seguida, o requerente refuta a nota técnica e reforça o pedido de concessão da tutela antecipada (ID 93158549) e apresenta laudo médico de neurologista que indica a necessidade da cirurgia ortopédica para descompressão do plexo sacral e nervo ciático (ID 93160852).
Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. DECIDO.

FUNDAMENTOS

Sendo certo não ser geral e irrestrita a vedação em antecipar os efeitos da tutela final contra a Fazenda Pública, contida na Lei n. 9.494/97 – neste sentido julgado do Supremo Tribunal Federal, oriundo da ADC n 004 -, para a concessão do provimento provisório de urgência antecipado vindicado inicialmente faz-se imperativo verificar, na hipótese concreta trazida ao juízo, a existência de relevância do fundamento contido no pedido - probabilidade do direito alegado, fumus boni iuris - e do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo – periculum in mora, se a ordem for deferida somente ao final ou posteriormente, cotejadas à luz de superior critério da proporcionalidade/razoabilidade, em exercício de técnica de ponderação de interesses em aparente tensão no caso em apreço, como recomenda a Constituição da República.

Da análise da petição inicial e documentos que a subsidiam, vislumbro presentes os requisitos necessários ao deferimento da tutela provisória de urgência antecipada.

Nesse sentido, tenho que as específicas informações técnicas constantes dos laudos médicos, mormente daquele sob ID 91521662, confeccionado pelo médico ortopedista Idan Nunes, especialista em cirurgia do quadril, que atua no Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, fazem concluir pela necessidade urgente da cirurgia, sob pena de que reste impossibilitada a reconstrução acetabular e o autor tenha definitiva sequela.

Ainda, o ofício sob ID 92172664, datado de 16/06/2023, advindo da chefia do Núcleo de Almoxarifado do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, após solicitação de informações pelo Núcleo de Órtese e Prótese do referido nosocômio, comprova que o ente requerido não possui o material necessário à realização do procedimento e nem há processos licitatórios para sua aquisição.

Logo, em que pese a conclusão da nota técnica sob ID 93019849, entendo que as providências lá recomendadas já foram implementadas pelo autor na medida em que passou por consulta com especialista no Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, que inclusive a partir e em razão dessa consulta solicitou informações ao setor responsável acerca da existência dos materiais necessários à realização do procedimento e elaborou laudo no qual ressaltou a urgência existente.

Por sua vez, quanto à incapacidade financeira da parte autora de arcar com os custos da cirurgia, entendo que restou evidenciada, em razão de perceber proventos previdenciários, conforme comprovante de saque de aposentadoria (ID 91521663) e considerando ser visível e inconteste sua impossibilidade de exercer qualquer atividade para subsistência.

Neste contexto, certo remanesce que a não concessão da liminar antecipatória poderia traduzir desarrazoado agravamento do seu quadro, com plausível comprometimento, também, da qualidade de vida da parte autora - senão de sua própria vida - até o julgamento final da lide, mormente a se considerar já ter curso tratamento atual, que, pois, não deve ser interrompido. Evidenciado, pois, o fundado receio de dano irreparável, ante o quadro clínico noticiado.

Destarte, a probabilidade do direito faz-se igualmente presente. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 196, dispõe que “a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Ao lado do citado preceito, agora são o art. 198 e seus incisos, da mesma Carta, que estabelecem que “as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado” de forma descentralizada, “com direção única em cada esfera do governo” e “atendimento integral”.

Nesta esteira, em cumprimento às disposições constitucionais mencionadas, a Lei Federal nº 8.080, de 19.09.1990, igualmente assegura a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis, e “reafirma que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”.

Se de um lado é inegável a irreversibilidade dos efeitos que trariam ao erário o deferimento da tutela provisória de urgência antecipada à parte autora, nos termos do art. 300, § 3º do CPC, de outro também o é a irreversibilidade dos efeitos de sua eventual não concessão à parte autora, diante de riscos tão plausíveis quanto graves quanto ao seu quadro clínico e vida. Assim sendo, também a se valer da técnica da ponderação de interesses em aparente tensão na hipótese em apreço, à luz do princípio constitucional da proporcionalidade/razoabilidade – art. 5º, devido processo legal substancial -, não há dúvidas de que a tutela provisória de urgência antecipada há de ser deferida pelo juízo. Neste tocante, calha trazer à baila voto do eminente Ministro CELSO MELLO, do EXCELSO PRETÓRIO, que se amolda ao caso dos autos:

“Entre proteger a inviolabilidade do direito à vida, que se qualifica como direito subjetivo inalienável assegurado pela própria Constituição da República (art. 5º, caput), ou fazer prevalecer, contra esta prerrogativa fundamental, um interesse financeiro e secundário do Estado, - uma vez configurado esse dilema de razões de ordem ético-jurídica - impõem ao julgador uma só e possível opção: o respeito incondicional à vida.” (PETMC 1246/SC, em 31.01.1997).

Destarte, o direito à saúde descortina-se como corolário do próprio direito à vida a que se refere o julgado carreado, como ressalta a unanimidade da doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores.

Com isso, o caso em apreço tem natureza urgente e reclama pronta e efetiva intervenção jurisdicional, inclusive em homenagem ao Princípio da Efetividade, de maneira que se mostra imprescindível a concessão da tutela provisória de urgência antecipada pleiteada para garantir, em sua plenitude, a satisfação efetiva do direito ao tratamento médico necessário à preservação da saúde da parte autora, direito fundamental seu, não observado em sede administrativa.

DISPOSITIVO

ANTE O EXPOSTO, com fulcro no artigo 196 da Constituição Federal, art. 300 do CPC c/c art. 35-C, inciso I, da Lei n. 9.656/98 e em observação a organização/competência administrativa, DEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência antecipada manejado para DETERMINAR que o ESTADO DE RONDÔNIA providencie para o autor o procedimento cirúrgico denominado RECONSTRUÇÃO ACETABULAR COM METAL TRABECULAR (CID S324, S328 e M879) com consequente fornecimento dos medicamentos necessários à sua recuperação após a cirurgia, no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da intimação desta decisão, conforme solicitação médica, sob pena de SEQUESTRO da quantia necessária para tanto.

Havendo a necessidade de sequestro, cabe ao autor instruir o pedido anexando aos autos cópia de, no mínimo, 03 (três) orçamentos atualizados, de médicos hospitais/clínicas distintas, de preferência no Estado de Rondônia. Observo que nos autos consta apenas 01 (um) orçamento de clínica do Estado do Mato Grosso.

Considerando que o Estado de Rondônia já foi citado, INTIME-SE o Secretário de Estado da Saúde, via oficial de justiça plantonista de Porto Velho- Edifício Rio Machado - R. Pio XII, 2986 - Pedrinhas, Porto Velho - RO, 76801-470 – Fone (69) 3216-7214.

Expeça-se o necessário.

Cumpra-se com urgência.

Intimem-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: LEONARDO SERRAO, CPF nº 06926418900, RUA SUIÇA 1759 JARDIM DAS SERINGUEIRAS - 76913-524 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
REU: Estado de Rondônia, - 76842-000 - MUTUM PARANÁ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7007880-17.2023.8.22.0005
Classe : Procedimento Comum Cível
Assunto : Cancelamento de vôo
AUTORES: ROQUE ORLETI, CPF nº 09649662715, NEUZA CARON ORLETTI, CPF nº 59558296287
ADVOGADO DOS AUTORES: THIAGO CARON FACHETTI, OAB nº RO4252A
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
VALOR DA CAUSA: R$ 20.000,00
DECISÃO
Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS ajuizada por ROQUE ORLETI, NEUZA CARON ORLETTI em face de AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Os autores requereram o trâmite do processo pelo Juízo 100% Digital, assim como concessão de gratuidade de justiça.
Pois bem.
No que tange à gratuidade postulada, certo é que as disposições da Lei n. 1.060 de 1950 vem tendo nova interpretação com o advento da Constituição Federal de 1988, da qual extrai-se em seu artigo 5º, inciso LXXIV, que deve a parte interessada em obter os benefícios da assistência jurídica integral e gratuita, comprovar a insuficiência de seus recursos financeiros.
O CPC, em seu art. 99, §3º, diz presumir-se verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física.
A leitura do aludido dispositivo, no entanto, deve ser feita em consonância com o texto da Carta Magna, sob pena de ser tido por inconstitucional.
Portanto, a única leitura possível do texto, é no sentido de que pode o magistrado exigir que o pretendente junte documentos que permitam a avaliação de sua incapacidade financeira, nos termos do art. 99, §2º do CPC.
Logo, não basta dizer que é pobre nos termos da lei, deve-se trazer aos autos elementos mínimos a permitir que o magistrado avalie tal condição.
A jurisdição é atividade complexa e de alto custo para o Estado. A concessão indiscriminada dos benefícios da gratuidade tem potencial de tornar inviável o funcionamento da instituição, que tem toda a manutenção de sua estrutura (salvo folha de pagamento) custeado pela receita oriunda das custas judiciais e extrajudiciais.
Quanto mais se concede gratuidade, mais oneroso fica o Judiciário para o Estado. Como o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo, salta aos olhos que o contribuinte já teve sua capacidade contributiva extrapolada, decorrendo daí não ser uma opção o simples aumento de impostos.
Sendo um dos Poderes da República, o custo de sua manutenção concorre com as demais atividades do Estado, de modo que mais recursos para o
PODER JUDICIÁRIO significa menos recursos para infraestrutura, segurança, educação, saúde, etc.
Não é justo, portanto, que tendo condições de custear a demanda, o jurisdicionado imponha tal custo àquele que não está demandando.
Assim, pela nova leitura dos dispositivos constitucionais e legais, o direito de assistência integral gratuita prevista nas normas infralegais não é absoluto. Ou seja: sendo pessoa física ou jurídica, há sim a necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo da própria existência.
Nesse sentido:
TJRO. AGRAVO INTERNO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. DITAMES CONSTITUCIONAIS. Tendo o agravo de instrumento o escopo de atacar decisão que, diante dos documentos acostados aos autos, nega a concessão das benesses da gratuidade da justiça, deve a parte demonstrar a sua hipossuficiência financeira, não sendo suficiente a simples declaração de pobreza. (Agravo em Agravo de Instrumento n. 0008881-26.2013.8.22.0000, Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 16/10/2013)
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)
CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. JUIZ QUE INDEFERE PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAR A HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPROVIMENTO. I - A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 5º,LXXIV) EXIGE DO INTERESSADO EM OBTER O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA QUE COMPROVE A INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS, RESTANDO NÃO RECEPCIONADO, NESTE PONTO ESPECÍFICO, O DISPOSITIVO DO ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50 QUE EXIGIA APENAS A MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. II - A INICIATIVA DO MAGISTRADO EM VERIFICAR A COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PRETENDENTE À GRATUIDADE DE JUSTIÇA TAMBÉM ESTÁ JUSTIFICADA PELO FATO DE QUE AS CUSTAS JUDICIAIS TÊM NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO, CONFORME JÁ DECIDIU O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. III - SE OS DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS PELA AGRAVANTE NÃO SE COMPATIBILIZA COM A SITUAÇÃO DE POBREZA DECLARADA, O INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO PLEITEADO É MEDIDA QUE SE IMPÕE, NÃO PREVALECENDO, PORTANTO, A PRESUNÇÃO LEGAL DA SIMPLES DECLARAÇÃO (ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50). (TJ-DF- AI: 31743620098070000 DF 0003174-36.2009.807.0000, Relator: NATANAEL CAETANO, Data de Julgamento: 06/05/2009, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 18/05/2009, DJ-e Pág. 49).

Ademais, o Código de Processo Civil em seu art. 99, § 2.º, determina que não se convencendo o juiz de que a parte faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar a parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos antes de indeferir o pedido.
Logo, a simples afirmação de que é pobre na forma da lei, não comprova a reduzida capacidade financeira.
Dessa feita, deverá a parte autora comprovar que não possui condições financeiras de arcar com os custos e despesas do processo, apresentando comprovante de renda mensal, declarações de imposto de renda dos últimos dois anos, extratos bancários dos últimos três meses das contas que possua ou qualquer outro documento que demonstre seus rendimentos, ou comprovar o recolhimento das custas processuais.
Destaco que, no caso de recolhimento das custas, dispõe o artigo 12, inciso I, da Lei n. 3.896/2016 (Lei de Custas do TJRO), que o valor das custas iniciais é de 2% (dois por cento) sobre o valor dado à causa no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, caso reste infrutífera.
Já no que pertine ao Juízo 100% Digital, observo que, muito embora tenha a parte autora optado pelo procedimento, não constam da petição inicial as informações exigidas pelo artigo 2.º do Ato Conjunto nº.014/2022 - PR-CGJ/TJRO, que dispõe:
" Art. 2º A escolha pelo "Juízo 100% Digital" será exercida pela parte requerente no momento da distribuição da ação, podendo a parte requerida opor-se a essa opção até sua primeira manifestação no processo.
§ 1º Na propositura da ação informar-se-á obrigatoriamente e-mail e número de linha telefônica móvel, com aplicativo whatsapp, da parte requerente e de seu(sua) advogado(a).
§ 2º É ônus da parte requerente o fornecimento de e-mail e/ou número de linha telefônica móvel, com aplicativo whatsapp, que permita a localização da parte requerida por via eletrônica (...)"
Sendo assim, deverá a parte autora EMENDAR a sua peça vestibular:
1. apresentando comprovante de incapacidade financeira para arcar com os custos e despesas do processo ou comprovante de recolhimento das custas processuais;
2. informando se realmente opta pelo "Juízo 100% digital", nos moldes do Ato Conjunto nº.014/2022 - PR-CGJ . Em caso positivo, deve trazer aos autos:
2.1. o seu endereço de e-mail e número de linha telefônica móvel, com aplicativo whatsapp; e
2.2. o endereço de e-mail e/ou número de linha telefônica móvel da parte requerida, com aplicativo whatsapp; e
3. trazendo aos autos documento de identificação da autora, já que aquele constante do ID 93118444 pertence a terceiro, estranho aos autos, pelo que deverá ser desentranhado.
Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTORES: ROQUE ORLETI, CPF nº 09649662715, ÁREA RURAL S/N, LINHA 102, LOTE 57, GLEBA 42, KM 08 ÁREA RURAL DE JI-PARANÁ - 76908-412 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, NEUZA CARON ORLETTI, CPF nº 59558296287, RUA TRIÂNGULO MINEIRO, - DE 901/902 A 1103/1104 SÃO PEDRO - 76913-694 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, ANDAR 9 EDIF. JATOBÁ COND. CASTELO BRANCO OFFICE P TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7007947-79.2023.8.22.0005
Classe : Procedimento Comum Cível
Assunto : Repetição de indébito, Correção Monetária, Obrigação de Fazer / Não Fazer
AUTOR: SARAH DE OLIVEIRA BATISTA, CPF nº 20467737215
ADVOGADO DO AUTOR: FABIANA MODESTO DE ARAUJO, OAB nº RO3122A
REU: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
VALOR DA CAUSA: R$ 11.140,83
DECISÃO
Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS ajuizada por SARAH DE OLIVEIRA BATISTA em face de BANCO DO BRASIL SA
A parte autora requereu o trâmite do processo pelo Juízo 100% Digital, assim como concessão de gratuidade de justiça.
Pois bem.
No que tange à gratuidade postulada, certo é que as disposições da Lei n. 1.060 de 1950 vem tendo nova interpretação com o advento da Constituição Federal de 1988, da qual extrai-se em seu artigo 5º, inciso LXXIV, que deve a parte interessada em obter os benefícios da assistência jurídica integral e gratuita, comprovar a insuficiência de seus recursos financeiros.
O CPC, em seu art. 99, §3º, diz presumir-se verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física.
A leitura do aludido dispositivo, no entanto, deve ser feita em consonância com o texto da Carta Magna, sob pena de ser tido por inconstitucional.
Portanto, a única leitura possível do texto, é no sentido de que pode o magistrado exigir que o pretendente junte documentos que permitam a avaliação de sua incapacidade financeira, nos termos do art. 99, §2º do CPC.
Logo, não basta dizer que é pobre nos termos da lei, deve-se trazer aos autos elementos mínimos a permitir que o magistrado avalie tal condição.
A jurisdição é atividade complexa e de alto custo para o Estado. A concessão indiscriminada dos benefícios da gratuidade tem potencial de tornar inviável o funcionamento da instituição, que tem toda a manutenção de sua estrutura (salvo folha de pagamento) custeado pela receita oriunda das custas judiciais e extrajudiciais.

Quanto mais se concede gratuidade, mais oneroso fica o Judiciário para o Estado. Como o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo, salta aos olhos que o contribuinte já teve sua capacidade contributiva extrapolada, decorrendo daí não ser uma opção o simples aumento de impostos.

Sendo um dos Poderes da República, o custo de sua manutenção concorre com as demais atividades do Estado, de modo que mais recursos para o

PODER JUDICIÁRIO significa menos recursos para infraestrutura, segurança, educação, saúde, etc.

Não é justo, portanto, que tendo condições de custear a demanda, o jurisdicionado imponha tal custo àquele que não está demandando.

Assim, pela nova leitura dos dispositivos constitucionais e legais, o direito de assistência integral gratuita prevista nas normas infralegais não é absoluto. Ou seja: sendo pessoa física ou jurídica, há sim a necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo da própria existência.

Nesse sentido:

TJRO. AGRAVO INTERNO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. DITAMES CONSTITUCIONAIS. Tendo o agravo de instrumento o escopo de atacar decisão que, diante dos documentos acostados aos autos, nega a concessão das benesses da gratuidade da justiça, deve a parte demonstrar a sua hipossuficiência financeira, não sendo suficiente a simples declaração de pobreza. (Agravo em Agravo de Instrumento n. 0008881-26.2013.8.22.0000, Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 16/10/2013)

STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)

CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. JUIZ QUE INDEFERE PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAR A HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPROVIMENTO. I - A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 5º,LXXIV) EXIGE DO INTERESSADO EM OBTER O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA QUE COMPROVE A INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS, RESTANDO NÃO RECEPCIONADO, NESTE PONTO ESPECÍFICO, O DISPOSITIVO DO ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50 QUE EXIGIA APENAS A MERA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. II - A INICIATIVA DO MAGISTRADO EM VERIFICAR A COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PRETENDENTE À GRATUIDADE DE JUSTIÇA TAMBÉM ESTÁ JUSTIFICADA PELO FATO DE QUE AS CUSTAS JUDICIAIS TÊM NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO, CONFORME JÁ DECIDIU O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. III - SE OS DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS PELA AGRAVANTE NÃO SE COMPATIBILIZA COM A SITUAÇÃO DE POBREZA DECLARADA, O INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO PLEITEADO É MEDIDA QUE SE IMPÕE, NÃO PREVALECENDO, PORTANTO, A PRESUNÇÃO LEGAL DA SIMPLES DECLARAÇÃO (ART. 4º DA LEI Nº 1.060/50). (TJ-DF- AI: 31743620098070000 DF 0003174-36.2009.807.0000, Relator: NATANAEL CAETANO, Data de Julgamento: 06/05/2009, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 18/05/2009, DJ-e Pág. 49).

Ademais, o Código de Processo Civil em seu art. 99, § 2.º, determina que não se convencendo o juiz de que a parte faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar a parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos antes de indeferir o pedido.

Logo, a simples afirmação de que é pobre na forma da lei, não comprova a reduzida capacidade financeira.

Dessa feita, deverá a parte autora comprovar que não possui condições financeiras de arcar com os custos e despesas do processo, apresentando comprovante de renda mensal, declarações de imposto de renda dos últimos dois anos, extratos bancários dos últimos três meses das contas que possua ou qualquer outro documento que demonstre seus rendimentos, ou comprovar o recolhimento das custas processuais.

Destaco que, no caso de recolhimento das custas, dispõe o artigo 12, inciso I, da Lei n. 3.896/2016 (Lei de Custas do TJRO), que o valor das custas iniciais é de 2% (dois por cento) sobre o valor dado à causa no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, caso reste infrutífera.

Já no que pertine ao Juízo 100% Digital, observo que, muito embora tenha a parte autora optado pelo procedimento, não constam da petição inicial as informações exigidas pelo artigo 2.º do Ato Conjunto nº.014/2022 - PR-CGJ/TJRO, que dispõe:

" Art. 2º A escolha pelo "Juízo 100% Digital" será exercida pela parte requerente no momento da distribuição da ação, podendo a parte requerida opor-se a essa opção até sua primeira manifestação no processo.

§ 1º Na propositura da ação informar-se-á obrigatoriamente e-mail e número de linha telefônica móvel, com aplicativo whatsapp, da parte requerente e de seu(sua) advogado(a).

§ 2º É ônus da parte requerente o fornecimento de e-mail e/ou número de linha telefônica móvel, com aplicativo whatsapp, que permita a localização da parte requerida por via eletrônica (...)"

Sendo assim, deverá a parte autora EMENDAR a sua peça vestibular:

1. apresentando comprovante de incapacidade financeira para arcar com as custas e despesas do processo ou comprovante de recolhimento das custas processuais; e

2. informando se realmente opta pelo "Juízo 100% digital", nos moldes do Ato Conjunto nº.014/2022 - PR-CGJ . Em caso positivo, deve trazer aos autos:

2.1. o seu endereço de e-mail e número de linha telefônica móvel, com aplicativo whatsapp; e

2.2. o endereço de e-mail e/ou número de linha telefônica móvel da parte requerida, com aplicativo whatsapp.

Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito.

Pratique-se o necessário.

SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA

Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023

Robson Jose dos Santos

Juiz (a) de Direito

AUTOR: SARAH DE OLIVEIRA BATISTA, CPF nº 20467737215, RUA DO PROGRESSO 52, - ATÉ 91/92 PRIMAVERA - 76914-804 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

REU: BANCO DO BRASIL SA, - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7007972-92.2023.8.22.0005
Classe : Execução de Título Extrajudicial
Assunto : Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO MACHADO - CREDISIS JI-CRED, CNPJ nº 02309070000151
ADVOGADO DO EXEQUENTE: NEUMAYER PEREIRA DE SOUZA, OAB nº RO1537
EXECUTADOS: PAMELA DE FATIMA OLIVEIRA, CPF nº 84742895215, PAMELA DE FATIMA OLIVEIRA LIMA LTDA, CNPJ nº 21375095000106
VALOR DA CAUSA: R$ 34.129,54
DESPACHO
Aguarde-se, pelo prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas iniciais pela parte Autora, tendo em vista não ter comprovado o cumprimento da respectiva providência.
Com a comprovação do recolhimento no prazo estabelecido, à CPE deverá cumprir as ordens que seguem :
Fixo honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da execução, a serem pagos pelo executado (CPC, artigo 827), sem prejuízo de majoração nas hipóteses legais, como, por exemplo, no caso de embargos (CPC, artigo 827, § 2º).
CITE-SE a parte executada para pagar a dívida em execução no prazo de 03 (três) dias, contados da citação (CPC, artigo 829).
Na mesma oportunidade da citação, deverá a parte executada ser intimada de que poderá opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução (CPC, art. 913), no prazo de 15 dias (CPC, art. 915), alegando as matérias previstas no art. 917 do CPC.
Salvo decisão em sentido contrário, os embargos não possuem efeito suspensivo (CPC, art. 919).
Havendo pagamento integral no prazo assinalado, os honorários ficam reduzidos pela metade (CPC, artigo 827, §1º).
Decorrido o prazo sem a comprovação no pagamento, deverá o Oficial de Justiça, com o mesmo mandado, realizar a penhora e a avaliação de bem do devedor, de tudo lavrando-se auto e intimando-se o executado, nos termos do artigo 829, § 1º, do CPC.
A penhora deverá recair sobre os bens eventualmente indicados pela parte exequente, salvo se outros forem indicados pelo executado e aceitos pelo juiz, mediante demonstração de que a constrição proposta lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente (CPC, artigo 829, § 2º).
Nos termos do artigo 831 do CPC, a penhora deverá recair sobre tantos bens que se fizerem necessários e suficientes para garantir o pagamento do valor principal atualizado, dos juros, das custas e dos honorários advocatícios.
O Oficial de Justiça deverá atentar-se para que a penhora não recaia sobre bens impenhoráveis ou inalienáveis (CPC, artigo 832), bem como quanto à ordem preferencial de penhora do artigo 835 do CPC e quanto ao procedimento legal previsto em detrimento da natureza do objeto a ser penhorado.
Na hipótese do executado impedir o acesso do Oficial de Justiça aos bens a serem penhorados, inclusive no caso de fechar as portas da casa ou do estabelecimento, deverá o Oficial de Justiça intimá-lo de que poderá ser expedida ordem de arrombamento para garantir o cumprimento da diligência (CPC, artigo 846). Nesse caso o Oficial de Justiça deverá certificar o ocorrido e solicitar ao Juiz a expedição de ordem de arrombamento, mediante a apresentação da certidão.
O termo de penhora deverá atender aos requisitos do artigo 838 do CPC e a nomeação do depositário deverá observar a ordem de preferência descrita no artigo 840 do referido código.
No que se refere à nomeação do depositário, considerando que nesta comarca não existe depositário judicial, eventuais móveis, semoventes e demais bens relacionados no inciso II do art. 840 do CPC que forem penhorados deverão ser depositados preferencialmente com o exequente (§1º do art. 840 do CPC), ficando desde já autorizada a respectiva remoção para que o respectivo depósito possa ser levado a efeito, podendo o Oficial de Justiça promover contato prévio com o exequente e/ou seu advogado a fim de ajustar a data da diligência, local de entrega e demais meios que forem necessários para o cumprimento da providência, ficando sob inteira responsabilidade e ônus do credor o fornecimento dos meios necessários ao atendimento do ato.
Nos termos do §2º do art. 840 do CPC, os bens referidos no inciso II do art. 840 do CPC) somente serão depositados em poder do executado na hipótese de difícil remoção, impossibilidade ou do exequente eventualmente recusar o encargo de depositário, bem como no caso do Oficial de Justiça não conseguir estabelecer contato com o exequente e/ou seu advogado em tempo hábil ao cumprimento da diligência.
A avaliação será realizada pelo Oficial de Justiça (CPC, artigo 870), a qual deverá constar de vistoria e laudo anexados ao auto de penhora, onde se especificará minuciosamente o objeto penhorado, com todas as suas características, benfeitorias, estado em que se encontram e respectivos valores (CPC, artigo 872, I e II), devendo o Oficial de Justiça se atentar para os casos em que o objeto da penhora reclamar as providências dos §§ 1º e 2º do artigo 872 do CPC.
Sem prejuízo das providências anteriores, deverá o Oficial de Justiça identificar e qualificar o possuidor do bem penhorado na data da constrição, seja para o caso de bens móveis ou imóveis, bem como intimá-lo da penhora.
Efetuada a penhora, do ato deverá ser imediatamente intimado o devedor, na forma do artigo 841 do CPC.
Recaindo a penhora sobre bem imóvel ou direito real sobre bem imóvel, deverá o Oficial de Justiça intimar também o cônjuge da parte executada, exceto se forem casados no regime de separação absoluta de bens (CPC, artigo 842), bem como o coproprietário ou o possuidor, quando existirem.
Se a penhora recair sobre bem indivisível, para eventuais fins do disposto no artigo 843 do CPC, o Oficial de Justiça deverá certificar quanto à existência de cônjuge, coproprietário ou copossuidor, identificando-os e intimando-os da penhora.
Para a tentativa de penhora, caso o executado não indique bens e na hipótese de não serem encontrados bens penhoráveis em seu poder/residência/estabelecimento, deverá o Oficial de Justiça diligenciar a tantos órgãos e entidades competentes para registros de existência e movimentação de bens móveis (IDARON, Prefeitura, Junta Comercial, etc) quantos forem possíveis a fim de esgotar todas as diligências que possam ser empregadas na tentativa de encontrar bens do devedor, de tudo certificando pormenorizadamente nos autos.
Não será necessária consulta ao DETRAN pois, em havendo tal necessidade, o Juízo valer-se-á do sistema RENAJUD.

No caso de não serem encontrados bens para penhora, o Oficial de Justiça deverá descrever os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, nomeando e intimando o executado ou seu representante legal como depositário provisório de tais bens pelo prazo de até 90 (noventa dias), advertida de que se não houver retorno do oficial para realizar a penhora dos bens arrolados, o depósito dar-se-á por extinto independentemente de nova intimação (CPC, artigo 836, §§ 1º e 2º). Nesse caso, a parte autora deverá ser intimada pela Escrivania para se manifestar sobre os bens relacionados no prazo de 10 (dez) dias, advertida de que a inércia importará no automático desfazimento do depósito.

Nos termos do artigo 405, § 3º, das DGJ, deixando o Oficial de Justiça de relacionar os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do devedor, na hipótese de não serem encontrados bens que possam ser penhorados e deixando de apresentar justificativa plausível e circunstanciada da impossibilidade de relacionar os bens, não lhe será devida a produtividade por nenhum dos demais atos que eventualmente tiverem sido cumpridos.

Na hipótese do oficial de justiça não encontrar o executado, deverá realizar o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução (CPC, artigo 830).

Havendo arresto, nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do ato, o oficial de justiça deverá procurar o executado 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, deverá realizar a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (CPC, artigo 830, §1º).

Se aperfeiçoada a citação por hora certa e transcorrido o prazo de pagamento sem a quitação da dívida, o arresto fica automaticamente convertido em penhora, independentemente de termo (CPC, artigo 830, §3º), devendo o oficial de justiça intimar cônjuges, coproprietários, possuidores e copossuidores do arresto; avaliar pormenorizadamente os bens arrestados, descrevendo os bens com todas as suas benfeitorias e valores; descrever as diligências empreendidas e apresentar as justificativas circunstanciadas da impossibilidade de cumprimento de quaisquer atos/intimações, sob pena de prejuízo ao pagamento da diligência.

Para o caso de penhora ou arresto de fração de bem imóvel, deverá o Oficial de Justiça descrever criteriosamente a fração do imóvel que foi penhorada ou arrestada, inclusive das benfeitorias, situação, conservação e valores existentes na porção penhorada/arrestada, identificando sua localização dentro do imóvel e apresentando mapa descritivo que identifique a localização da fração constrita, de tudo dando ciência ao proprietário, ao coproprietário, ao devedor, ao cônjuge e ao possuidor ou copossuidor.

Restando operada a penhora, ainda que por meio de arresto convertido e não havendo embargos/impugnação, e também na hipótese de restar frustrada a tentativa de citação ou de realização de penhora ou arresto, intime-se a parte autora para se manifestar e requerer o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de levantamento da penhora e extinção do processo por abandono.

Nessa oportunidade, intime-se o exequente de que, no caso de penhora/arresto, incumbirá a ele providenciar a averbação do arresto ou da penhora na unidade de registro que for competente (IDARON, Prefeitura, Bolsa de Valores, Junta Comercial, etc), mediante apresentação de cópia do auto ou termo, independentemente de ordem judicial, para que haja absoluta presunção de conhecimento por terceiros (CPC, artigos 844 e 799, IX).

Havendo penhora ou arresto de bens, incumbirá à parte exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora na unidade de registro que for competente (Cartório de Registro de Imóveis, DETRAN, IDARON, Prefeitura, Bolsa de Valores, Junta Comercial, etc), mediante apresentação de cópia do auto ou termo, independentemente de ordem judicial, para que haja absoluta presunção de conhecimento por terceiros, conforme prescrevem os artigos 844 e 799, inciso IX do Código de Processo Civil, ficando sob sua responsabilidade promover eventual baixa posterior da averbação logo que for oportuno, bem como efetuar o pagamento das custas e emolumentos decorrentes das averbações e baixas.

Logo, deverá o Oficial de Justiça e a escrivania absterem-se de encaminhar mandado físico aos referidos órgãos, inclusive ao Cartório de Registro de Imóveis, para realização da referida averbação.

Na hipótese de não haver manifestação do advogado sobre a penhora, arresto ou diligência negativa, intime-se pessoalmente a parte requerente para dar andamento ao processo em 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por abandono.

Na hipótese de restar negativa a diligência, seja no que se refere à localização do devedor ou de bens para penhora ou arresto, deverá o oficial de justiça especificar circunstanciadamente todas as diligências que realizou na tentativa de cumprir o ato (DGJ, artigo 393), inclusive especificar o local em que a parte foi encontrada nos casos em que ele não residir no endereço mencionado na inicial, descrevendo pormenorizadamente o endereço onde a parte foi localizada (DGJ, artigo 393, § único), sob pena de prejuízo no pagamento da diligência.

Para fins de citação, intimação e nomeação de depositário, o Oficial de Justiça deverá exigir a exibição do documento de identidade do citando, intimando ou do depositário, anotando na certidão lavrada os respectivos números (DGJ, artigo 394), sob pena de ser considerado não praticado o ato para fins de pagamento de produtividade (DGJ, artigo 396).

Se requerido pela exequente, desde já autorizo a expedição de certidão de ajuizamento desta execução, nos termos do artigo 828 do CPC.

Serve o presente despacho como mandado/carta de citação/intimação da parte devedora, bem como de penhora e arresto de bens, além de intimação – sobre os atos de constrição – do executado, do cônjuge, do coproprietário, do possuidor e do copossuidor, devendo a escrivania se atentar para os casos em que a Lei ou as normativas institucionais determinam que se cumpra a citação ou intimação por meio de carta com aviso de recebimento, via sistema eletrônico, Diário da Justiça ou remessa/vista dos autos.

Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023

Robson Jose dos Santos

Juiz (a) de Direito

EXECUTADOS: PAMELA DE FATIMA OLIVEIRA, CPF nº 84742895215, RUA CAMPO GRANDE 3215, - DE 2800/2801 A 3400/3401 JK - 76909-776 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, PAMELA DE FATIMA OLIVEIRA LIMA LTDA, CNPJ nº 21375095000106, RUA JOSE PIRES 369, SALA 01 URUPÁ - 76900-244 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7007672-33.2023.8.22.0005

Classe : Cumprimento de sentença

Assunto : Causas Supervenientes à Sentença

EXEQUENTE: SILVIA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA, CPF nº 38911795291

ADVOGADOS DO EXEQUENTE: GABRIEL ALENCAR DE ABREU, OAB nº RO12826, Nailson Nando Oliveira de Santana, OAB nº RO2634
EXECUTADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
VALOR DA CAUSA: R$ 12.552,35
DESPACHO
1 - Excepcionalmente, recebo o presente em autos apartados, considerando tratar-se de cumprimento de sentença coletiva, originado de ação proposta nesta Vara pelo Sindicato do qual integrante a parte exequente, e com vistas a evitar tumulto processual nos autos originários.
2 - INDEFIRO o recorte dos honorários contratuais da RPV, por não decorrerem da condenação, constituindo parte integrante do débito principal. Nesse sentido:
"Embargos de declaração em mandado de segurança. Precatório. Honorários contratuais. Expedição em separado. Impossibilidade. Omissão. Inexistência. Rejeitados. Consoante entendimento do STF e STJ e decidido no acórdão, não há possibilidade de expedição, em separado, de requisição de pequeno valor ou de precatório para o pagamento de honorários advocatícios contratuais, que não decorrem da condenação, inexistindo, portanto, ofensa a direito líquido e certo a justificar a concessão da segurança. Inexistindo os vícios alegados pela parte embargante, tendo constado no acórdão as razões para denegação da segurança, impõe-se a rejeição dos aclaratórios, cabendo a reapreciação das questões alegadas à instância superior por meio do recurso próprio. (MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL 0809890-43.2020.822.0000, Rel. Des. Alexandre Miguel, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: Tribunal Pleno, julgado em 02/12/2021.)".
"Agravo de Instrumento. Cumprimento de sentença. Pagamento de honorários contratuais por RPV. Impossibilidade. Vedação ao fracionamento de precatório. 1. Os honorários contratuais, por ser ajuste entre advogado e cliente, não decorrem da condenação judicial e, por isso, são tidos como parte integrante do valor devido ao credor e não crédito autônomo. 2. Na dicção do §4º do art. 22 do EOAB, a reserva de honorários deve ser tida como a possibilidade de o advogado postular que seja reservado o que corresponde a honorários contratuais para pagamento a ele diretamente 4. Os honorários contratuais, por não decorrerem de condenação judicial, devem ser vistos como parte integrante do crédito principal, o que impede a expedição de RPV autônomo, pois essa hipótese configuraria evidente fracionamento do crédito principal. 5. Agravo não provido. (AGRAVO DE INSTRUMENTO 0803398-98.2021.822.0000, Rel. Des. Gilberto Barbosa, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 1ª Câmara Especial, julgado em 30/09/2021.)".
3 - Intime-se a executada Procuradoria do Município de Ji-Paraná, na pessoa de seu representante judicial, por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, nos termos do artigo 535, do CPC.
4 - Apresentada impugnação, venham os autos conclusos.
5 - Caso não oferecida impugnação à execução, desde já determino que a CPE expeça, a depender do valor executado, precatório em favor do exequente, por intermédio do presidente do Tribunal competente, observando-se o disposto na Constituição Federal; OU requisição de pequeno valor, dirigida à autoridade na pessoa de quem o ente público foi citado para o processo, que deverá ser realizado no prazo de 2 (dois) meses contado da entrega da requisição, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do exequente (§ 3.º).
6 - Concedo gratuidade de justiça à parte exequente.
7 - Intimem-se. Cumpra-se.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7003774-22.2017.8.22.0005
Classe : Execução de Título Extrajudicial
Assunto : Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO, CNPJ nº 08044854000181
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO, OAB nº RO6338
EXECUTADOS: CLEBES DE SOUZA SILVA, CPF nº 58656618253, SUZANCLER MAZZO DE ARAUJO SOUZA, CPF nº 77949757272
DESPACHO
Considerando o pedido da parte Exequente juntado no ID nº 92868600, procedi junto ao sistema da Receita Federal " INFOJUD ", pesquisa de declarações de bens e renda da parte executada, com resultados conforme arquivo(s) anexo(s).
As informações anexas a este despacho foram juntadas com advertência de sigilo, para manuseio exclusivo dos advogados das partes, mediante acesso ao PJE.
A CPE deverá conceder o acesso dos anexos às partes.
Manifeste-se a Exequente em termos de seguimento, indicando bens da parte Executada passível de penhora, bem como deverá informar o local em que poderá ser encontrado, a fim de viabilizar o cumprimento do mandado de penhora, avaliação e intimação pelo Oficial de Justiça, ou requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
PROCESSO: 7011514-55.2022.8.22.0005
Classe : Execução de Título Extrajudicial
Assunto : Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS UNIRONDONIA LTDA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JACKSON WILLIAM DE LIMA, OAB nº PR60295, PROCURADORIA DA UNIRONDÔNIA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS UNIRONDÔNIA LTDA

EXECUTADOS: ANA CARLA FERNANDES CARDOSO, CPF nº 02863490273, LK MUNIS SOLAR, CNPJ nº 35302402000125, LEANDRO KRIGER MUNIS, CPF nº 00295732202
SENTENÇA
Trata-se de pedido de homologação de acordo constante do ID nº 92947860.
A autocomposição é sempre o melhor caminho para pôr fim à lide, eis que o faz de acordo com a vontade das partes.
Assim é que o CPC consagrou, no bojo do art. 3º, §2º, o princípio da promoção pelo Estado da solução por autocomposição, consagrando a Resolução 125 do CNJ.
A conciliação, doravante, passa a ser uma política pública, ou seja, uma meta do Estado e que não deve ser estimulada só por esse, mas também por todos os envolvidos no processo.
Nesse sentido, considerando que as partes entabularam acordo e que este respeita o seu melhor interesse, sua homologação é medida que se impõe.
Ao teor do exposto e por tudo mais que dos autos consta, HOMOLOGO O ACORDO efetuado entre as partes do ID nº 92947861, a fim de que surta os jurídicos e legais efeitos daí decorrentes.
Por consequência, RESOLVO o processo, com mérito, nos termos do artigo 487, III, "b", do CPC.
Sem custas processuais, consoante o art. 8º, III, da Lei 3.896/2016.
Transitada em julgado neste ato, diante da falta de interesse recursal, nos moldes do art. 1.000, do CPC.
Em caso de descumprimento pelo (a)(s) Executado (a)(s), poderá a(o) exequente postular o desarquivamento e prosseguimento do feito.
Parte Exequente intimada via D.J.E..
Arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.
Sentença registrada e publicada automaticamente.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7006862-58.2023.8.22.0005
Classe : Monitória
Assunto : Cédula de Crédito Bancário
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, PROCURADORIA DA SICOOB CENTRO - COOPERATIVA DE CRÉDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: ADEILSON SOARES MARTINS, CPF nº 74040898249
REU SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 11.068,91
Despacho INICIAL
1. A pretensão visa ao cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem devidamente instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente. Assim, evidenciado o direito da parte autora, DEFIRO A EXPEDIÇÃO DE MANDADO PARA CITAÇÃO E PAGAMENTO da dívida informada na inicial, acrescida de honorários de 5% (cinco por cento), concedendo-lhe, para tanto, prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 701 do CPC. Anote-se, que, caso o requerido cumpra, ficará isento de custas, nos termos do artigo 701, §1.º
1.1. Conste, ainda, do mandado, que, no mesmo prazo, o réu poderá oferecer embargos à ação monitória, nos termos do artigo 702 do CPC, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, "constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial", ocorrendo a conversão do mandado inicial em mandado executivo (artigo 701, § 2º do CPC).
1.2. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar novo endereço para que a relação jurídico-processual seja estabelecida, sob pena de extinção e arquivamento do feito por ausência de interesse processual.
1.3. No caso do subitem 1.2., caso a parte autora pretenda diligências junto ao INFOJUD, RENAJUD, SISBAJUD, SIEL ou quaisquer outras diligências do Juízo junto aos sistemas de apoio e não seja beneficiária da gratuidade de justiça, deverá instruir o pedido com comprovante de recolhimento das taxas judiciárias, para cada ato postulado, conforme disposto no art. 17, da Lei 3.896/2016 (Regimento de Custas do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia).
2. Sendo apresentados embargos no prazo legal, intime-se a parte autora para responder em 15 (quinze) dias (art. 702, §5º do CPC), sendo vedada reconvenção sucessiva, nos termos do §6º do mesmo artigo. Após, deverão os autos vir conclusos para sentença.
3. Em caso de não pagamento ou não oferecimento de embargos à ação monitória, por disposição legal fica constituído o título executivo judicial e convertido o mandado inicial em mandado executivo (artigo 701, § 2º do CPC), devendo a CPE promover a modificação da classe processual para "Cumprimento de Sentença" e intimar o executado para pagar o débito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% e honorários de 10%, a teor do artigo 523, § 1º do CPC.
4. Decorrido o prazo mencionado no item 3 sem pagamento, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, cumprir o estatuído na parte final do artigo 523 c/c artigo 524, ambos do CPC, apresentando o demonstrativo do débito atualizado, incluídos todos os consectários legais (custas finais, multas e honorários advocatícios fixados no item anterior).
4.1. A modalidade de intimação deverá ser observada pela CPE de acordo com o que determina o artigo 513, § 2º, do CPC.
5. Apresentados os cálculos atualizados, INTIME-SE a executada para cumprir a obrigação, pagando o valor atualizado do título constituído no prazo de 15 (quinze) dias, podendo o pagamento ser feito por meio de depósito judicial vinculado a este processo, sob pena de inclusão de multa de 10% do valor da condenação e de honorários para a fase de cumprimento da sentença também em 10% do valor da condenação (CPC, artigo 523, § 1º).
6. Após decorrido o prazo para cumprimento do pagamento assinalado no item 5, a parte executada poderá apresentar impugnação ao pedido de cumprimento de sentença nos próprios autos, independentemente de penhora ou nova intimação (CPC, artigo 525).

7. Decorrido o prazo e não havendo comprovação do pagamento e nem impugnação da parte executada, intime-se a exequente para apresentar o cálculo atualizado com a inclusão da multa de 10% e dos honorários desta fase de cumprimento de sentença, também em 10% e, após, expeça-se mandado de penhora e avaliação de bens da parte executada, nos termos do artigo 523, § 3º do CPC, devendo o devedor ser regularmente intimado do prazo para embargos, no caso de penhora positiva.
7.1. Se eventualmente efetuado pagamento parcial, a multa e os honorários da fase de cumprimento da sentença (art. 523, § 1º do CPC) incidirão sobre o débito restante (CPC, artigo 523, § 2º).
8. Restando positiva a realização de penhora ou arresto e decorrido o prazo sem embargos, INTIME-SE o exequente para se manifestar quanto à constrição de bens em 05 (cinco) dias, mesma providência que deverá ser adotada na hipótese do requerido não ser encontrado ou restar negativa a tentativa de penhora/arresto.
8.1. Caso a parte exequente pretenda diligências junto ao INFOJUD, RENAJUD, SISBAJUD ou quaisquer outras diligências do Juízo junto aos sistemas de apoio e não seja beneficiária da gratuidade de justiça, deverá instruir o pedido com comprovante de recolhimento das taxas judiciárias, para cada ato postulado, conforme disposto no art. 17, da Lei 3.896/2016 (Regimento de Custas do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia).
9. Autorizo, desde logo, caso requerido pela parte, a expedição da certidão do teor da decisão, que deverá ser fornecida conforme artigo 517, § 2º, do CPC, após o decurso do prazo para pagamento voluntário, de modo a permitir que a parte efetue o protesto.
10. As disposições do artigo 212 § 2º deverão ser atendidas no cumprimento da citação, das intimações ou da penhora/arresto, se requerido pela exequente e se o Oficial de Justiça assim necessitar.
11. As empresas públicas e privadas, com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, deverão ser citadas por meio eletrônico. Caso as referidas empresas não estejam cadastradas, deverão cadastrar-se nos referidos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações, no prazo de 90 (noventa) dias, nos termos do que dispõe o art. 246, § 1º do CPC, Lei 4.912/2020 e ATO CONJUNTO N. 023/2020-PR-CGJ, sob pena de responder pelas despesas com a citação convencional. Havendo audiência, a referida despesa deve ser paga no prazo de 05 (cinco) dias após a solenidade, independente da realização de acordo.
Pratique-se o necessário.
SIRVA A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO, AVENIDA BRASIL, - DE 478/479 A 813/814 NOVA BRASÍLIA - 76908-408 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
REU: ADEILSON SOARES MARTINS, CPF nº 74040898249, AVENIDA BRASIL 745, - DE 478/479 A 813/814 NOVA BRASÍLIA - 76908-408 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7007840-35.2023.8.22.0005
Classe : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto : Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO PAN S.A.
ADVOGADOS DO AUTOR: SERGIO SCHULZE, OAB nº GO31034, PROCURADORIA BANCO PAN S.A
REU: CLAUDIO ANTONIO BATISTA, CPF nº 31214827268
REU SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 54.780,92
DECISÃO
Verifico que não houve recolhimento do valor das custas processuais iniciais.
Assim, INTIME-SE a parte autora para EMENDAR sua peça vestibular, apresentando comprovante de recolhimento integral das custas processuais (2% sobre o valor dado à causa no momento da distribuição), nos termos do artigo 12, inciso I, primeira parte, da Lei n. 3.896/2016 (Lei de Custas do TJRO).
Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: BANCO PAN S.A., AVENIDA PAULISTA 1374, - DE 612 A 1510 - LADO PAR BELA VISTA - 01310-100 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
REU: CLAUDIO ANTONIO BATISTA, CPF nº 31214827268, AVENIDA SÃO PAULO 235, - DE 432/433 A 686/687 NOVA BRASÍLIA - 76908-392 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
PROCESSO: 7007922-66.2023.8.22.0005
Classe : Exibição de Documento ou Coisa Cível
Assunto : Depoimento, Nulidade de ato administrativo
AUTOR: CONSTRUNORTE CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM LTDA - ME, CNPJ nº 09392373000120
ADVOGADO DO AUTOR: SAULO DE TARSO RODRIGUES RIBEIRO, OAB nº AC4887
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
VALOR DA CAUSA: R$ 1.320,00
DECISÃO
CONSTRUNORTE CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM LTDA - ME ingressou com HABEAS DATA em face de MUNICIPIO DE JI-PARANA .

Como sabido, a Lei nº 12.153/2009, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, em seu artigo 2º, prevê que é dos Juizados Especiais da Fazenda Pública a competência para processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 salários mínimos.
Além disso, o § 4º do mesmo artigo atribuiu natureza absoluta para a competência, ao determinar que "no foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta".
Ainda, de acordo com o artigo 2.º, § 1.º "Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública: I – as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos; II – as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas; III – as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares."
Por fim, nos termos do artigo 5.º, da Lei de regência: "Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública: I – como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006".
Nesse ponto, nos termos do artigo 3.º, da Lei Complementar n.º 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte "consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: I - no caso da microempresa, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e II - no caso de empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)".
Assim, considerando que o demandado é o Município de Ji-Paraná; que o valor da causa (R$ 1.320,00) não ultrapassa o limite de sessenta salários mínimos; que não há impeditivo legal para que a ação tramite nos Juizados; e que é imperativa a aplicação da regra de competência absoluta, prevista no artigo 2º, § 4º, da Lei 12.153/2009, necessário seja informado pela autora se se enquadra na faixa de valores de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, apresentando documento comprobatório, a fim de que se possa determinar se a competência, no caso dos autos, é do Juizado Especial da Fazenda Pública.
Diante disso, INTIME-SE a autora para que EMENDE a inicial, informando se se qualifica como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, apresentando documento comprobatório, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da exordial.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/ MANDADO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: CONSTRUNORTE CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM LTDA - ME, CNPJ nº 09392373000120

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7007954-71.2023.8.22.0005
Classe : Cumprimento de sentença
Assunto : Alienação Fiduciária
EXEQUENTE: TATTINI SOCIEDADE DE ADVOGADOS, CNPJ nº 10550544000180
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PEDRO ROBERTO ROMAO, OAB nº AM209551
EXECUTADO: ALEXSANDRO GONCALVES DE JESUS, CPF nº 00998914258
VALOR DA CAUSA: R$ 971,79
DESPACHO
Intime-se o Devedor, observando as disposições do artigo 513, § 2º, do CPC, para, em 15 (quinze) dias, pagar a importância executada, mais as custas processuais, sob pena de o débito ser acrescido de multa processual e honorários advocatícios, cada um na razão de 10% sobre o valor devido (artigo 523, § 1º, do CPC).
Advirta-o de que havendo pagamento parcial no prazo previsto acima, a multa e os honorários incidirão sobre o remanescente do débito e de que transcorrido o prazo para pagamento voluntário inicia-se o prazo para impugnação, que deverá ser realizada em observância ao disposto no artigo 525 do CPC.
Em não havendo pagamento, certifique-se e intime-se o credor para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito, acrescendo aos cálculos a multa de 10% (dez por cento), inclusive com os honorários de advogado, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor excutido, bem como para requerer o que entender pertinente para a satisfação de seu crédito.
Caso solicite bloqueio de bens e valores, a petição deverá vir acompanhada do comprovante de pagamento das custas previstas no art. 17, do Regimento de Custas, sob pena de indeferimento, ressalvando a hipótese de ser beneficiário da assistência judiciária gratuita.
Com os cálculos, venham os autos conclusos.
Sem prejuízo, desde logo, caso requerido pela parte, autorizo a expedição da certidão do teor da decisão, que deverá ser fornecida conforme artigo 517, § 2º, do CPC, após o decurso do prazo para pagamento voluntário, de modo a permitir que a parte efetue o protesto.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA / MANDADO de Intimação do Executado.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito
EXECUTADO: ALEXSANDRO GONCALVES DE JESUS, CPF nº 00998914258, RUA ECOPORANGA 1233, - DE 1071 AO FIM - LADO ÍMPAR SÃO FRANCISCO - 76908-159 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7002803-95.2021.8.22.0005
Classe : Cumprimento de sentença
Assunto : Obrigação de Fazer / Não Fazer
REQUERENTE: JOAO NILSON DINIZ
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDOS: Estado de Rondônia, MUNICIPIO DE JI-PARANA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
VALOR DA CAUSA: R$ 75.000,00
DESPACHO
Remetam-se os autos à contadoria para que apresente o valor correto da presente execução, tendo em vista a controvérsia existente entre as partes.
Com a vinda dos cálculos, sem necessidade de nova conclusão, intime-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestem-se acerca do relatório apresentado pelo contador judicial.
Em seguida, tornem os autos conclusos para decisão.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: JOAO NILSON DINIZ, RUA BARCELONA 4705 MILÃO - 76901-716 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
REQUERIDOS: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, MUNICIPIO DE JI-PARANA, - 76900-261 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7010929-03.2022.8.22.0005
Classe : Alvará Judicial - Lei 6858/80
Assunto : Bem de Família (Voluntário), Compra e Venda
REQUERENTE: SEBASTIANA MACHADO, CPF nº 32705751220
ADVOGADO DO REQUERENTE: ANA MARIA DE ASSIS E ASSIS CARMO, OAB nº RO4147
SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 25.000,00
DESPACHO
Intimada, através de sua patrona, para trazer documentos essenciais à análise do mérito da ação, deixaram os autores de cumprir a determinação judicial.
Para extinguir o processo por abandono da causa devem ser observados os seguintes requisitos: 1º) inércia da parte; 2º) a dupla intimação, qual seja, do advogado e pessoal da parte em 5 dias, (§1º do art. 485 do CPC).
Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: [...]
II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;
III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;
[...]
§ 1º Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias.
[...]
§ 4º Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.
§ 5º A desistência da ação pode ser apresentada até a sentença.
§ 6º Oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor depende de requerimento do réu.
Portanto, nos termos do artigo 485, § 1°, do Código de Processo Civil, INTIME-SE, pessoalmente, a parte autora para dar prosseguimento no processo, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo.
Ressalto que a intimação deverá ser realizada por meio de Oficial de Justiça.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos (Lei nº 13.105/2015).
Certificado o decurso do prazo, voltem-me os autos conclusos.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: SEBASTIANA MACHADO, CPF nº 32705751220, RUA SANTA LUZIA 1744, - DE 1411/1412 AO FIM JARDIM PRESIDENCIAL - 76901-102 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7007175-24.2020.8.22.0005
Classe : Execução de Título Extrajudicial
Assunto : Duplicata
EXEQUENTE: BOASAFRA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, CNPJ nº 05662861000159

ADVOGADO DO EXEQUENTE: GIANE ELLEN BORGIO BARBOSA, OAB nº RO2027A
EXECUTADO: JOSE PETELIN RODRIGUES, CPF nº 96139331820
DESPACHO
Indefiro o pedido formulado pela parte Exequente do ID nº 93075743, vez que é o mesmo formulado do ID nº 87430389, que já foi apreciado e deferido no Despacho do ID nº 88601986.
Observo que a parte Exequente vem formulado sucessivos pedidos em total desacordo com os atos já praticados nos autos, o que revela sua desídia em resolver a lide.
Considerando ainda que já foi esgotadas todas as diligências junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, não foram encontrados bens à penhora. Assim, havendo evidências concretas da ausência de bens penhoráveis.
Sendo assim, o feito deverá ser arquivado provisoriamente, passando a correr o prazo de prescrição intercorrente (art. 921, §2º) imediatamente, cujo desarquivamento ficará condicionado a demonstração de efetiva alteração da condição econômica do executado.
Decorrido o prazo prescricional sem manifestação, desarquivem-se e intimem-se as partes, por meio de seus patronos se houver, para que se manifestam quanto a prescrição, no prazo de 15 dias, conforme determina o art. 921, §5º do CPC.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7010902-88.2020.8.22.0005
Classe : Execução de Título Extrajudicial
Assunto : Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO, CNPJ nº 08044854000181
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO, OAB nº RO6338
EXECUTADOS: CRHISTOPHER ENRIQUE GOMES ZAPATA, CPF nº 97315249249, CAMILA ANASTACIA RIBEIRO DE FREITAS, CPF nº 98642430206, CAMILA ANASTACIA DE FREITAS ZAPATA 98642430206, CNPJ nº 32819670000120
DESPACHO
Considerando a petição do Exequente juntada no ID nº 93051397, contudo, a Exequente deverá primeiro, recolher a taxa devida pela diligência a ser realizada (art. 17 do Regimento de Custas do TJ/RO), no prazo de 05 (cinco) dias.
Recolhida a taxa, oficie-se conforme postulado.
Oficie-se ao : IDARON, DETRAN, ENERGISA e CAERD : para que informem o Juízo se consta em seus sistemas e qual os endereço da Executada CAMILA ANASTACIA RIBEIRO DE FREITAS, CPF nº 98642430206.
Prazo para resposta 10(dez) dias, sob pena de configuração de crime de desobediência.
Com a resposta, manifeste-se a Exequente em termos de seguimento, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
SERVINDO o presente DESPACHO como OFÍCIO ao : IDARON, DETRAN, ENERGISA e CAERD.
E-mail para resposta : cpe3civjip@tjro.jus.br
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
PROCESSO: 7004889-68.2023.8.22.0005
Classe : Procedimento Comum Cível
Assunto : Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
AUTOR: JACKSON GONCALVES, CPF nº 00068928254
ADVOGADO DO AUTOR: CAROLINA ROCHA BOTTI, OAB nº MG188856
REU: AVON COSMETICOS LTDA.
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AVON COSMÉTICOS LTDA
VALOR DA CAUSA: R$ 30.775,10
SENTENÇA
Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO c/c INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por JACKSON GONCALVES em face de AVON COSMETICOS LTDA..
Após regular tramitação do feito, as partes firmaram acordo e requereram sua homologação (ID 93251300).
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório. DECIDO.
FUNDAMENTAÇÃO
A autocomposição é sempre o melhor caminho para pôr fim à lide, eis que o faz de acordo com a vontade das partes.
Assim é que o CPC traz, no bojo do art. 3º, §2º, o princípio da promoção pelo Estado da solução por autocomposição, consagrando a Resolução 125 do CNJ.
A conciliação constitui, portanto, política pública, ou seja, uma meta do Estado e que não deve ser estimulada só por esse, mas também por todos os envolvidos no processo.
Nesse sentido, considerando que as partes entabularam acordo e que este respeita o seu melhor interesse, sua homologação é medida que se impõe.
DISPOSITIVO
Ao teor do exposto e por tudo mais que dos autos consta, HOMOLOGO O ACORDO efetuado entre as partes (ID 93251300), a fim de que surta os jurídicos e legais efeitos daí decorrentes.
Por consequência, RESOLVO o processo, com mérito, nos termos do artigo 487, III, “b”, do CPC.
Sem custas processuais, consoante o art. 8º, III, da Lei 3.896/2016.

Sentença registrada e publicada automaticamente.
Transitada em julgado neste ato, diante da falta de interesse recursal, nos moldes do art. 1.000, do CPC.
Arquivem-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: JACKSON GONCALVES, CPF nº 00068928254, RUA VISTA ALEGRE 1339, - DE 900/901 A 1387/1388 JARDIM PRESIDENCIAL - 76901-046 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
REU: AVON COSMETICOS LTDA., , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7014075-52.2022.8.22.0005
Classe : Execução de Título Extrajudicial
Assunto : Compra e Venda
EXEQUENTE: COMERCIALIZADORA E EXPORTADORA DE SEMENTES GERMISUL LTD, CNPJ nº 01049985000102
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FELIPE DI BENEDETTO JUNIOR, OAB nº MS12234
EXECUTADO: MMS - COMERCIO DE SEMENTES IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, CNPJ nº 31231790000140
DESPACHO
Indefiro por hora a citação por edital, por não terem sido esgotas as diligências visando citar pessoalmente o devedor.
Atente-se, o Exequente, ao que dispõe o § 3º do art. 256 do CPC acerca dos requisitos para Citação por Edital.
Ainda, fica desde já advertido de que eventuais buscas de endereços junto aos sistemas digitais conveniados a exemplo de INFOJUD, SIEL, SISBAJUD e RENAJUD, deve ser precedidos das respectivas taxas instituída pelo art. 17 do Regimento de Custas, sob pena de indeferimento.
Requeira, portanto o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7003519-54.2023.8.22.0005
Classe : Execução de Título Extrajudicial
Assunto : Correção Monetária
EXEQUENTE: HIRAM CESAR SILVEIRA, CPF nº 57025690910
ADVOGADO DO EXEQUENTE: HIRAM CESAR SILVEIRA, OAB nº RO547
EXECUTADO: ISABELA DOS SANTOS ANDRE, CPF nº 02295299250
DESPACHO
Considerando a petição da parte Exequente do ID nº 92664403, procedi busca de valores “on line” em nome do(s) Executado(s), pelo sistema SISBAJUD, que retornou bloqueio de valor parcial no total de R$=185,17, converto a indisponibilidade em penhora, independentemente de termo, e promovo a transferência dos valores para conta judicial vinculada ao Juízo, conforme arquivo em anexo.
Doravante, intimem pessoalmente o devedor, para que caso queira, se manifeste nos autos no prazo de 5 (cinco) dias, a fim de comprovar nos autos a impenhorabilidade dos valores bloqueados, nos termos do art. 854, § 3º do CPC, sob pena de liberação em favor do Exequente.
Havendo manifestação da parte executada, intime-se a parte Exequente para manifestar em termos de seguimento, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Decorrido o prazo, sem manifestação do Executado. Desde já, autorizo a expedição de alvará para levantamento dos valores em favor da parte Exequente.
Procedi ainda a pesquisa “on line” de veículos junto ao sistema RENAJUD, sendo localizado apenas 01 (um) veículo do Executado, lancei restrição de circulação sobre o mesmo, conforme arquivo(s) anexo(s).
Caso pretenda a penhora de veículo, a parte Exequente deverá informar o local em que poderá ser encontrado, a fim de viabilizar o cumprimento do mandado de penhora, avaliação e intimação pelo Oficial de Justiça.
Com a opção pela penhora e indicação da localização do veículo pela parte exequente, expeça-se o mandado de penhora, avaliação e remoção, depositando os bens em mãos do patrono da parte autora ou em nome de outra pessoa que informar, de tudo intimando o executado.
Manifeste-se a Exequente em termos de seguimento, indicando bens da parte Executada passível de penhora ou requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA / MANDADO de Intimação da parte Executada .
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito
EXECUTADO: ISABELA DOS SANTOS ANDRE, CPF nº 02295299250, RUA COLINA VERDE 91 COLINA PARK II - 76906-744 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 0010628-98.2010.8.22.0005
Classe : Cumprimento de sentença
Assunto : Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
REQUERENTE: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA, CNPJ nº 16701716000156
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LEONARDO MARTINS WYKROTA, OAB nº MG87995, CHRISTIAN SAHB BATISTA LOPES, OAB nº MG74351, ANA PAULA GRACANO DALPIZZOL, OAB nº MG211083
REQUERIDOS: GREEN STAR - PECAS E VEICULOS LTDA, CNPJ nº 03084709000291, RODRIGO MARTINS DE CASTRO, CPF nº 18452241836
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: DILMAR DE ARRUDA CAMPOS, OAB nº RO1766, DEOLAMARA LUCINDO BONFA, OAB nº RO1561
DESPACHO
Considerando o pedido da parte Requerente do ID nº 92827256, procedi as pesquisas junto aos sistemas: SISBAJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, para obtenção do endereço da parte requerida RODRIGO MARTINS DE CASTRO, CPF nº 18452241836, com resultado conforme arquivos em anexos.
Manifeste-se a parte Requerente, em termos de seguimento, requerendo o que entender de direito, em especial indicando o paradeiro do Requerido(s) RODRIGO MARTINS DE CASTRO, CPF nº 18452241836, para que possa ser Intimado, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento, conforme determinado no Despacho ID nº 90136879.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7005584-95.2018.8.22.0005
Classe : Execução de Título Extrajudicial
Assunto : Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A., CNPJ nº 04130963945
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS, OAB nº AM10075, EDSON ROSAS JUNIOR, OAB nº AM1910
EXECUTADOS: MELO & TEIXEIRA LTDA - EPP, CNPJ nº 15009297000123, LUCIANA TEIXEIRA, CPF nº 74121065204, JOHN ALLAN ANTONIO DE MELO, CPF nº 68519672272
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: VANESSA SALDANHA VIEIRA, OAB nº RO3587
DESPACHO
O oficial de justiça certificou no ID nº 91865015 que a Executada Luciana Teixeira encontra-se residindo na cidade de Porto Velho-RO, tendo a parte autora requerido fosse realizada nova citação, desta vez por hora certa.
Pois bem.
Salienta-se que para a citação por hora certa, é pré-requisito a suspeição de ocultação da parte, o que não ficou demonstrado nas consignações feitas pelo Oficial de Justiça no ID nº 91865015.
É importante observar que, ao juiz não compete determinar que a citação se faça por certa, ao Oficial de Justiça é que compete verificar se é caso ou não de aplicação do art. 227 do CPC, pois há dois requisitos a serem preenchidos, qual sejam, a ocorrência de três diligências frustradas para a localização do réu e a desconfiança de que o mesmo está se ocultando maliciosamente.
A análise do preenchimento desses requisitos fica a cargo, apenas, do oficial de justiça no caso concreto.
Assim é a jurisprudência:
"AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL - BEM MÓVEL - CITAÇÃO COM HORA CERTA - DETERMINAÇÃO PELO JUIZ - IMPOSSIBILIDADE - INTELIGÊNCIA DO ART. 227 DO CPC - AGRAVO IMPROVIDO. Não incumbe ao juiz da causa determinar que a citação se faça com hora certa; ao oficial de justiça é que compete verificar se é caso ou não de aplicação do artigo 227 do Código de Processo Civil". (TJ-SP - AI: 747838020118260000 SP 0074783-80.2011.8.26.0000, Relator: Renato Sartorelli, Data de Julgamento: 29/06/2011, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 05/07/2011).
Portanto, não compete ao juiz determinar que a citação se faça com hora certa. A suspeita de ocultação do citando, pressuposto fundamental para que a citação assim se realize, só pode fundar-se num juízo emitido pelo meirinho encarregado da diligência citatória e não pelo juiz.
Só aquele, tendo tentado sem êxito o cumprimento do mandato, é que pode indicar fatos evidenciadores de que a citando vem tentando evitar o cumprimento do mandado.
Sendo assim, indefiro o requerimento para a citação por hora certa juntado na petição do ID nº 92916527.
Ainda por não terem sido esgotas as diligências visando intimar pessoalmente o devedor, fica desde já advertido de que eventuais buscas de endereços junto aos sistemas digitais conveniados a exemplo de SISBAJUD e RENAJUD, deve ser precedidos das respectivas taxas instituída pelo art. 17 do Regimento de Custas, sob pena de indeferimento.
Manifeste-se a parte Exequente, em termos de seguimento, requerendo o que entender de direito, em especial indicando o paradeiro da Executada LUCIANA TEIXEIRA, CPF nº 74121065204, para que possa ser citada, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
PROCESSO: 7005484-67.2023.8.22.0005
Classe : Execução de Título Extrajudicial
Assunto : Duplicata
EXEQUENTE: MULTIFOS NUTRICAO ANIMAL LTDA., CNPJ nº 05112467000147
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JEVERSON LEANDRO COSTA, OAB nº RO3134
EXECUTADO: GILBERTO WOSNIACH, CPF nº 69280525204
SENTENÇA
Trata-se de pedido de homologação de acordo constante do ID nº 92944237.
A autocomposição é sempre o melhor caminho para pôr fim à lide, eis que o faz de acordo com a vontade das partes.
Assim é que o CPC consagrou, no bojo do art. 3º, §2º, o princípio da promoção pelo Estado da solução por autocomposição, consagrando a Resolução 125 do CNJ.
A conciliação, doravante, passa a ser uma política pública, ou seja, uma meta do Estado e que não deve ser estimulada só por esse, mas também por todos os envolvidos no processo.
Nesse sentido, considerando que as partes entabularam acordo e que este respeita o seu melhor interesse, sua homologação é medida que se impõe.
Ao teor do exposto e por tudo mais que dos autos consta, HOMOLOGO O ACORDO efetuado entre as partes do ID nº 92944241, a fim de que surta os jurídicos e legais efeitos daí decorrentes.
Por consequência, RESOLVO o processo, com mérito, nos termos do artigo 487, III, “b”, do CPC.
Sem custas processuais, consoante o art. 8º, III, da Lei 3.896/2016.
Transitada em julgado neste ato, diante da falta de interesse recursal, nos moldes do art. 1.000, do CPC.
Em caso de descumprimento pelo (a)(s) Executado (a)(s), poderá a(o) exequente postular o desarquivamento e prosseguimento do feito.
Parte Exequente intimada via D.J.E..
Arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.
Sentença registrada e publicada automaticamente.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
PROCESSO: 7006510-03.2023.8.22.0005
Classe : Procedimento Comum Cível
Assunto : Práticas Abusivas
AUTOR: NALVA LIMA GALINDO DE CARVALHO, CPF nº 74153897272
ADVOGADO DO AUTOR: ALINE DE OLIVEIRA PINTO E AGUILAR, OAB nº SP238574
ADVOGADO DO REU: Procuradoria do BANCO BMG S.A
VALOR DA CAUSA: R$ 13.126,40
DECISÃO INICIAL
1. Trata-se de ação consumerista ajuizada por NALVA LIMA GALINDO DE CARVALHO em face de BANCO BMG S.A. objetivando, em tutela antecipada de urgência, a suspensão dos descontos efetuados em seu benefício previdenciário relativamente a um empréstimo na modalidade RMC – Reserva de Margem de Cartão de Crédito, o qual afirma não haver pactuado junto à instituição financeira.
Afirma que, em decorrência do aludido empréstimo não pactuado, vem suportando descontos mensais em seu benefício previdenciário, mediante retirada de valores em um cartão de crédito, conduta que se afigura ilegítima e ainda lhe causa constrangimentos na medida em que tais parcelas comprometem sua renda alimentar. Portanto, requereu no mérito o cancelamento desse contrato, a restituição dobrada dos valores descontados ilicitamente, bem como a reparação pelos danos morais suportados com a condenação da requerida ao pagamento de indenização no importe de R$10.000,00.
Requer gratuidade de justiça.
Sob ID 91776207, aditamento à inicial, com retificação da data de início dos descontos realizados (janeiro de 2020 em vez de outubro de 2022), e consequentemente dos valores descontados (R$ 7.046,94 e não R$ 1.563,20) e do pedido referente à repetição do indébito (R$ 14.093,88 e não R$ 3.126,40).
Determinada emenda para fornecimento de informações necessárias ao trâmite do processo nos moldes do Juízo 100% Digital (ID 92152717), a parte autora a realizou (ID 92750420).
Vieram-me os autos conclusos.
É o breve relato. DECIDO.
2. Recebo o aditamento e a emenda à inicial, e nesse ato defiro os benefícios da justiça gratuita.
Nos termos do art. 292, § 3º, do Código de Processo Civil, “O juiz corrigirá, de ofício e por arbitramento, o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor, caso em que se procederá ao recolhimento das custas correspondentes.”
Assim, por verificar que o valor atribuído à causa não corresponde ao proveito econômico perseguido pela parte autora, O CORRIJO, de ofício, para que conste, em seu lugar, a importância de R$24.093,88 (vinte e quatro mil e noventa e três reais e oitenta e oito centavos), que equivale a soma dos pedidos constantes da exordial, com espeque nos incisos II, V e VI do mencionado artigo 292, do CPC.
Passo ao exame da antecipação de tutela pleiteada.
3. Pois bem, grassam nesse juízo, e quiçá no país inteiro diversas ações em face do Banco BMG, ora réu, tratando-se do mesmíssimo tema. As ações, notadamente, dizem respeito à empréstimo consignado não solicitado, com posterior anulação do contrato por fraude na assinatura, bem como reserva de margem na pensão/aposentadoria do consumidor para pagamento de cartão de crédito.
Um dos princípios básicos da Política Nacional das Relações de Consumo é o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo (art. 4º, I do CDC), mercado esse, que muitas das vezes devoram o consumidor com as mais variáveis estratégias, em especial, aquelas que visam sorrateiramente retirar valores de sua remuneração.

Na aplicação da Lei, o juiz deverá atentar-se para seus fins sociais e exigências do bem comum, consoante apregoa o art. 5º da LINDB c/c art. 8º do CPC. Significando dizer, em outras palavras, que o julgador não é alheio aos fatos que ocorrem ao seu redor, e esse magistrado tem conhecimento das inúmeras reclamações dos consumidores sobre esses descontos supostamente indevidos.
Nesse trilhar, tendo sobretudo como base a vulnerabilidade do consumidor, anoto que a probabilidade do direito está devidamente evidenciada pelo fato de grassarem ações sobre esse mesmo objeto, o que revela uma contumácia do réu nessa prática. Somado a isso, o perigo de dano repousa nos descontos supostamente indevidos realizados em valores oriundos da verba alimentar da parte autora que atingem diretamente a dignidade da pessoa humana.
Por outro lado, a presente decisão não trás qualquer prejuízo ao réu, posto que é reversível.
Portanto, ainda que os descontos realizados na pensão da parte autora não sejam contemporâneos ao pedido, o certo é que sua vulnerabilidade é presumida, revelando sua inaptidão em identificar os inúmeros descontos que estão estampados em seu demonstrativo de pagamento (ID 91772125). Um dos conceitos da vulnerabilidade do consumidor, trazido pela professora Claudia Lima Marques é exatamente a vulnerabilidade técnica.
A vulnerabilidade técnica é reconhecida pelo nosso Tribunal:
INDENIZAÇÃO. RELAÇÃO DE CONSUMO. CONSUMIDOR INTERMERDIÁRIO. AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA. VULNERABILIDADE. SENTENÇA CONFIRMADA. A jurisprudência do STJ flexibilizou o entendimento anterior para considerar como destinatário final quem usa o bem em benefício próprio, independentemente de servir diretamente a uma atividade profissional. Assim, o consumidor intermediário, por adquirir produto ou usufruir de serviço com o fim de, direta ou indiretamente, dinamizar ou instrumentalizar seu próprio negócio lucrativa, desde que demonstrada, em concreto, a vulnerabilidade técnica, jurídica ou econômica.
(TJ-RO - RI: 00025782520118220013 RO 0002578-25.2011.822.0013, Relator: Juiz Marcos Alberto Oldakowski, Data de Julgamento: 03/09/2012, Turma Recursal - Ji-Paraná, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 05/09/2012.)
Por estas razões, atento aos princípios da dignidade da pessoa humana e da defesa do consumidor em juízo, DEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência para DETERMINAR à instituição financeira requerida que SE ABSTENHA de efetuar novos descontos na conta salário da parte autora relativamente ao contrato RMC n.º 15933293, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais), limitada à R$ 100.000,00 (cem mil reais).
4. Decreto a inversão do o ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do CDC, uma vez que a parte autora é hipossuficiente para provar fato negativo e a requerida possui aparato econômico e estrutural em muito superior à parte autora.
5. Cite(m)-se o(s) réu(s), com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da audiência, para comparecimento na audiência de conciliação, advertindo-o que não obtida a conciliação e não ofertado contestação no prazo legal, serão presumidas como verdadeiras as alegações de fato da parte ré.
6. Designo a realização de AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, que deve ser agendada pela Central de Processamento Eletrônico, pelo sistema de pauta automática, e será realizada pelo CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – CEJUSC, de forma digital, pelos sistemas de WhatsApp ou Google Meet, com observância do Provimento da Corregedoria nº 18/2020.
6.1. Intime-se a parte autora, através do seu advogado(a), ficando responsável por informar nos autos, o nome e número de telefone de quem vai participar da audiência, até 5 (cinco) dias antes da data designada, devendo ainda, promover a orientação para aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e hora marcado no item anterior ou informar o link de acesso ao Google Meet.
6.2. As partes deverão comparecer, pessoalmente ou por representante (procurador) dotado de poderes específicos para negociar e transigir, acompanhados dos respectivos advogados ou defensor público.
6.3. O não comparecimento injustificado do autor (es) e réu(s) a audiência de conciliação será considerado ato atentatório a dignidade da justiça, sancionado com multa, a ser revertida em favor do Estado.
6.4. Realizada a audiência e não obtida a conciliação, poderá o réu ofertar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da audiência de conciliação. Havendo litisconsortes, o prazo inicial para contestar, terá início na data em que cada um apresentou seu pedido de cancelamento da audiência.
6.5. A parte requerida deverá informar o telefone com Whatsapp e e-mail para que o CEJUSC faça o contato para realização da audiência. Caso a citação ocorra por carta ou oficial de justiça, a parte deverá informar os referidos dados mediante peticionamento nos autos até 5 (cinco) dias antes da audiência ou diretamente ao oficial de justiça, respectivamente.
7. Providencie a CPE a regularização do valor atribuído à causa, alterando-o para R$24.093,88 (vinte e quatro mil e noventa e três reais e oitenta e oito centavos).
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/ MANDADO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
CONTATO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO:
a) Email: jipcac@tjro.jus.br
b) Sala Virtual: https://meet.google.com/ixg-wwbf-qzb
c) Fones: (69) 3411-2910
COMO ENTRAR NA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp/Google Meet que receberá no dia marcado no item anterior.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: NALVA LIMA GALINDO DE CARVALHO, CPF nº 74153897272, RUA BELÉM 1026, - DE 790/791 A 1050/1051 SÃO FRANCISCO - 76908-200 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7007729-51.2023.8.22.0005
Classe : Procedimento Comum Cível
Assunto : Acidente de Trânsito
AUTOR: VERALUCIA RICARTE DE BARROS, CPF nº 34890815287
ADVOGADO DO AUTOR: ALEXANDRE OLIVEIRA, OAB nº MS18951
REU: EVANDRO SARTORI ORLANDI, CPF nº 94840903700, ORRIGO MASSAS E ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 31767219000144, SULIVAN FERREIRA DE TORRES, CPF nº 02616067196

REU SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 54.772,87
DECISÃO INICIAL
Concedo gratuidade de justiça.
A natureza da causa se conforma com a competência deste Juízo.
A petição inicial preenche os requisitos essenciais ao seu recebimento (CPC, art. 319): a parte demandante é aparentemente legítima e está bem representada por advogado(a); o(s) pedido(s) é/são certo(s) e determinado(s), sendo ainda, em tese, juridicamente possíveis, já que há narração dos fatos e dos seus fundamentos jurídicos. Nada obsta, por ora, o interesse de agir da parte autora.
O(a) autor(a) manifestou interesse na solução consensual do conflito (autocomposição). Logo, nos termos do art. 3º, caput, do CPC e art. 5º, XXXV, da CF, recebo a petição inicial.
Nada recomenda que este processo tramite sob segredo de Justiça (CPC, art. 11 e art. 189, caput, primeira parte). Dessarte, tanto os atos já como os doravante praticados serão públicos, salvo no caso de decisão ulterior que justifique a imposição de sigilo ao feito.
Determino que o Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos – CEJUSC desta comarca designe audiência de conciliação ou de mediação, observando, quanto aos prazos de intimação, o disposto no art. 334, caput, do CPC, e, quanto à sua realização, o disposto no art. 334, § 7º, do CPC.
Cite-se e intime-se a parte ré para, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer, de modo remoto ou virtual, à audiência de conciliação a ser realizada de forma telepresencial no CEJUSC desta comarca (art. 5º do Ato Conjunto n. 10/2022-PR-CGJ). Intime-se o(a) autor(a) para o ato na pessoa de seu/sua advogado(a) (CPC, art. 334, § 3º).
Nos termos do que previsto no Ofício n. 2/2023-CEJUSC-JP, de 10/1/2023, da lavra do Ex.º Sr. Dr. Juiz Coordenador do CEJUSC e do que consta do Provimento CGJ-TJRO n. 19/2021, a audiência de conciliação será realizada pelo aplicativo eletrônico de troca de mensagens WhatsApp, salvo se o número de participantes exceder à capacidade da plataforma, hipótese em que o ato será realizado pelo aplicativo Google Meet.
As partes deverão informar nos autos, com antecedência de pelo menos 24h da audiência de conciliação, contato telefônico com acesso ao WhatsApp para a realização do ato de modo telepresencial (arts. 21 e 22 do Prov. CGJ 19/2021), salvo se já tiverem cumprido esta diligência, ou informar o número/terminal telefônico do WhatsApp por meio de contato direto com o CEJUSC, pelo mesmo aplicativo de mensageria, no terminal telefônico n. (69) 9.9956-0027 (Ofício n. 2/2023-CEJUSC-JP).
As partes deverão informar em suas petições endereço de correspondência eletrônico (e-mail's) para eventual comunicação entre o CEJUSC, esta Vara e as partes.
Ficam as partes comunicadas de que a sala virtual (balcão virtual) do CEJUSC desta comarca poderá ser acessada por meio do seguinte endereço eletrônico: https://meet.google.com/acr-byba-vhe (Ofício n. 2/2023-CEJUSC-JP).
Será admitido apenas um número de telefone para cada participante da audiência de conciliação. Indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e chamamento para a audiência serão dirigidos apenas ao primeiro da lista ou relação informadas (Ofício n. 2/2023-CEJUSC-JP).
O tempo de tolerância para atrasos na participação da audiência de conciliação é de 5 minutos. Inviabilizada a audiência pelo atraso das partes ou de apenas uma delas, os autos serão encaminhados ao Juízo natural da causa (Ofício n. 2/2023-CEJUSC-JP).
Recomenda-se às partes, prepostos, prepostas, advogados, advogadas, Defensores Públicos, Defensoras Públicas, Procuradores, Procuradoras, Promotores e Promotoras de Justiça a leitura atenciosa do que disposto no Provimento CGJ-TJRO n. 19/2021, sobretudo do que previsto nos artigos 24 e 25 (link: https://www.tjro.jus.br/corregedoria/index.php/atos-normativos/provimentos/131-provimentos/provimentos-2021/3948-provimento-corregedoria-n-019-2021).
As partes e demais participantes do ato deverão se empenhar para fazerem uso de Internet de boa qualidade, mantendo-se, durante a audiência, em local silencioso, deixando seus microfones e câmeras ligados.
Durante o ato, as partes deverão estar acompanhadas por seus advogado(a)(s) ou Defensores Públicos constituídos (CPC, art. 334, § 9º).
Advirto que o não comparecimento pessoal da parte à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da Justiça e será sancionado com multa de até 2% da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do FUJU/TJRO (CPC, art. 334, § 8º).
O comparecimento do advogado não supre a exigência de comparecimento pessoal de seu constituído e/ou de preposto com plenos poderes para transigir, de modo que eventual alegação de impedimento ou não autorização para cooperar com a solução consensual do conflito poderá constituir litigância de má-fé (CPC, art. 6º e art. 80, III, IV e V), punível na forma do art. 81 e §§ do CPC, sem prejuízo da responsabilização civil por eventuais perdas e danos causados à parte ex adversa (CPC, art. 79).
Quanto à solução consensual do conflito, a melhor dentre todas, atentem-se as partes para o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 3º; art. 5º e art. 6º, todos do CPC e art. 57 da Lei n. 9.099/90.
O prazo para contestar/responder fluirá da data da realização da audiência de conciliação/mediação, ou, caso a parte ré manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (CPC, art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 dias da data da audiência de conciliação designada pelo CEJUSC (CPC, art. 334, § 5º). Recomenda-se à parte ré observar rigorosamente o princípio da eventualidade quando de sua resposta.
O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica à Defensoria Pública, ao(à) advogado(a) dativo(a) e ao(à) curador(a) especial (CPC, art. 341, parágrafo único).
São deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participarem do processo observar o disposto no art. 77 do CPC, sobretudo declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva. Deverão ainda ser observadas as regras indicadas no art. 106, II, § 2º e art. 274 e parágrafo único, ambos do CPC, de modo que se presumem válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo(a) interessado(a), se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.
Registro que as provas dos fatos alegados pelas partes devem ser produzidas durante a fase postulatória (petição inicial e resposta/contestação), mormente as documentais. Regra geral, a inicial e a resposta da parte demandada devem ser instruídas com os documentos indispensáveis à propositura da ação e ao oferecimento da resposta, vedada a juntada de documentos depois desta fase, ressalvado o disposto no art. 435 do CPC.

Apenas se o(a) réu(ré) alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do(a) autor(a), este(a) será ouvido(a) no prazo de 15 dias, permitida a produção de prova (CPC, art. 350). Por sua vez, somente se a parte ré alegar qualquer das matérias enumeradas no art. 337 do CPC, deverá dizer a parte autora no prazo de 15 dias, permitida a produção de prova (CPC, art. 351).
Se a parte ré não contestar a ação, será considerado(a) revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo(a) autor(a) – (CPC, art. 344), ressalvado o disposto no art. 345 do CPC.
Deverá a CPE-1º grau fazer uso do disposto no art. 246 do CPC, se possível (modos de citação).
Eventual intimação da Defensoria Pública e/ou do Ministério Pública deverá ser feita de modo pessoal, na forma eletrônica, via PJe (CPC, art. 180, caput e art. 183, § 1º).
Os conciliadores do CEJUSC poderão realizar intimações, redesignar audiências de conciliação, praticar atos ordinatórios e outros atos previstos no Provimento CGJ-TJRO n. 19/2021, inclusive enviar diretamente o processo ao Ministério Público para vistas.
Após a prática dos atos necessários pelo CEJUSC, venham-me os autos para deliberação, eventual homologação de acordo, após manifestação do Ministério Público, se cabível, ou, conforme o caso, aguarde-se o prazo para o oferecimento de resposta/contestação em não havendo composição consensual do conflito pelas partes.
Cópia desta decisão serve como mandado ou carta de citação, intimação, notificação, carta precatória e/ou ofício.
Cumpra-se.
Endereço para citação do réu/ré: EVANDRO SARTORI ORLANDI, CPF nº 94840903700, BR 364, KM 17 S/N ZONA RURAL - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA, ORRIGO MASSAS E ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 31767219000144, ANTONIO DEODATO DURCE 3500, SALA 207R FLORESTA - 76965-740 - CACOAL - RONDÔNIA, SULIVAN FERREIRA DE TORRES, CPF nº 02616067196, RUA 52, QUADRA 76, LOTE 16 S/N CENTRO - 75890-000 - SÃO SIMÃO - GOIÁS
Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício por servidor(a) da CPE-1º Grau e revistos pelo Juiz natural quando necessários. Assim, proceda a CPE-1º Grau de acordo com o disposto no art. 93, XIV, da CF; art. 152, VI, do CPC e art. 33 das DGJ. Deveras, de acordo com o disposto nas citadas normas e considerando o que consta do Manual de Processos da Área Cível do PODER JUDICIÁRIO do Estado de Rondônia, a CPE-1º Grau deverá praticar eventuais atos ordinatórios necessários ao andamento do feito.
CONTATO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO:
a) E-mail: jipcac@tjro.jus.br
b) Sala Virtual: https://meet.google.com/ixg-wwbf-qzb
c) Fones: (69) 3411-2910
COMO ENTRAR NA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp/Google Meet que receberá no dia marcado no item anterior.
SIRVA A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA INTIMAÇÃO/CITAÇÃO/CIENTIFICAÇÃO e OFÍCIO AOS ÓRGÃOS RESTRITIVOS DE CRÉDITO.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: VERALUCIA RICARTE DE BARROS, CPF nº 34890815287, RUA PIAUÍ 325, - ATÉ 416/417 SANTIAGO - 76901-156 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
REU: EVANDRO SARTORI ORLANDI, CPF nº 94840903700, BR 364, KM 17 S/N ZONA RURAL - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA, ORRIGO MASSAS E ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 31767219000144, ANTONIO DEODATO DURCE 3500, SALA 207R FLORESTA - 76965-740 - CACOAL - RONDÔNIA, SULIVAN FERREIRA DE TORRES, CPF nº 02616067196, RUA 52, QUADRA 76, LOTE 16 S/N CENTRO - 75890-000 - SÃO SIMÃO - GOIÁS

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7007919-14.2023.8.22.0005
Classe : Carta Precatória Cível
Assunto : Citação
DEPRECANTE: SISTEMA DE ENSINO POLIEDRO VESTIBULARES LTDA, CNPJ nº 96488515000151
ADVOGADO DO DEPRECANTE: PAULO AUGUSTO GRECO, OAB nº MG165018
DEPRECADO: JUAREZ MENDES DE OLIVEIRA, CPF nº 10266429149
DEPRECADO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 5.582,65
Despacho INICIAL
1. Cumpra-se a Carta Precatória, servindo a cópia como mandado.
2. Oportunamente, devolva-se à origem com nossos cumprimentos.
3.Tendo em vista o caráter itinerante das Cartas Precatórias, caso o Oficial de Justiça certifique que a pessoa a ser citada/intimada tenha mudado de endereço e indique o atual, fica desde já determinado, independentemente de nova deliberação, a remessa da presente carta ao juízo da comarca a que se referir o novo endereço, com as baixas e anotações necessárias.
3.1. Nesse caso, deverá a CPE, ainda, comunicar ao juízo deprecante quanto a remessa.
4. Determino também, desde já, a devolução da Carta Precatória à origem, caso o Oficial de Justiça certifique que não localizou a pessoa em questão e não decline novo endereço.
5. Cumpra-se.
6. Expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito
DEPRECANTE: SISTEMA DE ENSINO POLIEDRO VESTIBULARES LTDA, CNPJ nº 96488515000151, AVENIDA DOUTOR NELSON D'AVILA 811, - LADO ÍMPAR JARDIM SÃO DIMAS - 12245-030 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SÃO PAULO
DEPRECADO: JUAREZ MENDES DE OLIVEIRA, CPF nº 10266429149, AVENIDA JI-PARANÁ 1414, - DE 1359 A 1581 - LADO ÍMPAR URUPÁ - 76900-305 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7008026-58.2023.8.22.0005
Classe : Execução de Título Extrajudicial
Assunto : Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO MACHADO - CREDISIS JI-CRED, CNPJ nº 02309070000151
ADVOGADO DO EXEQUENTE: NEUMAYER PEREIRA DE SOUZA, OAB nº RO1537
EXECUTADOS: BRUNO RODRIGUES DE CARVALHO, CPF nº 91313104272, ALTO NIVEL MODA COUNTRY E AGRONEGOCIOS EIRELI - ME, CNPJ nº 21970354000139
VALOR DA CAUSA: R$ 26.133,33
DESPACHO
Aguarde-se, pelo prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas iniciais pela parte Autora, tendo em vista não ter comprovado o cumprimento da respectiva providência.
Com a comprovação do recolhimento no prazo estabelecido, à CPE deverá cumprir as ordens que seguem :
Fixo honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da execução, a serem pagos pelo executado (CPC, artigo 827), sem prejuízo de majoração nas hipóteses legais, como, por exemplo, no caso de embargos (CPC, artigo 827, § 2º).
CITE-SE a parte executada para pagar a dívida em execução no prazo de 03 (três) dias, contados da citação (CPC, artigo 829).
Na mesma oportunidade da citação, deverá a parte executada ser intimada de que poderá opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução (CPC, art. 913), no prazo de 15 dias (CPC, art. 915), alegando as matérias previstas no art. 917 do CPC.
Salvo decisão em sentido contrário, os embargos não possuem efeito suspensivo (CPC, art. 919).
Havendo pagamento integral no prazo assinalado, os honorários ficam reduzidos pela metade (CPC, artigo 827, §1º).
Decorrido o prazo sem a comprovação no pagamento, deverá o Oficial de Justiça, com o mesmo mandado, realizar a penhora e a avaliação de bem do devedor, de tudo lavrando-se auto e intimando-se o executado, nos termos do artigo 829, § 1º, do CPC.
A penhora deverá recair sobre os bens eventualmente indicados pela parte exequente, salvo se outros forem indicados pelo executado e aceitos pelo juiz, mediante demonstração de que a constrição proposta lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente (CPC, artigo 829, § 2º).
Nos termos do artigo 831 do CPC, a penhora deverá recair sobre tantos bens que se fizerem necessários e suficientes para garantir o pagamento do valor principal atualizado, dos juros, das custas e dos honorários advocatícios.
O Oficial de Justiça deverá atentar-se para que a penhora não recaia sobre bens impenhoráveis ou inalienáveis (CPC, artigo 832), bem como quanto à ordem preferencial de penhora do artigo 835 do CPC e quanto ao procedimento legal previsto em detrimento da natureza do objeto a ser penhorado.
Na hipótese do executado impedir o acesso do Oficial de Justiça aos bens a serem penhorados, inclusive no caso de fechar as portas da casa ou do estabelecimento, deverá o Oficial de Justiça intimá-lo de que poderá ser expedida ordem de arrombamento para garantir o cumprimento da diligência (CPC, artigo 846). Nesse caso o Oficial de Justiça deverá certificar o ocorrido e solicitar ao Juiz a expedição de ordem de arrombamento, mediante a apresentação da certidão.
O termo de penhora deverá atender aos requisitos do artigo 838 do CPC e a nomeação do depositário deverá observar a ordem de preferência descrita no artigo 840 do referido código.
No que se refere à nomeação do depositário, considerando que nesta comarca não existe depositário judicial, eventuais móveis, semoventes e demais bens relacionados no inciso II do art. 840 do CPC que forem penhorados deverão ser depositados preferencialmente com o exequente (§1º do art. 840 do CPC), ficando desde já autorizada a respectiva remoção para que o respectivo depósito possa ser levado a efeito, podendo o Oficial de Justiça promover contato prévio com o exequente e/ou seu advogado a fim de ajustar a data da diligência, local de entrega e demais meios que forem necessários para o cumprimento da providência, ficando sob inteira responsabilidade e ônus do credor o fornecimento dos meios necessários ao atendimento do ato.
Nos termos do §2º do art. 840 do CPC, os bens referidos no inciso II do art. 840 do CPC) somente serão depositados em poder do executado na hipótese de difícil remoção, impossibilidade ou do exequente eventualmente recusar o encargo de depositário, bem como no caso do Oficial de Justiça não conseguir estabelecer contato com o exequente e/ou seu advogado em tempo hábil ao cumprimento da diligência.
A avaliação será realizada pelo Oficial de Justiça (CPC, artigo 870), a qual deverá constar de vistoria e laudo anexados ao auto de penhora, onde se especificará minuciosamente o objeto penhorado, com todas as suas características, benfeitorias, estado em que se encontram e respectivos valores (CPC, artigo 872, I e II), devendo o Oficial de Justiça se atentar para os casos em que o objeto da penhora reclamar as providências dos §§ 1º e 2º do artigo 872 do CPC.
Sem prejuízo das providências anteriores, deverá o Oficial de Justiça identificar e qualificar o possuidor do bem penhorado na data da constrição, seja para o caso de bens móveis ou imóveis, bem como intimá-lo da penhora.
Efetuada a penhora, do ato deverá ser imediatamente intimado o devedor, na forma do artigo 841 do CPC.
Recaindo a penhora sobre bem imóvel ou direito real sobre bem imóvel, deverá o Oficial de Justiça intimar também o cônjuge da parte executada, exceto se forem casados no regime de separação absoluta de bens (CPC, artigo 842), bem como o coproprietário ou o possuidor, quando existirem.
Se a penhora recair sobre bem indivisível, para eventuais fins do disposto no artigo 843 do CPC, o Oficial de Justiça deverá certificar quanto à existência de cônjuge, coproprietário ou copossuidor, identificando-os e intimando-os da penhora.
Para a tentativa de penhora, caso o executado não indique bens e na hipótese de não serem encontrados bens penhoráveis em seu poder/residência/estabelecimento, deverá o Oficial de Justiça diligenciar a tantos órgãos e entidades competentes para registros de existência e movimentação de bens móveis (IDARON, Prefeitura, Junta Comercial, etc) quantos forem possíveis a fim de esgotar todas as diligências que possam ser empregadas na tentativa de encontrar bens do devedor, de tudo certificando pormenorizadamente nos autos.
Não será necessária consulta ao DETRAN pois, em havendo tal necessidade, o Juízo valer-se-á do sistema RENAJUD.

No caso de não serem encontrados bens para penhora, o Oficial de Justiça deverá descrever os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, nomeando e intimando o executado ou seu representante legal como depositário provisório de tais bens pelo prazo de até 90 (noventa dias), advertida de que se não houver retorno do oficial para realizar a penhora dos bens arrolados, o depósito dar-se-á por extinto independentemente de nova intimação (CPC, artigo 836, §§ 1º e 2º). Nesse caso, a parte autora deverá ser intimada pela Escrivania para se manifestar sobre os bens relacionados no prazo de 10 (dez) dias, advertida de que a inércia importará no automático desfazimento do depósito.

Nos termos do artigo 405, § 3º, das DGJ, deixando o Oficial de Justiça de relacionar os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do devedor, na hipótese de não serem encontrados bens que possam ser penhorados e deixando de apresentar justificativa plausível e circunstanciada da impossibilidade de relacionar os bens, não lhe será devida a produtividade por nenhum dos demais atos que eventualmente tiverem sido cumpridos.

Na hipótese do oficial de justiça não encontrar o executado, deverá realizar o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução (CPC, artigo 830).

Havendo arresto, nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do ato, o oficial de justiça deverá procurar o executado 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, deverá realizar a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (CPC, artigo 830, §1º).

Se aperfeiçoada a citação por hora certa e transcorrido o prazo de pagamento sem a quitação da dívida, o arresto fica automaticamente convertido em penhora, independentemente de termo (CPC, artigo 830, §3º), devendo o oficial de justiça intimar cônjuges, coproprietários, possuidores e copossuidores do arresto; avaliar pormenorizadamente os bens arrestados, descrevendo os bens com todas as suas benfeitorias e valores; descrever as diligências empreendidas e apresentar as justificativas circunstanciadas da impossibilidade de cumprimento de quaisquer atos/intimações, sob pena de prejuízo ao pagamento da diligência.

Para o caso de penhora ou arresto de fração de bem imóvel, deverá o Oficial de Justiça descrever criteriosamente a fração do imóvel que foi penhorada ou arrestada, inclusive das benfeitorias, situação, conservação e valores existentes na porção penhorada/arrestada, identificando sua localização dentro do imóvel e apresentando mapa descritivo que identifique a localização da fração constrita, de tudo dando ciência ao proprietário, ao coproprietário, ao devedor, ao cônjuge e ao possuidor ou copossuidor.

Restando operada a penhora, ainda que por meio de arresto convertido e não havendo embargos/impugnação, e também na hipótese de restar frustrada a tentativa de citação ou de realização de penhora ou arresto, intime-se a parte autora para se manifestar e requerer o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de levantamento da penhora e extinção do processo por abandono.

Nessa oportunidade, intime-se o exequente de que, no caso de penhora/arresto, incumbirá a ele providenciar a averbação do arresto ou da penhora na unidade de registro que for competente (IDARON, Prefeitura, Bolsa de Valores, Junta Comercial, etc), mediante apresentação de cópia do auto ou termo, independentemente de ordem judicial, para que haja absoluta presunção de conhecimento por terceiros (CPC, artigos 844 e 799, IX).

Havendo penhora ou arresto de bens, incumbirá à parte exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora na unidade de registro que for competente (Cartório de Registro de Imóveis, DETRAN, IDARON, Prefeitura, Bolsa de Valores, Junta Comercial, etc), mediante apresentação de cópia do auto ou termo, independentemente de ordem judicial, para que haja absoluta presunção de conhecimento por terceiros, conforme prescrevem os artigos 844 e 799, inciso IX do Código de Processo Civil, ficando sob sua responsabilidade promover eventual baixa posterior da averbação logo que for oportuno, bem como efetuar o pagamento das custas e emolumentos decorrentes das averbações e baixas.

Logo, deverá o Oficial de Justiça e a escrivania absterem-se de encaminhar mandado físico aos referidos órgãos, inclusive ao Cartório de Registro de Imóveis, para realização da referida averbação.

Na hipótese de não haver manifestação do advogado sobre a penhora, arresto ou diligência negativa, intime-se pessoalmente a parte requerente para dar andamento ao processo em 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por abandono.

Na hipótese de restar negativa a diligência, seja no que se refere à localização do devedor ou de bens para penhora ou arresto, deverá o oficial de justiça especificar circunstanciadamente todas as diligências que realizou na tentativa de cumprir o ato (DGJ, artigo 393), inclusive especificar o local em que a parte foi encontrada nos casos em que ele não residir no endereço mencionado na inicial, descrevendo pormenorizadamente o endereço onde a parte foi localizada (DGJ, artigo 393, § único), sob pena de prejuízo no pagamento da diligência.

Para fins de citação, intimação e nomeação de depositário, o Oficial de Justiça deverá exigir a exibição do documento de identidade do citando, intimando ou do depositário, anotando na certidão lavrada os respectivos números (DGJ, artigo 394), sob pena de ser considerado não praticado o ato para fins de pagamento de produtividade (DGJ, artigo 396).

Se requerido pela exequente, desde já autorizo a expedição de certidão de ajuizamento desta execução, nos termos do artigo 828 do CPC.

Serve o presente despacho como mandado/carta de citação/intimação da parte devedora, bem como de penhora e arresto de bens, além de intimação – sobre os atos de constrição – do executado, do cônjuge, do coproprietário, do possuidor e do copossuidor, devendo a escrivania se atentar para os casos em que a Lei ou as normativas institucionais determinam que se cumpra a citação ou intimação por meio de carta com aviso de recebimento, via sistema eletrônico, Diário da Justiça ou remessa/vista dos autos.

Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023

Robson Jose dos Santos

Juiz (a) de Direito

EXECUTADOS: BRUNO RODRIGUES DE CARVALHO, CPF nº 91313104272, ESTRADA NOVA LONDRINA, CONDOMÍNIO ALDEIA DO LAGO s/n ÁREA RURAL DE JI-PARANÁ - 76914-899 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, ALTO NIVEL MODA COUNTRY E AGRONEGOCIOS EIRELI - ME, CNPJ nº 21970354000139, RUA LUIZ MUZAMBINHO 1590, - DE 1571/1572 A 1901/1902 NOVA BRASÍLIA - 76908-398 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7008125-33.2020.8.22.0005

Classe : Procedimento Comum Cível

Assunto : Obrigação de Fazer / Não Fazer

AUTOR: ELLEN LORRAINE CARLOS ME - ME, CNPJ nº 16875493000143

ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE GOMES BEZERRA, OAB nº RO7918
REU: JAQUELINE DE MEDEIROS CAMPOS, CPF nº 01226196250
DESPACHO
Considerando o pedido da parte Requerente do ID nº 93221356, procedi as pesquisas junto aos sistemas: RENAJUD e SIEL, para obtenção do endereço da parte requerida, com resultado conforme arquivos em anexos.
Manifeste-se a parte Requerente, em termos de seguimento, requerendo o que entender de direito, em especial indicando o paradeiro do Requerido(s) para que possa ser citado, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7005336-27.2021.8.22.0005
Classe : Execução de Título Extrajudicial
Assunto : Duplicata
EXEQUENTE: ELLUS DISTRIBUIDORA DE PECAS E LUBRIFICANTES LTDA - EPP, CNPJ nº 34452136000154
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: PRISCILA FERRAZ SANTOS, OAB nº RO6990, JAIR FERRAZ DOS SANTOS, OAB nº RO2106A
EXECUTADOS: WESLEY BAUDISON DE SOUZA 02590375166, CNPJ nº 26035074000157, WESLEY BAUDISON DE SOUZA, CPF nº 02590375166
DESPACHO
Considerando a petição da parte Exequente juntada no ID nº 92987972. Procedi o desbloqueio dos valores pelo sistema do SISBAJUD, conforme arquivos em anexos.
Homologo o acordo firmado entre as partes ID nº 92246614 e 92246615, cujo termo final para pagamento é 20 de setembro de 2023, e suspendo o feito até referida data, para que a parte executada cumpra a obrigação, nos moldes do que estabelece o artigo 922, do CPC.
Decorrido o prazo supra, manifeste-se a parte exequente, em termos de seguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, informando acerca do cumprimento do acordo, se houve o adimplemento total do seu crédito, sob pena de extinção do feito pelo pagamento e remoção da restrição sobre o veículo da parte Executada.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7004847-19.2023.8.22.0005
Classe : Cumprimento de sentença
Assunto : Causas Supervenientes à Sentença
REQUERENTE: JOSE CARLOS TEODORO, CPF nº 21500002968
ADVOGADOS DO REQUERENTE: Nailson Nando Oliveira de Santana, OAB nº RO2634, GABRIEL ALENCAR DE ABREU, OAB nº RO12826
REQUERIDO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
DESPACHO
Manifeste-se a parte exequente, em termos de seguimento, quanto a petição da parte Executada juntada no ID nº 93211944 e documentos em anexos, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
PROCESSO: 7007976-32.2023.8.22.0005
Classe : Carta Precatória Cível
Assunto : Citação
DEPRECANTES: LOCA-MAQUINAS LOCACAO DE MAQUINAS LTDA - ME, CNPJ nº 08488130000127, TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO ACRE, CNPJ nº 04034872000121
DEPRECANTES SEM ADVOGADO(S)
DEPRECADO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 19.484,74
DECISÃO
Trata-se de carta precatória oriunda dos Juizados Especiais Cíveis da comarca de Rio Branco/AC, endereçada aos Juizados Especiais desta comarca.
Redistribua-se, portanto, aos Juizados Especiais desta Comarca, COM REDOBRADA URGÊNCIA, tendo em conta a data da audiência designada: 04 de agosto próximo.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/ MANDADO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos

Juiz (a) de Direito
DEPRECANTES: LOCA-MAQUINAS LOCACAO DE MAQUINAS LTDA - ME, CNPJ nº 08488130000127, RODOVIA BR-364 7540, KM 07, ST 01, LT 03 DISTRITO INDUSTRIAL - 69920-193 - RIO BRANCO - ACRE, TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO ACRE, CNPJ nº 04034872000121

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7008033-50.2023.8.22.0005
Classe : Execução de Título Extrajudicial
Assunto : Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO MACHADO - CREDISIS JI-CRED, CNPJ nº 02309070000151
ADVOGADO DO EXEQUENTE: NEUMAYER PEREIRA DE SOUZA, OAB nº RO1537
EXECUTADOS: BRUNO RODRIGUES DE CARVALHO, CPF nº 91313104272, ALTO NIVEL MODA COUNTRY E AGRONEGOCIOS EIRELI - ME, CNPJ nº 21970354000139
VALOR DA CAUSA: R$ 20.594,07
DESPACHO
Aguarde-se, pelo prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas iniciais pela parte Autora, tendo em vista não ter comprovado o cumprimento da respectiva providência.
Com a comprovação do recolhimento no prazo estabelecido, à CPE deverá cumprir as ordens que seguem :
Fixo honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da execução, a serem pagos pelo executado (CPC, artigo 827), sem prejuízo de majoração nas hipóteses legais, como, por exemplo, no caso de embargos (CPC, artigo 827, § 2º).
CITE-SE a parte executada para pagar a dívida em execução no prazo de 03 (três) dias, contados da citação (CPC, artigo 829).
Na mesma oportunidade da citação, deverá a parte executada ser intimada de que poderá opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução (CPC, art. 913), no prazo de 15 dias (CPC, art. 915), alegando as matérias previstas no art. 917 do CPC.
Salvo decisão em sentido contrário, os embargos não possuem efeito suspensivo (CPC, art. 919).
Havendo pagamento integral no prazo assinalado, os honorários ficam reduzidos pela metade (CPC, artigo 827, §1º).
Decorrido o prazo sem a comprovação no pagamento, deverá o Oficial de Justiça, com o mesmo mandado, realizar a penhora e a avaliação de bem do devedor, de tudo lavrando-se auto e intimando-se o executado, nos termos do artigo 829, § 1º, do CPC.
A penhora deverá recair sobre os bens eventualmente indicados pela parte exequente, salvo se outros forem indicados pelo executado e aceitos pelo juiz, mediante demonstração de que a constrição proposta lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente (CPC, artigo 829, § 2º).
Nos termos do artigo 831 do CPC, a penhora deverá recair sobre tantos bens que se fizerem necessários e suficientes para garantir o pagamento do valor principal atualizado, dos juros, das custas e dos honorários advocatícios.
O Oficial de Justiça deverá atentar-se para que a penhora não recaia sobre bens impenhoráveis ou inalienáveis (CPC, artigo 832), bem como quanto à ordem preferencial de penhora do artigo 835 do CPC e quanto ao procedimento legal previsto em detrimento da natureza do objeto a ser penhorado.
Na hipótese do executado impedir o acesso do Oficial de Justiça aos bens a serem penhorados, inclusive no caso de fechar as portas da casa ou do estabelecimento, deverá o Oficial de Justiça intimá-lo de que poderá ser expedida ordem de arrombamento para garantir o cumprimento da diligência (CPC, artigo 846). Nesse caso o Oficial de Justiça deverá certificar o ocorrido e solicitar ao Juiz a expedição de ordem de arrombamento, mediante a apresentação da certidão.
O termo de penhora deverá atender aos requisitos do artigo 838 do CPC e a nomeação do depositário deverá observar a ordem de preferência descrita no artigo 840 do referido código.
No que se refere à nomeação do depositário, considerando que nesta comarca não existe depositário judicial, eventuais móveis, semoventes e demais bens relacionados no inciso II do art. 840 do CPC que forem penhorados deverão ser depositados preferencialmente com o exequente (§1º do art. 840 do CPC), ficando desde já autorizada a respectiva remoção para que o respectivo depósito possa ser levado a efeito, podendo o Oficial de Justiça promover contato prévio com o exequente e/ou seu advogado a fim de ajustar a data da diligência, local de entrega e demais meios que forem necessários para o cumprimento da providência, ficando sob inteira responsabilidade e ônus do credor o fornecimento dos meios necessários ao atendimento do ato.
Nos termos do §2º do art. 840 do CPC, os bens referidos no inciso II do art. 840 do CPC) somente serão depositados em poder do executado na hipótese de difícil remoção, impossibilidade ou do exequente eventualmente recusar o encargo de depositário, bem como no caso do Oficial de Justiça não conseguir estabelecer contato com o exequente e/ou seu advogado em tempo hábil ao cumprimento da diligência.
A avaliação será realizada pelo Oficial de Justiça (CPC, artigo 870), a qual deverá constar de vistoria e laudo anexados ao auto de penhora, onde se especificará minuciosamente o objeto penhorado, com todas as suas características, benfeitorias, estado em que se encontram e respectivos valores (CPC, artigo 872, I e II), devendo o Oficial de Justiça se atentar para os casos em que o objeto da penhora reclamar as providências dos §§ 1º e 2º do artigo 872 do CPC.
Sem prejuízo das providências anteriores, deverá o Oficial de Justiça identificar e qualificar o possuidor do bem penhorado na data da constrição, seja para o caso de bens móveis ou imóveis, bem como intimá-lo da penhora.
Efetuada a penhora, do ato deverá ser imediatamente intimado o devedor, na forma do artigo 841 do CPC.
Recaindo a penhora sobre bem imóvel ou direito real sobre bem imóvel, deverá o Oficial de Justiça intimar também o cônjuge da parte executada, exceto se forem casados no regime de separação absoluta de bens (CPC, artigo 842), bem como o coproprietário ou o possuidor, quando existirem.
Se a penhora recair sobre bem indivisível, para eventuais fins do disposto no artigo 843 do CPC, o Oficial de Justiça deverá certificar quanto à existência de cônjuge, coproprietário ou copossuidor, identificando-os e intimando-os da penhora.

Para a tentativa de penhora, caso o executado não indique bens e na hipótese de não serem encontrados bens penhoráveis em seu poder/residência/estabelecimento, deverá o Oficial de Justiça diligenciar a tantos órgãos e entidades competentes para registros de existência e movimentação de bens móveis (IDARON, Prefeitura, Junta Comercial, etc) quantos forem possíveis a fim de esgotar todas as diligências que possam ser empregadas na tentativa de encontrar bens do devedor, de tudo certificando pormenorizadamente nos autos. Não será necessária consulta ao DETRAN pois, em havendo tal necessidade, o Juízo valer-se-á do sistema RENAJUD.

No caso de não serem encontrados bens para penhora, o Oficial de Justiça deverá descrever os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, nomeando e intimando o executado ou seu representante legal como depositário provisório de tais bens pelo prazo de até 90 (noventa dias), advertida de que se não houver retorno do oficial para realizar a penhora dos bens arrolados, o depósito dar-se-á por extinto independentemente de nova intimação (CPC, artigo 836, §§ 1º e 2º). Nesse caso, a parte autora deverá ser intimada pela Escrivania para se manifestar sobre os bens relacionados no prazo de 10 (dez) dias, advertida de que a inércia importará no automático desfazimento do depósito.

Nos termos do artigo 405, § 3º, das DGJ, deixando o Oficial de Justiça de relacionar os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do devedor, na hipótese de não serem encontrados bens que possam ser penhorados e deixando de apresentar justificativa plausível e circunstanciada da impossibilidade de relacionar os bens, não lhe será devida a produtividade por nenhum dos demais atos que eventualmente tiverem sido cumpridos.

Na hipótese do oficial de justiça não encontrar o executado, deverá realizar o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução (CPC, artigo 830).

Havendo arresto, nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do ato, o oficial de justiça deverá procurar o executado 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, deverá realizar a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (CPC, artigo 830, §1º).

Se aperfeiçoada a citação por hora certa e transcorrido o prazo de pagamento sem a quitação da dívida, o arresto fica automaticamente convertido em penhora, independentemente de termo (CPC, artigo 830, §3º), devendo o oficial de justiça intimar cônjuges, coproprietários, possuidores e copossuidores do arresto; avaliar pormenorizadamente os bens arrestados, descrevendo os bens com todas as suas benfeitorias e valores; descrever as diligências empreendidas e apresentar as justificativas circunstanciadas da impossibilidade de cumprimento de quaisquer atos/intimações, sob pena de prejuízo ao pagamento da diligência.

Para o caso de penhora ou arresto de fração de bem imóvel, deverá o Oficial de Justiça descrever criteriosamente a fração do imóvel que foi penhorada ou arrestada, inclusive das benfeitorias, situação, conservação e valores existentes na porção penhorada/arrestada, identificando sua localização dentro do imóvel e apresentando mapa descritivo que identifique a localização da fração constrita, de tudo dando ciência ao proprietário, ao coproprietário, ao devedor, ao cônjuge e ao possuidor ou copossuidor.

Restando operada a penhora, ainda que por meio de arresto convertido e não havendo embargos/impugnação, e também na hipótese de restar frustrada a tentativa de citação ou de realização de penhora ou arresto, intime-se a parte autora para se manifestar e requerer o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de levantamento da penhora e extinção do processo por abandono.

Nessa oportunidade, intime-se o exequente de que, no caso de penhora/arresto, incumbirá a ele providenciar a averbação do arresto ou da penhora na unidade de registro que for competente (IDARON, Prefeitura, Bolsa de Valores, Junta Comercial, etc), mediante apresentação de cópia do auto ou termo, independentemente de ordem judicial, para que haja absoluta presunção de conhecimento por terceiros (CPC, artigos 844 e 799, IX).

Havendo penhora ou arresto de bens, incumbirá à parte exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora na unidade de registro que for competente (Cartório de Registro de Imóveis, DETRAN, IDARON, Prefeitura, Bolsa de Valores, Junta Comercial, etc), mediante apresentação de cópia do auto ou termo, independentemente de ordem judicial, para que haja absoluta presunção de conhecimento por terceiros, conforme prescrevem os artigos 844 e 799, inciso IX do Código de Processo Civil, ficando sob sua responsabilidade promover eventual baixa posterior da averbação logo que for oportuno, bem como efetuar o pagamento das custas e emolumentos decorrentes das averbações e baixas.

Logo, deverá o Oficial de Justiça e a escrivania absterem-se de encaminhar mandado físico aos referidos órgãos, inclusive ao Cartório de Registro de Imóveis, para realização da referida averbação.

Na hipótese de não haver manifestação do advogado sobre a penhora, arresto ou diligência negativa, intime-se pessoalmente a parte requerente para dar andamento ao processo em 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por abandono.

Na hipótese de restar negativa a diligência, seja no que se refere à localização do devedor ou de bens para penhora ou arresto, deverá o oficial de justiça especificar circunstanciadamente todas as diligências que realizou na tentativa de cumprir o ato (DGJ, artigo 393), inclusive especificar o local em que a parte foi encontrada nos casos em que ele não residir no endereço mencionado na inicial, descrevendo pormenorizadamente o endereço onde a parte foi localizada (DGJ, artigo 393, § único), sob pena de prejuízo no pagamento da diligência.

Para fins de citação, intimação e nomeação de depositário, o Oficial de Justiça deverá exigir a exibição do documento de identidade do citando, intimando ou do depositário, anotando na certidão lavrada os respectivos números (DGJ, artigo 394), sob pena de ser considerado não praticado o ato para fins de pagamento de produtividade (DGJ, artigo 396).

Se requerido pela exequente, desde já autorizo a expedição de certidão de ajuizamento desta execução, nos termos do artigo 828 do CPC.

Serve o presente despacho como mandado/carta de citação/intimação da parte devedora, bem como de penhora e arresto de bens, além de intimação – sobre os atos de constrição – do executado, do cônjuge, do coproprietário, do possuidor e do copossuidor, devendo a escrivania se atentar para os casos em que a Lei ou as normativas institucionais determinam que se cumpra a citação ou intimação por meio de carta com aviso de recebimento, via sistema eletrônico, Diário da Justiça ou remessa/vista dos autos.

Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023

Robson Jose dos Santos

Juiz (a) de Direito

EXECUTADOS: BRUNO RODRIGUES DE CARVALHO, CPF nº 91313104272, ESTRADA NOVA LONDRINA, CONDOMÍNIO ALDEIA DO LAGO s/n ÁREA RURAL DE JI-PARANÁ - 76914-899 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, ALTO NIVEL MODA COUNTRY E AGRONEGOCIOS EIRELI - ME, CNPJ nº 21970354000139, RUA LUIZ MUZAMBINHO 1590, - DE 1571/1572 A 1901/1902 NOVA BRASÍLIA - 76908-398 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7007892-02.2021.8.22.0005
Classe : Cumprimento de sentença
Assunto : Compra e Venda
REQUERENTE: POSTO LIDER COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ nº DESCONHECIDO
ADVOGADO DO REQUERENTE: ANTONIO ZENILDO TAVARES LOPES, OAB nº RO7056
EXCUTADO: RONALDO ADRIANO SANTANA, CPF nº 71336117249
DESPACHO
Indefiro o pedido ID nº 92987014, eis que a citação da parte Executada já ocorreu, conforme ID nº 62110964. Sendo assim não guarda correlação com a situação dos autos, que encontra-se em fase de penhora de bens.
Manifeste-se a Exequente em termos de seguimento, indicando bens da parte Executada passível de penhora, bem como deverá informar o local em que poderá ser encontrado, a fim de viabilizar o cumprimento do mandado de penhora, avaliação e intimação pelo Oficial de Justiça, ou requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7000368-17.2022.8.22.0005
Classe : Execução de Título Extrajudicial
Assunto : Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO, OAB nº RO6338, PROCURADORIA DA SICOOB CENTRO - COOPERATIVA DE CRÉDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: AIZIANE DE OLIVEIRA MOREIRA, CPF nº 94996598204, JEAN CARLOS DE OLIVEIRA, CPF nº 47924276220
DESPACHO
Considerando a petição do Exequente juntada no ID nº 93229190:
Oficie-se ao Idaron solicitando informações sobre a existência de semoventes e qual a quantidade, marca e localização, cadastrados em nome da parte Executada AIZIANE DE OLIVEIRA MOREIRA, CPF nº 94996598204 e JEAN CARLOS DE OLIVEIRA, CPF nº 47924276220.
Prazo para resposta 10(dez) dias, sob pena de configuração de crime de desobediência.
Caso positivo, que seja efetuada a restrição da transferência dos referidos bens, até ulterior deliberação.
Expeça-se o necessário.
Com a resposta, intime-se a parte Exequente, para manifestar em termos de seguimento, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
SERVINDO o presente DESPACHO como OFICIO ao IDARON .
E-mail para resposta : cpe3civjip@tjro.jus.br
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784 e-mail: cpe3civjip@tjro.jus.br
Processo : 7012731-36.2022.8.22.0005
Classe : INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: Nilza Alves da Conceição e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: ANTONIO KLECIO LIMA DE SOUSA - RO7679
Advogados do(a) REQUERENTE: ELSON BELEZA DE SOUZA - RO5435, ERISSON RICARDO ROBERTO RODRIGUES DA SILVA - RO5440, LORENA INGRITY CARDOSO REIS - RO10449
INVENTARIADO: ARLINDA DE MATOS CANDIDO e outros
Intimação AUTOR
Fica a parte AUTORA intimada acerca do despacho : "[...]A herdeira ingressante deverá se manifestar quanto aos termos da primeira declaração ID no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de seu silêncio ser compreendido como anuência aos respectivos termos.
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7003379-54.2022.8.22.0005
Classe : Cumprimento de sentença
Assunto : Requisição de Pequeno Valor - RPV, Benefício de Ordem
EXEQUENTE: VILMA MARTINELLI DE JESUS, CPF nº 15216888268
ADVOGADO DO EXEQUENTE: Nailson Nando Oliveira de Santana, OAB nº RO2634
EXECUTADO: MUNICIPIO DE JI-PARANA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ

DESPACHO
Remetam-se os autos à contadoria para que apresente o valor correto da presente execução, tendo em vista a controvérsia existente entre as partes.
Com a vinda dos cálculos, sem necessidade de nova conclusão, intime-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestem-se acerca do relatório apresentado pelo contador judicial.
Em seguida, tornem os autos conclusos para decisão.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7012223-90.2022.8.22.0005
Classe : Divórcio Litigioso
Assunto : Dissolução
REQUERENTE: C. S. D. C., CPF nº 02645988229
ADVOGADO DO REQUERENTE: SOLANGE MENDES CODECO PEREIRA, OAB nº RO2949
REQUERIDO: F. D. S. S., CPF nº 83598006268
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 1.000,00
DESPACHO
Nos termos do § 3º, do art. 256, do CPC, para que a parte requerida seja considerada em local ignorado ou incerto, faz-se necessária a requisição de informações nos cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias de serviços públicos.
Ademais, o Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia já sedimentou que "É válida a citação efetivada por edital, quando esgotadas todas as possibilidades de localização do devedor" (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 0003466-70.2015.822.0007, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 25/05/2020).
Assim, indefiro, por ora, o requerimento de citação editalícia.
Considerando ser a Requerente beneficiária da gratuidade judiciária, determinei nesta oportunidade a busca de informações junto ao sistema Infojud da Receita Federal, o qual logrou encontrar endereço do Requerido, conforme espelho em anexo, a saber, Rua João Batista Neto, nº 2152, B. Nova Brasília, Ji-Paraná/RO. CEP 78.961-970.
Assim, pratique-se o necessário com vistas a citação do Requerido.
Restando mais uma vez frustrada a diligência, desde já fica autorizada a citação ficta com o prazo de 20 dias.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: C. S. D. C., CPF nº 02645988229, RUA PORTO ALEGRE 1001, - DE 731 A 1197 - LADO ÍMPAR SÃO FRANCISCO - 76908-205 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
REQUERIDO: F. D. S. S., CPF nº 83598006268, RUA URUGUAI 1305, - DE 401 AO FIM - LADO ÍMPAR FAZENDA - 88302-203 - ITAJAÍ - SANTA CATARINA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7011615-63.2020.8.22.0005
Classe : Cumprimento de sentença
Assunto : Liminar , Requisitos, Direitos e Títulos de Crédito
EXEQUENTE: DIEGO SOARES RIBEIRO, CPF nº 01170603211
ADVOGADO DO EXEQUENTE: NAIANY CRISTINA LIMA, OAB nº RO7048
EXECUTADOS: ESTER VICENTINA DA SILVA SANTOS, EMPRESTIMO DIGITAL SEGURO, PAULO HERMINIO DA SILVA, CPF nº 76091953400
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Considerando o pedido da parte Exequente juntado no ID nº 92527076, procedi as pesquisas junto aos sistemas : SISBAJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, para obtenção do endereço do representante legal da pessoa jurídica da Executada o Sr. PAULO HERMINIO DA SILVA, CPF nº 760.919.534-00, com resultados conforme arquivos em anexos.
Manifeste-se a parte Exequente, em termos de seguimento, requerendo o que entender de direito, em especial indicando o paradeiro do representante legal da pessoa jurídica da Executada o Sr. PAULO HERMINIO DA SILVA, CPF nº 760.919.534-00, para que possa ser Intimado conforme determinado no Despacho ID nº 88159477, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7005830-86.2021.8.22.0005
Classe : Cumprimento de sentença

Assunto : Fornecimento de Água
EXEQUENTE: STUTZ - ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME, CNPJ nº 04243103000133
ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDILSON STUTZ, OAB nº RO309B
EXECUTADO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADOS DO EXECUTADO: JOSE MARIA ALVES LEITE, OAB nº RO7691, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
DESPACHO
Considerando a Certidão ID nº 92707090, informando que há saldo em conta judicial; Considerando o valor depositado na conta judicial é referente aos honorários advocatícios devidos ao Odilon para a Caerd, conforme petição da parte Exequente juntada no ID nº 93172265.
Fica a parte Executado, intimada na pessoa do respectivo patrono, para que indique dados bancários que possibilite a expedição de alvará eletrônico, para transferência dos valores depositados em conta judicial, prazo de 05 (cinco) dias.
Indefiro por hora o pedido buscas à penhora online de valores através dos sistemas SISBAJUD, conforme petição da parte Exequente juntada no ID nº 93172265, eis que não guarda correlação com a situação dos autos.
Cumpra-se pois á CPE o determinado no Despacho do ID nº 92470419.
Expedida a RPV e enviada para cumprimento, aguarde-se por 60 (sessenta) dias o seu pagamento.
Após decorrido o prazo sem comprovante de pagamento ou feito o pagamento, via RPV, intime-se o(a) exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se ainda tem algum interesse no feito, ou se a obrigação se encontra satisfeita, sob pena de presunção da quitação da obrigação e arquivamento do feito.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
, nº , Bairro , CEP ,
PROCESSO: 7060702-63.2021.8.22.0001
REQUERENTES: JORGINA BUZATT FELISBERTO, CPF nº 15718123187, VERIDIANA CRISTINA BUZATT FELISBERTO, CPF nº 64288927234, ANNA CAROLINA BUZATT FELISBERTO, CPF nº 78614023200, CARLOS GABRIEL BUZATT DE MACEDO FELISBERTO, CPF nº 00794379230, THALES AUGUSTO BUZATT FELISBERTO DE MACEDO, CPF nº 69085560268
ADVOGADO DOS REQUERENTES: ANA CAROLINE DIAS COCIUFFO VILLELA, OAB nº RO7489
SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 22.192,95
DESPACHO
Trata-se de Ação de Alvará Judicial manejada pelos sucessores do de cujus Carlos Felisberto na qual, inicialmente, visaram sua habilitação na Ação nº ExMS 10424, que tramitou junto ao C. STJ, aforada pelo SINDSEF/RO, em substituição ao sucedido, com vistas ao levantamento dos créditos lá existentes.
No curso da demanda os respectivos valores foram transferidos a este juízo com vistas à sua final destinação.
Pois bem!
Considenrando que o feito já se encontra sentenciado, resta apenas o levantamento dos referidos valores para exaurimento dos atos processuais o que fica deferido neste momento.
No que toca à separação dos respectivos honorários advocatícios, registro que o sistema de Alvará Judicial Eletrônico não comporta tal seguimentação em termos percentuais, mormente tendo em conta os rendimentos gerados no lapiso transcorrido até sua efetivação.
Desta feita, tendo em conta que a causídica detém a outorga para soerguer valores judiciais (Num. 63617315 - Pág. 1, Num. 63617317 - Pág. 1, Num. 63617318 - Pág. 1, Num. 63617320 - Pág. 1 e Num. 63617321 - Pág. 1) determino o levantamento integral do valor em seu favor da causídica ficando a seu cargo os respectivos repasses contratuais aos constituintes.
Para tanto, informe nos autos os dados relativos à respectiva conta bancária com vistas à viabilização da transferência via Alvará Judicial Eletrônico, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de transferência à conta centralizadora do Tribunal de Justiça.
Decorrido o prazo, torne os autos conclusos para decisão.
Int.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTES: JORGINA BUZATT FELISBERTO, CPF nº 15718123187, RUA JOÃO PEDRO DA ROCHA 2509, APTO 401 EMBRATEL - 76820-888 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, VERIDIANA CRISTINA BUZATT FELISBERTO, CPF nº 64288927234, RUA JOÃO PEDRO DA ROCHA 2509, APTO 401 EMBRATEL - 76820-888 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ANNA CAROLINA BUZATT FELISBERTO, CPF nº 78614023200, RUA JOÃO PEDRO DA ROCHA 2509, APTO 401 EMBRATEL - 76820-888 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, CARLOS GABRIEL BUZATT DE MACEDO FELISBERTO, CPF nº 00794379230, RUA JOÃO PEDRO DA ROCHA 2509, APTO 401 EMBRATEL - 76820-888 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, THALES AUGUSTO BUZATT FELISBERTO DE MACEDO, CPF nº 69085560268, RUA JOÃO PEDRO DA ROCHA 2509, APTO 401 EMBRATEL - 76820-888 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

_____

PROCESSO: 7007108-25.2021.8.22.0005
Classe : Alvará Judicial - Lei 6858/80
Assunto : Levantamento de Valor
REQUERENTE: NAZARETH APARECIDA DOS REIS BARBOSA, CPF nº 51147149291
ADVOGADO DO REQUERENTE: ANA CAROLINE DIAS COCIUFFO VILLELA, OAB nº RO7489
SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 22.236,16
DESPACHO
Trata-se de Ação de Alvará Judicial manejada pela única sucessora do de cujus Bárbara Conceição dos Reis , a Requerene Nazareth Aparecida dos Reis Barbosa na qual, inicialmente, visaram sua habilitação na Ação nº ExMS 10424, que tramitou junto ao C. STJ, aforada pelo SINDSEF/RO, em substituição ao sucedido, com vistas ao levantamento dos créditos lá existentes.
No curso da demanda os respectivos valores foram transferidos a este juízo com vistas à sua final destinação.
É o essencial relatório. Decido.
De início, insta considerar que o feito já se encontra sentenciado, restando apenas o levantamento dos referidos valores para exaurimento dos atos processuais o que fica deferido neste momento.
Acerca da separação dos respectivos honorários advocatícios, por outro lado, registro que o sistema de Alvará Judicial Eletrônico não comporta tal seguimentação em termos percentuais, o que inviabiliza o cumprimento na forma pleiteada, mormente tendo em conta os rendimentos gerados no lapiso transcorrido até sua efetivação.
Desta feita, tendo em conta que a causídica detém a outorga para soerguer valores judiciais (Num. 59741965 - Pág. 1) determino o levantamento integral do valor em favor da patrona ficando a seu cargo os respectivos repasses contratuais à sua constituinte.
Para tanto, informe nos autos os dados relativos à respectiva conta bancária com vistas à viabilização da transferência via Alvará Judicial Eletrônico, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de transferência à conta centralizadora do Tribunal de Justiça.
Decorrido o prazo, torne os autos conclusos para decisão.
Int.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: NAZARETH APARECIDA DOS REIS BARBOSA, CPF nº 51147149291, RUA SÃO MANOEL 1011, - DE 880/881 A 1458/1459 JARDIM PRESIDENCIAL - 76901-050 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

_____

PROCESSO: 7005554-21.2022.8.22.0005
Classe : Cumprimento de sentença
Assunto : Cédula de Crédito Comercial
EXEQUENTE: SEBASTIAO LUMINATO DA SILVA, CPF nº 55901778200
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: AURELI LOPES DE FRANCA, OAB nº RO10675, FABRICE FREITAS DA SILVA, OAB nº RO9487A
EXECUTADO: FRIGORIFICO RIO MACHADO INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES LTDA, CNPJ nº 33129474000197
ADVOGADO DO EXECUTADO: ARLINDO FRARE NETO, OAB nº RO3811
DESPACHO
Considerando que o pedido do Exequente juntado no ID nº 93174460, trata-se de cumprimento de sentença.
Fica a parte Executada, intimada, na pessoa de seu advogado constituído nos autos, para que, observando as disposições do artigo 513, § 2º, do CPC, para, em 15 (quinze) dias, pagar a importância executada, mais as custas processuais, sob pena de o débito ser acrescido de multa processual e honorários advocatícios, cada um na razão de 10% sobre o valor devido (artigo 523, § 1º, do CPC).
Advirta-o de que havendo pagamento parcial no prazo previsto acima, a multa e os honorários incidirão sobre o remanescente do débito e de que transcorrido o prazo para pagamento voluntário inicia-se o prazo para impugnação, que deverá ser realizada em observância ao disposto no artigo 525 do CPC.
Em não havendo pagamento, certifique-se e intime-se o credor para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito, acrescendo aos cálculos a multa de 10% (dez por cento), inclusive com os honorários de advogado, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor excutido, bem como para requerer o que entender pertinente para a satisfação de seu crédito.
Caso solicite bloqueio de bens e valores, a petição deverá vir acompanhada do comprovante de pagamento das custas previstas no art. 17, do Regimento de Custas, sob pena de indeferimento, ressalvando a hipótese de ser beneficiário da assistência judiciária gratuita.
Com os cálculos, venham os autos conclusos.

Sem prejuízo, desde logo, caso requerido pela parte, autorizo a expedição da certidão do teor da decisão, que deverá ser fornecida conforme artigo 517, § 2º, do CPC, após o decurso do prazo para pagamento voluntário, de modo a permitir que a parte efetue o protesto.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7013941-25.2022.8.22.0005
Classe : Procedimento Comum Cível
Assunto : Rescisão / Resolução, Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, Indenização por Dano Material
AUTOR: ARMANDO DE SOUZA DIAS FILHO, CPF nº 36871435204
ADVOGADO DO AUTOR: ALDO MANOEL CAVICHIOLI ROQUE, OAB nº RO11408
REU: VÍDEO SERVICE - ENERGIA SOLAR, CNPJ nº DESCONHECIDO, BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A
ADVOGADOS DOS REU: JOAO FRANCISCO ALVES ROSA, OAB nº BA17023, PROCURADORIA BANCO BV S.A
DESPACHO
Considerando o pedido da parte Requerente do ID nº 92732635, procedi a pesquisa de busca de endereço do(s) Requerido(s) VÍDEO SERVICE - ENERGIA SOLAR, pelo sistema INFOJUD, conforme arquivo em anexo.
Manifeste-se a parte Requerente, em termos de seguimento, requerendo o que entender de direito, em especial indicando o paradeiro do Requerido(s) VÍDEO SERVICE - ENERGIA SOLAR, para que possa ser citado, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito

Ji-Paraná - 3ª Vara Cível

PROCESSO: 7003674-62.2020.8.22.0005
Classe : Cumprimento de sentença
Assunto : Duplicata
EXEQUENTE: MIRIAN AUTO POSTO LTDA, CNPJ nº 16519674000137
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANDRE RICARDO STRAPAZZON DETOFOL, OAB nº RO4234
EXECUTADOS: ACF CARDOSO KRIGER TRANSPORTES, CNPJ nº 29109644000102, ANA CARLA FERNANDES CARDOSO, CPF nº 02863490273
DESPACHO
Considerando a petição do Exequente ID nº 92999046. O feito deverá ser arquivado provisoriamente, passando a correr o prazo de prescrição intercorrente (art. 921, §2º) imediatamente, cujo desarquivamento ficará condicionado a demonstração de efetiva alteração da condição econômica do executado.
Decorrido o prazo prescricional sem manifestação, desarquivem-se e intimem-se as partes, por meio de seus patronos se houver, para que se manifestam quanto a prescrição, no prazo de 15 dias, conforme determina o art. 921, §5º do CPC.
Ji-Paraná/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson Jose dos Santos
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe3civjip@tjro.jus.br
Processo : 7005429-53.2022.8.22.0005
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.
Advogados do(a) AUTOR: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - RO4943-A, THIAGO DE SIQUEIRA BATISTA MACEDO - RO6842
REU: ELIAZI CHAVES ALVES
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS EDITAL Fica a parte AUTORA intimada a proceder o recolhimento de custas para publicação do Edital no DJ, no prazo de 05 (cinco) dias, sob o CÓDIGO 1027. O boleto deverá ser gerado no sistema de controle de custas processuais no seguinte link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
- Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo : 7009499-21.2019.8.22.0005
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BOASAFRA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: GIANE ELLEN BORGIO BARBOSA - RO0002027A
EXECUTADO: JULIO CESAR DE SOUZA BUENO
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe3civjip@tjro.jus.br
Processo : 7011463-49.2019.8.22.0005
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
Advogado do(a) EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO - SP305896
EXECUTADO: DABYLLA NAYANNE SILVA
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS REPETIÇÃO DE ATO
Fica a parte AUTORA intimada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, CÓDIGO 1008.1, conforme estabelecido no art. 19 da Lei 3.896/2016 para remessa do ofício ao órgão empregador da executada.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe2civjip@tjro.jus.br
Processo : 7003676-32.2020.8.22.0005
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: CANDEIAS AUTO POSTO LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: ANDRE RICARDO STRAPAZZON DETOFOL - RO4234
EXECUTADO: ACF CARDOSO KRIGER TRANSPORTES e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca da certidão expedida nos autos id 92747970.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe2civjip@tjro.jus.br
Processo : 7007106-55.2021.8.22.0005
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ANTONINHO MOGNOL e outros (9)
Advogados do(a) EXEQUENTE: DARLENE DE ALMEIDA FERREIRA - RO0001338A, LUIZ CARLOS SILVA - SP168472
Advogado do(a) EXEQUENTE: LUIZ CARLOS SILVA - SP168472
EXECUTADO: FEDERAL DE SEGUROS S/A EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
Advogados do(a) EXECUTADO: ILZA REGINA DEFILIPPI - SP27215, NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO - SP61713, PATRICIA DE CASTRO DIAS - RJ177485, ROSANGELA DIAS GUERREIRO - RJ48812, WANUSA CAZELOTTO DIAS DOS SANTOS - RO0002326A
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca da certidão expedida nos autos id 93069371.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
Av Brasil, 595, Nova Brasília, Ji-Paraná/RO. Processo n.: 7007963-33.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Valor da causa: R$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)
Parte autora: MARCOS DA SILVA MAFRA, RUA TENENTE ANTÔNIO JOÃO - DE 1370, - DE 1311/1312 AO FIM JOTÃO - 76908-312 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, AV MARECHAL RONDON 527 CENTRO - 76900-244 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Parte requerida: MUNICIPIO DE JI-PARANA, AVENIDA DOIS DE ABRIL 1701, - DE 1772 A 2142 - LADO PAR DOIS DE ABRIL - 76900-808 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, Estado de Rondônia, AVENIDA DOS IMIGRANTES - DE 31 3503, - DE 3129 A 3587 - LADO ÍMPAR COSTA E SILVA - 76803-611 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c pedido de tutela de urgência proposta por MARCOS DA SILVA MAFRAMARCOS DA SILVA MAFRA, em face do ESTADO DE RONDÔNIA e MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ. Em síntese, que em consulta com médico da saúde da família, foi constatado que apresenta deslocamento de retina, contudo, necessita de consulta com médico oftalmologista, para avaliação sobre o tratamento a ser adotado. Diz que inobstante o encaminhamento feito pela rede municipal em 07/07/2023 com indicação de "risco vermelho" até o momento não houve o agendamento da consulta. Afirma que há urgência, dado o risco de perda da visão.
Pretende sejam compelidos os Requeridos a disponibilizarem a consulta, assim como, todos os demais procedimentos necessários para o tratamento da patologia.
Juntou documentos a provar o alegado
DECIDO
Passo a analisar o pedido, no que toca à tutela de urgência.
Considerando que a parte autora fundamenta este ponto da pretensão nos termos do que dispõe o art. 300 do Código de Processo Civil, deve-se analisar a presença dos pressupostos legais para o deferimento da medida.
Compulsando os autos, resguardadas as limitações inerentes a esta fase de cognição sumária, verifico a presença dos requisitos ensejadores da tutela de urgência pleiteada.
A probabilidade do direito sobre o qual se baseia o pedido de urgência decorre da própria relação jurídica estabelecida entre as partes, conforme se denota da documentação de id. 93204834 - Pág. 1293204834 - Pág. 12, onde há informação de que a requerente já solicitou a consulta e não houve resposta pelo SISREG.
De igual forma, juntou aos autos consulta médica ao id. 93204834 - Pág. 10 93204834 - Pág. 10 ,atestando a urgência da consulta com médico especialista.
De outro lado, o perigo de dano decorre do fato de a não realização da consulta pode acarretar danos irreversíveis, notadamente a perda da visão, não podendo aguardar o findar do processo, sob pena de se tornar ineficaz a medida.
Ainda, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que atende aos requisitos estabelecidos pela legislação processual (art. 300, §3º).
Ante o exposto, DEFIRO o pedido de TUTELA PROVISÓRIA ANTECIPADA, formulado pela parte autora e DETERMINO aos requeridos que, no prazo 24 (vinte quatro) horas, forneçam consulta com médico especialista em oftalmologia, assim como, os demais procedimentos necessários ao completo tratamento, sob pena de sequestro de valores, até decisão ulterior.
Defiro a gratuidade judiciária.
CITEM-SE os requeridos para, querendo, apresentarem contestação no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art.183 do CPC.
Vindo a contestação, intime-se à parte autora para se manifestar, em igual prazo.
Sem prejuízo das determinações supra, após intimação dos requeridos, decorrido prazo de 24 horas, intime-se a defensoria pelo meio mais célere possível (telefone, e-mail, WhatsApp, mandado) para informar o cumprimento da decisão.
Ante a urgência do pedido, havendo negativa ou inércia, desde já DETERMINO que seja realizado sequestro nas contas dos requeridos, proporcionalmente para cada um dos réus visando garantir a realização dos procedimentos pleiteados, cujo valor total será o menor orçamento juntado nos autos.
Cumpra-se com a urgência que o caso requer.
Int.
Ji-Paraná - 3ª Vara CívelJi-Paraná - 3ª Vara Cível
Robson Jose dos SantosRobson Jose dos Santos

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 3ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe3civjip@tjro.jus.br
Processo : 7006510-03.2023.8.22.0005
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: NALVA LIMA GALINDO DE CARVALHO
Advogado do(a) AUTOR: ALINE DE OLIVEIRA PINTO E AGUILAR - SP238574
REU: BANCO BMG S.A.
INTIMAÇÃO AUTOR - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência nos termos do Provimento 019/2021-CGJ, fica a parte AUTORA intimada da designação para que participe da solenidade devendo o patrono participar e assegurar que seu constituinte também participe. Fica ainda o patrono intimado da Certidão ID 93390560 que contém todas as informações e advertências necessárias para a realização da solenidade, ficando a seu encargo informar à parte todo o necessário:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 31/08/2023 09:20

4ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
, nº , Bairro , CEP ,
Número do processo: 7009046-55.2021.8.22.0005
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: REQUERENTE: JOSE GONÇALVES CAMPOS FILHO, RUA AURÉLIO BERNARDI 3001, - DE 2978/2979 AO FIM VALPARAÍSO - 76908-732 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: BASSEM DE MOURA MESTOU, OAB nº RO3680, ELAINE TORRES DE SOUZA MESTOU, OAB nº RO10587
Polo Passivo: REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
TRANSFERI 03/07
SENTENÇA
Foi realizada a penhora de valores através do sistema Sisbajud.
Intimada, a requerida não apresentou manifestação.
Assim, declaro satisfeita a obrigação, nos termos do artigo 924, II, do Novo Código de Processo Civil.
Promove-se a transferência da quantia para uma das contas judiciais vinculas a este Juízo.
Expeça-se alvará judicial na modalidade de transferência através da ferramenta alvará eletrônico, em nome de Elaine Torres de Souza Mestou.
O beneficiário deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada.
Aguarde-se por até cinco 05 (cinco) dias o cumprimento da ordem.
Sobrevindo informação de erro no cumprimento da ordem eletrônica, fica a CPE autorizada a proceder com a expedição de alvará sem necessidade de nova conclusão do processo.
Intime-se a requerida para promover o recolhimento das custas processuais no prazo de 15 dias.
Comprovado o recolhimento das custas, arquivem-se os autos.
Não havendo comprovação, promova-se a inscrição da requerida em dívida ativa e arquivem-se os autos.
Ji-Paraná, 14 de julho de 2023.
Silvio Viana
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe4civjip@tjro.jus.br
Processo : 7004940-16.2022.8.22.0005
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: Y. L. G. S.
Advogado do(a) REQUERENTE: MATHEUS ARAUJO MAGALHAES - RO10377
REQUERIDO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
Advogado do(a) REQUERIDO: ANDERSON FELIPE REUSING BAUER - RO5530
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
- Fone:(69) 34112910
Processo nº 7002922-22.2022.8.22.0005
REQUERENTE: ELIANE HONORIO DA SILVA
REQUERIDO: ADAIR ARAUJO DA SILVA
ATA DE AUDIÊNCIA
Aos dez dias do mês de julho do ano de 2023, na sala de audiências da Quarta Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná, onde se encontrava o Meritíssimo Juiz de Direito Silvio Viana, comigo secretária a seu cargo, abaixo nominada. Foi aberta às 9:00 horas a audiência designada para esta data, nos autos do processo n. 7002922-22.2022.8.22.0005, Ação de Divórcio cumulada com Guarda e Fixação de Alimentos em que figura como requerente Elaine Honorio da Silva e requerido Adair Araujo da Silva. Feito o pregão declararam-se presentes: a requerente Elaine Honório da Silva e sua Advogada Maria Aparecida da Silva Barroso, o requerido Adair Araujo da Silva e o Defensor Público João Verde Navarro França Pereira, e a Representante do Ministério Público Dra. Marcilia Ferreira da Cunha e Castro. Iniciados os trabalhos, foi proposta a conciliação entre as partes que restou frutífera nos seguintes termos: Com relação a partilha de bens, caberá à requerente o imóvel Urbano denominado lote nº01 (um) da Quadra nº 40 (Quarenta) do Loteamento Residencial Colina Park II, com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), nesta cidade; Uma motocicleta marca Honda, modelo CG 160 Start, ano e modelo 2019, Placa OHU6381. Caberá ao requerido um imóvel Urbano, medindo 10x30 (Dez metros de frente e fundos por Trinta metros de cada lateral), localizado à Rua: Ecoporanga, 1277, Bairro São Francisco, nesta cidade e o Imóvel rural constituído pelos lotes 2 e 3, fazendo

parte do Lote 54, da Secção “A”, da Gleba Piyrineos, com área de 400,00m2, localizado nesta cidade. Neste ato as partes declaram que inexistem outros bens a serem partilhados. Com relação a guarda dos filhos, a mesma será compartilhada, fixando a residência dos mesmos o endereço da requerente, sendo que as visitas do requerido já estão sendo exercidas na forma como já convencionado com a requerente. Com relação aos alimentos o requerido já está contribuindo coma quantia de R$ 400,00, neste ato equivalente a 30,30% do salário mínimo, que deverá ser reajustado nesse percentual quando houver aumento do salário. Dada a palavra ao Ministério Público, o mesmo se manifestou pela homologação do acordo, nos termos da gravação da audiência. A seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: Homologo o acordo celebrado entre as partes e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, III, “b” do Código de Processo Civil. Expeça-se formal de partilha em favor das partes e após arquivem-se os autos. Sem custas. Publicada esta em audiência, dou as partes por intimadas. A gravação desta audiência será anexada ao sistema DRS, de modo que os arquivos audiovisuais poderão ser acessados no sistema PJE, estando disponíveis na aba “audiência”, bastando clicar em seguida no link “Audiências gravadas do processo”. Tendo em vista tratar-se de autos processados pelo Sistema PJE, ficam os presentes cientificados que estão dispensados de assinarem a ata. Esta audiência foi realizada por videoconferência, através do aplicativo Hangouts Google Meet, conforme Art. 5º, “caput”, da Resolução/CNJ n. 354/2020. Nada mais para constar. Eu, Cleonice Bernardini, secretária a digitei e subscrevi.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
- Fone:(69) 34112910
Processo nº 7006312-97.2022.8.22.0005
REQUERENTE: KLEDI SENHORINHO DA SILVA
REQUERIDO: TARCILA SOTELI MAGALHAES
ATA DE AUDIÊNCIA
Aos onze dias do mês de julho do ano de 2023, na sala de audiências da Quarta Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná, onde se encontrava o Meritíssimo Juiz de Direito Silvio Viana, comigo secretária a seu cargo, abaixo nominada. Foi aberta às 9:00 horas a audiência designada para esta data, nos autos do processo n. 7006312-97.2022.8.22.0005, Ação de Divórcio cumulada com Guarda e Fixação de Alimentos em que figura como requerente Kledi Senhorinho da Silva e requerida Tarcila Soteli Magalhães. Feito o pregão declararam-se presentes: o requerente Kledi Senhorinho da Silva e o Defensor Público João Verde Navarro França Pereira, a requerida Tarcila Soteli Magalhães e sua Advogada Suellen Santana de Jesus, e a Representante do Ministério Público Dra. Marcília Ferreira da Cunha e Castro. Iniciados os trabalhos, foi proposta a conciliação entre as partes que restou frutífera nos seguintes termos: A filha do casal Elisa Senhorinho Soteli, continuará sob a guarda da genitora, resguardado ao genitor o direito de visitas aos finais de semana alternados, podendo pegá-la na residência da requerida sexta-feira as 08:00 horas e devolvê-la no domingo as 20:00 horas, cabendo neste caso à requerida retirar a criança da casa do pai. Na semana em que a criança passará os finais de semana com a genitora, o genitor poderá pegá-la na quarta-feira as 08:00 horas e devolvê-la na quinta-feira as 11:00 horas, nos mesmos moldes já convencionados. Com relação aos alimentos o genitor pagará a quantia de R$ 200,00, neste ato equivalente a 15,2% do salário mínimo, que deverá ser reajustado nesse percentual quando houver aumento do salário, com vencimento todo dia 01 de cada mês, iniciando-se em Agosto do corrente, mediante depósito na conta bancária da requerida, Banco do Brasil, Agência 0951-2, Conta 73099-8, Chave Pix 874.155.002-10. Dada a palavra ao Ministério Público, o mesmo se manifestou pela homologação do acordo, nos termos a gravação da audiência. A seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: Homologo o acordo celebrado entre as partes e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, III, “b” do Código de Processo Civil. Expeça-se termo de guarda em favor da genitora e após arquivem-se os autos. Sem custas. Publicada esta em audiência, dou as partes por intimadas. A gravação desta audiência será anexada ao sistema DRS, de modo que os arquivos audiovisuais poderão ser acessados no sistema PJE, estando disponíveis na aba “audiência”, bastando clicar em seguida no link “Audiências gravadas do processo”. Tendo em vista tratar-se de autos processados pelo Sistema PJE, ficam os presentes cientificados que estão dispensados de assinarem a ata. Esta audiência foi realizada por videoconferência, através do aplicativo Hangouts Google Meet, conforme Art. 5º, “caput”, da Resolução/CNJ n. 354/2020. Nada mais para constar. Eu, Cleonice Bernardini, secretária a digitei e subscrevi.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
- Fone:(69) 34112910
Processo nº 7001441-58.2021.8.22.0005
AUTOR: GETRO SOARES ARAUJO, K. D. M. S., J. A. D. M. S., H. D. M. S.
REU: VIVIANE DE MOURA ANASTACIO
ATA DE AUDIÊNCIA
Aos doze dias do mês de julho do ano de 2023, na sala de audiências da Quarta Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná, onde se encontrava o Meritíssimo Juiz de Direito Silvio Viana, comigo secretária a seu cargo, abaixo nominada. Foi aberta às 9:00 horas a audiência designada para esta data, nos autos do processo n. 7001441-58.2021.8.22.0005, Ação de Guarda cumulada com Alimentos em que figura como requerente Getro Soares Araújo e requerida Viviane de Moura Anastácio. Feito o pregão declararam-se presentes: o requerente Getro Soares Araújo e o Defensor Público João Verde Navarro França Pereira, a requerida Viviane de Moura Anastácio e sua Advogada Lucilene de Oliveira Santos, e a Representante do Ministério Público Dra. Marcília Ferreira da Cunha e Castro. Iniciados os trabalhos, foi proposta a conciliação entre as partes que restou infrutífera. Foi tomado o depoimento pessoal das partes em diálogo com ambos em audiências e ouvidas duas testemunhas arroladas pelo requerente. A seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte decisão: Declaro encerrada a instrução processual e substituo os debates orais pela entrega de alegações finais pelo prazo sucessivo de quinze dias. Decorrido tal prazo, ao Ministério Público. Com relação aos alimentos provisórios que foram fixados, levando-se em consideração que a filha Katrine de Moura Soares se encontra sob a guarda da requerida desde fevereiro do corrente, revogo os alimentos fixados, a partir do corrente mês, ficando cada uma das partes responsável pelos filhos que estão sob sua guarda de fato até o momento, de modo que os alimentos fixados terão vigência até janeiro do corrente. Saem os presentes intimados. A gravação desta audiência será anexada ao sistema DRS, de modo que os arquivos audiovisuais poderão ser acessados no sistema PJE, estando disponíveis na aba “audiência”,

bastando clicar em seguida no link “Audiências gravadas do processo”. Tendo em vista tratar-se de autos processados pelo Sistema PJE, ficam os presentes cientificados que estão dispensados de assinarem a ata. Esta audiência foi realizada por videoconferência, através do aplicativo Hangouts Google Meet, conforme Art. 5º, “caput”, da Resolução/CNJ n. 354/2020. Nada mais para constar. Eu, Cleonice Bernardini, secretária a digitei e subscrevi.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
- Fone:(69) 34112910
Processo nº 7001441-58.2021.8.22.0005
AUTOR: GETRO SOARES ARAUJO, K. D. M. S., J. A. D. M. S., H. D. M. S.
REU: VIVIANE DE MOURA ANASTACIO
ATA DE AUDIÊNCIA
Aos doze dias do mês de julho do ano de 2023, na sala de audiências da Quarta Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná, onde se encontrava o Meritíssimo Juiz de Direito Silvio Viana, comigo secretária a seu cargo, abaixo nominada. Foi aberta às 9:00 horas a audiência designada para esta data, nos autos do processo n. 7001441-58.2021.8.22.0005, Ação de Guarda cumulada com Alimentos em que figura como requerente Getro Soares Araújo e requerida Viviane de Moura Anastácio. Feito o pregão declararam-se presentes: o requerente Getro Soares Araújo e o Defensor Público João Verde Navarro França Pereira, a requerida Viviane de Moura Anastácio e sua Advogada Lucilene de Oliveira Santos, e a Representante do Ministério Público Dra. Marcília Ferreira da Cunha e Castro. Iniciados os trabalhos, foi proposta a conciliação entre as partes que restou infrutífera. Foi tomado o depoimento pessoal das partes em diálogo com ambos em audiências e ouvidas duas testemunhas arroladas pelo requerente. A seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte decisão: Declaro encerrada a instrução processual e substituo os debates orais pela entrega de alegações finais pelo prazo sucessivo de quinze dias. Decorrido tal prazo, ao Ministério Público. Com relação aos alimentos provisórios que foram fixados, levando-se em consideração que a filha Katrine de Moura Soares se encontra sob a guarda da requerida desde fevereiro do corrente, revogo os alimentos fixados, a partir do corrente mês, ficando cada uma das partes responsável pelos filhos que estão sob sua guarda de fato até o momento, de modo que os alimentos fixados terão vigência até janeiro do corrente. Saem os presentes intimados. A gravação desta audiência será anexada ao sistema DRS, de modo que os arquivos audiovisuais poderão ser acessados no sistema PJE, estando disponíveis na aba “audiência”, bastando clicar em seguida no link “Audiências gravadas do processo”. Tendo em vista tratar-se de autos processados pelo Sistema PJE, ficam os presentes cientificados que estão dispensados de assinarem a ata. Esta audiência foi realizada por videoconferência, através do aplicativo Hangouts Google Meet, conforme Art. 5º, “caput”, da Resolução/CNJ n. 354/2020. Nada mais para constar. Eu, Cleonice Bernardini, secretária a digitei e subscrevi.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
- Fone:(69) 34112910
Processo nº 7007164-87.2023.8.22.0005
REQUERENTE: HEBER DA SILVA MACEDO
REQUERIDO: DEISE BARBOSA MORAES
ATA DE AUDIÊNCIA
Aos quatorze dias do mês de julho do ano de 2023, na sala de audiências da Quarta Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná, onde se encontrava o Meritíssimo Juiz de Direito Silvio Viana, comigo secretária a seu cargo, abaixo nominada. Foi aberta às 9:00 horas a audiência designada para esta data, nos autos do processo n. 7007164-87.2023.8.22.0005, Ação de Reconhecimento e Dissolução de União Estável c/c Guarda, Visitas e Alimentos em que figura como requerente Heber da Silva Macedo e requerida Deise Barbosa Moraes. Feito o pregão declararam-se presentes: o requerente Heber da Silva Macedo e seus Advogados Maria de Lourdes Beccaria Santos e Amadeu Alves da Silva Junior, a requerida Deise Barbosa Moraes e seu Advogado Roger Moreira. Iniciados os trabalhos foi proposta a conciliação entre as partes, restando parcialmente frutífera nos seguintes termos: a requerida continuará morando no imóvel localizado na Rua Otávio Vicente da Silva, n. 553, Bairro Capelasso, nesta cidade, juntamente com a filha, enquanto o requerente receberá à titulo de aluguel de sua meação a quantia de R$ 200,00, que será objeto de compensação com os alimentos que neste ato fixo em favor da filha, no importe de 30% do salário mínimo, que nesta data equivale a R$ 396,00, cabendo ao requerente o pagamento da quantia de R$ 196,00 que será depositado na conta bancária da requerida Deise Barbosa Moraes, mediante transferência via PIX, cuja chave já é de conhecimento do requerente. O referido valor será pago até a resolução da partilha de bens nos autos deste processo. Sai neste ato a requerida intimada para o oferecimento de contestação no prazo de quinze dias úteis, oportunidade em que deverá regularizar sua representação processual. Saem os presentes intimados. A gravação desta audiência será anexada ao sistema DRS, de modo que os arquivos audiovisuais poderão ser acessados no sistema PJE, estando disponíveis na aba “audiência”, bastando clicar em seguida no link “Audiências gravadas do processo”. Tendo em vista tratar-se de autos processados pelo Sistema PJE, ficam os presentes cientificados que estão dispensados de assinarem a ata. Esta audiência foi realizada por videoconferência, através do aplicativo Hangouts Google Meet, conforme Art. 5º, “caput”, da Resolução/CNJ n. 354/2020. Nada mais para constar. Eu, Cleonice Bernardini, secretária a digitei e subscrevi.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
- Fone:(69) 34112910
Processo nº 7007164-87.2023.8.22.0005
REQUERENTE: HEBER DA SILVA MACEDO
REQUERIDO: DEISE BARBOSA MORAES
ATA DE AUDIÊNCIA

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de 2023, na sala de audiências da Quarta Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná, onde se encontrava o Meritíssimo Juiz de Direito Silvio Viana, comigo secretária a seu cargo, abaixo nominada. Foi aberta às 9:00 horas a audiência designada para esta data, nos autos do processo n. 7007164-87.2023.8.22.0005, Ação de Reconhecimento e Dissolução de União Estável c/c Guarda, Visitas e Alimentos em que figura como requerente Heber da Silva Macedo e requerida Deise Barbosa Moraes. Feito o pregão declararam-se presentes: o requerente Heber da Silva Macedo e seus Advogados Maria de Lourdes Beccaria Santos e Amadeu Alves da Silva Junior, a requerida Deise Barbosa Moraes e seu Advogado Roger Moreira. Iniciados os trabalhos foi proposta a conciliação entre as partes, restando parcialmente frutífera nos seguintes termos: a requerida continuará morando no imóvel localizado na Rua Otávio Vicente da Silva, n. 553, Bairro Capelasso, nesta cidade, juntamente com a filha, enquanto o requerente receberá à titulo de aluguel de sua meação a quantia de R$ 200,00, que será objeto de compensação com os alimentos que neste ato fixo em favor da filha, no importe de 30% do salário mínimo, que nesta data equivale a R$ 396,00, cabendo ao requerente o pagamento da quantia de R$ 196,00 que será depositado na conta bancária da requerida Deise Barbosa Moraes, mediante transferência via PIX, cuja chave já é de conhecimento do requerente. O referido valor será pago até a resolução da partilha de bens nos autos deste processo. Sai neste ato a requerida intimada para o oferecimento de contestação no prazo de quinze dias úteis, oportunidade em que deverá regularizar sua representação processual. Saem os presentes intimados. A gravação desta audiência será anexada ao sistema DRS, de modo que os arquivos audiovisuais poderão ser acessados no sistema PJE, estando disponíveis na aba “audiência”, bastando clicar em seguida no link “Audiências gravadas do processo”. Tendo em vista tratar-se de autos processados pelo Sistema PJE, ficam os presentes cientificados que estão dispensados de assinarem a ata. Esta audiência foi realizada por videoconferência, através do aplicativo Hangouts Google Meet, conforme Art. 5º, “caput”, da Resolução/CNJ n. 354/2020. Nada mais para constar. Eu, Cleonice Bernardini, secretária a digitei e subscrevi.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784 e-mail: cpe4civjip@tjro.jus.br
Processo : 7008085-46.2023.8.22.0005
Classe : DIVÓRCIO LITIGIOSO (12541)
REQUERENTE: EDIRLEY LIMA DA PAZ
Advogado do(a) REQUERENTE: ANDREIA ALVES TEIXEIRA - RO6780
REQUERIDO: MIRIAN TEIXEIRA ALVES
Intimação AUTOR - AUDIÊNCIA
Fica a parte AUTORA, por intermédio de seu advogado(a), a comparecer a audiência deste processo a ser realizada na Sala de audiência da 4ª Vara Cível, localizada na , conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - Família Sala: CEJUSC- SALA 1 (Audiência 334 CPC) Data: 19/10/2023 Hora: 08:00 .
OBSERVAÇÃO: Em se tratando de Audiência de Instrução e Julgamento, as partes poderão trazer para a audiência até três testemunhas – independentemente de intimação – e a documentação que julgarem necessárias para instruir do feito.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe2civjip@tjro.jus.br
Processo : 7004050-48.2020.8.22.0005
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: BIGSAL - INDUSTRIA E COMERCIO DE SUPLEMENTOS PARA NUTRICAO ANIMAL LTDA.
Advogados do(a) AUTOR: CHRISTIAN FERNANDES RABELO - RO0000333A-B, SARA ALIANDRE MARTINS - RO9620, YURI ROBERT RABELO ANTUNES - RO4584
REU: LEANDRO EUGENIO DE LIMA
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta

CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
, nº , Bairro , CEP ,
Número do processo: 7007946-94.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: AUTOR: BENEDITO ADAO DIAS DE ALMEIDA, RUA PRESBÍTERO HONORATO PEREIRA 1654, - DE 1623/1624 A 1830/1831 NOVA BRASÍLIA - 76908-396 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DARIO ALVES MOREIRA, OAB nº RO2092
Polo Passivo: REU: GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA, AVENIDA MARECHAL RONDON 1455, - DE 1197 A 1527 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76900-101 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO SERVINDO DE CARTA DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO
Defiro os benefícios da gratuidade da justiça.
Os requisitos para a concessão da tutela de urgência são juízo de probabilidade do direito e perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, caput, do CPC).
No caso dos autos, o primeiro requisito encontra-se devidamente demonstrado uma vez que a parte autora impugnou a totalidade do débito, ao fundamento de que nunca realizou qualquer negócio jurídico com a parte requerida e não sendo possível exigir-se que a parte autora faça prova de fato que alega inexistir, resta satisfatoriamente demonstrada a probabilidade do direito alegado.
O perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo também está presente, pois a parte requerente necessita ter seu nome excluído dos cadastros restritivos de créditos para exercer livremente operações que demandem liberação e aprovação de crédito.
Assim, presentes os requisitos que autorizam a medida, defiro o pedido de tutela de urgência formulado pelo requerente e determino que a requerida exclua o nome do requerente dos cadastros restritivos de crédito, referente ao contrato n. 9157606630, no prazo de cinco dias úteis contados de sua citação, sob pena de multa no importe de R$1.000,00.
Cite-se a parte requerida para tomar ciência da ação bem como intimem-se as partes para participarem audiência de conciliação, a ser designada pela Central de Processamento Eletrônico e realizada pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos – CEJUSC, POR VIDEOCONFERÊNCIA.
A audiência deve ser designada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, se possível, devendo a parte requerida ser citada na forma requerida na inicial, com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência, para comparecer à solenidade.
Sendo frutífera a conciliação, voltem conclusos para a homologação.
Sendo apresentada contestação, intime-se a parte autora para impugná-la, devendo no mesmo ato recolher a segunda parcela das custas processuais iniciais, sob pena de extinção do processo, salvo se for beneficiária da gratuidade judiciária.
Para realização da audiência, deverão ser cumpridos os seguintes itens:
1 - Os advogados deverão informar no processo, em até 5 (cinco) dias antes da audiência, o e-mail e número de telefone com aplicativo de WhatsApp das pessoas a serem ouvidas, para possibilitar o envio do link e a entrada destas na sala da audiência da videoconferência, na data e horário estabelecido neste ato.
2 - O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, encaminhará o link antes da audiência, para os e-mails e telefones informados no processo;
3 - Com o link da videoconferência, tanto partes quanto advogados acessarão e participarão da audiência, por meio da internet, utilizando celular, notebook ou computador, que possua vídeo e áudio regularmente funcionando.
4 - As partes devem estar disponíveis para contato através de e-mail e número de celular informado no dia e horário agendados para a realização da audiência por videoconferência, com antecedência de pelo menos 15 (quinze) minutos, pois não haverá adiamento ou espera por nenhum motivo, ressalvada a ocorrência de eventuais atrasos por questões de acúmulo da pauta, atrasos das audiências anteriores, ou problemas gerados pelo próprio sistema de comunicação.
5 - Os advogados e as partes deverão comprovar sua identidade no início da audiência, mostrando o documento oficial com foto, para conferência e registro;
6 - Ficam cientes que o não recebimento de mensagem enviada, visualização do link informado ou acesso à videoconferência, até o horário de início da audiência será considerado como ausência à audiência virtual, acarretando a aplicação da multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor da causa contra o faltoso (art. 334, §8º, do CPC), iniciando-se a partir da data da audiência o prazo de 15 (quinze) dias úteis para o oferecimento de contestação. Caso não conteste a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).
Ji-Paraná, 17 de julho de 2023
Silvio Viana
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe3civjip@tjro.jus.br
Processo : 7005836-64.2019.8.22.0005
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: TIGRAO COMERCIO DE VEICULOS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO - SP305896
EXECUTADO: NOELI CRISTINA FERREIRA ROCHA registrado(a) civilmente como ESPÓLIO DE VICENTE FERREIRA NETO
Advogado do(a) EXECUTADO: LURIVAL ANTONIO ERCOLIN - RO0000064A-B
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 15 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
- Fone:(69) 34112910
Processo: 7004679-17.2023.8.22.0005
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: M. D. P. B. N.
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARCIA RODRIGUES DANTAS - RO0001803A
EXECUTADO: JORCELI APARECIDA DE OLIVEIRA
Advogado do(a) EXECUTADO: WALISSON GOMES GARCIA - RO11077
Intimação
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO, fica a parte autora intimada, por via de seu procurador, a se manifestar, no prazo de 5 dias, sobre a Petição juntada aos autos sob id n. 91812689.
Ji-Paraná, 17 de julho de 2023
SHEILA MIRANDA TERRA
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
- Fone:(69) 34112910
Processo: 7011514-94.2018.8.22.0005
Classe: TUTELA E CURATELA - NOMEAÇÃO (61)
REQUERENTE: ANA PAULA BIANCHETTO
Advogados do(a) REQUERENTE: LUANA GOMES DOS SANTOS - RO8443, LUIS FERNANDO TAVANTI - RO2333
INTERESSADO: AGUSTIN BIANCHETTO
Intimação
Por ordem do MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO, fica a parte autora , por via de seu procurador, intimada a se manifestar, no prazo de 1 dias, sobre a juntada do Ofício de Id n. 92960301.
Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.
SHEILA MIRANDA TERRA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 4ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe4civjip@tjro.jus.br
Processo : 7003505-41.2021.8.22.0005
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: Banco Bradesco Financiamentos S.A
Advogado do(a) AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA - AC4235-A
REU: LUCAS DE OLIVEIRA MACHADO
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

5ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe5civjip@tjro.jus.br
Processo : 7004790-98.2023.8.22.0005
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Advogado do(a) AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA - SP115665-A
REU: ROSALVO MANOEL DA SILVA
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe5civjip@tjro.jus.br
Processo : 7005401-85.2022.8.22.0005
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: J P P MARTINS CONTABILIDADE - ME
Advogados do(a) EXEQUENTE: AIRTON ALVES DE ARAUJO JUNIOR - RO7432, BIANCA SEIXAS LARA LOPES - RO12263
EXECUTADO: ELPENOR ELIAS FILHO
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
- Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe5civjip@tjro.jus.br
Processo : 7005401-85.2022.8.22.0005
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: J P P MARTINS CONTABILIDADE - ME
Advogados do(a) EXEQUENTE: AIRTON ALVES DE ARAUJO JUNIOR - RO7432, BIANCA SEIXAS LARA LOPES - RO12263
EXECUTADO: ELPENOR ELIAS FILHO
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
- Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civjip@tjro.jus.br
Processo : 7003338-87.2022.8.22.0005
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES - RO4875-A
EXECUTADO: JESSICA TAINA DE FREITAS
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe3civjip@tjro.jus.br
Processo : 7007248-25.2022.8.22.0005

Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: COMÉRCIO DE VERDURAS KANICO LTDA
Advogado do(a) AUTOR: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO3208
REU: FRIGORIFICO RIO MACHADO INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES LTDA
Advogados do(a) REU: MARCUS VINICIUS DA SILVA SIQUEIRA - RO0005497A, RAFAEL SILVA COIMBRA - RO5311
INTIMAÇÃO PARTES - RETORNO DO TJ
01) Ficam AS PARTES intimadas a manifestarem-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do retorno dos autos, sob pena de arquivamento. Advertência: Conforme prevê o art. 31, parágrafo único da Lei 3896/16, o feito poderá ser desarquivado a qualquer momento, desde que apresentado pedido descritivo, acompanhado de planilha dos créditos, de acordo com os arts. 523 e 524 do CPC, visando a intimação da parte adversa ao início do cumprimento de sentença.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo : 7013666-13.2021.8.22.0005
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLOGICOS S.A.
Advogados do(a) AUTOR: MICHEL SCAFF JUNIOR - SC27944, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER - PR07919
REU: A MACIEL SERVICOS ODONTOLOGICOS - ME
Intimação PARTES - PROVAS
Ficam AS PARTES intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se acerca de quais provas pretendem produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe5civjip@tjro.jus.br
Processo : 7005174-95.2022.8.22.0005
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: ARZITO GOMES
Advogado do(a) EXEQUENTE: JOAO BOSCO FAGUNDES JUNIOR - RO0314627A
EXECUTADO: FRIGORIFICO RIO MACHADO INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES LTDA
INTIMAÇÃO Fica a parte exequente, por meio de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada para apresentar cálculo atualizado até a data de 04/01/2023, nos termos da sentença ID 90883501: “(...) Caso ainda não tenha sido expedida, expeça-se a certidão de crédito, cujo valor deverá ser atualizado até a data de 04/01/2023.(...)”.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe4civjip@tjro.jus.br
Processo : 7006741-74.2016.8.22.0005
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: MARIA MARLENE DE FREITAS
Advogados do(a) EXEQUENTE: GEOVANE CAMPOS MARTINS - RO7019, NAIANY CRISTINA LIMA - RO7048
EXECUTADO: EDIANA APARECIDA SATILHO
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
, nº , Bairro , CEP ,
Fone: (069) 3411-2901 – e-mail: cpe1civjip@tjro.jus.br
Processo n.: 7004306-20.2022.8.22.0005
Classe: Monitória
Assunto: Compra e Venda
AUTOR: AMARILDO NUNES DE SOUZA, RUA FRANCISCO DE ASSIS S/N, CASA 02 DISTRITO DE 5º BEC - 76868-000 - MACHADINHO D’OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: HALMERIO JOAQUIM CARNEIRO BRITO BANDEIRA DE MELO, OAB nº RO770
THALES ANTUNES BANDEIRA DE MELO, OAB nº RO11724
REU: FRIGORIFICO RIO MACHADO INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES LTDA, AVENIDA ÉDSON LIMA DO NASCIMENTO 5991, - DE 4480/4481 AO FIM JARDIM CAPELASSO - 76912-100 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: RAFAEL SILVA COIMBRA, OAB nº RO5311
Valor da causa: R$ 36.027,31
SENTENÇA

Trata-se de cumprimento de sentença proposto por AMARILDO NUNES DE SOUZA em face do FRIGORIFICO RIO MACHADO INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES LTDA.
Considerando o recebimento da Recuperação Judicial n. 7000026-69.2023.822.0005, em trâmite pela 5ª Vara Cível desta comarca em 04/01/2023, tenho que o processo deverá ser extinto, uma vez que se trata de crédito concursal (fato gerador constituído antes de 04 de janeiro de 2023 e, por isso, sujeito à recuperação judicial), não sendo o crédito exigível nesta demanda, carecendo do interesse processual.
De acordo com a orientação prestada pelo juízo da recuperação judicial "fica determinado que créditos já consolidados e que estejam sendo objeto de ações judiciais, impugnados ou não, caso constem na relação de credores, poderão ser habilitados diretamente na Administradora Judicial mediante a apresentação de Certidão de Crédito ou do próprio título executivo judicial" (Item 5 da Decisão de ID n. 88356381, proferida no processo 7000026-69.2023.822.0005).
Desta forma, cabe a este juízo apenas a emissão de certidão de crédito para que o credor concursal possa se habilitar nos autos da recuperação por meio do administrador judicial.
Ante o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, sem resolver o mérito, com fundamento no art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil.
Caso ainda não tenha sido expedida, expeça-se a certidão de crédito, cujo valor deverá ser atualizado até a data de 04/01/2023.
Sem custas ou honorários.
Intimem-se e Arquive-se.
Ji-Paraná/RO, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, e-mail:
cpe5civjip@tjro.jus.br
Número do processo: 7010090-75.2022.8.22.0005
Classe: Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica
Polo Ativo: JOSE CARLOS RODRIGUES
ADVOGADO DO REQUERENTE: INGRID CARVALHO RODRIGUES, OAB nº RO9511
Polo Passivo: CHRISTOPHER PAUL DE MEDEIROS STEARS, FABIANO PASSOS DA CRUZ, ANTONIO CARLOS FAITARONI, OZFOUR INVESTIMENTOS S A, FAITARONI HOLDING DE GESTAO E PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA, LUCAS ZANCHETTA RIBEIRO, FRIGORIFICO RIO MACHADO INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES LTDA
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: RAFAEL SILVA COIMBRA, OAB nº RO5311
SENTENÇA
Trata-se de INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA COM PEDIDO CAUTELAR proposta por JOSE CARLOS RODRIGUES em face de FRIGORIFICO RIO MACHADO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARNES LTDA, LUCAS ZANCHETTA RIBEIRO, FAITARONI HOLDING DE GESTÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA, OZFOUR INVESTIMENTOS S.A, ANTONIO CARLOS FAITARONI, FABIANO PASSOS DA CRUZ, CHRISTOPHER PAUL DE MEDEIROS STEARS, alegando abuso da personalidade jurídica em razão das sucessivas manobras de alteração do quadro societário, com entrada e saída de acionistas e o inadimplemento de contratos de compras e venda de bovinos para abate, configurando lesão e fraude a credores. Em caráter cautelar foi requerida a tutela para bloqueio de bens e valores. No mérito da ação monitória, a constituição de pleno direito o título executivo judicial.
Decisão indeferindo as medidas cautelares (ID 88092003).
Foram citados os réus Faitaroni Holding e Frigorifico Rio Machado (IDs 89349572 e 89349592).
Faitaroni Holding e Antônio Faitaroni apresentaram contestação, portanto dou este último por citado consoante artigo 239, § 1º do Código de Processo Civil, fazendo denunciação a lide e requerendo a improcedência do pedido inicial para que seja declarada a responsabilidade exclusiva dos administradores e gestores Christopher Stears, Fabiano da Cruz, Lucas Zanchetta e dos denunciados (ID 91104018).
Réplica a contestação (ID 92372566).
É o relatório.
Passo a fundamentar e decidir.
Muito embora todos os réus não tenham sido citados, conforme artigo 282 do Código de Processo Civil, verifica-se que não haverá prejuízo a nenhuma das partes, pois a sentença a ser proferida será sem resolução do mérito.
O FRIGORÍFICO RIO MACHADO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARNES S/A (CNPJ n. 33.129.474/0001-97) requereu a recuperação judicial por meio do processo de n. 7000026.69.2023.822.0005, a qual foi recebida e nela consta as seguintes determinações:
4) Determino, nos termos do art. 52, III, da Lei 11.101/2005, pelo prazo inicial de 180 dias, "a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor", inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário, na forma do art. 6º da LRF, devendo permanecer "os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º dessa Lei e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49 dessa mesma Lei", providenciando a devedora as comunicações competentes (art. 52, § 3º).
5) Sem prejuízo do que foi dito no item anterior, fica determinado que créditos já consolidados e que estejam sendo objeto de ações judiciais, impugnados ou não, caso constem na relação de credores, poderão ser habilitados diretamente na Administradora Judicial mediante a apresentação de Certidão de Crédito ou do próprio título executivo judicial.
O presente incidente é acessório ao cumprimento de sentença nº 7002111-62.2022.8.22.0005 no qual se pretende o recebimento de crédito no importe de R$ 486.558,12 (quatrocentos e oitenta e seis mil e quinhentos e cinquenta e oito reais e doze centavos). A execução será suspensa conforme determinação no processo de recuperação judicial até que seja habilitado o referido crédito e homologado o plano de recuperação. Tal conduta se faz necessária ante a sujeição dos créditos existentes na data do pedido de recuperação ao plano de recuperação, conforme artigo 49 caput da Lei 11.101/2005, isso em virtude do fenômeno da novação, cujo efeito expansivo gera a extinção de obrigações anteriores em razão da própria lei.
Nesse sentindo, segue o precedente do Superior Tribunal de Justiça:

DIREITO EMPRESARIAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONCURSALIDADE DO CRÉDITO. FATO GERADOR ANTERIOR À RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NOVAÇÃO SUI GENERIS. EXTINÇÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES EM QUE FIGURE A RECUPERANDA COMO DEVEDORA. OBRIGAÇÃO LÍQUIDA. CONSÓRCIO. RESPONSABILIDADE DA CONSORCIADA. SOLIDARIEDADE. INEXISTÊNCIA. PRESUNÇÃO. DESCABIMENTO. DECOMPOSIÇÃO DA RESPONSABILIDADE NA PROPORÇÃO IMPUTADA A CADA CONSORCIADA. EXTINÇÃO DA AÇÃO DE COBRANÇA PROPORCIONALMENTE À RESPONSABILIDADE DA CONSORCIADA. ANÁLISE DA AVENÇA SOCIETÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. CRÉDITO HABILITADO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IRRELEVÂNCIA. EFICÁCIA EXPANSIVA DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECURSO PROVIDO EM PARTE.1. Para a submissão do crédito ao concurso deve ser verificada sua existência anterior ao pedido de recuperação judicial, exceção feita às hipóteses previstas no art. 49, §§ 3º e 4º, da Lei n. 11.101/2005 e aos credores fiscais. O efeito da concursalidade do crédito é, pois, submeter-se aos parâmetros definidos no plano de recuperação judicial, com o que ocorre sua novação. A Segunda Seção do STJ, no julgamento do Tema Repetitivo n. 1.051, assentou o entendimento de que o marco temporal para a caracterização da concursalidade do crédito depende da ocorrência de seu fato gerador.2. A aprovação e homologação do plano de recuperação judicial implica novação das obrigações em que a sociedade empresária figura como devedora (art. 59 da Lei n. 11.101/2005). Assim, considerando que todos os débitos concursais vinculam-se ao plano, a eficácia expansiva da recuperação judicial terá o efeito de extinguir as obrigações anteriores daqueles que participaram da eleição do plano de recuperação, bem como dos demais credores que dela se mostraram discordantes e mesmo dos que não habilitaram seus créditos. Irrelevância da presença do animus novandi, porquanto a novação se opera ope legis.3. Extintas as obrigações pela novação, com a finalidade primordial de superar o estado de crise econômico-financeira da sociedade empresária ou do empresário, entremostra-se desnecessário ou juridicamente inviável que se dê prosseguimento às ações e execuções contra o devedor, pela simples, mas suficiente, razão de que o negócio jurídico que constitui a base tanto da cognição judicial quanto da execução ou do cumprimento de sentença está extinto.4. Figurando o consórcio como requerido em ação de conhecimento que demande o recebimento de quantia líquida, deve ser verificada a disciplina da responsabilidade das consorciadas no respectivo contrato, não se presumindo a solidariedade. Inteligência do art. 278 da Lei de Sociedades Anônimas - Lei n. 6.404/1976 - e do art. 265 do Código Civil. Inexistindo solidariedade, embora haja pluralidade de devedores em relação a um único vínculo, o débito será exigível única e exclusivamente da consorciada em recuperação judicial, na proporção e nos limites estabelecidos no contrato de criação do consórcio.5. A consequência lógica é a extinção parcial do processo em relação à consorciada, na proporção de sua responsabilidade, em homenagem ao princípio par conditio creditorum.6. Existindo previsão da solidariedade, não há óbice ao prosseguimento das ações e execuções em desfavor do consórcio ou das demais consorciadas, porquanto a dívida pode ser exigida integralmente de qualquer devedor. Súmula n. 581 do STJ e art. 49, § 1º, da Lei 11.101/2005.7. Impossibilidade de análise do contrato e de seus aditivos para verificar a disciplina da responsabilidade da consorciada. Incidência das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.8. Recurso especial parcialmente provido.(REsp n. 1.804.804/MS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 7/3/2023, DJe de 13/3/2023.)

Desta forma com a novação e a submissão do crédito a recuperação judicial, ocorre a perda superveniente do objeto do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, não havendo viabilidade jurídica para o seu prosseguimento.

Outrossim, no pedido de recuperação judicial nº 7000026-69.2023.822.0005 consta a informação de condições de soerguimento da empresa e de que esforços estão sendo empregados para esta finalidade, ante a sua capacidade estrutural e operacional para o desenvolvimento da atividade comercial, estando a empresa em pleno funcionamento, o que afasta, neste momento, os requisitos para desconsideração, presentes no artigo 50 do Código Civil, quais sejam o abuso da personalidade, desvio da finalidade ou confusão patrimonial.

Pelo exposto, com fundamento no artigo 485, I e IV do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, pela falta de interesse de agir e perda superveniente do objeto.

Sem custas. Sem honorários.

Registrado, eletronicamente.

Publique-se e intime-se.

Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se.

Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.

Eduardo Abilio Kerber Diniz

Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ji-Paraná - 5ª Vara Cível

Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, e-mail: cpe5civjip@tjro.jus.brNúmero do processo: 7015229-08.2022.8.22.0005

Classe: Procedimento Comum Cível

Polo Ativo: SEBASTIAO JUNIOR LUIZ PEREIRA

ADVOGADOS DO AUTOR: CARLOS FERNANDO DIAS, OAB nº RO6192, DAYANE FERNANDES DIAS, OAB nº RO11382, RAFAEL DA SILVA FERNANDES DIAS, OAB nº RO12628

Polo Passivo: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.

ADVOGADOS DO REU: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A

DESPACHO

A parte recorrida foi intimada para apresentar contrarrazões, permanecendo inerte.

Assim, remeta-se ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia.

Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.

Eduardo Abilio Kerber Diniz

Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, e-mail:
cpe5civjip@tjro.jus.brNúmero do processo: 7012578-03.2022.8.22.0005
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Polo Ativo: A. C. F. E. I. S.
ADVOGADOS DO AUTOR: RODRIGO FRASSETTO GOES, OAB nº AP3096, GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI, OAB nº AC4254, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
Polo Passivo: S. O. V.
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
A parte autora requereu a juntada da guia de custas para expedição de ofícios, contudo, sequer especificou o órgão/destinatário da diligência.
Desta feita, intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, requerer o que entender necessário para localização da parte ré, sob pena de extinção e arquivamento.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, e-mail:
cpe5civjip@tjro.jus.brNúmero do processo: 7002611-31.2022.8.22.0005
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: SUMITOMO CHEMICAL BRASIL INDUSTRIA QUIMICA S.A.
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RENIA MARIA BEZERRA REIS DE MURO, OAB nº CE21371, RAFAEL CIDADE MING, OAB nº SP260347, CELSO UMBERTO LUCHESI, OAB nº BA19494
Polo Passivo: WESLEY DA SILVA RODRIGUES, MOISES RODRIGUES, DANITA GODOI RODRIGUES, SAYMON DA SILVA RODRIGUES, DIMAM AGROPECAS DISTRIBUIDORA LTDA, ANALIA DA SILVA RODRIGUES
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: MIGUEL ANGELO FOLADOR, OAB nº RO4820A
DECISÃO
Defiro o pedido de penhora dos imóveis em garantia hipotecária:
a) Lote de Terras Urbano nº 11, quadra 2000, situado no Loteamento urbano denominado São Luiz, nesta cidade de Ji-Paraná/RO, registrado no 1º Oficio de Registro de Imóveis da Comarca de Ji-Paraná, com matrícula sob o número 17.156, com área de 323,00m² (ID 74620990, p. 2 e 3);
b) Lote de Terras Urbano nº 12, quadra 2000, situado na BR-364, no Loteamento urbano denominado São Luiz, nesta cidade de Ji-Paraná/RO, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Ji-Paraná, com matrícula sob o número 17.157, com área de 488,00m² (ID 74620990, p. 4 e 5).
Para que a penhora seja averbada no ARISP, deverá a parte exequente efetuar o pagamento da taxa prevista no art. 17, do Regimento de Custas c/c art. 1.210, §4ª das DGE, referente a diligência, no prazo de 5 (cinco) dias, bem como informar os seguintes dados:
1) Proprietário;
2) Cartório em que o imóvel está registrado;
3) Matrícula;
4) Endereço do imóvel;
5) Tipo de constrição (penhora/arresto/sequestro);
6) Percentual a ser penhorado;
7) Percentual do imóvel pertencente ao executado;
8) Valor atualizado da dívida;
9) Nome, telefone, e-mail e OAB do advogado solicitante;
10) Data e id da decisão que concedeu justiça gratuita (se houver);
Informado os dados, determino à CPE que lavre o Termo de Penhora dos imóveis supracitados, nos termos do art. 838 do CPC.
Comprovado o pagamento da diligência, conclusos para realização da penhora junto ao sistema ARISP.
Quanto à expedição de alvará dos valores em conta judicial, aguarde-se o decurso do prazo para eventual recurso contra a decisão ID 92992688 e a indicação dos dados bancários respectivos.
Após, retorne concluso.
Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, e-mail:
cpe5civjip@tjro.jus.brNúmero do processo: 7003070-96.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: CRISTINA DOS REIS VIANA FERNANDES

ADVOGADO DO AUTOR: ALIADNE BEZERRA LIMA FELBERK DE ALMEIDA, OAB nº RO3655
Polo Passivo: CLARO S.A
ADVOGADOS DO REU: PAULA MALTZ NAHON, OAB nº PA16565, PROCURADORIA DA CLARO S.A.
DESPACHO
Não vislumbro a existência de perigo de dano ou probabilidade do direito para justificar que a parte ré deva se abster da cobrança nas faturas telefônicas relativos aos débitos discutidos nesta demanda.
A ausência de contemporaneidade em que iniciaram as cobranças afasta o alegado periculum in mora, vez que estão sendo lançadas há mais de 6 (seis) meses, e mesmo após o ingresso da ação e o deferimento da tutela de urgência (ID 88447254) somente agora a parte autora reclama urgência.
Além disso, não comprovou que esteja prejudicando a sua subsistência. A questão poderá aguardar a solução de mérito. Portanto, indefiro o pedido ID 93236593.
No mais, não há que se falar em aplicação de multa e/ou majoração de multa por mera expectativa de futuro descumprimento da tutela pela parte ré. Além disso, a parte ré comprova o cumprimento da tutela, conforme ID 92547912.
Cumpra-se, no que couber, o despacho ID 92101212.
Intimem-se.
Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, e-mail:
cpe5civjip@tjro.jus.br
Número do processo: 7007514-75.2023.8.22.0005
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: MARIANE BOTELHO DA SILVA, FRANCISCO BOTELHO DA SILVA ROBERTO
ADVOGADO DOS AUTORES: JULIA NEVES MARTINELLI, OAB nº SC61769
Polo Passivo: UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
A parte exequente formulou requerimento de cumprimento de sentença nestes autos, porém devem ser requerido nos autos principais n. 7003603-89.2022.8.22.0005.
Diante disso, determino o traslado da integralidade deste processo para o processo n. 7003603-89.2022.8.22.0005, para o recebimento e processamento adequado como cumprimento de sentença.
Por estas razões, extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, VI, § 3º, do Código de Processo Civil.
Sem custas e honorários.
Registrado, eletronicamente.
Publique-se e intime-se.
Transitado em julgado, arquive-se.
Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, e-mail:
cpe5civjip@tjro.jus.brNúmero do processo: 7004098-02.2023.8.22.0005
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Polo Ativo: F. L. A.
ADVOGADOS DO AUTOR: DANIELLY ALVES DE AQUINO, OAB nº MT30635O, OSWALDO ALVAREZ DE CAMPOS JUNIOR, OAB nº MT6702, RODRIGO FRANCISCO DE SOUZA, OAB nº MT19474O
Polo Passivo: L. P. D. S., K. L. P.
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
O exequente pediu seja realizada consulta nos sistemas Infojud e Sisbajud, a fim de localizar endereço da parte autora.
Portanto, para realização de pesquisa de bens a parte exequente deve recolher as custas pertinentes (art. 17, Lei de Custas), no prazo de 5 (cinco) dias.
Serve de intimação via DJE.
Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
, nº , Bairro , CEP ,
cpe5civjip@tjro.jus.br
Número do processo: 7008147-86.2023.8.22.0005

Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: SANCHES & OLIVEIRA LTDA - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANDREIA ALVES DA SILVA BOLSON, OAB nº RO4608A
Polo Passivo: ELISMAR NEVES FERREIRA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Recolham-se as custas, observando-se os limites dispostos na Lei de Custas, sob pena de indeferimento da petição inicial, e, consequentemente, extinção do processo.
Prazo 15 (quinze) dias.
17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe5civjip@tjro.jus.br
Processo : 7003197-34.2023.8.22.0005
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: LUMICON ENGENHARIA CIVIL LTDA
Advogado do(a) AUTOR: AGNALDO DOS SANTOS ALVES - RO0001156A
REU: RAPHAELA RIBEIRO CORREA GRANDO
Advogado do(a) REU: PEDRO MIGUEL ARAUJO PAES FREIRE - RO11844
INTIMAÇÃO AUTOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Fica a parte REQUERENTE intimada, no prazo de 05 dias, para manifestação quanto aos Embargos de Declaração apresentados.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
- Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civjip@tjro.jus.br
Processo : 7002175-38.2023.8.22.0005
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: SICOOB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDEMILSON KOJI MOTODA - SP0231747A
EXECUTADO: LUANA MEIRELES DE CANDIDO e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
- Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe3civjip@tjro.jus.br
Processo : 7002175-38.2023.8.22.0005
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: SICOOB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDEMILSON KOJI MOTODA - SP0231747A
EXECUTADO: LUANA MEIRELES DE CANDIDO e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS OFICIAL DE JUSTIÇA
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do mandado, fica a parte AUTORA, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada, para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada conforme tabela abaixo.
Fica a parte advertida que em se tratando de mandado de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural).
O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, e-mail:
cpe5civjip@tjro.jus.brNúmero do processo: 7010211-79.2017.8.22.0005
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: AMAZON SOLUCOES E INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA ME
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CAROLINE TOLEDO LUCAS, OAB nº RO11391, RODRIGO MARCHETTO, OAB nº RO4292A
Polo Passivo: MARCONDES BENICIO NEVES
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
A repetição da diligência junto ao SISBAJUD restou frutífera, conforme adiante se vê.
Nos termos do art. 854, §§ 2º 3º do Código de Processo Civil, intime-se a parte devedora, pessoalmente, para, se for o caso, apresentar impugnação no prazo de 5 (cinco) dias.
Apresentada impugnação, intime-se a parte credora, via PJE, para, querendo, manifestar-se.
Não havendo impugnação, ao credor para requerer o que de direito em 5 (cinco) dias.
SERVE DE MANDADO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA.
Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
, nº , Bairro , CEP , , e-mail: cpe5civjip@tjro.jus.br
Número do processo: 7006705-85.2023.8.22.0005
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: CELIA GUIMARAES COUTINHO, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: SUELAINE COUTINHO SILVA, Estado de Rondônia
ADVOGADO DOS REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de ação de obrigação de fazer consistente em internação involuntária, com pedido de antecipação de tutela, proposta por CÉLIA GUIMARÃES COUTINHO em face de ESTADO DE RONDÔNIA e SUELAINE COUTINHO SILVA.
Alegou que é genitora de Suelaine, qual conta com 20 anos de idade e possui deficiência mental, esquizofrenia paranoide, com comprometimento cognitivo significativo, irritabilidade, agressividade, instabilidade emocional, alucinações visuais/auditivas, medos, agitação e insônia, sendo que foi presa em flagrante no dia 01/05/2023, em razão de ter esfaqueado sua genitora, conforme processo n. 7004917-36.2023.8.22.0005.
Informou que em solicitação de atendimento de forma administrativa, pela defensoria pública, o Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro informou que o ingresso se dá no Hospital e Pronto Socorro João Paulo II, que tem como objeto a estabilização clínica e psiquiátrica dos pacientes, manifestando motivos de impedimento de internação dos pacientes psiquiátricos, o que no caso em tela não soluciona a demanda da assistida.
Narrou que o médico atestou o fracasso ao tratamento ambulatorial, bem como as negativas das autoridades da saúde pública, o que autoriza o interesse de agir Judicialmente, nos termos do Enunciado 03, porque superado o disposto no Enunciado 102, ambos da III Jornada de Direito da Saúde do Conselho Nacional de Justiça.
Por fim, aduziu que a paciente faz acompanhamento no CAPS de Ji-Paraná em razão de histórico agressivo, bem como risco de morte da paciente e terceiros, sendo que necessária se faz a internação compulsória, por período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias.
Pediu a tutela de urgência para determinar que o Estado de Rondônia providencie a internação compulsória de SUELAINE COUTINHO SILVA em clínica especializada em Transtornos Mentais, pelo período mínimo de 180 (cento e oitenta dias), nos termos da solicitação, enquanto durar a sua necessidade, por meio do Sistema Único de Saúde – SUS ou em estabelecimento particular a expensas do requerido. Anexou documentos.
Determinada a emenda à inicial para anexar laudo médico circunstanciado que caracterize, expressamente, a ineficácia das alternativas de tratamento extra-hospitalares, devendo anexar, inclusive, os históricos de internações realizadas que foram mencionadas, bem como pronunciar-se quanto às medidas em relação as determinações do juízo criminal no processo n. 7004917-36.2023.8.22.0005, conforme o art. 4º da Lei n. 10.216/2010, no prazo de 15 (quinze) dias.
A parte autora pediu a internação da paciente Suelaine Coutinho Silva em caráter de URGÊNCIA, em clínica especializada em transtornos mentais, pelo período mínimo de 180 dias, nos termos da solicitação; bem como, se pertinente, a requisição de informações pertinentes junto à Secretaria Municipal de Saúde em Ji-Paraná, Secretaria Municipal de Assistência Social em Ji-Paraná, ou ainda ao Dr. Wendell Jânio de Oliveira – CRM-RO 5106.
É o relatório. Passo a fundamentar e decidir.
A internação compulsória é medida extrema e a Lei n. 10.216/01 é clara e categórica, ao assim estatuir:
Art. 4º – A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.
[…] Art. 6º – A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos.
Parágrafo único. São considerados os seguintes tipos de internação psiquiátrica:
I – internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário;
II – internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; e
III – internação compulsória: aquela determinada pela Justiça.

Depreende-se do texto legal a excepcionalidade da medida de internação, a qual dá preferência a recursos extra-hospitalares, fixando a responsabilidade do Estado pelo desenvolvimento de política de saúde e a assistência na promoção de ações de saúde, todavia, esta responsabilidade não é exclusiva do Estado, exigindo-se, também, a participação da sociedade e da família do necessitado no tratamento de sua saúde.

A tutela de urgência, nos termos do art. 300, do CPC, será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito ("fumus boni iuris") e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo ("periculum in mora").

Consta laudo médico no ID. 91966569, datado de 29/05/2023, emitido pelo médico psiquiatra Dr. Wendell Janio de Oliveira, CRM-RO 5106:

Paciente em tratamento psiquiátrico no CAPS Ji-Paraná (prontuário 3.1.1-5), por Deficiência Mental + esquizofrenia paranoide. Quadro grave, difícil manejo e necessidade de polimedicação. Histórico de internações e também prisão devido comportamento agressivo. Apresenta comprometimento cognitivo significativo, irritabilidade, agressividade, instabilidade emocional, alucinações visuais/auditivas, medos, agitação e insônia. Em uso de medicação específica e controlada: (Quetiapina 100mg 2x dia + carbolitium 300mg 3x dia + ácido valproico 500mg 2x dia + clonazepam 2mg 1x noite).

Portanto, tendo em vista o quadro, histórico agressivo, condição atual, antecedente de internações, risco de morte da paciente e terceiros; solicito (necessita) internação em clínica especializada em transtornos mentais, por período mínimo de 180 dias. Transporte terrestre ou aéreo, acompanhada de familiar ou profissional especializado.

CID10:F71.1+F20.0.

Ainda, no ID. 91966569 consta boletim de ocorrência policial de 01/05/2023, como infratora a pessoa de Suelaine Coutinho Silva, qual deu origem ao processo criminal n. 7004917-36.2023.8.22.0005, em que foi presa em flagrante delito, pela suposta prática dos crimes previsto no artigo 129, §9º do Código Penal, sendo revogada sua prisão em 17/05/2023, com fixação de medidas cautelares e determinação para realização de consulta psiquiátrica, psicológica, e atendimento pela Secretaria Municipal de Assistência Social em Ji-Paraná, de forma urgente.

Em consulta ao processo criminal n. 7004917-36.2023.8.22.0005, verifica-se que consta agendamento de consulta na data de 11/07/23 com psicóloga e em 13/07/23 com médico psiquiatra, porém não consta nenhum laudo.

Em emenda à inicial, a parte autora aduziu que o laudo médico do ID. 91966569, é de 29 de maio de 2023, ou seja, momento posterior à determinação do juízo no processo criminal, o que demonstra a imprescindibilidade da medida e atesta a necessidade de internação compulsória, qual foi assinado por médico que atua junto à Secretaria Municipal de Saúde em Ji-Paraná-RO, Dr. Wendell Jânio de Oliveira – CRM-RO 5106.

Afirmou que as tentativas extra-hospitalares não foram suficientes, tendo em vista que o atual quadro da requerida aponta risco de morte da paciente e para terceiros, necessitando da internação em clínica especializada em Transtornos Mentais por período mínimo de 180 dias.

Pois bem, pelo que se verifica, a requerida já realizou tratamentos extra-hospitalares, há ficha de agendamento de consulta de retorno da paciente Suelaine, consta no laudo médico que ela já utilizou vários medicamentos, como Quetiapina 100mg 2x dia + carbolitium 300mg 3x dia + ácido valproico 500mg 2x dia + clonazepam 2mg 1x noite, tendo o médico solicitado a internação em clínica especializada em transtornos mentais, por período mínimo de 180 dias.

Assim, preenchidos os requisitos para a manutenção da internação compulsória, e considerando a gravidade do caso, uma vez que não está só em risco a integridade física da paciente, mas também de sua genitora e outras pessoas, necessária a internação de paciente para tratamento.

Sobre a internação compulsória em casos semelhantes, vejamos a jurisprudência:

Apelação em Ação de Obrigação de Fazer. Possibilidade de Internação compulsória. Esquizofrenia. Imprescindibilidade do tratamento. Comprovação. É devida a obrigação de assistência especializada a jovem que sofra de transtorno psíquico que coloque em risco sua vida e de outras pessoas, com direito à internação custeada, se amplamente comprovado nos autos a indispensabilidade do tratamento por tratar-se de pessoa incapaz, portador de esquizofrenia, com alto índice de agressividade. Recurso não provido (TJ-RO – AC: 70111182020188220005 RO 7011118-20.2018.822.0005, data de julgamento: 26/11/2021).

Agravo de instrumento. Internação compulsória. Direito à saúde. Tratamento psiquiátrico. Surto delirante do tipo "folie a trois" místico religioso. Medida excepcional. Recursos extra-hospitalares insuficientes. Laudo médico. Necessidade do tratamento comprovada. Recurso improvido. A internação compulsória trata-se de medida excepcional, devendo ser indicada somente quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes, conforme determina a lei. A responsabilidade pelo desenvolvimento de política de saúde e promoção de ações de saúde não é exclusiva do Estado, exigindo-se também a participação da sociedade e da família do necessitado no tratamento de sua saúde, mormente se sofrer de doença relacionada a transtornos mentais. No caso, se mostra razoável a pretensão de internação compulsória pelo fato de possuir doença mental (surto delirante do tipo "folie a trois" místico religioso), porquanto ficou demonstrado, por meio de laudo médico psiquiátrico e outros elementos dos autos, estar em evidente situação de risco, resistindo às alternativas de tratamento extra-hospitalares. Assim, foi o entendimento, com ressalva do relator. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0811274-70.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Roosevelt Queiroz Costa, Data de julgamento: 05/06/2023.

APELAÇÃO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA. ESQUIZOFRENIA. IMPRESCINDIBILIDADE DO TRATAMENTO. POSSIBILIDADE. 1 - É devida a obrigação de assistência especializada para tratamento de transtorno psíquico que coloque em risco sua vida e de outras pessoas, com direito à internação custeada, se amplamente comprovado nos autos a indispensabilidade por tratar-se de pessoa incapaz, portador de esquizofrenia, com alto índice de agressividade. 2 - Recurso parcialmente provido. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7005979-48.2022.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Hiram Souza Marques, Data de julgamento: 19/05/2023.

Desta forma, presentes os requisitos do artigo 300 do CPC, considerando a probabilidade do direito e o risco existente no caso, pelo conjunto fático probatório e da legislação que trata da internação compulsória, uma vez que há determinação judicial – concluo que a tutela provisória deve ser concedida, pois a não internação gera inquestionáveis prejuízos à saúde da parte autora, da requerida e sua família, bem como da sociedade.

Pelo exposto, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA para determinar que o Estado de Rondônia providencie a internação compulsória da requerida SUELAINE COUTINHO SILVA em clínica especializada para tratamento de pacientes com transtornos mentais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos da solicitação médica (laudo médico ID. 91966569), pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, enquanto durar a sua necessidade, por meio do Sistema Único de Saúde – SUS, sob pena de bloqueio de valores para viabilizar o tratamento.

Fica autorizada a condução coercitiva de SUELAINE COUTINHO SILVA até o ambulatório, bem como uso da força policial, se necessário. O Estado deverá providenciar tudo o que for necessário para a condução/transporte coercitivo da paciente.

Intime-se pessoalmente, e com urgência, o Estado de Rondônia e o Secretário de Estado da Saúde, por meio de oficial de Justiça Plantonista, para dar cumprimento imediato da decisão.

Ainda, intime-se parte autora para em 05 (cinco) dias apresentar três orçamentos da rede privada que possa realizar a internação, para o caso do Estado não cumprir a determinação acima.

Serve esta decisão como MANDADO para que o(a) oficial(a) de justiça:

a) intime o Excelentíssimo Secretário Estadual de Saúde e o Estado de Rondônia para cumprimento da liminar; e, b) no mesmo ato CITE o Estado para apresentar defesa no prazo legal.

Apresentada a contestação, manifeste-se a parte autora, prazo de 15 (quinze) dias.

Tendo em vista que o pedido de produção de provas das partes deve ocorrerem com a inicial (art. 319, VI, CPC), em contestação (art. 336, CPC) ou em réplica (arts. 350 e 351, do CPC), após réplica venham conclusos para análise da necessidade de novas provas requeridas ou julgamento antecipado da lide nos termos do art. 355, do CPC.

17 de julho de 2023.

Eduardo Abilio Kerber Diniz

Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ji-Paraná - 5ª Vara Cível

Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, e-mail: cpe5civjip@tjro.jus.brNúmero do processo: 7011570-59.2020.8.22.0005

Classe: Cumprimento de sentença

Polo Ativo: Estado de Rondônia

ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

Polo Passivo: LUDMILA HOLANDA MARQUES DA COSTA, ENALDO ARAUJO JUNIOR

ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: GUNTER FERNANDO KUSSLER, OAB nº RO6534, RAIMUNDO TADEU ARAUJO DE SA, OAB nº PE14913, MARIA RITA ALENCAR ARAUJO DE SA, OAB nº PE49012

DESPACHO

Em relação a petição ID 92752910, nos termos do artigo 112, do Código de Processo Civil, a renúncia do mandato em relação à executada Ludmila é inoperante enquanto não constar do processo a notificação desta, sendo ônus dos advogados essa notificação.

Enquanto não comprovada a notificação, os advogados permanecem responsáveis, vez que a procuração ID 85057969 refere-se apenas ao executado Enaldo, conforme artigo 5º, § 3º do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e artigo 45 do Código de Processo Civil.

Considerando os valores em conta judicial, cópia serve de ofício/alvará de TRANSFERÊNCIA do valor total de R$ 13.496,85 (treze mil, quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta e cinco centavos), e seus acréscimos, depositado nas contas judiciais 1824/040/01535622-3; 1824/040/01535621-5; 1824/040/01535620-7, Caixa Econômica Federal, mediante emissão de DARE (8450 Honorários sucumbenciais – FUMORPGE) no site da SEFIN (www.sefin.ro.gov.br), devendo ser enviado comprovante da transferência, no prazo de 20 (vinte) dias.

Na sequência, intime-se a parte exequente para informar eventual saldo remanescente, devendo estar acompanhado planilha do débito atualizado, no prazo de 5 (cinco) dias.

Após, retorne concluso para análise do pedido de venda judicial ID 93083386.

Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.

Eduardo Abilio Kerber Diniz

Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ji-Paraná - 5ª Vara Cível

Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, e-mail: cpe5civjip@tjro.jus.brNúmero do processo: 7012033-30.2022.8.22.0005

Classe: Cumprimento de sentença

Polo Ativo: POSTO LIDER COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

ADVOGADO DO REQUERENTE: ANTONIO ZENILDO TAVARES LOPES, OAB nº RO7056

Polo Passivo: E C DE O CODATO

REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
A parte exequente pretende a realização de diligências a fim de realizar a penhora de quaisquer bens nas dependências da sede da parte executada.
Contudo, entendo que o ônus de indicar bens suscetíveis de penhora incumbe a parte exequente (art. 524, VII, CPC), razão pela qual indefiro o pedido de livre penhora (ID 93231407).
A parte exequente deverá realizar pedido certo e determinado do bens passíveis de penhora.
Intime-se a parte exequente para se manifestar indicando bens penhoráveis, no prazo de 5 (cinco) dias.
Decorrido o prazo sem manifestação, arquive-se.
Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
, nº , Bairro , CEP , , e-mail: cpe5civjip@tjro.jus.br
Número do processo: 7004385-96.2022.8.22.0005
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO, OAB nº RO6338, PROCURADORIA DA SICOOB CENTRO - COOPERATIVA DE CRÉDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: GANES MOURA DA SILVA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Já consta restrição no Renajud da motocicleta de placa NCI-2399, conforme ID. 76130285.
Intime-se o exequente para indicar bens passíveis de penhora para o prosseguimento do processo, no prazo de 5 (cinco) dias.
Decorrido o prazo, sem manifestação, nos termos do art. 921, III, do Código de Processo Civil, determino a suspensão do processo, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição.
Aguarde-se em arquivo a eventual sobrevinda de notícia acerca da existência de patrimônio passível de penhora ou prazo para prescrição intercorrente.
Enquanto a parte exequente não indicar patrimônio passível de penhora o trâmite da execução não será retomado.
17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber DinizEduardo Abilio Kerber Diniz

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-594, Ji-Paraná, e-mail:
cpe5civjip@tjro.jus.brNúmero do processo: 7012714-97.2022.8.22.0005
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EDSON ROSAS JUNIOR, OAB nº AM1910, BRADESCO
Polo Passivo: PAULO LUCAS JUNIOR, PAULO LUCAS JUNIOR - ME
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
A repetição da diligência junto ao SISBAJUD restou infrutífera, conforme adiante se vê.
Desde já resta indeferido, neste momento, novo pedido de consulta no Sisbajud.
Intime-se a parte exequente para indicar bens que possam ser penhorados, no prazo de 5 (cinco) dias.
Sendo requerida diligência para localização de bens, deverá comprovar o pagamento da taxa do art. 17 do Regimento de Custas para cada diligência a ser realizada.
Decorrido o prazo supra, sem manifestação, nos termos do art. 921, III, do Código de Processo Civil, determino a suspensão do processo, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição.
Aguarde-se em arquivo a eventual sobrevinda de notícia acerca da existência de patrimônio passível de penhora ou prazo para prescrição intercorrente.
Enquanto a parte exequente não indicar patrimônio passível de penhora o trâmite da execução não será retomado.
Ji-Paraná, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

1ª VARA CRIMINAL

Autos n. 7008114-96.2023.8.22.0005
Origem: Ji-Paraná - 1ª Vara Criminal
Classe/natureza/assunto: Auto de Prisão em Flagrante - Financiamento ou Custeio de Produção ou Tráfico de Drogas
Valor da causa: R$ 0,00
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FLAGRANTEADO: EDVALDO RODRIGUES DE LIMA
ADVOGADO DO FLAGRANTEADO: HELOISA RODRIGUES DE SOUZA, OAB nº RO10580
Decisão
Recebido no plantão.
Trata-se de informação de prisão em flagrante realizada em desfavor do flagranteado EDVALDO RODRIGUES DE LIMA, em razão da prática em tese do crime previsto no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006.
O ato que realizou a prisão em flagrante deve ser homologado, porquanto foi realizado e comunicado em conformidade com o disposto no artigo 302 e artigo 304 do Código de Processo Penal.
Houve apresentação de manifestação do Ministério Público e da Defesa. Entretanto, como ocorrerá audiência de custódia, aguarde-se a decisão em audiência.
Posto isso, HOMOLOGO a prisão em flagrante, porquanto foi realizada e comunicada em conformidade com o disposto no art. 302 e art. 304 do CPP;
Assim, designo audiência de custódia para o dia 15 de julho de 2023, às 09h.
Cientifique-se, com a celeridade e pelos meios mais céleres disponíveis, inclusive WhatsApp, o Membro do Ministério Público e da Defensoria Pública Estadual. Acaso possua o (a) preso (a) advogado (a) já constituído, mantenha-se contato - informando-o (a) da assentada supra.
Cumpra-se com celeridade.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz Plantonista
*Observações importantes à CPE-1º Grau e a Oficiais de Justiça:
1. Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício por servidor(a) da CPE-1º Grau e revistos pelo Juiz natural quando necessários. Assim, proceda a CPE-1º Grau de acordo com o disposto no art. 93, XIV, da CF; art. 152, VI, do CPC e art. 33 das DGJ. Deveras, à luz do disposto nas citadas normas e considerando o que consta do Manual de Processos da Área Cível do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, a CPE-1º Grau deverá praticar eventuais atos ordinatórios necessários ao andamento do feito.
2. Acaso necessário, serve a cópia desta decisão, devidamente assinada eletronicamente/digitalmente pelo MM Juiz de Direito que a redigiu (subscritor), extraída do sistema PJe/CNJ, como Mandado de Citação, Intimação, Notificação, Requisição, Comunicação, Carta Precatória e/ou Ofício, solicitação de colaboração/cooperação dirigida a órgãos públicos, autarquias, departamentos públicos ou entes privados, Tribunais, outros Juízos, pessoas naturais ou jurídicas de direito público e/ou privado envolvidos ou com interesse direto ou indireto nesta demanda.
3. Caso a providência a ser realizada se amolde à possibilidade de cumprimento eletrônico do ato judicial determinado por este Juízo, poderá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça executar a(s) diligência(s) por meio do aplicativo eletrônico de troca de mensagens e arquivos WhatsApp, desde que incidente ao caso a hipótese prevista no art. 2º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ (DJe n. 218, 24/11/2022). O(a) senhor(a) serventuário(a) da Justiça deverá observar rigorosamente o que previsto no art. 3º da norma administrativa citada para efeito de pagamento da(a) diligência(s). Para a validade da comprovação da identidade da(s) pessoa(s) citada(s), intimada(s), requisitada(s), comunicada(s) ou notificada(s), no cumprimento da(s) diligência(s), deverá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça considerar o que tipificado no art. 4º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ.
4. Se oportuno, preclusa a decisão, alterado o rito/procedimento da ação ou transitada em julgado eventual sentença, a Central de Processamento Eletrônico - CPE-1º Grau deverá providenciar a imediata e imprescindível retificação da classe processual, assunto e natureza da demanda, a fim de que os relatórios estatísticos, relatórios de Metas/CNJ e de monitoramento da Vara reflitam a real quantidade e tipos das ações que aqui tramitam (ex.: ação de conhecimento para cumprimento de sentença/execução; auto de apreensão em flagrante ou procedimento (inquisitorial) para apuração de ato infracional para ação para apuração de ato infracional - ou classe equivalente; ação monitória para cumprimento de sentença).
5. A intimação de atos judicantes dirigida a advogados constituídos dá-se por meio de publicação no Diário da Justiça eletrônico – DJe, conforme Lei n. 11.419/2006; CPC, art. 205, § 3º; art. 224; art. 231, VII; Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017; Pedido de Providência CNJ n. 0002470-04.2018.2.00.0000, art. 5º da Resolução CNJ n. 234/2016 e Resolução CNJ n. 455/2022, art. 11, § 3º.
Com efeito, à intimação do causídico precede a disponibilização ou divulgação do ato no DJe. Com a divulgação no DJe, dá-se a publicação da manifestação judicial e, ato contínuo, a intimação dos d. advogados. É o que diz o art. 224, § 2º, do CPC: "Considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico." Dispõe ainda o seu § 3º: "A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação."
Logo, eventual recebimento de informações inerentes à prática de atos judicantes por advogados via e-mail (sistema push) tem efeito meramente informativo, de jeito que não há falar em intimação de advogados a partir de simples consulta processual ao PJe ou via sistema push. Ver ainda SEI n. 0003496-42.2017.8.22.8800, Ofício-CGJ n. 982/2017, de 22/12/2017; Ofício Circular-CGJ n. 216/2017; Ofício Circular-CGJ n. 31/2018 e Informação-CGJ n. 629/2018. Assim, regra geral, a mera consulta aos autos eletrônicos no Sistema PJe ou o recebimento de informações sobre a prática de atos processuais via e-mail (sistema push) não implicam em divulgação, publicação ou intimação das partes e de seus advogados constituídos. Por sua vez, apenas advogados e procuradores públicos, assim como a Defensoria Pública e o Ministério Público gozam da chamada "intimação pessoal" via Sistema PJe.

Reitere-se que, nos termos do Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017, publicado no DJe n. 234, de 20/12/2017, p. 52, no primeiro grau de jurisdição, a publicação dos atos processuais no Diário de Justiça eletrônico – DJe do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia substitui qualquer outro meio oficial de comunicação, para fins de intimação, à exceção dos casos em que a lei exigir vista ou intimação pessoal (art. 1º).

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Ji-Paraná - 1ª Vara Criminal
Processo nº: 7012005-96.2021.8.22.0005
Classe: PROCEDIMENTO ESPECIAL DA LEI ANTITÓXICOS (300)
Assunto: [Colaboração com Grupo, Organização ou Associação Destinados à Produção ou Tráfico de Drogas]
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: VINICIUS DE OLIVEIRA FERREIRA e outros
Advogados do(a) REU: ALESSANDRO SANTOS MOREIRA - RO11656, JOSE OTACILIO DE SOUZA - RO2370
INTIMAÇÃO
FINALIDADE: Intimar o (a) advogado (a) supramencionado, para, no prazo legal, apresentar ALEGAÇÕES FINAIS.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ji-Paraná - 1ª Vara Criminal
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasilia, CEP 76908-594, Ji-Paraná
PROCESSO N.: 7003393-04.2023.8.22.0005
CLASSE: Inquérito Policial
ASSUNTO: Furto de coisa comum
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: Ministério Público do Estado de Rondônia, P. -. J. -. 1. D. D. P. C.
INDICIADO: MIJAE JOSE AVILEZ SOUZA, RUA UMUARAMA 4082, - ATÉ 707/708 PARQUE SÃO PEDRO - 76907-860 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
INDICIADO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
O acusado foi citado por edital para responder por escrito a acusação e, decorrido o prazo, não compareceu em Juízo e nem constituiu defensor.
Desta forma, suspendo o processo e o curso do prazo prescricional nos termos do artigo 366 do Código de Processo Penal.
Visando a localização do acusado, diligencie-se e expeça-se o necessário.
O período de suspensão é regulado pelo máximo da pena cominada, nos termos da Súmula 415 do STJ, onde volta a correr a suspensão no aguardo da prescrição.
Dessa forma, a presente suspensão deverá se manter até 03/11/2038 ou até a intimação pessoal do acusado, o que acontecer primeiro.
Ji-Paraná/RO, 17 de julho de 2023
Valdecir Ramos de Souza
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
1ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná-RO
Av. Brasil, n. 595, Bairro Nova Brasília, Ji-Paraná/RO.
76900-261 Fone:(69) 3411-2927 - E-mail: jip1criminalgab@tjro.jus.brPROCESSO N.: 7005074-77.2021.8.22.0005
CLASSE: Inquérito Policial
ASSUNTO: Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia
REQUERIDO: A Apurar - Sistema - Nao Alterar
ADVOGADO DO REQUERIDO: LUIS MANUEL CARVALHO MESQUITA, OAB nº SP163052
Despacho:
Compulsando os autos, verifica-se que o decurso de prazo certificado diz prespeito à ciência do despacho do ID 26884598.
Ademais, o despacho de intimação da parte requerente foi proferido em 12/07/2023 (ID 93225430), sendo que não houve intimação do advogado cadastrado via sistema.
Assim, devolvo os autos ao cartório para regularização da intimação e suspendo os autos até a vinda das informações requisitadas.
Ji-Paraná segunda-feira, 17 de julho de 2023
Valdecir Ramos de Souza
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
1ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná-RO
Av. Brasil, n. 595, Bairro Nova Brasília, Ji-Paraná/RO.
76900-261 Fone:(69) 3411-2927 - E-mail: jip1criminalgab@tjro.jus.br
PROCESSO N.: 7007295-62.2023.8.22.0005
CLASSE: Restituição de Coisas Apreendidas
ASSUNTO: Tráfico de Drogas e Condutas Afins
REQUERENTE: PRISCILLA MARMENTINI

ADVOGADO DO REQUERENTE: DRIELLE BIANCA SILVA ELOY, OAB nº MT19752O
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Decisão
Vistos.
PRISCILLA MARMENTINI, já qualificada, requereu a restituição dos veículos Placa NJR2B03, de cor vermelha, ano: 2010, RENAVAN nº 00223328227; Placa NPO1I94, de cor cinza, ano: 2011, RENAVAM nº 00340277114 e; Placa NPO6D74, cor cinza, ano: 2011, RENAVAM nº 00340234105, apreendidos na posse de CRISTIANO CÂNDIDO SOARES nos autos n. 7007110-24.2023.8.22.0005.
Juntou os documentos comprovando a propriedade do veículo (ID 92543431 e seguintes).
O Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento do pedido (ID 93155755).
Este Juízo postergou análise do requerido para após a conclusão do Inquérito Policial (ID 93225432).
A requerente postulou nova apreciação do pedido (ID 93326859).
O Inquérito Policial foi relatado (ID 93287226 - autos 7007110-24.2023.8.22.0005).
Brevemente relatado. Decido.
Trata-se de pedido de restituição de coisa apreendida apresentado por PRISCILLA MARMENTINI, acompanhado de cópias dos documentos indicando ser proprietária dos veículos.
Inicialmente, este Juízo decidiu pela análise após a conclusão do Inquérito Policial pois não haviam elementos suficientes para a comprovação que tratava-se de terceiro de boa-fé.
Todavia, com a apresentação do relatório pela Autoridade Policial, onde foram ouvidos a requerente e seu esposo, verifico que restou demonstrado que, de fato, os veículos estavam locados para o acusado e que era este quem controlava a carga, destino, consertos, etc e, portanto, estes não interessam mais ao processo, tanto que a própria Autoridade Policial postulou pela restituição à requerente.
Posto isto, nos termos dos artigos 118 e 120 do Código de Processo Penal, DEFIRO o pedido inicial e determino a RESTITUIÇÃO dos veículos Placa NJR2B03, de cor vermelha, ano: 2010, RENAVAN nº 00223328227; Placa NPO1I94, de cor cinza, ano: 2011, RENAVAM nº 00340277114 e; Placa NPO6D74, cor cinza, ano: 2011, RENAVAM nº 00340234105 a PRISCILLA MARMENTINI, ou a seu representante legal.
Oficie-se imediatamente para que se proceda à restituição do veículo, independente do pagamento de taxas, uma vez que foi preso por determinação da Autoridade Policial, remetendo o respectivo termo a este juízo em cinco dias.
Cópia desta serve de ofício.
Certifique-se no processo crime e, após, arquivem-se estes autos.
Intimem-se.
Ji-Paraná/RO, 17 de julho de 2023
Valdecir Ramos de Souza
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
1ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná-RO
Av. Brasil, n. 595, Bairro Nova Brasília, Ji-Paraná/RO.
76900-261 Fone:(69) 3411-2927 - E-mail: jip1criminalgab@tjro.jus.brPROCESSO N.: 7015222-16.2022.8.22.0005
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
ASSUNTO: Receptação, Tráfico de Drogas e Condutas Afins
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia
REU: ELITON SABINO DA SILVA, RUA PRINCESA ISABEL, N. 657 SÃO FRANCISCO - 76900-001 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos.
O Ministério Público do Estado de Rondônia, por intermédio de seu Representante Legal em exercício neste juízo, no uso de suas atribuições legais, com base no incluso inquérito policial tombado sob nº 620/2022, ofereceu denúncia em face de ÉLITON SABINO DA SILVA, conhecido como “Bil, Piu ou Rato”, brasileiro, nascido aos 04.10.1989 em Ji-Paraná/RO, filho de Edgar Sabino da Silva e Neusa Maria de Azevedo da Silva, portador do RG n. 1.090.147 SSP/RO e CPF n. 007.126.102-86, residente na rua Princesa Isabel, n 657, bairro São Francisco, cidade de Ji-Paraná/RO, telefone (69) 99383-8067, dando-o como incurso nas sanções previstas no artigo 180, caput, (duas vezes), do Código Penal, pela prática do fato delituoso devidamente descrito na peça vestibular acusatória, nos seguintes termos:
No dia 21 de dezembro de 2022, por volta de 03h30min, na rua Amazonas, n. 1499, bairro Primavera, cidade de Ji-Paraná, e em momento anterior que não se pode precisar, o denunciado ÉLITON, agindo dolosamente, adquiriu, recebeu e ocultou, em proveito próprio e de terceiros, os seguintes objetos: 01 relógio de pulso masculino, cor dourada, marca Atlantis; 01 caixa de som, cor preta, marca Sumay, modelo SN-CAP23 com carregador; 16 cabides; 27 blusas femininas; 02 lençóis cor de rosa; 01 calça jeans feminina; 01 par de tênis feminino, marca sapatinho de luxo; 09 bermudas jeans feminina; 08 bermudas femininas alfaiataria; 08 saias; 04 vestidos cores variadas; 03 cintos femininos e 21 cintos masculinos, pertencentes à vítima Ana Paula Pereira Nogueira (proprietária da Loja Bonequinha de Luxo); bem como 03 pulseiras de relógio, de plástico; 03 carteiras porta cédulas; 01 headphone de cor vermelha, marca Basik; 01 fone bluetooth, cor branca; 01 boné; 10 camisetas masculinas de cores variadas; 04 calças masculinas e 07 bermudas masculinas, pertencentes à vítima Camila Jacone Crisóstomo Ribeiro (proprietária do estabelecimento comercial JC Celulares), conforme Ocorrência Policial (fls. 25/26, ID 86036294), Auto de Apreensão (fl. 31, ID 86036294), Termos de Restituição (fls. 32/33, ID 86036294), mesmo sabendo se tratar de produtos de crimes contra o patrimônio, conforme Ocorrências Policiais às fls. 43/44, ID 86036294.
Segundo o apurado, guarnição da Polícia Militar fazia patrulhamento no bairro Primavera, quando perceberam que no interior da residência do denunciado, conhecida entre os agentes da segurança pública como “Boca de Fumo do Bil”, saíram alguns indivíduos correndo. Outrossim, visualizaram roupas penduradas no varal, com etiquetas de novas, o que levantou desconfiança, mormente diante dos vários furtos a lojas praticados em Ji-Paraná.
Diante das fundadas suspeitas de ocorrência de ilícitos e flagrante delito, os policiais solicitaram reforços e com a chegada do apoio, foram atendidos por ÉLITON.

No varal e no interior da casa foram localizadas diversas roupas femininas e masculinas, novas/com etiquetas, dentre outros bens.
Em consultas foi constatado que os vestuários e outros itens recuperados eram produtos dos crimes de furtos registrados nas ocorrências policiais n. 216685/2022 e 217330/2022.
ÉLITON alegou que os bens foram deixados em sua residência pela pessoa conhecida como "Tiquinho" (ou similar, por exemplo, Tiquim).
Os objetos foram restituídos (fls. 32/33, ID 86036294).
A denúncia foi recebida em 08/02/2023 (ID 86804045) e veio acompanhada do respectivo inquérito policial.
O acusado foi citado (ID 87210148) e apresentou resposta à acusação através da Defensoria Pública (ID 88489813).
Em audiência realizada por videoconferência foram ouvidas as testemunhas e o acusado interrogado (ID 90304428).
Em alegações finais, o Ministério Público requereu a condenação do acusado nos termos da denúncia.
Por outro lado, a Defensoria Pública postulou pelo reconhecimento da violação ao direito constitucional a inviolabilidade da residência, com a consequente absolvição do acusado. Ainda, requereu a absolvição do acusado com fundamento no artigo 386, inciso VII do Código de Processo Penal. Subsidiariamente, a fixação da pena base no mínimo legal, a imposição do regime aberto para início do cumprimento da pena, a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos e, por fim, a dispensa do pagamento das custas processuais.
Brevemente relatado.
Decido.
1. Das preliminares
A defesa alegou violação ao direito constitucional a inviolabilidade da residência.
É sabido que a casa é asilo inviolável do indivíduo, sendo que a entrada nela depende de consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial, conforme disposto no artigo 5º, inciso XI da Constituição Federal.
Importante aqui ressaltar que o crime de receptação é permanente, ou seja, sua consumação se protrai no tempo, sendo que para ser realizada a prisão em flagrante do suposto autor do crime basta que haja a presença de fundadas suspeitas de que a pessoa esteja praticando este crime.
No caso em análise, consta que as fundadas suspeitas se basearam no fato de que era de conhecimento por parte da polícia que no local funcionava uma boca de fumo, que havia uma movimentação na residência e que as pessoas tentaram se evadir, bem como que os policiais observaram que no varal da casa tinham roupas perduradas e com etiquetas.
Ainda, estamos falando de situação de flagrante delito. Logo, não faz sentido a exigência de expedição de mandado de busca e apreensão ou até mesmo necessidade de autorização do morador para a entrada dos policiais no imóvel, haja vista que o crime de receptação já estava sendo praticado pelo acusado.
Desta forma, diante da presença de fundadas razões para a realização da prisão em flagrante delito do acusado e a busca em sua residência, comprovando-se que esta não se pautou na subjetividade, a preliminar arguida nesse sentido não merece prosperar.
Ante o exposto, REJEITO a preliminar arguida e passo à análise do mérito.
2. Do mérito:
Trata-se de ação penal pública incondicionada, objetivando apurar a responsabilidade criminal de ÉLITON SABINO DA SILVA, anteriormente qualificado, pela prática de dois crimes de receptação.
Induvidosa a materialidade, ante as provas coligidas aos autos, notadamente pela ocorrência policial (fls. 25/26 – ID 86036294), Auto de Apresentação e Apreensão (fl. 31 – ID 86036294), Termos de Restituição (fls. 32/33 – ID 86036294), Ocorrências Policiais dos furtos (fls. 43/44 – ID 86036294) e Laudos de Exames Merceológicos (IDs 87519696, 87519697 e 87519698).
Passo a analisar a autoria.
Ana Paula Pereira Nogueira relatou que no dia 20/12/2022 foram subtraídas mercadorias do seu estabelecimento. Confirmou que passados uns dias, recebeu a informação de que algumas roupas e objetos tinham sido encontrados. Informou que não conseguiu recuperar todos os pertences furtados.
Camila Jacone Crisostomo Ribeiro informou que entre o dia 18 ou 19 de dezembro de 2022, havia ocorrido um furto no seu estabelecimento. Disse que pouco tempo depois parte dos objetos foram encontrados e ela conseguiu restituí-los. Asseverou que não recuperou todos os bens furtados.
O Policial Militar Robert Tramontina Gravena relatou que no dia dos fatos a guarnição estava fazendo um patrulhamento pelo bairro Primavera, quando perceberam uma movimentação na casa do acusado, que era um local conhecido como uma boca de fumo. Disse que ao perceberem a presença dos policiais, as pessoas que estavam na residência saíram correndo. Informou que já tinham o conhecimento dos furtos ocorridos nos estabelecimentos comerciais naqueles dias, ocasião em que acharam estranho que no varal da casa haviam roupas perduradas e com etiquetas. Solicitaram a entrada no domicílio, o acusado os atendeu, fizeram uma revista no local e encontraram várias roupas novas etiquetadas com o nome das lojas. Confirmou que a esposa do acusado estava vestida com uma das peças furtadas.
Em Juízo o acusado ÉLITON SABINO DA SILVA negou os fatos narrados na denúncia. Informou que os policiais entraram em sua residência no momento em que ele estava dormindo. Disse que um terceiro, conhecido como "Tiquinho", pediu para deixar algumas roupas e outros objetos em sua casa. Afirmou que sua esposa usava umas das roupas e foi "Tiquinho" quem deu a ela. Asseverou que não perguntou a "Tiquinho" sobre a origem dos objetos.
Pois bem, o ilícito pelo qual responde o acusado possui a seguinte redação:
Art. 180 – Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte:
Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa.
O elemento subjetivo que norteia este tipo penal é o dolo direto, consubstanciado na vontade livre e consciente de adquirir, receber ou ocultar a coisa que sabe ser produto de crime, em proveito próprio ou alheio, ou influir para que terceiro de boa fé assim o faça.
Não se descuida que está a merecer por parte do Judiciário dura repressão a conduta do receptador, pois, como cediço, a receptação é o último elo na cadeia da criminalidade contra o patrimônio e o dolo do agente há de ser extraído do conjunto de circunstâncias, de modo a não se permitir que fique sem reprimenda a conduta daqueles que, por ambição, aceitam os ganhos da ilicitude e nada respondem perante a Justiça.
No caso em apreço, dúvidas não pairam sobre a materialidade, ante as provas coligidas aos autos.
Isso porque restou comprovado que os objetos eram produtos de furtos registrados nos dias 20 e 21 de dezembro de 2022, conforme ocorrências de fls. 43/44 – ID 86036294, constando como vítimas as Lojas Bonequinha de Luxo e JC Celulares.

Então, para a perfeita adequação do fato à norma, cumpre apenas verificar se o acusado tinha ou não consciência de que os objetos provinha de atos ilícitos.
Sob essa perspectiva sabe-se que, em se tratando de delito de receptação, cabe ao acusado o ônus de comprovar que não tinha conhecimento da procedência ilícita, devendo apresentar justificativa razoável para tal situação.
Nesse sentido, o acusado disse que um terceiro havia deixado as mercadorias em sua casa e não questionou essa pessoa sobre a origem dos objetos.
Vale destacar, que na Delegacia a esposa de ÉLITON informou que o acusado havia falado a ela que "Tiquinho" tinha furtado as roupas em uma loja, demonstrando que sabia da procedência ilícita.
Ademais, as roupas estavam ainda com etiquetas e em locais de fácil acesso na residência do acusado.
Embora ÉLITON tenha negado ser conhecedor da origem espúria dos objetos, ele não conseguiu produzir provas nesse sentido e não soube apresentar informações quanto ao terceiro que deixou as roupas em sua casa.
Assim, restou cabalmente demonstrado que o acusado tinha ciência da ilicitude dos objetos apreendidos e dolo em sua conduta.
Por tudo isso, razão não assiste à tese de defesa para absolver o acusado.
Daí, extrai-se da própria conduta do acusado e dos fatos circunstanciais que envolveram a infração que ele recebeu e ocultou, em proveito próprio, os objetos das duas vítimas, mesmo sabendo da sua origem ilícita e, assim, o édito condenatório é medida de rigor.
Por fim, a denúncia trata da prática de dois crimes de receptação, sem mencionar na capitulação qual seria a modalidade de concurso desses crimes, sendo que em alegações finais o Ministério Público requereu a condenação pelos dois crimes na modalidade de concurso material.
Todavia, pelo que deflui nos autos, verifico a ocorrência do concurso formal de crimes, uma vez que para a sua caracterização exige a lei que o agente mediante uma só ação ou omissão pratique dois ou mais crimes, idênticos ou não.
Da prova colhida, verificou-se pela instrução probatória que o acusado recebeu e ocultou os bens das duas vítimas conjuntamente, tanto que estes estavam misturados e espalhados por toda a residência e, com isso, deverá ser aplicado o contido no artigo 70 do Código Penal quando de sua condenação.
Isto posto, julgo procedente a denúncia para o fim de condenar o acusado ÉLITON SABINO DA SILVA, já qualificado, por infringência do artigo 180, caput (duas vezes) do Código Penal na forma do artigo 70, caput, ambos do Código Penal
Passo a dosar a sua pena.
1. Para o crime de receptação contra a vítima Bonequinha de Luxo:
Analisando as diretrizes do artigo 59 do Código Penal, verifico que a culpabilidade do acusado é inerente ao tipo incurso, nada tendo a valorar. Com relação aos antecedentes, verifica-se que o acusado possui quatro condenações com trânsito em julgado anteriores ao fato, sendo que duas delas serão consideradas como maus antecedentes e as outras duas como reincidência apenas 2ª fase da dosimetria da pena, para não incorrer em bis in idem. Não há nos autos parâmetros para valoração da conduta social do acusado. Por outro lado, sua personalidade é negativa, posto que estava cumprindo pena em livramento condicional quando foi preso, demonstrando que em liberdade não é capaz de respeitar as condições impostas e benefícios recebidos (SEEU 4000042-79.2020.8.22.0005). Os motivos do crime são de somenos importância. As circunstâncias foram as normais do tipo. Não há maior consequência a irradiar sobre o fato. Não há o que se falar em participação da vítima.
Por tudo isso, com base nos artigos 59 e 68 do Código Penal, fixo ao acusado a pena base em 01 (um) ano e 03 (três) meses de reclusão e pagamento de 13 (treze) dias-multa.
Reconheço a agravante da reincidência e agravo sua pena em 03 (três) meses de reclusão e pagamento de 01 (um) dia-multa, perfazendo-a em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão e pagamento de 14 (quatorze) dias-multa.
Não há causas de aumento ou diminuição a serem consideradas, razão pela qual mantenho a pena em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão e pagamento de 14 (quatorze) dias-multa.
2. Para o crime de receptação contra a vítima JC Celulares:
Analisando as diretrizes do artigo 59 do Código Penal, verifico que a culpabilidade do acusado é inerente ao tipo incurso, nada tendo a valorar. Com relação aos antecedentes, verifica-se que o acusado possui quatro condenações com trânsito em julgado anteriores ao fato, sendo que duas delas serão consideradas como maus antecedentes e as outras duas como reincidência apenas 2ª fase da dosimetria da pena, para não incorrer em bis in idem. Não há nos autos parâmetros para valoração da conduta social do acusado. Por outro lado, sua personalidade é negativa, posto que estava cumprindo pena em livramento condicional quando foi preso, demonstrando que em liberdade não é capaz de respeitar as condições impostas e benefícios recebidos (SEEU 4000042-79.2020.8.22.0005). Os motivos do crime são de somenos importância. As circunstâncias foram as normais do tipo. Não há maior consequência a irradiar sobre o fato. Não há o que se falar em participação da vítima.
Por tudo isso, com base nos artigos 59 e 68 do Código Penal, fixo ao acusado a pena base em 01 (um) ano e 03 (três) meses de reclusão e pagamento de 13 (treze) dias-multa.
Reconheço a agravante da reincidência e agravo sua pena em 03 (três) meses de reclusão e pagamento de 01 (um) dia-multa, perfazendo-a em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão e pagamento de 14 (quatorze) dias-multa.
Não há causas de aumento ou diminuição a serem consideradas, razão pela qual mantenho a pena em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão e pagamento de 14 (quatorze) dias-multa.
Atendendo ao disposto no artigo 70 do Código Penal, aumento uma das penas, já que idênticas (01 ano e 06 meses de reclusão e 14 dias-multa) em 1/6, ante a quantidade de vítimas, perfazendo a pena definitiva de 01 (um) ano e 09 (nove) meses de reclusão e pagamento de 16 (dezesseis) dias-multa.
Com relação à pena de multa, o valor do dia-multa será no mínimo previsto no § 1º do artigo 49 do Código Penal, isto é, 1/30 do salário-mínimo vigente ao tempo do fato, considerando a condição socioeconômica do acusado, perfazendo o valor de R$ 668,35 (seiscentos e sessenta e oito reais e trinta e cinco centavos), atualizado desde a data dos fatos.
O acusado cumprirá sua pena em regime inicialmente semiaberto, em razão de sua reincidência, independente de maiores considerações, pois é a regra legal em razão da sua atual situação (artigo 33, § 32º, letra "c", do CP e súmula 269 do STJ).
Tendo em vista o regime aplicado ao acusado, bem como sua reincidência e personalidade negativa, sendo motivos suficientes para gerar gravame à ordem pública e agora, ainda, visando a aplicação da lei penal, bem como considerando que o acusado respondeu ao processo preso e as circunstâncias da prisão preventiva não se modificaram, nego a ele o direito de recorrer em liberdade e mantenho-o na prisão em que se encontra.
Pelo mesmo motivo, deixo de conceder a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Oficie-se para imediata remoção ao regime imposto.
Demais deliberações:
Determino a apreensão da droga e dos dois celulares nos autos 7001421-96.2023.8.22.0005 em razão da investigação apartada que ocorre naqueles autos, se isto já não foi procedido.
Verifico que parte dos bens apreendidos (roupas, calçados, etc), não foram restituídos pois não foi possível identificar as respectivas vítimas. Por este motivo, determino a doação destes a uma entidade sem fins lucrativos a ser determinada pela própria Autoridade Policial para fins de bazar, leilão ou até mesmo vestuário de pessoas carentes.
Após o trânsito em julgado desta decisão, cumpram-se as seguintes determinações:
Comunique-se à Justiça Eleitoral.
Considerando que o condenado foi defendido pela Defensoria Pública, isento-o do pagamento das custas processuais.
Com relação ao pagamento da multa, proceda-se nos termos do artigo 269-B das Diretrizes judiciais.
Após, arquivem-se os autos.
P.R.I.
Ji-Paraná segunda-feira, 17 de julho de 2023
Valdecir Ramos de Souza
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Vara Criminal
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasilia, CEP 76908-594, Ji-Paraná
PROCESSO N.: 7007401-24.2023.8.22.0005
CLASSE: Inquérito Policial
ASSUNTO: Crimes do Sistema Nacional de Armas
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: Ministério Público do Estado de Rondônia
INDICIADO: JOAO CLEBER SCHUAWLE MUNIZ, BR 364 26, POSTA RESTANTE ZONA RURAL - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO INDICIADO: ALEXANDRE BARNEZE, OAB nº RO2660
Vistos.
CLEBER MOREIRA, brasileiro, casado, filho de Obedes Moreira e Iraci Schuawle Moreira, natural de Ji-Paraná/RO, nascido em 19/05/1980, RG. 680.537 SESDEC/RO e CPF n. 652.182.722-72 , atualmente recolhido na Casa de Detenção, foi denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática do crime previsto no artigo 14 da Lei n.º 10.826/2003.
Breve relatório. Decido.
A inicial narra um fato criminoso com todas as suas circunstâncias e encontra-se apoiada em elementos informativos constantes dos autos.
As condições da ação e os pressupostos processuais estão presentes, havendo, inclusive, justa causa.
Assim, recebo a denúncia.
Cite-se o acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, expedindo-se carta precatória, se o caso, cientificando-se o MP e defesa.
Vencido o prazo sem a resposta, ou sendo de imediato declarada a impossibilidade de constituir advogado, encaminhem-se os autos à Defensoria Pública para apresentá-la.
Notifique-se o Ministério Público e cumpra-se a cota ministerial.
A PRESENTE DECISÃO SERVE DE MANDADO DE CITAÇÃO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Valdecir Ramos de Souza
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ji-Paraná - 1ª Vara Criminal
Avenida Brasil, nº 595, Bairro Nova Brasilia, CEP 76908-594, Ji-Paraná
PROCESSO N.: 7005763-87.2022.8.22.0005
CLASSE: Termo Circunstanciado
ASSUNTO: Ameaça
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
AUTOR DO FATO: WESLEY DOS SANTOS MEDEIROS, RUA CALAMA, - DE 1260/1261 A 1602/1603 SÃO FRANCISCO - 76908-158 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos.
WESLEY DOS SANTOS MEDEIROS, brasileiro, solteiro, desempregado, filho de Izabel Cristina Calegári dos Santos e de Raimundo Nonato Medeiros, natural de Ji-Paraná /RO, nascido em 18.11.1996, com endereço na Rua T-20, esquina com a Rua Brasileia, n.º 956, Bairro Jorge Teixeira, em Ji-Paraná /RO , foi denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática do crime previsto no artigo 147-A, § 1º, inciso II, do Código Penal .
Breve relatório. Decido.
A inicial narra um fato criminoso com todas as suas circunstâncias e encontra-se apoiada em elementos informativos constantes dos autos.
As condições da ação e os pressupostos processuais estão presentes, havendo, inclusive, justa causa.
Assim, recebo a denúncia.
Cite-se o acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, expedindo-se carta precatória, se o caso, cientificando-se o MP e defesa.

Vencido o prazo sem a resposta, ou sendo de imediato declarada a impossibilidade de constituir advogado, encaminhem-se os autos à Defensoria Pública para apresentá-la.
Notifique-se o Ministério Público e cumpra-se a cota ministerial.
A PRESENTE DECISÃO SERVE DE MANDADO DE CITAÇÃO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Valdecir Ramos de Souza
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
1ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná-RO
Av. Brasil, n. 595, Bairro Nova Brasília, Ji-Paraná/RO.
76900-261 Fone:(69) 3411-2927 - E-mail: jip1criminalgab@tjro.jus.brPROCESSO N.: 7010158-25.2022.8.22.0005
CLASSE: Ação Penal de Competência do Júri
ASSUNTO: Feminicídio
AUTORES: M. P. D. E. D. R., D.
RECORRIDO: J. B. D., RUA JAMIL PONTES 701, - DE 603/604 A 900/901 JARDIM DOS MIGRANTES - 76900-704 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
RECORRIDO SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
JONATAN BASÍLIO DUTRA, já qualificado nos autos, foi denunciado pelo Ministério Público como incurso nas penas do artigo 121, § 2º, incisos I (motivo torpe), III (meio cruel), IV (recurso que dificultou a defesa da vítima) e VI (feminicídio), c.c. o § 2º-A, incisos I e II, do Código Penal, e no artigo 24-A da Lei n. 11.340/2006 (descumprimento de MPU), na forma do artigo 69 do Código Penal, o primeiro considerado crime hediondo nos termos da Lei n. 8.072/90, incidindo ainda na espécie, no que aplicável, os dispositivos da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), pelo seguinte fato narrado na denúncia:
No dia 20 de agosto de 2022, final da tarde, em área pública da rua José Carlos, bairro Orleans I, cidade de Ji-Paraná/RO, o denunciado JONATAN BASÍLIO DUTRA, agindo dolosamente, com evidente vontade de matar, por motivo torpe, mediante meio cruel e recurso que dificultou a defesa da vítima Emilly da Conceição do Nascimento, valendo-se de uma faca, desferiu-lhe diversas facadas, provocando-lhe múltiplas lesões corporais, que por sua natureza e sede letal levaram-na a óbito, conforme descrição contida no Laudo de Exame Tanatoscópico (fls. 130/135, ID 82552327).
Apurou-se que o denunciado JONATAN e a vítima Emilly viveram em união estável por cerca de 05 a 06 anos. Ambos possuem em comum um filho de 04 anos, a criança João.G.N.D.
Durante o relacionamento o denunciado, por diversas vezes, agrediu física e psicologicamente a vítima, além de ameaçá-la de morte, havendo registros de ocorrência e imposição de medidas protetivas de urgência em desfavor de JONATAN, inclusive uma vigente ao tempo do crime.
O denunciado JONATAN praticou o delito por motivo torpe, consistente em vingança, alegando ofensas e humilhações pessoais, além de traição por parte da ofendida Emilly.
O crime contra Emilly foi praticado mediante meio cruel, eis que empregada brutalidade desmedida, incomum e excessiva, em contraste com o mais elementar sentimento de piedade e respeito ao ser humano, tendo o denunciado brutalizado a vítima, mãe de seu filho e pessoa que lhe salvou da morte dias antes, com múltiplas facadas no pescoço, cabeça e tórax, externando nos atos letais toda a violência e crueldade que já vinha empregando contra a ofendida.
Outrossim, o hediondo delito foi perpetrado mediante recurso que dificultou a defesa da vítima Emilly, eis que surpreendida pelo ataque com faca, não podendo esboçar nenhuma reação defensiva eficiente.
O delito também foi praticado contra a mulher, por razões da condição de sexo feminino, restando evidenciado que o denunciado, por ser homem, acreditava poder violentar, ameaçar e subjugar Emilly, e que podia materializar suas frustrações em atos de violência física e psicológica, revelando assim menosprezo à condição de mulher, sendo o delito perpetrado em contexto e com emprego de violência doméstica e familiar.
Por fim, consta que o denunciado JONATAN, entre os dias 03 e 20 de agosto de 2022, na cidade de Ji-Paraná, por diversas vezes, dolosamente descumpriu decisão judicial que deferiu medidas protetivas de urgência previstas em lei, impostas em seu desfavor e em proteção da vítima Emilly, dentre elas a vedação de se aproximar da ofendida e dela manter distância mínima de 100 metros, a princípio por 06 meses, assim como a proibição de com ela manter contato pelo mesmo período inicial, salvo a expedição de contraordem da Autoridade Judiciária.
A denúncia foi recebida em 20/10/2022 (ID 83243296), acompanhada do respectivo inquérito policial.
O acusado foi citado (ID 83580792) e ofereceu resposta à acusação (ID 84224173).
Em audiência foram ouvidas as testemunhas e o acusado interrogado (ID 87308272).
O Ministério Público, em alegações finais, requereu a pronúncia do acusado como incurso no artigo 121, § 2º, incisos I (motivo torpe), III (meio cruel), IV (recurso que dificultou a defesa da vítima) e VI (feminicídio), c.c. o § 2º-A, incisos I e II, e § 7º, inciso IV (descumprimento das medidas protetivas previstas no artigo 22, inciso III, alíneas “a” e “b”, da lei 11.340/2006), todos dispositivos do Código Penal (ID 87354823).
Por outro lado, a defesa constituída inicialmente pelo acusado não apresentou alegações finais que, intimado, não constituiu novo advogado. Assim, os autos foram encaminhados à Defensoria Pública que reservou-se no direito de produzir suas provas e de argumentar suas teses apenas no Plenário do Tribunal do Júri (ID 91639326).
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório.
Decido.
1. Preliminarmente:
Como relatado, o Ministério Público denunciou o acusado pelo crime de descumprimento de medidas protetivas de maneira autônoma, sendo este devidamente descrito nos fatos (artigo 24-A da Lei 11.340/06). Todavia, analisando a instrução processual, entendeu que este fato se perfaz na causa especial de aumento de pena prevista no § 7º, inciso IV, do próprio artigo 121 do Código Penal.

Dessa forma, tendo em vista que o acusado se defende dos fatos e não da capitulação, bem como que trata-se de causa especial de aumento de pena e, por não haver alteração fática, acolho o pedido Ministerial e aplico a emendatio libelli, devendo imputar ao acusado a infringência do artigo 121, § 2º, incisos I (motivo torpe), III (meio cruel), IV (recurso que dificultou a defesa da vítima) e VI (feminicídio), c.c. o § 2º-A, incisos I e II, e § 7º, inciso IV (descumprimento das medidas protetivas previstas no artigo 22, inciso III, alíneas "a" e "b", da lei 11.340/2006), todos dispositivos do Código Penal.

2. Do mérito:

Trata-se da prática de homicídio qualificado pelo motivo torpe, meio cruel, recurso que dificultou a defesa da vítima e feminicídio, majorado pelo descumprimento de medidas cautelares, cuja autoria está sendo imputada ao acusado JONATAN BASÍLIO DUTRA.

Os documentos acostados nos autos indicam a materialidade do delito, notadamente o laudo de exame tanatoscópico (fls. 01/11 – ID 82891191), laudo de exame em local de morte violenta (ID 82718897), dentre outros.

Quanto à autoria do crime, há indícios suficientes de que o acusado teria praticado a ação delituosa descrita na inicial acusatória, uma vez que sua confissão está de acordo com o depoimento das testemunhas e demais provas angariadas nos autos.

Os requisitos da prova da materialidade e de indícios suficientes de autoria estão comprovados nos autos através da prova pericial e testemunhal colhida, sendo que o caput do artigo 413 do Código de Processo Penal é claro ao dizer que para a pronúncia basta a presença dos dois requisitos supra-assinalados.

Cabe lembrar que na primeira fase do procedimento, oportunidade em que vigora o princípio do in dubio pro societate, o dispositivo acima, ao disciplinar o que é necessário para a pronúncia, veda por completo o chamado excesso de linguagem, considerando que a referida decisão é de natureza estritamente processual, cabendo aos jurados a decisão quanto ao mérito do fato posto a julgamento.

Cumpre ressaltar que o princípio acima referido é o que rege a primeira fase dos processos de competência do Tribunal do Júri, muito importante no direito brasileiro e aplicado até os dias atuais. Nas palavras de Guilherme de Souza Nucci, o princípio do in dubio pro societate "[...] tem o sentido eficiente de indicar ao juiz que a decisão de pronúncia não é juízo de mérito, porém de admissibilidade[...]" (Código de Processo Penal Comentado, 17 ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 1052).

O juiz em hipótese alguma deve tecer valorações subjetivas em prol de uma parte ou de outra, sendo certo que para a pronúncia basta que haja prova convincente do crime e indícios suficientes de autoria, sendo ela um ato provisório que não tem o condão de tornar certa a responsabilidade do acusado pelo fato criminoso, cujo encargo cabe ao Conselho de Sentença e não ao juiz singular que presidiu a primeira fase inerente aos crimes dolosos contra a vida.

De outro norte, descreveu a denúncia que o acusado praticou o crime mediante motivação torpe consistente em vingança, alegando ofensas e humilhações pessoais, além de traição por parte da ofendida Emilly.

Ainda, consta que o crime contra Emilly foi praticado mediante meio cruel, eis que empregada brutalidade desmedida, incomum e excessiva, em contraste com o mais elementar sentimento de piedade e respeito ao ser humano, tendo o acusado brutalizado a vítima, mãe de seu filho e pessoa que lhe salvou da morte dias antes, com múltiplas facadas no pescoço, cabeça e tórax, externando nos atos letais toda a violência e crueldade que já vinha empregando contra a ofendida.

Outrossim, narra a exordial que o hediondo delito foi perpetrado mediante recurso que dificultou a defesa da vítima Emilly, eis que surpreendida pelo ataque com faca, não podendo esboçar nenhuma reação defensiva eficiente.

De mais a mais, consta que o delito também foi praticado contra a mulher, por razões da condição de sexo feminino, onde o acusado, por ser homem, acreditava poder violentar, ameaçar e subjugar Emilly, e que podia materializar suas frustrações em atos de violência física e psicológica, revelando assim menosprezo à condição de mulher, sendo o delito perpetrado em contexto e com emprego de violência doméstica e familiar.

Por fim, narra também a denúncia que o acusado praticou o crime em descumprimento de medidas protetivas de urgência, pois entre os dias 03 e 20 de agosto de 2022, na cidade de Ji-Paraná, por diversas vezes, dolosamente descumpriu decisão judicial que deferiu medidas protetivas de urgência previstas em lei, impostas em seu desfavor e em proteção da vítima Emilly, dentre elas a vedação de se aproximar da ofendida e dela manter distância mínima de 100 metros, a princípio por 06 meses, assim como a proibição de com ela manter contato pelo mesmo período inicial, salvo a expedição de contraordem da Autoridade Judiciária.

Como é cediço, não havendo elementos suficientes para afastar uma pretensa qualificadora na fase da decisão de pronúncia, por não se encontrar cabalmente divorciada dos fatos narrados no processo, sua apreciação deve ser submetida ao crivo do Tribunal do Júri.

Confira-se, a propósito, o seguinte julgado:

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO. MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. PRESENTES. IMPRONÚNCIA. IMPOSSIBILIDADE. AFASTAMENTO DAS QUALIFICADORAS. INVIÁVEL. JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO SOCIETATE. RECURSO NÃO PROVIDO.

Havendo materialidade e indícios da autoria, com apoio razoável na prova coligida nos autos, deve o agente ser pronunciado e julgado pelo Tribunal Popular, sendo que este é o juízo natural dos crimes contra a vida. Existindo indícios da ocorrência das qualificadoras de meio cruel e recurso que impossibilitou a defesa da vítima, não pode haver suas exclusões da pronúncia, devendo estas serem averiguadas por quem lhe cabe decidir, ou seja, pelo Tribunal do Júri.

(Recurso em Sentido Estrito, Processo nº 1001436-89.2017.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Criminal, Relator(a) do Acórdão: Des. Miguel Monico Neto, Data de julgamento: 07/02/2018).

Assim, as referidas qualificadoras serão reconhecidas na pronúncia do acusado, posto que não são manifestamente improcedentes nos autos.

Pelo exposto, julgo procedente a denúncia para PRONUNCIAR o acusado JONATAN BASÍLIO DUTRA como incurso nas penas do artigo 121, § 2º, incisos I (motivo torpe), III (meio cruel), IV (recurso que dificultou a defesa da vítima) e VI (feminicídio), c.c. o § 2º-A, incisos I e II, e § 7º, inciso IV (descumprimento das medidas protetivas previstas no artigo 22, inciso III, alíneas "a" e "b", da lei 11.340/2006), todos dispositivos do Código Penal, para que seja submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri.

Considerando que o acusado respondeu ao processo preso preventivamente por este Juízo e, agora pronunciado, deverá nesta mesma condição aguardar o seu julgamento, uma vez que não houve circunstância fática ou jurídica para modificação do decreto preventivo.

Com a preclusão desta decisão, dê-se vista às partes para os fins preconizados no artigo 422 do Código de Processo Penal.

P.R.I.

Ji-Paraná segunda-feira, 17 de julho de 2023

Valdecir Ramos de Souza

Juiz de Direito

2ª VARA CRIMINAL

Autos n. 7008154-78.2023.8.22.0005
Origem: Ji-Paraná - 2ª Vara Criminal
Classe/natureza/assunto: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Medidas Protetivas
Valor da causa: R$ 0,00
REQUERENTE: C. L. D. S.
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: E. F. D. S.
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Recebi no plantão.
Trata-se de requerimento de medida protetiva de urgência pleiteada por CARMEM LEMES DOS SANTOS em desfavor de EDILSON FERNANDES DA SILVA, sob o argumento de a requerente está em processo de separação do Requerido que no ida 12/07/2023 o mesmo foi ao endereço do Senhor Luiz Pablo Junior Mozarte de Lemes e Silva que é filho da Requerente, e pulou o muro invadindo a residência, bateu na janela e disse que queria falar com a Requerente, que pelo Requerido ser segurança do IG shopping possui arma de fogo, e que o fato teria ocorrido durante uma hora de descanso que o mesmo faz jus durante o turno de serviço, que nem a Requerente, nem o filho desta saíram e por tanto não sabem se o Requerido estava de fato armado, que, por medo do Requerido, a Requerente deixou a residência e foi para a casado filho, que ainda durante o atendimento da Polícia Militar o Requerido fez diversas ligações para o celular do filho da Requerente.
Vieram os autos conclusos para decisão.
É o breve relato. DECIDO.
Primeiramente, cumpre destacar que a Lei de n. 11.340/2006 traz previsão em seu bojo de medidas de proteção às vítimas de violência doméstica, as quais poderão ser requeridas pela ofendida ou representante do MP e aplicadas pelo magistrado quando reconhecido seu caráter de urgência (art. 19).
Destaca-se, ainda, que as medidas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados.
No presente caso, a pretensão foi formulada pela própria vítima, o que lhe é permitido, tendo esta relatado à autoridade policial, em suma, que o acusado vem lhe proferindo ameaças, razão pela qual pugna pela concessão de medidas protetivas de urgência.
Assim, verifica-se que de fato merece a vítima uma proteção urgente, já que se fosse aguardar a realização de maiores elementos probatórios, estaria colocando em risco a integridade física e psicológica desta. Por outro lado, deve ser verificado se, não sendo os fatos como da forma ali narrados, não trarão prejuízos ao acusado.
Acrescento que a presente Lei, também chamada de “Lei Maria da Penha”, foi criada visando atender a um clamor contra a sensação de impunidade e desamparo de vítimas de práticas de atos de violência doméstica, razão pela qual criou-se um rol de medidas urgentes que visam a proteção destas vítimas. Face isto, a vítima lavrou o boletim de ocorrência, pedindo pela concessão das medidas protetivas de urgência.
Dessa forma, obedecendo os princípios da dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III da CF), segurança (artigo 5º, caput), assistência à família (artigo 226, § 8º da CF) e proteção, conforme disciplina o artigo 1º e artigo 19, § 1º da Lei nº 11.340/06, DEFIRO as seguintes medidas protetivas pleiteadas pela ofendida, nos termos do art. 22, incisos II e III, “a” e “b”, da Lei n. 11.340/2006 e determino: suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 ;
proibição de determinadas condutas, entre as quais: a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes o agressor; b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;
À disposto do item “c” do pedido são locais definidos casa de familiares, escolas, trabalho e outros que de outra forma sirva para manter vigilância sob Requerente.
Com fulcro no art. 18, IV da Lei 11.340/2006 determino a imediata busca e apreensão da arma de fogo em posse de Edilson Fernandes da Silva.
Deixo de aplicar outras medidas pois necessários maiores elementos probatórios, as quais também podem ser concedidas posteriormente em autos próprios, ocasião em que se terá maiores informações, a fim de concessão das medidas mais eficazes e adequadas ao caso.
Ressalto que aplicação da presente medida poderá ser a qualquer momento revogada, desde que cessada a situação de risco, bem como poderá ser alterada por outra mais rigorosa, uma vez constatada tal necessidade, nos termos do art. 22, §1º da mesma Lei.
Destaco, ainda, que as medidas são válidas pelo período de 01 (um) ano, contados da intimação do requerido.
Para o cumprimento da presente medida poderá ser requisitada força policial, servindo a presente como ofício de requisição à autoridade policial competente.
Intime-se o requerido, cientificando-os de que o descumprimento das medidas protetivas de urgência ensejará o cometimento de crime disciplinado no artigo 24-A, da Lei 11.340/2006, sem prejuízo de outras sanções cabíveis ao caso, inclusive ser preso, para garantir a integridade física e moral da vítima e seus familiares.

Caso o requerido não seja encontrado em seu endereço, mas possua contato telefônico válido, fica desde já autorizado a sua intimação via aplicativo de mensagens (WhatsApp), desde que o Sr. Oficial de Justiça garanta sua fiel identificação.
Notifique-se a ofendida (art. 21, Lei 11.340/2006).
Ato contínuo, ciência do MP, via sistema Pje, aguarde-se o decurso do prazo, certificando-se nos autos.
Em seguida, decorrido o prazo da medida protetiva sem pedido de prorrogação ou mesmo descumprimento por parte do requerido, concluso para proferir sentença.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO/OFICIO/BUSCA E APREENSÃO:
REQUERENTE (VÍTIMA): CARMEM LEMES DOS SANTOS, CPF/MF nº386.749.632-34 , residente na Rua Porto Velho, nº 3481, Bairro: Boa Esperança, Ji-Paraná, Rondônia, CEP. 76.909-526, Telefone (69) 9922-08928.
REQUERIDO: EDILSON FERNANDES DA SILVA, brasileiro, CPF/MF nº 788.796.712-00, residente na Rua Triângulo Mineiro, nº 2955, Bairro: São Francisco, Ji-Paraná, Rondônia, CEP. 76.908-426, Telefone:(69) 9933-91109.
Ji-Paraná/RO, 14 de julho de 2023.
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz de Direito
*Observações importantes à CPE-1º Grau e a Oficiais de Justiça:
1. Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício por servidor(a) da CPE-1º Grau e revistos pelo Juiz natural quando necessários. Assim, proceda a CPE-1º Grau de acordo com o disposto no art. 93, XIV, da CF; art. 152, VI, do CPC e art. 33 das DGJ. Deveras, à luz do disposto nas citadas normas e considerando o que consta do Manual de Processos da Área Cível do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, a CPE-1º Grau deverá praticar eventuais atos ordinatórios necessários ao andamento do feito.
2. Acaso necessário, serve a cópia desta decisão, devidamente assinada eletronicamente/digitalmente pelo MM Juiz de Direito que a redigiu (subscritor), extraída do sistema PJe/CNJ, como Mandado de Citação, Intimação, Notificação, Requisição, Comunicação, Carta Precatória e/ou Ofício, solicitação de colaboração/cooperação dirigida a órgãos públicos, autarquias, departamentos públicos ou entes privados, Tribunais, outros Juízos, pessoas naturais ou jurídicas de direito público e/ou privado envolvidos ou com interesse direto ou indireto nesta demanda.
3. Caso a providência a ser realizada se amolde à possibilidade de cumprimento eletrônico do ato judicial determinado por este Juízo, poderá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça executar a(s) diligência(s) por meio do aplicativo eletrônico de troca de mensagens e arquivos WhatsApp, desde que incidente ao caso a hipótese prevista no art. 2º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ (DJe n. 218, 24/11/2022). O(a) senhor(a) serventuário(a) da Justiça deverá observar rigorosamente o que previsto no art. 3º da norma administrativa citada para efeito de pagamento da(a) diligência(s). Para a validade da comprovação da identidade da(s) pessoa(s) citada(s), intimada(s), requisitada(s), comunicada(s) ou notificada(s), no cumprimento da(s) diligência(s), deverá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça considerar o que tipificado no art. 4º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ.
4. Se oportuno, preclusa a decisão, alterado o rito/procedimento da ação ou transitada em julgado eventual sentença, a Central de Processamento Eletrônico - CPE-1º Grau deverá providenciar a imediata e imprescindível retificação da classe processual, assunto e natureza da demanda, a fim de que os relatórios estatísticos, relatórios de Metas/CNJ e de monitoramento da Vara reflitam a real quantidade e tipos das ações que aqui tramitam (ex.: ação de conhecimento para cumprimento de sentença/execução; auto de apreensão em flagrante ou procedimento (inquisitorial) para apuração de ato infracional para ação para apuração de ato infracional - ou classe equivalente; ação monitória para cumprimento de sentença).
5. A intimação de atos judicantes dirigida a advogados constituídos dá-se por meio de publicação no Diário da Justiça eletrônico – DJe, conforme Lei n. 11.419/2006; CPC, art. 205, § 3º; art. 224; art. 231, VII; Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017; Pedido de Providência CNJ n. 0002470-04.2018.2.00.0000, art. 5º da Resolução CNJ n. 234/2016 e Resolução CNJ n. 455/2022, art. 11, § 3º.
Com efeito, à intimação do causídico precede a disponibilização ou divulgação do ato no DJe. Com a divulgação no DJe, dá-se a publicação da manifestação judicial e, ato contínuo, a intimação dos d. advogados. É o que diz o art. 224, § 2º, do CPC: "Considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico." Dispõe ainda o seu § 3º: "A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação."
Logo, eventual recebimento de informações inerentes à prática de atos judicantes por advogados via e-mail (sistema push) tem efeito meramente informativo, de jeito que não há falar em intimação de advogados a partir de simples consulta processual ao PJe ou via sistema push. Ver ainda SEI n. 0003496-42.2017.8.22.8800, Ofício-CGJ n. 982/2017, de 22/12/2017; Ofício Circular-CGJ n. 216/2017; Ofício Circular-CGJ n. 31/2018 e Informação-CGJ n. 629/2018. Assim, regra geral, a mera consulta aos autos eletrônicos no Sistema PJe ou o recebimento de informações sobre a prática de atos processuais via e-mail (sistema push) não implicam em divulgação, publicação ou intimação das partes e de seus advogados constituídos. Por sua vez, apenas advogados e procuradores públicos, assim como a Defensoria Pública e o Ministério Público gozam da chamada "intimação pessoal" via Sistema PJe.
Reitere-se que, nos termos do Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017, publicado no DJe n. 234, de 20/12/2017, p. 52, no primeiro grau de jurisdição, a publicação dos atos processuais no Diário de Justiça eletrônico – DJe do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia substitui qualquer outro meio oficial de comunicação, para fins de intimação, à exceção dos casos em que a lei exigir vista ou intimação pessoal (art. 1º).

3ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO da Sentença - PRAZO: 15 (quinze) DIAS
Proc.: 0002061-68.2016.8.22.0005
Classe: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
Autor: DILCENIR CAMILO DE MELO registrado(a) civilmente como DILCENIR CAMILO DE MELO e outros (2)
DENUNCIADO: DILCENIR CAMILO DE MELO, brasileiro, advogado/agropecuarista, RG 386.*** SSP/RO e CPF 340.669.***-00, OAB/RO 2343.
Advogado: DILCENIR CAMILO DE MELO OAB RO2343
FINALIDADE: Fica o réu DILCENIR CAMILO DE MELO, brasileiro, advogado/agropecuarista, RG 386.1** SSP/RO e CPF 340.669.***-00, OAB/RO 2343, advogando em causa própria, intimado do despacho de ID 93215656, abaixo transcrito, bem como para comprovar o pagamento no prazo de 60 (sessenta) dias.
Despacho: "VISTOS. DILCENIR CAMILO DE MELO, qualificado nos autos em epígrafe, requereu DILAÇÃO DE PRAZO para pagamento da pena de multa, explicando os motivos de fato e de direito conforme o ID 92501821. Por sua vez, o Ministério Público manifestou-se favorável ao pedido, explicando seus motivos de fato e de direito, de acordo com ID 93113011. Diante do contexto processual, acolho o pedido das partes por seus próprios e jurídicos fundamentos, os quais adoto como razão de decidir, sendo assim DEFIRO O PEDIDO DE DILAÇÃO DE PRAZO PARA PAGAMENTO DA MULTA PENAL que deverá ser efetuada no prazo de 60 dias. Intimem-se. Alternativamente, em concretude aos princípios da celeridade e economia processual serve a presente como MANDADO DE INTIMAÇÃO. Ji-Paraná/RO, quarta-feira, 12 de julho de 2023. Oscar Francisco Alves Júnior. Juiz de Direito."
UDERSON DOS ANJOS LUCAS
Técnico Judiciário
EDITAL DE INTIMAÇÃO da Sentença - PRAZO: 90 (noventa) DIAS

Proc.: 0081806-78.2008.8.22.0005
Classe: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
DENUNCIADO: ADEVANI DA SILVA GOMES, brasileiro, convivente, carroceiro, nascido aos 07/05/1985, filho de Aluízio de Souza Gomes e Oranice Luciano da Silva Gomes, portador do CPF nº 545.312.172-68, atualmente em local incerto.
FINALIDADE: 1) INTIMAR o réu, acima qualificado, da Sentença, ID 9244061, dispositivo abaixo transcrito:
"Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a denúncia de ID 59713159 - fls.2/3 e por consequência CONDENO o réu ADEVANI DA SILVA GOMES como incurso nas penas do artigo 311, caput, do Código Penal.
Resta dosar a pena observando o critério trifásico.
Atento às diretrizes do artigo 59 do Código Penal (circunstâncias judiciais), verifico que a conduta social do réu poderá ser considerada totalmente desfavorável, pois ostenta vasta folha de antecedentes criminais e criou dificuldades para o andamento processual pois não atualizou seu endereço. Além disso, seria usuário de drogas, conforme indicou em sede policial. Os motivos do crime são injustificáveis, cingindo-se à vontade de ludibriar os agentes de fiscalização de trânsito estatal. As circunstâncias são comuns ao tipo penal. As consequências do crime não foram graves, pois o veículo e placa foram retirados de circulação. Do que consta nos autos vislumbro que sua personalidade aparentemente é voltada para crimes, possuindo antecedentes criminais (ID 92008957) com condenações criminais (autos: autos: n. 0026133-71.2006.8.22.0005 e 0006419-81.2013.822.0005, e autos de execução de pena 0010967-18.2014.8.22.0005), sendo que primeira condenação transitou em julgado no ano de 2006, portanto antes da prática delitiva ora analisada. Assim, fixo-lhe a pena em 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 20 (vinte) dias-multa, ao valor equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato, vez que levo em consideração a situação econômica do réu, entendendo ser o necessário para a reprimenda do crime cometido.
Quanto às circunstâncias legais, verifico a existência da atenuante da confissão espontânea (artigo 65, inciso III, alínea 'd' CP) e tendo em vista a presença da agravante da reincidência (art.61 e 63, ambos do CP), entendo que se compensam, conforme fundamentação exposta, mantendo-se a pena aplicada.
Quanto às circunstâncias legais específicas [previstas na Parte Especial do Código Penal], observo que não há causa de diminuição ou aumento.
Quanto às circunstâncias legais específicas [previstas na Parte Geral do Código Penal], observo que inexistem causa de diminuição ou aumento.
Portanto, torno a pena aplicada em definitivo para fixá-la em 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 20 (vinte) dias-multa, ao valor equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato, vez que levo em consideração a situação econômica do réu, entendendo ser o necessário para a reprimenda do crime cometido, a ser cumprido em regime inicial SEMIABERTO.
Outrossim, deixo de substituir a pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos por entender que a medida não é socialmente recomendada, tendo em vista a necessidade de garantir a justa punição à grave conduta do acusado, sem deixar de observar as suas condições pessoais e as peculiaridades do caso, em especial pela necessidade de buscar a prevenção delituosa e a satisfação social, além do fato de ser réu reincidente, com pelo menos duas condenações criminais. Pelos mesmos motivos, incabível o sursis da pena.
Disposições Gerais
Intime-se o acusado Adevani para pagamento e comprovação neste Cartório, da respectiva multa no prazo de 10 (dez) dias. Em não sendo adimplidas, oficie-se à Procuradoria da Fazenda para inscrição, cobrança e execução como crédito fiscal não tributário da União.
Isento o réu do pagamento de custas processuais, nos termos da Lei nº 301, de 21/12/90, vez que defendidos pela Defensoria Pública.
Em caso de eventual recurso, concedo ao réu o direito de apelar em liberdade, não alterando-se sua situação processual. Expeça-se o necessário.
Após o trânsito em julgado, lance-se o nome do réu em livro próprio, fazendo-se as anotações e comunicações de praxe (TRE, INI/DF, II/RO, etc).

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquivem-se.
Ji-Paraná/RO, segunda-feira, 26 de junho de 2023
Oscar Francisco Alves Júnior
Juiz de Direito"
2) INTIMAR o réu, acima qualificado, para que, no prazo de 10(dez) dias, contados de sua intimação, efetue o pagamento da multa, no valor de R$ 652,39 (seiscentos e cinquenta e dois reais e trinta e nove centavos), valor atualizado até 14/07/2023, devendo comprovar o pagamento em Cartório, ciente de que, decorrido o prazo de 10 dias, contados do trânsito em julgado, a multa, caso não tenha sido paga, será encaminhada à Dívida Ativa. O pagamento da multa será realizado por meio de depósito identificado na conta corrente n. 12.090-1, agência n. 2757-X, do Banco do Brasil S.A, devendo o comprovante de depósito ser apresentado em Cartório;
3) DAR CIÊNCIA ao réu de que o trânsito em julgado ocorre após esgotado o prazo de 10 dias, contados da intimação, para o caso de réu defendido pela Defensoria Pública ou por advogado dativo e esgotado o prazo de 5 dias, contados da intimação, para o caso de réu defendido por advogado constituído.
Ji-Paraná/RO, 17 de julho de 2023.
MARIANGELA CHAVES DOS SANTOS
Técnico Judiciário
EDITAL DE INTIMAÇÃO da Sentença - PRAZO: 90 (noventa) DIAS

Proc.: 7001193-58.2022.8.22.0005
Classe: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
DENUNCIADO: JUNHO SABINO DE OLIVEIRA, CPF: 723.262.202-34 - brasileiro, filho de João Sabino de Oliveira e de Maria Prosperina da Conceição de Oliveira, nascido aos 25/07/1983, natural de Ji-Paraná/RO, portador do RG nº 760912 SESDEC/RO, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: 1) INTIMAR o réu, acima qualificado, da Sentença, ID 92440557, dispositivo abaixo transcrito:
"Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a denúncia de ID 75107780 e por consequência CONDENO o acusado JUNHO SABINO DE OLIVEIRA como incurso nas penas do artigo 180, caput, do Código Penal.
Resta dosar a pena observando o critério trifásico.
Atento às diretrizes do artigo 59 do Código Penal (circunstâncias judiciais), verifico que a conduta social do réu deve ser considerada totalmente desfavorável, pois não foram juntadas informações de que possua ocupação lícita, declarou ser usuário de drogas e já cumpriu pena por outros delitos. Os motivos e circunstâncias do crime são comuns a prática dos delitos cingindo-se à intenção de obter lucro indevido. As consequências do crime não foram graves vez que os bens foram restituídos. Do que consta nos autos, verifico que sua personalidade aparentemente é voltada para o crime. O réu registra antecedentes criminais (condenação nos autos 0023576-14.2006.822.0005, 0022947-06.2007.8.22.0005 e execução de pena nos autos 0086349-95.2006.8.22.0005 - ID 89071429), entretanto, em razão do lapso temporal quinquenal, será considerado tecnicamente primário. Assim, fixo a pena em 1 (um) ano e 11 (onze) meses de reclusão e 20 (vinte) dias-multa, ao valor equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato, vez que levo em consideração a situação econômica do réu, entendendo ser o necessário para a reprimenda do crime cometido.
Quanto às circunstâncias legais, verifico a existência da atenuante da confissão espontânea (artigo 65, inciso III, alínea 'd' CP) e tendo em vista a inexistência de agravantes, reduzo a pena para 1 (um) ano e 2 (dois) meses de reclusão e 15 (quinze) dias-multa.
Em relação às circunstâncias legais específicas, não existem causas de diminuição ou causas de aumento.
Portanto, torno as penas aplicadas em definitivo para fixá-las em 1 (um) ano e 2 (dois) meses de reclusão e 15 (quinze) dias-multa, ao valor equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato, vez que levo em consideração a situação econômica do réu, entendendo ser o necessário para a reprimenda do crime cometido, a ser cumprida, inicialmente, no regime ABERTO, de acordo com o artigo 33 do Código Penal.
Outrossim, deixo de substituir a pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos por entender que a medida não é socialmente recomendada, tendo em vista a necessidade de garantir a justa punição à grave conduta do acusado, sem deixar de observar as suas condições pessoais e as peculiaridades do caso, em especial por se tratar de réu com condenações criminais anteriores, ou seja, possui maus antecedentes, bem como a necessidade de buscar a prevenção delituosa e a satisfação social. Pelo menos motivos, incabível o sursis da pena.
Disposições gerais
Intime-se o acusado Junho para pagamento e comprovação neste Cartório, da respectiva multa no prazo de 10 (dez) dias. Em não sendo adimplidas, oficie-se à Procuradoria da Fazenda para inscrição, cobrança e execução como crédito fiscal não tributário da União..
Isento o réu Junho do pagamento de custas processuais, nos termos da Lei nº 301, de 21/12/90, vez que defendido pela Defensoria Pública.
Deixo de fixar valor mínimo de indenização prevista no art.387, inc. IV, do Código de Processo Penal, vez que não consta nos autos informação de prejuízo.
Expeça-se o necessário para o cumprimento da pena. Em caso de eventual recurso, concedo ao réu Junho o direito de apelar em liberdade, não devendo-se alterar a sua situação processual.
Após o trânsito em julgado, lance-se o nome do réu Junho em livro próprio, fazendo-se as anotações e comunicações de praxe (TRE, INI/DF, II/RO) e demais providências previstas nas DGJ.
Registre-se. Publique-se. Intimem-se. Após, arquivem-se.
Ji-Paraná/RO, segunda-feira, 26 de junho de 2023
Oscar Francisco Alves Júnior
Juiz de Direito"
2) INTIMAR o réu, acima qualificado, para que, no prazo de 10(dez) dias, contados de sua intimação, efetue o pagamento da multa, no valor de R$ 710,96 (setecentos e dez reais e noventa e seis centavos), valor atualizado até 14/07/2023, devendo comprovar o pagamento em Cartório, ciente de que, decorrido o prazo de 10 dias, contados do trânsito em julgado, a multa, caso não tenha sido paga, será encaminhada à Dívida Ativa. O pagamento da multa será realizado por meio de depósito identificado na conta corrente n. 12.090-1, agência n. 2757-X, do Banco do Brasil S.A, devendo o comprovante de depósito ser apresentado em Cartório;

3) DAR CIÊNCIA ao réu de que o trânsito em julgado ocorre após esgotado o prazo de 10 dias, contados da intimação, para o caso de réu defendido pela Defensoria Pública ou por advogado dativo e esgotado o prazo de 5 dias, contados da intimação, para o caso de réu defendido por advogado constituído.
Ji-Paraná/RO, 17 de julho de 2023.
MARIANGELA CHAVES DOS SANTOS
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
COMARCA DE JI-PARANÁ
3ª VARA CRIMINAL E DE DELITOS DE TRÂNSITO
Autos nº: 7007368-34.2023.8.22.0005 Classe: Auto de Prisão em Flagrante - Oferecimento de Drogas para Consumo Conjunto AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia FLAGRANTEADOS: GEDALVA GONCALVES CAMPOS, AURELIO BERNARDI 3001, - DE 2978/2979 AO FIM VALPARAISO - 76908-732 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, CLODOALDO RODRIGUES CORADINI, 13 DE MAIO 40 CENTRO - 13460-000 - NOVA ODESSA - SÃO PAULO ADVOGADA: Jakeline Gella de Oliveira, OAB 9114 RO
VISTOS.
GEDALVA GONÇALVES CAMPOS, qualificada nos autos, através de seu Advogado, requereu a REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA, alegando os motivos de fato e de direito, conforme o ID 93081131. Por sua vez, o Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento do pedido visando a garantia da ordem pública, explicando os motivos de fato e de direito de sua discordância, de acordo com ID 93223080.
Diante do contexto processual, acolho o Parecer Ministerial pelos seus próprios e jurídicos fundamentos, bem como reporto-me aos fundamentos já expostos na decisão que decretou a prisão preventiva em 29/6/2023, conforme ND 92903141 - mídia nos autos, os quais adoto como razão de decidir e acrescento que mesmo após análise das alegações da defesa, verifico que não vieram aos autos circunstâncias novas sejam de fato e/ou de direito que ensejassem modificação do decreto de prisão, permanecendo presentes os requisitos da segregação cautelar, ou seja, os pressupostos, fundamentos e condições da admissibilidade.
Neste momento processual é aplicável o princípio in dubio pro societate e diante do conjunto de elementos probatórios apresentados pela Autoridade Policial e Ministério Público, vislumbram-se presentes os requisitos o fumus comissi delicti/fumus boni juris e periculum libertatis/periculum in mora, sendo assim as supostas alegações da Defesa de que estão ausentes os requisitos para decretação de sua prisão preventiva, arguindo que possui condições favoráveis (residência fixa) à concessão de medidas cautelares diversas da prisão, especialmente a prisão domiciliar, fundamentada no fato de que seus cuidados são imprescindíveis para seu marido, idoso e doente, não são capazes, por si só, de afastar os fundamentos da prisão preventiva.
A prisão antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória é medida de exceção em nosso ordenamento jurídico e resume-se aos casos em que é extremamente necessária, já que vigora em nosso sistema penal o princípio da presunção de inocência, porém, isto não impede o decreto de prisão preventiva nas hipóteses previstas em lei (CF, art. 5.º, inciso LVII), o que é aplicável no presente caso, pois continuam presentes todos os requisitos da prisão preventiva.
No caso em tela, permanecem presentes os pressupostos da prisão preventiva (prova de existência do crime e indícios suficientes de autoria - "fumus boni juris/fumus comissi delicti, bem como perigo gerado pelo estado de liberdade da investigada", nos termos do art.312 do CPP), pois, conforme apontado pela Autoridade Policial e Promotor de Justiça a investigada, em tese, teria praticado o crime previsto no artigo 33 e 35, caput da Lei 11.343/2006.
Ressalta-se que, em que pese a flagranteada tenha sido processada criminalmente em outras oportunidades, inclusive para apuração da prática de delito previsto na Lei de Drogas (autos 4000251-43.2023.8.22.0005 e 7010183-38.2022.8.22.0005), ainda assim voltou a ter contra si um novo processo criminal após ser presa em flagrante pela prática, em tese, do delito previsto no artigo 33 e 35 da Lei 11.343/06, objeto de apuração dos presentes autos, ou seja, em liberdade encontra os mesmos estímulos para continuar delinquindo, sendo necessária a prisão para a garantia da ordem pública, conforme já exposto na decisão de ND 92903141 - mídia nos autos.
Quanto ao suposto direito da flagranteada ao benefício da prisão domiciliar para cuidar do esposo José, observo que conforme laudo médico juntado (ID 93081135), o idoso se fez acompanhado de seu filho em consulta médica, ficando demonstrado que a ré não é a única responsável pelos cuidados com o esposo doente.
Além do mais, para evitar repetições desnecessárias referente à decisão sobre a prisão preventiva e tendo em vista que a situação fática permanece inalterada, bem como os pressupostos, fundamentos e condições de admissibilidade apresentados para a manutenção da cautelar continuam presentes utilizo-me como razão de decidir os fundamentos já expostos na decisão de ND 92903141 - mídia nos autos.
Assim, diante desse cenário incabível também a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão preventiva, artigo 319 do CPP, pois não se mostram suficientes e adequadas.
Destarte, com fundamento no art.312 e seguintes do Código de Processo Penal INDEFIRO o pedido de revogação da prisão preventiva de GEDALVA GONÇALVES CAMPOS, bem como INDEFIRO a aplicação de Medidas Cautelares Diversas da Prisão por se mostrarem insuficientes ao presente caso.
Ciência à defesa constituída.
Vista ao Ministério Público.
Expeça-se o necessário.
Ji-Paraná/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Oscar Francisco Alves Júnior
Juiz de Direito
Fórum Desembargador Sérgio Alberto Nogueira de Lima
Avenida Brasil, 595, Nova Brasília – CEP 76900-261 – Fone: (69) 3411-2929 - E-mail: jip3criminal@tjro.jus.br

SEGUNDA ENTRÂNCIA

COMARCA DE ARIQUEMES

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ariquemes - Juizado Especial
Endereço: Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Autos nº : 7009342-18.2023.8.22.0002
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Infrator(a): CLARIVALDO JESUS DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR DO FATO: CLEMIRENE DE JESUS SILVA - RO0005347A
EDITAL DE INTIMAÇÃO- SENTENÇA
INTIMAÇÃO DE: CLARIVALDO JESUS DA SILVA.
Finalidade: INTIMAR a(s) parte(s) acima qualificada(s) da sentença, parte dispositiva abaixo, para, querendo, apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 82, §1º da Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados).
DISPOSITIVO: "Diante disso, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO PENAL pactuada no Termo de Audiência Preliminar realizada perante o CEJUSC.
Advirto o(a) autor(a) do fato de que a pena não importará em reincidência, sendo apenas registrada para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de 05 (cinco) anos, tudo em conformidade com o disposto no artigo 76, § 4º da Lei 9.099/95. "
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7010792-93.2023.8.22.0002
Fornecimento de Energia Elétrica
AUTOR: CLEUDINEI MARTINS MACIEL, CPF nº 62220420230, RUA AUSTRIA 3169 JARDIM EUROPA - 76871-298 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MICHAEL ROBSON SOUZA PERES, OAB nº RO8983
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 1966, - DE 1560 A 1966 - LADO PAR SETOR 02 - 76873-238 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
Despacho
O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, por meio da Resolução n. 214/2021-TJRO, seguindo com o disposto na Resolução 385/2021-CNJ, promoveu a criação dos Núcleos de Justiça 4.0 no âmbito do Poder Judiciário de Rondônia, unidade autônoma e especializada em razão da matéria, com competência em todo o território deste estado.
Seguindo nessa estratégia, o Ato Conjunto n. 015/2022-PR-CGJ instala o 2º Núcleo de Justiça 4.0, com especialização nas demandas judiciais de empresas de distribuição e comercialização de energia elétrica.
É evidente que, com a criação dos Núcleos, o CNJ e o TJRO objetivam o aumento da celeridade e da eficiência da prestação jurisdicional, promovendo o aprimoramento do acesso à Justiça.
Além disso, em se tratando de unidade autônoma e especializada, com competência em todo o território do estado, poderá abarcar as causas de sua competência – na hipótese, os casos envolvendo a concessionária de energia elétrica Energisa – e contribuirá sobremaneira na redução do número de processos em trâmite neste Juizado Especial Cível de Ariquemes, unidade judiciária esta que recebe diariamente inúmeras ações dessa natureza.
Considerando ainda, inegavelmente a atuação especializada beneficiará as partes, ante a possibilidade de entrega da prestação jurisdicional de qualidade e com a celeridade almejada tanto pelo TJRO como pelo CNJ.
No mesmo sentido, vale destacar que a resolução em comento exige que a vontade da parte seja manifestada já por ocasião da petição inicial. O seu silêncio, aliado à existência de unidade jurisdicional com competência especializada e com maiores possibilidades de imprimir a celeridade capaz de atender aos anseios do jurisdicionado, há de ser considerado como concordância pela remessa do feito ao Núcleo competente.
Posto isso, determino que se REDISTRIBUA o feito ao Núcleo de Justiça 4.0 – Energisa, observadas as diligências, registros e movimentações que se fizerem necessárias.
CUMPRA-SE, independentemente de intimação da parte ou publicação do ato, posto que o feito não está sendo extinto, mas sim, remetido para o Núcleo de Justiça 4.0, que promoverá os atos processuais e de publicidade regularmente.
Cumpra-se servindo-se a presente como Comunicação/Carta de Intimação/Mandado/Ofício/Carta Precatória.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

7008080-67.2022.8.22.0002
REQUERENTE: NAYARA DA SILVA GODOI, CPF nº 54436044220, RUA ABEL COUTO 2770 SETOR 08 - 76873-386 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LEDAIANA SANA DE FREITAS, OAB nº RO10368
REQUERIDOS: APARECIDO VINICIUS ANACLETO DOS SANTOS - ME, CNPJ nº 11270153000175, EDIFÍCIO METROPÓLITAN CENTER 3171, RUA QUINZE DE NOVEMBRO 3171 CENTRO/APARTAMENTO 156 - 15015-908 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SÃO PAULO, SERVICOS EDUCACIONAIS DO VALE EIRELI, CNPJ nº 35928731000186, RUA DAS ORQUIDEAS 529, TEL. (17) 9.9284-8538. S/B - 15110-000 - GUAPIAÇU - SÃO PAULO
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
Sentença

Trata-se de ação de conhecimento cadastrada virtualmente, sob o procedimento do Juizado Especial Cível, sendo que a parte requerida NÃO foi localizada para ser citada/intimada, a teor do aviso de recepção/mandado juntado aos autos.
INDEFIRO o pedido de suspensão do feito para localização do endereço do réu, porquanto acarretará morosidade e trabalho desnecessário a CPE, o que contraria expressamente os princípios afeitos aos Juizados Especiais, notadamente a celeridade e economia processual, conforme artigo 2º da Lei 9.099/95.
A par disso, o arquivamento da presente ação não ensejará qualquer prejuízo à parte autora, já que o sistema PJE, pelo qual tramita o presente feito, possibilita o desarquivamento a qualquer tempo, mediante simples petição da parte interessada e/ou advogado habilitado nos autos.
Nesse sentido, o arquivamento do processo até que seja localizado endereço atualizado da parte requerida é a medida que se impõe.
Sobre o assunto, o art. 53, § 4° da Lei 9.099/95 determina expressamente que: "não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor".
Em que pese o caput do citado artigo faça menção à execução de título executivo extrajudicial, é o caso de aplicar a medida face à ausência de localização do réu, por analogia, ao processo de conhecimento, porquanto não é útil, tampouco necessário, manter o processo em trâmite sem a citação/intimação do réu.
Posto isto, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, conforme determina o art. 53, § 4° da Lei 9.099/95, ficando desde já autorizado o posterior desarquivamento em caso de indicação do endereço da parte requerida.
Cancele-se eventual audiência de conciliação designada nos autos.
Publique-se.
Registre-se.
Após, arquive-se os autos, independentemente de intimação e de trânsito em julgado.
CUMPRA-SE SERVINDO A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário registrados pelo sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7006942-02.2021.8.22.0002
Indenização por Dano Moral, Liminar
REQUERENTE: CELENE MARIA DA COSTA LEAL, CPF nº 30022304215, LINHA C 30, PST 31 3797 ZONA RURAL - 76889-000 - CACAULÂNDIA - RONDÔNIA
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 2032, - DE 2025 A 2715 - LADO ÍMPAR SETOR INSTITUCIONAL - 76872-853 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Os autos vieram conclusos com petição da parte autora indicando SALDO ATUALIZADO DA DÍVIDA com acréscimo de juros, correção monetária e a multa a que se refere o art. 523, § 1º do Código de Processo Civil, já que não houve pagamento do débito no prazo legal.
Sendo assim, intime a parte requerida para efetuar o pagamento do débito ora atualizado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de realização de penhora on line.
Caso haja pagamento do valor no prazo concedido, expeça-se alvará em favor da parte autora ou expedição de ofício para transferência do valor caso os dados bancários estejam acostados ao processo e faça-se conclusão dos autos para extinção por pagamento.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes – RO; data e hora certificados pelo sistema.
Fernanda Pereira Ribeiro

Processo n.: 7016558-69.2019.8.22.0002
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Espécies de Títulos de Crédito, Duplicata
Autor(es): LIMA & ZAMARCHI AUTO ELETRICA LTDA - ME, AVENIDA CANAÃ 1481, - DE 1347 A 1727 - LADO ÍMPAR ÁREAS ESPECIAIS - 76870-249 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, LIMA & ZAMARCHI AUTO ELETRICA LTDA - ME, AVENIDA CANAÃ 1481, - DE 1347 A 1727 - LADO ÍMPAR ÁREAS ESPECIAIS - 76870-249 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: MIRIAM ROGERIA DE LIMA ZAMARCHI, OAB nº RO11584, RUA CAMPO MOURÃO 1876 JARDIM PARANÁ - 76871-470 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Requerido(a): JOSE ANTONIO PEREIRA DA SILVA, RUA RIO NEGRO 2053, - DE 2034/2035 A 2109/2110 GRANDES ÁREAS - 76876-716 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, JOSE ANTONIO PEREIRA DA SILVA, RUA RIO NEGRO 2053, - DE 2034/2035 A 2109/2110 GRANDES ÁREAS - 76876-716 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Nesta data solicitei informações junto ao sistema RENAJUD para saber se existem veículos cadastrados em nome do(a) requerido(a).
Ocorre que o sistema informou que NÃO existe nenhum veículo cadastrado no CPF/CNPJ indicado - REQUERIDOS: JOSE ANTONIO PEREIRA DA SILVA, CPF nº 00320743365, JOSE ANTONIO PEREIRA DA SILVA, CPF nº 00320743365o que inviabiliza por completo eventual pedido de penhora, conforme demonstrativo anexo.
Assim, fica prejudicado o pedido de bloqueio/restrição de veículos em nome do(a) requerido(a), já que o(a) mesmo(a) NÃO possui veículos registrados em seu nome.
Assim, intime-se a parte exequente do resultado da ordem de restrição negativo, bem como para impulsionar o feito, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento por ausência de indicação de bens penhoráveis.
SERVE A PRESENTE DE OFICIO/MANDADO /CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes/RO, 14 de julho de 2023
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7017942-96.2021.8.22.0002
Classe: Termo Circunstanciado
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: SAMIRA KAILAINE LIMA PAGINE
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Trata-se de procedimento especial criminal onde se discute a prática do crime descrito no art. 331 do Código Penal, instaurado em face de SAMIRA KAILAINE LIMA PAGINE.
Consta no curso do processo que o Ministério Público solicitou o arquivamento com base no reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal ID (91453615).
O crime previsto no dispositivo supramencionado possui pena em abstrato cominada entre 06 (seis) meses a 02 (dois) ano de detenção. Verifica-se que tais delitos cujo máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois, o prazo prescricional computa-se em 04 (quatro) anos, conforme exarado no art. 109, inciso V, do Código Penal.
Todavia, o(s) suposto(s) autor(es) do fato era, ao tempo do fato (28/03/2021), menores de 21 (vinte e um) anos de idade, por conseguinte, o prazo prescricional deverá ser reduzido pela metade, conforme dispõe o artigo 115, do Código Penal.
Portanto, não havendo causa suspensiva e/ou interruptiva, fica evidente que o prazo prescricional para a pretensão punitiva findou-se.
POSTO ISSO, julgo EXTINTA A PUNIBILIDADE de SAMIRA KAILAINE LIMA PAGINE, relativamente ao fato aqui tratado, na forma do artigo 109, V c/c o artigo 107, IV, ambos do Código Penal e 61 do Código de Processo Penal, em face do reconhecimento da prescrição, determinando o arquivamento dos autos.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO/MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/ CARTA DE CITAÇÃO PARA CUMPRIMENTO DESTA ORDEM.
P. R.
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7007753-25.2022.8.22.0002
Classe: Termo Circunstanciado
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: WELLITON SANTOS SILVA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Junte-se as mídias contendo à gravação da audiência de instrução e julgamento realizada no dia 27/04/2023.
Após, abra-se vistas para manifestação da Defensoria Pública.
Por fim, retornem-me conclusos.
Ariquemes - RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7011233-79.2020.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: WALLISON RAWDRY SENA LEMES, CPF nº 01170467288, RUA BOTAFOGO 6671, - DE 6278/6279 AO FIM LAGOINHA - 76829-780 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Trata-se de termo circunstanciado lavrado em desfavor de WALLISON RAWDRY SENA LEMES para apurar eventual prática da conduta prevista no art. 268, caput, do Código Penal.
Designada audiência preliminar, o infrator(a) não foi localizado(a), conforme certidão do oficial de justiça (ID 91074691)

A denúncia foi oferecida (ID 84772990), oportunidade em que o Ministério Público manifestou-se pela remessa dos autos ao Juízo Comum para citação do acusado por edital, nos termos do art. 66, parágrafo único, da Lei 9.099/95, tendo em vista que o infrator encontra-se em lugar incerto e não sabido. Por fim, requereu o recebimento da denúncia.
Considerando que o infrator não foi encontrado para sua citação, estando em lugar incerto e não sabido, DECLARO a incompetência deste Juizado Especial Criminal para o prosseguimento do feito e determino REMESSA dos autos ao Juízo Comum para eventual deliberação acerca do recebimento da denúncia e prosseguimento da ação, se entender cabível.
Ressalta-se que, a teor do que estabelece o Enunciado 51 do FONAJE, a remessa dos autos ao Juízo Comum, na hipótese do art. 66, parágrafo único, da Lei 9.099/95 (ENUNCIADO 64), exaure a competência do Juizado Especial Criminal, que não se restabelecerá com localização do acusado.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Ariquemes – RO; data e hora certificada pelo sistema.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7001503-73.2022.8.22.0002
REQUERENTE: GISELLE SILVANE LEITE DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: MICHAEL ROBSON SOUZA PERES - RO8983
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
Intimação DA PARTE REQUERENTE (DJE)
FINALIDADE: INTIMAR parte requerente da expedição do alvará judicial, o qual deverá ser impresso e apresentado junto à agência da Caixa Econômica Federal para levantamento dos valores depositado, bem como requerer o que de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento dos valores depositado para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO), julgamento de extinção e arquivamento do processo.
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7001470-83.2022.8.22.0002
AUTOR: MIGUEL ANGELO BARIONI, CPF nº 59687932953, PORTO ALEGRE 2944, - DE 2240 A 2490 - LADO PAR SETOR 03 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: FRANKLIN BRUNO DA SILVA, OAB nº RO10772, THAIS RAISSA VIGATTO STRIQUE SCHMIDT, OAB nº RO11084
REU: JOSE MARQUES FERREIRA, CPF nº 10525157204, RUA PAINEIRA 1772, - DE 2240 A 2490 - LADO PAR SETOR 01 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Despacho
A parte autora apresentou pedido de prosseguimento do feito sob o fundamento de que o acordo homologado nos autos não foi cumprido pela parte requerida.
Assim, defiro o pedido apresentado e determino que a parte requerida seja intimada para comprovar o respectivo pagamento do acordo realizado no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena de efetivação de penhora SISBAJUD em seu desfavor e ulterior liberação do valor em favor da parte autora.
Decorrido o prazo, fica a parte autora intimada desde já para manifestar-se nos autos a fim de requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias, pena de extinção.
Após, decorrido o prazo ofertado à parte autora e inexistindo manifestação, arquivem-se os autos.
Intimem-se.
CUMPRA-SE SERVINDO A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes – RO; data e horário registrados via sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

7001436-11.2022.8.22.0002
REQUERENTE: EDSON ALVES DA SILVA, CPF nº 90197062253, LC 100 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SILVIO ALVES FONSECA NETO, OAB nº RO8984
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, ÁREAS ESPECIAIS 2022 AV. JUSCELINO KUBITSCHECK, 2022 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Trata-se de cumprimento de sentença em desfavor de CERON/ENERGISA, em que a parte autora pleiteia o recebimento da obrigação imposta nos autos.
Embora a requerida não tenha efetivamente demonstrado nos autos o pagamento, em consulta ao Sistema de Depósitos Judiciais - SisDeJud verifiquei que houve o pagamento do débito, conforme consta nos dados abaixo colacionados:
Id Depósito 49183100022306298
Pagamento 04/07/2023 12:00
Valor R$ 5.874,72

Nesse sentido, urge seja o crédito imediatamente solvido com a liberação do valor para a parte exequente, possibilitando assim, a plena satisfação do crédito e a imediata extinção do feito.
Ante o exposto, com base no art. 924, II do CPC, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, considerando a satisfação do crédito por meio do pagamento comprovado/informado nos autos.
Expeça-se Ofício de Transferência, caso haja indicação de dados bancários pela parte autora, OU expeça-se Alvará de levantamento da importância depositada em favor da parte autora. Ato contínuo, intime-se a parte autora, por seu(a) advogado(a) constituído(a), para acessar o documento via sistema PJE e providenciar a respectiva impressão.
Publique-se.
Registre-se.
Intimem-se.
Após, cumpridas as determinações, arquive-se os autos independentemente do trânsito em julgado.
Sobrevindo eventual indicação de saldo remanescente, autorizo o desarquivamento e prosseguimento do feito.
CUMPRA-SE SERVINDO A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7007063-93.2022.8.22.0002
REQUERENTE: ANTONIO GONCALVES DE OLIVEIRA
Advogados do(a) REQUERENTE: SIMONI DE MATOS LOPES - RO10406, VIVIANE MATOS TRICHES - RO4695
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação DA PARTE REQUERENTE (DJE)
FINALIDADE: INTIMAR parte requerente da expedição do alvará judicial, o qual deverá ser impresso e apresentado junto à agência da Caixa Econômica Federal para levantamento dos valores depositado, bem como requerer o que de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento dos valores depositado para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO), julgamento de extinção e arquivamento do processo.
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7001232-98.2021.8.22.0002
REQUERENTE: AILTON MOREIRA DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: IGOR HENRIQUE DOMINGOS - RO9884
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
Intimação DA PARTE REQUERIDA (DJE)
FINALIDADE: INTIMAR a parte requerida da expedição de ofício de transferência de valores e envio ao banco Caixa Econômica Federal para levantamento dos valores depositados e transferência para a conta bancária indicada, bem como requerer o que de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena arquivamento.
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7002238-72.2023.8.22.0002
REQUERENTE: EDSON DO NASCIMENTO NOBRE
Advogado do(a) REQUERENTE: ALLAN SOUZA DE MORAES SARKIS - RO2682
REQUERIDO: HELTON MARQUES CARVALHO
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça e requerer o que entender de direito, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS sob pena de arquivamento.
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7015678-72.2022.8.22.0002
REQUERENTE: LUANA BORGES BONAMIGO
Advogados do(a) REQUERENTE: ANNA LUIZA SOARES DINIZ DOS SANTOS - RO0005841A, WALTER GUSTAVO DA SILVA LEMOS - RO655-A
REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A
Advogados do(a) REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, FABIO RIVELLI - RO6640
Intimação À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7009052-71.2021.8.22.0002
REQUERENTE: MALVA MARIA LEITE
Advogado do(a) REQUERENTE: DANILO JOSE PRIVATTO MOFATTO - RO6559
REQUERIDO: BANCO BMG S.A.
Advogados do(a) REQUERIDO: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA - MG108112, FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - MG109730
Intimação DA PARTE REQUERIDA (DJE)
FINALIDADE: INTIMAR a parte requerida da expedição de ofício de transferência de valores e envio ao banco Caixa Econômica Federal para levantamento dos valores depositados e transferência para a conta bancária indicada, bem como requerer o que de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena arquivamento.
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493
Processo n°: 7008762-85.2023.8.22.0002
AUTOR: GILDO MANOEL DO CARMO
Advogados do(a) AUTOR: BRUNO ALVES DA SILVA CANDIDO - RO5825, MATHEUS RODRIGUES SILVA - RO11744
REU: BANCO BMG S.A., BANCO ITAU CONSIGNADO S.A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: INTIMAR a parte requerente para apresentar impugnação à contestação e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 5 (cinco) dias.
Ariquemes (RO), 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7007052-98.2021.8.22.0002
REQUERENTE: SERGIO MONTEIRO SIQUEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO GONCALVES DOS SANTOS - RO5471
REQUERIDO: BANCO BMG S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
Intimação DA PARTE REQUERENTE (DJE)
FINALIDADE: INTIMAR parte requerente da expedição do alvará judicial, o qual deverá ser impresso e apresentado junto à agência da Caixa Econômica Federal para levantamento dos valores depositado, bem como requerer o que de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento dos valores depositado para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO), julgamento de extinção e arquivamento do processo.
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ariquemes - Juizado Especial
Endereço: Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
WhatsApp (69) 3309-8110 / e-mail: central_ari@tjro.jus.br
Autos nº : 7016114-65.2021.8.22.0002
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia e outros
Infrator(a):LUIS ANTONIO DUARTE e outros (2)
Advogado do(a) AUTOR DO FATO: SILVIO MACHADO - RO3355
Intimação DA(S) PARTE(S) - AUDIÊNCIA - DJE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam a(s) parte(s) intimada(s), por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecer(em) à AUDIÊNCIA TELEPRESENCIAL deste processo em dia e hora abaixo mencionados.
Tipo: Instrução e Julgamento Sala: ARIJESP - Sala de Instrução e Julgamento Data: 14/11/2023 Hora: 11:30
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo nº 7010526-09.2023.8.22.0002
AUTOR: KATIANE SANTOS SANTOS DE OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: JOSE MARIA ALVES LEITE - RO7691
REU: CLEUBER MARTINS COSTA
Intimação PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA
Finalidade: Intimação para audiência de conciliação por videoconferência

Esta publicação tem por finalidade intimar o(s) advogado(s) da(s) parte(s) acima identificado(s) para que participe(m) da audiência de conciliação a ser realizada por videoconferência (via WhatsApp), bem como assegure(m) que seu(s) constituinte(s) também compareça(m).
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA: 10/11/2023 08:00 (horário de Rondônia)
Caso ainda não o tenha(m) feito, fica(m) também intimado(s) a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o(s) contato(s) telefônico(s) indicado(s) para a realização da videoconferência (com o aplicativo WhatsApp), sob pena de o processo ser movimentado para deliberação judicial para providências quanto à extinção do processo (no caso de inércia da parte requerente) ou quanto à consideração de recusa do demandado à participação na audiência (art. 23 da Lei nº 9.099/95).
COMO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e horário marcados.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o aplicativo WhatsApp de seu celular ou no computador, a partir do link https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br. Se necessário, poderá ser utilizado o aplicativo Hangouts Meet (art. 7°, III, Prov. 018/2020-CG);
2. Estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário (art. 7°, V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar-lhe da audiência por videoconferência e orientá-la sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7°, II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação (art. 7°, IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir (art. 7°, VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
6. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado (art. 7°, X, Prov. 018/2020-CG);
7. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais (art. 7°, XI, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial (art. 7°, XII, Prov. 018/2020-CG);
9. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7°, XVIII, Prov. 018/2020-CG);
10. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual (art. 7º, XIX, Prov. 018/2020-CG);
11. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial (art. 7°, XIII, Prov. 018/2020-CG.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7°, I, Prov. 018/2020-CG);
2. A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil). (art. 7°, VIII, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada (art. 7°, XIV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada (art. 7°, XV, Prov. 018/2020-CG);
5. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca (art. 7°, XX, Prov. 018/2020-CG).
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
E-mail: cejuscari@tjro.jus.br
Telefone: (69) 3309-8140
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo nº 7007252-37.2023.8.22.0002
AUTOR: EZEQUIEL ALVES CARDOSO - EPP
Advogado do(a) AUTOR: EVANDRO XAVIER DE JESUS - RO11108
REU: MARCOS ROGERIO NEVES
Intimação PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA
Finalidade: Intimação para audiência de conciliação por videoconferência
Esta publicação tem por finalidade intimar o(s) advogado(s) da(s) parte(s) acima identificado(s) para que participe(m) da audiência de conciliação a ser realizada por videoconferência (via WhatsApp), bem como assegure(m) que seu(s) constituinte(s) também compareça(m).
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA: 15/09/2023 12:30 (horário de Rondônia)
Caso ainda não o tenha(m) feito, fica(m) também intimado(s) a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o(s) contato(s) telefônico(s) indicado(s) para a realização da videoconferência (com o aplicativo WhatsApp), sob pena de o processo ser movimentado para deliberação judicial para providências quanto à extinção do processo (no caso de inércia da parte requerente) ou quanto à consideração de recusa do demandado à participação na audiência (art. 23 da Lei nº 9.099/95).
COMO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e horário marcados.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o aplicativo WhatsApp de seu celular ou no computador, a partir do link https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br. Se necessário, poderá ser utilizado o aplicativo Hangouts Meet (art. 7°, III, Prov. 018/2020-CG);
2. Estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário (art. 7°, V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar-lhe da audiência por videoconferência e orientá-la sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7°, II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação (art. 7°, IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir (art. 7°, VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
6. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado (art. 7°, X, Prov. 018/2020-CG);
7. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais (art. 7°, XI, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial (art. 7°, XII, Prov. 018/2020-CG);
9. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7°, XVIII, Prov. 018/2020-CG);
10. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual (art. 7º, XIX, Prov. 018/2020-CG);
11. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial (art. 7°, XIII, Prov. 018/2020-CG.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7°, I, Prov. 018/2020-CG);
2. A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil). (art. 7°, VIII, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada (art. 7°, XIV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada (art. 7°, XV, Prov. 018/2020-CG);
5. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca (art. 7°, XX, Prov. 018/2020-CG).
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
E-mail: cejuscari@tjro.jus.br
Telefone: (69) 3309-8140
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7014503-43.2022.8.22.0002
EXEQUENTE: FUNDO DE APOIO AO EMPREENDIMENTO POPULAR DE ARIQUEMES-FAEPAR
Advogados do(a) EXEQUENTE: ALLEN HANNA VIEIRA DE LIMA - RO12531, FERNANDO MARTINS GONCALVES - RO834, SERGIO GOMES DE OLIVEIRA - RO0005750A
EXECUTADO: LUAN CRYSTIAN LIMA DOS SANTOS, CRISTHIELI CAROLINA DA SILVA JESUS
Intimação DA PARTE EXEQUENTE (DJE)
FINALIDADE: INTIMAR a parte exequente da expedição de ofício de transferência de valores e envio ao banco Caixa Econômica Federal para levantamento dos valores depositados e transferência para a conta bancária indicada, bem como requerer o que de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena arquivamento.
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7014733-56.2020.8.22.0002
REQUERENTE: VALDIR APARECIDO CUNHA
Advogados do(a) REQUERENTE: ROBERTA ARAUJO - DF65162, XANGAI GUSTAVO VARGAS - PB19205
EXCUTADO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) EXCUTADO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
Intimação DA PARTE REQUERENTE (DJE)
FINALIDADE: INTIMAR parte requerente da expedição do alvará judicial, o qual deverá ser impresso e apresentado junto à agência da Caixa Econômica Federal para levantamento dos valores depositado, bem como requerer o que de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento dos valores depositado para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO), julgamento de extinção e arquivamento do processo.
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7012571-54.2021.8.22.0002
AUTOR: ROBSON MACHADO SOARES, CPF nº 00491334206, RUA TAPAJÓS 1060, INEXISTENTE SETOR 03 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: WUDSON SIQUEIRA DE ANDRADE, OAB nº RO1658A
REU: E DE MORAES LUIZ, AV. JOÃO PAULO II 3353, INEXISTENTE ROTA DO SOL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Trata-se de ação onde a parte autora manifestou-se requerendo o prosseguimento do feito face o descumprimento da obrigação de pagar imposta nos autos.
Deste modo, face o decurso do prazo para pagamento voluntário e o requerimento do credor, RETIFIQUE-SE A CLASSE PROCESSUAL PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA e intime-se a parte requerida para comprovar o respectivo pagamento da condenação no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena de multa de 10%, a teor do disposto no artigo 523, I do CPC.
Em caso de pagamento até o decurso do prazo ora concedido, desde já autorizo a expedição de Ofício de Transferência, em caso de indicação dos dados bancários, e/ou Alvará em favor da parte autora e na sequência, determino que a parte autora seja intimada, por seu(a) advogado(a) constituído(a), para acessar o documento via sistema PJE e providenciar a respectiva impressão.
Em caso de decurso do prazo ofertado à requerida sem comprovação do pagamento, intime-se a parte autora para no prazo de 5 (cinco) dias requerer o que entender de direito, pena de arquivamento do feito, e caso já haja pedido de penhora on-line, no mesmo prazo deverá a parte autora apresentar demonstrativo de débito atualizado bem como indicar o CPF/CNPJ da parte executada.
Ocorrendo a apresentação de impugnação pela parte requerida, intime-se a parte autora para manifestar-se nos autos no prazo de 10 (dez) dias, devendo para tanto requerer o que entender de direito, pena de prosseguimento do feito no valor apontado na impugnação.
Existindo concordância da parte autora em relação ao valor apontado pela requerida na impugnação, intime-se para realizar o pagamento do valor reconhecido no prazo de 05 (cinco) dias.
Caso haja discordância da parte autora com a impugnação apresentada, remetam-se os autos à Contadoria para elaboração de cálculo e após, dê-se vistas as partes para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias.
Decorrido o prazo das partes quanto ao cálculo da Contadoria, faça-se a conclusão dos autos para deliberação.
Por fim, demonstrado o pagamento do débito, faça-se a conclusão dos autos para extinção.
CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO COMUNICAÇÃO/MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO/ALVARÁ.
Ariquemes-RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7002378-43.2022.8.22.0002
REQUERENTE: JOSE ROMILDO FERREIRA DA SILVA, CPF nº 13953567268, AVENIDA PERIMETRAL LESTE 119, - ATÉ 197 - LADO ÍMPAR GRANDES ÁREAS - 76876-648 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JULIANE DOS SANTOS SILVA, OAB nº RO4631
REQUERIDOS: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A., AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA s/n, AEROPORTO DE PORTO VELHO AEROPORTO - 76803-250 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, DECOLAR. COM LTDA., CNPJ nº 03563689000231, ALAMEDA GRAJAÚ 219, 2 ANDAR ALPHAVILLE INDUSTRIAL - 06454-050 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, 15 DE NOVEMBRO 1327, APTO 51 CENTRO - 79002-141 - CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL, FABIO RIVELLI, OAB nº BA34908, RUA DOUTOR RENATO PAES DE BARROS 618, 1, 3 E 5 ANDARES (EMAIL PUBLICALBCA.COM.BR) ITAIM BIBI - 04530-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A

Considerando que houve requerimento do credor, autorizo o prosseguimento para o fim de obter o CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.
Intime-se o(a) devedor(a) pessoalmente, via AR-MP ou por meio de seu(a) advogado(a) constituído nos autos, para cumprir a determinação contida na sentença no prazo de 15 dias pena de multa de 10% como determina o art. 523, § 1º do CPC, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem à satisfação do crédito.
Decorrido o prazo para pagamento voluntário, se houver pedido de penhora on line, faça-se conclusão para decisão – JUDS. Caso inexista requerimento, arquive-se de plano.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
sexta-feira, 14 de julho de 2023
19 horas e 44 minutos
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7015913-73.2021.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: BRUNO DE OLIVEIRA FRANCA, CPF nº 00687449278, AVENIDA DAS FLORES 3276, 69-99214-1263 SÃO LUIZ - 76875-617 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Ante as razões expostas e a concordância do Ministério Público, ACOLHO a justificativa apresentada pelo(a) autor(a) do fato e autorizo o prosseguimento do feito.
A fim de propiciar o cumprimento integral das condições impostas por ocasião da TRANSAÇÃO PENAL, concedo o prazo de 30 (trinta) dias para pagamento da prestação pecuniária aceita de forma voluntária pelo autor do fato.
Intime-se o(a) autor(a) do fato para tomar conhecimento do deferimento de seu pedido, bem como, para cumprir adequadamente as obrigações assumidas, pena de revogação do benefício e prosseguimento do feito.
Prossiga-se.
Ariquemes – RO; data e hora certificada pelo sistema.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 2000573-14.2020.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76801-330 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTORES DOS FATOS: LUZIA RENATA PEREIRA NUNES, CPF nº DESCONHECIDO, RUA RIO SÃO FRANCISCO 5939 JARDIM BELA VISTA - 76874-215 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, BRUNA DE GAPERI GOMES, CPF nº DESCONHECIDO, RUA IPORÃ 5375 JARDIM PARANÁ - 76871-412 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, LIVIA RAYANE PEREIRA NUNES, CPF nº DESCONHECIDO, RUA CASSIMIRO DE ABREU 3360, - ATÉ 3429/3430 COLONIAL - 76873-726 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, JENNIFER CAROLINA PERERIRA DA SILVA, CPF nº DESCONHECIDO, RUA MARATAÍZES 2265 JARDIM VITÓRIA - 76871-323 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, SAMARA DA SILVA PEREIRA, CPF nº DESCONHECIDO, RUA MARATAÍZES 2265 JARDIM VITÓRIA - 76871-323 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, CATIANE PEREIRA DA SILVA, CPF nº DESCONHECIDO, RUA MARATAÍZES 2265 JARDIM VITÓRIA - 76871-323 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, MARCIO GLADYS EUFRAZIO, RUA MARATAÍZES 2265 JARDIM VITÓRIA - 76871-323 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES DOS FATOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Decisão
Trata-se de Termo Circunstanciado instaurado em face de AUTORES DOS FATOS: LUZIA RENATA PEREIRA NUNES, BRUNA DE GAPERI GOMES, LIVIA RAYANE PEREIRA NUNES, JENNIFER CAROLINA PERERIRA DA SILVA, SAMARA DA SILVA PEREIRA, CATIANE PEREIRA DA SILVA, MARCIO GLADYS EUFRAZIO.
No curso do procedimento, o(s) autor(s) do fato MARCIO GLADYS EUFRAZIO foi(ram) beneficiado(s) com a transação penal, sendo que cumpriu(ram) integralmente as condições que lhe(s) foram impostas.
É o relatório.
No caso vertente observa-se que o(s) autor(s) do fato MARCIO GLADYS EUFRAZIO cumpriu(ram) integralmente as condições da transação penal, razão pela qual faz(em) jus à extinção de sua punibilidade.
Destarte, declaro extinta a punibilidade de MARCIO GLADYS EUFRAZIO, qualificado(s) nos autos, relativamente aos fatos descritos no presente procedimento, extinguindo o feito.
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas.
Publique-se.
Registre-se.
Relativamente aos demais pedidos do Ministério Público, DETERMINO a intimação de LIVIA RAYANE PEREIRA NUNES, JENNIFER CAROLINA PEREIRA DA SILVA, SAMARA DA SILVA PEREIRA e LUIZA RENATA PEREIRA NUNES, nos endereços apresentados (ID91784308).
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO E/OU CITAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO.
Ariquemes – RO; data e hora certificada pelo sistema.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

LIVIA RAYANE PEREIRA NUNES - a) Rua Safira, nº 1366, Parque das Gemas, Ariquemes - RO, tel. 69-9.9318-1277 (SISCIC atualizado em 25/04/2013 e Detran/RO sem data de atualização);
JENNIFER CAROLINA PEREIRA DA SILVA - a) Rua Topázio, nº 1417, Parque das Gemas, Ariquemes - RO, tel. (69) 99369-1234 (SISDEPOL atualizado em 19/01/2020);
SAMARA DA SILVA PEREIRA - a) Rua Rita Carneiro Rios, S/N, Jí-Paraná - RO (SISDEPOL atualizado em 06/05/2018); OU b) Rua Turmalina, nº 998, Parque das Gemas, Ariquemes - RO, 69-9.9253-8909 (SISCIC atualizado em 19/02/2013); e,
LUZIA RENATA PEREIRA NUNES - a) Rua São Francisco, nº 3360, Setor Jardim Bela Vista, Ariquemes - RO, tel. (69) 98150-6066 (SISDEPOL atualizado em 06/01/2021) OU b) Rua São Francisco, nº 5939, Setor Jardim Bela Vista, Ariquemes - RO (DETRAN/RO sem data de atualização).

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7007514-55.2021.8.22.0002
REQUERENTE: FRANCIANE DIAS FACCO
Advogado do(a) REQUERENTE: ISRAEL AUGUSTO ALVES FREITAS DA CUNHA - RO2913
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
Intimação À PARTE REQUERENTE/REQUERIDA (DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493
Processo nº : 7013412-15.2022.8.22.0002
Requerente: CLEITOMAR TIAGO LOURENCO
Advogados do(a) REQUERENTE: HALMERIO JOAQUIM CARNEIRO BRITO BANDEIRA DE MELO - RO770, THALES ANTUNES BANDEIRA DE MELO - RO11724
Requerido(a): ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo nº : 7010888-45.2022.8.22.0002
Requerente: HIAGO ROBERTO FRISSO
Advogados do(a) AUTOR: BRUNO ALVES DA SILVA CANDIDO - RO5825, MATHEUS RODRIGUES SILVA - RO11744
Requerido(a): M. L. CONSTRUTORA E EMPREENDEDORA LTDA
Advogado do(a) REU: KARINE SANTOS CASTOR - RO10703
Intimação À PARTE REQUERENTE/REQUERIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar manifestação acerca dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos.
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

7009169-91.2023.8.22.0002
AUTOR: EMILY LUIZA DIAS LOEVE, CPF nº 03815311209, RUA JURITI 1850, - ATÉ 1464/1465 SETOR 02 - 76873-122 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: TAINA SANTANA SOUZA, OAB nº RO10012
REU: LATAM AIRLINES GROUP S/A, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6490, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: FERNANDO ROSENTHAL, OAB nº SP146730, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
Sentença HOMOLOGATÓRIA
Extrai-se dos autos que as partes entabularam ACORDO EXTRAJUDICIAL e nesse sentido requerem sua homologação judicial.
Considerando que o teor do documento apresentado não apresenta nenhum vício ou irregularidade, HOMOLOGO POR SENTENÇA para que surtam seus jurídicos e legais efeitos o acordo efetuado pelas partes, que se regerá pelas cláusulas constantes no documento juntado aos autos e como consequência, EXTINGO o feito com resolução do mérito na forma do art. 487, III, b do CPC.
Fica ciente o(a) executado(a) que o não cumprimento da sentença ensejará multa de 10% sobre o valor da condenação, a teor do art. 523, § 1º do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem verbas honorárias.
Publique-se.
Registre-se.
Após, arquivem-se, independentemente do trânsito em julgado e de intimação.
CUMPRA-SE SERVINDO A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7003173-15.2023.8.22.0002
Correção Monetária, Juros de Mora - Legais / Contratuais, Rescisão / Resolução
REQUERENTE: NOVANET MULTIMIDIA LTDA - ME, CNPJ nº 18669690000131, RUA DAS ORQUIDEAS 4290, - DE 4272 A 4290 - LADO PAR SETOR 04 - 76873-412 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALINE TEIXEIRA DA SILVA, OAB nº RO11957
REQUERIDO: ISAQUE SOARES DA SILVA, CPF nº 04194571274, RUA DOS RUBIS 1577, - DE 1464/1465 A 1764/1765 PARQUE DAS GEMAS - 76875-832 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Trata-se de execução de título executivo extrajudicial em que a parte exequente informou novo endereço da parte executada e requereu a expedição de nova citação e intimação nesse endereço.
Desta feita, defiro o pedido apresentado pela parte exequente e determino a expedição de mandado para a citação e intimação da parte executada, nos moldes do despacho inicial.
Por fim, determino ao cartório que proceda a alteração do endereço da parte executada no PJE para fazer constar o endereço atualizado, conforme informado nos autos.
Cumpra-se servindo a presente como mandado/carta de intimação/carta precatória para seu cumprimento.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juíza de Direito

7001438-78.2022.8.22.0002
Cumprimento de sentença
Indenização por Dano Moral
REQUERENTE: FATIMA CAETANO
ADVOGADO DO REQUERENTE: SILVIO ALVES FONSECA NETO, OAB nº RO8984
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
REQUERENTE: FATIMA CAETANO maneja o presente cumprimento de sentença contra REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
Foi bloqueado valor da conta bancária da executada, que apresenta concordância.
Face do exposto, com fulcro no artigo 924, II, do Código de Processo Civil, DECLARO EXTINTA A EXECUÇÃO ante o pagamento do débito.
Ante a preclusão lógica (art. 1.000, do CPC), a presente decisão transita em julgado nesta data.
Expeça-se alvará judicial do valor penhorado, com rendimentos, em favor da exequente. A conta judicial deve ser zerada e encerrada.
Publicação e registros automáticos.
Intime-se. Cumpra-se.
Observadas as formalidades legais, arquivem-se.
SERVE A PRESENTE DE OFICIO/MANDADO/CARTA PRECATORIA
Ariquemes, 14 de julho de 2023 .
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiza de Direito

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7002223-11.2020.8.22.0002
REQUERENTE: CENTRAL POSTO POLEGATO & SOUZA LTDA
Advogado do(a) REQUERENTE: VERGILIO PEREIRA REZENDE - RO4068
REQUERIDO: RENATA QUEZIA MARIANO DE AGUIAR
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA para manifestar-se e requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 2000363-60.2020.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: MARILENE CAMPELO VARGAS, CPF nº DESCONHECIDO, RODOVIA BR-364, EM FRENTE AO POSTO FLORESTÃO, s/n, AO LADO DO ESPETINHO TAVARES, TEL. 69 9278-6661 MARECHAL RONDON - 76870-192 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)

D E C I S Ã O

Ante o oferecimento da denúncia, determino a realização da AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO tal como indica o art. 78 da Lei 9.099/95, oportunidade em que o(a) autor(a) do fato deverá se manifestar sobre a acusação, acarretando ou não o recebimento da denúncia e instrução imediata do feito, com oitiva de testemunhas e colheita de interrogatório.

Assim, DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO POR VIDEOCONFERÊNCIA conforme dados adiante descritos:

DATA E HORÁRIO: 06.12.2023 às 12h30min

PLATAFORMA: aplicativo Google Meet

LINK: meet.google.com/ssd-nxoj-kgw

FORMA DE ACESSO: as partes poderão utilizar aparelho celular, tablet, notebook ou computador com acesso à internet, que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando. Basta clicar no link acima ou digita-lo no navegador do computador ou celular e o equipamento irá direcionar para a sala de audiência.

RECOMENDAÇÕES E ADVERTÊNCIAS PARA PARTES, MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA, ADVOGADOS E TESTEMUNHAS:

1. Utilize fones de ouvido para diminuir ruídos externos e causar microfonia;

2. Esteja de posse de algum documento pessoal com foto para comprovar sua identidade.

3. No horário da audiência por videoconferência, cada parte e testemunha deverá estar disponível para contato através de e-mail e número de celular informado para que a audiência possa ter início.

4. No prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, os promotores de justiça, defensores e advogado deverão informar no processo, o e-mail e número de telefone das pessoas a serem ouvidas na condição de testemunhas, para possibilitar a intimação e o envio do link da videoconferência. Caso deixem transcorrer esse prazo sem apresentar os dados, presumir-se-á a desnecessidade de intimá-los, hipótese em que referidas testemunhas deverão ser trazidas à audiência independentemente de intimação, ficando sob a responsabilidade das partes encaminhar links e possibilitar o ingresso dessas testemunhas na sala de audiências virtual,

5. As testemunhas serão autorizadas a entrar na sessão somente no momento de sua oitiva.

6. As partes ficam advertidas de que eventuais erros de envio do link ocasionados pela informação de dados equivocados ou a não visualização do link informado ou não acesso à videoconferência, até o horário de início da audiência será considerado como ausência à audiência virtual, e acarretará as consequências previstas na Lei do Juizado (decretação da revelia se o(a) autor(a) do fato não participar e/ou presunção de que a vítima ausente renuncia à representação ou eventual queixa-crime apresentada).

7. Caso alguma das partes NÃO tenha meios tecnológicos para participar da audiência por videoconferência, deverá informar isso no processo com antecedência mínima de 5 dias, hipótese em que deverá comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial, de forma presencial para participar da audiência, ficando resguardado à parte contrária, participar via videoconferência. Caso ambas as partes estejam impossibilitadas de participar da audiência por videoconferência, ambas poderão comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial para que a audiência presencial seja realizada, ficando resguardado o direito de as testemunhas, esta magistrada e os advogados/Defensores participarem via videoconferência.

8. Assim que aberta a audiência, a Defensoria Pública ou Advogado(a) deverá apresentar DEFESA PRÉVIA, caso já não tenha juntado defesa escrita no processo e na sequência a denúncia será recebida ou rejeitada. Caso seja recebida, proceder-se-á à oitiva das testemunhas da acusação e da defesa e por fim, colheita do interrogatório e apresentação das alegações finais de forma oral.

ORIENTAÇÕES PARA CPE:

Caso não conste no processo os dados de e-mail e telefone do(s) autor(es) do fato e seu(s) Defensor(a) ou Advogado(a) e das testemunhas, a CPE deverá intimar a parte responsável para no prazo de 10 (dez) dias indicar(em) tais dados a fim de possibilitar a participação na audiência.

Após a apresentação de todos os dados necessários (e-mail e telefone das partes e testemunhas), encaminhe-se o processo ao Gabinete deste Juizado para realização da audiência, com antecedência mínima de 24 horas da solenidade, sendo de responsabilidade das partes e seus Advogados/Defensores a informação, sob pena de cancelamento do ato e/ou extinção do processo, se for o caso.

CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO E/OU CITAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO PARA O FIM DE:

a) INTIMAR O MINISTÉRIO PÚBLICO, A DEFENSORIA PÚBLICA E EVENTUAL ADVOGADO(A) HABILITADO(A) NO PROCESSO;

b) CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO(A) AUTOR(A) DO FATO: AUTOR DO FATO: MARILENE CAMPELO VARGAS, CPF nº DESCONHECIDO, RODOVIA BR-364, EM FRENTE AO POSTO FLORESTÃO, s/n, AO LADO DO ESPETINHO TAVARES, TEL. 69 9278-6661 MARECHAL RONDON - 76870-192 - ARIQUEMES - RONDÔNIA

c) INTIMAÇÃO DAS TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO E DEFESA CUJOS DADOS TENHAM SIDO INFORMADOS NO PROCESSO.

d) COMUNICAÇÃO ao superior hierárquico das testemunhas que forem servidoras públicas (militares, guardas municipais etc.), devendo tal decisão ser encaminhada ao órgão via e-mail, malote digital, whatsapp ou qualquer outro meio rápido e econômico.

Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.

Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo nº: 7012408-40.2022.8.22.0002 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
AUTOR: DIGIORGE SERRA OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: DANIELE CHAGAS MACHADO - RO7616

REU: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
Advogados do(a) REU: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação DA PARTE RECORRENTE
AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.
AC Aeroporto Internacional de Porto Velho, Avenida Governador Jorge Teixeira 6490, Aeroporto, Porto Velho - RO - CEP: 76803-970
Com base em acórdão/sentença, fica vossa senhoria notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de protesto extrajudicial e inscrição em dívida ativa. Assim, para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
1) Em caso de condenação pela Turma Recursal, o valor das custas corresponderá ao resultado da aplicação da alíquota de 1% (um por cento) sobre o valor da ação, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896 de 2016 (Regimento de Custas).
2) Em caso de condenação por desídia do autor ou por deixar de comparecer à audiência do processo, o valor das custas corresponderá ao resultado da aplicação da alíquota de 3% (três por cento) sobre o valor da ação.
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=Tx7niP9iEw7gdde9QtEMNn_CnNejhosUMo1nxE8.wildfly01:custas1.1
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7012998-17.2022.8.22.0002
AUTOR: ANTONIO ALTINO DE FREITAS
Advogado do(a) AUTOR: THIAGO GONCALVES DOS SANTOS - RO5471
REQUERIDO: BANCO BMG S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA - MG108112
Intimação DAS PARTES (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICAM AS PARTES INTIMADAS do retorno dos autos da Turma Recursal e para manifestar-se requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7001922-93.2022.8.22.0002
AUTOR: JOSIANE CELINA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: ELVIS DIAS PINTO - RO3447
REU: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) REU: LARISSA SENTO SE ROSSI - BA16330
Intimação À PARTE REQUERENTE/REQUERIDA (DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493
Processo nº : 7003043-59.2022.8.22.0002
Requerente: HELOISA DEBOWSKI
Advogado do(a) AUTOR: RAFAEL LEMOS REZENDE - RO9193
Requerido(a): CLARO S.A
Advogado do(a) REU: PAULA MALTZ NAHON - RS51657
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7012910-13.2021.8.22.0002
AUTOR: ANTONIO BRASILINO DE ALMEIDA
Advogado do(a) AUTOR: LEVI GUSTAVO ALVES DE FREITAS - RO4634
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
Intimação DAS PARTES (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICAM AS PARTES INTIMADAS do retorno dos autos da Turma Recursal e para manifestar-se requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493
Processo n°: 7007480-12.2023.8.22.0002
AUTOR: JOSE DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: JOAO CARLOS DE SOUSA - RO10287
REU: BANCO BMG S.A.
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: INTIMAR a parte requerente para apresentar impugnação à contestação e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 5 (cinco) dias.
Ariquemes (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7015620-06.2021.8.22.0002
REQUERENTE: AMARILDO COUTINHO DE CASTRO
Advogado do(a) REQUERENTE: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES - RO2383
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE/REQUERIDA (DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7015541-61.2020.8.22.0002
AUTOR: GERALDO SIZINO DE SOUSA
Advogado do(a) AUTOR: LEVI GUSTAVO ALVES DE FREITAS - RO4634
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE/REQUERIDA (DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7002435-61.2022.8.22.0002
REQUERENTE: ALVIZE CORRENTE
Advogado do(a) REQUERENTE: LINDIOMAR SILVA DOS ANJOS - RO10079
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
Intimação À PARTE REQUERENTE/REQUERIDA (DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7005805-48.2022.8.22.0002
REQUERENTE: EDIPO CORREA POMPEU, LIDIA ALVES DE CAMPOS
Advogado do(a) REQUERENTE: MARINALVA DE PAULO - RO5142
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE/REQUERIDA (DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7005635-42.2023.8.22.0002
AUTOR: ADEMIR KRUMENAUR LTDA - ME
Advogados do(a) AUTOR: ADEMIR KRUMENAUR - RO7001, ANDREAN CESAR FILGUEIRAS DE NORMANDES - RO6660
REU: MAPFRE SEGUROS
Advogado do(a) REU: DAVID SOMBRA PEIXOTO - CE0016477A
Intimação À PARTE REQUERENTE/REQUERIDA (DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7014785-18.2021.8.22.0002
REQUERENTE: JOAO CARLOS BELINI
Advogado do(a) REQUERENTE: LEVI GUSTAVO ALVES DE FREITAS - RO4634
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
Intimação À PARTE REQUERENTE/REQUERIDA (DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ariquemes - Juizado Especial
Endereço: Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Autos nº : 7003923-85.2021.8.22.0002
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Infrator(a): FLAVIO GONCALVES CARDOSO
Advogados do(a) AUTOR DO FATO: AILTON VELOZO DE SOUSA - RO12370, ANDERSON LOPES MUNIZ - RO0003102A, WELSER RONY ALENCAR ALMEIDA - RO1506
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA - DJE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA TELEPRESENCIAL deste processo em dia e hora abaixo mencionados.
Tipo: Instrução e Julgamento Sala: ARIJESP - Sala de Instrução e Julgamento Data: 19/10/2023 Hora: 09:30
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7012361-66.2022.8.22.0002
AUTOR: DELZUITA VIRGILIO DE ALMEIDA
Advogado do(a) AUTOR: SILMAR KUNDZINS - RO8735
REU: BANCO BMG S.A.
Advogado do(a) REU: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA - MG108112
Intimação DAS PARTES (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICAM AS PARTES INTIMADAS do retorno dos autos da Turma Recursal e para manifestar-se requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493
Processo nº : 7018721-17.2022.8.22.0002
Requerente: EURIDES FARIAS GUAREZ
Advogados do(a) AUTOR: DENNIS LIMA BATISTA GURGEL DO AMARAL - RO7633, MARCOS PEDRO BARBAS MENDONCA - RO4476, NILTOM EDGARD MATTOS MARENA - RO361-B
Requerido(a): ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7006712-86.2023.8.22.0002
AUTOR: ELIANNE JOVINO DE MELO
REU: HEDORIEDSON JOSE DOS SANTOS
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para manifestar-se da devolução do mandado negativo, bem como apresentar endereço atualizado, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS sob pena de arquivamento.
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493
Processo nº: 7016596-76.2022.8.22.0002.
REQUERENTE: ALESSANDRA GENTINI DE ARAUJO.
REQUERIDO: LATAM AIRLINES GROUP S/A
Advogados do(a) REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, FABIO RIVELLI - RO6640
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7008731-65.2023.8.22.0002
EXEQUENTE: CLAUDIO FERREIRA DE LIMA & CIA LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: JOAO BATISTA BATISTI - RO7211
EXECUTADO: OSMAR DA SILVA PEREIRA, BRUNO LORRAN SILVA
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça e requerer o que entender de direito, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS sob pena de arquivamento.
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo nº: 7001261-17.2022.8.22.0002
REQUERENTE: JOSE ALVES LISBOA
Advogado do(a) REQUERENTE: SILVIO ALVES FONSECA NETO - RO8984
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Por determinação do juízo, FICA A PARTE AUTORA INTIMADA a atualizar o crédito exequendo incluindo a multa de 10% (dez por cento), haja vista o decurso de prazo para pagamento voluntário,conforme artigo 523, § 1º do CPC, bem como requerer o que entender de direito.
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493
Processo n°: 7008582-69.2023.8.22.0002
AUTOR: MARIA ALVES TEIXEIRA
Advogado do(a) AUTOR: FRANCIELI VIEIRA DA CRUZ - RO11539
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: INTIMAR a parte requerente para apresentar impugnação à contestação e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 5 (cinco) dias.
Ariquemes (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7014456-74.2019.8.22.0002
EXEQUENTE: FUTURISTICA COMERCIO DE MOVEIS E ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA - ME
Advogados do(a) EXEQUENTE: GEIZA GORETE RIBEIRO - RO10594, RICARDO ALEXANDRO PORTO - RO9442
EXECUTADO: DALVA BATISTA
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça e requerer o que entender de direito, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS sob pena de arquivamento
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo nº : 7015523-06.2021.8.22.0002
Requerente: ARLETE FATIMA FERREIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: LEDAIANA SANA DE FREITAS - RO10368
Requerido(a): ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria.INTIMADA a, querendo, apresentar manifestação NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, quanto à impugnação/embargos a execução/cumprimento de sentença.
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493
Processo n°: 7002292-38.2023.8.22.0002
REQUERENTE: FABIANA GONCALVES SIMOES BISPO
Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO GARCIA DE SOUZA - RO11779
REQUERIDO: CLARO S.A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: INTIMAR a parte requerente para apresentar impugnação à contestação e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 5 (cinco) dias.
Ariquemes (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7013894-94.2021.8.22.0002
REQUERENTE: ELISON MICHAEL ALVES TEIXEIRA
Advogados do(a) REQUERENTE: JHONATAS EMMANUEL PINI - RO4265, RICARDO CARLOS MARTINS MARINI - RO12663
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE/REQUERIDA (DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493
Processo nº : 7016838-69.2021.8.22.0002
Requerente: MARIA ALVES TEIXEIRA
Advogados do(a) REQUERENTE: MATHEUS RODRIGUES SILVA - RO11744, WALDIR GERALDO JUNIOR - RO10548
Requerido(a): ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogados do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664, ESTEVAO ARAUJO PAIVA DE CASTRO FILHO - PB29838, KESIA SILVA OLIVEIRA - PB25948
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7004944-62.2022.8.22.0002
REQUERENTE: GISELE BERTUANI CREMASCO LIMA
Advogado do(a) REQUERENTE: JOSÉ CARLOS FOGACA - RO2960
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE/REQUERIDA (DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 2001362-47.2019.8.22.0002
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: MAICON SULIVAN DA SILVA, RUA JACAMIM 1467, CENTRO SETOR 03 - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Decisão
Consta nos autos que REU: MAICON SULIVAN DA SILVA aceitou a proposta de transação penal e não obstante isso, deixou de cumprir as condições impostas.
Assim, tendo em vista que o suposto autor não cumpriu as condições estabelecidas, o que acarreta no descumprimento imotivado por parte do autor, REVOGO o benefício que lhe foi concedido e determino o prosseguimento do feito.
Encaminhe-se os autos ao Ministério Público para manifestação.
Ariquemes – RO; data e hora certificados no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

7010707-44.2022.8.22.0002
Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução
REQUERENTE: ADAO CICERO LINO DOS SANTOS, CPF nº 27249301268, RUA ARARAS 1405, - DE 4270/4271 A 4275/4276 SETOR 09 - 76876-384 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: RENAN DE ARRUDA REGINATO, OAB nº RO11068, LUCAS AGUETONI SOBRINHO, OAB nº RO10914
REQUERIDO: EVANEIDE VIEIRA DE PAULA, CPF nº 83857435291, AV. AFONSO GAGO 1605 SETOR 02 - 76863-000 - RIO CRESPO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de procedimento do Juizado Especial onde a parte autora requereu a extinção do feito por não ter mais interesse em seu prosseguimento.
Conforme disposto no art. 485, X, §5º do Código de Processo Civil, a parte autora poderá desistir da ação até a sentença. O inciso VIII do mesmo artigo dispõe ainda que o consentimento da parte requerida em relação ao pedido de desistência só deve existir em situações onde já houve a apresentação de contestação.
O ENUNCIADO 90 do FONAJE dispõe que “a desistência da ação, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará a extinção do processo sem resolução do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento, salvo quando houver indícios de litigância de má-fé ou lide temerária (nova redação – XXXVIII Encontro – Belo Horizonte-MG)”.
Portanto, conclui-se que, com ou sem apresentação de contestação, inexiste necessidade de intimação da parte requerida para se manifestar em relação ao pedido de desistência face o disposto no Enunciado 90 do FONAJE.
Ante o exposto, considerando o pedido expresso da parte autora, HOMOLOGO o pedido de desistência para que surta seus jurídicos e legais efeitos, na forma do art. 485, VIII e X, § 5º do CPC.
P. R.
Após, arquivem-se os autos independente do trânsito em julgado e de intimação.
CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA PARA SEU CUMPRIMENTO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo nº 7002423-13.2023.8.22.0002
AUTOR: RAFAEL MARTINS SANCHES
Advogados do(a) AUTOR: JEAN CARLOS CORDEIRO - RO11466, JOB DA SILVA FERREIRA - RO5591
REU: ANDERSON JOSE GONCALVES
Advogado do(a) REU: REGINALDO FERREIRA DOS SANTOS - RO5947
Intimação PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA
Finalidade: Intimação para audiência de conciliação por videoconferência
Esta publicação tem por finalidade intimar o(s) advogado(s) da(s) parte(s) acima identificado(s) para que participe(m) da audiência de conciliação a ser realizada por videoconferência (via WhatsApp), bem como assegure(m) que seu(s) constituinte(s) também compareça(m).
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA: 25/08/2023 13:00 (horário de Rondônia)

Caso ainda não o tenha(m) feito, fica(m) também intimado(s) a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o(s) contato(s) telefônico(s) indicado(s) para a realização da videoconferência (com o aplicativo WhatsApp), sob pena de o processo ser movimentado para deliberação judicial para providências quanto à extinção do processo (no caso de inércia da parte requerente) ou quanto à consideração de recusa do demandado à participação na audiência (art. 23 da Lei nº 9.099/95).
COMO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e horário marcados.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o aplicativo WhatsApp de seu celular ou no computador, a partir do link https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br. Se necessário, poderá ser utilizado o aplicativo Hangouts Meet (art. 7°, III, Prov. 018/2020-CG);
2. Estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário (art. 7°, V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar-lhe da audiência por videoconferência e orientá-la sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7°, II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação (art. 7°, IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir (art. 7°, VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
6. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado (art. 7°, X, Prov. 018/2020-CG);
7. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais (art. 7°, XI, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial (art. 7°, XII, Prov. 018/2020-CG);
9. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7°, XVIII, Prov. 018/2020-CG);
10. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual (art. 7º, XIX, Prov. 018/2020-CG);
11. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial (art. 7°, XIII, Prov. 018/2020-CG.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7°, I, Prov. 018/2020-CG);
2. A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil). (art. 7°, VIII, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada (art. 7°, XIV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada (art. 7°, XV, Prov. 018/2020-CG);
5. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca (art. 7°, XX, Prov. 018/2020-CG).
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
E-mail: cejuscari@tjro.jus.br
Telefone: (69) 3309-8140
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7005563-89.2022.8.22.0002
REQUERENTE: THIAGO SILVA DE ALMEIDA
Advogado do(a) REQUERENTE: LEDAIANA SANA DE FREITAS - RO10368
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
Intimação DA PARTE REQUERENTE (DJE)
FINALIDADE: INTIMAR a parte requerente da expedição de ofício de transferência de valores e envio ao banco Caixa Econômica Federal para levantamento dos valores depositados e transferência para a conta bancária indicada, bem como requerer o que de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena arquivamento.
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7001983-51.2022.8.22.0002
REQUERENTE: ANA LOURDES DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: LEVI GUSTAVO ALVES DE FREITAS - RO4634
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546
Intimação DA PARTE REQUERENTE (DJE)
FINALIDADE: INTIMAR a parte requerente da expedição de ofício de transferência de valores e envio ao banco Caixa Econômica Federal para levantamento dos valores depositados e transferência para a conta bancária indicada, bem como requerer o que de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena arquivamento.
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493
Processo nº: 7016643-50.2022.8.22.0002.
REQUERENTE: DANIELE DOS SANTOS SOUZA DA CRUZ.
REQUERIDO: CUSTODIO MOISES DOS SANTOS - ME
Advogado do(a): JENIPHER DUTRA SCHNEIDER BORBA - RO11797
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
FINALIDADE: INTIMAR a parte requerida para dar cumprimento a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento), conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil e penhora online. O pagamento do valor deverá ser depositado em conta judicial vinculada ao banco Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC).
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493
Processo nº : 7013333-07.2020.8.22.0002
Requerente: ADRIANA MARTINS DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: GISLENE TREVIZAN - RO7032
Requerido(a): ENERGISA e outros
Advogado do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

7002413-66.2023.8.22.0002
AUTOR: AMAURI VIEIRA, CPF nº 35050080282, RUA PARAPARA 1735, - DE 2240 A 2490 - LADO PAR SETOR 12 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR, OAB nº RO2640
AUTOR: AMAURI VIEIRA, CPF nº 35050080282, RUA PARAPARA 1735, - DE 2240 A 2490 - LADO PAR SETOR 12 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR, OAB nº RO2640
Sentença HOMOLOGATÓRIA
Trata-se de procedimento do Juizado Especial Cível, sendo que durante a audiência conciliatória realizada perante o CEJUSC as partes entabularam acordo.
Desta feita, HOMOLOGO por sentença para que surtam seus jurídicos e legais efeitos o acordo efetuado pelas partes, que se regerá pelas cláusulas constantes na ata de audiência juntada nos autos e como consequência, EXTINGO o feito com resolução do mérito na forma do art. 487, III, b do CPC.
Fica ciente a parte requerida que o não cumprimento da sentença ensejará multa de 10% sobre o valor da condenação, a teor do art. 523, § 1º do Código de Processo Civil.
Caso exista algum bem fisicamente penhorado, fica automaticamente liberado, independentemente de documento oficial ou cumprimento de diligência.
Sem custas e sem verbas honorárias.
Publique-se.
Registre-se.
Após, arquivem-se, independentemente do trânsito em julgado e de intimação.
CUMPRA-SE SERVINDO A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7002067-18.2023.8.22.0002
REQUERENTE: EDSON DO NASCIMENTO NOBRE
Advogado do(a) REQUERENTE: ALLAN SOUZA DE MORAES SARKIS - RO2682
REQUERIDO: THAINA JAMILI DE LIMA
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça e requerer o que entender de direito, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS sob pena de arquivamento.
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7002066-33.2023.8.22.0002
REQUERENTE: EDSON DO NASCIMENTO NOBRE
Advogado do(a) REQUERENTE: ALLAN SOUZA DE MORAES SARKIS - RO2682
REQUERIDO: THIAGO KASZEWSKI DA SILVA
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça e requerer o que entender de direito, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS sob pena de arquivamento.
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493
Processo nº : 7007698-40.2023.8.22.0002
Requerente: ZILDA EUGENIO DE OLIVEIRA
Advogados do(a) AUTOR: CASSIA DE OLIVEIRA RODRIGUES - RO12097, REGINA MARTINS FERREIRA - RO8088
Requerido(a): BANCO BMG S.A.
Advogado do(a) REU: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO - PE32766
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7014928-70.2022.8.22.0002
AUTOR: DARCI CARPES
Advogado do(a) AUTOR: SILVIO ALVES FONSECA NETO - RO8984
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
Intimação DAS PARTES (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICAM AS PARTES INTIMADAS do retorno dos autos da Turma Recursal e para manifestar-se requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493
Processo nº : 7015653-30.2020.8.22.0002
Requerente: GEAN BATISTA DE ALMEIDA
Advogados do(a) AUTOR: CRISLAINE MEZZAROBA - RO11092, HEDERSON MEDEIROS RAMOS - RO6553, ISABEL MOREIRA DOS SANTOS - RO4171, PAULA ISABELA DOS SANTOS - RO6554
Requerido(a): RODOLFO ANTONELI DE MENEZES
Advogado do(a) REQUERIDO: ELIANE GOMES FERREIRA - MT9862/O
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7006440-63.2021.8.22.0002
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: JOAO PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DANILO JOSE PRIVATTO MOFATTO, OAB nº RO6559
Polo Passivo: BANCO BMG S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA, OAB nº MG108112, Procuradoria do BANCO BMG S.A
SENTENÇA
Trata-se de procedimento do Juizado Especial Cível onde a parte autora foi devidamente intimada para imprimir alvará judicial e o saldo da conta bancária encontra-se zerado, atestando o levantamento de todo o valor.
Sendo assim, dou por cumprida a sentença e, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, julgo extinta a presente execução.
Publique-se.
Registre-se.
Após, arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado e de intimação.
Cumpra-se servindo a presente como mandado/carta de intimação/carta precatória para seu cumprimento.
Ariquemes, data e horário certificados no sistema PJe.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7008391-24.2023.8.22.0002
EXEQUENTE: EDSON DO NASCIMENTO NOBRE, CPF nº 57756317220, RUA ARIQUEMES 3540, - DE 3390/3391 AO FIM BNH - 76870-786 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALLAN SOUZA DE MORAES SARKIS, OAB nº RO2682
EXECUTADO: RICARDO DE LIMA PEREIRA, CPF nº 78152224200, RUA ALTO PARAÍSO 1715 APOIO SOCIAL - 76873-310 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
A parte exequente foi intimada para dar prosseguimento ao feito. Todavia, transcorreu “in albis” o prazo concedido, ficando evidenciado o seu desinteresse pela causa.
Conforme orienta o art. 51, §1º da Lei nº 9.099/95, a extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes.
Posto isso, considerando o silêncio do exequente e atento aos princípios que norteiam os Juizados Especiais Cíveis, julgo extinto o processo, ficando desde já autorizado o desarquivamento em caso de prosseguimento do feito.
Publique-se.
Registre-se.
Após, arquivem-se os autos.
CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, data e horário certificados no sistema PJe.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7013853-93.2022.8.22.0002
EXEQUENTE: FUTURISTICA COMERCIO DE MOVEIS E ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA - ME, CNPJ nº DESCONHECIDO, ALAMEDA PIQUIA 1565, - ATÉ 1757/1758 SETOR 01 - 76870-097 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RICARDO ALEXANDRO PORTO, OAB nº RO9442
EXECUTADO: CARLOS FABIO QUINTINO BUENO DE OLIVEIRA, CPF nº 02929596139, TENENTE-CORONEL DUARTE 1569, - DE 791 AO FIM - LADO ÍMPAR DOM AQUINO - 78015-500 - CUIABÁ - MATO GROSSOEXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Relatório dispensado, na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de procedimento do Juizado Especial Cível onde a parte exequente requereu a extinção do feito por não ter mais interesse em seu prosseguimento.
Conforme disposto no art. 485, X, §5º do Código de Processo Civil, a parte autora poderá desistir da ação até a sentença. O §4º do mesmo artigo dispõe ainda que o consentimento da parte requerida em relação ao pedido de desistência só deve existir em situações onde já houve a apresentação de contestação.
Nesse sentido, o Enunciado 90 do Fórum Nacional de Juizados Especiais (FONAJE) dispõe que “a desistência da ação, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará a extinção do processo sem resolução do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento, salvo quando houver indícios de litigância de má-fé ou lide temerária”.
Portanto, conclui-se que, com ou sem apresentação de contestação, inexiste necessidade de intimação da parte executada para manifestar-se em relação ao pedido de desistência, face ao disposto no dispositivo supramencionado.
Assim, considerando o pedido expresso da parte autora, homologo o pedido de desistência para que surta seus jurídicos e legais efeitos, na forma do art. 485, VIII e X, § 5º do Código de Processo Civil.
Publique-se.
Registre-se.
Após, arquivem-se os autos, independente do trânsito em julgado e de intimação.
CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA PARA SEU CUMPRIMENTO.
Ariquemes, data e horário certificados no sistema PJe.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo nº 7010561-66.2023.8.22.0002
AUTOR: ELISANDRA SANTOS DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: ELOINE REGINA DE MARQUI - RO12637, LEDAIANA SANA DE FREITAS - RO10368
REU: ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A
Intimação PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA
Finalidade: Intimação para audiência de conciliação por videoconferência

Esta publicação tem por finalidade intimar o(s) advogado(s) da(s) parte(s) acima identificado(s) para que participe(m) da audiência de conciliação a ser realizada por videoconferência (via WhatsApp), bem como assegure(m) que seu(s) constituinte(s) também compareça(m).
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA: 10/11/2023 08:00 (horário de Rondônia)
Caso ainda não o tenha(m) feito, fica(m) também intimado(s) a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o(s) contato(s) telefônico(s) indicado(s) para a realização da videoconferência (com o aplicativo WhatsApp), sob pena de o processo ser movimentado para deliberação judicial para providências quanto à extinção do processo (no caso de inércia da parte requerente) ou quanto à consideração de recusa do demandado à participação na audiência (art. 23 da Lei nº 9.099/95).
COMO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e horário marcados.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o aplicativo WhatsApp de seu celular ou no computador, a partir do link https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br. Se necessário, poderá ser utilizado o aplicativo Hangouts Meet (art. 7°, III, Prov. 018/2020-CG);
2. Estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário (art. 7°, V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar-lhe da audiência por videoconferência e orientá-la sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7°, II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação (art. 7°, IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir (art. 7°, VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
6. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado (art. 7°, X, Prov. 018/2020-CG);
7. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais (art. 7°, XI, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial (art. 7°, XII, Prov. 018/2020-CG);
9. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7°, XVIII, Prov. 018/2020-CG);
10. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual (art. 7º, XIX, Prov. 018/2020-CG);
11. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial (art. 7°, XIII, Prov. 018/2020-CG.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7°, I, Prov. 018/2020-CG);
2. A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil). (art. 7°, VIII, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada (art. 7°, XIV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada (art. 7°, XV, Prov. 018/2020-CG);
5. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca (art. 7°, XX, Prov. 018/2020-CG).
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
E-mail: cejuscari@tjro.jus.br
Telefone: (69) 3309-8140
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7009366-46.2023.8.22.0002
EXEQUENTE: ADRIANA CRISTINA TURMINA, CPF nº 74110381215, PIONEIRO ANDRE RIBEIRO 1247, TEL. 98110-6814 SETOR 02 - 76873-142 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXEQUENTE SEM ADVOGADO(S)
EXECUTADO: LUCIANO PEREIRA MELONI, CPF nº 72543876200, R CLAUDIO MANOEL DA COSTA 4031, CASA SETOR 06 - 76873-614 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95.
Os autos vieram conclusos com manifestação da parte exequente informando o cumprimento da obrigação de fazer.
Ante o exposto, como nada mais foi requerido, julgo extinto o processo com resolução do mérito, considerando a satisfação do pedido e o pagamento comprovado nos autos, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil.
Após, como nada mais resta pendente, arquivem-se os autos, independentemente de trânsito em julgado.
CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes, data e horário certificados no sistema PJe.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7007881-11.2023.8.22.0002
EXEQUENTE: EDSON DO NASCIMENTO NOBRE, CPF nº 57756317220, RUA ARIQUEMES 3540, - DE 3390/3391 AO FIM BNH - 76870-786 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALLAN SOUZA DE MORAES SARKIS, OAB nº RO2682
EXECUTADO: CAROLAINE HENRIQUE DE JESUS, CPF nº 03850132218, RUA UMUARAMA 4680, - DE 4498 A 4778 - LADO PAR SETOR 09 - 76876-318 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
A parte exequente foi intimada para dar prosseguimento ao feito. Todavia, transcorreu “in albis” o prazo concedido, ficando evidenciado o seu desinteresse pela causa.
Conforme orienta o art. 51, §1º da Lei nº 9.099/95, a extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes.
Posto isso, considerando o silêncio do exequente e atento aos princípios que norteiam os Juizados Especiais Cíveis, julgo extinto o processo, ficando desde já autorizado o desarquivamento em caso de prosseguimento do feito.
Publique-se.
Registre-se.
Após, arquivem-se os autos.
CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, data e horário certificados no sistema PJe.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo nº: 7006455-95.2022.8.22.0002
REQUERENTE: FABIANO LOPES
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCOS ROBERTO FACCIN - RO1453
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A.
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Por determinação do juízo, FICA A PARTE AUTORA INTIMADA a atualizar o crédito exequendo incluindo a multa de 10% (dez por cento), haja vista o decurso de prazo para pagamento voluntário,conforme artigo 523, § 1º do CPC, bem como requerer o que entender de direito.
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo nº: 7019045-41.2021.8.22.0002
REQUERENTE: MAYCON SOARES DOS SANTOS
Advogados do(a) REQUERENTE: DENNIS LIMA BATISTA GURGEL DO AMARAL - RO7633, MARCOS PEDRO BARBAS MENDONCA - RO4476, NILTOM EDGARD MATTOS MARENA - RO361-B
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Por determinação do juízo, FICA A PARTE AUTORA INTIMADA a atualizar o crédito exequendo incluindo a multa de 10% (dez por cento), haja vista o decurso de prazo para pagamento voluntário,conforme artigo 523, § 1º do CPC, bem como requerer o que entender de direito.
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

7002554-85.2023.8.22.0002
Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
AUTOR: VALDINEI ARRUDA DE JESUS, CPF nº 86149288234, LINHA C, LOTE 5, AVENIDA TANCREDO NEVES 1620 ZONA RURAL - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: WESLLEY SILVA DE ARAUJO, OAB nº MT23215
REU: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL, - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, Procuradoria da OI S/A
Sentença
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de procedimento do Juizado Especial onde a parte autora requereu a extinção do feito por não ter mais interesse em seu prosseguimento.
Conforme disposto no art. 485, X, §5º do Código de Processo Civil, a parte autora poderá desistir da ação até a sentença. O inciso VIII do mesmo artigo dispõe ainda que o consentimento da parte requerida em relação ao pedido de desistência só deve existir em situações onde já houve a apresentação de contestação.
O ENUNCIADO 90 do FONAJE dispõe que “a desistência da ação, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará a extinção do processo sem resolução do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento, salvo quando houver indícios de litigância de má-fé ou lide temerária (nova redação – XXXVIII Encontro – Belo Horizonte-MG)”.
Portanto, conclui-se que, com ou sem apresentação de contestação, inexiste necessidade de intimação da parte requerida para se manifestar em relação ao pedido de desistência face o disposto no Enunciado 90 do FONAJE.
Ante o exposto, considerando o pedido expresso da parte autora, HOMOLOGO o pedido de desistência para que surta seus jurídicos e legais efeitos, na forma do art. 485, VIII e X, § 5º do CPC.
P. R.
Após, arquivem-se os autos independente do trânsito em julgado e de intimação.
CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA PARA SEU CUMPRIMENTO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, -
7005619-88.2023.8.22.0002
AUTOR: DAVID ANTONIO CEGOBIA, CPF nº 38904187249, BEIJA FLOR 835, AVENIDA TANCREDO NEVES 1620 SETOR 02 - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
AUTOR SEM ADVOGADO(S)
REU: ISAAC BRUM DA SILVA, CPF nº 89176308200, RUA UIRAPURU 1985, TEL. 69.9.8434-5252 SETOR 02 - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Há informações nos autos de que a parte autora mudou-se de endereço no curso do processo sem informar o atual local onde reside.
Ocorre que o art. 19 da Lei nº 9.099/95 dispõe que “as partes comunicarão ao Juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação”.
Assim, considerando que o autor ingressou com o presente pedido e no curso do processo mudou-se sem informar seu novo endereço, entende-se que foi devidamente intimado para o ato processual que lhe foi endereçado e como não foi encontrado, presume-se a sua desídia, o que impõe o imediato arquivamento do feito.
Posto isso, considerando o silêncio do autor e atento aos princípios que norteiam os Juizados Especiais Cíveis, julgo extinto o processo.
Custas indevidas, pois não vislumbro litigância de má-fé.
Publique-se.
Registre-se.
Após, arquivem-se os autos, independentemente de intimação e do trânsito em julgado, procedendo-se as baixas e anotações devidas.
Cumpra-se servindo o presente como comunicação/carta de intimação/carta de citação/ofício/mandado para seu cumprimento.
Ariquemes, data e horário certificados no sistema PJe.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7010272-70.2022.8.22.0002
EXEQUENTE: LOJAO DO CONSTRUTOR LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: ELLEN DORACI WACHIESKI MACHADO - RO10009
EXECUTADO: JEAN CARLOS LARENTIS
Intimação DA PARTE REQUERENTE (DJE)
FINALIDADE: INTIMAR a parte requerente da expedição de ofício de transferência de valores e envio ao banco Caixa Econômica Federal para levantamento dos valores depositados e transferência para a conta bancária indicada, bem como requerer o que de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena arquivamento.
Ariquemes, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7011470-45.2022.8.22.0002
AUTOR: MANOEL SOUSA DA ROCHA
Advogado do(a) AUTOR: SILMAR KUNDZINS - RO8735
REU: AGIPLAN FINANCEIRA S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado do(a) REU: WILSON BELCHIOR - RO6484
Intimação DAS PARTES (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICAM AS PARTES INTIMADAS do retorno dos autos da Turma Recursal e para manifestar-se requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

7007412-62.2023.8.22.0002
AUTOR: MARIA MADALENA PEREIRA, CPF nº 13972812272, RO 257 KM 15 ÁREA RURAL DE ARIQUEMES - 76878-899 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR, OAB nº RO2640
AUTOR: MARIA MADALENA PEREIRA, CPF nº 13972812272, RO 257 KM 15 ÁREA RURAL DE ARIQUEMES - 76878-899 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR, OAB nº RO2640
Sentença HOMOLOGATÓRIA
Trata-se de procedimento do Juizado Especial Cível, sendo que durante a audiência conciliatória realizada perante o CEJUSC as partes entabularam acordo.
Desta feita, HOMOLOGO por sentença para que surtam seus jurídicos e legais efeitos o acordo efetuado pelas partes, que se regerá pelas cláusulas constantes na ata de audiência juntada nos autos e como consequência, EXTINGO o feito com resolução do mérito na forma do art. 487, III, b do CPC.
Fica ciente a parte requerida que o não cumprimento da sentença ensejará multa de 10% sobre o valor da condenação, a teor do art. 523, § 1º do Código de Processo Civil.
Caso exista algum bem fisicamente penhorado, fica automaticamente liberado, independentemente de documento oficial ou cumprimento de diligência.
Sem custas e sem verbas honorárias.
Publique-se.
Registre-se.
Após, arquivem-se, independentemente do trânsito em julgado e de intimação.
CUMPRA-SE SERVINDO A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

7006864-37.2023.8.22.0002
EXEQUENTE: MADEIRA & MADEIRA COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CNPJ nº 09053629000255, AVENIDA JAMARI 2944, - DE 2534 A 2820 - LADO PAR ÁREAS ESPECIAIS 01 - 76870-012 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RICARDO ALEXANDRO PORTO, OAB nº RO9442
EXECUTADO: JOSE ARLINDO SEVERO DA SILVA, CPF nº 97060160230, RUA BEIJA FLOR 1922, - DE 1100/1101 A 1402/1403 SETOR 02 - 76873-074 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Houve juntada de acordo, para fins de homologação judicial.
Ocorre que, em análise ao Termo anexado, verifica-se a ausência de requisito essencial, qual seja a assinatura de duas testemunhas, tendo em vista a assinatura a rogo do devedor para conferir manifestação de vontade e concordância às cláusulas da avença. Sem este requisito para ratificar a estipulação do acordo, não é possível empregar-lhe validade.
Seja como for, intime-se o autor pelo meio mais célere para promover a juntada do Termo de Acordo assinado por duas testemunhas para fins de homologação judicial.
Prazo: 15 dias, sob pena de presunção de desistência e extinção do processo.
CUMPRA-SE SERVINDO A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes-,segunda-feira, 17 de julho de 2023.
8 horas e 35 minutos
Fernanda Pereira Ribeiro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7008603-79.2022.8.22.0002
REQUERENTE: SEMA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 12229196000170, RUA MARINGÁ 3891 JARDIM RIO DE JANEIRO - 76871-446 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: VALERIA DE MATOS BEZERRA, OAB nº RO12076, DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES, OAB nº RO2433
REQUERIDO: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DA FONSECA, CPF nº 04207172939, AC CUJUBIM 2005, AVENIDA PRINCIPAL, S/N CENTRO - 76864-970 - CUJUBIM - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
O art. 53, §4°, da Lei nº 9.099/95, determina expressamente: “não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor”.
Apesar de o caput do citado artigo faça menção apenas à execução de título executivo extrajudicial, também é o caso de aplicar a medida face à ausência de localização do réu ao processo de conhecimento por analogia, porquanto não é útil, tampouco necessário manter o processo em trâmite sem a citação do réu.

Ademais, o artigo 6º da Lei nº 9.099/95, dispõe que: "o Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum". Nestes termos, é o caso de determinar o arquivamento do feito e proceder ao cancelamento de eventual audiência conciliatória, liberando-se a pauta, arquivando-se os autos até ulterior manifestação da parte autora.
Registre-se que eventual pedido de suspensão do feito para localização do endereço do réu, certamente acarretará morosidade e trabalho desnecessário ao cartório, o que contraria expressamente os princípios afeitos aos Juizados Especiais, notadamente a celeridade e economia processual, conforme art. 2º da Lei nº 9.099/95.
Posto isto, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, na forma do art. 53, § 4° da Lei 9.099/95, ficando desde já autorizado o posterior desarquivamento em caso de localização de endereço da parte requerida.
Publique-se.
Registre-se.
Intime-se a parte autora para tomar ciência da presente.
Após, arquivem-se os autos.
CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/NOTIFICAÇÃO PARA SEU CUMPRIMENTO.
Ariquemes, data e horário certificados no sistema PJe.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo nº: 7014971-07.2022.8.22.0002 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: MARCIA APARECIDA DRAGO
Advogados do(a) REQUERENTE: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO - RO4783, SANDRA FLORENTINO - RO11795
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogados do(a) REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO - PE42379-A, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação DA PARTE RECORRENTE
AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
AC Aeroporto Internacional de Porto Velho, Avenida Governador Jorge Teixeira 6490, Aeroporto, Porto Velho - RO - CEP: 76803-970
Com base em acórdão/sentença, fica vossa senhoria notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de protesto extrajudicial e inscrição em dívida ativa. Assim, para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
1) Em caso de condenação pela Turma Recursal, o valor das custas corresponderá ao resultado da aplicação da alíquota de 1% (um por cento) sobre o valor da ação, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896 de 2016 (Regimento de Custas).
2) Em caso de condenação por desídia do autor ou por deixar de comparecer à audiência do processo, o valor das custas corresponderá ao resultado da aplicação da alíquota de 3% (três por cento) sobre o valor da ação.
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=Tx7niP9iEw7gdde9QtEMNn_CnNejhosUMo1nxE8.wildfly01:custas1.1
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7010176-21.2023.8.22.0002
AUTOR: ELIANA GONCALVES DOS SANTOS NUNES, CPF nº 71278044272, LH C-50 lote 07 Gb14, PST 18 ZONA RURAL - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: VANESSA ANGELICA DE ARAUJO CLEMENTINO, OAB nº RO4722
REU: JK COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ nº 14166699000179, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 2968, JK COMERCIO DE VEICULOS LTDA (JK VEÍCULOS) SETOR 04 - 76873-540 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Decisão
Trata-se de lide cominatória ajuizada por ELIANA GONCALVES DOS SANTOS NUNES em face de JK COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA onde a parte autora requereu a concessão de antecipação da tutela objetivando a transferência de veículo para o nome da empresa requerida, bem como a transferência de eventuais débitos.
No entanto, conforme demonstrado na petição inicial, a parte autora não especificou os débitos pendentes em seu nome junto ao DETRAN/SEFIN, e o que pretende em relação a eles, tendo requerido, de forma GENÉRICA, a antecipação de tutela. Nesse sentido, faz-se necessário que a parte autora adeque seu pedido e o valor da causa, incluindo inclusive documentos comprobatórios de suas alegações.
Além disso, a análise dos autos demonstra que o comprovante de residência juntado aos autos tem como titular pessoa estranha ao feito, e como no sistema dos Juizados Especiais o domicílio do autor é um dos critérios para firmar a competência do juízo, conforme art. 4º, III da Lei 9.099/95, determino que a parte autora apresente comprovante de residência em seu nome e com vencimento dentro dos últimos 03 meses.
Na ausência deste documento, deverá anexar declaração de endereço, assinada, com reconhecimento de firma em cartório.
Face o exposto, determino que a parte autora seja intimada para emendar a inicial no prazo de 15 (quinze) dias, conforme disposto no artigo 321 do Código de Processo Civil, sob pena de indeferimento, devendo para tanto especificar os pedidos apresentados e juntar os documentos relacionados.
Intimem-se.
Decorrido o prazo, faça-se a conclusão dos autos.
SERVE A PRESENTE COMO COMUNICAÇÃO/MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/MADADO PARA SEU CUMPRIMENTO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

7016330-26.2021.8.22.0002
REQUERENTE: JOSE CLAUDIO LEITE, CPF nº 28306139291, LINHA C-10, BR 421, KM 63, GLEBA 37, LOTE 29A ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES, OAB nº RO2383
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 1966, SETOR 02 SETOR 02 - 76873-238 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA SENTENÇA
Trata-se de procedimento do Juizado Especial Cível onde a parte autora foi devidamente intimada para imprimir alvará judicial e não se manifestou quanto a existência de crédito remanescente.
Consta ainda que o saldo da conta bancária encontra-se zerado, atestando o levantamento de todo o valor pela parte autora.
Sendo assim, dou por cumprida a sentença e, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, julgo extinta a presente execução.
Publique-se.
Registre-se.
Após, arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado e de intimação.
Cumpra-se servindo a presente como mandado/carta de intimação/carta precatória para seu cumprimento.
Ariquemes, data e horário certificados no sistema PJe.
Fernanda Pereira Ribeiro

7011031-34.2022.8.22.0002
REQUERENTE: GABRIEL DOS SANTOS ATANAZILDO, CPF nº 04514470260, AVENIDA RIO PARDO 1905, - DE 1431 A 1951 - LADO ÍMPAR SETOR RECREATIVO - 76873-036 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RANGEL ALVES MUNIZ, OAB nº RO9749
REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA, OAB nº RO3434, FABIO RIVELLI, OAB nº BA34908, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
Sentença
Trata-se de procedimento do Juizado Especial Cível onde a parte autora foi devidamente intimada para imprimir alvará judicial e não se manifestou quanto a existência de crédito remanescente.
Consta ainda que o saldo da conta bancária encontra-se zerado, atestando o levantamento de todo o valor pela parte autora.
Sendo assim, DOU POR CUMPRIDA A SENTENÇA e, nos termos do art. 924, II do CPC, julgo extinta a presente execução.
Publique-se.
Registre-se.
Após, arquive-se os autos, independentemente do trânsito em julgado e de intimação.
Cumpra-se servindo a presente como mandado/carta de intimação/carta precatória para seu cumprimento.
Ariquemes – RO; data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

7010911-54.2023.8.22.0002
Fornecimento de Energia Elétrica
AUTOR: LENILDA GERALDO DE SOUZA, CPF nº 35077646287, RUA JURITI 1523 SETOR 02 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: SILMAR KUNDZINS, OAB nº RO8735
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ENERGISA RONDÔNIA
Decisão
Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS proposta em face de ENERGISA S/A objetivando a isenção do pagamento de diferença de consumo não faturada e o recebimento de indenização pelos danos morais sofridos.
Segundo consta na Inicial, a parte requerida imputou-lhe uma cobrança no consumo de energia elétrica, cobrando-lhe o importe de R$ 4.805,61 e R$ 437,40, cujo valor a parte autora não reconhece, uma vez que referido débito foi apurado unilateralmente no processo administrativo de recuperação de consumo.
Logo, o mérito do processo reside em saber se essa cobrança é ou não legal.
O artigo 300 do Código de Processo Civil prevê que “a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.
Ao que tudo indica, em que pese subsista débito em aberto, este representa diferença de faturamento no consumo, a qual está sendo cobrado da parte requerente em decorrência de relatório de irregularidade emitido pela requerida. Como a parte requerente pretende discutir justamente o cancelamento deste débito gerado sob a alegação de fraude no medidor, não é justo que seja penalizada sem regular instrução processual.
Os documentos juntados pelo requerente e as sustentações jurídicas e fáticas expostas nos autos demonstram a probabilidade do direito invocado, demonstrando estarem presentes os requisitos ensejadores da concessão da antecipação da tutela de urgência, afinal, nos autos há documentos que indicam que a parte requerente está na iminência de ter o serviço de energia elétrica suspenso em seu imóvel residencial e, ainda, está na iminência de suportar eventual negativação em seu nome.
Além disso, verifica-se a presença do perigo de dano, pois reconhecidamente a ausência de prestação de serviço público essencial poderá causar-lhe danos irreparáveis e, de igual modo eventual inclusão em órgãos restritivos de crédito serve de óbice à prática de relações negociais, impedindo a parte autora de realizar transações financeiras, comerciais, dentre outras.
Portanto, parece plausível conceder ao requerente o direito de usufruir do serviço de energia elétrica no imóvel, enquanto as provas são analisas no processo em trâmite e, ao final, se comprovada a legalidade da cobrança de valores, que o mesmo seja cobrado por isso, e suporte todo o ônus decorrente de eventual inadimplência.
Assim, com fundamento no artigo 300 do CPC, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA, e via de consequência DETERMINO que a CERON/ENERGISA:
a) SUSPENDA a cobrança da fatura ora questionada;
b) ABSTENHA-SE de inscrever o nome da parte autora nos órgãos de proteção ao crédito (SERASA/SPC/SCPC/PROTESTO), referente ao débito ora questionado, e caso tenha realizado a inscrição, que proceda a imediata exclusão dos órgãos de proteção ao crédito, até ulterior decisão;

c) ABSTENHA-SE de SUSPENDER o fornecimento de energia elétrica no imóvel do(a) requerente até final decisão, com fulcro no débito questionado no litígio, o qual possui como credor a parte requerida ENERGISA/CERON S/A, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais) até o limite de 5 (cinco) mil reais, salvo se houver outros débitos de consumo regular vencidos e já notificados.
Caso, o corte já tenha sido efetivado, fica a CERON devidamente INTIMADA para que restabeleça a energia elétrica do(a) requerente no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, em unidade consumidora descrita na Inicial, a contar da intimação, sob pena da multa já aplicada, independente de nova intimação, sem prejuízo de outras penalidades.
Considerando que a ENERGISA/CERON é uma das maiores litigadas deste Juizado Especial Cível, e, considerando que as demandas que envolvem o fornecimento de energia elétrica quase sempre envolvem causas urgentes, deixo de designar audiência específica para conciliação a fim de propiciar o rápido julgamento do feito e resolução da lide.
Considerando os princípios informadores dos Juizados Especiais, notadamente a celeridade e informalidade e considerando, sobretudo, que no caso dos autos, a questão de fato pode ser provada por meio de documentos, também deixo de designar audiência de instrução e julgamento, posto que tal providência gerará morosidade ao feito sem qualquer proveito prático, à medida que não há necessidade de provas testemunhais.
Assim, adoto, no caso em tela, o rito simplificado permitido pelo Sistema dos Juizados Especiais Cíveis como forma de prestigiar os princípios informadores da celeridade, economia processual e informalidade.
Cite-se e intime-se a ENERGISA S/A/CERON para que apresente resposta no prazo de 15 dias a contar da citação/intimação.
Caso a ENERGISA S/A/CERON tenha interesse em realizar a conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo que tiver a fim de que seja submetida à parte autora ou seja designada audiência de conciliação para esse fim.
Caso NÃO tenha interesse ou possibilidade de acordo, determino que informe isso nos autos por ocasião de sua contestação a fim de evitar possíveis alegações de cerceamento do direito de a parte se conciliar, pena de seu silêncio ser interpretado como falta de interesse na conciliação.
Apresentada a contestação, faça-se conclusão dos autos para sentença.
Caso exista pedido de DANO MORAL no caso em tela, as partes deverão observar se é caso de dano moral presumido e em caso negativo, deverão juntar declaração de suas testemunhas com firma reconhecida em Cartório relativamente ao fato constitutivo do direito que pretendem provar.
Em todo caso, se alguma das partes tiver interesse na produção de provas orais, determino que se manifestem nos autos informando tal interesse no prazo de 15 (quinze) dias, hipótese em que o direito de as partes produzirem provas será devidamente assegurado. Por outro lado, a não manifestação das partes no prazo ora assinalado, será interpretada como desinteresse à produção de provas orais.
Cancele-se eventual audiência designada automaticamente pelo Sistema PJE, retirando-a da pauta.
Cumpra-se servindo-se a presente como Comunicação/Carta de Citação/Carta de Intimação/Mandado/Ofício/Carta Precatória.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiza de Direito

7009831-26.2021.8.22.0002
REQUERENTE: MARIA HELENA CARDOSO, CPF nº 58309640587, RUA COSTA MARQUES 1807 SETOR 05 - 76889-000 - CACAULÂNDIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JUCYARA ZIMMER, OAB nº RO5888, LEVI GUSTAVO ALVES DE FREITAS, OAB nº RO4634
REQUERIDO: BANCO BMG S.A., AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK 1830, - LADO PAR VILA NOVA CONCEIÇÃO - 04543-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA, OAB nº MG108112, Procuradoria do BANCO BMG S.A
Sentença
Trata-se de procedimento do Juizado Especial Cível onde a parte autora foi devidamente intimada para imprimir alvará judicial e não se manifestou quanto a existência de crédito remanescente.
Consta ainda que o saldo da conta bancária encontra-se zerado, atestando o levantamento de todo o valor pela parte autora.
Sendo assim, DOU POR CUMPRIDA A SENTENÇA e, nos termos do art. 924, II do CPC, julgo extinta a presente execução.
Publique-se.
Registre-se.
Após, arquive-se os autos, independentemente do trânsito em julgado e de intimação.
Cumpra-se servindo a presente como mandado/carta de intimação/carta precatória para seu cumprimento.
Ariquemes – RO; data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Processo n.: 7010613-62.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Direito de Imagem
AUTOR: LUCILENE APARECIDA SECUNDINO, RUA MARAJÉ 1142, - DE 713 AO FIM - LADO ÍMPAR PEDRAS - 76876-468 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RICARDO ALEXANDRO PORTO, OAB nº RO9442
REU: MONETIZZE LTDA - ME, ADILSON PAULO DE SOUZA 415 SAO JOAO BATISTA - 31515-270 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
DECISÃO
Recebo a inicial.

Trata-se de ação consumerista ajuizada por AUTOR: LUCILENE APARECIDA SECUNDINOem face de REU: MONETIZZE LTDA - ME, sob o fundamento de que efetuou o pagamento de R$ 49,90 para que o requerido “limpasse seu nome” e aumentasse seu score, contudo dias após a transação percebeu que seu nome ainda continua negativado, momento em que percebeu que se tratava de um golpe.
Assim, ingressou com a presente tencionando, VIA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA, o bloqueio do valor desembolsado. No mérito, requereu a restituição dos valores que lhe foram descontados indevidamente e o recebimento de indenização pelos danos morais sofridos em razão da fraude.
Para amparar o pedido juntou documento de identificação pessoal, comprovante de pagamento, dentre outros.
O artigo 300 do Código de Processo Civil prevê que “a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.
Os documentos juntados pela parte autora e as sustentações jurídicas e fáticas expostas nos autos demonstram a probabilidade do direito, contudo não verifico a urgência da medida, considerando que não há comprovação de que a parte requerida não tenha saldo suficiente para arcar com eventual restituição de valor ao final do processo.
Assim, com fundamento no artigo 300 do Código de Processo Civil, NÃO CONCEDO o pedido de antecipação de tutela.
Cite-se a parte requerida para tomar ciência do processo, oferecer contestação e apresentar eventuais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço), sob pena de revelia, devendo as partes comunicarem eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
Com a defesa, no mesmo ato, a parte autora deverá se manifestar, em até 10 (dez) dias sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados, sob pena de preclusão.
a) CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA:
REU: MONETIZZE LTDA - ME, CNPJ nº 23055665000106, ADILSON PAULO DE SOUZA 415 SAO JOAO BATISTA - 31515-270 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
Ariquemes/RO, 17 de julho de 2023.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Processo n.: 7010614-47.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Direito de Imagem
AUTOR: LUCILENE APARECIDA SECUNDINO, RUA MARAJÉ 1142, - DE 713 AO FIM - LADO ÍMPAR PEDRAS - 76876-468 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RICARDO ALEXANDRO PORTO, OAB nº RO9442
REU: PERFECT PAY TECNOLOGIA, SERVICOS E INTERMEDIACAO LTDA, MARCOS PENTEADO DE ULHOA RODRIGUES 939, ANDAR 8 TORRE 1 EDIF JACARANDA TAMBORE - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Recebo a inicial.
Trata-se de ação consumerista ajuizada por AUTOR: LUCILENE APARECIDA SECUNDINOem face de REU: PERFECT PAY TECNOLOGIA, SERVICOS E INTERMEDIACAO LTDA, sob o fundamento de que efetuou o pagamento de R$ 57,99 para que o requerido “limpasse seu nome” e aumentasse seu score, contudo o réu lhe enviou o “Guia saindo das dívidas 2023”, momento em que percebeu que se tratava de um golpe.
Assim, ingressou com a presente tencionando, VIA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA, o bloqueio do valor desembolsado. No mérito, requereu a restituição dos valores que lhe foram descontados indevidamente e o recebimento de indenização pelos danos morais sofridos em razão da fraude.
Para amparar o pedido juntou documento de identificação pessoal, comprovante de pagamento, dentre outros.
O artigo 300 do Código de Processo Civil prevê que “a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.
Os documentos juntados pela parte autora e as sustentações jurídicas e fáticas expostas nos autos demonstram a probabilidade do direito, contudo não verifico a urgência da medida, considerando que não há comprovação de que a parte requerida não tenha saldo suficiente para arcar com eventual restituição de valor ao final do processo.
Assim, com fundamento no artigo 300 do Código de Processo Civil, NÃO CONCEDO o pedido de antecipação de tutela.
Cite-se a parte requerida para tomar ciência do processo, oferecer contestação e apresentar eventuais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço), sob pena de revelia, devendo as partes comunicarem eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
Com a defesa, no mesmo ato, a parte autora deverá se manifestar, em até 10 (dez) dias sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados, sob pena de preclusão.
a) CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA:
REU: PERFECT PAY TECNOLOGIA, SERVICOS E INTERMEDIACAO LTDA, CNPJ nº 28059320000136, MARCOS PENTEADO DE ULHOA RODRIGUES 939, ANDAR 8 TORRE 1 EDIF JACARANDA TAMBORE - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
Ariquemes/RO, 17 de julho de 2023.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7010799-85.2023.8.22.0002
AUTOR: JOSE LEITE DA SILVA, CPF nº 19159323272, BR 421, S/N, KM 60 s/n ZONA RURAL - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR, OAB nº RO2640
REU: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S/A, AVENIDA ALPHAVILLE 779 EMPRESARIAL 18 DO FORTE - 06472-900 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
DECISÃO
Recebo a inicial.
Trata-se de ação consumerista ajuizada por AUTOR: JOSE LEITE DA SILVAem face de REU: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S/A, sob o fundamento de que a parte autora, vem suportando descontos mensais indevidos em conta bancária de sua titularidade junto ao Banco Bradesco, perpetuados pela requerida sob a rubrica "PAGTO COBRANÇA – BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA" os quais afirma desconhecer ante a inexistência de negócio jurídico firmado com a requerida, configurando patente ilegalidade praticada pela seguradora. Assim, ingressou com a presente tencionando, VIA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA, a determinação para que a parte requerida suspenda os descontos imediatamente. No mérito, requereu a restituição dos valores que lhe foram descontados indevidamente e o recebimento de indenização pelos danos morais sofridos em razão desses descontos.
Para amparar o pedido juntou documento de identificação pessoal, extratos bancários, dentre outros.
O artigo 300 do Código de Processo Civil prevê que "a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo".
Os documentos juntados pela parte autora e as sustentações jurídicas e fáticas expostas nos autos demonstram a probabilidade do direito e convencem da verossimilhança de suas alegações, demonstrando estarem presentes os requisitos ensejadores da concessão da antecipação da tutela de urgência, afinal, nos autos há documentos que indicam que a parte autora está suportando dedução financeira correspondente a contrato que alega desconhecer.
Além disso, verifica-se a presença do perigo de dano, pois reconhecidamente a demora na concessão da medida poderá causar danos irreparáveis à parte autora, sendo que reconhecidamente a manutenção dos descontos gera-lhe sérios constrangimentos e compromete sua renda alimentar.
Por outro lado, a concessão da antecipação da tutela para suspender os descontos não causa nenhum risco irreparável para a parte requerida que poderá, comprovada a legalidade da medida, proceder aos descontos atrasados, sem nenhum prejuízo.
Assim, com fundamento no artigo 300 do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela e, em consequência, determino que a requerida proceda a suspensão dos descontos efetuados mensalmente na conta bancária da parte autora junto ao Banco Bradesco, conforme extrato anexo a exordial, relativamente aos débitos em discussão neste feito, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da intimação, sob pena de multa diária no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais) até o limite de 20 salários mínimos.
O artigo 22, § 2º da Lei 9.099/95 dispõe que "é cabível a conciliação não presencial conduzida pelo Juizado mediante o emprego dos recursos tecnológicos disponíveis de transmissão de sons e imagens em tempo real, devendo o resultado da tentativa de conciliação ser reduzido a escrito com os anexos pertinentes". Sendo assim, as audiências por VIDEOCONFERÊNCIA passam a fazer parte do rito do Juizado Especial e devem ser estimuladas.
Diante disso, AUTORIZO A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA, e determino à CPE1G que providencie dia e horário para a realização da solenidade, ficando a encargo do Centro Judiciário de Solução de Conflitos – CEJUSC definir a plataforma a ser utilizada (WhatsApp ou Hangouts Meet), podendo ser utilizado, pelas partes, aparelho celular, notebook ou computador que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando.
Cite-se a parte requerida para tomar ciência do processo e intime-se para informar e-mail e telefone no prazo de 10 (dez) dias a contar de sua intimação, a fim de possibilitar os meios de participação da audiência designada nos autos por videoconferência.
Caso não constem os dados de e-mail e telefone da parte autora no processo, intime-se para em igual prazo se manifestar nos autos indicando tais dados.
Após a apresentação dos dados necessários (e-mail e telefone das partes), encaminhe-se o processo ao CEJUSC para realização da audiência, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da solenidade, sendo de responsabilidade das partes e seus advogados a informação, sob pena de cancelamento do ato e/ou extinção do processo, se for o caso.
No horário da audiência por videoconferência, as partes devem estar disponíveis através do e-mail e/ou número de celular indicados, para que a audiência possa ter início, e, tanto as partes como os advogados acessarão e participarão após serem autorizados a entrarem na sala virtual.
Os advogados e as partes deverão comprovar suas respectivas identidades no início da audiência, mostrando documento oficial com foto, para conferência e registro. A parte autora deverá estar de posse de seus dados bancários a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial. Tratando-se de pessoa jurídica, a parte requerida deverá participar da audiência de conciliação munida de carta de preposto com poderes específicos para transacionar, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia.
Advirta-se, desde logo, que a não participação da parte autora na audiência, acarretará a extinção do processo. A não participação da parte requerida, por sua vez, acarretará a decretação da revelia, salvo se o contrário resultar da convicção do(a) juiz(a).
Restando infrutífera a conciliação, caberá à parte requerida oferecer contestação e apresentar eventuais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço), sob pena de revelia, devendo as partes comunicarem eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos.
Com a defesa, no mesmo ato, a parte autora deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados, sob pena de preclusão.
Encerrado o tempo de manifestação da parte autora, o(a) Conciliador(a) responsável deverá instar ambas as partes acerca do interesse na produção de prova oral a ser colhida em audiência de instrução ou se elas pretendem o julgamento antecipado da lide.
Havendo interesse na produção de prova testemunhal, a parte interessada deverá, no mesmo ato, informar o nome completo e o contato telefônico das respectivas testemunhas, sob pena de preclusão.

Ficam as partes advertidas de que os prazos processuais no Juizado Especial contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo e, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado e, havendo necessidade de assistência por Defensor Público, deverão solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, diretamente à sede da Defensoria Pública.
Caso alguma das partes NÃO tenha meios tecnológicos para participar da audiência por videoconferência, deverá informar isso no processo com antecedência mínima de 10 (dez) dias, hipótese em que deverá comparecer ao CEJUSC, de forma presencial para participar da audiência naquela setor, ficando resguardado à parte contrária, participar via videoconferência. Caso ambas as partes estejam impossibilitadas de participar da audiência por videoconferência, ambas poderão comparecer ao CEJUSC para que a audiência presencial seja realizada.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO:
a) CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA:
REU: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S/A, AVENIDA ALPHAVILLE 779 EMPRESARIAL 18 DO FORTE - 06472-900 - BARUERI - SÃO PAULO
b) CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA E EVENTUAL ADVOGADO(A) HABILITADO NO PROCESSO:
AUTOR: JOSE LEITE DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR, OAB nº RO2640
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo nº 7010799-85.2023.8.22.0002
AUTOR: JOSE LEITE DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR - RO2640-A
REU: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S/A
Intimação PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA
Finalidade: Intimação para audiência de conciliação por videoconferência
Esta publicação tem por finalidade intimar o(s) advogado(s) da(s) parte(s) acima identificado(s) para que participe(m) da audiência de conciliação a ser realizada por videoconferência (via WhatsApp), bem como assegure(m) que seu(s) constituinte(s) também compareça(m).
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA: 10/11/2023 08:00 (horário de Rondônia)
Caso ainda não o tenha(m) feito, fica(m) também intimado(s) a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o(s) contato(s) telefônico(s) indicado(s) para a realização da videoconferência (com o aplicativo WhatsApp), sob pena de o processo ser movimentado para deliberação judicial para providências quanto à extinção do processo (no caso de inércia da parte requerente) ou quanto à consideração de recusa do demandado à participação na audiência (art. 23 da Lei nº 9.099/95).
COMO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA: Aguardar chamada de vídeo pelo WhatsApp que receberá no dia e horário marcados.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar o aplicativo WhatsApp de seu celular ou no computador, a partir do link https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br. Se necessário, poderá ser utilizado o aplicativo Hangouts Meet (art. 7°, III, Prov. 018/2020-CG);
2. Estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário (art. 7°, V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar-lhe da audiência por videoconferência e orientá-la sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7°, II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação (art. 7°, IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir (art. 7°, VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
6. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado (art. 7°, X, Prov. 018/2020-CG);
7. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais (art. 7°, XI, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial (art. 7°, XII, Prov. 018/2020-CG);
9. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7°, XVIII, Prov. 018/2020-CG);
10. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual (art. 7º, XIX, Prov. 018/2020-CG);

11. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial (art. 7°, XIII, Prov. 018/2020-CG.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7°, I, Prov. 018/2020-CG);
2. A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil). (art. 7°, VIII, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada (art. 7°, XIV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada (art. 7°, XV, Prov. 018/2020-CG);
5. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca (art. 7°, XX, Prov. 018/2020-CG).
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
E-mail: cejuscari@tjro.jus.br
Telefone: (69) 3309-8140
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7017009-26.2021.8.22.0002
REQUERENTE: MARIZA TEREZINHA BALDIN, MAIZA LAUANA BALDIN DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: CAMILLA DA SILVA ARAUJO - RO8266
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE (DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7002027-07.2021.8.22.0002
Classe: Termo Circunstanciado
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: ELENICE LIMA DE SOUZA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Trata-se de Termo Circunstanciado instaurado em face de ELENICE LIMA DE SOUZA.
Diante da apreensão de uma CAIXA DE SOM AMPLIFICADA FRAHM - PRETA (ID 55071809), em circunstância que sugere a prática de conduta tipificada como contravenção penal, e a inexistência de reclamação a respeito do bem em questão, DECLARO A PERDA DO OBJETO e DETERMINO A DESTINAÇÃO/DOAÇÃO do bem apreendido em favor da instituição LAR FRATERNO DA TERCEIRA IDADE, que assiste idosos em situação de vulnerabilidade e poderá usar eventuais valores em favor dessa população vulnerável, e possui BAZAR BENEFICENTE, onde poderá vender ou doar eventuais bens apreendidos revertendo o benefício em favor de famílias carentes assistidas ou dos idosos internos na instituição.
CUMPRA-SE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO PARA A INSTITUIÇÃO tomar ciência dessa doação e providenciar o recebimento do bem no local onde ele se encontra apreendido, devendo tal ofício ser encaminhado para a instituição por meio de e-mail, WhatsApp ou qualquer outro meio rápido e econômico:
LAR FRATERNO DA TERCEIRA IDADE
ENDEREÇO: RUA CANÁRIO, 1091, SETOR 02, ARIQUEMES/RO
E-MAIL: larfraternoceak@gmail.com
TELEFONE: 3535-5517
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas e após, arquive-se independentemente de intimação.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
2000442-73.2019.8.22.0002
Perturbação da tranquilidade
AUTORIDADE: POLICIA MILITAR DO ESTADO DE RONDONIA, AV. CAPITÃO SILVIO 3354, PM GRANDES ÁREAS - 76876-684 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXTINÇÃO DO FEITO: MATHEUS DA SILVA BARROS, CPF nº 04614019242, RUA OLAVO BILAC 3637, 69 999041122 SETOR 06 - 76963-754 - CACOAL - RONDÔNIA
EXTINÇÃO DO FEITO SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Vistos, etc.
Ao Ministério Público para se manifestar acerca dos bens apreendidos nos autos, conforme determina o art. 120, § 3o do Código de Processo Penal.
Após, faça-se conclusão dos autos para decisão.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

7008593-98.2023.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: THIAGO HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS, RUA ATAÍDE DARTIBALLE 3066, 69-9-8454-7322 SETOR 08 - 76873-372 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Despacho
Vistos.
Dê-se vista ao Ministério Público.
Juntada a manifestação ministerial, retornem-me os autos conclusos.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
Ariquemes-RO; data e hora certificado no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Ariquemes - Juizado Especial Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853,(69) 35352493 Processo n°: 7002199-12.2022.8.22.0002
REQUERENTE: MAURO SHIGUEO YAMAGISHI
Advogados do(a) REQUERENTE: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO - RO4783, SANDRA FLORENTINO - RO11795
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogados do(a) REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação À PARTE REQUERENTE (DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7019351-73.2022.8.22.0002
AUTOR: FARIA & FARIA COMERCIO DE FERRO E ACO LTDA - ME, CNPJ nº 20433047000156, RIO NEGRO 2260, - LADO PAR JARDIM JORGE TEIXEIRA - 76876-531 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RICARDO ALEXANDRO PORTO, OAB nº RO9442
REQUERIDO: MAURICIO BRUN ALVES OLIVEIRA, CPF nº 85363227215, RUA RUI BARBOSA, Nº 3204, SETOR 05 3204 SETOR 05 - 76870-583 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Sentença
A parte autora requereu a extinção do feito em razão de haver celebrado acordo extrajudicial com o requerido.
Para que o processo seja extinto por este motivo, seria imprescindível que o autor juntasse aos autos cópia do termo de acordo assinado por ambas as partes, com vistas à consequente homologação.
Como isso não foi feito, presumo que o autor pretende desistir do feito, por não ter mais interesse em seu prosseguimento.
Conforme o art. 485, VIII do CPC extingue-se o processo quando o autor desistir da ação.
Ante o exposto, e considerando a manifestação de vontade do autor, homologo o pedido de desistência para que surta seus jurídicos e legais efeitos, na forma do art. 485, VIII do CPC.
P. R.
Arquivem-se.
CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes – RO; data e horário registrados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout

7015003-46.2021.8.22.0002
Crimes contra a Flora
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTORES DOS FATOS: NORTSUL TRANSPORTES DE CARGAS LTDA, CNPJ nº 42030235000176, TIRADENTES S/N DISTRITO DE RIO PARDO - 76834-899 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, D. MORAES EIRELI, CNPJ nº 31210561000149, LINHA 01, LOTE 40, GLEBA 01 S/N, (69)9-9214-1010 SETOR INDUSTRIAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA, MAIZA LOURRAINE TOMAZ GONZAGA, CPF nº 05975214254, PLACIDO DE CASTRO 313 SETOR 07 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA, DIEGO MORAES, CPF nº 04102840257, LINHA SARACURA KM 60, ANTES DO MARCO AZUL ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES DOS FATOS: CARLA ANDREIA BATISTA, OAB nº MT18808O
Sentença
Trata-se de Termo Circunstanciado instaurado em face de NORTSUL TRANSPORTES DE CARGAS LTDA, D. MORAES EIRELI, MAIZA LOURRAINE TOMAZ GONZAGA, DIEGO MORAES .
No curso do procedimento, o(s) autor(s) do fato foi(ram) beneficiado(s) com a transação penal, sendo que cumpriu(ram) integralmente as condições que lhe(s) foram impostas.
É o relatório.
No caso vertente observa-se que o(s) autor(s) do fato cumpriu(ram) integralmente as condições da transação penal, razão pela qual faz(em) jus à extinção de sua punibilidade.
Destarte, declaro extinta a punibilidade de DIEGO MORAES, qualificado(s) nos autos, relativamente aos fatos descritos no presente procedimento, extinguindo o feito.
Vale ressaltar que já houve destinação dos bens apreendidos (ID 83458456)
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas e após, arquive-se independentemente de intimação e trânsito em julgado.
Publique-se.
Registre-se.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7001596-02.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: CRISTIANO APARECIDO SOARES DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUCAS AGUETONI SOBRINHO, OAB nº RO10914
Polo Passivo: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Sentença
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95.
DO JULGAMENTO ANTECIPADO
O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, não havendo a necessidade de produção de outras provas além daquelas já existentes nos autos.
PRELIMINAR
Da ausência do interesse de agir
Inicialmente, consigno que a alegação de falta de interesse de agir, não merece ser acolhida, tendo em vista que não se está diante de nenhuma das situações que geram carência (ilegitimidade de parte, interesse processual e possibilidade jurídica) e sim, diante de uma alegação fática que depende de análise probatória. Ademais, o requerimento prévio administrativo não é condição necessária para se buscar a tutela jurisdicional, como consta no artigo 5º, XXXV da Constituição Federal.
Afasto a preliminar arguida pela requerida e passo a análise meritória.
MÉRITO
No mérito, trata-se de ação consumerista ajuizada por CRISTIANO APARECIDO SOARES DA SILVA onde narra a parte autora que adquiriu passagem aérea para voo operado pela requerida AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A, porém, houve alteração injustificada do voo que culminou na impossibilidade de embarque no horário previamente agendado, alterando o tempo de duração da viagem, o que lhe causou transtornos de ordem moral.
Citada e intimada, a parte requerida apresentou contestação onde requereu a improcedência da inicial sob o argumento de que a alteração do horário de embarque da parte autora ocorreu em virtude mau tempo, de modo que foi prestada toda assistência necessária, sendo a parte autora reacomodada em voo posterior.
Nos termos do artigo 355, I, do Novo Código de Processo Civil, procedo o julgamento antecipado da lide.
Portanto, a causa de pedir é a má prestação de serviço ocasionada sobretudo pela impossibilidade de embarque no horário previamente pactuado, sem justificativa plausível.
O artigo 373 do Código de Processo Civil dispõe no inciso II que o ônus da prova incumbe “ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor”.
Inicialmente, não há nenhuma dúvida que a relação jurídica travada entre as partes é nitidamente de consumo, haja vista as partes estarem inseridas nos conceitos de fornecedor e consumidor previstos no Código de Defesa do Consumidor (art. 2º e 3º do CDC). Dessa forma, o caso em julgamento deve ser analisado sob a ótica da legislação consumerista, inclusive as pertinentes à responsabilidade objetiva do transportador aéreo, por força do art. 14 do CDC.
Dentre os diversos mecanismos de proteção ao consumidor estabelecidos pela lei, a fim de equalizar a relação faticamente desigual em comparação ao fornecedor, destacam-se os arts. 39 e 51 do CDC, que, com base nos princípios da função social do contrato e da boa-fé objetiva, estabelecem, em rol exemplificativo, as hipóteses, respectivamente, das chamadas práticas abusivas, vedadas pelo ordenamento jurídico, e das cláusulas abusivas, consideradas nulas de pleno direito em contratos de consumo, configurando nítida mitigação da força obrigatória dos contratos (pacta sunt servanda).

No caso em tela, há provas irrefutáveis de que houve a prestação de um serviço deficiente pois ocorreu alteração considerável no itinerário da parte autora, ante a prorrogação de sua viagem.
Muito embora a requerida tenha afirmado que o cancelamento ocorrera em razão de mau tempo, não houve a apresentação de nenhum documento capaz de amparar essa alegação.
O fornecedor de serviços responde independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. Sua responsabilidade somente será excepcionada em caso de inexistência de defeito ou culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros (art. 14, §3º do CDC).
Nos contratos de transporte, o transportador está sujeito aos horários e itinerários previstos, sob pena de responder por perdas e danos, salvo motivo de força maior (art. 737 do CCB). O cancelamento de voo em decorrência de mau tempo, quando não comprovado, não configura motivo de força maior e evidencia a falha na prestação de serviço apta a ensejar indenização compensatória pelo abalo moral ocasionado.
A requerida nada PROVOU eximindo-se da obrigação de comprovar que prestou informações prévias a respeito do cancelamento/ alteração do voo e, restando por isso caracterizada a CONDUTA consistente na alteração injustificada do voo em que a parte autora embarcaria.
Conforme entendimento pacificado pela jurisprudência, a alteração/cancelamento do voo sem comunicação prévia configura DANO MORAL in re ipsa, ou seja, independentemente da comprovação de efetivo dano, uma vez que presumidos o desconforto, a aflição e os transtornos suportados pelo consumidor. Eis o entendimento nesse sentido:
Apelação cível. Ação de indenização por dano moral. Transporte aéreo de passageiros. Cancelamento de voo. Mau tempo. Falta de comprovação. Excludente de responsabilidade. Ausência. Dano moral. Configuração. Indenização compensatória. Valor. O cancelamento de voo em decorrência de mau tempo, quando não comprovado, não configura motivo de força maior e evidencia a falha na prestação de serviço apta a ensejar indenização compensatória pelo abalo moral ocasionado. O valor da indenização por danos morais deve operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa e à capacidade econômica das partes, cabendo ao juiz orientar-se pelos critérios sugeridos na doutrina e na jurisprudência com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, e a revisão de seu valor é admitida quando ínfimo ou exagerado. (TJ-RO - AC: 70084424320208220001 RO 7008442-43.2020.822.0001, Data de Julgamento: 16/09/2021)
Consumidor. Contrato de transporte aéreo. Restruturação malha aérea. Antecipação de voo. Ausência de aviso. Falha na prestação do serviço. Danos morais configurados. Indenização devida. Majoração. Recurso do Autor Parcialmente Provido. Sentença Reformada. 1 – O cancelamento/atraso injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2 – O quantum indenizatório deve se coadunar com o prejuízo efetivamente sofrido pelo consumidor, de forma proporcional e razoável. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7001676-25.2021.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Audarzean Santana da Silva, Data de julgamento: 08/03/2022
CONSUMIDOR. AVIAÇÃO. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO DE VOO. PROBLEMAS TÉCNICOS. EXCLUDENTE NÃO CONFIGURADA. DANO MORAL MAJORADO. SENTENÇA REFORMADA. (RECURSO INOMINADO CÍVEL 7054931-07.2021.822.0001, Rel. Juiz Cristiano Gomes Mazzini, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: Turma Recursal, julgado em 02/03/2023.)
Assim, seguindo o entendimento do Tribunal de Justiça de Rondônia, a alteração da programação prevista para o voo em decorrência de problemas técnicos emergenciais não imuniza a companhia da responsabilização das sequelas vivenciadas pelos consumidores. Tampouco constitui hipótese de caso fortuito e força maior como situação apta a excluir responsabilidade civil, porquanto tais eventos não revelam imprevisibilidade e invencibilidade.
No contrato de transporte destaca-se a fixação de horários e itinerários, uma vez que normalmente o passageiro programa suas atividades de acordo com o tempo gasto no deslocamento, dependendo também do cumprimento do itinerário, sob pena de perdas e danos que vierem a ser suportados.
Resta, portanto, caracterizado o dever de indenizar.
Por fim, o NEXO DE CAUSALIDADE também encontra-se presente, afinal os prejuízos suportados pela parte autora só ocorreram em razão da conduta da requerida que não prestou o serviço de transporte aéreo da forma contratada.
Dessa forma, o que há nos autos é suficiente para tornar certa a obrigação de indenizar, afinal ficou provada a conduta danosa (informação defeituosa e ausência da prestação do serviço de transporte pactuado), dano (stress, transtorno, chateação) e nexo de causalidade (o dano é oriundo de uma conduta da requerida), conclui-se pela responsabilidade da requerida quanto aos prejuízos morais suportados pela parte requerente.
Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, considerando as condições pessoais e financeiras das partes, a extensão do dano e as demais circunstâncias anteriormente analisadas, entendo prudente fixar o dano moral em R$ 3.000,00 (três mil reais), que implica uma quantia proporcional à lesão causada e ao constrangimento sofridos pela parte autora.
Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido para o fim de condenar a requerida AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A a pagar em favor da parte autora a importância de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, extinguindo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, I do CPC.
Registre-se que, em se tratando de responsabilidade contratual, a correção monetária pelo IGP-M conta-se da data do arbitramento (Súmula 362 STJ). Os juros de mora incidem desde a citação nos termos do artigo 405, do Código Civil, nos casos de danos morais decorrentes de relação contratual.
Intime-se a parte requerida para que cumpra o descrito na sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% descrita no art. 523 do Código de Processo Civil.
Considerando os princípios informadores dos Juizados Especiais, notadamente a celeridade e informalidade, sobrevindo comprovação de pagamento voluntário, desde já, DEFIRO a expedição de ofício de transferência, caso haja indicação de dados bancários e/ou alvará judicial em favor da parte autora para levantamento do valor depositado. Ato contínuo, intime-se, por seu advogado constituído, para acessar o documento via sistema PJE e providenciar a respectiva impressão. Em seguida, faça-se conclusão dos autos para extinção.
Em caso de interposição de apelação ou de recurso adesivo, intime-se o recorrido para apresentar suas contrarrazões no prazo de 15 dias. Com a apresentação das contrarrazões ou o decurso do referido prazo, subam os autos ao E. TJ/RO, conforme disciplina o art. 1.010, §§1º, 2º e 3º do Novo Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários, nesta fase.
Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.
Após o trânsito em julgado, certifique-se e proceda-se com as baixas de praxe arquivando-se os autos em seguida.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/INTIMAÇÃO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 2000653-12.2019.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76801-006 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: GEOVANDETE DA SILVA LIMA, RUA GUANAMBI (FUNDOS - ACESSO PELA ALAMEDA CANÁRIO 1275, TEL. (69) 99216-4030 SETOR 02 - 76873-290 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de procedimento especial criminal instaurado em face de AUTOR DO FATO: GEOVANDETE DA SILVA LIMA.
Consta que, no curso do processo, o titular da ação penal requereu a extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal.
É o breve relatório.
Com efeito é o caso de se julgar extinto o presente feito em razão do reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, registrando-se que na forma do artigo 61 do Código de Processo Penal é de ser conhecida a qualquer tempo e de ofício pelo Juiz.
O delito previsto no artigo 331 do Código Penal possui pena em abstrato cominada em 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção, e é cediço que, nos delitos cujo máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois, o prazo prescricional encerra em 04 (quatro) anos, conforme art. 109, inciso V, do Código Penal.
No caso em tela, ainda não houve o recebimento da denúncia, os fatos ocorreram em 30/05/2019, e de lá para cá já decorreram mais de 4 (quatro) anos, sem que houvesse qualquer causa interruptiva do lapso prescricional.
Isso posto, julgo EXTINTA A PUNIBILIDADE de AUTOR DO FATO: GEOVANDETE DA SILVA LIMA, relativamente ao fato aqui tratado, na forma do artigo 109, V, c/c o artigo 107, IV, ambos do Código Penal e 61 do Código de Processo Penal, em face do reconhecimento da prescrição, determinando o arquivamento dos autos.
Publique-se.
Registre.
Ciência ao Ministério Público e Defesa.
Feitas as anotações e comunicações de praxe, arquivem-se os autos.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
2001283-68.2019.8.22.0002
Perturbação da tranquilidade
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, , INEXISTENTE - 00000-000 - NÃO INFORMADO - ACRE
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: FABIO MEDEIROS MACEDO, CPF nº DESCONHECIDO, RUA PARAGUAI 2180, NÃO INFORMADO JARDIM AMÉRICA - 76963-754 - CACOAL - RONDÔNIA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Vistos, etc.
Ao Ministério Público para se manifestar acerca dos bens apreendidos nos autos, conforme determina o art. 120, § 3o do Código de Processo Penal.
Após, faça-se conclusão dos autos para decisão.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7013763-56.2020.8.22.0002
Classe: Termo Circunstanciado
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: VALDELEI DE ABREU
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Trata-se de Termo Circunstanciado instaurado em face de VALDELEI DE ABREU .
No curso do procedimento, o(s) autor(s) do fato foi(ram) beneficiado(s) com a transação penal, sendo que cumpriu(ram) integralmente as condições que lhe(s) foram impostas.
É o relatório.
No caso vertente observa-se que o(s) autor(s) do fato cumpriu(ram) integralmente as condições da transação penal, razão pela qual faz(em) jus à extinção de sua punibilidade.
Destarte, declaro extinta a punibilidade de AUTOR DO FATO: VALDELEI DE ABREU, qualificado(s) nos autos, relativamente aos fatos descritos no presente procedimento, extinguindo o feito.
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas e após, arquive-se independentemente de intimação e trânsito em julgado.
Publique-se.
Registre-se.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7000803-97.2022.8.22.0002
Classe: Termo Circunstanciado
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: THIAGO RODRIGUES DO NASCIMENTO
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de procedimento especial criminal onde se discute a prática do crime descrito no art. 147 e 150 do Código Penal, instaurado em face de THIAGO RODRIGUES DO NASCIMENTO.
Consta no curso do processo que o Ministério Público solicitou o arquivamento com base no reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal ID (92534166).
O crime previsto no dispositivo supramencionado possui pena em abstrato cominada entre 06 (seis) meses a 03 (três) mês de detenção. Verifica-se que tais delitos cujo máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois, o prazo prescricional computa-se em 03 (três) anos, conforme exarado no art. 109, inciso VI, do Código Penal.
Todavia, o(s) suposto(s) autor(es) do fato era, ao tempo do fato (21/12/2021), menores de 21 (vinte e um) anos de idade, por conseguinte, o prazo prescricional deverá ser reduzido pela metade, conforme dispõe o artigo 115, do Código Penal.
Portanto, não havendo causa suspensiva e/ou interruptiva, fica evidente que o prazo prescricional para a pretensão punitiva findou-se.
POSTO ISSO, julgo EXTINTA A PUNIBILIDADE de THIAGO RODRIGUES DO NASCIMENTO, relativamente ao fato aqui tratado, na forma do artigo 109, VI c/c o artigo 107, IV, ambos do Código Penal e 61 do Código de Processo Penal, em face do reconhecimento da prescrição, determinando o arquivamento dos autos.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO/MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/ CARTA DE CITAÇÃO PARA CUMPRIMENTO DESTA ORDEM.
P. R.
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas, após arquive-se os autos, sem necessidade de intimação das partes quanto o trânsito em julgado.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.

7006681-66.2023.8.22.0002
Gratificações Municipais Específicas
REQUERENTE: LENIR APARECIDA RIGOTO, CPF nº 51734575204, RUA MARECHAL RONDON 2663, APARTAMENTO 02 MARIA MADALENA - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ADERCIO DIAS SOBRINHO, OAB nº RO3476A
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO, AC ALTO PARAÍSO 3031, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3628 CENTRO - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO
SENTENÇA
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de cobrança pela qual a parte autora pretende receber da parte requerida valores não pagos, com seus reflexos, a título de quinquênio, cumulada com obrigação de fazer que consiste na implantação em folha da gratificação, no importe de 5% sobre o seu vencimento base.
De acordo com a inicial, a parte autora é servidora da educação e, em razão de previsão contida no art. 160 da Lei Municipal 094/95, afirma possuir direito à promoção quinquenal. Afirma que a administração municipal age em descompasso da referida norma, não promovendo os devidos aumentos salariais.
Assim, requer a condenação do Município ao pagamento do percentual de 05% (cinco por cento) nos seus vencimentos, referente a cada 05 (cinco) anos de tempo de serviço prestado à municipalidade, de forma progressiva e automática, tendo requerido ainda o recebimento de valor retroativo, atualizado e corrigido desde a época em que deveria ter sido implementada a gratificação.
Citado o requerido apresentou contestação em que requereu a improcedência dos pedidos sob o argumento de que aos professores do Município de Alto Paraíso, há legislação específica que disciplina o plano de carreira (Lei Municipal nº 1473/2021).
Em sede de impugnação, a parte autora afirmou que deve-se observar a Lei Municipal nº 094/95 como estatuto geral para todos os servidores municipais.
Superadas as questões fáticas e jurídicas levantadas por ambas as partes no curso do processo, resta verificar a quem assiste razão com fulcro nas provas produzidas, em atenção ao Princípio do livre convencimento motivado ou persuasão racional do juiz, a teor do que dispõe o artigo 371 do CPC em vigor.
No caso em tela, não há inversão do ônus probante em favor da parte autora, de modo que cabe a ela demonstrar os fatos constitutivos de seu direito.
O artigo 373 do Código de Processo Civil dispõe que o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
A Lei Municipal Nº 094/95 de 10 de fevereiro de 1995 institui o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Alto Paraíso e, posteriormente, sobreveio a Lei Municipal n. 793/2007 que disciplinou especificamente o Plano de Carreira Cargos e Salários de Trabalhadores em Educação, estabelecendo os cargos de provimento efetivo de magistério, estruturados em classes, e o respectivo regime de remuneração, vinculado à classe de habilitação e à referência (tempo de serviço).
Da análise dos dispositivos supramencionados, verifica-se que aplica-se a Lei 094/1995, conforme tem decidido a Turma Recursal do Estado de Rondônia:
Recurso inominado. Juizado Especial. Servidores Públicos. Quinquênio. Lacuna Normativa. Analogia. Possibilidade. Sentença Reformada. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7015543-31.2020.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Data de julgamento: 16/11/2021

Pois bem, em análise dos autos, quanto a gratificação discutida, verifico que a Lei Complementar Municipal n. 094/1995, dispõe que:
Art. 160 - Por quinquênio de exercício efetivo no serviço público Municipal, o servidor receberá uma gratificação igual a 5% (cinco por cento) do seu respectivo vencimento. Portanto, não há discussão quanto ao direito da parte autora em receber a gratificação, nem mesmo quanto à legalidade de receber os valores. Por estas razões, entendo pela procedência do pleito autoral sendo devida a gratificação por tempo de serviço, conforme previsão da Lei Complementar Municipal n. 094/1995.
Por fim, são devidos os reflexos de férias e 13°, visto que a gratificação em questão integra a remuneração da parte autora. Ademais, tem caráter habitual e retributivo ao trabalho prestado.
JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. RECURSO INOMINADO. POLICIAIS MILITARES. REFLEXO DA GRATIFICAÇÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO. VANTAGEM PECUNÁRIA DE CARÁTER REMUNERATÓRIO. INCORPORAÇÃO AO SOLDO DESDE QUE CONFIGURADA A HABITUALIDADE NO PAGAMENTO. 1. Para os efeitos do art. 7º, inc. VIII da CF/88, entende-se por vantagens permanentes aquelas de caráter remuneratório incorporáveis ao vencimento (in casu, soldo), para todos os efeitos legais, a exemplo da base de cálculo para dedução de contribuição previdenciária e imposto de renda, reflexos no 13º salário (abono ou gratificação natalina), terço constitucional de férias. 2. Configurada a habitualidade no recebimento da vantagem pecuniária é devido o pagamento dos seus reflexos no cálculo do 13º salário e 1/3 de férias. (RECURSO INOMINADO CÍVEL 7050962-86.2018.822.0001, Rel. Juiz José Torres Ferreira, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: Turma Recursal - Porto Velho, julgado em 19/05/2020.)
Conclui-se, portanto, que é devido o reflexo do décimo terceiro salário e do terço de férias sobre a Gratificação.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial a fim de reconhecer o direito da REQUERENTE: LENIR APARECIDA RIGOTO ao recebimento da gratificação igual a 5%(cinco por cento) do seu respectivo vencimento por quinquênio de exercício efetivo nos termos do artigo 160 da Lei 094/95, bem como para o fim de condenar o REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO a pagar retroativamente o referido valor, respeitando-se o prazo prescricional, acrescidos de correção monetária e juros de mora.
No tocante aos valores retroativos, os juros moratórios são devidos a contar da data de citação, ocasião em que constituído o requerido em mora (CPC art. 240), pelos índices da caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F da lei 9.494/97 com a redação dada pela Lei 11.960/09 e a correção monetária, deverá incidir sobre cada parcela inadimplida, mês a mês, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E.
Sentença publicada e registrada pelo sistema.
Intime-se.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei n. 9.099/95, artigo 27, da Lei n. 12.153/09.
Na hipótese de interposição de recurso Inominado, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo “a quo” (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que apresente contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias e após, remeta-se a turma recursal para apreciação do recurso interposto. Quanto a eventual pedido de gratuidade recursal, a análise fica dispensada por ora, nos termos do art. 101, §1º CPC.
Transitada em julgado, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 2001363-32.2019.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: RAFAEL MELHORANCA DOS SANTOS, AV. CANÁRIO, NÃO INFORMADO CENTRO - 76963-754 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
D E C I S Ã O
Ante o oferecimento da denúncia em relação à Lurdes Henrique de Oliveira, determino a realização da AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO tal como indica o art. 78 da Lei 9.099/95, oportunidade em que o(a) autor(a) do fato deverá se manifestar sobre a acusação, acarretando ou não o recebimento da denúncia e instrução imediata do feito, com oitiva de testemunhas e colheita de interrogatório.
Assim, DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO POR VIDEOCONFERÊNCIA conforme dados adiante descritos:
DATA E HORÁRIO: 11.09.2023 às 12h30min
PLATAFORMA: aplicativo Google Meet
LINK: meet.google.com/xsh-bbnr-jww
FORMA DE ACESSO: as partes poderão utilizar aparelho celular, tablet, notebook ou computador com acesso à internet, que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando. Basta clicar no link acima ou digita-lo no navegador do computador ou celular e o equipamento irá direcionar para a sala de audiência.
RECOMENDAÇÕES E ADVERTÊNCIAS PARA PARTES, MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA, ADVOGADOS E TESTEMUNHAS:
1. Utilize fones de ouvido para diminuir ruídos externos e causar microfonia;
2. Esteja de posse de algum documento pessoal com foto para comprovar sua identidade.
3. No horário da audiência por videoconferência, cada parte e testemunha deverá estar disponível para contato através de e-mail e número de celular informado para que a audiência possa ter início.
4. No prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, os promotores de justiça, defensores e advogado deverão informar no processo, o e-mail e número de telefone das pessoas a serem ouvidas na condição de testemunhas, para possibilitar a intimação e o envio do link da videoconferência. Caso deixem transcorrer esse prazo sem apresentar os dados, presumir-se-á a desnecessidade de intimá-los, hipótese em que referidas testemunhas deverão ser trazidas à audiência independentemente de intimação, ficando sob a responsabilidade das partes encaminhar links e possibilitar o ingresso dessas testemunhas na sala de audiências virtual,

5. As testemunhas serão autorizadas a entrar na sessão somente no momento de sua oitiva.
6. As partes ficam advertidas de que eventuais erros de envio do link ocasionados pela informação de dados equivocados ou a não visualização do link informado ou não acesso à videoconferência, até o horário de início da audiência será considerado como ausência à audiência virtual, e acarretará as consequências previstas na Lei do Juizado (decretação da revelia se o(a) autor(a) do fato não participar e/ou presunção de que a vítima ausente renuncia à representação ou eventual queixa-crime apresentada).
7. Caso alguma das partes NÃO tenha meios tecnológicos para participar da audiência por videoconferência, deverá informar isso no processo com antecedência mínima de 5 dias, hipótese em que deverá comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial, de forma presencial para participar da audiência, ficando resguardado à parte contrária, participar via videoconferência. Caso ambas as partes estejam impossibilitadas de participar da audiência por videoconferência, ambas poderão comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial para que a audiência presencial seja realizada, ficando resguardado o direito de as testemunhas, esta magistrada e os advogados/Defensores participarem via videoconferência.
8. Assim que aberta a audiência, a Defensoria Pública ou Advogado(a) deverá apresentar DEFESA PRÉVIA, caso já não tenha juntado defesa escrita no processo e na sequência a denúncia será recebida ou rejeitada. Caso seja recebida, proceder-se-á à oitiva das testemunhas da acusação e da defesa e por fim, colheita do interrogatório e apresentação das alegações finais de forma oral.
ORIENTAÇÕES PARA CPE:
Caso não conste no processo os dados de e-mail e telefone do(s) autor(es) do fato e seu(s) Defensor(a) ou Advogado(a) e das testemunhas, a CPE deverá intimar a parte responsável para no prazo de 10 (dez) dias indicar(em) tais dados a fim de possibilitar a participação na audiência.
Após a apresentação de todos os dados necessários (e-mail e telefone das partes e testemunhas), encaminhe-se o processo ao Gabinete deste Juizado para realização da audiência, com antecedência mínima de 24 horas da solenidade, sendo de responsabilidade das partes e seus Advogados/Defensores a informação, sob pena de cancelamento do ato e/ou extinção do processo, se for o caso.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO E/OU CITAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO PARA O FIM DE:
a) INTIMAR O MINISTÉRIO PÚBLICO, A DEFENSORIA PÚBLICA E EVENTUAL ADVOGADO(A) HABILITADO(A) NO PROCESSO;
b) CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO(A) AUTOR(A) DO FATO: AUTOR DO FATO: RAFAEL MELHORANCA DOS SANTOS, AV. CANÁRIO, NÃO INFORMADO CENTRO - 76963-754 - CACOAL - RONDÔNIA
c) INTIMAÇÃO DAS TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO E DEFESA CUJOS DADOS TENHAM SIDO INFORMADOS NO PROCESSO.
d) COMUNICAÇÃO ao superior hierárquico das testemunhas que forem servidoras públicas (militares, guardas municipais etc.), devendo tal decisão ser encaminhada ao órgão via e-mail, malote digital, whatsapp ou qualquer outro meio rápido e econômico.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 2000382-66.2020.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: LUCAS ALMEIDA DOS SANTOS, RUA TEREZINHA COURA GARBIN n 646, kitnet 4, 65 99348-5486 CENTRO - 78250-000 - PONTES E LACERDA - MATO GROSSO
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Consta nos autos que o(a) autor(a) do fato aceitou as condições da transação penal e não obstante isso, deixou de cumprir referidas condições.
Assim, tendo em vista o descumprimento imotivado por parte do(a) autor(a) do fato quanto às condições da transação penal, REVOGO o benefício que lhe foi concedido e determino o prosseguimento do feito.
Ante a revogação do benefício anteriormente concedido e considerando que no processo já há DENÚNCIA oferecida, determino o prosseguimento do feito com realização da AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, a fim de realizar a oitiva de testemunhas e colheita de interrogatório, já que na audiência anterior já houve apresentação de defesa e recebimento da denúncia.
Assim, DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO POR VIDEOCONFERÊNCIA conforme dados adiante descritos:
DATA E HORÁRIO: 07/12/2023 às 12h30min
PLATAFORMA: aplicativo Google Meet
LINK: meet.google.com/nhu-okke-eqk
FORMA DE ACESSO: as partes poderão utilizar aparelho celular, tablet, notebook ou computador com acesso à internet, que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando. Basta clicar no link acima ou digita-lo no navegador do computador ou celular e o equipamento irá direcionar para a sala de audiência.
RECOMENDAÇÕES E ADVERTÊNCIAS PARA PARTES, MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA, ADVOGADOS E TESTEMUNHAS:
1. Utilize fones de ouvido para diminuir ruídos externos e causar microfonia;
2. Esteja de posse de algum documento pessoal com foto para comprovar sua identidade.
3. No horário da audiência por videoconferência, cada parte e testemunha deverá estar disponível para contato através de e-mail e número de celular informado para que a audiência possa ter início.
4. No prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, os promotores, defensores e advogados deverão informar no processo, o e-mail e número de telefone das pessoas a serem ouvidas na condição de TESTEMUNHAS, para possibilitar a intimação e o envio do link da videoconferência. Caso deixem transcorrer esse prazo sem apresentar os dados, presumir-se-á a desnecessidade de intimá-los, hipótese em que referidas testemunhas deverão ser trazidas à audiência independentemente de intimação, ficando sob a responsabilidade das partes encaminhar links e possibilitar o ingresso dessas testemunhas na sala de audiências virtual,
5. As testemunhas serão autorizadas a entrar na sessão somente no momento de sua oitiva.

6. As partes ficam advertidas de que eventuais erros de envio do link ocasionados pela informação de dados equivocados ou a não visualização do link informado ou não acesso à videoconferência, até o horário de início da audiência será considerado como ausência à audiência virtual, e acarretará as consequências previstas na Lei do Juizado (decretação da revelia se o(a) autor(a) do fato não participar e/ou presunção de que a vítima ausente renuncia à representação ou eventual queixa-crime apresentada).
7. Caso alguma das partes NÃO tenha meios tecnológicos para participar da audiência por videoconferência, deverá informar isso no processo com antecedência mínima de 5 dias, hipótese em que deverá comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial, de forma presencial para participar da audiência, ficando resguardado à parte contrária, participar via videoconferência. Caso ambas as partes estejam impossibilitadas de participar da audiência por videoconferência, ambas poderão comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial para que a audiência presencial seja realizada, ficando resguardado o direito de as testemunhas, esta magistrada e os advogados/Defensores participarem via videoconferência.
ORIENTAÇÕES PARA CPE:
Caso não conste no processo os dados de e-mail e telefone do(s) autor(es) do fato e seu(s) Defensor(a) ou Advogado(a) e das testemunhas, a CPE deverá intimar a parte responsável para no prazo de 10 (dez) dias indicar(em) tais dados a fim de possibilitar a participação na audiência.
Após a apresentação de todos os dados necessários (e-mail e telefone das partes e testemunhas), encaminhe-se o processo ao Gabinete deste Juizado para realização da audiência, com antecedência mínima de 24 horas da solenidade, sendo de responsabilidade das partes e seus Advogados/Defensores a informação, sob pena de cancelamento do ato e/ou extinção do processo, se for o caso.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO E/OU CITAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO PARA O FIM DE:
a) INTIMAR O MINISTÉRIO PÚBLICO, A DEFENSORIA PÚBLICA E EVENTUAL ADVOGADO(A) HABILITADO(A) NO PROCESSO;
b) INTIMAÇÃO DO(A) AUTOR(A) DO FATO: AUTOR DO FATO: LUCAS ALMEIDA DOS SANTOS, CPF nº DESCONHECIDO, RUA TEREZINHA COURA GARBIN n 646, kitnet 4, 65 99348-5486 CENTRO - 78250-000 - PONTES E LACERDA - MATO GROSSO
c) INTIMAÇÃO DAS TESTEMUNHAS DE DEFESA CUJOS DADOS TENHAM SIDO INFORMADOS NO PROCESSO.
d) COMUNICAÇÃO ao superior hierárquico das testemunhas que forem servidoras públicas (militares, guardas municipais etc.), devendo tal decisão ser encaminhada ao órgão via e-mail, malote digital, whatsapp ou qualquer outro meio rápido e econômico.
Ariquemes – RO; data e hora certificados no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 2000033-63.2020.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, , - DE 951/952 A 1420/1421 - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTORES DOS FATOS: BEMAD IND. E COM. IMP. E EXP. DE MADEIRA EIRELI - EPP, CNPJ nº 11638909000196, 459 PAD MARECHAL DUTRA S/N S/N, LOTE 2 GLEBA 69 PAD SETOR INDUSTRIAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, JOSE TARCIZIO DE SOUZA, CPF nº 61553557972, RUA AZALEIA 2110 JARDIN PRIMAVERA II - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, ADIVINA BISPO DOS SANTOS, CPF nº 62507273291, RUA AZALEIA 2170 JARDIN PRIMAVERA II - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, FRANCISCO APARECIDO MARCHI, LINHA C85, TRAVESSÃO B 30, NÃO INFORMADO ZONA RURAL - 76963-754 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES DOS FATOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
D E C I S Ã O
Ante o oferecimento da denúncia, determino a realização da AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO tal como indica o art. 78 da Lei 9.099/95, oportunidade em que o(a) autor(a) do fato deverá se manifestar sobre a acusação, acarretando ou não o recebimento da denúncia e instrução imediata do feito, com oitiva de testemunhas e colheita de interrogatório.
Assim, DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO POR VIDEOCONFERÊNCIA conforme dados adiante descritos:
DATA E HORÁRIO: 13.12.2023 às 11h30min
PLATAFORMA: aplicativo Google Meet
LINK: meet.google.com/esb-ftek-ucx
FORMA DE ACESSO: as partes poderão utilizar aparelho celular, tablet, notebook ou computador com acesso à internet, que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando. Basta clicar no link acima ou digita-lo no navegador do computador ou celular e o equipamento irá direcionar para a sala de audiência.
RECOMENDAÇÕES E ADVERTÊNCIAS PARA PARTES, MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA, ADVOGADOS E TESTEMUNHAS:
1. Utilize fones de ouvido para diminuir ruídos externos e causar microfonia;
2. Esteja de posse de algum documento pessoal com foto para comprovar sua identidade.
3. No horário da audiência por videoconferência, cada parte e testemunha deverá estar disponível para contato através de e-mail e número de celular informado para que a audiência possa ter início.
4. No prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, os promotores de justiça, defensores e advogado deverão informar no processo, o e-mail e número de telefone das pessoas a serem ouvidas na condição de testemunhas, para possibilitar a intimação e o envio do link da videoconferência. Caso deixem transcorrer esse prazo sem apresentar os dados, presumir-se-á a desnecessidade de intimá-los, hipótese em que referidas testemunhas deverão ser trazidas à audiência independentemente de intimação, ficando sob a responsabilidade das partes encaminhar links e possibilitar o ingresso dessas testemunhas na sala de audiências virtual,
5. As testemunhas serão autorizadas a entrar na sessão somente no momento de sua oitiva.
6. As partes ficam advertidas de que eventuais erros de envio do link ocasionados pela informação de dados equivocados ou a não visualização do link informado ou não acesso à videoconferência, até o horário de início da audiência será considerado como ausência à audiência virtual, e acarretará as consequências previstas na Lei do Juizado (decretação da revelia se o(a) autor(a) do fato não participar e/ou presunção de que a vítima ausente renuncia à representação ou eventual queixa-crime apresentada).

7. Caso alguma das partes NÃO tenha meios tecnológicos para participar da audiência por videoconferência, deverá informar isso no processo com antecedência mínima de 5 dias, hipótese em que deverá comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial, de forma presencial para participar da audiência, ficando resguardado à parte contrária, participar via videoconferência. Caso ambas as partes estejam impossibilitadas de participar da audiência por videoconferência, ambas poderão comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial para que a audiência presencial seja realizada, ficando resguardado o direito de as testemunhas, esta magistrada e os advogados/Defensores participarem via videoconferência.
8. Assim que aberta a audiência, a Defensoria Pública ou Advogado(a) deverá apresentar DEFESA PRÉVIA, caso já não tenha juntado defesa escrita no processo e na sequência a denúncia será recebida ou rejeitada. Caso seja recebida, proceder-se-á à oitiva das testemunhas da acusação e da defesa e por fim, colheita do interrogatório e apresentação das alegações finais de forma oral.
ORIENTAÇÕES PARA CPE:
Caso não conste no processo os dados de e-mail e telefone do(s) autor(es) do fato e seu(s) Defensor(a) ou Advogado(a) e das testemunhas, a CPE deverá intimar a parte responsável para no prazo de 10 (dez) dias indicar(em) tais dados a fim de possibilitar a participação na audiência.
Após a apresentação de todos os dados necessários (e-mail e telefone das partes e testemunhas), encaminhe-se o processo ao Gabinete deste Juizado para realização da audiência, com antecedência mínima de 24 horas da solenidade, sendo de responsabilidade das partes e seus Advogados/Defensores a informação, sob pena de cancelamento do ato e/ou extinção do processo, se for o caso.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO E/OU CITAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO PARA O FIM DE:
a) INTIMAR O MINISTÉRIO PÚBLICO, A DEFENSORIA PÚBLICA E EVENTUAL ADVOGADO(A) HABILITADO(A) NO PROCESSO;
b) CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO(A) AUTOR(A) DO FATO: AUTORES DOS FATOS: BEMAD IND. E COM. IMP. E EXP. DE MADEIRA EIRELI - EPP, CNPJ nº 11638909000196, 459 PAD MARECHAL DUTRA S/N S/N, LOTE 2 GLEBA 69 PAD SETOR INDUSTRIAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, JOSE TARCIZIO DE SOUZA, CPF nº 61553557972, RUA AZALEIA 2110 JARDIN PRIMAVERA II - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, ADIVINA BISPO DOS SANTOS, CPF nº 62507273291, RUA AZALEIA 2170 JARDIN PRIMAVERA II - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, FRANCISCO APARECIDO MARCHI, LINHA C85, TRAVESSÃO B 30, NÃO INFORMADO ZONA RURAL - 76963-754 - CACOAL - RONDÔNIA
c) INTIMAÇÃO DAS TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO E DEFESA CUJOS DADOS TENHAM SIDO INFORMADOS NO PROCESSO.
d) COMUNICAÇÃO ao superior hierárquico das testemunhas que forem servidoras públicas (militares, guardas municipais etc.), devendo tal decisão ser encaminhada ao órgão via e-mail, malote digital, whatsapp ou qualquer outro meio rápido e econômico.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 2000433-48.2018.8.22.0002
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76803-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: RAILANDER RODRIGUES MACEDO, AV CUJUBIM 2206, TELEFONE 69 9 8432-0488 CENTRO - 76840-000 - JACI PARANÁ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
Despacho
Junte-se aos autos a gravação da oitiva da testemunha OM Emanuel - RE 10006838-7 (id 82749685), nestes autos.
Após, dê-se vistas ao MINISTÉRIO PÚBLICO para conhecimento e manifestação sobre o ali alegado.
Por fim, faça-se conclusão dos autos para deliberação.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/ NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO.
Ariquemes – RO; data e hora certificada pelo sistema.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7003283-14.2023.8.22.0002
Classe: Termo Circunstanciado
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: PEDRO HENRIQUE LARANJEIRA SCARAMUSSA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Sentença
Trata-se de Termo Circunstanciado instaurado em face de PEDRO HENRIQUE LARANJEIRA SCARAMUSSA .
No curso do procedimento, o(s) autor(s) do fato foi(ram) beneficiado(s) com a transação penal, sendo que cumpriu(ram) integralmente as condições que lhe(s) foram impostas.
É o relatório.
No caso vertente observa-se que o(s) autor(s) do fato cumpriu(ram) integralmente as condições da transação penal, razão pela qual faz(em) jus à extinção de sua punibilidade.
Destarte, declaro extinta a punibilidade de AUTOR DO FATO: PEDRO HENRIQUE LARANJEIRA SCARAMUSSA, qualificado(s) nos autos, relativamente aos fatos descritos no presente procedimento, extinguindo o feito.
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas e após, arquive-se independentemente de intimação e trânsito em julgado.
Publique-se.
Registre-se.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 2000116-79.2020.8.22.0002
Classe: Termo Circunstanciado
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: RICARDO FERNANDO DIOGO DE SOUZA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Trata-se de procedimento especial criminal instaurado em face de RICARDO FERNANDO DIOGO DE SOUZA.
Consta que no curso do processo o Ministério Público solicitou o arquivamento com base na prescrição da pretensão punitiva estatal.
É o breve relatório.
Com efeito é o caso de se julgar extinto o presente feito em razão do reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, registrando-se que na forma do artigo 61 do Código de Processo Penal é de ser conhecida a qualquer tempo e de ofício pelo Juiz.
O delito previsto no artigo 42, da Lei das Contravenções Penais, prevê pena em abstrato cominada em 15 (quinze) dias a 03 (três) meses de detenção. Nesse caso, tem-se que se o delito cujo máximo de pena é inferior a 01 (um) ano, prescreve este em 03 (três) anos, conforme dispõe o artigo 109, inciso VI do Código Penal.
No caso em tela, ainda não houve o recebimento da denúncia, os fatos ocorreram em 05 de janeiro de 2020, e de lá para cá já decorreram mais de 03 (três) anos.
Isso posto, julgo EXTINTA A PUNIBILIDADE de RICARDO FERNANDO DIOGO DE SOUZA, relativamente ao fato aqui tratado, na forma do artigo 109, VI, c/c o artigo 107, IV, ambos do Código Penal e 61 do Código de Processo Penal, em face do reconhecimento da prescrição.
QUANTO AO BEM APREENDIDO NOS AUTOS: 1 unidade de aparelho de som automotivo, em audiência realizada no dia 21/09/2022 (ID 82053434), o autor do fato tomou ciência da restituição em seu favor, todavia, conforme Ofício n.º 64164/2023/PM-7BPMP3, juntado aos autos, o bem permanece em depósito aguardando a retirada.
Diante disto, presumo que o autor do fato não tem interesse no bem apreendido, pelo que DECLARO A PERDA DO OBJETO e DETERMINO A DESTINAÇÃO/DOAÇÃO do bem apreendido em favor da instituição LAR FRATERNO DA TERCEIRA IDADE, que assiste idosos em situação de vulnerabilidade e poderá usar eventuais valores em favor dessa população vulnerável, e possui BAZAR BENEFICENTE, onde poderá vender ou doar eventuais bens apreendidos revertendo o benefício em favor de famílias carentes assistidas ou dos idosos internos na instituição.
CUMPRA-SE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO PARA A INSTITUIÇÃO tomar ciência dessa doação e providenciar o recebimento do bem no local onde ele se encontra apreendido, devendo tal ofício ser encaminhado para a instituição por meio de e-mail, WhatsApp ou qualquer outro meio rápido e econômico:
LAR FRATERNO DA TERCEIRA IDADE
ENDEREÇO: RUA CANÁRIO, 1091, SETOR 02, ARIQUEMES/RO
E-MAIL: larfraternoceak@gmail.com
TELEFONE: 3535-5517
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas e após, arquive-se independentemente de intimação.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 2001106-41.2018.8.22.0002
Classe: Termo Circunstanciado
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: OSMAR FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Decisão
Trata-se de Termo Circunstanciado instaurado em face de OSMAR FERREIRA DOS SANTOS.
Diante da apreensão de uma 04 autofalantes de 12 pol., 02 autofalantes de 15 pol., 01 CD/MP3/SD/USB da marca Pionner (ID 49185159), em circunstância que sugere a prática de conduta tipificada como contravenção penal, e a inexistência de reclamação a respeito do bem em questão, DECLARO A PERDA DO OBJETO e DETERMINO A DESTINAÇÃO/DOAÇÃO do bem apreendido em favor da instituição LAR FRATERNO DA TERCEIRA IDADE, que assiste idosos em situação de vulnerabilidade e poderá usar eventuais valores em favor dessa população vulnerável, e possui BAZAR BENEFICENTE, onde poderá vender ou doar eventuais bens apreendidos revertendo o benefício em favor de famílias carentes assistidas ou dos idosos internos na instituição.

CUMPRA-SE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO PARA A INSTITUIÇÃO tomar ciência dessa doação e providenciar o recebimento do bem no local onde ele se encontra apreendido, devendo tal ofício ser encaminhado para a instituição por meio de e-mail, WhatsApp ou qualquer outro meio rápido e econômico:
LAR FRATERNO DA TERCEIRA IDADE
ENDEREÇO: RUA CANÁRIO, 1091, SETOR 02, ARIQUEMES/RO
E-MAIL: larfraternoceak@gmail.com
TELEFONE: 3535-5517
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas e após, arquive-se independentemente de intimação.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7004836-96.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: JOABE MARQUES DA SILVA, JOELMA ALINE DA SILVA MARQUES
ADVOGADO DOS AUTORES: LUCAS AGUETONI SOBRINHO, OAB nº RO10914
Polo Passivo: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADOS DO REU: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Sentença
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95.
PRELIMINARES
Da Ilegitimidade passiva
Inicialmente, afasto a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela empresa aérea requerida, tendo em vista que restou comprovada a participação das partes na cadeia de fornecimento a justificar a inclusão da ré no polo passivo da ação (art. 7º, parágrafo único, do CDC).
A parceria entre a companhia aérea e as agências de turismo para venda e emissão de passagem aérea as colocam na condição jurídica de solidárias na responsabilidade pela reparação de danos decorrentes da falha na prestação de serviços, porquanto lucram com a parceria desenvolvida.
Assim, todos aqueles que participam da cadeia de consumo, auferindo vantagem econômica ou de qualquer outra natureza, devem responder solidariamente aos prejuízos causados aos consumidores (parágrafo único do art. 7º e §1º do art. 25, CDC), podendo o consumidor escolher contra quem demandar.
Da prevalência do código Brasileiro de aeronáutica
Igualmente afasto a preliminar arguida pela empresa aérea requerida, haja vista que a presente demanda versa diretamente sobre relação de consumo, e o CDC incide no caso em apreciação, o qual, como norma de ordem pública constitucional (arts. 5º, XXXII, e 170, V, da CF), prevalece sobre qualquer convenção ou tratado internacional, sendo também inaplicável o Código Brasileiro de Aeronáutica para a solução do litígio.
MÉRITO
No mérito, trata-se de ação consumerista ajuizada por JOABE MARQUES DA SILVA e JOELMA ALINE DA SILVA MARQUES onde narram os autores que adquiriram passagens aéreas para voo operado pela requerida AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A, porém, houve antecipação injustificada do voo de retorno que culminou na impossibilidade de embarque no dia e horário previamente agendados, o que lhe causou transtornos de ordem moral.
Citada e intimada, a parte requerida apresentou contestação onde requereu a improcedência da inicial sob o argumento de que a alteração do horário de embarque da parte autora ocorreu em virtude da necessidade de readequação de malha aérea, de modo que foi prestada toda assistência necessária, sendo os autores reacomodados em voo antecedente.
Nos termos do artigo 355, I, do Novo Código de Processo Civil, procedo o julgamento antecipado da lide.
Portanto, a causa de pedir é a má prestação de serviço ocasionada sobretudo pela impossibilidade de embarque no dia e horário previamente pactuado, sem justificativa plausível.
O artigo 373 do Código de Processo Civil dispõe no inciso II que o ônus da prova incumbe “ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor”.
Inicialmente, não há nenhuma dúvida que a relação jurídica travada entre as partes é nitidamente de consumo, haja vista as partes estarem inseridas nos conceitos de fornecedor e consumidor previstos no Código de Defesa do Consumidor (art. 2º e 3º do CDC). Dessa forma, o caso em julgamento deve ser analisado sob a ótica da legislação consumerista, inclusive as pertinentes à responsabilidade objetiva do transportador aéreo, por força do art. 14 do CDC.
Dentre os diversos mecanismos de proteção ao consumidor estabelecidos pela lei, a fim de equalizar a relação faticamente desigual em comparação ao fornecedor, destacam-se os arts. 39 e 51 do CDC, que, com base nos princípios da função social do contrato e da boa-fé objetiva, estabelecem, em rol exemplificativo, as hipóteses, respectivamente, das chamadas práticas abusivas, vedadas pelo ordenamento jurídico, e das cláusulas abusivas, consideradas nulas de pleno direito em contratos de consumo, configurando nítida mitigação da força obrigatória dos contratos (pacta sunt servanda).

No caso em tela, há provas irrefutáveis de que houve a prestação de um serviço deficiente pois ocorreu alteração considerável no itinerário dos autores, ante a antecipação do voo de retorno.

Muito embora a requerida tenha afirmado que o cancelamento ocorrera em razão da necessidade de readequação da malha, não houve a apresentação de nenhum documento capaz de amparar essa alegação.

O fornecedor de serviços responde independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. Sua responsabilidade somente será excepcionada em caso de inexistência de defeito ou culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros (art. 14, §3º do CDC).

Nos contratos de transporte, o transportador está sujeito aos horários e itinerários previstos, sob pena de responder por perdas e danos, salvo motivo de força maior (art. 737 do CCB). A readequação da malha aérea, constitui fortuito interno, relacionada ao desenvolvimento da atividade desempenhada pela ré e não afasta sua responsabilidade por falha na prestação de serviços.

A requerida nada PROVOU eximindo-se da obrigação de comprovar que prestou informações prévias a respeito da alteração do voo e, restando por isso caracterizada a CONDUTA consistente na antecipação injustificada do voo em que os autores embarcariam.

Conforme entendimento pacificado pela jurisprudência, a alteração/cancelamento do voo sem comunicação prévia configura DANO MORAL in re ipsa, ou seja, independentemente da comprovação de efetivo dano, uma vez que presumidos o desconforto, a aflição e os transtornos suportados pelo consumidor. Eis o entendimento nesse sentido:

TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO/ATRASO DE VOO. DANO MORAL CONFIGURADO. PANDEMIA. COVID-19. INFORMAÇÕES. AUSÊNCIA. FALHA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. REESTRUTURAÇÃO DE MALHA AÉREA. DANO MORAL E MATERIAL. QUANTUM FIXADO. PROPORCIONALIDADE. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. Ante a pandemia do COVID-19, é dever da empresa aérea prestar informações adequadas e cabíveis ao consumidor. Comprovada a falha na prestação de serviço consistente em cancelamento/atraso de voo há indenização por dano moral ante a aflição e transtornos suportados pelo passageiro. No tocante ao quantum indenizatório, este deve atender aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, para que não seja considerado irrisório ou elevado, de modo que a condenação atinja seus objetivos. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7038934-81.2021.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Cristiano Gomes Mazzini, Data de julgamento: 16/05/2022.

Consumidor. Contrato de transporte aéreo. Restruturação malha aérea. Antecipação de voo. Ausência de aviso. Falha na prestação do serviço. Danos morais configurados. Indenização devida. Majoração. Recurso do Autor Parcialmente Provido. Sentença Reformada. 1 – O cancelamento/atraso injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2 – O quantum indenizatório deve se coadunar com o prejuízo efetivamente sofrido pelo consumidor, de forma proporcional e razoável. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7001676-25.2021.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Audarzean Santana da Silva, Data de julgamento: 08/03/2022

Assim, seguindo o entendimento do Tribunal de Justiça de Rondônia, a alteração da programação prevista para o voo em decorrência da readequação da malha aérea não imuniza a companhia da responsabilização das sequelas vivenciadas pelos consumidores. Tampouco constitui hipótese de caso fortuito e força maior como situação apta a excluir responsabilidade civil, porquanto tais eventos não revelam imprevisibilidade e invencibilidade.

No contrato de transporte destaca-se a fixação de horários e itinerários, uma vez que normalmente o passageiro programa suas atividades de acordo com o tempo gasto no deslocamento, dependendo também do cumprimento do itinerário, sob pena de perdas e danos que vierem a ser suportados.

Resta, portanto, caracterizado o dever de indenizar.

Por fim, o NEXO DE CAUSALIDADE também encontra-se presente, afinal os prejuízos suportados pela parte autora só ocorreram em razão da conduta da requerida que não prestou o serviço de transporte aéreo da forma contratada.

Dessa forma, o que há nos autos é suficiente para tornar certa a obrigação de indenizar, afinal ficou provada a conduta danosa (informação defeituosa e ausência da prestação do serviço de transporte pactuado), dano (stress, transtorno, chateação) e nexo de causalidade (o dano é oriundo de uma conduta da requerida), conclui-se pela responsabilidade da requerida quanto aos prejuízos morais suportados pelos requerentes.

Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, considerando as condições pessoais e financeiras das partes, a extensão do dano e as demais circunstâncias anteriormente analisadas, entendo prudente fixar o dano moral em R$ 3.000,00 (três mil reais), que implica uma quantia proporcional à lesão causada e ao constrangimento sofridos pela parte autora.

DISPOSITIVO

Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido para o fim de condenar a requerida AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A a pagar em favor de cada parte autora a importância de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, extinguindo o processo com julgamento do mérito.

Registre-se que, em se tratando de responsabilidade contratual, a correção monetária pelo IGP-M conta-se da data do arbitramento (Súmula 362 STJ). Os juros de mora incidem desde a citação nos termos do artigo 405, do Código Civil, nos casos de danos morais decorrentes de relação contratual.

Intime-se a parte requerida para que cumpra o descrito na sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% descrita no art. 523 do Código de Processo Civil.

Considerando os princípios informadores dos Juizados Especiais, notadamente a celeridade e informalidade, sobrevindo comprovação de pagamento voluntário, desde já, DEFIRO a expedição de ofício de transferência, caso haja indicação de dados bancários e/ou alvará judicial em favor da parte autora para levantamento do valor depositado. Ato contínuo, intime-se, por seu advogado constituído, para acessar o documento via sistema PJE e providenciar a respectiva impressão. Em seguida, faça-se conclusão dos autos para extinção.

Em caso de interposição de apelação ou de recurso adesivo, intime-se o recorrido para apresentar suas contrarrazões no prazo de 15 dias. Com a apresentação das contrarrazões ou o decurso do referido prazo, subam os autos ao E. TJ/RO, conforme disciplina o art. 1.010, §§1º, 2º e 3º do Novo Código de Processo Civil.

Sem custas e sem honorários, nesta fase.

Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.

Após o trânsito em julgado, certifique-se e proceda-se com as baixas de praxe arquivando-se os autos em seguida.

SERVE A PRESENTE DE MANDADO/INTIMAÇÃO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.

Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.

Muhammad Hijazi Zaglout

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7005073-04.2021.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: ELIO AGUIAR DA LUZ, RUA CODORNA 1301 SETOR 04 - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
D E C I S Ã O
Ante o oferecimento da denúncia, determino a realização da AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO tal como indica o art. 78 da Lei 9.099/95, oportunidade em que o(a) autor(a) do fato deverá se manifestar sobre a acusação, acarretando ou não o recebimento da denúncia e instrução imediata do feito, com oitiva de testemunhas e colheita de interrogatório.
Assim, DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO POR VIDEOCONFERÊNCIA conforme dados adiante descritos:
DATA E HORÁRIO: 13.12.2023 às 09h30min
PLATAFORMA: aplicativo Google Meet
LINK: meet.google.com/rfe-muoo-rwe
FORMA DE ACESSO: as partes poderão utilizar aparelho celular, tablet, notebook ou computador com acesso à internet, que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando. Basta clicar no link acima ou digita-lo no navegador do computador ou celular e o equipamento irá direcionar para a sala de audiência.
RECOMENDAÇÕES E ADVERTÊNCIAS PARA PARTES, MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA, ADVOGADOS E TESTEMUNHAS:
1. Utilize fones de ouvido para diminuir ruídos externos e causar microfonia;
2. Esteja de posse de algum documento pessoal com foto para comprovar sua identidade.
3. No horário da audiência por videoconferência, cada parte e testemunha deverá estar disponível para contato através de e-mail e número de celular informado para que a audiência possa ter início.
4. No prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, os promotores de justiça, defensores e advogado deverão informar no processo, o e-mail e número de telefone das pessoas a serem ouvidas na condição de testemunhas, para possibilitar a intimação e o envio do link da videoconferência. Caso deixem transcorrer esse prazo sem apresentar os dados, presumir-se-á a desnecessidade de intimá-los, hipótese em que referidas testemunhas deverão ser trazidas à audiência independentemente de intimação, ficando sob a responsabilidade das partes encaminhar links e possibilitar o ingresso dessas testemunhas na sala de audiências virtual,
5. As testemunhas serão autorizadas a entrar na sessão somente no momento de sua oitiva.
6. As partes ficam advertidas de que eventuais erros de envio do link ocasionados pela informação de dados equivocados ou a não visualização do link informado ou não acesso à videoconferência, até o horário de início da audiência será considerado como ausência à audiência virtual, e acarretará as consequências previstas na Lei do Juizado (decretação da revelia se o(a) autor(a) do fato não participar e/ou presunção de que a vítima ausente renuncia à representação ou eventual queixa-crime apresentada).
7. Caso alguma das partes NÃO tenha meios tecnológicos para participar da audiência por videoconferência, deverá informar isso no processo com antecedência mínima de 5 dias, hipótese em que deverá comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial, de forma presencial para participar da audiência, ficando resguardado à parte contrária, participar via videoconferência. Caso ambas as partes estejam impossibilitadas de participar da audiência por videoconferência, ambas poderão comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial para que a audiência presencial seja realizada, ficando resguardado o direito de as testemunhas, esta magistrada e os advogados/Defensores participarem via videoconferência.
8. Assim que aberta a audiência, a Defensoria Pública ou Advogado(a) deverá apresentar DEFESA PRÉVIA, caso já não tenha juntado defesa escrita no processo e na sequência a denúncia será recebida ou rejeitada. Caso seja recebida, proceder-se-á à oitiva das testemunhas da acusação e da defesa e por fim, colheita do interrogatório e apresentação das alegações finais de forma oral.
ORIENTAÇÕES PARA CPE:
Caso não conste no processo os dados de e-mail e telefone do(s) autor(es) do fato e seu(s) Defensor(a) ou Advogado(a) e das testemunhas, a CPE deverá intimar a parte responsável para no prazo de 10 (dez) dias indicar(em) tais dados a fim de possibilitar a participação na audiência.
Após a apresentação de todos os dados necessários (e-mail e telefone das partes e testemunhas), encaminhe-se o processo ao Gabinete deste Juizado para realização da audiência, com antecedência mínima de 24 horas da solenidade, sendo de responsabilidade das partes e seus Advogados/Defensores a informação, sob pena de cancelamento do ato e/ou extinção do processo, se for o caso.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO E/OU CITAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO PARA O FIM DE:
a) INTIMAR O MINISTÉRIO PÚBLICO, A DEFENSORIA PÚBLICA E EVENTUAL ADVOGADO(A) HABILITADO(A) NO PROCESSO;
b) CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO(A) AUTOR(A) DO FATO: AUTOR DO FATO: ELIO AGUIAR DA LUZ, RUA CODORNA 1301 SETOR 04 - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
c) INTIMAÇÃO DAS TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO E DEFESA CUJOS DADOS TENHAM SIDO INFORMADOS NO PROCESSO.
d) COMUNICAÇÃO ao superior hierárquico das testemunhas que forem servidoras públicas (militares, guardas municipais etc.), devendo tal decisão ser encaminhada ao órgão via e-mail, malote digital, whatsapp ou qualquer outro meio rápido e econômico.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7009292-89.2023.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTORES DOS FATOS: MAIKE KOSTRZYCHI DE OLIVEIRA, CPF nº 03664016297, ZELIA GATAI 3388, (69) 99295-5268 COLONIAL - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, LEANDRO KOSTRZYCHI DA SILVA, CPF nº 04511475296, MOEMA 2954, (69) 9955-7611 JD J TEIRA - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, LARISSA KOSTRZYCHI DE OLIVEIRA, CPF nº 05890242210, RUA COLATINA 4070 SETOR 09 - 76876-400 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, GABRIEL DE SOUZA, CPF nº 03265965260, AVENIDA PAU BRASIL 4201, (69) 99997-1967 POLO MOVELEIRO DE ARIQUEMES - 76875-549 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, DIEGO PEREIRA MOREIRA, CPF nº 03860792261, RUA ALEGRIA 5055, (69) 9224-1820 JARDIM FELICIDADE - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
AUTORES DOS FATOS SEM ADVOGADO(S)

D E C I S Ã O

Ante o oferecimento da denúncia, determino a realização da AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO tal como indica o art. 78 da Lei 9.099/95, oportunidade em que o(a) autor(a) do fato deverá se manifestar sobre a acusação, acarretando ou não o recebimento da denúncia e instrução imediata do feito, com oitiva de testemunhas e colheita de interrogatório.

Assim, DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO POR VIDEOCONFERÊNCIA conforme dados adiante descritos:

DATA E HORÁRIO: 13.12.2023 às 08h30min

PLATAFORMA: aplicativo Google Meet

LINK: meet.google.com/pgm-juzu-rqj

FORMA DE ACESSO: as partes poderão utilizar aparelho celular, tablet, notebook ou computador com acesso à internet, que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando. Basta clicar no link acima ou digita-lo no navegador do computador ou celular e o equipamento irá direcionar para a sala de audiência.

RECOMENDAÇÕES E ADVERTÊNCIAS PARA PARTES, MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA, ADVOGADOS E TESTEMUNHAS:

1. Utilize fones de ouvido para diminuir ruídos externos e causar microfonia;

2. Esteja de posse de algum documento pessoal com foto para comprovar sua identidade.

3. No horário da audiência por videoconferência, cada parte e testemunha deverá estar disponível para contato através de e-mail e número de celular informado para que a audiência possa ter início.

4. No prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, os promotores de justiça, defensores e advogado deverão informar no processo, o e-mail e número de telefone das pessoas a serem ouvidas na condição de testemunhas, para possibilitar a intimação e o envio do link da videoconferência. Caso deixem transcorrer esse prazo sem apresentar os dados, presumir-se-á a desnecessidade de intimá-los, hipótese em que referidas testemunhas deverão ser trazidas à audiência independentemente de intimação, ficando sob a responsabilidade das partes encaminhar links e possibilitar o ingresso dessas testemunhas na sala de audiências virtual,

5. As testemunhas serão autorizadas a entrar na sessão somente no momento de sua oitiva.

6. As partes ficam advertidas de que eventuais erros de envio do link ocasionados pela informação de dados equivocados ou a não visualização do link informado ou não acesso à videoconferência, até o horário de início da audiência será considerado como ausência à audiência virtual, e acarretará as consequências previstas na Lei do Juizado (decretação da revelia se o(a) autor(a) do fato não participar e/ou presunção de que a vítima ausente renuncia à representação ou eventual queixa-crime apresentada).

7. Caso alguma das partes NÃO tenha meios tecnológicos para participar da audiência por videoconferência, deverá informar isso no processo com antecedência mínima de 5 dias, hipótese em que deverá comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial, de forma presencial para participar da audiência, ficando resguardado à parte contrária, participar via videoconferência. Caso ambas as partes estejam impossibilitadas de participar da audiência por videoconferência, ambas poderão comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial para que a audiência presencial seja realizada, ficando resguardado o direito de as testemunhas, esta magistrada e os advogados/Defensores participarem via videoconferência.

8. Assim que aberta a audiência, a Defensoria Pública ou Advogado(a) deverá apresentar DEFESA PRÉVIA, caso já não tenha juntado defesa escrita no processo e na sequência a denúncia será recebida ou rejeitada. Caso seja recebida, proceder-se-á à oitiva das testemunhas da acusação e da defesa e por fim, colheita do interrogatório e apresentação das alegações finais de forma oral.

ORIENTAÇÕES PARA CPE:

Caso não conste no processo os dados de e-mail e telefone do(s) autor(es) do fato e seu(s) Defensor(a) ou Advogado(a) e das testemunhas, a CPE deverá intimar a parte responsável para no prazo de 10 (dez) dias indicar(em) tais dados a fim de possibilitar a participação na audiência.

Após a apresentação de todos os dados necessários (e-mail e telefone das partes e testemunhas), encaminhe-se o processo ao Gabinete deste Juizado para realização da audiência, com antecedência mínima de 24 horas da solenidade, sendo de responsabilidade das partes e seus Advogados/Defensores a informação, sob pena de cancelamento do ato e/ou extinção do processo, se for o caso.

CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO E/OU CITAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO PARA O FIM DE:

a) INTIMAR O MINISTÉRIO PÚBLICO, A DEFENSORIA PÚBLICA E EVENTUAL ADVOGADO(A) HABILITADO(A) NO PROCESSO;

b) CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO(A) AUTOR(A) DO FATO: AUTORES DOS FATOS: MAIKE KOSTRZYCHI DE OLIVEIRA, CPF nº 03664016297, ZELIA GATAI 3388, (69) 99295-5268 COLONIAL - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, LEANDRO KOSTRZYCHI DA SILVA, CPF nº 04511475296, MOEMA 2954, (69) 9955-7611 JD J TEIRA - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, LARISSA KOSTRZYCHI DE OLIVEIRA, CPF nº 05890242210, RUA COLATINA 4070 SETOR 09 - 76876-400 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, GABRIEL DE SOUZA, CPF nº 03265965260, AVENIDA PAU BRASIL 4201, (69) 99997-1967 POLO MOVELEIRO DE ARIQUEMES - 76875-549 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, DIEGO PEREIRA MOREIRA, CPF nº 03860792261, RUA ALEGRIA 5055, (69) 9224-1820 JARDIM FELICIDADE - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA

c) INTIMAÇÃO DAS TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO E DEFESA CUJOS DADOS TENHAM SIDO INFORMADOS NO PROCESSO.

d) COMUNICAÇÃO ao superior hierárquico das testemunhas que forem servidoras públicas (militares, guardas municipais etc.), devendo tal decisão ser encaminhada ao órgão via e-mail, malote digital, whatsapp ou qualquer outro meio rápido e econômico.

Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.

Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ariquemes - Juizado Especial

Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 2000182-59.2020.8.22.0002

AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia

ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

AUTOR DO FATO: ALTAIR VIANA, 8ª RUA 1774, - DE 2240 A 2490 - LADO PAR SETOR 02 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA

Despacho
Considerando o parecer ministerial de ID 88546733, que requereu a restituição dos bens apreendidos ao proprietário.
Tendo em vista a certidão de evento anterior e as alegações ali contidas, dê-se vistas ao MINISTÉRIO PÚBLICO para conhecimento e manifestação sobre o ali alegado.
Após, faça-se conclusão dos autos para deliberação.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/ NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO.
Ariquemes – RO; data e hora certificada pelo sistema.
Fernanda Pereira Ribeiro

7002262-37.2022.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: JONAS DAVID PEREIRA DA SILVA, CPF nº 06717826223, RUA ALEGRIA 5291, 9-9386-5564 FELIZ CIDADE - 76874-080 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Vistos.
Dê-se vista ao Ministério Público.
Juntada a manifestação ministerial, retornem-me os autos conclusos.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
Ariquemes-RO; data e hora certificado no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
7013783-47.2020.8.22.0002
Perturbação do trabalho ou do sossego alheios
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: SIMONE SILVA FREITAS, CPF nº 96055413272, RUA OLAVO BILAC 3690, - DE 3602/3603 A 3718/3719 SETOR 06 - 76873-596 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Vistos, etc.
Ao Ministério Público para se manifestar acerca dos bens apreendidos nos autos, conforme determina o art. 120, § 3o do Código de Processo Penal.
Após, faça-se conclusão dos autos para decisão.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7007513-36.2022.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: VALDECIR RODRIGUES BARROS, LH B 90 LOTE 110 A 120 GLEBA 04, NÃO INFORMADO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Despacho
Aguarde-se o prazo solicitado pelo Ministério Público.
Decorrido o prazo, dê-se nova vista dos autos ao Ministério Público para manifestação.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO REQUISITÓRIO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes – RO; data e hora certificada pelo sistema.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7006782-06.2023.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: ZENILDO CASTRO DOS SANTOS, CPF nº 02406320286, RUA PASSARO BOI 14, 69-9-9213-5829 SETOR 05 - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)

D E C I S Ã O
Ante o oferecimento da denúncia, determino a realização da AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO tal como indica o art. 78 da Lei 9.099/95, oportunidade em que o(a) autor(a) do fato deverá se manifestar sobre a acusação, acarretando ou não o recebimento da denúncia e instrução imediata do feito, com oitiva de testemunhas e colheita de interrogatório.
Assim, DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO POR VIDEOCONFERÊNCIA conforme dados adiante descritos:
DATA E HORÁRIO: 07.12.2023 às 09h30min
PLATAFORMA: aplicativo Google Meet
LINK: meet.google.com/vcc-jemn-aej
FORMA DE ACESSO: as partes poderão utilizar aparelho celular, tablet, notebook ou computador com acesso à internet, que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando. Basta clicar no link acima ou digita-lo no navegador do computador ou celular e o equipamento irá direcionar para a sala de audiência.
RECOMENDAÇÕES E ADVERTÊNCIAS PARA PARTES, MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA, ADVOGADOS E TESTEMUNHAS:
1. Utilize fones de ouvido para diminuir ruídos externos e causar microfonia;
2. Esteja de posse de algum documento pessoal com foto para comprovar sua identidade.
3. No horário da audiência por videoconferência, cada parte e testemunha deverá estar disponível para contato através de e-mail e número de celular informado para que a audiência possa ter início.
4. No prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, os promotores de justiça, defensores e advogado deverão informar no processo, o e-mail e número de telefone das pessoas a serem ouvidas na condição de testemunhas, para possibilitar a intimação e o envio do link da videoconferência. Caso deixem transcorrer esse prazo sem apresentar os dados, presumir-se-á a desnecessidade de intimá-los, hipótese em que referidas testemunhas deverão ser trazidas à audiência independentemente de intimação, ficando sob a responsabilidade das partes encaminhar links e possibilitar o ingresso dessas testemunhas na sala de audiências virtual,
5. As testemunhas serão autorizadas a entrar na sessão somente no momento de sua oitiva.
6. As partes ficam advertidas de que eventuais erros de envio do link ocasionados pela informação de dados equivocados ou a não visualização do link informado ou não acesso à videoconferência, até o horário de início da audiência será considerado como ausência à audiência virtual, e acarretará as consequências previstas na Lei do Juizado (decretação da revelia se o(a) autor(a) do fato não participar e/ou presunção de que a vítima ausente renuncia à representação ou eventual queixa-crime apresentada).
7. Caso alguma das partes NÃO tenha meios tecnológicos para participar da audiência por videoconferência, deverá informar isso no processo com antecedência mínima de 5 dias, hipótese em que deverá comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial, de forma presencial para participar da audiência, ficando resguardado à parte contrária, participar via videoconferência. Caso ambas as partes estejam impossibilitadas de participar da audiência por videoconferência, ambas poderão comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial para que a audiência presencial seja realizada, ficando resguardado o direito de as testemunhas, esta magistrada e os advogados/Defensores participarem via videoconferência.
8. Assim que aberta a audiência, a Defensoria Pública ou Advogado(a) deverá apresentar DEFESA PRÉVIA, caso já não tenha juntado defesa escrita no processo e na sequência a denúncia será recebida ou rejeitada. Caso seja recebida, proceder-se-á à oitiva das testemunhas da acusação e da defesa e por fim, colheita do interrogatório e apresentação das alegações finais de forma oral.
ORIENTAÇÕES PARA CPE:
Caso não conste no processo os dados de e-mail e telefone do(s) autor(es) do fato e seu(s) Defensor(a) ou Advogado(a) e das testemunhas, a CPE deverá intimar a parte responsável para no prazo de 10 (dez) dias indicar(em) tais dados a fim de possibilitar a participação na audiência.
Após a apresentação de todos os dados necessários (e-mail e telefone das partes e testemunhas), encaminhe-se o processo ao Gabinete deste Juizado para realização da audiência, com antecedência mínima de 24 horas da solenidade, sendo de responsabilidade das partes e seus Advogados/Defensores a informação, sob pena de cancelamento do ato e/ou extinção do processo, se for o caso.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO E/OU CITAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO PARA O FIM DE:
a) INTIMAR O MINISTÉRIO PÚBLICO, A DEFENSORIA PÚBLICA E EVENTUAL ADVOGADO(A) HABILITADO(A) NO PROCESSO;
b) CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO(A) AUTOR(A) DO FATO: AUTOR DO FATO: ZENILDO CASTRO DOS SANTOS, CPF nº 02406320286, RUA PASSARO BOI 14, 69-9-9213-5829 SETOR 05 - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
c) INTIMAÇÃO DAS TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO E DEFESA CUJOS DADOS TENHAM SIDO INFORMADOS NO PROCESSO.
d) COMUNICAÇÃO ao superior hierárquico das testemunhas que forem servidoras públicas (militares, guardas municipais etc.), devendo tal decisão ser encaminhada ao órgão via e-mail, malote digital, whatsapp ou qualquer outro meio rápido e econômico.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
7002933-26.2023.8.22.0002
Porte de arma (branca)
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: ALEXANDRE PINHEIRO DE SOUZA, CPF nº DESCONHECIDO, RUA ADALBERTO BENEVIDES 1312 MARECHAL RONDON 01 - 76877-010 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Vistos, etc.
Ao Ministério Público para se manifestar acerca dos bens apreendidos nos autos, conforme determina o art. 120, § 3o do Código de Processo Penal.
Após, faça-se conclusão dos autos para decisão.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

7001277-34.2023.8.22.0002
Fornecimento de Energia Elétrica
AUTORES: KAYANE DE SOUZA SILVA, CPF nº 05380230237, RODOVIA BR 364 S/N, VILA NOVA ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA, FABIO DA SILVA DE LIMA, CPF nº 88606210200, RODOVIA BR 364 S/N, VILA NOVA ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: POLIANA SOUZA DOS SANTOS, OAB nº RO10454, ROBSON JOSE MELO DE OLIVEIRA, OAB nº RO4374, ELISANGELA GONCALVES BATISTA, OAB nº RO9266
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AV. DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR SETOR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei n. 9.099/1995.
Preliminarmente a requerida, arguiu ilegitimidade ativa de Kayane, porém a mesmo comprovou ser consumidora por equiparação, portanto afasto a preliminar.
Quanto à impugnação da requerida, é de cediço que nos processos em trâmite no primeiro grau de jurisdição dos Juizados Especiais Cíveis, como regra, a parte é isenta do pagamento de custas ou despesas processuais (art. 54, da Lei 9.099).
Por isso, o pedido de concessão dos benefícios da gratuidade da Justiça, não sendo relevante por ora, só será apreciado se e quando presente alguma das hipóteses que a lei obriga a parte ao pagamento, tais como, na interposição de recurso ou condenação por litigância de má-fé.
Assim, do mesmo modo, somente nesse caso a impugnação ao referido benefício, apresentada pela parte, será também conhecida.
O processo se encontra em ordem e em condições de ser proferida a sentença, já tendo elementos suficientes para resolução da demanda, razão pela qual passo ao julgamento imediato da lide, nos moldes do art. 355, inciso I, do CPC, sendo prescindíveis maiores provas.
No caso em testilha, alega o autor que ter sofrido com falta de energia elétrica e constante oscilações, ficando por mais de 48 horas sem energia Pede seja a requerida condenada em danos morais.
A requerida ao contestar o pedido alega que a interrupção se deu por condições climáticas como tempestades e ventanias, causando interferência no fornecimento de energia elétrica.
Assevera que o restabelecimento da energia elétrica da situação alegada fora feito em menos de 48 horas, portanto prazo razoável por se tratar se imóvel rural e de difícil acesso.
No caso concreto, há expressa afirmação, pela parte autora, de que a interrupção do serviço ocorreu das 18hs05min do dia 20 (domingo) DE SETEMBRO DE 2020 as 15hs50min HORAS do DIA 22/09/2020, ou seja, com respeito ao prazo legal para restabelecimento do serviço.
É dizer. A falta de energia ocorreu por um período de cerca inferior a 48 (quarenta e oito) horas, prazo razoável de acordo como o parâmetro da Resolução da ANEEL.
Não houve o nexo de causalidade, vez que a requerida não deu causa a interrupção, bem como resolveu o problema em tempo hábil, previsto em legislação, não incidindo o direito a reparação.
Conforme já dito acima, a demonstração do fato básico para o acolhimento da pretensão é ônus da parte requerente, segundo o entendimento do art. 373, I, do CPC, partindo daí a análise dos pressupostos da ocorrência dos danos morais, recaindo sobre a parte requerida o ônus da prova negativa do fato, à inteligência do inciso II do indigitado artigo.
A inversão do ônus da prova não é automática, mesmo nas relações de consumo ou que envolvam empresas/instituições prestadoras de serviços ou fornecedoras de produtos, de modo que o consumidor não fica isento do ônus de comprovar aquilo que está ao seu alcance.
A hipossuficiência ou impossibilidade técnica é analisada caso a caso, de sorte que, havendo necessidade de prova inicial do direito e lesão alegados, deve a parte autora da demanda trazer o lastro fático e documental com a inicial.
Portanto, tratando-se de imóvel rural em que a interrupção de energia não superou o prazo legal de 48(quarenta e oito) horas, não há de se reconhecer os danos morais reclamados no caso concreto..
Entendo que a situação vivenciada pelo autor a meu ver se tratou de um mero aborrecimento, dissabor, não havendo que se falar em abalo moral.
O Superior Tribunal de Justiça que dá a palavra final sobre interpretação de norma infraconstitucional decidiu que somente a que se falar em dano moral nas interrupções de energia elétrica com mais de cinco dias. Nesse sentido: STJ, Terceira Turma, Resp N. 1.705.314, Relarora Ministra Nancy Andhi.
Assim, apesar da obrigatoriedade do restabelecimento em tempo menor, não há que se falar em abalo moral somente pelo tempo de interrupção menor de 48h, devendo ser sopesado caso a caso.
Não se pode banalizar o instituto do dano moral a ponto de qualquer situação configurar abalo moral.
Para a configuração do dano moral não basta mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação, sensibilidade exacerbada. Só deve ser reputado como causador desse tipo de dano o ato que agride os direitos da personalidade e gere dor física ou moral, vexame e sofrimento que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflição, angústia e desequilíbrio em seu bem estar.
A doutrina de Sérgio Cavalieri Filho dispõe que:
[...] só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia a dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos mais triviais aborrecimentos. Dor, vexame, sofrimento e humilhação são consequências, e não causa (Programa de Responsabilidade Civil. Sérgio Cavalieri Filho. 6ª ed. Pág. 105. Editora Malheiros).

Desse modo, o dano moral somente ingressará no mundo jurídico, gerando a obrigação de indenizar, quando houver alguma circunstância no ato considerado ofensivo a direito.
Diante da não comprovação do dano moral, o pedido deve ser julgado improcedente.
Dispositivo
Isso posto, julgo improcedente o pedido, resolvendo o mérito da causa, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.
Sem custas ou honorários, nesta fase.
P.R.I.
Na hipótese de interposição de recurso Inominado, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que apresente contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias e após, remeta-se a turma recursal para apreciação do recurso interposto. Quanto a eventual pedido de gratuidade recursal, a análise fica dispensada por ora, nos termos do art. 101, §1º CPC.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7005273-40.2023.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: ISMAEL CANDIDO FAUSTINO, CPF nº 31304150259, BR 364 KM 421 SN ZONA RURAL - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: SILVIO MACHADO, OAB nº RO3355
D E C I S Ã O
Trata-se de pedido de procedimento especial criminal em fase de apuração. Portanto, ainda não houve julgamento do mérito.
No curso do processo, a parte interessada ingressou com restituição de bem(ns) apreendido(s).
Ocorre que o veículo foi apreendido em razão de um crime ambiental, que culminou com a lavratura deste TC – Termo Circunstanciado e por enquanto, não houve transação penal ou outra providência que viesse a encerrar o procedimento criminal.
Portanto, havendo um procedimento criminal em aberto, o bem(ns) não pode(m) ser restituído(s) pois é importante para o processo, tanto no que tange à identificação dos envolvidos, quanto às provas e à eventual pena de perdimento do(s) bem(ns) a ser aplicada.
Dessa forma, considerando que o(s) bem(ns) ainda importa ao processo, INDEFIRO o pedido de restituição nesse momento processual.
Ante o oferecimento da denúncia, determino a realização da AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO tal como indica o art. 78 da Lei 9.099/95, oportunidade em que o(a) autor(a) do fato deverá se manifestar sobre a acusação, acarretando ou não o recebimento da denúncia e instrução imediata do feito, com oitiva de testemunhas e colheita de interrogatório.
Assim, DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO POR VIDEOCONFERÊNCIA conforme dados adiante descritos:
DATA E HORÁRIO: 13.12.2023 às 12h30min
PLATAFORMA: aplicativo Google Meet
LINK: meet.google.com/tui-mumf-cjx
FORMA DE ACESSO: as partes poderão utilizar aparelho celular, tablet, notebook ou computador com acesso à internet, que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando. Basta clicar no link acima ou digita-lo no navegador do computador ou celular e o equipamento irá direcionar para a sala de audiência.
RECOMENDAÇÕES E ADVERTÊNCIAS PARA PARTES, MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA, ADVOGADOS E TESTEMUNHAS:
1. Utilize fones de ouvido para diminuir ruídos externos e causar microfonia;
2. Esteja de posse de algum documento pessoal com foto para comprovar sua identidade.
3. No horário da audiência por videoconferência, cada parte e testemunha deverá estar disponível para contato através de e-mail e número de celular informado para que a audiência possa ter início.
4. No prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, os promotores de justiça, defensores e advogado deverão informar no processo, o e-mail e número de telefone das pessoas a serem ouvidas na condição de testemunhas, para possibilitar a intimação e o envio do link da videoconferência. Caso deixem transcorrer esse prazo sem apresentar os dados, presumir-se-á a desnecessidade de intimá-los, hipótese em que referidas testemunhas deverão ser trazidas à audiência independentemente de intimação, ficando sob a responsabilidade das partes encaminhar links e possibilitar o ingresso dessas testemunhas na sala de audiências virtual,
5. As testemunhas serão autorizadas a entrar na sessão somente no momento de sua oitiva.
6. As partes ficam advertidas de que eventuais erros de envio do link ocasionados pela informação de dados equivocados ou a não visualização do link informado ou não acesso à videoconferência, até o horário de início da audiência será considerado como ausência à audiência virtual, e acarretará as consequências previstas na Lei do Juizado (decretação da revelia se o(a) autor(a) do fato não participar e/ou presunção de que a vítima ausente renuncia à representação ou eventual queixa-crime apresentada).
7. Caso alguma das partes NÃO tenha meios tecnológicos para participar da audiência por videoconferência, deverá informar isso no processo com antecedência mínima de 5 dias, hipótese em que deverá comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial, de forma presencial para participar da audiência, ficando resguardado à parte contrária, participar via videoconferência. Caso ambas as partes estejam impossibilitadas de participar da audiência por videoconferência, ambas poderão comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial para que a audiência presencial seja realizada, ficando resguardado o direito de as testemunhas, esta magistrada e os advogados/Defensores participarem via videoconferência.

8. Assim que aberta a audiência, a Defensoria Pública ou Advogado(a) deverá apresentar DEFESA PRÉVIA, caso já não tenha juntado defesa escrita no processo e na sequência a denúncia será recebida ou rejeitada. Caso seja recebida, proceder-se-á à oitiva das testemunhas da acusação e da defesa e por fim, colheita do interrogatório e apresentação das alegações finais de forma oral.
ORIENTAÇÕES PARA CPE:
Caso não conste no processo os dados de e-mail e telefone do(s) autor(es) do fato e seu(s) Defensor(a) ou Advogado(a) e das testemunhas, a CPE deverá intimar a parte responsável para no prazo de 10 (dez) dias indicar(em) tais dados a fim de possibilitar a participação na audiência.
Após a apresentação de todos os dados necessários (e-mail e telefone das partes e testemunhas), encaminhe-se o processo ao Gabinete deste Juizado para realização da audiência, com antecedência mínima de 24 horas da solenidade, sendo de responsabilidade das partes e seus Advogados/Defensores a informação, sob pena de cancelamento do ato e/ou extinção do processo, se for o caso.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO E/OU CITAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO PARA O FIM DE:
a) INTIMAR O MINISTÉRIO PÚBLICO, A DEFENSORIA PÚBLICA E EVENTUAL ADVOGADO(A) HABILITADO(A) NO PROCESSO;
b) CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO(A) AUTOR(A) DO FATO: AUTOR DO FATO: ISMAEL CANDIDO FAUSTINO, CPF nº 31304150259, BR 364 KM 421 SN ZONA RURAL - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
c) INTIMAÇÃO DAS TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO E DEFESA CUJOS DADOS TENHAM SIDO INFORMADOS NO PROCESSO.
d) COMUNICAÇÃO ao superior hierárquico das testemunhas que forem servidoras públicas (militares, guardas municipais etc.), devendo tal decisão ser encaminhada ao órgão via e-mail, malote digital, whatsapp ou qualquer outro meio rápido e econômico.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, -
7000557-67.2023.8.22.0002
REQUERENTE: GILSON SEBASTIAO SOUZA DO NASCIMENTO, CPF nº 75270943204, RUA MARIO QUINTANA 3986, - DE 3978/3979 AO FIM SETOR 11 - 76873-812 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: CASSIA DE OLIVEIRA RODRIGUES, OAB nº RO12097, REGINA MARTINS FERREIRA, OAB nº RO8088A
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AC BURITIS 1183, AVENIDA PORTO VELHO 1579 SETOR 3 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Inicialmente verifico que em virtude da remessa aos autos ao Núcleo de justiça 4.0, a inicial até o momento não fora recebida, o que passo a fazer neste ato.
Recebo a inicial.
Considerando que a CERON/ENERGISA é uma das maiores litigadas deste Juizado Especial Cível e considerando que as demandas que envolvem o fornecimento de energia elétrica quase sempre envolvem causas urgentes, deixo de designar audiência específica para conciliação a fim de propiciar o rápido julgamento do feito e resolução da lide.
Considerando os princípios informadores dos Juizados Especiais, notadamente a celeridade e informalidade e considerando, sobretudo, que no caso dos autos, a questão de fato pode ser provada por meio de documentos, também deixo de designar audiência de instrução e julgamento, posto que tal providência gerará morosidade ao feito sem qualquer proveito prático, à medida que não há necessidade de provas testemunhais.
Assim, adoto, no caso em tela, o rito simplificado permitido pelo Sistema dos Juizados Especiais Cíveis como forma de prestigiar os princípios informadores da celeridade, economia processual e informalidade.
Como já houve apresentação de contestação e impugnação, passo ao julgamento do mérito estando o processo apto para tanto.
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Preliminarmente a requerida arguiu carência de ação por falta de interesse de agir da parte autora, haja vista não ter esgotado todas as vias administrativas junto a requerida para ter os valores ressarcidos. Todavia, não há necessidade da parte esgotar a via administrativa para possibilitar o seu ingresso em juízo, sob pena de violação do direito constitucional de acesso ao judiciário.
No mérito, trata-se de pedido de indenização ajuizada por GILSON SEBASTIÃO SOUZA DO NASCIMENTO em face de ENERGISA S/A.
Consta na inicial que a parte autora requereu ligação da UC em seu nome e teve sua energia ligada em 02/12/2022, posteriormente em 13/12/2022 a empresa requerida efetuou a suspensão do serviço essencial em sua residência, sem justo motivo, posto que não havia débito(s) em aberto haja vista ter usufruído do serviço por apenas 11 dias até a data do corte. Assim, ingressou com a ação pleiteando indenização por danos morais.
Citada a requerida apresentou contestação e alegou que pode suspender o fornecimento de energia, motivada pelo inadimplemento de faturas mensais, portanto é legitima sua conduta e que não houve dano moral comprovado.
Pois bem, o art. 6°, VI e VIII do CDC esclarece ser direito básico do consumidor a efetiva prevenção e reparação de danos morais a si causados, com facilitação da defesa de seus direitos, operando-se a inversão do ônus da prova em seu favor.
O cerne da lide reside em saber se houve ou não o corte indevido no fornecimento de energia elétrica e, se nesse sentido, a parte requerente faz jus ao recebimento de indenização pelos danos morais sofridos.
Analisando o processo, denota-se que a requerente foi diligente e anexou aos autos requerimentos, protocolos, fotos e comprovante do corte.

Já a requerida NADA PROVOU quanto a existência de justa causa para suspender o serviço essencial, visto que seus argumentos vieram sem prova alguma e ainda em sua contestação apresenta defesa que não em relação com os fatos apontados na inicial.
Como se trata de causa consumerista, competia a ENERGISA S/A provar que existia débito em aberto e/ou que a parte autora foi notificada do débito antes do corte. No entanto, a requerida não juntou nenhuma prova de que a parte requerente tinha débitos em aberto que justificasse o corte da energia, pelo contrário, conforme se evidencia nos documento juntados na inicial em 02/12/2022 a parte a autora requereu ligação nova em seu novo a qual foi atendida e no dia 13/12/2022 a requerida procedeu o corte, sem demonstrar nenhum motivo.
No tocante ao dano moral pleiteado, a responsabilidade da pessoa jurídica em face dos atos realizados por seus prepostos regula-se pela teoria objetiva, de forma que basta a prova da conduta, do dano e do nexo de causalidade para configurar-se o dever de indenizar.
No caso em tela, a conduta da ENERGISA S/A ficou provada por meio dos documentos que confirmaram que o(a) requerente teve a suspensão dos serviços energia elétrica e a negativação do seu nome indevidamente por débito devidamente pago.
O dano causado pela conduta da requerida restou devidamente comprovado ante a negativação indevida e a suspensão do serviço essencial injustamente.
Por fim, o nexo de causalidade entre a conduta e o dano está comprovado por meio dos documentos que evidenciaram que o problema foi causado pela requerida.
Não se discute sobre a culpa da requerida, já que nesse caso se aplica a teoria objetiva da culpa, expressa nos arts. 932, III e 933 do CC. Mesmo que fosse o caso de se perquirir sobre a culpa, ainda assim seria o caso de atribuir à requerida a responsabilidade, pois os seus prepostos agiram com evidente negligência e imprudência ao incluir o nome da requerente indevidamente nos cadastros de mal pagadores, bem como em suspender injustamente o serviço essencial.
Dessa forma, não pairam dúvidas de que a conduta da requerida gerou abalo moral passível de reparação.
Logo, estão presentes os elementos do dever de indenizar, quais sejam, a ação, o dano e o nexo de causalidade, consubstanciados no artigo 186 do Código Civil: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.
A esse respeito, o art. 927, caput, do mesmo Diploma Legal dispõe acerca da obrigação de indenizar imposta àquele que agiu ilicitamente: “Aquele que, por ato ilícito (art. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”.
Assim, considerando a prova da conduta da requerida, o dano e o nexo de causalidade, conclui-se pela responsabilidade da requerida.
Portanto, a ENERGISA S/A tem a obrigação de indenizar os danos morais acarretados a autora pela inscrição indevida do nome da requerente no cadastro de inadimplentes, bem como pela suspensão dos serviços de energia elétrica por débito devidamente pago.
Na fixação do quantum, levo em consideração a conduta lesiva da requerida consistente no corte indevido da energia elétrica, a capacidade econômica das partes e a extensão do dano, entendendo razoável a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais).
Posto isto, com base no art. 487, I do CPC, julgo PROCEDENTE o pedido para CONDENAR a ENERGISA S/A a pagar a requerente a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais em favor da parte autora.
Registre-se que, em se tratando de responsabilidade contratual, a correção monetária pelo IGP-M conta-se da data do arbitramento (Súmula 362 STJ). Os juros de mora incidem desde a citação nos termos do artigo 405, do Código Civil, nos casos de danos morais decorrentes de relação contratual.
Sem custas e honorários advocatícios, posto que incabíveis à espécie, nos termos da Lei 9.099/95.
Publique-se.
Registre-se.
Intimem-se do teor dessa sentença, bem como, para cumprir a determinação acima em 15 dias pena de multa de 10% como determina o art. 523 §1º do CPC, sem prejuízo do imediato cumprimento da sentença, se houver requerimento do credor.
Na hipótese de interposição de recurso Inominado, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo “a quo” (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que apresente contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias e após, remeta-se a turma recursal para apreciação do recurso interposto. Quanto a eventual pedido de gratuidade recursal, a análise fica dispensada por ora, nos termos do art. 101, §1º CPC.
Transitada em julgado, se nada for requerido pelo autor, arquive-se.
CUMPRA-SE SERVINDO A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes – RO; data e horário registrados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, -
Número do processo: 7007814-46.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: GUSTAVO DIAS FERREIRA, GLAUCIENE DIAS DA SILVA, MARIDELTE APARECIDA DIAS DA SILVA
ADVOGADO DOS AUTORES: LINDIOMAR SILVA DOS ANJOS, OAB nº RO10079
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei n. 9.099/1995.
Preliminarmente a requerida, arguiu ilegitimidade ativa de GUSTAVO DIAS FERREIRA e GLAUCIENE DIAS DA SILVA, porém os mesmos comprovaram serem consumidores por equiparação, portanto afasto a preliminar.
No caso em testilha, alegam os autores que sofrem com falta de energia elétrica e constante oscilações, ficando por 53 horas sem energia. Pede seja a requerida condenada em danos morais.

Para amparar o pedido, juntou Boletim de Ocorrência Policial, fotos da propriedade e prints de sites de notícias.
Citada a requerida apresentou contestação e nega que tenha ocorrido a interrupção do serviço nos dias descritos na inicial no imóvel do requerente, e que não há como precisar se a queda so serviço ocorrida na região atingiu os requerentes, bem como fora restabelecido em tempo inferior a 48 horas.
Conforme narrativa fática resta patente que a questão dos autos reflete uma relação de consumo, em que a responsabilidade do fornecedor é de natureza objetiva, somente dela se exonerando acaso prove que o defeito inexistiu na prestação de serviço, ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
O art. 6°, VI e VIII do CDC esclarece ser direito básico do consumidor a efetiva prevenção e reparação de danos morais a si causados, com facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova a seu favor, a critério do juiz.
No caso em tela, verifico improceder o pedido inicial.
A requerida demonstrou que não houve a interrupção do serviço e anexou aos autos telas do seu sistema e dos registros de reclamação para comprovar que NÃO HOUVE SOLICITAÇÃO DO REQUERENTE NAS DATAS DESCRITAS NA INICIAL.
Ante a alegação da requerida de que não houve a interrupção do serviço essencial nos dias mencionados e com os documentos apresentados, recai sobre o autor a necessidade de fazer a contraprova.
No entanto, a parte autora não comprovou nos autos que INFORMOU à requerida que estava sem energia elétrica. Não foi anexado aos autos nenhum protocolo registrado junto à requerida para solicitar o restabelecimento do serviço.
O Boletim de Ocorrência nem sequer fora registrado pelos requerentes. As fotos apenas mostram uma propriedade rural, nada mais.
A notícia colacionada registra que a queda de energia reportada fora restabelecida dentro de 48 horas, e em alguns pontos, antes mesmo disso, portanto dentro do prazo legal.
Não se vislumbra agressão aos elementos formativos da ideia do dano moral. Isso porque a reparação por dano moral deve envolver, necessariamente, a ideia de uma compensação pela agressão a valores tais como paz, tranquilidade de espírito, liberdade, direitos de personalidade, valores afetivos.
Neste contexto, para fins da reparação civil postulada pela parte autora, seria crucial a demonstração de clara ofensa aos atributos da personalidade, já que o mero dissabor induz ao afastamento desse tipo de reparação. Também não se tem prova da dimensão do dano que diz a parte autora ter sofrido, pois incumbe à parte que produz a alegação, PROVAR que o dano efetivamente ocorreu, ensejando-lhe abalo à honra, constrangimento, humilhação, dor moral que supere a esfera patrimonial e interfira na vida do indivíduo de forma anormal, que ultrapasse os meros dissabores da vida cotidiana.
No caso em tela a parte autora não comprovou ocorrido, bem como não comprovou o dano que alega ter sofrido, pois o mesmo não é presumido.
O Superior Tribunal de Justiça que dá a palavra final sobre interpretação de norma infraconstitucional decidiu que somente a que se falar em dano moral nas interrupções de energia elétrica com mais de cinco dias. Nesse sentido: STJ, Terceira Turma, Resp N. 1.705.314, Relarora Ministra Nancy Andhi.
Assim, apesar da obrigatoriedade do restabelecimento em tempo menor, não há que se falar em abalo moral somente pelo tempo de interrupção menor que cinco dias, devendo ser sopesado caso a caso.
In casu, não trazendo o autor outros elementos necessários à configuração do abalo psicológico, só o tempo de interrupção menor que 05 dias não tem o condão por si só de configurar dano moral indenizável.
Não se pode banalizar o instituto do dano moral a ponto de qualquer situação configurar abalo moral.
Para a configuração do dano moral não basta mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação, sensibilidade exacerbada. Só deve ser reputado como causador desse tipo de dano o ato que agride os direitos da personalidade e gere dor física ou moral, vexame e sofrimento que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflição, angústia e desequilíbrio em seu bem estar.
A doutrina de Sérgio Cavalieri Filho dispõe que:
[...] só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia a dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos mais triviais aborrecimentos. Dor, vexame, sofrimento e humilhação são consequências, e não causa (Programa de Responsabilidade Civil. Sérgio Cavalieri Filho. 6ª ed. Pág. 105. Editora Malheiros).
Desse modo, o dano moral somente ingressará no mundo jurídico, gerando a obrigação de indenizar, quando houver alguma circunstância no ato considerado ofensivo a direito.
Destarte, não havendo prova da má prestação do serviço e de prejuízo causado à parte autora, descabe a indenização a título de reparação moral.
Diante da não comprovação do dano moral, por todos os ângulos que se analise o pedido, deve este ser julgado improcedente.
Dispositivo
Isso posto, julgo improcedente o pedido, resolvendo o mérito da causa, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.
Sem custas ou honorários, nesta fase.
P.R.I.
Na hipótese de interposição de recurso Inominado, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo “a quo” (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que apresente contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias e após, remeta-se a turma recursal para apreciação do recurso interposto. Quanto a eventual pedido de gratuidade recursal, a análise fica dispensada por ora, nos termos do art. 101, §1º CPC.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

7004830-89.2023.8.22.0002
Urgência
AUTOR: EDUARDO RODRIGUES DE SOUZA, CPF nº 08355174208, LINHA C 52, POSTE 55 s/n, - DE 3789 A 3923 - LADO ÍMPAR ZONA RURAL - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: PAULO OTAVIO CATARDO SILVA, OAB nº RO9457
REU: Estado de Rondônia, Estado de Rondônia
ADVOGADOS DOS REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Decisão
Vistos;
Cuida-se de pedido obrigação de fazer c/c tutela antecipada, ajuizada pelo menor AUTOR: EDUARDO RODRIGUES DE SOUZA, representado por seu (a) genitor (a), em desfavor do REU: Estado de Rondônia, Estado de Rondônia Sustentou que o requerente atualmente com 04 anos de idade possui CID 541 - HIPOSPADIA PENIANA, abertura da uretra no 1/3 médio do pênis, necessitando de cirurgia para correção.
Pois bem.
O pedido inicial se trata de concessão de procedimentos médicos em favor de uma criança /adolescente.
O Estatuto da Criança e Adolescente elenca sobre a competência do Juizado da Infância e Juventude:
"Art. 148. A Justiça da Infância e da Juventude é competente para:
(...)
IV – conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no art. 209;
(...) Art. 209. As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do local onde ocorreu ou deva ocorrer a ação ou omissão, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores."
Diante disso, é preciso observar a recente decisão do STJ que em julgamento sob o rito dos recursos repetitivos, na Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) fixou que "a Justiça da infância e da juventude tem competência absoluta para processar e julgar causas envolvendo matrícula de menores em creches ou escolas, nos termos dos artigos 148, IV, e 209 da Lei 8.069/1990" – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
A relatora da controvérsia (Tema 1.058), ministra Assusete Magalhães, ressaltou que o STJ, ao apreciar casos relativos à saúde e à educação de crianças e adolescentes, firmou entendimento pela competência absoluta do juízo da infância e da juventude para processar e julgar demandas que visem proteger direitos individuais, difusos ou coletivos dos menores, independentemente de estarem em situação de risco ou abandono.
Desse modo, resta evidente que este Juizado é incompetente para processar e julgar esta causa, que envolve cuidados da saúde de uma criança que supostamente se encontra com sua saúde física em risco.
Nesse sentido, a jurisprudência é pacífica:
ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA DE NATUREZA REPETITIVA. PRETENSÃO DE VAGA EM UNIDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL - UMEI PRÓXIMA À RESIDÊNCIA DE MENOR. CRECHE. AÇÃO PROPOSTA NA VARA DA FAZENDA PÚBLICA. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. ARTS. 148, IV, E 209 DA LEI 8.069/90. PRECEDENTES DO STJ. TESE FIRMADA SOB O RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. ART. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015.RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO. I. A parte recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 19/11/2018, na vigência do CPC/2015, orientando-se o caso pelo Enunciado Administrativo 3/STJ ("Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18/03/2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"). II. Na origem, trata-se de Mandado de Segurança impetrado por menor de idade inferior a 5 (cinco) anos, representada por seus genitores, contra a Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte, que lhe negara vaga e matrícula na Unidade Municipal de Educação Infantil - UMEI Vila Estrela, próxima à sua residência. O Juízo da 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte/MG concedeu a segurança. Apreciando a Apelação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o Tribunal de origem acolheu a preliminar de incompetência absoluta da Vara da Fazenda Pública Municipal para processar e julgar o feito, determinando a remessa dos autos à Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Belo Horizonte, ao fundamento de que "o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), em seu artigo 148, inciso IV, artigo 209 e artigo 212, estabelece que a demanda judicial que visa à proteção de direito das crianças e dos adolescentes é de competência absoluta da Vara da Infância e Juventude, ainda que os mesmos não estejam em situação de abandono ou risco", com manutenção da liminar, até que o Juizo competente se pronuncie. III. A controvérsia ora em apreciação, submetida ao rito dos recursos especiais representativos de controvérsia, nos termos do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, cinge-se a estabelecer a competência para processar e julgar causas envolvendo matrícula de menores em creches ou escolas, se da Vara da Fazenda Pública ou da Vara da Infância e da Juventude, conforme o seguinte tema: "Controvérsia acerca da competência da Vara da Fazenda Pública ou da Vara da Infância e da Juventude para processar e julgar causas envolvendo matrícula de menores em creches ou escolas". IV. No caso dos autos, o acórdão recorrido, interpretando os arts.148, IV, e 209 da Lei 8.069/90, concluiu pela competência absoluta da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Belo Horizonte para processar e julgar demanda que objetiva a disponibilização de vaga e matrícula de menor em creche pública, próxima à sua residência, ainda que a menor não se encontre em situação de abandono ou risco, na forma prevista no art. 98 da referida Lei 8.069/90. V. Os trinta anos da instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente, completados em 13/07/2020, celebram a mudança de paradigma da doutrina da situação irregular, advinda dos Códigos de Menores, para a teoria da proteção integral, garantidora da prioridade absoluta às crianças e aos adolescentes, no âmbito do Estado, da família e da sociedade, abraçada pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei 8.069/90. VI. Com lastro na Constituição Federal de 1988, a Lei 8.069/90 assegura expressamente, à criança e ao adolescente, o direito à educação como direito público subjetivo, mediante "acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de

ensino da educação básica" (art. 53, V), bem como "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade" (art. 54, IV). O art. 148 da Lei 8.069/90 estabelece que "a Justiça da Infância e da Juventude é competente para: (...) IV - conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no art. 209". VII. A Lei 8.069/90 estabelece, no seu Capítulo VII, disposições relativas "às ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular" (...) "do ensino obrigatório" e "de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade" (art. 208, I e III), estatuindo que "as ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do local onde ocorreu ou deva ocorrer a ação ou omissão, cujo juízo terá competência absoluta para processar e julgar a causa, ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos tribunais superiores" (art. 209).VIII. A jurisprudência do STJ, interpretando os arts. 148, IV, e 209 da Lei 8.069/90, firmou entendimento, ao apreciar casos relativos ao direito à saúde e à educação de crianças e adolescentes, pela competência absoluta do Juízo da Infância e da Juventude para processar e julgar demandas que visem proteger direitos individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, independentemente de o menor encontrar-se ou não em situação de risco ou abandono, porquanto "os arts. 148 e 209 do ECA não excepcionam a competência da Justiça da Infância e do Adolescente, ressalvadas aquelas estabelecidas constitucionalmente, quais sejam, da Justiça Federal e de competência originária" (STJ, REsp 1.199.587/SE, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 12/11/2010).

Em igual sentido:

"Esta Corte já consolidou o entendimento de que a competência da vara da infância e juventude para apreciar pedidos referentes ao menor de idade é absoluta, consoante art. 148, inciso IV, do Estatuto da Criança e do Adolescente" (STJ, AgRg no REsp 1.464.637/ES, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 28/03/2016). Adotando o mesmo entendimento: STJ, REsp 1.486.219/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 04/12/2014; REsp 1.217.380/SE, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/05/2011; REsp 1.201.623/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/04/2011; REsp 1.231.489/SE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/06/2013; EDcl no AREsp 24.798/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/02/2012.IX. Examinando hipótese análoga à ora em apreciação, a Segunda Turma do STJ firmou o seguinte entendimento: "O Estatuto da Criança e do Adolescente é lex specialis, prevalece sobre a regra geral de competência das Varas de Fazenda Pública, quando o feito envolver Ação Civil Pública em favor da criança ou do adolescente, na qual se pleiteia acesso às ações ou aos serviços públicos, independentemente de o infante estar em situação de abandono ou risco, em razão do relevante interesse social e pela importância do bem jurídico tutelado. Na forma da jurisprudência do STJ, 'a competência da vara da infância e juventude para apreciar pedidos referentes ao menor de idade é absoluta, consoante art. 148, inciso IV, do Estatuto da Criança e do Adolescente' (STJ, AgRg no REsp 1.464.637/ES, Rel.Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 28.3.2016). Assim, ao afastar a competência da Vara da Infância, da Adolescência e do Idoso para o julgamento de mandamus destinado a assegurar vaga em creche para menor, o Tribunal local dissentiu do entendimento desta Corte Superior, devendo o acórdão vergastado ser reformado" (STJ, REsp 1.833.909/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2019). No mesmo sentido, apreciando hipóteses idênticas à ora em julgamento: STJ, REsp 1.760.648/MS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 08/02/2019; REsp 1.762.782/MS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, DJe de 11/12/2018. X. Tese jurídica firmada: "A Justiça da Infância e da Juventude tem competência absoluta para processar e julgar causas envolvendo matrícula de menores em creches ou escolas, nos termos dos arts.148, IV, e 209 da Lei 8.069/90." XI. Recurso Especial conhecido e improvido, mantendo-se a competência da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Belo Horizonte/MG.XII. Recurso Especial julgado sob a sistemática dos recursos especiais representativos de controvérsia (art. 1.036 e seguintes do CPC/2005 e art. 256-N e seguintes do RISTJ). (REsp 1853701/MG, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/02/2021, DJe 29/03/2021).

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO HUMANO À SAÚDE. JUIZADO DA INFANCIA E JUVENTUDE. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. 1. Cabimento da interposição de agravo de instrumento contra decisão que declina da competência, na forma do Tema nº 988 do STJ. Precedentes das Câmaras que compõem o Segundo Grupo Cível desta Corte. 2. A demanda em que pretende a prestação de saúde de nascituro é de competência absoluta do Juizado da Infância e Juventude, à luz dos arts. 8º, 98 e 148, inc. IV, do ECA. RETRATAÇÃO EM AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (TJ-RS - AGT: 70084003078 RS, Relator: Francesco Conti, Data de Julgamento: 10/07/2020, Quarta Câmara Cível, Data de Publicação: 13/07/2020).

Fica evidenciado, portanto, que o Juizado da Infância e Juventude é que possui competência para recepcionar e analisar essa causa proposta a invocar medidas de direito a preservação da saúde de uma criança de 04 anos de idade.

Como a matéria objeto desta ação é de competência, inicialmente, exclusiva da 2a Vara Cível desta Comarca de Ariquemes/RO, a qual possui a competência para julgar assuntos relativos ao Juizado da Infância e Juventude, determino a redistribuição dessa ação, com urgência, àquele Juízo, a fim de que a tenha o devido processamento pelo órgão judicial competente.

Intime-se as partes.

CUMPRA-SE SERVINDO A PRESENTE COMO COMUNICAÇÃO/ MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.

Ariquemes, data e horário certificados no Sistema PJE.

Muhammad Hijazi Zaglout

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ariquemes - Juizado Especial

Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7018063-27.2021.8.22.0002

Classe: Termo Circunstanciado

Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia

ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Polo Passivo: DOUGLAS DOS SANTOS MARQUES

AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)

Sentença
Trata-se de Termo Circunstanciado instaurado em face de DOUGLAS DOS SANTOS MARQUES .
No curso do procedimento, o(s) autor(s) do fato foi(ram) beneficiado(s) com a transação penal, sendo que cumpriu(ram) integralmente as condições que lhe(s) foram impostas.
É o relatório.
No caso vertente observa-se que o(s) autor(s) do fato cumpriu(ram) integralmente as condições da transação penal, razão pela qual faz(em) jus à extinção de sua punibilidade.
Destarte, declaro extinta a punibilidade de AUTOR DO FATO: DOUGLAS DOS SANTOS MARQUES, qualificado(s) nos autos, relativamente aos fatos descritos no presente procedimento, extinguindo o feito.
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas e após, arquive-se independentemente de intimação e trânsito em julgado.
Publique-se.
Registre-se.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7016483-59.2021.8.22.0002
Classe: Termo Circunstanciado
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: LUCIANO CABRAL DE LIMA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Dê-se vista ao Ministério Público.
Juntada a manifestação ministerial, retornem-me os autos conclusos.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
Ariquemes-RO; data e hora certificado no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Procedimento do Juizado Especial Cível 7000169-67.2023.8.22.0002
AUTOR: JOSE VICENTE VIEIRA DE SOUZA
ADVOGADOS DO AUTOR: ARLINDO FRARE NETO, OAB nº RO3811, DIONATAN LUCAS SILVA ROCHA, OAB nº RO12078, KARINE SANTOS CASTOR, OAB nº RO10703
REU: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO REU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, BRADESCO
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado.
A lide comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
É importante frisar, que em razão da natureza jurídica da relação existente entre as partes, a lide deve ser dirimida à luz do Código de Defesa do Consumidor.
Passo a análise do mérito.
Segundo estabelecido pelo art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, em regra, a responsabilidade da empresa requerida pelo defeito na prestação do seu serviço é objetiva, ou seja, se assenta na equação binária cujos polos são o dano e a autoria do evento danoso.
Importante frisar que, estando a presente demanda regrada pela lei consumerista, é assegurado ao consumidor a aplicação do instituto da inversão do ônus da prova, previsto no art. 6º, inciso VIII, do referido Codex.
Contudo, o Código de Processo Civil, em seu art. 373, distribuiu esse ônus probatório:
Art. 373. O ônus da prova incumbe:
I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;
II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Grifo nosso.
Assim, ainda que se analise a demanda sob a ótica consumerista e da inversão do ônus da prova, incumbe à parte autora demonstrar, ao menos, indícios do fato constitutivo do seu direito.
É necessário esclarecer também que os bancos ou instituições financeiras são considerados prestadores de serviços, de modo que estão submetidos às disposições do Código de Defesa do Consumidor, o qual versa expressamente sobre o assunto no art. 3º, § 2º. A Súmula 297 do Superior Tribunal de Justiça dispõe que as operações bancárias estão sujeitas ao Código de Defesa do Consumidor, norma especial e de caráter público.
Nessas circunstâncias, a responsabilidade do estabelecimento bancário independe de demonstração de culpa, posto que é objetiva, em virtude do risco profissional. É imperativo que se evidencie o nexo de causalidade entre a conduta e o resultado lesivo, a teor do disposto no artigo 14, da Lei n.º 8.078/90:

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação de danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre a sua fruição e riscos.
A relação entre as partes é de consumo, regulada pela Lei n.º 8.078/90, na forma do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, sendo a responsabilidade do réu objetiva, devendo se responsabilizar pelos defeitos ou falhas nos serviços prestados, afastando-se tal responsabilidade somente em caso de culpa exclusiva da autora ou de terceiro, o que a ele cabe provar.
O contexto do feito recomenda a inversão do ônus da prova, mesmo porque a prova do fato negativo em questão mostra-se extremamente difícil de ser produzida e seria pouco razoável exigi-la da autora. A inversão do ônus da prova milita a favor da autora.
Pois bem.
Analisando-se aos autos e os documentos trazidos com a inicial, vejo que a autora teve como fundamento de seus pedidos a declaração de inexistência de dívida em decorrência de suposto contrato entabulado com a requerida.
Alega que jamais firmou contrato com a ré o que torna a dívida inexistente, e pugna pela condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais.
A requerida após ser devidamente citada, apresentou Contestação, impugnando as alegações da autora e aduzindo que inexistem provas que configurem o dano moral, requerendo seja julgado improcedente o pedido.
A autora comprova o fato constitutivo de seu direito com a juntada do comprovante da negativação de seu nome pelo débito em questão.
Por outro lado, a requerida não apresentou comprovante de transferência dos valores para conta do autor. Considero que além de contrato há também outros meios de provas que o banco poderia dispor e não o fez.
Entendo, portanto, que se não apresentada prova cabal da existência formal da relação jurídica entre as partes, está claro que inexiste, portanto, fundamento para os descontos indevidos.
Este também o entendimento jurisprudencial:
CONSUMIDOR. DANOS MATERIAIS E MORAIS. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO NÃO CONTRATADO PELA CONSUMIDORA. FALHA NO SERVIÇO, QUE IMPLICA INVASÃO DA CONTA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. INSEGURANÇA. RESSARCIMENTO DEVIDO. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS. 1. Inexiste nos autos prova da contratação do empréstimo por parte da consumidora, ou que o numerário tenha sido depositado em sua conta corrente, é de se reconhecer os descontos em folha de pagamento como indevidos. (TJRS Processo71002912350 RS Orgão Julgador Primeira Turma Recursal Cível. Publicação Diário da Justiça do dia 09/06/2011. Julgamento: 7 de Junho de 2011. Relator: Heleno Tregnago Saraiva).
CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO INDEVIDA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. DEVER DE INDENIZAR. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE OBSERVADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO INOMINADO, Processo nº 7011740-14.2018.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Data de julgamento: 01/04/2019. Grifo nosso.
Ademais, verifico, no caso sub judice, presentes os requisitos que importam no dever de indenizar, quais sejam, o fato ou a conduta do requerido; resultado lesivo e nexo de causalidade entre a conduta e o resultado.
Nesse prisma, em se tratando de relação de consumo, existe a responsabilidade objetiva do requerido de reparar os danos causados a parte requerente (artigo 14 do CDC), decorrentes da falta de cuidado na execução de suas atividades e da falha na fiscalização, o que desencadeou nas cobranças indevidas em seu salário, tomando do requerente valores que certamente lhe fizeram falta.
Assim, pelo fato de a parte autora ter sofrido cobrança de valor indevido sofreu abalo moral, pelo qual a parte requerida deve ser responsabilizada.
Na fixação do valor da indenização, a título de danos morais, são levados em consideração os seguintes fatores: a) extensão do dano; b) grau de culpa do causador; c) capacidade econômica e condição social das partes, além do d) caráter pedagógico da reparação (parâmetros do art. 944, do CC).
Considerando os postulados da compensação e do desestímulo, entendo que o quantum indenizatório não deve ser tão expressivo, de forma que se converta em fonte de enriquecimento a parte requerente e nem tão ínfimo que se torne ineficaz, não servindo a desestimular a requerido a cometer conduta semelhante.
Por todos estes elementos, entendo que o valor do dano moral deve ser fixado em R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
III. DISPOSITIVO
Posto isso, JULGO PROCEDENTES EM PARTE os pedidos formulados por AUTOR: JOSE VICENTE VIEIRA DE SOUZA em face de REU: BANCO BRADESCO S.A., para o fim de:
a) CONFIRMAR a tutela provisória de urgência.
b) DECLARAR inexistente o débito referente à Consignação de Empréstimo Bancário - código 216 no valor de R$ 17.379,08 (dezessete mil trezentos e setenta e nove reais e oito centavos), contrato n. 012341599981, e R$ 3.612,00 (três mil seiscentos e doze reais) sob o contrato de n. 0123417066641.
c) DETERMINAR que a requerida MODIFIQUE A MODALIDADE E VALORES DOS EMPRÉSTIMOS ora divergentes para o contrato pretendido pelo Autor sob n. 0123414778260 de valor R$ 1.123,08 (um mil, cento e vinte e três reais e oito centavos) e assim a compensação dos valores já descontados no benefício.
d) CONDENAR a parte requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, corrigido monetariamente e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, ambos a partir do conhecimento desta Sentença (Súmula n. 362 - STJ).
e) CONDENAR a requerida ao pagamento de repetição em dobro do indébito de R$ 5.852,98 (seis mil novecentos e setenta e seis reais e seis centavos), com correção monetária da data dos descontos e juros da citação.
Em caso de interposição de recurso inominado, intime-se o recorrido para apresentar suas contrarrazões no prazo de 10 dias. Com a apresentação das contrarrazões ou o decurso do referido prazo, subam os autos ao E. TJ/RO, conforme disciplina o art. 1.010, §§1º, 2º e 3º do Novo Código de Processo Civil.
Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.
Após o trânsito em julgado, certifique-se e proceda-se com as baixas de praxe arquivando-se os autos em seguida.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/INTIMAÇÃO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, data certificada.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz (a) de Direito

7013702-98.2020.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: WILLIAN SANTOS FIGUEREDO, CPF nº 01092055290, RUA ALEGRIA 5266, - DE 1734 A 1746 - LADO PAR FELIZ CIDADE - 76870-001 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Vistos.
Dê-se vista ao Ministério Público.
Juntada a manifestação ministerial, retornem-me os autos conclusos.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
Ariquemes-RO; data e hora certificado no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

7005964-54.2023.8.22.0002
EXEQUENTE: PEREIRA & GASPAR LTDA - ME, CNPJ nº 01488044000175, ALAMEDA DO IPÊ 3391, TRAVESSA MARACATIARA SETOR 01 - 76870-074 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUAN CARLOS GOIS DIB, OAB nº RO5942
EXECUTADO: JUCIARA TEIXEIRA LIMA, CPF nº 52180530234, RUA PIONEIRO ANDRÉ RIBEIRO 1300, - ATÉ 1389/1390 SETOR 02 - 76873-142 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
HOMOLOGO por sentença para que surtam seus jurídicos e legais efeitos o acordo efetivado pelas partes, que se regerá pelas cláusulas constantes no documento apresentado nos autos e como consequência, EXTINGO o feito com resolução do mérito na forma do art. 487, III, b do CPC.
Relativamente ao valor bloqueado nos autos, determino a expedição de alvará em favor da parte autora, conforme requerido no acordo entabulado (R$ 903,00). Ato contínuo, intime-se, por seu advogado constituído, para acessar o documento via sistema PJE e providenciar a respectiva impressão, devendo ser advertido(a) de que deverá manifestar-se nos autos quanto ao recebimento do valor no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de presunção nesse sentido e extinção por pagamento.
Sem custas e sem verbas honorárias.
Publique-se.
Registre-se.
Após, arquivem-se, independentemente do trânsito em julgado e de intimação.
CUMPRA-SE SERVINDO A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
segunda-feira, 17 de julho de 202310 horas e 19 minutos
Muhammad Hijazi Zaglout

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Processo n.: 7017302-59.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Direito de Imagem
AUTOR: MAYSA NAIR MONARI SOUZA, RUA VITÓRIA 2361, . SETOR 03 - 76870-392 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: RENATA SANTOS DE MATTOS, OAB nº RO8738
SILMAR KUNDZINS, OAB nº RO8735
REU: BRASIL AUTO SERVICO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS S.A., AVENIDA CAPITÃO SÍLVIO 1680, . APOIO RODOVIÁRIO SUL - 76876-724 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: RAILSON LIMA BARROS, OAB nº RO12621
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação consumerista ajuizada por MAYSA NAIR MORARI SOUZA em face de BRASIL AUTO SERVIÇO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS S.A.
Segundo consta na inicial, a parte autora foi surpreendida com a má prestação de serviço da requerida ao encomendar um bolo de aniversário para os seus filhos.
A requerente buscou a requerida para realizar a encomenda de um bolo quadrado de 4kg nas cores azul e branco para o aniversário de seus filhos, ao ir buscar o referido bolo, se deparou com um bolo redondo, maior que o solicitado e com rachaduras, ao questionar os funcionários da requerida sobre as rachaduras, ficou acordado de que realizariam o concerto e a requerente iria buscar o mesmo bolo mais tarde.
Ocorre que ao chegar para buscar ou bolo com os concertos necessários, a requerente foi informada que o bolo teria sido descartado, dando a opção de levar os bolos que já estavam prontos no expositor para venda, não tento outra escolha, pois se tratava do aniversário dos filhos, a requerente optou por levar dois bolo dos que estavam no expositor.
Pois bem. Em atenção ao Princípio do Livre Convencimento Motivado, passo à necessária fundamentação, com fulcro no exame das provas produzidas no processo.
A responsabilidade da pessoa jurídica em face dos atos realizados por seus prepostos regula-se pela teoria objetiva, de forma que basta a prova da conduta, do dano e do nexo de causalidade para configurar-se o dever de indenizar.
De acordo com o art. 14 do CDC, o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços – Teoria do Risco do Negócio ou da Atividade.

Incontroverso nos autos que a autora sofreu abalos emocionando devido a má prestação de serviço da requerida, podendo ser comprovado com as imagens apresentadas pela própria requerida de que não foi entregue o bolo encomendando pela requerente.
No caso, especialmente considerando a inversão do ônus probatório em favor do consumidor (art. 6, VIII), cabia a requerida provar a legalidade dos fatos alegados pela autora.
A ré questionou ausência de responsabilização porquanto atuou dentro da legalidade, já que a autora teria ficado com outros dois bolos disponibilizado pela requerida.
Não bastasse isso, todo preço pago pelo consumidor deve corresponder à efetiva prestação de um serviço ou entrega de produto. Isso é norma do CDC vigente. No entanto, houve há má prestação de serviço da requerida quanto a encomenda da requerente.
De todo modo, deve-se concluir que no caso em tela inexiste demonstração pela defesa de fato impeditivo modificativo ou extintivo do direito da autora, não há como acolher a tese defensiva.
Assim, sem provas contundentes de que a encomenda realmente foi entregue nos termos solicitados.
Registre-se oportunamente, que o princípio da dignidade do ser humano norteia qualquer relação jurídica. No âmbito consumerista este preceito constitucional é reforçado pelo artigo 4º, inciso I, da Lei Consumerista, que reconhece taxativamente a vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo (artigo 4º do CDC).
O inciso IV trata do aproveitamento das vulnerabilidades específicas do consumidor, restando caracterizada tal prática quando o fornecedor, de modo abusivo, se vale da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social.
No caso em tela, a conduta da parte ré restou demonstrada diante dos documentos juntados aos autos, os quais comprovam a contratação e subsequentes o não cumprimento da obrigação.
Salutar descrever que o art. 14, § 3º, do Código de Defesa do Consumidor, somente afasta a responsabilidade do fornecedor por fato do serviço quando a culpa for exclusivamente do consumidor ou de terceiro.
§ 3° O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:
[...]
II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
Ainda que fosse o caso de fraude perpetrada por terceiros, ainda sim a conduta danosa da requerida estaria caracterizada pois a responsabilidade do fornecedor decorre da violação do dever de gerir com segurança as contratações feitas por intermédio de seus prepostos, para garantir a lisura de todo o trâmite negocial e, ocorrendo algum defeito na prestação do serviço, há responsabilidade objetiva da instituição financeira/associação, porquanto o serviço prestado foi defeituoso. Sobre o assunto, há entendimento pacificado nesse mesmo sentido. Vejamos:
INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. DESCONTO INDEVIDO. EMPRÉSTIMO. ÔNUS DA PROVA. ARTIGO 373, II, CPC. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.
-Quando o caso extrapola a esfera do mero dissabor, incorre na lesão de cunho moral passível de reparação, pelo transtorno passado na busca de resolver um problema o qual não deu causa, percorrer uma via crucis indevida e desnecessária, com perda de tempo e sensação de impotência.
-A indenização tem por objetivo proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição mas como um desestímulo à repetição do ilícito, estando, ainda, em consonância a situação econômica das partes.
RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7001993-67.2019.822.0013, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Glodner Luiz Pauletto, Data de julgamento: 18/09/2020.
Seja como for, por força da inversão do ônus probatório em favor do consumidor, cabia a requerida demonstrar que a parte autora havia celebrado a encomenda nos termos que foram entregues, o que não ocorreu nos autos.
O dano causado pela conduta da requerida é evidente ante o inequívoco constrangimento e chateação que a não entregue do bolo conforme encomendado, impõe responsabilização da pessoa jurídica requerida já que não adimpliu seu dever de produzir o bolo nos termos estabelecidos e de forma capaz de ser manuseado até a residência da autora para a festa de aniversário dos seus filhos.
Apesar de não terem sido colhidas provas orais, os documentos juntados aos autos e as alegações constantes na Inicial demonstram que os fatos geraram danos morais à parte autora pois sofreu abalos emocionais, chateações, visto que se tratava da festa de aniversário dos seus filhos, que fora programada a dias antes, e que não poderia não ter um bolo para que pudessem cantar parabéns. Tudo isso certamente gerou impacto e abalo emocional à parte autora.
Por fim, o nexo de causalidade entre a conduta e o dano está comprovado por meio dos documentos que evidenciaram que o dano sofrido pela parte autora foi causado pela conduta do réu em não realizar a entrega do bolo encomendado pela autora.
Não se discute sobre a culpa da requerida, já que nesse caso se aplica a teoria objetiva da culpa – Teoria do Risco do Negócio ou da Atividade.
Assim, a parte autora faz jus ao recebimento de indenização pelos danos morais sofridos.
Em relação aos danos morais, na fixação do quantum, considerando a capacidade econômica das partes, a extensão do dano e as consequências do fato na vida das partes, fixo a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais)
Posto isso, julgo PROCEDENTES EM PARTES os pedidos formulados por MAYSA NAIR MONARI SOUZA para CONDENAR a requerida BRASIL AUTO SERVIÇO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS S.A a pagar a(o) requerente a importância de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I do CPC.
Registre-se que, em ação indenizatória por danos morais, o termo inicial para incidência dos juros de mora é a data do evento danoso, em aplicação à Súmula 54 do STJ. Já a correção monetária deve incidir desde a data do julgamento em que a indenização foi arbitrada, de acordo com a súmula 362 do STJ.
Sem custas e sem verbas honorárias.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Intime-se a parte requerida para que cumpra o descrito na sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% descrita no art. 523 do Código de Processo Civil.
Após o trânsito em julgado, se nada for requerido, arquive-se.
Cumpra-se servindo a presente como mandado/carta de intimação/carta precatória para seu cumprimento.
Ariquemes/RO, 17 de julho de 2023.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7014676-67.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: LOURDES DE PAULA MIGUEL
ADVOGADO DO REQUERENTE: THIAGO DE PAULA MIGUEL, OAB nº RO10745
Polo Passivo: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO
Sentença
Relatório dispensado na forma dos arts. 27 da Lei n. 12.153/09 c/c 38 da Lei n. 9.099/95.
Trata-se de ação proposta por LOURDES DE PAULA MIGUEL em face do MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO, tencionando a restituição dos valores recolhidos a título de Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), porquanto a modalidade da aquisição do bem mediante a usucapião é a Originária não havendo a referida transmissão inter vivos da propriedade, mas sim uma consolidação da situação jurídica dada com a prescrição aquisitiva.
Assim, ingressou com a presente tencionando a repetição de indébito do valor pago no importe de R$ 6.199,88 (seis mil cento e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos).
Citado o requerido apresentou contestação onde requereu a improcedência da inicial ao argumento de ausência de pretensão resistida, haja vista a ausência de requerimento administrativo junto a administração pública objetivando a restituição.
O cerne da demanda reside unicamente na alegada ilegitimidade da cobrança de ITBI na aquisição de bem imóvel pela usucapião, ante a prescrição aquisitiva da posse.
A usucapião é modalidade de aquisição originária da propriedade em decorrência do exercício prolongado da posse, na forma e pelo tempo exigidos pela lei.
Conforme se depreende na notificação/edital de ID 81565086, a modalidade da Usucapião Extrajudicial é a Ordinária, com base no artigo 1.242, parágrafo único, do Código Civil.
Nesse sentido, a usucapião, enquanto forma de aquisição originária da propriedade, não enseja a cobrança de tributos de transmissão, como o imposto de Transmissão de Bens Imóveis.
Eis o entendimento jurisprudencial em situações semelhantes. Vejamos:
EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. IMÓVEL. AQUISIÇÃO POR USUCAPIÃO. ITBI. NÃO INCIDÊNCIA. - Não incide o ITBI sobre a aquisição de imóvel por usucapião, uma vez que não se trata de transmissão da propriedade, mas de forma de aquisição originária. (TJ-MG - Remessa Necessária-Cv: 10000205618978001 MG, Relator: Washington Ferreira, Data de Julgamento: 26/01/2021, Câmaras Cíveis / 1ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 01/02/2021)
APELAÇÃO CÍVEL – USUCAPIÃO ORIGINÁRIO – PROCEDÊNCIA – ITBI – NÃO INCIDÊNCIA PARA AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA POR USUCAPIÃO – AUSÊNCIA DE FATO GERADOR DO TRIBUTO – SENTENÇA REFORMADA EM PARTE - APELO PROVIDO. No modo de aquisição de propriedade por usucapião originária não ocorre a transmissão de propriedade do bem, estando fora do campo de incidência do ITBI, que abrange somente a transmissão de propriedade. (TJ-MT 10049296020208110007 MT, Relator: SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, Data de Julgamento: 15/02/2022, Primeira Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 17/02/2022)
Dessa forma, ante a não ocorrência de fato gerador, a cobrança do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) é indevida.
Neste ponto específico, não houve insurgência do Município requerido. Restando, portanto, incontroverso nos autos que a restituição do valor pago a titulo de ITBI é devida a parte autora.
Conforme determina o art. 165 do Código Tributário Nacional, o sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, indevidamente pago, não podendo a municipalidade locupletar-se indevidamente em razão do pagamento de tributo erroneamente.
Assim, é devida a repetição de indébito do valor recolhido indevidamente pela autora a título do ITBI, tal como determina o art. 165, I do Código Tributário Nacional.
Como nos autos há provas de que a requerente efetuou o pagamento do imposto em 17/01/2022 no importe de R$ 6.199,88, ela faz jus à restituição total desse valor na forma dobrada.
Quanto a alegada má-fé da parte autora, por não procurar meios administrativos para solucionar o impasse, entendo que não assiste razão ao requerido, uma vez que o prévio requerimento administrativo não é pressuposto para o acesso à jurisdição, sob pena de violação da norma do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal.
Sendo assim, considerando a desnecessidade de esgotamento administrativo, ou mesmo de prévio requerimento extrajudicial, o pedido inicial é procedente.
Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.
No mesmo sentido: “O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos” (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).
O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.
Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora LOURDES DE PAULA MIGUEL, por conseguinte, CONDENO o MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO, a restituir, na forma dobrada, a quantia de R$ 6.199,88 (seis mil cento e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos) a título de ITBI, corrigidos monetariamente e com incidência de juros de 1% ao mês, desde o efetivo desembolso, extinguindo o processo com resolução do mérito.

Incabível a condenação em custas e honorários nesta instância (art. 55, da Lei n. 9.099/95).
Em caso de interposição de apelação ou de recurso adesivo, intime-se o recorrido para apresentar suas contrarrazões no prazo de 15 dias. Com a apresentação das contrarrazões ou o decurso do referido prazo, subam os autos ao E. TJ/RO, conforme disciplina o art. 1.010, §§1º, 2º e 3º do Novo Código de Processo Civil.
Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.
Após o trânsito em julgado, certifique-se e proceda-se com as baixas de praxe arquivando-se os autos em seguida.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/INTIMAÇÃO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7007463-44.2021.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTORES DOS FATOS: DIEGO FELISBERTO SILVANO, CPF nº 00950357294, RUA BAHIA 3993, 69 9 9367-6531 SETOR 05 - 76870-710 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, JUCIENE OLIVEIRA DE JESUS, CPF nº 70398511217, RUA DAS ORQUÍDEAS 2068, 69 9 9315-1276 SETOR 04 - 76873-486 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, JEAN RIBEIRO DE SOUZA, CPF nº 00352996226, RUA MACHADO DE ASSIS, 69 9 9298-4505 SETOR 06 - 76873-582 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, GILBERTO SABINO, CPF nº 52034747291, RUA COLATINA 4041, 69 9 9372-6229 SETOR 09 - 76876-400 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, LUIZ GUILHERME GONZAGA PEREIRA SILVA, CPF nº 00371155290, RUA GUANAMBI 1678, - DE 1715/1716 AO FIM SETOR 02 - 76873-290 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, ALESSANDRA PATRICIA DA SILVA, CPF nº 03877677207, RUA COLATINA 4021, 69 9 9380-6557 SETOR 09 - 76876-400 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, MARILEDE OLIVEIRA DA SILVA, CPF nº 00346395275, LAJES 4369, 69 9 9955-7830 SETOR 09 - 76876-340 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, VALTER OLIVEIRA SANTOS, CPF nº 70216629209, RUA JOÃO PESSOA, 69 9 9227-2110 SETOR 03 - 76870-499 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, FRANK RUFINO GOMES, CPF nº 01674251297, RUA COLATINA 4021 SETOR 09 - 76876-400 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
AUTORES DOS FATOS SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Trata-se de Termo Circunstanciado instaurado em face de AUTORES DOS FATOS: DIEGO FELISBERTO SILVANO, JUCIENE OLIVEIRA DE JESUS, JEAN RIBEIRO DE SOUZA, GILBERTO SABINO, LUIZ GUILHERME GONZAGA PEREIRA SILVA, ALESSANDRA PATRICIA DA SILVA, MARILEDE OLIVEIRA DA SILVA, VALTER OLIVEIRA SANTOS, FRANK RUFINO GOMES.
No curso do procedimento, o(s) autor(s) do fato JEAN RIBEIRO DE SOUZA e MARILEDE OLIVEIRA DA SILVA foi(ram) beneficiado(s) com a transação penal, sendo que cumpriu(ram) integralmente as condições que lhe(s) foram impostas.
É o relatório.
No caso vertente observa-se que o(s) autor(s) do fato JEAN RIBEIRO DE SOUZA e MARILEDE OLIVEIRA DA SILVA cumpriu(ram) integralmente as condições da transação penal, razão pela qual faz(em) jus à extinção de sua punibilidade.
Destarte, declaro extinta a punibilidade de JEAN RIBEIRO DE SOUZA e MARILEDE OLIVEIRA DA SILVA, qualificado(s) nos autos, relativamente aos fatos descritos no presente procedimento, extinguindo o feito.
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas.
Publique-se.
Registre-se.
Relativamente aos demais pedidos do Ministério Público, DETERMINO:
a) a intimação pessoal de LUIZ GUILHERME GONZAGA PEREIRA SILVA, para que quite a parcela em atraso ou justifique a impossibilidade de pagá-la, sob pena de revogação do benefício;
b) a intimação de GILBERTO SABINO, ALEXANDRA PATRÍCIA DA SILVA e VALTER OLIVEIRA SANTOS, para que compareçam à audiência preliminar a ser designada nestes autos.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO E/OU CITAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO.
Ariquemes – RO; data e hora certificada pelo sistema.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito
GILBERTO SABINO - CPF 52034747291 – Endereço - Rua Colatina, nº. 4041, Setor 09 - Ariquemes-RO, Telefone: 99372-6229;
ALESSANDRA PATRICIA DA SILVA - CPF 03877677207 – Endereço - Rua Rubi, nº. 1055, bairro Parque das Gemas - Ariquemes/RO, Telefone: 69 99380- 6557;
VALTER OLIVEIRA SANTOS - CPF 70216629209 – Endereço - BR-421, LC-50, LT-25, GL-51 - Monte Negro/RO, Telefone: 99227-2110.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7004603-70.2021.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: HANA GISELLI FERREIRA DOS SANTOS, CPF nº 03362512208, TURMALINAS 1369, 69 9 9212-0497 PQ DAS GEMAS - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
D E C I S Ã O
Ante o oferecimento da denúncia, determino a realização da AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO tal como indica o art. 78 da Lei 9.099/95, oportunidade em que o(a) autor(a) do fato deverá se manifestar sobre a acusação, acarretando ou não o recebimento da denúncia e instrução imediata do feito, com oitiva de testemunhas e colheita de interrogatório.
Assim, DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO POR VIDEOCONFERÊNCIA conforme dados adiante descritos:
DATA E HORÁRIO: 07.12.2023 às 10h30min
PLATAFORMA: aplicativo Google Meet
LINK: meet.google.com/cey-jura-nsz

FORMA DE ACESSO: as partes poderão utilizar aparelho celular, tablet, notebook ou computador com acesso à internet, que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando. Basta clicar no link acima ou digita-lo no navegador do computador ou celular e o equipamento irá direcionar para a sala de audiência.
RECOMENDAÇÕES E ADVERTÊNCIAS PARA PARTES, MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA, ADVOGADOS E TESTEMUNHAS:
1. Utilize fones de ouvido para diminuir ruídos externos e causar microfonia;
2. Esteja de posse de algum documento pessoal com foto para comprovar sua identidade.
3. No horário da audiência por videoconferência, cada parte e testemunha deverá estar disponível para contato através de e-mail e número de celular informado para que a audiência possa ter início.
4. No prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, os promotores de justiça, defensores e advogado deverão informar no processo, o e-mail e número de telefone das pessoas a serem ouvidas na condição de testemunhas, para possibilitar a intimação e o envio do link da videoconferência. Caso deixem transcorrer esse prazo sem apresentar os dados, presumir-se-á a desnecessidade de intimá-los, hipótese em que referidas testemunhas deverão ser trazidas à audiência independentemente de intimação, ficando sob a responsabilidade das partes encaminhar links e possibilitar o ingresso dessas testemunhas na sala de audiências virtual,
5. As testemunhas serão autorizadas a entrar na sessão somente no momento de sua oitiva.
6. As partes ficam advertidas de que eventuais erros de envio do link ocasionados pela informação de dados equivocados ou a não visualização do link informado ou não acesso à videoconferência, até o horário de início da audiência será considerado como ausência à audiência virtual, e acarretará as consequências previstas na Lei do Juizado (decretação da revelia se o(a) autor(a) do fato não participar e/ou presunção de que a vítima ausente renuncia à representação ou eventual queixa-crime apresentada).
7. Caso alguma das partes NÃO tenha meios tecnológicos para participar da audiência por videoconferência, deverá informar isso no processo com antecedência mínima de 5 dias, hipótese em que deverá comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial, de forma presencial para participar da audiência, ficando resguardado à parte contrária, participar via videoconferência. Caso ambas as partes estejam impossibilitadas de participar da audiência por videoconferência, ambas poderão comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial para que a audiência presencial seja realizada, ficando resguardado o direito de as testemunhas, esta magistrada e os advogados/Defensores participarem via videoconferência.
8. Assim que aberta a audiência, a Defensoria Pública ou Advogado(a) deverá apresentar DEFESA PRÉVIA, caso já não tenha juntado defesa escrita no processo e na sequência a denúncia será recebida ou rejeitada. Caso seja recebida, proceder-se-á à oitiva das testemunhas da acusação e da defesa e por fim, colheita do interrogatório e apresentação das alegações finais de forma oral.
ORIENTAÇÕES PARA CPE:
Caso não conste no processo os dados de e-mail e telefone do(s) autor(es) do fato e seu(s) Defensor(a) ou Advogado(a) e das testemunhas, a CPE deverá intimar a parte responsável para no prazo de 10 (dez) dias indicar(em) tais dados a fim de possibilitar a participação na audiência.
Após a apresentação de todos os dados necessários (e-mail e telefone das partes e testemunhas), encaminhe-se o processo ao Gabinete deste Juizado para realização da audiência, com antecedência mínima de 24 horas da solenidade, sendo de responsabilidade das partes e seus Advogados/Defensores a informação, sob pena de cancelamento do ato e/ou extinção do processo, se for o caso.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO E/OU CITAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO PARA O FIM DE:
a) INTIMAR O MINISTÉRIO PÚBLICO, A DEFENSORIA PÚBLICA E EVENTUAL ADVOGADO(A) HABILITADO(A) NO PROCESSO;
b) CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO(A) AUTOR(A) DO FATO: AUTOR DO FATO: HANA GISELLI FERREIRA DOS SANTOS, CPF nº 03362512208, TURMALINAS 1369, 69 9 9212-0497 PQ DAS GEMAS - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
c) INTIMAÇÃO DAS TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO E DEFESA CUJOS DADOS TENHAM SIDO INFORMADOS NO PROCESSO.
d) COMUNICAÇÃO ao superior hierárquico das testemunhas que forem servidoras públicas (militares, guardas municipais etc.), devendo tal decisão ser encaminhada ao órgão via e-mail, malote digital, WhatsApp ou qualquer outro meio rápido e econômico.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7008863-25.2023.8.22.0002
Classe: Termo Circunstanciado
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: MARCOS DA SILVA SANTOS, ALLAN JUNIOR FERNANDES CORREIA, MATHEUS LUCINDO VIEIRA, JONATAS HENRIQUE LIMA DA ROCHA, OSEIAS CORDEIRO DIAS
ADVOGADOS DOS AUTORES DOS FATOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de procedimento especial criminal onde se discute a prática do crime descrito no art. 268, caput, do Código Penal, instaurado em face de AUTORES DOS FATOS: MARCOS DA SILVA SANTOS, ALLAN JUNIOR FERNANDES CORREIA, MATHEUS LUCINDO VIEIRA, JONATAS HENRIQUE LIMA DA ROCHA, OSEIAS CORDEIRO DIAS
Consta no curso do processo que o Ministério Público solicitou o arquivamento com base no reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal ID (91912804).
O crime previsto no dispositivo supramencionado possui pena em abstrato cominada entre 01 (um) mês a 01 (um) ano de detenção. Verifica-se que tais delitos cujo máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois, o prazo prescricional computa-se em 04 (quatro) anos, conforme exarado no art. 109, inciso V, do Código Penal.
Todavia, o(s) suposto(s) autor(es) do fato era, ao tempo do fato (24/01/2021), menores de 21 (vinte e um) anos de idade, por conseguinte, o prazo prescricional deverá ser reduzido pela metade, conforme dispõe o artigo 115, do Código Penal.

Portanto, não havendo causa suspensiva e/ou interruptiva, fica evidente que o prazo prescricional para a pretensão punitiva findou-se.
POSTO ISSO, julgo EXTINTA A PUNIBILIDADE de AUTORES DOS FATOS: MARCOS DA SILVA SANTOS, ALLAN JUNIOR FERNANDES CORREIA, MATHEUS LUCINDO VIEIRA, JONATAS HENRIQUE LIMA DA ROCHA, OSEIAS CORDEIRO DIAS, relativamente ao fato aqui tratado, na forma do artigo 109, V c/c o artigo 107, IV, ambos do Código Penal e 61 do Código de Processo Penal, em face do reconhecimento da prescrição, determinando o arquivamento dos autos.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO/MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/ CARTA DE CITAÇÃO PARA CUMPRIMENTO DESTA ORDEM.
P. R.
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas, após arquive-se os autos sem necessidade de intimação das partes com a certificação do trânsito em julgado.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
2001093-08.2019.8.22.0002
Perturbação da tranquilidade
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, , - ATÉ 4366 - LADO PAR - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: ÉRICA LETÍCIA DE CARVALHO SABARÁ, CPF nº DESCONHECIDO, RUA HEITOR VILLA LOBOS 3552, NÃO INFORMADO SETOR 11 - 76963-754 - CACOAL - RONDÔNIA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Vistos, etc.
Ao Ministério Público para se manifestar acerca dos bens apreendidos nos autos, conforme determina o art. 120, § 3o do Código de Processo Penal.
Após, faça-se conclusão dos autos para decisão.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7001102-74.2022.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: LAUCICLEI DE SOUSA MAGALHAES, CPF nº 07526558250, PRIMEIRA RUA 1686, CASA SETOR 02 - 76840-000 - JACI PARANÁ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
D E C I S Ã O
Ante o oferecimento da denúncia, determino a realização da AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO tal como indica o art. 78 da Lei 9.099/95, oportunidade em que o(a) autor(a) do fato deverá se manifestar sobre a acusação, acarretando ou não o recebimento da denúncia e instrução imediata do feito, com oitiva de testemunhas e colheita de interrogatório.
Assim, DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO POR VIDEOCONFERÊNCIA conforme dados adiante descritos:
DATA E HORÁRIO: 05.12.2023 às 10h30min
PLATAFORMA: aplicativo Google Meet
LINK: meet.google.com/xrm-puke-rca
FORMA DE ACESSO: as partes poderão utilizar aparelho celular, tablet, notebook ou computador com acesso à internet, que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando. Basta clicar no link acima ou digita-lo no navegador do computador ou celular e o equipamento irá direcionar para a sala de audiência.
RECOMENDAÇÕES E ADVERTÊNCIAS PARA PARTES, MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA, ADVOGADOS E TESTEMUNHAS:
1. Utilize fones de ouvido para diminuir ruídos externos e causar microfonia;
2. Esteja de posse de algum documento pessoal com foto para comprovar sua identidade.
3. No horário da audiência por videoconferência, cada parte e testemunha deverá estar disponível para contato através de e-mail e número de celular informado para que a audiência possa ter início.
4. No prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, os promotores de justiça, defensores e advogado deverão informar no processo, o e-mail e número de telefone das pessoas a serem ouvidas na condição de testemunhas, para possibilitar a intimação e o envio do link da videoconferência. Caso deixem transcorrer esse prazo sem apresentar os dados, presumir-se-á a desnecessidade de intimá-los, hipótese em que referidas testemunhas deverão ser trazidas à audiência independentemente de intimação, ficando sob a responsabilidade das partes encaminhar links e possibilitar o ingresso dessas testemunhas na sala de audiências virtual,
5. As testemunhas serão autorizadas a entrar na sessão somente no momento de sua oitiva.

6. As partes ficam advertidas de que eventuais erros de envio do link ocasionados pela informação de dados equivocados ou a não visualização do link informado ou não acesso à videoconferência, até o horário de início da audiência será considerado como ausência à audiência virtual, e acarretará as consequências previstas na Lei do Juizado (decretação da revelia se o(a) autor(a) do fato não participar e/ou presunção de que a vítima ausente renuncia à representação ou eventual queixa-crime apresentada).
7. Caso alguma das partes NÃO tenha meios tecnológicos para participar da audiência por videoconferência, deverá informar isso no processo com antecedência mínima de 5 dias, hipótese em que deverá comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial, de forma presencial para participar da audiência, ficando resguardado à parte contrária, participar via videoconferência. Caso ambas as partes estejam impossibilitadas de participar da audiência por videoconferência, ambas poderão comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial para que a audiência presencial seja realizada, ficando resguardado o direito de as testemunhas, esta magistrada e os advogados/Defensores participarem via videoconferência.
8. Assim que aberta a audiência, a Defensoria Pública ou Advogado(a) deverá apresentar DEFESA PRÉVIA, caso já não tenha juntado defesa escrita no processo e na sequência a denúncia será recebida ou rejeitada. Caso seja recebida, proceder-se-á à oitiva das testemunhas da acusação e da defesa e por fim, colheita do interrogatório e apresentação das alegações finais de forma oral.
ORIENTAÇÕES PARA CPE:
Caso não conste no processo os dados de e-mail e telefone do(s) autor(es) do fato e seu(s) Defensor(a) ou Advogado(a) e das testemunhas, a CPE deverá intimar a parte responsável para no prazo de 10 (dez) dias indicar(em) tais dados a fim de possibilitar a participação na audiência.
Após a apresentação de todos os dados necessários (e-mail e telefone das partes e testemunhas), encaminhe-se o processo ao Gabinete deste Juizado para realização da audiência, com antecedência mínima de 24 horas da solenidade, sendo de responsabilidade das partes e seus Advogados/Defensores a informação, sob pena de cancelamento do ato e/ou extinção do processo, se for o caso.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO E/OU CITAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO PARA O FIM DE:
a) INTIMAR O MINISTÉRIO PÚBLICO, A DEFENSORIA PÚBLICA E EVENTUAL ADVOGADO(A) HABILITADO(A) NO PROCESSO;
b) CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO(A) AUTOR(A) DO FATO: AUTOR DO FATO: LAUCICLEI DE SOUSA MAGALHAES, CPF nº 07526558250, PRIMEIRA RUA 1686, CASA SETOR 02 - 76840-000 - JACI PARANÁ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
c) INTIMAÇÃO DAS TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO E DEFESA CUJOS DADOS TENHAM SIDO INFORMADOS NO PROCESSO.
d) COMUNICAÇÃO ao superior hierárquico das testemunhas que forem servidoras públicas (militares, guardas municipais etc.), devendo tal decisão ser encaminhada ao órgão via e-mail, malote digital, whatsapp ou qualquer outro meio rápido e econômico.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7001237-52.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: CARLA GONCALVES LEITE
ADVOGADO DO AUTOR: MARIZA MENEGUELLI, OAB nº RO8602
Polo Passivo: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADOS DO REU: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Sentença
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95.
PRELIMINAR
Inicialmente, afasto a preliminar arguida pela empresa aérea requerida, haja vista que a presente demanda versa diretamente sobre relação de consumo, e o CDC incide no caso em apreciação, o qual, como norma de ordem pública constitucional (arts. 5º, XXXII, e 170, V, da CF), prevalece sobre qualquer convenção ou tratado internacional, sendo também inaplicável o código brasileiro de aeronáutica para a solução do litígio.
MÉRITO
No mérito, trata-se de ação consumerista ajuizada por CARLA GONCALVES LEITE onde narra a parte autora que adquiriu passagem aérea para voo operado pela requerida AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A, porém, houve alteração injustificada do voo que culminou na impossibilidade de embarque no horário previamente agendado, alterando o tempo de duração da viagem, o que lhe causou transtornos de ordem moral.
Citada e intimada, a parte requerida apresentou contestação onde requereu a improcedência da inicial sob o argumento de que a alteração do horário de embarque da parte autora ocorreu em virtude da necessidade de readequação de malha aérea, fomentada pela pandemia, de modo que foi prestada toda assistência necessária, sendo a parte autora reacomodada em voo posterior.
Nos termos do artigo 355, I, do Novo Código de Processo Civil, procedo o julgamento antecipado da lide.
Portanto, a causa de pedir é a má prestação de serviço ocasionada sobretudo pela impossibilidade de embarque no horário previamente pactuado, sem justificativa plausível.
O artigo 373 do Código de Processo Civil dispõe no inciso II que o ônus da prova incumbe “ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor”.
Inicialmente, não há nenhuma dúvida que a relação jurídica travada entre as partes é nitidamente de consumo, haja vista as partes estarem inseridas nos conceitos de fornecedor e consumidor previstos no Código de Defesa do Consumidor (art. 2º e 3º do CDC). Dessa forma, o caso em julgamento deve ser analisado sob a ótica da legislação consumerista, inclusive as pertinentes à responsabilidade objetiva do transportador aéreo, por força do art. 14 do CDC.

Dentre os diversos mecanismos de proteção ao consumidor estabelecidos pela lei, a fim de equalizar a relação faticamente desigual em comparação ao fornecedor, destacam-se os arts. 39 e 51 do CDC, que, com base nos princípios da função social do contrato e da boa-fé objetiva, estabelecem, em rol exemplificativo, as hipóteses, respectivamente, das chamadas práticas abusivas, vedadas pelo ordenamento jurídico, e das cláusulas abusivas, consideradas nulas de pleno direito em contratos de consumo, configurando nítida mitigação da força obrigatória dos contratos (pacta sunt servanda).

No caso em tela, há provas irrefutáveis de que houve a prestação de um serviço deficiente pois ocorreu alteração considerável no itinerário da parte autora, ante a prorrogação de sua viagem.

Muito embora a requerida tenha afirmado que o cancelamento ocorrera em razão de motivos técnicos operacionais, não houve a apresentação de nenhum documento capaz de amparar essa alegação.

O fornecedor de serviços responde independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. Sua responsabilidade somente será excepcionada em caso de inexistência de defeito ou culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros (art. 14, §3º do CDC).

Nos contratos de transporte, o transportador está sujeito aos horários e itinerários previstos, sob pena de responder por perdas e danos, salvo motivo de força maior (art. 737 do CCB).As questões técnico operacionais, constituem fortuito interno, e se acham inseridas no âmbito de previsibilidade da atividade econômica desempenhada pelo transportador, não sendo causa suficiente para afastar a responsabilidade pelos danos causados ao passageiro em razão dos atrasos dos voos.

A requerida nada PROVOU eximindo-se da obrigação de comprovar que prestou informações prévias a respeito do cancelamento/alteração do voo e, restando por isso caracterizada a CONDUTA consistente na alteração injustificada do voo em que a parte autora embarcaria.

Conforme entendimento pacificado pela jurisprudência, a alteração/cancelamento do voo sem comunicação prévia configura DANO MORAL in re ipsa, ou seja, independentemente da comprovação de efetivo dano, uma vez que presumidos o desconforto, a aflição e os transtornos suportados pelo consumidor. Eis o entendimento nesse sentido:

TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO/ATRASO DE VOO. DANO MORAL CONFIGURADO. PANDEMIA. COVID-19. INFORMAÇÕES. AUSÊNCIA. FALHA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. REESTRUTURAÇÃO DE MALHA AÉREA. DANO MORAL E MATERIAL. QUANTUM FIXADO. PROPORCIONALIDADE. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. Ante a pandemia do COVID-19, é dever da empresa aérea prestar informações adequadas e cabíveis ao consumidor. Comprovada a falha na prestação de serviço consistente em cancelamento/atraso de voo há indenização por dano moral ante a aflição e transtornos suportados pelo passageiro. No tocante ao quantum indenizatório, este deve atender aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, para que não seja considerado irrisório ou elevado, de modo que a condenação atinja seus objetivos. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7038934-81.2021.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Cristiano Gomes Mazzini, Data de julgamento: 16/05/2022.

Consumidor. Contrato de transporte aéreo. Restruturação malha aérea. Antecipação de voo. Ausência de aviso. Falha na prestação do serviço. Danos morais configurados. Indenização devida. Majoração. Recurso do Autor Parcialmente Provido. Sentença Reformada. 1 – O cancelamento/atraso injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2 – O quantum indenizatório deve se coadunar com o prejuízo efetivamente sofrido pelo consumidor, de forma proporcional e razoável. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7001676-25.2021.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Audarzean Santana da Silva, Data de julgamento: 08/03/2022

CONSUMIDOR. AVIAÇÃO. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO DE VOO. PROBLEMAS TÉCNICOS. EXCLUDENTE NÃO CONFIGURADA. DANO MORAL MAJORADO. SENTENÇA REFORMADA. (RECURSO INOMINADO CÍVEL 7054931-07.2021.822.0001, Rel. Juiz Cristiano Gomes Mazzini, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: Turma Recursal, julgado em 02/03/2023.)

Assim, seguindo o entendimento do Tribunal de Justiça de Rondônia, a alteração da programação prevista para o voo em decorrência de problemas técnicos emergenciais não imuniza a companhia da responsabilização das sequelas vivenciadas pelos consumidores. Tampouco constitui hipótese de caso fortuito e força maior como situação apta a excluir responsabilidade civil, porquanto tais eventos não revelam imprevisibilidade e invencibilidade.

No contrato de transporte destaca-se a fixação de horários e itinerários, uma vez que normalmente o passageiro programa suas atividades de acordo com o tempo gasto no deslocamento, dependendo também do cumprimento do itinerário, sob pena de perdas e danos que vierem a ser suportados.

Resta, portanto, caracterizado o dever de indenizar.

Por fim, o NEXO DE CAUSALIDADE também encontra-se presente, afinal os prejuízos suportados pela parte autora só ocorreram em razão da conduta da requerida que não prestou o serviço de transporte aéreo da forma contratada.

Dessa forma, o que há nos autos é suficiente para tornar certa a obrigação de indenizar, afinal ficou provada a conduta danosa (informação defeituosa e ausência da prestação do serviço de transporte pactuado), dano (stress, transtorno, chateação) e nexo de causalidade (o dano é oriundo de uma conduta da requerida), conclui-se pela responsabilidade da requerida quanto aos prejuízos morais suportados pela parte requerente.

Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, considerando as condições pessoais e financeiras das partes, a extensão do dano e as demais circunstâncias anteriormente analisadas, entendo prudente fixar o dano moral em R$ 3.000,00 (três mil reais), que implica uma quantia proporcional à lesão causada e ao constrangimento sofridos pela parte autora.

DISPOSITIVO

Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido para o fim de condenar a requerida AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A a pagar em favor da parte autora a importância de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, extinguindo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, I do CPC.

Registre-se que, em se tratando de responsabilidade contratual, a correção monetária pelo IGP-M conta-se da data do arbitramento (Súmula 362 STJ). Os juros de mora incidem desde a citação nos termos do artigo 405, do Código Civil, nos casos de danos morais decorrentes de relação contratual.

Intime-se a parte requerida para que cumpra o descrito na sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% descrita no art. 523 do Código de Processo Civil.

Considerando os princípios informadores dos Juizados Especiais, notadamente a celeridade e informalidade, sobrevindo comprovação de pagamento voluntário, desde já, DEFIRO a expedição de ofício de transferência, caso haja indicação de dados bancários e/ou alvará judicial em favor da parte autora para levantamento do valor depositado. Ato contínuo, intime-se, por seu advogado constituído, para acessar o documento via sistema PJE e providenciar a respectiva impressão. Em seguida, faça-se conclusão dos autos para extinção.
Em caso de interposição de apelação ou de recurso adesivo, intime-se o recorrido para apresentar suas contrarrazões no prazo de 15 dias. Com a apresentação das contrarrazões ou o decurso do referido prazo, subam os autos ao E. TJ/RO, conforme disciplina o art. 1.010, §§1º, 2º e 3º do Novo Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários, nesta fase.
Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.
Após o trânsito em julgado, certifique-se e proceda-se com as baixas de praxe arquivando-se os autos em seguida.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/INTIMAÇÃO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Processo: 7018552-30.2022.8.22.0002
Assunto:Pagamento, Duplicata
Parte autora: AUTOR: NEVES COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI - ME
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO AUTOR: GISLENE TREVIZAN, OAB nº RO7032, JOANA STRAUB DOS SANTOS, OAB nº RO12650
Parte requerida: REU: THAILISE BERTONI RIBEIRO
Advogado da parte requerida: ADVOGADO DO REU: CORINA FERNANDES PEREIRA, OAB nº RO2074
SENTENÇA
Relatório dispensado, nos termos do artigo 38 da LJE.
Embora esta ação tenha sido proposta em face de THAILISE BERTONI RIBEIRO, verifica-se que as duplicatas estão em nome de ANTONIO ROMULO DE SOUZA e assinada por terceiro.
Portanto, a requerida não possui legitimidade para figurar no polo passivo da ação, devendo a demanda ser proposta em face de ANTONIO ROMULO DE SOUZA.
Ante o exposto, extingo o feito sem resolução do mérito, com fundamento no art. 51, IV, da Lei 9.099/95.
Sem custas e honorários, conforme artigo 55 da Lei 9.099/1995.
Transitada em julgado ou havendo renúncia ao prazo recursal, arquivem-se.
Sentença registrada automaticamente e publicada no DJE.
Ariquemes/RO, 17 de julho de 2023
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz(a) de Direito

7007716-61.2023.8.22.0002
AUTOR: MARIA AMELIA SANTOS, CPF nº 87612003287, RUA GUATEMALA 797, - DE 724/725 A 1037/1038 SETOR 10 - 76876-084 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LEDAIANA SANA DE FREITAS, OAB nº RO10368
REU: BANCO BMG S.A., AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA 3477, 8ª E 9ª ANDARES INTAIM BIBI - 04538-133 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, Procuradoria do BANCO BMG S.A
Sentença
Vistos.
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
Incialmente passo a análise das preliminares.
I - DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR.
Rejeito, de plano, tal preliminar, em vista da jurisprudência pacífica acerca da desnecessidade do esgotamento das vias administrativas para utilização da via judicial.
É cediço, ademais, que não é a política das instituições financeiras realizar acordos de tal natureza, caso contrário o teria feito em fase de audiência de conciliação.
II - DA ALEGADA IMCOMPETÊNCIA.
Superada tais questões, passo ao exame do mérito.
A modalidade de contrato, em casos quejandos, é por adesão, método permitido por lei e que, por força do princípio da transparência, deve ser claro, objetivo.
Enquanto a parte autora trouxe sua pretensão e diz ter buscado modalidade de empréstimo, sendo surpreendida por metodologia diversa, a instituição financeira fez prova de que o contrato têm em seu cabeçalho, expressamente, a modalidade de contratação por meio de cartão de crédito. O contrato tem a assinatura da parte, menção a juros, parcelas, pagamento mínimo.
Aqui é necessário aclarar que a modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na Lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos I e II do §1º do artigo 1º daquele diploma. O Estado permitiu, portanto, a modalidade contratada, não havendo, portanto, ardil presumível e passível de dedução lógica e de forma absoluta, meramente, em razão do consumidor contar com a benesse da hipossuficiência que é, por óbvio, relativa.
Esclarecendo, a modalidade de empréstimo utiliza como premissas a liberação de valores de forma antecipada ao recebimento do plástico que, após sua entrega, pode ser usado como um cartão de crédito convencional – permitindo saque e compras, sendo que a fatura é encaminhada para pagamento, normalmente.
Muitas petições iniciais inserem a problemática aí, mencionando a questão específica do PAGAMENTO MÍNIMO como um elemento presumidamente de fraude, haja vista que, com o simples pagamento mínimo, tornar-se-ia impossível a quitação do contrato, dando a entender que à parte é impossível pagar a fatura além do mínimo, ou que isso não encontra assento no contrato. Os juros não são aqueles estabelecidos para os cartões de crédito regulares, não associados a contratos de pagamento por consignação e, embora a modalidade pratique juros acima daqueles correspondentes a empréstimos consignados “puros”, não podem ser considerados vedados, porquanto dentro dos limites praticados em um mercado que é regulado pelo Banco Central.

O valor mínimo que está lançado na fatura corresponde, via de regra, ao limite consignável e, quando esse já foi comprometido, àqueles 5% que foram permitidos pelo legislador ordinário nos incisos I e II do §1º do artigo 1º da Lei 10.820/2003. Em outras palavras, por força de contrato, mas, principalmente, por força de lei, a instituição financeira não pode extrapolar os limites consignáveis sob pena de, aí sim, promover a conduta ilegal, reprovável e indenizável.

Quando se conspurca a metodologia de forma absoluta, tratando-a como NULA, e não meramente anulável sob certas condições, despreza-se, além da própria regulamentação do Estado, a capacidade dos indivíduos, suas experiências comerciais em geral e torna presunções relativas em absolutas. Não se pode partir da premissa de que todos os consumidores são inexperientes, incautos e desprotegidos. Em muitos casos, a impugnação ao contrato veio após dois, três ou mais anos. Como compreender que há um recebimento, descontos por meses a fio e que só surpreendem o consumidor após tamanho decurso de tempo?

Contratos como o do caso em análise são anuláveis por vício no consentimento, ausência de clareza/transparência, abusividade ou onerosidade excessiva e por outros vícios que devem ser demonstrados de forma inequívoca.

As provas aqui, em geral, são documentais e o consumidor, embora hipossuficiente em relação a instituição financeira, por força da boa-fé objetiva, deve trazer elementos claros que demonstrem a causa da anulabilidade, somente sendo passível a inversão do ônus da prova naqueles casos em que não detém meios de acostar os documentos por circunstâncias justificáveis, e que devem estar ancoradas na inicial. Trazer a causa da anulabilidade de forma objetiva é o que baliza, também, o exercício da defesa, sem o qual demoniza-se o contraditório, lhe relegando um papel de impossibilidade e de mera formalidade teórica.

No Brasil houve a adoção do pacta sunt servanda, ou seja, a não ser em hipóteses específicas, os contratos devem ser cumpridos, de forma que, portanto, o exame de anulabilidade deve corresponder a uma circunstância específica que justifique a quebra e eventual descumprimento de contrato, vedando-se o enriquecimento sem causa.

Dessa forma, havendo contrato assinado entre as partes, observadas as formalidades necessárias, a clareza de que se trata de um instrumento representativo de empréstimo por meio de cartão de crédito consignado, respeitando-se os limites legais da consignação e juros admitidos pelo BACEN, não havendo provas de vícios capazes de invalidá-lo, deverá ser considerado válido.

No caso em testilha, como na maioria deles, cinge-se a questão na análise da legalidade do contrato de cartão de crédito na modalidade de RMC - Reserva de Margem Consignável, firmado entre as partes, e, consequentemente, se for o caso, a restituição em dobro dos valores descontados, bem como da indenização por danos morais acerca da efetivação dos referidos descontos.

A parte autora aduz que realizou empréstimo com a instituição bancária, contudo desconhecia a modalidade de cartão de crédito pela Reserva de Margem Consignada – RMC.

O banco, por sua vez, argumentou acerca da regularidade de sua conduta, juntando cópia do contrato entabulado bem como outros documentos que evidenciam o negócio entabulado entre as partes.

Da análise dos autos, tem se que a despeito das alegações da parte autora de que foi induzida a erro, as provas demonstram o contrário. No contrato apresentado está bem destacado a modalidade contratada, não havendo que se falar em ausência de informação adequada. Embora haja a negativa veemente da parte autora acerca da ciência da modalidade contratada, nos autos não restou demonstrado minimamente o vício de consentimento na celebração do referido contrato com as cláusulas que autorizam a reserva de margem consignável referente ao valor mínimo do cartão de crédito consignado.

Inexistindo provas de que houve vício na contratação entre as partes deve-se observar o princípio do pacta sunt servanda. Dessa maneira, ante a ausência de ilícito civil cometido pelo banco o pleito da parte autora deve ser negado.

Nesse sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Vejamos:

Apelação cível. Ação de restituição de valores c/c indenização por dano moral. Cartão de crédito consignado. RMC. Contratação. Legalidade. Desconto mensal. Valor mínimo. Folha de pagamento. Exercício regular de direito. Dano moral. Inexistente. Recurso provido. Comprovada a contratação do cartão de crédito com margem consignável mediante contrato com cláusula expressa quanto ao desconto mensal do valor mínimo indicado na fatura, não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de RMC, ou caracterização do dano moral, devendo-se observar o princípio pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7003965-22.2021.822.0007, Rel. Des. Alexandre Miguel, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 6/12/2021).

Apelação cível. Contrato de Cartão de Crédito Consignado. Reserva de Margem Consignável – RMC. Contratação comprovada. Dano moral. Não configuração. Repetição do indébito. Indevido. Comprovada a contratação de cartão de crédito consignado, inclusive com termos claros e inequívocos quanto ao seu objeto, não há que se falar em indenização por dano moral ou repetição de indébito, mormente se considerar que o desconto se efetiva nos termos previamente contratados (TJ-RO – AC: 7002361-60.2020.822.0007, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 22/10/2021).

Apelação cível. Cartão de crédito consignado. Margem consignável. RMC. Descontos em benefício previdenciário. Relação jurídica comprovada. Assinatura da contratante. Ausência de vício. Recurso provido. Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral, devendo-se operar o princípio do pacta sunt servanda (TJ-RO – AC: 7010666-33.2020.822.0007, Rel. Des. José Torres Ferreira, 2ª Câmara Cível, data de julgamento: 9/12/2021).

Desta forma, ressalvado o entendimento anterior deste magistrado, considero que houve a contratação de forma espontânea e que, ao alegar a existência de defeito no negócio jurídico, a parte atraiu o ônus de prová-lo, do que não se desincumbiu, razão pela qual seus pedidos devem ser julgados improcedentes.

Pelos mesmos argumentos não merecem subsistir a pretensão de conversão em contrato de empréstimo consignado e de indenização por danos morais.

Posto isso, julgo IMPROCEDENTES os pedidos autorais.

Sem custas e sem verbas honorárias.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Na hipótese de interposição de recurso Inominado, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo “a quo” (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que apresente contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias e após, remeta-se a turma recursal para apreciação do recurso interposto. Quanto a eventual pedido de gratuidade recursal, a análise fica dispensada por ora, nos termos do art. 101, §1º CPC.

Após o trânsito em julgado, se nada for requerido pelas partes, arquivem-se os autos.

Cumpra-se servindo a presente como mandado/ofício/carta de intimação/carta precatória para seu cumprimento.

Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.

Muhammad Hijazi Zaglout

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
7008543-72.2023.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: LUIZ DAVI ALVES DA SILVA, CPF nº 06173883260, RUA ILHA GRANDE, 69-9-9358-1550 JARDIM BELA VISTA - 76874-211 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Trata-se de Termo Circunstanciado a fim de apurar a suposta prática da conduta tipificada no artigo 28, caput, da Lei 11.343/06 em face LUIZ DAVI ALVES DA SILVA.
O Ministério Público requereu o arquivamento dos presentes autos, sob o argumento que não há interesse de agir para a deflagração da ação penal com relação a esse fato (cf. art. 395, II e III, do Código de Processo Penal), diante da despenalização operada com o advento da Lei nº 11.343/2006 (STF, RE 636.488/SP), ao não prever sanção passível de imposição corpórea pelo Estado ao agente que descumpra a medida aplicada em caso de condenação (advertência, prestação de serviços comunitários e frequência a programa ou curso educativo), tratando-se, assim, de "sanção" que carece de resultados práticos, não existindo efetivo poder estatal de coerção.
É o relatório. Decido.
Assiste razão ao titular da ação penal em sua fundamentada cota, posto que patente a ineficácia da medida a ser aplicada. Trata-se o caso mais de saúde pública do que de direito criminal, não havendo portanto justa causa para o prosseguimento da persecução penal.
Pelo exposto, ACOLHO a manifestação do Ministério Público e determino o arquivamento do presente termo circunstanciado, nos termos do artigo 18, do Código de Processo Penal c/c art. 395, II e III, do Código de Processo Penal.
Incinere-se a substância entorpecente apreendida.
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas.
Cumpra-se.
Ciência ao Ministério Público.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7011652-02.2020.8.22.0002
Classe: Termo Circunstanciado
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: RHUAN OLIVEIRA BELMONTE, ALEXSANDRO FERREIRA JORDAO, CRISTINA DE SOUZA MOTA, GETÚLIO PEREIRA DOS SANTOS FILHO
AUTORES DOS FATOS SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Trata-se de procedimento especial criminal onde se discute a prática do crime descrito no art. 268, caput do Código Penal, instaurado em face de AUTORES DOS FATOS: RHUAN OLIVEIRA BELMONTE, ALEXSANDRO FERREIRA JORDAO, CRISTINA DE SOUZA MOTA, GETÚLIO PEREIRA DOS SANTOS FILHO
Consta no curso do processo que o Ministério Público solicitou o arquivamento com base no reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal ID (92536841), em face de RHUAN OLIVEIRA BELMONTE e GETÚLIO PEREIRA DOS SANTOS FILHO.
O crime previsto no dispositivo supramencionado possui pena em abstrato cominada entre 01 (um) mês a 01 (um) ano de detenção. Verifica-se que tais delitos cujo máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois, o prazo prescricional computa-se em 04 (quatro) anos, conforme exarado no art. 109, inciso V, do Código Penal.
Todavia, o(s) suposto(s) autor(es) do fato RHUAN OLIVEIRA BELMONTE e GETÚLIO PEREIRA DOS SANTOS FILHO eram, ao tempo do fato (08/07/2020), menores de 21 (vinte e um) anos de idade, por conseguinte, o prazo prescricional deverá ser reduzido pela metade, conforme dispõe o artigo 115, do Código Penal.
Portanto, não havendo causa suspensiva e/ou interruptiva, fica evidente que o prazo prescricional para a pretensão punitiva findou-se.
POSTO ISSO, julgo EXTINTA A PUNIBILIDADE de RHUAN OLIVEIRA BELMONTE e GETÚLIO PEREIRA DOS SANTOS FILHO, relativamente ao fato aqui tratado, na forma do artigo 109, V c/c o artigo 107, IV, ambos do Código Penal e 61 do Código de Processo Penal, em face do reconhecimento da prescrição, determinando o arquivamento dos autos.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO/MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/ CARTA DE CITAÇÃO PARA CUMPRIMENTO DESTA ORDEM.
P. R.
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas.
Após parecer ministerial, faça-se conclusos para decisão.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7016273-42.2020.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTORES DOS FATOS: ALANE DE JESUS MUNIZ, CPF nº 02673353267, OSVALDO DE ANDRADE 4059, AVENIDA TANCREDO NEVES 1620 SETOR 06 - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, KARINA ALVES SILVA, CPF nº 03623552232, RUA LONDRINA 2163 JARDIM PARANÁ - 76871-420 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, ELISMAR SOARES CONSOLINE, CPF nº 04634842238, RUA CLAUDIO MANOEL DA COSTA 4133, - DE 4078/4079 A 4269/4270 SETOR 06 - 76873-626 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
AUTORES DOS FATOS SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Trata-se de Termo Circunstanciado instaurado em face de AUTORES DOS FATOS: ALANE DE JESUS MUNIZ, KARINA ALVES SILVA, ELISMAR SOARES CONSOLINE.
No curso do procedimento, o(s) autor(s) do fato KARINA ALVES SILVA foi(ram) beneficiado(s) com a transação penal, sendo que cumpriu(ram) integralmente as condições que lhe(s) foram impostas.
É o relatório.
No caso vertente observa-se que o(s) autor(s) do fato KARINA ALVES SILVA cumpriu(ram) integralmente as condições da transação penal, razão pela qual faz(em) jus à extinção de sua punibilidade.
Destarte, declaro extinta a punibilidade de KARINA ALVES SILVAKARINA ALVES SILVA, qualificado(s) nos autos, relativamente aos fatos descritos no presente procedimento, extinguindo o feito.
Quanto o(a) autor(a) do fato ALANA DE JESUS MUNIZ AUSENTOU-SE injustificadamente à audiência preliminar, o que faz ensejar a presunção de renúncia tácita ao benefício da transação e acarreta vista dos autos ao Ministério Público para o procedimento cabível conforme estipulado pelo Enunciado 1 do FONAJE.
Dessa forma, HOMOLOGO a renúncia tácita ao direito de se beneficiar com a transação penal.
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas.
Publique-se.
Registre-se.
Relativamente aos demais pedidos do Ministério Público, DETERMINO a intimação de ELISMAR SOARES CONSOLINE para comprovar o cumprimento da transação penal sob pena de revogação do benefício.
Como consequência, DETERMINO a remessa do processo ao Ministério Público para apresentação de denúncia, arquivamento, realização de diligências ou outra providência que entenda pertinente.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO E/OU CITAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO.
Ariquemes – RO; data e hora certificada pelo sistema.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo nº: 7003459-27.2022.8.22.0002 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ELIZABETE CASTRO DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO GONCALVES DOS SANTOS - RO5471
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES - RO4875-A
Intimação DA PARTE RECORRENTE
BANCO BRADESCO S.A.
Banco Bradesco S.A., S/N, Rua Benedito Américo de Oliveira, s/n 4 ANDAR, Vila Yara, Osasco - SP - CEP: 06029-900
Com base em acórdão/sentença, fica vossa senhoria notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de protesto extrajudicial e inscrição em dívida ativa. Assim, para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
1) Em caso de condenação pela Turma Recursal, o valor das custas corresponderá ao resultado da aplicação da alíquota de 1% (um por cento) sobre o valor da ação, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896 de 2016 (Regimento de Custas).
2) Em caso de condenação por desídia do autor ou por deixar de comparecer à audiência do processo, o valor das custas corresponderá ao resultado da aplicação da alíquota de 3% (três por cento) sobre o valor da ação.
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=Tx7niP9iEw7gdde9QtEMNn_CnNejhosUMo1nxE8.wildfly01:custas1.1
Ariquemes, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7007182-20.2023.8.22.0002
DEPRECANTE: TJMT - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ nº 03535606003801, PARA 192N JARDIM MATO GROSSO - 78310-000 - COMODORO - MATO GROSSO
DEPRECANTE SEM ADVOGADO(S)
REU: M F TRANSPORTES LTDA - EPP, CNPJ nº 09501821000186, AV. CAPITÃO SILVIO, NÃO INFORMADO CENTRO - 76963-754 - CACOAL - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)

Decisão
Cumpra-se a Carta Precatória servindo-se como mandado.
Juntem-se as certidões de antecedentes criminais do(s) autor(es) do fato, relativamente aos sistemas SAP e PROJUDI.
Caso o(s) autor(es) do fato não faça jus à proposta de TRANSAÇÃO PENAL, devolva-se a Carta Precatória.
Caso o(s) autor(es) do fato faça jus à proposta de transação penal, encaminhe-se ao CENTRO DE CONCILIAÇÃO para designação da audiência preliminar, ficando à cargo do Centro a expedição da intimação do(s) autor(es) do fato e do Ministério Público, bem como, a comunicação ao Juízo Deprecante.
Após o cumprimento, devolva-se à origem.
Caso o(a) Oficial(a) de Justiça certifique que a pessoa a ser intimada tenha mudado de endereço e indique o atual, fica desde já determinada, independente de nova deliberação, a remessa da presente ao juízo da comarca que se referir o novo endereço, dado o caráter itinerante das cartas precatórias, devendo ser observada pela escrivania a comunicação ao Juízo Deprecante quanto a essa remessa.
Caso o(a) Oficial(a) de Justiça certifique que não foi possível encontrar a pessoa em questão, não declinando novo endereço, devolva-se a carta precatória à origem.
Ariquemes – RO; data e hora certificada pelo sistema.
Fernanda Pereira RibeiroFernanda Pereira RibeiroFernanda Pereira RibeiroFernanda Pereira RibeiroFernanda Pereira RibeiroFernanda Pereira Ribeiro
Juiza() de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7000122-30.2022.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: DEBORA TEIXEIRA DE SOUZA SILVA, CPF nº 83282602200, RUA MOEMA 3064, 99378-1888 JARDIM JORGE TEIXEIRA - 76876-486 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Trata-se de termo circunstanciado lavrado em desfavor de DEBORA TEIXEIRA DE SOUZA SILVA para apurar eventual prática da contravenção prevista no art. 42, I, da Lei das Contravenções Penais.
Designada audiência preliminar, o infrator(a) não foi localizado(a), conforme certidão do oficial de justiça (ID 87711945)
A denúncia foi oferecida (ID 85017999), oportunidade em que o Ministério Público manifestou-se pela remessa dos autos ao Juízo Comum para citação do acusado por edital, nos termos do art. 66, parágrafo único, da Lei 9.099/95, tendo em vista que o infrator encontra-se em lugar incerto e não sabido. Por fim, requereu o recebimento da denúncia.
Considerando que o infrator não foi encontrado para sua citação, estando em lugar incerto e não sabido, DECLARO a incompetência deste Juizado Especial Criminal para o prosseguimento do feito e determino REMESSA dos autos ao Juízo Comum para eventual deliberação acerca do recebimento da denúncia e prosseguimento da ação, se entender cabível.
Ressalta-se que, a teor do que estabelece o Enunciado 51 do FONAJE, a remessa dos autos ao Juízo Comum, na hipótese do art. 66, parágrafo único, da Lei 9.099/95 (ENUNCIADO 64), exaure a competência do Juizado Especial Criminal, que não se restabelecerá com localização do acusado.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Ariquemes – RO; data e hora certificada pelo sistema.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7005111-45.2023.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: MAURI DOMICIANO RIBEIRO, CPF nº 67059643249, RUA PIONEIRO ANDRÉ RIBEIRO 1851, 69-99201-3121 SETOR 02 - 76873-260 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: MARCELO ANTONIO GERON GHELLERE, OAB nº RO1842
Trata-se de pedido de restituição de aparelho de som apreendido.
Ocorre que o bem foi apreendido em razão de infração que culminou com a lavratura de um TC – Termo Circunstanciado e foi designada audiência de instrução e julgamento.
Portanto, havendo um procedimento criminal em aberto, o bem não pode ser restituído pois ele é importante para o processo, tanto no que tange à identificação dos envolvidos, quanto às provas e à eventual pena de perdimento a ser aplicada.
Dessa forma, considerando que o veículo ainda importa ao processo, INDEFIRO a restituição do aparelho de som.
Publique-se. Registre-se.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO REQUISITÓRIO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes – RO; data e hora certificada pelo sistema.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
7008522-96.2023.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: WALLISON RODRIGO DA SILVA, CPF nº 02668974283, AVENIDA DAS FLORES 5814, - DE 5775/5776 A 5978/5979 JARDIM PRIMAVERA - 76875-726 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Trata-se de Termo Circunstanciado a fim de apurar a suposta prática da conduta tipificada no artigo 28, caput, da Lei 11.343/06 em face WALLISON RODRIGO DA SILVA
O Ministério Público requereu o arquivamento dos presentes autos, sob o argumento que não há interesse de agir para a deflagração da ação penal com relação a esse fato (cf. art. 395, II e III, do Código de Processo Penal), diante da despenalização operada com o advento da Lei nº 11.343/2006 (STF, RE 636.488/SP), ao não prever sanção passível de imposição corpórea pelo Estado ao agente que descumpra a medida aplicada em caso de condenação (advertência, prestação de serviços comunitários e frequência a programa ou curso educativo), tratando-se, assim, de "sanção" que carece de resultados práticos, não existindo efetivo poder estatal de coerção.
É o relatório. Decido.
Assiste razão ao titular da ação penal em sua fundamentada cota, posto que patente a ineficácia da medida a ser aplicada. Trata-se o caso mais de saúde pública do que de direito criminal, não havendo portanto justa causa para o prosseguimento da persecução penal.
Pelo exposto, ACOLHO a manifestação do Ministério Público e determino o arquivamento do presente termo circunstanciado, nos termos do artigo 18, do Código de Processo Penal c/c art. 395, II e III, do Código de Processo Penal.
Incinere-se a substância entorpecente apreendida.
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas.
Cumpra-se.
Ciência ao Ministério Público.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7008673-62.2023.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: ALAN BRUNO DA LUZ, CPF nº 04039171233, SOL -MUNICÍPIO CANDEIAS DO JAMARI não informado, CASA - 69-9-9389-2893 TRIUNFO - 76860-000 - CANDEIAS DO JAMARI - RONDÔNIA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
D E C I S Ã O
Ante o oferecimento da denúncia, determino a realização da AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO tal como indica o art. 78 da Lei 9.099/95, oportunidade em que o(a) autor(a) do fato deverá se manifestar sobre a acusação, acarretando ou não o recebimento da denúncia e instrução imediata do feito, com oitiva de testemunhas e colheita de interrogatório.
Assim, DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO POR VIDEOCONFERÊNCIA conforme dados adiante descritos:
DATA E HORÁRIO: 06.12.2023 às 11h30min
PLATAFORMA: aplicativo Google Meet
LINK: meet.google.com/mjs-cuyt-hby
FORMA DE ACESSO: as partes poderão utilizar aparelho celular, tablet, notebook ou computador com acesso à internet, que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando. Basta clicar no link acima ou digita-lo no navegador do computador ou celular e o equipamento irá direcionar para a sala de audiência.
RECOMENDAÇÕES E ADVERTÊNCIAS PARA PARTES, MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA, ADVOGADOS E TESTEMUNHAS:
1. Utilize fones de ouvido para diminuir ruídos externos e causar microfonia;
2. Esteja de posse de algum documento pessoal com foto para comprovar sua identidade.
3. No horário da audiência por videoconferência, cada parte e testemunha deverá estar disponível para contato através de e-mail e número de celular informado para que a audiência possa ter início.
4. No prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, os promotores de justiça, defensores e advogado deverão informar no processo, o e-mail e número de telefone das pessoas a serem ouvidas na condição de testemunhas, para possibilitar a intimação e o envio do link da videoconferência. Caso deixem transcorrer esse prazo sem apresentar os dados, presumir-se-á a desnecessidade de intimá-los, hipótese em que referidas testemunhas deverão ser trazidas à audiência independentemente de intimação, ficando sob a responsabilidade das partes encaminhar links e possibilitar o ingresso dessas testemunhas na sala de audiências virtual,
5. As testemunhas serão autorizadas a entrar na sessão somente no momento de sua oitiva.
6. As partes ficam advertidas de que eventuais erros de envio do link ocasionados pela informação de dados equivocados ou a não visualização do link informado ou não acesso à videoconferência, até o horário de início da audiência será considerado como ausência à audiência virtual, e acarretará as consequências previstas na Lei do Juizado (decretação da revelia se o(a) autor(a) do fato não participar e/ou presunção de que a vítima ausente renuncia à representação ou eventual queixa-crime apresentada).

7. Caso alguma das partes NÃO tenha meios tecnológicos para participar da audiência por videoconferência, deverá informar isso no processo com antecedência mínima de 5 dias, hipótese em que deverá comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial, de forma presencial para participar da audiência, ficando resguardado à parte contrária, participar via videoconferência. Caso ambas as partes estejam impossibilitadas de participar da audiência por videoconferência, ambas poderão comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial para que a audiência presencial seja realizada, ficando resguardado o direito de as testemunhas, esta magistrada e os advogados/Defensores participarem via videoconferência.
8. Assim que aberta a audiência, a Defensoria Pública ou Advogado(a) deverá apresentar DEFESA PRÉVIA, caso já não tenha juntado defesa escrita no processo e na sequência a denúncia será recebida ou rejeitada. Caso seja recebida, proceder-se-á à oitiva das testemunhas da acusação e da defesa e por fim, colheita do interrogatório e apresentação das alegações finais de forma oral.
ORIENTAÇÕES PARA CPE:
Caso não conste no processo os dados de e-mail e telefone do(s) autor(es) do fato e seu(s) Defensor(a) ou Advogado(a) e das testemunhas, a CPE deverá intimar a parte responsável para no prazo de 10 (dez) dias indicar(em) tais dados a fim de possibilitar a participação na audiência.
Após a apresentação de todos os dados necessários (e-mail e telefone das partes e testemunhas), encaminhe-se o processo ao Gabinete deste Juizado para realização da audiência, com antecedência mínima de 24 horas da solenidade, sendo de responsabilidade das partes e seus Advogados/Defensores a informação, sob pena de cancelamento do ato e/ou extinção do processo, se for o caso.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO E/OU CITAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO PARA O FIM DE:
a) INTIMAR O MINISTÉRIO PÚBLICO, A DEFENSORIA PÚBLICA E EVENTUAL ADVOGADO(A) HABILITADO(A) NO PROCESSO;
b) CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO(A) AUTOR(A) DO FATO: AUTOR DO FATO: ALAN BRUNO DA LUZ, CPF nº 04039171233, SOL -MUNICÍPIO CANDEIAS DO JAMARI não informado, CASA - 69-9-9389-2893 TRIUNFO - 76860-000 - CANDEIAS DO JAMARI - RONDÔNIA
c) INTIMAÇÃO DAS TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO E DEFESA CUJOS DADOS TENHAM SIDO INFORMADOS NO PROCESSO.
d) COMUNICAÇÃO ao superior hierárquico das testemunhas que forem servidoras públicas (militares, guardas municipais etc.), devendo tal decisão ser encaminhada ao órgão via e-mail, malote digital, whatsapp ou qualquer outro meio rápido e econômico.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ariquemes - Juizado Especial
Endereço: Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
==========
Processo nº: 7008647-64.2023.8.22.0002 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (14695)
REQUERENTE: VALDIVA MEDEIROS DA SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: JOILSON SANTOS DE ALMEIDA - RO0003505A, PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR - RO0002394A
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR - PE23289
Intimação AO REQUERENTE
Por determinação do(a) MM. Juiz(a) de Direito, deste Juizado Especial da Fazenda Pública, fica Vossa Senhoria intimada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar impugnação à contestação.
Ariquemes/RO, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 2000336-77.2020.8.22.0002
Classe: Termo Circunstanciado
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: ELDSON DOS SANTOS OLIVEIRA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
DEFIRO a restituição do(s) bem(ns) apreendido(s) por conta desta ação penal: 01 unidade – 1 módulo soundigital 60000rms, 1 módulo soundigital 400rms, 1 módulo soundigital 1600rms, 2 twitter selenium, 2 twitters JBL, 6 auto falantes de 12 Hammer, 8 cornetas selenium, 19 baterias 60ª zeta, 1 bateria de 90ª Moura. (ID 49260467).
Desse modo, FICA AUTOMATICAMENTE LIBERADO O(S) BEM(NS) APRENDIDO(S), em favor do autor do fato, SERVINDO A PRESENTE SENTENÇA COMO ALVARÁ/TERMO DE RESTITUIÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO OU QUALQUER INSTRUMENTO CAPAZ DE DETERMINAR A ENTREGA DO(S) BEM APREENDIDO AO AUTOR DO FATO OU SEU(A) ADVOGADO(A), bem como, CUMPRA-SE COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO para ciência do autor do fato para que COM URGÊNCIA, retire os equipamentos de som junto à Delegacia de Polícia ou onde quer que esteja(m) apreendido(s).
Encaminhe-se essa decisão ao autor do fato para conhecimento e para que providencie o cumprimento da restituição em seu favor, podendo essa intimação ser feita por qualquer meio rápido e econômico, tal como e-mail, telefone, WhatsApp e na impossibilidade de proceder dessa forma, via AR-MP ou Oficial(a) de Justiça. Na oportunidade, deverá ser advertido de que, caso não se apresente para devolução do objeto apreendido no prazo de 90 (noventa) dias, será dada destinação diversa ao material, na forma do artigo 123 do Código de Processo Penal.
Caso o autor(a) não seja encontrado para ser intimado, o presente feito será suspenso pelo prazo de 90 (noventa) dias para que o mesmo requeira o objeto apreendido. Passado o prazo suprarreferido sem manifestação, será dada destinação diversa ao material, conforme artigo 123 do Código de Processo Penal.

Decorrido o prazo da suspensão, SEM MANIFESTAÇÃO e/ou NÃO SENDO O(A) AUTOR(A) DO FATO LOCALIZADO(A) para tomar ciência da decisão que extinguiu o feito e autorizou a restituição do bem em seu favor, DETERMINO desde já, A DESTINAÇÃO/DOAÇÃO do bem/valor apreendido em favor da instituição LAR FRATERNO DA TERCEIRA IDADE, que assiste idosos em situação de vulnerabilidade e poderá usar eventuais valores em favor dessa população vulnerável, e possui BAZAR BENEFICENTE, onde poderá vender ou doar eventuais bens apreendidos revertendo o benefício em favor de famílias carentes assistidas ou dos idosos internos na instituição.
CUMPRA-SE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO PARA A INSTITUIÇÃO tomar ciência dessa doação e providenciar o recebimento do bem no local onde ele se encontra apreendido, devendo tal ofício ser encaminhado para a instituição por meio de e-mail, WhatsApp ou qualquer outro meio rápido e econômico:
LAR FRATERNO DA TERCEIRA IDADE
ENDEREÇO: RUA CANÁRIO, 1091, SETOR 02, ARIQUEMES/RO
E-MAIL: larfraternoceak@gmail.com
TELEFONE: 3535-5517
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas e após, arquive-se independentemente de intimação e trânsito em julgado.
Publique-se.
Registre-se.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 2000623-40.2020.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, , - ATÉ 1337 - LADO ÍMPAR - 76801-021 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: RAFAEL ALVES DOS SANTOS, CEU AZUL 4983, - DE 4962/4963 AO FIM SETOR 09 - 76876-276 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de procedimento especial criminal instaurado em face de RAFAEL ALVES DOS SANTOS.
Consta que, no curso do processo, o titular da ação penal requereu a extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal.
É o breve relatório.
Com efeito é o caso de se julgar extinto o presente feito em razão do reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, registrando-se que na forma do artigo 61 do Código de Processo Penal é de ser conhecida a qualquer tempo e de ofício pelo Juiz.
O delito previsto no artigo 147 do Código Penal possui pena em abstrato cominada em 01 (um) a 06 (seis) meses de detenção, e é cediço que, nos delitos cujo máximo da pena é inferior a um ano, o prazo prescricional encerra em 03 (três) anos, conforme art. 109, inciso VI, do Código Penal.
No caso em tela, ainda não houve o recebimento da denúncia, os fatos ocorreram em 30/04/2020, e de lá para cá já decorreram mais de 03 (três) anos, sem que houvesse qualquer causa interruptiva do lapso prescricional.
Isso posto, julgo EXTINTA A PUNIBILIDADE do AUTOR DO FATO: RAFAEL ALVES DOS SANTOS, relativamente ao fato aqui tratado, na forma do artigo 109, VI, c/c o artigo 107, IV, ambos do Código Penal e 61 do Código de Processo Penal, em face do reconhecimento da prescrição, determinando o arquivamento dos autos.
1. Providência principal:
Caso existem bens apreendidos nos autos, DEFIRO a restituição definitiva de eventuais equipamentos de som ao autor do fato, SERVINDO A PRESENTE SENTENÇA COMO ALVARÁ/TERMO DE RESTITUIÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO OU QUALQUER INSTRUMENTO CAPAZ DE DETERMINAR A ENTREGA DO(S) BEM APREENDIDO AO AUTOR DO FATO OU SEU(A) ADVOGADO(A), bem como, CUMPRA-SE COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO para ciência do autor do fato para que COM URGÊNCIA, retire os equipamentos de som junto à Delegacia de Polícia ou onde quer que esteja(m) apreendido(s).
2. Providência em caráter subsidiário:
Apenas na hipótese de o(a) autor(a) do fato NÃO SER LOCALIZADO(A) para tomar ciência da decisão que extinguiu o feito e autorizou a restituição do bem em seu favor, DETERMINO A DESTINAÇÃO/DOAÇÃO do bem/valor apreendido em favor da instituição LAR FRATERNO DA TERCEIRA IDADE, que assiste idosos em situação de vulnerabilidade e poderá usar eventuais valores em favor dessa população vulnerável, e possui BAZAR BENEFICENTE, onde poderá vender ou doar eventuais bens apreendidos revertendo o benefício em favor de famílias carentes assistidas ou dos idosos internos na instituição.
CUMPRA-SE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO PARA A INSTITUIÇÃO tomar ciência dessa doação e providenciar o recebimento do bem no local onde ele se encontra apreendido, devendo tal ofício ser encaminhado para a instituição por meio de e-mail, WhatsApp ou qualquer outro meio rápido e econômico:
LAR FRATERNO DA TERCEIRA IDADE
ENDEREÇO: RUA CANÁRIO, 1091, SETOR 02, ARIQUEMES/RO
E-MAIL: larfraternoceak@gmail.com
TELEFONE: 3535-5517
Publique-se.
Registre.
Ciência ao Ministério Público e Defesa.
Feitas as anotações e comunicações de praxe, arquivem-se os autos.
Fernanda Pereira Ribeiro

7017953-91.2022.8.22.0002
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: GABRIEL TELES DE LIMA, RUA ANDORINHAS 1150, 69-9-9381-6805 SETOR 02 - 76873-136 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Despacho
Vistos.
Dê-se vista ao Ministério Público.
Juntada a manifestação ministerial, retornem-me os autos conclusos.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
Ariquemes-RO; data e hora certificado no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7010242-06.2020.8.22.0002
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: LEANDRO DE CARVALHO SANTOS, RUA PERNAMBUCO 2543 SETOR 06 - 76889-000 - CACAULÂNDIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
D E C I S Ã O
Considerando o disposto no artigo 269-A, §6º, do Provimento nº 011/2021, da Corregedoria de Justiça, o qual dispõe que "o processo de conhecimento só poderá ser arquivado se houver o ajuizamento da cobrança da multa no juízo da execução, pagamento ou prescrição da multa, ficando o processo suspenso enquanto não ocorrer quaisquer dos eventos mencionados", e considerando ainda que o Ministério Público informou na manifestação de ID 87074574 que já extraiu cópias dos documentos constantes nos autos, a fim de proceder com a execução da multa penal, antes de suspender o feito, intime-se o Ministério Público para juntar aos autos a comprovação do ajuizamento da cobrança da multa na Execução Penal.
Após a juntada da manifestação ministerial, retornem os autos conclusos para deliberação.
Ariquemes – RO; data e horário certificados pelo sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7006502-69.2022.8.22.0002
Classe: Termo Circunstanciado
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: IRINEU DOS SANTOS, I.DOS SANTOS CARVOARIA
ADVOGADO DOS AUTORES DOS FATOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Sentença
Trata-se de Termo Circunstanciado instaurado em face de IRINEU DOS SANTOS, I.DOS SANTOS CARVOARIA .
No curso do procedimento, o(s) autor(s) do fato foi(ram) beneficiado(s) com a transação penal, sendo que cumpriu(ram) integralmente as condições que lhe(s) foram impostas.
É o relatório.
No caso vertente observa-se que o(s) autor(s) do fato cumpriu(ram) integralmente as condições da transação penal, razão pela qual faz(em) jus à extinção de sua punibilidade.
Destarte, declaro extinta a punibilidade de AUTORES DOS FATOS: IRINEU DOS SANTOS, I.DOS SANTOS CARVOARIA, qualificado(s) nos autos, relativamente aos fatos descritos no presente procedimento, extinguindo o feito.
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas e após, arquive-se independentemente de intimação e trânsito em julgado.
Publique-se.
Registre-se.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7012075-59.2020.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: MOISES ROSA SERRA, CPF nº 11357487215, AC ALTO PARAÍSO 00, LINHA C90, LOTE 82A, GLEBA 42 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: CORINA FERNANDES PEREIRA, OAB nº RO2074
SENTENÇA

Trata-se de procedimento especial criminal instaurado em face de MOISES ROSA SERRA.
Consta que, no curso do processo, o titular da ação penal requereu a extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal.
É o breve relatório.
Com efeito é o caso de se julgar extinto o presente feito em razão do reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, registrando-se que na forma do artigo 61 do Código de Processo Penal é de ser conhecida a qualquer tempo e de ofício pelo Juiz.
O delito previsto no artigo 50 da Lei nº 9.605/98 possui pena em abstrato cominada em 03 (três) meses a 01 (ano) anos de detenção, e é cediço que, nos delitos cujo máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois, o prazo prescricional encerra em 04 (quatro) anos, conforme art. 109, inciso V, do Código Penal.
No caso em tela, ainda não houve o recebimento da denúncia, os fatos ocorreram em 2018, e de lá para cá já decorreram mais de 4 (quatro) anos, sem que houvesse qualquer causa interruptiva do lapso prescricional.
Isso posto, julgo EXTINTA A PUNIBILIDADE do AUTOR DO FATO: MOISES ROSA SERRA, relativamente ao fato aqui tratado, na forma do artigo 109, V, c/c o artigo 107, IV, ambos do Código Penal e 61 do Código de Processo Penal, em face do reconhecimento da prescrição, determinando o arquivamento dos autos.
Publique-se.
Registre.
Ciência ao Ministério Público e Defesa.
Feitas as anotações e comunicações de praxe, arquivem-se os autos.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
2000353-16.2020.8.22.0002
Perturbação da tranquilidade
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76803-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: FELIPE RODRIGUES CHAPARRO FRANÇA, RUA LÍRIOS 2317, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3628 JARDIM PRIMAVERA - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Despacho
Vistos, etc.
Ao Ministério Público para se manifestar acerca dos bens apreendidos nos autos, conforme determina o art. 120, § 3o do Código de Processo Penal.
Após, faça-se conclusão dos autos para decisão.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 2000002-43.2020.8.22.0002
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Isaías Gomes
ADVOGADO DO REU: WUDSON SIQUEIRA DE ANDRADE, OAB nº RO1658A
DESPACHO
Intime-se o advogado do réu, via PJE, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente resposta quanto a entrega da madeira, sob pena de desobediência (art. 330 do CP).
Sirva cópia da presente como mandado/carta precatória/ofício/ato cartorário.
Ariquemes/RO, data certificada pelo sistema.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7013165-68.2021.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: JAILTON DOS REIS DA SILVA, CPF nº 61683752287, BR 364, KM 550 PEDRINHAS, CURVA DO ABACAXI - SITIO SAO SEBASTIÃO ZONA RURAL - 76863-000 - RIO CRESPO - RONDÔNIA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO

Trata-se de termo circunstanciado lavrado em desfavor de JAILTON DOS REIS DA SILVA para apurar eventual prática do crime insculpido no artigo 54, parágrafo 1º, da Lei 9.605/98.
Designada audiência preliminar, o infrator(a) não foi localizado(a), conforme certidão do oficial de justiça (ID 82760001)
A denúncia foi oferecida (ID 85209869), oportunidade em que o Ministério Público manifestou-se pela remessa dos autos ao Juízo Comum para citação do acusado por edital, nos termos do art. 66, parágrafo único, da Lei 9.099/95, tendo em vista que o infrator encontra-se em lugar incerto e não sabido. Por fim, requereu o recebimento da denúncia.
Considerando que o infrator não foi encontrado para sua citação (ID 93060743), estando em lugar incerto e não sabido, DECLARO A INCOMPETÊNCIA deste Juizado Especial Criminal para o prosseguimento do feito e determino REMESSA dos autos ao Juízo Comum para eventual deliberação acerca do recebimento da denúncia e prosseguimento da ação, se entender cabível.
Ressalta-se que, a teor do que estabelece o Enunciado 51 do FONAJE, a remessa dos autos ao Juízo Comum, na hipótese do art. 66, parágrafo único, da Lei 9.099/95 (ENUNCIADO 64), exaure a competência do Juizado Especial Criminal, que não se restabelecerá com localização do acusado.
Retire-se o feito da pauta de audiências.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA.
Ariquemes – RO; data e hora certificada pelo sistema.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7004623-90.2023.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: MARTA FRANCO CARDOSO, C 70 POST 5 S/N LH TRAVESSÃO - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR DO FATO: ALLAN CARDOSO PIPINO, OAB nº RO7055, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de procedimento especial criminal instaurado em face de AUTOR DO FATO: MARTA FRANCO CARDOSO.
Imputa-se à parte infratora a prática de delito que se procede mediante ação penal condicionada à representação, mas a vítima não foi localizada para ser intimada acerca da audiência preliminar (ID 91188017).
Consoante disposto no Enunciado 117 do FONAJE, a ausência da vítima na audiência, quando intimada ou não localizada, importará renúncia tácita à representação.
O artigo 107, inciso V, do Código Penal, impõe a extinção da punibilidade pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada, todavia, analogicamente, aplica-se tal dispositivo legal também às infrações penais condicionadas à representação quando a vítima não representa, como é o caso.
A extinção da punibilidade decretada de plano em caso de renúncia tácita à representação guarda perfeita consonância com os critérios que regem os Juizados Especiais, notadamente os da economia processual e celeridade (art. 62 da Lei 9.099/95).
Diante do exposto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de AUTOR DO FATO: MARTA FRANCO CARDOSO, nos termos do artigo 107, V, do Código de Processo Penal.
Publique-se.
Registre-se.
Ciência ao Ministério Público e Defesa.
Feitas as anotações e comunicações necessárias, arquivem-se os autos.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7009992-70.2020.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTORES DOS FATOS: JAQUELINE ALECRIM DOS SANTOS, CPF nº 00634035282, AVENIDA GIRASSOL 1100 PEDRAS - 76876-460 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, LUCAS TAIRA MARTINS, CPF nº 00477602223, SAO PAULO 4106, (69) 99257-2617 SETOR 05 - 76876-500 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, IVAN DOUGLAS APARECIDO DOS SANTOS, CPF nº 02502185262, VIA CURIÓ 1199, (69) 99200-3912 FLORES - 76876-442 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
AUTORES DOS FATOS SEM ADVOGADO(S)
D E C I S Ã O
Ante o oferecimento da denúncia, determino a realização da AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO tal como indica o art. 78 da Lei 9.099/95, oportunidade em que o(a) autor(a) do fato deverá se manifestar sobre a acusação, acarretando ou não o recebimento da denúncia e instrução imediata do feito, com oitiva de testemunhas e colheita de interrogatório.
Assim, DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO POR VIDEOCONFERÊNCIA conforme dados adiante descritos:
DATA E HORÁRIO: 06.12.2023 às 10h30min
PLATAFORMA: aplicativo Google Meet
LINK: meet.google.com/xgm-ivgh-kxj
FORMA DE ACESSO: as partes poderão utilizar aparelho celular, tablet, notebook ou computador com acesso à internet, que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando. Basta clicar no link acima ou digita-lo no navegador do computador ou celular e o equipamento irá direcionar para a sala de audiência.
RECOMENDAÇÕES E ADVERTÊNCIAS PARA PARTES, MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA, ADVOGADOS E TESTEMUNHAS:

1. Utilize fones de ouvido para diminuir ruídos externos e causar microfonia;
2. Esteja de posse de algum documento pessoal com foto para comprovar sua identidade.
3. No horário da audiência por videoconferência, cada parte e testemunha deverá estar disponível para contato através de e-mail e número de celular informado para que a audiência possa ter início.
4. No prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, os promotores de justiça, defensores e advogado deverão informar no processo, o e-mail e número de telefone das pessoas a serem ouvidas na condição de testemunhas, para possibilitar a intimação e o envio do link da videoconferência. Caso deixem transcorrer esse prazo sem apresentar os dados, presumir-se-á a desnecessidade de intimá-los, hipótese em que referidas testemunhas deverão ser trazidas à audiência independentemente de intimação, ficando sob a responsabilidade das partes encaminhar links e possibilitar o ingresso dessas testemunhas na sala de audiências virtual,
5. As testemunhas serão autorizadas a entrar na sessão somente no momento de sua oitiva.
6. As partes ficam advertidas de que eventuais erros de envio do link ocasionados pela informação de dados equivocados ou a não visualização do link informado ou não acesso à videoconferência, até o horário de início da audiência será considerado como ausência à audiência virtual, e acarretará as consequências previstas na Lei do Juizado (decretação da revelia se o(a) autor(a) do fato não participar e/ou presunção de que a vítima ausente renuncia à representação ou eventual queixa-crime apresentada).
7. Caso alguma das partes NÃO tenha meios tecnológicos para participar da audiência por videoconferência, deverá informar isso no processo com antecedência mínima de 5 dias, hipótese em que deverá comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial, de forma presencial para participar da audiência, ficando resguardado à parte contrária, participar via videoconferência. Caso ambas as partes estejam impossibilitadas de participar da audiência por videoconferência, ambas poderão comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial para que a audiência presencial seja realizada, ficando resguardado o direito de as testemunhas, esta magistrada e os advogados/Defensores participarem via videoconferência.
8. Assim que aberta a audiência, a Defensoria Pública ou Advogado(a) deverá apresentar DEFESA PRÉVIA, caso já não tenha juntado defesa escrita no processo e na sequência a denúncia será recebida ou rejeitada. Caso seja recebida, proceder-se-á à oitiva das testemunhas da acusação e da defesa e por fim, colheita do interrogatório e apresentação das alegações finais de forma oral.
ORIENTAÇÕES PARA CPE:
Caso não conste no processo os dados de e-mail e telefone do(s) autor(es) do fato e seu(s) Defensor(a) ou Advogado(a) e das testemunhas, a CPE deverá intimar a parte responsável para no prazo de 10 (dez) dias indicar(em) tais dados a fim de possibilitar a participação na audiência.
Após a apresentação de todos os dados necessários (e-mail e telefone das partes e testemunhas), encaminhe-se o processo ao Gabinete deste Juizado para realização da audiência, com antecedência mínima de 24 horas da solenidade, sendo de responsabilidade das partes e seus Advogados/Defensores a informação, sob pena de cancelamento do ato e/ou extinção do processo, se for o caso.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO E/OU CITAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO PARA O FIM DE:
a) INTIMAR O MINISTÉRIO PÚBLICO, A DEFENSORIA PÚBLICA E EVENTUAL ADVOGADO(A) HABILITADO(A) NO PROCESSO;
b) CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO(A) AUTOR(A) DO FATO: AUTORES DOS FATOS: JAQUELINE ALECRIM DOS SANTOS, CPF nº 00634035282, AVENIDA GIRASSOL 1100 PEDRAS - 76876-460 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, LUCAS TAIRA MARTINS, CPF nº 00477602223, SAO PAULO 4106, (69) 99257-2617 SETOR 05 - 76876-500 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, IVAN DOUGLAS APARECIDO DOS SANTOS, CPF nº 02502185262, VIA CURIÓ 1199, (69) 99200-3912 FLORES - 76876-442 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
c) INTIMAÇÃO DAS TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO E DEFESA CUJOS DADOS TENHAM SIDO INFORMADOS NO PROCESSO.
d) COMUNICAÇÃO ao superior hierárquico das testemunhas que forem servidoras públicas (militares, guardas municipais etc.), devendo tal decisão ser encaminhada ao órgão via e-mail, malote digital, whatsapp ou qualquer outro meio rápido e econômico.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7010471-58.2023.8.22.0002
AUTOR: ISABEL MARIA DE JESUS, CPF nº 73456683200, RUA NOVE 5836 JARDIM ZONA SUL - 76876-853 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LUCAS ANTUNES GOMES, OAB nº RO9318
REU: COOPERATIVA MISTA ROMA, ALAMEDA PICASSO 71, (ALPHAVILLE SANT'ANNA) ALPHAVILLE - 06539-300 - SANTANA DE PARNAÍBA - SÃO PAULO, LOPES MACHADO CONSORCIOS LTDA, AVENIDA TANCREDO NEVES 1969, EDERSON BRITO DA SILVA COSTA REPRESENTAÇÕES SETOR 01 - 76870-060 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de nulidade contratual c/c repetição de indébito c/c indenização por danos morais proposta em desfavor de REU: COOPERATIVA MISTA ROMA, LOPES MACHADO CONSORCIOS LTDA.
Narra a parte autora, que formalizou contrato com a requerida, assegurando que após o pagamento de um valor a título de entrada, a parte autora seria contemplada, o que não ocorreu, restando, portanto, configurado negócio jurídico fraudulento, maculado em sua origem.
Embora a parte autora tenha atribuído à causa o valor de R$ 22.509,32, a análise dos autos revela que deliberadamente a parte autora assinou o Contrato de Consórcio Número 7023728, com a requerida, adquirindo um consórcio no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).
O artigo 292, II do Código de Processo Civil prevê que o valor da causa nas ações que tenham por objeto a existência, a validade, o cumprimento, a modificação, a resolução, a resilição ou a rescisão de ato jurídico, deve corresponder ao valor do ato ou o de sua parte controvertida. Logo, o objeto em discussão tem o valor de R$ R$ 100.000,00 (cem mil reais), mais dano moral.
Há entendimento jurisprudencial nesse mesmo sentido. Vejamos:

PROCESSO CIVIL. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. AÇÃO. RESCISÃO CONTRATUAL. PROVEITO ECONÔMICO. INDEPENDE. VALOR DO CONTRATO. PREVISÃO LEGAL. 1. Versando a lide sobre a rescisão ou anulação de contrato, independe o proveito econômico pretendido pela parte, porquanto há expressa previsão legal quanto ao valor a ser atribuído à causa nesses casos. Inteligência do artigo 259, V, do Código Processo Civil. 2. Recurso conhecido e parcialmente provido (TJ-DF - AGI: 20150020132413, Relator: FÁTIMA RAFAEL, Data de Julgamento: 15/07/2015, 3ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 15/09/2015 . Pág.: 160).

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. COMPRA E VENDA. IMÓVEL EM CONSTRUÇÃO. RESCISÃO CONTRATUAL. VALOR DA CAUSA. VALOR DO CONTRATO. PEDIDOS CUMULADOS QUE SUPERAM O VALOR DE ALÇADA DOS JUIZADOS. INCOMPETÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. Acórdão lavrado em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/1995, e arts. 12, inciso IX, 98 e 99 do Regimento Interno das Turmas Recursais. 2. O valor da causa quando se pretende discutir a existência, validade, cumprimento, modificação ou rescisão do negócio jurídico, deve corresponder ao valor do contrato (art. 259, V, do CPC). 3. A pretensão do recorrente não se limita somente à restituição dos valores, uma vez que pretende a rescisão contratual com retorno ao estado anterior. 4. Valor do contrato (R$ 122.160,70) que supera em muito o limite de alçada dos juizados, leva à declaração de incompetência absoluta, nos termos do art. 3º, inciso I c/c art. 15, ambos da Lei 9.099/95, resguardando-se ao recorrente as vias ordinárias para resolução do conflito de interesses. 5. Recurso conhecido e não provido. Sentença mantida pelos próprios fundamentos. 6. Condenado o recorrente nas custas processuais e honorários advocatícios em favor do patrono dos réus/recorridos, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, devidamente corrigidos, a teor do art. 55 da Lei n. 9.099/95, cuja execução ficará suspensa por 05 anos, isto em razão da gratuidade de justiça que defiro neste momento (TJ-DF - RI: 07200627820158070016, Relator: ARNALDO CORREA SILVA, Data de Julgamento: 11/03/2016, SEGUNDA TURMA RECURSAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 22/03/2016 . Pág.: Sem Página Cadastrada.).

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO DE CONSÓRCIO. PRETENSÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. VALOR DA CAUSA CORRESPONDENTE AO VALOR DO CONTRATO. INCOMPETÊNCIA POR SUPERAÇÃO DO LIMITE MÁXIMO DE ALÇADA. SENTENÇA DE EXTINÇÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. É de ser deferido o pedido de gratuidade de justiça formulado pela recorrente, posto que constam nos autos os elementos necessários para concessão do benefício. 2. Insurge-se a recorrente contra a sentença que julgou incompetente o juizado especial para processamento do presente feito, sob o fundamento que o artigo 292, II, do Código de Processo Civil, estabelece que na ação que tiver por objeto a rescisão de ato jurídico, o valor da causa corresponderá ao valor do ato. 3. A autora ajuizou ação com pedido de rescisão contratual, além de restituição de valores. 4. Relata que firmou com a recorrida “plano de consórcio indicado pelo gerente do Banco, através da cota 4.389, do Grupo 1.231, proposta de adesão nº 1.911.107.” Contudo, por equívoco do preposto da ré, foi inserida em grupo diverso do ofertado pelo gerente, cujas cláusulas lhe são desfavoráveis. 5. Não merece reforma a sentença vergastada. Nas ações em que se pretende a rescisão do contrato, o valor da causa será o valor do contrato, em observância ao art. 292, II, CPC. 6. Na espécie, o valor do consórcio, no importe de R$ 150.000,00 (id 391510-7), é superior a 40 salários mínimos, logo os Juizados Especiais são incompetentes para apreciação do presente feito. 7. Precedentes desta Turma Recursal: Acórdão n.1072930, 07125154320178070007, Relator: ASIEL HENRIQUE DE SOUSA 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 06/02/2018, Publicado no DJE: 16/02/2018; Acórdão n.1071090, 07018654020178070005, Relator: FERNANDO ANTONIO TAVERNARD LIMA 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 31/01/2018, Publicado no DJE: 06/02/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. 8. Recurso conhecido e improvido. 9. Condenada a parte recorrente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% do valor da causa, observado o disposto no art. 98, § 3º, do CPC. 10. A súmula de julgamento servirá de acórdão, conforme regra dos arts. 2º e 46 da Lei n.º 9.099/95. (Acórdão 1098491, 07023749820188070016, Relator: CARLOS ALBERTO MARTINS FILHO, Terceira Turma Recursal, data de julgamento: 22/5/2018, publicado no DJE: 1/6/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada.

Nesse sentido, embora tenha atribuído à causa o valor de R$ 22.509,32, analisando os autos denota-se que o CONTRATO que embasa o pedido da parte autora possui o valor de R$ R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Assim, em razão do disposto no §3º do artigo 292 do Código de Processo Civil se faz necessária a correção de ofício do valor atribuído à causa para fazer constar o valor do contrato em discussão, o que no caso em tela corresponde a R$ R$ 100.000,00 (cem mil reais), mais o pedido de dano moral, dessa forma verifica-se que por todos os ângulos resta evidenciado que o valor da causa ultrapassa o limite estabelecido para análise em sede de Juizados Especiais.

Sobre o assunto:

PROCESSUAL CIVIL VALOR DA CAUSA RETIFICAÇÃO DE OFÍCIO PELO JUIZ POSSIBILIDADE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. 1. O juiz pode retificar, de ofício, o valor atribuído à causa quando verificar que este não corresponde ao real conteúdo econômico do pedido, tendo em vista que se trata de matéria de ordem pública. Precedentes do STJ. 2. Apelação improvida (TRF-2 - AC: 253561 RJ 2000.02.01.068532-3, Relator: Desembargador Federal PAULO BARATA, Data de Julgamento: 16/12/2008, TERCEIRA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: DJU - Data::13/01/2009 - Página::80 DJU - Data::13/01/2009 – Página::80).

Por conseguinte, em razão da necessidade de alteração do valor atribuído à causa, a competência dos Juizados Especiais para processar e julgar a lide se torna prejudicada eis que o valor ora atribuído ultrapassa o limite de quarenta salários mínimos estabelecido no artigo 3º da Lei 9.099/95.

Portanto, seja como for, o prosseguimento deste feito é inviável perante o Juizado, urgindo que as partes movam a ação competente perante a Justiça Comum onde terão mais oportunidade de produzir suas provas.

Assim, verificando-se que o valor da causa ultrapassa o limite de quarenta salários mínimos, estabelecido para a competência dos juizados Especiais Cíveis, o juiz, de ofício, poderá extinguir o processo, sem apreciar o mérito, nos termos dos artigos 51, inc. II c/c 3º, inc. I, ambos da lei nº 9.099/95 e 485, inc. I e IV do CPC.

Posto isso, nos termos dos arts. art. 3º, §1º I c/c 51, III da Lei 9.099/95 reconheço a INCOMPETÊNCIA deste Juizado Especial Cível para julgar a causa, e por isso, INDEFIRO A INICIAL, extinguindo o feito sem resolução do mérito na forma do art. 485, I, CPC.

P. R.

Intime-se a parte autora para proceder a correta redistribuição na Vara competente.

Após o trânsito em julgado, arquive-se os autos.

Cumpra-se servindo a presente como mandado/carta de intimação/carta precatória/ofício para seu cumprimento.

Ariquemes-RO, data e horário certificados no Sistema PJE.

Fernanda Pereira Ribeiro

JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
7008592-16.2023.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: ISAAC COSTA PINHEIRO, CPF nº 03271489262, LIMEIRA 2229, - DE 2151/2152 A 2699/2700 JD PAULISTA - 76871-257 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Trata-se de Termo Circunstanciado a fim de apurar a suposta prática da conduta tipificada no artigo 28, caput, da Lei 11.343/06 em face ISAAC COSTA PINHEIRO.
O Ministério Público requereu o arquivamento dos presentes autos, sob o argumento que não há interesse de agir para a deflagração da ação penal com relação a esse fato (cf. art. 395, II e III, do Código de Processo Penal), diante da despenalização operada com o advento da Lei nº 11.343/2006 (STF, RE 636.488/SP), ao não prever sanção passível de imposição corpórea pelo Estado ao agente que descumpra a medida aplicada em caso de condenação (advertência, prestação de serviços comunitários e frequência a programa ou curso educativo), tratando-se, assim, de "sanção" que carece de resultados práticos, não existindo efetivo poder estatal de coerção.
É o relatório. Decido.
Assiste razão ao titular da ação penal em sua fundamentada cota, posto que patente a ineficácia da medida a ser aplicada. Trata-se o caso mais de saúde pública do que de direito criminal, não havendo portanto justa causa para o prosseguimento da persecução penal.
Pelo exposto, ACOLHO a manifestação do Ministério Público e determino o arquivamento do presente termo circunstanciado, nos termos do artigo 18, do Código de Processo Penal c/c art. 395, II e III, do Código de Processo Penal.
Incinere-se a substância entorpecente apreendida.
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas.
Cumpra-se.
Ciência ao Ministério Público.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7005122-74.2023.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTORES DOS FATOS: GENARIO SANTOS DE OLIVEIRA, RUA BEIJA FLOR não informado, - ATÉ 1067/1068 SETOR 02 - 76873-046 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, JONATAS PERES MAGAVEL LEAL, 10ª RUA 2758, - DE 2240 A 2490 - LADO PAR SETOR 03 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES DOS FATOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de procedimento especial criminal instaurado em face de AUTORES DOS FATOS: GENARIO SANTOS DE OLIVEIRA, JONATAS PERES MAGAVEL LEAL.
Imputa-se à parte infratora a prática de delito que se procede mediante ação penal condicionada à representação, mas a vítima não foi localizada para ser intimada acerca da audiência preliminar.
Consoante disposto no Enunciado 117 do FONAJE, a ausência da vítima na audiência, quando intimada ou não localizada, importará renúncia tácita à representação.
O artigo 107, inciso V, do Código Penal, impõe a extinção da punibilidade pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada, todavia, analogicamente, aplica-se tal dispositivo legal também às infrações penais condicionadas à representação quando a vítima não representa, como é o caso.
A extinção da punibilidade decretada de plano em caso de renúncia tácita à representação guarda perfeita consonância com os critérios que regem os Juizados Especiais, notadamente os da economia processual e celeridade (art. 62 da Lei 9.099/95).
Diante do exposto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de AUTORES DOS FATOS: GENARIO SANTOS DE OLIVEIRA, JONATAS PERES MAGAVEL LEAL, nos termos do artigo 107, V, do Código de Processo Penal.
Publique-se.
Registre-se.
Ciência ao Ministério Público e Defesa.
Feitas as anotações e comunicações necessárias, arquivem-se os autos.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7006122-80.2021.8.22.0002
Classe: Termo Circunstanciado
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: EDINALVA RIBEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA

Trata-se de Termo Circunstanciado instaurado em face de EDINALVA RIBEIRO DOS SANTOS .
No curso do procedimento, o(s) autor(s) do fato foi(ram) beneficiado(s) com a transação penal, sendo que cumpriu(ram) integralmente as condições que lhe(s) foram impostas.
É o relatório.
No caso vertente observa-se que o(s) autor(s) do fato cumpriu(ram) integralmente as condições da transação penal, razão pela qual faz(em) jus à extinção de sua punibilidade.
Destarte, declaro extinta a punibilidade de AUTOR DO FATO: EDINALVA RIBEIRO DOS SANTOS, qualificado(s) nos autos, relativamente aos fatos descritos no presente procedimento, extinguindo o feito.
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas e após, arquive-se independentemente de intimação e trânsito em julgado.
Publique-se.
Registre-se.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 2000607-86.2020.8.22.0002
Classe: Termo Circunstanciado
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: DOUGLAS DA SILVA TOMASI
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Decisão
DEFIRO a restituição do(s) bem(ns) apreendido(s) por conta desta ação penal: 2 CAIXAS PRETAS CONTENDO 1 AUTO FALANTE MARCA PIONNER DE 12 POLEGADAS, 2 TWITTER MARCA HINOR, 4 CORNETAS SEM MARCA APARENTE (ID 51690950).
Desse modo, FICA AUTOMATICAMENTE LIBERADO O(S) BEM(NS) APRENDIDO(S), em favor do autor do fato, SERVINDO A PRESENTE SENTENÇA COMO ALVARÁ/TERMO DE RESTITUIÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO OU QUALQUER INSTRUMENTO CAPAZ DE DETERMINAR A ENTREGA DO(S) BEM APREENDIDO AO AUTOR DO FATO OU SEU(A) ADVOGADO(A), bem como, CUMPRA-SE COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO para ciência do autor do fato para que COM URGÊNCIA, retire os equipamentos de som junto à Delegacia de Polícia ou onde quer que esteja(m) apreendido(s).
Encaminhe-se essa decisão ao autor do fato para conhecimento e para que providencie o cumprimento da restituição em seu favor, podendo essa intimação ser feita por qualquer meio rápido e econômico, tal como e-mail, telefone, WhatsApp e na impossibilidade de proceder dessa forma, via AR-MP ou Oficial(a) de Justiça. Na oportunidade, deverá ser advertido de que, caso não se apresente para devolução do objeto apreendido no prazo de 90 (noventa) dias, será dada destinação diversa ao material, na forma do artigo 123 do Código de Processo Penal.
Caso o autor(a) não seja encontrado para ser intimado, o presente feito será suspenso pelo prazo de 90 (noventa) dias para que o mesmo requeira o objeto apreendido. Passado o prazo suprarreferido sem manifestação, será dada destinação diversa ao material, conforme artigo 123 do Código de Processo Penal.
Decorrido o prazo da suspensão, SEM MANIFESTAÇÃO e/ou NÃO SENDO O(A) AUTOR(A) DO FATO LOCALIZADO(A) para tomar ciência da decisão que extinguiu o feito e autorizou a restituição do bem em seu favor, DETERMINO desde já, A DESTINAÇÃO/DOAÇÃO do bem/valor apreendido em favor da instituição LAR FRATERNO DA TERCEIRA IDADE, que assiste idosos em situação de vulnerabilidade e poderá usar eventuais valores em favor dessa população vulnerável, e possui BAZAR BENEFICENTE, onde poderá vender ou doar eventuais bens apreendidos revertendo o benefício em favor de famílias carentes assistidas ou dos idosos internos na instituição.
CUMPRA-SE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO PARA A INSTITUIÇÃO tomar ciência dessa doação e providenciar o recebimento do bem no local onde ele se encontra apreendido, devendo tal ofício ser encaminhado para a instituição por meio de e-mail, WhatsApp ou qualquer outro meio rápido e econômico:
LAR FRATERNO DA TERCEIRA IDADE
ENDEREÇO: RUA CANÁRIO, 1091, SETOR 02, ARIQUEMES/RO
E-MAIL: larfraternoceak@gmail.com
TELEFONE: 3535-5517
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas e após, arquive-se independentemente de intimação e trânsito em julgado.
Publique-se.
Registre-se.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7002862-92.2021.8.22.0002
Classe: Termo Circunstanciado
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: IULIANO BONASSI DA COSTA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)

SENTENÇA
Dispensado o relatório por força do disposto no art. 81, § 3º, da Lei nº 9.099/1995, decido.
Cuida-se de TCO lavrado em face de IULIANO NONASSI DA COSTA, por, em tese, ter praticado o crime previsto no art. 42 da Lei das Contravenções Penais, ocorrido 05/11/2020.
Pela pena máxima que poderia ser aplicada (03 meses), a prescrição se consuma em 03 (três) anos, nos termos do artigo 109, inciso VI, do Código Penal. Todavia, o(s) suposto(s) autor(es) do fato eram, ao tempo do fato, menores de 21 (vinte e um) anos de idade, por conseguinte, o prazo prescricional deverá ser reduzido pela metade, conforme dispõe o artigo 115, do Código Penal.
Portanto, não havendo causa suspensiva e/ou interruptiva, fica evidente que o prazo prescricional para a pretensão punitiva findou-se.
Por tais razões, DECLARO extinta a punibilidade de IULIANO BONASSI DA COSTA em relação aos fatos imputados no TCO, com fulcro nos artigos 109, VI, c/c 107, IV, ambos do Código Penal.
1. Providência principal:
Caso existem bens apreendidos nos autos, DEFIRO a restituição definitiva de eventuais equipamentos de som ao autor do fato, SERVINDO A PRESENTE SENTENÇA COMO ALVARÁ/TERMO DE RESTITUIÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO OU QUALQUER INSTRUMENTO CAPAZ DE DETERMINAR A ENTREGA DO(S) BEM APREENDIDO AO AUTOR DO FATO OU SEU(A) ADVOGADO(A), bem como, CUMPRA-SE COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO para ciência do autor do fato para que COM URGÊNCIA, retire os equipamentos de som junto à Delegacia de Polícia ou onde quer que esteja(m) apreendido(s).
2. Providência em caráter subsidiário:
Apenas na hipótese de o(a) autor(a) do fato NÃO SER LOCALIZADO(A) para tomar ciência da decisão que extinguiu o feito e autorizou a restituição do bem em seu favor, DETERMINO A DESTINAÇÃO/DOAÇÃO do bem/valor apreendido em favor da instituição LAR FRATERNO DA TERCEIRA IDADE, que assiste idosos em situação de vulnerabilidade e poderá usar eventuais valores em favor dessa população vulnerável, e possui BAZAR BENEFICENTE, onde poderá vender ou doar eventuais bens apreendidos revertendo o benefício em favor de famílias carentes assistidas ou dos idosos internos na instituição.
CUMPRA-SE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO PARA A INSTITUIÇÃO tomar ciência dessa doação e providenciar o recebimento do bem no local onde ele se encontra apreendido, devendo tal ofício ser encaminhado para a instituição por meio de e-mail, WhatsApp ou qualquer outro meio rápido e econômico:
LAR FRATERNO DA TERCEIRA IDADE
ENDEREÇO: RUA CANÁRIO, 1091, SETOR 02, ARIQUEMES/RO
E-MAIL: larfraternoceak@gmail.com
TELEFONE: 3535-5517
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Oportunamente, arquivem-se.
Ariquemes/RO, data do sistema.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7007192-64.2023.8.22.0002
Classe: Carta Precatória Criminal
Polo Ativo: TJMT - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
DEPRECANTE SEM ADVOGADO(S)
Polo Passivo: P. A. TELES - ME, TRANSPORTADORA RIBEIRO LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Cumpra-se a Carta Precatória servindo-se como mandado.
Juntem-se as certidões de antecedentes criminais do(s) autor(es) do fato, relativamente aos sistemas SAP e PROJUDI.
Caso o(s) autor(es) do fato não faça jus à proposta de TRANSAÇÃO PENAL, devolva-se a Carta Precatória.
Caso o(s) autor(es) do fato faça jus à proposta de transação penal, encaminhe-se ao CENTRO DE CONCILIAÇÃO para designação da audiência preliminar, ficando à cargo do Centro a expedição da intimação do(s) autor(es) do fato e do Ministério Público, bem como, a comunicação ao Juízo Deprecante.
Após o cumprimento, devolva-se à origem.
Caso o(a) Oficial(a) de Justiça certifique que a pessoa a ser intimada tenha mudado de endereço e indique o atual, fica desde já determinada, independente de nova deliberação, a remessa da presente ao juízo da comarca que se referir o novo endereço, dado o caráter itinerante das cartas precatórias, devendo ser observada pela escrivania a comunicação ao Juízo Deprecante quanto a essa remessa.
Caso o(a) Oficial(a) de Justiça certifique que não foi possível encontrar a pessoa em questão, não declinando novo endereço, devolva-se a carta precatória à origem.
Ariquemes – RO; data e hora certificada pelo sistema.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7003732-40.2021.8.22.0002
Classe: Termo Circunstanciado
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: CAROLAINE BEMBEM DOS SANTOS COSTA, WESLEY ADRIANO DOS SANTOS, WAGNER DA SILVA LOBATO, PEDRO HENRIQUE ALVES, MARIANA DE MENEZES, MARCOS ANTONIO DA ROSA, KENNEDY SILVA COELHO, JENIFER ALINE GODOY, DIEGO CONSTANTINO DA SILVA, DAIANE DA SILVA COSTA, ANDRESSA GONCALVES GODOY, ALAN CONSTANTINO DOS SANTOS
ADVOGADOS DOS AUTORES DOS FATOS: ARLINDO FRARE NETO, OAB nº RO3811, VITOR RAFAEL VIANA RODRIGUES DE ARAUJO, OAB nº RO11978, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de procedimento especial criminal onde se discute a prática do crime descrito no art. 268, caput do Código Penal, instaurado em face de AUTORES DOS FATOS: CAROLAINE BEMBEM DOS SANTOS COSTA, WESLEY ADRIANO DOS SANTOS, WAGNER DA SILVA LOBATO, PEDRO HENRIQUE ALVES, MARIANA DE MENEZES, MARCOS ANTONIO DA ROSA, KENNEDY SILVA COELHO, JENIFER ALINE GODOY, DIEGO CONSTANTINO DA SILVA, DAIANE DA SILVA COSTA, ANDRESSA GONCALVES GODOY, ALAN CONSTANTINO DOS SANTOS
Consta no curso do processo que o Ministério Público solicitou o arquivamento com base no reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal ID (92679479), em face de ALAN CONSTANTINO DOS SANTOS, JENIFER ALINE GODOY e MARIANA DE MENEZES.
O crime previsto no dispositivo supramencionado possui pena em abstrato cominada entre 01 (um) mês a 01 (um) ano de detenção. Verifica-se que tais delitos cujo máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois, o prazo prescricional computa-se em 04 (quatro) anos, conforme exarado no art. 109, inciso V, do Código Penal.
Todavia, o(s) suposto(s) autor(es) do fato ALAN CONSTANTINO DOS SANTOS, JENIFER ALINE GODOY e MARIANA DE MENEZES eram, ao tempo do fato (01/03/2021), menores de 21 (vinte e um) anos de idade, por conseguinte, o prazo prescricional deverá ser reduzido pela metade, conforme dispõe o artigo 115, do Código Penal.
Portanto, não havendo causa suspensiva e/ou interruptiva, fica evidente que o prazo prescricional para a pretensão punitiva findou-se.
POSTO ISSO, julgo EXTINTA A PUNIBILIDADE de ALAN CONSTANTINO DOS SANTOS, JENIFER ALINE GODOY e MARIANA DE MENEZES, relativamente ao fato aqui tratado, na forma do artigo 109, V c/c o artigo 107, IV, ambos do Código Penal e 61 do Código de Processo Penal, em face do reconhecimento da prescrição, determinando o arquivamento dos autos.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO/MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/ CARTA DE CITAÇÃO PARA CUMPRIMENTO DESTA ORDEM.
P. R.
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas.
Após parecer ministerial, faça-se conclusos para decisão.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

7014393-15.2020.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTORES DOS FATOS: ALFREDO DOS SANTOS JUNIOR, RUA MATO GROSSO 3132, - DE 3427/3428 A 3573/3574 SETOR 05 - 76870-640 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, PAULA DOS SANTOS PAES, RUA DAS ORQUÍDEAS 2483, - ATÉ 2231/2232 SETOR 04 - 76873-486 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES DOS FATOS: JONAS MAURO DA SILVA, OAB nº RO666A, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Despacho
Vistos.
Dê-se vista ao Ministério Público.
Juntada a manifestação ministerial, retornem-me os autos conclusos.
Cumpra-se servindo-se a presente como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Notificação para seu cumprimento.
Ariquemes-RO; data e hora certificado no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7008192-07.2020.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTORES DOS FATOS: VAGNER ALVES FERREIRA, CPF nº 91706874200, RUA CECÍLIA MEIRELES 3662, - DE 3605/3606 A 3719/3720 SETOR 06 - 76873-674 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, FABIO RIBEIRO DALAPICOLA, CPF nº 88558959234, RUA DOM PEDRO PRIMEIRO s/n, TABELIONATO CHERQUE CENTRO - 76926-000 - MIRANTE DA SERRA - RONDÔNIA, INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS ESPIRITO SANTO LTDA - ME, CNPJ nº 05561745000143, LINHA C 85, LT 02 GL 02 00 ZONA RURAL - 76863-000 - RIO CRESPO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES DOS FATOS: DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES, OAB nº RO2433, CATIELI COSTA BATISTI, OAB nº RO5145
D E C I S Ã O

Ante o oferecimento da denúncia, determino a realização da AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO tal como indica o art. 78 da Lei 9.099/95, oportunidade em que o(a) autor(a) do fato deverá se manifestar sobre a acusação, acarretando ou não o recebimento da denúncia e instrução imediata do feito, com oitiva de testemunhas e colheita de interrogatório.
Assim, DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO POR VIDEOCONFERÊNCIA conforme dados adiante descritos:
DATA E HORÁRIO: 13.12.2023 às 10h30min
PLATAFORMA: aplicativo Google Meet
LINK: meet.google.com/wws-emsy-umw
FORMA DE ACESSO: as partes poderão utilizar aparelho celular, tablet, notebook ou computador com acesso à internet, que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando. Basta clicar no link acima ou digita-lo no navegador do computador ou celular e o equipamento irá direcionar para a sala de audiência.
RECOMENDAÇÕES E ADVERTÊNCIAS PARA PARTES, MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA, ADVOGADOS E TESTEMUNHAS:
1. Utilize fones de ouvido para diminuir ruídos externos e causar microfonia;
2. Esteja de posse de algum documento pessoal com foto para comprovar sua identidade.
3. No horário da audiência por videoconferência, cada parte e testemunha deverá estar disponível para contato através de e-mail e número de celular informado para que a audiência possa ter início.
4. No prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, os promotores de justiça, defensores e advogado deverão informar no processo, o e-mail e número de telefone das pessoas a serem ouvidas na condição de testemunhas, para possibilitar a intimação e o envio do link da videoconferência. Caso deixem transcorrer esse prazo sem apresentar os dados, presumir-se-á a desnecessidade de intimá-los, hipótese em que referidas testemunhas deverão ser trazidas à audiência independentemente de intimação, ficando sob a responsabilidade das partes encaminhar links e possibilitar o ingresso dessas testemunhas na sala de audiências virtual,
5. As testemunhas serão autorizadas a entrar na sessão somente no momento de sua oitiva.
6. As partes ficam advertidas de que eventuais erros de envio do link ocasionados pela informação de dados equivocados ou a não visualização do link informado ou não acesso à videoconferência, até o horário de início da audiência será considerado como ausência à audiência virtual, e acarretará as consequências previstas na Lei do Juizado (decretação da revelia se o(a) autor(a) do fato não participar e/ou presunção de que a vítima ausente renuncia à representação ou eventual queixa-crime apresentada).
7. Caso alguma das partes NÃO tenha meios tecnológicos para participar da audiência por videoconferência, deverá informar isso no processo com antecedência mínima de 5 dias, hipótese em que deverá comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial, de forma presencial para participar da audiência, ficando resguardado à parte contrária, participar via videoconferência. Caso ambas as partes estejam impossibilitadas de participar da audiência por videoconferência, ambas poderão comparecer à Sala de Audiências do Juizado Especial para que a audiência presencial seja realizada, ficando resguardado o direito de as testemunhas, esta magistrada e os advogados/Defensores participarem via videoconferência.
8. Assim que aberta a audiência, a Defensoria Pública ou Advogado(a) deverá apresentar DEFESA PRÉVIA, caso já não tenha juntado defesa escrita no processo e na sequência a denúncia será recebida ou rejeitada. Caso seja recebida, proceder-se-á à oitiva das testemunhas da acusação e da defesa e por fim, colheita do interrogatório e apresentação das alegações finais de forma oral.
ORIENTAÇÕES PARA CPE:
Caso não conste no processo os dados de e-mail e telefone do(s) autor(es) do fato e seu(s) Defensor(a) ou Advogado(a) e das testemunhas, a CPE deverá intimar a parte responsável para no prazo de 10 (dez) dias indicar(em) tais dados a fim de possibilitar a participação na audiência.
Após a apresentação de todos os dados necessários (e-mail e telefone das partes e testemunhas), encaminhe-se o processo ao Gabinete deste Juizado para realização da audiência, com antecedência mínima de 24 horas da solenidade, sendo de responsabilidade das partes e seus Advogados/Defensores a informação, sob pena de cancelamento do ato e/ou extinção do processo, se for o caso.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO E/OU CITAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO REQUISITÓRIO PARA O FIM DE:
a) INTIMAR O MINISTÉRIO PÚBLICO, A DEFENSORIA PÚBLICA E EVENTUAL ADVOGADO(A) HABILITADO(A) NO PROCESSO;
b) CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO(A) AUTOR(A) DO FATO: AUTORES DOS FATOS: VAGNER ALVES FERREIRA, CPF nº 91706874200, RUA CECÍLIA MEIRELES 3662, - DE 3605/3606 A 3719/3720 SETOR 06 - 76873-674 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, FABIO RIBEIRO DALAPICOLA, CPF nº 88558959234, RUA DOM PEDRO PRIMEIRO s/n, TABELIONATO CHERQUE CENTRO - 76926-000 - MIRANTE DA SERRA - RONDÔNIA, INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS ESPIRITO SANTO LTDA - ME, CNPJ nº 05561745000143, LINHA C 85, LT 02 GL 02 00 ZONA RURAL - 76863-000 - RIO CRESPO - RONDÔNIA
c) INTIMAÇÃO DAS TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO E DEFESA CUJOS DADOS TENHAM SIDO INFORMADOS NO PROCESSO.
d) COMUNICAÇÃO ao superior hierárquico das testemunhas que forem servidoras públicas (militares, guardas municipais etc.), devendo tal decisão ser encaminhada ao órgão via e-mail, malote digital, whatsapp ou qualquer outro meio rápido e econômico.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7007973-57.2021.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: BILAN ANASTACIO DE SOUZA, RUA MATO GROSSO, 69 993645606 SETOR 05 - 76870-656 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
Decisão

Consta nos autos que AUTOR DO FATO: BILAN ANASTACIO DE SOUZA aceitou a proposta de transação penal e não obstante isso, deixou de cumprir as condições impostas.
Assim, tendo em vista que o suposto autor não cumpriu as condições estabelecidas, o que acarreta no descumprimento imotivado por parte do autor, REVOGO o benefício que lhe foi concedido e determino o prosseguimento do feito.
Encaminhe-se os autos ao Ministério Público para manifestação.
Ariquemes – RO; data e hora certificados no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7010002-17.2020.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: DILSON ALVES TEIXEIRA, RUA MONTEVIDÉU 5829, - LADO ÍMPAR SETOR 10 - 76876-074 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
SENTENÇA
Dispensado o relatório por força do disposto no art. 81, § 3º, da Lei nº 9.099/1995, decido.
Trata-se de Termo Circunstanciado instaurado em face de DILSON ALVES TEIXEIRA.
No curso do procedimento, o(s) autor(s) do fato foi(ram) beneficiado(s) com a transação penal, sendo que cumpriu(ram) integralmente as condições que lhe(s) foram impostas.
É o relatório.
No caso vertente observa-se que o(s) autor(s) do fato cumpriu(ram) integralmente as condições da transação penal, razão pela qual faz(em) jus à extinção de sua punibilidade.
Destarte, declaro extinta a punibilidade do DILSON ALVES TEIXEIRA, qualificado(s) nos autos, relativamente aos fatos descritos no presente procedimento, extinguindo o feito.
Quanto ao bem apreendido, decido:
1. Providência principal:
DETERMINO a restituição do(s) bem(ns) apreendido(s) por ocasião dos fatos destes autos, um equipamento de som. Desse modo, FICA AUTOMATICAMENTE LIBERADO O(S) BEM(NS) APRENDIDO(S), em favor da parte passiva, SERVINDO A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ/TERMO DE RESTITUIÇÃO/MANDADO/OFÍCIO REQUISITÓRIO/CARTA PRECATÓRIA/NOTIFICAÇÃO OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO PARA LIBERAÇÃO DO(S) BEM(NS) DESCRITO(S) NO PROCESSO EM FAVOR DO PROPRIETÁRIO a ser cumprido perante o órgão onde o bem esteja eventualmente apreendido.
Encaminhe-se essa decisão ao autor do fato para conhecimento e para que providencie o cumprimento da restituição em seu favor, podendo essa intimação ser feita por qualquer meio rápido e econômico, tal como e-mail, telefone, WhatsApp e na impossibilidade de proceder dessa forma, via AR-MP ou Oficial(a) de Justiça.
Na oportunidade, deverá ser advertido de que, caso não se apresente para devolução do objeto apreendido no prazo de 10 (dez) dias, será dada destinação diversa ao material, na forma do artigo 123 do Código de Processo Penal.
2. Providência em caráter subsidiário:
Apenas na hipótese de o(a) autor(a) do fato NÃO retirar o bem no prazo assinalado, ou SER LOCALIZADO(A), para tomar ciência da decisão que extinguiu o feito e autorizou a restituição do bem em seu favor, DETERMINO A DESTINAÇÃO/DOAÇÃO do bem/valor apreendido em favor da instituição LAR FRATERNO DA TERCEIRA IDADE, que assiste idosos em situação de vulnerabilidade e poderá usar eventuais valores em favor dessa população vulnerável, e possui BAZAR BENEFICENTE, onde poderá vender ou doar eventuais bens apreendidos revertendo o benefício em favor de famílias carentes assistidas ou dos idosos internos na instituição.
CUMPRA-SE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO PARA A INSTITUIÇÃO tomar ciência dessa doação e providenciar o recebimento do bem no local onde ele se encontra apreendido, devendo tal ofício ser encaminhado para a instituição por meio de e-mail, WhatsApp ou qualquer outro meio rápido e econômico:
LAR FRATERNO DA TERCEIRA IDADE
ENDEREÇO: RUA CANÁRIO, 1091, SETOR 02, ARIQUEMES/RO
E-MAIL: larfraternoceak@gmail.com
TELEFONE: 3535-5517
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Oportunamente, arquivem-se.
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas e após, arquive-se independentemente de intimação e trânsito em julgado.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro
AUTOR DO FATO: DILSON ALVES TEIXEIRA, RUA MONTEVIDÉU 5829, - LADO ÍMPAR SETOR 10 - 76876-074 - ARIQUEMES - RONDÔNIA

7001840-62.2022.8.22.0002
REQUERENTE: MARIA ROSA DA SILVA MIRANDA, CPF nº 10702962287, LINHA C-80 POSTE S/N ÁREA RURAL - 76863-000 - RIO CRESPO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: THIAGO GONCALVES DOS SANTOS, OAB nº RO5471
REQUERIDO: BRADESCO CARTÕES S/A, CNPJ nº 59438325000101, - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A
Sentença
Trata-se de cumprimento de sentença, em que a parte autora pleiteia o recebimento da obrigação imposta nos autos.
Embora a requerida não tenha efetivamente demonstrado nos autos o pagamento, em consulta ao Sistema de Depósitos Judiciais - SisDeJud verifiquei que houve o pagamento do débito, conforme consta nos dados abaixo colacionados:
Id Depósito 49183101072306141
Pagamento 29/07/2023 12:00
Valor R$ 18.190,20

Nesse sentido, urge seja o crédito imediatamente solvido com a liberação do valor para a parte exequente, possibilitando assim, a plena satisfação do crédito e a imediata extinção do feito.
Ante o exposto, com base no art. 924, II do CPC, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, considerando a satisfação do crédito por meio do pagamento comprovado/informado nos autos.
Expeça-se Ofício de Transferência, caso haja indicação de dados bancários pela parte autora, OU expeça-se Alvará de levantamento da importância depositada em favor da parte autora. Ato contínuo, intime-se a parte autora, por seu(a) advogado(a) constituído(a), para acessar o documento via sistema PJE e providenciar a respectiva impressão.
Publique-se.
Registre-se.
Intimem-se.
Após, cumpridas as determinações, arquive-se os autos independentemente do trânsito em julgado.
Sobrevindo eventual indicação de saldo remanescente, autorizo o desarquivamento e prosseguimento do feito.
CUMPRA-SE SERVINDO A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi ZagloutMuhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

7001433-56.2022.8.22.0002
REQUERENTE: DANIELA PEREIRA, CPF nº 92044379287, LH 100 TB B40 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SILVIO ALVES FONSECA NETO, OAB nº RO8984
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, ÁREAS ESPECIAIS 2022 AV. JUSCELINO KUBITSCHECK, 2022 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Trata-se de cumprimento de sentença em desfavor de ENERGISA, em que a parte autora pleiteia o recebimento da obrigação imposta nos autos.
Embora a requerida não tenha efetivamente demonstrado nos autos o pagamento, em consulta ao Sistema de Depósitos Judiciais - SisDeJud verifiquei que houve o pagamento da condenação, conforme consta nos dados abaixo colacionados:
Id Depósito 49183100562306166
Pagamento 07/07/2023 12:00
Valor R$ 8.918,17
Reputo LEGÍTIMO o pagamento comprovado nos autos, tendo em vista que se efetivou em data anterior a atualização informada no evento anterior.
Nesse sentido, urge seja o crédito imediatamente solvido com a liberação do valor para a parte exequente, possibilitando assim, a plena satisfação do crédito e a imediata extinção do feito.
Ante o exposto, e com base no art. 924, II do CPC, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, considerando a satisfação do crédito por meio do pagamento comprovado/informado nos autos.
Expeça-se Ofício de Transferência, caso haja indicação de dados bancários pela parte autora, OU expeça-se Alvará de levantamento da importância depositada em favor da parte autora. Ato contínuo, intime-se a parte autora, por seu(a) advogado(a) constituído(a), para acessar o documento via sistema PJE e providenciar a respectiva impressão.
Publique-se.
Registre-se.
Intimem-se.
Após, cumpridas as determinações, arquive-se os autos independentemente do trânsito em julgado.
CUMPRA-SE SERVINDO A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout

7014374-72.2021.8.22.0002
EXEQUENTE: FUTURISTICA COMERCIO DE MOVEIS E ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA - ME, CNPJ nº DESCONHECIDO, ALAMEDA PIQUIA 1565, - ATÉ 1757/1758 SETOR 01 - 76870-097 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RICARDO ALEXANDRO PORTO, OAB nº RO9442
EXECUTADO: JAIME DOBLER MARQUETTO, CPF nº 94115001291, RUA TRINTA E OITO 1766 JARDIM ZONA SUL - 76876-831 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Trata-se de pedido do credor, a fim de que a penhora eletrônica seja realizada valendo-se do recurso disponibilizado pelo sistema SISBAJUD, na modalidade “teimosinha”, pelo qual a ordem de bloqueio é reiterada até que se atinja o montante solicitado e por um período máximo de 30 dias, assim, DEFIRO o pedido.
Nesta data solicitei o bloqueio de contas/aplicações da parte devedora junto ao SISBAJUD, cuja identificação junto ao sistema pode ser feita pelo número do processo.
Outrossim, considerando a inviabilidade de consulta diária ao sistema, além deste juízo não dispor de servidores suficientes para tanto, fica a parte executada desde já advertida que tão logo tome conhecimento da ordem de bloqueio, independentemente da intimação prevista no art. 854, §3º do CPC, que entre em contato com este juízo informando a ocorrência do bloqueio, através da Central de processamento (CPE) ou Central de atendimento (CAC) valendo-se do balcão virtual cujo link de acesso é https://meet.google.com/iaf-porq-nmf , ou pelo telefone (69) 3309-8110, a fim de agilizar a análise nos termos do art. 854 e ss. do CPC e desbloqueio de eventual quantia excessiva.
Aguarde-se o resultado da diligência em cartório, devendo o feito permanecer suspenso por este período, decorrido o prazo venham os autos conclusos para transcrição da resposta e deliberações.
SERVE A PRESENTE DE CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout

7008255-27.2023.8.22.0002
EXEQUENTE: PEREIRA & GASPAR LTDA - ME, CNPJ nº 01488044000175, ALAMEDA DO IPÊ 3391, TRAVESSA MARACATIARA SETOR 01 - 76870-074 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUAN CARLOS GOIS DIB, OAB nº RO5942
EXECUTADO: BARBARA DE MATOS PEREIRA, CPF nº 01460967208, RUA JOSÉ MAURO VASCONCELOS 3767, TELEFONE/ WHATSAPP (69) 9-9329-1619, SETOR 06 - 76873-624 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Trata-se de pedido do credor, a fim de que a penhora eletrônica seja realizada valendo-se do recurso disponibilizado pelo sistema SISBAJUD, na modalidade "teimosinha", pelo qual a ordem de bloqueio é reiterada até que se atinja o montante solicitado e por um período máximo de 30 dias, assim, DEFIRO o pedido.
Nesta data solicitei o bloqueio de contas/aplicações da parte devedora junto ao SISBAJUD, cuja identificação junto ao sistema pode ser feita pelo número do processo.
Outrossim, considerando a inviabilidade de consulta diária ao sistema, além deste juízo não dispor de servidores suficientes para tanto, fica a parte executada desde já advertida que tão logo tome conhecimento da ordem de bloqueio, independentemente da intimação prevista no art. 854, §3º do CPC, que entre em contato com este juízo informando a ocorrência do bloqueio, através da Central de processamento (CPE) ou Central de atendimento (CAC) valendo-se do balcão virtual cujo link de acesso é https://meet.google.com/iaf-porq-nmf , ou pelo telefone (69) 3309-8110, a fim de agilizar a análise nos termos do art. 854 e ss. do CPC e desbloqueio de eventual quantia excessiva.
Aguarde-se o resultado da diligência em cartório, devendo o feito permanecer suspenso por este período, decorrido o prazo venham os autos conclusos para transcrição da resposta e deliberações.
SERVE A PRESENTE DE CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Processo n.: 7006836-79.2017.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Cheque
Valor da causa: R$ 3.380,00 (três mil, trezentos e oitenta reais)
Parte autora: WALTER GOMES RIBEIRO DA COSTA, RUA FLORIANÓPOLIS 2096 SETOR 03 - 76870-292 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DENNIS LIMA BATISTA GURGEL DO AMARAL, OAB nº RO7633
Parte requerida: V. M. HIGUTI CONSTRUTORA EXPORTACAO E IMPORTACAO DE MADEIRAS - ME, RUA FLOR DO IPÊ 2494, - DE 2495/2496 A 2782/2783 SETOR 04 - 76873-420 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, VITORIO MASSATOSHI HIGUTI, AVENIDA CAPITÃO SÍLVIO, ENTRE A IGREJA TESTEMUNHA DE JEOVÁ E A MAÇONARIA ÁREAS ESPECIAIS 01 - 76870-002 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Vistos.
Quanto ao pedido de INFOJUD, o sigilo fiscal, por ser uma garantia constitucional somente pode ser quebrado em hipóteses excepcionais, não sendo o caso, deve se dar prevalência ao direito fundamental à intimidade.
Eventual interferência do Poder Judiciário somente se justifica em situações excepcionais, de acordo com o caso concreto.
A utilização do sistema INFOJUD somente se justifica quando exauridos os meios, com inequívoca existência de questão burocrática a inviabilizar a procura, não quando ainda pendente a realização de diligências por parte do interessado.
A possibilidade de utilização do sistema em questão é, sem dúvidas, excepcional em razão da segurança das informações e do necessário sigilo que envolve os respectivos dados.
Nesse viés, o TJ\RO firmou entendimento, observe-se:
Agravo de Instrumento. Pedido de consulta através do Infojud. Localização de bens do devedor. Impossibilidade. Não esgotamento de outras diligências possíveis. Excepcionalidade da medida. Ausente a comprovação pelo credor de esgotamento das diligências para a localização dos bens do devedor, não se mostra possível o deferimento do pedido de consulta de bens arrestáveis através do sistema Infojud, uma vez que se trata de medida excepcional. (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0800762-67.2018.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 14/09/2018) – Grifo não original.
Soma-se a tal entendimento o fato de que o STJ entende que – só é possível quebra de sigilo fiscal de pessoa física ou jurídica no curso do processo quando bem justificada, conforme entendimento exarado no REsp 1220307.
Evidentemente não é o caso dos autos em que há somente o requerimento da diligência sem demonstrar o preenchimento dos requisitos elencados pela Jurisprudência, não sendo o caso de deferimento do pedido.
Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de quebra de sigilo fiscal, via INFOJUD.
Intime-se a parte autora a requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Ariquemes segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 11:35 .
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz(a) de Direito

7001863-71.2023.8.22.0002
REQUERENTE: EDSON DO NASCIMENTO NOBRE, CPF nº 57756317220, RUA ARIQUEMES 3540, - DE 3390/3391 AO FIM BNH - 76870-786 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALLAN SOUZA DE MORAES SARKIS, OAB nº RO2682
REQUERIDO: PAULO JORGE MENDES JUNIOR, CPF nº 04167467216, RUA MOCOCA 5495, - DE 5294/5295 AO FIM SETOR 09 - 76876-204 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Primeiramente, acolho os embargos de declaração de ID 92762592, anulando a sentença de ID 92140059.
Trata-se de pedido do credor, a fim de que a penhora eletrônica seja realizada valendo-se do recurso disponibilizado pelo sistema SISBAJUD, na modalidade "teimosinha", pelo qual a ordem de bloqueio é reiterada até que se atinja o montante solicitado e por um período máximo de 30 dias, assim, DEFIRO o pedido.
Nesta data solicitei o bloqueio de contas/aplicações da parte devedora junto ao SISBAJUD, cuja identificação junto ao sistema pode ser feita pelo número do processo.
Outrossim, considerando a inviabilidade de consulta diária ao sistema, além deste juízo não dispor de servidores suficientes para tanto, fica a parte executada desde já advertida que tão logo tome conhecimento da ordem de bloqueio, independentemente da intimação prevista no art. 854, §3º do CPC, que entre em contato com este juízo informando a ocorrência do bloqueio, através da Central de processamento (CPE) ou Central de atendimento (CAC) valendo-se do balcão virtual cujo link de acesso é https://meet.google.com/iaf-porq-nmf , ou pelo telefone (69) 3309-8110, a fim de agilizar a análise nos termos do art. 854 e ss. do CPC e desbloqueio de eventual quantia excessiva.
Aguarde-se o resultado da diligência em cartório, devendo o feito permanecer suspenso por este período, decorrido o prazo venham os autos conclusos para transcrição da resposta e deliberações.
SERVE A PRESENTE DE CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7005977-87.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: MARIVALDA MARQUES CARVALHO
ADVOGADO DO REQUERENTE: LEDAIANA SANA DE FREITAS, OAB nº RO10368
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Informo a parte exequente que a multa em casos de descumprimento, é inconteste.
Todavia, os honorários não incidem no presente caso conforme amplamente explicado da decisão anterior (ID 93094761).
Adeque ao rito do Juizado, apresentando os cálculos conforme determinado.
Prazo 5 dias.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7003277-75.2021.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: RINALDO MAURO ROSSI
ADVOGADOS DO REQUERENTE: CYNTHIA PATRICIA CHAGAS MUNIZ DIAS, OAB nº RO1147A, WAGNER FERREIRA DIAS, OAB nº RO7037, BARBARA GONCALVES DE ANGELO, OAB nº RO10673
Polo Passivo: ADAO HERNANI PEREIRA COSTA
ADVOGADO DO REQUERIDO: GUSTAVO HENRIQUE MACHADO MENDES, OAB nº RO4636
Com fulcro na Lei 9.099/95 que rege o Juizado Especial Cível, NÃO há previsão de acréscimo de valor a título de honorários advocatícios, na fase de execução.
A regra é clara conforme disposição expressa do art. 55: "A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre dez por cento e vinte por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa".
Logo, como a lei preceitua que nas causas que tramitam no Juizado Especial Cível NÃO há incidência de honorários advocatícios, ressalvados os casos de litigância de má-fé ou quando houver condenação em 2º grau, o que não é o caso.
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar nos autos demonstrativo de débito com exclusão dos honorários advocatícios.
CUMPRA-SE SERVINDO A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, -
Processo n.: 7013666-56.2020.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Nota Promissória
Autor(es): AMERICANA ARIQUEMES LTDA, ALAMEDA PIQUIA 1867, - DE 1760/1761 AO FIM SETOR 01 - 76870-082 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DENIO FRANCO SILVA, OAB nº RO4212
Requerido(a): ALLAN DIAS DOS SANTOS, ALDEBARAN 5140, - DE 4872/4873 AO FIM ROTA DO SOL - 76874-028 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Nesta data solicitei informações junto ao sistema RENAJUD para saber se existem veículos cadastrados em nome do(a) requerido(a).
Ocorre que o sistema informou que NÃO existe nenhum veículo cadastrado no CPF/CNPJ indicado - EXECUTADO: ALLAN DIAS DOS SANTOS, CPF nº 03279661226, o que inviabiliza por completo eventual pedido de penhora.
Assim, intime-se a parte exequente do resultado da ordem de restrição negativo, bem como para impulsionar o feito, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento por ausência de indicação de bens penhoráveis.
SERVE A PRESENTE DE OFICIO/MANDADO /CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz (a) de Direito

7007741-45.2021.8.22.0002
REQUERENTE: ROBERTO OLIVEIRA PEREIRA, CPF nº 93023227268, RUA DEZESSEIS 8251 JARDIM ZONA SUL - 76876-861 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DOUGLAS CARVALHO DOS SANTOS, OAB nº RO4069A
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 0000, - DE 1176 A 1558 - LADO PAR SETOR 02 - 76873-156 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Trata-se de cumprimento de sentença em desfavor de CERON/ENERGISA, em que a parte autora pleiteia o recebimento da obrigação imposta nos autos.
Embora a requerida não tenha efetivamente demonstrado nos autos o pagamento, em consulta ao Sistema de Depósitos Judiciais - SisDeJud verifiquei que houve o pagamento do débito, conforme consta nos dados abaixo colacionados:
Id Depósito 49183100362306278
Pagamento 04/07/2023 12:00
Valor R$ 11.352,24
Nesse sentido, urge seja o crédito imediatamente solvido com a liberação do valor para a parte exequente, possibilitando assim, a plena satisfação do crédito e a imediata extinção do feito.
Ante o exposto, com base no art. 924, II do CPC, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, considerando a satisfação do crédito por meio do pagamento comprovado/informado nos autos.
Expeça-se Ofício de Transferência, caso haja indicação de dados bancários pela parte autora, OU expeça-se Alvará de levantamento da importância depositada em favor da parte autora. Ato contínuo, intime-se a parte autora, por seu(a) advogado(a) constituído(a), para acessar o documento via sistema PJE e providenciar a respectiva impressão.
Publique-se.
Registre-se.
Intimem-se.
Após, cumpridas as determinações, arquive-se os autos independentemente do trânsito em julgado.
Sobrevindo eventual indicação de saldo remanescente, autorizo o desarquivamento e prosseguimento do feito.
CUMPRA-SE SERVINDO A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7014214-18.2019.8.22.0002
Incorporação Imobiliária, Indenização por Dano Material, Obrigação de Fazer / Não Fazer, Energia Elétrica
EXEQUENTE: WILSON FEITOSA DOS SANTOS, CPF nº 63088665200, LINHA CA-16, LOTE 36, GLEBA 02 ZONA RURAL - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: DANGELIS DAMASCENO PASSARELI, OAB nº PR90324, LEVI GUSTAVO ALVES DE FREITAS, OAB nº RO4634

EXECUTADOS: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AC ARIQUEMES, AVENIDA TANCREDO NEVES 1620 SETOR INSTITUCIONAL - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, JUSCELINO KUBITSCHEK 1966 SETOR 02 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, ENERGISA RONDÔNIA, ENERGISA RONDÔNIA
Cumpra-se conforme determinado na Decisão de ID 92698584, não havendo o que se falar em prosseguimento da execução para recebimento de honorários sucumbências, posto que esta verba já fora incluída nos cálculos da contadoria de ID 52642484.
Pela derradeira vez, advirto os patronos da parte autora para atentar-se no cadastramento de seus pedidos, a fim de causar trabalho desnecessário a este Juízo com execuções sem fim, custos indevidos ao judiciário e possível enriquecimento ilícito.
Cumpra-se servindo a presente como mandado/carta de intimação/carta precatória para seu cumprimento.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Processo n.: 7002278-25.2021.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto:Duplicata
EXEQUENTES: ODIRLEY RIBAS DA SILVA AMADO, RUA GRACILIANO RAMOS 3169, - ATÉ 3365/3366 SETOR 06 - 76873-696 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, AMADO & RIBAS LTDA, AVENIDA CAPITÃO SÍLVIO 5415, - DE 2351 A 2461 - LADO ÍMPAR ÁREAS ESPECIAIS 01 - 76870-004 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: LEDAIANA SANA DE FREITAS, OAB nº RO10368
EXECUTADO: LEDA MARINA MEDES DE OLIVEIRA, RUA RIO BRANCO 5356 SETOR 09 - 76876-450 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: DAYANE DA SILVA MARTINS, OAB nº RO7412, RAYSA SOARES DE OLIVEIRA, OAB nº RO11468
DESPACHO
Vistos.
Manifeste-se a exequente, em dez dias, quanto à proposta de acordo apresentada pela executada.
Ariquemes/RO, 17 de julho de 2023.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

7007005-56.2023.8.22.0002
EXEQUENTE: EDSON DO NASCIMENTO NOBRE, CPF nº 57756317220, RUA ARIQUEMES 3540, - DE 3390/3391 AO FIM BNH - 76870-786 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALLAN SOUZA DE MORAES SARKIS, OAB nº RO2682
EXECUTADO: JEANA ROGOSKI, CPF nº 03582085210, RUA LAJES 4748, - DE 4488/4489 A 4787/4788 SETOR 09 - 76876-334 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Trata-se de pedido do credor, a fim de que a penhora eletrônica seja realizada valendo-se do recurso disponibilizado pelo sistema SISBAJUD, na modalidade “teimosinha”, pelo qual a ordem de bloqueio é reiterada até que se atinja o montante solicitado e por um período máximo de 30 dias, assim, DEFIRO o pedido.
Nesta data solicitei o bloqueio de contas/aplicações da parte devedora junto ao SISBAJUD, cuja identificação junto ao sistema pode ser feita pelo número do processo.
Outrossim, considerando a inviabilidade de consulta diária ao sistema, além deste juízo não dispor de servidores suficientes para tanto, fica a parte executada desde já advertida que tão logo tome conhecimento da ordem de bloqueio, independentemente da intimação prevista no art. 854, §3º do CPC, que entre em contato com este juízo informando a ocorrência do bloqueio, através da Central de processamento (CPE) ou Central de atendimento (CAC) valendo-se do balcão virtual cujo link de acesso é https://meet.google.com/iaf-porq-nmf , ou pelo telefone (69) 3309-8110, a fim de agilizar a análise nos termos do art. 854 e ss. do CPC e desbloqueio de eventual quantia excessiva.
Aguarde-se o resultado da diligência em cartório, devendo o feito permanecer suspenso por este período, decorrido o prazo venham os autos conclusos para transcrição da resposta e deliberações.
SERVE A PRESENTE DE CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout

7014672-35.2019.8.22.0002
EXEQUENTE: FUTURISTICA COMERCIO DE MOVEIS E ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA - ME, CNPJ nº DESCONHECIDO, ALAMEDA PIQUIA 1565, - ATÉ 1757/1758 SETOR 01 - 76870-097 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RICARDO ALEXANDRO PORTO, OAB nº RO9442
EXECUTADO: GLECIANE SILVA DE SOUZA, CPF nº 94733708220, RUA TOMAS EDSON 3036 SETOR 08 - 76873-346 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Trata-se de pedido do credor, a fim de que a penhora eletrônica seja realizada valendo-se do recurso disponibilizado pelo sistema SISBAJUD, na modalidade “teimosinha”, pelo qual a ordem de bloqueio é reiterada até que se atinja o montante solicitado e por um período máximo de 30 dias, assim, DEFIRO o pedido.
Nesta data solicitei o bloqueio de contas/aplicações da parte devedora junto ao SISBAJUD, cuja identificação junto ao sistema pode ser feita pelo número do processo.

Outrossim, considerando a inviabilidade de consulta diária ao sistema, além deste juízo não dispor de servidores suficientes para tanto, fica a parte executada desde já advertida que tão logo tome conhecimento da ordem de bloqueio, independentemente da intimação prevista no art. 854, §3º do CPC, que entre em contato com este juízo informando a ocorrência do bloqueio, através da Central de processamento (CPE) ou Central de atendimento (CAC) valendo-se do balcão virtual cujo link de acesso é https://meet.google.com/iaf-porq-nmf , ou pelo telefone (69) 3309-8110, a fim de agilizar a análise nos termos do art. 854 e ss. do CPC e desbloqueio de eventual quantia excessiva.
Aguarde-se o resultado da diligência em cartório, devendo o feito permanecer suspenso por este período, decorrido o prazo venham os autos conclusos para transcrição da resposta e deliberações.
SERVE A PRESENTE DE CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout

7006186-56.2022.8.22.0002
REQUERENTE: JONES SANGUANINI, CPF nº 60228059291, RUA MARABÁ 3566, - DE 3167/3168 AO FIM JARDIM JORGE TEIXEIRA - 76876-572 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: OZEIAS DIAS DE AMORIM, OAB nº RO4194A, JOSE RICARDO D AVASSI DAMICO, OAB nº RO7435
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Trata-se de cumprimento de sentença em desfavor de CERON/ENERGISA, em que a parte autora pleiteia o recebimento da obrigação imposta nos autos.
Embora a requerida não tenha efetivamente demonstrado nos autos o pagamento, em consulta ao Sistema de Depósitos Judiciais - SisDeJud verifiquei que houve o pagamento do débito, conforme consta nos dados abaixo colacionados:
Id Depósito 49183100632306283
Pagamento 03/07/2023 12:00
Valor R$ 11.480,20
Nesse sentido, urge seja o crédito imediatamente solvido com a liberação do valor para a parte exequente, possibilitando assim, a plena satisfação do crédito e a imediata extinção do feito.
Ante o exposto, com base no art. 924, II do CPC, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, considerando a satisfação do crédito por meio do pagamento comprovado/informado nos autos.
Expeça-se Ofício de Transferência, caso haja indicação de dados bancários pela parte autora, OU expeça-se Alvará de levantamento da importância depositada em favor da parte autora. Ato contínuo, intime-se a parte autora, por seu(a) advogado(a) constituído(a), para acessar o documento via sistema PJE e providenciar a respectiva impressão.
Publique-se.
Registre-se.
Intimem-se.
Após, cumpridas as determinações, arquive-se os autos independentemente do trânsito em julgado.
Sobrevindo eventual indicação de saldo remanescente, autorizo o desarquivamento e prosseguimento do feito.
CUMPRA-SE SERVINDO A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, -
7015693-12.2020.8.22.0002
REQUERENTE: BACK & BACK COMERCIO VAREJISTA DE GESSO LTDA, CNPJ nº 36328662000132, AVENIDA PERIMETRAL LESTE, - DE 3121 A 3407 - LADO ÍMPAR COLONIAL - 76873-743 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MICHAEL ROBSON SOUZA PERES, OAB nº RO8983, RUA ANDORINHAS 1197, - ATÉ 1100 - LADO PAR SETOR 02 - 76873-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REQUERIDO: TAYLON GODEZ AGUILAR, CPF nº 03748264208, RUA LINCOLN PAVÃO DOS SANTOS 1462 BOSQUE DOS IPÊS - 76901-394 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
A parte autora foi intimada para dar prosseguimento ao feito. Todavia, transcorreu “in albis” o prazo concedido.
Conforme orienta o § 1º do artigo 51 da lei 9.099/95, a extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes.
POSTO ISSO, considerando o silêncio da parte autora e atento aos princípios que norteiam os Juizados Especiais Cíveis, julgo extinto o processo, ficando desde já autorizado o desarquivamento em caso de prosseguimento do feito pela parte autora.
P. R.
Após, arquivem-se os autos.
CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7000537-13.2022.8.22.0002
Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material, Liminar , Tutela de Urgência
REQUERENTE: JONILSON LAUDELINO EVANGELISTA DA SILVA, CPF nº 52145867287, RUA PROJETADA 4147 BOM JESUS - 76874-160 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 2032, - DE 2025 A 2715 - LADO ÍMPAR SETOR INSTITUCIONAL - 76872-853 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, NATALIA KELLY DOMINGOS SANTOS, OAB nº PB29871, ENERGISA RONDÔNIA
Os autos vieram conclusos com petição da parte autora indicando SALDO REMANESCENTE.
Sendo assim, intime a parte requerida para complementar o pagamento da diferença ora apontada no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de realização de penhora on line.
Caso haja pagamento do valor no prazo concedido, expeça-se alvará em favor da parte autora e faça-se conclusão dos autos para extinção por pagamento.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes – RO; data e hora certificados pelo sistema.
Muhammad Hijazi Zaglout

7010492-10.2018.8.22.0002
EXEQUENTE: AMERICANA ARIQUEMES LTDA, CNPJ nº 10624802000126, ALAMEDA PIQUIA 1867 SETOR 01 - 76870-082 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DENIO FRANCO SILVA, OAB nº RO4212
EXECUTADO: FERNANDA COSTA LEITE DIANA, CPF nº 92955720259, AVENIDA AMAZONAS 7057, - DE 7017 A 7477 - LADO ÍMPAR CUNIÃ - 76824-451 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Trata-se de pedido do credor, a fim de que a penhora eletrônica seja realizada valendo-se do recurso disponibilizado pelo sistema SISBAJUD, na modalidade “teimosinha”, pelo qual a ordem de bloqueio é reiterada até que se atinja o montante solicitado e por um período máximo de 30 dias, assim, DEFIRO o pedido.
Nesta data solicitei o bloqueio de contas/aplicações da parte devedora junto ao SISBAJUD, cuja identificação junto ao sistema pode ser feita pelo número do processo.
Outrossim, considerando a inviabilidade de consulta diária ao sistema, além deste juízo não dispor de servidores suficientes para tanto, fica a parte executada desde já advertida que tão logo tome conhecimento da ordem de bloqueio, independentemente da intimação prevista no art. 854, §3º do CPC, que entre em contato com este juízo informando a ocorrência do bloqueio, através da Central de processamento (CPE) ou Central de atendimento (CAC) valendo-se do balcão virtual cujo link de acesso é https://meet.google.com/iaf-porq-nmf , ou pelo telefone (69) 3309-8110, a fim de agilizar a análise nos termos do art. 854 e ss. do CPC e desbloqueio de eventual quantia excessiva.
Aguarde-se o resultado da diligência em cartório, devendo o feito permanecer suspenso por este período, decorrido o prazo venham os autos conclusos para transcrição da resposta e deliberações.
SERVE A PRESENTE DE CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7002535-16.2022.8.22.0002
Direito de Imagem, Liminar , Tutela de Urgência, Indenização por Dano Material
REQUERENTE: ORLANDO RODRIGUES DE SOUZA, CPF nº 06190072810, ÁREA RURAL SN ÁREA RURAL DE ARIQUEMES - 76878-899 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 1966, - DE 1560 A 1966 - LADO PAR SETOR 02 - 76873-238 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Decisão
Os autos vieram conclusos ante a juntada aos autos de comprovante de pagamento pela parte requerida.
Sendo assim, expeça-se Alvará de levantamento da importância depositada em favor da parte autora.
Ato contínuo, intime-se a parte autora, por seu(a) advogado(a) constituído(a), para acessar o documento via sistema PJE e providenciar a respectiva impressão, devendo ser advertido(a) de que deverá manifestar-se nos autos quanto à concordância com o valor depositado no prazo de 5 (cinco) dias, pena de seu silêncio ser interpretado como concordância tácita e acarretar a extinção do feito por pagamento.
Caso discorde do valor, em igual prazo, deverá apresentar planilha especificando os valores remanescentes e caso já tenha feito isso, determino que o Cartório intime a parte requerida para complementar o pagamento da diferença no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de realização de nova penhora on line relativamente à diferença apontada pela parte autora.
Caso já exista concordância expressa quanto ao valor depositado, expeça-se alvará e faça-se conclusão dos autos para extinção por pagamento.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes – RO; data e hora certificados pelo sistema.
Muhammad Hijazi Zaglout

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7008620-28.2016.8.22.0002
Honorários Advocatícios
EXEQUENTE: BRIAN GRIEHL, CPF nº 05848872805, TRAVESSA BELÉM 3434, AO LADO DO POSTO SILVESTRE SETOR 03 - 76870-524 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADO: SONIA BORGES MONTEIRO, CPF nº 32936796920, AV. TABAPUÃ-SALA 03 2447, ESCRITÓRIO CONTÁBIL RONDÔNIA SETOR 03 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Expeça-se Alvará de levantamento da importância penhorada (ID 84046431)em favor da parte autora e não impugnada pela executada.
Quanto ao pedido de penhora de 30% (trinta por cento) sobre os vencimentos líquidos recebidos pela Executada junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Unidades com vínculo direto (SIAFI), Governo do Ex-Território Federal de Rondônia (SIAPE), há vedação expressa para penhora de salário (art. 833, IV, CPC/2015) no caso concreto por não se amoldar às hipóteses de exceção previstas no § 2º do mesmo artigo, razão pela qual indefiro o pedido da parte exequente.
No mais, concedo o prazo impreterível de 15 (quinze) dias para que a parte exequente se manifeste quanto ao prosseguimento do feito, indicando na oportunidade meio efetivo para satisfação da obrigação, sob pena de imediata extinção e arquivamento.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes – RO; data e hora certificados pelo sistema.
Muhammad Hijazi Zaglout

7012431-88.2019.8.22.0002
EXEQUENTE: FUTURISTICA COMERCIO DE MOVEIS E ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA - ME, CNPJ nº DESCONHECIDO, ALAMEDA PIQUIA 1565, - ATÉ 1757/1758 SETOR 01 - 76870-097 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RICARDO ALEXANDRO PORTO, OAB nº RO9442
EXECUTADO: CLAILTON DE SOUZA GOMES, CPF nº 87361116272, RUA DO LÍRIO, - ATÉ 2288/2289 SETOR 04 - 76873-466 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Trata-se de pedido do credor, a fim de que a penhora eletrônica seja realizada valendo-se do recurso disponibilizado pelo sistema SISBAJUD, na modalidade “teimosinha”, pelo qual a ordem de bloqueio é reiterada até que se atinja o montante solicitado e por um período máximo de 30 dias, assim, DEFIRO o pedido.
Nesta data solicitei o bloqueio de contas/aplicações da parte devedora junto ao SISBAJUD, cuja identificação junto ao sistema pode ser feita pelo número do processo.
Outrossim, considerando a inviabilidade de consulta diária ao sistema, além deste juízo não dispor de servidores suficientes para tanto, fica a parte executada desde já advertida que tão logo tome conhecimento da ordem de bloqueio, independentemente da intimação prevista no art. 854, §3º do CPC, que entre em contato com este juízo informando a ocorrência do bloqueio, através da Central de processamento (CPE) ou Central de atendimento (CAC) valendo-se do balcão virtual cujo link de acesso é https://meet.google.com/iaf-porq-nmf , ou pelo telefone (69) 3309-8110, a fim de agilizar a análise nos termos do art. 854 e ss. do CPC e desbloqueio de eventual quantia excessiva.
Aguarde-se o resultado da diligência em cartório, devendo o feito permanecer suspenso por este período, decorrido o prazo venham os autos conclusos para transcrição da resposta e deliberações.
SERVE A PRESENTE DE CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout

7012687-60.2021.8.22.0002
REQUERENTE: CLICIA DAIANE PEREIRA DA SILVA, CPF nº 03948778299, RUA JOSÉ MAURO VASCONCELOS, 3274 SETOR 06 - 76873-700 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: BRUNO ALVES DA SILVA CANDIDO, OAB nº RO5825
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 1966, - DE 1560 A 1966 - LADO PAR SETOR 02 - 76873-238 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Trata-se de cumprimento de sentença em desfavor de CERON/ENERGISA, em que a parte autora pleiteia o recebimento da obrigação imposta nos autos.
Embora a requerida não tenha efetivamente demonstrado nos autos o pagamento, em consulta ao Sistema de Depósitos Judiciais - SisDeJud verifiquei que houve o pagamento do débito, conforme consta nos dados abaixo colacionados:
Id Depósito 49183100252306303
Pagamento 06/07/2023 12:00
Valor R$ 16.419,62
Nesse sentido, urge seja o crédito imediatamente solvido com a liberação do valor para a parte exequente, possibilitando assim, a plena satisfação do crédito e a imediata extinção do feito.
Ante o exposto, com base no art. 924, II do CPC, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, considerando a satisfação do crédito por meio do pagamento comprovado/informado nos autos.

Expeça-se Ofício de Transferência, caso haja indicação de dados bancários pela parte autora, OU expeça-se Alvará de levantamento da importância depositada em favor da parte autora. Ato contínuo, intime-se a parte autora, por seu(a) advogado(a) constituído(a), para acessar o documento via sistema PJE e providenciar a respectiva impressão.
Publique-se.
Registre-se.
Intimem-se.
Após, cumpridas as determinações, arquive-se os autos independentemente do trânsito em julgado.
Sobrevindo eventual indicação de saldo remanescente, autorizo o desarquivamento e prosseguimento do feito.
CUMPRA-SE SERVINDO A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7010811-70.2021.8.22.0002
Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
REQUERENTE: SUELY FINQUE SANCHES, CPF nº 29147810831, AV. CACAU 1473 CENTRO - 76889-000 - CACAULÂNDIA - RONDÔNIA
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS S.A, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
Os autos vieram conclusos ante a juntada aos autos de comprovante de pagamento pela parte requerida.
Sendo assim, expeça-se Alvará de levantamento da importância depositada em favor da parte autora.
Ato contínuo, intime-se a parte autora, por seu(a) advogado(a) constituído(a), para acessar o documento via sistema PJE e providenciar a respectiva impressão, devendo ser advertido(a) de que deverá manifestar-se nos autos quanto à concordância com o valor depositado no prazo de 5 (cinco) dias, pena de seu silêncio ser interpretado como concordância tácita e acarretar a extinção do feito por pagamento.
Como no caso dos autos já existe indicação de saldo remanescentes, determino que o Cartório intime a parte requerida para complementar o pagamento da diferença no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de realização de penhora on line relativamente à diferença apontada pela parte autora.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes – RO; data e hora certificados pelo sistema.
Muhammad Hijazi Zaglout

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7014398-08.2018.8.22.0002
REQUERENTE: MISLAINE MOREIRA DOS SANTOS, RUA JOSÉ MAURO VASCONCELOS 3375 SETOR 06 - 76873-700 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: BRUNO ALVES DA SILVA CANDIDO, OAB nº RO5825, MATHEUS RODRIGUES SILVA, OAB nº RO11744, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXECUTADO: NEOMAR FERNANDES DA SILVA, RUA DOS RUBIS 2190 PARQUE DAS GEMAS - 76875-794 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Decisão
Nos termos do art. 782, § 3º do Código de Processo Civil, o juiz poderá determinar a inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes desde que haja requerimento do credor e se trate de execução de título EXTRAJUDICIAL ou JUDICIAL.
Como o caso em tela se amolda ao disposto na legislação correlata e houve requerimento expresso do credor, defiro o pedido de inclusão do nome do(a) devedor(a) em cadastro de inadimplentes.
Visando implementar a determinação, proceda a CPE a inclusão, servindo a presente decisão como OFÍCIO REQUISITÓRIO, observando-se os seguintes dados:
NÚMERO DO PROCESSO: 7014398-08.2018.8.22.0002
PARTE AUTORA DO PROCESSO: REQUERENTE: MISLAINE MOREIRA DOS SANTOS
NOME DO DEVEDOR E CPF: EXECUTADO: NEOMAR FERNANDES DA SILVA
VALOR DO DÉBITO: R$ 18.655,47
DATA DA ATUALIZAÇÃO DO DÉBITO: 10/11/2022
Com a juntada da resposta, intime-se o exequente para prosseguimento, em cinco dias, sob pena de extinção.
CUMPRA-SE ESSA DETERMINAÇÃO COMO OFÍCIO JUNTO AO SERASA
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz (a) de Direito

7008947-60.2022.8.22.0002
REQUERENTE: IVANDA MARIA ZANOTELLI RONCONI, CPF nº 52663183768, RODOVIA BR 421, 4033, POSTE 70 s.n, ZONA RURAL CENTRO - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: VICTORIA DIAS GIROLA, OAB nº RO9496, EDSON LUIZ RIBEIRO BISSOLI, OAB nº RO6464, CRISTIANE RIBEIRO BISSOLI, OAB nº RO4848, MARCILENE AMORIM TAVARES, OAB nº RO9495
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 1966, - DE 1560 A 1966 - LADO PAR SETOR 02 - 76873-238 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Trata-se de cumprimento de sentença em desfavor de CERON/ENERGISA, em que a parte autora pleiteia o recebimento da obrigação imposta nos autos.
Embora a requerida não tenha efetivamente demonstrado nos autos o pagamento, em consulta ao Sistema de Depósitos Judiciais - SisDeJud verifiquei que houve o pagamento do débito, conforme consta nos dados abaixo colacionados:
Id Depósito 49183100252307032
Pagamento 10/07/2023 12:00
Valor R$ 9.880,53
Nesse sentido, urge seja o crédito imediatamente solvido com a liberação do valor para a parte exequente, possibilitando assim, a plena satisfação do crédito e a imediata extinção do feito.
Ante o exposto, com base no art. 924, II do CPC, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, considerando a satisfação do crédito por meio do pagamento comprovado/informado nos autos.
Expeça-se Ofício de Transferência, caso haja indicação de dados bancários pela parte autora, OU expeça-se Alvará de levantamento da importância depositada em favor da parte autora. Ato contínuo, intime-se a parte autora, por seu(a) advogado(a) constituído(a), para acessar o documento via sistema PJE e providenciar a respectiva impressão.
Publique-se.
Registre-se.
Intimem-se.
Após, cumpridas as determinações, arquive-se os autos independentemente do trânsito em julgado.
Sobrevindo eventual indicação de saldo remanescente, autorizo o desarquivamento e prosseguimento do feito.
CUMPRA-SE SERVINDO A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7012632-12.2021.8.22.0002
Enriquecimento sem Causa, Indenização por Dano Moral
REQUERENTE: EDMILSON ALVES DA SILVA, CPF nº 55035671291, BR 364 LC 100, TB 20 ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SILVIO ALVES FONSECA NETO, OAB nº RO8984
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 2032, - DE 2025 A 2715 - LADO ÍMPAR SETOR INSTITUCIONAL - 76872-853 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Vistos, etc.
Intime-se o exequente, para dar regular andamento ao feito, em 5 (cinco) dias (art. 485, § 1º do CPC), providenciando cálculo atualizado, sob pena de extinção.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, conclusos.
Int.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA
Alvorada do Oeste/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Processo n.: 7012566-03.2019.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Cheque
Valor da causa: R$ 7.000,00 (sete mil reais)
Parte autora: OESTE LUX COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO DE LOCACAO LTDA - ME, AVENIDA TABAPOÃ, - DE 2811 A 3113 - LADO ÍMPAR SETOR 03 - 76870-441 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: NILTOM EDGARD MATTOS MARENA, OAB nº RO361B, AVENIDA CAPITÃO SÍLVIO 5080, - DE 4990 A 5466 - LADO PAR GRANDES ÁREAS - 76876-650 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, MARCOS PEDRO BARBAS MENDONCA, OAB nº RO4476, ALAMEDA BRASÍLIA 2587, - DE 2501/2502 A 2759/2760 SETOR 03 - 76870-526 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, DENNIS LIMA BATISTA GURGEL DO AMARAL, OAB nº RO7633
Parte requerida: CAETANO DA SILVA & NASCIMENTO LTDA - EPP, ESTRADA DA COMUNIDADE MARAVILHA SN ZONA RURAL - 78587-000 - CARLINDA - MATO GROSSO
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)

Vistos.
Quanto ao pedido de INFOJUD, o sigilo fiscal, por ser uma garantia constitucional somente pode ser quebrado em hipóteses excepcionais, não sendo o caso, deve se dar prevalência ao direito fundamental à intimidade.
Eventual interferência do
PODER JUDICIÁRIO somente se justifica em situações excepcionais, de acordo com o caso concreto.
A utilização do sistema INFOJUD somente se justifica quando exauridos os meios, com inequívoca existência de questão burocrática a inviabilizar a procura, não quando ainda pendente a realização de diligências por parte do interessado.
A possibilidade de utilização do sistema em questão é, sem dúvidas, excepcional em razão da segurança das informações e do necessário sigilo que envolve os respectivos dados.
Nesse viés, o TJ\RO firmou entendimento, observe-se:
Agravo de Instrumento. Pedido de consulta através do Infojud. Localização de bens do devedor. Impossibilidade. Não esgotamento de outras diligências possíveis. Excepcionalidade da medida. Ausente a comprovação pelo credor de esgotamento das diligências para a localização dos bens do devedor, não se mostra possível o deferimento do pedido de consulta de bens arrestáveis através do sistema Infojud, uma vez que se trata de medida excepcional. (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0800762-67.2018.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 14/09/2018) – Grifo não original.
Soma-se a tal entendimento o fato de que o STJ entende que – só é possível quebra de sigilo fiscal de pessoa física ou jurídica no curso do processo quando bem justificada, conforme entendimento exarado no REsp 1220307.
Evidentemente não é o caso dos autos em que há somente o requerimento da diligência sem demonstrar o preenchimento dos requisitos elencados pela Jurisprudência, não sendo o caso de deferimento do pedido.
Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de quebra de sigilo fiscal, via INFOJUD.
Intime-se a parte autora a requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Ariquemes segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 11:35 .
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz(a) de Direito

7017772-90.2022.8.22.0002
REQUERENTE: LIMA & ZAMARCHI AUTO ELETRICA LTDA - ME, CNPJ nº 08958023000115, AVENIDA CANAÃ 1481, - DE 1347 A 1727 - LADO ÍMPAR ÁREAS ESPECIAIS - 76870-249 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MIRIAM ROGERIA DE LIMA ZAMARCHI, OAB nº RO11584
REQUERIDO: MOISES ROGERIO KAIM, CPF nº 17433320172, RUA OLAVO BILAC 4069, - DE 3734/3735 AO FIM SETOR 06 - 76873-608 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Trata-se de ação de conhecimento cadastrada virtualmente, sob o procedimento do Juizado Especial Cível, sendo que a parte requerida NÃO foi localizada para ser citada/intimada, a teor do aviso de recepção/mandado juntado aos autos.
Em vez de apresentar o novo endereço da parte requerida, a parte requerente formulou pedido atribuindo ao juízo a responsabilidade pela localização do endereço através dos sistemas (SIEL, INFOJUD, etc) e/ou expedição de ofício.
Ocorre que compete ao postulante diligenciar, localizar e indicar o endereço da parte contrária.
Sendo assim, INDEFIRO o(s) pedido(s) de diligência(s) judiciais para localização do endereço da parte requerida.
Registre-se que eventual pedido de suspensão do feito para localização do endereço do réu, certamente acarretará morosidade e trabalho desnecessário a CPE, o que contraria expressamente os princípios afeitos aos Juizados Especiais, notadamente a celeridade e economia processual, conforme artigo 2º da Lei 9.099/95.
A par disso, o arquivamento da presente ação não ensejará qualquer prejuízo à parte autora, já que o sistema PJE, pelo qual tramita o presente feito, possibilita o desarquivamento a qualquer tempo, mediante simples petição da parte interessada e/ou advogado habilitado nos autos.
Nesse sentido, o arquivamento do processo até que seja localizado endereço atualizado da parte requerida é a medida que se impõe.
Sobre o assunto, o art. 53, § 4° da Lei 9.099/95 determina expressamente que: “não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor”.
Em que pese o caput do citado artigo faça menção à execução de título executivo extrajudicial, é o caso de aplicar a medida face à ausência de localização do réu, por analogia, ao processo de conhecimento, porquanto não é útil, tampouco necessário, manter o processo em trâmite sem a citação/intimação do réu.
Posto isto, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, conforme determina o art. 53, § 4° da Lei 9.099/95, ficando desde já autorizado o posterior desarquivamento em caso de indicação do endereço da parte requerida.
Cancele-se eventual audiência de conciliação designada nos autos.
Publique-se.
Registre-se.
Após, arquive-se os autos, independentemente de intimação e de trânsito em julgado.
CUMPRA-SE SERVINDO A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário registrados pelo sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, -
7015280-28.2022.8.22.0002
REQUERENTE: BOI VERDE PRODUTOS DO CAMPO LTDA - EPP, CNPJ nº 11649331000173, 13º RUA 2657 SETOR 03 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RICARDO ALEXANDRO PORTO, OAB nº RO9442
REQUERIDO: ALVARO DE OLIVEIRA JUNIOR, CPF nº 00535175205, RUA ARACAJÚ 2629, - DE 2557/2558 A 2740/2741 SETOR 03 - 76870-485 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)

Defiro o pedido da parte autora.
Expeça-se mandado de penhora e avaliação de quantos bens foram localizados, suficientes para satisfazer o crédito da parte autora, conforme endereço indicado em ID 91355729 .
Caso não sejam encontrados bens móveis ou imóveis, livres e desembaraçados, o(a) Oficial(a) de Justiça deverá proceder a penhora dos bens que guarnecem a residência do devedor, desde que não sejam de primeira utilidade, e, não os encontrando, deverá relacionar os bens na forma do art. 836, § 1º do CPC.
Com a juntada do mandado dê-se vistas à parte autora para manifestação no prazo de 10 (dez) dias, pena de extinção.
CASO NECESSÁRIO, FICA DESDE JÁ AUTORIZADO EVENTUAL ARROMBAMENTO (O ART. 846 DO CPC) E/OU AUXILIO DE FORÇA POLICIAL (ART. 846, §2º DO CPC) SERVINDO O PRESENTE MANDADO DE OFÍCIO REQUISITÓRIO.
Decorrido o prazo, faça-se a conclusão dos autos.
Intimem-se.
Cumpra-se servindo-se a presente Decisão como Mandado/Ofício/Carta Precatória/Intimação para o cumprimento da decisão e intimação das partes.
Ariquemes – RO; data e hora certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout
7005373-63.2021.8.22.0002
REQUERENTE: PRISCILA RIBEIRO DA SILVA, RUA DEZESSETE 5797 JARDIM ZONA SUL - 76876-862 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: CAIO HENRIQUE RAMOS DE SOUZA, CPF nº 05420796236, RUA TRINTA E SEIS 2248 JARDIM ZONA SUL - 76876-835 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Trata-se de pedido do credor, a fim de que a penhora eletrônica seja realizada valendo-se do recurso disponibilizado pelo sistema SISBAJUD, na modalidade “teimosinha”, pelo qual a ordem de bloqueio é reiterada até que se atinja o montante solicitado e por um período máximo de 30 dias, assim, DEFIRO o pedido.
Nesta data solicitei o bloqueio de contas/aplicações da parte devedora junto ao SISBAJUD, cuja identificação junto ao sistema pode ser feita pelo número do processo.
Outrossim, considerando a inviabilidade de consulta diária ao sistema, além deste juízo não dispor de servidores suficientes para tanto, fica a parte executada desde já advertida que tão logo tome conhecimento da ordem de bloqueio, independentemente da intimação prevista no art. 854, §3º do CPC, que entre em contato com este juízo informando a ocorrência do bloqueio, através da Central de processamento (CPE) ou Central de atendimento (CAC) valendo-se do balcão virtual cujo link de acesso é https://meet.google.com/iaf-porq-nmf , ou pelo telefone (69) 3309-8110, a fim de agilizar a análise nos termos do art. 854 e ss. do CPC e desbloqueio de eventual quantia excessiva.
Aguarde-se o resultado da diligência em cartório, devendo o feito permanecer suspenso por este período, decorrido o prazo venham os autos conclusos para transcrição da resposta e deliberações.
SERVE A PRESENTE DE CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout

7010774-43.2021.8.22.0002
REQUERENTE: SONIA MARIA BATISTA, CPF nº 06076775890, RUA CARDEAL, - DE 1522/1523 A 1822/1823 SETOR 02 - 76873-200 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: WALDINEY MATHEUS DA SILVA, OAB nº RO1057
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, , - DE 2289/2290 A 2653/2654 - 76962-050 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Trata-se de cumprimento de sentença em desfavor de CERON/ENERGISA, em que a parte autora pleiteia o recebimento da obrigação imposta nos autos.
Embora a requerida não tenha efetivamente demonstrado nos autos o pagamento, em consulta ao Sistema de Depósitos Judiciais - SisDeJud verifiquei que houve o pagamento do débito, conforme consta nos dados abaixo colacionados:
Id Depósito 49183100312306274
Pagamento 05/07/2023 12:00
Valor R$ 49.743,14
Nesse sentido, urge seja o crédito imediatamente solvido com a liberação do valor para a parte exequente, possibilitando assim, a plena satisfação do crédito e a imediata extinção do feito.
Ante o exposto, com base no art. 924, II do CPC, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, considerando a satisfação do crédito por meio do pagamento comprovado/informado nos autos.
Expeça-se Ofício de Transferência, caso haja indicação de dados bancários pela parte autora, OU expeça-se Alvará de levantamento da importância depositada em favor da parte autora. Ato contínuo, intime-se a parte autora, por seu(a) advogado(a) constituído(a), para acessar o documento via sistema PJE e providenciar a respectiva impressão.
Publique-se.
Registre-se.
Intimem-se.
Após, cumpridas as determinações, arquive-se os autos independentemente do trânsito em julgado.
CUMPRA-SE SERVINDO A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7018179-96.2022.8.22.0002
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: INGRID CARMINATTI, CPF nº 00098629271
ADVOGADO DO EXEQUENTE: WERNOMAGNO GLEIK DE PAULA, OAB nº RO3999
EXECUTADO: MARIA PEREIRA DE ALMEIDA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 11.686,28
DESPACHO
Vistos.
Manifeste-se a exequente quanto à contraproposta apresentada pela executada de penhora do valor mensal de R$ 311,40 (trezentos e onze reais e quarenta centavos) dos proventos de aposentadoria.
Ariquemes, 17/07/2023
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

7005316-11.2022.8.22.0002
REQUERENTE: GERALDA MARCIA OLIVEIRA DIANA, CPF nº 40963306200, RUA CARAÍBAS 170, - DE 61 A 231 - LADO ÍMPAR APOIO RODOVIÁRIO SUL - 76876-725 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: AMANDA SILVA DOS SANTOS, OAB nº RO12064
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK, - DE 2044 A 2236 - LADO PAR SETOR 04 - 76873-494 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Trata-se de cumprimento de sentença em desfavor de CERON/ENERGISA, em que a parte autora pleiteia o recebimento da obrigação imposta nos autos.
Embora a requerida não tenha efetivamente demonstrado nos autos o pagamento, em consulta ao Sistema de Depósitos Judiciais - SisDeJud verifiquei que houve o pagamento do débito, conforme consta nos dados abaixo colacionados:
Id Depósito 49183100442307050
Pagamento 12/07/2023 12:00
Valor R$ 6.350,72
Nesse sentido, urge seja o crédito imediatamente solvido com a liberação do valor para a parte exequente, possibilitando assim, a plena satisfação do crédito e a imediata extinção do feito.
Ante o exposto, com base no art. 924, II do CPC, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, considerando a satisfação do crédito por meio do pagamento comprovado/informado nos autos.
Expeça-se Ofício de Transferência, caso haja indicação de dados bancários pela parte autora, OU expeça-se Alvará de levantamento da importância depositada em favor da parte autora. Ato contínuo, intime-se a parte autora, por seu(a) advogado(a) constituído(a), para acessar o documento via sistema PJE e providenciar a respectiva impressão.
Publique-se.
Registre-se.
Intimem-se.
Após, cumpridas as determinações, arquive-se os autos independentemente do trânsito em julgado.
Sobrevindo eventual indicação de saldo remanescente, autorizo o desarquivamento e prosseguimento do feito.
CUMPRA-SE SERVINDO A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz(a) de Direito

7005965-39.2023.8.22.0002
EXEQUENTE: PEREIRA & GASPAR LTDA - ME, CNPJ nº 01488044000175, ALAMEDA DO IPÊ 3391, TRAVESSA MARACATIARA SETOR 01 - 76870-074 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUAN CARLOS GOIS DIB, OAB nº RO5942
EXECUTADO: EVELLYN LEZZI DA SILVA, CPF nº 01079421270, RUA SANTA CATARINA 3115, - ATÉ 3222/3223 SETOR 05 - 76870-544 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Trata-se de pedido do credor, a fim de que a penhora eletrônica seja realizada valendo-se do recurso disponibilizado pelo sistema SISBAJUD, na modalidade “teimosinha”, pelo qual a ordem de bloqueio é reiterada até que se atinja o montante solicitado e por um período máximo de 30 dias, assim, DEFIRO o pedido.
Nesta data solicitei o bloqueio de contas/aplicações da parte devedora junto ao SISBAJUD, cuja identificação junto ao sistema pode ser feita pelo número do processo.
Outrossim, considerando a inviabilidade de consulta diária ao sistema, além deste juízo não dispor de servidores suficientes para tanto, fica a parte executada desde já advertida que tão logo tome conhecimento da ordem de bloqueio, independentemente da intimação prevista no art. 854, §3º do CPC, que entre em contato com este juízo informando a ocorrência do bloqueio, através da Central de processamento (CPE) ou Central de atendimento (CAC) valendo-se do balcão virtual cujo link de acesso é https://meet.google.com/iaf-porq-nmf , ou pelo telefone (69) 3309-8110, a fim de agilizar a análise nos termos do art. 854 e ss. do CPC e desbloqueio de eventual quantia excessiva.
Aguarde-se o resultado da diligência em cartório, devendo o feito permanecer suspenso por este período, decorrido o prazo venham os autos conclusos para transcrição da resposta e deliberações.
SERVE A PRESENTE DE CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout

7019175-94.2022.8.22.0002
EXEQUENTE: HILGERT & CIA LTDA, CNPJ nº 22881858000650, AVENIDA CAPITÃO SILVIO 2083 SETOR 3 - 76801-235 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RICARDO ALEXANDRO PORTO, OAB nº RO9442
EXECUTADO: ERLON COSTA, CPF nº 55101240168, RUA SÃO VICENTE 2721, - DE 2556/2557 A 2749/2750 SETOR 03 - 76870-364 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Trata-se de pedido do credor, a fim de que a penhora eletrônica seja realizada valendo-se do recurso disponibilizado pelo sistema SISBAJUD, na modalidade “teimosinha”, pelo qual a ordem de bloqueio é reiterada até que se atinja o montante solicitado e por um período máximo de 30 dias, assim, DEFIRO o pedido.
Nesta data solicitei o bloqueio de contas/aplicações da parte devedora junto ao SISBAJUD, cuja identificação junto ao sistema pode ser feita pelo número do processo.
Outrossim, considerando a inviabilidade de consulta diária ao sistema, além deste juízo não dispor de servidores suficientes para tanto, fica a parte executada desde já advertida que tão logo tome conhecimento da ordem de bloqueio, independentemente da intimação prevista no art. 854, §3º do CPC, que entre em contato com este juízo informando a ocorrência do bloqueio, através da Central de processamento (CPE) ou Central de atendimento (CAC) valendo-se do balcão virtual cujo link de acesso é https://meet.google.com/iaf-porq-nmf , ou pelo telefone (69) 3309-8110, a fim de agilizar a análise nos termos do art. 854 e ss. do CPC e desbloqueio de eventual quantia excessiva.
Aguarde-se o resultado da diligência em cartório, devendo o feito permanecer suspenso por este período, decorrido o prazo venham os autos conclusos para transcrição da resposta e deliberações.
SERVE A PRESENTE DE CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7010397-09.2020.8.22.0002
Indenização por Dano Material
REQUERENTE: JOSUE ALVES PEREIRA, CPF nº 35118970253, LINHA BABAÇU, RESERVA DOS PERIQUITOS, LOTE 78 S/N ZONA RURAL - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Os autos vieram conclusos com petição da parte autora indicando SALDO ATUALIZADO DA DÍVIDA com acréscimo de juros, correção monetária e a multa a que se refere o art. 523, § 1º do Código de Processo Civil, já que não houve pagamento do débito no prazo legal.
Sendo assim, intime a parte requerida para efetuar o pagamento do débito ora atualizado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de realização de penhora on line.
Caso haja pagamento do valor no prazo concedido, expeça-se alvará em favor da parte autora ou expedição de ofício para transferência do valor caso os dados bancários estejam acostados ao processo e faça-se conclusão dos autos para extinção por pagamento.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes – RO; data e hora certificados pelo sistema.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Processo n.: 7004309-47.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Imputação do Pagamento
AUTORES: KATIA PADILHA BEZERRA, RUA EUCLIDES DA CUNHA 3315, - ATÉ 3374/3375 SETOR 06 - 76873-715 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, K. P. BEZERRA, RUA EUCLIDES DA CUNHA 3315, - ATÉ 3374/3375 SETOR 06 - 76873-715 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: MARCILENE AMORIM TAVARES, OAB nº RO9495
CRISTIANE RIBEIRO BISSOLI, OAB nº RO4848
EDSON LUIZ RIBEIRO BISSOLI, OAB nº RO6464
VICTORIA DIAS GIROLA, OAB nº RO9496
REU: ARIELLE ALVES OLIVEIRA, RUA CASSIMIRO DE ABREU 3557, FUNDOS, CELULAR (69) 999463472 COLONIAL - 76873-762 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Indefiro o pedido de busca de endereço pelo Juízo, tendo em vista os princípios da celeridade e simplicidade que regem o Juizado Especial.
Determino que a parte autora informe, em cinco dias, novo endereço para citação do requerido, sob pena de extinção.
Ariquemes/RO, 17 de julho de 2023.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, -
Processo n.: 7003757-53.2021.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Indenização por Dano Material
Autor(es): DEUZILENE LIMA DE SOUZA, AVENIDA DOS DIAMANTES 1344, - DE 1186 A 1418 - LADO PAR PARQUE DAS GEMAS - 76875-856 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: VALERIA DE MATOS BEZERRA, OAB nº RO12076, RUA FORTALEZA 2685, - DE 2541/2542 A 2716/2717 SETOR 03 - 76870-523 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Requerido(a): MARCELO GOMES DOS ANJOS, RUA SERINGUEIRA 1735, TEL.9.8489-8906 SETOR 01 - 76870-142 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Nesta data solicitei informações junto ao sistema RENAJUD para saber se existem veículos cadastrados em nome do(a) requerido(a).
Ocorre que o sistema informou que NÃO existe nenhum veículo cadastrado no CPF/CNPJ indicado - EXECUTADO: MARCELO GOMES DOS ANJOS, CPF nº 29304036836, o que inviabiliza por completo eventual pedido de penhora.
Assim, intime-se a parte exequente do resultado da ordem de restrição negativo, bem como para impulsionar o feito, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento por ausência de indicação de bens penhoráveis.
SERVE A PRESENTE DE OFICIO/MANDADO /CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7001724-61.2019.8.22.0002
Indenização por Dano Moral, Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Protesto Indevido de Título, Indenização por Dano Moral
EXEQUENTE: UEBERTON SANTOS DE SANTANA, CPF nº 95064869215, RUA DAS TURMALINAS 2717, - DE 2643/2644 AO FIM NOVA UNIÃO 01 - 76875-666 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CRISTIANE RIBEIRO BISSOLI, OAB nº RO4848, EDSON LUIZ RIBEIRO BISSOLI, OAB nº RO6464
EXECUTADO: ESTADO DE SAO PAULO, CNPJ nº 46379400000150, AVENIDA MORUMBI 4500, - DE 4051/4052 A 5053/5054 MORUMBI - 05650-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO EXECUTADO: MARCELO DE CARVALHO, OAB nº SP117364
Despacho
Trata-se de cumprimento de sentença.
O último cálculo apresentado pelo credor remonta a mais de um ano.
Faculto, portanto, ao exequente a emenda o pedido de penhora on line com a memória de cálculo atualizado.
Prazo de dez (10) dias, sob pena de extinção.
Expeça-se o necessário.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7002841-19.2021.8.22.0002
Perdas e Danos, Compra e Venda, Indenização por Dano Moral
REQUERENTE: ROSINEIDE BRUN, CPF nº 68011679287, AVENIDA PERIMETRAL LESTE 4007, - DE 3643 A 3955 - LADO ÍMPAR SETOR 11 - 76873-791 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REQUERIDOS: M. DA SILVA GOMES FILHO - ME, CNPJ nº 13483586000134, AVENIDA JAMARI 2648, - DE 2534 A 2820 - LADO PAR ÁREAS ESPECIAIS 01 - 76870-012 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, CARLIM COMERCIO DE VEICULOS EIRELI - ME, CNPJ nº 11280390000117, AVENIDA CANDEIAS 1767, - DE 1707 A 1767 - LADO ÍMPAR APOIO RODOVIÁRIO - 76870-181 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: JURACI ALVES DOS SANTOS, OAB nº RO10517, THIAGO APARECIDO MENDES ANDRADE, OAB nº RO9033, PEDRO RODRIGUES DE SOUZA, OAB nº RO10519
À CPE, para certificação da efetiva entrega da carta AR para intimação da requerida M.A DA SILVA GOMES FILHO.
Em caso de não entrega por insuficiência de endereço, intime-se a parte autora para apresentar endereço válido para citação.
Após, como a parte autora indicou SALDO ATUALIZADO DA DÍVIDA com acréscimo de juros, correção monetária e a multa a que se refere o art. 523, § 1º do Código de Processo Civil, já que não houve pagamento do débito no prazo legal e pedido de aplicação de multa pelo descumprimento da obrigação de fazer;
Intime a parte requerida para efetuar o pagamento do débito ora atualizado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de realização de penhora on line.
Caso haja pagamento do valor no prazo concedido, expeça-se alvará em favor da parte autora ou expedição de ofício para transferência do valor caso os dados bancários estejam acostados ao processo e faça-se conclusão dos autos para extinção por pagamento.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes – RO; data e hora certificados pelo sistema.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

7008138-07.2021.8.22.0002
REQUERENTE: RIQUETA ADRIANA DE MORAIS, CPF nº 01375926209, RUA PAPOULAS 4066, - DE 2290/2291 A 2555/2556 SETOR 04 - 76873-512 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MATHEUS VITOR ULIANA DO NASCIMENTO, OAB nº RO11529
REQUERIDO: KALLINA DE SOUZA PALMIERI, CPF nº 04438166209, BOUGAIN 2808, - DE 2797/2798 AO FIM ST 04 - 76873-409 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Foi determinada a expedição de ordem de indisponibilidade de ativos financeiros da parte executada junto ao sistema SISBAJUD, que foi devidamente cumprida.
Desconsiderados eventuais valores irrisórios, insuficientes para satisfazer sequer os custos operacionais do sistema, não foram encontrados valores em nome do(s) executado(s).
Assim, manifeste-se a parte exequente em termos de prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Se houver pedido de restrição RENAJUD ou SERASAJUD, faça-se conclusão JUDS para análise desse pedido.
Serve a presente decisão como carta de intimação.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout

7014544-44.2021.8.22.0002
EXEQUENTE: FUTURISTICA COMERCIO DE MOVEIS E ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA - ME, CNPJ nº DESCONHECIDO, AVENIDA JAMARI 2748, - DE 2534 A 2820 - LADO PAR ÁREAS ESPECIAIS 01 - 76870-012 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RICARDO ALEXANDRO PORTO, OAB nº RO9442
EXECUTADO: JAYNE ALVES LINARDI, CPF nº 03228839206, ALAMEDA UIRAPURU 1912, 1 RUA COMERCIAL DO SETOR 02, FAMOSA RUA “BOLÍVIA” SETOR 02 - 76873-144 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Trata-se de pedido do credor, a fim de que a penhora eletrônica seja realizada valendo-se do recurso disponibilizado pelo sistema SISBAJUD, na modalidade “teimosinha”, pelo qual a ordem de bloqueio é reiterada até que se atinja o montante solicitado e por um período máximo de 30 dias, assim, DEFIRO o pedido.
Nesta data solicitei o bloqueio de contas/aplicações da parte devedora junto ao SISBAJUD, cuja identificação junto ao sistema pode ser feita pelo número do processo.
Outrossim, considerando a inviabilidade de consulta diária ao sistema, além deste juízo não dispor de servidores suficientes para tanto, fica a parte executada desde já advertida que tão logo tome conhecimento da ordem de bloqueio, independentemente da intimação prevista no art. 854, §3º do CPC, que entre em contato com este juízo informando a ocorrência do bloqueio, através da Central de processamento (CPE) ou Central de atendimento (CAC) valendo-se do balcão virtual cujo link de acesso é https://meet.google.com/iaf-porq-nmf , ou pelo telefone (69) 3309-8110, a fim de agilizar a análise nos termos do art. 854 e ss. do CPC e desbloqueio de eventual quantia excessiva.
Aguarde-se o resultado da diligência em cartório, devendo o feito permanecer suspenso por este período, decorrido o prazo venham os autos conclusos para transcrição da resposta e deliberações.
SERVE A PRESENTE DE CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Processo n.: 7013208-05.2021.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto:Enriquecimento sem Causa, Indenização por Dano Moral, Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
REQUERENTE: MANOEL TAMANINI, AV. CAPITAO SILVIO 1689, MONTE NEGRO RO SETOR - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SILVIO ALVES FONSECA NETO, OAB nº RO8984
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 2032, - DE 2025 A 2715 - LADO ÍMPAR SETOR INSTITUCIONAL - 76872-853 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Expeça-se alvará judicial do valor de R$ 6.074,53 (seis mil e setenta e quatro reais e cinquenta e três centavos) em favor da exequente. O remanescente, com rendimentos, deve ser transferido para a seguinte conta bancária: Energisa Rondônia - Distribuidora De Energia S.A, CNPJ/MF 05.914.650/0001-66 - Banco ITAÚ BBA, Agência 0275, Conta Corrente: 20010-3. A conta judicial deve ser zerada e encerrada.
Após, arquivem-se.
Ariquemes/RO, 17 de julho de 2023.
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7010937-52.2023.8.22.0002
AUTOR: MARIA DE FATIMA ANDRADE, CPF nº 42087511268, LINHA C-100, LOTE 45, GLEBA 65 s/n, INEXISTENTE ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: JOSE CARLOS SABADINI JUNIOR, OAB nº RO8698, DANIELLI VITORIA SABADINI, OAB nº RO10128, NICOLY BARBARA DE SOUZA FERREIRA, OAB nº RO12870
REU: BANCO BRADESCO S.A., BANCO BRADESCO S.A. s/n, RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADO DO REU: BRADESCO
DECISÃO
Recebo a inicial.
Trata-se de ação consumerista ajuizada em face de BANCO BRADESCO S.A.
A causa de pedir da demanda envolve matéria de direito bancário e nestes casos as instituições financeiras não têm apresentado proposta de acordo nas audiências de conciliação. Ainda, tendo em vista que aquele que busca a solução de um conflito de interesses por intermédio do procedimento dos Juizados Especiais, opta também pela adoção dos critérios da informalidade, economia processual e simplicidade, deixo de designar audiência específica para conciliação, a fim de propiciar o rápido julgamento do feito e resolução da lide.
Consoante aos princípios informadores dos Juizados Especiais, notadamente a celeridade e informalidade e considerando, sobretudo, que no caso dos autos a questão de fato pode ser provada por meio de documentos, também deixo de designar audiência de instrução e julgamento, posto que tal providência gerará morosidade ao feito sem qualquer proveito prático, à medida que não há necessidade de provas testemunhais.
Assim, adoto no caso em tela o rito simplificado permitido pelo sistema dos Juizados Especiais Cíveis como forma de prestigiar os princípios informadores da celeridade, economia processual e informalidade.
Cite-se e intime-se a instituição financeira requerida para que apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias a contar da citação/ intimação.
Caso a parte requerida tenha interesse em realizar a conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo que estiver a fim de que seja submetida à parte autora ou seja designada audiência de conciliação para esse fim.
Caso não tenha interesse ou possibilidade de acordo, determino que informe isso nos autos por ocasião de sua contestação a fim de evitar possíveis alegações de cerceamento do direito de a parte se conciliar, pena de seu silêncio ser interpretado como falta de interesse na conciliação.
Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para apresentação de impugnação.
Caso exista pedido de dano moral no caso em tela, as partes deverão observar se é caso de dano moral presumido e em caso negativo, deverão juntar Declaração de Testemunhas com firma reconhecida em cartório e ciência de que a testemunha ficará responsável pelo seu conteúdo e caso minta ou omita informações importantes poderá ser responsabilizada por falso testemunho e a parte seu advogado, que juntar a declaração nos autos se torna corresponsável pela lisura da informação.
Em todo caso, se alguma das partes tiver interesse na produção de provas orais, determino que se manifestem nos autos informando tal interesse no prazo de 15 (quinze) dias, hipótese em que o direito de as partes produzirem provas será devidamente assegurado. Por outro lado, a não manifestação das partes no prazo ora assinalado, será interpretada como desinteresse à produção de provas orais.
Decorrido o prazo para apresentação de contestação e impugnação, faça-se a conclusão dos autos para prolação da sentença.
Cancele-se eventual audiência designada automaticamente pelo sistema PJe, retirando-a da pauta.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO:
a) CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA:
REU: BANCO BRADESCO S.A., BANCO BRADESCO S.A. s/n, RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADO DO REU: BRADESCO
b) CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA E SEU ADVOGADO HABILITADO NO PROCESSO:
AUTOR: MARIA DE FATIMA ANDRADE, CPF nº 42087511268, LINHA C-100, LOTE 45, GLEBA 65 s/n, INEXISTENTE ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: JOSE CARLOS SABADINI JUNIOR, OAB nº RO8698, DANIELLI VITORIA SABADINI, OAB nº RO10128, NICOLY BARBARA DE SOUZA FERREIRA, OAB nº RO12870
Ariquemes, data e horário certificados no sistema PJe.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7011256-88.2021.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: JULIANA PEREIRA SILVA, CPF nº 73555290215, RUA UIRAPURU 1852, 69-9275-7731 SETOR 02 - 76873-228 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
Consta nos autos que o(a) autor(a) do fato aceitou as condições da transação penal e não obstante isso, deixou de cumprir referidas condições.

Assim, tendo em vista o descumprimento imotivado por parte do(a) autor(a) do fato quanto às condições da transação penal, REVOGO o benefício que lhe foi concedido e determino o prosseguimento do feito.
Caso o Ministério Público já tenha se manifestado nos autos solicitando alguma DILIGÊNCIA, desde já defiro o pedido e determino a expedição de ofício à Delegacia de Polícia requisitando a realização das diligências, com prazo de 30 (trinta) dias para realização. Após, remeta-se o processo ao Ministério Público para conhecimento e providências quanto à diligência realizada.
Caso inexista denúncia apresentada ou pedido de diligência, dê-se VISTAS ao Ministério Público para apresentação de denúncia, arquivamento, realização de diligências ou outra providência que entenda pertinente.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO REQUISITÓRIO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes – RO; data e hora certificada pelo sistema.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7005173-22.2022.8.22.0002
REQUERENTE: KARINA DO CARMO VILELA DA SILVA, CPF nº 93733348249, AV. JORGE TEIXEIRA DE OLIVEIRA 2342 SETOR 07 - 76889-000 - CACAULÂNDIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: VINICIUS SOARES SOUZA, OAB nº RO4926, JOAO DIEGO RAPHAEL CURSINO BOMFIM, OAB nº RO3669
REQUERIDO: RODRIGO CAMPOS DE OLIVEIRA, CPF nº 70495700100, RUA IPÊ 1735 CENTRO - 76889-000 - CACAULÂNDIA - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Trata-se de QUEIXA CRIME apresentada pelo querelante REQUERENTE: KARINA DO CARMO VILELA DA SILVA em face de REQUERIDO: RODRIGO CAMPOS DE OLIVEIRA.
O(a) querelante foi intimado para apresentar emenda no processo, tendo em vista que a peça apresentada não continha todos os requisitos necessários para processamento e julgamento do feito.
Apesar de devidamente intimado(a) com a advertência de que o não atendimento da emenda acarretaria a presunção de renúncia à queixa-crime apresentada, o(a) querelante NÃO atendeu à determinação, de modo que decorreu o prazo sem manifestação do(a) querelante. Com isso, presume-se o desinteresse de o(a) querelante prosseguir com o feito, ante a presunção de renúncia à queixa-crime apresentada.
Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do(a) querelado(a) REQUERIDO: RODRIGO CAMPOS DE OLIVEIRA, qualificado(a) no processo, com base no art. 107, V do Código Penal.
Publique-se.
Registre-se.
Intime-se o(a) querelante por meio de seu(a) advogado(a) via DJ.
Após, arquive-se, independentemente de trânsito em julgado.
Ariquemes – RO; segunda-feira, 17 de julho de 202312 horas e 6 minutos
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 2001243-86.2019.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: R.A.R. LOPEZ ME, LINHA C A 14 LOTE 15 GLEBA 02, NÃO INFORMADO ZONA RUAL - 76963-754 - CACOAL - RONDÔNIA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Segundo consta, o Ministério Público pediu a inclusão de R.A.R. LOPEZ ME e seu representante legal RAMAO APRECIDO RODRIGUES LOPEZ no polo passivo, mas somente agora o processo veio concluso para análise desse pedido.
Dessa forma, DEFIRO o pedido de inclusão de novos autores do fato e determino a inclusão de R.A.R. LOPEZ ME e seu representante legal RAMAO APRECIDO RODRIGUES LOPEZ no polo passivo da presente demanda.
Juntem-se as certidões de antecedentes criminais do(s) autor(es) do fato ora incluídos, relativamente aos sistemas PJE, SAP e PROJUDI.
Após, dê-se vista do processo ao Ministério Público para manifestação e apresentação de eventual proposta de transação penal e/ou composição civil dos danos relativamente a TODOS os autores do fato, bem como, para se manifestar sobre o requerimento apresentado pela DEFESA no evento anterior.
Caso o(s) autor(es) do fato não faça jus à proposta de transação penal, o Ministério Público deverá desde logo apresentar Denúncia ou requerer diligências, arquivamento ou outra providência que lhe pareça necessária.

Caso o(s) autor(es) do fato faça jus à proposta de transação penal, e o Ministério Público apresente proposta, encaminhe-se o processo ao CENTRO DE CONCILIAÇÃO para designação da audiência preliminar, física ou por videoconferência, ficando à cargo do Centro realizar essa opção, bem como proceder a expedição da intimação do(s) autor(es) do fato e do Ministério Público.
O autor do fato deverá ser intimado com a advertência de que a sua ausência injustificada à audiência preliminar implicará em renúncia tácita ao benefício da transação e acarretará vista dos autos ao Ministério Público para o procedimento cabível (Enunciado 1 do FONAJE).
Eventual vítima, por sua vez, deverá ser intimada com as advertências do Enunciado nº 117 do FONAJE, ou seja, "a ausência da vítima na audiência, quando intimada ou não localizada, importará renúncia tácita à representação". (Aprovado por unanimidade no XXVIII FONAJE – BA, 24 a 26 de julho de 2010).
Ariquemes – RO; data e hora certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, -
7001963-26.2023.8.22.0002
REQUERENTE: EDSON DO NASCIMENTO NOBRE, CPF nº 57756317220, RUA ARIQUEMES 3540, - DE 3390/3391 AO FIM BNH - 76870-786 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALLAN SOUZA DE MORAES SARKIS, OAB nº RO2682
REQUERIDO: SALENA LOUREIRO SANTOS, CPF nº 02854654226, RUA GUATEMALA 805, - DE 724/725 A 1037/1038 SETOR 10 - 76876-084 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
A parte autora foi intimada para dar prosseguimento ao feito. Todavia, transcorreu "in albis" o prazo concedido, ficando, pois, evidenciado seu desinteresse pela causa.
Conforme orienta o § 1º do artigo 51 da lei 9.099/95, a extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes.
POSTO ISSO, considerando o silêncio da parte autora e atento aos princípios que norteiam os Juizados Especiais Cíveis, julgo extinto o processo, ficando desde já autorizado o desarquivamento em caso de prosseguimento do feito pela parte autora.
P. R.
Libere-se o valor penhorado em favor da parte autora mediante expedição de alvará, haja vista a ausência de impugnação da executada.
Após, arquivem-se os autos.
CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 2000123-71.2020.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTORES DOS FATOS: JOSE ANDERSON AGUIAR GOMES, RUA CANARIO 2242, NÃO INFORMADO - 76963-754 - CACOAL - RONDÔNIA, K. S. GUIDAS - ME, KEURI SARAIVA GUIDAS
ADVOGADOS DOS AUTORES DOS FATOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Decisão
Consta nos autos que AUTORES DOS FATOS: JOSE ANDERSON AGUIAR GOMES, K. S. GUIDAS - ME, KEURI SARAIVA GUIDAS e aceitaram a proposta de transação penal e não obstante isso, deixaram de cumprir as condições impostas.
Assim, tendo em vista que os supostos autores não cumpriram as condições estabelecidas, o que acarreta no descumprimento imotivado por parte dos autores, REVOGO o benefício que lhe foram concedidos e determino o prosseguimento do feito.
Encaminhe-se os autos ao Ministério Público para manifestação.
Ariquemes – RO; data e hora certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz(a) de Direito
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Ariquemes - Juizado Especial
Endereço: Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, -, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
==========
Processo nº: 7010027-25.2023.8.22.0002 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (14695)
REQUERENTE: AILTON SILVA DE OLIVEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: ANDREIA MARQUES VIRIATO COSTA - RO13415
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
Intimação AO REQUERENTE
Por determinação do(a) MM. Juiz(a) de Direito, deste Juizado Especial da Fazenda Pública, fica Vossa Senhoria intimada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar impugnação à contestação.
Ariquemes/RO, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7010803-25.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: CHRISTYAN SOBOLESKI
ADVOGADO DO AUTOR: TAYNA KAWATA RANUCCI, OAB nº RO9069
Polo Passivo: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Recebo a inicial.
Considerando que a AZUL LINHAS AÉREAS NRASILEIRAS S.A. é uma das grandes litigadas deste Juizado Especial Cível e na maioria dos casos não tem realizado acordos, deixo de designar audiência específica para conciliação, a fim de propiciar o rápido julgamento do feito e resolução da lide.
Consoante ainda aos princípios informadores dos Juizados Especiais, notadamente a celeridade e a informalidade e tendo em vista, sobretudo, que no caso dos autos a questão de fato pode ser provada por meio de documentos, também deixo de designar audiência de instrução e julgamento, posto que tal providência gerará morosidade ao feito sem qualquer proveito prático, à medida que não há necessidade de provas testemunhais.
Assim, adoto no caso em tela o rito simplificado permitido pelo sistema dos Juizados Especiais Cíveis como forma de prestigiar os princípios informadores da celeridade, economia processual e informalidade.
Cite-se e intime-se a requerida para que apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias a contar da citação/intimação.
Caso a requerida tenha interesse em realizar a conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo que tiver a fim de que seja submetida à parte autora ou seja designada audiência de conciliação para esse fim.
Caso não tenha interesse ou possibilidade de acordo, determino que informe isso nos autos por ocasião de sua contestação a fim de evitar possíveis alegações de cerceamento do direito de a parte se conciliar, pena de seu silêncio ser interpretado como falta de interesse na conciliação.
Caso exista pedido de dano moral no caso em tela, as partes deverão observar se é caso de dano moral presumido e em caso negativo, deverão juntar declaração de suas testemunhas com firma reconhecida em cartório relativamente ao fato constitutivo do direito que pretendem provar.
Em todo caso, se alguma das partes tiver interesse na produção de provas orais, determino que se manifestem nos autos informando tal interesse no prazo de 15 (quinze) dias, hipótese em que o direito de as partes produzirem provas será devidamente assegurado. Por outro lado, a não manifestação das partes no prazo ora assinalado, será interpretada como desinteresse à produção de provas orais.
Cancele-se eventual audiência designada automaticamente pelo sistema PJe, retirando-a da pauta.
Decorrido o prazo para apresentação de contestação e inexistindo pedido de produção de provas orais, faça-se a conclusão dos autos para sentença.
Cumpra-se servindo o presente como mandado/ofício/carta precatória/carta de citação e intimação de ambas as partes.
Ariquemes, data e horário certificados no sistema PJe.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 7008783-32.2021.8.22.0002
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTORES DOS FATOS: JEFERSON EVANGELISTA DIAS, RUA IBAITI não informado JARDIM RIO DE JANEIRO - 76871-440 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, RAFAEL JONAS APOLINARIO DA SILVA, RUA IBAITI, 69 -9 -9942-4279 JARDIM RIO DE JANEIRO - 76871-440 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, SANDRA PAULA VALADARES, RUA IBAITI não informado JARDIM RIO DE JANEIRO - 76871-440 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, ANA LIDIA VALADARES, RUA IBAITI não informado JARDIM RIO DE JANEIRO - 76871-440 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, SILVANO GOMES MARTINS CRUZ, RUA IBAITI não informado JARDIM RIO DE JANEIRO - 76871-440 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
DECISÃO
DETERMINO a restituição do(s) bem(ns) apreendido(s) por ocasião dos fatos destes autos, um equipamento de som. Desse modo, FICA AUTOMATICAMENTE LIBERADO O(S) BEM(NS) APRENDIDO(S), em favor da parte passiva, SERVINDO A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ/TERMO DE RESTITUIÇÃO/MANDADO/OFÍCIO REQUISITÓRIO/CARTA PRECATÓRIA/NOTIFICAÇÃO OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO PARA LIBERAÇÃO DO(S) BEM(NS) DESCRITO(S) NO PROCESSO EM FAVOR DO PROPRIETÁRIO a ser cumprido perante o órgão onde o bem esteja eventualmente apreendido.
Encaminhe-se essa decisão ao autor do fato para conhecimento e para que providencie o cumprimento da restituição em seu favor, podendo essa intimação ser feita por qualquer meio rápido e econômico, tal como e-mail, telefone, WhatsApp e na impossibilidade de proceder dessa forma, via AR-MP ou Oficial(a) de Justiça.
Na oportunidade, deverá ser advertido de que, caso não se apresente para devolução do objeto apreendido no prazo de 10 (dez) dias, será dada destinação diversa ao material, na forma do artigo 123 do Código de Processo Penal.
2. Providência em caráter subsidiário:
Apenas na hipótese de o(a) autor(a) do fato NÃO retirar o bem no prazo assinalado, ou SER LOCALIZADO(A), para tomar ciência da decisão que extinguiu o feito e autorizou a restituição do bem em seu favor, DETERMINO A DESTINAÇÃO/DOAÇÃO do bem/valor apreendido em favor da instituição LAR FRATERNO DA TERCEIRA IDADE, que assiste idosos em situação de vulnerabilidade e poderá usar eventuais valores em favor dessa população vulnerável, e possui BAZAR BENEFICENTE, onde poderá vender ou doar eventuais bens apreendidos revertendo o benefício em favor de famílias carentes assistidas ou dos idosos internos na instituição.

CUMPRA-SE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO PARA A INSTITUIÇÃO tomar ciência dessa doação e providenciar o recebimento do bem no local onde ele se encontra apreendido, devendo tal ofício ser encaminhado para a instituição por meio de e-mail, WhatsApp ou qualquer outro meio rápido e econômico:
LAR FRATERNO DA TERCEIRA IDADE
ENDEREÇO: RUA CANÁRIO, 1091, SETOR 02, ARIQUEMES/RO
E-MAIL: larfraternoceak@gmail.com
TELEFONE: 3535-5517
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Oportunamente, arquivem-se.
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas e após, arquive-se independentemente de intimação e trânsito em julgado.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout
AUTORES DOS FATOS: JEFERSON EVANGELISTA DIAS, RUA IBAITI não informado JARDIM RIO DE JANEIRO - 76871-440 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, RAFAEL JONAS APOLINARIO DA SILVA, RUA IBAITI, 69 -9 -9942-4279 JARDIM RIO DE JANEIRO - 76871-440 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, SANDRA PAULA VALADARES, RUA IBAITI não informado JARDIM RIO DE JANEIRO - 76871-440 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, ANA LIDIA VALADARES, RUA IBAITI não informado JARDIM RIO DE JANEIRO - 76871-440 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, SILVANO GOMES MARTINS CRUZ, RUA IBAITI não informado JARDIM RIO DE JANEIRO - 76871-440 - ARIQUEMES - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7010811-02.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: MARCOS PAULO DE FREITAS MOLINA LONGO PIMENTA, DANIELA TEREZINHA DE FREITAS MOLINA, ALEX SANDRO LONGO PIMENTA
ADVOGADO DOS AUTORES: ALEX SANDRO LONGO PIMENTA, OAB nº RO4075
Polo Passivo: LUPORTE TURISMO LTDA - ME, GOL LINHAS AÉREAS S.A
ADVOGADO DOS REU: PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
DESPACHO
Recebo a inicial.
Considerando que as companhias aéreas e agências de viagens são grandes litigadas deste Juizado Especial Cível e na maioria dos casos não tem realizado acordos, deixo de designar audiência específica para conciliação, a fim de propiciar o rápido julgamento do feito e resolução da lide.
Consoante ainda aos princípios informadores dos Juizados Especiais, notadamente a celeridade e a informalidade e tendo em vista, sobretudo, que no caso dos autos a questão de fato pode ser provada por meio de documentos, também deixo de designar audiência de instrução e julgamento, posto que tal providência gerará morosidade ao feito sem qualquer proveito prático, à medida que não há necessidade de provas testemunhais.
Assim, adoto no caso em tela o rito simplificado permitido pelo sistema dos Juizados Especiais Cíveis como forma de prestigiar os princípios informadores da celeridade, economia processual e informalidade.
Cite-se e intime-se a requerida para que apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias a contar da citação/intimação.
Caso a requerida tenha interesse em realizar a conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo que tiver a fim de que seja submetida à parte autora ou seja designada audiência de conciliação para esse fim.
Caso não tenha interesse ou possibilidade de acordo, determino que informe isso nos autos por ocasião de sua contestação a fim de evitar possíveis alegações de cerceamento do direito de a parte se conciliar, pena de seu silêncio ser interpretado como falta de interesse na conciliação.
Caso exista pedido de dano moral no caso em tela, as partes deverão observar se é caso de dano moral presumido e em caso negativo, deverão juntar declaração de suas testemunhas com firma reconhecida em cartório relativamente ao fato constitutivo do direito que pretendem provar.
Em todo caso, se alguma das partes tiver interesse na produção de provas orais, determino que se manifestem nos autos informando tal interesse no prazo de 15 (quinze) dias, hipótese em que o direito de as partes produzirem provas será devidamente assegurado. Por outro lado, a não manifestação das partes no prazo ora assinalado, será interpretada como desinteresse à produção de provas orais.
Cancele-se eventual audiência designada automaticamente pelo sistema PJe, retirando-a da pauta.
Decorrido o prazo para apresentação de contestação e inexistindo pedido de produção de provas orais, faça-se a conclusão dos autos para sentença.
Cumpra-se servindo o presente como mandado/ofício/carta precatória/carta de citação e intimação de ambas as partes.
Ariquemes, data e horário certificados no sistema PJe.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7010801-55.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: SIRLEI SENGER KOSTRZYKI, TIARLEI KOSTRZYKI, WEVERSON FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO DOS AUTORES: LUCAS AGUETONI SOBRINHO, OAB nº RO10914
Polo Passivo: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO

Recebo a inicial.
Considerando que a AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A. é uma das grandes litigadas deste Juizado Especial Cível e na maioria dos casos não tem realizado acordos, deixo de designar audiência específica para conciliação, a fim de propiciar o rápido julgamento do feito e resolução da lide.
Consoante ainda aos princípios informadores dos Juizados Especiais, notadamente a celeridade e a informalidade e tendo em vista, sobretudo, que no caso dos autos a questão de fato pode ser provada por meio de documentos, também deixo de designar audiência de instrução e julgamento, posto que tal providência gerará morosidade ao feito sem qualquer proveito prático, à medida que não há necessidade de provas testemunhais.
Assim, adoto no caso em tela o rito simplificado permitido pelo sistema dos Juizados Especiais Cíveis como forma de prestigiar os princípios informadores da celeridade, economia processual e informalidade.
Cite-se e intime-se a requerida para que apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias a contar da citação/intimação.
Caso a requerida tenha interesse em realizar a conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo que tiver a fim de que seja submetida à parte autora ou seja designada audiência de conciliação para esse fim.
Caso não tenha interesse ou possibilidade de acordo, determino que informe isso nos autos por ocasião de sua contestação a fim de evitar possíveis alegações de cerceamento do direito de a parte se conciliar, pena de seu silêncio ser interpretado como falta de interesse na conciliação.
Caso exista pedido de dano moral no caso em tela, as partes deverão observar se é caso de dano moral presumido e em caso negativo, deverão juntar declaração de suas testemunhas com firma reconhecida em cartório relativamente ao fato constitutivo do direito que pretendem provar.
Em todo caso, se alguma das partes tiver interesse na produção de provas orais, determino que se manifestem nos autos informando tal interesse no prazo de 15 (quinze) dias, hipótese em que o direito de as partes produzirem provas será devidamente assegurado. Por outro lado, a não manifestação das partes no prazo ora assinalado, será interpretada como desinteresse à produção de provas orais.
Cancele-se eventual audiência designada automaticamente pelo sistema PJe, retirando-a da pauta.
Decorrido o prazo para apresentação de contestação e inexistindo pedido de produção de provas orais, faça-se a conclusão dos autos para sentença.
Cumpra-se servindo o presente como mandado/ofício/carta precatória/carta de citação e intimação de ambas as partes.
Ariquemes, data e horário certificados no sistema PJe.
Fernanda Pereira Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, -
7002368-96.2022.8.22.0002
REQUERENTE: MARIA ROSA MARIANI MARQUES, CPF nº 00183181778, RUA CARLOS CHAGAS 2612, RUA DOS BURITIS 2226 CENTRO - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR, OAB nº RO2640
REQUERIDO: CONAFER CONFEDERACAO NACIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREEND.FAMI. RURAIS DO BRASIL, CNPJ nº 14815352000100, EDIFÍCIO CDL, SCS QUADRA 6 BLOCO A LOTES 10/11 ASA SUL - 70306-905 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
A parte autora foi intimada para dar prosseguimento ao feito. Todavia, transcorreu “in albis” o prazo concedido, ficando, pois, evidenciado seu desinteresse pela causa.
Conforme orienta o § 1º do artigo 51 da lei 9.099/95, a extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes.
POSTO ISSO, considerando o silêncio da parte autora e atento aos princípios que norteiam os Juizados Especiais Cíveis, julgo extinto o processo, ficando desde já autorizado o desarquivamento em caso de prosseguimento do feito pela parte autora.
P. R.
Após, arquivem-se os autos.
CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no Sistema PJE.
Fernanda Pereira Ribeiro

7017843-29.2021.8.22.0002
Crimes contra a Flora
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: FERENIL DE MORAES, CPF nº 01740976207, LINHA PONTO 8, KM 78 lote 16 SETOR MANOA 13 - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR DO FATO: SONIA SANTUZZI ZUCOLOTO BATISTA, OAB nº RO8728, VALDECIR BATISTA, OAB nº RO4271, ELISABETH SANTUZZI ZUCCOLOTTO LEITE, OAB nº RO11855
Sentença
Trata-se de Termo Circunstanciado instaurado em face de FERENIL DE MORAES
No tocante ao produto florestal apreendido, em seu parecer ministerial (ID 82534167), a representante do Ministério Público quanto à madeira apreendida, pugnou pela decretação de seu perdimento e doação.

Considerando o contido nos autos, DECRETO A PERDA TOTAL da madeira apreendida nestes. Determino a DOAÇÃO para o MUNICÍPIO DE CUJUBIM/RO, para aplicação na construção e/ou ampliação do viveiro municipal, estufas, galpão/escritório do viveiro, nos termos do Projeto “Construindo Viveiros”, nos termos da reunião já realizada com os entes municipais.
Autorizo a troca da madeira (se necessário) e previamente justificado por outras madeiras (perfis) que adequem ao projeto. Ato contínuo, fica o(a) prefeito(a) comprometido(a) a prestar contas no prazo de 90 dias, contados da data do recebimento, sob pena de desobediência (330 do CP) e suspensão do cadastro nesse juízo.
Devendo enviar a prestação de conta para o e-mail: cpe1gjecrim@tjro.jus.br
EXCEPCIONALMENTE AUTORIZO O MUNICÍPIO BENEFICIADO (RESPONSÁVEL PELO TRANSPORTE DA MADEIRA), A TRANSPORTAR A MADEIRA DO LOCAL ONDE ELA ESTÁ APREENDIDA ATÉ O LOCAL DESEJADO.
Caso necessário, solicite-se apoio da GUARDA MUNICIPAL para escolta no trajeto entre o local onde a madeira está apreendida até o destino indicado. Na impossibilidade dessa escolta pela GUARDA MUNICIPAL, solicite-se o apoio da Polícia Militar.
SIRVA-SE A PRESENTE DECISÃO para o transporte entre o local onde estiver depositada a madeira, até ao endereço da Órgão supracitado (se necessário), bem como fixo o prazo de 05 dias para o transporte.
CUMPRA-SE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ/TERMO DE RESTITUIÇÃO/MANDADO/OFÍCIO REQUISITÓRIO/CARTA PRECATÓRIA/NOTIFICAÇÃO OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO PARA LIBERAÇÃO DO(S) BEM(NS) DESCRITO NO PROCESSO EM FAVOR DO PROPRIETÁRIO/AUTORES DO FATO E SUA INTIMAÇÃO.
Encaminhe-se essa decisão a(o) autor(a) do fato para conhecimento, podendo essa intimação ser feita por qualquer meio rápido e econômico, tal como e-mail, telefone, WhatsApp e na impossibilidade de proceder dessa forma, via AR-MP ou Oficial(a) de Justiça.
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas e após, arquive-se independentemente de intimação e trânsito em julgado.
Publique-se.
Registre-se.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout

7011673-75.2020.8.22.0002
Difusão culposa de doença ou praga
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: GESILENE MORAES DOS ANJOS, RUA CRISANTEMO 3198 SÃO LUIZ - 76875-620 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, CARLOS LOPES SOUZA, PADRE ADOLFO 1335 MARECHAL RONDON 01 - 76877-030 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, JHONATAN MONTEIRO DA SILVA, ALBINO HENRIQUE 1205, AVENIDA TANCREDO NEVES 1620 MARECHAL RONDON - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, LUCAS TORRENTE DE SOUZA, CPF nº 02937403212, RUA CRISANTAMO 3369, - DE 2240 A 2490 - LADO PAR SÃO LUIS - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, JOELMA DOS SANTOS ALMEIDA, CPF nº 11849498679, RUA RIO DE JANEIRO 2926, - DE 2783/2784 AO FIM SETOR 03 - 76870-350 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, POLIANA BIANCHI FERNANDES, AVENIDA RIO BRANCO 5335, - DE 5223/5224 AO FIM SETOR 09 - 76876-218 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, JOSENILTON DOS SANTOS MOTTA, CPF nº 65123441204, RUA GLAMOUR 5622 RESIDENCIAL GERSON NECO - 76875-587 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, PAULO HENRIQUE MOITINHO DOS SANTOS, PERIMETRAL LESTE 3835, - DE 3643 A 3955 - LADO ÍMPAR SETOR 11 - 76873-791 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, JOELSON ELIAS SANTOS, CPF nº 87060035249, RUA PARAPARÁ 1742 SETOR 12 - 76876-738 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, GUILHERME MOREIRA DE OLIVEIRA CAVALCANTI, CPF nº 92359787268, RUA MINAS GERAIS 3449, 9.9299-2655 (WHATSAPP). SETOR 05 - 76876-842 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, DOUGLAS CAMPOS DE OLIVEIRA, RUA GUATEMALA 812, 99976-3855 SETOR 10 - 76876-084 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, HIAGO SILVA DOS SANTOS, CPF nº 02624033238, CRISANTEMO 3198 SAO LUIZ - 76875-620 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: XANGAI GUSTAVO VARGAS, OAB nº PB19205, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Sentença
Trata-se de Termo Circunstanciado instaurado em face de GESILENE MORAES DOS ANJOS, CARLOS LOPES SOUZA, JHONATAN MONTEIRO DA SILVA, LUCAS TORRENTE DE SOUZA, JOELMA DOS SANTOS ALMEIDA, POLIANA BIANCHI FERNANDES, JOSENILTON DOS SANTOS MOTTA, PAULO HENRIQUE MOITINHO DOS SANTOS, JOELSON ELIAS SANTOS, GUILHERME MOREIRA DE OLIVEIRA CAVALCANTI, DOUGLAS CAMPOS DE OLIVEIRA, HIAGO SILVA DOS SANTOS .
No curso do procedimento, o(s) autor(s) do fato GUILHERME MOREIRA DE OLIVEIRA CAVALCANTI e HIAGO SILVA DOS SANTOS foi(ram) beneficiado(s) com a transação penal, sendo que cumpriu(ram) integralmente as condições que lhe(s) foram impostas.
É o relatório.
No caso vertente observa-se que o(s) autor(s) do fato GUILHERME MOREIRA DE OLIVEIRA CAVALCANTI e HIAGO SILVA DOS SANTOS cumpriu(ram) integralmente as condições da transação penal, razão pela qual faz(em) jus à extinção de sua punibilidade.
Destarte, declaro extinta a punibilidade de GUILHERME MOREIRA DE OLIVEIRA CAVALCANTI e HIAGO SILVA DOS SANTOS, qualificado(s) nos autos, relativamente aos fatos descritos no presente procedimento, extinguindo o feito.
Proceda-se às baixas, anotações e comunicações devidas e após, vistas ao MP.
Publique-se.
Registre-se.
Ariquemes/RO, data e horário certificados no sistema PJE.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - 2000642-80.2019.8.22.0002
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: ELIENE CONCEICAO CARVALHO, RUA MOCOCA 5445, - DE 5294/5295 AO FIM SETOR 09 - 76876-204 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Consta nos autos que a acusada aceitou a transação penal, consistente na prestação de serviços à comunidade, e que no curso do processo, mudou de endereço e requereu a substituição do local de prestação de serviço à comunidade para a comarca de Jacareacanga/PA, o que foi deferido por este juízo, com a anuência do Ministério Público.
Após o cumprimento parcial da prestação de serviços naquela comarca, a autora novamente requereu a transferência do local de cumprimento tendo em vista que retornou para a comarca de Ariquemes/RO (ID 90864102).
Instado a manifestar-se, órgão ministerial pugnou pelo deferimento do pedido.
Verifica-se no presente caso que a medida se mostra socialmente recomendável, e considerando ainda que em qualquer fase da execução o Juiz poderá alterar a forma de cumprimento das penas restritivas de direito, para o fim de ajustá-la às condições pessoais do apenado, DEFIRO o pedido e AUTORIZO que a prestação de serviços à comunidade passe a ocorrer na comarca de Ariquemes/RO.
Expeça-se carta precatória ao Juízo da comarca de Jacareacanga/PA para que defina nova entidade para prestação de serviços comunitários pela reeducanda, bem como fiscalize o cumprimento da pena restritiva.
Intimem-se a autora do fato para ciência desse deferimento, bem como para dar início à prestação de serviços à comunidade em local a ser indicado pelo Juízo Deprecado.
Ciência ao Ministério Público.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Ariquemes – RO; data e hora certificada pelo sistema.
Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - Juizado Especial
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, - Número do processo: 7010814-54.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: CRISTIANE SANTOS DE CASTRO, ALEX ANTONIO DE SOUZA
ADVOGADO DOS AUTORES: MARCOS CARLOS LUBE, OAB nº RO13339
Polo Passivo: HOTEL URBANO VIAGENS E TURISMO S. A.
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Recebo a inicial.
Considerando que as companhias aéreas e agências de viagens são grandes litigadas deste Juizado Especial Cível e na maioria dos casos não tem realizado acordos, deixo de designar audiência específica para conciliação, a fim de propiciar o rápido julgamento do feito e resolução da lide.
Consoante ainda aos princípios informadores dos Juizados Especiais, notadamente a celeridade e a informalidade e tendo em vista, sobretudo, que no caso dos autos a questão de fato pode ser provada por meio de documentos, também deixo de designar audiência de instrução e julgamento, posto que tal providência gerará morosidade ao feito sem qualquer proveito prático, à medida que não há necessidade de provas testemunhais.
Assim, adoto no caso em tela o rito simplificado permitido pelo sistema dos Juizados Especiais Cíveis como forma de prestigiar os princípios informadores da celeridade, economia processual e informalidade.
Cite-se e intime-se a requerida para que apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias a contar da citação/intimação.
Caso a requerida tenha interesse em realizar a conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo que tiver a fim de que seja submetida à parte autora ou seja designada audiência de conciliação para esse fim.
Caso não tenha interesse ou possibilidade de acordo, determino que informe isso nos autos por ocasião de sua contestação a fim de evitar possíveis alegações de cerceamento do direito de a parte se conciliar, pena de seu silêncio ser interpretado como falta de interesse na conciliação.
Caso exista pedido de dano moral no caso em tela, as partes deverão observar se é caso de dano moral presumido e em caso negativo, deverão juntar declaração de suas testemunhas com firma reconhecida em cartório relativamente ao fato constitutivo do direito que pretendem provar.
Em todo caso, se alguma das partes tiver interesse na produção de provas orais, determino que se manifestem nos autos informando tal interesse no prazo de 15 (quinze) dias, hipótese em que o direito de as partes produzirem provas será devidamente assegurado. Por outro lado, a não manifestação das partes no prazo ora assinalado, será interpretada como desinteresse à produção de provas orais.
Cancele-se eventual audiência designada automaticamente pelo sistema PJe, retirando-a da pauta.
Decorrido o prazo para apresentação de contestação e inexistindo pedido de produção de provas orais, faça-se a conclusão dos autos para sentença.
Cumpra-se servindo o presente como mandado/ofício/carta precatória/carta de citação e intimação de ambas as partes.
Ariquemes, data e horário certificados no sistema PJe.
Fernanda Pereira Ribeiro

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7007694-03.2023.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA
Advogados do(a) EXEQUENTE: LEONARDO HENRIQUE BERKEMBROCK - RO4641, MAYRA MIRANDA GROMANN - RO8675, YASMINE PIVOTTI ARNEIRO - RO9499
EXECUTADO: DISTRIBUIDORA POLAR EIRELI
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7007390-04.2023.8.22.0002
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) AUTOR: EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR - DF29190
REU: LUIS BRUSTOLON
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
ÓRGÃO EMITENTE: Ariquemes - 1ª Vara Cível
EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo: 20 dias)
CITAÇÃO DE: JACKSON DELFINO RODRIGUES, CPF: 820.552.382-72, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR e INTIMAR o(a) Executado(a) JACKSON DELFINO RODRIGUES CPF: 820.552.382-72, para efetuar o pagamento do débito em 03 (três) dias úteis ou no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor Embargos à Execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no art. 827, § 1º § 2º do NCPC. Honorários fixados em 10% salvo embargos. Caso haja pagamento integral da dívida no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC). Não efetuado o pagamento no prazo de 03 (três) dias úteis, proceder-se-á de imediato à penhora de bens e a sua avaliação.
PRAZO: O prazo para opor embargos do Devedor será de 15 (quinze) dias, a contar do término do prazo do edital.
OBSERVAÇÃO: Caso não tenha condições de constituir advogado particular, deverá procurar a Defensoria Pública. Em caso de revelia, será nomeado curador especial nos termos do art. 257, IV do CPC. A presente ação pode ser consultada pelo endereço eletrônico http://pjeconsulta.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça)
DÍVIDA CORRIGIDA: R$ 44.582,48 (quarenta e quatro mil quinhentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos),
Processo:7018267-71.2021.8.22.0002
Classe:EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
Exequente:MAYRA MIRANDA GROMANN CPF: 015.391.902-77, COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA CPF: 05.203.605/0001-01, LEONARDO HENRIQUE BERKEMBROCK CPF: 790.128.922-87
Executado: JACKSON DELFINO RODRIGUES registrado(a) civilmente como JACKSON DELFINO RODRIGUES CPF: 820.552.382-72
Despacho: 'Vistos.1- Ante a inexistência de novas informações acerca do atual paradeiro da parte executada, cite-se-a por edital, com prazo de 20 dias, mediante publicação no Diário Oficial da Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, no prazo de 15 dias.2- Caso não seja apresentada resposta à pretensão, desde já nomeio curador especial à parte executada a pessoa de quaisquer dos representantes da Defensoria Pública Estadual que deverá ser intimado a oferecer a resposta (CPC, art. 72, inciso II), podendo optar pela interposição de exceção de pré-executividade caso os fatos a serem levantados consistam em matéria de ordem pública.3- Apresentada defesa, intime-se a parte exequente para manifestar em 15 dias.4- Após, concluso.Ariquemes quarta-feira, 28 de junho de 2023 às 12:08 .Deisy Cristhian Lorena de Oliveira FerrazJuiz de Direito"
Sede do Juízo: Fórum Cível, Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853, e-mail: cpeariquemes@tjro.jus.br
Ariquemes, 30 de junho de 2023.
Keli Cristina Dias Monteiro Flores
Gestora de Equipe/CPE - Cad. 204.619-9
Central de Processos Eletrônicos de 1º Grau
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7019024-31.2022.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: SICOOB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDEMILSON KOJI MOTODA - SP0231747A
EXECUTADO: CARLOS EDUARDO SOUZA SILVA
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7006500-36.2021.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: CARLOS ROBERTO BLAFERT
Advogados do(a) EXEQUENTE: JURACI ALVES DOS SANTOS - RO10517, PEDRO RODRIGUES DE SOUZA - RO10519, THIAGO APARECIDO MENDES ANDRADE - RO9033
EXECUTADO: ALEX CONCEICAO FERREIRA e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos de ID 93024491

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7017158-85.2022.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
Advogado do(a) AUTOR: RODRIGO TOTINO - SP305896
REU: ANDREW HENRIQUE SCHLINDWEIN 01611495296
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS OFICIAL DE JUSTIÇA
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do mandado, fica a parte AUTORA, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada, para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada conforme tabela abaixo.
Fica a parte advertida que em se tratando de mandado de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural).
O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7010647-37.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: TRANSPORTADORA STRINTA LTDA
Advogado do(a) AUTOR: JOAO GUSTAVO BERSCH - PR43455
REU: DIEGO TROMBINI DE JESUS LTDA
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala da CEJUSC à Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853 , conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - Cível Comum Sala: NUCOMED -Sala_Conciliação_01 Data: 28/08/2023 Hora: 08:00
Ficam as partes devidamente intimadas.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7010813-69.2023.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DO NORTE DE RONDONIA LTDA. - CREDISIS CREDIARI
Advogados do(a) EXEQUENTE: PAULA LOPES DA ROCHA - RO12109, VALDOMIRO JACINTHO RODRIGUES - RO2368, WILLIAM ALVES JACINTHO RODRIGUES - RO3272
EXECUTADO: VALDENI DA SILVA RIBEIRO e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - DISTRIBUIR PRECATÓRIA
Fica a parte AUTORA intimada a retirar a Carta Precatória e comprovar a distribuição em 10 (dez) dias, ficando a seu encargo o recolhimento das custas perante o juízo deprecado, conforme a legislação do respectivo Tribunal, bem como o acompanhamento da diligência, devendo manter este Juízo informado quanto ao estágio/andamento da referida carta precatória.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7008510-82.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ANTONIO AMARIO BEZERRA
Advogado do(a) AUTOR: VALERIA DE MATOS BEZERRA - RO12076
REU: BANCO DO BRASIL SA e outros
Advogado do(a) REU: CASSIO MAGALHAES MEDEIROS - RS60702
Advogado do(a) REU: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES - RN5553
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7005192-91.2023.8.22.0002
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DO NORTE DE RONDONIA LTDA. - CREDISIS CREDIARI
Advogados do(a) AUTOR: PAULA LOPES DA ROCHA - RO12109, VALDOMIRO JACINTHO RODRIGUES - RO2368, WILLIAM ALVES JACINTHO RODRIGUES - RO3272
REU: CAIO ZIRONDI
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7001883-33.2021.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA - RJ110501
EXECUTADO: JOSE GOMES DE SOUZA e outros (2)
Intimação AUTOR - PRECATÓRIA DEVOLVIDA
Fica a parte AUTORA intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar manifestação acerca da devolução de carta precatória

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7014772-53.2020.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES - RN5553
EXECUTADO: JEFFERSON LUIZ DA SILVA e outros (2)
Intimação AUTOR - MANDADO PARCIAL
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7010483-43.2021.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDSON ROSAS JUNIOR - AM1910
EXECUTADO: MILTON JOSE QUADROS PADILHA
Advogado do(a) EXECUTADO: RAIMUNDO COSTA DE MORAES - RO10977
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca da resposta de ofício de ID 93310546

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7004034-79.2015.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: LIDER BOMBAS INJETORES LTDA - EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: DORIHANA BORGES BORILLE - RO0006597A
EXECUTADO: ERLAN RIBEIRO
INTIMAÇÃO AUTOR - DISTRIBUIR PRECATÓRIA
Fica a parte AUTORA intimada a retirar a Carta Precatória e comprovar a distribuição em 10 (dez) dias, ficando a seu encargo o recolhimento das custas perante o juízo deprecado, conforme a legislação do respectivo Tribunal, bem como o acompanhamento da diligência, devendo manter este Juízo informado quanto ao estágio/andamento da referida carta precatória.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7007982-48.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: WILMA MARIA DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: BRUNO ALVES DA SILVA CANDIDO - RO5825, MATHEUS RODRIGUES SILVA - RO11744
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa ID. 93241143.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
ÓRGÃO EMITENTE: Ariquemes - 1ª Vara Cível
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
(Prazo: 20 dias)
DE: REGINALDO DE BRITO RAMOS CPF: 028.191.002-28, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: NOTIFICAR a parte Requerida para pagar as custas processuais finais do processo em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias. O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Débito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa. O prazo inicia-se a partir do término do prazo do edital.
OBSERVAÇÃO: O boleto para pagamento pode ser emitido através do site www.tjro.jus.br acessando: Boleto bancário>Custas Judiciais>Emissão de Guia de Recolhimento vinculada ao processo ou pelo link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Processo:7014955-24.2020.8.22.0002
Classe:BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
Exequente:ROSANGELA DA ROSA CORREA registrado(a) civilmente como ROSANGELA DA ROSA CORREA CPF: 519.812.380-34, Banco Bradesco Financiamentos S.A CPF: 07.207.996/0001-50
Executado: REGINALDO DE BRITO RAMOS CPF: 028.191.002-28
Decisão ID 90356959
Sede do Juízo: Fórum Cível, Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853, e-mail: cpeariquemes@tjro.jus.br
Ariquemes, 14 de julho de 2023.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7007589-26.2023.8.22.0002
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
Advogado do(a) AUTOR: CARLOS EDUARDO ROUMIE DE SOUZA - RO6401
REU: M S DE ALMEIDA REFRIGERACAO E ELETRONICA - ME
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7001167-35.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ANAUILA SOLEY VIEIRA
Advogado do(a) AUTOR: SIDNEI RIBEIRO DE CAMPOS - RO0005355A
REU: BRUNO P FARIAS EIRELI e outros
INTIMAÇÃO PARTES- CUSTAS PRO RATA
Fica A PARTE AUTORA intimada, por meio dos seus advogados para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais pro-rata finais 60%. O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf >>>> Emissão de 2ª via >>>> selecionar a referida custa e gerar >>>> clicar no documento gerado e baixar boleto para pagamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7035545-59.2019.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA
Advogado do(a) AUTOR: FRANCIELE DE OLIVEIRA ALMEIDA - RO9541
REU: EZEQUIAS DE SOUZA OLIVEIRA e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS REPETIÇÃO DE ATO
Fica a parte AUTORA intimada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, CÓDIGO 1008.1, conforme estabelecido no art. 19 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7019285-93.2022.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
AUTOR: MARIA DAS GRACAS CHARBEL MELEIP - ME
Advogados do(a) AUTOR: ARLINDO FRARE NETO - RO3811, MARCUS VINICIUS DA SILVA SIQUEIRA - RO0005497A
REU: VITISA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS REPETIÇÃO DE ATO
Fica a parte AUTORA intimada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, CÓDIGO 1008.1, conforme estabelecido no art. 19 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7018709-03.2022.8.22.0002
Classe : IMISSÃO NA POSSE (113)
REQUERENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
Advogado do(a) REQUERENTE: RODRIGO TOTINO - SP305896
REQUERIDO: DANIELLA GOMES FONSECA DE FARIAS e outros
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7003249-10.2021.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: VALDECIR DE ALMEIDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: ARY BATISTA BATISTI - RO10744, HAROLDO BATISTI - RO2535
EXECUTADO: ADELMARIO FERNANDES MONTALVAO
Advogado do(a) EXECUTADO: JOAO RICARDO DOS SANTOS CALIXTO - RO9602
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7007916-68.2023.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: WASHINGTON LUIZ DE MIRANDA DOMINGUES TRANM - MG133406
EXECUTADO: EVANDRO DA SILVA e outros (2)
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7007765-05.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ORIVAL ALVES RODRIGUES
Advogado do(a) AUTOR: MARCELO ANTONIO GERON GHELLERE - RO1842
REU: JEFFERSON GARBINATO e outros
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7007732-15.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Exoneração
Valor da causa: R$ 4.752,00 (quatro mil, setecentos e cinquenta e dois reais)
Parte autora: J. S., RUA PRESIDENTE PRUDENTE DE MOR 2444, - DE 2371/2372 AO FIM NOVA UNIÃO 03 - 76871-342 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, D. P. D. E. D. R., AVENIDA CANAÃ 2647, - DE 2639 A 2985 - LADO ÍMPAR SETOR 03 - 76870-417 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Parte requerida: L. H. S. S.
REU SEM ADVOGADO(S)

Vistos.
1- Defiro a gratuidade de justiça à parte autora.
2- Indefiro à parte autora o pedido de tutela de urgência antecipada, por não vislumbrar presente início de prova documental eficiente em demonstrar a probabilidade do direito à exoneração, haja vista que o entendimento jurisprudencial sedimentado acerca do assunto é de que não basta o alcance da maioridade civil para que cesse o dever dos responsáveis em prestar alimentos, devendo restar demonstrado que o alimentando alcançou independência financeira sendo capaz de prover o sustento próprio, o que não se vislumbra através dos documentos acostados, que apesar de espelhar a vida social do alimentando, não comprova a origem da renda para o seu gozo. Observo, ainda, que não há nos autos narrativa de urgência a justificar a medida solicitada.
3- Cite-se a parte requerida dos termos da ação, com antecedência mínima de 15 dias da audiência designada, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 15 dias, a contar da realização da audiência de conciliação ora designada, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344, CPC). O mandado deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, ficando assegurado ao réu o direito de examinar o seu conteúdo junto ao cartório da Vara a qualquer tempo (art. 695, §1º, CPC).
4- Providencie a CPE a DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO, a ser realizada por VIDEOCONFERÊNCA pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, via whatsapp ou hangouts meet.
4.1- Intime-se as partes da audiência designada
4.2- Intime-se a Defensoria da audiência designada.
5- Apresentada defesa pelo réu, intime-se o autor para manifestar-se em réplica, em 15 dias (art. 350, CPC), já especificando, no mesmo prazo, as provas que pretende produzir, justificando a necessidade. No mesmo ato, intime-se o réu para que especifique as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, em 05 dias.
6- As partes deverão informar ao Oficial de Justiça no ato da citação/intimação o telefone com whatsapp e e-mail para que o CEJUSC faça o contato para realização da audiência. Caso a citação ocorra por carta, a parte deverá informar os referidos dados mediante peticionamento nos autos até 5 dias antes da audiência.
7- As partes deverão comunicar o juízo, no prazo de até 5 dias antes da audiência, mudança de telefone com whatsapp e e-mail.
8 – As partes deverão instalar em seus dispositivos (celular, notebook ou desktop) o aplicativo whatsapp e hangout meet ou buscar orientação de como fazê-lo e acessá-lo assim que receberem a citação ou intimação.
9 – Se quaisquer das partes enfrentar algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou telefone (69 9 9303-8940) até antes de seu início.
10 – As partes deverão estar com telefone disponível durante o horário da audiência para atender as ligações do Poder Judiciário e acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados.
11 - As partes deverão portar seus documentos de identificação válidos e de seus dados bancários por ocasião da audiência para fins de verificação, bem como para remessa de fotos dos respectivos documentos, caso necessário.
12 – As partes poderão, no prazo de 24 horas, contados da realização da audiência, manifestar acerca de fatos envolvendo sua ocorrência, caso queiram.
13- Caso a parte requerida/executada não tenha condições de constituir advogado, deverá procurar a Defensoria Pública desta Comarca, situada na Avenida Canaã, 2647, Setor 03 em Ariquemes-RO.
Ariquemes sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 12:36 .
Decyo Allyson Sarmento Ferreira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7011733-19.2018.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: MARIA DE MORAIS MAXIMIANO LIMA e outros (3)
Advogado do(a) AUTOR: CLEYDE REIS SILVA FRAGOSO - RO0001850A
REU: Denise da Silva e outros (23)
Advogados do(a) REU: EVELISE ELY DA SILVA - RO4022, KARINE REIS SILVA - RO3942
Advogados do(a) REU: HIAGO BASTOS TRINDADE - RO9858, THIAGO APARECIDO MENDES ANDRADE - RO9033
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca da petição de ID 92510080

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7010860-43.2023.8.22.0002
Classe : CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)
DEPRECANTE: M. S. COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA DE ALIMENTOS LTDA
Advogado do(a) DEPRECANTE: FLAVIANA LETICIA RAMOS MOREIRA - RO0004867A
DEPRECADO: COMERCIAL BEZERRA LUZ LTDA
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS PRECATÓRIA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, a comprovar o pagamento de custas (CÓDIGO 1015) para distribuição da Carta Precatória (a ser distribuída dentro do Estado de Rondônia), conforme art. 30 da Lei nº 3.896, de 24 de agosto de 2016 e Provimento Corregedoria nº 008/2017 (DJ 072 de 20/04/2017).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7007397-93.2023.8.22.0002
Classe : DIVÓRCIO LITIGIOSO (12541)
REQUERENTE: MILTON ALVES DOS SANTOS
Advogado do(a) REQUERENTE: CORINA FERNANDES PEREIRA - RO2074
REQUERIDO: Zeni Fátima Ramos
Intimação AUTOR - AUDIÊNCIA
Fica a parte AUTORA, por intermédio de seu advogado(a), a comparecer a audiência deste processo a ser realizada por VIDEOCONFERÊNCA pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, via whatsapp ou hangouts meet., conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - Família Sala: NUCOMED -Sala_Conciliação_01 Data: 28/08/2023 Hora: 09:30 .

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7010597-11.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: LAYS OLIVEIRA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: BRUNA SOUZA BOBATO - RO10882
REU: MIRIAM SILVA DOS SANTOS
Intimação AUTOR - AUDIÊNCIA
Fica a parte AUTORA, por intermédio de seu advogado(a), a comparecer a audiência deste processo a ser realizada por VIDEOCONFERÊNCA pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, via whatsapp ou hangouts meet., conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - Família Sala: NUCOMED -Sala_Conciliação_01 Data: 28/08/2023 Hora: 10:30 .

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7004147-52.2023.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: JOSE DOS SANTOS SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: WALDINEY MATHEUS DA SILVA - RO1057
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7004619-53.2023.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: COSMO LUIZ GOMES
Advogados do(a) REQUERENTE: ELIZEU LEITE CONSOLINE - RO5712, FRANCISCO JEVERSON SANTOS DE FREITAS CONSOLINE - RO12643
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa ID. 93331979.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7003870-36.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: FRANCISCO ALDENI TEIXEIRA DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: DAYANE DA SILVA MARTINS - RO7412, ELAINE DE SOUZA NEVES GIMENES - RO13518
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa ID. 92885589.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7010757-36.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: LUCIANO MIGUEL DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: LUCIANA ARANTES GRANZOTTO - RO0004316A
REU: CONSTRUTORA E INCORPORADORA COLISEU EIRELI
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala da CEJUSC à Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853 , conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - Cível Comum Sala: NUCOMED -Sala_Conciliação_01 Data: 28/08/2023 Hora: 09:00
Ficam as partes devidamente intimadas.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7017786-74.2022.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: MIRIAN DE SOUZA SOARES
Advogado do(a) AUTOR: JOAO CARLOS DE SOUSA - RO10287
REU: AVON COSMETICOS LTDA.
Advogado do(a) REU: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES - SP131600
INTIMAÇÃO AO RÉU - CUSTAS
Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais iniciais e finais. O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Advertência:
1) Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7008572-25.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: VALDIVINA BISPO DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR - RO2640-A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7010614-81.2022.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: JAILSON JUSTINO BUENO
Advogado do(a) REQUERENTE: GUILHERME APARECIDO DE JESUS CHIQUINI - SP370740
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7010371-16.2017.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: RECON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: ALYSSON TOSIN - RO0086925A
EXECUTADO: GENIVALDO OLIVEIRA SANTOS
INTIMAÇÃO AO RÉU - CUSTAS
Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais finais. O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Advertência:
1) Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7014244-48.2022.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: E. M. A. J.
Advogado do(a) REQUERENTE: JAQUELINE VIEIRA CARDOSO - RO5455
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7002721-39.2022.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: K S AYRES MOURA
Advogado do(a) REQUERENTE: REGINALDO SILVA SANTOS - RO7387
REQUERIDO: MARIA DO CARMO MARTINS DOS SANTOS
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada para que apresente o cálculo atualizado da dívida com aplicação da multa legal e os honorários ora fixados, indicando bens a penhora, em 05 dias. Consigno que caso a parte exequente solicite busca de bens via sistemas de convênio, deverá apresentar o respectivo comprovante de recolhimento das custas referentes às diligências solicitadas, nos termos do art. 17, da Lei Estadual n. 3.896/2016, salvo se beneficiária da Justiça Gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7016145-90.2018.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: JEFFERSON BARBOSA SANTANA
Advogados do(a) AUTOR: GRACILENE MARIA DE SOUZA ZIMMER - RO5902, LINDENBERG ESTEFANI DE SOUZA - RO7253
REU: DER-RO - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES e outros
Advogado do(a) REU: MARIA CRISTINA FEITOSA - RO7861
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias.

2ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7014371-59.2017.8.22.0002
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
AUTORES: A. A. D. F. F., D. G. F. O.
ADVOGADO DOS AUTORES: ANDRE LUIS PELEDSON SILVA VIOLA, OAB nº RO8684
REU: J. M. F.
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Eventuais pedidos que versem sobre a cobrança de alimentos seja pelo rito da prisão ou expropriação deverão ser apresentados em autos apartados, a fim de evitar tumulto processual.
Assim, intime-se a parte exequente para distribuir o pedido de cumprimento de sentença em autos apartados acompanhado das peças necessárias.
Retornem os autos ao arquivo.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br 7007827-45.2023.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: CRISTIANE GOMES DE OLIVEIRA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: IEFERSON RODRIGUES DE PAULA, OAB nº RO12530, RONIERIS CAVALCANTE DE MORAIS, OAB nº RO13290
EXECUTADO: IGOR JOSE TEIXEIRA POZZEBON
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
Cuida-se de ação de execução de título extrajudicial, proposta por CRISTIANE GOMES DE OLIVEIRA em face de IGOR JOSÉ TEIXEIRA POZZEBON, partes qualificadas nos autos.
O requerente peticionou informando que o requerido realizou, extrajudicialmente, o pagamento da dívida, fato superveniente à propositura da ação. Assim, requer a extinção do feito ante a perda do objeto, nos termos do artigo 485, inciso VI, do CPC.
DECIDO
Em análise aos autos, depreende-se que o executado satisfez a obrigação, eis que realizou extrajudicialmente o pagamento das parcelas em atraso, resultando na perda superveniente do objeto.
Ante o exposto, com lastro no art. 485, VI do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o presente feito, sem resolução de mérito, em razão da perda do objeto e do interesse processual.
Considerando a preclusão lógica, o feito transita em julgado nesta data (art. 1.000, parágrafo único do CPC).
Sem custas finais e honorários.
Providencie a CPE a cobrança das custas adiadas (1%). Não havendo pagamento, cumpra-se o artigo 35 do Regimento de Custas do TJRO.
P. R. I. Após as providências necessárias, arquive-se.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7010861-28.2023.8.22.0002
Classe: Divórcio Litigioso
REQUERENTES: H. D. M. Q., V. S. Q., D. P. D. E. D. R.
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: I. F. M.
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos e examinados.
Intime-se o requerente para , no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento, devendo o autor juntar aos autos procuração devidamente assinada, com data atualizada, sob pena de indeferimento.
Na oportunidade, também, anexar aos autos comprovante de endereço em seu nome ou que comprove o vínculo com o titular da fatura de conta de energia informada no ID 93318720.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7009802-05.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: RAILSON ARAUJO DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: WANDERSON VIEIRA DE ANDRADE, OAB nº RO11805
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DESPACHO
Antes de receber a inicial, intime-se o requerido para juntar a decisão administrativa referente ao requerimento formulado pelo requerente, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de prosseguimento do feito no estado em que se encontra.
Após, retorne concluso.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7009553-30.2018.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
EXEQUENTE: D. E. D. T. -. D.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
EXECUTADO: D. F. D. S.
ADVOGADO DO EXECUTADO: CORINA FERNANDES PEREIRA, OAB nº RO2074
SENTENÇA
Vistos.
Versam os presentes sobre ação de execução fiscal movida pelo DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE RONDÔNIA - DETRAN em face de DOMINGOS FRANCISCO DOS SANTOS, partes qualificadas no feito.
Após o levantamento dos valores, o exequente requereu a extinção do presente feito (ID 93198516).
Diante da satisfação da obrigação, JULGO EXTINTA a presente execução, o que faço com lastro no art. 924, II, do CPC.
Custas iniciais e finais devidas pelo executado, nos termos do art. 12 da Lei Estadual 3.896/2016 – Regimento de Custas Judiciais.
Considerando a preclusão lógica, o feito transita em julgado nesta data (art. 1.000, parágrafo único do CPC).
Liberem-se eventuais bens/valores penhorados e proceda-se a baixa de eventual restrição do nome do executado junto ao sistema SERASAJUD.
P.R.I. Após as providências necessárias, arquive-se.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br 7005511-64.2020.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: NIVALDO DOS SANTOS
ADVOGADO DO REQUERENTE: DANILO JOSE PRIVATTO MOFATTO, OAB nº RO6559
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Vistos.
Aguarde-se o pagamento das requisições em arquivo provisório.
Com a informação concernente ao pagamento da RPV/precatório, expeça-se alvará. Após, retorne concluso para extinção.
Pratique-se o necessário.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7006332-63.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: DERSUITA MARIA DE ARAUJO
ADVOGADO DO AUTOR: BELMIRO ROGERIO DUARTE BERMUDES NETO, OAB nº RO5890
REU: BANCO PAN S.A.
ADVOGADOS DO REU: WILSON BELCHIOR, OAB nº CE17314A, PROCURADORIA BANCO PAN S.A
DESPACHO

Vistos, etc.
1. Recebo a inicial ante a gratuidade concedida através do agravo de instrumento, ID 93319640.
2. A parte autora requereu a concessão de tutela de urgência para determinar a suspensão do contrato bem como dos descontos referentes ao documento mencionado na inicial, sustentando, em síntese, são prestações;/ descontos de supostos cartão de crédito, descontados desde 2021 e 2022, no valor de R$ 55,00 (cinquenta e cinco) reais e R$ 60,00 (sessenta) reais, respectivamente.
2.1 Para concessão da tutela de urgência, deve ser demonstrado pela parte a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, bem como a ausência de perigo de reversibilidade dos efeitos da decisão, conforme se depreende da leitura do art. 300, caput e §3º, do CPC.
2.2 A probabilidade do direito encontra-se presente, visto que a requerente alega que já solicitou por vezes o cancelamento do contrato. Por sua vez, o risco ao resultado útil encontra-se em evidência, pois novos descontos diminuirão sua capacidade econômica, visto que a requerente depende da aposentadoria para sobreviver.
2.3 Além disso, tal decisão é reversível, tendo em vista que no caso de improcedência, o requerido poderá realizar cobrança de todas as parcelas com os devidos juros e correções.
2.4 Assim, DEFIRO o pedido de tutela de urgência para determinar ao requerido que suspenda a exigibilidade do contrato apontado na inicial e se abstenham de descontar da aposentadoria da requerente parcelas referentes ao mencionado contrato, até o final da demanda sob pena do pagamento da multa diária no valor de R$ 100,00 até o limite de R$ 1.000,00.
2.5 Intimem-se os requeridos da decisão.
3. Cite-se a parte requerida dos termos da ação, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da audiência designada, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da realização da audiência de conciliação ora designada, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344, CPC).
4. Considerando que a transação entre as partes é a melhor forma de solução dos conflitos, DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/ MEDIAÇÃO, a ser realizada por VIDEOCONFERÊNCA pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, via whatsapp ou hangouts meet, conforme pauta da CPE.
4.1 À CPE para designar a data de audiência.
4.2 Intime-se o requerido da audiência designada.
4.3. Intime-se a parte autora, na pessoa do seu patrono da audiência a ser designada.
5. Caso o requerido não possua interesse na realização da audiência de conciliação, deverá manifestá-lo com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º CPC), ficando de qualquer forma obrigado a comparecer à audiência caso não haja manifestação de anuência da parte autora na petição inicial (art. 334, §4º, inciso I, CPC).
5.1 Se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, a audiência de conciliação não se realizará, iniciando-se o prazo de defesa a contar da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu (art. 335, inciso II, CPC).
6. Apresentada defesa pelo réu, intime-se o autor para manifestar-se em réplica, em 15 (quinze) dias (art. 350, CPC), já especificando, no mesmo prazo, as provas que pretende produzir, justificando a necessidade. No mesmo ato, intime-se o réu para que especifique as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, em 05 dias.
7. Fica a parte autora intimada, na pessoa de seu advogado, que deverá informar, em 05 (cinco) dias, telefone com whatsapp e e-mail (autor e patrono), para que o CEJUSC faça o contato para a audiência por videoconferência.
8. A parte requerida deverá informar ao Oficial de Justiça no ato da citação/intimação o telefone com whatsapp e e-mail para que o CEJUSC faça o contato para realização da audiência. Caso a citação ocorra por carta, a parte deverá informar os referidos dados mediante peticionamento nos autos até 05 (cinco) dias antes da audiência.
9. As partes deverão comunicar o juízo, no prazo de até 05 (cinco) dias antes da audiência, mudança de telefone com whatsapp e e-mail.
10. As partes deverão instalar em seus dispositivos (celular, notebook ou desktop) o aplicativo whatsapp e hangout meet ou buscar orientação de como fazê-lo e acessá-lo assim que receberem a citação ou intimação.
11. Se quaisquer das partes enfrentar algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou telefone (69 9336-0702) até antes de seu início.
12. As partes deverão estar com telefone disponível durante o horário da audiência para atender as ligações do Poder Judiciário e acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados.
13. As partes deverão portar seus documentos de identificação válidos e de seus dados bancários por ocasião da audiência para fins de verificação, bem como para remessa de fotos dos respectivos documentos, caso necessário.
14. As partes poderão, no prazo de 24 horas, contados da realização da audiência, manifestar acerca de fatos envolvendo sua ocorrência, caso queiram.
15. Caso reste infrutífera a conciliação, vindo a contestação, na hipótese de defesa preliminar e/ou juntada de documentos com a resposta, intime-se a parte autora para se manifestar em réplica ou impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias.
16. Caso o requerido apresente reconvenção, intime-se o requerente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias.
17. Em seguida, intimem-se as partes para especificarem as provas que pretender produzir, justificando sua necessidade no prazo de 05 (cinco) dias.
18. Expeça-se o necessário.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes,14 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7017318-13.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: GILSON GOMES DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO AUTOR: JOSE MARIA ALVES LEITE, OAB nº RO7691
REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADOS DO REU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES, OAB nº AC3592, SEGURADORA LÍDER - DPVAT
SENTENÇA

Vistos,

I - RELATÓRIO

Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, proposta por GILSON GOMES DE OLIVEIRA, contra SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, aduzindo em síntese que sofreu acidente de trânsito em 18/10/2020, vindo a sofrer lesão em seu membro inferior direito e na mão direita. Alega que recebeu da ré na via administrativa a quantia parcial de R$ 2.193,75 (dois mil, cento e noventa e três mil e setenta e cinco centavos). Postula a condenação da ré ao pagamento do valor remanescente. Juntou documentos.

Despacho inicial deferiu a gratuidade, citou o requerido para antecipar o pagamento dos honorários periciais e apresentar sua defesa, bem como designou-se médico perito. (ID 74968285).

Em Contestação (ID 87640280), a requerida informou seu desinteresse na realização de audiência de conciliação e arguiu, preliminarmente, a ausência de documentos essenciais. No mérito, alegou a existência de pagamento administrativo; invalidade do laudo particular com única prova para decidir o mérito; a necessidade de perícia complementar a ser realizada pelo IML; que o pagamento dos honorários periciais médicos devem ser feitos nos termos da Resolução 232/2016 do CNJ; que o valor indenizatório deve se dar de acordo com a Lei n.º 11.945/2009 e com a Súmula 474, do STJ; os termos iniciais em caso de eventual incidência dos juros de mora e correção monetária; e que os honorários advocatícios são devidos pela parte autora, tendo em vista ter ingressado com a ação. Acostou documentos.

Comprovado o pagamento dos honorários periciais (ID 88191302).

Houve Réplica (ID 88203067).

O laudo pericial veio aos autos no ID 91821586.

As partes se manifestaram quanto ao laudo no ID 92072754 e ID 92995055.

Vieram conclusos.

É o relatório necessário. Fundamento e decido.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Das Preliminares

Trata-se de pedido de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) em razão de acidente de trânsito.

De início considerando que em sede de contestação a parte ré arguiu preliminarmente o desinteresse na audiência de conciliação e a ausência de comprovante de residência e de documentos essenciais, os quais passo a fazer as seguintes considerações.

a) Desinteresse da realização de Audiência de Conciliação.

Em que pese a ré ter informado preliminarmente não ter interesse em audiência para tentativa de acordo, este Juízo não tem por prática designar este tipo de solenidade em processos dessa natureza, em razão da baixa taxa de acordos. Em razão disso, afasto o alegado pela requerida.

b) Ausência do comprovante de residência e de documentos essenciais.

Alega a requerida que não constam nos autos o documento do proprietário do veículo, acostando-se no feito apenas uma certidão de ocorrência, o que não provaria a ocorrência do sinistro.

Afasto a preliminar, em razão do conjunto probatório existente nos autos. Ademais, os mesmos documentos foram necessários para pagamento administrativo por parte da requerida, o que restou frutífero.

Não havendo outras matérias prejudiciais de mérito, passo a análise do cerne da questão.

Do Mérito

O feito comporta o julgamento no estado em que se encontra, pois já foi realizada perícia, e os elementos probantes apresentados pelas partes são suficientes para o julgamento da causa, sendo desnecessária outras provas.

Alega a parte requerida que ao proceder o pagamento efetuado administrativamente, a parte requerente deu plena, rasa, geral e irrevogável subsunção ao valor devido.

Ocorre que o pagamento administrativo não pode servir de base para eventual renúncia de saldo remanescente, até porque o requerente ao firmar comprovante de quitação não tinha conhecimento do direito ao recebimento de eventual diferença, o que aliás só pode ser aferido após análise de perícia técnica, não podendo ser invocado ato jurídico perfeito, tão pouco há a necessidade da total improcedência do pleito autoral.

A quitação parcial em sede administrativa, não impede a parte requerente de vir à juízo requerer o seu complemento, eis que o acesso ao Judiciário é direito constitucionalmente assegurado, independente e anterior ao direito material pleiteado, bastando o inconformismo da via extrajudicial. Não é outro o entendimento de nosso Tribunal, senão vejamos:

Seguro obrigatório. Preliminar. Ausência de interesse de agir. Rejeitada. Valor da indenização de acordo com o percentual previsto em lei e grau da invalidez da vítima. Sentença mantida. Prequestionamento. Afasta-se a preliminar de ausência de interesse de agir do autor em razão do pagamento da indenização em sede administrativa, porquanto o recibo de quitação firmado pelo beneficiário de seguro obrigatório relativo apenas à satisfação parcial do valor previsto, não significa renúncia ao montante que lhe é assegurado pelo art. 3º da Lei n. 6.194/74. Mantém-se a sentença que determinou o pagamento de diferença de indenização, levando em consideração a lei vigente à época do sinistro, bem como o laudo pericial realizado, aplicando os percentuais previstos na tabela anexa à Lei n. 6.194/74. O prequestionamento como pressuposto constitucional do recurso especial ou extraordinário exige menção explícita aos preceitos de lei que se pretende malferidos e a motivação justificadora. (TJ/RO - Apelação n° 0000379-57.2011.8.22.0004; data do julgamento: 10/04/2013; Relator: Desembargador Alexandre Miguel).

O pagamento efetuado administrativamente conforme o art. 5º, § 1º da Lei nº 6.194/74, não afasta o direito do segurado à atualização monetária. A Súmula 580 do STJ, orienta a alusiva indenização a título de seguro DPVAT, quais sejam corrigidas monetariamente desde a data do evento danoso (STJ, REsp 1483620/SC).

Expõe a parte requerida a impossibilidade de inversão do ônus da prova com base no CDC - inaplicabilidade do art. 6º, VII do CDC ao seguro DPVAT, contudo, a jurisprudência tem firmado entendimento em sentido contrário, vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – RELAÇÃO DE CONSUMO- INVERSÃO DO CUSTEIO DA PROVA. A relação travada entre a Seguradora e o beneficiário do seguro DPVAT é de consumo, na forma prevista pelo art.3º do Código de Direito ao Consumidor, devendo ser aplicado o regramento respectivo, inclusive, com a possibilidade de inversão do ônus da prova. (art. 6º, inciso, VIII, do CDC). Seguradora que deverá custear os honorários do perito particular nomeado pelo MM. Magistrado. Agravo de Instrumento Improvido 15.12.2017 (Agravo, nº 2211416-54.2017.8.26.0000, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 3ª Câmara de Direito Privado, Relator (a) Des. Maria Lúcia Pizzotti, Data de julgamento 17/05/2018).

Aduz ainda a invalidade do laudo particular como única prova para decidir o mérito e a necessidade de perícia complementar a ser realizada pelo IML.

Contudo, inexiste tal obrigatoriedade, principalmente diante da juntada de documentos que comprovam a invalidez alegada pelo requerente, além de ter sido produzida prova pericial médica com intimação das partes para acompanhamento, oportunizando o contraditório e ampla defesa.

Ademais, o Tribunal de Justiça de Rondônia já se manifestou no sentido de ser admissível o laudo particular:

Seguro obrigatório DPVAT. Julgamento antecipado. Cerceamento de defesa. Ausência. Dialeticidade. Observância. Laudo particular. Invalidez parcial permanente. Indenização. Grau de invalidez. Tabela. O julgamento antecipado da lide não configura cerceamento de defesa se as provas constantes dos autos são suficientes para solucionar a questão, na perspectiva do juiz sentenciante, que é o destinatário da prova. Se demonstrada a pretensão da apelante em alterar a decisão que lhe foi desfavorável, impugnando especificamente a questão decidida na sentença, não há ofensa ao princípio da dialeticidade. Admite-se a utilização de laudo particular para fins de recebimento do seguro obrigatório DPVAT, desde que comprove a existência de invalidez e o grau desta. O valor da indenização do seguro obrigatório é determinado de acordo com o grau de incapacidade e da repercussão da lesão, devendo a seguradora ser condenada a pagar a quantia apurada a partir da avaliação feita no laudo pericial. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7001007-06.2020.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 13/10/2021

Seguro obrigatório DPVAT. Julgamento antecipado. Cerceamento de defesa. Ausência. Dialeticidade. Observância. Laudo particular. Invalidez parcial permanente. Indenização. Grau de invalidez. Tabela. O julgamento antecipado da lide não configura cerceamento de defesa se as provas constantes dos autos são suficientes para solucionar a questão, na perspectiva do juiz sentenciante, que é o destinatário da prova. Se demonstrada a pretensão da apelante em alterar a decisão que lhe foi desfavorável, impugnando especificamente a questão decidida na sentença, não há ofensa ao princípio da dialeticidade. Admite-se a utilização de laudo particular para fins de recebimento do seguro obrigatório DPVAT, desde que comprove a existência de invalidez e o grau desta. O valor da indenização do seguro obrigatório é determinado de acordo com o grau de incapacidade e da repercussão da lesão, devendo a seguradora ser condenada a pagar a quantia apurada a partir da avaliação feita no laudo pericial. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7001007-06.2020.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 13/10/2021

AGRAVO INTERNO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. RECURSO MANIFESTAMENTE INFUNDADO. ABUSO AO DIREITO DE RECORRER. SEGURO OBRIGATÓRIO. DESNECESSIDADE DE LAUDO DO IML. LAUDO REALIZADO POR FISIOTERAPEUTA. VALIDADE. Nega-se provimento ao recurso que pretende apenas a rediscussão da matéria aventada no recurso originário, sem trazer qualquer ponto relevante a ser analisado. Em caso de seguro obrigatório, é dispensável a juntada de laudo realizado pelo IML, se por outros laudos for possível constatar a invalidez da vítima. É válido, para apuração do grau da lesão, laudo realizado por profissional fisioterapeuta, quando as lesões constatadas se encontram dentro da sua área de atuação profissional. (Agravo, Processo nº 0001698-40.2014.822.0009, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator (a) Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento 08/10/2015).

Portanto, improcedem as alegações da requerida, cabendo a análise da perícia realizada.

Pois bem.

Em se tratando de cobrança do seguro DPVAT, referente a fatos ocorridos após o advento da Medida Provisória nº 451 de 16.12.2008, convertida na Lei nº 11.945, de 04.06.2009, estabelecendo percentuais da indenização conforme a extensão das lesões dos membros com lesão permanente, dando nova redação ao art.3º da Lei n. 6.194/74, tenho que não mais subsistem controvérsias quanto a legalidade do pagamento escalonado do seguro em pauta.

Dessa forma, com base na tabela anexa a lei que regulamenta a matéria Lei 6.194/74, o grau de lesão a ser analisado é de 25% de R$ 9.450,00 de acordo com art. 3º, § 1º, inciso II, da Lei 6.194/74, prevista como Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos.

Segundo apurado pelo perito, o grau da incapacidade parcial encontrada no autor é intenso (75%), conforme classificação prevista no art. 3º, § 1º, inciso II, da Lei 6.194/74.

A ser assim, considerando o grau de incapacidade da parte autora, bem como o valor já recebido na via administrativa R$ 2.193,75 (dois mil, cento e noventa e três mil e setenta e cinco centavos) (ID 83734187), tenho que o pedido deve ser julgado parcialmente procedente, pelos seguintes motivos:

25% (da invalidez permanente parcial completa) de R$ R$ 9.450,00

25% de R$ 9.450,00 = R$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

R$ 2.362,50 - R$ 2.193,75 (já recebidos)= R$ 168,75 (cento e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

Assim, considerando o órgão afetado no acidente, o autor faria jus a ter recebido a importância total de R$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), e tendo em conta que a ré efetuou o pagamento administrativo de R$ R$ 2.193,75, resta um saldo remanescente de R$ 168,75 (cento e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos). a ser adimplido pela Seguradora Ré.

Quanto à correção monetária, juros legais e honorários advocatícios, são consectários legais que não podem ser afastados.

A jurisprudência do TJRO é no sentido de que a correção monetária, na indenização do seguro obrigatório por acidente de veículos decorrente de decisão judicial, incide do evento danoso, nesse sentido: Na ação indenizatória em que se busca o recebimento do valor residual do prêmio de seguro obrigatório por acidente de veículos, a correção monetária incide desde a data do evento danoso (Apelação 0000111-12.2012.822.0022, Rel. Juiz Adolfo Theodoro, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 1ª Câmara Cível, julgado em 04/10/2017. Publicado no Diário Oficial em 13/10/2017).

É o que também dispõe a Súmula n. 580 do STJ: “A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso”.

Ademais, os juros moratórios, incidem desde a citação. Nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL - DATA DO SINISTRO - JUROS DE MORA - TERMO INICIAL - CITAÇÃO. No caso de indenização do seguro DPVAT, o termo inicial dos juros de mora é a data da citação. (TJ-MG - AC: 10024142251149001 MG, Relator: Evandro Lopes da Costa Teixeira, Data de Julgamento: 16/05/2019, Data de Publicação: 28/05/2019).

Tal previsão também consta da súmula 426 do STJ: “Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação”.

Assim, com correção monetária a partir do evento danoso, porquanto o evento ocorreu na vigência da Lei n. 11.482/07, e os juros de mora conta-se desde a citação, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, vejamos:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. VALOR FIXO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. EVENTO DANOSO. 1. A Segunda Seção deste Tribunal Superior, ao julgar o REsp nº 1.483.620/SC, submetido ao rito dos recursos repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil), consagrou o entendimento de que a incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso, não podendo retroagir à data da edição da Medida Provisória nº 340/2006, a qual fixou o montante indenizatório do seguro obrigatório em valores fixos. 2. O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a ADI nº 4.350/DF (DJe 3/12/2014), pontificou que não havia nenhuma omissão inconstitucional, sobretudo quanto à correção monetária, nas inovações trazidas pela MP nº 340/2006 na Lei nº 6.194/1974. 3. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, o exame de eventual ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ainda que para o fim de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal. 4. Agravo regimental não provido. (AgRg nos EDcl no REsp 1474445/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/10/2015, DJe 23/10/2015)

SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE. ACIDENTE OCORRIDO ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI 8.441/92, QUE ALTEROU A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 4, 5, 7 E 12 DA LEI 6.194/74. PAGAMENTO DE 50% DA INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO ACIDENTE. JUROS DE MORA A CONTAR DA CITAÇÃO. 1. Embora seja dever de todo magistrado velar a Constituição Federal, para que se evite supressão de competência do egr. STF, não se admite a apreciação, na via especial, de matéria constitucional. 2. O seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, é seguro com propósito eminentemente social, operando "como que uma estipulação em favor de terceiro". (SANTOS, Ricardo Bechara. Direito de Seguro no Novo Código Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 564) 3. "O aplicador da lei (notadamente o juiz na decisão dos casos de espécie) terá de se valer de toda uma técnica, no plano do desenvolvimento jurídico, ainda que transcendendo à lei (como observa Karl Larenz), porém mantendo-se 'nos limites das valorações fundamentais do ordenamento jurídico' sem penetrar no âmbito do 'arbítrio judicial'." (PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2007, v.1, pp. 187 e 188) 4. A jurisprudência prevalente nesta Corte aplica os princípios contidos na Lei 8.441/92, aos termos da Lei 6.194/74, sobretudo aos acidentes ocorridos sob a vigência deste diploma legal. 5. A interpretação literal do artigo 7º, § 1º, da Lei 6.194/74, alheia aos demais dispositivos que o mesmo Diploma legal alberga, bem como ao contexto histórico de sua criação e seu fim, conduz à inconcebível situação em que seguro com caráter inequivocamente social possa conceder a quem dele mais necessita apenas metade da indenização a que faz jus aquele que sabe a identificação do veículo envolvido e que, por conseguinte, pode mover ação em face do condutor e/ou do proprietário 6. No seguro obrigatório incide correção monetária desde o evento danoso e juros de mora a partir da citação. 7. Recurso especial parcialmente provido, apenas para reconhecer que os juros de mora devem incidir a partir da citação. (REsp 875.876/PR, Rel. Ministro LUIS FELIP).

Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.

No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).

O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.

Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos.

III - DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial por GILSON GOMES DE OLIVEIRA e, por consequência, CONDENO a parte ré SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA ao pagamento do valor de R$ 168,75 (cento e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos) ao autor, relativo a diferença não recebida na via administrativa, conforme demonstrado acima, corrigidos monetariamente desde a data do evento, e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, conforme entendimento dominante no STJ.

Considerando os Princípios da Causalidade e da Sucumbência, condeno a requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC. Em caso de não pagamento das custas processuais, proceda-se conforme o artigo 35 do Regimento de Custas do TJRO.

Por conseguinte, julgo extinto o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Expeça-se ofício de transferência do valor dos honorários periciais (ID 88191302), conforme dados bancários informados (ID 91821586). Recomende-se ao gerente de expediente da instituição depositária que a conta deverá ser encerrada no ato do levantamento.

Transitado em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

Publique-se. Intimem-se, e cumpra-se.

SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.

Ariquemes,14 de julho de 2023

Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes

Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ariquemes - 2ª Vara Cível

Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7008739-42.2023.8.22.0002

Classe: Procedimento Comum Cível

AUTOR: MARIA VIEIRA DOS SANTOS DA SILVA

ADVOGADO DO AUTOR: DANILO JOSE PRIVATTO MOFATTO, OAB nº RO6559

REU: SECON ASSESSORIA E ADMINISTRACAO DE SEGUROS LTDA, BANCO BRADESCO S.A.

ADVOGADOS DOS REU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, BRADESCO

DESPACHO
Vistos, etc.
1. Recebo a inicial ante a gratuidade concedida através do agravo de instrumento, ID 93268245.
2. A parte autora requereu a concessão de tutela de urgência para determinar a suspensão do contrato bem como dos descontos referentes ao documento mencionado na inicial, sustentando, em síntese, são prestações desconhecidas no valor de R$ 74,98 (setenta e quatro reais e noventa e oito centavos).
2.1 Para concessão da tutela de urgência, deve ser demonstrado pela parte a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, bem como a ausência de perigo de reversibilidade dos efeitos da decisão, conforme se depreende da leitura do art. 300, caput e §3º, do CPC.
2.2 A probabilidade do direito encontra-se presente, visto que a requerente alega que já solicitou por vezes o cancelamento do contrato. Por sua vez, o risco ao resultado útil encontra-se em evidência, pois novos descontos diminuirão sua capacidade econômica, visto que a requerente depende da aposentadoria para sobreviver.
2.3 Além disso, tal decisão é reversível, tendo em vista que no caso de improcedência, o requerido poderá realizar cobrança de todas as parcelas com os devidos juros e correções.
2.4 Assim, DEFIRO o pedido de tutela de urgência para determinar ao requerido que suspenda a exigibilidade do contrato apontado na inicial e se abstenham de descontar da aposentadoria da requerente parcelas referentes ao mencionado contrato, até o final da demanda sob pena do pagamento da multa diária no valor de R$ 100,00 até o limite de R$ 1.000,00.
2.5 Intimem-se os requeridos da decisão.
3. Cite-se a parte requerida dos termos da ação, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da audiência designada, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da realização da audiência de conciliação ora designada, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344, CPC).
4. Considerando que a transação entre as partes é a melhor forma de solução dos conflitos, DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO, a ser realizada por VIDEOCONFERÊNCA pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, via whatsapp ou hangouts meet, conforme pauta da CPE.
4.1 À CPE para designar a data de audiência.
4.2 Intime-se o requerido da audiência designada.
4.3. Intime-se a parte autora, na pessoa do seu patrono da audiência a ser designada.
5. Caso o requerido não possua interesse na realização da audiência de conciliação, deverá manifestá-lo com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º CPC), ficando de qualquer forma obrigado a comparecer à audiência caso não haja manifestação de anuência da parte autora na petição inicial (art. 334, §4º, inciso I, CPC).
5.1 Se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, a audiência de conciliação não se realizará, iniciando-se o prazo de defesa a contar da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu (art. 335, inciso II, CPC).
6. Apresentada defesa pelo réu, intime-se o autor para manifestar-se em réplica, em 15 (quinze) dias (art. 350, CPC), já especificando, no mesmo prazo, as provas que pretende produzir, justificando a necessidade. No mesmo ato, intime-se o réu para que especifique as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, em 05 dias.
7. Fica a parte autora intimada, na pessoa de seu advogado, que deverá informar, em 05 (cinco) dias, telefone com whatsapp e e-mail (autor e patrono), para que o CEJUSC faça o contato para a audiência por videoconferência.
8. A parte requerida deverá informar ao Oficial de Justiça no ato da citação/intimação o telefone com whatsapp e e-mail para que o CEJUSC faça o contato para realização da audiência. Caso a citação ocorra por carta, a parte deverá informar os referidos dados mediante peticionamento nos autos até 05 (cinco) dias antes da audiência.
9. As partes deverão comunicar o juízo, no prazo de até 05 (cinco) dias antes da audiência, mudança de telefone com whatsapp e e-mail.
10. As partes deverão instalar em seus dispositivos (celular, notebook ou desktop) o aplicativo whatsapp e hangout meet ou buscar orientação de como fazê-lo e acessá-lo assim que receberem a citação ou intimação.
11. Se quaisquer das partes enfrentar algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou telefone (69 9336-0702) até antes de seu início.
12. As partes deverão estar com telefone disponível durante o horário da audiência para atender as ligações do Poder Judiciário e acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados.
13. As partes deverão portar seus documentos de identificação válidos e de seus dados bancários por ocasião da audiência para fins de verificação, bem como para remessa de fotos dos respectivos documentos, caso necessário.
14. As partes poderão, no prazo de 24 horas, contados da realização da audiência, manifestar acerca de fatos envolvendo sua ocorrência, caso queiram.
15. Caso reste infrutífera a conciliação, vindo a contestação, na hipótese de defesa preliminar e/ou juntada de documentos com a resposta, intime-se a parte autora para se manifestar em réplica ou impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias.
16. Caso o requerido apresente reconvenção, intime-se o requerente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias.
17. Em seguida, intimem-se as partes para especificarem as provas que pretender produzir, justificando sua necessidade no prazo de 05 (cinco) dias.
18. Expeça-se o necessário.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes,14 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo n.: 7010903-77.2023.8.22.0002
Classe: Carta Precatória Cível
Valor da Causa:R$ 92.243,60
Última distribuição:14/07/2023
Autor: J. D. D. D. 1. V. C. D. C. D. P. V., AV. DANIEL COMBONI 38, J C DUTRA ME - PADARIA E CONFEITARIA VALLE SUL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419
Réu: J. D. D. D. C. D. A. -. R., 76870-970 1269, AVENIDA TANCREDO NEVES 1620 SETOR INSTITUCIONAL - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Vistos.
Intime-se a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas devidas.
Decorrido o prazo sem a comprovação do pagamento das custas, devolva-se, independente de cumprimento.
Comprovado o recolhimento das custas, cumpra-se a presente, servindo a segunda via de mandado.
Após, cumprido o ato, devolva-se à origem com nossos cumprimentos.
Tendo em vista o caráter itinerante das Cartas Precatórias, caso o Sr. Oficial de Justiça certifique que a pessoa a ser citada/intimada tenha mudado de endereço e indique o atual, fica, desde já, determinado, independentemente de nova deliberação, a remessa da presente carta ao juízo da comarca a que se referir o novo endereço, com as baixas e anotações necessárias.
Nesse caso, deverá a CPE, ainda, comunicar o juízo deprecante acerca da remessa.
Outrossim, determino, desde já, a devolução da carta precatória à origem, caso o oficial de justiça certifique que não localizou a pessoa em questão e não decline novo endereço.
Oportunamente, promova, a CPE, as baixas de estilo junto ao sistema.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7006121-27.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI
ADVOGADO DO AUTOR: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586
REU: DANIEL GOLDWIN HENRIQUE FARIAS 04391775298
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Defiro a dilação de prazo pretendida pelo autor (ID 93230160) contados da data da petição;
Decorrido tal prazo, fica desde já a parte exequente intimada para se manifestar, sob pena de suspensão.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Ariquemes,14 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7007319-36.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTORES: SOLANGE DA SILVA LINHARES, SILVIA SILVA LINHARES, SIRLANE DA SILVA LINHARES DE FIGUEREDO, SIMONE DA SILVA LINHARES, SILVANA LINHARES SILVA
ADVOGADO DOS AUTORES: LUIZ EDUARDO FOGACA, OAB nº RO876
REU: FRANCISCO CUNHA LINHARES
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA

Vistos.
I. RELATÓRIO
SOLANGE DA SILVA LINHARES, ajuizou pedido de abertura de inventário e partilha dos bens deixados por FRANCISCO CUNHA LINHARES, falecido em 07/12/2021. Narrou que o de cujus não deixou viúva meeira.
Na ocasião da inicial pugnou pela sua nomeação como inventariante. Juntou documentos e as custas iniciais pagas.
Despacho inicial de ID 78860151 declarando aberto o inventário, deferindo e nomeando a autora como inventariante.
As primeiras declarações foram apresentadas ao ID 81928617, trazendo a qualificação dos 05 (cinco) herdeiros, a descrição do patrimônio a ser partilhado e os respectivos documentos.
Ainda, trouxe ao feito a certidão negativa municipal e a certidão negativa do imóvel objeto de partilha (ID 82490213).
Determinou-se a citação dos terceiros interessados e comprovação de pagamento de ITCMD (ID 84211824).
Edital de citação dos possíveis herdeiros e terceiros interessados (ID 85265085).
A inventariante pugnou por prazo para apresentação das últimas declarações, formal de partilha e ITCMD (ID 89573482).
Deferiu-se a dilação de prazo (ID 90264260).
A inventariante apresentou as últimas declarações/formal de partilha e comprovação de lançamento e pagamento de ITCMD (ID 91012798 e ID 91012799).
É o relatório necessário. DECIDO.
II. FUNDAMENTAÇÃO
O inventário foi processado neste juízo em conformidade com o legalmente exigido, tendo sido confeccionado o esboço de partilha dos bens deixados pelo autor da herança.
Os autos estão guarnecidos da certidão de óbito do falecido, documentos de identificação dos herdeiros, as certidões negativas de tributos, bem como demais documentos correspondentes ao bem que integra o espólio, bem como o pagamento do ITCMD.
O bem arrolado foi devidamente partilhado de acordo com os quinhões de cada herdeiro (ID 91012798).
Desse modo inexiste óbice à homologação da partilha, tendo em vista que a pretensão formulada resguarda direito disponível dos herdeiros.
III. DISPOSITIVO
Pelo exposto, nos termos do art. 654 do CPC, JULGO POR SENTENÇA para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o plano de partilha (ID 91012798) juntado nestes autos de inventário, no tocante aos bens deixados por FRANCISCO CUNHA LINHARES.
Em consequência, atribuo aos herdeiros os respectivos quinhões, salvo erro ou omissão e direitos de terceiro e/ou da Fazenda Pública.
Em consequência, julgo extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Intime-se a inventariante para pagamento das custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias.
Expeça-se o Formal de Partilha, mediante o pagamento das custas processuais pendentes.
Observo que o julgamento da partilha não implica em regularização automática da propriedade sobre bens imóveis que tenham pendências administrativas e tampouco eximem os interessados de cumprirem exigências cartorárias, incluindo o pagamento de taxas e emolumentos.
Com o trânsito em julgado, intimem-se as Fazendas desta sentença, nos termos do art. 659, § 2º, do Código de Processo Civil.
P.R.I. Transitada em julgado, resolvidas as custas, expeça-se formal de partilha, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os presentes autos.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Ariquemes,14 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7015545-30.2022.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: PAULO ARGEMIRO DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: DANIELLI VITORIA SABADINI - RO10128, JOSE CARLOS SABADINI JUNIOR - RO8698
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7003624-40.2023.8.22.0002
Classe: Monitória
AUTOR: FERNANDO FARIA MONTRESOL
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCIO APARECIDO MIGUEL, OAB nº RO4961, THIAGO DE PAULA MIGUEL, OAB nº RO10745
REU: ELIAS MARTINS MACHADO
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA

Vistos,

I - Relatório

Cuida-se de Ação Monitória proposta por FERNANDO FARIA MONTRESOL em face de ELIAS MARTINS MACHADO, ambos qualificados nos autos.

Alega a parte autora que celebrou contrato verbal com o requerido em 02/08/2022, referente a venda de um veículo automotor, modelo fiat palio fire attractive 1.0, OXL, Renavam: 01073125960, no valor total de R$ 44.000,00 (quarenta e quatro) mil reais. Relata que da quantia acordada, o requerido apenas honrou com R$ 39.798,00 (trinta e nove mil, setecentos e noventa e oito mil reais), restando um saldo devedor de R$ 4.202,00 (quatro mil, duzentos e dois reais). Portanto, com a inadimplência do valor remanescente, ajuizou a presente ação. Juntou recibo do veículo e conversas no aplicativo whatssap.

A inicial foi recebida, determinando a citação do requerido, ID 88160344.

O requerido foi citado, mas não se manifestou, ID 9013509.

Em ID 93106538 o autor requereu o julgamento da lide.

Os autos vieram conclusos.

É o breve relatório necessário. Decido.

II - Fundamentação

Cuida-se de Ação Monitória proposta por FERNANDO FARIA MONTRESOL em face de ELIAS MARTINS MACHADO, ambos qualificados nos autos.

a) Do Julgamento Antecipado

Cabível o julgamento antecipado da lide no estado em que se encontra, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, porquanto o arcabouço probatório carreado aos autos é suficiente ao pronto deslinde da causa, e despicienda qualquer produção de prova oral ou pericial. Sobreleva destacar que o Juiz é o destinatário das provas.

E, dos elementos amealhados até este momento, reputo que a causa está suficientemente madura à prolação de sentença, sem que isso represente afronta ao direito das partes, de tal sorte que é um poder-dever do Magistrado proceder ao julgamento quando assim entender, e não uma faculdade (EDcl no AgRg no AREsp 431.164/RJ, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, j. 08/05/2014).

Registre-se, ainda, que a parte autora intimada para especificar as provas que pretendia produzir requereu o julgamento da lide.

Outrossim, passo portanto análise do mérito.

b) Do Mérito

De acordo com o disposto no Código Processo Civil, a ação monitória somente é cabível com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz:

Art. 700. A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz:

I - o pagamento de quantia em dinheiro;

II - a entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel;

III - o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer.

Na hipótese, verifica-se claramente pela improcedência da ação, uma vez que os documentos apresentados pelo autor, tanto o recibo como as conversas de aplicativo (ID 88149339/88149340) não se prestam para embasar uma ação monitória, eis que esta depende de prova hábil que demonstre a existência da obrigação, devendo o documento ser escrito e suficiente para, efetivamente, influir na convicção do magistrado acerca do direito alegado.

O processo monitório somente pode ser manejado quando a parte dispuser de documento hábil capaz de demonstrar a existência do crédito buscado, qual seja, prova escrita sem eficácia de título executivo.

Ademais, o autor intimado para dar andamento no feito e/ou se manifestar, pleiteou a prolação da sentença, ID 93106538; deixando de juntar aos autos prova documental sem eficácia de título executivo; frise-se que conversa por meio de aplicativo de whatsApp e recibo de veículo não se presta para demonstar existência de crédito, pode até ser um princípio de prova.

Neste diapasão, é a jurisprudência:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. CONVERSAS VIA APLICATIVO WHATSAPP. DOCUMENTOS INSUFICIENTES PARA COMPROVAR A CERTEZA DA DÍVIDA COBRADA. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. - As conversas entre as partes extraídas do aplicativo Whatsapp, desacompanhadas de outros documentos, são insuficientes para comprovar o valor exato da dívida cobrada, o que torna incabível o manejo do procedimento injuncional. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.20.497190-7/001, Relator(a): Des.(a) José Marcos Vieira , 16ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 13/10/2021, publicação da súmula em 14/10/2021).

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO MONITÓRIA - PRELIMINAR EM CONTRARRAZÕES - PEDIDO DE CONCESSÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA - PESSOA JURÍDICA - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA INCAPACIDADE FINANCEIRA - DOCUMENTOS JUNTADOS COM A IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO - POSSIBILIDADE - DOCUMENTOS QUE EMBASAM A AÇÃO - INSUFICIENTES PARA COMPROVAR A ORIGEM DA OBRIGAÇÃO. I - Os benefícios da gratuidade de justiça são assegurados pelo artigo 98 do Código de Processo Civil/2015. II - O reconhecimento do direito aos benefícios da justiça gratuita para a pessoa jurídica depende da demonstração de incapacidade financeira (Súmula 481 do Superior Tribunal de Justiça). III - Não comprovada a incapacidade financeira, os benefícios da gratuidade judicial devem ser indeferidos. IV - É permitido à parte autora juntar documentos à impugnação à contestação, com o objetivo de contrapor as provas apresentadas em sede de defesa, nos termos do artigo 435, do CPC/15. V - Conforme art. 700 do CPC, a ação monitória pode ser proposta por aquele que com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, afirmar ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento de quantia em dinheiro, entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel e o adimplemento de obrigação de fazer ou não fazer. VI - Nos termos do art. 373, inciso I, do CPC/15, “o ônus da prova incumbe [...] ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito”. VII - Ausente comprovação da liquidez, certeza e exigibilidade de obrigação, deve a ação monitória ser julgada improcedente. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.21.116784-6/002, Relator(a): Des.(a) Fabiano Rubinger de Queiroz , 10ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 28/02/2023, publicação da súmula em 03/03/2023)

EMENTA: MONITÓRIA - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS - PRESCRIÇÃO. A ação monitória deve ser julgada improcedente quando o autor não se desincumbir do ônus de apresentar prova escrita do seu direito de exigir do devedor o pagamento de quantia em dinheiro. V.V. Nos termos do art. 206, §5º, do Código Civil, prescreve em 5 anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular. A ação monitória, à inteligência do art. 700 do Código de Processo Civil, compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel ou, ainda, o adimplemento de obrigação de fazer ou não fazer. Sendo as provas dos autos insuficientes para comprovar o direito de demandar o alegado crédito, deve ser julgado improcedente o pedido. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.19.074246-0/001, Relator(a): Des.(a) Evangelina Castilho Duarte , 14ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 23/01/2020, publicação da súmula em 04/02/2020).

Dessa forma, por ausência de comprovação do direito invocado, a improcedência é medida que se impõe.

III - Dispositivo

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e por consequência julgo extinto o feito, com resolução de mérito, com base no art. 487, inciso I, do CPC.

Condeno o autor ao pagamento das custas processuais, nos termos do art. 12, da Lei Estadual n. 3.896/2016 c/c §1°, do art. 2°, do Provimento Conjunto n. 002/2017 – PR-CG.

Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.

Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Novo Código de Processo Civil.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo “a quo” (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.

Certificado o respectivo trânsito em julgado, sem manifestação pelo prosseguimento nos termos do §8º, do artigo 702, do CPC, arquivem-se mediante as cautelas de praxe.

SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.

Ariquemes,14 de julho de 2023

Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes

Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ariquemes - 2ª Vara Cível

Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo n.: 7016784-06.2021.8.22.0002

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Valor da Causa:R$ 58.049,94

Última distribuição:03/11/2021

Autor: N. DE OLIVEIRA - ME, CNPJ nº 14286485000136, AVENIDA CAPITÃO SÍLVIO 2041-A, - DE 5363 AO FIM - LADO ÍMPAR LOTEAMENTO RENASCER - 76873-027 - ARIQUEMES - RONDÔNIA

Advogado do(a) AUTOR: MAYRA MIRANDA GROMANN, OAB nº RO8675, LEONARDO HENRIQUE BERKEMBROCK, OAB nº RO4641, YASMINE PIVOTTI ARNEIRO, OAB nº RO9499

Réu: OZIAS DA SILVA RODRIGUES, CPF nº 97142042249, GLEBA 03, LOTE 29, FLOR DO CANDEIAS LINHA 64 - 76860-000 - CANDEIAS DO JAMARI - RONDÔNIA

Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO

Vistos,

Defiro o pedido retro, para verificar a existência de semoventes em nome do executado. Custas devidamente recolhidas.

DETERMINO a expedição de Ofício a ser encaminhado ao Diretor/responsável pelo IDARON, requisitando a busca em seus sistemas sobre eventuais semoventes cadastrados em nome do Executado OZIAS DA SILVA RODRIGUES - CPF: 971.420.422-49.

Sendo frutífera a diligência, AUTORIZO e DETERMINO ao órgão, de imediato, a INDISPONIBILIDADE do total das reses até que o Oficial de Justiça, em diligência, proceda à penhora de quantidade de animais suficiente para a satisfação do débito. A quantidade remanescente de reses antes não disponibilizadas, somente então está liberada para livre disponibilidade.

SIRVA A CÓPIA DA DECISÃO COMO MANDADO DE PENHORA e AVALIAÇÃO das reses, em quantidade suficiente para a satisfação do débito, devendo atentar-se aos seguintes parâmetros: valor do arroba atual no mercado local, de acordo com a tabela de preços daquele Órgão, bem assim a natureza dos bovinos - escolha por machos, fêmeas, garrotes ou bezerros conforme gênero de melhor liquidez no mercado, atualmente.

Sendo infrutífera a diligência, intime-se a parte autora para requerer o que entender de direito no prazo de 5 dias.

Pratique-se o necessário.

SIRVA O PRESENTE DE OFÍCIO:

SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/ PENHORA E AVALIAÇÃO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA

Ariquemes, 14 de julho de 2023

Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7005861-81.2022.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MAYRA MIRANDA GROMANN, OAB nº RO8675, LEONARDO HENRIQUE BERKEMBROCK, OAB nº RO4641, YASMINE PIVOTTI ARNEIRO, OAB nº RO9499, PROCURADORIA DA SICOOB AMAZÔNIA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA
EXECUTADO: MARIA JOSE DA CRUZ 77289382234
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Defiro a dilação de prazo pretendida pelo autor (ID 93236942) - 30 dias, contados da data da petição, para tentativa de conciliação.
Decorrido tal prazo, fica desde já a parte exequente intimada para se manifestar, sob pena de suspensão.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Ariquemes,14 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7005444-36.2019.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: MARCELO RODRIGUES DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: BELMIRO ROGERIO DUARTE BERMUDES NETO, OAB nº RO5890
REU: WALDINEY MATHEUS DA SILVA, MANOEL MESSIAS DOS SANTOS SILVA, LEANE ELIETE GRIEHL
ADVOGADO DOS REU: FERNANDO MARTINS GONCALVES, OAB nº RO834
SENTENÇA
Vistos.
I - RELATÓRIO
Cuida-se de Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais proposta por MARCELO RODRIGUES DE SOUZA em face de LEANE ELIETE GRIEHL, WALDINEY MATHEUS DA SILVA e MANOEL MESSIAS DOS SANTOS SILVA, partes qualificadas nos autos.
Narra o autor que foi vítima de fraude em um esquema de estelionato, que envolvia advogados, servidores do INSS e um acadêmico de direito, onde utilizaram se nome e dados pessoais para fraudar a Previdência Social, causando-lhe transtornos de ordem material e moral. Alega que seu nome é homônimo de de uma pessoa que também se chamava Marcelo Rodrigues de Souza, falecida em 2005 e, em razão disso teve seu nome envolvido no esquema de fraude à Previdência Social, onde a suposta companheira do falecido, Romilda Santos de Jesus, requereu o benefício de Pensão por morte, sendo todo o procedimento concessório realizado pelos requeridos Leane Eliete Griehl e Manoel Messias dos Santos Silva, alegando que a requerente Romilda, sequer compareceu ao INSS.
Por fim, alegou que restou comprovada a existência de fraude mediante processo administrativo instaurado pela autarquia, cessando o benefício e encaminhando o caso às autoridades competentes, sendo que mediante à esta fraude, resultou-lhe em prejuízo financeiro de mais de 100.000,00 (cem mil) reais, envolvendo nome do autor. Requer a procedência da ação com a condenação dos requeridos no que tange à dano moral no importe de R$ 154.624,02 (cento e cinquenta e quatro mil, seiscentos e vinte e quatro reais e dois centavos). Juntou documentos.
Despacho inicial deferiu a gratuidade bem como designou-se audiência de conciliação, ID 26863270.
Audiência de conciliação restou infrutífera, ID 28499123.
Os requeridos Leane Eliete Griehl e Waldiney Matheus da Silva informaram a interposição de agravo de instrumento quanto à gratuidade concedida, ID 28569844.
O requerido Manoel Messias não foi localizado, tendo o autor requerido sua citação por hora certa ID 28854430.
Em ID 29005851 o requerido, Leane Eliete Griehl apresentou contestação, arguiu preliminarmente pela ilegitimidade da parte passiva; impugnou a justiça gratuita concedida, no mérito postulou pela improcedência da ação com aplicação de multa em 20% sobre o valor da causa, tendo em vista a fraude processual aplicada quanto a hipossuficiência alegada. Juntou documentos.
Em ID 29005864 o requerido, Waldiney Matheus da Silva apresentou contestação, arguiu em preliminar a ilegitimidade passiva e impugnou a gratuidade concedida. No mérito requereu a improcedência da ação e a aplicação da litigância de má-fé ao autor. Juntou documentos.
A requerida, Leane Eliete Griehl propôs reconvenção requerendo a condenação do reconvindo em danos morais no importe de R$10.000,00 (dez) mil reais, sob os fatos inverídicos e ofendidos contidos na inicial em seu desfavor, ID 29074765.
Decisão do agravo de instrumento não conhecido ao ID 32486007.
O requerido Manoel Messias dos Santos Silva foi citado por edital, ID 63613304.
O autor em ID 67473050 requereu a decretação de revelia ao requerido Messias, sendo indeferido ao ID 78070116, sendo nomeado curador especial para apresentação de defesa.
O curador especial apresentou defesa em face de Manoel Messias dos Santos Silva, ID 78721809, requerendo a suspensão dos efeitos da citação por edital.

Decisão de ID 81979422 indeferiu o pedido de nulidade de citação por via editalicia.
Houve réplicas aos ID's 83106098/83108751 e 83106100.
Em ID 83108753 o autor contestou a reconvenção apresentada.
Houve impugnação a contestação do reconvindo, ID 83494725.
As partes foram intimadas para produção de novas provas, onde os requeridos, Leane Eliete Griehl e Waldiney Matheus da Silva requereu a expedição de ofício para o INSS para responder alguns questionamentos (ID 83888807) e o autor requereu a produção de prova testemunhal, ID 84011420.
Decisão saneadora ao ID 86606457 decidiu acerca das preliminares, fixou os pontos controvertidos bem como designou-se audiência de instrução.
Audiência de instrução realizada ao ID 89362935.
Alegações finais apresentadas aos ID's 89688566, 89811678, 89813000 e 90046036.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório necessário. Decido.
II - FUNDAMENTAÇÃO
Cuida-se de Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais proposta por MARCELO RODRIGUES DE SOUZA em face de LEANE ELIETE GRIEHL, WALDINEY MATHEUS DA SILVA e MANOEL MESSIAS DOS SANTOS SILVA, partes qualificadas nos autos.
a) Das Preliminares
Tendo em vista que as preliminares foram analisadas na decisão saneadora (ID 86606457), não havendo recurso da decisão, considero precluso o direito de recorrer e portanto, passo análise do mérito.
b) Da Reconvenção
Antes de adentrar ao mérito da ação, analiso a reconvenção pleiteada.
Os reconvintes alegaram prejuízo moral em decorrência dos fatos inverídicos e ofensivos contidos na inicial.
Pois bem. A indenização por dano moral é permitida no art. 5º, X da CF e nos arts. 186 e 927 do CC, e é configurada quando se viola a dignidade, a personalidade, abrangendo a imagem, o bom nome, a reputação, sentimentos, relações afetivas, as aspirações, hábitos, gostos e direitos autorais.
Todavia, apenas deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento, humilhação, que fujam a normalidade, que interfira intensamente no comportamento psicológico, causando aflição, angústia, desequilíbrio do bem-estar, circunstâncias que não foram evidenciadas no caso em apreço.
Logo, o ajuizamento de uma ação em face de alguém, não sendo revestido de má-fé, não configura por si só o abuso de direito capaz de ensejar reparação por dano moral, posto se tratar de direito de acesso à jurisdição previsto constitucionalmente.
Ademais, os fatos narrados pelos requeridos/reconvintes, por si só, não revelam suficientemente base para justificar a afirmação de verdadeira ocorrência de sofrimento da alma, de humilhação, evidenciando que se sujeitou a uma inegável situação de transtorno, porém sem gravidade suficientemente para se reputar configurado de agravo a direitos de personalidade.
Por fim, não podem ser considerados ofensivos os termos defensivos utilizados na petição inicial, desde que não se vislumbrem excessos ou deliberado ânimo de agredir a parte adversária, sobremodo quando os argumentos buscam refletir a suposta realidade dos acontecimentos e tenham o intuito de demonstrar os fatos que amparam as pretensões da parte. Aliás, as ofensas irrogadas na petição inicial são de responsabilidade do causídico e não devem ser atribuídas à parte que o contratou.
Nesse sentido, vejamos julgados:
ACÓRDÃO EMENTA. APELAÇÃO CÍVEL. RECONVENÇÃO. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DANO. CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1. - O ajuizamento de demanda em face de alguém, desde que não revestido de má-fé, não configura por si só abuso de direito capaz de ensejar reparação por dano moral, posto se tratar do direito de acesso à jurisdição previsto constitucionalmente. 2. - No que tange às notificações extrajudiciais e multas administrativas aplicadas pelo condomínio a ele, o próprio apelante aduziu em sede de contestação e do recurso de apelação que os problemas atinentes ao exaustor e às mesas e cadeiras em áreas comuns do condomínio de fato existiram e já haviam sido sanados, o que denota que as referidas notificações e penalidades tiveram embasamento fático, inexistindo prova em sentido diverso, conclusão que se reforça pela ausência de pleito desconstitutivo dos referidos atos. 3. - Não se verifica a ocorrência de situação vexatória capaz de repercutir negativamente na esfera da personalidade do apelante, situando-se os fatos narrados na lide secundária no âmbito do exercício regular de direito e na esfera do mero dissabor a que todos estão sujeitos na vida em sociedade, sendo inviável o reconhecimento de configuração de dano moral. 4. - Recurso desprovido. (TJ-ES - AC: 00136490520168080024, Relator: DAIR JOSÉ BREGUNCE DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 06/07/2021, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 28/07/2021)
CIVIL DANOS MORAIS OFENSA EM JUÍZO ABUSO DELINGUAGEM ADVOGADO AFIRMAÇÕES DEFENSIVAS DOSUPOSTO DIREITO DE SEUS CLIENTES ANIMUS DIFAMANDI OUINJURIANDI INOCORRÊNCIA Não podem ser considerados ofensivos os termos defensivos utilizados na petição inicial, desde que não se vislumbrem excessos ou deliberado ânimo de agredir a parte adversária, sobremodo quando os argumentos buscam refletir a suposta realidade dos acontecimentos e tenham o intuito de demonstrar os fatos que amparam as pretensões da parte (TJSC, AC0300722-75.2016.8.24.0027, Quinta Câmara de Direito Civil Relator: Luiz Cézar Medeiros, j. 23/10/2018)
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOSMORAIS. DANO MORAL NÃO EVIDENCIADO. OFENSAS IRROGADAS EM JUÍZO. RESPONSABILIDADE DO PATRONO.ILEGITIMIDADE PASSIVA DOS RÉUS. OFENSA À HONRA. NÃOCOMPROVADA. PRELIMINAR DE NULIDADE POR CERCEAMENTODE DEFESA. REJEITADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS COM RAZOABILIDADE. APELO IMPROVIDO. Ofensas irrogadas em juízo são de responsabilidade do patrono, cujo possui imunidade profissional, no entanto, imunidade esta que não é absoluta, devendo o mesmo responder pelos eventuais excessos cometidos, não se justificando a manutenção da lide em desfavor dos apelados, pois estes não possuem legitimidade passiva. 3. Preliminar de ilegitimidade passiva que se rejeita, pois o número de testemunhas arroladas não poderá ser superiora 10 (dez), limitados a 3 (três) para cada fato. Sendo assim, já ouvidas 3(três) das testemunhas arroladas, não há cerceamento de defesa quando o magistrado indefere a oitiva das testemunhas que excederam a limitação legal. Exegese do art. 357, V, § 6º, do CPC/2015 (mesmo sentido do art. 407, par. único do CPC/1973). 4. Honorários fixados com razoabilidade, levando-se em conta a natureza e importância da causa, o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, bem como o trabalho realizado e o tempo que lhe foi exigido. 5. Preliminar de nulidade rejeitada. Apelo improvido. Sentença mantida em todos os termos. (TJBA, Classe: Apelação, Número do Processo: 0000185-46.2009.8.05.0151, Relator (a): Maurício Kertzman Szporer, Segunda Câmara Cível, Publicado em: 18/12/2018)

Portanto, descabido o pedido reconvencional proposto pelos requeridos, porquanto não configurado o dano moral, já que as ofensas irrogadas na petição inicial são de responsabilidade do patrono.

c) Do Mérito

c.1) Do Dano Moral

Antes de adentrar especificamente no mérito da ação, importante elencar algumas considerações acerca da responsabilidade civil.

O art. 186 do Código Civil dispõe que "aquele que, por ação ou omissão, voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito". O art. 927, de seu turno, estabelece que "aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo".

Da conjugação de tais dispositivos extrai-se a base para a fixação da responsabilidade civil subjetiva (tradicionalmente apontada como a regra no ordenamento jurídico brasileiro, a despeito da maioria dos casos práticos versarem sobre responsabilidade objetiva).

Com efeito, há se reconhecer a responsabilidade civil quando presentes os elementos: [a] da ação ou omissão voluntária; [b] da negligência, imprudência ou imperícia (culpa); [c] dos danos sofridos pela vítima; e [d] do nexo de causalidade entre estes e aquela.

Noutro vértice, o parágrafo único do art. 927 dispõe que "haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem".

Maria Helena Diniz (1998, p.33) conceitua que a responsabilidade é "o fato de alguém ter se constituído garantidor de algo". A mesma autora melhora seu conceito ao dizer que a responsabilidade civil é:

"a aplicação de medidas que obriguem alguém a reparar dano moral ou patrimonial causado a terceiros em razão de ato próprio imputado, de pessoa por quem ele responde, ou de fato de coisa ou animal sob sua guarda (responsabilidade subjetiva) ou, ainda, de simples imposição legal (responsabilidade objetiva)". (DINIZ, 1998, P. 34) ".

Nessa mesma linha de raciocínio, Silvio de Salvo Venosa (2003, p. 12) expõe seu ponto de vista e diz que a

"responsabilidade civil, em sentido amplo, encerra a noção de virtude da qual se atribui a um sujeito o dever de assumir as consequências de um evento ou de uma ação".

Com a exposição desses conceitos conseguimos perceber que a responsabilidade civil se baseia na ideia de reposição, de equivalência a uma contra prestação, ou a própria ligação entre o ato praticado a outrem e sua reparabilidade. A reparação ocorre para restabelecer o equilíbrio entre as relações sociais, quando um bem é afetado diante de um ato lesionador.

No caso em tela, o autor alega ter sofrido dano moral sob os argumentos de que os requeridos obtiveram acesso aos seus documentos, requerendo o benefício de pensão por morte em seu nome, quiçá, em nome de um Marcelo Rodrigues de Souza já falecido, restando incontroversa a comprovação de fraude praticada pelos requeridos, que mediante um esquema organizado para lesar os cofres públicos, envolveram o autor à prática de um crime, tendo seu nome e identificações civis diretamente relacionadas ao ilícito consumado por aquele grupo, podendo vir à perder seu emprego.

Apesar de ser uma falha indesejável no tratamento de informações pessoais, houve um "vazamento" de dados internamente, e mesmo que fosse de forma pública, o vazamento de dados não tem a capacidade, por si só, de gerar dano moral indenizável. Assim, em eventual pedido de indenização, é necessário que o titular dos dados comprove o efetivo prejuízo gerado pela exposição dessas informações, o que não restou comprovado no presente feito.

Ademais, o argumento de que o autor poderia perder seu emprego, não restou comprovado, uma vez que a situação restou resolvida logo internamente entre as partes, não ensejando nenhum dano sofrido.

Sobre o assunto, no que tange à um erro ocorrido por utilizar-se do nome por homônimo, vejamos julgado:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - AJUIZAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL VISANDO COBRANÇA DE DÍVIDA DE TERCEIRA PESSOA, HOMÔNIMO DO AUTOR - EXECUÇÃO SUSPENSA EM RAZÃO DA DESCOBERTA DO EQUÍVOCO - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ABALO MORAL ALEGADO - PEDIDO IMPROCEDENTE - SENTENÇA CONFIRMADA - RECURSO DESPROVIDO. - Os requisitos essenciais para que se tenha responsabilidade civil, com consequente obrigação de indenizar, são: o ato ilícito do agente, o dano e o nexo de causalidade entre ambos, observado os art. 186 e 927 do Código Civil de 2002. Se o autor não logra êxito em comprovar fato constitutivo de seu direito, consoante art. 373, I do CPC, não demonstrando que o ajuizamento de execução fiscal em seu desfavor lhe gerou prejuízos de ordem moral, não há que se falar em dever de indenizar. - Se todas as ações que fossem julgadas improcedentes, fossem extintas ou, ainda, fossem suspensas por convenção das partes após constatado equívoco em seu ajuizamento, acarretassem danos morais para aquele que foi demandado o direito de acesso à justiça estaria severamente comprometido. Os danos morais não se configuram se houver mero aborrecimento, irritação ou sensibilidade excessiva. O fato de ter o autor figurado como réu em uma ação de execução proposta por equívoco não enseja, por si só, danos morais. (TJMG - Apelação Cível 1.0021.15.000908-8/001, Relator(a): Des.(a) Carlos Roberto de Faria , 8ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 13/07/2017, publicação da súmula em 07/08/2017).

Porquanto em que pese os aborrecimentos experimentados pelo autor, todo o suposto "esquema" e "fraude" ocorreu de forma interna, mediante processo administrativo instaurado pelo próprio INSS que nos próprios autos administrativos reconheceu o erro; inclusive o autor foi intimado para ser ouvido como testemunha nesse processo e não como acusado.

Logo, não são passíveis de se qualificarem como ofensa moral. A situação por óbvio, causou incômodo e insatisfação, mas não se pode falar em sofrimento psíquico, a ponto de ensejar a condenação dos requeridos ao pagamento de indenização por dano moral.

Nesse toar, ante a ausência de prova de dano moral, entendo que houve mero dissabor, ou mero descumprimento contratual, os quais insuficientes a ensejar indenização por danos morais, conforme já decidiu o STJ "mero aborrecimento, dissabor, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral".

O pedido inicial quanto ao dano moral, deve ser julgado improcedente, conforme fundamentação supra.

b.2) Do Dano Material

Alega o autor que com toda situação, lhe causou um prejuízo material no importe de R$ 15.000,00 (quinze) mil reais, uma vez que precisou contratar advogado para patrocinar suas defesas em âmbito administrativo.

Narrou que o serviço advocatício contratado para acompanha-lo perante o Instituto Nacional - INSS, para prestar informações, colheita de depoimento bem como cópia integral do processo, o causídico lhe cobrou o valor de R$ 5.000,00 (cinco) mil reais. Após, a ser constatado a fraude ocasionada, para ajuizamento da presente ação, foi lhe cobrado mais R$ 10.000,00 (dez) mil reais, totalizando o importe de R$ 15.000,00 (quinze) mil reais, à título de honorários.

Requer portanto o ressarcimento dos honorários advocatícios contratuais, tendo em vista a necessidade da contratação do causídico, diante toda situação fática.

Porquanto, o pedido deve ser rejeitado, explico.

Atribuir o pagamento da verba honorária contratual a parte diversa representa transferir a responsabilidade pelo adimplemento de obrigação assumida voluntariamente e negociada entre as partes contratantes, sendo oportuno registrar que, diante da considerável oferta de profissionais habilitados para defender os direitos das partes, com uma ampla variação de honorários cobrados, a escolha depende de uma relação de confiança que se estabelece entre os contratantes dos serviços advocatícios.

Desta forma, a contratação de profissional cujos honorários serão suportados pela parte adversa da ação compromete o equilíbrio e a proporcionalidade, representando sanção pecuniária adicional ao sucumbente, além dos honorários específicos previstos em lei e decorrentes do êxito da demanda. Nesse sentido é o entendimento do Egrégio TJ-RO e do STJ:

Apelação. Ação de obrigação de fazer. Horas extraordinárias. Adicional noturno. Não comprovação. Honorários advocatícios contratuais. Indevidos. Recurso não provido.É cabível a remuneração de horas-extras ao servidor público, quando devidamente comprovadas nos autos. A contratação de advogado para defesa judicial dos interesses da parte não enseja, por si só, dano material passível de indenização, porque inerente ao exercício regular dos direitos constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do acesso à Justiça. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7017993-78.2019.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Hiram Souza Marques, Data de julgamento: 29/04/2022.

Apelação cível. Ação de rescisão contratual e indenizatória. Inadimplemento do Comprador. Retorno das Partes ao Status quo ante. Devolução do Veículo. Depreciação do Bem. Dano moral. Pessoa jurídica. Não demonstrada violação à honra objetiva. Mero descumprimento contratual. Honorários advocatícios contratuais. Impossibilidade. Recurso provido em parte. Cabe ao perdedor da ação arcar com os honorários de advogado fixados pelo Juízo em decorrência da sucumbência (Código de Processo Civil, art. 85). Incabível pretender a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios decorrentes de contrato firmado pela parte contrária e seu procurador, em circunstâncias particulares totalmente alheias à vontade do condenado. A prova da ofensa à honra objetiva é necessária para a configuração do dano moral da pessoa jurídica, sem a qual os fatos representam apenas mero descumprimento contratual, não passível desse tipo de indenização. Rescindido o contrato, para se restabelecer o estado anterior das coisas, cabe, além de restituir o veículo entregue no negócio e a importância paga, o valor atinente à depreciação do veículo decorrente do tempo e uso. Recurso parcialmente provido. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7012120-68.2017.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. José Torres Ferreira, Data de julgamento: 20/05/2022.

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO PARTICULAR. DANO MATERIAL NÃO CONFIGURADO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. 1. Ação de indenização por danos materiais. 2."A contratação de advogados para defesa judicial de interesses da parte não enseja, por si só, dano material passível de indenização, porque inerente ao exercício regular dos direitos constitucionais de contraditório, ampla defesa e acesso à Justiça". Precedente da Corte Especial. 3. A ausência de decisão acerca dos temas invocados pelo recorrente em suas razões recursais, impede o conhecimento do recurso especial. 4. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido. (STJ - AgInt no AREsp: 1926808 SP 2021/0197891-0, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 06/12/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 16/12/2021)

Ação de cobrança. Preliminar. Deserção por insuficiência do preparo. Rejeitada. Agravo retido. Não conhecido. Ausência de pedido de reiteração nas razões. Seguro coletivo. Capital individual. Número de funcionários. Pagamento correto. Complementação indevida. Cestas básicas. Meses estabelecidos no contrato. Honorários contratuais. Impossibilidade. Nos termos da apólice do seguro coletivo contratado, o capital segurado individual deve ser obtido pela divisão do capital global pelo número de funcionários da estipulante. O pagamento de cestas básicas deve atender os termos contratuais estabelecido entre as partes no momento da assinatura do contrato de adesão. Partindo da premissa de que o prévio acertamento dos honorários é ato privativo a ser entabulado entre a parte e seu advogado, não pode tal obrigação ser transferida à parte contrária, que não participou do ato negocial. (Apelação nº 0006479-90.2014.822.0014, Relator do Des. Raduan Miguel Filho, julgada em16/05/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. RESSARCIMENTO. ARTS. 389, 395 E 404 DO CC. DESCABIMENTO. PRECEDENTES. IMPUGNAÇÃO. COLAÇÃO DE JULGADOS CONTEMPORÂNEOS OU SUPERVENIENTES. AUSÊNCIA. ART. 1.021, § 1º, DO CPC. SÚMULA N. 182/STJ. NÃO CONHECIMENTO. 1. A Segunda Seção do STJ já se pronunciou no sentido de ser incabível a condenação da parte sucumbente aos honorários contratuais despendidos pela vencedora. 2. Se "fundamentada a decisão agravada no sentido de que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ, deveria a recorrente demonstrar que outra é a positivação do direito na jurisprudência do STJ" (STJ, AgRg no REsp 1.374.369/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe de 26/6/2013). 3. Incidência do enunciado n. 182 da Súmula desta Corte face à ausência de impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada. 3. Agravo interno não conhecido. (AgInt no REsp 1653575 / SP AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL 2017/0029258-4. Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI. Julgado em 16/11/2017)

Não se podendo equiparar as despesas com honorários advocatícios livremente contratados a prejuízos passíveis de reparação, assim é que nos termos dos precedentes do Egrégio TJ-RO, entende-se por indevido o pedido de ressarcimento referente aos honorários advocatícios contratuais.

Logo, não restando demonstrado a existência de elementos que justifiquem o dever de indenizar, a improcedência dos pedidos iniciais é a media que se impõe.

Frise-se, que perante o INSS o autor fora ouvido como testemunha, não sendo imprescindível a presença de advogado, de igual forma para fotocopiar o processo; anote-se ainda, que o autor contratou advogado para ingressar com a presente ação e não em razão de estar sendo demandado e necessitar se defender em juízo.

Demais teses eventualmente suscitadas pelas partes ficam prejudicadas em razão dos fundamentos explicitados nesta sentença, os quais são suficientes à prestação jurisdicional. Nesse sentido, eis o trecho abaixo colacionado retirado de recentíssimo julgado do STJ:
"...1. Tendo a instância de origem se pronunciado de forma clara e precisa sobre as questões postas nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão, como no caso concreto, não há falar em omissão no acórdão estadual, não se devendo confundir fundamentação sucinta com ausência de fundamentação. 4. Agravo interno a que se nega provimento (...). (STJ; AgInt-REsp 1.488.052; Proc. 2014/0216751-4; RS; Rel. Min. Sérgio Kukina; DJE 25/06/2020)"
III - DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por MARCELO RODRIGUES DE SOUZA em face de LEANE ELIETE GRIEHL e outros. Por conseguinte, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Declaro improcedente o pedido de dano moral e material realizado pela parte autora. Em relação ao pedido da reconvenção, JULGO IMPROCEDENTE o pedido. Por conseguinte, resolvo o feito, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC.
Em razão da sucumbência do autor na ação principal CONDENO-O ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ressalvando a circunstância dos § § 2º e 3º do art. 98 do CPC, cuja exigibilidade da obrigação permanecerá sob efeito suspensivo por conta da concessão de gratuidade de justiça (art. 98, § 3º, CPC).
Em relação à reconvenção, condeno os requeridos no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído a reconvenção, ressalvando a circunstância dos § § 2º e 3º do art. 98 do CPC, que ora se defere.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado. Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, §2º, do Código de Processo Civil.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo legal.
Ciência a DPE que atuou como curador especial em favor de Manoel Messias dos Santos Silva.
Intimem-se as partes. Cumpra-se.
P. R. I. Não havendo recurso, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Ariquemes,14 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7004075-65.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: EDVALDO DIAS GOMES
ADVOGADO DO AUTOR: GISLENE TREVIZAN, OAB nº RO7032
REU: E. R. -. D. D. E. S.
ADVOGADOS DO REU: MICAELLA CAMPOS GONCALVES DE MORAIS, OAB nº PB23978, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664
SENTENÇA
Vistos.
I - RELATÓRIO
EDVALDO DIAS GOMES ingressou com a presente Ação de Obrigação de Fazer c/c Restituição de Valores em desfavor de ENERGISA S/A objetivando a formalização da incorporação da rede elétrica e a restituição de R$22.641,29 (vinte e dois mil, seiscentos e quarenta e um reais e vinte e nove centavos), relativos a construção de subestação de energia elétrica rural.
Segundo consta na inicial, em junho de 2021, o autor custeou a construção de uma rede elétrica de 10KVA de potência para atender sua propriedade rural, mediante prévia autorização da requerida, que aprovou o projeto submetido à sua apreciação. Consta ainda que após a construção, a concessionária não formalizou a incorporação, mas passou a usufruir da rede elétrica como se sua fosse, porém sem realizar o termo formal de incorporação e pagar indenização. Juntaram documentos.
Recebida a inicial e determinada a citação da parte requerida (Id. 89988899).
A requerida apresentou contestação no Id. 90388247, oportunidade em que requereu a improcedência dos pedidos iniciais sob o argumento de que não restou comprovado o direito à restituição de valores pagos. Juntou documentos.
A parte autora impugnou a contestação (Id. 91422423).
Instados a especificarem provas, a parte autora, requereu o julgamento antecipado da lide (Id. 91626348). A requerida, por sua vez, manifestou-se requerendo a produção de prova testemunhal (Id. 91945918).
Vieram os autos conclusos para sentença.
É o relatório. Fundamento e DECIDO.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Restituição de Valores relativa a uma rede elétrica construída em propriedade rural.

a) Do julgamento antecipado

O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento ou outras diligências para a produção de novas provas.

O sistema processual civil é orientado pelo princípio do convencimento motivado, permitindo ao magistrado formar a sua convicção com base em qualquer elemento de prova disponível nos autos. Para tanto, basta que indique os motivos que ensejaram o convencimento.

De acordo com esse entendimento segue a compreensão firmada pelo STJ consoante os trechos de arestos recentemente publicados e transcritos abaixo:

Nos termos do art. 370 do CPC/2015, cumpre ao magistrado, destinatário da prova, valorar a sua necessidade, conforme o princípio do livre convencimento motivado, deferindo ou indeferindo a produção de novo material probante que seja inútil ou desnecessário à solução da lide, seja ele testemunhal, pericial ou documental". (STJ; AgInt-REsp 1.834.420; Proc. 2019/0255530-0; SC; Primeira Turma; Rel. Min. Sérgio Kukina; Julg. 11/02/2020; DJE 18/02/2020).

(...) Não há cerceamento de defesa quando o julgador, ao constatar nos autos a existência de provas suficientes para o seu convencimento, indefere pedido de produção de prova. Cabe ao juiz decidir sobre os elementos necessários à formação de seu entendimento, pois, como destinatário da prova, é livre para determinar as provas necessárias ou indeferir as inúteis ou protelatórias (...). (STJ; AgInt-AREsp 1.153.667; Proc. 2017/0203666-9; SP; Quarta Turma; Rel. Min. Raul Araújo; Julg. 20/08/2019; DJE 09/09/2019).

A petição inicial preenche adequadamente os requisitos dos artigos 319 e 320, do Código de Processo Civil, e os documentos utilizados para instruí-la são suficientes para conhecer dos fatos narrados e o pedido realizado.

Os documentos coligidos neste feito são suficientes para embasar o convencimento deste juízo, em sintonia com os princípios da razoável duração do processo e da efetiva prestação jurisdicional, nos termos do art. 4º do CPC.

Assim, presentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válidos do processo, inexistindo demais questões preliminares a serem analisadas, procedo, doravante, ao exame do mérito.

b) Do mérito

O artigo 373 do Código de Processo Civil dispõe no inciso II que o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. No entanto, tratando-se de relação consumerista é pertinente a aplicação do art. 6°, VI e VIII do CDC o qual esclarece ser direito básico do consumidor a efetiva prevenção e reparação de danos morais a si causados, com facilitação da defesa de seus direitos, operando-se a inversão do ônus da prova em seu favor.

Embora se trate de relação de consumo, que autoriza a inversão do ônus probatório, deve a consumidora, ora parte autora, trazer aos autos elementos de prova que comportem minimamente o direito alegado, conforme previsto no art. 373, inciso I, do CPC.

O cerne da demanda reside em saber se os autores fazem jus à incorporação de rede elétrica e ao reembolso de valor despendido com a edificação de subestação de eletrificação rural.

Pois bem. Relativamente ao mérito, após detida análise, verifico que a ação deve ser julgada procedente. Explico.

b.1) Formalização da incorporação da subestação de eletrificação rural

No tocante à regulamentação da incorporação, a requerida alegou que esta é feita por Resolução da ANEEL, a qual estabelece as condições gerais para incorporação de redes elétricas particulares.

O Governo Federal por meio do Decreto 4.873/2003 instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, denominado "Luz para Todos", a fim de atender os consumidores que não possuem energia elétrica, entretanto, para o cumprimento da meta de universalização em cada localidade, deve-se observar o preenchimento dos requisitos previstos na Lei nº 10.438/02, para que o imóvel seja contemplado com a benesse.

Além disso, o Decreto nº 7.520/2011 prevê, em seu art. 1º, que o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS" destina-se à parcela da população do meio rural que não possua acesso a esse serviço público, ou seja, às famílias residentes na área rural que ainda não tenham acesso ao serviço público da energia elétrica, conforme art. 1º e § 1º:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", até o ano 2022, destinado a propiciar o atendimento com energia elétrica à parcela da população do meio rural que não possua acesso a esse serviço público. (Redação dada pelo Decreto nº 9.357, de 2018)

§ 1º São beneficiárias do Programa "LUZ PARA TODOS" as famílias residentes na área rural que ainda não tenham acesso ao serviço público da energia elétrica, com prioridade de atendimento (Redação dada pelo Decreto nº 9.357, de 2018).

Trata-se, portanto, de política pública de universalização do acesso ao fornecimento de energia elétrica, destinada às pessoas que já residem no meio rural e não são contempladas com o serviço.

A Resolução Normativa nº 1000/2021 da ANEEL estabelece, em seu art. 487 que as redes de energia elétrica implantadas pelos responsáveis pelos empreendimentos de múltiplas unidades consumidoras ou regularização fundiária devem ser incorporadas ao patrimônio da concessão ou permissão.

No caso em tela, os documentos apresentados evidenciam que a rede elétrica indicada na inicial só foi ativada após autorização da requerida. Nesse sentido, os documentos juntados com a inicial comprovam a construção da rede de energia elétrica na propriedade rural e a incorporação por parte da requerida.

Não restam dúvidas de que a requerida se beneficiou da estrutura construída para o fornecimento de energia elétrica. De outro lado, a requerida nada provou. Suas alegações vieram aos autos destituídas de provas, de modo que não há como acatar o alegado.

Neste passo, embora não se tenha demonstrado a data da efetiva apropriação da rede elétrica por parte da requerida, existem elementos nestes autos dando conta da incorporação, ainda que tácita, logo após a sua construção.

Seja como for, a requerida passou a gerir a rede elétrica construída como se sua fosse, sem contudo formalizar a incorporação.

Portanto, como na inicial os autores trouxeram elementos suficientes sobre a instalação, solicitação de aprovação de subestação e ligação de terminal, provando as circunstâncias básicas da sua pretensão ao convencimento deste juízo, a rede de energia elétrica construída e utilizada pela concessionária do serviço público deve ser incorporada ao patrimônio desta.

b.2) Pedido de restituição do valor pago para a construção da subestação de eletrificação rural
Reconhecido o direito à incorporação, passo a analisar o pedido de indenização por danos materiais.
Os gastos com a construção da subestação estão comprovados com a juntada das notas fiscais (Id's 88469681 e 88469683).
Desse modo, com base no princípio da inversão do ônus da prova e da proteção do consumidor, presumo acertado os valores apresentados.
No tocante à correção monetária dos valores despendidos, o termo a quo é o dia do efetivo desembolso, conforme previsto na Súmula 43 do STJ, e segundo o índice previsto pelo TJRO.
III - DISPOSITIVO
Pelo exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados por EDVALDO DIAS GOMES em desfavor de ENERGISA S/A e por esta razão, CONDENO a requerida:
1. A formalizar a incorporação, da rede elétrica de 10KVA de potência para atender a propriedade rural localizada na Linha C35, Km 11, Lote 20, Gleba 58, zona rural, CEP: 76.888-000, no município de Monte Negro/RO.
2. Ao pagamento à parte requerente, do importe de R$22.641,29 (vinte e dois mil, seiscentos e quarenta e um reais e vinte e nove centavos), a título de danos materiais, referente a construção da(s) subestações de energia elétrica, atualizado monetariamente desde o efetivo desembolso (Súmula 43 do STJ), e acrescido de juros de mora de 01% (um por cento) desde a citação.
Em consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Pelo princípio da causalidade, condeno a parte requerida, ainda, ao pagamento das despesas processuais e honorários de advogado, os quais fixo em 10% do valor da causa, com fulcro no artigo 85, § 2º, do CPC.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.
Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará à imposição da multa prevista pelo artigo 1026, §2º, do Código de Processo Civil.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.
Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se.
P.R.I.C., promovendo-se as baixas devidas no sistema.
SERVE A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes,14 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7006845-41.2017.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: VALMIR MENEZES VIEIRA JUNIOR
ADVOGADO DO AUTOR: BELMIRO ROGERIO DUARTE BERMUDES NETO, OAB nº RO5890
REU: AMIR FRANCISCO LANDO
ADVOGADO DO REU: GILVAN RAMOS DE ALMEIDA, OAB nº RO13946110215
SENTENÇA
Vistos.
I - RELATÓRIO
Cuida-se de Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais, movida por VALMIR MENEZES VIEIRA JÚNIOR em desfavor de AMIR FRANCISCO LANDO, alegando fraude na utilização indevida de seu nome pelo requerido.
Narra o autor na inicial, que no ano de 2015 sofreu representação eleitoral, oferecida pelo Ministério Público Eleitoral, sendo acusado de ter efetuado doação irregular, no valor de R$6.000,00 (seis mil reais) para a campanha eleitoral do requerido, no ano de 2014, onde concorria para o cargo de deputado federal. Aduz que a representação oferecida não prosperou, sendo julgada improcedente, bem como, mantida a sentença em grau de recurso.
Alega ainda, que o autor nunca efetuou qualquer doação para o requerido, tampouco, prestou serviços voluntários, não sendo filiado a nenhum partido político, contudo, teve o seu nome utilizado indevidamente pelo réu, como doador em sua campanha eleitoral, para justificar a doação de recursos, no ano de 2014, quando o mesmo concorria para o cargo de deputado federal. Requereu a condenação da parte requerida ao pagamento de indenização por danos materiais, no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), decorrente de gasto com honorários advocatícios na representação eleitoral, assim como, indenização por danos morais no valor de R$15.000,00 (quinze mil reais). Juntou documentos.
Despacho inicial concedeu a gratuidade da justiça, designando audiência de conciliação e determinou-se a citação do requerido (Id. 11132829).
Citado, o requerido apresentou contestação intempestivamente. Juntou termo de cessão de uso de veículo com motorista, no valor de R$6.000,00 (seis mil reais), assinado pelas partes (Id. 21499645); Recibo eleitoral (Id. 21499645); e documentos pessoais do autor.
Intimados para manifestarem-se acerca das provas que pretendiam produzir, a parte requerida pugnou pela oitiva de testemunha e a juntada de documento comprobatórios (Id. 21536528).
O autor apresentou impugnação a contestação (Id. 23713375), requerendo a realização de perícia grafotécnica nas assinaturas dos documentos apresentados pelo requerido.
Decisão de Id. 24851395, deferiu o pedido de prova pericial, nomeando o perito engenheiro FERNANDO VILAS BOAS, o qual aceitou o encargo (Id. 25005993), e também requereu o arbitramento de honorários pericias no valor de R$2.900,00 (dois mil e novecentos reais).
O laudo grafotécnico foi juntado aos autos, concluindo que as assinaturas examinadas são provenientes do autor (Id. 27596627).
Ao se manifestar, o autor se insurgiu com relação à forma como foi realizado o exame (Id. 28595840), requerendo a complementação do laudo.

O requerido por sua vez, manifestou-se concordando com o laudo pericial (Id. 28613828).
Na oportunidade o expert complementou o laudo pericial (Id. 32393573).
O autor requereu a designação de novo perito (Id. 33059198).
Este juízo indeferiu o pedido de nova pericia (Id. 35589915).
Designada audiência de instrução e julgamento (Id. 83472508), fora realizada na data 02/02/2023 (Id. 86427866), na oportunidade o perito fora ouvido pelo juízo.
Alegações finais por memoriais apresentadas pelas partes (Id's. 86577677 e 86576398).
É, em essência, o relatório. Fundamento e decido.
II - FUNDAMENTAÇÃO
a) Da revelia
Considerando que a parte requerida apresentou contestação intempestivamente, a contumácia processual tem como efeito, reputar como verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, de acordo com o disposto no art. 344 do CPC.
É de se destacar contudo, os efeitos que advém da revelia e que não impõem por si só, a procedência do pedido.
A inatividade deliberada do réu deflagra consequências de distinta natureza.
Caracterizada a revelia, desde que coexistentes os pressupostos que viabilizam a apreciação do mérito e que não incidam as exceções do artigo 345, verifica-se o chamado efeito material, que implica a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, como se extrai da redação do artigo 344 do Código de Processo Civil.
Devendo o juiz reconhecer como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora, na petição inicial, à falta de contrariedade àqueles, não haverá necessidade da produção de quaisquer provas, sempre que, verossímeis, estiverem adequada e juridicamente qualificados. Tal circunstância só não ocorrerá se os fatos deduzidos pela parte autora exsurgirem inverídicos ou contraditórios entre si.
Cândido Dinamarco associa a revelia do réu, pelo não oferecimento de contestação, com a oferta de contestação, sem atender ao ônus da impugnação especificada dos fatos (artigo 341), para afirmar que as omissões do réu norteiam o juiz a acatar os fatos deduzidos pelo autor, não significando que tenha ele necessariamente que proferir sentença de procedência do pedido. E isso porque, "ao interpretar o direito, o juiz fará ordinariamente o controle de todos os pressupostos de admissibilidade do julgamento do mérito, extinguindo o processo ex officio quando faltar algum, apesar de o réu estar omisso e, obviamente, nada haver suscitado a respeito; também interpretando o direito, o juiz julgará improcedente a demanda inicial sempre que os fatos constitutivos, ainda que tomados por existentes, não produzam perante o direito material a consequência afirmada pelo autor. Nenhuma presunção incide sobre o direito" (Instituições de Direito Processual Civil, 3, 6ª ed., São Paulo, Malheiros, 2009, p. 562. V., em senso análogo, STJ, 4ª T., AgRg no Agravo em REsp 204.908-RJ, rel. min. Raul Araújo, v. u., DJe 3/12/2014: "Os efeitos da revelia não abrangem as questões de direito, tampouco implicam renúncia a direito ou a automática procedência do pedido da parte adversa. Acarretam simplesmente a presunção relativa de veracidade dos fatos alegados pelo autor").
Isso quer dizer, em outras palavras, que é relativa a presunção emoldurada no artigo 344, porque não fica o juiz atrelado "à aceitação de fatos inverossímeis, notoriamente inverídicos ou incompatíveis com os próprios elementos ministrados pela inicial, só porque ocorra a revelia" (cf. Barbosa Moreira, O Novo Processo Civil Brasileiro, 27ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2008, p. 97).
No mesmo sentido, a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Agravo Regimental no Recurso Especial 1.194.527-MS, relatado pelo Ministro Og Fernandes, assentou que:
"A caracterização de revelia não induz a uma presunção absoluta de veracidade dos fatos narrados pelo autor, permitindo ao juiz a análise das alegações formuladas pelas partes em confronto com todas as provas carreadas aos autos para formar o seu convencimento".
Em senso análogo, a 3ª Turma, por ocasião do julgamento do Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial 537.630-SP, da relatoria do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, deixou patente que:
"É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em razão da ocorrência da revelia é relativa, sendo que para o pedido ser julgado procedente o juiz deve analisar as alegações do autor e as provas produzidas".
b) Do mérito
Versam os autos sobre ação de indenização por danos morais e materiais decorrentes de suposta fraude na doação em campanha eleitoral, o que teria ocasionado gastos da parte autora com honorários advocatícios, para atuar na representação eleitoral oferecida pelo Ministério Público.
Foram produzidas as provas necessárias para elucidação dos fatos, motivo por que passo ao julgamento do processo e, desde já, adianto que não assiste razão à pretensão autoral.
Em que pese a insurgência da parte autora, percebe-se que o exame pericial, realizado por profissional com expertise e habilitado nestes autos, revela a convergência grafoscópica nas assinaturas analisadas, as quais foram apostas nos recibos eleitorais.
Seguindo a linha de confrontação o laudo concluiu que "Esse quadro de convergências grafoscópicas sustenta fortemente a afirmação de Valmir Menezes Vieira Junior ser o autor das assinaturas Questionadas", de modo que "Não foram notados, nas assinaturas Questionadas, sinais de pressão exagerada, como hesitação, que dificultaria o gesto gráfico, sendo típico de pessoas não habituadas a escrever uma determinada assinatura" (Id. 27596627).
Assim, o exame pericial sustenta fortemente a afirmação de que VALMIR MENEZES VIEIRA JÚNIOR é o autor da assinatura periciada (Id. 21499645).
Os elementos coligidos neste feito não levam a sentido diverso, destacando-se ainda que, na oitiva do perito em audiência de instrução (Id. 86427866), o mesmo esclareceu todos os pontos questionados pelo autor, não restando duvidas que as assinaturas foram realizadas pelo autor.
Apesar da prova oral produzida, sendo que foram ouvidas as testemunhas indicadas pelo autor, inexistem no processo provas de fraude na assinatura do termo de cessão de uso de veículo com motorista, no valor de R$6.000,00 (seis mil reais), e recibo eleitoral, assinados pelas partes (Id. 21499645).
Nessa linha de entendimento, não há que se falar em ato ilícito por parte do requerido, sequer em prejuízos de ordem moral ou material, razão pela qual o pedido inicial deve ser julgado improcedente.

A jurisprudência pátria trilha no seguinte sentido, in litteris:
Cadastro de inadimplentes. Perícia grafotécnica. Comprovação da relação jurídica. Dano moral afastado. Havendo prova da autenticidade da assinatura por meio de laudo grafotécnico, não há que se falar em inexistência da relação jurídica. Ficando demonstrado que a dívida é legitima, sem comprovação do seu pagamento, a inscrição do nome do consumidor é devida e decorre do exercício regular do direito da empresa, razão pela qual inexiste dano moral a ser indenizado.
(TJ-RO - AC: 70539764920168220001 RO 7053976-49.2016.822.0001, Data de Julgamento: 23/05/2019)
Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.
No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).
O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.
III - DISPOSITIVO
Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos iniciais, propostos na ação movida por VALMIR MENEZES VIEIRA JÚNIOR em desfavor de AMIR FRANCISCO LANDO.
Em consequência, extingo o feito, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Condeno a Requerente no pagamento das custas processuais e dos honorários sucumbenciais, estes que arbitro no importe de 10% sob o valor da causa, na forma do Art. 85, §2º do CPC, com exigibilidade suspensa em razão da gratuidade judiciária (artigo 98, §3º, do CPC).
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.
Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Novo Código de Processo Civil.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.
P.R.I.C.
Em razão de ser o autor beneficiário da justiça gratuita, deverá o Estado arcar com o pagamento das verbas à título de honorários periciais, devendo obedecer a instrução conjunta n. 009/2021 - TJRO - PR-CGJ, ou seja, o pagamento deverá ser realizado por meio de requisição de pequeno valor (RPV).
Transitada esta em julgado, deverá o perito apresentar nota fiscal do serviço e indicar dados do beneficiário para o qual será realizada a expedição da requisição de pequeno valor (RPV): a) nome completo, CPF, endereço e telefone ou razão social, CNPJ, endereço e telefone; b) número da conta corrente bancária para crédito.
Apresentados os dados, requisite-se o pagamento via RPV.
Não havendo mais pendências, arquive-se.
ESTA SENTENÇA TEM FORÇA DE MANDADO, CARTA E OFÍCIO
Ariquemes,14 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7010780-79.2023.8.22.0002
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
AUTORES: I. M. D. S., A. F. D. S. S., M. L. D. S. S., D. P. D. E. D. R.
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: A. H. D. S.
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos e examinados.
Providencie a CPE a retirada de "IANCA MARTINS DOS SANTOS" do polo ativo da ação, dado que apenas as menores possuem legitimidade para pleitear ação de alimentos.
Intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento, devendo juntar aos autos comprovante de endereço em seu nome ou declaração de endereço com firma reconhecida em cartório, dado que no contrato de locação apresentado não consta em qual cidade localiza-se o imóvel.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7018576-92.2021.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: DIVA MENDES
Advogados do(a) AUTOR: DEBORA APARECIDA MARQUES MICALZENZEN - RO4988, VALDELICE DA SILVA VILARINO - RO5089
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO PARTES - LAUDO PERICIAL
Ficam AS PARTES intimadas a manifestarem-se, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca do laudo pericial apresentado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7010983-12.2021.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ELIAS MARTINS DE AZEVEDO
Advogados do(a) REQUERENTE: DEBORA APARECIDA MARQUES MICALZENZEN - RO4988, VALDELICE DA SILVA VILARINO - RO5089
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO - EXPEDIÇÃO RPV Ficam as partes intimadas, por meio de seu procurador, para se manifestarem sobre a(s) RPV(s) expedida(s) nos autos, sendo que ao término do prazo, não havendo manifestação, o expediente será assinado e enviado para processamento no sistema e-PrecWeb, conforme expedido.
Prazo para manifestação da parte autora: 05 (cinco) dias; Prazo para manifestação da parte requerida (INSS): 10 (dez) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7002642-60.2022.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ANA CRISTINA ANTUNES
Advogado do(a) REQUERENTE: DINAIR APARECIDA DA SILVA - RO6736
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7007794-55.2023.8.22.0002
Classe : OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (1294)
REQUERENTE: D. D. S. D. S. J. e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: LUIZ CARLOS PACHECO FILHO - RO4203
REQUERIDO: DAVID DA SILVA DE SOUZA
Intimação AUTOR
Fica a parte AUTORA intimada acerca do despacho de ID 91074942: "[...]Com a devida retificação, providencie a CPE as anotações necessárias, intimando-se os autos a comprovarem nos autos o pagamento das custas devidas.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7017435-04.2022.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: RICARDO OLIVEIRA CORREIA
Advogado do(a) AUTOR: JANE MIRIAM DA SILVEIRA GONCALVES - RO0004996A
REU: KAYSA MAZER BUENO e outros
Advogado do(a) REU: JESSICA SANTOS LOUSADA - SP351899
INTIMAÇÃO PARTES - DESPACHO
Ficam as PARTES intimadas para manifestação acerca do despacho : "[...] Com a juntada do estudo, intimem-se as partes para conhecimento e manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, após ao Ministério Público. Realizadas as manifestações, voltem os autos conclusos para análise. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO. Ariquemes,10 de maio de 2023 Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes Juiz(a) de Direito".

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7000072-67.2023.8.22.0002
Classe: Arrolamento Sumário
REQUERENTES: CLAUDIONOR GOMES CAMACHO, REGINALDO GOMES CAMACHO, SERGIO HENRIQUE DA SILVA CAMACHO, CLEUSA DARLENE GOMES CAMACHO DE SOUZA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: SUZANA AVELAR DE SANTANA, OAB nº RO3746
REQUERIDO: MARIA DA GRACA LANDIN
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos,
I. RELATÓRIO
Trata-se de pedido de abertura de inventário na forma de arrolamento sumário e homologação de partilha dos bens deixados por MARIA DA GRAÇA LANDIN, falecida em 18/08/2022, cujos bens totalizam R$ 152.738,47 (cento e cinquenta e dois mil, setecentos e trinta e oito reais e quarenta e sete centavos), sendo eles saldo em conta corrente, saldo em conta poupança e imóvel urbano.
A exordial indicou os herdeiros: 1) Cleusa Darlene Gomes Camacho de Souza, 2) Claudionor Gomes Camacho, 3) Reginaldo Gomes Camacho e 4) Sergio Henrique da Silva Camacho, herdeiro por estirpe, ante o falecimento seu genitor Sergio Aparecido Gomes Camacho.
Ainda, apontou os seguintes bens a partilhar: a) Saldo em conta corrente no Banco do Brasil, Agência nº 1178-9, conta nº 21785-9, no valor de R$1.533,95 (hum mil, quinhentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos), b) Saldo em conta poupança no Banco do Brasil, Agência nº 1178-9, conta nº 21785-9, no valor de R$ 31.204,52 (trinta e um mil, duzentos e quatro reais e cinquenta e dois centavos), c) Imóvel urbano denominado quadra 11, lote 15, setor 01, Rua Itaúna nº 1952, nesta cidade de Ariquemes-RO, avaliado em R$120.000,00 (cento e vinte mil reais).
Trouxe ao feito documentos pessoais dos herdeiros, certidões negativas, extratos bancários e certidão de inteiro teor do imóvel.
No despacho inicial nomeou-se CLEUSA DARLENE GOMES CAMACHO DE SOUZA como inventariante, postergando a análise do pedido de levantamento de valores para pagamento das custas e ITCMD (ID 85589822).
O Ministério Público manifestou não ter interesse no deslinde do feito (ID 85665506).
Expediu-se edital para intimação de terceiros interessados (ID 85647655).
Primeiras declarações e plano de partilha juntados (ID 88539327).
Custas iniciais, declaração de ITCMD e guias pagas (ID 92047522, ID 92047523, ID 92047524).
Os autos vieram conclusos.
É o relatório necessário. DECIDO.
II. FUNDAMENTAÇÃO
O arrolamento foi processado neste juízo em conformidade com o legalmente exigido (art. 664, CPC), tendo sido confeccionado o esboço de partilha dos bens deixados pela autora da herança, conforme petição inicial ID 85575578.
Constam nos autos procurações e documentos de identificação dos herdeiros e da falecida, certidão de inteiro teor do imóvel e extratos bancários e certidões negativas de débitos federal, estadual e municipal.
Compulsando os autos, verifico que todos os requisitos foram devidamente cumpridos pelos herdeiros, não havendo nada que obste a pretendida homologação.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO POR SENTENÇA e homologo a partilha apresentada no ID 85575578, atribuindo aos herdeiros (Cleusa Darlene Gomes Camacho de Souza, Claudionor Gomes Camacho, Reginaldo Gomes Camacho e Sergio Henrique da Silva Camacho), em partes iguais, seus respectivos quinhões hereditários, relativos ao montante deixado pela falecida.
Por fim, JULGO EXTINTO O FEITO, nos moldes do artigo 487, III, “b”, do CPC.
Expeça-se alvará em favor dos contemplados para levantamento das correspondentes quantias, conforme esboço de partilha.
Em consequência, atribuo aos herdeiros os respectivos quinhões, salvo erro ou omissão e direitos de terceiro e/ou da Fazenda Pública.
Intime-se a inventariante para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder com o pagamento das custas finais.
P.R.I. Transitada em julgado, resolvidas as custas, expeça-se formal de partilha, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os presentes autos.
Intime-se a Fazenda Pública Estadual, nos moldes do art. 659, § 2º, do CPC.
VIAS DESTA SERVIRÃO DE MANDADO, CARTA, OFÍCIO.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7006229-56.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTORES: ELIANE DE SOUZA, GABRIELA DE SOUZA FERREIRA
ADVOGADOS DOS AUTORES: AMALEC DA COSTA DE ABREU, OAB nº RO7523, GUSTAVO ALVES DE SOUZA, OAB nº RO11958
REU: TAM LINHAS AÉREAS S/A
ADVOGADOS DO REU: FABIO RIVELLI, OAB nº BA34908, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
SENTENÇA

Vistos.
I-RELATÓRIO
GABRIELA DE SOUZA FERREIRA, qualificada nos autos, representado por sua genitora Eliane de Souza, ajuizou ação declaratória de indenização por danos morais em face de TAM LINHAS AÉREAS S/A.
Ressai da inicial, que a autora adquiriu passagem aérea emitida pela requerida com viagem internacional no trecho Londres a Porto Velho, saída de Londres no dia 24/03/2023 às 20h35min e chegada em Guarulhos/SP no dia 25/03/2023 às 05h25min, para conexão. Saída de Guarulhos/SP às 07h10min e chegada em Porto Velho às 09h50min do mesmo dia 25/03/2023.
No entanto, quando da saída de Londres, a aeronave da requerida atrasou, resultando na perda da conexão em Guarulhos, além de inserir mais uma conexão no trecho original, resultando nas seguintes conexões: Guarulhos - Saída às 17h40m; Brasília - Saída às 20h35 e Porto Velho - Chegada às 22h20min.
Desse modo, a autora chegou ao destino final em Porto Velho com aproximadamente 13 horas de atraso em comparação ao trecho originalmente adquirido, sem justificativa quanto ao atraso.
Assim, a autora pretende a condenação da requerida ao pagamento de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a título de danos morais.
Em despacho inicial, fora determinada a citação da requerida (ID90197212).
Citada, a requerida apresentou contestação, alegando, em síntese, litigância de má-fé, a falta de interesse de agir, da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor e inexistência de dano moral, ausência de responsabilidade civil da requerida (ID91204264).
A autora apresentou réplica à contestação refutando às preliminares da requerida e, quanto ao mérito, pugnou pela procedência da ação, condenando a requerida ao pagamento de danos morais no importe de dez mil reais (ID92215112).
As partes manifestaram-se pela inexistência de outras provas a produzir, pugnando pelo julgamento antecipado da lide (ID's 92217220/92423221).
É o relatório. DECIDO.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Cuida-se de ação indenizatória por danos morais proposta por GABRIELA DE SOUZA FERREIRA em face de TAM LINHAS AÉREAS S/A.
I) Do julgamento antecipado
O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento ou outras diligências para a produção de novas provas.
II) Das preliminares
a) Da preliminar de litigância de má-fé e conexão de processos
A requerida sustenta que a autora e sua genitora fracionaram ações objetivando enriquecimento ilícito às custas da ré, tendo o mesmo contrato de transporte aéreo. Assim, pugna pela conexão destes autos com o processo n. 7006227-86.2023.8.22.0002, instaurado pela genitora da autora em face da requerida.
Sabe-se que por força de lei é dever das partes litigantes proceder com lealdade, boa-fé e não apresentar pretensão, nem produzir defesa, ciente de que são despidas de fundamento, sob pena de que sejam consideradas ímprobas.
Nesse sentido, o artigo 80, do CPC, disciplina, in verbis:
Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que:
I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;
II - alterar a verdade dos fatos;
III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;
IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;
V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;
VI - provocar incidente manifestamente infundado;
VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.
Nesta senda, ressai dos autos que a genitora da autora, senhora Eliane de Souza, ingressou perante o Juizado Especial Cível desta Comarca (autos n. 7006227-86.2023.8.22.0002), pugnando pela condenação da requerida referente aos ilícitos que violaram sua personalidade. Ao passo que esta, proposta pela infante Gabriel de Souza Ferreira, pleiteia reparação dos danos inerentes à sua personalidade.
Portanto, malgrado o objeto seja o mesmo (contrato de transporte aéreo), as partes são distintas.
Assim, considerando que a autora não praticou nenhuma condutada elencada no artigo 80, do Código de Processo Civil, não há falar em litigância de má-fé.
Oportuno, colaciono entendimento jurisprudencial:
APELAÇÃO PRELIMINAR DE DIALETICIDADE E INOVAÇÃO RECURSAL - AFASTADAS - INADIMPLEMENTO CONTRATUAL DO VENDEDOR - DEMONSTRADO - RESTITUIÇÃO DE VALORES - DEVIDA - DANO MORAL AUSENTE - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - NÃO COMPROVADA - RECURSO DO RÉU NÃO PROVIDO - RECURSO DA PARTE AUTORA PROVIDO EM PARTE.
- Respeitado o princípio da congruência, o qual deve existir entre decisão monocrática e recurso, impõe-se o conhecimento da apelação interposta, porquanto não violado o princípio da dialeticidade.
- Se a matéria impugnada em apelação já foi abordada nos autos, impõe-se a rejeição da preliminar de não conhecimento do recurso por inovação recursal.
- Embora caracterizada a ilicitude da conduta do vendedor que não cumpriu com sua obrigação de entregar a posse do lote no momento oportuno, não há prova no feito no sentido de que tal ato tenha provocado um abalo moral capaz de ensejar o arbitramento da respectiva indenização. Também não está comprovado nenhum outro fato que ocasionasse abalo psíquico, cujo ônus probatório era da parte requerente. Diante disso, impõe-se a rejeição do pleito de ressarcimento a título de dano moral.
O pedido de condenação da parte recorrente por litigância de má-fé não merece prosperar, se não restou configurada qualquer das hipóteses elencadas no art. 80 do Código de Processo Civil. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.20.042983-5/002, Relator(a): Des.(a) Amorim Siqueira , 9ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 27/06/2023, publicação da súmula em 28/06/2023)Grifei
Ademais, impende registrar que incapaz não pode figurar no polo de ação que tramitam perante o Juizado, consoante preconiza o artigo 8º, da Lei 9.099/95 e, no caso em tela, o autor é menor.

Desta feita, não há falar em conexão de processos.

b) Da preliminar de ausência de interesse de agir

A requerida alegou a ausência de interesse de agir da autora, tendo em vista que o serviço foi concretizado integralmente, sem qual óbice, eis que o voo foi realizado de forma absolutamente adequada.

DECIDO

É cediço que o interesse de agir ou interesse processual surge da necessidade de a parte obter através do processo a proteção ao seu interesse substancial.

No caso concreto, a requerente teve seu voo alterado unilateralmente pela requerida, chegando ao seu destino com aproximadamente 13 horas de atraso. Assim, vislumbra-se presente a condição da ação, eis que diante do entrevero, restou à autora o ajuizamento de ação processual para satisfação de sua pretensão que deseja ver-se ressarcida pela alteração do voo.

Nesse sentido:

EMENTA: APELAÇAO CÍVEL -AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - CANCELAMENTO DE VÔO - EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE - NÃO OCORRÊNCIA - ABORRECIMENTOS E FRUSTAÇÃO QUE SE CARCTERIZAM COMO OFENSA À PERSONALIDADE E IMPÕEM O DEVER DE INDENIZAR - OFERTA DE TRANSPORTE ALTERNATIVO- QUANTUM INDENIZATÓRIO – FIXAÇÃO. O interesse de agir representa a utilidade do provimento judicial ao demandante, sendo patente o interesse do autor que deseja ver-se ressarcido pelo cancelamento de vôo adquirido junto a empresa de transporte aéreo. Em havendo cancelamento do vôo, sem comunicação prévia ao cliente, deve a companhia aérea indenizar o passageiro pelos danos morais ocorridos, em observância ao preceito constitucional inserido no art. 5º, V e X, e ao artigo 14 do estatuto consumerista; A responsabilidade da empresa de viação aérea é contratual objetiva e impõe a reparação de danos causados pelo descumprimento contratual; Não restando comprovada causa excludente da responsabilidade objetiva, impõe-se a obrigação de indenizar passageiro por danos morais causados pelo cancelamento de vôo, em decorrência de falha na prestação de serviço efetuada pela companhia aérea, nos termos do artigo 37, §6º, da Constituição Federal. O 'quantum' indenizatório por dano moral não deve ser a causa de enriquecimento ilícito nem ser tão diminuto em seu valor que perca o sentido de punição. (TJMG - Apelação Cível 1.0480.13.000746-5/001, Relator(a): Des.(a) Domingos Coelho , 12ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 04/04/2018, publicação da súmula em 13/04/2018). Grifei

Desta feita, refuto as preliminares arguidas.

III) Do mérito

Presentes as condições da ação, os pressupostos de constituição e desenvolvimento da relação processual, bem como interesse processual e legitimidade das partes, avanço no mérito.

a) Das alegações de mérito da requerida

A requerida sustentou a inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor e ausência de responsabilidade civil.

A empresa ré, pugnou pelo afastamento da aplicação do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que este Código não revogou ou derrogou o Código Brasileiro de Aeronáutica, devendo ser aplicada a limitação prevista na legislação especial.

O artigo 734, do Código Civil, disciplina que o transportador responde pelos danos causados às pessoas transportadas e suas bagagens, salvo motivo de força maior, sendo nula qualquer cláusula excludente da responsabilidade.

Nesse compasso, a responsabilidade civil pela falha na prestação do serviço engloba todos os integrantes da relação de consumo, o que abrange, em se tratando de transporte aéreo, a a companhia aérea, nos termos do artigo 25, § 1º, e do artigo 14, do CDC.

Desse modo, de acordo com o art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços.

Oportuno, colaciono entendimento jurisprudencial:

EMENTA: APELAÇÃO - INDENIZATÓRIA - FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - ALTERAÇÃO DE CLASSE EM VIAGEM- FALTA DE OPÇÃO AO CONSUMIDOR - CDC-APLICAÇÃO - DANOS MORAIS -OCORRENCIA. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às demandas atinentes aos acidentes de consumo nas companhias aéreas. A regra do art. 14 do CDC imputa a responsabilidade objetiva ao fornecedor de serviços pelos danos decorrentes da prestação defeituosa. Configura falha na prestação de serviços a alteração unilateral da poltrona de voo do passageiro, sujeitando a autora, menor, à longa viagem desacompanhada de sua genitora. Na fixação do valor da indenização por danos morais, devem ser levadas em consideração a capacidade econômica do agente, seu grau de culpa ou dolo, a posição social ou política do ofendido e a intensidade da dor sofrida por este. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.20.044046-9/001, Relator(a): Des.(a) Antônio Bispo , 15ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 04/06/2020, publicação da súmula em 10/06/2020). Grifei

Destarte, não há falar em afastamento da aplicação do Código de Defesa do Consumidor e/ou ausência de responsabilidade civil da requerida, razão pela qual refuto os argumentos, pois patente a aplicação do CDC no caso em tela, bem como a responsabilidade da requerida pela má prestação de serviço, tendo em vista que a responsabilidade das companhias aéreas por cancelamentos e atrasos de voo é objetiva, nos termos do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor.

b) Do caso concreto

No caso dos autos, depreende-se que há relação consumerista entre as partes, além de se verificar a verossimilhança dos fatos alegados pela parte autora e sua hipossuficiência e vulnerabilidade diante da requerida. Por tal razão, verifica-se a aplicabilidade à hipótese dos princípios e regras do Código de Defesa do Consumidor, notadamente a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, VIII.

Nesse toar, constata-se que a empresa requerida em virtude da má prestação de serviço, atrasou o voo da autora, resultando na perda da conexão, pois a passagem inicial constava saída de Londres às 20h35 do dia 24/03/2023 com conexão em Guarulhos no dia 25/03/2023 às 07h10min, porém em razão do atraso, perdeu a conexão das 07h10min, sendo realocada na conexão de Guarulhos das 17h40min.

Ademais, a requerida ainda incluiu mais uma conexão em Brasília às 20h35, chegando ao destino final às 22h20min, enquanto o trecho original constava chegada às 09h50min, em Porto Velho/RO. Desse modo, resultou em atraso de mais de doze horas.

Gize-se, ainda, que o fato de a autora ser menor de idade, não afasta o dever de indenizar, pois toda pessoa é sujeito de direitos da personalidade e, independentemente da idade, pode sofrer danos a estes atributos, então, é possível que uma criança sofra dano moral indenizável, tal como qualquer outra, não se podendo afastar o direito à compensação tão somente pela condição da pouca idade ostentada.

Assim, não há de se olvidar que, no caso em apreço, deve ser aplicada a teoria do risco da atividade, de modo que a requerida deve praticar ações com o intuito de minimizar os prejuízos suportados pela parte autora em decorrência de eventualidades relacionadas à sua atividade.
Note-se, que o artigo 186, do CC, disciplina, in verbis: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
Diante disso, é seguro afirmar que, por conta de tal situação retratada na inicial, o qual se originou da falha da prestação dos serviços por parte da requerida, a requerente sofreu violação nos direitos de sua personalidade, eis que aludida demora deixou a requerente em situação de vulnerabilidade, causando desconforto, aflição e transtornos.
Ressalte-se que as crianças, mesmo de tenra idade, fazem jus à proteção irrestrita dos direitos da personalidade, entre os quais se inclui o direito à integridade mental, assegurada a indenização pelo dano moral decorrente de sua violação.
Nesse sentido, colaciono entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ALTERAÇÃO DE VOO NÃO NOTIFICADA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. PASSAGEIRO MENOR DE IDADE. CABIMENTO DA REPARAÇÃO MORAL. RECURSO PROVIDO. É devida a indenização por dano moral decorrente dos transtornos suportados pelo passageiro, independente de sua idade. As crianças, mesmo da mais tenra idade, fazem jus à proteção irrestrita dos direitos da personalidade, entre os quais se inclui o direito à integridade mental, assegurada a indenização pelo dano moral decorrente de sua violação. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7075057-78.2021.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 02/12/20226. Grifei
APELAÇÃO CÍVEL. CANCELAMENTO DE VOO. ALTERAÇÃO POR MOTIVO DE READEQUAÇÃO DE MALHA AÉREA. FALHA. PASSAGEIRO CRIANÇA. DEVER DE INDENIZAR. VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. MANUTENÇÃO. RECURSO IMPROVIDO. A readequação na malha viária constitui risco da atividade desenvolvida, de forma que o cancelamento e alteração de voo constituem falha no serviço de transporte aéreo, que deixa o consumidor, mesmo sendo criança, em situação de vulnerabilidade e gera o direito à reparação dos danos morais causados. Não se altera valor da condenação quando suficiente para o equilíbrio da reparação. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7008989-15.2022.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Sansão Saldanha, Data de julgamento: 18/02/2023. Grifei
Outrossim, no tocante à fixação dos danos morais, embora a lei não estabeleça os parâmetros, impõe-se julgador observar os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, de modo a arbitrar os danos morais de forma moderada, que não seja irrisório a ponto de não desestimular o ofensor, e que não seja excessivo a ponto de configurar instrumento de enriquecimento sem causa.
Dessa forma, levando-se em consideração as peculiaridades do caso concreto, valendo constar que não foram demonstrados efeitos danosos incomuns a casos da mesma natureza, atento ao grau de culpa do ofensor, à gravidade do dano, à capacidade econômica das partes e a reprovabilidade da conduta ilícita, considero o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) para a autora suficiente a compensar e apto a desestimular novas condutas ilícitas por parte da requerida.
III- DISPOSITIVO
Ante todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial formulado por GABRIELA DE SOUZA FERREIRA em face de TAM LINHAS AÉREAS S/A, para o fim de condenar a requerida a pagar à requerente, a título de indenização por danos morais, o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), incidindo correção monetária, partir do arbitramento (Súmula 362, do STJ) e os juros a partir da citação.
Como corolário, resolvo o mérito e extingo o processo, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil.
Condeno, por fim, a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, este fixo em 10% sobre o valor atualizado da condenação (art. 85, §2°, CPC), considerando a sucumbência mínima da parte ex adversa e a Súmula n. 326 do STJ.
Na hipótese de interposição de recurso de apelação, cumpra-se o estabelecido no art. 1.010, §§1º, 2º e 3º do Código de Processo Civil.
Não havendo recurso, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos com a devida baixa.
Intimem-se.
Sentença registrada e publicada via PJE.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFICIO
Ariquemes,14 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7007192-98.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: MARINALVA GOMES DE LIMA
ADVOGADO DO AUTOR: ELAINE TETZNER DE OLIVEIRA, OAB nº RO4729
REU: COOPERATIVA MISTA ROMA, EDERSON BRITO DA SILVA COSTA REPRESENTACOES
ADVOGADOS DOS REU: CRISTIANO REGO BENZOTA DE CARVALHO, OAB nº BA15471, NATHALIA GONCALVES DE MACEDO CARVALHO, OAB nº SP287894
DESPACHO
Vistos.
Denota-se nos autos, que o requerido, COOPERATIVA MISTA ROMA, solicitou a participação na audiência de modo virtual, por meio de videoconferência (ID 92950558).
Desse modo, AUTORIZO a realização da solenidade designada para o dia 08/08/2023 às 10h45min, de forma híbrida (videoconferência/ presencial).
Link de audiência: meet.google.com/pqq-drtb-nbv

As partes residentes nesta Comarca poderão comparecer ao Fórum, porém se optarem por videoconferência, o causídico deverá apresentar o número telefônico, com urgência, a fim de viabilizar a realização do ato.
Observações:
As partes deverão instalar em seus dispositivos (celular, notebook ou desktop) o aplicativo google meet ou buscar orientação de como fazê-lo e acessá-los assim que receberem a citação ou intimação.
Se quaisquer das partes enfrentar algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária telefone (whatsapp 3309-8102) até antes de seu início.
Anote-se que as partes poderão participar pessoalmente da audiência e por isto, em caso de atraso ou não comparecimento na sala virtual, será considerada ausência.
As partes deverão estar com telefone disponível durante o horário da audiência para atender as ligações do Poder Judiciário e acessar o ambiente virtual com o link que será fornecido na data e horário agendados.
As partes deverão portar seus documentos de identificação válidos e de dados bancários por ocasião da audiência para fins de verificação, bem como para remessa de fotos dos respectivos documentos, caso necessário.
Intimem-se.
Cumpra-se com urgência.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Ariquemes,14 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7008791-38.2023.8.22.0002
Classe: Divórcio Consensual
REQUERENTES: A. V. A. D. S., E. G. A. D. S., J. M. D. S., F. M. A., W. D. S. P.
ADVOGADO DOS REQUERENTES: RAFAELA STEFANNY BARBOSA NEVES, OAB nº RO12992
SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
WANDERLEI DE SOUZA PINTO e FRANCIELE MELLO ALVES PINTO, partes qualificadas nos feito, propuseram a presente ação de divórcio consensual c/c pensão alimentícia e guarda compartilhada. Requereram a devida homologação.
Os requerentes sustentam que se casaram em 30 de maio de 2003, sob o regime de comunhão parcial de bens, porém, não desejam continuar casados, estando separados de fato aproximadamente 01 (um) ano. Desta união tiveram 03 (três) filhos, mas não constituíram bens a serem partilhados. Afirmam que a guarda da prole será exercida de forma compartilhada, com residência base o lar materno, e que as visitas serão de forma livre. Acordaram ainda acerca dos alimentos em favor dos filhos, o importe de 38% (trinta e oito por cento) do salário mínimo vigente, com vencimento todo dia 05 de cada mês, se comprometendo ainda o genitor com 50% (cinquenta por cento) das despesas com medicamentos, odontológicas, materiais e uniformes escolares, mediante apresentação de orçamento e/ou nota fiscal. Juntaram documentos.
Houve alteração do nome da requerente.
Decisão inicial de ID 91859128 determinou o recolhimento das custas e/ou a comprovação da hipossuficiência alegada.
Em ID 91989373 foram recolhida as custas iniciais.
Despacho de ID 92131342 remeteu os autos ao Ministério Público para parecer.
Intimado, o Ministério Público, pugnou pela homologação do acordo, ID 92887386.
É o relatório. DECIDO
Com o advento da Emenda Constitucional nº 66, de 13 de julho de 2010, que alterou o § 6º do artigo 226 da Constituição, suprimiu-se para a decretação do divórcio o requisito de prévia separação judicial por mais de 01 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 02 (dois) anos, bastando apenas a vontade de um dos cônjuges.
Portanto, tenho que a procedência do pedido e a devida homologação é medida que se opõe.
Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo entabulado entre as partes (ID 91814196) para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, decretando o divórcio consensual do casal, declarando dissolvido o vínculo matrimonial e cessado o regime matrimonial de bens, com fulcro no artigo 226, § 6º da Constituição da República e no art. 1.571, IV do Código Civil, e JULGO EXTINTO feito com resolução de mérito, com base no art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil.
Considerando que houve alteração do nome, a requerente voltará a utilizar o nome de solteira, qual seja: SONHA MARIA DE BARROS ALVES.
Custas na forma da lei.
AVERBE-SE/INSCREVA-SE o divórcio à margem do assento de casamento no no Livro “E” ao 1ª Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Ariquemes, Município de Rio Crespo/RO sob a matrícula nº 096479 01 55 2019 2 00002 028 0000328 41. Observando-se a alteração do nome a da requerente.
Considerando a preclusão lógica, o feito transita em julgado nesta data, por força do art. 1.000, parágrafo único, do CPC.
P. R . I. Expeça-se o necessário e arquive-se.
SERVE DE MANDADO/INTIMAÇÃO/OFÍCIO/CARTA/MANDADO DE AVERBAÇÃO.
Ariquemes,14 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7015037-84.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: FRANCISCO PEREIRA DE MELO
ADVOGADO DO AUTOR: PAULA CLAUDIA OLIVEIRA SANTOS VASCONCELOS, OAB nº RO7796A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
SENTENÇA
Vistos e examinados.
I – RELATÓRIO
FRANCISCO PEREIRA DE MELO ingressou com a presente ação de restabelecimento de auxílio-doença com conversão para aposentadoria por invalidez em face do INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, ambos já qualificados nos autos.
Alegou, a parte autora, em síntese, que apresenta rotura completa do ligamento cruzado anterior, o mesmo vem se submetendo a tratamento médico constante, porém não vem obtendo resultado, estando o autor incapacitado para o labor (CID 10 S83.5), além de contusão óssea da espinha tibial, conhecida também como fratura da eminencia tibial. Em razão de seu estado de saúde o autor requereu, no dia 26 de março de 2020, a prorrogação do benefício de Auxilio Doença sob o n. 638.171.911-0, porém teve seu benefício indeferido sob alegação de que não foi constatada, em exame realizado pela perícia médica do INSS, a incapacidade para o seu trabalho ou para a atividade habitual. Ante o exposto, buscou a tutela jurisdicional a fim de obter o benefício que faz jus.
A inicial foi instruída com vários documentos.
Recebida a inicial, foi designada perícia médica e determinada a citação do requerido (ID 82911748).
Sobreveio laudo pericial (ID 87328763).
A parte autora apresentou impugnação ao laudo pericial, alegando, em resumo, que a conclusão do ilustre perito, destoa dos elementos apresentados nos autos, devendo o laudo ser considerado inconclusivo. Pugnou, ainda, pela realização de nova perícia médica (ID 89180612).
Citada, a autarquia federal ré apresentou proposta de acordo e contestação (ID 91066758). Juntou documentos.
Intimado, o autor discordou da proposta de acordo e apresentou impugnou a contestação (ID 91679546), bem como pugnou pela prova testemunhal (ID 92176639).
É o relatório. Decido.
II - FUNDAMENTAÇÃO
A) DA PRELIMINAR:
PRESCRIÇÃO QUINQUENAL
O Requerido requer seja reconhecido a prescrição de eventuais parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio que precede o ajuizamento da ação, nos termos do art. 103, parágrafo único, da Lei 8213/91, o qual dispõe: “art. 103. Parágrafo único. Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.
O artigo mencionado afirma prescrever apenas as prestações vencidas há cinco anos, o que não é o caso dos autos, pois o pedido inicial cinge-se nas prestações vencidas desde a data do requerimento administrativo, qual seja 26/03/2020. Assim, rejeito a preliminar.
B) Do indeferimento da prova testemunhal
Nada obstante a parte autora tenha pleito a produção da prova testemunhal, tenho que o autor trouxe aos autos provas suficientes para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento para a produção de novas provas.
Ademais, o Excelso Supremo Tribunal Federal já de há muito se posicionou no sentido de que a necessidade de produção de prova em audiência há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado da lide implique em cerceamento de defesa. A antecipação é legítima se os aspectos decisivos da causa estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do magistrado (RTJ 115/789).
As provas produzidas nos autos não necessitam de outras para o justo deslinde da questão, nem deixam margem de dúvida. Por outro lado, “o julgamento antecipado da lide, por si só, não caracteriza cerceamento de defesa, já que cabe ao magistrado apreciar livremente as provas dos autos, indeferindo aquelas que considere inúteis ou meramente protelatórias” (STJ - 3ª Turma, Resp 251.038/SP, j. 18.02.2003, Rel. Min. Castro Filho).
Sobre o tema, já se manifestou inúmeras vezes o Colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no exercício de sua competência constitucional de Corte uniformizadora da interpretação de lei federal:
“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESOLUÇÃO DE CONTRATO. INEXECUÇÃO NÃO DEMONSTRADA. PROVA NÃO PRODUZIDA. DESNECESSIDADE. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA 07/STJ. 1. Não configura o cerceamento de defesa o julgamento da causa sem a produção de prova testemunhal ou pericial requerida. Hão de ser levados em consideração o princípio da livre admissibilidade da prova e do livre convencimento do juiz, que, nos termos do art. 130 do Código de Processo Civil, permitem ao julgador determinar as provas que entende necessárias à instrução do processo, bem como o indeferimento daquelas que considerar inúteis ou protelatórias. Revisão vedada pela Súmula 7 do STJ. 2. Tendo a Corte de origem firmado a compreensão no sentido de que existiriam nos autos provas suficientes para o deslinde da controvérsia, rever tal posicionamento demandaria o reexame do conjunto probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental não provido.” (STJ: AgRg no Ag 1350955/DF, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 18/10/2011, DJe 04/11/2011).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS Á EXECUÇÃO DE TÍTULO CAMBIAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CARACTERIZADO. I - Para que se tenha por caracterizado o cerceamento de defesa, em decorrência do indeferimento de pedido de produção de prova, faz-se necessário que, confrontada a prova requerida com os demais elementos de convicção carreados aos autos, essa não só apresente capacidade potencial de demonstrar o fato alegado, como também o conhecimento desse fato se mostre indispensável à solução da controvérsia, sem o que fica legitimado o julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, I, do Código de Processo Civil." (STJ: 3ª Turma, Resp 251.038 - Edcl no AgRg, Rel. Min. Castro Filho).

Consoante os Julgados acima expostos, nos quais espelho meu convencimento da desnecessidade da produção de prova diante da suficiência de todas aquelas acostadas aos autos, indefiro as provas requeridas e passo ao julgamento da causa.

C) Do julgamento antecipado

O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento ou outras diligências para a produção de novas provas.

D) Da impugnação ao laudo

O autor apresentou impugnação ao laudo pericial, aduzindo, em síntese, que a conclusão do ilustre perito, destoa dos elementos apresentados nos autos, devendo o laudo ser considerado inconclusivo. De acordo com o requerente, a incapacidade é permanente, diferente do afirmado pelo perito, que constatou incapacidade temporária. Desse modo, requer a concessão do benefício pleiteado da exordial.

DECIDO

É cediço que o artigo 480, do CPC, disciplina, in verbis:

Art. 480. O juiz determinará, de ofício ou a requerimento da parte, a realização de nova perícia quando a matéria não estiver suficientemente esclarecida.

§ 1º A segunda perícia tem por objeto os mesmos fatos sobre os quais recaiu a primeira e destina-se a corrigir eventual omissão ou inexatidão dos resultados a que esta conduziu.

§ 2º A segunda perícia rege-se pelas disposições estabelecidas para a primeira.§ 3º A segunda perícia não substitui a primeira, cabendo ao juiz apreciar o valor de uma e de outra.

Em verdade, entendo que a insurgência por meio de impugnação ao laudo ocorrera não no interesse da justiça, mas por refletir conclusão contrária ao seu interesse pessoal.

Além disso, quanto ao argumento de que existem, nos autos, provas robustas de sua incapacidade, os Tribunais pátrios têm entendido que, diante do livre convencimento motivado do magistrado, a perícia realizada por profissional capacitado e de confiança do juízo pode ser considerada elemento probante suficiente à solução do litígio.

A respeito, confira-se:

PREVIDENCIÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CARACTERIZADO. PROVA PERICIAL SUFICIENTE. INCAPACIDADE LABORATIVA NÃO COMPROVADA. QUALIDADE DE SEGURADO NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE CARÊNCIA.NÃO MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS EM DECORRÊNCIA DA SUCUMBÊNCIA RECURSAL. 1.Preliminar de nulidade da sentença rejeitada. Cerceamento de defesa não caracterizado. O laudo pericial foi elaborado com boa técnica e forneceu ao juízo os elementos necessários à análise da demanda. Ausência de elementos aptos a descaracterizar o laudo pericial. 2. A parte autora não demonstrou a incapacidade para o trabalho. 3. Ausente a incapacidade ao desempenho de atividades laborativas, que é pressuposto indispensável ao deferimento do benefício, torna-se despicienda a análise dos demais requisitos, na medida em que a ausência de apenas um deles é suficiente para obstar sua concessão. 4. Por sua vez, observo que a verificação da alegada incapacidade da parte autora depende do conhecimento técnico de profissional da área médica, mediante a realização de prova pericial, não se prestando a prova testemunhal a tal fim, nos termos do art. 400, II, do Código de Processo Civil/443, II, do Código de Processo Civil/2015. [...] 7. Preliminar rejeitada e, no mérito, apelação não provida. (TRF-3 - Ap: 00254697220184039999 SP, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO DOMINGUES, Data de Julgamento: 08/04/2019, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA:06/05/2019). Grifos nossos.

Ademais, sabe-se que o Juízo detém ampla liberdade na condução do processo e na formação do seu convencimento, podendo indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias, nos termos do artigo 370, caput e parágrafo único, do CPC/2015. Além disso, de acordo com o artigo 5º, LXXVIII, da CF, o magistrado tem o dever de zelar pela rápida solução da lide.

Portanto, a mera discordância da parte quanto ao conteúdo material do laudo não urge a necessidade de nova perícia e/ou refuta a conclusão apresentada.

Nesse sentido:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE NOVA PERÍCIA. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. NÃO CONFIGURAÇÃO. Conforme consignado no acórdão regional, o próprio autor pleiteou a utilização de prova emprestada do processo nº 0008900-97.2010.5.17.000, porém, o perito que atuou no referido processo reavaliou as condições de trabalho da função exercida pelo autor e alterou sua conclusão. Assim, ao não concordar com a conclusão pericial que lhe foi desfavorável, o autor solicitou a produção de nova perícia que, no entanto, foi indeferida pelo Juízo, sob o fundamento de que esta somente se justificaria se a matéria não estivesse suficientemente esclarecida, conforme determina o artigo 480 do CPC/2015, o que não ocorreu na hipótese. Com efeito, o Juízo detém ampla liberdade na condução do processo e na formação do seu convencimento, podendo indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias, nos termos do artigo 370, caput e parágrafo único, do CPC/2015. Além disso, de acordo com o artigo 5º, LXXVIII, da CF, o magistrado tem o dever de zelar pela rápida solução da lide. No caso, diante do contexto fático delineado pelo Tribunal Regional, o indeferimento de produção de nova perícia não caracteriza cerceamento de defesa, porque foi evidenciado pelo magistrado que os elementos constantes dos autos eram suficientes ao julgamento do feito. Intactos, portanto, os artigos 5º, LV, da CF e 480 do CPC/2015. Assim, tendo em vista que a parte não trouxe, nas razões de agravo, nenhum argumento capaz de infirmar a decisão denegatória do agravo de instrumento, há que ser mantida a decisão. Agravo conhecido e desprovido.

Portanto, não implica cerceamento de defesa o indeferimento de nova perícia, diante da mera discordância da parte quanto ao seu conteúdo material.

Desta feita, REJEITO a impugnação ao laudo pericial médico.

e) DO MÉRITO
1- Da qualidade de segurado
Para a concessão do benefício pretendido faz-se necessário o preenchimento de alguns requisitos legais.
Conforme o disposto no art. 59 da Lei n. 8.213/91: o auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigida nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
A legislação previdenciária estabelece que a carência exigida para a obtenção desse benefício é de 12 (doze) contribuições mensais (art. 25, I), salvo nos casos legalmente previstos.
Em sendo a incapacidade anterior à filiação a Previdência Social, ou à recuperação da condição de segurado, resulta afastada a cobertura previdenciária (art. 42, § 2º e art. 59, § 1º).
No caso dos autos, conforme extrato previdenciário juntado aos autos (ID 91066760), o autor foi beneficiário de auxílio-doença até a data de 30/01/2020, considerando a data do requerimento administrativo, quer seja, 26/03/2020, o requerente possuía a qualidade de segurado. Quanto à carência, não é necessária, dado que o requerente é trabalhador rural.
Portanto não há dúvidas quanto à sua qualidade de segurado, preenchendo o primeiro requisito.
Passo ao exame da incapacidade.
2- Da incapacidade
No tocante a incapacidade, a prova pericial é fundamental nos casos de benefício por incapacidade e tem como função elucidar os fatos trazidos ao processo. Submete-se ao princípio do contraditório, oportunizando-se, como no caso dos autos, a participação das partes na sua produção e a manifestação sobre os dados e conclusões técnicas apresentadas.
Cumpre ressaltar que o perito judicial é o profissional de confiança do juízo, cujo compromisso é examinar a parte com imparcialidade. Embora o juiz não fique adstrito às conclusões do perito, a prova em sentido contrário ao laudo judicial, para prevalecer, deve ser suficientemente robusta e convincente.
Considerando isso, assim consignou o perito:
10.2 SOBRE A INCAPACIDADE
Há incapacidade total.
Data Inicial da Incapacidade (DII): 01/10/2021
A incapacidade é: Temporária - 180 dias de afastamento a contar da data desta perícia.
11 QUESITOS DO JUÍZO
2. Apresenta, o periciando, doença que o incapacita para o exercício de qualquer atividade que lhe garanta a subsistência?
Há incapacidade total temporária - 180 dias de afastamento a contar da data desta perícia. Avaliado dispõe de indicação de tratamento CIRÚRGICO com finalidade de reconstrução de ligamento cruzado anterior em ambos joelhos. Porém, referiu sequer estar aguardando realização dos exames, nega busca por tratamento em via SUS. Cabe ressaltar que apesar dos danos encontrados ao exame físico, a ausência de busca pelo correto e necessário tratamento médico poderá inferir em inércia em busca do tratamento devido a ganho secundário. Assim, caso da inexistência de busca ou realização de tratamento médico no período orientado não há configuração de indicação de perpetuação de benefício previdenciário.
3. Qual doença/lesão apresentada?
CID10 - M17 - Gonartrose CID M23 – Transtornos internos dos joelhos.
9. Atualmente a enfermidade está em fase evolutiva (descompensada) ou estabilizada (residual)?
Atualmente a enfermidade está em fase evolutiva.
11. O grau de redução da capacidade laboral é total ou parcial? Especifique a extensão e a intensidade da redução e de que forma ela afeta as funções habituais do periciando.
Há incapacidade total temporária - 180 dias de afastamento a contar da data desta perícia.
Esclareceu o perito que a incapacidade do autor é TOTAL e TEMPORÁRIA.
Desse modo, prudente a concessão do benefício por 180 dias, devendo a parte ser reavaliada, sem prejuízo de ser prorrogado o benefício se a capacidade persistir ou de ser cessado se for constatado não mais existir incapacidade, ou podendo ainda ser reabilitada.
No mais, o perito esclareceu de maneira suficiente a dúvida objeto do feito, permitindo ao juízo a formação da convicção do julgamento com total segurança, não havendo qualquer necessidade de submissão de novos quesitos ou de nomeação de novo médico para realizar outra perícia, a atrasar injustificadamente o trâmite e o julgamento do processo.
Nesse sentido é a orientação da instância imediatamente superior (TRF 1ª Região), senão confira:
PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. PRELIMINAR. NULIDADE DA SENTENÇA. NOVA PERÍCIA. AUXÍLIO DOENÇA. PERÍCIA DESFAVORÁVEL. NÃO PROVIMENTO. 1. Não ocorre o cerceamento de defesa, porque o perito nomeado pelo juízo goza de imparcialidade e o seu laudo possui presunção relativa de verdade. Inexistência de previsão legal que vincule o laudo pericial a determinada especialidade médica, sendo jurisprudência pacífica da TNU quanto à necessidade de especialização do perito apenas em situações que envolvem a existência de elevada complexidade e/ou doença rara, hipóteses não verificadas nos autos (TRJFA, Processo 3817-54.2013.4.01.3815, Relator Juiz Federal Guilherme Fabiano Julien de Rezende, julgado em 05/02/2014). 2. O juiz é o destinatário da prova e a ele cabe decidir sobre o necessário à formação do próprio convencimento. A apuração da suficiência dos elementos probatórios que justificaram o julgamento antecipado da lide e o indeferimento de nova prova pericial e prestação de esclarecimentos. 3. A aposentadoria por invalidez e o auxílio-doença exigem a qualidade de segurado, a carência de 12 meses (art. 25, I, Lei 8.213/91) e a incapacidade para o trabalho habitual, embora suscetível de recuperação. 4. O laudo pericial, realizado em 22/09/2008 (f. 78/82), é conclusivo ao afirmar que a autora é portadora de dorsalgia (CID 10-M54. 8), adquirida com a idade que não gera incapacidade para o exercício de sua atividade laboral habitual (costureira - f. 80). 5. Há que prevalecer o laudo do perito oficial, em razão de maior equidistância das partes e de ser de absoluta confiança do juízo, sobretudo se não encontra o julgador motivação para proceder de maneira diversa (TRF1, AC 2000.33.00.008552-1/BA, 2ª Turma, Relator Desembargador Federal Tourinho Neto, DJU de 25.4.2003). 6. O atestado médico e exames da parte não têm o condão de afastar as conclusões do perito oficial, sendo certo que para o reconhecimento do direito à aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença não basta a existência de doença ou lesão, sendo imprescindível que impeçam o desempenho da atividade habitual. 7. O mero inconformismo em relação às conclusões do laudo pericial, cujas respostas são fundamentas e claras no sentido de não haver a incapacidade permanente para o trabalho, sem amparo em outras provas, é insuficiente para alterar o julgamento. 8. Não provimento da apelação da autora. (TRF 1ª Região, AC 0018572-38.2010.4.01.9199 / MG, Rel. JUIZ FEDERAL JOSÉ ALEXANDRE FRANCO, 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE JUIZ DE FORA, e-DJF1 de 11/04/2017) (destaquei).

Assim, as provas carreadas nos autos evidenciam, o quanto basta, que a parte autora faz jus ao benefício de auxílio-doença, devendo continuar a se submeter à realização de tratamento médico.
O benefício de auxílio-doença será concedido pelo prazo de 180 dias, sendo que as parcelas vencidas devem retroagir desde a data do requerimento administrativo - 26/03/2020.
Importante consignar que o trabalhador que recebe auxílio-doença é obrigado a realizar exame médico periódico e participar do programa de reabilitação profissional prescrito e custeado pela Previdência Social, nos termos do art. 62 da Lei 8.213/91, sob pena de ter o benefício suspenso.
III – DISPOSITIVO
Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, para CONDENAR o INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL a:
1) CONCEDER em favor da parte requerente, FRANCISCO PEREIRA DE MELO o BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA, a partir da data da perícia médica (24/01/2023), pelo período de 180 (cento e oitenta) dias;
2) PAGAR à parte requerente as verbas retroativas, devidas desde a data do requerimento administrativo (26/03/2020 - ID 81892853), até a efetiva implementação do benefício.
Conforme quadro-síntese abaixo, o qual é utilizado pelo sistema de inteligência artificial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS:
Quadro-síntese de parâmetros Espécie: B31 CPF: 286.094.332-34 DIB: 26/03/2020 DIP: 13/07/2023 DCB: APÓS 180 DII: 01/10/2021 Cidade de Pagamento: CUJUBIM - RO
Julgo extinto o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I do CPC.
Presentes os requisitos do art. 300, do CPC, CONCEDO A TUTELA DE URGÊNCIA de mérito para determinar que o requerido IMPLEMENTE o benefício de auxílio doença em favor da parte requerente, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da intimação da presente, sob pena de posterior fixação de multa diária pelo não atendimento, por se tratar de benefício de caráter alimentar, cuja tutela específica da obrigação visa evitar dano de difícil reparação.
A correção monetária deverá incidir na forma do Manual de Cálculos da Justiça Federal.
Os juros de mora deverão ser aplicados de acordo com os índices oficiais da Caderneta de Poupança e são devidos a partir da data da citação.
Condeno ainda o requerido ao pagamento dos honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o proveito econômico obtido, com fundamento no art. 85, § 3º, I, do CPC.
Sem custas, nos termos do artigo 5º, I da Lei Estadual n. 3.896/2016.
Considerando que os valores a serem recebidos pela requerente não ultrapassam a 1.000 (mil) salários-mínimos, desnecessário se faz a remessa do feito ao reexame necessário, nos termos do que preconiza o art. 496, §3º, I, CPC.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado. Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, §2º, do Código de Processo Civil.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo “a quo” (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo legal.
P. R. I. Transitada esta em julgado, nada requerido, arquive-se.
VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO CONCEDIDO.
Ariquemes,14 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7016520-86.2021.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: V. D. S.
ADVOGADO DO AUTOR: BRUNO ALVES DA SILVA CANDIDO, OAB nº RO5825
REU: M. B. S., D. B. D. S. J., C. K. D. S.
ADVOGADOS DOS REU: MARILIA LISBOA BENINCASA MORO, OAB nº RO2252A, VALDELISE MARTINS DOS SANTOS FERREIRA, OAB nº RO6151, WAGNER GONCALVES FERREIRA, OAB nº RO8686, CAROL GONCALVES FERREIRA, OAB nº DF67716
SENTENÇA
Vistos,
I - RELATÓRIO
Trata-se de Ação Declaratória de União estável post mortem ajuizada por VANESSA DOS SANTOS em face de CAMILA KILL DA SILVAN, DIRCEU BARBOSA DA SILVA JUNIOR e MARIANA BRASSOLOTTO SILVA, filhos do falecido, DIRCEU BARBOSA DA SILVA, todos qualificados nos autos.
Alega a parte autora ter iniciado um relacionamento amoroso com o de cujus, em 05 de junho de 2018 e que em poucos meses passaram a morar juntos, de forma contínua e com o intuito de constituir família até a data de seu falecimento em, 30/09/2021. Sustentou que conviveu com o de cujus aproximadamente 03 (três) anos e sempre tiveram o intuito de constituir uma família. Assim, requereu a procedência da ação. Juntou documentos.
Despacho inicial de ID 63981646 indeferiu a gratuidade postulada, determinando a parte autora comprovar sua hipossuficiência e/ou recolher as custas devidas.
Em ID 65570609 a autora informou a interposição de agravo de instrumento da decisão que indeferiu a gratuidade, não sendo provido (ID 68384036).
A autora recolheu as custas, ID 6616956.

A inicial foi recebida, determinou a citação dos requeridos, ID 66654129.
Audiência de conciliação restou infrutífera, ID 77758091.
Citada, a requerida apresentou contestação, postulou pela improcedência total da ação requereu a realização de audiência de instrução e julgamento, ID 78579230.
Houve réplica, ID 81674765.
Decisão de ID 86169050 designou-se audiência de instrução e julgamento.
Audiência de instrução realizada, conforme ata juntada ao ID 89487873.
Alegações finais apresentadas aos ID's 89698615 e 90116900.
Ministério Público opinou pela procedência da ação, ID 92264023.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório necessário. DECIDO.
II - FUNDAMENTAÇÃO
Cuida-se de ação de reconhecimento de união estável post mortem.
Pois bem. Após detida análise dos autos, verifico que é o caso de improcedência da inicial. Explico.
A Constituição Federal de 1988 abre o capítulo destinado à família (art. 226) com a afirmativa de que ela é a base da sociedade e tem especial proteção do Estado. E no § 3º do mesmo artigo, a par da família tradicionalmente constituída pelo casamento, o constituinte enxerga a entidade familiar na união estável: "Para efeito de proteção do Estado é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento".
A referida regra constitucional foi primeiramente regulamentada pelas Leis n. 8.971/94 e 9.278/96, mas posteriormente foi melhor delineada pelo Código Civil, o qual de forma geral manteve o direcionamento da Lei de 1996, no sentido de que união estável é a união fática de duas pessoas, com o propósito de estabelecer comunhão plena de vida, assumindo publicamente e mutuamente os companheiros a qualidade de consortes, com base na igualdade de direitos e deveres.
Nessa senda, em harmonia com a caracterização de união estável prevista na Lei n. 9.278/96, o CC exige no art. 1.723 que a união seja pública, contínua, duradoura, objetivando a constituição de família, sem fixar um prazo mínimo para se constituir entidades familiares.
Logo, o relacionamento em união estável se assemelha, de fato, a um casamento, ostentando o casal a situação de marido e mulher. Por conseguinte, cabe à parte autora demonstrar uma convivência que revele um grau de comprometimento recíproco e vida em comum compatível com o casamento, revelando as características próprias de uma entidade familiar.
In casu, a parte requerente narrou que manteve com o falecido DIRCEU BARBOSA DA SILVA um relacionamento público e notório, por aproximadamente 03 (três) anos, até o falecimento do mesmo, abrangendo o período de 05 de junho de 2018 à 30 de setembro de 2021, com a efetiva intenção de constituir uma família.
No tocante aos documentos juntados pela parte autora, cabe pontuar que não há um sequer a demonstrar indício de união com intuito familiar, seja pelo fato de que não constava a autora como dependente do falecido, seja na certidão de óbito, em que não fora a declarante, mas sim um terceiro (ARINO DE ALMEIDA MELO JUNIOR), com anotação de que o falecido era divorciado e possuía 01 (um) filho menor e 02 (duas) maiores.
Em adição a isso, foram ouvidas testemunhas, onde nenhuma delas foram categóricas ao afirmar a união estável entre a autora e o de cujus, mostrando-se frágeis toda a contextualização das provas do pedido inicial. Vejamos o que algumas testemunhas disseram:
A testemunha, RONALDO PEREIRA CHAVES narrou: (..) "que residiu com o de cujus de 2009 à abril/2021 e neste período que morou em sua casa, a autora não morava lá, mas ia lá, pois namoravam, inclusive dormia lá. (..)"
A testemunha, NATIELE MARIA DE JESUS afirmou: (..) " sobrinha de Altamiro, tio do falecido Dirceu; Quando esteve em Rondônia para cuidar do seu tio, em conversa com o Dr. Dirceu, ele ofereceu para se hospedar em sua casa e não falou nada que tinha esposa. (..)"
Para o sucesso da demanda, nos termos postulados na inicial, deveria a autora comprovar indubitavelmente o período que durou a união e que constituía intuito familiar e de forma contínua e duradoura, o que não restou sobejamente provado. Nesse sentido, constata-se que a autora não se desincumbiu de provar os fatos por si alegados, ônus que lhe competia a teor do disposto no artigo 373, inciso I do CPC.
Assim, ante a anemia probatória, não se verifica demonstrada nos autos a presença concomitante dos requisitos previstos em lei para a configuração de união estável, cujo ônus cabia à parte demandante, de modo que o pedido não pode prosperar.
Ao contrário do que se alega, a autora não apresentou indicativos da união alegada, de forma pública, contínua e duradoura e com intuito de constituir família. Do alegado tempo de união, a requerente juntou apenas fotografias em que estão juntos com outras pessoas em festas e comemorações, situação normal entre qualquer pessoa que enamora.
A autora não tinha qualquer envolvimento na vida econômica e profissional do falecido, nem mesmo sabia a sua movimentação financeira, fatos que demonstram que não tinham compromisso de viverem como marido e mulher, na realidade o relacionamento era apenas um namoro sem o intuito de constituir matrimônio.
Embora comprovado que houve um relacionamento amoroso entre a autora e o falecido, não há prova segura de que esse relacionamento tinha a intenção de constituir família, ao contrário, que era um namoro; por outro lado ainda não há prova contundente a demonstrar o efetivo período em que esse relacionamento existiu.
Nesse contexto, o Tribunal de Justiça de Rondônia assegura:
Apelação. Ação declaratória. Previdenciário. Reconhecimento de união estável post mortem. Comprovação. Ausência. Pensão por morte. 1. A configuração de uma entidade familiar depende da presença de fatores para sua caracterização, que, analisados conjuntamente, impõem ou não seu reconhecimento, incumbindo ao autor o ônus da prova do fato constitutivo do direito buscado. 2. Ausente demonstração nos autos de que a apelante mantinha relacionamento conjugal e dependência econômica com segurado na ocasião do óbito, torna-se inviável a pretensão de recebimento de pensão previdenciária por morte. 3. Recurso não provido. (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7035187-31.2018.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Miguel Monico Neto, Data de julgamento: 14/02/2022.)
Apelação Cível. Princípio da dialeticidade não violado. Reconhecimento de união estável post mortem. Comprovação dos requisitos. Não há violação ao princípio da dialeticidade quando o recorrente se insurge contra os fundamentos da sentença. Não comprovados os requisitos configuradores da união estável, através de documentos e testemunhos, julga-se improcedente o pedido de reconhecimento formulado. (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7018247-88.2018.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 17/11/2021.)

Apelação. Ação de reconhecimento de união estável post mortem. Requisitos legais. Não comprovação. Sentença mantida. Recurso não provido. Quando ausente a comprovação da união pública, contínua e duradoura, fidelidade, estabilidade, mútua assistência e ânimo de constituir família, não restando preenchidos os requisitos do artigo 1.723 do Código Civil, o que impossibilita o reconhecimento da união estável. (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7007960-88.2017.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 07/10/2021.)

De acordo com o ordenamento jurídico, o art. 1.723 do CC, a união estável é uma relação não eventual, pública e duradoura, com o objetivo de constituir família. Assim, para o seu reconhecimento, é necessária a comprovação desses requisitos, que no caso não restaram evidenciados.

Cabe consignar que as provas trazidas pela autora estão cercadas de dúvidas acerca da data de início, término ou do período do relacionamento entre a autora e Dirceu, o que impossibilita o reconhecimento da união estável pleiteada.

Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.

No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).

Dito isso, a improcedência é a medida a ser imposta ao feito.

III - DISPOSITIVO

Posto isso, com fulcro no artigo 487, I do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial por VANESSA DOS SANTOS em face de CAMILA KILL DA SILVA, DIRCEU BARBOSA DA SILVA JUNIOR e MARIANA BRASSOLOTTO SILVA.

Em razão da sucumbência, condeno a autora ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 10% do valor da causa (art. 85, § 2º, CPC) e das custas na forma da lei.

Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.

Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará à imposição da multa prevista pelo artigo 1026, §2º, do Código de Processo Civil.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias.

Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.

Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se.

Ciência ao Ministério Público.

P.R.I.C., promovendo-se as baixas devidas no sistema.

SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.

Ariquemes,14 de julho de 2023

Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes

Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ariquemes - 2ª Vara Cível

Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7002274-51.2022.8.22.0002

Classe: Procedimento Comum Cível

AUTOR: JOSE ROCHAEL DA SILVA

ADVOGADOS DO AUTOR: NATALIA AQUINO OLIVEIRA, OAB nº RO9849, QUILVIA CARVALHO DE SOUSA, OAB nº RO3800

REU: ROCHAEL WALTER DA SILVA, NADILA WALTER DA SILVA, NELSON WALTER DA SILVA NETO

ADVOGADO DOS REU: BERNARDO CAMPOMIZZI MACHADO, OAB nº MG106599

SENTENÇA

I- RELATÓRIO

JOSÉ ROCHAEL DA SILVA ajuizou AÇÃO ANULATÓRIA DE REGISTRO IMOBILIÁRIO C/C PEDIDO LIMINAR DE TUTELA DE URGÊNCIA em face de NÁDILA WALTER DA SILVA, NELSON WALTER DA SILVA NETO e WALTER NUNES DA SILVA, todos qualificados nos autos.

Narra em síntese que o autor é genitor dos requeridos e que transferiu para estes o imóvel denominado: Lote 04, Quadra 19, Setor 09 - Loteamento Jardim Jorge Teixeira, com área de 800 m², Município de Ariquemes/RO à título de acordo verbal, a fim de resguardar seu patrimônio e garantir sua segurança financeira e de sua família.

Alega portanto, que os requeridos/filhos nunca tomaram posse do referido imóvel e que desde então realiza todas as manutenções do imóvel. Aduz ainda que recebeu proposta para vender o imóvel e que em contato com os filhos para autorizarem a venda, foi pego de surpresa, sendo lhe negado a negociação. Requereu portanto a concessão da tutela de urgência para manutenção do imóvel e no mérito que seja reconhecida a validade do acordo verbal, declarando a nulidade da escritura pública do imóvel. Juntou documentos.

Despacho de ID 71148411 indeferiu a gratuidade, determinando a juntada de comprovação de hipossuficiência bem como determinou a adequação do valor da causa.

Em ID 74908831 o autor juntou documentos a fim de comprovar sua hipossuficiência.

Despacho inicial de ID 76160455 deferiu a gratuidade postulada ante os documentos acostados, indeferiu a tutela pretendida bem como designou-se audiência de conciliação.

Audiência de conciliação restou-se infrutífera, ID 78558374.

Citados, o requerido, WALTER NUNES DA SILVA, apresentou contestação, alegou preliminarmente pela retificação do seu nome, pela prejudicial de mérito pela decadência e no mérito aduziu pela inexistência de acordo verbal, tendo em vista que à época era menor de idade, absolutamente incapaz, restando nulo o negócio jurídico, ademais, não comprovou com os fatos alegados. Narrou que houve a escritura pública de compra e venda, na qual lavrou-se em 03/11/2008, não contendo nenhum vício de vontade ou consentimento. Requer portanto o acolhimento da prejudicial de mérito pela decadência e no mérito a total improcedência da ação. Juntou documentos.
Houve réplica da contestação ofertada pelo requerido, WALTER NUNES DA SILVA (ID 83162639).
Intimados para se manifestarem e requererem o que entender de direito, a parte autora requereu a designação de audiência de instrução e a decretação de revelia aos demais requeridos (ID 83192506) e o requerido, Walter Nunes da Silva manifestou-se pela inexistência de revelia e requereu oitiva de testemunhas (ID 83546272).
Decisão saneadora em ID 86168640, acolheu a preliminar para retificação do nome de um dos requeridos (Walter Nunes da Silva), determinando-se a devida retificação, indeferiu o pedido de gratuidade postulada pelo requerido Walter, fixou-se os pontos controvertidos bem como designou-se audiência de instrução.
Audiência de instrução realizada, conforme ata de ID 89353427.
Alegações finais apresentadas aos ID's 89654923 e 90126417.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório necessário. DECIDO.
II - FUNDAMENTAÇÃO
Cuida-se de AÇÃO ANULATÓRIA DE REGISTRO IMOBILIÁRIO C/C PEDIDO LIMINAR DE TUTELA DE URGÊNCIA movida por JOSÉ ROCHAEL DA SILVA em face de NÁDILA WALTER DA SILVA, NELSON WALTER DA SILVA NETO e WALTER NUNES DA SILVA, todos qualificados nos autos.
Antes de adentrar ao mérito, mister se faz necessário a apreciação da preliminar pendente de análise. Oportuno registrar que a preliminar de alteração no nome de um dos requeridos já foi deliberada, bem como quanto a gratuidade judiciária postulada pelo requerido, defiro desde já, ante a comprovação de hipossuficiência comprovada (ID 86496901/86496907), portanto, resta para apreciação a prejudicial de mérito de decadência, alegada pelo requerido Walter Nunes da Silva.
a) Da Prejudicial de mérito - Decadência
O requerido em sua contestação, alegou a prejudicial de mérito - decadência, sob o argumento de que decorreu mais de 13 (treze) anos após a efetivação do negócio jurídico, recaindo portanto no prazo decadencial, requerendo portanto a extinção do autos com resolução do mérito, nos termos do art. 487, II do CPC.
Pois bem.
Em análise detida dos autos, verifica-se que não opera o instituto da decadência, tendo em vista a observância de simulação do negócio jurídico realizado entre as partes, conforme explanarei a seguir.
Sobre o tema, imperioso mencionar julgados recentes:
APELAÇÃO CÍVEL - NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO - IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO - COISA JULGADA - INOCORRÊNCIA - DECADÊNCIA - SIMULAÇÃO - VENDA DE IMÓVEL À FILHA E GENRO - AUSÊNCIA DE PROVA DO PAGAMENTO DO PREÇO - PREÇO INFERIOR AO DE MERCADO - NULIDADE CONSTATADA E DECLARADA. Se acórdão do TJMG determina que a questão relativa à nulidade do negócio jurídico referente a bem a ser partilhado seja dirimida em autos próprios para, só então, ser objeto de sobrepartilha, não há que se falar em coisa julgada para afastar a possibilidade de análise do pedido declaratório de nulidade do negócio que se quer seja declarado nulo. A simulação é causa de nulidade absoluta de negócio jurídico, insuscetível, portanto, de prescrição ou de decadência, nos termos dos arts. 167 e 169 do CC. Comprovada a simulação da transferência de imóvel pelo companheiro à filha e ao genro, por preço inferior ao do mercado e sem prova do pagamento do preço e continuando o vendedor a residir no imóvel, impõe-se a declaração de nulidade do ato e o retorno das partes ao "status quo ante", retornando o bem à titularidade do então alienante. Recurso provido. (TJ-MG - AC: 10672150116685001 Sete Lagoas, Relator: Manoel dos Reis Morais, Data de Julgamento: 26/05/2021, Câmaras Cíveis / 20ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 01/06/2021)
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - DESERÇÃO - REJEITAR - ILEGITIMIDADE ATIVA, PASSIVA E INÉPCIA DA INICIAL - REJEITAR - SENTENÇA EXTRA PETITA - INOCORRÊNCIA - ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO - COMPRA E VENDA DE BEM IMÓVEL - SIMULAÇÃO CONFIGURADA - DECADÊNCIA - NÃO OCORRÊNCIA.
- Não há que se falar em deserção por terem os apelantes recolhido o preparo recursal. - A análise das condições da ação deve ser realizada in statu assertionis, com base na narrativa realizada pelo autor na petição inicial. Em se concluindo que o autor é o possível titular do direito sustentado na peça de ingresso, bem como que o réu deve suportar a eventual procedência da demanda, estará consubstanciada a condição da ação relativa à legitimidade das partes. - A preliminar de inépcia da inicial só deve ser reconhecida quando existente vício insanável que impossibilite o contraditório ou a própria prestação jurisdicional. - "É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado". - É possível concluir que o contrato de compra e venda estabelecido entre os réus padece do vício de simulação, tendo em vista que jamais houve o pagamento do preço, nem mesmo a entrega do imóvel ao suposto comprador (elementos constitutivos do contrato). - De acordo com entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça,em se tratando de compra e venda entre descendente e ascendente por interposta pessoa, a contagem do prazo decadencial de quatro anos tem início com a abertura da sucessão do alienante. (TJMG - Apelação Cível 1.0079.09.995070-5/001, Relator(a): Des.(a) Shirley Fenzi Bertão , 11ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 07/12/2016, publicação da súmula em 15/12/2016).
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL - PREJUDICIAL DE DECADÊNCIA - AFASTAMENTO - DOAÇÃO INDIRETA - SIMULAÇÃO COMPROVADA - PROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO. - A pretensão atinente à declaração de nulidade absoluta de negócio jurídico, por simulação, não se sujeita à decadência (Código Civil - art. 169)- O negócio jurídico se configura simulado quando contém declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira, como ocorre em Contrato de Venda e Compra de Imóvel celebrado para mascarar Doação, com fraude à Lei, ao Fisco e à apuração equitativa dos quinhões hereditários, mediante a colação do bem doado, em caso de morte do doador. (TJ-MG - AC: 10472120035887001 MG, Relator: Roberto Vasconcellos, Data de Julgamento: 08/11/2018, Data de Publicação: 21/11/2018).
Dito isso, afasto a alegação de decadência, portanto, passo análise do mérito.
b) Do Mérito
Trata-se de ação declaratória de nulidade do seguinte ato jurídico: a) escritura pública de venda e compra lavrada no 1º Ofício de Notas e Registro Civil de Ariquemes, fls. 177, Livro 78;

Superadas as questões fáticas e jurídicas levantadas pelas partes no curso do processo, resta verificar a quem assiste razão com fulcro nas provas produzidas, em atenção ao Princípio do livre convencimento motivado ou persuasão racional do juiz, a teor do que dispõe o artigo 371 do CPC em vigor.

Ressai dos autos que o autor requer a anulação da escritura pública de compra e venda realizada em face dos filhos/requeridos, sob o argumento de que passou o imóvel para o nomes destes, a fim resguardar o seu patrimônio em razão do relacionamento amoroso que estava vivendo com pessoa que não era a genitora dos requeridos.

Instados, apenas o requerido Walter se manifestou, alegou em síntese que à época da realização da transação era menor de idade, não sendo possível realizar o negócio jurídico de forma verbal, restando válido a transação realizada no cartório de imóveis. Requereu a total improcedência da ação.

Pois bem.

A celeuma dos autos refere-se à validade e/ou nulidade da escritura de compra e venda do imóvel denominado: Lote 04, Quadra 19, Setor 09 - Loteamento Jardim Jorge Teixeira, com área de 800 m², Município de Ariquemes/RO realizada entre pai/autor e filhos/requeridos.

Nos termos do artigo 373, I, do CPC, cabe o autor comprovar o fato constitutivo do seu direito, que vem a ser a nulidade do negócio jurídico, decorrente da alegada simulação de transferência alegada.

Aos requeridos, por sua vez, cabe a prova sobre os fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito da autora (art. 373, II, CPC).

Assim, passo a analisar as alegações e provas trazidas ao processo, de forma que o pronunciamento judicial tenha coerência com o que foi discutido e suficientemente comprovado nos autos.

De início, cumpre anotar que em tese a consequência da declaração de nulidade seria o retorno das partes ao estado anterior, e os efeitos naturais a serem irradiados seria o retorno da propriedade e da posse ao autor.

Nesta perspectiva, a tutela declaratória perseguida mostra-se útil e pertinente no sentido de que a anulação do registro público realizado com base nas escritura que venha a ser invalidada habilita o autor a reivindicar o imóvel, conforme disciplina o artigo 1.247 do Código Civil:

“Art. 1.247. Se o teor do registro não exprimir a verdade, poderá o interessado reclamar que se retifique ou anule.

Parágrafo único. Cancelado o registro, poderá o proprietário reivindicar o imóvel, independente da boa-fé ou do título do terceiro adquirente.”

Delimitada a pretensão, quanto ao fato constitutivo do direito do autor, tem-se que este sustenta que fora realizado a referida transação do imóvel de forma simulada, transferindo em 2008 para os requeridos, por meio de escritura pública lavrada no Cartório do 1º Ofício de Notas e Registro da Cidade de Ariquemes/RO, a fim de resguardar seu patrimônio.

No caso em apreço analisando detidamente todas as provas juntadas aos autos bem como a oitiva das testemunhas, vejo que assiste razão a parte autora e que a ação deve ser julgada totalmente procedente, explico.

Denota-se dos autos a partir das provas produzidas, que o autor possui a posse do imóvel discutido bem como procede com todas as manutenções deste, desde a sua aquisição até o momento, mesmo morando fora do estado. Ademais, restou comprovado que os requeridos jamais se manifestaram acerca da manutenção deste imóvel, tampouco, adimpliram nenhum débito relativo à ela, tais como, IPTU, água, energia, entre outros.

Para corroborar com tais alegações, em audiência de instrução foram ouvidas testemunhas que residem no bairro localizado a residência, onde demonstram o seguinte:

A primeira testemunha, Francisco de Almeida Sobrinho, afirmou: “ Conhece o Sr. Rochael há mais de 30 (trinta) anos e que desde que o conhece reside no imóvel, e que há uns 04 à 05 anos ele foi embora, mas sempre ficou de “cuidar” do imóvel para ele. Informou ainda que soube que a transferência do imóvel aos filhos ocorreu para resguardar o patrimônio em seu segundo casamento. Por fim, informou que os filhos dele veio apenas uma vez para Rondônia quando eram pequenos.”

A testemunha Guilherme Canela Pinto, disse: “Sabe que o Sr. Rochael exerce a posse do imóvel, sendo que arrumou comprador para o imóvel e quando foram ver a documentação, verificaram que estava em nome dos filhos. Sabe-se ainda que o autor paga todas as despesas referente ao imóvel.”

A testemunha José Martins da Silva, relatou: “ Conhece o autor há mais ou menos 30 (trinta) anos e sabe que ele sempre exerceu a posse do imóvel, sendo que todas as vezes que saia do imóvel, solicitava para dar uma olhada na casa. Sabe também que o. Sr. Rochael sempre fez manutenção na casa, coo pintura, calçada, cerca. Informou por fim que os filhos do autor nunca colocaram o pé la.”

Por último, a única testemunha dos requeridos, Srª Neilza Maria relatou apenas que conhece a família há mais de 30 anos e que soube que os requeridos foram presenteados com o imóvel pelo pai.

No que tange à única prova documental, a escritura pública de compra e venda do imóvel, ID 70084704, consubstancia a simulação do negócio jurídico, uma vez que o valor ajustado no documento é de R$ 8.000,00 (oito) mil reais, valor este bem a baixo do valor de mercado; ademais, os requeridos não trouxeram aos autos comprovação de que efetuaram o pagamento do imóvel.

Sobre este assunto, vejamos julgado:

APELAÇÃO CÍVEL. REVOCATÓRIA. NULIDADE DE ESCRITURA PÚBLICA. SIMULAÇÃO COMPROVADA. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL POR PREÇO VIL.CERCEAMENTO DE DEFESA. Embora houvesse requerimento de produção de provas, não constitui cerceamento de defesa a imediata prolação de sentença, se as provas requeridas não se mostravam hábeis para alterar a solução dada ao processo e as existentes no processo já permitiam a prolatação de sentença. Desnecessidade de produção de prova oral. DECADÊNCIA. Da mesma forma, não ocorreu decadência do pedido da demandante, pois a simulação, com base no art. 167 do Código Civil, é ato nulo. E conforme regra do art. 169, também do diploma substantivo civil, não é ?suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo?, não se sujeitando, assim, aos prazos prescricionais ou decadenciais. BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. Todavia, no tocante ao pedido de manutenção da gratuidade da justiça, diante dos documentos acostados aos autos (fls. 888-92), tenho que a requerente comprovou fazer jus ao benefício. MÉRITO. Escritura de compra e venda de imóvel formalizada com intuito de simulação. Simulação relativa utilizada como instrumento para fraudar a lei. Anulação do negócio jurídico realizado. Prova dos autos a demonstrar que a alienação da área ocorreu em valor muito inferior ao de mercado, sem justificativa plausível, corroborando as alegações da autora e caracterizando a simulação. Mérito da sentença mantido. Honorários sucumbenciais fixados com base no § 2º, do art. 85, do CPC. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO DOS RÉUS E DERAM PROVIMENTO AO RECURSO DA AUTORA. UNÂNIME. (TJ-RS - AC: 70080747504 RS, Relator: Nelson José Gonzaga, Data de Julgamento: 05/09/2019, Décima Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: 11/09/2019)

No que tange a simulação de negócio jurídico, há se de se relatar que de acordo com art. 167, do Código Civil de 2022, é nulo o negócio jurídico simulado. Prossegue o CC-02 anotando que “Haverá simulação nos negócios jurídicos quando (...) aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem” (§ 1º, inciso I).

Porquanto, caracterizada a venda simulada entre os litigantes, onde o autor na qualidade de pai, transferiu toda a sua confiança aos seus filhos, repassando o bem imóvel para o nome destes, restou prejudicado ao tentar alienar o bem imóvel, havendo a negativa pela prole.
Verifica-se que o autor é legítimo e possuidor do imóvel discutido nos autos, uma vez que arca com todas as despesas à ele inerente e esta através desta demanda requer reaver seu único bem em vida.
No outro norte, a fim de concluir com o raciocínio da procedência da ação, há de considerar a nulidade do contrato realizado entre as partes, uma vez que o artigo 426 do CC afirma que "não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva", onde devemos estar ciente que herança é o conjunto de direitos e obrigações que se transmite em razão da morte do titular dos bens, o de cujus.
A jurisprudência leciona sobre o tema:
APELAÇÃO CÍVEL. FAMÍLIA. HERANÇA DE PESSOA VIVA. IMPOSSIBILIDADE. PACTA CORVINA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. MANTIDA. Mérito. No caso dos autos, o apelante pretende o adiantamento de sua legítima. Todavia, sua genitora manifestou em sentido contrário a pretensão deduzida na exordial. Ora, a manifestação da vontade da apelada não pode ser suprida pelo Estado-Juiz, porquanto encontra vedação legal no artigo 426 do Código Civil. O recorrente possui mera expectativa de direito, o qual somente advém quando implementado o evento morte. NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70070522503, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Alexandre Kreutz, Julgado em 31/08/2017). (TJ-RS - AC: 70070522503 RS, Relator: Alexandre Kreutz, Data de Julgamento: 31/08/2017, Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 05/09/2017).
Daí por que é caso de se reconhecer a simulação e decretar a nulidade do negócio jurídico realizado.
Assim, outra solução não há que não o decreto de ocorrência de simulação na venda e compra do imóvel objeto da matrícula de nº 12.489 do 1º Ofício de Notas da Comarca de Ariquemes/RO, razão pela qual declaro nulo o registro de escritura pública de venda e compra de imóvel urbano, sob o livro de nº 078, Fls. 177.
Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.
No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).
Dito isso, a procedência é a medida a ser imposta ao feito.
III - DISPOSITIVO
Diante do exposto, nos termos do art. 487, I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado por JOSÉ ROCHAEL DA SILVA em face de ROCHAEL WALTER DA SILVA, NADILA WALTER DA SILVA e WALTER NUNES DA SILVA, a fim de DECLARAR a nulidade da escritura pública de compra e venda, lavrada no 1º Ofício de Notas da Comarca de Ariquemes/RO, datada em 05/12/2008, fls. 177, Livro nº 78, por consequência, expeça-se ofício ao 1º Ofício de Notas e Registro Civil da Comarca de Ariquemes/RO para averbarem a nulidade da escritura pública indicada neste dispositivo à margem do respectivo livro, tornando o referido imóvel disponível para todos os fins em nome do anterior proprietário, Sr. JOSÉ ROCHAEL DA SILVA, CPF: 305.723.046-68.
CONDENO os requeridos, na forma solidária, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da causa atualizado, nos termos do artigo 85, §2º do CPC, cuja exigibilidade ficará suspensa em decorrência da concessão da gratuidade da justiça concedida neste ato, nos termos do artigo 98, § 3º, do CPC.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.
Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará à imposição da multa prevista pelo artigo 1026, §2º, do Código de Processo Civil.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias.
Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.
Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se.
Sentença publicada e registrada automaticamente no sistema PJE.
Intime-se. Após o trânsito em julgado, promova-se as baixas devidas no sistema e arquive-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Ariquemes,14 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7002208-37.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: FRANCISCA BENICIO DE ARAUJO FERREIRA
Advogados do(a) AUTOR: ANDRE ROBERTO VIEIRA SOARES - RO0004452A, VERONICA GONCALVES DIAS BILOTI - RO10910
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7016410-92.2018.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: DULCELINA RAMOS DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: CATIANE MALTA SOARES, OAB nº DESCONHECIDO
REU: MARLI LUCIMAR FURTADO
ADVOGADO DO REU: ERICA DA SILVA NASCIMENTO, OAB nº RO9990
Sentença
Vistos.
I- RELATÓRIO
DULCELINA RAMOS DA SILVA, ingressou com ação de indenização por benfeitorias úteis e necessárias em desfavor de MARLI LUCIMAR FURTADO.
Ressai da inicial, que a autora construiu um imóvel de madeira em terreno de invasão localizado na Rua Yara, n. 2172, Bairro Jorge Teixeira. Consta, ainda, que após algum tempo, a autora fora despejada. No entanto, não obstante isso, a autora foi impedida pela requerida de retirar todo o madeiramento da casa, bem como as benfeitorias que procedeu no imóvel (madeiramento do imóvel, padrão de energia, telhado, cerca, portão, caixa d'água, fiação, plantas). Desse modo, a autora pretende a condenação da requerida ao pagamento da indenização pelas benfeitorias úteis e necessárias realizadas em seu imóvel. Juntou documentos.
Em despacho inicial, fora determinada a citação da requerida e designada audiência de conciliação, a qual restou infrutífera (ID26269127).
Citada, a requerida apresentou contestação aduzindo, em preliminar, ilegitimidade passiva e coisa julgada. No mérito, pugnou pela improcedência da ação. No mesmo ato, a requerida apresentou reconvenção pugnando pela condenação da autora em danos morais no importe de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Juntou documentos.
A autora apresentou impugnação à contestação e reconvenção, pugnando pelo afastamento das preliminares arguidas, bem como pela improcedência do pedido de indenização por danos morais (ID26932181).
A decisão saneadora foi acostada no ID37952394.
Realizada audiência de instrução, procedeu-se a oitiva das testemunhas Elecy Antônia Venceslau, Tamires Maria da Silveira e Otávio Nato de Oliveira (ID79036181).
A requerente apresentou memoriais, pugnando pela procedência da ação, a fim de condenar a requerida ao pagamento da indenização pelas benfeitorias úteis e necessárias realizadas no imóvel (ID84549383).
A requerida apresentou memoriais, pugnando pela improcedência do pedido, pois comprou o imóvel de forma legalizada, e que a imissão na posse foi realizada por ordem da justiça em processo do Município de Ariquemes/RO, e que nada de valor permaneceu no imóvel, apenas "tranqueiras" sem qualquer valor. Pugna, ainda, pela condenação da autora em indenização por danos morais, diante da violação do direito e transtornos que tem lhe causado (ID84575871).
A requerida procedeu ao recolhimento das custas da reconvenção (ID87705209).
É o relatório. DECIDO.
II- FUNDAMENTAÇÃO
Cuida-se de ação de indenização por benfeitorias úteis e necessárias ajuizado por DULCELINA RAMOS DA SILVA em desfavor de MARLI LUCIMAR FURTADO.
a) Das preliminares de ilegitimidade passiva e coisa julgada (ID25935707)
Em análise aos autos, verifica-se que a autora ingressou com ação em desfavor de Marli Lucimar Furtado.
Depreende-se dos autos que a escritura pública de venda e compra acostada no ID23844511, consta como outorgante/vendedora a Prefeitura Municipal de Ariquemes e outorgada/compradora, a senhora Marli Lucimar Furtado.
Desse modo, não há falar em ilegitimidade passiva, pois eventual direito de indenização por benfeitorias construídas por terceiro de boa-fé deve ser direcionado contra o proprietário do imóvel, no caso a requerida, eis que o título de propriedade lhe fora outorgado.
Nesse sentido:
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ACESSÃO - CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL - AVERBAÇÃO DE HIPOTECA NA MATRÍCULA DO IMÓVEL - BENFEITORIAS - INCORPORAÇÃO - ART. 1.474 DO CÓDIGO CIVIL - INDENIZAÇÃO INDEVIDA - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - COMPROVAÇÃO. Provado que o apelado tinha plena ciência da existência do gravame de hipoteca averbado no registro do imóvel à época em que celebrou o contrato de compra e venda, não há que se falar em direito de propriedade do solo ou indenização por benfeitorias.
Eventual direito de indenização por benfeitorias construídas por terceiro de boa-fé deve ser direcionado contra o proprietário do imóvel, não sendo oponível ao titular do direito real de garantia. Tendo em vista que o apelado não agiu com lealdade e boa-fé, já que buscou alterar a verdade dos fatos, procurando induzir o Julgador a erro, impõe-se sua condenação por litigância de má-fé, em valor correspondente a 1% sobre o valor da causa, nos termos do art. 81 do CPC. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.21.217589-7/002, Relator(a): Des.(a) Sérgio André da Fonseca Xavier , 18ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 16/05/2023, publicação da súmula em 17/05/2023) Grifei
Concernente à coisa julgada, infere-se que a autora ajuizou ação em face do Município de Ariquemes distribuído sob o n. 7004555-19.2018.8.22.0002.
Assim, não há falar em ofensa à coisa julgada, pois não há identidade de partes, sendo que este feito processa em desfavor da atual proprietária do bem, senhora Marli Lucimar Furtado.
Ademais, a autora trouxe elementos novos a ensejar a modificação fática. Portanto, afasto a preliminar arguida.
Nesse sentido:
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADORA RURAL. PRELIMINAR DE COISA JULGADA AFASTADA. EXISTÊNCIA DE PROVAS NOVAS E QUE INFORMAM A ALTERAÇÃO DA SITUAÇÃO FÁTICA ANTES VERIFICADA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. CORROBORAÇÃO POR PROVA TESTEMUNHAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS. HONORÁRIOS. MULTA. SENTENÇA MANTIDA. 1. Dispõe o artigo 301 do CPC/2015 que "Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada, quando se reproduz ação anteriormente ajuizada", ou seja, ocorre o fenômeno da coisa julgada/litispendência quando há duas ações idênticas, que tenham as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido. 2. No Direito Previdenciário, a coisa julgada opera efeitos secundum

eventum litis ou secundum eventum probationis, e a parte autora trouxe na novel demanda provas outras para lastrear sua pretensão ou alegar a modificação de sua situação fática, conforme bem observou o magistrado na sentença às fls. 43/47. Afastada, portanto, a preliminar de coisa julgada. 3. Reconhecimento de tempo de serviço prestado na condição de trabalhadora rural exige início razoável de prova material. É inadmissível prova exclusivamente testemunhal. 4. Início de prova material: cópia da certidão de casamento, celebrado em 19/08/1978 (fl. 258), constando a qualificação de rurícola do marido da autora, condição extensível à esposa. 5. A prova oral produzida nos autos confirma a qualidade de trabalhador rural da parte autora, pelo tempo de carência exigido. 6. DIB: requerimento administrativo. 7. Consectários legais: a) correção monetária e juros moratórios conforme Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; 8. Apelação do INSS não provida. (TRF-1 - AC: 10273837720194019999, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL CÉSAR JATAHY, Data de Julgamento: 28/07/2021, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: PJe 09/08/2021 PAG PJe 09/08/2021 PAG) Grifei

Assim, refuto as preliminares arguidas pela requerida.

Presentes as condições da ação, os pressupostos de constituição e desenvolvimento da relação processual, bem como interesse processual e legitimidade das partes, passo a analisar o mérito.

b) Do mérito

É cediço que as benfeitorias podem ser voluptuárias, úteis ou necessárias, assim, são voluptuárias as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor; são úteis as que aumentam ou facilitam o uso do bem e são necessárias as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore, nos termos do artigo 96, do Código Civil.

Nesse sentido, o artigo 1.219, do mesmo códex, disciplina que o possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levantá-las, quando o puder sem detrimento da coisa, e poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis.

Desse modo, depreende-se que o possuidor de boa-fé tem direito a ser ressarcido pelas benfeitorias necessárias e úteis, e tem direito de levantar as benfeitorias voluptuárias, desde que o levantamento não comprometa a estrutura do bem principal.

No caso em desate, vislumbra-se pelos documentos juntados aos autos, que a autora construiu uma casa de madeira e instalou energia elétrica em imóvel que, à época, pertencia ao Município de Ariquemes. Diante disso, o ente ajuizou ação reivindicatória em face da autora, resultando na procedência do pedido e a consequente determinação de desocupação do bem no prazo de trinta dias (ID25935717).

Infere-se, ainda, que autora preencheu solicitação direcionada à Prefeitura de Ariquemes em 29/08/2018, a fim de proceder a retirada das benfeitorias realizadas no imóvel (ID25935715).

No tocante à prova testemunhal, vejamos o que consta nos autos:

A testemunha Elecy Antônia Venceslau, aduziu que conheceu a autora quando ela foi morar próximo à sua casa, local em que reside há vinte e cinco anos (Rua Yara, n. 2143). Disse que no local era um mato muito grande e que seu esposo plantou um bananal (seu esposo faleceu há 22 anos). Relatou que a dona Marli construiu no local e hoje existem duas casas no mesmo endereço, sendo que a casa que foi construída pela senhora Dulce está fechada e foi edificada de madeira; e casa da dona Marli é de alvenaria. Acentuou que a autora não pode entrar para retirar a caixa d'água e nem as galinhas, porque a dona Marli não deixa a autora entrar (depoimento constante no link audiências).

A informante Tamires Maria da Silveira, amiga da requerida, aduziu que tem um terreno acima da senhora Marli e que seu terreno já foi invadido pelos parentes da autora, sendo que inclusive conversou com eles, pois já estavam construindo a base. Relatou que não sabe se foi construída casa no terreno da requerida. Esclareceu que comprou o terreno em 2013, o qual faz divisa com os fundos do terreno que a autora invadiu. Disse que os antigos donos adquiriram da Prefeitura (depoimento constante no link audiências).

A testemunha Otávio Nato de Oliveira, aduziu que conhece dona Dulcelina desde 2015. Disse que no local era um "capoeirão" e depois a dona Dulcelina roçou e começou a levantar uma casa de madeira, sendo que concluiu depois de uns dois anos. Esclareceu que tudo que tem lá foi a autora que fez, inclusive a fiação e o padrão de energia, menos as cercas, pois quem cercou o terreno foi outra pessoa. Informou que quando a autora foi despejada, deixou ela morar em um barracão de sua propriedade por sessenta dias para por as coisas dela. Aduziu que essa casa ainda estava lá do mesmo jeito e teve um período que estava alugada, mas agora está com placa para alugar (depoimento constante no link audiências).

Desta feita, a celeuma cinge-se acerca do direito de indenização das benfeitorias úteis e necessárias realizada em imóvel.

Ressai dos elementos probatórios produzidos nos autos, bem como pela instrução processual, que a autora não nega que invadiu terreno e construiu uma casa, porém pretende a indenização pelas benfeitorias e/ou o direito de retirar as benfeitorias, consistentes no madeiramento do imóvel, padrão de energia, telhado, cerca, portão, caixa d'água, fiação, plantas (9 vasos e jardim/ grama).

Nesse toar, vislumbra-se que a autora construiu a casa em terreno que, à época, pertencia ao Município de Ariquemes, sendo que posteriormente este terreno foi vendido para a senhora Marli Lucimar Furtado, mediante licitação, consoante escritura pública acostado no ID23844511.

Desta feita, considerando que a autora ocupou indevidamente bem público, resta configurada apenas mera detenção, sendo insuscetível de indenização, conforme súmula n. 619, do Superior Tribunal de Justiça.

In verbis:

"Súmula 619-STJ: A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias".

Oportuno, colaciono entendimento jurisprudencial:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - OCUPAÇÃO IRREGULAR - BEM PÚBLICO - BENFEITORIAS - SÚMULA 619 do STJ - CUSTAS E HONORÁRIOS - LEI 7.347/85. A Orientação Jurisprudencial do c. Superior Tribunal de Justiça tem entendimento de que a ocupação de bem público não gera direitos possessórios, e sim mera detenção de natureza precária. Nos termos da súmula 619 do STJ, "a ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias". O art. 18 da Lei n.º 7.347/85 instituiu para a ação civil pública a isenção às custas e honorários advocatícios, salvo em face de comprovada má-fé. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.16.059190-5/002, Relator(a): Des.(a) Alberto Diniz Junior , 3ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 23/06/2023, publicação da súmula em 26/06/2023)Grifei

Desta feita, com fulcro no entendimento sumular e jurisprudencial, inviável a indenização pelas benfeitorias feitas no imóvel.

De outro norte, a autora possui direito de retirar seus pertences do terreno, pois não obstante tenha sido construído em terreno alheio, a autora agiu de boa-fé, pois despendeu de recursos financeiros para construção da casa.

Nesse sentido:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. PROCEDÊNCIA. PEDIDO RECONVENCIONAL. INDENIZAÇÃO PELAS BENFEITORIAS E ACESSÕES. POSSUIDOR DE BOA-FÉ. CABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. - Nos termos do art. 1.219 do Código Civil, o possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis e poderá exercer o direito de retenção até o devido pagamento. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.23.006997-3/001, Relator(a): Des.(a) Luiz Carlos Gomes da Mata , 13ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 28/04/2023, publicação da súmula em 02/05/2023). Grifei

Assim, considerando que durante a instrução fora declarado que requerida tem auferido renda com a casa construída pela autora, eis que está alugando o imóvel, percebe-se a existência de enriquecimento ilícito por parte da requerida.

Destarte, a procedência parcial do pedido mostra-se justa e necessária para resolução do caso em concreto. Desse modo, autorizo a autora retirar o madeiramento da casa, fiação, telhado, caixa d'água, padrão de energia e plantas, ou seja, desmanchar a casa e retirar os materiais.

Com relação à cerca da casa, não restou claro que fora a autora que procedeu com a construção, pois conforme esclarecido na instrução, a cerca não foi construída pela autora. Logo, indefiro a retirada da cerca.

c) Do pedido reconvencional (indenização por danos morais).

A requerida pugnou pela indenização por danos morais no importe de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), ao argumento que tem suportado visitas/encontros inesperados com a autora, que sempre a ameaça, deixando-a apavorada diante dessas situações.

É cediço que aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito, nos termos do artigo 186, do Código Civil.

No caso em tela, depreende-se que as partes poderiam ter resolvido de forma consensual o conflito existente, porém diante da inflexibilidade da reconvinte/requerida em permitir que a reconvinda/autora retirasse seus pertences do bem imóvel, resultou na presente ação.

Desse modo, constata-se que aludida situação por si só não gera, em regra, danos morais, por caracterizar mero aborrecimento, dissabor, envolvendo controvérsia possível de surgir em qualquer relação negocial, sendo fato comum e previsível na vida social, embora não desejável.

Assim, por não vislumbrar violação de direito apta a causar dano à reconvinte/requerida, mas sim incômodo cotidiano decorrente da insistência da autora em retirar seus pertences, isto é, inerente à situação vivenciada pelas partes, julgo improcedente o pedido reconvencional.

Nesse sentido:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER C/C PERDAS E DANOS - LIGAÇÕES EXCESSIVAS - OFERTA DE SERVIÇOS E PLANOS - DANO MORAL - NÃO CONFIGURADO - MERO DISSABOR - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA. - Os aborrecimentos cotidianos, que não causam maiores repercussões, em geral, não são capazes de causar dano de ordem moral, devendo haver prova robusta de que a parte foi lesada em sua honra, sob pena de improcedência do pedido de indenização por danos morais. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.23.007556-6/001, Relator(a): Des.(a) Pedro Bernardes de Oliveira , 9ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 27/06/2023, publicação da súmula em 28/06/2023) Grifei

III- DISPOSITIVO

Ante ao exposto:

a) JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial formulado por DULCELINA RAMOS DA SILVA, para o fim de AUTORIZAR que a autora desmonte a casa de madeira, bem como retire os materiais e objetos que lhes pertence, quais sejam, madeiramento do imóvel, padrão de energia, telhado, portão, caixa d'água, fiação, plantas 9 vasos e jardim/ grama, localizados no terreno situado na Rua Yara, n. 2172, Bairro Jorge Teixeira. Ariquemes/RO.

Concedo o prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento da sentença.

b) JULGO IMPROCEDENTE o pedido reconvencional, por não vislumbrar violação de direito apta a causar dano à requerida, nos termos constantes na fundamentação.

c) Via de consequência, declaro extinto o feito, com resolução do mérito nos termos do art. 487, I, do CPC.

Condeno, por fim, a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, este fixo em 10% sobre o valor da causa (art. 85, §2°, CPC), considerando a sucumbência mínima da parte ex adversa e a Súmula n. 326 do STJ.

Considerando a improcedência da reconvenção, com esteio no art. 85, §1º do CPC, CONDENO a parte reconvinte a pagar à advogada da parte reconvinda honorários de sucumbência no importe de 10% do valor atribuído à reconvenção (ID25935707).

Na hipótese de interposição de recurso de apelação, cumpra-se o estabelecido no art. 1.010, §§1º, 2º e 3º do Código de Processo Civil.

Não havendo recurso, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos com a devida baixa.

Sentença registrada e publicada via PJE. Transitada em julgado, arquivem-se. Intimem-se as partes pelos advogados (DJ).

Intimem-se. Cumpra-se.

SERVIRÁ A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.

Ariquemes,14 de julho de 2023

Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes

Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Ariquemes - 2ª Vara Cível

Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853

Processo : 7019068-50.2022.8.22.0002

Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: LEVY CARVALHO FERRAZ

Advogado do(a) AUTOR: LEVY CARVALHO FERRAZ - RO1901

REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Intimação PARTES - PROVAS

Ficam AS PARTES intimadas para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca de quais provas pretendem produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7008666-70.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: SEBASTIAO AGUIDA FERREIRA
Advogado do(a) AUTOR: JOAO RICARDO DOS SANTOS CALIXTO - RO9602
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação PARTES - PROVAS
Ficam AS PARTES intimadas para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca de quais provas pretendem produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7019620-15.2022.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: APARECIDA LUIZ DA COSTA
Advogados do(a) AUTOR: ELIZEU LEITE CONSOLINE - RO5712, FRANCISCO JEVERSON SANTOS DE FREITAS CONSOLINE - RO12643
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7010804-10.2023.8.22.0002
Classe : ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
REQUERENTE: N, H,F,N,
Advogados do(a) REQUERENTE: GUSTAVO HENRIQUE MACHADO MENDES - RO4636, MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA - RO10196, NAIANA CASARIL DA SILVA - RO8622
REQUERIDO: D, S, R,
INTIMAÇÃO AUTOR
Fica a parte AUTORA acerca do ID 93332768 - DESPACHO.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7005935-43.2019.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: CARLOS VALTER ZIMMER
Advogado do(a) REQUERENTE: LEVI GUSTAVO ALVES DE FREITAS - RO4634
REQUERIDO: SANDRA BONADIMAN
Advogado do(a) REQUERIDO: JOSE APARECIDO PASCOAL - RO4929
INTIMAÇÃO AUTOR Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca da certidão ID 93268438.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7004657-65.2023.8.22.0002
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: ODOMIR JOSE GAVA
Advogados do(a) AUTOR: BRUNO ALVES DA SILVA CANDIDO - RO5825, MATHEUS RODRIGUES SILVA - RO11744
REU: CLEITON ADRIANO DA SILVA
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS EDITAL Fica a parte AUTORA intimada a proceder o recolhimento de custas para publicação do Edital no DJ, no prazo de 05 (cinco) dias, sob o CÓDIGO 1027. O boleto deverá ser gerado no sistema de controle de custas processuais no seguinte link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7018881-42.2022.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: RICARDO MACIEL RIBEIRO
Advogados do(a) AUTOR: FABIANA PAZINI - RO12066, ROSEMARI MARTIMIANO FERREIRA - RO10270
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO - EXPEDIÇÃO RPV Ficam as partes intimadas, por meio de seu procurador, para se manifestarem sobre a(s) RPV(s) expedida(s) nos autos, sendo que ao término do prazo, não havendo manifestação, o expediente será assinado e enviado para processamento no sistema e-PrecWeb, conforme expedido.
Prazo para manifestação da parte autora: 05 (cinco) dias; Prazo para manifestação da parte requerida (INSS): 10 (dez) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7007827-45.2023.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: CRISTIANE GOMES DE OLIVEIRA
Advogados do(a) EXEQUENTE: IEFERSON RODRIGUES DE PAULA - RO12530, RONIERIS CAVALCANTE DE MORAIS - RO13290
EXECUTADO: IGOR JOSE TEIXEIRA POZZEBON
Intimação AO AUTOR - CUSTAS
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais adiadas. O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7009111-88.2023.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARCIO MELO NOGUEIRA - RO2827
EXECUTADO: JULIANA SATIKO KUBOTANI
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala da CEJUSC à Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853 , conforme informações abaixo:
Tipo: 12624 Audiência do art. 334 CPC Sala: NUCOMED - Sala_Conciliação_04 Data: 04/09/2023 Hora: 12:30
Ficam as partes devidamente intimadas.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7004134-24.2021.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: G. G. D. S. e outros (2)
Advogado do(a) REQUERENTE: VINICIUS VECCHI DE CARVALHO FERREIRA - RO4466
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7006411-13.2021.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ESTACIO GOMES DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: VINICIUS VECCHI DE CARVALHO FERREIRA - RO4466
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7010184-95.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: P. E. L. D. L.
REU: CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL
CERTIDÃO- AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Certifico que, nos termos do Provimento 018/2020-CG, foi designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência, ficando os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 11/09/2023 08:30
INSTRUÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AUDIÊNCIA:
COMO ENTRAR NA AUDIÊNCIA: aguardar chamada de vídeo pelo whatsapp que receberá no dia e hora marcado no item anterior.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, com o número (69) 3309-8140 , e-mail, cejuscari@tjro.jus.br, preferencialmente por whatsapp, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 7° III, Prov. 018/2020-CG);
2. Deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO; (art. 7° V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7° II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 7° IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 7° VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 7° VIII, Prov. 018/2020-CG);
6. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
7. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 7° X, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 7° XI, Prov. 018/2020-CG);
9. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 7° XII, Prov. 018/2020-CG);
10. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 7° XIII, Prov. 018/2020-CG);
11. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 7° XIX, Prov. 018/2020-CG);

ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7° I, Prov. 018/2020-CG);
2. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XIV, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 7° XVI, Prov. 018/2020-CG);
5. Nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XVII, Prov. 018/2020-CG);
6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7° XVIII, Prov. 018/2020-CG);
7. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 7° XX, Prov. 018/2020-CG)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7009370-83.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: N. V. D. O. e outros
Advogado do(a) AUTOR: FABIANO REGES FERNANDES - RO4806
REU: MAYKON GRETZLER BATISTA
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala da CEJUSC à Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853 , conforme informações abaixo:
Tipo: 12624 Audiência do art. 334 CPC Sala: NUCOMED - Sala_Conciliação_03 Data: 11/09/2023 Hora: 13:00
Ficam as partes devidamente intimadas.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7006604-57.2023.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
Advogado do(a) EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO - SP305896
EXECUTADO: HENRIQUE SAULO VIEIRA NEVES - ME e outros (2)
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala da CEJUSC à Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853 , conforme informações abaixo:
Tipo: 12624 Audiência do art. 334 CPC Sala: NUCOMED - Sala_Conciliação_03 Data: 04/09/2023 Hora: 13:00
Ficam as partes devidamente intimadas.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7000011-56.2016.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: RAIMUNDO MAURICIO CAMPOS
Advogados do(a) EXEQUENTE: ERLETE SIQUEIRA - RO3778, LEANDRO SIQUEIRA ARAUJO - RO7696
EXECUTADO: LUIZ CARLOS PEREIRA DE SOUZA
Advogados do(a) EXECUTADO: JONAS MAURO DA SILVA - RO666-A-A, REGINALDO FERREIRA DOS SANTOS - RO5947
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala da CEJUSC à Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853 , conforme informações abaixo:
Tipo: 12624 Audiência do art. 334 CPC Sala: NUCOMED - Sala_Conciliação_04 Data: 04/09/2023 Hora: 12:00
Ficam as partes devidamente intimadas.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7006946-05.2022.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ALESSANDRO SABINO LOPES
Advogados do(a) REQUERENTE: DANIELLI VITORIA SABADINI - RO10128, JOSE CARLOS SABADINI JUNIOR - RO8698
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO PARTES - RPVS EXPEDIDAS
Ficam AS PARTES intimadas, por meio de seu advogado/procurador, para se manifestarem sobre a(s) RPV(s) expedida(s) nos autos, sendo que ao término do prazo, não havendo manifestação, o expediente será assinado e enviado para processamento no sistema e-PrecWeb conforme expedido.
Prazo para manifestação parte autora: 5(cinco) dias
Prazo para manifestação parte requerida (INSS): 10(dez) dias

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7007294-86.2023.8.22.0002
Classe : REQUERIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE (12138)
REQUERENTE: M. L. CONSTRUTORA E EMPREENDEDORA LTDA
Advogados do(a) REQUERENTE: ARLINDO FRARE NETO - RO3811, KARINE SANTOS CASTOR - RO10703, MARCUS VINICIUS DA SILVA SIQUEIRA - RO0005497A
REQUERIDO: SAMUEL GONCALVES MICALSEHSHEN
CERTIDÃO/INTIMAÇÃO
Certifico que foi designada a AUDIÊNCIA deste processo a qual será realizada na sala da CEJUSC à Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853 , conforme informações abaixo:
Tipo: 12624 Audiência do art. 334 CPC Sala: NUCOMED - Sala_Conciliação_04 Data: 04/09/2023 Hora: 13:00
Ficam as partes devidamente intimadas.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7014498-89.2020.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
Advogado do(a) EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO - SP305896
EXECUTADO: RAFAEL MARTINS LISBOA FILHO
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7010804-10.2023.8.22.0002
Classe: Ação de Alimentos de Infância e Juventude
REQUERENTE: N. H. F. N.
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA, OAB nº RO10196, NAIANA CASARIL DA SILVA, OAB nº RO8622, GUSTAVO HENRIQUE MACHADO MENDES, OAB nº RO4636
REQUERIDO: D. D. S. R.
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
Providencie a CPE a retificação da classe judicial e da competência, passando a constar, respectivamente, “ação de alimentos” e “família e sucessões”.

Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento, a fim de regularizar o polo ativo da ação, incluindo o filho menor, porquanto este é que detêm legitimidade para pleitear alimentos.
Na mesma oportunidade, deverá o requerente, ainda, regularizar a procuração de outorga de poderes. Pois são os autores da ação quem devem figurar como outorgante na procuração, ainda que representado ou assistido por seu representante legal, conforme seja absoluta ou relativamente incapaz (v. arts. 3º, 4º, I, 115 e 1.634, todos do CC), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único, CPC).
Após, tornem os autos conclusos.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7008307-23.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: SOLANGE GOMES DE OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: GISLENE TREVIZAN - RO7032
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7003674-66.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: MARLI CATARINA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: VINICIUS VECCHI DE CARVALHO FERREIRA - RO4466
REU: Banco Bradesco Financiamentos S.A
Advogado do(a) REU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE23255
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7003803-71.2023.8.22.0002
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado do(a) AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - RO8599
REU: GABRIEL GARCIA BRUNO
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7012480-61.2021.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: LOURDES PEREIRA DOS SANTOS LIMA
Advogado do(a) REQUERENTE: ADEUSAIR FERREIRA DOS ANJOS - RO3780
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7005433-65.2023.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) EXEQUENTE: ITALO SCARAMUSSA LUZ - ES9173
EXECUTADO: ADENIR DE O. VIEIRA e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7001930-36.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
ADVOGADO DO AUTOR: JULIANA SLEIMAN MURDIGA, OAB nº SP300114
REU: BANCO VOTORANTIM S/A
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA BANCO VOTORANTIM S.A
SENTENÇA
Vistos.
I – RELATÓRIO
Trata-se de ação revisional de contrato ajuizada por MAYCON SOARES DOS SANTOS em desfavor de BANCO VOTORANTIM S.A, ambos qualificados nos autos.
Narra o autor que na data de 21/01/2022 celebrou contrato de alienação fiduciária com a instituição Requerida, no valor total de R$76.123,33 (setenta e seis mil, cento e vinte e três reais e trinta e três centavos), parcelado em 36 prestações, com parcela inicial de R$2.898,00 (dois mil, oitocentos e noventa e oito reais).
Alega que a instituição financeira inseriu de maneira arbitrária e ilegal, tarifas indevidas no contrato entabulado entre as partes, de modo que ocasionou a elevação do valor da parcela mensal, bem como, desrespeitou a taxa de juros acordada na operação.
Pleiteia a revisão contratual, consistente na declaração de nulidade de cláusulas que previram a cobrança de tarifas adicionais e seguro prestamista, no valor total de R$3.815,67 (três mil, oitocentos e quinze reais e sessenta e sete centavos), e que seja reconhecido como valor financiado o montante de R$72.307,66 (setenta e dois mil, trezentos e sete reais e sessenta e seis centavos), incidindo a taxa de juros de 1,79% A.M. Além disso, requer a devolução em dobro dos valores cobrados indevidamente pela Requerida, e a fixação da parcela no valor de R$2.742,05 (dois mil, setecentos e quarenta e dois reais e cinco centavos). Juntou documentos.
Recebida a inicial, fora concedido o recolhimento de custas ao final, e determinou-se a citação da Requerida.
Devidamente citada, a Requerida não apresentou contestação.
Intimadas as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, a parte autora requereu o julgamento antecipado da lide.
É, em essência, o relatório. Fundamento e decido.
II – FUNDAMENTAÇÃO
a) - Do Julgamento Antecipado:
O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento para a produção de novas provas.
Ademais, o Excelso Supremo Tribunal Federal já de há muito se posicionou no sentido de que a necessidade de produção de prova em audiência há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado da lide implique em cerceamento de defesa. A antecipação é legítima se os aspectos decisivos da causa estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do magistrado (RTJ 115/789).
As provas produzidas nos autos não necessitam de outras para o justo deslinde da questão, nem deixam margem de dúvida. Por outro lado, “o julgamento antecipado da lide, por si só, não caracteriza cerceamento de defesa, já que cabe ao magistrado apreciar livremente as provas dos autos, indeferindo aquelas que considere inúteis ou meramente protelatórias” (STJ.- 3ª Turma, Resp 251.038/ SP, j. 18.02.2003, Rel. Min. Castro Filho).
Sobre o tema, já se manifestou inúmeras vezes o Colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no exercício de sua competência constitucional de Corte uniformizadora da interpretação de lei federal:
“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESOLUÇÃO DE CONTRATO. INEXECUÇÃO NÃO DEMONSTRADA. PROVA NÃO PRODUZIDA. DESNECESSIDADE. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA 07/ STJ. 1. Não configura o cerceamento de defesa o julgamento da causa sem a produção de prova testemunhal ou pericial requerida. Hão de ser levados em consideração o princípio da livre admissibilidade da prova e do livre convencimento do juiz, que, nos termos do art. 130 do Código de Processo Civil, permitem ao julgador determinar as provas que entende necessárias à instrução do processo, bem como o indeferimento daquelas que considerar inúteis ou protelatórias. Revisão vedada pela Súmula 7 do STJ. 2. Tendo a Corte de origem firmado a compreensão no sentido de que existiriam nos autos provas suficientes para o deslinde da controvérsia, rever tal posicionamento demandaria o reexame do conjunto probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental não provido.” (AgRg no Ag 1350955/DF, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 18/10/2011, DJe 04/11/2011).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS Á EXECUÇÃO DE TÍTULO CAMBIAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CARACTERIZADO. I - Para que se tenha por caracterizado o cerceamento de defesa, em decorrência do indeferimento de pedido de produção de prova, faz-se necessário que, confrontada a prova requerida com os demais elementos de convicção carreados aos autos, essa não só apresente capacidade potencial de demonstrar o fato alegado, como também o conhecimento desse fato se mostre indispensável à solução da controvérsia, sem o que fica legitimado o julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, I, do Código de Processo Civil." (STJ-SP- 3 a Turma, Resp 251.038 – Edcl no AgRg, Rel. Min. Castro Filho)

Consoante os Julgados acima expostos, espelho meu convencimento da desnecessidade da produção de prova diante da suficiência de todas aquelas acostadas aos autos.

O feito observou tramitação regular. Presentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válidos do processo, além de reunidas as condições da ação.

b) - Da revelia:

Verifico que apesar de devidamente citada, a parte Ré quedou-se inerte, havendo de ser aplicado no presente caso os efeitos da revelia, conforme prevê o Artigo 344 do CPC.

Em contrapartida, imperioso destacar que os efeitos que advém da revelia, não exime a parte autora de comprovar suas alegações.

c) - Do mérito:

Inicialmente, esclareço que a legislação consumerista é aplicada ao caso, tendo em vista a expressa determinação do artigo 3º, §2º, do Código de Defesa do Consumidor, e, por conseguinte, a inversão do ônus da prova, prevista no artigo 6º, inciso VIII, do referido código.

No mesmo sentido, é direito do consumidor a revisão das cláusulas dotadas de conteúdo abusivo, conforme previsão do artigo 6º, inciso V, do CDC:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

[...]

V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;

Com esse entendimento, passo a apreciação dos pedidos iniciais.

A parte autora firmou contrato de alienação fiduciária com a instituição Requerida, por meio da Cédula de Crédito Bancário, constante no Id. 87061188.

Afirma o autor que a Requerida efetuou cobranças indevidas da taxa de juros, de despesa incluída de registro de contrato no órgão de trânsito, tarifa de cadastro, tarifa de avaliação, reavaliação e substituição do bem recebido em garantia, e seguro prestamista.

c1) Dos Juros

A parte autora alega que o valor cobrado pela instituição Requerida não condiz com a taxa de juros pactuada entre as partes na Cédula de Crédito Bancário, pois tem-se cobrado os juros de 2,133474% a.m., e a taxa de juros correta, a qual foi contratada é de 1,79% a.m. e 23,74% a.a.

No caso em epigrafe, constata-se que a modalidade de juros do financiamento é através da "Tabela Price", funcionando da seguinte maneira: a taxa de juros é inversamente proporcional a amortização, o cálculo é feito de forma decrescente, tendo em vista que cada parcela quitada acaba deixando um saldo devedor restante a pagar, sendo que é sobre esse saldo que incidem os juros, na medida em que a amortização aumenta, os juros vão diminuindo. O cálculo é realizado para que no final, efetuem a divisão do valor total pela quantidade de parcelas, a fim de se ter uma parcela fixa a ser paga pelo emitente.

Posto isso, verifica-se que se trata de um cálculo de alta complexidade, onde são inúmeros elementos a se considerar para obter o valor fixo das parcelas, são considerados o imposto incidente sobre a operação (IOF), a quantidade de parcelas, a data em que a operação foi lançada antes da primeira parcela, etc.

Com tais considerações, denota-se portanto que o método utilizado é PRICE, e a celeuma gira em torno se há ou não ilegalidade na aplicação de tal método de amortização, visto que alega a parte autora ter fixado um percentual no contrato, mas que está sendo cobrado outro.

Pois bem.

Esse sistema foi criado ainda no século XVIII pelo francês Richard Price, que deu nome ao modelo, sendo desenvolvido com o objetivo de viabilizar o pagamento de pensões e aposentadorias e, posteriormente, foi adotado pelo mercado financeiro em contratos de financiamento.

Nesse modelo de pagamento do financiamento, as primeiras prestações são compostas, na maior parte, por juros. Progressivamente, enquanto as parcelas vão avançando, os valores de amortização dentro das prestações aumentam — e os juros diminuem. No entanto, o valor das mensalidades continua sempre o mesmo, da primeira à última, apenas tendo suas composições alteradas.

Com o método PRICE, o cálculo das parcelas de uma prestação é feito de acordo com uma fórmula em que o valor da prestação é determinado em função do valor presente do bem em questão, assim como a taxa de juros e o período de financiamento. Seu resultado fornece uma tabela com os valores dos juros de cada prestação.

Dessa forma, ainda que o saldo devedor cresça de acordo com os juros, o pagamento das parcelas anteriores, assim como, a amortização de parte do saldo devedor, impedem o valor das parcelas de crescer, permanecendo fixa.

Demais disso, deve-se esclarecer que, admitida a prática da capitalização, igualmente não há que se falar em não cabimento de aplicação da referida forma de cálculo, cuja utilização não implica no anatocismo, visto que não há incidência de juros sobre juros vencidos e não pagos, mas apenas o cálculo de juros compostos, para se chegar aos valores uniformes das prestações a vencer.

O argumento daqueles que entendem ser inválido tal sistema de amortização prende-se, fundamentalmente, ao fato de que esse método permitiria a cobrança de juros capitalizados, o que seria vedado em nosso ordenamento jurídico.

Ressalte-se que o mencionado sistema francês é de larga aplicabilidade, não somente neste país, como também em diversos outros, sendo certo, ainda, que, ao contrário do sustentado por alguns, a "Tabela Price", por si só, não capitaliza os juros.

Nesse sentido, é a jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. TABELA PRICE. SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO DE PRESTAÇÕES LEGALMENTE PERMITIDO. CAPITALIZAÇÃO ILEGAL DE JUROS NÃO IDENTIFICADA. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA TABELA PRICE PELO MÉTODO GAUSS. TARIFAS ADMINISTRATIVAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 381 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR - 5ª C. Cível - 0002494-22.2020.8.16.0095 - Irati - Rel.: DESEMBARGADOR LUIZ MATEUS DE LIMA - J. 24.05.2021)

(TJ-PR - APL: 00024942220208160095 Irati 0002494-22.2020.8.16.0095 (Acórdão), Relator: Luiz Mateus de Lima, Data de Julgamento: 24/05/2021, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 25/05/2021)

Ademais não se pode afirmar que houve onerosidade excessiva, pois os encargos aplicados e a forma de amortização foram expressamente identificados e fixados na contratação, devidamente aceitos pelas partes.

Destaca-se ainda que o próprio Banco Central veicula ponderação no sentido de que as taxas de juros de uma instituição financeira, em uma mesma modalidade, variam de acordo com diversos fatores de risco envolvidos nas operações, tais como o valor e a qualidade das garantias apresentadas na contratação do crédito, o valor do pagamento dado como entrada da operação, o histórico e a situação cadastral de cada cliente, o prazo da operação, entre outros.

Com efeito, em consonância com o entendimento do STJ, apenas deve ser considerada a abusiva a taxa de juros que supere em uma vez e meia, ou seja, 50% a média praticada no mercado. Isso porque a diferença inferior a este percentual (50%) em relação à taxa média do mercado não é hábil a refletir a existência de abusividade ou a acarretar onerosidade excessiva ao contratante, constituindo efeito natural da concorrência de mercado e das práticas comerciais.

Portanto, deve permanecer a taxa de juros remuneratórios prevista no contrato objeto desta ação, já que não ultrapassa uma vez e meia a taxa média de mercado, não havendo que se falar em abusividade e, consequentemente, em limitação.

c2) Despesa de registro de contrato e da tarifa de avaliação

Aduz a Requerente que foram cobradas tarifas nos valores de R$505,67 (quinhentos e cinco reais e sessenta e sete centavos), referente ao registro do contrato, e R$245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais), referente a tarifa de avaliação, porém, salientou que o autor quem realizou todas as diligências junto aos órgãos necessários e responsáveis para que fosse efetuado o registro, bem como, não foi realizada qualquer avaliação/vistoria no veículo, por parte da instituição bancária.

A validade ou não da tarifa de registro de contrato e avaliação do bem foram questões submetidas a julgamento no Tema Repetitivo 958, cuja tese foi firmada no sentido da validade das tarifas que preveem o ressarcimento de despesa com o registro do contrato e avaliação do bem dado em garantia, ressalvadas a abusividade da cobrança por serviço não efetivamente prestado e a possibilidade de controle da onerosidade excessiva.

Desse modo, não trazendo o autor elementos que indiquem que os serviços não foram efetivamente prestados, ou que a cobrança pelos serviços se deram de forma excessiva, não há o que se falar em cobrança indevida das tarifas.

c3) Da tarifa de cadastro

A cobrança por serviços bancários prioritários para pessoas físicas é limitada às hipóteses taxativamente previstas nas normas padronizadoras, expedidas pelo Banco Central do Brasil.

Veja-se que o art. 3º da Resolução nº 3.518/2007 previu a permissão da tarifa de cadastro, objetivando o início do relacionamento com o cliente.

A permissão dessa cobrança também foi mantida na Resolução nº 3.919/2010 (art. 3º, I e 5º VI), a qual produziu seus efeitos a partir de 01/03/2011.

Essa orientação foi firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.255.573-RS, sob o rito de recurso repetitivo, de lavra da eminente Ministra Maria Isabel Galotti, nos seguintes termos:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. COMPENSAÇÃO/REPETIÇÃO SIMPLES DO INDÉBITO. RECURSOS REPETITIVOS. TARIFAS BANCÁRIAS. TAC E TEC. EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL. COBRANÇA. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES. FINANCIAMENTO DO IOF. POSSIBILIDADE. (...) 3. Nos termos dos arts. 4º e 9º da Lei 4.595/1964, recebida pela Constituição como lei complementar, compete ao Conselho Monetário Nacional dispor sobre taxa de juros e sobre a remuneração dos serviços bancários, e ao Banco Central do Brasil fazer cumprir as normas expedidas pelo CMN. 4. Ao tempo da Resolução CMN 2.303/1996, a orientação estatal quanto à cobrança de tarifas pelas instituições financeiras era essencialmente não intervencionista, vale dizer, "a regulamentação facultava às instituições financeiras a cobrança pela prestação de quaisquer tipos de serviços, com exceção daqueles que a norma definia como básicos, desde que fossem efetivamente contratados e prestados ao cliente, assim como respeitassem os procedimentos voltados a assegurar a transparência da política de preços adotada pela instituição." 5. Com o início da vigência da Resolução CMN 3.518/2007, em 30.4.2008, a cobrança por serviços bancários prioritários para pessoas físicas ficou limitada às hipóteses taxativamente previstas em norma padronizadora expedida pelo Banco Central do Brasil. 6. A Tarifa de Abertura de Crédito (TAC) e a Tarifa de Emissão de Carnê (TEC) não foram previstas na Tabela anexa à Circular BACEN 3.371/2007 e atos normativos que a sucederam, de forma que não mais é válida sua pactuação em contratos posteriores a 30.4.2008. 7. A cobrança de tais tarifas (TAC e TEC) é permitida, portanto, se baseada em contratos celebrados até 30.4.2008, ressalvado abuso devidamente comprovado caso a caso, por meio da invocação de parâmetros objetivos de mercado e circunstâncias do caso concreto, não bastando a mera remissão a conceitos jurídicos abstratos ou à convicção subjetiva do magistrado. 8. Permanece legítima a estipulação da Tarifa de Cadastro, a qual remunera o serviço de "realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, e tratamento de dados e informações necessários ao inicio de relacionamento decorrente da abertura de conta de depósito à vista ou de poupança ou contratação de operação de crédito ou de arrendamento mercantil, não podendo ser cobrada cumulativamente" (Tabela anexa à vigente Resolução CMN 3.919/2010, com a redação dada pela Resolução 4.021/2011). 9. É lícito aos contratantes convencionar o pagamento do Imposto sobre Operações Financeiras e de Crédito (IOF) por meio financiamento acessório ao mútuo principal, sujeitando-o aos mesmos encargos contratuais. 10. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC: - 1ª Tese: Nos contratos bancários celebrados até 30.4.2008 (fim da vigência da Resolução CMN 2.303/96) era válida a pactuação das tarifas de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC), ou outra denominação para o mesmo fato gerador, ressalvado o exame de abusividade em cada caso concreto. - 2ª Tese: Com a vigência da Resolução CMN

3.518/2007, em 30.4.2008, a cobrança por serviços bancários prioritários para pessoas físicas ficou limitada às hipóteses taxativamente previstas em norma padronizadora expedida pela autoridade monetária. Desde então, não mais tem respaldo legal a contratação da Tarifa de Emissão de Carnê (TEC) e da Tarifa de Abertura de Crédito (TAC), ou outra denominação para o mesmo fato gerador. Permanece válida a Tarifa de Cadastro expressamente tipificada em ato normativo padronizador da autoridade monetária, a qual somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira. - 3ª Tese: Podem as partes convencionar o pagamento do Imposto sobre Operações Financeiras e de Crédito (IOF) por meio de financiamento acessório ao mútuo principal, sujeitando-o aos mesmos encargos contratuais. 11. Recurso especial conhecido e parcialmente provido. (REsp 1255573/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 24/10/2013). (grifo nosso)

Dessa forma, deve ser mantida a cobrança da tarifa de cadastro dada a sua licitude.

Ademais, conforme verifica-se no contrato, o valor total do financiamento foi de R$76.123,33 (setenta e seis mil, cento e vinte e três reais e trinta e três centavos) e da tarifa de cadastro atingiu R$839,00 (oitocentos e trinta e nove reais), inexistindo abusividade na cobrança da tarifa em análise.

c4) Do seguro prestamista

Quanto ao seguro prestamista, a inclusão desse seguro nos contratos bancários não é vedada pela regulação bancária e da análise dos autos, principalmente diante do documento de Id. 87061188, verifica-se que foi uma opção da consumidora a sua contratação. Esta cláusula institui o referido seguro como opção colocada à disposição da requerente, não se tratando, portanto, de uma condição obrigatória para concessão do crédito.

Assim, não há irregularidade na contratação do seguro financiado, pois foi livremente pactuado pela parte autora, correspondendo a um serviço efetivo e de seu próprio interesse. Se houve alguma imposição, esta não ficou evidenciada nos autos. No mesmo sentido, as seguintes jurisprudências do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:

APELAÇÃO CÍVEL. REVISIONAL DE CONTRATO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS MENSAIS. LEGALIDADE. TAXA DE JUROS. LIVRE CONCORRÊNCIA. SEGURO PRESTAMISTA CONTRATADO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. RECURSO DESPROVIDO. Os juros praticados pelas instituições financeiras regem-se pela lei da livre concorrência. Não se vislumbrando ilegalidade na contratação de seguro prestamista, devidamente firmado pelo consumidor, não há que ser afastado. (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7002040-69.2018.822.0015, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 02/09/2019)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL COM PEDIDO DE NULIDADE E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL E SEGURO. SEGURO PRESTAMISTA. REGULARIDADE. VENDA CASADA. NÃO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. Não se configura ilegalidade ou venda casada quando o agente financeiro faculta a contratação de seguro prestamista em contrato de empréstimo pessoal de longa duração, com vista a garantir o adimplemento integral de seu crédito, sobretudo quando provado que não houve o condicionamento da concessão do empréstimo à contratação do seguro. (APELAÇÃO, Processo nº 7001107-75.2017.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 25/04/2019)

No presente a liberdade de contratação do seguro se configura pela apresentação autônoma do termo de proposta de adesão juntada no Id. 87061188, por negócio jurídico próprio, não havendo que se falar em restituição do valor pago a título de seguro contratado.

Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.

No mesmo sentido: “O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos” (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).

O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.

Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos.

III - DISPOSITIVO

Ante o exposto e por tudo o mais que consta dos autos, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos iniciais propostos por MAYCON SOARES DOS SANTOS em desfavor de BANCO VOTORANTIM S.A.

Em consequência, extingo o feito, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Condeno o Requerente no pagamento das custas processuais e dos honorários sucumbenciais, estes que arbitro no importe de 10% sob o valor da causa, na forma do Art. 85, §2º do CPC.

Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.

Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará à imposição da multa prevista pelo artigo 1026, §2º, do Código de Processo Civil.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo “a quo” (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.

Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se.

P.R.I.C., promovendo-se as baixas devidas no sistema.

SERVIRÁ A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA

Ariquemes,17 de julho de 2023

Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes

Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7008788-83.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: EMERSON JORDY PEREIRA
Advogados do(a) AUTOR: ANDRESSA RODRIGUES DE SOUZA - RO8233, PAULO STEPHANI JARDIM - RO8557
REU: NEON PAGAMENTOS S.A.
INTIMAÇÃO AUTOR/RÉU - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência nos Termos do Provimento 018/2020-CG, ficam os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça. Ficam ainda os patronos intimados da Certidão ID 93329135 que contém todas as informações e advertências necessárias para a realização da solenidade, ficando a seu encargo informar à parte todo o necessário:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 11/09/2023 09:00

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7002539-19.2023.8.22.0002
Classe: Embargos de Terceiro Cível
EMBARGANTE: MARIA DA PENHA DUTRA DE SOUZA
ADVOGADO DO EMBARGANTE: THIAGO BRAIDO DA SILVA, OAB nº RO9892
EMBARGADO: IRMÃOS GONÇALVES COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
ADVOGADOS DO EMBARGADO: MAIELE ROGO MASCARO, OAB nº RO5122, HIAGO LISBOA CARVALHO, OAB nº RO9504, ELISA DICKEL DE SOUZA, OAB nº RO1177, MAGALI FERREIRA DA SILVA, OAB nº RO646A
SENTENÇA
Vistos.
I - RELATÓRIO
MARIA DA PENHA DUTRA DE SOUZA opôs embargos de terceiro em face de IRMÃOS GONÇALVES COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. – IG SHOPPING ARIQUEMES, alegando que as penhoras realizadas dos imóveis denominados Parte real desmembrada do Lote 03/E da Quadra 04, Setor Grandes Áreas, denominado Lote 03/E1, com área de 496,50 m², matricula 30.938, junto ao 1º ofício de registro de imóveis de Ariquemes/RO, e Parte real desmembrada do Lote 03A/03E da Quadra 04, Setor Grandes Áreas, denominado Lote 03 A/03E1, com área de 430,30 m², matricula 35.555 junto ao 1º ofício de registro de imóveis de Ariquemes/RO, nos autos de nº 7000916-56.2019.8.22.0002, que tramita nesta vara, são indevidas, posto que os imóveis em comento não estão mais em propriedade dos executados, sendo de propriedade da embargante.
Com o fim de corroborar com o alegado, a embargante juntou aos autos as certidões de inteiro teor dos referidos imóveis, onde constam as transferências da propriedades da executada EVANEZIA DUTRA DE SOUZA para a embargante, sendo que quanto ao imóvel matriculado sob o nº 35.555, fora adquirido por meio de arrematação, relativa aos autos de nº 0000086-93.2019.5.14.0032, da 2º Vara do Trabalho da comarca de Ariquemes/RO, de outro modo, consta na matrícula de nº 30.938, que a parte embargante adquiriu o imóvel por meio de Escritura Pública de Compra e venda de Parte Ideal, na data de 13 de dezembro de 2021.
Dessa forma, a embargante requereu a concessão de liminar para suspender os atos de penhora/registro/constrição dos imóveis, e no mérito, pugnou pelo cancelamento dos atos de constrição relativos aos imóveis de matrícula 35.555 e 30.938. Juntou documentos.
Recebidos os embargos (Id. 87630181), a medida liminar fora concedida, suspendendo os atos de constrição/registro/penhora dos referidos imóveis, bem como, determinou-se a citação do embargado e a suspensão do processo de execução.
A embargada apresentou contestação aos embargos, aduzindo que a embargante omitiu fatos relevantes para o deslinde da causa, distorcendo a verdade, e deixou de encartar em sua peça documentos indispensáveis a comprovação de suas alegações.
Narrou que, desde o início do ajuizamento da ação principal, a embargante vem buscando a averbação da ação junto as matrículas dos imóveis existentes em nome dos requeridos daquela pretensão.
Expôs que, a embargante é mãe da devedora EVANEZIA DUTRA DE SOUZA, conforme consta na procuração de Id. 88661865, e, não bastasse o parentesco, é certo que a embargante tem pleno conhecimento da ação de cobrança (autos principais), ajuizada em desfavor de sua filha, posto que os causídicos por ela constituído nestes autos, vem acessando a ação de cobrança desde o mês de agosto de 2021.
Informa que a petição de cumprimento de sentença nos autos principais foi protocolada no dia 25 de março de 2021, requerendo a expedição de ofício ao Cartório de Registro de Imóveis, para que fosse averbada a restrição de venda e transferência. Posteriormente, houve acesso do patrono desta ação nos autos principais (17/09/2021), bem como, a aquisição do imóvel apontado pela embargante como sendo de sua propriedade (13/12/2021 - R-6 da Matrícula 30.938).
Ademais, revela que outra situação conflitante, é que a embargante adquiriu no dia 11 de junho de 2021, em hasta pública o imóvel de matrícula 35.555, que pertencia a própria filha, sendo que, se extrai dos autos da ação trabalhista de nº 0000086-93.2019.5.14.0032, que foi a própria executada que indicou o aludido imóvel.
No mesmo sentido, informou que nos autos supracitados, quem figurou como reclamante foi o Sr. Macelmo Pereira Bermudes, que era a época dos fatos narrados no autos principais, o procurador da empresa Kairós.

Por fim, a embargante requereu que sejam julgados improcedentes os embargos e, via de consequência o reconhecimento da fraude à execução com a manutenção da constrição sobre os imóveis 30.398 e 35.555 e o seguimento da execução dos autos principais, assim como, a condenação da embargante em litigância de má-fé, cuja multa não seja inferior a 10% (dez por cento). Juntou documentos.

O embargante apresentou réplica à contestação, impugnando os argumentos justificados pelo embargado e justificando que apesar de ser mãe da executada, tal relação não há nexo com os imóveis adquiridos de forma legal, não havendo fraude a execução no presente caso (Id. 89945254).

Intimados para especificarem as provas que pretendem produzir, a parte embargada pugnou pela produção de prova documental, dos documentos juntados aos autos, e testemunhal (Id. 90311323). Por sua vez, a embargante requereu a produção de todos os meios de prova em direito admitidas, em especial a prova testemunhal e pericial (Id 90352368).

Vieram os autos conclusos.

É, em essência, o relatório. Fundamento e decido.

II - FUNDAMENTAÇÃO

a) Do julgamento antecipado

O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento para a produção de novas provas.

Ademais, o Excelso Supremo Tribunal Federal já de há muito se posicionou no sentido de que a necessidade de produção de prova em audiência há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado da lide implique em cerceamento de defesa. A antecipação é legítima se os aspectos decisivos da causa estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do magistrado (RTJ 115/789).

As provas produzidas nos autos não necessitam de outras para o justo deslinde da questão, nem deixam margem de dúvida. Por outro lado, "o julgamento antecipado da lide, por si só, não caracteriza cerceamento de defesa, já que cabe ao magistrado apreciar livremente as provas dos autos, indeferindo aquelas que considere inúteis ou meramente protelatórias" (STJ.- 3ª Turma, Resp 251.038/SP, j. 18.02.2003, Rel. Min. Castro Filho).

Sobre o tema, já se manifestou inúmeras vezes o Colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no exercício de sua competência constitucional de Corte uniformizadora da interpretação de lei federal:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESOLUÇÃO DE CONTRATO. INEXECUÇÃO NÃO DEMONSTRADA. PROVA NÃO PRODUZIDA. DESNECESSIDADE. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA 07/STJ. 1. Não configura o cerceamento de defesa o julgamento da causa sem a produção de prova testemunhal ou pericial requerida. Hão de ser levados em consideração o princípio da livre admissibilidade da prova e do livre convencimento do juiz, que, nos termos do art. 130 do Código de Processo Civil, permitem ao julgador determinar as provas que entende necessárias à instrução do processo, bem como o indeferimento daquelas que considerar inúteis ou protelatórias. Revisão vedada pela Súmula 7 do STJ. 2. Tendo a Corte de origem firmado a compreensão no sentido de que existiriam nos autos provas suficientes para o deslinde da controvérsia, rever tal posicionamento demandaria o reexame do conjunto probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental não provido." (AgRg no Ag 1350955/DF, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 18/10/2011, DJe 04/11/2011).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS Á EXECUÇÃO DE TÍTULO CAMBIAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CARACTERIZADO. I - Para que se tenha por caracterizado o cerceamento de defesa, em decorrência do indeferimento de pedido de produção de prova, faz-se necessário que, confrontada a prova requerida com os demais elementos de convicção carreados aos autos, essa não só apresente capacidade potencial dedemonstrar o fato alegado, como também o conhecimento desse fato se mostre indispensável à solução da controvérsia, sem o que fica legitimado o julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, I, do Código de Processo Civil." (STJ-SP- 3 a Turma, Resp 251.038 – Edcl no AgRg, Rel. Min. Castro Filho)

Consoante os Julgados acima expostos, espelho meu convencimento da desnecessidade da produção de prova diante da suficiência de todas aquelas acostadas aos autos.

O feito observou tramitação regular. Presentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válidos do processo, além de reunidas as condições da ação.

Procedo, doravante, ao exame do mérito.

b) Do mérito

Cuida-se de embargos de terceiro proposta por terceiro possuidor do bem objeto de constrição nos autos de nº 7000916-56.2019.8.22.0002.

Os presentes embargos possuem fundamento no Código de Processo Civil, em seu artigo 674 caput e §1º, in verbis:

Art. 674. Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato constritivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro.

§ 1º Os embargos podem ser de terceiro proprietário, inclusive fiduciário, ou possuidor.

No caso dos autos, a parte embargante alega ser a legítima proprietária do imóveis constituídos: Parte real desmembrada do Lote 03/E da Quadra 04, Setor Grandes Áreas, denominado Lote 03/E1, com área de 496,50 m², matricula 30.938, junto ao 1º ofício de registro de imóveis de Ariquemes/RO, e Parte real desmembrada do Lote 03A/03E da Quadra 04, Setor Grandes Áreas, denominado Lote 03 A/03E1, com área de 430,30 m², matricula 35.555 junto ao 1º ofício de registro de imóveis de Ariquemes/RO, nos autos de nº 7000916-56.2019.8.22.0002, que tramita nesta vara, os quais foram objeto de constrição, para garantia da execução movida pelo embargado, em desfavor da executada EVANEZIA DUTRA DE SOUZA, antiga possuidora dos imóveis em comento.

A parte embargante apresentou as certidões de inteiro teor, as quais demonstram que a parte embargante adquiriu os imóveis, sendo que o imóvel matriculado sob o nº 35.555, foi adquirido por meio de hasta pública na data de 13 de julho de 2021, e o imóvel matriculado sob o nº 30.938, foi adquirido por meio de compra e venda de parte ideal, na data de 13 de dezembro de 2021, ambos os imóvel do 1º Ofício de Registro de Imóveis.

Contudo, o embargado alega fraude a execução, e a condenação da embargante em litigância de má-fé, uma vez que a embargante é mãe da executada na ação principal, e tinha conhecimento da execução.

Pois bem.

Em análise do conjunto probatório dos presentes autos, verifica-se das provas documentais produzidas, que a fraude a execução está caracterizada, no que se refere ao imóvel matriculado sob o nº 30.938.

Explico.

A fraude a execução alegada nos autos, encontra-se previsão legal no artigo 792, do Código de Processo Civil:

Art. 792. A alienação ou a oneração de bem é considerada fraude à execução:

I - quando sobre o bem pender ação fundada em direito real ou com pretensão reipersecutória, desde que a pendência do processo tenha sido averbada no respectivo registro público, se houver;

II - quando tiver sido averbada, no registro do bem, a pendência do processo de execução, na forma do art. 828;

III - quando tiver sido averbado, no registro do bem, hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial originário do processo onde foi arguida a fraude;

IV - quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência;

V - nos demais casos expressos em lei.

Segundo o dispositivo supramencionado, a alienação do bem será ineficaz e considerada fraude à execução se, ao tempo da aquisição, tiver sido averbado, no registro do bem, eventual constrição ou mesmo se tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência.

Ademais, a súmula Súmula 375 do STJ prevê: “O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.”

Posto isso, em que pese não ter sido realizado o registro da penhora no imóvel em comento, diante da má-fé comprovada do terceiro adquirente, assim como, de ação que tramitava contra o devedor capaz de reduzi-lo a insolvência, é possível o reconhecimento da fraude.

Constata-se dos autos principais (7000916-56.2019.8.22.0002), que o cumprimento de sentença foi protocolado na data de 25/03/2021, momento este em que a parte exequente requereu a penhora dos imóveis objeto destes embargos. Subsequentemente, na data de 17/09/2021, o patrono da embargante destes autos, acessou o processo principal; coincidentemente, na data de 13/12/2021, a mãe da executada, ora embargante, adquiriu a parte ideal do imóvel pertencente a executada, o qual seria posteriormente penhorado.

Dessa forma, resta claro nos autos, por meio dos documentos de Id’s. 87514454, 87514457 e 90311323, que a embargante e a executada nos autos principais, agindo de má-fé, tomando conhecimento da ação de execução, alienaram o bem imóvel (Lote 03/E1, da quadra 04, matricula 30.938, junto ao 1º ofício de registro de imóveis de Ariquemes/RO) em favor da embargante, com o intuito de fraudar a execução.

Neste sentido é a Jurisprudência:

APELAÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. ALIENAÇÃO DO IMÓVEL ENTRE PARENTES. “CONSILIUM FRAUDIS” COMPROVADO PELO CREDOR (ART. 373, II, DO CPC/2015). SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. Sopesadas as peculiaridades fáticas e demais elementos existentes dos autos, possível concluir pela configuração da fraude à execução perpetrada pelo fiador. É cristalina a ocorrência de “consilium fraudis”, desfazendo-se o devedor de patrimônio em conluio com seus familiares, com nítido propósito de fugir de possível expropriação em esperada execução contra ele. Ao interpretar o art. 593, II, do CPC/1973, e fixar a citação como termo inicial para configuração da fraude de execução, o Colendo Superior Tribunal de Justiça (STJ) teve por escopo proteger terceiros adquirentes imbuídos de boa-fé, não familiares conluiados para frustrar credores e embaraçar a efetividade da prestação jurisdicional. Para evitar isso, em casos peculiares, como o que se apresenta, entende-se, excepcionalmente, ser possível o reconhecimento da fraude à execução, mesmo se o bem foi alienado antes de ser formalizada a citação, mormente porque há demonstração de que o alienante tinha ciência inequívoca quando simulou o negócio. Portanto, estabelecidas as premissas de que o devedor tinha ciência da demanda capaz de reduzi-lo à insolvência quando alienou o imóvel, e comprovada a má-fé da sua neta adquirente, ficou caracterizada a fraude à execução à luz do art. 593, II, CPC/1973 vigente à época, correspondente ao art. 792, IV, do CPC/2015, sujeitando à execução o bem imóvel objeto da controvérsia, em conformidade com o art. 790, V, do CPC/2015.

(TJ-SP - AC: 10305058720198260002 SP 1030505-87.2019.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 03/02/2020, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/02/2020)

Por conseguinte, reconheço a fraude a execução, e a má-fé da embargante nestes autos.

Quanto ao imóvel matriculado sob o nº 35.555, este foi adquirido por meio de hasta pública, não havendo qualquer fraude, tendo em vista que foi adquirido pela parte embargante, de forma legitima, não podendo ser objeto de penhora.

Ressalto, que apesar de o referido imóvel ter sido penhorado e arrestado posteriormente ao protocolo da petição de cumprimento de sentença, e tenha sido oferecido pela parte executada, este adveio de uma ação trabalhista, a qual tem preferência sob o crédito da ação principal, independentemente da existência de penhora na reclamação trabalhista.

Entendimento este, já consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CONCURSO PARTICULAR DE CREDORES. PREFERÊNCIA DO CRÉDITO TRABALHISTA SOBRE O CRÉDITO QUIROGRAFÁRIO CUJA PENHORA FOI REGISTRADA ANTERIORMENTE. RESSALVA DA MEAÇÃO DO CÔNJUGE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 283 E 284 DO STF E 7 DO STJ. 1. A regra segundo a qual a satisfação dos créditos, em caso de concorrência de credores, deve observar a anterioridade das respectivas penhoras (prior in tempore, prior in jure) somente pode ser observada quando nenhum desses créditos ostente preferência fundada em direito material. Isso porque impossível sobrepor uma preferência de direito processual a uma de direito material. 2. No concurso particular de credores, o crédito trabalhista prefere aos de outra natureza independentemente da data em que registradas as respectivas penhoras. 3. Não há como sustentar que a preferência do crédito trabalhista deveria observar o valor apurado com a arrematação somente até o limite da meação do cônjuge varão sem esbarrar nas Súmulas nºs 283 e 284 do STF e 7 do STJ. 4. Os arts. 592, IV, do CPC/73 e 1.664 do CC/02 indicados como violados nas razões do recurso especial não são suficientes para amparar a tese jurídica deduzida no recurso especial de

que o credor detém legitimidade e interesse para tutelar a meação do cônjuge do executado (art. 6º do CPC/73 e 18 do NCPC). Tampouco são suficientes para impugnar, por completo, o fundamento do acórdão recorrido, relativamente à necessidade de prova da propriedade comum ou exclusiva do bem arrematado. Incidem, assim, as Súmulas nºs 283 e 284 do STF. 5. Se o Tribunal de origem afirmou não haver prova de que a dívida foi contraída em benefício exclusivo do marido, comprometendo, assim, o patrimônio de ambos os cônjuges, não é possível afastar essa solidariedade sob a alegação de que a dívida era exclusiva do marido, sem reexaminar fatos e provas. Incide, nesses termos, a Súmula nº 7 do STJ. 6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido. Antecipação de tutela recursal revogada, prejudicado o agravo interno manejado contra referida decisão. (REsp nº 1454257 / PR (2014/0013052-6) autuado em 30/01/2014)

Dessa forma, tenho que merece procedência em parte os presentes embargos de terceiros.

c) Da litigância de má-fé

O art. 80 do CPC traz o conceito do litigante de má-fé, assim considerado aquele que, dentre outras hipóteses, “alterar a verdade dos fatos” (inciso II) ou “usar do processo para conseguir objetivo ilegal” (inciso III). A conduta da embargante em demandar pela anulação de um ato constritivo de um bem, cujo o mesmo fora adquirido com o objetivo de fraudar uma execução, afigura-se ilegítima e, certamente ocasiona prejuízo ao embargado.

Patente, pois, a alteração da verdade dos fatos, com objetivo de enriquecer-se ilicitamente, havendo a instrumentalização do processo a fim de perseguir objetivo ilegal - qual seja, a insatisfação de dívida.

Neste ínterim, é devida a fixação de multa e de indenização a ser paga pelo litigante de má-fé, nos termos do art. 81 do CPC, que assim dispõe:

Art. 81. De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.

Logo, a conduta da parte embargante incide no artigo 80, inciso II do CPC, justificando a sua condenação nas penas por litigância de má-fé.

Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.

No mesmo sentido: “O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos” (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98).

O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.

III - DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os embargos de terceiros apresentados por MARIA DA PENHA DUTRA DE SOUZA em face de IRMÃOS GONÇALVES COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. – IG SHOPPING ARIQUEMES IRMÃOS GONÇALVES COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. – IG SHOPPING ARIQUEMES, e o faço com o objetivo de DECLARAR cancelados os atos de constrição relativos ao imóvel denominado Parte real desmembrada do Lote 03A/03E da Quadra 04, Setor Grandes Áreas, denominado Lote 03 A/03E1, com área de 430,30 m², matricula 35.555 junto ao 1º ofício de registro de imóveis de Ariquemes/RO.

Revogo parte da decisão de Id. 87630181, a qual concedeu a medida liminar, e determinou a suspensão da medida constritiva referente ao imóvel denominado Parte real desmembrada do Lote 03/E da Quadra 04, Setor Grandes Áreas, denominado Lote 03/E1, com área de 496,50 m², matricula 30.938, junto ao 1º ofício de registro de imóveis de Ariquemes/RO.

Ainda, condeno a embargante às penas da litigância de má-fé, consistente em multa no percentual de 02% (dois por cento) sobre o valor da causa devidamente corrigido, conforme dispõe o art. 81 do CPC.

Ante a condenação em litigância de má-fé, condeno a embargante, em maior parte sucumbente, ao pagamento dos honorários advocatícios, estes que arbitro em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, nos termos do artigo 85, §2°, do CPC, bem como das custas processuais.

Por conseguinte, extingo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I do CPC.

Translade-se cópia desta para os autos nº 7000916-56.2019.8.22.0002.

Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.

Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Código de Processo Civil.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo “a quo” (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.

Caso nada seja requerido, após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as anotações de estilo.

Sentença registrada. Publique-se. Intimem-se.

SERVE A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.

Ariquemes,17 de julho de 2023

Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes

Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7014071-92.2020.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: ADAILTON VIEIRA DA SILVA
ADVOGADOS DO AUTOR: VICTORIA DIAS GIROLA, OAB nº RO9496, EDSON LUIZ RIBEIRO BISSOLI, OAB nº RO6464, CRISTIANE RIBEIRO BISSOLI, OAB nº RO4848, MARCILENE AMORIM TAVARES, OAB nº RO9495
REU: A F SILVA VENDAS LTDA, FABIO DONIZETE DA SILVA
Sentença
Vistos.
I - RELATÓRIO
Trata-se de Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais proposta por ADAILTON VIEIRA DA SILVA em desfavor de AF SILVA VENDAS LTDA e FABIO DONIZETE DA SILVA.
Narra a parte autora, em síntese, que efetuou a compra de uma carta de crédito contemplada no valor total de R$11.519,71 (onze mil, quinhentos e dezenove e setenta e um centavos) dos requeridos, sendo que os pagamentos foram realizados por meio de transferências bancárias para as contas bancárias de propriedade do requerido e da empresa do mesmo.
Aduz que, apesar do pagamento sido efetivado, e o segundo requerido ter lhe garantido que efetuaria a transferência do termo de cessão de cotas (carta de crédito), o requerido não efetivou a transferência da carta de crédito, nem mesmo realizou a devolução dos valores pagos.
Realizadas diversas tentativas de citação das requeridas, as quais restaram frustradas, houve a citação por edital (Id. 86888688).
A Defensoria Pública apresentou contestação por negativa geral, requerendo a improcedência do pleito (Id. 89364904).
Houve impugnação a contestação (Id. 90506463).
Intimadas as partes para manifestarem-se acerca das provas que pretendem produzir, requereram o julgamento antecipado da lide.
É, em essência, o relatório. Fundamento e decido.
II - FUNDAMENTAÇÃO
Cuida-se de ação de indenização por danos morais e materiais.
a) Do Julgamento Antecipado
O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento ou outras diligências para a produção de novas provas.
Gize-se, ainda, que longe de configurar qualquer cerceamento de defesa ou de ação, o julgamento antecipado da lide revela o cumprimento do mandamento constitucional insculpido no art. 5º, inciso LXXVIII, que garante a todos a razoável duração do processo. Desse modo, avanço no mérito.
b) Do Mérito
Presentes as condições da ação, os pressupostos de constituição e desenvolvimento da relação processual, bem como interesse processual e legitimidade das partes, avanço no mérito.
Ao tratar da responsabilidade civil, o Código Civil em seus artigos 186 e 187 evidenciam a responsabilidade oriunda de ato ilícito e abuso de direito. Com efeito, rezam os dispositivos, in verbis:
Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
Ademais, o mesmo código, traz em seu artigo 927 a obrigação de quem viola os artigos supracitados, em indenizar a pessoa lesada:
Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.
Não obstante, ainda dispõe o Código Civil, no artigo 884, acerca da matéria tratada nestes autos:
Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.
No caso dos autos, o autor alega o cometimento de ato ilícito por parte dos requeridos, posto que se enriqueceram ilicitamente as suas custas.
Pois bem.
É cediço, que a carta de crédito consiste em um título financeiro, que foi contemplado pelo sorteio do consórcio em que participa o consorciado, ou seja, serve para que o consorciado faça a contratação de serviços da entidade financeira, dos quais haveria interesse em adquirir.
Existindo a possibilidade de transferência de titularidade da carta de crédito junto a instituição financeira, é um título de crédito hábil para compra e venda entre terceiros, sendo que a transferência ocorre por meio do termo de cessão da cota.
Extrai-se dos autos, que o autor juntou o termo de cessão da cota, em favor de uma terceira pessoa, a qual iria receber a carta de crédito adquirida pelo autor em outro negócio, bem como, comprovantes de pagamentos realizados pelo autor em favor dos requeridos, no valor negociado da compra da carta (Id. 50695975).
O termo de cessão (Id. 50695976), contudo, trata-se somente de uma proposta, dependendo de demais obrigações cadastrais junto a credora.

Por meio dos documentos acostados aos autos, o autor desincumbiu de seu ônus, demonstrando o cometimento do ato ilícito dos requeridos, que se enriqueceram ilicitamente causando prejuízo ao autor, eis que não fora efetivada a transferência da carta de crédito, muito menos efetuando a devolução dos valores.
De outro modo, a requerida não logrou êxito em comprovar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
Nesta senda, o pleito merece procedência, devendo os requeridos restituírem o indevido auferido.
c) Do Dano Moral
No tocante ao dano moral, ficou demonstrado a sua caracterização no caso concreto, assim imperioso o dever de reparação, para compensar os transtornos ocasionados, em razão do ato ilícito cometido pelos requeridos, os quais enriqueceram ilicitamente as custas do autor, causando-lhe prejuízo.
O evento causou transtornos que extrapolaram a esfera do mero dissabor do dia a dia, estando patente que o autor teve a sua legítima expectativa frustrada, em virtude da conduta negligente dos requeridos, pois cumpriu com todas as suas obrigações, sendo certo que, no momento em que deveria receber a carta de crédito, inclusive para efetuar outra negociação, esta não fora transferida e os valores pagos não foram devolvidos.
Quanto ao valor, o dano moral deve ser arbitrado de modo a representar a justa e devida reparação, adequando-se aos limites da razoabilidade, sem, contudo, ultrapassar a extensão do dano, já que não atua como meio de enriquecimento.
A indenização, assim, há de representar compensação razoável pelo sofrimento experimentado, cuja intensidade deve ser considerada para fixação do valor, aliada a outras circunstâncias peculiares de cada conflito de interesses, sem jamais constituir-se em fonte de enriquecimento sem causa para o ofendido, nem, tampouco, em valor ínfimo que o faça perder o caráter pedagógico-punitivo ao ofensor.
Nesse sentido, à vista dos parâmetros supramencionados, entendo suficiente a fixação em R$ 2.000,00 (dois mil reais), a fim de se adequar aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.
No mesmo sentido: “O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos” (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).
O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.
III - DISPOSITIVO
Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por ADAILTON VIEIRA DA SILVA em desfavor de AF SILVA VENDAS LTDA e FABIO DONIZETE DA SILVA, para condenar estes ao pagamento de R$11.519,71 (onze mil, quinhentos e dezenove reais e setenta e um centavos), à título de reparação material, acrescidos de correção monetária a partir do efetivo prejuízo (Súmula 43, do STJ) e juros legais, a contar da citação; bem como condenar os réus no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de indenização por danos morais, com incidência de correção monetária partir do arbitramento (Súmula 362 do STJ) e juros a partir do evento danoso (art. 398 do CC e Súmula 54 do STJ).
Assim, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO na forma do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015.
Condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, em 10% (dez por cento) sobre o valor do proveito econômico da parte autora, nos termos do art. 85, §2º, do CPC.
P.R.I.C.
Transitada esta em julgado, nada sendo requerido, arquive-se.
SERVIRÁ A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes,17 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7013135-09.2016.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTORES: JOSE ANTONIO DA SILVA, MARIA AUREA ROQUE DE OLIVEIRA SANTOS, MARIA GORETE BRAATZ, EDICLEIA FERREIRA DOS SANTOS, IONE FONTES DE SOUZA
ADVOGADO DOS AUTORES: VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA, OAB nº RO2479
REU: CANAÃ GERAÇÃO DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: ERIKA CAMARGO GERHARDT, OAB nº RO1911, RICHARD CAMPANARI, OAB nº RO2889, LUIZ FELIPE DA SILVA ANDRADE, OAB nº RO6175
DESPACHO
Vistos.
Trata-se de Ação Ordinária de Indenização por Danos Materiais e Danos Morais proposta por JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA, EDICLÉIA FERREIRA DOS SANTOS, MARIA AUREA ROQUE DE OLIVEIRA SANTOS, IONE FONTES DE SOUZA e MARIA GORETE BRAATZ em desfavor de CANAÃ GERAÇÃO DE ENERGIA S/A.
Os autos vieram conclusos para sentença.

Em análise do feito, verifica-se que na audiência realizada em 23/10/2017 (Id. 14095411), houve o saneamento do feito, sendo que fora deferido o pedido das partes para oitiva das testemunhas arroladas, bem como, do informante do juízo.
No entanto, observa-se que somente o informante e as testemunhas arroladas pela parte requerida foram ouvidas, por meio de carta precatória, não sendo designada audiência de instrução com o fim de realizar a oitiva das testemunhas arroladas pelos autores.
Dessa forma, considerando o lapso temporal ocorrido desde a decisão saneadora proferida em audiência, a fim de se evitar qualquer causa de nulidade por cerceamento de defesa, intime-se a parte autora, para que no prazo de 05(cinco) dias, informar se ainda persiste interesse na produção da prova oral deferida, consistente na oitiva das testemunhas arroladas, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra.
Decorrido o prazo ou havendo manifestação, venham os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes,17 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7007275-85.2020.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ZENO BOGORNI
Advogado do(a) EXEQUENTE: VALDECIR BATISTA - RO4271
EXECUTADO: NELSON DANIEL BOGORNI
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7018605-11.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: JOSE ROBERTO DA SILVA
ADVOGADOS DO AUTOR: DANIELLI VITORIA SABADINI, OAB nº RO10128, JOSE CARLOS SABADINI JUNIOR, OAB nº RO8698
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos e examinados.
I – RELATÓRIO
JOSE ROBERTO DA SILVA ingressou com a presente ação previdenciária para concessão de aposentadoria por idade na qualidade de segurado especial em face do INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, ambos já qualificados.
Narra a inicial, em síntese, que o autor exerceu o labor rural desenvolvendo ininterruptamente tal atividade há mais de 37 (trinta e sete) anos, onde mantinha plantações de café, abacaxi, arroz e feijão, residindo e produzindo tais mantimentos para própria subsistência.
Recebida a inicial, foi determinada a citação do requerido (ID 87510933).
Citado, o requerido apresentou contestação (ID 87655480).
A parte requerente impugnou à contestação e pugnou pela prova testemunhal (ID 88869990 e 89168191).
Foi designada audiência de instrução (ID 90584207).
Realizada a audiência de instrução designada, foi constatada a presença da parte autora e a ausência da parte requerida, ocasião em que foram ouvidas 03 testemunhas (ID 92517076).
É o relatório. DECIDO.
II - FUNDAMENTAÇÃO
Trata-se de pedido concernente à concessão de aposentadoria por idade a trabalhador rural, o qual alega ter atingido a idade mínima necessária exigida pela lei e exercido atividade rural em número de meses necessários à carência do benefício.
Pois bem.
Sabe-se que para a concessão do benefício de aposentadoria por idade à trabalhador rural, conforme reza a Lei n. Lei nº 8.213/91, torna-se imprescindível a comprovação:
a) da idade de 55 (cinquenta e cinco) anos completos para a mulher e 60 (sessenta) anos completos para o homem;
b) o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, por prazo igual ao previsto em lei, conforme o art. 48, §§ 1º e 2º, c.c. art. 142, ambos da Lei nº 8.213/91;
c) o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, em regime de economia familiar.
De análise do caso em apreço, verifica-se que a parte requerente incontestavelmente preenche o primeiro requisito, a idade mínima para se aposentar por idade, tendo em vista que, como nasceu em 15/11/1958, conforme o documento de identidade acostado no ID 84717840, atingiu a idade de 60 anos em 15/11/2018, a qual é exigida para os homens trabalhadores rurais.
Vejo por meio dos documentos que instruem a peça inaugural que a parte requerente residiu na zona rural e executava atividades rurículas. Porém, não ficou demonstrado nos autos o tempo de trabalho exigido pela lei, já que os documentos juntados a fim de comprovar o seu tempo de serviço, não serviram suficientemente para isso.
As testemunhas ouvidas também não demonstraram saber precisamente todo o período exercido pela parte autora e via de consequência, os seus depoimentos não são provas do lapso exigido pelo art. 142 da Lei n. 8.213/91, que no caso é de 180 (cento e oitenta) meses, já que o autor completou 60 anos em 2018.

Os documentos que instruem a inicial, dão apenas indício que o requerente residia na zona rural, mas nenhum deles atesta que era exercido trabalho rural e em regime de economia familiar e o contrato de comodato (ID 84717848), por si só, não comprova o tempo de labor rural.

Ainda no tocante ao último requisito, qual seja a atividade rural em regime de economia familiar, não é demais salientar que a Lei n. 8.213/91, por sua vez, além de também qualificar o segurado especial no inciso VII, do art. 11, disciplina o seu significado:

"VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de:" (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008)"

"§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes." (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008).

O regime de economia familiar, então, é aquele em que a atividade dos membros da família é indispensável à própria subsistência, em condições de mútua colaboração, sem utilização de empregados.

Destarte, verifico que a parte requerente não chegou a adquirir a qualidade de segurado especial, pois não há provas de ter efetivamente executado o trabalho rural no tempo determinado, não estando em condições de ter o direito à percepção da aposentadoria pretendida. Não bastasse a demonstração de que todos os requisitos não foram preenchidos, tem-se que as provas apresentadas nos autos são frágeis.

Conforme preceituam os artigos 62 e 63 do Decreto nº 3.048/99, para a demonstração do exercício da atividade rural é requisito essencial que exista início razoável de prova documental, não bastando a prova unicamente testemunhal.

Assim, é indispensável que, aliada à prova testemunhal, haja um começo de prova documental, não se aplicando, todavia, em caráter exaustivo, o rol do § 2º, do art. 62, do Regulamento da Previdência Social, que se limita à enumeração de hipóteses admissíveis, sem excluir outras que o juiz, segundo seu livre convencimento, entenda como prova bastante da atividade rural.

Em relação a prova testemunhal colhida, entendo foi frágil, tendo em vista que o depoimento foi prestado com base naquilo que a própria parte interessada informou, o que faz a prova perder sua eficácia, já que é evidente a sua fabricação.

Diante dessa circunstância, não esqueço que a finalidade da prova é estabelecer a verdade, fixar formalmente os fatos expostos no processo e produzir o convencimento do juiz, levando-o a alcançar a certeza necessária à sua decisão.

No caso em apreço, extraio que as testemunhas DARCI FARIA LOPES, FRANCISCO GOMES DE SOUZA e MARLENE PEREIRA DOS SANTOS informaram conhecer o autor há mais de 30 anos, no entanto não relataram a cerca da atividade rural da parte, mas sim de trabalhos realizados pelo requerente na zona urbana, não restando portanto, comprovado a atividade rural do autor.

Vejamos a jurisprudência a seguir:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. CONJUNTO PROBATÓRIO INSUFICIENTE. PERÍODO DE CARÊNCIA NÃO COMPROVADO. AVERBAÇÃO DE TEMPO RURAL. 1. A comprovação do exercício de atividade rural deve-se realizar na forma do art. 55, § 3º, da Lei 8.213/91, mediante início de prova material complementado por prova testemunhal idônea. 2. Não comprovada a atividade rural exercida pela parte autora pelo tempo necessário à carência do benefício, não faz jus à aposentadoria rural por idade. 3. Assegurado o direito à averbação dos períodos reconhecidos. (TRF-4 - AC: 50107913720184049999 5010791-37.2018.4.04.9999, Relator: ARTUR CÉSAR DE SOUZA, Data de Julgamento: 12/02/2020, SEXTA TURMA.

Vejamos que o fato de residir ou ter domicílio na zona rural não equivale a ter condição de trabalhador rural, ou seja, não traz por si só o direito de ser considerado segurado especial.

Essa teoria de presunção da condição de trabalhador rural pelo fato de residir ou ter residido parte da vida na zona rural deve ser afastada, tendo em vista que cada pretensão deve ser estudada a finco pelo Juízo que analisar a causa previdenciária, a fim de se constatar que durante o curso processual foram apresentadas provas concretas de que aquele que provia os meios de subsistência do demandante ou que a própria parte interessada, conforme o caso, exerceu ou exerce atividade rural para a subsistência.

Outrossim, não olvido do princípio da identidade física do juiz, porque este deve decidir não só com o princípio da presunção, mas também aliado a impressão das palavras que lhe são ditas nos depoimentos colhidos, pois não se tem como colocar no papel os sentimentos observados pelo magistrado quando as palavras são proferidas pelas testemunhas.

Por isso, entendo que não pode prevalecer a ilação feita pelas testemunhas de que se viveu ou morreu na roça deve ser considerado trabalhador rural. Aliás, nem a condição de conhecer a pessoa por tanto tempo também não quer dizer que se garanta o exercício efetivo do labor rural, posto que, por muitas vezes se conhece a pessoa há anos, mas não ocorrem visitas frequentes e não sabem a origem da renda uma da outra.

Cabe ao juiz considerar e valorar todo o material probatório constante nos autos, em razão de estar consolidada a homogeneidade da eficácia probatória, ou seja, ou bem a prova demonstra a veracidade da alegação de fato, ou bem demonstra sua inveracidade, afinal não há meia verdade.

A jurisprudência já asseverou sobre a questão:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. RURÍCOLA. INEXISTÊNCIA DE RAZOÁVEL INÍCIO DE PROVA MATERIAL. 1. A comprovação da qualidade de trabalhador rural ocorre mediante início de prova material devidamente corroborada pela prova testemunhal produzida em Juízo, bem assim a implementação do requisito etário exigido. 2. A parte autora cumpriu o requisito etário, eis que completou 55 anos em 21/10/2003 (nascimento em 21/10/1948 - fls. 15). Inobstante, não se desincumbiu do ônus de instruir a inicial com documentos comprobatórios de sua atividade campesina durante o período de carência, que, no seu caso, é de 132 meses. Com efeito, a requerente juntou aos autos tão somente certidão de casamento realizado em 06/07/1968, na qual consta a profissão do nubente como lavrador, extemporânea, no entanto, ao período de carência (fls. 16). Assim, ainda que os depoimentos colhidos afirmem a prática de trabalho rural, o requisito exigido para a concessão do benefício postulado não restou atendido, pois esta Corte, bem assim o STJ, sedimentara (Súmulas 149 do STJ e 27 do TRF-1ª. Região) o entendimento de que não é admissível prova exclusivamente testemunhal para comprovação de tempo de serviço com fins previdenciários. Portanto, não tendo a parte autora apresentado outro documento válido que comprove a atividade de rurícola, restou desatendido o disposto nos artigos 55, § 3º e 143 da Lei nº 8.213/91, devendo ser indeferido o pedido de concessão do benefício de aposentadoria rural por idade. Assim, a reforma da sentença é medida que se impõe. 3. Apelação do INSS a que se dá provimento, para reformar a sentença e julgar improcedente o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade. Remessa oficial inexistente. A Câmara, por unanimidade, deu provimento à apelação. (ACORDAO 00629402520164019199, JUIZ FEDERAL SAULO JOSÉ CASALI BAHIA, TRF1 - 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DA BAHIA, e-DJF1 DATA:29/01/2018).

Com efeito, concluo que a prova testemunhal produzida nestes autos foi imprópria para atestar as alegações feitas pela demandante acerca do exercício da atividade rural em regime de economia familiar, de forma pessoal e continuada, pelo prazo exigido no art. 142 da Lei n. 8.213/91, pelos motivos acima expostos, que resguardam a segurança jurídica da presente decisão e asseguram a aplicação do princípio da persuasão racional do juiz (art. 371 do CPC/2015), bem como diante do fato dos documentos que instruem a peça vestibular permanecem isolados e não bastaram para comprovar a condição de segurado especial, o pedido inicial não merece acolhimento.
III - DISPOSITIVO
Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial de JOSE ROBERTO DA SILVA em face do INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL , e por consequência julgo extinto o feito com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.
Em virtude da sucumbência, condeno s requerente a pagar custas e honorários advocatícios, estes que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 85, § 2º, do CPC, cuja exigibilidade ficará suspensa em decorrência da concessão da gratuidade da justiça, nos termos do artigo 98, § 3º, do CPC.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado. Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, §2º, do Código de Processo Civil.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo “a quo” (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo legal.
Intimem-se as partes. Cumpra-se.
P. R. I. Não havendo recurso, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se.
SERVE A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7003735-24.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Dever de Informação, Oferta e Publicidade, Análise de Crédito
AUTOR: RICARDO PESSIN SEVERINO
ADVOGADOS DO AUTOR: PEDRO HENRIQUE GOMES PETERLE, OAB nº RO6912, LUCIENE PETERLE, OAB nº RO2760, SEVERINO JOSE PETERLE FILHO, OAB nº RO437, RODRIGO PETERLE, OAB nº RO2572
REU: LOJAS AMERICANAS S.A.
ADVOGADO DO REU: THIAGO MAHFUZ VEZZI, OAB nº AL11937
Sentença
Vistos.
I - Relatório
Tratam-se os autos de Ação de Obrigação de Dar Coisa Certa c/c Danos Morais proposta por RICARDO PESSIN SEVERINO em desfavor de LOJAS AMERICANAS S.A., objetivando a obrigação de fazer consistente na entrega de produto adquirido, bem como, a indenização por danos morais.
Narra o autor na inicial, que na data de 25/10/2022 realizou através do site da requerida, a compra de um aparelho celular Smartphone Samsung Galaxy S22 reembalado, no valor de R$1.827,08 (mil e oitocentos e vinte e sete reais e oito centavos). Informou que após a realização do pedido, recebeu todos os dados da compra por e-mail, a nota fiscal e a data prevista para a entrega do produto.
Contudo, ao receber o produto, surpreendeu-se, pois dentro da caixa havia um modelo diferente e inferior ao pedido. Posto isso, entrou em contato com a empresa requerida, sendo que a mesma afirmou que o máximo que poderiam fazer seria a devolução dos valores pagos.
Requereu a entrega do aparelho eletrônico comprado, em vista de que não tem interesse na devolução dos valores, assim como, pugnou pela condenação da requerida em indenização por danos morais. Juntou documentos.
Despacho inicial determinou-se a citação da requerida, e designou audiência de conciliação (Id. 88510020), a qual restou infrutífera (Id. 90431656).
Citada, a requerida apresentou contestação (Id. 90212460), arguindo preliminares, bem como, argumentou que não há dano sofrido, sendo que a situação ocorrida não ultrapassa um contratempo do cotidiano. Requereu a total improcedência da demanda.
Intimadas as partes para manifestarem-se acerca das provas que pretendem produzir, requereram o julgamento antecipado da lide.
Vieram os autos conclusos.
É, em essência, o relatório. Fundamento e decido.
II - FUNDAMENTAÇÃO
a) Preliminarmente
Em sede preliminar, a parte requerida requereu a alteração do polo passivo da presente ação para LOJAS AMERICANAS S.A. inscrita no CNPJ nº 00.776.574/0006-60, tendo em vista que houve a incorporação das Lojas Americanas ao grupo B2W Companhia Digital, e que posteriormente houve a alteração na razão social para Americanas S.A..
Considerando as informações apresentadas, retifique-se o polo passivo da demanda para LOJAS AMERICANAS S.A., CNPJ sob o nº 00.776.574/0006-60.
Além disso, informou em sede preliminar para conhecimento do autor, que a empresa requerida encontra-se em recuperação judicial, em trâmite sob o nº 0803087-20.2023.8.19.0001, na 4ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro/RJ.

Por fim, arguiu a preliminar de ausência de interesse de agir, em razão de que o autor não buscou nenhum tipo de solução por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor, propondo diretamente a presente ação, o que verifico que não é verdade, posto que o autor procurou a requerida extrajudicialmente para tentar resolver o litígio, conforme os documentos juntados na inicial (Id 88233176), razão pela qual afasto a preliminar.

b) Do julgamento antecipado da lide

O feito comporta julgamento antecipado (CPC, art. 355, I), pois a matéria fática veio comprovada por documentos, evidenciando-se despiciente maior dilação probatória. Ademais, como se sabe, o magistrado é livre na formação da respectiva convicção, podendo, inclusive, indeferir a produção de provas que entender desnecessárias (CPC, art. 370 e 371).

Por outro prisma, o art. 139, II, do CPC, impõe ao magistrado a obrigação de velar pela duração razoável do processo e no caso em tela entendendo que a causa está suficientemente instruída e apta a ser julgada.

Por verificar a presença dos pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido do processo, além de reunidas às condições da ação, passo ao exame de mérito.

c) Do mérito

Com efeito, a responsabilidade da pessoa jurídica em face dos atos realizados regula-se pela teoria objetiva, de forma que basta a prova da conduta, do dano e do nexo de causalidade para configurar-se o dever de indenizar, independentemente de dolo ou culpa, conforme o artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Além disso, o art. 6°, VI e VIII do CDC esclarece ser direito básico do consumidor a efetiva prevenção e reparação de danos a si causados, com facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova a seu favor.

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

[...]

VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

[...]

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

No presente caso, a prova documental acostada aos autos comprova que o autor, adquiriu um aparelho celular Smartphone Samsung Galaxy S22 reembalado, no valor de R$1.827,08 (mil e oitocentos e vinte e sete reais e oito centavos) (Id. 88233175), efetuou o pagamento do valor devido, no entanto, recebeu produto diverso do adquirido (Id. 88233176).

Ademais, comprovou que por diversas vezes tentou solucionar o impasse extrajudicialmente junto a requerida (Id. 88233176).

Por sua vez, a parte requerida não produziu prova alguma, o que enseja o julgamento do feito a partir das provas produzidas nos autos. Como essas provas atestam que o serviço contratado não foi prestado de forma correta, é justo que a parte autora receba o produto adquirido, tendo em vista que a mesma não tem interesse na restituição dos valores pagos.

Dessa forma, deve a requerida ser condenada na obrigação de fazer, consistente na entrega do produto “aparelho celular Smartphone Samsung Galaxy S22 reembalado, no valor de R$1.827,08 (mil e oitocentos e vinte e sete reais e oito centavos) (Id. 88233175)”.

Sobre o assunto, há entendimento jurisprudencial nesse mesmo sentido. Vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL - CONSUMIDOR - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - COMPRA DE PRODUTO PELA INTERNET - PRODUTO NÃO ENTREGUE - DANO MORAL CONFIGURADO. - Extrapola o mero aborrecimento corriqueiro, a frustração pelo não recebimento do produto somada às inúmeras tentativas de contato sem êxito a fim de solucionar o problema, em especial por se tratar de brinquedo para presentear criança na época de Natal - Recurso conhecido e desprovido.

(TJ-RJ - APL: 00068933920208190054, Relator: Des(a). CAETANO ERNESTO DA FONSECA COSTA, Data de Julgamento: 11/11/2021, SÉTIMA CÂMARA CÍVEL)

d) Do dano moral

Da análise dos autos, é certo que os documentos juntados com a inicial corroboram com as afirmações da autora, pois demonstram a compra do produto, a data de previsão para recebimento, e a abertura de protocolos de atendimento, em face da entrega de produto diverso do adquirido. Neste contexto, não há dúvidas de que a ré descumpriu o contratado sem qualquer justificativa que a exima de culpa, restando evidente, portanto, a falha na prestação do serviço.

Por consequência, procede o pedido indenizatório. O requerente, além de ter frustrada a expectativa de receber o produto adquirido, mesmo após criterioso planejamento, foi submetido ao calvário narrado na inicial e demonstrado por meio de prova documental, vendo-se forçado a entrar em contato diversas vezes com a requerida a fim de obter efetuar a troca do produto entregue.

Induvidoso, portanto, que na espécie ocorreu dano moral.

Para fins de arbitramento destaco o método bifásico adotado pelo STJ, onde inicialmente (1a fase) se analisa o valor básico de indenização e depois (2a etapa) a justaposição desse quantum às peculiaridades do caso concreto (gravidade do fato, culpabilidade do agente, eventual culpa concorrente da vítima, condição econômica das partes). Assim sendo:

(…) QUANTUM INDENIZATÓRIO. CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO EQUITATIVO PELO JUIZ. MÉTODO BIFÁSICO. VALORIZAÇÃO DO INTERESSE JURÍDICO LESADO E CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. O método bifásico, como parâmetro para a aferição da indenização por danos morais, atende às exigências de um arbitramento equitativo, pois, além de minimizar eventuais arbitrariedades, evitando a adoção de critérios unicamente subjetivos pelo julgador, afasta a tarifação do dano, trazendo um ponto de equilíbrio pelo qual se consegue alcançar razoável correspondência entre o valor da indenização e o interesse jurídico lesado, bem como estabelecer montante que melhor corresponda às peculiaridades do caso. 2. Na primeira fase, o valor básico ou inicial da indenização é arbitrado tendo-se em conta o interesse jurídico lesado, em conformidade com os precedentes jurisprudenciais acerca da matéria (grupo de casos). 3. Na segunda fase, ajusta-se o valor às peculiaridades do caso com base nas suas circunstâncias (gravidade do fato em si, culpabilidade do agente, culpa concorrente da vítima, condição econômica das partes), procedendo-se à fixação definitiva da indenização, por meio de arbitramento equitativo pelo juiz (…). (STJ; REsp 1.608.573; Proc. 2016/0046129-2; RJ; Rel. Min. Luis Felipe Salomão; Julg. 13/12/2018; DJE 19/12/2018; Pág. 14838)

O Sodalício Rondoniense, aliás, considera que "O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e o conceito social das partes" (TJRO; Processo nº 7013471-13.2016.822.0002; 2ª Câmara Cível; Relator do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia; Julgamento: 27/02/2019).
De acordo com a linha de entendimento adotada por esta magistrada durante a judicatura, e considerando decisões proferidas em casos similares junto a este juízo, bem como o valor do bem adquirido, mostra-se justa e proporcional a condenação dos réus em R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de reparação pelos danos extrapatrimoniais.
III - Dispositivo
Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, proposto por RICARDO PESSIN SEVERINO em desfavor de LOJAS AMERICANAS S.A., para CONDENAR o requerido na obrigação de fazer, consistente na entrega do aparelho celular Smartphone Samsung Galaxy S22 reembalado, no valor de R$1.827,08 (mil e oitocentos e vinte e sete reais e oito centavos) (Id. 88233175); CONDENAR o requerido a pagar indenização por danos morais, que arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais), com incidência de correção monetária partir do arbitramento (Súmula 362 do STJ) e juros a partir do evento danoso (art. 398 do CC e Súmula 54 do STJ).
Intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a obrigação de fazer imposta por força da condenação, devendo juntar nos autos o comprovante de envio do produto, sob pena de multa a ser fixada por este juízo.
Em razão da sucumbência recíproca, decaindo o autor apenas quanto parte do valor do dano moral, condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, no equivalente de 10% do valor atualizado da condenação, o que faço com fulcro no artigo 85, § 2º do CPC.
Declaro extinto o feito com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do CPC.
Após o trânsito em julgado, adotadas as providências necessárias, arquive-se.
P.R.I.C.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7016284-37.2021.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: NERI GARBILA
Advogado do(a) REQUERENTE: VALDENI ORNELES DE ALMEIDA PARANHOS - RO4108
REQUERIDO: BANCO BMG S.A.
Advogados do(a) REQUERIDO: SERGIO GONINI BENICIO - SP195470, TAYLISE CATARINA ROGERIO SEIXAS - RO5859
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7010924-53.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: LUCINEIDE DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: JOSE PAULO DE ASSUNCAO, OAB nº RO5271
REU: I. -. I. N. D. S. S.
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Vistos.
1. Processe-se com gratuidade.
2. Cuida-se de ação previdenciária para concessão do benefício de pensão por morte.
3. Deixo de designar audiência prévia de conciliação neste momento processual, aguardando futura realização de mutirão de conciliação pela autarquia ré.
4. Cite-se para contestar no prazo de 30 dias (art. 183 c/c o art. 335, CPC).
5. Apresentada defesa pelo réu, intime-se a parte autora para se manifestar em réplica, em 15 dias (art. 350, CPC).
6. Após, intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, em 05 dias.
7. Expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE DE CITAÇÃO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7008244-95.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: MARCIA CRISTINA CAMARGO DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: EVANDRO XAVIER DE JESUS, OAB nº RO11108
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
SENTENÇA
Vistos.
MARCIA CRISTINA CAMARGO DE SOUZA ingressou com ação de concessão de benefício previdenciário, em face do INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, ambos já qualificados.
Citado, o requerido apresentou proposta de acordo (ID 92362147), cujos termos foram aceitos pela parte autora (ID 93221567).
É o relatório do necessário. Decido.
Tendo em vista que a proposta de acordo oferecida pelo requerido foi devidamente aceita pela parte autora, considerando ainda que as partes são maiores, estão regularmente representadas, não havendo, por ora, nenhum indício de vício de consentimento, não vislumbro nenhuma óbice a homologado dos termos do acordo oferecido.
Pelo exposto, HOMOLOGO o acordo noticiado na petição de ID 92362147, e de consequência, julgo extinto o feito com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea “b”, do CPC/2015.
Deixo de fixar os honorários advocatícios em razão de ter restado acordado que cada parte arcará com o pagamento dos seus respectivos advogados.
Intime-se o requerido para que promova a implementação do benefício à parte autora, nos termos do referido acordo.
Este feito transita em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, nos termos do artigo 1.000 do CPC.
Aguarde-se o cumprimento do acordo, retificando-se a classe processual, expedindo-se o necessário para pagamento por meio de RPV, nos termos do acordo, aguardando-se o pagamento em arquivo.
Com a informação do pagamento, expeça-se alvará. Após, venham os autos conclusos para extinção.
VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO DE IMPLEMENTAÇÃO/CONVERSÃO DO BENEFÍCIO CONCEDIDO.
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7000258-90.2023.8.22.0002
Classe Processual: Procedimento Comum Cível
Assunto: Conversão
Valor da Causa: R$ 14.544,00
AUTORES: VANICE BARBOSA DOS SANTOS, CPF nº 01349398241, AVENIDA GAVIÃO REAL 1832 SETOR 05 - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA, NATIELLY DOS SANTOS CUSTODIO, CPF nº 70475548230, AVENIDA GAVIÃO REAL 1832 SETOR 05 - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: WAGNER FERREIRA DIAS, OAB nº RO7037, CYNTHIA PATRICIA CHAGAS MUNIZ DIAS, OAB nº RO1147A, BARBARA GONCALVES DE ANGELO, OAB nº RO10673
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DESPACHO
Vistos.
Providencie a CPE a retirada da genitora do polo ativo, visto que atua apenas como representante da autora.
Tendo em vista o interesse de incapaz, remetam-se os autos ao Ministério Público para análise e emissão de parecer.
Após a juntada de parecer ministerial, voltem os autos conclusos.
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7017644-70.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: PAULO SERGIO DE CAMARGO HUPPERS
ADVOGADOS DO AUTOR: LARRUBIA DAVIANE HUPPERS, OAB nº RO3496, DAIANE CRISTINA HUPPERS, OAB nº RO13024
REU: AMERON ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA RONDONIA S/A
ADVOGADO DO REU: JAIME PEDROSA DOS SANTOS NETO, OAB nº RO4315
SENTENÇA

Vistos,
I - RELATÓRIO
Trata-se de AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS MÉDICAS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS movida por PAULO SÉRGIO DE CAMARGO HUPPERS, curatelado, representado por sua curadora, IEDA MARIA DE CAMARGO HUPPERS, em face de AMERON ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DE RONDÔNIA, todos qualificados nos autos.
Narra o autor, que na condição de dependente de sua irmã, que é servidora pública, possui plano de saúde denominado, Seguro de Saúde junto à Requerida, havendo no contrato o direito de cobertura médico - hospitalar completa em caso de necessidade. Alega que em meados de outubro/2021, passou por uma grave enfermidade, onde necessitou, com urgência, realizar exame de colonoscopia, conforme pedido médico.
Em contato com o requerido, foi informado que na cidade de Ariquemes não possuía rede credenciada para realização do exame. Portanto, diante da inexistência da rede credenciada para realização do exame, a preposta da requerida informou ao autor que haveria o ressarcimento do valor custeado pelo exame, caso optasse realizar de forma particular. No entanto, após apresentar o devido pedido à requerida para o ressarcimento do valor custeado, a requerida se negou a pagar. Requer no mérito da procedência da ação com o ressarcimento dos valores custeados no importe de R$ 1.100,00 (um mil e cem reais) bem como indenização em danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco) mil reais. Juntou documentos.
Despacho de ID 84049443 determinou que o autor comprovasse a hipossuficiência alegada e/ou o recolhimento das custas iniciais, sendo recolhidas ao ID 84981377.
Recebida a inicial, ID 85228648, determinou a citação da requerida bem como designou-se audiência de conciliação.
Audiência de conciliação restou infrutífera, ID 89594042.
Citada, a requerida apresentou contestação (ID 90450216), não alegou preliminar e no mérito pugnou pela improcedência da ação, tendo em vista a ausência de comprovação de requerimento e negativa da requerida, e ainda que o exame realizado não restou comprovado que insurgia-se em urgência. Ademais, narrou que na data da realização do procedimento do exame, o autor não mais pertencia ao plano. Juntou documentos.
Houve réplica, ID 91250364.
Intimados para produção de novas provas, ambas as partes requereram julgamento antecipado da lide (ID 91447126/ 91663296).
Vieram os autos conclusos.
É o relatório necessário. DECIDO.
II - FUNDAMENTAÇÃO
Cuida-se de AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS MÉDICAS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS movida por PAULO SÉRGIO DE CAMARGO HUPPERS, curatelado, representado por sua curadora, IEDA MARIA DE CAMARGO HUPPERS, em face de AMERON ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DE RONDÔNIA, todos qualificados nos autos.
a) Do Julgamento Antecipado
A hipótese presente nos autos é de julgamento antecipado, conforme art. 355, I do Código de Processo Civil. O magistrado só está obrigado a abrir a fase instrutória se mantiver dúvida acerca de fatos pertinentes, relevantes e controversos.
Em matéria de julgamento antecipado da lide deve prevalecer a cautelosa avaliação do julgador da necessidade ou não de produção da prova em audiência, em face do caso concreto e com o cuidado para não ofender um dos mais importantes princípios epistemológicos do processo: o contraditório e a ampla defesa.
b) Do Mérito
b.1) Do Ressarcimento dos valores
Tratam-se os presentes autos de pedido de ressarcimento a fim de compelir a parte requeria à restituir valor custeado com exame, cumulada com indenização por danos morais.
Cabe ressaltar que a relação existente entre as partes está regulada pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/90, sendo relação de consumo o contrato de prestação de serviços médicos e hospitalares.
O autor afirmou que havia convênio estabelecido com a requerida, através de um plano de saúde de sua irmã, servidora pública, onde havia o desconto mensal na sua folha de pagamento. Afirmou que ao necessitar de realizar um exame com urgência (colonoscopia), houve a negativa da requerida, informando que não havia na municipalidade credenciador para realizar o exame, e que poderia fazê-lo de forma particular e que posteriormente haveria o devido ressarcimento.
Por outro lado, a requerida manifesta pela ausência de comprovação do contato com a requerida acerca do exame bem como ausência de comprovação da urgência do referido exame.
Cinge-se a controvérsia em saber se é devido o ressarcimento do valor depreendido para custeio do exame bem como se houve ilícito por parte da requerida capaz de gerar abalo moral.
Pois bem.
Não obstante as alegações do requerido, o pedido inicial é procedente, vejamos.
No caso em testilha, restou suficientemente demonstrada nos autos a necessidade do autor realizar o exame prescrito por seu médico, em razão pedido junto ao ID 84014287.
A priori, importante consignar que o custeio com tratamento em clínica particular tem cabimento somente quando não for possível a utilização da rede credenciada, nos termos do artigo 4º, da Resolução Normativa 259/11 da ANS, in verbis:
Art. 4º Na hipótese de indisponibilidade de prestador integrante da rede assistencial que ofereça o serviço ou procedimento demandado, no município pertencente à área geográfica de abrangência e à área de atuação do produto, a operadora deverá garantir o atendimento em: (Redação dada pela RN nº 268, de 02/09/2011) I - prestador não integrante da rede assistencial no mesmo município; ou II - prestador integrante ou não da rede assistencial nos municípios limítrofes a este. (Redação dada pela RN nº 268, de 02/09/2011) § 1º No caso de atendimento por prestador não integrante da rede assistencial, o pagamento do serviço ou procedimento será realizado pela operadora ao prestador do serviço ou do procedimento, mediante acordo entre as partes. (Redação dada pela RN nº 268, de 02/09/2011) § 2º Na indisponibilidade de prestador integrante ou não da rede assistencial no mesmo município ou nos municípios limítrofes a este, a operadora deverá garantir o transporte do beneficiário até um prestador apto a realizar o devido atendimento, assim como seu retorno à localidade de origem, respeitados os prazos fixados no art. 3º.
In casu, sustenta a parte autora que ao contatarem a requerida, via ligação telefônica, receberam informação sobre a não existência de rede credenciada para realização do exame que necessitava o requerente, sendo ainda informado que após custear o exame de forma particular, seria ressarcido.
No presente caso, ainda que haja inversão do ônus da prova, incumbe à parte demandante a demonstração dos fatos constitutivos do seu direito, nos termos do art. 373, I , do CPC, fato este demonstrado, através do pedido de reembolso (ID 84014287, pág.01), protocolo de atendimento (ID 84014287, pág. 02), formulário de reembolso (ID 84014287, pág. 04), bem como a nota fiscal do exame realizado (ID 84014287, pág. 06).

Assim, analisando todo o conjunto probatório apresentado, depreende-se que houve omissão/negativa pela seguradora em fornecer informações ou indicar clínica credenciada para a realização do exame, tampouco informações de que preposta de requerida orientou à realizar o procedimento em rede particular para posterior ressarcimento.

Ademais, há ainda provas nos autos o caráter de urgência do exame realizado, juntado o pedido médico para realização do exame, ID 84014287.

Porquanto, é entendimento do STJ, vejamos:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA. CIRURGIA DE EMERGÊNCIA REALIZADA FORA DA REDE CREDENCIADA. RECUSA INDEVIDA DE COBERTURA PELA OPERADORA DO PLANO DE SAÚDE. PROCEDIMENTO CUSTEADO PELA BENEFICIÁRIA. OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELA OPERADORA. INDENIZAÇÃO PELO DANO MATERIAL. DIREITO DA BENEFICIÁRIA AO REEMBOLSO INTEGRAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA. JULGAMENTO: CPC/2015. 1. Ação de obrigação de fazer c/c compensação por dano moral ajuizada em 28/10/2014, da qual foi extraído o presente recurso especial, interposto em 17/04/2019 e atribuído ao gabinete em 02/10/2019. 2. O propósito recursal é decidir sobre: (i) a negativa de prestação jurisdicional; (ii) a obrigação de a operadora de plano de saúde reembolsar os valores despendidos com a realização de cirurgia buco-maxilo-facial; (iii) o valor a ser reembolsado. 3. É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte. 4. A Segunda Seção decidiu que o reembolso das despesas médico-hospitalares efetuadas pelo beneficiário com tratamento/atendimento de saúde fora da rede credenciada pode ser admitido somente em hipóteses excepcionais, tais como a inexistência ou insuficiência de estabelecimento ou profissional credenciado no local e urgência ou emergência do procedimento (EAREsp 1.459.849/PR, julgado em 14/10/2020). 5. Se o requerimento para a realização de procedimento cirúrgico de emergência coberto pelo contrato não é deferido no prazo regulamentar ou se é indeferido indevidamente, não há outra opção para o beneficiário que se encontra em iminente risco de lesão grave à saúde senão a de buscar realizá-lo por conta própria, custeando o tratamento, se possível, ou buscando o SUS, se necessário. 6. O reembolso previsto no art. 12, VI, da Lei 9.656/1998 é obrigação cuja fonte é o próprio contrato, cabível nos casos de atendimento de urgência ou emergência, quando não for possível a utilização dos serviços próprios, contratados, credenciados ou referenciados pelas operadoras; o reembolso integral, como pleiteado pela beneficiária e determinado pelo Tribunal de origem, constitui obrigação diversa, de natureza indenizatória, cuja fonte é a inexecução do contrato, e visa, na realidade, a reparação do consequente dano material suportado. 7. Hipótese em que, tendo sido a beneficiária obrigada a pagar todos os custos da cirurgia de emergência, após a recusa manifestamente indevida de cobertura pela operadora de plano de saúde, em flagrante desrespeito à obrigação assumida no contrato, faz jus ao reembolso integral, a título de indenização pelo dano material. 8. Em virtude do exame do mérito, por meio do qual foram rejeitadas as teses sustentadas pela recorrente, fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial. 9. Recurso especial conhecido e desprovido. (STJ - REsp: 1840515 CE 2019/0290481-8, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 24/11/2020, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/12/2020).

Ademais, já julgados nesse sentido nos Tribunais de Justiça:

APELAÇÃO. PLANO DE SAÚDE. PEDIDO DE REEMBOLSO. PROCEDIMENTO REALIZADO FORA DA REDE CREDENCIADA. CONDENAÇÃO AO CUSTEIO INTEGRAL. POSSIBILIDADE. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAL E CLÍNICA NA REDE CREDENCIADA PARA REALIZAÇÃO DO TRATAMENTO PELA SEGURADORA. REEMBOLSO INTEGRAL BEM DETERMINADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. Quando a Operadora do Plano de Saúde não demonstra ter rede credenciada e profissional aptos para realização dos exames e tratamentos prescritos ao paciente, fica obrigada ao seu custeio integral fora de sua área de cobertura. (TJ-SP - AC: 10103441520198260048 SP 1010344-15.2019.8.26.0048, Relator: Maria do Carmo Honorio, Data de Julgamento: 17/11/2020, 3ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 17/11/2020).

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS. TRATAMENTO DE CÂNCER. CONVENIADO DO IPASGO. 1. APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. AFASTADA. Os contratos de plano de saúde, firmados com o Ipasgo, não são submetidos ao Código de Consumidor, por ser aquele, uma entidade de autogestão (Súmula 608 do Superior Tribunal de Justiça). 2. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. DOCUMENTOS QUE COMPROVAM O CONTRÁRIO. Existindo nos autos diversos documentos que demonstram que a autora pleiteou, administrativamente, a cobertura dos procedimentos que pretende sejam ressarcidos, não há como prosperar a tese do recorrente da ausência de pedido administrativo. 3. DEVER DE AUTORIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PLEITEADOS. OMISSÃO DO IPASGO. ATO ILÍCITO. DEVER DE INDENIZAR. Considerando que a autora requereu a autorização de diversos procedimentos, que deveriam ter sido autorizados pelo Ipasgo (artigos 6º, 8º, 9º, 10 e 22 do Decreto 7.595/2012), que manteve-se omisso, resta configurado ato ilícito e consequentemente dever de indenizar pelos danos causados (artigos 186 e 927 do Código Civil). 4. INDEVIDA OMISSÃO NA AUTORIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS. RESSARCIMENTO EM VALOR INTEGRAL. Constatada a indevida omissão na autorização dos procedimentos pleiteados pela autora/apelada, o ressarcimento deverá ser integral, não havendo que se falar em limitação à tabela do Ipasgo. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA PARA AFASTAR APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA COM FUNDAMENTO NO CÓDIGO CIVIL. (TJ-GO - APL: 03398691620158090010, Relator: SANDRA REGINA TEODORO REIS, Data de Julgamento: 28/03/2019, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 28/03/2019).

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE COBERTURA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO EXAME DE COLONOSCOPIA COM MUCOSECTOMIA. DEVER DE INFORMAÇÃO. AUSÊNCIA DE EXCLUSÃO EXPRESSA NO CONTRATO. DEVER DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES DESEMBOLSADOS PELA AUTORA. SENTENÇA CONFIRMADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-RS - Recurso Cível: 71006547731 RS, Relator: Roberto Behrensdorf Gomes da Silva, Data de Julgamento: 22/02/2017, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: 02/03/2017)

Logo, restando demonstrado a existência de elementos que justifiquem o ressarcimento dos valores arcados pelo autor, a procedência do pedido é medida que se impõe.

b.2) Do Dano Moral

O autor requer a condenação da requerida à título de danos morais o importe de R$ 5.000,00 (cinco) mil reais.

Entendo que tal pedido não merece ser acolhido, pois no caso dos autos, não se verifica qualquer conduta da requerida que tenham lesado a intimidade, maculado a dignidade ou ofendido direitos da personalidade da parte autora. A parte demandante não foi exposta à humilhação pública, nem submetida a circunstâncias capazes de produzir intenso sofrimento anímico ou desequilíbrio psíquico.

O dano moral é o que provoca o severo padecimento psicológico, é a dor que retira a paz interior e anterior, traumatiza ou destrói a autoestima. É o dano que decorre da lesão dos direitos da personalidade, com a vulneração da integridade física, psíquica ou moral da pessoa. Ou seja, é o dano que deve ostentar flagrante gravidade, que não pode decorrer das idiossincrasias de quem o alega, sob pena de se converter em fonte de enriquecimento indevido, banalizando a própria razão de ser do instituto.

Já é entendimento do Superior Tribunal de Justiça, que em casos de negativa de cobertura, não há condão de expor a parte a dor ou vexame, cito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE. TRATAMENTO FISIOTERÁPICO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. MERO ABORRECIMENTO. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. 1. Agravo interno contra decisão da Presidência que não conheceu do agravo em recurso especial, em razão da falta de impugnação específica de fundamento decisório. Reconsideração. 2. A jurisprudência desta Corte entende que, quando a situação experimentada não tem o condão de expor a parte a dor, vexame, sofrimento ou constrangimento perante terceiros, não há falar em dano moral, uma vez que se trata de circunstância a ensejar mero aborrecimento ou dissabor, mormente nos casos de simples descumprimento ou divergência de interpretação contratual. 3. No caso, o Tribunal de origem concluiu que a negativa de cobertura se dera em razão de divergência de interpretação de disposições contratuais, não configurando afronta à dignidade da pessoa humana e nem situação vexatória para justificar a pretendida reparação por danos morais. 4. Agravo interno provido para conhecer do agravo e negar provimento ao recurso especial. (STJ - AgInt no AREsp: 1729628 SP 2020/0177047-5, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 15/03/2021, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 07/04/2021)

Ainda, entendimento do Tribunal de Justiça de Rondônia, quanto à ausência de comprovação do abalo:

Apelação cível. Obrigação de fazer. Ligações excessivas. Dano moral. Ausência de comprovação. Manutenção da sentença. Recurso desprovido. O art. 373 do CPC estabelece que o ônus da prova incumbe ao autor quanto ao fato constitutivo do seu direito. Mesmo sendo aplicada a inversão do ônus da prova do Código de Defesa do Consumidor, o autor deve fazer prova mínima de suas alegações. Configura-se dano moral a dor, angústia e humilhação de grau intenso, sendo incabível a imposição do dever de indenizar em razão de meros dissabores do dia a dia, mormente se não demonstrado o efetivo abalo físico ou psíquico decorrente do suposto fato. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7003717-35.2021.822.0014, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 28/07/2022.

Logo, não restando demonstrado a existência de elementos que justifiquem o dever de indenizar, a improcedência doo pedido inicial é a medida que se impõe.

Demais teses eventualmente suscitadas pelas partes ficam prejudicadas em razão dos fundamentos explicitados nesta sentença, os quais são suficientes à prestação jurisdicional. Nesse sentido, eis o trecho abaixo colacionado retirado de recentíssimo julgado do STJ:

"...1. Tendo a instância de origem se pronunciado de forma clara e precisa sobre as questões postas nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão, como no caso concreto, não há falar em omissão no acórdão estadual, não se devendo confundir fundamentação sucinta com ausência de fundamentação. 4. Agravo interno a que se nega provimento (...). (STJ; AgInt-REsp 1.488.052; Proc. 2014/0216751-4; RS; Rel. Min. Sérgio Kukina; DJE 25/06/2020)"

III - DISPOSTIVO

Ante o exposto, com fulcro no art .487, I do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos iniciais formulados por PAULO SÉRIO DE CAMARGO HUPPERS, representado por sua curadora, IEDA MARIA DE CAMARGO HUPPERS em face de AMERON ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DE RONDÔNIA para condená-lo em:

a) Ao ressarcimento de R$ 1.100,00 (um mil e cem) reais, cujos recibos de pagamento está no ID 84014287, págs. 05 e 06, com correção monetária pela tabela do TJRO (INPC) desde a data de seu desembolso, e juros de mora (1% ao mês) a partir da citação da requerida;

Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do art. 523, § 1º, do NCPC, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.

Considerando a parcial procedência, condeno as partes ao pagamento de custas pro rata e honorários sucumbenciais no percentual de 10% sobre o valor da condenação.

Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido da parte vencida foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.

Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhe sujeitará a imposição de multa prevista pelo art. 1026, §º do Código de Processo Civil.

Em caso de interposição de apelação ao de recurso adesivo, intime-se o recorrido para apresentar suas contrarrazões no prazo de 15 dias. Com a apresentação das contrarrazões ou o decurso do referido prazo, subam os autos ao E. TJ/RO, conforme disciplina o art. 1.010, §§1º, 2º e 3º do NCPC.

Não havendo pagamento e nem requerimento do credor para a execução da sentença, proceda-se às baixas e comunicações pertinentes. Pagas as custas, ou protestadas e inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se os autos oportunamente.

Primando pela celeridade processual, havendo pagamento voluntário do débito, desde já DEFIRO expedição de alvará judicial em nome da parte vencedora ou seu advogado para efetuarem o levantamento do montante depositado.

Após o trânsito em julgado, não havendo pendências, arquive-se.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.

Ariquemes,17 de julho de 2023

Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes

Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ariquemes - 2ª Vara Cível

Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7008116-85.2017.8.22.0002

Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial

Assunto: Cédula de Crédito Bancário, Contratos Bancários

Valor da Causa: R$ 20.449,56

EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A., CNPJ nº 04130963945, BANCO BRADESCO S.A. S/N, CIDADE DE DEUS VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ

ADVOGADO DO EXEQUENTE: EDSON ROSAS JUNIOR, OAB nº AM1910

EXECUTADO: SUELI ALVES, CPF nº 66140196604, AVENIDA CONDOR 2210 CENTRO - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA

EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)

Vistos.

DO SREI/ERIDFT
Trata-se de pedido de pesquisa de bens imóveis junto ao sistema SREI.
Pois bem.
O SREI/ERIDFT se destina ao cumprimento de ordens judiciais, não se justificando que a pesquisa de imóveis seja realizada por este meio, haja vista que a parte reúne plenas condições de fazê-la diretamente por serem informações públicas, razão pela qual indefiro o pedido de pesquisa junto ao SREI/ERIDFT.
DO INFOJUD
Quanto ao pedido de INFOJUD, o sigilo fiscal, por ser uma garantia constitucional somente pode ser quebrado em hipóteses excepcionais, não sendo o caso, deve se dar prevalência ao direito fundamental à intimidade.
Eventual interferência do
PODER JUDICIÁRIO somente se justifica em situações excepcionais, de acordo com o caso concreto.
A utilização do sistema INFOJUD somente se justifica quando exauridos os meios, com inequívoca existência de questão burocrática a inviabilizar a procura, não quando ainda pendente a realização de diligências por parte do interessado.
A possibilidade de utilização do sistema em questão é, sem dúvidas, excepcional em razão da segurança das informações e do necessário sigilo que envolve os respectivos dados.
Nesse viés, o TJ\RO firmou entendimento, observe-se:
Agravo de Instrumento. Pedido de consulta através do Infojud. Localização de bens do devedor. Impossibilidade. Não esgotamento de outras diligências possíveis. Excepcionalidade da medida. Ausente a comprovação pelo credor de esgotamento das diligências para a localização dos bens do devedor, não se mostra possível o deferimento do pedido de consulta de bens arrestáveis através do sistema Infojud, uma vez que se trata de medida excepcional. (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0800762-67.2018.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 14/09/2018) – Grifo não original.
Soma-se a tal entendimento o fato de que o STJ entende que – só é possível quebra de sigilo fiscal de pessoa física ou jurídica no curso do processo quando bem justificada, conforme entendimento exarado no REsp 1220307.
Evidentemente não é o caso dos autos em que há somente o requerimento da diligência sem demonstrar o preenchimento dos requisitos elencados pela Jurisprudência, não sendo o caso de deferimento do pedido.
Não veio aos autos comprovação de que a parte exequente diligenciou a fim de localizar bens imóveis, utilizando-se dos meios que lhe estão disponíveis.
Sendo assim, aguarde-se a comprovação pela parte exequente da impossibilidade de localização de bens
Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de quebra de sigilo fiscal, via INFOJUD.
DA SUSEP
Em relação ao pedido de expedição de ofício à Susep, o entendimento do TJRO é o de que tal diligência é dispensável quando já realizado a pesquisa via Sisbajud. Vejamos:
Agravo de instrumento. Ação de execução de título extrajudicial. Expedição de ofício à SUSEP. Sisbajud. Suficiência.Esta Corte possui entendimento de que o sistema Sisbajud é ferramenta suficiente e apta para pesquisa de todos os ativos financeiros em nome dos devedores, e é desnecessária a expedição de ofício à Susep. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0809019-42.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator (a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 16/12/2022 (TJ-RO - AI: 08090194220228220000, Relator: Des. Rowilson Teixeira, Data de Julgamento: 16/12/2022)
Assim, indefiro a expedição de ofício à Susep.
DO RENAJUD
Realizada consulta vai RENAJUD, esta restrou frutífira, contudo, trata-se de veículo antigo com restrição judicial.
intime-se a parte exequente para manifestação.
DA “TEIMOSINHA”
Trata-se de pedido do credor, a fim de que a penhora eletrônica seja realizada valendo-se do recurso disponibilizado pelo sistema, denominado “teimosinha”, pelo qual a ordem de bloqueio é reiterada até que se atinja o montante solicitado e por um período máximo de trinta dias, assim, DEFIRO o pedido.
Outrossim, considerando a inviabilidade de consulta diária ao sistema, além deste juízo não dispor de servidores suficientes para tanto, fica a parte executada desde já advertida que tão logo tome conhecimento da ordem de bloqueio, independentemente da intimação prevista no art. 854, §3º do CPC, que entre em contato com este juízo informando a ocorrência do bloqueio, valendo-se do balcão virtual cujo link de acesso é https://meet.google.com/iaf-porq-nmf, ou pelo telefone da Central de Atendimento (69) 3309-8110, a fim de agilizar a análise nos termos do art. 854 e ss. do CPC e desbloqueio de eventual quantia excessiva.
Aguarde-se o resultado da diligência em cartório, devendo o feito permanecer suspenso por este período, decorrido o prazo venham os autos conclusos.
SIRVA O PRESENTE DE CARTA DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7000110-79.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: MARTA DE OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: ANA PAULA HEMANN MARIANO, OAB nº RO6433
REU: FABIANA DE OLIVEIRA SIMÕES
ADVOGADO DO REU: FRANCISCO RAMON PEREIRA BARROS, OAB nº RO8173
SENTENÇA

Vistos.

I - RELATÓRIO

Cuida-se de Ação de Reparação por Danos Morais e Materiais proposta por MARTA DE OLIVEIRA SANTOS em desfavor de FABIANA DE OLIVEIRA SIMÕES, aduzido que sofreu injuria racial praticada pela requerida.

Narra a parte autora, em síntese, que conhece a requerida há mais de 20 (vinte) anos, contudo, nunca tiveram laços estreitos de amizade, eram colegas por frequentarem os mesmos ambientes e lugares. Ocorre que, o neto da autora nasceu, e a requerida foi até a casa da autora para visitar o bebe, e buscar a autora e seus filhos para irem a igreja. Após as atividades na igreja, resolveram ir até a lanchonete "calçadão", onde permaneceram até por volta da meia noite.

Relata a autora, que enquanto estavam na lanchonete a requerida por várias vezes chamou a autora e seus filhos de "macacos", que "tinham cabelo ruim", que ela era "preta", sendo que a autora relevou pois pensou se tratar de uma brincadeira, mesmo sendo de mau gosto. Após, foram para a casa da requerida, onde ao chegar a requerida trancou o portão e passou a proferir ameaças com uma tesoura e a chamar os seus filhos de "ladrões", que teriam furtado um lanche e um cartão de crédito do interior do seu carro.

Alega ainda, que nesse momento, a requerida gritava que Kauany, filha da autora, era uma "putinha do setor 08", "macaca", "ladra" e "debiloide", esta última ofensa se referindo ao problema mental que tem sua filha, e ainda, disse que a autora "tinha matado seu marido", que "era pobre, mendiga, caloteira".

Expõe que, a requerida pegou um isqueiro e queimou o cabelo da autora, sendo que toda ação foi filmada pela filha da requerida, e os vídeos da briga postados nas redes sociais (Facebook e Instagram), além disso, 03 (três) dias após o ocorrido a requerida voltou a xingar a autora por meio de mensagens de texto via WhatsApp.

Requereu a condenação da requerida ao pagamento de danos morais no valor de R$100.000,00 (cem mil reais), e a título de danos materiais o valor de R$5.000,00 (cinco mil reais). Juntou documentos.

A inicial foi recebida (Id. 87475220), concedendo a gratuidade da justiça, determinando-se a citação da requerida, e designando audiência de conciliação.

Audiência de conciliação restou infrutífera (Id. 89295794).

Citada, a requerida apresentou contestação (Id. 90263365), se contrapondo aos fatos narrados, alegando que as partes estavam na lanchonete calçadão, onde pediram 02 (dois) lanches, sendo um para a sua filha Myrella, e o outro para a sua filha Micaela que lhe aguardava em casa. Passado algum tempo, a requerida guardou o lanche no carro para levar para a sua filha que estava em casa.

Após, foram até o Bar do Sadam, contudo, estava fechado, decidindo então irem até a casa da requerida, pois chegando lá, a requerente iria acionar um moto-táxi, sendo assim, a requerente entrou na residência com o veículo e fechou o portão, em virtude do horário que estava próximo à meia noite. Ao chegarem na residência, chamou a sua filha para pegar o lanche no carro, porém, ao verificar no veículo, o lanche não se encontrava mais lá, questionando para a requerente se algum de seus filhos não teria pego, a mesma ligou para sua filha que negou ter pego o lanche, mas novamente a requerida indagou sobre o lanche.

Diante dos questionamentos, alega que a requerente veio a tentar agredir a requerida, momento em que para se defender da injusta agressão a segurou pelos cabelos, sendo que neste movimento o "MEGA HAIR" da requerente acabou saindo e ficando em sua mão. Contudo, com os ânimos alterados pela ingestão de bebidas alcóolicas, a requerida começou a cobrar a requerente para receber o valor correspondente ao lanche, sendo R$ 15,00 (quinze reais).

Aduz que, após, a requerida somente devolveu o "mega hair" para a requerente, momento em que esta foi embora e não mantiveram contato. Entretanto, alguns dias depois, a autora encaminhou mensagens através do WhatsApp, fazendo ameaças, indicando ser pertencente ou ter proximidade a facção do PCC, sendo que a requerida lhe bloqueou.

A requerida arguiu preliminares, e no mérito requereu que seja a ação julgada totalmente improcedente.

Não houve réplica.

Intimadas as partes para manifestarem-se acerca das provas que pretendem produzir, somente a parte requerida se manifestou, pugnando pelo julgamento antecipado do feito.

É, em essência, o relatório. Fundamento e decido.

II - FUNDAMENTAÇÃO

a) Preliminarmente

a.1) Da gratuidade da justiça

A requerida pugnou pela concessão da gratuidade da justiça, sob o argumento de que é pessoa hipossuficiente, não possuindo condições de arcar com as despesas processuais.

Em que pese as argumentações expostos pela parte autora de que é hipossuficiente, estas não são suficientes para comprovar a alegada miserabilidade.

O atual entendimento da jurisprudência, inclusive do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, é o de que não basta o pedido de assistência judiciária gratuita.

Neste sentido, entendimento pacificado no Tribunal de Justiça de Rondônia:

Agravo de instrumento. Assistência judiciária gratuita. Ausência de comprovação. Recurso improvido. O diferimento do pagamento das custas ao final do processo não é medida descabida, mas razoável e proporcional à problemática autoral trazida ao Judiciário, sobretudo porque é entendimento já consolidado por esta Egrégia Corte que, conquanto a simples declaração de pobreza aliada à situação fática apresentada pode ser o suficiente para o deferimento do benefício, é possível que o magistrado investigue a real situação do requerente, exigindo a respectiva prova, quando os fatos levantarem dúvidas acerca da hipossuficiência alegada. Ausente a comprovação da situação de hipossuficiência, não há como ser deferido o pedido da gratuidade, impondo-se a manutenção da decisão agravada nesse ponto. (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0800075-56.2019.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Sansão Saldanha, Data de julgamento: 16/12/2020).

Salienta-se que deve o juízo agir com máxima cautela para não conceder a justiça gratuita a pessoas que, aos olhos da lei, não possam ser consideradas hipossuficientes. Seria irregular a concessão de benefício de assistência judiciária gratuita àqueles que não demonstram cabalmente a insuficiência financeira para o exercício do direito, embora com dificuldades (e dificuldade não é sinônimo de impossibilidade).

Ademais, nos termos do art. 99, § 2º, parte final, do Código de Processo Civil deverá apresentar cópia de sua última declaração de imposto de renda, carteira de trabalho legível e, sendo empregado (a), cópia do último comprovante de salário e, ainda, outros documentos comprobatórios.

Dessa forma, indefiro o pedido de gratuidade de justiça formulado pela requerida, e consequentemente, afasto a preliminar, ante a ausência de comprovação da alegada hipossuficiência.

b.2) Do não cometimento de injúria racial e da não violação do direito inerente a personalidade

Analisando a matéria arguida, verifico que a discussão sobre a suposta injuria racional está ligada ao mérito da lide, quanto à prova dos fatos alegados, matéria que deve ser analisada no mérito da sentença, sendo que os documentos essenciais para o ajuizamento da ação foram devidamente acostados pelo autor, sendo a inicial apta para o desenvolvimento válido e regular do processo. Ante o exposto, afasto a preliminar arguida.

b.3) Da inépcia da inicial

Arguiu a requerida como prejudicial ao mérito, a inépcia da inicial, uma vez que a autora pretende ser indenizada por agressão a uma terceira pessoa, a qual não encontra-se no bojo do processo, ainda que genitora da suposta ofendida.

No caso em tela, constata-se dos fatos ocorridos, que há mais de uma suposta vítima, sendo que a autora é uma delas, a qual envolveu-se em todo o ocorrido, pleiteando indenização por danos morais em decorrência das ofensas proferidas a ela, sendo que a alegação consiste na lesão a sua honra.

Dessa forma, afasto a preliminar arguida.

c) Do julgamento antecipado

O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento para a produção de novas provas.

Ademais, o Excelso Supremo Tribunal Federal já de há muito se posicionou no sentido de que a necessidade de produção de prova em audiência há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado da lide implique em cerceamento de defesa. A antecipação é legítima se os aspectos decisivos da causa estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do magistrado (RTJ 115/789).

As provas produzidas nos autos não necessitam de outras para o justo deslinde da questão, nem deixam margem de dúvida. Por outro lado, "o julgamento antecipado da lide, por si só, não caracteriza cerceamento de defesa, já que cabe ao magistrado apreciar livremente as provas dos autos, indeferindo aquelas que considere inúteis ou meramente protelatórias" (STJ.- 3ª Turma, Resp 251.038/SP, j. 18.02.2003, Rel. Min. Castro Filho).

Sobre o tema, já se manifestou inúmeras vezes o Colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no exercício de sua competência constitucional de Corte uniformizadora da interpretação de lei federal:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESOLUÇÃO DE CONTRATO. INEXECUÇÃO NÃO DEMONSTRADA. PROVA NÃO PRODUZIDA. DESNECESSIDADE. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA 07/STJ. 1. Não configura o cerceamento de defesa o julgamento da causa sem a produção de prova testemunhal ou pericial requerida. Hão de ser levados em consideração o princípio da livre admissibilidade da prova e do livre convencimento do juiz, que, nos termos do art. 130 do Código de Processo Civil, permitem ao julgador determinar as provas que entende necessárias à instrução do processo, bem como o indeferimento daquelas que considerar inúteis ou protelatórias. Revisão vedada pela Súmula 7 do STJ. 2. Tendo a Corte de origem firmado a compreensão no sentido de que existiriam nos autos provas suficientes para o deslinde da controvérsia, rever tal posicionamento demandaria o reexame do conjunto probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental não provido." (AgRg no Ag 1350955/DF, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 18/10/2011, DJe 04/11/2011).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS Á EXECUÇÃO DE TÍTULO CAMBIAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CARACTERIZADO. I - Para que se tenha por caracterizado o cerceamento de defesa, em decorrência do indeferimento de pedido de produção de prova, faz-se necessário que, confrontada a prova requerida com os demais elementos de convicção carreados aos autos, essa não só apresente capacidade potencial dedemonstrar o fato alegado, como também o conhecimento desse fato se mostre indispensável à solução da controvérsia, sem o que fica legitimado o julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, I, do Código de Processo Civil." (STJ-SP- 3 a Turma, Resp 251.038 – Edcl no AgRg, Rel. Min. Castro Filho)

Consoante os Julgados acima expostos, espelho meu convencimento da desnecessidade da produção de prova diante da suficiência de todas aquelas acostadas aos autos.

O feito observou tramitação regular. Presentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válidos do processo, além de reunidas as condições da ação.

Procedo, doravante, ao exame do mérito.

d) Do mérito

Superadas as questões fáticas e jurídicas levantadas por ambas as partes no curso do processo, resta verificar a quem assiste razão com fulcro nas provas produzidas, em atenção ao Princípio do livre convencimento motivado ou persuasão racional do juiz, a teor do que dispõe o artigo 371 do CPC em vigor.

O artigo 373 do Código de Processo Civil dispõe no inciso II que o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Pois bem. Cuida-se de Ação de Reparação por Danos Morais e Materiais, em que a autora alega que a requerida praticou injuria racial, lhe proferindo ofensas racistas, assim como, queimou o seu cabelo "mega hair", causando prejuízos materiais e morais a mesma.

Ao analisar o conjunto probatório dos autos, verifico que o pleito é improcedente.

Explico. O cerne da demanda encontra-se previsão legal no artigo 953 do Código Civil, in verbis:

Art. 953. A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido.

Parágrafo único. Se o ofendido não puder provar prejuízo material, caberá ao juiz fixar, eqüitativamente, o valor da indenização, na conformidade das circunstâncias do caso.

Sendo assim, conforme o dispositivo supracitado, é plenamente possível a reparação do dano ao ofendido por injúria, não restando dúvidas que os crimes contra a honra geram obrigação de indenizar a vítima em danos morais.

Contudo, em que pese as alegações da parte autora, de que a requerida proferiu diversas ofensas racistas contra si e para com os seus filhos, não há qualquer prova do alegado, não desincumbindo a autora de seu ônus.
A requerente juntou como prova nos autos, o Boletim de Ocorrência realizado 03 (três) dias após o ocorrido, vídeos da discussão entre as partes, onde mostra a requerida dizendo que a autora "matou o seu marido", vídeo onde a requerida segura o cabelo "mega hair" da autora, e mensagens privadas em que a requerida profere ofensas contra a autora, a xingando.
Contudo, em que pese o documento, vídeos e captura de tela juntados, estes não comprovam que em algum momento houve a injuria racial em que a requerente alega, posto que não demonstram as palavras racistas as quais a autora descreveu na inicial.
Dessa forma, não havendo comprovação da injuria racial alegada, não há de se prosperar a reparação civil pelos danos advindos do suposto crime.
Além disso, os prejuízos materiais em que a autora aduz que sofreu, por ter a requerida queimado o seu cabelo "mega hair", percebe-se que não há vídeos, fotos, ou qualquer elemento que demonstre que a requerida incinerou o cabelo, causando o prejuízo material.
Nesse sentido, é a Jurisprudência:
RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. HOSPEDAGEM EM HOTEL POR SUPOSTA DISCRIMINAÇÃO DE COR E DA REGIÃO DE ORIGEM DO AUTOR. OFENSA AOS DIREITOS DE PERSONALIDADE. INJÚRIA RACIAL NÃO COMPROVADA. PROVA INSUFICIENTE. VERSÃO DADA NA INICIAL QUE NÃO ENCONTRA VEROSSIMILHANÇA COM O CONJUNTO PROBATÓRIO. ÔNUS DA PROVA MÍNIMA QUE TOCAVA AO AUTOR, NOS TERMOS DO ART. 373, I, CPC. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA PARA JULGAR IMPROCEDENTE A AÇÃO. RECURSO PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71008377541, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 29/03/2019).
(TJ-RS - Recurso Cível: XXXXX RS, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Data de Julgamento: 29/03/2019, Quarta Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 03/04/2019)
Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.
No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).
III – DISPOSITIVO
Ante o exposto e por tudo o mais que consta dos autos, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos iniciais propostos por MARTA DE OLIVEIRA SANTOS em desfavor de FABIANA DE OLIVEIRA SIMÕES.
Em consequência, extingo o feito, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Condeno a Requerente no pagamento das custas processuais e dos honorários sucumbenciais, estes que arbitro no importe de 10% sob o valor da causa, na forma do Art. 85, §2º do CPC.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.
Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará à imposição da multa prevista pelo artigo 1026, §2º, do Código de Processo Civil.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.
Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se.
P.R.I.C., promovendo-se as baixas devidas no sistema.
SERVIRÁ A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7010909-84.2023.8.22.0002
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
AUTORES: L. F. C. D. A., L. D. A. C.
ADVOGADO DOS AUTORES: ALINE ANGELA DUARTE, OAB nº RO2095
REU: J. D. A.
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
Intime-se a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento, a fim de anexar aos autos procuração devidamente assinada e atualizada. Deverá no mesmo prazo, juntar aos autor a certidão de nascimento da criança.
VIAS DESTA SERVIRÃO DE MANDADO DE INTIMAÇÃO/CARTA/OFÍCIO.
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7004757-20.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTORES: SAFIRA REIS FLORENCIO, MARCOS HENRIQUE REIS FLORENCIO
ADVOGADOS DOS AUTORES: CORINA FERNANDES PEREIRA, OAB nº RO2074, ANA CAROLINA DOS SANTOS CALIXTO, OAB nº RO11447
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos e examinados
I - RELATÓRIO
SAFIRA REIS FLORENCIO e MARCOS HENRIQUE REIS FLORENCIO, representados por sua genitora LEIDIANE REIS TOMADON FLORENCIO, ingressaram com a presente ação previdenciária para concessão de benefício de pensão por morte, em decorrência do falecimento de seu genitor MARCOS DA SILVA FLORENCIO , em desfavor do INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL.
Sustenta a inicial que o de cujus era seu genitor e faleceu em 27/03/2020. Após o óbito, certos de que possuíam direito à pensão por morte, foi realizado requerimento administrativo em nome dos requerentes junto ao INSS, requerendo a pensão por morte em decorrência do falecimento, contudo, não lograram êxito em seu pedido, isso porque o pedido fora indeferido sob o argumento de que a qualidade de segurado do falecido foi perdida devido a data de sua última contribuição 04/2014 (mês e ano) e que ainda se manteve por mais de um ano, 15/06/2015. Afirmam os requerentes que, a época do fato gerador, o de cujus se enquadrava como contribuinte especial em regime de economia familiar. Ante o exposto, propôs a presente demanda. Juntou documentos.
Recebida a inicial, foi determinada a citação do requerido (ID 88962098).
A autarquia apresentou contestação, alegando em síntese, que as contribuições vertidas a SEGURIDADE SOCIAL encerram-se em 05/04/2014, de modo que o de cujus não possuía a qualidade de segurado (ID 89833976 p.6). Não apresentou preliminares. Juntou documentos.
Os autores apresentaram réplica à contestação, aduzindo, em resumo, que o falecido desde o ano de meados de 2015 até a data do óbito (ano de 2020) manteve qualidade de segurado especial, sendo este período que passou a exercer apenas atividade rural em regime de econômica familiar (ID 91343807).
Foram intimadas as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca de quais provas pretendem produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado, no entanto, mantiveram-se inertes (ID 91427909).
Diligência para determinar a intimação do Ministério Público, dado a existência de interesse de incapaz (ID 92920729).
Manifestação do Ministério Público pela improcedência do pedido inicial (ID 93131794).
É o relatório.
DECIDO.
II - FUNDAMENTAÇÃO
A) Do julgamento antecipado
O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento ou outras diligências para a produção de novas provas.
B) Do mérito
Trata-se de pretensão de benefício previdenciário - pensão por morte - em razão do falecimento do genitor, na condição de segurado especial.
A pensão por morte, benefício previsto no artigo 201, V, da Constituição Federal e regulamentado pela Lei n. 8.213/91, artigos 74 a 79, tem por fim assegurar o sustento dos dependentes do segurado, homem ou mulher, que falecer. Para a sua concessão, é necessário: (1) que o de cujus seja segurado à época em que faleceu, ou que, caso não seja mais segurado à época de seu óbito, tenha preenchido os requisitos para a aposentadoria por idade ou por invalidez, dentro do período em que ostentava a qualidade de segurado; (2) que exista relação de dependência econômica do postulante da pensão com o falecido.
O aludido artigo 74 da Lei 8.213/91 dispõe que:
Art. 74. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997) (Vide Medida Provisória nº 871, de 2019)
I - do óbito, quando requerida em até cento e oitenta dias após o óbito, para os filhos menores de dezesseis anos, ou em até noventa dias após o óbito, para os demais dependentes; (Redação dada pela Medida Provisória nº 871, de 2019)
II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior; (Incluído pela Lei nº 9.528, de 1997)
III - da decisão judicial, no caso de morte presumida. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 1997)
§ 1o Perde o direito à pensão por morte, após o trânsito em julgado, o condenado pela prática de crime de que tenha dolosamente resultado a morte do segurado. (Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)
§ 2o Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa. (Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)
§ 3º (Vide Medida Provisória nº 871, de 2019) (Vigência)
§ 4º Julgada improcedente a ação prevista no § 3º, o valor retido, corrigido pelos índices legais de reajustamento, será pago de forma proporcional aos demais dependentes, de acordo com as suas cotas e o tempo de duração de seus benefícios. (Incluído pela Medida Provisória nº 871, de 2019)
O artigo 16 da Lei nº 8213/91 relaciona os dependentes do segurado, indicando no inciso I, o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho, de qualquer condição menor de 21 anos ou inválido; no inciso II, os pais; e no inciso III, o irmão, não emancipado de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido.

Eis o teor do dispositivo referido:
Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:
I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)
II - os pais;
III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)
§ 1º A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes.
§ 2º .O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)
§ 3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, de acordo com o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.
§ 4º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada
§ 5º A prova de união estável e de dependência econômica exigem início de prova material contemporânea dos fatos, não admitida a prova exclusivamente testemunhal, exceto na ocorrência de motivo de força maior e ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento. (Incluído pela Medida Provisória nº 871, de 2019)
Note-se que, de acordo com o parágrafo 4º do artigo em referência, a dependência econômica do filho é presumida.
Ademais, é vedada a concessão da pensão aos dependentes do segurado, que perder essa qualidade, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.213/91, salvo se preenchidos todos os requisitos para a concessão da aposentadoria.
Assim, basicamente, três são os requisitos para a concessão do benefício: (i) a prova do óbito; (ii) a prova da qualidade de dependente; (iii) prova da qualidade de segurado do de cujus na data do óbito ou o preenchimento de todos os quesitos para a concessão da aposentadoria.
No caso dos autos:
(i) do óbito:
O falecimento de MARCOS DA SILVA FLORENCIO restou devidamente comprovado pela cópia da Certidão de Óbito coligida (ID. 88934424), ocorrido em 27/03/2020.
(ii) da prova da qualidade de dependente:
Os autores comprovaram a qualidade de dependente do falecido, conforme certidões de nascimento (ID 88875324) e (ID 88875325), sendo a dependência econômica presumida, nos termos do art. 16, §4º, da Lei 8.213/91.
(iii) da qualidade de segurado:
Os autores afirmam que o de cujus possuía a qualidade de segurado especial na data do óbito, ou seja, seria trabalhador rural. Contudo, os documentos juntados aos autos são insuficientes para corroborar essa condição.
O documento de compra e venda de imóvel rural anexado pela parte autora no ID 88934426, é datado do ano de 2002, no entanto, conforme CNIS do falecido (ID 89833977), bem como Carteira de Trabalho (ID 88934428), o de cujus trabalhou como empregado (ajudante geral, ajudante de carga e descarga, operador de máquinas) até o ano de 2014. Logo, o contrato de imóvel rural, não demonstra o trabalho rural.
Os demais documentos, como CadÚnico (ID 88934433), boletim de ocorrência de acidente do falecido (ID 88934432) e declaração escolar da requerente Safira (ID 88934430), também não validam a condição de trabalhador rural.
Assim, quanto à inexistência de início razoável de prova material, oportuno citar os seguintes julgados, que apesar de tratar-se de benefícios diversos, aplica-se ao caso:
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU AUXÍLIO-DOENÇA. TRABALHADOR RURAL. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. 1. Os requisitos da aposentadoria por invalidez estão previstos no artigo 42 da Lei n. 8.213/91, a saber: constatação de incapacidade total e permanente para o desempenho de qualquer atividade laboral; cumprimento da carência; manutenção da qualidade de segurado. 2. Conforme descrito no artigo 59 da Lei n. 8.213/91, são pressupostos para a concessão do auxílio-doença: incapacidade total e temporária (mais de quinze dias consecutivos) para o exercício do trabalho ou das atividades habituais; cumprimento da carência; manutenção da qualidade de segurado. 3. Na hipótese dos autos, a perícia médica constatou a incapacidade laborativa parcial e temporária. Contudo, não restou comprovada a qualidade de segurado como trabalhador rural, uma vez que ausente início de prova material. O autor juntou sua certidão de nascimento, na qual não há qualificação dos genitores (fl. 16). Também colacionou certidão de nascimento de neto, em 1994, em que consta que seu filho era lavrador (fl. 15), mas não há documento em que o autor figue como rurícola. 4. Como é sabido, a prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário (Súmula 149 do STJ), havendo necessidade de início de prova material. Nesse sentido, o §3º do artigo 55 da Lei n. 8.213/91. 5. Apelação improvida. (TRF-3 – Ap: 00009355920114036006 MS, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ STEFANINI, Data de Julgamento: 19/03/2018, OITAVA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA: 05/04/2018). (Destaquei).
PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-DOENÇA RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL: INADIMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PRETENDIDO. SENTENÇA REFORMADA: IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. HONORÁRIOS. 1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez são: a) qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais; c) a incapacidade parcial ou total e temporária (auxílio-doença) ou permanente e total (aposentadoria por invalidez) para atividade laboral. 2. Ausência de início de prova material que comprove a condição de rurícola da autora, eis que as certidões de nascimento próprio e de prole (fl. 08 e 10), sequer consta a qualificação profissional dos genitores. A certidão emitida pelo TRE/MA (f. 09) cuja ocupação declarada pelo eleitor foi agricultor, não é apta a comprovar a condição de rurícola da requerente. A certidão não traz, por si só, a certeza e a segurança jurídica necessárias à configuração do início razoável de prova, eis que retificável a qualquer tempo. Precedentes desta Corte. 3. Aina que a prova testemunhal (fl. 48) tenha afirmado que o autor é trabalhador rural e que nunca teria trabalhado com vínculos urbanos, é inadmissível que o julgado tome profundamento prova exclusivamente testemunhal. (Precedentes). Ademais, a teor da Súmula 27/TRF1, “não é admissível prova exclusivamente testemunhal para reconhecimento de tempo de exercício de atividade urbana e rural”. 4. Não comprovada a condição de rurícola da parte autora, na qualidade de segurado especial, por início razoável de prova material, não assiste à parte autora o direito ao benefício. 5. Deferida a gratuidade de justiça requerida na inicial, fica suspensa a execução dos honorários de advogado arbitrados em R$ 880,00, enquanto perdurar a situação de pobreza do autor pelo prazo máximo de cinco anos, quando estará prescrita. 6. A coisa julgada opera secundum eventum litis ou secundum eventum probationis, permitindo a renovação do pedido ante novas circunstâncias ou novas provas. 7. Apelação e remessa oficial providas para julgar improcedente o pedido inicial. (TRF-1 – AC: 00206482520164019199 0020648-25.2016.4.01.9199,

Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI, Data de Julgamento: 24/08/2016, SEGUNDA TURMA SUPLEMENTAR (INATIVA), Data de Publicação: 15/09/2016 e-DJF1). (Destaquei).
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. INADMISSIBILIDADE DE PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. INEXISTÊNCIA DE INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. RECURSO DO INSS. PROVIDO.
(TRF-3 - RI: 00002082720124036310 SP, Relator: JUIZ(A) FEDERAL SILVIO CESAR AROUCK GEMAQUE, Data de Julgamento: 31/07/2013, 2ª TURMA RECURSAL DE SÃO PAULO, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial DATA: 14/08/2013). (Destaquei).
Ademais, intimado para manifestar-se, o Ministério Público pugnou pela improcedência da ação, argumentando que, em análise dos autos percebe-se que inexiste qualquer documento que comprove que o de cujus trabalhava em regime de economia familiar, sendo questionável a qualidade de segurado especial do de cujus.
Desta forma, os autores não fazem jus ao benefício pretendido, dado que não foi comprovada a qualidade de segurado do falecido, sendo a improcedência do pedido medida que se impõe.
Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.
No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).
O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.
Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos.
III - DISPOSITIVO
Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE o pedido ajuizado por SAFIRA REIS FLORENCIO e MARCOS HENRIQUE REIS FLORENCIO em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.
Em virtude da sucumbência, condeno o requerente a pagar custas e honorários advocatícios, estes que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 85, § 2º, do CPC, cuja exigibilidade ficará suspensa em decorrência da concessão da gratuidade da justiça, nos termos do artigo 98, § 3º, do CPC.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado. Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, §2º, do Código de Processo Civil.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo legal.
Intimem-se as partes. Cumpra-se.
P. R. I. Não havendo recurso, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se.
SERVE A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes,17 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7001001-76.2018.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE ARIQUEMES
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
EXECUTADO: MARLENE SOUZA GOMES
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
1.O Tribunal de Justiça de Rondônia objetivando dar maior celeridade a tramitação processual criou os Núcleos de Justiça 4.0, especializados em razão de uma mesma matéria, os quais funcionam de acordo com as regras estabelecidas na Resolução n. 214/2021, alterada pela Resolução n. 246/2022 de 13 de julho de 2022 – DJE 128 e o Ato Conjunto n. 015/2022-PR-CGJ de 13 de julho de 2022 – DJE 128.
1.1. O 1º Núcleo de Justiça 4.0 tem competência especializada para processar as ações de execuções fiscais dos Municípios e do Estado, com abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o Estado, conforme preceitua o art. 1º do Ato Conjunto n. 015/2022-PR-CGJ.
1.2. Ante o exposto, com esteio no art. 2º, §4º da Resolução n. 214/2021 e art. 1º do Ato Conjunto n. 015/2022-PR-CGJ/TJRO, antes de deliberar sobre o pedido retro intimem-se as partes (Executado na pessoa de seu CURADOR ESPECIAL - Defensoria Pública), para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem quanto o interesse na tramitação do feito perante o 1º Núcleo de Justiça 4.0 do
PODER JUDICIÁRIO do Estado de Rondônia. Registro que o silêncio importará em anuência tácita.
2. Decorrido o prazo, sem manifestação ou com anuência expressa, remetam-se os autos, ao revés, tornem os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Ariquemes,17 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7010905-47.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: MARCILENE ANA DOS SANTOS
ADVOGADOS DO AUTOR: DEBORA APARECIDA MARQUES MICALZENZEN, OAB nº RO4988, VALDELICE DA SILVA VILARINO, OAB nº RO5089
REU: I. N. D. S. S.
DESPACHO
1. Processe-se com gratuidade.
2. Deixo de designar audiência prévia de conciliação neste momento processual, aguardando futura realização de mutirão de conciliação pela autarquia ré.
2.1. Análise da tutela
É cediço que para a concessão da tutela de urgência deve ser demonstrado pela parte a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, bem como a ausência de perigo de reversibilidade dos efeitos da decisão, conforme se depreende da leitura do art. 300, caput e §3º, do CPC.
Em análise de cognição sumária, não vislumbro a presença dos requisitos autorizadores da medida, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, CPC/2015), pois, embora não se duvide da enfermidade da parte autora, imprescindível a produção de outras provas, notadamente, a pericial, tendo em vista a concessão do benefício pretendido depende do implemento de requisitos aferíveis por prova pericial. Desta feita, INDEFIRO, por ora, o pedido de tutela de urgência.
3. A pedido do réu (Ofício de n. 153/2017 – NUPREV/PFRO/PGF/AGU, de 26/07/2017) inverto o procedimento e determino a realização primeiro da perícia médica.
4. . Nomeio como perito o Dr. CAIO SCAGLIONI CARDOSO – CRM/SC 29606 / CRM/RS 45371, e-mail: caio.scaglioni@icloud.com; telefones: (53) 99911-4940, cuja perícia se realizará no dia 27 de SETEMBRO de 2023, às 11h30min (11:30), no endereço: Clínica de dermatologia BERGMANN, localizada na Avenida Vimberê, 2097 - Setor 04, nesta. Considerando que a Justiça Federal tem orientado a não fixação de honorários periciais com majoração de até três vezes o valor do mínimo fixado no art. 28, parágrafo único da Resolução n. CJF-RES-2014/00305, uma vez que tal situação tem levado ao esgotamento do orçamento daquele ente antes mesmo do término do exercício (Circular SJRO-DIREF - 5573611), prejudicando, assim, os pagamentos. Fixo ao perito nomeado nos autos, honorários periciais no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos da Portaria Conjunta – Gabinetes Cíveis da Comarca de Ariquemes n. 01/2018, na qual em razão das particularidades elencadas na referida portaria, concluiu-se pelo referido valor, bem como em razão da causa ser de natureza previdenciária, sendo a parte autora beneficiária da justiça gratuita, observados os critérios estabelecidos no art. 28, parágrafo único da Resolução n. CJF-RES-2014/00305, estando abaixo do limite máximo autorizado. A aplicação da majoração, segundo o limite previsto no parágrafo único do art. 28 da Resolução, justifica-se por questões fáticas e típicas desta Comarca acerca da disponibilidade/ especialidade dos profissionais médicos à disposição nesta urbe, haja vista a escassez de profissionais de algumas especialidades (oncologista, neurologista, psiquiatra entre outros), o que impõe a nomeação de perito residente em outra Comarca para a realização de perícias em sistema de mutirão, aumentando o custo para a sua realização (despesas de translado, hospedagem, alimentação e o serviço pericial). Conste na intimação que a perícia tem, por fim, averiguar se a parte autora possui alguma enfermidade, indicando, em caso positivo, se a mesma o torna incapaz para o trabalho e se eventual incapacidade é definitiva ou temporária, total ou parcial, indicando, no último caso, o tratamento aplicável e o tempo estimado. O laudo, que além do exame médico avaliativo do perito deverá responder objetivamente aos quesitos padronizados por este juízo, que se encontram discriminados abaixo, deverá ser apresentado no cartório da Vara, em 30 dias após a data agendada pelo perito para realização da perícia.
5. Sem prejuízo, intime-se a parte autora (que não será intimada pessoalmente), por meio de seu advogado, para comparecer na data e local acima mencionados, para a realização da perícia, munida de todos os exames, bem como para nomear assistente técnico, caso queira, no prazo de 15 dias, a contar da intimação desta decisão.
7. Registro que o não comparecimento da parte autora na data da perícia, sem apresentação de justificativa de sua ausência comprovada mediante documento idôneo, no prazo de 5 dias, após a data da perícia importará em desistência da prova pericial, seguindo-se o feito o seu trâmite normal.
8. Para a realização da perícia social, nomeio uma das assistentes sociais do município de Monte Negro/RO, a qual arbitro os honorários no valor de R$ 250,00, nos termos da Portaria Conjunta – Gabinetes Cíveis da Comarca de Ariquemes n. 01/2018.
8.1 O (a) Assistente Social nomeado (a) deverá exercer seu mister independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau.
9. Apresentado o laudo, solicite-se o pagamento dos honorários periciais no sistema AJG da Justiça Federal.
10. Após, intimem-se a parte autora para manifestação acerca das perícias, no prazo de 15 dias.
11. Em seguida, CITE-SE a Autarquia ré na forma da lei (CPC, artigo 188).
12. Expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito
QUESITOS DO JUÍZO PARA A PERÍCIA MÉDICA:
1. Qualificação geral do periciando – anamnese. Seu histórico clínico e de tratamentos.
2. Apresenta, o periciando, doença que o incapacita para o exercício de qualquer atividade que lhe garanta a subsistência?
3. Qual doença/lesão apresentada?
4. Quais são as funções/movimentos corporal comprometidas em decorrência da enfermidade? Qual o grau de limitação?
5. O diagnóstico atual foi estabelecido clinicamente ou há comprovação por exames complementares? Especificar.
6. A incapacidade é decorrente de acidente de trabalho? A doença pode ser caracterizada como doença profissional ou do trabalho? Esclareça.

7. Apresenta o periciando redução da capacidade laboral decorrente de acidente de qualquer natureza?
8. Qual a data de início da doença? A doença diagnosticada pode ser caracterizada como progressiva?
9. Atualmente a enfermidade está em fase evolutiva (descompensada) ou estabilizada (residual)?
10. Qual a data de início da incapacidade?
11. O grau de redução da capacidade laboral é total ou parcial? Especifique a extensão e a intensidade da redução e de que forma ela afeta as funções habituais do periciando.
12. A incapacidade é permanente ou temporária? Se temporária, qual tempo o periciando deve permanecer afastada de suas atividades laborais?
13. O periciando necessita de assistência ou acompanhamento permanente ou de outra pessoa?
14. A incapacidade detectada afeta o discernimento para os atos da vida civil?
15. Há possibilidade de cura da enfermidade ou erradicação do estado incapacitante?
16. A parte está em tratamento?
QUESITOS DO JUÍZO PARA A PERÍCIA SOCIAL:
1. Quantas pessoas habitam na mesma residência que a autora? Favor relacionar o nome e CPF dessas pessoas, bem como o grau de parentesco com a autora.
2. Qual a renda mensal de cada uma delas?
3. Algum dos membros da família possui bens imóveis? Em caso positivo, qual o valor aproximado de cada um?
4. Qual a renda “per capita” total da família, sem descontar os gastos com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social?
5. Outras considerações.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7008277-85.2023.8.22.0002
Classe: Usucapião
AUTOR: ELOIR IGNACIO DOS SANTOS & CIA LTDA - ME
ADVOGADO DO AUTOR: NATHALIA FERREIRA DE OLIVEIRA, OAB nº RO8242
REU: MANOEL LAZARO PEREIRA, RENOVACAR - PROTEÇÃO VEICULAR
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
1. Recebo a inicial.
2. Análise da tutela
É cediço que para a concessão da tutela de urgência deve ser demonstrado pela parte a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, bem como a ausência de perigo de reversibilidade dos efeitos da decisão, conforme se depreende da leitura do art. 300, caput e §3º, do CPC.
Em análise de cognição sumária, não vislumbro a presença dos requisitos autorizadores da medida, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, CPC/2015), pois, se faz imprescindível a produção de outras provas. Desta feita, INDEFIRO, por ora, o pedido de tutela de urgência.
3. Deixo de designar a audiência prévia de conciliação.
4. Cite-se a parte ré dos termos da ação, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 15 dias, a contar da juntada aos autos da prova da citação (CPC, art. 231), sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (CPC, art. 344).
5. Apresentada defesa pelo réu, intime-se a autora para manifestar-se em réplica, em 15 dias (CPC, art. 350).
5.1 Caso o requerido apresente reconvenção, intime-se o requerente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias.
5.2 No caso do item 5.1, intime-se o requerido para comprovar o recolhimento das custas processuais, nos termos do art. 12 da Lei Estadual n. 3.896/2016.
6. Após, intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, em 05 dias.
7. Expeça-se o necessário.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/OFICIO/CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br 7002964-51.2020.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
EXEQUENTES: CLARINDO DA SILVA LEITE, MALVA MARIA LEITE
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: CLOVES GOMES DE SOUZA, OAB nº RO385B
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Vistos.

Cuida-se de cumprimento de sentença, manejada por CLARINDO DA SILVA LEITE e MALVA MARIA LEITE em face do INSS, partes qualificadas, nos autos.
Em atenção à petição ID 93332432, esclareço ao patrono do exequente que o alvará dos honorários já foram expedidos, conforme documento ID 67003122.
No mais, aguarde-se a vinda das informações oficiais acerca da disponibilidade dos valores, visto que possuem os dados necessários para expedição do documento e levantamento da quantia, não havendo prejuízo que fiquem os autos em arquivo provisório.
Com a informação concernente ao pagamento da RPV/precatório, expeça-se alvará. Após, retorne concluso para extinção.
Pratique-se o necessário.
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 2ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7006725-85.2023.8.22.0002
Classe: Divórcio Consensual
REQUERENTE: N. M. S.
ADVOGADO DO REQUERENTE: SANDRA PAULA VALADARES, OAB nº RO12072
SENTENÇA
Vistos.
NOEL MATTOS SANTANA e ANDRESSA FREITAS DA COSTA, partes qualificadas nos feito, propuseram a presente ação de divórcio consensual c/c guarda de menor.
Os requerentes sustentam que se casaram em 22 de abril de 2020, sob o regime de comunhão parcial de bens, porém, não desejam continuar casados. Da união tiveram 01 (uma) filha, a saber, ANA CLARA DA COSTA SANTANA, nascida no dia 14 do mês de fevereiro de 2019, mas não constituíram bens a serem partilhados. Caberá à Requerente virago à guarda e responsabilidade sobre a filha menor do casal. Estabelecem a guarda compartilhada, de tal sorte que a filha terá a assistência mútua dos requerentes que em conjunto levarão a efeito os necessários cuidados da infante como consequência do Poder Familiar.
Como consequência do estabelecimento da guarda compartilhada, pretende os requerentes que a convivência com a menor ocorra de seguinte forma: As visitações serão realizadas de forma livre, podendo a menor pernoitar com pai de forma livre, observados o interesse da menor. O Requerente Varão ficará com a menor de forma ininterrupta do dia 10/04/2023 até a data do recesso escolar meados do ano de 2023, a saber, junho de 2023, tendo em vista que o cônjuge varão irá trabalhar em local distante posterior a esta data. Após a data supracitada, a Cônjuge virago reestabelecera o lar de referencia da menor com a mesma na cidade de Ariquemes/RO. DESTACA-SE que durante o período de 10/04/2023, até o mês de julho de 2023, a genitora poderá visitar a menor e manter o direito de convivência e livre visitação mediante aviso prévio, resguardando o melhor interesse da menor.
Os genitores manterão contato com a menor quando esta estiver sobre os cuidados seja genitor ou genitora VIA TELEFONE, VÍDEO CHAMADA E QUANDO POSSÍVEL PERNOITE, como forma de manter e estimular a convivência entre ambos tendo em vista que ambos residem em municípios diversos.
Em caso de viagens como programação prolongada com a menor, ambos devem comunicar com antecedência mínima 30 (trinta) dias. Tendo em vista que o cônjuge virão reside em cidade diversa ao lar estabelecido como referencia da infante a saber; Rua Guarapari, jardim Vitória nº 2603 na cidade de Ariquemes/RO, as programações de férias serão compartilhada, podendo a menor passar 15 dias na residência do genitor e o restante com a genitora. Frisa-se que poderão em comum acordo se organizar quanto ao período que a menor ficara com o genitor mediante agendamento prévio.
O Requerente Varão pagará a título de alimentos para a filha a importância de R$ 220,00 (duzentos e vinte reais), mensais. Destaca-se por oportuno que o Requerente varão contribuirá com despesas da menor mediante as necessidades que vierem a surgir. Além disso, arcará com 50% das despesas com escola, vestimenta e medicações mediante nota fiscal.
Não houve alteração do nome dos requerentes.
Intimado, o Ministério Público, pugnou pela homologação do acordo.
É o relatório. DECIDO
Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo entabulado entre as partes para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, decretando o divórcio consensual do casal, declarando dissolvido o vínculo matrimonial e cessado o regime matrimonial de bens, com fulcro no artigo 226, § 6º da Constituição da República e no art. 1.571, IV do Código Civil, e JULGO EXTINTO feito com resolução de mérito, com base no art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil.
Processe-se em segredo de justiça.
Ambos os requerentes não modificaram o uso do nome de solteiro.
AVERBE-SE/INSCREVA-SE o divórcio à margem do assento de casamento no 2° Ofício de Registro Civis das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas, Comarca de Ariquemes/RO, matrícula 157503 01 55 2020 2 00006 110 0001610 19.
Considerando a preclusão lógica, o feito transita em julgado nesta data, por força do art. 1.000, parágrafo único, do CPC.
P. R . I. Expeça-se o necessário e arquive-se.
SERVE DE MANDADO/INTIMAÇÃO/OFÍCIO/CARTA/MANDADO DE AVERBAÇÃO.
Ariquemes,17 de julho de 2023
Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juiz(a) de Direito

3ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
e-mail: interiorfiscaiscpe@tjro.jus.br
ÓRGÃO EMITENTE: Ariquemes - 3ª Vara Cível
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
(Prazo: 15 dias)
NOTIFICAÇÃO DE: SERGIO DE JESUS MARTINS CPF: 879.233.512-87, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: NOTIFICAR a parte Executada para pagar as custas processuais (Finais) do processo em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias. O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Débito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa. O prazo inicia-se a partir do término do prazo do edital.
OBSERVAÇÃO: O boleto para pagamento pode ser emitido através do site www.tjro.jus.br acessando: Boleto bancário>Custas Judiciais>Emissão de Guia de Recolhimento vinculada ao processo ou pelo link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Processo:7015975-21.2018.8.22.0002
Classe:EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Exequente:MUNICÍPIO DE CACAULÂNDIA CPF: 63.762.058/0001-92
Executado: SERGIO DE JESUS MARTINS CPF: 879.233.512-87
DECISÃO ID 93307435: "(...) Intime-se o executado para recolhimento das custas finais no importe de 1% do sobre o valor da execução, no prazo de 15 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa (art. 14, da Lei Estadual 3.896/2016). Não havendo pagamento, inscreva em divida ativa. (...)"
Ariquemes, 14 de julho de 2023.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
e-mail: interiorfiscaiscpe@tjro.jus.br
ÓRGÃO EMITENTE: Ariquemes - 3ª Vara Cível
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
(Prazo: 15 dias)
NOTIFICAÇÃO DE: ANTONIO LEONCIO DE SOUZA CPF: 139.866.862-15, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: NOTIFICAR a parte Executada para pagar as custas processuais (Finais) do processo em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias. O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Débito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa. O prazo inicia-se a partir do término do prazo do edital.
OBSERVAÇÃO: O boleto para pagamento pode ser emitido através do site www.tjro.jus.br acessando: Boleto bancário>Custas Judiciais>Emissão de Guia de Recolhimento vinculada ao processo ou pelo link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Processo:7015651-31.2018.8.22.0002
Classe:EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Exequente:MUNICÍPIO DE CACAULÂNDIA CPF: 63.762.058/0001-92
Executado : ANTONIO LEONCIO DE SOUZA CPF: 139.866.862-15
DECISÃO ID 93307465 : "(...) Intime-se o executado para recolhimento das custas finais no importe de 1% do sobre o valor da execução, no prazo de 15 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa (art. 14, da Lei Estadual 3.896/2016). Não havendo pagamento, inscreva em divida ativa. (...)"
Ariquemes, 14 de julho de 2023.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7009613-61.2022.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: VILMAR BALDUINO TAVARES
Advogado do(a) AUTOR: LEDIANE TAVARES ROSA - RO8027
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
INTIMAÇÃO PARTES - RETORNO DO TJ

01) Ficam AS PARTES intimadas a manifestarem-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do retorno dos autos, sob pena de arquivamento. Advertência: Conforme prevê o art. 31, parágrafo único da Lei 3896/16, o feito poderá ser desarquivado a qualquer momento, desde que apresentado pedido descritivo, acompanhado de planilha dos créditos, de acordo com os arts. 523 e 524 do CPC, visando a intimação da parte adversa ao início do cumprimento de sentença. 2) Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais E MULTA. O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7010513-10.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ANA PAULA PEREIRA DOS SANTOS
Advogados do(a) AUTOR: ELIZEU LEITE CONSOLINE - RO5712, FRANCISCO JEVERSON SANTOS DE FREITAS CONSOLINE - RO12643
REU: RENATA HELEN COVLSKI
INTIMAÇÃO AUTOR/RÉU - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência nos Termos do Provimento 018/2020-CG, ficam os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 10/10/2023 08:00
INSTRUÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AUDIÊNCIA:
COMO ENTRAR NA AUDIÊNCIA: aguardar chamada de vídeo pelo whatsapp que receberá no dia e hora marcado no item anterior.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, com o número (69) 3309-8140 , e-mail, cejuscari@tjro.jus.br , preferencialmente por whatsapp, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 7° III, Prov. 018/2020-CG);
2. Deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 7° V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7° II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 7° IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 7° VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 7° VIII, Prov. 018/2020-CG);
6. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
7. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 7° X, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 7° XI, Prov. 018/2020-CG);
9. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 7° XII, Prov. 018/2020-CG);
10. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 7° XIII, Prov. 018/2020-CG);
11. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 7° XIX, Prov. 018/2020-CG);
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7° I, Prov. 018/2020-CG);

2. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XIV, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 7° XVI, Prov. 018/2020-CG);
5. Nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XVII, Prov. 018/2020-CG);
6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7° XVIII, Prov. 018/2020-CG);
7. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 7° XX, Prov. 018/2020-CG);

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7019471-19.2022.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: N. E. D. O. A.
Advogados do(a) REQUERENTE: JONAS PINHEIRO SILVA - RO12519, VICTOR HENRIQUE MAIA DE MOURA - RO11722
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto ao Banco do Brasil, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7015699-48.2022.8.22.0002
Classe : ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
AUTOR: M. I. S. D. S.
Advogados do(a) AUTOR: KARISTON APARECIDO FUZA - RO12362, RONI ARGEU PIGOZZO - RO9486
REU: GILVAM PEREIRA DE SOUZA
INTIMAÇÃO À requerente para ciência dos documentos apresentados no ID. 93114319.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7006681-03.2022.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS (12246)
RECORRENTE: K. V. M. L. e outros
RECORRIDO: RONALDO ANTONIO LUCIANO
Advogado do(a) RECORRIDO: MARCELO ANTONIO GERON GHELLERE - RO1842
INTIMAÇÃO Fica a parte executada intimada da manifestação apresentada pela exequente, Id. 93090344.

3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
BALCÃO virtual (CPE/cartório): https://meet.google.com/iaf-porq-nmf SALA Virtual (Gabinete): https://meet.google.com/ojr-oeeq-psq E-mail: aqs3civel@tjro.jus.br, Telefone: (69) 3309-8123 - Localização: Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, na Av. Juscelino Kubitschek, n. 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes/RO
Processo n.: 0012707-64.2007.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Valor da Causa:R$ 4.641.317,50
Última distribuição:15/01/2007
AUTOR: F. N.
Advogado do(a) AUTOR: PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
RÉU: Empresa Brasileira de Estanho S.a. Ebesa, RUA TRAVESSA ANUTE 83 CONJUNTO MASCARENHA DE MORAES - 69918-002 - RIO BRANCO - ACRE, Paulo Amâncio Mariano, - 76872-854 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, Gilberto Hiromi Kubotani, - 76872-854 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, Gilberto Fernandes de Lima, - 76872-854 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: MARCOS RODRIGUES CASSETARI JUNIOR, OAB nº RO1880, NICOLE OJOPI PACIFICO CALEGARI, OAB nº AC5640, LUIS ROBERTO DEBOWSKI, OAB nº RO211

DECISÃO
Vistos.
Tratam-se de embargos de declaração opostos por GILBERTO HIROMI KUBOTANI E OUTROS, em face da decisão ID 92634268, ao argumento de haver contradições e omissões.
É o que há de relevante.
DECIDO.
Os embargos de declaração são cabíveis quando houver na sentença omissão, obscuridade, contradição ou erro material, nos termos do artigo 1.022 do Novo Código de Processo Civil.
A omissão ocorre quando o julgado não aprecia tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento e ainda quando incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1° do CPC. A obscuridade se caracteriza pela ausência de clareza da sentença, de modo a dificultar a correta interpretação do pronunciamento judicial. A contradição existe em razão da incerteza quanto aos termos do julgado, pelo uso de proposições inconciliáveis, podendo acarretar, inclusive, dificuldades a seu cumprimento. O erro material, por sua vez, consiste em inexatidões materiais ou erros de cálculo, conforme art. 494, do CPC.
No caso em tela, ressalta nítido o caráter modificativo que os embargantes, inconformados, procuram com a oposição destes embargos declaratórios, pretendendo, a toda evidência, ver reexaminada e decidida a controvérsia posta em juízo de acordo com sua tese.
Aliás, todos pontos apresentados pelos embargantes foram enfrentados pela decisão embargada, de modo que, por mais que se examine a decisão, não se verifica a alegada omissão e/ou contradição.
Por fim, se a parte discorda dos fundamentos expostos na sentença e se não há omissão, contradição ou obscuridade na decisão impugnada, cumpre-lhe questioná-los na via recursal ou ação própria, não se prestando os embargos declaratórios para rediscussão da matéria objeto da lide.
Ao teor do exposto, RECEBO os embargos, por serem tempestivos e NÃO OS ACOLHO, eis que inexiste omissão, obscuridade, contradição ou erro material a ser sanado na decisão ID 92634268, que deverá permanecer tal como foi lançada.
Intimem-se.
Após, cumpram-se as determinações da decisão ID 92634268.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7014559-76.2022.8.22.0002
Classe : ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80 (74)
REQUERENTE: CLAUDETE CRISTINA PEREIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: MIRIAM ROGERIA DE LIMA ZAMARCHI - RO11584
INTERESSADO: Caixa Econômica Federal
INTIMAÇÃO Fica a parte autora intimada dos documentos apresentados no Id. 92586841, devendo requerer o que mais entender pertinente ou manifestar pela remessa dos autos ao arquivo.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7001401-85.2021.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: SANDRA ROSANA BERG
Advogados do(a) REQUERENTE: SONIA SANTUZZI ZUCOLOTO BATISTA - RO8728, VALDECIR BATISTA - RO4271
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Fica a parte REQUERENTE, por meio de seu advogado, no prazo de 5 (cinco) dias, intimada para juntar aos autos o comprovante de levantamento do alvará expedido, visto o conteúdo da Certidão ID-93324830.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7016065-58.2020.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: PAULO DE SOUZA
Advogado do(a) REQUERENTE: ROSANA PATRICIA PEGO DE FREITAS - RO8286
EXCUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Fica a parte autora, por meio de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada para apresentar comprovantes de levantamento dos valores descritos no alvará judicial, visto o conteúdo da Certidão ID-93322635.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7001664-49.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ITALMICRO INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA
Advogado do(a) AUTOR: SAMIR TOMAZI - RS117862
REU: JOAO MARCOS VITAL CARREIRO e outros
Advogado do(a) REU: EDINERI MARCIA ESQUIVEL - RO7419
INTIMAÇÃO AUTOR E RÉU - RÉPLICA E PROVAS
1) Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias e no mesmo prazo especificar provas. 2) Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para especificar provas no prazo de 05 (cinco) dias. 3) As PARTES deverão indicar as provas que pretendem produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7010423-02.2023.8.22.0002
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: PEMAZA DISTRIBUIDORA DE AUTOPECAS E PNEUS LTDA
Advogado do(a) AUTOR: SILVANIO DOMINGOS DE ABREU - RO0004730A
REU: DIOMAR RANGEL
INTIMAÇÃO AUTOR/RÉU - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência nos Termos do Provimento 018/2020-CG, ficam os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 10/10/2023 09:00
INSTRUÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AUDIÊNCIA:
COMO ENTRAR NA AUDIÊNCIA: aguardar chamada de vídeo pelo whatsapp que receberá no dia e hora marcado no item anterior.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, com o número (69) 3309-8140 , e-mail, cejuscari@tjro.jus.br , preferencialmente por whatsapp, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 7° III, Prov. 018/2020-CG);
2. Deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 7° V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7° II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 7° IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 7° VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 7° VIII, Prov. 018/2020-CG);
6. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
7. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 7° X, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 7° XI, Prov. 018/2020-CG);

9. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 7° XII, Prov. 018/2020-CG);
10. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 7° XIII, Prov. 018/2020-CG);
11. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 7° XIX, Prov. 018/2020-CG);
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7° I, Prov. 018/2020-CG);
2. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XIV, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 7° XVI, Prov. 018/2020-CG);
5. Nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XVII, Prov. 018/2020-CG);
6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7° XVIII, Prov. 018/2020-CG);
7. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 7° XX, Prov. 018/2020-CG);

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7010437-83.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ALCEU MENDES FERREIRA
Advogado do(a) AUTOR: JOAO RICARDO DOS SANTOS CALIXTO - RO9602
REU: JOSE ASSIS DOS SANTOS
INTIMAÇÃO AUTOR/RÉU - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência nos Termos do Provimento 018/2020-CG, ficam os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 10/10/2023 08:30
INSTRUÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AUDIÊNCIA:
COMO ENTRAR NA AUDIÊNCIA: aguardar chamada de vídeo pelo whatsapp que receberá no dia e hora marcado no item anterior.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, com o número (69) 3309-8140 , e-mail, cejuscari@tjro.jus.br , preferencialmente por whatsapp, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 7° III, Prov. 018/2020-CG);
2. Deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 7° V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7° II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 7° IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 7° VII, Prov. 018/2020-CG);

5. Pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 7° VIII, Prov. 018/2020-CG);
6. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
7. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 7° X, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 7° XI, Prov. 018/2020-CG);
9. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 7° XII, Prov. 018/2020-CG);
10. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 7° XIII, Prov. 018/2020-CG);
11. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 7° XIX, Prov. 018/2020-CG);
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7° I, Prov. 018/2020-CG);
2. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XIV, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 7° XVI, Prov. 018/2020-CG);
5. Nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XVII, Prov. 018/2020-CG);
6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7° XVIII, Prov. 018/2020-CG);
7. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 7° XX, Prov. 018/2020-CG);

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7012030-55.2020.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: LINDA BATISTA DE SOUZA
Advogado do(a) AUTOR: JONAS MAURO DA SILVA - RO666-A-A
REU: ITAU UNIBANCO S.A.
Advogado do(a) REU: ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO - BA29442
INTIMAÇÃO Intimação da parte executada para, ciente do contido na petição id. 93247471, requerer o que entender pertinente.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7000257-76.2021.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: IVONE LOURENCO GANDOLFI
Advogado do(a) REQUERENTE: SIDNEI RIBEIRO DE CAMPOS - RO0005355A
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Fica a parte REQUERENTE, por meio de seu advogado, no prazo de 5 (cinco) dias, intimada para juntar aos autos o comprovante de levantamento do alvará expedido, visto o conteúdo da Certidão ID-93324814.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853 - Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe5civjip@tjro.jus.br
Processo : 7008561-93.2023.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA
Advogados do(a) EXEQUENTE: LEONARDO HENRIQUE BERKEMBROCK - RO4641, MAYRA MIRANDA GROMANN - RO8675, YASMINE PIVOTTI ARNEIRO - RO9499
EXECUTADO: AGROGAS COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS GAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME e outros
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte EXEQUENTE intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias. 1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo. 2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016. 3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853 - Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe5civjip@tjro.jus.br
Processo : 7009525-23.2022.8.22.0002
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado do(a) AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - RO8599
REU: JULIO CESAR DA CUNHA
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias. 1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo. 2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016. 3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853 - Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe5civjip@tjro.jus.br
Processo : 7009768-64.2022.8.22.0002
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BANCO VOLKSWAGEN S.A.
Advogado do(a) AUTOR: FLAVIO NEVES COSTA - SP153447
REU: CARLOS HENRIQUE COSTA
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias. 1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo. 2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016. 3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7006631-40.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: JOAO ZACARIAS DE JESUS
Advogado do(a) AUTOR: DANILO JOSE PRIVATTO MOFATTO - RO6559
REU: BANCO BRADESCO S.A. e outros
Advogado do(a) REU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546
INTIMAÇÃO AUTOR E RÉU - RÉPLICA E PROVAS
1) Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias e no mesmo prazo especificar provas. 2) Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para especificar provas no prazo de 05 (cinco) dias. 3) As PARTES deverão indicar as provas que pretendem produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7010319-49.2019.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: MOACIR LUIZ GOTARDO
Advogado do(a) REQUERENTE: SERGIO FERNANDO CESAR - RO7449
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: GEORGE OTTAVIO BRASILINO OLEGARIO - PB15013
INTIMAÇÃO
Intimação da parte exequente para, ciente do contido na petição id. 93342784, requerer o que entender pertinente.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7006166-31.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ARNOBIO VIEIRA COSTA
Advogado do(a) AUTOR: ALUISIO GONCALVES DE SANTIAGO JUNIOR - RO0004727A
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
INTIMAÇÃO AUTOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Fica a parte REQUERENTE intimada, no prazo de 05 dias, para manifestação quanto aos Embargos de Declaração apresentados.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7004882-85.2023.8.22.0002
Classe : INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
REQUERENTE: MARIA APARECIDA BISPO
REQUERIDO: MIRACI BISPO LISBOA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE CURATELA
PRAZO: 10 (dez) DIAS
3° publicação
CURATELA DE:
Nome: MIRACI BISPO LISBOA
Endereço: Rua Rio Crespo, 2259, APOIO SOCIAL, Ariquemes - RO - CEP: 76873-318
FINALIDADE: FAZ SABER a todos quantos que foi processado por este Juízo e Cartório da 3ª Vara Cível, a ação de CURATELA, em que MARIA APARECIDA BISPO, requer a decretação de Curatela de MIRACI BISPO LISBOA , conforme se vê da sentença a seguir transcrita: “Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: “MARIA APARECIDA BISPO requer a curatela de sua mãe, MIRACI BISPO LISBOA, com a sua nomeação na qualidade de Curadora, ao fundamento de ser a requerida, nascida em 05/11/1938 (84 anos e 7 meses de idade), portadora de hipertensão arterial e Alzheimer de início tardio (CID I-10; G30.1), necessitando de ministração constante

de remédios controlados para controle de seu quadro clínico, tendo sua capacidade laborativa comprometida, dependendo do auxílio da requerente. Em audiência colheu-se o interrogatório da interditanda. Em síntese, é o relatório. Decido. Cuida-se de ação em que a parte autora pleiteia a sua nomeação como curadora de sua genitora. O feito comporta julgamento imediato, pois os fatos e questões de direito em debate não requerem a produção de outras provas além das que já constam dos autos, consoante art. 355, I, do CPC. In casu, a legitimidade da requerente foi comprovada pelos documentos pessoais das partes (id 89033486), nos termos do art. 747, II, do CPC. Sobre as condições de exercer, por si só, determinados atos da vida civil, restou demonstrado que a interditada não tem condições de gerir sozinha sua vida, nem praticar atos cotidianos com independência e autonomia. Sendo a parte autora a filha e não havendo nenhum impedimento ao exercício da curatela, tem-se por demonstrado que a parte autora agrupa condições para acompanhar a curatelada e administrar seus bens e interesses. Posto isso, JULGO PROCEDENTE ação ajuizada por MARIA APARECIDA BISPO em face de sua genitora, MIRACI BISPO LISBOA, NOMEANDO-A CURADORA DESTA, a quem competirá a administração dos negócios e bens da requerida, especialmente quanto a pretensão de herança e perante o INSS para fins de benefício/amparo social a ser postulado ou já implantado, hipótese que poderá realizar movimentação do respectivo valor perante a instituição financeira em que for depositado mensalmente, renovação de senha e demais atos necessários relativos à Previdência Social, e perante órgãos públicos, a fim de pleitear tratamento médico ou medicamentos em geral, observado o dever de zelo e conservação de rendas, bens e de direito adquiridos, em prol do curatelado. Ficam ressalvados outros valores que eventualmente a requerida venha a ter direito, os quais somente poderão ser movimentados pela curadora mediante autorização judicial por alvará. A curatela exercida pela parte autora deverá ser sempre norteada pelos princípios da proteção e busca da preservação dos interesses da pessoa curatelada, ficando advertida de que deve se resguardar de todos os meios de provas, em especial a documental, para fins de prestação de contas, conforme determina a legislação. Via de consequência, declaro extinto o feito, com resolução do mérito nos termos do art. 487, I, do CPC. Cumpra-se ao disposto no art. 755, § 3º, do CPC. Sem custas e honorários sucumbenciais face a gratuidade da justiça que concedo à parte ré. P. R. I. C. Após o trânsito em julgado, cumpra-se. SERVE A PRESENTE DE TERMO DE CURATELA DEFINITIVA. SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE AVERBAÇÃO AO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL, consignando a gratuidade registral e notarial. Em seguida, arquivem-se os autos.” Nada mais. Para constar, eu, Veronica Gonçalves Fracalossi, Secretária de Gabinete, digitei essa ata e Karine Eduarda Campanhonni Soares, Estagiária de Direito, me auxiliou.”
Ariquemes (RO), 17 de julho de 2023

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7010372-25.2022.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ANA CLARA DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: VALDENI ORNELES DE ALMEIDA PARANHOS - RO4108
REU: MARINELZA CAMPOS VIDAL
INTIMAÇÃO AUTOR E RÉU - RÉPLICA E PROVAS
1) Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias e no mesmo prazo especificar provas. 2) Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para especificar provas no prazo de 15 (quinze) dias. 3) As PARTES deverão indicar as provas que pretendem produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7005706-44.2023.8.22.0002
Classe : INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: MARIA PEREIRA DE OLIVEIRA e outros (13)
Advogado do(a) REQUERENTE: VALDENI ORNELES DE ALMEIDA PARANHOS - RO4108
REU: DANIEL JOSE FERREIRA
INTIMAÇÃO Fica a inventariante intimada da manifestação apresentada pela Procuradoria Geral do Estado de Rondônia.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7005829-42.2023.8.22.0002
Classe : ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
AUTOR: P. M. O. L. e outros (2)
Advogados do(a) AUTOR: ELLEN PAULA MARTINS BARBOSA - SP374760, LEDAIANA SANA DE FREITAS - RO10368
REU: JOAO NEREU LAUREMANN
INTIMAÇÃO Fica a parte autora intimada a informar acerca do andamento processual/decisão referente A.I 0803938-78.2023.8.22.0000.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7002834-95.2019.8.22.0002
Classe : INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: CRISTILENE CARDOSO DIAS e outros (6)
Advogados do(a) REQUERENTE: GABRIELLA REGINA VIEIRA - SC31738, LUCIANA LEHMKUHL MACHADO DOS SANTOS - SC26026, MARCELO LEHMKUHL MACHADO - SC7290
Advogados do(a) REQUERENTE: GABRIELLA REGINA VIEIRA - SC31738, MARCELO LEHMKUHL MACHADO - SC7290
Advogados do(a) REQUERENTE: DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES - RO2433, SERGIO FERNANDO CESAR - RO7449
Advogado do(a) REQUERENTE: CORINA FERNANDES PEREIRA - RO2074
INVENTARIADO: ESPOLIO DE RAIMUNDO FERREIRA CAMPOS registrado(a) civilmente como RAIMUNDO FERREIRA CAMPOS
INTIMAÇÃO Ficam os demais herdeiros intimados da apresentação do Plano de Partilha, Id. 92409952.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7002043-87.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ANTONIO NUNES DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: SIMONI DE MATOS LOPES - RO10406, VIVIANE MATOS TRICHES - RO4695
REU: SEBRASEG CLUBE DE BENEFICIOS LTDA
Advogados do(a) REU: DANIEL GERBER - RS39879, JOANA GONCALVES VARGAS - RS75798, SOFIA COELHO ARAUJO - DF40407
INTIMAÇÃO AO RÉU - CUSTAS
Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais iniciais e finais. O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual. A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf Advertência: 1) Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7005267-33.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: JOSE ANTONIO DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: SIDNEI RIBEIRO DE CAMPOS - RO0005355A
REU: BANCO BMG S.A.
Advogado do(a) REU: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA - MG108112
INTIMAÇÃO Intimação da requerida para ficar ciente do petitório do perito, que indica o valor dos honorários periciais, bem como no prazo de dez dias depositá-los em Juízo, conforme determinado na decisão id. 92934940.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853 - Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe5civjip@tjro.jus.br
Processo : 7008746-34.2023.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DO NORTE DE RONDONIA LTDA. - CREDISIS CREDIARI
Advogados do(a) EXEQUENTE: PAULA LOPES DA ROCHA - RO12109, VALDOMIRO JACINTHO RODRIGUES - RO2368, WILLIAM ALVES JACINTHO RODRIGUES - RO3272
EXECUTADO: JESSICA ROSA DOS SANTOS BARROS 01197119230 e outros
Intimação AUTOR - MANDADO PARCIALMENTE POSITOV
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias. 1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo. 2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016. 3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7016063-54.2021.8.22.0002
Classe : INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: OZANIA SILVA ROCHA e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: ISABEL SILVA - RO3896
INVENTARIADO: Espólio de BELARMINA MOREIRA SILVA ROCHA registrado(a) civilmente como BELARMINA MOREIRA SILVA ROCHA e outros
INTIMAÇÃO Fica a inventariante intimada a manifestar, se assim entender pertinente, acerca do pedido formulado pela PGE (Id. 93198528). Neste mesmo ato, fica a inventariante intimada a comprovar, nos autos, o recolhimento das custas referente publicação do edital, Id. 92679882.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7006065-33.2019.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: RECON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: ALYSSON TOSIN - RO0086925A
EXECUTADO: NATALICIO ANTUNES JUNIOR
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas SISBAJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7014786-66.2022.8.22.0002
Classe : ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80 (74)
REQUERENTE: MARCIO DA SILVA CEZARIO
Advogado do(a) REQUERENTE: ERICK JHONY DALLAVALLE BOLONHESI - RO10705
INTERESSADO: Caixa Econômica Federal
INTIMAÇÃO Fica a parte autora intimada a comprovar nos autos o recolhimento das custas processuais conforme determinado em sentença. Prazo: 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7012075-93.2019.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: BOASAFRA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: GIANE ELLEN BORGIO BARBOSA - RO0002027A
EXECUTADO: PAULO CESAR ANTERO JOAQUIM
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas SISBAJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7011964-41.2021.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
Advogados do(a) EXEQUENTE: BERNARDO BUOSI - RO12470, MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES - RN5553
EXECUTADO: DANIEL DOS SANTOS MONEGATE e outros (2)
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas SISBAJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7010008-53.2022.8.22.0002
Classe : INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: ANA NUNES DE ARAUJO e outros (6)
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCELO ANTONIO GERON GHELLERE - RO1842
INVENTARIADO: ANTONIO GOMES DE ARAUJO e outros
Advogado do(a) REQUERIDO: HEDERSON MEDEIROS RAMOS - RO6553
INTIMAÇÃO Fica a inventariante intimada da manifestação apresentada pela Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, Id. 93164492.

3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
BALCÃO virtual (CPE/cartório): https://meet.google.com/iaf-porq-nmf SALA Virtual (Gabinete): https://meet.google.com/ojr-oeeq-psq E-mail: aqs3civel@tjro.jus.br, Telefone: (69) 3309-8123 - Localização: Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, na Av. Juscelino Kubitschek, n. 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes/RO
Processo n.: 7006587-21.2023.8.22.0002
Classe: Monitória
Valor da Causa:R$ 17.058,49
Última distribuição:04/05/2023
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO, RUA MARINGÁ 520, - DE 450 A 804 - LADO PAR NOVA BRASÍLIA - 76908-402 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: RODRIGO TOTINO, OAB nº RO6338, PROCURADORIA DA SICOOB CENTRO - COOPERATIVA DE CRÉDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDÔNIA
RÉU: AGNA CARLOS LIMA DE FREITAS, RUA INGAZEIRO 1431, - ATÉ 1652/1653 SETOR 01 - 76870-099 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
1. Trata-se de AÇÃO MONITÓRIA proposta por COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO contra AGNA CARLOS LIMA DE FREITAS, sustentando, em síntese, ser credor(a) da parte ré da quantia de R$ 17.058,49, referente aos documentos que acompanham a inicial. Juntou documentos.
Citada (ID 91763180), a parte requerida não apresentou contestação, deixando transcorrer in albis o prazo para defesa.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório. DECIDO.
Do mérito:
Como é cediço, a finalidade da ação monitória é alcançar a formação de título executivo judicial de modo mais rápido do que na ação condenatória convencional, sendo necessário, para intentá-la, a existência de documento escrito sem eficácia de título executivo que comprove o crédito pleiteado.
Neste sentido, disciplina o artigo 700 e seu inciso I do CPC que a:
Art. 700. A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz:
I - o pagamento de quantia em dinheiro;
II - a entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel;
III - o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer.
Tal documento escrito, exigido pela lei, deve ser merecedor de fé quanto à sua autenticidade e eficácia probatória.
No caso em liça, verifico que, apesar de devidamente citada, a parte ré quedou-se inerte, nada trazendo aos autos, a fim de comprovar ter honrado com o compromisso assumido e tampouco ofereceu defesa que justificasse fato impeditivo, modificativo, ou extintivo do direito do(a) requerente (CPC, art. 373, II).
Os documentos acostados aos autos servem de início de prova material das alegações constantes da inicial.
Tratando-se de direito disponível, a ausência de contestação traz a presunção de veracidade dos fatos articulados pela parte autora na inicial, havendo assim que ser a ação julgada procedente.
Noto, por ser oportuno que, tinha a parte requerida a obrigação de honrar seus compromissos, a menos que provasse o descumprimento ou abuso pela parte requerente, prova da qual não se desincumbiu.
Com esse quadro à mostra, impõe-se o reconhecimento de que os documentos coligidos pelo(a) credor(a) constituem prova suficiente da existência do débito e da relação jurídica entre as partes, sendo de rigor a procedência da demanda.
Nesse passo, tenho por devidos os valores discriminados na petição inicial, fundados no(s) documento(s) angariado(s) aos autos, totalizando o valor de R$ 17.058,49 (dezessete mil, cinquenta e oito reais e quarenta e nove centavos).
A correção monetária com aplicação dos índices adotados pelo Tribunal de Justiça, bem como os juros de mora de 1% ao mês são devidos desde o vencimento de cada parcela (CC, artigo 397).
ANTE O EXPOSTO, nos termos dos artigos 487, inciso I, e 702, §8º, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito do processo e JULGO PROCEDENTE a ação monitória, para o fim de CONSTITUIR em favor da parte autora título executivo judicial no valor correspondente a R$ 17.058,49 (dezessete mil, cinquenta e oito reais e quarenta e nove centavos), corrigido monetariamente pelos índices da Tabela Prática do E. Tribunal de Justiça, incidindo juros de mora de 1% ao mês, contados a partir da data da atualização e até o efetivo pagamento.
Mantenho a fixação dos honorários em 5%, nos termos do despacho inicial.
2. Intime-se a parte autora para apresentar valor atualizado da dívida.

3. Com os cálculos, intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado ou pessoalmente, caso não tenha advogado constituído ou representado pela Defensoria Pública, para pagar em 15 (quinze) dias, o débito executado, ATUALIZADO na data do pagamento, sob pena de multa de 10% sobre o valor da execução, nos termos do artigo 523, §1º, do CPC.
Deixo de arbitrar honorários, eis que estes foram fixados no início do procedimento monitório, constituindo o cumprimento de sentença fase automática do procedimento inicialmente instaurado, nos termos do art. 702, §2º do CPC.
Caso tenha sido citada por edital na fase de conhecimento, intime-se, igualmente, pela via editalícia, conforme art. 513, §2º, IV do CPC.
Advirta-se que transcorrido o prazo para pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para que o(a) executado(a), independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação à execução como técnica de defesa (art. 525 do CPC).
Fica a parte executada ainda ciente que, havendo pagamento parcial no prazo previsto acima, a multa incidirá sobre o remanescente do débito e de que transcorrido o prazo para pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo para impugnação, que deverá ser realizada em observância ao disposto no artigo 525 do CPC.
Em não havendo pagamento, certifique-se e intime-se o credor para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito, acrescendo aos cálculos a multa de 10% (dez por cento), sobre o valor excutido, bem como para requerer o que entender pertinente para a satisfação de seu crédito.
Sem prejuízo, desde logo, caso pleiteado pela parte, autorizo a expedição da certidão do teor da decisão, que deverá ser fornecida conforme artigo 517, § 2º, do CPC, após o decurso do prazo para pagamento voluntário, de modo a permitir que a parte interessada efetue o protesto da decisão.
Em sendo efetuado o pagamento no prazo legal, expeça-se alvará judicial em nome da(o) Exequente. Antes porém, certifique a escrivania se não há notícia de penhora no rosto do autos ou notícia de decisão decretando indisponibilidade do crédito, informada no bojo do processo.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
Sala Virtual (Gabinete): https://meet.google.com/ojr-oeeq-psq E-mail: aqs3civel@tjro.jus.br, Telefone: (69) 3309-8123 - Localização: Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, na Av. Juscelino Kubitschek, n. 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes/ROProcesso n.: 7005738-93.2016.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$ 64.600,00
Última distribuição:20/06/2016
AUTOR: VALDECI BERNARDO DA SILVA, RUA CASTRO ALVES 3854 SETOR 06 - 76873-612 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: MARIA APARECIDA DIAS PEDROZO, OAB nº RO3388
RÉU: EDIMILSON MAULAZ, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 4450 BOM JESUS - 76874-168 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES, OAB nº RO2433, MARIO LACERDA NETO, OAB nº RO7448, VALERIA DE MATOS BEZERRA, OAB nº RO12076
DESPACHO
Vistos.
1. Considerando que a audiência de conciliação designada nestes autos tenha restado infrutífera (ID 92516350), intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, promover o andamento do feito, requerendo as diligências que entender pertinentes, podendo, inclusive, apresentar contraproposta de acordo nos autos (ID 91292351), visando a autocomposição.
2. Em havendo contraproposta, intime-se o executado para manifestação em 5 (cinco) dias.
Decorrido o prazo, conclusos.
Pratique-se o necessário.
SERVE DE INTIMAÇÃO
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo n.: 7018368-74.2022.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Valor da Causa:R$ 46.539,26
Última distribuição:24/11/2022
Autor: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS UNIRONDONIA LTDA, AVENIDA CALAMA 2468, - DE 2181 A 2465 - LADO ÍMPAR SÃO JOÃO BOSCO - 76803-769 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: JACKSON WILLIAM DE LIMA, OAB nº PR60295, PROCURADORIA DA UNIRONDÔNIA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS UNIRONDÔNIA LTDA

Réu: JOSE CARDOSO RODRIGUES FILHO, CPF nº 72268247287, RUA PORTUGAL 3168, - DE 3041/3042 AO FIM JARDIM EUROPA - 76871-306 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
Expeça-se o necessário para viabilizar a citação do executado no novo endereço informado pelo exequente na petição ID 93142788, nos termos da decisão inicial ID 84563435.
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo n.: 7005838-09.2020.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Valor da Causa:R$ 22.656,27
Última distribuição:13/05/2020
Autor: RENASCER - COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, CNPJ nº 04088685000120, AVENIDA JAMARI 2195, - DE 1985 A 2195 - LADO ÍMPAR SETOR 01 - 76870-175 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: BIANCA SARA SOARES VIEIRA, OAB nº RO9679, FLAVIO RIBEIRO DA COSTA, OAB nº RO10202
Réu: JONATAS GAMBATI MOREIRA DA SILVA, CPF nº 01038364205, RUA FLORIANÓPOLIS 2182, - DE 2276/2277 A 2471/2472 SETOR 03 - 76870-306 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: FERNANDO AUGUSTO TORRES DOS SANTOS, OAB nº RO4725
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de execução de título extrajudicial movida por RENASCER - COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA em desfavor de JONATAS GAMBATI MOREIRA DA SILVA.
O exequente informou o levantamento do alvará expedido nestes autos, apresentou demonstrativo de cálculo atualizado do débito remanescente e, para dar prosseguimento, requereu desconto em folha de pagamento do executado de percentual até se atingir o montante devido, mediante expedição de ofício ao Estado de Rondônia, tendo em vista que o executado exeerce a função de Policial Militar (ID 91999454).
Vieram os autos conclusos.
É cediço o entendimento acerca da possibilidade de penhora de salário para pagamento de débitos do executado, desde que não comprometa sua subsistência ou de seus familiares. Nesse sentido, tem-se firmado o TJ/RO:
Agravo de Instrumento e agravo Interno. Ação de execução de título extrajudicial. Penhorabilidade de salário. Possibilidade. Recurso provido. Agravo interno prejudicado. É possível a efetivação de penhora de parte do salário do devedor, desde que seja realizada em percentual condizente à capacidade econômica deste e, ainda, que seja respeitado o princípio da dignidade do ser humano. Em razão do julgamento do agravo de instrumento, torna-se prejudicado o julgamento do agravo interno pela perda superveniente do seu objeto. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0804044-74.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 10/01/2023.
Considerando que as tentativas de penhorar bens do executado restaram infrutíferas, mesmo sendo-lhe oportunizado por diversas vezes quitar o débito, entendo que a impenhorabilidade do salário, neste caso, é relativa e que tal princípio deve ser mitigado visando à satisfação do credor, o fim do processo judicial, sob pena de descrédito da justiça.
Por outro lado, a penhora do salário não pode se realizar em montante que comprometa a subsistência do devedor e de seus familiares.
1. Intime-se o exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar os dados bancários, a fim de viabilizar o pagamento do débito diretamente na conta do credor.
2. Atendida a determinação acima, DEFIRO o pedido de desconto em folha, o que faço mediante a penhora de 20% (vinte por cento) dos rendimentos líquidos do executado, oportunidade em que DETERMINO a expedição de ofício ao órgão pagador do Estado de Rondônia ao qual está vinculado a parte executada JONATAS GAMBATI MOREIRA DA SILVA - CPF: 010.383.642-05, para promover os descontos mensais, no limite de 20%, até atingir o limite do débito perquirido nos autos, mediante depósito sucessivo e mensal em conta bancária informada pelo credor nestes autos, o que deverá ser justificado nos autos;
2.1. Cientifique-se, no ofício, que o órgão pagador deverá comprovar nos autos a retenção dos valores, logo seja efetuada. Ainda, deverá o órgão pagador informar nos autos a quantidade de depósitos a serem realizados até a satisfação do débito;
2.2. O ofício deverá ser instruído com a planilha de cálculo atualizada do débito exequendo, bem como com os dados bancários do exequente.
3. Intime-se a parte executada acerca da presente decisão, podendo apresentar impugnação à penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, caso queira.
4. Sobrevindo manifestação da parte executada, intime-se o exequente para manifestação em 15 (quinze) dias.
5. Após, conclusos para deliberação.
6. Em não havendo impugnação à penhora, suspenda-se o curso do processo, até que seja informado pela parte interessada a quitação do débito, para ser declarada a extinção da obrigação.
Fica a parte exequente, por meio de seu advogado(a), intimada da presente decisão.
Cumpra-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/INTIMAÇÃO/OFÍCIO n.º_____/2023.
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
BALCÃO virtual (CPE/cartório): https://meet.google.com/iaf-porq-nmf SALA Virtual (Gabinete): https://meet.google.com/ojr-oeeq-psq E-mail: aqs3civel@tjro.jus.br, Telefone: (69) 3309-8123 - Localização: Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, na Av. Juscelino Kubitschek, n. 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes/RO
Processo n.: 7003257-21.2020.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Valor da Causa:R$ 1.212,19
Última distribuição:02/03/2020
AUTOR: SICOOB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA, QUADRA CRS 513 BLOCO A Lojas 05 e 06 ASA SUL - 70380-510 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
Advogado do(a) AUTOR: PEDRO ROBERTO ROMAO, OAB nº AM209551
RÉU: LUSIA INOCENCIO DA SILVA, RUA COLINA VERDE 1831 COQUEIRAL - 76875-762 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de execução de título extrajudicial movida por SICOOB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA em desfavor de LUSIA INOCÊNCIO DA SILVA.
A exequente pugnou pela realização de bloqueios de ativos financeiros da executada, via SISBAJUD (ID 92323588).
Ocorre que, até o momento, sequer houve a perfectibilização da citação da executada, ato cuja ausência acarreta nulidade do processo.
Assim, indefiro, por ora, o pedido retro.
Intime-se a exequente para, em 5 (cinco) dias, promover o andamento do feito, sob pena de suspensão e arquivamento, nos termos do art. 921, §1º, do CPC.
Decorrido o prazo, conclusos.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE DE INTIMAÇÃO
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo n.: 7002901-60.2019.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$ 14.431,49
Última distribuição:07/03/2019
Autor: PAULO CESAR MONTEIRO, RUA PAPOULAS 2253, - ATÉ 2288/2289 SETOR 04 - 76873-480 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: SANDRA PIRES CORREA ARAUJO, OAB nº RO3164
Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 2375, - DE 2025 A 2715 - LADO ÍMPAR SETOR INSTITUCIONAL - 76872-853 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Tendo em vista a divergência de cálculos apresentados pelas partes, remetam-se os autos à Contadoria Judicial para análise e indicação do valor escorreito, em 30 (trinta) dias.
Após, com a vinda dos cálculos, faculto às partes, o prazo de 05 dias, para que se manifestem acerca dos valores neles vertidos, advertindo-se que eventual inércia será interpretada como concordância tácita em relação ao quantum indicado.
Na sequência, com ou sem manifestação, o que deverá ser certificado, voltem-me conclusos.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
Balcão Virtual (CPE/cartório): https://meet.google.com/iaf-porq-nmf Telefone: (69)3309-8110 E-mail: cpeariquemes@tjro.jus.br SALA Virtual (Gabinete): https://meet.google.com/ojr-oeeq-psq - Localização: Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, na Av. Juscelino Kubitschek, n. 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes/ROProcesso n.: 7002518-43.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 1.302,00
Última distribuição:24/02/2023
AUTOR: H. L. I. M., ALAMEDA PIQUIA 1572, - DE 1760/1761 AO FIM SETOR 01 - 76870-082 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, V. M. S., RUA AZALÉIA 2196, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3628 JARDIM PRIMAVERA - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: BRUNA RAFAELA OLIVEIRA DA SILVA, OAB nº RO12201
RÉU: R. D. A. I., ALAMEDA PIQUIA 1572, - DE 1760/1761 AO FIM SETOR 01 - 76870-082 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: DAVI NOGUEIRA DO NASCIMENTO, OAB nº RO12360
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de ação proposta por H. L. I. M., V. M. S. contra R. D. A. I., conforme razões expostas na peça de ingresso.
Foi determinado a parte autora que emendasse a inicial, a fim de regularizar a situação processual da parte que representa, haja vista que a procuração deve ser outorgada pela requerida e não pela infante (ID 92006646).
Entretanto decorreu o prazo e a requerente não cumpriu com a determinação.
Vieram-me os autos conclusos.
É, em essência, o relatório. Fundamento e DECIDO.

Reza o art. 321 do CPC que, verificando o não preenchimento dos requisitos dos artigos 319 e 320 do CPC, o juiz determinará ao autor que emende a inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado, sob pena de indeferimento.
Muito embora tenha sido intimada, a parte autora não atendeu à determinação do juízo, quedando-se inerte em coligir aos autos instrumento de mandato assinada pela parte interessada no pedido de guarda.
ANTE O EXPOSTO, reconheço que a parte autora não cumpriu a determinação de ID 92006646, razão pela qual INDEFIRO a petição inicial, com fulcro no artigo 485 inciso I e artigo 330, inciso IV, ambos do Código de Processo Civil, e, em consequência, JULGO EXTINTO o feito sem apreciação do mérito.
Sem custas.
Honorários indevidos, pois não houve formação da relação jurídico-processual.
Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Novo Código de Processo Civil.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, CITE-SE a parte adversa para apresentar contrarrazões (CPC, art. 331, §1º), no prazo de 15 (quinze) dias. Após, subam os presentes autos ao Eg. Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens.
Não interposto o recurso (CPC, art. 331, §3º), intime-se a parte ré do trânsito em julgado da sentença, nos termos do 241 do CPC.
Nada mais havendo, certifique-se a escrivania o trânsito em julgado desta e, observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos com as anotações de estilo.
SERVIRÁ A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
P.R.I.C., promovendo-se as baixas devidas no sistema.
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito
AUTORES: H. L. I. M., ALAMEDA PIQUIA 1572, - DE 1760/1761 AO FIM SETOR 01 - 76870-082 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, V. M. S., RUA AZALÉIA 2196, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3628 JARDIM PRIMAVERA - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
REU: R. D. A. I., ALAMEDA PIQUIA 1572, - DE 1760/1761 AO FIM SETOR 01 - 76870-082 - ARIQUEMES - RONDÔNIA

3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
BALCÃO virtual (CPE/cartório): https://meet.google.com/iaf-porq-nmf Telefone: (69)3309-8110 E-mail: cpeariquemes@tjro.jus.br SALA Virtual (Gabinete): https://meet.google.com/ojr-oeeq-psq - Localização: Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, na Av. Juscelino Kubitschek, n. 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes/RO
Processo n.: 0012178-64.2015.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Valor da Causa:R$ 187.220,09
Última distribuição:15/09/2015
AUTOR: CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S. A., - 78065-000 - CUIABÁ - MATO GROSSO
Advogado do(a) AUTOR: LEANDRO CESAR DE JORGE, OAB nº SP200651, JOSE LUIS SCARPELLI JUNIOR, OAB nº SP225735
RÉU: ETT EMPRESA DE EXTRACAO, TRANSPORTE E TERRAPLANAGEM LTDA - ME, RUA FRANCISCO ALVES MEDES FILHO 667, . NOVA LONDRINA - 76877-121 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, LUCENIO SCHRAMMEL, MARCOS DANILO DE SOUZA TRONCON
Advogado do(a) RÉU: FLAVIA LUCIA PACHECO BEZERRA, OAB nº RO2093
DESPACHO
Vistos.
1. Intime-se o exequente para, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, comprovar o recolhimento das custas das diligências pretendidas, sob pena de suspensão e arquivamento do feito.
2. Somente se cumprida a determinação acima, expeça-se o necessário para viabilizar a citação do executado nos endereços informados pelo exequente no ID 91985859.
3. Decorrido o prazo do item "1" sem manifestação, tornem os autos conclusos para as deliberações pertinentes.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo n.: 7006597-65.2023.8.22.0002
Classe: Monitória
Valor da Causa:R$ 144.583,95
Última distribuição:04/05/2023
Autor: FERNANDA TRISCH GAYARDO, CPF nº 00750935294, RUA GERALDO SIQUEIRA 2101, - X NOVA FLORESTA - 76807-188 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: JOSE MARIA ALVES LEITE, OAB nº RO7691
Réu: ONEIDE MOREIRA BONFIM PAIXAO NABARRO, CPF nº 46666532953, AVENIDA TANCREDO NEVES 2685 SETOR 03 - 76870-525 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, IMOBILIARIA ONEIDE & NABARRO LTDA - ME, CNPJ nº 14102880000111, AV. TANCREDO NEVES 2685, - ATÉ 1776 - LADO PAR SETOR 03 - 76872-870 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
Decisão

Vistos.
1. Para evitar futura arguição de nulidade, INDEFIRO o pedido de citação por edital, uma vez que não foram esgotados todos os meios possíveis de localização da parte executada.
2. Intime-se a requerente para, em 5 (cinco) dias, requerer o que entender pertinente, para fins de viabilizar a citação da requerida, sob pena de extinção.
2.1. Sem prejuízo da gratuidade concedida em sede de agravo de instrumento (ID 91459745), consigno que eventual requerimento de diligência a ser realizada pelo Juízo deverá vir acompanhado da respectiva guia de custas devidamente recolhida, nos termos do art. 2º, §1º, do Regimento de Custas do TJRO, tendo em vista que a isenção das custas judiciais não abrangem a realização de eventuais diligências.
Decorrido o prazo acima, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
BALCÃO virtual (CPE/cartório): https://meet.google.com/iaf-porq-nmf SALA Virtual (Gabinete): https://meet.google.com/ojr-oeeq-psq E-mail: aqs3civel@tjro.jus.br, Telefone: (69) 3309-8123 - Localização: Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, na Av. Juscelino Kubitschek, n. 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes/RO
Processo n.: 7005258-71.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 251.802,59
Última distribuição:10/04/2023
AUTOR: OSCAR RAMOS PEREIRA, RUA CINQUENTA E DOIS 2410 JARDIM ZONA SUL - 76876-818 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, AVENIDA CANAÃ 2647, - DE 2639 A 2985 - LADO ÍMPAR SETOR 03 - 76870-417 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉU: MUNICIPIO DE ARIQUEMES, AVENIDA TANCREDO NEVES 1627 SETOR INSTITUCI - 76872-862 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, Estado de Rondônia, AVENIDA DOS IMIGRANTES - DE 31 3503, - DE 3129 A 3587 - LADO ÍMPAR COSTA E SILVA - 76803-611 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos, etc.
O Estado de Rondônia informou nos autos que solicitou à SESAU informações quanto ao cumprimento da determinação judicial exarada nestes autos.
Juntou documento em que consta pedido de concessão de prazo de 30 (trinta) dias para que a Administração Pública proceda aos trâmites administrativos para aquisição do medicamento pleiteado nos autos (ID 92780422).
O exequente requereu o imediato sequestro dos cofres públicos no valor de R$ 125.901,13 (cento e vinte e cinco mil e novecentos e um reais e treze centavos), para proceder à compra do medicamento (ID 92567389).
Vieram os autos conclusos.
1. Sem prejuízo do julgamento antecipado do feito e/ou eventual bloqueio de valores das contas do Estado, tendo em vista o manifesto interesse no cumprimento da determinação judicial, de forma excepcional, CONCEDO O PRAZO IMPRORROGÁVEL DE 20 (VINTE) DIAS, ao Estado de Rondônia, para realizar ao requerente a entrega do medicamento ESILATO DE NINTEDANIBE 150mg, na quantidade e intervalo de tempo prescritos pelo médico, conforme receita de ID 89294575 - Pág. 06 (60 comprimidos por mês), de forma gratuita e ininterrupta durante o tratamento, sob pena de sequestro judicial de valores existentes na conta bancária dos réus, visando aquisição direta e limitada ao menor orçamento que instrui a inicial, mediante prestação de contas nos autos.
2. Decorrido o prazo assinalado, intime-se o requerente para manifestação em 10 (dez) dias.
Após, conclusos para as deliberações pertinentes.
Pratique-se o necessário.
SERVE DE INTIMAÇÃO
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo n.: 7006607-12.2023.8.22.0002
Classe: Carta Precatória Cível
Valor da Causa:R$ 50.000,00
Última distribuição:04/05/2023
Autor: T. -. J. D. 5. V. F. A. E. A. D. S. J. D. R., JUSTIÇA FEDERAL, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 2203 BAIXA UNIÃO - 76805-902 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: SEM ADVOGADO(S)

Réu: ANTONIO JOSE MARQUES, CPF nº 31254195220, RUA COSTA E SILVA 1400 CAMPO NOVO DE RONDONIA-RO - 76887-000 - CAMPO NOVO DE RONDÔNIA - RONDÔNIA, J. D. D. D. C. D. A., AVENIDA CAPITÃO SÍLVIO 4450, CASA 19- DE 4199 A 4525 - LADO ÍMPAR ÁREAS ESPECIAIS 02 - 76873-007 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Cumpra-se a carta precatória, conforme despacho ID 90331166.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo n.: 7015095-87.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 8.459,92
Última distribuição:12/06/2023
Autor: TAIS DAMASCENO BARBOSA, CPF nº 01649646224, RAMAL LINHA C 65 4950, - LADO ÍMPAR CONDOMÍNIO SÃO PAULO - 76874-501 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: ANA GABRIELA CAVASIN MILHOMENS, OAB nº RO12626, CRISTIANE RIBEIRO BISSOLI, OAB nº RO4848, MARCILENE AMORIM TAVARES, OAB nº RO9495, EDSON LUIZ RIBEIRO BISSOLI, OAB nº RO6464, VICTORIA DIAS GIROLA, OAB nº RO9496
Réu: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 2032, - DE 2025 A 2715 - LADO ÍMPAR SETOR INSTITUCIONAL - 76872-853 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
TAIS DAMASCENO BARBOSA propôs a presente AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS e MORAIS COM PEDIDO LIMINAR contra ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, sustentando, em síntese, que requereu a ligação de energia de sua residência junto à requerida, a qual foi ligada, contudo, posteriormente, verificou que estava recebendo duas faturas por mês. Alega que entrou em contato com a requerida, oportunidade em que foi informada de que haviam sido cadastradas duas unidades consumidoras na residência da autora, sendo que a unidade consumidora correta seria do código 20/2116460-3, bem como a unidade consumidora n.º 20/2115311-9 seria cancelada. Aduziu que realizou o pagamento de uma fatura da unidade consumidora gerada por equívoco no valor de R$ 55,46 (cinquenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), além de ter recebido outra fatura no importe de R$ 349,00 (trezentos e quarenta e nove reais), referente a unidade consumidora gerada por equívoco, a qual não efetuou o pagamento, tendo em vista o erro gerado pela requerida. Discorreu, ainda, que seu nome foi incluído pela ré em órgãos de proteção ao crédito (SPC/SERASA), em virtude de dívida gerada por equívoco pela requerida. Sustentou que toda esta situação lhe causou enorme abalo e sofrimento psicológico. Aventou a necessidade do deferimento da antecipação dos efeitos da tutela. Pugnou pela inversão do ônus da prova. Requereu a procedência dos pedidos iniciais, a fim de declarar a inexistência do débito, bem como pugnou pela condenação da parte ré ao pagamento em dobro dos valores pagos indevidamente, no valor de R$ 110,92 (cento e dez reais e noventa e dois centavos), e indenização pelo prejuízo moral sofrido, no montante de R$ 8.000,00 (oito mi reais).
A inicial veio instruída de documentos.
A liminar foi deferida (ID 81969181).
A gratuidade de justiça foi deferida (ID 82526167).
Devidamente citada, a parte ré apresentou contestação (ID 83035205). Na oportunidade, arguiu preliminares impugnando a justiça gratuita e alegou falta de interesse processual e do esgotamento das vias administrativas. No mérito, defendeu a regularidade das cobranças e ausência de ato ilícito. Impugnou os valores pleiteados pela autora à título de dano material, alegando que os danos ocasionados aos equipamentos eletrônicos não foram decorrentes de falha na prestação de serviço. Defendeu a ausência de responsabilidade civil, bem como discorreu acerca dos elementos da responsabilidade civil. Aduziu a inexistência de prova de que a parte autora tenha suportado qualquer prejuízo, rebatendo os danos morais. Alegou litigância de má-fé da requerente. Requereu a improcedência da pretensão inicial.
Houve Réplica.
Na fase de especificação de provas, devidamente intimadas, o(a) requerente pugnou pelo julgamento antecipado do mérito, enquanto a parte requerida nada requereu.
Vieram-me os autos conclusos.
É, em essência, o relatório. FUNDAMENTO e DECIDO.
Trata-se de ação de declaração de inexistência de débito c/c danos morais e materiais.
Do Julgamento Antecipado:
O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento para a produção de novas provas.
Ademais, o Excelso Supremo Tribunal Federal já de há muito se posicionou no sentido de que a necessidade de produção de prova em audiência há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado da lide implique em cerceamento de defesa. A antecipação é legítima se os aspectos decisivos da causa estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do magistrado (RTJ 115/789).
As provas produzidas nos autos não necessitam de outras para o justo deslinde da questão, nem deixam margem de dúvida. Por outro lado, “o julgamento antecipado da lide, por si só, não caracteriza cerceamento de defesa, já que cabe ao magistrado apreciar livremente as provas dos autos, indeferindo aquelas que considere inúteis ou meramente protelatórias” (STJ.- 3ª Turma, Resp 251.038/SP, j. 18.02.2003, Rel. Min. Castro Filho).
Sobre o tema, já se manifestou inúmeras vezes o Colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no exercício de sua competência constitucional de Corte uniformizadora da interpretação de lei federal:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESOLUÇÃO DE CONTRATO. INEXECUÇÃO NÃO DEMONSTRADA. PROVA NÃO PRODUZIDA. DESNECESSIDADE. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA 07/ STJ. 1. Não configura o cerceamento de defesa o julgamento da causa sem a produção de prova testemunhal ou pericial requerida. Hão de ser levados em consideração o princípio da livre admissibilidade da prova e do livre convencimento do juiz, que, nos termos do art. 130 do Código de Processo Civil, permitem ao julgador determinar as provas que entende necessárias à instrução do processo, bem como o indeferimento daquelas que considerar inúteis ou protelatórias. Revisão vedada pela Súmula 7 do STJ. 2. Tendo a Corte de origem firmado a compreensão no sentido de que existiriam nos autos provas suficientes para o deslinde da controvérsia, rever tal posicionamento demandaria o reexame do conjunto probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental não provido." (AgRg no Ag 1350955/DF, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 18/10/2011, DJe 04/11/2011).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS Á EXECUÇÃO DE TÍTULO CAMBIAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CARACTERIZADO. I - Para que se tenha por caracterizado o cerceamento de defesa, em decorrência do indeferimento de pedido de produção de prova, faz-se necessário que, confrontada a prova requerida com os demais elementos de convicção carreados aos autos, essa não só apresente capacidade potencial de demonstrar o fato alegado, como também o conhecimento desse fato se mostre indispensável à solução da controvérsia, sem o que fica legitimado o julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, I, do Código de Processo Civil." (STJ-SP- 3 a Turma, Resp 251.038 – Edcl no AgRg, Rel. Min. Castro Filho).

Consoante os Julgados acima expostos, nos quais espelho meu convencimento da desnecessidade da produção de prova diante da suficiência de todas aquelas acostadas aos autos, passo ao julgamento da causa, iniciando-se pela análise das preliminares.

Das Preliminares:

a) Da concessão da gratuidade de justiça:

Suscitou o réu, preliminarmente, que a concessão do benefício da gratuidade de justiça foi indevida. Ocorre que há nos autos declaração de hipossuficiência assinada pela parte autora e pedido de concessão formulado nos termos do artigo 99 do CPC. Embora a referida declaração não goze de presunção absoluta (entendimento do STJ), cabe à parte ré infirmar a alegação do (a) beneficiário, colacionando aos autos elementos para tanto, ônus do qual não se desincumbiu. Os documentos juntados pela parte autora são verossímeis, não havendo qualquer elemento que evidencie a falta dos pressupostos para a concessão do benefício aludido (art. 99, §2º, do CPC).

Assim, rejeito a preliminar suscitada.

b) Do interesse processual:

Arguiu o réu, preliminarmente, ausência de interesse de agir da parte autora.

Sem razão, contudo.

O interesse processual configura-se pelo binômio necessidade-utilidade.

No caso vertente, a prestação jurisdicional almejada é apta a tutelar a situação jurídica do autor, além de somente ser possível o acesso ao bem da vida, in casu, por intermédio da jurisdição estatal.

Consigne-se, ainda, que, à luz da teoria da asserção, a legitimidade e o interesse de agir devem ser aferidos a partir de uma análise abstrata dos fatos narrados na inicial, como se verdadeiros fossem.

Desta feita, rejeito a preliminar arguida.

O feito observou a tramitação regular. Presentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válidos do processo, além de reunidas as condições da ação.

Vencidas as questões preliminares, passo a analisar o substrato da pretensão inicial.

Do mérito:

De proêmio, anoto que conforme jurisprudência firmada na Corte Superior, a relação estabelecida entre as partes é de consumo, incidindo, portanto, as regras fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, in verbis:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE ÁGUA. RELAÇÃO DE CONSUMO. APLICAÇÃO DO CDC. VIOLAÇÃO DO HIDRÔMETRO NÃO COMPROVADA. PRETENSÃO DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. "A jurisprudência desta Corte possui entendimento pacífico no sentido de que a relação entre concessionária de serviço público e o usuário final, para o fornecimento de serviços públicos essenciais, tais como água e energia, é consumerista, sendo cabível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor" (AgRg no AREsp 354.991/RJ, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 11/09/2013). 2. O Tribunal a quo entendeu que não houve violação no hidrômetro. Para afastar a conclusão adotada pelas instâncias ordinárias, necessária seria a incursão no conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviável ao Superior Tribunal de Justiça, diante do óbice contido no verbete sumular 7/STJ. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 372.327/RJ, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/06/2014, DJe 18/06/2014) [Grifei]

CIVIL, PROCESSO CIVIL E CONSUMIDOR. [...] FIGURA DO CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO. APLICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ESPECÍFICA. DANOS MORAIS. VALOR. REVISÃO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. MONTANTE RAZOÁVEL. DISPOSITIVOS LEGAIS ANALISADOS: ARTS. 2º, 3º, 7º, PARÁGRAFO ÚNICO, 17 E 25 DO CDC; E 21, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. [...] 4. O art. 17 do CDC prevê a figura do consumidor por equiparação (bystander), sujeitando à proteção do CDC aqueles que, embora não tenham participado diretamente da relação de consumo, sejam vítimas de evento danoso decorrente dessa relação. Todavia, caracterização do consumidor por equiparação possui como pressuposto a ausência de vínculo jurídico entre fornecedor e vítima; caso contrário, existente uma relação jurídica entre as partes, é com base nela que se deverá apurar eventual responsabilidade pelo evento danoso. [...] (REsp 1370139/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2013, DJe 12/12/2013)

Assim, observada a regra do art. 6º, inciso VIII, do CDC, possível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor, hipossuficiente em relação à concessionária, que dispõe de meios técnicos para comprovar suas alegações.

Pois bem. No presente caso, após detida análise dos autos, verifica-se que o pleito autoral deve ser julgado parcialmente procedente. Explica-se:

Atinente à inexistência de débito, de forma categórica, a parte requerente defendeu não haver respaldo para ter sido gerada duas unidades consumidoras na mesma residência em seu nome, de modo que os valores faturados na unidade consumidora n.º 20/2115311-9 e a negativação pela ré (ID 81941497) seriam indevidos.

Nessa senda, cabia à requerida a obrigação de demonstrar a lisura de sua conduta, comprovando a regularidade de ter sido geradas duas unidades consumidoras na residência da autora, ao passo em que a requerente alega possuir um único padrão de energia elétrica. Noutras palavras, devia a ré comprovar cabalmente o motivo pelo qual foram geradas duas unidades consumidoras, das quais ensejaram duas faturas para a mesma residência. Assim, constata-se que a demandada quem detém as informações necessárias ao esclarecimento dos fatos, se limitou apenas em afirmar a existência do débito e a legalidade da cobrança.

Destarte, a requerida não trouxe aos autos provas cabais do liame fático ensejador da constituição válida da dívida lançada no nome da consumidora, não se desincumbindo do ônus previsto no artigo 373, II, do CPC.

Desta feita, ante a alegação da inexistência do débito pela parte autora, em razão de ter sido geradas duas unidades consumidoras em nome da requerente e perante a ausência prova capaz de conferir licitude ao débito imputado por parte da ré, deve-se concluir que a pendência financeira é indevida, pois a requerida não se desincumbiu de provar o que lhe competia.
Assim, acolhe-se o pedido autoral para declarar a inexistente a dívida lançada pela ré no nome da(o) requerente, no valor de R$ 349,00 (trezentos e quarenta e nove reais).
Concernente ao pedido de danos materiais com repetição do indébito, não assiste razão a parte autora. Isso porque a requerente coligiu aos autos apenas um comprovante de pagamento efetuado à parte ré no valor de R$ 55,46 (cinquenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), contudo, não juntou a fatura correspondente a esse valor, de modo que não se pode constatar que o valor corresponde, de fato, à unidade consumidora n.º 20/2115311-9.
Dessa forma, ante a ausência de comprovação de que o valor diz respeito a unidade consumidora gerada por equívoco da parte ré, não há provas comprobatórias do efetivo dano material.
Nessa quadratura, como a dívida lançada no nome da parte autora é nula, todos os seus consectários são ilícitos.
O nexo de causalidade entre a conduta e o dano está comprovado por meio dos documentos coligidos, os quais evidenciam que o nome da parte autora foi lançado nos cadastros restritivos.
Com efeito, o fundamento da responsabilidade da concessionária ré prescinde da comprovação da existência de culpa, porque se está diante de serviço público prestado perante o consumidor, de modo que o artigo 14 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) impõem a responsabilidade objetiva.
Dessarte, provada a conduta, o dano e o nexo de causalidade entre eles, conclui-se pela responsabilidade da requerida, devendo ela ser responsabilizada pelo abalo emocional causado à(o) requerente, em razão da cobrança indevida.
Nesse sentido, colhe-se da jurisprudência do Colendo STJ:
AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANOS MORAIS. PROVA. VALOR RAZOÁVEL. 1. A jurisprudência pacífica deste Superior Tribunal de Justiça entende que o dano moral, oriundo de inscrição ou manutenção indevida em cadastro de inadimplentes, prescinde de prova, configurando-se in re ipsa, visto que é presumido e decorre da própria ilicitude do fato. [...]. (AgInt no AREsp 898540/SP, AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2016/0089927-1, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Órgão Julgador: QUARTA TURMA, Data do Julgamento: 01/12/2016, Data da Publicação/Fonte: DJe 09/12/2016) [Destaquei]
ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. FORNECIMENTO DE ÁGUA. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL. DANO IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. EXCEPCIONALIDADE NÃO CONFIGURADA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. A Corte local decidiu em sintonia com a jurisprudência deste Superior Tribunal, cujo posicionamento assevera que o dano decorrente da inscrição indevida do nome do consumidor, nos cadastros de proteção ao crédito, constitui dano in re ipsa, sendo, portanto, presumível do próprio fato a ocorrência de dano indenizável. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite, em caráter excepcional, a alteração do quantum arbitrado, caso se mostre irrisório ou exorbitante, em clara afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não ocorre na espécie. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 768.308/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/4/2017, DJe 9/5/2017) [Destaquei]
Outrossim, julgados proferidos pelo Egrégio TJRO:
RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. SOLICITAÇÃO DESLIGAMENTO PARA ENCERRAMENTO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INSCRIÇÃO INDEVIDA. CARACTERIZAÇÃO DO DANO IN RE IPSA. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DO VALOR. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. A inscrição indevida em cadastros de proteção ao crédito ocasiona dano moral in re ipsa, sendo despicienda, pois, a prova da sua ocorrência. Demonstrada a falha na prestação de serviços, que ensejou a negativação indevida, impõe-se a mantença da responsabilidade civil pelos danos morais causados. A fixação da indenização por danos morais pauta-se pela aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, cuja finalidade é compensar o ofendido pelo constrangimento indevido que lhe foi imposto e, por outro lado, desestimular o ofensor a, no futuro, praticar atos semelhantes. (TJ-RO - RI: 10027663720128220604 RO 1002766-37.2012.822.0604, Relator: Juiz Amauri Lemes, Data de Julgamento: 06/09/2013, Turma Recursal - Porto Velho, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 10/09/2013) [Destaquei]
Apelação. Falha na prestação de serviço. Demonstrada. Negativação indevida. Quantum indenizatório. Redução. Recurso provido. A falha na prestação do serviço da requerida, que ignorando o pedido de desligamento do serviço, gera cobranças indevidas, que redunda na negativação do nome da autora, constitui ato ilícito passível de reparação por danos morais. No tocante ao quantum indenizatório o julgador deve se valer do bom senso e em análise ao caso concreto, arbitrar, pautado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, um valor justo, sem perder de vista a saúde financeira e econômica da empresa prestadora de serviço público. Recurso provido. (TJ-RO - AC: 70248360420158220001 RO 7024836-04.2015.822.0001, Data de Julgamento: 11/09/2019)
Apelação. Reparação de danos. Companhia de Águas e Esgotos. Registro em SPC/SERASA. Indenização. Dano moral. Possibilidade. Quantum fixado inferior aos precedentes. Manutenção. Falta de recurso voluntário para majoração. É cabível a indenização por dano moral proveniente de negativação indevida, por parte de empresa prestadora de serviço público, referente a serviço não contratado, mantendo-se o valor no inicialmente fixado, ainda que inferior ao usualmente fixado nesta Corte, à falta de recurso voluntário por parte da prejudicada. (TJ-RO - APL: 00096390220138220001 RO 0009639-02.2013.822.0001, Relator: Desembargador Moreira Chagas, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 22/03/2016.) [Destaquei]
No tocante à verba indenizatória, sabe-se que o valor imposto a título de indenização não deve representar um enriquecimento sem causa para quem o pleiteia, devendo a quantia imposta ser suficiente para desestimular o ofensor à reiteração da prática danosa.
Destarte, cabe ao prudente arbítrio do Juiz, fixar verba que deva corresponder, possivelmente, à situação socioeconômica de ambas as partes, avaliando-se a repercussão do evento danoso na vida pessoal da vítima.
Ademais, frise-se entendimento remansoso das Cortes de Justiça deste país, no sentido de que o valor arbitrado na indenização por dano moral deve ser moderado e equitativo, atendo-se às circunstâncias de cada caso. Desta feita, ao fixar o quantum ressarcitório respeitar-se-á o seu duplo efeito: ressarcitório e punitivo. A indenização não pode ser irrisória, de modo a estimular a reiteração da prática danosa.
Assim, ante tais premissas, e, atento à necessidade de fixação de valor que não comprometa a continuidade da prestação do serviço público essencial, o que se revelaria muito mais prejudicial a toda a coletividade, a verba há de ser arbitrada no patamar de R$3.000,00 (três mil reais), estabelecendo-se, desta maneira, um critério de razoabilidade, tendente a reconhecer e condenar o infrator a pagar valor que não importe enriquecimento sem causa, para aquele que suporta o dano e que sirva de reprimenda ao autor do ato lesivo, a fim desestimular a reiteração da prática danosa.
Finalmente, no que se refere à arguição de litigância de má-fé, verifica-se que a parte ré não têm razão em suas alegações.
A configuração da litigância de má-fé está condicionada à prática de ato previsto no rol do artigo 80 do CPC e deve ficar clara ou ao menos dissimulada na intenção da parte adversa, o que no caso dos autos não se verificou.
Não há ofensa quando a parte exercita um direito e defende seus interesses pelas vias processuais próprias, mesmo que a sua pretensão seja improcedente. Aliás, a boa-fé das partes em juízo é presumida, razão pela qual a má-fé deve ser provada de forma cabal nos autos, o que não ocorreu neste caso.

Destarte, não há que se falar em litigância de má-fé.
Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.
No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).
O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.
Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos.
ANTE O EXPOSTO e, por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, o que faço para:
a) DECLARAR inexistente o débito representado pela fatura da unidade consumidora n.º 20/2115311-9, com vencimento 26/04/2022, no valor de R$ 349,00 (trezentos e quarente e nove reais);
b) CONDENAR a ré ao pagamento de indenização por danos morais, fixada em R$3.000,00 (três mil reais), com juros de mora de 1% ao mês, incidentes desde a data do evento danoso (Súmula 54/STJ) e sem prejuízo da correção monetária, esta calculada a partir da data da prolação desta sentença (Súmula 362/STJ).
Para fins de correção monetária, deverá ser utilizada a Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (INPC).
Além disso, confirmando a tutela, determino que a requerida se abstenha de incluir o nome do consumidor junto aos órgãos restritivos de crédito pelos débitos discutidos nestes autos.
Em consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Custas na forma da lei.
Pelo princípio da sucumbência, condeno a parte ré, ainda, ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro no equivalente a 10% do valor atualizado da condenação.
Servirá a presente por cópia como ofício a ser encaminhado aos órgãos de restrição ao crédito para baixa definitiva de eventual protesto.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.
Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, §2º, do Código de Processo Civil.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.
Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se.
SERVIRÁ A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
P.R.I.C., promovendo-se as baixas devidas no sistema.
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo n.: 0014957-26.2014.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$ 8.000,00
Última distribuição:03/09/2014
Autor: ASSOCIACAO DOS MOTO TAXISTAS DE ARIQUEMES, CNPJ nº 03374696000104, , AVENIDA TANCREDO NEVES 1620 - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: JOSÉ CARLOS FOGACA, OAB nº RO2960, LUIZ EDUARDO FOGACA, OAB nº RO876
Réu: SÉRGIO PAULO DIONÍSIO, CPF nº DESCONHECIDO, RUA TARIMATÃ 2222, AVENIDA TANCREDO NEVES 1620 SETOR INDUSTRIAL - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
Vistos.
Esgotados todos os meios para localização de liquidez do patrimônio da parte executada, torna-se imperativa a necessidade de adoção de medidas coercitivas, adequadas, para que à satisfação do crédito exequendo sejam tomadas.
A inserção do art. 139 e incisos ao Código de Processo Civil em vigência, ampliaram os poderes do magistrado, que poderá valer-se de todas as medidas que estiverem ao seu alcance para que a execução seja satisfatória, alcançando o fim que se destina: o cumprimento da obrigação pelo executado.
Tais medida devem ser avaliadas diante do caso concreto, respeitando todos os direitos processuais e constitucionais das partes e não poderão ser aplicadas indiscriminadamente, evitando-se abusos e o consequente desrespeito aos princípios que se buscam tutelar (menor onerosidade, personalidade do executado, legalidade, etc).
Feito estes apontamentos, entendo que o pleito do credor merece deferimento, haja vista que todas as medidas executivas cabíveis foram tomadas, não sendo localizados bens, tampouco houve indicação de bens pelo executado que se furtou da obrigação perante o credor.
Logo, com autorização do art. 139, IV do CPC que prevê: "O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: IV - determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária;", DETERMINO a SUSPENSÃO da CNH da parte executada (EXECUTADO: SÉRGIO PAULO DIONÍSIO, CPF nº DESCONHECIDO), pelo prazo de 06 meses, prorrogável por igual período mediante análise deste juízo.

1. OFICIE-SE ao DETRAN para anotação.
2. Desde já determino a SUSPENSÃO do processo por 1 (um) ano, na forma do art. 921, §1º do CPC. Consigno que a suspensão ocorrerá em arquivo e, se requerido o desarquivamento neste período, à vista de localização de bens penhoráveis em nome da parte executada, restará isento das custas da taxa de desarquivamento.
2.1. Advirto, desde já, que eventual pedido de diligência já realizada nestes autos será indeferido, visto que a(s) diligência(s) já restara(m) infrutífera(s) uma vez.
3. Decorrido o prazo de suspensão, o feito permanecerá arquivado, passando a correr o prazo da prescrição intercorrente (art. 921, §4º, do CPC), imediatamente, cujo desarquivamento fica condicionado à demonstração de efetiva alteração da condição econômica do executado.
Intimem-se.
Arquive-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO INTIMAÇÃO/OFÍCIO/MANDADO/CARTA/NOTIFICAÇÃO
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo n.: 7004788-40.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 15.624,00
Última distribuição:30/03/2023
Autor: MIRIAN BARBOSA DA SILVA, RUA DOS RUBIS 2350, - DE 2002/2003 A 2243/2244 PARQUE DAS GEMAS - 76875-794 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: CORINA FERNANDES PEREIRA, OAB nº RO2074, ANA CAROLINA DOS SANTOS CALIXTO, OAB nº RO11447
Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Tratam-se de embargos de declaração opostos pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, alegando omissão na sentença ID 91323805, oportunidade em que requereu a reforma da sentença.
Contrarrazões aos embargos.
É o que há de relevante.
DECIDO.
Os embargos de declaração são cabíveis quando houver na sentença omissão, obscuridade, contradição ou erro material, nos termos do artigo 1.022 do Novo Código de Processo Civil.
A omissão ocorre quando o julgado não aprecia tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento e ainda quando incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1° do CPC. A obscuridade se caracteriza pela ausência de clareza da sentença, de modo a dificultar a correta interpretação do pronunciamento judicial. A contradição existe em razão da incerteza quanto aos termos do julgado, pelo uso de proposições inconciliáveis, podendo acarretar, inclusive, dificuldades a seu cumprimento. O erro material, por sua vez, consiste em inexatidões materiais ou erros de cálculo, conforme art. 494, do CPC.
No caso em tela, ressalta nítido o caráter modificativo que a embargante, inconformada, procura com a oposição destes embargos declaratórios, pretendendo, a toda evidência, ver reexaminada e decidida a controvérsia posta em juízo de acordo com sua tese.
Aliás, a sentença embargada foi clara no sentido de ser o benefício de pensão por morte ser devido à autora a partir da data do requerimento, não havendo falar em omissão.
Assim, por mais que se examine a sentença, não se verifica a alegada omissão na sentença que julgou improcedente o pedido revisional de alimentos.
Por fim, se a parte discorda dos fundamentos expostos na sentença e se não há omissão, contradição ou obscuridade na decisão impugnada, cumpre-lhe questioná-los na via recursal ou ação própria, não se prestando os embargos declaratórios para rediscussão da matéria objeto da lide.
Ao teor do exposto, RECEBO os embargos, por serem tempestivos, contudo, NEGO-LHES PROVIMENTO, eis que inexiste omissão, obscuridade, contradição ou erro material a ser sanado na sentença, que deverá permanecer tal como foi lançada.
Intimem-se.
Após, cumpram-se as determinações da sentença.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
Balcão Virtual: https://meet.google.com/ojr-oeeq-psq E-mail: aqs3civel@tjro.jus.br, Telefone: (69) 3309-8123 - Localização: Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, na Av. Juscelino Kubitschek, n. 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes/ROProcesso n.: 7007156-56.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 12.000,00
Última distribuição:16/05/2022
Autor: GENIVAL DE JESUS PINHEIRO, ZONA RURAL C-50 KM 35 ZONA RURAL C-50, 1 ZONA RURAL C-50 KM 35 - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, ROBSON SOARES MORAIS, ALAMEDA MARACANÃ 2694, - ATÉ 891/892 RIO DE JANEIRO - 76873-047 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: MARCELO ANTONIO GERON GHELLERE, OAB nº RO1842
Réu: INCOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME, RUA BOTO 2117 ÁREAS ESPECIAIS - 76870-250 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU:
DESPACHO
Vistos.
Compulsando os autos, não vislumbrei documento de identificação e comprovante de residência do autor GENIVAL DE JESUS PINHEIRO. Desta feita, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, proceder com a EMENDA à inicial, a fim de apresentar os documentos essências para propositura da ação, sob pena de indeferimento da inicial.
Após, tornem os autos conclusos.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
BALCÃO virtual (CPE/cartório): https://meet.google.com/iaf-porq-nmf Telefone: (69)3309-8110 E-mail: cpeariquemes@tjro.jus.br SALA Virtual (Gabinete): https://meet.google.com/ojr-oeeq-psq - Localização: Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, na Av. Juscelino Kubitschek, n. 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes/RO
Processo n.: 7010197-31.2022.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$ 14.544,00
Última distribuição:06/07/2022
AUTOR: JOELMA RODRIGUES DA SILVA, AVENIDA GUAPORÉ 4723, - DE 4535 A 4721 - LADO ÍMPAR SETOR 06 - 76873-653 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: WANDERSON VIEIRA DE ANDRADE, OAB nº RO11805
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DESPACHO
Vistos.
1. Considerando a apresentação dos cálculos pelo(a) exequente, intime-se o executado para se manifestar, podendo IMPUGNAR a execução, no prazo de 30 (trinta) dias (artigo 1-B da Lei n. 9494/97 c/c o artigo 535 do CPC).
2. Desde já, como se trata de execução com valor inferior a sessenta salários mínimos, são devidos honorários advocatícios, independente de impugnação, os quais fixo nesta fase de cumprimento de sentença em 10%, (cabendo ao patrono apresentar planilha incluindo os honorários) (CPC, art. 85, §1º / Recurso Extraordinário n.º 420.816/RS).
2.1 Não havendo impugnação, CERTIFIQUE-SE, a CPE a devida intimação da parte executada, ficando desde já autorizada a expedição de da requisição de pagamento adequada (RPV/Precatório), ao órgão competente, referente aos valores apresentados.
3. Em caso de impugnação, intime-se o(a) exequente para se manifestar no prazo legal.
3.1 CONCORDANDO com os cálculos apresentados pela parte executada, expeça-se o necessário para o pagamento (RPV/Precatório), sem necessidade de retorno dos autos à conclusão.
4. Após a expedição da requisição de pagamento, tornem os autos conclusos para extinção.
4.1 Com a informação de pagamento, desde já autorizo a expedição de alvará para levantamento do valor a ser depositado nos autos, devendo ser expedido em nome do(a) exequente e de seu(ua) patrono(a), respectivamente, quanto ao saldo devedor e honorários advocatícios.
5. NÃO concordando a parte exequente com os cálculos apresentados, remetam-se os autos à contadoria do juízo para apuração do valor devido.
5.1 Na sequência, às partes para manifestação.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito
JOELMA RODRIGUES DA SILVA, AVENIDA GUAPORÉ 4723, - DE 4535 A 4721 - LADO ÍMPAR SETOR 06 - 76873-653 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo n.: 7007217-77.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 13.200,00
Última distribuição:12/05/2023
Autor: TEREZA MOREIRA LEITE MOTA, CPF nº 56207948220, LINHA C-19 LOTE N.º 93, GLEBA 01 Km 28 PROJETO ASSENTAMENTO CANAÃ - 76878-899 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: BEATRIZ FERREIRA CAMPOS, OAB nº RO7925
Réu: I. -. I. N. D. S. S., . ., . - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de ação previdenciária ajuizada por TEREZA MOREIRA LEITE MOTA em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, sustentando, em síntese: a) ser trabalhadora rural, em regime de economia familiar; b) ter implementado a idade para a sua aposentadoria, o que não foi reconhecido administrativamente. Pede, ao final, a procedência do seu pleito. Instruiu a exordial com documentos.
A AJG foi deferida e a antecipação dos efeitos pela tutela de urgência foi indeferida (ID 90771159).
Citada, a autarquia ré apresentou contestação, alegando que a parte autora não preenche os requisitos legais para concessão do benefício pleiteado. Requereu a improcedência do pedido autoral. Juntou documentos.
Houve réplica.
Na fase de especificação de provas, intimadas as partes, nada requereram.
Vieram-me os autos conclusos.
É, em essência, o relatório. Fundamento e DECIDO.
Cuida-se de ação previdenciária em que se objetiva a concessão do benefício aposentadoria por idade rural.
Do Julgamento Antecipado:
Profiro o julgamento imediato da lide, nos exatos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, porquanto a matéria versada nos autos, embora seja de fato e de direito, não depende da produção de quaisquer outras provas, além daquelas já acostadas ao feito.
A petição inicial preenche adequadamente os requisitos dos artigos 319 e 320, do Código de Processo Civil, e os documentos utilizados para instruí-la são suficientes para amparar os fatos narrados e o pedido realizado.
As condições da ação devem ser aferidas in status assertionis, sendo que, no presente caso, restaram devidamente demonstradas. As partes são legítimas e estão bem representadas. Outrossim, o interesse de agir restou comprovado, sendo a tutela jurisdicional necessária e a via escolhida adequada.
Assim, presentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válidos do processo, inexistindo questões preliminares, passo ao exame do mérito.
Do mérito:
No mérito, verifico a que os pedidos são improcedentes.
Os requisitos do benefício pretendido no caso dos autos são dois, a saber, idade mínima (de 60 anos para homens e de 55 anos para mulheres [art. 48, § 1º, da Lei nº 8.213/91]) e trabalho rural, exercido no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, pelo tempo correspondente à carência do benefício (art. 143 da Lei nº 8.213/91).
Vejamos, dispõe a Lei 8.213/91:
Art. 55. O tempo de serviço será comprovado na forma estabelecida no Regulamento, compreendendo, além do correspondente às atividades de qualquer das categorias de segurados de que trata o art. 11 desta Lei, mesmo que anterior à perda da qualidade de segurado:
[...]
§2º. O tempo de serviço do segurado trabalhador rural, anterior à data de início de vigência desta Lei, será computado independentemente do recolhimento das contribuições a ele correspondentes, exceto para efeito de carência, conforme dispuser o Regulamento.
§3º. A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no art. 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento.
[...]
Art. 143. O trabalhador rural ora enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, na forma da alínea"a" do inciso I, ou do inciso IV ou VII do art. 11 desta Lei, pode requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir da data de vigência desta Lei, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício.
Como é cediço, a inexistência de recolhimento das contribuições do segurado trabalhador rural, inseridos nesta categoria aquele que exerce atividade em regime de economia familiar, não obsta ao reconhecimento do tempo de serviço anterior à entrada em vigor daquele diploma.
Isso se deve à informalidade que cercava tais contratações, e que por vezes refletia a intenção do empregador em se esquivar do registro e do pagamento dos encargos trabalhistas.
Por outro lado, a prova de sua ocorrência, para efeitos de contagem, exige início de prova material, a ser corroborado pela oitiva de testemunhas uníssonas e idôneas, conforme entendimento já sedimentado, in verbis:
"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. DECLARATÓRIA DE TEMPO DE SERVIÇO RURAL ANTERIOR À EDIÇÃO DA LEI Nº 8.213/91. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA DOCUMENTAL AMPLIADO POR DEPOIMENTOS TESTEMUNHAIS UNÍSSONOS. Em relações jurídicas de natureza continuativa, o fundo do direito não é atingido pela prescrição, mas tão-somente as prestações compreendidas no quinquênio anterior à propositura da ação. Ao reconhecimento do labor rurícola, exercido antes da Lei nº 8.213/91, suficiente à comprovação da atividade rural, início de prova material, ampliado por prova testemunhal. Início de prova material do mourejo rurícola, corroborado por prova oral. Demonstrado o exercício de atividade rural, no período de janeiro/1957 a 15/5/1970, impõe-se o reconhecimento do tempo de serviço correspondente, assim como a expedição da certidão respectiva, devendo ser consignada ressalva de que tal lapso não produzirá efeitos para fins de carência e contagem recíproca, salvo, nesse ponto, se compensados os regimes. [...]".
(TRF 3ª Região, AC 894918, Rel. Juíza Anna Maria Pimentel, DJU 16.04.2008,p. 997) grifo nosso.

A esse respeito, pertinente anotar o teor da Súmula 149 do STJ, segundo a qual:
"A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário".
Nesse sentido, o artigo 106 da já citada Lei de Benefícios enuncia os documentos que caracterizam este início razoável de prova, sendo que, ante o princípio do livre convencimento motivado, o magistrado poderá valorar outros que se apresentem.
Quanto à prova testemunhal:
"Reconhece-se o tempo de serviço prestado para fins previdenciários quando comprovado através de depoimentos testemunhais idôneos, não contraditados, corroborados por início de prova material contemporânea ao fato" (Ap. 97.05.11766-7-CE, 3ª T. do TRF da 5ª Região, j. 21.05.98, rel. Juiz Nereu Santos, RT 757/376).
Demais disso, quanto à demonstração do alegado tempo rural sem registro, o artigo 55, §3º, da Lei nº 8.213/91, preconiza que a "comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no art. 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito".
Em suma, a lei veda que o reconhecimento de tempo sem registro se ampare em prova exclusivamente testemunhal, mas não explicita a quantidade ou a extensão do início de prova material apto a subsidiar tal reconhecimento.
De outro modo, na ausência de prova testemunhal, a prova documental deve ser suficientemente robusta para autorizar o reconhecimento do trabalho rural, pelo período alegado. Veja-se:
AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL TRABALHADOR RURAL. PROVA EXCLUSIVAMENTE DOCUMENTAL. REVALORAÇÃO DO CONJUNTO PROBATÓRIO. NÃO-INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. CERTIDÃO DE SINDICATO RURAL [...] AUSÊNCIA DE PRESUNÇÃO DE VERACIDADE E LEGITIMIDADE. DESCONSIDERAÇÃO DE DECLARAÇÃO PARTICULAR E OUTROS DOCUMENTOS EXTEMPORÂNEOS AO PERÍODO TRABALHADO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. Esta Corte já firmou o entendimento de que o exame da existência de início de prova material de trabalho rural não passa pelo reexame de matéria fático-probatória, mas sim pela simples valoração das provas carreadas aos autos, a afastar o raciocínio expendido na Súmula 7 desta Corte. 2. Na ausência de prova testemunhal, a prova documental deve ser suficientemente robusta para autorizar o reconhecimento do trabalho rural por todo o período pretendido. In casu, tal análise recai sobre a única prova juntada aos autos, que poderia servir para tal fim, que é a declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lavínia, [...] não constitui um ato administrativo dotado de presunção de legitimidade, devendo prevalecer o entendimento consolidado desta Corte, de que a sua extemporaneidade afasta a sua utilização como prova material. Mesmo que este Tribunal já tenha se manifestado a favor da concessão de aposentadoria rural pela prova exclusivamente documental, na espécie, ela não é de todo idônea a comprovar o período pretendido. 4. Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no REsp: 903972 SP 2006/0254598-0, Relator: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Data de Julgamento: 07/10/2008, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/10/2008)
Acerca do tempo rural, a jurisprudência se firmou no sentido de que o início de prova material não precisa recobrir todo o período controvertido (STJ: AgRg no AREsp 415928).
No entanto, da mesma forma que louvamos essa flexibilização hermenêutica, que decorreu da atenção prestada às dificuldades da vida no campo, é razoável que a mesma não deve ser estendida ao ponto de se admitir início de prova extremamente precário e remoto para demonstrar um extenso tempo de vários anos.
Como se sabe, o trabalho rural, para o tipo de benefício em estudo, deve ser exercido até o período imediatamente anterior ao requerimento do benefício. A orientação jurisprudencial fixou o entendimento no sentido de que, além dessa hipótese expressa, deve ser admitido também o trabalho rural exercido até o período imediatamente anterior ao cumprimento do requisito etário.
Nesse sentido:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA TESTEMUNHAL. REQUISITOS SATISFEITOS. PERÍODO DE CARÊNCIA CUMPRIDO. BENEFÍCIO DEVIDO. TERMO INICIAL. CONSECTÁRIOS LEGAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. [...] IX. A ausência de comprovação do exercício de atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento não impede a concessão de aposentadoria por idade, desde que provado que o segurado, à época em que parou de trabalhar no meio rural, já havia implementado o requisito etário exigido. Tal entendimento tem respaldo no art. 102 da Lei nº 8.213/91, o qual dispõe que a perda da qualidade de segurado após o preenchimento de todos os requisitos exigíveis para a concessão da aposentadoria não importa em extinção do direito ao benefício. Sentença reformada. Apelação da parte autora provida." (TRF 3ª Região- APELAÇÃO CÍVEL - 2166663/SP, 0020322-36.2016.4.03.9999,DESEMBARGADOR FEDERAL DAVID DANTAS, OITAVA TURMA, j. 25/07/2016)
Pois bem. In casu, a parte autora pretende o reconhecimento do período trabalhado de remoto tempo até os dias atuais, época em que alega ter trabalhado na área rural em regime de economia familiar.
O requisito etário foi comprovado, posto que, consoante se denota dos documentos colacionados, a parte autora conta atualmente com 57 (cinquenta e sete) anos de idade (ID 90692245).
Nada obstante isso, compulsando o conjunto probatório amealhado, verifico que a prova documental coligida não se prestou apta a comprovar o efetivo exercício de atividade rurícola pelo período narrado, sobretudo considerando que não foi confirmada por outra prova nos autos, verbi gratia eventuais testemunhas.
Assim, de rigor a improcedência do pedido inicial.
Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.
No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).
O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.
Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos.
ANTE O EXPOSTO e, considerando tudo que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado, resolvendo o mérito nos termos do art. 487, inciso I do Código de Processo Civil.
Pelo princípio da sucumbência, arcará a parte autora com as despesas processuais e o pagamento de honorários advocatícios da parte adversa, os quais arbitro em R$1.000,00 (mil reais), nos termos do artigo 85, parágrafo 8° do CPC, cuja exigibilidade resta suspensa nos termos do artigo 98, § 3º, do mesmo diploma legal.

Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.
Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Novo Código de Processo Civil.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.
Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se.
SERVIRÁ A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
P.R.I.C., promovendo-se as baixas necessárias no sistema.
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo n.: 7014168-63.2018.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$ 1.251,97
Última distribuição:06/11/2018
Autor: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER, RUA BENJAMIN CONSTANT 308, - DE 107/108 A 393/394 ARIGOLÂNDIA - 76801-200 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS, OAB nº RO3208, TAINA KAUANI CARRAZONE, OAB nº RO8541, PROCURADORIA DA ASPER - ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PÚBLICO NO ESTADO DE RONDÔNIA
Réu: JULIANA ALVES DA SILVA, CPF nº 84496274272, RUA FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA 126 ESPINHEIROS - 89228-775 - JOINVILLE - SANTA CATARINA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Segue anexo o resultado da pesquisa INFOJUD.
Promova a CPE com a restrição de segredo de justiça nos documentos anexos.
Desta feita, manifeste-se a parte exequente o que entender direito, no prazo de 15 dias.
No caso de não haver manifestação, determino a suspensão do feito por um ano (art. 921 do CPC).
Destaco que a suspensão correrá em arquivo (art. 921, §1º do CPC) e, se requerido o desarquivamento neste período à vista de localização de bens penhoráveis em nome da parte executada, restará isento das custas da taxa de desarquivamento.
Decorrido o prazo de suspensão, o feito permanecerá arquivado, passando a correr o prazo da prescrição intercorrente (art. 921, §2º, do CPC), imediatamente, cujo desarquivamento fica condicionado a demonstração de efetiva alteração da condição econômica do executado.
Intime-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo n.: 7002578-16.2023.8.22.0002
Classe: Inventário
Valor da Causa:R$ 80.000,00
Última distribuição:24/02/2023
Autor: CARLOS CLOVIS BORBA CREMASCO, CPF nº 47075651234, 1ª RUA, 1686, PQ. DAS GEMAS, ARIQUEMES-R0, NÃO CONSTA PARQUE DAS GEMAS - 76963-754 - CACOAL - RONDÔNIA, ANGELIN JOSE BORBA CREMASCO, CPF nº 34795944687, RODOVIA RO 257, TRAVESSÃO B - 90 s/n, ASSENTAMENTO MIGRANTES ÁREA RURAL DE ARIQUEMES - 76878-899 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: OSCAR GALVAO RABELO, OAB nº RO6632, LUIZ EDUARDO FOGACA, OAB nº RO876
Réu: MARLY MARIA BORBA CREMASCO, CPF nº 59020601253
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos, etc.
Trata-se de ação de inventário movida por ANGELIN JOSÉ BORBA CREMASCO em razão dos bens deixados por MARLY MARIA BORBA CREMASCO.
Recebida a inicial, nomeado o requerente Angelin como inventariante e determinada sua intimação para apresentar as primeiras declarações, seguidas dos documentos elencados no despacho ID 87555721.
Em suas primeiras declarações (ID 89077572), o inventariante relata que a de cujus Marly Maria Borba Cremasco era casada como Sr. Angelin Cremasco e deixou dois filhos: o inventariante e o sr. Carlos Clóvis Borba Cremasco, o qual é casado com a sra. Patrícia Prates Theodoro Cremasco. Dentre o patrimônio a partilhar, informa a existência de 50% do imóvel urbano denominado lote 11, quadra 02, bloco "G"", Setor 09, localizado em Ariquemes/RO, avaliado em R$ 40.000,00 (quarenta mil reais); bem como 50% do imóvel urbano denominado lote 13, quadra 02, bloco "G", Setor 09, em Ariquemes/RO, também avaliado em R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Informa inexistir débitos em nome da falecida.

Oportunamente, juntou os seguintes documentos: procuração pública de Angelin Cremasco outorgando poderes ao inventariante Angelin José Borba Cremasco para representá-lo nestes autos (ID 89077575); certidão de casamento do inventariante com anotação de divórcio, acompanhada da respetiva sentença de divórcio (ID 89077576 e 89077578); documentos pessoais do inventariante e do herdeiro Carlos Clóvis; certidão de óbito da sra. Marly Maria Borba Cremasco; documentos pessoais do sr. Angelin Cremasco (ID 89077579); certidões negativas de tributos federais, estaduais e municipais (ID 89077598).
A União informou não haver débitos em nome da de cujus (ID 90563786); o Estado de Rondônia requereu a intimação do inventariante para apresentar a Declaração de Informações Econômico-Fiscais (ID 91417280); O Município de Ariquemes juntou informação referente a pessoa estranha a estes autos (ID 91500793).
O herdeiro Carlos foi citado (ID 91731961) e apresentou impugnação às primeiras declarações (ID 91726967), informando que não reconhece o inventariante nem as sobrinhas como legítimos proprietários da metade das propriedades elencadas. Requereu a intimação do inventariante para juntar documento de comprovação da aquisição dos imóveis aludidos.
Resposta à impugnação pelo inventariante (ID 92373341).
Vieram os autos conclusos.
Inicialmente, importante deixar claro que o Código de Processo Civil consagra em seu art. 341 o ônus da impugnação específica ao réu, o qual impõe à parte interessada o ônus de rebater, específica e pontualmente, todas as alegações de fato feitas pelo autor.
A despeito da discordância manifesta pelo herdeiro Carlos em sua impugnação, este não demonstrou clareza nem especificou os motivos que fundamentam a sua discordância em ter o inventariante Angelin como potencial herdeiro dos bens deixados pela de cujus, ainda mais considerando que se trata de filho da falecida e se enquadra na condição de herdeiro necessário. Também não explicou o motivo de ter mencionado sobrinhas como supostas herdeiras, sendo que a presente demanda envolve tão somente os filhos da Sra. Marly e o cônjuge viúvo.
Em razão disso, rejeito a impugnação ID 91726967.
Compulsando os autos, verifico que o inventariante não apresentou todos os documentos elencados no ID 87555721, inclusive no que concerne aos documentos dos imóveis que são objeto deste inventário, bem como demais certidões negativas do cartório distribuidor, de dependentes previdenciários junto ao INSS, certidão do CENESC, dentre outros.
1. Diante disso, concedo ao inventariante o prazo improrrogável de 20 (vinte) dias para comprovar a juntada de TODOS os documentos elencados no despacho ID 87555721, devendo o inventariante especificar cada documento do rol aludido, bem como indicando o respectivo ID, sob pena de extinção sem resolução do mérito. Deverá no mesmo prazo, apresentar a Declaração de Informações Econômico-Fiscais.
No mais, verifico que, dentre os herdeiros da sra. Marly, há o viúvo Angelin Cremasco, o qual conta com 91 (noventa e um anos) de idade e está representado pelo inventariante, conforme procuração ID 89077575.
O art. 671 do Código de Processi Civil dispõe o seguinte:
Art. 671. O juiz nomeará curador especial:
I - ao ausente, se não o tiver;
II - ao incapaz, se concorrer na partilha com o seu representante, desde que exista colisão de interesses.
No presente caso, embora o sr. Anglim não esteja incapaz nos termos da lei, este encontra-se em idade bastante avançada e, diante do potencial litígio havido entre os filhos da de cujus, concluo pela existência de conflito de interesses, razão pela qual entendo pertinente no presente caso a nomeação de curador especial ao viúvo meeiro Angelin Cremasco.
2. Portanto, com fundamento no art. 671 do CPC, NOMEIO a Defensoria Pública do Estado de Rondônia como curadora especial do viúvo meeiro Angelin Cremasco.
2.1. Determino à CPE que promova a inclusão de Angelin Cremasco no polo ativo dos presentes autos, tendo em vista a qualidade de herdeiro da de cujus.
3. Intime-se a DPE para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.
4. Após, intimem-se os demais herdeiros para manifestação no prazo comum de 15 (quinze) dias.
Somente após cumpridas todas as determinações acima, conclusos.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
BALCÃO virtual (CPE/cartório): https://meet.google.com/iaf-porq-nmf Telefone: (69)3309-8110 E-mail: cpeariquemes@tjro.jus.br SALA Virtual (Gabinete): https://meet.google.com/ojr-oeeq-psq - Localização: Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, na Av. Juscelino Kubitschek, n. 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes/RO Processo n.: 7009668-75.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 26.184,00
Última distribuição:23/06/2023
AUTOR: MARCIO VIVAN, LC - 75, TB 10 LT 46, GB 71, SÍTIO RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: JURANDIR JANUARIO DOS SANTOS, OAB nº RO10212
RÉU: I., AVENIDA CAMPOS SALES 3132, - DE 3293 A 3631 - LADO ÍMPAR OLARIA - 76801-281 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Recebo a emenda apresentada.
À CPE: Certifique-se no sistema se o cadastro do réu está correto, retificando-o caso negativo.
1. Defiro, por ora, a gratuidade postulada, nos termos da Lei 1.060/50.
2. Cuidam-se os autos de pretensão relativa à concessão de auxílio-doença e sua conversão em aposentadoria por invalidez proposta por MARCIO VIVAN contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, alegando a parte autora, em síntese, que foi diagnosticada com doença incapacitante para o exercício de suas atividades funcionais.
Pois bem. Passo à análise do pedido incidental da tutela de urgência.
Nos termos do art. 300, caput e §3º, do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, não sendo possível a sua concessão quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Não obstante os documentos juntados pela parte autora, entendo que não seja conveniente a concessão da medida inaudita altera pars, uma vez que os documentos não permitem concluir, em avaliação superficial própria da fase processual e com a força necessária, o direito alegado na inicial, bem como não evidencio a existência de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, que justifique a concessão neste momento.
Portanto, INDEFIRO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA PRETENDIDA pela parte autora, com supedâneo na fundamentação supra.
3. Em razão do indeferimento administrativo e, como o réu não está comparecendo nas audiências designadas pelo juízo sob a justificativa do reduzido quadro de procuradores, vislumbro que não terá interesse na composição antes da instrução processual, que será tentada caso sinalize em sua resposta, mas que nessa fase preliminar serviria apenas como obstáculo à tempestiva e razoável duração do processo.
4. Atento à Portaria Conjunta n. 01/2018 dos Gabinetes Cíveis da Comarca de Ariquemes, de 02/05/2018, bem como considerando que se trata de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, a fim de confirmar a condição do(a) autor(a), ante a imprescindibilidade da prova pericial, nomeio, para funcionar como perito do juízo, o médico Drª. ANA PAULA BREDA BALMANT (CRM-RO 7434-RO, cadastrada na lista do Eg. TJRO e do TRF1, telefone (69) 9.9943-4950, e-mail: a.balmant@outlook.com), na função de perito nestes autos, que deverá designar data, horário e local para realização da perícia.
4.1 A perícia será realizada no dia 09/08/2023, às 12h00min, sendo de salutar importância que se respeite o horário agendado, haja vista o limite de 05 (cinco) pessoas por horário no local da perícia.
4.2 LOCAL: HOSPITAL MONTE SINAI, Av. Jamari, 3140, Áreas Especiais, Setor 01, Ariquemes/RO, Sala 16.
4.3 A parte autora (e acompanhante, se necessário) deverá comparecer à perícia fazendo uso da máscara de proteção respiratória, munido de todos os exames, documentos e laudos médicos que detenha.
4.4 Em caso de necessidade, o acompanhante, que preferencialmente deverá ser o advogado, também deverá adotar os mesmos cuidados.
5. Sem prejuízo, ficam as partes intimadas para, no prazo de 05 dias, caso queiram, manifestarem-se sobre a nomeação do perito, oportunidade em que poderão apresentar quesitos complementares e indicar assistente técnico.
6. Informe ao expert nomeado que o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo; havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados. O valor dos honorários periciais serão de R$500,00, conforme previsão da alínea “a” do item I da Portaria em referência.
6.1 O laudo deverá ser apresentado em Juízo em 30 (trinta) dias, a contar do início da perícia.
6.2 Com a entrega do laudo pericial: i) promova a inclusão do pagamento dos honorários periciais, junto ao sistema da Justiça Federal;
7. Em seguida, ii) cite-se o réu para, querendo, CONTESTAR o pedido nos termos do art. 183 do CPC, bem como juntar aos autos cópia do processo administrativo e/ou informes dos sistemas informatizados relativos às perícias médicas realizadas administrativamente.
8. Com a contestação, caso sejam alegadas qualquer das hipóteses previstas no art. 337 do CPC e/ou proposta de acordo, intime-se o autor para manifestar em RÉPLICA no prazo de 15 (quinze) dias, podendo apresentar prova quanto aos fatos alegados.
9. Ficam as partes intimadas do dia, horário e local da realização da perícia, bem como das advertências supra.
10. Na sequência, INTIMEM-SE ambas as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e pertinência de sua produção, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 357 do CPC).
Após, tornem conclusos para saneamento, nos termos do art. 347 do CPC.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito
MARCIO VIVAN, LC - 75, TB 10 LT 46, GB 71, SÍTIO RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
I., AVENIDA CAMPOS SALES 3132, - DE 3293 A 3631 - LADO ÍMPAR OLARIA - 76801-281 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
I - HISTÓRICO LABORAL DO(A) PERICIADO(A)
a) Profissão declarada
b) Tempo de profissão
c) Atividade declarada como exercida
d) Tempo de atividade
e) Descrição da atividade
f) Experiência laboral anterior
g) Data declarada de afastamento do trabalho, se tiver ocorrido
II- EXAME CLÍNICO E CONSIDERAÇÕES MÉDICO-PERICIAIS SOBRE A PATOLOGIA
a) Queixa que o(a) periciado(a) apresenta no ato da perícia.
b) Doença, lesão ou deficiência diagnosticada por ocasião da perícia (com CID).
c) Causa provável da(s) doença/moléstia(s)/incapacidade.
d) Doença/moléstia ou lesão decorrem do trabalho exercido? Justifique indicando o agente de risco ou agente nocivo causador.
e) A doença/moléstia ou lesão decorrem de acidente de trabalho? Em caso positivo, circunstanciar o fato, com data e local, bem como se reclamou assistência médica e/ou hospitalar.
f) Doença/moléstia ou lesão torna o(a) periciado(a) incapacitado(a) para o exercício do último trabalho ou atividade habitual? Justifique a resposta, descrevendo os elementos nos quais se baseou a conclusão.
g) Sendo positiva a resposta ao quesito anterior, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza permanente ou temporária? Parcial ou total?
h) Data provável do início da(s) doença/lesão/moléstias(s) que acomete(m) o(a) periciado(a).
i) Data provável de início da incapacidade identificada. Justifique.
j) Incapacidade remonta à data de início da(s) doença/moléstia(s) ou decorre de progressão ou agravamento dessa patologia? Justifique.
k) É possível afirmar se havia incapacidade entre a data do indeferimento ou da cessação do benefício administrativo e a data da realização da perícia judicial? Se positivo, justificar apontando os elementos para esta conclusão.

l) Caso se conclua pela incapacidade parcial e permanente, é possível afirmar se o(a) periciado(a) está apto para o exercício de outra atividade profissional ou para a reabilitação? Qual atividade?
m) Sendo positiva a existência de incapacidade total e permanente, o(a) periciado(a) necessita de assistência permanente de outra pessoa para as atividades diárias? A partir de quando?
n) Qual ou quais são os exames clínicos, laudos ou elementos considerados para o presente ato médico pericial?
o) O(a) periciado(a) está realizando tratamento? Qual a previsão de duração do tratamento? Há previsão ou foi realizado tratamento cirúrgico? O tratamento é oferecido pelo SUS?
p) É possível estimar qual o tempo e o eventual tratamento necessários para que o(a) periciado(a) se recupere e tenha condições de voltar a exercer seu trabalho ou atividade habitual (data de cessação da incapacidade)?
q) Preste o perito demais esclarecimentos que entenda serem pertinentes para melhor elucidação da causa.
r) Pode o perito afirmar se existe qualquer indício ou sinais de dissimulação ou de exacerbação de sintomas? Responda apenas em caso afirmativo.

3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
BALCÃO virtual (CPE/cartório): https://meet.google.com/iaf-porq-nmf Telefone: (69)3309-8110 E-mail: cpeariquemes@tjro.jus.br SALA Virtual (Gabinete): https://meet.google.com/ojr-oeeq-psq - Localização: Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, na Av. Juscelino Kubitschek, n. 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes/RO
Processo n.: 7009055-55.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 7.000,00
Última distribuição:15/06/2023
AUTOR: SIMONY FEILICIO DE ASSIS, RUA ALCEU AMOROSO LIMA 4568, - DE 4278/4279 A 4299/4300 SETOR 06 - 76873-694 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: BELMIRO ROGERIO DUARTE BERMUDES NETO, OAB nº RO5890, MARISTELA GUIMARAES BRASIL, OAB nº RO9182
RÉU: DHANRLEI ROBERT LEOPOLDO DA SILVA, AVENIDA JOÃO LEANDRO BARBOSA, 00, INEXISTENTE CENTRO - 76846-000 - VISTA ALEGRE DO ABUNÃ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Mantenho a decisão de ID 93008040, haja vista que o lapso temporal de mais de 03 (três) anos não se mostra como suficiente para modificar o entendimento expresso na referida decisão.
Assim, intime-se a parte autora para dar andamento ao feito, recolhendo custas necessárias à realização de eventuais diligências para a localização de endereço.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo n.: 7016407-35.2021.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Valor da Causa:R$ 147.570,38
Última distribuição:26/10/2021
Autor: PEDRO JOSE BERTOLI, CPF nº 29909716291, AVENIDA JARÚ 1515, - DE 1627 A 1909 - LADO ÍMPAR ÁREA INDUSTRIAL - 76870-833 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: WALDIR GERALDO JUNIOR, OAB nº RO10548
Réu: VANESSA DE LIMA MARTINS, CPF nº 06700251940, RUA ELIAS GORAYEB 1420, TOMMASO APTO 1002 NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-144 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ARLETO ZACARIAS SILVA JUNIOR, CPF nº 35511729949, RUA JOAQUIM TANAJURA 4100 SÃO JOÃO BOSCO - 76803-798 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Segue anexo o resultados das pesquisas SISBAJUD, RENAJUD e SNIPER.
Desta feita, manifeste-se a parte exequente o que entender direito, no prazo de 10 dias.
No caso de não haver manifestação, determino a suspensão do feito por um ano (art. 921 do CPC).
Destaco que a suspensão correrá em arquivo (art. 921, §1º do CPC) e, se requerido o desarquivamento neste período à vista de localização de bens penhoráveis em nome da parte executada, restará isento das custas da taxa de desarquivamento.
Decorrido o prazo de suspensão, o feito permanecerá arquivado, passando a correr o prazo da prescrição intercorrente (art. 921, §2º, do CPC), imediatamente, cujo desarquivamento fica condicionado a demonstração de efetiva alteração da condição econômica do executado.
Intime-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo n.: 7010586-79.2023.8.22.0002
Classe: Monitória
Assunto: Contratos Bancários
Valor da causa: R$ 839,96 (oitocentos e trinta e nove reais e noventa e seis centavos)
Parte autora: COOPERATIVA DE CREDITO DO NORTE DE RONDONIA LTDA. - CREDISIS CREDIARI, , AVENIDA TANCREDO NEVES 1620 - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: WILLIAM ALVES JACINTHO RODRIGUES, OAB nº RO3272, RUA JOÃO PESSOA 2529, - DE 2529/2530 A 2714/2715 SETOR 03 - 76870-476 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, VALDOMIRO JACINTHO RODRIGUES, OAB nº RO2368, RUA JOÃO PESSOA 2529, - DE 2529/2530 A 2714/2715 SETOR 03 - 76870-476 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, PAULA LOPES DA ROCHA, OAB nº RO12109
Parte requerida: WILLIAN WALTER DUTRA 01539181286, AVENIDA CANAÃ 3262, - DE 3086 A 3354 - LADO PAR SETOR 01 - 76870-078 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
Deixo de designar a audiência prévia de conciliação prevista no art. 334 do CPC, com fundamento no princípio da razoabilidade, da instrumentalidade das formas e da celeridade processual, haja vista que, segundo a experiência/prática judicial, em cobranças, como no caso dos autos, as partes não estão maduras para a conciliação no início do procedimento judicial, restando em sua maioria infrutífera a composição e contraproducente ao princípio da duração razoável do processo. Isso não impete, registro, que a parte ré formalize proposta extrajudicial ou manifeste nos autos intenção pela composição, com protocolo de minuta da proposta, quando, então, será designada solenidade especial para tal fim. Nesta especial condição, deverá o autor ser intimado da proposta formulada, voltando os autos conclusos após.
Sem prejuízo, CITE-SE a parte ré, expedindo mandado para que ela pague o débito assinalado na inicial, bem como o valor dos honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa (CPC, art. 701).
Advirta-se a parte ré de que, se efetuar o pagamento do débito e dos honorários no prazo assinalado, ficará automaticamente isento do pagamento das custas processuais (CPC, artigo 701, § 1º). Do contrário, poderá ser condenada ao pagamento da referida despesa também e o título de crédito que instrui a inicial poderá se constituir em título executivo judicial.
Na oportunidade, intime-se a ré de que poderá opor embargos nos próprios autos no prazo acima indicado, independentemente de segurança do juízo (CPC, artigo 702), hipótese em que, caso alegue que o valor pleiteado pela parte autora seja superior à dívida, cumprir-lhe-á informar imediatamente o valor que entende ser o correto e apresentar a planilha/demonstrativo discriminando o valor atualizado da dívida (CPC, artigo 702, § 2º), sob pena de rejeição liminar dos embargos se for esse o único fundamento dos embargos ou de não conhecimento da alegação de excesso (CPC, artigo 702, § 3º).
Sendo opostos embargos, fica desde já suspensa a eficácia do mandado de pagamento até o julgamento em primeiro grau (CPC, artigo 702, § 4º).
Na hipótese de serem opostos embargos, intime-se a parte autora para responder em 15 (quinze) dias (CPC, artigo 702, § 5º).
Não sendo oferecidos embargos e não havendo o pagamento no prazo assinalado, certifique-se e retorne o processo concluso para julgamento quanto à constituição do título executivo judicial.
As disposições do artigo 212 § 2º deverão ser atendidas no cumprimento da citação e das intimações, se requerido pela parte autora e se o Oficial de Justiça assim necessitar.
Expeça-se o necessário, servindo o presente como carta/mandado de citação e intimação da parte requerida, se for conveniente à escrivania.
Ariquemes/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 10:28 .
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
BALCÃO virtual (CPE/cartório): https://meet.google.com/iaf-porq-nmf Telefone: (69)3309-8110 E-mail: cpeariquemes@tjro.jus.br SALA Virtual (Gabinete): https://meet.google.com/ojr-oeeq-psq - Localização: Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, na Av. Juscelino Kubitschek, n. 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes/RO Processo n.: 7010407-48.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 15.840,00
Última distribuição:07/07/2023
AUTOR: ANDREIA PAULINA DE OLIVEIRA TOSTA, RODOVIA BR-421 00 ZONA RURAL - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: FABIANA FARIAS VON RONDOW VIEIRA, OAB nº RO12627
RÉU: I. -. I. N. D. S. S., - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Vistos, etc.
À CPE: Certifique-se no sistema se o cadastro do réu está correto, retificando-o caso negativo.
1. A parte autora não comprovou a necessária hipossuficiência econômica que autoriza a concessão da assistência judiciária gratuita. Com efeito, INDEFIRO-A nos termos do art. 5º da Lei 1.060/50. Lado outro, considerando o efeito patrimonial vindicado, tenho por crível que a antecipação das despesas processuais pode retardar o seu acesso ao Judiciário, razão pela qual DIFIRO o recolhimento das custas iniciais para o final, nos termos do art. 34, III, do Regimento de Custas do TJRO.
2. Cuidam-se os autos de pretensão relativa à concessão de auxílio-doença e sua conversão em aposentadoria por invalidez proposta por ANDREIA PAULINA DE OLIVEIRA TOSTA contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, alegando a parte autora, em síntese, que foi diagnosticada com doença incapacitante para o exercício de suas atividades funcionais.

3. Em razão do indeferimento administrativo e como o réu não está comparecendo nas audiências designadas pelo juízo sob a justificativa do reduzido quadro de procuradores, vislumbro que não terá interesse na composição antes da instrução processual, que será tentada caso sinalize em sua resposta, mas que nessa fase preliminar serviria apenas como obstáculo à tempestiva e razoável duração do processo.
4. Atento a Portaria Conjunta n. 01/2018 dos Gabinetes Cíveis da Comarca de Ariquemes, de 02/05/2018, bem como considerando que se trata de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, a fim de confirmar a condição do(a) autor(a), ante a imprescindibilidade da prova pericial, nomeio, para funcionar como perito do juízo, o médico Drª. ANA PAULA BREDA BALMANT (CRM-RO 7434-RO, cadastrada na lista do Eg. TJRO e do TRF1, telefone (69) 9.9943-4950, e-mail: a.balmant@outlook.com), na função de perito nestes autos, que deverá designar data, horário e local para realização da perícia.
4.1 A perícia será realizada no dia 09/08/2023, às 11h30min, sendo de salutar importância que se respeite o horário agendado, haja vista o limite de 05 (cinco) pessoas por horário no local da perícia.
4.2 LOCAL: HOSPITAL MONTE SINAI, Av. Jamari, 3140, Áreas Especiais, Setor 01, Ariquemes/RO, Sala 16.
4.3 A parte autora (e acompanhante, se necessário) deverá comparecer à perícia fazendo uso da máscara de proteção respiratória, munido de todos os exames, documentos e laudos médicos que detenha.
4.4 Em caso de necessidade, o acompanhante, que preferencialmente deverá ser o advogado, também deverá adotar os mesmos cuidados.
5. Sem prejuízo, ficam as partes intimadas para, no prazo de 05 dias, caso queiram, manifestarem-se sobre a nomeação do perito, oportunidade em que poderão apresentar quesitos complementares e indicar assistente técnico.
6. Informe ao expert nomeado que o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo; havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados. O valor dos honorários periciais serão de R$500,00, conforme previsão da alínea “a” do item I da Portaria em referência.
6.1 O laudo deverá ser apresentado em Juízo em 30 (trinta) dias, a contar do início da perícia.
6.2 Com a entrega do laudo pericial: i) promova a inclusão do pagamento dos honorários periciais, junto ao sistema da Justiça Federal;
7. Em seguida, ii) cite-se o réu para, querendo, CONTESTAR o pedido nos termos do art. 183 do CPC, bem como juntar aos autos cópia do processo administrativo e/ou informes dos sistemas informatizados relativos às perícias médicas realizadas administrativamente.
8. Com a contestação, caso sejam alegadas qualquer das hipóteses previstas no art. 337 do CPC e/ou proposta de acordo, intime-se o autor para manifestar em RÉPLICA no prazo de 15 (quinze) dias, podendo apresentar prova quanto aos fatos alegados.
9. Ficam as partes intimadas do dia, horário e local da realização da perícia, bem como das advertências supra.
10. Na sequência, INTIMEM-SE ambas as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e pertinência de sua produção, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 357 do CPC).
Após, tornem conclusos para saneamento, nos termos do art. 347 do CPC.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito
ANDREIA PAULINA DE OLIVEIRA TOSTA, RODOVIA BR-421 00 ZONA RURAL - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA
I. -. I. N. D. S. S., - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
I - HISTÓRICO LABORAL DO(A) PERICIADO(A)
a) Profissão declarada
b) Tempo de profissão
c) Atividade declarada como exercida
d) Tempo de atividade
e) Descrição da atividade
f) Experiência laboral anterior
g) Data declarada de afastamento do trabalho, se tiver ocorrido
II- EXAME CLÍNICO E CONSIDERAÇÕES MÉDICO-PERICIAIS SOBRE A PATOLOGIA
a) Queixa que o(a) periciado(a) apresenta no ato da perícia.
b) Doença, lesão ou deficiência diagnosticada por ocasião da perícia (com CID).
c) Causa provável da(s) doença/moléstia(s)/incapacidade.
d) Doença/moléstia ou lesão decorrem do trabalho exercido? Justifique indicando o agente de risco ou agente nocivo causador.
e) A doença/moléstia ou lesão decorrem de acidente de trabalho? Em caso positivo, circunstanciar o fato, com data e local, bem como se reclamou assistência médica e/ou hospitalar.
f) Doença/moléstia ou lesão torna o(a) periciado(a) incapacitado(a) para o exercício do último trabalho ou atividade habitual? Justifique a resposta, descrevendo os elementos nos quais se baseou a conclusão.
g) Sendo positiva a resposta ao quesito anterior, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza permanente ou temporária? Parcial ou total?
h) Data provável do início da(s) doença/lesão/moléstias(s) que acomete(m) o(a) periciado(a).
i) Data provável de início da incapacidade identificada. Justifique.
j) Incapacidade remonta à data de início da(s) doença/moléstia(s) ou decorre de progressão ou agravamento dessa patologia? Justifique.
k) É possível afirmar se havia incapacidade entre a data do indeferimento ou da cessação do benefício administrativo e a data da realização da perícia judicial? Se positivo, justificar apontando os elementos para esta conclusão.
l) Caso se conclua pela incapacidade parcial e permanente, é possível afirmar se o(a) periciado(a) está apto para o exercício de outra atividade profissional ou para a reabilitação? Qual atividade?
m) Sendo positiva a existência de incapacidade total e permanente, o(a) periciado(a) necessita de assistência permanente de outra pessoa para as atividades diárias? A partir de quando?
n) Qual ou quais são os exames clínicos, laudos ou elementos considerados para o presente ato médico pericial?
o) O(a) periciado(a) está realizando tratamento? Qual a previsão de duração do tratamento? Há previsão ou foi realizado tratamento cirúrgico? O tratamento é oferecido pelo SUS?
p) É possível estimar qual o tempo e o eventual tratamento necessários para que o(a) periciado(a) se recupere e tenha condições de voltar a exercer seu trabalho ou atividade habitual (data de cessação da incapacidade)?
q) Preste o perito demais esclarecimentos que entenda serem pertinentes para melhor elucidação da causa.
r) Pode o perito afirmar se existe qualquer indício ou sinais de dissimulação ou de exacerbação de sintomas? Responda apenas em caso afirmativo.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo n.: 7002258-63.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 1.302,00
Última distribuição:17/02/2023
Autor: P. G. C., RUA CANOPUS 4802, - DE 4799/4800 AO FIM ROTA DO SOL - 76874-004 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, A. J. G. C., RUA ALEGRIA OU LIBERDADE 5283, 00 JARDIM FELIZ CI - 76874-044 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, D. P. D. E. D. R., AVENIDA CANAÃ 2647, - DE 2639 A 2985 - LADO ÍMPAR SETOR 03 - 76870-417 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Réu: P. R. D. D. A., CPF nº DESCONHECIDO, J. A. C. D. A. N., CPF nº 05897260214, M. R. C. D. A., CPF nº 08127734209
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de ação de investigação de paternidade post mortem c/c pedido de retificação de registro civil ajuizada por ANA JÚLIA GONZAGA CARDOSO, representada por PATRÍCIA GONZAGA CARDOSO em desfavor de JOÃO ANTÔNIO CARDOSO DE ALMEIDA NETO, MARIA ROSELENE CARDOSO DE ALMEIDA e PAULO RICARDO DUQUE DE ALMEIDA.
Chamo o feito à ordem.
Alega a requerente que sua genitora Patrícia, ora representante legal, vivia em união estável com o sr. Agnaldo de Jesus de Almeida, genitor dos requeridos. No entanto, este foi a óbito em 27/02/2021, quando a sra. Patrícia estava grávida da requerente, e que, em razão disso, não foi possível proceder ao registro da paternidade da requerente.
Conforme certidão de óbito ID de Agnaldo de Jesus Almeida (ID 87321959, pág. 8), este convivia em união estável com a sra. Patrícia Gonzaga Cardoso e tinha dois filhos menores, sendo eles: João Antônio Cardoso de Almeida Neto e Maria Roselene. As certidões de nascimento de João e Maria comprovam que são filhos de Patrícia, representante da autora, e do falecido Agnaldo.
Dispõe o art. 72, I, do CPC, que o juiz nomeará curador especial ao incapaz se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto perdurar a incapacidade.
No presente caso, os requeridos João Antônio e Maria Roselene foram citados na pessoa de sua genitora Patrícia, que também é genitora e representante legal da requerente nestes autos.
É nítida a confusão de interesses no presente caso, razão pela qual concluo pela necessidade da regularização processual dos requeridos João Antônio e Maria Roselene, nomeando-lhes curador especial nos presentes autos.
1. Portanto, com fundamento no art. 72, I, do CPC, NOMEIO a Defensoria Pública do Estado de Rondônia como curadora especial dos requeridos menores João Antônio Cardoso de Almeida Neto e Maria Roselene Cardoso de Almeida.
2. Intime-se a DPE para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.
3. Ainda, intime-se a requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, prestar esclarecimentos acerca da inclusão de Paulo Ricardo Duque de Almeida no polo passivo da presente demanda, explicando qual o interesse deste na presente causa, tendo em vista que não consta nos autos nenhum documento comprobatório de eventual vínculo deste com as partes. No mesmo prazo, deverá a autora manifestar-se sobre eventual ausência de interesse de agir na presente demanda, considerando que vivia em união estável com o Sr. Agnaldo e não restou configurada lide no presente feito.
4. Após cumpridas todas as determinações acima, tornem os autos conclusos para as deliberações pertinentes.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE DE INTIMAÇÃO/MANDADO/CARTA/OFÍCIO/NOTIFICAÇÃO
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
BALCÃO virtual (CPE/cartório): https://meet.google.com/iaf-porq-nmf Telefone: (69)3309-8110 E-mail: cpeariquemes@tjro.jus.br SALA Virtual (Gabinete): https://meet.google.com/ojr-oeeq-psq - Localização: Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, na Av. Juscelino Kubitschek, n. 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes/RO Processo n.: 7005057-79.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 20.007,11
Última distribuição:04/04/2023
Autor: FRANCISCO GERALDO PEREIRA DE OLIVEIRA, RUA ALTO PARAÍSO 2117 APOIO SOCIAL - 76873-310 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: GIOVANNA VALENTIM COZZA, OAB nº SP412625
Réu: BANCO SAFRA S A, ALAMEDA ÁSIA 42 TAMBORÉ - 06543-312 - SANTANA DE PARNAÍBA - SÃO PAULO
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Trata-se de ação revisional de empréstimo consignado de pessoa física c/c pedido de consignação em pagamento ajuizada por FRANCISCO GERALDO PEREIRA DE OLIVEIRA em face de BANCO SAFRA S A.
A parte autora apresenta pedido de antecipação de tutela, onde pretende a revisão contratual do contrato de empréstimo consignado firmado com o exequente em 23/12/2022, contestando o método de cálculo, taxas e juros e pleiteando autorização para depósito judicial do valor incontroverso ou das parcelas, bem como abstenção do banco requerido de realizar eventuais restrições do nome do requerente.
Comprovado o recolhimento das custas iniciais (ID 92753095).

Pois bem.
A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência de natureza antecipada, esta não será concedida (art. 300, § 3º, CPC).
Sabe-se que os critérios de aferição para o deferimento da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional estão na faculdade do juiz que, ponderando sobre os fatos narrados e documentos juntados, decide sobre a conveniência da concessão – exercendo assim juízo de cognição sumária, desde que preenchidos os requisitos legais (a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo), podendo a qualquer tempo concedê-la, revogá-la ou modificá-la.
Mas, há que se deixar claro que antecipar os efeitos da tutela não se confunde com avançar no mérito ou pré-julgar, ainda que a medida seja indiscutivelmente imprescindível à parte.
Em sede de cognição sumária, não verifico presentes os requisitos da plausibilidade do direito afirmado de ilegalidades contratuais. É facilmente visto nos documentos que a própria parte autora apresentou os encargos e cálculos, bem como os juros devidamente expressos em suas cláusulas, evidenciando que o pacto decorre de livre e espontânea vontade, onde a parte autora buscou o banco, teve oportunidade realizar a leitura do contrato e, existindo todos os pontos expressos no documento indigitado, pactuou com liberdade, dentro dos padrões éticos e legais de qualquer relação privado-financeira, por mais que, agora, reste indigesto às suas finanças.
A aplicação de métodos diversos do contratado para o cálculo das parcelas, taxas e juros pactuados nos termos do mercado, não demonstram abusividade contratual, o que deverá ser devidamente comprovado no processo, mediante o contraditório.
O exercício regular de direito do credor não pode justificar providência cominatória pleiteada, sobretudo porque o risco inverso da medida se sobrepõe, no caso concreto, ao perigo afirmado pela parte autora. Inexistentes os requisitos do art. 300 do CPC, portanto.
1. Dessa forma, indefiro o pedido de tutela de urgência que visa obstar a adoção, pela requerida, das providências de eventual negativação decorrente do não cumprimento do contrato cujas cláusulas agora pretende revisar ao argumento da existência de encargos abusivos. Também pela presunção de legitimidade do pactuado entre as partes, indefiro o pedido de consignação em pagamento, devendo o requerente manter o cumprimento da obrigação conforme firmado com a instituição requerida.
2. Deixo, por ora, de designar audiência inaugural de conciliação, tendo em vista se a requerida instituição bancária que nesta fase inicial não apresenta proposta de acordo, o que não obsta, contudo, a possibilidade de autocomposição mediante apresentação de proposta de acordo nos autos a ser submetido à homologação pelo juízo.
3. Cite-se a parte requerida para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada do comprovante de citação, sob pena de serem presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (artigo 344, CPC), salvo se ocorrerem as hipóteses trazidas no artigo 345 do CPC.
4. Caso a parte requerida proponha reconvenção, alegue qualquer das matérias enumeradas no artigo 337 do CPC ou junte documentos, desde logo determino que a parte autora seja intimada para manifestação, no prazo de 15 dias, na forma do artigo 351 do CPC.
5. Não ocorrendo a hipótese anterior, intimem-se as partes representadas a se manifestarem, no prazo de 10 dias, quanto ao interesse em produzir outras provas, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de julgamento antecipado – art. 355 do CPC.
6. Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.
Expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO n.º____/2023.
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

Processo n.: 7010884-71.2023.8.22.0002
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Valor da Causa:R$ 225.599,36
Última distribuição:14/07/2023
Nome AUTOR: Banco Bradesco Financiamentos S.A, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: ADVOGADOS DO AUTOR: ROSANGELA DA ROSA CORREA, OAB nº AC5398, BRADESCO
NomeREU: ALINE MARIA BRUSTOLON LOPES, CPF nº 01724438220, LH C 85 TB 20 LT 19/A 19, INEXISTENTE ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos, etc.
Trata-se de ação de busca e apreensão regido pelo Decreto-Lei 911/1969 em que não houve, até esta data, o pagamento das custas judiciais.
Assim, guarde-se, pelo prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas iniciais pela parte Autora.
Decorrido in albis o prazo para recolhimento das custas, o que deverá ser devidamente certificado, volte-me os autos conclusos para sentença de extinção.
Comprovado o recolhimento, e apenas nesta hipótese, recebo a inicial nos seguintes termos:
1. Sabe-se que com o advento do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), extinguiram-se as ações cautelares.
2. No caso dos autos, embora trate-se de procedimento especial do Decreto-Lei 911/1969, aplica-se concomitantemente aos requisitos específicos do artigo 3º do aludido Decreto, também os requisitos legais para concessão da TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA (SATISFATIVA/ANTECIPADA), prevista no artigo 300 do CPC, quais sejam: risco de dano, probabilidade do direito e reversibilidade da medida.
3. A probabilidade do direito sobre o qual se baseia o pedido de urgência evidencia-se pelo contrato de alienação fiduciária, bem como a mora do devedor, comprovada através do envio de notificação extrajudicial (art. 2º, § 2º, Decreto-lei 911/69).
4. De outro lado, o perigo de dano decorre da prejudicialidade na depreciação do veículo caso haja demora na restituição do mesmo à posse do requerente.
5. Ainda, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que, caso o requerido purgue a mora no prazo de 5 (cinco) dias, lhe será devolvido o veículo

6. Ante o exposto, determino liminarmente a busca, apreensão, vistoria e avaliação do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante na inicial e contrato, depositando-se o bem em mãos do autor ou de pessoa por ele autorizada, com a ressalva de que o veículo/motocicleta não deverá ser retirado da Comarca até o decurso do prazo de cinco dias fixados em lei para a consolidação da posse, sob pena de multa diária de dois salários-mínimos até o limite do valor do veículo.
7. Executada a liminar, cite-se a parte ré para que, no prazo de 5 dias, efetue o pagamento integral da dívida pendente, sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§§1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
8. Efetuado o pagamento, o autor deverá restituir o veículo à parte ré, comprovando nos autos.
9. No prazo de 15 dias, a contar da citação, a devedora fiduciante poderá apresentar contestação, atentando-se ao disposto no art. 231, II do CPC.
10. Autorizo o Senhor Oficial de Justiça a proceder, em sendo necessário, de acordo com o que prevê o artigo 212, § 2º do Novo Código Processo Civil e requisitar reforço policial, arrombamento, de tudo certificando.
11. Postergo, AINDA, o cumprimento do disposto no §9º do art. 3º, Decreto-lei 911/69, referente a inserção de gravame de circulação do veículo, junto ao RENAJUD, para depois de comprovação do pagamento da referida diligência.
12. Pratique-se e expeça-se o necessário.
13. Sirva a presente decisão como mandado para ser cumprida pelo Meirinho, que deverá observar o endereço e descrição do bem constante na contrafé, que segue anexa ao mandado.
13.1. A escrivania só deverá fazer a distribuição do mandado, após o recolhimento das custas iniciais.
Ariquemes/RO, quinta-feira, 21 de outubro de 2021.
Juiz MARCUS VINÍCIUS DOS SANTOS DE OLIVEIR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo n.: 7002588-94.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 1.212,00
Última distribuição:25/02/2022
Autor: V. E. J., LOTE 05 GLEBA 07 KM 10 LINHA C-03, TRA - 76889-000 - CACAULÂNDIA - RONDÔNIA, D. P. D. E. D. R., AVENIDA CANAÃ 2647, - DE 2639 A 2985 - LADO ÍMPAR SETOR 03 - 76870-417 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Réu: A. M. D. S. A., CPF nº 02432479238, JORGE TEIXEIRA 1754 ST 07 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Conforme pesquisa anexa, as diligências restaram frutíferas, tendo localizado endereço diverso do existente nos autos.
Desta feita, expeça-se o necessário para a realização do estudo sociall, alterando-se os endereços no PJE.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ PENHORA E AVALIAÇÃO / INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853 - Fone: (69) 3422-1784
e-mail: cpe5civjip@tjro.jus.br
Processo : 7019345-03.2021.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES - RN5553
REQUERIDO: ROSELI ALVES PEREIRA e outros
Intimação AUTOR - MANDADO PARCIALMENTE POSITIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias. 1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo. 2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016. 3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
BALCÃO virtual (CPE/cartório): https://meet.google.com/iaf-porq-nmf Telefone: (69)3309-8110 E-mail: cpeariquemes@tjro.jus.br SALA Virtual (Gabinete): https://meet.google.com/ojr-oeeq-psq - Localização: Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, na Av. Juscelino Kubitschek, n. 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes/RO Processo n.: 7010797-18.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 27.630,00
Última distribuição:13/07/2023
Autor: SERGIO EDUARDO ARAUJO, AVENIDA JUNDIAÍ, - DE 4310 A 4502 - LADO PAR JARDIM EUROPA - 76871-302 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: VITORIA RABELO CASTILLO, OAB nº RO12050
Réu: I. -. I. N. D. S. S., AVENIDA CAMPOS SALES 3132, - DE 2986 A 3292 - LADO PAR OLARIA - 76801-246 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de ação em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário.
Compulsando os autos, verifico que a parte requerente não coligiu prova do requerimento administrativo junto à autarquia ré.
Com efeito, a ausência do pedido administrativo caracteriza a falta de uma das condições da ação, qual seja, o interesse processual (necessidade e utilidade).
Para melhor entendimento da ratio decidendi acerca da necessária negativa administrativa prévia às demandas judiciais, exponho o acórdão paradigmático, com repercussão geral, proferido pelo Colendo STF:
RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR. 1. A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. 2. A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o exaurimento das vias administrativas. 3. A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado. [...] (RE 631240, Relator (a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03/09/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-220 DIVULG 07-11-2014 PUBLIC 10-11-2014).
Como se pode ver, nada obstante o voto do Eminente Ministro Roberto Barroso, denote que a discussão transborda os limites objetivos da demanda, ampliando a perspectiva do STF sobre condição da ação no âmbito do interesse de agir, limitando-se o amplo acesso ao Poder Judiciário, o precedente foi firmado no sentido de reconhecer a constitucionalidade de exigência de requerimento administrativo.
Até porque, movimentar a máquina judiciária em pretensões não resistidas só contribui para o retardamento da entrega da prestação judicial naquelas efetivamente necessárias, em prejuízo da exigência constitucional de se garantir uma duração razoável do processo (CF/88, art. 5º, LXXVIII).
1. Desta feita, INTIME-SE a parte autora, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda com a emenda à inicial, a fim de apresentar a decisão de requerimento/indeferimento do pedido administrativo do benefício pleiteado, sob pena de indeferimento da exordial, nos termos do parágrafo único do art.321 do CPC.
Além disso, o requerente pugna pela gratuidade da justiça e juntou declaração afirmando ser hipossuficiente. Não há prova de que o pagamento das custas e despesas processuais possa trazer dificuldades financeiras para sua sobrevivência ou de sua família.
A Lei 1.060/50, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, trazia em seu art. 4º que a parte seria beneficiada com a assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não estaria em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família e ainda, que se presumia pobre, até prova em contrário, quem afirmasse essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.
No entanto, tal dispositivo foi revogado pela Lei n º 13.105 de 2015, Código de Processo Civil, o qual assim dispõe:
Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.
Art. 99. (...)
§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.
Em que pese o art. 99, § 3º estabelecer a presunção de insuficiência quando alegada em favor de pessoa natural, a própria Constituição Federal estabelece, no artigo 5º, LXXIV, que a assistência jurídica integral e gratuita será concedida para aqueles que comprovarem insuficiência de recursos.
Compulsando os autos, verifico que a parte autora não juntou nenhum documento capaz de demonstrar sua incapacidade financeira, tais como: a) certidão negativa de imóveis (solicitadas junto à Prefeitura Municipal e/ou INCRA); b) certidão negativa de veículos; c) certidão negativa de semoventes; d) extratos bancários dos últimos 3 meses de TODAS as contas bancárias de sua titularidade; dentre outros.
2. Deste modo, não havendo comprovação da hipossuficiência, INDEFIRO a gratuidade.
3. No mesmo prazo assinalado no item “1”, deverá o requerente comprovar o recolhimento das custas processuais, no quantum de 2% (dois por cento) sobre o valor atribuído à causa, sob pena de indeferimento.
4. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, conclusos.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo n.: 7008248-79.2016.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Valor da Causa:R$ 510.353,44
Última distribuição:16/03/2023
Autor: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Réu: INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS KAIPE LTDA - EPP, CNPJ nº 08571431000110, RUA FRANCISCO DE OLIVEIRA S/N SETOR INDUSTRIAL - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA, MARIA APARECIDA DA SILVA, CPF nº 52763528953, AV. JUSCELINO KUBITSCHEK 2674, MONTE NEGRO/RO . - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA, CLEUCI BRAGA DA ROCHA, CPF nº 34079610220, ESTRADA RURAL S/N. ASSENTAMENTO LAÇO DE OURO ZONA RURAL - 78835-000 - SÃO PEDRO DA CIPA - MATO GROSSO
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Segue anexo o resultado INFOJUD e PREVJUD. Promova a CPE com a inserção de restrição de segrdo de justiça nos documentos
Desta feita, manifeste-se a parte exequente o que entender direito, no prazo de 15 dias, sob pena de suspensão e arquivamento.
Intime-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
BALCÃO virtual (CPE/cartório): https://meet.google.com/iaf-porq-nmf Telefone: (69)3309-8110 E-mail: cpeariquemes@tjro.jus.br SALA Virtual (Gabinete): https://meet.google.com/ojr-oeeq-psq - Localização: Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, na Av. Juscelino Kubitschek, n. 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes/RO
Processo n.: 7008755-93.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 15.840,00
Última distribuição:11/07/2023
AUTOR: ADEMAR PEREIRA GONCALVES, LINHA C46 Km 55, C46, LT 17/A, GLEBA 18. KM 55, PA SANTA CRUZ ZONA RURAL - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: RICARDO ALEXANDRO PORTO, OAB nº RO9442
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA CAMPOS SALES 3132, NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO - 78900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de ação ajuizada por ADEMAR PEREIRA GONCALVES em desfavor de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
Ocorre que, em consulta ao sistema Pje, constatei que a parte autora, anteriormente, em 22/11/2021, ajuizou ação idêntica (mesmas partes, mesma causa de pedir e o mesmo pedido), registrada sob o n. 7017794-85.2021.8.22.0002, a qual foi julgada na data de 17/04/2023, por esta Vara Cível da Comarca de Ariquemes.
Assim, configurada a reprodução de ação anteriormente ajuizada, nos termos do art. 337, § 1º e § 2º, do CPC.
Art. 337 - omissis
§ 1º Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.
§ 2º Uma ação é idêntica a outra quando possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.
§ 3º Há litispendência quando se repete ação que está em curso.
§ 4º Há coisa julgada quando se repete ação que já foi decidida por decisão transitada em julgado.
Logo, de rigor a extinção do feito sem resolução de mérito.
ANTE O EXPOSTO, com fulcro nos artigos 485, inciso V, e artigo 330, inciso III, ambos do CPC, INDEFIRO a petição inicial e, em consequência, JULGO EXTINTO o feito sem apreciação do mérito.
Sem condenação em honorários e custas, ante a ausência de má-fé (art. 23-B, §2º, da LIA).
Sentença que não se sujeita ao reexame necessário, nos termos do artigo 17-C, §3º, da Lei nº 8.429/92.
Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Código de Processo Civil.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, CITE-SE a parte adversa para apresentar contrarrazões (CPC, art. 331, §1º), no prazo de 15 (quinze) dias. Após, subam os presentes autos ao Eg. Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens.
Não interposto o recurso (CPC, art. 331, §3º), INTIME-SE a parte ré do trânsito em julgado da sentença, nos termos do 241 do CPC.
Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as anotações de estilo.
Sentença registrada. Publique-se. Intimem-se.
SERVIRÁ A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo n.: 7010137-97.2018.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$ 39.578,00
Última distribuição:10/08/2018
Autor: M. L. CONSTRUTORA E EMPREENDEDORA LTDA, CNPJ nº 08596997000104, AVENIDA MACHADINHO 2695, - DE 2611 A 3013 - LADO ÍMPAR JARDIM PAULISTA - 76871-279 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: MARCUS VINICIUS DA SILVA SIQUEIRA, OAB nº RO5497A, ARLINDO FRARE NETO, OAB nº RO3811
Réu: ANALECIA NUNES SOUSA, RUA MILÃO 5296 RESIDENCIAL ALVORADA - 76875-510 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Decisão
Determino à CPE que proceda à exclusão do despacho ID 92963118 dos presentes autos, tendo em vista que não guarda relação com a presente demanda.
No mais, determino novamente o cumprimento das determinações constantes no despacho ID 87483996.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE DE INTIMAÇÃO/MANDADO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE/CITAÇÃO/OFÍCIO/CARTA/NOTIFICAÇÃO
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo n.: 7013217-30.2022.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Valor da Causa:R$ 1.308,56
Última distribuição:22/08/2022
Autor: MUNICIPIO DE ARIQUEMES
Advogado do(a) AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
Réu: KALUANA APARECIDA MARTINS DOS SANTOS, RUA AMAPÁ 3812, - SETOR 05 - 76870-594 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos, etc.
Trata-se de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ARIQUEMES em desfavor de KALUANA APARECIDA MARTINS DOS SANTOS.
Conforme informado pela parte exequente (ID 93306321 e 93306322), após citada, a parte executada adimpliu com o débito integralmente.
Desta feita, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, com arrimo no artigo 924, II, do Código de Processo Civil, em razão da satisfação da obrigação executada.
Fica a parte exequente intimada a especificar eventual restrição a ser levantada, apontando-se o respectivo ID, bem como fica autorizada à CPE eventual expedição de ofício ao SERASA, via Serasajud, e ao SCPC, para liberação de restrições decorrentes destes autos.
Ante o pedido de extinção feito pela parte credora, antecipo o trânsito em julgado nesta data (CPC, art. 1.000, parágrafo único).
Intime-se a executada para recolhimento das custas finais no importe de 3% do sobre o valor da execução, no prazo de 15 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa (art. 12, inciso I e III c/c art. 14, ambos da Lei Estadual 3.896/2016),
Não havendo pagamento, inscreva em dívida ativa.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVIRÁ A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
P.R.I. e, oportunamente, arquivem-se os autos, promovendo-se as baixas devidas no sistema.
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7014065-17.2022.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE ARIQUEMES
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
EXECUTADO: TULIO FREITAS FERREIRA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de ação de EXECUÇÃO FISCAL, ajuizada pelo Municipio de Ariquemes em face de EXECUTADO: TULIO FREITAS FERREIRA
Devidamente intimada para manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito, sob pena de extinção nos termos do Art. 485, III do CPC, a parte autora quedou-se inerte.
Assim, desnecessário a intimação pessoal da fazenda, conforme preconiza o § 6º do art. 5º da Lei n. 11.419/2006, as intimações feitas por meio eletrônico, em portal próprio, aos que se cadastrarem na forma do art. 2º desta Lei, inclusive a Fazenda Pública, serão consideradas pessoais, para todos os efeitos legais. (EDcl no RMS 30.660/RS, Rel. Min. Ribeiro Dantas, 5ª Turma, j. 27/10/2015).
Nesse sentido, tem decido o Egrégio TJRO:

"APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ABANDONO DA CAUSA. POSSIBILIDADE. As intimações feitas por meio eletrônico e em portal próprio daqueles que tenham se cadastrado, inclusive a Fazenda Pública, serão, para todos os efeitos legais, tidas como pessoais. A inércia do ente público exequente com relação à intimação regular para promover o andamento do feito implica a extinção da execução fiscal ex officio. Recurso que se nega provimento. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 0012794-43.2009.822.0101, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Oudivanil de Marins, Data de julgamento: 08/01/2021".

APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ABANDONO DA CAUSA. POSSIBILIDADE. As intimações feitas por meio eletrônico e em portal próprio daqueles que tenham se cadastrado, inclusive a Fazenda Pública, serão, para todos os efeitos legais, tidas como pessoais. A inércia do Ente Público exequente com relação à intimação regular para promover o andamento do feito, implica na extinção da execução fiscal ex officio. Recurso não provido. (TJ-RO - APL: 10005945420138220001 RO 1000594-54.2013.822.0001, Data de Julgamento: 28/06/2019, Data de Publicação: 05/07/2019);

APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ABANDONO DA CAUSA. REMESSA ELETRÔNICA. 1. Nos termos do art. 9º da Lei n. 11.419/2006 (Lei do Processo Eletrônico), as citações, intimações, notificações e remessas que viabilizem o acesso íntegro do processo correspondente devem ser tidas, para todos os efeitos legais, como intimação pessoal do interessado. 2. Na dicção do § 6º, do art. 5º da Lei n. 11.419/2006, as intimações feitas por meio eletrônico e em portal próprio daqueles que tenham se cadastrado na forma do seu art. 2º, inclusive a Fazenda Pública, serão, para todos os efeitos legais, tidas como pessoais. 3. Conforme é da jurisprudência do STJ, a inércia da Fazenda exequente no que respeita à intimação regular para promover o andamento do feito, implica na extinção da execução fiscal ex officio. 4. Apelo não provido. (Processo: APL 1000315-34.2014.822.0001 RO 1000315-34.2014.822.0001; Publicação: 27/07/2018; Julgamento: 13 de Julho de 2018; Rel. Des. Gilberto Barbosa; Tribunal de Justiça de Rondônia TJ-RO - Apelação: APL 1000315-34.2014.822.0001 RO 1000315-34.2014.822.0001)".

Em que pese a primeira vista, parecer inviável a extinção da execução fiscal por abandono da causa, a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil aos executivos fiscais invoca tal possibilidade, porquanto perfeitamente cabível, sem ofensas aos dispositivos insertos na Lei 6.830/80.

Nesta senda, torna-se imperativa a extinção do executivo fiscal, porquanto a inércia da Fazenda Pública demonstra o desinteresse pelo prosseguimento.

Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, III, do Código de Processo Civil.

Sem custas/honorários.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Com o trânsito em julgado da presente decisão, arquivem-se os autos.

Ariquemes/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023

{orgao_julgador.magistrado}

Juíza de Direito

3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES

Balcão Virtual (CPE/cartório): https://meet.google.com/iaf-porq-nmf Telefone: (69)3309-8110 E-mail: cpeariquemes@tjro.jus.br SALA Virtual (Gabinete): https://meet.google.com/ojr-oeeq-psq - Localização: Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, na Av. Juscelino Kubitschek, n. 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes/ROProcesso n.: 7010918-46.2023.8.22.0002

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Valor da Causa:R$ 13.945,04

Última distribuição:14/07/2023

AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DO NORTE DE RONDONIA LTDA. - CREDISIS CREDIARI, , AVENIDA TANCREDO NEVES 1620 - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA

Advogado do(a) AUTOR: VALDOMIRO JACINTHO RODRIGUES, OAB nº RO2368, WILLIAM ALVES JACINTHO RODRIGUES, OAB nº RO3272, PAULA LOPES DA ROCHA, OAB nº RO12109

RÉU: JUCIMAR FRANCISCO DE ABREU, RUA DAS TURMALINAS 2028, - DE 2012/2013 A 2241/2242 PARQUE DAS GEMAS - 76875-792 - ARIQUEMES - RONDÔNIA

Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO

Vistos.

Trata-se de execução de título extrajudicial movida por COOPERATIVA DE CREDITO DO NORTE DE RONDONIA LTDA. - CREDISIS CREDIARI em desfavor de JUCIMAR FRANCISCO DE ABREU, em que busca o pagamento da quantia de R$ 13.945,04 (treze mil e novecentos e quarenta e cinco reais e quatro centavos).

Comprovado o recolhimento das custas iniciais (ID 93346268), título executivo (ID 93346262), recebo a inicial.

CITE-SE em execução, na forma do art. 824 do CPC.

Fixo honorários em 10% (art. 827 do CPC).

Consigne-se no mandado que:

a) o prazo para pagamento da dívida atualizada, acrescida de juros, custas e honorários advocatícios, é de 3 (três) dias, a contar da citação (art. 829 do CPC);

b) nos termos do art. 212, §2º do CPC, independente de autorização judicial, poderá o oficial de justiça proceder com as citações, intimações e penhoras, no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário previsto no art. 212, caput do CPC, observado o disposto no art. 5o, inciso XI, da Constituição Federal.

c) havendo o pagamento voluntário e total nesse prazo, o devedor terá o benefício de redução da verba honorária para a metade da que fora arbitrada no deferimento da petição inicial (art. 827, §1º do CPC);

d) decorrido o prazo sem pagamento, penhore-se e avalie-se o(s) bem(ns) nomeado(s) pelo credor na inicial. Não havendo tal nomeação, penhore-se e avaliem-se tantos bens localizados, quanto bastem para garantir a satisfação do crédito e acessórios;

d.1) fica desde já deferido o auxílio de força policial em caso de resistência (art. 846, §2º do CPC).

e) o prazo de embargos do devedor será de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do mandado de citação ou ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 231 do CPC.

f) não sendo localizado o devedor, proceda o Sr. Oficial de Justiça com o arresto de bens quantos bastem para garantir a execução (art. 830 e ss. do CPC), devendo para tanto, a parte exequente, peticionar indicando expressamente o local/endereço em que pretende seja cumprida essa diligência.
g) esclareça à parte executada que no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito do exequente, poderá mediante o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, mais custas e honorários advocatícios, REQUERER, o parcelamento do restante do débito remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (artigo 916 do CPC).
h) em sendo satisfeita a execução, intime-se a parte executada para que efetue o pagamento do corresponde a 1% (um por cento) do valor da execução, no prazo de 15 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa (art. 12, III c/c art. 17 da Lei Estadual 3.896/2016).
Sem prejuízo do disposto acima, expeça-se certidão comprobatória de admissão da execução, nos termos do art. 828 do CPC, conforme pugnado, consignando-se que caberá a parte exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos, no prazo de 10 dias, sem prejuízo de eventual responsabilização, nos moldes do parágrafo 5º do aludido dispositivo, pelo não cancelamento, na forma do §4º do artigo 782, ambos do CPC.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
Sirva a presente decisão como mandado/ carta precatória de citação, arresto, penhora, avaliação e intimação para ser cumprida pelo Meirinho, que deverá observar o endereço constante na contrafé, que segue anexa ao mandado, bem como a descrição do bem, caso tenho sido nomeado.
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
Sala Virtual (Gabinete): https://meet.google.com/ojr-oeeq-psq E-mail: aqs3civel@tjro.jus.br, Telefone: (69) 3309-8123 - Localização: Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, na Av. Juscelino Kubitschek, n. 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes/ROProcesso n.: 7002425-80.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 57.442,55
Última distribuição:23/02/2023
AUTOR: EXPRESSO MARLIN LTDA - ME, AGF JAMARI 185, AV. PERIMETRAL LESTE, EXPANSÃO URBANA ÁREAS ESPECIAIS 01 - 76870-971 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: JOSE ASSIS DOS SANTOS, OAB nº RO2591
RÉU: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA., MERCEDES-BENZ DO BRASIL 562, RUA ALFRED JURZYKOWSKI 562 PAULICÉIA - 09680-900 - SÃO BERNARDO DO CAMPO - SÃO PAULO
Advogado do(a) RÉU: LEONARDO FARINHA GOULART, OAB nº MG110851
DESPACHO
Vistos.
Tratam-se os autos de ação indenizatória, decorrente de suposto vício/defeito em produto.
De proêmio, anoto que a preliminar de ilegitimidade passiva deduzida não merece ser acolhida, Isso porque a parte atribui responsabilidade às duas requeridas quanto ao dano supostamente ocasionado. Quanto à ré Rondobens, o requerente atribui responsabilidade quanto à suposta prestação de informação equivocada quanto ao conserto do bem, indicando que bastaria uma limpeza no catalisador. Já sobre a primeira requerida, o autor defende a existência de vício oculto, oriundo da própria fabricação.
Dessa forma, entendo que a preliminar deve ser rejeitada, sendo a análise da responsabildiade de cada requerida uma questão de mérito a ser analisada quando da prolação de sentença.
Não há nos autos qualquer nulidade a ser sanada, estando ainda, presentes os pressupostos de constituição, desenvolvimento e validade da relação processual.
O feito se encontra em ordem. As partes são legítimas e estão bem representadas, inexistindo irregularidades a serem sanadas.
Isto posto, dou por saneado o feito.
Com base no contexto fático dos autos, fixo como PONTOS CONTROVERTIDOS: a) a existência ou não de defeito no produto (vício) que o torne inadequado ao fim a que se destina e/ou falha no serviço, a ensejar a responsabilidade civil da parte demandada, ou, se os problemas relatados na exordial decorrem do mau uso do bem; b) a presença dos requisitos da responsabilidade civil; c) o dever de indenizar da parte ré; d) a existência de danos materiais e morais indenizáveis e eventual montante devido.
A distribuição do ônus da prova ocorrerá na forma prevista no art. 373 do CPC.
Destaco que o Código de Defesa do Consumidor não deve ser aplicado ao feito, haja vista que a parte autora não se qualifica como destinatária final do produto, considerando que o ônibus seria utilizado para fins lucrativos em atividade típica empresarial da autora.
Destaco que ainda que o Código de Defesa do Consumidor fosse aplicado ao caso, a inversão do ônus da prova, na hipótese dos autos, não seria ope legis, tendo em vista que não se trata de fato do produto. Logo, considerando o contexto dos autos, bem como a ausência de hipossuficiência técnica e financeira da parte autora, não haveria inversão do ônus da prova ainda que fosse aplicada a legislação consumerista à especie.
Sem prejuízo do julgamento antecipado do mérito, especifiquem as partes, no PRAZO DE 15 DIAS, as provas que pretendem produzir, justificando a sua necessidade e pertinência para o deslinde da causa, sob pena de preclusão.
Em obediência ao princípio da economia processual, as partes que pretenderem produzir prova oral, deverão, no mesmo prazo de 15 dias, contados da intimação da presente decisão, depositar o ROL DAS TESTEMUNHAS (com a devida qualificação) cuja oitiva pretendem, observando-se o número legal, a possibilitar melhor adequação da pauta em caso de deferimento.
Ficam as partes advertidas de que a não apresentação do rol no prazo indicado acarretará a preclusão da oportunidade de produzir referida prova e tornará prejudicada a análise de tal pedido em momento posterior.

Caso pretendam a produção de prova pericial, apresentem, desde logo, os seus quesitos, sob pena de preclusão.
Outrossim, as provas documentais deverão ser trazidas aos autos, no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão.
Ficam as partes intimadas, na pessoa de seus patronos, para que, caso queiram, manifestem-se, em 05 dias, nos termos do art. 357, §1º, do CPC.
Decorrido o prazo, sem manifestação, a presente decisão tornar-se-á estável, devendo os autos voltarem conclusos para sentença.
Intimem-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo n.: 7000655-86.2022.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$ 96.015,04
Última distribuição:20/01/2022
Autor: FRANCISCO FERREIRA DA COSTA, RUA OSVALDO DE ANDRADE 3172, - ATÉ 3383/3384 SETOR 06 - 76873-710 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: SILVANA FERREIRA, OAB nº RO6695A
Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 2375, - DE 2025 A 2715 - LADO ÍMPAR SETOR INSTITUCIONAL - 76872-853 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Vistos.
Considerando que mesmo devidamente intimada para implantar o benefício concedido a parte requerente, a autarquia ré permanece inerte, intime-se, por mandado, COM URGÊNCIA, o Diretor Geral da Agência da Previdência Social (Atendimento das Demandas Judiciais - APS/ADJ) do INSS, em Porto Velho (Av. Campos Sales, nº 3132, bairro Olaria, CEP: 76801-246, pfro.tj@agu.gov.br), para, incontinenti, implementar o benefício concedido, no prazo máximo de 15 dias, contados da intimação, a partir de quando incidirá multa diária de R$100,00 (cem reais), até o limite de R$5.000,00 (cinco mil reais), na eventualidade de descumprimento da presente, medida esta cabível ex officio.
Instrua-se a presente com cópia da sentença e dos documentos pessoais da parte autora.
Intimem-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
BALCÃO virtual (CPE/cartório): https://meet.google.com/iaf-porq-nmf Telefone: (69)3309-8110 E-mail: cpeariquemes@tjro.jus.br SALA Virtual (Gabinete): https://meet.google.com/ojr-oeeq-psq - Localização: Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, na Av. Juscelino Kubitschek, n. 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes/RO Processo n.: 7010807-62.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 6.474,44
Última distribuição:13/07/2023
Autor: ADRIELI RODRIGUES DE SOUZA, LINHA B-90, LT 42, GL 05 s/n, ZONA RURAL ZONA RURAL - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: SAVIO ALEHANDRO ALMEIDA ROSA, OAB nº RO11929
Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Vistos.
A parte autora requer a gratuidade da justiça e juntou declaração afirmando ser hipossuficiente. Não há prova de que o pagamento das custas e despesas processuais possa trazer dificuldades financeiras para sua sobrevivência ou de sua família.
A Lei 1.060/50, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, trazia em seu art. 4º que a parte seria beneficiada com a assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não estaria em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família e ainda, que se presumia pobre, até prova em contrário, quem afirmasse essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.
No entanto, tal dispositivo foi revogado pela Lei n º 13.105 de 2015, Código de Processo Civil, o qual assim dispõe:
Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.
Art. 99. (...)
§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

Em que pese o art. 99, § 3º estabelecer a presunção de insuficiência quando alegada em favor de pessoa natural, a própria Constituição Federal estabelece, no artigo 5º, LXXIV, que a assistência jurídica integral e gratuita será concedida para aqueles que comprovarem insuficiência de recursos.
Compulsando os autos, verifico que a parte autora não juntou nenhum documento capaz de demonstrar sua incapacidade financeira, tais como: a) certidão negativa de imóveis (solicitadas junto à Prefeitura Municipal e/ou INCRA); b) certidão negativa de veículos; c) certidão negativa de semoventes; d) extratos bancários dos últimos 3 meses de TODAS as contas bancárias de sua titularidade.
Embora tenha a parte autora postulado a justiça gratuita, deixou de carrear aos autos dados objetivos que provem a alegada insuficiência financeira, não sendo suficiente para tal conclusão a indicação do exercício de função de baixa remuneração, sobretudo considerando a comprovação de que sua família possui propriedade rural e dela aufere a renda suficiente para a subsistência, conforme documentos que acompanham a inicial. Por meio de uma análise perfunctória dos documentos que acompanham a inicial, concluo que tal situação é incompatível com a alegada hipossuficiência econômica.
1. Deste modo, não havendo comprovação da hipossuficiência, INDEFIRO a gratuidade.
2. Intime-se a autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, comprovando o recolhimento das custas processuais, no quantum de 2% (dois por cento) sobre o valor atribuído à causa, sob pena de indeferimento.
Cumprida a determinação acima, tornem os autos conclusos para as deliberações pertinentes.
Promova-se o necessário.
SERVE DE INTIMAÇÃO
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
BALCÃO virtual (CPE/cartório): https://meet.google.com/iaf-porq-nmf Telefone: (69)3309-8110 E-mail: cpeariquemes@tjro.jus.br SALA Virtual (Gabinete): https://meet.google.com/ojr-oeeq-psq - Localização: Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, na Av. Juscelino Kubitschek, n. 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes/RO Processo n.: 7010838-82.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 40.000,00
Última distribuição:14/07/2023
Autor: MARIA ROSANGELA SANTANA JORGE
Advogado do(a) AUTOR: MARCOS RODRIGUES CASSETARI JUNIOR, OAB nº RO1880, DENILSON SIGOLI JUNIOR, OAB nº RO6633, ALINE ANGELA DUARTE, OAB nº RO2095
Réu: ESTADO DE RONDONIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de ação de obrigação de fazer com tutela de urgência movida por MARIA ROSÂNGELA SANTANA JORGE em desfavor do ESTADO DE RONDÔNIA, em que busca a realização, com urgência, do procedimento cirúrgico de angioplastia. Requereu tutela de urgência. Documentos ao ID 93308827.
Vieram os autos conclusos.
O Conselho Nacional de Justiça, por meio das Jornadas de Direito da Saúde, aprovou enunciados que orientam as decisões judiciais em relação aos processos de saúde e, conforme estabelecido no Enunciado nº 03 aprovado na III Jornada de Direito da Saúde realizada em 18.03.2019, “nas ações envolvendo pretensões concessivas de serviços assistenciais de saúde, o interesse de agir somente se qualifica mediante comprovação da prévia negativa ou indisponibilidade da prestação no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS e na Saúde Suplementar”.
1. Assim, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar emenda à inicial com a consequente juntada de comprovante da prévia negativa do requerido ou indisponibilidade do procedimento no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS e na Saúde Suplementar, sob pena de indeferimento da Inicial.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO INTIMAÇÃO
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

Processo n.: 7010853-51.2023.8.22.0002
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Valor da Causa:R$ 32.426,24
Última distribuição:14/07/2023
Nome AUTOR: A. C. F. E. I. S., , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: ADVOGADOS DO AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA, OAB nº SP115665, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
NomeREU: J. C. B., CPF nº 34080732287, BARAO 421 LH 2 KM 8 0, ZONA RURAL ZONA RURAL - 76887-000 - CAMPO NOVO DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos, etc.
Trata-se de ação de busca e apreensão regido pelo Decreto-Lei 911/1969 em que não houve, até esta data, o pagamento das custas judiciais.
Assim, guarde-se, pelo prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas iniciais pela parte Autora.

Decorrido in albis o prazo para recolhimento das custas, o que deverá ser devidamente certificado, volte-me os autos conclusos para sentença de extinção.
Comprovado o recolhimento, e apenas nesta hipótese, recebo a inicial nos seguintes termos:
1. Sabe-se que com o advento do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), extinguiram-se as ações cautelares.
2. No caso dos autos, embora trate-se de procedimento especial do Decreto-Lei 911/1969, aplica-se concomitantemente aos requisitos específicos do artigo 3º do aludido Decreto, também os requisitos legais para concessão da TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA (SATISFATIVA/ANTECIPADA), prevista no artigo 300 do CPC, quais sejam: risco de dano, probabilidade do direito e reversibilidade da medida.
3. A probabilidade do direito sobre o qual se baseia o pedido de urgência evidencia-se pelo contrato de alienação fiduciária, bem como a mora do devedor, comprovada através do envio de notificação extrajudicial (art. 2º, § 2º, Decreto-lei 911/69).
4. De outro lado, o perigo de dano decorre da prejudicialidade na depreciação do veículo caso haja demora na restituição do mesmo à posse do requerente.
5. Ainda, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que, caso o requerido purgue a mora no prazo de 5 (cinco) dias, lhe será devolvido o veículo
6. Ante o exposto, determino liminarmente a busca, apreensão, vistoria e avaliação do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante na inicial e contrato, depositando-se o bem em mãos do autor ou de pessoa por ele autorizada, com a ressalva de que o veículo/motocicleta não deverá ser retirado da Comarca até o decurso do prazo de cinco dias fixados em lei para a consolidação da posse, sob pena de multa diária de dois salários-mínimos até o limite do valor do veículo.
7. Executada a liminar, cite-se a parte ré para que, no prazo de 5 dias, efetue o pagamento integral da dívida pendente, sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§§1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
8. Efetuado o pagamento, o autor deverá restituir o veículo à parte ré, comprovando nos autos.
9. No prazo de 15 dias, a contar da citação, a devedora fiduciante poderá apresentar contestação, atentando-se ao disposto no art. 231, II do CPC.
10. Autorizo o Senhor Oficial de Justiça a proceder, em sendo necessário, de acordo com o que prevê o artigo 212, § 2º do Novo Código Processo Civil e requisitar reforço policial, arrombamento, de tudo certificando.
11. Postergo, AINDA, o cumprimento do disposto no §9º do art. 3º, Decreto-lei 911/69, referente a inserção de gravame de circulação do veículo, junto ao RENAJUD, para depois de comprovação do pagamento da referida diligência.
12. Pratique-se e expeça-se o necessário.
13. Sirva a presente decisão como mandado para ser cumprida pelo Meirinho, que deverá observar o endereço e descrição do bem constante na contrafé, que segue anexa ao mandado.
13.1. A escrivania só deverá fazer a distribuição do mandado, após o recolhimento das custas iniciais.
Ariquemes/RO, quinta-feira, 21 de outubro de 2021.
Juiz MARCUS VINÍCIUS DOS SANTOS DE OLIVEIR

3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES
BALCÃO virtual (CPE/cartório): https://meet.google.com/iaf-porq-nmf SALA Virtual (Gabinete): https://meet.google.com/ojr-oeeq-psq E-mail: aqs3civel@tjro.jus.br, Telefone: (69) 3309-8123 - Localização: Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, na Av. Juscelino Kubitschek, n. 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes/RO
Processo n.: 7015548-87.2019.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$ 4.790,40
Última distribuição:06/11/2019
AUTOR: C. E. D. S. N., RUA GREGÓRIO DE MATOS 4013, - DE 3772/3773 AO FIM SETOR 06 - 76873-640 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉU: E. D. S., LOTE 43, ZONA RURAL BR 421 LINHA C 50 - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
1. INDEFIRO o pedido de para inclusão do nome da parte executada no cadastro de inadimplentes, via sistema SERASAJUD (art. 782, § 3º, CPC), uma vez que referida ferramenta não dispõe de mecanismo de controle automático das inscrições e das baixas, não havendo tempo nem servidor para executar um controle manual, o que não pode ser negligenciado, tendo em vista a responsabilidade civil envolvida em caso de falha.
Assim, até que haja um sistema eletrônico que permita operar com segurança as inscrições e baixas, o Juízo não fará uso do Serasajud.
2. Inexistindo notícias acerca de bens passíveis de penhora, determino a SUSPENSÃO do processo por 1 (um) ano, na forma do art. 921, §1º do CPC. Consigno que a suspensão ocorrerá em arquivo e, se requerido o desarquivamento neste período, à vista de localização de bens penhoráveis em nome da parte executada, restará isento das custas da taxa de desarquivamento.
2.1. Reitero que, desde já, eventual pedido de diligência já realizada nestes autos será indeferido, visto que a(s) diligência(s) já restara(m) infrutífera(s) uma vez.
3. Decorrido o prazo de suspensão, o feito permanecerá arquivado, passando a correr o prazo da prescrição intercorrente (art. 921, §4º, do CPC), imediatamente, cujo desarquivamento fica condicionado à demonstração de efetiva alteração da condição econômica do executado.
Intime-se.
Arquive-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7013750-23.2021.8.22.0002
Classe Processual: Cumprimento de sentença
Assunto: Auxílio por Incapacidade Temporária
Valor da Causa: R$ 14.726,76
AUTOR: MARIA SOCORRO PEREIRA, CPF nº 57321663272, AVENIDA PERIMETRAL LESTE 188, - ATÉ 702 - LADO PAR RAIO DE LUZ - 76876-072 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: PAULO HENRIQUE GONCALVES GONZAGA DA SILVA, OAB nº RO9460
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 2650, - DE 2025 A 2715 - LADO ÍMPAR SETOR INSTITUCIONAL - 76872-853 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Com pagamento do RPV, expeça-se alvará para levantamento da quantia depositada nos autos e, em seguida, volte ao arquivo.
Arquive-se.
Pratique-se o necessário.
Ariquemes, 17 de julho de 2023
Marcus Vinicius dos Santos Oliveira
Juiz de Direito

Processo n.: 7010863-95.2023.8.22.0002
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Valor da Causa:R$ 150.864,20
Última distribuição:14/07/2023
Nome AUTOR: B. B. F. S., , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: ADVOGADOS DO AUTOR: ROSANGELA DA ROSA CORREA, OAB nº AC5398, BRADESCO
NomeREU: V. M. D. P. J., CPF nº 01513992201, AVENIDA JAMARI 4876, - DE 1930 A 2246 - LADO PAR SETOR 02 - 76870-003 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos, etc.
Trata-se de ação de busca e apreensão regido pelo Decreto-Lei 911/1969 em que não houve, até esta data, o pagamento das custas judiciais.
Assim, guarde-se, pelo prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas iniciais pela parte Autora.
Decorrido in albis o prazo para recolhimento das custas, o que deverá ser devidamente certificado, volte-me os autos conclusos para sentença de extinção.
Comprovado o recolhimento, e apenas nesta hipótese, recebo a inicial nos seguintes termos:
1. Sabe-se que com o advento do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), extinguiram-se as ações cautelares.
2. No caso dos autos, embora trate-se de procedimento especial do Decreto-Lei 911/1969, aplica-se concomitantemente aos requisitos específicos do artigo 3º do aludido Decreto, também os requisitos legais para concessão da TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA (SATISFATIVA/ANTECIPADA), prevista no artigo 300 do CPC, quais sejam: risco de dano, probabilidade do direito e reversibilidade da medida.
3. A probabilidade do direito sobre o qual se baseia o pedido de urgência evidencia-se pelo contrato de alienação fiduciária, bem como a mora do devedor, comprovada através do envio de notificação extrajudicial (art. 2º, § 2º, Decreto-lei 911/69).
4. De outro lado, o perigo de dano decorre da prejudicialidade na depreciação do veículo caso haja demora na restituição do mesmo à posse do requerente.
5. Ainda, deve-se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que, caso o requerido purgue a mora no prazo de 5 (cinco) dias, lhe será devolvido o veículo
6. Ante o exposto, determino liminarmente a busca, apreensão, vistoria e avaliação do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante na inicial e contrato, depositando-se o bem em mãos do autor ou de pessoa por ele autorizada, com a ressalva de que o veículo/motocicleta não deverá ser retirado da Comarca até o decurso do prazo de cinco dias fixados em lei para a consolidação da posse, sob pena de multa diária de dois salários-mínimos até o limite do valor do veículo.
7. Executada a liminar, cite-se a parte ré para que, no prazo de 5 dias, efetue o pagamento integral da dívida pendente, sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§§1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04).
8. Efetuado o pagamento, o autor deverá restituir o veículo à parte ré, comprovando nos autos.
9. No prazo de 15 dias, a contar da citação, a devedora fiduciante poderá apresentar contestação, atentando-se ao disposto no art. 231, II do CPC.
10. Autorizo o Senhor Oficial de Justiça a proceder, em sendo necessário, de acordo com o que prevê o artigo 212, § 2º do Novo Código Processo Civil e requisitar reforço policial, arrombamento, de tudo certificando.
11. Postergo, AINDA, o cumprimento do disposto no §9º do art. 3º, Decreto-lei 911/69, referente a inserção de gravame de circulação do veículo, junto ao RENAJUD, para depois de comprovação do pagamento da referida diligência.
12. Pratique-se e expeça-se o necessário.
13. Sirva a presente decisão como mandado para ser cumprida pelo Meirinho, que deverá observar o endereço e descrição do bem constante na contrafé, que segue anexa ao mandado.
13.1. A escrivania só deverá fazer a distribuição do mandado, após o recolhimento das custas iniciais.
Ariquemes/RO, quinta-feira, 21 de outubro de 2021.
Juiz MARCUS VINÍCIUS DOS SANTOS DE OLIVEIR

4ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo: 7011229-42.2020.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Prestação de Serviços
Valor da Causa: R$ 2.836,90
EXEQUENTE: RADIO TV DO AMAZONAS LTDA, CNPJ nº 04387825000161, AVENIDA EPHIGÊNIO SALLES 1555 ALEIXO - 69060-020 - MANAUS - AMAZONAS
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FERNANDO JOSE GARCIA, OAB nº SP134719A, LETICIA APARECIDA FEITOZA DOS SANTOS, OAB nº SP392981
EXECUTADO: B.L. BARROS MOREIRA, CNPJ nº 28377934000247, AVENIDA CAPITÃO SÍLVIO 3790, - DE 3508 A 3798 - LADO PAR GRANDES ÁREAS - 76876-678 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: TIAGO JOSE ROTUNO VIEIRA, OAB nº RO9787
DECISÃO
Indefiro o pedido de bloqueio dos cartões de débito e crédito, uma vez que não serão úteis ao cumprimento da obrigação mas, apenas, meios de restringir os direitos individuais do executado.
Trata-se de meio desproporcional para satisfação da obrigação almejada, além do que atingirá direito de terceiro (operadora do cartão de crédito), no caso de bloqueio de cartão de crédito.
Na realidade, a medida pleiteada objetiva tão somente cassar direitos pessoais da parte executada, sem atingir diretamente o seu patrimônio para cumprimento da obrigação, o que não encontra respaldo na execução cível.
Note-se que não há relação direta entre o cumprimento da obrigação de pagar e a adoção das medidas pleiteadas, sendo estas absolutamente ineficazes para a consecução da finalidade do cumprimento de sentença ou execução.
O egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia nesse sentido, assim tem decidido:
“Agravo de instrumento. Cumprimento de sentença. Medidas indutivas e coercitivas. Utilidade. Art. 139, IV, NCPC. Prejuízo ao direito de ir e vir dos devedores. Embora o art. 139, IV, do CPC/2015 permita ao juiz determinar medidas atípicas para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária, no caso vertente, os elementos coligidos não convencem de que as providências em questão serão úteis ao atingimento do fim colimado na execução. Inadmissibilidade de se afetar o direito de ir e vir do executado para forçá-lo ao pagamento do débito.” (TJ/RO, 2ª Câmara Cível, AI n. 0801637-71.2017.822.0000, Rel. Des. Paulo Kiyochi Mori, julgado em 27/10/2017).
Ante a inexistência de bens, ARQUIVE-SE.
Saliento que encontrando bens, bastará ao credor pleitear o desarquivamento, sem o recolhimento de custas.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7014204-66.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 8.674,48
AUTOR: DINA PEREIRA DA SILVA, CPF nº 92835961291, RUA RIO MADEIRA 4273 JARDIM PARAISO - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: ANDREIA APARECIDA MATOS PAGLIARI, OAB nº RO7964
RÉU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, 13 DE MAIO CENTRO - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D’OESTE - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Despacho
Retifique-se a classe para Cumprimento de Sentença (arts. 523 e 525 do CPC).
INTIME-SE a (s) parte (s) executada (s), para conhecimento do presente cumprimento de sentença e, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da intimação, sob pena de multa de 10% (dez por cento), pagar voluntariamente o valor atualizado e discriminado do débito, acrescido de custas, se houver.
Transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, caso queira, nos próprios autos impugnação.
Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se dos atos de expropriação, o que desde já defiro.
Ademais, não havendo satisfação da obrigação no prazo previsto para pagamento voluntário, vistas a parte exequente para atualização do débito (multa e honorários de 10%).
Caso o exequente, queira ficar como depositário dos bens, deverá acompanhar as diligências do Oficial de Justiça. Do contrário ficará o executado como fiel depositários de eventuais bens penhorados (840, § 2º do NCPC).
Havendo pedido de pesquisa de valores e/ou bens nos sistemas conveniados, deverá comprovar o recolhimento das diligências requeridas, nos termos do artigo 17 da Lei 3.896/2016 - Lei de Custas, salvo se beneficiário da justiça gratuita.
Havendo o pagamento e a concordância da parte autora, expeça-se alvará.
Cumpra-se.
SIRVA A PRESENTE DE CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE CITAÇÃO E/OU INTIMAÇÃO E/OU PENHORA E/OU AVALIAÇÃO E/OU ARRESTO.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Fone: (69) 3309-8110; e-mail: cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo: 7006599-35.2023.8.22.0002
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Valor da Causa: R$ 32.510,13
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO, RUA MARINGÁ 520, - DE 450 A 804 - LADO PAR NOVA BRASÍLIA - 76908-402 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO, OAB nº RO6338, PROCURADORIA DA SICOOB CENTRO - COOPERATIVA DE CRÉDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: LAURO PAES LOPES, CPF nº 01896708196, RUA DO SABIÁ 1800, - DE 1529/1530 A 1823/1824 SETOR 02 - 76873-204 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Despacho
1. Deferi e realizei a busca de endereço do executado, via sistemas SIEL, RENAJUD e INFOJUD.
2. Quanto as informações obtidas, diga o exequente, em 15(quinze) dias.
3. Havendo pedido de renovação de ato, com a indicação do endereço, desde já defiro, após comprovado o recolhimento das custas da diligência pleiteada.
4. Com o recolhimento das custas, SERVE o presente para CITAÇÃO da parte requerida, quanto aos termos da decisão de ID 90331850
5. Decorrido prazo, sem manifestação, intime-se a parte autora, pessoalmente, sob pena de extinção por inércia.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo: 7005728-44.2019.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Contratos Bancários
Valor da Causa: R$ 112.329,73
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL, CNPJ nº 00000000000191, AVENIDA AMAZONAS 2356, CENTRO CENTRO - 76963-792 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419
EXECUTADOS: WANDERLEY ANTONIO DE MELO, CPF nº 10641041268, GLEYSON GOMES KER, CPF nº 97767409287
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: TAVIANA MOURA CAVALCANTI, OAB nº RO5334
DESPACHO
O imóvel indicado pelo exequente foi penhorado, conforme Auto de Penhora e Avaliação de ID. 92227922, no entanto o requerido não foi localizado para intimação.
Diante do exposto e para evitar futuras alegações de nulidade, fica o executado INTIMADO da penhora na pessoa de sua advogada, nos termos do artigo 841, § 1º, do CPC.
Intime-se o(a) postulante para, no prazo de 15 dias, coligir certidão de inteiro teor do imóvel, devidamente atualizada.
Sem impugnação e cumpridas as determinações acima, retornem-me os autos conclusos para deliberação acerca do pleito de ID. 92788153.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7005216-25.2023.8.22.0001
Classe: Inventário
Valor da Causa:R$ 80.000,00
AUTOR: CLAUDIA PEREIRA SAMPAIO SOUZA, CPF nº 87378027200, . ., . . - 87050-000 - MARINGÁ - PARANÁ, ELIZEU PEREIRA SAMPAIO, CPF nº 38638037287, ASSENTAMENTO NORTE SUL n ESTRADA BARRO BRANCO - 74917-260 - APARECIDA DE GOIÂNIA - GOIÁS, MOISES PEREIRA SAMPAIO, CPF nº 42236096291, RUA VALE DO ANARI 1874, - ATÉ 1828/1829 COQUEIRAL - 76875-766 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, EDNA SAMPAIO BIKER, CPF nº 62739565968, RUA VEREADOR CARLOS OSCAR 36 JARDIM ITAPUÃ - 13273-111 - VALINHOS - SÃO PAULO

Advogado do(a) AUTOR: MICHELE NOGUEIRA DE SOUZA, OAB nº RO9706
RÉU: MANOEL PEREIRA SAMPAIO, CPF nº 51030551987, RUA PIONEIRO NEREU MAZZER A, - ATÉ 1769/1770 JARDIM TÓQUIO - 87025-810 - MARINGÁ - PARANÁ, MARIA TEREZA SAMPAIO, CPF nº 51033569968, RUA PIONEIRO NEREU MAZZER A, - ATÉ 1769/1770 JARDIM TÓQUIO - 87025-810 - MARINGÁ - PARANÁ
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Defiro o prazo de 10 dias para juntada dos documentos faltantes, conforme requerido.
Após, voltem os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ CARTA/ CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7010444-75.2023.8.22.0002
Classe: Embargos de Terceiro Cível
Valor da Causa:R$ 55.968,00
AUTOR: RACHED MOHAMOUD ALI, CPF nº 06001459134, RUA PARAGUAI, - DE 3993/3994 AO FIM EMBRATEL - 76820-760 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: DIEGO RODRIGO RODRIGUES DE PAULA, OAB nº RO9507
RÉU: JOAO BATISTA CORREIA, CPF nº 68742509220, RUA FINLÂNDIA JARDIM EUROPA - 76871-294 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
1. Compulsando os autos, verifica-se que a petição inicial não está instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação, como documentos pessoais do embargante e comprovante de endereço.
1.1 Posto isso, intime-se a parte autora, por meio de seu patrono, para emendar a inicial, a fim de juntar aos autos os documentos pertinentes à propositura da ação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial (art. 321, parágrafo único, do CPC).
1.2 Quedando-se inerte, voltem os autos conclusos.
1.3 Com a juntada dos documentos, recebo os Embargos de Terceiro, para discussão.
2. Vincule-se este feito aos autos principais (processo n.7012278-55.2019.8.22.0002), nos termos do artigo 676 do CPC.
3. Cuida-se de embargos de terceiro, onde alega a parte autora/embargante que é proprietária do veículo HONDA/FIT TWIST – RENAVAM 00535480318 – PLACA JJC-8533, Chassi 93HGH6830EZ200776, Cor Azul, o qual estava na posse do executado quando foi penhorado e removido. Sustenta que a penhora e remoção do bem é ilegal, tendo em vista que, em verdade, integra o seu patrimônio. Requereu a suspensão liminar da medida constritiva e reintegração da posse sobre seu veículo.
A inicial foi instruída com documentos.
É a síntese necessária. DECIDO.
O artigo 678 do CPC prevê que, demonstrada suficientemente a posse da embargante ou o domínio sobre o bem, deve ser determinada a suspensão das medidas constritivas sobre os bens litigiosos objeto dos embargos, bem como a manutenção ou a reintegração provisória da posse, se o embargante a houver requerido.
Embora o documento do veículo esteja em nome do embargante, é ressabido que não se trata de prova plena de propriedade, que se opera, em bens móveis, pela tradição (1.226 e ss, CC). E, pelos documentos constantes nos autos de execução, verifica-se que o veículo penhorado foi encontrado na posse direta justamente do executado e não do embargante. A alegação de empréstimo do bem ao executado é dissociada de qualquer outro esclarecimento sobre sua ocorrência e/ou existência e depende de dilação probatória.
Ao que indica, estando o bem na posse e gozo do executado, há que concluir como inexistente, sob o grau de cognição sumária, prova mínima do que alega a justificar a suspensão imediata da medida constritiva, de que trata o art. 678 do CPC.
A nossa jurisprudência é no sentido de que:
Embargos de terceiro. Veículo. Propriedade. Devedor da ação executiva. Improcedência mantida. Não provada a aquisição lícita do bem objeto de penhora em ação de execução e presentes elementos documentais contundentes de que o bem é, de fato, de propriedade do devedor, devem ser rejeitados os embargos de terceiro visando ao levantamento da constrição judicial. (TJ-RO - APL: 00061745320118220001 RO 0006174-53.2011.822.0001, Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 23/06/2015.) Grifo nosso
Forte nestas razões, INDEFIRO a LIMINAR pleiteada, mantendo-se a constrição realizada, podendo a decisão ser revista após o contraditório.
4. Com supedâneo no art. 679 do CPC, CITE-SE a parte embargada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar CONTESTAÇÃO, atentando-se ao disposto no artigo 341 do Código de Processo Civil, segundo o qual não sendo contestado o pedido, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial.
5. A citação será feita na pessoa do advogado do Embargado (CPC, art. 677, §3º).
6. Findo o referido prazo, segue-se o procedimento comum (CPC, art. 679).
7. Translade-se cópia deste decisum para os autos n.7012278-55.2019.8.22.0002.
8. Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo: 7011267-93.2016.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Concurso de Credores
Valor da Causa: R$ 50.135,09
EXEQUENTE: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: SEBASTIAO DOUGLAS SORGE XAVIER, CPF nº 03227282828, IRMA PIA 180, APTO 05 JAGUARE - 05335-050 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, MAURO SUAIDEN, CPF nº 01563620820, SAO SEBASTIAO 560, APTO 1500 CENTRO - 75901-325 - RIO VERDE - GOIÁS, GERALDO ANTONIO PREARO, CPF nº 01563619814, 12 68, QD03 LT 50 APTO 1104 PQ SOLAR DO AGRESTE - 75907-255 - RIO VERDE - GOIÁS, MARGEN S.A., CNPJ nº 09377997000763, RODOVIA BR 364 S/N, KM 523,5 ZONA RURAL - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: LEANDRO MARTINHO LEITE, OAB nº SP174082, LAURINDO LEITE JUNIOR, OAB nº SP173229
DECISÃO
1. O pedido do exequente, constante do item “1” do ID. 92766083, para penhora de eventual crédito remanescente junto à Comarca de Rio Verde/GO, nos autos de n. 0156366-33.2014.8.09.0137, já foi objeto da decisão de ID. 81785743 e deferido.
1.1. Conforme movimentação processual de ID. 89899691, o ofício encaminhado à 2ª Vara Cível de Rio Verde/GO, foi recepcionado nos autos em 01/03/2023.
1.2. Aguarde-se a resposta do Juízo oficiado, decorrido o prazo, renove-se a solicitação de providências.
2. Indefere-se, de plano, o pleito de inscrição do nome do executado no SERASA, eis que nas execuções fiscais a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes pode ser realizada pelo próprio exequente.
Com efeito, convém esclarecer que o art. 782, §§ 3º a 5º, do CPC/2015, não impõe ao julgador o dever de determinar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes, tendo em vista o uso da forma verbal “pode”, tornando claro trata-se de faculdade atribuída ao juiz, a ser por ele exercida ou não, a depender das circunstâncias do caso concreto (REsp 1.762.254/PE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 16/11/2018).
In casu, não restou comprovada nenhuma dificuldade significativa ou impossibilidade do credor em efetivar o pedido de inscrição por seus próprios meios, sem a intervenção judicial.
Salienta-se, por oportuno, que é ônus da parte exequente promover os atos úteis e necessários ao regular andamento do processo, não cabendo ao Poder Judiciário substituí-la nas diligências que lhe são cabíveis, mas apenas lhe oportunizar a cobrança do crédito discutido nos autos.
Ora, a situação ideal a ser buscada é que os entes públicos firmem convênios mais vantajosos com os órgãos de proteção ao crédito, de modo a alcançar a quitação das dívidas com o mínimo de gastos e o máximo de eficiência. Isso permitirá que, antes mesmo de ajuizar execuções fiscais que abarrotarão as prateleiras (físicas ou virtuais) do Judiciário, os entes públicos se valham do protesto da CDA ou da negativação dos devedores, com uma maior perspectiva de sucesso.
3. Com a resposta do Juízo oficiado, dê-se vista ao exequente e voltem os autos conclusos para análise dos demais pedidos.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7010901-78.2021.8.22.0002
Classe Processual: Cumprimento de sentença
Assunto: Pagamento, Compra e Venda
Valor da Causa: R$ 1.246,12
REQUERENTE: VITOR FERNANDO HEINEN 00180788000, CNPJ nº 23560051000173, RUA LEMUEL SILVA DANTAS 3423, - DE 3482/3483 A 3819/3820 VILLAGE DO SOL - 76964-344 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: EZEQUIAS CRUZ DE SOUZA, OAB nº RO9740
REQUERIDO: ALZIRA EVARISTO DE SOUZA, RUA DO SABIÁ 1369, - ATÉ 1422/1423 SETOR 02 - 76873-118 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Vistos.
1. À parte exequente para apresentar o valor do débito atualizado, no prazo de 05 (cinco) dias, lembrando que este ônus compete às partes.
2. Com a informação, voltem conclusos para pesquisa via SISBAJUD e RENAJUD.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7011937-24.2022.8.22.0002
Classe Processual: Procedimento Comum Cível
Assunto: Produto Impróprio
Valor da Causa: R$ 66.205,98
AUTORES: CAMILA CAZETTA BARBOSA, CPF nº 04740892901, AVENIDA CAPITÃO SÍLVIO 5080, CONDOMÍNIO VILAGE NIPOTE ÁREAS ESPECIAIS 01 - 76870-002 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, CAROLAINY GONCALVES DA SILVA, CPF nº 00818152206, RUA SURINAME 2039 JARDIM AMÉRICA - 76871-004 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: MARINETE BISSOLI, OAB nº RO3838A
REU: HTM INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS LTDA, CNPJ nº 03271206000144, AVENIDA RIO NILO 209 JARDIM FIGUEIRA - 13904-380 - AMPARO - SÃO PAULO, WORKOUT COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, CNPJ nº 24550559000153, RUA ALEIXO NETTO 322, SALA 704 SANTA LÚCIA - 29056-100 - VITÓRIA - ESPÍRITO SANTO, ARKTUS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA., CNPJ nº 01417367000178, RUA ANTÔNIO VICTOR MAXIMIANO 107, BLOCO A PARQUE INDUSTRIAL II - 85825-000 - SANTA TEREZA DO OESTE - PARANÁ
ADVOGADOS DOS REU: LAIS DA SILVA PEREIRA, OAB nº SP390648, DANIEL MECHI BRUNHARA DE OLIVEIRA, OAB nº SP249702
DECISÃO
1. Um dos requeridos pleiteou a realização de audiência de conciliação, pedido com o qual anuíram os demais envolvidos.
2. O parágrafo 3º, do art. 3º, do Código de Processo Civil, alça a conciliação como um dos principais pilares na resolução dos conflitos.
Art. 3º (…)
§ 3o A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.
A concretização da autocomposição obtida por meio da conciliação representa a livre manifestação da vontade das partes, de que maneira que, quanto consolidada, espelha a melhor justiça que se pode obter na resolução de um conflito, pois resolve o litígio sem a vontade das partes seja substituída pela vontade do Estado-Juiz, exteriorizando o escopo social da jurisdição, qual seja, a pacificação social. O art. 139, II e V, do NCPC, assim preceitua:
Art. 139.
O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: (...) II - velar pela duração razoável do processo;
(...)
V - promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais;
Desta forma, primando pela celeridade processual, bem como atendendo aos anseios estabelecidos pelo Código de Processo Civil, que prima pela resolução dos conflitos pela autocomposição entre partes, este Juízo entende que, em processos como no caso em tela, a designação de audiência de conciliação prévia, além de homenagear ao princípio da celeridade processual, caminha ao encontro da nova sistemática processual trazida pela Lei 13.105/15 que, ao traçar as fundamentais do processo civil, priorizou a conciliação como forma de solução dos conflitos.
Ainda, o Código de Processo Civil, em seu §4º, do art. 334, estabelece que a audiência de conciliação não será realizada “se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual” ou “ quando não se admitir a auocomposição”. Por ora, nenhuma destas hipóteses se adéqua ao feito em apreço.
Demais disso, são relativamente altos os honorários periciais proposto, frente ao valor da causa, o que geraria somente maiores despesas às partes.
3. Considerando que a composição é a melhor forma de solucionar o conflito, DESIGNO audiência de tentativa de conciliação a ser realizada por videoconferência. À CPE para incluir em pauta a audiência de conciliação.
3.1 A solenidade será conduzida pelos conciliadores do NUCOMED.
3.2 Intime-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, informarem o contato telefônico e o endereço de e-mail, a fim de viabilizar a realização da audiência, sendo que contagem do prazo para a parte requerida inicia-se a partir da citação.
3.3 Informo as partes e ao NUCOMED que:
a) Se a parte ou seu advogado justificar o acesso à audiência por videoconferência apenas por meio de outro aplicativo, poderá o conciliador, excepcionalmente, realizar a audiência por tal meio.
b) O NUCOMED poderá alterar o tempo de duração das audiências de conciliação como forma de atender peculiaridades de sua realização em meio digital e outras características que indiquem necessidade de maior ou menor disponibilização de tempo.
3.4 Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos e envio do link de acesso à audiência virtual, observando-se o seguinte:
a) as partes e ou seus representantes serão comunicadas pelo seu advogado, que ficará com o ônus de informar a elas o link para acesso à audiência virtual.
b) Se as partes não tiverem um patrono constituído, a intimação ocorrerá por mensagem de texto por meio whatsapp, e-mail, carta ou mandado, nessa respectiva ordem de preferência.
c) Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Público ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria do órgão, com confirmação de recebimento.
5. As audiências somente serão canceladas ou adiadas pelo magistrado, não havendo decisões neste sentido, fica mantida a solenidade na data designada.
6. Suspendo por ora a realização da perícia e deixo de emitir manifestação quanto a proposta de honorários, frente a possibilidade de solução consensual.
6.1 Comunique-se ao perito, via sistema.
7. AS PARTES FICAM INTIMADAS, POR MEIO DE SEUS ADVOGADOS.
Ariquemes, 16 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7016019-98.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Reconhecimento / Dissolução
Valor da Causa: R$ 46.544,00
AUTORES: V. A. G., CPF nº 07741785230, RUA INHAMBU, N. 1120, SETOR 01 1120, AVENIDA PRINCIPAL, S/N SETOR 01 - 76864-970 - CUJUBIM - RONDÔNIA, L. Z. A., CPF nº 01092121269, RUA INHAMBU, N. 1120, SETOR 01, 1120, SETOR 01 SETOR 01 - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: DIEGO RODRIGO RODRIGUES DE PAULA, OAB nº RO9507
REU: E. G. L., GALO DA SERRA 1854, (69) 99271-5589 SETOR 01 - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Sem prejuízo do julgamento antecipado do mérito, especifiquem as partes, no PRAZO DE 15 DIAS, as provas que pretendem produzir, justificando a sua necessidade e pertinência para o deslinde da causa, sob pena de preclusão.
Em obediência ao princípio da economia processual, as partes que pretenderem produzir prova oral, deverão, no mesmo prazo de 15 dias, contados da intimação da presente decisão, depositar o ROL DAS TESTEMUNHAS (com a devida qualificação) cuja oitiva pretendem, observando-se o número legal, a possibilitar melhor adequação da pauta em caso de deferimento.
Ficam as partes advertidas de que a não apresentação do rol no prazo indicado acarretará a preclusão da oportunidade de produzir referida prova e tornará prejudicada a análise de tal pedido em momento posterior.
Em respeito a nova redação dada ao Art. 3º da Resolução CNJ n. 354/2020, pela Resolução n. 481 de 22 de novembro de 2022, as partes deverão manifestar-se expressamente sobre a conveniência da realização da audiência no formato telepresencial, salientando, desde logo, que o Juiz estará presente na unidade judiciária local. Em caso de oposição a manifestação deverá ser fundamentada, submetendo-se ao controle judicial.
Caso pretendam a produção de prova pericial, apresentem, desde logo, os seus quesitos, sob pena de preclusão.
Outrossim, as provas documentais deverão ser trazidas aos autos, no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão.
Intime-se o Ministério Público.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 16 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7009113-92.2022.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
AUTOR: IZABEL FELIZARDO
Advogados do(a) AUTOR: BRUNO ALVES DA SILVA CANDIDO - RO5825, MATHEUS RODRIGUES SILVA - RO11744
REU: CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
Advogado do(a) REU: LAZARO JOSE GOMES JUNIOR - OAB/GO 31757-A E OAB/MS 8125
INTIMAÇÃO AO RÉU - CUSTAS
Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais Finais. O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Advertência:
1) Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7000294-35.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: DAVI BATISTA DE SOUZA
REU: JOCINEI GOMES DE PAULA
INTIMAÇÃO Fica a parte AUTORA, no prazo de 15 dias, intimada acerca da petição ID 93194569 e para requerer o que de direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7008975-33.2019.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Valor da Causa:R$ 109.181,12
AUTOR: BANCO DA AMAZONIA SA, CNPJ nº 04902979000144, AVENIDA MARECHAL RONDON, - DE 228 A 570 - LADO PAR CENTRO - 76900-036 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: ELAINE AYRES BARROS, OAB nº RO8596, LUIZ GUSTAVO FLEURY CURADO BROM, OAB nº TO2939
RÉU: ELISANGELA APARECIDA GONCALVES, CPF nº 77279751253, AVENIDA CANDEIAS 1835, - DE 1905 A 1985 - LADO ÍMPAR ÁREAS ESPECIAIS - 76870-241 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, E. A. GONCALVES PIZZARIA - ME, CNPJ nº 15378121000149, AVENIDA CANDEIAS 1835, - DE 1905 A 1985 - LADO ÍMPAR ÁREAS ESPECIAIS - 76870-241 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Defiro o prazo de 15 dias ao exequente.
Após, oficie-se para cumprimento da decisão anterior, fazendo constar que a transferência dos valores descontados mensalmente sejam enviados para a conta Banco 03, CNPJ: 04.902.979/0100-26, Conta Corrente 330.020-8, Beneficiário: Banco Amazônia S/A.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ CARTA/ CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7014605-70.2019.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$ 4.560,73
AUTOR: HILGERT & CIA LTDA, CNPJ nº 22881858000650, AVENIDA CAPITÃO SÍLVIO, - DE 1953 A 2189 - LADO ÍMPAR ÁREAS ESPECIAIS 01 - 76870-002 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: RICARDO ALEXANDRO PORTO, OAB nº RO9442, GEIZA GORETE RIBEIRO, OAB nº RO10594
RÉU: ERLAN RIBEIRO, CPF nº 68282699268, BR 421, LINHA C 50, TRAVESSÃO 54, GLEBA 33, ZONA R, BR 421, LINHA C 50, TRAVESSÃO 54, GLEBA 33, ZONA R ÁREA RURAL DE ARIQUEMES - 76878-899 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Vistos.
Deferi e realizei a penhora eletrônica, vias sistema SISBAJUD, na modalidade denominada “teimosinha”, pelo qual a ordem de bloqueio é reiterada até que se atinja o montante solicitado e por um período máximo de trinta dias.
Outrossim, considerando a inviabilidade de consulta diária ao sistema, além deste juízo não dispor de servidores suficientes para tanto, fica a parte executada desde já advertida que tão logo tome conhecimento da ordem de bloqueio, independentemente da intimação prevista no art. 854, §3º do CPC, que entre em contato com este juízo informando a ocorrência do bloqueio, através do e-mail cpeariquemes@tjro.jus.br ou pelo telefone da Central de Atendimento (69) 3309-8110, a fim de agilizar a análise nos termos do art. 854 e ss. do CPC e desbloqueio de eventual quantia excessiva.
Sendo assim, o feito permanecerá suspenso por este período (30 dias), decorrido o prazo venham os autos conclusos para verificação da diligência.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 0009415-90.2015.8.22.0002
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Valor da Causa:R$ 0,00
AUTOR: A. C. N. L., CPF nº DESCONHECIDO
Advogado do(a) AUTOR: BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO, OAB nº RO2991, MARCOS RODRIGUES CASSETARI JUNIOR, OAB nº RO1880
RÉU: L. C. L., CPF nº 90242947204, AV. CUJUBIM 2057 CENTRO - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Diante do equívoco narrado, expeça-se alvará para transferência do montante de R$17.958,30 para conta judicial vinculada aos autos n. 7001671-88.2021.8.22.0009, em trâmite na 2ª Vara Cível de Pimenta Bueno, devendo o remanescente permanecer em conta judicial vinculada a estes autos.
Fica a parte exequente intimada a informar conta bancária para expedição de alvará de transferência no prazo de 10 dias.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ CARTA/ CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo: 7001043-91.2019.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Indenização por Dano Moral, Lei de Imprensa, Direito de Imagem
Valor da Causa: R$ 50.000,00
APELANTE: RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ nº 60628369000418, AVENIDA DAS AMÉRICAS 18000, - DE 15598 A 20000 - LADO PAR RECREIO DOS BANDEIRANTES - 22790-704 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS DO APELANTE: BELMIRO ROGERIO DUARTE BERMUDES NETO, OAB nº RO5890, PAULO STEPHANI JARDIM, OAB nº RO8557, ANDRESSA RODRIGUES DE SOUZA, OAB nº RO8233
APELADO: KAROLAYNE DA SILVA CABO, CPF nº 04029361242, RUA FLORIANÓPOLIS 2859, - DE 2766/2767 AO FIM SETOR 03 - 76870-334 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO APELADO: ANA PAULA BATISTA POLI, OAB nº SP155063, LUIZ EDUARDO BOAVENTURA PACIFICO, OAB nº RJ181391, TULIO HENRIQUE DE ALMEIDA SILVA, OAB nº RO7403
SENTENÇA
Trata-se de Ação de Procedimento Comum Cível movida por KAROLINE DA SILVA CABO em face de RADIO E TELEVISÃO RECORD S.A.
As partes juntaram petição requerendo a homologação do acordo (ID 93014632). Posteriormente a requerida juntou comprovante de pagamento do valor pactuado, e requereu a extinção do feito em razão do cumprimento da obrigação (ID 93284561).
Diante do pagamento do débito, dou por cumprida a obrigação e, consequentemente, julgo extinto o feito com fulcro no artigo 924, II, do Código de Processo Civil.
Fica a requerida RADIO E TELEVISÃO RECORD S.A, intimada a proceder o pagamento das custas processuais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa.
Sentença transitada em julgado nesta data, ante a preclusão lógica (CPC, artigo 1.000).
P. R. I.
Pagas as custas ou protestadas, ARQUIVE-SE.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7000303-94.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa: R$ 21.774,00
AUTOR: ERENILDA MARCELINO OLIVEIRA DE SOUZA, CPF nº 64909395253, TRAVESSÃO B-40, LINHA C-50 S/N, ALAGADO RIO CANAÃ ÁREA RURAL DE ARIQUEMES - 76878-899 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: JOAO BATISTA BATISTI, OAB nº RO7211, LEILA ZINCZUK, OAB nº RO11833
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 2375, - DE 2025 A 2715 - LADO ÍMPAR SETOR INSTITUCIONAL - 76872-853 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
SENTENÇA
I- RELATÓRIO
ERENILDA MARCELINO OLIVEIRA DE SOUZA ajuizou a presente AÇÃO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA E/OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, nos termos da Lei 8.742/93, alegando, em suma, padecer hérnia discal cervical, transtornos de discos cervicais com radiculopatia, Fibromialgia, Transtornos de discos lombares e de outros discos intervertebrais com radiculopatia, episódios depressivos e outras espondiloses enfermidade que a torna incapaz de trabalhar e de participar da vida social. Requer o pagamento de auxílio doença ou aposentadoria por invalidez. A inicial veio instruída de documentos.
Recebida a inicial, foi deferida a gratuidade processual e nomeado médico perito para o deslinde da ação (ID:85716719).
Laudo médico pericial ao (ID:90707854).
Citado, o INSS apresentou contestação alegando, preliminarmente, litispendência. No mérito, discorreu acerca dos requisitos para deferimento dos benefícios (ID:91464916).
Em réplica, a parte apresentou esclarecimento quanto à alegada litispendência (ID:92985903).
É o relatório. DECIDO.
II- FUNDAMENTAÇÃO
O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento ou outras diligências para a produção de novas provas.
DA PRELIMINAR DE LITISPENDÊNCIA
É cediço que a litispendência ocorre quando há identidade de partes, causa de pedir e pedido entre duas demandas judiciais em curso.
No entanto, no presente caso, não se verifica a presença desses elementos. A ação em questão refere-se a um novo requerimento administrativo referente à benefício diverso, o qual ainda não foi objeto de análise pelo INSS.

Portanto, não há uma demanda judicial anterior em curso que trate dos mesmos fatos e pedidos, especialmente porque os autos que tramitam perante a Justiça Federal refere-se à seguro defeso ao pescador artesanal profissional, enquanto estes visam a concessão de benefício por incapacidade.
Assim, não se verificando os requisitos necessários para a configuração da litispendência, rejeito a preliminar apresentada pela parte requerida.
III-MÉRITO
Trata-se de ação previdenciária na qual a parte autora objetiva a concessão do benefício de auxílio-doença c/c conversão em aposentadoria por invalidez, caso assim seja determinado em perícia médica.
Presentes estão as condições da ação, os pressupostos de constituição e desenvolvimento da relação processual, interesse processual e da legitimidade das partes.
Para a concessão do benefício pretendido faz-se necessário o preenchimento de alguns requisitos legais.
Conforme o disposto no art. 59 da Lei n.º 8.213/91, o auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigida nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
A aposentadoria por invalidez, por sua vez, será concedida ao segurado que, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, sendo-lhe paga enquanto permanecer nessa condição, nos termos do art. 42 da Lei n.º 8.213/91.
A legislação previdenciária estabelece que a carência exigida para a obtenção desses benefícios é de 12 (doze) contribuições mensais (art. 25, I), salvo nos casos legalmente previstos.
Em sendo a incapacidade anterior à filiação a Previdência Social, ou à recuperação da condição de segurado, resulta afastada a cobertura previdenciária (art. 42, § 2º e art. 59, § 1º).
DA QUALIDADE DE SEGURADO
Sustenta a parte autora que é pescadora artesanal e, por isso, possui qualidade de segurada especial.
Acerca dos segurados especiais, dispõe o art. 11, VII, da Lei de Benefícios. In verbis:
Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas: (Redação dada pela Lei nº 8.647, de 1993)
VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de: (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008)
[...]
b) pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008
No caso concreto, foi constatado que a parte autora se encaixa-se na qualidade de segurada especial, posto que é pescadora profissional, fato atestado pela carteira de pescador profissional (ID: 85716723), obtendo o primeiro registro em 30/10/2005.
Desse modo, considerando que a autora requereu o benefício em 31/03/2022, tem-se comprovada a sua qualidade de segurada e a carência necessária.
Deste modo, passo ao exame da incapacidade.
DA INCAPACIDADE
Em perícia médica realizada, o perito, inicialmente, descreveu a respeito da autora:
Periciado, sexo feminino, 52 anos de idade, pescadora, grau de escolaridade: 4º ano ensino fundamental, ingressa a perícia médica deambulando com dificuldade, verbalizando, lucida e orientada no tempo e espaço, humor depressivo, ansiosa, com queixas de dores intensa coluna cervical com irradiação membros superiores (MMSS), algia coluna lombar com irradiação para membros inferiores (MMII), e parestesia dificuldade de permanecer por longos períodos em pé, pegar carga manual de peso, e histórico hérnia discal cervical C3-C4, C4-C5, discopatia degenerativa, com limitação amplitude movimento em 75% MMSS, limitação em 50% MMII.
Indagado quanto à eventuais limitações da autora, consignou o perito:
a) O periciando é portador de doença ou lesão? Qual(is)? Informar CID.
Resposta: Hérnia discal cervical C3-C4, C4-C5, discopatia degenerativa. CID 10. M47.8 Outras espondiloses CID 10. M50.1 Transtornos de discos cervicais com radiculopatia CID 10. M79.7 Fibromialgia CID 10. F31 Episódios depressivos CID 10. M51.1 Transtornos de discos lombares e de outros discos intervertebrais com radiculopatia. Radiculopatia é o termo usado para descrever os sintomas de irritação da raiz nervosa, que podem incluir dor, dormência, formigamento e fraqueza. Parestesia é a sensação de formigamento ou dormência que acomete mãos, pés, pernas e braços, além de outras partes, como a boca e orelhas.
c) Quais as limitações físicas ou intelectuais decorrentes da doença ou lesão? Descrever detalhadamente.
Resposta: Física. Dores intensa coluna cervical com irradiação MMSS, algia coluna lombar com irradiação para MMII, e parestesia MMII e MMSS, dificuldade deambular, não pode realizar atividades que exijam esforço físico e movimento repetitivo, podendo agravar a lesão, restrições ao trabalho que exige extensa jornada diária, submetido ao excesso, posição desfavorável, longas caminhadas nas realizações de tarefas, ficar por longo período em pé, com limitação amplitude movimento em 75% MMSS e limitação amplitude movimento em 50% MMII.
d) O periciando, em razão de seu quadro clínico, está incapacitado para o desempenho da atividade que habitualmente exercia?
Resposta: Sim. Total, permanente.
e) O periciando está apto para desempenhar atividade diversa da sua atividade habitual? Que tipo de atividade?
Resposta: Não. Incapacidade total, permanente. Sugiro afastamento definitivo das atividades que exijam esforço físico, para controle e acompanhamento com equipe multidisciplinar.
Quanto aos quesitos referentes à capacidade laboral do autor, concluiu o perito pela sua incapacidade total e permanente. Vejamos:
g) O grau de incapacidade para o trabalho do periciando pode ser classificado como?
Resposta : permanente, total.
h) Caso a resposta aos quesitos “d” e “e” seja afirmativa, informar se da incapacidade decorre (marque somente uma das alternativas):
(x) impossibilidade de recuperação (incapacidade permanente);
ou ( ) possibilidade de recuperação (incapacidade temporária).
A partir das conclusões do médico do juízo, “o quadro do periciando é incapacitante, progressivo, total, permanente sugiro afastamento definitivo das atividades laborais que exijam esforço físico para tratamento e acompanhamento com equipe multidisciplinar”.

Diante disso, considerando as nuances do caso concreto, reconhecendo a existência da incapacidade total e permanente para suas atividades habituais, aliada a fatores como idade, escolaridade e o seu histórico profissional, corroboram a necessidade de concessão da aposentadoria por invalidez, haja vista a impossibilidade em promover a sua reabilitação profissional.

A jurisprudência dominante caminha no sentido de que o trabalhador tem direito à aposentadoria por invalidez quando, incapacitado definitivamente para seu trabalho ou suas ocupações habituais, a reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência se mostrar impraticável, em razão de limitações pessoais ou sociais. Vejamos:

E M E N T A PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ/AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE LABORATIVA PARA ATIVIDADE HABITUAL. CONDIÇÕES PESSOAIS. REQUISITOS PREENCHIDOS. 1. A concessão de aposentadoria por invalidez reclama que o requerente seja segurado da Previdência Social, tenha cumprido o período de carência de 12 (doze) contribuições, e esteja incapacitado, total e definitivamente, ao trabalho (art. 201, I, da CR/88 e art. 18, I, a; 25, I e 42 da Lei nº 8.213/91). Idênticos requisitos são exigidos à outorga de auxílio-doença, cuja diferença centra-se na duração da incapacidade (artigos 25, I, e 59 da Lei nº 8.213/91). 2. No que se refere ao requisito da incapacidade, o laudo pericial realizado em 07/03/2019 (ID 163855735), complementado (ID 163855792), atestou que o autor, aos 53 anos de idade, é portador de artrose na coluna lombar, discopatia lombar com radiculopatia, espondiloartrose, pinçamento do espaço intervertebral entre L4, L5 e L5 S1, escoliose de convexidade à direita, com membro inferior direito com 25,5 cm e membro inferior esquerdo com 25,.9 cm, membro inferior direito mais curto 4mm, dorsalgia, alterações de modelagem da extremidade proximal do fêmur bilateralmente, redução dos espaços articulares, artrose de ambas articulações, coxo-femural, caracterizadora de incapacidade total e permanente para sua atividade de jardineiro, com data de início da incapacidade desde 04/09/2012. 3. Desse modo, considerando a incapacidade da parte autora para a sua atividade habitual, bem como as suas condições pessoais, ou seja, baixa escolaridade, idade superior a 55 (cinquenta e cinco) anos, e tendo trabalhado somente em atividades braçais ao longo de sua vida, e levando-se em conta as suas patologias, o que torna difícil sua colocação em outras atividades no mercado de trabalho, entendo que restaram preenchidas as exigências à concessão da aposentadoria por invalidez. 4. Assim, positivados os requisitos legais, reconhece-se o direito da parte autora à concessão da aposentadoria por invalidez, a partir do dia seguinte a cessação do último benefício recebido (28/07/2018), conforme fixado na r. sentença. 5. Apelação do INSS não provida. (TRF-3 - ApCiv: 51216435320214039999 SP, Relator: Desembargador Federal TORU YAMAMOTO, Data de Julgamento: 05/02/2022, 7ª Turma, Data de Publicação: DJEN DATA: 10/02/2022) – destaquei.

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. CONCESSÃO APOSENTADORIA POR INVALIDEZ URBANA. QUALIDADE DE SEGURADO, CARÊNCIA E INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO SEM POSSIBILIDADE DE REABILITAÇÃO. 1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais; c) a incapacidade parcial ou total e temporária (auxílio-doença) ou total e permanente (aposentadoria por invalidez) para atividade laboral. 2. Na hipótese dos autos, o IFBEM de fl. 35 comprova o gozo de benefício até 11.12.2008, restando superada a qualidade de segurada da parte autora, bem como o período de carência (art. 27, I e II, da Lei n. 8.213/91). 3. No que se refere ao requisito da incapacidade, o laudo pericial (fl. 52) atestou que a parte autora sofre de síndrome do túnel do carpo, que a torna total e permanentemente incapaz, sem possibilidade de reabilitação para a atividade de faxineira. 4. DIB: devida a concessão de aposentadoria por invalidez desde a cessação, observada a prescrição quinquenal. 5. Quanto aos consectários legais, o STF, no RE 870947, afastou a TR como índice de correção monetária dos débitos judiciais da Fazenda Pública. A correção monetária deverá adotar o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), mesmo para o período anterior à expedição do precatório. Os juros de mora devem incidir nos termos e nos moldes previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal. 6. Os honorários advocatícios ficam majorados em 2% (dois por cento), a teor do disposto no artigo 85, §§ 2º, 3º e 11º do CPC, totalizando o quantum de 12% (doze por cento) calculado sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença. 7. A antecipação de tutela deve ser mantida, porque presentes os requisitos e os recursos eventualmente interpostos contra o acórdão têm previsão de serem recebidos apenas no efeito devolutivo. 8. A jurisprudência majoritária desta Corte é contrária à aplicação de multa diária contra a Fazenda Pública, a não ser que comprovada a recalcitrância do ente público no cumprimento de decisão judicial. Hipótese não configurada. 9. Apelação não provida. (TRF-1 - AC: 10258903120204019999, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO, Data de Julgamento: 04/05/2022, 2ª Turma, Data de Publicação: PJe 09/05/2022 PAG PJe 09/05/2022 PAG) – destaquei.

PREVIDENCIÁRIO. RESTABELECIMENTO AUXÍLIO-DOENÇA. CONVERSÃO APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR URBANO. REQUISITOS PRESENTES. CONDIÇÃO DE SEGURADO COMPROVADA. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. INCAPACIDADE LABORAL DECORRENTE DE AGRAVAMENTO DE DOENÇA. POSSIBILIDADE CONCESSÃO. HONORÁRIOS RECURSAIS. ART. 85, § 11, DO CPC/2015. 1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais, salvo nas hipóteses previstas no art. 26, II, da Lei 8.213/1991; c) incapacidade para o trabalho ou atividade habitual por mais de 15 dias ou, na hipótese da aposentadoria por invalidez, incapacidade (permanente e total) para atividade laboral. 2. A aposentadoria por invalidez será concedida, nos termos do art. 42 da Lei n. 8.213/1991, ao segurado que, estando ou não em gozo do auxílio-doença, for considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e será paga enquanto permanecer nessa situação. 3. Doença e incapacidade não se confundem. No caso, ainda que a doença tenha iniciado na infância (transtorno bipolar), está demonstrado nos autos que a incapacidade da autora é decorrente de agravamento da patologia, porquanto houve atividade laborativa com vínculo empregatício regular durante determinado período de tempo. 4. Comprovadas a qualidade de segurado, a carência e a incapacidade, deve ser concedido o benefício de aposentadoria por invalidez, estando a segurada obrigada a sujeitar-se a exame médico-pericial periódico (art. 70 da Lei n. 8.212/1991 e art. 101 da Lei n. 8.213/1991), ainda que o direito ao benefício tenha sido assegurado apenas em juízo, exceto se maior de 60 anos. 5. A sentença foi publicada na vigência do atual CPC (a partir de 18/03/2016, inclusive), devendo-se aplicar o disposto no art. 85, § 11, arbitrando-se honorários advocatícios recursais. 6. Apelação do INSS e remessa oficial desprovidas.(TRF-1 - AC: 00155811120184019199, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, Data de Julgamento: 10/10/2018, PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: 31/10/2018) – destaquei.

Salienta-se que o presente caso não reclama oitiva de testemunhas porque a controvérsia gira em torno exclusivamente da condição laborativa da requerente, circunstância que se apura por meio de prova técnica (perícia), não sendo útil a prova testemunhal para resolver essa dúvida.

Assim, as provas carreadas nos autos evidenciam, o quanto basta, que a autora faz jus ao benefício de aposentadoria por invalidez.

IV-DISPOSITIVO
Ante o exposto, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial da ação proposta por ERENILDA MARCELINO OLIVEIRA DE SOUZA contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS para o fim de CONDENÁ-LO a CONCEDER o benefício de aposentadoria por invalidez, desde a data do requerimento administrativo em 31/03/22 (ID: 85716724).
Presentes os requisitos do artigo 300, do Código de Processo Civil, ou seja, a verossimilhança do pedido e o risco de dano, CONCEDO a tutela antecipada para que o INSS implemente o benefício em favor do autor. Ademais, que a autarquia comprove a implementação do benefício no prazo de 5 (cinco) dias.
O valor do benefício deverá obedecer ao disposto no art. 26, §2° e §3° da Emenda Constitucional n. 103/19.
As prestações em atraso deverão ser pagas de uma só vez e são devidas desde a cessação do benefício de auxílio-doença.
A correção monetária deverá incidir na forma do Manual de Cálculos da Justiça Federal. Os juros de mora deverão ser aplicados de acordo com os índices oficiais da Caderneta de Poupança e são devidos a partir da data da citação.
Sem custas.
Considerando que a sentença é ilíquida, atento ao inciso II do § 4º, do art. 85 do CPC, postergo a fixação dos honorários advocatícios quando da liquidação da sentença.
Decisão não sujeita ao reexame necessário, embora ilíquida, tendo em vista que, de acordo com o CPC, a sentença não está sujeita a duplo grau de jurisdição quando a condenação for de valor inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos (art. 496, § 3º, inc. I).
Extingo o feito, com apreciação do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
P. R. I.
Após o trânsito em julgado, aguarde-se em cartório, sem manifestação, arquive-se.
SERVE DE INTIMAÇÃO E DE OFÍCIO.
Ariquemes, 16 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7007679-44.2017.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: AMBROSINA DIAS NOBRE
Advogados do(a) REQUERENTE: DANIELLI VITORIA SABADINI - RO10128, JOSE CARLOS SABADINI JUNIOR - RO8698
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7006097-33.2022.8.22.0002
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogados do(a) AUTOR: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS - SP156187, ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - RO8599
REU: EMERSON PAULO MENDES DA SILVA
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS OFICIAL DE JUSTIÇA
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do mandado, fica a parte AUTORA, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada, para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada conforme tabela abaixo.
Fica a parte advertida que em se tratando de mandado de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural).
O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo: 7006327-41.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Capitalização / Anatocismo
Valor da Causa: R$ 26.557,92
AUTOR: REGINALDO DA SILVA QUEIROZ, CPF nº 00582510228, RUA SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ COQUEIRAL - 76875-776 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JOSSERRAND MASSIMO VOLPON, OAB nº DF34281
REU: BANCO PAN S.A., - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, PROCURADORIA BANCO PAN S.A
DESPACHO
Em análise aos autos, verifica-se notícia da interposição de Agravo de Instrumento pelo autor, no entanto, não juntou aos autos a distribuição do agravo perante o e. TJ/RO.
Assim, intime-se para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovarem a distribuição do recurso.
Após, tornem os autos conclusos.
Pratique-se o necessário.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7006528-67.2022.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$ 28.824,00
AUTOR: NIVALDO CARRARA, CPF nº 32599935920, RUA UBATUBA 2803 JARDIM PAULISTA - 76871-270 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: ERLETE SIQUEIRA, OAB nº RO3778
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Despacho
Considerando a tentativa infrutífera de implementação do benefício concedido ao autor, INTIME-SE o INSS novamente, COM URGÊNCIA, para que proceda a CORREÇÃO DA RMI do autor, conforme petição de ID. 85878897 e sentença de ID. 80433613, bem como ADICIONE junto ao CNIS do requerente, a data final de contribuição prestado junto a "FARMÁCIA DROGAMIL LTDA", a saber: 01/05/2002, no prazo de 15 dias, sem prejuízo de arbitramento de multa em caso de descumprimento.
Encaminhe-se no expediente cópia dos documentos pessoais da parte autora, da petição de ID. 85878897 e sentença de ID. 80433613.
A intimação deverá ser realizada por mandado ao Gerente da Autarquia, no seguinte endereço: Av. Campos Sales, nº3132 - Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 78.801-281.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7013362-57.2020.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$ 62.388,00
AUTOR: ESMERALDA GONCALVES DE OLIVEIRA, CPF nº 28812875220, RUA EUCLIDES DA CUNHA 3623, - DE 3612/3613 A 3892/3893 SETOR 06 - 76873-646 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: SILVANA FERREIRA, OAB nº RO6695A
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 2375 SETOR INSTITUCIONAL - 76872-853 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Os autos foram remetidos à contadoria para verificação do cálculo, especialmente quanto à RMI dada a insurgência da parte exequente do valor implantado pelo INSS.
Todavia, a contadoria verificou excesso de meses no cálculo da RMI elaborado pela exequente.
Vejamos:
2- Certifico ainda que, analisando a planilha apresentada pela parte autora no id 87874418, foi possível verificar um excesso de meses no cômputo dos salários de contribuição conforme demonstração abaixo:

A exequente inseriu ao cálculo período de contribuição após a data da DIB, ou seja, a aposentadoria especial foi dada pela sentença desde 05/09/2017 e, a parte autora, no momento de fazer o cálculo da RMI, acrescentou o período de 09/2017 até 07/2021, perfazendo um total de 47 meses a mais, o que elevou o valor da RMI. Informo que, para elaboração do cálculo dos salários de contribuição deve se levar em consideração os salários de contribuição até o mês anterior a DIB, que neste caso, 08/2017, visto que a DIB é de 09/2017.
3- A Contadoria verificou que, conforme a Carta de Concessão (documento oficial do INSS) de id 83501717, o executado observou o limite final em 08/2017, mês anterior a DIB para cálculo da RMI.
4- O excesso de meses computado pela exequente é a principal causa da divergência no valor da RMI.
Dessa forma, restou esclarecido o motivo da divergência da RMI (erro no cálculo da exequente), razão pela qual reputo correta a RMI implementada pelo INSS.
Assim, considerando que a RMI apresentada pela exequente foi equivocada, deverá apresentar novos cálculos retroativos, observando a RMI implementada pelo INSS. Para tanto, defiro o prazo de 15 dias.
Apresentada os cálculos, intime-se o INSS para impugnação em 30 dias.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ CARTA/ CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7004063-85.2022.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$ 19.185,58
AUTOR: JOAO GABRIEL DA COSTA, CPF nº 34843795291, RUA RIO NEGRO 4903, - DE 4549 A 5019 - LADO ÍMPAR GRANDES ÁREAS - 76876-658 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: FRANCKLANE SENA DA SILVA JUNIOR, OAB nº DESCONHECIDO
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA CAMPOS SALES 3132, - DE 3021 A 3197 - LADO ÍMPAR OLARIA - 76801-243 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DESPACHO
Consigno que, por ora, o cumprimento de sentença visa o cumprimento da obrigação de fazer, sendo a análise da fixação de honorários postergados para após o cumprimento a fim de evitar tumulto processual.
A decisão de id: 91393087 determinou a intimação do INSS por meio de mandado.
Dessa forma, cumpra-se o determinado.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ CARTA/ CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7005405-34.2022.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Valor da Causa:R$ 27.363,67
AUTOR: INOVACAO COR COMERCIO VAREJISTA DE TINTAS LTDA - ME, CNPJ nº 20974379000148, AVENIDA CANDEIAS 2291, - DE 2037 A 2329 - LADO ÍMPAR ÁREAS ESPECIAIS - 76870-281 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: ANDERSON CARVALHO DA MATTA, OAB nº RO6396A
RÉU: COUTINHO SILVA CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ nº 28175704000114, RUA JACY FLORES 1751 VILA DE RONDÔNIA - 76900-467 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: LUCIANA NOGAROL PAGOTTO, OAB nº RO4198A
Despacho
Vistos.
Ante manifestação da exequente no ID 932367722, de que não tem interesse no bem ofertado, deferi e realizei a penhora eletrônica, vias sistema SISBAJUD, na modalidade denominada “teimosinha”, pelo qual a ordem de bloqueio é reiterada até que se atinja o montante solicitado e por um período máximo de trinta dias.
Outrossim, considerando a inviabilidade de consulta diária ao sistema, além deste juízo não dispor de servidores suficientes para tanto, fica a parte executada desde já advertida que tão logo tome conhecimento da ordem de bloqueio, independentemente da intimação prevista no art. 854, §3º do CPC, que entre em contato com este juízo informando a ocorrência do bloqueio, através do e-mail cpeariquemes@tjro.jus.br ou pelo telefone da Central de Atendimento (69) 3309-8110, a fim de agilizar a análise nos termos do art. 854 e ss. do CPC e desbloqueio de eventual quantia excessiva.
Sendo assim, decorrido o prazo de 30(trinta) dias, venham os autos conclusos para verificação da diligência.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7002638-57.2021.8.22.0002
Classe: Embargos à Execução
Valor da Causa:R$ 4.302,80
AUTOR: CIRCA APARECIDA DA SILVA SANTOS, CPF nº 52949788220, RAMAL LINHA C 65 4934, RUA JACAREÍ N 4.934 CONDOMÍNIO SÃO PAULO - 76874-501 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: DINAIR APARECIDA DA SILVA, OAB nº RO6736
RÉU: JESSICA MORAES MIRANDA, CPF nº 03487353245, RUA BELIZE 4127 JARDIM AMÉRICA - 76871-031 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, ELIELSON DE CAMPOS SOUZA, CPF nº 01092085289, RUA BELIZE 4127 JARDIM AMÉRICA - 76871-031 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: NATALIA AQUINO OLIVEIRA, OAB nº RO9849, VERGILIO PEREIRA REZENDE, OAB nº RO4068
DESPACHO
Retifique-se a classe para Cumprimento de Sentença (arts. 523 e 525 do CPC).
INTIME-SE a (s) parte (s) executada (s), para conhecimento do presente cumprimento de sentença e, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da intimação, sob pena de multa de 10% (dez por cento), pagar voluntariamente o valor atualizado e discriminado do débito, acrescido de custas, se houver.
Transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, caso queira, nos próprios autos impugnação.
Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se dos atos de expropriação, o que desde já defiro.
Ademais, não havendo satisfação da obrigação no prazo previsto para pagamento voluntário, vistas a parte exequente para atualização do débito (multa e honorários de 10%).
Caso o exequente, queira ficar como depositário dos bens, deverá acompanhar as diligências do Oficial de Justiça. Do contrário ficará o executado como fiel depositários de eventuais bens penhorados (840, § 2º do NCPC).
Havendo pedido de pesquisa de valores e/ou bens nos sistemas conveniados, deverá comprovar o recolhimento das diligências requeridas, nos termos do artigo 17 da Lei 3.896/2016 - Lei de Custas, salvo se beneficiário da justiça gratuita.
Havendo o pagamento e a concordância da parte autora, expeça-se alvará.
Cumpra-se.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7010843-07.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 14.300,00
AUTOR: LAUDICELHA SANTOS DA SILVA, CPF nº 00499031288, RUA SACRAMENTO 5221, - ATÉ 5280/5281 SETOR 09 - 76876-232 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR, OAB nº RO2640
RÉU: I., AV 16 DE JUNHO COM RUA NOROESTE SN CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
1. Defiro a gratuidade processual.
2. Considerando que se trata de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, indispensável, no caso, a perícia médica. Para sua realização, nomeio o médico DR. DANIEL MARQUES FRANCO, médico especializado em ortopedia e traumatologia, CRM-RO 4233, Fone (069) 99995-2525 e-mail: danielfranco.med@hotmail.com.
3.1. A perícia será realizada no dia 10/08/2023, às 09h30min, LOCAL: Avenida Jamari, nº3106, Setor Grandes Áreas - Êmili Clínica Popular, sendo de salutar importância que se respeite o horário agendado.
3.2. Intime-se o perito nomeado para dizer se aceita o encargo e, caso positivo, cientifique-o que a perícia deverá ser concluída no prazo de 30 dias, a contar da realização da perícia.
3.3. Sem prejuízo, ficam as partes intimadas para, no prazo de 15 dias, caso queiram, manifestarem-se sobre a nomeação do perito, oportunidade em que poderão apresentar quesitos complementares e indicar assistente técnico.
3.4. Com a entrega do laudo pericial, promova-se a inclusão do pagamento dos honorários periciais junto ao sistema da Justiça Federal, que fixo no valor de R$ 500,00, nos termos da Resolução n. 305/2014, do CJF, sendo fixados acima do valor mínimo pelas razões expostas na Portaria Conjunta - Gabinetes Cíveis Comarca de Ariquemes n. 01/2018.

3.5. Ressalte-se que a intimação da parte autora, quanto a data e horário da perícia, é de responsabilidade de seu advogado, o qual deverá esclarecê-la ainda, sobre a necessidade de que leve para a perícia todos os exames médicos realizados, advertindo-a de que a falta prejudicará a prova pericial, acarretando a demora na solução do seu pedido.
4. Informo ainda, que de acordo com a Nota Técnica n° 44/2012, emitida pelo Conselho Federal de Medicina em conformidade com o art. 7º, inc. I, III e VI, letras "c" e "d" do EOAB, Lei 8.906/94, está garantida aos advogados, que no exercício de sua profissão, a possibilidade de acompanhar seus clientes, quando solicitado, nos exames periciais em âmbito judicial ou administrativo, caso haja o consentimento do periciando, mas sem nenhuma interferência no trabalho do perito.
Esclareço que o CRM, por meio do despacho nº 177/2020 firmou o seguinte entendimento:
Quanto à presença de advogado na perícia médica, o sigilo médico é uma garantia dirigida ao paciente, e, não ao profissional, de modo que é possível a presença do procurador do periciado se este autorizar expressamente. Entretanto, não se pode olvidar a autonomia do médico no exercício da sua profissão, de modo que se o perito médico compreender que eventual presença pode interferir na sua atuação profissional de alguma forma, ele pode recusar a presença do profissional, mediante peticionamento escrito e fundamentado dirigido ao juízo.
Logo, cientifico ao perito que, se o acompanhamento do advogado puder causar algum prejuízo ao deslinde da perícia, este deverá apresentar petição dirigida a este juízo, justificando seus motivos de forma antecipada, a fim de não prejudicar os trabalhos periciais.
5. Após a entrega do laudo pericial, CITE-SE o INSS para contestar o pedido inicial, no prazo legal (30 dias).
6. Ofertada a contestação com assertivas preliminares ou juntada de documentos novos, intime-se a parte autora para, querendo, IMPUGNAR, no prazo de 15 (quinze) dias.
7. Somente então, voltem os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ CARTA/ CARTA PRECATÓRIA
QUESITOS DO INSS EM ANEXO.
Quesitos do Juízo para a perícia médica:
1. Qualificação geral da parte autora – anamnese. Seu histórico clínico e de tratamentos.
2. Apresenta, parte autora, doença que o incapacita para o exercício de qualquer atividade que lhe garanta a subsistência?
3. O diagnóstico atual foi estabelecido clinicamente ou há comprovação por exames complementares? Especificar.
4. A incapacidade é decorrente de acidente de trabalho? A doença pode ser caracterizada como doença profissional ou do trabalho? Esclareça.
5. Atualmente a enfermidade está em fase evolutiva (descompensada) ou estabilizada (residual)?
6. Há possibilidade de cura da enfermidade ou erradicação do estado incapacitante?
7. A parte está em tratamento?
8. É possível readaptar a parte autora em outra função?
9. Para quais tipos de funções ela estaria impossibilitada?
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo: 7019279-60.2020.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Rural
Valor da Causa: R$ 106.456,68
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA, CNPJ nº 04902979000144, AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, - DE 381/382 AO FIM CAMPINA - 66017-000 - BELÉM - PARÁ
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA, OAB nº AC4810
EXECUTADOS: VALTER LOPES GONCALVES, CPF nº 35136022272, LINHA B94, LOTE 136, GLEBA 02, SETOR UNIÃO S/N, FAZENDA MANTENA ZONA RURAL - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA, NEODIR SPADOTTO FLORINTINO, CPF nº 70542112272, LINHA B94, LOTE 97, GLEBA 06 S/N, PA CUJUBIM ZONA RURAL - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
1. Defiro a penhora por termo nos autos dos veículos indicados na petição de ID. 93239218.
1.1. Para tanto, EXPEÇA-SE o respectivo termo com os requisitos do art. 838, do CPC.
2. Expedido o termo de penhora, intime-se a parte executada para se manifestar quanto à penhora, nos termos do artigo 854, § 3º do CPC/2015, no prazo de 05(cinco) dias. Expeça-se carta de intimação caso a parte executada não possua patrono constituído nos autos, do contrário, considerar-se-á intimada da publicação deste no Diário da Justiça ou será intimada pelo PJE.
3. Considero a avaliação do bem pelos valores apresentados na Tabela FIPE, informados no ID. 93239218.
4. Consoante regra de preferência e prioridade estabelecida no artigo 840, II, § 1º, do CPC, MANIFESTE-SE a exequente, em 5 dias, se deseja a remoção do veículo, devendo providenciar todos os meios para a sua realização, bem como informar o endereço onde o veículo se encontra.
4.1. Caso positivo, expeça-se mandado de remoção do veículo a ser entregue a parte exequente.

4.2. Caso negativo, nomeio como depositária do bem a parte executada, sem prejuízo de apuração de eventual responsabilidade penal e multa por ato atentatório à dignidade da justiça, conforme estabelece o art. 161, parágrafo único, do CPC.
5. Decorrido o prazo do item "2", intime-se a parte exequente in albis para requerer o que entender de direito, no prazo de quinze dias.
5.1- Decorrido o prazo in albis ou inexistindo bens, o processo será suspenso nos termos do art. 921, III, do CPC, aguardando-se em ARQUIVO.
Cumpra-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/ TERMO DE PENHORA
EXECUTADO: VALTER LOPES GONÇALVES, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 351.360.222-72, residente e domiciliado na Linha B94, Lote 136, Gleba 02, Setor União, Fazenda Mantena, CEP 76864-00, Cujubim–RO. (ID. 4376558).
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo: 7009038-24.2020.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Indenização por Dano Moral
Valor da Causa: R$ 10.000,00
EXEQUENTES: DEILSON FRANQUIM PINHEIRO, CPF nº 85781240225, PA 2 DE JULHO S/N RD RO 205, PST 116 - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA, FRANCISCA FRANQUIM DOS SANTOS, CPF nº 19189885287, PA 2 DE JULHO RD RO 205, PST 116 - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: BELMIRO ROGERIO DUARTE BERMUDES NETO, OAB nº RO5890
EXECUTADO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 2032, - DE 2530 A 2724 - LADO PAR SETOR 04 - 76873-532 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
DEILSON FRANQUIM PINHEIRO, FRANCISCA FRANQUIM DOS SANTOS, qualificado(a) nos autos move Ação de Cumprimento de sentença em face de ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
Diante do pagamento do débito, dou por cumprida a obrigação e, consequentemente, julgo extinto o feito com fulcro no artigo 924, II, do Código de Processo Civil.
Já houve o levantamento dos valores.
Fica a executada intimada a proceder o pagamento das custas no prazo de 15 (quinze), sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa.
Sentença transitada em julgado nesta data, ante a preclusão lógica (CPC, artigo 1.000).
P. R. I.
Pagas as custas ou protestadas, ARQUIVE-SE.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7006346-18.2021.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Valor da Causa:R$ 128.405,65
AUTOR: BANCO DO BRASIL, CNPJ nº 00000000000191, BANCO CENTRAL DO BRASIL 04, SETOR BANCÁRIO SUL, QUADRA 04, BLOCO C, LOTE 32, E ASA SUL - 70074-900 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
Advogado do(a) AUTOR: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419
RÉU: SEBASTIAO SILVERIO, CPF nº 55680631920, OSMAR PRICWA CONCEICAO, CPF nº 01754577270, LINHA C 110 B 40 TV B 40 SN RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Defiro o pedido retro, após a comprovação do pagamento das custas da diligência.
Após, expeça-se o necessário para citação dos executados por meio de oficial de justiça nos termos do despacho inicial, no endereço informado (LH C 107, S N, ZONA RURAL, CEP: 76862000, ALTO PARAISO/RO).
Consigo que, havendo suspeita de ocultação pelo oficial de justiça, independente de novo despacho, deverá ser realizada a citação por hora certa, atendendo aos requisitos do art. 252, in verbis:
Art. 252. Quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.
Parágrafo único. Nos condomínios edilícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a intimação a que se refere o caput feita a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência.
Art. 253. No dia e na hora designados, o oficial de justiça, independentemente de novo despacho, comparecerá ao domicílio ou à residência do citando a fim de realizar a diligência.

§ 1º Se o citando não estiver presente, o oficial de justiça procurará informar-se das razões da ausência, dando por feita a citação, ainda que o citando se tenha ocultado em outra comarca, seção ou subseção judiciárias.
§ 2º A citação com hora certa será efetivada mesmo que a pessoa da família ou o vizinho que houver sido intimado esteja ausente, ou se, embora presente, a pessoa da família ou o vizinho se recusar a receber o mandado.
§ 3º Da certidão da ocorrência, o oficial de justiça deixará contrafé com qualquer pessoa da família ou vizinho, conforme o caso, declarando-lhe o nome.
§ 4º O oficial de justiça fará constar do mandado a advertência de que será nomeado curador especial se houver revelia.
Art. 254. Feita a citação com hora certa, o escrivão ou chefe de secretaria enviará ao réu, executado ou interessado, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da juntada do mandado aos autos, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ CARTA/ CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo: 7016209-66.2019.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Causas Supervenientes à Sentença
Valor da Causa: R$ 1.000,00
EXEQUENTE: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: MARCONI EDISON BEZERRA SANTANA, CPF nº 59297000282, RUA IMIGRANTES 299 GRANDES ÁREAS - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: LUIZ EDUARDO FOGACA, OAB nº RO876, BELMIRO ROGERIO DUARTE BERMUDES NETO, OAB nº RO5890
DESPACHO
Verifico que a medida pretendida pelo Ministério Público, poderia ter sido atendida sem a conclusão dos autos.
Determino a juntada aos autos pela CPE do extrato atualizado da conta judicial e a intimação do Ministério Público para manifestação.
Cumpra-se e intime-se.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7010848-29.2023.8.22.0002
Classe Processual: Procedimento Comum Cível
Assunto: Protesto Indevido de Título, Indenização por Dano Material, Produto Impróprio, Dever de Informação
Valor da Causa: R$ 77.545,20
AUTOR: NEUSA SOUZA DE LIMA, CPF nº 01222374200, AVENIDA DOS DIAMANTES 1545, - DE 1468 A 1764 - LADO PAR PARQUE DAS GEMAS - 76875-834 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: GABRIELA DE LIMA SOARES, OAB nº RO12071
REU: RODOLFO FERNANDES GOUVEA, CPF nº 00285913212, AVENIDA JAMARI, 3812, ED. CAIO FULLER. ODONTO TECH ÁREAS ESPECIAIS 02 - 76873-002 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Antes de analisar o pedido de gratuidade da justiça formulado pela parte requerente, determino sua intimação para comprovar, documentalmente, a suposta hipossuficiência alegada ou momentânea incapacidade financeira.
Ademais, em que pese as argumentações expostas pela parte autora de que é hipossuficiente, estas não são suficientes para comprovar a alegada miserabilidade.
O atual entendimento da jurisprudência, inclusive do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, é o de que não basta o pedido de assistência judiciária gratuita.
Neste sentido, entendimento pacificado no Tribunal de Justiça de Rondônia:
Agravo de instrumento. Assistência judiciária gratuita. Ausência de comprovação. Recurso improvido. O diferimento do pagamento das custas ao final do processo não é medida descabida, mas razoável e proporcional à problemática autoral trazida ao Judiciário, sobretudo porque é entendimento já consolidado por esta Egrégia Corte que, conquanto a simples declaração de pobreza aliada à situação fática apresentada pode ser o suficiente para o deferimento do benefício, é possível que o magistrado investigue a real situação do requerente, exigindo a respectiva prova, quando os fatos levantarem dúvidas acerca da hipossuficiência alegada. Ausente a comprovação da situação de hipossuficiência, não há como ser deferido o pedido da gratuidade, impondo-se a manutenção da decisão agravada nesse ponto. (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0800075-56.2019.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Sansão Saldanha, Data de julgamento: 16/12/2020).

Salienta-se que deve o juízo agir com máxima cautela para não conceder a justiça gratuita a pessoas que, aos olhos da lei, não possam ser consideradas hipossuficientes. Seria irregular a concessão de benefício de assistência judiciária gratuita àqueles que não demonstram cabalmente a insuficiência financeira para o exercício do direito, embora com dificuldades (e dificuldade não é sinônimo de impossibilidade).
Ademais, nos termos do art. 99, § 2º, parte final, do Código de Processo Civil deverá apresentar cópia de sua última declaração de imposto de renda, extratos bancários e, ainda, outros documentos comprobatórios.
Dessa forma, emende-se a inicial, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, extinção ou arquivamento, trazendo aos autos elementos comprobatórios da situação de insuficiência econômica e/ou proceder o recolhimento das custas, nos termos do Art. 12, I e § 1º, da Lei Estadual 3896/2016.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7019100-55.2022.8.22.0002
Classe: Divórcio Litigioso
Assunto: Fixação, Dissolução, Reconhecimento / Dissolução
Valor da Causa: R$ 295.176,00
REQUERENTES: I. C. D. G., CPF nº 97968226287, M. M. C., CPF nº 06700553288, M. M. C., CPF nº 09655162290
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: KARINE DE PAULA RODRIGUES, OAB nº RO3140, DANIELLA PERON DE MEDEIROS, OAB nº RO5764
REQUERIDO: E. M. P., CPF nº 01429343214, RUA JANDAIAS 1182, LADRILHOS 2 IRMÃOS / CONCREFORT SETOR 02 - 76873-126 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCELO ANTONIO GERON GHELLERE, OAB nº RO1842
DECISAO
Ao requerido para se manifestar quanto ao pedido de desistência da pensão alimentícia e a alteração para guarda compartilhada com moradia com o pai.
Revogo os alimentos provisórios fixados na decisão inicial.
Sem prejuízo do julgamento antecipado do mérito, especifiquem as partes, no PRAZO DE 15 DIAS, as provas que pretendem produzir, justificando a sua necessidade e pertinência para o deslinde da causa, sob pena de preclusão.
Em obediência ao princípio da economia processual, as partes que pretenderem produzir prova oral, deverão, no mesmo prazo de 15 dias, contados da intimação da presente decisão, depositar o ROL DAS TESTEMUNHAS (com a devida qualificação) cuja oitiva pretendem, observando-se o número legal, a possibilitar melhor adequação da pauta em caso de deferimento.
Ficam as partes advertidas de que a não apresentação do rol no prazo indicado acarretará a preclusão da oportunidade de produzir referida prova e tornará prejudicada a análise de tal pedido em momento posterior.
Em respeito a nova redação dada ao Art. 3º da Resolução CNJ n. 354/2020, pela Resolução n. 481 de 22 de novembro de 2022, as partes deverão manifestar-se expressamente sobre a conveniência da realização da audiência no formato telepresencial, salientando, desde logo, que o Juiz estará presente na unidade judiciária local. Em caso de oposição a manifestação deverá ser fundamentada, submetendo-se ao controle judicial.
Caso pretendam a produção de prova pericial, apresentem, desde logo, os seus quesitos, sob pena de preclusão.
Outrossim, as provas documentais deverão ser trazidas aos autos, no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão.
Intimem-se.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 0011985-83.2014.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Valor da Causa:R$ 74.635,57
AUTOR: BOASAFRA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, CNPJ nº 05662861000744, AVENIDA CAPITAO SILVIO 1297 APOIO RODOVIARIO - 76870-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: GIANE ELLEN BORGIO BARBOSA, OAB nº RO2027A
RÉU: EDEMAR IVO VENTURINI, CPF nº 70698392949
Advogado do(a) RÉU: KELLY MEZZOMO CRISOSTOMO COSTA, OAB nº RO3551, JEVERSON LEANDRO COSTA, OAB nº RO3134, MARCOS RODRIGUES CASSETARI JUNIOR, OAB nº RO1880
DESPACHO
Diante da comprovação, OFICIE-SE ao INDEA/MT e IDAF/AC relatório com o saldo de semoventes registrados em nome da parte executada EDEMAR IVO VENTURINI, CPF nº 70698392949, bem como a localização de animais, se houver, no prazo de 15 dias contados do recebimento do ofício.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ CARTA/ CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7003868-71.2020.8.22.0002
Classe Processual: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Especial
Valor da Causa: R$ 12.540,00
EXEQUENTE: ELISETH DE SOUZA RANGEL, CPF nº 60249641291, LINHA C 35, BR 421, KM 7 ZONA RURAL - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CORINA FERNANDES PEREIRA, OAB nº RO2074, JOSE FERNANDES PEREIRA JUNIOR, OAB nº RO6615
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Despacho
Considerando que o INSS foi intimado quanto aos cálculos apresentados pela parte exequente e não se manifestou no prazo estipulado, bem como que a demanda envolve direitos indisponíveis, REMETAM-SE os autos à contadoria judicial para proceder a elaboração dos cálculos do valor devido, observando os parâmetros indicados na sentença ou no acórdão, caso alterados por este último, e aplicação dos índices oficiais.
Na sequência, intime-se as partes para manifestação.
Após, voltem os autos conclusos.
Ariquemes, 16 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7005865-60.2018.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Valor da Causa:R$ 4.903,77
AUTOR: AUTO POSTO MINUANO LTDA, CNPJ nº 13727626000146, AVENIDA CANDEIAS 1835 ÁREAS ESPECIAIS - 76870-241 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: VERGILIO PEREIRA REZENDE, OAB nº RO4068
RÉU: GILBERTO APARECIDO ALVES DA COSTA 45729190204, CNPJ nº 12704658000163, AVENIDA PERIMETRAL LESTE 395, - ATÉ 702 - LADO PAR RAIO DE LUZ - 76876-072 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Vistos.
1- Deferi e realizei a penhora eletrônica, vias sistema SISBAJUD, na modalidade denominada “teimosinha”, pelo qual a ordem de bloqueio é reiterada até que se atinja o montante solicitado e por um período máximo de trinta dias.
Outrossim, considerando a inviabilidade de consulta diária ao sistema, além deste juízo não dispor de servidores suficientes para tanto, fica a parte executada desde já advertida que tão logo tome conhecimento da ordem de bloqueio, independentemente da intimação prevista no art. 854, §3º do CPC, que entre em contato com este juízo informando a ocorrência do bloqueio, através do e-mail cpeariquemes@tjro.jus.br ou pelo telefone da Central de Atendimento (69) 3309-8110, a fim de agilizar a análise nos termos do art. 854 e ss. do CPC e desbloqueio de eventual quantia excessiva.
2- Serve o presente como OFÍCIO ao DETRAN, para que este informe ao exequente, quanto ao cumprimento da decisão de ID 87227043, referente a suspensão da CNH em nome de GILBERTO APARECIDO ALVES DA COSTA CPF nº 457.291.902-04 .
Por economia e celeridade processual, via desta Decisão servirá de ofício, cabendo à parte credora imprimi-la e apresentá-la ao DETRAN.
3- Decorrido o prazo de 30(trinta) dias, venham os autos conclusos para verificação da diligência via SISBAJUD.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7006331-78.2023.8.22.0002
Classe Processual: Procedimento Comum Cível
Assunto: Atraso de vôo
Valor da Causa: R$ 20.000,00
AUTORES: KATIUSCIA LIMA DA SILVA, CPF nº 51042568200, AVENIDA TANCREDO NEVES 4380, - DE 3630 A 4128 - LADO PAR CONDOMÍNIO DUQUE DE CAXIAS - 76872-838 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, ISADORA LIMA DA SILVA, CPF nº 06318032207, AVENIDA TANCREDO NEVES 4380, - DE 3630 A 4128 - LADO PAR CONDOMÍNIO DUQUE DE CAXIAS - 76872-838 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, NICOLE LIMA DA SILVA, CPF nº 06318044205, AVENIDA TANCREDO NEVES 4380, - DE 3630 A 4128 - LADO PAR CONDOMÍNIO DUQUE DE CAXIAS - 76872-838 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: KATICILENE LIMA DA SILVA, OAB nº RO4038A

REU: DECOLAR. COM LTDA., CNPJ nº 03563689000150, ALAMEDA GRAJAÚ 219 andar 03, PARTE CONJUNTO C ALPHAVILLE INDUSTRIAL - 06454-050 - BARUERI - SÃO PAULO, COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A, CNPJ nº 03834757000179, AC AEROPORTO EDUARDO GOMES 1350, AVENIDA SANTOS DUMONT, S/N TARUMÃ - 69049-970 - MANAUS - AMAZONAS
ADVOGADOS DOS REU: FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR, OAB nº BA1179, PAULA RUIZ DE MIRANDA BASTOS, OAB nº DF40723
Despacho
Tendo em vista o interesse de incapaz, remetam-se os autos ao Ministério Público para análise e emissão de parecer.
Após a juntada de parecer ministerial, voltem os autos conclusos.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo: 7004766-16.2022.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Abatimento proporcional do preço
Valor da Causa: R$ 30.161,80
REQUERENTES: CARLOS ALBERTO AYRES SANCHES, CPF nº 66702003234, AVENIDA TANCREDO NEVES, CONDOMÍNIO DUQUE DE CAXIAS SETOR INSTITUCIONAL - 76872-838 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, INGRID LAVADO SANCHES, CPF nº 04901329952, AVENIDA TANCREDO NEVES 3525, CONDOMINIO DUQUE DE CAXIAS SETOR INSTITUCIONAL - 76872-838 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: JOSE D ASSUNCAO DOS SANTOS, OAB nº RO1226
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939 - 9 ANDAR, EDIFÍCIO JATOBÁ COND. CASTELO BRANCO OFFICE TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, SUZANA AVELAR DE SANTANA, OAB nº RO3746, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
SENTENÇA
CARLOS ALBERTO AYRES SANCHES, INGRID LAVADO SANCHES, qualificado(a) nos autos move Ação de Cumprimento de sentença em face de AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Diante do pagamento do débito, como noticiado pelas partes, dou por cumprida a obrigação e, consequentemente, julgo extinto o feito com fulcro no artigo 924, II, do Código de Processo Civil.
Já houve o levantamento dos valores.
Fica a executada, intimada a proceder o pagamento das custas finais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição na dívida ativa.
Sentença transitada em julgado nesta data, ante a preclusão lógica (CPC, artigo 1.000).
P. R. I.
Pagas as custas ou protestadas, ARQUIVE-SE de imediato.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7001425-16.2021.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Duplicata
Valor da Causa: R$ 5.406,52
EXEQUENTE: AGUILERA & CIA LTDA, CNPJ nº 04115428000130, AVENIDA TRANSCONTINENTAL 1883 RIACHUELO - 76913-785 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA LOPES, OAB nº RO1706A
EXECUTADO: DARIO GOMES DE LIMA, CPF 695.190.992-04.
ENDEREÇO: AVENIDA JARU, 4512, SETOR 4, ARIQUEMES-RO - 78873-406.
SENTENÇA
Trata-se de Ação Monitória convertida em cumprimento de sentença em que as partes realizaram acordo, requerendo a sua homologação.
DECIDO.
As partes estão bem representadas, o objeto é lícito e o direito transigível, de modo que é cabível a homologação do acordo formalizado.
Posto isso, HOMOLOGO por SENTENÇA o acordo firmado entre as partes no ID 92511690, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, com fulcro no artigo 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil, conforme as cláusulas especificadas.
Sentença transitada em julgado nesta data, ante a preclusão lógica (CPC, artigo 1.000).
Intime-se o executado a proceder o pagamento das custas finais da fase monitória (ID 7570509).
Resolvidas as custas, arquive-se os autos.
Havendo requerimento da parte acerca de liberação de constrições, desde já defiro.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo n.: 7009575-15.2023.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto:Cheque
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: YASMINE PIVOTTI ARNEIRO, OAB nº RO9499
LEONARDO HENRIQUE BERKEMBROCK, OAB nº RO4641
MAYRA MIRANDA GROMANN, OAB nº RO8675
PROCURADORIA DA SICOOB AMAZÔNIA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA
EXECUTADOS: TEDOLDI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, PERIMETRAL LESTE 3319, - DE 3121 A 3407 - LADO ÍMPAR COLONIAL - 76873-743 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, GUSTAVO HENRIQUE MACHADO MENDES, AVENIDA CAPITÃO SÍLVIO 5080, - DE 4990 A 5466 - LADO PAR GRANDES ÁREAS - 76876-650 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
A parte exequente informa que realizou acordo com os executados, e pede a extinção do feito nos termos do artigo 487, III, alínea b, do CPC. Contudo, não juntou aos autos os termos do acordo que requer seja homologado.
Assim, fica a exequente intimada juntar o acordo no prazo de 05 (cinco) dias, bem como a comprovar o pagamento das custas iniciais.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes/RO, 14 de julho de 2023.
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo: 7030497-17.2022.8.22.0001
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Assunto: Exoneração
Valor da Causa: R$ 7.272,00
AUTOR: E. V., BR 316 KM 58, - DE 1801 A 1919 - LADO ÍMPAR ZONA RUAL - 76803-510 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: A. L. S. V., CPF nº 04753316211, RUA PAINEIRA 1573, - ATÉ 1679/1680 SETOR 01 - 76870-107 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Trata-se de Ação de Exoneração de Alimentos, movida por ERBER VEDOVATO em desfavor ANTONY LUIS SANTANA VEDOVATO.
O requerido, não apresentou nenhuma matéria preliminar em sua defesa.
DEFIRO a gratuidade da justiça ao requerido.
As partes estão devidamente representadas e, presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, não há irregularidades a sanar, nem nulidades a declarar. Processo em ordem. Declaro saneado o feito.
Fixo como ponto controvertido a necessidade do requerido de receber os alimentos ou se é caso de exoneração da obrigação alimentar, uma vez que em casos dessa natureza, a necessidade do alimentando não é mais presumida, competindo à parte requerida provar a pertinência de manutenção da obrigação alimentar.
As partes pleitearam o julgamento do mérito da ação. (IDs. 92261053 e 93214641).
Precipuamente, imperioso se faz esclarecer que incumbe ao juiz a realização das provas que entende necessárias ao deslinde do feito, bem como o indeferimento das que entende inúteis ou meramente protelatórias, de acordo com o artigo 370 e 371 do CPC.
Nesse sentido, em que pese os pedidos para julgamento do mérito, é imprescindível para o deslinde do feito, verificar se o requerido ainda ostenta a qualidade de estudante universitário, visto que o documento de ID. 79061628 - Pág. 4, refere-se ao primeiro semestre do ano de 2022.
Assim, diante das informações trazidas aos autos e do acima exposto, com fulcro no Artigo 130, do CPC, converto o julgamento em diligência e DETERMINO:
1. Que o REQUERIDO, no prazo de 15 dias, forneça informações quanto ao seu vínculo com o INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE RONDÔNIA - IESUR, trazendo aos autos comprovante de matrícula no período letivo de 2023.1 e 2023.2, bem como horários de estudo do último semestre, folha de frequência, notas e tempo para conclusão do curso, sob pena de preclusão.
Com a vinda das informações, intimem-se as partes para manifestação, no prazo de 05 dias.
Após, voltem os autos conclusos para decisão.
Desnecessária a intimação do Ministério Público, haja vista as partes serem maiores e capazes.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO OFÍCIO E DE INTIMAÇÃO ÀS PARTES.
Ariquemes, 16 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo: 7014538-03.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Nulidade e Anulação de Partilha e Adjudicação de Herança, Petição de Herança
Valor da Causa: R$ 1.141.093,75
AUTOR: D. P. R., CPF nº 69099413220, RUA BRÁULIO CORRÊA OLIVEIRA 363 JARDIM NOVA ESPERANÇA - 86044-626 - LONDRINA - PARANÁ
ADVOGADOS DO AUTOR: LEONARDO LUIZ BRITO GRASSI, OAB nº PR96127, DANIEL FABIANO CAMBA, OAB nº PR98684
REU: E. B. D. S., CPF nº 22019030268, RUA VILHENA 2202, - DE 2407/2408 AO FIM BNH - 76870-760 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, I. B. D. S., CPF nº 07991339220, RO 140, LINHA C-20, LOTE 33 S/N, GLEBA 15 ZONA RURAL - 76889-000 - CACAULÂNDIA - RONDÔNIA, I. B. D. S., CPF nº 29908469215, RO 140, LINHA C-20, LOTE 33 S/N, GLEBA 15 ZONA RURAL - 76889-000 - CACAULÂNDIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: ELIZEU LEITE CONSOLINE, OAB nº RO5712, FRANCISCO JEVERSON SANTOS DE FREITAS CONSOLINE, OAB nº RO12643
DECISÃO SANEADORA
1. Trata-se inicialmente de AÇÃO DECLARATORIA DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA “POST MORTEM”C/C PETIÇÃO DE HERANÇA, NULIDADE DO INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL.
A decisão inicial de ID. 81499049, deferiu a gratuidade à autora e indeferiu a tutela de urgência pretendida.
Citados, os requeridos presentaram contestação (ID. 84257764), pleiteando a gratuidade da justiça, oportunidade em que pugnaram pela improcedência dos pedidos iniciais, alegando que meros vínculos afetivos não induzem a filiação e que a autora demorou 29 anos da morte do Sr. José Barbosa, para ingressar com a ação.
Intimadas a especificarem as provas que pretendiam produzir, a parte autora requereu a produção de prova documental e a oitiva de testemunhas (ID. 87043960), já o requerido, requereu a produção de prova testemunhal (ID. 86899178) e depoimento pessoal (contestação).
O rol de testemunhas dos requeridos foi adequado pela petição de ID. 92454795, com a exclusão das que constavam acima da previsão legal.
Este é o NECESSÁRIO.
2. Por tais motivos passo ao saneamento e organização do feito (NCPC, art. 357, §§).
2.1 Do Pedido de Gratuidade Judiciária dos requeridos.
A gratuidade aos requeridos deve ser analisada de forma individualizada, visto que possuem condições econômicas distintas.
Os requeridos afirmaram não possuírem recursos que lhes permitam custear as despesas processuais e honorárias advocatícias sem prejuízo de seu próprio sustento, conforme petição de ID. 89974976 e seus anexos, requerendo a concessão dos benefícios da gratuidade processual.
Quanto as alegações de Ismael e Ezequiel, estas foram confirmadas pelos documentos juntados. O requerido Ezequiel, trabalha de forma autônoma como pedreiro/agricultor, sem carteira assinada, não contribui para o INSS e não declara Imposto de Renda, enquanto o requerido Ismael, é portador de doenças neurológias, sendo declarado incapacitado.
Já quanto ao requerido Israel Barbosa da Silveira, não restou comprovada a incapacidade financeira, pois este possui parte do imóvel rural partilhado, denominado Fazenda Alvorada, com área de 250 ha (ID. 89976174), dois imóveis urbanos em Cacaulândia/RO (ID. 89974976), cerca de 120 semoventes registrados junto ao IDARON (ID. 89976173) e ganho mensal como instrutor de Auto Escola.
Diante do exposto, DEFIRO o pedido de gratuidade aos requeridos ISMAEL BARBOSA DA SILVEIRA e EZEQUIEL BARBOSA DA SILVEIRA e INDEFIRO quanto ao requerido ISRAEL BARBOSA DA SILVEIRA.
3. Processo em ordem. Não ocorrendo qualquer das hipóteses de extinção do processo (art. 354, CPC), julgamento antecipado e/ou julgamento antecipado parcial (art. 355 e 356, CPC), preliminares, nulidades, tampouco questões prejudiciais a serem solucionadas, declaro o processo saneado.
4. Na forma dos incisos do artigo 357, do CPC, fixo como pontos controvertidos da lide, bem como sobre as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória: a existência da alegada paternidade socioafetiva.
4. Intimados as partes a especificarem as provas que pretendiam produzir, as partes requereram depoimento pessoal, a produção de prova testemunhal e documental.
4.1. Quanto ao pedido de depoimento pessoal, precipuamente, imperioso se faz esclarecer que incumbe ao juiz a realização das provas que entende necessárias ao deslinde do feito, bem como o indeferimento das que entende inúteis ou meramente protelatórias, de acordo com o artigo 370 e 371 do CPC.
Nesse sentido, em que pese o pedido para colheita de depoimentos pessoal, analisando detidamente os autos, verifica-se que as partes já apresentaram suas versões dos fatos, pelo que desnecessária a produção da referida prova.
Portanto, INDEFIRO o depoimento pessoal das partes, porquanto a prova oral requerida se mostra dispensável à solução em questão.
4.2. Em pesquisa ao PJE não foram localizadas ações de adoção em relação da autora, até porque, se existissem seriam de seu conhecimento, visto que maior e capaz.
4.3.. DEFIRO a produção de prova testemunhal.
4. 4. O rol de testemunhas já se encontra nos autos.
5. Considerando o Ato Conjunto nº 009/2020 - PR -CGJ, que institui o protocolo de ação e as medidas a serem adotadas na prevenção ao contágio pelo coronavírus (Covid-19) no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, diante da Classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde, sobretudo com determinação de realização das audiências por videoconferência mediante sistema disponibilizado pela Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação (STIC) do TJRO, designo a audiência de Instrução para o dia 17 de Agosto de 2023, às 8hs30min, por videoconferência.

6. Ficam as partes intimadas de que o acesso à sala virtual se dará por meio deste link: https://meet.google.com/vmq-wicr-ygr?hs=122&authuser=1
6.1- O ônus de enviar o link para a parte e suas testemunhas, pertence ao advogado, salvo se esta for representada pela DPE.
6.2- Os advogados deverão informar no processo, em até 10 dias antes da audiência, o seu e-mail e seu número de telefone.
6.3. Com o link da videoconferência, tanto partes quanto os advogados acessarão e participarão da audiência, por meio da internet, utilizando celular, notebook ou computador, que possua vídeo e áudio regularmente funcionando. Registro que a solenidade por videoconferência ocorrerá pela plataforma de comunicação Google Meet, sendo gravada e disponibilizada por este juízo na aba "audiências" do PJe.
7. Os advogados, partes e testemunhas deverão comprovar sua identidade no início da audiência ou de sua oitiva, mostrando o documento oficial com foto, para conferência e registro.
8. Ficam cientes que o não envio de mensagem, visualização do link informado ou acesso à videoconferência, até o horário de início da audiência será considerado como ausência à audiência virtual, e, se for de qualquer uma das partes, se presumirá que não pretende mais a produção da prova oral.
9. Os advogados da partes, em face do princípio da cooperação e boa fé, assumem o compromisso de respeitarem a incomunicabilidade entre as testemunhas, sob pena de responsabilização criminal.
10. No retorno à normalidade na data designada quanto ao acesso ao fórum e deslocamento de pessoas, os advogados serão comunicados com antecedência e a audiência ocorrerá na forma tradicional - com a presença física na Sala de Audiências desta 4ª Vara Cível, incumbindo ao advogado os deveres descritos no artigo 455 e parágrafos do CPC.
11. Se no rol de testemunhas constar Servidor Público ou Militar, requisite-se na forma do artigo 455, § 4º, III do CPC.
SERVE A DECISÃO COMO INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 16 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7005724-36.2021.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa: R$ 1.000,00
REQUERENTE: MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO/RO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JOSE LUIZ BISSOLI DA SILVA, OAB nº RO9880, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
A parte autora apresentou Embargos de Declaração em face da decisão proferida nos autos sob o argumento de que a decisão que homologou os cálculos da contadoria não levou em consideração o valor da ação. Requereu o acolhimento dos embargos e nova remessa dos autos à Contadoria Judicial para realização de cálculos, utilizando como base o valor de R$345.377,90.
DECIDO.
Os requisitos para oposição de Embargos de Declaração encontram-se descritos no artigo 1.022 do Código de Processo Civil:
Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:
I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;
II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;
III - corrigir erro material.
Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que:
I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;
II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º.
O art. 1.023 do Código de Processo Civil, por sua vez, prevê que "Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo".
In casu, não existe, a toda evidência, qualquer omissão a ensejar sua oposição, visto que todas as conclusões extraídas por este juízo constituem consequências lógicas das premissas em que se fundamentam.
Em que pese o alegado, não se verifica a omissão apontada, afinal a condenação dos honorários advocatícios se deu sobre o valor atribuído à causa (ID Num.597966898), sendo majorada em 1% em sede recursal (ID Num.79854262). Na ocasião, não houve insurgência do exequente, operando-se a preclusão.
Nesse sentido:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. "Ação de consignação em pagamento". valor da causa. não impugnado. preclusão. Honorários sucumbenciais arbitrados sobre o valor dado à causa na inicial. inocorrência de omissão, contradição ou obscuridade. embargos rejeitados. (TJPR - 10ª C.Cível - 0007245-17.2018.8.16.0194 - Curitiba - Rel.: DESEMBARGADORA ANGELA KHURY - J. 19.04.2021) (TJ-PR - ED: 00072451720188160194 Curitiba 0007245-17.2018.8.16.0194 (Acórdão), Relator: Angela Khury, Data de Julgamento: 19/04/2021, 10ª Câmara Cível, Data de Publicação: 22/04/2021)

Portanto, verifica-se que, no caso em hipótese, a tese que pretende levantar a parte embargante, diz, em verdade, em mera tentativa de reforma da decisão, pretendendo, por meio de via imprópria (embargos de declaração) rediscutir o merito causae.
Além do mais, vislumbra-se que cumpre ao julgador apenas fundamentar o seu convencimento, não sendo obrigado a refutar cada um dos argumentos expostos pela parte.
Pelo exposto, e por tudo mais que dos autos consta, inexistindo na decisão combatida qualquer omissão ou contradição, julgo IMPROCEDENTES os presentes embargos com efeitos modificativos, mantendo incólume a decisão anteriormente proferida.
Intimem-se as partes acerca da presente.
SERVE A PRESENTE COMO ALVARÁ/OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo: 7019270-27.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Empréstimo consignado
Valor da Causa: R$ 10.503,50
AUTOR: FRANCISCO JOSE TEIXEIRA, CPF nº 13973843287
ADVOGADOS DO AUTOR: RAFAEL SILVA COIMBRA, OAB nº RO5311, RENAN DE SOUZA BISPO, OAB nº RO8702
REU: BANCO OLÉ CONSIGNADO S/A
ADVOGADOS DO REU: HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO, OAB nº PE1189, PROCURADORIA BANCO OLE CONSIGNADO S.A.
SENTENÇA
I) RELATÓRIO
FRANCISCO JOSE TEIXEIRA, qualificado(a) nos autos, ajuizou Ação de Procedimento Comum Cível em face de BANCO OLÉ CONSIGNADO S/A, alegando que: “tomou conhecimento que havia um empréstimo pessoal consignado a ser pago com os seguintes detalhes: 1) contrato 172027407 – data de inclusão: 11/08/2019, 72 parcelas no valor de R$ 13,25 (treze reais e vinte e cinco centavos) – valor emprestado R$954,00 – valor liberado R$464,78 - (38 parcelas pagas); ocorre que a parte autora não contratou nenhum dos serviços supramencionados, tratando-se, portanto, de empréstimo fraudulento, de modo que são indevidos os descontos consignados de seu benefício previdenciário”. Em tutela de urgência pleiteou a suspensão dos descontos. Ao final, a confirmação da tutela deferida, declarando-se a inexistência do débito, restituição em dobro e indenização, a título de danos morais.
O pedido de tutela foi deferido.
Na contestação, o requerido alegou a inexistência de vestígio de qualquer ilegalidade ou ilicitude na conduta adotada pelo réu ausência de comprovação da alegada fraude praticada por terceiros. Que a parte autora contratou junto ao réu empréstimo e o valor foi creditado em sua conta. Requer a total improcedência.
A parte autora apresentou réplica.
Decisão no ID: 87388870, deferindo a inversão do ônus da prova.
Determinada a juntada dos extratos bancários do autor, as partes apresentaram manifestação.
O autor insiste na produção de prova pericial.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório. Decido.
II) FUNDAMENTAÇÃO
Trata-se de ação declaratória de nulidade de empréstimo, em que pretende o autor que seja declarada a nulidade e restituição em dobro dos valores cobrados por não ter contratado o empréstimo, assim como condenação em indenização por danos morais.
Julgamento antecipado.
Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder”. (DJU 17.09.90, P. 9.513).
No presente caso, há que se promover o julgamento antecipado da causa, na forma do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
Indefiro a produção de prova pericial grafotécnica, vez que os documentos juntados nos autos, especialmente o extrato bancário do autor são suficientes para o deslinde da lide.
III) MÉRITO.
Ao que consta dos autos, o requerido se desincumbiu de comprovar de forma válida a realização do empréstimo formalizado pelo autor, anexando o contrato por ele assinado (ID:85692001), o TED referente ao valor contratado e o extrato comprovando o depósito na conta (ID: 92515154).
Assim, evidenciado o depósito do valor financiado em conta do autor, perde plausibilidade a versão inicial no sentido de que não houve contratação e que não tinha conhecimento do contrato e descontos realizados. A perícia grafotécnica também revela-se totalmente desnecessária, pois o valor contratado, R$ 464,78, foi disponibilizado na conta do autor em 12/8/2019 e por ele utilizado.
Nesse sentido:
CONTRATO. EMPRÉSTIMO. NÃO RECONHECIMENTO. INDENIZAÇÃO. DECADÊNCIA. [...] 2. Embora a autora negue ter firmado o segundo contrato de empréstimo, o banco juntou documentos que contrariam tal alegação. O valor do empréstimo objeto da controvérsia foi liberado em favor da autora por meio de TED a outra instituição financeira, para conta titularizada por ela. E ela não negou que a conta lhe pertença. 3. Improcedência da ação mantida, ainda que por outros fundamentos. 4. Apesar da improcedência do feito, a autora alegou ter entrado em contato com o banco por diversas vezes para que ele esclarecesse a respeito do segundo empréstimo. Sem que ele procedesse a esse esclarecimento em favor de sua cliente, deu azo à propositura da ação, de modo que deve responder pelos ônus da sucumbência, nos termos do princípio da causalidade. 5. Recurso não provido, com observação quanto aos ônus de sucumbência. (TJ-SP , Relator: Melo Colombi, Data de Julgamento: 28/11/2012, 14ª Câmara de Direito Privado).

Contratar empréstimo, receber os valores e posteriormente vir a juízo pleitear indenização por danos morais esbarra nos princípios da boa-fé contratual, objetiva e subjetiva, bem como na vedação ao enriquecimento sem causa.
Reconhecer direito à indenização por contrato efetivamente firmado seria absurda hipótese de enriquecimento sem causa, com o aval do Judiciário, o que este juízo sempre procurará afastar, posto que apenas os atos comprovadamente ilícitos merecem reparação civil, nos termos da legislação vigente.
Ademais, a parte autora não apresentou ou pleiteou pela produção de outras provas que pudessem demostrar que não houve a contratação dos serviços do requerido ou que não tenha recebidos os valores referente ao empréstimo.
Levando em considerando que o autor está com os valores desde 2019 e não manifestou interesse na devolução, presume-se que fez uso da quantia e denota-se que houve uma aceitação tácita do empréstimo, tendo em vista que permaneceu com o numerário disponibilizado pela instituição bancária.
No caso em tela, os extratos (ID: 92515154) comprovam que o autor sacou os valores, utilizando a quantia emprestada.
Nesse sentido, cito decisões em casos semelhantes:
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. RECEBIMENTO DE CARTÃO DE CRÉDITO. ALEGAÇÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, SEM QUE O CARTÃO TIVESSE SIDO UTILIZADO OU DESBLOQUEADO. PROVA EM SENTIDO CONTRÁRIO. COMPROVAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. 1. Contratação de empréstimo consignado, com autorização de envio de cartão de crédito e débito. Caso em que restou comprovada a utilização do cartão, tanto na forma de saque autorizado (fl. 70), cujo valor foi creditado na conta da autora (fl. 67), quanto para compras, conforme se observa nas faturas de fls. 76/80. 2. Evidenciada a utilização do cartão pela autora, razão nenhuma lhe assiste na pretensão de cancelamento dos descontos, devolução em dobro de valores e indenização por danos morais. 3. Desse modo, o conjunto probatório dos autos sustenta o juízo de improcedência, uma vez que os documentos juntados evidenciam a contratação e utilização do cartão por parte da autora. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004027801, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Luís Francisco Franco, Julgado em 14/03/2013).
RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS. CONSUMIDOR. ENVIO DE CARTÃO DE CRÉDITO SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO. ALEGAÇÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PROVA ROBUSTA DA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. Caso em que restou comprovada a utilização do cartão, faturas de fls. 21/31, fato este que restou inclusive admitido pela própria autora em seu depoimento. Ainda que o cartão tenha sido enviado sem a devida autorização da autora, a utilização do plástico implica em aceitação tácita do mesmo, não havendo falar em restituição dos valores pagos, tampouco em indenização por danos morais. Cartão de crédito que previa desconto do valor mínimo da fatura em benefício previdenciário, sendo os descontos efetuados devidos. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71005163191, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto Carvalho Fraga, Julgado em 30/06/2015). Grifo nosso.
Assim sendo, os pedidos contidos na petição inicial merecem ser refutados.
IV) DISPOSITIVO
Face do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de FRANCISCO JOSE TEIXEIRA em face de BANCO OLÉ CONSIGNADO S/A, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor dado a causa. No entanto, considerando que é beneficiário da justiça gratuita, a exigibilidade de tais obrigações ficará suspensa, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC.
Em caso de recurso, intime-se a parte recorrida para contrarrazoar no prazo legal. Após, remetam-se os autos ao Juízo ad quem, independentemente de nova conclusão.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se.
Ariquemes, 16 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7018133-10.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 10.000,00
AUTOR: JOAQUIM VICENTE DE OLIVEIRA, CPF nº 10385478224, RUA BARRETOS 2392, - ATÉ 2449 - LADO ÍMPAR JARDIM PAULISTA - 76871-262 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: BRENDA ALMEIDA FAUSTINO, OAB nº RO9906
RÉU: GOL LINHAS AÉREAS S.A, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
SENTENÇA
JOAQUIM VICENTE DE OLIVEIRA, representado legalmente por FERNANDA VICENTE DE MELO, ajuizou AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS em face de GOL LINHAS AÉREAS S/A, empresa incorporada pela VRG LINHAS AÉREAS S.A, sustentando, em resumo, que teve seu voo cancelado, o que lhe ocasionou danos morais e materiais. Pede indenização. Juntou documentos.
Designada audiência de conciliação (ID:84395290), esta restou infrutífera ao ID: 89675065.
Citada, a empresa requerida apresentou contestação ao ID: 90580054. Em sede de preliminar, sustentou ausência de pretensão resistida. No mérito, sustentou a isenção de responsabilidade e a inexistência de provas do abalo moral. Pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais. Juntou documentos.
Houve réplica (ID:91733466).
Intimadas as partes para apresentarem novas provas (ID:92089266).
A requerida não apresentou novas provas (ID:92506830).

O requerente apresentou impugnação à contestação (ID:92785795).
É o relatório. Decido.
DO JULGAMENTO ANTECIPADO
O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento ou outras diligências para a produção de novas provas.
DA AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA
A requerida arguiu preliminar falta de interesse de agir em razão da ausência de pretensão resistida.
A jurisprudência consonante no país já decidiu que não há necessidade de exaurimento da instância administrativa para que seja admitido o ingresso pela via judicial. Afirmam que o pedido administrativo é uma faculdade e que fazer tal exigência configura uma afronta ao direito de ação constitucionalmente garantido das partes.
Nesse sentido, transcrevo parte de decisão do STJ:
[…] 1. O acórdão embargado não possui vício a ser sanado por meio de embargos de declaração, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia, tal como lhe fora posta e submetida, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes. Basta ao órgão julgador que decline as razões jurídicas que embasaram a decisão, não sendo exigível que se reporte de modo específico a determinados preceitos legais. Ademais, não cabe alegação de violação do artigo 535 do CPC, quando a Corte de origem aprecia a questão de maneira fundamentada, apenas não adotando a tese da recorrente. 2. A hipoteca é o direito real de garantia em virtude do qual um imóvel, que continua em poder do devedor, assegura ao credor o pagamento da dívida, ou seja, para o credor é um direito provido de sequela e preferência, atributos da realidade, enquanto que para o devedor, um ônus real. Esta Corte Superior tem entendimento sedimentado no sentido de que a ausência de esgotamento da via administrativa ou o mero reconhecimento administrativo do direito, sem a demonstração do efetivo cumprimento da decisão, não resulta em falta de interesse de agir capaz de obstar o prosseguimento do pleito judicial. (STJ - AREsp: 447543 RS 2013/0405354-0, Relator: Ministro MARCO BUZZI, Data de Publicação: DJ 11/06/2014). - destaquei.
Ante o exposto, REJEITO a preliminar arguida.
DO MÉRITO
O caso vertente deve ser regulado pelas normas consumeristas, constando às partes a caracterização de consumidor e fornecedor, nos termos dos arts. 2° e 3° do CDC.
No sistema de distribuição do ônus da prova previsto no sistema normativo do Código de Defesa do Consumidor e de Processo Civil, cabe ao autor comprovar os fatos constitutivos do seu direito e ao réu os fatos modificativos, extintivos e impeditivos do autor (art. 373 do CPC). Entretanto, no caso concreto, vejo que o ônus da prova deve ser invertido, considerando a verossimilhança das alegações ou a hipossuficiência do consumidor.
Pois bem.
A responsabilidade civil das companhias aéreas em virtude da má prestação de serviços, inclusive em casos de atrasos de voos, cancelamentos ou remarcações, subordina-se ao Código de Defesa do Consumidor, acarretando responsabilidade objetiva do transportador.
A propósito:
STJ. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRANSPORTE AÉREO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO. ORIENTAÇÃO PREDOMINANTE. IMPROVIMENTO. I. Aplicam-se as disposições do Código de Defesa do Consumidor à reparação por danos resultantes da má-prestação do serviço, inclusive decorrentes de atrasos em voos internacionais. Precedentes desta Corte. II. Inviável ao STJ a apreciação de normas constitucionais, por refugir à sua competência. III. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no Ag 1157672/PR, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior. Julg. 11/05/2010).
Nesse passo, deve-se destacar que a responsabilidade do fornecedor pelos danos causados ao consumidor, independe de culpa e somente pode ser afastada caso aquele comprove a inexistência de defeito no serviço ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
É o que dispõe o art. 14, do CDC:
Art. 14 O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
[...]
§ 3º. O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:
I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;
II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
Ademais, cumpre salientar que incide ao caso a inversão do ônus da prova, diante da constatação de hipossuficiência da consumidora, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC, de modo que, efetivamente, incumbia a parte ré a obrigação de comprovar eventual excludente de sua responsabilidade, o que não ocorreu.
No caso dos autos, não há dúvida acerca da má prestação do serviço pela empresa de transporte, tendo em vista que houve o cancelamento do voo, impondo a autora um voo em condições diversas da contratada, após longa espera. Ademais, a requerida não comprovou a devida assistência necessária nesse período.
Importante mencionar que os fatos não são extraordinários e tampouco imprevisíveis, em verdade, cuida-se do conhecido fortuito interno, ou seja, aqueles fatos que decorrem do risco inerente à atividade assumida pelo empresário.
Neste diapasão, transcreve-se:
“O contrato de transporte constitui obrigação de resultado. Não basta que o transportador leve o transportado ao destino contratado. É necessário que o faça nos termos avençados (dia, horário, local de embarque e desembarque, acomodações, aeronave, etc)” (STJ REsp 151.401/SP, Rel. Min. Humberto Gomes). - destaquei.

Assim, a título de dano material, deve a requerida restituir ao autor o valor de R$300,00 (trezentos reais) referente ao desembolso com diárias de hotel, uma vez que teve que adquirir diárias de hotel ante o atraso do voo. Nesse sentido:

RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. ALTERAÇÃO UNILATERAL DE VOO. POSTERIOR CANCELAMENTO DE VOO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DANO MATERIAL. COMPROVAÇÃO. RESSARCIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. 1 - O cancelamento injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de geral dano moral. 2 – O quantum indenizatório deve se coadunar com o prejuízo efetivamente sofrido pelo consumidor, de forma proporcional e razoável. 3 – Havendo comprovação dos prejuízos materiais decorrentes da falha na prestação dos serviços da empresa aérea, estes devem ser regularmente restituídos ao consumidor lesado.(TJ-RO - RI: 70149506820218220001 RO 7014950-68.2021.822.0001, Data de Julgamento: 02/12/2021) - destaquei.

Quanto ao dano moral, a jurisprudência consonante estabelece o cancelamento do voo por fortuito interno extrapola o mero dissabor, devendo reparar os autores pelo dano moral sofrido.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CANCELAMENTO DE VOO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA RÉ. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA TRANSPORTADORA. ALEGAÇÃO DE READEQUAÇÃO DA MALHA VIÁRIA DECORRENTE DA PANDEMIA DO COVID-19. FATOS NÃO COMPROVADOS E QUE CONFIGURAM FORTUITO INTERNO. RISCO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL. RELAÇÃO DE CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. CANCELAMENTO DO VOO INCONTROVERSO. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. CABIMENTO. FATOS QUE EXTRAPOLARAM O MERO DISSABOR. REALOCAÇÃO DAS PASSAGEIRAS PARA SOMENTE DOIS DIAS APÓS O VOO CANCELADO. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MATERIAL. SITUAÇÃO EXTRAORDINÁRIA APTA A ENSEJAR VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DA SUA PERSONALIDADE. CONDENAÇÃO MANTIDA. DANOS MATERIAIS DEVIDAMENTE COMPROVADOS. SENTENÇA MANTIDA. HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-PR - APL: 00047274620218160001 Curitiba 0004727-46.2021.8.16.0001 (Acórdão), Relator: Marco Antonio Antoniassi, Data de Julgamento: 28/03/2022, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 29/03/2022).

Apelação cível. Ação de indenização. Transporte aéreo nacional. Aplicação do CDC. Cancelamento de voo. Falha na prestação de serviço. Responsabilidade civil objetiva. Passageiro menor de idade. Dano moral configurado. Quantum indenizatório. Manutenção. Litigância de má-fé. Não ocorrência. Recurso desprovido. As indenizações por danos morais decorrentes de atraso de voo doméstico não estão submetidas à tarifação prevista na Convenção de Montreal, devendo-se observar, nesses casos, a efetiva reparação do consumidor preceituada pelo CDC. Provada a falha na prestação de serviço consistente em cancelamento de voo, é devida a indenização por dano moral decorrente da demora, desconforto, aflição e dos transtornos suportados pelo passageiro. Mantém-se o valor da indenização a título de danos morais quando fixada com razoabilidade e proporcional ao dano experimentado. As crianças, mesmo da mais tenra idade, fazem jus à proteção irrestrita dos direitos da personalidade, entre os quais se inclui o direito à integridade mental, assegurada a indenização pelo dano moral decorrente de sua violação, nos termos dos arts. 5º, X, in fine, da CF e 12, caput, do CC/02. (REsp 1037759/RJ). O manejo de recurso cabível, por si só, não configura litigância de má-fé. (TJ-RO - AC: 70071320220208220001 RO 7007132-02.2020.822.0001, Data de Julgamento: 13/01/2021) – destaquei.

Nem se alegue, por outro lado, limitação do valor indenizatório, isto porque, como já frisado tais contratos gravitam em torno das normas do CDC, segundo o qual vedar a limitação da indenização implica ofensa ao equilíbrio contratual (CDC, art. 51, §1º, inc. II).

A indenização para a parte autora tem de ser suficiente a lhe proporcionar algum prazer da vida, em razão do sofrimento causado pela demandada, não podendo ser irrisória, e nem excessiva. A ré, por seu turno, deve arcar com uma quantia, que atenda ao caráter punitivo pedagógico da medida, para que adote medidas de respeito e consideração ao consumidor.

Por esses motivos elencados, e diante das peculiaridades do presente caso, a verba há de ser fixada no patamar de R$8.000,00 (oito mil reais), para o requerente, estabelecendo-se, desta maneira, um critério de razoabilidade, tendente a reconhecer e condenar o infrator a pagar valor que não importe enriquecimento sem causa, para aquele que suporta o dano e que sirva de reprimenda ao autor do ato lesivo, a fim desestimular a reiteração da prática danosa.

Desse modo, razoável é pleitear pela procedência dos pedidos.

DISPOSITIVO

Ante ao exposto, julgo PROCEDENTE o pedido inicial, o que faço para:

a) CONDENAR a requerida GOL LINHAS AÉREAS S/A a PAGAR a título de danos morais à parte autora JOAQUIM VICENTE DE OLIVEIRA, representado legalmente por FERNANDA VICENTE DE MELO, o valor de R$8.000,00 (oito mil reais), com juros de mora de 1% ao mês, incidentes desde a data da citação e sem prejuízo da correção monetária, esta calculada a partir da data da prolação desta sentença (Súmula 362/STJ).

b) CONDENAR a requerida a restituir o valor de R$300,00 (trezentos reais) a título de dano material ao autor referente ao desembolso com diárias, com atualização monetária calculada com base no INPC, a partir do efetivo desembolso, acrescidos de juros de mora legais de 1% ao mês, contados da citação.

Para fins de correção monetária, deverá ser utilizada a Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (INPC).

Em consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Condeno a parte requerida, ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro no equivalente a 20% do valor atualizado da condenação.

Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se com as anotações de estilo.

P.R.I.C., promovendo-se as baixas devidas no sistema.

SERVIRÁ A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.

Ariquemes, 16 de julho de 2023

Alex Balmant

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7015662-55.2021.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: PEDRO PAULO ARAUJO DE SOUSA
Advogados do(a) AUTOR: DANIELLI VITORIA SABADINI - RO10128, JOSE CARLOS SABADINI JUNIOR - RO8698
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7000121-11.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: IARA DOS ANJOS OLIVEIRA
Advogados do(a) AUTOR: DANIELLI VITORIA SABADINI - RO10128, JOSE CARLOS SABADINI JUNIOR - RO8698
REPRESENTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7015786-04.2022.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: DEJANIRA DE OLIVEIRA CARREIRO
Advogado do(a) AUTOR: LEVI GUSTAVO ALVES DE FREITAS - RO4634
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7007467-47.2022.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: TEREZINHA DE JESUS TAVARES
Advogado do(a) AUTOR: BRUNO ALVES DA SILVA CANDIDO - RO5825
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7015913-39.2022.8.22.0002
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Valor da Causa:R$ 4.363,20
AUTOR: L. G. B. S., CPF nº 06591797254, RUA AZALÉA 2559, CASA JARDIM PRIMAVERA - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: FRANCISCO JEVERSON SANTOS DE FREITAS CONSOLINE, OAB nº RO12643, ELIZEU LEITE CONSOLINE, OAB nº RO5712
RÉU: T. M. B., CPF nº 01775290247, RUA CEREJEIRA 2595, CASA SETOR 03 - 76870-532 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: AMANDA SILVA DOS SANTOS, OAB nº RO12064
Despacho
Diante a justificativa apresentada, concedo a dilação de prazo solicitada pelo NUPS.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ CARTA/ CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.brProcesso n. 7007871-64.2023.8.22.0002
Classe Execução de Título Extrajudicial
Assunto Cheque
EXEQUENTE: WENDER CARLOS DE LIMA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: IEFERSON RODRIGUES DE PAULA, OAB nº RO12530, RONIERIS CAVALCANTE DE MORAIS, OAB nº RO13290
EXECUTADO: IGOR JOSE TEIXEIRA POZZEBON
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Considerando a manifestação da parte autora requerendo a desistência da ação, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o presente processo promovido por WENDER CARLOS DE LIMA, em face de IGOR JOSE TEIXEIRA POZZEBON, e, em consequência, ordeno o seu arquivamento.
Tratando-se de pedido de desistência do feito verifica-se a ocorrência da preclusão lógica no tangente ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data.
Custas iniciais pagas. Sem custas finais.
P.R.I.
Arquive-se de imediato.
Ariquemes/,14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 0009155-47.2014.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Valor da Causa:R$ 900.656,19
AUTOR: B. B. F. S., CNPJ nº DESCONHECIDO
Advogado do(a) AUTOR: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A
RÉU: L. G. F., CPF nº 72738472168, ALAMEDA BRASÍLIA 2548, - DE 2501/2502 A 2759/2760 SETOR 03 - 76870-526 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, C. D. A. P., CPF nº 28128871846, ALAMEDA BRASÍLIA 2548, - DE 2501/2502 A 2759/2760 SETOR 03 - 76870-526 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, J. I. E. C. D. S. L. -. M., CNPJ nº 10377100000195, ALAMEDA BRASÍLIA 2548, SALA 01 SETOR 03 - 76870-526 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: CRISTIAN RODRIGO FIM, OAB nº RO4434A, FABIANO REGES FERNANDES, OAB nº RO4806
Despacho
Intime-se a sociedade ALP PARTICIPACOES S/A, inscrita no CNPJ 18.096.174/0001-65, localizada à Rua Espanha, n. 3047, bairro Jardim Europa, em Ariquemes/RO, para cumprir a determinação contida na decisão de id n. 76908308 - pág. 2, apresentando balanço especial na forma da lei; ofereça as quotas ou as ações aos demais sócios, observado o direito de preferência legal ou contratual; não havendo interesse dos sócios na aquisição das ações, proceda à liquidação das quotas ou das ações, depositando em juízo o valor apurado, em dinheiro.
Por ora, deixo de nomear administrador judicial para apuração da liquidação.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ CARTA/ CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7015930-46.2020.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 16.095,05
AUTOR: MUNICIPIO DE ARIQUEMES
Advogado do(a) AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES
RÉU: M. L. CONSTRUTORA E EMPREENDEDORA LTDA, CNPJ nº 08596997000104, AVENIDA MACHADINHO 2695 JARDIM PAULISTA - 76871-025 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: MARCUS VINICIUS DA SILVA SIQUEIRA, OAB nº RO5497A
Despacho
Ante a existência da conexão entre o presente feito e de n. 7004981-94.2019.8.22.0002 já remetido para a Justiça Federal, promova-se a remessa a uma das Varas Federais da Comarca de Porto Velho (RO), com as baixas necessárias.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo: 7010442-42.2022.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Protesto Indevido de Título, Fornecimento de Energia Elétrica
Valor da Causa: R$ 10.181,20
REQUERENTE: MEIRYLUCE DE OLIVEIRA, CPF nº 56137982220, LINHA C-100 00, ZONA RURAL ZONA RURAL - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE ASSIS DOS SANTOS, OAB nº RO2591
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, 945 - 76812-100 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
MEIRYLUCE DE OLIVEIRA, qualificado(a) nos autos move Ação de Cumprimento de sentença em face de ENERGISA RONDONIA-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
Diante do pagamento do débito, dou por cumprida a obrigação e, consequentemente, julgo extinto o feito com fulcro no artigo 924, II, do Código de Processo Civil.
Já houve o levantamento dos valores.
Custas pagas.
Sentença transitada em julgado nesta data, ante a preclusão lógica (CPC, artigo 1.000).
P. R. I.
ARQUIVE-SE de imediato.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7018645-90.2022.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$ 14.544,00
AUTOR: JOSE GILSON PAES, CPF nº 32674511249, LINHA C -65, TRAVESSÃO B0, BR 421, LOTE 05, GLEBA s/n, ZONA RURAL ZONA RURAL - 76879-400 - BOM FUTURO (ARIQUEMES) - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: FRANCISCO JEVERSON SANTOS DE FREITAS CONSOLINE, OAB nº RO12643, ELIZEU LEITE CONSOLINE, OAB nº RO5712
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, , NÃO CONSTA CENTRO - 76820-776 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Despacho
Defiro o prazo de 10 dias ao INSS, sem prejuízo da aplicação de multa em caso de descumprimento.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ CARTA/ CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
e-mail: aqs4civel@tjro.jus.brExecução de Título Extrajudicial
Cédula de Crédito Bancário, Contratos Bancários
7005041-28.2023.8.22.0002
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A., BANCO BRADESCO S.A. S/N, RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EDSON ROSAS JUNIOR, OAB nº AM1910, BRADESCO
EXECUTADO: SANDRA FERREIRA DA CUNHA, RUA DOS RUBIS 2302, - DE 2266/2267 A 2485/2486 NOVA UNIÃO 01 - 76875-674 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO

Vistos.

1- Indefere-se, de plano, o pleito de inscrição do nome do executado no SERASAJUD, eis que na execução de título extrajudicial a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes pode ser realizada pelo próprio exequente.

Com efeito, convém esclarecer que o art. 782, §§ 3º a 5º, do CPC/2015, não impõe ao julgador o dever de determinar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes, tendo em vista o uso da forma verbal "pode", tornando claro trata-se de faculdade atribuída ao juiz, a ser por ele exercida ou não, a depender das circunstâncias do caso concreto (REsp 1.762.254/PE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 16/11/2018).

In casu, não restou comprovada nenhuma dificuldade significativa ou impossibilidade do credor em efetivar o pedido de inscrição por seus próprios meios, sem a intervenção judicial.

Salienta-se, por oportuno, que é ônus da parte exequente promover os atos úteis e necessários ao regular andamento do processo, não cabendo ao Poder Judiciário substituí-la nas diligências que lhe são cabíveis, mas apenas lhe oportunizar a cobrança do crédito discutido nos autos.

2- A parte exequente realizou pedido de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação do Executado – CNH.

Analisando detidamente os autos, verificou-se que foram realizadas diversas tentativas de localização de bens para satisfação do crédito e todas restaram infrutíferas.

Pois bem.

Como é cediço, a todos no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. É a nova redação do inciso LXXVIII, do artigo 5º, da Constituição Federal, dada pela Emenda Constitucional 45/2004.

No entanto, processos de execução por quantia certa se eternizam, ou porque o devedor citado deixa de nomear bens para a garantia do Juízo, ou porque simplesmente não é localizado pelo Oficial de Justiça ou pelo próprio credor.

A falta de bens para penhora significa negar o próprio acesso à jurisdição, notadamente no que diz respeito ao pagamento do credor de obrigação já reconhecida em título judicial ou extrajudicial. A garantia do acesso à jurisdição, implica em garantia de efetividade da obrigação reconhecida no título. Reconhecer a obrigação em favor do credor e não colocar meios à sua disposição para lhe garantir a efetividade é o mesmo que negar o próprio acesso à jurisdição, princípio inserido no âmbito da Constituição Federal.

À vista dos delineamentos expostos supra, entendo razoável que, se o devedor assume obrigações ordinárias de forma voluntária, deve dispor de meios para a sua respectiva quitação.

Nessa quadra, na esteira da disposição do artigo 139, inciso IV, do CPC, impõe-se a adoção de medidas que constituem forma de coerção indireta visando ao pagamento do débito por implicar em sujeição do devedor a incômodos da vida cotidiana, sem que haja restrição da sua liberdade de ir e vir.

Noto, ainda, que a aplicação do dispositivo aludido, por constituir derivação do princípio constitucional da razoável duração do processo, sendo o Juiz o responsável por conduzi-lo até a satisfação da obrigação, está a comportar aplicação de ofício.

Demais disso, ainda sobre o artigo 139, inciso IV, do CPC, não reputo seu caráter como subsidiário, na medida em que em outros sistemas de execução, como por exemplo no caso da execução de alimentos, já se adota medida restritiva da liberdade mais gravosa - de forma prioritária à penhora de bens sem que se tenha qualquer questionamento.

Nesse sentido, transcreve-se:

"Agravo de instrumento. Cumprimento de sentença. Determinação de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) da executada, bem como de cartões de débito e crédito e passaporte. Possibilidade, desde que exauridas outras tentativas de localização de bens e satisfação do crédito. Art. 139, IV, do NCPC. Diploma legal que autoriza o magistrado a tomar medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou subrogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial. Providências que contribuem para o pagamento do valor devido desde que relacionadas à obrigação inadimplida. Restrições que induzem ao pagamento tendo em vista que cabe à devedora o ônus de comprovar as razões pelas quais custeia despesas relacionadas a cartões e viagem sem pagar seu débito. Violação da dignidade humana não caracterizada. Decisão mantida. Recurso improvido". (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, AI nº 2045271-08.2017.8.26.0000, Relator Hamid Bdine, julgamento em 6 de abril de 2017).

3- Por tal razão, no caso presente, esgotados todos os meios para localização de liquidez do patrimônio da parte executada, com fundamento no artigo 139, inciso IV, do CPC, visando a satisfação do crédito exequendo, DETERMINO a SUSPENSÃO da CNH da parte executada SANDRA FERREIRA DA CUNHA, CPF nº 93023251215 , até o pagamento do débito.

4- Por economia e celeridade processual, via desta Decisão servirá de ofício, cabendo à parte credora imprimi-la e apresentá-la ao DETRAN, dentro do prazo de validade de 15 dias.

4.1- A informação, quanto ao cumprimento da decisão, deverá ser prestada diretamente à parte autora.

5- Havendo pagamento do débito fica o exequente responsável em providenciar o necessário para a baixa da suspensão.

6- Registre-se que o ofício não confere ao seu portador qualquer preferência de atendimento ou isenção de eventuais taxas ou custas de qualquer natureza, as quais, havendo, ficam a cargo da parte interessada na aludida informação.

7- No prazo de 30 dias da presente Decisão, deverá a parte exequente manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito, apresentando cálculo atualizado do débito, bem como resultado da diligência realizada junto ao DETRAN.

8- Defiro a busca no sistema SNIPER, após recolhimento das custas referente a diligência.

9- Decorrido o prazo in albis ou inexistindo bens, o processo será suspenso nos termos do art. 921, III, do CPC, aguardando-se em ARQUIVO.

CÓPIA DESTA DECISÃO SERVIRÁ COMO OFÍCIO AO DETRAN

Ariquemes/RO, 14 de julho de 2023

Alex Balmant

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo: 7008555-91.2020.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Indenização por Dano Moral
Valor da Causa: R$ 15.000,00
EXEQUENTES: GILBERTO FALCAO METZKER, CPF nº 38904764220, LOTE 33, SITIO TALISMÃ, KM 15 s/n, GLEBA 02 RD RO 205 - 76863-000 - RIO CRESPO - RONDÔNIA, MARIA DE JESUS DOS SANTOS METZKER, CPF nº 38904829291, LOTE 33, SITIO TALISMÃ, KM 15, s/n, GLEBA 02 RD RO 205 - 76863-000 - RIO CRESPO - RONDÔNIA, JUCELIA SANTOS METZKER, CPF nº 53361288215, LOTE 33, SITIO TALISMÃ, KM 15 s/n, GLEBA 02 RD RO 205 - 76863-000 - RIO CRESPO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: BELMIRO ROGERIO DUARTE BERMUDES NETO, OAB nº RO5890
EXECUTADO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 2032, - DE 2530 A 2724 - LADO PAR SETOR 04 - 76873-532 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
GILBERTO FALCAO METZKER, MARIA DE JESUS DOS SANTOS METZKER, JUCELIA SANTOS METZKER, qualificado(a) nos autos move Ação de Cumprimento de sentença em face de ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
Diante do pagamento do débito, dou por cumprida a obrigação e, consequentemente, julgo extinto o feito com fulcro no artigo 924, II, do Código de Processo Civil.
Já houve o levantamento dos valores.
Custas pagas.
Sentença transitada em julgado nesta data, ante a preclusão lógica (CPC, artigo 1.000).
P. R. I.
ARQUIVE-SE de imediato.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo: 7017147-56.2022.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Rural (Art. 48/51)
Valor da Causa: R$ 14.544,00
REQUERENTE: VALDENOR BENICIO GOMES, CPF nº 11573708291, LINHA C19, KM 18, ASSENTAMENTO CANAÃ S/N ZONA RURAL - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ANTONIO MACHADO DE URZEDO SOBRINHO, OAB nº MG155033
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, , - DE 2986 A 3292 - LADO PAR - 76801-246 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DESPACHO
Ao INSS, conforme já determinado na decisão de ID. 90395960.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br Processo: 7006436-55.2023.8.22.0002
Classe Processual: Procedimento Comum Cível
Assunto: Indenização por Dano Material, Seguro, Serviços Hospitalares
Valor da Causa: R$ 98.994,55
AUTOR: LEICIANE BARCELOS LOPES, CPF nº 80198163215, RUA CURITIBA 2115, - ATÉ 2263/2264 SETOR 03 - 76870-398 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CAROLINE REBECA ALBERTI, OAB nº RO5945
REU: UNIMED VITORIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO, CNPJ nº 27578434000120, UNIMED VITÓRIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO 700, AVENIDA CEZAR HILAL 700, 3 ANDAR BENTO FERREIRA - 29050-922 - VITÓRIA - ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO DO REU: EUGENIO GUIMARAES CALAZANS, OAB nº MG40399
DECISÃO

A relação em comento está inserida no âmbito consumerista, eis que o requerido se enquadra como fornecedora de serviços/produtos e a parte autora como consumidora final.
Convém esclarecer que na seara consumerista o ônus da prova pode ser invertido nos termos do art. 6º, inc. VIII, com a seguinte redação: são direitos básicos do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando ele for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.
Denota-se, portanto, que o CDC adotou a regra da distribuição dinâmica da inversão do ônus da prova, uma vez que o magistrado tem o poder de redistribuição (inversão) do ônus probatório, caso verificada a verossimilhança da alegação ou a hipossuficiência do consumidor.
Importante destacar a diferença efetuada pela doutrina no tocante aos termos "vulnerabilidade e hipossuficiência", sendo a primeira um fenômeno de direito material com presunção absoluta – jure et de juris (art. 4º, I – o consumidor é reconhecido pela lei como um ente "vulnerável"), enquanto a segunda, um fenômeno de índole processual que deverá ser analisado casuisticamente (art. 6º, VIII – a hipossuficiência deverá ser averiguada pelo juiz segundo as regras ordinárias de experiência).
Destarte, de acordo com as transcrições acima, percebe-se que a inversão do ônus da prova não é automática, pois deve o juiz analisar o caso concreto e, presentes os requisitos acima, deferir a inversão do ônus da prova.
In casu, entendo estarem presentes ambos os requisitos autorizadores da inversão do ônus da prova, tendo em vista a patente relação de consumo que gerou a demanda, bem como, considerando a hipossuficiência da parte autora em relação à requerida, nos moldes do art. 6º, inciso VIII do CDC.
Nesse sentido:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANO DE SAÚDE. Inversão do ônus da prova. Possibilidade, nos termos do artigo 6º, VIII, do CDC, em razão da verossimilhança das alegações do agravante, bem como de sua hipossuficiência técnica. Decisão parcialmente reformada. Recurso provido. (TJ-SP - AI: 20149785020208260000 SP 2014978-50.2020.8.26.0000, Relator: J.B. Paula Lima, Data de Julgamento: 27/02/2020, 10ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 27/02/2020)
Ademais, importante ressaltar, tal inversão pode ser concedida de ofício, pois todas as normas do CDC são de ordem pública e, por isso, passíveis de serem reconhecidas pelo juiz independentemente de requerimento da parte.
Face a isso, inverto o ônus da prova visto que presentes os requisitos autorizadores da medida.
Ficam as partes intimadas para especificarem as provas que pretendem produzir, no prazo comum de 15 dias, devendo individualizá-las e indicar a necessidade de cada uma objetivamente, sob pena de indeferimento, sem prejuízo do julgamento conforme o estado do processo.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo: 7014839-52.2019.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Cheque
Valor da Causa: R$ 7.754,73
EXEQUENTE: GIMA GILBERTO MIRANDA AUTOMOVEIS LTDA, CNPJ nº 05891726000185, AVENIDA JAMARI 4438 ÁREAS ESPECIAIS 02 - 76873-008 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: DENNIS LIMA BATISTA GURGEL DO AMARAL, OAB nº RO7633, NILTOM EDGARD MATTOS MARENA, OAB nº RO361B, MARCOS PEDRO BARBAS MENDONCA, OAB nº RO4476
EXECUTADO: ENI RIBEIRO DA CUNHA, CPF nº 53242157249, ALAMEDA FLOR DO IPÊ 1954, - DE 2793/2794 AO FIM SETOR 01 - 76870-074 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Defiro o pedido de ID. 92795243.
SUSPENDO o andamento do feito e a realização da audiência de conciliação pelo prazo de 30 dias, para localização do novo endereço da Executada.
Comunique-se ao NUCOMED.
Com a indicação de novo endereço, sem nova conclusão dos autos, deverá a CPE proceder a designação de nova data para realização da audiência e cumprir as intimações devidas, nos termos da decisão de ID. 91448420.
Intime-se e cumpra-se.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7005840-71.2023.8.22.0002
Classe: Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos
Valor da Causa: R$ 2.397,98
EXEQUENTE: M. R. G. S., CPF nº 02676629204, RUA BEIJA FLOR 5453, - DE 5293/5294 AO FIM SETOR 09 - 76876-200 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, K. D. D. S., CPF nº 07317424277, RUA BEIJA FLOR 5453, - DE 5293/5294 AO FIM SETOR 09 - 76876-200 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) EXEQUENTE: DAYANE DA SILVA MARTINS, OAB nº RO7412, BRUNA ARAUJO DA SILVA LIMA, OAB nº RO12831
EXECUTADO: L. H. D. M., CPF nº DESCONHECIDO, AVENIDA NICARÁGUA 23, - DE 1376 A 2034 - LADO PAR NOVA PORTO VELHO - 76820-144 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) EXECUTADO: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO

Em juízo de retratação, revogo a decisão ID: 9309518, concedo a gratuidade processual e recebo a inicial.
Nos termos do art. 523 do CPC, fica o(a) executado(a) CITADO(A) para pagar voluntariamente o débito de R$ 2.397,98referente aos alimentos em atraso do período de 06/2022 a 03/2023, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios, também em 10% (dez por cento) sobre o débito, ficando ainda sujeito a atos de expropriação (§3º do art. 523 do CPC).
Também, fica a parte executada desde já ciente de que, com o transcurso do prazo para pagamento voluntário, nos termos do art. 525 do CPC (independentemente de penhora ou nova intimação), inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que, querendo, apresente impugnação ao cumprimento de sentença.
Não havendo impugnação, intime-se a parte exequente para atualizar o débito e requerer o que entender de direito, atentando para que, caso ocorra o pagamento parcial do débito, a multa e os honorários advocatícios estabelecidos incidirão sobre o remanescente da dívida.
Havendo o pagamento e a concordância da parte autora, expeça-se alvará.
SIRVA O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/PENHORA
Ariquemes/RO, 14 de julho de 2023.
14/07/2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7017623-94.2022.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 1.000,00
AUTOR: EDUARDO APARECIDO BARRETO VIEIRA, CPF nº 01666364282, RUA 05 1704 SETOR 7 - 76889-000 - CACAULÂNDIA - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: CAIQUE VINICIUS CASTRO SOUZA, OAB nº RJ233392
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, - 76872-854 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Considerando a juntada de documentos novos, a fim de evitar futura arguição de nulidade, com base no art. 10 do CPC, oportunizo ao INSS o prazo de 15 dias para se manifestar quanto à petição e documentos juntados pelo autor.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ CARTA/ CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7010085-62.2022.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$ 13.200,00
AUTOR: ANALICE SATELLI MARIANO, CPF nº 21968624287, RUA HEITOR VILLA LOBOS 3747 SETOR INSTITUCIONAL - 76872-866 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: JOSE CARLOS SABADINI JUNIOR, OAB nº RO8698, DANIELLI VITORIA SABADINI, OAB nº RO10128
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DESPACHO
Expeça-se nova RPV com os valores corretos.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ CARTA/ CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 14 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo: 7017007-22.2022.8.22.0002
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Cheque
Valor da Causa: R$ 27.351,51
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: YASMINE PIVOTTI ARNEIRO, OAB nº RO9499, LEONARDO HENRIQUE BERKEMBROCK, OAB nº RO4641, MAYRA MIRANDA GROMANN, OAB nº RO8675, PROCURADORIA DA SICOOB AMAZÔNIA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA
EXECUTADOS: ANDERSON LUCAS LAVERDE, CPF nº 96696168249, RUA VITÓRIA 2210, - ATÉ 2255/2256 SETOR 03 - 76870-412 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, ROMILDO FERREIRA SOARES, CPF nº 66370736600, RUA INOCENTES 243, - DE 243/244 A 342/343 JARDIM JORGE TEIXEIRA - 76876-584 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO

1. O requerido Anderson Lucas Laverde não foi localizado nos endereços fornecidos nos autos para tomar ciência do cumprimento de sentença.
Todavia, o endereço onde se tentou intimar o devedor, foi o mesmo onde ocorreu sua citação na fase de conhecimento. Porém, esse se mudou sem comunicar o ato nos autos.
A jurisprudência é pacífica no sentido de que as partes devem comunicar ao juízo as alterações permanentes ou temporárias de endereço, conforme prevê o art. 274 do NCPC, sob pena de se reputar válida a intimação realizada no endereço declinado pelo autor na inicial, quando este deixou de informar a mudança ocorrida (TJMG, Proc. n. 1.0452.03.010172-2/001, rel. Tiago Pinto, j. 30/04/2009, p. 26/05/2009).
Desse modo, com fundamento no art. 274, parágrafo único cc art. 513, § 3, do CPC, considera-se o devedor intimado do ato.
Assim, aguarde-se decurso de prazo para o cumprimento da obrigação.
2. Quanto ao executado Romildo Ferreira Soares, renove-se a intimação de ID. 91683010, visto que a carta de intimação anteriormente expedida foi recebida por terceira pessoa estranha aos autos.
3. Se for o caso, distribua-se servindo de mandado de intimação.
4. Na sequência, decorrido o prazo de pagamento, tornem conclusos para deliberação.
5. Intime-se e cumpra-se.
SERVE DE INTIMAÇÃO
Ariquemes, 16 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7008448-42.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: VERIDIANE VIEIRA NEVES
Advogado do(a) AUTOR: NATIANE CARVALHO DE BONFIM - RO6933
REU: Banco Bradesco Financiamentos S.A
Advogado do(a) REU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo: 0111869-66.2006.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$ 711.523,44
EXEQUENTE: F. N.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
EXECUTADOS: FEMAR IND. E COM. DE BEBIDAS LTDA, CNPJ nº 05778252000160, GUIANA 1307 SETOR INDUSTRIAL - 76870-848 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, ALEXANDRE VILAS BOAS, CPF nº 42207541215, RIO NEGRO 2920, AVENIDA TANCREDO NEVES 1620 JD JORGE TEIXEIRA - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, TAMARINO COM. E DIST. DE PROD. ALIMENTICIOS LTDA - ME, CNPJ nº 01429523000110
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: LUISA PAULA NOGUEIRA RIBEIRO MELO, OAB nº RO1575
DESPACHO
Intime-se o executado quanto a manifestação da Fazenda Nacional.
Prazo de 05 dias.
Na sequência, tornem conclusos para deliberação.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 16 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo: 7009417-96.2019.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Responsabilidade Fiscal
Valor da Causa: R$ 1.206.848,12
EXEQUENTE: Estado de Rondônia

ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: MINERAIS & METAIS, CNPJ nº 02587633000769, RODOVIA BR 364 S/N, KM 42, LINHA C80 ZONA RURAL - 76863-000 - RIO CRESPO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: EDSON ANTONIO SOUSA PINTO, OAB nº RO4643, GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546
DECISÃO
Ante a notícia do parcelamento do débito, SUSPENDO o andamento do feito.
Aguarde-se os pagamentos em arquivo provisório.
As partes podem requerem o desarquivamento dos autos a qualquer momento, por mera petição.
ARQUIVE-SE.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 16 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo: 7003349-91.2023.8.22.0002
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Cartão de Crédito
Valor da Causa: R$ 104.973,39
AUTOR: BANCO BRADESCO S.A., - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ANDRE NIETO MOYA, OAB nº DF42839, BRADESCO
REU: ALEXANDRE FORTUNATO SILVA, CPF nº 52052486291, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 2375, 76800- 000 SETOR INSTITUCIONAL - 76872-853 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: FABIANO MESTRINER BARBOSA, OAB nº RO6525
DECISÃO
A parte requerida apresentou contestação, requerendo os benefícios da gratuidade da justiça, pedido sobre o qual ainda não houve manifestação desde Juízo.
Apesar de a Lei 1.060/50 dispor que basta à parte afirmar a necessidade, evidente que ela deve provar a impossibilidade de arcar com as custas, sem prejuízo de seu sustento, ante a interpretação conjunta daquela Lei com o artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal. Neste sentido, entendimento pacificado no Tribunal de Justiça de Rondônia:
Agravo de instrumento. Assistência judiciária gratuita. Ausência de comprovação. Recurso improvido. O diferimento do pagamento das custas ao final do processo não é medida descabida, mas razoável e proporcional à problemática autoral trazida ao Judiciário, sobretudo porque é entendimento já consolidado por esta Egrégia Corte que, conquanto a simples declaração de pobreza aliada à situação fática apresentada pode ser o suficiente para o deferimento do benefício, é possível que o magistrado investigue a real situação do requerente, exigindo a respectiva prova, quando os fatos levantarem dúvidas acerca da hipossuficiência alegada. Ausente a comprovação da situação de hipossuficiência, não há como ser deferido o pedido da gratuidade, impondo-se a manutenção da decisão agravada nesse ponto. (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0800075-56.2019.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Sansão Saldanha, Data de julgamento: 16/12/2020) – grifo nosso.
Desta forma, oportunizo ao requerido, o prazo de 15 dias, para comprovar a hipossuficiência alegada, demonstrando os seus rendimentos e despesas. Deverá apresentar cópia de sua última declaração de imposto de renda, carteira de trabalho legível e cópia do último comprovante de salário.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem conclusos para decisão.
Intime-se.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Ariquemes, 16 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo n.: 7018536-76.2022.8.22.0002
Classe: Monitória
Valor da Causa:R$ 413,54
AUTOR: FRIOCENTER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 15531724000139, RUA RIACHUELO 3321, EM FRENTE A PREFEITURA - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: GELBER WESLEY DE LIMA COSTA, OAB nº RO11035
RÉU: UERLEI DOS SANTOS MACHADO, CPF nº 00318818230, RUA OSVALDO DE ANDRADE 3525, - DE 3402/3403 A 3545/3546 SETOR 06 - 76873-668 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, UERLEI DOS SANTOS MACHADO 00318818230, CNPJ nº 34027306000153, DO CACAU,CENTRO 1790 CACAULANDIA - 76889-000 - CACAULÂNDIA - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA

I. RELATÓRIO
FRIOCENTER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, qualificada nos autos, propôs a presente pretensão monitória em face de UERLEI DOS SANTOS MACHADO (empresário individual) e UERLEI DOS SANTOS MACHADO, alegando que é credor da parte requerida da quantia de R$ 393,85 (trezentos e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos), atualizados até 29/11/2022, representada pela nota fiscal e seus respectivos boletos acostados aos autos. Com a inicial vieram documentos.
A parte requerida, devidamente citada (ID:92074013), não quitou o débito e nem apresentou embargos monitórios, quedando-se inerte.
É o sucinto relatório. DECIDO.
II. FUNDAMENTAÇÃO
A parte requerida, devidamente citada, não quitou o débito e nem apresentou embargos monitórios.
Ficou devidamente demonstrado por meio de nota fiscal de venda de mercadorias (ID:84663706) e boleto bancário (ID:84663707), que a parte autora efetivamente possui um crédito com a requerida.
A inércia da parte requerida conduz ao julgamento imediato do processo, na forma preestabelecida no art. 355, inciso II, do Código de Processo Civil.
Dessa forma, resta constituído de pleno direito, por sentença, o título executivo judicial, devendo ser convertido o mandado inicial em mandado executivo, observando-se, no que couber, o Título II do Livro I da parte especial do CPC.
III. DISPOSITIVO
Posto isso, nos termos do art. 701, § 2º, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e constituo, de pleno direito, o título executivo judicial, condenando a parte requerida UERLEI DOS SANTOS MACHADO (empresário individual) e UERLEI DOS SANTOS MACHADO, a pagar à requerente FRIOCENTER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, a importância de R$ 393,85 (trezentos e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos), atualizados até 29/11/2022, que deverá ser acrescido de juros de mora de 1% ao mês e correção monetária, ambos a partir da data do vencimento de cada fatura.
Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado que fixo em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º, do CPC.
P. R. I. C.
Altere-se a classe processual para cumprimento de sentença.
Intime-se a parte exequente para, em 05 (cinco) dias, apresentar planilha atualizada do débito.
Após, intime-se a parte executada, nos termos do art. 523 do CPC, para pagar voluntariamente o débito indicado no processo, em 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios, também de 10% (dez por cento), ficando ainda sujeito a atos de expropriação (§3º do art. 523 do CPC).
A intimação se dará pessoalmente, nos termos do inciso II do §2º do art. 513 do CPC.
Fica a parte executada ciente de que, com o transcurso do prazo para pagamento voluntário, nos termos do art. 525 do CPC, independente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, apresentar impugnação ao cumprimento de sentença.
Havendo impugnação, intime-se a parte exequente para, em 15 (quinze) dias, se manifestar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença e após, decorrido o prazo, venha concluso o processo para decisão.
Não havendo impugnação, intime-se a parte exequente para, em 5 (cinco) dias, atualizar o débito e requerer o que entender de direito para o prosseguimento do cumprimento de sentença, sob pena de extinção. Em caso de requerimento de pesquisa junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, desde logo, deverá apresentar o comprovante de pagamento das custas referentes à diligência pretendida, na forma do art. 17 da Lei n. 3.896/2016 (Regimento de custas do Estado de Rondônia), sob pena de indeferimento.
Em caso de pagamento, intime-se a parte exequente, por meio do seu advogado, para, em 5 (cinco) dias, informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que entender de direito, sob pena de presunção de aceitação tácita quanto aos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ CARTA/ CARTA PRECATÓRIA.
Ariquemes, 16 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça - Fórum Juiz Edelçon Inocêncio, Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br
Processo: 7002788-67.2023.8.22.0002
Classe: Embargos à Execução
Assunto: Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução
Valor da Causa: R$ 190.000,00
EMBARGANTE: CRISTIANE GRANOSKI NUNES, CPF nº 01092493131, RUA JOÃO BENTO 877, APARTAMENTO 1001, EDIFICIO GRAN DUQUE DE CAXIAS II - 78043-394 - CUIABÁ - MATO GROSSO
ADVOGADO DO EMBARGANTE: ADEMAR COELHO DA SILVA, OAB nº MT14948
EMBARGADOS: IVONETE NOGUEIRA DE CAMPOS, CPF nº 32961014204, RUA VÁRZEA ALEGRE 119 JARDIM NOVO HORIZONTE - 78058-655 - CUIABÁ - MATO GROSSO, EDINEIA NOGUEIRA DE CAMPOS GOMES, CPF nº 61268216291, AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO 4317 CENTRO (S-01) - 76980-174 - VILHENA - RONDÔNIA, ADMILSON NORBERTO DE CAMPOS, CPF nº 32674201215, RUA INÊS DE CASTRO 17, QUADRA 17 JARDIM PRIMAVERA I - 79906-888 - PONTA PORÃ - MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADOS DOS EMBARGADOS: ANDREAN CESAR FILGUEIRAS DE NORMANDES, OAB nº RO6660, ADEMIR KRUMENAUR, OAB nº RO7001
SENTENÇA

I - RELATÓRIO.
Cuidam-se de embargos manejados por CRISTIANE GRANOSKI NUNES, haja vista AUTOS: 7000267-52.2023.8.22.0002 de Execução de Título Extrajudicial promovida em seu desfavor por IVONETE NOGUEIRA DE CAMPOS, EDINEIA NOGUEIRA DE CAMPOS GOMES, ADMILSON NORBERTO DE CAMPOS.
A embargante reconhece a realização de negócio jurídico com os embargados, para compra de um imóvel urbano na cidade de Ariquemes/RO, do qual adveio o compromisso de pagamento do valor de R$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais), destes, a entrada no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), foi paga na data da assinatura do contrato (23/09/2021) e o restante, no valor de R$ 190.000,00 (cento e noventa mil), somente seriam pagos com a outorga da assinatura da Escritura Pública de Venda e Compra em seu favor, no entanto, alega que os embargados não cumpriram a obrigação de fazer estipulada no contrato, não realizaram notificação válida e apenas com a intenção de aplicar multa contratual, ingressaram com a execução contra a embargante, sem que tenham cumprida a sua obrigação, tornando o título inexequível.
Preliminarmente pleiteou a revogação da gratuidade da justiça concedida aos embargados, a suspensão imediata dos autos executivos e, ao final, sejam julgados procedentes os embargos para declarar a inexigibilidade do débito, bem como a condenação dos embargados em litigância de má-fé, despesas processuais e em honorários de sucumbência. Juntou documentos.
Os embargos foram recebidos nos efeitos suspensivos e devolutivo (CPC, artigos 919, § 1º, c/c 915), conforme se depreende da decisão de ID. 87941723, haja vista que comprovou a embargante o depósito dos valores da caução (IDs. 87702501 e 87880995), estando garantida a execução.
O Embargado apresentou impugnação (ID. 90198699), alegando que o título goza de certeza, liquidez e exigibilidade, que a embargante foi notificada pelo aplicativo de whatsapp, por meio de terceira pessoa, e mesmo ciente que a documentação estava apta para transferência do imóvel, manteve-se inerte, sem adimplir o valor pactuado, restando inadimplente. Pugna pela improcedência dos Embargos à Execução. Juntou documentos.
Houve réplica. (ID. 91346783).
Intimadas a especificarem as provas que pretendiam produzir, a embargante requereu o julgamento do mérito (ID. 92124794), já os embargados, pleitearam a produção de prova documental, testemunhal e o depoimento pessoal das partes (ID. 92481744).
Vieram os autos conclusos para a análise do contido no artigo 920, inciso II, do CPC.
É o relatório.
Fundamento e DECIDO.
DO JULGAMENTO NO ESTADO QUE SE ENCONTRA:
Conveniente e oportuno o julgamento no estado que se encontra o presente processo, uma vez que as provas carreadas aos autos são suficientes à formação da convicção do Juízo, bem como à resolução da lide, razão pela qual reputo desnecessária a produção de novas provas, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
Quanto a solicitação de produção de prova testemunhal e tomada de depoimento pessoal, as questões referentes ao alegado descumprimento contratual, estão suficientemente comprovados por via documental. Demais disso, as partes já apresentaram suas versões sobre os fatos.
Presentes os pressupostos processuais, as condições da ação e não havendo nulidades ou irregularidades a sanar, passo à análise do mérito.
II – FUNDAMENTAÇÃO.
A embargante discorre sobre a inexigibilidade do contrato que instruiu a Ação de Execução de Título Extrajudicial de n. 7000267-52.2023.8.22.0002, alegando que os embargados deixaram de cumprir sua obrigação de fazer estipulada e mesmo assim vieram ao Juízo pleiteando a execução dos valores e multas.
Preliminarmente.
Impugnação à gratuidade
A embargante alega que os embargados não fazem jus aos benefícios da gratuidade, todavia não logrou provar que eles detém condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo do seu sustento, razão pela qual indefiro a preliminar arguida.
O recebimento dos valores provenientes do contrato ainda é um evento futuro.
II – DO MÉRITO
A embargante discorre sobre a ausência de exigibilidade, liquidez e certeza do contrato que instruiu a ação de execução de título extrajudicial n. 7000267-52.2023.8.22.0002 (vide ID. 85680469 dos autos principais), eis que os embargados não comprovaram o implemento da condição ou contraprestação.
Assiste razão à Embargante. Explico:
A ação de embargos à execução é a forma específica e incidental de defesa em face da execução de título extrajudicial, como dispõe o CPC/15:
Art. 917. Nos embargos à execução, o executado poderá alegar:
I - inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação; [...]
O inciso I do citado artigo, prevê a hipótese de nulidade por não ser executivo o título apresentado, enquanto no art. 803 do mesmo Código, estão previstas situações de nulidade da execução:
Art. 803. É nula a execução se:
I - o título executivo extrajudicial não corresponder a obrigação certa, líquida e exigível;
II - o executado não for regularmente citado;
III - for instaurada antes de se verificar a condição ou de ocorrer o termo.
Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução.
Ao propor a ação, segundo dispõe o Código, incumbe ao Exequente:
Art. 798. Ao propor a execução, incumbe ao exequente:
I - instruir a petição inicial com:
a) o título executivo extrajudicial;
b) o demonstrativo do débito atualizado até a data de propositura da ação, quando se tratar de execução por quantia certa; [...]
Assim, a regularidade do feito executivo requer instrução com o título executivo em que se materializa o crédito vencido e com a memória atualizada do débito pela qual é quantificada a pretensão executiva, atendendo aos pressupostos da execução e aos requisitos particulares da ação.

Por outro lado, o CPC/15 elenca que o título esteja revestido dos atributos de liquidez, certeza e exigibilidade:
Art. 783. A execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível.
Cabe destacar entre aquelas que se consideram obrigações complexas (obrigações alternativas; obrigações sujeitas a condição ou termo; obrigações condicionadas a contraprestação), aquela que autoriza arguição da exceção de contrato não cumprido, assim referida no CPC/15:
Art. 787. Se o devedor não for obrigado a satisfazer sua prestação senão mediante a contraprestação do credor, este deverá provar que a adimpliu ao requerer a execução, sob pena de extinção do processo.
Na hipótese, o título não perde a exigibilidade, mas em sentido prático a execução dependerá do cumprimento da contraprestação pelo credor.
Por sua vez, o negócio jurídico, sob a ótica da "Escada Ponteada" brilhantemente explanada por Pontes de Miranda, deve obedecer obrigatoriamente à Existência, Validade e Eficácia do negócio jurídico pactuado, para que produza efeitos no mundo jurídico. Ressalte-se que, importante ponto a ser observado é que os "estágios" da escada ponteada implicam obrigatoriedade, pressuposto, do "estágio" anterior.
Assim, narrando sua teoria assevera Pontes de Miranda:
"Existir, valer e ser eficaz são conceitos tão inconfundíveis que o fato jurídico pode ser, valer e não ser eficaz, ou ser, não valer e ser eficaz. As próprias normas jurídicas podem ser, valer e não ter eficácia. O que se não pode dar é valer e ser eficaz, ou valer, ou ser eficaz, sem ser; porque não há validade, ou eficácia do que não é [...]." (PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti: Tratado de direito privado. 4. ed. São Paulo: RT, 1974, t. III, p. 15.)
Daí, extrai-se três elementos componentes dos negócios jurídicos. Vejamos, cada qual, individualmente:
Existência: "No plano da existência encontram-se os requisitos mínimos do negócio. Sem eles, portanto, torna-se inexistente o negócio jurídico. Esses requisitos formam os pressupostos de existência. [...] Assim, o plano da existência engloba agentes, objeto, forma e vontade do negócio jurídico."
Validade: é a premissa básica de que o negócio jurídico guarda consonância com a legislação que o rege. Para ser um contrato válido, deve estar, pois, de acordo com a Lei. São elementos básicos da validade, os dispostos no Art. 104 do Código Civil: a) Agente Capaz; b) objeto lícito, possível, determinado ou determinável; c) forma prescrita ou não defesa em lei; d) vontade, livre consciente e voluntária. A desobediência a algum desses quatro elementos, torna o negócio jurídico/contrato nulo ou anulável, pois é dissonante à legislação que o rege. Ultrapassado este degrau, mais uma vez, é possível avançar ao terceiro e último "estágio".
Eficácia: "Os elementos acidentais do negócio jurídico não estão no plano da sua existência ou validade, mas no plano de sua eficácia, sendo a sua presença até dispensável. Entretanto, em alguns casos, sua presença pode gerar a nulidade do negócio, situando-se no plano da validade." (TARTUCE, Flávio. Manual de direito civil: volume único – 8 ed. rev, atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.). São elementos acidentais: condição (necessidade de ocorrência de evento futuro e incerto); termo (fim de um lapso temporal ou quantitativo, que condiciona o evento a acontecimento futuro e certo) e; encargo (necessidade de cumprimento de algum ônus para que o negócio jurídico produza efeito).
Feita estas considerações, insta trazê-las para o caso dos autos.
In casu, a execução foi instruída com o título executivo, no entanto a embargante alega o descumprimento da contraprestação pelo credor, não estando a pretensão executiva revestida dos atributos de liquidez, certeza e exigibilidade, conforme já devidamente mencionados e esclarecidos.
Quanto a alegação de ausência de comprovação do implemento da condição ou da contraprestação a que se obrigou o credor, constam dos autos executivos que a execução baseia-se no descumprimento da Cláusula Quarta, do item III, do Contrato de ID. 92482882, que assim dispõe:
III - DO PREÇO - FORMA DE PAGAMENTO:
CLÁUSULA QUARTA - A PROMISSÁRIA COMPRADORA pagará aos PROMISSÁRIOS VENDEDORES, pela compra do imóvel descrito na CLÁUSULA PRIMEIRA, o valor total pactuado de R$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais), da seguinte forma:
a) R$ 100.000,00 (cem mil), na data da assinatura do presente instrumento.
b) R$ 190.000,00 (cento e noventa mil), serão pagos sem correção, tão somente no ato da outorga da assinatura da escritura Pública de Venda e Compra em favor da Proeminente compradora, vez que os PROEMINENTES VENDEDORES são responsáveis pela regularização da posse, com a escrituração do imóvel, para que ocorra a formal transferência e recebimento desta quantia final de quitação.
Os embargados afirmam que desde 18 de novembro de 2022, vem notificando a executada e ora embargante por mensagens do aplicativo Whatsapp, por meio da pessoa de "Rildo", que alegam ser representante legal da embargante, mas decorrido o tempo, a executada não procedeu o pagamento dos valores. No entanto, com devida vênia, não há tal previsão no contrato entabulado entre as partes.
Conforme documento em que se baseia a Ação Executiva, o Contrato Particular de Venda e Compra de Imóvel Urbano de ID. 92482882, o pagamento da segunda e última parcela somente seriam devidos no ato da outorga da assinatura da escritura Pública de Venda e Compra em favor da Proeminente compradora.
Como visto, não há previsão de notificação, mas sim, da comprovação da outorga da assinatura da escritura Pública, que não restou demonstrada nos autos.
Ora, em momento algum o embargado afirma ou comprova ter outorgado a assinatura na escritura pública, conforme constante no contrato.
Constam ainda da Cláusula Quarta, do item III do contrato de ID. 92482882, que a outorga da assinatura na escritura pública é condição obrigatória para que ocorra a formal transferência e o recebimento da quantia final da quitação, medida não cumprida pelos embargados, ou seja, o pagamento da segunda parcela somente seria devido após formal transferência do imóvel.
Assim, restou comprovado que há impedimento para execução do contrato, o que, por certo, inviabiliza a pretensão dos embargados, ante a ausência de comprovação da contraprestação a que se obrigaram.
Portando, não havendo o embargado apresentado documento com a outorga da assinatura na escritura pública e a formal transferência do imóvel a compradora, conforme previsão contratual, não há que se falar em inadimplemento e/ou quebra de contrato por parte da embargante, em negar o pagamento.
Assim, ante a falta de comprovação da implementação das obrigações assumidas, carece o título de exigibilidade, nos termos dos artigos 803, I e 783, do CPC
Nesta linha colaciono os seguintes julgados:

Embargos à execução. Contrato de compra e venda. Contraprestação da credora. Não demonstração. Inexigibilidade da obrigação. Configuração. Evidenciado que o título exequendo depende do cumprimento de contraprestação pela empresa credora, consistente na entrega de documentação para realização do financiamento bancário e registro do contrato, cujo adimplemento não foi provado no ingresso da execução, configurada está a inexigibilidade da obrigação por parte do comprador devedor. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7020141-36.2017.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 17/11/2021

Apelação cível. Embargos à execução. Ausência de requisito. Exigibilidade. Inexecução contratual. Recurso provido. Conforme artigo 783 do CPC, para que o título de crédito seja cobrado mediante ação executiva, é necessária a presença concomitante de liquidez, certeza e exigibilidade. Comprovada a inexecução do serviço que ensejou a emissão das notas promissórias, não há que se falar em exigibilidade, o que conduz a procedência dos embargos. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7002487-60.2018.822.0014, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 16/10/2020

Como decorrência dos negócios jurídicos, há um princípio básico em direito das obrigações: o "pacta sunt servanda", ou a "força obrigatória dos contratos". Ou seja, desde que o pactuado entre as partes contratantes não esteja vedado por lei e não haja defeitos no negócio jurídico, o contrato "faz lei entre as partes" e o cumprimento das obrigações assumidas é plenamente exigível entre os contratantes, salvo hipóteses de caso fortuito ou força maio, que não se aplica ao caso em apreço.

Ademais, caberia ao embargado comprovar o cumprimento de sua parte da avença, prova da qual não se desincumbiu.

Ou seja, para que o título de crédito seja cobrado mediante ação executiva, é necessário a presença concomitante de liquidez, certeza e exigibilidade, conforme art. 783 do CPC.

No caso, como afirmado, ficou comprovado que o contrato não possui exigibilidade, pois se vincula à medidas que não foram realizadas, conduzindo a procedência destes embargos.

Nesse contexto, teve êxito a embargante em comprovar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do credor, nos termos do artigos 373, inc. II e 787, do diploma processual civil e, por tais razões, acolho os pedido(s) formulado(s) nos embargos à execução para declarar que o contrato que consubstancia a execução carece do requisito executivo da exigibilidade.

Desnecessário maiores digressões quanto a notificação extrajudicial efetuada, ante a ausência de previsão contratual quanto a tal procedimento e seu envio a terceira pessoa estranha aos autos.

Demais disso, os Tribunais pátrios em tais circunstâncias, não tem reconhecido essa modalidade de notificação:

APELAÇÃO CÍVEL DA PARTE AUTORA - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C REINTEGRAÇÃO DE POSSE E REPARAÇÃO DE DANOS - CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL RURAL NÃO LOTEADO - MORA - AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO, INTERPELAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL – NOTIFICAÇÃO VIA WHATSAPP E FACEBOOK – INEXISTÊNCIA DE PROVA DE RECEBIMENTO - CARÊNCIA DO DIREITO DE AÇÃO - EXTINÇÃO DO PROCESSO – PAGAMENTO VOLUNTÁRIO DO DÉBITO EM SEDE DE AÇÃO CONSIGNATÓRIA – DIFERENÇA DECORRENTE DA INCIDÊNCIA DE ENCARGOS DA MORA QUE NÃO PODE JUSTIFICAR A RESCISÃO DO CONTRATO – APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA BOA-FÉ E DA FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I - A prévia constituição do devedor em mora é requisito indispensável para o ajuizamento da ação de rescisão de contrato de compra e venda c/c reintegração de posse. A falta de notificação ou interpelação para a constituição em mora do devedor acarreta a extinção do processo por carência do direito de ação. II - A juntada de 'prints' demonstrando o envio de mensagens via Whatsapp e Messenger (Facebook) não comprova a efetiva cientificação da mora ora noticiada no caso concreto. III- Deve-se levar em consideração, ainda, o fato de que os réus nesse processo, em sede de ação de consignação em pagamento, diante de comando judicial transitado em julgado, adiantou-se, realizando o depósito em juízo do valor apontado pelo magistrado como devido, antes mesmo do pedido de cumprimento de sentença pela parte requerida naqueles autos. Eventual diferença, decorrente da incidência de encargos de mora sobre os valores vencidos conforme determinado na sentença proferida na ação consignatória, não pode justificar a rescisão contratual e reintegração dos vendedores na posse do imóvel, em aplicação, por analogia, dos princípios da boa-fé e da função social do contrato. APELAÇÃO CÍVEL DO ADVOGADO DOS RÉUS - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C REINTEGRAÇÃO DE POSSE E REPARAÇÃO DE DANOS - EXTINÇÃO - AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO DO PROCESSO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO POR EQUIDADE – IMPOSSIBILIDADE – REGRA DE EQUIDADE QUE TEM APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA E RESTRITA ÀS HIPÓTESES DE IMPOSSIBILIDADE DE ARBITRAMENTO DA VERBA HONORÁRIA PELOS CRITÉRIOS ELENCADOS NO ART. 85, § 2º, DO CPC (VALOR DA CONDENAÇÃO, PROVEITO ECONÔMICO OU VALOR DA CAUSA) - EVENTUAL VALOR ELEVADO DA CAUSA QUE SE MOSTRA IRRELEVANTE - PRECEDENTES DO STJ - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1- Havendo a possibilidade de fixação dos honorários advocatícios, como no caso sob exame, de acordo com a regra geral prevista no § 2º do art. 85 do Código de Processo Civil, deve ser esta seguida, afastando-se o arbitramento equitativo. 2- Segundo entendimento do STJ, o parágrafo 8º do artigo 85 do CPC não permite o uso da apreciação equitativa quando os valores da causa são elevados, a norma somente se aplica nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou quando o valor da causa for muito baixo. Além disso, o artigo 85 do CPC, estabelece normas claras para a fixação dos honorários sucumbência. (TJ-MS - AC: 08004091720208120006 Camapuã, Relator: Des. Marco André Nogueira Hanson, Data de Julgamento: 24/03/2022, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 28/03/2022)

Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.

No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44). O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.

Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos.

II. DO DISPOSITIVO:

Diante do exposto, ACOLHO o pedido inicial e com fulcro nos artigos 783 e 787 do CPC, JULGO PROCEDENTE os EMBARGOS À EXECUÇÃO, opostos por CRISTIANE GRANOSKI NUNES em face de IVONETE NOGUEIRA DE CAMPOS, EDINEIA NOGUEIRA DE CAMPOS GOMES, ADMILSON NORBERTO DE CAMPOS, e, por via de consequência, DECLARO extinta a pretensão executória contida nos autos 7000267-52.2023.8.22.0002, em razão da nulidade do título executivo ante sua inexigibilidade.

Em consequência, JULGO o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inc. I, do NCPC.

Pelo princípio da sucumbência, condeno a parte embargada ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro no equivalente a 10% sobre o valor da condenação, com fulcro no art. 85, § 2º do CPC, cuja exigibilidade fica suspensa em razão da concessão da gratuidade de justiça..
De modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.
Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Código de Processo Civil.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.
Certificado o trânsito em julgado, TRASLADE-SE cópia da presente sentença para a ação de execução de título extrajudicial n. 7000267-52.2023.8.22.0002, procedendo às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, conforme se observa do artigo 31, parágrafo único, da Lei 3896, de 24 de agosto de 2016.
Após o trânsito em julgado, a complementação da caução de ID. 87880995 (R$ 99.982,56), com seus acréscimos legais e remanescentes deverá ser liberada imediatamente à embargante.
Quanto aos valores da caução de ID. 87802501 (R$ 190.000,00), com seus acréscimos legais e remanescentes, deverão serem liberados em favor dos embargados tão logo seja comprovado nos autos a outorga da assinatura da escritura Pública de Venda e Compra e a formal transferência do imóvel para a embargante, nos moldes do contrato de ID. 92482882.
Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado e nada sendo requerido, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
SERVE ESTA DE INTIMAÇÃO ÀS PARTES.
Ariquemes, 16 de julho de 2023
Alex Balmant
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7018233-67.2019.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BARBARA ALVES OLIVEIRA FRAGA
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARINETE BISSOLI - RO3838
EXECUTADO: FRANCIYLTON SILVA DE FARIAS
Advogado do(a) EXECUTADO: KELVE MENDONCA LIMA - RO9609
INTIMAÇÃO Ficam AS PARTES, por meio de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas acerca dos documentos ID 93200048.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7003785-50.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ELIANE ZAHN ENGLERTH e outros (2)
Advogado do(a) AUTOR: LINDIOMAR SILVA DOS ANJOS - RO10079
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogados do(a) REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664, MICAELLA CAMPOS GONCALVES DE MORAIS - PB23978
INTIMAÇÃO REQUERIDO - CONTRARRAZÕES
Fica a parte REQUERIDA intimada, na pessoa do seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as Contrarrazões Recursais.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7000566-29.2023.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) EXEQUENTE: ITALO SCARAMUSSA LUZ - ES9173
EXECUTADO: EVERTON DA SILVA BORGES e outros (2)
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS PRECATÓRIA
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, a comprovar o pagamento de custas (CÓDIGO 1015) para distribuição da Carta Precatória (a ser distribuída dentro do Estado de Rondônia), conforme art. 30 da Lei nº 3.896, de 24 de agosto de 2016 e Provimento Corregedoria nº 008/2017 (DJ 072 de 20/04/2017).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7012385-02.2019.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: J. M. D. S. G.
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
CERTIDÃO
Certifico que os autos ficarão aguardando prazo conforme item: 04
01- prazo da Decisão em aberto
02- prazo para entrega de laudo
03- prazo para contestação
04- aguarda resposta de ofício
05- aguarda retorno de expediente
06- suspensão

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7010409-52.2022.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: MOACIR FRANCISCO DE LIMA
Advogados do(a) EXEQUENTE: DANIELLI VITORIA SABADINI - RO10128, JOSE CARLOS SABADINI JUNIOR - RO8698
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7019127-72.2021.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: RAIMUNDO PINTO SOARES
Advogados do(a) REQUERENTE: CIDIMARY SANTOS PEREIRA - RO12074, FERNANDO MARTINS GONCALVES - RO834, SERGIO GOMES DE OLIVEIRA - RO0005750A
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, junto à Caixa Econômica Federal, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7003344-74.2020.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: PAULO ROSA DE LIMA
Advogado do(a) REQUERENTE: NEILA SILVA FAGUNDES - RO7444
EXECUTADO: ARLINDO OLIVEIRA COSTA
Advogados do(a) EXECUTADO: ADILSON PRUDENTE DE OLIVEIRA - RO5314, ALDON APARECIDO MENEZES - RO11803
INTIMAÇÃO AO RÉU - CUSTAS

Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais Finais. O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Advertência:
1) Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7010476-17.2022.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: N. K. R. D. S. e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: VITORIA RABELO CASTILLO - RO12050
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Ficam as partes intimadas, por meio de seu procurador, para se manifestarem sobre a(s) RPV(s) expedida(s) nos autos, sendo que ao término do prazo, não havendo manifestação, o expediente será assinado e enviado para processamento no sistema e-PrecWeb, conforme expedido.
Prazo para manifestação da parte autora: 05 (cinco) dias;
Prazo para manifestação da parte requerida (INSS): 10 (dez) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7008178-18.2023.8.22.0002
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ROSANGELA MARIA DE SOUZA
Advogado do(a) AUTOR: MARCELO BARBOSA - RO10818
REU: EDIO FILGUEIRA SOARES FILHO
INTIMAÇÃO AUTOR - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência nos Termos do Provimento 018/2020-CG, ficam os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça. Ficam ainda os patronos intimados da Certidão ID 93361431 que contém todas as informações e advertências necessárias para a realização da solenidade, ficando a seu encargo informar à parte todo o necessário:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 12/09/2023 09:30

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7011452-29.2019.8.22.0002
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: DINAMICA EQUIPAMENTOS DE CONSTRUCAO E REPRESENTACAO LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: DAVID ALVES MOREIRA - RO299-B, LURIA MELO DE SOUZA - RO8241
EXECUTADO: JUSCELINO NUNES RODRIGUES
INTIMAÇÃO Fica a parte AUTORA, por meio de seu advogado, no prazo de 05 DIAS, intimada para manifestar-se acerca da certidão 91980967.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Juscelino Kubitschek, 2365, Atendimento: (69)3309-8110 cpeariquemes@tjro.jus.br, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76872-853
Processo : 7016775-44.2021.8.22.0002
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: RENATO SEVERINO
Advogados do(a) EXEQUENTE: BRUNO RODRIGO INGLES FERREIRA - RO13522, HIAGO BASTOS TRINDADE - RO9858
EXECUTADO: DANIEL MATOS DE SOUZA
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

COMARCA DE CACOAL

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo n°: 7008900-08.2021.8.22.0007
EXEQUENTE: E. K. MARTINS COUTO EIRELI - ME
Advogados do(a) EXEQUENTE: ANDRE BONIFACIO RAGNINI - RO1119, CRISTIANO SILVEIRA PINTO - RO0001157A, GISELE BATISTA COSTA - RO12746
EXECUTADO: LINEIDE GOMES DE AGUIAR
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Finalidade: Por determinação do juízo, INTIMA-SE a parte requerente para requerer o necessário para o prosseguimento da execução, sob pena de extinção. Prazo 10 dias.
Cacoal, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo nº : 7002360-70.2023.8.22.0007
Requerente: ADRIANA ALVES DE OLIVEIRA
Advogados do(a) AUTOR: BEATRIZ BRITO DE OLIVEIRA - RO10259, EBER COLONI MEIRA DA SILVA - RO4046, FELIPE WENDT - RO4590
Requerido(a): ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: ESTEVAO ARAUJO PAIVA DE CASTRO FILHO - PB29838
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Cacoal, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo n°: 7007973-08.2022.8.22.0007
REQUERENTE: LAIS SOARES LEITE
Advogados do(a) REQUERENTE: ARTHUR GOULART SILVA - RO10351, DIEGO BARCELOS SANTOS - RO10167
REQUERIDO: BANCO AGIBANK S.A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, INTIMA-SE a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar quanto ao adimplemento da obrigação, sob pena de extinção pelo pagamento.
Cacoal, 17 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Cacoal - Juizado Especial
Endereço: Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Autos nº : 7007775-34.2023.8.22.0007
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Infrator(a): LORECIR PEREIRA
Advogado do(a) AUTOR DO FATO: JUVENILCO IRIBERTO DECARLI JUNIOR - RO1193
Intimação DAS PARTES - DJE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte intimada, por intermédio de seu patrono da sentença ID 93327885.
Cacoal, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Cacoal - Juizado Especial
Endereço: Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Autos nº : 7008177-18.2023.8.22.0007
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Infrator(a): Carlos Eduardo Moreira
Advogado do(a) AUTOR DO FATO: SABRINA SANTOS - RO8902
Intimação DAS PARTES - DJE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de sua patrona, da sentença.
Cacoal, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo n°: 7003367-97.2023.8.22.0007
AUTOR: CELIA REGINA PEREIRA BAZZI
Advogado do(a) AUTOR: MARCELO IATSKIU - PR45921
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, INTIMA-SE a parte requerente para pagamento das custas no prazo de 15 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa (art. 35 §1º).
Cacoal, 17 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Cacoal - Juizado Especial
Endereço: Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Autos nº : 7007357-96.2023.8.22.0007
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Infrator(a): ANDRE HONORATO DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR DO FATO: ROSINEIDE TEIXEIRA ROLDAO - RO11095
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA - DJE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte intimada, por intermédio de sua patrona, a comparecerem à AUDIÊNCIA TELEPRESENCIAL deste processo em dia e hora abaixo mencionados.
Tipo: Preliminar Sala: CEJUSC JECRIM Data: 16/08/2023 Hora: 10:15
Cacoal, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Cacoal - Juizado Especial
Endereço: Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Autos nº : 7006956-97.2023.8.22.0007
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Infrator(a): JOAO RAUPP DE MATOS
Advogado do(a) AUTOR DO FATO: GABRIEL DOS SANTOS REGLY - RO10310
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA - DJE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA TELEPRESENCIAL deste processo em dia e hora abaixo mencionados.
Tipo: Preliminar Sala: CEJUSC JECRIM Data: 16/08/2023 Hora: 11:00
Cacoal, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo n°: 7014532-15.2021.8.22.0007
REQUERENTE: NELCINDA MARIANI SIMÕES
Advogado do(a) REQUERENTE: FERNANDO DA SILVA AZEVEDO - RO0001293A
REQUERIDO: GUIMORVAN FARIAS GALVAO
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, INTIMA-SE a parte requerente para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Cacoal, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo n°: 7014752-76.2022.8.22.0007
AUTOR: RAYLLA NUNES GOVEA
Advogados do(a) AUTOR: MARLISE KEMPER - RO6865, THALIA CELIA PENA DA SILVA - RO0006276A
REQUERIDO: SOCIEDADE REGIONAL DE EDUCACAO E CULTURA LTDA
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Finalidade: Por determinação do juízo, INTIMA-SE a parte requerente para para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo n°: 7014299-81.2022.8.22.0007
AUTOR: SUELI DE OLIVEIRA SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: YAN LIESNER SANTOS - RO9918
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, INTIMA-SE a parte requerente para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Cacoal, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo n°: 7005647-41.2023.8.22.0007
AUTOR: GERSON DE SOUZA MELO
Advogado do(a) AUTOR: VINICIUS MITSUZO YAMADA - RO9727
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, querendo, apresentar manifestação à contestação, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.
Cacoal, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo nº : 7003977-65.2023.8.22.0007
Requerente: WILLIAN PEREIRA DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA - MT19194/O, RODRIGO SAMPSON VILAROUCA DE FREITAS LEITE - CE39524
Requerido(a): ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Cacoal, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo n°: 7011495-43.2022.8.22.0007
REQUERENTE: RONDINERI FERNANDO DE SOUZA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: VILSON KEMPER JUNIOR - RO6444
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, INTIMA-SE a parte requerente para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Cacoal, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo n°: 7003604-34.2023.8.22.0007
REQUERENTE: JORGE EMANUEL DE ASSIS SGORLA
Advogados do(a) REQUERENTE: ADRIANA DE ASSIS SOUZA - RO8720, JOSE EDILSON DA SILVA - RO1554, MARIA GABRIELA DE ASSIS SOUZA - RO3981
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, INTIMA-SE a parte requerente para atualizar o débito e requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.
Cacoal, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo n°: 7005641-34.2023.8.22.0007
EXEQUENTE: J. A. DOS SANTOS CONFECCOES - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: FERNANDO DA SILVA AZEVEDO - RO0001293A
EXECUTADO: JESSICA DA SILVA PAES
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça e para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
Cacoal, 17 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Cacoal - Juizado Especial
Endereço: Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Autos nº : 7004938-06.2023.8.22.0007
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Infrator(a): LEONARDO CEZARIO DA MAIA
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA - DJE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, intimo o patrono da vítima da audiência preliminar.
Tipo: Preliminar Sala: CEJUSC JECRIM Data: 16/08/2023 Hora: 08:45
Cacoal, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7005706-29.2023.8.22.0007
AUTOR: WELLINTON DA SILVA, RUA PIONEIRO JOSÉ DE GÓIS NETO 1299 VILA VERDE - 76960-484 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NAIANY CRISTINA LIMA, OAB nº RO7048
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, 9 ANDARTORRE ED. JATOBÁ,CONDOMINIO CASTELO BRANCO TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Vistos
Compulsando atentamente os autos, verifico que tramitam neste Juízo ações sob nº 7005707-14.2023.8.22.0007 , nº 7005706-29.2023.8.22.0007 cuja causa de pedir é comum.
Dispõe o art. 55 do CPC que se reputam conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir é composta pelos fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede, e o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional.
Como visto, as demandas possuem vínculo de identidade entre si, recomendando-se a reunião dos processos para julgamento conjunto, evitando-se inclusive a prolação de decisões conflitantes ou contraditórias.
POSTO ISSO, determino a conexão dos feitos para decisão em conjunto.
Disposições para a CPE para que adote as cautelas, registros e movimentações de praxe, a fim de associar ao presente feito os processos de nº 7005707-14.2023.8.22.0007 , nº 7005706-29.2023.8.22.0007, para decisão conjunta.
1-Designo audiência EM CONJUNTO de tentativa de conciliação (nº 7005707-14.2023.8.22.0007 , nº 7005706-29.2023.8.22.0007) cuja data será apontada pela Central de Processamento Eletrônico.
1.1 À CPE para cumprimento, procedendo-se a intimação das partes, ressaltando que a audiência de conciliação deverá ser designada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência (artigo 334, CPC). AGENDE-SE NO SISTEMA;
1.2- A audiência de conciliação somente será dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, ou quando não se admitir a autocomposição (CPC 334 §4º).
2- Intime-se o(a) requerente;
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (Via sistema);
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos;
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada virtualmente no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 2025, Centro, Cacoal/RO, preferencialmente, por intermédio do aplicativo de comunicação WhatsApp;
5.2 - Assim que receber a intimação, AS PARTES E ADVOGADOS DEVERÃO INDICAR NOS AUTOS SEUS RESPECTIVOS NÚMEROS DE WHATSAPP VÁLIDOS PARA QUE NA DATA E HORÁRIO DESIGNADOS, APENAS ATENDAM À CHAMADA DE VÍDEO QUE SERÁ REALIZADA PELO CONCILIADOR(A).As partes que não estiverem representadas por advogado poderão informar o número de WhatsApp diretamente ao CEJUSC desta Comarca no telefone número 69- 3443-7640;
5.3 - Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos E ATENDIMENTO DA CHAMADA DE VÍDEO NO DIA E HORÁRIO DESIGNADOS;
5.4 - Em havendo algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverão fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;

5.5 - Deverão estar com o WhatsApp disponível para chamada de vídeo na data e horário agendados para realização da audiência;
5.6 - Assegurarão que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto estejam com o WhatsApp disponível para chamada de vídeo, munidos de poderes específicos para transigir
5.7 - A falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
5.8 - A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
5.9- durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
5.10- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar;
5.11- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje);
5.12- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo;
5.13- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
5.14- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a);
5.15- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO);
5.16- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
5.17- Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
5.18- Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada, observando-se a contagem em dias úteis;
5.19- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento;
5.20 - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e/ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95); Se o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a), na própria sessão virtual, para apresentar novo endereço, no prazo de 05 (cinco) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7007490-41.2023.8.22.0007
REQUERENTE: A. DA SILVA SOUZA, AVENIDA CASTELO BRANCO 19936, - DE 19598 A 20000 - LADO PAR CENTRO - 76963-754 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LETICIA DE MELO CARDOSO, OAB nº RO12751, RENATA DA SILVA TANABE, OAB nº RO12098
REQUERIDOS: MONICA MARTA MARIA HENKE, AVENIDA MARECHAL RONDON 3213, - DE 3041 A 3271 - LADO ÍMPAR PRINCESA ISABEL - 76964-129 - CACOAL - RONDÔNIA, LAUANE KEISY GRAJEL DE MEDEIROS, AVENIDA MARECHAL RONDON 3213, - DE 3041 A 3271 - LADO ÍMPAR PRINCESA ISABEL - 76964-129 - CACOAL - RONDÔNIA
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos
O procedimento monitório é incompatível com o rito dos Juizados Especiais (FONAJE 8). Isso porque a ação monitória possui rito especial (CPC 700), prevendo-se que, caso o réu não oponha embargos, procede-se a uma cognição sumária, constituindo-se título executivo, autorizando a execução forçada.
Assim, possuindo procedimento especial, não pode ser enquadrada nas causas de menor complexidade a que se refere o art. 3º, da Lei 9.099/95.
Posto isso, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 51, inciso II, da Lei 9.099/95.
Intime-se o (a) requerente.
Isento de custas.
Publicação e Registro automáticos.
Arquive-se.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito – Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7007514-69.2023.8.22.0007
AUTOR: NET WAY INFORMATICA LTDA - ME, CASTELO BRANCO 62, INEXISTENTE PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: NEWITO TELES LOVO, OAB nº RO7950, HOSNEY REPISO NOGUEIRA, OAB nº RO6327
REU: EDILSON TORRES DE LIMA, RUA CARMELA PONTES 1213, - ATÉ 1460/1461 VISTA ALEGRE - 76960-134 - CACOAL - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação, cuja data será apontada pela Central de Processamento Eletrônico.
1.1 À CPE para cumprimento, procedendo-se a intimação das partes, ressaltando que a audiência de conciliação deverá ser designada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência (artigo 334, CPC). AGENDE-SE NO SISTEMA;
1.2- A audiência de conciliação somente será dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, ou quando não se admitir a autocomposição (CPC 334 §4º).
2- Intime-se o(a) requerente;
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória);
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos;
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada virtualmente no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 2025, Centro, Cacoal/RO, preferencialmente, por intermédio do aplicativo de comunicação WhatsApp;
5.2 - Assim que receber a intimação, AS PARTES E ADVOGADOS DEVERÃO INDICAR NOS AUTOS SEUS RESPECTIVOS NÚMEROS DE WHATSAPP VÁLIDOS PARA QUE NA DATA E HORÁRIO DESIGNADOS, APENAS ATENDAM À CHAMADA DE VÍDEO QUE SERÁ REALIZADA PELO CONCILIADOR(A).As partes que não estiverem representadas por advogado poderão informar o número de WhatsApp diretamente ao CEJUSC desta Comarca no telefone número 69- 3443-7640;
5.3 - Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos E ATENDIMENTO DA CHAMADA DE VÍDEO NO DIA E HORÁRIO DESIGNADOS;
5.4 - Em havendo algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverão fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
5.5 - Deverão estar com o WhatsApp disponível para chamada de vídeo na data e horário agendados para realização da audiência;
5.6 - Assegurarão que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto estejam com o WhatsApp disponível para chamada de vídeo, munidos de poderes específicos para transigir
5.7 - A falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
5.8 - A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
5.9- durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
5.10- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar;
5.11- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje);
5.12- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo;
5.13- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
5.14- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a);
5.15- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO);
5.16- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
5.17- Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada. A não apresentação da contestação poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
5.18- Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada, observando-se a contagem em dias úteis;
5.19- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento;
5.20 - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e/ou outros profissionais que devem

atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95); Se o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a), na própria sessão virtual, para apresentar novo endereço, no prazo de 05 (cinco) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9 - EM SENDO A DILIGÊNCIA CUMPRIDA POR MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DEVERÁ O SR(A) OFICIAL(A) DE JUSTIÇA, NO MESMO ATO, CERTIFICAR E COLHER O NÚMERO DO TELEFONE, PREFERENCIALMENTE, USADO NO APLICATIVO WHATSAPP, DAS PARTES;
10 - Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7007477-42.2023.8.22.0007
REQUERENTE: M. S. SOUZA, CASTELO BRANCO 19936, SALA A CENTRO - 76963-754 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LETICIA DE MELO CARDOSO, OAB nº RO12751, RENATA DA SILVA TANABE, OAB nº RO12098
REQUERIDO: MARIA SUELI CANDIDA DE OLIVEIRA, RUA DOMINGOS PERIN 1355 TEIXEIRÃO - 76965-524 - CACOAL - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos
O procedimento monitório é incompatível com o rito dos Juizados Especiais (FONAJE 8). Isso porque a ação monitória possui rito especial (CPC 700), prevendo-se que, caso o réu não oponha embargos, procede-se a uma cognição sumária, constituindo-se título executivo, autorizando a execução forçada.
Assim, possuindo procedimento especial, não pode ser enquadrada nas causas de menor complexidade a que se refere o art. 3º, da Lei 9.099/95.
Posto isso, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 51, inciso II, da Lei 9.099/95.
Intime-se o (a) requerente.
Isento de custas.
Publicação e Registro automáticos.
Arquive-se.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito – Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
PROCESSO: 7005702-89.2023.8.22.0007
EXEQUENTES: E.F.J. BRITO SERVICOS MECANICOS LTDA, AVENIDA CASTELO BRANCO 16520, - DE 15526 A 16632 - LADO PAR INCRA - 76965-894 - CACOAL - RONDÔNIA, TOZZO COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - EPP, AV. CASTELO BRANCO 16532, CASA INCRA - 76962-050 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: CRISTIANO SILVEIRA PINTO, OAB nº RO1157A, ANDRE BONIFACIO RAGNINI, OAB nº RO1119, GISELE BATISTA COSTA, OAB nº RO12746
EXECUTADO: AGUINALDO JOSE DA COSTA, RUA ASBERON 1340 SANTO ANTÔNIO - 76967-350 - CACOAL - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos
1- Especificações para cumprimento pelo oficial de justiça:
Cuida a espécie de execução de título extrajudicial, razão que, nos termos do art. 824 do CPC e art. 53 da LJE:
A) CITE-SE E INTIME-SE a parte requerida em execução (mandado), no prazo de 03 (três) dias, para que o(a) devedor(a) pague a dívida exequenda (CPC 829 e 831) ou ofereça embargos à execução no prazo de 15 (quinze) dias (CPC 914 e 915).
Decorrido o prazo de 3 dias sem o pagamento, proceda-se à penhora de bens suficientes à quitação integral da dívida, avaliando-os (CPC 872) e depositando-os, se móveis, em poder do credor (CPC 840 § 1º), salvo recusa e se houver depositário judicial.
Tendo em vista que é costumeiro a parte pedir penhora de celular, desde já, deverá ser certificado pelo Oficial de Justiça eventual existência desse objeto em específico e, sendo necessário, proceder à sua penhora (vedada a remoção, exceto se oportunizado ao executado proceder à exclusão de arquivos).
A.1) Realizada a penhora, deverá ser lavrado auto nos termo dos arts. 838 e 839 do CPC.
A.2) Da penhora será intimado(a) o(a) executado(a) (CPC 841), caso a penhora recaia sobre bem imóvel, também deverá ser intimado(a) o(a) cônjuge do(a) executado(a), salvo se casados em regime de separação absoluta de bens (CPC 842).
B) Caso não localizado o(a) executado(a), o oficial de justiça deverá arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Procedendo, nos próximos 10 (dez) dias, à procurado do(a) executado(a) 2 vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, citação por hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (CPC 830).

C) Caso não encontrados bens do devedor, deverá o Oficial de Justiça relacionar aqueles que guarnecem à residência ou o estabelecimento do(a) executado(a), quando este for pessoa jurídica (CPC 836 §1º). Nesse caso, elaborada a lista, o(a) executado(a) ou eu representante legal será nomeado(a) depositário(a) provisório de tais bens até ulterior determinação (CPC 836 §2º).
D) Efetuada a penhora (LJE 53 §1º), INTIME-SE o(a) executado(a) de que poderá opor-se à execução por meio de embargos em 15 (quinze) dias, independente de caução ou depósito (CPC 914 e 915). Ressalte-se a necessidade dos embargos serem apresentados por meio de advogado, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos.
E) CIENTIFIQUE-SE o(a) executado(a) de que no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, poderá requerer o parcelamento do saldo remanescente em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. (CPC 916), devendo comparecer em cartório para tanto. Cientifique-o(a) de que o pedido de parcelamento importará em renúncia ao direito de opor embargos.
F) Valor da dívida atualizada: R$ 1.290,54
G) Desde já, defiro ao Sr. Oficial cumprir os atos executivos em COMARCAS CONTÍGUAS, DE FÁCIL COMUNICAÇÃO E NAS QUE SE SITUEM NA MESMA REGIÃO METROPOLITANA, bem como, desde já, CONCEDO A ORDEM DE ARROMBAMENTO e a REQUISIÇÃO DE FORÇA POLICIAL, caso haja óbice à penhora, devendo-se proceder na forma dos arts. 782 e 846 do CPC.
2- Especificações para cumprimento pelo cartório após o cumprimento do mandado.
A) Localizados bens penhoráveis, INTIME-SE o(a) exequente (ou seu advogado, se o possuir) para comparecer em cartório e requerer lhe sejam adjudicado(s) o(s) bem(ns) penhorado(s) (CPC 876), ou em não havendo interesse na adjudicação, se manifestar quanto a alienação por sua própria iniciativa ou a designação de hasta pública (CPC 880) ou ainda indicar outro(s) bem(ns) à penhora (CPC 848), caso não tenha interesse no(s) bem(ns) penhorado(s). Prazo de 10 (dez) dias para manifestação, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
B) Em não havendo penhora, INTIME-SE o(a) exequente e/ou seu(ua) advogado(a) para indicar bem(ns) passível(eis) de sofrer penhora, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
B.1) Indicado(s) bem(ns), expeça-se mandado de penhora, avaliação e remoção.
C) Não sendo localizada a parte executada, INTIME-SE o(a) advogado(a) do(a) exequente, ou este se não possuir advogado(a), para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
C.1) Indicado novo endereço, expeça-se novo mandado de citação, penhora, avaliação e intimação, nos termos o item 1 do presente despacho.
D) Ocorrendo solicitação de parcelamento de débito (depositada a quantia de 30%), INTIME-SE o(a) exequente, ou seu advogado, para manifestação quanto ao preenchimento dos pressupostos exigidos para tanto. Prazo de 5 dias (CPC 916 §1º).
E) Ocorrendo solicitação de parcelamento de débito (após a intimação do(a) exequente e decurso de prazo), venda judicial ou adjudicação, venham os autos conclusos para deliberação.
F) Apresentados embargos pelo(a) executado(a), intime-se o(a) exequente para apresentação de resposta no prazo de 15 dias (CPC 920).
3- O PRESENTE DESPACHO SERVE DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
PROCESSO: 7005693-30.2023.8.22.0007
EXEQUENTE: E. K. MARTINS COUTO EIRELI - ME, AVENIDA CUIABÁ 1657, - DE 3207 A 3469 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-651 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CRISTIANO SILVEIRA PINTO, OAB nº RO1157A, GISELE BATISTA COSTA, OAB nº RO12746, ANDRE BONIFACIO RAGNINI, OAB nº RO1119
EXECUTADO: NATALIA ALEXANDRE VAIRAN, AVENIDA DORZÓRIO GOMES DA SILVA 2716 JARDIM ITÁLIA II - 76961-774 - CACOAL - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos
1- Especificações para cumprimento pelo oficial de justiça:
Cuida a espécie de execução de título extrajudicial, razão que, nos termos do art. 824 do CPC e art. 53 da LJE:
A) CITE-SE E INTIME-SE a parte requerida em execução (mandado), no prazo de 03 (três) dias, para que o(a) devedor(a) pague a dívida exequenda (CPC 829 e 831) ou ofereça embargos à execução no prazo de 15 (quinze) dias (CPC 914 e 915).
Decorrido o prazo de 3 dias sem o pagamento, proceda-se à penhora de bens suficientes à quitação integral da dívida, avaliando-os (CPC 872) e depositando-os, se móveis, em poder do credor (CPC 840 § 1º), salvo recusa e se houver depositário judicial.
Tendo em vista que é costumeiro a parte pedir penhora de celular, desde já, deverá ser certificado pelo Oficial de Justiça eventual existência desse objeto em específico e, sendo necessário, proceder à sua penhora (vedada a remoção, exceto se oportunizado ao executado proceder à exclusão de arquivos).
A.1) Realizada a penhora, deverá ser lavrado auto nos termo dos arts. 838 e 839 do CPC.
A.2) Da penhora será intimado(a) o(a) executado(a) (CPC 841), caso a penhora recaia sobre bem imóvel, também deverá ser intimado(a) o(a) cônjuge do(a) executado(a), salvo se casados em regime de separação absoluta de bens (CPC 842).
B) Caso não localizado o(a) executado(a), o oficial de justiça deverá arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Procedendo, nos próximos 10 (dez) dias, à procurado do(a) executado(a) 2 vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, citação por hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (CPC 830).
C) Caso não encontrados bens do devedor, deverá o Oficial de Justiça relacionar aqueles que guarnecem à residência ou o estabelecimento do(a) executado(a), quando este for pessoa jurídica (CPC 836 §1º). Nesse caso, elaborada a lista, o(a) executado(a) ou eu representante legal será nomeado(a) depositário(a) provisório de tais bens até ulterior determinação (CPC 836 §2º).

D) Efetuada a penhora (LJE 53 §1º), INTIME-SE o(a) executado(a) de que poderá opor-se à execução por meio de embargos em 15 (quinze) dias, independente de caução ou depósito (CPC 914 e 915). Ressalte-se a necessidade dos embargos serem apresentados por meio de advogado, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos.
E) CIENTIFIQUE-SE o(a) executado(a) de que no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, poderá requerer o parcelamento do saldo remanescente em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. (CPC 916), devendo comparecer em cartório para tanto. Cientifique-o(a) de que o pedido de parcelamento importará em renúncia ao direito de opor embargos.
F) Valor da dívida atualizada: R$ 4.203,28
G) Desde já, defiro ao Sr. Oficial cumprir os atos executivos em COMARCAS CONTÍGUAS, DE FÁCIL COMUNICAÇÃO E NAS QUE SE SITUEM NA MESMA REGIÃO METROPOLITANA, bem como, desde já, CONCEDO A ORDEM DE ARROMBAMENTO e a REQUISIÇÃO DE FORÇA POLICIAL, caso haja óbice à penhora, devendo-se proceder na forma dos arts. 782 e 846 do CPC.
2- Especificações para cumprimento pelo cartório após o cumprimento do mandado.
A) Localizados bens penhoráveis, INTIME-SE o(a) exequente (ou seu advogado, se o possuir) para comparecer em cartório e requerer lhe sejam adjudicado(s) o(s) bem(ns) penhorado(s) (CPC 876), ou em não havendo interesse na adjudicação, se manifestar quanto a alienação por sua própria iniciativa ou a designação de hasta pública (CPC 880) ou ainda indicar outro(s) bem(ns) à penhora (CPC 848), caso não tenha interesse no(s) bem(ns) penhorado(s). Prazo de 10 (dez) dias para manifestação, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
B) Em não havendo penhora, INTIME-SE o(a) exequente e/ou seu(ua) advogado(a) para indicar bem(ns) passível(eis) de sofrer penhora, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
B.1) Indicado(s) bem(ns), expeça-se mandado de penhora, avaliação e remoção.
C) Não sendo localizada a parte executada, INTIME-SE o(a) advogado(a) do(a) exequente, ou este se não possuir advogado(a), para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
C.1) Indicado novo endereço, expeça-se novo mandado de citação, penhora, avaliação e intimação, nos termos o item 1 do presente despacho.
D) Ocorrendo solicitação de parcelamento de débito (depositada a quantia de 30%), INTIME-SE o(a) exequente, ou seu advogado, para manifestação quanto ao preenchimento dos pressupostos exigidos para tanto. Prazo de 5 dias (CPC 916 §1º).
E) Ocorrendo solicitação de parcelamento de débito (após a intimação do(a) exequente e decurso de prazo), venda judicial ou adjudicação, venham os autos conclusos para deliberação.
F) Apresentados embargos pelo(a) executado(a), intime-se o(a) exequente para apresentação de resposta no prazo de 15 dias (CPC 920).
3- O PRESENTE DESPACHO SERVE DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo n°: 7010526-28.2022.8.22.0007
REQUERENTE: ELZA POGGIAN ENGELHARDT
Advogado do(a) REQUERENTE: YAN LIESNER SANTOS - RO9918
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, INTIMA-SE a parte requerente para atualizar o débito e requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.
Cacoal, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7008839-50.2021.8.22.0007
EXEQUENTE: E. K. MARTINS COUTO EIRELI - ME, AVENIDA BELO HORIZONTE 2411, EDIFÍCIO DUBAI NOVO HORIZONTE - 76962-091 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ANDRE BONIFACIO RAGNINI, OAB nº RO1119, GISELE BATISTA COSTA, OAB nº RO12746, MARTA DA COSTA PEREIRA, OAB nº RO9238
EXECUTADO: DIOGENES DE OLIVEIRA DA SILVA, RUA JOSÉ AMÉRICO 1224, - ATÉ 1301/1302 VISTA ALEGRE - 76960-018 - CACOAL - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos
Trata-se de ação de execução em que há informação da quitação do débito pelo executado.
Posto isso, DECLARO EXTINTO o processo (CPC 924, II).
Publicação e Registro automáticos.
Desnecessária a intimação (LJE 51 § 1°).
Sem custas e sem honorários.
Independente do trânsito em julgado, arquive-se.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito – Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7005707-14.2023.8.22.0007
AUTOR: LEIDINARA PINHEIRO GONCALVES, RUA PIONEIRO JOSÉ DE GÓIS NETO 1299 VILA VERDE - 76960-484 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NAIANY CRISTINA LIMA, OAB nº RO7048
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Vistos
Compulsando atentamente os autos, verifico que tramitam neste Juízo ações sob nº 7005707-14.2023.8.22.0007 , nº 7005706-29.2023.8.22.0007 cuja causa de pedir é comum.
Dispõe o art. 55 do CPC que se reputam conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir é composta pelos fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede, e o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional.
Como visto, as demandas possuem vínculo de identidade entre si, recomendando-se a reunião dos processos para julgamento conjunto, evitando-se inclusive a prolação de decisões conflitantes ou contraditórias.
POSTO ISSO, determino a conexão dos feitos para decisão em conjunto.
Disposições para a CPE para que adote as cautelas, registros e movimentações de praxe, a fim de associar ao presente feito os processos de nº 7005707-14.2023.8.22.0007 , nº 7005706-29.2023.8.22.0007, para decisão conjunta.
1-Designo audiência EM CONJUNTO de tentativa de conciliação (nº 7005707-14.2023.8.22.0007 , nº 7005706-29.2023.8.22.0007) cuja data será apontada pela Central de Processamento Eletrônico.
1.1 À CPE para cumprimento, procedendo-se a intimação das partes, ressaltando que a audiência de conciliação deverá ser designada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência (artigo 334, CPC). AGENDE-SE NO SISTEMA;
1.2- A audiência de conciliação somente será dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, ou quando não se admitir a autocomposição (CPC 334 §4º).
2- Intime-se o(a) requerente;
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (Via sistema);
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos;
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada virtualmente no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 2025, Centro, Cacoal/RO, preferencialmente, por intermédio do aplicativo de comunicação WhatsApp;
5.2 - Assim que receber a intimação, AS PARTES E ADVOGADOS DEVERÃO INDICAR NOS AUTOS SEUS RESPECTIVOS NÚMEROS DE WHATSAPP VÁLIDOS PARA QUE NA DATA E HORÁRIO DESIGNADOS, APENAS ATENDAM À CHAMADA DE VÍDEO QUE SERÁ REALIZADA PELO CONCILIADOR(A).As partes que não estiverem representadas por advogado poderão informar o número de WhatsApp diretamente ao CEJUSC desta Comarca no telefone número 69- 3443-7640;
5.3 - Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos E ATENDIMENTO DA CHAMADA DE VÍDEO NO DIA E HORÁRIO DESIGNADOS;
5.4 - Em havendo algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverão fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
5.5 - Deverão estar com o WhatsApp disponível para chamada de vídeo na data e horário agendados para realização da audiência;
5.6 - Assegurarão que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto estejam com o WhatsApp disponível para chamada de vídeo, munidos de poderes específicos para transigir
5.7 - A falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
5.8 - A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
5.9- durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
5.10- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar;
5.11- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje);
5.12- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo;
5.13- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
5.14- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a);
5.15- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO);
5.16- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
5.17- Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;

5.18- Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada, observando-se a contagem em dias úteis;
5.19- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento;
5.20 - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e/ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95); Se o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a), na própria sessão virtual, para apresentar novo endereço, no prazo de 05 (cinco) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7005704-59.2023.8.22.0007
AUTOR: E.F.J. BRITO SERVICOS MECANICOS LTDA, AVENIDA CASTELO BRANCO 16520, - DE 15526 A 16632 - LADO PAR INCRA - 76965-894 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: CRISTIANO SILVEIRA PINTO, OAB nº RO1157A, ANDRE BONIFACIO RAGNINI, OAB nº RO1119, GISELE BATISTA COSTA, OAB nº RO12746
REU: MARIA SUELI CANDIDA DE OLIVEIRA, RUA DOMINGOS PERIN 1355 TEIXEIRÃO - 76965-524 - CACOAL - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação, cuja data será apontada pela Central de Processamento Eletrônico.
1.1 À CPE para cumprimento, procedendo-se a intimação das partes, ressaltando que a audiência de conciliação deverá ser designada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência (artigo 334, CPC). AGENDE-SE NO SISTEMA;
1.2- A audiência de conciliação somente será dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, ou quando não se admitir a autocomposição (CPC 334 §4º).
2- Intime-se o(a) requerente;
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória);
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos;
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada virtualmente no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 2025, Centro, Cacoal/RO, preferencialmente, por intermédio do aplicativo de comunicação WhatsApp;
5.2 - Assim que receber a intimação, AS PARTES E ADVOGADOS DEVERÃO INDICAR NOS AUTOS SEUS RESPECTIVOS NÚMEROS DE WHATSAPP VÁLIDOS PARA QUE NA DATA E HORÁRIO DESIGNADOS, APENAS ATENDAM À CHAMADA DE VÍDEO QUE SERÁ REALIZADA PELO CONCILIADOR(A).As partes que não estiverem representadas por advogado poderão informar o número de WhatsApp diretamente ao CEJUSC desta Comarca no telefone número 69- 3443-7640;
5.3 - Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos E ATENDIMENTO DA CHAMADA DE VÍDEO NO DIA E HORÁRIO DESIGNADOS;
5.4 - Em havendo algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverão fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
5.5 - Deverão estar com o WhatsApp disponível para chamada de vídeo na data e horário agendados para realização da audiência;
5.6 - Assegurarão que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto estejam com o WhatsApp disponível para chamada de vídeo, munidos de poderes específicos para transigir
5.7 - A falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
5.8 - A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
5.9- durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
5.10- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar;
5.11- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje);
5.12- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo;
5.13- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
5.14- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a);
5.15- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO);

5.16- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
5.17- Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada. A não apresentação da contestação poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
5.18- Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada, observando-se a contagem em dias úteis;
5.19- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento;
5.20 - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e/ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95); Se o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a), na própria sessão virtual, para apresentar novo endereço, no prazo de 05 (cinco) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9 - EM SENDO A DILIGÊNCIA CUMPRIDA POR MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DEVERÁ O SR(A) OFICIAL(A) DE JUSTIÇA, NO MESMO ATO, CERTIFICAR E COLHER O NÚMERO DO TELEFONE, PREFERENCIALMENTE, USADO NO APLICATIVO WHATSAPP, DAS PARTES;
10 - Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo n°: 7005874-02.2021.8.22.0007
REQUERENTE: J. A. DOS SANTOS CONFECCOES - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: FERNANDO DA SILVA AZEVEDO - RO0001293A
REQUERIDO: ROSILDA ESTEVAO
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, INTIMA-SE a parte requerente para atualizar o débito e requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.
Cacoal, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7009055-40.2023.8.22.0007
AUTORES: ROSANGELA AMARAL DOS REIS FLOR, LH 03, LOTE 53 S/N ZONA RURAL - 76919-000 - MINISTRO ANDREAZZA - RONDÔNIA, JOSE DE SOUZA FILHO, LH 03, LOTE 53 S/N ZONA RURAL - 76919-000 - MINISTRO ANDREAZZA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: ELEONICE APARECIDA ALVES, OAB nº RO5807A, ALFREDO LAURENT FILHO, OAB nº RO12100
REQUERIDO: COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDENCIA DO SUL, RUA GENERAL CÂMARA 230, ANDAR 7 AO 11 CENTRO HISTÓRICO - 90010-230 - PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos
Do pedido de tutela provisória
Inicialmente, narra a parte autora que nunca celebrou contrato com a requerida, todavia verificou que haviam descontos realizados em sua conta bancária pela seguradora. Aduz ainda que, até o momento foram descontados nove parcelas no benefício previdenciário da segunda requerente.
Nesse sentido, requer a tutela provisória para que o requerido comprove a suspensão dos descontos, bem como se abstenha de efetuar novos descontos. Juntou documentos.
DECIDO
Para a concessão da tutela provisória imperiosa a demonstração da probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (tutela de urgência, NCPC 300) ou, apenas a prova inequívoca do direito alegado sem a necessidade de demonstração de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (tutela de evidência, NCPC 311).
Em sede de cognição sumária, tenho que há elementos suficientes para demonstrar a verossimilhança das alegações, no que se refere aos descontos realizados na conta da requerente, consoante documento de extrato bancário juntado em id 93228168.
A urgência decorre da necessidade de concessão de medida hábil a obstaculizar novos descontos de mensalidades não devidas.
Não existe perigo de irreversibilidade da medida, pois sendo julgada improcedente a pretensão podem os descontos serem novamente realizados, sem prejuízo de ação autônoma para cobrança do valor.
Isso posto, DEFIRO a antecipação dos efeitos da tutela para determinar que a requerida comprove a suspensão dos descontos, bem como se abstenha de efetuar novos descontos, na conta bancaria da Autora Banco Bradesco Agencia 0661, conta corrente 0125421-9.
O descumprimento desta decisão ensejará multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) a cada novo desconto realizado após a data da intimação, até o limite de R$ 3.000,00 (três mil reais).
Outras deliberações:

Considerando que a requerida na maioria absoluta dos casos não tem realizado acordos, sendo esta postura contrária à resolução consensual das situações trazidas ao Judiciário e não se alinham às perspectivas de pacificação social.
Assim, deixo de designar audiência específica para conciliação a fim de propiciar o rápido julgamento do feito e resolução da lide, a fim de otimizar a pauta de audiências da Cejusc – Comarca de Cacoal/RO.
Determino:
a) intime-se a parte requerente (DJ);
b) cite-se e intime-se a parte requerida (via sistema) para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis;
b.1) a não apresentação de defesa importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do(a) requerente e proferido julgamento de plano;
b.2) será obrigatório o patrocínio de advogado nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários-mínimos;
c) desde já, tendo em vista a hipossuficiência da requerente, determino a inversão do ônus da prova a fim de que a requerida apresente em juízo todos os documentos que possui quanto à contratação entre as partes;
d) apresentada contestação, intime-se a parte requerente para, querendo, impugnar no prazo de 10 (dez) dias;
e) se alguma das partes tiver interesse na produção de prova testemunhal, determino que se manifestem nos autos, conjuntamente com sua defesa ou impugnação, informando tal interesse e justificando o objetivo da prova, caso contrário, seu silêncio será interpretado como desinteresse à sua produção.
SERVE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7001551-80.2023.8.22.0007
AUTOR: ANDRE BONIFACIO RAGNINI, AV. BELO HORIZONTE 2297, - DE 2001 A 2339 - LADO ÍMPAR NOVO HORIZONTE - 76962-081 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: GISELE BATISTA COSTA, OAB nº RO12746, ANDRE BONIFACIO RAGNINI, OAB nº RO1119
REQUERIDO: OMEGA TRACTUS LTDA, ALAMEDA JOAQUIM EUGÊNIO DE LIMA 598, CONJ 93 JARDIM PAULISTA - 01403-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: RICARDO RADUAN, OAB nº SP267267
SENTENÇA
Vistos
Designada audiência de tentativa de conciliação, constatou-se a ausência da parte autora, mesmo devidamente intimada para o ato.
DECIDO
O sistema dos Juizados Especiais Cíveis exige a presença da parte requerente nas audiência realizadas durante o trâmite regular do processo.
FONAJE, enunciado 20 - O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto.
Considerando que a parte requerente intimada não compareceu à solenidade, não apresentou justificativa de ausência ou noticiou a composição extrajudicial entre as partes, resta determinar o arquivamento do feito.
Posto isso, DECLARO EXTINTO o processo sem resolução de mérito (LJE 51 I).
Condeno a parte requerente ao pagamento das custas processuais.
Intimem-se as partes.
Publicação e registro automáticos.
Transitada em julgado e nos termos da Lei Estadual 3.896/16:
a) Intime-se o requerente para pagamento das custas no prazo de 15 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa (art. 35 §1º);
b) Havendo pagamento, arquive-se.
c) Decorrido in albis o prazo supra, expeça-se certidão do débito, encaminhando-a ao Tabelionato de Protesto de Títulos, acompanhada da presente sentença (art. 35, §2º), consignando as informações do §3º do art. 35 e do art. 36 do Regimento de Custas;
d) Recebendo a comunicação do tabelionato de protesto, de lavratura e registro do protesto, inscreva-se o débito na dívida ativa e arquive-se o processo (art. 37).
e) Desde já, comprovado o pagamento das custas após a inscrição em dívida ativa, defiro a emissão de declaração de anuência (art. 38), ressaltando que caberá ao interessado providenciar o cancelamento do protesto no tabelionato pagando as despesas postergadas.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito – Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
PROCESSO: 7005715-88.2023.8.22.0007
EXEQUENTE: GUT BELLA - COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA.. - ME, GENERAL OSORIO 1099, - DE 1022/1023 AO FIM CENTRO - 76963-890 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FIAMA RAMOS DE SOUZA, OAB nº RO11756
EXECUTADO: LUANA FERMAN LEMES MORAIS, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 2478, APARTAMENTO 11 CENTRO - 76960-970 - CACOAL - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO

Vistos
1- Especificações para cumprimento pelo oficial de justiça:
Cuida a espécie de execução de título extrajudicial, razão que, nos termos do art. 824 do CPC e art. 53 da LJE:
A) CITE-SE E INTIME-SE a parte requerida em execução (mandado), no prazo de 03 (três) dias, para que o(a) devedor(a) pague a dívida exequenda (CPC 829 e 831) ou ofereça embargos à execução no prazo de 15 (quinze) dias (CPC 914 e 915).
Decorrido o prazo de 3 dias sem o pagamento, proceda-se à penhora de bens suficientes à quitação integral da dívida, avaliando-os (CPC 872) e depositando-os, se móveis, em poder do credor (CPC 840 § 1º), salvo recusa e se houver depositário judicial.
Tendo em vista que é costumeiro a parte pedir penhora de celular, desde já, deverá ser certificado pelo Oficial de Justiça eventual existência desse objeto em específico e, sendo necessário, proceder à sua penhora (vedada a remoção, exceto se oportunizado ao executado proceder à exclusão de arquivos).
A.1) Realizada a penhora, deverá ser lavrado auto nos termo dos arts. 838 e 839 do CPC.
A.2) Da penhora será intimado(a) o(a) executado(a) (CPC 841), caso a penhora recaia sobre bem imóvel, também deverá ser intimado(a) o(a) cônjuge do(a) executado(a), salvo se casados em regime de separação absoluta de bens (CPC 842).
B) Caso não localizado o(a) executado(a), o oficial de justiça deverá arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Procedendo, nos próximos 10 (dez) dias, à procurado do(a) executado(a) 2 vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, citação por hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (CPC 830).
C) Caso não encontrados bens do devedor, deverá o Oficial de Justiça relacionar aqueles que guarnecem à residência ou o estabelecimento do(a) executado(a), quando este for pessoa jurídica (CPC 836 §1º). Nesse caso, elaborada a lista, o(a) executado(a) ou eu representante legal será nomeado(a) depositário(a) provisório de tais bens até ulterior determinação (CPC 836 §2º).
D) Efetuada a penhora (LJE 53 §1º), INTIME-SE o(a) executado(a) de que poderá opor-se à execução por meio de embargos em 15 (quinze) dias, independente de caução ou depósito (CPC 914 e 915). Ressalte-se a necessidade dos embargos serem apresentados por meio de advogado, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos.
E) CIENTIFIQUE-SE o(a) executado(a) de que no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, poderá requerer o parcelamento do saldo remanescente em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. (CPC 916), devendo comparecer em cartório para tanto. Cientifique-o(a) de que o pedido de parcelamento importará em renúncia ao direito de opor embargos.
F) Valor da dívida atualizada: R$ 3.013,80
G) Desde já, defiro ao Sr. Oficial cumprir os atos executivos em COMARCAS CONTÍGUAS, DE FÁCIL COMUNICAÇÃO E NAS QUE SE SITUEM NA MESMA REGIÃO METROPOLITANA, bem como, desde já, CONCEDO A ORDEM DE ARROMBAMENTO e a REQUISIÇÃO DE FORÇA POLICIAL, caso haja óbice à penhora, devendo-se proceder na forma dos arts. 782 e 846 do CPC.
2- Especificações para cumprimento pelo cartório após o cumprimento do mandado.
A) Localizados bens penhoráveis, INTIME-SE o(a) exequente (ou seu advogado, se o possuir) para comparecer em cartório e requerer lhe sejam adjudicado(s) o(s) bem(ns) penhorado(s) (CPC 876), ou em não havendo interesse na adjudicação, se manifestar quanto a alienação por sua própria iniciativa ou a designação de hasta pública (CPC 880) ou ainda indicar outro(s) bem(ns) à penhora (CPC 848), caso não tenha interesse no(s) bem(ns) penhorado(s). Prazo de 10 (dez) dias para manifestação, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
B) Em não havendo penhora, INTIME-SE o(a) exequente e/ou seu(ua) advogado(a) para indicar bem(ns) passível(eis) de sofrer penhora, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
B.1) Indicado(s) bem(ns), expeça-se mandado de penhora, avaliação e remoção.
C) Não sendo localizada a parte executada, INTIME-SE o(a) advogado(a) do(a) exequente, ou este se não possuir advogado(a), para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
C.1) Indicado novo endereço, expeça-se novo mandado de citação, penhora, avaliação e intimação, nos termos o item 1 do presente despacho.
D) Ocorrendo solicitação de parcelamento de débito (depositada a quantia de 30%), INTIME-SE o(a) exequente, ou seu advogado, para manifestação quanto ao preenchimento dos pressupostos exigidos para tanto. Prazo de 5 dias (CPC 916 §1º).
E) Ocorrendo solicitação de parcelamento de débito (após a intimação do(a) exequente e decurso de prazo), venda judicial ou adjudicação, venham os autos conclusos para deliberação.
F) Apresentados embargos pelo(a) executado(a), intime-se o(a) exequente para apresentação de resposta no prazo de 15 dias (CPC 920).
3- O PRESENTE DESPACHO SERVE DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
PROCESSO: 7005716-73.2023.8.22.0007
EXEQUENTE: GUT BELLA - COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA.. - ME, GENERAL OSORIO 1099, - DE 1022/1023 AO FIM CENTRO - 76963-890 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FIAMA RAMOS DE SOUZA, OAB nº RO11756
EXECUTADO: MAURO MOPILAKABA SURUI, LINHA 11 - ALDEIA LOBO s/n, ALDEIA LOBO ZONA RURAL - 76960-970 - CACOAL - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO

Vistos
1- Especificações para cumprimento pelo oficial de justiça:
Cuida a espécie de execução de título extrajudicial, razão que, nos termos do art. 824 do CPC e art. 53 da LJE:
A) CITE-SE E INTIME-SE a parte requerida em execução (mandado), no prazo de 03 (três) dias, para que o(a) devedor(a) pague a dívida exequenda (CPC 829 e 831) ou ofereça embargos à execução no prazo de 15 (quinze) dias (CPC 914 e 915).
Decorrido o prazo de 3 dias sem o pagamento, proceda-se à penhora de bens suficientes à quitação integral da dívida, avaliando-os (CPC 872) e depositando-os, se móveis, em poder do credor (CPC 840 § 1º), salvo recusa e se houver depositário judicial.
Tendo em vista que é costumeiro a parte pedir penhora de celular, desde já, deverá ser certificado pelo Oficial de Justiça eventual existência desse objeto em específico e, sendo necessário, proceder à sua penhora (vedada a remoção, exceto se oportunizado ao executado proceder à exclusão de arquivos).
A.1) Realizada a penhora, deverá ser lavrado auto nos termo dos arts. 838 e 839 do CPC.
A.2) Da penhora será intimado(a) o(a) executado(a) (CPC 841), caso a penhora recaia sobre bem imóvel, também deverá ser intimado(a) o(a) cônjuge do(a) executado(a), salvo se casados em regime de separação absoluta de bens (CPC 842).
B) Caso não localizado o(a) executado(a), o oficial de justiça deverá arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Procedendo, nos próximos 10 (dez) dias, à procurado do(a) executado(a) 2 vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, citação por hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (CPC 830).
C) Caso não encontrados bens do devedor, deverá o Oficial de Justiça relacionar aqueles que guarnecem à residência ou o estabelecimento do(a) executado(a), quando este for pessoa jurídica (CPC 836 §1º). Nesse caso, elaborada a lista, o(a) executado(a) ou eu representante legal será nomeado(a) depositário(a) provisório de tais bens até ulterior determinação (CPC 836 §2º).
D) Efetuada a penhora (LJE 53 §1º), INTIME-SE o(a) executado(a) de que poderá opor-se à execução por meio de embargos em 15 (quinze) dias, independente de caução ou depósito (CPC 914 e 915). Ressalte-se a necessidade dos embargos serem apresentados por meio de advogado, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos.
E) CIENTIFIQUE-SE o(a) executado(a) de que no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, poderá requerer o parcelamento do saldo remanescente em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. (CPC 916), devendo comparecer em cartório para tanto. Cientifique-o(a) de que o pedido de parcelamento importará em renúncia ao direito de opor embargos.
F) Valor da dívida atualizada: R$ 7.690,34
G) Desde já, defiro ao Sr. Oficial cumprir os atos executivos em COMARCAS CONTÍGUAS, DE FÁCIL COMUNICAÇÃO E NAS QUE SE SITUEM NA MESMA REGIÃO METROPOLITANA, bem como, desde já, CONCEDO A ORDEM DE ARROMBAMENTO e a REQUISIÇÃO DE FORÇA POLICIAL, caso haja óbice à penhora, devendo-se proceder na forma dos arts. 782 e 846 do CPC.
2- Especificações para cumprimento pelo cartório após o cumprimento do mandado.
A) Localizados bens penhoráveis, INTIME-SE o(a) exequente (ou seu advogado, se o possuir) para comparecer em cartório e requerer lhe sejam adjudicado(s) o(s) bem(ns) penhorado(s) (CPC 876), ou em não havendo interesse na adjudicação, se manifestar quanto a alienação por sua própria iniciativa ou a designação de hasta pública (CPC 880) ou ainda indicar outro(s) bem(ns) à penhora (CPC 848), caso não tenha interesse no(s) bem(ns) penhorado(s). Prazo de 10 (dez) dias para manifestação, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
B) Em não havendo penhora, INTIME-SE o(a) exequente e/ou seu(ua) advogado(a) para indicar bem(ns) passível(eis) de sofrer penhora, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
B.1) Indicado(s) bem(ns), expeça-se mandado de penhora, avaliação e remoção.
C) Não sendo localizada a parte executada, INTIME-SE o(a) advogado(a) do(a) exequente, ou este se não possuir advogado(a), para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
C.1) Indicado novo endereço, expeça-se novo mandado de citação, penhora, avaliação e intimação, nos termos o item 1 do presente despacho.
D) Ocorrendo solicitação de parcelamento de débito (depositada a quantia de 30%), INTIME-SE o(a) exequente, ou seu advogado, para manifestação quanto ao preenchimento dos pressupostos exigidos para tanto. Prazo de 5 dias (CPC 916 §1º).
E) Ocorrendo solicitação de parcelamento de débito (após a intimação do(a) exequente e decurso de prazo), venda judicial ou adjudicação, venham os autos conclusos para deliberação.
F) Apresentados embargos pelo(a) executado(a), intime-se o(a) exequente para apresentação de resposta no prazo de 15 dias (CPC 920).
3- O PRESENTE DESPACHO SERVE DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
PROCESSO: 7014226-46.2021.8.22.0007
EXEQUENTE: EDIMAR BINO EIRELI - ME, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 2631, - DE 2613 A 3011 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-851 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MIRIAN SALES DE SOUSA, OAB nº RO8569
EXECUTADO: HELIO RODRIGO OLIVEIRA DA SILVA, RUA ADEMÁRIO CARLOS FERREIRA 4315, - ATÉ 3476/3477 VILLAGE DO SOL - 76964-266 - CACOAL - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos
1- Defiro o pedido de pesquisa Sisbajud por 30 dias.
2- Procedi protocolo no sistema SISBAJUD com ordem de repetição. Aguarde-se pelo prazo de 30 (trinta) dias.
3- Após, tornem os autos conclusos para verificação do resultado da diligência.
4- Intimo a exequente (DJ) para ciência do deferimento do seu pedido.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo n°: 7012143-23.2022.8.22.0007
EXEQUENTE: BOM GOSTO COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI
Advogado do(a) EXEQUENTE: DENISE CARMINATO PEREIRA - RO7404
EXECUTADO: VALTEANE MARTINS DE MORAIS
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da devolução da Carta Precatória. NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, sob pena de arquivamento.
Cacoal, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Cacoal - Juizado Especial Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731,(69) 34416905
Processo nº 7000021-75.2022.8.22.0007 REQUERENTE: NET WAY INFORMATICA LTDA - ME Advogados do(a) REQUERENTE: HOSNEY REPISO NOGUEIRA - RO6327, NEWITO TELES LOVO - RO7950
REQUERIDO: RODRIGO MELO SANTOS INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017 Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências da CEJUSC, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: CEJUSC 01 Data: 06/09/2023 Hora: 08:00 Tipo: Conciliação - JEC Sala: CEJUSC 01 Data: 15/09/2022 Hora: 08:00 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO CEJUSC DA COMARCA DE CACOAL:
cwlcejusc@tjro.jus.br / (69) 98415-9702
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO: 1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência. ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG);
Cacoal, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
PROCESSO: 7005694-15.2023.8.22.0007
EXEQUENTE: E. K. MARTINS COUTO EIRELI - ME, AVENIDA CUIABÁ 1657, - DE 3207 A 3469 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-651 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CRISTIANO SILVEIRA PINTO, OAB nº RO1157A, GISELE BATISTA COSTA, OAB nº RO12746, ANDRE BONIFACIO RAGNINI, OAB nº RO1119
EXECUTADO: VALCI CARLOS SOUZA SILVA, RUA PIONEIRO FRANCISCO NOMINATO FRITZ 3722 ALPHA PARQUE - 76965-404 - CACOAL - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos
1- Especificações para cumprimento pelo oficial de justiça:
Cuida a espécie de execução de título extrajudicial, razão que, nos termos do art. 824 do CPC e art. 53 da LJE:
A) CITE-SE E INTIME-SE a parte requerida em execução (mandado), no prazo de 03 (três) dias, para que o(a) devedor(a) pague a dívida exequenda (CPC 829 e 831) ou ofereça embargos à execução no prazo de 15 (quinze) dias (CPC 914 e 915).
Decorrido o prazo de 3 dias sem o pagamento, proceda-se à penhora de bens suficientes à quitação integral da dívida, avaliando-os (CPC 872) e depositando-os, se móveis, em poder do credor (CPC 840 § 1º), salvo recusa e se houver depositário judicial.
Tendo em vista que é costumeiro a parte pedir penhora de celular, desde já, deverá ser certificado pelo Oficial de Justiça eventual existência desse objeto em específico e, sendo necessário, proceder à sua penhora (vedada a remoção, exceto se oportunizado ao executado proceder à exclusão de arquivos).
A.1) Realizada a penhora, deverá ser lavrado auto nos termo dos arts. 838 e 839 do CPC.
A.2) Da penhora será intimado(a) o(a) executado(a) (CPC 841), caso a penhora recaia sobre bem imóvel, também deverá ser intimado(a) o(a) cônjuge do(a) executado(a), salvo se casados em regime de separação absoluta de bens (CPC 842).
B) Caso não localizado o(a) executado(a), o oficial de justiça deverá arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Procedendo, nos próximos 10 (dez) dias, à procurado do(a) executado(a) 2 vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, citação por hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (CPC 830).
C) Caso não encontrados bens do devedor, deverá o Oficial de Justiça relacionar aqueles que guarnecem à residência ou o estabelecimento do(a) executado(a), quando este for pessoa jurídica (CPC 836 §1º). Nesse caso, elaborada a lista, o(a) executado(a) ou eu representante legal será nomeado(a) depositário(a) provisório de tais bens até ulterior determinação (CPC 836 §2º).
D) Efetuada a penhora (LJE 53 §1º), INTIME-SE o(a) executado(a) de que poderá opor-se à execução por meio de embargos em 15 (quinze) dias, independente de caução ou depósito (CPC 914 e 915). Ressalte-se a necessidade dos embargos serem apresentados por meio de advogado, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos.
E) CIENTIFIQUE-SE o(a) executado(a) de que no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, poderá requerer o parcelamento do saldo remanescente em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. (CPC 916), devendo comparecer em cartório para tanto. Cientifique-o(a) de que o pedido de parcelamento importará em renúncia ao direito de opor embargos.
F) Valor da dívida atualizada: R$ 3.664,70
G) Desde já, defiro ao Sr. Oficial cumprir os atos executivos em COMARCAS CONTÍGUAS, DE FÁCIL COMUNICAÇÃO E NAS QUE SE SITUEM NA MESMA REGIÃO METROPOLITANA, bem como, desde já, CONCEDO A ORDEM DE ARROMBAMENTO e a REQUISIÇÃO DE FORÇA POLICIAL, caso haja óbice à penhora, devendo-se proceder na forma dos arts. 782 e 846 do CPC.
2- Especificações para cumprimento pelo cartório após o cumprimento do mandado.
A) Localizados bens penhoráveis, INTIME-SE o(a) exequente (ou seu advogado, se o possuir) para comparecer em cartório e requerer lhe sejam adjudicado(s) o(s) bem(ns) penhorado(s) (CPC 876), ou em não havendo interesse na adjudicação, se manifestar quanto a alienação por sua própria iniciativa ou a designação de hasta pública (CPC 880) ou ainda indicar outro(s) bem(ns) à penhora (CPC 848), caso não tenha interesse no(s) bem(ns) penhorado(s). Prazo de 10 (dez) dias para manifestação, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
B) Em não havendo penhora, INTIME-SE o(a) exequente e/ou seu(ua) advogado(a) para indicar bem(ns) passível(eis) de sofrer penhora, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
B.1) Indicado(s) bem(ns), expeça-se mandado de penhora, avaliação e remoção.
C) Não sendo localizada a parte executada, INTIME-SE o(a) advogado(a) do(a) exequente, ou este se não possuir advogado(a), para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
C.1) Indicado novo endereço, expeça-se novo mandado de citação, penhora, avaliação e intimação, nos termos o item 1 do presente despacho.
D) Ocorrendo solicitação de parcelamento de débito (depositada a quantia de 30%), INTIME-SE o(a) exequente, ou seu advogado, para manifestação quanto ao preenchimento dos pressupostos exigidos para tanto. Prazo de 5 dias (CPC 916 §1º).
E) Ocorrendo solicitação de parcelamento de débito (após a intimação do(a) exequente e decurso de prazo), venda judicial ou adjudicação, venham os autos conclusos para deliberação.
F) Apresentados embargos pelo(a) executado(a), intime-se o(a) exequente para apresentação de resposta no prazo de 15 dias (CPC 920).
3- O PRESENTE DESPACHO SERVE DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7007515-54.2023.8.22.0007
AUTOR: NET WAY INFORMATICA LTDA - ME, CASTELO BRANCO 62, INEXISTENTE PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: NEWITO TELES LOVO, OAB nº RO7950, HOSNEY REPISO NOGUEIRA, OAB nº RO6327
REU: EDVALDO MIRANDA SANTOS, RUA GILBERTO FREIRE 1289 VISTA ALEGRE - 76960-080 - CACOAL - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação, cuja data será apontada pela Central de Processamento Eletrônico.
1.1 À CPE para cumprimento, procedendo-se a intimação das partes, ressaltando que a audiência de conciliação deverá ser designada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência (artigo 334, CPC). AGENDE-SE NO SISTEMA;
1.2- A audiência de conciliação somente será dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, ou quando não se admitir a autocomposição (CPC 334 §4º).
2- Intime-se o(a) requerente;
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória);
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos;
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada virtualmente no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 2025, Centro, Cacoal/RO, preferencialmente, por intermédio do aplicativo de comunicação WhatsApp;
5.2 - Assim que receber a intimação, AS PARTES E ADVOGADOS DEVERÃO INDICAR NOS AUTOS SEUS RESPECTIVOS NÚMEROS DE WHATSAPP VÁLIDOS PARA QUE NA DATA E HORÁRIO DESIGNADOS, APENAS ATENDAM À CHAMADA DE VÍDEO QUE SERÁ REALIZADA PELO CONCILIADOR(A).As partes que não estiverem representadas por advogado poderão informar o número de WhatsApp diretamente ao CEJUSC desta Comarca no telefone número 69- 3443-7640;
5.3 - Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos E ATENDIMENTO DA CHAMADA DE VÍDEO NO DIA E HORÁRIO DESIGNADOS;
5.4 - Em havendo algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverão fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
5.5 - Deverão estar com o WhatsApp disponível para chamada de vídeo na data e horário agendados para realização da audiência;
5.6 - Assegurarão que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto estejam com o WhatsApp disponível para chamada de vídeo, munidos de poderes específicos para transigir
5.7 - A falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
5.8 - A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
5.9- durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
5.10- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar;
5.11- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje);
5.12- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo;
5.13- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
5.14- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a);
5.15- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO);
5.16- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
5.17- Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada. A não apresentação da contestação poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
5.18- Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada, observando-se a contagem em dias úteis;
5.19- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento;
5.20 - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e/ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95); Se o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a), na própria sessão virtual, para apresentar novo endereço, no prazo de 05 (cinco) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.

7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9 - EM SENDO A DILIGÊNCIA CUMPRIDA POR MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DEVERÁ O SR(A) OFICIAL(A) DE JUSTIÇA, NO MESMO ATO, CERTIFICAR E COLHER O NÚMERO DO TELEFONE, PREFERENCIALMENTE, USADO NO APLICATIVO WHATSAPP, DAS PARTES;
10 - Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo n°: 7006796-72.2023.8.22.0007
AUTOR: JAYNE ALVES GUIMARAES
Advogados do(a) AUTOR: PRISCILA DE CARVALHO FARIAS - RO8466, RODRIGO SILVA SOUSA - RO12658
REU: EB COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA, EB COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, querendo, apresentar manifestação à contestação, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.
Cacoal, 17 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Cacoal - Juizado Especial
Endereço: Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Autos nº : 7008297-95.2022.8.22.0007
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Infrator(a): MARIANA VENDRAMINI
Advogado do(a) AUTOR DO FATO: JEAN RICARDO GALANTE LONGUIN - SP341828
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA - DJE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte intimada, por intermédio de seu patrono, a comparecerem à AUDIÊNCIA TELEPRESENCIAL deste processo em dia e hora abaixo mencionados.
Tipo: Preliminar Sala: CEJUSC JECRIM Data: 16/08/2023 Hora: 09:00
Cacoal, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7010734-46.2021.8.22.0007
EXEQUENTE: BOM GOSTO COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI, RUA HOLANDA 3004 JARDIM EUROPA - 76967-178 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DENISE CARMINATO PEREIRA, OAB nº RO7404
EXECUTADO: ANDRIELLY DURAN DA SILVA, RUA SÃO LUIZ 14, PORTÃO CINZA CENTRO - 78245-000 - VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MATO GROSSO
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos
As partes entabularam acordo, e pretendem sua homologação para surtir seus efeitos jurídicos e legais.
Constatada a regularidade dos termos ajustados, não há óbice à homologação.
Posto isso, com fundamento no artigo 842 do Código Civil e artigo 22 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO o acordo de vontades para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
DECLARO EXTINTO o processo (CPC 487 III b).
Havendo informação de descumprimento do acordo, modifique-se a classe para cumprimento de sentença e intime-se o promovido para comprovar o cumprimento do acordo homologado judicialmente. Caso não tenha cumprido o acordo no prazo combinado, deverá efetuar o seu pagamento acrescido da multa prevista no mesmo, sob pena de acréscimo de nova multa de 10% (CPC 523). Prazo de 15 (quinze) dias. Deverá comprovar o pagamento em cartório no mesmo prazo.
Caso haja algum depósito judicial em decorrência desse acordo, desde já, expeça-se alvará de levantamento da importância depositada nos autos em nome do advogado do requerente, salvo não possuir poderes para tal, bem como intime-se para retirada no prazo de 05 (cinco) dias. Na hipótese de indicação de conta bancária, desde já autorizo a expedição de alvará de transferência para cumprimento em 05 (cinco) dias, sob pena de providências.
Isento das custas finais.
Publicação e registro automáticos.
Dispensada a intimação das partes.
Independente de trânsito em julgado, arquive-se.
Cacoal/RO, 17/07/2023
Juíza de Direito – Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7014753-61.2022.8.22.0007
EXEQUENTE: E. K. MARTINS COUTO EIRELI - ME, AVENIDA CUIABÁ 1657, - DE 1585 A 1725 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-743 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: AUXILIADORA GOMES DOS SANTOS AOYAMA, OAB nº RO8836
EXECUTADO: HIGREYMER BATISTA GOMES, RUA CARAJÁS 376 NOVA ESPERANÇA - 76961-694 - CACOAL - RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos
1- Realizei pesquisa ao sistema Sisbajud que restou em saldo irrisório, portanto, solicitei desbloqueio da quantia. Anexo
2- Intime-se a parte exequente para apresentação de demonstrativo de crédito e indicação de bens passíveis de penhora no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cientifico o exequente que não será aceita a indicação de bens genéricos e nem os que guarnecem a residência do devedor e que sejam essenciais à habitabilidade (Enunciado 14, Fonaje).
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo n°: 7013616-44.2022.8.22.0007
REQUERENTE: NILCINEIA RUBIM DA LUZ
Advogados do(a) REQUERENTE: MANOEL ARAUJO JUNIOR - RO10206, MARCIO MARQUES DE OLIVEIRA - RO9767
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, INTIMA-SE a parte requerente para atualizar o débito e requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.
Cacoal, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7005178-92.2023.8.22.0007
AUTOR: LUIZ HENRIQUE PIMENTEL, AVENIDA ANTÔNIO JOÃO 526, CASA CENTRO - 76960-970 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RENATA DEMITO MARIANO, OAB nº RO7169A
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, ANDAR 9, EDIF. JATOBA COND. CASTELO BRANCO OFFICE TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
SENTENÇA
Vistos
A parte autora desistiu da ação proposta.
Ressalte-se que a desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento, sendo que não há indícios de litigância de má-fé ou lide temerária (Enunciado 90).
Posto isso, DECLARO EXTINTO o processo sem resolução de mérito (LJE 51 §1º e CPC 485 VIII).
Dispensada a intimação das partes.
Isento de custas (LJE 55).
Publicação e Registro automáticos.
Arquive-se.
Cacoal/RO, 17/07/2023
Juíza de Direito – Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo n°: 7005467-25.2023.8.22.0007
AUTOR: SUELI APARECIDA JANJOB
Advogado do(a) AUTOR: DENISE CARMINATO PEREIRA - RO7404
REU: BANCO PAN S.A.
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, querendo, apresentar manifestação à contestação, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.
Cacoal, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo n°: 7008395-17.2021.8.22.0007
REQUERENTE: MALAQUIAS & RODRIGUES ENXOVAIS LTDA - ME
Advogado do(a) REQUERENTE: FERNANDO DA SILVA AZEVEDO - RO0001293A
REQUERIDO: DANIEL SERAFIM DE OLIVEIRA GOMES
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, INTIMA-SE a parte requerente para apresentar endereço atualizado, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Cacoal, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7005595-45.2023.8.22.0007
EXEQUENTE: D. M. COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., AVENIDA DOIS DE JUNHO 2130, - ATÉ 2268 - LADO PAR CENTRO - 76963-882 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: LUCIANA DALL AGNOL, OAB nº MT6774, ALINE SCHLACHTA BARBOSA, OAB nº RO4145
EXECUTADO: PATRICIA DE OLIVEIRA DA CRUZ, RUA JOSÉ DO PATROCÍNIO 1297, - DE 1016/1017 A 1300/1301 PRINCESA ISABEL - 76964-088 - CACOAL - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos
As partes entabularam acordo e pretendem sua homologação para surtir seus efeitos jurídicos e legais.
Constatada a regularidade dos termos ajustados, não há óbice à homologação.
Posto isso, com fundamento no artigo 842 do Código Civil e artigo 22 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO o acordo de vontades para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
DECLARO EXTINTO o processo (CPC 487 III b).
Havendo informação de descumprimento do acordo, modifique-se a classe para cumprimento de sentença e intime-se o promovido para comprovar o cumprimento do acordo homologado judicialmente. Caso não tenha cumprido o acordo no prazo combinado, deverá efetuar o seu pagamento acrescido da multa prevista no mesmo, sob pena de acréscimo de nova multa de 10% (CPC 523). Prazo de 15 (quinze) dias. Deverá comprovar o pagamento em cartório no mesmo prazo.
Caso haja algum depósito judicial em decorrência desse acordo, desde já, expeça-se alvará de levantamento da importância depositada nos autos em nome do advogado do requerente, salvo não possuir poderes para tal, bem como intime-se para retirada no prazo de 05 (cinco) dias. Na hipótese de indicação de conta bancária, desde já autorizo a expedição de alvará de transferência para cumprimento em 05 (cinco) dias, sob pena de providências.
Isento das custas finais.
Publicação e registro automáticos.
Dispensada a intimação das partes.
Independente de trânsito em julgado, arquive-se.
Cacoal/RO, 17/07/2023
Juíza de Direito – Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
PROCESSO: 7005696-82.2023.8.22.0007
EXEQUENTE: E. K. MARTINS COUTO EIRELI - ME, AVENIDA CUIABÁ 1657, - DE 3207 A 3469 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-651 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CRISTIANO SILVEIRA PINTO, OAB nº RO1157A, GISELE BATISTA COSTA, OAB nº RO12746, ANDRE BONIFACIO RAGNINI, OAB nº RO1119
EXECUTADO: EVELYM GABRIELY DE SOUZA GANDA, RUA PEDRO SPAGNOL 3530, - DE 3518/3519 A 3718/3719 TEIXEIRÃO - 76965-624 - CACOAL - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos
1- Especificações para cumprimento pelo oficial de justiça:
Cuida a espécie de execução de título extrajudicial, razão que, nos termos do art. 824 do CPC e art. 53 da LJE:
A) CITE-SE E INTIME-SE a parte requerida em execução (mandado), no prazo de 03 (três) dias, para que o(a) devedor(a) pague a dívida exequenda (CPC 829 e 831) ou ofereça embargos à execução no prazo de 15 (quinze) dias (CPC 914 e 915).
Decorrido o prazo de 3 dias sem o pagamento, proceda-se à penhora de bens suficientes à quitação integral da dívida, avaliando-os (CPC 872) e depositando-os, se móveis, em poder do credor (CPC 840 § 1º), salvo recusa e se houver depositário judicial.
Tendo em vista que é costumeiro a parte pedir penhora de celular, desde já, deverá ser certificado pelo Oficial de Justiça eventual existência desse objeto em específico e, sendo necessário, proceder à sua penhora (vedada a remoção, exceto se oportunizado ao executado proceder à exclusão de arquivos).

A.1) Realizada a penhora, deverá ser lavrado auto nos termo dos arts. 838 e 839 do CPC.
A.2) Da penhora será intimado(a) o(a) executado(a) (CPC 841), caso a penhora recaia sobre bem imóvel, também deverá ser intimado(a) o(a) cônjuge do(a) executado(a), salvo se casados em regime de separação absoluta de bens (CPC 842).
B) Caso não localizado o(a) executado(a), o oficial de justiça deverá arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Procedendo, nos próximos 10 (dez) dias, à procurado do(a) executado(a) 2 vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, citação por hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (CPC 830).
C) Caso não encontrados bens do devedor, deverá o Oficial de Justiça relacionar aqueles que guarnecem à residência ou o estabelecimento do(a) executado(a), quando este for pessoa jurídica (CPC 836 §1º). Nesse caso, elaborada a lista, o(a) executado(a) ou eu representante legal será nomeado(a) depositário(a) provisório de tais bens até ulterior determinação (CPC 836 §2º).
D) Efetuada a penhora (LJE 53 §1º), INTIME-SE o(a) executado(a) de que poderá opor-se à execução por meio de embargos em 15 (quinze) dias, independente de caução ou depósito (CPC 914 e 915). Ressalte-se a necessidade dos embargos serem apresentados por meio de advogado, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos.
E) CIENTIFIQUE-SE o(a) executado(a) de que no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, poderá requerer o parcelamento do saldo remanescente em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. (CPC 916), devendo comparecer em cartório para tanto. Cientifique-o(a) de que o pedido de parcelamento importará em renúncia ao direito de opor embargos.
F) Valor da dívida atualizada: R$ 2.710,72
G) Desde já, defiro ao Sr. Oficial cumprir os atos executivos em COMARCAS CONTÍGUAS, DE FÁCIL COMUNICAÇÃO E NAS QUE SE SITUEM NA MESMA REGIÃO METROPOLITANA, bem como, desde já, CONCEDO A ORDEM DE ARROMBAMENTO e a REQUISIÇÃO DE FORÇA POLICIAL, caso haja óbice à penhora, devendo-se proceder na forma dos arts. 782 e 846 do CPC.
2- Especificações para cumprimento pelo cartório após o cumprimento do mandado.
A) Localizados bens penhoráveis, INTIME-SE o(a) exequente (ou seu advogado, se o possuir) para comparecer em cartório e requerer lhe sejam adjudicado(s) o(s) bem(ns) penhorado(s) (CPC 876), ou em não havendo interesse na adjudicação, se manifestar quanto a alienação por sua própria iniciativa ou a designação de hasta pública (CPC 880) ou ainda indicar outro(s) bem(ns) à penhora (CPC 848), caso não tenha interesse no(s) bem(ns) penhorado(s). Prazo de 10 (dez) dias para manifestação, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
B) Em não havendo penhora, INTIME-SE o(a) exequente e/ou seu(ua) advogado(a) para indicar bem(ns) passível(eis) de sofrer penhora, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
B.1) Indicado(s) bem(ns), expeça-se mandado de penhora, avaliação e remoção.
C) Não sendo localizada a parte executada, INTIME-SE o(a) advogado(a) do(a) exequente, ou este se não possuir advogado(a), para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
C.1) Indicado novo endereço, expeça-se novo mandado de citação, penhora, avaliação e intimação, nos termos o item 1 do presente despacho.
D) Ocorrendo solicitação de parcelamento de débito (depositada a quantia de 30%), INTIME-SE o(a) exequente, ou seu advogado, para manifestação quanto ao preenchimento dos pressupostos exigidos para tanto. Prazo de 5 dias (CPC 916 §1º).
E) Ocorrendo solicitação de parcelamento de débito (após a intimação do(a) exequente e decurso de prazo), venda judicial ou adjudicação, venham os autos conclusos para deliberação.
F) Apresentados embargos pelo(a) executado(a), intime-se o(a) exequente para apresentação de resposta no prazo de 15 dias (CPC 920).
3- O PRESENTE DESPACHO SERVE DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7012527-20.2021.8.22.0007
REQUERENTES: JOSE ANTONIO MEDIOTE, LINHA 08 lote 13 ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA, ROSA MARIA MEDIOTE RODRIGUES, LINHA 08 lote 13 ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: ROBSON REINOSO DE PAULA, OAB nº RO1341A
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AV. COSTA E SILVA 276 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
A parte requerente apresenta pedido de reconsideração da decisão que julga improcedente o pedido de cumprimento de sentença e condena o autor por litigância de má-fé. Fundamenta que por erro material analisou o voto do Juiz Arlen José Silva de Souza, por fim, aduz que não auferiu quaisquer valores.
A parte requerida, através da petição id. 87804159, requer a intimação da requerente para pagamento dos valores referente a condenação em litigância de má-fé e indica conta bancária.
DECIDO
Mantenho inalterado a decisão id. 86599483 sob o fundamento de que o requerente procedeu de modo temerário no ato do processo, sendo que as justificativas apresentadas não se mostram razoáveis, movimentando o Poder Judiciário para executar sentença de mérito transitada em julgado com resultado pela improcedência.
Posto isto, INDEFIRO o pedido.
2- Intime-se o requerente (via DJ).
3- CITE-SE E INTIME-SE a parte requerente para promover o pagamento de multa no equivalente a 5% (cinco por cento) do valor da causa, correspondente á monta de R$ 998,10 (novecentos e noventa e oito reais e dez centavos), a qual deverá ser recolhida em favor da parte requerida, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de juros e correção monetárias.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Cacoal - Juizado Especial
Endereço: Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
==========
Processo nº: 7010949-27.2018.8.22.0007
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (14695)
AUTOR: ANA CASTRO DA SILVA LEITE
Advogado do(a) AUTOR: CRISTINA MIRIA DE OLIVEIRA - RO6692
REU: ESTADO DE RONDÔNIA
ATO ORDINATÓRIO
Em obediência ao disposto no Art. 33, XXVI das Diretrizes Gerais Judiciais, fica Vossa Senhoria, intimada acerca do retorno dos autos da Turma Recursal, bem ainda para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Não havendo manifestação, os autos serão arquivados, observando o recolhimento das custas pendentes.
Cacoal/RO, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
PROCESSO: 7004981-40.2023.8.22.0007
AUTOR: D. F. MEDICAMENTOS LTDA., AV. DAS COMUNICAES 2318, - DE 2308/2309 A 2691/2692 TEIXEIRAO - 76965-638 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: LUCIANA DALL AGNOL, OAB nº MT6774, ALINE SCHLACHTA BARBOSA, OAB nº RO4145
REU: MARCOS RANGEL DOS SANTOS, RUA SÍLVIO APARECIDO PEREIRA 1322 TEIXEIRÃO - 76965-528 - CACOAL - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos
Trata-se de ação de cobrança em que a parte requerente informa o pagamento do débito e requer a extinção do feito.
Ocorreu a ausência de interesse de agir superveniente a interposição da demanda, devendo o feito ser encerrado.
Posto isso, DECLARO EXTINTO o processo (NCPC 485 VI).
Desnecessária a intimação (LJE § 1° 51).
Sem custas e sem honorários (LJE 55).
Publicação e Registro automáticos.
Arquive-se.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito – Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7004294-63.2023.8.22.0007
AUTOR: ALBANIZA GONSAGA DE FREITAS ARAUJO, AVENIDA MARECHAL RONDON 3302 PRINCESA IZABEL - 76960-970 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: INGRID CARVALHO RODRIGUES, OAB nº RO9511
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO
Oportuno o julgamento do processo no estado, sendo despicienda maior dilação probatória, uma vez que as provas coligidas aos autos são mais do que suficientes para o deslinde do feito, restando, ademais, formada a convicção do Juízo (artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil).
Trata-se de ação com pedido de natureza condenatória, tendo por fundamento relação consumerista formada entre as partes, enquadrando-se a requerida como fornecedora de serviços (CDC 3º).
Conforme consta na inicial, o requerente adquiriu bilhete aéreo junto à requerida para viajar de Araçatuba/SP à Cacoal/RO. O voo estava marcado para o dia 05/10/2022 às 04:55:00, com previsão de chegada em 05/10/2022 às 11:10:00. Todavia, devido ao cancelamento do voo de partida, o requerente informa que foi colocado em um ônibus pela requerida e transportado até Campinas/SP, onde foi possível pegar um voo.
Ocorre que devido ao problema apresentado, o requerente perdeu as demais conexões que possuia. A requerida reacomodou-os em voos seguintes, com a chegada em Cacoal/RO ocorrendo em 06/10/2022 às 13:15:00. Aduz que em virtude da alteração teve inúmeros transtornos de ordem moral, motivo pelo qual requer indenização.

Por sua vez, em sede de contestação, às requeridas alegaram a inexistência de conduta ilícita arguindo que o atraso do voo originário ocorreu por motivos técnicos, bem como, teria cumprido todas as determinações estabelecidas pela ANAC.
No caso em análise, a controvérsia restringe-se ao fato de que as partes requeridas devem ser ou não responsabilizadas, em razão de falha na prestação de serviço.
A documentação apresentada nos autos pela requerente demonstra que a requerida, injustificadamente, deu causa ao não cumprimento do contrato celebrado, pois não a transportou ao destino esperado no dia e horário ajustados.
No caso dos autos, as hipóteses genéricas informadas pela requerida ao tratar do cancelamento do voo (condições climáticas, organização da malha aérea, condições dos aeroportos, dentre outros) é fato previsível e inerente ao risco da atividade, denominado de fortuito interno.
Nesse sentido, preferencialmente, a alteração do voo é incontroversa, conforme os documentos amealhados ao feito. Todavia, cumpre ressaltar a legislação acerca do tema, conforme preceitua a Resolução 400/2016 ANAC:
Art. 21. O transportador deverá oferecer as alternativas de reacomodação, reembolso e execução do serviço por outra modalidade de transporte, devendo a escolha ser do passageiro, nos seguintes casos:
I - atraso de voo por mais de quatro horas em relação ao horário originalmente contratado;
II - cancelamento de voo ou interrupção do serviço;
III - preterição de passageiro; e
IV - perda de voo subsequente pelo passageiro, nos voos com conexão, inclusive nos casos de troca de aeroportos, quando a causa da perda for do transportador.
Parágrafo único. As alternativas previstas no caput deste artigo deverão ser imediatamente oferecidas aos passageiros quando o transportador dispuser antecipadamente da informação de que o voo atrasará mais de 4 (quatro) horas em relação ao horário originalmente contratado.
No caso, não se desincumbiu a requerida do ônus de demonstrar que houve a adoção das medidas razoavelmente necessárias para evitar o dano, entre as quais, manutenção preventiva adequada da aeronave ou, ainda, reacomodação dos passageiros nos primeiros voos disponíveis ao mesmo destino.
Nos autos, há clarividência de que a requerida reacomodou o requerente no voo do dia seguinte, com a chegada ao destino final ocorrendo em 06/10/2022 às 13:15:00, com 26 (vinte e seis) horas de atraso em relação ao inicialmente contratado, inexistindo prova de que havia outras opções anteriores.
Importante ponderar que o requerente em sede de exordial informa que perdeu um compromisso pessoal e inadiável para a data de 05/10/2022, no entanto, verifico que deixou de produzir provas essenciais ao direito alegado (CPC I 373).
Outrossim, como já mencionado, a responsabilidade da empresa aérea é objetiva e os transtornos e angústia decorrentes do atraso do voo são evidentes, independentemente da perda do compromisso não comprovado, não podendo ser considerados como mero aborrecimento cotidiano o atraso em 26 (vinte e seis) horas do horário que deveria chegar para o que efetivamente ocorreu.
Portanto, considerando a desídia e ineficiência das requeridas, é possível que seja verificada a ocorrência de dano moral que transcende o mero dissabor, porquanto a falha na prestação de serviços, evidentemente causou transtornos e angústia aos requeridos. A quantia arbitrada é suficiente a impor a reparação do dano moral, sopesadas as circunstâncias particulares do caso em questão, o grau de culpa e as condições das partes, bem como o caráter punitivo dos danos a fim de que as rés procurem aprimorar seus procedimentos internos para que fatos como estes não mais ocorram.
Claro, portanto, o dano moral, o qual quantifico, em função dos dois parâmetros acima narrados, vale dizer, conforto para a vítima, e sanção preventiva para o infrator, à luz do critério da razoabilidade, segundo o qual o magistrado, de acordo com o bom senso, deve perquirir a existência do dano moral, e, com cautela, estabelecer o seu montante, em R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
Saliento ainda que a função do julgador é decidir a lide de modo fundamentado e objetivo, portanto, desnecessário o enfrentamento exaustivo de todos os argumentos elaborados pelas partes pelo que, por fim, anota-se que outros argumentos eventualmente deduzidos no processo não são capazes de, em tese, infirmar a presente conclusão.
Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos feitos por ALBANIZA GONSAGA DE FREITAS ARAUJO em face de AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A. para condenar a requerida a pagar indenização no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais) a requerente, a título de danos morais, obedecendo ao binômio compensação/desestímulo, com incidência de juros de mora e correção monetária a partir da data de publicação desta sentença;
DECLARO RESOLVIDO o mérito (CPC 487 I).
Deixo de condenar em custas e honorários advocatícios (LJE 55).
Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta decisão, ficará a demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo, além de penhora eletrônica de valores e bens.
Havendo pagamento voluntário do débito, desde já defiro expedição de alvará eletrônico em nome da parte autora ou seu advogado acrescido dos juros e correção monetária que incidir e venham os autos conclusos para extinção. Na hipótese de indicação de conta bancária, desde já autorizo a expedição de alvará de transferência para cumprimento em 05 (cinco) dias, sob pena de providências.
Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, “a”, “b” e “e”, determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.
Intimem-se (via sistema PJe) as partes.
Publicação e registro automáticos.
Agende-se decurso de prazo recursal.
Com o trânsito em julgado, arquive-se.
Cacoal/RO, data certificada pelo sistema.
Juíza de Direito – Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
PROCESSO: 7005695-97.2023.8.22.0007
EXEQUENTE: E. K. MARTINS COUTO EIRELI - ME, AVENIDA CUIABÁ 1657, - DE 3207 A 3469 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-651 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CRISTIANO SILVEIRA PINTO, OAB nº RO1157A, GISELE BATISTA COSTA, OAB nº RO12746, ANDRE BONIFACIO RAGNINI, OAB nº RO1119
EXECUTADO: WENDERSON DO CARMO MENDES, RUA EUCLIDES DA CUNHA 1417, - DE 1296/1297 AO FIM VISTA ALEGRE - 76960-058 - CACOAL - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos
1- Especificações para cumprimento pelo oficial de justiça:
Cuida a espécie de execução de título extrajudicial, razão que, nos termos do art. 824 do CPC e art. 53 da LJE:
A) CITE-SE E INTIME-SE a parte requerida em execução (mandado), no prazo de 03 (três) dias, para que o(a) devedor(a) pague a dívida exequenda (CPC 829 e 831) ou ofereça embargos à execução no prazo de 15 (quinze) dias (CPC 914 e 915).
Decorrido o prazo de 3 dias sem o pagamento, proceda-se à penhora de bens suficientes à quitação integral da dívida, avaliando-os (CPC 872) e depositando-os, se móveis, em poder do credor (CPC 840 § 1º), salvo recusa e se houver depositário judicial.
Tendo em vista que é costumeiro a parte pedir penhora de celular, desde já, deverá ser certificado pelo Oficial de Justiça eventual existência desse objeto em específico e, sendo necessário, proceder à sua penhora (vedada a remoção, exceto se oportunizado ao executado proceder à exclusão de arquivos).
A.1) Realizada a penhora, deverá ser lavrado auto nos termo dos arts. 838 e 839 do CPC.
A.2) Da penhora será intimado(a) o(a) executado(a) (CPC 841), caso a penhora recaia sobre bem imóvel, também deverá ser intimado(a) o(a) cônjuge do(a) executado(a), salvo se casados em regime de separação absoluta de bens (CPC 842).
B) Caso não localizado o(a) executado(a), o oficial de justiça deverá arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Procedendo, nos próximos 10 (dez) dias, à procurado do(a) executado(a) 2 vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, citação por hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (CPC 830).
C) Caso não encontrados bens do devedor, deverá o Oficial de Justiça relacionar aqueles que guarnecem à residência ou o estabelecimento do(a) executado(a), quando este for pessoa jurídica (CPC 836 §1º). Nesse caso, elaborada a lista, o(a) executado(a) ou eu representante legal será nomeado(a) depositário(a) provisório de tais bens até ulterior determinação (CPC 836 §2º).
D) Efetuada a penhora (LJE 53 §1º), INTIME-SE o(a) executado(a) de que poderá opor-se à execução por meio de embargos em 15 (quinze) dias, independente de caução ou depósito (CPC 914 e 915). Ressalte-se a necessidade dos embargos serem apresentados por meio de advogado, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos.
E) CIENTIFIQUE-SE o(a) executado(a) de que no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, poderá requerer o parcelamento do saldo remanescente em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. (CPC 916), devendo comparecer em cartório para tanto. Cientifique-o(a) de que o pedido de parcelamento importará em renúncia ao direito de opor embargos.
F) Valor da dívida atualizada: R$ 2.716,11
G) Desde já, defiro ao Sr. Oficial cumprir os atos executivos em COMARCAS CONTÍGUAS, DE FÁCIL COMUNICAÇÃO E NAS QUE SE SITUEM NA MESMA REGIÃO METROPOLITANA, bem como, desde já, CONCEDO A ORDEM DE ARROMBAMENTO e a REQUISIÇÃO DE FORÇA POLICIAL, caso haja óbice à penhora, devendo-se proceder na forma dos arts. 782 e 846 do CPC.
2- Especificações para cumprimento pelo cartório após o cumprimento do mandado.
A) Localizados bens penhoráveis, INTIME-SE o(a) exequente (ou seu advogado, se o possuir) para comparecer em cartório e requerer lhe sejam adjudicado(s) o(s) bem(ns) penhorado(s) (CPC 876), ou em não havendo interesse na adjudicação, se manifestar quanto a alienação por sua própria iniciativa ou a designação de hasta pública (CPC 880) ou ainda indicar outro(s) bem(ns) à penhora (CPC 848), caso não tenha interesse no(s) bem(ns) penhorado(s). Prazo de 10 (dez) dias para manifestação, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
B) Em não havendo penhora, INTIME-SE o(a) exequente e/ou seu(ua) advogado(a) para indicar bem(ns) passível(eis) de sofrer penhora, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
B.1) Indicado(s) bem(ns), expeça-se mandado de penhora, avaliação e remoção.
C) Não sendo localizada a parte executada, INTIME-SE o(a) advogado(a) do(a) exequente, ou este se não possuir advogado(a), para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
C.1) Indicado novo endereço, expeça-se novo mandado de citação, penhora, avaliação e intimação, nos termos o item 1 do presente despacho.
D) Ocorrendo solicitação de parcelamento de débito (depositada a quantia de 30%), INTIME-SE o(a) exequente, ou seu advogado, para manifestação quanto ao preenchimento dos pressupostos exigidos para tanto. Prazo de 5 dias (CPC 916 §1º).
E) Ocorrendo solicitação de parcelamento de débito (após a intimação do(a) exequente e decurso de prazo), venda judicial ou adjudicação, venham os autos conclusos para deliberação.
F) Apresentados embargos pelo(a) executado(a), intime-se o(a) exequente para apresentação de resposta no prazo de 15 dias (CPC 920).
3- O PRESENTE DESPACHO SERVE DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7005125-48.2022.8.22.0007
PROCURADOR: RUBIANA CRISTINA MACHADO EIRELI, AVENIDA DOIS DE JUNHO 2690, - DE 2564 A 2870 - LADO PAR CENTRO - 76963-854 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO PROCURADOR: MARCIA PASSAGLIA, OAB nº RO1695A, LUAN DA SILVA FEITOSA, OAB nº RO8566
PROCURADOR: JESSICA LAIS OLIVEIRA DA SILVA, RUA PIAUÍ 502, - DE 283/284 A 544/545 NOVO CACOAL - 76962-194 - CACOAL - RONDÔNIA
PROCURADOR SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos
1- Realizei pesquisa aos sistemas Sisbajud, Renajud e Infojud que restaram infrutíferas. Comprovantes em anexo.
2- Intimo (via DJ) a parte exequente para apresentação de demonstrativo de crédito e indicação de bens passíveis de penhora no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
2.1- Cientifico o exequente que não será aceita a indicação de bens genéricos e nem os que guarnecem a residência do devedor e que sejam essenciais à habitabilidade (Enunciado 14, Fonaje).
3- Caso necessário, SERVE A PRESENTE DECISÃO DE CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PARA CUMPRIMENTO DO ITEM 2.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7007482-64.2023.8.22.0007
AUTOR: M. S. SOUZA, CASTELO BRANCO 19936, SALA A CENTRO - 76963-754 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: LETICIA DE MELO CARDOSO, OAB nº RO12751, RENATA DA SILVA TANABE, OAB nº RO12098
REU: MARIA SUELI CANDIDA DE OLIVEIRA, RUA DOMINGOS PERIN 1355 TEIXEIRÃO - 76965-524 - CACOAL - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos
O procedimento monitório é incompatível com o rito dos Juizados Especiais (FONAJE 8). Isso porque a ação monitória possui rito especial (CPC 700), prevendo-se que, caso o réu não oponha embargos, procede-se a uma cognição sumária, constituindo-se título executivo, autorizando a execução forçada.
Assim, possuindo procedimento especial, não pode ser enquadrada nas causas de menor complexidade a que se refere o art. 3º, da Lei 9.099/95.
Posto isso, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 51, inciso II, da Lei 9.099/95.
Intime-se o (a) requerente.
Isento de custas.
Publicação e Registro automáticos.
Arquive-se.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito – Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7011489-41.2019.8.22.0007
REQUERENTES: WELITON DE MELO SILVA 02165373204, RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO 487, - DE 383/384 A 569/570 JARDIM SAÚDE - 76964-220 - CACOAL - RONDÔNIA, J H SAENS DOS SANTOS EIRELI, RUA ADIL NUNES LEAL 3872, APTO 03 VILLAGE DO SOL - 76964-276 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: RENATO FIRMO DA SILVA, OAB nº RO9016
REQUERIDO: EDILEUZA FONTELES COSTA SOUZA, RODOVIA BR-364, KM 06 33, - DO KM 4,500 AO KM 6,500 CIDADE JARDIM - 76815-800 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA, OAB nº RO1073, MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA, OAB nº RO1073
DECISÃO
Vistos.
Consta nos autos petição protocolizada pela exequente, requerendo a penhora de bens e ativos do cônjuge do executado.
1. Indefiro o pedido.
A despeito do regime de comunhão parcial de bens havido entre os cônjuges, não resta provado que a dívida contraída pela executada tenha sido aproveitada pelo casal ou entidade familiar. No mais, o cônjuge não integra o polo passivo da demanda e, portanto, não há que se falar em penhora de bens ou valores de terceiro estranho ao processo.
A respeito, eis o recente julgado abaixo ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CIVIL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PESQUISA SOBRE BENS. SUPOSTA COMPANHEIRA DO DEVEDOR QUE NÃO COMPÕE A RELAÇÃO PROCESSUAL. COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. PROVEITO FAMILIAR. NÃO COMPROVAÇÃO. DEVIDO PROCESSO LEGAL. OBSERVÂNCIA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO MANTIDA. 1. Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens. Art. 1.725. Código Civil. 2. No regime de comunhão parcial, os bens do cônjuge somente estão sujeitos à execução quando a dívida tiver sido contraída em benefício da entidade familiar. 3. O cumprimento de sentença não pode alcançar terceiro estranho à lide, ainda que a suposta companheira do devedor, sob pena afronta ao devido processo legal. 3.1. In casu, não demonstrada que a medida constritiva atingiria bens comuns do casal, não pode a suposta companheira do agravada, que não compõe relação jurídica de direito material que deu origem à propositura da demanda ter seu patrimônio alcançado e expropriado, sob pena de afronta ao contraditório e a ampla defesa. Precedentes. 4. Recurso conhecido e não provido. Decisão mantida. (TJDF, 07383695520208070000 DF 0738369-55.2020.8.07.0000, Relator: Romulo de Araujo Mendes, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE 21/1/2021)

2. Decorrido o prazo, intime-se o exequente para se manifestar em 5 (cinco) dias, indicando bens passíveis de penhora, sob pena de extinção do feito, com fulcro no art. 53, §4º da Lei 9.099/95.

3. Cumpra-se e expeça-se o necessário.

SERVE DE MANDADO

Cacoal, 17/07/2023

Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7003582-44.2021.8.22.0007
EXEQUENTE: C. A. DIAS - ME, AVENIDA INDERVAL JOSÉ BRASIL 449, - ATÉ 535 - LADO ÍMPAR NOVO CACOAL - 76962-219 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FERNANDO DA SILVA AZEVEDO, OAB nº RO1293A
EXECUTADO: VALTER MIRANDA, LINHA CINTURÃO VERDE, CHÁCARA COLUNA DE BETEL 9-9285.1986, A 800MTS DA CABANA DO PEIXE ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos

1- Realizei pesquisa ao sistema Sisbajud que restou em saldo irrisório, portanto, solicitei desbloqueio da quantia. Anexo

2- Intime-se a parte exequente para apresentação de demonstrativo de crédito e indicação de bens passíveis de penhora no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cientifico o exequente que não será aceita a indicação de bens genéricos e nem os que guarnecem a residência do devedor e que sejam essenciais à habitabilidade (Enunciado 14, Fonaje).

Cacoal, 17/07/2023

Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo n°: 7007325-91.2023.8.22.0007
AUTOR: RHAYRON WALLKER ROMIO JOCHEM
Advogados do(a) AUTOR: GREYCE KELLEN ROMIO SOARES CABRAL VACARIO - RO3839, JULINDA DA SILVA - RO0002146A, LUCIANA DE OLIVEIRA - RO5804
REU: CLARO S.A
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, querendo, apresentar manifestação à contestação, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.
Cacoal, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo n°: 7006169-68.2023.8.22.0007
AUTOR: ELIANE DIAS ROCHA
Advogado do(a) AUTOR: FRANCIELI BARBIERI GOMES - RO7946
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, querendo, apresentar manifestação à contestação, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.
Cacoal, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7014791-73.2022.8.22.0007
REQUERENTE: LUCIMEIRE VIEIRA RIGONATO DA SILVA MELO, RUA MACHADO DE ASSIS 2470, - DE 2289/2290 A 2653/2654 NOVO HORIZONTE - 76962-050 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUCAS VENDRUSCULO, OAB nº RO2666
REQUERIDO: SOCIEDADE REGIONAL DE EDUCACAO E CULTURA LTDA, AV. CUIABÁ 3087, NÃO CONSTA JARDIM CLODOALDO - 76960-959 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ANA PAULA DE LIMA FANK, OAB nº RO6025A
SENTENÇA
Vistos
Trata-se de cumprimento de sentença em que há informação da quitação do débito pelo executado.
Posto isso, DECLARO EXTINTO o processo (CPC 924, II).
Verifique-se a necessidade do recolhimento das custas finais. Caso necessário, intime-se a parte responsável para efetuar o pagamento em 15 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa.
Certifique-se o saldo da conta judicial.
Publicação e Registro automáticos.
Desnecessária a intimação (LJE 51 § 1°).
Independente do trânsito em julgado, arquive-se.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito – Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7007488-71.2023.8.22.0007
REQUERENTE: A. DA SILVA SOUZA, AVENIDA CASTELO BRANCO 19936, - DE 19598 A 20000 - LADO PAR CENTRO - 76963-754 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LETICIA DE MELO CARDOSO, OAB nº RO12751, RENATA DA SILVA TANABE, OAB nº RO12098
REQUERIDO: MARCELO BRUM, RUA PRESIDENTE PRUDENTE 3258, - DE 3136/3137 AO FIM INDUSTRIAL - 76967-656 - CACOAL - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos
O procedimento monitório é incompatível com o rito dos Juizados Especiais (FONAJE 8). Isso porque a ação monitória possui rito especial (CPC 700), prevendo-se que, caso o réu não oponha embargos, procede-se a uma cognição sumária, constituindo-se título executivo, autorizando a execução forçada.
Assim, possuindo procedimento especial, não pode ser enquadrada nas causas de menor complexidade a que se refere o art. 3º, da Lei 9.099/95.
Posto isso, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 51, inciso II, da Lei 9.099/95.
Intime-se o (a) requerente.
Isento de custas.
Publicação e Registro automáticos.
Arquive-se.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito – Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7005703-74.2023.8.22.0007
AUTOR: MARIANA TOZATO CASSIMIRO, RUA BARÃO DE MAUA 369 CENTRO - 76960-970 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LUIZ CARLOS RIBEIRO DA FONSECA, OAB nº RO920
REU: GOL LINHAS AÉREAS, PRAÇA LINNEU GOMES 00 CAMPO BELO - 04626-020 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação, cuja data será apontada pela Central de Processamento Eletrônico.
1.1 À CPE para cumprimento, procedendo-se a intimação das partes, ressaltando que a audiência de conciliação deverá ser designada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência (artigo 334, CPC). AGENDE-SE NO SISTEMA;
1.2- A audiência de conciliação somente será dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, ou quando não se admitir a autocomposição (CPC 334 §4º).
2- Intime-se o(a) requerente;
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (Via sistema);
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos;
5- Advertências gerais às partes:

5.1- A audiência será realizada virtualmente no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 2025, Centro, Cacoal/RO, preferencialmente, por intermédio do aplicativo de comunicação WhatsApp;
5.2 - Assim que receber a intimação, AS PARTES E ADVOGADOS DEVERÃO INDICAR NOS AUTOS SEUS RESPECTIVOS NÚMEROS DE WHATSAPP VÁLIDOS PARA QUE NA DATA E HORÁRIO DESIGNADOS, APENAS ATENDAM À CHAMADA DE VÍDEO QUE SERÁ REALIZADA PELO CONCILIADOR(A).As partes que não estiverem representadas por advogado poderão informar o número de WhatsApp diretamente ao CEJUSC desta Comarca no telefone número 69- 3443-7640;
5.3 - Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos E ATENDIMENTO DA CHAMADA DE VÍDEO NO DIA E HORÁRIO DESIGNADOS;
5.4 - Em havendo algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverão fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
5.5 - Deverão estar com o WhatsApp disponível para chamada de vídeo na data e horário agendados para realização da audiência;
5.6 - Assegurarão que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto estejam com o WhatsApp disponível para chamada de vídeo, munidos de poderes específicos para transigir
5.7 - A falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
5.8 - A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
5.9- durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
5.10- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar;
5.11- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje);
5.12- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo;
5.13- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
5.14- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a);
5.15- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO);
5.16- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
5.17- Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
5.18- Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada, observando-se a contagem em dias úteis;
5.19- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento;
5.20 - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e/ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95); Se o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a), na própria sessão virtual, para apresentar novo endereço, no prazo de 05 (cinco) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo nº : 7002723-57.2023.8.22.0007
Requerente: BRUNA ANGELICA BORGES
Advogados do(a) AUTOR: ANA ALINE ANTUNES RABELO - MG172999, RAIZA COSTA CAVALCANTI - RO6478
Requerido(a): AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogado do(a) REQUERIDO: RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Cacoal, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo n°: 7009163-06.2022.8.22.0007
AUTOR: MARTA MARGARETE BANDURKA
Advogado do(a) AUTOR: REINALDO GONCALVES DOS ANJOS - RO10279
REU: WILL S.A. MEIOS DE PAGAMENTO
Advogado do(a) REU: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES - SP131600
Intimação DAS PARTES (DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, INTIMAM-SE as partes acerca do retorno dos autos da turma recursal, bem como para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Cacoal, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo n°: 7006373-15.2023.8.22.0007
AUTOR: VALMECIR JOSE CARARA
Advogado do(a) AUTOR: GILSON VIEIRA LIMA - RO4216-A
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, querendo, apresentar manifestação à contestação, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.
Cacoal, 17 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Cacoal - Juizado Especial
Endereço: Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
CERTIDÃO
Processo: 7009095-22.2023.8.22.0007
Certifico que nesse ato, promovo a juntada da Decisão Judicial exarada pelo Juiz Plantonista, conforme segue em arquivo anexo.
Cacoal - RO, 14/07/2023
EVERALDO BRAUN
Assessor Plantonista

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
PROCESSO: 7007504-25.2023.8.22.0007
EXEQUENTE: E. K. MARTINS COUTO EIRELI - ME, AVENIDA CUIABÁ 1657, - DE 1585 A 1725 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-743 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CRISTIANO SILVEIRA PINTO, OAB nº RO1157A, GISELE BATISTA COSTA, OAB nº RO12746, ANDRE BONIFACIO RAGNINI, OAB nº RO1119
EXECUTADO: ERICA SABRINA NASCIMENTO DA SILVA, RUA PAULO FERREIRA 1030 TEIXEIRÃO - 76965-572 - CACOAL - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos
1- Especificações para cumprimento pelo oficial de justiça:
Cuida a espécie de execução de título extrajudicial, razão que, nos termos do art. 824 do CPC e art. 53 da LJE:
A) CITE-SE E INTIME-SE a parte requerida em execução (mandado), no prazo de 03 (três) dias, para que o(a) devedor(a) pague a dívida exequenda (CPC 829 e 831) ou ofereça embargos à execução no prazo de 15 (quinze) dias (CPC 914 e 915).
Decorrido o prazo de 3 dias sem o pagamento, proceda-se à penhora de bens suficientes à quitação integral da dívida, avaliando-os (CPC 872) e depositando-os, se móveis, em poder do credor (CPC 840 § 1º), salvo recusa e se houver depositário judicial.
Tendo em vista que é costumeiro a parte pedir penhora de celular, desde já, deverá ser certificado pelo Oficial de Justiça eventual existência desse objeto em específico e, sendo necessário, proceder à sua penhora (vedada a remoção, exceto se oportunizado ao executado proceder à exclusão de arquivos).

A.1) Realizada a penhora, deverá ser lavrado auto nos termo dos arts. 838 e 839 do CPC.
A.2) Da penhora será intimado(a) o(a) executado(a) (CPC 841), caso a penhora recaia sobre bem imóvel, também deverá ser intimado(a) o(a) cônjuge do(a) executado(a), salvo se casados em regime de separação absoluta de bens (CPC 842).
B) Caso não localizado o(a) executado(a), o oficial de justiça deverá arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Procedendo, nos próximos 10 (dez) dias, à procurado do(a) executado(a) 2 vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, citação por hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (CPC 830).
C) Caso não encontrados bens do devedor, deverá o Oficial de Justiça relacionar aqueles que guarnecem à residência ou o estabelecimento do(a) executado(a), quando este for pessoa jurídica (CPC 836 §1º). Nesse caso, elaborada a lista, o(a) executado(a) ou eu representante legal será nomeado(a) depositário(a) provisório de tais bens até ulterior determinação (CPC 836 §2º).
D) Efetuada a penhora (LJE 53 §1º), INTIME-SE o(a) executado(a) de que poderá opor-se à execução por meio de embargos em 15 (quinze) dias, independente de caução ou depósito (CPC 914 e 915). Ressalte-se a necessidade dos embargos serem apresentados por meio de advogado, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos.
E) CIENTIFIQUE-SE o(a) executado(a) de que no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, poderá requerer o parcelamento do saldo remanescente em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. (CPC 916), devendo comparecer em cartório para tanto. Cientifique-o(a) de que o pedido de parcelamento importará em renúncia ao direito de opor embargos.
F) Valor da dívida atualizada: R$ 1.529,74
G) Desde já, defiro ao Sr. Oficial cumprir os atos executivos em COMARCAS CONTÍGUAS, DE FÁCIL COMUNICAÇÃO E NAS QUE SE SITUEM NA MESMA REGIÃO METROPOLITANA, bem como, desde já, CONCEDO A ORDEM DE ARROMBAMENTO e a REQUISIÇÃO DE FORÇA POLICIAL, caso haja óbice à penhora, devendo-se proceder na forma dos arts. 782 e 846 do CPC.
2- Especificações para cumprimento pelo cartório após o cumprimento do mandado.
A) Localizados bens penhoráveis, INTIME-SE o(a) exequente (ou seu advogado, se o possuir) para comparecer em cartório e requerer lhe sejam adjudicado(s) o(s) bem(ns) penhorado(s) (CPC 876), ou em não havendo interesse na adjudicação, se manifestar quanto a alienação por sua própria iniciativa ou a designação de hasta pública (CPC 880) ou ainda indicar outro(s) bem(ns) à penhora (CPC 848), caso não tenha interesse no(s) bem(ns) penhorado(s). Prazo de 10 (dez) dias para manifestação, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
B) Em não havendo penhora, INTIME-SE o(a) exequente e/ou seu(ua) advogado(a) para indicar bem(ns) passível(eis) de sofrer penhora, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
B.1) Indicado(s) bem(ns), expeça-se mandado de penhora, avaliação e remoção.
C) Não sendo localizada a parte executada, INTIME-SE o(a) advogado(a) do(a) exequente, ou este se não possuir advogado(a), para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
C.1) Indicado novo endereço, expeça-se novo mandado de citação, penhora, avaliação e intimação, nos termos o item 1 do presente despacho.
D) Ocorrendo solicitação de parcelamento de débito (depositada a quantia de 30%), INTIME-SE o(a) exequente, ou seu advogado, para manifestação quanto ao preenchimento dos pressupostos exigidos para tanto. Prazo de 5 dias (CPC 916 §1º).
E) Ocorrendo solicitação de parcelamento de débito (após a intimação do(a) exequente e decurso de prazo), venda judicial ou adjudicação, venham os autos conclusos para deliberação.
F) Apresentados embargos pelo(a) executado(a), intime-se o(a) exequente para apresentação de resposta no prazo de 15 dias (CPC 920).
3- O PRESENTE DESPACHO SERVE DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7007510-32.2023.8.22.0007
AUTOR: NEREIDE GONCALVES DE ABREU SATO, RUA RIO NEGRO 1144, - DE 1080/1081 A 1284/1285 FLORESTA - 76965-746 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FERNANDO DA SILVA AZEVEDO, OAB nº RO1293A
REU: FLAVIA APARECIDA FLORES, RUA ANTÔNIO JOSÉ PRIMO 1358, CEL 69 98498-8100 SANTO ANTÔNIO - 76967-358 - CACOAL - RONDÔNIA, DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 3664, ADVOCACIA OLARIA - 76801-222 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 3664, CELULAR 69-9-8429-8430 OLARIA - 76801-222 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, CRUZ ROCHA SOCIEDADE DE ADVOGADOS, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 3664, ADVOCACIA OLARIA - 76801-222 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos
As partes entabularam acordo (id. 90409169) e pretendem sua homologação para surtir seus efeitos jurídicos e legais.
Constatada a regularidade dos termos ajustados, não há óbice à homologação.
Posto isso, com fundamento no artigo 842 do Código Civil e artigo 22 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO o acordo de vontades para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

DECLARO EXTINTO o processo (CPC 487 III b).
Havendo informação de descumprimento do acordo, modifique-se a classe para cumprimento de sentença e intime-se o promovido para comprovar o cumprimento do acordo homologado judicialmente. Caso não tenha cumprido o acordo no prazo combinado, deverá efetuar o seu pagamento acrescido da multa prevista no mesmo, sob pena de acréscimo de nova multa de 10% (CPC 523). Prazo de 15 (quinze) dias. Deverá comprovar o pagamento em cartório no mesmo prazo.
Caso haja algum depósito judicial em decorrência desse acordo, desde já, expeça-se alvará de levantamento da importância depositada nos autos em nome do advogado do requerente, salvo não possuir poderes para tal, bem como intime-se para retirada no prazo de 05 (cinco) dias. Na hipótese de indicação de conta bancária, desde já autorizo a expedição de alvará de transferência para cumprimento em 05 (cinco) dias, sob pena de providências.
Isento das custas finais.
Publicação e registro automáticos.
Dispensada a intimação das partes.
Independente de trânsito em julgado, arquive-se.
Cacoal/RO, 17/07/2023
Juíza de Direito – Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7004987-47.2023.8.22.0007
AUTOR: DEJAIR GALDINO DA SILVA, LINHA 13, LOTE 63, GLEBA 12 ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: VINICIUS MITSUZO YAMADA, OAB nº RO9727
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: MICAELLA CAMPOS GONCALVES DE MORAIS, OAB nº PB23978, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO
Oportuno o julgamento do processo no estado, sendo despicienda maior dilação probatória, uma vez que as provas coligidas aos autos são mais do que suficientes para o deslinde do feito, restando, ademais, formada a convicção do Juízo (artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil).
No mérito, trata-se de pedido de obrigação de fazer consistente na incorporação da subestação particular ao patrimônio da concessionária de serviço público, bem como, pedido de indenização por danos materiais relativos à construção da referida subestação.
A presente pretensão tem por fundamento a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). Por conseguinte, reconheço a responsabilidade objetiva das requeridas perante os acontecimentos narrados (CF § 6º 37; CDC 14), razão pela qual responde por eventuais danos decorrentes da má prestação de seus serviços, bastando a prova do fato, dos danos e do nexo de causalidade.
No entanto, mesmo nas hipóteses em que a relação jurídica é regulada pelas normas consumeristas, em que é prevista a possibilidade de inversão do ônus da prova em favor do consumidor hipossuficiente (CDC, VIII 6), não há isenção do ônus do autor/consumidor de fazer provas dos fatos constitutivos do seu direito (CPC I 373), já que a inversão do ônus da prova é apenas técnica de julgamento, que visa facilitar a tutela objetivada pelo consumidor, e não assegurar a vitória ou estabelecê-lo em uma posição meramente passiva no processo.
A parte requerente é usuária do serviço de energia elétrica prestado pela requerida através da unidade consumidora 20/2306988-3 localizado no endereço Linha 13 SN LT 63 GB 12 - Zona Rural, CEP 76968899 - CACOAL / RO. Relata que construiu com recursos próprios 01 (uma) uma subestação monofásica de 25 (vinte e cinco) KVA, do qual requer a restituição por parte da requerida.
Em sua defesa, a requerida alegou que não há direito à indenização, fundamentando que o prazo para a universalização está regulamentado pela Resolução Normativa nº 223/03 c/c Resolução Normativa nº 414/10 que é 31 de dezembro de 2026. Bem como na ausência do dever de indenizar pelo não enquadramento aos critérios estipulados pela Resolução 223/2003 da ANEEL.
Pois bem.
Aplica-se ao presente caso a Resolução nº 229/2006 da ANEEL que determinou às concessionárias prestadoras do serviço de energia que incorporassem aos seus patrimônios as redes particulares, mas com o necessário ressarcimento dos recursos investidos.
Art. 2º. Para os efeitos desta Resolução serão considerados os seguintes conceitos e definições
(…)
III - Redes particulares: instalações elétricas, em qualquer tensão, inclusive subestações, utilizadas para o fim exclusivo de prover energia elétrica para unidades de consumo de seus proprietários e conectadas em sistema de distribuição de energia. (grifo nosso).
A Resolução 229/2006 efetivamente traduz obrigatoriedade na incorporação: “As distribuidoras devem incorporar todas as redes particulares referidas no caput até 31 de dezembro de 2015” (artigo 8-A §2º).
Analisando os documentos juntados aos autos, verifico que o autor deixou de produzir provas necessárias e imprescindíveis a comprovar a efetiva construção da rede elétrica destinada a atender sua propriedade rural (CPC I 373).
A autora apresentou fatura de energia elétrica (id. 89821206), notas fiscais dos materiais e serviços datados em 17/02/2023 (id. 89821205), carta de aprovação e o projeto elétrico (id. 89821201, 89821202, 89821203 e 89821204), contudo, não as considero suficientemente aptas a comprovar o fato constitutivo do direito que alega para ser ressarcido.
Em análise aos autos, verifica-se que a parte requerente deixou de juntar documentos capazes de validar e demonstrar que de fato a rede foi construída, utilizando todo o valor estipulado no contrato.
Atente-se, pois, à inexistência de prova acerca da execução do contrato, com a conclusão das obras nele previstas. Não há demonstração, igualmente, do desembolso realizado pela Reclamante para pagamento do valor ajustado, assim como impossível saber-se se a proposta constante do contrato se refere a benfeitoria que atende exclusivamente o interesse da Reclamante, com o objeto de expansão de sua rede privada ou se se trata de rede suscetível de atender a uma demanda da coletividade local.

A requerente tem a obrigação/dever de comprovar minimamente o seu direito. Seria fácil provar que a rede de fato foi concluída, bastando que juntasse fotos da rede nova de eletrificação e que diz ter feito. O fato é que um instrumento contratual isolado, sem nenhuma outra prova, não gera a presunção de veracidade e de forma a comprovar os fatos alegados na inicial.
Inexistindo prova da construção da subestação na propriedade da autora de modo que ele tenha arcado com as despesas decorrentes, resta a não procedência da pretensão.
Saliento ainda que a função do julgador é decidir a lide de modo fundamentado e objetivo, portanto, desnecessário o enfrentamento exaustivo de todos os argumentos elaborados pelas partes pelo que, por fim, anota-se que outros argumentos eventualmente deduzidos no processo não são capazes de, em tese, infirmar a presente conclusão.
Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos feitos por DEJAIR GALDINO DA SILVA em face de ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
DECLARO RESOLVIDO o mérito (CPC 487 I).
Deixo de condenar em custas e honorários advocatícios (LJE 55).
Intimem-se (via sistema PJe) as partes.
Publicação e registro automáticos.
Agende-se decurso de prazo recursal.
Com o trânsito em julgado, arquive-se.
Cacoal/RO, data certificada pelo sistema.
Juíza de Direito – Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7004487-78.2023.8.22.0007
AUTOR: ERVAL FRANCA, LINHA 03 lote 50-a, CASTRO ALVES ZONA RURAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: POLIANA POTIN, OAB nº RO7911
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AV. SETE DE SETEMBRO 1850 CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: MICAELLA CAMPOS GONCALVES DE MORAIS, OAB nº PB23978, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO
PRELIMINARES
Verifico que a parte requerente atribuiu o valor à causa na importância de R$ 22.745,24 (vinte e dois mil e setecentos e quarenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), no entanto, em sede de exordial, formula pedido em face da requerida de condenação em danos materiais no importe de R$32.745,24 (trinta e dois mil setecentos e quarenta e cinco reais e vinte e quatro centavos). Logo, determino a correção. ATENTE-SE À CPE QUANTO À RETIFICAÇÃO DO VALOR DA CAUSA.
MÉRITO
Oportuno o julgamento do processo no estado, sendo despicienda maior dilação probatória, uma vez que as provas coligidas aos autos são mais do que suficientes para o deslinde do feito, restando, ademais, formada a convicção do Juízo (artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil).
No mérito, trata-se de pedido de obrigação de fazer consistente na incorporação da subestação particular ao patrimônio da concessionária de serviço público, bem como, pedido de indenização por danos materiais relativos à construção da referida subestação.
A presente pretensão tem por fundamento a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). Por conseguinte, reconheço a responsabilidade objetiva das requeridas perante os acontecimentos narrados (CF § 6º 37; CDC 14), razão pela qual responde por eventuais danos decorrentes da má prestação de seus serviços, bastando a prova do fato, dos danos e do nexo de causalidade.
No entanto, mesmo nas hipóteses em que a relação jurídica é regulada pelas normas consumeristas, em que é prevista a possibilidade de inversão do ônus da prova em favor do consumidor hipossuficiente (CDC, VIII 6), não há isenção do ônus do autor/consumidor de fazer provas dos fatos constitutivos do seu direito (CPC I 373), já que a inversão do ônus da prova é apenas técnica de julgamento, que visa facilitar a tutela objetivada pelo consumidor, e não assegurar a vitória ou estabelecê-lo em uma posição meramente passiva no processo.
A parte requerente diz que é usuária do serviço de energia elétrica prestado pela requerida através de unidade consumidora, contudo não produz prova nesse sentido nos autos,. O imóvel do requerente é localizado no endereço Linha 03, Lote 50-A, Castro Alves Setor Ipocyssara - Zona Rural - Ministro Andreazza/RO. Relata que construiu com recursos próprios 01 (uma) uma subestação monofásica de 15 (quinze) KVA, do qual requer a restituição por parte da requerida.
Em sua defesa, a requerida alegou que não há direito à indenização, fundamentando que o prazo para a universalização está regulamentado pela Resolução Normativa nº 223/03 c/c Resolução Normativa nº 414/10 que é 31 de dezembro de 2026. Bem como na ausência do dever de indenizar pelo não enquadramento aos critérios estipulados pela Resolução 223/2003 da ANEEL.
Pois bem.
Aplica-se ao presente caso a Resolução nº 229/2006 da ANEEL que determinou às concessionárias prestadoras do serviço de energia que incorporassem aos seus patrimônios as redes particulares, mas com o necessário ressarcimento dos recursos investidos.
Art. 2º. Para os efeitos desta Resolução serão considerados os seguintes conceitos e definições
(…)
III - Redes particulares: instalações elétricas, em qualquer tensão, inclusive subestações, utilizadas para o fim exclusivo de prover energia elétrica para unidades de consumo de seus proprietários e conectadas em sistema de distribuição de energia. (grifo nosso).
A Resolução 229/2006 efetivamente traduz obrigatoriedade na incorporação: "As distribuidoras devem incorporar todas as redes particulares referidas no caput até 31 de dezembro de 2015" (artigo 8-A §2º).
Analisando os documentos juntados aos autos, verifico que o autor deixou de produzir provas necessárias e imprescindíveis a comprovar a efetiva construção da rede elétrica destinada a atender sua propriedade rural (CPC I 373).

Como apontado alhures, a autora não apresentou fatura de energia elétrica, apresentou notas fiscais dos materiais e serviços datados em 30/01/2023 e 09/03/2023 (id. 89358528), carta de aprovação e o projeto elétrico (id. 89358525, 89358526 e 89358524), contudo, não as considero suficientemente aptas a comprovar o fato constitutivo do direito que alega para ser ressarcido.
Ainda mais, a parte requerida informa que fez verificação in loco e constatou que a subestação não encontra-se construída nos termos do id. 91056216:
E no que diz respeito à comprovação da construção, após uma vistoria in loco, conforme relatado pelo técnico em campo JUAN, embora o local tenha sido encontrado e confirmado pelas coordenadas. O Autor confirmou que a subestação ainda não foi construída. Desta forma, não há que se falar de obra que não construída.
[...]
Além do mais, Excelência, sabe-se que embora exista uma aprovação do PROJETO de construção, não significa que este projeto foi EXECUTADO/CONSTRUIDO dentro do prazo e das condições informadas, e, no caso em tela, comprova-se que NÃO HOUVE A CONSTRUÇÃO DA REFERIDA SUBESTAÇÃO.
Por conseguinte, a requerente apresentou impugnação à contestação, contudo, nada aduz sobre os fatos avençados pela requerida quanto à inexistência da construção da obra. Observo que a Nota Fiscal N. 000.000.104 Série 2 (id. 89358528) é datada de 30/01/2023 e é referente aos materiais que deveriam ser empregados na construção da subestação. Enquanto que a verificação in loco ocorreu em 16/04/2023, ou seja, 76 (setenta e seis) dias da emissão da Nota Fiscal até a verificação não havia sido realizada a obra.
Em análise aos autos, verifica-se que a parte requerente deixou de juntar documentos capazes de validar e demonstrar que de fato a rede foi construída, utilizando todo o valor estipulado no contrato.
Atente-se, pois, à inexistência de prova acerca da execução do contrato, com a conclusão das obras nele previstas. Não há demonstração, igualmente, do desembolso realizado pela Reclamante para pagamento do valor ajustado, assim como impossível saber-se se a proposta constante do contrato se refere a benfeitoria que atende exclusivamente o interesse da Reclamante, com o objeto de expansão de sua rede privada ou se se trata de rede suscetível de atender a uma demanda da coletividade local.
A requerente tem a obrigação/dever de comprovar minimamente o seu direito. Seria fácil provar que a rede de fato foi concluída, bastando que juntasse fotos da rede nova de eletrificação e que diz ter feito. O fato é que um instrumento contratual isolado, sem nenhuma outra prova, não gera a presunção de veracidade e de forma a comprovar os fatos alegados na inicial.
Saliento ainda que a função do julgador é decidir a lide de modo fundamentado e objetivo, portanto, desnecessário o enfrentamento exaustivo de todos os argumentos elaborados pelas partes pelo que, por fim, anota-se que outros argumentos eventualmente deduzidos no processo não são capazes de, em tese, infirmar a presente conclusão.
Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos feitos por ERVAL FRANCA em face de ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
CONDENO A PARTE REQUERENTE à litigância de má-fé (CPC VI 80) por provocar incidente manifestamente infundado, aplicando à penalidade de pagar multa, que deverá ser de 9% (nove por cento) do valor corrigido da causa (atendido à retificação do valor da causa), nos termos do Art. 81 do CPC.
DECLARO RESOLVIDO o mérito (CPC 487 I).
Deixo de condenar em custas e honorários advocatícios (LJE 55).
Intimem-se (via sistema PJe) as partes.
Publicação e registro automáticos.
Agende-se decurso de prazo recursal.
Com o trânsito em julgado, arquive-se.
Cacoal/RO, data certificada pelo sistema.
Juíza de Direito – Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
PROCESSO: 7005061-38.2022.8.22.0007
EXEQUENTE: ROSANGELA DE PAULA OLIVEIRA, RUA PROJETADA A CASA 04, BECO VALE VERDE - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FIAMA RAMOS DE SOUZA, OAB nº RO11756
NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos
INTIMO o exequente (via DJ) para apresentar resposta aos embargos de declaração com efeitos infringentes.
Prazo de 5 dias.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7007500-85.2023.8.22.0007
AUTOR: HIGIBEST COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME, RIO BRANCO 2262, - DE 2183/2184 A 2468/2469 CENTRO - 76963-734 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RODOLFO SCHER DA SILVA, OAB nº RO2048
REU: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANDEIAS DO JAMARI, RUA ANALIA 80, BAIRRO UNIÃO - 76937-970 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO

Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação, cuja data será apontada pela Central de Processamento Eletrônico.
1.1 À CPE para cumprimento, procedendo-se a intimação das partes, ressaltando que a audiência de conciliação deverá ser designada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência (artigo 334, CPC). AGENDE-SE NO SISTEMA;
1.2- A audiência de conciliação somente será dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, ou quando não se admitir a autocomposição (CPC 334 §4º).
2- Intime-se o(a) requerente;
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória);
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos;
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada virtualmente no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 2025, Centro, Cacoal/RO, preferencialmente, por intermédio do aplicativo de comunicação WhatsApp;
5.2 - Assim que receber a intimação, AS PARTES E ADVOGADOS DEVERÃO INDICAR NOS AUTOS SEUS RESPECTIVOS NÚMEROS DE WHATSAPP VÁLIDOS PARA QUE NA DATA E HORÁRIO DESIGNADOS, APENAS ATENDAM À CHAMADA DE VÍDEO QUE SERÁ REALIZADA PELO CONCILIADOR(A).As partes que não estiverem representadas por advogado poderão informar o número de WhatsApp diretamente ao CEJUSC desta Comarca no telefone número 69- 3443-7640;
5.3 - Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos E ATENDIMENTO DA CHAMADA DE VÍDEO NO DIA E HORÁRIO DESIGNADOS;
5.4 - Em havendo algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverão fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
5.5 - Deverão estar com o WhatsApp disponível para chamada de vídeo na data e horário agendados para realização da audiência;
5.6 - Assegurarão que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto estejam com o WhatsApp disponível para chamada de vídeo, munidos de poderes específicos para transigir
5.7 - A falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
5.8 - A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
5.9- durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
5.10- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar;
5.11- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje);
5.12- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo;
5.13- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
5.14- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a);
5.15- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO);
5.16- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
5.17- Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada. A não apresentação da contestação poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
5.18- Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada, observando-se a contagem em dias úteis;
5.19- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento;
5.20 - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e/ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95); Se o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a), na própria sessão virtual, para apresentar novo endereço, no prazo de 05 (cinco) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.

7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9 - EM SENDO A DILIGÊNCIA CUMPRIDA POR MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DEVERÁ O SR(A) OFICIAL(A) DE JUSTIÇA, NO MESMO ATO, CERTIFICAR E COLHER O NÚMERO DO TELEFONE, PREFERENCIALMENTE, USADO NO APLICATIVO WHATSAPP, DAS PARTES;
10 - Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7007511-17.2023.8.22.0007
EXEQUENTE: E. K. MARTINS COUTO EIRELI - ME, AVENIDA CUIABÁ 1657, - DE 1585 A 1725 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-743 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CRISTIANO SILVEIRA PINTO, OAB nº RO1157A, GISELE BATISTA COSTA, OAB nº RO12746, ANDRE BONIFACIO RAGNINI, OAB nº RO1119
EXECUTADO: EDILENE SOARES ESTEVES DA SILVA, RUA CARLOS SCHERRER 366, - ATÉ 428/429 NOVO CACOAL - 76962-236 - CACOAL - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação, cuja data será apontada pela Central de Processamento Eletrônico.
1.1 À CPE para cumprimento, procedendo-se a intimação das partes, ressaltando que a audiência de conciliação deverá ser designada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência (artigo 334, CPC). AGENDE-SE NO SISTEMA;
1.2- A audiência de conciliação somente será dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, ou quando não se admitir a autocomposição (CPC 334 §4º).
2- Intime-se o(a) requerente;
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória);
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos;
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada virtualmente no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 2025, Centro, Cacoal/RO, preferencialmente, por intermédio do aplicativo de comunicação WhatsApp;
5.2 - Assim que receber a intimação, AS PARTES E ADVOGADOS DEVERÃO INDICAR NOS AUTOS SEUS RESPECTIVOS NÚMEROS DE WHATSAPP VÁLIDOS PARA QUE NA DATA E HORÁRIO DESIGNADOS, APENAS ATENDAM À CHAMADA DE VÍDEO QUE SERÁ REALIZADA PELO CONCILIADOR(A).As partes que não estiverem representadas por advogado poderão informar o número de WhatsApp diretamente ao CEJUSC desta Comarca no telefone número 69- 3443-7640;
5.3 - Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos E ATENDIMENTO DA CHAMADA DE VÍDEO NO DIA E HORÁRIO DESIGNADOS;
5.4 - Em havendo algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverão fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
5.5 - Deverão estar com o WhatsApp disponível para chamada de vídeo na data e horário agendados para realização da audiência;
5.6 - Assegurarão que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto estejam com o WhatsApp disponível para chamada de vídeo, munidos de poderes específicos para transigir
5.7 - A falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
5.8 - A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
5.9- durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
5.10- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar;
5.11- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje);
5.12- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo;
5.13- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;

5.14- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a);
5.15- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO);
5.16- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
5.17- Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada. A não apresentação da contestação poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
5.18- Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada, observando-se a contagem em dias úteis;
5.19- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento;
5.20 - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e/ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95); Se o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a), na própria sessão virtual, para apresentar novo endereço, no prazo de 05 (cinco) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9 - EM SENDO A DILIGÊNCIA CUMPRIDA POR MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DEVERÁ O SR(A) OFICIAL(A) DE JUSTIÇA, NO MESMO ATO, CERTIFICAR E COLHER O NÚMERO DO TELEFONE, PREFERENCIALMENTE, USADO NO APLICATIVO WHATSAPP, DAS PARTES;
10 - Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
PROCESSO: 7007509-47.2023.8.22.0007
EXEQUENTE: E. K. MARTINS COUTO EIRELI - ME, AVENIDA CUIABÁ 1657, - DE 1585 A 1725 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-743 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CRISTIANO SILVEIRA PINTO, OAB nº RO1157A, GISELE BATISTA COSTA, OAB nº RO12746, ANDRE BONIFACIO RAGNINI, OAB nº RO1119
EXECUTADO: JEAN CARLOS ELIDIO, RUA PROFESSOR IRES JOSÉ DUARTE 2939, - LADO PAR JARDIM ITÁLIA II - 76960-174 - CACOAL - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos
1- Especificações para cumprimento pelo oficial de justiça:
Cuida a espécie de execução de título extrajudicial, razão que, nos termos do art. 824 do CPC e art. 53 da LJE:
A) CITE-SE E INTIME-SE a parte requerida em execução (mandado), no prazo de 03 (três) dias, para que o(a) devedor(a) pague a dívida exequenda (CPC 829 e 831) ou ofereça embargos à execução no prazo de 15 (quinze) dias (CPC 914 e 915).
Decorrido o prazo de 3 dias sem o pagamento, proceda-se à penhora de bens suficientes à quitação integral da dívida, avaliando-os (CPC 872) e depositando-os, se móveis, em poder do credor (CPC 840 § 1º), salvo recusa e se houver depositário judicial.
Tendo em vista que é costumeiro a parte pedir penhora de celular, desde já, deverá ser certificado pelo Oficial de Justiça eventual existência desse objeto em específico e, sendo necessário, proceder à sua penhora (vedada a remoção, exceto se oportunizado ao executado proceder à exclusão de arquivos).
A.1) Realizada a penhora, deverá ser lavrado auto nos termo dos arts. 838 e 839 do CPC.
A.2) Da penhora será intimado(a) o(a) executado(a) (CPC 841), caso a penhora recaia sobre bem imóvel, também deverá ser intimado(a) o(a) cônjuge do(a) executado(a), salvo se casados em regime de separação absoluta de bens (CPC 842).
B) Caso não localizado o(a) executado(a), o oficial de justiça deverá arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Procedendo, nos próximos 10 (dez) dias, à procurado do(a) executado(a) 2 vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, citação por hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (CPC 830).
C) Caso não encontrados bens do devedor, deverá o Oficial de Justiça relacionar aqueles que guarnecem à residência ou o estabelecimento do(a) executado(a), quando este for pessoa jurídica (CPC 836 §1º). Nesse caso, elaborada a lista, o(a) executado(a) ou eu representante legal será nomeado(a) depositário(a) provisório de tais bens até ulterior determinação (CPC 836 §2º).
D) Efetuada a penhora (LJE 53 §1º), INTIME-SE o(a) executado(a) de que poderá opor-se à execução por meio de embargos em 15 (quinze) dias, independente de caução ou depósito (CPC 914 e 915). Ressalte-se a necessidade dos embargos serem apresentados por meio de advogado, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos.

E) CIENTIFIQUE-SE o(a) executado(a) de que no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, poderá requerer o parcelamento do saldo remanescente em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. (CPC 916), devendo comparecer em cartório para tanto. Cientifique-o(a) de que o pedido de parcelamento importará em renúncia ao direito de opor embargos.
F) Valor da dívida atualizada: R$ 4.445,83
G) Desde já, defiro ao Sr. Oficial cumprir os atos executivos em COMARCAS CONTÍGUAS, DE FÁCIL COMUNICAÇÃO E NAS QUE SE SITUEM NA MESMA REGIÃO METROPOLITANA, bem como, desde já, CONCEDO A ORDEM DE ARROMBAMENTO e a REQUISIÇÃO DE FORÇA POLICIAL, caso haja óbice à penhora, devendo-se proceder na forma dos arts. 782 e 846 do CPC.
2- Especificações para cumprimento pelo cartório após o cumprimento do mandado.
A) Localizados bens penhoráveis, INTIME-SE o(a) exequente (ou seu advogado, se o possuir) para comparecer em cartório e requerer lhe sejam adjudicado(s) o(s) bem(ns) penhorado(s) (CPC 876), ou em não havendo interesse na adjudicação, se manifestar quanto a alienação por sua própria iniciativa ou a designação de hasta pública (CPC 880) ou ainda indicar outro(s) bem(ns) à penhora (CPC 848), caso não tenha interesse no(s) bem(ns) penhorado(s). Prazo de 10 (dez) dias para manifestação, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
B) Em não havendo penhora, INTIME-SE o(a) exequente e/ou seu(ua) advogado(a) para indicar bem(ns) passível(eis) de sofrer penhora, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
B.1) Indicado(s) bem(ns), expeça-se mandado de penhora, avaliação e remoção.
C) Não sendo localizada a parte executada, INTIME-SE o(a) advogado(a) do(a) exequente, ou este se não possuir advogado(a), para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
C.1) Indicado novo endereço, expeça-se novo mandado de citação, penhora, avaliação e intimação, nos termos o item 1 do presente despacho.
D) Ocorrendo solicitação de parcelamento de débito (depositada a quantia de 30%), INTIME-SE o(a) exequente, ou seu advogado, para manifestação quanto ao preenchimento dos pressupostos exigidos para tanto. Prazo de 5 dias (CPC 916 §1º).
E) Ocorrendo solicitação de parcelamento de débito (após a intimação do(a) exequente e decurso de prazo), venda judicial ou adjudicação, venham os autos conclusos para deliberação.
F) Apresentados embargos pelo(a) executado(a), intime-se o(a) exequente para apresentação de resposta no prazo de 15 dias (CPC 920).
3- O PRESENTE DESPACHO SERVE DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7012545-41.2021.8.22.0007
REQUERENTE: JONAS MADEIRA, RUA RAUL BOPP 1041 VISTA ALEGRE - 76960-066 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE JOVINO DE CARVALHO, OAB nº MG38978
REQUERIDOS: BRADESCO CARTÕES S/A, BANCO BRADESCO S.A. s/n, RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ, ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS, QUADRA SEPN 508 BLOCO C s/n ASA NORTE - 70740-543 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL, ESTADO DE SAO PAULO, AVENIDA MORUMBI 4500, - DE 4051/4052 A 5053/5054 MORUMBI - 05650-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: DAVID SOMBRA PEIXOTO, OAB nº CE16477, GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, MAIRA GABRIELA AVELAR VIEIRA, OAB nº DESCONHECIDO, LEYDSLAYNE ISRAEL LACERDA, OAB nº SP301796, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DECISÃO
Vistos
1- Indefiro o pedido de justiça gratuita formulada pelo requerente, pois desacompanhado de qualquer elemento indicativo de que o requerente não possui renda para suportar os custos do processo, sendo que a mesma possui profissão definida (mecânico).
Assim, alinhado ao fato de que a Turma Recursal possui o entendimento de que não basta a simples alegação de pobreza para deferir a justiça gratuita, de rigor o indeferimento do pedido.
MANDADO DE SEGURANÇA. GRATUIDADE. COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. ORDEM CONCEDIDA. Aquele que pleiteia a concessão da Justiça Gratuita deve comprovar não possuir meios para arcar com as custas do processo para que seja beneficiado com a isenção (Processo nº 0800865-40.2018.822.9000, TJRO, Turma Recursal – Porto Velho, Rel. Juiz Osny Claro de O. Junior, j. 01/07/2019)
MANDADO DE SEGURANÇA. GRATUIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. VALOR DAS CUSTAS DO PROCESSO NÃO ELEVADO. ORDEM DENEGADA (Processo nº 0800892-23.2018.822.9000, TJRO, Turma Recursal – Porto Velho, Rel. Juiz Arlen Jose Silva de Souza, j. 02/04/2019)
2- Intimo o recorrente (DJ) para comprovar nos autos o pagamento das custas e preparo (5%), no prazo de 48 horas.
3- Comprovado o pagamento, desde já, recebo o recurso inominado, posto que tempestivo.
3.1- Subam os autos à Turma Recursal com nossas homenagens.
4- Não havendo o devido recolhimento ou manifestação no prazo acima, declaro o recurso deserto.
4.1- Certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se.
Cacoal/RO, 17/07/2023
Juíza de Direito – Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7005687-23.2023.8.22.0007
AUTORES: RENATO REINOSO GARCIA, RUA FLORIANÓPOLIS 1642, - DE 1572 A 1920 - LADO PAR LIBERDADE - 76967-412 - CACOAL - RONDÔNIA, DISK EVENTOS BEBIDAS LTDA, FLORIANOPOLIS 1642, - DE 1572 A 1920 - LADO PAR LIBERDADE - 76967-412 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: ALLAN ALMEIDA COSTA, OAB nº RO10011
REU: RICARDO DIAS DE ALMEIDA, RUA BLUMENAU 1476, - DE 1213/1214 AO FIM INCRA - 76965-844 - CACOAL - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação, cuja data será apontada pela Central de Processamento Eletrônico.
1.1 À CPE para cumprimento, procedendo-se a intimação das partes, ressaltando que a audiência de conciliação deverá ser designada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência (artigo 334, CPC). AGENDE-SE NO SISTEMA;
1.2- A audiência de conciliação somente será dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, ou quando não se admitir a autocomposição (CPC 334 §4º).
2- Intime-se o(a) requerente;
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória);
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos;
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada virtualmente no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 2025, Centro, Cacoal/RO, preferencialmente, por intermédio do aplicativo de comunicação WhatsApp;
5.2 - Assim que receber a intimação, AS PARTES E ADVOGADOS DEVERÃO INDICAR NOS AUTOS SEUS RESPECTIVOS NÚMEROS DE WHATSAPP VÁLIDOS PARA QUE NA DATA E HORÁRIO DESIGNADOS, APENAS ATENDAM À CHAMADA DE VÍDEO QUE SERÁ REALIZADA PELO CONCILIADOR(A).As partes que não estiverem representadas por advogado poderão informar o número de WhatsApp diretamente ao CEJUSC desta Comarca no telefone número 69- 3443-7640;
5.3 - Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos E ATENDIMENTO DA CHAMADA DE VÍDEO NO DIA E HORÁRIO DESIGNADOS;
5.4 - Em havendo algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverão fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
5.5 - Deverão estar com o WhatsApp disponível para chamada de vídeo na data e horário agendados para realização da audiência;
5.6 - Assegurarão que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto estejam com o WhatsApp disponível para chamada de vídeo, munidos de poderes específicos para transigir
5.7 - A falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
5.8 - A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
5.9- durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
5.10- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar;
5.11- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje);
5.12- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo;
5.13- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
5.14- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a);
5.15- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO);
5.16- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
5.17- Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada. A não apresentação da contestação poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
5.18- Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada, observando-se a contagem em dias úteis;
5.19- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento;

5.20 - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e/ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95); Se o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a), na própria sessão virtual, para apresentar novo endereço, no prazo de 05 (cinco) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9 - EM SENDO A DILIGÊNCIA CUMPRIDA POR MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DEVERÁ O SR(A) OFICIAL(A) DE JUSTIÇA, NO MESMO ATO, CERTIFICAR E COLHER O NÚMERO DO TELEFONE, PREFERENCIALMENTE, USADO NO APLICATIVO WHATSAPP, DAS PARTES;
10 - Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
PROCESSO: 7007507-77.2023.8.22.0007
EXEQUENTE: E. K. MARTINS COUTO EIRELI - ME, AVENIDA CUIABÁ 1657, - DE 1585 A 1725 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-743 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CRISTIANO SILVEIRA PINTO, OAB nº RO1157A, GISELE BATISTA COSTA, OAB nº RO12746, ANDRE BONIFACIO RAGNINI, OAB nº RO1119
EXECUTADO: JAILSON DE SOUZA SILVA, RUA MANOEL NUNES DE ALMEIDA 3979, - DE 3853/3854 A 4189/4190 VILLAGE DO SOL II - 76964-420 - CACOAL - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos
1- Especificações para cumprimento pelo oficial de justiça:
Cuida a espécie de execução de título extrajudicial, razão que, nos termos do art. 824 do CPC e art. 53 da LJE:
A) CITE-SE E INTIME-SE a parte requerida em execução (mandado), no prazo de 03 (três) dias, para que o(a) devedor(a) pague a dívida exequenda (CPC 829 e 831) ou ofereça embargos à execução no prazo de 15 (quinze) dias (CPC 914 e 915).
Decorrido o prazo de 3 dias sem o pagamento, proceda-se à penhora de bens suficientes à quitação integral da dívida, avaliando-os (CPC 872) e depositando-os, se móveis, em poder do credor (CPC 840 § 1º), salvo recusa e se houver depositário judicial.
Tendo em vista que é costumeiro a parte pedir penhora de celular, desde já, deverá ser certificado pelo Oficial de Justiça eventual existência desse objeto em específico e, sendo necessário, proceder à sua penhora (vedada a remoção, exceto se oportunizado ao executado proceder à exclusão de arquivos).
A.1) Realizada a penhora, deverá ser lavrado auto nos termo dos arts. 838 e 839 do CPC.
A.2) Da penhora será intimado(a) o(a) executado(a) (CPC 841), caso a penhora recaia sobre bem imóvel, também deverá ser intimado(a) o(a) cônjuge do(a) executado(a), salvo se casados em regime de separação absoluta de bens (CPC 842).
B) Caso não localizado o(a) executado(a), o oficial de justiça deverá arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Procedendo, nos próximos 10 (dez) dias, à procurado do(a) executado(a) 2 vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, citação por hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (CPC 830).
C) Caso não encontrados bens do devedor, deverá o Oficial de Justiça relacionar aqueles que guarnecem à residência ou o estabelecimento do(a) executado(a), quando este for pessoa jurídica (CPC 836 §1º). Nesse caso, elaborada a lista, o(a) executado(a) ou eu representante legal será nomeado(a) depositário(a) provisório de tais bens até ulterior determinação (CPC 836 §2º).
D) Efetuada a penhora (LJE 53 §1º), INTIME-SE o(a) executado(a) de que poderá opor-se à execução por meio de embargos em 15 (quinze) dias, independente de caução ou depósito (CPC 914 e 915). Ressalte-se a necessidade dos embargos serem apresentados por meio de advogado, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos.
E) CIENTIFIQUE-SE o(a) executado(a) de que no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, poderá requerer o parcelamento do saldo remanescente em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. (CPC 916), devendo comparecer em cartório para tanto. Cientifique-o(a) de que o pedido de parcelamento importará em renúncia ao direito de opor embargos.
F) Valor da dívida atualizada: R$ 2.433,64
G) Desde já, defiro ao Sr. Oficial cumprir os atos executivos em COMARCAS CONTÍGUAS, DE FÁCIL COMUNICAÇÃO E NAS QUE SE SITUEM NA MESMA REGIÃO METROPOLITANA, bem como, desde já, CONCEDO A ORDEM DE ARROMBAMENTO e a REQUISIÇÃO DE FORÇA POLICIAL, caso haja óbice à penhora, devendo-se proceder na forma dos arts. 782 e 846 do CPC.
2- Especificações para cumprimento pelo cartório após o cumprimento do mandado.
A) Localizados bens penhoráveis, INTIME-SE o(a) exequente (ou seu advogado, se o possuir) para comparecer em cartório e requerer lhe sejam adjudicado(s) o(s) bem(ns) penhorado(s) (CPC 876), ou em não havendo interesse na adjudicação, se manifestar quanto a alienação por sua própria iniciativa ou a designação de hasta pública (CPC 880) ou ainda indicar outro(s) bem(ns) à penhora (CPC 848), caso não tenha interesse no(s) bem(ns) penhorado(s). Prazo de 10 (dez) dias para manifestação, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
B) Em não havendo penhora, INTIME-SE o(a) exequente e/ou seu(ua) advogado(a) para indicar bem(ns) passível(eis) de sofrer penhora, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.

B.1) Indicado(s) bem(ns), expeça-se mandado de penhora, avaliação e remoção.
C) Não sendo localizada a parte executada, INTIME-SE o(a) advogado(a) do(a) exequente, ou este se não possuir advogado(a), para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
C.1) Indicado novo endereço, expeça-se novo mandado de citação, penhora, avaliação e intimação, nos termos o item 1 do presente despacho.
D) Ocorrendo solicitação de parcelamento de débito (depositada a quantia de 30%), INTIME-SE o(a) exequente, ou seu advogado, para manifestação quanto ao preenchimento dos pressupostos exigidos para tanto. Prazo de 5 dias (CPC 916 §1º).
E) Ocorrendo solicitação de parcelamento de débito (após a intimação do(a) exequente e decurso de prazo), venda judicial ou adjudicação, venham os autos conclusos para deliberação.
F) Apresentados embargos pelo(a) executado(a), intime-se o(a) exequente para apresentação de resposta no prazo de 15 dias (CPC 920).
3- O PRESENTE DESPACHO SERVE DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7005688-08.2023.8.22.0007
AUTOR: D. M. COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., AVENIDA DOIS DE JUNHO 2130, - ATÉ 2268 - LADO PAR CENTRO - 76963-882 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: LUCIANA DALL AGNOL, OAB nº MT6774, ALINE SCHLACHTA BARBOSA, OAB nº RO4145
REU: MARIA KEILA DO NASCIMENTO SILVA, RUA PA ALECRIM 3786 MORADA DIGNA - 76961-342 - CACOAL - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação, cuja data será apontada pela Central de Processamento Eletrônico.
1.1 À CPE para cumprimento, procedendo-se a intimação das partes, ressaltando que a audiência de conciliação deverá ser designada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência (artigo 334, CPC). AGENDE-SE NO SISTEMA;
1.2- A audiência de conciliação somente será dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, ou quando não se admitir a autocomposição (CPC 334 §4º).
2- Intime-se o(a) requerente;
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (AR/mandado/carta precatória);
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos;
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada virtualmente no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 2025, Centro, Cacoal/RO, preferencialmente, por intermédio do aplicativo de comunicação WhatsApp;
5.2 - Assim que receber a intimação, AS PARTES E ADVOGADOS DEVERÃO INDICAR NOS AUTOS SEUS RESPECTIVOS NÚMEROS DE WHATSAPP VÁLIDOS PARA QUE NA DATA E HORÁRIO DESIGNADOS, APENAS ATENDAM À CHAMADA DE VÍDEO QUE SERÁ REALIZADA PELO CONCILIADOR(A).As partes que não estiverem representadas por advogado poderão informar o número de WhatsApp diretamente ao CEJUSC desta Comarca no telefone número 69- 3443-7640;
5.3 - Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos E ATENDIMENTO DA CHAMADA DE VÍDEO NO DIA E HORÁRIO DESIGNADOS;
5.4 - Em havendo algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverão fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
5.5 - Deverão estar com o WhatsApp disponível para chamada de vídeo na data e horário agendados para realização da audiência;
5.6 - Assegurarão que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto estejam com o WhatsApp disponível para chamada de vídeo, munidos de poderes específicos para transigir
5.7 - A falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
5.8 - A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
5.9- durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
5.10- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar;
5.11- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje);
5.12- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo;
5.13- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;

5.14- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a);
5.15- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO);
5.16- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
5.17- Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada. A não apresentação da contestação poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
5.18- Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada, observando-se a contagem em dias úteis;
5.19- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento;
5.20 - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e/ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95); Se o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a), na própria sessão virtual, para apresentar novo endereço, no prazo de 05 (cinco) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
9 - EM SENDO A DILIGÊNCIA CUMPRIDA POR MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DEVERÁ O SR(A) OFICIAL(A) DE JUSTIÇA, NO MESMO ATO, CERTIFICAR E COLHER O NÚMERO DO TELEFONE, PREFERENCIALMENTE, USADO NO APLICATIVO WHATSAPP, DAS PARTES;
10 - Caso, o(a) requerido(a) não seja intimado e o(a) requerente não estando patrocinado por advogado, o oficial de justiça deverá se valer do presente COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE a apresentar o atual endereço do requerido no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7007499-03.2023.8.22.0007
AUTOR: ALYSSON FELIPE DIAS, RUA RAUL POMPÉIA 755, - ATÉ 985/986 PARQUE FORTALEZA - 76961-766 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ROGERIO DE PAULA RAMALHO, OAB nº RO8717
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, 9 ANDAR, OFFICE PARK EDIFÍCIO JATOBÁ, CONDOMÍNIO CASTELO BRANCO - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Vistos
1- Designo audiência de tentativa de conciliação, cuja data será apontada pela Central de Processamento Eletrônico.
1.1 À CPE para cumprimento, procedendo-se a intimação das partes, ressaltando que a audiência de conciliação deverá ser designada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência (artigo 334, CPC). AGENDE-SE NO SISTEMA;
1.2- A audiência de conciliação somente será dispensada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, ou quando não se admitir a autocomposição (CPC 334 §4º).
2- Intime-se o(a) requerente;
3- Cite-se e intime-se a parte requerida (Via sistema);
4- Sendo o caso de relação de consumo com o consumidor no polo ativo da demanda, desde já, determino inversão do ônus da prova a fim de que o(a) requerido(a) apresente em juízo todos os documentos que possui quanto ao narrado nos autos;
5- Advertências gerais às partes:
5.1- A audiência será realizada virtualmente no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 2025, Centro, Cacoal/RO, preferencialmente, por intermédio do aplicativo de comunicação WhatsApp;
5.2 - Assim que receber a intimação, AS PARTES E ADVOGADOS DEVERÃO INDICAR NOS AUTOS SEUS RESPECTIVOS NÚMEROS DE WHATSAPP VÁLIDOS PARA QUE NA DATA E HORÁRIO DESIGNADOS, APENAS ATENDAM À CHAMADA DE VÍDEO QUE SERÁ REALIZADA PELO CONCILIADOR(A).As partes que não estiverem representadas por advogado poderão informar o número de WhatsApp diretamente ao CEJUSC desta Comarca no telefone número 69- 3443-7640;
5.3 - Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos E ATENDIMENTO DA CHAMADA DE VÍDEO NO DIA E HORÁRIO DESIGNADOS;
5.4 - Em havendo algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverão fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
5.5 - Deverão estar com o WhatsApp disponível para chamada de vídeo na data e horário agendados para realização da audiência;
5.6 - Assegurarão que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto estejam com o WhatsApp disponível para chamada de vídeo, munidos de poderes específicos para transigir
5.7 - A falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;

5.8 - A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
5.9- durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
5.10- O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar;
5.11- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica, a requerente deverá ser representada pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (Enunciado 141 do Fonaje). Também será aceito a presença por preposto (Enunciado 20 do Fonaje);
5.12- Ressalto que, tratando-se de pessoa jurídica ou titular de firma individual, o requerido deverá comparecer representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício (LJE 9º, §4º), sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (CPC 75, VIII e CC 45), sob pena de revelia. Ressalvado o disposto no Enunciado 99 do Fonaje que autoriza a juntada posterior de carta de preposto somente na hipótese de realização de acordo;
5.13- As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
5.14- Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado(a);
5.15- Havendo a necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública nessa Comarca (Rua José do Patrocínio, 1284, bairro Princesa Isabel, Cacoal-RO);
5.16- Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
5.17- Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
5.18- Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada, observando-se a contagem em dias úteis;
5.19- Não havendo acordo, poderá ser designada uma data para a realização de audiência de instrução e julgamento;
5.20 - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e/ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95); Se o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
6- Não sendo localizada a parte requerida, o(a) requerente deverá ser intimado(a), na própria sessão virtual, para apresentar novo endereço, no prazo de 05 (cinco) dias. Apresentado novo endereço, ou não havendo tempo hábil para cumprimento, deverá a escrivania designar nova audiência de conciliação, independente de novo despacho, a fim de que seja expedido o necessário.
7- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.
8- SIRVA-SE O PRESENTE COMO MANDADO OU CARTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - PROCESSO: 7004748-43.2023.8.22.0007
AUTOR: ANA IVANA DE LIMA, RUA PADRE ADOLFO 1598 JARDIM CLODOALDO - 76963-506 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: POLLIANA DA SILVA ADAME, OAB nº RO11461
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, ANDAR 9, EDIF. JATOBA COND. CASTELO BRANCO OFFICE TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO
Oportuno o julgamento do processo no estado, sendo despicienda maior dilação probatória, uma vez que as provas coligidas aos autos são mais do que suficientes para o deslinde do feito, restando, ademais, formada a convicção do Juízo (artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil).
Trata-se de ação com pedido de natureza condenatória, tendo por fundamento relação consumerista formada entre as partes, enquadrando-se a requerida como fornecedora de serviços (CDC 3º).
Conforme consta na inicial, a requerente adquiriu bilhete aéreo junto à requerida para viajar de Fortaleza/CE para Porto Velho/RO na data de 07/02/2023. Narra a autora que quando chegou em seu destino final, qual seja, Porto Velho/RO, teve a sua bagagem danificada, com cadeado superior quebrado, rasgo na lateral e na parte inferior da mala, a estrutura (suporte) e base das rodas quebradas. Verifico que a requerente providenciou o Registro de Irregularidade de Bagagem – RIB (id. 89602518), contudo, não juntou fotos do ocorrido nos autos. Por fim, aduz que teve prejuízos de ordem material e moral.

Em contestação, a requerida alega que, o simples Registro de Irregularidade de Bagagem não é termo de responsabilidade da empresa pela danificação de bagagem da parte autora e que não há qualquer prova de que a Azul tenha causado a avaria, não tendo cometido nenhum ato ilícito que possa gerar indenização, de modo que a pretensão da autora não deve prosperar.

No caso em análise, a controvérsia restringe-se à existência ou não de falha na prestação de serviço pela parte requerida.

Nesse sentido, preliminarmente, o dano à bagagem do requerido é incontroverso, conforme os documentos reunidos nos autos. No entanto, é importante destacar a legislação pertinente ao assunto, conforme estabelecido pela Resolução 400/2016 da ANAC:

Art. 32. O recebimento da bagagem despachada, sem protesto por parte do passageiro, constituirá presunção de que foi entregue em bom estado.

§ 1º Constatado o extravio da bagagem, o passageiro deverá, de imediato, realizar o protesto junto ao transportador.

§ 2º O transportador deverá restituir a bagagem extraviada, no local indicado pelo passageiro, observando os seguintes prazos:

I - em até 7 (sete) dias, no caso de voo doméstico; ou

II - em até 21 (vinte e um) dias, no caso do voo internacional.

§ 3º Caso a bagagem não seja localizada nos prazos dispostos no § 2º deste artigo, o transportador deverá indenizar o passageiro em até 7 (sete) dias.

§ 4º Nos casos em que o passageiro constate a violação do conteúdo da bagagem ou sua avaria, deverá realizar o protesto junto ao transportador em até 7 (sete) dias do seu recebimento.

§ 5º O transportador deverá, no prazo de 7 (sete) dias contados da data do protesto, adotar uma das seguintes providências, conforme o caso:

I - reparar a avaria, quando possível;

II - substituir a bagagem avariada por outra equivalente;

III - indenizar o passageiro no caso de violação.

O dano material não restou caracterizado, pois a requerente deixou de constituir prova essencial (CPC I 373), juntando nota fiscal de compra ou recibo pagamento do produto, ou até mesmo fotos da bagagem para que fosse possível a verificação que os orçamentos apresentados são similares ou idênticos ao que a requerente pretende ser ressarcida.

Nesse sentido, o dano material para que seja deferido necessita ser efetivamente comprovado, pois, o benefício da inversão do ônus da prova não é absoluto, significando dizer que, mesmo na hipótese de ser aplicável ao caso, a parte autora não fica isenta de trazer, com a peça exordial, as provas que tenha condições de produzir. Assim como na inversão do ônus a revelia não induz automaticamente a procedência do pedido exordial, pois o julgador deve analisar o contexto fático e probatório existente nos autos. Nesse sentido é a jurisprudência do TJRO (APELAÇÃO CÍVEL 7011270-97.2020.822.0005, Rel. Des. Rowilson Teixeira, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 1ª Câmara Cível, julgado em 28/04/2023).

Sendo assim, o dano à bagagem resta clarividente, sendo afastado à indenização por danos materiais devido a não comprovação de despesas ou o real custo das malas. Entretanto, o dano moral resta comprovado, ultrapassando em muito o mero dissabor a restituição de bagagens por parte da requerida com cadeado superior quebrado, rasgo na lateral e na parte inferior da mala, a estrutura (suporte) e base das rodas quebradas.

Por conseguinte, vislumbro o dano moral e tenho que o mesmo é presumido diante do dano na bagagem, que configura transtorno que ultrapassa os meros dissabores ou aborrecimentos comumente suportados pelo passageiro do transporte aéreo, em especial, considerando o lapso temporal do pedido administrativo, e a inércia da requerida, que até o momento não demonstrou ter tomado qualquer posicionamento, no sentido de solucionar o imbróglio.

De todo o mister anotar que a indenização por danos morais possui dupla finalidade, a saber, de um lado, o ressarcimento ao dano moral busca confortar a vítima de um ato ilícito, que sofreu uma lesão de cunho íntimo, a qual não se consegue avaliar, porém é possível estimá-la. De outro, nos termos da teoria do desestímulo, é necessária a imposição de uma multa de cunho preventivo, e não repressivo, ao infrator, com o intuito de que fatos semelhantes ao ocorrido não mais se repitam.

Com esses balizamentos fixo a indenização pelos danos morais em R$ 3.000,00 (três mil reais), por entender como razoável o valor aplicado, pois apesar da requerente arguir que em decorrência de ato ilícito da requerida, perdeu objetos de grande valor sentimental, a autora sequer os mencionou especificamente, tampouco apresentou ilustrações de tais objetos.

Saliento ainda que a função do julgador é decidir a lide de modo fundamentado e objetivo, portanto, desnecessário o enfrentamento exaustivo de todos os argumentos elaborados pelas partes pelo que, por fim, anota-se que outros argumentos eventualmente deduzidos no processo não são capazes de, em tese, infirmar a presente conclusão.

Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES o pedidos feito por ANA IVANA DE LIMA em face de AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A. para condenar a requerida a pagar indenização no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) à requerente a título de danos morais, obedecendo ao binômio compensação/desestímulo, com incidência de juros de mora e correção monetária a partir da data de publicação desta sentença.

DECLARO RESOLVIDO o mérito (CPC I 487).

Deixo de condenar em custas e honorários advocatícios (LJE 55).

Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta decisão, ficará a demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo, além de penhora eletrônica de valores e bens.

Havendo pagamento voluntário do débito, desde já defiro expedição de alvará eletrônico em nome da parte autora ou seu advogado acrescido dos juros e correção monetária que incidir e venham os autos conclusos para extinção. Na hipótese de indicação de conta bancária, desde já autorizo a expedição de alvará de transferência para cumprimento em 05 (cinco) dias, sob pena de providências.

Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, “a”, “b” e “e”, determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.

Publicação e registro automáticos.

Intimem-se as partes.

Agende-se decurso de prazo recursal.

Com o trânsito em julgado, arquive-se.

Cacoal/RO, data certificada pelo sistema.

Juíza de Direito – Anita Magdelaine Perez Belem

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - Juizado Especial
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
PROCESSO: 7007503-40.2023.8.22.0007
EXEQUENTE: E. K. MARTINS COUTO EIRELI - ME, AVENIDA CUIABÁ 1657, - DE 1585 A 1725 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-743 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CRISTIANO SILVEIRA PINTO, OAB nº RO1157A, GISELE BATISTA COSTA, OAB nº RO12746, ANDRE BONIFACIO RAGNINI, OAB nº RO1119
EXECUTADO: GUTEMBERG DE MATOS MACHADO, RUA DOMINGOS CADILHAC 4026 JOSINO BRITO - 76961-526 - CACOAL - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos
1- Especificações para cumprimento pelo oficial de justiça:
Cuida a espécie de execução de título extrajudicial, razão que, nos termos do art. 824 do CPC e art. 53 da LJE:
A) CITE-SE E INTIME-SE a parte requerida em execução (mandado), no prazo de 03 (três) dias, para que o(a) devedor(a) pague a dívida exequenda (CPC 829 e 831) ou ofereça embargos à execução no prazo de 15 (quinze) dias (CPC 914 e 915).
Decorrido o prazo de 3 dias sem o pagamento, proceda-se à penhora de bens suficientes à quitação integral da dívida, avaliando-os (CPC 872) e depositando-os, se móveis, em poder do credor (CPC 840 § 1º), salvo recusa e se houver depositário judicial.
Tendo em vista que é costumeiro a parte pedir penhora de celular, desde já, deverá ser certificado pelo Oficial de Justiça eventual existência desse objeto em específico e, sendo necessário, proceder à sua penhora (vedada a remoção, exceto se oportunizado ao executado proceder à exclusão de arquivos).
A.1) Realizada a penhora, deverá ser lavrado auto nos termo dos arts. 838 e 839 do CPC.
A.2) Da penhora será intimado(a) o(a) executado(a) (CPC 841), caso a penhora recaia sobre bem imóvel, também deverá ser intimado(a) o(a) cônjuge do(a) executado(a), salvo se casados em regime de separação absoluta de bens (CPC 842).
B) Caso não localizado o(a) executado(a), o oficial de justiça deverá arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Procedendo, nos próximos 10 (dez) dias, à procurado do(a) executado(a) 2 vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, citação por hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (CPC 830).
C) Caso não encontrados bens do devedor, deverá o Oficial de Justiça relacionar aqueles que guarnecem à residência ou o estabelecimento do(a) executado(a), quando este for pessoa jurídica (CPC 836 §1º). Nesse caso, elaborada a lista, o(a) executado(a) ou eu representante legal será nomeado(a) depositário(a) provisório de tais bens até ulterior determinação (CPC 836 §2º).
D) Efetuada a penhora (LJE 53 §1º), INTIME-SE o(a) executado(a) de que poderá opor-se à execução por meio de embargos em 15 (quinze) dias, independente de caução ou depósito (CPC 914 e 915). Ressalte-se a necessidade dos embargos serem apresentados por meio de advogado, nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos.
E) CIENTIFIQUE-SE o(a) executado(a) de que no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, poderá requerer o parcelamento do saldo remanescente em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. (CPC 916), devendo comparecer em cartório para tanto. Cientifique-o(a) de que o pedido de parcelamento importará em renúncia ao direito de opor embargos.
F) Valor da dívida atualizada: R$ 3.733,92
G) Desde já, defiro ao Sr. Oficial cumprir os atos executivos em COMARCAS CONTÍGUAS, DE FÁCIL COMUNICAÇÃO E NAS QUE SE SITUEM NA MESMA REGIÃO METROPOLITANA, bem como, desde já, CONCEDO A ORDEM DE ARROMBAMENTO e a REQUISIÇÃO DE FORÇA POLICIAL, caso haja óbice à penhora, devendo-se proceder na forma dos arts. 782 e 846 do CPC.
2- Especificações para cumprimento pelo cartório após o cumprimento do mandado.
A) Localizados bens penhoráveis, INTIME-SE o(a) exequente (ou seu advogado, se o possuir) para comparecer em cartório e requerer lhe sejam adjudicado(s) o(s) bem(ns) penhorado(s) (CPC 876), ou em não havendo interesse na adjudicação, se manifestar quanto a alienação por sua própria iniciativa ou a designação de hasta pública (CPC 880) ou ainda indicar outro(s) bem(ns) à penhora (CPC 848), caso não tenha interesse no(s) bem(ns) penhorado(s). Prazo de 10 (dez) dias para manifestação, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
B) Em não havendo penhora, INTIME-SE o(a) exequente e/ou seu(ua) advogado(a) para indicar bem(ns) passível(eis) de sofrer penhora, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
B.1) Indicado(s) bem(ns), expeça-se mandado de penhora, avaliação e remoção.
C) Não sendo localizada a parte executada, INTIME-SE o(a) advogado(a) do(a) exequente, ou este se não possuir advogado(a), para apresentar novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
C.1) Indicado novo endereço, expeça-se novo mandado de citação, penhora, avaliação e intimação, nos termos o item 1 do presente despacho.
D) Ocorrendo solicitação de parcelamento de débito (depositada a quantia de 30%), INTIME-SE o(a) exequente, ou seu advogado, para manifestação quanto ao preenchimento dos pressupostos exigidos para tanto. Prazo de 5 dias (CPC 916 §1º).
E) Ocorrendo solicitação de parcelamento de débito (após a intimação do(a) exequente e decurso de prazo), venda judicial ou adjudicação, venham os autos conclusos para deliberação.
F) Apresentados embargos pelo(a) executado(a), intime-se o(a) exequente para apresentação de resposta no prazo de 15 dias (CPC 920).
3- O PRESENTE DESPACHO SERVE DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA.
Cacoal, 17/07/2023
Juíza de Direito - Anita Magdelaine Perez Belem

2ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7006612-19.2023.8.22.0007
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS UNIRONDONIA LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: JACKSON WILLIAM DE LIMA - PR60295
EXECUTADO: LOC FACIL LOCACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO LTDA e outros (2)
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7007740-74.2023.8.22.0007
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: IVONETE MOREIRA DUTRA
Advogado do(a) AUTOR: CHARLES MARCIO ZIMMERMANN - RO2733
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO - AUTOR - DATA DA PERÍCIA
Fica a parte autora, por meio de seu advogado, no prazo de 5 dias, intimada para ciência e manifestação quanto a petição ID 93237286.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7012786-15.2021.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ALESANDRO SILVA CARDOSO
Advogado do(a) REQUERENTE: JEFFERSON WILLIAN DALLA COSTA - RO6074
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7012082-70.2019.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: FRANCISCA ALVES DE SOUZA
Advogado do(a) REQUERENTE: THATY RAUANI PAGEL ARCANJO - RO10962
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7006685-59.2021.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: VANUSA TEIXEIRA SOARES
Advogado do(a) REQUERENTE: JUCILENE LIRA CEBALHO - RO7983
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7000889-92.2018.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: EDI MULLER PINTO
Advogados do(a) REQUERENTE: NADIA PINHEIRO COSTA - RO7035, ROSEANE MARIA VIEIRA TAVARES FONTANA - RO2209
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7005840-27.2021.8.22.0007
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: SINSEMUC SINDICATO DOS SERVIDORES PUB MUNIC DE CACOAL
Advogado do(a) AUTOR: JEAN DE JESUS SILVA - RO2518
REU: MUNICIPIO DE CACOAL
INTIMAÇÃO AUTOR - CONTRARRAZÕES
Fica a parte AUTORA intimada na pessoa do seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as Contrarrazões Recursais.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7007975-41.2023.8.22.0007
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: MARIA DA CONCEICAO BARBOSA
Advogados do(a) AUTOR: LUIS FERREIRA CAVALCANTE - RO2790, MARIZA SILVA MORAES CAVALCANTE - RO8727
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO PARTE AUTORA - PERÍCIA
Fica A PARTE intimada, por meio de seus respectivos advogados, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da petição do Perito Judicial ID 93237287, bem como tomar ciência da data e local da realização da perícia.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7002284-80.2022.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: JOSE ARNALDO DE JESUS SANTOS
Advogado do(a) REQUERENTE: PAULA CRISTIANE PICCOLO BORTOLUSSO - SP212598
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7012653-70.2021.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: VILMA ALVES DE SOUZA
Advogado do(a) REQUERENTE: INNOR JUNIOR PEREIRA BOONE - RO7801
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7014601-47.2021.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: MARIA DO CARMO ALVES DE OLIVEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: ANA PAULA NASCIMENTO HERMENEGILDO - RO10614
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7006632-10.2023.8.22.0007
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS UNIRONDONIA LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: JACKSON WILLIAM DE LIMA - PR60295
EXECUTADO: LAURICEIA BUIARSKI WERNECK
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7016862-48.2022.8.22.0007
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
Advogado do(a) EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO - SP305896
EXECUTADO: J. C. DUTRA e outros (2)
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.

2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7011456-51.2019.8.22.0007
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: DALVA BARBOSA DE LURDE
Advogado do(a) AUTOR: JOSE JOVINO DE CARVALHO - MG38978-A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO
Fica a parte AUTORA intimada sobre a data de realização da perícia, marcada para o dia 30/08/2023 às 15:45 na Clínica Luchtenberg, localizada na Avenida Porto Velho, n° 3080, Centro, Cacoal/RO.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7002553-90.2020.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: MARILEUZA FERREIRA SOUZA
Advogados do(a) EXEQUENTE: CARLOS WAGNER SILVEIRA DA SILVA - RO10026, HOSNEY REPISO NOGUEIRA - RO6327, NATALIA UES CURY - RO8845, NEWITO TELES LOVO - RO7950
EXECUTADO: LUCIANO VIEIRA RAMOS e outros (5)
Advogado do(a) REQUERIDO: KATIA CARLOS RIBEIRO - RO2402
Advogados do(a) EXECUTADO: KAWANNE KATHERYNNE CARLOS FERREIRA - RO7723, RHEYNZ DONICK CARLOS TEIXEIRA - RO8371
INTIMAÇÃO EXEQUENTE
Fica a parte EXEQUENTE, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada dar prosseguimento no feito atentando-se que o requerimento de consultas por meio de sistemas judiciais (BACEN, RENAJUD e outros) deverá ser acompanhado de custas CÓDIGO 1007, para cada diligência requerida, nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7008765-93.2021.8.22.0007
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: RODRIGO DOS SANTOS ARAUJO
Advogado do(a) AUTOR: THATY RAUANI PAGEL ARCANJO - RO10962
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO
Fica a parte AUTORA intimada sobre a data de realização da perícia, marcada para o dia 04/08/2023 às 08:30 no CENTRO MEDICO SAMAR, localizado na Avenida São Paulo, nº 2355, centro, Cacoal/RO.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7008548-84.2020.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: IZENIRA LEONORA SANDOVAL PICOLO
Advogados do(a) REQUERENTE: ADENILZA MARCELINO DA SILVA OLIVEIRA - RO8964, GERALDO ELDES DE OLIVEIRA - RO1105
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7003908-67.2022.8.22.0007
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: NILTON XAVIER DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: RODOLFO SCHER DA SILVA - RO2048
REU: FABIO RIBEIRO DOS SANTOS
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7004267-51.2021.8.22.0007
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: MOURAO RECAPADORA E COMERCIO DE PNEUS LTDA e outros
Advogados do(a) EXEQUENTE: EDSON FERREIRA DO NASCIMENTO - RO0000296A-B, JANE REGIANE RAMOS NASCIMENTO - RO0000813A
EXECUTADO: J H T DUDU TRANSPORTE DE CARGA EIRELI
Intimação AUTOR - PRECATÓRIA DEVOLVIDA
Fica a parte AUTORA intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar manifestação acerca da devolução de carta precatória POSITIVA .

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7006521-60.2022.8.22.0007
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
Advogados do(a) AUTOR: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS - RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE - RO1586
REU: CLAUDEMIR INACIO MOREIRA
INTIMAÇÃO AUTOR - AR NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca do AR negativo. Para a repetição da diligência (remessa de AR), o requerente/exequente deve apresentar o comprovante de pagamento da taxa, código 1008.1, para cada carta-AR, em relação a cada executado/requerido, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de não realização do ato.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7006895-42.2023.8.22.0007
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS UNIRONDONIA LTDA
Advogado do(a) AUTOR: JACKSON WILLIAM DE LIMA - PR60295

REU: NATIVA COMERCIO DE MADEIRAS BENEFICIADAS LTDA
INTIMAÇÃO AUTOR - AR NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca do AR negativo. Para a repetição da diligência (remessa de AR), o requerente/exequente deve apresentar o comprovante de pagamento da taxa, código 1008.1, para cada carta-AR, em relação a cada executado/requerido, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de não realização do ato.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7003992-05.2021.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: APARECIDA DA SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: CLAUDIA MIRIANY ESTEVAM LEITE - RO10843, POLLIANA DA SILVA ADAME - RO11461
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 2ª Vara Cível
E-mail:cpecacoal@tjro.jus.br
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
7000771-87.2016.8.22.0007 - Causas Supervenientes à Sentença
EXEQUENTE: CACOAL LOCACOES DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - ME
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ANDERSON FABIANO BRASIL, OAB nº RO5921, HOSNEY REPISO NOGUEIRA, OAB nº RO6327
EXECUTADOS: LUCIANE BRESOLIM FABRIS, RUA ANTÔNIO DEODATO DURCE 1388, CASA CENTRO - 76963-778 - CACOAL - RONDÔNIA, COENCO CONSTRUCOES EMPREENDIMENTOS E COMERCIO LTDA, AVENIDA MANOEL DEODATO 599, - ATÉ 613/614 TORRE - 58040-180 - JOÃO PESSOA - PARAÍBA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: EDUARDO RUIZ PINTO, OAB nº PB17264, FRANCISCO DE ASSIS FRADE 97 MANAIRA - 58038-440 - JOÃO PESSOA - PARAÍBA, SHEYNER YASBECK ASFORA, OAB nº PB11590, HUERTA FERREIRA DE MELO 300, APTO 303 JARDIM OCEANIA - 58037-245 - JOÃO PESSOA - PARAÍBA, ARTHUR ASFORA LACERDA, OAB nº PB18046, MANOEL FERREIRA MACHADO 305, CASA DOS ESTADOS - 58030-203 - JOÃO PESSOA - PARAÍBA, ANDRE FERRAZ DE MOURA, OAB nº PB8850, ADERBAL MAIA PAIVA SN, CND BOUGAINVILLE PORTAL DO SOL - 58046-527 - JOÃO PESSOA - PARAÍBA, ABDIEL AFONSO FIGUEIRA, OAB nº RO3092, - 76962-050 - CACOAL - RONDÔNIA
DESPACHO
(ID 93239147) Tendo sido informado a quitação do acordo homologado por este Juízo, procedi a exclusão da restrição sob o veículo placa DTA-5H90, conforme detalhamento anexo.
Retornem os autos ao arquivo.
Int.
Cacoal/RO, 17 de julho de 2023.
Gustavo Nehls Pinheiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - 7008927-20.2023.8.22.0007- Nulidade e Anulação de Testamento
AUTOR: PAULINA VISENTIN SANSON
ADVOGADO DO AUTOR: REBECCA DIAS SANTOS SILVEIRA FURLANETTO, OAB nº RO5167A
REU: JOSE FERNANDO SANSON, CASA 225 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
1. Fica a parte autora intimada para o seguinte esclarecimento, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento:
a) dizer sobre o documento ID 93204601, pois aparente não se tratar do testamento de JOSE FERNANDO SANSON.
2. Apresentada emenda, tornem os autos conclusos (despacho emenda).
3. Transcorrido o prazo sem manifestação, certifique-se e promova-se a conclusão do feito para extinção (julgamento extinção).
4. Intimação da parte autora, através do advogado (via DJe).
Cacoal/RO, 17 de julho de 2023.
Gustavo Nehls Pinheiro

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
0007535-82.2014.8.22.0007- Fixação, Reconhecimento / Dissolução, Guarda, Regulamentação de Visitas, Inventário e Partilha, Liminar
EXEQUENTE: MARIA SONIA RAYMUNDO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PAULO LUIZ DE LAIA FILHO, OAB nº RO3857
EXECUTADO: ADILSON RODRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADO DO EXECUTADO: MARCIO ALBERTO MERTZ, OAB nº RS58505
D E C I S Ã O
Mantenho a decisão ID 92414393, por seus próprios fundamentos.
Sobre o pedido ID 93311641, eventual insurgência, deve ser objeto de recurso próprio.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Cacoal/RO, 17 de julho de 2023.
Gustavo Nehls Pinheiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7004279-94.2023.8.22.0007
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA VASCONCELOS
Advogado do(a) AUTOR: HELIO RODRIGUES DOS SANTOS - RO7261
REU: BANCO PAN S.A.
Advogado do(a) REU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE23255
Intimação PARTES - PROVAS
Ficam AS PARTES intimadas para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca de quais provas pretendem produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7016154-95.2022.8.22.0007
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ISABELY PEREIRA SANCHES
Advogado do(a) AUTOR: CARLA PRISCILA CUNHA DA SILVA - RO7634
REU: S G D - ENSINO TECNICO EDUCACIONAL LTDA - EPP
Advogados do(a) REU: ALINE SCHLACHTA BARBOSA - RO4145, LUCIANA DALL AGNOL - RO5495-O
Intimação PARTES - PROVAS
Ficam AS PARTES intimadas para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca de quais provas pretendem produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7001495-47.2023.8.22.0007
Classe : ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
AUTOR: F. F. P.
Advogado do(a) AUTOR: MICHELLE BEGNINI COSTA - RO9323
REU: I. M. S.
Advogado do(a) REU: OSNI JOSE ZORZO - PR41933
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7013853-15.2021.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: NELSON FERMINO LUIZ
Advogado do(a) REQUERENTE: HELENA MARIA FERMINO - RO3442-A
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7003781-66.2021.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: LUZIA NEVES FERREIRA
Advogados do(a) REQUERENTE: EMILY ALVES DE SOUZA PEIXOTO - RO9545-A, LUIZ HENRIQUE LINHARES DE PAULA - RO9464
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7004933-52.2021.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: MARIA APARECIDA DO CARMO TRINDADE
Advogado do(a) REQUERENTE: ELIEL MOREIRA DE MATOS - RO5725
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7002071-74.2022.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: JOSE RENATO DAMACENA
Advogados do(a) REQUERENTE: HOSNEY REPISO NOGUEIRA - RO6327, JONATHAN GONCALVES IZIDORO - RO11715, NEWITO TELES LOVO - RO7950
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7002604-33.2022.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: RUTE DE AZEVEDO DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: CHARLES MARCIO ZIMMERMANN - RO2733
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7004383-57.2021.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ELIANA LORET KEFLER
Advogados do(a) REQUERENTE: RUBIA GOMES CACIQUE - RO5810, SILMARA MESSIAS DE OLIVEIRA - RO10132
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7004153-78.2022.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: JOICE DE SOUZA OLIVEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: ELIEL MOREIRA DE MATOS - RO5725
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - 7009076-16.2023.8.22.0007 - Cartão de Crédito
AUTOR: CARLOS ABILIO
ADVOGADO DO AUTOR: RAFAEL DUTRA DACROCE, OAB nº AL20146A
REU: BANCO PAN S.A., AVENIDA PAULISTA 1374, 16 ANDAR BELA VISTA - 01310-100 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA BANCO PAN S.A
Despacho COM FORÇA DE CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Defiro o benefício da justiça gratuita, pois houve requerimento expresso e a parte autora juntou declaração em que afirma ser pessoa hipossuficiente, o que, face à ausência de indicativos quanto à posse de condições financeiras de arcar com os custos do processo, deve ser acolhida em prestígio ao princípio da boa-fé material (art. 164 do CC) e processual (art. 5º do CPC). Entretanto, caso fique comprovado que a parte autora possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento próprio, responderá nas penas da Lei.
Trata-se de ação de restituição de valores cumulada com indenização por dano moral.
1. DESIGNO AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA. Determino o encaminhamento destes autos para o Centro de Conciliação.
A audiência será realizada por videoconferência nos termos do Provimento 019/2021-CGJ, publicado no DJ 23.08.2021, o qual regulamenta a Atermação Digital, a Conciliação e Mediação Digital e a Justiça Rápida Digital no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia e dá outras providências.
Diante da hipossuficiência do consumidor para a produção da prova, DEFIRO a inversão do ônus da prova, devendo a requerida juntar aos autos documentos que demonstrem a contratação do negócio e existência do débito.
2. Agende a CPE, por meio eletrônico, data e horário para a realização da audiência de conciliação virtual.
2.1. Com o agendamento, cite-se/intime-se e encaminhe os autos ao CEJUSC para contactar as partes via e-mail, número de telefone/ WhatsApp ou outro meio de comunicação célere e eficaz e realizar a audiência.
2.2. As partes deverão informar, nos autos, contato telefônico hábil a sua participação na solenidade, em até 05 (cinco) dias antes da data da audiência conciliatória, bem como informar e-mail e fone/WhatsApp do advogado constituído.
2.3. Frustrada a citação pelo correio, independente do motivo da devolução, realize-se a citação por meio de oficial de justiça (art.249,CPC). Distribua-se como Mandado.
3. Informações gerais às partes:
3.1. A audiência será realizada virtualmente no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado na Avenida Cuiabá, 2025, Centro, Cacoal/RO, preferencialmente, por intermédio do aplicativo de comunicação WhatsApp ou Hangouts Meet;
3.2. Assim que receber a intimação, as partes deverão buscar orientação sobre como acessar os aplicativos WhatsApp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação.
Ressalto que, as audiências serão realizadas, PREFERENCIALMENTE, pelo aplicativo WhatsApp, devendo as partes, a contar do recebimento desta intimação, IMEDIATAMENTE, informarem nestes autos, número de contato telefônico VÁLIDO, que receba chamada através do WhatsApp, visando à realização da videochamada.
Ressalto que, persistindo eventuais dúvidas, poderá a parte interessada contactar o CEJUSC local, através do número (69) 3443-7640.
3.3. Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos e envio do link de acesso à audiência virtual;
3.4. Em havendo algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverão contactar a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
3.5. Deverão estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
3.6. Deverão acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
3.7. Assegurarão que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
3.8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone de quaisquer partes e/ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser entendida como ato atentatório à dignidade da justiça nos termos do art. 334 §8 do CPC/2015.

3.8.1. Se o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual, devendo, nessa hipótese, os autos voltarem conclusos para deliberação.
3.9. Durante a audiência de conciliação por videoconferência, a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
3.10. O(s) procurador(es) e preposto(s) das partes deverá(ão) comparecer à audiência munido(s) de poderes específicos para transacionar;
3.11. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
3.12. Em cumprimento ao provimento n.º 003/2012-CG o requerido que não tendo condições de constituir advogado, o Estado lhe assegurará o direito por meio da Defensoria Pública. Para tanto, em havendo interesse, deverá comparecer, imediatamente e antes do decurso do prazo de 15 (quinze) dias, na sede Rua Padre Adolfo, 2434, Jardim Clodoaldo, Cacoal/RO (antigo prédio do TCE), portando este documento e demais que acompanham.
No mais, as partes e o CEJUSC deverão observar, atentamente, os termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020.
4. CITE-SE a parte requerida (via carta-AR/mandado/carta precatória/sistema PJe), com antecedência mínima de vinte dias, para comparecer à audiência designada, na forma do art. 334 do CPC/2015.
4.1. Deverá a parte participar da audiência de conciliação, conforme supramencionado, acompanhada de advogado ou defensor público, e terá 15 (quinze) dias a partir audiência de conciliação ou de mediação, para oferecer contestação, nos termos do art. 335, §9 e 335, inciso I, do CPC/2015. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora (Código de Processo Civil, artigo 344).
4.2. Não tendo interesse o réu na autocomposição, deverá informá-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência, ocasião em que, manifestado o desinteresse na composição consensual por ambas partes, iniciar-se-á o prazo para contestação de 15 dias (art. 335, II, CPC/2015).
4.3. Caso não obtido acordo, poderão as partes apresentar rol de testemunhas no prazo oportunizado. Desde já deixo consignado, que as partes deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando sua pertinência sob pena de indeferimento.
4.4. Vinda a contestação no prazo supracitado, caso o requerido alegue fatos que modificam, impeçam ou extingam o direito do autor, dê-se vista ao autor para réplica, pelo prazo de 15 (quinze) dias.
5. No caso de a carta/mandado de citação/intimação restar negativo, fica desde já a parte autora intimada a fornecer no prazo de 05 (cinco) dias novo endereço, sob pena de extinção, prazo que começará a correr do dia seguinte a audiência de conciliação.
6. Pautada no princípio da efetividade da prestação jurisdicional e a fim de viabilizar que o processo retorne a este juízo apenas na fase de saneamento/julgamento antecipado da lide, salvo em caso de pedido incidental urgente, autorizo a CPE a prática dos seguintes atos ordinatórios: a) com a vinda da contestação, desde que acompanhada de documentos que não digam respeito à representação processual ou venha contendo preliminares, dê-se vista à parte autora em réplica e, no caso desta vir subsidiada de documentos novos, consequente vista a parte ré; b) na oportunidade da contestação e consequente réplica, as partes já ficam intimadas a especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a sua pertinência e a finalidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado da lide.
7. Não sendo o caso de justiça gratuita, e não havendo conciliação, desde já fica a parte autora intimada, para no prazo de 5 (cinco) dias recolher o valor da diferença das custas iniciais nos termos do art. 12, I, da Lei Estadual 3.896/16.
8. Parte autora será intimada na pessoa do advogado, via DJE, publique-se.
Intime-se. Expeça-se o necessário.
9. SERVE O DESPACHO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA da parte requerida, cujo endereço e valor da causa constam da inicial.
REQUERIDO: BANCO PAN S.A., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 59.285.411/0001-13, com endereço na Avenida Paulista, nº 1374, 16º andar, Bairro Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01310-100.
Cacoal/RO, 17 de julho de 2023.
Gustavo Nehls Pinheiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
7006241-65.2017.8.22.0007 - Revisão
AUTOR: E. F. E.
ADVOGADOS DO AUTOR: JULIANO COSTA DA SILVA, OAB nº MS16341, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: L. R. R., RUA BRASÍLIA 1021 INCRA - 76965-878 - CACOAL - RONDÔNIA, I. R. E., RUA BRASÍLIA 1021 INCRA - 76965-878 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REU: CELSO RIVELINO FLORES, OAB nº RO2028
S E N T E N Ç A
EDICARLOS FELIX ESPOZETTI, ingressou com ação revisional de alimentos em face de I.R.E (atualmente com 10 anos de idade) representada por sua genitora Leiloy Rodrigues Ramos, qualificados na inicial.
Narra a inicial, em síntese, que nos autos do Processo n. 0004757-42.2014.8.22.0007, que tramitou nesta 2ª Vara Cível da Comarca de Cacoal/RO, homologou acordo, referente pensão alimentícia a ser pago pelo autor, equivalente ao valor de 43% (quarenta e três por cento) salário mínimo vigente, com vencimento todo dia 15 (quinze) de cada mês; que o Requerente foi demitido no dia 24/04/2017,

recebendo baixa em sua carteira de trabalho ficando desempregado e sem nenhuma previsão de novo emprego. Quando do ajuizamento da ação, o Requerente não possuía mais as mesmas condições financeiras da época em que foram acordados os alimentos em 2014. Em 2014, o Requerente trabalhava como vigilante em uma empresa de segurança e auferia renda aproximadamente no importe de R$1.331,00 (um mil trezentos e trinta e um reais), valendo apena ressaltar que o salário mínimo a época era de R$724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e quando do ajuizamento da demanda, o Requerente se encontrava desempregado.

Pugna pelo acolhimento do pedido, para fins de que seja reduzido a pensão alimentícia para o percentual de 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente. Juntou documentos.

(ID 15032879) Deferida a gratuidade judiciária. Despacho inicial determinando a citação e designada audiência de conciliação.

A conciliação resultou infrutífera (ID 15902226).

(ID's 16410004 e seguintes) Devidamente citada, a requerida apresentou contestação alegando em síntese, que não concorda com a redução do valor dos alimentos, haja vista que, a importância recebida de seu genitor não atende, sequer, às suas necessidades básicas, pois, conforme recibos anexos, somente com transporte escolar (VAN) e os serviços da BABÁ, há uma despesa fixa mensal de R$ 610,00 (seiscentos e dez reais), sem falar, nos demais gastos fixos com alimentação, vestuários, calçados, material escolar, água e energia elétrica, tratamento médico e dentário e lazer, entre outros gastos indispensáveis para propiciar uma vida saudável, sem luxos, e um desenvolvimento normal na vida de uma criança. Ao final, pede a manutenção do percentual de 43% (quarenta e três por cento), porém, a ser calculado sobre o valor, efetivamente percebido pelo Autor, em razão de que as despesas com a menor aumentaram, bem como que, após recebidas as informações da empresa empregadora, seja determinado o desconto dos alimentos, diretamente, na folha de pagamento do Alimentante. Juntou documentos. Por fim, requereu a improcedência do pedido inicial.

(ID 19258106) Impugnação à contestação.

(ID 61017119) Juntado comprovante de renda do requerente.

De início, durante o processo, as partes apresentaram proposta de acordo, tendo a requerida concordado com a redução do percentual da pensão alimentícia de sua filha menor, de 43% para 40,9% do salário mínimo vigente (ID 62131970). Contudo, ao ID 81918171, a parte requerida informa que não tem mais interesse na designação da audiência de conciliação, tampouco no eventual acordo que seria pactuado entre as partes.

(ID 88988120) Intimado, o Ministério Público manifestou-se pela improcedência do pedido inicial.

Vieram-me os autos conclusos.

É o necessário relatório. DECIDO.

As partes encontram-se regularmente representadas. Não existem vícios a serem ultrapassados e o feito encontra-se pronto para julgamento, tendo em vista que para julgamento do feito, a prova documental é suficiente, tendo sido comprovado que o requerente aufere o equivalente a salário comercial, exercendo a profissão de vendedor (ID 61017119).

A pretensão deduzida pelo autor ampara-se no argumento de que atualmente não possui condições em arcar com os valores fixados a título de alimentos, pois quando do ajuizamento da demanda, encontrava-se desempregado. Ocorre que, tal situação não mais persiste, e além de encontrar-se empregado, o requerente não trouxe elementos que permite avaliar, de forma segura, a sua atual condição econômica (extratos bancários, declaração de imposto de renda, etc).

A análise do mérito do pedido revisional deve embasar-se no binômio necessidade x possibilidade, analisando-se as necessidades das crianças e a situação econômica do genitor, observando-se também as condições econômicas da genitora.

O autor possui renda suficiente para arcar com os alimentos no patamar já estabelecido. Não houve comprovação fática de que as despesas mensais da menor tenham sofrido redução.

De acordo com o art. 373 do CPC, o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, e ao réu, quanto a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Conforme dispõe o art. 15 da Lei 5.478/68, a sentença que fixa alimentos não faz coisa julgada material e pode ser revista a qualquer tempo. De mesma forma prevê o art. 1.699 do Código Civil – CC, ao regular a possibilidade de revisão na hipótese de mudança na situação financeira de quem presta os alimentos ou de quem os recebe.

Competia ao autor demonstrar a alteração de sua capacidade econômica.

Com fundamento na possibilidade do autor em prestar os alimentos, bem como a necessidade em recebê-lo pela requerida, na monta em que estão sendo pagos, deve-se manter o valor fixado pois condizente e razoável. Tal entendimento é extraído do art. 1.694, §1º do Código Civil.

Desse mesmo modo entende o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. MANUTENÇÃO DO QUANTUM FIXADO NA SENTENÇA. RECURSO NÃO PROVIDO. Os alimentos devem ser fixados de forma a atender as necessidades do alimentando, mas dentro das condições econômicas do genitor. É do alimentante que pretende reduzir o valor da pensão, o ônus da prova quanto a modificação de sua capacidade financeira a justificar a redução dos alimentos. Não demonstrada a incapacidade de seguir pagando os alimentos fixados e havendo evidências de que o montante que pretende passar a pagar é insuficiente para suprir as necessidades da alimentada, que é criança e está em idade escolar, o valor da pensão deve ser mantido. Recurso desprovido. (TJ-RO - AC: 70555735320168220001 RO 7055573-53.2016.822.0001, Data de Julgamento: 20/09/2019).

E por fim, conforme pontuado pelo Ministério Público, a prova produzida nos autos não evidencia que houve mudança substancial na situação financeira do Requerente, suficiente para presumir que não pode arcar com os alimentos fixados.

Por todo exposto, razoável a manutenção dos alimentos no patamar que se encontram, vez que atendem as necessidades imediatas da menor, ante a ausência de provas em sentido diverso, estão dentro das possibilidades do autor.

DISPOSITIVO.

Ante o exposto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC e artigo 15 da Lei n. 5.478/68, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por EDICARLOS FELIX ESPOZETTI, em face de I.R.E, representada por sua genitora Leiloy Rodrigues Ramos, mantendo o percentual de 43% do salário mínimo vigente, na forma ajustada anteriormente, a ser pago pelo genitor.

Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R$ 2.000,00 (dois mil reais), cuja exigibilidade fica suspensa, em razão da concessão da gratuidade judiciária em favor do requerente.
Independente do trânsito em julgado, tendo em vista a natureza alimentar da obrigação e com base no art. 529, CPC, SIRVA DE MANDADO/OFÍCIO/CARTA, ao órgão empregador do requerente: GOIS E COLLI LTDA, CNPJ n. 33.776.827/0001-40, situado na Rua Alagoas, 1415, bairro Jardim dos Estados, CEP 79.020-121, Campo Grande-MS, para desconto do pensionamento alimentício em folha de pagamento do alimentante EDICARLOS FELIX EXPOZETTI, CPF n. 884.444.732-00, equivalente a 43% (quarenta e três por cento) do salário mínimo, a ser pago até o dia 15 de cada mês, mediante depósito em conta bancária informado pela parte requerida: LEILOY RODRIGUES RAMOS (genitora da infante), CPF: 675.067.982-04, Caixa Econômica Federal Agência 1823 Operação: 013 Conta Poupança: 000776521119-7.
Havendo interposição de recurso de apelação, o serviço cartorário deverá intimar de pronto o apelado, para apresentação de contrarrazões, e caso esse, interpuser apelação adesiva, intime-se o apelante para apresentar contrarrazões.
Após, sejam os recursos remetidos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme determinação do artigo 1.010,§ 3º, do CPC.
Intimem-se as partes por intermédio de seus advogados. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
Ciência ao MP.
Transitado em julgado, nada sendo requerido no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se.
P.R.I.
Oportunamente, arquivem-se.
Cacoal/RO, 17 de julho de 2023.
Gustavo Nehls Pinheiro
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7008113-13.2020.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: LANOR VIANA SOUSA OLIVEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO CARON FACHETTI - RO4252
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7008131-68.2019.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: SELMA LUCIA CAMPOS DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: THATY RAUANI PAGEL ARCANJO - RO10962
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 2ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7007661-66.2021.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: GENEZILDA BRANDAO GERA
Advogado do(a) REQUERENTE: INNOR JUNIOR PEREIRA BOONE - RO7801
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

3ª VARA CÍVEL

Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
Endereço eletrônico: cpecacoal@tjro.jus.br
Número do processo: 7004209-82.2020.8.22.0007
AUTOR: JORVINA MARIA DE SOUZA, CPF nº 28392906268, RUA GILBERTO FREIRE 1142 VISTA ALEGRE - 76960-080 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: IVAN DOUGLAS BAPTISTA CARDOSO, OAB nº RO7320
REU: BANCO PAN S.A., AV. PAULISTA 1374, 16 ANDAR BELA VISTA - 01310-916 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: JOAO VITOR CHAVES MARQUES DIAS, OAB nº CE30348
PROCURADORIA BANCO PAN S.A
SENTENÇA - Alvará Eletrônico Transferência
Trata-se de ação de cumprimento de sentença envolvendo as partes acima indicadas.
Noticiado o adimplemento do débito exequendo (ID 93261853), extingo o cumprimento de sentença, com fulcro no art. 924, II, do Código de Processo Civil.
Defiro a expedição de alvará eletrônico em favor da parte autora.
Nesta data expedi alvará eletrônico na modalidade de transferência para conta indicada no ID 93261853, ferramenta pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente ao banco, para transferência dos valores com as devidas correções/rendimentos/atualizações.
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 6.576,73 IVAN DOUGLAS BAPTISTA CARDOSO 95045716034 1533777 - 0 Sim Caixa Econômica Federal (104) Ag.: 1823 C.: 00028895-6O beneficiário deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação, no prazo de 5 (cinco) dias.
Sobrevindo informação de erro no cumprimento da ordem eletrônica, fica a CPE autorizada a proceder com a expedição de alvará/ofício de transferência sem necessidade de nova conclusão do processo.
Custas processuais (iniciais e finais) pela parte EXECUTADA que fica desde já intimada para, no prazo de 15 (dias) comprovar nos autos o recolhimento, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa.
Intimem-se e, não havendo pendências, arquivem-se.
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Ederson Pires da Cruz
Juiz Substituto

Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
Endereço eletrônico: cpecacoal@tjro.jus.br
Número do processo: 7011756-42.2021.8.22.0007
REQUERENTE: C. D. S. A., CPF nº 65651260897, RUA RIO GRANDE DO NORTE, ESQUINA COM MARE 4428 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ATANIR EDUARDO BORBA, OAB nº GO26445
CORBY EDUARDO PEREIRA BORBA, OAB nº GO55988
REQUERIDO: C. F. S. S., CPF nº 04211647270, RUA DORVY GOMES DE FREITAS 4062 JOSINO BRITO - 76961-528 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: VINICIUS POMPEU DA SILVA GORDON, OAB nº RO5680
GLORIA CHRIS GORDON, OAB nº RO3399
DESPACHO
Trata-se de pedido de cumprimento de sentença. Altere-se a classe processual.
Certifique-se o trânsito em julgado da sentença. Compulsando os autos verifico a ausência de intimação do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, conforme tela abaixo:
Ato de comunicação
Data limite prevista para ciência ou manifestação
Documentos
Fechado
SENTENÇA (25528563) ATANIR EDUARDO BORBA Diário Eletrônico (06/04/2023 11:36:01) O sistema registrou ciência em 12/04/2023 00:00:00 Prazo: 15 dias 05/05/2023 23:59:59 (para manifestação) VISUALIZAR ATOVALIDAR ASSINATURA DIGITAL SIM SENTENÇA (25528566) CARLA FERNANDA SILVA SOUZA Diário Eletrônico (06/04/2023 11:36:01) GLORIA CHRIS GORDON registrou ciência em 11/04/2023 07:55:03 Prazo: 15 dias 04/05/2023 23:59:59 (para manifestação) VISUALIZAR ATOVALIDAR ASSINATURA DIGITAL SIM SENTENÇA (25528564) CARLOS DE SOUZA ANTONIO Diário Eletrônico (06/04/2023 11:36:01) ATANIR EDUARDO BORBA registrou ciência em 11/04/2023 16:37:55 Prazo: 15 dias 04/05/2023 23:59:59 (para manifestação) VISUALIZAR ATOVALIDAR ASSINATURA DIGITAL SIM SENTENÇA (25528565) CORBY EDUARDO PEREIRA BORBA Diário Eletrônico (06/04/2023 11:36:01) O sistema registrou ciência em 12/04/2023 00:00:00 Prazo: 15 dias 05/05/2023 23:59:59 (para manifestação) VISUALIZAR ATOVALIDAR ASSINATURA DIGITAL SIM SENTENÇA (25528567) GLORIA CHRIS GORDON Diário Eletrônico (06/04/2023 11:36:01) O sistema registrou ciência em 12/04/2023 00:00:00 Prazo: 15 dias 05/05/2023 23:59:59 (para manifestação) VISUALIZAR ATOVALIDAR ASSINATURA DIGITAL SIM SENTENÇA (25528568) VINICIUS POMPEU DA SILVA GORDON Diário Eletrônico (06/04/2023 11:36:01) O sistema registrou ciência em 12/04/2023 00:00:00 Prazo: 15 dias 05/05/2023 23:59:59 (para manifestação) VISUALIZAR ATOVALIDAR ASSINATURA DIGITAL SIM INTIMAÇÃO (24204208) Ministério Público do Estado de Rondônia Representante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA Expedição eletrônica (13/01/2023 14:14:53) Ministério Público do Estado de Rondônia registrou ciência em 13/01/2023 15:43:05 Prazo: 30 dias 07/03/2023 23:59:59 (para manifestação) VISUALIZAR ATOVALIDAR ASSINATURA DIGITAL RESPOSTA SIMDeste modo, abra-se vistas ao parquet, sob pena de nulidade. Após o trânsito em julgado, voltem-me os autos conclusos para verificar o pedido.
Cumpra-se. Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE DE CARTA-AR/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Ederson Pires da Cruz
Juiz de Direito

Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
Endereço eletrônico: cpecacoal@tjro.jus.br
Número do processo: 7008676-02.2023.8.22.0007
REQUERENTE: J. D. A., CPF nº 12628867249, RUA BACURIS C-1/FUNDOS, Q8, L 20 s/n VILA FLORENÇA - 75375-000 - SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS - GOIÁS
ADVOGADOS DO REQUERENTE: DAYANE CARVALHO DE SOUZA FERREIRA, OAB nº RO7417
LEONARDO FABRIS SOUZA, OAB nº RO6217A
REQUERIDO: A. E. A., CPF nº 08509158215, ÁREA RURAL s/n ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SERVE DE CARTA-AR/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA PARA OS ATOS DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
1. Trata-se de ação de divisão e demarcação com pedido de tutela de urgência para imissão na posse e arbitramento de aluguel sobre a área objeto da demanda.
1.1. O pedido de tutela antecipada cinge-se em efetuar a imissão na posse da fração do imóvel de sua titularidade ou o arbitramento liminar de aluguel pelo uso integral e exclusivo do imóvel por parte do requerido. Para fins de concessão da tutela provisória de urgência, em caráter antecipado ou cautelar, devem ser observados os requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil: I) a probabilidade do direito alegado; e II) perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
1.2 No caso, alega a probabilidade do direito decorre do suporte probatório colacionado à inicial, mediante a prova da propriedade de fração (1/6 - um sexto) da área total do imóvel Lote de Terras Rural de n° 32, da gleba 09, Setor Gy-Paraná, Cacoal/RO, com área total de 99,0320 ha, Registrado sob a Matrícula de nº40.260 perante o 1º Ofício de Registro de Imóveis de Cacoal/RO (ID 93026372).
1.3 O perigo de dano, por outro lado, não resta demonstrado, vez que não há prova do efetivo impedimento ao autor de usufruir da posse de sua fração no imóvel. Tampouco não há elementos inequívocos sobre a utilização pelo requerido da fração de terra de propriedade do autor.
1.4 Desta forma, mostra-se necessário o estabelecimento do devido contraditório, no intuito de esclarecimento dos fatos, motivo pelo qual INDEFIRO a tutela de urgência satisfativa.
2. À CPE para agendamento da audiência de conciliação, a ser realizada pelo CEJUS de Cacoal, por videoconferência.
3. Agendada a audiência, determino:
a) intimação da parte autora por seus advogados;
b) citação dos requeridos para integrar a relação processual e contestar, no prazo de 15 dias, contados da audiência de conciliação, se não houver acordo.
c) intimação dos requeridos para comparecerem à audiência de conciliação.
3. As partes deverão informar, no prazo de cinco dias, contados da intimação, o número do whatsapp para viabilizar a realização da audiência.
4. Ante a comprovação da hipossuficiência financeira, defiro a gratuidade.
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Ederson Pires da Cruz
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
Endereço eletrônico: cwl3civel@tjro.jus.br
Número do processo: 7008997-37.2023.8.22.0007
AUTOR: PATANGA SURUI, CPF nº 56196660268, LINHA 14, ALDEIA GAMIR S/N ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DENISE CARMINATO PEREIRA, OAB nº RO7404
REU: I. -. I. N. D. S. S., - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
SERVE DE CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO
1.Trata-se de ação previdenciária para a concessão de benefício por incapacidade de segurado(a) especial (trabalhador(a) rural) com requerimento de tutela provisória de urgência (tutela antecipada).
1.1 Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade (art. 17 do Código de Processo Civil – CPC). O interesse de agir decorre da necessidade de ir a juízo. No caso dos autos, a parte autora noticia que requereu em 21/06/2023 (requerimento nº 1128474968, ID.93260107), na via administrativa a concessão do benefício por incapacidade, sendo a perícia administrativa (re)agendamento para o 23/04/2024, ou seja, uma demora de mais de 10 meses para a realização do exame, requisito indispensável para a análise do pedido.
1.2 Neste cerne, como já decidiu o STF, no RE 631.240/MG, sob o regime de repercussão geral, o prévio indeferimento administrativo é indispensável à postulação de benefício previdenciário na via judicial, sem o qual não há interesse de agir. Em atenção ao direito fundamental à razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII, da CF), aplicável também à senda administrativa, conquanto no caso em apreço não tenha havido o indeferimento expresso, a demora em processar e decidir o pedido administrativo equipara-se ao próprio indeferimento, em decorrência do decurso irrazoável de tempo, restando configurada a pretensão resistida da autarquia ré.
1.3 Desta forma, em atenção ao art. 49 da Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, dispondo que “concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada”, tenho por preenchido, em status assertionis, o pressuposto processual do interesse, previsto no art. 17 do CPC.
1.4 Tangente ao pedido liminar, o art. 300 do CPC autoriza provimento dessa natureza quando houver elementos que evidenciam a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano à esfera jurídica da parte. Por ora, inexistem elementos de convicção que exponham a verossimilhança das alegações, uma vez que a incapacidade e a qualidade de segurado, requisitos exigidos para a concessão do benefício, não estão cabalmente demonstrados, havendo necessidade de instrução probatória sobre a questão. Dessarte, indefiro a medida de urgência postulada.
2. Deixo de designar audiência de conciliação em razão do órgão de representação judicial não comparecer em audiência, o que torna inócua a sua realização do ato (interpretação analógica do art. 334, § 4º, CPC).

3. Por razões de celeridade processual, tratando-se de prova imprescindível ao processo, em relação a qual há interesse de ambas as partes, fica desde logo determinada a produção de prova pericial. Nomeio o Perito, Dr. GUSTAVO BARBOSA DA SILVA SANTOS, médico especialista em Medicina do Trabalho CRM-RO 3852, CPF n. 079.850.409.94, que atende na ANGA Medicina Diagnóstica – Cacoal/RO, Av. Guaporé, 2584 - Centro, Cacoal - RO, 76963-796, CENTRO - Cacoal/RO, Fone: 69 98454-2196; e-mail: gustavo_barbosa2@hotmail.com
4. Agendada a perícia médica, a intimação da parte autora dar-se-á por meio de seu advogado(a), o qual deverá informá-la quanto à necessidade de apresentar ao perito laudos e exames médicos recentes, sob pena de prejuízo à perícia e atraso na tramitação do processo.
5. Com a juntada do laudo pericial, cite-se o requerido para integrar a relação processual (art. 238, CPC), comunicando que o prazo para contestar é de 15 (quinze) dias, contado em dobro (arts. 183 e 335, CPC).
6. Designo audiência de instrução e julgamento a realizar-se no dia 24/10/2023 às 10h 45min (art. 357, V, CPC).
7. A audiência ocorrerá por videoconferência para a parte que prefira participar remotamente do ato, e de forma presencial para aquela que prefira comparecer à sede do Juízo (Resolução 354/20-CNJ).
7.1. Endereço eletrônico (link) para acesso à videoconferência da audiência: https://meet.google.com/npg-cwrp-rgs
8. As testemunhas, peritos e demais colaboradores residentes nesta comarca serão ouvidos na sede do Juízo, podendo participar de forma telepresencial somente se assegurada a incomunicabilidade (art. 456 do CPC). Residindo em outra comarca, serão ouvidos de forma telepresencial, garantida igualmente a incomunicabilidade.
9. O rol de testemunha deverá ser apresentado no prazo de cinco dias (art. 357, § 4º, CPC). Cabe ao advogado(a) informar a testemunha do dia, hora e local da audiência (art. 455, CPC).
10. As testemunhas arroladas pela Defensoria Pública, Fazenda Pública ou Ministério Público deverão ser intimadas pelo Juízo, expedindo-se mandado. Se a testemunha for servidor público, expeça-se ofício requisitando a sua apresentação.
11. Tendo em vista a alegação de hipossuficiência, defiro a gratuidade da justiça.
12. Deverá a parte autora juntar início de prova material a comprovar a atividade rural em regime de economia familiar (Súmula 149 do STJ), no Prazo da defesa.
13. Valor da causa: R$ 15.624,00.
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Ederson Pires da Cruz
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
Endereço eletrônico: cwl3civel@tjro.jus.br
Número do processo: 7008872-69.2023.8.22.0007
AUTOR: ELIZABETE PEREIRA BARBOSA, CPF nº 27007880282, RUA ANTÔNIO DEODATO DURCE 862, - DE 1253/1254 A 1645/1646 CENTRO - 76963-778 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MAYARA GLANZEL BIDU, OAB nº RO4912
REU: I. -. I. N. D. S. S., - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
SERVE DE CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO
DECISÃO
Compulsando o feito e o sistema de distribuição (PJe), verificou-se que o mesmo pedido já fora proposto nos autos do processo n. 7003793-12.2023.8.22.0007 da 1ª Vara Cível desta comarca, o qual fora extinto em razão do indeferimento da inicial.
Assim, consoante os ditames do art. 286, II do CPC, a causa deverá ser distribuída por dependência àquela extinta sem resolução do mérito.
Com esses contornos e considerando o estatuído na legislação de regência, tem-se como competente para processar a demanda, o r. Juízo prevento da 1ª Vara Cível/Cacoal-RO.
Redistribuam-se os autos.
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Ederson Pires da Cruz
Juiz de Direito

Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
Endereço eletrônico: cpecacoal@tjro.jus.br
Número do processo: 7007381-27.2023.8.22.0007
AUTOR: MARCELO CELESTINO MIRANDA, CPF nº 75222450287, RUA FRANCISCO PATRÍCIO RODRIGUES 4090, - DE 3827/3828 A 4176/4177 VILLAGE DO SOL II - 76964-488 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: SANDRA REGINA COSTA NUNES, OAB nº RO7446
REU: CONSÓRCIO NACIONAL VOLKSWAGEN - ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA, AUTOLATINA BRASIL S.A. 291, RUA VOLKSWAGEM JABAQUARA - 04344-900 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
DANIEL FREITAS GOMES, CPF nº DESCONHECIDO, RUA JOSE ANTÔNIO DE CAMPOS, 250, CENTRO, REGISTRO 250 CENTRO - 11900-000 - REGISTRO - SÃO PAULO
JOAO RICARDO PEREIRA GONCALVES, CPF nº 02964358214, RUA MACEIÓ 4826 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
MIRANILDE DE MELO DOS SANTOS, CPF nº 78618398268, RUA MACEIÓ 4826 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
JOAO RICARDO PEREIRA GONCALVES 02964358214, CNPJ nº 40561543000100, AVENIDA MACEIÓ 4826, LOTE 370 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA

ADVOGADO DOS REU: PROCURADORIA DA VOLKSWAGEN
SERVE DE CARTA-AR/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO PARA OS ATOS DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
1. Trata-se de ação de restituição de quantia paga com indenizatória por danos morais e materiais.
2. À CPE para agendamento da audiência de conciliação, a ser realizada pelo CEJUS de Cacoal, por videoconferência.
3. Agendada a audiência, determino:
a) intimação da parte autora por seus advogados(as);
b) citação dos requeridos para integrar a relação processual e contestar, no prazo de 15 dias, contados da audiência de conciliação, se não houver acordo.
c) intimação da parte requerida para comparecer à audiência de conciliação.
4. O conteúdo da petição inicial pode ser consultado através do link http://bit.ly/consultarinicial, usando o código: : 23061417502036500000088302208 (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça).
5. Tendo em vista a declaração de hipossuficiência, defiro a gratuidade da justiça (art. 98 e art. 99, § 3º, ambos do CPC).
6. ACOLHO a emenda, ante a adequação do valor da causa (ID 93109342).
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Ederson Pires da Cruz
Juiz Substituto

Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
Endereço eletrônico: cpecacoal@tjro.jus.br
Número do processo: 7012035-28.2021.8.22.0007
REQUERENTE: JOSE ROBERTO DA SILVA, CPF nº 27191575204, LINHA 08 S/N LOTE 69 GLEBA 07, FUNDIARIA ZONA RURAL - 76962-000 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: IVAN DOUGLAS BAPTISTA CARDOSO, OAB nº RO7320
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AV SÃO PAULO 2355, - DE 2173 A 2489 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-781 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828
ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação de cumprimento de sentença em que houve o pagamento voluntário da condenação.
Comprovado o pagamento do débito através do depósito judicial (ID 92795100), com manifestação da parte exequente pela quitação dos valores pagos em juízo (ID 93282390), extingo o cumprimento de sentença, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil.
Custas finais recolhidas (ID 92795100 - pág. 2).
Nesta data expedi alvará eletrônico na modalidade de transferência para conta indicada no ID 89479069, ferramenta pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente ao banco, para transferência dos valores com as devidas correções/rendimentos/atualizações.
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 6.568,01 IVAN DOUGLAS BAPTISTA CARDOSO 950.457.160-34 1548607 - 5 Sim Caixa Econômica Federal (104) Ag.: 1823 C.: 00028895-6O beneficiário deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação, no prazo de 5 (cinco) dias.
Sobrevindo informação de erro no cumprimento da ordem eletrônica, fica a CPE autorizada a proceder com a expedição de alvará/ofício de transferência sem necessidade de nova conclusão do processo.
Após, arquivem-se.
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Ederson Pires da Cruz
Juiz de Direito

Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
Endereço eletrônico: cpecacoal@tjro.jus.br
Número do processo: 7009063-17.2023.8.22.0007
EMBARGANTES: DIVINA POYATE RODRIGUES, CPF nº 36909157168, AV. ROLIM DE MOURA 5120 BOA ESPERANÇA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
MARIO RODRIGUES, CPF nº 14021285172, AV. ROLIM DE MOURA 5120 BOA ESPERANÇA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EMBARGANTES: CARL TESKE JUNIOR, OAB nº RO3297
EMBARGADOS: DENIUZA MARTINS BATISTA, CPF nº 36947040272, LINHA 7, ZONA RURAL LOTE 14, LINHA 7, GLEBA 7, LOTE 14 ZONA RURAL GLEBA 7, ZONA RURAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADEMILSON BATISTA, CPF nº 07220761775, LINHA 7 LOTE 14, LINHA 7, GLEBA 7, LOTE 14 ZONA RURAL GLEBA 7 - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
BANCO DA AMAZONIA SA, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 1851, - DE 1743 A 2161 - LADO ÍMPAR NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-123 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EMBARGADOS: GILBERTO SILVA BOMFIM, OAB nº RO1727
MARCELO LONGO DE OLIVEIRA, OAB nº RO1096
PROCURADORIA DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A
SERVE DE CARTA-AR/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA PARA OS ATOS DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
DECISÃO
1.Associem-se os presentes embargos de terceiro aos autos principais de nº 7010022-27.2019.8.22.0007 (execução extrajudicial).
2.Os presentes embargos, nos termos do artigo 674 do Código de Processo Civil, destinam-se a salvaguardar direito de terceiros que não figuram como parte em ação principal, cujos efeitos possam refletir de modo negativo ao direito por ele exercido de boa-fé sobre determinado bem.

3.Inicialmente verifica-se que o embargante não faz parte da ação principal de nº7010022-27.2019.8.22.0007, em que figura como exequente BANCO DA AMAZÔNIA S/A e executados o ADEMILSON BATISTA e DENIUZA MARTINS BATISTA.
4.Compulsando os autos verifica-se que a parte embargante opôs embargos de terceiro para afastar a venda judicial com leilão designado para o dia 18.07.2023, na ação acima mencionada, do imóvel Lote rural nº. 11R, Gleba 04, Setor Barão de Melgaço, c/ 202,2159ha, denominado Sítio Capixaba, na BR 364, km 15, Pimenta Bueno/RO, CRI Pimenta Bueno/RO nº. 8.026, a saber: – Lote de terra rural nº. 11R, Gleba 04, Setor Barão de Melgaço, Projeto Fundiário Corumbiara, com área de 202,2159ha (duzentos e dois hectares, vinte e um ares e cinquenta e nove centiares), denominado Sítio Capixaba, localizado na BR 364, km 15, Pimenta Bueno/RO, que foi vendido ao executado Ademilson por contrato particular de compra e venda de imóveis rural firmado em 11.09.2012 e efetivamente transferido perante o Registro de Imóveis para o nome do executado, porém o executado não quitou o preço na forma celebrada.
4.1.O pedido de tutela de urgência cinge-se em suspender os atos expropriatórios em especial o cancelamento do leilão designado para o dia 18.07.2023. Para fins de concessão da tutela provisória de urgência, em caráter antecipado ou cautelar, devem ser observados os requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil: I) a probabilidade do direito alegado; e II) perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
4.1.1. No caso, a probabilidade do direito decorre do suporte probatório colacionado à inicial, mediante cópia do contrato de compra e venda do imóvel firmado entre o embargante e o executado, assim como o Registro do Imóvel na Matrícula de nº. 8.026 perante o Cartório de Registro de Imóveis de Pimenta Bueno/RO (ID 93310120), cópias dos autos de execução de nº 0003409-80.2014.8.22.0007, em que o embargante busca o pagamento do débito referente à venda do imóvel objeto da demanda. Cabe ressalta que a referida execução está em fase de Recurso de Apelação da Sentença que reconheceu a prescrição intercorrente.
4.1.2. O perigo de dano, por outro lado, decorre da plausível alegação de risco de dano de difícil ou incerta reparação em decorrência da possível prolação de decisão de mérito favorável nos autos da execução de 0003409-80.2014.8.22.0007, além da possibilidade de não mais conseguir reaver seu imóvel, caso haja a venda a um terceiro de boa-fé. Destarte, sem maiores delongas, diante do risco de se tornar ineficaz a prestação jurisdicional, impõe-se o deferimento da medida liminar pretendida, eis que os documentos que instruem a exordial são suficientes para alicerçar o pedido de urgência, de modo a assegurar o direito da parte embargante.
4.1.3. Atendido, ainda, o requisito negativo da inexistência de irreversibilidade da medida (art. 300, § 3º, do CPC), podendo ser restituído o status quo ante, se assim for necessário.
4.1.4. Desta forma, DEFIRO a tutela de urgência para cancelar o leilão designado para o dia 18.07.2023, do imóvel Lote rural nº 11R, Gleba 04, Setor Barão de Melgaço, c/ 202,2159 ha, denominado Sítio Capixaba, na BR 364, km 15, Pimenta Bueno/RO, até decisão final nos presentes autos.
5. Cite-se o embargado, na pessoa de seu procurador e representante constituído nos autos da ação principal (artigo 677, § 3º, CPC), para contestar no prazo legal.
5.1. Intime-se o embargado para, na mesma oportunidade, especificar as provas que pretende produzir, justificando-as, sob pena de indeferimento. Caso seja pleiteada prova testemunhal, deverão depositar o rol, desde logo.
5.2. Advirta-se ao embargado de que, se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela embargante (art. 344, CPC/2015).
6. Apresentadas as contestações, dê-se vista à embargante para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias.
7.À CPE para trasladar cópia da presente decisão aos autos da ação principal de nº7010022-27.2019.8.22.0007.
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Ederson Pires da Cruz
Juiz Substituto

Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
Endereço eletrônico: cpecacoal@tjro.jus.br
Número do processo: 7012555-51.2022.8.22.0007
REQUERENTES: K. A. R., RUA JOSÉ TOMÁS DE AQUINO 3795, - ATÉ 3859/3860 JOSINO BRITO - 76961-548 - CACOAL - RONDÔNIA
L. A. R., RUA JOSÉ TOMÁS DE AQUINO 3795, - ATÉ 3859/3860 JOSINO BRITO - 76961-548 - CACOAL - RONDÔNIA
D. P. D. E. D. R., RUA PADRE ADOLFO 2434, - DE 1583/1584 AO FIM JARDIM CLODOALDO - 76963-506 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: J. E. C. D. S., CPF nº DESCONHECIDO, RUA GRACILIO CAVALHEIRO DOS SA 232 CONTORNO - 84060-596 - PONTA GROSSA - PARANÁ
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Trata-se de cumprimento de sentença.
Requer o autor a expedição de mandado de averbação do reconhecimento de paternidade no cartório de registro civil do nascimento da menor.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE AVERBAÇÃO DA PATERNIDADE DE KAWANE APARECIDA RIBEIRO, brasileira, solteira, certidão de nascimento termo n. 78.692, fls. 99, l. A-167, a ser realizada junto ao cartório de registro civil da comarca de Cacoal/RO, devendo ser incluído o nome do genitor JOÃO ERILDO CARNEIRO DOS SANTOS, inscrito no CPF n. 791.012.752-91, titular do RG n. 882.087, SESDEC/RO, residente na Rua Buteiro, N. 265, Bairro Santa Paula, Contorno - Ponta Grossa/PR - CEP 840613-80, Fone/ Whatsapp: (69) 99321-3055, dos avós paternos JOAQUIM CARNEIRO DOS SANTOS e OSVALDA ALVES DOS SANTOS, bem como o patronímio do pai, passando a criança a se chamar KAWANE APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS, para que sejam tomadas as providências legais junto à referida serventia extrajudicial, para que produzam seus jurídicos efeitos.
Expeça-se ofício de encaminhamento dessa decisão servindo de mandado de averbação, fazendo constar a gratuidade de justiça e a obrigatoriedade do fornecimento de 1 via da certidão de nascimento, devidamente averbada, sem custo da certidão e averbação. Encaminhem-se, como anexo, cópia dos documentos pessoais do requerido, cópia da certidão de nascimento da criança, cópia da sentença homologatória e do acordo extrajudicial.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE MANDADO DE AVERBAÇÃO NO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DA COMARCA DE CACOAL
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Ederson Pires da Cruz
Juiz de Direito

COMARCA DE CACOAL
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
Endereço eletrônico: cpecacoal@tjro.jus.br
Número do processo: 7008659-97.2022.8.22.0007
AUTOR: M. S. D. S., CPF nº 92339786215, AVENIDA TIRADENTES 297, - ATÉ 418/419 NOVO CACOAL - 76962-168 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CELIA GOMES DE SOUZA DOS SANTOS, OAB nº RO10754
REU: L. A. D. S., GENERAL OSORIO 567, CASA PRINCESA ISABEL - 76964-018 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de pedido de informação realizado pela 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, face a o recurso interposto pelo requerido, distribuído em 26/6/2023. sob n. 0806646-04.2023.8.22.0000.
A agravante agravou da decisão que deferiu a tutela provisória de urgência, proferida em 20/5/2023, requerendo a revogação da concessão da guarda provisória da adolescente.
Mantenho a decisão proferida 91028998 pelos seus próprios fundamentos, quais sejam: “a requerente reside em outro país (Espanha) e sendo necessária a realização de diligências para a solução definitiva da demanda, a infante deverá permanecer no Brasil (preferencialmente na casa da tia Vanessa em Goiânia) até final decisão, medida que evita prejuízo escolar e possibilita a realização de uma mudança planejada e com menos surpresas”.
Encaminhe para a superior instância (Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, via Malote Digital - CPE 2º Grau) informando que foi mantida a decisão em sede de juízo de retratação e prestando as informações necessárias, para fins de instruir o recurso de Agravo de Instrumento.
Ofício n. 125/2023
Agravo de Instrumento nº. 0806646-04.2023.8.22.0000

Processo de origem: 7008659-97.2022.8.22.0007
Agravante: AUTOR: M. S. D. S., CPF nº 92339786215, AVENIDA TIRADENTES 297, - ATÉ 418/419 NOVO CACOAL - 76962-168 - CACOAL - RONDÔNIA
Agravada: REU: L. A. D. S., GENERAL OSORIO 567, CASA PRINCESA ISABEL - 76964-018 - CACOAL - RONDÔNIA
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Assunto: Prestar informações ao Agravo de Instrumento
Excelentíssimo Desembargador,
Em atendimento ao constante na decisão proferida no Agravo de Instrumento supramencionado, reporto-me a Vossa Excelência para prestar as informações necessárias para instrução do recurso.
Conforme se verifica dos autos, a requerente reside em outro país (Espanha) e sendo necessária a realização de diligências para a solução definitiva da demanda, a infante deverá permanecer no Brasil (preferencialmente na casa da tia Vanessa em Goiânia) até final decisão, medida que evita prejuízo escolar e possibilita a realização de uma mudança planejada e com menos surpresas.
Não concordando com a decisão, a parte executada interpôs Agravo de Instrumento.
Com a juntada da informação de interposição do Agravo de Instrumento, os autos retornaram conclusos, sendo mantida a decisão agravada, por seus próprios fundamentos, em sede de juízo de retratação.
Era o que tinha a informar.
Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração, colocando-me a inteira disposição para outras informações que se fizerem necessárias.
Respeitosamente,
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO À 1ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Ederson Pires da Cruz
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7002017-74.2023.8.22.0007
Classe : INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
REQUERENTE: POLIANA ROCHA BOM
Advogado do(a) REQUERENTE: VILSON KEMPER JUNIOR - RO6444
REQUERIDO: ADELINO BENTO ROCHA e outros
2º Publicação
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE CURATELA
PRAZO: 10 (dez) DIAS
CURATELA DE:
1) Curatela de : ADELINO BENTO ROCHA
Endereço: Rua Projetada 33, 1687, casa 02, Buritis, Cacoal - RO - CEP: 76968-899
E
2) Substituição de Curador de ADELINO BENTO ROCHA JUNIOR
Endereço: Rua Projetada 33, 1687, Casa 02, Buritis, Cacoal - RO - CEP: 76968-899

FINALIDADE: FAZ SABER a todos quantos que foi processado por este Juízo e Cartório da 1ª Vara Cível, a ação de CURATELA, em que POLIANA ROCHA BOM, requer a decretação de Curatela de ADELINO BENTO ROCHA e outros , conforme se vê da sentença a seguir transcrita: ".....SENTENÇA. Trata-se de ação, com pedido de interdição e de substituição de curador promovida, por Poliana Rocha Bom em face de Adelino Bento Rocha e Adelino Bento Rocha Junior. Deferida a curatela provisória (ID. 87847994). Realizada audiência para entrevista de Adelino Bento Rocha, ocasião em que também foi ouvida a requerente. Parecer ministerial favorável aos pedidos, exceto o de interdição de Adelino Bento Rocha, tendo em vista que seu limitativo é físico e não intelectual. É o relatório. Decido. Consoante revela o laudo (ID 87294383), o primeiro requerido Adelino Bento Rocha apresenta síndrome de imobilismo, perda cognitiva e funcional (CID: F02). Ouvido, Adelino Bento Rocha mostrou-se orientado no tempo e no espaço, mas confirmou as sérias limitações físicas decorrentes da idade. Por isso, manifestou concordância com a curatela em seu favor, uma vez que impossibilitado de se locomover e, portanto, de realizar os atos ordinários da vida civil, dependendo do auxílio de terceiros. Não é o caso de interdição, pois Adelino Bento Rocha sofre com restrições físicas, portanto, que impedem ou limitam a sua locomoção. Suas funções cognitivas para a idade estão preservadas, razão pela qual mantém sua plena capacidade para consentir em relação aos atos que digam respeito à sua pessoa, bens e negócios. A requerente demonstrou ser a pessoa que melhor atende o encargo. Apesar de no momento encontrar-se em outro Estado da Federação, por motivo de estudo, é quem à distância diligencia o necessário aos cuidados do pai e do irmão, sendo certo que retornará a Cacoal ao final deste ano de 2023. A curatela, neste caso, tem a finalidade de auxiliar na prática de atos que digam respeito ao interesse do curatelado, além da assistência pessoal para tratamento e cuidados básicos. Atos de alienação ou oneração patrimonial dependerão da expressa concordância do curatelando. Concernente ao pedido de substituição do curador de Adelino Bento Rocha Junior, também é o caso de ser deferido, pois o curador atual, seu pai Adelino, sofre com limitações físicas e necessita do auxílio de terceiro. Uma vez que a requerente passará a ser curadora do pai, é natural e até recomendado que também seja a nova curadora do irmão. Do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para substituir o curador de Adelino Bento Rocha Junior, confiando a curatela à requerente Poliana Rocha Bom, bem como nomeá-la curador(a) de Adelino Bento Rocha. Expeça-se Termo de Curatela. Serve a presente como mandado de averbação/inscrição. Publique-se esta para os fins de direito – art. 755, § 3º, do CPC. Defiro a gratuidade de justiça. Sem custas e honorários. Intimem-se (DJ), cumpra-se e arquivem-se. ....."
Sede do Juízo: Cacoal - 3ª Vara Cível, Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Cacoal (RO), 17/07/2023
Técnico judiciário
(assinado digitalmente)

Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
Endereço eletrônico: cpecacoal@tjro.jus.br
Número do processo: 7006217-95.2021.8.22.0007
REQUERENTE: JULIETA DA CRUZ SILVA, CPF nº 84174188220, RUA PIONEIRO ANTÔNIO RODRIGUES SIMÕES 4390 ALPHA PARQUE - 76965-406 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALEX FERNANDES DA SILVA, OAB nº MT26642A
REQUERIDO: BANCO ITAU CONSIGNADO S.A, PRAÇA ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA, 100 100 PARQUE JABAQUARA - 04344-902 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO, OAB nº BA29442
PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
DECISÃO
Conforme requerido no ID 89961650, exclua-se a petição de ID 87553544, pois estranha aos autos.
Trata-se de cumprimento de sentença envolvendo as partes acima mencionadas.
A parte executada apresentou impugnação sob a tese de excesso de execução.
Intimada, a parte executada reiterou os termos da petição de cumprimento de sentença.
Decido.
Em sede de impugnação (ID 86258097), a parte executada, ora impugnante, alega excesso de execução de R$ 3.392,79 referente a apuração da diferença das parcelas e da incidência dos juros moratórios desde cada desembolso, asseverando que deveriam incidir desde a data da citação, conforme determinado no acórdão. Aponta como valor correto do débito o montante de R$ 592,50, sendo R$ 493,75, referente ao valor residual atualizado, e R$ 98,75, relativo aos honorários advocatícios de 20% sobre o proveito econômico.
Cumpre esclarecer que o Acórdão datado de 28/06/2022 deu provimento à Apelação da parte autora, ora exequente/impugnada, nos seguintes termos:
"Ante o exposto, dou provimento ao recurso para reformar a sentença e declarar a abusividade dos juros incidentes no contrato n. 221460411 e, consequentemente, determinar sua revisão para que incidam os juros de 1,85% a.m. e 24,62% a.a., bem como determinar a restituição dos valores cobrados a maior a título de juros. Condeno o apelado ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da causa atualizado".
Os Embargos Declaratórios opostos contra o mencionado Acórdão restou assim decidido:
"Ante o exposto, acolho parcialmente o presente recurso, para sanar as omissões apontadas e determinar que os honorários sucumbenciais incidam sobre o proveito econômico, bem como determinar que os juros de mora incidam nos termos do art. 405 do CC e correção monetária de acordo com Súmula 43 do STJ".
Considerando os parâmetros expressos acima, o valor a ser restituído ao exequente/impugnado decorrerá da diferença apurada entre os juros pagos inicialmente e aqueles obtidos com a aplicação dos percentuais determinados pelo acórdão, observados, por óbvio, o juros de mora desde a citação inicial (art. 405 do Código Civil) e a incidência de correção monetária a partir da data do efetivo prejuízo (Súmula 43 do STJ).

Vislumbrando o parecer técnico apresentado pela executada/impugnante no ID 86258098, considero que restou demonstrado de maneira adequada o quantum devido ao exequente, mormente por observar nele que as determinações imposta pelo acórdão foram respeitadas.
Ante o exposto, acolho a impugnação para reconhecer o excesso de execução da parte exequente/impugnada, homologar os cálculos apresentados pela executada/impugnante no ID 86258098 e por consequência acolher como devido ao exequente o montante de R$ 592,50, sendo R$ 493,75, referente ao valor residual atualizado, e R$ 98,75, relativo aos honorários advocatícios de 20% sobre o proveito econômico.
Sendo assim, fica a parte executada/impugnante intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, depositar em juízo o valor da condenação (R$ 592,50), devendo os juros de mora e a correção monetária ser calculados até a data do efetivo depósito judicial.
Não havendo manifestação no prazo concedido, intime-se a parte exequente para dar prosseguimento aos atos executórios.
Com a comprovação do depósito, intime-se a parte exequente para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias. Após, conclusos para extinção.
Sem honorários em razão da gratuidade judiciária concedida ao exequente.
Custas processuais (iniciais e finais) pela parte EXECUTADA, ficando desde já intimada a comprovar o recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa.
Partes intimadas via DJE.
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Ederson Pires da Cruz
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.b
Processo : 7010226-66.2022.8.22.0007
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: CIAP EDUCACIONAL LTDA - ME
Advogado do(a) AUTOR: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831
REU: RODRIGO LIMA VIEIRA
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS AR
Fica a parte AUTORA intimada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, CÓDIGO 1008.1, conforme estabelecido no art. 19 da Lei 3.896/2016, para repetição do AR.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7008868-37.2020.8.22.0007
Classe : DEMARCAÇÃO / DIVISÃO (34)
AUTOR: MAURICIO ANTONIO DO REGO BALDAIA e outros
Advogado do(a) AUTOR: DANIELE DEMICIO - RO0006302A
REU: CAETANO ALVES DE SOUZA e outros (2)
Advogado do(a) REU: RENATO FIRMO DA SILVA - RO9016
INTIMAÇÃO RÉU - PETIÇÃO
Fica a parte REQUERIDA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca da petição juntada pela parte adversa.

Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
Endereço eletrônico: cpecacoal@tjro.jus.br
Número do processo: 7010976-73.2019.8.22.0007
EXEQUENTES: LETICIA LAURA LOPES RODRIGUES, CPF nº 03866072228, RUA PEDRO KEMPER 3227, - DE 2853 A 3307 - LADO ÍMPAR RESIDENCIAL PARQUE BRIZON - 76962-303 - CACOAL - RONDÔNIA
ANGELA MARIA LOPES, CPF nº 40911322272, RUA PEDRO KEMPER 3227, - DE 2853 A 3307 - LADO ÍMPAR RESIDENCIAL PARQUE BRIZON - 76962-303 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: NERLI TEREZA FERNANDES, OAB nº RO4014A
KAROLINE TAYANE FERNANDES SANTOS, OAB nº RO8486
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de sentença de pagar quantia certa contra a Fazenda Pública.
Noticiado o depósito dos valores referentes às RPVs expedidas.
Expedido alvará em favor do credor.
Assim, comprovado o cumprimento da obrigação, EXTINGO o cumprimento de sentença, com fulcro no art. 924, II, do Código de Processo Civil.
Sem custas em razão da gratuidade.
Arquivem-se.
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Ederson Pires da Cruz
Juiz de Direito

Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
Endereço eletrônico: cpecacoal@tjro.jus.br
Número do processo: 7011322-87.2020.8.22.0007
REQUERENTE: ROBERTO DA CRUZ SOUZA, CPF nº 85469408272, RUA DAS MANGUEIRAS 1288 LIBERDADE - 76967-520 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DENISE CARMINATO PEREIRA, OAB nº RO7404
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA JOSÉ DE ALENCAR 2613, RUA JOSÉ DE ALENCAR 2613 CENTRO - 76801-900 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de sentença de pagar quantia certa contra a Fazenda Pública.
Noticiado o depósito dos valores referentes às RPVs expedidas.
Expedido alvará em favor do credor.
Assim, comprovado o cumprimento da obrigação, EXTINGO o cumprimento de sentença, com fulcro no art. 924, II, do Código de Processo Civil.
Sem custas em razão da gratuidade.
Arquivem-se.
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Ederson Pires da Cruz
Juiz de Direito

Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
Endereço eletrônico: cpecacoal@tjro.jus.br
Número do processo: 7004122-97.2018.8.22.0007
REQUERENTE: MARIO LUIZ SILVA, CPF nº 00067231284, AVENIDA PORTO VELHO 2815, - DE 2668 A 2938 - LADO PAR CENTRO - 76963-860 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: HELENA MARIA FERMINO, OAB nº RO3442
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA JOSÉ DE ALENCAR CENTRO - 76801-036 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de sentença de pagar quantia certa contra a Fazenda Pública.
Noticiado o depósito dos valores referentes às RPVs expedidas.
Expedido alvará em favor do credor.
Assim, comprovado o cumprimento da obrigação, EXTINGO o cumprimento de sentença, com fulcro no art. 924, II, do Código de Processo Civil.
Sem custas em razão da gratuidade.
Arquivem-se.
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Ederson Pires da Cruz
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7005847-48.2023.8.22.0007
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: LUTFI MICKAEL BARBOZA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: LILIAN SANTIAGO TEIXEIRA NASCIMENTO - RO4511
REU: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO PARTE AUTORA - PERÍCIA
Fica A PARTE intimada, por meio de seus respectivos advogados, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da petição do Perito Judicial ID 93122115, bem como tomar ciência da data e local da realização da perícia.

Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
Endereço eletrônico: cpecacoal@tjro.jus.br
Número do processo: 7002832-42.2021.8.22.0007
EXEQUENTE: G. P. B. P., CPF nº 02131687230, AV. CUIABÁ 2944 JARDIM CLODOALDO - 76960-970 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CAMILA BATISTA FELICI, OAB nº RO4844
EXECUTADO: M. B. P. N., CPF nº 40910890978, AV. 5 DE SETEMBRO 4948, FUNDOS CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: HENRIQUE PINHO DE SOUSA CRUZ, OAB nº PR68839
ANTONIO RAMON VIANA COUTINHO, OAB nº RO3518

SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de sentença de obrigação de prestar alimentos.
Noticiado o adimplemento do débito exequendo (ID 93166384), EXTINGO o cumprimento de sentença, com fulcro no art. 924, II, do Código de Processo Civil.
Não há valores nem restrições a serem levantadas.
Sem custas em razão da gratuidade.
Arquivem-se.
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Ederson Pires da Cruz
Juiz Substituto

Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
Endereço eletrônico: cpecacoal@tjro.jus.br
Número do processo: 7005151-17.2020.8.22.0007
EXEQUENTE: W H COMERCIO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ nº 30757928000267, AVENIDA CASTELO BRANCO 169070, - DE 16759 A 18149 - LADO ÍMPAR SANTO ANTÔNIO - 76967-247 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR, OAB nº RO2640
EXECUTADO: CRISTIANE FERNANDES GOULART, CPF nº 33040627856, RUA QUADRA 06 27 BNH 01 - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Trata-se de Execução de Título Extrajudicial movida por EXEQUENTE: W H COMERCIO DE BEBIDAS LTDAEXECUTADO: CRISTIANE FERNANDES GOULART em face de EXECUTADO: CRISTIANE FERNANDES GOULART.
Após tentativas parcialmente frutíferas de penhora de bens dos requeridos, houve a intimação da patrona da parte autora para dar prosseguimento ao feito.
O exequente permaneceu inerte.
Determinada a intimação pessoal da requerente para dar cumprimento às determinações supra mencionadas, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, novamente não se manifestou, apesar de devidamente intimado, conforme AR juntado em 05/07/2023 no ID 92908627.
Decido.
Em razão da inércia da parte autora, caracterizou-se o abandono da causa que autoriza a extinção do processo na forma do art. 485, inciso III do CPC.
Nestes termos o TJ/RO tem decidido:
Apelação. Execução. Extinção do processo por abandono. Inaplicabilidade da Súmula n. 240 do STJ. Configurado o abandono do autor, que intimado pessoalmente, não promoveu o regular andamento do feito, o processo de execução deve ser extinto, nos termos do art. 485, III e §1º do CPC. Inaplicável o teor da Súmula n. 240 do STJ quando o devedor citado, não apresenta defesa. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7000902-39.2019.822.0013, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Sansão Saldanha, Data de julgamento: 28/03/2023.
Ante o exposto, extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, inciso III do Código de Processo Civil.
Sem custas finais e honorários.
Intime-se (DJ) e, transita em julgado, arquivem-se.
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Ederson Pires da Cruz
Juiz Substituto

Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
Endereço eletrônico: cpecacoal@tjro.jus.br
Número do processo: 7013457-38.2021.8.22.0007
REQUERENTE: MARELENA SELES MOURA, CPF nº 92494480230, LINHA 08, GLEBA 08, KM 10, CINTURÃO VERDE ZONA RURAL ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JEFFERSON WILLIAN DALLA COSTA, OAB nº RO6074
JOAQUIM JOSE DA SILVA FILHO, OAB nº SP139081
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de sentença de pagar quantia certa contra a Fazenda Pública.
Noticiado o depósito dos valores referentes às RPVs expedidas.
Expedido alvará em favor do credor.
Assim, comprovado o cumprimento da obrigação, EXTINGO o cumprimento de sentença, com fulcro no art. 924, II, do Código de Processo Civil.
Sem custas em razão da gratuidade.
Arquivem-se.
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Ederson Pires da Cruz
Juiz de Direito

Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
Endereço eletrônico: cpecacoal@tjro.jus.br
Número do processo: 7007334-24.2021.8.22.0007
REQUERENTE: VANDERLEI DAVID DA SILVA, CPF nº 21990085253, RUA ANTÔNIO MOREIRA LIMA 1993, FUNDOS JARDIM BANDEIRANTES - 76961-838 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MIGUEL ANTONIO PAES DE BARROS FILHO, OAB nº RO7046
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de sentença de pagar quantia certa contra a Fazenda Pública.
Noticiado o depósito dos valores referentes às RPVs expedidas.
Expedido alvará em favor do credor.
Assim, comprovado o cumprimento da obrigação, EXTINGO o cumprimento de sentença, com fulcro no art. 924, II, do Código de Processo Civil.
Sem custas em razão da gratuidade.
Arquivem-se.
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Ederson Pires da Cruz
Juiz de Direito

Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
Endereço eletrônico: cwl3civel@tjro.jus.br
Número do processo: 7012496-63.2022.8.22.0007
AUTOR: REBECA GABRIELLY DE HOLANDA TORRES, CPF nº 00628616201, RUA ESPIRITO SANTO 5123 CENTRO - 76919-000 - MINISTRO ANDREAZZA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: NADIA PINHEIRO COSTA, OAB nº RO7035
ROSEANE MARIA VIEIRA TAVARES FONTANA, OAB nº RO2209A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Vistos etc.
R. G. D. H. T., menor, representada pela genitora Luciana Torres, ajuizou ação em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS visando a obtenção de benefício de amparo social devido a pessoa com deficiência, previsto na LOAS.
Em síntese, o(a) autor(a), com 17 (dezessete) anos de idade, aduz ser portador(a) de deficiência/impedimento de longo prazo e encontrar-se em condição de vulnerabilidade social, por isso, requer a concessão do benefício assistencial. Acosta documentos.
Emenda à inicial para a correção do polo ativo e representação processual (ID. 82060291).
Indeferido o pedido liminar, encaminhado o feito para a colheita de prova pericial, determinada a citação, a tramitação prioritária e deferida a AJG (ID. 82644697).
Com a realização das perícias, os respectivos laudos foram acostados aos autos (ID. 84327247; 84572194).
Citado, o INSS apresentou contestação (ID. 85558476). No mérito, discorreu acerca dos requisitos para a concessão do benefício de prestação continuada e requereu a improcedência dos pedidos, ante a não comprovação da vulnerabilidade socioeconômica. Anexou documentos.
Impugnação com manifestação acerca do resultado das perícias (ID. 86025868).
Parecer do Ministério Público pelo não acolhimento do pedido (ID. 86060304), seguido de resposta da parte autora, com documentos (ID. 86508075).
É o relatório. DECIDO.
O(a) requerente postula a concessão de benefício de prestação continuada à pessoa com deficiência, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.
Conforme estabelece o artigo 20 da Lei 8.742/93 e com fulcro no artigo 203 da Constituição Federal, para fazer jus ao benefício pretendido de Prestação Continuada, as condicionantes objetivas a serem observadas são aquelas de ordem pessoal, que diz respeito à idade ou condição de deficiente, e financeira, que concerne à renda familiar.
Deficiência/impedimento físico ou mental de longo prazo
Investigando o cumprimento desses requisitos pelo(a) requerente, observo que alega ser pessoa com deficiência.
O laudo médico pericial (ID. 84572194) apresenta o(a) autor(a) com histórico – 17 anos, escolaridade 1º ano ensino médio, reside no município de ministro Andreazza. Acompanhada da mãe Luciana Torres. Nasceu prematura de 33 semanas, aos 10 meses de vida apresentou atraso neuropsicomotor e cegueira em olho direito.
Ao exame clínico, deambula com apoio, já realizado correção cirúrgica em 2017 para alinhamento de fêmur, porém apresentou nova alteração em pé (valgo). Epilepsia, em uso de trileptal 600mg 2x ao dia, lamotrigina 100mg 1cp e ½ 12/12h, amitriptilina 25mg a noite. Ao Exame Físico: Pé e Joelho valgo, andar claudicante, atrofia de membros inferiores. Paraparesia membros inferiores.
A perícia atestou ser o(a) periciando(a) portador(a) de deficiência física e sensorial do tipo visual, desde 2006 (longo prazo/definitiva). Condição que obstrui sua participação plena e efetiva na sociedade. Em desigualdade de condições com as demais pessoas devido a deficiência na funcionalidade dos membros inferiores (mobilidade, estabilidade das articulações e força muscular). Possui dificuldades para a execução de tarefas (locomover-se, alcançar, transportar e mover objetos, deslocar-se dentro de edifícios que não a própria casa). Aos esclarecimentos repisou que a Periciada é portadora de deficiência física e deficiência visual (visão monocular), conforme respostas aos quesitos 1/8.

Portanto, caracterizado o requisito referente a deficiência.

Renda familiar

Tangente ao requisito da renda, o estudo social encartado nos autos (ID. 84327247), refere que núcleo familiar é composto 03 integrantes, sendo, o(a) autor(a), menor, 17 anos, a genitora, Luciana Torres, 50 anos, contadora MEI/ R$ 2.400,00 (IR), ensino superior/Contábeis e o irmão Breno de Holanda Basilio Torres, 28 anos, ensino superior (profissão e renda, não informados).

O imóvel é próprio, registrado em nome do irmão da autora, construção de alvenaria, apresenta condições adequadas de habitação, possui 07 (sete) módulos, entre eles: 02 (dois) dormitórios, 01 (uma)sala, 02 (dois) banheiros, 01 (um) closet e 01 (uma) cozinha, medindo aproximadamente 120 m² de construção. Existe 01 anexo a moradia principal, constando de 02(dois) módulos, sendo 01(um) dormitório e 01(um) banheiro, que a representante da autora afirma ser a moradia do filho, é observado que a convivência é partilhada, caracterizando a família de 03(três) integrantes. Beneficiada com energia elétrica, rede de água tratada e fossa, rua com asfaltamento e próximo de recursos urbanos.

Reside neste endereço há 01(um) ano, o imóvel é uma construção recente, anteriormente residiam na casa ao lado do imóvel comercial, uma moradia também de padrão elevado. Os móveis e eletrodomésticos são seminovos, em excelente estado de conservação.

Em relação a condição financeira, a genitora declarou possuir renda mensal variável de aproximadamente R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos) reais/mensal, comprovação em anexo ao Laudo social, pensão alimentícia da autora no valor de R$ 300,00 (trezentos) reais.

Os gastos mensais declarados, consumo de energia elétrica e água tratada R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta) reais, internet R$ 100,00 (cem) reais, despesas médicas (medicação/consultas) R$ 600,00 (seiscentos) reais, alimentação R$ 800,00 (oitocentos) reais.

A família possui outro imóvel, comercial, uma empresa familiar onde exercem a função de contadores, localizado na Rua Espirito Santo, nº 5123 – Bairro: Centro - Ministro Andreazza, fazendo fundos com a moradia principal da família, foto anexado do imóvel comercial ao Laudo Social. Não existe telefone fixo na residência, apresentado 01 (um) aparelho móvel celular.

No quesito mobilidade e saúde, a autora com patologia descrita no laudo (ID. 81775443), necessário acompanhamento especializado, realizado procedimento cirúrgico, dependente totalmente dos familiares, sem condições de igualdade com as demais pessoas da sua idade.

Ao final, conclui a perícia social que de acordo com a realidade apresentada, a autora comprovou que possui familiares que possam auxiliá-la financeiramente, renda mensal suficiente para atender as suas necessidades particulares. A requerente não está em vulnerabilidade econômica e social, condição de pobreza ou de miserabilidade.

Nesse ponto, o INSS rechaça a pedido do(a) autor(a) sob a alegação de renda per capita acima do mínimo legal a afastar a condição de miserabilidade social.

Em petição (ID. 89021705), a autora noticia diagnóstico de doença na genitora (carcinoma mamário) alegando que tal fato novo poderá interferir nas condições financeiras do grupo familiar, para tanto, requer a procedência do pedido.

Malgrado o diagnóstico superveniente de problema de saúde da genitora, tal condição por si só não serve de suporte para declarar a vulnerabilidade econômica da família.

Destarte, o recorte probatório demostrou que o núcleo familiar detém aporte financeiro e estrutural acima da média (família empresária, genitora e irmão com formação acadêmica superior, proprietários de imóveis, plano de saúde, pensão alimentícia, imóvel residencial de padrão elevado etc.)

Ademais, a doença que acomete a genitora possui tratamento de qualidade ofertado pelo SUS e em caso de incapacidade, certamente terá o suporte previdenciário para tanto.

Dessa forma, tenho que o(a) autor(a) não preenche os requisitos legais autorizadores da outorga do benefício de prestação continuada previsto na LOAS – amparo à pessoa com deficiência –, qual seja, a situação de vulnerabilidade socioeconômica (art. 1º da Lei nº 8.742/93).

Posto isso, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial por R. G. D. H. T., menor, representada pela genitora Luciana Torres, em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS.

Sem custas em razão da AJG.

Produto da sucumbência, condeno o(a) autor(a) ao pagamento de honorários advocatícios (art. 98, §2º, CPC) no percentual de 10 % do valor da causa (art. 85, § 2º e 19 do CPC). Os encargos sucumbenciais ficam sujeitos à condição suspensiva, conforme disposto no §3º do artigo 98, do CPC.

Em caso de recurso, desnecessária conclusão, devendo a CPE proceder conforme parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 1.010 do CPC.

Arbitro os honorários aos peritos judiciais, médico e assistente social em R$600,00 (seiscentos reais) cada, tendo em vista as especificidades da perícia, isto é, o seu grau de dificuldade e, principalmente, o fato dos profissionais (médicos) desta Comarca, cadastrados como peritos na Justiça Federal, terem se recusado a realizar perícias por valor inferior ao montante estabelecido (a justificativa apresentada é a de que o valor de R$ 370,00 é inferior ao que cobram a título de uma simples consulta, em média entre R$ 400,00 a R$ 600,00; além disso, que assumem uma grave responsabilidade pública perante o Poder Judiciário e, ainda, ficam expostos a críticas e animosidades manifestadas por advogados e pelos próprios periciandos quando os laudos não lhe são favoráveis gerando a paralisação das demandas previdenciárias dependentes de perícias. Diante disso, tenho por justificada a majoração do valor máximo previsto na Tabela V anexa à Resolução n. 305/2014-CJF, consoante autorizado pelo art. 28, parágrafo único, do mesmo instrumento normativo, pois do contrário a prestação jurisdicional não seria prestada ou o seria com grave deficiência, uma vez que a prova pericial ou não seria produzida ou ficaria pendente de realização por tempo indeterminado. A garantia de acesso à justiça (art. 5º, XXXV, CF) reclama uma prestação jurisdicional que seja adequada, célere e efetiva. No caso, cogitar-se a amputação da prova pericial importaria em inequívoca inadequação da resposta jurisdicional devida às partes, pois além da supressão arbitrária da prova violar o devido processo legal (arts. 7º e 357, II, CPC), também acarretaria inequívoco prejuízo à exigência de correção/justificação do provimento judicial almejado, garantida pela forte exigência de

legitimidade inerente ao modelo de Estado Democrático de Direito (art. 1º, CF). Por outro lado, a sua espera por tempo indeterminado, em decorrência de falha nas condições materiais para a sua implementação, findaria por encerrar arrematada violação ao tempo razoável do processo (art. 5º, LXXVII, CF) e, por consequência, à própria realização da justiça. Cabe ainda dizer que a rede pública de saúde não dispõe de profissionais para a realização de perícias judiciais, não podendo fazê-las sem prejuízo ao serviço de atendimento público do Sistema Único de Saúde, o que é razão suficiente para desautoriza qualquer ordem judicial em sentido contrário.
Requisite-se os pagamentos do(a)s perito(a)s à Justiça Federal.
Intimem-se.
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Ederson Pires da Cruz
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.b
Processo : 7002966-98.2023.8.22.0007
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS UNIRONDONIA LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: JACKSON WILLIAM DE LIMA - PR60295
EXECUTADO: LUCAS SOPELETTI DE OLIVEIRA
Intimação AUTOR - CUSTAS COMPLEMENTARES (OFICIAL DE JUSTIÇA)
Tendo em vista tratar-se de ação de Execução de Título Extrajudicial com endereço na própria comarca e possível tentativa de penhora nos termos do Despacho Inicial, fica a parte AUTORA, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada de que a diligência será via oficial de justiça (para realização de penhora), assim as custas da diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural).
A guia para pagamento deverá ser gerada no site do TJRO: Página Inicial>Boleto Bancário>Custas Judiciais>Emissão de 2ª Via, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
Valor da Diligência requerida pela parte autora: 143,41
Valor da Diligência recolhida pela parte autora: 35, 28

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7004405-47.2023.8.22.0007
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: MARTIM PAGUNG SOBRINHO
Advogado do(a) AUTOR: MEURI ADRIANA DE ANDRADE - RO9823
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Fica A PARTE AUTORA intimada a manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da proposta de acordo juntada aos autos pela parte adversa.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.b
Processo : 7010318-83.2018.8.22.0007
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: ALEX SANDRO GUAITOLINI
Advogados do(a) EXEQUENTE: NILMA APARECIDA RUIZ - RO0001354A, VIVIANI RAMIRES DA SILVA - RO1360
EXECUTADO: Espólio de ADRIANO JONAS GOIS e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Decorrido o prazo do edital, fica a parte EXEQUENTE intimada, por seu advogado, para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos da Decisão ID 74888662.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7008586-91.2023.8.22.0007
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: AZEVEDO & AZEVEDO
Advogado do(a) AUTOR: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831
REU: SUELI BUENO FERREIRA
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS PRECATÓRIA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, a comprovar o pagamento de custas (CÓDIGO 1015) para distribuição da Carta Precatória (a ser distribuída dentro do Estado de Rondônia), conforme art. 30 da Lei nº 3.896, de 24 de agosto de 2016 e Provimento Corregedoria nº 008/2017 (DJ 072 de 20/04/2017).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7002649-71.2021.8.22.0007
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDONIA
Advogados do(a) EXEQUENTE: JAQUELINE FERNANDES SILVA - RO8128, MILEISI LUCI FERNANDES - RO3487
EXECUTADO: TAVEIRA & CIA LTDA - EPP
Intimação AUTOR - MANDADO/PENHORA
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça ID 91883756 e sobre a Penhora realizada no prazo de 05 dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7001182-54.2021.8.22.0008
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: MRV TRANSPORTES EIRELI
Advogados do(a) REQUERENTE: ATILA RODRIGUES SILVA - RO9996, MARCELO MACEDO BACARO - RO9327
REQUERIDO: SEFIN-RO - DELEGADO DA RECEITA ESTADUAL DE RONDÔNIA e outros
INTIMAÇÃO Fica a parte AUTORA intimada, prazo de 05 (cinco) dias, a comprovar nos autos o recolhimento das custas judiciais, sob pena de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.b
Processo : 7001233-34.2022.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: W. R. COMERCIO DE CAFE E CEREAIS LTDA
Advogados do(a) REQUERENTE: ATILA RODRIGUES SILVA - RO9996, EDERSON SENHORINHA COSTA - RO11532, MARCELO MACEDO BACARO - RO9327
REQUERIDO: MASTER - PATIO E ESTACIONAMENTOS EIRELI - ME
Advogado do(a) REQUERIDO: CARLOS EDUARDO DE TOLEDO - SP319415
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, requerendo o que de direito sob pena de arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7011312-72.2022.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: LUCIMAR DE SOUZA
Advogado do(a) REQUERENTE: HELIO RODRIGUES DOS SANTOS - RO7261
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Fica a parte AUTORA intimada, prazo de 05 (cinco) dias, a manifestar-se sobre a petição ID 93164452 e, conforme o caso, requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7002915-97.2017.8.22.0007
Classe : ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
AUTOR: RITA RODRIGUES DE JESUS
Advogado do(a) AUTOR: MICHELLI ROSA - RO9538
REU: Marcos Leandro Rosa Muniz
INTIMAÇÃO AUTOR - DESARQUIVAMENTO Fica a parte AUTORA intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do desarquivamento sob pena de retorno dos autos ao arquivo.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.b
Processo : 7002794-93.2022.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS (12246)
RECORRENTE: JAINE PACHECO DA SILVA
Advogado do(a) RECORRENTE: AUXILIADORA GOMES DOS SANTOS AOYAMA - RO8836
RECORRIDO: LUCAS DA SILVA FERREIRA
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, requerendo o que de direito sob pena de arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
Processo : 7015943-59.2022.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS (12246)
REQUERENTE: JHULIA VICTORIA DA SILVA TAVARES
Advogado do(a) REQUERENTE: AMANDA SILVA DOS SANTOS - RO12064
REQUERIDO: GUEDES ARCANJO TAVARES
Intimação AUTOR - CERTIDÃO OFICIAL
Fica a parte AUTORA intimada para se manifestar acerca da certidão do oficial de justiça, no prazo de 05 (cinco) dias. Informando sobre eventual quitação do débito.

Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
Endereço eletrônico: cpecacoal@tjro.jus.br
Número do processo: 7010022-27.2019.8.22.0007
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA, CNPJ nº 04902979000144, AVENIDA 25 DE AGOSTO 4803 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: GILBERTO SILVA BOMFIM, OAB nº RO1727
MARCELO LONGO DE OLIVEIRA, OAB nº RO1096
EXECUTADOS: DENIUZA MARTINS BATISTA, CPF nº 36947040272, RUA PRESIDENTE EPITÁCIO 2790 INDUSTRIAL - 76967-672 - CACOAL - RONDÔNIA
ADEMILSON BATISTA, CPF nº 07220761775, RUA PRESIDENTE EPITÁCIO 2790 INDUSTRIAL - 76967-672 - CACOAL - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO SERVINDO COMO OFÍCIO N. 125/2023
Diante da decisão prolatada nos Embargos de Terceiros n. 7010022-27.2019.8.22.0007, que concedeu a tutela de urgência para cancelar o leilão designado para o dia 18/07/2023, do imóvel Lote rural nº 11R, Gleba 04, Setor Barão de Melgaço, c/ 202,2159 ha, denominado Sítio Capixaba, na BR 364, km 15, Pimenta Bueno/RO, determino a comunicação imediata à leiloeira nomeada nestes autos acerca do cancelamento da venda, até decisão final naquele feito.
Serve esta decisão como ofício a ser encaminhada ao e-mail contato@deonizialeiloes.com.br . Anexe cópia da decisão juntada no ID 93340308.
Comunique-se à leiloeira via telefone no n. 0800-730-4050.
Cumpra-se com urgência.
Manifeste-se a parte autora no prazo de 5 (cinco) dias.
Cacoal/RO, 17 de julho de 2023.
Ederson Pires da Cruz
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.b
Processo : 7002493-83.2021.8.22.0007
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: EDUARDO ARAUJO DAMETO
Advogado do(a) AUTOR: RUBIA VALERIA MARCHIORETO - RO7293
REU: PORTO PAGAMENTOS LTDA e outros (2)
INTIMAÇÃO AUTOR - PROVIDÊNCIAS
Fica a parte AUTORA intimada da Certidão ID 93346867 bem como para:
01) Manifestar-se quanto à distribuição de Carta Precatória determinada do ID 89255361, reiterada no ID 91262084, a ser direcionada ao endereço do INFOJUD ID 64041590, com AR negativo ID 85807397;
02) Recolher a taxa pendente para pesquisa Infojud de ZP VILA NOVA. Poderá a parte manifestar-se quanto ao aproveitamento de custas ID 993311613 no mesmo valor e não utilizada;
03) Manifestar-se quanto ao interesse na distribuição de Precatória para diligência no endereço de RF CARVALHO via oficial (conforme Petição ID 93311610) vez que em localidade fora do Estado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7009109-40.2022.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ERICA BEATRIZ DE ALMEIDA
Advogado do(a) REQUERENTE: ELIEL MOREIRA DE MATOS - RO5725
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Finalidade: Intimação das partes, por intermédio de seu advogado/procuradoria, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias para o autor e de 10 (dez) dias para a autarquia requerida, acerca da regularidade dos dados informados na requisição expedida nos autos.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7009147-52.2022.8.22.0007
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: SHEILLA NOELMA NEPOMUCENO DOS ANJOS
Advogado do(a) AUTOR: LUANA OLIVEIRA COSTA SILVA - RO8939
REU: TIGRAO COMERCIO DE VEICULOS LTDA e outros
Advogado do(a) REU: RODRIGO TOTINO - SP305896
Advogado do(a) REU: DIOGO DANTAS DE MORAES FURTADO - PE0033668A
Intimação RÉU - HONORÁRIOS
Fica a parte REQUERIDA intimada para, no prazo de 05 dia, apresentar sua cota-parte referente a honorários periciais nos termos da Decisão ID 89849518 vez que os honorários devem ser depositados em conta judicial integralmente, mesmo que o juiz autorize o pagamento parcelado, o que ainda será apreciado pelo juízo.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7004799-93.2019.8.22.0007
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ELIZETE MARQUIORI ALVES
Advogados do(a) AUTOR: DAYANE CARVALHO DE SOUZA FERREIRA - RO7417, LAIS MARQUIORI ALVES - SP392580, LUIZ GUILHERME MARQUES MORETI - SP345825
REU: FLEURY S.A.
Advogado do(a) REU: CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO - RO0005014A-A
INTIMAÇÃO PARTES - RETORNO DO TJ
01) Ficam AS PARTES intimadas a manifestarem-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do retorno dos autos, sob pena de arquivamento.
Advertência: Conforme prevê o art. 31, parágrafo único da Lei 3896/16, o feito poderá ser desarquivado a qualquer momento, desde que apresentado pedido descritivo, acompanhado de planilha dos créditos, de acordo com os arts. 523 e 524 do CPC, visando a intimação da parte adversa ao início do cumprimento de sentença.
2) Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais finais.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Advertência:
Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida, quando sucumbente, o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7009147-52.2022.8.22.0007
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: SHEILLA NOELMA NEPOMUCENO DOS ANJOS
Advogado do(a) AUTOR: LUANA OLIVEIRA COSTA SILVA - RO8939
REU: TIGRAO COMERCIO DE VEICULOS LTDA e outros
Advogado do(a) REU: RODRIGO TOTINO - SP305896
Advogado do(a) REU: DIOGO DANTAS DE MORAES FURTADO - PE0033668A
INTIMAÇÃO RÉU - HONORÁRIOS
Fica a parte REQUERIDA TIGRAO COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA intimada para, no prazo de 05 dia, apresentar sua cota-parte referente a honorários periciais nos termos da Decisão ID 89849518 vez que os honorários devem ser depositados em conta judicial integralmente, mesmo que o juiz autorize o pagamento parcelado, o que ainda será apreciado pelo juízo.

4ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - Processo: 7009052-27.2019.8.22.0007
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Alimentos
EXEQUENTE: L. C. L. C., RUA BARÃO DE LUCENA 803, CASA 1 NOVA ESPERANÇA - 76961-692 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Despacho
Face o envolvimento de menor, REMETO os autos ao Ministério Público para analise e parecer no prazo de 05 (cinco) dias.
SERVE O PRESENTE DESPACHO DE MANDADO DE INTIMAÇÃO VIA PJe/DJe.
Cacoal-RO, 14 de julho de 2023.
Mario José Milani e Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - Processo n.: 7009363-13.2022.8.22.0007
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:Incapacidade Laborativa Parcial
AUTOR: CLAUDIO APARECIDO DE OLIVEIRA, RUA A 3690 LOTEAMENTO MORADA DIGNA - 76967-783 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ABDIEL AFONSO FIGUEIRA, OAB nº RO3092
REU: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL , , - DE 2025 A 2715 - LADO ÍMPAR - 76872-853 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa:R$ 1.212,00
SENTENÇA
Vistos etc.
CLÁUDIO APARECIDO DE OLIVEIRA, brasileiro, convivente em união estável, RG n. 786794 SSP/RO, CPF n. 745.668.302-68, residente e domiciliado na rua A, n. 3690, Loteamento Morada Digna, Cacoal/RO, por intermédio de seu advogado (a) regularmente habilitado (a), ingressou em juízo com
AÇÃO PREVIDENCIÁRIA contra
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, com sede na Rua José Alencar, 2613, Centro, na cidade de Porto Velho/RO, a ser citado/intimado na Procuradoria Seccional de Ji-Paraná, na Av. Marechal Rondon, 870, 1º andar – Ed. Rondon Shopping Center, Ji-Paraná, aduzindo em síntese ser segurado da Previdência Social e que sofreu um acidente. Afirma que devido ao acidente sofreu limitações para as atividades que desempenhava.
Relata ter ingressado com pedido administrativo no dia 28/04/2022 para concessão de auxílio acidente, todavia, a perícia médica foi agendada somente para o dia 09/01/2023, ou seja, um período de mais de 09 meses de espera, contrariando os comandos da legislação. Afirma que preenche todos os pressupostos legais para a concessão do benefício do auxílio acidente.
Ao fecho, pugna pela procedência do pedido e condenação do requerido nos encargos de sucumbência. Requereu a concessão de tutela antecipada.
Veio a inicial instruída com documentos.
Recebida a inicial, foi indeferido o pedido de tutela antecipada e determinada a citação do INSS, bem como, nomeado perito para avaliar as condições clínicas do Autor.
O requerido foi devidamente citado e ofereceu contestação, onde descreve os requisitos para concessão de benefícios por incapacidade. Ressalta que a perícia médica realizada pelo INSS, como ato administrativo, goza da presunção de legitimidade e veracidade e só pode ser afastada por prova robusta em sentido contrário - o que não acontece no presente caso. A parte autora não aponta na inicial qualquer razão suficiente para deslegitimar a decisão tomada em âmbito administrativo. Ao final pugnou pela improcedência da ação. Juntou documentos.
Apresentada impugnação ao ID 84285061.
O Autor foi submetido à perícia judicial, sendo juntado o laudo pericial ao ID: 87365099.
O autor se manifestou sobre o laudo e requereu a procedência da ação.
Vieram os autos conclusos.
É O RELATÓRIO.
DECIDO.
Versam os presentes autos sobre AÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO inaugurada por CLÁUDIO APARECIDO DE OLIVEIRA contra o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL – INSS.
O art. 194 da Constituição Federal estipula:
A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, a previdência e a assistência social.

Em complemento e regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.213 de 24/07/1991, assim prevê:
art. 18 – o regime geral da previdência social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente de trabalho, expressas em benefícios e serviços:
I- quanto ao segurado:
h) auxílio-acidente;
Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
§ 1º O auxílio-acidente mensal corresponderá a cinquenta por cento do salário de benefício e será devido, observado o disposto no § 5º, até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.
§ 2º O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria.
O auxílio acidente é um benefício devido aos segurados empregados, exceto ao doméstico, trabalhador avulso ou segurado especial, quando, mesmo após a consolidação das lesões provocadas pelo acidente, resultar sequela definitiva que implique redução na capacidade de trabalho.
Durante o período de percepção de auxílio acidente o beneficiário mantém sua condição de segurado, independentemente de contribuição.
O art. 20 da Lei 8.213/91 narra:
Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:
I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;
II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.
No caso em exame, atendendo a requisito estabelecido por nossos Tribunais Superiores, o autor comprovou o requerimento de benefício de auxílio-acidente na esfera administrativa, conforme documento juntado ao ID 79483886.
No tocante à qualidade de segurado, tal condição restou comprovada através do Cadastro Nacional de Informações Sociais juntado aos autos ao ID 79483889.
Dessa forma, restaram demonstrados os requisitos iniciais para a concessão de benefício por incapacidade, quais sejam, o prévio requerimento administrativo e a demonstração da qualidade de segurado.
No que se refere à alegada limitação, para elucidar esta questão foi nomeado perito que apresentou laudo.
O laudo judicial juntado ao ID 87365099 concluiu que o autor sofreu amputação traumática do 5º dedo da mão direita, ao nível da falange média, em 01/11/2017. Ocorreu queda de chapa de ferro no dedo, ocasionado a lesão. Fez acompanhamento com ortopedista, necessita procedimento cirúrgico. (histórico). O médico perito reconheceu a ocorrência de limitações para o trabalho, (quesitos 4, 10 e 17).
Conforme se extrai do art. 86 da Lei 8.213/91, o benefício de auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que Impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
O caso do autor se amolda perfeitamente aos desígnios da legislação e, tendo sofrido redução da capacidade laboral e, diante da existência de limitação em razão do acidente, deve ser concedido o auxílio-acidente.
Conforme se extrai do art. 86 da Lei 8.213/91, o benefício de auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que Impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
Neste contexto, tendo restado demonstrado que o autor apresenta sequela que causa limitações para o trabalho, deverá ser implantado o benefício de AUXÍLIO ACIDENTE desde a data do requerimento administrativo, que ocorreu em 28/04/2022 (conforme comunicação de decisão ID 79483886).
Isto posto e por tudo mais dos autos consta, JULGO com apoio no art. 487, I do Código de Processo Civil, dispositivos da Lei 8.213/91, PROCEDENTE a AÇÃO PREVIDENCIÁRIA proposta por CLÁUDIO APARECIDO DE OLIVEIRA e, via de consequência, CONDENO o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL – INSS a promover a implantação e o pagamento do AUXÍLIO-ACIDENTE, no patamar correspondente a 50% (cinquenta por cento) do salário benefício, a partir da data do requerimento administrativo, qual seja: 28/04/2022.
Os valores eventualmente não pagos deverão sofrer correção monetária e acréscimo de juros legais de 6% (seis por cento) ao ano até o efetivo pagamento, ficando permitido o abatimento de quaisquer quantias eventualmente já pagas ao autor no período.
Condeno ainda o INSS ao pagamento dos honorários advocatícios, estes fixados no importe correspondente a 10% do valor a ser pago a título de retroativos até a data desta sentença, o que faço consoante os critérios do artigo 85 do Código de Processo Civil.
Fica determinado o imediato cumprimento da decisão contida nesta sentença, independentemente do trânsito em julgado, haja vista o caráter alimentar do benefício, sob pena de multa diária.
Não obstante o teor da súmula nº 178 do STJ, isento está o INSS do pagamento das custas e demais despesas processuais, haja vista o disposto no art. 3º da Lei Estadual n. 301/90.
Sentença não sujeita a reexame necessário, eis que, atento ao valor da causa, o qual não foi impugnado, depara-se que, em sendo atualizado, não ultrapassa a alçada de 1.000 (um mil) salários mínimos, limite estabelecido pelo artigo 496, § 3°, I do Código de Processo Civil.
Fica intimada a Procuradoria Federal do Estado de Rondônia, para que, no prazo de 10 (dez) dias, comprove já haver implantado o beneficio em favor da parte autora, (auxílio-acidente), conforme sentença proferida.
Havendo recurso, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões e, após, independentemente de novo despacho, remeta-se os autos ao Tribunal competente para análise do recurso.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos.
Serve a presente decisão como mandado de Intimação das partes desta decisão por seu (s) advogado (s) Procurador (es) através do sistema PJE.
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Mario José Milani e Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - Processo n.: 7016662-41.2022.8.22.0007
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Urbana (Art. 48/51)
AUTOR: DARCI ROCHA PINTO, RUA LEMUEL SILVA DANTAS 3461, - ATÉ 3480/3481 VILLAGE DO SOL - 76964-316 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LUANA OLIVEIRA COSTA SILVA, OAB nº RO8939
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, , - DE 945 A 1355 - LADO ÍMPAR - 76801-097 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 14.544,00
SENTENÇA
Vistos, etc.
DARCI ROCHA PINTO, brasileiro, casado, autônomo, RG nº 161139-RO, CPF nº 115.059.662-72, residente na Rua Lemuel Silva Dantas, 3461, Bairro Vilage do Sol I, Cacoal-RO, CEP 76964-316, por intermédio de advogado(a) regularmente habilitado(a), ingressou em juízo com
AÇÃO PREVIDENCIÁRIA contra
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), pessoa jurídica de direito público, na pessoa do seu representante legal, com endereço à Rua General Osório, nº 500 – Princesa Isabel, Cacoal/RO.
Em sua peça inicial, aduz a parte autora, em breve síntese, que é vinculada à Previdência Social na condição de segurado contribuinte individual e preencheu os requisitos legais para concessão do benefício de aposentadoria por idade na forma híbrida/mista, quais sejam, a idade mínima de 65 anos prescrita no art. 48, e o tempo de contribuição (carência) de 180 contribuições prescrito pelo art. 142, todos da Lei 8.213/91.
Informa que protocolou junto à Previdência Social requerimento administrativo de aposentadoria em 08/12/2022, mas o beneficio não lhe foi concedido, sendo indeferido sob o fundamento de tempo de contribuição insuficiente.
Declara que conta com 66 anos e que já possui mais de 180 contribuições considerando o tempo de trabalho rural e urbano.
Aduz que o seu labor rural representa no mínimo mais 16 anos de carência (de 1975 a 1990), o qual, somado ao tempo de urbano (10 anos e 10 meses), superam em muito o período exigido pela Lei como carência para concessão de aposentadoria (180 contribuições).
Ao final pugna pela total procedência da ação para condenar a requerida a implantação e pagamento do benefício de aposentadoria por idade desde a data do requerimento administrativo efetuado em 08/12/2022.
Veio a inicial instruída com procuração, documentos pessoais, certidão de casamento, carteira de trabalho, escritura de venda e compra, extrato CNIS, notas fiscais, comunicação de decisão administrativa, entre outros.
O requerido foi regularmente citado, quedou-se inerte e não apresentou contestação
Designada audiência virtual, foram ouvidos o autor e suas testemunhas. Na mesma solenidade, foi encerrada instrução processual e oportunizado espaço para alegações finais, as quais foram apresentadas na forma remissiva a petição inicial.
É O RELATÓRIO.
DECIDO.
Versam os presentes autos sobre AÇÃO PREVIDENCIÁRIA movida por DARCI ROCHA PINTO, contra o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL – INSS.
O art. 194 da Constituição Federal estipula:
Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, a previdência e a assistência social.
A Constituição Federal, em seu artigo 201, §1º, determina:
Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime especial, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:
I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.
No que tange à aposentadoria rural, foi editada a Lei 8213/91 de 24/03/1991 que estabelece:
Art. 48. A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta lei, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos, se mulher
§ 1º - Os limites fixados no caput são reduzidos para 60 (sessenta) e 55 (cinquenta) anos no caso dos que exercem atividades rurais.
No caso em tela, o autor persegue na esfera judicial o reconhecimento a seu direito à aposentadoria apreciada de forma híbrida, considerando o tempo de serviço desenvolvido na área rural, adicionado ao período urbano.
O autor formulou seu pedido na esfera administrativa que foi rejeitado sob o argumento de não haverem sido atendidos os requisitos estabelecidos pela legislação. Dessa forma se mostra superada a exigência criada por nossos tribunais quanto ao prévio requerimento administrativo.
Em relação ao requisito temporal, destaco que o autor já superou a idade mínima de 65 anos, haja vista haver nascido em 28/07/1956, estando para completar 67 anos de idade.
Superados esses dois tópicos, necessário que se aborde a questão da qualidade de segurado, bem como da vinculação do autor ao sistema previdenciário.
Através dos documentos acostados aos autos, inclusive o CNIS, aflora indubitável que o autor, a partir do ano de 2012, de forma contínua e ininterrupta, mantém vinculo empregatício urbano, promovendo as necessárias e oportunas contribuições com o sistema previdenciário até a presente data, o que representa mais de 10 anos de vinculação comprovados.
O autor trouxe documentos, até para satisfazer a exigência de prova indiciária documental, que noticiam que seu genitor, em 1978, quando veio para Rondônia com sua família, foi agraciado com imóvel rural, Lote 54 da gleba 09, onde com a ajuda de seus familiares exploravam a terra e dela extraiam seu sustento através do cultivo de café, arroz, feijão e milho, e de pequenas criações.
Existem notas de comercialização de produtos, algumas em nome de Antônio Sebastião Pinto, genitor do autor, outras em nome do próprio autor Darci Rocha Pinto, daquela época.

Quando o autor se casou foi qualificado e identificado como sendo agricultor.
As testemunhas ouvidas em juízo avalizaram plenamente a versão formulada pelo autor, demonstrando que Darci sempre ajudou seus familiares na formação da lavoura, permitindo o sustento familiar.
O autor, quando ouvido em juízo, demonstrou segurança e pleno conhecimento dos detalhes da vida rural, não deixando qualquer dúvida sobre o fato de ter sido pessoa que durante muitos anos conviveu com as agruras, dificuldades e as alegrias decorrentes da vida rural.
O autor somente saiu do campo no ano de 1990 quando seu genitor vendeu o imóvel, sendo que a partir de então passou a trabalhar como pedreiro e durante um período significativo não verteu qualquer contribuição para o sistema previdenciário.
A prova é consistente quanto ao autor haver se dedicado aos trabalhos no campo por mais de 10 anos, que adicionados aos 10 anos identificados como trabalho urbano, ultrapassam em muito o período de 180 meses exigidos pelo legislador como indispensável para o reconhecimento da aposentadoria por idade na modalidade híbrida.
Estando atendidos os requisitos especificados pelo legislador e pela jurisprudência é que o pedido deve ser julgado procedente devendo ser utilizado como marco oncial a data de 08/12/2022 correspondente ao protocolo do requerimento administrativo, pois já naquela oportunidade o autor atendia aos requisitos estipulados.
Isto posto e por tudo mais dos autos constam, JULGO, com apoio no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e dispositivos da Lei 8.213/91, PROCEDENTE a AÇÃO PREVIDENCIÁRIA proposta por DARCI ROCHA PINTO, RG nº 161139-RO, CPF nº 115.059.662-72, contra o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL – INSS e, via de consequência, CONDENO a requerida a implantar e promover o imediato pagamento de APOSENTADORIA POR IDADE HIBRIDA à parte autora, adotando-se como termo inicial a data do requerimento administrativo, ou seja, 08.12.2022.
Condeno o requerido ao pagamento dos retroativos, sendo que os valores eventualmente não pagos deverão sofrer correção monetária e acréscimo de juros legais de 6% (seis por cento) ao ano até o efetivo pagamento, ficando permitido o abatimento de quaisquer quantias eventualmente já pagas ao autor no período.
Condeno ainda o INSS ao pagamento dos honorários advocatícios, estes fixados no importe correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor do retroativo, consoante os critérios do artigo 85 do Código de Processo Civil e Súmula 111-STJ.
Fica determinado o imediato cumprimento da decisão contida nesta sentença, independentemente do trânsito em julgado, haja vista o caráter alimentar do benefício, sob pena de multa diária.
Na forma da resolução PRES/INSS n. 691/2019, intime-se a Procuradoria Federal do Estado de Rondônia, para que, no prazo de 10 (dez) dias, comprove já haver implantado o beneficio em favor da parte autora, conforme os termos acima proferidos, sob pena de aplicação de multa diária.
Não obstante o teor da súmula nº 178 do STJ, isento está o INSS do pagamento das custas e demais despesas processuais, haja vista o disposto no art. 5º da Lei Estadual n. 3.896/2016.
Sentença não sujeita a reexame necessário, eis que, atento ao valor da causa, o qual não foi impugnado, depara-se que, em sendo atualizado, não ultrapassa a alçada de 1.000 (um mil) salários-mínimos, limite estabelecido pelo artigo 496, §3°, I do Código de Processo Civil.
Havendo recurso, intime-se a parte recorrida para contra-arrazoar no prazo legal. Após, remetam-se os autos ao Juízo ad quem, independentemente de nova conclusão.
Ocorrendo o trânsito em julgado, intime-se a autarquia requerida para, no prazo de 30 dias, iniciar a fase de execução (cumprimento de sentença invertido), hipótese na qual, não havendo impugnação procedente por parte do autor, será dispensada a fixação de honorários em fase de execução (exceto casos de expedição de precatório judicial).
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Mário José Milani e Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - Processo: 7004111-97.2020.8.22.0007
Classe: Usucapião
AUTORES: JOSE APARECIDO DA SILVA, ADAIANE DA SILVA
ADVOGADO DOS AUTORES: ADELINO MOREIRA BIDU, OAB nº RO7545
REU: ANIVALDO CORRÊA DE FARIA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
JOSE APARECIDO DA SILVA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 951.339.501-44 e ADAIANE DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 013.749.962-03, residentes e domiciliados na Linha União, Lote 41-A, Gleba 04, Cacoal-RO, por intermédio de seu advogado regularmente habilitado, ingressaram em juízo com
AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA em face de
ANIVALDO CORRÊA DE FARIA, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 038.324.069-00 e ROSALINA LUZIA DE FARIA, CPF não informado, ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados em lugar incerto e não sabido
I- RELATÓRIO
JOSE APARECIDO DA SILVA e ADAIANE DA SILVA, ajuizaram ação de usucapião em face de ANIVALDO CORREA DE FARIA e ROSALINA LUZIA DE FARIA
Afirmam na inicial, que em razão de um contrato de compra e venda os requerentes desde 28 de julho de 1986, mantem a posse de parcela do imóvel de forma mansa e pacífica exclusiva, sem qualquer constrangimento, turbação ou moléstia, sem interrupção, sendo que o imóvel designado como sendo lote rural número 5-C, (cinco-C), Linha 03 (três) da Gleba 02, setor Prosperidade, que possue uma area total de .....ha dos quais a área de 12.100-ha. (doze hectares e dez ares), fração ideal do Lote 05 (cinco) da Gleba 02 do setor prosperidade do projeto Integrado Pic Gi-Paraná, e´ocupada e explorada pelos autores com os seguintes limites e confrontações, conforme mapa e memorial descritivo.
Norte- limita-se com o Lote 6 (seis) da Gleba 2. (dois)

Leste- limita-se com o Lote 5 (cinco) da Gleba 2. (dois)
Sul- limita-se com o Lote 2 (dois) da Gleba 2. (dois)
Oeste- limita-se com o Lote 4 (quatro) da Gleba 2 (dois)
A materializaçao da posse, se revelou atraves das realizações de benfeitorias no imóvel, tais como construção de casa, barracão, curral e formação de pastagens, demonstrando o exercício inequívoco de posse direta sobre o imóvel transferido pelo instrumento de contrato de compra e venda.
Com o exercício há mais de 15 anos da posse mansa, pacífica, exclusiva e contínua sobre o imóvel usucapiendo, com “animus domini”, exteriorizando a intenção de ter o bem para si, constituindo uma posse “ad usucapionem”, o requerente, com fundamento em documentações.
Desse modo, pretendem que a ação de usucapião seja julgada totalmente procedente em favor dos requerentes.
Recebida a inicial, ante a informação de desconhecimento da requerida, este Juízo procedeu à consulta junto ao sistema de informações eleitorais, não havendo cadastro em seu CPF.
Diversas e seguidas tentativas infrutíferas foram realizadas em busca de endereços dos requeridos, sendo que houve até a observação que o número do CPF do requerido estava incorreto até mesmo em documentos públicos, apos o que, diante das fracassadas tentativas de localizaçao foi deferida a citação por edital, no prazo de 20 (vinte) dias.
O requerido foi citado via edital, sendo a Defensoria Pública nomeada curadora especial.
A Defensoria Pública, atuando como curadora do requerido, apresentou contestação por negativa geral (ID 61939254).
Em relação aos confinantes, fora expedido mandado de citação (ID 77133089), sendo que nenhum deles se insurgiu contra o pedido.
O feito fora saneado, designando-se audiência de instrução e julgamento (ID 85707765).
Realizada a audiência, constatou-se a ausência dos requeridos, citados via edital, foi encerrada a instrução, com prazo de 5 (cinco) dias para que o patrono do requerente peticionasse as informações da companheira do autor para ingresso no polo ativo da ação, elaboração das alegações finais, e ao final alegações da Defensoria Pública.
Houve as informações apresentadas da companheira do autor, configurando-a como polo ativo da ação, (ID 89007678)
Os requerentes apresentaram alegações finais, pugnando pela procedência da ação (ID 89196184).
A Defensoria Pública apresentou alegações finais por negativa geral (ID 91502158).
Vieram os autos conclusos.
É o relatório.
DECIDO.
Versam os presentes autos sobre Ação de USUCAPIAO EXTRAORDINÁRIO proposta por JOSE APARECIDO DA SILVA e ADAIANE DA SILVA, em face de ANIVALDO CORREA DE FARIA e ROSALINA LUZIA DE FARIA
a) Da revelia
Considerando que os requeridos não foram localizados para serem citados pessoalmente, procedendo-se a citação por edital, decreto-lhe a revelia, nos termos do artigo 344, do CPC
Outrossim, ante a citação por edital, fora nomeada a Defensoria Pública para atuar como curadora de revel, nos termos do artigo 72, inciso II, do CPC.
Presentes as condições da ação, os pressupostos de constituição e desenvolvimento da relação processual, bem como interesse processual e legitimidade das partes, avanço no mérito.
A pretensão exposta na exordial encerra a modalidade da usucapião extraordinária, instituto previsto no art. 1.238, e seu parágrafo único, do Código Civil, in verbis:
Art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boafé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.
Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo.
A priori, cumpre consignar que a usucapião define-se como modo originário de aquisição de propriedade e de outros direitos reais, pela posse prolongada e qualificada por requisitos estabelecidos em lei.
Além de não possuir relação pessoal entre um precedente e um subsequente sujeito de direito.
Registre-se que a usucapião não representa um ataque ao direito de propriedade, mas um tributo à posse, pois, para ser possível o seu alcance, exige-se do possuidor a detenção por um longo período, exercendo-se esse direito contra outrem que, embora tendo título de propriedade, abandonou o imóvel, deixou que outro o ocupasse e lhe conferisse função social e econômica mais relevante.
A declaração de domínio se faz mediante a demonstração, de forma concomitante, dos pressupostos temporal, atinente a posse ininterrupta por mais de 15 anos, e da natureza mansa e pacífica da posse, dispensando justo título e boa-fé.
O imovel se encontra registrado em nome dos requeridos, conforme demonstrado pela certidão de inteiro teor juntada ao processo, sendo que a parcela cuja posse é exercida pelos autores, foi objeto de uma sequencia de vendas que ocorreram durante o passar dos anos, retratada pelos contratos juntados aos autos, dai porque é importante grifar que os requeridos já haviam se despojado da area atualmente explorada pelos autores, só que nao promoveram a regularizaçao documental.
A posse exercida pelos autores, se mostra incontestavel, e a ela devem ser adicionadas aquelas pertencentes aos que transferiram os seus direitos de posse através dos contratos particulares, sendo que a posse restou manifesta pela realizaçao de benfeitorias, inversões, implantaçao de lavouras e culturas durante tempo mais que significativo.
No tocante a existencia da posse mansa e pacifica dos autores a prova testemunhal produzida em juízo, assim se externou
A testemunha, Charles José Messih Mufarrej, alegou que teve a propriedade ao lado da ocupada pelos autores por 3 (três) anos, contudo, vendeu há pouco tempo, e relata identificar os autores como exploradores e residentes da area e afasta a existencia de qualquer litigio relativo a divisas

O confinante Renato Dias de Souza, conheceu o requerente após a compra da propriedade, atestando ser ele o possuir e ocupante daquela parcela, e afastando tambem qualquer debate ou discussão sobre sua posse , relatando que existem cercas delimitando a area e que são por todos respeitadas.
A testemunha Ivo Antônio Manfredinho, alega que é vizinho do requerente, e não possui problemas em relação a divisa da propriedade, informando ainda que aquela parcela da area já é ocupada por compradores ha muitos anos.
O confinante Djaci Soares de Oliveira, comprou a propriedade ao lado do requerente há 10 anos atrás, informando que ja naquele tempo nao mais pertencia aos requeridos e que inexiste polemica relativa a divisas.
Nesse compasso, depreende-se que a prova testemunhal corrobora os documentos jungidos aos autos, comprovando que os autores exercem a posse do imóvel, de modo manso, tranquilo e pacifico, por vários anos, e que as pessoas que o antecederam na posse tambem o fizeram nestas condiçoes, sendo que as testemunhas acentuaram que não há problemas em relação a divida da propriedade.
O tempo de posse ultrapassa em muito o minimo exigido em lei.
Assim, comprovado está o lapso temporal exigido para a prescrição aquisitiva por parte de quem eventualmente reclame a propriedade.
Frise-se ainda, que os confinantes foram citados, porém não apresentaram nenhum objeção (ID 77133089). Deve ser acrescentado o fato de que algumas testemunhas informaram em juízo que são vizinhos dos autores de frente/fundos e esclareceram que não possuem problema de divisa.
Vislumbro, portanto, que a posse foi exercida de forma mansa e pacífica, não havendo notícia de interrupção, assim, a pretensão dos autores é medida que se impõe.
Oportuno, colaciono entendimento jurisprudencial:
EMENTA: APELAÇÃO. CIVIL E PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO. PRELIMINARES DE NULIDADE (PRECLUSÃO DA PROVA TESTEMUNHAL, CITAÇÃO POR EDITAL, NOMEAÇÃO DE CURADOR E ERRO NO EDITAL). AFASTADAS. POSSE AD USUCAPIONEM. LAPSO TEMPORAL. REQUISITOS. COMPROVAÇÃO. PEDIDO. PROCEDÊNCIA.
- A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
- De acordo com o disposto no art. 1.238 do CC, os requisitos para que se adquira propriedade de bem imóvel pela usucapião extraordinária são a posse mansa, pacífica e ininterrupta sobre o bem, com ânimo de dono e o prazo do período aquisitivo. Restando comprovado nos autos os requisitos necessários ao reconhecimento da usucapião extraordinária a manutenção da r. Sentença que julgou procedente a pretensão autoral é medida que se impõe. (TJMG - Apelação Cível 1.0290.10.012380-8/001, Relator(a): Des.(a) Cabral da Silva , 10ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 17/08/2021, publicação da súmula em 20/08/2021) grifei
Estando observados e atendidos os reclamos da legislaçao, tendo tido os autores o cuidado e diligencia de elaborar um mapa e memorial descritivo da area que pretendem ver reconhecida sua posse, a usucapiao deve ser identificada e declarada nos termos da lei.
Isto posto e por tudo mais que dos autos constam, com fulcro no artigo 487-I do Codigo de Processo Civil e no art. 1.241 do Código Civil, com resoluçao de mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e,via de consequência, DECLARO que os autores JOSE APARECIDO DA SILVA e ADAIANE DA SILVA, mediante usucapião, são legítimos proprietários da parcela correspondende a 12,10 hectares, a destacada do lote rural n° 05 (cinco) da Gleba 02 do setor Prosperidade do Projeto Integrado Pic Gi-Paraná, Matricula nº 10.516, localizado no Município e Comarca de Cacoal Estado de Rondônia, e que se encontra definida , destacada e delimitada pelo mapa e memorial descritivo juntado com a inicial,que configura a parcela usucapida como de número 5-C, (cinco-C), Linha 03 (três) da Gleba 02, setor Prosperidade, área de 12.100-ha. (doze hectares e dez ares), localizado no Município e Comarca de Cacoal Estado de Rondônia,decretando o USUCAPIAO da parcela de 12,10 hectares descrita no mapa e memorial descritivo, que passam a compor para todos os fins de direito esta sentença, e que deverão ser levados a registro como limites e confrontaçoes da parcela ora objeto de usucapiao.
Satisfeitas as obrigações fiscais, expeça-se mandado para inscrição no registro de imóveis.
Deixo de condenar os requeridos ao pagamento de custas ou honorários de advogado, inicialmente por nao terem sido localizados, bem como por estarem sendo atendidos pela defensoria publica de rondonia.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo “a quo” (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.
Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se.
Intimem-se.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFICIO
Cacoal-RO, 14 de julho de 2023
Mário José Milani e Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - Processo n.: 7015026-40.2022.8.22.0007
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:Direito de Imagem
AUTOR: ROSANA QUEIROZ BEZERRA FRARE, RUA ALFREDO SCHWARZ 560 JARDIM KUSUMOTO - 87112-885 - SARANDI - PARANÁ
ADVOGADO DO AUTOR: JULIANO MENDONCA GEDE, OAB nº RO83104631204
REU: SIDNEI LAERCIO FRARE, LINHA 110, S/N, LOTE 23, GB 18 lote 23, NOVA RIACHUELO ZONA RURAL - 76919-000 - MINISTRO ANDREAZZA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: CLEDERSON VIANA ALVES, OAB nº RO1087
Valor da causa:R$ 13.000,00
DECISÃO

Apreciando a preliminar alçada pela parte requerida no tocante a incompetencia deste juizo, na qual requer o encaminhamento dos autos para a Comarca de Presidente Medici - Rondonia, por entender ser aquele juizo o competente para analise e decisão da causa, e dados os elementos esclarecedores trazidos à liça, verifico que realmente a preliminar deve ser albergada por este juizo, pois o Art. 46 do Codigo de Processo Civil, destaca que as açoes fundadas em direito pessoal, real ou sobre bens imóveis será em regra proposta no domicilio do réu. Por outro lado o Art. 53 do mesmo estatuto adjetivo destaca ser competente o foro do lugar do ato ou fato para a açao de reparaçao de dano. Destaco que na inicial, de forma equivocada a autora informou que o endereço do requerido seria no municipio de Ministro Andreazza que realmente pertence a comarca de Cacoal, mas atraves de analise dos outros documentos, inclusive pelo endereço indicado pela fatura da Energisa, que o imovel está situado na Linha 110 Lt 23 Novo Riachuelo, sendo esta localidade um conhecido distrito do Municipio de Presidente Médici.
Desta forma, se mostra evidente, sob qualquer critério que se aprecie, que a causa deveria ter sido ajuizada naquela comarca, e para evitar prejuizos para as partes, e por economia processual, RECONHEÇO A INCOMPETENCIA DESTE JUIZO para analisar e decidir o presente feito e determino o ENVIO DESTES AUTOS PARA A COMARCA DE PRESIDENTE MEDICI.
ADOTEM-SE AS PROVIDENCIAS NECESSÁRIAS. INTIMEM-SE.
Cacoal, 14 de julho de 2023.
MARIO JOSE MILANI E SILVA.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - Processo n.: 7005281-36.2022.8.22.0007
Classe: Execução Fiscal
Assunto:IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE CACOAL, , PREFEITURA MUNICIPAL - 76962-050 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL
EXECUTADOS: EMERSOVAN MOREIRA DA SILVA, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 3691, MICROEMPRESA / ESCRITÓRIO JARDIM CLODOALDO - 76963-509 - CACOAL - RONDÔNIA, A. P. CARVALHO IMOBILIARIA EIRELI ME, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 3961, - DE 3871 A 4171 - LADO ÍMPAR JARDIM CLODOALDO - 76963-509 - CACOAL - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa:R$ 1.265,32
SENTENÇA
Vistos, etc.
Trata-se de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposto por MUNICIPIO DE CACOAL em face de A. P. CARVALHO IMOBILIARIA EIRELI ME, CNPJ: 04.282.684/0001-12 e EMERSOVAN MOREIRA DA SILVA, inscrito no CPF: 000.166.712-28,
A Executada foi devidamente citada (ID 77629257).
A autora informou o integral pagamento da dívida e requereu a extinção do processo, (ID 93100854).
Isto posto, tendo em vista a satisfação da obrigação, julgo extinto o presente feito, com fundamento no art. 924, inc. II do Novo Código de Processo Civil.
Libero eventual penhora realizada nos autos.
Considero a incidência do disposto no art. 1.000 do Novo Código de Processo Civil. Assim, com o trânsito em julgado da decisão nesta oportunidade, determinando o arquivamento do feito com as baixas de estilo.
Sem custas.
Publique-se. Intime-se.
Serve a presente decisão de mandado para intimação das partes.
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Mário José Milani e Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - Processo: 7012669-97.2016.8.22.0007
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Nota Promissória
EXEQUENTE: C L DO CARMO SUPERMERCADO LTDA - ME, CNPJ nº 22138534000111, ÁREA RURAL 419, RUA L COLINA VERDE ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DENISE CARMINATO PEREIRA, OAB nº RO7404
EXECUTADO: MARIA NAZARE DE OLIVEIRA FERREIRA, CPF nº 31658903234, AVENIDA CARLOS GOMES 2478, - DE 2362 A 2582 - LADO PAR PRINCESA ISABEL - 76964-064 - CACOAL - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos etc.
Considerando que o processo está aguardando a intimação da Executada acerca da penhora SISBAJUD, determino o retorno dos autos ao Cartório, tendo em vista que a conclusão foi desnecessária.
No mais, determino à CPE que proceda conforme o despacho de ID 92017579, intimando a Executada por meio de Carta-AR nos termos do mencionado despacho.
SERVE O PRESENTE PARA INTIMAÇÃO.
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Mário José Milani e Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - Processo: 7003126-60.2022.8.22.0007
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
EXECUTADO: CAROLINA GARCIA FARIA, CNPJ nº 28722323000108, AVENIDA DAS COMUNICAÇÕES 2471, - DE 2308/2309 A 2691/2692 TEIXEIRÃO - 76965-638 - CACOAL - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos etc.
Tendo em vista o julgamento dos embargos à execução, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar em termos de prosseguimento do feito.
SERVE O PRESENTE PARA INTIMAÇÃO.
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023.
Mário José Milani e Silva
Juiz de Direito

Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br -
AUTOS: 7005775-61.2023.8.22.0007
CLASSE: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
AUTOR: J. G. D. S., RUA ALMIRANTE BARROSO, QUADRA E, LOTE 145 430 SETOR OESTE - 75600-000 - GOIATUBA - GOIÁS
ADVOGADO DO AUTOR: JHONATHAN MARQUES SANTOS, OAB nº GO55440
REU: A. S. S., RUA CASTRO ALVES 5890 CENTRO - 76919-000 - MINISTRO ANDREAZZA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: ELEONICE APARECIDA ALVES, OAB nº RO5807A, ALFREDO LAURENT FILHO, OAB nº RO12100
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a parte autora para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar se houve o cumprimento do acordo celebrado entre as partes, em virtude da data do vencimento já ter ocorrido.
Serve de Intimação Via DJE
Cacoal-RO, 14 de julho de 2023.
Mário José Milani e Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - Número do processo: 7005121-74.2023.8.22.0007
Classe: Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos
Polo Ativo: J. L. B. H. P., N. G. B. H., D. P. D. E. D. R.
ADVOGADOS DOS RECORRENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: C. P. D. S.
RECORRIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistas ao Ministério Público para manifestação, tendo em vista interesse de menores, no prazo de 5 (cinco) dias.
Após, voltem conclusos.
Intime-se via sistema PJe.
Cacoal-RO, 14 de julho de 2023
Mário José Milani e Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - Processo n.: 7012717-46.2022.8.22.0007
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Assunto:Fixação
AUTORES: G. M. P., ÁREA RURAL Lh 07 Lt 14, GB 07 ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA, E. H. M. P., ÁREA RURAL Linha 07 Lt 14, GLEBA 07 ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: LUCIANA DALL AGNOL, OAB nº MT6774
ALINE SCHLACHTA BARBOSA, OAB nº RO4145
REU: L. C. S. M., RUA MESSIAS GONÇALVES 1383, DURVAL MOTO PEÇAS BOM JESUS - 14781-090 - BARRETOS - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: JOAO BATISTA PERCHE BASSI, OAB nº SP168922
Valor da causa:R$ 14.544,00

DECISÃO
Chamo o feito a ordem.
Realmente o requerido foi citado em 30.11.2022, mas cientificado da existência do processo e de uma audiência de conciliação, após o que, restando ela infrutífera, seria aberto o prazo para contestação, mas por força maior, não se concretizou a solenidade, não sendo aberto prazo para a contestação, sendo portanto incabível e inaplicável o decreto de revelia como ocorreu, daí porque o anulo.
Verifico ainda que a estipulação de alimentos provisórios não se estribou em elementos fáticos, daí porque mantenho o índice de 50% do salário mínimo somente até a data da audiência que não se efetivou, e promovo sua redução para o percentual de 40% do salário mínimo, sendo 20% para cada um dos filhos até o final julgamento do processo.
Concedo a gratuidade de justiça e abro um prazo de 15 quinze dias para que ofereça contestação, ou na mesma oportunidade apresente proposta de acordo.
Expeça-se oficio/mandado dirigido ao empregador para que passe a realizar os descontos referentes a pensão alimentícia ora fixada, direcionando os valores para a conta indicada pelos guardiões dos menores, qual seja, EDUARDO HENRIK MARQUES PEREIRA, Banco SICOOB FRONTEIRAS, Agência 4599, Conta Corrente 11.416-2, CPF 527.086.508-40.
SERVE A PRESENTE DECISÃO DE MANDADO - OFÍCIO - MANDADO DE INTIMAÇÃO VIA PJe/DJe.
Cacoal, 15 de julho de 2023.
MARIO JOSE MILANI E SILVA.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - Processo: 7005213-52.2023.8.22.0007
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Inventário e Partilha
Requerente (s): AMILDO CHICOSKI, CPF nº 86262203249, ÁREA RURAL, LINHA 7, LOTE 68, GLEBA 7 ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
Advogado (s): CLAUDIOMAR BONFA, OAB nº RO2373
Requerido (s):
Advogado (s): SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
1. Defiro o pagamento de custas ao final.
2. Nomeio inventariante AMILDO CHICOSKI (representado por seu curador RONIS PEREIRA DA SILVA), que deverá prestar compromisso com as formalidades de praxe, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 617, Parágrafo Único do Novo CPC).
3. Dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da data em que prestou o compromisso, o inventariante deverá apresentar as primeiras declarações, bem como as certidões negativas de tributos federais, estadual e municipal, e ainda cópias dos comprovantes de propriedades dos bens em nome do autor da herança.
4. Feitas as primeiras declarações, lavre-se termo circunstanciado nos termos do art. 620 do CPC.
5. Após, proceda-se a CITAÇÃO de todos os herdeiros e legatários eventualmente indicados pela inventariante nas primeiras declarações.
5.1. Havendo herdeiro incapaz ou ausente, intime-se o Ministério Público.
6. Concluídas as eventuais citações, abram-se vistas às partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestarem sobre as primeiras declarações.
7. Em seguida, intime-se a Fazenda Pública para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar nos termos do art. 629, NCPC.
8. Por fim, voltem conclusos.
9. Expeça-se e pratique-se o necessário.
10. Defiro parcialmente o pedido de venda de bovinos, tendo em vista que a área do imóvel rural noticiada como parte do espólio mostra-se suficiente a manter em média quatro cabeças de bovídeos por alqueire.
10.1. Determino a expedição de Alvará para a venda de de 3 (três) bezerros e 4 (quatro) bezerras, ambos com idade entre 7 a 12 meses, e de 4 (quatro) bezerros e 3 (três) bezerras, ambos com idade entre 13 a 24 meses, totalizando 14 (quatorze) cabeças. Expeça-se autorização para a IDARON para que sejam emitidas as guias de trânsito animal - GTA, atinente aos animais, cuja venda foi autorizada. Fica definido um prazo de 30 (trinta) dias para que seja promovida a prestação de contas nos autos, depositando-se em Juízo o fruto da venda.
11. SERVE O PRESENTE DE MANDADO para:
11.1. A intimação do requerente, através de seu advogado, sistema via PJE, do teor desse despacho.
11.2. A INTIMAÇÃO do inventariante AMILDO CHICOSKI (representado por seu curador RONIS PEREIRA DA SILVA), através de seu advogado, a fim de que preste compromisso no prazo de 05 (cinco) dias e, em seguida, apresente as primeiras declarações.
11.3. A CITAÇÃO dos herdeiros/legatários eventualmente apresentados pela inventariante nas primeiras declarações.
11.4. A INTIMAÇÃO da Fazenda Pública (via Pje).
11.5. A INTIMAÇÃO do Ministério Público, após as primeiras declarações.
Cacoal, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Mario Jose Milani e Silva
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - Processo: 7001455-02.2022.8.22.0007
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Requerente (s): ARGEU ANTONIO DE SOUZA, CPF nº 05870542200, AVENIDA CUIABÁ 2417, - DE 2373 A 2679 - LADO ÍMPAR JARDIM CLODOALDO - 76963-697 - CACOAL - RONDÔNIA
Advogado (s): MARIA GABRIELA DE ASSIS SOUZA, OAB nº RO3981
JOSE EDILSON DA SILVA, OAB nº RO1554
ADRIANA DE ASSIS SOUZA, OAB nº RO8720
Requerido (s): BANCO PAN S.A., AVENIDA PAULISTA 1374, ANDAR 16 BELA VISTA - 01310-100 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado (s): ADVOGADOS DO REU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, PROCURADORIA BANCO PAN S.A

DESPACHO INICIAL
1. Trata-se de petição apresentada pelo credor, que pretende o cumprimento da sentença, nos moldes dos artigos 513 e 523 do Código de Processo Civil.
2. Assim, como preenchidos os requisitos legais, INTIMEM-SE os executados, através de seu advogado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 523, caput), pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver.
3. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo referido, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento) e, também, de honorários de advogado de 10% (dez por cento).
4. Em caso de pagamento parcial, a multa, bem como os honorários de advogado, incidirão sobre o restante do débito (art. 523, § 2º, do CPC).
5. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo, também de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, através de advogado ou Defensor Público, sua impugnação.
6. Decorrido o prazo do item 2, sem a comprovação do pagamento, expeça-se mandado de penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para a integral quitação do débito, seguindo-se os atos de expropriação (art. 523, § 3º, do CPC).
7. Em seguida, aguarde-se na CPE o decurso do prazo para impugnação, observando-se que, como se tratam de autos eletrônicos, o prazo não será contado em dobro na hipótese de litisconsortes passivos representados por advogados de diferentes escritórios.
8. Em havendo pagamento ou impugnação ao cumprimento de sentença, intime-se o exequente, através de seu advogado/procurador, para manifestação no prazo de 10 (dez) dias. Após, promova-se a conclusão do feito.
9. Pratique-se o necessário.
10. Observações:
10.1. Destaco ao executado que o processo tramita eletronicamente. Assim, a visualização da petição inicial, dos documentos e da decisão que determinou a citação (art. 250, II e V, do CPC) poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de Rondônia, na internet, no seguinte endereço: www.tjro.jus.br/inicio-pje, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Petições, procurações, impugnações etc, devem ser trazidas ao Juízo por peticionamento eletrônico.
11. SERVE O PRESENTE DE MANDADO/CARTA-AR/CARTA PRECATÓRIA para:
11.1. INTIMAR a parte executada via DJE.
11.2. Que a CPE promova a intimação do exequente, através de seu advogado/procurador, para manifestação nas hipóteses de pagamento ou apresentação de impugnação.
Cacoal, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Mário José Milani e Silva
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - Processo n.: 7016677-10.2022.8.22.0007
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto:Alienação Fiduciária
AUTOR: B. V. S., RUA VOLKSWAGEN 291 PARQUE JABAQUARA - 04344-900 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO AUTOR: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI, OAB nº MG8816
PROCURADORIA DA VOLKSWAGEN
REU: K. C. S., AVENIDA RECIFE 200, - ATÉ 442 - LADO PAR NOVO CACOAL - 76962-160 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: TAINA LOPES DE MELO, OAB nº RO9346, WAGNER BERTON LOPES DE MELO, OAB nº RO9927, JUCELIA LIMA RUBIM, OAB nº RO7327, JUCIMARO BISPO RODRIGUES, OAB nº RO4959A
Valor da causa:R$ 118.345,82
DECISÃO
Analisando as manifestações das partes, já tendo sido realizada a busca e apreensão do veiculo, o débito teria que ser totalmente resgatado, não sendo mais possível a restauração do contrato e da obrigação de financiamento nele contida, restando tão somente o pagamento integral da dívida.

Desta forma, deverá ser consolidada a propriedade do bem, considerando-se o valor atribuído nesta data pela tabela Fipe ou seja R$-126.341,00 (Cento e vinte e seis mil, trezentos e quarenta e um reais) até para que não haja enriquecimento indevido do credor, com a utilização de manobras posteriores para a venda do veículo por preço vil, para dar suporte a eventual crédito inconsistente para com o financiado e ora requerido.
Determino a pronta liberação dos valores depositados em juízo em favor da devedora, pois foram apresentados apenas e tão somente para regularizar o contrato e impedir a busca e apreensão, o que não se mostrou possivel.
Intimem-se, para que apresente o número da conta bancária para expedição de alvará eletrônico.
INTIMEM-SE e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO.
Cacoal, 15 de julho de 2023.
MARIO JOSE MILANI E SILVA.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, nº 2025, Bairro Centro, CEP 76963-731, Cacoal, - cpecacoal@tjro.jus.br - Processo nº: 7016146-21.2022.8.22.0007
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária
AUTOR: ADILSON ALVES DA LUZ
ADVOGADOS DO AUTOR: LUIS FERREIRA CAVALCANTE, OAB nº RO2790, MARIZA SILVA MORAES CAVALCANTE, OAB nº RO8727
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
D E C I S Ã O
Vistos etc.
Tratam-se de embargos de declaração propostos por ADILSON ALVES DA LUZ, nos quais alega que houve omissão na sentença.
Intimado a se manifestar sobre os Embargos, o INSS manteve-se silente.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório.
Decido.
O presente recurso (embargos de declaração) tem por fim o aperfeiçoamento de apresentação jurisdicional, a partir da supressão de omissões, eliminação de contradições e esclarecimento de obscuridades, bem como, correção de erro material.
Observando as ponderações trazidas nos embargos de declaração, verifico que não há nenhuma omissão a ser sanada, pois a sentença foi elaborada de acordo com as provas juntadas aos autos.
Assim, pelo que se constata com os embargos apresentados a pretensão da embargante não é corrigir eventual omissão, mas “modificar” a decisão, o que, somente se faz possível mediante instrumento específico (apelação), posto não se vislumbrar qualquer omissão, contradição, obscuridade ou erro material.
Desse modo, face a ausência dos pressupostos autorizadores os presentes embargos declaratórios devem ser rejeitados de plano.
Pelo exposto, não sendo a hipótese de reforma por meio de embargos de declaração e, faltando ao recorrente o necessário interesse para o recurso, REJEITO, mantendo, portanto, a sentença como foi lançada, devendo as partes serem intimadas desta decisão.
Serve a presente decisão como mandado de intimação das partes por seus advogados/procuradores através do PJE e DJE, respectivamente.
Cacoal/RO, 14 de julho de 2023 .
Mario José Milani e Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7011140-43.2016.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE RONDÔNIA
Advogados do(a) EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831, LILIAN MARIANE LIRA - RO3579
EXECUTADO: ALAUANA ALENCAR LIMA
INTIMAÇÃO AUTOR - AR NEGATIVO Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca do AR negativo. Para a repetição da diligência (remessa de AR), o requerente/exequente deve apresentar o comprovante de pagamento da taxa, código 1008.1, para cada carta-AR, em relação a cada executado/requerido, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de não realização do ato.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7011505-87.2022.8.22.0007
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
Advogados do(a) EXEQUENTE: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS - RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE - RO1586
EXECUTADO: ANA SAMILE BATISTA e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - AR NEGATIVO E AUSENTE
Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca do AR’S negativos e “AUSENTES”.
Advertência:
1) Para endereços na mesma comarca poderá a parte informar se tem interesse na remessa de Mandado (custas de Oficial).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7015371-06.2022.8.22.0007
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
Advogado do(a) EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO - SP305896
EXECUTADO: J. C. DUTRA e outros (2)
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7003011-39.2022.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: EDUARDO DA SILVA VIANA
Advogado do(a) REQUERENTE: ELIEL MOREIRA DE MATOS - RO5725
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7002701-33.2022.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: MARIA DEOZILIA PEREIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: ANA PAULA NASCIMENTO HERMENEGILDO - RO10614
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7007897-81.2022.8.22.0007
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: LUCILENE ROSA
Advogados do(a) AUTOR: HERISSON MORESCHI RICHTER - RO0003045A, JESSICA FERNANDA DA SILVA BORGES - RO9525, TALLITA RAUANE RAASCH - RO9526
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para manifestar-se sobre a PROPOSTA DE ACORDO apresentada pela requerida, ID 93355101 e seguintes.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7010286-73.2021.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: JURANIR FRANCISCO PONCIANO
Advogado do(a) REQUERENTE: MARLISE KEMPER - RO6865
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7004942-77.2022.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: DOUGLAS JUNIOR FONSECA OLIVEIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA PADOVANI CAVALHEIRO - RO10949
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7013594-20.2021.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: WILLIANS SOARES DIAS
Advogado do(a) REQUERENTE: DOUGLAS TOSTA FEITOSA - RO8514
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7014425-68.2021.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: SONIA SAAR SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: EMILY ALVES DE SOUZA PEIXOTO - RO9545-A, LUIZ HENRIQUE LINHARES DE PAULA - RO9464
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7000796-56.2023.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: JANDIRA BARBOSA
Advogados do(a) EXEQUENTE: MARCELO VAGNER PENA CARVALHO - RO1171, VALESKA DE SOUZA ROCHA - RO5922
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento do feito no prazo de 05 dias, requerendo o que de direito, sob pena de arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7012688-30.2021.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: SANDRA MARCIA MONTEIRO
Advogados do(a) REQUERENTE: JOSIMARA CARDOSO GOMES - RO8649, MIRIAN SALES DE SOUSA - RO8569
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7011786-19.2017.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: PEDRO MELO DE SOUZA
Advogados do(a) REQUERENTE: ANDRE BONIFACIO RAGNINI - RO1119, GISELE BATISTA COSTA - RO12746
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente via internet, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade, e informar o levantamento nos autos, sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7012307-85.2022.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: NILDA LITTIG RAMBO
Advogado do(a) EXEQUENTE: ANA PAULA NASCIMENTO HERMENEGILDO - RO10614
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7014714-64.2022.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
REQUERENTE: MIRLENE VIEIRA
Advogados do(a) REQUERENTE: JEFFERSON WILLIAN DALLA COSTA - RO6074, JOAQUIM JOSE DA SILVA FILHO - SP139081
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7001670-75.2022.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: JOSE MASCARINHO
Advogado do(a) EXEQUENTE: EVANI SOUZA TRINDADE - RO0001431A
EXCUTADO: GERENTE EXECUTIVO DO INSS e outros (2)
INTIMAÇÃO AUTOR
Fica a parte EXEQUENTE intimada, por seu patrono, para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias, informando se há interesse no feito ou se a obrigação encontra-se satisfeita, sob pena de presunção da quitação da obrigação e arquivamento/extinção do feito.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7008166-23.2022.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: IZAIAS DA SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: MARIA DA PENHA MARGON DELARMELINA - RO8693, MEIRIDIANA FERREIRA PAGEL DA SILVA - RO12093
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7016921-36.2022.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: ROSILENE MACHADO BORGHI
Advogado do(a) EXEQUENTE: EMILLY CARLA ROZENDO - RO9512
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento do feito no prazo de 05 dias, requerendo o que de direito, sob pena de arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7002394-50.2020.8.22.0007
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
Advogados do(a) AUTOR: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS - RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE - RO1586, PATRICIA PEREIRA DE ANDRADE - RO10592
REU: GILBERTO DE SOUZA e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - IMPUGNAÇÃO Fica a parte AUTORA intimada a responder à impugnação no prazo de 05 dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7010792-15.2022.8.22.0007
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BSE COSMETICOS LTDA
Advogados do(a) EXEQUENTE: LUIZ HENRIQUE CHAGAS DE MELLO - RO9919, NORIVALDO JOSE FERREIRA - RO8538
EXECUTADO: C S CERINO CONFECCOES
Intimação AUTOR - PRECATÓRIA DEVOLVIDA
Fica a parte AUTORA intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar manifestação acerca da devolução de carta precatória sem cumprimento e para manifestar-se em termos de prosseguimento no prazo de 05 dias..

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7005984-64.2022.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: IVANA SURUI
Advogado do(a) REQUERENTE: DENISE CARMINATO PEREIRA - RO7404
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7007844-03.2022.8.22.0007
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: NELSON ASSIS DOS SANTOS
Advogados do(a) EXEQUENTE: GLORIA CHRIS GORDON - RO3399, VINICIUS POMPEU DA SILVA GORDON - RO5680
NÃO DENUNCIADO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO PARTES - RPV(s) EXPEDIDA(s)
Ficam as PARTES intimadas, por meio de seu advogado/procurador, para se manifestarem sobre a(s) RPV(s) expedida(s) nos autos, sendo que ao término do prazo, não havendo manifestação, o expediente será assinado e enviado para processamento no sistema e-PrecWeb conforme expedido.
Prazo para manifestação parte autora: 5(cinco) dias
Prazo para manifestação parte requerida (INSS): 10(dez) dias

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7017011-44.2022.8.22.0007
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
Advogado do(a) AUTOR: NOEL NUNES DE ANDRADE - RO1586
REU: JOAO BATISTA DE OLIVEIRA 99563916204
INTIMAÇÃO AUTOR - AR NEGATIVO Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca do AR negativo. Para a repetição da diligência (remessa de AR), o requerente/exequente deve apresentar o comprovante de pagamento da taxa, código 1008.1, para cada carta-AR, em relação a cada executado/requerido, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de não realização do ato.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7009355-70.2021.8.22.0007
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: AUTO POSTO G-10 LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: ABDIEL AFONSO FIGUEIRA - RO3092
EXECUTADO: G. DA SILVA RANGEL - ME e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - AR NEGATIVO Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca do AR negativo. Para a repetição da diligência (remessa de AR), o requerente/exequente deve apresentar o comprovante de pagamento da taxa, código 1008.1, para cada carta-AR, em relação a cada executado/requerido, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de não realização do ato.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cacoal - 4ª Vara Cível
Avenida Cuiabá, 2025, - cpecacoal@tjro.jus.br -, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-731
e-mail: cpecacoal@tjro.jus.br
Processo : 7008750-90.2022.8.22.0007
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
Advogados do(a) EXEQUENTE: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS - RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE - RO1586
EXECUTADO: ANDERSON VINICIUS MOREIRA DE MORAES
INTIMAÇÃO AUTOR - AR AUSENTE
Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca do AR negativo devolvido com motivo “AUSENTE”.
Advertência:
1) Poderá a parte informar se tem interesse na remessa de Mandado (custas de Oficial).

COMARCA DE CEREJEIRAS

1º CARTÓRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
Endereço: AV. das Nações, 2225, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
==========
Processo nº: 7000808-52.2023.8.22.0013 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: GENILDA OLIVEIRA DA SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: NAYRA JULIANA DE LIMA - RO6216
EXECUTADO: MUNICIPIO DE CEREJEIRAS
Intimação AO EXEQUENTE
Por determinação do(a) MM. Juiz(a) de Direito, deste Juizado Especial da Fazenda Pública, fica Vossa Senhoria intimada para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se nos autos em epígrafe acerca da impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pela parte executada.
Cerejeiras/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
Endereço: AV. das Nações, 2225, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
==========
Processo nº: 7001109-96.2023.8.22.0013 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (14695)
REQUERENTE: MICHEL OZORIO BROIANO
Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO GOMES ANTUNES - RO11753
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
Intimação AO REQUERENTE
Por determinação do(a) MM. Juiz(a) de Direito, deste Juizado Especial da Fazenda Pública, fica Vossa Senhoria intimada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar impugnação à contestação.
Cerejeiras/RO, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, 2225, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Processo : 7001117-73.2023.8.22.0013
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ONOFRE GERMANO DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: REGINA DA CRUZ VIEIRA ALVES - RO12657
REU: Banco Bradesco Financiamentos S.A
Advogado do(a) REU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE23255
Intimação PARTES - PROVAS
Ficam AS PARTES intimadas para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca de quais provas pretendem produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, 2225, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Processo : 7000151-13.2023.8.22.0013
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ANALIA RODRIGUES DE LARA e outros
Advogados do(a) AUTOR: EBER COLONI MEIRA DA SILVA - RO4046, FELIPE WENDT - RO4590, JULIANA QUEIROZ DOS SANTOS - RO9170
REU: GLOBAL VEICULOS LTDA e outros (2)
Advogado do(a) REU: ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO - BA29442
Advogado do(a) REU: VITORIA SILVA PEREIRA - RO12966
Intimação PARTES - PROVAS

Ficam AS PARTES intimadas para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca de quais provas pretendem produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7002226-59.2022.8.22.0013
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Valor da causa: R$ 830,40 ()
Parte autora: DAVI HENRIQUE CANDIDO, RUA MARIO PEREIRA DA SILVA 1880 - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, AV ARACAJU 827 CENTRO - 76997-970 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Parte requerida: Municipio de Cerejeiras, AVENIDA DAS NAÇOES 1919 BAIRRO CENTRO - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA, Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986, PALÁCIO RIO MADEIRA PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Antes de apreciar os pedidos das partes, determino que a serventia certifique quanto ao trânsito em julgado da sentença prolatada.
Após, retornem os autos conclusos.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO / NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Cerejeiras/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7000355-57.2023.8.22.0013
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Valor da causa: R$ 400,00 ()
Parte autora: JHONYSON GABRIEL SANTOS DA CUNHA, RUA ANTONIO CARLOS ZANCAN 2459 BAIRRO MARANATA - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, AV ARACAJU 827 CENTRO - 76997-970 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Parte requerida: Municipio de Cerejeiras, AVENIDA DAS NAÇOES 1919 BAIRRO CENTRO - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA, Estado de Rondônia, AVENIDA DOS IMIGRANTES - DE 31 3503, - DE 3129 A 3587 - LADO ÍMPAR COSTA E SILVA - 76803-611 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Considerando que o ESTADO DE RONDÔNIA apresentou documentos comprobatórios da disponibilização da consulta ao menor (IDs 92111040 e seguintes), intime a parte exequente, através da DPE, a requerer o que de direito em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito pelo cumprimento integral da obrigação.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO / NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Cerejeiras/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7000276-54.2018.8.22.0013
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Defeito, nulidade ou anulação
Valor da causa: R$ 760.916,44 (setecentos e sessenta mil, novecentos e dezesseis reais e quarenta e quatro centavos)
Parte autora: ROSELI COUTO GEMELLI, RUA GUAPORÉ 3456 CENTRO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA, ANTONIO JOSE GEMELLI, RUA GUAPORÉ 3456 CENTRO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA

ADVOGADO DOS REQUERENTES: SILVANE SECAGNO, OAB nº RO5020
Parte requerida: BOASAFRA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, AVENIDA BRASIL 691, - DE 478/479 A 813/814 NOVA BRASÍLIA - 76908-408 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: GIANE ELLEN BORGIO BARBOSA, OAB nº RO2027A, - 76900-970 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Nos termos da jurisprudência do STJ, o juiz pode, de ofício, independentemente de requerimento das partes, enviar os autos à contadoria judicial quando houver dúvida acerca do correto valor da execução e verificar se os cálculos apresentados estão em desacordo com o título em execução (STJ, AgInt nos EDcl no AREsp 1.716.966/SP, rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, j. 29.3.2021, p.7.4.2021.)
Posto isso, considerando a divergência apontada, encaminhem-se os autos à Contadoria do juízo para apuração do débito, a fim de verificar o valor efetivamente devido a parte exequente, atentando-se aos parâmetros fixados na sentença e/ou eventuais valores pagos e vencidos no curso da ação, com atualização até a data de realização dos cálculos.
Após, com a vinda dos cálculos, abra-se vista as partes para manifestação, querendo, no prazo de 5 dias, sob pena de preclusão, desde logo, advertindo-as de que eventual inércia será vista como concordância tácita acerca dos valores.
Na sequência, havendo ou não manifestação, o que deverá ser certificado, venham-me conclusos.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Cerejeiras segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 08:24 .
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7000853-66.2017.8.22.0013
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Defeito, nulidade ou anulação, Interpretação / Revisão de Contrato
Valor da causa: R$ 86.569,40 (oitenta e seis mil, quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos)
Parte autora: MARCELO FABIANO CAMARGO, RUA COSTA E SILVA 1700 CENTRO - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: TRUMAM GOMER DE SOUZA CORCINO, OAB nº RO3755A
Parte requerida: BANCO BRADESCO S.A., BANCO BRADESCO S.A., RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADOS DO REU: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR, OAB nº AC4943, - 76900-970 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, MARIA LUCILIA GOMES, OAB nº AC2599, - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, BRADESCO
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de “ação ordinária para revisão de cláusulas contratuais c/c anulação de ato jurídico e pedido de tutela de urgência” proposta por MARCELO FABIANO CAMARGO contra BANCO BRADESCO S/A.
Em síntese, consta na inicial que o requerente, como avalista garantidor da empresa GENTILE & GENTILE LTDA – ME, firmou CONTRATO DE MÚTUO FINANCEIRO com o banco Requerido no valor de R$ 86.569,40 (oitenta e seis mil quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos), para serem pagos em 60 (sessenta) parcelas no valor de R$ 2.864,96 (dois mil oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos). Para contrair tal empréstimo, o requerente deu em garantia (alienação fiduciária) um imóvel de sua propriedade (Lote nº. 06, da Quadra 207, Setor B, da cidade de Cerejeiras, devidamente matriculado sob o nº. 3.765.
O devedor principal GENTILE & GENTILE LTDA – ME pagou até a parcela de nº. 22 das 60 do aludido contrato (débito em conta corrente), e por conta da crise econômica e até mesmo pela abusividade contratual, não consegui quitar as parcelas restantes, azo em que o garantidor e ora Requerente, foi notificado através do Cartório de Registro de Imóveis pelo banco Requerido para efetuar um pagamento no valor de R$ 42.312,96 (quarenta e dois mil trezentos e doze reais e noventa e seis centavos), sob pena de em não fazendo perder seu único imóvel que havia sido dado em garantia, ocasião em que o Requerente procurou o gerente da agencia local do banco Requerido para renegociar o suposto débito e solucionar o empasse, porém não obteve sucesso.
Afirma o requerente que as taxas de juros cobrados pelo banco Requerido estão acima da taxa média de mercado fornecida pelo BACEN, além disso, estão sendo cobrados juros na forma capitalizada diária, ou seja, juros dos juros na forma composta diariamente, o que por certo gera enorme dano a requerente e, caracteriza a prática do anatocismo, o que é inadmissível, nos termos da Súmula 121, do STF.
O requerente depositou nos autos os valores que entende como corretos.
Ao final, consta pedido de antecipação de tutela para fins de depósito mensal dos valores devidos, de forma simples, manutenção da posse e averbação da ação na matrícula do imóvel; no mérito, a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, com a inversão do ônus da prova; revisão da cláusula contratual, modificando a forma de capitalização diária e composta da taxa de juros, para forma simples com capitalização mensal, bem como afastar a cumulação de encargos moratórios com taxa de remuneração e multa, conforme determina a Lei; a devolução em dobro (repetição indébito) dos valores pagos a maior nas parcelas que foram quitadas nos parâmetros anteriores a presente revisão, a ser apurado em liquidação de sentença; anulação da consolidação da propriedade.
Custas processuais juntadas [10461673].
Foi proferida Decisão deferindo a antecipação da tutela pretendida [11591959].

A audiência de conciliação restou infrutífera [12643799].
Após ser citado o réu apresentou Contestação postulando pela improcedência dos pedidos iniciais.
Impugnação à Contestação reiterando os termos da inicial [14311814].
A parte autora juntou laudo pericial contábil no ID17481099.
O requerido apresentou laudo técnico elaborado por assistente técnico [18979461].
A parte ré requereu o julgamento do feito pela improcedência. Lado outro, a parte autora requereu a produção de prova pericial [30247844].
Foi proferida Decisão deferindo a produção da prova pericial [60404375].
A parte autora requereu prazo para pagamento dos honorários periciais, o que foi deferido por este Juízo.
Depósito de valores no ID68587112.
Foi proferida Decisão nomeando nova perita [84294565].
A parte autora requereu a dilação de prazo para depósito do valor remanescente [88709366], o que foi deferido.
Contudo, a parte autora deixou transcorrer o prazo sem manifestação.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório do necessário.
DO JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO
Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder. (DJU 17.09.90, P. 9.513).
No presente caso, a questão de mérito dispensa a produção de prova em audiência, logo, há que se promover o julgamento antecipado da causa, na forma do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
Quanto à prova pericial anteriormente deferida, tendo em vista a ausência de andamento no feito pela parte autora, revogo a nomeação do(a) perito(a) e indefiro a produção da prova pretendida.
DAS PRELIMINARES
As preliminares confundem-se com o próprio mérito e com este serão analisadas.
DO MÉRITO
Em síntese, consta na inicial que o requerente, como avalista garantidor da empresa GENTILE & GENTILE LTDA – ME, firmou CONTRATO DE MÚTUO FINANCEIRO com o banco Requerido no valor de R$ 86.569,40 (oitenta e seis mil quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos), para serem pagos em 60 (sessenta) parcelas no valor de R$ 2.864,96 (dois mil oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos). Para contrair tal empréstimo, o requerente deu em garantia (alienação fiduciária) um imóvel de sua propriedade (Lote nº. 06, da Quadra 207, Setor B, da cidade de Cerejeiras, devidamente matriculado sob o nº. 3.765.
O devedor principal GENTILE & GENTILE LTDA – ME pagou até a parcela de nº. 22 das 60 do aludido contrato (débito em conta corrente), e por conta da crise econômica e até mesmo pela abusividade contratual, não consegui quitar as parcelas restantes, azo em que o garantidor e ora Requerente, foi notificado através do Cartório de Registro de Imóveis pelo banco Requerido para efetuar um pagamento no valor de R$ 42.312,96 (quarenta e dois mil trezentos e doze reais e noventa e seis centavos), sob pena de em não fazendo perder seu único imóvel que havia sido dado em garantia, ocasião em que o Requerente procurou o gerente da agencia local do banco Requerido para renegociar o suposto débito e solucionar o empasse, porém não obteve sucesso.
Afirma o requerente que as taxas de juros cobrados pelo banco Requerido estão acima da taxa média de mercado fornecida pelo BACEN, além disso, estão sendo cobrados juros na forma capitalizada diária, ou seja, juros dos juros na forma composta diariamente, o que por certo gera enorme dano a requerente e, caracteriza a prática do anatocismo, o que é inadmissível, nos termos da Súmula 121, do STF.
Pois bem.
Da aplicação do Código de Defesa do Consumidor
A revisão de cláusulas contratuais pretendida encontra o devido amparo legal no art. 6º, inciso V, do CDC, que dispõe que são direitos básicos do consumidor, entre outros, a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.
Assim, efetivamente, a intervenção do Poder Judiciário nas relações de consumo deve ocorrer sempre que estas apresentem desequilíbrio.
No presente caso, tem-se como aplicável o Código de Defesa do Consumidor, relativizando-se o princípio pacta sunt servanda, até porque vige atualmente o princípio da boa-fé objetiva.
Não obstante isso, a declaração de ilegalidade de cláusulas ou a revisão contratual se condiciona a investigação e constatação de concreta e efetiva violação às normas consumeristas, o que deve ser feito em conformidade com os contratos serem revisados e seus respectivos encargos.
Da limitação à taxa de juros
No que diz respeito aos juros remuneratórios, impende deixar claro que não existe limitação constitucional sobre a taxa a ser aplicada.
Sabe-se que o assunto da obrigatoriedade da fixação das taxas de juros em 6% ao ano já está pacificado e o STF já se posicionou, definitivamente, pela não autoexecutoriedade da fixação trazida no artigo 192, § 3º da Constituição Federal. Tanto é verdade que a própria Constituição foi modificada pela emenda n. 40/2003, sendo revogado o parágrafo 3º desse artigo.
Aliás, ainda vigora o enunciado inserto na súmula 596 do STF, senão vejamos:
As disposições do Decreto n. 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o Sistema Financeiro Nacional.
No mesmo sentido, tem-se o enunciado do STJ de nº 382, preconizando que:
A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% (doze por cento) ao ano, por si só, não indica abusividade.
Ora, não havendo limitação legal não se pode conceber ilegalidade na sua cobrança.
Além do mais, a fixação pura e simples dos juros praticados no mercado financeiros não fica exclusivamente ao arbítrio da instituição financeira, pois depende de inúmeras variáveis e até mesmo da taxa de juros fixada pelo COPOM, justamente para remunerar os títulos públicos.
Nesse diapasão, urge consignar que a política econômica praticada no país é que determina os rumos dos juros a serem praticados no mercado pelas instituições financeiras.
Se já não bastasse tudo isso, o Código de Defesa do Consumidor não traz qualquer limitação de taxa de juros.
Dos juros remuneratórios capitalizados

A capitalização de juros em período inferior a um ano também é aceita pela legislação e jurisprudência, desde que prevista contratualmente, vejamos:

Súmula 539: É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/2000 (MP n. 1.963- 17/2000, reeditada como MP n. 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada.

A capitalização, como é de domínio público, é um importante fator de incremento da dívida, pois consiste na incorporação dos juros vencidos ao capital, para que passem a integrar a base de cálculo dos juros vincendos.

Aliás, é induvidoso que, quanto menor a periodicidade da capitalização, maior será o incremento da dívida, até um certo limite, que é obtido com a capitalização contínua (cf. REsp 973.827/RS, Rel. P/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, Dje 24/09/2012).

No caso vertente, verifica-se que no contrato encartado nos autos constaram tão somente a taxa efetiva mensal e anual, porém não fora informada a taxa de juros DIÁRIA.

Matematicamente, resta induvidoso que a capitalização diária gera um significativo incremento da dívida, como dito alhures, ensejando um favorecimento exagerado e injustificável do credor.

Por essa razão, torna-se inadmissível que a capitalização diária seja utilizada como uma forma implícita de elevação da dívida. Assim, com o escopo de evitar que situações como essas aconteçam, imperioso que a instituição financeira informe todas as taxas de juros, sejam elas anual, mensal e até diária. Somente com base nessa informação, é que se torna possível verificar a equivalência entre as taxas. Consiste num direito básico do consumidor, regra esta inserta no art. 6º, inciso III, bem como nos arts. 46 e 52 do Código de Defesa do Consumidor, que é direito do consumidor à informação prévia e adequada, inclusive do conteúdo do contrato a ser celebrado, especialmente quando envolvem a concessão de crédito ou financiamento.

O que se extrai das regras acima aludidas, constantes do art. 6º, inciso III, art. 46 e art. 52 do Código de Defesa do Consumidor, é que consumidor tem o direito realizar um controle a priori do contrato, o que só é possível com informações adequadas e precisas sobre os produtos e serviços, no caso, informação precisa sobre a taxa de juros cobrada (taxa diária) e seus equivalentes, mensal e anual.

Na hipótese em testilha, como não houve informação da taxa diária de juros nos contratos analisados nos autos, apenas das taxas mensal e anual, motivo pelo qual revela-se incabível incidência da capitalização diária.

Nesse sentido, colaciono o seguinte aresto do STJ:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CAPITALIZAÇÃO DIÁRIA DE JUROS. PREVISÃO EXPRESSA DA TAXA NO CONTRATO. REEXAME DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA

1. De acordo com a jurisprudência desta Corte, a cobrança de capitalização diária de juros em contratos bancários é possível, sendo necessária a informação acerca da taxa de juros diária a ser aplicada, ainda que haja expressa previsão quanto à periodicidade no contrato. (destaquei)

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem interpretação de cláusula contratual ou revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

3. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu pela previsão expressa da taxa diária de juros. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial.

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp n. 2.002.298/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 29/8/2022, DJe de 31/8/2022.)

Assim, deve ser declarada a nulidade da cláusula contratual que estipulou a periodicidade da capitalização de forma diária nos contratos em discussão, sem especificar a taxa de juros efetiva para essa periodicidade de capitalização, substituindo-a pela cláusula de capitalização mensal.

No que tange aos vícios da Medida Provisória 2170/36, a questão já se encontra superada no âmbito do Supremo Tribunal Federal, o qual deu provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 592377 em que o Banco Fiat S/A questionava decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) que declarou inconstitucional dispositivo de uma medida provisória editada em 2000, que permitiu a capitalização mensal de juros no sistema financeiro.

É importante ressaltar, porém, que no julgamento do Recurso Extraordinário não se discutiu o mérito da questão, ou seja, a possibilidade de haver capitalização de juros (incidência de juros sobre juros) nas operações inferiores a um ano, mas sim se os requisitos de relevância e urgência, necessários à edição das MPs, estavam presentes no momento da edição do ato normativo.

Urge ainda esclarecer que, apurando-se de forma insofismável que houve a cobrança indevida de juros nos contratos em espécie, sobretudo em razão da capitalização diária, resta descaracterizada a mora do devedor na operação onde se aplicou a periodicidade diária na capitalização, como citado no início desta decisão em relação a utilização dos valores disponibilizados.

Tal fato demonstra a ilegalidade nos cálculos do BANCO, sendo medida de justiça a sua correção. Conforme acima mencionado, a capitalização diária, sem informação da taxa efetiva aplicada decorrente da periodicidade de capitalização pactuada contrato merece adequação, em especial para substituir a capitalização diária por capitalização mensal.

DA CUMULAÇÃO DE ENCARGOS MORATÓRIOS COM TAXA DE REMUNERAÇÃO E MULTA

Importa salientar que a Súmula nº 472 do Superior Tribunal de Justiça veda a cumulação de juros remuneratórios com comissão de permanência, tendo em vista que esse encargo já remunera o capital, e não a cumulação de juros remuneratórios com juros de mora e multa.

Frisa-se, ainda, que os juros remuneratórios e os juros moratórios são encargos com finalidades distintas: o primeiro visa à remuneração do capital emprestado, enquanto o segundo tem a finalidade de penalizar o contratante que se encontra em mora.

Sendo assim, não há qualquer óbice à cumulação de juros remuneratórios com juros moratórios e multa.

O STJ entende que quando a ação de revisão do contrato reconhece a abusividade apenas dos encargos acessórios, mantendo o que foi pactuado quanto aos juros remuneratórios e a possibilidade de capitalização, não ocorre a descaracterização da mora, conforme entendimento firmado pelo STJ, em recurso repetitivo (REsp. 1.639.259/SP).

No presente caso, como foi reconhecida a nulidade da cláusula de capitalização diária, deve-se afastar a mora e seus consectários legais/contratuais.
REPETIÇÃO
Ora, havendo cobrança indevida, impõe-se a repetição do indébito, porém na forma simples.
Não há que se falar em restituição em dobro, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, eis que não há prova de que o credor agiu com má-fé. Nesse sentido:
AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE TAXAS CONDOMINIAIS. OMISSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INEXISTÊNCIA. RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA STF/283. COBRANÇA DE VALOR INDEVIDO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO COM BASE NO CDC. IMPOSSIBILIDADE. (...) 4.- A jurisprudência das Turmas que compõem a Segunda Seção do STJ é firme no sentido de que a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, pressupõe tanto a existência de pagamento indevido quanto a má-fé do credor.(...)(AgRg no AREsp 222.609/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/04/2013, DJe 03/05/2013)
Tendo em vista que os contratos não foram quitados, autorizo que o requerido compense os valores na dívida a ser executada, que deverá ser recalculada nos termos desta sentença.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido proposto por MARCELO FABIANO CAMARGO contra o BANCO BRADESCO S/A, para DECLARAR nula a cláusula de capitalização diária, por não prever a taxa efetiva aplicada decorrente da periodicidade dessa capitalização, a qual deverá ser substituída pela capitalização mensal, RECONHECER, via de consequência, o afastamento da mora e seus consectários legais/contratuais e CONDENAR o réu a restituir de forma simples o valor que foi pago em excesso, todavia desde já autorizo que tais valores sejam considerados como pagamento da dívida, ou seja, que haja compensação com os débitos apurados após o recálculo do contrato.
Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em 10% sobre o valor a ser apurado a título de excesso de pagamento, após o recálculo dos contratos com a capitalização mensal, nos termos do art. 85, §2º, do Código de Processo Civil.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Cerejeiras segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 08:42.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7000307-98.2023.8.22.0013
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Rural (Art. 48/51), Liminar
Valor da causa: R$ 15.624,00 (quinze mil, seiscentos e vinte e quatro reais)
Parte autora: MARIA DAS DORES GOMES DA SILVA, LINHA 3, KM 5, 3ª PARA 2ª EIXO, CASA ZONA RURAL - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MILTON BIANCHE, OAB nº RO12288, RUA 1709 2258 JARDIM PRIMAVERA - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA, ELIANE DUARTE FERREIRA, OAB nº RO3915A
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Cuida-se de ação ajuizada pela parte descrita em epígrafe contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, com pedido de condenação do requerido à concessão de aposentadoria por idade de trabalhadora rural.
Em síntese, a parte autora afirma que é segurada especial da previdência social na qualidade de produtora rural em regime de economia familiar, aduzindo que sempre trabalhou na lavoura com a família e que, ao completar o requisito etário, requereu administrativamente o benefício de aposentadoria por idade, que teria sido indeferido pela autarquia previdenciária em razão da não comprovação da qualidade de segurado especial.
Citada via sistema do Processo Judicial Eletrônico, a autarquia previdenciária apresentou contestação, alegando que a parte autora não preenche todos os requisitos exigidos pela Lei 8.213/91 para a concessão do benefício, pois não há comprovação de que a parte autora seja segurada especial e de que tenha realizado trabalho rural em regime de economia familiar pelo tempo de carência mínimo exigido pela lei previdenciária.
A parte autora apresentou impugnação, alegando que atende aos requisitos exigidos para fazer jus à aposentadoria por idade de trabalhadora rural.
Foi prolatada decisão saneadora, sendo designada audiência para produção da prova oral.
Realizada a audiência de instrução, foi tomada a oitiva das testemunhas.
Preclusa a oportunidade do requerido de apresentar suas alegações finais, em virtude de sua ausência imotivada, sendo que o autor apresentou alegações remissivas.
É, em síntese, o relatório. DECIDO.
FUNDAMENTAÇÃO
A ação deve ser julgada procedente.
Cuida-se de pedido de aposentadoria por idade de suposto trabalhador rural. A Lei n. 8.213/91, em seu art. 11, inciso VII, considera o trabalhador rural segurado da previdência social, classificando-o como segurado obrigatório e especial, desde que exerça seu labor individualmente ou em regime de economia familiar, sendo-lhes oferecido o benefício de aposentadoria por idade (art. 18, I, “b”), cujos requisitos e condições vem expressos nos artigos 48 e seguintes do referido diploma legal.

Para a concessão do benefício, o artigo 48, § 1º, da Lei n. 8.213/91 exige idade mínima de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres, além do efetivo tempo de serviço rural, que pode ser integral ou descontínuo (art. 143 da Lei n. 8.213/91), cujo tempo deverá ser comprovado mediante início razoável de prova material, complementado por prova testemunhal, tanto na esfera administrativa ou judicial, a teor do art. 55 §3º, da citada lei, não se admitindo prova exclusivamente testemunhal (Súmulas 149/STJ e 27/TRF – 1ª Região).
Portanto, para o acolhimento da pretensão deduzida, incumbe à parte autora comprovar a existência cumulada dos seguintes requisitos:
a) idade de 60 anos para trabalhador rural (art. 48, § 1º);
b) a qualidade de segurado segundo a categoria em que se classifica; e
c) o exercício efetivo da atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por período de tempo igual ao de carência exigido por lei (art. 48, § 2º), que segundo disposto no art. 142 da lei n. 8.213/91, corresponde a 180 meses para quem precisa demonstrar o início da atividade rural após o ano de 1991.
Do requisito etário
Nos autos resta incontroverso o atendimento do requisito da idade, uma vez que o documento de identidade da requerente comprova que ela, nascida em 26/10/1949, completou a idade antes de requerer administrativamente o benefício.
Da qualidade de segurado e tempo de carência
Sensível à dificuldade do rurícola na obtenção de prova escrita do exercício de sua profissão, o Superior Tribunal de Justiça já solucionou a matéria, adotando a solução pro misero, no sentido de que a exigência legal para a comprovação da atividade laborativa do rurícola resulta num mínimo de prova material, ainda que constituída por dados do registro civil – como em certidão de casamento, ou de nascimento dos filhos e, até mesmo, em assentos de óbito, no caso de pensão.
Corolário da exigência de "início" é que não se exige que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício, bastando que o conjunto probatório permita ao julgador, formar convicção acerca da efetiva prestação laboral rurícola.
Considerando que a requerente nasceu em 15/05/63, conforme atesta o seu CPF incluso à inicial, deverá comprovar o exercício de atividade rural pelos 180 meses imediatamente anteriores ao pedido administrativo realizado em 03/10/22.
Como início de prova material da sua condição de segurado especial, o autor fez juntar aos autos com a inicial vários documentos evidenciando ser ele trabalhador rural e relativos ao tempo de carência que precisa ser demonstrado.
Os documentos aportados aos autos demonstram ao menos o início de prova material necessária para a concessão do benefício, pois remontam a datas concomitante a qual deveria ser comprovado o tempo de carência, assim as declarações, notas fiscais e fichas de atendimento médicos indicam, em início, o exercício de atividade rural e residência rural. Todos esses documentos apresentados, embora não detalhem todo o período exigido por lei, evidenciam indícios de atividade rural durante o tempo de carência que deve ser demonstrado.
Em que pese a autarquia previdenciária alegue em sua contestação que não há nos autos provas concretas e seguras do início de atividade rural e de seu efetivo exercício pelo prazo necessário, não sendo os documentos apresentados de eficácia probante, por possuírem natureza particular, tais alegações não merecem prosperar tendo em vista que, apesar de os documentos não demonstrarem "ano a ano" todo o tempo de carência necessário, comprovam que o autor exerceu atividades rurais por considerável lapso temporal durante o período de carência.
Com relação à alegação da autarquia previdenciária de que referidos documentos não serviriam como início de prova material da atividade rural, importa registrar que o STJ, já em sede de recursos repetitivos, acenou no sentido de já estar sedimentado o entendimento de que a prova material de parte do lapso temporal carencial exigido não afronta a orientação da súmula 149 do STJ, de que a prova exclusivamente testemunhal não serve por si só para atestar o exercício da atividade rural pretendida.
Ainda de acordo com referida orientação superior, a súmula 149 do STJ tem sua aplicação mitigada na hipótese da reduzida prova material ser complementada por idônea e robusta prova testemunhal, senão confira:
RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. SEGURADO ESPECIAL. TRABALHO RURAL. INFORMALIDADE. BOIAS-FRIAS. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. ART. 55, § 3º, DA LEI 8.213/1991. SÚMULA 149/STJ. IMPOSSIBILIDADE. PROVA MATERIAL QUE NÃO ABRANGE TODO O PERÍODO PRETENDIDO. IDÔNEA E ROBUSTA PROVA TESTEMUNHAL. EXTENSÃO DA EFICÁCIA PROBATÓRIA. NÃO VIOLAÇÃO DA PRECITADA SÚMULA. 1. Trata-se de Recurso Especial do INSS com o escopo de combater o abrandamento da exigência de produção de prova material, adotado pelo acórdão recorrido, para os denominados trabalhadores rurais boias-frias. 2. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 3. Aplica-se a Súmula 149/STJ ("A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeitos da obtenção de benefício previdenciário") aos trabalhadores rurais denominados "boias-frias", sendo imprescindível a apresentação de início de prova material. 4. Por outro lado, considerando a inerente dificuldade probatória da condição de trabalhador campesino, o STJ sedimentou o entendimento de que a apresentação de prova material somente sobre parte do lapso temporal pretendido não implica violação da Súmula 149/STJ, cuja aplicação é mitigada se a reduzida prova material for complementada por idônea e robusta prova testemunhal. 5. No caso concreto, o Tribunal a quo, não obstante tenha pressuposto o afastamento da Súmula 149/STJ para os "boias-frias", apontou diminuta prova material e assentou a produção de robusta prova testemunhal para configurar a recorrida como segurada especial, o que está em consonância com os parâmetros aqui fixados. 6. Recurso Especial do INSS não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ. (STJ, REsp 1321493/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/10/2012, DJe 19/12/2012).
Contudo, mesmo assim, no presente caso os documentos apresentados contemplam satisfatoriamente o período de carência, havendo robusto acervo de prova material sobre a qualidade de segurado especial durante os anos compreendidos pelo período carencial que precisa ser demonstrado.
Nesse sentido é a orientação do TRF 1ª, região:
PREVIDENCIÁRIO. RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. VÍNCULOS URBANOS. NÃO DESCARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO. JUROS DE MORA. PARCIAL PROVIMENTO. 1. […] 10. Os poucos períodos de trabalho urbano do autor (CNIS f. 130) não descaracterizam sua atividade campesina, pois a Lei expressamente admite que o exercício da atividade rural, pelo prazo de carência, possa ser de forma descontínua (Lei 8.213/91, art. 39, I) (STJ - EDcl no AgRg no AREsp: 297322 PB 2013/0056921-9, Relator: Ministro Mauro Campbell Marques, Data de Julgamento: 13/08/2013, - Segunda Turma). 11. Juros de mora simples de 1% ao mês, a contar da citação, até jun/2009 (Decreto 2.322/1987), até abr/2012 simples de 0,5% e, a partir de mai/2012, mesmo percentual de juros incidentes sobre os saldos em caderneta de poupança (Lei 11.960/2009). (itens 4.3.1 e 4.3.2 do manual de cálculos da Justiça Federal. Resolução – CJF 267/2013) 12. Não provimento da apelação do INSS e parcial provimento da remessa quanto aos juros de mora. (AC 0001614-38.2007.4.01.3813 / MG, Rel. JUIZ FEDERAL JOSÉ ALEXANDRE FRANCO, 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE JUIZ DE FORA, e-DJF1 de 06/03/2017).

Em relação a prova testemunhal, a testemunha José Carlos Maria Alves disse que conhece a autora desde o ano 2000 a 2001 e que à época ela trabalhava na roça e morava perto do Rio Arara, a autora tinha uma chácara naquele local, porém venderam tal chácara e compraram no entroncamento da LH 04 e depois mudaram para a LH 03, lá ela cria galinhas e porcos, no local mora ela e o esposo, no local não tem empregados, não sabe dizer se ela tem veículos, porém não sabe dizer quanto à família, são pessoas que trabalham para sobreviver; a testemunha Doralice Bernardina da Silva Albuquerque disse que conheceu no local perto do Rio Arara, depois ela se mudou para o travessão, depois ela se mudou para o local atual, somando todo o período ela conhece a autora há uns 19 a 20 anos, em todo esse período ela trabalhava no sítio, cria galinhas, porcos, planta mandioca, tem horta, no local reside a autora e o seu marido, a autora não tem empregada.

Logo, não resta nenhuma dúvida que o autor realmente é trabalhador rural, porquanto vem demonstrada nos autos por início de prova documental corroborada pela prova testemunhal, segundo exige o art. 55, § 3º, da Lei 8.213/91 e contemporânea aos fatos. Portanto, entendo que restou atendido e comprovado, ainda que se possa considerar que de forma descontínua, o tempo de carência exigido correspondente ao período de 180 meses.

Nesse sentido:

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. COMPLEMENTAÇÃO POR PROVA TESTEMUNHAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SENTENÇA MANTIDA. 1. Sentença proferida na vigência do novo CPC/2015: não há que se falar em remessa necessária, a teor art. 496, § 3º, I, do novo Código de Processo Civil. 2. A concessão do benefício pleiteado pela parte autora exige a demonstração do trabalho rural, cumprindo-se o prazo de carência, mediante início razoável de prova material, corroborada com prova testemunhal, ou prova documental plena. 3. A Primeira Seção desta Corte, no julgamento de recurso especial submetido à sistemática dos recursos repetitivos, REsp 1.304.479/SP, de relatoria do Min. Herman Benjamim, julgado em 10.10.2012 (DJ de 19/12/2012), consignou que o "trabalho urbano de um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada, a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias (Súmula 7/STJ)". 4. Requisito etário: 30/06/2016 (nascimento 30/06/1961 fl. 24). Carência: (15 anos). 5. A certidão de casamento, realizado em 1987, em que consta a profissão de lavrador do marido fl. 22, e os documentos relativos a imóvel rural configuram o início de prova material da atividade campesina. 6. A prova oral produzida nos autos confirma a qualidade de trabalhadora rural da autora. 7. Nos termos da Lei 8.213/91, artigo 49, I, b, o benefício previdenciário vindicado é devido a partir da data do requerimento administrativo, observada a prescrição quinquenal. Em caso de ausência de tal requerimento, o benefício será devido a contar da citação. No caso, a DIB é a partir da data do requerimento administrativo, observada a prescrição quinquenal. 8. A antecipação de tutela deve ser mantida, porque presentes os requisitos e os recursos eventualmente interpostos contra o acórdão têm previsão de ser recebidos apenas no efeito devolutivo. 9. Os honorários advocatícios ficam majorados em 2% (dois por cento), a teor do disposto no artigo 85, §§ 2º, 3ª e 11º do CPC, totalizando o quantum de 12% (doze por cento) calculado sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença. 10. Apelação do INSS não provida. (TRF-1 - AC: 10245704320204019999, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL CÉSAR JATAHY, Data de Julgamento: 27/01/2021, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: PJe 08/02/2021 PAG PJe 08/02/2021 PAG)

E ainda:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EFEITOS. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. 1. O pleito de atribuição de efeito suspensivo à apelação do INSS não merece acolhimento, pois o CPC/73, em seu artigo 520, inciso VII, e o NCPC/2015, em seu artigo 1012, par.1o, V, estabelecem que, em se tratando de sentença na qual restou confirmado o deferimento do pedido de antecipação da tutela, a apelação interposta deve ser recebida, tão somente, no efeito devolutivo. Além disso, não ficou demonstrado risco de lesão grave e de difícil reparação, tampouco fundamentação relevante para justificar a concessão de efeito suspensivo em caráter excepcional. 2. A concessão do benefício pleiteado pela parte autora exige a demonstração do trabalho rural, cumprindo-se o prazo de carência previsto no artigo 142 da Lei n. 8.213/91, mediante início razoável de prova material, corroborada com prova testemunhal, ou prova documental plena. Como requisito etário, exige-se a idade superior a 60 anos para homem e 55 anos para mulher (artigo 48, § 1º da Lei de Benefícios). No presente caso, inexiste controvérsia acerca do requisito etário. A Autora cumpriu o requisito etário, uma vez que completou 55 anos de idade no ano de 1997 (nascimento em 25/05/1942 - fls.15). A controvérsia dos autos cinge-se à comprovação da atividade rural mediante início de prova material no período de carência exigido (96 meses, no caso). Da análise dos autos, diversamente do alegado pela autarquia previdenciária, verifica-se o início de prova material suficiente ao reconhecimento da condição de rurícola da autora, mediante prova documental [Contrato De Comodato Rural de fls. 23, Certidão emitida pela EMATER do Estado de Rondônia (Associação de Assistência Técnica e Extensão do Estado de Rondônia afirmando a condição de trabalhadora rural da autora (fl. 25), ficha de Loja de Produto agrícola, em que consta a ocupação de lavradora da autora (fls. 27), notas fiscais de compras de insumos agrícolas emitidas em nome da autora (fls. 28/29), ficha de atendimento junto à Secretaria de Estado de Saúde da Prefeitura Municipal de Mirante da Serra, em que consta a sua ocupação de lavradora e domicílio rural (fl. 30) e ainda documentos pertinentes ao seu companheiro falecido demonstrado a sua condição de rurícola, sobretudo o fato do mesmo titularizar benefício de aposentadoria rural por idade (fls. 98)], início de prova material que corroborada pela prova oral permitiu concluir pela condição de segurada especial da requerente. A tudo se acrescenta a prova testemunhal, prestada na forma da lei, a qual contribuiu para o convencimento do magistrado a quo e, em que se ratificou o desempenho de atividade rural pela autora, em regime de economia familiar. Registre-se, por oportuno, que é firme a linha de precedentes no sentido de que o início razoável de prova material pode projetar efeitos para período de tempo anterior ou posterior ao nele retratado, desde que corroborado por segura prova testemunhal (AC 0041380-37.2010.4.01.9199 / MG, Rel. Des. Federal Francisco de Assis Betti, Segunda Turma, e-DJF1 p. 183 de 28/04/2011), o que ocorre na hipótese dos autos. Ademais, ainda que a documentação fosse mínima para constituir inicio de prova documental à demonstração do exercício de atividade rural pela autora no período de carência exigido, é importante atribuir importância às impressões do magistrado sentenciante, que teve acesso a uma gama extensa de informações em audiência, tais como modos, sinais e dados não verbais, condição de analfabeto da parte, etc. 3. Apelação e remessa oficial desprovidas. (TRF-1 - AC: 00064447820134019199, Relator: JUIZ FEDERAL SAULO JOSÉ CASALI BAHIA, Data de Julgamento: 20/06/2017, 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DA BAHIA, Data de Publicação: 04/08/2017)

Do Valor do benefício

Em se tratando de segurado especial, prevê a lei 8.213/91, em seu art. 39, I, a concessão do referido benefício no valor de 01 (um) salário-mínimo, dada a comprovação da atividade rural no período de carência e a ausência de provas quanto ao recolhimento de contribuições no respectivo período.

Data-base e atualizações legais – juros e correção monetária

No presente caso, o termo inicial deve retroagir à data da do pedido administrativo, qual seja, ao dia 03/10/22, uma vez que nos autos restou apurado que na referida data o requerente já atendia a ambos os requisitos para fazer jus ao benefício ora pleiteados.
A atualização das parcelas pretéritas deverá observar os critérios assinalados pelo STF no julgamento recente do Recurso Extraordinário n. 870.947, com repercussão geral reconhecida n. 870.947, em que ficou decidido pelo plenário do STF que, para as dívidas não tributárias da Fazenda Pública, como é o presente caso, a atualização monetária deve ser realizada de acordo com o índice do IPCA-E e os juros moratórios de acordo com a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com a redação dada pela Lei n. 11.960/09. Nestes termos, segue a decisão do Plenário do STF:
Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, Ministro Luiz Fux, apreciando o tema 810 da repercussão geral, deu parcial provimento ao recurso para, confirmando, em parte, o acórdão lavrado pela Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, (i) assentar a natureza assistencial da relação jurídica em exame (caráter não-tributário) e (ii) manter a concessão de benefício de prestação continuada (Lei nº 8.742/93, art. 20) ao ora recorrido (iii) atualizado monetariamente segundo o IPCA-E desde a data fixada na sentença e (iv) fixados os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09. Vencidos, integralmente o Ministro Marco Aurélio, e parcialmente os Ministros Teori Zavascki, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes.
Ao final, por maioria, vencido o Ministro Marco Aurélio, fixou as seguintes teses, nos termos do voto do Relator: 1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; e 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 20.9.2017. (STF, RE 870947, Tribunal Pleno, Relator. Min. Luiz Fux, julgado em 20/09/2017, publicado no DJE n. 216, de 22/09/2017).
DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido feito por MARIA DAS DORES GOMES DA SILVA e CONDENO o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS a implementar o benefício de aposentadoria rural por idade em favor do autor, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, a partir da data do pedido administrativo, isto é, 03/10/22.
EXTINTO o feito com resolução de mérito, ex vi art. 487, I, do CPC.
Com relação aos honorários advocatícios, entendo que estes devem ser fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre as prestações vencidas até a prolação da sentença, nos termos do enunciado da Súmula n. 111 do STJ.
Correção monetária e juros moratórios, conforme Manual de Cálculos da Justiça Federal, observada a decisão proferida pelo STF no RE 870947.
Conforme o inciso I do art. 4º da Lei 9.289/96, o INSS é isento de custas quando a ação é processada perante a Justiça Federal, e, in casu, também perante a Estadual, por força do art. 5º, I da Lei 3.896/2016 (Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado de Rondônia).
Sentença não sujeita ao reexame necessário, de acordo com o disposto no art. 496, § 3º, do Código de Processo Civil.
Em caso de recurso deverá o cartório intimar a parte contrária para apresentar suas contrarrazões, independentemente de nova conclusão e transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, remeter os autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE DE MANDADO - OFÍCIO - CARTA PRECATÓRIA
Cerejeiras/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7000464-71.2023.8.22.0013
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Cheque
Valor da causa: R$ 11.065,76 (onze mil, sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos)
Parte autora: FLAVIO SILVA MARTINS, RUA JOSÉ DE SOUZA NEIVA 1037 CENTRO - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: WAGNER APARECIDO BORGES, OAB nº RO3089
Parte requerida: DAIANA ALFARO DE SOUZA, RUA GOVERNADOR VALADARES, - DE 3480/3481 A 3639/3640 CONCEIÇÃO - 76808-452 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: TRUMAM GOMER DE SOUZA CORCINO, OAB nº RO3755A, AV. DOS ESTADOS, 1881 CENTRO - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a parte autora para apresentar impugnação à contestação, em 15 dias.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Cerejeiras segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 08:57.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7000147-10.2022.8.22.0013
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Valor da causa: R$ 6,25 ()
Parte autora: AGATA EMANUELLY DE ARAUJO RANKOSKI, AVENIDA SENADOR OLAVO PIRES 1759 CENTRO - 76995-000 - CORUMBIARA - RONDÔNIA, MIRIA ARAUJO DE LIMA, AVENIDA SENADOR OLAVO PIRES 1759 CENTRO - 76995-000 - CORUMBIARA - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, AV ARACAJU 827 CENTRO - 76997-970 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Parte requerida: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, MUNICIPIO DE CORUMBIARA
ADVOGADOS DOS NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CORUMBIARA
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a parte embargada para, querendo, apresentar contrarrazões aos embargos, no prazo de 05 (cinco) dias.
Findo o prazo, com ou sem manifestação, conclusos.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO / NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Cerejeiras/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7000675-44.2022.8.22.0013
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Duplicata
Valor da causa: R$ 5.349,26 ()
Parte autora: PEMAZA DISTRIBUIDORA DE AUTOPECAS E PNEUS LTDA, AVENIDA TRANSCONTINENTAL 740, - DE 626 A 1088 - LADO PAR PRIMAVERA - 76914-874 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SILVANIO DOMINGOS DE ABREU, OAB nº RO4730A
Parte requerida: JOSE VIEIRA DA SILVA, LINHA NETINHO Lote 110, ZONA RURAL ASSENTAMENTO ZÉ BENTÃO - 76995-000 - CORUMBIARA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: LUCIANA APARECIDA ZANELLA, OAB nº PR67842, JACOB MARAN 100, CASA CENTRO - 85700-000 - BARRACÃO - PARANÁ
DESPACHO
Vistos.
Os dados do cartão apresentados na petição de ID 92407511 não constituem prova de que os valores se encontram depositados em conta poupança.
Contudo, considerando tratar de pessoa idosa e residente na zona rural, defiro o prazo de 05 (cinco) dias para que a defesa do executado colacione aos autos os documentos pertinentes, sob pena de rejeição da impugnação.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO / NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Cerejeiras/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7000797-23.2023.8.22.0013
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Empréstimo consignado
Valor da causa: R$ 12.453,68 (doze mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos)
Parte autora: EDSON GRACINDO DE OLIVEIRA, RUA RONDÔNIA 2244 CENTRO - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RICARDO SOUZA SILVA, OAB nº RO10144
Parte requerida: BANCO PAN S.A., AVENIDA PAULISTA 1374, - DE 612 A 1510 - LADO PAR BELA VISTA - 01310-100 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: WILSON BELCHIOR, OAB nº CE17314A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PROCURADORIA BANCO PAN S.A
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado, nos termos do art. 38, da Lei nº 9.099/95.

FUNDAMENTAÇÃO
Preliminares
As preliminares do réu devem ser rejeitadas.
Impende destacar que o CPC exige que a parte autora comprove seu endereço na peça inicial, nos termos do art. 319 do CPC, contudo não se exige que o documento de comprovação do domicílio esteja em nome da própria parte, assim é válido o comprovante de endereço em nome de terceiro, descabendo a alegação de incompetência, uma vez que o endereço indicado é da Comarca de Cerejeiras-RO, foro competente para a ação, nos moldes do art. 4, inciso III, da Lei 9.099/95.
Quanto à alegada conexão, afere-se que também inexiste, pois embora seja coerente e privilegie a celeridade processual o ajuizamento da mesma ação para a discussão de contratos diversos, não há vedação expressa ao aforamento de mais de uma lide quando se trate de contratos diversos, como é o caso dos autos, pois a causa de pedir é diversa, uma vez que não se está litigando sobre o mesmo contrato, nos termos do art. 55, do CPC:
Art. 55. Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
§ 1º Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado.
Contudo, a ciência do trâmite de ações simultâneas relacionadas às mesmas partes e pedidos deve culminar na redução proporcional dos danos morais, uma vez que não há que se cogitar de lesões independentes, já que oriundas do mesmo fato, isto é, de contratos tidos por viciosos, pelo que caberá a valoração de tal circunstância na dosimetria de eventual dano moral – se cabível.
Julgamento antecipado
O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, não havendo a necessidade de produção de outras provas além daquelas já existentes nos autos.
Longe de configurar qualquer cerceamento de defesa ou de ação, o julgamento antecipado da lide revela o cumprimento do mandamento constitucional insculpido no art. 5º, inciso LXXVIII, que garante a todos a razoável duração do processo.
MÉRITO
A ação deve ser julgada procedente em parte.
Em que pese o réu ter anexado o contrato entre as partes, por certo que ainda assim não deve ser entendida como lícita a contratação, uma vez que o contrato apresenta elementos duvidosos e que não demonstram a contratação efetiva.
Isso porque o contrato, embora juntado, não tem a aposição de assinatura da parte requerente, apenas uma identificação por meio de foto, a qual pode ser facilmente forjada, razão pela qual se mantém a ilegalidade da contratação.
Nesse sentido alguns Tribunais têm entendido:
EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS – Ação declaratória de inexistência de relação jurídica c/c repetição de indébito e danos morais julgada improcedente, com condenação do autor por litigância de má-fé – Inconformismo do autor – Refinanciamentos de empréstimos consignados por meio de assinatura digital (biometria facial) – Falta de comprovação da existência dos contratos primitivos que deram origem aos refinanciamentos – Fotografia selfie que não é suficiente para reconhecimento da validade da assinatura digital por biometria facial, diante das circunstâncias do caso concreto – Indícios de fraude na contratação – Valores descontados do benefício previdenciário do recorrente que lhe devem ser restituídos pelo banco recorrido, na forma simples – Dano moral configurado – Descabimento da condenação por litigância de má-fé – Sentença reformada – RECURSO PROVIDO. (TJ-SP - RI: 10084409620218260077 SP 1008440-96.2021.8.26.0077, Relator: Camila Paiva Portero, Data de Julgamento: 20/05/2022, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 20/05/2022)
Apelação cível. Ação declaratória de inexistência de negócio jurídico c/c repetição de indébito e indenização por danos morais. Assinatura por biometria facial. Impugnada. Falha na prestação do serviço. Responsabilidade objetiva da instituição financeira. Ausência de desconto da aposentadoria. Dano moral não configurado. Diante da impugnação expressa da biometria facial e do celular utilizado na negociação ser de outro estado, competia ao requerido, responsável pela produção do documento, o ônus de comprovar a autenticidade da contratação atribuída ao autor, a teor do art. 429, inc. II, do CPC. Para que esteja caracterizado o dano moral à pessoa, é indispensável a ocorrência de ofensa a algum dos direitos da personalidade referentes à imagem, ao nome, à integridade física e psicológica. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7002639-09.2021.822.0013, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator (a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 09/01/2023 (TJ-RO – AC: 70026390920218220013, Relator: Des. Rowilson Teixeira, Data de Julgamento: 09/01/2023)
Com efeito, competia ao requerido, responsável pela produção do documento, o ônus de comprovar a autenticidade da contratação atribuída ao autor, a teor do art. 429, inc. II, do CPC, contudo não pediu a produção de provas para demonstrar a autenticidade documental, razão pela qual o contrato deverá ser desconsiderado.
Com efeito, o(a) autor(a) afirma que não assinou o contrato, sendo ônus da ré provar fato extintivo ou modificativo de tal situação à luz do inciso VIII, do art. 6, do CDC, pois apesar de tal inversão ser, a critério do magistrado, regra de instrução, entendimento do STJ já firmado em informativo de Jurisprudência, não se pode olvidar também que se trata de encargo do réu, pois também é fato modificativo do direito, nos termos do art. 373, II, do CPC.
Logo, conclui-se que a ré tem o dever de indenizar em razão do contrato vicioso, bem como restituir os valores descontados, sem prejuízo de eventual compensação com os valores fornecidos ao requerente.
Assim, no caso dos autos, tudo faz o juízo estar convencido, portanto, de que a autora não realizou o negócio junto ao requerido, sendo que, ou o fato se deu por terceira pessoa, que pode ter agido de boa ou de má-fé, já que não existem elementos indicadores de algo nesse sentido, ou se deu por erro da parte requerida.
Tanto no caso de erro pela requerida, como na hipótese de um terceiro fraudador, deve a ré ser responsabilizada pelos danos que a autora suportou pelos descontos sofridos em seu benefício, pois é seu dever impedir a ocorrência de situações como esta vista nos autos. O requerido é fornecedor, logo assume o risco de gerir seus próprios negócios, sendo que a inobservância de circunstância que venha causa dano ao consumidor, deve ser por ele (requerido), devidamente reparado.
É de se destacar que o réu violou o dever de informação ao consumidor, pois este sequer dispunha de cópia da suposta contratação com o réu, o que também se caracteriza como uma prática abusiva.
Tem-se, pois, que não comprovada a válida contratação, seja porque não apresentado contrato com as formalidades legais, seja porque não foi comprovada a contratação do serviço de cartão de crédito, incide o réu em ato ilícito, ainda que a ação seja de terceiro fraudador. Veja-se:
Apelação e Recurso adesivo. Cartão de crédito consignado. Empréstimo consignado. Benefício previdenciário. Descontos indevidos. Pessoa idosa. Parte hipossuficiente. Violação ao dever de informação ao consumidor. CDC. Danos morais configurados. Indenização adequada. É cabível o reconhecimento de contratação equivocada por parte do consumidor na hipótese em que este anuiu com contrato

de cartão de crédito consignado entendendo que se tratava de empréstimo comum (contrato de mútuo), especialmente quando a parte é pessoa idosa. São evidentes os danos morais experimentados pelo consumidor, ao sofrer descontos indevidos, divergentes do que de fato pretendeu contratar, em seu benefício previdenciário, cujo valor é de um salário-mínimo, tendo sua renda comprometida de forma inadequada e injusta em decorrência da conduta adotada pelo banco. O valor da indenização a título de dano moral deve ser fixado de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, em observância à natureza e extensão do dano, às condições particulares do ofensor e da vítima e a gravidade da culpa. Tais parâmetros foram devidamente sopesados pelo juízo de origem diante dos fatos narrados, de forma que o valor arbitrado atende às finalidades a que se destina. A indenização fixada na sentença mantém-se hígida quando atende a finalidade precípua da condenação, que é compensar o ofendido pelo dano sofrido na medida de sua extensão, sem configurar enriquecimento injustificado. Recursos não providos. (TJRO – AC: 70105430620188220007 RO 7010543-06.2018.822.0007, Data de Julgamento: 21/01/2021)

Dano moral

O fato de a autora ter permanecido por certo período sofrendo o desconto, não tendo o requerido o zelo de obstá-los, por si só, já ensejaria a condenação do réu em reparação por danos morais, eis que além de praticar o ato ilícito, nada fez para minimizar seus danos.

Nota-se que os descontos constituíram-se como sendo de valor que diminuiu o poder aquisitivo, pois se trata de pessoa aposentada que recebe salário-mínimo.

Em sede de fixação dos danos morais, entende-se adequado para o caso a fixação de indenização por danos morais no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais).

Isso porque a natureza do dano moral não pode incidir em enriquecimento sem causa de quem o recebe, pois tem natureza pedagógica de inibir condutas correlatas por parte do réu, não servindo como uma fonte de ganhos para quem o recebe.

Nesta senda, sem razoabilidade o pedido indenizatório na monta de R$ 8.000,00 (oito mil reais), ainda mais quando distribuída a ação de nº 7000785-09.2023.8.22.0013 em que se pleiteia idêntica verba, assim o valor dos danos morais deve levar em consideração todas as ações do autor em face da ré em relação a demandas correlatas, com idênticas partes e pedidos, ainda que a causa de pedir seja diverso, ou seja, mesmo que os contratos tenham numeração e data de assinatura diferentes.

Restituição em dobro

Quanto a devolução em dobro do boleto pago em duplicidade, o artigo 42, parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor dispõe:

Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

A doutrina analisando citado dispositivo legal destaca que:

[...] para a configuração do direito à repetição do indébito em dobro por parte do consumidor, é necessário o preenchimento de dois requisitos objetivos: a) cobrança indevida; b) pagamento pelo consumidor do valor indevidamente cobrado. A norma fala em pagar “em excesso” dando a entender que existe valor correto e algo a mais em (excesso). Mas a lei não pune a simples cobrança ... Diz que há ainda a necessidade de que o consumidor tenha pago isto é, para ter direito a repetir o dobro, é preciso que a cobrança seja indevida e que tenha havido pagamento pelo consumidor (RIZZATO, Nunes. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. Editora Saraiva, 2004, p 499).

O TJRO firmou entendimento que na hipótese de desconto indevido, é cabível a devolução em dobro. Veja-se:

Apelação. Consumidor. Empréstimo quitado. Desconto indevido. Restituição em dobro. Dano moral configurado. A continuidade de descontos mensais das parcelas após o adimplemento do contrato configura cobrança indevida, enseja restituição em dobro do valor cobrado a maior e condenação em dano moral. (TJ-RO - AC: 70119970220198220002 RO 7011997-02.2019.822.0002, Data de Julgamento: 04/11/2020)

Apelação cível. Massa falida do Banco Cruzeiro do Sul. Gratuidade deferida. Descontos nos vencimentos da parte autora. Descontos indevidos. Restituição em dobro. A pessoa jurídica poderá obter a assistência judiciária gratuita, desde que comprove a impossibilidade de arcar com as despesas do processo. Demonstrada a hipossuficiência financeira, impõe-se a concessão da benesse. Inexistindo evidências da contratação do empréstimo e constatando-se a ilegalidade dos descontos, é adequada a devolução dos valores indevidamente descontados, em dobro. (TJ-RO - AC: 70081784720168220007 RO 7008178-47.2016.822.0007, Data de Julgamento: 06/06/2019)

Restaram evidenciados nos autos os dois requisitos supracitados, que a cobrança foi indevida, porque não há nenhuma evidência de que a parte autora tenha tomado conhecimento adequado da contratação de serviço, assim há prática abusiva por parte do réu. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

Nesta seara, restando evidenciada a presença dos dois requisitos supracitados, conclui-se que os eventos combatidos na lide foram considerados pelo Juízo como inexistentes por vício insanável, sendo devida a restituição em dobro da quantia indevidamente descontada, a título de danos materiais, acrescido de correção monetária e juros legais em face do disposto no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor.

Compensação de valores

O réu comprovou nos autos comprovação de que foi realizado transferência bancária direcionada para a conta do(a) autor(a) do valor supostamente contratado [ID 91230352].

Assim, em sede de cumprimento de sentença, incumbe à autora devolver os valores eventualmente depositados na conta apresentada pelo requerido, a fim de que seja compensada (CC. art. 369), com os créditos a receber, caso haja algum valor que lhe tenha sido creditado, sob pena de abatimento no momento de liquidação da dívida.

DISPOSITIVO

Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, CONFIRMO a tutela que foi concedida nos autos e JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial e:

I) DECLARO inexistente a relação negocial firmada entre as partes subscritas no contrato acostado nos autos [ID 91230353], tornando-o sem qualquer efeito jurídico com efeitos retroativos desde a contratação;

II) CONDENO a requerida a pagar em favor da requerente a quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de indenização por danos morais, com juros legais 1% ao mês (art. 406 do Código Civil c/c art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional), contados a partir da citação e acrescido de correção monetária em conformidade com o art. 398 do Código Civil e Súmula 54 do STJ, de acordo com o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (Tabela adotada pelo TJRO), a partir desta data, nos termos da Súmula 362 do STJ;

III) CONDENO o réu a devolver a autora em dobro, todos os valores descontados em virtude do contrato declarado inexistente, com juros legais 1% ao mês (art. 406 do Código Civil c/c art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional), contados a partir da citação e acrescido de correção monetária em conformidade com o art. 398 do Código Civil e Súmula 54 do STJ.
Determino que em sede de cumprimento de sentença sejam compensados os créditos depositados pela ré em favor da autora a fim de evitar o enriquecimento sem causa ou que os valores sejam consignados em Juízo, no prazo de 10 (dez) dias.
Sem custas e sem honorários advocatícios nessa fase, conforme art. 55, da Lei n. 9.099/95.
EXTINGO o feito com resolução de mérito, o que faço com fundamento no inciso I do art. 487 do Código de Processo Civil.
Havendo recurso, no prazo legal de 10 dias, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões, no mesmo prazo, remetendo-se os autos conclusos para juízo de admissibilidade.
Com o com o trânsito em julgado da sentença, nada sendo requerido no prazo de 5 (cinco) dias, arquivem-se estes autos digitais.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE MANDADO-OFÍCIO-PRECATÓRIA
Cerejeiras/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7000969-72.2017.8.22.0013
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Contratos Bancários, Tarifas
Valor da causa: R$ 34.715,86 (trinta e quatro mil, setecentos e quinze reais e oitenta e seis centavos)
Parte autora: FRANCISCO CESIMAR DUARTE, AVENIDA SÃO PAULO 489 CENTRO - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: TRUMAM GOMER DE SOUZA CORCINO, OAB nº RO3755A
Parte requerida: BANCO BRADESCO S.A., BANCO BRADESCO S.A., RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADOS DO EXECUTADO: REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI, OAB nº ES21008, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PAULO EDUARDO PRADO, OAB nº RO4881
DESPACHO
Nos termos da jurisprudência do STJ, o juiz pode, de ofício, independentemente de requerimento das partes, enviar os autos à contadoria judicial quando houver dúvida acerca do correto valor da execução e verificar se os cálculos apresentados estão em desacordo com o título em execução (STJ, AgInt nos EDcl no AREsp 1.716.966/SP, rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, j. 29.3.2021, p.7.4.2021.)
Posto isso, considerando a divergência apontada, encaminhem-se os autos à Contadoria do juízo para apuração do débito, a fim de verificar o valor efetivamente devido a parte exequente, atentando-se aos parâmetros fixados na sentença e/ou eventuais valores pagos e vencidos no curso da ação, com atualização até a data de realização dos cálculos.
Após, com a vinda dos cálculos, abra-se vista as partes para manifestação, querendo, no prazo de 5 dias, sob pena de preclusão, desde logo, advertindo-as de que eventual inércia será vista como concordância tácita acerca dos valores.
Na sequência, havendo ou não manifestação, o que deverá ser certificado, venham-me conclusos.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Cerejeiras segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 08:41 .
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
Processo n.: 0001249-70.2014.8.22.0013
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Produto Rural
Valor da causa: R$ 1.109.896,00 ()
Parte autora: FAAGRO COM. E REPRES. DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA, AV. CELSO MAZUTTI 7094, NÃO CONSTA PARQUE INDUSTRIAL SÃO PAULO - 76983-490 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LEANDRO MARCIO PEDOT, OAB nº RO2022A, RUA COSTA E SILVA 220-B, 1º ANDAR CENTRO - 76980-146 - VILHENA - RONDÔNIA
Parte requerida: JOSE CARLOS POLIDORO, LINHA 02-B s/n, VITÓRIA DA UNIÃO ZONA RURAL - 76995-000 - CORUMBIARA - RONDÔNIA, EDUARDO JUNIOR POLIDORO, RUA BRASÍLIA 2014 CENTRO - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
DESPACHO
Defiro o pedido de determinação da negativação do executado via SERASAJUD.
Procedi nesta data a inclusão do nome do executado no sistema SERASAJUD.
Advirto, porém, que a manutenção do nome do executado no sistema perdurará por até 5 (cinco) anos e que pode ser retirado mediante o pagamento ou proposta de parcelamento aceito pelo Exequente, sendo que, nestes casos, a responsabilidade em informar a este Juízo é da parte exequente, sob pena de responsabilidade civil.
Intime-se a parte Exequente a impulsionar o processo, postulando o que entender cabível, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 921, III, do CPC.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Cerejeiras 17 de julho de 2023.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7001413-95.2023.8.22.0013
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública
Valor da causa: R$ 1.039,00 (mil e trinta e nove reais)
Parte autora: JOSE LUIZ DE LEMOS, AV. DAS NAÇÕES 1538 PRIMAVERA - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOSE LUIZ DE LEMOS, OAB nº RO3601
Parte requerida: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Altere-se a classe processual para execução de título extrajudicial.
Cite-se a parte executada para embargar, nos termos do art. 910, do CPC, que assim dispõe:
Art. 910. Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 30 (trinta) dias.
§ 1º Não opostos embargos ou transitada em julgado a decisão que os rejeitar, expedir-se-á precatório ou requisição de pequeno valor em favor do exequente, observando-se o disposto no art. 100 da Constituição Federal.
§ 2º Nos embargos, a Fazenda Pública poderá alegar qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa no processo de conhecimento.
§ 3º Aplica-se a este Capítulo, no que couber, o disposto nos artigos 534 e 535
Não havendo interposição de embargos, desde já determino a expedição de RPV ou Precatório.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Cerejeiras segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 08:24.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br 7001801-32.2022.8.22.0013
REQUERENTE: NILSON RIBEIRO, CPF nº 24162124191
ADVOGADO DO REQUERENTE: TRUMAM GOMER DE SOUZA CORCINO, OAB nº RO3755A
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Intime-se o exequente acerca do depósito realizado pela empresa executada.
Havendo concordância deste acerca dos valores, desde já fica autorizada a expedição de alvará judicial em favor do exequente.
Em caso de discordância, e ainda considerando a resposta positiva da pesquisa junto ao SISBAJUD, intime-se a parte executada para oferecer impugnação à penhora, caso queira, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º, do CPC.
Após, abra-se vista à parte exequente para manifestação.
Com o decurso de prazo, tornem os autos conclusos.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Cerejeiras, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito
REQUERENTE: NILSON RIBEIRO, CPF nº 24162124191, RUA PARAÍBA 1701 CENTRO - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, 945 - 76812-100 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7000423-07.2023.8.22.0013
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Rural (Art. 48/51)
Valor da causa: R$ 15.624,00 (quinze mil, seiscentos e vinte e quatro reais)
Parte autora: ROSANY DORNELLO, CHÁCARA SETOR 1 73 PRAINHA - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RAFAEL PIRES GUARNIERI, OAB nº RO8184
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Cuida-se de ação ajuizada por ROSANY DORNELLO contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, com pedido de condenação do requerido à concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural.

Em síntese, a parte autora afirma que é segurada especial da previdência social na qualidade de produtora rural em regime de economia familiar, aduzindo que sempre trabalhou na lavoura com a família e que, ao completar o requisito etário, requereu administrativamente o benefício de aposentadoria por idade, que teria sido indeferido pela autarquia previdenciária em razão da não comprovação da qualidade de segurado(a) especial.

Citada via sistema do Processo Judicial Eletrônico, a autarquia previdenciária apresentou contestação, alegando que a parte autora não preenche todos os requisitos exigidos pela Lei 8.213/91 para a concessão do benefício, pois não há comprovação de que a parte autora seja segurada especial e de que tenha realizado trabalho rural em regime de economia familiar pelo tempo de carência mínimo exigido pela lei previdenciária.

A parte autora apresentou impugnação, alegando que atende aos requisitos exigidos para fazer jus à aposentadoria por idade de trabalhador(a) rural.

Foi prolatada decisão saneadora, sendo designada audiência para produção da prova oral.

Realizada a audiência de instrução, foi tomada a oitiva das testemunhas.

Preclusa a oportunidade do requerido de apresentar suas alegações finais, em virtude de sua ausência imotivada, sendo que o autor apresentou alegações remissivas.

É, em síntese, o relatório. DECIDO.

FUNDAMENTAÇÃO

A ação deve ser julgada procedente.

Cuida-se de pedido de aposentadoria por idade de suposto trabalhador rural. A Lei n. 8.213/91, em seu art. 11, inciso VII, considera o trabalhador rural segurado da previdência social, classificando-o como segurado obrigatório e especial, desde que exerça seu labor individualmente ou em regime de economia familiar, sendo-lhes oferecido o benefício de aposentadoria por idade (art. 18, I, “b”), cujos requisitos e condições vem expressos nos artigos 48 e seguintes do referido diploma legal.

Para a concessão do benefício, o artigo 48, § 1º, da Lei n. 8.213/91 exige idade mínima de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres, além do efetivo tempo de serviço rural, por período de tempo igual ao de carência exigido por lei (art. 48, § 2º), que segundo disposto no art. 142 da lei n. 8.213/91, corresponde a 180 meses para quem precisa demonstrar o início da atividade rural após o ano de 1991, podendo ser integral ou descontínuo (art. 143 da Lei n. 8.213/91), cujo tempo deverá ser comprovado mediante início razoável de prova material, complementado por prova testemunhal, tanto na esfera administrativa ou judicial, a teor do art. 55 §3º, da citada lei, não se admitindo prova exclusivamente testemunhal (Súmulas 149/STJ e 27/TRF – 1ª Região).

Do requisito etário

Nos autos resta incontroverso o atendimento do requisito da idade, uma vez que os documentos da parte requerente comprova que nasceu em 07/09/1967 e completou a idade antes de requerer administrativamente o benefício.

Da qualidade de segurado e tempo de carência

Sensível à dificuldade do rurícola na obtenção de prova escrita do exercício de sua profissão, o Superior Tribunal de Justiça já solucionou a matéria, adotando a solução pro misero, no sentido de que a exigência legal para a comprovação da atividade laborativa do rurícola resulta num mínimo de prova material, ainda que constituída por dados do registro civil – como em certidão de casamento, ou de nascimento dos filhos e, até mesmo, em assentos de óbito, no caso de pensão.

Corolário da exigência de “início” é que não se exige que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício, bastando que o conjunto probatório permita ao julgador, formar convicção acerca da efetiva prestação laboral rurícola.

Considerando que a parte requerente nasceu em 07/09/1967, conforme atesta os documentos inclusos à inicial, deverá comprovar o exercício de atividade rural pelos 180 meses imediatamente anteriores ao pedido administrativo, realizado em 27/10/2022.

Como início de prova material da sua condição de segurado especial, o autor fez juntar aos autos com a inicial vários documentos evidenciando ser ele trabalhador rural e relativos ao tempo de carência que precisa ser demonstrado.

Os documentos aportados aos autos demonstram ao menos o início de prova material necessária para a concessão do benefício. Todos esses documentos apresentados, embora não detalhem todo o período exigido por lei, evidenciam indícios de atividade rural durante o tempo de carência que deve ser demonstrado.

Em que pese a autarquia previdenciária alegue em sua contestação que não há nos autos provas concretas e seguras do início de atividade rural e de seu efetivo exercício pelo prazo necessário, não sendo os documentos apresentados de eficácia probante, por possuírem natureza particular, tais alegações não merecem prosperar tendo em vista que, apesar de os documentos não demonstrarem “ano a ano” todo o tempo de carência necessário, comprovam que o autor exerceu atividades rurais por considerável lapso temporal durante o período de carência.

Com relação à alegação da autarquia previdenciária de que referidos documentos não serviriam como início de prova material da atividade rural, importa registrar que o STJ, já em sede de recursos repetitivos, acenou no sentido de já estar sedimentado o entendimento de que a prova material de parte do lapso temporal carencial exigido não afronta a orientação da súmula 149 do STJ, de que a prova exclusivamente testemunhal não serve por si só para atestar o exercício da atividade rural pretendida.

Ainda de acordo com referida orientação superior, a súmula 149 do STJ tem sua aplicação mitigada na hipótese da reduzida prova material ser complementada por idônea e robusta prova testemunhal, senão confira:

RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. SEGURADO ESPECIAL. TRABALHO RURAL. INFORMALIDADE. BOIAS-FRIAS. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. ART. 55, § 3º, DA LEI 8.213/1991. SÚMULA 149/STJ. IMPOSSIBILIDADE. PROVA MATERIAL QUE NÃO ABRANGE TODO O PERÍODO PRETENDIDO. IDÔNEA E ROBUSTA PROVA TESTEMUNHAL. EXTENSÃO DA EFICÁCIA PROBATÓRIA. NÃO VIOLAÇÃO DA PRECITADA SÚMULA. 1. Trata-se de Recurso Especial do INSS com o escopo de combater o abrandamento da exigência de produção de prova material, adotado pelo acórdão recorrido, para os denominados trabalhadores rurais boias-frias. 2. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 3. Aplica-se a Súmula 149/STJ (“A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeitos da obtenção de benefício previdenciário”) aos trabalhadores rurais denominados “boias-frias”, sendo imprescindível a apresentação de início de prova material. 4. Por outro lado, considerando a inerente dificuldade probatória da condição de trabalhador campesino, o STJ sedimentou o entendimento de que a apresentação de prova material somente sobre parte do lapso temporal pretendido não implica violação da Súmula 149/STJ, cuja aplicação é mitigada se a reduzida prova material for complementada por idônea e robusta prova testemunhal. 5. No caso concreto, o Tribunal a quo, não obstante tenha pressuposto o afastamento da Súmula 149/STJ para os “boias-frias”, apontou diminuta prova material e assentou a produção de robusta prova testemunhal para configurar a recorrida como segurada especial, o que está em consonância com os parâme-

tros aqui fixados. 6. Recurso Especial do INSS não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ. (STJ, REsp 1321493/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/10/2012, DJe 19/12/2012).
Contudo, mesmo assim, no presente caso os documentos apresentados contemplam satisfatoriamente o período de carência, havendo robusto acervo de prova material sobre a qualidade de segurado especial durante os anos compreendidos pelo período carencial que precisa ser demonstrado.
Nesse sentido é a orientação do TRF 1ª, região:
PREVIDENCIÁRIO. RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. VÍNCULOS URBANOS. NÃO DESCARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO. JUROS DE MORA. PARCIAL PROVIMENTO. 1. […] 10. Os poucos períodos de trabalho urbano do autor (CNIS f. 130) não descaracterizam sua atividade campesina, pois a Lei expressamente admite que o exercício da atividade rural, pelo prazo de carência, possa ser de forma descontínua (Lei 8.213/91, art. 39, I) (STJ - EDcl no AgRg no AREsp: 297322 PB 2013/0056921-9, Relator: Ministro Mauro Campbell Marques, Data de Julgamento: 13/08/2013, - Segunda Turma). 11. Juros de mora simples de 1% ao mês, a contar da citação, até jun/2009 (Decreto 2.322/1987), até abr/2012 simples de 0,5% e, a partir de mai/2012, mesmo percentual de juros incidentes sobre os saldos em caderneta de poupança (Lei 11.960/2009). (itens 4.3.1 e 4.3.2 do manual de cálculos da Justiça Federal. Resolução – CJF 267/2013) 12. Não provimento da apelação do INSS e parcial provimento da remessa quanto aos juros de mora. (AC 0001614-38.2007.4.01.3813 / MG, Rel. JUIZ FEDERAL JOSÉ ALEXANDRE FRANCO, 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE JUIZ DE FORA, e-DJF1 de 06/03/2017).
Em relação a prova testemunhal, as pessoas ouvidas em juízo afirmaram que o autor exerceu trabalho rural em período suficiente para que fosse deferida a aposentadoria rural, restando assim preenchidos os requisitos exigidos pela Lei Previdenciária. Assim, a seu turno, confirmaram que o autor exerceu atividade laboral rural sob o regime de economia familiar pelo período que se conheceram, conforme pode ser conferido pelos depoimentos tomados na audiência de instrução, corroborando com o que restou demonstrado pela prova material apresentada.
A testemunha Aroldo Medeiros disse em juízo:
[...] conheço Rosany há mais de 20 anos; conheço ela da chácara mesmo; eles vieram de Minas e ficamos vizinhos; nossas chácaras são quase de frente; ela sempre residiu ali naquela chácara; no começo, ela tinha o esposo; inclusive eu mesmo já gradiei terra para ela; ela plantava mandioca; ela cria galinhas, porcos; eu acredito que ela comercialize alguma coisa na rua; inclusive quando estamos com dificuldade de ovo compramos dela; não tenho conhecimento se ela contrata alguém pra trabalhar lá; sempre foi ela e os meninos; não tenho conhecimento se ela trabalha de carteira assinada na rua; toda a vida foi na chácara; hoje ela reside só com os filhos; o esposo dele faleceu; ela continua na mesma atividade hoje.
A testemunha Ifraim Eugênio de Souza disse em juízo:
[...] eu conheço ela há mais de 20 anos; conheço ela da chácara onde ela mora; sou vizinho de fundiaria dela, vizinho de chácara; durante esses 20 anos, ela sempre residiu ali naquela chácara; eu conheci a Rosany morando alí com seus filhos e produzindo alí; ela cria frango caipira, plantação de mandioca, hortas; ela era casada e agora ela vive com os filhos na chácara, ela não paga funcionários, é só ela e os filhos; ela não trabalha na cidade, só na chácara; atualmente, ela exerce a mesma atividade rural.
Logo, não resta nenhuma dúvida que a parte autora realmente é trabalhador(a) rural, porquanto vem demonstrada nos autos por início de prova documental corroborada pela prova testemunhal, segundo exige o art. 55, § 3º, da Lei 8.213/91 e contemporânea aos fatos.
Portanto, entendo que restou atendido e comprovado, ainda que se possa considerar que de forma descontínua, o tempo de carência exigido correspondente ao período de 180 meses.
Nesse sentido:
PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. COMPLEMENTAÇÃO POR PROVA TESTEMUNHAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SENTENÇA MANTIDA. 1. Sentença proferida na vigência do novo CPC/2015: não há que se falar em remessa necessária, a teor art. 496, § 3º, I, do novo Código de Processo Civil. 2. A concessão do benefício pleiteado pela parte autora exige a demonstração do trabalho rural, cumprindo-se o prazo de carência, mediante início razoável de prova material, corroborada com prova testemunhal, ou prova documental plena. 3. A Primeira Seção desta Corte, no julgamento de recurso especial submetido à sistemática dos recursos repetitivos, REsp 1.304.479/SP, de relatoria do Min. Herman Benjamim, julgado em 10.10.2012 (DJ de 19/12/2012), consignou que o "trabalho urbano de um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada, a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias (Súmula 7/STJ)". 4. Requisito etário: 30/06/2016 (nascimento 30/06/1961 fl. 24). Carência: (15 anos). 5. A certidão de casamento, realizado em 1987, em que consta a profissão de lavrador do marido fl. 22, e os documentos relativos a imóvel rural configuram o início de prova material da atividade campesina. 6. A prova oral produzida nos autos confirma a qualidade de trabalhadora rural da autora. 7. Nos termos da Lei 8.213/91, artigo 49, I, b, o benefício previdenciário vindicado é devido a partir da data do requerimento administrativo, observada a prescrição quinquenal. Em caso de ausência de tal requerimento, o benefício será devido a contar da citação. No caso, a DIB é a partir da data do requerimento administrativo, observada a prescrição quinquenal. 8. A antecipação de tutela deve ser mantida, porque presentes os requisitos e os recursos eventualmente interpostos contra o acórdão têm previsão de ser recebidos apenas no efeito devolutivo. 9. Os honorários advocatícios ficam majorados em 2% (dois por cento), a teor do disposto no artigo 85, §§ 2º, 3ª e 11º do CPC, totalizando o quantum de 12% (doze por cento) calculado sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença. 10. Apelação do INSS não provida. (TRF-1 - AC: 10245704320204019999, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL CÉSAR JATAHY, Data de Julgamento: 27/01/2021, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: PJe 08/02/2021 PAG PJe 08/02/2021 PAG)
E ainda:
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EFEITOS. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. 1. O pleito de atribuição de efeito suspensivo à apelação do INSS não merece acolhimento, pois o CPC/73, em seu artigo 520, inciso VII, e o NCPC/2015, em seu artigo 1012, par.1o, V, estabelecem que, em se tratando de sentença na qual restou confirmado o deferimento do pedido de antecipação da tutela, a apelação interposta deve ser recebida, tão somente, no efeito devolutivo. Além disso, não ficou demonstrado risco de lesão grave e de difícil reparação, tampouco fundamentação relevante para justificar a concessão de efeito suspensivo em caráter excepcional. 2. A concessão do benefício pleiteado pela parte autora exige a demonstração do trabalho rural, cumprindo-se o prazo de carência previsto no artigo 142 da Lei n. 8.213/91, mediante início razoável de prova material, corroborada com prova testemunhal, ou prova documental plena. Como requisito etário, exige-se a idade superior a 60 anos para homem e 55 anos para mulher (artigo 48, § 1º da Lei de Benefícios). No presente caso, inexiste controvérsia acerca do requisito etário. A Autora cumpriu o requisito etário, uma vez que completou 55 anos de idade no

ano de 1997 (nascimento em 25/05/1942 - fls.15). A controvérsia dos autos cinge-se à comprovação da atividade rural mediante início de prova material no período de carência exigido (96 meses, no caso). Da análise dos autos, diversamente do alegado pela autarquia previdenciária, verifica-se o início de prova material suficiente ao reconhecimento da condição de rurícola da autora, mediante prova documental [Contrato De Comodato Rural de fls. 23, Certidão emitida pela EMATER do Estado de Rondônia (Associação de Assistência Técnica e Extensão do Estado de Rondônia afirmando a condição de trabalhadora rural da autora (fl. 25), ficha de Loja de Produto agrícola, em que consta a ocupação de lavradora da autora (fls. 27), notas fiscais de compras de insumos agrícolas emitidas em nome da autora (fls. 28/29), ficha de atendimento junto à Secretaria de Estado de Saúde da Prefeitura Municipal de Mirante da Serra, em que consta a sua ocupação de lavradora e domicílio rural (fl. 30) e ainda documentos pertinentes ao seu companheiro falecido demonstrado a sua condição de rurícola, sobretudo o fato do mesmo titularizar benefício de aposentadoria rural por idade (fls. 98)], início de prova material que corroborada pela prova oral permitiu concluir pela condição de segurada especial da requerente. A tudo se acrescenta a prova testemunhal, prestada na forma da lei, a qual contribuiu para o convencimento do magistrado a quo e, em que se ratificou o desempenho de atividade rural pela autora, em regime de economia familiar. Registre-se, por oportuno, que é firme a linha de precedentes no sentido de que o início razoável de prova material pode projetar efeitos para período de tempo anterior ou posterior ao nele retratado, desde que corroborado por segura prova testemunhal (AC 0041380-37.2010.4.01.9199 / MG, Rel. Des. Federal Francisco de Assis Betti, Segunda Turma, e-DJF1 p. 183 de 28/04/2011), o que ocorre na hipótese dos autos. Ademais, ainda que a documentação fosse mínima para constituir inicio de prova documental à demonstração do exercício de atividade rural pela autora no período de carência exigido, é importante atribuir importância às impressões do magistrado sentenciante, que teve acesso a uma gama extensa de informações em audiência, tais como modos, sinais e dados não verbais, condição de analfabeto da parte, etc. 3. Apelação e remessa oficial desprovidas. (TRF-1 - AC: 00064447820134019199, Relator: JUIZ FEDERAL SAULO JOSÉ CASALI BAHIA, Data de Julgamento: 20/06/2017, 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DA BAHIA, Data de Publicação: 04/08/2017)

Do Valor do benefício

Em se tratando de segurado especial, prevê a lei 8.213/91, em seu art. 39, I, a concessão do referido benefício no valor de 01 (um) salário-mínimo, dada a comprovação da atividade rural no período de carência e a ausência de provas quanto ao recolhimento de contribuições no respectivo período.

Data-base e atualizações legais – juros e correção monetária

No presente caso, o termo inicial deve retroagir à data da do pedido administrativo, qual seja, ao dia 27/10/2022, uma vez que nos autos restou apurado que na referida data o requerente já atendia a ambos os requisitos para fazer jus ao benefício ora pleiteados.

A atualização das parcelas pretéritas deverá observar os critérios assinalados pelo STF no julgamento recente do Recurso Extraordinário n. 870.947, com repercussão geral reconhecida n. 870.947, em que ficou decidido pelo plenário do STF que, para as dívidas não tributárias da Fazenda Pública, como é o presente caso, a atualização monetária deve ser realizada de acordo com o índice do IPCA-E e os juros moratórios de acordo com a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com a redação dada pela Lei n. 11.960/09. Nestes termos, segue a decisão do Plenário do STF:

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, Ministro Luiz Fux, apreciando o tema 810 da repercussão geral, deu parcial provimento ao recurso para, confirmando, em parte, o acórdão lavrado pela Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, (i) assentar a natureza assistencial da relação jurídica em exame (caráter não-tributário) e (ii) manter a concessão de benefício de prestação continuada (Lei nº 8.742/93, art. 20) ao ora recorrido (iii) atualizado monetariamente segundo o IPCA-E desde a data fixada na sentença e (iv) fixados os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09. Vencidos, integralmente o Ministro Marco Aurélio, e parcialmente os Ministros Teori Zavascki, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes.

Ao final, por maioria, vencido o Ministro Marco Aurélio, fixou as seguintes teses, nos termos do voto do Relator: 1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; e 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 20.9.2017. (STF, RE 870947, Tribunal Pleno, Relator. Min. Luiz Fux, julgado em 20/09/2017, publicado no DJE n. 216, de 22/09/2017).

Da tutela provisória de urgência

Finalizada a instrução processual inevitável concluir que, por meio de prova técnica judicial, restou evidenciado que o interessado efetivamente atende ao requisito respectivo exigido para a concessão do benefício previdenciário postulado.

O outro requisito, qual seja, a qualidade de segurado(a) pelo tempo carencial mínimo necessário também resta atendido, nos termos da fundamentação anteriormente lançada.

Logo, não há dúvidas de que preenche os requisitos e de que o direito perseguido está provado.

Com relação ao fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, referido quesito se confirma por se tratar o benefício previdenciário de parcela de natureza alimentar, cujo prejuízo se remonta a cada dia de ausência do pagamento.

Em sendo assim, confirmados os requisitos do artigo 300 do CPC, a tutela provisória de urgência deve ser DEFERIDA, para que o benefício a ser concedido ao requerente por força desta sentença seja implantado independentemente do trânsito em julgado da sentença.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, declaro resolvido o mérito da lide e com fundamento no artigo 487, inciso I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido feito por ROSANY DORNELLO e consequentemente CONDENO o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS a implementar o

benefício de aposentadoria rural por idade em favor do autor, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, a partir da data do pedido administrativo, que se deu em 27/10/2022.
Em razão da antecipação da tutela concedida, INTIME-SE a autarquia previdenciária para que proceda à implantação do benefício ora concedido, nos precisos moldes expostos no comando sentencial, no prazo de 30 dias, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais) até o limite de R$ 5.000,00 em caso de descumprimento, sem prejuízo de caracterização do crime de desobediência, conforme art. 330 do CP.
Com relação aos honorários advocatícios, entendo que estes devem ser fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre as prestações vencidas até a prolação da sentença, nos termos do enunciado da Súmula n. 111 do STJ.
Correção monetária e juros moratórios, conforme Manual de Cálculos da Justiça Federal, observada a decisão proferida pelo STF no RE 870947.
Conforme o inciso I do art. 4º da Lei 9.289/96, o INSS é isento de custas quando a ação é processada perante a Justiça Federal, e, in casu, também perante a Estadual, por força do art. 5º, I da Lei 3.896/2016 (Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado de Rondônia).
Sentença não sujeita ao reexame necessário, de acordo com o disposto no art. 496, § 3º, do Código de Processo Civil.
Em caso de recurso deverá o cartório intimar a parte contrária para apresentar suas contrarrazões, independentemente de nova conclusão e transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, remeter os autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
SERVE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO
Cerejeiras/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7002245-02.2021.8.22.0013
Classe: Guarda c/c destituição do poder familiar
Assunto: Abandono Material, Abandono Intelectual
Valor da causa: R$ 1.100,00 ()
Parte autora: Z. M. N., AVENIDA BRASIL 1236 CENTRO - 76999-000 - PIMENTEIRAS DO OESTE - RONDÔNIA, B. S. L., AVENIDA BRASIL 1236 CENTRO - 76999-000 - PIMENTEIRAS DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Parte requerida: E. V. S., AMAZONAS 1604 CENTRO - 76999-000 - PIMENTEIRAS DO OESTE - RONDÔNIA, D. D. S. S.
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Diante do certificado ao ID 93202601, determino a reiteração do expediente, fazendo constar a advertência expressa de que o descumprimento injustificada da decisão judicial pode ensejar responsabilização por crime de desobediência, nos moldes do art. 330 do Código Penal, sem prejuízo de outras medidas eventualmente cabíveis.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO / NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Cerejeiras/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, 2225, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br, Cerejeiras - RO - CEP: 76997-000
Processo : 7000008-24.2023.8.22.0013
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
Advogado do(a) REQUERENTE: CRISTIANE TESSARO - RO0001562A-A
REQUERIDO: FABIO AVILA DOS SANTOS
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena do cumprimento de sentença prosseguir pelo valor desatualizado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 0003762-11.2014.8.22.0013
Classe: Embargos à Execução Fiscal
Assunto: ICMS / Incidência Sobre o Ativo Fixo
Valor da causa: R$ 346.743,59 ()
Parte autora: EDINILSON RACHAWAL FREITAS, AV. INTEGRAÇÃO NACIONAL 2328, NÃO CONSTA CENTRO - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: NEIDE CRISTINA RIZZI, OAB nº RO6071A, AC CEREJEIRAS 2520, RUA JORDÂNIA CENTRO - 76997-970 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA

Parte requerida: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- Ibama, VIA L/4 - N, SAIN, NÃO CONSTA NÃO CONSTA - 70818-900 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Diante da inércia das partes, arquivem-se os autos.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO / NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA E/OU OUTRAS COMUNICAÇÕES
Cerejeiras/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7002006-61.2022.8.22.0013
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Valor da causa: R$ 70.749,29 ()
Parte autora: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL, AVENIDA CAPITÃO CASTRO 3178 CENTRO (S-01) - 76980-150 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CRISTIANE TESSARO, OAB nº AC1562, PROCURADORIA DA SICOOB CREDISUL - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA LTDA
Parte requerida: LUCAS FERNANDES DIAS, LINHA 3 EIXO S/N, KM 24, ESQUERDA ZONA RURAL - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
A parte exequente apresentou pedido de penhora de quotas sociais.
Consta dos autos a inadimplência da parte executada para com a obrigação, bem como diversas diligências já realizadas na busca de satisfação do débito.
É sabido que o devedor deve responder com o seu patrimônio (bens presentes e futuros) pelo pagamento das suas dívidas, salvo as restrições estabelecidas em lei (art. 789 do CPC).
O art. 1.094 do CC, ao estabelecer as características da sociedade cooperativa, não traz restrição alguma no que se refere à possibilidade de penhora de quotas.
Portanto, não existe vedação expressa no ordenamento jurídico para que se dê tal constrição, visto tratar-se de patrimônio do cooperado que se encontra na posse da sociedade cooperativa. A vedação diz respeito à transferência espontânea por interesse do cooperado, não atingindo atos alheios a sua vontade, como ocorre com a penhora judicial.
Nesse sentido, alinhado ao entendimento do STJ, o Tribunal de Justiça de Rondônia decidiu sobre o tema:
Apelação cível. Embargos de terceiro. Penhora. Quotas de Cooperativa de crédito. Possibilidade. Recurso não provido. É penhorável as cotas de sociedade cooperativa em favor de terceiro estranho aos quadros societários em decorrência de dívida particular de sócio cooperativado. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7003583-23.2021.822.0009, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator (a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 09/11/2022. (TJ-RO - AC: 70035832320218220009, Relator: Des. Alexandre Miguel, Data de Julgamento: 09/11/2022).
PROCESSUAL CIVIL E DIREITO SOCIETÁRIO. RECURSO ESPECIAL. PENHORA DE COTAS DE SOCIEDADE COOPERATIVA EM FAVOR DE TERCEIRO ESTRANHO AO QUADRO SOCIETÁRIO. POSSIBILIDADE. 1. A penhora de cotas sociais, em geral, não é vedada por lei, ex vi da exegese dos arts. 591, 649, I, 655, X, e 685-A, § 4º, do CPC. Precedentes. 2. É possível a penhora de cotas pertencentes a sócio de cooperativa, por dívida particular deste, pois responde o devedor, para o cumprimento de suas obrigações, com todos seus bens presentes e futuros (art. 591, CPC). 3. O óbice de transferência a terceiros imposto pelo art. 1.094, inc. IV, do CC/02 e pelo art. 4º, inc. IV, da Lei nº 5.764/71 não impede a penhora pretendida, devendo os efeitos desta serem aplicados em consonância com os princípios societários e características próprias da cooperativa. 4. Dada a restrição de ingresso do credor como sócio e em respeito à afecctio societatis, deve-se facultar à sociedade cooperativa, na qualidade de terceira interessada, remir a execução (art. 651, CPC), remir o bem (art. 685-A, § 2º, CPC) ou concedê-la e aos demais sócios a preferência na aquisição das cotas (art. 685-A, § 4º, CPC), a tanto por tanto, assegurando-se ao credor, não ocorrendo solução satisfatória, o direito de requerer a dissolução parcial da sociedade, com a exclusão do sócio e consequente liquidação da respectiva cota. 5. Em respeito ao art. 1.094, inc. I e II, do CC/02, deve-se avaliar eventual dispensa de integralização de capital, a fim de garantir a liquidez da penhora e, ainda, a persistência do número mínimo de sócios na hipótese de exclusão do sócio-devedor, em quantitativo suficiente à composição da administração da sociedade. 6. Recurso improvido. (STJ - REsp: 1278715 PR 2011/0220197-1, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 11/06/2013, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/06/2013).
Ante o exposto, considerando que não há óbice à constrição de cotas sociais pertencentes ao executado, bem como considerando que tal medida encontra amparo no art. 835, IX do Código de Processo Civil, o pedido deve acolhido.
Assim, DEFIRO a penhora de cotas sociais em nome do executado LUCAS FERNANDES DIAS, inscrito no CPF sob o n 015.325.972-82.
SERVE ESTA DECISÃO COMO MANDADO (via Oficial de Justiça) para penhora das cotas (até o limite das quotas sociais pertencente ao executado e último cálculo atualizado da dívida – ID 86269626, conforme última atualização), junto às empresas COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA – SICOOB CREDISUL - Avenida Nações, 2618, Centro, Cerejeiras - Rondônia - (69) 3342-6650 - pa01@sicoobcredisul.com.br; e COOPERATIVA DE CREDITO DA REGIAO DE FRONTEIRAS DE RO/MT LTDA - Avenida das Nações, 2208, Centro - Cerejeiras/RO CEP 76997-000 - Fone: (69) 3342-3286.
Intime-se a parte executada para, querendo, oferecer impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias e com as advertências legais, contados da juntada do mandado de penhora nos autos.

Ressalto que poderá a cooperativa, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da juntada do mandado de penhora, manifestar-se nos autos, na qualidade de terceira interessada.
Registro que, será assegurado, na qualidade de terceira interessada, remir a execução (art. 826, CPC) ou conceder aos demais sócios a preferência na aquisição da cota (art. 876, § 7º, CPC).
Caso nenhuma dessas opções se mostre viável, é assegurado ainda à cooperativa a possibilidade de promover a exclusão do sócio endividado, com a liquidação da respectiva cota (arts. 21, II, da Lei 5.764/71 e 1.031, do Código Civil).
Restando infrutífera a penhora, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO / NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA E/OU OUTRAS COMUNICAÇÕES
Cerejeiras/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7000727-06.2023.8.22.0013
Classe: Usucapião
Assunto: Usucapião Extraordinária
Valor da causa: R$ 270.981,44 ()
Parte autora: SONIA MARA TERLAN BAGGIO, LINHA 5 (CINCO), KM 8, DA 4A PARA A 5A EIXO Zona Rural ZONA RURAL - 76999-000 - PIMENTEIRAS DO OESTE - RONDÔNIA, WANDERLEI LOURENCO DA COSTA, LINHA 5, DA 4A PARA A 5A EIXO, KM 8 0000 ZONA RURAL - 76990-100 - PIMENTEIRAS DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: AMEUR HUDSON AMANCIO PINTO, OAB nº RO1807
Parte requerida: FRANCISCO BARBOSA SILVA, LINHA 5 (CINCO), KM 8, DA 4A PARA A 5A EIXO ZONA RURAL - 76999-000 - PIMENTEIRAS DO OESTE - RONDÔNIA, MARIA LICA DA SILVA, LINHA 5 (CINCO), KM 8, DA 4A PARA A 5A EIXO Zona Rural ZONA RURAL - 76999-000 - PIMENTEIRAS DO OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
I) Distribua-se carta precatória para a citação do espólio de José Moisés Paião, por meio da inventariante Beatriz Costa Paião, a qual reside no endereço Rua Dal Toé, 392, Bairro Jardim Eldorado, CEP 76987-042, na cidade de Vilhena/RO e/ou Av. Sabino Bezerra de Queiroz, 8375, Quadra 61, Lote 05 a 08, Setor 06, Bairro Jardim Araucária, CEP 76987-536, na cidade de Vilhena/RO.
II) Distribua-se mandado para a citação do espólio de Maria Lica da Silva, por meio de seu herdeiro Daniel Barbosa da Silva, brasileiro, agricultor, solteiro, residente em domiciliado na Avenida dos Estados, 3209 e/ou Linha 5, 4ª para a 5.ª Eixo, Km 8, Município de Pimenteiras do Oeste/RO, a fim de que, no ato de sua intimação, informe ao Oficial de Justiça as seguintes informações e documentos:
a) apresente a certidão de óbito de Maria Lica da Silva, caso tenha;
b) informe se houve a abertura de inventário e o nome do(a) inventariante dos bens do espólio de Maria Lica da Silva, inclusive com a qualificação completa e o endereço atualizado;
c) caso não haja a abertura de inventário, informe o nome completo, qualificação e endereços atualizados dos demais herdeiros de Maria Lica da Silva.
Cumpra-se os itens I e II.
A abertura de vistas às Fazendas Públicas ocorrerá após a citação válida de todas as partes, tendo em vista que a providência de intimação dos entes públicos é feito via sistema e é legítimo que se manifestem após os confinantes.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO / NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Cerejeiras/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br
Processo: 7001979-20.2018.8.22.0013
Classe: Embargos à Execução
Assunto: Defeito, nulidade ou anulação, Nulidade
EMBARGANTE: ADRIANE FATIMA DARIVA
ADVOGADOS DO EMBARGANTE: TATIANE LIS DAVILA, OAB nº RO9169, KLEBER WAGNER BARROS DE OLIVEIRA, OAB nº RO6127, EBER ANTONIO DAVILA PANDURO, OAB nº RO5828
EMBARGADO: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- Ibama
ADVOGADO DO EMBARGADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração opostos por ADRIANE FATIMA DARIVA, em face da decisão proferida no ID 91308339 .
Os requisitos para oposição de Embargos de Declaração encontram-se descritos no artigo 1.022 do Código de Processo Civil:
Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:
I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;
III - corrigir erro material.
Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que:
I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;
II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1o.
O art. 1.023 do Código de Processo Civil prevê que "Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo".
Além disso, nos termos do art. 1.026, § 2º, do CPC, "Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa". Nesse sentido:
Embargos de declaração nos embargos de declaração no agravo regimental na reclamação. Segundos embargos com os quais se busca a rediscussão da causa. Impossibilidade. Caráter protelatório. Embargos de declaração dos quais não se conhece, com aplicação de multa ao embargante. 1. Não se verificam, no caso, os vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil. As questões trazidas nos embargos declaratórios já foram discutidas no julgamento do agravo regimental, sendo certo, também, que as referidas alegações foram rejeitadas pela Turma no julgamento dos embargos de declaração anteriormente opostos. 2. Não se conhece de segundos embargos de declaração cujo objetivo seja promover a rediscussão da causa. 3. Não conhecimento dos embargos, com imposição de multa ao embargante, dado o caráter meramente protelatório dos embargos art. 1.026, § 2º, do CPC). Determinação de certificação do trânsito em julgado do acórdão deste julgamento, independentemente de sua publicação. (STF - Rcl: 41984 SP 0097383-88.2020.1.00.0000, Relator: DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 04/10/2021, Primeira Turma, Data de Publicação: 03/12/2021).
Dessa breve digressão cabe aferir se a decisão embargada possui omissão, obscuridade, contrariedade ou erro material.
No caso, verifica-se que o embargante objetiva modificar a decisão embargada, extrapolando, assim, o campo delimitado desta via recursal, exigindo recurso processual diverso, qual seja recurso de apelação.
É cediço que os embargos de declaração têm a finalidade de esclarecer, tornar claro o julgado, sem lhe modificar, em princípio, sua substância. Não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões e esclarecer obscuridades porventura encontradas.
Sobre este tema, afirmam Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Nery que: "Os EDcl têm finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições. Não têm caráter substitutivo da decisão embargada, mas sim integrativo ou aclaratório. Como regra, não têm caráter substitutivo, modificador ou infringente do julgado" (Código de Processo Civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 1045).
Nesse sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "Rediscutir, pois as questões apreciadas, com o reforço ou inovação argumentativa, constitui delírio na via processual declaratória. A motivação do convencimento do Juiz não impõe que expresse razões versando todos os argumentos delineados pelas partes, por mais importantes possam lhes parecer" (Embargos de Declaração no REsp 38.344 PR. Relator Ministro Milton Luiz Pereira).
Assim, em que pesem os argumentos da parte embargante, não há que se falar em contradição ou omissão, uma vez que ao analisar os pedidos e julgá-los este magistrado fundamentou e esclareceu as razões para tanto.
Pelo exposto, afasto as alegações de omissão, contradição ou obscuridade na decisão proferida nos autos e reputo protelatórios os Embargos pois a decisão não possui os vícios ora reclamados e que o embargante pretende na verdade modificar o mérito da decisão, fazendo adequar a decisão à sua própria vontade.
Assim, conheço e NEGO PROVIMENTO os embargos declaratórios.
Ademais, a irresignação do pronunciamento judicial possui meio próprio para satisfação da pretensão, qual seja, recurso.
Publique-se.
Registre-se.
Intimem-se.
Após o trânsito em julgado, inexistindo requerimento das partes, arquivem-se os autos.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO ALVARÁ/OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Cerejeiras, 17 de julho de 2023
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7002276-22.2021.8.22.0013
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Imissão, Servidão
Valor da causa: R$ 4.926,27 ()
Parte autora: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: JURANDYR CAVALCANTE DANTAS NETO, OAB nº SE6101, ENERGISA RONDÔNIA
Parte requerida: CARLOS ROBERTO DA SILVA, KM 3,5, 3ª PARA 2ª EIXO S/N LINHA 3 - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: WAGNER APARECIDO BORGES, OAB nº RO3089, AV. DOS ESTADOS CENTRO - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de Ação de Constituição de Servidão Administrativa por Utilidade Pública (Linha de Distribuição de Energia Elétrica) com Pedido de Imissão Provisória na Posse e de Urgência Declarada, ajuizada por Energisa Rondônia Distribuidora de Energia S.A. em face de CARLOS ROBERTO DA SILVA, visando a ser imediatamente imitida na posse de parte do imóvel do requerido, onde pretende constituir

servidão administrativa para passagem de cabos de transmissão de energia elétrica, conforme contrato de concessão firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
Decisão inicial proferida ao ID 67675263, ocasião em que foi concedida a tutela pleiteada.
A parte requerida foi citada e apresentou contestação, impugnando o valor ofertado pela parte requerente.
Houve réplica.
Foi determinada a avaliação do imóvel, através de perito judicial (ID 81308825).
Os honorários periciais foram devidamente depositados (ID 83992169).
Realizada a perícia, o competente laudo de avaliação foi acostado (ID 86186965).
Intimada, a parte requerida aquiesceu ao teor da avaliação.
A seu turno, a parte requerente impugnou o laudo, asseverando que a fundamentação nele disposta revela-se insuficiente ao esclarecimento dos fatos, razão pela qual pugnou por sua complementação.
Instada, a perita acostou complementação ao ID 90917214.
A parte requerente impugnou novamente o laudo, ao passo em que a parte requerida nada pleiteou.
Em manifestação, a perita requereu o pagamento do valor final dos seus honorários, bem como o pagamento de honorários adicionais em razão do laudo complementar apresentado.
Nessas condições, vieram-me conclusos.
Passo a deliberar.
DA IMPUGNAÇÃO AO LAUDO PERICIAL
Analisando os autos, verifica-se que o cerne da questão está em torno da discussão acerca do valor indenizável referente ao imóvel objeto de desapropriação administrativa.
Observando-se o feito, denota-se que todos os laudos e as complementações realizadas pelo perito não estão a contento das partes, vez que a parte autora impugna o valor por ser exorbitante e, o requerido impugna o laudo por ser o valor ínfimo.
Diante disso, tendo em vistas as várias impugnações aos laudos e complementações apresentados aos autos, o processo se arrasta, ferindo assim o princípio da duração razoável do processo, bem como o princípio da cooperação, previsto na Carta Magna, em seu artigo 5º, e no art. 4º e 6º do CPC, in verbis:
Art. 5º. [...]
LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
Art. 4º. As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.
Art. 6º. Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
Dessa forma, com base nos preceitos acima elencados, nota-se que a cooperação não se restringe à relação parte-juiz, nem se limita ao relacionamento entre as partes, ou seja, a cooperação é o esforço necessário dos sujeitos processuais para evitar imperfeições processuais e comportamentos indesejáveis que possam dilatar injustificadamente a marcha do processo e comprometer a justiça e efetividade da tutela jurisdicional.
Assim, tendo em vista as novas insurgências das partes quanto a complementação realizada pelo perito, não vislumbro justificativas razoáveis e plausíveis para uma terceira perícia ou uma terceira complementação ao laudo pericial realizado.
Destaco que, analisando o laudo pericial e suas complementações, entendo que não há o que se questionar acerca do valor atribuído ao imóvel, pois a expert analisou detalhadamente cada item avaliado, informou a metodologia utilizada para avaliação, bem como instruiu o laudo com fotos, mapas e planta do imóvel, inclusive esclarecendo dúvidas das partes em audiência de instrução e julgamento realizada neste Juízo.
É importante esclarecer que o artigo 480 do Código de Processo Civil faculta ao julgador a possibilidade de realização de nova perícia, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida, bem como o § 1º do mesmo artigo, por sua vez, impõe que a segunda perícia tem por objeto os mesmos fatos sobre que recaiu a primeira e destina-se a corrigir eventual omissão ou inexatidão dos resultados a que esta conduziu.
Conforme se verifica, o presente caso não se enquadra em nenhuma das hipóteses acima elencadas, ao contrário, as partes apenas se insurgem quanto aos valores atribuídos pelo perito ao imóvel, vez que estes não estão de acordo com o que eles entendem como “justo”.
Ante o exposto, REJEITO a impugnação apresentada pela parte requerente e HOMOLOGO o laudo pericial e o laudo complementação, conforme apresentado pela perita nomeada pelo juízo (IDs 86186965 e 90917214).
Ademais, por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1.026, §2º, do CPC.
DO PEDIDO DE HONORÁRIOS ADICIONAIS
De outro norte, no que diz respeito ao pedido de fixação de honorários periciais complementares, reputo não comportar deferimento, visto que a apresentação de esclarecimentos acerca de pontos objeto de divergência constitui obrigação do perito, expressamente prevista em lei, não se confundindo com nova diligência, conforme §2º do art. 477, do CPC:
[…] § 2º O perito do juízo tem o dever de, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecer ponto:
I - sobre o qual exista divergência ou dúvida de qualquer das partes, do juiz ou do órgão do Ministério Público;
A esse respeito:
EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - ACIDENTE DE TRÂNSITO - DANOS MORAIS - PROVA PERICIAL - QUESITOS PARA ESCLARECIMNETO - POSSIBILIDADE - HONORÁRIOS PERICIAIS - DESCABIMENTO. - Se são elucidações à questões não respondidas pela perícia, não se trata, portanto, de nova perícia. Não há, assim, que se falar em novos honorários periciais. (TJ-MG - AI: 10024100109875001 Belo Horizonte, Relator: Batista de Abreu, Data de Julgamento: 04/09/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 15/09/2014 – Grifei)
AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. PERÍCIA. QUESITOS COMPLEMENTARES. HONORÁRIOS ADICIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. Os quesitos de complementação integram a própria prova pericial, pelo que não podem ser cobrados novos honorários periciais. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. UNÂNIME. (TJ-RS - AI: 70040494932 RS, Relator: Antônio Maria Rodrigues de Freitas Iserhard, Data de Julgamento: 20/04/2011, Décima Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 02/05/2011 – Grifei)
Com esses fundamentos, INDEFIRO o pedido de ID 90917214.
Preclusa a decisão, intimem-se as partes para apresentarem alegações finais, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Por fim, voltem os autos conclusos para sentença, devendo a serventia acostar extrato integral da conta judicial vinculada aos autos, para fins de viabilizar expedição de alvará de levantamento relativo aos honorários periciais.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO / NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Cerejeiras/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7001144-56.2023.8.22.0013
Classe: Inventário
Assunto: Inventário e Partilha
Valor da causa: R$ 1.000,00 (mil reais)
Parte autora: MARTHA CARVALHO DE MELO, RUA PERNAMBUCO 1398 PRIMAVERA - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: AMEUR HUDSON AMANCIO PINTO, OAB nº RO1807, NI NI NI - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
Parte requerida: ÉRICA DA SILVA FREIRE, RUA NOVA ZELANDIA 2898 NI - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA, ANGÉLICA DA SILVA FREIRE, RUA NOVA ZELANDIA 2898 NI - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA, EDIVANIA DA SILVA FREIRE, RUA NOVA ZELANDIA 2898 NI - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA, NEIDE DE SOUZA FREIRES, RUA ITAUBA 623-S PADRE DUÍLIO - 78320-000 - JUÍNA - MATO GROSSO, ELIEZIO DE SOUZA FREIRES, RUA CHAPADA DE DIAMANTINA 6363 JARDIM BELA VISTA - 76874-223 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, ELIEL DE SOUZA FREIRES, RUA NOVA ZELANDIA 2898 NI - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA, DANIEL DE SOUZA FREIRES FILHO, LINHA 2, KM 6,5 0, DO 3 PARA O 4 EIXO ZONA RURAL - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA, TIEZIO DE SOUZA FREIRES, RUA PORTO VELHO 661, QUADRA 76 NI - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA, SAMUEL DE SOUZA FREIRES, SETOR PIRES DE SÁ 136, CHÁCARA NI, CHÁCARA - 76980-002 - VILHENA - RONDÔNIA, DANIEL DE SOUZA FREIRES, RUA PERNAMBUCO 1398 PRIMAVERA - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: LAERCIO ALEXANDRO DE ANDRADE, OAB nº RO10764, NI NI NI - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA, ERITON ALMEIDA DA SILVA, OAB nº RO7737, NI NI NI - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA, ELIANE DE FATIMA ALVES ANTUNES, OAB nº RO3151, NI NI NI - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Recebo os autos para processamento neste Juízo.
Das custas processuais
Tratando-se de processo de inventário, as custas devem ser suportadas pelo espólio, não se confundindo o patrimônio do espólio com o dos herdeiros. Verificado o patrimônio do espólio, suficiente ao custeio do processo, descabe a concessão da assistência judiciária gratuita, sendo o recolhimento diferido para quando da partilha.
Do prosseguimento do feito
Seguindo o preceito normativo do art. 617, inciso I, do Código de Processo Civil, NOMEIO como inventariante do espólio a cônjuge sobrevivente MARTHA CARVALHO DE MELO, o qual deverá ser intimado para prestar compromisso em cinco dias (artigo 617, p. único do CPC). O inventariante deve estar ciente de suas obrigações dispostas nos artigos 618 e 619 do Código de Processo Civil, bem como de que seus poderes deverão ser utilizados dentro das determinações da lei, sob pena de destituição e remoção, nos termos do artigo 622 do Código de Processo Civil.
Expeça-se termo de compromisso de inventariante, a ser assinado pelo compromissário.
O inventariante deve apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias a contar do dia que prestou compromisso, as primeiras declarações, dispensando-se a lavratura de termo circunstanciado, desde que a declaração preencha os requisitos do art. 620 e incisos do Código de Processo Civil. Para cumprimento da Lei, consigno as providências que devem ser atendidas pelo inventariante:
Providências a serem tomadas pelo inventariante nomeado:
a) apresentar as primeiras declarações após a assinatura do termo, no prazo de 20 (vinte) dias, devendo atender rigorosamente ao disposto nos incisos do artigo 620, do CPC, apresentando os respectivos documentos comprobatórios, em cópia simples legível, com autenticidade sob a responsabilidade do advogado, em especial os abaixo relacionados:
b) certidão a ser fornecida pelo IDARON, em que deverão constar o número, espécies, marcas e sinais distintivos dos semoventes em nome do de cujus, com as respectivas movimentações de fichas, desde o mês anterior ao óbito, ainda que declare a inexistência de semoventes;
c) escritura/matrícula/registro/contrato de compra e venda/certidão de inexistência de matrícula/Contrato de Concessão de Uso (CCU) ou Título de Domínio, em relação ao(s) imóvel(is);
d) extratos de eventual conta bancária em nome do de cujus; com as movimentações financeiras desde o mês anterior ao óbito;
e) certidões negativas nos âmbitos Municipal, Estadual e Federal; ficando desde já advertido para observar os respectivos prazos de validade, renovando-as no curso do feito; [Observe-se que muitos documentos estão disponíveis na rede mundial de computadores (internet)];
f) Certificado de Registro de Veículo-CRV atualizado, valor do(s) veículo(s) de acordo com a Tabela FIPE (http://veiculos.fipe.org.br/), caso existam veículos a serem partilhados;
g) atualizar o valor da causa, considerando o valor TOTAL dos bens inventariados (artigo 292, CPC), inclusive aqueles decorridos do contrato particular de compra e venda de imóvel rural cujo termo de vencimento ainda não ocorreu, abatendo-se o valor de eventuais dívidas do espólio e eventual direito à meação (artigo 651, II, CPC).
h) apresentar a prestação de contas referente aos semoventes vendidos para pagamento das custas processuais, se houver.
Após a apresentação regular das primeiras declarações:
a) CITEM-SE o cônjuge/companheiro, os herdeiros e os legatários pelo correio, desde que o citando não seja incapaz (artigos 626, §1º e 247, II, CPC), encaminhando-lhes cópia do Termo das Primeiras Declarações (artigo 626, §3º, CPC); caso todos os herdeiros estejam

devidamente representados nos autos, desnecessária a intimação por meio dos correios e, na hipótese de o mandado restar negativo, diante da não localização de requerido(a), fica o Cartório autorizado a repetir este comando, após apresentação de novo endereço pelo inventariante.
b) PUBLIQUE-SE edital de citação de eventuais interessados incertos ou desconhecidos (artigos 626, §1ª, parte final e 259, III, do CPC), caso hajam; tendo em vista que, pelo momento, não existem os sítios eletrônicos mencionados no art. 257, II, do CPC, a publicação do edital de citação deverá ocorrer em diário de justiça, com fundamento no parágrafo único do mesmo dispositivo legal;
c) INTIME-SE o Ministério Público havendo herdeiro incapaz ou ausente – encaminhando-lhe o Termo das Primeiras Declarações;
d) INTIME-SE a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal) – encaminhando-lhes o Termo Circunstanciado das Primeiras Declarações – para o fim do artigo 629, do CPC e para informar ao Juízo eventuais débitos fiscais em nome do de cujus, no prazo de 15 (quinze) dias;
e) Concluídas as citações, abrir-se-á vista às partes, em cartório e pelo prazo comum de 15 (quinze) dias, para que se manifestem sobre as primeiras declarações (artigo 627, CPC);
f) Findo o prazo das diligências supracitadas, venham os autos conclusos para decisão de eventuais impugnações e, se for o caso, nomeação de perito para avaliar os bens do espólio (artigo 630, CPC).
g) Aceito o laudo ou resolvidas as impugnações a seu respeito, venham as últimas declarações e plano de partilha, no qual o inventariante poderá emendar, aditar ou completar as primeiras (artigo 636, CPC).
h) Ouvidas as partes sobre as últimas declarações no prazo comum de 15 (quinze) dias, proceder-se-á ao cálculo do tributo – ITCMD (artigo 637, CPC), sendo que em relação a Fazenda Pública, deverá o(a) inventariante diligenciar junto ao site da Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia (www.sefin.ro.gov.br), considerando o disposto nos art. 19 a 23 da Lei 959/00, regulamentada pelo Decreto n. 15.474/10.
i) Feito o cálculo, sobre ele serão ouvidas todas as partes no prazo comum de 5 (cinco) dias, que correrá em cartório, e, em seguida, a Fazenda Pública (art. 638, CPC).
j) Pago o imposto de transmissão a título de morte e juntada aos autos certidão ou informação negativa de dívida para com a Fazenda Pública, o juiz julgará por sentença a partilha (art. 654, CPC).
Providenciem-se o necessário.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE MANDADO-OFÍCIO-PRECATÓRIA
Cerejeiras/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7000229-07.2023.8.22.0013
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Análise de Crédito, Repetição do Indébito
Valor da causa: R$ 11.284,56 (onze mil, duzentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)
Parte autora: IRACEMA ROSA BORGES, RUA ESPIRITO SANTO 1271 PRIMAVERA - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: EWERTON ORLANDO, OAB nº GO7847
Parte requerida: BANCO MAXIMA S.A., CENTRO EMPRESARIAL RIO 228, PRAIA DE BOTAFOGO 228 - SALA 1702 BOTAFOGO - 22250-906 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
ADVOGADO DO REQUERIDO: MICHELLE SANTOS ALLAN DE OLIVEIRA, OAB nº AM1535, OCEANICA 1454, BL B APT 214 ONDINA - 40170-010 - SALVADOR - BAHIA
DESPACHO
Vistos.
O recurso é adequado e foi interposto dentro do prazo legal (art. 41 e art. 42 da Lei 9.099/95), porquanto tempestivo.
O preparo foi devidamente recolhido ou é caso de beneficiário de gratuidade de justiça.
A parte é legítima, está representada, e tem interesse em recorrer, já que vencida na causa – insurgindo-se quanto a sentença prolatada nos autos.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo o presente recurso apenas no efeito devolutivo (art. 43 da Lei 9.099/95).
Considerando que a parte recorrida já apresentou suas contrarrazões, remetam-se os autos à Turma Recursal.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE MANDADO-OFÍCIO-PRECATÓRIA
Cerejeiras/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
Processo n.: 7000640-55.2020.8.22.0013
Classe: Desapropriação
Assunto: Servidão Administrativa
Valor da causa: R$ 5.186,83 ()
Parte autora: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO AUTOR: JURANDYR CAVALCANTE DANTAS NETO, OAB nº SE6101, ENERGISA RONDÔNIA
Parte requerida: EDILIANI SATO DE OLIVEIRA, 3ª EIXO, ENTRE AS LINHAS 10 E 11 S/N, KM 01, PRIMEIRA PORTEIRA AO LADO ESQUERDO SENTIDO ZONA RURAL - 76999-000 - PIMENTEIRAS DO OESTE - RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Declaro encerrada a instrução.
Diante disso, nos termos do Art. 364, § 2º do CPC, INTIMEM-SE AS PARTES para apresentarem suas alegações finais, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias.
Decorrido o prazo, com ou sem apresentação de razões finais, tornem os autos conclusos para julgamento.
Serve a presente de MANDADO/OFÍCIO/CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e CARTA PRECATÓRIA.
Cerejeiras 17 de julho de 2023.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7002454-34.2022.8.22.0013
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Empréstimo consignado
Valor da causa: R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)
Parte autora: RITA MARLENITA MARTINOWKI, RUA NATAL 1365 ALVORADA - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FERNANDO HENRIQUE ALVES ROSSI, OAB nº RO7704
Parte requerida: BANCO PAN S.A., AV. 7 DE SETEMBRO 508, INEXISTENTE CENTRO - 78900-005 - NÃO INFORMADO - ACRE
ADVOGADOS DO REQUERIDO: JOAO VITOR CHAVES MARQUES DIAS, OAB nº CE30348, RUA JOÃO CARVALHO 310 ALDEOTA - 60140-140 - FORTALEZA - CEARÁ, PROCURADORIA BANCO PAN S.A
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a parte exequente para fornecer, em 5 dias, os dados bancários corretos para fins de expedição do alvará eletrônico, com indicação do CPF/CNPJ, agência e conta (com o dígito verificador).
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Cerejeiras segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 08:57.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7000262-94.2023.8.22.0013
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Rural (Art. 48/51)
Valor da causa: R$ 41.239,35 (quarenta e um mil, duzentos e trinta e nove reais e trinta e cinco centavos)
Parte autora: EDITE GIONGO FRANCESCONI, RUA PERNAMBUCO 1291, CASA PRIMAVERA - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: WANDERSON GUSTAVO CORADO DOS ANJOS, OAB nº RO11602
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Cuida-se de ação ajuizada por EDITE GIONGO FRANCESCONI contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, com pedido de condenação do requerido à concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural.
Em síntese, a parte autora afirma que é segurada especial da previdência social na qualidade de produtora rural em regime de economia familiar, aduzindo que sempre trabalhou na lavoura com a família e que, ao completar o requisito etário, requereu administrativamente o benefício de aposentadoria por idade, que teria sido indeferido pela autarquia previdenciária em razão da não comprovação da qualidade de segurado(a) especial.
Citada via sistema do Processo Judicial Eletrônico, a autarquia deixou decorrer o prazo sem apresentar contestação.
Foi prolatada decisão saneadora, sendo designada audiência para produção da prova oral.
Realizada a audiência de instrução, foi tomada a oitiva das testemunhas.
Preclusa a oportunidade do requerido de apresentar suas alegações finais, em virtude de sua ausência imotivada, sendo que o autor apresentou alegações remissivas.
É, em síntese, o relatório. DECIDO.
FUNDAMENTAÇÃO
A ação deve ser julgada procedente.
Cuida-se de pedido de aposentadoria por idade de suposto trabalhador rural. A Lei n. 8.213/91, em seu art. 11, inciso VII, considera o trabalhador rural segurado da previdência social, classificando-o como segurado obrigatório e especial, desde que exerça seu labor individualmente ou em regime de economia familiar, sendo-lhes oferecido o benefício de aposentadoria por idade (art. 18, I, “b”), cujos requisitos e condições vem expressos nos artigos 48 e seguintes do referido diploma legal.

Para a concessão do benefício, o artigo 48, § 1º, da Lei n. 8.213/91 exige idade mínima de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres, além do efetivo tempo de serviço rural, por período de tempo igual ao de carência exigido por lei (art. 48, § 2º), que segundo disposto no art. 142 da lei n. 8.213/91, corresponde a 180 meses para quem precisa demonstrar o início da atividade rural após o ano de 1991, podendo ser integral ou descontínuo (art. 143 da Lei n. 8.213/91), cujo tempo deverá ser comprovado mediante início razoável de prova material, complementado por prova testemunhal, tanto na esfera administrativa ou judicial, a teor do art. 55 §3º, da citada lei, não se admitindo prova exclusivamente testemunhal (Súmulas 149/STJ e 27/TRF – 1ª Região).

Do requisito etário

Nos autos resta incontroverso o atendimento do requisito da idade, uma vez que os documentos da parte requerente comprova que nasceu em 21/11/1959 e completou a idade antes de requerer administrativamente o benefício.

Da qualidade de segurado e tempo de carência

Sensível à dificuldade do rurícola na obtenção de prova escrita do exercício de sua profissão, o Superior Tribunal de Justiça já solucionou a matéria, adotando a solução pro misero, no sentido de que a exigência legal para a comprovação da atividade laborativa do rurícola resulta num mínimo de prova material, ainda que constituída por dados do registro civil – como em certidão de casamento, ou de nascimento dos filhos e, até mesmo, em assentos de óbito, no caso de pensão.

Corolário da exigência de "início" é que não se exige que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício, bastando que o conjunto probatório permita ao julgador, formar convicção acerca da efetiva prestação laboral rurícola.

Considerando que a parte requerente nasceu em 21/11/1959, conforme atesta os documentos inclusos à inicial, deverá comprovar o exercício de atividade rural pelos 180 meses imediatamente anteriores ao pedido administrativo, realizado em 30.04.2021.

Como início de prova material da sua condição de segurado especial, o autor fez juntar aos autos com a inicial vários documentos evidenciando ser ele trabalhador rural e relativos ao tempo de carência que precisa ser demonstrado.

Os documentos aportados aos autos demonstram ao menos o início de prova material necessária para a concessão do benefício. Todos esses documentos apresentados, embora não detalhem todo o período exigido por lei, evidenciam indícios de atividade rural durante o tempo de carência que deve ser demonstrado.

Ainda de acordo com orientação superior, a súmula 149 do STJ tem sua aplicação mitigada na hipótese da reduzida prova material ser complementada por idônea e robusta prova testemunhal, senão confira:

RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. SEGURADO ESPECIAL. TRABALHO RURAL. INFORMALIDADE. BOIAS-FRIAS. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. ART. 55, § 3º, DA LEI 8.213/1991. SÚMULA 149/STJ. IMPOSSIBILIDADE. PROVA MATERIAL QUE NÃO ABRANGE TODO O PERÍODO PRETENDIDO. IDÔNEA E ROBUSTA PROVA TESTEMUNHAL. EXTENSÃO DA EFICÁCIA PROBATÓRIA. NÃO VIOLAÇÃO DA PRECITADA SÚMULA. 1. Trata-se de Recurso Especial do INSS com o escopo de combater o abrandamento da exigência de produção de prova material, adotado pelo acórdão recorrido, para os denominados trabalhadores rurais boias-frias. 2. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 3. Aplica-se a Súmula 149/STJ ("A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeitos da obtenção de benefício previdenciário") aos trabalhadores rurais denominados "boias-frias", sendo imprescindível a apresentação de início de prova material. 4. Por outro lado, considerando a inerente dificuldade probatória da condição de trabalhador campesino, o STJ sedimentou o entendimento de que a apresentação de prova material somente sobre parte do lapso temporal pretendido não implica violação da Súmula 149/STJ, cuja aplicação é mitigada se a reduzida prova material for complementada por idônea e robusta prova testemunhal. 5. No caso concreto, o Tribunal a quo, não obstante tenha pressuposto o afastamento da Súmula 149/STJ para os "boias-frias", apontou diminuta prova material e assentou a produção de robusta prova testemunhal para configurar a recorrida como segurada especial, o que está em consonância com os parâmetros aqui fixados. 6. Recurso Especial do INSS não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ. (STJ, REsp 1321493/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/10/2012, DJe 19/12/2012).

Contudo, mesmo assim, no presente caso os documentos apresentados contemplam satisfatoriamente o período de carência, havendo robusto acervo de prova material sobre a qualidade de segurado especial durante os anos compreendidos pelo período carencial que precisa ser demonstrado.

Nesse sentido é a orientação do TRF 1ª, região:

PREVIDENCIÁRIO. RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. VÍNCULOS URBANOS. NÃO DESCARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO. JUROS DE MORA. PARCIAL PROVIMENTO. 1. […] 10. Os poucos períodos de trabalho urbano do autor (CNIS f. 130) não descaracterizam sua atividade campesina, pois a Lei expressamente admite que o exercício da atividade rural, pelo prazo de carência, possa ser de forma descontínua (Lei 8.213/91, art. 39, I) (STJ - EDcl no AgRg no AREsp: 297322 PB 2013/0056921-9, Relator: Ministro Mauro Campbell Marques, Data de Julgamento: 13/08/2013, - Segunda Turma). 11. Juros de mora simples de 1% ao mês, a contar da citação, até jun/2009 (Decreto 2.322/1987), até abr/2012 simples de 0,5% e, a partir de mai/2012, mesmo percentual de juros incidentes sobre os saldos em caderneta de poupança (Lei 11.960/2009). (itens 4.3.1 e 4.3.2 do manual de cálculos da Justiça Federal. Resolução – CJF 267/2013) 12. Não provimento da apelação do INSS e parcial provimento da remessa quanto aos juros de mora. (AC 0001614-38.2007.4.01.3813 / MG, Rel. JUIZ FEDERAL JOSÉ ALEXANDRE FRANCO, 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE JUIZ DE FORA, e-DJF1 de 06/03/2017).

Em relação a prova testemunhal, as pessoas ouvidas em juízo afirmaram que o autor exerceu trabalho rural em período suficiente para que fosse deferida a aposentadoria rural, restando assim preenchidos os requisitos exigidos pela Lei Previdenciária. Assim, a seu turno, confirmaram que o autor exerceu atividade laboral rural sob o regime de economia familiar pelo período que se conheceram, conforme pode ser conferido pelos depoimentos tomados na audiência de instrução, corroborando com o que restou demonstrado pela prova material apresentada.

A testemunha Ilza da Silva disse em juízo:

[...] Eu moro em Cerejeiras há [ININTELIGÍVEL]; meu endereço atualmente é Cerejeiras; eu morei sempre na zona rural; morei aproximadamente 39 anos; agora faz um ano que moro na cidade; eu conheço Edite há 20 anos; ela trabalhava no sítio, criando galinha, porco, uma vaquinha para tirar leite; a propriedade que ela morava era arrendatário; era do Sérgio [ININTELIGÍVEL]; nesse período que ela trabalhou lá não havia empregado no local; a gente sempre via os dois trabalhando.

A testemunha Semilda Rech disse em juízo:

[...] Eu moro há 38 anos em Cerejeiras, meu endereço é Linha 03, KM 8,5 a 3° para a 4° Eixo, eu conheço a pessoa Edite Giongo Francesconi, somos vizinhos, eles trabalhavam bastante, plantavam, tinham criações, eles plantavam batata, mandioca, tinha os porquinhos, tinha a vaca para tirar leite, galinhas, ela não tinha empregado, a propriedade não era deles, era do Sérgio (ININTELIGÍVEL).

Logo, não resta nenhuma dúvida que a parte autora realmente é trabalhador(a) rural, porquanto vem demonstrada nos autos por início de prova documental corroborada pela prova testemunhal, segundo exige o art. 55, § 3º, da Lei 8.213/91 e contemporânea aos fatos.
Portanto, entendo que restou atendido e comprovado, ainda que se possa considerar que de forma descontínua, o tempo de carência exigido correspondente ao período de 180 meses.
Nesse sentido:
PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. COMPLEMENTAÇÃO POR PROVA TESTEMUNHAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADO POR PROVA TESTEMUNHAL. SENTENÇA MANTIDA. 1. Sentença proferida na vigência do novo CPC/2015: não há que se falar em remessa necessária, a teor art. 496, § 3º, I, do novo Código de Processo Civil. 2. A concessão do benefício pleiteado pela parte autora exige a demonstração do trabalho rural, cumprindo-se o prazo de carência, mediante início razoável de prova material, corroborada com prova testemunhal, ou prova documental plena. 3. A Primeira Seção desta Corte, no julgamento de recurso especial submetido à sistemática dos recursos repetitivos, REsp 1.304.479/SP, de relatoria do Min. Herman Benjamim, julgado em 10.10.2012 (DJ de 19/12/2012), consignou que o "trabalho urbano de um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada, a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias (Súmula 7/STJ)". 4. Requisito etário: 30/06/2016 (nascimento 30/06/1961 fl. 24). Carência: (15 anos). 5. A certidão de casamento, realizado em 1987, em que consta a profissão de lavrador do marido fl. 22, e os documentos relativos a imóvel rural configuram o início de prova material da atividade campesina. 6. A prova oral produzida nos autos confirma a qualidade de trabalhadora rural da autora. 7. Nos termos da Lei 8.213/91, artigo 49, I, b, o benefício previdenciário vindicado é devido a partir da data do requerimento administrativo, observada a prescrição quinquenal. Em caso de ausência de tal requerimento, o benefício será devido a contar da citação. No caso, a DIB é a partir da data do requerimento administrativo, observada a prescrição quinquenal. 8. A antecipação de tutela deve ser mantida, porque presentes os requisitos e os recursos eventualmente interpostos contra o acórdão têm previsão de ser recebidos apenas no efeito devolutivo. 9. Os honorários advocatícios ficam majorados em 2% (dois por cento), a teor do disposto no artigo 85, §§ 2º, 3ª e 11º do CPC, totalizando o quantum de 12% (doze por cento) calculado sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença. 10. Apelação do INSS não provida. (TRF-1 - AC: 10245704320204019999, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL CÉSAR JATAHY, Data de Julgamento: 27/01/2021, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: PJe 08/02/2021 PAG PJe 08/02/2021 PAG)
E ainda:
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EFEITOS. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. 1. O pleito de atribuição de efeito suspensivo à apelação do INSS não merece acolhimento, pois o CPC/73, em seu artigo 520, inciso VII, e o NCPC/2015, em seu artigo 1012, par.1o, V, estabelecem que, em se tratando de sentença na qual restou confirmado o deferimento do pedido de antecipação da tutela, a apelação interposta deve ser recebida, tão somente, no efeito devolutivo. Além disso, não ficou demonstrado risco de lesão grave e de difícil reparação, tampouco fundamentação relevante para justificar a concessão de efeito suspensivo em caráter excepcional. 2. A concessão do benefício pleiteado pela parte autora exige a demonstração do trabalho rural, cumprindo-se o prazo de carência previsto no artigo 142 da Lei n. 8.213/91, mediante início razoável de prova material, corroborada com prova testemunhal, ou prova documental plena. Como requisito etário, exige-se a idade superior a 60 anos para homem e 55 anos para mulher (artigo 48, § 1º da Lei de Benefícios). No presente caso, inexiste controvérsia acerca do requisito etário. A Autora cumpriu o requisito etário, uma vez que completou 55 anos de idade no ano de 1997 (nascimento em 25/05/1942 - fls.15). A controvérsia dos autos cinge-se à comprovação da atividade rural mediante início de prova material no período de carência exigido (96 meses, no caso). Da análise dos autos, diversamente do alegado pela autarquia previdenciária, verifica-se o início de prova material suficiente ao reconhecimento da condição de rurícola da autora, mediante prova documental [Contrato De Comodato Rural de fls. 23, Certidão emitida pela EMATER do Estado de Rondônia (Associação de Assistência Técnica e Extensão do Estado de Rondônia afirmando a condição de trabalhadora rural da autora (fl. 25), ficha de Loja de Produto agrícola, em que consta a ocupação de lavradora da autora (fls. 27), notas fiscais de compras de insumos agrícolas emitidas em nome da autora (fls. 28/29), ficha de atendimento junto à Secretaria de Estado de Saúde da Prefeitura Municipal de Mirante da Serra, em que consta a sua ocupação de lavradora e domicílio rural (fl. 30) e ainda documentos pertinentes ao seu companheiro falecido demonstrado a sua condição de rurícola, sobretudo o fato do mesmo titularizar benefício de aposentadoria rural por idade (fls. 98)], início de prova material que corroborada pela prova oral permitiu concluir pela condição de segurada especial da requerente. A tudo se acrescenta a prova testemunhal, prestada na forma da lei, a qual contribuiu para o convencimento do magistrado a quo e, em que se ratificou o desempenho de atividade rural pela autora, em regime de economia familiar. Registre-se, por oportuno, que é firme a linha de precedentes no sentido de que o início razoável de prova material pode projetar efeitos para período de tempo anterior ou posterior ao nele retratado, desde que corroborado por segura prova testemunhal (AC 0041380-37.2010.4.01.9199 / MG, Rel. Des. Federal Francisco de Assis Betti, Segunda Turma, e-DJF1 p. 183 de 28/04/2011), o que ocorre na hipótese dos autos. Ademais, ainda que a documentação fosse mínima para constituir inicio de prova documental à demonstração do exercício de atividade rural pela autora no período de carência exigido, é importante atribuir importância às impressões do magistrado sentenciante, que teve acesso a uma gama extensa de informações em audiência, tais como modos, sinais e dados não verbais, condição de analfabeto da parte, etc. 3. Apelação e remessa oficial desprovidas. (TRF-1 - AC: 00064447820134019199, Relator: JUIZ FEDERAL SAULO JOSÉ CASALI BAHIA, Data de Julgamento: 20/06/2017, 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DA BAHIA, Data de Publicação: 04/08/2017)
Do Valor do benefício
Em se tratando de segurado especial, prevê a lei 8.213/91, em seu art. 39, I, a concessão do referido benefício no valor de 01 (um) salário-mínimo, dada a comprovação da atividade rural no período de carência e a ausência de provas quanto ao recolhimento de contribuições no respectivo período.
Data-base e atualizações legais – juros e correção monetária
No presente caso, o termo inicial deve retroagir à data da do pedido administrativo, qual seja, ao dia 30.04.2021, uma vez que nos autos restou apurado que na referida data o requerente já atendia a ambos os requisitos para fazer jus ao benefício ora pleiteados.
A atualização das parcelas pretéritas deverá observar os critérios assinalados pelo STF no julgamento recente do Recurso Extraordinário n. 870.947, com repercussão geral reconhecida n. 870.947, em que ficou decidido pelo plenário do STF que, para as dívidas não tributárias da Fazenda Pública, como é o presente caso, a atualização monetária deve ser realizada de acordo com o índice do IPCA-E e os juros moratórios de acordo com a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com a redação dada pela Lei n. 11.960/09. Nestes termos, segue a decisão do Plenário do STF:

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, Ministro Luiz Fux, apreciando o tema 810 da repercussão geral, deu parcial provimento ao recurso para, confirmando, em parte, o acórdão lavrado pela Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, (i) assentar a natureza assistencial da relação jurídica em exame (caráter não-tributário) e (ii) manter a concessão de benefício de prestação continuada (Lei nº 8.742/93, art. 20) ao ora recorrido (iii) atualizado monetariamente segundo o IPCA-E desde a data fixada na sentença e (iv) fixados os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09. Vencidos, integralmente o Ministro Marco Aurélio, e parcialmente os Ministros Teori Zavascki, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes.

Ao final, por maioria, vencido o Ministro Marco Aurélio, fixou as seguintes teses, nos termos do voto do Relator: 1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; e 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 20.9.2017. (STF, RE 870947, Tribunal Pleno, Relator. Min. Luiz Fux, julgado em 20/09/2017, publicado no DJE n. 216, de 22/09/2017).

Da tutela provisória de urgência

Finalizada a instrução processual inevitável concluir que, por meio de prova técnica judicial, restou evidenciado que o interessado efetivamente atende ao requisito respectivo exigido para a concessão do benefício previdenciário postulado.

O outro requisito, qual seja, a qualidade de segurado(a) pelo tempo carencial mínimo necessário também resta atendido, nos termos da fundamentação anteriormente lançada.

Logo, não há dúvidas de que preenche os requisitos e de que o direito perseguido está provado.

Com relação ao fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, referido quesito se confirma por se tratar o benefício previdenciário de parcela de natureza alimentar, cujo prejuízo se remonta a cada dia de ausência do pagamento.

Em sendo assim, confirmados os requisitos do artigo 300 do CPC, a tutela provisória de urgência deve ser DEFERIDA, para que o benefício a ser concedido ao requerente por força desta sentença seja implantado independentemente do trânsito em julgado da sentença.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, declaro resolvido o mérito da lide e com fundamento no artigo 487, inciso I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido feito por EDITE GIONGO FRANCESCONI e consequentemente CONDENO o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS a implementar o benefício de aposentadoria rural por idade em favor do autor, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, a partir da data do pedido administrativo, que se deu em 30.04.2021.

Em razão da antecipação da tutela concedida, INTIME-SE a autarquia previdenciária para que proceda à implantação do benefício ora concedido, nos precisos moldes expostos no comando sentencial, no prazo de 30 dias, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais) até o limite de R$ 5.000,00 em caso de descumprimento, sem prejuízo de caracterização do crime de desobediência, conforme art. 330 do CP.

Com relação aos honorários advocatícios, entendo que estes devem ser fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre as prestações vencidas até a prolação da sentença, nos termos do enunciado da Súmula n. 111 do STJ.

Correção monetária e juros moratórios, conforme Manual de Cálculos da Justiça Federal, observada a decisão proferida pelo STF no RE 870947.

Conforme o inciso I do art. 4º da Lei 9.289/96, o INSS é isento de custas quando a ação é processada perante a Justiça Federal, e, in casu, também perante a Estadual, por força do art. 5º, I da Lei 3.896/2016 (Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado de Rondônia).

Sentença não sujeita ao reexame necessário, de acordo com o disposto no art. 496, § 3º, do Código de Processo Civil.

Em caso de recurso deverá o cartório intimar a parte contrária para apresentar suas contrarrazões, independentemente de nova conclusão e transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, remeter os autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

SERVE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO

Cerejeiras/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023

Fabrízio Amorim de Menezes

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça

Cerejeiras - 1ª Vara Genérica

Processo n.: 7000351-20.2023.8.22.0013

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Assunto: Substituição do Produto, Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, Interpretação / Revisão de Contrato, Indenização por Dano Material, Práticas Abusivas

Valor da causa: R$ 14.188,26 (quatorze mil, cento e oitenta e oito reais e vinte e seis centavos)

Parte autora: CRISTIANE SOUZA DA SILVA APRILIO, RUA MINAS GERAIS, 525 FLORESTA - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA

ADVOGADO DO AUTOR: OTONIEL BRAZ ODORICO, OAB nº RO8852

Parte requerida: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, AVENIDA BARÃO DE TEFÉ 34 SAÚDE - 20220-460 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, RUA INÁCIO LUSTOSA 755 SÃO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

SENTENÇA

Vistos.

Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.

Inicialmente, reputo necessário o enfrentamento das preliminares suscitadas.
PRELIMINARES
Da preliminar de ilegitimidade passiva
A ré, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, arguiu ilegitimidade passiva, pois defende que o retorno dos descontos se deu por culpa de terceiro, uma vez que se deu por força da decisão no processo 7020057-35.2017.8.22.0001, contudo, sendo que após a decisão, não voltou a realizar cobranças, as quais passaram a ser realizadas pelo Estado.
No entanto, a responsabilidade dos débitos é matéria atrelada ao mérito da demanda. Ademais, se houve ou não culpa da requerida em proceder nos descontos, certo que ela foi beneficiária, fato que, por si só, já é capaz de torná-la legítima para figurar no feitos, pois se beneficiou de eventual erro administrativo.
Desta feita, a análise se restringe ao período em que a ré atuou como seguradora.
Assim, fica afastada a preliminar de ilegitimidade passiva.
Da preliminar de prescrição
A parte requerida alega existência de prescrição, uma vez que ao caso aplicaria a incidência prevista no art. 206, §3º, inciso IV do CC. No entanto, a referida previsão refere-se aos casos de pagamento de cobertura do seguro por morte do segurado.
Na presente situação, aplica-se o art. 205 do CC, uma vez que se trata de reparação civil por responsabilidade contratual. Neste sentido, o STJ:
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. PRAZO DECENAL. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. REGIMES JURÍDICOS DISTINTOS. UNIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ISONOMIA. OFENSA. AUSÊNCIA. 1. Ação ajuizada em 14/08/2007. Embargos de divergência em recurso especial opostos em 24/08/2017 e atribuído a este gabinete em 13/10/2017. 2. O propósito recursal consiste em determinar qual o prazo de prescrição aplicável às hipóteses de pretensão fundamentadas em inadimplemento contratual, especificamente, se nessas hipóteses o período é trienal (art. 206, §3, V, do CC/2002) ou decenal (art. 205 do CC/2002). 3. Quanto à alegada divergência sobre o art. 200 do CC/2002, aplica-se a Súmula 168/STJ ("Não cabem embargos de divergência quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado"). 4. O instituto da prescrição tem por finalidade conferir certeza às relações jurídicas, na busca de estabilidade, porquanto não seria possível suportar uma perpétua situação de insegurança. 5. Nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se a regra geral (art. 205 CC/02) que prevê dez anos de prazo prescricional e, quando se tratar de responsabilidade extracontratual, aplica-se o disposto no art. 206, § 3º, V, do CC/02, com prazo de três anos. 6. Para o efeito da incidência do prazo prescricional, o termo "reparação civil" não abrange a composição da toda e qualquer consequência negativa, patrimonial ou extrapatrimonial, do descumprimento de um dever jurídico, mas, de modo geral, designa indenização por perdas e danos, estando associada às hipóteses de responsabilidade civil, ou seja, tem por antecedente o ato ilícito. 7. Por observância à lógica e à coerência, o mesmo prazo prescricional de dez anos deve ser aplicado a todas as pretensões do credor nas hipóteses de inadimplemento contratual, incluindo o da reparação de perdas e danos por ele causados. 8. Há muitas diferenças de ordem fática, de bens jurídicos protegidos e regimes jurídicos aplicáveis entre responsabilidade contratual e extracontratual que largamente justificam o tratamento distinto atribuído pelo legislador pátrio, sem qualquer ofensa ao princípio da isonomia. 9. Embargos de divergência parcialmente conhecidos e, nessa parte, não providos. (STJ - EREsp 1.280.825 RJ 2011/0190397-7, Relator: Ministra Nancy Andrighi, Data de Julgamento: 27/06/2018, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 02/08/2018)
Dessa forma, afasto a prejudicial levantada.
Do chamamento ao processo
A segunda requerida SUDASEG SEGUROS requerer o chamamento do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON e do ESTADO DE RONDÔNIA ao processo, porém, for força do artigo 10 da Lei 9.099/95, é vedada a intervenção de terceiros.
Esclareço ainda, que a ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A já é parte que compõe o polo passivo da lide.
DO JULGAMENTO ANTECIPADO
O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, não havendo a necessidade de produção de outras provas além daquelas já existentes nos autos.
Longe de configurar qualquer cerceamento de defesa ou de ação, o julgamento antecipado da lide revela o cumprimento do mandamento constitucional insculpido no art. 5º, inciso LXXVIII, que garante a todos a razoável duração do processo.
DO MÉRITO
A ação deve ser julgada procedente em parte.
Trata-se de "ação declaratória de repetição de indébito c/c obrigação de fazer c/c dano moral e antecipação de tutela de urgência" ajuizada por CRISTIANE SOUZA DA SILVA APRÍLIO em face de ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A e SUDAMÉRICA CLUBE DE SERVIÇOS - SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A e GENERALI BRASIL SEGUROS S.A.
A parte autora e a empresa requerida SUDASEG pactuaram acordo em audiência de conciliação realizada.
Aduz a parte autora que é servidor(a) público(a) do Estado de Rondônia desde 2006 e desde 2009 passou a pagar por um plano de seguro sob a rubrica 6007 Seguro V.G (pecúlio).
A partir de julho de 2011, por força da publicação da Lei Complementar, 622/2011, o IPERON deixou de atuar como estipulante do Plano de Seguro, e a 1ª Requerida se credenciou junto ao Estado de Rondônia para atuar como estipulante, tendo seu contrato renovado sucessivamente ao longo dos anos até outubro de 2016, conforme Termo de Credenciamento.
Em outubro de 2016, a requerente recebeu comunicado em seu contracheque no qual o Estado de Rondônia informava o rompimento do convênio firmado com a Companhia de Seguros Zurich e, caso os servidores optassem por continuar a contratação, deveriam contatar diretamente a seguradora Zurich.
Porém, em outubro de 2017, sem ter ciência dos motivos e muito menos a sua anuência, os descontos em folha voltaram a ser efetuados de forma indevida, sem que houvesse uma nova assinatura de contrato com a seguradora, permanecendo até a presente data pela terceira requerida.
Pois bem.
Dispõe o artigo 373, I, do CPC/2015, que à parte autora cabe a prova constitutiva do seu direito, correndo o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados. Por outro lado, à parte requerida cabe exibir, de modo concreto, coerente e seguro, elementos que possam modificar, impedir ou extinguir o direito da parte autora (art. 373, II, do CPC/2015).
Dos autos constam fichas financeiras com respectivos descontos sob a rubrica "SEGURO V.G PECULIO".

A pretensão da parte autora visa a condenação das requeridas de forma SOLIDÁRIA ao pagamento de indenização por danos morais em razão das cobranças indevidas referente ao seguro cancelado, o qual voltou a ser cobrando sem autorização. Requer, ainda o ressarcimento em dobro do valor cobrado indevidamente.
Afirmou que em nenhum momento entrou em contato com a empresa, mas que em outubro de 2017, a requerida, sem autorização expressa, retornou os descontos em folha de forma indevida.
Em sua contestação, a empresa ré afirma que não teve responsabilidade pelos descontos e que realizou contrato com o Estado de Rondônia, de modo que a responsabilidade decorre de fato de terceiro.
Acerca da não obrigatoriedade do recolhimento do seguro pecúlio é necessário tecer alguns esclarecimentos abaixo esposados.
A Lei Estadual de nº 135/1986 previa em seu art. 18 o recolhimento compulsório do seguro de vida pecúlio:
Art. 18: Os associados do IPERON contribuirão compulsoriamente para um seguro de vida-pecúlio, cujo benefício, valor de contribuição e demais condições serão estipulados no regulamento.
Todavia, com o advento da emenda Constitucional de nº 20/1988, que deu nova redação ao art. 40 da Constituição Federal, tornou-se facultativo o seguro pecúlio, sendo, portanto, ilícito os descontos compulsórios no vencimentos do servidor.
Com a edição da Lei Complementar Estadual de n.º 228/00, que revogou integralmente a Lei Estadual de n.º 135/1986, operou-se a revogação tácita do seguro- pecúlio, já que a nova Lei não contemplou mais este benefício.
Neste contexto, não há nos autos termo de adesão, seja individual ou coletivo, persistindo os descontos na remuneração do servidor, o que seria ilícito, uma vez que não poderia a empresa ré ter efetuado compulsoriamente os descontos a título de vida pecúlio, nem o Estado, como órgão gestor das consignações, ter autorizado que alguém o fizesse.
Caberia ao requerido a regularização de todos os interessados, bem como a exclusão dos que não se regularizaram.
Neste sentido, veja-se julgado da Turma Recursal:
RECURSO INOMINADO. IPERON. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DE POLO PASSIVO AFASTADA. RESPONSABILIDADE DE PROCEDER A REGULARIZAÇÃO OU EXCLUSÃO DOS SERVIDORES DO SEGURO DO IPERON RESTITUIÇÃO DE SEGURO DE VIDA PECÚLIO. QUANTIA PAGA INDEVIDAMENTE. AUSÊNCIA DE CONTRATO DE ADESÃO. SITUAÇÃO NÃO REGULARIZADA. RESTITUIÇÃO DEVIDA. ÍLÍCITO OS DESCONTOS COMPULSÓRIOS NO VENCIMENTOS DO SERVIDOR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Recurso Inominado, Processo nº 0007460-07.2014.822.0601, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Data de julgamento: 04/05/2016)
No mesmo sentido:
Apelação cível. Cobrança. Seguro pecúlio. IPERON. Restituição dos valores descontados indevidamente nos vencimentos do servidor sem a devida opção. Ilegalidade. O desconto em folha de pagamento de seguro de vida-pecúlio é indevido se inexistir opção do servidor beneficiário, a partir do momento em que este, em decorrência de disposição legal, deixou de ser compulsório, sendo possível juridicamente o pedido de ressarcimento de valores descontados indevidamente. (TJ-RO – APL: 00260116520098220001 RO 0026011-65.2009.822.0001, Relator: Desembargador Rowilson Teixeira, Data de Julgamento: 17/11/2009, 2ª Câmara Especial, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 01/12/2009.)
Seguro vida-pecúlio. IPERON. Legitimidade passiva. Possibilidade jurídica do pedido. Denunciação da lide. Desnecessidade. Desconto compulsório do salário do servidor. Ilegalidade. Restituição. É possível juridicamente o pedido de ressarcimento de valores cobrados a título de seguro-pecúlio. O IPERON é legítimo para figurar no polo passivo da ação de cobrança referente a seguro-pecúlio, razão pela qual é descabida a denunciação da lide do Estado de Rondônia e da seguradora, quando não houver comprovação do efetivo repasse direto dos valores entre o órgão administrativo e a seguradora. Inexistindo opção do servidor beneficiário, ilícito é o desconto em folha de pagamento para pagamento de seguro de vida-pecúlio, a partir do momento em que este, em decorrência de disposição legal, deixou de ser compulsório. Merece rejeição a tese de irresponsabilidade baseada na alegação de ser mera estipulante, pois a autarquia é a única responsável no trato dos descontos efetuados nos contracheques do servidor. (TJ-RO - APL: 10207573120088220001 RO 1020757-31.2008.822.0001, Relator: Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior, Data de Julgamento: 17/03/2009, 2ª Câmara Especial, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 15/04/2009.)
Analisando os fatos e documentos, verifica-se que assiste razão a parte autora, restando evidenciado os descontos indevidos, devendo os valores serem restituídos em dobro, na forma do art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor.
Mister registrar que a ré caberia provar que o autor não possui o direito pleiteado, em razão da inversão do ônus da prova prevista no inciso VIII, do art. 6º, do CDC, porém não foi capaz de infirmar os direitos do requerente.
Registre-se que o autor ficou por período considerável de tempo sem os descontos em sua folha de pagamento e subitamente o desconto passou a ser novamente realizado, sem qualquer anuência do consumidor, o que demonstra a ilegalidade da conduta da(s) requerida(s).
Do dano moral
O dano moral é devido, mas não nos valores requeridos pelo autor.
Nesse sentido, a indenização, portanto, deve ser fixada em termos razoáveis, não se justificando que a reparação venha a constituir-se em enriquecimento indevido, com manifestos abusos e exageros, devendo o arbitramento operar-se com moderação, de forma proporcional ao grau de culpa e à gravidade da lesão.
De sorte que, atendendo a estas ponderações, e considerando as circunstâncias do caso concreto, além do caráter pedagógico de que deve se revestir a fixação do dano moral, afigura-se adequado o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
Restituição em dobro
Restituição em dobro
Quanto a devolução em dobro do boleto pago em duplicidade, o artigo 42, parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor dispõe:
Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.
A doutrina analisando citado dispositivo legal destaca que:
[...] para a configuração do direito à repetição do indébito em dobro por parte do consumidor, é necessário o preenchimento de dois requisitos objetivos: a) cobrança indevida; b) pagamento pelo consumidor do valor indevidamente cobrado. A norma fala em pagar “em excesso” dando a entender que existe valor correto e algo a mais em (excesso). Mas a lei não pune a simples cobrança ... Diz que há ainda a necessidade de que o consumidor tenha pago isto é, para ter direito a repetir o dobro, é preciso que a cobrança seja indevida e que tenha havido pagamento pelo consumidor (RIZZATO, Nunes. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. Editora Saraiva, 2004, p 499).
O TJRO firmou entendimento que na hipótese de desconto indevido, é cabível a devolução em dobro. Veja-se:

Apelação. Consumidor. Empréstimo quitado. Desconto indevido. Restituição em dobro. Dano moral configurado. A continuidade de descontos mensais das parcelas após o adimplemento do contrato configura cobrança indevida, enseja restituição em dobro do valor cobrado a maior e condenação em dano moral. (TJ-RO - AC: 70119970220198220002 RO 7011997-02.2019.822.0002, Data de Julgamento: 04/11/2020)

Apelação cível. Massa falida do Banco Cruzeiro do Sul. Gratuidade deferida. Descontos nos vencimentos da parte autora. Descontos indevidos. Restituição em dobro. A pessoa jurídica poderá obter a assistência judiciária gratuita, desde que comprove a impossibilidade de arcar com as despesas do processo. Demonstrada a hipossuficiência financeira, impõe-se a concessão da benesse. Inexistindo evidências da contratação do empréstimo e constatando-se a ilegalidade dos descontos, é adequada a devolução dos valores indevidamente descontados, em dobro. (TJ-RO - AC: 70081784720168220007 RO 7008178-47.2016.822.0007, Data de Julgamento: 06/06/2019)

Restaram evidenciados nos autos os dois requisitos supracitados, que a cobrança foi indevida, porque não há nenhuma evidência de que a parte autora tenha tomado conhecimento adequado da contratação de serviço, assim há prática abusiva por parte do réu.

O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

Nesta seara, restando evidenciada a presença dos dois requisitos supracitados, conclui-se que os eventos combatidos na lide foram considerados pelo Juízo como inexistentes por vício insanável, sendo devida a restituição em dobro da quantia indevidamente descontada, a título de danos materiais, acrescido de correção monetária e juros legais em face do disposto no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor.

DISPOSITIVO

Posto isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial formulado por CRISTIANE SOUZA DA SILVA APRÍLIO para o fim de:

a) CONDENAR as requeridas ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A e GENERALI BRASIL SEGUROS S.A a pagarem, solidariamente, em favor do(a) requerente a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de indenização por danos morais, com juros legais 1% ao mês (art. 406 do Código Civil c/c art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional), contados a partir da citação e acrescido de correção monetária em conformidade com o art. 398 do Código Civil e Súmula 54 do STJ, de acordo com o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (Tabela adotada pelo TJRO), a partir desta data, nos termos da Súmula 362 do STJ;

b) CONDENAR ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A e GENERALI BRASIL SEGUROS S.A a devolverem à parte autora, em dobro, todos os valores descontados em virtude do contrato declarado inexistente, com juros legais 1% ao mês (art. 406 do Código Civil c/c art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional), contados a partir da citação e acrescido de correção monetária em conformidade com o art. 398 do Código Civil e Súmula 54 do STJ.

Por conseguinte, declaro EXTINTO O PROCESSO, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC.

No mais, em relação a empresa requerida SUDAMÉRICA CLUBE DE SERVIÇOS - SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, HOMOLOGO a proposta de acordo cujo teor consta no termo de ID 92438536, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, com fundamento no artigo 487, III, “b” do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo.

Sem custas e honorários, haja vista tratar-se de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei n. 9.099/95.

Após, nada sendo requerido em termos de prosseguimento, adotadas as providências de praxe, arquive-se.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/PRECATÓRIA/MANDADO DE AVERBAÇÃO/CERTIDÃO DE HONORÁRIOS

Cerejeiras segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 08:57.

Fabrízio Amorim de Menezes

Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Cerejeiras - 1ª Vara Genérica

AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7001725-08.2022.8.22.0013

Classe: Procedimento Comum Cível

Assunto: Rural (Art. 48/51)

Valor da causa: R$ 38.114,75 (trinta e oito mil, cento e quatorze reais e setenta e cinco centavos)

Parte autora: RENATO SIMIAO DE OLIVEIRA, LINHA 02, KM 40, VITÓRIA DA UNIÃO ZONA RURAL - 76995-000 - CORUMBIARA - RONDÔNIA

ADVOGADO DO AUTOR: BRUNO MENDES SANTOS, OAB nº RO8584

Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, , NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA

ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA

DESPACHO

Da implantação do benefício

Caso o benefício ainda não tenha sido implantado, intime-se o requerido, via órgão da Procuradoria Geral da Fazenda Local (via PJe) para cumprir a sentença proferida ou informar nos autos o motivo de impossibilidade de cumprimento, no prazo de 10 dias a contar da intimação, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais) até o limite de R$ 5.000,00 em caso de descumprimento, sem prejuízo de caracterização do crime de desobediência, conforme art. 330 do CP.

Ainda, deverá a parte executada encaminhar ao juízo para juntada ao processo o respectivo comprovante de implantação.

Do prosseguimento do feito

Altere-se a classe processual, sendo o caso.

Intime-se a parte executada, por intermédio de seu procurador, via sistema PJE, para apresentar impugnação a execução por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, advertindo-o que o silêncio será interpretado como anuência aos valores apresentados pela parte exequente.

Ressalto que os honorários advocatícios no presente cumprimento de sentença somente serão fixados em caso de apresentação de impugnação, conforme inteligência do artigo 85, §7º, do Código de Processo Civil.

Advirta-se o executado, desde já, de que eventuais impugnações deverão ser opostas nos próprios autos, delimitando e demonstrando especificamente os valores impugnados, bem como instruindo-as com os documentos que se fizerem necessários à demonstração do alegado, sob pena de preclusão e de imediato julgamento da impugnação.
Caso o executado apresente impugnação, intime-se a(o) exequente para manifestar-se sobre a impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias.
Persistindo a discordância, remetam-se os autos ao contador judicial para parecer e, após, intimem-se as partes para que se manifestem, em 05 (cinco) dias.
Com a concordância do exequente em relação aos cálculos apresentados pelo executado ou com a concordância do executado quanto aos cálculos apresentados pelo exequente ou, ainda, a aquiescência de ambas as partes em relação aos cálculos apresentados pelo contador, expeça-se Precatório ou RPV, conforme o caso. Ressalte-se que o silêncio das partes será interpretado como concordância.
Caso o valor ultrapasse o limite legal para recebimento por meio de RPV e a parte renuncie ao valor excedente para receber pelo meio mais célere (RPV), desde já, homologo eventual renúncia para que seja possível o(a) credor(a) receber por meio de RPV.
Aguarde-se no arquivo provisório a informação quanto ao pagamento do requisitório.
Vindo a informação do pagamento, expeça-se alvará judicial em favor do exequente ou de seu patrono (caso possua poderes para tanto).
Por fim, façam os autos conclusos para extinção na forma do art. 924, inciso II, do CPC
Pratique-se o necessário.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Cerejeiras segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 08:42 .
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7001858-50.2022.8.22.0013
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária
Valor da causa: R$ 14.544,00 (quatorze mil, quinhentos e quarenta e quatro reais)
Parte autora: ELIZETE PEREIRA, 4ª EIXO, RUMO A GUARÁJUS, PT 12 ZONA RURAL - 76995-000 - CORUMBIARA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ERITON ALMEIDA DA SILVA, OAB nº RO7737
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública Federal (INSS) sob a sistemática da Requisição de Pequeno Valor (RPV) em que se busca a quitação de dívida líquida certa e exigível constante em sentença judicial com trânsito em julgado.
Na hipótese de haver pedido de aplicação de honorários em execução em favor do(a) patrono(a) do exequente, cumpre tecer algumas considerações abaixo registradas.
Na hipótese de o(a) advogado(a) em seu pedido inicial de cumprimento de sentença requerer que sejam aplicados os honorários em sede de execução, no importe de 10% (dez por cento), uma vez que não se aplica o art. 85, § 7º, do CPC, é de dizer que a interpretação corrente é de que apenas não cabe honorários sob a sistemática de pagamento via precatórios, entretanto o presente cumprimento se dá por RPV, ensejando ao pagamento da verba, conforme entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 420.816/PR, fixou compreensão no sentido de serem devidos honorários advocatícios na hipótese de execução sujeita a Requisição de Pequeno Valor (RPV).
Cumpre salientar que apesar do entendimento firmado pelo STF, este Juízo mantém o posicionamento de que não cabe o pagamento de honorários em execução sob o rito da RPV, salvo quando os cálculos forem impugnados pela parte executada, conforme fundamentação que se segue. Tendo a parte requerida permanecido inerte quanto aos cálculos apresentados, não há que se falar em condenação da requerida em honorários da fase de cumprimento da sentença, tendo em vista que não houve resistência da demandada em efetuar o pagamento daquilo que foi cobrado pela exequente.
Importante ressalta que, por se tratar de procedimento de pagamento que somente é realizado mediante expedição de RPV e que referido expediente somente é emitido pelo juízo após a confirmação dos cálculos, não haveria outra forma da parte requerida cumprir voluntariamente o pagamento da obrigação, como, por exemplo, depósito judicial, entrega de numerário em mãos à requerente mediante recibo, emissão de cheque, depósito em conta corrente, ou qualquer outra forma de quitação da dívida (CPC, art. 924, inciso II), porquanto por disposição constitucional a Fazenda Pública se obriga ao pagamento de condenações judiciais por precatório ou RPV, na forma do art. 100, da Constituição Federal. Veja-se:
Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.
A propósito, há posicionamento doutrinário lecionando sobre o tema:
Tais honorários, convém registrar, caracterizam uma antecipação da sucumbência no cumprimento de sentença, à luz do princípio da causalidade, pois, "não efetuado o pagamento do crédito constante de título executivo, o devedor mantém atividade de resistência à satisfação do crédito, causando a necessidade da propositura da ação de execução" (DIDIER JR., Fredie, et al. Curso de direito processual civil: execução– 9ª ed. – Salvador: JusPodivm, 2019, p. 437).
Se a lei determina que o pagamento do crédito judicial se opere unicamente mediante expedição dos requisitórios, resta desarrazoada a afirmação de que a parte autora teve que ingressar com pedido de cumprimento da sentença porque o requerido não pagou de pronto o valor devido, uma vez que, como dito, sem expedição das requisições de pagamento não haveria como o demandado efetuar o pagamento.

Com efeito, o entendimento fixado pelo STF no Recurso Extraordinário 420.816/PR que não foi apreciado sob a égide da repercussão geral possui entendimento de que é cabível os honorários em pagamento de RPV, mesmo que não haja resistência da Fazenda Pública. O Juízo só está vinculado ao entendimento dos tribunais superiores quando se trata de Súmula Vinculante do STF, no controle difuso, nos termos do art. 103-A, da CF ou em sede de controle concentrado (ADI\ADC), na forma do art. 102, § 2º, da CF, os outros entendimentos, conquanto apresentem a jurisprudência do tribunal superior, possuem apenas força de persuasão.

Assim, no presente caso, na hipótese de a Fazenda Pública quedar-se inerte, não há que se falar em resistência do requerido em cumprir com o pagamento e nem em condenação em honorários da fase de cumprimento de sentença.

A execução invertida, até então realizada com o fito de impedir a incidência de honorários em execução, tornou-se inaplicável, em razão da quantidade de execuções sofridas pela Fazenda Pública, inviabilizando que proceda os cálculos de todos os que a executam.

Os honorários advocatícios, seja na fase cognitiva, seja na fase executiva, deve se pautar pelo trabalho do causídico e o mero pedido de cumprimento de sentença sem impugnação aos seus cálculos não é azo suficiente para o pagamento de honorários advocatícios em execução.

Com destaque, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Poder Judiciário a que este magistrado julga processos previdenciários por delegação tem o entendimento de que não cabe honorários nos autos n. 8672-34.2007.4.01.3800 entendeu pela ausência do dever de pagar honorários em execução, pois o relator explicou que, no julgamento do Recurso Extraordinário 420.816/PR, o STF concluiu pela não aplicação do art. 1º-D da Lei 9.494/97 nas hipóteses de execuções que não demandem a expedição de precatório. No entanto, "a inclusão de verba honorária nas execuções de pequeno valor, ainda que não embargadas, refoge à lógica do sistema constitucional concernente aos pagamentos devidos pela Fazenda Pública em decorrência de sentença judiciária e tal como no precatório, a requisição de pequeno valor é também exigência constitucional indeclinável na satisfação da dívida da Fazenda Pública em decorrência de sentença judiciária, de modo que não pode a Fazenda fazer o pagamento imediatamente ao trânsito em julgado da sentença, destacou ainda que se há necessidade de requisição de pagamento, seja mediante precatório, seja mediante RPV, não se justifica a imposição de verba honorária, sem que para isso alguma atividade tenha de ser desenvolvida pelo advogado para colimar o pagamento.

Deste modo fica a decisão judicial devidamente motivada para os fins recursais eventualmente interpostos pela parte interessada, com o registro de que eventual prazo contar-se-á desta decisão e não de eventual pedido de reconsideração, consentânea jurisprudência neste sentido.

INTIME-SE a parte executada para que, caso entenda, apresente impugnação nos próprios autos, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 535 do Novo Código de Processo Civil.

Advirto que, caso discorde dos valores apresentados pelo exequente, deve a parte executada apresentar fundamentos sobre a discordância e informar o valor que entende devido.

Caso apresente impugnação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias. Persistindo a discordância, remetam-se os autos ao contador judicial para parecer e, após, intimem-se as partes para que se manifestem, também em 05 (cinco) dias.

Com a concordância do exequente em relação aos cálculos apresentados pelo executado ou com a concordância do executado quanto aos cálculos apresentados pelo exequente ou, ainda, a aquiescência de ambas as partes em relação aos cálculos apresentados pelo contador, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso.

Ressalte-se que o silêncio será interpretado como concordância.

Caso não haja oposição aos cálculos, fica HOMOLOGADO os cálculos do exequente para todos os fins de direito. Assim, tendo em vista a ausência de resistência da parte executada, quer por aquiescência, quer por omissão de manifestação, expeça-se, expeça-se RPV ou precatório, conforme o caso. Ressalte-se, no entanto, que eventual desconformidade evidente com o título executivo poderá ser modificado, inclusive de ofício, pois se trata de matéria de ordem pública, vide art. 1-E, da Lei 9.494-97 e entendimentos jurisprudenciais abaixo:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. IMPUGNAÇÃO. PRAZO. NÃO oferecimento. EXECUTADO. MANIFESTAÇÃO. ARGUMENTOS. VALORAÇÃO. Ainda que intempestiva a oposição da parte executada à pretensão executiva, suas alegações, apresentadas antes do pagamento definitivo e tendentes a afastar a presunção relativa de correção do cálculo da parte exequente, podem ser valoradas pelo magistrado, admitindo-se inclusive o reconhecimento da desconformidade do cálculo ao título, já que matéria de ordem pública. (TRF4, AG 5011276-95.2017.404.0000, SEGUNDA TURMA, Relator LUIZ CARLOS CERVI, juntado aos autos em 23/08/2017)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. EXCESSO DE EXECUÇÃO. 1. Nos termos da Súmula n° 344/STJ: "A liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença não ofende a coisa julgada". 2. No caso de execução contra a Fazenda Pública, aplica-se o princípio da indisponibilidade do interesse público, cabendo ao juiz da execução verificar de ofício a exatidão dos cálculos apresentados, a fim de evitar enriquecimento sem causa em detrimento do erário. (TRF4, AG 5008129-61.2017.404.0000, PRIMEIRA TURMA, Relator JORGE ANTONIO MAURIQUE, juntado aos autos em 12/05/2017)

Na hipótese de surgimento de dúvida com relação aos cálculos, a homologação tácita judicial será revista e dirimida a dúvida, mediante novos cálculos do exequente ou remessa ao Contador Judicial.

Caso o valor ultrapasse o limite legal para recebimento por meio de RPV e a parte renuncie ao valor excedente para receber pelo meio mais célere (RPV), desde já homologo eventual renúncia para que seja possível a credora receber por meio de RPV.

Havendo pedido expresso do(a) causídico(a), defiro o pedido de destacamento de honorários, desde que juntado o contrato de honorários, nos termos da Súmula Vinculante nº 47, STF.

Antes de encaminhar os requisitórios ao setor de pagamentos, dê ciência à requerida sobre os referidos expedientes para que, caso queira, se manifeste em 05 (cinco) dias.

Não havendo insurgência da requerida em relação aos requisitórios, certifique-se e encaminhe-se ao setor de pagamento.

Com a comprovação do depósito e verificada a inexistência de eventuais irregularidades pela escrivania, expeça-se o alvará em nome da parte credora para levantamento do valor integral depositado e eventuais correções legais que incidirem até a data do saque, intimando-a sobre a realização do depósito e para proceder o levantamento observando o prazo limite do alvará.

Dê ciência a exequente sobre a expedição do alvará, por meio de seu advogado constituído ou pessoalmente em caso de patrocínio pela Defensoria Pública da comarca ou ainda diretamente ao advogado em caso de execução apenas de honorários de sucumbência.

Com a retirada do alvará e respectivo levantamento, a parte autora dá quitação ao processo e anui com a extinção pelo cumprimento da obrigação, uma vez que o pagamento do débito via RPV implica na quitação do pedido inicial e extinção do feito, nos termos do artigo 128, § 6º, da Lei 8.213/1991.

Assim, com o pagamento do valor contido na RPV (ou precatório) dou por extinta a obrigação, nos termos do § 6º, do art. 128, da Lei n. 8.213/91 e art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Cumpra-se, expedindo o que for necessário.
Quando for oportuno, arquive-se os autos, devendo a serventia conferir se houve o levantamento integral do depósito e se a respectiva conta foi encerrada, a fim de evitar o arquivamento do processo com valores pendentes de resgate.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE MANDADO-OFÍCIO-PRECATÓRIA
Cerejeiras/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
Processo n.: 7001930-71.2021.8.22.0013
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Perdas e Danos
Valor da causa: R$ 2.875,22 ()
Parte autora: GRASANDRA ROSSI OLIVEIRA - ME, AC CEREJEIRAS 1934, AV DAS NAÇÕES CENTRO - 76997-970 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELTON DAVID DE SOUZA, OAB nº RO6301
Parte requerida:
DECISÃO
Vistos.
Realizada tentativa de bloqueio online via SISBAJUD, esta restou prejudicada, conforme espelho anexo.
Conforme requerido pela parte autora, designe-se audiência de conciliação, pelo sistema unificado, promovendo a INTIMAÇÃO da parte requerida pessoalmente (via carta com AR ou por meio de Oficial de Justiça, caso infrutífera a citação por carta) para comparecer na audiência de conciliação designada.
A audiência será realizada preferencialmente por meio digital, cabendo ao Núcleo de Mediação e Conciliação informar à parte interessada a forma da realização da solenidade.
Caso a parte requerida entenda que precisa ser assistida por Defensor Público na audiência, deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. Entretanto, advirta-se que nas causas de valor até 20 (vinte) salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado, ou seja, a presença do advogado é facultativa. Por outro lado, nas causas de valor superior, a assistência por advogado é obrigatória (art. 9º, da Lei 9.099/95).
Não comparecendo ou recusando-se requerente a participar da audiência de conciliação, o processo será extinto, por força do comando contido no art. 51 da Lei 9.099/95.
Caso a ausência da parte requerida se dê em virtude da inexistência de citação válida, o conciliador intimará o requerente e seu advogado na própria solenidade para informar novo endereço da parte demandada, no prazo de 5 (cinco) dias, (art. 8º, I, do Provimento 18/2020 – CGJ), advertindo-o de que, não sendo fornecido endereço, o processo será extinto sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, IV, do CPC.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Expeça-se o necessário e aguarde-se a realização da solenidade.
Cumpridas todas as providências determinadas, façam os autos conclusos para deliberação quanto às provas postuladas, saneamento processual ou julgamento antecipado da lide.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Cerejeiras 17 de julho de 2023.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7000513-49.2022.8.22.0013
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Obrigação de Entregar
Valor da causa: R$ 949.987,50 (novecentos e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)
Parte autora: CRISTIANO DA SILVA RIGOLI, AVENIDA BEIRA RIO 4.171 CENTRO (S-01) - 76980-054 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA, OAB nº BA22852, ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI, OAB nº SP198905, ALAMEDA SANTOS 2335, - DE 2161 AO FIM - LADO ÍMPAR CERQUEIRA CÉSAR - 01419-101 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Parte requerida: EDGAR AUGUSTO GISCH, LINHA 6, ESQUINA COM A 3ª EIXO, KM 12 ZONA RURAL - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS, OAB nº MT15401

DESPACHO
Vistos.
Indefiro o pedido de suspensão dos autos, posto que não houve a atribuição de efeito suspensivo ao recurso interposto.
Diga a parte exequente quanto ao prosseguimento do feito, em 5 dias, sob pena de suspensão da execução.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Cerejeiras segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 08:57.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 0009865-10.2009.8.22.0013
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
Valor da causa: R$ 220.184,47 ()
Parte autora: F. N., AVENIDA SETE DE SETEMBRO 1355, PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL CENTRO - 76801-097 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Parte requerida: SELVINO SAORIN, CHÁCARA 12 SETOR 04, CHÁCARA 14 SETOR 04 - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA, LUIZ ANTONIO GOMES, FAZENDA SÃO JOAQUIM, NÃO CONSTA ZONA RURAL - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA, CONSTRUTORA SANTA CRUZ LTDA - EPP, AV. DAS NAÇÕES, N. 2736, NÃO CONSTA CENTRO - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: TRUMAM GOMER DE SOUZA CORCINO, OAB nº RO3755A
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a União para manifestação quanto ao informado ao ID 92692337, no prazo de 05 (cinco) dias.
Nada sendo oposto, expeça-se RPV.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO / NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Cerejeiras/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br 7000261-12.2023.8.22.0013
Procedimento Comum Cível
AUTOR: VALMOR FRANCESCONI
ADVOGADO DO AUTOR: WANDERSON GUSTAVO CORADO DOS ANJOS, OAB nº RO11602
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
I - RELATÓRIO
Vistos.
VALMOR FRANCESCONI propôs a presente ação em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – INSS, objetivando a concessão de benefício APOSENTADORIA POR IDADE RURAL, sustentando, em síntese ser trabalhador rural, em regime de economia familiar e ter a idade para aposentadoria, o que não foi reconhecido administrativamente. Pede, ao final, a procedência do seu pleito.
Instruiu a exordial com documentos.
Recebida a inicial, deferida a assistência judiciária gratuita e indeferida a concessão da tutela provisória.
Citada, a autarquia ré apresentou contestação, alegando que a parte autora não preenche os requisitos legais para concessão do benefício pleiteado. Requereu a improcedência do pedido autoral. Juntou documentos.
Houve réplica.
Saneado o processo, foi deferida a produção de prova testemunhal, ocasião em que as testemunhas arroladas foram ouvidas por videoconferência.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório. Fundamento e DECIDO.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Cuida-se de ação previdenciária em que se objetiva a concessão do benefício aposentadoria por idade rural.
O feito observou tramitação regular. Presentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válidos do processo, além de reunidas as condições da ação.
Não havendo questões processuais pendentes, passo a analisar o substrato da pretensão inicial.
Do mérito:
Como é cediço, para a concessão da aposentadoria por idade rural é necessária a comprovação dos seguintes requisitos, previstos nos termos do art. 48 e parágrafos, da Lei nº 8.213/91: 1) o implemento da idade, que é de sessenta anos, se homem, e cinquenta e cinco anos, se mulher (art. 48, § 1º); e 2) o exercício da atividade rural 2.1) ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício; 2.2) pelo número de meses idênticos à carência exigida (art. 48, § 2º).

Na hipótese dos autos, tendo o requerente atingido a idade mínima para se aposentar, é certo que, consoante se extrai das diretrizes trazidas pelos arts. 25, 142 e 143 da lei n. 8.213/91, para obter o benefício vindicado precisaria comprovar atividade rural durante o período de 180 (cento e oitenta) meses, contínuos ou não.
Com efeito, o requerente já conta com mais de 60 anos de idade, e as provas trazidas aos autos comprovam satisfatoriamente sua condição de segurado especial, decorrente do efetivo exercício de atividade rurícola, como lavradora, em regime de economia familiar.
Analisando os autos, verifico que as alegações da parte autora vieram corroboradas por início de prova material, tais como contrato de comodato; certidão de inteiro teor de imóvel; declaração de exercício de atividade rural; declaração emitida por terceiros informando acerca do labor rural; declaração de ITR; notas fiscais; declaração de vacinação de bovinos; bem como demais documentos acostados nos autos.
Neste sentido também caminham os depoimentos das testemunhas colhidos em juízo, que afirmaram conhecerem a autora há anos, o que confirma o labor durante o lapso temporal.
A testemunha Semilda Rech disse em juízo:
[...] Não sou parente do Valmor; nós éramos vizinhos; no dia 20 de agosto vai fazer 38 anos que moro em Cerejeiras; eu moro na Linha 3, Km 8,5, 3ª para 4ª eixo;; conheço o Valmor; nos conhecemos porque éramos vizinhos; eles tinham uma rocinha, plantavam mandioca, batata, criava galinha; ele mexia na propriedade do Sérgio Valendorff; ele não tinha outro empregado; era só ele e a esposa.
A testemunha Ilza da Silva disse em juízo:
[...]Moro em Cerejeiras há 40 anos, meu endereço é Linha 03 KM 10, moro nesse endereço há 40 anos, conheço a pessoa de Valmor, ele trabalhava no sítio, plantava umas mandioca, tinha porco, galinha, vaca de leite, essas coisas para sobreviver no sítio, a propriedade era do Sérgio, ele não tinha empregado, era somente ele e a mulher dele.
Assim sendo, se é certo que a prova calcada exclusivamente no depoimento de testemunhas revela-se insuficiente para, por si só, fomentar a concessão do benefício previdenciário (Súmula STJ 149), o início de prova documental traz a complementação necessária ao deferimento do pedido. Eis o que seguramente se observa no caso dos autos.
Conclui-se, portanto, que a requerente pode ser enquadrada na categoria de segurada especial, na condição de produtora rural ou assemelhado, desenvolvendo atividade profissional em regime de economia familiar, conforme diretrizes do artigo 12, inciso VII, da lei nº 8.212/91.
Concernente ao valor do benefício, nos termos dos arts. 39, inc. I, e 143, da Lei nº 8.213/91, certo é que deverá alçar o de 1 (um) salário mínimo. No tocante ao seu termo inicial, é sabido ser devido a partir da data do requerimento administrativo perante a autarquia previdenciária (art. 49 da Lei nº 8.213/91). Na hipótese dos autos, tem-se o protocolo administrativo em 06.04.2020, conforme ID 86978893, pág. 32, devendo o pagamento do benefício retroagir a tal termo.
Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.
No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).
O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.
Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos.
Entendo que a tutela antecipada deva ser concedida na sentença, retirando-se a fumaça do bom direito da própria procedência da demanda e o perigo da demora decorrente da idade avançada, a qual notoriamente impede a pessoa de continuar no exercício da atividade laboral que vinha desempenhando.
III - DISPOSITIVO
Ante o exposto, antecipando-se a tutela, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial por VALMOR FRANCESCONI, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, e, por consequência, CONDENO o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS a conceder e implantar o benefício de aposentadoria especial rural por idade em favor do autor, no importe de 01 (um) salário-mínimo mensal.
As parcelas devidas deverão retroagir à data de entrada do requerimento administrativo, qual seja, dia 06.04.2020, conforme ID 86978893, pág. 32, e corrigidas monetariamente pelo INPC e acrescidas de juros legais à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês a contar da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009.
Condeno o INSS ao pagamento de honorários advocatícios em favor da parte autora, nos termos do art. 85, §2º, do CPC, em 10% sobre o valor da condenação, a serem calculados na forma da Súmula 111 do STJ (parcelas devidas até a data desta sentença). Havendo recurso de apelação, intime-se a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante o art. 1.010, §§ 1º a 3º, do CPC e, após, remeter os autos ao TRF 1ª Região, com nossas homenagens. O INSS, sendo autarquia federal em Rondônia, não está sujeito ao pagamento de custas processuais.
Sentença não sujeita a reexame necessário, conforme disposto no art. 496, § 3º, inc. I do CPC.
P.R.I.C, transitada em julgado, arquivem-se os autos.
Cerejeiras17/07/2023

Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
Fabrízio Amorim de Menezes
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br
Número do processo: 7001069-56.2019.8.22.0013
REQUERENTE: ERIALDO NUNES PENHA, CPF nº 41955145253, LH G 4 ASSENTAMENTO VANESSA RURAL, RURAL ZONA RURAL - 76995-000 - CORUMBIARA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: RICARDO SOUZA SILVA, OAB nº RO10144, LUCAS MARTINS BOTELHO, OAB nº RO9961
EXCUTADO: FABIO FERREIRA DA SILVA, CPF nº 13843311153, RUA COLOMBIA 2402 CENTRO - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXCUTADO: FABIO FERREIRA DA SILVA JUNIOR, OAB nº RO6016
DECISÃO
Vistos.
ERIALDO NUNES PENHA promove a presente ação de cumprimento de sentença em face de FABIO FERREIRA DA SILVA, tendo como crédito exequendo o montante R$ 29.150,05.

Intimada por meio de seu advogado, a parte Executada pugnou pelo parcelamento do valor exequendo, juntando o comprovante de quitação das duas primeiras parcelas (ID 63942665 / 67641361), perfazendo o valor de R$ 11.983,33.
Sobreveio petição do exequente informando o descumprimento do parcelamento (ID 82422866), bem como pugnou pela constrição de bens via SISBAJUD, o qual restou deferido (Id. n. 13195589), tendo sido bloqueado judicialmente o valor de R$ 2.707,59.
Ocorre que, em análise ao Sistema de Integração Bancária do TJ/RO e Caixa Econômica Federal, verificou-se que houve o depósito de mais 04 parcelas, no valor de R$ 13.433,32 (tela em anexo), no entanto não há comprovação nos autos.
Sendo assim, até maio/2022, o executado havia pago o valor de R$ 25.416,65.
Em 31/08/2022, a Caixa Econômica Federal juntou comprovante de levantamento de dois valores (ID 81258518), R$ 8.625,00 e R$ 9.141,55, logo, o exequente já recebeu o valor de R$ 17.766,55, restando em conta R$ 9.327,02 a serem levantados.
Desta feita, munido destas informações, determino a intimação do exequente a fim de atualizar o débito, no prazo de 05 dias, e após, tornem os autos conclusos.
Cerejeiras-RO, 7 de julho de 2023.
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz(a) de direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7001908-18.2018.8.22.0013
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Alimentos
Valor da causa: R$ 21.611,39 (vinte e um mil, seiscentos e onze reais e trinta e nove centavos)
Parte autora: W. G. B. S., SETOR 04, CHACARA 11 ZONA RURAL - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: WAGNER APARECIDO BORGES, OAB nº RO3089
Parte requerida: A. S., AVENIDA SANTOS DUMONT SÃO JOSÉ - 76980-312 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
A parte requerida opôs embargos de declaração, objetivando a reforma da decisão, sob a alegação de que houve contradição, nos termos do art. 1.022, do Código de Processo Civil.
Alega o embargante que a decisão atacada é contraditória, pois afirmou ausente o elemento da subsidiariedade das medidas atípicas
A parte embargada ofereceu manifestação e pediu a rejeição dos embargos.
Os embargos foram interpostos tempestivamente.
Relatei. Decido.
Os embargos não devem ser conhecidos, pois a argumentação da parte não diz respeito à contradição, mas sim ao próprio mérito da questão.
Dispõe o CPC:
Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:
I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;
II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;
III - corrigir erro material.
Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que:
I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;
II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º.
A parte requerida opôs embargos e, de análise do conteúdo da manifestação, conclui-se que se trata de tentativa por via espúria de novamente questionar o que foi decidido pelo Juízo
A finalidade dos embargos de declaração é sanar obscuridade, contradição ou omissão de que a decisão padeça. Ao acolhê-los, o julgador afastará os vícios, sanando-os.
No caso dos autos, o recurso não guarda relação com os incisos do art. 1.022 do CPC/2015, já que não se trata de defeitos formais da decisão. Não há na decisão obscuridade, contradição ou omissão, sendo que, das razões recursais, o que se percebe é que a pretensão é de reforma do julgado, o que deve ser feito pela via recursal adequada.
Como vemos, a função é de suprir um defeito ou deficiência da decisão final e não de modificá-la. Não podendo ser utilizado para que o juiz reconsidere ou reforme a sua decisão.
Nessa esteira é a manifestação do STJ:
EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. CARÁTER INFRINGENTE DA PRETENSÃO. FINALIDADE INCOMPATÍVEL COM A NATUREZA DO RECURSO.
1. Os embargos de declaração, cujos pressupostos estão relacionados no art. 535 do Código de Processo Civil, visam a eliminar contradição ou obscuridade, ou suprir omissão a respeito de questão jurídica de especial relevância para o desate da lide. Ausentes essas hipóteses, não há como prosperar irresignação recursal.
2. O reexame de matéria já decidida com a simples intenção de propiciar efeitos infringentes ao decisum impugnado é incompatível com a função integrativa dos embargos declaratórios.
3. Pela terminologia adotada na Quarta Turma do STJ, diz-se “não-conhecido” recurso especial interposto com fundamento na alínea “a” do permissivo constitucional e julgado improcedente no seu mérito recursal, pois não se reconhecem aquelas hipóteses de cabimento do apelo excepcional – que são a contrariedade ou a negativa de vigência de tratado ou lei federal – e, assim, não há o enquadramento na hipótese recursal prevista.
4. Embargos de declaração rejeitados. (STJ, EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 799.440 , Rel. Des. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, julgado em 02 de março de 2010.)
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DECISÃO SUFICIENTEMENTE MOTIVADA. APELO PREJUDICADO. EMBARGOS REJEITADOS.
I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade. Não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeita-se o recurso integrativo.
II - Razões de recurso que não se ocupam em evidenciar a ocorrência tais vícios mas, sim, visam a atacar os fundamentos do julgado

com o intuito de lograr a reforma do decisum, demonstrando evidente intenção de inserção na matéria do mérito do recurso inadmitido.
III - Embargos rejeitados.
(EDcl no AgRg no RE nos EDcl no AgRg no RMS 32.521/RO, Rel. Ministro GILSON DIPP, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/06/2013, DJe 26/06/2013).
De mesma forma, segue entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:
AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DOS EMBARGOS. AUSÊNCIA DE APONTAMENTO DE VÍCIOS PASSÍVEIS DE CORREÇÃO PELA VIA ELEITA. INADEQUAÇÃO DO RECURSO. AGRAVO IMPROVIDO.
O recurso de embargos de declaração destina-se exclusivamente a sanação de vícios de omissão, contradição e obscuridade constatados no pronunciamento sob ataque, sendo a atribuição de efeitos infringentes hipótese excepcional, somente admitida quando a modificação decorrer naturalmente da sanação do vício existente.
A utilização dos embargos de declaração com propósito unicamente modificativo, sem sequer apontar os vícios passíveis de correção, conduz ao não conhecimento do recurso em face da nítida inadequação da via eleita.
(Agravo Regimental, Processo nº 0004001-17.2015.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Renato Martins Mimessi, Data de julgamento: 08/03/2017).
A decisão que não analisa algum requerimento feito pela parte é omissa, o que não é o caso dos autos, no qual a parte embargante não suscitou isso em defesa. Desta forma, não verificada a omissão e/ou contradição do julgado, se a parte pretende a reforma da decisão, deve manejar recurso próprio e adequado.
Não estando evidenciada a intenção deliberada de procrastinar a solução do litígio, tem-se por inviabilizada a aplicação da multa prevista no §2º do art. 1.026 do CPC.
Pelo exposto, não sendo a hipótese de reforma por meio de embargos de declaração, NÃO O CONHEÇO dos EMBARGOS de DECLARAÇÃO, mantendo, portanto, a decisão como foi lançada, devendo as partes serem intimadas desta decisão.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE MANDADO-OFÍCIO-PRECATÓRIA
Cerejeiras/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Cerejeiras - 1ª Vara Genérica
AV. das Nações, nº 2225, Bairro , CEP 76997-000, Cerejeiras, Email: cpecerejeiras@tjro.jus.br Processo n.: 7000294-36.2022.8.22.0013
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Direito de Imagem, Direito de Imagem, Indenização por Dano Material, Dever de Informação
Valor da causa: R$ 18.319,69 ()
Parte autora: MARIA ZIMAURA MARTINS, LINHA 05, PT 45, 3° P/4° s/n ZONA RURAL - 76995-000 - CORUMBIARA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: CASSIA LOANDA DA CRUZ TAVARES, OAB nº RO10615
Parte requerida:
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO, OAB nº RO635, AV LAURO SODRÉ PEDRINHAS - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, Procuradoria da OI S/A

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de embargos de declaração opostos por OI MÓVEL S.A.

O executado, em síntese, alegou que no bojo da ação de nº 7000108-13.2022.8.22.0013, no dia 02/02/23 o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca de Rio de Janeiro prolatou decisão deferimento tutela cautelar antecedente para nova Recuperação Judicial da ré, razão pela qual os créditos perseguidos na execução têm natureza concursal e se submetem ao concurso de credores.
A exequente, por sua vez, pleiteou a rejeição do pedido sem refutar os argumentos da executada.
Relatei. DECIDO.
Os embargos devem ser acolhidos.
Com efeito, a matéria ventilada constitui causa modificativa da obrigação, nos termos do inciso VII, do art. 525, do CPC.
Impende destacar que o STJ tem entendimento firmado que para fins de aferição da submissão ou não ao concurso de credores, a data do crédito é a do fato gerador e não a da sentença, razão pela qual a existência do próprio crédito remonta ao período de janeiro/2022, e o pleito recuperacional se deu em 02/02/23.
Nesse sentido:
Para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, considera-se que a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador. STJ. 2ª Seção. REsp 1.842.911-RS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 09/12/2020 (Recurso Repetitivo – Tema 1051) (Info 684).
Com isso, este juízo não detém nenhuma competência para constrição de bens da executada, o que deve ser feito pela 7ª Vara Empresarial da Comarca de Rio de Janeiro, Juízo Universal, assim a parte exequente, querendo, deve habilitar seu crédito a tempo e modo.
Ante o exposto, ACOLHO os Embargos de Declaração.
Intime-se a parte autora para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente cálculos atualizados da execução (sem inclusão de honorários advocatícios de execução).
Com a apresentação, expeça-se certidão de crédito judicial para fins de habilitação do crédito no concurso de credores.
Custas processuais a cargo do executado.
Cumpridas as providências, ARQUIVE-SE.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO / NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA E/OU OUTRAS COMUNICAÇÕES
Cerejeiras/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Fabrízio Amorim de Menezes
Juiz de Direito

COMARCA DE ESPIGÃO D´OESTE

1º CARTÓRIO

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000,(69) 33098221
Processo nº : 7004059-30.2022.8.22.0008 Requerente: EXEQUENTE: LOANDA COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - EPP Advogado: Advogado do(a) EXEQUENTE: ERICK CORTES ALMEIDA - RO7866
Requerido(a): EXECUTADO: MARCELA OLIVEIRA ALMEIDA Advogado: INTIMAÇÃO AO REQUERENTE
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS sob pena de arquivamento.
ESPIGÃO D'OESTE, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 7001189-75.2023.8.22.0008
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Nota Promissória
AUTOR: AGRO-OESTE COM. DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA - EPP, AV 07 DE SETEMBRO 3126 CAIXA D'ÁGUA - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ANDERSON RODRIGO GOMES, OAB nº SC1869
GABRIEL CARLOS BRUNELLI DA SILVA, OAB nº RO12706
REU: MIZAEL DE JESUS DOS SANTOS, RUA SÃO PAULO 2252 CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa:R$ 23.153,97
DESPACHO
Trata-se de cumprimento de sentença.
Em busca pela agilidade processual e redução da taxa de congestionamento, bem como em atenção aos princípios basilares de economia e celeridade processual e, sendo direito do credor a efetivação de arresto em bens do devedor, o qual será convertido em penhora, procedi a consulta por meio eletrônico do Bacenjud e Renajud, restam infrutíferas (segue anexa)
DEVERÁ O CARTÓRIO EXPEDIR mandado de penhora, avaliação e intimação.
Efetivada a penhora, proceda a avaliação dos bens lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o (a) executado (a).
INTIME O EXECUTADO (art.841, §1º e 2ºdo CPC), para querendo, opor-se a penhora ou a execução, nos por meio de uma simples petição, no prazo de quinze (15) dias art. 525, §11º do CPC/2015, contados da comprovada ciência do fato ou da intimação do ato.
DECORRIDO o prazo do executado intime-se o exequente, para impulsionar o feito.
OBSERVAÇÃO: Recaindo a penhora sobre imóvel, em se tratando de pessoa física, proceda-se também a INTIMAÇÃO do/a cônjuge do mesmo/a, se for casado.
SIRVA-SE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA AR/ DE INTIMAÇÃO, observando o (s) endereço (s) declinado (s) na cópia da petição inicial em anexo.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 7002509-63.2023.8.22.0008
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto:Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930
PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
EXECUTADO: PATRICIA MIGLIORINE COSTA, RUA PORTO ALEGRE 2164 MORADA DO SOL - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA

Valor da causa:
DESPACHO COM FORÇA DE MANDADO DE EXECUÇÃO
Analisando o presente feito percebo que a parte autora não juntou recolhimento das custas, junte-se o comprovante de pagamento observando o valor mínimo (art. 12, §1º da Lei 3.896/2016).
Consigno que não se enquadra em nenhuma das hipóteses do 34 da Lei 3.896/16 razão pela qual indefiro o pagamento das custas ao final.
O artigo 12, inciso I, da Lei Estadual n. 3896/2016, dispõe que as custas iniciais são devidas no montante de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa, no momento da distribuição, ficando 1% (um por cento) adiado para até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo.
Recolhidas as custas, desde já:
1. CITE-SE a parte executada para, no prazo de 3 (três) dias, contado da citação, pagar a dívida no valor atualizado de R$ 30.762,10 trinta mil, setecentos e sessenta e dois reais e dez centavos, acrescido de custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, juros e encargos. Caso o executado pague o valor integral no aludido prazo, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade (CPC, Art. 827, caput, §1º e 829, parágrafo único).
2. Fixo honorário em 10% (dez por cento) do valor da causa, em conformidade com o artigo 827 do CPC.
3. Decorrido o prazo sem pagamento, PROCEDA-SE A PENHORA E AVALIAÇÃO de tantos bens quanto bastem para garantir a satisfação do crédito e acessórios, observando-se o(a) oficial de Justiça o disposto na Lei n. 8.009/90 (Lei da Impenhorabilidade) e o artigo 833 e incisos do CPC.
3.1. A penhora recairá preferencialmente nos bens indicados na pedição inicial pelo exequente (art. 829, §2º do CPC).
4. Caso deseje (m) opor embargos, a (s) parte executada (s) disporá (ão) do prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do CPC, nos termos do artigo 915 do CPC/2015.
5. No mesmo prazo o executado, reconhecendo o crédito do exequente, poderá requerer (por meio de Advogado (art. 103 CPC) em petição simples), desde que comprove o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, o parcelamento do restante em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês (CPC, art. 916), o que importará em renúncia ao direito de opor embargos (CPC, 916, §6º).
5.1 Em seguida, intime-se o exequente para se manifestar sobre o preenchimento dos pressupostos contidos no item 3, ocasião em que poderá levantar os valores depositados, vindo os autos conclusos para decisão (CPC, 916, §1º).
5.2 Enquanto não sobrevier decisão da proposta de parcelamento, o executado deverá depositar as parcelas vincendas, (CPC, 916, §2º).
5.3 Sendo deferido o parcelamento, os atos executivos restarão suspensos. Caso indeferido, os atos executivos seguirão, e os depósitos convertidos em penhora. (CPC, 916, §§3º e 4º).
6. Desde já, havendo requerimento para busca de endereços, bloqueio de bens ou valores, fica a parte exequente intimada a a proceder o recolhimento das custas pela diligência, nos termos do art. 17 da Lei 3.896/16.
No mais, consigne-se as seguintes observações: a) em havendo penhora/arresto ou não, o Sr. Oficial de Justiça, deverá intimar o patrono do exequente, se da comarca for, para impulsionar o feito no prazo de 05 (cinco) dias, independentemente de nova intimação, sob pena de extinção e arquivamento; e b) na hipótese de serem penhorados bens imóveis e sendo a parte requerida casada, intimar o cônjuge.
VIAS DESTE SERVIRÃO COMO MANDADO, CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/OFÍCIO CARTA/AR/MP E CARTA PRECATÓRIA, E CERTIDÃO PARA FINS DO ART. 828 DO CPC observando o endereço declinado na cópia da petição inicial em anexo.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 7002510-48.2023.8.22.0008
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Enriquecimento sem Causa, Cheque
AUTOR: LUCIMAR KLIPPEL, RUA FRANCISCO DE FREITAS 935 ELDORADO - 76966-200 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: NEWITO TELES LOVO, OAB nº RO7950
LUAN MARCOS KOMINKIEWCZ ZUANAZZI, OAB nº RO13180
JONATHAN GONCALVES IZIDORO, OAB nº RO11715
ALINE LAZARO DOS SANTOS NOGUEIRA, OAB nº RO12855
HOSNEY REPISO NOGUEIRA, OAB nº RO6327
REQUERIDO: L. H. STANGE PEDROZ ALVES & CIA LTDA - EPP, RUA ADAUTO BATISTA 1688 BELA VISTA - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa:R$ 8.064,64
DESPACHO
1 – A previsão legal contida no artigo 22, §2º da Lei 9.099/95 veio a admitir a prática de atos processuais por meio de videoconferência, ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real no âmbito das pequenas causas.
2 – Tendo em vista o art. 3º, §3º do Código de Processo Civil, disposto abaixo, designo audiência para tentativa de conciliação entre as partes, a ser realizada de modo virtual.

§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.
Para tanto, SERVE A PRESENTE COMO:
a) CARTA DE CITAÇÃO/MANDADO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA:
b) CARTA DE INTIMAÇÃO/MANDADO DA PARTE AUTORA:
FINALIDADE: CITAR/INTIMAR as pessoas acima descritas para que ACESSEM à Audiência designada para a data abaixo, ser realizada pelo CEJUSC por VIDEOCONFERÊNCA, via whatsapp. Devendo para tanto fornecer ao Oficial de Justiça número para contato via telefone ou WhatsApp, ou ainda, endereço de e-mail, para ser contactado no dia e hora da audiência pelo telefone (69) 3309-8211(Conciliação). Caso não possua(m) condições de acesso tecnológico deverá comparecer fisicamente ao Fórum para ser ouvido na mesma data e horário.
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO: 29/08/2023, às 09h00.
1) Restando infrutífera a conciliação, caberá ao réu oferecer contestação, em audiência, em até (dez) minutos, instruindo aos autos os documentos pertinentes, sob pena de revelia.
2) Com a defesa, o autor deverá se manifestar, em igual prazo, inclusive sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados, sob pena de preclusão.
3) Encerrado o tempo de manifestação do autor, o conciliador responsável deverá instar ambas as partes acerca do interesse na produção de prova oral a ser colhida em audiência de instrução ou se elas pretendem o julgamento antecipado da lide.
4) Havendo interesse na produção de prova testemunhal, a parte interessada deverá, no mesmo ato, informar o nome completo e o contato telefônico das respectivas testemunhas, sob pena de preclusão.
OBS: Quaisquer dúvidas ou solicitações poderão ser feitas pelo canais de acesso à 1ª VARA da Comarca de Espigão do Oeste por WhatsApp (69) 98471-8373 ou (69) 3309-8221 email: eoe1vara@tjro.jus.br, nos horários das 07h00 às 14h00 .
Para as diligências nesta comarca, autoriza-se o uso das prerrogativas do art. 212 do NCPC e respectivos parágrafos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA AR/CITAÇÃO E INTIMAÇÃO ELETRÔNICA.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste
Processo n.: 7002506-11.2023.8.22.0008
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Nota Promissória
AUTOR: CELY NIENKE DA SILVA, RUA CASCAVEL 2389, CASA SÃO JOSÉ - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: THAONI LIMA DOS SANTOS, OAB nº RO11394
MARIA DE FATIMA RUSSIN, OAB nº RO11190
REU: DEOLINDA ROSA DOS SANTOS, RUA VALE FORMOSO 2235, CASA VISTA ALEGRE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa:R$ 1.002,89
DECISÃO
Vistos.
1 – A previsão legal contida no artigo 22, §2º da Lei 9.099/95 veio a admitir a prática de atos processuais por meio de videoconferência, ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real no âmbito das pequenas causas.
2 – Tendo em vista o art. 3º, §3º do Código de Processo Civil, disposto abaixo, designo audiência para tentativa de conciliação entre as partes, a ser realizada de modo virtual.
§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.
Para tanto, SERVE A PRESENTE COMO:
a) ATO DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA (VIA DJE):
b) ATO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA (VIA CARTA AR ou OFICIAL DE JUSTIÇA):
FINALIDADE: CITAR/INTIMAR as pessoas acima descritas para que ACESSEM à Audiência designada para a data abaixo, ser realizada pelo CEJUSC por VIDEOCONFERÊNCA, via whatsapp. Devendo para tanto fornecer ao Oficial de Justiça número para contato via telefone ou WhatsApp, ou ainda, endereço de e-mail, para ser contactado no dia e hora da audiência pelo telefone (69) 3309-8211(Conciliação). Caso não possua(m) condições de acesso tecnológico deverá comparecer fisicamente ao Fórum para ser ouvido na mesma data e horário.
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO: 31/08/2023, às 08:30h.
1) Restando infrutífera a conciliação, caberá ao réu oferecer contestação, em audiência, em até (dez) minutos, instruindo aos autos os documentos pertinentes, sob pena de revelia.
2) Com a defesa, o autor deverá se manifestar, em igual prazo, inclusive sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados, sob pena de preclusão.

3) Encerrado o tempo de manifestação do autor, o conciliador responsável deverá instar ambas as partes acerca do interesse na produção de prova oral a ser colhida em audiência de instrução ou se elas pretendem o julgamento antecipado da lide.
4) Havendo interesse na produção de prova testemunhal, a parte interessada deverá, no mesmo ato, informar o nome completo e o contato telefônico das respectivas testemunhas, sob pena de preclusão.
OBS: Quaisquer dúvidas ou solicitações poderão ser feitas pelo canais de acesso à 1ª VARA da Comarca de Espigão do Oeste por WhatsApp (69) 98471-8373 ou (69) 3309-8221 email: eoe1vara@tjro.jus.br, nos horários das 07h00 às 14h00 .
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO JUDICIAL E COMO ATO DE INTIMAÇÃO
ESPIGÃO D'OESTE/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 7003525-86.2022.8.22.0008
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:Salário-Maternidade (Art. 71/73), Concessão
AUTOR: ANDREIA DOS ANJOS BOENING, LINHA JK, KM 70 S/N ZONA RURAL - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA, OAB nº RO3403
MICHEL KAUAN DE ALCANTARA ROCHA, OAB nº RO9276
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa:R$ 4.848,00
DESPACHO
Os autos vieram conclusos para regularizar a suspensão no sistema.
Assim, mantenho a suspensão dos autos pelo prazo de 1 ano, aguarde-se o decurso de prazo.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 7000326-27.2020.8.22.0008
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:Aposentadoria por Idade (Art. 48/51)
AUTOR: ALICE FARIAS MAIA, RUA GRAJAU 3474 CAIXA D´AGUA - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: SONIA MARIA ANTONIO DE ALMEIDA NEGRI, OAB nº RO2029
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA PRESIDENTE VARGAS, - ATÉ 764/765 CENTRO - 76900-020 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Valor da causa:R$ 71.691,00
DESPACHO
Os autos vieram conclusos para regularizar a suspensão no sistema.
Assim, mantenho a suspensão dos autos pelo prazo de 1 ano, aguarde-se o decurso de prazo.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 7001379-43.2020.8.22.0008
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto:Enriquecimento sem Causa
REQUERENTE: VALMIR WILWOCK GUILHERME, ESTRADA PA 01, KM 36 s/n, LADO DIREITO ZONA RURAL - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JUCELIA LIMA RUBIM, OAB nº RO7327
JUCIMARO BISPO RODRIGUES, OAB nº RO4959A
EXCUTADO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXCUTADO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da causa:R$ 12.537,91
DESPACHO
Defiro a liberação dos valores incontrovérsois.

Expeça-se alvará da quantia depositada.
Fica a parte REQUERENTE: VALMIR WILWOCK GUILHERME, CPF nº 68470894234 representado por seu advogado ADVOGADOS DO REQUERENTE: JUCELIA LIMA RUBIM, OAB nº RO7327, JUCIMARO BISPO RODRIGUES, OAB nº RO4959A, autorizados a efetuar(em) o levantamento da importância depositada na conta judicial n. 01506672/ 040/ 3677 e seus acréscimos legais, na Caixa Econômica Federal, nos termos do processo supra.
Solicito que após o levantamento, o sacado informe a este juízo o valor levantado e o saldo da conta no prazo de 05 (cinco) dias. Ficam advertidos de que a inércia na retirada do alvará acarretará na transferência dos valores à Conta Única Centralizadora do TJRO. O presente alvará tem o prazo de validade de 60 dias a contar desta decisão.
Desde já, havendo pedido, fica autorizada a expedição de ofício para transferência bancária dos valores depositados judicialmente com seus acréscimos em conta bancária a ser indicada pelo exequente.
Consigno que nos valores a serem transferidos/levantados deverão estar inclusos os seus respectivos rendimentos, e não somente as importâncias ali descritas, a fim de evitar que eventual remanescente permaneça em conta judicial vinculada aos autos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ ALVARÁ JUDICIAL/OFÍCIO.
Comprovado o saque e cumpridas as providências, Suspenda-se o feito pelo prazo de 30 dias, ou até ulterior julgamento do mandamus
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 7003763-81.2017.8.22.0008
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:Aposentadoria por Incapacidade Permanente
AUTOR: MANFREDO BUTZKE, RUA SÃO JOSE 1161-B SÃO JOSE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCIO SUGAHARA AZEVEDO, OAB nº RO4469
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa:R$ 11.244,00
DESPACHO
Os autos vieram conclusos para regularizar a suspensão no sistema.
Assim, mantenho a suspensão dos autos pelo prazo de 1 ano, aguarde-se o decurso de prazo.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 7001613-64.2016.8.22.0008
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária
AUTOR: EDVALDO BETSSEL, RUA JOSÉ GONÇALVES 1229 SÃO JOSÉ - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MILTON RICARDO FERRETTO, OAB nº RO571A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA PRESIDENTE VARGAS 100 CENTRO - 76900-020 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa:R$ 12.320,00
DESPACHO
Os autos vieram conclusos para regularizar a suspensão no sistema.
Assim, mantenho a suspensão dos autos pelo prazo de 1 ano, aguarde-se o decurso de prazo.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 7002593-69.2020.8.22.0008
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:Concessão
AUTOR: JULIANA JACOBSEN SCHULTZ, LINHA É, KM 18 S/N ZONA RURAL - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCIA FEITOSA TEODORO, OAB nº RO7002
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AV. CASTELO BRANCO 460 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA

Valor da causa:R$ 4.180,00
DESPACHO
Os autos vieram conclusos para regularizar a suspensão no sistema.
Assim, mantenho a suspensão dos autos pelo prazo de 1 ano, aguarde-se o decurso de prazo.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 7002301-79.2023.8.22.0008
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto:Guarda
REQUERENTES: E. T. D. A. B., ESTRADA REI DAVI Km 1,5 ZONA RURAL - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA, D. P. D. E. D. R., AV RIO GRANDE DO SUL 2652 CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: C. G. D. S., ESTRADA ITAPORANGA Km 04, CHÁCARA CHAP RAUS, FONE 69 999 SETOR INDUSTRIA - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa:R$ 1.320,00
DECISÃO
Trata-se de Cumprimento de Sentença de Obrigação de Fazer na qual infere que firmou, na ação de origem, acordo de visitas em relação aos filhos menores.
Segue narrando que, embora anuído pela Executada e ratificado judicialmente, os respectivos termos não vem sendo cumpridos pela parte Executada que têm imposto dificuldades à execução da composição de sorte que postula seja a Executada intimada a dar efetividade ao referido acordo.
Pois bem. Conforme consta dos autos, verifico que, dentre outras obrigações, os respectivos termos regulamenta o exercício da convivência entre o genitor e a infante contando pois, com força executiva judicial.
Sendo assim, intime-se a parte executada para satisfazer a obrigação de fazer contida na sentença, a ser cumprida imediatamente no final de semana posterior à intimação.
Fica ainda advertida a parte executada de que é seu dever cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação, de modo que atos, desprovidos de justa causa, voltados à promoção de obstáculos ao cumprimento das ordens judiciais poderão ser considerados atos atentatórios à dignidade da justiça na forma do que dispõe o §1º do artigo 77 do CPC.
Ainda, faculto à executada, querendo, impugnar o cumprimento de sentença, nos termos dos artigos 536, §4º c/c 525, ambos do CPC.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3309-8221
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo nº : 0002067-76.2010.8.22.0008
Requerente: DORCILA BALBINOT TURATTI e outros
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARCELO VENDRUSCULO - RO304-B
Advogados do(a) EXEQUENTE: CELMA ALESSIO DE BARROS - RO3612, FRANCISCO VALTER DOS SANTOS - RO3583, MARCELO VENDRUSCULO - RO304-B
Requerido(a): Fazenda Nacional - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL DO ESTADO DE RONDONIA
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG. Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Espigão do Oeste (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3481-2279 ou 3481-2921 - Ramal 204
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo: 7001280-05.2022.8.22.0008
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
Polo ativo: EXEQUENTE: LINDOMAR SCHNAIDER

Advogados do(a) EXEQUENTE: MARIA DE FATIMA RUSSIN - RO11190, THAONI LIMA DOS SANTOS - RO11394
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 20 dias
REQUERIDO: ALESSANDRO MARTINS DA CRUZ, inscrito no CPF nº 584.727.202-25
FINALIDADE: Por força, e em cumprimento à determinação deste Juízo, fica Vossa Senhoria, pela presente, INTIMADO quanto à apreensão de ativos financeiros em seu nome, na modalidade BACEN-JUD, no aporte de R$ 6.609,73, podendo, caso queira, IMPUGNAR À APREENSÃO, no prazo de 05 dias úteis (contados da juntada desta carta nos autos). Não sendo apresentada impugnação, desde de já, SERÁ CONVERTIDO o bloqueio em PENHORA, sem necessidade de termo.
Espigão do Oeste-RO, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3309-8221
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo nº : 0003665-94.2012.8.22.0008
Requerente: VALDOMIRO CASANOVA
Advogado do(a) EMBARGANTE: MARCELO AUGUSTO OLIVEIRA DE CARVALHO - RO338-B
Requerido(a): Fazenda Nacional - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL DO ESTADO DE RONDONIA
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG. Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Espigão do Oeste (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3309-8221
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo nº : 0001735-70.2014.8.22.0008
Requerente: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
Requerido(a): ELIAS ANTONIO ARCARI
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG. Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Espigão do Oeste (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3309-8221
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo nº : 0012483-21.2001.8.22.0008
Requerente: Fazenda Nacional - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL DO ESTADO DE RONDONIA
Requerido(a): SERGIO JOSE BARSZCZ e outros
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG. Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Espigão do Oeste (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3309-8221
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo nº : 0004046-68.2013.8.22.0008
Requerente: ADRIANO RENATO DIEHL
Advogado do(a) EMBARGANTE: VALTER HENRIQUE GUNDLACH - RO1374
Requerido(a): INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA

Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG. Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Espigão do Oeste (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3309-8221
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo nº : 0001736-55.2014.8.22.0008
Requerente: ELIAS ANTONIO ARCARI
Advogado do(a) EXEQUENTE: JOSE ALEXANDRE CASAGRANDE - RO379-B-B
Requerido(a): INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG. Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Espigão do Oeste (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3309-8221
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo nº : 0023393-29.2009.8.22.0008
Requerente: JOCEMARA KLINGELFUS CARVALHO SILVA
Advogado do(a) EMBARGANTE: MARCELO VENDRUSCULO - RO304-B
Requerido(a): Fazenda Nacional - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL DO ESTADO DE RONDONIA
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG. Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Espigão do Oeste (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 7001594-24.2017.8.22.0008
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária, Concessão
AUTOR: LAURA MAAS KEMPIM, RUA GRAJAÚ 3188 CAIXA DÁGUA - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA, OAB nº RO3403
CLAUDIA BINOW, OAB nº RO7396
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa:R$ 16.866,00
DESPACHO
Os autos vieram conclusos para regularizar a suspensão no sistema.
Assim, mantenho a suspensão dos autos pelo prazo de 1 ano, aguarde-se o decurso de prazo.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 7002478-53.2017.8.22.0008
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
REQUERENTE: ERICA KLEMZ SCHULTZ, CÂNDIDO RONDON 1.132 SERRARIA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: BRENO MAIFREDE CAMPANHA, OAB nº ES16767
STEFANI GOMES MAIFREDI, OAB nº RO9701

REQUERIDOS: BANCO PAN S.A., BRAZILIAN FINANCE CENTER 1374, AVENIDA PAULISTA BELA VISTA - 01310-916 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, NIPPONFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE COLCHOES LTDA.
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: CESAR EDUARDO MISAEL DE ANDRADE, OAB nº PR17523A, ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, PROCURADORIA BANCO PAN S.A
Valor da causa:R$ 17.670,00
DESPACHO
Diante da decisão (id 85982676), determino a expedição dos alvarás ou transferência bancária da seguinte forma: Como houve condenação solidária deverá ser dividido na ordem de 50% para cada executado .
a) Em favor da AUTORA e/ou seu Patrono, o valor de 14 parcelas pagas do financiamento R$ 5.571,51(cinco mil quinhentos e setenta e um reais e cinquenta e um centavos) (id 92763932 - cálculo atualizado pela contadoria judicial). Como houve condenação solidária deverá ser dividido na ordem de 50% para cada executado .
b) Honorários de sucumbência fixados no Acórdão, em favor do patrono da parte autora, atualização realizado pela contadoria judicial R$ 557,15 (quinhentos e cinquenta e sete reais e quinze centavos) (id 92763932). Como houve condenação solidária deverá ser dividido na ordem de 50% para cada executado .
Os valores supra mencionados deverão ser deduzidos dos depósitos judiciais realizados nos autos:
1) O requerido BANCO PAN S/A depositou judicialmente (id 77490960 - Pág. 1 em 21.05.2020) ; e em BANCO PAN S/A (id 80549836 - Pág. 1 e id 80549837 - Pág. 2)
2) O requerido NIPPONFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE COLCHOES LTDA (id 80356734 - Pág. 1);
Desta feita, após expedição de alvará ou transferência bancária em favor da EXEQUENTE e seu PATRONO, o saldo remanescente deverá ser DEVOLVIDO aos executados, devendo a CPE observar os valores de cada depósito judicial.
Comprovado o saque e cumpridas as providências, nada mais pendente, arquivem-se independente do trânsito.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3309-8221
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo nº : 0014095-91.2001.8.22.0008
Requerente: Fazenda Nacional - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL DO ESTADO DE RONDONIA
Requerido(a): FEDERACAO DE MOTOCICLISMO DO ESTADO DE RONDONIA
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG. Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Espigão do Oeste (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 7002509-68.2020.8.22.0008
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Empreitada
REQUERENTES: DORVAL MACHADO, RUA RIO GRANDE DO NORTE 1259 VISTA ALEGRE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA, ODARIO SCHWAMBACH, RUA ALAGOAS 3506 VISTA ALEGRE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: SEBASTIAO CANDIDO NETO, OAB nº RO1826
REQUERIDO: PAULO LUIZ GUZZON, RUA JOAQUIM FURTADO DA CRUZ 3720 LIBERDADE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: VALTER HENRIQUE GUNDLACH, OAB nº RO1374
Valor da causa:R$ 5.500,00
SENTENÇA
Dispensado o relatório nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.
Tratando-se de matéria em análise estritamente de direito, conforme disposto no artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide, proferindo a sentença.
Preliminares.
A parte requerida alega ilegitimidade ativa por parte do requerente DORVAL MACHADO.
Em sede de contestação informou o requerido que ao contratar os serviços a serem realizados o fez diretamente com o requerente ODARIO SCHWAMBACH, do qual por conta própria contratou terceiros para conjuntamente laborarem na empreitada, portanto, o senhor DORVAL MACHADO (pessoa está desconhecida pelo requerido) fora contrato pelo empreiteiro/requerente ODARIO SCHWAMBACH.
Pois, bem. Os fatos narrados na exordial indicam a existência do Contrato de Empreitada ainda que verbal. A empreitada é um contrato de natureza civil em que a figura do empreiteiro se responsabiliza a realizar um trabalho para o dono da obra. Este pode ser uma pessoa física, uma construtora ou uma incorporadora.

Cabe ao empreiteiro dirige e fiscaliza o trabalho, sem subordinação ao dono da obra, contratando seus próprios empregados.
Verificando os documentos juntados pelo requerido no ID 50958664; ID 50958667 e ID 50958670, nota-se que todos os pagamentos foram realizados ao requerente ODARIO SCHWAMBACH, inclusive parte do valor referente ao assentamento do portão e serviço de estrutura metálica realizados pelo Senhor DORVAL MACHADO.
O que comprova a veracidade do que fora alegado pelo requerido, ou seja, o senhor DORVAL MACHADO configura-se como terceiro contratado pelo requerente ODARIO SCHWAMBACH.
Inexistente portanto vínculo entre o requerido e o senhor DORVAL MACHADO.
Caso o senhor DORVAL MACHADO queira receber a quantia correspondente ao valor do seu serviço prestado deverá recebe-lo exclusivamente do requerente ODARIO SCHWAMBACH, seja amigavelmente ou por meio de uma ação.
AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. CONTRATO DE EMPREITADA E SUBEMPREITADA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. Em contratos de empreiteiro estabelece-se vínculo obrigacional entre o dono da obra e o empreiteiro. Havendo subempreitada, o vínculo obrigacional se estabelece entre empreiteiro e subempreiteiro, jamais entre o dono da obra e o subempreiteiro. Irrelevante a circunstância de que o dono da obra é o beneficiado, pois tal é decorrência lógica do contrato de empreitada. Ilegitimidade passiva do dono da obra mantida, pois o vínculo reclamado se estabelece entre empreiteiro e subempreiteiro. NEGADO SEGUIMENTO. (Agravo de Instrumento Nº 70051806842. Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Catarina Rita Krieger Martins, Julgado em 18/12/2012).
Em análise ao Código de Processo Civil verifica-se que o artigo 17 determina que para se postular em Juízo é necessário ter interesse e legitimidade, são os chamadas pressupostos processuais, devendo o magistrado averiguar se os mesmos em uma determinada demanda encontram-se presentes.
A preliminar ora levantada de ilegitimidade ativa em sede de contestação é incumbida ao réu antes mesmo de basear-se no mérito e seus fundamentos a luz do artigo 337, inciso XI do Código de Processo Civil.
Caso for verificada a ausência de um dos pressupostos após a fase postulatória, será declarada a carência da ação com base no artigo 485 do CPC 2015, momento este em que o juiz extinguirá a ação sem resolução do mérito.
Contudo, existente na presente ação o instituto do litisconsórcio ativo, de formação facultativa, e uniformidade da decisão simples, sendo verificada a ilegitimidade passiva de somente uma das partes requerentes “DORVAL MACHADO”, deve-se prosseguir com a demanda tendo como parte requente “ODARIO SCHWAMBACH”.
Tem-se que o litisconsortes são considerados, em sua relações com a parte adversa, como litigantes distintos, com base no artigo 117 do Código de Processo Civil, não comportando no presente caso extinção do feito sem resolução de mérito pois existente parte legitima, devendo configurar no polo ativo da ação somente o Sr. ODARIO SCHWAMBACH.
Afasto a preliminar arguida.
DO MÉRITO.
Passo a análise do mérito propriamente dito.
Em primeiro lugar verifica-se a existência de uma relação jurídica entre às partes. Portanto, cabe neste primeiro momento mencionar o Princípio do “Pacta Sunt Servanda” que significa “Os Pactos devem ser Cumpridos” ou “Força Obrigatória dos Contratos”.
O Princípio do pacta sunt servanda é consequência imediata da autonomia da vontade, tendo em vista que a partir do momento em que às partes estejam de mútuo acordo e queiram efetuar o ato de contratar, este instrumento contratual obriga os contratantes como se fosse lei em observar todos os seus termos estritamente.
Embora o contrato de empreitada em questão seja meramente verbal lhe é aplicado todas as disposições das normas regulamentadoras, mais propriamente dito o Código Civil.
O contrato verbal é admissível no ordenamento jurídico pátrio, conforme artigo 107 do Código Civil: “A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir”.
Sendo assim, um contrato verbal celebrado entre pessoas que sejam capazes; o objeto seja lícito e possível, determinado ou determinável é um contrato válido. Os Tribunais também vêm reconhecendo e admitindo o contrato de empreitada verbal. Vejamos:
APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. CONTRATO VERBAL DE EMPREITADA. É perfeitamente possível o contrato verbal de empreitada de mão-de-obra por mediação de serviços realizados. O contrato verbal ocorre pela simples declaração de vontades e nestes casos, a prova desta contratação verbal, em regra, restringe-se à produção oral. Ainda que tenha restado incontroversa a existência de contrato de prestação de serviço entre as partes, constatase que a autora/contratada inadimpliu o contrato, não concluindo os serviços contratados, e não comprovou à sociedade a quantidade de serviço prestado. Sentença de improcedência da ação de cobrança mantida. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70053373031, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relatora: Liége Purecelli Pires, Julgado em 06/06/2013).
No entanto, em uma demanda judicial fica incumbida às partes produzirem provas que demonstrem a existência e os termos em que o contrato verbal fora pactuado.
Quanto ao ônus da prova a ser produzida em sede processual o Código de Processo Civil determina da seguinte forma:
Art. 373. O ônus da prova incumbe:
I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;
II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
No presente autos a parte requerida juntou documentos comprobatórios que se mostram suficientes a levar este juízo uma cognição sobre os fatos e direito aplicado. Já o requerente consubstancia seu direito somente em fatos e fotos, deixando de juntar qualquer outro meio de prova, seja ela documental, testemunhal dentre outras.
Quanto a existência de relação jurídica contratual entre o requerente e requerido está resta incontroverso no presente autos, tendo em vista que o próprio requerido admite a existência do vínculo contratual com o requerente ODARIO SCHWAMBACH, bem como trouxe provas contundentes referente ao pagamento de todos os serviços prestados ID 50958664; ID 50958667 e ID 50958670.
No que se refere a alegação da parte requerente vejamos do que consta na exordial pela parte requerente:
As partes celebraram contrato verbal para que o primeiro Requerente prestasse serviços de empreitada para construção de um barracão de 124 m², na propriedade do demandado. Para a realização desses serviços ficou pactuado o valor de R$ 6.250,00 (seis mil e duzentos e cinquenta reais), sendo pago apenas R$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais).
Chegada a conclusão da obra, acordou o assentamento do um portão e serviços de estrutura metalicas que seriam realizados pelo segundo Requerente, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais).

No entanto foram juntados pelo requerido no ID 50958664; ID 50958667 e ID 50958670, comprovantes de pagamento dos serviços prestados, sendo que em todos eles consta o nome do requerido PAULO LUIZ GUZON como depositante e o requerente ODARIO SCHWAMBACH como beneficiário.
Ressalta-se que conforme comprovantes de pagamento acima mencionados a soma das quantias pagas ao requerido perfaz o valor de R$ 21.450,00 (vinte e um mil, quatrocentos e cinquenta reais), valor este bem SUPERIOR ao que o requerente indica ter aceitado realizar a obra R$ 6.250,00, e do valor correspondente ao assentamento do portão e serviços de estrutura metálica R$3.000,00.
Quanto a quantia referente ao serviço de assentamento do portão no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), foi informado pelo requerido e provado documentalmente a efetivação do pagamento ao requerente no valor correspondente a R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) no dia 10 de fevereiro de 2020, deposito realizado através da Cooperativa de Crédito e Investimento (ID 50958667).
O valor em quantia menor encontra-se justificativo no fato da existência de defeito no serviço realizado por terceiro contratado pelo requerente e de sua responsabilidade, e que embora o requerido tenha dado ciência ao requerente este ignorou.
É o que se extrai da contestação:
[...] o Requerido questionou sobre o funcionamento do portão grande, descrito no “item 05”, que não estava funcionando e que apresentava problemas que deveriam ser sanados, tais como: roldanas inferiores que não corriam sobre os trilhos; as canaletas, por onde o portão deveria correr para abrir e fechar, da base inferior foram construída em curva muito fechada e as superiores em ângulo reto de 45º, o que impedia o funcionamento; não foram colocadas as travas (trancas) em todas as partes do portão e as que foram, não encaixavam na fechadura; em alguns poucos dias de uso houveram a quebra das soldas de roldanas e nos trilhos superiores; e por derradeiro uma das partes soltou e ficou escorada na parede lateral, sem fechar o portão do barracão (anexos registros) etc.
Assim, para que houvesse o conserto do serviço realizado o requerido se viu obrigado a contratar terceiros E. TOZETTI DA ROCHA TORNEARIA - ME, sendo dispendido o valor de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) comprovantes ID 50958670.
Portanto em razão do defeito do serviço prestado o requerido efetuou o desconto no valor de R$ 1.500,00 do valor pactuado a princípio.
Neste sentido vejamos o que determina o Código Civil em situações como está:
Art. 442. Em vez de rejeitar a coisa, redibindo o contrato (art. 441), pode o adquirente reclamar abatimento no preço.
Art. 615. Concluída a obra de acordo com o ajuste, ou o costume do lugar, o dono é obrigado a recebê-la. Poderá, porém, rejeitá-la, se o empreiteiro se afastou das instruções recebidas e dos planos dados, ou das regras técnicas em trabalhos de tal natureza.
Art. 616. No caso da segunda parte do artigo antecedente, pode quem encomendou a obra, em vez de enjeitá-la, recebê-la com abatimento no preço.
Verifica-se que o requerido agiu de forma correta e amparado pela legislação ao efetuar o desconto no valor pactuado a princípio. Ressalta-se que o conserto do assentamento do portão ficou em valor superior ao que fora descontado do requerente, ou seja, o requerido sofreu prejuízos financeiros e em nada reclamou.
Assim, indevido o pagamento do restante de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), sobre pena de configurar enriquecimento ilícito por parte do requerente e empobrecimento indevido por parte do requerido, com fulcro no artigo 884 do Código Civil: “Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários”.
Menciona-se que encontramos jurisprudência recente em que a causa de pedir e o pedido são semelhantes a este processo, e uma vez julgado até mesmo em grau de recurso foi indeferido o pedido pleiteado pela parte requerente, cito: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL: 03420032020178090087, RELATOR: DES(A). BEATRIZ FIGUEIREDO FRANCO, DATA DE JULGAMENTO: 04/05/2020, ITUMBIARA – 2ª VARA CÍVEL. DATA DE PUBLICAÇÃO: DJ DE 04/05/2020.
Assim, analisando o acervo probatório, tenho que o requerente não conseguiu comprovar que o requerido deve a quantia almejada. Por outro lado, as provas documentais (comprovante de pagamento) juntadas pelo requerido demostram inexistir inadimplemento por parte do mesmo, portanto, inexistindo valores a serem pagos.
Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE o pedido inicial proposto pela parte requerente.
Em consequência, julgo extinto o processo com base no Art. 487, I, do CPC.
Sem custas e sem honorários.
Com o trânsito em julgado, oportunamente, arquivem-se o processo.
Sentença Publicada e Registrada nessa data.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D’OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 7002003-58.2021.8.22.0008
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:Concessão
AUTOR: JAIRMA ROMUALDO DA SILVA, RUA PEDRO NORBERTO 3033 LIBERDADE - 76974-000 - ESPIGÃO D’OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCIA FEITOSA TEODORO, OAB nº RO7002
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AV. CASTELO BRANCO 460 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa:R$ 13.200,00
DESPACHO
Os autos vieram conclusos para regularizar a suspensão no sistema.
Assim, mantenho a suspensão dos autos pelo prazo de 1 ano, aguarde-se o decurso de prazo.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste
Processo n.: 7000636-28.2023.8.22.0008
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Assunção de Dívida
REQUERENTE: ELISANGELA VALERIA KRUGERR PESSOA MORAES DE LIMA, RUA ANTONIO CESAR DE LIMA 2487 TERRA NOVA - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ANA RITA COGO, OAB nº RO660
INES DA CONSOLACAO COGO, OAB nº RO3412
REQUERIDO: GISELI COSTA, RUA GUAPORÉ 5412 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa:R$ 300,00
SENTENÇA
Vistos.
Deflui-se dos autos que houve o cumprimento da obrigação pela parte Executada, conforme consta em Petição ID 93276048.
O Exequente, por meio referida petição, confirmou o cumprimento e conferiu plena e total quitação das obrigações constantes da sentença.
Conforme o art. 924, II, do CPC, extingue-se a execução quando a obrigação for satisfeita. Desse modo, verifico que o objeto de execução encontra-se devidamente cumprido, razão pela qual, a extinção do feito pelo cumprimento da obrigação é medida que se impõe.
Assim, ante a satisfação da obrigação, JULGO EXTINTO o presente cumprimento de sentença, com fundamento art. 924, inc. II, do Código de Processo Civil.
Verifico que não constam pendências. Desta forma, REMETA-SE OS AUTOS AO ARQUIVO.
Sentença publicada e registrada automaticamente.
ESPIGÃO D'OESTE/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 7003778-11.2021.8.22.0008
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto:Férias
EXEQUENTE: GERUSA GONCALVES DE SOUZA, RUA AMAZONAS 2159 CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A
JOILSON SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RO3505A
NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Valor da causa:R$ 2.248,57
SENTENÇA
Considerando a satisfação integral da obrigação, face o pagamento integral do débito, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, o processo, autorizando, em consequência, os necessário levantamentos (penhora se houver).
Independente de trânsito, após as anotações de praxe, arquive-se.
Sentença publicada e registrada nesta data.
Espigão do Oeste/RO, 13 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 7001080-61.2023.8.22.0008
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Atraso de vôo, Cancelamento de vôo
AUTOR: ANDREVAL DA CRUZ ALMEIDA, RUA MINAS GERAIS 2618 CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ERICK CORTES ALMEIDA, OAB nº RO7866
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, ANDAR 9. ED. JATOBA COND. CAST. BRANCO OFFICE PARK TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Valor da causa:R$ 10.575,76
DECISÃO
Trata-se de ação de indenização na qual o recorrente demanda pela concessão do benefício da gratuidade judiciária.
Pois bem. Observo que o pleiteante do benefício da gratuidade não demonstrou a carência financeira da pessoa jurídica.

Observo ainda que se trata de lide eminentemente de natureza privada, de interesse econômico afeto exclusivamente à parte, sendo que o autor tem Advogado constituído. A praxe indica que os carentes devem socorrer-se da DPE ou pedir que o juízo lhes nomeie defensor dativo.
A pretensão do benefício da assistência judiciária gratuita não está restrita a simples requerimento formulado na inicial, em que pese posicionamento antigo em sentido diverso.
Portanto, para a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, além da alegação da parte de que não se encontra em condições para custear o acesso à justiça, há que se analisar os demais elementos constantes do processo para se aferir o real estado de hipossuficiência exigido pela lei, consoante recente posicionamento das Cortes Superiores.
Nesse sentido as decisões do TJRO. Verbis:
"AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE ECONÔMICA DA PARTE. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO POBREZA. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. A simples declaração de pobreza para a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não mais subsiste. Conforme a nova interpretação dada pela Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LXXIV, é necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família do requerente. A ausência de elementos objetivos, impossibilita a concessão (AI n. 0011275-74.2011.822.000, Rel. Des. Raduan Miguel, julgado em 6.12.2011).
"APELAÇÃO. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. DECLARAÇÃO EXPRESSA DE POBREZA. DESNECESSIDADE. AFIRMAÇÃO FEITA NO CURSO DO PROCESSO. A concessão de assistência judiciária gratuita, prevista no art.4º da Lei n. 1.060/50, pode ser feita por simples afirmação na petição inicial ou durante o curso do processo, sendo desnecessário que a parte apresente declaração expressa de hipossuficiência. Existindo nos autos outros elementos que demonstrem a situação de hipossuficiência da parte, a concessão do benefício é medida que se impõe". (Não cadastrado, N. 01332762920098220001, Rel. Juiz Alexandre Miguel, J. 11/05/2011).
"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. PREPARO. AUSÊNCIA. DESERÇÃO. MANUTENÇÃO. RECOLHIMENTO DAS CUSTAS INICIAIS. JUSTIÇA GRATUITA. HIPOSSUFICIÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. DECISÃOMANTIDA. Ao efetuar o recolhimento das custas processuais no ato de propositura da ação, a parte anui ao dever de recolher as despesas relativas ao preparo recursal em caso de interposição de apelo, sob pena de declaração de deserção do recurso. Impõe-se a manutenção do indeferimento de pedido de gratuidade judiciária quando ausente demonstração de hipossuficiência do requerente" (Agravo em AI n. 0011673-84.2012.8.22.0000, Rel. Des. Isaias Fonseca, julgado em 20.3.2013).
Em consulta ao sistema Sniper, verifico que o recorrente é proprietário de uma empresa com capital social de R$ 100.000,00 (cem mil reais),logo, não restou demonstrado a carência de recursos , de modo a comprometer a sua subsistência e a familiar.
Isto posto, PELO MENOS POR ORA, o requerente não denota comportar guarida a alegação de merecedor do benefício da gratuidade, inexistindo infringência aos artigos 4º e 12 da Lei nº 1.060/50, e ao artigo 5º, inciso LXXIV da CF, já que não demonstrados os ganhos líquidos a caracterizar o preceito da Lei nº 1.060/50, de comprometimento do sustento próprio.
INDEFIRO o pedido de gratuidade.
Assim, determino a intimação do recorrente para que recolha no prazo de 48 horas o preparo nos termos do enunciado Fonaje n.115:
ENUNCIADO 115 - "Indeferida a concessão do benefício da gratuidade da justiça requerido em sede de recurso, conceder-se-á o prazo de 48 horas para o preparo (XX Encontro – São Paulo/SP)".
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3309-8221
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo nº : 0025760-26.2009.8.22.0008
Requerente: SERGIO JOSE BARSZCZ
Advogados do(a) EXEQUENTE: ANA RITA COGO - RO660, INES DA CONSOLACAO COGO - RO3412
Requerido(a): Fazenda Nacional - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL DO ESTADO DE RONDONIA
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Espigão do Oeste (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3309-8221
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo nº : 0025779-32.2009.8.22.0008
Requerente: ORILDE GASPARIN
Advogados do(a) EXEQUENTE: ANA RITA COGO - RO660, INES DA CONSOLACAO COGO - RO3412
Requerido(a): Fazenda Nacional - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL DO ESTADO DE RONDONIA
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.

Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Espigão do Oeste (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, 1954, Fórum de Espigão do Oeste, Centro, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000
Telefone: (69) 3309-8221
E-mail: eoe1vara@tjro.jus.br
Processo nº : 0001872-57.2011.8.22.0008
Requerente: ORILDE GASPARIN
Advogados do(a) EXEQUENTE: ANA RITA COGO - RO660, INES DA CONSOLACAO COGO - RO3412
Requerido(a): Fazenda Nacional - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL DO ESTADO DE RONDONIA
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Espigão do Oeste (RO), 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste
Processo n.: 7002616-15.2020.8.22.0008
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto:Cheque
EXEQUENTE: ADAO BERNARDES DE SENA, ESTRADA DO CALCARIO KM 05 0, SITIO BOM SOSSEGO ZONA RURAL - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GRAZIANE MAKSUELEN MUSQUIM, OAB nº RO7771
EXECUTADOS: DANILO FERNANDES DA ROCHA, RUA SURUÍ 2509 CAIXA D' ÁGUA - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA, ORIGINAL SERVICOS DE TRANSPORTES DE CARGA EIRELI, RUA 02 DE JUNHO 2230 SÃO JOSÉ - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa:R$ 79.144,93
DECISÃO
Vistos.
Petição ID 93198620, defiro.
Quanto à pesquisa RENAJUD e INFOJUD: ambas retornaram negativas.
Quanto à pesquisa SISBAJUD - TEIMOSINHA 30 dias, defiro.
Aguarde-se a resposta no prazo de 35 dias.
Decorrido o prazo façam os autos conclusos para a verificação do resultado da diligência.
ESPIGÃO D'OESTE/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 0002006-45.2015.8.22.0008
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária
AUTOR: OZENI MOREIRA CRISTO, RUA VALDA VIEIRA 1983 NI - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA, OAB nº RO3403
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA MARECHAL RONDON 870, ED. RONDON SHOPPING 1º ANDAR, SALA 113 CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa:R$ 12.204,00
DESPACHO
Os autos vieram conclusos para regularizar a suspensão no sistema.
Assim, mantenho a suspensão dos autos pelo prazo de 1 ano, aguarde-se o decurso de prazo.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 7001353-40.2023.8.22.0008
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto:Assistência à Saúde
REQUERENTES: FRANCISCA SALOME CAVALCANTE, RUA MARANHAO 3689 CIDADE ALTA - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA, GRAZIELY RODRIGUES DOS SANTOS, RUA MARANHAO 3689 CIDADE ALTA - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, AV RIO GRANDE DO SUL 2652 CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDOS: MUNICIPIO DE ESPIGAO D'OESTE, RUA RIO GRANDE DO SUL 2800 CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA, Estado de Rondônia, AVENIDA DOS IMIGRANTES - DE 31 3503, - DE 3129 A 3587 - LADO ÍMPAR COSTA E SILVA - 76803-611 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Valor da causa:R$ 2.400,00
SENTENÇA
Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇAO DE FAZER COM TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, ajuizada por G.R.S, representada e assistida nos autos, em face do Município de Espigão do Oeste e do Estado de Rondônia, com o fito de compeli-los a fornecerem AVALIAÇÃO COM NEUROPSICÓLOGA, custeando todas as despesas necessárias, seja na rede pública ou particular de saúde.
Segundo consta nos autos, a requerente apresenta deficit de atenção e retardo escolar, bem como agressividade, dificuldade em aceitar regras, baixa tolerância à frustração, dificuldade em ouvir "não" e para descrever eventos. Ainda, é privada de alguns estímulos e apresenta transtornos de humor afetivos persistentes, sendo encaminhada para avaliação com médico neurologista, a fim de verificar o melhor diagnóstico e qual o tratamento mais adequado (CID 10: F34.8).
Ancorou a exordial com os documentos necessários.
Postergada a análise da antecipação de tutela (Id 89702823).
Apresentada contestação pelo Município de Espigão do oeste Id 90094402.
Manifestação pelo Estado de Rondônia Id 90430344.
Impugnação à contestação, Id 92799114.
É o breve relatório. Decido.
A preliminar de falta de interesse de agir, confunde-se com o mérito e será com este melhor analisada.
Da ilegitimidade passiva
A preliminar arguida, não merece acolhimento, uma vez que a União, Estado, Distrito Federal e Municípios têm responsabilidade solidária pela saúde do indivíduo e da coletividade, nos termos da Constituição Federal (art. 23, II/ art. 196; art. 198, § 1º). Assim, qualquer desses entes federativos pode ser demandado em ação cuja causa de pedir é a recusa, por hospitais e estabelecimentos de saúde, sejam municipais, estaduais ou federais, de fornecer assistência médica aos necessitados.
Ou seja, a lei não impõe a formação de litisconsórcio passivo necessário entre os entes da federação, nem a relação jurídica exige esse litisconsórcio, visto que existe um dever atribuído aos entes federados quanto ao dever de cuidar da saúde da população, o que torna o litisconsórcio facultativo.
Passo ao mérito.
Os direitos fundamentais, dentre o qual o direito à saúde, são os meios mínimos para contemplação da dignidade da pessoa humana. A temática dos direitos fundamentais tem ocupado o debate jurídico sob várias facetas, dentre elas, o confronto entre as necessidades dos cidadãos reclamando o pleno exercício dos direitos fundamentais e a limitação decorrente da capacidade econômica e financeira do Estado em adimplir as obrigações positivas, as quais envolvem planejamento de ações, dispêndios financeiros, criação e execução de políticas públicas.
Para a implementação dos direitos fundamentais, torna-se necessário por parte do Estado a edificação de estruturas e mecanismos que possam permitir a proteção daqueles direitos, como políticas, instrumentos de persecução penal para a segurança pública; a construção de escolas e hospitais para garantir o acesso à saúde, dentre outros. O Poder Público deve munir de aparato adequado se quiser cumprir com os comandos do constitucionalismo moderno, alçando a igualdade material a todos os cidadãos e promovendo a distribuição igualitária de bens e serviços. Para tanto, como é natural que os entes públicos não produzam capital, utilizem-se da captação natural de recursos, com os quais pode não só planejar, mas efetivar as ações necessárias para cumprir com êxito a missão que lhe foi dada.
É dizer, direitos são custosos e demandam maior atenção, principalmente do magistrado, quando se posta, na figura de efetivador de políticas públicas.
A discussão ganha relevo quando há colisão destes direitos, como, por exemplo, de um lado está o direito à vida, nele englobando o direito à saúde com seus consectários (medicamentos de alto custo, técnicas inéditas, experimentos ainda em fase de teste) e as barreiras econômicas e financeiras do Estado, somado a polêmica possibilidade de o Poder Judiciário intervir nesta esfera.
Como se sabe, o Poder Judiciário tem missão precípua a efetivação dos direitos e garantias fundamentais, seja quando atua contra-ataques perpetrados pelos outros poderes ou até particulares, seja em virtude da omissão legislativa. Entrementes, quando se trata de judicialização de políticas públicas a temática não daquelas que demandam a mais fácil solução.
A judicialização exacerbada de políticas públicas na formatação atual, quando qualquer pleito passa a legitimar o ingresso de ações no âmbito judicial, pode implicar em problema sério de gestão pública, principalmente sobre a ótica financeira e orçamentária. A atuação do Poder Judiciário de forma excepcional passa ser a regra, o que pode ser pernicioso para o Estado Democrático de Direito. A judicialização não pode servir como caminho único para a efetivação dos direitos fundamentais em sua plenitude, pois esta é atribuição precípuo do Poder legislativo e Executivo.

O atendimento dos pleitos individuais em detrimento da coletividade pode comprometer seriamente o Estado Democrático de Direito, posto que enseja uma ruptura da igualdade e do pleno desenvolvimento da dignidade da pessoa humana de forma coletiva.
Por outro lado, a judicialização de políticas públicas é possível quando voltada a atender omissões indevidas dos demais poderes, assegurando a integral proteção do direito invocado. Esta atuação do Poder Judiciário é legítima quando busca, sem violar o sistema político vigente e o equilíbrio entre os poderes, frear a omissão deliberada do demais poderes ou a gritante violação de um direito constitucionalmente assegurado, ou seja, há evidente ofensa ao seu núcleo essencial.
A reserva do possível pode ser invocada para frear uma pretensão quando baseada na impossibilidade fática e na razoabilidade no pedido. A escusa mostra-se indevida quando é usada como fundamento a simples ausência de disponibilidade jurídica, a falta de previsão orçamentária. Há recursos, porém não estão alocados na pasta pertinente.
Busca-se um equilíbrio entre a garantia do mínimo existencial e a reserva do possível. Aquele não pode ser tido como permissivo para que qualquer prestação positiva seja demanda e deferida em face do Estado, sob pena de colapso. De outra banda, a reserva do possível utilizada como argumento para a desídia dos administradores em promover a dignidade da pessoa humana, isto é, na incapacidade em planejar adequadamente suas ações e cumprir os preceitos constitucionais, também se mostra falaciosa.
Quando o mínimo existencial, o núcleo duro, não estiver protegido, ante a omissão ou inefetividade dos poderes públicos, não é legítima a recusa fundada na reserva do possível. Os direitos fundamentais têm aplicação imediata, porém não significa o atendimento automático e irrestrito de todos os pleitos fundados nesse sistema. Impõe-se a análise acurada da questão, a partir do juízo de ponderação, perlustrar, no caso concreto, o mínimo existencial e as razões que levam a não efetivação do bem invocado. Somente com o processo de ponderação, será possível alcançar a solução mais adequada ao caso, evitando excessos que posam ser perpetrados, tanto na ânsia do sujeito em contemplar o direito vindicado, quanto no favorecimento de condutas omissivas advindas do Estado.
No caso dos autos, resta evidente a obrigação dos requeridos em fornecer os tratamentos a infante.
A enfermidade enfrentada pelo requerente, demonstra a possibilidade de prejudicar diferentes fontes do desenvolvimento neurológico, todas relacionadas com dificuldade no relacionamento social. O paciente enfrenta dificuldades na comunicação, o tratamento adequado pode possibilitar o contorno dos sintomas. O tratamento adequado é fator essencial para assegurar a dignidade do sujeito e permitir o seu pleno desenvolvimento e até mesmo a galgar vagas em universidades, conforme dados apontados pela imprensa. É dizer, o diagnóstico não é fator limitado da capacidade do indivíduo, o qual pode desenvolver suas habilidades. Para tanto faz-se necessário tratamento multiprofissional adequado, com profissionais qualificados para o enfrentamento da moléstia em tela.
Desse modo, com corolário do princípio da dignidade da pessoa humana, norteador da atuação dos poderes públicos, é dever fundamental dos requeridos em fornecer meios adequados para que portador possa ampliar suas faculdades mentais e ter um desenvolvimento sadio e equilibrado, algo, aliás, que deve ser estendido a todos os cidadãos.
No presente caso, conforme documentos e laudos juntados, a infante necessita de acompanhamento regular com profissional em neuropsicologia, de preferência com título em aba-análise de comportamento aplicada.
Ainda, conforme o art. 4º e art. 7º, ambos do ECA, é garantida a proteção integral a todas crianças e adolescentes e assegura acesso a "todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade". O ECA prevê diversas políticas públicas em várias áreas, inclusive a da saúde, preservando assim o direito desses, sendo direito fundamental.
Dessa forma, devendo ser procedente os pedidos iniciais.
DISPOSITIVO.
Posto isso, nos termos do art. 487, I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido para o fim de DETERMINAR que o Estado de Rondônia e o Município de Espigão do Oeste, solidariamente forneça Avaliação Neuropsicológica, seja na rede pública ou particular de saúde, restando ainda garantido à infante a realização das consultas e avaliações que se fizerem necessárias ao tratamento.
Sem custas e honorários.
Em caso de recurso, intime-se a parte contrária para contrarrazões.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Dê-se ciência ao Ministério Público.
Com o trânsito, arquivem-se.
Cumpra-se.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste
Processo n.: 7002516-55.2023.8.22.0008
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Enriquecimento sem Causa, Cheque
REQUERENTE: LUCIMAR KLIPPEL, RUA FRANCISCO DE FREITAS 935 ELDORADO - 76966-200 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: NEWITO TELES LOVO, OAB nº RO7950
LUAN MARCOS KOMINKIEWCZ ZUANAZZI, OAB nº RO13180
JONATHAN GONCALVES IZIDORO, OAB nº RO11715
ALINE LAZARO DOS SANTOS NOGUEIRA, OAB nº RO12855
HOSNEY REPISO NOGUEIRA, OAB nº RO6327
REQUERIDO: J C SCHUTZ INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME, ESTRADA DO PACARANA, KM 06 S/N, APÓS A SERRARIA DO DOUGLAS DALMOLIM, ZONA RURAL CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa:R$ 30.159,48

DECISÃO
Vistos.
Recebo a inicial. Postergo à analise de eventual pedido de gratuidade da justiça para o caso de interposição de recurso, uma vez que trata-se de demanda interposta no Juizado Especial, a qual prescinde de recolhimento de custas iniciais em primeiro grau de jurisdição.
Designo audiência de conciliação para o dia 31 de agosto de 2023, às 11:00h, a ser realizada pelo Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania CEJUSC, do Fórum Miguel Seabra Fagundes, nesta comarca de Espigão do Oeste, exclusivamente por videoconferência.
Esclareço que a audiência será realizada através do aplicativo whatsapp. Para tanto, os advogados, defensores públicos e promotores de justiça deverão informar no processo, em até 05 dias antes da audiência, o número de telefone para possibilitar a entrada na sala da audiência da videoconferência na data e horário preestabelecido. Seguindo os demais termos do Provimento da Corregedoria nº 18/2020.
Art. 2° Para realização da audiência por videoconferência bastará a intimação dos advogados das partes e representantes de outros órgãos públicos e envio do link de acesso à audiência virtual.
§ 1° As partes e ou seus representantes serão comunicadas pelo seu advogado, que ficará com o ônus de informar a elas o link para acesso à audiência virtual.
§ 2° Se as partes não tiverem um patrono constituído, a intimação ocorrerá por mensagem de texto por meio whatsapp, e-mail, carta ou mandado, nessa respectiva ordem de preferência.
§ 3° Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Público ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria do órgão, com confirmação de recebimento.
§ 4° Qualquer fato que tenha como consequência a impossibilidade de intimação daqueles que obrigatoriamente devem ser comunicados para participar da audiência por videoconferência implicará em movimentação do processo para deliberação do juiz natural.
Havendo acordo, este deve ser reduzido a termo pelo conciliador e assinado eletronicamente pelos advogados.
Caso as partes não queiram a realização da audiência preliminar por videoconferência deverão comprovar a situação de excepcionalidade devidamente justificada, caso o pedido seja da parte requerida o prazo para oferecimento da contestação será da data do protocolo de pedido de cancelamento.
Frisa-se que as partes têm livre acesso à íntegra do processo diretamente pelo website do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Disposições à CPE:
a) Cite-se e intime-se a parte requerida (VIA CARTA AR OU OFICIAL DE JUSTIÇA), com as advertências do procedimento sumaríssimo e para a audiência de conciliação designada, fazendo constar no mandado que, no caso de ausência à audiência de conciliação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial, salvo se do contrário resultar da convicção deste juízo (art. 20 da Lei n. 9.099/95), bem como que, caso não haja acordo, deverá apresentar resposta escrita até a audiência de conciliação, acompanhada de documentos e rol de testemunhas, especificando as provas que pretende produzir, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento.
b) Intime-se a parte autora (VIA DJE), advertindo-a de que sua ausência poderá ensejar na extinção do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei n. 9.099/95, bem como que, caso não haja acordo, após a apresentação de contestação pelo réu, deverá apresentar, na mesma audiência de conciliação, sua impugnação, acompanhada de documentos e rol de testemunhas, especificando as provas que pretende produzir, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento.
c) Não sendo encontrado a parte requerida no endereço mencionado na exordial, intime-se a parte autora, para que apresente endereço atualizado no prazo de 10 (dez) dias, ou requeira o que entender de direito, sob pena de extinção por abandono. Sendo informado novo endereço, fica desde já deferida a realização de citação, nos termos desta decisão, sem retorno dos autos conclusos.
Advirtam-se as partes:
a) Conforme Lei Federal 9.099/95, a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda, poderá fazer-se presente na audiência conciliatória através de preposto credenciado, exibindo, desde já, carta de preposto, sob pena de revelia, conforme arts. 9º, §4 e 20º, da referida lei.
b) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a/o carta/mandado de intimação cumprido(a) no endereço constante dos autos (art. 19, § 2º, Lei 9.099/95).
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ATO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
a) REQUERENTE: LUCIMAR KLIPPEL, CPF nº 45747989200, RUA FRANCISCO DE FREITAS 935 ELDORADO - 76966-200 - CACOAL - RONDÔNIA
b) REQUERIDO: J C SCHUTZ INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME, CNPJ nº 19715835000156, ESTRADA DO PACARANA, KM 06 S/N, APÓS A SERRARIA DO DOUGLAS DALMOLIM, ZONA RURAL CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ESPIGÃO D'OESTE/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 0002836-84.2010.8.22.0008
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto:Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária
EXEQUENTE: ALMERINDA LAURETTE LITIG, LINHA E, KM 13 ZONA RURAL - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA, OAB nº RO3403
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa:R$ 17.850,00

DESPACHO
Os autos vieram conclusos para regularizar a suspensão no sistema.
Assim, mantenho a suspensão dos autos pelo prazo de 1 ano, aguarde-se o decurso de prazo.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 7000456-56.2016.8.22.0008
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:Pensão por Morte (Art. 74/9)
AUTOR: CICERO ALVES DOS SANTOS, RUA DA MATRIZ 3540 CAIXA D'ÁGUA - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA, OAB nº RO3403
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA PRESIDENTE VARGAS 100, - ATÉ 764/765 CENTRO - 76900-020 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa:R$ 10.560,00
DESPACHO
Os autos vieram conclusos para regularizar a suspensão no sistema.
Assim, mantenho a suspensão dos autos pelo prazo de 1 ano, aguarde-se o decurso de prazo.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 7002518-25.2023.8.22.0008
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto:Obrigação de Fazer / Não Fazer
REQUERENTE: ROBERTO RICARDO DE TOLEDO RODRIGUES, RUA ALAGOAS 2788 VISTA ALEGRE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: THAONI LIMA DOS SANTOS, OAB nº RO11394
REQUERIDO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ESPIGAO DO OESTE - I.P.R.A.M, AV 07 DE SETEMBRO 2024, AO LADO DA EMATER CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ESPIGAO DO OESTE - IPRAM
Valor da causa:R$ 12.436,39
DESPACHO
Em atenção aos princípios basilares do procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública, como o da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade(art.27 da L.12.153/09 cc art.2º da L.9.099/95), abstenho em designar audiência de conciliação, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública a audiência restou frustrada pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação especifica que regulamente a L.12.153/09, para fins de transação.
Assim, para responder a presente, apresentar sua CITE-SE a partes requeridas defesa e todos os documentos de prova, no prazo de 30 dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 7º e 9º da L.12.153/09.
Havendo interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá constar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação.
Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 15 dias, caso deseje, e após o transcurso, conclusos os autos para SANEAMENTO ou SENTENÇA. Transcorrido o prazo, tornem conclusos.
Expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO/CARTA A.R. / OFÍCIO E DEMAIS ATOS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 7002827-51.2020.8.22.0008

Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária, Incapacidade Laborativa Permanente, Concessão, Restabelecimento
AUTOR: LEANDRO CARLOS JACOBSEN, LH PONTE BONITA, KM 40 S/N ZONA RURAL - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA, OAB nº RO3403
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA PRESIDENTE VARGAS 100, - ATÉ 764/765 CENTRO - 76900-020 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa:R$ 72.607,00
DESPACHO
Os autos vieram conclusos para regularizar a suspensão no sistema.
Assim, mantenho a suspensão dos autos pelo prazo de 1 ano, aguarde-se o decurso de prazo.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Espigão do Oeste - 1ª Vara Genérica
Rua Vale Formoso, nº 1954, Bairro Centro, CEP 76974-000, ESPIGÃO D'OESTE, Fórum de Espigão do Oeste Processo n.: 7002507-93.2023.8.22.0008
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:Reconhecimento/Dissolução Sócio Afetivo Pós Morte
AUTOR: ELIANE GONCALVES DE CARVALHO, RUA ALVORADA 2947 VISTA ALEGRE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ANA RITA COGO, OAB nº RO660
INES DA CONSOLACAO COGO, OAB nº RO3412
REU: RADUAN CARVALHO DE MORAES, RUA ALVORADA 2947 CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA, FRANCOIZE CARVALHO DE MORAES, RUA BAURU 1343 SÃO JOSÉ - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA, FLAVIA TAIANE CARVALHO MORAES, RUA CUIABÁ 927 CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa:R$ 1.320,00
DESPACHO
1 – Defiro a gratuidade. O atual cenário e as dificuldades suportadas pelo Poder Judiciário, e pelos jurisdicionados, de resto pela sociedade geral, deflagrados em razão da pandemia instalada pelo Corona Vírus (COVID-19), impôs medidas preventivas e de distanciamento social recomendadas pelo CNJ e pela OMS. De outra banda, diante dos novos meios tecnológicos disponibilizados ao juízo, da ausência de prejuízo à marcha processual e aos direitos das partes, o recente Ato n. 009/2020 – PR – CGJ, que institui medidas a serem adotadas na prevenção ao contágio pelo COVID-19 no âmbito do Poder Judiciário no Estado de Rondônia, previu a possibilidade de audiências por videoconferência, com previsão de prorrogação do período de afastamento social.
2 - Audiência será realizada via telefone ou WhatsApp, ou ainda, endereço de e-mail, para ser contactado no dia e hora da audiência pelo telefone (69) 3309-8211(Conciliação) ser realizada pelo CEJUSC por VIDEOCONFERÊNCA, via whatsapp. Caso não possua(m) condições de acesso tecnológico deverá comparecer fisicamente ao Fórum para ser ouvido na mesma data e horário.
Para tanto, SERVE A PRESENTE COMO:
a) CARTA AR/MP/ MANDADO / CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA:
b) CARTA AR/MP/ MANDADO / CARTA PRECATÓRIA DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA:
Estando a parte autora assistida por advogado, desnecessária sua intimação pessoal.
1)CITAR/INTIMAR:
FINALIDADE: INTIMAR as pessoas acima descritas para que ACESSEM à Audiência designada para a data abaixo, que será realizada na Sala de Audiências Virtual da 1ª VARA da Comarca de Espigão do Oeste-RO, devendo para tanto fornecer ao Oficial de Justiça número para contato via telefone ou WhatsApp, ou ainda, endereço de e-mail para ser contactado 24 horas antes da Audiência onde receberá(ão) as instruções para acessar à Audiência. Caso não possua(m) condições de acesso tecnológico ou apresente dificuldade para baixar o aplicativo deverá comparecer fisicamente ao Fórum para ser ouvido na mesma data e horário.
DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO: 17/08/2023, às 09h00.
2) Advirta-se, desde logo, que, não realizada a audiência, e/ou na hipótese de restar infrutífera, o processo tramitará normalmente, e, caso não seja contestado o pedido no prazo de 15 dias contados da solenidade, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora, NCPC 344/345, com as ressalvas derivadas das exceções legais nos preceitos traduzidas.
3) apresentada a contestação ou depois da réplica, providencie o cartório a intimação das partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir – e caso queiram, sugiram os pontos controvertidos da lide, no prazo comum de 15 dias. Transcorrido, venham conclusos para as finalidades dos arts. 354/357do NCPC.
OBS: Quaisquer dúvidas ou solicitações poderão ser feitas pelo canais de acesso à 1ª VARA da Comarca de Espigão do Oeste por WhatsApp (69) 98471-8373 ou (69) 3309-8221 email: eoe1vara@tjro.jus.br, nos horários das 07h00 às 14h00 .
Para as diligências nesta comarca, autoriza-se o uso das prerrogativas do art. 212 do NCPC e respectivos parágrafos.
Espigão do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM

1ª VARA CÍVEL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
email: gumgab1civel@tjro.jus.br Processo: 0002921-73.2015.8.22.0015
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Pagamento
Requerente (s): MASSA FALIDA DO BANCO CRUZEIRO DO SUL, ALAMEDA SANTOS 2335, 3º E 6º ANDAR JARDINS - 04551-060 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado (s): ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO, OAB nº SP98628
CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA, OAB nº SP327026A
CARLA DA PRATO CAMPOS, OAB nº SP215855
PROCURADORIA MASSA FALIDA BANCO CRUZEIRO DO SUL
Requerido (s): MARIONES LOPES PORTOCARRERO, CPF nº DESCONHECIDO, AV. PRINCESA ISABEL 1754 SÃO JOSÉ - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA
Advogado (s): MIQUEIAS JOSE TELES FIGUEIREDO, OAB nº RO4962
FRANCISCO SAVIO ARAUJO DE FIGUEIREDO, OAB nº RO1534A

DECISÃO
A parte autora postulou pela penhora dos proventos da executada.
O art. 833 do CPC, a rigor, estabelece que os vencimentos, salários e remunerações são impenhoráveis, entretanto, o TJ/RO firmou entendimento, no sentido de que é possível a penhora de salário, desde que tal parcela não comprometa o sustento do devedor e não implique ofensa ao princípio da dignidade humana (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0801887-65.2021.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 03/07/2021).
A propósito, o Superior Tribunal de Justiça manifestou-se acerca da excepcionalidade da penhora de valores quando o montante do bloqueio se revele razoável em relação à remuneração por ele percebida, não afrontando a dignidade ou a subsistência do devedor e de sua família, conforme se vê:
AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA DE PERCENTUAL DE SALÁRIO. RELATIVIZAÇÃO DA REGRA DA IMPENHORABILIDADE. NECESSIDADE DE QUE A DECISÃO CONSTRITIVA SEJA FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. A regra geral da impenhorabilidade, mediante desconto em conta bancária, de vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações e proventos de aposentadoria, constante do art. 649, IV, do CPC/1973 (correspondente ao art. 833 do CPC/2015), incidente na generalidade dos casos, pode ser excepcionada, diante das condições fáticas do caso concreto. Precedentes.
2. Determinação genérica de penhora de percentual de salário. Necessidade de retorno dos autos à origem para a aferição das peculiaridades do caso, a fim de verificar a possibilidade de afastar, ou não, a regra de impenhorabilidade geral contida no art. 833 do CPC/2015.
3. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.
4. Agravo interno desprovido (AgInt nos EDcl nos EDcl no REsp 1748313/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 8/2/2021, DJe 12/2/2021).
Portanto, é plausível a mitigação da impenhorabilidade de verbas remuneratórias, uma vez que é necessária a realização da ponderação dos princípios da efetividade da execução e da dignidade humana da executada para fazer a interpretação mais adequada ao caso concreto, avaliando se a constrição parcial da remuneração da devedora não lhe causará danos a sua manutenção e de sua família.
Observa-se nos autos que a devedora não apresentou outra alternativa para quitação do débito executado que advém desde 2017 quando proposta a ação originária.
Além disso, outras tentativas de satisfação do crédito foram inexitosas.
Destaca-se que, desde o ajuizamento da ação, verifica-se verdadeira via crucis enfrentada pela parte autora, para fazer valer em juízo o seu direito.
Portanto, considerando que o dinheiro é o 1º item na ordem das penhoras e analisando o documento juntado pelo órgão empregador, não vejo óbice quanto ao pedido de penhora de salário, vez que a parte executada possui condições de quitar o débito.
Por tudo, defiro a penhora parcial do salário do devedor, no importe de 30% de seus vencimentos líquidos, até o pagamento integral do valor executado, deduzindo da base de cálculo apenas os descontos legais.
Desta forma:
1. Oficie-se ao órgão empregador/pagador, para que proceda o desconto mensal dos vencimentos do requerido, até o pagamento integral do valor executado, depositando em conta judicial, na Caixa Econômica Federal, que deverá ser aberta através do site www.caixa.gov.br, comunicando-nos seu cumprimento, nos enviando os comprovantes.
2. Confirmado o depósito, sem a necessidade de lavratura de termo, em analogia ao §5º do artigo 854 do NCPC, intimando-se o executado, nos termos do art. 841 do mesmo diploma legal. Havendo advogado constituído nos autos, a intimação deve ser realizada em sua pessoa (§1º). Caso contrário, intime-se o executado pessoalmente (§2º).
3. Certificada a inexistência de manifestação, desde já fica autorizada a expedição de alvará e/ou, havendo indicação de conta da parte credora nos autos, fica autorizada a transferência, independentemente de nova conclusão. Em seguida, venham os autos conclusos para regularização de movimento de suspensão.
4. Em prosseguimento, deverá a escrivania consultar trimestralmente a conta judicial, com o fim de expedir os demais alvarás que desde já ficam autorizados e/ou transferências. Não havendo depósito, certifique-se e intime-se o exequente para manifestação.
5. Transcorrido o prazo para pagamento integral, intime-se o exequente para se manifestar no prazo de 5 dias, sob pena de sua inércia implicar em extinção do feito pelo pagamento.

Intimem-se. Expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará-Mirim, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Luciane Sanches
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7000498-40.2023.8.22.0015 Classe Inventário Assunto Exclusão de herdeiro ou legatário, Petição de Herança Requerente KELLY CRISTINE MONTES DE MELO SOUZA, CPF nº 86606328268, RUA V3 821 CAETANO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
KEILA MONTES DE MELO, CPF nº 67222960244, AV. DOMINGOS CORREIA DA COSTA 1896 PLANALTO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
KEVEN MONTES DE MELO, CPF nº 95716505287, AV. 1º DE MAIO 4447 LIBERDADE - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
MARIA MARTA MONTES DE MELO, CPF nº 11417250291, AV. 1º DE MAIO 4447 LIBERDADE - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) SAMAEL FREITAS GUEDES, OAB nº RO2596 Requerido(a) CLODOALDO OLIVEIRA DE MELO JUNIOR, CPF nº 34848142253, RUA TEÓFILO OTONI 3156, - DE 3065/3066 AO FIM TIRADENTES - 76824-522 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
JACQUELINE BEZERRA DE MELO RESKI, CPF nº 22074368291, RUA TEÓFILO OTONI 3156, - DE 3065/3066 AO FIM TIRADENTES - 76824-522 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
CLODOALDO OLIVEIRA DE MELO, CPF nº 01109634234, 0 0, DE CUJUS 0 - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

__
DESPACHO
Conforme previsto no despacho de ID 89750292, a inventariante deve trazer aos autos, além da documentação já apresentada, a Certidão de Testamento (negativa/positiva), bem como Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Pública Municipal, ambos em nome do inventariado, posto que não há nos autos os referidos documentos.
Ainda, o mesmo despacho prevê que, caso a inventariante pretenda a realização de pesquisa e transferência de numerários em nome do falecido através do SISBAJUD ou o envio de ofícios, deverá recolher as custas processuais em guia própria, na forma do art. 17 da Lei Estadual n. 3.896/2016 (CÓD. 1007).
Desta forma, intime-se a inventariante para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar os documentos faltantes mencionados acima, bem como comprovar o recolhimento de custas processuais para realização da diligência pretendida.
Decorrido o prazo, venham os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 14 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7000135-35.2023.8.22.0021 Classe Arrolamento Comum Assunto Inventário e Partilha Requerente EDINALVA MARIA DE JESUS, CPF nº 01980054746, LINHA ELETRONICA KM 01 KM 01, JACINOPOLIS ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ANA IZABEL DE JESUS MARTINS, CPF nº 05612747209, LINHA ELETRONICA KM 01, JACINOPOLIS ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ISLANE DA SILVA FERREIRA, CPF nº 00711302251, RUA RUI BARBOSA 922 DISTRITO RIO BRANCO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA Advogado(a) GANINGA SURUI, OAB nº RO11043, OSNYR AMARAL DA SILVA, OAB nº RO11044 Requerido(a) IRINEU MARTINS FERREIRA, CPF nº 32685645268, LINHA ELETRONICA KM 1 KM 1, JACIMOPOLIS ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

__
DESPACHO
Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, proceder o pagamento das custas processuais (3%).
Alerto que, nos termos do art. 20 Lei n. 3.896/2016, as custas judiciais devem ser recolhidas antes da adjudicação ou da homologação da partilha, de acordo com o valor total dos bens que integram o monte mor.
Em caso de inércia, arquive-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 14 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
email: gumgab1civel@tjro.jus.br Processo: 7002974-51.2023.8.22.0015
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
Requerente (s): JOAQUIM CECILIO DE SOUZA LIMA, CPF nº 10452974100, AV. SALOMÃO JUSTINIANO MELGAR 3095, TEL (69) 99349-1505 CHAMADAS E WHATSAPP PLANALTO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (s): SEM ADVOGADO(S)
Requerido (s): MARCOS ANTONIO FERREIRA, CPF nº 52203565187, AV. GUAPORÉ ESQ. LEOPOLDO DE MATOS S/N, CASA C PORTÃO MADEIRA,CERCA ARAME,ARVORES AO REDOR PLANALTO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (s): SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Por se tratar de ação regida pelo rito especial da Lei 9.099/95, não há que se falar em dispensa da audiência de conciliação, frente a sua obrigatoriedade.
Ressalta-se a previsão legal contida no artigo 22, §2º da Lei 9.099/95, que veio a admitir a prática de atos processuais por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real no âmbito dos juizados especiais.
Assim, em atendimento ao dispositivo do artigo 334, do CPC, determino a CPE que realize o agendamento da audiência de conciliação entre as partes, a ser realizada pelo – NUCOMED, antigo CEJUSC, desta comarca, consignando nos autos data e horário, bem como intimado às partes acerca do agendamento.
Cite-se e intime-se a parte requerida, primeiramente via correios e, em caso negativo, via mandado, para tomar ciência da audiência acima designada e de que CONSTITUI SEU DEVER, até 05 dias antes da audiência, indicar em juízo o número de telefone ou e-mail onde poderá ser localizada, ficando desde já ADVERTIDA que caso não indique os meios de contato ou não seja localizada nos endereços eletrônicos indicados, o processo será julgado (artigo 23, Lei 9.099/95).
Intime-se a parte requerente, por intermédio de seu advogado constituído ou, não havendo, por meio de whatsapp, e-mail, carta ou mandado, nessa respectiva ordem de preferência para, igualmente, tomar ciência da audiência acima agendada, na forma do Art. 21, da Lei 9.099/95.
Cumpre observar que, conforme o inc. I do Art. 7º do Provimento da Corregedoria n. 18/2020, os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo.
Vale ressaltar que a audiência de conciliação será realizada através do aplicativo whatsapp ou Hangouts Meet.
Assim, torna-se necessário que os advogados, defensores públicos e promotores de justiça informem no processo, em até 5 dias antes da audiência, o e-mail e número de telefone para possibilitar o procedimento de conciliação por videoconferência na data e horário pre-estabelecido.
Na hipótese de a diligência ser negativa, informe a parte autora o endereço atualizado do (a) requerido(a).
No início da audiência de conciliação os advogados, as partes e as testemunhas deverão comprovar suas respectivas identidades, mostrando documento oficial com foto, para conferência e registro.
Sem prejuízo, ficam as partes desde já intimadas a informar na referida audiência quais as provas que desejam produzir, de modo justificado, sob pena de preclusão e julgamento do feito no estado em que se encontra, salvo entendimento diverso desta magistrada.
Fica o alerta de que, nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada, nos termos do Art. 7º, inciso XIV do Provimento Corregedoria n. 18/2020. Após, na mesma oportunidade, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada (Art. 7º, inciso XV do Provimento nº 18/2020).
A pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação ou de instrução e julgamento, carta de preposição, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), nos termos do Art. 7º, inciso VIII do Provimento Corregedoria n. 18/2020. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova (Art. 7º, inciso IX do Provimento Corregedoria n. 18/2020).
O conciliador deve atentar para o integral cumprimento do Provimento acima mencionado, adotando todas as providências necessárias, inclusive instando as partes a declinar as provas que pretendem produzir ou informar se desejam o julgamento antecipado do feito, caso não o tenham feito.
Havendo acordo, este deve ser reduzido a termo pelo(a) conciliador(a) e assinado por ele(a), com ciência expressa das partes e advogados que participaram do ato. Referida ciência deve ser dada pelo mesmo meio em que a audiência foi realizada (whatsapp ou Hangouts Meet), ficando vedada a alteração do teor da ata posteriormente, tudo em consonância com o disposto nos incisos VI, VII e VII do art. 8º do Provimento.
Por fim, no ato da citação/intimação por Oficial de Justiça, este deverá solicitar o e-mail e o telefone da parte, bem como a ausência/recusa dessas informações, certificando nos autos.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 7° III, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 7° V, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;

6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7° II, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
2. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 7° IV, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
3. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 7° XI, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
4. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 7° XII, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
5. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte deverá estar munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 7° XIII, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95); (art. 7º XVIII, Provimento Corregedoria Nº 018/2020)
7. se na hipótese do item anterior (item 7), o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 7° XIX, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7° I, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XIV, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XV, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 7° XVI, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XVII, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7° XVIII, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 7° XX, Provimento Corregedoria Nº 018/2020);
CONTATO COM O NUCOMED
Fones: (69) 3516-4540 - Horários: de 7h às 14h.
(69) 3516-4566 (Telefone e WhatsApp) - Horários: 7h às 14h. Conciliadora Estelina
(69) 3516-4565 (Telefone e WhatsApp) - Horários: 7h às 14h. Conciliador Sidomar
(69) 3516-4540 (Telefone e WhatsApp) - Horários: 7h às 14h. Conciliador Julio
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará-Mirim/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 0037260-05.2008.8.22.0015 Classe Execução Fiscal Assunto Pagamento Requerente Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA Requerido(a) J G DOS SANTOS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA - ME, CNPJ nº 04718525000118, AV. QUINTINO BOCAIÚVA Nº 2340 CENTRO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

__
SENTENÇA
FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL promoveu a presente AÇÃO EXECUTIVA FISCAL, regida de acordo com o procedimento previsto na Lei Federal nº 6.830/80, contra o executado, objetivando o pagamento de quantia certa, como causa de pedir a certidão da dívida ativa acostada aos autos.
A executada foi citada por edital (id. 35949074, p. 11).

Conforme decisão proferida no id. 22500749, p. 34 dos autos de n. 0077022-62.2007.8.22.0015, no dia 25/08/2010 foi determinada a reunião de execuções fiscais movidas pela Fazenda Pública Estadual em face da parte executada, nos termos do art. 28 da LEF, tendo o processo mencionado como condutor/receptor.
Tal decisão foi efetivada nos autos em tela por meio do despacho de id. 35949074, p. 26. Unificada a partir de então a execução do processo em tela com a promovida nos autos de n. 0077022-62.2007.8.22.0015.
Em seguida, no dia 06/01/2011, a decisão de reunião foi revogada parcialmente. Restou decidido que as pesquisas de bens e penhoras ocorriam nos autos de n. 0077022-62.2007.8.22.0015, porém a avaliação dos marcos interruptivos de prescrição e a suspensão do processo se daria nos autos de origem de cada execução, não tendo a Fazenda Pública se insurgido em relação à referida decisão.
Diante disso, considerando que a penhora on-line de valores nas contas financeiras restou infrutífero (id. 22500749, p. 37 dos autos n. 0077022-62.2007.8.22.0015), em janeiro de 2011 determinou-se a suspensão do feito em tela por 1 ano nos termos do art. 40, §2º, da LEF, tal como se nota da nos termos conforme despacho de id. 35949074, p. 56.
Após um ano de suspensão, o exequente se manifestou informando que os atos processuais continuavam sendo realizados no processo n. 0077022-62.2007.8.22.0015, (ID 35949074, p. 61 – junho/2012).
Em despacho datado de outubro/2012, ao que se percebe, os atos continuaram a ser realizados nos autos n. 0077022-62.2007.8.22.0015 (ID 35949074, p. 62).
Procedida a intimação do exequente, em março/2020, para se manifestar acerca de eventual pagamento ou prescrição (ID 35956895).
Manifestou-se no id. 39644499, informando a inocorrência da prescrição. O que foi acolhido na decisão de id. 41241920, manteve-se o arquivamento.
Transcorrido o prazo do arquivamento (03/2023), a Fazenda Pública se manifestou pelo prosseguimento da execução nos autos de n. 0077022-62.2007.8.22.0015.
Intimado a se manifestar em relação ao desfecho do processo n. 0077022-62.2007.8.22.0015, a Fazenda Pública se manifestou pela inocorrência da prescrição.
É o relatório. Decido.
Sem razão o exequente. A decisão de id. 22500749, p. 34/35 do processo n. 0077022-62.2007.8.22.0015 esclareceu que as pesquisas de bens e penhoras ocorriam nos autos de n. 0077022-62.2007.8.22.0015, porém a avaliação dos marcos interruptivos de prescrição e a suspensão do processo se daria nos autos de origem de cada execução, não tendo a Fazenda Pública se insurgido em relação à referida decisão.
No id. 35949074, p. 56. foi determinada a suspensão do feito. Ademais, observa-se que a última diligência foi realizada pelo exequente em novembro/2017, razão pela o processo foi arquivado até março/2023, nos termos da decisão de id. 41241920, não tendo o exequente apresentado bens à penhora.
Compulsando os autos, verifica-se que a presente execução fiscal foi distribuída neste juízo e já ultrapassaram mais de 5 (cinco) anos de arquivamento, sem baixa, nos moldes do art. 40, §2º, da Lei de Execuções Fiscais e até o presente momento a exequente não indicou ao juízo bens penhoráveis de propriedade do devedor, estando o processo, no tocante à prática de atos efetivos de impulso processual paralisados por um lapso superior permitido pelo diploma legal que rege a matéria, sem dar-lhe efetivo andamento ou realizar qualquer outro ato que interrompesse ou suspendesse novamente a prescrição, caracterizando, portanto, a prescrição intercorrente.
A propósito, assim decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. FEITO PARALISADO HÁ MAIS DE 5 ANOS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. ART. 219, § 5º, DO CPC (REDAÇÃO DA LEI Nº 11.280/2006). DIREITO SUPERVENIENTE E INTERTEMPORAL. 1. Vinha entendendo, com base em inúmeros precedentes desta Corte, pelo reconhecimento da possibilidade da decretação da prescrição intercorrente, mesmo que de ofício, visto que: - O art. 40 da Lei nº 6.830/80, nos termos em que admitido no ordenamento jurídico, não tem prevalência. A sua aplicação há de sofrer os limites impostos pelo art. 174 do CTN. - Repugnam os princípios informadores do nosso sistema tributário a prescrição indefinida. Assim, após o decurso de determinado tempo sem promoção da parte interessada, deve-se estabilizar o conflito, pela via da prescrição, impondo-se segurança jurídica aos litigantes. - Os casos de interrupção do prazo prescricional estão previstos no art. 174 do CTN, nele não incluídos os do artigo 40 da Lei nº 6.830/80. Há de ser sempre lembrado que o art. 174 do CTN tem natureza de lei complementar. 2. Após, a 1ª Turma do STJ reconsiderou seu entendimento no sentido de que o nosso ordenamento jurídico material e formal não admite, em se tratando de direitos patrimoniais, a decretação, de ofício, da prescrição. 3. Correlatamente, o art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80 foi alterado pela Lei nº 11.051/04, passando a vigorar desta forma: "Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato." 4. Porém, com o advento da Lei nº 11.280, de 16/02/06, com vigência a partir de 17/05/06, o art. 219, §5º, do CPC, alterando, de modo incisivo e substancial, os comandos normativos supra, passou a viger com a seguinte redação: "O juiz pronunciará, de ofício, a prescrição ". 5. Id est, para ser decretada a prescrição de ofício pelo juiz, basta que se verifique a sua ocorrência, não mais importando se refere-se a direitos patrimoniais ou não, e desprezando-se a oitiva da Fazenda Pública. Concedeu-se ao magistrado, portanto, a possibilidade de, ao se deparar com o decurso do lapso temporal prescricional, declarar, ipso fato, a inexigibilidade do direito trazido à sua cognição. 6. Por ser matéria de ordem pública, a prescrição há ser decretada de imediato, mesmo que não tenha sido debatida nas instâncias ordinárias. In casu, tem-se direito superveniente que não se prende a direito substancial, devendo-se aplicar, imediatamente, a nova lei processual. 7. "Tratando-se de norma de natureza processual, tem aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso, cabendo ao juiz da execução decidir a respeito da sua incidência, por analogia, à hipótese dos autos" (REsp nº 814696/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 10/04/2006).
No mesmo sentido, decidiu o Egrégio Tribunal Regional Federal:
"TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. LEI 11.033/2004. ARQUIVAMENTO SEM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. OCORRÊNCIA. CTN, ART. 156, V. INTIMAÇÃO DO FISCO. 1. (...). 2. Suspenso o feito por ser o valor executado inferior a R$ 2.500,00 e decorrido o prazo de cinco anos da data do arquivamento, sem apuração de qualquer outro crédito contra o executado é de ser reconhecida a prescrição intercorrente, pois não há hipótese de imprescritibilidade da execução. 3. A prescrição, declarada de ofício, encontra cogência no art. 156, V, do CTN, mesmo porque o último bastião impeditivo, quando se tratasse de direitos patrimoniais, foi removido com a nova redação do art. 219, § 5º, do CPC, dada pela Lei nº 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, cujo art. 11 também revogou expressamente o art. 194 da Lei nº 10.406/2002 (Novo Código Civil), que vedava o suprimento pelo juiz, de ofício, da alegação de prescrição. 4. No §4º do art. 40 da LEF, introduzido pela Lei nº 11.051/2004, a expressão "depois de ouvida a Fazenda Pública", não veda a declaração da prescrição, de ofício, pelo juiz, antes de intimar a Fazenda Pública, porque se trata de matéria de ordem pública e modalidade de extinção do crédito tributário, previsto no art. 156, V, do CTN, não adstrito à conveniência do Fisco. 5. (...).

A apelação da sentença extintiva da execução fiscal não pode se limitar apenas a acenar ofensa ao art. 40, § 4º, da LEF, sem demonstrar concretamente a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, porque resultará na anulação estéril de provimento judicial válido, apenas para satisfazer formalidade legal sem nenhum objetivo prático ou resultado útil, em prejuízo dos princípios da efetividade e celeridade processuais. 7. Apelação improvida." (TRF da 4. Região, 1. Turma, AC 2003.04.01.024301/RS, dec. monocrática Des. Federal Álvaro Eduardo Junqueira, julgado em 29/09/2006, DJU 04/10/2006).
Ressalta-se, por oportuno, a lição de LUCIANO AMARO, in Direito Tributário Brasileiro, ed. Saraiva, 3ª ed.,1999, p.372):
"A certeza e a segurança do direito não se compadecem com a permanência, no tempo, da possibilidade de litígios instauráveis pelo suposto titular de um direito que tardiamente venha a reclamá-lo. Dormientibus non succurrit jus. O direito positivo não socorre a quem permanece inerte, durante largo espaço de tempo, sem exercitar seus direitos. Por isso, esgotado certo prazo, assinalado em lei, prestigiam-se a certeza e a segurança, e sacrifica-se o eventual direito daquele que se manteve inativo no que respeita à atuação ou defesa desse direito".
Nesse cenário, a exequente permitiu o arquivamento provisório da execução por mais de cinco anos sem diligenciar para o seu prosseguimento, estando evidenciada a prescrição intercorrente, matéria cognoscível, de ofício, pelo Juiz, a teor do art. 487, inciso II, p.ú. c.c. Art. 332, §1º, ambos do Estatuto Processual Civil c/c o enunciado de súmula 314 do Colendo Tribunal da Cidadania.
Enfim, embora seja relevante a preservação do crédito da Fazenda e a concessão de meios hábeis ao seu efetivo recebimento, o objetivo principal do Poder Judiciário é zelar pela estabilidade jurídica imprescindível à paz social, não se admitindo que o contribuinte, ainda que inadimplente, se sujeite eternamente à responsabilidade tributária, quando a demora é plenamente atribuível à exequente.
Diante do exposto, reconheço a PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE, na forma do art. 40, §4º da Lei 6.830/90 e, por conseguinte, declaro extinto o crédito tributário representado pela Certidão de Dívida Ativa acosta aos autos, bem como resolvido o mérito, nos termos do art. 487, II do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem verba honorária.
A presente Sentença não está sujeita ao duplo grau de jurisdição por força do que dispõe o art. 496, § 3º, I do Código de Processo Civil.
Sentença registrada e publicada pelo sistema de informática.
Intime-se a parte exequente.
Transitado em julgado e nada sendo requerido, arquive-se com as baixas devidas.
Havendo apelação antes do trânsito em julgado, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias (CPC, artigo 1.010, § 1º).
Com as contrarrazões ou certificado o decurso do prazo sem a respectiva apresentação, remetam-se os autos à instância superior para julgamento do recurso (CPC, artigo 1.010, § 3º).
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 14 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7000845-73.2023.8.22.0015 Classe Averiguação de Paternidade Assunto Investigação de Paternidade Requerente L. O. O., AVENIDA FRANCISCO PACHECO DUAR 3006, N/I PLANALTO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
P. O. O., AVENIDA FRANCISCO PACHECO DUAR 3006, N/I PLANALTO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
D. P. D. E. D. R., AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 576 3653 CENTRO - 76850-959 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA Requerido(a)
Z. S. D., CPF nº DESCONHECIDO, AVENIDA CANDIDO RONDON 1613, N/I PLANALTO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
R. S. D., CPF nº 00514545216, AV. NOSSA SENHORA DE FATIMA 1998, N/I CAETANO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
E. D. N., CPF nº DESCONHECIDO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXE HOSPITAL DE BAS, HOSPITAL DE BASE- MATERNIDADE INDUSTRIAL - 76821-092 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
D. S. D. J., CPF nº DESCONHECIDO, AVENIDA PRINCESA ISABEL 1187, N/I SÃO JOSÉ - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
E. S. D., CPF nº DESCONHECIDO, AVENIDA PRINCESA ISABEL 1187, PRÓXIMO A IGREJA DO DIVINO SÃO JOSÉ - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) EDUARDO BELMONTH FURNO, OAB nº RO5539

__
DESPACHO
No ID91980988 - Pág. 1 o perito auxiliar certificou: (...) em nova consulta ao Laboratório, este afirma ser possível o Exame RD0503 em que será coletado material genético da Mãe e Criança + um suposto irmão (homem) e sua mãe, sendo o valor de R$ 3.000,00 (...).
Logo, tendo em vista os documentos anexados, é possível a realização do exame do DNA. Para tanto designo as presentes partes para a coleta:
1. ERNESTO DURAN NETO: Rua Projetada, N° 5771, Bairro Nova Esperança, RO – CEP. 76822608 com E-mail: drduranneto@msn.com. Telefone (69) 999192829 ou AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, HOSPITAL DE BASE - MATERNIDADE INDUSTRIAL - 76821-092 - PORTO VELHO - RONDÔNIA.
2. EDILEUZA SAMPAIO DURAN
3. LUIZ OTAVIO OVALE
4.PATRICIA OVAJE OVALE
a) expeça-se Carta Precatória para umas das Varas Cíveis/Família da comarca de Porto Velho onde reside ERNESTO DURAN NETO, a fim de que seja intimado para proceder com a coleta do material genético em dia a ser designado pelo juízo, devendo estar acompanhada deste despacho e do KIT para coleta do exame, se necessário.
b) com o retorno do precatório com material genético, agende-se data para a coleta de material de exame de DNA juntamente com o perito auxiliar desta Comarca;

c) indicada a data pelo perito auxiliar, intimem-se as partes pessoalmente (EDILEUZA SAMPAIO DURAN, LUIZ OTAVIO OVALE, PATRICIA OVAJE OVALE) para comparecerem no local, dia e hora acima estabelecidos para a realização do exame, ficando certos de que o não comparecimento implicará preclusão da prova, bem como as consequências legais, daí advindas (ex.: presunção de paternidade – súmula 301 do STJ).
3. Com a juntada do laudo, intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 15 dias.
Transcorrido o prazo para manifestação, encaminhem-se os autos ao Ministério Público para parecer (Prazo 15 dias) e, em seguida conclusos.
DO PAGAMENTO DO EXAME DE DNA
Considerando que a parte autora é beneficiária da gratuidade judiciária, o Estado de Rondônia suportará os gastos com a realização do exame de DNA.
3. Desta feita, determino:
a) valor necessário para custeio da perícia já foi indicado no ID91980988 - Pág. 1;
b) após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo ou, havendo solicitação de esclarecimentos, depois de serem prestados, deverá à CPE proceder à expedição da RPV no valor indicado em favor do IPC MS EXAMES LTDA, CNPJ n. 14.424.142/0001-90, requisitando do Estado de Rondônia e, por conseguinte encaminhando a requisição de pagamento à Procuradoria Geral do Estado (PGE), que terá o prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos para efetuar todas as análises necessárias e encaminhar a requisição para pagamento pela Secretaria de Estado de Finanças (Sefin), conforme instrução conjunta n. 009/2021-TJRO-PR-CGJ.
Havendo necessidade, intime-se o perito para complementação das informações, conforme §1º do art. 13 da referida norma.
c) Na hipótese de não ser efetivado o pagamento no prazo de até 60 (sessenta) dias consecutivos contados da requisição recepcionada pela PGE, deverá CPE encaminhar e-mail - rpv@sefin.ro.gov.br – solicitando informações quanto à quitação ou as razões para não fazê-lo; Prazo: 10 dias.
d) Em caso de inércia, venham os autos conclusos para a realização de sequestro dos valores na Conta 10.005, Agência 2757-X, do Banco do Brasil.
Intimem-se/Cite-se.
Expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 14 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7001492-10.2019.8.22.0015 Classe Monitória Assunto Nota Promissória Requerente IVAN LUIZ LOPES, CPF nº 88583996253, RD BR 425, KM 38 s/n, CEP 76.857-000, DISTRITO DE ARARA CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA Advogado(a) BRUNA DUARTE FEITOSA DOS SANTOS BARROS, OAB nº RO6156, EZIO PIRES DOS SANTOS, OAB nº RO5870 Requerido(a) ALESSANDRA RIBEIRO VIEIRA, CPF nº 70708754287, RUA TRINTA E UM DE AGOSTO 58, RUA MELANITA TANCREDO NEVES - 69087-510 - MANAUS - AMAZONAS
ALDENEY RIBEIRO VIEIRA, CPF nº 32171633204, ESTRADA DO SESC n. 54,, N. 54, BAIRRO IGARAPÉ ALVORADA - 69043-840 - MANAUS - AMAZONAS
ALDENISE RIBEIRO VIEIRA, CPF nº 33561257291, RD BR 425, KM 38 s/n, DISTRITO DE ARARAS " CASA DO OURIVES" CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
ALDERNIR BARROSO VIEIRA, CPF nº 04865952268, RD BR 425, KM 38 s/n, CEP 76.857-000, DISTRITO DE ARARAS "OURIVES" CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA Advogado(a) KAMILLA CHAGAS DE OLIVEIRA, OAB nº RO6448, ALVARO ALVES DA SILVA, OAB nº RO7586

__
DESPACHO
Compulsando os autos verifico que até o presente momento apenas os executados ALDENEY RIBEIRO VIEIRA (citado via edital), ALDENISE RIBEIRO VIEIRA (citada via oficial de justiça) foram devidamente citados, logo ainda faltam a regularização processual de ALESSANDRA RIBEIRO VIEIRA e ALDENIR RIBEIRO VIEIRA.
Portanto, intime-se o exequente, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se nos autos apresentando o endereço dos executados acima descritos, ou em sendo o caso, manifestar-se em termos de prosseguimento para buscas nos sistemas disponíveis.
Intime-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 14 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível Processo: 0003630-11.2015.8.22.0015
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Pagamento
Requerente (s): BANCO BRADESCO S.A., AV. CIDADE DE DEUS VILA YARA - 06026-270 - OSASCO - SÃO PAULO
Advogado (s): MAURO PAULO GALERA MARI, OAB nº RO4937

LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS, OAB nº AM10075
EDSON ROSAS JUNIOR, OAB nº AM1910
BRADESCO
Requerido (s): MARCOS ANTONIO DE LIMA, AV. 1º DE MAIO 1250 CENTRO - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA
Advogado (s): ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

DESPACHO
Defiro o pedido de ID 89509253
01 - SISBAJUD - No dia 12.06.2023 procedi com a protocolização de ordem de bloqueio de valores nas contas financeiras do executado, conforme espelho anexo, com reiteração programada por trinta dias.
A referida diligência restou infrutífera, conforme espelho anexo.
02 - INFOJUD - No dia 12.06.2023 procedi com a busca de informações pelo sistema INFOJUD e, como demonstra os documentos anexos, não constam declarações de imposto de renda para os anos de 2022 e 2023 relacionado ao CPF do executado.
03 - RENAJUD - Também procedi com a busca de informações pelo sistema RENAJUD e, como demonstra o documento anexo, foi localizado veículo que já está com restrição decorrente de alienação fiduciária.
Assim, manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Em caso de inércia, certifique-se e remetam-se os autos à conclusão.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Guajará-Mirim, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Av. XV de novembro, 1981, bairro Serraria. Guajará-Mirim/RO,telefone 69-3451-7187 Processo n°: 7004158-76.2022.8.22.0015
EXEQUENTE: EDMUNDO DE SOUZA BORGES
Advogado do(a) EXEQUENTE: ALVARO ALVES DA SILVA - RO7586
EXECUTADO: FREDERICO MEIRA
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
Finalidade: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Guajará-Mirim/RO, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Av. XV de novembro, 1981, bairro Serraria. Guajará-Mirim/RO,telefone 69-3451-7187 Processo n°: 7002761-21.2018.8.22.0015
EXEQUENTE: E. P. K. VALADAO SAMPAIO - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: ARYANE KELLY SILVA SAMPAIO - RO8625
EXECUTADO: MARCO ANTONIO SIQUEIRA DE FREITAS
Intimação À PARTE REQUERENTE(VIA SISTEMA PJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, RETIRAR CERTIDÃO DE DÍVIDA JUDICIAL, expedida em seu favor, bem como INTIMADA para se manifestar em termos de prosseguimento, sob pena de arquivamento.
Guajará-Mirim/RO, 14 de julho de 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7002808-92.2018.8.22.0015 Classe Cumprimento de sentença Assunto Pagamento Requerente MUNICÍPIO DE GUAJARÁ MIRIM Advogado(a) PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM Requerido(a) MARCIA REGINA URIZZI MARTINS GUZMAN, CPF nº 09043510840, RUA MARECHAL DEODORO 1128 SÃO JOSÉ - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA Advogado(a) SAMIR MUSSA BOUCHABKI, OAB nº RO2570A

DESPACHO
Conclusão desnecessária.
Cumpra-se o despacho de ID 93070493 e intime-se o exequente para apresentar manifestação quanto à impugnação do executado no prazo de 5 (cinco) dias.
Após, venham os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.

Guajará Mirim/RO, 14 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7001356-71.2023.8.22.0015 Classe Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 Assunto Revisão Requerente K. V. S. D. S., AVENIDA MARECHAL DEODORO 5256 LIBERDADE - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
D. P. D. E. D. R., AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 576 3653 CENTRO - 76850-959 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA Requerido(a) E. X. D. S., CPF nº DESCONHECIDO, 08 DE DEZEMBRO 795 SÃO JOSÉ - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

__
SENTENÇA
Trata-se de ação revisional de alimentos, no qual as partes pugnam pela homologação de acordo entabulado em audiência de conciliação.
É o relatório. Decido.
Recebo o pedido e, considerando que as partes são capazes, o objeto é lícito e a matéria versa sobre direitos disponíveis (autorizado por lei), com fundamento no art. 840, do Código Civil, HOMOLOGO por sentença o acordo celebrado pelas partes constante no id. 93100000, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Nos seguintes termos:
1. O requerido, Edilson Xavier de Souza, CPF 686.782.072-72, pagará a título de alimentos o percentual de 30,31% do salário-mínimo vigente que equivale hoje a R$400,00 (quatrocentos reais). O valor será descontado mensalmente e incidirá também sobre 13º salário, 1/3 de férias.
2. Pedem que seja oficiado o órgão empregador do requerido, Comercial Importação e Exportação de Alimentos Ltda., para o desconto em folha de pagamento e o depósito na Conta Poupança: 00011981-8, Operação: 013, Agência: 3784, de titularidade de: Arlene da Silva Araújo, CPF 016.923.942-07.
3. As partes pedem a homologação do acordo, para que esta surta seus jurídicos e legais efeitos. Renunciam ao prazo recursal.
Assim, conforme acordo, seja oficiado a fonte pagadora do requerido Edilson Xavier de Souza - CPF 686.782.072-72, para efetivação dos descontos em folha de pagamento, no percentual de 30,31% do salário-mínimo vigente, incluindo 13º salário e 1/3 de férias. O depósito deverá ser realizado na Conta Poupança: 00011981-8, Operação: 013, Agência: 3784, de titularidade de: Arlene da Silva Araújo, CPF 016.923.942-07.
Fonte pagadora: M. S. Comercial Importadora e Exportadora de Alimentos LTDA, no logradouro Av. Antônio Corrêa da Costa, nº 2440 - St. 02, Guajará-Mirim - RO, 76850-000. Serve o presente como ofício, cumpra-se a CPE o expediente.
Por conseguinte, declaro extinto o feito, nos termos do art. 487, inciso III, alínea “b”, do CPC, determinando o arquivamento dos autos.
Transitada em julgado nesta data, ante a preclusão lógica, conforme disposto no art. 1.000, paragrafo único, do CPC.
Sem custas e sem verbas honorárias, nos termos do artigo 8º, inciso III da Lei 3.896/16.
Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.
Após, adotadas as providências de praxe, arquive-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 14 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7001028-83.2019.8.22.0015 Classe Procedimento Comum Cível Assunto Alimentos, Oferta, Investigação de Paternidade Requerente L. B. L., CPF nº 60202653234, AV. TOUFIC MELHEM BOUCHABKI 3106 NOSSA SENHORA DE FATIMA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
A. C. P. L., CPF nº 05575939219, AVENIDA MARECHAL DEODORO 4578 10 DE ABRIL - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) NAYANE BATISTA DE OLIVEIRA, OAB nº RO6467, ERICK ALLAN DA SILVA BARROSO, OAB nº RO4624 Requerido(a) L. B. L., CPF nº 60202653234
A. C. P. L., CPF nº 05575939219, MAL DEODORO 4578 10 DE ABARIL - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) NAYANE BATISTA DE OLIVEIRA, OAB nº RO6467, ERICK ALLAN DA SILVA BARROSO, OAB nº RO4624

__
DESPACHO
Efetue-se a mudança de classe para cumprimento de sentença.
Intime-se a parte executada, na pessoa do seu advogado constituído nos autos ou pessoalmente, para efetuar o pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência a multa de 10% (dez por cento), além de custas, se houver, nos termos do art. 523 e parágrafos do Código de Processo Civil.
Caso efetue o pagamento através de depósito judicial, desde já autorizo a expedição de alvará em favor da exequente. Em seguida, venham os autos conclusos para extinção.
Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
Apresentados embargos, intime-se o exequente para, querendo, manifestar-se.

Após, intimem-se as partes para especificarem provas no prazo de 5 dias, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra.
Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, devendo fazê-lo diretamente, instruindo o pedido com a presente decisão.
Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC (protesto), que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil (cadastro inadimplentes).
Em caso de inércia, manifeste-se o(a) exequente no prazo de 05 (cinco) dias requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção/arquivamento.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 14 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7003690-49.2021.8.22.0015 Classe Ação Civil Pública Assunto Fornecimento de Água Requerente Ministério Público do Estado de Rondônia Advogado(a) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA Requerido(a) Estado de Rondônia
COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD, AV. PINHEIRO MACHADO 2112 SÃO CRISTÓVÃO - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA Advogado(a) ANDERSON FELIPE REUSING BAUER, OAB nº RO5530, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD

__
DECISÃO
I. RELATÓRIO
Trata-se de Embargos de Declaração, ofertados pelo Estado de Rondônia (id. 90410807), contra a decisão de id. 88862707 que integrou a decisão saneadora acostada ao ID84095404.
O Ministério Público e CAERD apresentaram contrarrazões, id. 91415030 e 91840513 respectivamente.
Trata-se de Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Estado de Rondônia em desfavor de Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia-CAERD, Municípios de Guajará-Mirim e de Nova Mamoré e Estado de Rondônia aduzindo, em síntese que a pretensão inicial tem embasamento no Inquérito Civil Público nº 07/2020/1ªPJ, instaurado pela 1ª PJ/GM, com o escopo de verificar a qualidade da água fornecida pela CAERD naqueles municípios.
Na decisão que integrou a saneadora foi reconhecida somente a ocorrência da contradição apontada. Assim, restou incontroverso também o item 1 do id. 81030082, mantendo-se a ilegitimidade passiva dos Municípios de Guajará-Mirim e de Nova Mamoré, permanecendo nos autos como terceiros interessados.
Nos embargos ofertados ao ID 90410807 arguiram, em síntese, que a decisão saneadora integrada foi omissa em relação ao fato de que o Agravo de Instrumento ainda não teria sido julgado definitivamente.
É a síntese necessária.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Os embargos declaratórios ofertados são improcedentes.
Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na decisão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.
No entanto, no caso em tela, ressalta nítido o caráter modificativo que a embargante, inconformada, procura com a oposição destes embargos declaratórios, pretendendo, a toda evidência, ver reexaminada e decidida a controvérsia posta em juízo de acordo com sua tese. Sua pretensão, entretanto, é inadmissível.
Os embargos de declaração têm a finalidade de esclarecer, tornar claro o julgado, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões e esclarecer obscuridades porventura encontradas na sentença.
Assim, aqueles embargos que, ao invés de apontar omissões, contradições ou obscuridades na decisão, demonstram a clara pretensão de rediscutir questão que em seu ponto de vista não foi correta, para modificá-la em sua essência ou substância, não merecem provimento, porque não é permitido, de regra, em sede restrita da declaração, alterar, mudar ou aumentar o julgamento.
Sobre este tema, afirmam Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Nery que:
"Os EDcl têm finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições. Não têm caráter substitutivo da decisão embargada, mas sim integrativo ou aclaratório. Como regra, não têm caráter substitutivo, modificador ou infringente do julgado" (Código de Processo Civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 1045).
Nesse sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
"Rediscutir, pois as questões apreciadas, com o reforço ou inovação argumentativa, constitui delírio na via processual declaratória. A motivação do convencimento do Juiz não impõe que expresse razões versando todos os argumentos delineados pelas partes, por mais importantes possam lhes parecer" (Embargos de Declaração no REsp 38.344 PR. Relator Ministro Milton Luiz Pereira).
A embargante não apontou nenhuma omissão, obscuridade ou contradição na sentença, limitando-se a dizer que não concorda os efeitos definidos na decisão.
Nesta seara: "Os embargos declaratórios não se prestam ao reexame da matéria, no intuito de ser revista ou reconsiderada a decisão proferida. Não preenchimento dos requisitos necessários e essenciais à sua apreciação". (STJ – EDAGA 443.626/SC).
No caso dos autos, a legitimidade passiva do Estado já foi decidida anteriormente. Aliás, tal como se observa dos autos do agravo de instrumento mencionado pelo embargante, o feito foi julgado, sendo mantida a decisão em parte que concedeu a tutela de urgência, repi-

sando a legitimidade do Estado de Rondônia para o figurar no polo passivo da presente demanda. Verifico que prejudicado o argumento relativo à pendência de julgamento do agravo de instrumento, ante julgamento do feito na instância recursal.
Assim, por mais que se examine a decisão, não se verifica a alegada omissão. Ademais, os embargos de declaração não são a via adequada pra a revisão do julgado. Apenas excepcionalmente, em caso de erro manifesto.
Por fim, se a parte discorda dos fundamentos expostos na sentença e se não há omissão, contradição ou obscuridade na decisão impugnada, cumpre-lhe questioná-los na via recursal própria, não se prestando os embargos declaratórios para rediscussão da matéria objeto da lide.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, à míngua dos elementos do artigo 1.022 do NCPC, NEGO PROVIMENTO aos presentes embargos de declaração por não vislumbrar nenhum motivo que justifique a declaração da decisão hostilizada.
Intimem-se.
Após, cumpra-se as determinações da decisão de ID 88862707 e ID 84095404.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 14 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7002445-37.2020.8.22.0015 Classe Cumprimento de sentença Assunto Fixação, Obrigação de Fazer / Não Fazer Requerente I. C. R. A., CPF nº 05795763292, JOSÉ CARDOSO ALVES 2829 SANTA LUZIA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) ELIANA DA SILVA OLIVEIRA, OAB nº RO8082 Requerido(a) J. C. G. D. S. A., CPF nº 00891000267, AVENIDA ROGÉRIO WEBER 2433, - DE 2396/2397 A 2643/2644 CAIARI - 76801-160 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

__
DESPACHO
A parte autora pugnou pelos descontos dos valores devidos à título de pensão alimentícia do salário do executado com a consequente intimação do empregador para a realização da dedução.
Defiro o pedido.
1.Oficie-se a empresa INSTALADORA SÃO LUIS, CNPJ n° 84.648.419/0001-44, estabelecida no endereço Rua Ruy Barbosa, 3050, Floresta, na cidade de Cacoal/RO, CEP: 76.965-718, para que informe, no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento do ofício, se o executado JEAN CARLOS GOMES DA SILVA ARAUJO (genitora Maria Madalena Gomes da Silva) pertence ao seu quadro de servidores.
2. Em caso positivo, deverá:
a) efetuar mensalmente a retenção do valor de R$ 396,00 (trezentos e noventa e seis reais), correspondente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente e depositá-lo na conta bancária da genitora da menor (Isabelly Cristine Rodrigues Araújo) Emily Rodrigues Higino (Banco Caixa Econômica Federal, Agência: 3784 – Operação: 013 – Conta Poupança: 11238-4), sob pena de incorrer em multa por ato atentatório à dignidade da justiça.
b) enviar a cópia de pelo menos 2 comprovantes de rendimentos do executado, a fim de aferir o valor de seus rendimentos e, por conseguinte, determinar a penhora de percentual razoável para pagamento da quantia retroativa.
Referida transação ou impossibilidade de cumprimento deverá ser devidamente comprovada nos autos, no mesmo prazo.
Encaminhe-se juntamente com a cópia do acordo e da sentença.
Desde já, fica deferida a reiteração, caso necessária.
Com a resposta do ofício, intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de extinção/arquivamento
Expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 14 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7002409-92.2020.8.22.0015 Classe Execução Fiscal Assunto Estaduais Requerente Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, CNPJ nº 19907343000162, AVENIDA FARQUAR, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA Requerido(a) FRANCISCO SARAIVA DA COSTA - ME, CNPJ nº 23652502000100, AVENIDA DUQUE DE CAXIAS 2487 10 DE ABRIL - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
SIDNEY VIEIRA, CPF nº 65097130200, MADEIRA MAMORE 4258 PLANALTO - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

__

DESPACHO
DESPACHO
Inicialmente, determino à CPE que altere o cadastro da empresa executada no PJe. Em que pese o CNPJ da parte executada esteja correto, o nome da empresa consta como FRANCISCO SARAIVA DA COSTA- ME, quando deveria constar como SIDNEY VIEIRA LTDA.
Defiro o pedido de ID91352109 para determinar a consulta de ativos no sistema SISBAJUD. Em 12/06/2023 lancei a ordem, conforme minuta anexa, com a "teimosinha" pelo prazo de 30 dias.
Com relação à empresa executada, a pesquisa de ativos restou prejudicada em razão de inexistirem relações bancárias da executada, conforme certidão anexa.
Com relação ao executado pessoa física, o bloqueio de valores via SISBAJUD restou infrutífero, conforme espelho anexo.
No que se refere ao pedido de consulta ao sistema RENAJUD, neste ato, promovi a diligência pretendida e foi localizado 1 (um) veículo em nome do executado. Entretanto, o referido veículo consta com anotação de alienação fiduciária, conforme comprovante anexo.
Quanto ao pedido de consulta ao SREI, o referido sistema se destina ao cumprimento de ordens judiciais, não se justificando que a pesquisa de imóveis seja realizada por este meio, haja vista que a parte reúne plenas condições de fazê-la diretamente.
Intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se em termos de prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento/suspensão/extinção.
Decorrido o prazo, venham os autos conclusos.
DESPACHO
Inicialmente, determino à CPE que altere o cadastro da empresa executada no PJe. Em que pese o CNPJ da parte executada esteja correto, o nome da empresa consta como FRANCISCO SARAIVA DA COSTA- ME, quando deveria constar como SIDNEY VIEIRA LTDA.
Defiro o pedido de ID91352109 para determinar a consulta de ativos no sistema SISBAJUD. Em 12/06/2023 lancei a ordem, conforme minuta anexa, com a "teimosinha" pelo prazo de 30 dias.
Com relação à empresa executada, a pesquisa de ativos restou prejudicada em razão de inexistirem relações bancárias da executada, conforme certidão anexa.
Com relação ao executado pessoa física, o bloqueio de valores via SISBAJUD restou infrutífero, conforme espelho anexo.
No que se refere ao pedido de consulta ao sistema RENAJUD, neste ato, promovi a diligência pretendida e foi localizado 1 (um) veículo em nome do executado. Entretanto, o referido veículo consta com anotação de alienação fiduciária, conforme comprovante anexo.
Quanto ao pedido de consulta ao SREI, o referido sistema se destina ao cumprimento de ordens judiciais, não se justificando que a pesquisa de imóveis seja realizada por este meio, haja vista que a parte reúne plenas condições de fazê-la diretamente.
Intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se em termos de prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento/suspensão/extinção.
Decorrido o prazo, venham os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 14 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7004690-50.2022.8.22.0015 Classe Execução de Título Extrajudicial Assunto Rescisão / Resolução, Compra e Venda, Correção Monetária Requerente FRANCISCO AIRTON ANCELMO DOS SANTOS, CPF nº 24047627291, CONDOMÍNIO FRANÇA 402, RUA HEBERT DE AZEVEDO 1511 OLARIA - 76801-914 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
KEYLA DE SOUSA MAXIMO, CPF nº 76205339668, CONDOMÍNIO FRANÇA 402, RUA HEBERT DE AZEVEDO 1511 OLARIA - 76801-914 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) KARLA DE SOUSA MAXIMO GONCALVES, OAB nº DF28507 Requerido(a) ERVIO MERCADO QUINTAO, CPF nº 16278518287, AV. ALMERINDO R. DOS SANTOS 2981 PLANALTO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

__
DESPACHO
Compulsando o PJe, verifico que foi distribuído embargos à execução, sob o n. 7002782-21.2023.8.22.0015.
Ocorre que estes ainda não foram recebidos.
Intime-se a parte exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento do feito no prazo de 10 (dez) dias.
Vindo os autos novamente com manifestação, proceda a CPE com a pesquisa junto aos autos dos embargos à execução mencionados e apure-se se foi concedido o efeito suspensivo, certificando o resultado. Após conclusos.
Em relação à petição de id. 93274812, observo que o feito tramita em conformidade com o procedimento dos Juizados Especiais, de modo que atento ao princípio da celeridade processual estatuído no art. 2º, bem como em atenção ao posicionamento expedido pela Turma Recursal (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7000530-91.2017.822.0003, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 09/11/2018), alerto que não se aplica a prerrogativa da contagem em dobro do prazo para os procuradores e defensores públicos federais ou estaduais no âmbito do Juizado Especial.
Intimem-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 14 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7001843-41.2023.8.22.0015 Classe Procedimento do Juizado Especial Cível Assunto Abatimento proporcional do preço Requerente ANTONIO ZACARIAS MOTA, CPF nº 10679243291, P 065 LINHA 06 RIBEIRAO S/N RODOVIA BR 425 - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA Advogado(a) VIVIANE BARROS ALEXANDRE, OAB nº RO353B Requerido(a) ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) GUSTAVO SOUSA ARAUJO, OAB nº PB31791, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA

__
DESPACHO
Intime-se a requerida para, no prazo de 5 dias, esclarecer a pertinência das provas requeridas, sob pena de preclusão e indeferimento.
No mesmo prazo, comprovar o cumprimento da decisão liminar (retirada do nome do autor do cadastro de inadimplentes).
Após, conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 14 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim Processo: 7002972-81.2023.8.22.0015
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Obrigação de Fazer / Não Fazer
Requerente (s): EURO FERREIRA GUEDES, CPF nº 06527477953, AV OSVALDO CRUZ 2516 SANTA LUZIA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (s): SAMAEL FREITAS GUEDES, OAB nº RO2596
Requerido (s): NU FINANCEIRA S.A. - SOCIEDADE DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, CNPJ nº 30680829000143, CAPOTE VALENTE 120, ANDAR 3 E 4 PINHEIROS - 05409-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado (s): SEM ADVOGADO(S)

_____
DECISÃO
Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, para retificar o valor da causa, o qual deverá corresponder à soma de todos os valores (dano material e moral), nos termos do artigo 292, inciso VI do CPC, ademais, no mesmo prazo deverá juntar aos autos comprovante de residência atualizado (3 meses), vez que compulsando os autos, não identifico a juntada do mesmo, tudo sob pena de indeferimento.
Decorrido o prazo, tornem os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará-Mirim, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187 e-mail: cpe1civgum@tjro.jus.br
Processo : 7000892-23.2018.8.22.0015
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: R. S. P. e outros
Advogados do(a) EXEQUENTE: ERICK ALLAN DA SILVA BARROSO - RO4624, GENIVAL RODRIGUES PESSOA JUNIOR - RO7185
EXECUTADO: S. A. J.
Advogado do(a) EXECUTADO: DIOGO MORAIS DA SILVA - RO3830
Intimação AUTOR - DESPACHO
Fica a parte AUTORA intimada acerca da decisão de id 79032963: “[. .... Em seguida, INTIME-SE a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se, requerendo o que entender de direito.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7007937-44.2023.8.22.0002 Classe Procedimento Comum Cível Assunto Cédula de Crédito Rural Requerente GILSON ANTONIO MENDES DE SA, CPF nº 67400744291, RUA VALDIR EUGÊNIO 2833 SETOR 02 - 76888-000 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA

Advogado(a) DANIEL HENRIQUE BRANDAO ALMEIDA, OAB nº MG86232 Requerido(a) BANCO DO BRASIL, SAUN QUADRA 5 LOTE B TORRE I ASA NORTE - 70040-912 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL Advogado(a) PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A

__

DESPACHO

Recebo os autos no estado em que se encontram.

1 - Trata-se de ação declaratória de alongamento de crédito rural, promovida por GILSON ANTONIO MENDES DE SA em desfavor do BANCO DO BRASIL SA.

É sabido que o direito agrofinanceiro é, basicamente, instituído por parcas regulações e há pouca instrução jurisprudencial no âmbito do Poder Judiciário neste sentido. Contudo, em que pese a ausência de amplitude de discussão desta matéria jurídica, é sentido comum que a demonstração dos requisitos do direito vindicado não seguem critérios subjetivos, mas sim normas específicas do contidas no Manual de Crédito Rural e das Leis 4.829/65 e Lei 8.171/91.

A vista disso, dispõe o MCR 2.6.4 que, "Fica a instituição financeira autorizada a prorrogar a divida, aos mesmos encargos financeiros pactuados no instrumento de credito, desde que o mutuário comprove a dificuldade temporária para reembolso do credito em razão de uma ou mais entre as situações abaixo, e que a instituição financeira ateste a necessidade de prorrogação e demonstre a capacidade de pagamento do mutuário:

Lutero de Paiva Pereira, escritor, especialista em Agronegócio e Membro fundador do Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos e Multidisciplinares do Agronegócio (IBEJMA), ao disciplinar sobre o assunto dispõe em > https://direitorural.com.br/dividas-rurais-o-que-e-e-como--exercer-o-direito-ao-alongamento/< acessado em 24.10.2022, que:

Para exercer o direito de prorrogar a dívida, o mutuário deverá fazer duas provas principais, e isto por todos os meios em direito admitidos, a saber: 1ª) que a situação adversa aconteceu (dificuldade de comercialização, frustração, desenvolvimento prejudicado da exploração); e 2ª) que a capacidade de pagar foi comprometida temporariamente.

De posse dessas duas provas, o mutuário deverá notificar a instituição sobre o interesse de prorrogar, inclusive apresentando desde logo o novo cronograma de pagamento, que deverá ser fixado em face da sua nova realidade econômico-financeira.

Por sua vez, a instituição financeira devera atestar a necessidade da prorrogação, bem assim que o mutuário tem capacidade para pagar a divida na forma como a prorrogação foi requerida.

A necessidade de prorrogar será atestada em face da dificuldade temporária para pagar apresentada pelo devedor, enquanto a capacidade de pagar levara em conta o potencial produtivo do mutuário.

O que é importante considerar e que tanto a constatação da necessidade de prorrogar, quanto a da capacidade de pagar não seguem critérios subjetivos e arbitrarios do financiador, mas sim normas especificas do proprio Manual de Credito Rural e das Leis 4.829/65 de 8.171/91, ja que se trata de credito que tem disciplina em legislacao especial.

Como esse pedido irá constituir direitos e deveres para quem escreve, é de extrema importância que ele seja feito por meio de um advogado, pois, caso tenha que buscar seu direito perante o Poder Judiciário, o direito estará melhor protegido e a produção da prova realizada na fase anterior terá se dado de forma bem estruturada. São vários os casos em que uma notificação mal escrita, ou porque falou muito, ou porque falou pouco, levou o produtor a perder o direito de alongar seu débito.

O mutuário rural deve ter sempre em mente que direito mal exercitado e direito perdido e direito perdido e patrimônio diminuído.

Como se pode observar, é condição premonitória da ação promovida a notificação prévia da Instituição Bancária acerca do interesse do alongamento da dívida, demonstrando ao credor a incapacidade momentânea financeira decorrente dos fatos possíveis elencados no Manual de Crédito Rural. Bem ainda, o devedor deve demonstrar ao credor a capacidade real e atual com parâmetros seguros em cronograma de cumprimento do débito, e se haverá substituição da garantia ofertada anteriormente.

O Tribunal de Justiça de Rondônia detém entendimento de que a notificação prévia obsta o pedido de alongamento da dívida:

Embargos à execução. Intimação. Pedido expresso do advogado. Cédula de crédito rural. Prorrogação compulsória. Juros remuneratórios superiores a 12% ao ano. Capitalização mensal. Possibilidade. Inoponibilidade dos encargos moratórios. Havendo pedido expresso no sentido de constar na publicação o nome de determinado advogado, assim deve ser feito, sob pena de violação ao § 1º do art. 236 do Código de Processo Civil, configurando a nulidade da intimação. A ausência de comprovação de que o recorrente requereu o alongamento da dívida e, consequentemente, houve a negativa do banco em concedê-lo, constitui óbice ao pleito de prolongamento da dívida. Apelação Cível, Processo nº 1002270-26.2007.822.0008, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 15/07/2008. Grifos nosso

Assim, por se tratar de um requisito prévio, ou seja, deve existir anteriormente ao ajuizamento da ação, a inicial deve ser emendada no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, para juntar aos autos a devida comprovação.

2 - O CPC/15 trata da gratuidade de justiça em seus artigos 98 e seguintes.

Embora o §3º do art. 99 estabeleça a presunção de veracidade da alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural, o §2º do mesmo artigo prevê a possibilidade de indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade, como in casu.

Ainda segundo o dispositivo, quando observada a situação, o juiz deve determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos, razão pela qual, DETERMINO, a emenda da inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, mediante a juntada de declaração de isenção de IRPF, extrato bancário de movimentação financeiro dos últimos 3 (três) meses, declaração de inexistências de bens móveis cadastrados no município, bem como de inexistência de semoventes (ROL EXEMPLIFICATIVO), capazes de auferir a alegada hipossuficiência, seja econômica como financeira.

3 - No mesmo prazo, caso assim entenda, comprovar o recolhimento das custas. Pontua-se que, nos termos do inciso I art. 12 da Lei n. 3.896/2016, as custas iniciais são de 2% sobre o valor da causa, sendo que 1% fica adiado para após a audiência de conciliação, caso não haja acordo.

Observe ainda a parte autora que, nos termos do §1º do art. 12 da Lei n. 3.896/2016, "Os valores mínimos e máximo a ser recolhido em cada uma das hipóteses previstas nos incisos deste artigo.

4 - Consigno, que em ambos os casos a ausência de comprovação é causa de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321, P. único, do CPC.

Intime-se via PJE. Cumpra-se.

SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.

Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023

Gleucival Zeed Estevão

Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7001335-32.2022.8.22.0015 Classe Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública Assunto Adicional de Insalubridade, Obrigação de Fazer / Não Fazer Requerente MARIA VALERIA SILVA DE OLIVEIRA, CPF nº 34913726234, AVENIDA QUINTINO BOCAIUVA 3151 CAETANO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) JOAO PAULO ROBERTO DE ALMEIDA, OAB nº RO11414, CARLENE TEODORO DA ROCHA, OAB nº RO6922 Requerido(a) MUNICÍPIO DE GUAJARÁ MIRIM, 15 DE NOVEMBRO 930 CENTRO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM

__
DECISÃO
Considerando que a cópia do contrato, devidamente assinado pelo(a) cliente já foi juntado, DEFIRO o pedido de destacamento e pagamento dos honorários contratuais diretamente na conta do advogado, no valor/percentual fixado no documento, deduzido da quantia a ser recebida pelo constituinte no momento da quitação da dívida principal.
Informe ao ente público tal situação.
Ante a ausência de impugnação/manifestação do executado (concordância), expeça-se as RPVs dos valores apresentados pelo(a) exequente (valor principal, honorários sucumbenciais), com o destaque dos honorários contratuais, como acima mencionado.
Aparentemente, a documentação necessária para expedição da RPV/Precatório já foi juntada. Porém, havendo necessidade de complementação, intime-se.
Se não for cumprida a determinação, arquivem-se os autos.
Tudo cumprido, expeça-se RPV.
Em seguida, arquivem-se os autos.
Requerido o desarquivamento pelo exequente, com informação de que não houve o pagamento da RPV, proceda-se a CPE a consulta na conta judicial vinculada a este processo, independente de nova conclusão.
Havendo valores depositados, desde já fica autorizada a expedição de alvará em favor da parte exequente/credora, vindo os autos conclusos em seguida para extinção.
Sem liquidação da requisição, intime-se a Fazenda para comprovar o pagamento da RPV, no prazo de 05 (cinco) dias.
Vencido o prazo, caso não haja comprovação, manifeste-se o(a) exequente em termos de prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Tudo cumprido, em caso de inércia ou nada mais sendo requerido, arquive-se.
Considerando as reiteradas certidões da CPE em outros feitos, que relata a existência de falha sistêmica nas expedições das RPVs, entendo que não há fracionamento do crédito de modo a burlar o sistema de precatórios (art. 100 CF).
Expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 0000113-95.2015.8.22.0015 Classe Execução Fiscal Assunto Pagamento Requerente Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA Requerido(a) COMERCIO POPULAR DE PRODUTOS FARMACEUTICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME, CNPJ nº 06193438000110, AV. 15 DE NOVEMBRO 840 CENTRO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
FRANCISCO ELDER MARINHO ARAUJO FILHO, CPF nº 66235820291, AV. DOM PEDRO II 596 INDUSTRIAL - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) JOSE RUI MARINHO ARAUJO, OAB nº RO6334A

__
DESPACHO
1. O feito prossegue apenas para quitação dos honorários advocatícios (R$105,90 - ID92241578) e as custas processuais (R$304,51 - ID89731951), totalizando R$410,41.
2. Nesta data procedi a transferência dos valores via sistema sisbajud para a conta judicial deste feito (R$120,98 e 19,55), em anexo. Aguarde-se a vinculação com o sistema gabinete.
3. Em conta judicial, há a quantia de R$170,17. Logo, o montante disponível é de R$310,70, sendo insuficiente para quitação total da dívida.
4. Expeça-se ofício ao Banco da Caixa Econômica Federal para proceder a transferência de RR105,90 via DARE a ser imprimido através link https://dare.sefin.ro.gov.br/avulso, preenchendo os campos: Tela 01: Selecione o órgão: FUMORPGE – FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO Número de Identificação: CNPJ / CPF / INSCRIÇÃO ESTADUAL do depositante. Deve acompanhar o ofício a petição de ID 92795946.
A presente ordem deve ser comprovada, no prazo de 5 dias, a contar do recebimento, sob pena de multa por ato atentatório a dignidade da justiça.
5. O remanescente (R$204,80), após a vinculação com a conta judicial, deve ser transferido ao TJ/RO a título de custas processuais.
6. No mais, intime-se o executado, por meio de seu advogado, para recolher/comprovar o saldo de custas processuais (R$99,71), sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa. Prazo: 5 dias.
Após, conclusos para extinção.

SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7004134-82.2021.8.22.0015 Classe Procedimento do Juizado Especial Cível Assunto Obrigação de Fazer / Não Fazer Requerente ANDERSON PEREIRA ORTIZ, AVENIDA PADRE ANTÔNIO PEIXOTO 4317 PROSPERO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, AV.: PRINCESA ISABEL 3653 BAIRRO: 10 DE ABRIL - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA Requerido(a) Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ERDERSON ALVES GOMES, CPF nº 98518275253, AV. DOS SERINGUEIROS 1315, W S SERVIÇOS DE TRANSPORTES- NOME FANTASIA RODOTEC CAETANO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO, RUA DOUTOR JOSÉ ADELINO 4477, - DE 4411/4412 AO FIM COSTA E SILVA - 76803-592 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
JOVAIR MARTINS DE MELO, CPF nº DESCONHECIDO, N/I n/i N/I - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO

__
DESPACHO
Verifica-se que o Tema 1118 da Controvérsia 152/STJ transitou em julgado em 07/03/2023.
Pois bem. Em análise aos autos, observo que ainda está pendente a qualificação completa da parte ré JOVAIR MARTINS DE MELO, logo deverá o autor apontar o endereço completo e número do CPF do requerido, ressalto que no âmbito dos Juizados Especiais não é possível a citação por edital. No mesmo prazo, deverá informar com precisão a data completa que efetuou a venda do veículo, além do ano, para fins de posterior transferência de multas e afins, na análise do mérito. Prazo improrrogável de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento e cancelamento da inicial.
Intime-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 0003095-82.2015.8.22.0015 Classe Execução de Título Extrajudicial Assunto Pagamento Requerente BANCO BRADESCO S.A., CNPJ nº 04130963945, AV. CIDADE DE DEUS VILA YARA - 06026-270 - OSASCO - SÃO PAULO Advogado(a) LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS, OAB nº AM10075, EDSON ROSAS JUNIOR, OAB nº AM1910 Requerido(a) G. REJANEA DO NASCIMENTO - ME, CNPJ nº 10533174000173, RUA FRANCISCO BRAGA 5762, - DE 5721/5722 AO FIM IGARAPÉ - 76824-230 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

__
DESPACHO
1- Sem dar ciência prévia do ato ao executado, determinei às instituições financeiras, por meio de sistema eletrônico gerido pela autoridade supervisora do sistema financeiro nacional, que torne indisponíveis ativos financeiros existentes em nome do(a) executado(a), limitando-se a indisponibilidade ao valor indicado na execução.
A resposta da penhora on line foi NEGATIVA.
2 - Por esta razão, nesta data também procedi à busca de informações pelo sistema RENAJUD e, como demonstra o documento anexo, não foram localizados veículos.
3- A pesquisa de declarações de imposto de renda restou negativa.
Assim, intime-se a parte exequente para indicar outros bens passíveis de penhora, ou requerer o que entender de direito, no prazo de 15 dias.
Em caso de inércia, retornem os autos ao arquivo, nos termos da decisão de ID 44616763.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7001504-24.2019.8.22.0015 Classe Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública Assunto Acidente de Trânsito Requerente REJAMERSON CASTRO TAVARES, CPF nº 95862269215, AVENIDA YOUSSIF BOUCHABKI 1720, - SANTA LUZIA - 76850-000

- GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) ERICK ALLAN DA SILVA BARROSO, OAB nº RO4624, RODRIGO PEREIRA D ALMEIDA RAMOS, OAB nº MG117471, CLAUDIO RUBENS NASCIMENTO RAMOS JUNIOR, OAB nº RO8499 Requerido(a) M. D. N. M. -. R., AVENIDA DESIDÉRIO DOMINGOS LOPES 3040, - CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA Advogado(a) MARCOS ANTONIO ARAUJO DOS SANTOS, OAB nº RO846, MARCOS ANTONIO METCHKO, OAB nº RO1482

__

DESPACHO

Constata-se que a parte autora juntou as informações e documentações pendentes. Assim, cumpra-se as demais determinações do último despacho, constante no id. 85615800. Expedindo o necessário.

SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.

Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023

Gleucival Zeed Estevão

Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO

1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM

Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501

E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br

Processo 7002241-22.2022.8.22.0015 Classe Execução Fiscal Assunto Estaduais Requerente PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, CNPJ nº 19907343000162, AVENIDA FARQUAR, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA Requerido(a) PORTOMAGUA COM. E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI, CNPJ nº 32673407000176, XV DE NOVEMBRO, 10 DE ABRIL 1981, AV. XV DE NOVEMBRO 1981 SERRARIA 10 DE ABRIL - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

__

DECISÃO

I – RELATÓRIO

ESTADO DE RONDÔNIA qualificado nos autos, apresentou embargos de declaração com efeitos infringentes contra decisão exarada ao id. 92482032, alegando que houve contradição na decisão, vez que determinou o desbloqueio dos valores informando serem irrisórios. Requer, a atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração, para modificação da decisão, para que seja deferida a transferência dos valores.

É a síntese necessária.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Os embargos declaratórios ofertados são claramente improcedentes.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na decisão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

No presente caso, não há a ocorrência da omissão levantada, visto que a análise dos documentos juntados foram amplamente difundidas na decisão embargada. A decisão proferida possui fundamento perfeitamente adequado à sistemática processual, apresentando com clareza as razões e arguições, com base nos quais chegou o Juízo à conclusão da decisão.

Os embargos declaratórios não se destinam a prestar esclarecimentos à parte insatisfeita com o desfecho do processo e tampouco a retificar fundamentação de decisão proferida de maneira escorreita. Visto que, apresentar documentos/provas após decisão, não cabe em sede de embargos passar a uma nova análise e modificação daquilo já decidido.

Cumpre esclarecer que, o bloqueio realizado fora irrisório comparado ao valor da dívida, vez que se quer cobriria as despesas inerentes ao processo. Ademais, não há como reverter desbloqueio ocorrido pelo sisbajud, após a informação de determinação pelo juízo.

Veja-se:

E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. BLOQUEIO DE VALORES VIA SISTEMA BACENJUD. VALOR IRRISÓRIO. DESBLOQUEIO. POSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO. I. A importância bloqueada não é capaz de saldar a dívida e tampouco apta a saldar as despesas do processo ou os custos da movimentação processual. Desta feita, a liberação do bloqueio se mostra razoável e adequada, eis que o montante é ínfimo perante o valor da execução. II. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (TRF-3 - AI: 50257168920184030000 SP, Relator: Desembargador Federal VALDECI DOS SANTOS, Data de Julgamento: 12/08/2019, 1ª Turma, Data de Publicação: e - DJF3 Judicial 1 DATA: 21/08/2019)

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. PENHORA VIA SISBAJUD. VALOR IRRISÓRIO. DESBLOQUEIO. Embora a irrisoriedade do valor não impeça a sua penhora via SISBAJUD, “é possível a imediata liberação quando o valor encontrado é tão ínfimo que sequer cobriria as custas do processo, mesmo ausente a manifestação da parte executada a respeito da possibilidade de liberação dos valores bloqueados.” (TRF4, AG 5033638-52.2021.4.04.0000, TERCEIRA TURMA, Relatora MARGA INGE BARTH TESSLER, juntado aos autos em 21/09/2021) (TRF-4 - AG: 50200593720214040000 5020059-37.2021.4.04.0000, Relator: JULIO GUILHERME BEREZOSKI SCHATTSCHNEIDER, Data de Julgamento: 20/10/2021, SEXTA TURMA)

Com isso, se a parte embargante está irresignada com a decisão proferida e pretende alterar o desfecho do feito, cabe a ela deduzir sua insatisfação perante a instância superior, pelos meios legais próprios.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os embargos de declaração apresentados pelo ESTADO DE RONDÔNIA, mantendo em todos os seus termos, e por seus próprios fundamentos, a decisão guerreada.

Sem custas e sem honorários.

Assim, intime-se a parte exequente para indicar outros bens passíveis de penhora, ou requerer o que entender de direito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção/arquivamento.

Em caso de inércia, certifique-se e remetam-se os autos à conclusão.

SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7001633-87.2023.8.22.0015 Classe Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública Assunto Oitiva, Rescisão / Resolução, Férias, Rescisão Requerente NIUARA AGUIAR PEREIRA, CPF nº 89040880204, ARTHUR ARANTES MEIRA 7075 CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA Advogado(a) POLIANA NUNES DE LIMA, OAB nº RO7085, MIKAEL AUGUSTO FOCHESATTO, OAB nº RO9194 Requerido(a) M. D. G., 15 DE NOVEMBRO 930 CENTRO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

__
DESPACHO
Recebo os autos no estado em que se encontram.
Intimem-se as partes para que, querendo, se manifestem no prazo de 5 dias.
Após, conclusos para sentença.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7003867-81.2019.8.22.0015 Classe Cumprimento de sentença Assunto Penhora / Depósito/ Avaliação Requerente T. A. L. F., AVENIDA ESTEVÃO CORREIA 4303 PRÓSPERO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
A. D. L. F., AVENIDA ESTEVÃO CORREIA 4303 PRÓSPERO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA Requerido(a) A. F. F., CPF nº 02405951142, RUA8, Q23 L4 CENTRO - 76989-001 - VILHENA - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

__
DESPACHO
Inicialmente, observo que o feito diz respeito a cumprimento de sentença de alimentos formulado por A.D.L.F e T.A.L.F em face de Adalberto Faustino Filho. Os alimentos foram fixados em sentença nos autos de n. 7000613-03.2019.8.22.0015.
O executado foi citado por edital no id. 81961329, tendo sido nomeada a Defensoria Pública como curadora especial.
Sendo assim, em atenção ao princípio da instrumentalidade das formas, recebo a petição de id. 91492537 como impugnação ao cumprimento de sentença. Da análise da petição, noto que não foram trazidas alegações capazes de infirmar o cumprimento. O feito foi instruído com documentos relativo à determinação legal que fixou os alimentos (o que também se verifica do processo 7000613-03.2019.8.22.0015), documentos pessoais da exequente, a parte está devidamente representada, há demonstrativo do débito, o requerido, após esgotadas os outros meios de citação, foi devidamente citado por edital, razão pela qual rejeito a impugnação oferecida.
Ante o exposto, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer o que entender de direito e, se pleitear penhoras, apresentar planilha de cálculos atualizada do débito, sob pena de suspensão, arquivamento ou extinção do feito.
Intime-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7002603-63.2018.8.22.0015 Classe Cumprimento de sentença Assunto Inadimplemento, Correção Monetária, Serviços Hospitalares Requerente ASSOCIACAO TIRADENTES DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE RONDONIA, CNPJ nº 04906558000191, AVENIDA CAMPOS SALES 961, - DE 2164 A 2586 - LADO PAR CENTRO - 76801-090 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) FREDSON AGUIAR RODRIGUES, OAB nº RO7368, VEIMAR PEREIRA DE BRITO, OAB nº RO8621, ANGELO LUIZ SANTOS DE CARVALHO, OAB nº RO5363 Requerido(a) JOSE DE ASSUNCAO EVANGELISTA, CPF nº 06575382215, AV. ANTONIOO LUIS MACEDO 3138 c SANTA LUZIA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

__

DESPACHO
Considerando o pedido da parte autora, intimem-se os advogados ALEX MOTA CORDEIRO OAB/RO nº 2.258, FREDSON AGUIAR RODRIGUES OAB/RO n°7.388 e JEFERSON DE SOUZA RODRIGUES OAB/RO 7.544 para, no prazo de 10 dias, indicarem os dados bancários (Nome do beneficiário, Banco, agência, número da Conta bancária, CPF ou CNPJ) para a expedição do alvará eletrônico, sob pena de expedição de alvará na modalidade saque.
Após, conclusos para análise dos demais pedidos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 0003627-56.2015.8.22.0015 Classe Execução de Título Extrajudicial Assunto Pagamento Requerente BANCO BRADESCO S.A., CNPJ nº 04130963945, AV. CIDADE DE DEUS VILA YARA - 06026-270 - OSASCO - SÃO PAULO Advogado(a) LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS, OAB nº AM10075, EDSON ROSAS JUNIOR, OAB nº AM1910 Requerido(a) FRANCIELI ANTUNES, CPF nº 67964044249, RUA AUGUSTO RUSCHI 6729 CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
F ANTUNES - EPP, CNPJ nº 11143364000147, ROD BR 421, KM 58, DISTRITO DE NOVA DIMENSÃO ZONA RURAL - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA Advogado(a) ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA, OAB nº RO2892A

__
DESPACHO
Defiro o pedido de Id. 92301244.
Em 07.07/2023 lancei a ordem, conforme minuta anexa.
01 - SISBAJUD: A resposta da penhora on-line foi infrutífera, comprovante em anexo.
02 - RENAJUD: Procedi com a busca de veículos junto ao sistema RENAJUD, contudo, apesar de terem sido localizados veículos, todos possuem restrições, conforme espelho anexo.
Assim, manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento. Em caso de inércia, certifique-se e remetam-se os autos à conclusão.
Intime-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 0005760-81.2009.8.22.0015 Classe Cumprimento de sentença Assunto Improbidade Administrativa Requerente Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA Requerido(a) ZILMAR DE LIMA TEIXEIRA, CPF nº 46886079204, AV. MARECHAL DEODORO, 2350, NÃO SERRARIA - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA Advogado(a) Francis Hency Oliveira Almeida de Lucena, OAB nº RO11026

__
DESPACHO
Compulsando os autos, verifico que, ao que parece, a parte executada diligenciou junto ao exequente a fim de buscar efetivar o parcelamento do débito executado. Contudo, além dos áudios, nenhum outro documento foi juntado a fim de comprovar.
Assim, a fim de evitar diligências desnecessárias, informe a parte executada para se foi realizado algum parcelamento na via administrativa relacionado ao débito buscado nos autos, juntando documentos pertinentes no prazo de 05 (cinco) dias.
Após, conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7001125-83.2019.8.22.0015 Classe Inventário Assunto Inventário e Partilha Requerente EUNICE MARQUES PEREIRA, CPF nº 06062377200, AV. ROCHA LEAL 1370 SERRARIA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) SAMIR MUSSA BOUCHABKI, OAB nº RO2570A Requerido(a) JOAO PEREIRA FILHO, CPF nº 04055179200

NILZO MARCOS PEREIRA, XX xx XX - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
JOAO MARCOS PEREIRA, XXX xx XX - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) FABIO VIANA OLIVEIRA, OAB nº RO2060A, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

__
DESPACHO
Verifica-se que a inventariante postulou por 10 dias de prazo para se manifestar no dia 04/07/2023.
Posteriormente, uma das herdeiras postulou pela remoção da inventariante.
Considerando a data do pedido, bem como do presente despacho, verifica-se que o prazo de dilação já transcorreu e até o momento houve a retificação das primeiras declarações.
Não obstante, determino a intimação, via procurador e pessoalmente, a inventariante para dar andamento ao feito, no prazo de 20 (vinte) dias, sob pena de destituição do encargo.
Cumpra-se nos termos do despacho de ID 86202472.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7001643-05.2021.8.22.0015 Classe Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública Assunto Indenização do Prejuízo Requerente JESSICA RAFAELA SOLER DA SILVA, CPF nº 96676639220, AVENIDA DUQUE DE CAXIAS 3101 a SANTA LUZIA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) LETICIA LIMA MATTOS, OAB nº RO9661 Requerido(a) MUNICÍPIO DE GUAJARÁ MIRIM Advogado(a) PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM

__
DECISÃO
Pela derradeira vez, intime-se a parte autora para, no prazo de 5 dias, apresentar termo/declaração de renúncia devidamente assinada e digitalizada.
Apresentada, desde já fica homologada, independentemente de nova conclusão.
Em caso de inércia, expeça-se precatório.
Cumpra-se, nos termos da decisão de ID91190276 - Pág. 1- 3.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 0005005-86.2011.8.22.0015 Classe Execução de Título Extrajudicial Assunto Pagamento Requerente BANCO DA AMAZONIA SA, CNPJ nº 04902979002783, AV. PRESIDENTE VARGAS 800, AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 800 CENTRO - 66017-901 - BELÉM - PARÁ Advogado(a) MICHEL FERNANDES BARROS, OAB nº RO1790, ALINE FERNANDES BARROS, OAB nº RO2708 Requerido(a) ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DE SERRA GRANDE, CNPJ nº 01963300000139, RAMAL BOM SOSSEGO km 70 ZONA RURAL - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ELIZEU NUNES SOBRINHO, CPF nº 13892193215, LT 01-A, GLEBA A Km 15 M/D, SÍTIO BOM JESUS SETOR IATA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
EDSON DA SILVA PEREIRA, CPF nº 62653784220, SÍTIO SANTA ROSA KM 62,8, GLEBA 03 - SETOR RAMAL DO CACHOEIRINHA - LADO DIREITO LOTE 21 ZONA RURAL - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

__
DECISÃO
01. Em face da informação trazida pelo credor de que o bem que se pretende efetuar a venda por iniciativa particular defiro-a.
a) A opção da venda particular com auxílio de um corretor é exclusiva do exequente e, portanto, não haverá comissão de corretagem devida pelo executado, não podendo o valor obtido por tal profissional ser incluído nas custas processuais. A parte credora deverá custear a comissão combinada entre ele e a corretora.
b) Fixo o prazo de 90 dias para alienação, devendo o exequente dar a devida publicidade ao ato através de publicação em jornal de circulação da região da localidade do bem penhorado e na internet nos sítios especializados, bem como via DJE a expensas do exequente, admitindo-se como preço mínimo 60% do valor da avaliação, mediante depósito judicial (CPC § 1º 880);
Deverá promover a intimação/notificação de todos os interessados, eventuais credores e demais exigências legais.
c) Alerto que o exequente deverá dar ciência ao Juízo acerca da proposta para alienação particular do bem, bem como não deve olvidar que a alienação será formalizada por termos nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado (§2°, do art. 880, do CPC).
02. Efetivada a alienação do bem penhorado, o exequente deverá certificá-la nos autos para concretização, lavrando-se:
2.1 - Auto de arrematação, se bem móvel, o qual deverá ser assinado pelo arrematante, juiz e leiloeiro (exequente);
2.2 - Carta de arrematação, se bem imóvel, expedindo-se, em seguida, mandado de imissão na posse, bem como menção à sua matrícula, prova de pagamento do imposto de transmissão e indicação da existência de eventual ônus real ou gravame (art. 901, § 2º, CPC);

03. Restando infrutífera a alienação por iniciativa particular, intime-se o exequente para manifestação, atualização do crédito e indicação de outros bens penhoráveis, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento.
04. Intime-se o executado, pessoalmente, para ciência quanto à venda do bem penhorado por iniciativa particular.
05. Intime-se o exequente para promover com a alienação por sua própria iniciativa, o qual poderá entrar em contato diretamente com a leiloeira indicada na petição retro.
06. Decorrido o prazo (90 dias), com ou sem manifestação da parte executada, façam os autos conclusos.
07. SUSPENDO o andamento do feito por 90 (dias) dias.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe1civgum@tjro.jus.br
Processo : 7001610-44.2023.8.22.0015
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: R. R. P.
Advogado do(a) AUTOR: MIQUEIAS JOSE TELES FIGUEIREDO - RO4962
REU: BRASILSEG COMPANHIA DE SEGURO
Advogado do(a) REU: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - PE16983
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7002110-81.2021.8.22.0015 Classe Cumprimento de sentença Assunto Fornecimento de Água Requerente COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD, AVENIDA PINHEIRO MACHADO 2112, - DE 1964 A 2360 - LADO PAR SÃO CRISTÓVÃO - 76804-046 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) IHGOR JEAN REGO, OAB nº PR8546, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD Requerido(a) MARIA JOSE DA COSTA, CPF nº 66932971291, AV. FORTE PRÍNCIPE 4088 PROSPERO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Indefiro o pedido de 92873765.
O motivo pelo qual a alegação de excesso não foi analisada foi a intempestividade da manifestação.
Noutro giro, considerando a parte exequente foi intimada para dar prosseguimento ao feito, sob pena de suspensão, bem como que não foram localizados bens penhoráveis, determino a suspensão do feito em tela, nos termos art. 921, III e §1º, do CPC.
Assim, encaminhem-se os autos ao arquivo, permanecendo o processo suspenso pelo prazo de 01 ano, durante a qual se suspenderá a prescrição, nos termos do art. 921, inciso III, do CPC. Transcorrido esse prazo sem que o exequente indique bens penhoráveis, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente (art. 921, §4º, CPC).
Ficam as partes advertidas que os autos poderão ser desarquivados para prosseguimento da execução, a qualquer tempo, se forem encontrados bens penhoráveis (art. 921, § 3º, CPC).
Assim, considerando que o arquivamento não traz nenhum prejuízo às partes, mas apenas equaciona o serviço judicial, repelindo as situações que acarretam o abandono da demanda, racionalizando os recursos nas demandas que justificadamente necessitem da providência jurisdicional, certamente com apoio nos princípios da celeridade e da economia processual, determino que os autos sejam arquivados sem baixa, devendo ser anotado pela Escrivania que a contagem da prescrição deve ser iniciada apenas após um ano contado da data do arquivamento.
Salvo deliberação em contrário, o processo deverá permanecer arquivado até o decurso do prazo prescricional, sendo apenas autorizado o seu desarquivamento em caso de apontamento de bens livres e desembaraçados à penhora, ou na hipótese de informação de pagamento da dívida.
Intimem-se e cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7002954-60.2023.8.22.0015 Classe Alvará Judicial - Lei 6858/80 Assunto Liberação de Veículo Apreendido Requerente ANA PAULA VIEIRA DA CRUZ, CPF nº 28626061897, AVENIDA CURITIBA s/n CENTRO - 76858-001 - NOVA DIMENSÃO (NOVA MAMORÉ) - RONDÔNIA Advogado(a) ALVARO ALVES DA SILVA, OAB nº RO7586 Requerido(a) ANA PAULA VIEIRA DA CRUZ, CPF nº 28626061897, AVENIDA CURITIBA s/n CENTRO - 76858-001 - NOVA DIMENSÃO (NOVA MAMORÉ) - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Em análise a petição inicial, verifico que o endereçamento da referida peça fora feito em face do Juizado da Infância e Juventude.
Por esta razão, entendo que trata-se de mero equívoco na distribuição/registro dos autos.
Desta feita, proceda-se com a REDISTRIBUIÇÃO do feito para o Juizado da Infância e Juventude desta comarca.
Dê-se ciência a parte autora.
Cumpra-se.
Expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7000494-37.2022.8.22.0015 Classe Usucapião Assunto Usucapião Ordinária Requerente CERAMICA AMAZONIA IND. COM. IMP. E EXP. LTDA - ME, CNPJ nº 08342532000119, RODOVIA BR-425, KM-02 s/n ZONA RURAL - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA Advogado(a) ALVARO ALVES DA SILVA, OAB nº RO7586 Requerido(a) MANOEL MARCOLINO DE ANDRADE, CPF nº 04101685134, RODOVIA BR-42, KM-01 s/n ZONA RURAL - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
JOSELIA ALVES DE ANDRADE, CPF nº 34926887215, RODOVIA BR-421, KM-01 s/n ZONA RURAL - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA Advogado(a) WALTER GUSTAVO DA SILVA LEMOS, OAB nº RO655A

__
DESPACHO
Em atenção a resposta do perito Fábio Freitas Rocha (id. 91948803), declinando sobre a realização da perícia, cumpra-se a CPE e intime-se os demais peritos, já nomeados na Decisão Saneadora (id. 89537904), nessa ordem: 02 - ARIANA SILVA LIMA, 03 - CLEBERSON LIMA DOS SANTOS; 04 - CAMILA PEREIRA ANDRADE, todos peritos cadastrados no Cadastro Eletrônico de peritos do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, e, se não aceitar, intimando-se o seguinte e assim subsequentemente.
Expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7001475-66.2022.8.22.0015 Classe Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública Assunto Piso Salarial, Obrigação de Fazer / Não Fazer Requerente ROSIANE ALVES DA CUNHA, CPF nº 68666870206, AV. MASCARENHA DE MORAES 2080 SANTA LUZIA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) ARLISSON HERBERT DOS SANTOS SOUZA, OAB nº RO10452 Requerido(a) MUNICÍPIO DE GUAJARÁ MIRIM, XV DE NOVEMBRO 390, PALÁCIO PÉROLA DO MAMORÉ CENTRO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM

__
DECISÃO
Considerando que a cópia do contrato, devidamente assinado pelo(a) cliente já foi juntado, DEFIRO o pedido de destacamento e pagamento dos honorários contratuais diretamente na conta do advogado, no valor/percentual fixado no documento, deduzido da quantia a ser recebida pelo constituinte no momento da quitação da dívida principal.
Informe ao ente público tal situação.
Ante a ausência de impugnação/manifestação do executado (concordância), expeça-se as RPVs dos valores apresentados pelo(a) exequente (valor principal e honorários sucumbenciais), com o destaque dos honorários contratuais, como acima mencionado.
Aparentemente, a documentação necessária para expedição da RPV/Precatório já foi juntada. Porém, havendo necessidade de complementação, intime-se.
Se não for cumprida a determinação, arquivem-se os autos.
Tudo cumprido, expeça-se RPV.
Em seguida, arquivem-se os autos.
Requerido o desarquivamento pelo exequente, com informação de que não houve o pagamento da RPV, proceda-se a CPE a consulta na conta judicial vinculada a este processo, independente de nova conclusão.
Havendo valores depositados, desde já fica autorizada a expedição de alvará em favor da parte exequente/credora, vindo os autos conclusos em seguida para extinção.
Sem liquidação da requisição, intime-se a Fazenda para comprovar o pagamento da RPV, no prazo de 05 (cinco) dias.
Vencido o prazo, caso não haja comprovação, manifeste-se o(a) exequente em termos de prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Tudo cumprido, em caso de inércia ou nada mais sendo requerido, arquive-se.
Considerando as reiteradas certidões da CPE em casos semelhantes, que relata a existência de falha sistêmica nas expedições das RPVs, entendo que não há fracionamento do crédito de modo a burlar o sistema de precatórios (art. 100 CF).
Expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 0000983-14.2013.8.22.0015 Classe Procedimento Comum Cível Assunto Indenização por Dano Moral, Nulidade Requerente ANTÔNIO CARNEIRO BARBOSA, RAMAL DO BRITO KM 47, RIO OURO PRETO ZONA RURAL - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA Requerido(a) DIVALDO MORALES FACCI, CPF nº 75564572815, RUA MANOEL LUIS DE SOUZA 137 CENTRO - 15900-000 - TAQUARITINGA - SÃO PAULO
LUIZ FACCI, CPF nº 10448420830, RUA DR. MÁRIO MONTEIRO 41, JARDIM HERCÍLIA VILA MATILDE - 03557-150 - SÃO PAULO - SÃO PAULO Advogado(a) NIVALDO RIBERA DE OLIVEIRA, OAB nº RO3527

__
DESPACHO
1. Defiro o pedido. Deve o feito tramitar com prioridade, considerando a idade do autor (idoso). Regularize-se no sistema.
2. Em consulta aos dados processuais anexados, verifica-se que foi nomeado perito para a realização da perícia grafotécnica, porém, não se sabe se foi efetivada.
Diante disso, encaminhe-se o ofício ao Juízo responsável pelo cumprimento da carta precatória (0020253-82.2019.8.26.0021), a fim de que informe o seu andamento, bem como solicitando celeridade no cumprimento dos atos eventualmente faltantes, haja vista o tempo de tramitação do feito, bem como a condição especial do autor.
Prazo: 15 dias.
3. Em caso de inércia, oficie-se à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo solicitando que sejam adotadas as providências necessárias para o cumprimento da carta precatória expedida nos autos.
Com a resposta, intimem-se as partes para, no prazo de 5 dias, requerem o que entenderem de direito.
Cumpra-se nos termos da decisão de ID32904780 - Pág. 1.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7000760-87.2023.8.22.0015 Classe Procedimento do Juizado Especial Cível Assunto Direito de Imagem, Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Práticas Abusivas, Tutela de Urgência Requerente IVANILSON DIAS DE SOUZA, CPF nº 02208944267, LINHA 03, ESQUERDA s/n ZONA RURAL - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA Advogado(a) FERNANDO DE OLIVEIRA RODRIGUES, OAB nº RO8731 Requerido(a) ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, TRAVESSA DOS NAVEGANTES 39 CENTRO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA

__
DESPACHO
Considerando os documentos apresentados, defiro a gratuidade da justiça em favor do recorrente Ivanilson Dias de Souza.
Recebo os recursos inominados no efeito devolutivo.
Intimadas, as partes recorrida apresentaram suas contrarrazões aos recursos inominados interpostos.
Assim, remetam-se os autos à Turma Recursal com as nossas homenagens.
Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7000151-46.2019.8.22.0015 Classe Execução de Título Extrajudicial Assunto Contratos Bancários Requerente BANCO DO BRASIL, QUADRA SBS QUADRA 4 s/n ASA SUL - 70070-140 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL Advogado(a) MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A Requerido(a) MARCIA REGINA URIZZI MARTINS GUZMAN, CPF nº 09043510840, AV. MAL DEODORO 1128 PROX. À PADARIA, CENTRO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) ANA PAULA DE LIMA CARVALHO, OAB nº RO9791

__
DESPACHO
Antes de analisar o pedido de penhora online, intime-se a parte exequente, para apresentar planilha de débito atualizada, no prazo de 05 (cinco) dias, lembrando que este ônus compete às partes, nos termos do CPC.

SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim Processo: 7003166-18.2022.8.22.0015
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Requerente (s): RUTH FLORES RODRIGUES, CPF nº 28669975220, AVENIDA OITO DE DEZEMBRO S/N SÃO JOSÉ - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (s): LUCAS ZANDONA, OAB nº MT27677O
Requerido (s): BANCO BRADESCO S.A., - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado (s): LARISSA SENTO SE ROSSI, OAB nº BA16330, BRADESCO

DESPACHO
Defiro o pedido de id. 93097987.
Procedi com a expedição de alvará na modalidade transferência através da ferramenta “alvará eletrônico”, pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente à Caixa Econômica Federal, determinando a transferência dos valores diretamente à conta do favorecido, dispensado, dessa forma, o comparecimento na agência bancária.
Seguem as informações sintéticas do alvará eletrônico, como o beneficiário, a conta destino e os valores:
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 11.557,64 LUCAS ZANDONA 05470655156 1511419 - 9 Sim Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748) Ag.: 0810 C.: 02259-5 TOTAL
R$ 11.557,64O beneficiário deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação, conforme síntese supracitada.
Aguarde-se por cinco 05 (cinco) dias o cumprimento da ordem.
Desde já defiro, expedição de alvará de levantamento, em caso de instabilidade do alvará eletrônico, independentemente de nova conclusão, devendo a parte autora ser intimada, para retirada do expediente.
No mais, intime-se a exequente para manifestar-se em 5 (cinco) dias, sobre o prosseguimentos dos autos, sob pena de extinção pelo pagamento.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará-Mirim, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 0003422-27.2015.8.22.0015 Classe Execução de Título Extrajudicial Assunto Pagamento, Cédula de Crédito Bancário Requerente B. B. S., CNPJ nº 04130963945, AV. CIDADE DE DEUS VILA YARA - 06026-270 - OSASCO - SÃO PAULO Advogado(a) MAURO PAULO GALERA MARI, OAB nº RO4937, EDSON ROSAS JUNIOR, OAB nº AM1910 Requerido(a) J. D. L. P., CPF nº 84008148272, AV. PRINCESA ISABEL 7198 JOÃO FRANCISCO CLÍMACO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
J. D. L. P. -. M., CNPJ nº 08843876000101, AV. PRINCESA ISABEL 7198 JOÃO FRANCISCO CLÍMACO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Defiro o pedido de Id. 92533804 - Pág. 1
Em 13.07.2023 lancei a ordem, conforme minuta anexa.
01- SISBAJUD/Infrutífero: Realizado o bloqueio on-line de valores por meio do sistema SISBAJUD, este restou infrutífero (valor irrisório, em relação ao montante da conta, por isso foi desbloqueado).
Assim, manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento. Em caso de inércia, certifique-se e remetam-se os autos à conclusão.
Intime-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim Processo: 7001351-83.2022.8.22.0015
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Pagamento
Requerente (s): MAURO PACHECO VIEIRA, CPF nº 52769640259, AV. LEOPOLDO DE MATOS 699 CENTRO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (s): GIGLIANE PORTUGAL DE CASTRO, OAB nº RO3133A
Requerido (s): CLAUDICEA CRUZ DE LIMA, CPF nº 99319276234, AV. BENJAMIM CONSTANT ESQUINA COM AV. DR. LEWEGER 1000 CENTRO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (s): JUAREZ FERREIRA LIMA, OAB nº RO8789

DESPACHO
Intime-se a parte exequente, para impulsionar o feito, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender cabível, sob pena de extinção e arquivamento.
Com o decurso do prazo, havendo ou não manifestação, retornem os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará-Mirim, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7002426-26.2023.8.22.0015 Classe Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária Assunto Alienação Fiduciária Requerente A. D. C. N. H. L., - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) THIAGO DE SIQUEIRA BATISTA MACEDO, OAB nº RO6842, AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR, OAB nº AC4943, PROCURADORIA DA ADMINSTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Requerido(a) P. G. D. A., CPF nº 38129320835, AVENIDA FIRMO DE MATOS 1467 SAO JOSE - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

SENTENÇA
A parte autora foi devidamente intimada a emendar a inicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Todavia, deixou de atender integralmente a determinação judicial. Isso porque, lhe foi determinado: comprovar a efetivação da mora mediante “protesto do crédito” ou “notificação recebida diretamente pelo devedor”.
Requereu, ao final, dilação de prazo de trinta dias, para cumprir a determinação.
Pois bem. Indefiro o pedido.
Com efeito, de acordo com o art. 320 do CPC “A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação”.
Desse modo, deixando a autora de anexar ao processo documento indispensável à propositura da demanda, não obstante ter sido devidamente intimada a fazê-lo, outra opção não há senão indeferir a petição inicial.
Nesse sentido:
“Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.
Parágrafo único: Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.”
Posto isso, INDEFIRO A INICIAL, EXTINGUINDO o feito sem análise do mérito, com fundamento no artigo 485, inciso I, c/c artigo 330, inciso IV, ambos do CPC.
Não interposta a apelação, intime-se o réu do trânsito em julgado da sentença (§3º do art. 331 do novo CPC).
Havendo custas pendentes, intime-se para quitação, considerando que, nos termos do artigo 1º, §1º da Lei 3.896/2016, o fato gerador ocorre no momento da propositura da ação.
Em caso de inércia, proteste-se e inscreva-se em dívida ativa, independentemente de nova conclusão.
Transitada em julgado, adotadas as providências de praxe, arquive-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim Processo: 7003544-76.2019.8.22.0015
Classe: Cumprimento de sentença

Assunto: Perdas e Danos
Requerente (s): J. SOUZA CONSTRUCOES IMP. E EXP. LTDA - EPP, CNPJ nº 04073486000149, SEBASTIÃO JOÃO CLÍMACO 6808, ESTABELECIMENTO COMERCIAL CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
Advogado (s): CAROLINA ALVES DOS SANTOS, OAB nº RO8664, ANDERSON VIANA DA MOTA, OAB nº RO13093
Requerido (s): PAULO PACHECO NETO, CPF nº 34577076187, RUA DAS VIOLETAS 963, - DE 2123/2124 A 2621/2622 CENTRO - 78552-205 - SINOP - MATO GROSSO
PAULO PACHECO NETO - ME, CNPJ nº 22598837000117, RUA DAS VIOLETAS 963, - DE 2123/2124 A 2621/2622 CENTRO - 78552-205 - SINOP - MATO GROSSO
Advogado (s): SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Foi determinada a penhora on-line, com a indisponibilidade dos ativos financeiros em nome do executado. Instado a impugnar, este manteve-se inerte.
Posto isso, converto a indisponibilidade em penhora independentemente de termo, de acordo com o art. 854, §5° do CPC, e promovo a transferência dos valores para conta judicial (art. 854, §5° c/c art. 1.058 do CPC), conforme extrato anexo.
Aguarde-se a conversão em cartório.
Após, conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará-Mirim, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7003693-77.2016.8.22.0015 Classe Procedimento do Juizado Especial Cível Assunto Obrigação de Fazer / Não Fazer Requerente RUBENS CRUZ RODRIGUES FILHO, CPF nº 18330096220, AV. MADEIRA MAMORÉ 3065 CAETANO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B Requerido(a) Estado de Rondônia Advogado(a) PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO
Intime-se o(a) exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, esclarecer/comprovar em que fase de encontra o precatório n. 0002855-36.2018.8.22.0000, devendo diligenciar ao setor da Coordenadoria de Gestão de Precatórios do TJRO, demonstrando documentalmente a fase do referido precatório. Inerte, arquive-se independentemente de nova conclusão.
Após, intime-se o executado para que, no prazo de 05 dias, caso queira se manifeste acerca do pedido de retificação (mudança de classe, não destacamento dos honorários).
Em seguida, conclusos para deliberações.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7002391-76.2017.8.22.0015 Classe Execução de Título Extrajudicial Assunto Duplicata Requerente MARIANO DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, CNPJ nº 05112280000224, RUA DA BEIRA 7420, - DE 7400 AO FIM - LADO PAR ELDORADO - 76811-738 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) FERNANDO FREITAS FERNANDES, OAB nº MS19171, HELDER GUIMARAES MARIANO, OAB nº MS18941, GABRIEL BERTIPAGLIA FERREIRA, OAB nº MS24269 Requerido(a) AUTO POSTO DFF LTDA. - ME, CNPJ nº 11874968000163, RODOVIA BR 421, KM 58 S/N NOVA DIMENSÃO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Dentre as hipóteses legais de operações societárias, a incorporação é caracterizada pela absorção de uma empresa por outra, de tal modo que a incorporadora sucede a incorporada em todos os seus bens, direitos e obrigações existentes até o momento do ato societário.
Sendo assim, defiro o pedido de Id. 92864717, pois o efeito processual da incorporação é a substituição da empresa incorporada pela empresa incorporadora, que assume o feito judicializado no estágio em que se encontra.
Ante o exposto, determino à CPE que altere o polo ativo da demanda e regularize a representação processual. Todas as intimações e publicações deverão ser em nome de GCM COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA, que deverão ser realizadas em nome dos procuradores de FERNANDO F. FERNANDES, OAB/MS 19.171.

Ademais, cumpra-se as demais determinações sob Id. 91576075, certificando-se nos autos.
Consigne-se que restando infrutífera a diligência, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção, ficando desde já deferida, nova diligência se indicado mais um endereço para citação da parte requerida.
Intimem-se. Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível Processo: 7002712-38.2022.8.22.0015
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Requerente (s): COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA, AC BURITIS, AVENIDA AYRTON SENNA1109 SETOR 1 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
Advogado (s): MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827
DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS, OAB nº RO2013
PROCURADORIA DA SICOOB AMAZÔNIA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA
Requerido (s): ELISABETE CORTEZ SIMOES, CPF nº 59963280200, AV. 1 DE MAIO 131 TRIÂNGULO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (s): EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Com o advento da nova Lei Estadual nº. 3.896/2016 que dispõe sobre a cobrança de custas dos serviços forenses no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, as diligências a serem realizadas perante os sistemas conveniados passaram a ter custo por CPF ou CNPJ consultado, conforme disposto no artigo 17 da citada Lei.
Desta feita, intime-se a parte exequente, por intermédio de seu causídico, para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar o pagamento da diligência, sob pena de não realização da pesquisa pretendida e eventual extinção ou arquivamento do processo, se o caso.
Intime-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Guajará-Mirim, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim Processo: 7001056-12.2023.8.22.0015
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Atraso de vôo
Requerente (s): LUANDA LUIZA MOTA XIMENES, CPF nº 01461813280, SANTOS DUMOND 893 SERRARIA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (s): LUDMILA MORETTO SBARZI GUEDES, OAB nº RO4546
Requerido (s): TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA, CNPJ nº 33136896000190, AVENIDA PAULISTA 453, 14 ANDAR BELA VISTA - 01311-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado (s): RAFAELA FONTOURA SANTOS, OAB nº BA70284, RENATA MALCON MARQUES, OAB nº BA24805

DESPACHO
Defiro o pedido de id. 93172469.
Procedi com a expedição de alvará na modalidade transferência através da ferramenta “alvará eletrônico”, pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente à Caixa Econômica Federal, determinando a transferência dos valores diretamente à conta do favorecido, dispensado, dessa forma, o comparecimento na agência bancária.
Seguem as informações sintéticas do alvará eletrônico, como o beneficiário, a conta destino e os valores:
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 8.106,09 LUDMILA MORETTO SBARZI GUEDES 94756228291 1511618 - 3 Sim Banco do Brasil S.A. (001) Ag.: 0102 C.: 36669-2 TOTAL
R$ 8.106,09O beneficiário deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação, conforme síntese supracitada.
Aguarde-se por cinco 05 (cinco) dias o cumprimento da ordem.
Desde já defiro, expedição de alvará de levantamento, em caso de instabilidade do alvará eletrônico, independentemente de nova conclusão, devendo a parte autora ser intimada, para retirada do expediente.
No mais, intime-se a exequente para manifestar-se em 5 (cinco) dias, sobre o prosseguimentos dos autos, sob pena de extinção pelo pagamento.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará-Mirim, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível Processo: 0081593-76.2007.8.22.0015
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Pagamento
Requerente (s): Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado (s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Requerido (s): MARCOS CESAR BATISTA CABRAL - ME, CNPJ nº 14661367000160, AV. GIACOMO CASARA 1330 LIBERDADE - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
MARCOS CESAR BATISTA CABRAL, CPF nº 14300320225, AVENIDA DR. LEWEGER 4203 LIBERDADE - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA
Advogado (s): KARLYNETE DE SOUZA ASSIS, OAB nº AC3797

_____

DESPACHO
Em atenção aos princípios da não-surpresa e do contraditório substancial, abra-se vista dos autos ao exequente, a fim de que se manifeste quanto à ocorrência, no caso presente, da prescrição intercorrente, no prazo de 15 (quinze) dias.
Ressalto que, em recente julgamento do REsp 1.340.553/RS pelo STJ, decidiu-se que:
a) o prazo de um ano para a prescrição intercorrente, previsto no artigo 40 da LEF começa a ser contado do momento em que a Fazenda toma ciência da impossibilidade de localização do devedor ou de bens para penhora;
b) é indiferente para a contagem do prazo prescricional, o fato de a fazenda ter peticionado solicitando a suspensão do feito para realização de diligências;
c) só a efetiva penhora pode interromper o prazo prescricional, sendo que mera petição da Fazenda solicitando a penhora não tem o condão interruptivo/suspensivo.
Após, tornem-se os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA.
Guajará-Mirim, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7004276-28.2017.8.22.0015 Classe Execução de Título Extrajudicial Assunto Correção Monetária Requerente MUNICÍPIO DE GUAJARÁ MIRIM, AV 15 DE NOVEMBRO 930 CENTRO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) JANAINA PEREIRA DE SOUZA FLORENTINO, OAB nº RO1502, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM Requerido(a) FRANCISCO CARLOS DA SILVA NUNES, CPF nº 34940065200, 12 DE OUTUBRO 4746 PLANALTO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
CLAUDIO ROBERTO SCOLARI PILON, CPF nº 07576793821, RUA COSTA RICA 4699 EMBRATEL - 76820-746 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) AURISON DA SILVA FLORENTINO, OAB nº RO308B

__
DESPACHO
Defiro o pedido de id. 93175575.
Procedi com a expedição de alvará na modalidade transferência através da ferramenta “alvará eletrônico”, pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente à Caixa Econômica Federal, determinando a transferência dos valores diretamente à conta do favorecido, dispensado, dessa forma, o comparecimento na agência bancária.
Seguem as informações sintéticas do alvará eletrônico, como o beneficiário, a conta destino e os valores:
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 369,64 AURISON DA SILVA FLORENTINO 28572068287 1507550 - 9 Sim Caixa Econômica Federal (104) Ag.: 3784 C.: 619-6O beneficiário deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação, conforme síntese supracitada.
Aguarde-se por cinco 05 (cinco) dias o cumprimento da ordem.
Desde já defiro, expedição de alvará de levantamento, em caso de instabilidade do alvará eletrônico, independentemente de nova conclusão, devendo a parte ser intimada, para retirada do expediente.
No mais, arquive-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br

Processo 0004665-45.2011.8.22.0015 Classe Execução de Título Extrajudicial Assunto Pagamento Requerente M. S. COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 10577620000141, AV. ANTÔNIO CORREIA COSTA 2.440, ESQUINA COM AV. BALBINO MACIEL SERRARIA - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA Advogado(a) FLAVIANA LETICIA RAMOS MOREIRA, OAB nº RO4688 Requerido(a) CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA, CPF nº 98379607287, RUA PAU FERRO 460, - ATÉ 459/460 JARDIM ELDORADO - 76811-742 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

__

DESPACHO

Realizada a busca de endereços por meio do sistema SISBAJUD, este restou infrutífero (a empresa não possui relacionamentos com instituições financeiras).

Segue, em anexo, o detalhamento da pesquisa.

Deste modo, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar em termos de prosseguimento, indicando bens passíveis de penhora, sob pena de extinção/arquivamento do feito.

Intime-se. Cumpra-se.

SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.

Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023

Gleucival Zeed Estevão

Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível

Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim Processo: 7002316-27.2023.8.22.0015

Classe: Carta Precatória Cível

Assunto: Citação

Requerente (s): THIAGO CELMAN RODRIGUES DE CARVALHO ROCA, CPF nº 02480064280, RUA FRANCISCO BRAGA 5894, . IGARAPÉ - 76824-230 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Advogado (s): FELIPE MULLER OLIVEIRA, OAB nº RO10483

Requerido (s): CAIO AGUIAR DE OLIVEIRA, CPF nº 06299743220, AVENIDA AFONSO PENA 7666 JOÃO FRANCISCO CLIMACO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA

Advogado (s): SEM ADVOGADO(S)

_____

DESPACHO

Cuida-se de carta precatória para citação de CAIO AGUIAR DE OLIVEIRA. Conforme se depreende dos autos, o mandado já fora distribuído. Aguarde-se o cumprimento da diligência, nos termos do despacho inicial.

Cumpra-se.

SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.

Guajará-Mirim, segunda-feira, 17 de julho de 2023.

Gleucival Zeed Estevão

Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível

Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim Processo: 7002962-37.2023.8.22.0015

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Assunto: Direito de Imagem, Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Liminar , Análise de Crédito

Requerente (s): FERNANDO ALMEIDA FREITAS, CPF nº 07095629340, LUIZ DE FRANÇA DE TORRES 6860, CASA CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA

Advogado (s): ANDERSON VIANA DA MOTA, OAB nº RO13093

Requerido (s): BRADESCO CARTÕES S/A, CNPJ nº 59438325000101, NÚCLEO CIDADE DE DEUS S/N, PRÉDIO COMERCIAL VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ

BANCO BRADESCO S.A., NÚCLEO CIDADE DE DEUS S/N, PRÉDIO COMERCIAL VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ

Advogado (s): BRADESCO

_____

DECISÃO

Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais em que FERNANDO ALMEIDA FREITAS demanda em face de BRADESCO CARTÕES S/A, BANCO BRADESCO S.A..

A parte autora alegou que seu nome foi incluído no Sisbacen (SCR) mesmo após ter quitado seu débito junto à parte requerida. Por estas razões, requer a concessão de medida liminar, a fim de que seja determinado ao requerido que retire o nome do requerente do SCR com a informação de prejuízo. Ao final, requereu a declaração de inexistência de débito e a condenação do requerido ao pagamento de danos morais, em valor não inferior a R$ 10.000,00.

No caso dos autos, a parte autora afirma que procedeu ao pagamento dos débitos que tinha com a ré, e que mesmo após o adimplemento foi inserido junto ao sistema de informações de crédito - SCR com a informação de prejuízo. Juntou documentos.

Analisando os autos, verifico que os documentos acostados ao Id. 93180676, correspondem ao relatório obtido do sistema de informações de crédito - SCR.
Inicialmente, cumpre mencionar que o Sistema de informações de crédito do Banco Central - SCR, é um instrumento utilizado pelo Banco Central com o escopo de prestar consulta acerca das transações de crédito avais e fianças prestados, além de limites de crédito concedidos por instituições financeiras a pessoas físicas e jurídicas, o qual é utilizado para acompanhar as carteiras de crédito das instituições financeiras. Não tem caráter público e não se trata de cadastro de inadimplência, assim, não serve como base para restrição ao crédito por instituições bancárias.
O artigo 300 do Código de Processo Civil em vigor prevê que "a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo".
Assim, tenho que, a priori, a manutenção da anotação interna, caso exista, consubstancia procedimento absolutamente legítimo do requerido.
Portanto, por não vislumbrar a presença dos requisitos legais, INDEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência.
Deixo de designar audiência/determino o cancelamento de eventual solenidade designada automaticamente no sistema, considerando que a requerida possui a política de não fazer qualquer espécie de acordo, em se tratando de ações desta natureza, tornando assim, os atos processuais desnecessários, bem como, se constata que a não realização não trará qualquer prejuízo às partes, tampouco, violará direito à ampla defesa ou contraditório, posto que para esse resguardo o Juízo fixará prazo para a parte requerida apresentar defesa.
1- Cite-se via a parte ré para tomar conhecimento da presente ação e, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados da citação. Oportunidade em que deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente sua pertinência e relevância em relação ao desfecho da demanda, sob pena de preclusão e indeferimento.
2- Sobrevindo a contestação, intime-se a parte autora para apresentar réplica no prazo de 10 (dez). Momento processual em que deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente sua pertinência e relevância em relação ao desfecho da demanda, sob pena de preclusão e indeferimento.
3- Tudo cumprido, tornem-se os autos conclusos para deliberação quanto às provas postuladas, saneamento processual ou julgamento antecipado da lide.
Expeça-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará-Mirim, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe1civgum@tjro.jus.br
Processo : 7003668-88.2021.8.22.0015
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: LUIZ CARLOS CEOLATO LEITE
Advogado do(a) AUTOR: MARCOS VINICIUS MACIEL DUARTE - RO6370
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 10 (dez) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa, bem como dar andamento nos autos, conforme despacho id 91693865.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe1civgum@tjro.jus.br
Processo : 7000866-49.2023.8.22.0015
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ARISTIDES CAMINHA ALVES e outros
Advogados do(a) AUTOR: ANA CAROLINE BORGES PARIS - RO11663, ANDERSON LOPES MUNIZ - RO0003102A
REU: JUMAR LEANDRO DE MIRANDA e outros
Advogado do(a) REU: JUAREZ FERREIRA LIMA - RO8789
Intimação PARTES - PROVAS
Ficam AS PARTES intimadas para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca de quais provas pretendem produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7002672-95.2018.8.22.0015 Classe Execução de Título Extrajudicial Assunto Penhora / Depósito/ Avaliação Requerente CENTRO EDUCACIONAL NOVO MILENIO LTDA - ME, CNPJ nº 05915900000182, AV DOM PEDRO II 269 CENTRO - 76850-000 - GUA-

JARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) GENIVAL RODRIGUES PESSOA JUNIOR, OAB nº RO7185A, WADY DE PAIVA DOURADO DUARTE, OAB nº RO5467, ERICK ALLAN DA SILVA BARROSO, OAB nº RO4624 Requerido(a) ANDRESSA BARBOSA RODRIGUES, CPF nº 00128500204, AVENIDA RIO MADEIRA 2460, - DE 2452 A 2774 - LADO PAR FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-392 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
DEIVID SA MONTEIRO, CPF nº 86265164287, RUA ANCHIETA 1619, - DE 1589 A 1651 - LADO ÍMPAR SÃO FRANCISCO - 76813-431 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

__
DESPACHO
Comprovado o recolhimentos das custas para diligência conforme se extrai ao Id. 92933454.
Intime-se e cumpra-se, in totum, conforme despacho inicial, na decisão de ID 21324269, as determinações de Id. 79808332.
Intime-se. Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7001948-52.2022.8.22.0015 Classe Monitória Assunto Contratos Bancários Requerente BANCO DO BRASIL, BANCO CENTRAL DO BRASIL 04, SETOR BANCÁRIO SUL, QUADRA 04, BLOCO C, LOTE 32, E ASA SUL - 70074-900 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL Advogado(a) MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES, OAB nº RN5553, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A Requerido(a) ELIAH RAPHAEL OLIVEIRA, CPF nº 70575530219 Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

__
DESPACHO
Ressalto que, com o advento da nova Lei Estadual nº. 3.896/2016, que dispõe sobre a cobrança de custas dos serviços forenses no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, as diligências a serem realizadas perante os sistemas conveniados passaram a ter custo por CPF ou CNPJ e por sistema a ser consultado, conforme disposto no artigo 17 da citada Lei.
Então, pela derradeira vez, se a parte autora pretende a realização de qualquer consulta em sistema conveniado do Tribunal, deverá recolher as respectivas custas, conforme já alertada em despacho de ID 92370286, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de suspensão/arquivamento/extinção.
Decorrido o prazo, venham os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7004099-88.2022.8.22.0015 Classe Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária Assunto Alienação Fiduciária Requerente A. D. C. N. H. L., AVENIDA SENADOR ROBERTO SIMONSEN 304, - DE 251/252 A 1009/1010 SANTO ANTÔNIO - 09530-401 - SÃO CAETANO DO SUL - SÃO PAULO Advogado(a) ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS, OAB nº AC4846, PROCURADORIA DA ADMINSTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Requerido(a) L. F. M. S., CPF nº 04880945269, AV FIRMO DE MATOS 1468, CASA SAO JOSE - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

__
DESPACHO
Trata-se de pedido de utilização dos sistemas SISBAJUD, RENAJUD, INFOJUD, SERASAJUD e SIEL na tentativa de obtenção de endereço atualizado da parte requerida para viabilizar a citação.
O valor recolhido a título de custas processuais é suficiente para efetuar apenas 4 (quatro) das 5 (cinco) pesquisas pretendidas, razão pela qual deixei de efetuar a diligência perante o sistema SISBAJUD.
Em documentos anexos constam as respostas retornadas pelos sistemas supracitados.
Desta forma, intime-se a parte requerente para, no prazo de 15 dias e sob pena de arquivamento/extinção/suspensão, indicar endereço válido do requerido para promoção da citação, devendo, desde já, recolher as custas necessárias à repetição do ato.
Decorrido o prazo, venham os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível Processo: 7003731-79.2022.8.22.0015
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Busca e Apreensão
Requerente (s): CIPRIANO PIRES DE ALMEIDA, CPF nº 07951493287, AVENIDA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA 4013 NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (s): SERGIO GRABOWSKI BOJANOVSKI, OAB nº RO5935
Requerido (s): ASBAPI-ASSOCIACAO BRASILEIRA DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS, CNPJ nº 08812425000107, CENTRO EMPRESARIAL ASSIS CHATEAUBRIAND sala 20, SRTVS CONJUNTO L LOTE 38 ASA SUL - 70340-906 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
Advogado (s): SEM ADVOGADO(S)

_____

DESPACHO
Defiro o pedido de dilação de prazo (15 dias).
Após transcurso do prazo, independente de nova intimação, manifeste-se a parte autora, sob pena de arquivamento/extinção.
Intime-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA.
Guajará-Mirim, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7002935-54.2023.8.22.0015 Classe Petição Cível Assunto Nulidade de ato administrativo Requerente DIEGO MARINHO DE OLIVEIRA, CPF nº 88178722291, RUA 752 CENTRO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) PEDRO PAULO VALERIANO, OAB nº DF64059 Requerido(a) Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

__

DESPACHO
Na nova lei de custas (Lei nº 3.896/2016) existe previsão para adiamento de metade do valor das custas iniciais para pagamento em até 05 dias após a audiência de conciliação. Entretanto, nas causas em que a Fazenda Pública é parte, dispensa-se a realização de audiência de conciliação ante a impossibilidade de autocomposição (art. 334, § 4º, II, CPC), vez que tais feitos versam sobre interesse público e, em tese, consolidam direitos patrimoniais indisponíveis.
Logo, nos processos distribuídos a este juízo, o recolhimento inicial deve ser realizado imediatamente de forma integral, ou seja, no montante de 2% sobre o valor da causa, observando-se o valor mínimo (art. 12, §1º, da lei 3896/2016).
Isso posto, intime-se a parte autora para comprovar o recolhimento das custas, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, I, ambos do CPC.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7002768-42.2020.8.22.0015 Classe Cumprimento de sentença Assunto Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Desconto em folha de pagamento, Acidente de Trânsito, Cobrança indevida de ligações , Dever de Informação, Depoimento, Acidente de Trabalho - Ressarcimento ao Erário, Provas em geral Requerente JOAO BARBOSA DE SOUZA, CPF nº 34135790291, AV. DOUTOR LEWEGER 5085, CASA JARDIM DAS ESMERALDAS - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) SERGIO GRABOWSKI BOJANOVSKI, OAB nº RO5935 Requerido(a) ABAMSP - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE AUXILIO MUTUO AO SERVIDOR PUBLICO, CNPJ nº 00100451000109, RUA DOS CAETÉS 530 CENTRO - 30120-080 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS Advogado(a) AMANDA JULIELE GOMES DA SILVA, OAB nº MG165687, FELIPE SIMIM COLLARES, OAB nº MG112981

__

DESPACHO
Expeça-se novo ofício ao INSS para que, no prazo de 30 dias, informe a este Juízo se a associação ABAMSP - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE AUXÍLIO MÚTUO AO SERVIDOR PÚBLICO - CNPJ 00.100.451/0001-09 possui valores pendentes de recebimento ou retidos em seu desfavor.
Deve o INSS ficar ciente de que a diligência empreendida não se trata de tentativa de efetuar descontos em desfavor da pessoa jurídica executada, mas sim a fim de verificar se há valores retidos em favor da referida empresa, tendo em vista que, segundo informações nos

autos, o INSS realizava descontos dos segurados/beneficiários e posteriormente repassava à ABAMSP (executada).
Desta forma, este Juízo busca tão somente informações acerca de existência de valores retidos em favor da ABAMSP eventualmente retidos pelo INSS.
Anexem ao ofício a petição de ID 77401788, a qual a própria executada informa que o INSS reteve valores em seu desfavor.
Com a resposta do instituto, intime-se a parte exequente para manifestar o que entender de direito no prazo de cinco dias.
Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7002466-08.2023.8.22.0015 Classe Cumprimento de sentença Assunto Alimentos Requerente ANTONIO JUNIOR DE ARAUJO, CPF nº 70021206201, AV. MARECHAL DEODORO 6150 CIDADE NOVA - 76900-105 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA Advogado(a) ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA, OAB nº RO2892A, SUELEN NARA LIMA DA SILVA, OAB nº RO8667, ANA CAROLINE FONTINELI DE BRITO, OAB nº RO12197 Requerido(a) ZACARIAS TEIXEIRA DE ARAUJO, CPF nº DESCONHECIDO, LINHA 29C S/N, FAZENDA DO CHICÃO DO REBOLÇAS RURAL - 76900-105 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

__
DESPACHO
Recebo a emenda.
Deve a CPE: Retificar o CPF da parte requerida, para constar o n. 106.805.192-20.
1- Cite-se e intime-se o executado para, em 03 (três) dias, efetuar o pagamento do valor exequendo, correspondente a R$ 1.372,06 (um mil, trezentos e setenta e dois reais e seis centavos) inerente a março, abril e maio de 2023 e, das parcelas que venceram no curso do processo, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de ter seu nome levado à protesto e ser-lhe decretada a prisão por até três meses, na forma do artigo 528, §§1º, 3º e 7º do Código de Processo Civil.
1.1- O executado deverá ser alertado que somente a comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de pagar justificará o inadimplemento (art. 528, §2º, CPC).
2- Decorrido o prazo e, não havendo prova digna do pagamento do débito e nem tampouco comprovação da impossibilidade de fazê-lo – preclusão a ser certificada pelo cartório – desde já, DECRETO A PRISÃO do executado, independentemente de nova conclusão dos autos (artigo 5º, LXII da Constituição Federal c.c. Art. 528, § 3º do CPC), pelo prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da obrigação alimentar persistir.
2.1- Encaminhe-se à POLINTER/CAPTURAS que deverá cumprir o mandado em 90 (noventa) dias, contados da expedição do mandado, prazo este que reputo razoável para o cumprimento pela autoridade policial, que deverá informar as diligências efetuadas.
3- Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias para o cumprimento, a ordem de prisão ficará sem efeito e o mandado deverá ser baixado dos registros da POLINTER, independentemente de contramandado.
3.1- Com o escorrimento do prazo supramencionado, intime-se o exequente para adequar a execução ao rito do artigo 523 do CPC, indicando bens passíveis de penhora, ou requerer o que entender de direito, no prazo de cinco dias.
4 - Esclareça o oficial de Justiça ao executado que, não tendo condições de constituir advogado, poderá procurar a Defensoria Pública.
5 - Após o decurso do prazo de prisão, não tendo ocorrido o pagamento e ou, evadindo-se o réu para não ser preso, proceda-se o PROTESTO DO DÉBITO, PELO VALOR ATUALIZADO (art. 911, § único c/c art. 528, § 3º , do CPC).
6 - Comprovado o pagamento do débito, expeça-se carta de quitação para baixa do protesto, cabendo ao devedor, solicitar pessoalmente a baixa do protesto, com pagamento das taxas administrativas devidas.
Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7002966-74.2023.8.22.0015 Classe Monitória Assunto Duplicata Requerente M. S. COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 10577620000141, ANTÔNIO CORREA DA COSTA 2440, ESQUINA COM A AVENIDA BALBINO MACIEL SERRARIA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) FLAVIANA LETICIA RAMOS MOREIRA, OAB nº RO4688 Requerido(a) RAFAELA RIBEIRO DA SILVA, CPF nº 12466203677, AVENIDA AMAZONAS 4291 CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
RAFAELA RIBEIRO DA SILVA 12466203677, CNPJ nº 25261378000170, AMAZONAS 4291 CENTRO-DIST. N. DIMENSAO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

__
DESPACHO
Emende a exequente a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias e sob pena de indeferimento, realizando o pagamento a integralidade das custas iniciais.

Por oportuno registre-se que o regimento de custas (Lei n. 3.896/2016) prevê o percentual de 2% sobre o valor da causa a título de custas iniciais, vez que não há previsão de audiência obrigatória para os procedimentos especiais. Vejamos:
Art. 12. As custas judiciais incidirão sobre o valor da causa, da seguinte forma:
I - 2% (dois por cento) no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado para até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo. Havendo acordo, as partes ficam desobrigadas ao pagamento do montante adiado;
Na oportunidade, deverá juntar, além dos comprovantes de pagamento, os boletos correspondentes.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7002464-38.2023.8.22.0015 Classe Cumprimento de sentença Assunto Alimentos Requerente ANTONIO JUNIOR DE ARAUJO, CPF nº 70021206201, MARECHAL DEODORO 6150 CIDADE NOVA - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA Advogado(a) SUELEN NARA LIMA DA SILVA, OAB nº RO8667, ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA, OAB nº RO2892A, ANA CAROLINE FONTINELI DE BRITO, OAB nº RO12197 Requerido(a) ZACARIAS TEIXEIRA DE ARAUJO, CPF nº DESCONHECIDO, LINHA 29C, FAZENDO DO CHICÃO DO REBOLÇAS RURAL - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

__
DESPACHO
Recebo a emenda.
Deve a CPE: Retificar o CPF da parte requerida, para constar o n. 106.805.192-20.
Intime-se a parte executada, na pessoa do seu advogado constituído nos autos ou pessoalmente, para efetuar o pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência a multa de 10% (dez por cento), além de custas, se houver, nos termos do art. 523 e parágrafos do Código de Processo Civil.
Caso efetue o pagamento através de depósito judicial, desde já autorizo a expedição de alvará em favor da exequente. Em seguida, venham os autos conclusos para extinção.
Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
Apresentados embargos, intime-se o exequente para, querendo, manifestar-se.
Após, intimem-se as partes para especificarem provas no prazo de 5 dias, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra.
Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, devendo fazê-lo diretamente, instruindo o pedido com a presente decisão.
Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC (protesto), que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil (cadastro inadimplentes).
Em caso de inércia, manifeste-se o(a) exequente no prazo de 05 (cinco) dias requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção/arquivamento.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Lucas Niero Flores
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7002783-79.2018.8.22.0015 Classe Cumprimento de sentença Assunto Compra e Venda Requerente ARTAXERXES ANDRADE SANTOS - ME, CNPJ nº 10990964000188, AV. CAMPO SALES 1314 SERRARIA - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA Advogado(a) SAMIR MUSSA BOUCHABKI, OAB nº RO2570A Requerido(a) NICKI DANIEL GUARI TRIGO, AV. DOM PEDRO I 2448 SANTA LUZIA - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA Advogado(a) DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

__
DECISÃO
Diante da inexistência de indicação de outros bens passíveis de penhora, nos termos em que faculta o artigo 921, do CPC, suspendo a execução pelo prazo de 01 (um) ano, após o qual começará a correr o prazo da prescrição intercorrente.
A propósito, o Código de Processo Civil assim dispõe:
Art. 921. Suspende-se a execução:
[...]§ 1° Na hipótese do inciso III, o juiz suspenderá a execução pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição.
[...]§ 4° Decorrido o prazo de que trata o § 1º sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente.
Neste ínterim, o exequente poderá promover as diligências que entender necessárias.
Transcorrido o prazo de um ano, certifique-se no feito. Em seguida, INTIME-SE a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se, requerendo o que entender de direito.
Nada sendo pleiteado, arquive-se os autos, nos termos do artigo 921, §4°, do CPC.

Decorrido o prazo de 06 (seis) anos, sem que tenha sido satisfeita a pretensão executória, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se quanto à ocorrência no caso presente, de prescrição intercorrente, ocasião em que poderá, inclusive, opor eventuais fatos impeditivos à incidência da referida prescrição.
Providenciem o necessário. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7000591-03.2023.8.22.0015 Classe Embargos de Terceiro Cível Assunto Acessão Requerente ANTONIO BENTO DO NASCIMENTO, CPF nº 20418760268, 2596 SANTA LUZIA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) PEDRO PAULO VALERIANO, OAB nº DF64059 Requerido(a) BANCO DO BRASIL, , - DE 523 A 615 - LADO ÍMPAR - 76900-261 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA Advogado(a) EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR, OAB nº MA29190, GUILHERME PEREIRA DOLABELLA BICALHO, OAB nº DF29145, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A

__
SENTENÇA
I- RELATÓRIO
Trata-se de EMBARGOS DE TERCEIRO opostos por ANTONIO BENTO DO NASCIMENTO contra BANCO DO BRASIL.
Em síntese, alega que é proprietário do imóvel LOTE DE TERRA Nº 2 DA QUADRA Nº 2-G ÁREA TOTAL DE 450M2 (QUATROCENTOS E CINQUENTA METROS QUADRADOS), TENDO OS SEGUINTES LIMITES E CONFRONTAÇÕES: Frente: Av. beira rio, 15m, lado direito com o lote nº 1, 30m, lado esquerdo com o rio mamoré, 15m, localizado na Rua Beira Rio, nº 388, Centro, neste Município, com registro no cartório de imóveis sob o Registro nº 10.378.
Refere que realizou o negócio de compra e venda do imóvel com a executada dos autos principais, no ano de 2021.
Aduz que por questões financeiras não realizou o registro da escritura pública, tampouco a transferência no registro imobiliário, se valendo tão somente do contrato de compra e venda, pois nunca imaginou que a vendedora se valeria do imóvel para garantia de negócios, lhe causando tais prejuízos.
Diante do exposto, pugna pela procedência do pedido e a liberação definitiva do imóvel reconhecendo sua propriedade.
A inicial veio instruída de documentos.
Os embargos foram recebidos, tendo sido atribuídos efeitos suspensivos sobre os atos que recaiam sobre o bem em litígio (ID89545040).
Devidamente intimado, o banco embargado apresentou impugnação (ID90771412).
Na oportunidade, apresentou preliminar de inépcia da inicial e da gratuidade judiciária.
No mérito, argumenta que a alienação de imóvel para ter validade perante terceiros, deve ser averbada na matrícula do imóvel o que não ocorrera nesse caso. Dessa forma, diante da ausência do registro público do contrato de compra e venda, o embargado agiu de boa-fé ao aceitar o bem como garantia hipotecária, posto que não possuía conhecimento do ajuste contratual entre a embargante e a executada, sendo que antes do registro, há apenas direito pessoal ou obrigacional entre as partes que firmaram o negócio jurídico, de modo que, somente com a efetivação do registro, cria-se um direito oponível perante terceiros. Requer a aplicação da teoria da aparência. Pugna pela improcedência dos pedidos. Junta documentos.
Houve Réplica (ID92058539).
Instadas, as partes quedaram-se inertes quanto às provas.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório. Fundamento e decido.
II- FUNDAMENTAÇÃO
Versam os autos sobre Embargos de Terceiro.
Do julgamento antecipado:
Não tendo as partes pugnado pela produção de provas, passo ao julgamento da lide.
O processo comporta julgamento no estado em que se encontra, sendo as questões debatidas matérias unicamente de direito (artigo 355, inciso I, do CPC de 2015).
Quanto a preliminar levantada pela parte embargada, esta encontra-se desprovida de sustentação, eis que a gratuidade não foi concedida à embargante, mas para garantia do acesso ao Judiciário, diferiu-se o recolhimento das custas processuais de forma parcelada, pelo que se infere da decisão de ID88296777.
Quanto a preliminar de inépcia da inicial, em síntese, sustenta o requerido que a parte autora não acostou documentos indispensáveis à propositura da ação, consubstanciados naqueles que constituem o fundamento de sua causa de pedir. Sem razão, contudo. Verifica-se, que houve a contratação, faltando somente o registro em cartório do negócio jurídico entabulado. Assim, rejeito a preliminar suscitada.
Pois bem. De proêmio, consigno que a medida judicial apresentada é plenamente possível, em razão do que dispõe o artigo 674 “caput” e §1º do Código de Processo Civil, verbatim:
“Art. 674. Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato constritivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro.
§1º Os embargos podem ser de terceiro proprietário, inclusive fiduciário, ou possuidor.”
Em relação ao mérito, melhor sorte não assiste a parte embargada, razão pela qual os embargos devem ser acolhidos.
Isso porque, de fato, a documentação trazida com a inicial comprova que o bem objeto da restrição, oferecido em garantia do débito executado nos autos 7001175-46.2018.8.22.0015 pertence à embargante, antes do pedido de constrição na ação executiva.

Compulsando os autos, verifico que a embargante demonstrou sua condição de adquirentes de boa-fé do imóvel descrito na inicial, haja vista que na época da compra (02/07/2021), não existia averbação de hipoteca sobre o bem, o que ocorreu apenas em 2023, ou seja, quando da aquisição do imóvel este estava livre e desembaraçado.

Apesar da falta de averbação no registro de imóveis, ao que tudo indica, a embargante adquiriu o bem de boa-fé, devendo, haver a comprovação de má-fé para a caracterização de fraude à execução e consequente desfazimento do negócio jurídico, o que não ocorreu.

Nos termos da Súmula 375 do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

"O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente".

Assim, não havendo prova da má-fé da embargante (prova cujo ônus cabia ao embargado), outro caminho não há que não seja a procedência do pedido, consoante jurisprudência uníssona do STJ.

No que concerne ao reconhecimento de eventual alienação fraudulenta (fraude à execução e fraude contra credores), esclarece-se que a fraude contra credores imprescinde de demanda própria (artigo 161 do Código Civil e artigo 790, VI do Código de Processo Civil). Já a fraude à execução apenas seria possível, no caso vertente, sob o fundamento do artigo 792, IV do Código de Processo Civil – 2015 ("IV - quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência;") que, segundo jurisprudência pacificada pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA exige a prova da má-fé do terceiro adquirente (parte embargante), configurada pelo conhecimento deste acerca da existência de demanda capaz de levar o alienante à insolvência. Veja-se:

"PROCESSO CIVIL. RECURSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC. FRAUDE DE EXECUÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. SÚMULA N. 375/STJ. CITAÇÃO VÁLIDA. NECESSIDADE. CIÊNCIA DE DEMANDA CAPAZ DE LEVAR O ALIENANTE À INSOLVÊNCIA. PROVA. ÔNUS DO CREDOR. REGISTRO DA PENHORA. ART. 659, § 4º, DO CPC. PRESUNÇÃO DE FRAUDE. ART. 615-A, § 3º, DO CPC. 1. Para fins do art. 543-c do CPC, firma-se a seguinte orientação: 1.1. É indispensável citação válida para configuração da fraude de execução, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 615-A do CPC. 1.2. O reconhecimento da fraude de execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente (Súmula n. 375/STJ). 1.3. A presunção de boa-fé é princípio geral de direito universalmente aceito, sendo milenar a parêmia: a boa-fé se presume; a má-fé se prova. 1.4. Inexistindo registro da penhora na matrícula do imóvel, é do credor o ônus da prova de que o terceiro adquirente tinha conhecimento de demanda capaz de levar o alienante à insolvência, sob pena de tornar-se letra morta o disposto no art. 659, § 4º, do CPC. 1.5. Conforme previsto no § 3º do art. 615-A do CPC, presume-se em fraude de execução a alienação ou oneração de bens realizada após a averbação referida no dispositivo. 2. Para a solução do caso concreto: 2.1. Aplicação da tese firmada. 2.2. Recurso especial provido para se anular o acórdão recorrido e a sentença e, consequentemente, determinar o prosseguimento do processo para a realização da instrução processual na forma requerida pelos recorrentes." (STJ - REsp: 956943 PR 2007/0124251-8, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 20/08/2014, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJe 01/12/2014). (destaquei).

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO. IMÓVEL SEM REGISTRO. PENHORA INDEVIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO ART. 85, § 2º DO CPC. PROVEITO ECONÔMICO INDIRETO. SENTENÇA REFORMADA. 1. Nos termos do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil, os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa. 2. A procedência de ação que determina o cancelamento da penhora que recaiu sobre o bem promove proveito econômico indireto a seu possuidor/proprietário, coincidente com o valor da causa. 3. Recurso provido. (TJ-DF 07394004420198070001 DF 0739400-44.2019.8.07.0001, Relator: JOSAPHA FRANCISCO DOS SANTOS, Data de Julgamento: 07/10/2020, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 21/10/2020 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)

EMBARGOS DE TERCEIRO - IMÓVEL - PENHORA - REGISTRO NA MATRÍCULA - AUSÊNCIA - VALIDAÇÃO DA CONSTRIÇÃO - EXIGÊNCIA DE PROVA DE MÁ-FÉ DOS COMPRADORES - INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 375 DO STJ - CREDOR - ÔNUS - REsp Representativo de Controvérsia nº 956.943/PR - PEDIDO - PROCEDÊNCIA - SENTENÇA - MANUTENÇÃO. APELO DO EMBARGADO NÃO PROVIDO. (TJ-SP 10110282720158260032 SP 1011028-27.2015.8.26.0032, Relator: Antonio Luiz Tavares de Almeida, Data de Julgamento: 05/09/2017, 32ª Câmara Extraordinária de Direito Privado, Data de Publicação: 05/09/2017)

Inobstante a procedência do pedido de liberação do gravame sobre o imóvel, não se olvida que este somente recaiu sobre o bem em razão da embargante não ter realizado a transferência devida junto ao cartório de registro de imóvel, sendo certo que, se a embargante tivesse realizado todas as providências/cautelas necessárias para a transferência do bem, obrigação esta que lhe cabia desde o momento da quitação do bem, sem dúvidas alguma não teria ocorrido a hipoteca e consequentemente não teria sido necessário todo esse dispêndio jurídico.

Destarte, considerando que a constrição sobre o imóvel deu-se única e exclusivamente por falta de providências que incumbia à embargante, nada mais justo que este arque com o ônus sucumbencial.

Coaduna com este posicionamento o seguinte julgado:

EMBARGOS DE TERCEIRO. AUSÊNCIA DE AVERBAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DO IMÓVEL PENHORADO JUNTO AO REGISTRO DE IMÓVEIS. SUCUMBÊNCIA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. O embargante/apelante deu causa à instauração da presente demanda, sendo cabível sua condenação aos ônus sucumbenciais. Precedentes. Sentença mantida. NEGARAM PROVIMENTO À APELAÇÃO. UNÂNIME. (TJ-RS - AC: 70065189862 RS, Relator: Otávio Augusto de Freitas Barcellos, Data de Julgamento: 16/12/2015, Décima Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: 25/01/2016) Original sem grifos.

Ainda sobre a responsabilidade pelo ônus sucumbencial, cito a Súmula 303 do STJ:

"Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios."

Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.

No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).

O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.

Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos.

III- DISPOSITIVO
Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE os presentes embargos, nos termos do art. 487, I CPC, com resolução do mérito, reconhecendo a propriedade e posse da embargante sobre o imóvel LOTE DE TERRA Nº 2 DA QUADRA Nº 2-G ÁREA TOTAL DE 450M2 (QUATROCENTOS E CINQUENTA METROS QUADRADOS), TENDO OS SEGUINTES LIMITES E CONFRONTAÇÕES: Frente: Av. beira rio, 15m, lado direito com o lote nº 1, 30m, lado esquerdo com o rio mamoré, 15m, localizado na Rua Beira Rio, nº 388, Centro, neste Município de Guajará-Mirim/RO, com registro no cartório de imóveis sob o Registro nº 10.378, de modo que CANCELE definitivamente a penhora recaída sobre o imovel.
Em vista do princípio da causalidade e das razões supra, condeno a parte embargante ao pagamento das custas processuais e deixo de condenar o embargado ao pagamento de honorários sucumbenciais, com as ressalvas do artigo 98 do CPC.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.
Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará à imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Novo Código de Processo Civil.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo “a quo” (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.
Com o trânsito em julgado, translade-se cópia desta sentença nos autos de execução correspondente.
P.R.I.
Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se com as anotações de estilo.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7000592-27.2019.8.22.0015 Classe Procedimento Comum Cível Assunto Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio-Doença Acidentário, Aposentadoria por Invalidez Acidentária Requerente MAICON AVELA DE MATOS, CPF nº 07995030967, NOVA DIMENSÃO KM 07, LINHA 30 -B ZONA RURAL - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA Advogado(a) MATHEUS EVARISTO SANTANA, OAB nº RO3230, GIULIANO CAIO SANT ANA, OAB nº RO4842 Requerido(a) INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 3213, - DE 3981 A 6491 - LADO ÍMPAR COSTA E SILVA - 76803-281 - PORTO VELHO - RONDÔNIA Advogado(a) PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA

__
DESPACHO
Antes de analisar o pedido de sequestro online, intime-se a parte exequente, para apresentar planilha de débito atualizada, no prazo de 05 (cinco) dias, lembrando que este ônus compete às partes, nos termos do CPC.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7000601-81.2022.8.22.0015 Classe Execução de Título Extrajudicial Assunto Duplicata Requerente M. S. COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 10577620000141, ANTÔNIO CORREA DA COSTA 2440, ESQUINA COM A AVENIDA BALBINO MACIEL SERRARIA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) FLAVIANA LETICIA RAMOS MOREIRA, OAB nº RO4688 Requerido(a) FARMACIA DO BAIXINHO LTDA - ME, CNPJ nº 14610620000157, AVENIDA PERIMETRAL LESTE 463, - DE 4128 A 4792 - LADO PAR RAIO DE LUZ - 76875-518 - ARIQUEMES - RONDÔNIA Advogado(a) SEM ADVOGADO(S)

__
DESPACHO
Defiro o pedido de Id. 92916339.
01-SERASAJUD/Endereço: Procedi a busca de endereços da requerida pelo sistema SERASAJUD e, consoante recibo em anexo, foram localizados endereços já diligenciados.
Em caso negativo, intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção/arquivamento.
Expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível Processo: 7004501-72.2022.8.22.0015
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Requerente (s): COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PO, CNPJ nº 03497143000149, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado (s): MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827
DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS, OAB nº RO2013
Requerido (s): IVAM DA SILVA DAVID, CPF nº 22020071215, RUA PRINCESA ISABEL 5300 PROSPERO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
IVAM DA SILVA DAVID 22020071215, CNPJ nº 11840847000109, PRINCESA ISABEL 4048 LIBERDADE - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (s): SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Defiro o pedido de dilação de prazo (5 dias).
Após transcurso do prazo, independente de nova intimação, manifeste-se a parte autora, sob pena de arquivamento/extinção.
Intime-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA.
Guajará-Mirim, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível Processo: 0002951-11.2015.8.22.0015
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Pagamento
Requerente (s): Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado (s): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Requerido (s): VARAO & SOARES LTDA - ME, CNPJ nº 63746713000119, RUA DESIDÉRIO DOMINGOS LOPES 2838 JOÃO FRANCISCO CLÍMACO - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA
Advogado (s): SAMAEL FREITAS GUEDES, OAB nº RO2596

SENTENÇA
Trata-se de ação de Execução Fiscal, em que a exequente confirmou o cumprimento integral da obrigação / pagamento.
Posto isso, JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Sentença registrada automaticamente no sistema e publicada. Intimem-se.
Após, adotadas as providências de praxe, arquive-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA.
Guajará-Mirim, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM
Fórum Nélson Hungria, Av. XV de Novembro, s/n - Serraria CEP: 76850-000. Tel. (69) 3516-4501
E-mail: gumgab1civel@tjro.jus.br
Processo 7001285-69.2023.8.22.0015 Classe Embargos à Execução Assunto Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução Requerente ELIDIO FERNANDES, RAMAL DO BOM SOSSEGO S/N, SETOR CACHOEIRINHA ZONA RURAL - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 576 3653 CENTRO - 76850-959 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA Requerido(a) BANCO DA AMAZONIA SA, AVENIDA BOUCINHA DE MENEZES 681, S/C CENTR0 - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA Advogado(a) LUIZ GUSTAVO FLEURY CURADO BROM, OAB nº TO2939, MICHEL FERNANDES BARROS, OAB nº RO1790, ELAINE AYRES BARROS, OAB nº RO8596, PROCURADORIA DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A

DESPACHO
Em que pese as alegações da parte autora, observa-se que a sentença foi anexada no ID90887248 - Pág. 1 a 2.

Nos autos de origem n. 0049496-52.2009.8.22.0015, houve a extinção pelo reconhecimento da prescrição intercorrente. De todo modo, junte-se cópia da sentença também naqueles autos.
Intime-se.
Adotadas as providências de praxe, arquive-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Guajará Mirim/RO, 17 de julho de 2023
Gleucival Zeed Estevão - Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe1civgum@tjro.jus.br
ÓRGÃO EMITENTE: Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo: 20 dias)
CITAÇÃO DE: MARCOS DANIEL PENGA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.727.670/0001-99, e MARCOS DANIEL PENGA CPF: 733.370.482-34, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR e INTIMAR o(a) Executado(a) acima mencionado, para efetuar o pagamento do débito em 03 (três) dias úteis ou no prazo de 15 (quinze) dias úteis, opor Embargos à Execução, independentemente de penhora, depósito ou caução, observando-se o disposto no art. 827, § 1º § 2º do NCPC. Honorários fixados em 10% salvo embargos. Caso haja pagamento integral da dívida no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC). Não efetuado o pagamento no prazo de 03 (três) dias úteis, proceder-se-á de imediato à penhora de bens e a sua avaliação.
PRAZO: O prazo para opor embargos do Devedor será de 15 (quinze) dias, a contar do término do prazo do edital.
OBSERVAÇÃO: Caso não tenha condições de constituir advogado particular, deverá procurar a Defensoria Pública. Em caso de revelia, será nomeado curador especial nos termos do art. 257, IV do CPC. A presente ação pode ser consultada pelo endereço eletrônico http://pjeconsulta.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça)
DÍVIDA CORRIGIDA: R$ 1.491,08 (mil quatrocentos e noventa e um reais e oito centavos), atualizado em 01 de dezembro de 2022.
Processo:7005105-33.2022.8.22.0015
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
Exequente: FLAVIANA LETICIA RAMOS MOREIRA CPF: 002.957.701-20, M. S. COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA DE ALIMENTOS LTDA CPF: 10.577.620/0001-41
Executados: MARCOS DANIEL PENGA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.727.670/0001-99 e MARCOS DANIEL PENGA CPF: 733.370.482-34
DESPACHO ID 85329244: "(...) 1. Cite-se o executado para que, no prazo de 3 (três) dias, pague a dívida exequenda descrita à inicial (art. 829 do CPC). 2. Fixo honorários em 10% do valor da causa, em conformidade com o artigo 827 do CPC. 3. Deverá constar no mandado que em caso de integral pagamento da dívida no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (§1º do artigo 827). 4. Decorrido in albis o prazo estipulado no item "1" (3 dias), sem pronto pagamento, procederá o oficial de justiça, de imediato, penhora de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, juros e honorários advocatícios, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado. 5. A penhora recairá, preferencialmente, na ordem estipulada pelo artigo 835 do CPC (Art. 835 CPC: A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: I- dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira; II – Títulos da dívida pública da União, dos Estados e do Distrito Federal com cotação em mercado; III – Títulos e valores mobiliários com cotação em mercado; IV- veículos de via terrestre; V - bens imóveis; VI- bens móveis em geral; VII – semoventes; VIII - navios e aeronaves; IX - ações e quotas de sociedades simples e empresárias; X - percentual do faturamento de empresa devedora; XI - pedras e metais preciosos; XII – Direitos aquisitivos derivados de promessa de compra e venda e de alienação fiduciária em garantia; XIII- outros direitos.), salvo se houver indicação de bens pelo credor, na forma do artigo 829, § 2º do mesmo Codex, caso em que a penhora deverá recair sobre o (s) bem (s) indicado (s). Em caso de não encontrar o devedor, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado por 02 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido. 6. Frustradas as citações pessoal e com hora certa, intime-se o exequente a se manifestar nos termos do §2º 830 do CPC. 7. Em conformidade com o artigo 847 do CPC, poderá o executado, no prazo de 10 (dez) dias contados da intimação da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove que a substituição não trará prejuízo ao exequente e será menos onerosa para ele devedor (a). 8. O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se a execução por meio de Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 917, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação (art. 231 do CPC). 9. Esclareça ao executado que no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito do exequente, poderá mediante o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, REQUERER, o parcelamento do restante do débito remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês. (art. 916 do CPC).(...)"
Sede do Juízo: Fórum Cível, Avenida XV de Novembro, 1981, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000, (69) 3541-7187 e-mail: cpe1civgum@tjro.jus.br
Guajará-Mirim, 30 de junho de 2023.
Lisandra Oliveira Dias
Gestora de Equipe
Data e Hora
03/07/2023 08:39:15
Validade: 31/08/2023, conforme estabelece o Art. 22, inciso I, letras "a" e "b", da Instrução Presidencial Nº 001/2012 – PR, publicada no DJE nº 031 de 15/02/2012.
a
5745
Caracteres
5273
Preço por caractere - 0,02246
Total (R$) - 118,43

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Endereço: Avenida XV de Novembro, 1981, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
==========
Processo nº: 7001335-32.2022.8.22.0015 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: MARIA VALERIA SILVA DE OLIVEIRA
Advogados do(a) EXEQUENTE: CARLENE TEODORO DA ROCHA - RO6922, JOAO PAULO ROBERTO DE ALMEIDA - RO11414
EXECUTADO: MUNICÍPIO DE GUAJARÁ MIRIM
Intimação AO REQUERENTE (VIA DJE)
Certifico que, compulsando os autos, foi constatado que os cálculos homologados ultrapassam o limite para receber em RPV (Requisição de Pequeno Valor). Ante o exposto, promovo a intimação da parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar se deseja receber em precatório ou em RPV , caso a opção seja por RPV, apresentar o Termo de Renúncia para expedição da mesma.
OBSERVAÇÃO: Será considerado o valor do salário mínimo vigente na data da elaboração do cálculo de liquidação (art. 4º, §1º da Resolução 153/2020 TJRO).
Guajará-Mirim/RO, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe1civgum@tjro.jus.br
Processo : 7002494-10.2022.8.22.0015
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogados do(a) AUTOR: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - RO4943-A, THIAGO DE SIQUEIRA BATISTA MACEDO - RO6842
REU: EVERSON DA SILVEIRA DE HOLANDA
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe1civgum@tjro.jus.br
Processo : 7005008-43.2016.8.22.0015
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: GIGLIANE GOMES LIMA
Advogados do(a) EXEQUENTE: GIGLIANE PORTUGAL DE CASTRO - RO0003133A, KARLYNETE DE SOUZA ASSIS - RO8049
EXECUTADO: OLGA VACA LARA e outros
Advogado do(a) EXECUTADO: IGOR DOS SANTOS CAVALCANTE - RO3025
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 1ª Vara Cível Processo: 7004678-70.2021.8.22.0015
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Contratos Bancários
Requerente (s): BANCO DO BRASIL, BANCO CENTRAL DO BRASIL 04, SETOR BANCÁRIO SUL, QUADRA 04, BLOCO C, LOTE 32, E ASA SUL - 70074-900 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
Advogado (s): ITALO SCARAMUSSA LUZ, OAB nº BA67070
PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
Requerido (s): OZIAS ALBINO DOS REIS, CPF nº 71006966234
Advogado (s): SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Defiro o pedido de dilação de prazo e concedo 15 dias à parte exequente para que manifeste o que entender de direito.
Após transcurso do prazo, independente de nova intimação, manifeste-se a parte exequente, sob pena de arquivamento/extinção.
Intime-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA.
Guajará-Mirim, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Gleucival Zeed Estevão
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim

2ª VARA CÍVEL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7001265-54.2018.8.22.0015
Classe/Assunto: Interdição/Curatela / Tutela e Curatela
Distribuição: 11/05/2018
REQUERENTE: MARIA IZABEL RIVAROLA PINTO, AV.: PEDRO ELEUTÉRIO 80, RUA DE SERVIÇO CAETANO - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: SAMAEL FREITAS GUEDES, OAB nº RO2596, NIVALDO RIBERA DE OLIVEIRA, OAB nº RO3527
REQUERIDOS: CARMEM ROSA RIVAROLA PINTO, AV.: PEDRO ELEOTÉRIO 80 CAETANO - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA, MARIA GLADIS PINTO, RUA JOÃO PAULO I 2400, CONDOMÍNIO RIVIERA, CS 26, QD 09 NOVO HORIZONTE - 76810-154 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: DOMINGOS SAVIO GOMES DOS SANTOS, OAB nº RO607
DESPACHO
Sobreveio a informação nestes autos de que a requerida MARIA GLADIS PINTO ingressou com AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE CURATELA (Id Num. 87046211), distribuída sob o nº 7000587-63.2023.8.22.0015, cuja tutela foi deferida provisoriamente para conceder a curatela de CARMEM ROSA RIVAROLA PINTO em seu favor, em substituição à curadora MARIA IZABEL RIVAROLA PINTO, pelo prazo inicial de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado em caso de necessidade, conforme espelho anexo.
Com efeito, a decisão proferida naqueles autos enseja a perda do objeto desta ação de cumprimento de sentença.
Desta feita, determino o retorno dos autos ao arquivo.
Intime-se.
SIRVA O PRESENTE COMO MANDADO
Guajará-Mirim, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7002481-16.2019.8.22.0015
Classe/Assunto: Procedimento Comum Cível / Reconhecimento / Dissolução
Distribuição: 28/08/2019
Requerente: AUTOR: K. C. M., AV. FIRMO DE MATOS 1468 SÃO JOSÉ - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerente: ADVOGADO DO AUTOR: ADRIANO MICHAEL VIDEIRA DOS SANTOS, OAB nº RO4788
Requerido: REU: E. F. S., AV. BENJAMIN CONSTANT 234 CRISTO REY - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA, F. D. S. S. D. S., SGT WOLFF 1433 - 59015-220 - NATAL - RIO GRANDE DO NORTE, F. M. S., PAISSANDU 6368, CONJUNTO RIO JAMARIA TRES MARIA - 76812-610 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, F. M. D. J. S. V., GUAPORE 2496 CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, M. S. D. S. N., ANTONIO LUIS DE MACEDO 2350 SANTA LUZIA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA, F. D. S. S., ESPERANÇA 2507 NOVA ESPERANÇA - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerida: ADVOGADOS DOS REU: GENIVAL RODRIGUES PESSOA JUNIOR, OAB nº RO7185A, ERICK ALLAN DA SILVA BARROSO, OAB nº RO4624, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Resumo: trata-se de AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL PÓS MORTE.
Aduz a requerente que durante cinco anos conviveu em união estável, de convivência pública e contínua, estabelecida com objetivo de constituição de família, conhecida por parentes, amigos e vizinhos com Francisco Martins Serra, até o seu falecimento ocorrido em 19/09/2015.
O requerido Edvado Francisco Serra na audiência de conciliação manifestou-se que não possui interesse na lide, porquanto seu falecido pai reconheceu em vida a união estável com a requerente, que não faz oposição aos fatos, pugnando para sair da lide.
Os requeridos Francisco da Silva Serra, Manuel Salomão da Silva Neto e Francy Martha de Jesus Serra Velas apresentaram contestação ao argumento de que a autora e o falecido eram amigos, mas não tinham relacionamento amoroso ou com o intuito de constituição de entidade familiar; arguindo, preliminarmente, coisa julgada em razão dos autos 0001454-38.2015.4.01.4102, que tramitou no Juizado Especial Federal Cível.
Réplica à contestação, na qual alega a intempestividade da contestação, para decretar a revelia dos requeridos.
A Defensoria Pública apresentou contestação por negativa geral como curadora especial dos requeridos citados por edital Felix Manoel Serra e Frandimar da Silva Serra dos Santos.
Instados a especificar provas, as partes pleitearam pela oitiva de testemunhas, bem como depoimento pessoal das partes e juntada de novos documentos.
O processo chegou na fase do artigo 357 do CPC.
Análise e decisão: a parte requerida arguiu preliminar de coisa julgada em razão dos autos 0001454-38.2015.4.01.4102, que tramitou no Juizado Especial Federal Cível, posto que fora julgado improcedente o pedido da autora para receber pensão por morte do falecido. Sem maiores delongas, rejeito a preliminar pelo simples fato de serem pedidos diversos, que não tem o condão de fazer coisa julgada nesta justiça estadual. No que concerne à alegação da autora que a defesa é extemporânea, não merece prosperar, pois quando apresentada a contestação pelos requeridos Francisco da Silva Serra, Manuel Salomão da Silva Neto e Francy Martha de Jesus Serra Velas, sequer os réus Felix Manoel Serra e Frandimar da Silva Serra dos Santos tinham sido citados, que só ocorrera depois a citação fictícia dos mesmos (art. 231, § 1º, do CPC).
Não havendo outras preliminares a serem apreciadas, declaro o processo SANEADO e defiro a produção de prova oral, consistente no depoimento das partes, bem como a oitiva de testemunhas, conforme pleiteado e a juntada de novos documentos desde que supervenientes a este momento processual.
Fixo como pontos controvertidos: 1) a existência de união estável de convivência pública e duradoura, com animus de constituir família

entre a autora e o falecido Francisco Martins Silva; 2) termo inicial de união estável entre a autora e o falecido, e, se perdurou até a data de falecimento em 19/09/2015.
No tocante ao ônus probatório, aplica-se, no caso, a regra do artigo 373, incisos I e II, do CPC.
Assim, designo audiência de instrução e julgamento por videoconferência para o dia 29 de agosto de 2023, às 09 horas, na sala de audiência virtual da 2ª Vara Cível, por meio do link da videochamada: https://meet.google.com/fks-qwhv-swf
Faculto às partes que, no prazo de 3 dias contados da intimação da presente decisão, apresentem justificação válida para a realização da audiência presencial, que se realizará na mesma data acima anotada em sala especial (2ª Vara Cível) destinada para tal fim no Fórum local, na modalidade de audiência mista, nos termos previstos no ato Conjunto n. 013/2021.
Fixo o prazo comum de até 10 (dez) dias úteis antes da data da audiência para apresentação de rol de testemunhas (que deverá conter, sempre que possível: nome, profissão, estado civil, idade, número de CPF, número de identidade e endereço completo da residência e do local de trabalho), sob a pena de preclusão.
As testemunhas deverão ser no máximo 3 (três) para cada parte. Somente será admitida a inquirição de testemunhas em quantidade superior na hipótese de justificada imprescindibilidade e se necessária para a prova de fatos distintos.
Incumbem aos advogados constituídos pelas partes informar ou intimar cada testemunha por si arrolada (observadas as regras do artigo 455 do CPC).
Em se tratando de testemunha arrolada pela Defensoria Pública ou por advogado que patrocina a causa em função do convênio da assistência judiciária, expeça-se mandado para intimação das respectivas testemunhas (exceto se houver compromisso de apresentação em audiência independentemente de intimação). Em tal hipótese, via digitalmente assinada da decisão servirá como mandado, a ser cumprido com os benefícios da justiça gratuita.
Caso seja arrolada testemunha residente em outra comarca e não haja compromisso de que a respectiva pessoa comparecerá na audiência aqui designada, depreco o ato de inquirição, cuja audiência será designada pelo juízo do local do domicílio da testemunha arrolada.
Em se tratando de testemunha servidor público ou militar, requisite-se ao chefe da repartição ou junto ao comando em que servir (art. 455, §4º, inciso III do CPC).
Intimem-se.
Expeça-se o necessário.
SIRVA O PRESENTE COMO CARTA DE INTIMAÇÃO/MANDADO DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
Guajará-Mirim sexta-feira, 14 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7000340-19.2022.8.22.0015
Classe/Assunto: Cumprimento de sentença / Nota Promissória
Distribuição: 31/01/2022
Requerente: REQUERENTE: M. S. COMERCIO DE OPTICA LTDA - ME Av. Capitão Olimpo, n. 2759, bairro Nossa Senhora de Fátima, nesta cidade
Advogado (a) Requerente: ADVOGADOS DO REQUERENTE: CAROLINA ALVES DOS SANTOS, OAB nº RO8664, ANDERSON VIANA DA MOTA, OAB nº RO13093
Requerido: REQUERIDO: ANA CARLA BERNADINO SIQUEIRA - Linha 9ª do Taquara, Km 6, Zona Rural, Porto Velho - RO - CEP: 76847-000
DESPACHO
A parte executada foi intimada pessoalmente acerca do bloqueio via SISBAJUD, contudo manteve-se inerte, razão pela qual converto em penhora os valores anteriormente tornados indisponíveis, o que independerá da lavratura de auto (§ 5º do art. 854 do Código de Processo Civil) e, como consequência, transferi o montante para conta vinculada a este, conforme espelho em anelho.
Considerando que a parte exequente já apresentou os dados bancários, expedi ordem judicial (alvará eletrônico digital) diretamente à Caixa Econômica Federal, visando à transferência dos valores depositados em juízo para a conta de titularidade do(a) beneficiário(a) abaixo informada, com as devidas correções/rendimentos/atualizações monetárias, mediante encerramento da conta judicial.
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 200,33 CAROLINA ALVES DOS SANTOS 008.515.572-10 1511787 - 2 Sim Banco do Brasil S.A. (001) Ag.: 2270-5 C.: 23870-8 R$ 0,26 CAROLINA ALVES DOS SANTOS 008.515.572-10 1511788 - 0 Sim Banco do Brasil S.A. (001) Ag.: 2270-5 C.: 23870-8 TOTAL
R$ 200,59
Essa modalidade de alvará importa em ordem judicial expedida diretamente à Caixa Econômica Federal, a qual constará do sistema interno do Banco a respectiva autorização do juízo para transferência dos valores contidos nas contas judiciais vinculadas aos autos para as contas bancárias indicadas pela parte interessada, dispensado o comparecimento do beneficiário à agência bancária.
No entanto, tendo em vista que o valor bloqueado não foi suficiente para adimplir o débito, intime-se a parte exequente para manifestar acerca do prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
SIRVA O PRESENTE COMO COMUNICAÇÃO/ALVARÁ JUDICIAL/INTIMAÇÃO.
Prazo de validade: 30 dias.
Guajará-Mirim, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7001852-71.2021.8.22.0015
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Compromisso
Requerente (s): M. S. COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 10577620000141, ANTÔNIO CORREA DA COSTA 2440, ESQUINA COM A AVENIDA BALBINO MACIEL SERRARIA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (s): FLAVIANA LETICIA RAMOS MOREIRA, OAB nº RO4688
Requerido (s): V. BOTELHO DE SOUZA - PANIFICADORA - ME, CNPJ nº 17084551000183, - 2335 NOVA ESPERANÇA - 69800-000 - HUMAITÁ - AMAZONAS
Advogado (s): SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Inclua-se o executado VALDOMIRO BOTELHO DE SOUZA , inscrito no CPF n. 273.274.772-68, no polo passivo da ação.
A parte autora noticiou nos autos que VALDOMIRO BOTELHO DE SOUZA, inscrito no CPF n. 273.274.772-68 é proprietário de empresa individual, ora requerida. Desse modo, pugnou pela sua inclusão no polo passivo, bem como a realização de penhora on line em nome da referida pessoa física.
DEFIRO o pedido.
De acordo com a jurisprudência do STJ "o empresário individual responde pelas obrigações adquiridas pela pessoa jurídica, de modo que não há distinção entre pessoa física e jurídica, para os fins de direito, inclusive no tange ao patrimônio de ambos" (AREsp 508.190, Rel. Min. Marco Buzzi, Publicação em 4/5/2017).
Dessa forma, realizei pesquisa junto ao sistema SISBAJUD, entretanto, o bloqueio de valores restou parcialmente frutífero, conforme espelho anexo.
Assim, intime-se o executado pessoalmente, acerca do bloqueio realizado em sua conta (R$ 5.051,18) para, querendo, manifestar-se no tocante a impenhorabilidade, no prazo de 5 dias, conforme artigo 854, §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil.
Transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias, sem qualquer manifestação do executado, o bloqueio será convertido em penhora, nos termos do § 5º do artigo 854 do Código de Processo Civil. A partir desse momento, começará a fluir automaticamente, o prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, manifestar-se, por simples petição, nos termos do artigo 525, § 11 do CPC, e a ausência de manifestação implicará na liberação dos valores em favor do exequente.
Ademais, considerando que o valor bloqueado não quita o débito, atento, ainda, aos demais pedidos efetuei pesquisa junto ao sistema Renajud e existem veículos registrados em nome do executado no sistema RENAJUD. Entretanto, tais veículos encontram-se gravados por alienação fiduciária, conforme espelho anexo
Portanto, considerando o disposto no artigo 7°- A, do Decreto-Lei 911, com a redação que lhe deu a Lei 13.043/2014, não será aceito bloqueio judicial de bens constituídos por alienação fiduciária.
Assim, decorrido o prazo acima, com manifestação do executado, intime-se a parte exequente para se manifestar, em 5 (cinco) dias, devendo indicar bens passíveis de penhora ou requerer outras medidas para a satisfação do débito.
Após, façam conclusos os autos para conversão dos valores em penhora e análise de eventuais pedidos do exequente.
Intime-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA.
Guajará-Mirim, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim, Fórum Nélson Hungria

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7001176-89.2022.8.22.0015
Classe/Assunto: Procedimento Comum Cível / Fornecimento de Água
Distribuição: 07/04/2022
Requerente: AUTOR: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
Advogado (a) Requerente: ADVOGADOS DO AUTOR: JOSE MARIA ALVES LEITE, OAB nº RO7691, IHGOR JEAN REGO, OAB nº PR8546, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
Requerido: REU: INACIO NORONHA DE BARROS
REU: INACIO NORONHA DE BARROS, AV. NOSSA SENHORA DE FATIMA 3610 BAIRRO NSA. DE FATIMA - 76850-000 - GUAJARÁ--MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerida: REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Alterei a classe para cumprimento de sentença.
Intime-se a parte executada, na pessoa do seu advogado constituído nos autos, se tiver, ou pessoalmente, para efetuar o pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência a multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 e parágrafos do Código de Processo Civil.
Caso efetue o pagamento através de depósito judicial, inclusive dos honorários, desde já autorizo a expedição de alvará em favor da exequente, desde que fornecidos os dados bancários, que inclusive deve se manifestar pela extinção do feito pelo pagamento. Em seguida, venham os autos conclusos.

Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se automaticamente o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, bem como, sobre o débito e sobre os honorários do (a) advogado (a) incidirão multa de 10%.
Transcorrido o prazo, não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, conforme preceitua o §3º do artigo 523 do CPC, salvo se outro meio de penhora mostrar-se mais eficiente ao recebimento do crédito.
Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo.
Em caso de inércia, manifeste-se a exequente no prazo de 5 (cinco) dias requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção/arquivamento.
Intimem-se.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA DE INTIMAÇÃO/ MANDADO/CARTA PRECATÓRIA.
INÁCIO MORONHA DE BARRO, ENDEREÇO: DISTRITO DE ABUNÃ, RUA JOSÉ MARCOLINO, N 150.
Guajará-Mirim sexta-feira, 14 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim- 2º Juizado Especial Cível Processo: 7002963-22.2023.8.22.0015
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível / Direito de Imagem, Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Liminar , Análise de Crédito
Distribuição: 11/07/2023
AUTOR: FERNANDO ALMEIDA FREITAS, CPF nº 07095629340, LUIZ DE FRANÇA DE TORRES 6860, CASA CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ANDERSON VIANA DA MOTA, OAB nº RO13093
REU: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK 2.041, CONJ 281 BLOCO A COND WTORRE JK VILA NOVA CONCEIÇÃO - 04543-011 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DECISÃO
Resumo: trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais envolvendo as partes acima identificadas.
Alega o autor que seu nome foi incluído no Sisbacen (SCR) mesmo após ter quitado seu débito junto à parte requerida. Por essa razão pugnou pela concessão da tutela de urgência, a fim de que seja determinado ao requerido que retire o nome do requerente do SCR com a informação de prejuízo. Ao final, requereu a declaração de inexistência de débito e a condenação do requerido ao pagamento de danos morais, na quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Análise: cumpre ressaltar que a tutela provisória de urgência é instituto de direito pátrio com propósito de conferir maior efetividade prática à tutela final, a fim de evitar que a demora do processo possa causar prejuízo aos litigantes que demonstrem verossimilhança de suas alegações.
Para concessão da tutela de urgência devem estar previstos, de forma cumulativa, os elementos da probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (caput do artigo 300 do CPC), não podendo ainda ser irreversível (§ 3º do art. 300 do CPC).
No caso em tela, o autor afirma que seu nome está com anotação indevida de “PREJUÍZO”, junto ao “SRC”.
O Superior Tribunal de Justiça já pacificou entendimento no sentido de que a inscrição indevida do nome do consumidor no SCR resulta em restrição ao crédito, entendimento que foi seguido pelo nosso Tribunal de Justiça em casos análogos:
Agravo de instrumento. Cumprimento de sentença. Registro de dados cadastrais. Sistema de informações do Banco Central – SCR. Cadastro de risco do Banco Central. Caráter restritivo. Pagamento parcelado do débito. Retirada da restrição do nome da parte. Determinação. Cabimento. Cominação de multa pelo descumprimento. Possibilidade. Recurso desprovido. As informações negativas constante no SCR causam exatamente o mesmo impacto dos cadastros de proteção ao crédito, uma vez que funcionam como indicador de risco, o que repercute, diretamente, no direito creditício do consumidor.
A decisão que determina a retirada do nome da parte dos cadastros de proteção ao crédito, em razão de o débito estar sendo pago de forma parcelada, possui caráter mandamental e se sobrepõe às portarias e circulares do Poder Executivo, de modo que não há justificativa para o seu descumprimento.
Se não for demonstrada a disparidade na razoabilidade e proporcionalidade das astreintes fixadas para o cumprimento da determinação judicial, não há que se falar em reforma da decisão agravada. (AGRAVO DE INSTRUMENTO 0807750-65.2022.822.0000, Rel. Des. Isaias Fonseca Moraes, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Cível, julgado em 07/02/2023.)
O STJ já decidiu que a inscrição indevida do nome do consumidor no Sisbacen, em especial no SCR, importa em restrição ao crédito, razão pela qual deve ser responsabilizada por dano moral a empresa que lançou o apontamento, desde que comprovado pelo consumidor o efetivo prejuízo causado à sua imagem com a informação contida no sistema. Precedentes. O quantum indenizatório deve sempre respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade aplicados ao caso concreto. (APELAÇÃO CÍVEL 7002057-60.2017.822.0009, Rel. Des. Rowilson Teixeira, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 1ª Câmara Cível, julgado em 28/01/2021.)
No presente caso, o autor acostou aos autos a resposta do requerido a um atendimento junto ao PROCON (Id. Num. 93181157 - Pág. 1) em que declara a inexistência de débito com o banco, bem como apresentou o relatório de Id. Num. 93181159 - Pág. 1/2 que consta as anotações junto ao SCR - Sistema de Informação de Crédito pelo banco requerido e pelo banco bradesco.

Assim, considerando que os documentos anexados à inicial apontam para a probabilidade do direito vindicado; considerando que a manutenção do apontamento gera perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo; e, por fim, considerando que a medida pleiteada não é irreversível, entendo ser o caso de deferimento da tutela provisória de urgência.
Decisão: assim sendo, presentes os requisitos legais, na forma do art. 300, do CPC, DEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência, a fim de determinar que o requerido providencie a retirada do nome do autor Fernando Almeida Freitas do SCR - Sistema de Informação de Crédito, em até 5 (cinco) dias, contados a partir da ciência desta decisão.
Para o caso de descumprimento injustificado na determinação, desde já fixo multa diária de R$100,00 (cem reais) até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), sem prejuízo da adoção de outras medidas que venham a ser necessárias, inclusive contra o gestor desobediente, nos termos do art. 139, IV, do CPC.
Do ônus probatório: considerando a probabilidade do direito alegado na inicial e a hipossuficiência do consumidor; considerando, ainda, o entendimento sedimentado do STJ no sentido de que a inversão probatória, prevista no art. 6º, VIII, do CDC, é regra de instrução, desde já atribuo à requerida o ônus de comprovar:
a) a origem do débito que resultou na inscrição do nome do autor junto SCR - Sistema de Informação de Crédito;
b) a legalidade da manutenção da inscrição do nome do autor junto SCR - Sistema de Informação de Crédito;
Considerando o agendamento automático da audiência de conciliação para o dia 30/08/2023, às 09 horas, a ser realizada por videoconferência pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUS, via WhatsApp ou Hangouts Meet, INTIME-SE e CITE-SE a parte ré para cumprir a tutela de urgência deferida, bem como para, querendo, contestar o pedido em até 24h, contados do dia da audiência, caso não haja acordo entre as partes, nos termos do art. 7º, inciso XIV, do Provimento n. 18/2020 da CGJ/RO, sob pena de presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial.
Na ocasião da citação/intimação, o oficial de justiça deverá anotar o número do WhatsApp da parte ré para viabilizar a realização da audiência de conciliação.
Se já houver contestação no processo, fica a parte autora intimada do prazo de até às 24h do dia posterior da audiência conciliatória para apresentar impugnação, nos termos do art. 7º, inciso XV, do Provimento n. 18/2020 da CGJ/RO.
Caso não constem os dados de e-mail e telefones das partes no processo (advogado/autor/réu/preposto), ficam, desde já, intimadas para se manifestarem no processo, no prazo 24 horas antes da solenidade conciliatória, indicando tais dados, sob pena de extinção do feito com condenação em custas para a parte autora ou revelia para o réu.
Após a apresentação dos dados necessários (e-mail e telefone das partes), encaminhe-se o processo ao CEJUSC para realização da audiência e envio do link correspondente às partes, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da solenidade, sendo de responsabilidade das partes e seus advogados a informação, sob pena de cancelamento do ato e/ou extinção do processo.
No horário da audiência por videoconferência, as partes devem estar disponíveis através do e-mail e/ou número de celular indicado, a fim de que a audiência possa ter início, e, tanto as partes como os advogados acessarão e participarão após serem autorizados a entrarem na sala virtual.
A parte autora deverá estar de posse de seus dados bancários a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial.
Caso alguma das partes NÃO tenha meios tecnológicos para participar da audiência por videoconferência, deverá entrar em contato com o setor de conciliação mediante os contatos que seguem: via e-mail cejuscgum@tjro.jus.br e/ou telefone fixo – (69) 3516-4540. Caso ambas as partes estejam impossibilitadas de participar da audiência por videoconferência, ambas poderão utilizar os meios mencionados acima para prestar informações.
Expeça-se o necessário. Intimem-se as partes.
Cumpra-se.
Guajará-Mirim sexta-feira, 14 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Av. 15 de Novembro, n. 1981, bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
e-mail: interiorfiscaiscpe@tjro.jus.br
Processo: 7002271-28.2020.8.22.0015
Embargante: IRAMAR FERREIRA RIOS - CPF: 021.874.262-20 (EMBARGANTE)
FLABIO MARCELO BAIMA LIMA - OAB MA6888 - CPF: 904.945.203-53 (ADVOGADO)
Embargado: MUNICÍPIO DE GUAJARÁ MIRIM
Intimação AO EMBARGANTE- CUSTAS
Fica a parte EMBARGANTE intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais pendentes , conforme determinado no despacho de ID 89210552 - DESPACHO.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Guajará-Mirim/RO, 14 de julho de 2023.
JESSICA ARIADNA SILVA RODRIGUES
(assinatura digital)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7000095-71.2023.8.22.0015
Classe/Assunto: Cumprimento de sentença / Direito de Imagem
Distribuição: 11/01/2023
REQUERENTE: BRADLY CRISTIAN FERREIRA FOCHESATTO
ADVOGADO DO REQUERENTE: DOUGLAS DIAS DO CARMO, OAB nº RO10022
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ITALO SCARAMUSSA LUZ, OAB nº BA67070, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
SENTENÇA
Relatório dispensado (Lei 9.099/95, art. 38, caput).
Depreende-se dos autos o cumprimento integral da obrigação, consoante informado pela parte exequente ao Id Num. 93280718.
Posto isso, JULGO EXTINTO O PRESENTE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, e, por consequência determino o ARQUIVAMENTO do presente feito.
Isento de custas (artigo 54, da Lei 9.099/95).
Sentença publicada e registrada automaticamente.
Após, arquive-se.
Guajará-Mirim, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP: 76.850-000 - Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7000772-04.2023.8.22.0015
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
Advogado do(a) EXEQUENTE: CRISTIANE TESSARO - RO0001562A-A
EXECUTADO: VILMAR COSTA FERREIRA
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 0000028-41.2017.8.22.0015
Classe/Assunto: Cumprimento de sentença / Piso Salarial
Distribuição: 04/01/2017
EXEQUENTE: ISRAEL CRISPIM RIBEIRO, CPF nº 62948822149, BECO 02 79 BAIRRO JARDIM DAS ESMERALDAS - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JOHNNY DENIZ CLIMACO, OAB nº RO6496, CRISTIANO POLLA SOARES, OAB nº RO5113A, ANTONIO RABELO PINHEIRO, OAB nº RO659, GABRIEL DE MORAES CORREIA TOMASETE, OAB nº RO2641
EXECUTADO: MUNICÍPIO DE GUAJARÁ MIRIM, AVENIDA 15 DE NOVEMBRO CENTRO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM
DESPACHO
Intimado a apresentar dados bancários para expedição de precatório, a parte exequente manteve-se inerte, razão pela qual determino o arquivamento do feito pelo prazo da prescrição (contar a partir de 15 de janeiro de 2023 - despacho de suspensão de ID 67025030).
Guajará-Mirim sexta-feira, 14 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Av. 15 de Novembro, n. 1981, bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO 2º Juizado Especial Cível - Guajará-Mirim Processo: 7001714-36.2023.8.22.0015
Classe/Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível / Direito de Imagem, Direito de Imagem, Tutela de Urgência
Distribuição: 25/04/2023
AUTOR: CLAUDIO AMARO DE ANDRADE
ADVOGADOS DO AUTOR: POLIANA NUNES DE LIMA, OAB nº RO7085, JOAO PAULO DE AGUIAR SOARES, OAB nº RO12721
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de Embargos de Declaração opostos por ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A em face de decisão que acolheu o pedido formulado na inicial.
Diz o embargante, em síntese, que há omissão, visto que a interrupção foi legitima, não se caracterizando a descontinuidade do serviço, tampouco o dever da parte ré em indenizar o autor por danos morais.
Pugna pelo acolhimento dos embargos.
É o relatório. Decido.
É cediço que os embargos de declaração têm a finalidade de esclarecer, tornar claro o julgado, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões e esclarecer obscuridades porventura nele encontradas.
Sobre este tema, afirmam Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Nery que: “Os EDcl têm finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições. Não têm caráter substitutivo da decisão embargada, mas sim integrativo ou aclaratório. Como regra, não têm caráter substitutivo, modificador ou infringente do julgado” (Código de Processo Civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 1045).
Nesse sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: “Rediscutir, pois as questões apreciadas, com o reforço ou inovação argumentativa, constitui delírio na via processual declaratória. A motivação do convencimento do Juiz não impõe que expresse razões versando todos os argumentos delineados pelas partes, por mais importantes possam lhes parecer” (Embargos de Declaração no REsp 38.344 PR. Relator Ministro Milton Luiz Pereira).
Em que pesem os argumento do embargante, não há que se falar em omissão, uma vez que ao analisar o pedido e julgá-lo improcedente, este juízo fundamentou e esclareceu as razões para tanto.
Ressalto, por relevante, que este juízo apreciou a todos os pedidos formulados na inicial, não incorrendo em nenhuma das hipóteses previstas nos incisos do artigo 1.022 e de seu Parágrafo Único do CPC, razão pela qual não se pode falar em omissão.
Assim, se a parte discorda dos fundamentos expostos na sentença e se não há omissão, contradição ou obscuridade na decisão impugnada, cumpre-lhe questioná-los na via recursal própria, não se prestando os declaratórios para rediscussão da matéria objeto da lide.
Diante do exposto, nego provimento aos embargos.
Intime-se.
Guajará-Mirim, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7000331-23.2023.8.22.0015
Classe/Assunto: Procedimento Comum Cível / Direito de Imagem, Direito de Imagem, Cobrança indevida de ligações , Capitalização e Previdência Privada, Cláusulas Abusivas
Distribuição: 30/01/2023
AUTOR: LAURO TARTARO, CPF nº 17990386291, AV. 12 DE OUTUBRO 991 TAMANDARE - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NIVALDO RIBERA DE OLIVEIRA, OAB nº RO3527
REU: BANCO DO BRASIL SA, AV. DR. MENDOÇA LIMA 388 CENTRO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES, OAB nº RN5553, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
DECISÃO
Resumo: trata-se de ação declaratória de inexistência de aplicação cumulada com indenização por danos morais e materiais.
Aduz o requerente que recebeu um TED no valor de R$ 57.007,10 em sua conta bancária, porém, o requerido sem sua autorização e consentimento teria realizado três aplicações financeiras, uma no BRASILPREV, no valor de R$ 55.000.00 (cinquenta e cinco mil reais) e duas aplicações junto ao OUROCAP, cada uma no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
O requerido apresentou contestação ao argumento de que o autor compareceu na agência bancária acompanhada de seu vizinho Sr. Nilo e consentiu com os produtos, assinando os contratos.
Réplica à contestação, ratificando os pedidos iniciais.
Outras ocorrências: audiência de conciliação infrutífera.
Instados a especificar provas, o autor pleiteia o depoimento pessoal do requerente e oitiva do funcionário da instituição financeira requerida; por sua vez, a parte requerida requer o julgamento antecipado da lide.
O processo chegou na fase do artigo 357 do CPC.

Análise e decisão: a parte requerida impugnou à gratuidade de justiça do autor. Sem maiores delongas, rejeito a preliminar pelo simples fato que fora indeferida o benefício da justiça gratuita ao autor, conforme pronunciamento de ID: 88076206.
Não havendo outras preliminares a serem apreciadas, declaro o processo SANEADO e, considerando a alegação de erro, de que o mesmo é semianalfabeto e possui uma deficiência/sequela, em um dos seus ouvidos (surdo), usando o aparelho auditivo para dirimir a sua deficiência, defiro a produção de prova oral, consistente no depoimento do autor e do funcionário do banco requerido que fez o atendimento ao correntista, ora requerente.
Fixo como pontos controvertidos: 1) se foi explicado didaticamente as aplicações contratadas ao autor; 2) se percebeu o entendimento do autor acerca dos produtos que estavam sendo oferecidos; 3) se no momento de oferecimento da proposta e na parte da contratação o autor estava com algum acompanhante; 4) se o autor faz uso de aparelho de audição externo; 5) se o autor tem alguma dificuldade ao escutar; 6) grau de leitura e escrita do autor.
No tocante ao ônus probatório, aplica-se, no caso, a regra do artigo 373, incisos I e II, do CPC.
Assim, designo audiência de instrução e julgamento por videoconferência para o dia 01 de agosto de 2023, às 09 horas, na sala de audiência virtual da 2ª Vara Cível, por meio do link da videochamada: https://meet.google.com/tyd-shyy-jtf
Considerando a peculiaridade do caso, a audiência será realizada de forma mista, nos termos previstos no ato Conjunto n. 013/2021. As partes que forem comparecer presencialmente a realização da audiência se realizará em sala especial (2ª Vara Cível) destinada para tal fim no Fórum Nelson Hungria.
Incumbem aos advogados constituídos pelas partes informar ou intimar cada parte ou testemunha por si arrolada (observadas as regras do artigo 455 do CPC).
Em se tratando de testemunha servidor público ou militar, requisite-se ao chefe da repartição ou junto ao comando em que servir (art. 455, §4º, inciso III do CPC).
Intimem-se.
Expeça-se o necessário.
SIRVA O PRESENTE COMO CARTA DE INTIMAÇÃO/MANDADO DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
Guajará-Mirim sexta-feira, 14 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Av. 15 de Novembro, n. 1981, bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7003016-37.2022.8.22.0015
Classe/Assunto: Imissão na Posse / Imissão
Distribuição: 13/07/2022
Requerente: REQUERENTES: PAULO WAGNER DAMACENA, ALIDA SOUZA FERREIRA
Advogado (a) Requerente: ADVOGADO DOS REQUERENTES: CESAR PASSOS DE OLIVEIRA, OAB nº RO9565
Requerido: REQUERIDOS: TEREZINHA FERREIRA DE SOUZA, ROMILDO MINGARDO
REQUERIDOS: TEREZINHA FERREIRA DE SOUZA, AV. BOUCINHAS DE MENEZES 135 CRISTO REY - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA, ROMILDO MINGARDO, AV. BOUCINHAS DE MENEZES 135 CRISTO REY - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerida: ADVOGADO DOS REQUERIDOS: AURISON DA SILVA FLORENTINO, OAB nº RO308B
DESPACHO
Alterei a classe para cumprimento de sentença.
Intime-se a parte executada, na pessoa do seu advogado constituído nos autos, se tiver, ou pessoalmente, para efetuar o pagamento da condenação referente a custas processuais e honorários advocatícios, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência a multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 e parágrafos do Código de Processo Civil.
Outrossim, no mesmo prazo, desocupe imediatamente, de maneira voluntária, os imóveis objeto da lide, sob pena de cumprimento do mandado de imissão na posse expedido ID 93140145.
Caso efetue o pagamento através de depósito judicial, inclusive dos honorários, desde já autorizo a expedição de alvará em favor da exequente, desde que fornecidos os dados bancários, que inclusive deve se manifestar pela extinção do feito pelo pagamento. Em seguida, venham os autos conclusos.
Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se automaticamente o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, bem como, sobre o débito e sobre os honorários do (a) advogado (a) incidirão multa de 10%.
Transcorrido o prazo, não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, conforme preceitua o §3º do artigo 523 do CPC, salvo se outro meio de penhora mostrar-se mais eficiente ao recebimento do crédito.
Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo.
Em caso de inércia, manifeste-se a exequente no prazo de 5 (cinco) dias requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção/arquivamento.
Intimem-se.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA DE INTIMAÇÃO/ MANDADO/CARTA PRECATÓRIA.
REQUERIDOS: TEREZINHA FERREIRA DE SOUZA, AV. BOUCINHAS DE MENEZES 135 CRISTO REY - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA, ROMILDO MINGARDO, AV. BOUCINHAS DE MENEZES 135 CRISTO REY - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Guajará-Mirim sexta-feira, 14 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7005176-35.2022.8.22.0015
Classe/Assunto: Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos / Obrigação de Fazer / Não Fazer
Distribuição: 07/12/2022
REQUERENTE: J. R. S. B., CPF nº 05726556224, AV. XV DE NOVEMBRO S/N PLANALTO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA, OAB nº RO2892A
REQUERIDO: A. N. B. D. S., CPF nº DESCONHECIDO, AVENIDA TERCINA VALDIVINO 4915 PLANALTO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: WELISON NUNES DA SILVA, OAB nº PR58395, MARILZA GOMES DE ALMEIDA BARROS, OAB nº RO3797A
DESPACHO
Em atenção a petição ID 91294190, procedi a exclusão dos causídicos dos autos.
Ademais, cite-se o requerido no endereço indicado na petição ID 89559746.
Guajará-Mirim sexta-feira, 14 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Av. 15 de Novembro, n. 1981, bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7004893-12.2022.8.22.0015
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA - RJ110501
EXECUTADO: OSMAR ANTONIO DA SILVA e outros (2)
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7002040-64.2021.8.22.0015
Classe/Assunto: Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos / Obrigação de Fazer / Não Fazer
Distribuição: 08/07/2021
Requerente: RECORRENTES: V. H. L. D. P., C. E. L. D. P.
Advogado (a) Requerente: ADVOGADOS DOS RECORRENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido: RECORRIDO: A. G. D. P.
Advogado (a) Requerida: ADVOGADOS DO RECORRIDO: ADRIANO MICHAEL VIDEIRA DOS SANTOS, OAB nº RO4788, MARCELO ANDRE AZEVEDO VERAS, OAB nº RO7768
SENTENÇA
Trata-se de execução de alimentos pelo rito de expropriação.
Após a intimação do executado e tomada de algumas medidas coercitivas, sobreveio petição informando a quitação integral da obrigação alimentar (ID: 92985417).
Posto isso, nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, extingo o processo.
Procedi com a remoção da restriçao junto ao RENAJUD, conforme espelho em anexo.
Revogo a ordem de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação do executado ALEKSANDRO GOMES DE PAIVA - CPF: 774.349.512-49, bem como, cancele-se o bloqueio de eventuais cartões de créditos existentes em nome do executado e, ainda, eventual anotação junto ao SPC/ SERASAJUD ou protesto.
À CPE para expedir os atos necessários.
Sem custas e sem honorários.
Sentença publicada e registrada automaticamente.
Intimem-se.
Após, arquive-se com as devidas cautelas.
SERVE DE MANDADO/LIBERAÇÃO DE PENHORA/OFÍCIO/E-MAIL às instituições - Banco do Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, NU Pagamento S/A, NEON Pagamento S/A, Itaú Unibanco S/A.
OFÍCIO À POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/ AO DETRAN/RO.
Guajará-Mirim sábado, 15 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7000637-65.2018.8.22.0015
Classe/Assunto: Cumprimento de sentença / Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito
Distribuição: 10/03/2018
EXEQUENTE: KARINA ALVES SOARES DE FREITAS, CPF nº 02094372278, AV. BOLÍVIA 3157 LIBERDADE - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SAMIR MUSSA BOUCHABKI, OAB nº RO2570A
EXECUTADO: FABIOLA DA SILVA MATOS, AV. 15 DE NOVEMBRO 460 CENTRO - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Diante do fato de o movimento de suspensão ser atualmente privativo dos magistrados, despacho no presente feito apenas para regularizar esta situação.
Guajará-Mirim sexta-feira, 14 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Av. 15 de Novembro, n. 1981, bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7003048-42.2022.8.22.0015
Classe/Assunto: Procedimento Comum Cível / Adjudicação Compulsória
Distribuição: 14/07/2022
AUTOR: JONES ADILSON CORREA, CPF nº 61211508900, A RODOVIA BR-421, LINHA 25 D ZONA RURAL - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ALVARO ALVES DA SILVA, OAB nº RO7586
REU: JOSE ADOAL DA SILVA, CPF nº 93621680810, LINHA 28 s/n ZONA RURAL - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA, TITIANA MINJERIAN DA SILVA, CPF nº 49363190900, SENADOR SOUZA NAVES 615 CENTRO - 87740-000 - SÃO JOÃO DO CAIUÁ - PARANÁ, CONSTANTINO SOARES DA SILVA, CPF nº 61893188949, BARBUDO COROA 177 CONJUNTO PADRE - 86706-230 - ARAPONGAS - PARANÁ, JOSE SOARES DA SILVA, CPF nº 05564897803, CARLOS FIRMO DOS ANJOS 60 JARDIM ROBRU - 08150-330 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DOS REU: TALISSA NAIARA ELIAS LIMA, OAB nº RO9552
DESPACHO
Considerando que o acordo trata de cessão de direito sobre imóvel, vistas ao Ministério Público para, querendo, se manifestar, no prazo de 5 dias.
Guajará-Mirim sexta-feira, 14 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Av. 15 de Novembro, n. 1981, bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7000019-47.2023.8.22.0015
Classe/Assunto: Monitória / Contratos Bancários
Distribuição: 03/01/2023
AUTOR: BANCO DO BRASIL, SAUN QUADRA 5 LOTE B TORRE I Lote B ASA NORTE - 70040-912 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS DO AUTOR: ITALO SCARAMUSSA LUZ, OAB nº BA67070, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
REU: JULIANA COSTA SANTOS, CPF nº 02220500209, LINHA 31 C s/n, KM 18 MD ZONA RURAL - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA, FABIANO APOLONIO DA SILVA, CPF nº 02269351240, LINHA 31 C s/n, KM 18 ZONA RURAL - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Realizei pesquisas de endereços via SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD, entretanto restaram infrutíferas, uma vez que foi encontrado o mesmo endereço já diligenciado, conforme espelho do sistemas anexos.
De outro, verifico que no processo 7004296-77.2021.8.22.0015, que também tramita nesta Comarca, com as mesmas partes, o requerido FABIANO APOLONIO DA SILVA foi citado por WhatsApp, por meio de n. (69) 99390-9956.
Considerando que o Ato Conjunto n. 26/2022 (arts. 2º e 3º), da Presidência e Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Rondônia, prevê a possibilidade de que o Oficial de Justiça, quando em diligência presencial, não localizar a pessoa informada, mas conseguir a informação de telefone, está autorizado a cumprir a diligência por aplicativo WhatsApp, desentranhe-se o mandado para os fins de pagamento de produtividade quando do seu cumprimento (despacho ao ID 88646863).
Deverá o Oficial de Justiça cumprir o mandado no endereço indicado (Linha 31 C, KM 18, S/N, Zona Rural, Nova Mamoré/RO), em caso de tentativa infrutífera, autorizo o cumprimento da diligência pelo aplicativo WhatsApp, conforme disposto no Ato Conjunto n. 26/2022.
SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
DESPESAS: AS EXPENSAS DA PARTE AUTORA.
Guajará-Mirim sexta-feira, 14 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Av. 15 de Novembro, n. 1981, bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7000503-67.2020.8.22.0015
Classe/Assunto: Divórcio Litigioso / Dissolução Distribuição: 19/02/2020
AUTOR: A. D. C. V.
ADVOGADOS DO AUTOR: GENIVAL RODRIGUES PESSOA JUNIOR, OAB nº RO7185A, ERICK ALLAN DA SILVA BARROSO, OAB nº RO4624, ANDRE FERREIRA DA CUNHA NETO, OAB nº RO6682
REU: G. J. L. S.
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Com razão o Ministério Público em sua manifestação (Id Num. 89225250).
Considerando que o requerido GLEYSON JULIANO LIMA SAMPAIO trata-se de réu preso, a fim de evitar futuras alegações de nulidade, bem como assegurar ao requerido sua defesa, NOMEIO a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, para atuar como curadora especial a seu favor, nos termos do artigo 72, inciso II, do CPC.
Encaminhem-se os autos à Defensoria Pública.
Apresentada a contestação, ao MP para parecer.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO
Guajará-Mirim, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7004298-13.2022.8.22.0015
Classe/Assunto: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária / Alienação Fiduciária
Distribuição: 05/10/2022
AUTOR: Banco Bradesco Financiamentos S.A, - 76900-261 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA, OAB nº AL6557, BRADESCO
REU: ANTONIO RAFAEL DA SILVA GOMES, CPF nº 02149968240, AVENIDA BOLIVIA 3300 LIBERDADE - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Resumo: trata-se de ação de busca e apreensão de veículo alienado fiduciariamente em que a parte requerente pugna pela conversão da ação em execução, em razão das tentativas infrutíferas de citação pessoal do(a) requerido(a).
Análise e decisão: O Decreto-Lei n. 911/1969 que estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e outra providências prevê no “art. 4º. Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, fica facultado ao credor requerer, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, na forma prevista no Capítulo II do Livro II da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014)”.
Assim, DEFIRO o pedido para converter a presente ação de busca e apreensão em execução de título extrajudicial.
Cite-se o(a) executada para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar (em) o pagamento da dívida no valor de R$ 77.435,31 que deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescida dos honorários advocatícios da parte exequente arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, conforme pedido inicial que poderão ser reduzidos a 5%, caso haja pagamento integral do débito (art. 827, § 1º, do CPC), cientificando-o, ainda, o(a) executado(a), de que terá o prazo de 15 (quinze) dias para oposição de embargos, nos termos dos arts. 914 a 920 do CPC.
Na ausência de pagamento, munido da 2ª via do mandado, o Oficial de Justiça deverá proceder à penhora de bens e sua respectiva avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando o executado (art. 829, parágrafos 1º e 2º, do CPC).
No prazo para embargos (de 15 dias), reconhecendo o crédito do(a) exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá o(a) executado(a) requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas, pedido que será analisado (art. 916 e §§, do CPC). Enquanto não apreciado o pedido de parcelamento, o executado terá de depositar as parcelas vencidas (§ 2º do art. 916 do CPC). Indeferida a proposta, seguir-se-ão os atos executivos, mantido o depósito, que será convertido em penhora (§ 4º do art. 916 do CPC). O não pagamento de qualquer das parcelas acarretará o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, além da imposição de multa de 10% das prestações não pagas (§ 5º do art. 916 do CPC). A opção pelo parcelamento importa renúncia ao direito de opor embargos (art. 916, § 6º, do CPC).
Não encontrado(a) o(a) executado(a), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art. 830 do CPC.
Cumpra-se.
SERVE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/OFÍCIO.
Guajará-Mirim sexta-feira, 14 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Av. 15 de Novembro, n. 1981, bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7001880-68.2023.8.22.0015
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: MARIA CRISTINA THOMAS - EPP
Advogados do(a) AUTOR: CARLA ALEXANDRE RIBEIRO - RO0006345A, MARTA FRANCISCO DE OLIVEIRA - RO5900, VIRGILIA MARIA BARBOSA MENDONCA - RO2292
REU: CLEONICE APARECIDA TRINDADE
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7001965-54.2023.8.22.0015
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: GUAJARA ACESSORIOS COM IMP E EXP EIRELI
Advogados do(a) AUTOR: ERICK ALLAN DA SILVA BARROSO - RO4624, GENIVAL RODRIGUES PESSOA JUNIOR - RO7185
REU: SAGA LEMANS COMERCIO DE VEICULOS LTDA
Advogados do(a) REU: MAGDA ZACARIAS DE MATOS - RO8004, RUY AUGUSTUS ROCHA - GO21476
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7050224-59.2022.8.22.0001
Classe/Assunto: Procedimento Comum Cível / Pensão por Morte (Art. 74/9)
Distribuição: 14/07/2022
AUTOR: JAIMESON RODRIGUES DE SOUZA SANDERS, AV. XV DE NOVEMBRO 1981, AV. XV DE NOVEMBRO 1981 SERRARIA FÁTIMA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: KAYNA APOYNA MOTA MATOS, OAB nº RO11594, TIAGO VINICIUS MEIRELES CUNHA, OAB nº RO9287, NAYLIN NICOLLE PAIXAO NUNES, OAB nº RO9228, FELIPE BRAGA PEREIRA FURTADO, OAB nº RO9230
REU: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE GUAJARA-MIRIM, AVENIDA SANTOS DUMONT 893, SALA 2 SERRARIA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA -
ADVOGADO DO REU: ANDRE FERREIRA DA CUNHA NETO, OAB nº RO6682
DESPACHO
A sentença proferida nos autos transitou em julgado dia 10/05/2023, conforme certidão de Id Num. 90543651.
Intime-se a requerida para comprovar o cumprimento de sentença determinado nos autos, sob pena de aplicação de multa por descumprimento de ordem judicial.
Guajará-Mirim, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7000171-95.2023.8.22.0015
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: COOPERFORTE- COOP DE ECON. E CRED. MUTUO DOS FUNCI.DE INSTITUICOES FINANCEIRAS PUBLICAS FEDERAIS LTDA
Advogado do(a) AUTOR: SADI BONATTO - PR10011
REU: MARIA RIVALDINA ASSUNCAO
Intimação - APRESENTAR INFORMAÇÕES/CÁLCULOS
Fica a parte AUTORA, intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar planilha do débito atualizada, bem como, indicar quais diligências pretende que sejam tomadas por este Juízo para prosseguimento
Guajará-Mirim, 14 de julho de 2023.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7003606-14.2022.8.22.0015
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: ITAU UNIBANCO S.A.
Advogado do(a) AUTOR: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI - SP248970
REU: ELBA CAMAITO NOGUEIRA DA SILVA
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Av. XV de novembro, 1981, bairro Serraria. Guajará-Mirim/RO Processo nº: 7004381-63.2021.8.22.0015
REQUERENTE: CARMEM RIVAS ROJAS
Advogados do(a) REQUERENTE: LEILANE RIBEIRO CAMELO - RO11028, TAISSA DA SILVA SOUSA - RO0005795A
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
Por determinação do juízo, FICA A PARTE AUTORA INTIMADA a atualizar o crédito exequendo, incluindo a multa de 10% (dez por cento), conforme artigo 523, § 1º, primeira parte, do CPC, bem como requerer o que entender de direito, haja vista o decurso de prazo para pagamento voluntário. Prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Guajará-Mirim, 14 de julho de 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7005030-91.2022.8.22.0015
Classe/Assunto: Cumprimento de sentença / Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Fornecimento de Energia Elétrica
Distribuição: 26/11/2022
Requerente: AUTOR: JEFFERSON SEVERO TAVARES

Advogado (a) Requerente: ADVOGADO DO AUTOR: ALVARO ALVES DA SILVA, OAB nº RO7586
Requerido: REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado (a) Requerida: ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Intime-se a parte executada, na pessoa do seu advogado constituído nos autos, para efetuar o pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência a multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 e parágrafos do Código de Processo Civil.
Caso efetue o pagamento através de depósito judicial, inclusive dos honorários, desde já autorizo a expedição de alvará em favor da exequente, desde que fornecidos os dados bancários, que inclusive deve se manifestar pela extinção do feito pelo pagamento. Em seguida, venham os autos conclusos.
Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se automaticamente o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, bem como, sobre o débito e sobre os honorários do (a) advogado (a) incidirão multa de 10%.
Transcorrido o prazo, não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, conforme preceitua o §3º do artigo 523 do CPC, salvo se outro meio de penhora mostrar-se mais eficiente ao recebimento do crédito.
Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo.
Em caso de inércia, manifeste-se a exequente no prazo de 5 (cinco) dias requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção/arquivamento.
Intimem-se.
Guajará-Mirim sexta-feira, 14 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7000032-46.2023.8.22.0015
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES - RN5553
EXECUTADO: L & J PIRES ENSINO DE IDIOMAS LTDA
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Av. XV de novembro, 1981, bairro Serraria. Guajará-Mirim/RO,telefone 69-3451-7187 Processo n°: 7001199-35.2022.8.22.0015
AUTOR: MARILANE DE PAULA DE LIMA
Advogados do(a) AUTOR: IRISLENE PEREIRA DA SILVA - RO10985, JOAO PAULO DE AGUIAR SOARES - RO12721
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
Finalidade: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a se manifestar acerca da extinção do feito pelo pagamento, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de seu silêncio ser interpretado como satisfação do débito e anuência para fins de extinção.
Guajará-Mirim/RO, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Av. XV de novembro, 1981, bairro Serraria. Guajará-Mirim/RO,telefone 69-3451-7187 Processo n°: 7000666-76.2022.8.22.0015
REQUERENTE: JESSICA RABELO VIEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: WILLIAM AUGUSTO FERREIRA DA COSTA - RO10741
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
Finalidade: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, ase manifestar sobre o prosseguimento do feito, apresentando a planilha de débitos atualizada com a dedução do montante levantado ou pela extinção do feito pelo pagamento, sob pena do seu silêncio ser interpretado como anuência, no prazo de 5 (cinco) dias.
Guajará-Mirim/RO, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7001245-87.2023.8.22.0015
Classe : REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE (1707)
AUTOR: EVERALDO PAES DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: ADRIANE EVANGELISTA BARROSO - RO7462, DEIVID CRISPIM DE OLIVEIRA - RO6913
REQUERIDO: MARIA GUADALUPE VACA BEYUMA
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim, Fórum Nélson Hungria Número do processo: 7005396-33.2022.8.22.0015
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: VANESSA CAROLINA HERRERA DA SILVA
ADVOGADOS DO AUTOR: POLIANA NUNES DE LIMA, OAB nº RO7085, JOAO PAULO DE AGUIAR SOARES, OAB nº RO12721
Polo Passivo: DISDAL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO DO REU: ALAN CARLOS ORDAKOVSKI, OAB nº PR30250
SENTENÇA
1. Resumo: trata-se de “ação de indenização por dano moral” envolvendo as partes acima identificadas.
Pelo que compreendi das narrativas apresentadas pelas partes, a controvérsia reside em saber se a falta de cumprimento das obrigações contratuais - no caso, entrega de ovos de páscoa -, gera dano de ordem imaterial.
As partes juntaram documentos.
2. Análise: o processo comporta julgamento no estado em que se encontra, pois o juízo já formou convicção a partir dos elementos apresentados tanto com a inicial quanto com a contestação, nos termos do art. 434, do CPC.
De saída, registro que a presente demanda deve ser solucionada, principalmente, à luz do Código Civil, pois, pelo que se infere dos autos, a requerente adquiria os ovos de páscoa para a revende-los. Portanto, não era consumidora final, na forma do art. 2°, do CDC.
No tocante à preliminar de ilegitimidade ativa, a rejeito. Os pagamentos, relacionados à contratação de fornecimento de ovos de páscoa, foram realizados direto da conta corrente da reclamante, pessoa física. Ainda que assim não fosse, aplica-se ao caso a teoria da asserção.
Passo ao exame do mérito.
A demandante alega ter contratado o fornecimento de ovos de páscoa que não foram entregues no prazo combinado; diz que o descumprimento contratual teria ocorrido nas vésperas da páscoa de 2022; afirma que tal fato causou a rescisão do acordo, mas sofreu dano moral.
O valor pago pelo negócio, pelo que se vê dos autos, foi restituído integralmente à autora.
Pois bem. Conforme entendimento do TJRO, o inadimplemento contratual, por si só, não gera dano de ordem imaterial. Nesse sentido (em resumo):
(...) “O mero inadimplemento contratual, sem maior reflexo na vida do consumidor não enseja direito a indenização por dano moral.” (Apelação, Processo nº 0009669-66.2015.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, Data de julgamento: 21/03/2019) destaquei.
(...) “O simples inadimplemento não configura dano moral, mas mero aborrecimento.” (Apelação, Processo nº 0003844-05.2015.822.0014, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Sansão Saldanha, Data de julgamento: 27/03/2019) destaquei.
(...) “O mero descumprimento contratual não é suficiente para caracterizar o dano moral, sendo necessária a comprovação de outras circunstâncias aptas a demonstrar sua ocorrência, o que não ocorreu no caso em tela.” (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7034049-63.2017.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 11/07/2023) destaquei.
(...) “O inadimplemento de obrigação prevista no contrato de promessa de compra e venda de imóvel possibilita a rescisão do pacto, notadamente, quando demonstrada a impossibilidade da escrituração do imóvel.
Comprovado o inadimplemento contratual, o contrato deve ser rescindido e as partes devem ser restituídas ao status quo ante mediante a devolução de todos os preços pagos. (...)
O mero descumprimento contratual não é suficiente para caracterizar o dano moral, sendo necessária a comprovação de outras circunstâncias aptas a demonstrar sua ocorrência.” (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7043648-60.2016.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Hiram Souza Marques, Data de julgamento: 30/04/2020) destaquei.
(...) “Evidenciado pela prova dos autos que houve descumprimento contratual pelos contratantes, é cabível a rescisão do contrato. (...).
O mero inadimplemento contratual não configura dano moral, pois o aborrecimento experimentado pelos contratantes não viola os direitos da personalidade, e quando não provado a ofensa a honra objetiva.” (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 0011788-63.2012.822.0014, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, Data de julgamento: 22/10/2019) destaquei.
Nesse caminhar, tenho que o direito não socorre a demandante, pois não se alegou – e nem se provou a tempo e modo -, qualquer fato extraordinário que tenha decorrido do inadimplemento contratual denunciado.
Por fim, anoto que as matérias e teses que vão de encontro à análise do caso e à solução proposta, conforme princípio da persuasão racional, ficam automaticamente rejeitadas.

3. Decisão: isso posto, nos autos do processo de n.º 7005396-33.2022.8.22.0015, forte no art. 487, I, do CPC, REJEITO a pretensão contida na inicial.
Havendo recurso voluntário com aparência de tempestividade, intime-se a parte contrária para contrarrazões e, decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal, instância com competência tanto para fazer juízo de admissibilidade do recurso (vide enunciado 182, FONAJEF), quanto para analisar, de forma definitiva, a concessão de gratuidade judiciária em relação aos atos lá praticados, incluído o preparo, já que na instância inicial não incidem custas ou honorários.
Transitada em julgado a nada sendo requerido em até quinze dias, arquive-se.
Int.
GM/RO (data da assinatura eletrônica).
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível 7002999-64.2023.8.22.0015
Guarda de Infância e Juventude
REQUERENTE: A. C. F. D. C., RUA NOVA GOIÁS 798 ZONA RURAL DE JACINÓPOLIS/RO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: EDIVANIA ALVES TRIGUEIRO, OAB nº GO18767
REQUERIDO: M. M. D. S., RUA MORUGAMPÉ AEROCLUBE - 76811-146 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Trata-se de ação de guarda distribuída ao Juizado da Infância e Juventude.
A despeito dos fatos narrados na inicial, não vislumbro a ocorrência de quaisquer uma das hipóteses previstas no artigo 98 c/c Parágrafo Único, alínea 'a' do artigo 148 do ECA que justifique o seu processamento perante a Vara da Infância e da Juventude desta Comarca.
Por essa razão, determino a alteração da classe para "Procedimento Comum" com a redistribuição do feito, por sorteio, em favor de uma das Varas Cíveis desta Comarca.
Guajará-Mirim, sábado, 15 de julho de 2023
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7003481-46.2022.8.22.0015
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: IRANEY GUIMARAES MARTINS
Advogado do(a) EXEQUENTE: IGOR JUSTINIANO SARCO - RO7957
EXECUTADO: ERIVELTON CORREIA DURAN CAVALCANTE
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7002698-88.2021.8.22.0015
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: LEIDE CLAUDIA MEDEIROS DA SILVA
Advogados do(a) EXEQUENTE: ERICK ALLAN DA SILVA BARROSO - RO4624, GENIVAL RODRIGUES PESSOA JUNIOR - RO7185
EXECUTADO: FABIO GOMES DA SILVA
Advogado do(a) EXECUTADO: ANARLEIDE FEITOSA SOUSA - RO12642
INTIMAÇÃO Fica a parte EXEQUENTE, por meio de seu advogado, no prazo de 5 (cinco) dias, intimada para manifestar acerca do ofício do IDARON anexado no id n. 93246386.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível

Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7001681-17.2021.8.22.0015
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: VB ALIMENTOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Advogado do(a) REQUERENTE: LUIS TIAGO FERNANDES KLIEMANN - RO0004698A
REQUERIDO: M G DE MELO - ME e outros
Advogado do(a) EXECUTADO: SAMAEL FREITAS GUEDES - RO2596
Advogado do(a) REQUERIDO: SAMAEL FREITAS GUEDES - RO2596
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS OFICIAL DE JUSTIÇA
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do mandado, fica a parte AUTORA, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada, para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada conforme código abaixo. O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7003130-78.2019.8.22.0015
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: COOPERFORTE- COOP DE ECON. E CRED. MUTUO DOS FUNCI.DE INSTITUICOES FINANCEIRAS PUBLICAS FEDERAIS LTDA
Advogado do(a) AUTOR: SADI BONATTO - PR10011
REU: JAIRO PEREIRA CANTUARIA
INTIMAÇÃO AUTOR - AR NEGATIVO Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca do AR negativo. Para a repetição da diligência (remessa de AR), o requerente/exequente deve apresentar o comprovante de pagamento da taxa, código 1008.1, para cada carta-AR, em relação a cada executado/requerido, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de não realização do ato.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7005019-62.2022.8.22.0015
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES - RO4875-A
EXECUTADO: LUANA DA SILVA PEREIRA
INTIMAÇÃO AUTOR - AR AUSENTE
Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca do AR negativo devolvido com motivo “AUSENTE”.
Advertência:
1) Poderá a parte informar se tem interesse na repetição do AR (custas do art. 19 da Lei 3.896/2016) ou em remessa de Mandado (custas de Oficial). Sendo endereço do interior do Estado, poderá optar por Mandado com força de precatória (custas do art. 30 da Lei 3.896/2016).
2) Sendo endereço fora do Estado, deverá a parte informar se tem interesse na expedição de precatória. As custas deverão ser recolhidas na Comarca de distribuição da precatória.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7000169-62.2022.8.22.0015
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
APELANTE: IDA BARROS CORDEIRO
Advogados do(a) APELANTE: ADRIANE EVANGELISTA BARROSO - RO7462, DEIVID CRISPIM DE OLIVEIRA - RO6913
APELADO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) APELADO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
INTIMAÇÃO AUTOR/EXEQUENTE - DEPÓSITO JUDICIAL Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu patrono, a manifestar-se no prazo de 05 dias sobre o Depósito Judicial comprovado nos autos. Em igual prazo deve informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que entender de direito, sob pena de presunção de aceitação tácita quanto aos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação. Caso, opte por transferência bancária deverá informar os dados bancários, os quais devem estar de acordo com a procuração nos autos.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7005020-47.2022.8.22.0015
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES - RO4875-A
EXECUTADO: SILVANI VICENTE MAGELA 40818837268
INTIMAÇÃO AUTOR - AR NEGATIVO Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca do AR negativo. Para a repetição da diligência (remessa de AR), o requerente/exequente deve apresentar o comprovante de pagamento da taxa, código 1008.1, para cada carta-AR, em relação a cada executado/requerido, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de não realização do ato.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7003667-06.2021.8.22.0015
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ODICLEY CORREIA SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: ADRIANE EVANGELISTA BARROSO - RO7462, DEIVID CRISPIM DE OLIVEIRA - RO6913
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
INTIMAÇÃO AUTOR/EXEQUENTE - DEPÓSITO JUDICIAL Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu patrono, a manifestar-se no prazo de 05 dias sobre o Depósito Judicial comprovado nos autos. Em igual prazo deve informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que entender de direito, sob pena de presunção de aceitação tácita quanto aos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação. Caso, opte por transferência bancária deverá informar os dados bancários, os quais devem estar de acordo com a procuração nos autos.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível 7002997-94.2023.8.22.0015
Busca e Apreensão Infância e Juventude
REQUERENTE: S. N. D. A. D., RUA DOS RUBIS, - DE 2002/2003 A 2243/2244 PARQUE DAS GEMAS - 76875-794 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELIANE FERREIRA DA SILVA, OAB nº RO9183
REQUERIDO: W. D. S. B.
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Trata-se de ação de busca e apreensão de menores com pedido liminar distribuída ao Juizado da Infância e Juventude, conforme documento anexo.
A despeito dos fatos narrados na inicial, não vislumbro a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no artigo 98 c/c Parágrafo Único, alínea 'a' do artigo 148 do ECA que justifique o seu processamento perante a Vara da Infância e da Juventude desta Comarca.
Por essa razão, determino a alteração da classe para "Procedimento Comum" com a redistribuição do feito, por sorteio, em favor de uma das Varas Cíveis desta Comarca.
Guajará-Mirim, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim, Fórum Nélson Hungria Número do processo: 7000769-49.2023.8.22.0015
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: CONCEICAO PEREIRA CABRAL PINHEIRO
ADVOGADOS DO AUTOR: SILVIO ERNESTO BEDNARSKI PEDRASSOLLI, OAB nº SP388387, BIANCA VENANCIO LOPES DE OLIVEIRA, OAB nº SP467602
Polo Passivo: ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA A SAUDE DOS TRABALHADORES NO COMERCIO ATACADISTA, VAREJISTA E DISTRIBUIDORES DA AMAZONIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: VINICIUS SOARES SOUZA, OAB nº RO4926
SENTENÇA
1. Resumo: a controvérsia, pelo que pude compreender das narrativas apresentadas tanto na inicial quanto na contestação, gira em torno de saber: i) se o cancelamento do plano de saúde teve causa legítima; ii) se houve cobrança de mensalidade após o cancelamento; ii.1)

se a(s) mensalidade(s) cobrada(s) após o cancelamento deve(m) ser restituída(s) (de forma simples ou dobrada); e iii) se o cancelamento, da forma como o foi, gera dano de ordem imaterial.
As partes juntaram documentos.
2. Análise: o processo comporta julgamento no estado em que se encontra, pois o juízo já formou convicção a partir dos elementos apresentados tanto com a inicial quanto com a contestação, nos termos do art. 434, do CPC. Portanto, a produção de prova oral não acrescentará nada de útil para o deslinde da causa.
Passo ao exame do mérito, pois inexistem preliminares pendentes de apreciação.
Inicialmente registro que se aplica ao caso, considerando a condição da pessoa jurídica constante do polo passivo, o entendimento da parte final da Súmula 608, do c. STJ:
"Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, salvo os administrados por entidades de autogestão." (destaquei)
Assim, o CDC – Código de defesa do consumidor -, não incide de forma direta na solução da presente demanda, mas, sim, de forma subsidiária.
Feito esse esclarecimento inicial, prossigo ...
A partir do conteúdo das manifestações das partes (inicial e contestação), bem como dos documentos anexados aos autos, tenho como fatos provados:
- Havia relação jurídica entre as partes referente à prestação de assistência à saúde;
- O contrato estabelecido entre as partes foi cancelado unilateralmente pela requerida, que imputa a terceiro a culpa pela interrupção do vínculo (no caso, a AMERON – Assistência médica e odontológica de Rondônia);
- A parte requerente não foi notificada previamente a respeito do cancelamento;
- Após o cancelamento unilateral, a parte requerente efetuou o pagamento de uma mensalidade, que totalizou R$603,58 (seiscentos e três reais e cinquenta e oito centavos);
- Após a citação a requerida efetuou a devolução de R$603,58, referente à mensalidade quitada pela requerente após o cancelamento do plano (id 92000428).
Pois bem. A partir dos fatos provados, tenho que, na forma do art. 13, II, da Lei 9.656/98, c/c art. 6°, III, do CDC (esse último aplicado subsidiariamente), o cancelamento levado a efeito pela parte demandada foi indevido, eis que, além de não ter havido inadimplência, faltou a notificação ao beneficiário do plano, informando a respeito da interrupção da relação jurídica.
A propósito, a Súmula Normativa de n.º: 28, de 30/11/2015, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, no item 5, fixou entendimento de que é "indispensável a notificação do consumidor contratante, para o fim previsto no inciso II do parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9656, de 1998, cada vez que se verificar a situação prevista no dispositivo legal, independente de já ter se promovido notificações em situações semelhantes envolvendo o mesmo consumidor e o mesmo contrato."
Dessa forma, havendo impróprio cancelamento do plano de saúde, o pagamento de mensalidade vencida após esse fato, igualmente, é indevido e gera o dever de restituir.
No caso concreto, a requerida comprova a restituição de forma simples (id 92000428). Nos termos do art. 940, do CC, conforme intepretação jurisprudencial, a devolução dobrada só tem cabimento quando comprovada a má-fé.
Nesse sentido (em resumo):
TJRO: "Ausente a demonstração da má-fé da parte contrária, não há como cogitar-se a restituição em dobro nos moldes do artigo 940 do Código Civil ou do artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor." Apelação, Processo nº 0006371-54.2015.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 03/04/2019
TJDFT: "A má-fé deve ser comprovada nos casos de cobrança indevida, como requisito para a aplicação da regra prevista no art. 940 do Código Civil." (Acórdão 1125275, 07089291620178070001, Relator: ALVARO CIARLINI, 3ª Turma Cível, data de julgamento: 20/9/2018, publicado no DJe: 5/10/2018).
Portanto, considerando que o pagamento, após o cancelamento, foi de apenas uma mensalidade, restituída integralmente à reclamante, entendo que a má-fé não ficou caracterizada, de modo que a restituição, nos moldes pretendidos, não é cabível.
De outro giro, no tocante ao dano de ordem imaterial, entendo, com a devida vênia, que, na ausência de alegação - e comprovação -, de fato extraordinário, não há violação a direito relacionado à personalidade, pois o dano aqui tratado não é in re ipsa.
Com efeito, a parte demandante afirma que teve conhecimento do cancelamento quando "foi agendar consulta médica". Dessa forma, nada se tem nos autos sobre o desdobramento desse fato; nada se sabe – e nem foi dito -, se a autora, por exemplo, não tinha outros meios de conseguir se consultar; se havia enfermidade cuja consulta naquela data era imprescindível para eventual tratamento etc.
Destarte, não havendo violação de direito relacionado à personalidade, como dito acima, entendo que não há direito à reparação.
Por fim, anoto que as matérias e teses que vão de encontro à análise do caso e à solução proposta, conforme princípio da persuasão racional, ficam automaticamente rejeitadas.
3. Decisão: isso posto, nos autos do processo de n.º 7000769-49.2023.8.22.0015, forte no art. 487, I, do CPC, ACOLHO, em parte, a pretensão contida na inicial para o fim de:
- CONDENAR a requerida a restituir, de forma simples, o valor de R$603,58 (seiscentos e três reais e cinquenta e oito centavos), corrigido com juros de mora a partir da citação, e correção monetária pelos índices publicados pelo TJRO, a partir do efetivo desembolso pela credora.
A quantia constante do comprovante de id 92000428 deve ser descontada do valor da condenação.
Havendo recurso voluntário com aparência de tempestividade, intime-se a parte contrária para contrarrazões e, decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal, instância com competência tanto para fazer juízo de admissibilidade do recurso (vide enunciado 182, FONAJEF), quanto para analisar, de forma definitiva, a concessão de gratuidade judiciária em relação aos atos lá praticados, incluído o preparo, já que na instância inicial não incidem custas ou honorários.
Transitada em julgado e nada sendo requerido em até 15 (quinze) dias, arquive-se.
Int.
GM/RO (data da assinatura eletrônica).
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível 7002823-85.2023.8.22.0015
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
30/06/2023
AUTOR: BANCO ITAUCARD S.A., - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO AUTOR: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, OAB nº AP4778, PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
REU: ROSIVALDO CHAVES DA SILVA SAMESHIMA 34941231287, AVENIDA PRINCESA ISABEL 2920, POWER VAC 10 DE ABRIL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Recebo a emenda à inicial.
Diante da argumentação apresentada pelo Autor e a farta documentação em destaque, o contrato de abertura de crédito com alienação fiduciária em garantia e notificação de constituição em mora, vislumbro a fumaça do bom direito e os requisitos legais previstos no art. 3º do Decreto-Lei nº 911/69.
Posto isso, concedo liminarmente a busca e apreensão do veículo denominado: Marca: FIAT Modelo: TORO FREED TURB AT6 Ano: 2021/2022 Placa: RSW3B30 Chassi: 9882261RJNKE36894 Renavam: 01281236346, depositando-o nas mãos do depositário indicado pelo autor e/ou um dos patronos constituídos no instrumento do mandato ou pessoa por eles indicada nos autos, devendo o Oficial de Justiça identificar o depositário na certidão. Relação de fiel depositário ao ID: 92718976 -Pág. 8.
Caso o veículo seja localizado e apreendido, cite-se o requerido acima identificado para, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, pagar integralmente o débito atualizado no valor de R$ 88.058,23 ou, em 15 (quinze) dias, contestar a ação (Lei 10.931/2004).
Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, fica facultado ao credor, requerer, nestes autos, a conversão do pedido de busca e apreensão, em ação executiva(art. 4º, do Decreto-Lei n. 911/69).
ADVERTÊNCIA AO OFICIAL DE JUSTIÇA: A CITAÇÃO DO REQUERIDO SOMENTE SERÁ DEVERÁ SER FEITA CASO O VEÍCULO SEJA LOCALIZADO E APREENDIDO.
A PRESENTE DECISÃO SERVIRÁ COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA.
REQUERIDO: R C DA SILVA SAMESHIMA, com endereço na AVENIDA PRINCESA ISABEL, 2920, Bairro: 10 DE ABRIL, Guajará-Mirim/RO
Guajará-Mirim sábado, 15 de julho de 2023
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Av. XV de novembro, 1981, bairro Serraria. Guajará-Mirim/RO,telefone 69-3451-7187 Processo n°: 7003833-38.2021.8.22.0015
REQUERENTE: FRANCIONE FARIAS GOMES
Advogado do(a) REQUERENTE: MIKAEL AUGUSTO FOCHESATTO - RO9194
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
Finalidade: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, ase manifestar sobre o prosseguimento do feito, apresentando a planilha de débitos atualizada com a dedução do montante levantado ou pela extinção do feito pelo pagamento, sob pena do seu silêncio ser interpretado como anuência, no prazo de 5 (cinco) dias.
Guajará-Mirim/RO, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Av. XV de novembro, 1981, bairro Serraria. Guajará-Mirim/RO,telefone 69-3451-7187 Processo n°: 7000214-66.2022.8.22.0015
EXEQUENTE: M. S. COMERCIO DE OPTICA LTDA - ME
Advogados do(a) EXEQUENTE: ANDERSON VIANA DA MOTA - RO13093, CAROLINA ALVES DOS SANTOS - RO8664
EXECUTADO: JOAQUIM PEREIRA RIOS JUNIOR
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
Finalidade: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a requerer o que entender de direito, considerando o Ofício ID n. 93157607, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Guajará-Mirim/RO, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7005127-91.2022.8.22.0015
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: BADER ELAGE MASSUD BADRA
Advogado do(a) AUTOR: MARCO AURELIO MOREIRA DE SOUZA - RO10164
REU: JOSE MANOEL DE ANDRADE
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7003463-25.2022.8.22.0015
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: BANCO J. SAFRA S.A
Advogado do(a) REQUERENTE: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI - PE21678
REQUERIDO: VF EXPRESS - TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS EIRELI
Advogados do(a) REQUERIDO: DANILO HENRIQUE ALENCAR MAIA - RO7707, LARISSA TEIXEIRA RODRIGUES FERNANDES - RO7095
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7001295-16.2023.8.22.0015
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) AUTOR: EDSON ROSAS JUNIOR - AM1910
REU: DJANIR LINS DE SOUZA
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Processo: 7000140-75.2023.8.22.0015
Classe/Assunto: Execução de Título Extrajudicial / Cheque
Distribuição: 15/01/2023
Requerente: EXEQUENTE: A. C. P. FOMENTO MERCANTIL LTDA, TANCREDO DE ALMEIDA NEVES 883, SALA B GRANDE TERCEIRO - 78065-828 - CUIABÁ - MATO GROSSO
Advogado (a) Requerente: ADVOGADO DO EXEQUENTE: JORGE ANTONIO KRIZIZANOWSKI, OAB nº MT15618
Requerido: EXECUTADO: JORGE DA SILVA COSTA, AV YOUSSIF MELHEM BOUCHABKI 2342 SANTA LUZIA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerida: EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nesta oportunidade anexei a consulta que restou infrutífera junto ao sistema RENAJUD.
Defiro o pedido retro.
Concedo o prazo suplementar de 5 (cinco) dias para que a parte exequente indique outros bens passíveis de penhora ou, no mesmo prazo, requeira providências em termos de prosseguimento, sob pena de suspensão do feito.
Anoto, desde já, que caso a parte exequente pretenda a pesquisa de bens junto aos sistemas conveniados deverá comprovar o pagamento das custas da diligência pretendida.
Intime-se via DJe.
Guajará-Mirim segunda-feira, 17 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Processo: 0005480-76.2010.8.22.0015
Classe/Assunto: Execução de Título Extrajudicial / Penhora / Depósito/ Avaliação
Distribuição: 22/12/2010
Requerente: EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA, AV. PRESIDENTE VARGAS 800 CENTRO - 66017-000 - BELÉM - PARÁ
Advogado (a) Requerente: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MICHEL FERNANDES BARROS, OAB nº RO1790, ALINE FERNANDES BARROS, OAB nº RO2708
Requerido: EXECUTADOS: ASSOCIACAO EXTRATIVISTA DO RIO NEGRO, LINHA 30 DISTRITA DE SURPRESA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA, LUIZ ANTONIO ORNAGHI, LINHA 30, KM 8 DISTRITO DE SURPRESA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA, VLAIR JOSE SOARES, AV. ALUÍZIO FERREIRA Terceira Casa, LADO ESQUERDO - APÓS O RESTAURANTE CORUJA DISTRITO DO IATA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA

Advogado (a) Requerida: EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Procedi com a pesquisa no PrevJud a fim de obter dados para facilitar a emissão de eventual certidão de óbito do executado Luiz Antonio Ornaghi, e consta no documento anexo: “Certidão de Óbito, Folha: 56, Livro: 110, Termo: 58352, Data do Evento: 20/09/2016, Data do Registro: 21/09/2016”.
Assim, intime-se o exequente para impulsionar a execução, inclusive já estando a seu dispor a autorização de ID: 92418229, no praxo de 10 dias, sob pena de suspensão/arquivamento.
Guajará-Mirim segunda-feira, 17 de julho de 2023
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7002743-58.2022.8.22.0015
Classe/Assunto: Execução de Título Extrajudicial / Pagamento
Distribuição: 04/07/2022
EXEQUENTE: AURISON DA SILVA FLORENTINO, CPF nº 28572068287, AV. 15 DE NOVEMBRO 2000 SERRARIA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: AURISON DA SILVA FLORENTINO, OAB nº RO308B
EXECUTADOS: ROSEMARY ILORCA RAPO PEREIRA, CPF nº 34931970206, AV. 08 DE DEZEMBRO 5230 PRÓSPERO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA, FRANCISCO DAS CHAGAS TICUME PEREIRA, CPF nº 34938303272, AV. 08 DE DEZEMBRO 5230 PRÓSPERO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
O bloqueio de valores via SISBAJUD restou parcialmente frutífero, conforme espelho anexo.
Dessa forma, intimem-se os executados, pessoalmente, acerca dos bloqueios realizados na conta da executada Rosemary no valor de R$ 568,61 (quinhentos e sessenta e oito reais e sessenta e um centavos) e na quantia de R$ 145,40 (cento e quarenta e cinco reais e quarenta centavos) na conta do executado Francisco para, querendo, manifestar-se no tocante a impenhorabilidade, no prazo de 5 dias, conforme artigo 854, §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil.
Transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias, sem qualquer manifestação dos executados, o bloqueio será convertido em penhora, nos termos do § 5º do artigo 854 do Código de Processo Civil.
A partir desse momento, começará a fluir automaticamente, o prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, manifestar-se, por simples petição, nos termos do artigo 525, § 11 do CPC, e a ausência de manifestação implicará na liberação dos valores em favor do exequente.
Decorrido o prazo acima com manifestação do executado, intime-se a parte exequente para se manifestar, em 5 (cinco) dias.
Não havendo manifestação da parte, façam conclusos os autos para conversão dos valores em penhora.
Anoto, por oportuno, que deixei de realizar a pesquisa junto ao sistema RENAJUD, tendo em vista o não recolhimento das custas.
Intime-se.
Guajará-Mirim segunda-feira, 17 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Av. 15 de Novembro, n. 1981, bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7005442-22.2022.8.22.0015
Classe/Assunto: Execução de Título Extrajudicial / Cédula de Crédito Rural
Distribuição: 27/12/2022
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL, , RUA JAMARY 1555 - 76801-917 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
EXECUTADO: MILTON VIESBA, CPF nº 32371128953, LINHA 30C KM 13 MARGEM ESQUERDA, PROJETO SIDNEY GIRÃO, ZONA RURAL SÍTIO FARTURA - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Defiro o pedido de Id. Num. 93111191.
Concedo o prazo suplementar de 15 (quinze) dias para cumprimento do despacho de Id. Num. 92577545, sob pena de suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano.
Guajará-Mirim segunda-feira, 17 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Av. 15 de Novembro, n. 1981, bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Processo: 7001430-33.2020.8.22.0015
Classe/Assunto: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária / Alienação Fiduciária

Distribuição: 15/07/2020
Requerente: AUTOR: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA, AVENIDA DOUTOR AUGUSTO DE TOLEDO 493/495, - ATÉ 589/590 SANTA PAULA - 09541-520 - SÃO CAETANO DO SUL - SÃO PAULO
Advogado (a) Requerente: ADVOGADOS DO AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS, OAB nº AC4846
Requerido: REU: THAIS DE CASTRO DANTAS, AV MAL CANDIDO RONDON 1008 SERRARIA - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerida: REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Conforme pronunciamento de ID: 52472521 já tinham sido realizadas as pesquisas nos sistemas SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SERASAJUD, e, nesta oportunidade fiz a busca no SIEL com endereço, qual seja, RUA H2, casa 04, BAIRRO BNH, GUAJARA-MIRIM - RO, conforme espelho em anexo.
Posto isso, concedo liminarmente a busca e apreensão do veículo denominado: denominado: marca HONDA, modelo CG 160 START, chassi n.º 9C2KC2500LR020992, ano de fabricação 2019 e modelo 2020, cor PRETA, placa QTA3455, renavam 01213999585, a ser depositado nas mãos do depositário MARCOS BATISTA RIBEIRO, CPF 057.038.503-20, 69 992150180, indicado pelo autor, NELMA VEIGA DOS SANTOS, CPF 470.486.972-53, JONAS DOS SANTOS FERREIRA, CPF 003.516.042-00, ELI SANTANA DE OLIVERIA, CPF 578.535.332-68, CARLOS RUITER VIDEIRA DOS SANTOS, CPF 468.864.192-34 e/ou um dos patronos constituídos no instrumento do mandato ou pessoa por eles indicada nos autos, devendo o Oficial de Justiça identificar o depositário na certidão.
Caso o veículo seja localizado e apreendido, cite-se o requerido acima identificado, para, em 5 (cinco) dias, pagar integralmente o débito atualizado no valor de R$ 12.086,52 ou, em 15 (quinze) dias, contestar a ação (Lei 10.931/2004).
Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, fica facultado ao credor, requerer, nestes autos, a conversão do pedido de busca e apreensão, em ação executiva(art. 4º, do Decreto-Lei n. 911/69).
Fica desde já deferida ordem de arrombamento ou requisição de força policial em caso de necessidade.
Intime-se a parte autora a comprovar o pagamento das custas correspondentes à diligência do oficial de justiça e, após, distribua-se o presente despacho como mandado.
ADVERTÊNCIA AO OFICIAL DE JUSTIÇA: A CITAÇÃO DO REQUERIDO SOMENTE SERÁ DEVERÁ SER FEITA CASO O VEÍCULO SEJA LOCALIZADO E APREENDIDO.
A PRESENTE DECISÃO SERVIRÁ COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA.
Guajará-Mirim segunda-feira, 17 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim, Fórum Nélson Hungria Número do processo: 7000423-98.2023.8.22.0015
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: DJAANY LINS DE SOUZA
ADVOGADO DO REQUERENTE: WELINGTON FRANCO PEREIRA, OAB nº RO10637
Polo Passivo: LATAM AIRLINES GROUP S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: VITOR PENHA DE OLIVEIRA GUEDES, OAB nº RO8985, FABIO RIVELLI, OAB nº BA34908, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
DESPACHO
Iniciada a sentença verifiquei a necessidade de esclarecimentos da parte requerente.
Assim, faculto à demandante que, em até cinco dias, aponte nos autos, entre os documentos já anexados:
1) Onde está o comprovante de pagamento do “CURSO – MEDICINA”;
1.1) Se o pagamento foi parcelado, esclarecer em quantas parcelas e a forma de pagamento;
1.2) Se o pagamento foi por meio de cartão de crédito, qual o nome do estabelecimento que consta do “histórico de lançamento” das faturas anexadas; se esse estabelecimento é o mesmo que consta do id 86509563 – BM Treinamento em saúde;
2) Onde está o comprovante de pagamento da “HOSPEDAGEM”;
2.1) Se o pagamento foi parcelado, em quantas parcelas e forma de pagamento;
2.2) Se o pagamento foi por meio de cartão, qual o nome do estabelecimento que consta do “histórico de lançamento” das faturas anexadas;
2.3) A data de cancelamento da hospedagem e onde está esse comprovante;
Na forma do art. 435, do CPC, a contrario sensu, fica proibida a juntada de documentos relacionados aos fatos acima.
Cumprida a determinação acima, dê-se vista à parte contrária pelo prazo de cinco dias; do contrário, isto é, caso a parte requerente não apresente manifestação sobre os itens 1 e 2 acima, venham conclusos diretamente, sem necessidade de oitiva da parte contrária.
Int.
GM/RO (data da assinatura eletrônica).
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7000003-06.2017.8.22.0015
Classe/Assunto: Execução de Título Extrajudicial / Cédula de Crédito Bancário
Distribuição: 09/01/2017
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A., CNPJ nº 04130963945, BANCO BRADESCO S.A. VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ

ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI, OAB nº RO4937, EDSON ROSAS JUNIOR, OAB nº AM1910, LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS, OAB nº AM10075
EXECUTADOS: PAULO BISPO BARROS - ME, CNPJ nº 14410168000180, AVENIDA ROCHA LEAL 1124 TAMANDARÉ - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA, PAULO BISPO BARROS, CPF nº 17870860204, AVENIDA ROCHA LEAL 1124 LIBERDADE - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA, LAURILENE DE JESUS SOARES PIMENTA, CPF nº 56347308215, AVENIDA ROCHA LEAL 4251 LIBERDADE - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Trata-se de ação execução de título judicial (Cédula de Crédito Bancário Empréstimo - Capital de Giro n° 379/9647127) vencida e não paga pelo executado.
No curso do processo, houve a suspensão do feito pelo prazo de 1 ano, conforme certidão de Id Num. 22557107, razão pela qual indefiro o pedido de Id Num. 93256882, posto que tal medida já fora realizada nos autos.
Ademais, como exposto no despacho de Id. Num. 45844122 - Pág. 1, o prazo da prescrição intercorrente inciou-se no dia 31/10/2018.
O prazo prescricional na ação de execução de cédula de crédito bancária ocorre em 03 anos.
Nesse sentido, já decidiu o nosso Tribunal de Justiça:
Apelação cível. Execução de título extrajudicial. Cédula crédito bancário. Prazo trienal. Prescrição intercorrente. Ocorrência. Recurso desprovido. Ocorre a prescrição intercorrente quando o credor permanece silente por prazo superior ao do direito material, o qual, na espécie, é trienal, uma vez que se pretende a execução de cédula de crédito bancário. (APELAÇÃO CÍVEL 7005370-48.2016.822.0014, Rel. Des. Isaias Fonseca Moraes, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Cível, julgado em 06/07/2023.)
Dessa forma, verifico a possibilidade da ocorrência de prescrição intercorrente.
Contudo, antes de reconhecê-la de ofício, manifeste-se a parte exequente, no prazo de 5 (cinco) dias, especialmente para demonstrar eventual causa de suspensão durante o prazo trienal.
Guajará-Mirim segunda-feira, 17 de julho de 2023
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Av. 15 de Novembro, n. 1981, bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Processo: 7001221-35.2018.8.22.0015
Classe/Assunto: Execução de Título Extrajudicial / Alienação Fiduciária
Distribuição: 09/05/2018
Requerente: EXEQUENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda, BANCO BRADESCO S.A. S/N, AV. CIDADE DE DEUS PREDIO PRATA 2 ANDAR VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
Advogado (a) Requerente: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR, OAB nº AC4943, BRADESCO
Requerido: EXECUTADOS: CASA DO PRODUTOR RURAL DE NOVA DIMENSAO LTDA - EPP, ROD BR 421 S/n CENTRO - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA, DANIEL DA SILVA BASTOS, AV GOIAS OESTE 115 STA CLARA - 76858-001 - NOVA DIMENSÃO (NOVA MAMORÉ) - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerida: EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Considerando que a parte executada ainda não foi citada e as pesquisas já realizadas pelos sistemas Infojud, Renajud e Sisbajud restaram infrutíferas, bem como em atenção ao princípio da cooperação, faculto à parte exequente que providencie, caso queira, a expedição de ofício para a Central de Atos Notariais, Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização, para o fim de informar eventual endereço dos executados, fazendo constar que a resposta deverá ser encaminhada diretamente à 2ª Vara Cível da Comarca de Guajará-Mirim, eletronicamente ao e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br ou gum2civel@tjro.jus.br, ficando a seu cargo eventuais despesas cobradas pelo informante.
Nomes dos executados: EXECUTADOS: CASA DO PRODUTOR RURAL DE NOVA DIMENSAO LTDA - EPP, CNPJ nº 05667460000191, DANIEL DA SILVA BASTOS, CPF nº 77509161215
O ofício poderá ser instruído com cópia deste despacho, válido como autorização.
A parte deverá comprovar, em 10 (dez) dias, o atendimento aos termos deste despacho, com a juntada do expediente, bem como seu protocolo.
Em caso de inércia do exequente, tornem os autos conclusos para movimento de suspensão dos autos.
SIRVA O PRESENTE DESPACHO COMO AUTORIZAÇÃO/OFÍCIO/REQUISIÇÃO.
Guajará-Mirim segunda-feira, 17 de julho de 2023
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7005473-42.2022.8.22.0015
Classe/Assunto: Execução de Título Extrajudicial / Cédula de Crédito Rural
Distribuição: 31/12/2022
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA, AV. BOUCINHA DE MENEZES s/n CENTRO - 76850-959 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: GIZA HELENA COELHO, OAB nº DF166349, PROCURADORIA DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A
EXECUTADOS: MAGNALDO ARAUJO CIRQUEIRA, CPF nº 21978549253, LINHA 31 B KM 2 NOVA DIMENSAO 14, SITIO RANCHO

ALEGRE ZONA RURAL - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA, DIEGO AMORIM OLIVEIRA, CPF nº 94731675200, LINHA 31 B KM 2 NOVA DIMENSAO 14, SITIO RANCHO ALEGRE ZONA RURAL - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Defiro o pedido de Id. Num.92313202.
Realizei pesquisas junto ao sistema SISBAJUD e, conforme demonstram os espelhos em anexo, foram localizados endereços ainda não diligenciados.
CITEM-SE os executados, nos termos do despacho de Id. Num. 85556470 nos novos endereços encontrados, às expensas do exequente.
Guajará-Mirim segunda-feira, 17 de julho de 2023
Juiz de Direito
REQUERIDOS:
1) MAGNALDO ARAÚJO CIRQUEIRA
ROD BR 421 POSTE 27 KM 5, ZONA RURAL NOVA MAMORE/RO, CEP: 76857-0000- SISBAJUD;
AV DESIDERIO D. LOPES, N 3071, CIDADE NOVA NOVA MAMORÉ/RO, CEP: 76857 0000- SISBAJUD;
ROD BR 421 POSTE 27 KM 5, ZONA RURAL NOVA MAMORÉ/RO, CEP: 76857 0000- SISBAJUD;
AV. ANTONIO LUCAS DE ARAUJO - COOTRARON SEFAZ, BAIRRO CENTRO, NOVA MAMORÉ/RO, CEP 78939-000- SISBAJUD;
LINHA 30 B, KM 5, LOTE 14, SN SITIO NOVA VIDA, CIDADE NOVA MAMORÉ/RO, BAIRRO RURAL N 0, CEP 76857000- SISBAJUD;
RD BR 421 30 B KM 05, N° S/N, ZONA RURAL - NOVA MAMORÉ/RO, CEP: 76857-000- RENAJUD;
RD BR 421 30 B PT 27, N° KM 05, ZONA RURAL - NOVA MAMORÉ/RO, CEP: 78939-000- RENAJUD;
LINHA 28 LT 23 GL 04, BAIRRO ZONA RURAL, JI-PARANÁ - RO, CEP 78960-000- SISBAJUD;
RUA RIO MUQUI, N° 376, DOM BOSCO - JI-PARANÁ/RO, CEP: 78960-000- RENAJUD;
2) DIEGO AMORIM OLIVEIRA
RUA RAIMUNDO CANTUARIA 5028, BAIRRO AGENOR DE CARVALHO, PORTO VELHO/RO, CEP 76820-246- SISBAJUD;
RUA NEWTON PRADO, 85, CENTRO, SENA MADUREIRA/AC, CEP: 69940-000- SISBAJUD;
AV. MANOEL MELGAR 7173, BAIRRO CENTRO, NOVA MAMORÉ/RO, CEP 78939-000 - SISBAJUD;
AV. MANOEL MELGAR S N, BAIRRO CENTRO, NOVA MAMORÉ/RO, CEP 78939-000 - SISBAJUD;
AV MASSARANDOBA, N° 7173, CENTRO, SIRT JACINOPOLIS - NOVA MAMORÉ/RO, CEP: 76857-000- RENAJUD;

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Av. 15 de Novembro, n. 1981, bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7001940-41.2023.8.22.0015
Classe: Monitória
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Requerente (s): COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL, AC VILHENA 501, AVENIDA PRESIDENTE NASSER JARDIM AMÉRICA - 76981-000 - VILHENA - RONDÔNIA
Advogado (s): ESTEVAN SOLETTI, OAB nº RO3702A
PROCURADORIA DA SICOOB CREDISUL - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA LTDA
Requerido (s): ABREU FERRAGENS E FERRAMENTAS IMPORT. E EXPORT. LTDA, CNPJ nº 41767800000110, CANDIDO RONDON 930, LOJA 02 SAO JOSE - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (s): REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Defiro o pedido.
Nesta data pesquisei nos sistemas INFOJUD, RENAJUD, SERASAJUD e SISBAJUD, como demonstram os recibos anexos, e foi localizado endereço ainda não diligenciado.
Assim, cumpra-se o pronunciamento de ID: 91166295 no endereço abaixo indicado:
Trata-se de ação monitória ajuizada pela COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA – SICOOB CREDISUL contra REU: ABREU FERRAGENS E FERRAMENTAS IMPORT. E EXPORT. LTDA.
A pretensão visa o cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem em petição devidamente instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (art. 700 do CPC).
Assim, CITE-SE a parte ABREU FERRAGENS E FERRAMENTAS IMPORT. E EXPORT. EIRELI para, no prazo de 15 (quinze) dias:
a) realizar o pagamento espontâneo da dívida de R$ 15.414,13, acrescida de 5% (cinco por cento) a título de honorários advocatícios (artigo 701, caput, do CPC), isenta, no entanto, do pagamento das custas processuais (artigo 701, § 1º, do CPC); ou
b) reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) de seu valor, acrescido de custas e de honorários de advogado, requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescida de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês (artigo 701, § 5º, c/c artigo 916, ambos do CPC); ou
c) oferecer embargos à ação monitória, independente de prévia segurança do juízo, que suspenderão a eficácia do mandado inicial, sob pena de constituir-se, de pleno direito, o título executivo (artigo 702 do CPC).
ADVIRTA a parte ABREU FERRAGENS E FERRAMENTAS IMPORT. E EXPORT. EIRELI de que:
a) não efetuado o pagamento espontâneo no prazo legal e não oferecidos embargos à ação monitória, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (artigo 701, § 2º, CPC);
b) caso opte pelo pagamento parcelado da dívida, deverá persistir no depósito das parcelas mensais até deliberação judicial sobre a questão (artigo 701, § 5º, c/c art. 916, § 2º, CPC), bem como não poderá deixar de pagar nenhuma das prestações, sob pena de prosseguimento do processo com o imediato início dos atos executivos e a incidência de multa de 10% (dez por cento) do valor das prestações pagas (artigo 701, § 5º, c/c art. 916, §§ 5º e 6º, CPC).

Solicitado pela parte requerida o pagamento parcelado da dívida na forma da lei (artigo 701, § 5º, c/c art. 916, § 1º, CPC), INTIME-SE a parte requerente para, em 5 (cinco) dias, se manifestar, após o que voltem os autos conclusos.
Intime-se.
SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA DE CITAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA.
REQUERIDA: ABREU FERRAGENS E FERRAMENTAS IMPORT. E EXPORT. EIRELI
Endereço: AVENIDA FIRMO DE MATOS, 1467, LOJA 01, casa lararanjada, SAO JOSE 76850000 GUAJARAMIRIM RO
Guajará-Mirim, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim, Fórum Nélson Hungria VARA CÍVEL
Processo n.: 7003010-93.2023.8.22.0015
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Causas Supervenientes à Sentença
Valor da causa: R$ 5.000,00 ()
Parte autora: A. V. D. S. C., AV. 12 DE OUTUBRO 4111 PLANALTO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SAMIR MUSSA BOUCHABKI, OAB nº RO2570A
Parte requerida: S. W. D. O. C., RUA JUSSARA 4228, - ATÉ 3879/3880 JARDIM SANTANA - 76828-696 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Trata-se de cumprimento de sentença definitiva de obrigação de fazer/entregar (CPC, art. 536)
INTIME-SE pessoalmente o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, satisfaça a obrigação de fazer/entregar, consistente em "...2) Após a extração da certidão de nascimento, o menor será cadastrado na associação médica do réu, devendo providenciar a carteirinha e entregá-la à genitora...", sob pena de multa
Se não satisfizer a obrigação no prazo designado, é lícito ao exequente, nos próprios autos, requerer a satisfação da obrigação às custas do executado ou perdas e danos, hipótese em que se converterá em indenização, nos termos do artigo 816, caput e parágrafo único, do CPC.
Realizada a prestação, sem nova conclusão, manifestem-se as partes no prazo de 10 (dez) dias e não havendo impugnação, considerará satisfeita a obrigação (CPC, art. 818)
Faculto ao executado, querendo, impugnar o cumprimento de sentença, nos termos dos arts. 536, §4º c/c 525, ambos do CPC;
Havendo impugnação, fica INTIMADO(A) a parte exequente para manifestar-se sobre a impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias.
Intimem-se.
Cumpra-se.
Expeça-se o necessário.
SERVE COMO CARTA DE INTIMAÇÃO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
EXECUTADO: SEBASTIÃO WANDERLEY DE OLIVEIRA CAMPOS, brasileiro, solteiro, Policial Militar da Reserva Remunerada, CPF nº. 204.196.432-49, residente e domiciliado na Rua Jussara, nº. 4228, Bairro Jardim Santana, CEP: 76.828-696, telefones: (69) 99969-9595 e 99289-8137.
Guajará-Mirimsegunda-feira, 17 de julho de 2023
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7000083-57.2023.8.22.0015
Classe/Assunto: Execução de Título Extrajudicial / Contratos Bancários
Distribuição: 11/01/2023
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL, SAUN QUADRA 5 LOTE B TORRE I S/N ASA NORTE - 70040-912 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ITALO SCARAMUSSA LUZ, OAB nº BA67070, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
EXECUTADOS: BRUNO VIANA DOS SANTOS, CPF nº 83335080220, AV. DIZIDERIO DOMINGOS LOPES 04320 NS SENHORA DE FÁTIMA - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA, MARIA DE JESUS DA SILVA, CPF nº 86426060615, 7 LINHA KM 18 S/N ZONA RURAL - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Defiro, em parte, o pedido de Id. Num. 92612528.
Concedo ao exequente o prazo suplementar de 10 (dez) dias para manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, sob pena de suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano.
Guajará-Mirim segunda-feira, 17 de julho de 2023
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Av. 15 de Novembro, n. 1981, bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7000733-07.2023.8.22.0015
Classe/Assunto: Execução de Título Extrajudicial / Cédula de Crédito Rural
Distribuição: 24/02/2023
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL, SETOR BANCARIO SUL NC, QUADRA 4 BLOCO C CENTRO - 70210-000 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
EXECUTADO: APARECIDA PORFIRIO DE MELO, CPF nº 38716747291, RESIDENTE E DOMICILIADA NA 5 LH DO RIBEIRÃO KM 17 S/N, SITIO SÃO JOSE ZONA RURAL - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: JACKSON DA SILVA WAGNER, OAB nº PR79916
DESPACHO
Defiro o pedido de Id.Num. 91662564, tendo em vista o comparecimento espontâneo da parte (Id. Num. 89932985), por intermédio de advogado habillitado nos autos, bem como o término do prazo para apresentação de embargos.
Sobre o comparecimento espontâneo, já decidiu nosso Tribunal de Justiça:
Apelação Cível. Embargos à Execução. Comparecimento aos Autos de Execução. Ciência Inequívoca. Uma vez configurado o comparecimento espontâneo com a juntada de procuração aos autos, configura-se a ciência inequívoca, e partir desta data começa a fluir o prazo para apresentação de embargos. O comparecimento espontâneo, como ato que supre a citação da parte (art. 239, § 1º, do CPC), também ocorre nos casos em que a procuração outorgada, apesar de conferir poderes gerais, contém dados específicos sobre o processo em que se dará a atuação, o que demonstra que a parte tinha plena ciência acerca da demanda específica que foi ajuizada em seu desfavor. (TJ-RO - AC: 70259469620198220001 RO 7025946-96.2019.822.0001, Data de Julgamento: 31/08/2020)
O bloqueio de valores via SISBAJUD restou parcialmente frutífero, conforme espelho anexo.
Intime-se a executada na pessoa de seu advogado constituído, acerca do bloqueio realizado em sua conta (R$ 775,63) para, querendo, manifestar-se no tocante a impenhorabilidade, no prazo de 5 dias, conforme artigo 854, §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil.
Transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias, sem qualquer manifestação do executado, o bloqueio será convertido em penhora, nos termos do § 5º do artigo 854 do Código de Processo Civil. A partir desse momento, começará a fluir automaticamente, o prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, manifestar-se, por simples petição, nos termos do artigo 525, § 11 do CPC, e a ausência de manifestação implicará na liberação dos valores em favor do exequente.
Decorrido o prazo acima com manifestação do executado, intime-se a parte exequente para se manifestar, em 5 (cinco) dias.
Não havendo manifestação da parte, façam conclusos os autos para conversão dos valores em penhora.
Intime-se.
Guajará-Mirim segunda-feira, 17 de julho de 2023
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Av. 15 de Novembro, n. 1981, bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7003473-69.2022.8.22.0015
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: IRANEY GUIMARAES MARTINS
Advogado do(a) EXEQUENTE: IGOR JUSTINIANO SARCO - RO7957
EXECUTADO: EDSON DE SOUZA ALMEIDA
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, nº 1981, Bairro Serraria, CEP 76850-000, Guajará-Mirim, Fórum Nélson Hungria 7003633-02.2019.8.22.0015
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO HONDA S/A., AVENIDA DO CAFÉ, CONJUNTO 62 TORRE VILA GUARANI(ZONA SUL) - 04311-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO- ADVOGADO DO AUTOR: HIRAN LEAO DUARTE, OAB nº CE10422

REU: CASSIO BEZERRA ROMAN, AV PORTO CARREIRO 270, CASA TAMANDARE - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA-REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: onze mil, quinhentos e setenta e seis reais e trinta e sete centavos
DESPACHO
Conforme reiterada jurisprudência, para a extinção da ação por abandono da causa, mister que haja a prévia intimação pessoal do autor e de seu advogado pelo órgão oficial.
Vejamos:
EMENTA: PROCESSO CIVIL - AÇÃO DE COBRANÇA - ABANDONO DA CAUSA - INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE - INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PELO ORGÃO OFICIAL - NECESSIDADE. A extinção do processo por abandono da causa exige prévia intimação do advogado, pelo órgão oficial, e da parte, pessoalmente. Provada a intimação pessoal do autor, mas ausente intimação pelo órgão oficial do procurador por ele constituído, a sentença de extinção do processo é nula de pleno direito.(TJMG - 12ª CÂMARA CÍVEL - Apelação Cível 1.0693.15.005958-4/001 0059584-94.2015.8.13.0693 (1) – Três Corações, Rel. Des.(a) Saldanha da Fonseca, j. 08/11/17)
Nessa esteira, INTIME-SE PESSOALMENTE O AUTOR para dar regular andamento ao feito, em 5 (cinco) dias (artigo 485, § 1º do CPC), sob pena de extinção, observando-se o disposto no parágrafo único do art. 274, do CPC.
Fica também intimado via DJe.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, conclusos.
Promova-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA DE INTIMAÇÃO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
AUTOR: BANCO HONDA S/A, Instituição Financeira, CNPJ sob nº 03.634.220/0001-65 com sede na Rua Doutor José Áureo Bustamante nº 377 - Mezanino - Morumbi - São Paulo - SP - CEP 04710-090.
Guajará-Mirim/RO, 17 de julho de 2023.
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7001451-38.2022.8.22.0015
Classe/Assunto: Procedimento Comum Cível / Lei de Imprensa
Distribuição: 27/04/2022
AUTOR: JOSE MARIA UCHOA BARATA, CPF nº 02161656287, AV. QUINTINO BOCAIUVA 1712, CASA TAMANDARÉ - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: HELIO FERNANDES MORENO, OAB nº RO227B
REU: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA, CNPJ nº 92702067000196, RUA CAPITÃO MONTANHA 177 CENTRO HISTÓRICO - 90010-040 - PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO DO REU: ELOI CONTINI, OAB nº AC35912
SENTENÇA
Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito cumulada com repetição do indébito e indenização por danos morais com as partes acima envolvidas.
Suma do (s) pedido (s): o autor aduz desconhecer os descontos de três empréstimos consignados vinculados ao seu benefício previdenciário, referentes aos contratos nº 970.1890 com parcela mensal de R$ 235,32 (total de R$ 7.834,61), nº 970.1948 de valor mensal de R$ 258,24 (R$ 8.562,60) e nº 963.4723 de parcela mensal de R$ 121,63 (R$ 3.958,71). Afirma que as assinaturas apostas nos contratos são falsas. No mérito, requer a declaração de nulidade dos contratos, restituição dos valores pagos em dobro e indenização por danos morais no importe de R$ 6.000.00.
Outras ocorrências: tutela provisória de urgência deferida para o Banco requerido suspender os descontos (ID: 79348060); audiência de conciliação infrutífera (ID: 81598689).
Suma da contestação: O requerido diz que os contratos foram emitidos em 06/05/2021 e tratam-se de operações novas com valores financiados da seguinte forma: contrato 9634723 de R$ 3.958,71, realizado em 46 parcelas de R$ 121,63; contrato 9701890 de R$ 7.834,61, realizado em 46 parcelas de R$ 235,32; contrato 9701948 de R$ 8.562,60, realizado em 46 parcelas de R$ 258,24, aduzindo que o autor solicitou a portabilidade de seus empréstimos no Banco Pan S. A. para o Banrisul e, para efetivar esta transação, o requerido quitou os valores referentes às dívidas naquela instituição financeira. No mérito, pleiteia sejam julgados improcedentes os pedidos iniciais, haja vista a cobrança traduzir exercício regular do direito do credor.
Réplica à contestação, ratificando os pedidos iniciais (ID: 83194868 - Pág. 1-9).
Instados a se manifestarem em termos de especificação de provas, as partes requereram a prova pericial.
Sobreveio o irrefutável laudo pericial formulado pelo Perito Grafotécnico Sr. Roberto Montanari Custodio ao ID: 91382940 - Pág. 1-13, concluindo pela falsidade das assinaturas periciadas.
Intimadas sobre o laudo pericial, a autora manifestou concordância (ID: 91761525) e o requerido quedou-se inerte.
É o relato necessário.
Análise e decisão: o feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do artigo 355, I do Código de Processo Civil, porquanto inexistem outras provas a serem produzidas além daquelas já existentes nos autos.
Segundo consta da inicial, a parte autora nega que tenha celebrado os contratos objetos dos autos junto à instituição financeira ré.
Com efeito, a questão posta em juízo diz respeito à responsabilidade objetiva da empresa ré. Dentro do sistema adotado pelo Código de Defesa do Consumidor, o legislador estruturou essa responsabilidade civil em um conceito enunciado no artigo 14 do CDC, que se manteve fiel à teoria da responsabilidade objetiva, também denominada de teoria sem culpa.
“Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.”
Nesse sentido, é o entendimento já consolidado na jurisprudência, materializado na Súmula n. 297 do Colendo STJ:
Súmula n. 297/STJ: “O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras”.
Súmula 479 - As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.

À vista do sistema de proteção ao consumidor, o ônus da prova compete à instituição requerida, consoante artigo 6º, inciso VIII da Lei 8.078/90, que por sua vez detém todos os registros e anotações referentes ao suposto empréstimo questionado pela parte autora.
No caso em análise, pode parecer estranho que o banco requerido tenha efetuado portabilidades de outra instituição financeira a fim de quitar empréstimos da parte autora sem que houvesse contratos/autorizações; entretanto, sempre é bom lembrar que os juros cobrados em empréstimos bancários sempre e invariavelmente são extremamente generosos para quem empresta. Por óbvio, não estou aqui afirmando que o banco requerido assume o risco de efetuar portabilidades sem que haja autorização negocial; no entanto, é forçoso concluir que a prática é financeiramente viável até porque o depositante não corre risco de inadimplência porque consigna o valor depositado, recebendo-o em suaves prestações mensais, prestações estas que somadas do início ao final, geram à instituição bancária lucro fabuloso, especialmente quando se trata de 46 prestações mensais.
Também é possível que empresas terceirizadas, objetivando o recebimento de percentual sobre os empréstimos, fraudem os contratos. Ou seja, tratando-se de contratos fraudulentos efetuados por terceiros ou de prática comercial deletéria, a responsabilidade de uma ou de outra é do banco requerido porque, certamente por interesse financeiro, não cumpre o seu dever que lhe cabe como prestador de serviços, pois deveria agir com cautela e prudência no desenvolvimento de sua atividade, evitando causar prejuízos aos seus consumidores, razão pela qual os contratos de empréstimo bancário de n. 9634723, n. 9701890 e n. 9701948, em nome dos litigantes, e os débitos mensais provenientes do mesmo, devem ser declarados inexistentes.
Nesse contexto, provado que o requerente não solicitou referidos empréstimos ou suas portabilidades, mas por eles pagou durante meses, consubstanciado está o nexo causal, acarretando, consequentemente, a obrigação do banco em indenizar, uma vez que presumida a ocorrência do dano, notadamente em face do manifesto abalo à honra da parte autora, que viu ser descontado durante meses de seu benefício previdenciário dívida por empréstimos de portabilidade que jamais contraiu.
Cumpre ressaltar, a par disso, que segundo dispõe o artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor, aquele que for cobrado em quantia indevida tem direito a repetição de indébito, de forma simples ou em dobro, o que pressupõe tanto a existência de pagamento indevido quanto a má-fé do credor, conforme tese definida no julgamento do EAREsp 676.608/RS pelo Colendo STJ, in verbis:
“A restituição em dobro do indébito (parágrafo único do artigo 42 do CDC) independe da natureza do elemento volitivo do fornecedor que cobrou valor indevido, revelando-se cabível quando a cobrança indevida consubstanciar conduta contrária à boa-fé objetiva.” (STJ. Corte Especial. EAREsp 676608/RS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 21/10/2020).
Na hipótese, restou evidencia a violação à boa-fé objetiva, pois o fornecedor de serviços não se precaveu da fraude, pecando em relação ao seu dever de cuidado e segurança na atividade bancária que desempenha, agindo, portanto, em contrariedade à boa-fé objetiva. Some-se a isso o fato de que, mesmo ciente que os créditos jamais foram solicitados e levantados pela parte autora, ainda assim, durante meses, descontou valores de seu benefício previdenciário, montante correspondentes às parcelas de dívidas ilegítimas.
Com efeito, a parte ré não expôs nenhum fato que pudesse definir sua conduta como escusável. Por isso, a reparação do indébito, considerando a abusividade e o erro inescusável, será de forma dobrada no que tange aos valores auferidos, cujo somatório será melhor esclarecido em posterior liquidação/cumprimento de sentença.
Por outro lado e de forma simples, o banco requerido está autorizado a abater os valores pagos a título de quitação com o Banco Panamericano, referentes aos contratos indicados no extrato de empréstimos consignados emitido em 05/06/2021 pelo INSS ao ID: 77016913 - Pág. 7, quais sejam, contratos n. 324235341-9, 324235613-1 e 324235829-3, sob pena de enriquecimento ilícito do autor, que inclusive quando o requerente juntou na inicial novo extrato do INSS em 15/03/2022 já não constavam mais os contratos com o Banco Panamericano, constando os novos contratos de portabilidade com o banco requerido (ID: 76176315 - Pág. 1-2).
Pois bem. Evidenciada a falha na prestação do serviço, presente está a obrigação de reparar o dano moral sofrido pelo consumidor, conforme dispõe o artigo 186 do Código Civil.
O dano moral, no caso, decorre das próprias circunstâncias fáticas, eis que a parte autora foi privada de quantia utilizada para sua subsistência, estando configurado o dano in re ipsa.
Nesse sentido, colhe-se da jurisprudência:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMPRÉSTIMO NÃO CONTRATADO. DESCONTO INDEVIDO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM. RAZOABILIDADE. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. - A cobrança referente a empréstimo não contratado, por meio de desconto em benefício previdenciário, é ato ilícito que enseja o dever indenizatório - Ao dano moral, neste caso in re ipsa, bastante a prova do fato ofensivo - O valor da indenização a título de dano moral deve ser fixado com observância da natureza e da intensidade do dano, da repercussão no meio social, da conduta do ofensor, bem como da capacidade econômica das partes envolvidas. (TJ-MG - AC: 10000190662726001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 23/10/2019, Data de Publicação: 24/10/2019)
APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DESCONTOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. FRAUDE NA CONTRATAÇÃO. DANOS MORAIS IN RE IPSA. QUANTUM FIXADO. O dano moral decorrente da realização de descontos em benefício previdenciário, relativos à empréstimo fraudulento, se mostra in re ipsa, ou seja, prescinde de prova ou demonstração de prejuízo concreto. Precedentes desta Corte. Quantum indenizatório fixado em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), em atenção às peculiaridades do caso concreto e aos critérios estabelecidos pela doutrina e jurisprudência. Sentença reformada para julgar procedente o pedido indenizatório. Sucumbência redimensionada. APELAÇÃO PROVIDA. (TJRS - Apelação Cível, Nº 70083604421, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Thais Coutinho de Oliveira, Julgado em: 05/03/2020)
Assim, cumpre ao juízo fixar quais foram os danos e o quantum devido como forma de recomposição, inclusive porque a ocorrência do dano moral é presumida frente ao ato ilícito.
No tocante à fixação do valor para a reparação dos danos morais, deve-se levar em consideração a repercussão/extensão do dano causado (art. 944 do CC), a intensidade do sofrimento da vítima, o grau de reprovabilidade da conduta, a função pedagógica do dano moral, a capacidade socioeconômica das partes e o princípio da proporcionalidade, tudo de forma a desestimular condutas semelhantes. Por outro lado, a indenização não pode ser fonte de enriquecimento indevido.
Por esses motivos elencados, e diante das peculiaridades do presente caso, a verba há de ser fixada no patamar de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), estabelecendo-se, desta maneira, um critério de razoabilidade, tendente a reconhecer e condenar o infrator a pagar valor que não importe enriquecimento sem causa, para aquele que suporta o dano e que sirva de reprimenda ao autor do ato lesivo, a fim desestimular a reiteração da prática danosa.

Por fim, anoto que, as matérias e teses que vão de encontro à análise do caso e à solução proposta, conforme princípio da persuasão racional, ficam automaticamente rejeitadas.
Dispositivo: ante o exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, ACOLHO os pedidos iniciais formulados por JOSE MARIA UCHOA BARATA para:
1) confirmar a antecipação dos efeitos da tutela, proferida no ID: 79348060;
2) declarar a nulidade dos contratos de n. 9634723, n. 9701890 e n. 9701948 em nome do autor Jose Maria Uchoa Barata e BANRISUL e, via de consequência, reconhecer a inexigibilidade dos débitos deles originados;
3) condenar o requerido BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - BANRISUL ao pagamento do valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) em favor do requerente a título de indenização por danos morais, com correção monetária e juros de mora a partir da publicação desta sentença (Súmula 362 do STJ), além do dano material pelos descontos indevidos, a título de repetição do indébito, na forma dobrada, a ser melhor especificado em liquidação/cumprimento de sentença, com correção monetária a contar da data do desembolso e juros de mora de 1% e a partir da citação; e, por conta das portabilidades, fica autorizado ao banco requerido o abatimento dos valores pagos a título de quitação dos contratos n. 324235341-9, 324235613-1 e 324235829-3 com o Banco Panamericano;
No tocante à indenização acima referida, registro que, nos termos do que foi decidido pela 4ª Turma do STJ, permanece válida a sua Súmula 326 (REsp 1.837.386 – SP).
4) condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais e ao pagamento dos honorários advocatícios, estes que fixo em 10% do valor da condenação, nos termos do §2°, do art. 85, do CPC.
Para fins de correção monetária, deverá ser utilizada a Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (INPC).
Após o trânsito em julgado, oficie-se ao INSS, requisitando que providencie o cancelamento definitivo do desconto no benefício de n. 133.672.740-0 do autor Jose Maria Uchoa Barata, provenientes dos contratos de n. 9634723, n. 9701890 e n. 9701948 com o BANRISUL.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo “a quo” (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.
Sentença publicada e registrada automaticamente.
Intimem-se.
Após o trânsito em julgado, em nada sendo requerido, arquivem-se os autos.
Guajará-Mirim segunda-feira, 17 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Av. 15 de Novembro, n. 1981, bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Processo: 7001010-57.2022.8.22.0015
Classe/Assunto: Execução de Título Extrajudicial / Prestação de Serviços, Citação, Juros
Distribuição: 28/03/2022
Requerente: EXEQUENTE: RODRIGO LIMA QUEIROZ, RUA LEOPOLDO DE MATOS 585 CENTRO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerente: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: SIDNEY SOBRINHO PAPA, OAB nº RO10061, CARINA RODRIGUES MOREIRA, OAB nº RO10065
Requerido: EXECUTADO: ELBA CAMAITO NOGUEIRA DA SILVA, AV. DR. LEWERGER 890 INDUSTRIAL - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerida: ADVOGADO DO EXECUTADO: EDIJANE CEOBANIUC DA SILVA, OAB nº RO6897
DESPACHO
A parte executada aduz que suas contas, em especial a STONE PAGAMENTOS S.A. continua bloqueada, pelo que requer a liberação de bloqueio judicial em todas as contas vinculadas ao seu CPF.
Pois bem.
Conforme pesquisa no sistema SISBAJUD não está em aberto nenhuma ordem reiterada, bem como os valores anteriormente tornados indisponíveis já foram liberados através de alvará à parte exequente (ID: 92468196), e constatado o seu cumprimento pelo extrato das contas judiciais em que constam sem saldo (zeradas).
Assim, eventual desbloqueio deve ser feito diretamente à instituição financeira em que pende a restrição de movimentação.
A fim de evitar prejuízo para a parte executada, REQUISITO a instituição STONE PAGAMENTOS S.A. que proceda com desbloqueio, se pendente, na (s) conta (s) da executada ELBA CAMAITO NOGUEIRA DA SILVA (CPF n. 286.731.822-04) em relação a estes autos 7001010-57.2022.8.22.0015, posto a extinção do feito.
SERVE DE OFÍCIO/E-MAIL/CARTA PARA STONE PAGAMENTO S.A.
Guajará-Mirim segunda-feira, 17 de julho de 2023
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7000930-59.2023.8.22.0015
Classe/Assunto: Procedimento Comum Cível / Rescisão / Resolução
Distribuição: 09/03/2023

AUTOR: UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA, CNPJ nº 05657234000120, - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ALICE BARROS PEREIRA, OAB nº RO12582, THIAGO MAIA DE CARVALHO, OAB nº RO7472, EURICO SOARES MONTENEGRO NETO, OAB nº RO1742, RODRIGO OTAVIO VEIGA DE VARGAS, OAB nº RO2829
REU: ELIANY SUELY PEDROSO QUEIROZ 69233977234, CNPJ nº 40564745000106, COSTA MARQUES 422/C CENTRO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
DESPACHO
Defiro o pedido retro.
Foram feitas pesquisas nos sistemas SIEL e INFOJUD e localizados endereços ainda não diligenciados.
Assim, cumpra-se o pronunciamento de ID: 88042190 nos endereços abaixo indicados, às expensas da parte autora:
Trata-se de ação de cobrança.
CITE-SE A a parte requerida para, querendo, contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e de se presumir como verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. (art. 344, do CPC) ou, alternativamente, manifestar seu interesse na conciliação.
Na hipótese de preferência pela conciliação, determino a CPE o seu agendamento de data e horário da audiência, que se realizará na Central de Conciliação - CEJUSC ou NUCOMED, por videoconferência com utilização do aplicativo whatsapp e/ou Google Meet, ficando a ré advertida desde já, que o prazo para contestação fluirá a partir do término do ato conciliatório, se frustrado.
Anoto que, não tendo condições de constituir advogado, a parte requerida deverá procurar o defensor público da sua cidade (art. 69, §§ 2º e 3º, das DGJ).
Cumpra-se.
SIRVA O PRESENTE COMO CARTA DE CITAÇÃO/MANDADO DE CITAÇÃO.
REQUERIDA: ELIANY SUELY PEDROSA QUEIROZ, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 40.564.745/0001-06
Endereços: 1) Av. Edson de Lima, 2511, bairro São Pedro. Ji-Paraná/RO - CEP 76900115. Telefone: 69993830161;
2) Rua Caucheiro, 988 989 a 1183 1184 1044, CAFEZINHO. Ji-Paraná/RO - CEP: 76913-110.
Guajará-Mirim segunda-feira, 17 de julho de 2023
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Av. 15 de Novembro, n. 1981, bairro Serraria, CEP 76.850-000 - Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7005443-07.2022.8.22.0015
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES - RN5553
EXECUTADO: MAGNO ROJAS GONCALVES e outros (2)
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7004769-29.2022.8.22.0015
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
Advogado do(a) AUTOR: CRISTIANE TESSARO - RO0001562A-A
REU: VILMAR COSTA FERREIRA
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7001052-43.2021.8.22.0015
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: Banco Bradesco Financiamentos S.A
Advogado do(a) AUTOR: ROSANGELA DA ROSA CORREA - RO5398-A
REU: MICHEL MANSILLA OJOPI JUNIOR
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7002715-27.2021.8.22.0015
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: EVANDRO TEIXEIRA CARNEIRO
Advogados do(a) EXEQUENTE: LEILANE RIBEIRO CAMELO - RO11028, TAISSA DA SILVA SOUSA - RO0005795A
EXECUTADO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) EXECUTADO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
INTIMAÇÃO EXEQUENTE - ATUALIZAR O DÉBITO e ANDAMENTO
Tendo em vista o decurso de prazo para pagamento espontâneo, bem como para impugnação, fica a parte EXEQUENTE, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada a atualizar o débito e dar prosseguimento no feito atentando-se que o requerimento de consultas por meio de sistemas judiciais (BACEN, RENAJUD e outros) deverá ser acompanhado de custas CÓDIGO 1007, para cada diligência requerida, nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7001457-11.2023.8.22.0015
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) AUTOR: EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR - DF29190
REU: MARCIA BRANDAO MARQUES DOS SANTOS e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7003910-23.2016.8.22.0015
Classe/Assunto: Cumprimento de sentença / Penhora / Depósito/ Avaliação
Distribuição: 13/09/2016
EXEQUENTE: B. C. S., BANCO BRADESCO S.A. s/n VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANDRE NIETO MOYA, OAB nº DF42839
EXECUTADO: A. D. F. -. M.
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Considerando que a execução se realiza no interesse do exequente; considerando que o princípio da inafastabilidade da jurisdição atribui ao Poder Judiciário a obrigação de dar ênfase ao subprincípio da efetividade; considerando o pagamento das custas pertinentes; e, ainda, considerando que a pretensão da parte credora encontra amparo na jurisprudência do TJRO (em resumo):
"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. CONSULTA AO SISTEMA BACENJUD. PROVIMENTO. 1. O STJ, sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 425), assentou entendimento no sentido de que consulta aos sistemas Bacenjud, Renajud e Infojud prescinde do exaurimento de diligências extrajudiciais por parte do exequente. (...) 3. Agravo provido". (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0801660-46.2019.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Gilberto Barbosa, Data de julgamento: 07/08/2019)
Defiro o pedido do exequente.
Procedi com a busca no sistema SISBAJUD, que restou negativa em razão da parte executada não ter relacionamento com as instituições financeiras, bem como a busca no INFOJUD, em que a executada não apresentou declarações nos últimos anos, inclusive a declaração do ano de 2016 consta como não informada para o CNPJ da executada.
Assim, em nada sendo requerido, retornem os autos ao arquivo provisório.
Intime-se via DJe.
Guajará-Mirim, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7002423-71.2023.8.22.0015
Classe/Assunto: Carta Precatória Cível / Citação
Distribuição: 06/06/2023
DEPRECANTE: INSTITUTO JOAO NEORICO, CNPJ nº 08155411000168, - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO DEPRECANTE: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546
DEPRECADO: GISLAINE RAIANE RIBEIRO NUNES, CPF nº 02372901206, RUA ANGELIM 222 ELDORADO - 76811-794 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
DEPRECADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
O pedido de Id. Num. 93289191 deve ser analisado pelo juízo deprecante.
Dessa forma, devolva-se a carta precatória.
Guajará-Mirim segunda-feira, 17 de julho de 2023
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Av. 15 de Novembro, n. 1981, bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7001251-41.2016.8.22.0015
Classe/Assunto: Cumprimento de sentença / Contratos Bancários
Distribuição: 09/03/2016
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL, BANCO CENTRAL DO BRASIL ASA SUL - 70074-900 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419
EXECUTADOS: FAPOR - FABRICA DE PORTAS, IND. COM. IMP. E EXPORTACAO LTDA - EPP, CLAIDO ALBERTO WINK, ROSANE SALETE WINK
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: FRANCISCO FERNANDES FILHO, OAB nº RO6103, THAIS VIEIRA MARTINS, OAB nº MT31801O, ROSANE SALETE WINK, OAB nº RO11218L
DESPACHO
Considerando que a execução se realiza no interesse do exequente; considerando que o princípio da inafastabilidade da jurisdição atribui ao Poder Judiciário a obrigação de dar ênfase ao subprincípio da efetividade; considerando o pagamento das custas pertinentes; e, ainda, considerando que a pretensão da parte credora encontra amparo na jurisprudência do TJRO (em resumo):
“AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. CONSULTA AO SISTEMA BACENJUD. PROVIMENTO. 1. O STJ, sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 425), assentou entendimento no sentido de que consulta aos sistemas Bacenjud, Renajud e Infojud prescinde do exaurimento de diligências extrajudiciais por parte do exequente. (...) 3. Agravo provido”. (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0801660-46.2019.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Gilberto Barbosa, Data de julgamento: 07/08/2019) (destaquei)
Defiro o pedido do exequente.
Foram realizadas pesquisas no SNIPER, conforme espelhos em anexo.
Assim, intime-se a parte exequente a dar prosseguimento no feito, no prazo de 5 (cinco) dias.
Em caso de inércia, retornem os autos ao arquivo provisório.
Guajará-Mirim, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7003011-78.2023.8.22.0015
Classe/Assunto: Procedimento Comum Cível / Práticas Abusivas
Distribuição: 15/07/2023
Requerente: AUTOR: ITALO MAIA PITA, MASCERENHAS DE MORAES 1105 CAETANO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Advogado (a) Requerente: ADVOGADOS DO AUTOR: JOSE CRISTOFY PITA DA SILVA, OAB nº SP474598, EDIJANE CEOBANIUC DA SILVA, OAB nº RO6897
Requerido: REU: NU PAGAMENTOS S.A., AVENIDA BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO 3751, - DE 3141 A 3999 - LADO ÍMPAR JARDIM PAULISTA - 01401-001 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado (a) Requerida: REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Trata-se de ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos morais e pedido de tutela provisória de urgência em que o autor pugna pela gratuidade com a simples afirmação de que não possui condição financeira.
Em que pese a presunção relativa decorrente da afirmação da hipossuficiência, compete a quem se considera hipossuficiente apresentar elementos mínimos que tragam suporte às alegações, o que ainda não fez, especialmente quando se tratarem de ações de simplório valor atribuído à causa.

Assim, antes de indeferir o pedido de gratuidade da justiça, em observância ao § 2º do art. 99 do CPC, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, apresentar razão objetiva pela qual não consegue pagar as custas iniciais, mediante exibição de documento hábil (exemplo: extratos de contas bancárias dos três últimos meses, CTPS, contracheques, declarações de impostos de renda dos últimos 2 anos) ou, alternativamente, comprovar o recolhimento das custas processuais, observando-se o mínimo a ser recolhido, conforme o disposto no inciso I e § 1º do art. 12 da Lei 3.896/2016; bem como, informar a profissão do autor, conforme dispõe o artigo 319, II do CPC, tudo sob pena de indeferimento da inicial.
Alerto à CPE que, atendida a emenda, tornem os autos conclusos na pasta de “Decisão urgente inicial”.
Guajará-Mirim segunda-feira, 17 de julho de 2023
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Avenida 15 de Novembro, n. 1981, Bairro: Serraria, CEP: 76.850-000 - Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7002669-09.2019.8.22.0015
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: HERMES FERNANDES DA SILVA
Advogados do(a) EXEQUENTE: MARILZA GOMES DE ALMEIDA BARROS - RO0003797A, WELISON NUNES DA SILVA - PR58395
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Fica a parte AUTORA, por meio de seu advogado, no prazo de 5 (cinco) dias, intimada para manifestar quanto ao prosseguimento, face o decurso do prazo para manifestação da parte requerida.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível Processo: 7001577-59.2020.8.22.0015
Classe/Assunto: Execução Fiscal / Estaduais
Distribuição: 27/07/2020
EXEQUENTES: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, CNPJ nº 19907343000162, AVENIDA FARQUAR, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: COLINA COMERCIO IMPORTACAO & EXPORTACAO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO EIRELI - ME, CNPJ nº 20856881000154, AVENIDA DR. LEWERGER - N:4753 LIBERDADE - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA, PAULO ROBERTO BORGES, CPF nº 00289819288, AVENIDA SETE DE SETEMBRO n. 1192, - DE 984 A 1360 - LADO PAR CENTRO - 76801-096 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Procedi pesquisas em nome dos executados aos sistemas Sisbajud, Renajud e Infojud, contudo restaram infrutíferas, conforme documento anexo.
Intime-se a Fazenda Pública, no prazo de 10 (dez) dias, para indicar bens passiveis de penhora ou requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento.
Guajará-Mirim segunda-feira, 17 de julho de 2023
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Fórum Nelson Hungria - Av. 15 de Novembro, n. 1981, bairro: Serraria, CEP: 76850-000 Guajará-Mirim/RO
E-mail: gum2civel@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Guajará-Mirim - 2ª Vara Cível
Avenida XV de Novembro, 1981, Fórum Nélson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000 - Fone: (69) 3541-7187
e-mail: cpe2civgum@tjro.jus.br
Processo : 7000364-13.2023.8.22.0015
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: DOM BOSCO INDUSTRIA DE RACAO ANIMAL E PECUARIA LTDA
Advogados do(a) AUTOR: MARIANA CORREIA DA SILVA GANANCA - RO6672, RENATA FERNANDES MELO - RO0002224A
REU: ANDERSON OLIVEIRA GRAIA
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

COMARCA DE JARU

VARA CRIMINAL

COMARCA DE JARU
Rua Raimundo Cantanhede, 1069 - CEP 76890-000 - Jaru - RO - www.tjro.jus.br

PROCESSO	:	0000228-33.2023.8.22.8003

DESPACHO Nº 248 / 2023 - JAR1CRIGAB/JAR1CRI/JARCRI/CMJAR
Vistos,
O 3° Subgrupamento de Bombeiros Militar/2°Grupamento de Bombeiro Militar de Jaru/RO apresentou o "Projeto para combate às queimadas e proteção do Meio Ambiente e Patrimônio através de Oficina para construção de material e equipamento (abafadores)", visando a obtenção de recursos para aquisição de bens permanentes e de consumo, por meio dos valores oriundos das penas e medidas alternativas de prestação pecuniária que são depositados na Conta Única da Vara Criminal, nos termos do Provimento 007/2017-CG.
O projeto está devidamente formado com a identificação da instituição, identificação da sua destinação, objetivos, justificativa, cotação/ custos, cronograma de execução, identificação do representante da instituição, responsável pela execução do projeto, termo de responsabilidade.
O Ministério Público manifestou-se pelo deferimento do projeto.
É o necessário relatório. Decido.
O 3° Subgrupamento de Bombeiros Militar/2°Grupamento de Bombeiro Militar de Jaru/RO possui cadastro aprovado neste Juízo, atendendo portanto o artigo 5º do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG. Ademais, o projeto apresentado atende o disposto no artigo 6º da referida norma.
Trata-se de projeto visando à aquisição de bens permanentes e de consumo com vistas a fabricação de abafadores de incêndios, a fim de atender os militares, bem como a população em geral, uma vez que os equipamentos ao serem adquiridos possibilitam melhor atendimento nas ocorrências, gerando qualidade no serviço prestado.
Como ressaltado pelo proponente, trata-se de importante projeto, pois com o advento do período de estiagem há crescente aumento das queimadas, o que acarreta incêndios florestais, favorece a poluição atmosférica, intensifica as doenças respiratórias, fazendo-se necessário a melhoria e o aperfeiçoamento na prestação de serviço, em especial na prevenção e controle das queimadas, dentro do Município de Jaru/RO. Assim, os proponentes alegam que com a aquisição dos materiais serão fabricados 55 (cinquenta e cinco) abafadores, sendo que 40 (quarenta) serão doados à Secretaria do Meio Ambiente deste Município e os demais ficarão em poder do 3ºSGBM/2ºGBM.
Para tanto, foi solicitada a destinação do recurso financeiro no valor total de R$ 9.421,39 (nove mil quatrocentos e vinte e um reais e trinta e nove centavos).
O Corpo de Bombeiro Militar, órgão que compõe a Segurança Pública, realiza exímio trabalho na proteção à vida, além de ter como uma de suas missões, a proteção ao patrimônio e meio ambiente, sendo do conhecimento deste juízo que o Batalhão desta Comarca desempenha relevante atuação. Com isso, conclui-se que o investimento na melhoria e aperfeiçoamento dos trabalhos beneficia a população como um todo, em especial porque serão doados 40 (quarenta) abafadores à Secretaria do Meio Ambiente deste Município para posterior distribuição nas associações rurais.
A instituição proponente é órgão destinado à segurança pública conforme constitucionalmente previsto, sendo coerente o retorno dos valores obtidos na aplicação de penas ou medidas despenalizadoras no combate à criminalidade.
Ademais, vislumbra-se que consta no corpo do projeto – especificamente no item 4, intitulado como "cotação/custos", a descrição das peças que serão adquiridas, onde há especificação dos materiais a serem utilizados, quantidade e os custos para realização do projeto.
Portanto, o projeto tem por finalidade a prestação de um melhor atendimento a população Jaruense nos casos de incêndio/queimada, uma vez que os abafadores auxiliarão na qualidade do serviço prestado pelo Corpo de Bombeiros, além dos que serão doados para as associações rurais. Com isso, tem-se que o projeto trará mais segurança à população e impactará positivamente no Meio Ambiente, restando atendido, então, o disposto no artigo 2º do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG e no artigo 2º da Resolução n. 154-2012 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
Diante do exposto, defiro o pedido referente ao "Projeto para combate às queimadas e proteção do Meio Ambiente e Patrimônio através de Oficina para construção de material e equipamento (abafadores)" e autorizo a destinação do recurso financeiro no valor de R$ 9.421,39 (nove mil quatrocentos e vinte um reais e trinta e nove centavos) ao 3° Subgrupamento de Bombeiros Militar/2°Grupamento de Bombeiro Militar de Jaru/RO, para fabricação de abafadores de incêndio a serem usados na Comarca de Jaru/RO, nos termos em que foi apresentado.
O valor deste projeto deverá ser revertido da conta destinada ao depósito de penalidades aplicadas a crimes ambientais.
Demais deliberações
Os responsáveis pela Instituição e pela execução do projeto deverão apresentar o termo de responsabilidade para aplicação do recurso em conformidade com o que foi apresentado ao Juízo, conforme artigo 6º do Provimento 007/2017-CG.
Notifique-se o representante da entidade beneficiada e o responsável pela execução do projeto de que terão até o dia 30/09/2023 para apresentarem a prestação de contas sobre a aplicação do recurso, que deverá ser instruída com o relatório da execução do projeto, fotografias das obras realizadas e dos bens adquiridos, bem como dos demais documentos comprobatórios a exemplo de notas fiscais de compra ou de prestação de serviços, devendo ainda, estarem de acordo com as disposições do artigo 12 do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG.
Advirto que não poderá haver atrasos na prestação de contas, considerando que este juízo possui prazo para comprovar a destinação dos valores e consta expressamente do Provimento Conjunto 007/2017 que:
Artigo 11 – O projeto deverá ser executado no prazo estipulado, sob pena de sua interrupção, cancelamento e adoção de providências judiciais e extrajudiciais para sua estabilização, recomendando-se, conforme o caso, a remessa de peças para a polícia judiciária e Ministério Público.

Ficam todos cientes de que, por serem públicos os recursos, poderá haver a qualquer tempo e sem prévio aviso a realização de inspeção por ordem do juízo a fim de se constatar o adequado emprego dos valores.
Advirto que a natureza pública dos recursos liberados faz com que seja necessário extremo rigor na sua aplicação, ficando os responsáveis pelo recebimento advertidos expressamente de que a má gestão poderá resultar na caracterização de infrações criminais, cíveis e administrativas.
Esclareço desde já que em hipótese alguma haverá a concessão de valores adicionais e que eventual aumento de preço nos orçamentos apresentados devem ser negociados com o fornecedor ou adequado no projeto.
Providencie-se o necessário para expedição do alvará. Fica certa a responsabilidade pela aplicação dos recursos e pela respectiva prestação de contas, advertindo-se quanto ao disposto no artigo 6º, parágrafo único, do Provimento 007/2017-CG referente a eventuais sobras de valores (devem ser restituídos).
Determino que, logo que apresentada a prestação de contas, seja expedido mandado para que um Oficial de Justiça efetue diligências para a constatação da execução dos projetos, com o registro de fotografias das obras, reformas e dos bens e insumos no espaço da instituição beneficiada, à exceção dos itens que já tenham sido entregues ao público beneficiado a depender da natureza do projeto.
O prazo para o cumprimento do mandado será de 5 (cinco) dias para instituições estabelecidas no Município de Jaru e de 10 (dez) dias para as instituições situadas em outros municípios ou distritos desta Comarca.
Logo após a expedição dos mandados, para maior celeridade, encaminhe-se os autos à contadoria do Juízo para análise, nos termos do artigo 13 do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG.
Juntada a certidão da diligência do Oficial de Justiça e o parecer da contadoria, encaminhe-se ao Ministério Público para se manifestar em 05 (cinco) dias.
A escrivania deverá providenciar as anotações e comunicações sobre destinação de valores e prestações de contas homologadas, nos termos do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG, observando, especialmente, o disposto no artigo 14 da referida norma, e da respectiva Portaria deste Juízo.
Considerando que esta decisão é proferida no SEI, publique-se no DJE.
Ciência ao Ministério Público e ao Presidente da Instituição, responsável pelo projeto.
Cumpra-se, expedindo o que for necessário.

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE, Juiz (a) de Direito, em 14/07/2023, às 07:04 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3458928 e o código CRC 4E2CBDF3.

COMARCA DE JARU
Rua Raimundo Cantanhede, 1069 - CEP 76890-000 - Jaru - RO - www.tjro.jus.br

PROCESSO	:	0000217-04.2023.8.22.8003

DESPACHO Nº 245 / 2023 - JAR1CRIGAB/JAR1CRI/JARCRI/CMJAR
Vistos,
O CONSELHO DA COMUNIDADE NA EXECUÇÃO PENAL DE JARU/RO, apresentou projeto em favor do Centro Regional de Ressocialização Augusto Simon Kempe, denominado Suporte ao Programa: A Viagem do Prisioneiro, visando a obtenção de recursos para seu implemento, através dos valores oriundos das penas e medidas alternativas de prestação pecuniária que são depositados na Conta Única da Vara Criminal, nos termos do Provimento 007/2017-CG.
O projeto apresenta os dados da instituição, identificação do responsável pela instituição cadastrada e do responsável pela execução da proposta, justificativa, objetivo geral, objetivos específicos, metodologia, área de abrangência, relação de materiais e orçamentos.
Comunicada a troca de Presidente do Conselho da Comunidade na Execução Penal de Jaru/RO.
O Ministério Público manifestou-se pela aprovação do projeto em análise.
É o necessário relatório. DECIDO.
O CONSELHO DA COMUNIDADE NA EXECUÇÃO PENAL DE JARU/RO possui cadastro aprovado neste Juízo, atendendo portanto o artigo 5º do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG.
O projeto apresentado, atende o disposto no Provimento 007/2017-CG, faltando apenas o termo de responsabilidade pela aplicação do recurso em conformidade ao projeto, que deverá ser sanado antes do repasse da verba.
Foram realizadas as cotações de preços em diferentes comércios, tendo a instituição incluído em seu projeto a menor cotação, com valor total de R$ 10.607,56 (dez mil, seiscentos e sete reais e cinquenta e seis centavos).
A Instituição sempre apresenta projetos que visam a melhoria das condições da unidade prisional e neste caso enfatizam a necessidade da assistência espiritual. Consta que já desenvolvem o programa “A Viagem do Prisioneiro”, que se refere a estudos bíblicos e possui base internacional, sendo inclusive uma metodologia incorporada à APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados.
Inclusive, consta que já formaram três grupos de doze reeducandos e vem surtindo efeitos positivos no comportamento destes. Observa-se porém, que o projeto vem se mantendo pelo empenho dos envolvidos, já que contam com doações e recursos financeiros do próprio servidor facilitador.
Não pode passar despercebida a informação de que o programa já apresenta bons resultados e se deferido o projeto em análise, as atividades poderão continuar e abranger toda a população carcerária. A metodologia do projeto descreve inclusive que há realização de

formatura para aqueles que concluem o curso, o que aliado às atividades desenvolvidas, vem a somar no processo de ressocialização dos internos.
Em análise ao material descrito, observa-se que todos são pertinentes aos trabalhos desenvolvidos e para a realização da formatura.
Portanto, o projeto tem por fim melhorar as condições do cumprimento da pena com a prestação de assistência religiosa, dando uma melhor resposta para a sociedade no que pertine à ressocialização. Com isso, tem-se que o projeto trará mais segurança à população, restando atendido, então, o disposto no artigo 2º do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG e no artigo 2º da Resolução n. 154-2012 do Conselho Nacional do Justiça – CNJ.
Diante do exposto, defiro o atendimento do "Projeto Suporte ao Programa: A Viagem do Prisioneiro" e autorizo a destinação do recurso financeiro no valor de R$ 10.607,56 (dez mil, seiscentos e sete reais e cinquenta e seis centavos) ao CONSELHO DA COMUNIDADE NA EXECUÇÃO PENAL DE JARU/RO, que apresentou projeto em favor do Centro Regional de Ressocialização Augusto Simon Kempe, onde será implementado, nos termos em que foi apresentado.
Demais deliberações
Os responsáveis pela Instituição e pela execução do projeto deverão apresentar o termo de responsabilidade para aplicação do recurso em conformidade com o que foi apresentado ao Juízo, conforme artigo 6º do Provimento 007/2017-CG.
Notifique-se o representante da entidade beneficiada e o responsável pela execução do projeto de que terão até o dia 30/09/2023 para apresentarem a prestação de contas sobre a aplicação do recurso, que deverá ser instruída com o relatório da execução do projeto, fotografias das obras realizadas e dos bens adquiridos, bem como dos demais documentos comprobatórios a exemplo de notas fiscais de compra ou de prestação de serviços, devendo ainda, estarem de acordo com as disposições do artigo 12 do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG.
Advirto que não poderá haver atrasos na prestação de contas, considerando que este juízo possui prazo para comprovar a destinação dos valores e consta expressamente do Provimento Conjunto 007/2017 que:
Artigo 11 – O projeto deverá ser executado no prazo estipulado, sob pena de sua interrupção, cancelamento e adoção de providências judiciais e extrajudiciais para sua estabilização, recomendando-se, conforme o caso, a remessa de peças para a polícia judiciária e Ministério Público.
Ficam todos cientes de que, por serem públicos os recursos, poderá haver a qualquer tempo e sem prévio aviso a realização de inspeção por ordem do juízo a fim de se constatar o adequado emprego dos valores.
Advirto que a natureza pública dos recursos liberados faz com que seja necessário extremo rigor na sua aplicação, ficando os responsáveis pelo recebimento advertidos expressamente de que a má gestão poderá resultar na caracterização de infrações criminais, cíveis e administrativas.
Esclareço desde já que em hipótese alguma haverá a concessão de valores adicionais e que eventual aumento de preço nos orçamentos apresentados devem ser negociados com o fornecedor ou adequado no projeto.
Providencie-se o necessário para a transferência dos valores. Fica certa a responsabilidade pela aplicação dos recursos e pela respectiva prestação de contas, advertindo-se quanto ao disposto no artigo 6º, parágrafo único, do Provimento 007/2017-CG referente a eventuais sobras de valores (devem ser restituídos).
Determino que, logo que apresentada a prestação de contas, seja expedido mandado para que um Oficial de Justiça efetue diligências para a constatação da execução dos projetos, com o registro de fotografias das obras, reformas e dos bens e insumos no espaço da instituição beneficiada, à exceção dos itens que já tenham sido entregues ao público beneficiado a depender da natureza do projeto.
O prazo para o cumprimento do mandado será de 5 (cinco) dias para instituições estabelecidas no Município de Jaru e de 10 (dez) dias para as instituições situadas em outros municípios ou distritos desta Comarca.
Logo após a expedição dos mandados, para maior celeridade, encaminhe-se os autos à contadoria do Juízo para análise, nos termos do artigo 13 do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG.
Juntada a certidão da diligência do Oficial de Justiça e o parecer da contadoria, encaminhe-se ao Ministério Público para se manifestar em 05 (cinco) dias.
A escrivania deverá providenciar as anotações e comunicações sobre destinação de valores e prestações de contas homologadas, nos termos do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG, observando, especialmente, o disposto no artigo 14 da referida norma, e da respectiva Portaria deste Juízo.
Considerando que esta decisão é proferida no SEI, publique-se no DJE.
Ciência ao Ministério Público e ao Presidente da Instituição, responsável pelo projeto.
Cumpra-se, expedindo o que for necessário.

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE, Juiz (a) de Direito, em 14/07/2023, às 07:06 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3457949 e o código CRC E3F1B178.

COMARCA DE JARU
Rua Raimundo Cantanhede, 1069 - CEP 76890-000 - Jaru - RO - www.tjro.jus.br

PROCESSO	:	0000215-34.2023.8.22.8003

DESPACHO Nº 246 / 2023 - JAR1CRIGAB/JAR1CRI/JARCRI/CMJAR
Vistos,

O CONSELHO DA COMUNIDADE NA EXECUÇÃO PENAL DE JARU/RO apresentou projeto em favor do Centro Regional de Ressocialização Augusto Simon Kempe, denominado O Despertar Por Meio Da Leitura Literária, visando a obtenção de recursos para seu implemento, através dos valores oriundos das penas e medidas alternativas de prestação pecuniária que são depositados na Conta Única da Vara Criminal, nos termos do Provimento 007/2017-CG.

O projeto apresenta os dados da instituição, identificação do responsável pela instituição cadastrada e do responsável pela execução da proposta, justificativa, objetivo geral, objetivos específicos, metodologia, público-alvo, área de abrangência, relação de materiais e orçamentos.

Comunicada a troca de Presidente do Conselho da Comunidade na Execução Penal de Jaru/RO.

O Ministério Público manifestou-se pela aprovação do projeto em análise.

É o necessário relatório. DECIDO.

O CONSELHO DA COMUNIDADE NA EXECUÇÃO PENAL DE JARU/RO possui cadastro aprovado neste Juízo, atendendo portanto o artigo 5º do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG.

O projeto apresentado, atende o disposto no Provimento 007/2017-CG, faltando apenas o termo de responsabilidade pela aplicação do recurso em conformidade ao projeto, que deverá ser sanado antes do repasse da verba.

Foram realizadas as cotações de preços em diferentes comércios, tendo a instituição incluído em seu projeto a menor cotação, com valor total de R$ 6.455,66 (seis mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e seis centavos).

A Instituição sempre apresenta projetos que visam a melhoria das condições da unidade prisional e neste caso destacam que a leitura e a escrita são as principais ferramentas para a formação e desenvolvimento do conhecimento, promovendo a melhoria do vocabulário, enriquecimento cultural e intelectual. Merece destaque a informação de que as práticas sociais educativas direcionadas à ressocialização, são ferramentas importantes para amenizar a ociosidade no ambiente carcerário.

O projeto em análise destaca que a Unidade Prisional já desenvolve a atividade denominada “Pró-leitura”, que concede remição aos reeducandos com base na Resolução 391 do CNJ e contam com suporte do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN que promove a doação de livros, porém em quantidade insuficiente pois possibilita a participação de apenas 27% dos reeducandos.

Sendo assim, constata-se que a finalidade do projeto em aumentar o acervo bibliográfico da instituição e possibilitar o atendimento de cem por cento dos custodiados é relevante, pois promove consciência sociocultural e intelectual, além de promover a possibilidade de remição de forma mais igualitária.

Na metodologia do projeto está especificada a forma com será aplicado no dia a dia e que haverá contrapartida do Convênio com a Fupen, remunerando o auxiliar de biblioteca.

Portanto, o projeto tem por fim melhorar as condições do cumprimento da pena com a ampliação do projeto Pró-Leitura que já é desenvolvido na unidade prisional, dando uma melhor resposta para a sociedade no que pertine à ressocialização. Com isso, tem-se que o projeto trará mais segurança à população, restando atendido, então, o disposto no artigo 2º do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG e no artigo 2º da Resolução n. 154-2012 do Conselho Nacional do Justiça – CNJ.

Diante do exposto, defiro o atendimento do “Projeto O Despertar Por Meio Da Leitura” e autorizo a destinação do recurso financeiro no valor de R$ 6.455,66 (seis mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e seis centavos) ao CONSELHO DA COMUNIDADE NA EXECUÇÃO PENAL DE JARU/RO, que apresentou projeto em favor do Centro Regional de Ressocialização Augusto Simon Kempe, onde será implementado, nos termos em que foi apresentado.

Demais deliberações

Os responsáveis pela Instituição e pela execução do projeto deverão apresentar o termo de responsabilidade para aplicação do recurso em conformidade com o que foi apresentado ao Juízo, conforme artigo 6º do Provimento 007/2017-CG.

Notifique-se o representante da entidade beneficiada e o responsável pela execução do projeto de que terão até o dia 30/09/2023 para apresentarem a prestação de contas sobre a aplicação do recurso, que deverá ser instruída com o relatório da execução do projeto, fotografias das obras realizadas e dos bens adquiridos, bem como dos demais documentos comprobatórios a exemplo de notas fiscais de compra ou de prestação de serviços, devendo ainda, estarem de acordo com as disposições do artigo 12 do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG.

Advirto que não poderá haver atrasos na prestação de contas, considerando que este juízo possui prazo para comprovar a destinação dos valores e consta expressamente do Provimento Conjunto 007/2017 que:

Artigo 11 – O projeto deverá ser executado no prazo estipulado, sob pena de sua interrupção, cancelamento e adoção de providências judiciais e extrajudiciais para sua estabilização, recomendando-se, conforme o caso, a remessa de peças para a polícia judiciária e Ministério Público.

Ficam todos cientes de que, por serem públicos os recursos, poderá haver a qualquer tempo e sem prévio aviso a realização de inspeção por ordem do juízo a fim de se constatar o adequado emprego dos valores.

Advirto que a natureza pública dos recursos liberados faz com que seja necessário extremo rigor na sua aplicação, ficando os responsáveis pelo recebimento advertidos expressamente de que a má gestão poderá resultar na caracterização de infrações criminais, cíveis e administrativas.

Esclareço desde já que em hipótese alguma haverá a concessão de valores adicionais e que eventual aumento de preço nos orçamentos apresentados devem ser negociados com o fornecedor ou adequado no projeto.

Providencie-se o necessário para a transferência dos valores. Fica certa a responsabilidade pela aplicação dos recursos e pela respectiva prestação de contas, advertindo-se quanto ao disposto no artigo 6º, parágrafo único, do Provimento 007/2017-CG referente a eventuais sobras de valores (devem ser restituídos).

Determino que, logo que apresentada a prestação de contas, seja expedido mandado para que um Oficial de Justiça efetue diligências para a constatação da execução dos projetos, com o registro de fotografias das obras, reformas e dos bens e insumos no espaço da instituição beneficiada, à exceção dos itens que já tenham sido entregues ao público beneficiado a depender da natureza do projeto.

O prazo para o cumprimento do mandado será de 5 (cinco) dias para instituições estabelecidas no Município de Jaru e de 10 (dez) dias para as instituições situadas em outros municípios ou distritos desta Comarca.

Logo após a expedição dos mandados, para maior celeridade, encaminhe-se os autos à contadoria do Juízo para análise, nos termos do artigo 13 do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG.

Juntada a certidão da diligência do Oficial de Justiça e o parecer da contadoria, encaminhe-se ao Ministério Público para se manifestar em 05 (cinco) dias.

A escrivania deverá providenciar as anotações e comunicações sobre destinação de valores e prestações de contas homologadas, nos termos do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG, observando, especialmente, o disposto no artigo 14 da referida norma, e da respectiva Portaria deste Juízo.
Considerando que esta decisão é proferida no SEI, publique-se no DJE.
Ciência ao Ministério Público e ao Presidente da Instituição, responsável pelo projeto.
Cumpra-se, expedindo o que for necessário.

Documento assinado eletronicamente por ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE, Juiz (a) de Direito, em 14/07/2023, às 07:05 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3458245 e o código CRC 355BF66B.

COMARCA DE JARU
Rua Raimundo Cantanhede, 1069 - CEP 76890-000 - Jaru - RO - www.tjro.jus.br

PROCESSO	:	0000207-57.2023.8.22.8003

DESPACHO Nº 251 / 2023 - JAR1CRIGAB/JAR1CRI/JARCRI/CMJAR
Vistos,
O 8º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR apresentou o "Projeto para reaparelhar e modernizar a instalação destinada ao armazenamento das armas, munições e insumos oriundas do Tribunal de Justiça", visando adquirir fechaduras eletrônicas e armários para sala destinada ao armazenamento de armas, munições e insumos oriundas do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, através dos valores oriundos das penas e medidas alternativas de prestação pecuniária que são depositados na Conta Única da Vara Criminal, nos termos do Provimento 007/2017-CG.
O projeto está devidamente formado com a proposta, identificação da instituição, identificação do representante da instituição e do responsável pela execução do projeto, destinação, objetivo, justificativa, objeto, cotações de preço, cronograma de execução, plano de ação e termo de responsabilidade.
O Ministério Público manifestou-se pelo deferimento do projeto.
É o necessário relatório. Decido.
O 8º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR possui cadastro aprovado neste Juízo, atendendo portanto o artigo 5º do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG. Ademais, o projeto apresentado atende o disposto no artigo 6º do referido Provimento.
Trata-se de projeto visando o reaparelhamento e a modernização da sala destinada ao armazenamento de armas, munições e insumos oriundos do Tribunal de Justiça, por meio da aquisição de armários e fechadura eletrônica.
Como ressaltado pelo proponente, trata-se de importante projeto visando garantir o adequado armazenamento e a segurança das armas, munições e insumos proveniente de ilícitos penais, apreendidos em processos ou procedimentos criminais, recebidos das Comarcas de Jaru e Machadinho do Oeste e guardadas no quartel do 8º BPM. Com a aquisição da fechadura, o acesso será restrito aos usuários previamente cadastrados, garantindo a segurança necessária que os objetos necessitam. Do mesmo modo, os armários possibilitam o adequado armazenamento e controle, interferindo diretamente na proteção da população e das próprias armas de fogo.
Para tanto, foi solicitada a destinação do recurso financeiro no valor total de R$ 35.269,00 (trinta e cinco mil duzentos e sessenta e nove reais) tendo optado pelo orçamento de menor valor, dentre os apresentados.
A Polícia Militar desempenha relevante atuação nesta Comarca e, desde 2019, através do Convênio 127/PGE-2019, passou a ser o responsável pela guarda das armas, munições e insumos provenientes de crimes e apreendidos em processos criminais. Com isso, conclui-se que a melhoria na sala destinada ao armazenamento dos objetos, possibilitará o adequado armazenamento, além de garantir a segurança necessária, o que beneficia a população como um todo.
A instituição proponente é órgão destinado à segurança pública conforme constitucionalmente previsto, sendo coerente o retorno dos valores obtidos na aplicação de penas ou medidas despenalizadoras no combate à criminalidade.
Ademais, embora fosse adequado que o Estado atendesse às necessidades apontadas no projeto, sabe-se que a alta demanda e os procedimentos legais dificultam uma providência rápida. Por outro lado, a segurança e o adequado armazenamento dos armamentos, insumos e munições exigem uma providência urgente, evitando que em caso de eventual incidente, as armas e munições caiam em mãos de delinquentes.
Não obstante, vislumbra-se que consta no corpo do projeto – especificamente no item 5, intitulado como "objeto", a descrição do armário e fechadura que serão adquiridos, onde há especificação do material, medida e quantidade.
Portanto, o projeto tem por finalidade garantir o correto armazenamento das armas, munições e insumos, além de aumentar o nível de segurança da sala destinada ao armazenamento dos objetos. Com isso, tem-se que o projeto trará mais segurança à população, restando atendido, então, o disposto no artigo 2º do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG e no artigo 2º da Resolução n. 154-2012 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
Diante do exposto, defiro o pedido referente ao "Projeto para reaparelhar e modernizar a instalação destinada ao armazenamento das armas, munições e insumos oriundas do Tribunal de Justiça" e autorizo a destinação do recurso financeiro no valor de R$ 35.269,00 (trinta e cinco mil duzentos e sessenta e nove reais) ao 8º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR para sua implementação, nos termos em que foi apresentado.
Demais deliberações

Os responsáveis pela Instituição e pela execução do projeto deverão apresentar o termo de responsabilidade para aplicação do recurso em conformidade com o que foi apresentado ao Juízo, conforme artigo 6º do Provimento 007/2017-CG.
Notifique-se o representante da entidade beneficiada e o responsável pela execução do projeto de que terão até o dia 30/09/2023 para apresentarem a prestação de contas sobre a aplicação do recurso, que deverá ser instruída com o relatório da execução do projeto, fotografias das obras realizadas e dos bens adquiridos, bem como dos demais documentos comprobatórios a exemplo de notas fiscais de compra ou de prestação de serviços, devendo ainda, estarem de acordo com as disposições do artigo 12 do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG.
Advirto que não poderá haver atrasos na prestação de contas, considerando que este juízo possui prazo para comprovar a destinação dos valores e consta expressamente do Provimento Conjunto 007/2017 que:
Artigo 11 – O projeto deverá ser executado no prazo estipulado, sob pena de sua interrupção, cancelamento e adoção de providências judiciais e extrajudiciais para sua estabilização, recomendando-se, conforme o caso, a remessa de peças para a polícia judiciária e Ministério Público.
Ficam todos cientes de que, por serem públicos os recursos, poderá haver a qualquer tempo e sem prévio aviso a realização de inspeção por ordem do juízo a fim de se constatar o adequado emprego dos valores.
Advirto que a natureza pública dos recursos liberados faz com que seja necessário extremo rigor na sua aplicação, ficando os responsáveis pelo recebimento advertidos expressamente de que a má gestão poderá resultar na caracterização de infrações criminais, cíveis e administrativas.
Esclareço desde já que em hipótese alguma haverá a concessão de valores adicionais e que eventual aumento de preço nos orçamentos apresentados devem ser negociados com o fornecedor ou adequado no projeto.
Providencie-se o necessário para expedição do alvará. Fica certa a responsabilidade pela aplicação dos recursos e pela respectiva prestação de contas, advertindo-se quanto ao disposto no artigo 6º, parágrafo único, do Provimento 007/2017-CG referente a eventuais sobras de valores (devem ser restituídos).
Determino que, logo que apresentada a prestação de contas, seja expedido mandado para que um Oficial de Justiça efetue diligências para a constatação da execução dos projetos, com o registro de fotografias das obras, reformas e dos bens e insumos no espaço da instituição beneficiada, à exceção dos itens que já tenham sido entregues ao público beneficiado a depender da natureza do projeto.
O prazo para o cumprimento do mandado será de 5 (cinco) dias para instituições estabelecidas no Município de Jaru e de 10 (dez) dias para as instituições situadas em outros municípios ou distritos desta Comarca.
Logo após a expedição dos mandados, para maior celeridade, encaminhe-se os autos à contadoria do Juízo para análise, nos termos do artigo 13 do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG.
Juntada a certidão da diligência do Oficial de Justiça e o parecer da contadoria, encaminhe-se ao Ministério Público para se manifestar em 05 (cinco) dias.
A escrivania deverá providenciar as anotações e comunicações sobre destinação de valores e prestações de contas homologadas, nos termos do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG, observando, especialmente, o disposto no artigo 14 da referida norma, e da respectiva Portaria deste Juízo.
Considerando que esta decisão é proferida no SEI, publique-se no DJE.
Ciência ao Ministério Público e ao Presidente da Instituição, responsável pelo projeto.
Cumpra-se, expedindo o que for necessário.

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE, Juiz (a) de Direito, em 14/07/2023, às 07:03 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3459443 e o código CRC EFE54211.

COMARCA DE JARU
Rua Raimundo Cantanhede, 1069 - CEP 76890-000 - Jaru - RO - www.tjro.jus.br

PROCESSO	:	0000216-19.2023.8.22.8003

DESPACHO Nº 244 / 2023 - JAR1CRIGAB/JAR1CRI/JARCRI/CMJAR
Vistos,
O CONSELHO DA COMUNIDADE NA EXECUÇÃO PENAL DE JARU/RO, apresentou projeto do Centro Regional de Ressocialização Augusto Simon Kempe, denominado Marcenaria Criativa, visando a obtenção de recursos para seu implemento, através dos valores oriundos das penas e medidas alternativas de prestação pecuniária que são depositados na Conta Única da Vara Criminal, nos termos do Provimento 007/2017-CG.
O projeto apresenta os dados da instituição, identificação do responsável pela instituição cadastrada e do responsável pela execução da proposta, objetivo geral, objetivos específicos, público-alvo/beneficiário, área de abrangência, relação de materiais, recursos humanos, cronograma de execução e orçamentos.
Comunicada a troca de Presidente do Conselho da Comunidade na Execução Penal de Jaru/RO.
O Ministério Público manifestou-se pela aprovação do projeto em análise.
É o necessário relatório. DECIDO.

O CONSELHO DA COMUNIDADE NA EXECUÇÃO PENAL DE JARU/RO possui cadastro aprovado neste Juízo, atendendo portanto o artigo 5º do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG.
O projeto apresentado, atende o disposto no Provimento 007/2017-CG, faltando apenas o termo de responsabilidade pela aplicação do recurso em conformidade ao projeto, que deverá ser sanado antes do repasse da verba.
Foram realizadas as cotações de preços em diferentes comércios, tendo a instituição incluído em seu projeto a menor cotação, com valor total de R$ 38.876,04 (trinta e oito mil, oitocentos e setenta e seis reais e quatro centavos).
A Instituição sempre apresenta projetos que visam a melhoria das condições da unidade prisional. Neste caso, o objetivo é a implantação de uma marcenaria no Centro Regional de Ressocialização Augusto Simon Kempe, que traz como contrapartida a profissionalização dos reeducandos e reeducandas que venham a ser contemplados com a oportunidade de trabalho, além de possibilitar a remição e reduzir a ociosidade dos reclusos.
Observa-se que a princípio o projeto contempla um número pequeno de reeducandos, mas se houver um retorno positivo, nada impede que haja ampliação das atividades e haverá também um revezamento natural quando reeducandos obtiveram a progressão de regime.
Conforme consta da justificativa e metodologia do projeto, a renda obtida será administrada pelo Conselho da Comunidade por meio de conta específica, bem como será instituída uma comissão para fiscalização dos recursos, os quais poderão ser utilizados na manutenção da unidade prisional e dar apoio a outros projetos desenvolvidos na instituição.
Portanto, o projeto tem por fim melhorar as condições do cumprimento da pena com o desenvolvimento de trabalho lícito e profissionalizante, dando uma melhor resposta para a sociedade no que pertine à ressocialização. Com isso, tem-se que o projeto trará mais segurança à população, restando atendido, então, o disposto no artigo 2º do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG e no artigo 2º da Resolução n. 154-2012 do Conselho Nacional do Justiça – CNJ.
Diante do exposto, defiro o atendimento do "Projeto Marcenaria Criativa" e autorizo a destinação do recurso financeiro no valor de R$ 38.876,04 (trinta e oito mil, oitocentos e setenta e seis reais e quatro centavos) ao CONSELHO DA COMUNIDADE NA EXECUÇÃO PENAL DE JARU/RO, que apresentou projeto em favor do Centro Regional de Ressocialização Augusto Simon Kempe, onde será implementado, nos termos em que foi apresentado.
Demais deliberações
Os responsáveis pela Instituição e pela execução do projeto deverão apresentar o termo de responsabilidade para aplicação do recurso em conformidade com o que foi apresentado ao Juízo, conforme artigo 6º do Provimento 007/2017-CG.
Notifique-se o representante da entidade beneficiada e o responsável pela execução do projeto de que terão até o dia 30/09/2023 para apresentarem a prestação de contas sobre a aplicação do recurso, que deverá ser instruída com o relatório da execução do projeto, fotografias das obras realizadas e dos bens adquiridos, bem como dos demais documentos comprobatórios a exemplo de notas fiscais de compra ou de prestação de serviços, devendo ainda, estarem de acordo com as disposições do artigo 12 do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG.
Advirto que não poderá haver atrasos na prestação de contas, considerando que este juízo possui prazo para comprovar a destinação dos valores e consta expressamente do Provimento Conjunto 007/2017 que:
Artigo 11 – O projeto deverá ser executado no prazo estipulado, sob pena de sua interrupção, cancelamento e adoção de providências judiciais e extrajudiciais para sua estabilização, recomendando-se, conforme o caso, a remessa de peças para a polícia judiciária e Ministério Público.
Ficam todos cientes de que, por serem públicos os recursos, poderá haver a qualquer tempo e sem prévio aviso a realização de inspeção por ordem do juízo a fim de se constatar o adequado emprego dos valores.
Advirto que a natureza pública dos recursos liberados faz com que seja necessário extremo rigor na sua aplicação, ficando os responsáveis pelo recebimento advertidos expressamente de que a má gestão poderá resultar na caracterização de infrações criminais, cíveis e administrativas.
Esclareço desde já que em hipótese alguma haverá a concessão de valores adicionais e que eventual aumento de preço nos orçamentos apresentados devem ser negociados com o fornecedor ou adequado no projeto.
Providencie-se o necessário para a transferência dos valores. Fica certa a responsabilidade pela aplicação dos recursos e pela respectiva prestação de contas, advertindo-se quanto ao disposto no artigo 6º, parágrafo único, do Provimento 007/2017-CG referente a eventuais sobras de valores (devem ser restituídos).
Determino que, logo que apresentada a prestação de contas, seja expedido mandado para que um Oficial de Justiça efetue diligências para a constatação da execução dos projetos, com o registro de fotografias das obras, reformas e dos bens e insumos no espaço da instituição beneficiada, à exceção dos itens que já tenham sido entregues ao público beneficiado a depender da natureza do projeto.
O prazo para o cumprimento do mandado será de 5 (cinco) dias para instituições estabelecidas no Município de Jaru e de 10 (dez) dias para as instituições situadas em outros municípios ou distritos desta Comarca.
Logo após a expedição dos mandados, para maior celeridade, encaminhe-se os autos à contadoria do Juízo para análise, nos termos do artigo 13 do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG.
Juntada a certidão da diligência do Oficial de Justiça e o parecer da contadoria, encaminhe-se ao Ministério Público para se manifestar em 05 (cinco) dias.
A escrivania deverá providenciar as anotações e comunicações sobre destinação de valores e prestações de contas homologadas, nos termos do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG, observando, especialmente, o disposto no artigo 14 da referida norma, e da respectiva Portaria deste Juízo.
Considerando que esta decisão é proferida no SEI, publique-se no DJE.
Ciência ao Ministério Público e ao Presidente da Instituição, responsável pelo projeto.
Cumpra-se, expedindo o que for necessário.

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE, Juiz (a) de Direito, em 14/07/2023, às 07:07 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3457468 e o código CRC 0560B43E.

COMARCA DE JARU
Rua Raimundo Cantanhede, 1069 - CEP 76890-000 - Jaru - RO - www.tjro.jus.br

PROCESSO	:	0000208-42.2023.8.22.8003

DESPACHO Nº 257 / 2023 - JAR1CRIGAB/JAR1CRI/JARCRI/CMJAR
Vistos,
O 8º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR apresentou o "Projeto de aquisição de materiais químicos para treinamento dos cães do canil do 8º BPM", visando adquirir materiais químicos para o treinamento dos cães pertencentes ao canil do 8º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Rondônia, através dos valores oriundos das penas e medidas alternativas de prestação pecuniária que são depositados na Conta Única da Vara Criminal, nos termos do Provimento 007/2017-CG.
O projeto está devidamente formado com a proposta, identificação da instituição, identificação do representante da instituição e do responsável pela execução do projeto, destinação, objetivo, justificativa, objeto, cotações de preço, cronograma de execução, plano de ação e termo de responsabilidade.
O Ministério Público manifestou-se pelo deferimento do projeto.
É o necessário relatório. Decido.
O 8º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR possui cadastro aprovado neste Juízo, atendendo portanto o artigo 5º do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG. Ademais, o projeto apresentado atende o disposto no artigo 6º do referido Provimento.
Trata-se de projeto visando a aquisição de materiais químicos para treinamento dos 04 (quatro) cães pertencentes ao canil do 8º BPM.
Como ressaltado pelo proponente, trata-se de importante projeto, uma vez que desde a inauguração do canil, este tem contribuído com o efetivo combate da criminalidade dentro desta Comarca. Desse modo, para continuarem desempenhando as atividades, os cães necessitam ser submetidos a treinamentos constantes e, para tanto, requerem a utilização das essências químicas para simular o odor de diferentes tipos de drogas, explosivos e demais substâncias ilegais a fim de que os cães em eventual operação possam detectá-los.
Para tanto, foi solicitada a destinação do recurso financeiro no valor total de R$ 46.400,00 (quarenta e seis mil e quatrocentos reais) sendo optado pelo orçamento de menor valor, dentre os apresentados.
A Polícia Militar desempenha relevante atuação nesta Comarca e, desde 2021, conta com o canil para auxiliar precipuamente no combate ao tráfico de drogas, atuando de forma estratégica e especializada. Com isso, conclui-se que a aquisição das essências químicas, as quais projetam os odores de diferentes tipos de drogas, explosivos e demais substâncias ilegais, auxiliarão no treinamento dos cães, possibilitando um melhor desempenho durante as operações, o que contribuirá diretamente na segurança pública, beneficiando a população como um todo.
A instituição proponente é órgão destinado à segurança pública conforme constitucionalmente previsto, sendo coerente o retorno dos valores obtidos na aplicação de penas ou medidas despenalizadoras no combate à criminalidade.
Não obstante, vislumbra-se que consta no corpo do projeto – especificamente no item 5, intitulado como "objeto", a descrição das substâncias que serão adquiridas e a quantidade.
Portanto, o projeto tem por finalidade aperfeiçoar o treinamento dos cães pertencentes ao canil do 8º BPM aprimorando seu desempenho durante as operações policiais. Com isso, tem-se que o projeto trará mais segurança à população, restando atendido, então, o disposto no artigo 2º do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG e no artigo 2º da Resolução n. 154-2012 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.
Diante do exposto, defiro o pedido referente ao "Projeto de aquisição de materiais químicos para treinamento dos cães do canil do 8º BPM" e autorizo a destinação do recurso financeiro no valor de R$ 46.400,00 (quarenta e seis mil e quatrocentos reais) ao 8º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR para aquisição dos materiais químicos necessários para o treinamento dos cães, nos termos em que foi apresentado.
Demais deliberações
Os responsáveis pela Instituição e pela execução do projeto deverão apresentar o termo de responsabilidade para aplicação do recurso em conformidade com o que foi apresentado ao Juízo, conforme artigo 6º do Provimento 007/2017-CG.
Notifique-se o representante da entidade beneficiada e o responsável pela execução do projeto de que terão até o dia 30/09/2023 para apresentarem a prestação de contas sobre a aplicação do recurso, que deverá ser instruída com o relatório da execução do projeto, fotografias das obras realizadas e dos bens adquiridos, bem como dos demais documentos comprobatórios a exemplo de notas fiscais de compra ou de prestação de serviços, devendo ainda, estarem de acordo com as disposições do artigo 12 do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG.
Advirto que não poderá haver atrasos na prestação de contas, considerando que este juízo possui prazo para comprovar a destinação dos valores e consta expressamente do Provimento Conjunto 007/2017 que:
Artigo 11 – O projeto deverá ser executado no prazo estipulado, sob pena de sua interrupção, cancelamento e adoção de providências judiciais e extrajudiciais para sua estabilização, recomendando-se, conforme o caso, a remessa de peças para a polícia judiciária e Ministério Público.
Ficam todos cientes de que, por serem públicos os recursos, poderá haver a qualquer tempo e sem prévio aviso a realização de inspeção por ordem do juízo a fim de se constatar o adequado emprego dos valores.
Advirto que a natureza pública dos recursos liberados faz com que seja necessário extremo rigor na sua aplicação, ficando os responsáveis pelo recebimento advertidos expressamente de que a má gestão poderá resultar na caracterização de infrações criminais, cíveis e administrativas.
Esclareço desde já que em hipótese alguma haverá a concessão de valores adicionais e que eventual aumento de preço nos orçamentos apresentados devem ser negociados com o fornecedor ou adequado no projeto.
Providencie-se o necessário para expedição do alvará. Fica certa a responsabilidade pela aplicação dos recursos e pela respectiva prestação de contas, advertindo-se quanto ao disposto no artigo 6º, parágrafo único, do Provimento 007/2017-CG referente a eventuais sobras de valores (devem ser restituídos).
Determino que, logo que apresentada a prestação de contas, seja expedido mandado para que um Oficial de Justiça efetue diligências para a constatação da execução dos projetos, com o registro de fotografias das obras, reformas e dos bens e insumos no espaço da instituição beneficiada, à exceção dos itens que já tenham sido entregues ao público beneficiado a depender da natureza do projeto.
O prazo para o cumprimento do mandado será de 5 (cinco) dias para instituições estabelecidas no Município de Jaru e de 10 (dez) dias para as instituições situadas em outros municípios ou distritos desta Comarca.
Logo após a expedição dos mandados, para maior celeridade, encaminhe-se os autos à contadoria do Juízo para análise, nos termos do artigo 13 do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG.

Juntada a certidão da diligência do Oficial de Justiça e o parecer da contadoria, encaminhe-se ao Ministério Público para se manifestar em 05 (cinco) dias.
A escrivania deverá providenciar as anotações e comunicações sobre destinação de valores e prestações de contas homologadas, nos termos do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG, observando, especialmente, o disposto no artigo 14 da referida norma, e da respectiva Portaria deste Juízo.
Considerando que esta decisão é proferida no SEI, publique-se no DJE.
Ciência ao Ministério Público e ao Presidente da Instituição, responsável pelo projeto.
Cumpra-se, expedindo o que for necessário.

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE, Juiz (a) de Direito, em 14/07/2023, às 06:58 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3460594 e o código CRC 4DB0A7F2.

COMARCA DE JARU
Rua Raimundo Cantanhede, 1069 - CEP 76890-000 - Jaru - RO - www.tjro.jus.br

PROCESSO	:	0000203-20.2023.8.22.8003

DESPACHO Nº 253 / 2023 - JAR1CRIGAB/JAR1CRI/JARCRI/CMJAR
Vistos,
A ASSOCIAÇÃO CLUBE DAS MÃES DOS SETORES 04 e 07 DE JARU/RO apresentou o Projeto “Ampliação do Pátio Escolar”, visando a obtenção de recursos para seu implemento, através dos valores oriundos das penas e medidas alternativas de prestação pecuniária que são depositados na Conta Única desta Vara Criminal, nos termos do Provimento 007/2017-CG.
O Ministério Público manifestou-se pela aprovação do projeto.
Embora o projeto atenda os requisitos necessários, não é possível seu acolhimento nesta oportunidade.
Sem dúvidas, a instituição realiza um trabalho de significativo valor social, considerando que foi criada com o objetivo de atender crianças, adolescentes e mães carentes, visando minimizar os problemas sociais das famílias. No decorrer dos anos foi implantado o Projeto Responsabilidade Social para o desenvolvimento de ações sociais de reintegração de adolescentes em risco social e adolescentes em conflito com a lei, além de ofertarem educação infantil e oficinas de pintura em tecido, violão, flauta doce, ballet, teatro, dança e informática.
Porém, a referida instituição apresentou dois projetos com valores significativos, o que implicaria em reversão de boa parte dos valores em conta a uma única entidade, o que é vedado pelo Provimento 007/2017-CG.
O projeto em análise foi orçado em R$ 113.128,86 e desse modo, abrange mais de 1/5 do valor disponível em conta.
No caso, as verbas devem ser distribuídas ao maior número de instituições possíveis, devendo ser considerado ainda o fato de que a instituição em questão já foi contemplada com projetos apresentados nos anos de 2021 e 2022.
Embora se trate de instituição com alto grau de confiabilidade e respeitabilidade, não é possível acolher o Projeto “Ampliação do Pátio Escolar”.
Diante do exposto, indefiro o atendimento do Projeto “Ampliação do Pátio Escolar” apresentado pela ASSOCIAÇÃO CLUBE DAS MÃES DOS SETORES 04 e 07 DE JARU/RO.
Ciência ao Ministério Público e à responsável pela instituição.
Providencie-se o necessário e oportunamente, arquive-se.

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE, Juiz (a) de Direito, em 14/07/2023, às 07:03 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3459990 e o código CRC 15C61322.

COMARCA DE JARU
Rua Raimundo Cantanhede, 1069 - CEP 76890-000 - Jaru - RO - www.tjro.jus.br

PROCESSO	:	0000205-87.2023.8.22.8003

DESPACHO Nº 255 / 2023 - JAR1CRIGAB/JAR1CRI/JARCRI/CMJAR
Vistos,
O LAR DO IDOSO MANOEL CLEMENTE DE SOUZA apresentou projeto para cobertura da área de convivência (construção de barracão para recepcionar visitantes, descanso e atividades dos internos), visando a obtenção de recursos para seu implemento, através dos valores oriundos das penas e medidas alternativas de prestação pecuniária que são depositados na Conta Única desta Vara Criminal,

nos termos do Provimento 007/2017-CG.
O Ministério Público manifestou-se pela aprovação do projeto.
Observa-se que o projeto apresentado não atende aos requisitos mínimos, pois apresentado em corpo único, sem individualizar o responsável pela instituição e por sua execução, justificativa, objetivo geral, objetivo específico e demais informações previstas no item 3.1 do edital.
Ademais, o projeto não apresenta os dados do Presidente da instituição e foi aposta assinatura digital em nome da pessoa jurídica, enquanto deveria estar assinado pela pessoa física que a representa. Não foi esclarecido se há um responsável legal para usar o Certificado em nome da instituição.
Sem dúvidas, a instituição realiza um trabalho de significativo valor social, considerando que promove o acolhimento de pessoas idosas. Porém, além das considerações acima que por si só já impedem o acolhimento do projeto, este possui valor significativo, o que implicaria em reversão de boa parte dos valores em conta a uma única entidade, o que é vedado pelo Provimento 007/2017-CG.
O projeto em análise foi orçado em R$ 99.050,00 e desse modo, abrange cerca de 1/5 do valor disponível em conta. No caso, as verbas devem ser distribuídas ao maior número de instituições possíveis.
Embora se trate de instituição com alto grau de confiabilidade e respeitabilidade, não é possível acolher o projeto.
Diante do exposto, indefiro o atendimento do Projeto apresentado pelo LAR DO IDOSO MANOEL CLEMENTE DE SOUZA nestes autos.
Ciência ao Ministério Público e ao responsável pela instituição.
Providencie-se o necessário e oportunamente, arquive-se.

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE, Juiz (a) de Direito, em 14/07/2023, às 06:59 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3460509 e o código CRC 9C5CF924.

COMARCA DE JARU
Rua Raimundo Cantanhede, 1069 - CEP 76890-000 - Jaru - RO - www.tjro.jus.br

PROCESSO	:	0000204-05.2023.8.22.8003

DESPACHO Nº 239 / 2023 - JAR1CRIGAB/JAR1CRI/JARCRI/CMJAR
Vistos,
O INSTITUTO VITÓRIA DOS ANIMAIS – IVA, apresentou o Projeto “Compra de Mantimentos”, visando a obtenção de recursos para seu implemento, através dos valores oriundos das penas e medidas alternativas de prestação pecuniária que são depositados na Conta Única desta Vara Criminal, nos termos do Provimento 007/2017-CG.
O projeto apresenta a identificação da instituição, sua destinação, os objetivos, a justificativa, cronograma de execução, além dos orçamentos.
O Ministério Público manifestou-se pela aprovação do projeto.
É o necessário relatório. Decido.
O INSTITUTO VITÓRIA DOS ANIMAIS – IVA possui cadastro aprovado neste Juízo, e portanto, atendido o artigo 5º do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG. Ademais, o Projeto Compra de Mantimentos atende às demais especificações do artigo 6º da referida norma.
O projeto apresentado pela instituição visa a aquisição de mantimentos como ração e medicamentos para atender os cães abandonados que perambulam pelas ruas do município, refletindo positivamente no meio ambiente e em melhor qualidade de vida para os animais.
Destaca em sua justificativa a necessidade de proporcionar melhor qualidade de vida para os animais em estado de abandono e aqueles que sofrem maus tratos, sendo questão de saúde pública e que por se tratar de instituição que não possui renda, se mantendo por meio de doações, o projeto poderá garantir melhor assistência aos animais.
Sem dúvidas, a significativa quantidade de cachorros em estado de abandono que circulam pelas ruas do município é notória e o projeto apresentado possui valor razoável, sendo passível de acolhimento. Ademais, possibilitará o atendimento de grande quantidade de animais que vivem em situação de abandono.
Por fim, observa-se que foram apresentados orçamentos e feita a opção pelo de menor valor.
Assim, estando o projeto em termos com a normativa respectiva, entendo ser o caso de concessão do pedido.
Diante do exposto, defiro o pedido referente ao Projeto Compra de Mantimentos e autorizo a destinação do recurso financeiro no valor de R$ 11.014,00 (onze mil e quatorze reais) ao INSTITUTO VITÓRIA DOS ANIMAIS – IVA, para sua implementação, com a finalidade acima descrita.
O valor deste projeto deverá ser revertido da conta destinada ao depósito de penalidades aplicadas a crimes ambientais.
Demais deliberações
Os responsáveis pela Instituição e pela execução do projeto deverão apresentar o termo de responsabilidade para aplicação do recurso em conformidade com o que foi apresentado ao Juízo, conforme artigo 6º do Provimento 007/2017-CG.
Notifique-se o representante da entidade beneficiada e o responsável pela execução do projeto de que terão até o dia 30/09/2023 para apresentarem a prestação de contas sobre a aplicação do recurso, que deverá ser instruída com o relatório da execução do projeto, fotografias das obras realizadas e dos bens adquiridos, bem como dos demais documentos comprobatórios a exemplo de notas fiscais de compra ou de prestação de serviços, devendo ainda, estarem de acordo com as disposições do artigo 12 do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG.

Advirto que não poderá haver atrasos na prestação de contas, considerando que este juízo possui prazo para comprovar a destinação dos valores e consta expressamente do Provimento Conjunto 007/2017 que:
Artigo 11 – O projeto deverá ser executado no prazo estipulado, sob pena de sua interrupção, cancelamento e adoção de providências judiciais e extrajudiciais para sua estabilização, recomendando-se, conforme o caso, a remessa de peças para a polícia judiciária e Ministério Público.
Ficam todos cientes de que, por serem públicos os recursos, poderá haver a qualquer tempo e sem prévio aviso a realização de inspeção por ordem do juízo a fim de se constatar o adequado emprego dos valores.
Advirto que a natureza pública dos recursos liberados faz com que seja necessário extremo rigor na sua aplicação, ficando os responsáveis pelo recebimento advertidos expressamente de que a má gestão poderá resultar na caracterização de infrações criminais, cíveis e administrativas.
Esclareço desde já que em hipótese alguma haverá a concessão de valores adicionais e que eventual aumento de preço nos orçamentos apresentados devem ser negociados com o fornecedor ou adequado no projeto.
Providencie-se o necessário para a transferência dos valores. Fica certa a responsabilidade pela aplicação dos recursos e pela respectiva prestação de contas, advertindo-se quanto ao disposto no artigo 6º, parágrafo único, do Provimento 007/2017-CG referente a eventuais sobras de valores (devem ser restituídos).
Determino que, logo que apresentada a prestação de contas, seja expedido mandado para que um Oficial de Justiça efetue diligências para a constatação da execução dos projetos, com o registro de fotografias das obras, reformas e dos bens e insumos no espaço da instituição beneficiada, à exceção dos itens que já tenham sido entregues ao público beneficiado a depender da natureza do projeto.
O prazo para o cumprimento do mandado será de 5 (cinco) dias para instituições estabelecidas no Município de Jaru e de 10 (dez) dias para as instituições situadas em outros municípios ou distritos desta Comarca.
Logo após a expedição dos mandados, para maior celeridade, encaminhe-se os autos à contadoria do Juízo para análise, nos termos do artigo 13 do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG.
Juntada a certidão da diligência do Oficial de Justiça e o parecer da contadoria, encaminhe-se ao Ministério Público para se manifestar em 05 (cinco) dias.
A escrivania deverá providenciar as anotações e comunicações sobre destinação de valores e prestações de contas homologadas, nos termos do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG, observando, especialmente, o disposto no artigo 14 da referida norma, e da respectiva Portaria deste Juízo.
Considerando que esta decisão é proferida no SEI, publique-se no DJE.
Ciência ao Ministério Público e ao Presidente da Instituição, responsável pelo projeto.
Cumpra-se, expedindo o que for necessário.

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE, Juiz (a) de Direito, em 14/07/2023, às 11:16 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3454983 e o código CRC AA3AC9DB.

COMARCA DE JARU
Rua Raimundo Cantanhede, 1069 - CEP 76890-000 - Jaru - RO - www.tjro.jus.br

PROCESSO	:	0000209-27.2023.8.22.8003

DESPACHO Nº 247 / 2023 - JAR1CRIGAB/JAR1CRI/JARCRI/CMJAR
Vistos,
A SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM RONDÔNIA apresentou o “Projeto para solicitação de valores para manutenção trimestral dos 02 (dois) pontos de monitoramento com câmeras de leitura automática de placas”, visando a obtenção de recursos para sua manutenção, através dos valores oriundos das penas e medidas alternativas de prestação pecuniária que são depositados na Conta Única da Vara Criminal, nos termos do Provimento 007/2017-CG.
O projeto está devidamente formado com a identificação da instituição, introdução descritiva do projeto, identificação da destinação, resultado pretendido, público alvo, justificativas, custos, cotações, cronograma de execução, identificação do representante da instituição, responsável pela execução do projeto, pedido e indicação da manutenção.
O Ministério Público manifestou-se pelo deferimento do projeto.
É o necessário relatório. Decido.
A SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM RONDÔNIA possui cadastro aprovado neste Juízo, atendendo portanto o artigo 5º do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG.
O projeto apresentado, atende o disposto no Provimento 007/2017-CG, faltando apenas o termo de responsabilidade pela aplicação do recurso em conformidade ao projeto, que deverá ser sanado antes do repasse da verba.
Trata-se de projeto visando a manutenção preventiva e corretiva de dois pontos de captura, com capacidade de leitura automática de placas, já instalados na área deste município de Jaru/RO, em parceria com o Tribunal de Justiça de Rondônia.
Como ressaltado pelo proponente, trata-se de importante projeto, pois a manutenção dos pontos de captura garantirá o funcionamento do sistema de monitoramento viário disponível e em pleno funcionamento diuturnamente, a fim de continuar auxiliando na execução de operações de policiamento e fiscalização nas rodovias federais, contribuindo para a redução dos índices de criminalidade, principalmente referentes a roubo e furto de veículos ou de carga, contrabando, descaminho, tráfico de entorpecentes e demais crimes transfronteiriços.

Além de subsidiar a atuação policial com banco de dados com informações relevantes de veículos e pessoas que já foram alvos de ocorrências criminais no passado e que tem grande potencial de voltar a delinquir.
Para tanto, foi solicitada a destinação do recurso financeiro no valor total de R$ 21.200,00 (vinte e um mil e duzentos reais) tendo optado pelo orçamento de menor valor, dentre os apresentados.
A Polícia Rodoviária Federal realiza o trabalho de polícia ostensiva nas rodovias federais, sendo do conhecimento deste juízo que a Unidade Operacional localizada nesta Comarca desempenha relevante atuação. Com isso, conclui-se que a melhoria na qualidade/ tecnologia para desenvolvimento dos trabalhos beneficia a população como um todo, já que o tráfego diário na rodovia federal que corta o município se dá por pessoas de diferentes localidades.
A instituição proponente é órgão destinado à segurança pública conforme constitucionalmente previsto, sendo coerente o retorno dos valores obtidos na aplicação de penas ou medidas despenalizadoras no combate à criminalidade.
Ademais, embora fosse adequado que o Estado atendesse às necessidades apontadas no projeto, sabe-se que a alta demanda e os procedimentos legais dificultam uma providência rápida. Por outro lado, o aumento na criminalidade exige uma resposta urgente.
Não obstante, vislumbra-se que consta no corpo do projeto – especificamente no item 6, intitulado como "custos", a descrição das peças que serão adquiridas, onde há especificação do material, quantidade e os custos para realização do projeto.
Portanto, o projeto tem por finalidade garantir o devido funcionamento das redes de pontos de captura já instaladas nesta Comarca, permitindo melhores condições de atuação da Polícia Rodoviária Federal, o que dará uma melhor resposta à sociedade. Com isso, tem-se que o projeto trará mais segurança à população, restando atendido, então, o disposto no artigo 2º do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG e no artigo 2º da Resolução n. 154-2012 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
A instituição está devidamente cadastrada, atendendo portanto o artigo 5º do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG e o projeto também atende às demais especificações do artigo 6º da referida norma.
Diante do exposto, defiro o pedido referente ao "Projeto para solicitação de valores para manutenção trimestral dos 02 (dois) pontos de monitoramento com câmeras de leitura automática de placas" e autorizo a destinação do recurso financeiro no valor de R$ 21.200,00 (vinte e um mil e duzentos reais) a SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM RONDÔNIA, para sua implementação, nos termos em que foi apresentado.
Demais deliberações
Os responsáveis pela Instituição e pela execução do projeto deverão apresentar o termo de responsabilidade para aplicação do recurso em conformidade com o que foi apresentado ao Juízo, conforme artigo 6º do Provimento 007/2017-CG.
Notifique-se o representante da entidade beneficiada e o responsável pela execução do projeto de que terão até o dia 30/09/2023 para apresentarem a prestação de contas sobre a aplicação do recurso, que deverá ser instruída com o relatório da execução do projeto, fotografias das obras realizadas e dos bens adquiridos, bem como dos demais documentos comprobatórios a exemplo de notas fiscais de compra ou de prestação de serviços, devendo ainda, estarem de acordo com as disposições do artigo 12 do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG.
Advirto que não poderá haver atrasos na prestação de contas, considerando que este juízo possui prazo para comprovar a destinação dos valores e consta expressamente do Provimento Conjunto 007/2017 que:
Artigo 11 – O projeto deverá ser executado no prazo estipulado, sob pena de sua interrupção, cancelamento e adoção de providências judiciais e extrajudiciais para sua estabilização, recomendando-se, conforme o caso, a remessa de peças para a polícia judiciária e Ministério Público.
Ficam todos cientes de que, por serem públicos os recursos, poderá haver a qualquer tempo e sem prévio aviso a realização de inspeção por ordem do juízo a fim de se constatar o adequado emprego dos valores.
Advirto que a natureza pública dos recursos liberados faz com que seja necessário extremo rigor na sua aplicação, ficando os responsáveis pelo recebimento advertidos expressamente de que a má gestão poderá resultar na caracterização de infrações criminais, cíveis e administrativas.
Esclareço desde já que em hipótese alguma haverá a concessão de valores adicionais e que eventual aumento de preço nos orçamentos apresentados devem ser negociados com o fornecedor ou adequado no projeto.
Providencie-se o necessário para expedição do alvará. Fica certa a responsabilidade pela aplicação dos recursos e pela respectiva prestação de contas, advertindo-se quanto ao disposto no artigo 6º, parágrafo único, do Provimento 007/2017-CG referente a eventuais sobras de valores (devem ser restituídos).
Determino que, logo que apresentada a prestação de contas, seja expedido mandado para que um Oficial de Justiça efetue diligências para a constatação da execução dos projetos, com o registro de fotografias das obras, reformas e dos bens e insumos no espaço da instituição beneficiada, à exceção dos itens que já tenham sido entregues ao público beneficiado a depender da natureza do projeto.
O prazo para o cumprimento do mandado será de 5 (cinco) dias para instituições estabelecidas no Município de Jaru e de 10 (dez) dias para as instituições situadas em outros municípios ou distritos desta Comarca.
Logo após a expedição dos mandados, para maior celeridade, encaminhe-se os autos à contadoria do Juízo para análise, nos termos do artigo 13 do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG.
Juntada a certidão da diligência do Oficial de Justiça e o parecer da contadoria, encaminhe-se ao Ministério Público para se manifestar em 05 (cinco) dias.
A escrivania deverá providenciar as anotações e comunicações sobre destinação de valores e prestações de contas homologadas, nos termos do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG, observando, especialmente, o disposto no artigo 14 da referida norma, e da respectiva Portaria deste Juízo.
Considerando que esta decisão é proferida no SEI, publique-se no DJE.
Ciência ao Ministério Público e ao Presidente da Instituição, responsável pelo projeto.
Cumpra-se, expedindo o que for necessário.

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE, Juiz (a) de Direito, em 14/07/2023, às 07:05 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

	A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3458813 e o código CRC F5B919E2.

COMARCA DE JARU
Rua Raimundo Cantanhede, 1069 - CEP 76890-000 - Jaru - RO - www.tjro.jus.br

PROCESSO	:	0000200-65.2023.8.22.8003

DESPACHO Nº 252 / 2023 - JAR1CRIGAB/JAR1CRI/JARCRI/CMJAR
Vistos,
A ASSOCIAÇÃO DE ACOLHIMENTO E RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS - ABRACE, apresentou o projeto "Comunicação Eficiente", visando a obtenção de recursos para seu implemento, através dos valores oriundos das penas e medidas alternativas de prestação pecuniária que são depositados na Conta Única desta Vara Criminal, nos termos do Provimento 007/2017-CG.
O Ministério Público manifestou-se pela aprovação do projeto.
Embora o projeto atenda os requisitos necessários, não é possível seu acolhimento nesta oportunidade.
Sem dúvidas, a instituição realiza um trabalho de significativo valor social, considerando que se destina ao tratamento de dependentes químicos que necessitam de ajuda e não encontram a disponibilidade em outros programas que atendam suas demandas.
A proponente disponibiliza o atendimento de internação a maiores de 18 (dezoito) anos do sexo masculino e o projeto apresentado busca verbas para aquisição e instalação de equipamentos de sonorização, visando aprimorar treinamentos, palestras, reuniões e outras demandas no gênero.
Porém, a referida instituição apresentou dois projetos com valores significativos, o que implicaria em reversão de boa parte dos valores em conta a uma única entidade, o que é vedado pelo Provimento 007/2017-CG.
As verbas devem ser distribuídas ao maior número de instituições possíveis, devendo ser considerado ainda o fato de que a instituição em questão já foi contemplada com projetos apresentados nos anos de 2021 e 2022.
Embora se trate de instituição com alto grau de confiabilidade e respeitabilidade, não é possível acolher o projeto "Comunicação Eficiente" no momento.
Diante do exposto, indefiro o atendimento do projeto "Comunicação Eficiente" apresentado pela ASSOCIAÇÃO DE ACOLHIMENTO E RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS – ABRACE.
Ciência ao Ministério Público e ao Presidente da Instituição.
Providencie-se o necessário e oportunamente, arquive-se.

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE, Juiz (a) de Direito, em 14/07/2023, às 07:03 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3459854 e o código CRC 3AFFEC30.

COMARCA DE JARU
Rua Raimundo Cantanhede, 1069 - CEP 76890-000 - Jaru - RO - www.tjro.jus.br

PROCESSO	:	0000199-80.2023.8.22.8003

DESPACHO Nº 259 / 2023 - JAR1CRIGAB/JAR1CRI/JARCRI/CMJAR
Vistos,
A ASSOCIAÇÃO DE ACOLHIMENTO E RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS - ABRACE, apresentou o projeto "Ambiente Para Triagem Do Acolhido", visando a obtenção de recursos para seu implemento, através dos valores oriundos das penas e medidas alternativas de prestação pecuniária que são depositados na Conta Única desta Vara Criminal, nos termos do Provimento 007/2017-CG.
O projeto apresenta a identificação da instituição, seu objeto, justificativa, etapas de execução, identificação dos beneficiários, critério de escolha dos fornecedores e prestadores de serviço (orçamentos) descrição de materiais, cronograma e contrapartida do proponente.
O pedido foi instruído com a planta do projeto, orçamentos, portfólio das ações executadas e links de divulgação e fotos.
O Ministério Público manifestou-se pela aprovação do projeto.
Foram solicitados esclarecimentos quanto a sede da instituição e sobre o projeto, os quais foram devidamente prestados através do ofício nº 024/ABRACE/2023.
É o necessário relatório. Decido.
A ASSOCIAÇÃO DE ACOLHIMENTO E RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS – ABRACE, possui cadastro aprovado neste Juízo.
Conforme se depreende da justificativa do projeto, a instituição visa o tratamento de dependentes químicos que necessitam de ajuda e não encontram a disponibilidade de programas que atendam suas demandas. A ABRACE disponibiliza o atendimento de internação a maiores de 18 (dezoito) anos do sexo masculino e o projeto apresentado busca viabilizar a primeira fase de tratamento, que compreende a construção de dois quartos com banheiro e uma lavanderia, além de duas centrais de ar condicionado para triagem inicial.
Consta que o projeto viabilizará o pronto acolhimento daqueles que tomam a iniciativa de buscar ajuda ou daqueles em que a família é quem busca o atendimento, onde passarão pelo período de triagem com realização de exames clínicos e acompanhamento de equipe multidisciplinar de forma mais intensa, visando passarem à próxima fase do tratamento.
Observa-se que a instituição trabalha com os internos visando a recuperação da dependência de álcool e drogas, buscando uma melhor qualidade de vida aos dependentes e a libertação do vício. Frisam que já ajudaram mais de cinco mil pessoas a mudarem de vida, o que demonstra que a Instituição abrange um número significativo de pessoas, sendo certo que a tendência é aumentar cada vez mais à medida que uns recebem alta e novos acolhimentos são realizados.
Desse modo, constata-se que o projeto é muito abrangente, contribui inclusive para a ressocialização pois é grande o número de crimes contra o patrimônio praticados por dependentes químicos para suprirem seus vícios, e certamente, beneficia em sua maior parte a população desta Comarca.

Os esclarecimentos apresentados em complemento ao projeto, esclarecem a necessidade de sua implementação para um acolhimento inicial adequado. Ademais, a instituição possui sede própria, de modo que a construção a beneficiará de modo permanente.
O projeto apresentado atende o disposto no artigo 2º do Provimento 007/2017-CG. Assim, buscam a aquisição de materiais para estruturação do prédio e possibilita maior e melhor acolhimento dos dependentes químicos, e por consequência pode resultar em estímulo para que seja dada continuidade ao tratamento. Além disso, consta que haverá contrapartida da Instituição com o fornecimento de mão de obra.
No mais, sabe-se que a Instituição está se fortalecendo cada vez mais, está situada nesta Comarca e contribui significativamente para a recuperação dos dependentes químicos locais, que são responsáveis por significativa parte dos crimes aqui praticados.
Esclareço ainda ao proponente que o recurso do projeto poderá ser melhor aproveitado, pois não há necessidade de que os materiais sejam adquiridos em um único estabelecimento, podendo cada item ser adquirido no comércio de menor valor, a menos que o desconto oferecido faça uma compensação final.
Ademais, há nos autos a fotografia demonstrando os trabalhos desenvolvidos, havendo a renovação periódica dos internos à medida que vão recebendo alta e outros vão chegando, sendo certo que o projeto beneficia um número significativo de pessoas, incluindo também os familiares e a comunidade como um todo.
O projeto está devidamente assinado pelo representante da Instituição, o qual depreende-se que também será o responsável pela sua execução.
A Instituição também demonstra que possui meios para se manter e pessoal capacitado para atendimento. Com isso, é certo que não depende unicamente das verbas judiciais, servindo estas para implantação de projeto específico para atender um maior número de pessoas.
Diante do exposto, defiro o atendimento do Projeto “Ambiente Para Triagem Do Acolhido” e autorizo a destinação do recurso financeiro no valor de R$ 81.395,50 (oitenta e um mil, trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos) à ASSOCIAÇÃO DE ACOLHIMENTO E RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS - ABRACE para sua implementação, com fundamento nas diretrizes do Provimento 007/2017-CG e nos termos em que foi apresentado.
Demais deliberações
O responsável pela Instituição e pela execução do projeto deverão apresentar o termo de responsabilidade para aplicação do recurso em conformidade com o que foi apresentado ao Juízo, conforme artigo 6º do Provimento 007/2017-CG.
Notifique-se o representante da entidade beneficiada e o responsável pela execução do projeto de que terão até o dia 31/10/2023 para apresentarem a prestação de contas sobre a aplicação do recurso, que deverá ser instruída com o relatório da execução do projeto, fotografias das obras realizadas e dos bens adquiridos, bem como dos demais documentos comprobatórios a exemplo de notas fiscais de compra ou de prestação de serviços, devendo ainda, estarem de acordo com as disposições do artigo 12 do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG.
Advirto que não poderá haver atrasos na prestação de contas, considerando que este juízo possui prazo para comprovar a destinação dos valores e consta expressamente do Provimento Conjunto 007/2017 que:
Artigo 11 – O projeto deverá ser executado no prazo estipulado, sob pena de sua interrupção, cancelamento e adoção de providências judiciais e extrajudiciais para sua estabilização, recomendando-se, conforme o caso, a remessa de peças para a polícia judiciária e Ministério Público.
Ficam todos cientes de que, por serem públicos os recursos, poderá haver a qualquer tempo e sem prévio aviso a realização de inspeção por ordem do juízo a fim de se constatar o adequado emprego dos valores.
Advirto que a natureza pública dos recursos liberados faz com que seja necessário extremo rigor na sua aplicação, ficando os responsáveis pelo recebimento advertidos expressamente de que a má gestão poderá resultar na caracterização de infrações criminais, cíveis e administrativas.
Esclareço desde já que em hipótese alguma haverá a concessão de valores adicionais e que eventual aumento de preço nos orçamentos apresentados devem ser negociados com o fornecedor ou adequado no projeto.
Providencie-se o necessário para a transferência dos valores. Fica certa a responsabilidade pela aplicação dos recursos e pela respectiva prestação de contas, advertindo-se quanto ao disposto no artigo 6º, parágrafo único, do Provimento 007/2017-CG referente a eventuais sobras de valores (devem ser restituídos).
Determino que, logo que apresentada a prestação de contas, seja expedido mandado para que um Oficial de Justiça efetue diligências para a constatação da execução dos projetos, com o registro de fotografias das obras, reformas e dos bens e insumos no espaço da instituição beneficiada, à exceção dos itens que já tenham sido entregues ao público beneficiado a depender da natureza do projeto.
O prazo para o cumprimento do mandado será de 5 (cinco) dias para instituições estabelecidas no Município de Jaru e de 10 (dez) dias para as instituições situadas em outros municípios ou distritos desta Comarca.
Logo após a expedição dos mandados, para maior celeridade, encaminhe-se os autos à contadoria do Juízo para análise, nos termos do artigo 13 do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG.
Juntada a certidão da diligência do Oficial de Justiça e o parecer da contadoria, encaminhe-se ao Ministério Público para se manifestar em 05 (cinco) dias.
A escrivania deverá providenciar as anotações e comunicações sobre destinação de valores e prestações de contas homologadas, nos termos do Provimento Conjunto n. 007/2017-CG, observando, especialmente, o disposto no artigo 14 da referida norma, e da respectiva Portaria deste Juízo.
Considerando que esta decisão é proferida no SEI, publique-se no DJE.
Ciência ao Ministério Público e ao Presidente da Instituição, responsável pelo projeto.
Cumpra-se, expedindo o que for necessário.

sei! assinatura eletrônica	Documento assinado eletronicamente por ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE, Juiz (a) de Direito, em 14/07/2023, às 11:22 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei, informando o código verificador 3462381 e o código CRC E1D5644B.

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Número do processo: 7003373-19.2023.8.22.0003
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Polo Ativo: AUTOR: A. C. F. E. I. S., RUA AMADOR BUENO 474, BLOCO C 1 ANDAR SANTO AMARO - 04753-901 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO AUTOR: GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI, OAB nº AC4254, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
Polo Ativo:
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos;
O autor não emendou a inicial, e pediu o cancelamento da ação (ID 93285602).
Dessa feita, INDEFIRO o recebimento da petição inicial. E, consequentemente, DETERMINO O CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO desta ação, com fundamento no art. 290, do CPC.
Intime-se o requerente, via seu advogado, sem aguardar nenhum prazo.

Cumpra-se.

Jaru, 16 de julho de 2023.

Luís Marcelo Batista da Silva

Jaru - 1ª Vara Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7007176-78.2021.8.22.0003
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Férias
Requerente/Exequente:NILZA CLARA MORET, RUA RIO BRANCO 2409 SETOR 1 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: JOILSON SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RO3505A, PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A
Requerido/Executado: Estado de Rondônia
Advogado do requerido: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos;
Verifico que o débito foi integralmente adimplido.
Diante disso, JULGO EXTINTA a presente execução, nos termos do artigo 924, II, do Código de Processo Civil, e determino o seu arquivamento.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Fica dispensado o trânsito em julgado.
Se não houver pendência ou constrição judicial que impeça o regular arquivamento do presente feito, certifique-se e arquive-se, dando ciência as partes, sem abertura de qualquer prazo.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7005686-84.2022.8.22.0003
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Assistência à Saúde, Exame de Saúde e/ou Aptidão Física
Requerente/Exequente:DIEGO RODRIGUES DA SILVA, RUA SÃO PAULO, 3563 SETOR 06 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, RAIMUNDO CATANHEDE 1247 BAIRRO SETOR 02 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986, PALÁCIO RIO MADEIRA PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO
Vistos;
Intime-se a parte autora para indicar a conta bancária do hospital onde será realizado o procedimento cirúrgico, ou do médico responsável, para que seja possível o sequestro dos valores.
Prazo: 05 dias.
Cumpra-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7001309-41.2020.8.22.0003
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Adicional de Horas Extras
Requerente/Exequente:FRANCINETE BEZERRA DE MEDEIROS, RUA CEREJEIRAS 839 CENTRO - 76898-000 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA
Advogado do requerente: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A, JOILSON SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RO3505A
Requerido/Executado: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos;
Verifico que o débito foi integralmente adimplido.
Diante disso, JULGO EXTINTA a presente execução, nos termos do artigo 924, II, do Código de Processo Civil, e determino o seu arquivamento.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Fica dispensado o trânsito em julgado.
Arquive-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7002381-29.2021.8.22.0003
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Adicional de Insalubridade, Base de Cálculo
Requerente/Exequente:ERICA ALVES DOS REIS, RUA MANOEL MARIANO DA SILVA 1409, CASA NÃO CADASTRADO - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: EVERTON ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA REIS, OAB nº RO7649, LUCAS BRANDALISE MACHADO, OAB nº RO931
Requerido/Executado: MUNICÍPIO DE JARU - RO
Advogado do requerido: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JARU
SENTENÇA
Vistos;
Verifico que o débito foi integralmente adimplido.
Diante disso, JULGO EXTINTA a presente execução, nos termos do artigo 924, II, do Código de Processo Civil, e determino o seu arquivamento.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Fica dispensado o trânsito em julgado.
Arquive-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7003910-83.2021.8.22.0003
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Defeito, nulidade ou anulação, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material
Requerente/Exequente: MARLETE DA SILVEIRA MENDES, RUA MATO GROSSO 2217, INEXISTENTE SETOR 01 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, JULIANA QUEIROZ DOS SANTOS, OAB nº RO9170, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590

Requerido/Executado: BANCO CETELEM S.A., ALAMEDA RIO NEGRO n 161, 7 ANDAR, SALAS 701 E 702 ALPHAVILLE INDUSTRIAL - 06454-000 - BARUERI - SÃO PAULO
Advogado do requerido: DANIEL BATTIPAGLIA SGAI, OAB nº SP214918, PAULA FERNANDA BORBA ACCIOLY, OAB nº BA21269, PROCURADORIA DO BANCO CETELEM S/A
DESPACHO
Vistos.
1- Tendo em vista que o saldo existente em conta judicial pertence ao executado, intime-se o Banco Cetelem S.A, por meio de seus advogados, para indicar conta bancária para transferência dos valores que lhe pertencem.
Prazo: 5 dias, sob pena de transferência para a conta centralizadora do TJ/RO.
2- Após, venham os autos conclusos para expedição de alvará eletrônico.
Cumpra-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7004571-33.2019.8.22.0003
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária
Requerente/Exequente:ALZENIRA DE LIMA GONCALVES, LINHA 628, KM 01 S/N ZONA RURAL - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: JULIO CESAR RIBEIRO RAMOS, OAB nº RO5518A
Requerido/Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA ABUNÃ 1759, - DE 1713 A 2113 - LADO ÍMPAR SÃO JOÃO BOSCO - 76803-749 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido:PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos;
Ante o adimplemento da obrigação, comprovado pelo informativo de deposito do RPV, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do art. 924,II, CPC.
Sem custas pelo INSS.
Fica dispensado o prazo recursal.
P.R.I.
Oportunamente, arquivem-se os autos.
Jaru, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7003491-92.2023.8.22.0003
Classe: Divórcio Litigioso
Assunto: Dissolução
Requerente/Exequente:A. J. D. O., RUA EPITÁCIO PESSOA 4074 BAIRRO JARDIM DOS ESTADOS - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: IURE AFONSO REIS, OAB nº RO5745A
Requerido/Executado: G. D. C. A., RUA JEAN CARLOS MUNIZ 4173 BAIRRO JARDIM DOS ESTADOS - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerido: IURE AFONSO REIS, OAB nº RO5745A
DESPACHO
Vistos;
Ao Ministério Público para parecer a respeito do acordo formulado entre as partes (artigo 178, inciso II do CPC).
Após, conclusos para julgamento.
Intimem-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7003843-50.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Fornecimento de Energia Elétrica
Requerente/Exequente: MARLI GLIXINSKI DA CRUZ, LINHA 617, LOTE 47/A, GLEBA 87 S/N ZONA RURAL - 78940-000 - NÃO INFORMADO - ACRE
Advogado do requerente: JOSE AUGUSTO FERRAZ SELLITTO, OAB nº RO6541, LUANA GOMES DOS SANTOS, OAB nº RO8443
Requerido/Executado: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AC CENTRAL DE PORTO VELHO, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 2701 CENTRO - 78900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Advogado do requerido: ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Recebo a inicial e passo a deliberar:
1- Conforme disposição do art. 334 do CPC, desde já designo audiência para tentativa de conciliação a ser realizada por videoconferência, via aplicativo Whatsapp, e agendada no sistema PJe pela CPE.
Deverá ser lavrada certidão com a data e horário da solenidade.
1.1- A solenidade será conduzida pelos conciliadores do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania - CEJUSC.
1.2- Se a parte ou seu advogado justificar o acesso à audiência por videoconferência apenas por meio de outro aplicativo, poderá o conciliador, excepcionalmente, realizar a audiência por tal meio.
1.4- O CEJUSC poderá alterar o tempo de duração das audiências de conciliação, como forma de atender peculiaridades de sua realização em meio digital e outras características que indiquem necessidade de maior ou menor disponibilização de tempo.
1.5- Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Público ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria do órgão, com confirmação de recebimento.
1.6- As audiências somente serão canceladas ou adiadas pelo magistrado, não havendo decisões neste sentido, fica mantida a solenidade na data designada.
1.7- A audiência conciliatória somente não se realizará se ambas as partes manifestarem, expressamente, o desinteresse, (Art. 334, §4º, I, do CPC).
1.8- As partes ficam cientes que devem estar acompanhadas por seus advogados na audiência (§9°, do CPC) e podem constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (§10°, do art. 334, do CPC).
1.9- Registra-se que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8°, do CPC).
2- Cite-se a parte requerida, que poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335, do CPC), cujo termo inicial será a data:
a) da audiência de conciliação ou da última sessão de conciliação, quando não houver autocomposição;
b) do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação, apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4°, inciso I, do CPC.
2.1- Fica a parte requerida ciente de que não comparecendo à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (art. 20 da Lei 9.099/95).
3- Intimem-se as partes para, no prazo de 05 dias, informarem o contato telefônico e o endereço de e-mail, a fim de viabilizar a realização da audiência, que será por meio do aplicativo Whatsapp.
SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO CARTA-AR/PRECATÓRIA/MANDADO
A petição inicial poderá ser consultada em: https://pjepg.tjro.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam.
Código: 23071400383430500000089541339.
Cumpra-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7003660-79.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Cancelamento de vôo, Práticas Abusivas
Requerente/Exequente: ROZILENE SOTOLANI CAETANO DE SOUZA, PRINCESA ISABEL 1433 NÃO CADASTRADO - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO, OAB nº RO4783, TASSIA MARIA ARAUJO RODRIGUES, OAB nº RO7821
Requerido/Executado: GOL LINHAS AÉREAS S.A, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido: PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
DESPACHO
Vistos.
Recebo a inicial e passo a deliberar:
1- Conforme disposição do art. 334 do CPC, desde já designo audiência para tentativa de conciliação a ser realizada por videoconferência, via aplicativo Whatsapp, e agendada no sistema PJe pela CPE.
Deverá ser lavrada certidão com a data e horário da solenidade.
1.1- A solenidade será conduzida pelos conciliadores do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania - CEJUSC.
1.2- Se a parte ou seu advogado justificar o acesso à audiência por videoconferência apenas por meio de outro aplicativo, poderá o conciliador, excepcionalmente, realizar a audiência por tal meio.
1.4- O CEJUSC poderá alterar o tempo de duração das audiências de conciliação, como forma de atender peculiaridades de sua realização em meio digital e outras características que indiquem necessidade de maior ou menor disponibilização de tempo.
1.5- Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Público ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria do órgão, com confirmação de recebimento.

1.6- As audiências somente serão canceladas ou adiadas pelo magistrado, não havendo decisões neste sentido, fica mantida a solenidade na data designada.
1.7- A audiência conciliatória somente não se realizará se ambas as partes manifestarem, expressamente, o desinteresse, (Art. 334, §4º, I, do CPC).
1.8- As partes ficam cientes que devem estar acompanhadas por seus advogados na audiência (§9°, do CPC) e podem constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (§10°, do art. 334, do CPC).
1.9- Registra-se que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8°, do CPC).
2- Cite-se a parte requerida, que poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335, do CPC), cujo termo inicial será a data:
a) da audiência de conciliação ou da última sessão de conciliação, quando não houver autocomposição;
b) do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação, apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4°, inciso I, do CPC.
2.1- Fica a parte requerida ciente de que não comparecendo à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (art. 20 da Lei 9.099/95).
3- Intimem-se as partes para, no prazo de 05 dias, informarem o contato telefônico e o endereço de e-mail, a fim de viabilizar a realização da audiência, que será por meio do aplicativo Whatsapp.
SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO CARTA-AR/PRECATÓRIA/MANDADO
A petição inicial poderá ser consultada em: https://pjepg.tjro.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam.
Código: 23070412365609400000089114281.
Cumpra-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Número do processo: 7003822-74.2023.8.22.0003
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: EXEQUENTE: CLEBERTON JOSE DOS SANTOS CAMPOS, AV. FRANCISCO VIEIRA DE SOUZA 2093 CENTRO - 76897-890 - TARILÂNDIA (JARU) - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EDER MIGUEL CARAM, OAB nº RO5368, KARIMA FACCIOLI CARAM, OAB nº RO3460A, THIAGO HENRIQUE BARBOSA, OAB nº RO9583
Polo Ativo: EXECUTADO: ROGERIO FABIANO LOURENCO BARROSO, AV. ENGENHEIRO ANYSIO DA ROCHA COMPASSO sn, QUADRA 621 APONIÃ - 76821-331 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
1) Distribua-se como mandado, incumbindo ao Oficial de Justiça:
a. Citar o executado para que em três dias efetue o pagamento da dívida, nos termos do art. 18, III da Lei n.º 9.099/95 e art. 829 do CPC;
b. Intimá-lo do teor do art. 774 do CPC, e das consequências do seu descumprimento;
c. Transcorrido in albis o prazo, penhorar e avaliar tantos bens quantos bastem a assegurar o pagamento, depositando-os com o exequente, nos termos do art. 830 do CPC;
d. Restando infrutífera a penhora, observar, sendo possível, o art. 836, §§ 1º e 2º, do CPC.
2) Havendo necessidade e independentemente de nova conclusão, servirá esta decisão de requisição de força policial, ficando desde já autorizado o arrombamento se o executado fechar as portas da casa a fim de obstar a penhora (arts. 139, VII, 782, §2º, e 846, todos do CPC);
3) Restando infrutífera a penhora, seja pela inexistência de bens, seja pela não localização do executado, intime-se o exequente para, no prazo de cinco dias, promover o prosseguimento, indicando bens ou o atual endereço do executado. Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, nos termos do art. 53, §4º, da Lei 9099/95;
4) Quando da penhora, a CPE deverá agendar no sistema PJE audiência de conciliação por videoconferência a ser realizada pelo CEJUSC, intimando-se os litigantes. E nessa ocasião, o executado poderá oferecer embargos (art. 53, §1º da Lei n.º 9.099/95), por escrito ou verbalmente, ficando ciente da obrigatoriedade de manutenção da segurança do Juízo (enunciado 117, FONAJE);
5) Cientifique-se o devedor de que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020):
a) Os prazos processuais contam-se da data da intimação ou ciência;
b) Deverá comunicar eventual alteração de endereço e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço onde foi citado;
c) Não desejando ou não dispondo dos meios necessários à participação da audiência telepresencial, informar ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3521-0104 (também whatsapp) ou (69) 3521-0240 até cinco dias antes da data designada;
d) Deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência;
e) Deverá estar, durante a audiência, munido de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial.

SIRVA-SE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA AR/MANDADO, O QUAL DEVERÁ SER INSTRUÍDO COM A CÓPIA DA INICIAL, ONDE CONSTA O NOME, QUALIFICAÇÃO E ENDEREÇO DAS PARTES.
A petição inicial poderá ser consultada em: https://pjepg.tjro.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam.
Código: 23071216180375600000089476498.
Cumpra-se.
Jaru, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Jaru - 1ª Vara Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7001319-85.2020.8.22.0003
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Adicional de Horas Extras
Requerente/Exequente:ATAIZA PINTO FONSECA MILER, RUA CEREJEIRAS 1141 CENTRO - 76898-000 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA
Advogado do requerente: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A, JOILSON SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RO3505A
Requerido/Executado: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos;
Verifico que o débito foi integralmente adimplido.
Diante disso, JULGO EXTINTA a presente execução, nos termos do artigo 924, II, do Código de Processo Civil, e determino o seu arquivamento.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Fica dispensado o trânsito em julgado.
Arquive-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7003814-97.2023.8.22.0003
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Requerente/Exequente:COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO MACHADO - CREDISIS JI-CRED, , - DE 523 A 615 - LADO ÍMPAR - 76900-261 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado do requerente: NEUMAYER PEREIRA DE SOUZA, OAB nº RO1537
Requerido/Executado: ALESSANDRO GOMES CAETANO, RUA MANOEL MARIANO DA SILVA 723 RESIDENCIAL SAVANA PARK - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA, A GOMES CAETANO LTDA, DOM PEDRO I 2641 SETOR 05 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerido:SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos;
1- Intime-se a parte autora, via seu advogado, para emendar a peça inicial, juntando o comprovante de recolhimento das custas processuais iniciais (2% do valor atribuído à causa - Lei Estadual n. 3.896/2016, pois não há audiência de conciliação neste rito processual), no prazo de 15 dias úteis, sob pena de extinção (art. 321, do CPC).
2- Apresentada a emenda nos termos deliberados, cite-se a parte executada, POR MANDADO, para pagar o débito em 03 dias (art. 829, caput, do CPC), ou ainda, no prazo de 15 dias, oferecer embargos (art. 914) ou efetivar o depósito e pedido de parcelamento a que se refere o art. 916 do CPC.
Fixo honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa (art. 827, do CPC), o qual fica reduzido pela metade se houve o pagamento integral da obrigação no lapso de 03 (três) dias, como prevê o §1°, do art. 827, do CPC.
3- Decorrido o prazo sem comprovação do pagamento, proceda-se a intimação da parte demandante para requerer o que de direito, indicando bens à constrição, em 05 (cinco) dias úteis.
CÓPIA DESTE DESPACHO SERVIRÁ DE MANDADO, DEVENDO SER INSTRUÍDO COM CÓPIA DA PEÇA EXORDIAL ONDE SE ENCONTRAM OS DADOS PESSOAIS DO EXECUTADO.
Cumpra-se.
Jaru/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7004179-59.2020.8.22.0003
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Auxílio por Incapacidade Temporária

Requerente/Exequente: JOSENILDO RICARDO IZABEL, LINHA 617,KM12,5 S/N ZONA RUAL - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: IURE AFONSO REIS, OAB nº RO5745A
Requerido/Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado do requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos;
Considerando o adimplemento da obrigação, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do art. 924, II, CPC.
Eventuais custas processuais pela parte devedora, nos termos da Lei Estadual n. 3.896/2016.
2.1) Expeça-se o alvará em nome do(a) procurador(a) legalmente constituído pela parte autora, com prazo de validade de 30 (trinta) dias para levantamento dos valores da RPV. Constatei que a procuração concede-lhe poderes para “receber e dar quitação”, o que permite o recebimento do alvará judicial em seu nome.
2.2) Deverá constar no referido documento que após o saque, a conta judicial deverá ser bloqueada para que não gere ônus ou bônus até que decorra o prazo estipulado pelo Banco Central do Brasil para a sua extinção.
Junte nos autos cópia do envio, recebimento e da resposta do e-mail.
CÓPIA DESSA SENTENÇA SERVIRÁ DE OFÍCIO, devendo ser instruída com as cópias necessárias para o cumprimento do ato.
Fica dispensado o prazo recursal.
P.R.I.
Após, arquivem-se os autos.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7001046-04.2023.8.22.0003
Classe: Monitória
Assunto: Duplicata
Requerente/Exequente:DOM BOSCO INDUSTRIA DE RACAO ANIMAL E PECUARIA LTDA, BR 470, KM 0,5 S/N, LOTE 18 GLEBA 19 ZONA RURAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
Advogado do requerente: RENATA FERNANDES MELO, OAB nº RO2224A, MARIANA CORREIA DA SILVA GANANCA, OAB nº RO6672
Requerido/Executado: REU: SINVAL FERREIRA FARIA, LINHA 603, KM. 11,5 ZONA RURAL - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerido:
SENTENÇA
Vistos;
A parte autora disse ter firmado acordo com a parte requerida, apresentando o respectivo termo e pleiteando a sua homologação (ID 93280580).
Assim, HOMOLOGO a composição firmada na peça de ID 93280580, nos termos do art. 487, inciso III, alínea “b” , do CPC, a fim de que surtam seus jurídicos e legais efeitos.
As custas processuais finais são isentas, nos termos do art. 8°, inciso III do Regimento de Custas.
Fica dispensado o prazo recursal.
P.R.I.
Oportunamente, arquivem-se os autos.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru _____
_____
Processo nº: 7003728-29.2023.8.22.0003
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Requerente/Exequente: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO, AVENIDA BRASIL, - DE 478/479 A 813/814 NOVA BRASÍLIA - 76908-408 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Advogado do requerente: MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, PROCURADORIA DA SICOOB CENTRO - COOPERATIVA DE CRÉDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: CLEUMA ALVES SILVA, CPF nº 96346558234, OSÓRIO DE CASTRO 4060 COLINA VERDE - 76898-000 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA, AMILTON LIMA DOS SANTOS, CPF nº 74565800225, OSÓRIO DE CASTRO 4060 COLINA VERDE - 76898-000 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA
Advogado do requerido: SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Vistos.
Recebo a inicial e decido:
1- Trata-se de ação de execução de título extrajudicial, fundada em cédula de crédito rural hipotecária, movida por COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO em face de AMILTON LIMA DOS SANTOS e CLEUMA ALVES SILVA, na qual requereu a concessão de tutela antecipada para que seja arrestado o imóvel denominado Lote 32, Gleba 95, do

Projeto Fundiário Jaru Ouro Preto, Gleba Rio Alto Setor Colina Verde, situado no Município de Governador Jorge Teixeira/RO, Matrícula 19.249, de propriedade dos executados e dado em garantia hipotecária.
Para a concessão da tutela de urgência cautelar, na forma do artigo 301, do CPC, é exigido a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
Porém, no presente caso, constato que a razão não assiste ao exequente, visto que não restou devidamente comprovado o perigo da demora ou risco de dano, ao menos nesta fase de cognição sumária.
O perigo de dano deve ser: 1) concreto (certo), e não, hipotético ou eventual, decorrente de mero temor subjetivo da parte; 2) atual, que está na iminência de ocorrer, ou esteja acontecendo; e, enfim, 3) grave, que seja de grande ou média intensidade e tenha aptidão para prejudicar ou impedir a fruição do direito.
Além de tudo, o dano deve ser irreparável ou de difícil reparação. Situações não vislumbradas no caso em tela.
Compulsando os autos, verifico que não foi substancialmente comprovada a insolvência dos executados, havendo mera presunção de que são incapazes de efetuar o pagamento do débito.
Do mesmo modo, não há provas cabais que sustentem a tentativa de venda do bem a terceiros, por exemplo. Assim, não restou demonstrado o risco de dano imediato.
Nesse sentido, é a jurisprudência:
Agravo de instrumento – Execução de título extrajudicial – Cédula de Crédito Bancário – Decisão recorrida que indeferiu pedido de arresto do imóvel dado em garantia do crédito executado – Pressupostos do arresto cautelar não demonstrados – Decisão mantida – Recurso improvido. (TJ-SP - AI: 22490536320228260000 SP 2249053-63.2022.8.26.0000, Relator: Thiago de Siqueira, Data de Julgamento: 08/11/2022, 14ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/11/2022)
AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - Insurgência contra decisão que indeferiu a tutela provisória de urgência (arresto cautelar de bens do réu) - Em análise perfunctória não há demonstração que a requerida tenha o propósito de dilapidar patrimônio com o escopo de lesar credores. Contraditório não instaurado - Decisão mantida - RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SP - AI: 21113872020228260000 SP 2111387-20.2022.8.26.0000, Relator: Ana Catarina Strauch, Data de Julgamento: 10/08/2022, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 10/08/2022)
AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE. ARRESTO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. - Para o deferimento da medida cautelar de arresto de bens para garantia de futura execução de título extrajudicial, se faz necessária a presença dos requisitos fumus boni iuris e periculum in mora - Ausente demonstração da dilapidação patrimonial da agravada, bem como de conduta no sentido de fraudar eventual execução, não há justificativas, neste momento processual, para o deferimento da medida. (TJ-MG - AI: 10000190983726001 MG, Relator: Rogério Medeiros, Data de Julgamento: 04/02/0020, Data de Publicação: 07/02/2020)
Portanto entendo pelo indeferimento do pedido de arresto do imóvel, visto que ausente, neste momento, os requisitos legais que o autorizam.
De qualquer modo, assim como a tutela antecipada pode ser revogada ou modificada no curso do processo, também pode ser concedida a antecipação de tutela denegada, desde que novos elementos a recomendem.
Pelo exposto, por ora, INDEFIRO a tutela de urgência requerida.
2- Não obstante, alicerçado no art. 828, caput, do CPC, determino à Central de Atendimento ao Cidadão - CAC, que expeça a certidão de distribuição e admissão da presente execução.
3- Em prosseguimento, cite-se a parte executada para pagar o débito em 03 dias (art. 829, caput, do CPC), ou ainda, no prazo de 15 dias, oferecer embargos (art. 914 do CPC) ou efetivar o depósito e pedido de parcelamento a que se refere o art. 916 do CPC.
Fixo honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa (art. 827, do CPC), o qual fica reduzido pela metade se houver o pagamento integral da obrigação no lapso de 03 (três) dias, como prevê o §1°, do art. 827, do CPC.
4- Decorrido o prazo sem comprovação do pagamento, proceda-se a intimação da parte demandante para requerer o que de direito, indicando bens à constrição, em 05 (cinco) dias úteis.
CÓPIA DESTE DESPACHO SERVIRÁ DE CARTA-AR/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA.
A petição inicial poderá ser consultada em: https://pjepg.tjro.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam.
Código: 23070618260135100000089250838.
Cumpra-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7002168-86.2022.8.22.0003
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Indenização por Dano Moral, Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Requerente/Exequente: LUCILEIDE TAVARES DE OLIVEIRA ALVES, LINHA 612, KM 07 s/n ZONA RURAL - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: CARLA DANYELLE DESIDERIO FREITAS, OAB nº RO10991, CARLOS ALBERTO AIRES DA SILVA, OAB nº RO2481, MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES, OAB nº RN5553
Requerido/Executado: REQUERIDO: BANCO DO BRASIL, SAUN QUADRA 5 LOTE B TORRE 1 ASA NORTE - 70040-912 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
Advogado do requerido: JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA, OAB nº AC4270, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
DESPACHO
Vistos.
1- Neste ato expedi alvará eletrônico na modalidade transferência, conforme os seguintes dados:
- Favorecido: CARLOS ALBERTO AIRES DA SILVA - OAB RO2481 - CPF: 517.812.989-04. Banco: 104 – Caixa Econômica Federal - Conta: 2976.001.00004000-3.

- Conta Judicial: 2976 / 040 / 1518660 - 3.
- Valor: R$ 7.844,08 (com atualização).
A parte beneficiária deverá aguardar o prazo de 5 dias para cumprimento da ordem pelo banco.
2- Sobrevindo informação de erro no cumprimento da ordem eletrônica, fica a CPE autorizada a proceder com a expedição de alvará sem necessidade de nova conclusão do processo.
3- Intime-se a parte executada para se manifestar acerca do saldo remanescente, alegado pela exequente na petição de ID 93054705.
Prazo: 5 dias.
4- Em caso de impugnação, dê-se vistas à exequente, pelo prazo de 5 dias.
5- Se depositado o valor remanescente, venham os autos conclusos para expedição de alvará.
Cumpra-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7002475-06.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Assistência à Saúde, Cirurgia
Requerente/Exequente:ADILSON CANDIDO LAIA, RUA AFONSO JOSÉ 1092 SETOR 07 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, RAIMUNDO CATANHEDE 1247 BAIRRO SETOR 02 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: MUNICÍPIO DE JARU - RO, RUA RAIMUNDO CATANHEDE 1080 BAIRRO: SETOR 0 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA, Estado de Rondônia, AVENIDA DOS IMIGRANTES - DE 31 3503, - DE 3129 A 3587 - LADO ÍMPAR COSTA E SILVA - 76803-611 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JARU, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos;
Intime-se a parte autora para indicar a conta bancária do hospital onde será realizado o procedimento cirúrgico, ou do médico responsável, para que seja possível a transferência dos valores.
Prazo: 05 dias.
Cumpra-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7003658-12.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Indenização por Dano Material, Cancelamento de vôo
Requerente/Exequente: ROZILENE SOTOLANI CAETANO DE SOUZA, PRINCESA ISABEL 1433 NÃO CADASTRADO - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO, OAB nº RO4783, TASSIA MARIA ARAUJO RODRIGUES, OAB nº RO7821
Requerido/Executado: GOL LINHAS AÉREAS S.A, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido: PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
DESPACHO
Vistos.
Recebo a inicial e passo a deliberar:
1- Conforme disposição do art. 334 do CPC, desde já designo audiência para tentativa de conciliação a ser realizada por videoconferência, via aplicativo Whatsapp, e agendada no sistema PJe pela CPE.
Deverá ser lavrada certidão com a data e horário da solenidade.
1.1- A solenidade será conduzida pelos conciliadores do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania - CEJUSC.
1.2- Se a parte ou seu advogado justificar o acesso à audiência por videoconferência apenas por meio de outro aplicativo, poderá o conciliador, excepcionalmente, realizar a audiência por tal meio.
1.4- O CEJUSC poderá alterar o tempo de duração das audiências de conciliação, como forma de atender peculiaridades de sua realização em meio digital e outras características que indiquem necessidade de maior ou menor disponibilização de tempo.
1.5- Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Público ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria do órgão, com confirmação de recebimento.
1.6- As audiências somente serão canceladas ou adiadas pelo magistrado, não havendo decisões neste sentido, fica mantida a solenidade na data designada.
1.7- A audiência conciliatória somente não se realizará se ambas as partes manifestarem, expressamente, o desinteresse, (Art. 334, §4º, I, do CPC).

1.8- As partes ficam cientes que devem estar acompanhadas por seus advogados na audiência (§9°, do CPC) e podem constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (§10°, do art. 334, do CPC).
1.9- Registra-se que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8°, do CPC).
2- Cite-se a parte requerida, que poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335, do CPC), cujo termo inicial será a data:
a) da audiência de conciliação ou da última sessão de conciliação, quando não houver autocomposição;
b) do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação, apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4°, inciso I, do CPC.
2.1- Fica a parte requerida ciente de que não comparecendo à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (art. 20 da Lei 9.099/95).
3- Intimem-se as partes para, no prazo de 05 dias, informarem o contato telefônico e o endereço de e-mail, a fim de viabilizar a realização da audiência, que será por meio do aplicativo Whatsapp.
SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO CARTA-AR/PRECATÓRIA/MANDADO
A petição inicial poderá ser consultada em: https://pjepg.tjro.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam.
Código: 23070411572926000000089106748.
Cumpra-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7002299-27.2023.8.22.0003
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Alienação Fiduciária
Requerente/Exequente:SICOOB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA, QUADRA SIG QUADRA 1 LOTE 985, SALA 302 ZONA INDUSTRIAL - 70610-410 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
Advogado do requerente: EDEMILSON KOJI MOTODA, OAB nº AL12832
Requerido/Executado: BRUNO CARVALHO DA CRUZ, ESTRADA LH 597 S/N, KM 25 GL 97 LT 49 ZONA RURAL - 76866-000 - THEOBROMA - RONDÔNIA
Advogado do requerido: SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Vistos;
A parte exequente informou o cumprimento da obrigação e requereu a extinção da execução.
Considerando o adimplemento da obrigação, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do art. 924, II, CPC.
Custas processuais finais isentas, na forma do art. 8°, I, da Lei Estadual n. 3.896/2016.
Libero eventual constrição.
Fica dispensado o prazo recursal.
P.R.I.
Oportunamente, arquivem-se os autos.
Jaru, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Jaru - 1ª Vara Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7001310-26.2020.8.22.0003
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Adicional de Horas Extras
Requerente/Exequente:MARILEI BEDIN MARCHI, LH 659, KM 35 sn ZONA RURAL - 76898-000 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA
Advogado do requerente: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A, JOILSON SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RO3505A
Requerido/Executado: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos;
Verifico que o débito foi integralmente adimplido.
Diante disso, JULGO EXTINTA a presente execução, nos termos do artigo 924, II, do Código de Processo Civil, e determino o seu arquivamento.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Fica dispensado o trânsito em julgado.
Arquive-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7003819-22.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Direito de Imagem
Requerente/Exequente: FLAVIA DA SILVA MACHADO, RIO DE JANEIRO 3937 SETOR 2 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: LUCAS ARABE GOMES DA SILVA, OAB nº RO8170
Requerido/Executado: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6.490, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Vistos.
Recebo a inicial e passo a deliberar:
1- Conforme disposição do art. 334 do CPC, desde já designo audiência para tentativa de conciliação a ser realizada por videoconferência, via aplicativo Whatsapp, e agendada no sistema PJe pela CPE.
Deverá ser lavrada certidão com a data e horário da solenidade.
1.1- A solenidade será conduzida pelos conciliadores do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania - CEJUSC.
1.2- Se a parte ou seu advogado justificar o acesso à audiência por videoconferência apenas por meio de outro aplicativo, poderá o conciliador, excepcionalmente, realizar a audiência por tal meio.
1.4- O CEJUSC poderá alterar o tempo de duração das audiências de conciliação, como forma de atender peculiaridades de sua realização em meio digital e outras características que indiquem necessidade de maior ou menor disponibilização de tempo.
1.5- Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Público ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria do órgão, com confirmação de recebimento.
1.6- As audiências somente serão canceladas ou adiadas pelo magistrado, não havendo decisões neste sentido, fica mantida a solenidade na data designada.
1.7- A audiência conciliatória somente não se realizará se ambas as partes manifestarem, expressamente, o desinteresse, (Art. 334, §4º, I, do CPC).
1.8- As partes ficam cientes que devem estar acompanhadas por seus advogados na audiência (§9°, do CPC) e podem constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (§10°, do art. 334, do CPC).
1.9- Registra-se que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8°, do CPC).
2- Cite-se a parte requerida, que poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335, do CPC), cujo termo inicial será a data:
a) da audiência de conciliação ou da última sessão de conciliação, quando não houver autocomposição;
b) do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação, apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4°, inciso I, do CPC.
2.1- Fica a parte requerida ciente de que não comparecendo à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (art. 20 da Lei 9.099/95).
3- Intimem-se as partes para, no prazo de 05 dias, informarem o contato telefônico e o endereço de e-mail, a fim de viabilizar a realização da audiência, que será por meio do aplicativo Whatsapp.
SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO CARTA-AR/PRECATÓRIA/MANDADO
A petição inicial poderá ser consultada em: https://pjepg.tjro.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam.
Código: 23071215125125700000089473652.
Cumpra-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru _____

_____
Processo nº: 7006725-53.2021.8.22.0003
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Indenização por Dano Moral
Requerente/Exequente: MARIA DOS ANJOS RODRIGUES SOARES, LC 634 ZONA RURAL - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: SILVIO ALVES FONSECA NETO, OAB nº RO8984, HENRIK FRANCA LOPES, OAB nº RO7795, RAFAEL SILVA BATISTA, OAB nº RO8472
Requerido/Executado: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, ÁREAS ESPECIAIS 2022 AV. JUSCELINO KUBITSCHECK, 2022 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
Advogado do requerido: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Verifico por meio da certidão de ID 93246316, que houve a satisfação do crédito.
Considerando o adimplemento da obrigação, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do art. 924,II, CPC.

Fica dispensado o prazo recursal.
Oportunamente, arquivem-se os autos.
P.R.I. Cumpra-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7003668-56.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Cancelamento de vôo
Requerente/Exequente: MARIA LAURA DELMASCHIO SOUZA, AV. MANOEL MARIANO DA SILVA 1314 RESIDENCIAL SAVANA PARK - 78940-000 - NÃO INFORMADO - ACRE
Advogado do requerente: HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO, OAB nº RO4783, TASSIA MARIA ARAUJO RODRIGUES, OAB nº RO7821
Requerido/Executado: GOL LINHAS AÉREAS S.A, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido: PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
DESPACHO
Vistos.
Recebo a inicial e passo a deliberar:
1- Conforme disposição do art. 334 do CPC, desde já designo audiência para tentativa de conciliação a ser realizada por videoconferência, via aplicativo Whatsapp, e agendada no sistema PJe pela CPE.
Deverá ser lavrada certidão com a data e horário da solenidade.
1.1- A solenidade será conduzida pelos conciliadores do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania - CEJUSC.
1.2- Se a parte ou seu advogado justificar o acesso à audiência por videoconferência apenas por meio de outro aplicativo, poderá o conciliador, excepcionalmente, realizar a audiência por tal meio.
1.4- O CEJUSC poderá alterar o tempo de duração das audiências de conciliação, como forma de atender peculiaridades de sua realização em meio digital e outras características que indiquem necessidade de maior ou menor disponibilização de tempo.
1.5- Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Público ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria do órgão, com confirmação de recebimento.
1.6- As audiências somente serão canceladas ou adiadas pelo magistrado, não havendo decisões neste sentido, fica mantida a solenidade na data designada.
1.7- A audiência conciliatória somente não se realizará se ambas as partes manifestarem, expressamente, o desinteresse, (Art. 334, §4º, I, do CPC).
1.8- As partes ficam cientes que devem estar acompanhadas por seus advogados na audiência (§9°, do CPC) e podem constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (§10°, do art. 334, do CPC).
1.9- Registra-se que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8°, do CPC).
2- Cite-se a parte requerida, que poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335, do CPC), cujo termo inicial será a data:
a) da audiência de conciliação ou da última sessão de conciliação, quando não houver autocomposição;
b) do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação, apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4°, inciso I, do CPC.
2.1- Fica a parte requerida ciente de que não comparecendo à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (art. 20 da Lei 9.099/95).
3- Intimem-se as partes para, no prazo de 05 dias, informarem o contato telefônico e o endereço de e-mail, a fim de viabilizar a realização da audiência, que será por meio do aplicativo Whatsapp.
SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO CARTA-AR/PRECATÓRIA/MANDADO
A petição inicial poderá ser consultada em: https://pjepg.tjro.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam.
Código: 23070415251565200000089124066.
Cumpra-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7002252-24.2021.8.22.0003
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Adicional de Insalubridade, Base de Cálculo
Requerente/Exequente:ROSELENE MARTINS DE ALMEIDA, RUA NILTON DE OLIVEIRA ARAUJO 2368 SETOR 04 - 76890-000 -

JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: EVERTON ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA REIS, OAB nº RO7649, LUCAS BRANDALISE MACHADO, OAB nº RO931
Requerido/Executado: MUNICÍPIO DE JARU - RO
Advogado do requerido: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JARU
SENTENÇA
Vistos;
Verifico que o débito foi integralmente adimplido.
Diante disso, JULGO EXTINTA a presente execução, nos termos do artigo 924, II, do Código de Processo Civil, e determino o seu arquivamento.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Fica dispensado o trânsito em julgado.
Arquive-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7003817-52.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Fornecimento de Energia Elétrica
Requerente/Exequente: ELZA CARDOZO DA SILVA, AV. SAULO DA CUNHA 2632 CENTRO - 76897-890 - TARILÂNDIA (JARU) - RONDÔNIA
Advogado do requerente: KARIMA FACCIOLI CARAM, OAB nº RO3460A, EDER MIGUEL CARAM, OAB nº RO5368, THIAGO HENRIQUE BARBOSA, OAB nº RO9583
Requerido/Executado: ENERGISA, CNPJ nº 00864214000106, AC CENTRAL DE PORTO VELHO 234, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 2701 CENTRO - 78900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido: SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Recebo a petição inicial e decido:
1- Da tutela de urgência.
Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais e materiais, na qual a autora alegou que é titular da Unidade Consumidora n. 20/271485-5, situada na Avenida Saulo da Cunha, 2632, no Distrito de Tarilandia/RO, e que recebeu uma notificação informando que seria devedora do importe de R$ 3.560,91, referente à energia consumida e não contabilizada. Disse que para não ter o serviço suspenso e seu nome negativado, realizou o parcelamento da dívida em 35 vezes, já tendo pago até o momento, 15 parcelas. Sustentou que o documento que gerou a dívida foi produzido de forma unilateral pela requerida, sem o cumprimento das formalidades legais. Por estas razões, pleiteou a concessão de tutela antecipada, a fim de determinar que a requerida se abstenha de suspender o fornecimento de energia em sua unidade consumidora e de inserir seu nome no cadastro de inadimplentes.
Nos termos do Código de Processo Civil, a tutela provisória prevista no art. 300 estabelece dois fundamentos: urgência ou evidência, já que a tutela de urgência, busca resguardar situações nas quais a demora no reconhecimento do direito prejudica a parte. Neste caso, há, portanto, a necessidade da demonstração do perigo da demora e da verossimilhança das alegações.
A autora digitalizou cópia da carta ao cliente, na qual consta recuperação de consumo de 10/2018 a 09/2021 (36 meses), ou seja, período superior aos 90 dias que antecederam à constatação da irregularidade. (ID 93215835)
Conforme tese fixada pelo STJ quando do julgamento do Repetitivo 1.412.433/RS (Tema 699), é possível o corte no fornecimento do serviço em caso de recuperação de consumo, contanto que observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, que o período discutido englobe apenas os 90 dias anteriores à constatação da irregularidade e que o corte seja efetuado em até 90 dias após o vencimento do débito.
Verifiquei ainda, que a requerida sequer possibilitou à requerente quitar tão somente os três últimos meses do período tido como irregular, mas apenas o período total apurado.
Além disso, sobre os fatos apresentados, o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em casos semelhantes foi de que “apesar de haver a possibilidade da concessionária de serviço público em proceder a recuperação de consumo de energia elétrica, em razão da constatação de inconsistências no consumo pretérito, é necessário que o faça observando rigorosamente normativa da ANEEL. É ilícita a interrupção no fornecimento de energia para compelir o consumidor a pagar por fatura decorrente de recuperação de consumo, devendo a fornecedora se valer dos meios legais para tanto.”(APELAÇÃO CÍVEL 7000362-53.2017.822.0015, Rel. Juiz Rinaldo Forti da Silva, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 1ª Câmara Cível, julgado em 11/09/2019).
Ademais, presumível os danos à requerente, caso venha a ter o serviço de energia suspenso em sua residência e seu nome negativado, motivo pelo qual entendo que o pedido urgente deve ser acolhido.
Ante o exposto, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, para determinar que a requerida Energisa S.A.:
a) Abstenha-se de suspender o fornecimento de energia elétrica da unidade consumidora pertencente à autora ELZA CARDOZO DA SILVA, de n. 20/271485-5, situada na Avenida Saulo da Cunha, 2632, no Distrito de Tarilandia/RO, até o julgamento final desta ação;
b) Abstenha-se de executar a dívida descrita na carta ao cliente de ID 93215835, bem como de negativar e incluir o nome da requerente em cadastro de inadimplentes, em razão do referido débito, até o final desta lide.
2- Conforme disposição do art. 334 do CPC, desde já designo audiência para tentativa de conciliação a ser realizada por videoconferência, via aplicativo Whatsapp, e agendada no sistema PJe pela CPE.
Deverá ser lavrada certidão com a data e horário da solenidade.
2.1- A solenidade será conduzida pelos conciliadores do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania - CEJUSC.

2.2- Se a parte ou seu advogado justificar o acesso à audiência por videoconferência apenas por meio de outro aplicativo, poderá o conciliador, excepcionalmente, realizar a audiência por tal meio.
2.4- O CEJUSC poderá alterar o tempo de duração das audiências de conciliação, como forma de atender peculiaridades de sua realização em meio digital e outras características que indiquem necessidade de maior ou menor disponibilização de tempo.
2.5- Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Público ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria do órgão, com confirmação de recebimento.
2.6- As audiências somente serão canceladas ou adiadas pelo magistrado, não havendo decisões neste sentido, fica mantida a solenidade na data designada.
2.7- A audiência conciliatória somente não se realizará se ambas as partes manifestarem, expressamente, o desinteresse, (Art. 334, §4º, I, do CPC).
2.8- As partes ficam cientes que devem estar acompanhadas por seus advogados na audiência (§9°, do CPC) e podem constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (§10°, do art. 334, do CPC).
2.9- Registra-se que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8°, do CPC).
3- Cite-se a parte requerida, que poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335, do CPC), cujo termo inicial será a data:
a) da audiência de conciliação ou da última sessão de conciliação, quando não houver autocomposição;
b) do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação, apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4°, inciso I, do CPC.
3.1- Fica a parte requerida ciente de que não comparecendo à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (art. 20 da Lei 9.099/95).
4- Intimem-se as partes para, no prazo de 05 dias, informarem o contato telefônico e o endereço de e-mail, a fim de viabilizar a realização da audiência, que será por meio do aplicativo Whatsapp.
SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO CARTA-AR/PRECATÓRIA/MANDADO
A petição inicial poderá ser consultada em: https://pjepg.tjro.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam.
Código: 23071213002156900000089465697.
Cumpra-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7001249-68.2020.8.22.0003
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Salário-Maternidade (Art. 71/73)
Requerente/Exequente:ELIANE APARECIDA AUGUSTO, LH 634, KM 52, LT 85, GB 70 ZONA RURAL - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: JHONATAN APARECIDO MAGRI, OAB nº RO4512
Requerido/Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado do requerido:PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos;
1- Expeçam-se os alvarás para o resgate do crédito principal (ID 91462964) e do crédito acessório (ID 91462966), com prazo de validade de 30 (trinta) dias, para os levantamentos dos depósitos junto ao Branco do Brasil.
2- A parte credora fica intimada para dizer sobre a satisfação do crédito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de ser presumido o cumprimento integral da obrigação e a execução ser extinta.
Cumpra-se.
Jaru, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Número do processo: 7002682-73.2021.8.22.0003
Classe: Monitória
Polo Ativo: AUTOR: UNIMED CENTRO RONDONIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO, AVENIDA TRANSCONTINENTAL 1019 CENTRO - 76900-091 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CLEBER CARMONA DE FREITAS, OAB nº RO3314A
Polo Ativo: REU: ROSIMEIRE ALVES DE MACEDO, LINHA 660, KM 35 S/N, DISTRITO GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA ZONA RURAL - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Vistos.
1- O exequente pleiteou consultas junto ao DETRAN/RO e INSS, mas não comprovou o recolhimento das taxas devidas.
Tendo em vista o disposto no art. 17, da Lei Estadual n. 3.896/2016, para a cada tentativa de encontrar bens por meio de sistemas de convênio do TJ/RO, conforme pleiteado pelo interessado, deverá ser recolhido uma taxa.
Além disso, a parte credora deve descrever em sua petição sobre quem deve recair a consulta e o número de seu CPF.
2- Intime-se a parte credora, via seu advogado, para comprovar o recolhimento da supracitada taxa.
No prazo: 05 dias úteis.
3- Após, façam os autos conclusos para realização do protocolo pleiteado.
Cumpra-se.
Jaru, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Jaru - 1ª Vara Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Processo: 7000089-71.2021.8.22.0003
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: JOSE FERNANDO ROGE, CPF nº 33038593885, RUA CAMBARA 1015, INEXISTENTE ORLEANS - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: THIAGO ROBERTO DA SILVA PINTO, OAB nº RO5476A
REQUERIDO: CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL, CNPJ nº 02812468000106, ALAMEDA SANTOS 1826, - DE 1498 A 2152 - LADO PAR CERQUEIRA CÉSAR - 01418-102 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA, OAB nº AL16983
DESPACHO
Vistos;
1- Mantenho inalterada a decisão atacada pelo agravo de instrumento interposto pelo exequente, por sua próprias razões.
2- Na hipótese de solicitação de informação, oficie-se declarando que os fundamentos da decisão já contemplam a cognição deste juízo e não há maiores esclarecimentos a serem prestados.
3- Ficará a parte agravante responsável por controlar o resultado da decisão na instância superior, bem como informar eventuais desdobramentos.
4- O curso do feito se mantém suspenso até o julgamento do agravo interposto.
Cumpra-se.
Jaru, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Jaru - 1ª Vara Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7003829-66.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Direito de Imagem
Requerente/Exequente: TULIO RODRIGUES CORREA, RUA DOMINGOS SIMONATO 1957, CASA SETOR 07 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: ALESSANDRA RODRIGUES SILVA, OAB nº RO12090, DILSON JOSE MARTINS, OAB nº RO3258
Requerido/Executado: OI MOVEL S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Advogado do requerido: Procuradoria da OI S/A
DESPACHO
Vistos.
Recebo a inicial e passo a deliberar:
1- Conforme disposição do art. 334 do CPC, desde já designo audiência para tentativa de conciliação a ser realizada por videoconferência, via aplicativo Whatsapp, e agendada no sistema PJe pela CPE.
Deverá ser lavrada certidão com a data e horário da solenidade.
1.1- A solenidade será conduzida pelos conciliadores do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania - CEJUSC.
1.2- Se a parte ou seu advogado justificar o acesso à audiência por videoconferência apenas por meio de outro aplicativo, poderá o conciliador, excepcionalmente, realizar a audiência por tal meio.
1.4- O CEJUSC poderá alterar o tempo de duração das audiências de conciliação, como forma de atender peculiaridades de sua realização em meio digital e outras características que indiquem necessidade de maior ou menor disponibilização de tempo.
1.5- Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Público ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria do órgão, com confirmação de recebimento.
1.6- As audiências somente serão canceladas ou adiadas pelo magistrado, não havendo decisões neste sentido, fica mantida a solenidade na data designada.
1.7- A audiência conciliatória somente não se realizará se ambas as partes manifestarem, expressamente, o desinteresse, (Art. 334, §4º, I, do CPC).

1.8- As partes ficam cientes que devem estar acompanhadas por seus advogados na audiência (§9°, do CPC) e podem constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (§10°, do art. 334, do CPC).
1.9- Registra-se que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8°, do CPC).
2- Cite-se a parte requerida, que poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335, do CPC), cujo termo inicial será a data:
a) da audiência de conciliação ou da última sessão de conciliação, quando não houver autocomposição;
b) do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação, apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4°, inciso I, do CPC.
2.1- Fica a parte requerida ciente de que não comparecendo à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (art. 20 da Lei 9.099/95).
3- Intimem-se as partes para, no prazo de 05 dias, informarem o contato telefônico e o endereço de e-mail, a fim de viabilizar a realização da audiência, que será por meio do aplicativo Whatsapp.
SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO CARTA-AR/PRECATÓRIA/MANDADO
A petição inicial poderá ser consultada em: https://pjepg.tjro.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam.
Código: 23071311012398500000089506009.
Cumpra-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7003839-13.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Requerente/Exequente: ALTINA ALVES DE SOUZA SILVA, RUA RAIMUNDO CATANHEDE n 2430 SETOR 01 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: CARLA DANYELLE DESIDERIO FREITAS, OAB nº RO10991, CARLOS ALBERTO AIRES DA SILVA, OAB nº RO2481, ISABELLY ALVES DE SOUZA, OAB nº RO12379
Requerido/Executado: SERASA S.A., AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS 14401, - DE 12997 A 17279 - LADO ÍMPAR VILA GERTRUDES - 04794-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, COOPER CARD INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA, CNPJ nº 05938780000309, RIO NEGRO 503, SALA 2002 COND ESCRITORIO RIO NEGROANDAR 20 ALPHAVILLE CENTRO INDUSTRIAL E EMPRESARIAL/ALPHAVI - 06454-000 - BARUERI - SÃO PAULO
Advogado do requerido: PROCURADORIA SERASA S.A.
Decisão
Vistos.
1- Recebo a inicial e DEFIRO a tutela de urgência.
Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c danos morais, na qual a requerente alegou que a requerida mantém seu nome no cadastro de inadimplentes, mesmo sem ter tido qualquer relação contratual que pudesse gerar débito exequível. Requereu a concessão de tutela de urgência para determinar que a requerida retire a negativação sobre seu nome.
A tutela de urgência, tal como prevista no CPC, busca resguardar situações nas quais a demora no reconhecimento do direito prejudica a parte. Neste caso, há, portanto, a necessidade da demonstração do perigo da demora e da verossimilhança das alegações, o que se encontra presente nos autos.
A resposta enviada pela requerida em resposta à notificação extrajudicial (ID 93285383), indica que realmente a requerente não possui débito em aberto e passível de ser negativado. Todavia, o documento de consulta junto ao SPC e Serasa (ID 93285382), demonstra que até o dia 14/06/2023, havia restrição em nome da requerente, inserido pela requerida COOPER CARD INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA.
Destarte, submeter a parte autora a uma espera pela sentença definitiva, para só então ter seu nome retirado dos órgãos de proteção ao crédito, importará em risco ao resultado útil do processo, considerando que a requerente apresentou cópia de e-mail que indica a inexistência do débito. Transferir, portanto, o ônus processual da espera à parte autora não se mostra razoável, preenchendo-se, assim, o requisito do periculum in mora.
Importante ressaltar o entendimento da jurisprudência pátria, no sentido de que deve ser excluído de qualquer cadastro de devedores, quando houver discussão em juízo acerca do débito, como bem assevera a jurisprudência de nosso Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:
AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - EXCLUSÃO DO NOME DO AGRAVADO DA SERASA - TUTELA DE URGÊNCIA CONCEDIDA – REQUISITOS PRESENTES – RECURSO PROVIDO. A tutela de urgência deve ser concedida quando presentes a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. (TJ-MS - AI: 14023919820218120000 MS 1402391-98.2021.8.12.0000, Relator: Des. Julizar Barbosa Trindade, Data de Julgamento: 02/08/2021, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 06/08/2021)
Assim, nesta primeira cognição sumária, entendo que estão presentes os requisitos necessários para deferimento da tutela de urgência, especialmente pelas alegações da inicial e pelos documentos juntados. Além disso, a medida liminar é reversível, pois em caso de improcedência do pedido da parte autora, a empresa requerida poderá novamente incluir o nome da parte requerente no cadastro de proteção ao crédito.
É importante mencionar ainda, que, no caso de improcedência dos pedidos, a parte autora responderá pelos prejuízos que a efetivação da tutela de urgência causar a parte adversa (art. 302, do CPC).

Ante o exposto, com fundamento no artigo 300, do CPC, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela formulado nestes autos e, em consequência, DETERMINO que a parte requerida retire o nome da parte autora dos órgãos de proteção ao crédito, referente à dívida no valor de R$ R$ 136,22, contrato n. 16189784, no prazo de 48 horas, sob pena de aplicação de multa.
O requerido deverá comunicar ao Juízo quanto ao cumprimento da medida urgente concedida, no lapso de 24 horas, podendo o fazer via e-mail institucional: cacjaru@tjro.jus.br.
2- Conforme disposição do art. 334 do CPC, desde já designo audiência para tentativa de conciliação a ser realizada por videoconferência, via aplicativo Whatsapp, e agendada no sistema PJe pela CPE.
Deverá ser lavrada certidão com a data e horário da solenidade.
2.1- A solenidade será conduzida pelos conciliadores do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania - CEJUSC.
2.2- Se a parte ou seu advogado justificar o acesso à audiência por videoconferência apenas por meio de outro aplicativo, poderá o conciliador, excepcionalmente, realizar a audiência por tal meio.
2.4- O CEJUSC poderá alterar o tempo de duração das audiências de conciliação, como forma de atender peculiaridades de sua realização em meio digital e outras características que indiquem necessidade de maior ou menor disponibilização de tempo.
2.5- Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Público ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria do órgão, com confirmação de recebimento.
2.6- As audiências somente serão canceladas ou adiadas pelo magistrado, não havendo decisões neste sentido, fica mantida a solenidade na data designada.
2.7- A audiência conciliatória somente não se realizará se ambas as partes manifestarem, expressamente, o desinteresse, (Art. 334, §4º, I, do CPC).
2.8- As partes ficam cientes que devem estar acompanhadas por seus advogados na audiência (§9°, do CPC) e podem constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (§10°, do art. 334, do CPC).
2.9- Registra-se que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8°, do CPC).
3- Cite-se a parte requerida, que poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335, do CPC), cujo termo inicial será a data:
a) da audiência de conciliação ou da última sessão de conciliação, quando não houver autocomposição;
b) do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação, apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4°, inciso I, do CPC.
3.1- Fica a parte requerida ciente de que não comparecendo à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (art. 20 da Lei 9.099/95).
4- Intimem-se as partes para, no prazo de 05 dias, informarem o contato telefônico e o endereço de e-mail, a fim de viabilizar a realização da audiência, que será por meio do aplicativo Whatsapp.
SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO CARTA-AR/PRECATÓRIA/MANDADO
A petição inicial poderá ser consultada em: https://pjepg.tjro.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam.
Código: 23071316490059900000089531309.
Cumpra-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, JaruProcesso nº: 7003979-81.2022.8.22.0003
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Lotação, Adicional de Periculosidade
Requerente/Exequente:FRANCISCO VALDENI DO CARMO, RUA SEBASTIÃO CABRAL DE SOUZA 1195 07 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: VINICIU NOVAIS DE AGUIAR, OAB nº RO12089, GUSTAVO HENRIQUE COIMBRA DO NASCIMENTO, OAB nº RO11800, FABRICIO DE PAULA CAVALCANTE, OAB nº RO10233
Requerido/Executado: REU: MUNICÍPIO DE JARU - RO, RAIMUNDO CANTANHEDE 1080, PREFEITURA MUN. JARU SETOR 02 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerido: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JARU
DESPACHO
Vistos.
1- Defiro a gratuidade da justiça em favor do recorrente e recebo o recurso inominado nos seus efeitos suspensivo e devolutivo.
2- Constato que a parte recorrida já apresentou suas contrarrazões.
3- Remetam-se os autos à E. Turma Recursal, com as homenagens deste Juízo.
Cumpra-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7003828-81.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Prestação de Serviços
Requerente/Exequente: MARCIO JOSE DA SILVA, LINHA 605 000, KM 2,5 ZONA RURAL - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: KINDERMAN GONCALVES, OAB nº RO1541A
Requerido/Executado: DIOGENES ARAUJO DE MENEZES FILHO, CPF nº 72436115249, RUA ANDRÉIA KUNSZER 3657, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3628 CENTRO - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
Advogado do requerido: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Recebo a inicial e passo a deliberar:
1- Conforme disposição do art. 334 do CPC, desde já designo audiência para tentativa de conciliação a ser realizada por videoconferência, via aplicativo Whatsapp, e agendada no sistema PJe pela CPE.
Deverá ser lavrada certidão com a data e horário da solenidade.
1.1- A solenidade será conduzida pelos conciliadores do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania - CEJUSC.
1.2- Se a parte ou seu advogado justificar o acesso à audiência por videoconferência apenas por meio de outro aplicativo, poderá o conciliador, excepcionalmente, realizar a audiência por tal meio.
1.4- O CEJUSC poderá alterar o tempo de duração das audiências de conciliação, como forma de atender peculiaridades de sua realização em meio digital e outras características que indiquem necessidade de maior ou menor disponibilização de tempo.
1.5- Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Público ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria do órgão, com confirmação de recebimento.
1.6- As audiências somente serão canceladas ou adiadas pelo magistrado, não havendo decisões neste sentido, fica mantida a solenidade na data designada.
1.7- A audiência conciliatória somente não se realizará se ambas as partes manifestarem, expressamente, o desinteresse, (Art. 334, §4º, I, do CPC).
1.8- As partes ficam cientes que devem estar acompanhadas por seus advogados na audiência (§9°, do CPC) e podem constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (§10°, do art. 334, do CPC).
1.9- Registra-se que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8°, do CPC).
2- Cite-se a parte requerida, que poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335, do CPC), cujo termo inicial será a data:
a) da audiência de conciliação ou da última sessão de conciliação, quando não houver autocomposição;
b) do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação, apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4°, inciso I, do CPC.
2.1- Fica a parte requerida ciente de que não comparecendo à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (art. 20 da Lei 9.099/95).
3- Intimem-se as partes para, no prazo de 05 dias, informarem o contato telefônico e o endereço de e-mail, a fim de viabilizar a realização da audiência, que será por meio do aplicativo Whatsapp.
SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO CARTA-AR/PRECATÓRIA/MANDADO
A petição inicial poderá ser consultada em: https://pjepg.tjro.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam.
Código: 23071309224984800000089498396.
Cumpra-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito-

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7006919-53.2021.8.22.0003
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Concessão
Requerente/Exequente:SARAH CECILIA DE OLIVEIRA, LINHA VALE ENCANTADO 04 s/n, POSTE 26 ZONA RURAL - 76866-000 - THEOBROMA - RONDÔNIA
Advogado do requerente: LIVIA DE SOUZA COSTA, OAB nº RO7288, LUANNA ELISA ESTEVAM COSTA, OAB nº RO10804
Requerido/Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado do requerido:PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos;
1- Diante do teor da certidão lavrada no ID 93264435 e de análise criteriosa nos registros de expedientes do sistema PJE, de fato constato que o INSS não foi intimado da sentença de mérito proferida no dia 28/07/2022 (ID 79943679). Portanto, ainda, não ocorreu o trânsito em julgado da sentença e, consequentemente, não pode se processar a fase de cumprimento de sentença.
Com feito, evitando futura arguição de nulidade, revogo todos os atos processuais realizados a partir do ID 84806547 até o ID 8240875.
2- A CPE, portanto, deverá intimar o INSS sobre a sentença de mérito proferida no ID 79943679 e aguardar o prazo para eventual interposição de recurso.
Cumpra-se.
Jaru/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Luís Marcelo Batista da Silva
Jaru - 1ª Vara Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru Processo nº: 7003830-51.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Direito de Imagem
Requerente/Exequente: HELENA CRISTINA GLORIA DE SOUZA, AVENIDA SENADOR OLAVO PIRES 2280, CASA CENTRO - 76866-000 - THEOBROMA - RONDÔNIA
Advogado do requerente: ALESSANDRA RODRIGUES SILVA, OAB nº RO12090, DILSON JOSE MARTINS, OAB nº RO3258
Requerido/Executado: ASSOCIACAO DESPORTIVA E AGROPECUARIA DOS AMIGOS THEOBROMENSE - A.D.A.A.THEO, CNPJ nº 01619590000106, BRASIL 0686 CENTRO - 76866-000 - THEOBROMA - RONDÔNIA
Advogado do requerido: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Recebo a inicial e passo a deliberar:
1- Conforme disposição do art. 334 do CPC, desde já designo audiência para tentativa de conciliação a ser realizada por videoconferência, via aplicativo Whatsapp, e agendada no sistema PJe pela CPE.
Deverá ser lavrada certidão com a data e horário da solenidade.
1.1- A solenidade será conduzida pelos conciliadores do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania - CEJUSC.
1.2- Se a parte ou seu advogado justificar o acesso à audiência por videoconferência apenas por meio de outro aplicativo, poderá o conciliador, excepcionalmente, realizar a audiência por tal meio.
1.4- O CEJUSC poderá alterar o tempo de duração das audiências de conciliação, como forma de atender peculiaridades de sua realização em meio digital e outras características que indiquem necessidade de maior ou menor disponibilização de tempo.
1.5- Havendo necessidade de intimação de representantes da Defensoria Pública, Ministério Público ou Procuradoria Pública, esta será realizada pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou, se não for possível, por e-mail dirigido à Corregedoria do órgão, com confirmação de recebimento.
1.6- As audiências somente serão canceladas ou adiadas pelo magistrado, não havendo decisões neste sentido, fica mantida a solenidade na data designada.
1.7- A audiência conciliatória somente não se realizará se ambas as partes manifestarem, expressamente, o desinteresse, (Art. 334, §4º, I, do CPC).
1.8- As partes ficam cientes que devem estar acompanhadas por seus advogados na audiência (§9°, do CPC) e podem constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (§10°, do art. 334, do CPC).
1.9- Registra-se que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8°, do CPC).
2- Cite-se a parte requerida, que poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335, do CPC), cujo termo inicial será a data:
a) da audiência de conciliação ou da última sessão de conciliação, quando não houver autocomposição;
b) do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação, apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4°, inciso I, do CPC.
2.1- Fica a parte requerida ciente de que não comparecendo à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz (art. 20 da Lei 9.099/95).
3- Intimem-se as partes para, no prazo de 05 dias, informarem o contato telefônico e o endereço de e-mail, a fim de viabilizar a realização da audiência, que será por meio do aplicativo Whatsapp.
SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO CARTA-AR/PRECATÓRIA/MANDADO
A petição inicial poderá ser consultada em: https://pjepg.tjro.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam.
Código: 23071312203353600000089514635.
Cumpra-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito-

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, Setor 2, Jaru - RO - CEP: 76890-000,(69)
Processo nº : 7002401-83.2022.8.22.0003 Requerente: REQUERENTE: CLAUDIA DE SOUZA XAVIER Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR - MT20812/O
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Jaru, 17 de julho de 2023.
Processo nº: 7005587-51.2021.8.22.0003
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária, Honorários Advocatícios, Liminar
Requerente/Exequente:SILVANEI SALES RAINHOLZ, RUA AMAZONAS 2278, CASA SETOR 04 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do requerente: DAGMAR DE MELO GODINHO KURIYAMA, OAB nº RO7426
Requerido/Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 1044, - DE 984 A 1360 - LADO PAR CENTRO - 76801-096 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Advogado do requerido:PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos;
1- Expeça-se o alvará em favor da parte autora com prazo de validade de 30 (trinta) dias, uma vez que o valor a ser sacado (ID 93161886) é referente ao crédito retroativo devido a mesma em razão do acordo firmado.
2- A parte credora fica intimada, via advogada, para dizer sobre a satisfação do crédito no prazo de 48 oras, sob pena de ser presumido o cumprimento integral da obrigação e a execução ser extinta.
Cumpra-se.
Jaru/RO, domingo, 16 de julho de 2023
{{orgao_julgador.magistrado}}
Jaru - 1ª Vara Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru _____
_____
Processo nº: 7003027-05.2022.8.22.0003
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Indenização por Dano Moral
Requerente/Exequente: LUIZA DAS GRACAS CORREA, LINHA 636, KM 10 S/N ZONA RURAL - 76898-000 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA
Advogado do requerente: MATEUS NOGUEIRA DE CARVALHO, OAB nº RO9078
Requerido/Executado: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA 16 DE JUNHO, ST. 01 580 NOVO ORIENTE - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
Advogado do requerido: NATALIA KELLY DOMINGOS SANTOS, OAB nº PB29871, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Verifico por meio da certidão de ID 92999023, que houve a satisfação do crédito.
Considerando o adimplemento da obrigação, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do art. 924,II, CPC.
Fica dispensado o prazo recursal.
Oportunamente, arquivem-se os autos.
P.R.I. Cumpra-se.
Jaru - RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Jaru - 1ª Vara Cível Rua Raimundo Cantanhede, 1069, Setor 2, Jaru - RO - CEP: 76890-000,(69) Processo nº 7003962-45.2022.8.22.0003
REQUERENTE: EDINEIA GABRIEL DE OLIVEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: JOAO FELIPE SAURIN - RO9034
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Certidão
Certifico, para os devidos fins, que os autos permanecerão no prazo aguardando resposta do ofício.
Maria Do Socorro Araújo Teixeira <maria.teixeira@tjro.jus.br>
PROCESSO Nº 7003962-45.2022.8.22.0003 - CAIXA TRANSFERÊNCIA
1 mensagemMaria Do Socorro Araújo Teixeira <cpe@tjro.jus.br> 17 de julho de 2023 às 07:03 Para: a2976ro01@caixa.gov.br Segue em anexo ofício para providências.
2 anexos EXPEDIENTE (53).pdf
29K DESPACHO (40).pdf
47KJaru, 17 de julho de 2023. MARIA DO SOCORRO ARAUJO TEIXEIRA

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Jaru - 1ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, Setor 2, Jaru - RO - CEP: 76890-000,(69)
Processo nº : 7006505-21.2022.8.22.0003 Requerente: AUTOR: JEFFERSON COSTA FERREIRA Advogado: Advogado do(a) AUTOR: SUHELEN FERNANDA GONCALVES - RO12120
Requerido(a): REQUERIDO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: ANDERSON FELIPE REUSING BAUER - RO5530
Intimação À PARTE RECORRIDA
JEFFERSON COSTA FERREIRA
Rua Jatobá, 4765, Orleans, 4765, Rua Jatobá, 4765, Orleans, Jaru - RO - CEP: 76890-000
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Jaru, 17 de julho de 2023.

2ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0213 / E-mail: cacjaru@tjro.jus.br
Processo nº: 7000719-93.2022.8.22.0003
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Reconhecimento / Dissolução, Inventário e Partilha
Requerente/Exequente: I. A. D. S.
Advogado do requerente: ILIZANDRA SUMECK CARMINATTI, OAB nº RO3977
Requerido/Executado: V. M. D. L., M. D. S. S., L. S. D. L. D. A., L. S. D. L.
Advogado do requerido: GECILENE ANTUNES FAUSTINO, OAB nº RO2474, GUIDO SUMECK CARMINATTI, OAB nº DESCONHECIDO, ILIZANDRA SUMECK CARMINATTI, OAB nº RO3977
SENTENÇA
Vistos, etc.
Trata-se de ação de reconhecimento e dissolução de união estável post mortem com partilha de bens. A demanda foi ajuizada por ILZA APOLINARIA DA SILVA em desfavor de VALDIR MESSIAS DE LANA (falecido), representado pela inventariante MIRIAN DA SILVA SANTOS, bem como em face de suas sucessoras / filhas LAUANGE SILVA DE LANA AZEVEDO e LORRAINE SILVA DE LANA. A parte autora afirma que conviveu em união estável com o falecido durante o seguinte período: 1983 até 12/2013. Aponta que do casamento advieram 02 filhas, estas que se encontram incluídas no polo passivo da presente demanda. Informa que houve um rompimento fático da união estável e uma partilha prévia de parte dos bens, mas que esta partilha não foi realizada nos termos da lei civil. Pretende, então, o reconhecimento da união estável dentro do período alegado e a partilha de bens nos termos do Código Civil.
Após o recolhimento das custas, a petição inicial foi recebida. Neste momento, foi designada a audiência para tentativa de mediação e determinada a citação das requeridas (ID 74066266).
Citadas, as requeridas LAUANGE SILVA DE LANA AZEVEDO e LORRAINE SILVA DE LANA juntaram termo de anuência aos pedidos iniciais (ID 76064199 e 76067251).
A tentativa de mediação restou infrutífera (ID 76094546).
O espólio do senhor VALDIR, representado pela inventariante apresentou contestação. Preliminarmente, argumentou sobre o não recolhimento integral das custas e sobre uma suposta coisa julgada. Também sustentou tese de prejudicial de mérito, referente a prescrição do direito ao reconhecimento de união estável e partilha de bens. No mérito, apresentou sua versão dos fatos destoando do que fora exposto na petição inicial a respeito do período da união estável e, sobretudo, quanto aos bens a partilhar em razão da dissolução da união. Abordou a tese de ausência de provas e sustentou uma suposta litigância de má-fé, pedindo a condenação da autora no pagamento de multa em razão deste último ponto. Ao final, pugnou pelo reconhecimento das preliminares e prejudicial de mérito, bem como a improcedência dos pedidos (ID 76986753).
A parte autora apresentou réplica, onde pugnou pelo parcelamento das custas iniciais (ID 78474008).
Após determinação judicial para recolhimento do saldo remanescente das custas, a parte autora renovou o pedido de parcelamento das custas (ID 80655209).
Foi proferido despacho saneador, onde foram rejeitadas todas as preliminares e prejudicial de mérito, bem como foram fixados os pontos controvertidos. Foi acolhido o pedido de prova testemunhal, pelo que foi designada audiência para instrução. Na oportunidade, foi deferido o pedido de parcelamento das custas iniciais remanescentes (ID 82012830).
O parcelamento foi diluído em 08 parcelas, conforme certidão do cartório (ID 82508840).
Audiência de instrução realizada, na qual foram ouvidas as testemunhas da parte autora e da parte requerida. Foi declarada encerrada a instrução processual e determinada a apresentação de alegações finais, no prazo de 15 dias (ID 83661535).
As partes apresentaram alegações finais (ID 84410096 e 84431963).
Considerando a ausência do recolhimento integral das custas iniciais e o parcelamento pendente, o processo foi suspenso para aguardar o adimplemento integral das custas processuais (ID 85705813).
Vieram os autos conclusos.
É o relatório.
Fundamento e decido.
No mérito, a presente ação é procedente.
Os pontos controvertidos são: a existência de união estável entre a requerente e o falecido; o tempo da união estável; e os bens adquiridos na constância da união estável.
Passo a abordar os pontos individualmente.
UNIÃO ESTÁVEL E TEMPO DE CONVIVÊNCIA
A união estável foi alçada ao posto de entidade familiar, conforme se depreende do texto constitucional:
Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.
§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.
§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.
O Código Civil assim dispõe a respeito do instituto e como é reconhecido:
Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.
A norma indica, portanto, que deve ficar com provado: a) convivência pública, contínua e duradoura; e b) estabelecida com o objetivo de constituição de família.
A parte requerente alega que conviveu com o falecido durante o seguinte período: 1983 a 12/2013.
Nos autos constam diversos documentos que comprovam a convivência, tais como: certidões de nascimento da requerida LORRAINE, filha da requerente e do falecido (ID Num. 68703730 - Pág. 1); declarações particulares assinadas (ID Num. 68703731 - Pág. 1 a 3);

certidão emitida pelo INCRA qualificando o falecido como convivente em união estável (ID Num. 68703743 - Pág. 1); fotos da família (ID Num. 68703748 - Pág. 1 a 13); contratos, termos, procuração e documentos comprovando as transações realizadas entre os conviventes no suposto rompimento realizado entre eles em 2012 (ID Num. 68703736 - Pág. 1 e 2, ID Num. 68703736 - Pág. 3 e ID Num. 68703742 - Pág. 1).

Consta, ainda, termo de reconhecimento dos pedidos iniciais feito pelas requeridas LORRAINE e LAUANGE, filhas da requerente com o falecido (ID 76064199 e ID 76067251).

Em audiência de instrução foram colhidos os depoimentos das testemunhas, os quais abaixo transcrevo:

O senhor DORIVALDO FAGUNDES DA ROCHA afirmou que conhece a autora há anos. A Ilza e o Valdir moravam juntos como marido e mulher. Quando o Valdir morreu ele foi velado na casa da Ilza. Não tem conhecimento se eles se separaram. O Valdir tinha terra na região de Tarilândia e de União Bandeirantes.

A senhora JEISA SANTOS DA SILVA disse que conhece a parte autora e a família desde o ano de 1986. Disse que se mudou para a linha no ano de 1986 e desde essa época o casal já vivia como marido e mulher. Nunca soube de separação do casal. Tem conhecimento de que o Valdir tinha propriedades em Bandeirantes e por isso passava uns dias por lá. Foi no velório do Sr. Valdir na casa da autora. Não teve conhecimento se tinha outra esposa do Valdir no velório. Não conhece a requerida.

A Senhora RENILDA LUCAS DE ANDRADE afirmou que se mudou para o sítio no ano de 1987 e desde essa época conhece a autora e o falecido Valdir, vivendo como marido e mulher. Não tem conhecimento de separação do casal. O Valdir tinha terra em Tarilândia e em Bandeirantes e ficava dias lá e outros aqui cuidando das terras. Ficou sabendo que o Valdir teve um relacionamento fora do casamento, mas não se separou da autora. O caso ficou meio escondido.

O senhor SEBASTIÃO GERALDO FERREIRA afirmou que conheceu o Sr. Valdir no ano de 2010, época em que o Valdir já tinha terras em União Bandeirantes. Geralmente a pessoa que chega em União Bandeirantes é porque comprou terras. Soube que ele e a Miriam estavam morando juntos em União Bandeirantes, a partir de 2011. Eles tinham casa na cidade. Disse que trabalha na área social e por isso conheceu Lauange.

Além das provas indicadas, foi coletado o depoimento pessoal da requerente e da requerida MIRIAN, estes que passo a transcrever abaixo:

ILZA APOLINARIA DA SILVA – Afirmou que se relacionou em união estável com o falecido Valdir desde o ano de 1983 até o final do ano de 2013. No entanto, mesmo após a separação manteve bom relacionamento com o falecido. Sempre que Valdir vinha em Tarilândia hospedava-se na casa da autora e quando ele morreu, o corpo foi velado na residência dela. Disse que sempre residiu na região de Tarilândia e trabalhou junto com Valdir no sítio. Construíram patrimônio consistente em imóveis e gado. Disse que a partir do ano de 2011 o falecido Valdir comprou terra em União Bandeirantes e passou a trabalhar lá também, ficando em média de 15 dias lá e 15 dias em Tarilândia. Disse que no período em que o falecido ficava em União Bandeirantes, ela administrava os bens de Tarilândia. Afirmou que os bens sempre estiveram no nome do falecido Valdir, mas, em 2012, eles resolveram realizar transferência do gado para o nome dela para facilitar a prática de atos de administração dos bens no período de ausência de Valdir. Afirmou que não tinha conhecimento do relacionamento extraconjugal de Valdir com a requerida Miriam em União Bandeirantes. Veio a ter conhecimento no final do período da sua união estável com Valdir. Disse que após a morte de Valdir, ela teve um relacionamento afetivo com outra pessoa.

MIRIAN DA SILVA SANTOS – Começou a se relacionar com o falecido em 2011, ocasião em que Valdir comprou terras em União Bandeirantes. Disse que logo no início do relacionamento Valdir comprou mais terras, “na 8 e na linha do abacaxi”. Ele já tinha terras em Tarilândia. Sustentou que não sabia que o falecido Valdir tinha esposa. Disse que residiu em Tarilândia até o ano de 2010 e por isso já conhecia a Sra. Ilza. Afirmou que tem parentes em Tarilândia.

A prova testemunhal se alinha a prova documental para comprovar a existência de união estável entre a requerente ILZA e o falecido VALDIR, inclusive quanto ao período da união existente entre os conviventes.

Com efeito, da análise dos depoimentos testemunhais e documentos juntados a estes autos, existem provas suficientes a respeito da convivência de forma contínua, pública, duradoura e com o objetivo de constituir família, que a requerente e o falecido mantiveram a união entre 1983 e 12/2013.

Sobre a tese da requerida Mirian, baseada na ausência de conhecimento da união entre o falecido e a requerente, vejo que não passa de mera argumentação, sem substrato probatório. Como se extrai dos autos, a requerida em questão residia no distrito de Tarilândia até o ano de 2010. Tarilândia é um distrito, local pequeno onde todos se conhecem, o que autoriza pressupor que a requerida Miriam tinha conhecimento de que a requerente Ilza era companheira do falecido Valdir.

Importante tratar de eventual tese a respeito de ofensa a coisa julgada.

A requerida Mirian obteve judicialmente o reconhecimento da União Estável com o falecido durante o seguinte período: 03/2011 a 19/06/214.

Contudo, a mera cronologia das ações não pode afastar o direito da parte requerente, sobretudo em respeito ao princípio da monogamia que norteia o direito de família no Brasil.

Como se constata nos autos, para todos os efeitos, até a data de 12/2013 a companheira do senhor Valdir foi a requerente. Os relatos testemunhais deixam evidente que o falecido foi, inclusive, velado na casa da requerente. Ainda constaram relatos de que a requerida Mirian, em verdade, possuía um relacionamento afetivo com o falecido durante a constância da união estável entre a requerente e o Sr. Valdir, ou seja, uma união paralela. Conforme restou sobejamente demonstrado pelo relato das testemunhas e demais documentos juntados aos autos, a companheira do senhor Valdir, de forma pública, contínua, duradoura e com o objetivo de constituir família, era a requerente.

Neste panorama, as provas indicam que a requerida Mirian teve um relacionamento com o falecido durante a constância da união estável com a requerente, o que foi reconhecido pela autora como motivo para o término da relação.

Considerando que a união entre a requerente e o falecido é anterior (desde 1983 até 12/2013) e que a relação da requerida Mirian foi concomitante a esta convivência ora confirmada, restou evidenciado que, na verdade, a relação entre a ré e o falecido era uma união estável paralela, equiparada ao concubinato, posto que concomitante à união estável entre a autora e o Sr. Valdir desde o ano de 1983.

A jurisprudência do STJ é pacífica em afirmar que não é possível reconhecer 02 uniões concomitantes:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C PEDIDO DE ARROLAMENTO E PARTILHA DE BENS. UNIÃO ESTÁVEL CONCOMITANTE A CASAMENTO SEM SEPARAÇÃO DE FATO. 1. À luz do disposto no § 1º do artigo 1.723 do Código Civil de 2002, a pedra de toque para o aperfeiçoamento da união estável não está na inexistência de vínculo matrimonial, mas, a toda evidência, na inexistência de relacionamento de fato duradouro concomitante àquele que pretende proteção jurídica. Nesse viés, apesar de a dicção da referida norma também fazer referência à separação judicial, é a separação de fato (que, normalmente, precede a separação de direito e continua após tal ato formal) que viabiliza a caracterização da união estável de pessoa

casada. 2. Consequentemente, mantida a vida em comum entre os cônjuges (ou seja, inexistindo separação de fato), não se poderá reconhecer a união estável de pessoa casada. Nesse contexto normativo, a jurisprudência do STJ não admite o reconhecimento de uniões estáveis paralelas ou de união estável concomitante a casamento em que não configurada separação de fato. 3. No caso dos autos, procedendo-se à revaloração do quadro fático delineado no acórdão estadual, verifica-se que: (a) a autora e o réu (de cujus) mantiveram relacionamento amoroso por 17 anos; (b) o demandado era casado quando iniciou tal convívio, não tendo se separado de fato de sua esposa; e (c) a falta de ciência da autora sobre a preexistência do casamento (e a manutenção da convivência conjugal) não foi devidamente demonstrada na espécie, havendo indícios robustos em sentido contrário. 4. Desse modo, não se revela possível reconhecer a união estável alegada pela autora, uma vez que não foi atendido o requisito objetivo para sua configuração, consistente na inexistência de relacionamento de fato duradouro concomitante àquele que pretende proteção jurídica. 5. Uma vez não demonstrada a boa-fé da concubina de forma irrefutável, não se revela cabida (nem oportuna) a discussão sobre a aplicação analógica da norma do casamento putativo à espécie. 6. Recursos especiais do espólio e da viúva providos para julgar improcedente a pretensão deduzida pela autora. (STJ - REsp: 1754008 RJ 2018/0176652-5, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 13/12/2018, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/03/2019)

Caberia a requerida Mirian comprovar que no momento da união, o falecido estava separado de fato da requerente, o que não restou demonstrado no feito. Em verdade, como já apontado acima, a requerida sabia da existência da união estável entre o Sr. Valdir e a autora e mesmo assim se relacionou com o falecido, inclusive dando causa ao rompimento do relacionamento com a requerente.

A presente fundamentação não infringe a coisa julgada a respeito da ação anterior ajuizada pela senhora Mirian. No entanto, diante das provas colacionadas e do princípio da monogamia que rege as relações familiares no âmbito do direito brasileiro, é dever desta magistrada afastar os efeitos impeditivos que eventualmente seriam causados em razão do reconhecimento judicial da união da requerida Mirian com o falecido Valdir.

O simples fato de a requerida ter ajuizado anteriormente a presente ação de união estável não serve para afastar o direito da requerente, pois, na linha temporal, a convivente de fato era a autora que já estava se relacionando com o falecido desde 1983 em união estável, a qual perdurou até dezembro de 2013, inclusive tendo constituído família. A requerida, aparentemente, conheceu o requerido em meio a união estável ora reconhecida.

A partir disto, concluo que a relação entre a requerida e o falecido, em verdade, era de união estável paralela, equiparada ao concubinato, dada a sua concomitância ao período em que ele convivia com a requerente.

Sobre o tema, trago o julgado tratando do assunto:

UNIÃO ESTÁVEL. PRESSUPOSTOS. AFFECTIO MARITALIS. COABITAÇÃO. PUBLICIDADE DA RELAÇÃO. PROVA. PRINCÍPIO DA MONOGAMIA. 1. Não constitui união estável o relacionamento entretido sem a intenção clara de constituir um núcleo familiar. 2. A união estável assemelha-se a um casamento de fato e indica uma comunhão de vida e de interesses, reclamando não apenas publicidade e estabilidade, mas, sobretudo, um nítido caráter familiar, evidenciado pela affectio maritalis. 3. Não é permitido, no nosso ordenamento jurídico, a coexistência de dois casamentos ou de uma união estável paralela ao casamento ou de duas uniões estáveis paralelas. 4. Constituiu concubinato adulterino a relação entretida pela autora e o réu, pois não há prova satisfatória nos autos de que ele estivesse separado de fato da esposa no período da alegada união estável. Inteligência do art. 1.727 do Código Civil. 5. Não comprovada a união estável, nem a contribuição da autora para a aquisição de bens, mostra-se descabido o pleito de partilha ou de indenização. Recurso desprovido. (TJ-RS - AC: 70085042778 RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Data de Julgamento: 25/08/2021, Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: 31/08/2021)

Desta forma, considerando ter restado demonstrada a convivência entre a autora e o falecido Sr. Valdir, no período de 1983 até dezembro de 2013, afasto os efeitos impeditivos da união reconhecida entre Mirian e Valdir, pois, se refere a período em que havia relação de união estável entre a requerente e o falecido. Quanto ao período posterior ao término da relação entre a autora e o falecido, não há que ser deliberado.

Feita esta breve digressão a respeito da união estável paralela, que se equipara a um concubinato e a luz do exposto acima, vejo que restaram preenchidos os requisitos legais para o reconhecimento da união estável, pelo que é medida de rigor acolher o pedido inicial.

Neste sentido, trago o entendimento do Eg. TJ-RO:

APELAÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. UNIÃO ESTÁVEL PÓS MORTEM. REQUISITOS PREENCHIDOS. RECURSO DESPROVIDO. Nos termos do art. 1.723 do CC, é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. As provas documentais, registros fotográficos e depoimentos de testemunhas demonstraram que de forma inequívoca que o falecido convivia com a autora e que a união era pública, estável, duradoura e com ânimo de constituição de família, preenchendo, portanto, os requisitos legais. Recurso desprovido. (APELAÇÃO CÍVEL 7003873-64.2018.822.0002, Rel. Des. Rowilson Teixeira, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 1ª Câmara Cível, julgado em 27/01/2021.)

Neste contexto, reconheço a união estável firmada entre a parte requerente e o falecido entre o período de 1983 a 12/2013.

PARTILHA DE BENS

A legislação brasileira reconheceu a união estável e estabeleceu regimento quanto aos direitos e obrigações do casal, dispondo, ainda, sobre a partilha do patrimônio havido na constância do relacionamento.

Consoante o art. 1725 do Código Civil: “Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens.”

A este respeito, a pretensão inicial possui total procedência.

A parte requerente informa que na convivência foram adquiridos os seguintes bens:

1. Imóvel rural n. 92 da gleba 02 do projeto de assentamento d’Jaru Uaru, Gleba Rio Jaru, situado neste município de Jaru, Estado de Rondônia, com área de 45,9820ha (quarenta e cinco hectares e noventa e oito ares e vinte centiares), Com Registro no Ofício de Registro de Imóveis de Jaru/RO, matriculado sobre o n.º 15.910, Livro 2 R-1-15.910, id. 18028030 -Pag.3/4; avaliado id.18028124- pag. 5 no importe de R$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais).

2. Imóvel rural n. 93/A da gleba 02 do projeto de assentamento d’Jaru Uaru, Gleba Rio Jaru, situado neste município de Jaru, Estado de Rondônia, com área de 34,5613ha (trinta e quatro hectares, cinquenta e seis ares e treze centiares), Com Registro no Ofício de Registro de Imóveis de Jaru/RO, matriculado sobre o n.º 20.356, Livro 2 R-1-20.356, id. 18028030 -Pag.1/2; avaliado id.18028124- pag. 5, no importe de R$420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais);

3. Posse adquirida em 2009, de um imóvel rural, descrito na ficha do Idaron anexo com área de 470 ha (quatrocentos e setenta hectares), localizada na linha 11, Km 10 Distrito de União Bandeirantes, Porto Velho/RO, há avaliar;

4. Rebanho Bovídeo em nome do falecido, sendo 45(quarenta e cinco reses) macho e 160(cento e sessenta reses) fêmeas, totalizando o importe 205 cabeças de semoventes;
5. Rebanho Bovídeo em nome da requerente a época do óbito 19/06/2014 era semelhante, sendo 24(vinte e quatro) fêmeas e 167(cento e sessenta e sete) machos, totalizando 191(cento e noventa e uma) cabeças de semoventes.
Sobre os semoventes, a parte autora declara que restam partilhar apenas 14 cabeças de gado, ou seja, o direito a 50% destes semoventes remanescentes que não foram partilhados pelo casal quando do rompimento da união estável.
Também indica a existência de uma dívida, cobrada judicialmente nos autos do processo n. 7003378-80.2019.8.22.0003. O débito se correlaciona a empréstimo que aponta ser de responsabilidade de ambos os conviventes, em razão de ser contratado durante a união estável.
Pois bem.
Sobre os imóveis consta nos autos a prova documental a respeito da propriedade:
a) referente ao imóvel descrito no item 1 acima: título de propriedade rural (ID 76986761), contrato de compra e venda realizado entre o falecido e a requerente (ID Num. 68703736 - Pág. 1 e 2) e procuração assinada pelo falecido outorgando poderes a requerente (ID Num. 68703736 - Pág. 3);
b) referente ao imóvel descrito no item 2 acima: contrato de compromisso de compra e venda (ID Num. 68703737 - Pág. 1 e 2);
c) referente ao imóvel descrito no item 3 acima: ofício do IDARON informando que o falecido era proprietário do bem (ID Num. 68703738 - Pág. 1);
d) no que se refere aos semoventes, a parte juntou diversos documentos referentes a guias de trânsito e fichas emitidas pelo IDARON que comprovam a existência de gado movimentado durante a constância da união estável (ID 68703741).
Em sentido contrário, a parte requerida não produziu provas.
Sabe-se que cumpre a parte requerida comprovar os fatos impeditivos, extintivos e modificativos do direito autoral (art. 373, inciso II do CPC).
Neste ponto, a requerida não se desincumbiu de seu ônus.
Como já exposto, a parte requerente logrou êxito em comprovar a aquisição e existência dos bens na constância da união estável, em razão disto a parte requerente faz jus a meação dos bens imóveis e dos 14 semoventes pendentes de partilha, estes últimos no importe da avaliação indicada na petição inicial (R$ 14.000,00).
A respeito da dívida, segue a mesma sorte, pois se comunicam não apenas os bens, mas também eventuais dívidas contraídas pelos conviventes. Vejo que o processo n. 7003378-80.2019.8.22.0003 evidencia que o débito autorizado a ser habilitado nos autos do inventário é datado de 2010, ou seja, constituído na constância da União Estável, motivo pelo qual é dever da requerente arcar com metade deste débito.
Aplica a união estável o regime de comunhão parcial de bens, salvo se outro convencionado pelas partes (art. 1.725 do CC).
O Código Civil assim dispõe sobre o regime de comunhão parcial:
Art. 1.658. No regime de comunhão parcial, comunicam-se os bens que sobrevierem ao casal, na constância do casamento, com as exceções dos artigos seguintes.
Como as partes não convencionaram outro regime e os bens acima apontados foram adquiridos na constância do casamento, a parte autora faz jus a 50% dos bens e tem o dever de custear 50% do débito dos conviventes.
Sobre o tema, segue o entendimento consolidado do TJ-RO:
APELAÇÃO. UNIÃO ESTÁVEL. RECONHECIMENTO. DISSOLUÇÃO. PARTILHA DE BENS. Deve ser determinada a partilha de bens adquiridos durante a constância da união estável, se não o foi no ínterim do inventário. (APELAÇÃO CÍVEL 7006165-22.2018.822.0002, Rel. Des. Sansão Saldanha, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 1ª Câmara Cível, julgado em 02/12/2020.)
APELAÇÃO CÍVEL. RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL. RÉU REVEL. PARTILHA DE BENS. PENSIONAMENTO. AUSÊNCIA DE PROVA DA DEPENDÊNCIA. HONORÁRIOS DE ADVOGADOS INDEVIDOS AO REVEL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Devem integrar a partilha apenas os bens móveis e imóveis, comprovadamente adquiridos ou pagos na constância da união. O pensionamento entre ex-cônjuges ou ex-companheiros é uma exceção à regra e, para ser devido, é indispensável a prova da efetiva dependência. Correndo o processo à revelia, não há de se falar em condenação em honorários de advogados em favor do revel, que sequer possui advogado constituído nos autos, ficando a sucumbente isenta do respectivo pagamento. (APELAÇÃO CÍVEL 7039976-10.2017.822.0001, Rel. Des. Hiram Souza Marques, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Cível, julgado em 28/11/2020.)
Assim, resta imperioso reconhecer os pedidos iniciais.
LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ
Rejeito o pedido de litigância de má-fé feito pela requerida Mirian, eis que a conduta da requerente não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no art. 80 do CPC. Com efeito, não havendo incorrência em tais condutas, não há que se falar em punição mediante sanção processual civil descrita no art. 81 do CPC.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais, com resolução de mérito e fundamento no art. 487, inciso I do CPC, a fim de:
a) RECONHECER a união estável firmada entre a senhora ILZA APOLINÁRIA DA SILVA e VALDIR MESSIAS DE LANA (falecido) durante o período de 1983 a 12/2013.
b) RECONHECER o direito da parte autora a 50% dos bens e o dever de arcar com 50% da dívida abaixo relacionados, a título de partilha:
1. Imóvel rural n. 92 da gleba 02 do projeto de assentamento d'Jaru Uaru, Gleba Rio Jaru, situado neste município de Jaru, Estado de Rondônia, com área de 45,9820ha (quarenta e cinco hectares e noventa e oito ares e vinte centiares), Com Registro no Ofício de Registro de Imóveis de Jaru/RO, matriculado sobre o n.º 15.910, Livro 2 R-1-15.910, id. 18028030 -Pag.3/4; avaliado id.18028124- pag. 5 no importe de R$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais).
2. Imóvel rural n. 93/A da gleba 02 do projeto de assentamento d'Jaru Uaru, Gleba Rio Jaru, situado neste município de Jaru, Estado de Rondônia, com área de 34,5613ha (trinta e quatro hectares, cinquenta e seis ares e treze centiares), Com Registro no Ofício de Registro de Imóveis de Jaru/RO, matriculado sobre o n.º 20.356, Livro 2 R-1-20.356, id. 18028030 -Pag.1/2; avaliado id.18028124- pag. 5, no importe de R$420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais);
3. Posse adquirida em 2009, de um imóvel rural, descrito na ficha do Idaron anexo com área de 470 ha (quatrocentos e setenta hectares), localizada na linha 11, Km 10 Distrito de União Bandeirantes, Porto Velho/RO, há avaliar;
4. Semoventes: direito ao valor equivalente a 14 semoventes não partilhados, estes avaliados em R$ 14.000,00;
5. Débito bancário objeto da ação judicial de habilitação distribuída sob o número 7003378-80.2019.8.22.0003.

Condeno as requeridas ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes que fixo no importe de 10% sobre o valor da causa, com fundamento no art. 85 § 2º do CPC. Com relação as requeridas LAUANGE e LORRAINE, reduzo os honorários pela metade em razão do reconhecimento do pedido inicial, com fundamento no art. 90 § 4º do CPC.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Havendo apelação, certifique-se a tempestividade e intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias (CPC, artigo 1.010, § 1º).
Na hipótese de o apelado interpor apelação adesiva, intime-se a apelante para apresentar contrarrazões à apelação adesiva, também em 15 (quinze) dias (CPC, artigo 1.010, § 2º).
Após, remetam-se os autos ao Tribunal para julgamento do recurso (CPC, artigo 1.010, § 3º).
Com o trânsito em julgado desta sentença ou do acórdão que eventualmente a confirme, certifique-se.
Cumpra-se.
Jaru - RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Maxulene de Sousa Freitas
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0222 / E-mail:cacjaru@tjro.jus.br
Processo nº: 7002400-64.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Fornecimento de Energia Elétrica
Requerente/Exequente: KATIA CRISTINA JAVARINI
Advogado do requerente: LIZZI MEIKIELLI KISCHENER OLIVEIRA, OAB nº RO11411, JACQUELINE GLENN MILHOMEM, OAB nº RO9455
Requerido/Executado: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do requerido: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos, etc.
Trata-se de ação declaratória de inexistência de dívida e indenização por dano moral ajuizada por KATIA CRISTINA JAVARINI em desfavor da ENERGISA S/A.
Relatório dispensado por força do art. 38 da Lei 9.099/95.
Fundamento e decido.
Relata a parte autora que é titular da unidade consumidora de energia elétrica nº 20/197047. Aduz que recebeu uma fatura de energia elétrica valor de R$ 6.573,10, referente à recuperação de consumo. Destaca que, para forçar o recebimento, a concessionária suspendeu o fornecimento de energia elétrica de sua residência, bem como inscreveu seu nome no SERASA. Requer a declaração da inexigibilidade do débito em questão, bem como a condenação da parte requerida em danos morais.
Em contestação, a requerida argumentou a correta cobrança dos valores, diante da irregularidade encontrada nas instalações elétricas do imóvel, com medidor danificado. Sustenta que houve licitude na inspeção realizada. Alega ausência de danos morais e impossibilidade de devolução em dobro. Requereu a improcedência da ação.
A presente ação encontra-se apta ao julgamento, conforme dispõe o art. 355, inciso I do CPC, vez que as provas colacionadas nos autos são suficientes para a formação do convencimento do juízo.
A controvérsia reside em saber se o procedimento de recuperação de consumo se deu de forma regular, a fim de gerar o débito no valor de R$ 6.573,10.
O caso retrata situação típica de relação consumerista, estando bem delineadas as figuras do consumidor (requerente – CDC, arts. 2º, 17 e 29) e do fornecedor do serviço (requerido – CDC, art. 14), de modo que lhe é aplicável a teoria objetiva da responsabilidade civil, em razão da qual é devida indenização ao consumidor lesado desde que comprovado dano sofrido e o nexo de causalidade entre este e a conduta do respectivo causador.
Logo, a relação jurídica existente entre as partes e a lide dela decorrente é de consumo, e, como tal, deve ser regida pelas normas do Código de Defesa do Consumidor, notadamente o disposto no artigo 6º, VIII.
Restou incontroverso que as partes possuem relação jurídica, através da UC n. 20/197047
De acordo com a Resolução N. 414/2010 ANEEL em seu artigo 130, este discorre que:
Art. 130. Comprovado o procedimento irregular, para proceder à recuperação da receita, a distribuidora deve apurar as diferenças entre os valores efetivamente faturados e aqueles apurados por meio de um dos critérios descritos nos incisos a seguir, aplicáveis de forma sucessiva, sem prejuízo do disposto nos arts. 131 e 170.
Observa-se, portanto, que é permitido a concessionária fiscalizar e comprovar através de procedimentos internos a existência de fraudes, bem ainda cobrar os valores referentes a diferença de consumo.
Todavia, o cálculo apresentado pela ré não merece acolhimento.
Explico.
Segundo a memória descritiva de cálculo na notificação enviada à autora (ID n. 92044686), o critério utilizado para fins de recuperação de consumo, foi o estabelecido no art. 130, V, da Resolução 414/2010 da ANEEL.
Contudo, a interpretação feita pela requerida diverge do entendimento aplicado pelo TJ-RO.
O Eg. TJ-RO já pacificou que o entendimento a ser aplicado deve ser aquele que melhor atende o consumidor (art. 47 do CDC aplicado por analogia), de modo que a forma que melhor reflete isso é a que corresponde à média de consumo dos 3 (três) meses imediatamente posteriores à substituição do medidor ou corrigida a irregularidade do medidor e pelo período pretérito máximo de 1 (um) ano.
Nesse mesmo sentido, é o entendimento do TJ-RO:
APELAÇÃO CÍVEL. ENERGIA ELÉTRICA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. PERÍCIA UNILATERAL. FORMA DE CÁLCULO ERRÔNEA. SUSPENSÃO DO SERVI-

ÇO. DANO MORAL. CARACTERIZADO. VALOR. MANTIDO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ EM CONTRARRAZÕES. AFASTADA. RECURSO DESPROVIDO. Embora seja possível que a concessionária de serviço público apure a recuperação de consumo de energia elétrica em razão de supostas inconsistências no consumo pretérito, é necessário que comprove o cumprimento rigoroso dos procedimentos normativos da ANEEL, sob pena de desconstituição do débito apurado. Torna-se inexigível débito cobrado em decorrência de fiscalização realizada, unilateralmente, pela concessionária de serviço público, sem garantia do contraditório e ampla defesa. O parâmetro a ser utilizado para o cálculo do débito deverá ser a média de consumo dos três meses imediatamente posteriores à substituição do medidor e pelo período pretérito máximo de doze meses. Não comprovada a existência de dívida legítima, fica evidenciado que a suspensão do fornecimento de energia elétrica foi indevida, o que configura dano moral indenizável. Deve ser mantido o valor da indenização que atende aos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade. A interposição do recurso cabível, por si só, não caracteriza litigância de má-fé. APELAÇÃO CÍVEL, Processo no 7038587-19.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2a Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 11/01/2022.

APELAÇÃO CÍVEL. INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO. ENERGIA ELÉTRICA. MEDIÇÃO IRREGULAR. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. NEGATIVAÇÃO. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. FIXAÇÃO. O parâmetro a ser utilizado para o cálculo do débito deverá ser a média de consumo dos três meses imediatamente posteriores à substituição do medidor e pelo período pretérito máximo de doze meses. A irregularidade na aferição do consumo a ser recuperado enseja a declaração de nulidade da respectiva cobrança, bem como mostra-se ilegal a negativação do nome do consumidor decorrente de débito inexigível, o que enseja indenização pelo dano moral sofrido. O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão os danos, à capacidade econômica, características individuais e o conceito social das partes (APELAÇÃO CÍVEL, Processo no 7011755-68.2018.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2a Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 03/12/2020).

No presente caso, o cálculo realizado pela requerida não se pautou nos 03 meses posteriores, mas em uma média diversa partindo de uma interpretação de que a média seria de um único mês, este que representa o maior consumo realizado. Feita a médica, foi multiplicado o valor diário pelos dias em que se operou a recuperação de consumo.

Esta linha de raciocínio adotada pela ré destoa totalmente do que restou consignado pelo TJ-RO.

Logo, tenho que o débito no valor de R$ 6.573,10, apurado pela ré é inexistente.

Importante destacar que este juízo não está convalidando qualquer irregularidade constatada no relógio medidor. O que se identificou foi o erro quanto ao cálculo feito pela empresa requerida ao apurar a recuperação de consumo. O equívoco do cálculo remete a necessidade de anular a recuperação, pois foi feita irregularmente.

Resta deliberar sobre o dano moral.

DO DANO MORAL

O autor comprovou a inscrição na SERASA ao ID 90391315, bem como a suspensão da energia ao ID 90946212.

Assim, reconhecida a ilegitimidade da cobrança é de se concluir pela ilegalidade da inscrição na SERASA, bem como a suspensão da energia na unidade consumidora da autora, sendo inquestionável o abalo moral configurado in re ipsa.

A jurisprudência da Turma Recursal do Eg. TJ-RO é pacífica no sentido de reconhecer que, a negativação indevida do nome do consumidor junto aos órgãos de cadastro de inadimplentes, pautado em recuperação de consumo irregular, configura dano moral. Vejamos:

CONSUMIDOR. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. COBRANÇA E INSCRIÇÃO INDEVIDA. SUSPENSÃO FORNECIMENTO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO EM CONSONÂNCIA AOS PRINCÍPOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA (TJ-RO - RI: 70298953120198220001 RO 7029895-31.2019.822.0001, Data de Julgamento: 09/06/2020).

Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Recuperação de consumo. Cobrança indevida. Negativação. Dano moral. Ocorrência. Quantum indenizatório. Proporcionalidade. 1. A concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica no Estado de Rondônia deve seguir todos os parâmetros indicados pela agência reguladora, sob pena de nulidade de seus atos. 2. A negativação indevida do nome do consumidor junto aos órgãos de cadastro de inadimplentes ocasiona dano moral in re ipsa. 3 O quantum indenizatório deve ser fixado em valor justo e proporcional ao abalo suportado pelo ofendido.(TJ-RO - RI: 70002887320208220021 RO 7000288-73.2020.822.0021, Data de Julgamento: 18/09/2020)

Assim, reconheço a existência do dano moral e passo à fixação do quantum.

A jurisprudência, inclusive do Tribunal de Justiça de Rondônia, é pacífica quanto aos critérios que devem ser adotados pelo Magistrado na fixação do valor da indenização por dano moral, devendo o julgador fazê-lo segundo seu arbítrio, visando sempre desestimular a prática de novos atos lesivos e procurando ressarcir a vítima do incômodo indevidamente imposto. Por outro lado, para quantificação dos danos morais também inexiste qualquer critério legal, devendo o julgador, a partir de sua experiência evitar, de um lado, o enriquecimento sem causa da parte requerente e, de outro, a fixação de valor irrisório, que desbalize as características punitivas e pedagógicas do instituto em questão.

Há ainda de se sopesar a capacidade econômica da requerida, fator a ser correlacionado com o caráter repressivo anteriormente citado.

Dessa forma, considerando o dano sofrido (negativação indevida do nome do consumidor junto aos órgãos de cadastro de inadimplentes), calcado na capacidade econômica da requerida, arbitro os danos morais em R$ 5.000,00, quantia esta que entendo razoável e proporcional ao dano experimentado.

Por fim, considera-se suficientemente apreciada a questão posta a julgamento, até porque o julgador não está obrigado a atacar um por um os argumentos das partes, mas somente expor os seus, de modo a justificar a decisão tomada, atendendo assim ao requisito insculpido no artigo 93, IX, da Constituição Federal e na ordem legal vigente, bem como ao disposto no art. 489, § 1º, inciso IV, do Código de Processo Civil. Portanto, os demais argumentos apontados pelas partes não são capazes de infirmar a conclusão acima.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial, formulado por KATIA CRISTINA JAVARINI em desfavor da ENERGISA S/A, para o fim de:

a) CONVALIDAR a tutela de urgência concedida neste feito;

b) DECLARAR a nulidade do débito apontado na inicial no valor de R$ 6.573,10;

c) CONDENAR a parte requerida a pagar a título de danos morais, a quantia de R$ 5.000,00 acrescido de juros moratórios a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ) e corrigido monetariamente a partir desta SENTENÇA (Súmula 362 do STJ).

Deixo de condenar o réu ao pagamento de custas processuais e de honorários advocatícios de sucumbência, em razão do disposto no caput do art. 55 da Lei nº 9.099/95.

Declaro extinto o presente feito, com fulcro no artigo 316, do CPC.
Sentença publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intimem-se.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.
Caso seja interposto recurso com pedido de gratuidade judiciária, o pedido deve estar instruído com a documentação hábil a comprovar a hipossuficiência, tais como: carteira de trabalho, certidão negativa de bens (prefeitura, cartório de registro de imóveis, DETRAN/RO, etc.), contracheque, extrato de benefício previdenciário, dentre outros.
Interposto dentro do prazo (10 dias) e com o devido pagamento das custas, admito desde já o recurso de que trata o art. 41, da Lei n.º 9.099/95, do qual a parte adversa deverá ser intimada.
Esgotados os 10 dias para as contrarrazões (art. 42, § 2º), encaminhe-se o feito à e. Turma Recursal.
Caso nada seja requerido, após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se com as anotações de estilo.
Decisão encaminhada automaticamente pelo sistema de informática para publicação no Diário da Justiça.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, CARTA PRECATÓRIA e demais atos, devendo ser instruída com as cópias necessárias.
Cumpra-se.
Jaru - RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Maxulene de Sousa Freitas
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente
DADOS PARA CUMPRIMENTO:
AUTOR: KATIA CRISTINA JAVARINI, RUA SERGIPE 624 SETOR 02 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AC ALTO PARAÍSO, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3628 CENTRO - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0222 /E-mail:cacjaru@tjro.jus.br
Processo nº: 7003149-18.2022.8.22.0003
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Requerente/Exequente: MINAS DISTRIB. DE PROD. FARMACEUTICOS E PERF. LTDA
Advogado do requerente: DAIANE GOMES BEZERRA, OAB nº RO7918
Requerido/Executado: D P ALVES LTDA
Advogado do requerido: SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos, etc.
Compulsando os autos, verifica-se que as partes anunciaram celebração de acordo, conforme petição acostada ao ID 93106294.
Pois bem.
A autocomposição das partes é sempre o melhor caminho para por fim à lide, eis que o faz de acordo com a vontade delas. Graças a isso é que o CPC consagrou, no bojo do artigo 3º, § 2º, o princípio da promoção pelo Estado da solução por autocomposição, consagrando a Resolução 125 do CNJ. A conciliação, doravante, passa a ser uma política pública, uma meta do Estado e que deve ser estimulada não só por este, mas também por todos os envolvidos no processo.
Assim, considerando que as partes entabularam acordo e que este respeita o seu melhor interesse, sua homologação é medida que se impõe.
Ao teor do exposto e por tudo mais que dos autos consta, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO efetuada entre as partes, a fim de que surtam os jurídicos e legais efeitos daí decorrentes.
Por consequência, RESOLVO o mérito da causa, nos termos do artigo 487, III, “b”, do CPC.
Sem custas processuais e cada parte arcará com os honorários de seu advogado, conforme artigo 90, §§ 2º e 3º do CPC.
Aplico os efeitos do trânsito em julgado previsto no artigo 1.000 do Código de Processo Civil, devendo os autos serem arquivados.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Decisão encaminhada automaticamente pelo sistema de informática para publicação no Diário da Justiça.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, CARTA PRECATÓRIA e demais atos, devendo ser instruída com as cópias necessárias.
Cumpra-se.
Jaru - RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Maxulene de Sousa Freitas
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente
DADOS PARA CUMPRIMENTO:
REQUERENTE: MINAS DISTRIB. DE PROD. FARMACEUTICOS E PERF. LTDA, AVENIDA TRANSCONTINENTAL 5135 SANTIAGO - 76901-201 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
REQUERIDO: D P ALVES LTDA, AV. 13 DE FEVEREIRO sn CENTRO - 76866-000 - THEOBROMA - RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Processo nº: 7002515-85.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento Comum Cível

Assunto: Indenização por Dano Material, Indenização do Prejuízo
Requerente/Exequente: MODAI EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA, MOISES ZALEM OLIVEIRA SOTE
Advogado do requerente: THAINA MARTINS FERNANDES VILELA, OAB nº RO11745
Requerido/Executado: REIS & VIANA ASSESSORIA CONTABIL LTDA, KAPSULA EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA
Advogado do requerido: SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Vistos, etc.
1- Recebo a petição inicial ante as emendas atendidas.
Trata-se de pedido de rescisão contratual e indenização por danos morais e materiais proposta por MODAI EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA em face de KAPSULA EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA e REIS E VIANA ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA.
Relata o autor que fez contato com a Requerida em meados de 2020, com intuito de ser um produtor da mercadoria oferecidos por ela. Para tanto, o Requerente teria que pagar a quantia total de R$30.000,00, à Requerida, e esta lhe forneceria o produto à sua escolha, dentro do portfólio com uma gama de produtos encapsulados, desde colágeno, remédio pra depressão, ansiedade, insônia, Alzheimer, emagrecedores, dentre muitos.
Informa que ocorreu demora para a disponibilização do site para acompanhar o pedido, houve má prestação de serviços em relação as dúvidas não sanadas, e até mesmo suportes que fora garantido.
Alega que por diversas vezes se demonstrou preocupado e não contente com o resultado das vendas, uma vez que não fora vendido um pote sequer. Procurou as Requeridas para tirar dúvidas e buscar soluções do que poderia fazer para melhorar e talvez conseguir uma venda, mas nada resolvido.
Por estas razões, requer em sede liminar, o cancelamento do contrato firmado entre as partes e a cobranças das parcelas.
É o relato do necessário. Decido.
O artigo 300 do Código de Processo Civil em vigor prevê que “a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.
A norma citada preceitua que para a concessão da tutela de urgência, necessário os elementos que evidenciem seus pressupostos, quais sejam, probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
No caso em questão, restou preenchido o primeiro requisito, eis que de fato, foi celebrado contrato entre as partes. Todavia, embora seja incontroverso – ao menos por ora – a celebração do negócio jurídico entre as partes, a mera alegação de inadimplemento não é capaz, por si só, de rescindir o acordo celebrado.
Deve ser apurado, quando da instrução processual, se de fato a parte requerida não cumpriu o que foi pactuado entre as partes e, caso positivo, se ele se valeu de causa legítima para o não cumprimento.
Deve ser concedido às partes o direito do contraditório e a ampla defesa. Conceder a tutela pretendida, na forma requerida pelo autor, esgotaria, por completo o objeto da presente.
Portanto, o caso em espécie necessária a análise acurada dos fatos, para só então determinar ou não, a rescisão contratual.
2- Dito isso, INDEFIRO o pedido liminar requerido.
3- AUTORIZO a realização da audiência por videoconferência pelo aplicativo WhatsApp.
3.1- Desta feita, DETERMINO ao cartório que agende a audiência para tentativa de conciliação, via sistema PJe.
3.2- Consigno que a audiência será realizada pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, deste Fórum de Jaru – RO, por videoconferência e utilizando-se do aplicativo de mensagens WhatsApp.
3.3- Fica condicionada a realização do ato a apresentação do número de telefone das partes envolvidas com até 10 (dez) dias antes da audiência.
3.4- Intime-se a parte autora por meio de seu advogado (CPC, artigo 334, § 3º).
4- CITE-SE a parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência, intimando-o para participar do ato e cientificando-o de que deve apresentar contestação no prazo máximo de 15 dias, contados a partir da audiência acima designada (CPC, artigo 335), advertindo-o de que, na hipótese de não apresentar contestação no prazo assinalado, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (CPC, artigo 344). Por ocasião da contestação, o réu deverá juntar suas provas e especificar outras provas que eventualmente tiver a intenção de produzir, inclusive dizer se deseja apresentar prova testemunhal, justificando a necessidade e a pertinência.
5- Caso as partes manifestem expressamente o desinteresse na composição consensual (CPC, artigo 334, § 4º, I), o prazo para o requerido contestar fluirá a partir no dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação (CPC, artigo 335, II).
6- No expediente de citação e no cumprimento do ato deverão ser observadas as normativas constantes nos artigos 243 e seguintes do CPC, tanto pela escrivania quanto pelo Oficial de Justiça, este último para os casos em que a citação não puder ser realizada pelos Correios.
7- Advirtam-se as partes de que:
a) a ausência injustificada à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (CPC, artigo 334, § 8º).
b) deverão participar da audiência devidamente acompanhadas por seus advogados ou do defensor público (CPC, artigo 334, § 9º), ficando orientada a parte requerida de que, caso não tenha condições de contratar advogado e se enquadre nas hipóteses previstas na lei, deverá procurar a Defensoria Pública para que lhe acompanhe e apresente a defesa técnica nos autos.
8 - Em caso do réu não ser localizado, intime-se a parte autora para fornecer novo endereço no prazo de 05 dias.
8.1- Informado o endereço, proceda da seguinte forma:
a) Havendo prazo hábil para a citação / intimação no novo endereço indicado antes da audiência já designada, essa deve ser mantida, determinando-se que se intime as partes pelo cartório;
b) Não havendo prazo hábil para a citação / intimação no novo endereço antes da audiência já designada, fica delegado ao CEJUSC a redesignação do ato por ser esse (fixação da data de audiência) mero ato ordinatório, uma vez que já tendo a realização dessa sido determinada pelo Juízo, sua estipulação pode ser realizada pelo CEJUSC; hipótese na qual as partes deverão ser intimadas pelo cartório, servido o termo de redesignação de carta/mandado de citação/intimação/carta precatória.
9- Caso a parte requerida, eventualmente, manifeste expressamente o desinteresse na autocomposição com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência da audiência designada e caso o autor também ter manifestado expressamente essa vontade na petição inicial (CPC,

artigo 334, § 5º), a audiência não será realizada (CPC, artigo 334, § 4º, inciso I), devendo ser comunicado ao CEJUSC, para anotação e/ou baixa na pauta.
10 - Se o réu alegar, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, desde já faculto ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu, devendo a escrivania lhe abrir vista neste sentido independentemente de novo despacho nesse sentido.
11- Na hipótese de ser apresentada a contestação antes da audiência de conciliação com alegação de incompetência relativa ou absoluta, suspenda-se a audiência designada (CPC, artigo 339, §3º), comunicando-se ao CEJUSC para anotação ou baixa na pauta. Nessa hipótese, intime-se a parte autora para dizer sobre a arguição de incompetência no prazo de 10 (dez) dias, retornando os autos conclusos para decisão (CPC, artigo 64, § 2º).
12- Se o réu o réu propor reconvenção, intime-se o autor, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 dias (CPC, artigo 343, § 1º).
13- Caso o réu alegue, na contestação, fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, intime-se o requerente, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá produzir suas provas a respeito (CPC, artigo 350).
14- Na hipótese do réu aduzir na contestação qualquer das preliminares indicadas no artigo 337 do CPC, intime-se o requerente, na pessoa de seu advogado, para responder no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá produzir suas provas a respeito (CPC, artigo 351).
15- Em qualquer das hipóteses anteriores, em que o autor foi intimado para responder as arguições do réu, deverá ele desde logo especificar se tem outras provas a serem produzidas, além daquelas que já tiver apresentado no processo, justificando a necessidade e a pertinência.
16- Se a parte requerida não contestar a ação no prazo legal ou se o fizer intempestivamente, certifique-se e retornem conclusos para análise sobre a ocorrência ou não dos efeitos da revelia e quanto a necessidade de intimação do autor para especificação de provas (CPC, artigo 348).
17- Remetam-se os autos ao CEJUSC para realização da audiência e dos demais atos concernentes, nos termos da regulamentação normativa respectiva.
SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO CARTA, MANDADO, PRECATÓRIA, OFÍCIO e demais atos pertinentes, devendo ser instruído com as cópias necessárias.
Cumpra-se.
Jaru - RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Maxulene de Sousa Freitas
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente
DADOS PARA CUMPRIMENTO:
REU: REIS & VIANA ASSESSORIA CONTABIL LTDA, BRASIL 3261, - DE 3112/3113 A 3999/4000 CENTRO - 35010-070 - GOVERNADOR VALADARES - MINAS GERAIS, KAPSULA EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA, INDUSTRIAL 1120 DISTRITO INDUSTRIAL - 35040-610 - GOVERNADOR VALADARES - MINAS GERAIS

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0213 / E-mail: cacjaru@tjro.jus.br
Processo: 7003838-28.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Cartão de Crédito
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI
ADVOGADO DO AUTOR: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586
REU: SALVINO RODRIGUES DOS SANTOS
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Fixo honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da execução, a serem pagos pelo executado (CPC, artigo 827), sem prejuízo de majoração nas hipóteses legais, como, por exemplo, no caso de embargos (CPC, artigo 827, § 2º).
CITE-SE a parte executada para pagar a dívida em execução no prazo de 03 (três) dias, contados da citação (CPC, artigo 829).
Na mesma oportunidade da citação, deverá a parte executada ser intimada de que poderá opor embargos à execução, independentemente de penhora, depósito ou caução (CPC, art. 913), no prazo de 15 dias (CPC, art. 915), alegando as matérias previstas no art. 917 do CPC.
Salvo decisão em sentido contrário, os embargos não possuem efeito suspensivo (CPC, art. 919).
Decorrido in albis o prazo estipulado, sem pronto pagamento, procederá o oficial de justiça, de imediato, penhora de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, juros, custas e honorários advocatícios, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
A penhora recairá, preferencialmente, na ordem estipulada pelo artigo 835 do CPC, salvo se houver indicação de bens pelo credor, na forma do artigo 829, § 2º, mesmo Codex, caso em que a penhora deverá recair sobre os bens indicados. Em caso de não encontrar o devedor, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução e, aperfeiçoada a citação e transcorrido o prazo de pagamento, o arresto converter-se-á em penhora, independentemente de termo, de acordo com o artigo 830, § 3º, do CPC.
Em conformidade com o artigo 829, § 2º, do CPC, poderá o executado, após intimado da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove cabalmente que a substituição não trará prejuízo algum ao exequente e será menos onerosa para ele devedor (a).
A parte executada, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se a execução por meio de Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados, conforme o caso, na forma do artigo 231 do CPC (artigos 914 e 915 do CPC).

Esclareça à parte executada que no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito do exequente, poderá mediante o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, mais custas e honorários advocatícios, REQUERER, o parcelamento do restante do débito remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (artigo 916 do CPC), advertindo-o de que a opção pelo parcelamento importa em renúncia ao direito de opor embargos (artigo 916, § 6º).
A intimação da parte executada far-se-á na pessoa de seu advogado; não o tendo, será intimado pessoalmente.
AUTORIZO a realização da audiência por videoconferência pelo aplicativo WhatsApp.
Desta feita, DETERMINO ao cartório que agende a audiência para tentativa de conciliação, via sistema PJe.
Consigno que a audiência será realizada pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, deste Fórum de Jaru - RO, por videoconferência e utilizando-se do aplicativo de mensagens WhatsApp.
Fica condicionada a realização do ato a apresentação do número de telefone das partes envolvidas com até 10 (dez) dias antes da audiência.
Intime-se a parte autora por meio de seu advogado (CPC, artigo 334, § 3º).
CITE-SE a parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência, intimando-o para participar do ato e cientificando-o de que deve apresentar contestação no prazo máximo de 15 dias, contados a partir da audiência acima designada (CPC, artigo 335), advertindo-o de que, na hipótese de não apresentar contestação no prazo assinalado, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (CPC, artigo 344). Por ocasião da contestação, o réu deverá juntar suas provas e especificar outras provas que eventualmente tiver a intenção de produzir, inclusive dizer se deseja apresentar prova testemunhal, justificando a necessidade e a pertinência.
Caso as partes manifestem expressamente o desinteresse na composição consensual (CPC, artigo 334, § 4º, I), o prazo para o requerido contestar fluirá a partir no dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação (CPC, artigo 335, II).
No expediente de citação e no cumprimento do ato deverão ser observadas as normativas constantes nos artigos 243 e seguintes do CPC, tanto pela escrivania quanto pelo Oficial de Justiça, este último para os casos em que a citação não puder ser realizada pelos Correios.
Advirtam-se as partes de que:
a) a ausência injustificada à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (CPC, artigo 334, § 8º).
b) deverão participar da audiência devidamente acompanhadas por seus advogados ou do defensor público (CPC, artigo 334, § 9º), ficando orientada a parte requerida de que, caso não tenha condições de contratar advogado e se enquadre nas hipóteses previstas na lei, deverá procurar a Defensoria Pública para que lhe acompanhe e apresente a defesa técnica nos autos.
Em caso do réu não ser localizado, intime-se a parte autora para fornecer novo endereço no prazo de 05 dias.
Informado o endereço, proceda da seguinte forma:
a) Havendo prazo hábil para a citação / intimação no novo endereço indicado antes da audiência já designada, essa deve ser mantida, determinando-se que se intime as partes pelo cartório;
b) Não havendo prazo hábil para a citação / intimação no novo endereço antes da audiência já designada, fica delegado ao CEJUSC a redesignação do ato por ser esse (fixação da data de audiência) mero ato ordinatório, uma vez que já tendo a realização dessa sido determinada pelo Juízo, sua estipulação pode ser realizada pelo CEJUSC; hipótese na qual as partes deverão ser intimadas pelo cartório, servido o termo de redesignação de carta/mandado de citação/intimação/carta precatória.
Caso a parte requerida, eventualmente, manifeste expressamente o desinteresse na autocomposição com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência da audiência designada e caso o autor também ter manifestado expressamente essa vontade na petição inicial (CPC, artigo 334, § 5º), a audiência não será realizada (CPC, artigo 334, § 4º, inciso I), devendo ser comunicado ao CEJUSC, para anotação e/ou baixa na pauta.
Intime-se, cumpra-se e expeça-se o necessário.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO CARTA, MANDADO, CARTA PRECATÓRIA e demais atos, devendo ser instruído com as cópias necessárias.
Cumpra-se.
Jaru/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito
Assinado Digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0222
Processo nº: 7005719-11.2021.8.22.0003
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Indenização por Dano Material, Acidente Aéreo
Requerente/Exequente: E. F. D. M., A. M. D. S., E. D. S. M.
Advogado do requerente: LEONARDO RIBEIRO OLIVEIRA PINTO, OAB nº MG171423
Requerido/Executado: 1. V. E. T. L.
Advogado do requerido: RODRIGO SOARES DO NASCIMENTO, OAB nº MG129459
SENTENÇA
Vistos, etc.
Sobreveio aos autos a informação a respeito do adimplemento da obrigação.
Desta feita, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do art. 924,II, CPC.
Nesta data expedi Alvará Eletrônico na modalidade de transferência, pela qual o Juízo envia os dados da ordem bancária diretamente ao banco, o valor deverá ser levantado, com as devidas correções/rendimentos/atualizações até a data do saque efetivo.

Dados bancários apresentados pelo(a) exequente no ID 92886380.
1) O(A) beneficiário(a) deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação, conforme síntese supracitada.
2) Aguarde-se por cinco 05 (cinco) dias o cumprimento da ordem.
3) Se sobrevier informação de erro no cumprimento da ordem eletrônica, fica a CPE autorizada a expedir alvará/ofício de transferência em favor do(a) beneficiário(a) qualificado(a) acima sem a necessidade de nova conclusão do processo.
Sem prejuízo, havendo pendência quanto ao pagamento das custas, conforme estabelecido pela Lei Estadual nº 3.896/16 (Lei de custas), deverá a escrivania, INTIMAR o requerido/executado para fazer o recolhimento das custas finais e juntar o comprovante aos autos, sob pena de inscrição em dívida ativa.
Outrossim, nada pendente, transitado em julgada, arquive-se.
Fica dispensado o prazo recursal.
P.R.I.
Decisão encaminhada automaticamente pelo sistema de informática para publicação no Diário da Justiça.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA, MANDADO, CARTA PRECATÓRIA e demais atos, devendo ser instruída com as cópias necessárias.
Cumpra-se.
Jaru - RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Maxulene de Sousa Freitas
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente
Dados para o cumprimento:
REQUERENTES: E. F. D. M., LH 625 KM 25 JARUARU - 76926-000 - MIRANTE DA SERRA - RONDÔNIA, A. M. D. S., LH 625 KM 85 JARUARU - 76926-000 - MIRANTE DA SERRA - RONDÔNIA, E. D. S. M., LH 625 KM 85 JARUARU - 76926-000 - MIRANTE DA SERRA - RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0213 / E-mail: cacjaru@tjro.jus.br
Processo:7005651-61.2021.8.22.0003
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Nota Promissória
REQUERENTE: F. S. OLIVEIRA RELOJOARIA EIRELI - ME
ADVOGADOS DO REQUERENTE: KARLA DIVINA PERILO, OAB nº RO4482A, ANDERSON ANSELMO, OAB nº RO6775A
REQUERIDO: ROBERTO LOPES SILVA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos, etc.
Compulsando os autos, verifica-se que as partes anunciaram celebração de acordo.
Pois bem.
A autocomposição das partes é sempre o melhor caminho para por fim à lide, eis que o faz de acordo com a vontade delas. Graças a isso é que o CPC consagrou, no bojo do artigo 3º, § 2º, o princípio da promoção pelo Estado da solução por autocomposição, consagrando a Resolução 125 do CNJ. A conciliação, doravante, passa a ser uma política pública, uma meta do Estado e que deve ser estimulada não só por este, mas também por todos os envolvidos no processo.
Assim, considerando que as partes entabularam acordo e que este respeita o seu melhor interesse, sua homologação é medida que se impõe.
Ante o exposto, nos termos dos arts. 2º, da Lei 9099/95, e 840, do Código Civil (Lei 10.406/2002), HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo entabulado pelas partes (ID nº 93016334), para que surta seus jurídicos e legais efeitos, regendo-se pelas próprias cláusulas e condições.
Por conseguinte e com fulcro nos arts. 51, caput e inciso II, Lei 9.099/95, 487, III, b, CPC (Lei 13.105/2015), JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, devendo o cartório, após as cautelas e movimentações de praxe, arquivar imediatamente o processo, independentemente de prévia intimação das partes, uma vez que o acordo será cumprido diretamente entre elas, valendo ressaltar que a sentença homologatória transita em julgado de plano (art. 41, Lei 9.099/95) e a parte credora poderá requerer o desarquivamento e consequente execução, em caso de mora ou descumprimento, na forma do art. 52, IV e seguintes, da LF 9.099/95, sem pagamento de quaisquer custas ou encargos.
Sem custas e/ou honorários advocatícios, ex vi lege (arts. 54 e 55, da Lei 9.099/95).
Oportunamente, não havendo pendências, arquivem-se os autos.
Jaru/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito
Assinado Digitalmente
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDA, DE MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO E DEMAIS ATOS QUE ESCRIVANIA ENTENDER PERTINENTE.
Dados para cumprimento:
REQUERENTE: F. S. OLIVEIRA RELOJOARIA EIRELI - ME, AVENIDA PADRE ADOLPHO ROHL 2251, CINDY JOIAS CENTRO - 76890-000 - JARU - RONDÔNIAREQUERENTE: F. S. OLIVEIRA RELOJOARIA EIRELI - ME, AVENIDA PADRE ADOLPHO ROHL 2251, CINDY JOIAS CENTRO - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
REQUERIDO: ROBERTO LOPES SILVA, RUA RIO GRANDE DO NORTE 2067, FONES 99263-8804 99608-5780 99957-4079 SETOR 01 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIAREQUERIDO: ROBERTO LOPES SILVA, RUA RIO GRANDE DO NORTE 2067, FONES 99263-8804 99608-5780 99957-4079 SETOR 01 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0213 / E-mail: cacjaru@tjro.jus.br
Processo nº: 7003827-96.2023.8.22.0003
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Requerente/Exequente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI
Advogado do requerente: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930
Requerido/Executado: JANAINA DALBEM DE OLIVEIRA
Advogado do requerido: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
1- Cite-se a parte executada para que, no prazo de 03 dias, pague a dívida exequenda (artigo 829 do CPC).
1.1- Fixo honorários em 10% (dez por cento) do valor da causa, em conformidade com o artigo 827 do CPC.
1.2- Deverá constar no mandado que em caso de integral pagamento da dívida no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (artigo 827, § 1º, do CPC).
2- Decorrido in albis o prazo estipulado, sem pronto pagamento, procederá o oficial de justiça, de imediato, penhora de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, juros, custas e honorários advocatícios, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
2.1- A penhora recairá, preferencialmente, na ordem estipulada pelo artigo 835 do CPC, salvo se houver indicação de bens pelo credor, na forma do artigo 829, § 2º, mesmo Codex, caso em que a penhora deverá recair sobre os bens indicados. Em caso de não encontrar o devedor, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução e, aperfeiçoada a citação e transcorrido o prazo de pagamento, o arresto converter-se-á em penhora, independentemente de termo, de acordo com o artigo 830, § 3º, do CPC.
2.2- Em conformidade com o artigo 829, § 2º, do CPC, poderá o executado, após intimado da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove cabalmente que a substituição não trará prejuízo algum ao exequente e será menos onerosa para ele devedor (a).
3- A parte executada, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se a execução por meio de Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados, conforme o caso, na forma do artigo 231 do CPC (artigos 914 e 915 do CPC).
3.1- Esclareça à parte executada que no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito do exequente, poderá mediante o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, mais custas e honorários advocatícios, REQUERER, o parcelamento do restante do débito remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (artigo 916 do CPC), advertindo-o de que a opção pelo parcelamento importa em renúncia ao direito de opor embargos (artigo 916, § 6º).
4- A intimação da parte executada far-se-á na pessoa de seu advogado; não o tendo, será intimado pessoalmente.
Intime-se, cumpra-se e expeça-se o necessário.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO CARTA, MANDADO, CARTA PRECATÓRIA e demais atos, devendo ser instruído com as cópias necessárias.
Cumpra-se.
Jaru - RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Maxulene de Sousa Freitas
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente
Dados para o cumprimento:
Parte requerida: JANAINA DALBEM DE OLIVEIRA, CPF nº 02261372280, AVENIDA DOM PEDRO I 3217, BORRACHARIA DOM PEDRO BAIRRO SETOR 05 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0213 / E-mail: cacjaru@tjro.jus.br
Processo: 7007460-86.2021.8.22.0003
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Indenização por Dano Moral
AUTOR: EDILENE PECHIM DE OLIVEIRA ALVES
ADVOGADOS DO AUTOR: FABRICIO DE PAULA CAVALCANTE, OAB nº RO10233, GUSTAVO HENRIQUE COIMBRA DO NASCIMENTO, OAB nº RO11800
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos,
Providencie a Escrivania a modificação da classe processual, passando a constar: como “cumprimento de sentença”.
INTIME-SE a parte executada, na pessoa do seu advogado constituído nos autos ou pessoalmente, para efetuar o pagamento da condenação, no prazo de 15, sob pena de incidência a multa de 10% (dez por cento), além de custas, se houver, nos termos do art. 523 e parágrafos do Código de Processo Civil e enunciado 97 do FONAJE.
Caso efetue o pagamento através de depósito judicial, desde já autorizo a expedição de alvará em favor da exequente. Em seguida, venham os autos conclusos para extinção.

Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
Apresentados embargos, intime-se o exequente para, querendo, manifestar-se.
Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, instruído com o cálculo já atualizado.
Em caso de inércia, manifeste-se o(a) exequente no prazo de 05 dias requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção/arquivamento.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Jaru/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito
Assinado Digitalmente
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDA, COMO CARTA AR/MANDADO e DEMAIS ATOS:
Dados para cumprimento:
AUTOR: EDILENE PECHIM DE OLIVEIRA ALVES, RUA TAPAJÓS 3123, CASA SETOR 02 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, RUA RICARDO CANTANHEDE 1119 SETOR 03 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0222 / E-mail:cacjaru@tjro.jus.br
Processo nº: 7001465-24.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Atraso de vôo, Cancelamento de vôo
Requerente/Exequente: VITOR BATISTA LAFUENTE
Advogado do requerente: KEILA FERNANDA BATISTA DA SILVA, OAB nº RO12699
Requerido/Executado: GOL LINHAS AÉREAS S.A
Advogado do requerido: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
SENTENÇA
Vistos, etc.
1.Relatório
Trata-se de ação indenizatória de danos morais proposta por VITOR BATISTA LAFUENTE, representado por LOIDE BATISTA LAFUENTE, em desfavor de GOL LINHAS AÉREAS, todos qualificados.
Sustenta a parte autora, em síntese, ter adquirido passagens aéreas junto à empresa ré, para o trecho de Porto Velho/RO a Campinas/SP, embarque previsto para o dia 10/11/2021, com embarque às 16h15min.
Aduz, no entanto, que houve alteração no horário, unilateralmente para 23h45min, com sete horas e trinta minutos de atrasos, sem prestação de assistência material.
Requer que a Requerida seja condenada ao pagamento de indenização a título de danos morais no importe de R$ 8.000,00.
A audiência de conciliação restou infrutífera, ID 91709266.
GOL LINHAS AÉREAS, devidamente citada, apresentou contestação ao ID 92568358. Arguiu preliminarmente conexão entre as ações 7005821-96.2022.8.22.0003 e 7005208-76.2022.8.22.0003. .No mais, argumentou que devido à pandemia do COVID-19, diversos voos sofreram alterações e as companhias aéreas foram obrigadas a reduzir a frota, de modo que o voo do Autor teve que ser modificado, exclusivamente devido à referida pandemia, atingindo drasticamente outros voos da companhia, sendo inevitável o adiamento dos voos do Requerente.
Destaca que não cabe a Ré indenizar eventuais danos sofridos pelo autor, posto que não decorreram de qualquer ato da companhia aérea.
Por fim, requer que seja julgada improcedente a presente demanda.
Vieram os autos conclusos.
É o necessário. DECIDO.
2. Fundamentação
De início, cumpre anotar que o processo comporta julgamento antecipado da lide, conforme artigo 355, I do Código de Processo Civil, valendo ressaltar, inclusive, que no bojo dos autos já reside documentação suficiente para análise do pleito exordial, contra o qual as partes já se manifestaram.
DA PRELIMINAR DA CONEXÃO DE AÇÕES IDÊNTICAS
Em relação a preliminar, alega a parte ré que há outras ações em decorrência da mesma viagem/localizador/voo com mesma causa de pedir e pedido propostas por companheiros e familiares do autor.
Contudo, em consulta ao PJE verifico que os processos já possuem sentença homologatória. Portanto, rejeito a preliminar, vez que impossível, nesse momento processual, a reunião dos processos pela conexão para seu julgamento conjunto.
DO MÉRITO
De início, cabe salientar a aplicação, ao presente caso, do Código de Defesa do Consumidor, visto tratar-se de típica relação de consumo. Assim, entre outros institutos jurídicos previstos naquele diploma, é aplicável ao caso a inversão do ônus da prova, restrita, entretanto, às questões fáticas, ligadas diretamente ao contrato firmado, em que o consumidor se mostre como parte hipossuficiente, ou seja, em que esteja inviabilizado de produzir prova do alegado.
Segundo consta, o voo contratado sofreu atraso considerável.

A ré argumenta que foi em razão da pandemia, COVID 19.
Pois bem.
Como já dito, aufere-se, em análise aos documentos juntados pela autora ao ID: 88505091, que o atraso do voo restou comprovado, o que, inclusive, não foi impugnado pela ré.
O estado da pandemia não deixa dúvidas de que suas consequências repercutirão por longo período, seja na seara da saúde, seja em outras áreas da sociedade (econômica e jurídica). É cediço que as companhias aéreas atravessam período de grande instabilidade, e muitas possivelmente não sobreviverão a ele. Em que pese essa situação, o Código de Defesa do Consumidor não pode ser simplesmente ignorado.
A parte requerida não se desincumbiu de seu ônus probatório, a teor do disposto no artigo 373, inciso II, do CPC.
Não há provas nos autos que o atraso ocorreu por culpa de terceiro, ou seja, da agência que vendeu a passagem.
O artigo 251-A, da Lei nº 14.034/2020, determina que deve haver demonstração de efetiva ocorrência do prejuízo e extensão do dano pelo passageiro a justificar indenização por danos extrapatrimoniais, conforme se lê:
"A indenização por dano extrapatrimonial em decorrência de falha na execução do contrato de transporte fica condicionada à demonstração da efetiva ocorrência do prejuízo e de sua extensão pelo passageiro ou pelo expedidor ou destinatário da carga."
O Código Civil, em seu artigo 186, estabelece que o ato ilícito a ensejar responsabilidade civil subjetiva deve ser composto por quatro requisitos: conduta (comissiva ou omissiva), dano, nexo causal e culpa lato sensu (dolo ou culpa).
Insta considerar, portanto, que para que haja a configuração de um dano indenizável, mister o preenchimento de quatro requisitos: a existência de uma ação ou omissão por parte do agente causador; um dano, ou seja, um prejuízo resultante da ação ou omissão; o nexo de causalidade entre a ação ou omissão e o dano sofrido; e a existência de culpa lato sensu, a depender de quem seja o agente causador.
Em sendo pessoa jurídica de direito privado, fornecedora de serviços, incidem as disposições do Código de Defesa do Consumidor, que preconiza, nos termos do artigo 14, a existência de responsabilidade objetiva, sendo prescindível a comprovação da culpa lato sensu do agente causador.
Estabelece o artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor que:
"O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos".
Ato contínuo,
"(...)§ 3° O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar: I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste; II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro".
Resta verificar se a empresa aérea prestou a assistência à passageira, conforme recomenda a legislação vigente, artigos 21 e 27 da Resolução nº 400/2016 da ANAC, versam que:
" Art. 21. O transportador deverá oferecer as alternativas de reacomodação, reembolso e execução do serviço por outra modalidade de transporte, devendo a escolha ser do passageiro, nos seguintes casos: I - atraso de voo por mais de quatro horas em relação ao horário originalmente contratado; II - cancelamento de voo ou interrupção do serviço; III - preterição de passageiro; e IV - perda de voo subsequente pelo passageiro, nos voos com conexão, inclusive nos casos de troca de aeroportos, quando a causa da perda for do transportador. Parágrafo único. As alternativas previstas no caput deste artigo deverão ser imediatamente oferecidas aos passageiros quando o transportador dispuser antecipadamente da informação de que o voo atrasará mais de 4 (quatro) horas em relação ao horário originalmente contratado.
Art. 27. A assistência material consiste em satisfazer as necessidades do passageiro e deverá ser oferecida gratuitamente pelo transportador, conforme o tempo de espera, ainda que os passageiros estejam a bordo da aeronave com portas abertas, nos seguintes termos: I - superior a 1 (uma) hora: facilidades de comunicação; II - superior a 2 (duas) horas: alimentação, de acordo com o horário, por meio do fornecimento de refeição ou de voucher individual; e III - superior a 4 (quatro) horas: serviço de hospedagem, em caso de pernoite, e traslado de ida e volta. § 1º O transportador poderá deixar de oferecer serviço de hospedagem para o passageiro que residir na localidade do aeroporto de origem, garantido o traslado de ida e volta. ...
No caso em lume, é certo que a parte autora foi realocada para voo, todavia, não foi prestada assistência material, conforme predizem as disposições da Resolução nº 400/16 editada pela ANAC.
O atraso do voo fez com que o autor saísse do seu destino por volta de 7h30min depois do programado quando da compra dos bilhetes aéreos. Tal lapso temporal é manifestamente desproporcional, o que torna patente, portanto, a grave falha na prestação de serviço e o dever de indenizar.
Caberia à ré oferecer voo mais próximo ao horário original, ainda que operado por outra companhia, ou demonstrar que não havia esta possibilidade ante a ausência de voos operados por outras companhias aéreas no mesmo trecho naquela data.
Tal situação, portanto, não pode ser equiparada a um mero aborrecimento da vida cotidiana, como alegado pela ré. A diferença de mais de 7 horas, tempo longe de ser razoável, evidencia a desorganização e descaso por parte da ré, e extrapolam o mero dissabor, caracterizando o dano moral indenizável.
Nesse sentido, cito o seguinte entendimento jurisprudencial:
Ação indenizatória por danos morais – Transporte aéreo nacional – Voo de Brasília/DF com destino a Campo Grande/MS, com conexão em São Paulo/SP – Cancelamento de voo, para manutenção não programada da aeronave com perda da conexão – Atraso de quase 6 (seis) horas com relação ao itinerário inicial – Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor – Responsabilidade objetiva da companhia aérea por danos causados ao passageiro (art. 14 do CDC) – Falha na prestação de serviços evidenciada – Problemas técnicos na aeronave não comprovados - Problemas técnicos constitui fortuito interno, integrando o risco da atividade empresarial da ré – Inocorrência de caso fortuito ou força maior a excluir a responsabilidade civil da transportadora – Danos morais evidenciados na hipótese – Atraso injustificado de quase 6 (seis) horas na chegada ao destino do autor, sem comprovação de prestação de assistência material – Danos morais caracterizados – Indenização arbitra de acordo com os critérios da razoabilidade e ponderação– Sentença reformada– Recurso provido." (TJSP; Apelação Cível1003043-21.2020.8.26.0003; Relator (a): Francisco Giaquinto; Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional III - Jabaquara - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 15/12/2020;Data de Registro: 15/12/2020). Grifei.
RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO/ATRASO DE VOO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. PROPORCIONALIDADE. 1. O cancelamento/atraso de voo previamente contratado pelo consumidor gera dano moral presumido; 2. O quantum indenizatório deve ser fixado em valor justo e proporcional ao abalo suportado pelo ofendido. (TJ-RO - RI: 70489096420208220001 RO 7048909-64.2020.822.0001, Data de Julgamento: 02/12/2021).

Apelação cível. Ação de indenização por danos morais. Cancelamento de voo. Falha na prestação de serviço. Passageiro menor de idade. Indenização por danos morais. Cabimento. Recurso provido.É devida a indenização por dano moral decorrente dos transtornos suportados pelo passageiro com o cancelamento de voo, independentemente de sua idade.As crianças, mesmo da mais tenra idade, ou o adolescente, fazem jus à proteção irrestrita dos direitos da personalidade, entre os quais, se inclui o direito à integridade mental, assegurada a indenização pelo dano moral decorrente de sua violação. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7007268-28.2022.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator (a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 18/10/2022 (TJ-RO - AC: 70072682820228220001, Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de Julgamento: 18/10/2022). Grifei.

Destarte, o dano moral, nesse caso, também desestimula a reincidência da ré na falha, uma vez que em se tratando de atividade econômica organizada e marcada por certo requinte, cria-se a expectativa de que tal será fornecida com boa qualidade.

Quanto ao valor da indenização pelo dano moral, observa-se que não deve ser tal que leve o ofensor à ruína e nem tanto que leve o ofendido ao enriquecimento ilícito. A indenização por dano moral revela um aspecto punitivo/pedagógico e outro compensatório. No caso, o compensatório deve servir para mitigar os transtornos enfrentados pelo autor, proporcionando-lhe uma recompensa.

Com relação ao aspecto punitivo/pedagógico, deve servir para desestimular determinado comportamento, forte o suficiente para evitar a reiteração do ato.

Por essa razão, fixo a indenização por dano moral no valor de R$ 5.000,00, em face das circunstâncias do caso concreto, levando-se em consideração, notadamente, ao período de atraso, a ausência de prova da perda dos compromissos pessoais e/ou profissionais, também os princípios do incentivo ao autocontrole e conscientização do fornecedor.

Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.

No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).

O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.

Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos.

3. Dispositivo

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial, para o fim de CONDENAR a parte requerida:

I) ao pagamento da quantia equivalente a R$ 5.000,00, ao autor, a título de danos morais, corrigidos monetariamente, a partir desta data (Súmula 362, STJ) atualizada segundo a Tabela Prática do TJ/RO, e com juros de 1% ao mês, a partir do evento danoso (Súmula 54, STJ).

II) ao pagamento INTEGRAL das custas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, § 2º, do CPC.

Na ocasião, imperioso ressaltar que o julgamento parcial dos pedidos da autora, já que concedido os danos morais em valor inferior ao pleiteado, não enseja a aplicação do instituto da sucumbência recíproca, conforme entendimento sumulado do STJ (SÚMULA N. 326 - "Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca").

Por consequência, declaro EXTINTO o feito COM resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I do CPC.

Havendo apelação antes do trânsito em julgado e antes de iniciado eventual pedido de cumprimento da sentença, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias (CPC, artigo 1.010, § 1º).

Com as contrarrazões ou certificado do decurso do prazo sem a respectiva apresentação, remetam-se os autos à instância superior para julgamento do recurso (CPC, artigo 1.010, § 3º).

Com o trânsito em julgado desta sentença ou do eventual acórdão que a confirme e após intimadas as partes, arquive-se.

Decisão encaminhada automaticamente pelo sistema de informática para publicação no Diário da Justiça.

SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, CARTA PRECATÓRIA e demais atos, devendo ser instruída com as cópias necessárias.

Cumpra-se.

Jaru - RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023.

Maxulene de Sousa Freitas

Juiz(a) de Direito

Assinado Digitalmente

DADOS PARA CUMPRIMENTO:

AUTOR: VITOR BATISTA LAFUENTE, LINHA 608 KM 7,5 ZONA RURAL - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA

REU: GOL LINHAS AÉREAS S.A, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Jaru - 2ª Vara Cível

Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru

Telefone: (69) 3521-0213 / E-mail: cacjaru@tjro.jus.br

Processo: 7000335-33.2022.8.22.0003

Classe: Cumprimento de sentença

Assunto: Indenização por Dano Moral, Liminar

AUTOR: RODRIGO FIGUEIREDO SAMPAIO

ADVOGADOS DO AUTOR: RAFAEL SILVA BATISTA, OAB nº RO8472, HENRIK FRANCA LOPES, OAB nº RO7795

REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos,
Providencie a Escrivania a modificação da classe processual, passando a constar: como “cumprimento de sentença”.
INTIME-SE a parte executada, na pessoa do seu advogado constituído nos autos ou pessoalmente, para efetuar o pagamento da condenação, no prazo de 15, sob pena de incidência a multa de 10% (dez por cento), além de custas, se houver, nos termos do art. 523 e parágrafos do Código de Processo Civil e enunciado 97 do FONAJE.
Caso efetue o pagamento através de depósito judicial, desde já autorizo a expedição de alvará em favor da exequente. Em seguida, venham os autos conclusos para extinção.
Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
Apresentados embargos, intime-se o exequente para, querendo, manifestar-se.
Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, instruído com o cálculo já atualizado.
Em caso de inércia, manifeste-se o(a) exequente no prazo de 05 dias requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção/arquivamento.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Jaru/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito
Assinado Digitalmente
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDA, COMO CARTA AR/MANDADO e DEMAIS ATOS:
Dados para cumprimento:
AUTOR: RODRIGO FIGUEIREDO SAMPAIO, RUA VILLA LOBOS 3510 JARDIM ELDORADO - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0213/ E-mail: cacjaru@tjro.jus.br
Processo: 7002592-31.2022.8.22.0003
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Cláusulas Abusivas
AUTOR: ROSEMERI CAPIARA DA SILVA ALVES
ADVOGADO DO AUTOR: WUDSON SIQUEIRA DE ANDRADE, OAB nº RO1658A
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença, no qual a parte executada apresentou impugnação, apontando excesso de execução.
A parte impugnada se manifestou, aduzindo má-fé da impugnante. Por fim, afirmou serem devidos os valores executados, requereu o pagamento.
É o relatório.
A impugnação constitui um incidente processual, a qual o executado se vale para proceder a sua defesa no bojo de um cumprimento de sentença.
As matérias que poderão ser alegadas nessa peça processual são restritas, como se observa do §1º do art. 525 do CPC, dentre as quais se enquadra o excesso de execução (inc. V).
Sobre a impugnação dos valores executados, verifico que não assiste razão a parte executada, conforme consta na decisão proferida (ID 81249055 - Pág. 5)
CONDENO o requerido a pagar em favor do autor indenização por danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) quantia à qual devem ser acrescidos juros legais a partir do evento danoso, conforme Súmula 54 do STJ, bem como correção monetária de acordo com os índices divulgados pela Corregedoria do TJRO a partir da data de publicação desta sentença, conforme Súmula 362 do STJ. CONDENO o requerido a pagar em favor do autor indenização por danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) quantia à qual devem ser acrescidos juros legais a partir do evento danoso, conforme Súmula 54 do STJ, bem como correção monetária de acordo com os índices divulgados pela Corregedoria do TJRO a partir da data de publicação desta sentença, conforme Súmula 362 do STJ.
Em sede de recurso o Tribunal de Justiça de Rondônia, NEGO PROVIMENTO ao recurso inominado interposto pela parte recorrente, mantendo-se incólume a sentença de primeiro grau ao recurso inominado interposto pela parte recorrente (ID 86914034 - Pág. 4).
Os cálculos do autor seguiram o disposto na sentença, aplicando a data do evento danoso, qual seja, a data da inscrição da dívida no SERASA 28/10/2021 (ID 77392663 - Pág. 1).
Diante disso, não cabe a este juízo rever matéria já confirmada por superior instância.
Assim, não ACOLHO a impugnação ao cumprimento de sentença e, via de consequência HOMOLOGO os cálculos apresentados pela parte autora.
Decorrido o prazo para eventual recurso, retornem os autos conclusos para expedir alvará e levantamento dos valores.
Expeça-se o necessário.
Jaru/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito
Assinado Digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0222 / E-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7003809-75.2023.8.22.0003
Classe: Monitória
Assunto: Cheque
Requerente/Exequente: SINVAL MATURANA DA SILVA
Advogado do requerente: WERNOMAGNO GLEIK DE PAULA, OAB nº RO3999
Requerido/Executado: LEONARDO MATURANA DA SILVA
Advogado do requerido: SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos, etc.
1- Recebo a petição inicial e difiro o pagamento das custas ao final da demanda.
2- CITE-SE a parte requerida, expedindo mandado para que o requerido pague o débito assinalado na inicial, bem como o valor dos honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa (CPC, art. 701), no prazo de 15 dias.
2.1- Advirta-se o requerido de que, se efetuar o pagamento do débito e dos honorários no prazo de 15 dias, ficará automaticamente isento do pagamento das custas processuais (CPC, artigo 701, § 1º). Do contrário, poderá ser condenado ao pagamento da referida despesa também e o título de crédito que instrui a inicial poderá se constituir em título executivo judicial.
2.2- Na oportunidade, intime-se o requerido de que poderá opor embargos nos próprios autos no prazo acima indicado, independentemente de segurança do juízo (CPC, artigo 702), hipótese em que, caso alegue que o valor pleiteado pelo autor seja superior à dívida, cumprir-lhe-á informar imediatamente o valor que entende ser o correto e apresentar a planilha/demonstrativo discriminando o valor atualizado da dívida (CPC, artigo 702, § 2º), sob pena de rejeição liminar dos embargos se for esse o único fundamento dos embargos ou de não conhecimento da alegação de excesso (CPC, artigo 702, § 3º).
3- Sendo opostos embargos, fica desde já suspensa a eficácia do mandado de pagamento até o julgamento em primeiro grau (CPC, artigo 702, § 4º).
4- Na hipótese de serem opostos embargos, intime-se a parte autora para responder em 15 (quinze) dias (CPC, artigo 702, § 5º).
5- Não sendo oferecidos embargos e não havendo o pagamento no prazo assinalado, certifique-se e retorne o processo concluso para julgamento quanto à constituição do título executivo judicial.
As disposições do artigo 212 § 2º deverão ser atendidas no cumprimento da citação e das intimações, se requerido pela parte autora e se o Oficial de Justiça assim necessitar.
Observe-se a escrivania que, em se tratando também de processos que tramitam por meio do sistema do Processo Judicial Eletrônico (Pje), as intimações dos advogados devem ser praticadas em conformidade com o Provimento n. 26/2017-CG, isto é, por meio de publicação no Diário da Justiça, exceto para os casos em que o defensor, procurador ou terceiro interessado deva ser intimado pessoalmente, isto é, diretamente pelo sistema do Pje e não por meio de publicação, como, por exemplo, das Procuradorias, Defensoria Pública e Ministério Público, devendo ser observado, por ocasião do envio da intimação para publicação no Diário da Justiça, os requisitos do §1º do art. 1º do Provimento 26/2017-CG, além da preservação de determinados dados processuais ou pessoais dos processos sujeitos a sigilo ou a segredo de justiça (§2º do art. 1º do Provimento 26/2017-CG).
Decisão encaminhada automaticamente pelo sistema de informática para publicação no Diário da Justiça.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, CARTA PRECATÓRIA e demais atos, devendo ser instruída com as cópias necessárias.
Cumpra-se.
Jaru - RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Maxulene de Sousa Freitas
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente
DADOS PARA CUMPRIMENTO:
AUTOR: SINVAL MATURANA DA SILVA, RUA RIO BRANCO 2017, 2 ANDAR SETOR 01 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
REU: LEONARDO MATURANA DA SILVA, LINHA C-58 km 13, LINHA 605, SN, LOTE 58, GLEBA 19 ZONA RURAL - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0213 / E-mail: cacjaru@tjro.jus.br
Processo:7002340-28.2022.8.22.0003
Classe:Cumprimento de sentença
Assunto:Direito de Imagem, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material
REQUERENTES: EMANUEL ALMEIDA GARCIA, TATIANE DE FATIMA GARCIA ALMEIDA, WALASSE ALMEIDA DE OLIVEIRA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: KEVILLYN ENDLICH SIMAO, OAB nº RO10593, ADLA ALMEIDA WENSING NAZARKO COIMBRA, OAB nº RO10326
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: IGOR NATHAN DOS SANTOS TEIXEIRA, OAB nº SP426363, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
SENTENÇA
Vistos,
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.
Considerando a satisfação da obrigação, julgo extinto o feito, nos termos do artigo 924, II, do Código de Processo Civil.
Outrossim, nada pendente, transitado em julgada, arquive-se.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Providencie-se o necessário. Cumpra-se.
Jaru/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito
Assinado Digitalmente
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDA, DE MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO E DEMAIS ATOS QUE ESCRIVANIA ENTENDER PERTINENTE.
Dados para cumprimento:
REQUERENTES: EMANUEL ALMEIDA GARCIA, AVENIDA ANTEMO COSTA FRAGA 3120 JARDIM DOS ESTADOS - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA, TATIANE DE FATIMA GARCIA ALMEIDA, AVENIDA ANTEMO COSTA FRAGA 3120 JARDIM DOS ESTADOS - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA, WALASSE ALMEIDA DE OLIVEIRA, AVENIDA ANTEMO COSTA FRAGA 3120 JARDIM DOS ESTADOS - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, 9 ANDAR TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0222
Processo nº: 7001152-63.2023.8.22.0003
Classe: Consignação em Pagamento
Assunto: Pagamento em Consignação
Requerente/Exequente: MUNICÍPIO DE JARU - RO
Advogado do requerente: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JARU
Requerido/Executado: ALAN SERGIO NICOLETTI, IRIS APARECIDA BASILIO NICOLETTI, ALEXSANDRO NICOLETTI, ESPÓLIO DE SÉRGIO NICOLETTI
Advogado do requerido: LUIZ FERNANDO TORREJAES ROMERO, OAB nº RO10471, NILTON LEITE JUNIOR, OAB nº RO8651
DECISÃO
Vistos, etc.
1- Considerando que o autor informou que houve equívoco no número da conta informado anteriormente,torno SEM EFEITO a transferência de ID 92327238.
2- Nesta data expedi Alvará Eletrônico na modalidade de transferência, pela qual o Juízo envia os dados da ordem bancária diretamente ao banco, o valor deverá ser levantado, com as devidas correções/rendimentos/atualizações até a data do saque efetivo.
2.1- Dados bancários apresentados pelo(a) exequente no ID 92915755.
3- O(A) beneficiário(a) deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação, conforme síntese supracitada.
4- Aguarde-se por cinco 05 dias o cumprimento da ordem.
5- Se sobrevier informação de erro no cumprimento da ordem eletrônica, fica a CPE autorizada a expedir alvará/ofício de transferência em favor do(a) beneficiário(a) qualificado(a) acima sem a necessidade de nova conclusão do processo.
6- Outrossim, nada pendente, transitado em julgada, arquive-se.
Decisão encaminhada automaticamente pelo sistema de informática para publicação no Diário da Justiça.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA, MANDADO, CARTA PRECATÓRIA e demais atos, devendo ser instruída com as cópias necessárias.
Cumpra-se.
Jaru - RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Maxulene de Sousa Freitas
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente
Dados para o cumprimento:
AUTOR: MUNICÍPIO DE JARU - RO, 945 - 76812-100 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0213 / E-mail: cacjaru@tjro.jus.br
Processo nº: 7000124-65.2020.8.22.0003
Classe: Inventário
Assunto: Inventário e Partilha
Requerente/Exequente: JOAO PEDRO LOPES DO NASCIMENTO, MARCIA LOPES DA CRUZ
Advogado do requerente: ILIZANDRA SUMECK CARMINATTI, OAB nº RO3977
Requerido/Executado: ARNALDO JOSE DO NASCIMENTO
Advogado do requerido: FRANCISCO CESAR TRINDADE REGO, OAB nº RO75A
DECISÃO
Vistos, etc.
1- Acolho o pedido da parte inventariante e autorizo a expedição de alvará para transferência dos semoventes.
2- Expeça-se o alvará autorizando a emissão de GTA perante o IDARON, a fim de que sejam transferidos os semoventes nos termos requeridos pela parte inventariante.
3- Lavrado o expediente, intime-se a parte inventariante para, prazo de 20 dias:

a) proceder com a retirada do alvará autorizativo para transferência dos semoventes;
b) prestar contas referente aos tramites finais da venda dos semoventes (transferência do gado) e pagamento das despesas do espólio;
c) comprovar o pagamento das custas e do ITCMD; e
d) apresentar o plano de partilha atualizado.
4- Com a prestação de contas, vistas ao Ministério Público.
5- Após, retornem os autos conclusos para sentença.
Cumpra-se.
Jaru - RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Maxulene de Sousa Freitas
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0222 / E-mail:cacjaru@tjro.jus.br
Processo nº: 7001161-25.2023.8.22.0003
Classe: Monitória
Assunto: Compra e Venda
Requerente/Exequente: MOISES HENRIQUE LOPES DA SILVA
Advogado do requerente: JOAO PEDRO DE SOUZA GOMES, OAB nº RO12012
Requerido/Executado: ELENILDO DE MELO PORCINO
Advogado do requerido: SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos, etc.
1 - Relatório
Trata-se de ação monitória ajuizada por MOISÉS HENRIQUE LOPES DA SILVA em desfavor de ELENILDO DE MELO PORCINO, ambos qualificados na inicial.
A parte requerente alega ser credora da parte requerida da importância de R$ 5.589,52 representados por boleto vencido.
Petição inicial instruída com os documentos necessários.
Devidamente citada (ID 92371604), a parte requerida não pagou o valor do débito e não embargou, quedando-se inerte.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório.
2. Fundamentação
Cabível o julgamento antecipado da lide no estado em que se encontra, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, porquanto o arcabouço probatório carreado aos autos é suficiente ao pronto deslinde da causa, e despicienda qualquer produção de prova oral ou pericial. Sobreleva destacar que o Juiz é o destinatário das provas. E, dos elementos amealhados até este momento, reputo que a causa está suficientemente madura à prolação de sentença, sem que isso represente afronta ao direito das partes, de tal sorte que é um poder-dever do Magistrado proceder ao julgamento quando assim entender, e não uma faculdade (EDcl no AgRg no AREsp 431.164/RJ, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, j. 08/05/2014).
De proêmio, declaro que deixou a parte requerida de contestar o pedido, não havendo incidência de qualquer das causas de elisão dos efeitos da revelia previstas no artigo 345, do Código de Processo Civil. Portanto, recai sobre os fatos articulados na inicial a presunção de veracidade do artigo 344, do Código de Processo Civil.
Trata-se de ação monitória fundada no art. 700 do Código de Processo Civil em que a parte autora, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, alega ter direito de exigir da parte ré o pagamento de quantia em dinheiro.
As partes são legítimas e estão bem representadas, presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, necessárias ao desenvolvimento válido e regular do processo, sem preliminares ou prejudiciais de mérito pendentes de análise, bem como, desnecessária maior produção de provas, visto que as constantes nos autos são suficientes para convencimento do Juízo, passo ao exame da questão posta.
A parte autora pleiteia a condenação da requerida no pagamento da importância atualizada de R$ 5.589,52, referente ao inadimplemento do contrato de compra e venda realizado entre as partes.
É cediço que para a propositura da ação monitória, a lei exige prova escrita da obrigação que se pretende ver cumprida, compreendendo-se como tal o documento demonstrativo de crédito, em princípio, líquido e exigível, mas desprovido de executividade.
Exige-se, portanto, a presença de elementos que demonstrem indícios da materialização de um débito decorrente de uma obrigação de pagar ou de entregar coisa fungível ou bem móvel.
A presente ação é fundada no boleto vencido colacionado ao ID 91193230, sem eficácia de título executivo.
Desta forma, nos termos do artigo 701, § 2º, do Código de Processo Civil, o não pagamento e o não oferecimento de embargos implica na constituição do título executivo judicial.
Como consequência, cabe o julgamento imediato do processo, na forma preestabelecida no art. 701, § 2º, do Código de Processo Civil.
Dessa forma, considerando a alteração da legislação processual civil, constituo de pleno direito, por sentença, o título executivo judicial.
Esclareço, por fim, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.
No mesmo sentido: “O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos” (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).
O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.

Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos.
3- Dispositivo
Ante o exposto e, conforme determina o § 2º do art. 701 do Código de Processo Civil JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, para constituir de pleno direito o título executivo judicial, condenando o requerido ELENILDO DE MELO PORCINO ao pagamento de R$ 5.589,52 em favor de MOISÉS HENRIQUE LOPES DA SILVA, atualizado monetariamente a partir da última atualização e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação.
Condeno, ainda, o requerido ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Havendo apelação, certifique-se a tempestividade e intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias (CPC, artigo 1.010, § 1º).
Na hipótese de o apelado interpor apelação adesiva, intime-se a apelante para apresentar contrarrazões à apelação adesiva, também em 15 (quinze) dias (CPC, artigo 1.010, § 2º).
Após, remetam-se os autos ao Tribunal para julgamento do recurso (CPC, artigo 1.010, § 3º).
Com o trânsito em julgado desta sentença ou do acórdão que eventualmente a confirme, certifique-se. Oportunamente, arquivem-se os autos.
Decisão encaminhada automaticamente pelo sistema de informática para publicação no Diário da Justiça.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, CARTA PRECATÓRIA e demais atos, devendo ser instruída com as cópias necessárias.
Cumpra-se.
Jaru - RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Maxulene de Sousa Freitas
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente
DADOS PARA CUMPRIMENTO:
AUTOR: MOISES HENRIQUE LOPES DA SILVA, RUA JOÃO MIGUEL GOMES 568 SAVANA PARK - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
REU: ELENILDO DE MELO PORCINO, AV. JK 3712, ELTEC AUTOMAÇÃO SETOR 05 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0222 / E-mail:cacjaru@tjro.jus.br
Processo nº: 7004878-79.2022.8.22.0003
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Requerente/Exequente: FRANCISCA LUCINEIDE CAVALCANTE COSTA
Advogado do requerente: VINICIU NOVAIS DE AGUIAR, OAB nº RO12089, FABRICIO DE PAULA CAVALCANTE, OAB nº RO10233, GUSTAVO HENRIQUE COIMBRA DO NASCIMENTO, OAB nº RO11800
Requerido/Executado: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do requerido: HUGO CAVALCANTE GUIMARAES, OAB nº PB31561, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos, etc.
1- RETIFIQUE-SE a classe processual para cumprimento de sentença.
2- INTIME-SE a parte executada para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver, com fulcro no art. 523 do CPC.
2.1- Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo supracitado, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento (§ 1º do art. 523 do mesmo Diploma Legal).
2.2- Caso seja efetuado o pagamento parcial dentro do prazo de quinze dias, a multa e os honorários decorrentes do inadimplemento incidirão sobre o restante (art. 523, § 2º do CPC).
3- Findo o prazo do pagamento voluntário, fica o Cartório autorizado, desde já, a proceder a expedição de mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, conforme § 3º do art. 523 do mesmo Códice.
3.1- Deverá constar no mandado, além dos atos inerentes ao mandado acima descritos, os seguintes comandos:
- Após o decurso do intervalo de pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o(a) executado(a), independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, sendo que tal ato dever observar os incisos I a VII do art. 525 do CPC.
- A apresentação de impugnação não impede a prática dos atos executivos, inclusive os de expropriação, podendo o juiz, a requerimento do executado e desde que garantido o juízo com penhora, caução ou depósito suficientes, atribuir-lhe efeito suspensivo, se seus fundamentos forem relevantes e se o prosseguimento da execução for manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação (art. 525, § 6º do mesmo Diploma Legal).
- Eventual concessão de efeito suspensivo não impedirá a efetivação dos atos de substituição, de reforço ou de redução da penhora e de avaliação dos bens (§ 7º do art. 525 do CPC).
4- Na hipótese do mandado restar negativo, diante da não localização da parte requerida, fica o Cartório autorizado a repetir este comando, após apresentação de novo endereço pelo demandante.
5- Eventuais CUSTAS PENDENTES, deverá o cartório promover sua cobrança em conjunto com este cumprimento de sentença, SOB PENA DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA.
CONSIGNO A CPE QUE DEVEM SER OBSERVADAS AS HIPÓTESES DO ART. 513, § 2º DO CPC.
Decisão encaminhada automaticamente pelo sistema de informática para publicação no Diário da Justiça.

SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, CARTA PRECATÓRIA e demais atos, devendo ser instruída com as cópias necessárias.
Cumpra-se.
Jaru - RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Maxulene de Sousa Freitas
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente
DADOS PARA CUMPRIMENTO:
AUTOR: FRANCISCA LUCINEIDE CAVALCANTE COSTA, RUA JEAN CARLOS MUNIZ 4125 JARDIM DOS ESTADOS - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0213 / E-mail: cacjaru@tjro.jus.br
Processo nº: 7001626-34.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Alienação Fiduciária
Requerente/Exequente: DAIANE PORTO VAZ
Advogado do requerente: DEBORA GUERRA DE ALMEIDA BELCHIOR, OAB nº RO9425
Requerido/Executado: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado do requerido: AILTON ALVES FERNANDES, OAB nº GO16854A, PROCURADORIA DA ADMINSTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
SENTENÇA
Vistos, etc.
Relatório dispensado por força do art. 38 da Lei 9.099/95.
Fundamento e decido.
A presente demanda se encontra apta ao julgamento, tendo em vista que as provas colacionadas no feito são suficientes para formar o convencimento desta magistrada, o que autoriza a antecipação do julgamento, nos termos do art. 355, inciso I do CPC.
Passa a análise das preliminares.
PRELIMINARES
INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Afasto a tese de incompetência do Juizado Especial Cível, por não vislumbrar a necessidade de perícia judicial na causa. O áudio apontado não é preponderante para a tomada de decisão a seguir, conforme se verificará no mérito. De modo que, a mera conclusão da requerida a respeito da necessidade de perícia sobre a prova que sequer será utilizada, significa em retardar a resolução da demanda, o que não pode ser aceito por esta magistrada.
ILEGITIMIDADE PASSIVA
Rejeito a tese de ilegitimidade passiva, pois, se a sentença da ação de busca e apreensão repassou a propriedade do veículo para a requerida, cabe a ela responder a demanda que discorre sobre eventual obrigação de transferência, recaindo também sobre a parte a legitimidade para responder sobre eventual indenização. A existência de contrato de seguro não modifica a legitimidade da parte, mas apenas abre oportunidade para, no mesmo processo, a depender do rito, discutir o dever de honrar o contrato de seguro. No entanto, é inadmissível a intervenção de terceiros no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis (art. 10 da Lei 9.099/95). Isto, contudo, não afasta o direito de ação de regresso em face da seguradora em momento posterior.
MÉRITO
No mérito, a presente ação é procedente.
A parte autora relata que adquiriu um veículo, arrolando a própria motocicleta em garantia na modalidade alienação fiduciária. Posteriormente, em virtude do inadimplemento, a requerida ajuizou ação de busca e apreensão, obtendo êxito em sua pretensão. Contudo, mesmo após a consolidação da propriedade do veículo, a ré não procedeu com a transferência perante o DETRAN, mesmo passados anos da sentença de mérito. A demora da requerida, somada a ausência de pagamento dos débitos da motocicleta, gerou um apontamento no protesto em desfavor da parte requerente. Assim, pede que a requerida seja compelida a pagar os débitos lançados sob a motocicleta e a transferir o veículo para o seu nome, bem como indenização por danos morais, em virtude do protesto feito.
A parte requerida, por sua vez, atribui a responsabilidade a seguradora que estaria na posse do veículo e, por este motivo, não teria efetivado a transferência do bem para a sua propriedade.
Pois bem.
Analisando os termos dos autos, vejo que a parte autora se desincumbiu de comprovar o fato constitutivo de seu direito.
O art. 123, § 1º do CTB dispõe que é incumbência do proprietário efetivar a transferência do veículo para o seu nome.
Na espécie, a parte requerida, com a consolidação da propriedade mediante o trânsito em julgado da ação de busca e apreensão (Processo n. 7001002-87.2020.8.22.0003), passou a ser a proprietária do bem, o que transfere a ela o dever de atender o disposto na legislação de trânsito brasileira.
A Turma Recursal do TJ-RO possui entendimento pacífico neste sentido:
RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA DO VEÍCULO JUNTO AO DETRAN. OBRIGAÇÃO DE FAZER. RESPONSABILIDADE DO BANCO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. MINORAÇÃO INDEVIDA. QUANTUM RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. Após a consolidação da posse e da propriedade sobre o veículo, compete ao credor providenciar a transferência do bem junto ao Órgão de Trânsito. As consequências negativas acarretadas ao antigo proprietário em razão da desídia do credor em transferir o bem no órgão de trânsito tem o condão de gerar o dever de indenizar. A indenização a título de dano moral deve obedecer a proporcionalidade e a razoabilidade ao caso concreto apresentado. (RECURSO INOMINADO CÍVEL 7023843-82.2020.822.0001, Rel. Juiz José Augusto Alves Martins, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: Turma Recursal, julgado em 28/06/2022.)

O argumento de que o bem permanece na posse da seguradora não afasta o dever e a responsabilidade da proprietária do veículo, pois, se caso o fosse, a parte requerente ficaria a mercê do juízo de valor a respeito do momento adequado para a transferência do veículo, o que poderia gerar prejuízos a parte requerente.
Aliás, no caso dos autos, ficaram comprovados os prejuízos a parte requerente, diante dos diversos débitos em atraso e protesto realizado em razão destes débitos em face da motocicleta que continua em nome da parte autora.
A respeito dos débitos, vejo que a sentença de mérito da ação de busca e apreensão transitou em julgado em 05/06/2020 e que os débitos lançados sobre a motocicleta têm como data de vencimento a partir de 31/12/2020 (ID Num. 88822483 - Pág. 1 e ID Num. 88822482 - Pág. 1).
Com efeito, a responsabilidade de arcar com estes débitos é da parte requerida.
Diante disto, reconheço o direito a pretensão de obrigação de fazer, pelo que condeno a parte requerida a efetivar a transferência do veículo e efetuar o pagamento dos débitos lançados no registro da motocicleta a partir do trânsito em julgado da ação de busca e apreensão - 05/06/2020, momento em que se consolidou a propriedade do veículo.
DANO MORAL
O dano moral também é procedente.
A omissão da requerida culminou no protesto realizado em face da parte autora, configurando assim ato ilício.
O art. 186 e 927 do CC dispõem sobre a responsabilidade civil em caso de ato ilícito. Vejamos o que consta na redação dos referidos dispositivos legais:
Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.
Percebe-se da norma civil que aquele que pratica ato ilícito, causando danos a outrem, tem a obrigação de reparar.
Assim, ficam caracterizados como elementos da responsabilidade civil: ação ou omissão (voluntários), dano (prejuízo), culpa (negligência ou imprudência) e nexo causal (vínculo entre a conduta do agente e o prejuízo experimentado pela vítima).
A Constituição Federal garante como invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. Essa proteção pode ser exercida de maneira preventiva pelo titular do direito para evitar sua violação. Todavia, caso este se consume assiste direito à vítima do pleito à indenização por danos morais.
O ato ilícito fica configurado pela omissão da requerida em efetivar a transferência e pagar os débitos lançados sobre a motocicleta, o que ocasionou o protesto em face da parte autora. O dano ficou demonstrado diante da restrição no nome da parte autora. A culpa esta demonstrada diante da omissão da ré. O nexo de causalidade é claro, visto que as condutas ilícitas praticadas pela requerida causaram danos a parte autora.
Presentes os requisitos, é imperioso reconhecer o direito a indenização.
Neste sentido, trago o entendimento da Turma Recursal do TJ-RO:
Após a consolidação da posse e da propriedade sobre o veículo, compete ao credor/comprador providenciar a transferência do bem junto ao Órgão de Trânsito. As consequências negativas acarretadas ao antigo proprietário em razão da desídia do credor em transferir o bem no órgão de trânsito tem o condão de gerar o dever de indenizar. A indenização a título de dano moral deve obedecer a proporcionalidade e a razoabilidade ao caso concreto apresentado. (RECURSO INOMINADO CÍVEL 7030639-89.2020.822.0001, Rel. Juiz Dalmo Antônio de Castro Bezerra, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: Turma Recursal, julgado em 20/01/2023.)
Após a consolidação da posse e da propriedade sobre o veículo, compete ao novo proprietário providenciar a transferência do bem junto ao Órgão de Trânsito. As consequências negativas acarretadas ao antigo proprietário em razão da desídia do credor em transferir o bem no órgão de trânsito tem o condão de gerar o dever de indenizar. A indenização a título de dano moral deve obedecer a proporcionalidade e a razoabilidade ao caso concreto apresentado. (RECURSO INOMINADO CÍVEL 7039822-50.2021.822.0001, Rel. Juiz José Augusto Alves Martins, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: Turma Recursal, julgado em 24/11/2022.)
Portanto, reconheço o direito da parte autora a indenização.
Ao final, deve-se analisar o quanto devido.
Assim, considerando a situação enfrentada pela autora e o caráter pedagógico da indenização por ofensa à esfera extrapatrimonial, bem como a capacidade econômica da empresa requeria, entendo por fixar a indenização no importe de R$ 5.000,00.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais, com resolução de mérito e fundamento no art. 487, inciso I do CPC, a fim de:
a) RECONHECER a obrigação de fazer da requerida consistente em, no prazo de 30 dias:
a1) EFETIVAR a transferência do veículo denominado “motocicleta marca HONDA, modelo Biz 110I, chassi no. 9C2JC7000JR021754, ano de fabricação 2018, modelo 2018, cor Branca, placa NEH 3254, Renavam 01151124602”, para a sua propriedade perante o DETRAN – RO, assumindo todos os encargos inerentes a transferência;
a2) EFETUAR o pagamento dos débitos lançados sob o registro da motocicleta com vencimento a partir de 05/06/2020 (data do trânsito em julgado da ação de busca e apreensão – Processo n. 7001002-87.2020.8.22.0003);
b) CONDENAR a parte requerida ao pagamento de R$ 5.000,00, a título de danos morais, acrescidos de juros de mora a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ) e correção monetária a partir desta sentença (Súmula 362 do STJ).
Sem custas e honorários, inaplicáveis ao rito (art. 55 da Lei 9.099/95).
P.R.I.
Oportunamente, se nada pendente, arquivem-se os autos.
Cumpra-se.
Jaru - RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Maxulene de Sousa Freitas
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0213 / E-mail: cacjaru@tjro.jus.br

Processo:7001921-08.2022.8.22.0003
Classe:Cumprimento de sentença
Assunto:Indenização por Dano Moral
REQUERENTE: VALMIR FRANCA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, JULIANA QUEIROZ DOS SANTOS, OAB nº RO9170
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos,
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.
Considerando a satisfação da obrigação, julgo extinto o feito, nos termos do artigo 924, II, do Código de Processo Civil.
1) Havendo valores pendentes de levantamento, expeça-se alvará e/ou proceda a transferência para conta informada pelo credor.
Outrossim, nada pendente, transitado em julgada, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Providencie-se o necessário. Cumpra-se.
Jaru/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito
Assinado Digitalmente
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDA, DE MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO E DEMAIS ATOS QUE ESCRIVANIA ENTENDER PERTINENTE.
Dados para cumprimento:
REQUERENTE: VALMIR FRANCA, RUA RAIMUNDO CATANHEDE 2238 SETOR 01 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0222 / E-mail: jaw2civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7003826-14.2023.8.22.0003
Classe: Carta Precatória Cível
Assunto: Intimação
Requerente/Exequente: D. P. V. D. F. E. S. D. C. E. D. M. G.
Advogado do requerente: SEM ADVOGADO(S)
Requerido/Executado: JAMES CREI DA SILVA
Advogado do requerido: DOMERITO APARECIDO DA SILVA, OAB nº RO10171
DECISÃO
Vistos,
A presente carta precatória preenche aos requisitos mencionados nos artigos 264 e 250 do CPC (Lei 13.105/2015).
1 - Cumpra-se o ato solicitado.
1.2) - Após, cumprido o ato, devolva-se à origem com nossos cumprimentos.
1.3) - Em seguida, não havendo pendências, arquivem-se estes autos.
2 - Consigno que, caso o Oficial de Justiça certifique que a pessoa a ser citada/intimada tenha mudado de endereço e indique o atual, fica, desde já, determinada, independente de nova deliberação, a remessa da presente ao juízo da comarca que se referir o novo endereço, dado o caráter itinerante das Cartas Precatórias, devendo ser observada pela escrivania a comunicação ao juízo deprecante quanto a essa remessa.
3 - Desde já, fica também determinada a devolução da Carta Precatória à origem, caso o Oficial de Justiça certifique que não foi possível encontrar a pessoa em questão, não declinando o novo endereço.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos (Lei 13.105/2015).
Decisão encaminhada automaticamente pelo sistema de informática para publicação no Diário da Justiça.
CÓPIA DA CARTA PRECATÓRIA SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDA, DE MANDADO DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO e demais atos.
Cumpra-se.
Jaru - RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Maxulene de Sousa Freitas
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente
DADOS PARA CUMPRIMENTO:
DEPRECANTE: D. P. V. D. F. E. S. D. C. E. D. M. G., AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES s/n, SETOR D CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO - 78049-075 - CUIABÁ - MATO GROSSO
REU: JAMES CREI DA SILVA, RUA MARECHAL RONDON s/n, INEXISTENTE CENTRO - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0213 / E-mail: cacjaru@tjro.jus.br
Processo nº: 7003833-06.2023.8.22.0003

Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Direito de Imagem, Obrigação de Fazer / Não Fazer, Liminar
Requerente/Exequente: ELLEM BARBOSA ATANAZILDO
Advogado do requerente: TATIANE PATRICIO, OAB nº RO13280A, ALINE PEREIRA MILAN, OAB nº RO13363
Requerido/Executado: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do requerido: ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos, etc.
Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c danos morais e materiais ajuizada por ELLEM BARBOSA ATANAZILDO em face de ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A, já qualificados.
A autora alega, em suma, que é proprietária do imóvel rural denominado Gleba 75, com total de área 42,1280,00 hectares, localizado na linha 623, km 53, no município Governador Jorge Teixeira/RO.
Relata que fez o requerimento administrativo junto à ENERGISA para obter energia em sua propriedade, que os vizinhos próximos a sua propriedade tem energia elétrica e a rede elétrica fica 150 metros de distância de sua residência, ficando só a sua família sem o atendimento.
Requer, em sede de decisão liminar, a instalação da energia em sua propriedade rural. No final, pede a condenação da requerida em indenização por danos morais e danos materiais.
Pede a concessão da gratuidade judiciária e a remessa dos autos a justiça 4.0.
É o relato necessário. Decido.
1- Recebo a inicial.
1.1- Defiro a gratuidade judiciária em favor da parte autora, nos termos do art. 98 § 3º do CPC.
2- Indefiro o pedido de remessa dos autos a justiça 4.0, uma vez que está restrita a Comarca de Ariquemes e Porto Velho/RO, conforme artigo 1º da Resolução n. 246/2022 – TJRO. Vejamos:
"Art. 1º Fica definida como etapa inicial de implantação, que o 2º Núcleo de Justiça 4.0 do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, com especialização nas demandas judiciais de empresas de distribuição e comercialização de energia elétrica, tem abrangência jurisdicional ao território das Comarcas de Porto Velho e de Ariquemes".
3 - Passo a analisar o pedido de tutela antecipada:
A legislação civil atual explica que, para que seja concedida a medida liminar de tutela de urgência, exige a demonstração da probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, conforme redação do art. 300, CPC/2015.
A tutela de urgência, tal como prevista no CPC, busca resguardar situações nas quais a demora no reconhecimento do direito prejudica a parte. Neste caso, há, portanto, a necessidade da demonstração do perigo da demora e da verossimilhança das alegações.
No caso dos autos, a autora alegou que está inscrita no Programa Luz Para Todos e que aguarda a ligação da energia elétrica há um ano e meio, entretanto, apesar da longa espera, a empresa ré não consolidou a ligação de energia elétrica em sua propriedade rural, evidenciando falha na prestação do serviço. Por fim, pugnou pelo deferimento da tutela de urgência, a fim de determinar que a requerida efetue a ligação da energia em sua propriedade rural.
Pois bem.
A propriedade em apreço encontra-se localizada em perímetro rural e conforme informação da autora está inscrita no Programa Luz para Todos, cuja instalação do serviço está atrelado a calendário próprio homologado pela ANEEL.
Conforme art. 1º-A do Decreto n.º 7.520/2011:
Os contratos firmados no âmbito do Programa "LUZ PARA TODOS", cujos objetos não tenham sido concluídos até 31 de dezembro de 2022, poderão ser prorrogados com prazo de aplicação de recursos até 2025.(Redação dada pelo Decreto nº 11.111, de 2022)
Dito isso, entendo não verificada a probabilidade do direito invocado, pois conforme se extrai do referido decreto, houve a prorrogação do Programa Luz Para Todos com prazo de aplicação de recursos até 2025.
Além disso, não restou suficientemente caracterizada a URGÊNCIA da medida, pois conforme narrado na inicial, a autora aguarda a ligação de energia elétrica há mais de um ano e somente agora ajuizou a presente ação.
Neste sentido, colaciono a jurisprudência do TJ-RO:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA ANTECIPADA. LIGAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS. PROGRAMA LUZ PARA TODOS. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. Para a concessão da tutela de urgência é necessária a ocorrência cumulativa das seguintes situações: a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, o que não restou demonstrado no caso dos autos, cuja situação só poderá ser melhor aferida durante a instrução processual, sendo imprescindível aguardar a formação do contraditório e da ampla defesa para melhor esclarecimento dos fatos. (TJRO. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0804145-14.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator (a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 30/09/2022).
Agravo de instrumento. Ação de obrigação de fazer. Antecipação de tutela. Ligação de energia elétrica. Programa Luz Para Todos. Ausência de comprovação do preenchimento dos requisitos. Necessidade de dilação probatória. Recurso desprovido. De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Havendo necessidade de dilação probatória, com o estabelecimento do contraditório e ampla defesa, é inviável o deferimento da tutela antecipada. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0807541-96.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator (a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 29/03/2023 (TJ-RO - AI: 08075419620228220000, Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de Julgamento: 29/03/2023). Grifei.
Desse modo, ante a inexistência dos pressupostos legais previstos no art. 300, do CPC, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência para ligação da energia elétrica.
4- Deixo de designar a audiência prévia de conciliação prevista no artigo 334, do Código de Processo Civil, com fundamento no princípio da razoabilidade, da instrumentalidade das formas e da celeridade processual, haja vista que, segundo a experiência prática judicial, nas ações movidas em desfavor de instituições bancárias, ENERGISA, seguradoras e empresas de telefonia, estas, até mesmo por orientação decorrente de política interna e administrativa, não estão aptas a oferecer proposta de acordo, principalmente no início do procedimento judicial, restando em sua maioria infrutífera a conciliação, o que não impede que em outra fase processual seja designada nova oportunidade para conciliação entre as partes, não havendo, assim, prejuízo processual.

5- - Cite-se a parte requerida dos termos da ação, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 15(quinze) dias, a contar da juntada aos autos da prova da citação (artigo 231, CPC), sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (artigo 344, CPC).
6 - Apresentada defesa pelo réu, intime-se o(a) autor(a) para manifestar-se em réplica, em 15 (quinze) dias (artigo 350, CPC).
7 - Na oportunidade da contestação e consequente réplica, as partes já ficam intimadas a especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a sua pertinência e a finalidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado da lide.
Decisão encaminhada automaticamente pelo sistema de informática para publicação no Diário da Justiça.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, CARTA PRECATÓRIA e demais atos, devendo ser instruída com as cópias necessárias.
Cumpra-se.
Jaru - RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Maxulene de Sousa Freitas
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente
DADOS PARA CUMPRIMENTO:
AUTOR: ELLEM BARBOSA ATANAZILDO, ZONA RURAL s/n, LT 83, GB 75 LINHA 623 - 76898-000 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0213 / E-mail: cacjaru@tjro.jus.br
Processo:7000581-63.2021.8.22.0003
Classe:Cumprimento de sentença
Assunto:Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
REQUERENTE: A L S DA SILVA INTERMEDIACOES - ME
ADVOGADOS DO REQUERENTE: RAFAEL BURG, OAB nº RO4304, DENILSON SIGOLI JUNIOR, OAB nº RO6633
EXCUTADO: GERALDO GOTARDO
ADVOGADO DO EXCUTADO: FLAVIO ELER MELOCRA, OAB nº RO10036
SENTENÇA
Vistos,
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.
Considerando a satisfação da obrigação, julgo extinto o feito, nos termos do artigo 924, II, do Código de Processo Civil.
Outrossim, nada pendente, transitado em julgada, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Providencie-se o necessário. Cumpra-se.
Jaru/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito
Assinado Digitalmente
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDA, DE MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO E DEMAIS ATOS QUE ESCRIVANIA ENTENDER PERTINENTE.
Dados para cumprimento:
REQUERENTE: A L S DA SILVA INTERMEDIACOES - ME, AVENIDA JK 3600, AVENIDA DOM PEDRO I 2903 SETOR 05 - 76890-970 - JARU - RONDÔNIA
EXCUTADO: GERALDO GOTARDO, LINHA CA 01, CP 08, LOTE 58, GLEBA 01 z/n ZONA RURAL - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, Setor 2, Jaru - RO - CEP: 76890-000
Processo : 7003805-38.2023.8.22.0003
Classe : AÇÃO DE PARTILHA (12389)
REQUERENTE: LIONALDO FERREIRA AVANCINI e outros
Advogados do(a) REQUERENTE: ANA GABRIELA CAVASIN MILHOMENS - RO12626, THAINA MARTINS FERNANDES VILELA - RO11745
REQUERIDO: OSMAR DA SILVA CAETANO
Intimação AUTOR - EMENDA A INICIAL
Fica a parte AUTORA intimada acerca da DECISÃO ID 93331289: "[...] Para se analisar quanto ao atendimento aos requisitos para o referido benefício e nos termos do §2º do art. 99 do CPC, oportunizo à parte autora que comprove a condição de impossibilidade econômica no prazo de 15 dias, devendo: a) - apresentar certidão expedida pela Prefeitura Municipal e também pelo Cartório de Registro de Imóveis acerca da existência de bens imóveis urbanos e rurais em nome da parte autora e de seu(a) eventual esposo(a)/companheira(o); b) - apresentar certidão expedida pelo IDARON acerca da existência de gado em nome da parte autora e de seu(a) eventual esposo(a)/companheira(o); c) - apresentar certidão expedida pelo DETRAN acerca da existência de veículos em nome da parte autora e de seu(a) eventual esposo(a)/companheira(o); d) - apresentar cópia das declarações de renda e de bens dos últimos 2 (dois) exercícios em nome da parte autora e de seu(a) eventual esposo(a)/companheira(o); e) - apresentar os comprovantes de despesas mensais fixas; f) - apresentar os comprovantes de rendas mensais da parte autora e também de seu(a) eventual esposo(a)/companheira(o) dos últimos 3 meses. g) – informar acerca da existência de empresas ou comércios em nome da parte autora e de seu(a) eventual esposo(a)/companheira(o);

Caso a parte autora opte por recolher as custas processuais iniciais, cujo valor aparentemente seria de pequena monta, fica dispensada da comprovação da sua condição econômica acima assinalada. Sem prejuízo dessa providência, por ocasião da emenda à inicial a parte autora deverá também, fazer a opção pelo processamento do feito 100% digital, nos seguintes termos: A Resolução n. 345/2020 do CNJ autorizou a implementação dos "Juízos 100% Digitais" e estabeleceu suas diretrizes. Segundo dispõe a aludida norma, em seu art. 1º, §1º, "No âmbito do "Juízo 100% Digital", todos os atos processuais serão exclusivamente praticados por meio eletrônico e remoto por intermédio da rede mundial de computadores."[...]"

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0213 / E-mail: cacjaru@tjro.jus.br
Processo nº: 7003835-73.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Restabelecimento, Pessoa com Deficiência
Requerente/Exequente: MARIA DE FATIMA BISPO DA SILVA, FELIX MATEUS ALMEIDA DA SILVA
Advogado do requerente: ANTONIO MACHADO DE URZEDO SOBRINHO, OAB nº MG155033
Requerido/Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado do requerido: SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos, etc.
1- Recebo a petição inicial.
1.1- Retifique-se o polo ativo da ação, retirando a genitora do menor que não é parte no processo e atua apenas como representante.
1.2- Retifique-se o polo passivo, incluindo o INSS e a respectiva procuradoria de forma adequada.
1.3- Defiro os benefícios da justiça gratuita em favor da parte autora, nos termos do art. 98 do CPC.
2- Deixo de designar audiência de conciliação porque, em se tratando de pedido de benefício previdenciário em que o requerido é autarquia federal e o objeto da causa tem natureza de direito indisponível em relação ao ente público, resta inviabilizada a autocomposição (CPC, artigo 334, § 4º, inciso II).
3- Considerando o disposto no Ato Normativo n. 0001607-53.2015.2.00.0000 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e na Recomendação Conjunta CNJ/AGU/MTPS n. 1/2015, determino a produção de prova pericial.
3.1- NOMEIO como perito o Dr. DANILO DE NORONHA NUNES - CRM/RO n. 5569, com o seguinte endereço profissional: CLÍNICA MIRELLE FURTADO - Av. Rio Branco, n. 915, centro, Jaru - RO.
3.2- Nos termos do artigo 474 do CPC, DESIGNO a perícia para o dia 17/08/2023 às 17:45 horas, a ser realizada no endereço profissional do perito médico acima mencionado (CLÍNICA MIRELLE FURTADO - Av. Rio Branco, n. 915, centro, Jaru – RO).
3.3- Fixo os honorários periciais em R$ 500,00 (quinhentos reais), tendo em vista o grau de qualificação do perito, da complexidade do exame e do local de sua realização, tratando-se de parte autora beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 28, da Resolução 305, de 07/10/2014 do CJF e da Resolução n. 232/2016 do CNJ. Os valores que serão pagos pela Justiça Federal, Seção do Estado de Rondônia, na forma da referida resolução.
O valor fixado a título de pagamento dos honorários periciais tem fundamento no parágrafo único do art. 28 da Resolução n. 305/2014-CJF e no art. 2º, §4º da Resolução 232/2016-CNJ, especificamente em razão da complexidade da matéria, do grau de zelo que o(a) profissional empregará na perícia, do lugar e do tempo para a realização da perícia e entrega do laudo e das peculiaridades regionais (dificuldade em localizar profissional para atuar como perito).
4- Intime-se o perito médico quanto a sua nomeação, a fim de que examine a parte autora e responda ao formulário de quesitos e informações anexo.
4.1- Informe-se ao expert nomeado sobre o procedimento para pagamento dos honorários periciais e prazo médio previsto para depósito em conta, nos termos da Resolução n. 305 do CJF e n. 232/2016-CNJ.
4.2- É facultado ao perito o uso da autonomia profissional que lhe é conferida legalmente para realização do procedimento pericial, podendo usar de todos os meios técnicos legais que dispor a fim de responder aos quesitos arrolados, inclusive no que diz respeito ao acompanhamento do(a) periciando(a).
4.2.1- É direito das partes nomear assistência técnico para acompanhar a perícia médica, podendo valerem-se dessa prerrogativa indica acima a respeito do perito, se assim tiverem interesse.
4.3- Concedo ao perito o prazo de 30 dias para apresentação do laudo ao juízo, a contar da data da realização da perícia.
4.4- Informe ao perito que:
a) Descumprindo-se este prazo, poderá o perito responder por crime de desobediência;
b) Deverá responder aos quesitos constantes do formulário anexo integralmente, sob pena de complementação do laudo sem ônus posterior às partes ou ao Estado, salvo nos casos de quesitos repetidos.
4.5- Na hipótese do laudo não ser remetido ao juízo no prazo estipulado, intime-se o perito para encaminhá-lo no prazo de 05 dias.
5- Designo também a perícia social, nomeando como perita social a assistente social POLIANA DOS SANTOS BISPO (Telefone: 69-99222-2998- e-mail: polli.derjaru@gmail.com) para realizar o estudo social junto à parte autora e seu núcleo familiar, tendo em vista que, diante da recomendação contida no Ofício Circular n. 070/2015-DECOR/CG, é vedada a realização de tal providência pelo Assistente Social do NUPS do juízo.
5.1- Caso a referida profissional recuse o encargo, desde já fica nomeada a Assistente Social Angélica da Silva Guerreiro (Telefone: 69-99229-1416 ou 69-99968-8224- email: angelicasilvaguerreiro@hotmail.com) para realizar a perícia.
5.2- Nos termos do art. 3º, parágrafo único da Resolução 305/2014 do CJF e da Resolução n. 232/2016 do CNJ, fixo o valor dos HONORÁRIOS PERICIAIS do estudo social em R$ 400,00 (quatrocentos reais), que também será pago pela Justiça Federal, Seção do Estado de Rondônia, na forma da referida resolução.
5.3- Concedo o prazo de 30 (trinta) dias à Assistente Social nomeada para realizar o estudo e apresentar o laudo na escrivania cível para juntada ao processo, devendo ser a perita intimada da nomeação e do referido prazo, ficando ciente de que terá o prazo de 5 (cinco) dias para eventualmente apresentar escusa, presumindo-se a sua aceitação caso decorrido o prazo e manter-se silente.
5.4- Abaixo seguem os quesitos para a perícia social também.

6- Intimem-se as partes para, no prazo de 15 dias: a) arguirem o impedimento ou a suspeição dos peritos, se for o caso; b) indicar assistente técnico; e c) apresentar quesitos (art. 465 do CPC).
7- Intime-se a parte autora via advogado(a) para estar presente no local da perícia médica com antecedência mínima de 15 minutos ao horário assinalado, munida com:
- Documentos pessoais: cópias do RG, do CPF e do cartão SUS;
- Documentos médicos: originais e cópias de todos os documentos médicos relacionados à doença afirmada na inicial (laudos, encaminhamentos, fichas de atendimentos, relatórios de procedimentos e cirurgias, exames laboratoriais [sangue], exames de imagem [raio-X, ultrassom, tomografia, ressonância, eletrocardiograma, eletroencefalograma], laudos e filmes dos exames, CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho, agendamento de INSS, receitas de medicação, caixas das medicações que faz uso atualmente).
8- Com a juntada dos laudos periciais (social e médico), intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para, no prazo de 15 dias, se manifestar.
9- No mesmo ato, CITE-SE a parte requerida para apresentar contestação no prazo legal, contado em dobro por se tratar de autarquia de ente público federal, portanto, 30 dias, com início da contagem a partir da citação/intimação da autarquia requerida (artigos 182 e 183 do CPC).
9.1- Por ocasião da contestação, a parte requerida fica intimada do resultado da prova pericial e também para, caso queira, propor acordo, devendo, ainda, juntar suas provas e especificar outras provas que eventualmente tiver a intenção de produzir, inclusive dizer se deseja apresentar prova testemunhal, justificando a necessidade e a pertinência.
9.2- Além disso, em atenção ao Ato Normativo n. 0001607-53.2015.2.00.0000 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e ao que dispõe a Recomendação Conjunta CNJ/AGU/MTPS n. 1/2015, por ocasião da contestação, deverá a parte requerida:
a) juntar cópia do processo administrativo, incluindo eventuais perícias médicas administrativas e informes dos sistemas informatizados relacionados às perícias médicas realizadas, bem como do CNIS atualizado e histórico de contribuições vertidas à previdência social; bem como os informes dos sistemas informatizados relacionados às perícias médicas realizadas, além das entrevistas rurais eventualmente apresentadas;
b) tendo interesse em propor acordo, deverá a autarquia previdenciária apresentá-la por escrito ou requerer a designação de audiência para esse fim.
10- Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, apresentar réplica a contestação. Na mesma oportunidade, deverá a parte autora se manifestar sobre eventual proposta de acordo apresentada pela parte requerida.
11- Em anexo ao(a) presente despacho/decisão segue o formulário para a perícia médica com as informações e quesitos necessários para se conhecer do estado clínico da parte autora e da alegação de incapacidade.
11.1- Considerando que a autarquia previdenciária será citada somente após a realização da perícia, constei junto aos quesitos do juízo os demais quesitos que a Procuradoria da autarquia previdenciária comumente realiza nas dezenas de ações da mesma natureza que tramitam no juízo.
11.2- Todos os quesitos apresentados tem como parâmetro as informações disponibilizadas no formulário unificado da Recomendação Conjunta CNJ/AGU/MTPS n. 1/2015 (link: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2235).
11.3- Considerando que os quesitos arrolados no formulário anexo são completos e abrangem a totalidade de informações e respostas de que se precisa saber para se conhecer do estado clínico da parte autora e acerca da alegada incapacidade laborativa, desde já indefiro os quesitos repetitivos que a(s) parte(s) vierem a indicar, ficando o perito desobrigado a responder as perguntas repetidas e de que se pretenda obter a mesma resposta, evitando-se repetições desnecessárias e retrabalho sem qualquer utilidade, com vistas, assim, a otimizar o trabalho pericial.
12- Após a réplica, venham os autos conclusos para análise acerca do julgamento antecipado ou outras deliberações a respeito de provas.
Cumpra-se.
Jaru - RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Maxulene de Sousa Freitas
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente
FORMULÁRIOS PARA A PERÍCIA MÉDICA
INFORMAÇÕES E QUESITOS DA PERÍCIA
I - DADOS IDENTIFICADORES:
1) Data da perícia:
2) Número do processo: 7003835-73.2023.8.22.0003
3) Perito Médico Judicial/Nome e CRM: Dr. DANILO DE NORONHA NUNES - CRM/RO n. 5569
4) Assistente Técnico do Autor/Nome e CRM:
5) Assistente Técnico do requerido INSS/Nome matrícula e CRM:
6) Nome do(a) periciando(a):
7) Idade do(a) periciando(a):
8) CPF e/ou RG do(a) periciando(a):
9) Grau de escolaridade do(a) periciando(a)
10) Profissão declarada:
11) Tempo de profissão:
12) Atividade declarada como exercida:
13) Tempo de atividade:
14) Descrição da atividade:
15) Experiência laboral anterior:
16) Data declarada de afastamento do trabalho, se tiver ocorrido:
II – EXAME CLÍNICO E CONSIDERAÇÕES MÉDICO PERICIAIS:
1) A parte autora é portadora de alguma doença ou lesão, física ou mental? Qual? Se possível, indicar o Código Internacional de Doenças – CID10.

2) Sendo a parte autora portadora de incapacidade/impedimento, lesão física ou mental, qual a sua causa (degenerativa, inerente à faixa etária do periciando, hereditária, congênita, adquirida, decorrente de evento infortunístico laborativo ou não)? E, se o caso, informar a data provável da consolidação da lesão.
3) Qual tipo de deficiência/lesão/impedimento (físico, mental, intelectual ou sensorial, com base nos princípios da Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde - CIF, estabelecida pela Resolução da Organização Mundial da Saúde nº 54.21, aprovada pela 54ª Assembleia Mundial da Saúde) acomete a parte autora?
4) Descrever brevemente as limitações físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais que a doença impõe.
5) Essa deficiência/impedimento (doença/lesão), permite caracterizar a parte autora como “pessoa com deficiência” e “impedimentos de longo prazo”, ou seja, produz efeitos por mais de 02 anos?
A avaliação da deficiência/incapacidade/lesão e do grau de impedimento tem por objetivo comprovar a existência de impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e, caso existente, aferir o grau de restrição para a participação plena e efetiva da pessoa com deficiência na sociedade, decorrente da interação dos impedimentos com barreiras diversas.
6) Existe alguma limitação que impede a parte autora de exercer algum trabalho, qualquer que seja, ou de praticar os atos da vida diária (incapacidade para a vida independente)?
7) Depende do auxílio de terceiro para sua higiene, para vestir-se ou alimentar-se? Especificar.
8) Necessita de permanentemente cuidados médicos, de enfermagem ou de terceiros? Especificar.
9) Necessita de auxílio de órteses ou próteses? Caso positivo, especificar.
10) A deficiência/impedimento prejudica o desenvolvimento físico e intelectual da parte autora?
11) A parte autora encontra-se em igualdade de condições com as demais pessoas para participar plena e efetivamente da vida em sociedade? Em caso negativo, a dificuldade decorre da deficiência/impedimento ou de barreiras diversas?
12) É possível estimar a data do início da incapacidade?
13) A incapacidade é temporária ou permanente?
14) Houve progressão, agravamento ou desdobramento de doença ou lesão, ao longo do tempo?
15) Preste o perito demais esclarecimentos que entenda serem pertinentes para melhor elucidação da causa.
16) Pode o perito afirmar se existe qualquer indício ou sinais de dissimulação ou de exacerbação de sintomas? Responda apenas em caso afirmativo.
_____, ____ de _____ de _____

_____
Assinatura do médico perito nomeado pelo Juízo

_____
Assinatura do médico Assistente Técnico da parte autora

_____
Assinatura do médico Assistente Técnico da parte requerida (INSS)
INFORMAÇÕES E QUESITOS DA PERÍCIA SOCIAL
I - DADOS IDENTIFICADORES :
1) Data da perícia (estudo social):
2) Número do processo:
3) Nome do(a) periciando(a):
II - Dados sobre o grupo familiar (de cada pessoas que reside com a parte autora inclusive da parte requerente):
1) nomes;
2) filiação;
3) CPF;
4) data de nascimento e idade;
5) estado civil;
6) grau de instrução;
7) relação de parentesco;
8) atividade profissional;
9) renda mensal;
10) origem da renda (pensão, aposentadoria, benefício assistencial, autônomo, empregado com CTPS, funcionário público, aluguéis, etc.);
III- Deverá a perita social discorrer sobre os seguintes pontos:
1) Informar se residência onde mora é própria;
2) Se a residência onde mora for alugada, dizer qual o valor do aluguel;
3) Descrever a residência: a) alvenaria ou madeira, b) estado de conservação; c) quantos módulos (quarto, sala, cozinha, etc.); d) metragem total aproximada; e) se é beneficiada com rede de água tratada e de energia; f) etc.
4) Informar se o interessado possui outros imóveis ou propriedades urbanos ou rurais, indicando-as;
5) Indicar o estado dos móveis (novos ou antigos, conservados ou em mau estado etc);
6) Indicar a existência de telefone (fixo ou celular) na residência e de internet;
7) Indicar se recebe doações, de quem e qual o valor;
8) Indicar despesas com remédios;
9) Informar sobre a existência de parentes que, embora não residam no mesmo local, auxiliem a parte autora ou tenham condições de auxiliá-la financeiramente ou através de doações, indicando o grau de parentesco, profissão e renda;
10) Informações que julgar importantes para o processo, colhidas com vizinhos e/ou comerciantes das proximidades, bem como outras obtidas com a diligência, inclusive se as condições percebidas no estudo permitem concluir que a família do requerente vive em estado de pobreza/miserabilidade.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0213 / E-mail: cacjaru@tjro.jus.br
Processo: 7002377-21.2023.8.22.0003
Classe: Execução de Título Extrajudicial

Assunto: Duplicata
EXEQUENTE: RIBEIRO E RODRIGUES LTDA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: KARLA DIVINA PERILO, OAB nº RO4482A, ANDERSON ANSELMO, OAB nº RO6775A
EXECUTADO: DANIEL CALDEIRA DE MOURA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Considerando a informação do endereço atualizado do executado (ID 92485580), promova-se a tentativa de citação no endereço informado.
Cumpra-se nos termos da decisão (ID 90723274).
Mantenho a audiência de conciliação agendada.
Providenciem-se o necessário.
Cumpra-se.
Jaru/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito
Assinado Digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0213 / E-mail: cacjaru@tjro.jus.br
Processo: 7003842-65.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Fornecimento de Energia Elétrica
REQUERENTE: MARILENE BATISTA DA SILVA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JOSE AUGUSTO FERRAZ SELLITTO, OAB nº RO6541, LUANA GOMES DOS SANTOS, OAB nº RO8443
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO DO REQUERIDO: ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Ao autor para emendar a inicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, devendo:
- juntar comprovante de negativação junto ao SERASA/SPC, uma vez que a parte autora pede a suspensão da inclusão e não comprova.
Emendada a inicial tempestivamente, voltem os autos concluso para análise do recebimento da inicial.
Jaru/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito
Assinado Digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, Setor 2, Jaru - RO - CEP: 76890-000
Processo : 7002155-87.2022.8.22.0003
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: DEUSDETE BARBOSA DE OLIVEIRA e outros
Advogados do(a) REQUERENTE: ANADRYA SOUSA TERADA NASCIMENTO - RO0005216A, NATHALIA FERREIRA DE OLIVEIRA - RO8242
REQUERIDO: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI
Advogado do(a) REQUERIDO: KARIMA FACCIOLI CARAM - RO0003460A
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas SISBAJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Processo nº: 7003851-27.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Cartão de Crédito
Requerente/Exequente: IZABEL CONCARI
Advogado do requerente: RAFAEL DUTRA DACROCE, OAB nº AL20146A
Requerido/Executado: BANCO PAN S.A.
Advogado do requerido: PROCURADORIA BANCO PAN S.A

Despacho
Vistos, etc.
1- Recebo a petição inicial e defiro a gratuidade judiciária em favor da parte autora, nos termos do art. 98 § 3º do CPC.
1- 2-EXCLUA-SE a informação 100% digital, considerando o não preenchimento de todos os requisitos.
2- AUTORIZO a realização da audiência por videoconferência pelo aplicativo WhatsApp.
2.1- Desta feita, DETERMINO ao cartório que agende a audiência para tentativa de conciliação, via sistema PJe.
2.2- Consigno que a audiência será realizada pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, deste Fórum de Jaru - RO, por videoconferência e utilizando-se do aplicativo de mensagens WhatsApp.
2.3- Fica condicionada a realização do ato a apresentação do número de telefone das partes envolvidas com até 10 (dez) dias antes da audiência.
2.4- Intime-se a parte autora por meio de seu advogado (CPC, artigo 334, § 3º).
3- CITE-SE a parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência, intimando-o para participar do ato e cientificando-o de que deve apresentar contestação no prazo máximo de 15 dias, contados a partir da audiência acima designada (CPC, artigo 335), advertindo-o de que, na hipótese de não apresentar contestação no prazo assinalado, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (CPC, artigo 344). Por ocasião da contestação, o réu deverá juntar suas provas e especificar outras provas que eventualmente tiver a intenção de produzir, inclusive dizer se deseja apresentar prova testemunhal, justificando a necessidade e a pertinência.
4- Caso as partes manifestem expressamente o desinteresse na composição consensual (CPC, artigo 334, § 4º, I), o prazo para o requerido contestar fluirá a partir no dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação (CPC, artigo 335, II).
5- No expediente de citação e no cumprimento do ato deverão ser observadas as normativas constantes nos artigos 243 e seguintes do CPC, tanto pela escrivania quanto pelo Oficial de Justiça, este último para os casos em que a citação não puder ser realizada pelos Correios.
6- Advirtam-se as partes de que:
a) a ausência injustificada à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (CPC, artigo 334, § 8º).
b) deverão participar da audiência devidamente acompanhadas por seus advogados ou do defensor público (CPC, artigo 334, § 9º), ficando orientada a parte requerida de que, caso não tenha condições de contratar advogado e se enquadre nas hipóteses previstas na lei, deverá procurar a Defensoria Pública para que lhe acompanhe e apresente a defesa técnica nos autos.
7 - Em caso do réu não ser localizado, intime-se a parte autora para fornecer novo endereço no prazo de 05 dias.
7.1- Informado o endereço, proceda da seguinte forma:
a) Havendo prazo hábil para a citação / intimação no novo endereço indicado antes da audiência já designada, essa deve ser mantida, determinando-se que se intime as partes pelo cartório;
b) Não havendo prazo hábil para a citação / intimação no novo endereço antes da audiência já designada, fica delegado ao CEJUSC a redesignação do ato por ser esse (fixação da data de audiência) mero ato ordinatório, uma vez que já tendo a realização dessa sido determinada pelo Juízo, sua estipulação pode ser realizada pelo CEJUSC; hipótese na qual as partes deverão ser intimadas pelo cartório, servido o termo de redesignação de carta/mandado de citação/intimação/carta precatória.
8- Caso a parte requerida, eventualmente, manifeste expressamente o desinteresse na autocomposição com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência da audiência designada e caso o autor também ter manifestado expressamente essa vontade na petição inicial (CPC, artigo 334, § 5º), a audiência não será realizada (CPC, artigo 334, § 4º, inciso I), devendo ser comunicado ao CEJUSC, para anotação e/ou baixa na pauta.
9- Se o réu alegar, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, desde já faculto ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu, devendo a escrivania lhe abrir vista neste sentido independentemente de novo despacho nesse sentido.
10- Na hipótese de ser apresentada a contestação antes da audiência de conciliação com alegação de incompetência relativa ou absoluta, suspenda-se a audiência designada (CPC, artigo 339, §3º), comunicando-se ao CEJUSC para anotação ou baixa na pauta. Nessa hipótese, intime-se a parte autora para dizer sobre a arguição de incompetência no prazo de 10 (dez) dias, retornando os autos conclusos para decisão (CPC, artigo 64, § 2º).
11- Se o réu o réu propor reconvenção, intime-se o autor, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 dias (CPC, artigo 343, § 1º).
12- Caso o réu alegue, na contestação, fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, intime-se o requerente, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá produzir suas provas a respeito (CPC, artigo 350).
13- Na hipótese do réu aduzir na contestação qualquer das preliminares indicadas no artigo 337 do CPC, intime-se o requerente, na pessoa de seu advogado, para responder no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá produzir suas provas a respeito (CPC, artigo 351).
14- Em qualquer das hipóteses anteriores, em que o autor foi intimado para responder as arguições do réu, deverá ele desde logo especificar se tem outras provas a serem produzidas, além daquelas que já tiver apresentado no processo, justificando a necessidade e a pertinência.
16- Se a parte requerida não contestar a ação no prazo legal ou se o fizer intempestivamente, certifique-se e retornem conclusos para análise sobre a ocorrência ou não dos efeitos da revelia e quanto a necessidade de intimação do autor para especificação de provas (CPC, artigo 348).
17- Remetam-se os autos ao CEJUSC para realização da audiência e dos demais atos concernentes, nos termos da regulamentação normativa respectiva.
SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO CARTA, MANDADO, PRECATÓRIA, OFÍCIO e demais atos pertinentes, devendo ser instruído com as cópias necessárias.
Cumpra-se.
Jaru - RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Maxulene de Sousa Freitas
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente

DADOS PARA CUMPRIMENTO:
REU: BANCO PAN S.A., AVENIDA PAULISTA 1374, 16 ANDAR BELA VISTA - 01310-100 - SÃO PAULO - SÃO PAULO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0213 / E-mail: cacjaru@tjro.jus.br
Processo nº: 7003674-63.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária, Restabelecimento
Requerente/Exequente: FRANCISCO SEBASTIAO DE SOUZA
Advogado do requerente: JHONATAN APARECIDO MAGRI, OAB nº RO4512
Requerido/Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado do requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Vistos, etc.
1- Recebo a petição inicial.
1.1- Defiro os benefícios da justiça gratuita em favor da parte autora, nos termos do art. 98 do CPC.
2- Deixo de designar audiência de conciliação porque, em se tratando de pedido de benefício previdenciário em que o requerido é autarquia federal e o objeto da causa tem natureza de direito indisponível em relação ao ente público, resta inviabilizada a autocomposição (CPC, artigo 334, § 4º, inciso II).
3- Considerando o disposto no Ato Normativo n. 0001607-53.2015.2.00.0000 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e na Recomendação Conjunta CNJ/AGU/MTPS n. 1/2015, determino a produção de prova pericial.
3.1- NOMEIO como perito o Dr. DANILO DE NORONHA NUNES - CRM/RO n. 5569, com o seguinte endereço profissional: CLÍNICA MIRELLE FURTADO - Av. Rio Branco, n. 915, centro, Jaru - RO.
3.2- Nos termos do artigo 474 do CPC, DESIGNO a perícia para o dia 21/09/2023 às 08:00 horas, a ser realizada no endereço profissional do perito médico acima mencionado (CLÍNICA MIRELLE FURTADO - Av. Rio Branco, n. 915, centro, Jaru – RO).
3.3- Fixo os honorários periciais em R$ 500,00 (quinhentos reais), tendo em vista o grau de qualificação do perito, da complexidade do exame e do local de sua realização, tratando-se de parte autora beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 28, da Resolução 305, de 07/10/2014 do CJF e da Resolução n. 232/2016 do CNJ. Os valores que serão pagos pela Justiça Federal, Seção do Estado de Rondônia, na forma da referida resolução.
O valor fixado a título de pagamento dos honorários periciais tem fundamento no parágrafo único do art. 28 da Resolução n. 305/2014-CJF e no art. 2º, §4º da Resolução 232/2016-CNJ, especificamente em razão da complexidade da matéria, do grau de zelo que o(a) profissional empregará na perícia, do lugar e do tempo para a realização da perícia e entrega do laudo e das peculiaridades regionais (dificuldade em localizar profissional para atuar como perito).
4- Intime-se o perito médico quanto a sua nomeação, a fim de que examine a parte autora e responda ao formulário de quesitos e informações anexo.
4.1- Informe-se ao expert nomeado sobre o procedimento para pagamento dos honorários periciais e prazo médio previsto para depósito em conta, nos termos da Resolução n. 305 do CJF e n. 232/2016-CNJ.
4.2- É facultado ao perito o uso da autonomia profissional que lhe é conferida legalmente para realização do procedimento pericial, podendo usar de todos os meios técnicos legais que dispor a fim de responder aos quesitos arrolados, inclusive no que diz respeito ao acompanhamento do(a) periciando(a).
4.2.1- É direito das partes nomear assistência técnico para acompanhar a perícia médica, podendo valerem-se dessa prerrogativa indica acima a respeito do perito, se assim tiverem interesse.
4.3- Concedo ao perito o prazo de 30 dias para apresentação do laudo ao juízo, a contar da data da realização da perícia.
4.4- Informe ao perito que:
a) Descumprindo-se este prazo, poderá o perito responder por crime de desobediência;
b) Deverá responder aos quesitos constantes do formulário anexo integralmente, sob pena de complementação do laudo sem ônus posterior às partes ou ao Estado, salvo nos casos de quesitos repetidos.
4.5- Na hipótese do laudo não ser remetido ao juízo no prazo estipulado, intime-se o perito para encaminhá-lo no prazo de 05 dias.
5- Intimem-se as partes para, no prazo de 15 dias, para: a) arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; b) indicar assistente técnico; e c) apresentar quesitos (art. 465 do CPC).
6- Intime-se a parte autora via advogado(a) para estar presente no local da perícia com antecedência mínima de 15 minutos ao horário assinalado, munida com:
- Documentos pessoais: cópias do RG, do CPF e do cartão SUS;
- Documentos médicos: originais e cópias de todos os documentos médicos relacionados à doença afirmada na inicial (laudos, encaminhamentos, fichas de atendimentos, relatórios de procedimentos e cirurgias, exames laboratoriais [sangue], exames de imagem [raio-X, ultrassom, tomografia, ressonância, eletrocardiograma, eletroencefalograma], laudos e filmes dos exames, CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho, agendamento de INSS, receitas de medicação, caixas das medicações que faz uso atualmente).
7- Com a juntada do laudo, intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para, no prazo de 15 dias, se manifestar.
8- No mesmo ato, CITE-SE a parte requerida para apresentar contestação no prazo legal, contado em dobro por se tratar de autarquia de ente público federal, portanto, 30 dias, com início da contagem a partir da citação/intimação da autarquia requerida (artigos 182 e 183 do CPC).
8.1- Por ocasião da contestação, a parte requerida fica intimada do resultado da prova pericial e também para, caso queira, propor acordo, devendo, ainda, juntar suas provas e especificar outras provas que eventualmente tiver a intenção de produzir, inclusive dizer se deseja apresentar prova testemunhal, justificando a necessidade e a pertinência.
8.2- Além disso, em atenção ao Ato Normativo n. 0001607-53.2015.2.00.0000 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e ao que dispõe a Recomendação Conjunta CNJ/AGU/MTPS n. 1/2015, por ocasião da contestação, deverá a parte requerida:

a) juntar cópia do processo administrativo, incluindo eventuais perícias médicas administrativas e informes dos sistemas informatizados relacionados às perícias médicas realizadas, bem como do CNIS atualizado e histórico de contribuições vertidas à previdência social; bem como os informes dos sistemas informatizados relacionados às perícias médicas realizadas, além das entrevistas rurais eventualmente apresentadas.
b) tendo interesse em propor acordo, deverá a autarquia previdenciária apresentá-la por escrito ou requerer a designação de audiência para esse fim;
9- Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, apresentar réplica a contestação. Na mesma oportunidade, deverá a parte autora se manifestar sobre eventual proposta de acordo apresentada pela parte requerida.
10- Em anexo ao(a) presente despacho/decisão segue o formulário para a perícia médica com as informações e quesitos necessários para se conhecer do estado clínico da parte autora e da alegação de incapacidade.
10.1- Considerando que a autarquia previdenciária será citada somente após a realização da perícia, constei junto aos quesitos do juízo os demais quesitos que a Procuradoria da autarquia previdenciária comumente realiza nas dezenas de ações da mesma natureza que tramitam no juízo.
10.2- Todos os quesitos apresentados tem como parâmetro as informações disponibilizadas no formulário unificado da Recomendação Conjunta CNJ/AGU/MTPS n. 1/2015 (link: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2235).
10.3- Considerando que os quesitos arrolados no formulário anexo são completos e abrangem a totalidade de informações e respostas de que se precisa saber para se conhecer do estado clínico da parte autora e acerca da alegada incapacidade laborativa, desde já indefiro os quesitos repetitivos que a(s) parte(s) vierem a indicar, ficando o perito desobrigado a responder as perguntas repetidas e de que se pretenda obter a mesma resposta, evitando-se repetições desnecessárias e retrabalho sem qualquer utilidade, com vistas, assim, a otimizar o trabalho pericial.
11- Após a réplica, venham os autos conclusos para análise acerca do julgamento antecipado ou outras deliberações a respeito de provas.
Cumpra-se.
Jaru - RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Maxulene de Sousa Freitas
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente
FORMULÁRIO PARA A PERÍCIA MÉDICA
INFORMAÇÕES E QUESITOS DA PERÍCIA
I - DADOS IDENTIFICADORES:
a) Data da perícia:
b) Número do processo: 7003674-63.2023.8.22.0003
c) Perito Médico Judicial/Nome e CRM: Dr. DANILO DE NORONHA NUNES - CRM/RO n. 5569
d) Assistente Técnico do Autor/Nome e CRM:
e) Assistente Técnico do requerido INSS/Nome matrícula e CRM:
f) Nome do(a) periciando(a):
g) Idade do(a) periciando(a):
h) CPF e/ou RG do(a) periciando(a):
i) Grau de escolaridade do(a) periciando(a)
j) Profissão declarada:
k) Tempo de profissão:
l) Atividade declarada como exercida:
m) Tempo de atividade:
n) Descrição da atividade:
o) Experiência laboral anterior:
p) Data declarada de afastamento do trabalho, se tiver ocorrido:
II – EXAME CLÍNICO E CONSIDERAÇÕES MÉDICO PERICIAIS:
1) O(a) periciando(a) já foi paciente do perito?
2) Existe algum motivo de suspeição ou de impedimento da atuação do perito nesta demanda (como ser parente, amigo próximo ou inimigo; devedor ou credor; possuir ação judicial contra o paciente ou ser demandado por ele)?
3) Qual a queixa que o(a) periciado(a) apresenta no ato da perícia?
4) Há evidências clínicas que atestam e/ou justificam a existência das queixas apresentadas (exames, testes, avaliações, laudos, relatórios, prontuários, tratamentos, etc)? Quais?
5) Por ocasião da perícia, foi diagnosticado pelo(a) perito(a) a existência atual de alguma doença, lesão ou deficiência? Qual (com CID)?
6) Qual a causa provável da(s) doença/moléstia(s)/lesão?
7) A doença/moléstia ou lesão decorrem do trabalho exercido? Justifique indicando o agente de risco ou agente nocivo causador.
8) A doença/moléstia ou lesão decorrem de acidente de trabalho? Em caso positivo, circunstancia o fato, com data e local, bem como se reclamou assistência médica e/ou hospitalar.
9) Doença/moléstia ou lesão atualmente torna o(a) periciado(a) incapacitado(a) para o exercício do último trabalho ou atividade habitual? Justifique a resposta, descrevendo os elementos nos quais se baseou a conclusão.
10) Sendo positiva a resposta ao quesito n. 9, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza permanente ou temporária?
11) Sendo positiva a resposta ao quesito n. 9, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza parcial ou total?
12) Sendo constatada existência de incapacidade, o(a) paciente atualmente está incapacitado para todo e qualquer tipo de trabalho ou apenas para o seu trabalho habitual ou última profissão?
13) Se atualmente o(a) periciando(a) não estiver incapacitado, ele(a) esteve incapacitado(a) para exercer seu trabalho habitual ou última profissão por algum período de tempo antes da realização da perícia? Por quanto tempo? Quando iniciou a incapacidade e quanto cessou?
14) Quais elementos de levaram à convicção do(a) perito(a) (tais como laudos, atestados, exames, prontuários, declarações da parte, testes físicos, avaliações físicas, etc)?

15) O(a) periciando(a) atualmente pode continuar trabalhando na sua última profissão normalmente, mesmo acometido da doença/moléstia ou lesão verificada, sem que o trabalho implique em risco à sua saúde?
16) Qual a data provável do início da(s) doença/lesão/moléstias(s) que acomete(m) o(a) periciado(a).
17) Data provável de início da incapacidade identificada. Justifique.
18) Incapacidade remonta à data de início da(s) doença/moléstia(s) ou decorre de progressão ou agravamento dessa patologia? Justifique.
19) Na data do pedido administrativo, o(a) periciando(a) já estava incapacitado na forma ora constatada?
20) Na data do ajuizamento da ação, o(a) periciando(a) já estava incapacitado na forma ora constatada?
21) Na data da realização da perícia, o(a) periciando(a) já estava incapacitado(a) na forma ora constatada?
22) Caso se conclua pela incapacidade parcial e permanente, é possível afirmar se o(a) periciado(a) está apto para o exercício de outra atividade profissional ou para a reabilitação? Qual atividade?
23) Sendo positiva a existência de incapacidade total e permanente, o(a) periciado(a) necessita de assistência permanente de outra pessoa para as atividades diárias em razão de algumas das seguintes situações? 1 - Cegueira total; 2 - Perda de nove dedos das mãos ou superior a esta; 3 - Paralisia dos dois membros superiores ou inferiores; 4 - Perda dos membros inferiores, acima dos pés, quando a prótese for impossível; 5 - Perda de uma das mãos e de dois pés, ainda que a prótese seja possível; 6 - Perda de um membro superior e outro inferior, quando a prótese for impossível; 7 - Alteração das faculdades mentais com grave perturbação da vida orgânica e social; 8 - Doença que exija permanência contínua no leito; 9 - Incapacidade permanente para as atividades da vida diária. (Decreto 3.048/99, artigo 45 e anexo I). Se sim, qual e partir de quando?
24) Havendo incapacidade laborativa atual, é possível estimar qual o tempo e o eventual tratamento necessários para que o(a) periciado(a) se recupere e tenha condições de voltar a exercer seu trabalho ou atividade habitual (data de cessação da incapacidade)? – responder somente no caso de existir incapacidade atual:
25) Pode o perito afirmar se existe qualquer indício ou sinais de dissimulação ou de exacerbação de sintomas? Responda apenas em caso afirmativo.
26) Preste o perito demais esclarecimentos que entenda serem pertinentes para melhor elucidação da causa.
_____, ____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do médico perito nomeado pelo Juízo

_____
Assinatura do médico Assistente Técnico da parte autora

_____
Assinatura do médico Assistente Técnico da parte requerida (INSS)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0213 / E-mail: cacjaru@tjro.jus.br
Processo nº: 7003853-94.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente
Requerente/Exequente: SAMUEL HIPOLITO PEDROSO
Advogado do requerente: LUCINEIA RODRIGUES DE SOUZA, OAB nº MT16339, ANTONIO CARLOS CARVALHO FARIA, OAB nº MT18744
Requerido/Executado: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
Advogado do requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DESPACHO
Vistos, etc.
1- A parte autora optou pelo procedimento 100% digital.
A Resolução n. 345/2020 do CNJ autorizou a implementação dos “Juízos 100% Digitais” e estabeleceu suas diretrizes.
Segundo dispõe a aludida norma, em seu art. 1º, §1º, “No âmbito do “Juízo 100% Digital”, todos os atos processuais serão exclusivamente praticados por meio eletrônico e remoto por intermédio da rede mundial de computadores.” O art. 2º, parágrafo único da referida Resolução prevê que:
Art. 2º As unidades jurisdicionais de que tratam este ato normativo não terão a sua competência alterada em razão da adoção do “Juízo 100% Digital”.
Parágrafo único. No ato do ajuizamento do feito, a parte e seu advogado deverão fornecer endereço eletrônico e linha telefônica móvel celular, sendo admitida a citação, a notificação e a intimação por qualquer meio eletrônico, nos termos dos arts. 193 e 246, V, do Código de Processo Civil.
Desta feita, deverá a parte autora emendar a sua peça vestibular, com o escopo de atender os critérios da Resolução n. 345/2020 do CNJ, para o fim de informar:
a) o seu endereço de e-mail e número de telefone, bem como o de seu advogado;
b) endereço de e-mail e número de telefone da parte requerida;
c) se a parte requerida possui convênio com o TJ-RO para fins de citação/intimação eletrônica.
1.1- Diante da impossibilidade de informar tais dados, a parte autora poderá retratar-se da escolha.
1.2- Concedo o prazo de 15 dias para emenda, sob pena de indeferimento da petição inicial.
2- No mesmo prazo, oportunizo a parte requerente a apresentação de documentos que sirvam de início de prova material a respeito da alegada qualidade de segurado especial do requerente.
3- Atendido o item anterior, venham os autos conclusos para análise da emenda.
Cumpra-se.
Jaru - RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Maxulene de Sousa Freitas
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0213 / E-mail: cacjaru@tjro.jus.br
Processo: 7003840-95.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Indenização por Dano Material
AUTOR: DEJAIR ALVES FERREIRA
ADVOGADO DO AUTOR: ALINE MORAES SOBREIRA, OAB nº RO12247
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Ao autor para emendar a inicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, devendo:
- juntar notas fiscais do valor empreendido para construção da subestação.
Emendada a inicial tempestivamente, voltem os autos concluso para análise do recebimento da inicial.
Jaru/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito
Assinado Digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0213 / E-mail: cacjaru@tjro.jus.br
7005492-84.2022.8.22.0003
Procedimento do Juizado Especial Cível
Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
REQUERENTE: PAULO LUCIANO MAXIMO DOS SANTOS
ADVOGADO DO REQUERENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR, OAB nº MT20812O
REQUERIDO: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, Procuradoria da OI S/A
SENTENÇA
Vistos, etc.
Relatório dispensado (art. 38, caput, da Lei n. 9.099/95).
Trata-se de Ação declaratória de inexistência de débito c/c reparação por danos morais, proposta por PAULO LUCIANO MAXIMO DOS SANTOS, em desfavor de OI S.A, em razão de negativação indevida, mediante cobrança de serviço não contratado.
Procedo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, por se tratar de matéria exclusivamente de direito e ante a desnecessidade de produção de outras provas.
No tocante à suspeita de prática de advocacia predatória, com atuação irregular do advogado litigante, verifica-se in casu somente o exercício legítimo do direito de ação, pois a inicial está individualizada e foi instruída com documentos suficientes para o deslinde da demanda, sendo justa a pretensão da parte autora que está relacionada ao direito de ação fundado em indenização por inscrição indevida, o que por sí só não se configura como prática de advocacia predatória.
Pelo exposto, rejeito a preliminar arguida e passo ao mérito.
O caso em análise se trata de relação de consumo, portanto, o Código de Defesa do Consumidor será o arcabouço legal utilizado para dirimir a presente lide, sem olvidar, logicamente, as demais normas utilizadas ordinariamente.
Estão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo, bem como as partes estão regularmente representadas.
No tocante à comprovação da existência do débito ou da legitimidade da manutenção da restrição, o ônus probatório recai sobre a parte requerida, tendo em conta que a relação jurídica discutida é manifestamente de consumo. Disto decorre, em síntese, que: uma vez que negado o débito pelo consumidor, e havendo verossimilhança do alegado, inverte-se o ônus da prova, nos moldes do Código de Defesa do Consumidor (art. 6º, VIII, da Lei nº 8.078/90); a parte requerida detém maior poder econômico e de informação, cabendo a ela manter sob a sua guarda os documentos relativos aos negócios jurídicos realizados com os seus clientes (consumidores), sob pena de arcar com os efeitos decorrentes do risco inerente à atividade, inclusive relativo a eventual contratação indevida (possivelmente fraudulenta) e consequente anotação cadastral irregular.
Assim, alega a parte autora ter seu nome negativado junto os órgãos de proteção ao crédito SPC/SERASA (ID 83373530 - Pág. 1), devido uma cobrança indevida no valor de R$ 433,89 tendo como referência a contrato de nº 05095282678608, que a mesma afirma desconhecer tal vínculo contratual.
Por outro lado a requerida alega que o débito é devido, sendo que decorreu de efetiva contratação de serviço, mas não digitalizou nos autos qualquer documento capaz de comprovar suas alegações, tampouco, apresentou o contrato que deu origem a dívida. Não traz qualquer prova capaz de demonstrar a legitimidade do mesmo.
As impressões da tela de computador não comprovam a existência da dívida, ora contestada pela parte autora, pois o documento foi produzido unilateralmente pela própria parte requerida. Desta forma, conclui-se pela inexistência da dívida, uma vez que não foi devidamente comprovada a anuência do Autor para a contratação do suposto serviço que gerou a inscrição do nome do Requerente nos órgãos de proteção ao crédito.
Outrossim, em relação ao pedido de indenização por dano moral, todos os elementos necessários à configuração da responsabilidade civil, neste caso objetiva, se encontram presentes, quais sejam: conduta (inscrição), o resultado (restrição do crédito) e o nexo causal (a inscrição foi encaminhada pela empresa requerida).

Sobre esse assunto o STJ e a jurisprudência pátria são uníssonos no sentido de que a mera inclusão indevida do nome do consumidor nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito é suficiente para ensejar dano moral. Nesse sentido são os seguintes julgados: Resp 994253/RS e Apelação n° 100.001.2008.006910-9/TJRO.

Tendo em vista que o caso versa sobre relação de consumo, competia a empresa requerida, demonstrar que vínculo contratual, que existia débito em aberto e/ou que a parte autora foi notificada do débito antes da negativação.

No caso em tela, verificada a conduta ilícita da empresa ré, consistente na inscrição indevida dos dados da parte autora nos cadastros de restrição ao crédito, encontram-se os pressupostos ensejadores da responsabilidade civil.

Por outro lado, quanto ao pagamento de indenização por danos morais, é necessário aferir no caso concreto se a situação trazida pela parte pode ser considerada ofensiva a ponto de causar dano moral ou mesmo se esta se insere no conceito de dano moral puro, dispensando eventual prova de sua ocorrência.

Neste sentido é o entendimento adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, vejamos:

CONSUMIDOR. DECLARATÓRIA NEGATIVA DE RELAÇÃO JURÍDICA E DÉBITO. CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA. TELAS SISTÊMICAS. PROVA UNILATERAL. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. (TJ-RO - RI: 70011342420198220022 RO 7001134-24.2019.822.0022, Data de Julgamento: 13/08/2020).

Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Cobrança indevida. Negativação. Dano moral. Ocorrência. Quantum indenizatório. Proporcionalidade. 1. A negativação indevida do nome do consumidor junto aos órgãos de cadastro de inadimplentes ocasiona dano moral in re ipsa. 2. O quantum indenizatório deve ser fixado em valor justo e proporcional ao abalo suportado pelo ofendido. (TJ-RO - RI: 70010686220198220016 RO 7001068-62.2019.822.0016, Data de Julgamento: 18/09/2020)

In casu, a conduta da empresa requerida ficou provada por meio dos documentos que confirmaram que a parte autora sofreu a negativação do seu nome por débito referente a serviço não contratado.

Com efeito, o constrangimento trazido a parte requerente caracteriza dano moral, porquanto não pode contratar a crédito na praça, já que está sendo injustamente taxado de inadimplente.

Pois bem. A reparação do dano moral é feita através de fixação de valor pecuniário conforme o livre e prudente arbítrio do juiz. Deve o julgador pautar-se pelo equilíbrio, de maneira que o valor fixado possa trazer um sentimento de felicidade ao ofendido e de punição ao causador, para que este se sinta desestimulado a praticar novamente a sua conduta ou omissão ilícita.

Nesse sentido, tal reparação também não pode ser em valor exorbitante, acima das condições econômicas do réu ou, de um lado, ser fonte de enriquecimento indevido e, de outro, ser inexpressiva.

Portanto, sopesando-se as circunstâncias apresentadas nos autos, levando-se em consideração as condições do ofendido e do ofensor, bem como a teoria do desestímulo e da proporcionalidade na fixação do dano moral, tenho como razoável que o valor da indenização deva ser arbitrado em R$3.000,00 (três mil reais). Outrossim, cumpre ressaltar que um valor de indenização menor poderia não cumprir com seu papel punitivo.

Por fim, considera-se suficientemente apreciada a questão posta a julgamento, até porque o julgador não está obrigado a atacar um por um os argumentos das partes, mas somente expor os seus, de modo a justificar a decisão tomada, atendendo assim ao requisito insculpido no artigo 93, IX, da Constituição Federal e na ordem legal vigente, bem como ao disposto no art. 489, § 1o, inciso IV, do Código de Processo Civil. Portanto, os demais argumentos apontados pelas partes não são capazes de infirmar a conclusão acima.

Dispositivo:

Ante o exposto, e pelo que dos autos constam, com fulcro no art. 487, inciso I do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE EM PARTE os pedidos formulados na inicial e CONDENAR a requerida no pagamento de indenização por danos morais à parte autora na importância de R$ 3.000,00 (três mil reais), atualizada monetariamente a partir da presente data (Súmula nº 362, do STJ), de acordo com os índices do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (Tabela adotada pelo TJRO) e acrescida de juros moratórios de um por cento ao mês a contar da citação (art. 405, Código Civil, c/c art. 161, §1º, Código Tributário Nacional).

Resta resolvida a fase de conhecimento, com julgamento de MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Sem custas e honorários, haja vista tratar-se de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei n. 9.099/95.

Indefiro eventual requerimento de publicação em nome de determinado advogado pois as intimações devem ser realizadas na pessoa do causídico que, a teor do disposto nos arts. 2º e 5º da Lei 11.419/2006, tem a atribuição de efetuar o próprio cadastro junto ao PJE.

Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.

Caso seja interposto recurso com pedido de gratuidade judiciária, o pedido deve estar instruído com a documentação hábil a comprovar a hipossuficiência, tais como: carteira de trabalho, certidão negativa de bens (prefeitura, cartório de registro de imóveis, DETRAN/RO, etc.), contracheque, extrato de benefício previdenciário, dentre outros.

Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se com as anotações de estilo.

Sentença publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática.

Havendo pedido de cumprimento de sentença, intimem-se as partes, bem como a requerida para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, contados do trânsito em julgado da decisão, nos moldes do art. 513, §2º, do CPC e Enunciado Cível FONAJE n. 97 e FOJUR 05, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo, independentemente de outra intimação, nos termos do artigo 523 do CPC.

Havendo depósito judicial dentro do prazo previsto no artigo acima mencionado, expeça-se alvará a favor dos credores ou transferência bancária, se o caso, arquivando-se os autos na sequência.

Após, nada sendo requerido e adotadas as providências de praxe, arquive-se.

SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA.

14 de julho de 2023

Maxulene de Sousa Freitas

Juiz (a) de Direito

Assinado Digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Processo nº: 7003849-57.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Acidente de Trânsito, Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, Produto Impróprio
Requerente/Exequente: MAURICIO RIBEIRO DA SILVA
Advogado do requerente: RICARDO DA SILVA MILLER, OAB nº RO12121
Requerido/Executado: JIPABRAS COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA
Advogado do requerido: SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Vistos, etc.
1- Recebo a petição inicial e defiro a gratuidade judiciária em favor da parte autora, nos termos do art. 98 § 3º do CPC.
2- AUTORIZO a realização da audiência por videoconferência pelo aplicativo WhatsApp.
2.1- Desta feita, DETERMINO ao cartório que agende a audiência para tentativa de conciliação, via sistema PJe.
2.2- Consigno que a audiência será realizada pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, deste Fórum de Jaru - RO, por videoconferência e utilizando-se do aplicativo de mensagens WhatsApp.
2.3- Fica condicionada a realização do ato a apresentação do número de telefone das partes envolvidas com até 10 (dez) dias antes da audiência.
2.4- Intime-se a parte autora por meio de seu advogado (CPC, artigo 334, § 3º).
3- CITE-SE a parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência, intimando-o para participar do ato e cientificando-o de que deve apresentar contestação no prazo máximo de 15 dias, contados a partir da audiência acima designada (CPC, artigo 335), advertindo-o de que, na hipótese de não apresentar contestação no prazo assinalado, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (CPC, artigo 344). Por ocasião da contestação, o réu deverá juntar suas provas e especificar outras provas que eventualmente tiver a intenção de produzir, inclusive dizer se deseja apresentar prova testemunhal, justificando a necessidade e a pertinência.
4- Caso as partes manifestem expressamente o desinteresse na composição consensual (CPC, artigo 334, § 4º, I), o prazo para o requerido contestar fluirá a partir no dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação (CPC, artigo 335, II).
5- No expediente de citação e no cumprimento do ato deverão ser observadas as normativas constantes nos artigos 243 e seguintes do CPC, tanto pela escrivania quanto pelo Oficial de Justiça, este último para os casos em que a citação não puder ser realizada pelos Correios.
6- Advirtam-se as partes de que:
a) a ausência injustificada à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (CPC, artigo 334, § 8º).
b) deverão participar da audiência devidamente acompanhadas por seus advogados ou do defensor público (CPC, artigo 334, § 9º), ficando orientada a parte requerida de que, caso não tenha condições de contratar advogado e se enquadre nas hipóteses previstas na lei, deverá procurar a Defensoria Pública para que lhe acompanhe e apresente a defesa técnica nos autos.
7 - Em caso do réu não ser localizado, intime-se a parte autora para fornecer novo endereço no prazo de 05 dias.
7.1- Informado o endereço, proceda da seguinte forma:
a) Havendo prazo hábil para a citação / intimação no novo endereço indicado antes da audiência já designada, essa deve ser mantida, determinando-se que se intime as partes pelo cartório;
b) Não havendo prazo hábil para a citação / intimação no novo endereço antes da audiência já designada, fica delegado ao CEJUSC a redesignação do ato por ser esse (fixação da data de audiência) mero ato ordinatório, uma vez que já tendo a realização dessa sido determinada pelo Juízo, sua estipulação pode ser realizada pelo CEJUSC; hipótese na qual as partes deverão ser intimadas pelo cartório, servido o termo de redesignação de carta/mandado de citação/intimação/carta precatória.
8- Caso a parte requerida, eventualmente, manifeste expressamente o desinteresse na autocomposição com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência da audiência designada e caso o autor também ter manifestado expressamente essa vontade na petição inicial (CPC, artigo 334, § 5º), a audiência não será realizada (CPC, artigo 334, § 4º, inciso I), devendo ser comunicado ao CEJUSC, para anotação e/ou baixa na pauta.
9- Se o réu alegar, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, desde já faculto ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu, devendo a escrivania lhe abrir vista neste sentido independentemente de novo despacho nesse sentido.
10- Na hipótese de ser apresentada a contestação antes da audiência de conciliação com alegação de incompetência relativa ou absoluta, suspenda-se a audiência designada (CPC, artigo 339, §3º), comunicando-se ao CEJUSC para anotação ou baixa na pauta. Nessa hipótese, intime-se a parte autora para dizer sobre a arguição de incompetência no prazo de 10 (dez) dias, retornando os autos conclusos para decisão (CPC, artigo 64, § 2º).
11- Se o réu o réu propor reconvenção, intime-se o autor, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 dias (CPC, artigo 343, § 1º).
12- Caso o réu alegue, na contestação, fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, intime-se o requerente, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá produzir suas provas a respeito (CPC, artigo 350).

13- Na hipótese do réu aduzir na contestação qualquer das preliminares indicadas no artigo 337 do CPC, intime-se o requerente, na pessoa de seu advogado, para responder no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá produzir suas provas a respeito (CPC, artigo 351).
14- Em qualquer das hipóteses anteriores, em que o autor foi intimado para responder as arguições do réu, deverá ele desde logo especificar se tem outras provas a serem produzidas, além daquelas que já tiver apresentado no processo, justificando a necessidade e a pertinência.
16- Se a parte requerida não contestar a ação no prazo legal ou se o fizer intempestivamente, certifique-se e retornem conclusos para análise sobre a ocorrência ou não dos efeitos da revelia e quanto a necessidade de intimação do autor para especificação de provas (CPC, artigo 348).
17- Remetam-se os autos ao CEJUSC para realização da audiência e dos demais atos concernentes, nos termos da regulamentação normativa respectiva.
SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO CARTA, MANDADO, PRECATÓRIA, OFÍCIO e demais atos pertinentes, devendo ser instruído com as cópias necessárias.
Cumpra-se.
Jaru - RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Maxulene de Sousa Freitas
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente
DADOS PARA CUMPRIMENTO:
REU: JIPABRAS COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA, PADRE ADOLFO RHOL 2164, SALA B CASA PRETA - 76907-538 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0222 / E-mail: cacjaru@tjro.jus.br
Processo nº: 7003859-04.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Atraso de vôo, Cancelamento de vôo
Requerente/Exequente: HENRIQUE JENNER BISSOLI DE ARAUJO MOREIRA, JOAO JENNER BISSOLI DE ARAUJO MOREIRA
Advogado do requerente: JAQUELINE MARTINS PIRES LUZ, OAB nº RO11698, LARISSA LIMA DA SILVA, OAB nº RO11694
Requerido/Executado: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A
Advogado do requerido: SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos, etc.
1- Intimem-se os genitores dos menores para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos subsídios a corroborar a alegação de incapacidade financeira mediante a apresentação de demonstrativo de rendimentos, bem como contracheque, declaração de semoventes emitidas diretamente pelo IDARON, declaração de imposto de renda ou outro documento capaz de evidenciar o estado de hipossuficiência alegada, no prazo de 15 dias.
Saliento que o STJ já firmou entendimento de que a gratuidade judiciária sempre será concedida ao menor de idade nas ações que versarem sobre pensão alimentícia.
Contudo, no caso dos autos, o direito pleiteado é disponível. Desse modo, a análise dos requisitos para concessão ou não da gratuidade judiciária deve ser feita em face dos representantes legais da criança/adolescente.
Nesse sentido:
Agravo de instrumento. Gratuidade judiciária. Evidência de falta de pressupostos. Custas. Obrigação tributária. Menor. Hipossuficiência presumida. Responsabilidade solidária dos pais. Evidência de falta de pressupostos para o benefício. Exigência de demonstração da hipossuficiência. A capacidade tributária passiva independe da capacidade civil das pessoas naturais. Assim sendo, a criança também é considerada contribuinte e pode ser responsabilizada pelo pagamento de tributos. Os pais respondem solidariamente pelos filhos menores nos casos em que haja impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte. Apesar de a hipossuficiência da criança ser presumida, os genitores, na condição de responsáveis solidários, diante da evidência de falta de pressupostos para a concessão da gratuidade, devem demonstrar a sua hipossuficiência financeira a fim obter a gratuidade da justiça em nome do menor. (AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0801952-31.2019.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 27/05/2020).
2- Sendo assim, comprovada a diligência supramencionada, tornem os autos conclusos para análise da emenda.
3- Decorrendo in albis o prazo, certifique e voltem-me conclusos para extinção.
Decisão encaminhada automaticamente pelo sistema de informática para publicação no Diário da Justiça.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, CARTA PRECATÓRIA e demais atos, devendo ser instruída com as cópias necessárias.
Cumpra-se.
Jaru - RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Maxulene de Sousa Freitas
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente
DADOS PARA CUMPRIMENTO:
AUTORES: HENRIQUE JENNER BISSOLI DE ARAUJO MOREIRA, RUA TAPAJÓS 4551, CASA 02 SETOR 02 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA, JOAO JENNER BISSOLI DE ARAUJO MOREIRA, RUA TAPAJÓS 4551, CASA 02 SETOR 02 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, 1069, Setor 2, Jaru - RO - CEP: 76890-000 - Fone/Fax: (69) 35212393
e-mail: interiorfiscaiscpe@tjro.jus.br
Processo : 7003492-77.2023.8.22.0003
Classe : CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)
DEPRECANTE: ANTONIO OLIVEIRA SOUZA
Advogado do(a) DEPRECANTE: ANDERSON GUTEMBERG COSTA - ES7653
REU: HELENA MENEGUETHI SARTORIO e outros
Intimação
Fica a parte Deprecante intimada da diligência do oficial de justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
Jaru, 17 de julho de 2023.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, JaruProcesso nº: 7001481-75.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Usucapião Extraordinária
Requerente/Exequente: J. R. R. D. S.
Advogado do requerente: MIKELE LOPES MACHADO, OAB nº RO12087, THAIS ELER ANTUNES, OAB nº RO10478, HENRIK FRANCA LOPES, OAB nº RO7795, RAFAEL SILVA BATISTA, OAB nº RO8472
Requerido/Executado: D. S., T. S. S.
Advogado do requerido: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
Considerando o diferimento das custas em sede de agravo de instrumento, recebo a inicial para processamento.
1. Citem-se os requeridos e os confinantes, pessoalmente, nos termos do §3º, art. 246 do CPC. " O confinante certo deve ser citado pessoalmente para a ação de usucapião" - Súmula 391 do STF. Citem-se, também, os requeridos, nos termos da legislação processual vigente.
2. Quanto aos terceiros eventualmente interessados, citem-se por edital (artigo 259, I, do CPC), para que se manifestem no prazo de 15 (quinze) dias, por interpretação analógica ao prazo previsto no artigo 216-A, §4.º, da nova redação da Lei 6.015/73 (estabelecida pelo artigo 1.071, do CPC) , já que o CPC não o estabelece.
3. Intimem-se as Fazendas Públicas e o INCRA, para que se manifestem sobre o pedido, no prazo de 15 (quinze) dias, por interpretação analógica ao §3.º, do artigo 216-A, da Lei de Registros Públicos, consignando-se que a ausência de resposta será interpretada como desinteresse no feito.
Pratique-se o necessário.
Cumpra-se.
SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO DE CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, caso conveniente à escrivania.
Jaru - RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Maxulene de Sousa Freitas
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0213 / E-mail: cacjaru@tjro.jus.br
Processo nº: 0005139-47.2014.8.22.0003
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Responsabilidade Fiscal
Requerente/Exequente: Estado de Rondônia
Advogado do requerente: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Requerido/Executado: GUILHERME ANTONIO MORENO NETTO, ROSA GARBELINI MORENO, R . G . MORENO - EPP
Advogado do requerido: ANADRYA SOUSA TERADA NASCIMENTO, OAB nº RO5216A, KINDERMAN GONCALVES, OAB nº RO1541A, FRANCISCO CESAR TRINDADE REGO, OAB nº RO75A
DECISÃO
Vistos, etc.
1- Proceda com a liberação dos valores na forma requerida pelo exequente.
2- Após, retornem os autos ao arquivo.
Cumpra-se.
Jaru - RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Maxulene de Sousa Freitas
Juiz(a) de Direito
Assinado Digitalmente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0213 / E-mail: cacjaru@tjro.jus.br
Número do processo: 7003663-05.2021.8.22.0003
Classe: Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos
Polo Ativo: V. S. D. S. M., C. M. D. S.
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: MARCIA YUMI MITSUTAKE, OAB nº RO7835, LUCAS BRANDALISE MACHADO, OAB nº RO931, EVERTON ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA REIS, OAB nº RO7649
Polo Ativo: V. F. D. M.
ADVOGADO DO REQUERIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Em id nº 91823771 a parte pleiteia o redirecionamento da execução de alimentos em desfavor dos avós, considerando a não localização do genitor, ora executado.
Contudo, incabível referido pedido, tendo em vista que os avós paternos não foram obrigados a pagarem a pensão alimentícia no título judicial, a qual deu origem à presente execução.
Caso queira, poderá a parte exequente ajuizar ação própria, requerendo alimentos avoengos, a fim de estabelecer obrigação alimentar em relação a eles. Após aludida providência, poderá ser direcionada eventual execução.
Por oportuno:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. DECISÃO QUE INDEFERIU A INCLUSÃO DOS AVÓS PATERNOS NA DEMANDA EXECUCIONAL. RECURSO DO CREDOR ALIMENTAR. EXEQUENTE QUE PUGNA PELA INCLUSÃO DOS AVÓS PATERNOS NO POLO PASSIVO DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS EM RAZÃO DE O GENITOR (DEVEDOR) ESTAR EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO QUE IMPONHA AOS AVÓS A OBRIGAÇÃO DE SE RESPONSABILIZAREM PELOS ALIMENTOS DEVIDOS PELO PAI. OBRIGAÇÃO DESTINADA TÃO SOMENTE AO GENITOR. PLEITO DE INCLUSÃO DOS AVÓS QUE DEVE SER FEITO EM AÇÃO DE CONHECIMENTO, SOB O CRIVO DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DECISÃO MANTIDA INCÓLUME. “É incabível a inclusão dos avós paternos no polo passivo de execução de alimentos amparada em título executivo que estabelece como devedor alimentar apenas o genitor do exequente. Eventual obrigação alimentar dos avós deve ser requerida em ação própria, com observância aos princípios do contraditório e ampla defesa.” (TJ-SC - AI: 40139801020178240000 Itapiranga 4013980-10.2017.8.24.0000, Relator: André Carvalho, Data de Julgamento: 09/04/2019, Sexta Câmara de Direito Civil)
Dito isso, intime-se a parte exequente para dar andamento no feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 dias.
Serve a presente como carta/mandado/ofício e demais comunicações necessárias, caso conveniente à escrivania.
Jaru/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito
EXEQUENTES: V. S. D. S. M., CPF nº 03603629230, AV. RIO BRANCO 3060, INEXISTENTE SETOR 05 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA, C. M. D. S., CPF nº 71580964249, AV. RIO BRANCO 3060, INEXISTENTE SETOR 05 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
REQUERIDO: V. F. D. M., RUA SUCUPIRA, n. 830 CENTRO - 76898-000 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Jaru - 2ª Vara Cível
Rua Raimundo Cantanhede, nº 1069, Bairro Setor 2, CEP 76890-000, Jaru
Telefone: (69) 3521-0213 / E-mail: cacjaru@tjro.jus.br
Processo: 7000072-64.2023.8.22.0003
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
REQUERENTE: MARIANA ENDRINGER BONFA BOTTON
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: LOJAS COLOMBO SA COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS
ADVOGADO DO REQUERIDO: JULIO CESAR GOULART LANES, OAB nº AL9340
DECISÃO
Vistos,
1) Por ser tempestivo o recurso inominado, recebo-o, nos termos do art. 43, da Lei nº 9.099/95.
2) Considerando que a parte recorrida apresentou suas contrarrazões recursais e nada foi alegado quanto a admissibilidade do recurso, encaminhem-se os autos a Egrégia Turma Recursal, com as sinceras homenagens deste Juízo.
Às providências e expedientes necessários, observando as formalidades legais.
Cumpra-se.
Jaru/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito
Assinado Digitalmente
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDA, COMO CARTA AR/MANDADO e DEMAIS ATOS:
Dados para cumprimento:
REQUERENTE: MARIANA ENDRINGER BONFA BOTTON, TIRADENTES 1270 SETOR 02 - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
REQUERIDO: LOJAS COLOMBO SA COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS, CELESTINO MENSSING DE SIQUEIRA 411, SALA 01 CIDADE INDUSTRIAL - 81350-240 - CURITIBA - PARANÁ

COMARCA DE PIMENTA BUENO

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Pimenta Bueno - Juizado Especial
Endereço: Avenida Presidente Kennedy, 1065, Bairro dos Pioneiros, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76970-000
==========
Processo nº: 7001501-48.2023.8.22.0009 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (14695)
REQUERENTE: JOAO RICARDO GEROLOMO DE MENDONCA
Advogado do(a) REQUERENTE: DENIS NASCIMENTO PEREIRA - RO11048
REQUERIDO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO
Intimação AO REQUERENTE
Por determinação do(a) MM. Juiz(a) de Direito, deste Juizado Especial da Fazenda Pública, fica Vossa Senhoria intimada para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar impugnação à contestação.
Pimenta Bueno/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Pimenta Bueno - Juizado Especial
Endereço: Avenida Presidente Kennedy, 1065, Bairro dos Pioneiros, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76970-000
==========
Processo nº: 7004320-26.2021.8.22.0009 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: ROSANGELA ALVES PINTO
Advogados do(a) EXEQUENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA - RO4046, FELIPE WENDT - RO4590, ROSANA FERREIRA PONTES - RO6730
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO
Intimação AO EXEQUENTE (VIA DJE)
Finalidade: Intimar a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar sobre a petição apresentada pela parte executada.
Pimenta Bueno/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Pimenta Bueno - Juizado Especial
Endereço: Avenida Presidente Kennedy, 1065, Bairro dos Pioneiros, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76970-000
==========
Processo nº: 7000098-78.2022.8.22.0009 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: CAROLINA DE FATIMA CORRENTE
Advogados do(a) EXEQUENTE: JOILSON SANTOS DE ALMEIDA - RO0003505A, PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR - RO0002394A
NÃO DENUNCIADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Intimação AO EXEQUENTE (VIA DJE)
Finalidade: Intimar a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar sobre a petição apresentada pela parte executada.
Pimenta Bueno/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Pimenta Bueno - Juizado Especial
Endereço: Avenida Presidente Kennedy, 1065, Bairro dos Pioneiros, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76970-000
==========
Processo nº: 7004789-72.2021.8.22.0009 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: FERNANDA DUARTE ESTEVES
Advogados do(a) EXEQUENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA - RO4046, FELIPE WENDT - RO4590, ROSANA FERREIRA PONTES - RO6730
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Em cumprimento ao Despacho ID nº 86984262, promovo a intimação da parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar nova planilha de cálculo do valor exigido, incluindo os meses remanescentes, observando-se as disposições da Lei 12.153/2009, ou requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento.
Pimenta Bueno/RO, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002983-31.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: HYPOLYTI DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA, COSTA MARQUES 1076, NÃO INFORMADO ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: OSEIAS DAS GRACAS ALVES, OAB nº RO11792, ODENIR ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR, OAB nº RO11089, MARCELO DE ALMEIDA MACHADO, OAB nº RO12115
POLO PASSIVO
EXECUTADO: JAQUELINE DE SOUZA BITENCOURT, RUA DO TAMBORIM 1713, RESIDÊNCIA CASTANHEIRA - 76811-482 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 8.740,49(oito mil, setecentos e quarenta reais e quarenta e nove centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
Indefiro o pedido de dispensa de participação em audiência de conciliação, uma vez que a solenidade visa garantir maior celeridade processual, sendo este, um dos princípios basilares dos Juizados Especiais.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: “É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003002-37.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO

AUTOR: MARIA NEUSA VIEIRA DE CAMPOS, RUA JUAREZ TÁVORA 222 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JANAINA MESQUITA MARREIRO, OAB nº RO5452A
POLO PASSIVO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 639, 9 ANDAR, ED. JATOBÁ, CASTELO BRANCO OFFICE PARK TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
R$ 10.000,00
DESPACHO
Trata-se de AÇAO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, no entanto, compulsando os autos verifico que a parte autora juntou comprovante de endereço em nome de terceiro alheio à lide.
Intime-se para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos comprovante de endereço em seu nome, ou em nome de terceiro para com quem haja vínculo devidamente demonstrado nos autos, que poderá ser uma fatura de água, energia elétrica, telefone, fatura de cartão de crédito ou correspondência bancária em seu nome, sob pena de indeferimento da inicial.
Serve como intimação via Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002353-72.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: C. M. MUCUTA EIRELI - ME, RUI BARBOSA 130, NÃO INFORMADO DOS PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCIO PEREIRA ALVES, OAB nº RO8718A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: EDERALDO PAIXAO DA SILVA, AV MARECHAL TEODORO DE FONSECA 616 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 2.642,83
SENTENÇA
Vistos.
Determinada a intimação do Exequente para emenda da inicial, nos termos do despacho de ID n. 91593389, verificou-se sua inércia, não corrigindo o equívoco apontado na peça exordial (certidão de ID n. 91193370).
Destarte, com fundamento no artigo 485, I c.c 321, p. único, ambos do Código de Processo Civil, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e, por consequência, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO o presente processo.
Arquive-se
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003041-34.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: M & M ODONTOLOGIA LTDA - ME, AV CARLOS DONEJE 101, SALA B SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, OAB nº RO7414A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ELIZEU PISTILHI, RUA JONAS ANTÔNIO DE SOUZA 1425 CENTRO - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 16.533,64(dezesseis mil, quinhentos e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).

Despacho SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.

Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003066-47.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ROSILIANE CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS, RUA JUAREZ TÁVORA 331 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586
POLO PASSIVO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO sem numero, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 20.000,00(vinte mil reais)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).

Despacho SERVINDO COMO MANDADO
Vistos.
Não será admitida inversão do ônus da prova para que a empresa requerida apresente os documentos, haja vista que o deferimento de tal pedido configuraria a cautelar de exibição de documentos, procedimento este incompatível com o rito dos Juizados, nos termos do Enunciado 8 do Fonaje: "ENUNCIADO 8 – As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais."
Diante da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Art. 4º As sessões de julgamento e as audiências, inclusive de réus presos e de adolescentes em conflito com a lei internados, realizar-se-ão por videoconferência ou virtual, mediante sistema disponibilizado pela Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação (STIC), enquanto estiverem prorrogadas as medidas de prevenção ao contágio pelo COVID-19.
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
XIV – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação, de acordo com Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria n. 001/2017, publicada no DJe 104, de 08/06/2017;
XVI- na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados. Entretanto, nos casos em que houver mais de um requerido ou contestações, mesmo de apenas um requerido, com mais de (4) quatro laudas ou 4 (quatro) documentos juntados, será facultado à parte requerente o prazo de 24h para apresentar impugnação, se estiver acompanhada de advogado, ou de 48h no caso de estar desacompanhada de patrono;
XVII– Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XIX – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XVIII– havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.

XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003127-05.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: MARCELO VIEIRA BRETAS 01606163108, R DOS PIONEIROS 777, CONJ NOVA CALIFORNIA - 76848-000 - NOVA CALIFÓRNIA (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 3.156,62(três mil, cento e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).

Despacho SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;

XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003100-22.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: TEREZINHA LUCIA DA SILVA, RUA 09 DE JULHO 754 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: VALERIA PINHEIRO DE SOUZA, OAB nº RO9188, RUBENS DEMARCHI, OAB nº RO2127
POLO PASSIVO
REQUERIDOS: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO, AV. CASTELO BRANCO 1046 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, Estado de Rondônia, AC ESPLANADA DAS SECRETARIAS 2986, ED. PACAÁS NOVOS, 3 ANDAR PEDRINHAS - 76801-976 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

Despacho SERVINDO COMO CITAÇÃO
Vistos, etc.
Tendo em vista os princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 cc art.2º da Lei 9.099/95), deixo de designar a solenidade conciliatória, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública, a audiência restou frustrada, pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação específica que regulamente a Lei 12.153/09 neste ponto, o que redunda em desperdício de tempo e expedientes da escrivania.
Neste norte, discutindo-se nos autos de matéria preponderantemente de direito, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da Lei 12.153/09.
Caso haja interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá consignar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 15 (quinze) dias se desejar e após o transcurso, venham conclusos os autos para SENTENÇA.
CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CITAÇÃO via sistema.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003092-45.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
EXEQUENTE: ANDREA PEREIRA GUIMARAES EIRELI - ME, AV. EFRAIRM GOULART DE BARROS 3802, FONE: 8100-5572 E 8119-8785 CENTRO - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ELESSANDRA APARECIDA FERRO, OAB nº RO4883, HENRIQUE SCARCELLI SEVERINO, OAB nº RO2714A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: SANDRA SIQUEIRA DE LARA, RUA JONAS ANTÔNIO DE SOUZA 1417 CENTRO - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 470,76(quatrocentos e setenta reais e setenta e seis centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE

LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: “É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003093-30.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
EXEQUENTE: ANDREA PEREIRA GUIMARAES EIRELI - ME, AV. EFRAIRM GOULART DE BARROS 3802, FONE: 8100-5572 E 8119-8785 CENTRO - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ELESSANDRA APARECIDA FERRO, OAB nº RO4883, HENRIQUE SCARCELLI SEVERINO, OAB nº RO2714A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: JOSE RENATO OLIVEIRA, ESTRADA DO PEQUIZEIRO, LOTE 38 Lote 38 ZONA RURAL - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 1.299,33(mil, duzentos e noventa e nove reais e trinta e três centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.

Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito", determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003126-20.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: WILLIAINE SILVA DE SOUZA, RUA DIVINO TAQUARI 2295, - DE 2738 A 2946 - LADO PAR VALPARAÍSO - 76908-714 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 812,34(oitocentos e doze reais e trinta e quatro centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).

Despacho SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.

Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003038-79.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: M & M ODONTOLOGIA LTDA - ME, AV CARLOS DONEJE 101, SALA B SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, OAB nº RO7414A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: PAOLA SANTOS DE LUCA DILLI, RUA 09 DE JULHO 795 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 606,48(seiscentos e seis reais e quarenta e oito centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.

No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: “É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003060-40.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTORES: JOSIANA APARECIDA DA SILVA, AVENIDA FORTALEZA 1086 BAIRRO NOVA PIM - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, RUA ALCINDA RIBEIRO DE SOUZA 585 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
POLO PASSIVO
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3600 A 3894 - LADO PAR INDUSTRIAL - 76821-062 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 1.450,00(mil e quatrocentos e cinquenta reais)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
Despacho SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
Não será admitida inversão do ônus da prova para que a empresa requerida apresente os documentos, haja vista que o deferimento de tal pedido configuraria a cautelar de exibição de documentos, procedimento este incompatível com o rito dos Juizados, nos termos do Enunciado 8 do Fonaje: “ENUNCIADO 8 – As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais.”
Diante da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.

Art. 4º As sessões de julgamento e as audiências, inclusive de réus presos e de adolescentes em conflito com a lei internados, realizar-se-ão por videoconferência ou virtual, mediante sistema disponibilizado pela Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação (STIC), enquanto estiverem prorrogadas as medidas de prevenção ao contágio pelo COVID-19.
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
XIV – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação, de acordo com Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria n. 001/2017, publicada no DJe 104, de 08/06/2017;
XVI- na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados. Entretanto, nos casos em que houver mais de um requerido ou contestações, mesmo de apenas um requerido, com mais de (4) quatro laudas ou 4 (quatro) documentos juntados, será facultado à parte requerente o prazo de 24h para apresentar impugnação, se estiver acompanhada de advogado, ou de 48h no caso de estar desacompanhada de patrono;
XVII– Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XIX – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XVIII– havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Pimenta Bueno - Juizado Especial Avenida Presidente Kennedy, 1065, Bairro dos Pioneiros, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76970-000,(69) 34512819

Processo nº 7000734-10.2023.8.22.0009 EXEQUENTE: R. H. COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME Advogado do(a) EXEQUENTE: SUZAN DENADAI COSTA - RO10216
EXECUTADO: RAFAEL GOMES VITAL INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências da CEJUSC, conforme informações abaixo: Tipo: Conciliação - JEC Sala: CEJUSC 3 Data: 28/08/2023 Hora: 08:00 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO DO CEJUSC DE PIMENTA BUENO: 3452-0940 (é o número de atendimento pelo whatsapp do CEJUSC)
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO: 1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência. ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG);
Pimenta Bueno, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003130-57.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: RENARLLY APARECIDA RODRIGUES, RUA MARECHAL DEODORO 292 CENTRO - 78200-000 - CÁCERES - MATO GROSSO
Valor da Causa: R$ 32.692,88(trinta e dois mil, seiscentos e noventa e dois reais e oitenta e oito centavos)

DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).

Despacho SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003134-94.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: ELIZANEA FERNANDES DOS SANTOS DE PAULA, AVENIDA MELVIN JONES 1731 CRISTO REI - 76983-407 - VILHENA - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 3.917,05(três mil, novecentos e dezessete reais e cinco centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).

Despacho SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.

XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003137-49.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: NEILIA MARIA FERNANDES, AVENIDA SABINO BEZERRA DE QUEIROZ 5422 JARDIM ELDORADO - 76987-046 - VILHENA - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 2.445,22(dois mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e vinte e dois centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).

Despacho SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;

XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003140-04.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: JOANA LUCIA CRUZ GOMES PAIXAO 85895547249, OLEGARIO DE MENDONCA 2391 SAO CRISTOVAO - 69800-000 - HUMAITÁ - AMAZONAS
Valor da Causa: R$ 33.785,88(trinta e três mil, setecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e oito centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
Despacho SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;

X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003147-93.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: LAZARO ROBERTO BESERRA, LINHA P08, SUL DA FA 01, KM 2 S/N ZONA RURAL - 76977-000 - SÃO FELIPE D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ROUSCELINO PASSOS BORGES, OAB nº RO1205
POLO PASSIVO
REU: DIEGO TROMBINI DE JESUS, RUA RONALDO ARAGÃO, FINAL DA RUA CIDADE - 76977-000 - SÃO FELIPE D'OESTE - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 37.940,00(trinta e sete mil, novecentos e quarenta reais)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).

Despacho SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;

V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002977-24.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: WELLINGTON CRIZAN DUARTE, LINHA 37 S/N ZONA RURAL - 76977-000 - SÃO FELIPE D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA, AC PRIMAVERA DE RONDONIA 1466, RUA JONAS ANTÔNIO DE SOUZA 1466 CENTRO - 76976-970 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA

Despacho SERVINDO COMO CITAÇÃO
Vistos, etc.
Tendo em vista os princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 cc art.2º da Lei 9.099/95), deixo de designar a solenidade conciliatória, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública, a audiência restou frustrada, pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação específica que regulamente a Lei 12.153/09 neste ponto, o que redunda em desperdício de tempo e expedientes da escrivania.
Neste norte, discutindo-se nos autos de matéria preponderantemente de direito, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da Lei 12.153/09.
Caso haja interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá consignar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 15 (quinze) dias se desejar e após o transcurso, venham conclusos os autos para SENTENÇA.
CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CITAÇÃO via sistema.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003015-36.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: MARIA CECILIA DE PAULA - ME, AV. CUNHA BUENO 751 , TELEFONE 3451-8467 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, OAB nº RO7414A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: DEIVID LIMA PEREIRA, AV. VITÓRIA 1995 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 621,80(seiscentos e vinte e um reais e oitenta centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: “É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003032-72.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ROSANA FERNANDES, LADO NORTE KM 9 LINHA 168 - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: GREIZIANE ALVES LIMA, OAB nº GO42644
POLO PASSIVO

REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, ANDAR 9 EDIF JATOBA COND CASTELO BRANCO OFFICE PAR TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
Valor da Causa: R$ 30.000,00(trinta mil reais)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).

Despacho SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003010-14.2023.8.22.0009 Homologação da Transação Extrajudicial
POLO ATIVO
REQUERENTE: JULIETA COMERCIO DE CONFECCOES LTDA, AVENIDA TURÍBIO ODILON RIBEIRO 473, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
REQUERENTE: CLEUSA ALVES PERERA, RUA MINAS GERAIS 173 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
Sentença
As partes informaram a composição por meio de acordo extrajudicial, requerendo a homologação, nos termos da petição juntada nos autos.
Assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas.
Havendo descumprimento admito o prosseguimento nos mesmos autos devendo virem conclusos para decisão.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003024-95.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: MARINALVA DE JESUS MOURA, LINHA FA 01 KM 18 ZONA RURAL - 76977-000 - SÃO FELIPE D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: WILMA PEREIRA MARIANO, OAB nº RO10731, SHEINE MARCELA SANTOS TEOTONIO, OAB nº RO11604
POLO PASSIVO
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 24.140,31(vinte e quatro mil, cento e quarenta reais e trinta e um centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).

Despacho SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
Não será admitida inversão do ônus da prova para que a empresa requerida apresente os documentos, haja vista que o deferimento de tal pedido configuraria a cautelar de exibição de documentos, procedimento este incompatível com o rito dos Juizados, nos termos do Enunciado 8 do Fonaje: "ENUNCIADO 8 – As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais."
Diante da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Art. 4º As sessões de julgamento e as audiências, inclusive de réus presos e de adolescentes em conflito com a lei internados, realizar-se-ão por videoconferência ou virtual, mediante sistema disponibilizado pela Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação (STIC), enquanto estiverem prorrogadas as medidas de prevenção ao contágio pelo COVID-19.
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;

IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
XIV – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação, de acordo com Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria n. 001/2017, publicada no DJe 104, de 08/06/2017;
XVI- na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados. Entretanto, nos casos em que houver mais de um requerido ou contestações, mesmo de apenas um requerido, com mais de (4) quatro laudas ou 4 (quatro) documentos juntados, será facultado à parte requerente o prazo de 24h para apresentar impugnação, se estiver acompanhada de advogado, ou de 48h no caso de estar desacompanhada de patrono;
XVII– Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XIX – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XVIII– havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003061-25.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: EDIS LUIS DOS SANTOS, RUA JUAREZ TÁVORA 331 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586
POLO PASSIVO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, ANDAR 9 EDIF JATOBA COND CASTELO BRANCO OFFICE PAR TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
Valor da Causa: R$ 20.200,00(vinte mil, duzentos reais)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
Despacho SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa

à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003113-21.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: J R COMERCIO DE ELETRONICOS E INFORMATICA LTDA - ME, RUA VASCO DA GAMA 50 CENTRO - 76977-000 - SÃO FELIPE D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALFREDO LAURENT FILHO, OAB nº RO12100
POLO PASSIVO
EXECUTADO: MARIANA GONCALVES DA SILVA, TRAVESSA AMERICANA 960 CENTRO - 76977-000 - SÃO FELIPE D'OESTE - RONDÔNIA

Valor da causa: R$ 1.578,49(mil, quinhentos e setenta e oito reais e quarenta e nove centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito", determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002971-17.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: EDNA BUENO PEREIRA FEITOZA, AC PRIMAVERA DE RONDONIA ZONA RURAL, ET KAPA 24, S/N, KM 14 CENTRO - 76976-970 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA, AC PRIMAVERA DE RONDONIA 1466, RUA JONAS ANTÔNIO DE SOUZA 1466 CENTRO - 76976-970 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA

Despacho SERVINDO COMO CITAÇÃO
Vistos, etc.
Tendo em vista os princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 cc art.2º da Lei 9.099/95), deixo de designar a solenidade conciliatória, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública, a audiência restou frustrada, pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação específica que regulamente a Lei

12.153/09 neste ponto, o que redunda em desperdício de tempo e expedientes da escrivania.
Neste norte, discutindo-se nos autos de matéria preponderantemente de direito, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da Lei 12.153/09.
Caso haja interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá consignar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 15 (quinze) dias se desejar e após o transcurso, venham conclusos os autos para SENTENÇA.
CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CITAÇÃO via sistema.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002357-12.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: C. M. MUCUTA EIRELI - ME, RUI BARBOSA 130, NÃO INFORMADO DOS PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCIO PEREIRA ALVES, OAB nº RO8718A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: EDGARZITO FRANCISCO CHAGAS, RUA DOM PEDRO II 347 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 2.140,24
SENTENÇA
Vistos.
Determinada a intimação do Exequente para emenda da inicial, nos termos do despacho de ID n. 91593390, verificou-se sua inércia, não corrigindo o equívoco apontado na peça exordial (certidão de ID n. 91194292).
Destarte, com fundamento no artigo 485, I c.c 321, p. único, ambos do Código de Processo Civil, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e, por consequência, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO o presente processo.
Arquive-se
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002985-98.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: CAMILLY MARIA LEOPOLDINO COUTINHO, SANTOS DUMONT 68, AP 02 DOS PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCELO DE ALMEIDA MACHADO, OAB nº RO12115, OSEIAS DAS GRACAS ALVES, OAB nº RO11792, ODENIR ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR, OAB nº RO11089
POLO PASSIVO
REU: D. G. G. DA SILVA LTDA, AVENIDA ROSA CONCEIÇÃO DOS SANTOS 5241 JARDIM ASSUNÇÃO - 78720-210 - RONDONÓPOLIS - MATO GROSSO, FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS DE MENESES JUNIOR, AVENIDA ROSA CONCEIÇÃO DOS SANTOS 5241 JARDIM ASSUNÇÃO - 78720-210 - RONDONÓPOLIS - MATO GROSSO
Valor da Causa: R$ 8.189,00(oito mil, cento e oitenta e nove reais)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).

Despacho SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.

Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003008-44.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
REQUERENTE: KAIQUE FREITAS NASCIMENTO
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALINE MORAES SOBREIRA, OAB nº RO12247
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO
R$ 10.000,00
DESPACHO
Trata-se de AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA, no entanto, compulsando os autos verifico que a parte autora juntou comprovante de endereço em nome de terceiro alheio à lide.
Intime-se para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos comprovante de endereço em seu nome, ou em nome de terceiro para com quem haja vínculo devidamente demonstrado nos autos, que poderá ser uma fatura de água, energia elétrica, telefone, fatura de cartão de crédito ou correspondência bancária em seu nome, sob pena de indeferimento da inicial.
Serve como intimação via Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003014-51.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: MARIA CECILIA DE PAULA - ME, AV. CUNHA BUENO 751 , TELEFONE 3451-8467 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, OAB nº RO7414A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: MARCILENE BARBOSA DA SILVA, AV. PRIMO FAVALESSA 964 ITAPORANGA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 2.992,80(dois mil, novecentos e noventa e dois reais e oitenta centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: “É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003133-12.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA

ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: ELIANA DA SILVA AMORIM, AVENIDA MARINHO PEREIRA FAMA 810, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 245,51(duzentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).

Despacho SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.

XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003138-34.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: M. L. A. MONTEIRO, AVENIDA CALAMA 8154, - DE 8130 A 8302 - LADO PAR TEIXEIRÃO - 76825-340 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 4.289,50(quatro mil, duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).

Despacho SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;

XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002968-62.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: DIONES RODRIGUES DE SOUZA, AV PADRE ANGELO 383 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: SUZAN DENADAI COSTA, OAB nº RO10216
POLO PASSIVO
REU: NEON FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS 1, RUA IGUATEMI 151, 19 andar, - LADO ÍMPAR ITAIM BIBI - 01451-011 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
R$ 8.000,00
DESPACHO
Trata-se de AÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS , no entanto, compulsando os autos verifico que a parte autora deixou de juntar qualquer documento comprobatório de endereço.
Intime-se para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos comprovante de endereço em seu nome, ou em nome de terceiro para com quem haja vínculo devidamente demonstrado nos autos, que poderá ser uma fatura de água, energia elétrica, telefone, fatura de cartão de crédito ou correspondência bancária em seu nome, sob pena de indeferimento da inicial.
Serve como intimação via Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002975-54.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: LEONTINA MARIA PEREIRA, AC PRIMAVERA DE RONDONIA 1855, RUA FRANCISCO SOARES CENTRO - 76976-970 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA, AC PRIMAVERA DE RONDONIA 1466, RUA JONAS ANTÔNIO DE SOUZA 1466 CENTRO - 76976-970 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
R$ 23.956,33
DESPACHO

Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA E IMPLANTAÇÃO SALARIAL , no entanto, compulsando os autos verifico que a parte autora deixou de juntar qualquer documento comprobatório de endereço.
Intime-se para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos comprovante de endereço em seu nome, ou em nome de terceiro para com quem haja vínculo devidamente demonstrado nos autos, que poderá ser uma fatura de água, energia elétrica, telefone, fatura de cartão de crédito ou correspondência bancária em seu nome, sob pena de indeferimento da inicial.
Serve como intimação via Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002974-69.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: ILDA TROMBINI NARDO, AC PRIMAVERA DE RONDONIA 4184, AV. JORGE TEIXEIRA CENTRO - 76976-970 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA, AC PRIMAVERA DE RONDONIA 1466, RUA JONAS ANTÔNIO DE SOUZA 1466 CENTRO - 76976-970 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
Despacho SERVINDO COMO CITAÇÃO
Vistos, etc.
Tendo em vista os princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 cc art.2º da Lei 9.099/95), deixo de designar a solenidade conciliatória, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública, a audiência restou frustrada, pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação específica que regulamente a Lei 12.153/09 neste ponto, o que redunda em desperdício de tempo e expedientes da escrivania.
Neste norte, discutindo-se nos autos de matéria preponderantemente de direito, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da Lei 12.153/09.
Caso haja interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá consignar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 15 (quinze) dias se desejar e após o transcurso, venham conclusos os autos para SENTENÇA.
CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CITAÇÃO via sistema.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002358-94.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: C. M. MUCUTA EIRELI - ME, RUI BARBOSA 130, NÃO INFORMADO DOS PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCIO PEREIRA ALVES, OAB nº RO8718A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ELIAS BORGES DA ROCHA, RUA PADRE ADOLFO 1145 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 521,05
SENTENÇA
Vistos.
Determinada a intimação do Exequente para emenda da inicial, nos termos do despacho de ID n. 91593917, verificou-se sua inércia, não corrigindo o equívoco apontado na peça exordial (certidão de ID n. 91195677).
Destarte, com fundamento no artigo 485, I c.c 321, p. único, ambos do Código de Processo Civil, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e, por consequência, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO o presente processo.
Arquive-se
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003189-45.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: MARIA CECILIA DE PAULA - ME, AV. CUNHA BUENO 751 , TELEFONE 3451-8467 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, OAB nº RO7414A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: JOSELIA SABINO DE SOUZA, LINHA P-12, km 07 ZONA RURAL - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 595,70(quinhentos e noventa e cinco reais e setenta centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: “É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003209-36.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: J A DE ANDRADE 2 AMIGOS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 1587 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875

POLO PASSIVO
EXECUTADO: ELCIO SANCHES DO NASCIMENTO, AVENIDA MACEIÓ 1195 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 810,08(oitocentos e dez reais e oito centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito", determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003205-96.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: J A DE ANDRADE 2 AMIGOS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 1587 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
EXECUTADO: JOAO RAMALHO XAVIER, AVENIDA SÃO LUÍS 1481 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 587,99(quinhentos e oitenta e sete reais e noventa e nove centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).

DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: “É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003220-65.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: J A DE ANDRADE 2 AMIGOS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 1587 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
EXECUTADO: KENNIO FREIRE PESSOA, RUA VILA LOBOS 221 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 20.863,86(vinte mil, oitocentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.

Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito", determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003163-47.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: AMILCAR CREMONESE NETO, AV CUNHA BUENO 824 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: THALES CEDRIK CATAFESTA, OAB nº RO8136
POLO PASSIVO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, 9 ANDAR, ED. JATOBÁ, COND. CASTELO BRANCO OF. PARK TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
Valor da Causa: R$ 13.200,00(treze mil, duzentos reais)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;

III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003245-78.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: MARIVANI BECALLI BORSUK EIRELI - EPP, AV CUNHA BUENO 631 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
EXECUTADO: LUCINEIA DA SILVA, RUA PONTO DE SEIXAS 30 TRIANGULO VERDE - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 1.009,62(mil, nove reais e sessenta e dois centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.

Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito", determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003207-66.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: MARLI DA SILVA DE OLIVEIRA, AVENIDA GUARARAPES 314 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MATHEUS GONCALVES RODRIGUES, OAB nº RO13188, MILENA FERNANDES NEVES, OAB nº RO10155A
POLO PASSIVO
REU: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, AVENIDA BARÃO DE TEFÉ 34 SAÚDE - 20220-460 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, RUA INÁCIO LUSTOSA 755 SÃO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, AVENIDA GETÚLIO VARGAS 1420, 5 E 6 ANDAR FUNCIONÁRIOS - 30112-021 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
ADVOGADO DOS REU: PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
Valor da Causa: R$ 19.281,12
DECISÃO SERVINDO COMO MANDADO
JUÍZO 100% DIGITAL
Esta ação tramitará como "Juízo 100% digital", nos termos da Resolução 345 do CNJ e Ato Conjunto n. 14/2022-PR-CGJ do TJ/RO - publicado no Diário da Justiça de N. 128, em 13/07/22, devendo a CPE garantir que todas as intimações sejam realizadas via sistema virtual, salvo se for retratada a opção do trâmite como Juízo 100% digital.
Vislumbra-se que o pedido se refere à concessão de liminar em tutela provisória de urgência incidental (conservativa), cujo objetivo "é conservar ou tutelar direitos, provisoriamente, para que oportunamente sejam satisfeitos de modo definitivo" (Teoria Geral do Processo – Comentários ao CPC de 2015 – Fernando da Fonseca Gajardoni).
São requisitos para aplicação do instituto acima mencionado: a) probabilidade do direito e perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (periculum in mora).
Verifica-se, in casu, no que tange ao pedido de suspensão dos descontos ocorrem desde o ano de 2011, sendo suspenso por um período em 2016, retornando em 2017, de modo que a urgência resta prejudicada.
Entretanto, por se tratar de seguro e, ao que se sabe, pode ser cancelado a qualquer momento, inclusive administrativamente, mediante requerimento, o que não mencionada nos autos, não há razão para o indeferimento.

Assim, defiro o pedido para determinar a ré GENERALI BRASIL SEGUROS S.A., a suspensão das cobranças referente ao seguro de vida em nome da autora, sob pena de multa de R$ 100,00 por cobrança realizada, até o limite de R$ 1.000,00.
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Nos termos do art. 3º do Ato Conjunto n. 14/2022-PR-CGJ do TJ/RO, todos os autos processuais serão praticados por meio eletrônico, de modo que o CEJUSC realizará a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permitido, inclusive, pela nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95.
O prazo para a requerida opor-se ao Juízo 100% digital é até a sua primeira manifestação do processo, ciente de que o silêncio importará em aceitação tácita, conforme art. 2º do Ato Conjunto n. 14/2022-PR-CGJ do TJ/RO.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
XIV – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação, de acordo com Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria n. 001/2017, publicada no DJe 104, de 08/06/2017;
XVI - na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados. Entretanto, nos casos em que houver mais de um requerido ou contestações, mesmo de apenas um requerido, com mais de (4) quatro laudas ou 4 (quatro) documentos juntados, será facultado à parte requerente o prazo de 24h para apresentar impugnação, se estiver acompanhada de advogado, ou de 48h no caso de estar desacompanhada de patrono;
XVII – Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XIX – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XVIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que o ato de citação deverá ser feito conforme o Provimento Nº 41/2020.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA DE CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003213-73.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO

REQUERENTE: MARIA CELOI AIRES DE TOLEDO, QUADRA II, CASA 25, 25 BNH-I - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JUCEMERI GEREMIA, OAB nº RO6860
POLO PASSIVO
REQUERIDO: UNASPUB - UNIAO NACIONAL DE AUXILIO AOS SERVIDORES PUBLICOS, MINISTRO HERMENEGILDO DE BARROS 80 ITAPOA - 31710-230 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
Valor da Causa: R$ 8.452,72(oito mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos.
Vislumbra-se que o pedido se refere à concessão de liminar em tutela provisória de urgência incidental (conservativa), cujo objetivo "é conservar ou tutelar direitos, provisoriamente, para que oportunamente sejam satisfeitos de modo definitivo" (Teoria Geral do Processo – Comentários ao CPC de 2015 – Fernando da Fonseca Gajardoni).
A autora requer a suspensão dos descontos realizados em seu benefício, sob o argumento de que jamais contratou com a ré.
Por se tratar de contrato de contraprestacional, não gera prejuízo às partes, de modo que o usuário pode escolher distratar a qualquer momento, salvo previsão contratual diversa.
Assim, concedo a medida, com o fim de deferir o pedido para que a ré promova a suspensão, com o respectivo plano e, consequentemente, todos os serviços oferecidos, no prazo de 10 dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 100,00 até o montante de R$ 1.000,00.
Diante da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Art. 4º As sessões de julgamento e as audiências, inclusive de réus presos e de adolescentes em conflito com a lei internados, realizar-se-ão por videoconferência ou virtual, mediante sistema disponibilizado pela Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação (STIC), enquanto estiverem prorrogadas as medidas de prevenção ao contágio pelo COVID-19.
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;

XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001135-43.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: PAULO ROBERTO BARBOSA LIMA, RUA SÃO JOÃO 789, - DE 262/263 A 848/849 CASA PRETA - 76907-606 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CLEITON CARLOS DE ABREU COELHO BARRETO, OAB nº RO428E
POLO PASSIVO
EXECUTADOS: ROSANGELA SILVA DA MOTA, CASEMIRO DE ABREU 112 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, ROSANGELA SILVA DA MOTA 00857433997, CASSIMIRO DE ABREU 112, NÃO INFORMADO PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: SEBASTIAO CANDIDO NETO, OAB nº RO1826
R$ 13.977,92
DECISÃO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade de ‘’teimosinha’’ pelo prazo de 15 dias.
Registre-se, por oportuno, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘’teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca sigilosa por ativo via Sisbajud.
Tentado o bloqueio de valores do executado (a) EXECUTADOS: ROSANGELA SILVA DA MOTA, CPF nº 00857433997, ROSANGELA SILVA DA MOTA 00857433997, CNPJ nº 18848962000160, no valor R$ 14.710,38, por meio do sistema SISBAJUD, sobreveio resultado parcialmente positivo, no importe de R$ 552,59, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
1. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não havendo advogado constituído, intime-o pessoalmente, nos termos do artigo 854, §2º, do CPC, para oferecer, caso queira, impugnação no prazo de 05 (cinco) dias (§3º), ou Intime-se o executado pessoalmente.
2. Havendo impugnação, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, manifestar-se. Após, venham os autos conclusos.
3. Não havendo impugnação, desde já, converto a indisponibilidade em penhora. INTIME-SE a exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar dados bancários para expedição de alvará transferência.
4. Decorrido o prazo do “item 3”, com ou sem manifestação, conclusos os autos para transferência dos valores e expedição de alvará.
SERVE COMO INTIMAÇÃO VIA DJE/ CARTA-AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7005557-61.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: GEFERSON ACAZ GOIS DA SILVA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: HEVANDRO SCARCELLI SEVERINO, OAB nº RO3065, SAMMUEL VALENTIM BORGES, OAB nº RO4356
POLO PASSIVO
EXECUTADO: LEONARDO MANOEL DOMINGOS DEMETRIO, ESTRADA GERAL MORRETES 99, AVENIDA CENTENÁRIO 2452 MORRETES - 88804-970 - CRICIÚMA - SANTA CATARINA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 5.211,00
DECISÃO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade de ‘’teimosinha’’ pelo prazo de 15 dias.
Registre-se, por oportuno, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘’teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca sigilosa por ativo via Sisbajud.
Tentado o bloqueio de valores do executado (a) EXECUTADO: LEONARDO MANOEL DOMINGOS DEMETRIO, CPF nº 10302627995, no valor R$ 5.900,00, por meio do sistema SISBAJUD, sobreveio resultado parcialmente positivo, no importe de R$ 398,40, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.

1. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não havendo advogado constituído, intime-o pessoalmente, nos termos do artigo 854, §2º, do CPC, para oferecer, caso queira, impugnação no prazo de 05 (cinco) dias (§3º), ou Intime-se o executado pessoalmente.
2. Havendo impugnação, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, manifestar-se. Após, venham os autos conclusos.
3. Não havendo impugnação, desde já, converto a indisponibilidade em penhora. INTIME-SE a exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar dados bancários para expedição de alvará transferência.
4. Decorrido o prazo do "item 3", com ou sem manifestação, conclusos os autos para transferência dos valores e expedição de alvará.
SERVE COMO INTIMAÇÃO VIA DJE/ CARTA-AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Pimenta Bueno - Juizado Especial
Endereço: Avenida Presidente Kennedy, 1065, Bairro dos Pioneiros, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76970-000
==========
Processo nº: 7001505-85.2023.8.22.0009 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (14695)
REQUERENTE: ELIAS FRANCISCO DE OLIVEIRA
Advogados do(a) REQUERENTE: ANNA CARMEN DE SOUZA PITA - RO10374, TALISSA NAIARA ELIAS LIMA - RO9552, YAMILE ALBUQUERQUE MAGALHAES - RO9810
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
Intimação AO REQUERENTE
Por determinação do(a) MM. Juiz(a) de Direito, deste Juizado Especial da Fazenda Pública, fica Vossa Senhoria intimada para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar impugnação à contestação.
Pimenta Bueno/RO, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002967-77.2023.8.22.0009 Carta Precatória Cível
POLO ATIVO
DEPRECANTE: LUCIANE DA SILVA LTDA, DAS MANGUEIRAS 1644, - DE 1458/1459 A 1688/1689 VISTA ALEGRE - 76960-050 - CACOAL - RONDÔNIA
DEPRECANTE SEM ADVOGADO(S)
POLO PASSIVO
DEPRECADO: MARLUCIA QUEIROZ SENARIO, RUA VALDIVINO MARQUES BARBOSA s/n, FUNDOS DA MEDAS' MÓVEIS CENTRO - 76977-000 - SÃO FELIPE D'OESTE - RONDÔNIA
DEPRECADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
A presente carta precatória preenche aos requisitos mencionados nos artigos 264 e 250 do CPC (Lei 13.105/2015).
1 - Cumpra-se o ato solicitado.
1.1) CÓPIA DA CARTA PRECATÓRIA SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDA, DE MANDADO DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A CPE.
1.2) - Após, cumprido o ato, devolva-se à origem com nossos cumprimentos.
1.3) - Em seguida, não havendo pendências, arquivem-se estes autos.
2 - Consigno que, caso o Oficial de Justiça certifique que a pessoa a ser citada/intimada tenha mudado de endereço e certifique o atual, fica, desde já, determinada, independente de nova deliberação, a remessa da presente ao juízo da comarca que se referir o novo endereço, dado o caráter itinerante das Cartas Precatórias, devendo ser observada pela CPE a comunicação ao juízo deprecante quanto a essa remessa.
3 - Desde já, fica também determinada a devolução da Carta Precatória à origem, caso o Oficial de Justiça certifique que não foi possível encontrar a pessoa em questão, não declinando o novo endereço.
Providenciem-se o necessário.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Dados para cumprimento:
REQUERIDA: MARLUCIA QUEIROZ SENARIO
ENDEREÇO: Rua Valdivino marques Barbosa, s/n, fundos da Medas' móveis, Centro, São Felipe D'Oeste - RO - CEP: 76977-000

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003098-52.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: MARIA LUIZA ALVES DE SOUZA, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 1097 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO REQUERENTE: VALERIA PINHEIRO DE SOUZA, OAB nº RO9188, RUBENS DEMARCHI, OAB nº RO2127
POLO PASSIVO
REQUERIDOS: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO, AV. CASTELO BRANCO 1046 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, Estado de Rondônia, AC ESPLANADA DAS SECRETARIAS 2986, - ATÉ 149/150 PEDRINHAS - 76900-001 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO SERVINDO COMO CITAÇÃO
Vistos, etc.
Tendo em vista os princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 cc art.2º da Lei 9.099/95), deixo de designar a solenidade conciliatória, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública, a audiência restou frustrada, pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação específica que regulamente a Lei 12.153/09 neste ponto, o que redunda em desperdício de tempo e expedientes da escrivania.
Neste norte, discutindo-se nos autos de matéria preponderantemente de direito, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da Lei 12.153/09.
Caso haja interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá consignar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 15 (quinze) dias se desejar e após o transcurso, venham conclusos os autos para SENTENÇA.
CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CITAÇÃO via sistema.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002984-16.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: SANDRO ROSA LIMA, RUA BELÉM 595 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MIQUEIAS HENRIQUE PEREIRA LINHARES, OAB nº RO10050
POLO PASSIVO
REQUERIDO: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 7.825,74(sete mil, oitocentos e vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
Indefiro o pedido de dispensa de participação em audiência de conciliação, uma vez que a solenidade visa garantir maior celeridade processual, sendo este, um dos princípios basilares dos Juizados Especiais.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: “É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.

INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003129-72.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: RENATA SOUZA LIMA, RUA FREDERICO WESTPHALEN 1060 JARDIM RIVA - 78850-000 - PRIMAVERA DO LESTE - MATO GROSSO
Valor da Causa: R$ 2.662,77(dois mil, seiscentos e sessenta e dois reais e setenta e sete centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;

XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003150-48.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: JANETE APARECIDA DA SILVA, RUA FRANCISCO RUFINO 53 CENTRO - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 2.370,79(dois mil, trezentos e setenta reais e setenta e nove centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;

VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003231-94.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: M & M ODONTOLOGIA LTDA - ME, AV CARLOS DONEJE 101, SALA B SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, OAB nº RO7414A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ADRIANA SANTOS FERNANDES, RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ 146 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 1.907,55(mil, novecentos e sete reais e cinquenta e cinco centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua

avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito", determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003040-49.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: DIONIZIO RAMOS DA CRUZ, RUA VILA LOBO 252, CASA SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: VANIELE PORTO DOS SANTOS, OAB nº RO11325, MARCIO PEREIRA ALVES, OAB nº RO8718A
POLO PASSIVO
REU: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA, AV DOS OITIS 1460 DISTRITO INDUSTRIAL - 69099-836 - MANAUS - AMAZONAS
Valor da Causa: R$ 27.957,98(vinte e sete mil, novecentos e cinquenta e sete reais e noventa e oito centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;

VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, devendo a requerida trazer aos autos todos os elementos/provas pertinentes à elucidação dos fatos, objetos desta lide, sob pena de preclusão.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003125-35.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: LAURA DA SILVA GALVAO 02232518108, BRASIL SN CENTRO - 78800-000 - POXORÉO - MATO GROSSO
Valor da Causa: R$ 2.081,82(dois mil, oitenta e um reais e oitenta e dois centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:

I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003152-18.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: BOUTIQUE SPACO FEMININO LTDA, DOS ANTULIOS SN CENTRO - 78335-000 - COLNIZA - MATO GROSSO
R$ 646,71
DESPACHO
O autor ajuizou AÇÃO DE COBRANÇA, no entanto foi juntado nos autos apenas o verso do cheque, conforme ID 93055183.
Intime-se para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial juntando frente e verso do cheque, sob pena de indeferimento da inicial.
Serve como intimação via Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003219-80.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível

POLO ATIVO
AUTOR: ISABEL FERREIRA DE ALCANTARA, AV. PASTOR JOSÉ ESCORIÇA NETO 1116 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ROGERIA VIEIRA REIS, OAB nº RO8436, ALINE MAURA RODRIGUES VIEIRA, OAB nº RO11949
POLO PASSIVO
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6.490, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 10.000,00(dez mil reais)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.

DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003229-27.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ROGERIA VIEIRA REIS, CAPITÃO PISA FLORES 317 LOTEAMENTO PARK DOS IPES - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ROGERIA VIEIRA REIS, OAB nº RO8436
POLO PASSIVO
REU: FABRICIO DO NASCIMENTO DIAS, LINHA 38 SETOR ARAÇA S/N ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, CARLA LIRA DOS SANTOS, LINHA 38 SETOR ARAÇA S/N ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 3.000,00(três mil reais)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;

XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001676-42.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ADRIANA RIBEIRO DE LIMA, LINHA MARTA REGINA S/N, ESTRADA DA CERÂ ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MILENA FERNANDES NEVES, OAB nº RO10155A
POLO PASSIVO
REU: ESLAINE FREITAS BATISTA, RUA MARIANA 1305 BELA VISTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
R$ 657,64
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
A pretensão da autora visa o ressarcimento da quantia de R$ 657,64 (seiscentos e cinquenta sete reais e sessenta e quatro centavos), referente ao crédito apresentado no doc. ID 89379194.
Devidamente citada para a audiência de conciliação por videoconferência, a parte requerida não participou e não entrou em contato com o CEJUSC pelos meios de comunicação disponíveis (telefones, e-mail, sala virtual).
Cumpre destacar que a citação/intimação enviada no endereço da requerida, constava todas as informações pertinentes para a realização da audiência por vídeo.
A Lei 9099/95, artigo 22, § 2° e artigo 23, trouxe nova redação no que diz respeito à realização das audiências de conciliação.
Art. 22. A conciliação será conduzida pelo Juiz togado ou leigo ou por conciliador sob sua orientação.§ 2º É cabível a conciliação não presencial conduzida pelo Juizado mediante o emprego dos recursos tecnológicos disponíveis de transmissão de sons e imagens em tempo real, devendo o resultado da tentativa de conciliação ser reduzido a escrito com os anexos pertinentes.
Art. 23. Se o demandado não comparecer ou recusar-se a participar da tentativa de conciliação não presencial, o Juiz togado proferirá sentença.
A ausência do requerido na audiência de tentativa de conciliação, nos termos do art. 20 da Lei 9.099/95 implica em revelia, reputando-se verdadeiros os fatos afirmados na inicial, como do contrário não resultou a convicção deste juízo, DECRETO sua revelia.
Indefiro o pedido de condenação por litigância de má-fé por não haver elementos suficientes para esta conclusão. Tampouco a parte requerente fundamentou o pedido.
Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por ADRIANA RIBEIRO DE LIMA em face de ESLAINE FREITAS BATISTA e o faço para condenar a ré ao pagamento da quantia de R$ 657,64 (seiscentos e cinquenta sete reais e sessenta e quatro centavos) corrigidos a partir do a distribuição, uma vez que já atualizado, e juros de 1% a.m desde a citação.
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.
Certificado o trânsito em julgado, intime-se o autor para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.
Em que pese a revelia reconhecida, para o início da fase de cumprimento de sentença, o requerido deve ser intimado, nos termos do art. 513, §2º, II do CPC.
Sendo assim, havendo manifestação quanto ao início do cumprimento de sentença, independentemente de novo despacho, intime-se o executado para cumprir e comprovar o depósito nos autos, nos termos do art. 523 do Código de Processo Civil.

Findo o prazo do pagamento voluntário, e não havendo requerimentos do credor, arquivem-se os autos.
Havendo pagamento voluntário do débito, INTIME-SE a autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, querendo, apresentar dados bancários para a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, autorizada a CPE a expedição do alvará.
Comprovado o levantamento, venham os autos conclusos para extinção
Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de LEVANTAMENTO e intime-se a autora para comprovação nos autos; PRAZO 5 (CINCO) DIAS.
Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, “a”, “b” e “e”, determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intime-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7000374-75.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
REQUERENTE: APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS, AVENIDA DOS IMIGRANTES 70, CASA SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ROSIEL GALVAO DOS SANTOS, OAB nº RO10415
POLO PASSIVO
REQUERIDO: BANCO PAN S.A., AVENIDA PAULISTA 1374, 16 ANDAR BELA VISTA - 01310-100 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: WILSON BELCHIOR, OAB nº CE17314A, PROCURADORIA BANCO PAN S.A
DESPACHO
Vistos,
Considerando que no caso em tela, já houve apresentação de contestação (ID 87768213), impugnação (ID 87815856) e tentativa infrutífera de conciliação (ID 87781363).
Sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes provas que tencionam produzir. Prazo: 5 dias.
Caso seja requerida prova oral, o pedido deverá ser pormenorizadamente fundamentado com informações cujos fatos pretende-se amparar nessa espécie probatória, sob pena de indeferimento.
Após, conclusos para julgamento.
Intimem-se.
SERVE COMO CARTA/MANDADO INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial Cível
Processo: 7001265-96.2023.8.22.0009
REQUERENTE: ALBANO EICHENBERG, LINHA 40, LOTE 57, LADO DIREITO DO RIO MELGACINHO, GLEBA CORUMBIARA ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LAURO PAULO KLINGELFUS JUNIOR, OAB nº RO2389
REQUERIDO: INLARON INDUSTRIAS DE LATICINIOS DE RONDONIA LTDA, BR 429 GLEBA 01 LOTE 21 Lote 21 ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: EDILSON STUTZ, OAB nº RO309B
Valor da causa: R$ 7.472,94
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de ação de cobrança.
A parte autora tem a pretensão de receber o valor de R$ 7.472,94 (sete mil quatrocentos e setenta e dois reais e noventa e quatro centavos) decorrente da venda de leite in natura para a requerida nos meses de Novembro e Dezembro de 2022.
Aduz que forneceu, por algum tempo, sua produção de leite para a empresa requerida, que o pagamento era mensal no valor de R$ 2,22 (dois reais e vinte dois centavos), representados por duas notas fiscais, sendo uma no valor de R$ 1,50(um real e cinquenta centavos) por litro e outra no valor de 0,72(setenta e dois centavos) por litro.
Por sua vez, a ré defende que não há documento hábil a demonstrar crédito exigido e subsidiariamente afirma que o valor pago para os seus produtores, à época, era de R$ 1,35 (um real e trinta e cinco centavos) por litro de leite.
A parte autora requer a produção de prova oral a fim de comprovar a existência do crédito que exige.
Pois bem.
Considerando que o ponto controvertido cinge sobre a existência e os termos do negócio jurídico alegado.

Considerando os elementos probatórios apresentados até então, bem como por entender imprescindível no caso, DEFIRO a produção da prova testemunhal requerida e, para tanto, DESIGNO audiência de instrução para o dia 14 de Setembro de 2023, às 09h30min a qual, em atenção ao artigo 3º da Resolução n.354/2020 do Conselho Nacional de Justiça, alterado pela Resolução n. 481/2022, realizar-se-á de forma PRESENCIAL na sala de audiências dos Juizados Especiais desta Comarca de Pimenta Bueno.
Caso a parte se comprometa em levar a testemunha à audiência, independentemente da intimação formal do Art. 455, presumir-se-á que, em caso de a testemunha não comparecer, a parte desistiu de sua inquirição.
Caso as partes entendam pertinente a audiência por VIDEOCONFERÊNCIA, deverão manifestar-se neste sentido no prazo de 05 (cinco) dias contados da intimação deste despacho, sendo que, em caso de requerimento no prazo, desde já AUTORIZO, dispensando-se nova conclusão dos autos.
Em tais casos, a audiência será realizada via Google Meet, por meio do Link: meet.google.com/wnd-uzzi-yhr, devendo as partes observar atentamente as orientações abaixo descritas:
a) Os advogados deverão informar ao juízo, até 24h antes da audiência, o e-mail ou número de telefone das pessoas que participarão, para possibilitar o contato da Secretaria do Juízo, em caso de dificuldade com a conexão ou acesso pelo link enviado.
b) Os advogados, partes e testemunhas deverão comprovar sua identidade no início da audiência ou de sua oitiva, mostrando o documento oficial com foto, para conferência e registro.
c) As testemunhas serão autorizadas a entrarem na sessão somente no momento de sua oitiva, bem como as partes, caso tenha sido pedido depoimento pessoal.
d) Os advogados das partes, em face do princípio da cooperação e boa-fé, assumem o compromisso de respeitarem a incomunicabilidade entre as testemunhas, sob pena de responsabilização na forma da lei.
Declaro o feito saneado e organizado.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002973-84.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: JERUSA BARON CASTELANI, LINHA 45 Lote 9A, ESTANCIA CASTELIANA, ZONA RURAL ZONA RURAL - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA, AC PRIMAVERA DE RONDONIA 1466, RUA JONAS ANTÔNIO DE SOUZA 1466 CENTRO - 76976-970 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
DESPACHO SERVINDO COMO CITAÇÃO
Vistos, etc.
Tendo em vista os princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 cc art.2º da Lei 9.099/95), deixo de designar a solenidade conciliatória, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública, a audiência restou frustrada, pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação específica que regulamente a Lei 12.153/09 neste ponto, o que redunda em desperdício de tempo e expedientes da escrivania.
Neste norte, discutindo-se nos autos de matéria preponderantemente de direito, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da Lei 12.153/09.
Caso haja interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá consignar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 15 (quinze) dias se desejar e após o transcurso, venham conclusos os autos para SENTENÇA.
CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CITAÇÃO via sistema.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002978-09.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: MARIA DA PENHA DA SILVA PINTO, AC PRIMAVERA DE RONDONIA ZONA RURAL, LH 50, 09, DERIVA DO POSTE 16 CENTRO - 76976-970 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA, AC PRIMAVERA DE RONDONIA 1466, RUA JONAS ANTÔNIO DE SOUZA 1466 CENTRO - 76976-970 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
DESPACHO SERVINDO COMO CITAÇÃO

Vistos, etc.
Tendo em vista os princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 cc art.2º da Lei 9.099/95), deixo de designar a solenidade conciliatória, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública, a audiência restou frustrada, pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação específica que regulamente a Lei 12.153/09 neste ponto, o que redunda em desperdício de tempo e expedientes da escrivania.
Neste norte, discutindo-se nos autos de matéria preponderantemente de direito, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da Lei 12.153/09.
Caso haja interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá consignar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 15 (quinze) dias se desejar e após o transcurso, venham conclusos os autos para SENTENÇA.
CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CITAÇÃO via sistema.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003001-52.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: JUAREZ GOMES TEIXEIRA
ADVOGADO DO AUTOR: JANAINA MESQUITA MARREIRO, OAB nº RO5452A
POLO PASSIVO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Valor da Causa: R$ 10.000,00(dez mil reais)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;

XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001172-36.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: L. LAUREANO DA SILVA, RICARDO FRANCO 35 DOS PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FERNANDA MUBARAC DE ALMEIDA, OAB nº RO8779, BEATRIZ MUBARAC DE ALMEIDA, OAB nº RO11130
POLO PASSIVO
EXECUTADO: JEFFERSON JOSE DIAS, RUA JOSÉ DE ALENCAR 1190, NÃO INFORMADO NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 985,68
DECISÃO
Defiro o pedido de bloqueio on line, na modalidade de ‘‘teimosinha’’.
Registre-se, por oportuno, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘‘teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca sigilosa por ativo via Sisbajud.
Tentado o bloqueio de valores do executado (a) EXECUTADO: JEFFERSON JOSE DIAS, CPF nº 03543179209, no valor R$ 1.033,74, por meio do sistema SISBAJUD, sobreveio resultado parcialmente positivo, no importe de R$ 123,73, junto ao Nupagamentos e Caixa Econômica Federal, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
1. Intime-se o executado, pessoalmente, nos termos do artigo 854, §2º, do CPC, para oferecer, caso queira, impugnação no prazo de 05 (cinco) dias (§3º), ou Intime-se o executado pessoalmente.
2. Havendo impugnação, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, manifestar-se. Após, venham os autos conclusos.
3. Não havendo impugnação, desde já, converto a indisponibilidade em penhora. INTIME-SE a exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar dados bancários para expedição de alvará transferência.
4. Decorrido o prazo do “item 3”, com ou sem manifestação, conclusos os autos para transferência dos valores e expedição de alvará.
Intime-se. SERVE COMO INTIMAÇÃO/CARTA-AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7005170-46.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: JOSÉ FERREIRA DO NASCIMENTO, RUA RIO NEGRO 2165, - DE 1911/1912 AO FIM TEIXEIRÃO - 76965-652 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: jose carlos laux, OAB nº RO566A
POLO PASSIVO
REU: RAIMUNDO BEZERRA VELOZO, RODOVIA 364 LH 04 DISTRITO URUCUMACUÃ - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: OSVALDO PEREIRA RIBEIRO, OAB nº RO5869A

Valor da Causa: R$ 5.843,33
DESPACHO
Vistos,
Torno sem efeito o despacho de ID 92578580, eis que equivocado.
As partes manifestaram interesse na produção de prova oral, no mais, por entender imprescindível ao caso, DEFIRO a produção da prova requerida e, para tanto, DESIGNO audiência de instrução para o dia 31 de agosto de 2023, às 08h30min a qual, em atenção ao artigo 3º da Resolução n.354/2020 do Conselho Nacional de Justiça, alterado pela Resolução n. 481/2022, realizar-se-á de forma PRESENCIAL na sala de audiências dos Juizados Especiais desta Comarca de Pimenta Bueno.
Caso a parte se comprometa em levar a testemunha à audiência, independentemente da intimação formal do Art. 455, presumir-se-á que, em caso de a testemunha não comparecer, a parte desistiu de sua inquirição.
Caso as partes entendam pertinente a audiência por VIDEOCONFERÊNCIA, deverão manifestar-se neste sentido no prazo de 05 (cinco) dias contados da intimação deste despacho, sendo que, em caso de requerimento no prazo, desde já AUTORIZO, dispensando-se nova conclusão dos autos.
Em tais casos, a audiência será realizada via Google Meet, por meio do Link: https://meet.google.com/qfe-htzj-iws , devendo as partes observar atentamente as orientações abaixo descritas:
a) Os advogados deverão informar ao juízo, até 24h antes da audiência, o e-mail ou número de telefone das pessoas que participarão, para possibilitar o contato da Secretaria do Juízo, em caso de dificuldade com a conexão ou acesso pelo link enviado.
b) Os advogados, partes e testemunhas deverão comprovar sua identidade no início da audiência ou de sua oitiva, mostrando o documento oficial com foto, para conferência e registro.
c) As testemunhas serão autorizadas a entrarem na sessão somente no momento de sua oitiva, bem como as partes, caso tenha sido pedido depoimento pessoal.
d) Os advogados das partes, em face do princípio da cooperação e boa-fé, assumem o compromisso de respeitarem a incomunicabilidade entre as testemunhas, sob pena de responsabilização na forma da lei.
Intimem-se as partes para comparecimento.
As testemunhas arroladas comparecerão independente de intimação.
Declaro o feito saneado e organizado.
Cumpra-se.
Expeça-se o necessário.
Serve como intimação/dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006273-88.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: M & G COMERCIO DE MOVEIS LTDA, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 930 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUCAS ZAGO FAVALESSA, OAB nº RO10982
POLO PASSIVO
EXECUTADO: GESIANE HONORIO DOS SANTOS, RUA HERMINIO VIEIRA 1120, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Considerando a manifestação da parte autora, informando que o débito fora integralmente pago, julgo EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.
Em razão do pagamento, realizei neste ato o desbloqueio dos valores retidos via SISBAJUD, conforme tela comprobatória em anexo.
Sem custas e honorários.
Registrado eletronicamente.
Intime-se, arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado da sentença.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001442-07.2016.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
EXEQUENTE: EVALDO F. PESSOA - ME, AV. CAPITAO SILVIO 776, 3445-1328 CENTRO - 76977-000 - SÃO FELIPE D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO

EXECUTADO: GLEICIELE WALGER MOLINA, RUA PROJETADA 2 664, . AEROPORTO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 5.825,74
DECISÃO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade de ‘’teimosinha’’ pelo prazo de 15 dias.
Registre-se, por oportuno, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘’teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca sigilosa por ativo via Sisbajud.
Tentado o bloqueio de valores do executado (a) EXECUTADO: GLEICIELE WALGER MOLINA, CPF nº 70112080200, no valor R$5.825,74, por meio do sistema SISBAJUD, sobreveio resultado parcialmente positivo, no importe de R$ 750,00, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Considerando que a Executada já apresentou impugnação, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, manifestar-se.
Após, venham os autos conclusos.
SERVE COMO INTIMAÇÃO VIA DJE/ CARTA-AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003190-30.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: OLEGARIO LUDUGERO ESPINDOLA, AVENIDA EXPEDICIONÁRIOS 1386 LIBERDADE - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MATHEUS GONCALVES RODRIGUES, OAB nº RO13188, MILENA FERNANDES NEVES, OAB nº RO10155A
POLO PASSIVO
REU: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, AVENIDA BARÃO DE TEFÉ 34 SAÚDE - 20220-460 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, RUA INÁCIO LUSTOSA 755 SÃO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, AVENIDA GETÚLIO VARGAS 1420, 5 E 6 ANDAR FUNCIONÁRIOS - 30112-021 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
ADVOGADO DOS REU: PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
Valor da Causa: R$ 20.823,94
DESPACHO
Vistos,
Indefiro o pedido de dispensa de participação em audiência de conciliação, uma vez que a solenidade visa garantir maior celeridade processual, sendo este, um dos princípios basilares dos Juizados Especiais.
Intime-se.
Cumpra-se o despacho de ID 93242880.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003128-87.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: JOSE CARLOS DOS SANTOS, RUA MARIA LUIZA GREGIO BERÇA 2801 JARDIM SOCIAL - 76981-262 - VILHENA - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 776,24(setecentos e setenta e seis reais e vinte e quatro centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.

Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003153-03.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: CLAYTON ROSA MAFRA FILHO, RUA TV DOS ANTULIOS S/N, SALA 6 CENTRO - 78335-000 - COLNIZA - MATO GROSSO
Valor da Causa: R$ 7.328,59(sete mil, trezentos e vinte e oito reais e cinquenta e nove centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).

DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003068-17.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: JOSE OLIVEIRA DE CASTRO, AVENIDA RAIMUNDO SOARES 564 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MATHEUS GONCALVES RODRIGUES, OAB nº RO13188, MILENA FERNANDES NEVES, OAB nº RO10155A

POLO PASSIVO
REU: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, AVENIDA BARÃO DE TEFÉ 34 SAÚDE - 20220-460 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, RUA INÁCIO LUSTOSA 755 SÃO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, AVENIDA GETÚLIO VARGAS 1420, 5 E 6 ANDAR FUNCIONÁRIOS - 30112-021 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
Valor da Causa: R$ 20.563,18()
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
Indefiro o pedido de dispensa de participação em audiência de conciliação, uma vez que a solenidade visa garantir maior celeridade processual, sendo este, um dos princípios basilares dos Juizados Especiais.
Intime-se.
Cumpra-se o despacho de ID 92951219.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7000110-92.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: QUANZ E GEREMIA LTDA - ME, RUA GOIÁS 31, ENDEREÇO RESIDENCIAL JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
REQUERIDO: ANA PEREIRA DA SILVA, AV. SALVADOR 2043 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 3.654,12
DESPACHO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade chamada de ‘’Teimosinha’’, pelo prazo de 15 dias.
Tentado o bloqueio de valores da parte executada, por meio do sistema Sisbajud, sobreveio resultado ínfimo, razão pela qual realizei o desbloqueio conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 5 (cinco) dias é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Registre-se, ainda, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘’teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspenso em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca por ativo via Sisbajud.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/DJE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003206-81.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: J A DE ANDRADE 2 AMIGOS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 1587 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
EXECUTADO: EVILASIO FERREIRA DE SOUZA, RUA PARÁ 1041 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 1.122,32(mil, cento e vinte e dois reais e trinta e dois centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).

DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: “É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003210-21.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: J A DE ANDRADE 2 AMIGOS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 1587 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
EXECUTADO: THIAGO SOUZA DE BRITO NOGUEIRA, RUA CEARÁ 2225 MORADA DO SOL - 76974-000 - ESPIGÃO D’OESTE - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 5.192,10(cinco mil, cento e noventa e dois reais e dez centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua

realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito", determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003223-20.2023.8.22.0009 Carta Precatória Cível
POLO ATIVO
DEPRECANTE: NEUZA JULIA DA SILVA, RUA ANTONIO LAZARO DE MOURA 1231, - ATÉ 423/424 JARDIM DOS MIGRANTES - 76900-785 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO DEPRECANTE: DAMARIS HERMINIO BASTOS, OAB nº RO8884
POLO PASSIVO
REPRESENTADO: ADRIANO CORREA MARTINS, HERMINIO VIEIRA 400 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REPRESENTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
A presente carta precatória preenche aos requisitos mencionados nos artigos 264 e 250 do CPC (Lei 13.105/2015).
1 - Cumpra-se o ato solicitado.
1.1) CÓPIA DA CARTA PRECATÓRIA SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDA, DE MANDADO DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A CPE.
1.2) - Após, cumprido o ato, devolva-se à origem com nossos cumprimentos.
1.3) - Em seguida, não havendo pendências, arquivem-se estes autos.
2 - Consigno que, caso o Oficial de Justiça certifique que a pessoa a ser citada/intimada tenha mudado de endereço e certifique o atual, fica, desde já, determinada, independente de nova deliberação, a remessa da presente ao juízo da comarca que se referir o novo endereço, dado o caráter itinerante das Cartas Precatórias, devendo ser observada pela CPE a comunicação ao juízo deprecante quanto a essa remessa.
3 - Desde já, fica também determinada a devolução da Carta Precatória à origem, caso o Oficial de Justiça certifique que não foi possível encontrar a pessoa em questão, não declinando o novo endereço.
Providenciem-se o necessário.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Dados para cumprimento:
REQUERIDO: ADRIANO CORREA MARTINS
ENDEREÇO: Rua Hermínio Vieira, nº 400, bairro Jardim das Oliveiras, na cidade e Comarca de Pimenta Bueno/RO, Cep. 76.970-000

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno Processo: 7003067-32.2023.8.22.0009
Classe: Carta Precatória Cível
DEPRECANTE: COATTI E DEMETRIS COMERCIO DE CONFECCOES E ENXOVAIS LTDA
ADVOGADO DO DEPRECANTE: DIEGO UMBELINO DOS SANTOS, OAB nº RO10238
DEPRECADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
Compulsando os autos verifico que a executada reside no município de Buritis/RO, conforme petição inicial, assim, ante o equívoco na remessa, redistribuam-se os presentes autos para a comarca de Buritis/RO.
SERVE DE MANDADO/CITAÇÃO/OFÍCIO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno, 17 de julho de 2023
Wilson Soares Gama
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003131-42.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: EDNA VICENTE DA COSTA VASCONCELOS, RUA EPITACIO PESSOA 863 OLENKA - 78360-000 - CAMPO NOVO DO PARECIS - MATO GROSSO
Valor da Causa: R$ 25.408,47(vinte e cinco mil, quatrocentos e oito reais e quarenta e sete centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;

XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003149-63.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: E C DA PAIXAO EIRELI, DAS PERAS 140/B CENTRO - 69280-000 - MANICORÉ - AMAZONAS
Valor da Causa: R$ 1.223,79(mil, duzentos e vinte e três reais e setenta e nove centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;

VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7006882-71.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: SANTOS & DUTRA COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME, CARLOS DORNEJE 28, LOJA ALOIR MOVEIS APEDIÁ - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ELIETE MATOS, AV. SALVADOR 1287 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 1.135,41
DESPACHO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade chamada de ‘’Teimosinha’’, pelo prazo de 15 dias, salientando que já foi realizada ordem de teimosinha.
Tentado o bloqueio de valores da parte executada, por meio do sistema Sisbajud, sobreveio resultado negativo, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 5 (cinco) dias é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Registre-se, ainda, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘’teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca por ativo via Sisbajud.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/DJE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003176-46.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível

POLO ATIVO
AUTOR: ELIANE PINHEIRO DE GODOY
ADVOGADOS DO AUTOR: ESTEFANIA SOUZA MARINHO, OAB nº RO7025, LUCAS GATELLI DE SOUZA, OAB nº RO7232
POLO PASSIVO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, EDIF. C. BRANCO OFFICE PARK - TORRE JATOBÁ - 9 AN TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
Valor da Causa: R$ 10.249,07(dez mil, duzentos e quarenta e nove reais e sete centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.

INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002313-27.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: MAXWOELL CIMEK CAMARGO, RUA TUPÃ 135 BELA VISTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ELIDA DA LUZ SOUZA DE BRITO, OAB nº RO8704, CLAUDINEI SILVA MACHADO, OAB nº RO8799
POLO PASSIVO
REQUERIDO: R. ROSSI LTDA, AVENIDA ANISIO SERRÃO 370 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
R$ 14.812,18
DECISÃO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade de ‘’teimosinha’’ pelo prazo de 15 dias.
Registre-se, por oportuno, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘’teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca sigilosa por ativo via Sisbajud.
Tentado o bloqueio de valores do executado (a) REQUERIDO: R. ROSSI LTDA, CNPJ nº 37913510000160, no valor R$ 17.296,47, por meio do sistema SISBAJUD, sobreveio resultado parcialmente positivo, no importe de R$ 298,38, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
1. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não havendo advogado constituído, intime-o pessoalmente, nos termos do artigo 854, §2º, do CPC, para oferecer, caso queira, impugnação no prazo de 05 (cinco) dias (§3º), ou Intime-se o executado pessoalmente.
2. Havendo impugnação, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, manifestar-se. Após, venham os autos conclusos.
3. Não havendo impugnação, desde já, converto a indisponibilidade em penhora. INTIME-SE a exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar dados bancários para expedição de alvará transferência.
4. Decorrido o prazo do “item 3”, com ou sem manifestação, conclusos os autos para transferência dos valores e expedição de alvará.
SERVE COMO INTIMAÇÃO VIA DJE/ CARTA-AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7004258-49.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
PROCURADOR: ELIANA DO CARMO NEVES 00273551280, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 998, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 SALA 05 - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO PROCURADOR: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
EXECUTADO: DERLUCI DA ROSA SOUZA, RUA HERMINIO VIEIRA 575 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 426,83
DECISÃO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade de ‘’teimosinha’’ pelo prazo de 15 dias.
Registre-se, por oportuno, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘’teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca sigilosa por ativo via Sisbajud.
Tentado o bloqueio de valores do executado (a) EXECUTADO: DERLUCI DA ROSA SOUZA, CPF nº 35144947204, no valor R$ 588,10, por meio do sistema SISBAJUD, sobreveio resultado positivo, no importe do crédito exequendo, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
1. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não havendo advogado constituído, intime-o pessoalmente, nos termos do artigo 854, §2º, do CPC, para oferecer, caso queira, impugnação no prazo de 05 (cinco) dias (§3º), ou Intime-se o executado pessoalmente.
2. Havendo impugnação, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, manifestar-se. Após, venham os autos conclusos.
3. Não havendo impugnação, desde já, converto a indisponibilidade em penhora. INTIME-SE a exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar dados bancários para expedição de alvará transferência.
4. Decorrido o prazo do “item 3”, com ou sem manifestação, conclusos os autos para transferência dos valores e expedição de alvará.
SERVE COMO INTIMAÇÃO VIA DJE/ CARTA-AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002186-55.2023.8.22.0009 Homologação da Transação Extrajudicial
POLO ATIVO
REQUERENTE: GOMES & DUTRA COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CARLOS DORNEJE 245, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
REQUERENTE: CLARICE FIGUEREDO AGUIAR, QUADRA 12 CAS 10 10 BNH - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 919,35
DESPACHO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade chamada de ‘’Teimosinha’’, pelo prazo de 15 dias.
Tentado o bloqueio de valores da parte executada, por meio do sistema Sisbajud, sobreveio resultado ínfimo, razão pela qual realizei o desbloqueio, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 5 (cinco) dias é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Registre-se, ainda, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘’teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspenso em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca por ativo via Sisbajud.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/DJE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001699-90.2020.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
EXEQUENTE: DEIA CRISTINA PINHO BARBOSA SILVA, RUA ACRE 65 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ELIETE MATOS, AV. SALVADOR 1287 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 5.696,95
DESPACHO
Defiro o pedido de bloqueio on line, na modalidade chamada de ‘’Teimosinha’’ pelo prazo de 15 dias, salientando que anteriormente já foi realizada ordem de teimosinha.
Tentado o bloqueio de valores da parte executada, por meio do sistema Sisbajud, sobreveio resultado negativo, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para o exequente indicar bens da executada, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 5 (cinco) dias é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Registre-se, ainda, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘’teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca por ativo via Sisbajud.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/DJE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003262-17.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: M & M ODONTOLOGIA LTDA - ME, AV CARLOS DONEJE 101, SALA B SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, OAB nº RO7414A

POLO PASSIVO
EXECUTADO: TIAGO FERREIRA DA SILVA, RUA PARAÍBA 1447 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 675,70(seiscentos e setenta e cinco reais e setenta centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: “É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001675-57.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ADRIANA RIBEIRO DE LIMA, LINHA MARTA REGINA S/N, ESTRADA DA CERÂ ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MILENA FERNANDES NEVES, OAB nº RO10155A
POLO PASSIVO
REU: ANGELITA DE SOUZA GOMES COSTA, RUA COSTA MARQUES 645 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
R$ 653,47
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.

Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
A pretensão da autora visa o ressarcimento da quantia de R$ 657,64 (seiscentos e cinquenta sete reais e sessenta e quatro centavos), referente ao crédito apresentado no doc. ID89379160.
Devidamente citada para a audiência de conciliação por videoconferência, a parte requerida não participou e não entrou em contato com o CEJUSC pelos meios de comunicação disponíveis (telefones, e-mail, sala virtual).
Cumpre destacar que a citação/intimação enviada no endereço da requerida, constava todas as informações pertinentes para a realização da audiência por vídeo.
A Lei 9099/95, artigo 22, § 2° e artigo 23, trouxe nova redação no que diz respeito à realização das audiências de conciliação.
Art. 22. A conciliação será conduzida pelo Juiz togado ou leigo ou por conciliador sob sua orientação.§ 2º É cabível a conciliação não presencial conduzida pelo Juizado mediante o emprego dos recursos tecnológicos disponíveis de transmissão de sons e imagens em tempo real, devendo o resultado da tentativa de conciliação ser reduzido a escrito com os anexos pertinentes.
Art. 23. Se o demandado não comparecer ou recusar-se a participar da tentativa de conciliação não presencial, o Juiz togado proferirá sentença.
A ausência do requerido na audiência de tentativa de conciliação, nos termos do art. 20 da Lei 9.099/95 implica em revelia, reputando-se verdadeiros os fatos afirmados na inicial, como do contrário não resultou a convicção deste juízo, DECRETO sua revelia.
Indefiro o pedido de condenação por litigância de má-fé por não haver elementos suficientes para esta conclusão. Tampouco a parte requerente fundamentou o pedido.
Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por ADRIANA RIBEIRO DE LIMA em face de ANGELITA DE SOUZA GOMES COSTA e o faço para condenar a ré ao pagamento da quantia de R$ 653,47 (seiscentos e cinquenta e três reais e quarenta e sete centavos) corrigidos a partir do a distribuição, uma vez que já atualizado, e juros de 1% a.m desde a citação.
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.
Certificado o trânsito em julgado, intime-se o autor para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.
Em que pese a revelia reconhecida, para o início da fase de cumprimento de sentença, o requerido deve ser intimado, nos termos do art. 513, §2º, II do CPC.
Sendo assim, havendo manifestação quanto ao início do cumprimento de sentença, independentemente de novo despacho, intime-se o executado para cumprir e comprovar o depósito nos autos, nos termos do art. 523 do Código de Processo Civil.
Findo o prazo do pagamento voluntário, e não havendo requerimentos do credor, arquivem-se os autos.
Havendo pagamento voluntário do débito, INTIME-SE a autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, querendo, apresentar dados bancários para a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, autorizada a CPE a expedição do alvará.
Comprovado o levantamento, venham os autos conclusos para extinção
Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de LEVANTAMENTO e intime-se a autora para comprovação nos autos; PRAZO 5 (CINCO) DIAS.
Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, “a”, “b” e “e”, determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intime-s
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003185-08.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ISOLDE KRENKEL DOS SANTOS, RUA JOÃO DE BARROS 875, RESIDÊNCIA INDUSTRIAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: RAFAEL ALBERTO POZZA, OAB nº RO11734, EVERALDO BONI BARRETO, OAB nº RO13238
POLO PASSIVO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, ANDAR 9, EDIF. JATOBA, COND. CASTELO BRANCO TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
Valor da Causa: R$ 12.014,00(doze mil, quatorze reais)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).

DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003249-18.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: ROSECLEIA OLIVEIRA DA SILVA, RUA DOS INCONFIDENTES 1150 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA

ADVOGADO DO REQUERENTE: MAISA BERNACHI BAPTISTA, OAB nº RO8247
POLO PASSIVO
REQUERIDO: Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 32.295,55
DECISÃO
A parte autora pleiteia a concessão de tutela provisória de urgência para determinar ao Estado de Rondônia que suspenda a exigibilidade do crédito fiscal objeto da CDA 20210200004011.
Vislumbra-se que o pedido se refere à concessão de liminar em tutela provisória de urgência cautelar (conservativa) incidental (art. 294 e 300, §2º, do Código de Processo Civil/2015), cujo objetivo "é conservar ou tutelar direitos, provisoriamente, para que oportunamente sejam satisfeitos de modo definitivo" (Teoria Geral do Processo – Comentários ao CPC de 2015 – Fernando da Fonseca Gajardoni).
In casu, ao menos em juízo perfunctório, revela-se cabível a concessão de ordem judicial para determinar a suspensão da exigibilidade do crédito constante na CDA 20210200004011, diante das alegações iniciais que evidenciam a probabilidade do direito, isso porque há indícios de que os juros e atualizações aplicados sobre a respectiva CDA foram utilizados índices superiores aos fixados pela União.
Há ainda presença do periculum in mora, haja vista os prejuízos a que ficará sujeito a parte autora, em caso de eventual ajuizamento de execução fiscal em valor superior ao devido.
Ademais, verifica-se que a apreciação da liminar se funda em cognição sumária, que não prevalecerá ao reconhecimento de realidades antes não conhecidas com a instrução, caso em que poderá em qualquer tempo ser revogada, sendo que eventual revogação o requerido poderá valer-se dos meios legais para reaver o crédito constante na CDA, retornando à situação jurídica ao status a quo.
Nesse contexto, entendo justificável a concessão da medida liminar, pois presentes a probabilidade do direito no que toca à ilegalidade dos juros (UPF-RO) índice esse, em tese, utilizado pelo Fisco Rondoniense e, de igual modo, inegável o perigo de dano.
No pertinente à alegação de inexistência de fato gerador, em que pese o argumento da autora, tem-se que a questão está a merecer maior instrução, bem assim, a inauguração de contraditório, sendo pedido que requer, imperiosamente, a análise do mérito da causa, com análise de todos os argumentos das partes.
Diante do exposto, DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA, para que o Estado de Rondônia suspenda a exigibilidade do débito cobrado na CDA nº 20210200004011, determinando-se, ainda, que o réu se abstenha de ajuizar atos expropriatórios, até ulterior decisão final deste juízo.
Tendo em vista os princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade (art.27 da L.12.153/09 cc art.2º da L.9.099/95), deixo de designar a solenidade conciliatória, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública a audiência restou frustrada pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação específica que regulamente a L.12.153/09.
Neste norte, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da L.12.153/09.
Caso haja interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá consignar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 10 dias se desejar e após o transcurso, venham conclusos os autos para SENTENÇA.
Cite-se. Intime-se. SERVE ESTA DECISÃO COMO CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Publique-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002769-11.2021.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: SANTOS & DUTRA COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME, RUA CARLOS DORNEJE 28 APIDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
REQUERIDO: CLEVERTON CARDOSO SILVA, AV MARECHAL RONDON 1265 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
R$ 328,58
DECISÃO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade de ''teimosinha'' pelo prazo de 15 dias.
Registre-se, por oportuno, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ''teimosinha'', pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca sigilosa por ativo via Sisbajud.
Tentado o bloqueio de valores do executado (a) REQUERIDO: CLEVERTON CARDOSO SILVA, CPF nº 02674897228, no valor R$ 312,83, por meio do sistema SISBAJUD, sobreveio resultado parcialmente positivo, no importe de R$ 53,92, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
1. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não havendo advogado constituído, intime-o pessoalmente, nos termos do artigo 854, §2º, do CPC, para oferecer, caso queira, impugnação no prazo de 05 (cinco) dias (§3º), ou Intime-se o executado pessoalmente.
2. Havendo impugnação, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, manifestar-se. Após, venham os autos conclusos.
3. Não havendo impugnação, desde já, converto a indisponibilidade em penhora. INTIME-SE a exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar dados bancários para expedição de alvará transferência.

4. Decorrido o prazo do “item 3”, com ou sem manifestação, conclusos os autos para transferência dos valores e expedição de alvará.
SERVE COMO INTIMAÇÃO VIA DJE/ CARTA-AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003491-11.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: M. DE ALMEIDA MACHADO CELULARES - EPP, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 903 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCELO DE ALMEIDA MACHADO, OAB nº RO12115
POLO PASSIVO
EXECUTADO: MARIA CLAUDETE DO NASCIMENTO, AVENIDA MACEIÓ 1123, RESIDÊNCIA NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 1.746,92
DECISÃO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade de ‘’teimosinha’’ pelo prazo de 15 dias.
Registre-se, por oportuno, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘’teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca sigilosa por ativo via Sisbajud.
Tentado o bloqueio de valores do executado (a) EXECUTADO: MARIA CLAUDETE DO NASCIMENTO, CPF nº 47054468287, no valor R$ 1.283,60 por meio do sistema SISBAJUD, sobreveio resultado parcialmente positivo, no importe de R$ 700,92, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
1. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não havendo advogado constituído, intime-o pessoalmente, nos termos do artigo 854, §2º, do CPC, para oferecer, caso queira, impugnação no prazo de 05 (cinco) dias (§3º), ou Intime-se o executado pessoalmente.
2. Havendo impugnação, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, manifestar-se. Após, venham os autos conclusos.
3. Não havendo impugnação, desde já, converto a indisponibilidade em penhora. INTIME-SE a exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar dados bancários para expedição de alvará transferência.
4. Decorrido o prazo do “item 3”, com ou sem manifestação, conclusos os autos para transferência dos valores e expedição de alvará.
SERVE COMO INTIMAÇÃO VIA DJE/ CARTA-AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7005420-79.2022.8.22.0009 Homologação da Transação Extrajudicial
POLO ATIVO
REQUERENTE: F. R. COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME, AV. CUNHA BUENO 1150 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
REQUERIDO: ERICK LIMA DE SOUZA, RUA MAJOR AMARANTE 843 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
VALOR DA CAUSA: R$ 4.300,00quatro mil, trezentos reais
DESPACHO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade chamada de ‘’Teimosinha’’, pelo prazo de 15 dias.
Tentado o bloqueio de valores da parte executada, por meio do sistema Sisbajud, sobreveio resultado negativo, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Assim, proceda-se à PENHORA e AVALIAÇÃO dos bens indicados (abaixo relacionados), suficientes para satisfação integral da execução R$ 1.299,25. Imediatamente após, intimar o Executado, na pessoa de seu representante legal, pessoalmente, ou por seu representante legal se for pessoa jurídica, para, querendo, apresentar as Impugnações no prazo de quinze (15) dias, contados da intimação.
BEM INDICADOS: Bens móveis disponíveis.
3. Caso a parte executada oponha óbices de qualquer natureza quanto à efetivação da penhora, inclusive ocultando-se ou negando-se a ficar como depositário, de logo deve o oficial de justiça entrar em contato com a parte autora, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado, que custeará as despesas respectivas.
Fica o senhor Oficial de Justiça, desde logo, ciente de que poderá atuar na forma do artigo 12, da Lei 9.099/95 c/c artigo 212, § 2º , do Código de Processo Civil/2015 (Realizar as diligências em dias feriados, sábados e domingos e fora da hora normal de expediente, desde que não seja antes das 06:00 e depois das 20:00 horas).
4. INEXISTINDO BENS PENHORÁVEIS, e caso a parte não tenha advogado, o Oficial de Justiça de logo deverá fazer contato com a parte exequente, no endereço ou fone supracitado, a fim de que no prazo dado ao Oficial de Justiça ou em 05 (cinco) dias após, indique bens em nome da parte devedora que possam ser penhorados, sob pena de extinção do processo (art. 53, § 4º, da Lei nº 9.099/95).

Em caso de penhora de VEÍCULOS, decorrido o prazo para impugnação, tornem os autos conclusos para restrição veicular, via Renajud.
Registre-se, ainda, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ''teimosinha'', pois os autos permaneceram suspenso em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca por ativo via Sisbajud.
CUMPRA-SE, SERVINDO ESTE COMO MANDADO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003996-02.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: M & M ODONTOLOGIA LTDA - ME, AV CARLOS DONEJE 101, SALA B SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, OAB nº RO7414A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: MARISETE ELIA DE OLIVEIRA, SETOR CHACAREIRO Lote 65-A ZONA RURAL - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 1.255,61
DESPACHO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade chamada de ''Teimosinha'', pelo prazo de 15 dias.
Tentado o bloqueio de valores da parte executada, por meio do sistema Sisbajud, sobreveio resultado negativo, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 5 (cinco) dias é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Registre-se, ainda, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ''teimosinha'', pois os autos permaneceram suspenso em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca por ativo via Sisbajud.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/DJE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7005201-66.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: GOMES & DUTRA COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CARLOS DORNEJE 245, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
EXECUTADO: FILIPE DOS REIS SILVA, RUA INDEPENDENCIA 664 APIDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 2.772,51
DESPACHO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade chamada de ''Teimosinha'', pelo prazo de 15 dias.
Tentado o bloqueio de valores da parte executada, por meio do sistema Sisbajud, sobreveio resultado ínfimo, razão pela qual realizei o desbloqueio, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 5 (cinco) dias é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Registre-se, ainda, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ''teimosinha'', pois os autos permaneceram suspenso em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca por ativo via Sisbajud.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/DJE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001558-66.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: LUCIMARA GOMES DA ROCHA, RUA CARLOS CHAGAS 442 CTG - 76970-970 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUCIMARA GOMES DA ROCHA, OAB nº RO10801
POLO PASSIVO
EXECUTADO: LIDIOMAR FRANCISCO DE BARROS, RUA ANTONIO RICARDO DE LIMA 87 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 1.200,00
DESPACHO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade chamada de ‘’Teimosinha’’, pelo prazo de 15 dias.
Tentado o bloqueio de valores da parte executada, por meio do sistema Sisbajud, sobreveio resultado ínfimo, razão pela qual realizei o desbloqueio, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 5 (cinco) dias é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Registre-se, ainda, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘’teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspenso em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca por ativo via Sisbajud.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/DJE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003204-14.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: J A DE ANDRADE 2 AMIGOS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 1587 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
EXECUTADO: FABIANO PAIXAO, RUA JOSE DE ALENCAR 332 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 673,53(seiscentos e setenta e três reais e cinquenta e três centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até

20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito", determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003218-95.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: J A DE ANDRADE 2 AMIGOS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 1587 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ALVINO LARGASSE FILHO, ESTRADA DA PRODUÇÃO (LINHA 55), 89 ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 316,80(trezentos e dezesseis reais e oitenta centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito", determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).

NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003224-05.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: MARLENE DA SILVA PINHEIRO GRAZILIO, RUA ALCINDA RIBEIRO DE SOUZA, 1077 ALVORADA, CEP 7 1077 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELIZANGELA LOPES SOARES DA SILVA, OAB nº RO9854
POLO PASSIVO
REQUERIDO: Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO SERVINDO COMO CITAÇÃO
Vistos, etc.
Tendo em vista os princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 cc art.2º da Lei 9.099/95), deixo de designar a solenidade conciliatória, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública, a audiência restou frustrada, pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação específica que regulamente a Lei 12.153/09 neste ponto, o que redunda em desperdício de tempo e expedientes da escrivania.
Neste norte, discutindo-se nos autos de matéria preponderantemente de direito, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da Lei 12.153/09.
Caso haja interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá consignar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 15 (quinze) dias se desejar e após o transcurso, venham conclusos os autos para SENTENÇA.
CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CITAÇÃO via sistema.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002964-93.2021.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
REQUERENTE: ANTONIO DE OLIVEIRA PINTO, AV. CARLOS GOMES 489, SALA 01 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: THALES CEDRIK CATAFESTA, OAB nº RO8136
POLO PASSIVO
REQUERIDO: BANCO BMG S.A., AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 3477, 9 ANDAR. (BANCO BMG) ITAIM BIBI - 04538-133 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, Procuradoria do BANCO BMG S.A
Valor da Causa: R$ 16.504,96
Despacho
Diante da petição juntada pela Requerida, nos termos do artigo 9, do Código de Processo Civil, INTIME-SE se o Requerente para, querendo, manifeste-se no prazo de 05 (cinco) dias.
Após, venham os autos conclusos.
Serve como intimação/dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003178-16.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial

POLO ATIVO
EXEQUENTE: M & M ODONTOLOGIA LTDA - ME, AV CARLOS DONEJE 101, SALA B SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, OAB nº RO7414A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ELIVELTON DE SOUZA PEREIRA, AV. EMBOABAS 132 APEDIÁ - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 5.411,39(cinco mil, quatrocentos e onze reais e trinta e nove centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: “É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001710-17.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: C. PILONETO SANTOS - ME, AV. FORTE PRINCIPE DA BEIRA PROSPERO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875, MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945
POLO PASSIVO
EXECUTADO: BRUNA FIORATI BARBOSA, RUA RAPOSO TAVARES 508 CTG - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 676,06

DECISÃO
Defiro o pedido de bloqueio on line, na modalidade de ‘‘teimosinha’’.
Tentado o bloqueio de valores do executado (a) EXECUTADO: BRUNA FIORATI BARBOSA, CPF nº 07579710919, no valor R$ 676,06, por meio do sistema SISBAJUD, sobreveio resultado parcialmente positivo, no importe de R$ R$ 155,77, junto as contas bancárias, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
1. Intime-se a parte executada, nos termos do artigo 854, §2º, do CPC, para oferecer, caso queira, impugnação no prazo de 05 (cinco) dias (§3º), ou Intime-se o executado pessoalmente.
2. Havendo impugnação, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, manifestar-se. Após, venham os autos conclusos.
3. Não havendo impugnação, desde já, converto a indisponibilidade em penhora. INTIME-SE a exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar dados bancários para expedição de alvará transferência.
4. Decorrido o prazo do “item 3”, com ou sem manifestação, conclusos os autos para transferência dos valores e expedição de alvará.
SERVE COMO INTIMAÇÃO VIA DJE/ CARTA-AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003007-59.2023.8.22.0009 Homologação da Transação Extrajudicial
POLO ATIVO
REQUERENTE: VANILDA SOARES DA SILVA, RUA RICARDO FRANCO 564 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
REQUERENTE: BRUNO MARTINS SANTOS, RUA RIO GRANDE DO SUL 217 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
Sentença
As partes informaram a composição por meio de acordo extrajudicial, requerendo a homologação, nos termos da petição juntada nos autos.
Assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas.
Havendo descumprimento admito o prosseguimento nos mesmos autos devendo virem conclusos para decisão.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003013-66.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: MARIA CECILIA DE PAULA - ME, AV. CUNHA BUENO 751 , TELEFONE 3451-8467 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, OAB nº RO7414A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: BRUNA FIORATI BARBOSA, AV. RAPOSO TAVARES 508, CASA DOS FUNDOS CTG - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 1.009,04(mil, nove reais e quatro centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.

CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito", determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001689-41.2023.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: DIANA DO CARMO MOREIRA, LINHA KAPA 80, lote 16 ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
POLO PASSIVO
REQUERIDO: THAINARA DOS SANTOS TORRES, AVENIDA RIACHUELO 1721, NÃO INFORMADO CTG - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 926,80
DESPACHO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade chamada de ''Teimosinha'', pelo prazo de 15 dias.
Tentado o bloqueio de valores da parte executada, por meio do sistema Sisbajud, sobreveio resultado ínfimo, razão pela qual realizei o desbloqueio, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 5 (cinco) dias é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Registre-se, ainda, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ''teimosinha'', pois os autos permaneceram suspenso em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca por ativo via Sisbajud.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/DJE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001479-24.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO

AUTOR: LINCOLN BONELA CANUTO
ADVOGADOS DO AUTOR: LUCAS GATELLI DE SOUZA, OAB nº RO7232, ESTEFANIA SOUZA MARINHO, OAB nº RO7025
POLO PASSIVO
REQUERIDO: KATIELY FONTOURA MARCONDES, AVENIDA MARECHAL RONDON 1747 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: BRUNO MARCONDES DOS SANTOS, OAB nº RO11832
VALOR DA CAUSA: R$ 3.132,00
DESPACHO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade chamada de ''Teimosinha'', pelo prazo de 15 dias.
Tentado o bloqueio de valores da parte executada, por meio do sistema Sisbajud, sobreveio resultado ínfimo, razão pela qual realizei o desbloqueio, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 5 (cinco) dias é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Registre-se, ainda, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ''teimosinha'', pois os autos permaneceram suspenso em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca por ativo via Sisbajud.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/DJE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001687-71.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: ARAUJO & UNTERNAHRER COM. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, AV. CARLOS GOMES 1173B NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FERNANDA MUBARAC DE ALMEIDA, OAB nº RO8779, BEATRIZ MUBARAC DE ALMEIDA, OAB nº RO11130
POLO PASSIVO
EXECUTADO: LUANA GABRIELY EGGERT FERNANDES RAMOS, RUA BÁRBARA FUZARI 77 BNH 2 - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 199,95
DECISÃO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade de ''teimosinha'' pelo prazo de 15 dias.
Registre-se, por oportuno, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ''teimosinha'', pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca sigilosa por ativo via Sisbajud.
Tentado o bloqueio de valores do executado (a) EXECUTADO: LUANA GABRIELY EGGERT FERNANDES RAMOS, CPF nº 03008655203, no valor R$ 199,95, por meio do sistema SISBAJUD, sobreveio resultado positivo, no importe do crédito exequendo, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
1. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não havendo advogado constituído, intime-o pessoalmente, nos termos do artigo 854, §2º, do CPC, para oferecer, caso queira, impugnação no prazo de 05 (cinco) dias (§3º), ou Intime-se o executado pessoalmente.
2. Havendo impugnação, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, manifestar-se. Após, venham os autos conclusos.
3. Não havendo impugnação, desde já, converto a indisponibilidade em penhora. INTIME-SE a exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar dados bancários para expedição de alvará transferência.
4. Decorrido o prazo do “item 3”, com ou sem manifestação, conclusos os autos para transferência dos valores e expedição de alvará.
SERVE COMO INTIMAÇÃO VIA DJE/ CARTA-AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003179-98.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTORES: IVONE HONORATO FERREIRA, AV. DOS PIONEIROS s/n, EM JARDINÓPOLIS MUNICIPIO DE CASTANHEIRAS CENTRO - 76948-000 - CASTANHEIRAS - RONDÔNIA, DANIEL PEREIRA DE FRANCA, AV. DOS PIONEIROS S/N, JARDINÓPOLIS - MUNICIPIO DE CASTANHEIRAS/RO CENTRO - 76948-000 - CASTANHEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: CHARLES ROMEU SOUZA LEAL, OAB nº RO7587
POLO PASSIVO

REU: ELIZABETE LOBO RESENDE, LINHA KAPA ZERO Km 11, ASSENTAMENTO BOA ESPERANÇA ZONA RURAL - 76948-000 - CASTANHEIRAS - RONDÔNIA, DANIEL LUIZ, LINHA KAPA ZERO Km 11,, ASSENTAMENTO BOA ESPERANÇA ZONA RURAL - 76948-000 - CASTANHEIRAS - RONDÔNIA

Valor da Causa: R$ 49.653,31(quarenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e três reais e trinta e um centavos)

DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE

LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).

DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO

Vistos,

CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:

Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.

Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.

Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.

Além disso, anoto também:

I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;

II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;

III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;

IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;

V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;

VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;

VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;

VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;

IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;

X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;

XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;

XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;

XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;

XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;

XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;

XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).

XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;

XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.

XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.

DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.

CUMPRA-SE.

SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.

Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .

Wilson Soares Gama

Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003251-85.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
REQUERENTE: LUCIMAR KLIPPEL, RUA FRANCISCO DE FREITAS 935 ELDORADO - 76966-200 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: NEWITO TELES LOVO, OAB nº RO7950, LUAN MARCOS KOMINKIEWCZ ZUANAZZI, OAB nº RO13180, JONATHAN GONCALVES IZIDORO, OAB nº RO11715, ALINE LAZARO DOS SANTOS NOGUEIRA, OAB nº RO12855, HOSNEY REPISO NOGUEIRA, OAB nº RO6327
POLO PASSIVO
REQUERIDO: ROBERTO OLIVEIRA DO NASCIMENTO, RUA HERMÍNIO VIEIRA 400, CASA N 02 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 14.046,36(quatorze mil, quarenta e seis reais e trinta e seis centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos:
Vislumbra-se que o pedido se refere à tutela provisória de urgência incidental conservativa (art. 300, §2º, do Código de Processo Civil/2015), cujo objetivo "é conservar ou tutelar direitos, provisoriamente, para que oportunamente sejam satisfeitos de modo definitivo" (Teoria Geral do Processo – Comentários ao CPC de 2015 – Fernando da Fonseca Gajardoni).
Da narrativa da inicial não se vê demonstrados os requisitos para concessão da antecipação da tutela requerida, qual seja: a urgência.
Nota-se, a priori, que o autor fundamentou o pedido de urgência com o fato de o réu ter outros processos contra si. Entretanto, essa situação por si só não demonstra urgência, haja vista que a ação não significa, necessariamente, que o réu seja devedor ou que será condenado.
Com efeito, a alegação inicial pode – eventualmente - não resistir às questões manifestadas pela demandante. Em síntese, não há a probabilidade do direito a ser tutelado, máxime quando se observa que as afirmações deduzidas na exordial encontram-se embasadas em fatos que não se encontram devidamente provados.
Assim, indefiro, por ora, a concessão da tutela de provisória, determinando:
Vistos:
Vislumbra-se que o pedido se refere à tutela provisória de urgência incidental conservativa (art. 300, §2º, do Código de Processo Civil/2015), cujo objetivo "é conservar ou tutelar direitos, provisoriamente, para que oportunamente sejam satisfeitos de modo definitivo" (Teoria Geral do Processo – Comentários ao CPC de 2015 – Fernando da Fonseca Gajardoni).
Da narrativa da inicial não se vê demonstrados os requisitos para concessão da antecipação da tutela requerida, qual seja: a urgência.
Nota-se, a priori, que o autor fundamento o pedido de urgência com o fato de o réu ter outros processos contra si. Entretanto, essa situação por si só não demonstra urgência, haja vista que a ação não significa, necessariamente, que o réu seja devedor ou que será condenado.
Com efeito, a alegação inicial pode – eventualmente - não resistir às questões manifestadas pela demandante. Em síntese, não há a probabilidade do direito a ser tutelado, máxime quando se observa que as afirmações deduzidas na exordial encontram-se embasadas em fatos que não se encontram devidamente provados.
Assim, indefiro, por ora, a concessão da tutela de provisória, determinando:
Diante da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Art. 4º As sessões de julgamento e as audiências, inclusive de réus presos e de adolescentes em conflito com a lei internados, realizar-se-ão por videoconferência ou virtual, mediante sistema disponibilizado pela Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação (STIC), enquanto estiverem prorrogadas as medidas de prevenção ao contágio pelo COVID-19.
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;

VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003173-91.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: MARIA LUIZA FRANCA CARDOSO, CONJUNTO BNH, QUADRA 13 Casa 12 BNH I - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586
POLO PASSIVO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, ANDAR 9 EDIF JATOBA COND CASTELO BRANCO OFFICE PAR TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
Valor da Causa: R$ 10.963,00(dez mil, novecentos e sessenta e três reais)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.

Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003187-75.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: ELZIR JOSE BUENO, AV. RAIMUNDO SOARES, N° 878, BAIRRO VILA NOVA, PIM 878 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELIZANGELA LOPES SOARES DA SILVA, OAB nº RO9854
POLO PASSIVO
REQUERIDO: Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO SERVINDO COMO CITAÇÃO
Vistos, etc.
Tendo em vista os princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 cc art.2º da Lei 9.099/95), deixo de designar a solenidade conciliatória, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública, a audiência restou frustrada, pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação específica que regulamente a Lei 12.153/09 neste ponto, o que redunda em desperdício de tempo e expedientes da escrivania.

Neste norte, discutindo-se nos autos de matéria preponderantemente de direito, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da Lei 12.153/09.
Caso haja interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá consignar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 15 (quinze) dias se desejar e após o transcurso, venham conclusos os autos para SENTENÇA.
CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CITAÇÃO via sistema.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003191-15.2023.8.22.0009 Alvará Judicial - Lei 6858/80
POLO ATIVO
REQUERENTES: MATEUS LIPPI PAULUCCI, AV. PRESIDENTE VARGAS 791 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, JESSICA LIPPI PAULUCCI, AV. PRESIDENTE VARGAS 791 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, TICIANA LIPPI PAULUCCI CONSELVAN, AV. PRESIDENTE VARGAS 791 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DIEGO BARCELOS SANTOS, OAB nº RO10167A, ARTHUR GOULART SILVA, OAB nº RO10351
POLO PASSIVO
INTERESSADO: HELIO PAULUCCI
INTERESSADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 1.320,00
SENTENÇA
Considerando que a parte Autora requereu a extinção do feito, HOMOLOGO a desistência e JULGO EXTINTA a presente ação, com fundamento no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil e Enunciado nº 90 do FONAJE.
Sem custas.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquive-se o processo, independente do trânsito em julgado da sentença.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003208-51.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: J A DE ANDRADE 2 AMIGOS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 1587 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
REU: ADEMILSON DE OLIVEIRA COELHO, AVENIDA DOS IMIGRANTES 3179 SETOR INDUSTRIAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 414,79(quatrocentos e quatorze reais e setenta e nove centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:

I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003215-43.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTORES: ANA PAULA CASTRO SILVA, BNH II 29 QUADRA: 13-BNH II - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, JACIMARA ALMEIDA CASTRO SILVA, BNH 29 QUADRA 13 - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: BRUNA CARNEIRO VASCONCELOS, OAB nº RO11443, BRENDA CARNEIRO VASCONCELOS, OAB nº RO9302
POLO PASSIVO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6320, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 21.424,19(vinte e um mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e dezenove centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO

Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003234-49.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ANDREA PEREIRA GUIMARAES EIRELI - ME, AVENIDA EFRAIM GOULART DE BARROS 3802 CENTRO - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO AUTOR: HENRIQUE SCARCELLI SEVERINO, OAB nº RO2714A, ELESSANDRA APARECIDA FERRO, OAB nº RO4883
POLO PASSIVO
REU: GILMAR ALVES DE REZENDE, AVENIDA EFRAIN GOULART DE BARROS 4178 CENTRO - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 12.464,77(doze mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e setenta e sete centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito", determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, 1065, Bairro dos Pioneiros, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76970-000
Processo n°: 7000890-95.2023.8.22.0009
AUTOR: CLEUNICE DA SILVA PINTO TEIXEIRA
Advogado do(a) AUTOR: ANA PAULA SANCHES - RO9705
REU: ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, GENERALI BRASIL SEGUROS S A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a apresentar manifestação acerca da juntada de comprovante de pagamento, no prazo de 5 (cinco) dias.
Pimenta Bueno, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003135-79.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: JEANE KELI PEREIRA DE MELO BATISTA, RUA VERDES MARES 47 COLINA PARK II - 76906-794 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 7.596,69(sete mil, quinhentos e noventa e seis reais e sessenta e nove centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.

XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003189-45.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: MARIA CECILIA DE PAULA - ME, AV. CUNHA BUENO 751 , TELEFONE 3451-8467 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, OAB nº RO7414A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: JOSELIA SABINO DE SOUZA, LINHA P-12, km 07 ZONA RURAL - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 595,70(quinhentos e noventa e cinco reais e setenta centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: “É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003209-36.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: J A DE ANDRADE 2 AMIGOS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 1587 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ELCIO SANCHES DO NASCIMENTO, AVENIDA MACEIÓ 1195 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 810,08(oitocentos e dez reais e oito centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: “É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003205-96.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: J A DE ANDRADE 2 AMIGOS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 1587 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
EXECUTADO: JOAO RAMALHO XAVIER, AVENIDA SÃO LUÍS 1481 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 587,99(quinhentos e oitenta e sete reais e noventa e nove centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito", determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003220-65.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: J A DE ANDRADE 2 AMIGOS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 1587 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
EXECUTADO: KENNIO FREIRE PESSOA, RUA VILA LOBOS 221 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 20.863,86(vinte mil, oitocentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).

DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: “É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003163-47.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: AMILCAR CREMONESE NETO, AV CUNHA BUENO 824 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: THALES CEDRIK CATAFESTA, OAB nº RO8136
POLO PASSIVO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, 9 ANDAR, ED. JATOBÁ, COND. CASTELO BRANCO OF. PARK TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
Valor da Causa: R$ 13.200,00(treze mil, duzentos reais)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.

Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003245-78.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: MARIVANI BECALLI BORSUK EIRELI - EPP, AV CUNHA BUENO 631 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
EXECUTADO: LUCINEIA DA SILVA, RUA PONTO DE SEIXAS 30 TRIANGULO VERDE - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 1.009,62(mil, nove reais e sessenta e dois centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE

LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: “É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003207-66.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: MARLI DA SILVA DE OLIVEIRA, AVENIDA GUARARAPES 314 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MATHEUS GONCALVES RODRIGUES, OAB nº RO13188, MILENA FERNANDES NEVES, OAB nº RO10155A
POLO PASSIVO
REU: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, AVENIDA BARÃO DE TEFÉ 34 SAÚDE - 20220-460 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, RUA INÁCIO LUSTOSA 755 SÃO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, AVENIDA GETÚLIO VARGAS 1420, 5 E 6 ANDAR FUNCIONÁRIOS - 30112-021 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
ADVOGADO DOS REU: PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
Valor da Causa: R$ 19.281,12
DECISÃO SERVINDO COMO MANDADO
JUÍZO 100% DIGITAL
Esta ação tramitará como “Juízo 100% digital”, nos termos da Resolução 345 do CNJ e Ato Conjunto n. 14/2022-PR-CGJ do TJ/RO - publicado no Diário da Justiça de N. 128, em 13/07/22, devendo a CPE garantir que todas as intimações sejam realizadas via sistema virtual, salvo se for retratada a opção do trâmite como Juízo 100% digital.
Vislumbra-se que o pedido se refere à concessão de liminar em tutela provisória de urgência incidental (conservativa), cujo objetivo “é conservar ou tutelar direitos, provisoriamente, para que oportunamente sejam satisfeitos de modo definitivo” (Teoria Geral do Processo – Comentários ao CPC de 2015 – Fernando da Fonseca Gajardoni).

São requisitos para aplicação do instituto acima mencionado: a) probabilidade do direito e perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (periculum in mora).
Verifica-se, in casu, no que tange ao pedido de suspensão dos descontos ocorrem desde o ano de 2011, sendo suspenso por um período em 2016, retornando em 2017, de modo que a urgência resta prejudicada.
Entretanto, por se tratar de seguro e, ao que se sabe, pode ser cancelado a qualquer momento, inclusive administrativamente, mediante requerimento, o que não mencionada nos autos, não há razão para o indeferimento.
Assim, defiro o pedido para determinar a ré GENERALI BRASIL SEGUROS S.A., a suspensão das cobranças referente ao seguro de vida em nome da autora, sob pena de multa de R$ 100,00 por cobrança realizada, até o limite de R$ 1.000,00.
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Nos termos do art. 3º do Ato Conjunto n. 14/2022-PR-CGJ do TJ/RO, todos os autos processuais serão praticados por meio eletrônico, de modo que o CEJUSC realizará a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permitido, inclusive, pela nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95.
O prazo para a requerida opor-se ao Juízo 100% digital é até a sua primeira manifestação do processo, ciente de que o silêncio importará em aceitação tácita, conforme art. 2º do Ato Conjunto n. 14/2022-PR-CGJ do TJ/RO.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
XIV – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação, de acordo com Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria n. 001/2017, publicada no DJe 104, de 08/06/2017;
XVI - na mesma oportunidade, o autor deverá se manifestar, em até 10 (dez) minutos, sobre os documentos e preliminares eventualmente apresentados. Entretanto, nos casos em que houver mais de um requerido ou contestações, mesmo de apenas um requerido, com mais de (4) quatro laudas ou 4 (quatro) documentos juntados, será facultado à parte requerente o prazo de 24h para apresentar impugnação, se estiver acompanhada de advogado, ou de 48h no caso de estar desacompanhada de patrono;
XVII – Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XIX – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XVIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que o ato de citação deverá ser feito conforme o Provimento Nº 41/2020.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA DE CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003213-73.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
REQUERENTE: MARIA CELOI AIRES DE TOLEDO, QUADRA II, CASA 25, 25 BNH-I - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JUCEMERI GEREMIA, OAB nº RO6860
POLO PASSIVO
REQUERIDO: UNASPUB - UNIAO NACIONAL DE AUXILIO AOS SERVIDORES PUBLICOS, MINISTRO HERMENEGILDO DE BARROS 80 ITAPOA - 31710-230 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
Valor da Causa: R$ 8.452,72(oito mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos.
Vislumbra-se que o pedido se refere à concessão de liminar em tutela provisória de urgência incidental (conservativa), cujo objetivo “é conservar ou tutelar direitos, provisoriamente, para que oportunamente sejam satisfeitos de modo definitivo” (Teoria Geral do Processo – Comentários ao CPC de 2015 – Fernando da Fonseca Gajardoni).
A autora requer a suspensão dos descontos realizados em seu benefício, sob o argumento de que jamais contratou com a ré.
Por se tratar de contrato de contraprestacional, não gera prejuízo às partes, de modo que o usuário pode escolher distratar a qualquer momento, salvo previsão contratual diversa.
Assim, concedo a medida, com o fim de deferir o pedido para que a ré promova a suspensão, com o respectivo plano e, consequentemente, todos os serviços oferecidos, no prazo de 10 dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 100,00 até o montante de R$ 1.000,00.
Diante da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Art. 4º As sessões de julgamento e as audiências, inclusive de réus presos e de adolescentes em conflito com a lei internados, realizar-se-ão por videoconferência ou virtual, mediante sistema disponibilizado pela Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação (STIC), enquanto estiverem prorrogadas as medidas de prevenção ao contágio pelo COVID-19.
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;

XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001135-43.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: PAULO ROBERTO BARBOSA LIMA, RUA SÃO JOÃO 789, - DE 262/263 A 848/849 CASA PRETA - 76907-606 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CLEITON CARLOS DE ABREU COELHO BARRETO, OAB nº RO428E
POLO PASSIVO
EXECUTADOS: ROSANGELA SILVA DA MOTA, CASEMIRO DE ABREU 112 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, ROSANGELA SILVA DA MOTA 00857433997, CASSIMIRO DE ABREU 112, NÃO INFORMADO PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: SEBASTIAO CANDIDO NETO, OAB nº RO1826
R$ 13.977,92
DECISÃO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade de ‘’teimosinha’’ pelo prazo de 15 dias.
Registre-se, por oportuno, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘’teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca sigilosa por ativo via Sisbajud.
Tentado o bloqueio de valores do executado (a) EXECUTADOS: ROSANGELA SILVA DA MOTA, CPF nº 00857433997, ROSANGELA SILVA DA MOTA 00857433997, CNPJ nº 18848962000160, no valor R$ 14.710,38, por meio do sistema SISBAJUD, sobreveio resultado parcialmente positivo, no importe de R$ 552,59, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
1. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não havendo advogado constituído, intime-o pessoalmente, nos termos do artigo 854, §2º, do CPC, para oferecer, caso queira, impugnação no prazo de 05 (cinco) dias (§3º), ou Intime-se o executado pessoalmente.
2. Havendo impugnação, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, manifestar-se. Após, venham os autos conclusos.
3. Não havendo impugnação, desde já, converto a indisponibilidade em penhora. INTIME-SE a exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar dados bancários para expedição de alvará transferência.
4. Decorrido o prazo do “item 3”, com ou sem manifestação, conclusos os autos para transferência dos valores e expedição de alvará.
SERVE COMO INTIMAÇÃO VIA DJE/ CARTA-AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7005557-61.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: GEFERSON ACAZ GOIS DA SILVA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: HEVANDRO SCARCELLI SEVERINO, OAB nº RO3065, SAMMUEL VALENTIM BORGES, OAB nº RO4356
POLO PASSIVO
EXECUTADO: LEONARDO MANOEL DOMINGOS DEMETRIO, ESTRADA GERAL MORRETES 99, AVENIDA CENTENÁRIO 2452 MORRETES - 88804-970 - CRICIÚMA - SANTA CATARINA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 5.211,00

DECISÃO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade de ‘’teimosinha’’ pelo prazo de 15 dias.
Registre-se, por oportuno, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘’teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca sigilosa por ativo via Sisbajud.
Tentado o bloqueio de valores do executado (a) EXECUTADO: LEONARDO MANOEL DOMINGOS DEMETRIO, CPF nº 10302627995, no valor R$ 5.900,00, por meio do sistema SISBAJUD, sobreveio resultado parcialmente positivo, no importe de R$ 398,40, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
1. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não havendo advogado constituído, intime-o pessoalmente, nos termos do artigo 854, §2º, do CPC, para oferecer, caso queira, impugnação no prazo de 05 (cinco) dias (§3º), ou Intime-se o executado pessoalmente.
2. Havendo impugnação, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, manifestar-se. Após, venham os autos conclusos.
3. Não havendo impugnação, desde já, converto a indisponibilidade em penhora. INTIME-SE a exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar dados bancários para expedição de alvará transferência.
4. Decorrido o prazo do “item 3”, com ou sem manifestação, conclusos os autos para transferência dos valores e expedição de alvará.
SERVE COMO INTIMAÇÃO VIA DJE/ CARTA-AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Pimenta Bueno - Juizado Especial
Endereço: Avenida Presidente Kennedy, 1065, Bairro dos Pioneiros, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76970-000
==========
Processo nº: 7001505-85.2023.8.22.0009 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (14695)
REQUERENTE: ELIAS FRANCISCO DE OLIVEIRA
Advogados do(a) REQUERENTE: ANNA CARMEN DE SOUZA PITA - RO10374, TALISSA NAIARA ELIAS LIMA - RO9552, YAMILE ALBUQUERQUE MAGALHAES - RO9810
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
Intimação AO REQUERENTE
Por determinação do(a) MM. Juiz(a) de Direito, deste Juizado Especial da Fazenda Pública, fica Vossa Senhoria intimada para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar impugnação à contestação.
Pimenta Bueno/RO, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002967-77.2023.8.22.0009 Carta Precatória Cível
POLO ATIVO
DEPRECANTE: LUCIANE DA SILVA LTDA, DAS MANGUEIRAS 1644, - DE 1458/1459 A 1688/1689 VISTA ALEGRE - 76960-050 - CACOAL - RONDÔNIA
DEPRECANTE SEM ADVOGADO(S)
POLO PASSIVO
DEPRECADO: MARLUCIA QUEIROZ SENARIO, RUA VALDIVINO MARQUES BARBOSA s/n, FUNDOS DA MEDAS’ MÓVEIS CENTRO - 76977-000 - SÃO FELIPE D’OESTE - RONDÔNIA
DEPRECADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
A presente carta precatória preenche aos requisitos mencionados nos artigos 264 e 250 do CPC (Lei 13.105/2015).
1 - Cumpra-se o ato solicitado.
1.1) CÓPIA DA CARTA PRECATÓRIA SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDA, DE MANDADO DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A CPE.
1.2) - Após, cumprido o ato, devolva-se à origem com nossos cumprimentos.
1.3) - Em seguida, não havendo pendências, arquivem-se estes autos.
2 - Consigno que, caso o Oficial de Justiça certifique que a pessoa a ser citada/intimada tenha mudado de endereço e certifique o atual, fica, desde já, determinada, independente de nova deliberação, a remessa da presente ao juízo da comarca que se referir o novo endereço, dado o caráter itinerante das Cartas Precatórias, devendo ser observada pela CPE a comunicação ao juízo deprecante quanto a essa remessa.
3 - Desde já, fica também determinada a devolução da Carta Precatória à origem, caso o Oficial de Justiça certifique que não foi possível encontrar a pessoa em questão, não declinando o novo endereço.
Providenciem-se o necessário.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Dados para cumprimento:
REQUERIDA: MARLUCIA QUEIROZ SENARIO
ENDEREÇO: Rua Valdivino marques Barbosa, s/n, fundos da Medas’ móveis, Centro, São Felipe D’Oeste - RO - CEP: 76977-000

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003098-52.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: MARIA LUIZA ALVES DE SOUZA, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 1097 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: VALERIA PINHEIRO DE SOUZA, OAB nº RO9188, RUBENS DEMARCHI, OAB nº RO2127
POLO PASSIVO
REQUERIDOS: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO, AV. CASTELO BRANCO 1046 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, Estado de Rondônia, AC ESPLANADA DAS SECRETARIAS 2986, - ATÉ 149/150 PEDRINHAS - 76900-001 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO SERVINDO COMO CITAÇÃO
Vistos, etc.
Tendo em vista os princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 cc art.2º da Lei 9.099/95), deixo de designar a solenidade conciliatória, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública, a audiência restou frustrada, pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação específica que regulamente a Lei 12.153/09 neste ponto, o que redunda em desperdício de tempo e expedientes da escrivania.
Neste norte, discutindo-se nos autos de matéria preponderantemente de direito, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da Lei 12.153/09.
Caso haja interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá consignar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 15 (quinze) dias se desejar e após o transcurso, venham conclusos os autos para SENTENÇA.
CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CITAÇÃO via sistema.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002984-16.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: SANDRO ROSA LIMA, RUA BELÉM 595 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MIQUEIAS HENRIQUE PEREIRA LINHARES, OAB nº RO10050
POLO PASSIVO
REQUERIDO: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 7.825,74(sete mil, oitocentos e vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
Indefiro o pedido de dispensa de participação em audiência de conciliação, uma vez que a solenidade visa garantir maior celeridade processual, sendo este, um dos princípios basilares dos Juizados Especiais.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do

FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito", determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003129-72.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: RENATA SOUZA LIMA, RUA FREDERICO WESTPHALEN 1060 JARDIM RIVA - 78850-000 - PRIMAVERA DO LESTE - MATO GROSSO
Valor da Causa: R$ 2.662,77(dois mil, seiscentos e sessenta e dois reais e setenta e sete centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;

IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003150-48.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: JANETE APARECIDA DA SILVA, RUA FRANCISCO RUFINO 53 CENTRO - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 2.370,79(dois mil, trezentos e setenta reais e setenta e nove centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;

IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003231-94.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: M & M ODONTOLOGIA LTDA - ME, AV CARLOS DONEJE 101, SALA B SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, OAB nº RO7414A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ADRIANA SANTOS FERNANDES, RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ 146 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 1.907,55(mil, novecentos e sete reais e cinquenta e cinco centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.

CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito", determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003040-49.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: DIONIZIO RAMOS DA CRUZ, RUA VILA LOBO 252, CASA SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: VANIELE PORTO DOS SANTOS, OAB nº RO11325, MARCIO PEREIRA ALVES, OAB nº RO8718A
POLO PASSIVO
REU: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA, AV DOS OITIS 1460 DISTRITO INDUSTRIAL - 69099-836 - MANAUS - AMAZONAS
Valor da Causa: R$ 27.957,98(vinte e sete mil, novecentos e cinquenta e sete reais e noventa e oito centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;

IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, devendo a requerida trazer aos autos todos os elementos/provas pertinentes à elucidação dos fatos, objetos desta lide, sob pena de preclusão.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003125-35.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: LAURA DA SILVA GALVAO 02232518108, BRASIL SN CENTRO - 78800-000 - POXORÉO - MATO GROSSO
Valor da Causa: R$ 2.081,82(dois mil, oitenta e um reais e oitenta e dois centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.

Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003152-18.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: BOUTIQUE SPACO FEMININO LTDA, DOS ANTULIOS SN CENTRO - 78335-000 - COLNIZA - MATO GROSSO
R$ 646,71
DESPACHO
O autor ajuizou AÇÃO DE COBRANÇA, no entanto foi juntado nos autos apenas o verso do cheque, conforme ID 93055183.
Intime-se para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial juntando frente e verso do cheque, sob pena de indeferimento da inicial.
Serve como intimação via Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003219-80.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ISABEL FERREIRA DE ALCANTARA, AV. PASTOR JOSÉ ESCORIÇA NETO 1116 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ROGERIA VIEIRA REIS, OAB nº RO8436, ALINE MAURA RODRIGUES VIEIRA, OAB nº RO11949
POLO PASSIVO
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6.490, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 10.000,00(dez mil reais)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.

XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003229-27.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ROGERIA VIEIRA REIS, CAPITÃO PISA FLORES 317 LOTEAMENTO PARK DOS IPES - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ROGERIA VIEIRA REIS, OAB nº RO8436
POLO PASSIVO
REU: FABRICIO DO NASCIMENTO DIAS, LINHA 38 SETOR ARAÇA S/N ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, CARLA LIRA DOS SANTOS, LINHA 38 SETOR ARAÇA S/N ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 3.000,00(três mil reais)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;

XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001676-42.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ADRIANA RIBEIRO DE LIMA, LINHA MARTA REGINA S/N, ESTRADA DA CERÂ ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MILENA FERNANDES NEVES, OAB nº RO10155A
POLO PASSIVO
REU: ESLAINE FREITAS BATISTA, RUA MARIANA 1305 BELA VISTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
R$ 657,64
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
A pretensão da autora visa o ressarcimento da quantia de R$ 657,64 (seiscentos e cinquenta sete reais e sessenta e quatro centavos), referente ao crédito apresentado no doc. ID 89379194.
Devidamente citada para a audiência de conciliação por videoconferência, a parte requerida não participou e não entrou em contato com o CEJUSC pelos meios de comunicação disponíveis (telefones, e-mail, sala virtual).
Cumpre destacar que a citação/intimação enviada no endereço da requerida, constava todas as informações pertinentes para a realização da audiência por vídeo.
A Lei 9099/95, artigo 22, § 2° e artigo 23, trouxe nova redação no que diz respeito à realização das audiências de conciliação.
Art. 22. A conciliação será conduzida pelo Juiz togado ou leigo ou por conciliador sob sua orientação.§ 2º É cabível a conciliação não presencial conduzida pelo Juizado mediante o emprego dos recursos tecnológicos disponíveis de transmissão de sons e imagens em tempo real, devendo o resultado da tentativa de conciliação ser reduzido a escrito com os anexos pertinentes.
Art. 23. Se o demandado não comparecer ou recusar-se a participar da tentativa de conciliação não presencial, o Juiz togado proferirá sentença.
A ausência do requerido na audiência de tentativa de conciliação, nos termos do art. 20 da Lei 9.099/95 implica em revelia, reputando-se verdadeiros os fatos afirmados na inicial, como do contrário não resultou a convicção deste juízo, DECRETO sua revelia.
Indefiro o pedido de condenação por litigância de má-fé por não haver elementos suficientes para esta conclusão. Tampouco a parte requerente fundamentou o pedido.
Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por ADRIANA RIBEIRO DE LIMA em face de ESLAINE FREITAS BATISTA e o faço para condenar a ré ao pagamento da quantia de R$ 657,64 (seiscentos e cinquenta sete reais e sessenta e quatro centavos) corrigidos a partir do a distribuição, uma vez que já atualizado, e juros de 1% a.m desde a citação.
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.

Certificado o trânsito em julgado, intime-se o autor para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.
Em que pese a revelia reconhecida, para o início da fase de cumprimento de sentença, o requerido deve ser intimado, nos termos do art. 513, §2º, II do CPC.
Sendo assim, havendo manifestação quanto ao início do cumprimento de sentença, independentemente de novo despacho, intime-se o executado para cumprir e comprovar o depósito nos autos, nos termos do art. 523 do Código de Processo Civil.
Findo o prazo do pagamento voluntário, e não havendo requerimentos do credor, arquivem-se os autos.
Havendo pagamento voluntário do débito, INTIME-SE a autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, querendo, apresentar dados bancários para a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, autorizada a CPE a expedição do alvará.
Comprovado o levantamento, venham os autos conclusos para extinção
Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de LEVANTAMENTO e intime-se a autora para comprovação nos autos; PRAZO 5 (CINCO) DIAS.
Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, “a”, “b” e “e”, determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intime-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7000374-75.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
REQUERENTE: APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS, AVENIDA DOS IMIGRANTES 70, CASA SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ROSIEL GALVAO DOS SANTOS, OAB nº RO10415
POLO PASSIVO
REQUERIDO: BANCO PAN S.A., AVENIDA PAULISTA 1374, 16 ANDAR BELA VISTA - 01310-100 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: WILSON BELCHIOR, OAB nº CE17314A, PROCURADORIA BANCO PAN S.A
DESPACHO
Vistos,
Considerando que no caso em tela, já houve apresentação de contestação (ID 87768213), impugnação (ID 87815856) e tentativa infrutífera de conciliação (ID 87781363).
Sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes provas que tencionam produzir. Prazo: 5 dias.
Caso seja requerida prova oral, o pedido deverá ser pormenorizadamente fundamentado com informações cujos fatos pretende-se amparar nessa espécie probatória, sob pena de indeferimento.
Após, conclusos para julgamento.
Intimem-se.
SERVE COMO CARTA/MANDADO INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial Cível
Processo: 7001265-96.2023.8.22.0009
REQUERENTE: ALBANO EICHENBERG, LINHA 40, LOTE 57, LADO DIREITO DO RIO MELGACINHO, GLEBA CORUMBIARA ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LAURO PAULO KLINGELFUS JUNIOR, OAB nº RO2389
REQUERIDO: INLARON INDUSTRIAS DE LATICINIOS DE RONDONIA LTDA, BR 429 GLEBA 01 LOTE 21 Lote 21 ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: EDILSON STUTZ, OAB nº RO309B
Valor da causa: R$ 7.472,94
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de ação de cobrança.
A parte autora tem a pretensão de receber o valor de R$ 7.472,94 (sete mil quatrocentos e setenta e dois reais e noventa e quatro centavos) decorrente da venda de leite in natura para a requerida nos meses de Novembro e Dezembro de 2022.
Aduz que forneceu, por algum tempo, sua produção de leite para a empresa requerida, que o pagamento era mensal no valor de R$ 2,22 (dois reais e vinte dois centavos), representados por duas notas fiscais, sendo uma no valor de R$ 1,50(um real e cinquenta centavos) por litro e outra no valor de 0,72(setenta e dois centavos) por litro.

Por sua vez, a ré defende que não há documento hábil a demonstrar crédito exigido e subsidiariamente afirma que o valor pago para os seus produtores, à época, era de R$ 1,35 (um real e trinta e cinco centavos) por litro de leite.
A parte autora requer a produção de prova oral a fim de comprovar a existência do crédito que exige.
Pois bem.
Considerando que o ponto controvertido cinge sobre a existência e os termos do negócio jurídico alegado.
Considerando os elementos probatórios apresentados até então, bem como por entender imprescindível no caso, DEFIRO a produção da prova testemunhal requerida e, para tanto, DESIGNO audiência de instrução para o dia 14 de Setembro de 2023, às 09h30min a qual, em atenção ao artigo 3º da Resolução n.354/2020 do Conselho Nacional de Justiça, alterado pela Resolução n. 481/2022, realizar-se-á de forma PRESENCIAL na sala de audiências dos Juizados Especiais desta Comarca de Pimenta Bueno.
Caso a parte se comprometa em levar a testemunha à audiência, independentemente da intimação formal do Art. 455, presumir-se-á que, em caso de a testemunha não comparecer, a parte desistiu de sua inquirição.
Caso as partes entendam pertinente a audiência por VIDEOCONFERÊNCIA, deverão manifestar-se neste sentido no prazo de 05 (cinco) dias contados da intimação deste despacho, sendo que, em caso de requerimento no prazo, desde já AUTORIZO, dispensando-se nova conclusão dos autos.
Em tais casos, a audiência será realizada via Google Meet, por meio do Link: meet.google.com/wnd-uzzi-yhr, devendo as partes observar atentamente as orientações abaixo descritas:
a) Os advogados deverão informar ao juízo, até 24h antes da audiência, o e-mail ou número de telefone das pessoas que participarão, para possibilitar o contato da Secretaria do Juízo, em caso de dificuldade com a conexão ou acesso pelo link enviado.
b) Os advogados, partes e testemunhas deverão comprovar sua identidade no início da audiência ou de sua oitiva, mostrando o documento oficial com foto, para conferência e registro.
c) As testemunhas serão autorizadas a entrarem na sessão somente no momento de sua oitiva, bem como as partes, caso tenha sido pedido depoimento pessoal.
d) Os advogados das partes, em face do princípio da cooperação e boa-fé, assumem o compromisso de respeitarem a incomunicabilidade entre as testemunhas, sob pena de responsabilização na forma da lei.
Declaro o feito saneado e organizado.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002973-84.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: JERUSA BARON CASTELANI, LINHA 45 Lote 9A, ESTANCIA CASTELIANA, ZONA RURAL ZONA RURAL - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA, AC PRIMAVERA DE RONDONIA 1466, RUA JONAS ANTÔNIO DE SOUZA 1466 CENTRO - 76976-970 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
DESPACHO SERVINDO COMO CITAÇÃO
Vistos, etc.
Tendo em vista os princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 cc art.2º da Lei 9.099/95), deixo de designar a solenidade conciliatória, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública, a audiência restou frustrada, pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação específica que regulamente a Lei 12.153/09 neste ponto, o que redunda em desperdício de tempo e expedientes da escrivania.
Neste norte, discutindo-se nos autos de matéria preponderantemente de direito, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da Lei 12.153/09.
Caso haja interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá consignar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 15 (quinze) dias se desejar e após o transcurso, venham conclusos os autos para SENTENÇA.
CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CITAÇÃO via sistema.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002978-09.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: MARIA DA PENHA DA SILVA PINTO, AC PRIMAVERA DE RONDONIA ZONA RURAL, LH 50, 09, DERIVA DO POSTE 16 CENTRO - 76976-970 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590

POLO PASSIVO
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA, AC PRIMAVERA DE RONDONIA 1466, RUA JONAS ANTÔNIO DE SOUZA 1466 CENTRO - 76976-970 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
DESPACHO SERVINDO COMO CITAÇÃO
Vistos, etc.
Tendo em vista os princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 cc art.2º da Lei 9.099/95), deixo de designar a solenidade conciliatória, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública, a audiência restou frustrada, pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação específica que regulamente a Lei 12.153/09 neste ponto, o que redunda em desperdício de tempo e expedientes da escrivania.
Neste norte, discutindo-se nos autos de matéria preponderantemente de direito, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da Lei 12.153/09.
Caso haja interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá consignar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 15 (quinze) dias se desejar e após o transcurso, venham conclusos os autos para SENTENÇA.
CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CITAÇÃO via sistema.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003001-52.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: JUAREZ GOMES TEIXEIRA
ADVOGADO DO AUTOR: JANAINA MESQUITA MARREIRO, OAB nº RO5452A
POLO PASSIVO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Valor da Causa: R$ 10.000,00(dez mil reais)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;

XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001172-36.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: L. LAUREANO DA SILVA, RICARDO FRANCO 35 DOS PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FERNANDA MUBARAC DE ALMEIDA, OAB nº RO8779, BEATRIZ MUBARAC DE ALMEIDA, OAB nº RO11130
POLO PASSIVO
EXECUTADO: JEFFERSON JOSE DIAS, RUA JOSÉ DE ALENCAR 1190, NÃO INFORMADO NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 985,68
DECISÃO
Defiro o pedido de bloqueio on line, na modalidade de ‘‘teimosinha’’.
Registre-se, por oportuno, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘‘teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca sigilosa por ativo via Sisbajud.
Tentado o bloqueio de valores do executado (a) EXECUTADO: JEFFERSON JOSE DIAS, CPF nº 03543179209, no valor R$ 1.033,74, por meio do sistema SISBAJUD, sobreveio resultado parcialmente positivo, no importe de R$ 123,73, junto ao Nupagamentos e Caixa Econômica Federal, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
1. Intime-se o executado, pessoalmente, nos termos do artigo 854, §2º, do CPC, para oferecer, caso queira, impugnação no prazo de 05 (cinco) dias (§3º), ou Intime-se o executado pessoalmente.
2. Havendo impugnação, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, manifestar-se. Após, venham os autos conclusos.
3. Não havendo impugnação, desde já, converto a indisponibilidade em penhora. INTIME-SE a exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar dados bancários para expedição de alvará transferência.
4. Decorrido o prazo do “item 3”, com ou sem manifestação, conclusos os autos para transferência dos valores e expedição de alvará.
Intime-se. SERVE COMO INTIMAÇÃO/CARTA-AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7005170-46.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: JOSÉ FERREIRA DO NASCIMENTO, RUA RIO NEGRO 2165, - DE 1911/1912 AO FIM TEIXEIRÃO - 76965-652 - CACOAL - RONDÔNIA

ADVOGADO DO AUTOR: jose carlos laux, OAB nº RO566A
POLO PASSIVO
REU: RAIMUNDO BEZERRA VELOZO, RODOVIA 364 LH 04 DISTRITO URUCUMACUÃ - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: OSVALDO PEREIRA RIBEIRO, OAB nº RO5869A
Valor da Causa: R$ 5.843,33
DESPACHO
Vistos,
Torno sem efeito o despacho de ID 92578580, eis que equivocado.
As partes manifestaram interesse na produção de prova oral, no mais, por entender imprescindível ao caso, DEFIRO a produção da prova requerida e, para tanto, DESIGNO audiência de instrução para o dia 31 de agosto de 2023, às 08h30min a qual, em atenção ao artigo 3º da Resolução n.354/2020 do Conselho Nacional de Justiça, alterado pela Resolução n. 481/2022, realizar-se-á de forma PRESENCIAL na sala de audiências dos Juizados Especiais desta Comarca de Pimenta Bueno.
Caso a parte se comprometa em levar a testemunha à audiência, independentemente da intimação formal do Art. 455, presumir-se-á que, em caso de a testemunha não comparecer, a parte desistiu de sua inquirição.
Caso as partes entendam pertinente a audiência por VIDEOCONFERÊNCIA, deverão manifestar-se neste sentido no prazo de 05 (cinco) dias contados da intimação deste despacho, sendo que, em caso de requerimento no prazo, desde já AUTORIZO, dispensando-se nova conclusão dos autos.
Em tais casos, a audiência será realizada via Google Meet, por meio do Link: https://meet.google.com/qfe-htzj-iws , devendo as partes observar atentamente as orientações abaixo descritas:
a) Os advogados deverão informar ao juízo, até 24h antes da audiência, o e-mail ou número de telefone das pessoas que participarão, para possibilitar o contato da Secretaria do Juízo, em caso de dificuldade com a conexão ou acesso pelo link enviado.
b) Os advogados, partes e testemunhas deverão comprovar sua identidade no início da audiência ou de sua oitiva, mostrando o documento oficial com foto, para conferência e registro.
c) As testemunhas serão autorizadas a entrarem na sessão somente no momento de sua oitiva, bem como as partes, caso tenha sido pedido depoimento pessoal.
d) Os advogados das partes, em face do princípio da cooperação e boa-fé, assumem o compromisso de respeitarem a incomunicabilidade entre as testemunhas, sob pena de responsabilização na forma da lei.
Intimem-se as partes para comparecimento.
As testemunhas arroladas comparecerão independente de intimação.
Declaro o feito saneado e organizado.
Cumpra-se.
Expeça-se o necessário.
Serve como intimação/dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006273-88.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: M & G COMERCIO DE MOVEIS LTDA, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 930 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUCAS ZAGO FAVALESSA, OAB nº RO10982
POLO PASSIVO
EXECUTADO: GESIANE HONORIO DOS SANTOS, RUA HERMINIO VIEIRA 1120, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Considerando a manifestação da parte autora, informando que o débito fora integralmente pago, julgo EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.
Em razão do pagamento, realizei neste ato o desbloqueio dos valores retidos via SISBAJUD, conforme tela comprobatória em anexo.
Sem custas e honorários.
Registrado eletronicamente.
Intime-se, arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado da sentença.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001442-07.2016.8.22.0009 Cumprimento de sentença

POLO ATIVO
EXEQUENTE: EVALDO F. PESSOA - ME, AV. CAPITAO SILVIO 776, 3445-1328 CENTRO - 76977-000 - SÃO FELIPE D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
EXECUTADO: GLEICIELE WALGER MOLINA, RUA PROJETADA 2 664, . AEROPORTO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 5.825,74
DECISÃO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade de ''teimosinha'' pelo prazo de 15 dias.
Registre-se, por oportuno, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ''teimosinha'', pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca sigilosa por ativo via Sisbajud.
Tentado o bloqueio de valores do executado (a) EXECUTADO: GLEICIELE WALGER MOLINA, CPF nº 70112080200, no valor R$5.825,74, por meio do sistema SISBAJUD, sobreveio resultado parcialmente positivo, no importe de R$ 750,00, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Considerando que a Executada já apresentou impugnação, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, manifestar-se.
Após, venham os autos conclusos.
SERVE COMO INTIMAÇÃO VIA DJE/ CARTA-AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003190-30.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: OLEGARIO LUDUGERO ESPINDOLA, AVENIDA EXPEDICIONÁRIOS 1386 LIBERDADE - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MATHEUS GONCALVES RODRIGUES, OAB nº RO13188, MILENA FERNANDES NEVES, OAB nº RO10155A
POLO PASSIVO
REU: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, AVENIDA BARÃO DE TEFÉ 34 SAÚDE - 20220-460 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, RUA INÁCIO LUSTOSA 755 SÃO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, AVENIDA GETÚLIO VARGAS 1420, 5 E 6 ANDAR FUNCIONÁRIOS - 30112-021 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
ADVOGADO DOS REU: PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
Valor da Causa: R$ 20.823,94
DESPACHO
Vistos,
Indefiro o pedido de dispensa de participação em audiência de conciliação, uma vez que a solenidade visa garantir maior celeridade processual, sendo este, um dos princípios basilares dos Juizados Especiais.
Intime-se.
Cumpra-se o despacho de ID 93242880.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003128-87.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: JOSE CARLOS DOS SANTOS, RUA MARIA LUIZA GREGIO BERÇA 2801 JARDIM SOCIAL - 76981-262 - VILHENA - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 776,24(setecentos e setenta e seis reais e vinte e quatro centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,

CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003153-03.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO

REU: CLAYTON ROSA MAFRA FILHO, RUA TV DOS ANTULIOS S/N, SALA 6 CENTRO - 78335-000 - COLNIZA - MATO GROSSO
Valor da Causa: R$ 7.328,59(sete mil, trezentos e vinte e oito reais e cinquenta e nove centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003068-17.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO

AUTOR: JOSE OLIVEIRA DE CASTRO, AVENIDA RAIMUNDO SOARES 564 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MATHEUS GONCALVES RODRIGUES, OAB nº RO13188, MILENA FERNANDES NEVES, OAB nº RO10155A
POLO PASSIVO
REU: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, AVENIDA BARÃO DE TEFÉ 34 SAÚDE - 20220-460 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, RUA INÁCIO LUSTOSA 755 SÃO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, AVENIDA GETÚLIO VARGAS 1420, 5 E 6 ANDAR FUNCIONÁRIOS - 30112-021 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
Valor da Causa: R$ 20.563,18()
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
Indefiro o pedido de dispensa de participação em audiência de conciliação, uma vez que a solenidade visa garantir maior celeridade processual, sendo este, um dos princípios basilares dos Juizados Especiais.
Intime-se.
Cumpra-se o despacho de ID 92951219.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7000110-92.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: QUANZ E GEREMIA LTDA - ME, RUA GOIÁS 31, ENDEREÇO RESIDENCIAL JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
REQUERIDO: ANA PEREIRA DA SILVA, AV. SALVADOR 2043 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 3.654,12
DESPACHO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade chamada de ‘’Teimosinha’’, pelo prazo de 15 dias.
Tentado o bloqueio de valores da parte executada, por meio do sistema Sisbajud, sobreveio resultado ínfimo, razão pela qual realizei o desbloqueio conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 5 (cinco) dias é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Registre-se, ainda, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘’teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspenso em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca por ativo via Sisbajud.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/DJE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003206-81.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: J A DE ANDRADE 2 AMIGOS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 1587 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
EXECUTADO: EVILASIO FERREIRA DE SOUZA, RUA PARÁ 1041 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 1.122,32(mil, cento e vinte e dois reais e trinta e dois centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE

LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: “É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003210-21.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: J A DE ANDRADE 2 AMIGOS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 1587 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
EXECUTADO: THIAGO SOUZA DE BRITO NOGUEIRA, RUA CEARÁ 2225 MORADA DO SOL - 76974-000 - ESPIGÃO D’OESTE - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 5.192,10(cinco mil, cento e noventa e dois reais e dez centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.

Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: “É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003223-20.2023.8.22.0009 Carta Precatória Cível
POLO ATIVO
DEPRECANTE: NEUZA JULIA DA SILVA, RUA ANTONIO LAZARO DE MOURA 1231, - ATÉ 423/424 JARDIM DOS MIGRANTES - 76900-785 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO DEPRECANTE: DAMARIS HERMINIO BASTOS, OAB nº RO8884
POLO PASSIVO
REPRESENTADO: ADRIANO CORREA MARTINS, HERMINIO VIEIRA 400 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REPRESENTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
A presente carta precatória preenche aos requisitos mencionados nos artigos 264 e 250 do CPC (Lei 13.105/2015).
1 - Cumpra-se o ato solicitado.
1.1) CÓPIA DA CARTA PRECATÓRIA SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDA, DE MANDADO DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A CPE.
1.2) - Após, cumprido o ato, devolva-se à origem com nossos cumprimentos.
1.3) - Em seguida, não havendo pendências, arquivem-se estes autos.
2 - Consigno que, caso o Oficial de Justiça certifique que a pessoa a ser citada/intimada tenha mudado de endereço e certifique o atual, fica, desde já, determinada, independente de nova deliberação, a remessa da presente ao juízo da comarca que se referir o novo endereço, dado o caráter itinerante das Cartas Precatórias, devendo ser observada pela CPE a comunicação ao juízo deprecante quanto a essa remessa.

3 - Desde já, fica também determinada a devolução da Carta Precatória à origem, caso o Oficial de Justiça certifique que não foi possível encontrar a pessoa em questão, não declinando o novo endereço.
Providenciem-se o necessário.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Dados para cumprimento:
REQUERIDO: ADRIANO CORREA MARTINS
ENDEREÇO: Rua Hermínio Vieira, nº 400, bairro Jardim das Oliveiras, na cidade e Comarca de Pimenta Bueno/RO, Cep. 76.970-000

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno Processo: 7003067-32.2023.8.22.0009
Classe: Carta Precatória Cível
DEPRECANTE: COATTI E DEMETRIS COMERCIO DE CONFECCOES E ENXOVAIS LTDA
ADVOGADO DO DEPRECANTE: DIEGO UMBELINO DOS SANTOS, OAB nº RO10238
DEPRECADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
Compulsando os autos verifico que a executada reside no município de Buritis/RO, conforme petição inicial, assim, ante o equívoco na remessa, redistribuam-se os presentes autos para a comarca de Buritis/RO.
SERVE DE MANDADO/CITAÇÃO/OFÍCIO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno, 17 de julho de 2023
Wilson Soares Gama
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003131-42.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: EDNA VICENTE DA COSTA VASCONCELOS, RUA EPITACIO PESSOA 863 OLENKA - 78360-000 - CAMPO NOVO DO PARECIS - MATO GROSSO
Valor da Causa: R$ 25.408,47(vinte e cinco mil, quatrocentos e oito reais e quarenta e sete centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;

VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003149-63.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: E C DA PAIXAO EIRELI, DAS PERAS 140/B CENTRO - 69280-000 - MANICORÉ - AMAZONAS
Valor da Causa: R$ 1.223,79(mil, duzentos e vinte e três reais e setenta e nove centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;

III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7006882-71.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: SANTOS & DUTRA COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME, CARLOS DORNEJE 28, LOJA ALOIR MOVEIS APEDIÁ - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ELIETE MATOS, AV. SALVADOR 1287 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 1.135,41
DESPACHO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade chamada de ‘’Teimosinha’’, pelo prazo de 15 dias, salientando que já foi realizada ordem de teimosinha.
Tentado o bloqueio de valores da parte executada, por meio do sistema Sisbajud, sobreveio resultado negativo, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 5 (cinco) dias é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.

Registre-se, ainda, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ''teimosinha'', pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca por ativo via Sisbajud.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/DJE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003176-46.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ELIANE PINHEIRO DE GODOY
ADVOGADOS DO AUTOR: ESTEFANIA SOUZA MARINHO, OAB nº RO7025, LUCAS GATELLI DE SOUZA, OAB nº RO7232
POLO PASSIVO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, EDIF. C. BRANCO OFFICE PARK - TORRE JATOBÁ - 9 AN TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
Valor da Causa: R$ 10.249,07(dez mil, duzentos e quarenta e nove reais e sete centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;

XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002313-27.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: MAXWOELL CIMEK CAMARGO, RUA TUPÃ 135 BELA VISTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ELIDA DA LUZ SOUZA DE BRITO, OAB nº RO8704, CLAUDINEI SILVA MACHADO, OAB nº RO8799
POLO PASSIVO
REQUERIDO: R. ROSSI LTDA, AVENIDA ANISIO SERRÃO 370 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
R$ 14.812,18
DECISÃO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade de ‘’teimosinha’’ pelo prazo de 15 dias.
Registre-se, por oportuno, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘’teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca sigilosa por ativo via Sisbajud.
Tentado o bloqueio de valores do executado (a) REQUERIDO: R. ROSSI LTDA, CNPJ nº 37913510000160, no valor R$ 17.296,47, por meio do sistema SISBAJUD, sobreveio resultado parcialmente positivo, no importe de R$ 298,38, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
1. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não havendo advogado constituído, intime-o pessoalmente, nos termos do artigo 854, §2º, do CPC, para oferecer, caso queira, impugnação no prazo de 05 (cinco) dias (§3º), ou Intime-se o executado pessoalmente.
2. Havendo impugnação, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, manifestar-se. Após, venham os autos conclusos.
3. Não havendo impugnação, desde já, converto a indisponibilidade em penhora. INTIME-SE a exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar dados bancários para expedição de alvará transferência.
4. Decorrido o prazo do “item 3”, com ou sem manifestação, conclusos os autos para transferência dos valores e expedição de alvará.
SERVE COMO INTIMAÇÃO VIA DJE/ CARTA-AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7004258-49.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
PROCURADOR: ELIANA DO CARMO NEVES 00273551280, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 998, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 SALA 05 - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO PROCURADOR: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
EXECUTADO: DERLUCI DA ROSA SOUZA, RUA HERMINIO VIEIRA 575 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 426,83
DECISÃO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade de ‘’teimosinha’’ pelo prazo de 15 dias.
Registre-se, por oportuno, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘’teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca sigilosa por ativo via Sisbajud.

Tentado o bloqueio de valores do executado (a) EXECUTADO: DERLUCI DA ROSA SOUZA, CPF nº 35144947204, no valor R$ 588,10, por meio do sistema SISBAJUD, sobreveio resultado positivo, no importe do crédito exequendo, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
1. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não havendo advogado constituído, intime-o pessoalmente, nos termos do artigo 854, §2º, do CPC, para oferecer, caso queira, impugnação no prazo de 05 (cinco) dias (§3º), ou Intime-se o executado pessoalmente.
2. Havendo impugnação, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, manifestar-se. Após, venham os autos conclusos.
3. Não havendo impugnação, desde já, converto a indisponibilidade em penhora. INTIME-SE a exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar dados bancários para expedição de alvará transferência.
4. Decorrido o prazo do "item 3", com ou sem manifestação, conclusos os autos para transferência dos valores e expedição de alvará.
SERVE COMO INTIMAÇÃO VIA DJE/ CARTA-AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002186-55.2023.8.22.0009 Homologação da Transação Extrajudicial
POLO ATIVO
REQUERENTE: GOMES & DUTRA COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CARLOS DORNEJE 245, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
REQUERENTE: CLARICE FIGUEREDO AGUIAR, QUADRA 12 CAS 10 10 BNH - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 919,35
DESPACHO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade chamada de ''Teimosinha'', pelo prazo de 15 dias.
Tentado o bloqueio de valores da parte executada, por meio do sistema Sisbajud, sobreveio resultado ínfimo, razão pela qual realizei o desbloqueio, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 5 (cinco) dias é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Registre-se, ainda, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ''teimosinha'', pois os autos permaneceram suspenso em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca por ativo via Sisbajud.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/DJE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001699-90.2020.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
EXEQUENTE: DEIA CRISTINA PINHO BARBOSA SILVA, RUA ACRE 65 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ELIETE MATOS, AV. SALVADOR 1287 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 5.696,95
DESPACHO
Defiro o pedido de bloqueio on line, na modalidade chamada de ''Teimosinha'' pelo prazo de 15 dias, salientando que anteriormente já foi realizada ordem de teimosinha.
Tentado o bloqueio de valores da parte executada, por meio do sistema Sisbajud, sobreveio resultado negativo, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para o exequente indicar bens da executada, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 5 (cinco) dias é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Registre-se, ainda, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ''teimosinha'', pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca por ativo via Sisbajud.

Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/DJE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003262-17.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: M & M ODONTOLOGIA LTDA - ME, AV CARLOS DONEJE 101, SALA B SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, OAB nº RO7414A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: TIAGO FERREIRA DA SILVA, RUA PARAÍBA 1447 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 675,70(seiscentos e setenta e cinco reais e setenta centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: “É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001675-57.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível

POLO ATIVO
AUTOR: ADRIANA RIBEIRO DE LIMA, LINHA MARTA REGINA S/N, ESTRADA DA CERÂ ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MILENA FERNANDES NEVES, OAB nº RO10155A
POLO PASSIVO
REU: ANGELITA DE SOUZA GOMES COSTA, RUA COSTA MARQUES 645 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
R$ 653,47
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
A pretensão da autora visa o ressarcimento da quantia de R$ 657,64 (seiscentos e cinquenta sete reais e sessenta e quatro centavos), referente ao crédito apresentado no doc. ID89379160.
Devidamente citada para a audiência de conciliação por videoconferência, a parte requerida não participou e não entrou em contato com o CEJUSC pelos meios de comunicação disponíveis (telefones, e-mail, sala virtual).
Cumpre destacar que a citação/intimação enviada no endereço da requerida, constava todas as informações pertinentes para a realização da audiência por vídeo.
A Lei 9099/95, artigo 22, § 2° e artigo 23, trouxe nova redação no que diz respeito à realização das audiências de conciliação.
Art. 22. A conciliação será conduzida pelo Juiz togado ou leigo ou por conciliador sob sua orientação.§ 2º É cabível a conciliação não presencial conduzida pelo Juizado mediante o emprego dos recursos tecnológicos disponíveis de transmissão de sons e imagens em tempo real, devendo o resultado da tentativa de conciliação ser reduzido a escrito com os anexos pertinentes.
Art. 23. Se o demandado não comparecer ou recusar-se a participar da tentativa de conciliação não presencial, o Juiz togado proferirá sentença.
A ausência do requerido na audiência de tentativa de conciliação, nos termos do art. 20 da Lei 9.099/95 implica em revelia, reputando-se verdadeiros os fatos afirmados na inicial, como do contrário não resultou a convicção deste juízo, DECRETO sua revelia.
Indefiro o pedido de condenação por litigância de má-fé por não haver elementos suficientes para esta conclusão. Tampouco a parte requerente fundamentou o pedido.
Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por ADRIANA RIBEIRO DE LIMA em face de ANGELITA DE SOUZA GOMES COSTA e o faço para condenar a ré ao pagamento da quantia de R$ 653,47 (seiscentos e cinquenta e três reais e quarenta e sete centavos) corrigidos a partir do a distribuição, uma vez que já atualizado, e juros de 1% a.m desde a citação.
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.
Certificado o trânsito em julgado, intime-se o autor para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.
Em que pese a revelia reconhecida, para o início da fase de cumprimento de sentença, o requerido deve ser intimado, nos termos do art. 513, §2º, II do CPC.
Sendo assim, havendo manifestação quanto ao início do cumprimento de sentença, independentemente de novo despacho, intime-se o executado para cumprir e comprovar o depósito nos autos, nos termos do art. 523 do Código de Processo Civil.
Findo o prazo do pagamento voluntário, e não havendo requerimentos do credor, arquivem-se os autos.
Havendo pagamento voluntário do débito, INTIME-SE a autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, querendo, apresentar dados bancários para a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, autorizada a CPE a expedição do alvará.
Comprovado o levantamento, venham os autos conclusos para extinção
Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de LEVANTAMENTO e intime-se a autora para comprovação nos autos; PRAZO 5 (CINCO) DIAS.
Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, “a”, “b” e “e”, determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intime-s
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003185-08.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ISOLDE KRENKEL DOS SANTOS, RUA JOÃO DE BARROS 875, RESIDÊNCIA INDUSTRIAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: RAFAEL ALBERTO POZZA, OAB nº RO11734, EVERALDO BONI BARRETO, OAB nº RO13238
POLO PASSIVO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, ANDAR 9, EDIF. JATOBA, COND. CASTELO BRANCO TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
Valor da Causa: R$ 12.014,00(doze mil, quatorze reais)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.

XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003249-18.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: ROSECLEIA OLIVEIRA DA SILVA, RUA DOS INCONFIDENTES 1150 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MAISA BERNACHI BAPTISTA, OAB nº RO8247
POLO PASSIVO
REQUERIDO: Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 32.295,55
DECISÃO
A parte autora pleiteia a concessão de tutela provisória de urgência para determinar ao Estado de Rondônia que suspenda a exigibilidade do crédito fiscal objeto da CDA 20210200004011.
Vislumbra-se que o pedido se refere à concessão de liminar em tutela provisória de urgência cautelar (conservativa) incidental (art. 294 e 300, §2º, do Código de Processo Civil/2015), cujo objetivo "é conservar ou tutelar direitos, provisoriamente, para que oportunamente sejam satisfeitos de modo definitivo" (Teoria Geral do Processo – Comentários ao CPC de 2015 – Fernando da Fonseca Gajardoni).
In casu, ao menos em juízo perfunctório, revela-se cabível a concessão de ordem judicial para determinar a suspensão da exigibilidade do crédito constante na CDA 20210200004011, diante das alegações iniciais que evidenciam a probabilidade do direito, isso porque há indícios de que os juros e atualizações aplicados sobre a respectiva CDA foram utilizados índices superiores aos fixados pela União.
Há ainda presença do periculum in mora, haja vista os prejuízos a que ficará sujeito a parte autora, em caso de eventual ajuizamento de execução fiscal em valor superior ao devido.
Ademais, verifica-se que a apreciação da liminar se funda em cognição sumária, que não prevalecerá ao reconhecimento de realidades antes não conhecidas com a instrução, caso em que poderá em qualquer tempo ser revogada, sendo que eventual revogação o requerido poderá valer-se dos meios legais para reaver o crédito constante na CDA, retornando à situação jurídica ao status a quo.
Nesse contexto, entendo justificável a concessão da medida liminar, pois presentes a probabilidade do direito no que toca à ilegalidade dos juros (UPF-RO) índice esse, em tese, utilizado pelo Fisco Rondoniense e, de igual modo, inegável o perigo de dano.
No pertinente à alegação de inexistência de fato gerador, em que pese o argumento da autora, tem-se que a questão está a merecer maior instrução, bem assim, a inauguração de contraditório, sendo pedido que requer, imperiosamente, a análise do mérito da causa, com análise de todos os argumentos das partes.
Diante do exposto, DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA, para que o Estado de Rondônia suspenda a exigibilidade do débito cobrado na CDA nº 20210200004011, determinando-se, ainda, que o réu se abstenha de ajuizar atos expropriatórios, até ulterior decisão final deste juízo.
Tendo em vista os princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade (art.27 da L.12.153/09 cc art.2º da L.9.099/95), deixo de designar a solenidade conciliatória, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública a audiência restou frustrada pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação específica que regulamente a L.12.153/09.
Neste norte, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da L.12.153/09.
Caso haja interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá consignar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 10 dias se desejar e após o transcurso, venham conclusos os autos para SENTENÇA.
Cite-se. Intime-se. SERVE ESTA DECISÃO COMO CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Publique-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002769-11.2021.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: SANTOS & DUTRA COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME, RUA CARLOS DORNEJE 28 APIDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA

ADVOGADO DO REQUERENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
REQUERIDO: CLEVERTON CARDOSO SILVA, AV MARECHAL RONDON 1265 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
R$ 328,58
DECISÃO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade de ‘’teimosinha’’ pelo prazo de 15 dias.
Registre-se, por oportuno, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘’teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca sigilosa por ativo via Sisbajud.
Tentado o bloqueio de valores do executado (a) REQUERIDO: CLEVERTON CARDOSO SILVA, CPF nº 02674897228, no valor R$ 312,83, por meio do sistema SISBAJUD, sobreveio resultado parcialmente positivo, no importe de R$ 53,92, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
1. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não havendo advogado constituído, intime-o pessoalmente, nos termos do artigo 854, §2º, do CPC, para oferecer, caso queira, impugnação no prazo de 05 (cinco) dias (§3º), ou Intime-se o executado pessoalmente.
2. Havendo impugnação, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, manifestar-se. Após, venham os autos conclusos.
3. Não havendo impugnação, desde já, converto a indisponibilidade em penhora. INTIME-SE a exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar dados bancários para expedição de alvará transferência.
4. Decorrido o prazo do “item 3”, com ou sem manifestação, conclusos os autos para transferência dos valores e expedição de alvará.
SERVE COMO INTIMAÇÃO VIA DJE/ CARTA-AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003491-11.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: M. DE ALMEIDA MACHADO CELULARES - EPP, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 903 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCELO DE ALMEIDA MACHADO, OAB nº RO12115
POLO PASSIVO
EXECUTADO: MARIA CLAUDETE DO NASCIMENTO, AVENIDA MACEIÓ 1123, RESIDÊNCIA NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 1.746,92
DECISÃO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade de ‘’teimosinha’’ pelo prazo de 15 dias.
Registre-se, por oportuno, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘’teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca sigilosa por ativo via Sisbajud.
Tentado o bloqueio de valores do executado (a) EXECUTADO: MARIA CLAUDETE DO NASCIMENTO, CPF nº 47054468287, no valor R$ 1.283,60 por meio do sistema SISBAJUD, sobreveio resultado parcialmente positivo, no importe de R$ 700,92, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
1. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não havendo advogado constituído, intime-o pessoalmente, nos termos do artigo 854, §2º, do CPC, para oferecer, caso queira, impugnação no prazo de 05 (cinco) dias (§3º), ou Intime-se o executado pessoalmente.
2. Havendo impugnação, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, manifestar-se. Após, venham os autos conclusos.
3. Não havendo impugnação, desde já, converto a indisponibilidade em penhora. INTIME-SE a exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar dados bancários para expedição de alvará transferência.
4. Decorrido o prazo do “item 3”, com ou sem manifestação, conclusos os autos para transferência dos valores e expedição de alvará.
SERVE COMO INTIMAÇÃO VIA DJE/ CARTA-AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7005420-79.2022.8.22.0009 Homologação da Transação Extrajudicial
POLO ATIVO
REQUERENTE: F. R. COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME, AV. CUNHA BUENO 1150 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
REQUERIDO: ERICK LIMA DE SOUZA, RUA MAJOR AMARANTE 843 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA

VALOR DA CAUSA: R$ 4.300,00quatro mil, trezentos reais
DESPACHO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade chamada de ‘’Teimosinha’’, pelo prazo de 15 dias.
Tentado o bloqueio de valores da parte executada, por meio do sistema Sisbajud, sobreveio resultado negativo, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Assim, proceda-se à PENHORA e AVALIAÇÃO dos bens indicados (abaixo relacionados), suficientes para satisfação integral da execução R$ 1.299,25. Imediatamente após, intimar o Executado, na pessoa de seu representante legal, pessoalmente, ou por seu representante legal se for pessoa jurídica, para, querendo, apresentar as Impugnações no prazo de quinze (15) dias, contados da intimação.
BEM INDICADOS: Bens móveis disponíveis.
3. Caso a parte executada oponha óbices de qualquer natureza quanto à efetivação da penhora, inclusive ocultando-se ou negando-se a ficar como depositário, de logo deve o oficial de justiça entrar em contato com a parte autora, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado, que custeará as despesas respectivas.
Fica o senhor Oficial de Justiça, desde logo, ciente de que poderá atuar na forma do artigo 12, da Lei 9.099/95 c/c artigo 212, § 2º , do Código de Processo Civil/2015 (Realizar as diligências em dias feriados, sábados e domingos e fora da hora normal de expediente, desde que não seja antes das 06:00 e depois das 20:00 horas).
4. INEXISTINDO BENS PENHORÁVEIS, e caso a parte não tenha advogado, o Oficial de Justiça de logo deverá fazer contato com a parte exequente, no endereço ou fone supracitado, a fim de que no prazo dado ao Oficial de Justiça ou em 05 (cinco) dias após, indique bens em nome da parte devedora que possam ser penhorados, sob pena de extinção do processo (art. 53, § 4º, da Lei nº 9.099/95).
Em caso de penhora de VEÍCULOS, decorrido o prazo para impugnação, tornem os autos conclusos para restrição veicular, via Renajud.
Registre-se, ainda, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘’teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspenso em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca por ativo via Sisbajud.
CUMPRA-SE, SERVINDO ESTE COMO MANDADO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003996-02.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: M & M ODONTOLOGIA LTDA - ME, AV CARLOS DONEJE 101, SALA B SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, OAB nº RO7414A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: MARISETE ELIA DE OLIVEIRA, SETOR CHACAREIRO Lote 65-A ZONA RURAL - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 1.255,61
DESPACHO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade chamada de ‘’Teimosinha’’, pelo prazo de 15 dias.
Tentado o bloqueio de valores da parte executada, por meio do sistema Sisbajud, sobreveio resultado negativo, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 5 (cinco) dias é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Registre-se, ainda, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘’teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspenso em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca por ativo via Sisbajud.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/DJE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7005201-66.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: GOMES & DUTRA COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CARLOS DORNEJE 245, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
EXECUTADO: FILIPE DOS REIS SILVA, RUA INDEPENDENCIA 664 APIDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)

VALOR DA CAUSA: R$ 2.772,51
DESPACHO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade chamada de ‘’Teimosinha’’, pelo prazo de 15 dias.
Tentado o bloqueio de valores da parte executada, por meio do sistema Sisbajud, sobreveio resultado ínfimo, razão pela qual realizei o desbloqueio, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 5 (cinco) dias é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Registre-se, ainda, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘’teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspenso em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca por ativo via Sisbajud.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/DJE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001558-66.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: LUCIMARA GOMES DA ROCHA, RUA CARLOS CHAGAS 442 CTG - 76970-970 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUCIMARA GOMES DA ROCHA, OAB nº RO10801
POLO PASSIVO
EXECUTADO: LIDIOMAR FRANCISCO DE BARROS, RUA ANTONIO RICARDO DE LIMA 87 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 1.200,00
DESPACHO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade chamada de ‘’Teimosinha’’, pelo prazo de 15 dias.
Tentado o bloqueio de valores da parte executada, por meio do sistema Sisbajud, sobreveio resultado ínfimo, razão pela qual realizei o desbloqueio, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 5 (cinco) dias é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Registre-se, ainda, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘’teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspenso em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca por ativo via Sisbajud.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/DJE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003204-14.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: J A DE ANDRADE 2 AMIGOS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 1587 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
EXECUTADO: FABIANO PAIXAO, RUA JOSE DE ALENCAR 332 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 673,53(seiscentos e setenta e três reais e cinquenta e três centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.

Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito", determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003218-95.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: J A DE ANDRADE 2 AMIGOS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 1587 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ALVINO LARGASSE FILHO, ESTRADA DA PRODUÇÃO (LINHA 55), 89 ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 316,80(trezentos e dezesseis reais e oitenta centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.

CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito", determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003224-05.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: MARLENE DA SILVA PINHEIRO GRAZILIO, RUA ALCINDA RIBEIRO DE SOUZA, 1077 ALVORADA, CEP 7 1077 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELIZANGELA LOPES SOARES DA SILVA, OAB nº RO9854
POLO PASSIVO
REQUERIDO: Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO SERVINDO COMO CITAÇÃO
Vistos, etc.
Tendo em vista os princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 cc art.2º da Lei 9.099/95), deixo de designar a solenidade conciliatória, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública, a audiência restou frustrada, pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação específica que regulamente a Lei 12.153/09 neste ponto, o que redunda em desperdício de tempo e expedientes da escrivania.
Neste norte, discutindo-se nos autos de matéria preponderantemente de direito, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da Lei 12.153/09.
Caso haja interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá consignar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 15 (quinze) dias se desejar e após o transcurso, venham conclusos os autos para SENTENÇA.
CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CITAÇÃO via sistema.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002964-93.2021.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
REQUERENTE: ANTONIO DE OLIVEIRA PINTO, AV. CARLOS GOMES 489, SALA 01 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA

ADVOGADO DO REQUERENTE: THALES CEDRIK CATAFESTA, OAB nº RO8136
POLO PASSIVO
REQUERIDO: BANCO BMG S.A., AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 3477, 9 ANDAR. (BANCO BMG) ITAIM BIBI - 04538-133 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, Procuradoria do BANCO BMG S.A
Valor da Causa: R$ 16.504,96
Despacho
Diante da petição juntada pela Requerida, nos termos do artigo 9, do Código de Processo Civil, INTIME-SE se o Requerente para, querendo, manifeste-se no prazo de 05 (cinco) dias.
Após, venham os autos conclusos.
Serve como intimação/dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003178-16.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: M & M ODONTOLOGIA LTDA - ME, AV CARLOS DONEJE 101, SALA B SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, OAB nº RO7414A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ELIVELTON DE SOUZA PEREIRA, AV. EMBOABAS 132 APEDIÁ - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 5.411,39(cinco mil, quatrocentos e onze reais e trinta e nove centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: “É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.

Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001710-17.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: C. PILONETO SANTOS - ME, AV. FORTE PRINCIPE DA BEIRA PROSPERO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875, MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945
POLO PASSIVO
EXECUTADO: BRUNA FIORATI BARBOSA, RUA RAPOSO TAVARES 508 CTG - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 676,06
DECISÃO
Defiro o pedido de bloqueio on line, na modalidade de ‘‘teimosinha’’.
Tentado o bloqueio de valores do executado (a) EXECUTADO: BRUNA FIORATI BARBOSA, CPF nº 07579710919, no valor R$ 676,06, por meio do sistema SISBAJUD, sobreveio resultado parcialmente positivo, no importe de R$ R$ 155,77, junto as contas bancárias, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
1. Intime-se a parte executada, nos termos do artigo 854, §2º, do CPC, para oferecer, caso queira, impugnação no prazo de 05 (cinco) dias (§3º), ou Intime-se o executado pessoalmente.
2. Havendo impugnação, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, manifestar-se. Após, venham os autos conclusos.
3. Não havendo impugnação, desde já, converto a indisponibilidade em penhora. INTIME-SE a exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar dados bancários para expedição de alvará transferência.
4. Decorrido o prazo do “item 3”, com ou sem manifestação, conclusos os autos para transferência dos valores e expedição de alvará.
SERVE COMO INTIMAÇÃO VIA DJE/ CARTA-AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003007-59.2023.8.22.0009 Homologação da Transação Extrajudicial
POLO ATIVO
REQUERENTE: VANILDA SOARES DA SILVA, RUA RICARDO FRANCO 564 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
REQUERENTE: BRUNO MARTINS SANTOS, RUA RIO GRANDE DO SUL 217 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
Sentença
As partes informaram a composição por meio de acordo extrajudicial, requerendo a homologação, nos termos da petição juntada nos autos.
Assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas.
Havendo descumprimento admito o prosseguimento nos mesmos autos devendo virem conclusos para decisão.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003013-66.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO

EXEQUENTE: MARIA CECILIA DE PAULA - ME, AV. CUNHA BUENO 751 , TELEFONE 3451-8467 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, OAB nº RO7414A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: BRUNA FIORATI BARBOSA, AV. RAPOSO TAVARES 508, CASA DOS FUNDOS CTG - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 1.009,04(mil, nove reais e quatro centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: “É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001689-41.2023.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: DIANA DO CARMO MOREIRA, LINHA KAPA 80, lote 16 ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
POLO PASSIVO
REQUERIDO: THAINARA DOS SANTOS TORRES, AVENIDA RIACHUELO 1721, NÃO INFORMADO CTG - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 926,80

DESPACHO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade chamada de ''Teimosinha'', pelo prazo de 15 dias.
Tentado o bloqueio de valores da parte executada, por meio do sistema Sisbajud, sobreveio resultado ínfimo, razão pela qual realizei o desbloqueio, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 5 (cinco) dias é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Registre-se, ainda, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ''teimosinha'', pois os autos permaneceram suspenso em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca por ativo via Sisbajud.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/DJE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001479-24.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
AUTOR: LINCOLN BONELA CANUTO
ADVOGADOS DO AUTOR: LUCAS GATELLI DE SOUZA, OAB nº RO7232, ESTEFANIA SOUZA MARINHO, OAB nº RO7025
POLO PASSIVO
REQUERIDO: KATIELY FONTOURA MARCONDES, AVENIDA MARECHAL RONDON 1747 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: BRUNO MARCONDES DOS SANTOS, OAB nº RO11832
VALOR DA CAUSA: R$ 3.132,00
DESPACHO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade chamada de ''Teimosinha'', pelo prazo de 15 dias.
Tentado o bloqueio de valores da parte executada, por meio do sistema Sisbajud, sobreveio resultado ínfimo, razão pela qual realizei o desbloqueio, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 5 (cinco) dias é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Registre-se, ainda, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ''teimosinha'', pois os autos permaneceram suspenso em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca por ativo via Sisbajud.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/DJE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001687-71.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: ARAUJO & UNTERNAHRER COM. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, AV. CARLOS GOMES 1173B NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FERNANDA MUBARAC DE ALMEIDA, OAB nº RO8779, BEATRIZ MUBARAC DE ALMEIDA, OAB nº RO11130
POLO PASSIVO
EXECUTADO: LUANA GABRIELY EGGERT FERNANDES RAMOS, RUA BÁRBARA FUZARI 77 BNH 2 - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 199,95
DECISÃO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade de ''teimosinha'' pelo prazo de 15 dias.
Registre-se, por oportuno, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ''teimosinha'', pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca sigilosa por ativo via Sisbajud.
Tentado o bloqueio de valores do executado (a) EXECUTADO: LUANA GABRIELY EGGERT FERNANDES RAMOS, CPF nº 03008655203, no valor R$ 199,95, por meio do sistema SISBAJUD, sobreveio resultado positivo, no importe do crédito exequendo, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.

1. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não havendo advogado constituído, intime-o pessoalmente, nos termos do artigo 854, §2º, do CPC, para oferecer, caso queira, impugnação no prazo de 05 (cinco) dias (§3º), ou Intime-se o executado pessoalmente.
2. Havendo impugnação, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, manifestar-se. Após, venham os autos conclusos.
3. Não havendo impugnação, desde já, converto a indisponibilidade em penhora. INTIME-SE a exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar dados bancários para expedição de alvará transferência.
4. Decorrido o prazo do "item 3", com ou sem manifestação, conclusos os autos para transferência dos valores e expedição de alvará.
SERVE COMO INTIMAÇÃO VIA DJE/ CARTA-AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003179-98.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTORES: IVONE HONORATO FERREIRA, AV. DOS PIONEIROS s/n, EM JARDINÓPOLIS MUNICIPIO DE CASTANHEIRAS CENTRO - 76948-000 - CASTANHEIRAS - RONDÔNIA, DANIEL PEREIRA DE FRANCA, AV. DOS PIONEIROS S/N, JARDINÓPOLIS - MUNICIPIO DE CASTANHEIRAS/RO CENTRO - 76948-000 - CASTANHEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: CHARLES ROMEU SOUZA LEAL, OAB nº RO7587
POLO PASSIVO
REU: ELIZABETE LOBO RESENDE, LINHA KAPA ZERO Km 11, ASSENTAMENTO BOA ESPERANÇA ZONA RURAL - 76948-000 - CASTANHEIRAS - RONDÔNIA, DANIEL LUIZ, LINHA KAPA ZERO Km 11,, ASSENTAMENTO BOA ESPERANÇA ZONA RURAL - 76948-000 - CASTANHEIRAS - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 49.653,31(quarenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e três reais e trinta e um centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;

XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003251-85.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
REQUERENTE: LUCIMAR KLIPPEL, RUA FRANCISCO DE FREITAS 935 ELDORADO - 76966-200 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: NEWITO TELES LOVO, OAB nº RO7950, LUAN MARCOS KOMINKIEWCZ ZUANAZZI, OAB nº RO13180, JONATHAN GONCALVES IZIDORO, OAB nº RO11715, ALINE LAZARO DOS SANTOS NOGUEIRA, OAB nº RO12855, HOSNEY REPISO NOGUEIRA, OAB nº RO6327
POLO PASSIVO
REQUERIDO: ROBERTO OLIVEIRA DO NASCIMENTO, RUA HERMÍNIO VIEIRA 400, CASA N 02 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 14.046,36(quatorze mil, quarenta e seis reais e trinta e seis centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos:
Vislumbra-se que o pedido se refere à tutela provisória de urgência incidental conservativa (art. 300, §2º, do Código de Processo Civil/2015), cujo objetivo “é conservar ou tutelar direitos, provisoriamente, para que oportunamente sejam satisfeitos de modo definitivo” (Teoria Geral do Processo – Comentários ao CPC de 2015 – Fernando da Fonseca Gajardoni).
Da narrativa da inicial não se vê demonstrados os requisitos para concessão da antecipação da tutela requerida, qual seja: a urgência.
Nota-se, a priori, que o autor fundamentou o pedido de urgência com o fato de o réu ter outros processos contra si. Entretanto, essa situação por si só não demonstra urgência, haja vista que a ação não significa, necessariamente, que o réu seja devedor ou que será condenado.
Com efeito, a alegação inicial pode – eventualmente - não resistir às questões manifestadas pela demandante. Em síntese, não há a probabilidade do direito a ser tutelado, máxime quando se observa que as afirmações deduzidas na exordial encontram-se embasadas em fatos que não se encontram devidamente provados.
Assim, indefiro, por ora, a concessão da tutela de provisória, determinando:
Vistos:
Vislumbra-se que o pedido se refere à tutela provisória de urgência incidental conservativa (art. 300, §2º, do Código de Processo Civil/2015), cujo objetivo “é conservar ou tutelar direitos, provisoriamente, para que oportunamente sejam satisfeitos de modo definitivo” (Teoria Geral do Processo – Comentários ao CPC de 2015 – Fernando da Fonseca Gajardoni).
Da narrativa da inicial não se vê demonstrados os requisitos para concessão da antecipação da tutela requerida, qual seja: a urgência.
Nota-se, a priori, que o autor fundamento o pedido de urgência com o fato de o réu ter outros processos contra si. Entretanto, essa situação por si só não demonstra urgência, haja vista que a ação não significa, necessariamente, que o réu seja devedor ou que será condenado.
Com efeito, a alegação inicial pode – eventualmente - não resistir às questões manifestadas pela demandante. Em síntese, não há a probabilidade do direito a ser tutelado, máxime quando se observa que as afirmações deduzidas na exordial encontram-se embasadas em fatos que não se encontram devidamente provados.
Assim, indefiro, por ora, a concessão da tutela de provisória, determinando:
Diante da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Art. 4º As sessões de julgamento e as audiências, inclusive de réus presos e de adolescentes em conflito com a lei internados, realizar-se-ão por videoconferência ou virtual, mediante sistema disponibilizado pela Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação (STIC), enquanto estiverem prorrogadas as medidas de prevenção ao contágio pelo COVID-19.

CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003173-91.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: MARIA LUIZA FRANCA CARDOSO, CONJUNTO BNH, QUADRA 13 Casa 12 BNH I - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586
POLO PASSIVO

REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, ANDAR 9 EDIF JATOBA COND CASTELO BRANCO OFFICE PAR TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
Valor da Causa: R$ 10.963,00(dez mil, novecentos e sessenta e três reais)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003187-75.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: ELZIR JOSE BUENO, AV. RAIMUNDO SOARES, N° 878, BAIRRO VILA NOVA, PIM 878 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELIZANGELA LOPES SOARES DA SILVA, OAB nº RO9854
POLO PASSIVO
REQUERIDO: Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO SERVINDO COMO CITAÇÃO
Vistos, etc.
Tendo em vista os princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 cc art.2º da Lei 9.099/95), deixo de designar a solenidade conciliatória, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública, a audiência restou frustrada, pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação específica que regulamente a Lei 12.153/09 neste ponto, o que redunda em desperdício de tempo e expedientes da escrivania.
Neste norte, discutindo-se nos autos de matéria preponderantemente de direito, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da Lei 12.153/09.
Caso haja interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá consignar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 15 (quinze) dias se desejar e após o transcurso, venham conclusos os autos para SENTENÇA.
CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CITAÇÃO via sistema.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003191-15.2023.8.22.0009 Alvará Judicial - Lei 6858/80
POLO ATIVO
REQUERENTES: MATEUS LIPPI PAULUCCI, AV. PRESIDENTE VARGAS 791 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, JESSICA LIPPI PAULUCCI, AV. PRESIDENTE VARGAS 791 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, TICIANA LIPPI PAULUCCI CONSELVAN, AV. PRESIDENTE VARGAS 791 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DIEGO BARCELOS SANTOS, OAB nº RO10167A, ARTHUR GOULART SILVA, OAB nº RO10351
POLO PASSIVO
INTERESSADO: HELIO PAULUCCI
INTERESSADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 1.320,00
SENTENÇA
Considerando que a parte Autora requereu a extinção do feito, HOMOLOGO a desistência e JULGO EXTINTA a presente ação, com fundamento no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil e Enunciado nº 90 do FONAJE.
Sem custas.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquive-se o processo, independente do trânsito em julgado da sentença.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003208-51.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: J A DE ANDRADE 2 AMIGOS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 1587 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
REU: ADEMILSON DE OLIVEIRA COELHO, AVENIDA DOS IMIGRANTES 3179 SETOR INDUSTRIAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 414,79(quatrocentos e quatorze reais e setenta e nove centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE

LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003215-43.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO

AUTORES: ANA PAULA CASTRO SILVA, BNH II 29 QUADRA: 13-BNH II - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, JACIMARA ALMEIDA CASTRO SILVA, BNH 29 QUADRA 13 - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: BRUNA CARNEIRO VASCONCELOS, OAB nº RO11443, BRENDA CARNEIRO VASCONCELOS, OAB nº RO9302
POLO PASSIVO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6320, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 21.424,19(vinte e um mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e dezenove centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.

DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003234-49.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ANDREA PEREIRA GUIMARAES EIRELI - ME, AVENIDA EFRAIM GOULART DE BARROS 3802 CENTRO - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: HENRIQUE SCARCELLI SEVERINO, OAB nº RO2714A, ELESSANDRA APARECIDA FERRO, OAB nº RO4883
POLO PASSIVO
REU: GILMAR ALVES DE REZENDE, AVENIDA EFRAIN GOULART DE BARROS 4178 CENTRO - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 12.464,77(doze mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e setenta e sete centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: “É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, 1065, Bairro dos Pioneiros, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76970-000
Processo n°: 7000890-95.2023.8.22.0009
AUTOR: CLEUNICE DA SILVA PINTO TEIXEIRA
Advogado do(a) AUTOR: ANA PAULA SANCHES - RO9705
REU: ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, GENERALI BRASIL SEGUROS S A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a apresentar manifestação acerca da juntada de comprovante de pagamento, no prazo de 5 (cinco) dias.
Pimenta Bueno, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003135-79.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: JEANE KELI PEREIRA DE MELO BATISTA, RUA VERDES MARES 47 COLINA PARK II - 76906-794 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 7.596,69(sete mil, quinhentos e noventa e seis reais e sessenta e nove centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;

XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003139-19.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: ARLEZIANY FERREIRA DE ARAUJO, RUA FRANCISCO MANOEL DA SILVA 6710, - DE 6525/6526 A 6864/6865 APONIÃ - 76824-098 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 13.841,17(treze mil, oitocentos e quarenta e um reais e dezessete centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;

VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003161-77.2023.8.22.0009 Homologação da Transação Extrajudicial
POLO ATIVO
REQUERENTE: VANILDA SOARES DA SILVA, RUA RICARDO FRANCO 564 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
REQUERENTE: MARCOS ANTONIO CORREIA LIMA, RUA MAJOR AMARENTE 392 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
Sentença
As partes informaram a composição por meio de acordo extrajudicial, requerendo a homologação, nos termos da petição juntada nos autos.
Assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas.
Havendo descumprimento admito o prosseguimento nos mesmos autos devendo virem conclusos para decisão.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7000241-33.2023.8.22.0009 Homologação da Transação Extrajudicial
POLO ATIVO
REQUERENTE: ELIANIA FERRAZ DE MENEZES 93671741287, 21 DE ABRIL 807, NÃO INFORMADO APIDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO REQUERENTE: MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875, MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945
POLO PASSIVO
REQUERIDO: ELIZABETE VAITZ SOUZA, RUA ALMIRANTE BARROSO 525 CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
VALOR DA CAUSA: R$ 840,00oitocentos e quarenta reais
DESPACHO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade chamada de ''Teimosinha'', pelo prazo de 15 dias.
Tentado o bloqueio de valores da parte executada, por meio do sistema Sisbajud, sobreveio resultado negativo, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Assim, proceda-se à PENHORA e AVALIAÇÃO dos bens indicados (abaixo relacionados), suficientes para satisfação integral da execução R$ 840,00(oitocentos e quarenta reais). Imediatamente após, intimar o Executado, na pessoa de seu representante legal, pessoalmente, ou por seu representante legal se for pessoa jurídica, para, querendo, apresentar as Impugnações no prazo de quinze (15) dias, contados da intimação.
BEM INDICADOS: Bens móveis disponíveis.
3. Caso a parte executada oponha óbices de qualquer natureza quanto à efetivação da penhora, inclusive ocultando-se ou negando-se a ficar como depositário, de logo deve o oficial de justiça entrar em contato com a parte autora, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado, que custeará as despesas respectivas.
Fica o senhor Oficial de Justiça, desde logo, ciente de que poderá atuar na forma do artigo 12, da Lei 9.099/95 c/c artigo 212, § 2º , do Código de Processo Civil/2015 (Realizar as diligências em dias feriados, sábados e domingos e fora da hora normal de expediente, desde que não seja antes das 06:00 e depois das 20:00 horas).
4. INEXISTINDO BENS PENHORÁVEIS, e caso a parte não tenha advogado, o Oficial de Justiça de logo deverá fazer contato com a parte exequente, no endereço ou fone supracitado, a fim de que no prazo dado ao Oficial de Justiça ou em 05 (cinco) dias após, indique bens em nome da parte devedora que possam ser penhorados, sob pena de extinção do processo (art. 53, § 4º, da Lei nº 9.099/95).
Em caso de penhora de VEÍCULOS, decorrido o prazo para impugnação, tornem os autos conclusos para restrição veicular, via Renajud.
Registre-se, ainda, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ''teimosinha'', pois os autos permaneceram suspenso em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca por ativo via Sisbajud.
CUMPRA-SE, SERVINDO ESTE COMO MANDADO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003003-22.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ANTONIO CARLOS VIEIRA, LINHA 45, LOTE 189 S/N ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: SHEINE MARCELA SANTOS TEOTONIO, OAB nº RO11604, WILMA PEREIRA MARIANO, OAB nº RO10731
POLO PASSIVO
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 49.724,00
DESPACHO
Diante da insistência do autor no tocante ao desinteresse de audiência de conciliação, excepcionalmente, hei por bem ordinarizar o rito, determinando a citação da ré para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia
Caso a requerida tenha interesse em realizar conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo a fim de ser submetida ao crivo da parte autora.
1. Com a juntada de defesa, INTIME-SE a parte autora para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.
2. Cancele-se a audiência designada nos autos.
3. Expeça-se o necessário.
CUMPRA-SE,
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003199-89.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: DEVILSON JOSE DA SILVA, AVENIDA BOA VISTA 4928 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FRANCISCA JUSARA DE MACEDO COELHO SILVA, OAB nº RO10215
POLO PASSIVO
EXECUTADO: N. COUTO JUNIOR, RUA RUI BARBOSA 129 BEIRA RIO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA

Valor da causa: R$ 3.035,43(três mil, trinta e cinco reais e quarenta e três centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito", determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003217-13.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ELIANE MEDEIROS BRAGANCA, RUA PORTO VELHO n 2016 SETOR 01 - 76995-000 - CORUMBIARA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ROGERIA VIEIRA REIS, OAB nº RO8436, ALINE MAURA RODRIGUES VIEIRA, OAB nº RO11949
POLO PASSIVO
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6.490, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 10.100,00(dez mil, cem reais)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:

Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001364-66.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: CICERO & SOUZA LTDA - EPP, AVENIDA MARECHAL RONDON 216 BAIRRO DOS PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
REU: RITA DE CASSIA DA SILVA, AV. SÃO LUIZ 957 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA

REU SEM ADVOGADO(S)
R$ 5.259,10
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
A pretensão da autora visa o ressarcimento da quantia de R$ 5.259,10 (cinco mil duzentos e cinquenta e nove reais e dez centavos), referente ao crédito apresentado no doc. ID 88667701.
Devidamente citada para a audiência de conciliação por videoconferência, a parte requerida não participou e não entrou em contato com o CEJUSC pelos meios de comunicação disponíveis (telefones, e-mail, sala virtual).
Cumpre destacar que a citação/intimação enviada no endereço da requerida, constava todas as informações pertinentes para a realização da audiência por vídeo.
A Lei 9099/95, artigo 22, § 2° e artigo 23, trouxe nova redação no que diz respeito à realização das audiências de conciliação.
Art. 22. A conciliação será conduzida pelo Juiz togado ou leigo ou por conciliador sob sua orientação.§ 2º É cabível a conciliação não presencial conduzida pelo Juizado mediante o emprego dos recursos tecnológicos disponíveis de transmissão de sons e imagens em tempo real, devendo o resultado da tentativa de conciliação ser reduzido a escrito com os anexos pertinentes.
Art. 23. Se o demandado não comparecer ou recusar-se a participar da tentativa de conciliação não presencial, o Juiz togado proferirá sentença.
A ausência do requerido na audiência de tentativa de conciliação, nos termos do art. 20 da Lei 9.099/95 implica em revelia, reputando-se verdadeiros os fatos afirmados na inicial, como do contrário não resultou a convicção deste juízo, DECRETO sua revelia.
Indefiro o pedido de condenação por litigância de má-fé por não haver elementos suficientes para esta conclusão. Tampouco a parte requerente fundamentou o pedido.
Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por CICERO E SOUZA LTDA em face de RITA DE CASSIA DA SILVA e o faço para condenar a ré ao pagamento da quantia de R$ 5.132,56 (cinco mil cento e trinta e dois reais e cinquenta e seis reais) corrigidos a partir do a distribuição, uma vez que já atualizado, e juros de 1% a.m desde a citação.
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.
Certificado o trânsito em julgado, intime-se o autor para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.
Em que pese a revelia reconhecida, para o início da fase de cumprimento de sentença, o requerido deve ser intimado, nos termos do art. 513, §2º, II do CPC.
Sendo assim, havendo manifestação quanto ao início do cumprimento de sentença, independentemente de novo despacho, intime-se o executado para cumprir e comprovar o depósito nos autos, nos termos do art. 523 do Código de Processo Civil.
Findo o prazo do pagamento voluntário, e não havendo requerimentos do credor, arquivem-se os autos.
Havendo pagamento voluntário do débito, INTIME-SE a autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, querendo, apresentar dados bancários para a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, autorizada a CPE a expedição do alvará.
Comprovado o levantamento, venham os autos conclusos para extinção.
Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de LEVANTAMENTO e intime-se a autora para comprovação nos autos; PRAZO 5 (CINCO) DIAS.
Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, “a”, “b” e “e”, determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intime-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7004029-26.2021.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: E. A. V. DE ARAUJO OLIVEIRA - ME, AVENIDA CUNHA BUENO 398 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA

ADVOGADO DO REQUERENTE: FERNANDA MUBARAC DE ALMEIDA, OAB nº RO8779
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MARIA HELENA REIS AVILA, AVENIDA SÃO LUIZ 643 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
R$ 133,72
DECISÃO
Defiro parcialmente o pedido de bloqueio on line, na modalidade de ‘’teimosinha’’ pelo prazo de 15 dias.
Registre-se, por oportuno, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘’teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca sigilosa por ativo via Sisbajud.
Tentado o bloqueio de valores do executado (a) REQUERIDO: MARIA HELENA REIS AVILA, CPF nº 88535355200, no valor R$ 133,72, por meio do sistema SISBAJUD, sobreveio resultado positivo, no valor do crédito exequendo, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
1. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não havendo advogado constituído, intime-o pessoalmente, nos termos do artigo 854, §2º, do CPC, para oferecer, caso queira, impugnação no prazo de 05 (cinco) dias (§3º), ou Intime-se o executado pessoalmente.
2. Havendo impugnação, intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, manifestar-se. Após, venham os autos conclusos.
3. Não havendo impugnação, desde já, converto a indisponibilidade em penhora. INTIME-SE a exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar dados bancários para expedição de alvará transferência.
4. Decorrido o prazo do “item 3”, com ou sem manifestação, conclusos os autos para transferência dos valores e expedição de alvará.
SERVE COMO INTIMAÇÃO VIA DJE/ CARTA-AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003091-60.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: VIVALDINA MARIA DA SILVA, RUA ALUÍSIO GOMES DA SILVA, 26- QUADRA, 3 BNH, PIM 26 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELIZANGELA LOPES SOARES DA SILVA, OAB nº RO9854
POLO PASSIVO
REQUERIDO: Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO SERVINDO COMO CITAÇÃO
Vistos, etc.
Tendo em vista os princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 cc art.2º da Lei 9.099/95), deixo de designar a solenidade conciliatória, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública, a audiência restou frustrada, pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação específica que regulamente a Lei 12.153/09 neste ponto, o que redunda em desperdício de tempo e expedientes da escrivania.
Neste norte, discutindo-se nos autos de matéria preponderantemente de direito, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da Lei 12.153/09.
Caso haja interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá consignar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 15 (quinze) dias se desejar e após o transcurso, venham conclusos os autos para SENTENÇA.
CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CITAÇÃO via sistema.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003089-90.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: REJANE DE SOUSA GONCALVES FRACCARO, RUA JUAREZ TÁVORA 511 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ANTONIO FRACCARO, OAB nº RO1941
POLO PASSIVO
REU: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA, AVENIDA DOS OITIS 1460 DISTRITO INDUSTRIAL II - 69007-002 - MANAUS - AMAZONAS
Valor da Causa: R$ 15.592,79(quinze mil, quinhentos e noventa e dois reais e setenta e nove centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).

DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003114-06.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: PAULISTA FUNILARIA E PINTURA LTDA, IZAK ROCHA DA SILVA 7189, QUADRA76 JARDIM ARAUCARIA - 76987-416 - VILHENA - RONDÔNIA

ADVOGADO DO EXEQUENTE: DYENNIFER IARA LIMA, OAB nº RO12963
POLO PASSIVO
EXECUTADO: MATHEUS ALAN BARBOSA SILVA, QUADRA 10 CASA 06 BNH 1 - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 16.326,84(dezesseis mil, trezentos e vinte e seis reais e oitenta e quatro centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito", determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003124-50.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: VALERIA JESUS SOARES 91133424287, TRANQUEDO NEVES S/N, - DE 4112 A 4494 - LADO PAR UNIAO - 76860-000 - CANDEIAS DO JAMARI - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 1.265,32(mil, duzentos e sessenta e cinco reais e trinta e dois centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).

DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003136-64.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA

ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: MARIA INES BATISTA FERREIRA 29218730100, MAJOR AMARANTE 3800 CENTRO (S-01) - 76980-078 - VILHENA - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 3.092,91(três mil, noventa e dois reais e noventa e um centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003151-33.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ARAO CAMPOS DE SOUZA, AVENIDA DOS IMIGRANTES 865, SERINGAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO
REU: MAFRA COMERCIO DE CALCADOS LTDA, DOS ANTULIOS SN, SALA 6 CENTRO - 78335-000 - COLNIZA - MATO GROSSO
Valor da Causa: R$ 29.385,85(vinte e nove mil, trezentos e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;
XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.

XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, por ter sido formulado de forma genérica e por não ter demonstrado a verossimilhança do alegado.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7004646-49.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: IDEMAR PINHEIRO, RUA PARÁ 1.972, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: OTONIEL BRAZ ODORICO, OAB nº RO8852
POLO PASSIVO
REQUERIDOS: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, - 20040-002 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, INACIO LUSTOSA 755 SAO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: EVELYSE DAYANE STELMATCHUK, OAB nº PR100778, FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289, PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
Valor da Causa: R$ 7.738,38
Despacho
Diante da petição juntada pela Requerida e documentos, nos termos do artigo 9, do Código de Processo Civil, INTIME-SE se o Requerente para, querendo, manifeste-se no prazo de 05 (cinco) dias.
Após, venham os autos conclusos.
Serve como intimação.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno
Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br.
AUTOS: 7000929-92.2023.8.22.0009
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: VALDIRENE GUIMARAES GOVEA DA SILVA, AV. DOS IMIGRANTES 769, CASA APIDIÁ - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RODRIGO CORRENTE SILVEIRA, OAB nº RO7043
REU: CLAUDIO FERREIRA SANTOS, AV. RECIFE 1932, CASA APIDIÁ - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, GUILHERME RIKELMI DOS SANTOS SILVA, AV. RECIFE 1932, CASA NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
DESPACHO
O processo encontra-se na fase inicial, restando pendente a citação da parte requerida para o aperfeiçoamento da relação processual.
Quanto ao pedido da parte autora, mostra-se incabível, visto que não é possível a realização do ato citatório por meio de aplicativo WhatsApp ou por telefone, por ausência de previsão legal para tanto.
Ressalto, ainda, que a previsão contida no Provimento da Corregedoria n. 018/2020 (art. 2º, §2º), refere-se tão somente à possibilidade de intimação da parte por WhatsApp para o comparecimento em audiência de conciliação, em nada se confundindo com o ato de citação.
Por tal motivo, indefiro o pedido da parte requerente.
Assim sendo, intime-se a parte requerente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, informe o endereço para citação da parte requerida.
Com a informação, redesigne-se audiência e cumpra-se o disposto no Despacho de ID 87693517.
Intime-se a autora da nova data da audiência de conciliação a ser designada pela CPE.
Não havendo manifestação, tornem os autos conclusos para EXTINÇÃO.
Intime-se.
Serve como intimação no DJE.
Pimenta Bueno- , 17 de julho de 2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003782-45.2021.8.22.0009 Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
POLO ATIVO

EXEQUENTE: ELIANE DOS SANTOS BARBOSA, AVENIDA PORTO ALEGRE 1841, NÃO INFORMADO BAIRRO NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FELIPE WENDT, OAB nº RO4590, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A
POLO PASSIVO
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
Valor da Causa: R$ 1.902,30
DECISÃO
Vistos, etc.
Trata-se de cumprimento de sentença contra Fazenda Pública Municipal.
Segundo consta nos autos, a parte executada impugnou os cálculos ao argumento de excesso de execução, a fim de excluir os valores pagos de forma administrativa.
Analisando os cálculos, verifica-se que a parte exequente não deduziu os valores pagos em folha de pagamento, caracterizando excesso de execução.
Desta feita, acolho a impugnação ofertada, para determinar a expedição de RPV, em desfavor do executado, na quantia de R$ 581,28, montante esse devido, já deduzido o valor pago administrativamente.
Fixo o prazo para pagamento em 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento da requisição, pena de sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, dispensada a audiência da fazenda pública.
Após a expedição da Requisição de Pequeno Valor, intime-se a parte para pagamento, arquivando o feito oportunamente, devendo a parte autora manifestar-se no caso de descumprimento requerendo o que entender de direito.
Intimem-se.
Serve cópia da presente de expediente/ intimação/ mandado.
Publique-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001054-60.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
REQUERENTE: DIOGO CESAR BONATTO, TURIBO ODILON RIBEIRO 430, . DOS PIONEIROS - 76970-970 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR, OAB nº MT20812O
POLO PASSIVO
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos,
Determinada a intimação pessoal do autor para ratificar a petição inicial apresentada pelo advogado UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JÚNIOR, o mesmo compareceu em juízo, acompanhado do advogado Dr. Rosiel Galvão dos Santos (ID 90786742), informando não ter contratado nenhum advogado para ingressar com ação de negativação indevida, destacando ainda que desconhece o patrono habilitado nestes autos.
Intimado a manifestar-se o causídico quedou-se inerte.
Em razão da negativa de assinatura da procuração pelo autor, verifico que os atos processuais praticados pelo Dr. UBIRATAN MÁXIMO PEREIRA DE SOUZA JÚNIOR foram realizados irregularmente, pois à margem das regras do processo civil.
Em razão disso, DECLARO a nulidade dos atos processuais praticados pelo advogado UBIRATAN MÁXIMO PEREIRA DE SOUZA JÚNIOR, em nome da parte requerente, e, como consequência, DETERMINO A EXTINÇÃO do processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, I e IV, do CPC.
Ademais, remeta-se cópia destes autos ao Centro de Inteligência da Justiça Estadual de Rondônia (CIJERO), OAB-RO, ao Ministério Público do Estado de Rondônia e a DEPOL.
Sem custas e honorários. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
Serve a presente como comunicação/intimação/sentença.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001092-72.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO

EXEQUENTE: L. LAUREANO DA SILVA, RICARDO FRANCO 35 DOS PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FERNANDA MUBARAC DE ALMEIDA, OAB nº RO8779, BEATRIZ MUBARAC DE ALMEIDA, OAB nº RO11130
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ROSIANE NICOLAU SANTOS, AV. PORTO ALEGRE 1494 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 3.051,17
DESPACHO
Os autos vieram conclusos para análise do pedido de citação por Whatsapp.
O requerido não foi localizado no endereço informado pelo autor, restando infrutífera a citação.
Embora o autor tenha mencionado a previsão no CPC sobre a citação por meio eletrônico importante se faz trazer alguns esclarecimentos.
O Legislador com a finalidade de tornar o processo judicial menos burocrático e mais tecnológico, incluiu no atual Código de Processo Civil a previsão de citação por meio eletrônico, contudo, esta modalidade não engloba a citação por whatsapp, neste sentido, dispõe 246 do CPC;
Art. 246. A citação será feita:
I - pelo correio;
II - por oficial de justiça;
III - pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório;
IV - por edital;
V - por meio eletrônico, conforme regulado em lei.
§ 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio.
§ 2º O disposto no § 1º aplica-se à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades da administração indireta.
Não bastasse isso, a lei 11.419/2006 que regula os processos eletrônicos, condiciona a prática dos atos processuais de forma eletrônica mediante ao cadastro realizado em site próprio do Tribunal de Justiça, com uso de assinatura eletrônica, onde as citações e intimações eletrônicas ocorrerão exclusivamente pelo site do TJ/RO e não por meio do aplicativo whatsapp.
Desta forma, a citação por telefone ou aplicativo whatsapp ainda carece de regulamentação e, por não preencher os requisitos indicados no Código de Processo Civil, enseja informalidade ao procedimento, visto que não se pode garantir que a pessoa do requerido receberá mensagem de citação.
Posto isto, INDEFIRO o pedido do autor e concedo o prazo de 5 cinco) dias para indicar o endereço do réu, sob pena de arquivamento.
Havendo manifestação, designe-se audiência e expeça-se o necessário.
Intime-se a autora da nova data.
Serve como intimação de Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000586-38.2019.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
EXEQUENTE: ANA PAULA DA SILVA RAMIRES, RUA 24 DE NOVEMBRO 180 APIDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JULLIANA ARAUJO CAMPOS DE CAMPOS, OAB nº RO6884
POLO PASSIVO
EXECUTADOS: JAQUELINE KARINE SALVADOR CARDOSO, RUA MONTEIRO LOBATO 266 LIBERDADE - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, IRACI APARECIDA SALVADOR, MARECHAL RONDON 891, FUNDOS PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, ELIZA DANIELLY SALVADOR SILVA, MARECHAL RONDON 891 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: SEBASTIAO CANDIDO NETO, OAB nº RO1826
Valor da Causa: R$ 5.560,95
DESPACHO
Vistos,
Houve substabelecimento sem reserva de poderes à advogada JULLIANA ARAÚJO CAMPOS DE CAMPOS REISER , OAB – RO 6884, conforme substabelecimento id. 92492976, portanto as intimações devem se dar em nome da nova patrona.
Desabilite à advogada LARISSA SILVA STEDILE, OAB -RO 8579.
Intime a parte exequente para se manifestar acerca do despacho de ID 91332662, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção.
Serve como intimação/dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001308-04.2021.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: SANDERSON JUNIOR BIAZATTI, RUA MARECHAL DEODORO 125 JARDIM DAS OLIVEIRAS 2 - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: BEATRIZ MUBARAC DE ALMEIDA, OAB nº RO11130, FERNANDA MUBARAC DE ALMEIDA, OAB nº RO8779, GABRIELLE CONSTANTINO, OAB nº RO10773
POLO PASSIVO
REQUERIDO: DANI ANDERSON DE REZENDE, RUA COSTA MARQUES 322, APARTAMENTO 02 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Considerando a manifestação da parte autora, informando que o débito fora integralmente pago, julgo EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.
Sem custas e honorários.
Registrado eletronicamente.
Intime-se, arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado da sentença.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial Processo n. 7001310-37.2022.8.22.0009
REQUERENTE: GOMES E TREVIZANI LTDA - ME
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875, MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945
REQUERIDO: OSMAR BRITO DE CARVALHO
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 4.682,37
DECISÃO
Vistos.
Revogo a sentença de ID 91689395, eis que equivocada.
Em que pese a manifestação de ID 89338722, não consta nos autos até a presente data nenhum valor descontado pelo INSS.
Desta feita, intime-se o INSS para, no prazo de 15 dias, manifestar-se nos autos sobre o cumprimento do Ofício n.7001310-37.2022.8.22.0009/CPE .
Após, tornem os autos conclusos.
Pimenta Bueno - RO, 17 de julho de 2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006081-92.2021.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
EXEQUENTE: E D BRUNO OTICA - ME, SHOPPING BÉRTOLI 679 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875, MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945
POLO PASSIVO
EXECUTADO: RUTILEIA LEANDRO NIZA, RUA BARBARA FUZARI 132 BNH II - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 1.133,77
DECISÃO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos.
O Exequente requer nova penhora dos crédito devido à executada decorrente de contrato de locação imóvel residencial de sua propriedade.
A Diligência de ID 78776899, confirma a executada é a proprietária do Imóvel localizado na Rua Barbará Fuzari, n 132 em Pimenta Bueno-RO, bem como resta evidenciado que a executada não demonstra a intenção em saldar o débito, eis que devidamente citada, jamais se manifestou nos autos.
Desta feita, defiro o pedido de penhora do crédito de aluguel, até o limite do débito em execução, qual seja R$ 491,39, desta forma;
A) Expeça-se mandado de intimação para o Locatário do imóvel supracitado, para que proceda com o pagamento mensalmente e integral

do valor do contrato de locação em conta judicial vinculada a este juízo, até o valor da execução de R$ 491,39, e comprovar nestes autos no prazo de até 5 dias após o vencimento de cada aluguel, com vistas à imputação no pagamento da dívida, nos termos do artigo 855, I do CPC.
A guia/ boleto para depósito judicial poderá ser emitindo no endereço https://www.tjro.jus.br/sisdejud/pages/boleto/emissaoBoletoParcelas.jsf.
B) Paralelamente, intime-se o Locatário para, no prazo de 10 dias, anexar aos autos cópia do contrato de locação firmado para com a Executada.
C) Efetivada a penhora, intime-se a executada, para apresentar eventual impugnação no prazo de 15 dias.
Cientifique-se o Sr. Meirinho quando do cumprimento do Mandado, anotar os dados pessoais do Locatário, tais como Nome Completo, CPF e Telefone.
Serve como intimação/dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7006719-91.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
REQUERENTE: DELURDES BECALLI AGUIAR, RUA NAÇÕES UNIDAS 537, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
REQUERIDO: SV VIAGENS LTDA, AC ABC PLAZA SHOPPING 600, AVENIDA INDUSTRIAL 600 LOJA SUC 327 JARDIM - 09080-970 - SANTO ANDRÉ - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828
Valor da Causa: R$ 3.771,44
Despacho
Diante da petição juntada pela Requerente e cálculos, e nos termos do artigo 9, do Código de Processo Civil, INTIME-SE se a Requerida para manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias.
Após, venham os autos conclusos para decisão.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003100-56.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: SANTOS & DUTRA COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME, RUA CARLOS DORNEJE 28 APIDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
REQUERIDO: BRUNO DE SOUZA COSTA, AV BELEM 892 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 1.058,47
DESPACHO
Vistos,
INTIME-SE as partes para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestarem sobre a destinação do valor de R$ 69,35, existentes na conta judicial 040 01519710-0, conforme ID 92387828.
Após, conclusos para expedição de alvará.
Serve como intimação via Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003969-92.2017.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO

EXEQUENTE: IVANILDO BORGES NOGUEIRA EIRELI - ME, AVENIDA BRASIL 1010, - DE 845 A 1313 - LADO ÍMPAR NOVA BRASÍLIA - 76908-449 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: LUANA GOMES DOS SANTOS, OAB nº RO8443, LUIS FERNANDO TAVANTI, OAB nº RO146627
POLO PASSIVO
EXECUTADO: SANDRA GONCALVES NASCIMENTO CANDIDO, AVENIDA CARLOS DONEGE 149, PODENDO SER LOCALIZADA AINDA NA LOJA PIMENTA ROSA CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: SEBASTIAO CANDIDO NETO, OAB nº RO1826, MILENA FERNANDES NEVES, OAB nº RO10155A
Valor da Causa: R$ 53.153,15
DECISÃO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos.
Defiro o requerimento da parte exequente e determino o prosseguimento do feito com a expedição de mandado de penhora de bens nos termos abaixo:
FINALIDADE: proceder a PENHORA/AVALIAÇÃO do IMÓVEL RURAL de propriedade da parte executada indicado em na certidão de inteiro teor ID 91143759 (até o limite de 25% do imóvel) para garantir a presente execução.
Efetuada a penhora, avaliação e lavrado o respectivo auto, intime-se a parte executada pessoalmente e pelo mesmo mandado (art. 841, CPC), para, querendo, apresente impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.
Havendo impugnação, intime-se a parte exequente para resposta no mesmo prazo de 15 (quinze) dias.
Recaindo a penhora sobre bem imóvel ou direito real sobre imóvel, será intimado também o cônjuge da executada, salvo se forem casados em regime de separação absoluta de bens (art. 842, do CPC).
A executada pode, no prazo de 10 (dez) dias contado da intimação da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove que lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente (art. 847,do CPC).
Para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, mediante apresentação de cópia do auto ou do termo, independentemente de mandado judicial (art. 844, do CPC).
Pratique-se e expeça-se o necessário para cumprimento da presente decisão.
Após, intime-se o exequente para dizer quanto ao prosseguimento do feito, em 05 dias.
Intimem-se. Cumpra-se.
SERVE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7004696-75.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: CLEUMA CORREIA LOPES CARDOSO, JOSÉ DE ALENCAR 805 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ELIDA DA LUZ SOUZA DE BRITO, OAB nº RO8704, CLAUDINEI SILVA MACHADO, OAB nº RO8799
POLO PASSIVO
EXECUTADO: SOLANGE FEITOZA ARAUJO, AVENIDA VITÓRIA 868 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: MARIA CRISTINA FEITOSA, OAB nº RO7861
Valor da Causa: R$ 8.655,39
DESPACHO
Diante da petição juntada pela Executada, nos termos do artigo 9, do Código de Processo Civil, INTIME-SE se a Exequente para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias.
Após, venham os autos conclusos para julgamento.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial Processo n. 7000939-39.2023.8.22.0009
REQUERENTE: SUZANA DE FATIMA NUNES SANTOS
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ANDREIA PAES GUARNIER, OAB nº RO9713, ROSANY FREITAS MAGALHAES MATOS, OAB nº RO7187
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 11.000,00
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de ação indenizatória por danos morais e materiais.
A parte autora afirma que houve falha na prestação de serviço da requerida e que houve diversos danos em razão da falta de energia elétrica a partir de 29/11/2022, sendo restabelecida após oito dias.
Afirma ainda que a requerida registrou equivocadamente o atendimento da ocorrência de falta de luz, de forma que esta não cumpriu o seu dever. E que o restabelecimento da energia elétrica só ocorreu porque contratou serviço particular de eletricista.

Pretende ser indenizada no valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais) pelos danos.
Por sua vez, a ré afirma que a parte autora não comprovou a descontinuidade da prestação do serviço, e que não causou dano a ser reparado. Juntou telas de seus sistemas administrativos que descrevem que não houve interrupção do fornecimento de energia elétrica na localidade de domicílio da parte autora no período mencionado na inicial.
Foi apresentada a impugnação à contestação.
Decido.
Preliminarmente
Da Incompetência do Juizado Especial
Afasto a preliminar de incompetência levantada pela ré, porquanto a alegação de necessidade de realizar perícia, por si só, não é suficiente para afastar a competência dos Juizados Especiais. Caso existam outros elementos no feito que provem o alegado e formem a convicção do magistrado, a demanda deve ser apreciada.
Da ausência de interesse de agir
A ré arguiu que não houve requerimento administrativo, não havendo pretensão resistida para justificar o andamento do presente processo.
Pois bem, o requerimento administrativo prévio não configura requisito para postular em juízo, de modo que rejeito a preliminar.
Mérito
Os pontos controversos são a falta de energia elétrica na unidade consumidora pelo período descrito na exordial e o não restabelecimento do fornecimento por parte da requerida.
Nota-se que os fatos deste caso identificam-se com os descritos nos autos 7000925-55.2023.8.22.0009, tanto é que a autora Suzana de Fatima Nunes Santos, foi previamente arrolada como testemunha daquela demanda, razão pela qual é adequado designar audiência de instrução para os dois casos.
No mais, por entender imprescindível no caso, DESIGNO audiência de instrução para o dia 14 de Setembro de 2023, às 10h45min a qual, em atenção ao artigo 3º da Resolução n.354/2020 do Conselho Nacional de Justiça, alterado pela Resolução n. 481/2022, realizar-se-á de forma PRESENCIAL na sala de audiências dos Juizados Especiais desta Comarca de Pimenta Bueno.
Caso a parte se comprometa em levar a testemunha à audiência, independentemente da intimação formal do Art. 455, presumir-se-á que, em caso de a testemunha não comparecer, a parte desistiu de sua inquirição.
Caso as partes entendam pertinente a audiência por VIDEOCONFERÊNCIA, deverão manifestar-se neste sentido no prazo de 05 (cinco) dias contados da intimação deste despacho, sendo que, em caso de requerimento no prazo, desde já AUTORIZO, dispensando-se nova conclusão dos autos.
Em tais casos, a audiência será realizada via Google Meet, por meio do Link: meet.google.com/kej-wydp-nxg, devendo as partes observar atentamente as orientações abaixo descritas:
a) Os advogados deverão informar ao juízo, até 24h antes da audiência, o e-mail ou número de telefone das pessoas que participarão, para possibilitar o contato da Secretaria do Juízo, em caso de dificuldade com a conexão ou acesso pelo link enviado.
b) Os advogados, partes e testemunhas deverão comprovar sua identidade no início da audiência ou de sua oitiva, mostrando o documento oficial com foto, para conferência e registro.
c) As testemunhas serão autorizadas a entrarem na sessão somente no momento de sua oitiva, bem como as partes, caso tenha sido pedido depoimento pessoal.
d) Os advogados das partes, em face do princípio da cooperação e boa-fé, assumem o compromisso de respeitarem a incomunicabilidade entre as testemunhas, sob pena de responsabilização na forma da lei.
Declaro o feito saneado e organizado.
Pimenta Bueno - RO, 17 de julho de 2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003898-51.2021.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: DALVA MARIA DOS SANTOS, RUA SHALON 145 SANTA INÊS - 69907-665 - RIO BRANCO - ACRE
ADVOGADO DO REQUERENTE: SEBASTIAO CANDIDO NETO, OAB nº RO1826
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MICHELE CRISTINA FERREIRA DOS SANTOS, AV CUNHA BUENO 1444 BEIRA RIOS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 4.328,96
DECISÃO SERVINDO COMO MANDADO
O exequente requereu a penhora de valores em folha de pagamento da executada, pois esta trabalha na empresa KAEFER AGRO INDUSTRIAL LTDA.
Conforme já analisado quando da impugnação à penhora, em se tratando de penhora sobre o salário de servidor, a regra é, de fato, a sua impenhorabilidade, conforme dispõe o art. 833 do CPC:
Art. 833. São impenhoráveis:
IV - os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2o;

Entretanto, a jurisprudência vem mitigando esta regra, quando tal medida não afeta a dignidade da pessoa humana, devendo o Juiz analisar o caso concreto.
Neste sentido é o entendimento que vem sendo aplicado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Vejamos:
(Agravo de Instrumento, Processo nº 0003417-50.2015.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento 07/07/2015)
DESPACHO DO RELATOR Agravo de Instrumento Número do Processo :0005144-44.2015.8.22.0000 Processo de Origem : 0000025-65.2012.8.22.0014 Relator: Des. Sansão Saldanha - Com razão o agravante, o Superior Tribunal de Justiça no julgamento dos Embargos de Divergência EARESP 223.196/RS, sinalizou a possibilidade de flexibilização da regra esculpida no art. 649 do CPC, sendo admissível a penhora de salário do devedor, limitada a 30% dos rendimentos, ante a mitigação da impenhorabilidade da verba salarial em prol da efetividade do processo de execução. Dou provimento ao presente recurso, com base no art. 557 §1º-A, para a penhora até o limite de 30% da remuneração do servidor. Comunique-se o juízo de origem. Porto Velho, 03 de setembro de 2015".
No mesmo sentido, a Turma Recursal, através do Processo: 0800481-82.2015.8.22.9000 - MANDADO DE SEGURANÇA, de relatoria da Dra. EUMA MENDONCA TOURINHO, manifestou pela concessão da medida, determinando a penhora de valores diretamente na folha de pagamento do executado.
No caso dos autos, verifico que a Executada não demonstra o interesse em quitar o débito, tendo o Judiciário a necessidade de deferir as medidas coercitivas cabíveis, que não impeçam a subsistência da parte, ao mesmo tempo, garantido a satisfação da prestação jurisdicional que a sociedade espera.
Assim sendo, determino a expedição de ofício a KAEFER AGRO INDUSTRIAL LTDA (RECUPERAÇÃO JUDICIAL), localizada na RODOVIA DEPUTADA LUCIA TEREZA, SN, KM 4.9, ZONA RURAL, ESPIGÃO D'OESTE - RO - CEP: 76974-000, para efetivar o desconto em folha de pagamento da executada MICHELE CRISTINA FERREIRA DOS SANTOS, CPF 004.868.692-10, na quantia de até 20% de seu rendimento mensal até completar o valor de R$ 4.328,96, para garantia da execução.
Ressalvo que a decisão poderá ser modificada a qualquer tempo, caso seja comprovado nos autos que a penhora afete o sustento do executado e de sua família, ferindo o princípio da Dignidade da Pessoa Humana.
Ressalto, ainda, que tais valores deverão ser depositados em conta judicial à disposição deste Juízo.
Efetivado o primeiro depósito judicial, intime-se o executado para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 dias.
Não havendo manifestação, expeça-se o competente alvará em favor da exequente.
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001141-16.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: REGINALDO VIEIRA, RUA WALTER ANGELI CASA 06, QUADRA 09 BNH I - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ROSIEL GALVAO DOS SANTOS, OAB nº RO10415
POLO PASSIVO
REU: G. H. DE PAULA ALCANTARA ODONTOLOGIA, CUNHA BUENO 825, SALA 02 DOS PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, GUILHERME HENRIQUE DE PAULA ALCÂNTARA, RUA DOM PEDRO II 401 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REU: HELOISA HENRIQUE DE OLIVEIRA, OAB nº RO12243
SENTENÇA
Trata-se de ação de Indenização por Danos Morais e Materiais ajuizada por REGINALDO VIEIRA em face de GUILHERME HENRIQUE DE PAULA MACIEL GOMES.
Alega a parte autora que contratou os serviços do requerido para realização de 11 implantes dentários, pelo valor de R$ 17.800,00.
Passados apenas 10 dias da realização do procedimento cirúrgico, as próteses provisórias quebraram, tendo o requerido recusado a atender o autor em razão do inadimplemento parcial do contrato.
Em razão da recusa na continuidade do tratamento, teria o autor procurado outro profissional, a qual emitiu avaliação, no qual descreveu que as próteses estavam condições insatisfatórias com significativa instabilidade em razão dos implantes que as sustentavam, além de mobilidade, perda óssea ao redor dos pinos e características inflamatórias nos tecidos, lhe sendo sugerido a remoção dos implantes.
O réu devidamente citado, apresentou contestação arguindo em síntese que a perda dos implantes ocorreu por culpa exclusiva do autor, que não teria adotado os cuidados necessários com os novos implantes, como por exemplo, não ter suspendido o uso de tabaco, bem como mencionou jamais ter se recusado em atender o autor.
Ao final, pugnou pela produção de prova pericial e testemunhal.
Eis a síntese necessária.
Eis o breve relato. Decido.
A competência dos Juizados especiais, nos termos do art. 3º, reside nas causas de menor complexidade, de modo que a discussão instaurada necessita de realização de perícia, retirando a competência deste juízo processamento do presente feito. Explico.
O autor alega que procurou outro profissional, que teria constatado falha na prestação dos serviços pelo requerido, lhe sugerindo a retirada dos implantes, o requerido por sua vez, alega ter adotado todas as cautelas necessárias, atribuindo a culpa exclusivamente ao autor.
Portanto, em razão das alegações supra, vislumbro não ser adequado o julgamento de mérito da demanda, sem a realização de prova pericial, para definir se o tratamento realizado foi adequado e/ou satisfatório, bem como análise de eventual negligência do autor para com o pós-operatório.
RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. TRATAMENTO ODONTOLÓGICO. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. CONSTATAÇÃO DE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO QUE DEPENDE DE PROVA PERICIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM

RESOLUÇÃO DE MÉRITO. (TJPR - 1ª Turma Recursal - 0014059-40.2018.8.16.0034 - Piraquara - Rel.: Juíza Maria Fernanda Scheidemantel Nogara Ferreira da Costa - J. 12.02.2020)
(TJ-PR - RI: 00140594020188160034 PR 0014059-40.2018.8.16.0034 (Acórdão), Relator: Juíza Maria Fernanda Scheidemantel Nogara Ferreira da Costa, Data de Julgamento: 12/02/2020, 1ª Turma Recursal, Data de Publicação: 12/02/2020).
Dessa forma, uma vez que a prova pericial, in casu, revela-se indispensável, a competência do Juizado deve ser afastada, devendo o feito ser processado e julgado nas Varas ordinárias.
Diante do acima exposto, na forma do art. 51, II, da Lei 9.099/95, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, ficando, por óbvio, facultado à autora, o ingresso de ação no juízo competente.
Custas e honorários indevidos.
Publicada e registrada eletronicamente.
Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
Serve como intimação/dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7000250-92.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: M & M ODONTOLOGIA LTDA - ME, AV CARLOS DONEJE 101, SALA B SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, OAB nº RO7414A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: JHEINE SILVA, RUA DOS INCONFIDENTES 755 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
VALOR DA CAUSA: R$ 4.520,08quatro mil, quinhentos e vinte reais e oito centavos
DESPACHO
Defiro o pedido da exequente (ID 92517881).
1. Proceda-se à PENHORA e AVALIAÇÃO dos bens indicados (abaixo relacionados), suficientes para satisfação integral da execução R$ R$ 4.520,08(quatro mil, quinhentos e vinte reais e oito centavos). Imediatamente após, intimar o Executado, na pessoa de seu representante legal, pessoalmente, ou por seu representante legal se for pessoa jurídica, para, querendo, apresentar as Impugnações no prazo de quinze (15) dias, contados da intimação.
BEM INDICADOS: Ar condicionado, televisão e demais bens móveis disponíveis.
2. Caso a parte executada oponha óbices de qualquer natureza quanto à efetivação da penhora, inclusive ocultando-se ou negando-se a ficar como depositário, de logo deve o oficial de justiça entrar em contato com a parte autora, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado, que custeará as despesas respectivas.
Fica o senhor Oficial de Justiça, desde logo, ciente de que poderá atuar na forma do artigo 12, da Lei 9.099/95 c/c artigo 212, § 2º , do Código de Processo Civil/2015 (Realizar as diligências em dias feriados, sábados e domingos e fora da hora normal de expediente, desde que não seja antes das 06:00 e depois das 20:00 horas).
NÃO ENCONTRANDO O DEVEDOR e nem BENS a ser penhorado, INTIMAR a parte autora para se manifestar sobre a diligência negativa, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento definitivo dos autos (art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95); em SENDO PENHORADOS BENS, INTIMAR a parte exequente para manifestação quanto ao interesse na adjudicação/leilão, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento do feito e consequente desconstituição da penhora.
Em caso de penhora de VEÍCULOS, decorrido o prazo para impugnação, tornem os autos conclusos para restrição veicular, via Renajud.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDA, COMO CARTA AR, CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO e DEMAIS ATOS:
Dados para cumprimento:
EXEQUENTE: EXEQUENTE: M & M ODONTOLOGIA LTDA - ME, AV CARLOS DONEJE 101, SALA B SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO: EXECUTADO: JHEINE SILVA, RUA DOS INCONFIDENTES 755 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000210-47.2022.8.22.0009 Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
POLO ATIVO
EXEQUENTE: ADEILTO APARECIDO DE JESUS, RUA DOS INCONFIDENTES 1225 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ROSIEL GALVAO DOS SANTOS, OAB nº RO10415
POLO PASSIVO
NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia

R$ 10.734,69
Decisão
Defiro a expedição de RPV nos termos da Decisão de id n. 88229112, ante procuração outorgada expressamente.
Expedida a requisição, intime-se o executado para pagamento no prazo legal.
Arquive-se, oportunamente.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.Processo: 7003562-47.2021.8.22.0009
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Nota Promissória
REQUERENTE: EVALDO F. PESSOA - ME, AV. CAPITAL SILVIO 776, ALIANÇA ELETROMOVEIS CENTRO - 76977-000 - SÃO FELIPE D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
REQUERIDO: WALISSON JUNIO DA SILVA PEJARA, RUA ODAIR PAZELLO 195, G.C.BRUNO BEVILAQUA - TRABALHO DO REQUERIDO CAPÃO RASO - 81130-080 - CURITIBA - PARANÁ
ADVOGADO DO REQUERIDO: VITOR FERRARI SOSSAI, OAB nº RO11503
DESPACHO
Vistos.
Foi deferido o pedido de penhora no rosto dos autos de nº 7000728-10.2022.0018 (Vara Única da Comarca de Santa Luzia do Oeste), e o juízo reservou crédito (ID 90131799).
Assim, considerando o pedido da parte exequente, oficie-se àquele Juízo solicitando informações quanto ao valor liquidado e a disponibilização do valor em conta judicial, vinculada a estes autos, a fim de satisfazer a dívida.
Pimenta Bueno/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Wilson Soares Gama
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7005501-28.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
REQUERENTE: F. R. COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME, AV. CUNHA BUENO 1150 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
REQUERIDO: LUCAS RAFAEL ILARIO DOS SANTOS, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4544, - DE 4364 A 4544 - LADO PAR INDUSTRIAL - 76821-058 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 315,69
DESPACHO
Trata-se de execução de ação de cobrança onde a parte autora informou novo endereço da parte requerida e requereu a expedição de nova citação e intimação nesse endereço, qual seja, Local de Trabalho, PERFILON MONTAGENS LTDA (inscrita no CNPJ n. 05.001.707/0001-36), localizada na BR-364, n. 2414, na cidade de Pimenta Bueno, RO, CEP 76970-000 (mesmo endereço da empresa Castilho).
Desta feita, defiro o pedido apresentado pela parte exequente e determino a expedição de mandado para a citação e intimação da parte executada, nos moldes do despacho inicial.
Por fim, determino ao cartório que proceda a alteração do endereço da parte executada no PJE para fazer constar o endereço atualizado, conforme informado nos autos.
Cumpra-se servindo a presente como mandado/carta de intimação/carta precatória para seu cumprimento.
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7004110-09.2020.8.22.0009 Cumprimento de sentença

POLO ATIVO
REQUERENTE: MARIA DE FATIMA DO NASCIMENTO SOUZA, RUA RAPOSO TAVARES 432, CASA A CTG - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LEANDRO RODRIGUES DE SA, OAB nº RO10340, ARTHUR GOULART SILVA, OAB nº RO10351
POLO PASSIVO
REQUERIDO: BANCO BMG S.A., AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 3477, 09 ANDAR ITAIM BIBI - 04538-133 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA, OAB nº RO11434, FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA, OAB nº MG108112
Valor da Causa: R$ 14.480,60
DESPACHO
Diante da petição juntada pela Requerida e documentos, e nos termos do artigo 9, do Código de Processo Civil, INTIME-SE se o Requerente para, querendo, manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias.
Após, venham os autos conclusos.
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7004741-21.2018.8.22.0009 Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
POLO ATIVO
EXEQUENTE: MARIA VERONICA FRANCISCA BEZERRA, RUA ROGÉRIO WEBER 354 BEIRA RIO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SEBASTIAO CANDIDO NETO, OAB nº RO1826
POLO PASSIVO
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO, AVENIDA CASTELO BRANCO 1046 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, CONCREZON CONSTRUCOES E COMERCIO EIRELI - EPP, RUA PRESIDENTE EPITÁCIO 2986 INDUSTRIAL - 76967-672 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS NÃO DENUNCIADO: LEILA MAYARA CASSIA MENEZES, OAB nº RO6495, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
DESPACHO
Vistos, etc.
Expeça-se ofício precatório, conforme decisão de id n. 90599722.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003270-28.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: CARVALHO SERVICOS EMPRESARIAIS EIRELI - ME, AV PRESIDENTE KENNEDY 528, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: SILVIO CARLOS CERQUEIRA, OAB nº RO6787, WILSON NOGUEIRA JUNIOR, OAB nº RO2917, AGENOR CERQUEIRA NETO, OAB nº RO12285
POLO PASSIVO
EXECUTADO: CONSTRUVIAS SERVICOS DE CONSTRUCAO CIVIL E PAVIMENTACAO LTDA, RUA 40 187 VILA NOVA CAMPO GRANDE - 79105-240 - CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 4.267,15
DESPACHO
Diante da possível existência de créditos da executada perante o Município de Vilhena-RO, DEFIRO o pedido de ID 92359269.
EXPEÇA-SE mandado para penhora e intimação na sede da Prefeitura de Vilhena-RO, intimando-se o Sr. Prefeito, o Secretário de Educação e o servidor responsável pelos pagamentos para, depositarem os créditos da executada CONSTRUVIAS SERVICOS DE CONSTRUCAO CIVIL E PAVIMENTACAO LTDA, caso existam, até o limite de R$ 4.978,39, em conta judicial vinculada ao presente feito.
Efetivada a penhora, intime-se a executada, por seu advogado, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 15 dias.
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002814-44.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: NASCIMENTO & OLIVEIRA LTDA, DOS INCONFIDENTES 422, SALA 05 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: SILVIO CARLOS CERQUEIRA, OAB nº RO6787, AGENOR CERQUEIRA NETO, OAB nº RO12285
POLO PASSIVO
EXECUTADO: STEFANY ANDRADE FERNANDES, RUA DAS BROMÉLIAS 969 CIDADE ALTA - 78335-000 - COLNIZA - MATO GROSSO
Valor da Causa: R$ 3.854,46(três mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e seis centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, cientes e advertidas as partes de que:
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22 e 23, ambos da Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação.
Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
Anoto que o simples não comparecimento do réu ou com recusa injustificada, como já consignado, implicará no prosseguimento do feito e sentença, nos termos da nova redação do Artigo 22, § 2° e do Artigo 23, ambos da Lei 9099/95.
Além disso, anoto também:
I – os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II – as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III – deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV – se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V – deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário;
VI – deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII – deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IX- a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
X – em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
XI – nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XII – a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XIII – durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV – nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada;
XV – nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada;

XVI- Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95).
XII – se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual;
XIII – havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca, situada no endereço Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
XIX - Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO CARTA/MANDADO CITAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006861-95.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: GOMES & DUTRA COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CARLOS DORNEJE 245, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
EXECUTADO: GEISSIEL FERREIRA MACEDO, RUA FERNANDO DE NORONHA 73 TRIANGULO VERDE - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Considerando a manifestação da parte autora, informando que o débito fora integralmente pago, julgo EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.
Sem custas e honorários.
Registrado eletronicamente.
Intime-se, arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado da sentença.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno
Endereço eletrônico: cpecacoal@tjro.jus.br
Número do processo: 7004257-64.2022.8.22.0009
EXEQUENTE: GOMES & DUTRA COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CNPJ nº 40894098000192, CARLOS DORNEJE 245, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
EXECUTADO: FABIO SANTOS WICHNESKI, CPF nº 05470231208, RUA DOM PEDRO II 853 JD DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
A parte exequente requer a expedição de ofício à IDARON para que informe quanto a existência de semoventes cadastrados em nome do(a) executado(a). Custas recolhidas. DEFIRO o pedido.
Serve de ofício ao IDARON, agência de Pimenta Bueno, e-mail pimentabueno@idaron.ro.gov.br, solicitando relatório com o saldo de semoventes registrados em nome da parte executada FABIO SANTOS WICHNESKI,CPF 054.702.312-08, bem como a localização de animais, se houver, no prazo de 15 dias contados do recebimento do ofício.
Com a resposta, intime-se a parte exequente para manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de cinco (5) dias, apresentando cálculo atualizado do débito.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006013-11.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: HYPOLYTI DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA, COSTA MARQUES 1076, NÃO INFORMADO ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ODENIR ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR, OAB nº RO11089, MARCELO DE ALMEIDA MACHADO, OAB nº RO12115, OSEIAS DAS GRACAS ALVES, OAB nº RO11792
POLO PASSIVO
REQUERIDO: R N ARAUJO, RAIMUNDO CHAAR 653 CENTRO - 69935-000 - ASSIS BRASIL - ACRE
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 2.679,72
DECISÃO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos.
Sobre o tema Desconsideração da Personalidade Jurídica, o Professor Daniel Assumpção ensina:
"Como toda petição postulatória, a petição que veicula o pedido para a instauração do incidente processual de desconsideração da personalidade jurídica deve conter fundamentação (pressupostos legais para a desconsideração) e pedido (desconsideração e penhora sobre o bem dos sócios). Nesse sentido deve-se compreender o §4º do art. 134 do Novo CPC, que não foi feliz em prever que no requerimento cabe à parte demonstrar o preenchimento dos pressupostos legais para a desconsideração, o que pode passar a equivocada impressão de que o requerente terá que apresentar prova pré-constituída e liminarmente demonstrar o cabimento da desconsideração.
Na realidade, o requerente não deve demonstrar, mas apenas alegar o preenchimento dos requisitos legais para a desconsideração, tendo o direito a produção de prova para convencer o juízo de sua alegação, inclusive conforme expressamente previsto nos arts. 135 e 136 do Novo CPC, ao preverem expressamente a possibilidade de instrução probatória no incidente ora analisado.'
O Código Civil, em seu art. 50, apresentam os requisitos necessários para a aplicação do instituto:
Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
O Superior Tribunal de Justiça estabeleceu, e não poderia ser diferente, que é imprescindível a demonstração a demonstração da prática objetiva de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial.
RECURSO ESPECIAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. CPC/2015. PROCEDIMENTO PARA DECLARAÇÃO. REQUISITOS PARA A INSTAURAÇÃO. OBSERVÂNCIA DAS REGRAS DE DIREITO MATERIAL. DESCONSIDERAÇÃO COM BASE NO ART. 50 DO CC/2002. ABUSO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. DESVIO DE FINALIDADE. CONFUSÃO PATRIMONIAL. INSOLVÊNCIA DO DEVEDOR. DESNECESSIDADE DE SUA COMPROVAÇÃO. 1. A desconsideração da personalidade jurídica não visa à sua anulação, mas somente objetiva desconsiderar, no caso concreto, dentro de seus limites, a pessoa jurídica, em relação às pessoas ou bens que atrás dela se escondem, com a declaração de sua ineficácia para determinados efeitos, prosseguindo, todavia, incólume para seus outros fins legítimos. 2. O CPC/2015 inovou no assunto prevendo e regulamentando procedimento próprio para a operacionalização do instituto de inquestionável relevância social e instrumental, que colabora com a recuperação de crédito, combate à fraude, fortalecendo a segurança do mercado, em razão do acréscimo de garantias aos credores, apresentando como modalidade de intervenção de terceiros (arts. 133 a 137) 3. Nos termos do novo regramento, o pedido de desconsideração não inaugura ação autônoma, mas se instaura incidentalmente, podendo ter início nas fases de conhecimento, cumprimento de sentença e executiva, opção, inclusive, há muito admitida pela jurisprudência, tendo a normatização empreendida pelo novo diploma o mérito de revestir de segurança jurídica a questão.
(...)
7. A inexistência ou não localização de bens da pessoa jurídica não é condição para a instauração do procedimento que objetiva a desconsideração, por não ser sequer requisito para aquela declaração, já que imprescindível a demonstração específica da prática objetiva de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial.
Assim, intime-se o autor para dizer quais provas pretende produzir para demonstrar os requisitos da prática objetiva de desvio de finalidade ou confusão patrimonial, no prazo de 15 (quinze) dias, justificando a pertinência, sob pena de indeferimento.
Serve como intimação/dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7004142-77.2021.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
REQUERENTE: GILMAR DE SOUZA, AV PADRE ANGELO 1376 BEIRA RIO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: THALES CEDRIK CATAFESTA, OAB nº RO8136
POLO PASSIVO
REQUERIDO: BANCO BMG S.A., AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 3477, 9 ANDAR. (BANCO BMG) ITAIM BIBI - 04538-133 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA, OAB nº RO11434, FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA, OAB nº MG108112, Procuradoria do BANCO BMG S.A
Valor da Causa: R$ 16.837,60
DECISÃO
Em razão da divergência dos cálculos apresentados pelas partes, os autos foram remetidos à Contadoria Judicial que apresentou cálculo judicial informando a existência de saldo remanescente em favor do autor na monta de R$ 3.483,57.

O banco réu não concordou com o cálculo elaborado pela contadora judicial.
Já o autor não se opôs ao calculo da Contadoria.
Decido.
Os cálculos do Contador Judicial têm presunção de veracidade, eis que elaborado por pessoa sem relação com a causa e de forma equidistante do interesse das partes.
Com efeito, o valor apurado pela Contadoria Judicial está de acordo com os comandos da sentença, considerando as informações certificadas pela Contadora.
A alegação genérica do Executado de que a taxa de juros aplicada é diversa da média, não merece acolhimento, vez que não anexou qualquer comprovante que fundamentasse as suas alegações.
Diante o exposto, HOMOLOGO os cálculos apresentados pela contadoria judicial e, por conseguinte, determino a intimação da executada para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do saldo remanescente na monta de de R$ 3.483,57 de forma atualizada, sob pena de bloqueio.
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno Classe Processual: Cumprimento de sentença
Processo: 7000684-18.2022.8.22.0009
REQUERENTE: M & M ODONTOLOGIA LTDA - ME, AV. CARLOS DORNEJE 101 APEDIÁ - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, OAB nº RO7414A
REQUERIDO: ANA PAULA SILVA EMILIATO, AV. MARECHAL DEODORO 365 BEIRA RIO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 1.035,60
DECISÃO
Trata-se de cumprimento de sentença no valor atual de R$ 1.035,60 (mil e trinta e cinco reais e sessenta centavos) em que exequente requereu o bloqueio de valores da executada junto ao sistema financeiro/bancário.
Tentado o bloqueio, sobreveio o resultado positivo, no importe do crédito exequente.
A executada apresentou impugnação à penhora sob argumento que o valor bloqueado é oriundo de verbas trabalhistas rescisórias, e defende a impenhorabilidade destas, requerendo a desconstituição do bloqueio.
A exequente postula a manutenção do bloqueio e a satisfação da dívida.
Pois bem.
Inicialmente, é importante ressaltar que não há direito absoluto, visto que a proteção à dignidade da pessoa da pessoa posto como centro do sistema jurídico contemporâneo se presta a obstar abusos e arbitrariedade, e não pode servir como impedimento ao cumprimento de deveres.
Assim, se por um lado não pode-se fazer cumprir prestação pecuniária privando o devedor do mínimo existencial, por outro, não se pode deixar fazer cumprir o pacta sun servanda sob pena de desconsiderar todos os valores e princípios do nosso modo de produção e circulação de bens e serviços, de modo que é preponderante a busca de equilíbrio entre esses dois valores.
Neste sentido, a legalidade no Estado Democrático de Direito não deve ser observada apenas por seu aspecto formal e isolado, " a letra fria", mas de forma integrada, sob uma análise sistemática e teleológica, considerando a eficácia e os fins do bem comum, nos termos do artigo 5º da LINDB.
O devido processo legal foi e está sendo cumprindo, e houve a possibilidade da executada compor a demanda de modo consensual, de manifestar-se nos autos por todos meios cabíveis a fim de defender-se, bem com opor-se a condenação e ao valores que, hoje, estão sendo cobrados, mas ficou inerte e não se comportou de modo cooperativo em todas as ocasiões.
Calada e indiferente manteve-se a demanda que lhe pesava até haver sua constrição patrimonial.
Determinou-se à executada que pague o que é devido por decisão transitada em julgado, e nada consta dos autos que torne impossível o cumprimento desta determinação.
Atento aos argumentos da executada e aos documentos juntados, nota-se que o valor bloqueado não é oriundo necessariamente de verbas trabalhistas. Sendo que a documentação colacionada com a impugnação não demonstra de modo inequívoco a origem trabalhista do do valor bloqueado, haja vista que houverem diversas movimentações bancárias posteriores a tal rescisão.
A executada limita-se a invocar suposto direito absoluto a impenhorabilidade de verbas trabalhistas, no entanto, sabe que a regra da impenhorabilidade vindicada tem, sob o prisma de uma interpretação teleológica, proteger o mínimo existencial dos sujeitos submetidos a execução, e tal regra decorre de presunção de vulnerabilidade atribuída ao trabalhador, que poderá ser afastada no caso concreto.
Reitero que a dignidade da pessoa humana está presente em todo sistema jurídico contemporâneo, inclusive para proteger aqueles que aplicam esforços e recursos para manter seus negócios, para subsistir, gerar empregos, pagar salários.
Neste caso não houve comprovação que os valores constritos são peremptoriamente oriundos de verbas trabalhistas, bem como que a penhora deste valor imporá a devedora lesão aos seus direitos básicos.
Dessarte, a expectativa de desconstituir a penhora tem como único fundamento a invocação de suposto direito absoluto à impenhorabilidade de verbas trabalhistas,tanto é, que sequer menciona obrigação que é devida.
Ademais, conforme já analisado quando da impugnação à penhora, em se tratando de penhora sobre verbas trabalhistas, a regra é, de fato, a sua impenhorabilidade, conforme dispõe o art. 833 do CPC:

Entretanto, a jurisprudência vem mitigando esta regra, quando tal medida for necessária a efetiva prestação jurisdicional e não afetar a dignidade da pessoa humana, devendo o Juiz analisar o caso concreto.
Neste sentido é o entendimento que vem sendo aplicado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Vejamos:
(Agravo de Instrumento, Processo nº 0003417-50.2015.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento 07/07/2015)
DESPACHO DO RELATOR Agravo de Instrumento Número do Processo :0005144-44.2015.8.22.0000 Processo de Origem : 0000025-65.2012.8.22.0014 Relator: Des. Sansão Saldanha - Com razão o agravante, o Superior Tribunal de Justiça no julgamento dos Embargos de Divergência EARESP 223.196/RS, sinalizou a possibilidade de flexibilização da regra esculpida no art. 649 do CPC, sendo admissível a penhora de salário do devedor, limitada a 30% dos rendimentos, ante a mitigação da impenhorabilidade da verba salarial em prol da efetividade do processo de execução. Dou provimento ao presente recurso, com base no art. 557 §1º-A, para a penhora até o limite de 30% da remuneração do servidor. Comunique-se o juízo de origem. Porto Velho, 03 de setembro de 2015".
No mesmo sentido, a Turma Recursal, através do Processo: 0800481-82.2015.8.22.9000 - MANDADO DE SEGURANÇA, de relatoria da Dra. EUMA MENDONCA TOURINHO, manifestou pela concessão da medida, determinando a penhora de valores diretamente na folha de pagamento do executado.
Assim, se as verbas comprovadamente salariais podem ser penhoradas, outras verbas, como neste caso, evidentemente deverão ser constritas a fim de fazer cumprir a obrigação.
Ante o exposto, REJEITO a impugnação à penhora apresentada pela executada e, por consequência, determino o prosseguimento do cumprimento da execução.
Intime-se a executada para apresentar, no prazo de 05 dias, os dados bancários para a transferência do valor bloqueado e requerer o que for de direito quanto ao restante da dívida.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial Cível
Processo: 7000925-55.2023.8.22.0009
REQUERENTE: DOUGLAS DE JESUS OLIVEIRA, LINHA 50, LOTE 05, POSTE 13 s/n ZONA RURAL - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ANDREIA PAES GUARNIER, OAB nº RO9713, ROSANY FREITAS MAGALHAES MATOS, OAB nº RO7187
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: MARIA BEATRIZ ALBUQUERQUE MOURA DE OLIVEIRA, OAB nº PB20422, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 11.000,00
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de ação indenizatória por danos morais e materiais.
A parte autora afirma que houve falha na prestação de serviço da requerida e que houveram diversos danos em razão da falta de energia elétrica a partir de 29/11/2022, sendo restabelecida após oito dias.
Afirma ainda que a requerida registrou equivocadamente o atendimento da ocorrência de falta de luz, de forma que esta não cumpriu o seu dever. E que o restabelecimento da energia elétrica só ocorreu porque contratou serviço particular de eletricista.
Pretende ser indenizado no valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais) pelos danos.
Por sua vez, a ré afirma que a parte autora não comprovou o alegado, e que não causou dano a ser reparado. Juntou telas de seus sistemas administrativos que descrevem interrupções em 30/11/2022 e em 02/12/2022, e defende que o serviço foi restabelecido prontamente, dentro do prazo regulamentar.
Foi apresentada a impugnação à contestação.
Decido.
Os pontos controvertidos são a falta de energia elétrica na unidade consumidora pelo período descrito na exordial e o não restabelecimento do fornecimento por parte da requerida.
Nota-se que os fatos deste caso identificam-se com os descritos nos autos 7000939-39.2023.8.22.0009, tanto é que a testemunha Suzana de Fátima Nunes Santos, previamente arrolada, é parte autora daquela demanda, razão pela qual é adequado designar audiência de instrução para os dois casos.
Para melhor elucidação dos fatos, defiro o pedido de juntada de novos documentos pelas partes até a audiência de instrução, as quais deverão justificar a pertinência, sob pena de desentranhamento dos autos.
As partes também requereram a produção de prova oral a fim de comprovar os fatos alegados.
No mais, por entender imprescindível no caso, DEFIRO a produção de prova oral a oitiva de testemunhas e depoimento do autor e, para tanto, DESIGNO audiência de instrução para o dia 14 de Setembro de 2023, às 10h45min a qual, em atenção ao artigo 3º da Resolução n.354/2020 do Conselho Nacional de Justiça, alterado pela Resolução n. 481/2022, realizar-se-á de forma PRESENCIAL na sala de audiências dos Juizados Especiais desta Comarca de Pimenta Bueno.
Caso a parte se comprometa em levar a testemunha à audiência, independentemente da intimação formal do Art. 455, presumir-se-á que, em caso de a testemunha não comparecer, a parte desistiu de sua inquirição.
Caso as partes entendam pertinente a audiência por VIDEOCONFERÊNCIA, deverão manifestar-se neste sentido no prazo de 05 (cinco) dias contados da intimação deste despacho, sendo que, em caso de requerimento no prazo, desde já AUTORIZO, dispensando-se nova conclusão dos autos.
Em tais casos, a audiência será realizada via Google Meet, por meio do Link: meet.google.com/kej-wydp-nxg , devendo as partes observar atentamente as orientações abaixo descritas:

a) Os advogados deverão informar ao juízo, até 24h antes da audiência, o e-mail ou número de telefone das pessoas que participarão, para possibilitar o contato da Secretaria do Juízo, em caso de dificuldade com a conexão ou acesso pelo link enviado.
b) Os advogados, partes e testemunhas deverão comprovar sua identidade no início da audiência ou de sua oitiva, mostrando o documento oficial com foto, para conferência e registro.
c) As testemunhas serão autorizadas a entrarem na sessão somente no momento de sua oitiva, bem como as partes, caso tenha sido pedido depoimento pessoal.
d) Os advogados das partes, em face do princípio da cooperação e boa-fé, assumem o compromisso de respeitar a incomunicabilidade entre as testemunhas, sob pena de responsabilização na forma da lei.
Declaro o feito saneado e organizado.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002321-38.2021.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: NILZETE GOMES DA SILVA - ME, AVENIDA PRIMAVERA 1535, - DE 1525 A 1733 - LADO ÍMPAR VISTA ALEGRE - 76960-063 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: HERISSON MORESCHI RICHTER, OAB nº RO3045A, JESSICA FERNANDA DA SILVA BORGES, OAB nº RO9525, TALLITA RAUANE RAASCH, OAB nº RO9526
POLO PASSIVO
REQUERIDO: ESLAINE FREITAS BATISTA, RUA MARIANAO 1305, NÃO INFORMADO BAIRRO BELA VISTA, - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 2.987,36
DECISÃO
Vistos,
Trata-se de pedido de penhora de salário.
Compulsando os autos, em especial o CNIS de Id 92578534, verifico que a parte executada teve seu vínculo empregatício rescindido em 31/05/2023, razão pela qual INDEFIRO o pedido.
Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 5 (cinco) dias é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/DJE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006434-98.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTORES: CLAUDINEZ SOARES DE MELO, AVENIDA ALMERINDO GRAVA 709, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, RUA ALCINDA RIBEIRO DE SOUZA 585, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
POLO PASSIVO
REU: RODRIGO DE CARVALHO, AV. PADRE ÂNGELO 618, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 JARDIM DAS OLIV - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 2.075,99
DECISÃO
Os autos vieram conclusos para análise do pedido de citação por Whatsapp.
O requerido não foi localizado no endereço informado pelo autor, restando infrutífera a citação.
Embora o autor tenha mencionado a previsão no CPC sobre a citação por meio eletrônico importante se faz trazer alguns esclarecimentos.
O Legislador com a finalidade de tornar o processo judicial menos burocrático e mais tecnológico, incluiu no atual Código de Processo Civil a previsão de citação por meio eletrônico, contudo, esta modalidade não engloba a citação por whatsapp, neste sentido, dispõe 246 do CPC;
Art. 246. A citação será feita:
I - pelo correio;
II - por oficial de justiça;
III - pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório;

IV - por edital;
V - por meio eletrônico, conforme regulado em lei.
§ 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio.
§ 2º O disposto no § 1º aplica-se à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades da administração indireta.
Não bastasse isso, a lei 11.419/2006 que regula os processos eletrônicos, condiciona a prática dos atos processuais de forma eletrônica mediante ao cadastro realizado em site próprio do Tribunal de Justiça, com uso de assinatura eletrônica, onde as citações e intimações eletrônicas ocorrerão exclusivamente pelo site do TJ/RO e não por meio do aplicativo whatsapp.
Desta forma, a citação por telefone ou aplicativo whatsapp ainda carece de regulamentação e, por não preencher os requisitos indicados no Código de Processo Civil, enseja informalidade ao procedimento, visto que não se pode garantir que a pessoa do requerido receberá mensagem de citação.
Posto isto, INDEFIRO o pedido do autor e concedo o prazo de 5 cinco) dias para indicar o endereço do réu, sob pena de arquivamento.
Havendo manifestação, designe-se audiência e expeça-se o necessário.
Intime-se a autora da nova data.
Serve como intimação de Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006107-90.2021.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: ODONTO MALINI LTDA - ME, AV TURIBIO ODILON RIBEIRO 220, CONSULTORIO ODONTOLIGICO APEDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
REQUERIDO: JUCILENE CAMPI, AV BRASIL 1189 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 630,72
DECISÃO
Vistos.
A parte exequente requer a expedição de ofício à IDARON para que informe quanto a existência de semoventes cadastrados em nome do(a) executado(a).
DEFIRO o pedido.
Serve de ofício ao IDARON, agência de Pimenta Bueno, e-mail pimentabueno@idaron.ro.gov.br, solicitando relatório com o saldo de semoventes registrados em nome da parte executada JUCILENE CAMPI,CPF 748.596.762-20, bem como a localização de animais, se houver, no prazo de 15 dias contados do recebimento do ofício.
Com a resposta, intime-se a parte exequente para manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de cinco (5) dias, apresentando cálculo atualizado do débito.
Publique-se. Encaminhe-se via e-mail.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002818-52.2021.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: SANTOS & DUTRA COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME, RUA CARLOS DORNEJE 28 APIDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MARCOS DOS SANTOS, AV FLORIANOPOLIS 1640, NÃO INFORMADO NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 2.888,53(dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e três centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).

DESPACHO
Deferi e realizei a consulta ao Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS/INSS, através do Sistema PREVJUD, visando obter informações acerca de vínculo empregatício da parte executada, a fim de obter dados do paradeiro da parte, ou se esta recebe algum benefício/renda, nos termos requeridos pela parte exequente.
As informações obtidas, em anexo, estão disponíveis apenas para as partes.
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requer o que entender de direito, anexando cálculo atualizado da dívida objeto do presente feito, sob pena de extinção e arquivamento dos autos.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7000680-44.2023.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: JHENNIFER SOARES DAMATTA, AVENIDA PRESIDENTE HERMES 579, TELEFONE (69) 99906- 2934 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
POLO PASSIVO
REQUERIDO: CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL, ALAMEDA SANTOS 1826, - DE 1498 A 2152 - LADO PAR CERQUEIRA CÉSAR - 01418-102 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
VALOR DA CAUSA: R$ 7.310,00
Despacho SERVIDO COMO MANDADO.
Vistos,
Assiste razão a manifestação da autora contida na petição de ID 92019506, razão pela qual torno sem efeito o despacho de ID 91593761, que passa a constar com a seguinte grafia.
I- Trata-se de cumprimento de sentença por descumprimento de acordo firmado entre as partes.
II - INTIME-SE a parte executada, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, satisfaça a obrigação de obrigação de fazer, consistente em apresente GUIA autorizada e local indicado para realização do exame, cujo local deverá ser o mais próximo da residência da autora. A comunicação pode ser por telefone/whatsapp ou e-mail: (69) 99906-2934, e-mail: damattajhennifer@gmail.com, sob pena de multa de R$ 100,00 (cem reais) por dia até o limite de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).
III – Se não satisfizer a obrigação no prazo designado, é lícito ao exequente, nos próprios autos, requerer a satisfação da obrigação à custa do executado ou perdas e danos, hipótese em que se converterá em indenização, nos termos do artigo 816, caput e parágrafo único, do CPC;
SERVE COMO CARTA / MANDADO /DJE.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7005053-55.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: M & M ODONTOLOGIA LTDA - ME, AV CARLOS DONEJE 101, SALA B SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, OAB nº RO7414A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: MARCI KELI RODRIGUES DE MORAES, AV. GUARARAPES 1571 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 797,42
DECISÃO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
Considerando a informação de descumprimento do acordo firmado entre as partes, torno sem efeito a decisão de ID 92116533, que passa agora a constar com a seguinte grafia.
Conforme consta da consulta realizada via SISBAJUD, juntada no evento de ID 88044757, verifica-se que a tentativa de bloqueio junto a PICPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS S.A, retornou com a informação que a Executada não possuía saldo positivo perante a instituição financeira na data do bloqueio.
Contudo, a Executada compareceu em juízo, informando ter sido retido em sua conta bancária junto a PICPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS S.A, a quantia de R$ 405,02, tendo sido informada pelo setor de atendimento ao Cliente que a retenção dos valores seriam referente a ordem judicial emitida nestes autos.
Assim, DETERMINO a expedição de ofício a PICPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A, para que informe a existência de bloqueio judicial em desfavor da autora MARCI KELI RODRIGUES DE MORAES, CPF 884.291.722-20, relativos a ordem judicial emitida exclusivamente nestes autos.
Em caso de resposta positiva, determino a imediata transferência dos valores constritos, para conta judicial vinculado ao presente feito.
Encaminhe-se em anexo ao Ofício os documentos de ID 91846576 e 91846578.
Serve como intimação/ofício.

Concedo o prazo de 15 dias para resposta.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7006103-53.2021.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
REQUERENTE: GERSON SILVA PEREIRA, CAMPOS SALES 382, CASA VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
POLO PASSIVO
REQUERIDO: ZEDEQUIAS DOMINGOS ROCHA, RUA PINTO TELES 510, APTO 202 PRAÇA SECA - 21341-270 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
A parte autora foi devidamente intimada para manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito, indicando novo endereço do réu no prazo de 05 (cinco) dias, porém, deixou decorrer in albis o prazo.
Assim, julgo extinto o processo, nos termos do artigo art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil de 2015, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.
Sem custas.
Publicada e Registrada Eletronicamente.
Arquive-se o processo, independentemente do trânsito em julgado da sentença.
Cancele-se eventual audiência designada nos autos.
Desnecessária a intimação de parte sem advogado
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002916-03.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: M. M. DE MIRANDA FILHO COMERCIO DE COLCHOES, RUA FIORAVANTE LARGURA 03, SALA 01 BNH - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: SILVIO CARLOS CERQUEIRA, OAB nº RO6787, WILSON NOGUEIRA JUNIOR, OAB nº RO2917, AGENOR CERQUEIRA NETO, OAB nº RO12285
POLO PASSIVO
EXECUTADO: RENIVON ALVES DOS SANTOS PASSOS, RUA ANTÔNIO CONSELHEIRO 136, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 18.512,03
DECISÃO SERVINDO COMO MANDADO
Prosseguindo-se a análise do feito, o exequente requereu a alienação por iniciativa particular, no tocante ao veículo penhorado.
O presente, enquadra-se perfeitamente na hipótese de alienação por iniciativa particular, prevista no artigo 880, do Código de Processo Civil, e Artigo 52,VII da Lei 9.099/95 pois, sendo o exequente o maior interessado este possui melhores meios e alternativas de alienação do referido bem, razão pela qual DEFIRO o pedido.
Ademais, apesar de sua nomenclatura, a Alienação por Iniciativa Particular, pode, perfeitamente, ser realizada, visto que, tal modalidade imposta como uma das primeiras opções de alienação do bem penhorado pelo novo CPC que, antes da vigência da referida disposição legal era tida como medida excepcional, proporciona uma forma mais prática e eficaz da prestação da tutela jurisdicional, evitando assim maiores prejuízos ao devedor que fará alienação do bem por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor credenciado perante a autoridade judiciária, observadas as disposições do art. 880 do CPC.
A venda do bem deverá ser pelo valor da avaliação. O pagamento será preferencialmente à vista.
Havendo propostas inferior ao da avaliação, as partes deverão ser ouvidas previamente. E se o pagamento não for à vista, deverá ser oferecida caução idônea.
O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes de realizar a arrematação ou oferecer proposta.
O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os de natureza fiscal e tributários, conforme previsto no artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e os débitos de condomínio (que possuem natureza propter rem), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.
Intime-se a parte autora, por seu procurador, para apresentar planilha atualizada, proceda-se a alienação por iniciativa particular, concedendo o prazo de 60 dias para a realização dessa venda (CPC, art. 880, §§1º e 2º).
No mais, sendo frutífera a venda, deverá ser observado o procedimento previsto no §2º, do artigo 880 do CPC.
Intime-se o executado para ciência quanto à venda do bem penhorado por iniciativa particular;
Defiro o pedido de remoção do veículo, nomeando como depositário o representante legal da Exequente o Sr Maurélio Martins de Miranda Filho, devendo a CPE expedir o necessário.

Decorrido o prazo, manifeste-se a parte exequente independentemente de nova intimação, requerendo o que entender de direito, pena de extinção do feito.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA AR/MANDADO PARA INTIMAÇÃO DAS PARTES.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002310-72.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: KELLY DIAS DOS SANTOS LIMA, RUA PROJETADO 11 1438 SETOR AEROPORTO, ESTRADA VELHA DO CALCARIO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: DIEGO BARCELOS SANTOS, OAB nº RO10167A, ARTHUR GOULART SILVA, OAB nº RO10351
POLO PASSIVO
REQUERIDO: BANCO BMG S.A., AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 3477, - DE 3253 AO FIM - LADO ÍMPAR ITAIM BIBI - 04538-133 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO, OAB nº PE32766, Procuradoria do BANCO BMG S.A
Valor da Causa: R$ 10.641,66
DECISÃO
Vistos,
Diante do descumprimento da decisão de ID 91590857, intime-se a parte requerida, por meio de seu advogado, para efetuar o pagamento da pena de multa fixada no valor de R$ 1.500,00, no prazo de 15 dias ou, querendo, apresente impugnação.
Havendo impugnação, intime-se o Exequente para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 dias.
Cumpra-se.
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000347-39.2016.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
EXEQUENTE: PAULO XAVIER DE OLIVEIRA, COSTA E SILVA 78 ALVORADA - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALEXSANDRO KLINGELFUS, OAB nº RO2395
POLO PASSIVO
EXECUTADO: JOSE FLADIMIR DO CARMO CARDOSO, AV. PRESIDENTE KENNEDY 663, FUNDOS DA ANTIGA LOJA CLIPÃO CENTRO - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: MARIA JOSE DE OLIVEIRA URIZZI, OAB nº RO442
Valor da Causa: R$ 48.257,81
DECISÃO ALVARÁ ELETRÔNICO
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença em que há desconto mensal em folha de pagamento do executado.
Considerando os depósitos realizados no valor total de R$ 744,87, realizei a expedição de alvará eletrônico na modalidade transferência através da ferramenta “alvará eletrônico”, pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente ao banco detentor da conta judicial, sem gerar documento novo nos autos, conforme documento anexo.
Decorrido o prazo de 10 (dez) dias, a contar da emissão do alvará eletrônico, constatando-se que os valores ainda permanecem disponíveis para levantamento, determino à CPE a juntada aos autos do extrato bancário da conta judicial vinculado ao presente feito e a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, tornando-se SEM EFEITO o alvará eletrônico expedido.
Após a certificação do levantamento dos valores pela CPE, remetam-se os autos à contadoria para que apresente o valor correto da presente execução, devendo a contadoria abater os valores pagos nestes autos.
Intime-se.
Serve como intimação via Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7005438-03.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença

POLO ATIVO
REQUERENTE: ELIANA CRISTINA RODRIGUES, RUA ALCINDA RIBEIRO DE SOUZA 795 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
REQUERIDO: SHIRLEY APARECIDA DO CARMO DE MELO, AV MACEIO 1893 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 148,56
DESPACHO
Vistos,
Torno sem efeito o despacho de ID 92170876, eis que equivocado, passando a constar com decisão a seguinte grafia.
Tentada a consulta via sistema SISBAJUD, nos termos do art. 854 do Código de Processo Civil, sobreveio o Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores com resultado negativo, conforme consulta realizada e juntada aos autos.
Tentada a consulta via sistema RENAJUD, sobreveio o Detalhamento de Ordem Judicial com resultado negativo, conforme consulta realizada e juntada aos autos no ID 92170796.
Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 5 (cinco) dias é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
SERVE COMO MANDADO/CARTA AR/DJE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006040-91.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: R. H. COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME, AV PRESIDENTE KENNEDY CENTRO - 76801-235 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SUZAN DENADAI COSTA, OAB nº RO10216
POLO PASSIVO
EXECUTADO: CLAUDENIR PINTO DE SOUZA, RUA DOS INCONFIDENTES 1590 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
A parte autora foi devidamente intimada a manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito, porém, quedou-se inerte.
Assim, considerando a inércia da exequente quanto à indicação de bens, aliado à ausência de bens de propriedade da parte executada que garantam a satisfação da dívida, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 53, §4º da Lei 9.099/95, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.
Registre-se.
Intime-se, arquivando-se o processo, independentemente do trânsito em julgado da sentença.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000920-67.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: CICERO & SOUZA LTDA - EPP, AV. MARECHAL RONDON 216 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: RENAN DIEGO REBOUCAS SOUZA CASTRO, OAB nº RO6269, ANDRE RICARDO REBOUCAS SOUZA CASTRO, OAB nº RO10961, LUIZ MIGUEL SOLEI, OAB nº RO8976
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MARCI KELI RODRIGUES DE MORAES, RUA ELI MOREIRA 38 BAIRRO BNH2 - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 3.714,25
DECISÃO
Vistos e examinados,
A Executada devidamente intimada para manifestar-se sobre o pedido de adjudicação do bem penhorado, quedou-se inerte, o que implica em aceitação tácita.

Desta forma, DEFIRO a ADJUDICAÇÃO do BEM PENHORADO na movimentação de ID 92255244, pelo VALOR DA AVALIAÇÃO.
INTIME-SE a EXECUTADA: MARCI KELI RODRIGUES DE MORAES , para ENTREGA do bem à EXEQUENTE: CICERO & SOUZA LTDA - EPP no prazo de 48 (quarenta e oito horas), devendo o Oficial de Justiça fazer contato com a parte autora ou seu Advogado ANDRE RICARDO REBOUÇAS DE CASTRO, no telefone 69 99944-3405 , que deverá acompanhar a diligência.
Serve o presente de :
AUTO DE ADJUDICAÇÃO e MANDADO DE INTIMAÇÃO PARA ENTREGA do bem adjudicado.
Após a expedição do MANDADO, tornem conclusos.
Cumpra-se.
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000585-14.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: JACIR CANDIDO FERREIRA JUNIOR, - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JACIR CANDIDO FERREIRA JUNIOR, OAB nº RO3408
POLO PASSIVO
REQUERIDO: ISRAEL TAVARES VICTORIA, AVENIDA PRESIDENTE NASSER 1067, PGE JARDIM OLIVEIRAS - 76980-675 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: KATHERINE FAUST MARQUES, OAB nº RO13150
Valor da Causa: R$ 40.000,00
DECISÃO
Vistos.
Defiro o pedido de ID 94995400.
Renove-se o ofício ao IDARON para que informe nestes autos, a quantidade de semoventes cadastrados na Fazenda Santa Vitória – BR 364, sentido Vilhena, KM 132, LT 3ª e 3B, GB 04, , especificadamente nos meses de fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto do ano de 2022, em nome do proprietário Jacir Candido Ferreira Júnior, e em nome de terceiros.
Com a resposta do ofício, intimem-se as partes para, querendo, manifestarem no prazo de 5 dias.
Após, tornem os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/ PENHORA E AVALIAÇÃO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7004100-28.2021.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: KAMILA THAINA COUTINHO 00308186214, RUA DOS INCONFIDENTES 140, COMERCIO PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
EXECUTADO: LAURA KAROLINE DE ANDRADE SIEVERS, RUA GUARARAPES 233, LM IPHONES IMPORTADOS SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 1.915,40
DECISÃO
Vistos.
A parte exequente requer a expedição de ofício à IDARON para que informe quanto a existência de semoventes cadastrados em nome do(a) executado(a).
DEFIRO o pedido.
Serve de ofício ao IDARON, agência de Pimenta Bueno, e-mail pimentabueno@idaron.ro.gov.br, solicitando relatório com o saldo de semoventes registrados em nome da parte executada LAURA KAROLINE DE ANDRADE SIEVERS,CPF 040.313.492-70, bem como a localização de animais, se houver, no prazo de 15 dias contados do recebimento do ofício.
Com a resposta, intime-se a parte exequente para manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de cinco (5) dias, apresentando cálculo atualizado do débito.
Decorrido o prazo, tornem conclusos.
Pimenta Bueno/RO, 6 de julho de 2023.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7005367-98.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: GILMAR NOMINATO FRITZ, RUA ANA JOSEFA RODRIGUES 2371 ELDORADO - 76966-216 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: JONATHAN GONCALVES IZIDORO, OAB nº RO11715, NEWITO TELES LOVO, OAB nº RO7950, HOSNEY REPISO NOGUEIRA, OAB nº RO6327
POLO PASSIVO
REU: GABRIELLY ANTUNES DE ARAUJO, RUA PADRE ADOLFO 2331, APTO N 08 JARDIM CLODOALDO - 76962-000 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: MARCELA CAROLINE ROSA MORAES, OAB nº RO10924
Valor da Causa: R$ 38.275,17
DECISÃO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
Trata-se de Execução de título executivo extrajudicial (cheque).
Devidamente citado o Executado apresentou embargos, afirmando tratar-se de um dos casos relativos a possível golpe aplicado por um representante comercial da Empresa BIGSAL, Sr. Edirlei José Chaves, o qual, valendo-se da boa-fé de seus clientes, enganou parte deles ao se apossar de cheques recebidos que deveriam ter sidos destinados à empresa que então representava, aproveitando-se de que os cheques estavam sem indicação do portador.
PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL
A petição inicial descreve satisfatoriamente os fatos que embasam os pedidos, sendo perfeitamente possível ao Juízo definir os limites da lide, não se mostrando razoável a extinção do feito por simples indicação de artigo diverso do processo de execução no preâmbulo da petição inicial.
Desta forma, devidamente delimitado os fatos e fundamentos jurídicos do pedido, rejeito a preliminar.
Ademais, as partes manifestaram interesse na produção de prova testemunhal, por entender imprescindível ao caso, DEFIRO a produção da prova requerida e, para tanto, DESIGNO audiência de instrução para o dia 19 de outubro de 2023, às 08h30min a qual, em atenção ao artigo 3º da Resolução n.354/2020 do Conselho Nacional de Justiça, alterado pela Resolução n. 481/2022, realizar-se-á de forma PRESENCIAL na sala de audiências dos Juizados Especiais desta Comarca de Pimenta Bueno.
Caso a parte se comprometa em levar a testemunha à audiência, independentemente da intimação formal do Art. 455, presumir-se-á que, em caso de a testemunha não comparecer, a parte desistiu de sua inquirição.
Caso as partes entendam pertinente a audiência por VIDEOCONFERÊNCIA, deverão manifestar-se neste sentido no prazo de 05 (cinco) dias contados da intimação deste despacho, sendo que, em caso de requerimento no prazo, desde já AUTORIZO, dispensando-se nova conclusão dos autos.
Em tais casos, a audiência será realizada via Google Meet, por meio do Link:https://meet.google.com/ker-pnjt-vxv, devendo as partes observar atentamente as orientações abaixo descritas:
a) Os advogados deverão informar ao juízo, até 24h antes da audiência, o e-mail ou número de telefone das pessoas que participarão, para possibilitar o contato da Secretaria do Juízo, em caso de dificuldade com a conexão ou acesso pelo link enviado.
b) Os advogados, partes e testemunhas deverão comprovar sua identidade no início da audiência ou de sua oitiva, mostrando o documento oficial com foto, para conferência e registro.
c) As testemunhas serão autorizadas a entrarem na sessão somente no momento de sua oitiva, bem como as partes, caso tenha sido pedido depoimento pessoal.
d) Os advogados das partes, em face do princípio da cooperação e boa-fé, assumem o compromisso de respeitarem a incomunicabilidade entre as testemunhas, sob pena de responsabilização na forma da lei.
Intimem-se as partes para comparecimento.
Intimem-se as testemunhas arroladas no ID 92670378.
Declaro o feito saneado e organizado.
Cumpra-se.
Expeça-se o necessário.
Serve como intimação/dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002848-87.2021.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: D. S. COMERCIO DE MOVEIS EIRELI - ME, AV CARLOS DONEJE 67, AMERICAS COLCOES APEDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
REQUERIDO: RAPHAEL PIERINO MIUKI GAMBALONGA, AV DOS BANDEIRANTES 432, NÃO INFORMADO PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 3.024,16

DESPACHO
Vistos.
Defiro o pedido do autor, devendo prosseguir o presente feito, expedindo-se, ofício ao IDARON para que, informe a este Juízo, no prazo de 10 dias, se existe semoventes bovinos cadastrados em nome do executado RAPHAEL PIERINO MIUKI GAMBALONGA, CPF N. 003.281.152-74, e, caso existente, promova de imediato o bloqueio de cabeças de gado até o valor da presente execução (R$ 3.024,16) , indicando inclusive qual a localização do gado.
Com a resposta do ofício, intime-se o exequente para requerer o que de direito no prazo de 05 (cinco) dias.
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001043-02.2021.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: ODONTO MALINI LTDA - ME, AV TURIBIO ODILON RIBEIRO 220, CONSULTORIO ODONTOLIGICO APEDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ISABEL CRISTINA VICTORIANO VIEIRA, STA CRUZ SN, ZONA RURAL STA CRUZ - 29398-000 - IRUPI - ESPÍRITO SANTO
VALOR DA CAUSA: R$ 1.298,48mil, duzentos e noventa e oito reais e quarenta e oito centavos
DESPACHO
Defiro o pedido da exequente (ID 92626239).
1. Proceda-se à PENHORA e AVALIAÇÃO dos bens indicados (abaixo relacionados), suficientes para satisfação integral da execução R$ 1.298,48(mil, duzentos e noventa e oito reais e quarenta e oito centavos). Imediatamente após, intimar o Executado, na pessoa de seu representante legal, pessoalmente, ou por seu representante legal se for pessoa jurídica, para, querendo, apresentar as Impugnações no prazo de quinze (15) dias, contados da intimação.
BEM INDICADOS: Celular, TV, Computador, Joias e demais bens móveis disponíveis.
2. Caso a parte executada oponha óbices de qualquer natureza quanto à efetivação da penhora, inclusive ocultando-se ou negando-se a ficar como depositário, de logo deve o oficial de justiça entrar em contato com a parte autora, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado, que custeará as despesas respectivas.
Fica o senhor Oficial de Justiça, desde logo, ciente de que poderá atuar na forma do artigo 12, da Lei 9.099/95 c/c artigo 212, § 2º , do Código de Processo Civil/2015 (Realizar as diligências em dias feriados, sábados e domingos e fora da hora normal de expediente, desde que não seja antes das 06:00 e depois das 20:00 horas).
NÃO ENCONTRANDO O DEVEDOR e nem BENS a ser penhorado, INTIMAR a parte autora para se manifestar sobre a diligência negativa, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento definitivo dos autos (art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95); em SENDO PENHORADOS BENS, INTIMAR a parte exequente para manifestação quanto ao interesse na adjudicação/leilão, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento do feito e consequente desconstituição da penhora.
Em caso de penhora de VEÍCULOS, decorrido o prazo para impugnação, tornem os autos conclusos para restrição veicular, via Renajud. Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDA, COMO CARTA AR, CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO e DEMAIS ATOS:
Dados para cumprimento:
EXEQUENTE: EXEQUENTE: ODONTO MALINI LTDA - ME, AV TURIBIO ODILON RIBEIRO 220, CONSULTORIO ODONTOLIGICO APEDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO: ISABEL CRISTINA VICTORIANO VIEIRA, Rua João Pessoa, 839, Nova Pimenta OU Rua Padre Adolfo, n 393, Jardim das Oliveiras, ambos no município de Pimenta Bueno/RO.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006923-38.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: SANTOS & DUTRA COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME, CARLOS DORNEJE 28, LOJA ALOIR MOVEIS APEDIÁ - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
EXECUTADO: KILDER ALVES DA SILVA JUNIOR, AV MARECHAL RONDON 1265, DISTRI DE BEBIDAS CONE SUL LTDA. LOCAL DE TRABALHO PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 3.112,42
DESPACHO

Trata-se de execução de título executivo extrajudicial onde a parte exequente informou novo endereço da parte executada e requereu a expedição de nova citação e intimação nesse endereço, qual seja, Local de Trabalho, LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO - OBRA PREFEITURA DE VILHENA-RO, situado na Rua Dos Polos 150 Sala 201, Santa Lucia Belo Horizonte MG 30360-530, email: licitacao@lcmconstrucao.com.br
Desta feita, defiro o pedido apresentado pela parte exequente e determino a expedição de mandado para a citação e intimação da parte executada, nos moldes do despacho inicial.
Por fim, determino ao cartório que proceda a alteração do endereço da parte executada no PJE para fazer constar o endereço atualizado, conforme informado nos autos.
Cumpra-se servindo a presente como mandado/carta de intimação/carta precatória para seu cumprimento.
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000995-72.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: MILTON RIBEIRO CABRAL, LINHA 25 KM 02 ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ROSIEL GALVAO DOS SANTOS, OAB nº RO10415
POLO PASSIVO
EXECUTADO: FABIO RODRIGUES DA SILVA, AVENIDA MARECHAL RONDON 1615, TOP 10 VEÍCULOS APEDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ERIC JULIO DOS SANTOS TINE, OAB nº RO2507
Valor da Causa: R$ 20.032,88
DESPACHO
Vistos,
Trata-se de embargos à execução opostos pela parte executada.
De acordo com o art. 919 do CPC, os embargos à execução não terão efeito suspensivo, todavia pode o embargante requerer a atribuição desse efeito mediante a comprovação dos requisitos para a concessão da tutela provisória, quais sejam, probabilidade do direito e perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes, segundo o § 1º do artigo supramencionado.
Nesse sentido também é o Enunciado 117 do FONAJE:
ENUNCIADO 117 – É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES).
No caso dos autos é cabível a suspensão, eis que foram preenchidos os requisitos.
Recebo a insurgência do executado, nos termos do art. 52, IX, b, da Lei 9.099/1995, pois tempestivo.
Intime-se o exequente para impugnar os embargos em 15 dias úteis (NCPC, art. 920).
Com ou sem resposta, conclusos para decisão.
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001168-96.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: CELINE FERNANDES NEVES 05066126279, NOVE DE JULHO 113, SALA 01 DOS PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MILENA FERNANDES NEVES, OAB nº RO10155A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: LARISSA PEREIRA OLIVEIRA LOPES, RUA JOÃO OSÓRIO DA SILVA 30 BNH1 - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 2.856,02
DESPACHO
Trata-se de execução de título executivo extrajudicial onde a parte exequente informou novo endereço da parte executada, qual seja, Avenida Juscimeira, n 244, Apartamento 203, bairro Novo Horizonte em Cacoal/RO, Telefone (69) 99993-1989.
Desta feita, defiro o pedido apresentado pela parte exequente e determino a expedição de mandado de citação no novo endereço indicado, nos moldes do despacho inicial, ciente o meirinho que fica autorizado a proceder nos termos do enunciado 05 do FONAJE, e, se for o caso, a análise da citação, nos termos do art. 252 do CPC.

Por fim, determino ao cartório que proceda a alteração do endereço da parte executada no PJE para fazer constar o endereço atualizado, conforme informado nos autos.
Cumpra-se.
Expeça-se o necessário.
Serve a presente como mandado/carta de intimação/carta precatória para seu cumprimento.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7000909-04.2023.8.22.0009
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: ANDRADE MARCELLO LTDA - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARIA CRISTINA FEITOSA, OAB nº RO7861
EXECUTADO: CARLITO ANDRE DOS SANTOS, RUA PADRE ANGELO 295 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos
Embora o feito esteja tramitando pelo rito sumaríssimo, como há possibilidade de acordo, bem como considerando que constitui um dever do
PODER JUDICIÁRIO estimular a solução consensual dos conflitos.
Defiro a suspensão pelo prazo requerido - 30 dias.
Findo o prazo, manifeste-se a parte autora no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.
Serve o presente como mandado/intimação.
Pimenta Bueno, 17/07/2023
Wilson Soares Gama
Juíza de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003120-47.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: SANTOS & DUTRA COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME, RUA CARLOS DORNEJE 28 APIDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
REQUERIDO: REGINALDO CEZAR DE ALMEIDA, RUA AMAPA 2538 VISTA ALEGRE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 240,42
DESPACHO
Vistos.
Defiro o pedido do autor, devendo prosseguir o presente feito, expedindo-se, ofício ao IDARON para que, informe a este Juízo, no prazo de 10 dias, se existe semoventes bovinos cadastrados em nome do executado REGINALDO CEZAR DE ALMEIDA, CPF N. 815.110.432-53, e, caso existente, promova de imediato o bloqueio de cabeças de gado até o valor da presente execução (R$ 240,42) , indicando inclusive qual a localização do gado.
Com a resposta do ofício, intime-se o exequente para requerer o que de direito no prazo de 05 (cinco) dias.
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003142-08.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTES: DAIANE CRISTINA CRUZ VIEIRA, RUA PRUDENTE DE MORAES 573 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, JOSE CARLOS PESSOA, RUA RONDÔNIA 462, AP. 04 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: ESTELA DA LUZ SOUZA MIOSSI, OAB nº RO12244, ELIDA DA LUZ SOUZA DE BRITO, OAB nº RO8704, CLAUDINEI SILVA MACHADO, OAB nº RO8799
POLO PASSIVO

REQUERIDO: MATUZALEM RIBEIRO COSTA, RUA RUI BARBOSA 497, BORRACHARIA DO AMARELINHO BEIRA RIO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
VALOR DA CAUSA: R$ 10.765,82dez mil, setecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e dois centavos
DESPACHO
Defiro o pedido da exequente (ID 92796206).
1. Proceda-se à PENHORA e AVALIAÇÃO dos bens indicados (abaixo relacionados), suficientes para satisfação integral da execução R$ 10.765,82(dez mil, setecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). Imediatamente após, intimar o Executado, na pessoa de seu representante legal, pessoalmente, ou por seu representante legal se for pessoa jurídica, para, querendo, apresentar as Impugnações no prazo de quinze (15) dias, contados da intimação.
BEM INDICADOS: VW/Saveiro CL GM, Placa NBE9921, cor Azul.
2. Caso a parte executada oponha óbices de qualquer natureza quanto à efetivação da penhora, inclusive ocultando-se ou negando-se a ficar como depositário, de logo deve o oficial de justiça entrar em contato com a parte autora, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado, que custeará as despesas respectivas.
Fica o senhor Oficial de Justiça, desde logo, ciente de que poderá atuar na forma do artigo 12, da Lei 9.099/95 c/c artigo 212, § 2º , do Código de Processo Civil/2015 (Realizar as diligências em dias feriados, sábados e domingos e fora da hora normal de expediente, desde que não seja antes das 06:00 e depois das 20:00 horas).
NÃO ENCONTRANDO O DEVEDOR e nem BENS a ser penhorado, INTIMAR a parte autora para se manifestar sobre a diligência negativa, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento definitivo dos autos (art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95); em SENDO PENHORADOS BENS, INTIMAR a parte exequente para manifestação quanto ao interesse na adjudicação/leilão, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento do feito e consequente desconstituição da penhora.
Em caso de penhora de VEÍCULOS, decorrido o prazo para impugnação, tornem os autos conclusos para restrição veicular, via Renajud.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDA, COMO CARTA AR, CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO e DEMAIS ATOS:
Dados para cumprimento:
EXEQUENTE: REQUERENTES: DAIANE CRISTINA CRUZ VIEIRA, RUA PRUDENTE DE MORAES 573 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, JOSE CARLOS PESSOA, RUA RONDÔNIA 462, AP. 04 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO: REQUERIDO: MATUZALEM RIBEIRO COSTA, RUA RUI BARBOSA 497, BORRACHARIA DO AMARELINHO BEIRA RIO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7005857-57.2021.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: ERITON FERNANDO ZABLOSKI, AVENIDA CURITIBA 1061, NÃO INFORMADO NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SEBASTIAO CANDIDO NETO, OAB nº RO1826
POLO PASSIVO
REQUERIDO: DEVANIR PEREIRA DE BRITO, AV. SETE DE SETEMBRO 2285 CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 4.139,45
DECISÃO
Vistos,
Defiro o pedido de ID 93019010.
DESIGNO Hasta Pública para o dia 30/08/2023, às 09h00min, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na Av. Presidente Kennedy, 1065, Pioneiros, Pimenta Bueno/RO, "se o bem penhorado não atingir valor superior a sessenta salários mínimos (nova redação – XXI Encontro- Vitória/ES)" ENUNCIADO N. 79 FONAJE
1. Intime-se a parte executada, informando-a que terá o prazo de 5 dias para embargar, contados da arrematação do bem.
Bem penhorado: 1 Veículo GM Chevrolet Celta Life, 2 portas, cor branca, ano 2005/2005, Placa NBS 2185, Renavam 856387770, com problemas mecânicos no motor e pintura desgastada, avaliado em R$ 8.000,00 (oito mil reais).
2. Caso a parte exequente tiver interesse em arrematar o bem, deverá depositar a diferença do valor no dia da hasta pública.
3. Determino a Atermação encarregar-se das diligências necessárias para a realização do pregão na forma presencial.
4. Cientifiquem-se as partes, na forma do artigo 889 do Código de Processo Civil.
5. Cumpra-se e intimem-se, expedindo o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO EDITAL DE LEILÃO/CARTA/MANDADO/PRECATÓRIA DE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000476-97.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial

POLO ATIVO
EXEQUENTE: M. DE ALMEIDA MACHADO CELULARES - EPP, AVENIDA PRESIDENTE KENEDY, Nº 903 903 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCELO DE ALMEIDA MACHADO, OAB nº RO12115
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ROZENILDA VILA MENDES, AVENIDA PORTO ALEGRE 1.678, RESIDENCIA NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 3.718,39
DESPACHO
Os autos vieram conclusos para análise do pedido de citação por Whatsapp.
O requerido não foi localizado no endereço informado pelo autor, restando infrutífera a citação.
Embora o autor tenha mencionado a previsão no CPC sobre a citação por meio eletrônico importante se faz trazer alguns esclarecimentos.
O Legislador com a finalidade de tornar o processo judicial menos burocrático e mais tecnológico, incluiu no atual Código de Processo Civil a previsão de citação por meio eletrônico, contudo, esta modalidade não engloba a citação por whatsapp, neste sentido, dispõe 246 do CPC;
Art. 246. A citação será feita:
I - pelo correio;
II - por oficial de justiça;
III - pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório;
IV - por edital;
V - por meio eletrônico, conforme regulado em lei.
§ 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio.
§ 2º O disposto no § 1º aplica-se à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades da administração indireta.
Não bastasse isso, a lei 11.419/2006 que regula os processos eletrônicos, condiciona a prática dos atos processuais de forma eletrônica mediante ao cadastro realizado em site próprio do Tribunal de Justiça, com uso de assinatura eletrônica, onde as citações e intimações eletrônicas ocorrerão exclusivamente pelo site do TJ/RO e não por meio do aplicativo whatsapp.
Desta forma, a citação por telefone ou aplicativo whatsapp ainda carece de regulamentação e, por não preencher os requisitos indicados no Código de Processo Civil, enseja informalidade ao procedimento, visto que não se pode garantir que a pessoa do requerido receberá mensagem de citação.
Posto isto, INDEFIRO o pedido do autor e concedo o prazo de 5 cinco) dias para indicar o endereço do réu, sob pena de arquivamento.
Havendo manifestação, designe-se audiência e expeça-se o necessário.
Intime-se a autora da nova data.
Serve como intimação de Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002413-79.2022.8.22.0009
Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: CICERO DOS SANTOS, LINHA 50 LT 38, ST ELI MOREIRA ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ARTHUR GOULART SILVA, OAB nº RO10351
REQUERIDO: BANCO BMG S.A., AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 3477, 09 ANDAR ITAIM BIBI - 04538-133 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO, OAB nº PE32766, Procuradoria do BANCO BMG S.A
SENTENÇA ALVARÁ ELETRÔNICO
Vistos.
O executado cumpriu com a obrigação de pagar contida nestes autos, depositando o valor da condenação em conta judicial vinculada ao presente feito, conforme comprovante de pagamento juntado aos autos, bem como o exequente indicou os dados bancários para transferência dos valores (Id. 93145222).
Sendo assim, nesta data, realizei a expedição de alvará eletrônico na modalidade transferência através da ferramenta “alvará eletrônico”, pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente ao banco detentor da conta judicial, sem gerar documento novo nos autos, conforme documento anexo.
Decorrido o prazo de 10 (dez) dias, a contar da emissão do alvará eletrônico, constatando-se que os valores ainda permanecem disponíveis para levantamento, determino à CPE a juntada aos autos do extrato bancário da conta judicial vinculado ao presente feito e a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, tornando-se SEM EFEITO o alvará eletrônico expedido.
Considerando o cumprimento integral da obrigação, com fulcro no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A

PRESENTE AÇÃO.
Antecipo o trânsito em julgado nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Publicada e Registrada Eletronicamente.
Comprovado o levantamento com a juntada do comprovante pela CPE, o pagamento das custas finais ou a sua inscrição em dívida ativa, arquive-se.
Após arquivem-se os autos.
Intime-se.
Serve como intimação via Dje
Pimenta Bueno17 de julho de 2023
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002268-86.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: M. DE ALMEIDA MACHADO CELULARES - EPP, AVENIDA PRESIDENTE KENEDY, Nº 903 903 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCELO DE ALMEIDA MACHADO, OAB nº RO12115
POLO PASSIVO
EXECUTADO: PEDRO DE SOUZA FAGUNDES, AVENIDA FLÁVIO DA SILVA DALTO 412 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes para que cumpram e guardem o que ali se contém e declara, ficando, de ora em diante EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil.
Sentença transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 1.000 do CPC.
Sem custas e honorários advocatícios, em razão do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Sentença publicada e registrada automaticamente via Dje.
Dispenso por ora a intimação das partes, e determino o imediato arquivamento do feito.
Arquivem-se os autos com as devidas baixas.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno
Número do processo: 7003702-18.2020.8.22.0009
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Polo Ativo: JUSCIMAR MOREIRA DE SOUZA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
Polo Passivo: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de cumprimento de sentença.
Intimado para proceder a implementação do adicional de insalubridade, o Município informou que revogou o pagamento do referido adicional, com base no laudo pericial atualizado amparado pela nova Lei Complementar nº 03/2021.
O exequente apresentou impugnação.
Decido.
O adicional de insalubridade tem natureza propter laborem, ou seja, seu pagamento está condicionado à efetiva exposição do servidor a condições insalubres.
Com o advento da Lei Complementar 03/2021, a ulterior legislação trouxe parâmetros relativos ao adicional de insalubridade.
O executado, por sua vez, contratou empresa realizada que apurou e confeccionou laudo técnico atualizado no local de trabalho dos servidores, conforme determina a legislação local (art. 6, paragrafo único).
Não cabe, nesta fase, discutir sobre eventual vício do laudo LTCAT administrativo, podendo a parte interessada ajuizar ação própria.
Assim, afasto o pedido de incorporação.
Desta feita, o cumprimento de sentença em relação ao retroativo deverá continuar, sendo assim, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 dias, apresentar nova planilha de cálculo, discriminando as parcelas que se pretende executar, observada o termo inicial de fevereiro de 2020, com prazo final até o dia anterior ao laudo municipal, qual seja, 10/06/2022.
Fica o exequente intimada, via Dje, por seus advogados.
SERVE A PRESENTE COMO INTIMAÇÃO.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000049-03.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ISMAEL ALVES DOS REIS, RUA ULISSES GUIMARÃES 737, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 APIDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: HELIO RODRIGUES DOS SANTOS, OAB nº RO7261
POLO PASSIVO
REU: BANCO DO BRASIL, - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES, OAB nº RN5553, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
SENTENÇA
Trata-se cumprimento de sentença.
Considerando que o Exequente realizou o levantamento dos valores que lhe eram de direito, nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil, julgo EXTINTO O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.
Sem custas e honorários.
Publique-se eletronicamente. Registre-se eletronicamente.
Intime-se, arquivando-se, independentemente de trânsito em julgado.
SERVE COMO CARTA/MANDADO INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002326-89.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: SINCLEIR TRAMONTIN ZANETTE, RO 010 LINHA 25 GLEBA 05 Lote 06, SETOR ABAITARA ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: SIMONE ZANETTE NOVAKOWSKI, OAB nº RO9671
POLO PASSIVO
REU: CONFEDERACAO BRASILEIRA DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS, QUADRA CRS 507 Bloco A ASA SUL - 70351-510 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO DO REU: VICTORIA LUCIA NUNES VALADARES, OAB nº MG196335
Sentença
Por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes para que cumpram e guardem o que ali se contém e declara, ficando, de ora em diante EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso III, "b", do Código de Processo Civil.
Sentença transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 1.000 do CPC.
Sem custas e honorários advocatícios, em razão do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Sentença publicada e registrada automaticamente via Dje.
Dispenso por ora a intimação das partes, e determino o imediato arquivamento do feito.
Arquivem-se os autos com as devidas baixas.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002103-39.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: JOSE VALDOMIRO DE CARVALHO, RUA JOSÉ BONIFÁCIO 285, CASA VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: WELLINGTON DE PAIVA FIGUEIREDO, OAB nº RO12489A
POLO PASSIVO
REU: GALINARI TRANSPORTES LTDA, RUA MARINGÁ 80, EMPRESA DE TRANSPORTES MANOEL MÜLLER - 86601-000 - ROLÂNDIA - PARANÁ
REU SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes para que cumpram e guardem o que ali se contém e declara, ficando, de ora em diante EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso III, "b", do Código de Processo Civil.
Sentença transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 1.000 do CPC.
Sem custas e honorários advocatícios, em razão do artigo 55 da Lei 9.099/95.

Sentença publicada e registrada automaticamente via Dje.
Dispenso por ora a intimação das partes, e determino o imediato arquivamento do feito.
Arquivem-se os autos com as devidas baixas.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7000112-28.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
REQUERENTE: M & G COMERCIO DE MOVEIS LTDA, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 930 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MILENA FERNANDES NEVES, OAB nº RO10155A
POLO PASSIVO
REQUERIDO: SIMONE LAUREANO DA SILVA, RUA PERNAMBUCO 652 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 1.986,87(mil, novecentos e oitenta e seis reais e oitenta e sete centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Deferi e realizei a consulta ao Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS/INSS, através do Sistema PREVJUD, visando obter informações acerca de vínculo empregatício da parte executada, a fim de obter dados do paradeiro da parte, ou se esta recebe algum benefício/renda, nos termos requeridos pela parte exequente.
As informações obtidas, em anexo, estão disponíveis apenas para as partes.
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requer o que entender de direito, anexando cálculo atualizado da dívida objeto do presente feito, sob pena de extinção e arquivamento dos autos.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7005251-29.2021.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: MICHELINE LOVO DORSCH, AVENIDA PADRE ÂNGELO 1388 BEIRA RIO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL, AV PRESIDENTE DUTRA 840 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ITALO SCARAMUSSA LUZ, OAB nº BA67070, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
VALOR DA CAUSA: R$ 27.942,10
DESPACHO
Vistos,
Realizada a substituição dos advogados, conforme requerido na petição de ID 93007186.
Transitada em Julgado a sentença, a parte Autora requer o prosseguimento do feito, nos moldes do art. 523 do Código de Processo Civil (ID 92397062), pelo valor atualizado de R$ 24.733,65.
Defiro, determinando:
I - A INTIMAÇÃO da executada para, no prazo de 15 dias, pagar o débito de R$ 22.485,14, acrescidos de custas se houver, devidos à parte Exequente, nos termos da sentença de ID 71418954.
II - A INTIMAÇÃO da executada para, no prazo de 15 dias, pagar o débito de R$ 2.248,14, acrescidos de custas se houver, referente aos honorários advocatícios, conforme Acórdão de ID 91948531.
III - Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário tornem os autos conclusos para análise do pedido de penhora.
IV - Ou, se o caso, INTIME-SE a parte Autora para, em 05 (cinco) dias, indicar bens passíveis de penhora.
SERVE COMO CARTA/MANDADO INTIMAÇÃO.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
DESPACHO SERVE COMO CARTA/MANDADO
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL, AV PRESIDENTE DUTRA 840 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7005699-65.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: STHEFANY DEL PADRE, AC PIMENTA BUENA, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ANA PAULA SANCHES, OAB nº RO9705
POLO PASSIVO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO SN, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Valor da Causa: R$ 15.000,00
DESPACHO
Vistos,
Considerando que a Executada realizou o pagamento voluntário da condenação.
INTIME-SE a autora para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, informar os dados bancários para a expedição de ALVARÁ TRANSFERÊNCIA DE VALORES.
Com a informação, conclusos para expedição de alvará.
Serve como intimação via Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7005459-76.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: CLEBER LENON GRIGIO, RUA MOACIR ANTONIO CLEMENTE 1003 JARDIM DAS PALMEIRAS - 85415-000 - CAFELÂNDIA - PARANÁ
ADVOGADO DO REQUERENTE: FRANK ANDRADE DA SILVA, OAB nº RO8878
POLO PASSIVO
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, 13 DE MAIO, CENTRO SETOR 13 - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 24.000,00
DESPACHO
INTIME-SE a autora para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, informar os dados bancários para a expedição de ALVARÁ TRANSFERÊNCIA DE VALORES.
Com a informação, conclusos para expedição de alvará.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Serve como intimação via Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7004445-57.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: JOSE ANTONIO DE PAULA 10655182268, RICARDO FRANCO 325, SALA 1 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875, MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945
POLO PASSIVO
REQUERIDO: VANESSA GALVAO FERNANDES, RUA MAJOR AMARANTE 412 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 219,90
DECISÃO SERVINDO COMO MANDADO
O exequente requereu a penhora de valores em folha de pagamento da executada, pois esta trabalha na Empresa ANDRADE E BASTOS.
Conforme já analisado quando da impugnação à penhora, em se tratando de penhora sobre o salário de servidor, a regra é, de fato, a sua impenhorabilidade, conforme dispõe o art. 833 do CPC:

Art. 833. São impenhoráveis:
IV - os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2o;
Entretanto, a jurisprudência vem mitigando esta regra, quando tal medida não afeta a dignidade da pessoa humana, devendo o Juiz analisar o caso concreto.
Neste sentido é o entendimento que vem sendo aplicado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Vejamos:
(Agravo de Instrumento, Processo nº 0003417-50.2015.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento 07/07/2015)
DESPACHO DO RELATOR Agravo de Instrumento Número do Processo :0005144-44.2015.8.22.0000 Processo de Origem : 0000025-65.2012.8.22.0014 Relator: Des. Sansão Saldanha - Com razão o agravante, o Superior Tribunal de Justiça no julgamento dos Embargos de Divergência EARESP 223.196/RS, sinalizou a possibilidade de flexibilização da regra esculpida no art. 649 do CPC, sendo admissível a penhora de salário do devedor, limitada a 30% dos rendimentos, ante a mitigação da impenhorabilidade da verba salarial em prol da efetividade do processo de execução. Dou provimento ao presente recurso, com base no art. 557 §1º-A, para a penhora até o limite de 30% da remuneração do servidor. Comunique-se o juízo de origem. Porto Velho, 03 de setembro de 2015".
No mesmo sentido, a Turma Recursal, através do Processo: 0800481-82.2015.8.22.9000 - MANDADO DE SEGURANÇA, de relatoria da Dra. EUMA MENDONCA TOURINHO, manifestou pela concessão da medida, determinando a penhora de valores diretamente na folha de pagamento do executado.
No caso dos autos, verifico que a Executada não demonstra o interesse em quitar o débito, tendo o Judiciário a necessidade de deferir as medidas coercitivas cabíveis, que não impeçam a subsistência da parte, ao mesmo tempo, garantido a satisfação da prestação jurisdicional que a sociedade espera.
Assim sendo, determino a expedição de ofício a empresa ANDRADE E BASTOS, localizada na Avenida Rotary Club, n 1140, bairro Alvorada em Pimenta Bueno-RO, para efetivar o desconto em folha de pagamento da executada VANESSA GALVÃO FERNANDES, CPF 017.449.012-79, na quantia de até 20% de seu rendimento mensal até completar o valor de R$ 224,31, para garantia da execução.
Ressalvo que a decisão poderá ser modificada a qualquer tempo, caso seja comprovado nos autos que a penhora afete o sustento do executado e de sua família, ferindo o princípio da Dignidade da Pessoa Humana.
Ressalto, ainda, que tais valores deverão ser depositados em conta judicial à disposição deste Juízo.
Efetivado o primeiro depósito judicial, intime-se o executado para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 dias.
Não havendo manifestação, expeça-se o competente alvará em favor da exequente.
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7006805-62.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: LETICIA CALCADOS LTDA - ME, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 941 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875, MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MARLENE ERCULANA DA SILVA, AVENIDA MARECHAL RONDON 40 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 1.057,59(mil, cinquenta e sete reais e cinquenta e nove centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Deferi e realizei a consulta ao Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS/INSS, através do Sistema PREVJUD, visando obter informações acerca de vínculo empregatício da parte executada, a fim de obter dados do paradeiro da parte, ou se esta recebe algum benefício/renda, nos termos requeridos pela parte exequente.
As informações obtidas, em anexo, estão disponíveis apenas para as partes.
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requer o que entender de direito, anexando cálculo atualizado da dívida objeto do presente feito, sob pena de extinção e arquivamento dos autos.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7005324-64.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: DEIA CRISTINA PINHO BARBOSA SILVA 22087774846, MARECHAL RONDON 2752, - DE 2716 A 3092 - LADO PAR DOIS DE ABRIL - 76900-864 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
EXECUTADO: INGRID ALMEIDA ALBUQUERQUE, ITAMARACA 70, CASA TRIANGULO VERDE - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 558,07
DECISÃO
Vistos,
Retifico o despacho de ID 92457190, para constar a seguinte grafia.
Defiro o pedido de bloqueio on line, na modalidade de ‘‘teimosinha’’ pelo prazo de 15 dias.
Registre-se, por oportuno, que a demora em despachar o feito se deu em razão do prazo necessário para a ‘‘teimosinha’’, pois os autos permaneceram suspensos em gabinete aguardando o resultado definitivo da busca sigilosa por ativo via Sisbajud.
Tentado o bloqueio de valores do executado (a) EXECUTADO: INGRID ALMEIDA ALBUQUERQUE, CPF nº 00929533283, no valor R$ 546,07, por meio do sistema SISBAJUD, sobreveio resultado parcialmente positivo, no importe de R$ 100,43, junto ao Banco Nu Pagamentos, e a quantia de R$ 12,00, junto ao Banco Santander, conforme consultas realizadas e juntadas aos autos.
Em ato contínuo, realizei o desbloqueio dos valores retidos junto ao Banco Santander, por tratar-se de valores ínfimos.
Considerando que a Executada já fora devidamente intimada do bloqueio conforme diligência de ID 92616310, intime-se a Exequente para, no prazo de 5 dias, indicar os dados bancários para expedição de alvará eletrônico.
Após, tornem os autos conclusos para expedição de alvará.
SERVE COMO INTIMAÇÃO VIA DJE/ CARTA-AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003271-13.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: LISA RAIANE SILVA 01560437260, AVENIDA PRESIDENTE J.K 298, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
REQUERIDO: ANDRE LUIZ FERREIRA RIBEIRO, QUADRA 14 casa 34 BNH 1 - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ROBERTO SIDNEY MARQUES DE OLIVEIRA, OAB nº RO2946
Valor da Causa: R$ 1.140,29
DESPACHO
Vistos.
Intime-se o executado para, no prazo de 5 dias, manifestar-se sobre o pedido de adjudicação do bem penhorado no ID 91231232, pelo valor da avaliação, ciente de que seu silêncio importará em aceitação tácita.
Com ou sem a manifestação, tornem os autos conclusos.
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000759-23.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: LM E-COMMERCE COMERCIO DE CELULARES E ELETRONICOS LTDA, AV. PRESIDENTE JK 314 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SUZAN DENADAI COSTA, OAB nº RO10216
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ANDREIA MARIA COSTA GUIMARAES, AVENIDA CARLOS GOMES 497, PREGÃO MOVEIS VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 2.812,04
DECISÃO
Vistos,
DEFIRO a adjudicação do bem penhorado nos autos (ID 89061936), pelo valor da avaliação.
Lavre-se o auto de adjudicação.

O exequente deverá arcar com as despesas para remoção do bem.
Quanto ao saldo remanescente, intimem-se o Exequente para indicar outros bens passíveis de penhora, sob pena de extinção nos termos doa art. 53, §4º da Lei 9.099/95.
Intime-se.
Cumpra-se.
Expeça-se o necessário.
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7000621-90.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: JOSE BATISTA DOS SANTOS SUPERMERCADO - EPP, AV. DOS IMIGRANTES 1246 CTG - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875, MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945
POLO PASSIVO
REQUERIDOS: MATHEUS ZAN GRAZILIO, AVENIDA ANTÔNIO RICARDO DE LIMA 52 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, MARCELO IZAIAS DOS SANTOS, ANTONIO RICARDO DE LIMA 52 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
VALOR DA CAUSA: R$ 3.502,27três mil, quinhentos e dois reais e vinte e sete centavos
DECISÃO
Defiro o pedido da exequente (ID 92792011).
1. Proceda-se à PENHORA e AVALIAÇÃO dos bens indicados (abaixo relacionados), suficientes para satisfação integral da execução R$ R$ 3.502,27(três mil, quinhentos e dois reais e vinte e sete centavos). Imediatamente após, intimar o Executado, na pessoa de seu representante legal, pessoalmente, ou por seu representante legal se for pessoa jurídica, para, querendo, apresentar as Impugnações no prazo de quinze (15) dias, contados da intimação.
BEM INDICADOS: Bens móveis disponíveis.
2. Caso a parte executada oponha óbices de qualquer natureza quanto à efetivação da penhora, inclusive ocultando-se ou negando-se a ficar como depositário, de logo deve o oficial de justiça entrar em contato com a parte autora, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado, que custeará as despesas respectivas.
Fica o senhor Oficial de Justiça, desde logo, ciente de que poderá atuar na forma do artigo 12, da Lei 9.099/95 c/c artigo 212, § 2º , do Código de Processo Civil/2015 (Realizar as diligências em dias feriados, sábados e domingos e fora da hora normal de expediente, desde que não seja antes das 06:00 e depois das 20:00 horas).
NÃO ENCONTRANDO O DEVEDOR e nem BENS a ser penhorado, INTIMAR a parte autora para se manifestar sobre a diligência negativa, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento definitivo dos autos (art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95); em SENDO PENHORADOS BENS, INTIMAR a parte exequente para manifestação quanto ao interesse na adjudicação/leilão, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento do feito e consequente desconstituição da penhora.
Por fim, determino ao cartório que proceda a alteração do endereço da parte executada no PJE para fazer constar o endereço atualizado, conforme informado nos autos, qual seja, Avenida Carlos Dornejes, nº. 1128, bairro Nova Pimenta, (casa ao lado do terreno da Águas de Pimenta Bueno, localizada no cruzamento entre a Carlos Dornejes com a Campos Sales).
Em caso de penhora de VEÍCULOS, decorrido o prazo para impugnação, tornem os autos conclusos para restrição veicular, via Renajud.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDA, COMO CARTA AR, CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO e DEMAIS ATOS:
Dados para cumprimento:
EXEQUENTE: REQUERENTE: JOSE BATISTA DOS SANTOS SUPERMERCADO - EPP, AV. DOS IMIGRANTES 1246 CTG - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO: MATHEUS ZAN GRAZILIO, Avenida Carlos Dornejes, nº. 1128, bairro Nova Pimenta, (casa ao lado do terreno da Águas de Pimenta Bueno, localizada no cruzamento entre a Carlos Dornejes com a Campos Sales).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002247-13.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: LM E-COMMERCE COMERCIO DE CELULARES E ELETRONICOS LTDA, AV. PRESIDENTE JK 314 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SUZAN DENADAI COSTA, OAB nº RO10216
POLO PASSIVO
EXECUTADO: MATHEUS ZAN GRAZILIO, AV. ANTÔNIO RICARDO DE LIMA 52 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA

EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
A parte autora foi devidamente intimada a manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito, indicando novo endereço do réu no prazo de 5 (cinco) dias, porém, deixou decorrer in albis o prazo.
Assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 53, §4º da Lei 9.099/95, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.
Publicada e Registrada Eletronicamente.
Arquivem-se, independentemente do trânsito em julgado da sentença.
Cancele-se eventual audiência designada nos autos, liberando-se a pauta.
Serve como intimação via Dje.
Desnecessária a intimação da parte sem advogado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001070-14.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
REQUERENTE: MARCOS PAULO SILVA LIMA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JUCELIA LIMA RUBIM, OAB nº RO7327, JUCIMARO BISPO RODRIGUES, OAB nº RO4959A
POLO PASSIVO
REQUERIDO: IZILMAR LUCAS BAIA CHAVES 03341758283, RUA NAÇÕES UNIDAS 677 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes para que cumpram e guardem o que ali se contém e declara, ficando, de ora em diante EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil.
Sentença transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 1.000 do CPC.
Sem custas e honorários advocatícios, em razão do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Sentença publicada e registrada automaticamente via Dje.
Dispenso por ora a intimação das partes, e determino o imediato arquivamento do feito.
Arquivem-se os autos com as devidas baixas.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002227-22.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: STEDILE E NOGUEIRA LTDA - ME, RUA RUI BARBOSA 406, NÃO INFORMADO JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: SILVIO CARLOS CERQUEIRA, OAB nº RO6787, WILSON NOGUEIRA JUNIOR, OAB nº RO2917, ISADORA STEDILE CAMPOS, OAB nº RO7483A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: OSMAR BOGADO, RUA MAJOR AMARANTE 1020 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Sentença
As partes informaram a composição por meio de acordo extrajudicial, requerendo a homologação, nos termos da petição juntada nos autos.
Assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas.
Havendo descumprimento admito o prosseguimento nos mesmos autos devendo virem conclusos para decisão.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001037-58.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO

REQUERENTE: R. H. COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME, AV PRESIDENTE KENNEDY CENTRO - 76801-235 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SUZAN DENADAI COSTA, OAB nº RO10216
POLO PASSIVO
REQUERIDO: JONAS DE OLIVEIRA, AVENIDA JÂNIO QUADROS 4546 CENTRO - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
VALOR DA CAUSA: R$ 2.125,00
Despacho SERVIDO COMO MANDADO.
1. Trata-se de cumprimento de sentença por descumprimento de acordo firmado entre as partes, no valor atualizado de R$ 3.078,97.
2. INTIME-SE o(a) executado(a) para que, no prazo de 15 (quinze) dias, satisfaça a obrigação, nos termos do artigo 523 do CPC, adimplindo o montante da dívida, corrigido e atualizado nos termos da memória de cálculo apresentada pela exequente.
3. Decorrido o prazo sem manifestação, conclusos os autos para análise do pedido de bloqueio.
4. Retifique-se o valor da causa e a classe processual para CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
SERVE COMO AR CARTA/MANDADO INTIMAÇÃO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002350-54.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: F. R. COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME, AV. CUNHA BUENO 1150 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875, MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945
POLO PASSIVO
REQUERIDO: LUCINETE MARTINS DE SOUZA, RUA PROJETADA 01 233 PARQUE DAS PALMEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
VALOR DA CAUSA: R$ 1.101,45mil, cento e um reais e quarenta e cinco centavos
DESPACHO
Defiro o pedido da exequente (ID 92625112).
1. Proceda-se à PENHORA e AVALIAÇÃO dos bens indicados (abaixo relacionados), suficientes para satisfação integral da execução R$ R$ 1.101,45(mil, cento e um reais e quarenta e cinco centavos). Imediatamente após, intimar o Executado, na pessoa de seu representante legal, pessoalmente, ou por seu representante legal se for pessoa jurídica, para, querendo, apresentar as Impugnações no prazo de quinze (15) dias, contados da intimação.
BEM INDICADOS: Bens móveis disponíveis.
2. Caso a parte executada oponha óbices de qualquer natureza quanto à efetivação da penhora, inclusive ocultando-se ou negando-se a ficar como depositário, de logo deve o oficial de justiça entrar em contato com a parte autora, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado, que custeará as despesas respectivas.
Fica o senhor Oficial de Justiça, desde logo, ciente de que poderá atuar na forma do artigo 12, da Lei 9.099/95 c/c artigo 212, § 2º , do Código de Processo Civil/2015 (Realizar as diligências em dias feriados, sábados e domingos e fora da hora normal de expediente, desde que não seja antes das 06:00 e depois das 20:00 horas).
NÃO ENCONTRANDO O DEVEDOR e nem BENS a ser penhorado, INTIMAR a parte autora para se manifestar sobre a diligência negativa, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento definitivo dos autos (art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95); em SENDO PENHORADOS BENS, INTIMAR a parte exequente para manifestação quanto ao interesse na adjudicação/leilão, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento do feito e consequente desconstituição da penhora.
Em caso de penhora de VEÍCULOS, decorrido o prazo para impugnação, tornem os autos conclusos para restrição veicular, via Renajud.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDA, COMO CARTA AR, CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO e DEMAIS ATOS:
Dados para cumprimento:
EXEQUENTE: REQUERENTE: F. R. COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME, AV. CUNHA BUENO 1150 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO: REQUERIDO: LUCINETE MARTINS DE SOUZA, RUA PROJETADA 01 233 PARQUE DAS PALMEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006185-50.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: M. DE ALMEIDA MACHADO CELULARES - EPP, AVENIDA PRESIDENTE KENEDY, Nº 903 903 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCELO DE ALMEIDA MACHADO, OAB nº RO12115
POLO PASSIVO

EXECUTADO: KATIANNY KEIZE DE SOUZA, BR 364, CHÁCARA DO ROGERIO, EM FRENTE A EXPOPIB S/N, CHÁCARA EM FRENTE AO PARQUE DE EXPOSIÇÃO (EXPOPIB) BELA VISTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 5.195,48
DESPACHO
Vistos.
Defiro o pedido do autor, devendo prosseguir o presente feito, expedindo-se, ofício ao IDARON para que, informe a este Juízo, no prazo de 10 dias, se existe semoventes bovinos cadastrados em nome do executado KATIANNY KEIZE DE SOUZA, CPF N. 662.558.302-25, e, caso existente, promova de imediato o bloqueio de cabeças de gado até o valor da presente execução (R$ 5.195,48) , indicando inclusive qual a localização do gado.
Com a resposta do ofício, intime-se o exequente para requerer o que de direito no prazo de 05 (cinco) dias.
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial Juizado Especial, Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno
Processo nº 7001237-07.2018.8.22.0009
Assunto: Adicional por Tempo de Serviço
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
EXEQUENTE: GISLENE APARECIDA GOMES OLIVEIRA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730
EXECUTADO: M. D. S. F. D. O. -. R.
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE DO OESTE
Valor: R$ 650,68
DECISÃO
Vistos.
Intimado, a exequente informou o não recebimento dos valores.
Considerando o petitório, nesta data, expedi em favor da parte credora o alvará eletrônico na modalidade de transferência, através da ferramenta “alvará eletrônico”, pela qual o juízo envia os dados da ordem bancária diretamente ao banco, o valor deverá ser levantado, com as devidas correções/rendimentos/atualizações até a data do saque efetivo.
OBSERVAÇÕES:
1) O beneficiário deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação, conforme síntese supracitada.
2) Aguarde-se por cinco 05 (cinco) dias o cumprimento da ordem.
Decorrido o prazo sem manifestação, fica a CPE autorizada a juntar extrato para fins de verificar a existência de eventual valor disponível nos autos.
Havendo cumprimento do alvará, retornem os autos ao arquivo.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Pimenta Bueno - RO, 17 de julho de 2023
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000458-13.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: E D BRUNO OTICA - ME, SHOPPING BÉRTOLI 679 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
REQUERIDO: LUCIA PIRES DE LIMA, RUA MAJOR AMARANTE 741 JD OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
A parte autora foi devidamente intimada a manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito, porém, quedou-se inerte.
Assim, considerando a inércia da exequente quanto à indicação de bens, aliado à ausência de bens de propriedade da parte executada que garantam a satisfação da dívida, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 53, §4º da Lei 9.099/95, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.
Registre-se.
Intime-se, arquivando-se o processo, independentemente do trânsito em julgado da sentença.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno
Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br.
AUTOS: 7003556-06.2022.8.22.0009
CLASSE: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: IRINEU SOBREIRA LIMA, LOJA 878, AVENIDA MARECHAL RONDON PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALINE MORAES SOBREIRA, OAB nº RO12247
EXECUTADO: PAULO CEZAR PORTO DE MORAIS, RUA INDIANA 1135, AP 81 BROOKLIN PAULISTA - 04562-002 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
DESPACHO
Vistos,
Compulsando os autos, verifico que a Carta Precatória restou negativa, razão pela qual, ante a ausência de citação do Executado, resta impossibilitado o deferimento do pedido de ID 92736842, razão pela qual, determino;
Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 dias, informar o endereço atual do requerido.
Com a informação, redesigne-se audiência e cumpra-se o disposto no Despacho inicial.
Intime-se a autora da nova data da audiência de conciliação a ser designada pela CPE.
Não havendo manifestação, tornem os autos conclusos para EXTINÇÃO.
Intime-se.
Serve como intimação no DJE.
Pimenta Bueno- , 17 de julho de 2023
Wilson Soares Gama
Juiz de direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002254-05.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: RUI MILTON SESTITO DA SILVA MARTINS, AV. MARECHAL RONDON (COMÉRCIO) 936, TELEFONE P/ CONTATO: 69-8483-0560 OU 9978-2969. PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: DIEGO BARCELOS SANTOS, OAB nº RO10167A, ARTHUR GOULART SILVA, OAB nº RO10351
POLO PASSIVO
REU: MARIA DO CARMO ORLANDI DA COSTA, ST CHACAREIRO - MARTA REGINA KM05 ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Determinada a intimação do autor para emendar a inicial, verificou-se sua inércia, conforme certidão.
Destarte, com fundamento no artigo 485, I c.c 321, p. único, ambos do Código de Processo Civil, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e, por consequência, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO o presente processo.
Arquive-se.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7006886-11.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: SANTOS & DUTRA COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME, CARLOS DORNEJE 28, LOJA ALOIR MOVEIS APEDIÁ - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ODINEI FERREIRA DA CUNHA, AVENIDA PORTO ALEGRE 2148 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes para que cumpram e guardem o que ali se contém e declara, ficando, de ora em diante EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil.
Sentença transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 1.000 do CPC.
Sem custas e honorários advocatícios, em razão do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Sentença publicada e registrada automaticamente via Dje.

Dispenso por ora a intimação das partes, e determino o imediato arquivamento do feito.
Arquivem-se os autos com as devidas baixas.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002722-66.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: M & M ODONTOLOGIA LTDA - ME, AV CARLOS DONEJE 101, SALA B SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, OAB nº RO7414A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: PRISCILA ANGELA PEREIRA SILVA, 1ª PARALELA AVENIDA VITORIA 5695 BOA ESPERANÇA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 1.052,72(mil, cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DECISÃO
Recebo a emenda à inicial.
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: “É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001132-54.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: VICENTE GONCALVES LARA, AVENIDA ANTÔNIO RICARDO DE LIMA 1282 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RENAN DIEGO REBOUCAS SOUZA CASTRO, OAB nº RO6269
POLO PASSIVO
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: HUGO CAVALCANTE GUIMARAES, OAB nº PB31561, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
"O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede." (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
Incompetência dos Juizados Especiais
O réu arguiu a incompetência dos Juizados Especiais, ante a necessidade de perícia. Contudo, o feito discute a demora par realização da ligação da geradora de energia do autor, a qual, segundo o mérito, se deu por necessidade de adequação, a qual não precisa de perícia ante a possibilidade de demonstração por meio de registros, o que será analisado no mérito.
Desta feita, fica afastada a preliminar.
Mérito
Pretende o autor indenização por dano moral, no valor de R$ 5.000,00, bem como dano material, no importe de R$ 14.678,95 e lucros cessantes de R$ 3.196,05, face a demora na ligação da microgeradora de energia.
Devidamente citada e intimada, a ré participou da audiência de tentativa de conciliação, a qual restou infrutífera.
Pois bem. É incontroverso que houve o protocolo de ligação da microgeradora, porém, somente houve a efetiva ligação 11 meses depois.
A ré afirma que a demora decorre de deficiências encontradas, as quais demandavam correções para a execução do serviço, não sendo possível a ligação estando em desacordo.
Analisando a documentação e telas apresentadas, em especial a tela apresentada pela própria ré, em sua contestação, no ID 90657843, pág. 06, uma vez que consta "EXECUTAR O QUANTO ANTES. SERVIÇO FORA DO PRAZO E COM RECLAMAÇÃO NA OUVIDORIA. REGISTRO COM FOTO".
Assim, dispensa-se maiores digressões, ante ao indiscutível atraso na ligação.
Consta dos registros da ré, ainda, que parte dos reparos necessários para a ligação da microgeradora de energia à rede elétrica, eram de responsabilidade da ré e outros do autor. No entanto, não restou demonstrado que a ré tenha cumprido, no prazo, sua parte da responsabilidade.
Assim, nota-se que a demora em regularizar a rede elétrica, impediu o autor de se beneficiar da geração de energia da microgeradora.
Desta feita, considerando que a unidade do autor tem capacidade de geração de 2500 kwh e o consumo médio do autor é de 2053 kwh, devido o ressarcimento, pelo período de 12 meses, no total de 22.583 kwh, no importe de R$ 14.678,95, bem como no valor que teria acumulado, no total de 4.917 kwh, no valor de R$ 3.196,05, todos baseados na média de gasto do autor.
Por outro lado, o dano moral não ficou demonstrado, haja vista que, como se nota, a perda do autor se resume a dano material, não se vislumbrando danos extrapatrimoniais.
Ante o acima exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por VICENTE GONÇALVES LARA em face do réu ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., para condenar a ré a pagar ao autor, a título de danos materiais emergentes, o valor de R$ 14,678,95, referente aos 22.583 kwh que o autor teria produzido, caso a unidade geradora tivesse sido ligada no prazo correto, bem como R$ 3.196,05, referente aos 4.917 kwh que teria acumulado.
Extingo o feito, com RESOLUÇÃO DE MÉRITO, ex vi do art. 487, I, do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários advocatícios nessa fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.
Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta decisão, ficará a demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), e comprovar o depósito nos autos, em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo.
Findo o prazo do pagamento voluntário, e não havendo requerimentos do credor, arquivem-se os autos.
Havendo pagamento voluntário do débito, INTIME-SE a autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, querendo, apresentar dados bancários para a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, autorizada a CPE a expedição do alvará.
Comprovado o levantamento, venham os autos conclusos para extinção
Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de LEVANTAMENTO e intime-se a autora para comprovação nos autos; PRAZO 5 (CINCO) DIAS.

Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, “a”, “b” e “e”, determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intimem-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001453-89.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: VALENTIM IND E COM CERAMICA EIRELI, 15 DE NOVEMBRO 1632, LOTE 1 BEIRA RIO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ANDREIA PAES GUARNIER, OAB nº RO9713, ROSANY FREITAS MAGALHAES MATOS, OAB nº RO7187
POLO PASSIVO
REU: H A FONTES, AVENIDA PIAUÍ 3697 LIBERDADE - 76974-000 - ESPIGÃO D’OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
Ademais, os réus afirmaram que não têm interesse na produção de outras provas.
A pretensão inicial busca o recebimento da quantia de R$ 29.249,11, fundado no cheque acostado aos autos.
Devidamente citado, o réu compareceu a audiência de tentativa de conciliação e saiu ciente do prazo para, querendo, apresentar resposta. Contudo, decorrido o prazo, o réu silenciou-se.
Desta feita, considerando que o réu não demonstrou fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor e, diante dos cheques apresentados, revela procedente o pedido.
Firme nesse entendimento, e com fulcro no art. 6º da Lei 9.099/95, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado por VALENTIM IND E COM CERÂMICA EIRELI em face de NORTE SUL FERRAGENS para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R$ 29.249,11, corrigidos a partir a propositura, utilizando-se da tabela adotada pelo TJRO, e com juros a partir da citação, de 1% ao mês.
Extingo o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil (2015).
Sem custas e sem honorários advocatícios nessa fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.
Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta decisão, ficará a demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), e comprovar o depósito nos autos, em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo.
Findo o prazo do pagamento voluntário, e não havendo requerimentos do credor, arquivem-se os autos.
Havendo pagamento voluntário do débito, INTIME-SE a autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, querendo, apresentar dados bancários para a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, autorizada a CPE a expedição do alvará.
Comprovado o levantamento, venham os autos conclusos para extinção
Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de LEVANTAMENTO e intime-se a autora para comprovação nos autos; PRAZO 5 (CINCO) DIAS.
Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, “a”, “b” e “e”, determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intimem-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002202-09.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: MARCIA SILVEIRA COSTA, AVENIDA SÃO PAULO 2293, AP. 303 VILA VERDE - 45990-678 - TEIXEIRA DE FREITAS - BAHIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PABLO HARTZLER ANDRADE GOMES, OAB nº BA58104
POLO PASSIVO
EXECUTADO: MARIA CANDIDA LIMA, AV PADRE ANGELO 176 JARDIM OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes para que cumpram e guardem o que ali se contém e declara, ficando, de ora em diante EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil.
Sentença transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 1.000 do CPC.
Sem custas e honorários advocatícios, em razão do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Sentença publicada e registrada automaticamente via Dje.
Dispenso por ora a intimação das partes, e determino o imediato arquivamento do feito.
Arquivem-se os autos com as devidas baixas.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001611-47.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: MADALENA APARECIDA PALOZI DINIZ, LINHA P 18, POSTE 08 s/n ZONA RURAL - 76977-000 - SÃO FELIPE D’OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: LEVI VIEIRA DE SOUZA NETO, OAB nº RO12863, ANDRE HENRIQUE VIEIRA DE SOUZA, OAB nº RO6862, CRISDAINE MICAELI SILVA FAVALESSA, OAB nº RO5360, BRUNA EDUARDA SILVA OLIVEIRA, OAB nº RO11067
POLO PASSIVO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AV. MARCOS P. DE U. RODRIGUES 939, EDIF. C. BRANCO OFFICE PARK - TORRE JATOBÁ -9 AND ALPHAVILLE INDUSTRIAL - 06455-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
R$ 6.000,00
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
Ademais, as partes informaram que não têm outras provas a produzir.
PRELIMINAR
Da Prevalência do Código Brasileiro de Aeronáutica
Inicialmente, os negócios jurídicos estabelecidos entre empresa aérea e passageiro são regidos pelo Código de Defesa do Consumidor, especialmente porque a causa de pedir está atrelada a evento ocorrido após o início da vigência do Código supra.
No mais, embora o transporte aéreo seja regulado pelo Código Brasileiro de Aeronáutica, por se tratar de relação de consumo (art. 3°, § 2°, do CDC), esta norma não subsiste à constitucional, expressa como garantia fundamental, do Código de Defesa do Consumidor, nos termos do artigo 5°, inciso XXXII, da CF/88.
Feitas essas considerações, rejeito a preliminar e passo à análise do mérito.
Do mérito
A pretensão da autora consiste na indenização por danos morais, no montante de R $6.000,00 (seis mil reais) decorrentes da alteração do local de chegada do voo contratado.
Queixa-se que houve atraso de mais de 5 horas para chegar ao local de destino contratado.

A ré, em sua contestação, afirmou que o voo do autor necessitou ser desviado devido às condições climáticas adversas, e que não foi comprovado o dano moral alegado.
De acordo com os autos, é incontroverso que houve alteração do local do pouso do voo da requerida, qual seja, da cidade de Cacoal/RO para a cidade de Ji-Paraná/RO.
Em que pese a alteração, a parte autora não demonstrou prejuízos, como perda de compromisso, hospedagem, traslados, mas tão somente um suposto abalo moral.
A mera alteração do voo, por si só, não é motivo para presumir ofensa à personalidade do consumidor que adquiriu, tampouco houve apresentação das despesas com hospedagens, translados etc.
Este juízo entende que a alteração da viagem nos termos apresentados nos autos, não configura hipótese de dano moral in re ipsa, sabe-se, então, ser ônus da parte autora comprovar o dano passível de reparação nos termos do artigo 927 do Código Civil.
Os princípios informadores do Juizado Especial e Código de Defesa do Consumidor devem prestigiar a simplicidade e favorecer a defesa do consumidor. No entanto, não se pode abrir mão da segurança jurídica e do ônus de o consumidor provar o que alega, ou seja, provar o dano sofrido, a conduta lesiva e o nexo de causalidade entre a conduta e o dano.
Neste sentido:
CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. ATRASO. DANOS MORAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA.O atraso do voo por aproximadamente trinta minutos por si só não gera abalo moral, estando dentro da razoabilidade de ocorrências do setor aéreo.RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7037776-54.2022.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Dalmo Antônio de Castro Bezerra, Data de julgamento: 20/01/2023
Consta nos autos apenas o bilhete de embarque.
É certo que o direito controvertido nos autos versa sobre direito do consumidor, o que não muda o dever da parte autora comprovar o fato constitutivo de seu direito, o que não ocorreu.
Portanto, pela narrativa da parte autora, o juízo vislumbra, in casu, a ocorrência de “mero aborrecimento” e outro resultado não pode haver senão a improcedência do pedido de indenização por danos morais.
Ante o acima exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por MADALENA APARECIDA PALOZI DINIZ em face de AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A., extinguindo o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC, deixando de condenar a vencida ao pagamento de verbas de sucumbência (artigo 55, da Lei n.° 9099/95).
Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios, em face do que dispõe o art. 55, da Lei 9.099/95.
Registrada e publicada eletronicamente.
Intime-se. Com o trânsito em julgado, arquive-se.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intimem-se
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001668-65.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: GILBERTO APARECIDO ALVARES, RUA ROLIM DE MOURA 474, CASA PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: PRYCILLA SILVA ARAUJO ZGODA, OAB nº RO8135A, JESSICA PINHEIRO AUS, OAB nº RO8811
POLO PASSIVO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, 9 ANDAR TORRE ED. JATOBÁ TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes provas que tencionam produzir. Prazo: 10 dias (artigo 357, §4º do CPC/2015).
Caso seja requerida prova oral, o pedido deverá ser pormenorizadamente fundamentado com informações cujos fatos pretende-se amparar nessa espécie probatória, sob pena de indeferimento.
Intimem-se.
SERVE COMO CARTA/MANDADO INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001511-92.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: EGHERSON SILVA AGUIAR, RUA FERNÃO DIAS 256, 9946-5451 PIONEIROS - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
AUTOR SEM ADVOGADO(S)

POLO PASSIVO
REU: ALINE DA SILVA DE PAULA EQUIPAMENTO DE TELEFONIA, RUA DEZOITO DE JUNHO 101, FONE (11) 92011-8427 JARDIM MORUMBI - 13209-260 - JUNDIAÍ - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: WILLIAN ALBUQUERQUE DA SILVA, OAB nº SP465107
Sentença
Por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes para que cumpram e guardem o que ali se contém e declara, ficando, de ora em diante EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso III, "b", do Código de Processo Civil.
Sentença transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 1.000 do CPC.
Sem custas e honorários advocatícios, em razão do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Sentença publicada e registrada automaticamente via Dje.
Dispenso por ora a intimação das partes, e determino o imediato arquivamento do feito.
Arquivem-se os autos com as devidas baixas.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001679-94.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: GUILHERME GONCALVES ALVARES, RUA PARAIBA 1062 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: PRYCILLA SILVA ARAUJO ZGODA, OAB nº RO8135A, JESSICA PINHEIRO AUS, OAB nº RO8811
POLO PASSIVO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, ANDAR 9, EDIF. JATOBA COND. CASTELO BRANCO OFFICE TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes provas que tencionam produzir. Prazo: 10 dias (artigo 357, §4º do CPC/2015).
Caso seja requerida prova oral, o pedido deverá ser pormenorizadamente fundamentado com informações cujos fatos pretende-se amparar nessa espécie probatória, sob pena de indeferimento.
Intimem-se.
SERVE COMO CARTA/MANDADO INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001264-14.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
REQUERENTE: MONICA GOMES DE ANDRADE, LINHA 40, LOTE 57, LADO DIREITO DO RIO MELGACINHO, GLEBA CORUMBIARA ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LAURO PAULO KLINGELFUS JUNIOR, OAB nº RO2389
POLO PASSIVO
REQUERIDO: INLARON INDUSTRIAS DE LATICINIOS DE RONDONIA LTDA, BR 429 GLEBA 01 LOTE 21 Lote 21 ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: EDILSON STUTZ, OAB nº RO309B
SENTENÇA
"O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede." (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
Indefiro o pedido de oitiva de testemunha, uma vez que os direitos estão demonstrados nos autos.

A pretensão inicial busca o recebimento da quantia de R$ 7.472,94 referente ao fornecimento de lei in natura, o qual é pago de acordo com as notas fiscais apresentadas.
O réu, em sua contestação, afirmou que o autor não apresentou documentação mínima necessária para comprovar o alegado, requerendo, assim, o julgamento improcedente.
Pois bem. Conforme distribuição do ônus da prova, cabe ao autor comprovar o fato constitutivo do seu direito (art. 372, I, do CPC).
No presente caso, o autor apresentou nota fiscal, bem como "Controle de Recebimento de Leite Resfriado", sendo que o réu, em contestação, afirmou que as notas não são suficientes para comprovar o "serviço prestado", porém, nada mencionou sobre os documentos de recebimento de leite.
Ademais, a ré apenas negou que deve, sem, contudo, esclarecer sobre realizar negócios jurídicos com o autor, sobre a dinâmica do recolhimento do leite, sobre conferência e registro de seus fornecedores, enfim, não se desincumbiu de demonstrar minimamente como trata seus fornecedores para demonstrar que o que foi apresentado pelo autor estivesse fora do padrão que costuma trabalhar.
Por outro lado, o autor informou que o leite é recolhido e as notas fiscais são recolhidos e no mês emitida nota fiscal referente a litragem mensal, quando o motorista que faz a coleta busca o leite na propriedade do fornecedor, informa a empresa por meio eletrônico, de modo que não há documentos assinados, razão pela qual a ré tem (ou deveria ter) relatório com a quantidade que cada fornecedor entrega.
Desta forma, conclui-se que a ação é procedente, uma vez que o réu não apresentou fato modificativo, impeditivo ou extintivo do direito da autora.
Desta feita, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado pela autora MÔNICA GOMES DE ANDRADE em face de INLARON INDUSTRIA DE LATICINIO DE RONDÔNIA LTDA., para condenar o requerido a pagar ao requerente, o valor de R$ 2.462,40 (dois mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos), corrigidos a partir a propositura, utilizando-se da tabela adotada pelo TJRO, e com juros a partir da citação, de 1% ao mês.
Extingo o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil (2015).
Sem custas e sem honorários advocatícios nessa fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.
Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta decisão, ficará a demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), e comprovar o depósito nos autos, em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo.
Findo o prazo do pagamento voluntário, e não havendo requerimentos do credor, arquivem-se os autos.
Havendo pagamento voluntário do débito, INTIME-SE a autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, querendo, apresentar dados bancários para a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, autorizada a CPE a expedição do alvará.
Comprovado o levantamento, venham os autos conclusos para extinção
Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de LEVANTAMENTO e intime-se a autora para comprovação nos autos; PRAZO 5 (CINCO) DIAS.
Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, "a", "b" e "e", determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intimem-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001212-18.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
REQUERENTE: JOSE AILTON LUJAN FILHO, AVENIDA MARECHAL RONDON 483 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ELIDA DA LUZ SOUZA DE BRITO, OAB nº RO8704, CLAUDINEI SILVA MACHADO, OAB nº RO8799
POLO PASSIVO
REQUERIDO: RETIMAR RETIFICA DE MOTORES LTDA - ME, AV. RUI BARBOSA 474, PONTO COMERCIAL CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DANIEL DE BRITO RIBEIRO, OAB nº RO2630A
DESPACHO
Vistos.
Sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes provas que tencionam produzir. Prazo: 10 dias (artigo 357, §4º do CPC/2015).
Caso seja requerida prova oral, o pedido deverá ser pormenorizadamente fundamentado com informações cujos fatos pretende-se amparar nessa espécie probatória, sob pena de indeferimento.
Outrossim, diante da petição juntada pela Requerente e documentos (ID 92117215), e nos termos do artigo 9, do Código de Processo Civil, INTIME-SE o Requerido para, querendo, manifestar-se no prazo acima.
Intimem-se.
SERVE COMO CARTA/MANDADO INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001908-54.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: GILBERTO WEBER, ÁREA RURAL s/n, ESTRADA DO CALCÁRIO KM 45, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO ÁREA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FRANCIELI BARBIERI GOMES, OAB nº RO7946
POLO PASSIVO
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, RUA JOSÉ ALENCAR 2613 CENTRO - 76823-010 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: MICAELLA CAMPOS GONCALVES DE MORAIS, OAB nº PB23978, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes provas que tencionam produzir. Prazo: 10 dias (artigo 357, §4º do CPC/2015).
Caso seja requerida prova oral, o pedido deverá ser pormenorizadamente fundamentado com informações cujos fatos pretende-se amparar nessa espécie probatória, sob pena de indeferimento.
Intimem-se.
SERVE COMO CARTA/MANDADO INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial Processo n. 7001826-23.2023.8.22.0009
AUTORES: JOSE HELIO RIGONATO DE ANDRADE, COLACO CONSTRUTORA LTDA - ME
ADVOGADO DOS AUTORES: MARIA CRISTINA FEITOSA, OAB nº RO7861
REU: THAIS XAVIER
ADVOGADO DO REU: GILSON ALVES DE OLIVEIRA, OAB nº RO549A
Valor da causa: R$ 20.000,00
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais.
A parte autora afirma que no dia 13 de Abril de 2023, na Rua Brasília, nesta cidade, o morador/cunhado da ré abriu o portão de sua residência, nas proximidades do estabelecimento da requerente, e um cachorro escapou e foi atropelado por um veículo desconhecido.
Ato contínuo, a ré e seu cunhado foram ao estabelecimento em razão do ocorrido e ofenderam o autor e os funcionários da requerente.
No mesmo dia, afirma que a ré, por meio de stories da rede social Instagram, ofendeu-os novamente (ID 89746582).
Requerem retratação dos comentários feitos e indenização por danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada autor.
Por sua vez, a ré afirma que seu animal de estimação, uma cadela de nome Bebel, foi atropelada pelo veículo do companheiro de uma colaboradora da requerente quando seu cunhado Renan, ao abrir o portão, a deixou escapar.
Diz que foi, com seu cunhado, ao estabelecimento da requerente para conversar com algum responsável para que “realizassem um tráfego no local em baixa velocidade” e que foram insultados e ridicularizados pelo autor e seus colaboradores.
Fez pedido contraposto, e requer indenização no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) pela humilhação que afirma ter sofrido.
A parte autora apresentou impugnação à contestação.
As partes requereram a produção de prova oral.
Pois bem.
É incontroverso que houve desentendimento entre as partes no dia mencionado e relacionado ao incidente ocorrido com animal de estimação da requerida.
Há, ainda, a necessidade de esclarecer sobre a dinâmica dos fatos, bem como sobre os elementos essenciais a caracterizar e comprovar o dano moral alegado pelas partes.
Assim, por entender imprescindível no caso, DEFIRO a produção da prova testemunhal requerida e, para tanto, DESIGNO audiência de instrução para o dia 21 de Setembro de 2023, às 08h30min a qual, em atenção ao artigo 3º da Resolução n.354/2020 do Conselho Nacional de Justiça, alterado pela Resolução n. 481/2022, realizar-se-á de forma PRESENCIAL na sala de audiências dos Juizados Especiais desta Comarca de Pimenta Bueno.
Caso a parte se comprometa em levar a testemunha à audiência, independentemente da intimação formal do Art. 455, presumir-se-á que, em caso de a testemunha não comparecer, a parte desistiu de sua inquirição.
Caso as partes entendam pertinente a audiência por VIDEOCONFERÊNCIA, deverão manifestar-se neste sentido no prazo de 05 (cinco) dias contados da intimação deste despacho, sendo que, em caso de requerimento no prazo, desde já AUTORIZO, dispensando-se nova conclusão dos autos.
Em tais casos, a audiência será realizada via Google Meet, por meio do Link: meet.google.com/hjv-mhxk-nzg, devendo as partes observar atentamente as orientações abaixo descritas:
a) Os advogados deverão informar ao juízo, até 24h antes da audiência, o e-mail ou número de telefone das pessoas que participarão, para possibilitar o contato da Secretaria do Juízo, em caso de dificuldade com a conexão ou acesso pelo link enviado.
b) Os advogados, partes e testemunhas deverão comprovar sua identidade no início da audiência ou de sua oitiva, mostrando o documento oficial com foto, para conferência e registro.
c) As testemunhas serão autorizadas a entrarem na sessão somente no momento de sua oitiva, bem como as partes, caso tenha sido pedido depoimento pessoal.

d) Os advogados das partes, em face do princípio da cooperação e boa-fé, assumem o compromisso de respeitarem a incomunicabilidade entre as testemunhas, sob pena de responsabilização na forma da lei.
Declaro o feito saneado e organizado.
Pimenta Bueno - RO, 17 de julho de 2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001204-41.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: VANDER FEITOSA PINHEIRO
ADVOGADOS DO AUTOR: LUIZ EDUARDO NUNES TEIXEIRA, OAB nº RO11778, VITOR FERRARI SOSSAI, OAB nº RO11503
POLO PASSIVO
REU: CRISTIANA CASTRO DE SOUZA, RUA TENREIRO ARANHA 2272, SALA 10 AREAL - 76804-354 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, BANCO OLÉ CONSIGNADO S/A
ADVOGADOS DOS REU: CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO, OAB nº AC3802, PROCURADORIA BANCO OLE CONSIGNADO S.A.
Valor da Causa: R$ 8.569,12
DESPACHO
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Redesign-se audiência de tentativa de conciliação, expedindo-se carta de citação da ré CP ASSESSORIA DE CRÉDITO, pessoa jurídica inscrita no CNPJ 35.000.784/0001-32, endereço
rua Tenreiro Aranha, nº 2272 – sala 10, bairro centro em Porto Velho CEP, haja vista que o Ar retornou por ausência do número da sala.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001334-31.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: WARLESON PEREIRA RODRIGUES, AVENIDA COSTA E SILVA 143, SALA 02 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: SILVIO CARLOS CERQUEIRA, OAB nº RO6787, WILSON NOGUEIRA JUNIOR, OAB nº RO2917, ISADORA STEDILE CAMPOS, OAB nº RO7483A
POLO PASSIVO
REQUERIDO: VIVERE FITNESS COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, ANTONIO CHIQUETTO 402, SALA 1 JARDIM VALE DO SOL - 15045-140 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SÃO PAULO
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
A pretensão do autor visa ao ressarcimento do valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), referente compra realizada, porém, não entregue, bem como indenização por danos morais, no valor de R$ 5.000,00.
Devidamente citado (ID 92008150) e intimado, o réu não participou da audiência de tentativa de conciliação (ID 90962926).
A lei 9.099 de 25 de setembro de 1995 em seu artigo 20 é clara quando estabelece que o não comparecimento de representante do réu à audiência de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento importa na revelia, ou seja, os fatos informados na peça inicial serão considerados como verdadeiros, se do contrário não restar a convicção do juízo.
A jurisprudência das Turmas Recursais têm o seguinte entendimento:

"[...] Nos Juizados Especiais, o comparecimento da parte há de ser pessoal. A revelia está não na ausência de contestação, mas na ausência da parte a qualquer audiência para a qual fora devidamente intimada. [...]" (20070110539677ACJ, Relator DONIZETI APARECIDO, Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F., julgado em 03/06/2008, DJ 08/09/2008 p. 161)
E ainda:
EMENTA: AÇÃO DE DESCONSTITUIÇÃO DE DÍVIDA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. NO JUIZADO ESPECIAL, É O NÃO COMPARECIMENTO DA PARTE-RÉ QUE IMPORTA NA REVELIA, E NÃO A AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO DO CONSUMIDOR COM A COBRANÇA, PELA PRESTADORA DE SERVIÇOS, DE VALORES RELATIVOS A LIGAÇÕES TELEFÔNICAS SUPOSTAMENTE NÃO EFETUADAS. BLOQUEIO DA LINHA TELEFÔNICA MÓVEL CAUSADO PELA INADIMPLÊNCIA DO AUTOR. INDEMONSTRADO QUE A INTERRUPÇÃO DOS SERVIÇOS PELA COMPANHIA TELEFÔNICA TENHA DESENCADEADO LESÃO DE CUNHO EXTRAPATRIMONIAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, PARA SUPRIR OMISSÃO DO JULGADO. (Recurso Cível Nº 71000606327, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Mylene Maria Michel, Julgado em 23/02/2005)
Assim, decreto a revelia do réu.
O autor afirma que adquiriu os produtos para a academia, porém, não os recebeu, tampouco restituiu os valores.
A aquisição está demonstrada, diante da apresentação dos comprovantes de PIX realizados para a ré, bem como pela cópia do pedido realizado, o que é corroborado pelas telas das conversas via aplicativo whatsapp.
Desta feita, ante ao não recebimento dos produtos, presente o dever de a ré restituir os valores ao autor.
No que tange aos danos morais, revelam-se indevidos, uma vez que não restou demonstrado. O autor, pessoa física pretende dano moral em razão de produtos que foram adquiridos para a pessoa jurídica, de modo que não se vislumbra o arguido pelo autor, e o não recebimento dos produtos, por si só, não se apresenta suficiente a pretendida indenização.
Ante o acima exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial e, em consequência, CONDENO o réu VIVERE FITNESS COM. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA a ressarcir o autor WARLESON PEREIRA RODRIGUES a importância de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), acrescida de correções legais a partir da citação e com juros a partir da citação. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de pagamento de honorários consensuais, assim como o pedido de danos morais.
Por conseguinte, extingo o processo com resolução de mérito com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários advocatícios nessa fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.
Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta decisão, ficará a demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), e comprovar o depósito nos autos, em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo.
Findo o prazo do pagamento voluntário, e não havendo requerimentos do credor, arquivem-se os autos.
Havendo pagamento voluntário do débito, INTIME-SE a autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, querendo, apresentar dados bancários para a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, autorizada a CPE a expedição do alvará.
Comprovado o levantamento, venham os autos conclusos para extinção
Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de LEVANTAMENTO e intime-se a autora para comprovação nos autos; PRAZO 5 (CINCO) DIAS.
Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, "a", "b" e "e", determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intimem-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001910-24.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ELENICE APARECIDA DE JESUS SOUZA, RUA DA PAZ, 5-Q 11 Casa 03 BNH I - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: OTONIEL BRAZ ODORICO, OAB nº RO8852
POLO PASSIVO
REU: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, AVENIDA BARÃO DE TEFÉ 34 SAÚDE - 20220-460 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, RUA INÁCIO LUSTOSA 755 SÃO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: HELVIO SANTOS SANTANA, OAB nº SP353041, EVELYSE DAYANE STELMATCHUK, OAB nº PR100778, FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289, PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
R$ 14.045,74
SENTENÇA
"O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede." (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.

PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).

O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.

Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).

Houve acordo com a ré SUDASEG, de forma que a análise que segue refere-se às rés ZURICH e GENERALLI.

No mais, as partes não têm interesse na produção de prova oral (ID 92073592).

PRELIMINARMENTE

Da ilegitimidade passiva

A ré, ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A, arguiu ilegitimidade passiva, pois defende que o retorno dos descontos se deu por culpa de terceiro, uma vez que se deu por força da decisão no processo 7020057-35.2017.8.22.0001, contudo, sendo que após a decisão, não voltou a realizar cobranças, as quais passaram a ser realizadas pelo Estado.

Compulsando o feito, verifica-se que a parte autora requereu da ré parte dos valores que foram por ela recebidos, no período em que administrava os contratos, assim, o período analisado será apenas aquele em que as cobranças eram realizadas pela ré Zurick.

Desta feita, a análise se restringe ao período em que a ré atuou como seguradora.

Assim, fica afastada a preliminar de ilegitimidade passiva.

Da Incompetência absoluta do Juizado Especial Cível

A preliminar não deve prosperar, tendo em vista a ausência de relação contratual de seguro entre a autora e o poder público. Os descontos realizados em folha de pagamento, não necessariamente, vinculam o empregador.

Afasto a preliminar.

Do chamamento ao processo.

Preceitua o artigo 10, da Lei 9.099/95, “Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência”, posto que indefiro os pedidos formulados pelas requeridas.

Da preliminar de prescrição

As rés alegam que a pretensão decorre de ressarcimento de enriquecimento sem causa, devendo valer a prescrição de três anos, regulada no artigo 206, §3º, IV e V do Código Civil.

Neste sentido, assiste razão às rés, pois o caso em tela trata-se de reparação de danos em razão de desconto indevido, de forma que deve ser aplicada a prescrição a de 3 (três) anos, que decorre do art. 206, § 3º, V do Código Civil.

Mérito

A pretensão da parte autora visa o recebimento de indenização por dano moral no valor de R $5.000,00 (cinco mil reais), em razão das cobranças indevidas referente ao seguro pecúlio, o qual voltou a ser cobrado sem autorização. Requer, ainda, o ressarcimento em dobro dos valores cobrados a título do cancelado.

As rés defendem, em síntese, que não tem o dever de restituídos valores requeridos, tampouco pagar indenização por dano moral.

Indiscutível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor quanto aos contratos de seguro. Vejamos:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC)- CONTRATO DE SEGURO - RESILIÇAO UNILATERAL - APLICABILIDADE DO CDC - CLÁUSULAS ABUSIVAS - EXISTÊNCIA - INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ - RECURSO DESPROVIDO, COM APLICAÇAO DE MULTA (ART. 557, 2º, DO CPC) .

1. Impossível a revisão do entendimento firmado na Corte de origem acerca da existência de cláusulas contratuais abusivas e descabimento do cancelamento do seguro de maneira unilateral, sob pena de ofensa às Súmulas 5 e 7 do STJ.

2. Recurso a que se nega provimento. (STJ - AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 23.458 - SC (2011/0156585-7); RELATOR : MINISTRO MARÇO BUZZI)

O Código de Processo Civil estabeleceu no art. 373 o ônus da prova, de modo que ao autor cabe comprovar o fato constitutivo do seu direito e ao réu apresentar fato modificativo, impeditivo ou extintivo.

No presente caso, não remanescem dúvidas quanto às cobranças, no entanto, as rés não apresentaram contrato ou outro documento que sustente as cobranças realizadas.

A parte autora afirmou que foi notificado, pela primeira requerida, a qual informou sobre a suspensão do desconto no contracheque “e para reativação da sua garantia securitária” solicitou contato telefônico para esclarecimento.

A partir de então, conforme consta na ficha financeira apresentada pela parte autora, os valores deixaram de ser descontados.

No entanto, meses depois, os descontos sob a matrícula “6007 Seguro V.G. (Pecúlio)” retornaram, documento de ID 89948542.

O fato de ter decorrido anos do retorno dos descontos não significa, por si só, concordância da autora.

Desta feita, o ressarcimento é medida que se impõe. Nesse sentido:

Civil. Contrato. Seguro pecúlio. Cancelamento. Descontos indevidos. Restituição integral. Embargos providos. Os descontos ao seguro pecúlio promovidos depois da ciência, pela seguradora, do pedido de cancelamento pelo segurado são indevidos e comportam restituição integral. (TJ-RO - EI: 20177269320028220001 RO 2017726-93.2002.822.0001, Relator: Juiz Edenir Sebastião A. da Rosa, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 14/08/2007.)

JUIZADO ESPECIAL. CONTRATO DE SEGURO DE VIDA. PECÚLIO. DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. SOLICITAÇÕES DE CANCELAMENTO QUE REMONTAM A SEIS ANOS. NÃO ATENDIMENTO PELA FORNECEDORA. CONTINUIDADE DOS DESCONTOS. PRÁTICA ABUSIVA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. OBRIGAÇÃO DE RESTITUIR O QUE FOI DESCONTADO INDEVIDAMENTE A PARTIR DO PRIMEIRO PEDIDO DE CANCELAMENTO. NEGATIVA EM ATENDER REITERADOS PEDIDOS DE CANCELAMENTO, MANTENDO-SE O DESCONTO INDEVIDO DE PARCELA SIGNIFICATIVA DA RENDA DE CONSUMIDOR QUE PASSA POR DIFICULDADES FINANCEIRAS. DANO MORAL CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO. VALOR FIXADO COM RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE AO DANO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. - Condeno a recorrente no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor da condenação, corrigido. - Julgamento na forma do art. 46 da Lei no. 9.099/95. (TJ-DF - RI: 07147234120158070016, Relator: LUIS GUSTAVO BARBOSA DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 14/10/2015, PRIMEIRA TURMA RECURSAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 19/10/2015 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Para aplicação do disposto no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, é necessária a presença dos requisitos: a) cobrança indevida; b) pagamento do valor; c) engano injustificável.
O pagamento dos valores cobrados indevidamente está comprovado nos autos, conforme se vislumbra fichas financeiras colacionadas.
As rés não apresentaram justificativa para escusar-se da aplicação do ressarcimento em dobro, razão pela qual deverá ser aplicada.
Entretanto, conforme decidido quando da análise da preliminar, o valor a ser restituído em dobro se refere aos últimos 3 anos e proporcional ao que cada ré descontou, ou seja, a ré ZURICK, no período anterior a 08/2021, e a ré GENERALI entre 03/2022 até a cessação dos descontos.
No tocante ao dano moral, não se vislumbra a ocorrência de dano à personalidade do autor, haja vista o tempo em que permaneceu tendo descontados, bem como os valores, que são pequenos e não houve comprovação de que atingiram a esfera extrapatrimonial.
Ante o acima exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para condenar os réus ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A e GENERALI BRASIL SEGUROS S.A., a ressarcir a autora ELENICE APARECIDA DE JESUS SOUZA os valores descontados a título de seguro pecúlio, aplicando o disposto no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, proporcional ao período em que mantiveram a administração do contrato, ou seja, ré ZURICK, no período anterior a 08/2021 e a ré GENERALI entre 03/2022 até a cessação dos descontos, cujo valores deverão ser apurados em liquidação de sentença, ressalvado os períodos atingidos pela prescrição trienal. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral.
Torno definitiva a tutela deferida na Decisão de ID. 89959148.
Extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil (2015).
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.
Quanto à segunda requerida, a parte autora e a SUDAMÉRICA CLUBE DE SERVIÇOS - SUDASEG SEGURADORA celebraram acordo (ID 92073592), assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas.
Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta decisão, ficará a demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), e comprovar o depósito nos autos, em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo.
Findo o prazo do pagamento voluntário, e não havendo requerimentos do credor, arquivem-se os autos.
Havendo pagamento voluntário do débito, INTIME-SE a autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, querendo, apresentar dados bancários para a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, autorizada a CPE a expedição do alvará.
Comprovado o levantamento, venham os autos conclusos para extinção
Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de LEVANTAMENTO e intime-se a autora para comprovação nos autos; PRAZO 5 (CINCO) DIAS.
Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, “a”, “b” e “e”, determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intimem-se.
Serve como intimação via Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002224-67.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: VALDIR MONTEIRO, RUA B (PRIMO FAVALESSA) 172, BAR DO RABUGENTO DISTRITO ITAPORANGA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
AUTOR SEM ADVOGADO(S)
POLO PASSIVO
REU: VALDEMAR ARRUDA, LINHA MARTA REGINA, PRIMEIRA LINHA À DIREITA s/n, 600M APÓS A CERÂMICA, QUARTA CASA APÓS A PONTE ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: ANA PAULA GOMES DA SILVA, OAB nº RO3596
Sentença
Por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes para que cumpram e guardem o que ali se contém e declara, ficando, de ora em diante EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil.
Sentença transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 1.000 do CPC.
Sem custas e honorários advocatícios, em razão do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Sentença publicada e registrada automaticamente via Dje.
Dispenso por ora a intimação das partes, e determino o imediato arquivamento do feito.
Arquivem-se os autos com as devidas baixas.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002325-07.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: LUIZ ANTONIO FILIPINI, AC PRIMAVERA DE RONDONIA S/N, ET KAPA 24, S/N, KM 17 CENTRO - 76976-970 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA, AC PRIMAVERA DE RONDONIA 1466, RUA JONAS ANTÔNIO DE SOUZA 1466 CENTRO - 76976-970 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
DESPACHO SERVINDO COMO CITAÇÃO
Vistos, etc.
Recebo a emenda à petição inicial.
Tendo em vista os princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 cc art.2º da Lei 9.099/95), deixo de designar a solenidade conciliatória, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública, a audiência restou frustrada, pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação específica que regulamente a Lei 12.153/09 neste ponto, o que redunda em desperdício de tempo e expedientes da escrivania.
Neste norte, discutindo-se nos autos de matéria preponderantemente de direito, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da Lei 12.153/09.
Caso haja interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá consignar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 15 (quinze) dias se desejar e após o transcurso, venham conclusos os autos para SENTENÇA.
CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CITAÇÃO via sistema.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001555-14.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: GUSTAVO HENRIQUE PERETTI, AV. DOS IMIGRANTES 534 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: SUZAN DENADAI COSTA, OAB nº RO10216
POLO PASSIVO
REU: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, A AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
R$ 27.900,00
SENTENÇA
Considerando que a parte Autora requereu a extinção do feito, HOMOLOGO a desistência e JULGO EXTINTA a presente ação, com fundamento no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil e Enunciado nº 90 do FONAJE.
Sem custas.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquive-se o processo, independente do trânsito em julgado da sentença.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001883-41.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: JOAO BATISTA DECARLI, RUA ROLIM DE MOURA 1101 BAIRRO ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCIO MARQUES DE OLIVEIRA, OAB nº RO9767, MANOEL ARAUJO JUNIOR, OAB nº RO10206, KARINA CRISTIANO BISPO, OAB nº RO12873
POLO PASSIVO
REU: BANCO DO BRASIL, BANCO DO BRASIL (SEDE I), SBS QUADRA 1 BLOCO A LOTE 31 ASA SUL - 70073-900 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS DO REU: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A

SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
A pretensão do autor visa a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R$ 10.000,00, bem como a “retirada” do parcelamento de R$ 58,00, com a consequente restituição em dobro dos valores já pagos e, ainda, que as faturas sejam envidadas com antecedência.
A ré, por seu turno, afirma que o parcelamento é realizado conforme a resolução do Banco Central, de acordo com a previsão no contrato.
A presente demanda é de singelo deslinde, não demandando maiores digressões.
O Banco Central editou a Resolução nº 4.549, a qual estabelece o parcelamento, caso não seja pago o valor mínimo da fatura, como meio de evitar superendividamento, pois os juros são menos do que os de cartão de crédito.
Logo, não há falar em ilegalidade no parcelamento automático.
Em que se o autor afirmar que não recebeu a fatura a tempo para pagamento, não há como comprovar. Por outro lado, a ré afirma que foi emitida e enviada normalmente. Apesar disso, é certo que há diversas outras formas de conseguir a fatura para pagamento, seja por telefone, mensagem, site ou aplicativo. Entretanto, o autor afirma que o não pagamento não se deu por atraso na entrega da fatura, porém, não é passível de comprovação.
Dessa feita, não se pode concluir que tenha havido o equívoco.
Em face do acima exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado por JOÃO BATISTA DECARLI em face de BANCO DO BRASIL S.A., extinguindo o processo, com resolução de mérito, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil.
Deixo de condenar, nesta fase processual, o Autor ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios, em face do que dispõe o art. 55, da Lei 9.099/95.
Com o trânsito em julgado, arquivem-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001978-71.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: DANIELA FERNANDA COSTA, ROSALINO BARBOSA 50 CENTRO - 76977-000 - SÃO FELIPE D’OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: VITOR FERRARI SOSSAI, OAB nº RO11503
POLO PASSIVO
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
A pretensão do autor visa a condenação das rés ao pagamento de R$ 5.000,00 de indenização por danos morais, decorrente de transtornos suportados em razão de irregularidades na tensão de energia fornecida pela ré, bem como o valor de R$ 400,00 correspondente ao aluguel que a autora deixou de receber por não ter sido possível alugar o imóvel.

A ré defende que, com a abertura do chamado, dirigiu-se ao local, realizou as medições e, então, promoveu as modificações necessárias, de modo que foi sanado o problema, não sendo o caso de indenização material ou moral.
A presente demanda é de singelo deslinde, não demandando maiores digressões.
De acordo com o que consta nos autos, verifica-se que de fato a energia elétrica não estava sendo fornecida na tensão padrão no intervalo normal (220volts). Porém, aduz que, após a contatação, realizou as mudanças necessárias.
Contudo, a ré não apresentou nova medição, de tal sorte que não é possível verificar que a energia está sendo fornecida no intervalo estabelecido para a tensão de 220 volts, razão pela qual se revela procedente o pedido da autora nesse tocante, até que seja demonstrado que a energia será normal.
No mesmo sentido, consta nos autos que o contrato de aluguel teve que ser desfeito em razão qualidade da energia elétrica, de modo que presente o dever de a ré ressarcir a autora no prejuízo, por é certo que a energia não estava sendo fornecida corretamente.
Por outro lado, como é sabido, o dano moral demanda comprovação da ofensa, dano e nexo causal, requisitos não demonstrados nos autos. O fato de a autora não ter alugado o imóvel, por si só, não gera dano extrapatrimonial, pois, como analisado acima, trata-se de dano de ordem material.
Assim, não se vislumbra o direito alegado pela autora.
Em face do acima exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por DANIELA FERNANDA COSTA em face de ENERGISA RONDONIA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., para condenar a ré a restabelecer o fornecimento de energia elétrica, dentro dos parâmetros legais, bem como para pagar ao autor a quantia de R$ 400,00, referente ao contrato de aluguel que a autora teve que cancelar, devidamente corrigido e com juros a partir da citação. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de danos morais.
Extinguindo o processo, com resolução de mérito, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários advocatícios nessa fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.
Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta decisão, ficará a demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), e comprovar o depósito nos autos, em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo.
Findo o prazo do pagamento voluntário, e não havendo requerimentos do credor, arquivem-se os autos.
Havendo pagamento voluntário do débito, INTIME-SE a autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, querendo, apresentar dados bancários para a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, autorizada a CPE a expedição do alvará.
Comprovado o levantamento, venham os autos conclusos para extinção
Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de LEVANTAMENTO e intime-se a autora para comprovação nos autos; PRAZO 5 (CINCO) DIAS.
Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, “a”, “b” e “e”, determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intimem-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001609-77.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: AYRTON ROBLEDO DOS SANTOS COELHO, AVENIDA FLORIANÓPOLIS 2136 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: PRYCILLA SILVA ARAUJO ZGODA, OAB nº RO8135A, LUANA ALINE HENDLER FELISBERTO QUARESMA DE ARAUJO, OAB nº RO8530
POLO PASSIVO
REU: ERNANDES FRANCISCO RIBEIRO, AVENIDA PADRE FEIJÓ 05, APARTAMENTO 05 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: LUIZ MIGUEL SOLEI, OAB nº RO8976
DESPACHO
Sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes provas que tencionam produzir. Prazo: 10 dias (artigo 357, §4º do CPC/2015).
Caso seja requerida prova oral, o pedido deverá ser pormenorizadamente fundamentado com informações cujos fatos pretende-se amparar nessa espécie probatória, sob pena de indeferimento.
Intimem-se.
SERVE COMO CARTA/MANDADO INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002370-11.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: FELIX GERALDO ALTOE, VILLA LOBOS 298, LADO DA CASA DO PORTÃO SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA

ADVOGADO DO AUTOR: ILDETE GONCALVES DOS SANTOS, OAB nº RO10188
POLO PASSIVO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, 9. ANDAR, EDIFICIO JATOBÁ, COND. CASTELO BRANCO TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
R$ 20.000,00
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
Indefiro o pedido de produção de prova oral, visto que a parte autora não esclareceu de modo específico o que pretende demonstrar com esta espécie probatória e, ainda, arrolou como possíveis testemunhas pessoas impedidas nos termos do §2º do artigo 447 do Código de Processo Civil.
No mais, o feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
O Magistrado por ser o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
PRELIMINAR
Da Prevalência do Código Brasileiro de Aeronáutica
Inicialmente, os negócios jurídicos estabelecidos entre empresa aérea e passageiro são regidos pelo Código de Defesa do Consumidor, especialmente porque a causa de pedir está atrelada a evento ocorrido após o início da vigência do Código supra.
No mais, embora o transporte aéreo seja regulado pelo Código Brasileiro de Aeronáutica, por se tratar de relação de consumo (art. 3°, § 2°, do CDC), esta norma não subsiste à constitucional, expressa como garantia fundamental, do Código de Defesa do Consumidor, nos termos do artigo 5°, inciso XXXII, da CF/88.
Feitas essas considerações, rejeito a preliminar e passo à análise do mérito.
Mérito
A parte autora tem a pretensão receber o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) a fim de reparar suposto dano moral decorrente do cancelamento/alteração de voo.
Afirma que na viagem de Cacoal/RO a Vitória/ES, em 20/01/2023, com conexões em Cuiabá/MT e Confins/MG, houve atraso de 3 horas para o voo deste último trecho até o destino.
Queixa-se que o atraso do voo o abalou e causou-lhe danos morais.
A ré, em sua contestação, afirmou que o voo previsto foi cancelado em razão da necessidade de manutenção na aeronave, bem como que o autor não comprovou o dano moral.
Pois bem.
Inicialmente, é necessário afirmar que o processo judicial consiste na reconstrução histórica dos fatos através das provas que devem ser apresentadas pelas partes. Sabe-se que esse resultado dificilmente corresponde exatamente aos fatos ocorridos, haja vista que são reproduzidos de pontos de vista diversos, porém, diferente do direito penal, o direito civil se contenta com a verdade formal, ou seja, a verdade que resulta do processo, embora possa não encontrar exata correspondência com o ocorrido.
Desta feita, compete às partes a reprodução histórica, trazendo o maior número de elementos com o fito de demonstrar, do modo mais claro possível, a dinâmica dos fatos.
O atraso do voo é fato incontroverso, no entanto, os fatos alegados pela parte autora, por si , não são motivos para presumir ofensa à personalidade do consumidor, sequer houve comprovação das despesas com hospedagens, traslados, alimentação e perca de compromisso etc.
Este juízo entende que a intercorrências desta viagem nos termos apresentados nos autos, não configura hipótese de dano moral in re ipsa, sabe-se, então, ser ônus da parte autora comprovar o dano passível de reparação nos termos do artigo 927 do Código Civil.
Os princípios informadores do Juizado Especial e Código de Defesa do Consumidor devem prestigiar a simplicidade e favorecer a defesa do consumidor. No entanto, não se pode abrir mão da segurança jurídica e do ônus de o consumidor provar o que alega, ou seja, provar o dano sofrido, a conduta lesiva e o nexo de causalidade entre a conduta e o dano.
Na região é comum as pessoas buscarem ações em face das empresas aéreas, inclusive, estando acima da média nacional.
“Levantamento realizado pela ANAC em 2017 mostrou que as quatro maiores aéreas brasileiras (Latam, Gol, Azul e Avianca) operaram, em média, 2.320 voos diários e foram acionadas em 63.045 processos ajuizados por passageiros - aproximadamente 1 processo a cada 15 voos realizados. Já nos Estados Unidos da América, duas empresas aéreas (American e Delta) operam cerca de 10 mil voos diários e receberam, no mesmo ano, 2.859 processos, o que equivale a 1 processo a cada 1.277 voos.
Segundo a Delta Airlines, ainda em 2017, empresa operou, em média, 5.400 voos diários nos Estados Unidos da América, sendo acionada em 130 processos; no Brasil, ofereceu em média 5 voos diários e foi ré em 1.263 processos; somente entre janeiro e junho de 2018, foi processada 54 vezes nos EUA e 721 vezes no Brasil.” (https://aeromagazine.uol.com.br/)
Revela-se, nítida escalada da indústria do dano moral.
Dada tal situação, o Superior Tribunal de Justiça, que até então entendia que o dano moral era in re ipsa, mudou o entendimento, exigindo que seja demonstrado nos autos.

A primeira a mudar de entendimento foi a Terceira Turma, em 2019; pouco depois, em 2020, a Quarta Turma passou a segui-la. Desse modo, não mais se vislumbra possibilidade de êxito em sede de recurso especial para a manutenção de condenações baseadas exclusivamente na superada perspectiva de que o dano moral incidiria in re ipsa nessas hipóteses -- mormente após os efeitos devastadores da pandemia do Covid-19 sobre o mercado de transporte aéreo nacional e mundial.
Confira-se o entendimento hoje prevalente em ambas as turmas de direito privado do STJ:
"DIREITO DO CONSUMIDOR E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. CANCELAMENTO DE VOO DOMÉSTICO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. 1. Ação de compensação de danos morais, tendo em vista falha na prestação de serviços aéreos, decorrentes de cancelamento de voo doméstico. 2. Ação ajuizada em 03/12/2015. Recurso especial concluso ao gabinete em 17/07/2018. Julgamento: CPC/2015. 3. O propósito recursal é definir se a companhia aérea recorrida deve ser condenada a compensar os danos morais supostamente sofridos pelo recorrente, em razão de cancelamento de voo doméstico. 4. Na específica hipótese de atraso ou cancelamento de voo operado por companhia aérea, não se vislumbra que o dano moral possa ser presumido em decorrência da mera demora e eventual desconforto, aflição e transtornos suportados pelo passageiro. Isso porque vários outros fatores devem ser considerados a fim de que se possa investigar acerca da real ocorrência do dano moral, exigindo-se, por conseguinte, a prova, por parte do passageiro, da lesão extrapatrimonial sofrida. 5. Sem dúvida, as circunstâncias que envolvem o caso concreto servirão de baliza para a possível comprovação e a consequente constatação da ocorrência do dano moral. A exemplo, pode-se citar particularidades a serem observadas: i) a averiguação acerca do tempo que se levou para a solução do problema, isto é, a real duração do atraso; ii) se a companhia aérea ofertou alternativas para melhor atender aos passageiros; iii) se foram prestadas a tempo e modo informações claras e precisas por parte da companhia aérea a fim de amenizar os desconfortos inerentes à ocasião; iv) se foi oferecido suporte material (alimentação, hospedagem, etc.) quando o atraso for considerável; v) se o passageiro, devido ao atraso da aeronave, acabou por perder compromisso inadiável no destino, dentre outros. 6. Na hipótese, não foi invocado nenhum fato extraordinário que tenha ofendido o âmago da personalidade do recorrente. Via de consequência, não há como se falar em abalo moral indenizável. 7. Recurso especial conhecido e não provido, com majoração de honorários" (STJ, REsp 1.796.716 MG 2018/0166098-4, Rel. Min.NANCY ANDRIGHI, J. 27/08/2019, 3ª TURMA, Data de Publicação: DJe 29/08/2019; grifei).
"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE VERIFICADA. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. DIREITO DO CONSUMIDOR. ATRASO EM VOO DOMÉSTICO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. COMPANHIA AÉREA QUE FORNECEU ALTERNATIVAS RAZOÁVEIS PARA A RESOLUÇÃO DO IMPASSE. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. DANO MATERIAL NÃO COMPROVADO. AGRAVO PROVIDO. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. 1. A inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, não é automática, dependendo da constatação, pelas instâncias ordinárias, da presença ou não da verossimilhança das alegações ou da hipossuficiência do consumidor. Precedentes. 2. A jurisprudência mais recente desta Corte Superior tem entendido que, na hipótese de atraso de voo, o dano moral não é presumido em decorrência da mera demora, devendo ser comprovada, pelo passageiro, a efetiva ocorrência da lesão extrapatrimonial sofrida. (…) 5. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, em novo exame, negar provimento ao recurso especial" (AgInt no AREsp n. 1.520.449/SP, rel. Min. Raul Araújo, 4ª Turma, j. 19/10/2020, DJe de 16/11/2020; grifei)."
Consta nos autos apenas a comprovação da viagem prevista, mas nada que comprove danos aos direitos da personalidade da parte autora, nos termos de sua pretensão.
É certo que o direito controvertido nos autos versa sobre direito do consumidor, o que não muda o dever de da parte autora comprovar o fato constitutivo de seu direito, o que não ocorreu, então, pela narrativa da parte autora, o juízo vislumbra, in casu, a ocorrência de "mero aborrecimento" e outro resultado não pode haver senão a improcedência do pedido de indenização por danos morais.
Ante o acima exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por FÉLIX GERALDO ALTOE em face de AZUL LINHAS AÉREAS S/A, extinguindo o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC, deixando de condenar a vencida ao pagamento de verbas de sucumbência (artigo 55, da Lei n.° 9099/95).
Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios, em face do que dispõe o art. 55, da Lei 9.099/95.
Registrada e publicada eletronicamente.
Intime-se. Com o trânsito em julgado, arquive-se.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intimem-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000556-61.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ELLIS REGINA NOBREGA DE ARAUJO, AVENIDA RIACHUELO, Nº 10 - QUADRA 8 - BNH I 10, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 BNH I - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: OTONIEL BRAZ ODORICO, OAB nº RO8852
POLO PASSIVO
REQUERIDOS: SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, RUA INÁCIO LUSTOSA 755 SÃO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: EVELYSE DAYANE STELMATCHUK, OAB nº PR100778, FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289, PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
SENTENÇA
"O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede." (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.

O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.

Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.

PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).

O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.

Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).

Da preliminar de ilegitimidade passiva

A ré, ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A, arguiu ilegitimidade passiva, pois defende que o retorno dos descontos se deu por culpa de terceiro, uma vez que se deu por força da decisão no processo 7020057-35.2017.8.22.0001, contudo, sendo que após a decisão, não voltou a realizar cobranças, as quais passaram a ser realizadas pelo Estado.

O autor, em sua impugnação, afirma que a ré é legítima para figurar no polo passivo, pois, se beneficiou dos valores e responde objetivamente pela reparação dos danos causados.

Compulsando o feito, verifica-se a autora requereu da ré parte dos valores que foram por ela recebidos, no período em que administrava os contratos, assim, o período analisado será apenas aquele em que as cobranças eram realizadas pela ré Zurick.

Desta feita, a análise se restringe ao período em que a ré atuou como seguradora.

Assim, fica afastada a preliminar de ilegitimidade passiva.

Da preliminar de prescrição

Alega o réu que a pretensão do autor decorre de contrato de seguro, devendo valer a prescrição de um ano, regulada no artigo 206, §3º, IV e V do Código Civil.

A alegação do réu não merece prosperar, vez que se aplica este dispositivo quando a pretensão do segurado ou do segurador estiver relacionada ao próprio objeto do contrato de seguro, bem como podemos depreender, também, do posicionamento a seguir:

(STJ - RECURSO ESPECIAL REsp 1290116 SC 2011/0264011-0 (STJ) PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA E DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. NÃO RENOVAÇÃO. PRESCRIÇÃO. ARTIGOS ANALISADOS: ARTS. 206 , § 1º , II ; E § 3º , V , do CÓDIGO CIVIL e art. 27 DO CDC . 1. Ação anulatória e de obrigação de fazer, ajuizada em 06.06.2007. Recurso especial concluso ao Gabinete em 26.10.2011. 2. Discussão relativa ao prazo prescricional aplicável à pretensão relativa à nulidade de cláusula contratual que permite a não renovação de seguro de vida coletivo e restituição dos prêmios pagos. 3. Inviável o reconhecimento de violação ao art. 535 do CPC quando não verificada no acórdão recorrido omissão, contradição ou obscuridade apontadas pela recorrente. 4. Quando a lei (art. 206 , § 1º , II , do CC/02) fixa os termos iniciais dos prazos de prescrição, deixa evidenciado que a pretensão do segurado - ou do segurador - deve estar relacionada ao próprio objeto do contrato de seguro. 5. A causa de pedir da indenização, na hipótese, é a responsabilidade extracontratual da seguradora, decorrente da alegada abusividade e ilicitude da sua conduta de não renovar o contrato sem justificativa plausível. 6. Tendo em vista a interpretação de caráter restritivo que deve ser feita acerca das normas que tratam de prescrição, dentre as quais está a do art. 206 , § 1º , II , do Código Civil , não é possível ampliar sua abrangência, de modo a abarcar outras pretensões, ainda que relacionadas, indiretamente, ao contrato de seguro. Aplicação, na hipótese, do art. 206 , § 3º , V , do CC/02 . 7. Na hipótese, mesmo que afastada a aplicação do art. 206 , § 1º , II , do Código Civil , fica reconhecida a prescrição trienal. 8. Recurso especial provido.

Também, entendo não ser caso de aplicação da prescrição quinquenal, pois em que pese o Código de Defesa do Consumidor incluir a atividade de seguro como uma relação de consumo, a prescrição de cinco anos disposta no art. 27 da referida lei, será utilizada nos contratos de seguro em que se constata ao menos uma das formas de danos causados ao segurado: ou pelo vício do produto(serviço) ou pelo fato.

No caso em tela, não se retratou o funcionamento inadequado do seguro e nem mesmo falta de funcionamento, mas a reparação de danos em razão de desconto indevido.

Desta forma, a prescrição a ser aplicada no caso será a de 3 (três) anos, que decorre do art. 206, § 3º, V do Código Civil.

Chamamento ao processo

A ré SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S.A. manifestou pelo chamamento do IPERON, ZURICH MINAS BRASIL e ESTADO DE RONDÔNIA.

Entretanto, por se tratar de Juizado Especial, aplica-se a Lei 9.099/95, em seu art. 10, veda a intervenção de terceiros, razão pela qual afasto a preliminar.

Mérito

A pretensão da autora visa ao recebimento de dano moral no valor de R$ 5.000,00, em razão das cobranças indevidas referente ao seguro cancelado, o qual voltou a ser cobrando sem autorização. Requereu, ainda o ressarcimento em dobro do valor cobrado, no total de R$ 6.780,64.

As rés defendem, em síntese, que não tem o dever de restituídos valores requeridos, tampouco pagar indenização por dano moral.

Indiscutível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor quanto aos contratos de seguro. Vejamos:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC)- CONTRATO DE SEGURO - RESILIÇAO UNILATERAL - APLICABILIDADE DO CDC - CLÁUSULAS ABUSIVAS - EXISTÊNCIA - INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ - RECURSO DESPROVIDO, COM APLICAÇAO DE MULTA (ART. 557, 2º, DO CPC) .

1. Impossível a revisão do entendimento firmado na Corte de origem acerca da existência de cláusulas contratuais abusivas e descabimento do cancelamento do seguro de maneira unilateral, sob pena de ofensa às Súmulas 5 e 7 do STJ.

2. Recurso a que se nega provimento. (STJ - AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 23.458 - SC (2011/0156585-7); RELATOR : MINISTRO MARÇO BUZZI)

O Código de Processo Civil estabeleceu no art. 373 o ônus da prova, de modo que ao autor cabe comprovar o fato constitutivo do seu direito e o réu apresentar fato modificativo, impeditivo ou extintivo.

No presente caso, não remanescem dúvidas quanto as cobranças, no entanto, a ré não apresentou contrato ou outro documento que sustente as cobranças realizadas.
O autor, por seu turno, apresenta a notificação emitida pala ré, a qual informou sobre a suspensão do desconto no contracheque “e para reativação da sua garantia securitária” solicitou contato telefônico para esclarecimento.
A partir de então, conforme consta na ficha financeira apresentada pelo autor, os valores deixaram de ser descontados.
No entanto, meses depois, a matrícula 6007 Seguro V.G. (Pecúlio)” voltou a ser descontada.
O fato de ter decorrido anos do retorno dos descontos não significa, por si só, concordância do autor.
Desta feita, o ressarcimento é medida que se impõe. Nesse sentido:
Civil. Contrato. Seguro pecúlio. Cancelamento. Descontos indevidos. Restituição integral. Embargos providos. Os descontos ao seguro pecúlio promovidos depois da ciência, pela seguradora, do pedido de cancelamento pelo segurado são indevidos e comportam restituição integral. (TJ-RO - EI: 20177269320028220001 RO 2017726-93.2002.822.0001, Relator: Juiz Edenir Sebastião A. da Rosa, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 14/08/2007.)
JUIZADO ESPECIAL. CONTRATO DE SEGURO DE VIDA. PECÚLIO. DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. SOLICITAÇÕES DE CANCELAMENTO QUE REMONTAM A SEIS ANOS. NÃO ATENDIMENTO PELA FORNECEDORA. CONTINUIDADE DOS DESCONTOS. PRÁTICA ABUSIVA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. OBRIGAÇÃO DE RESTITUIR O QUE FOI DESCONTADO INDEVIDAMENTE A PARTIR DO PRIMEIRO PEDIDO DE CANCELAMENTO. NEGATIVA EM ATENDER REITERADOS PEDIDOS DE CANCELAMENTO, MANTENDO-SE O DESCONTO INDEVIDO DE PARCELA SIGNIFICATIVA DA RENDA DE CONSUMIDOR QUE PASSA POR DIFICULDADES FINANCEIRAS. DANO MORAL CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO. VALOR FIXADO COM RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE AO DANO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. - Condeno a recorrente no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor da condenação, corrigido. - Julgamento na forma do art. 46 da Lei no. 9.099/95. (TJ-DF - RI: 07147234120158070016, Relator: LUIS GUSTAVO BARBOSA DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 14/10/2015, PRIMEIRA TURMA RECURSAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 19/10/2015 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)
Para aplicação do disposto no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, necessária a presença dos requisitos: a) cobrança indevida; b) pagamento do valor; c) engano injustificável.
O pagamento dos valores cobrados indevidamente está comprovado nos autos, conforme se vislumbra dos contracheques acostados aos autos.
A ré não apresentou justificativa que a escusasse a aplicação do ressarcimento em dobro, razão pela qual deverá ser aplicado.
Entretanto, conforme decidido quando da análise da preliminar, o valor a ser restituído em dobro se refere aos últimos 3 anos e proporcional ao que cada ré descontou, ou seja, a ré ZURICK, no período anterior a 08/2021 e a ré SUDAMÉRICA entre 09/2021 e 02/2022.
No tocante ao dano moral é evidente a incidência ante o inequívoco constrangimento e chateação que a utilização de dados pessoais para celebrar contrato de seguro que não se beneficiou ocasiona.
CONSUMIDOR. DESCONTO INDEVIDO. CONTRATAÇÃO DE SEGURO NÃO SOLICITADO. AUSÊNCIA DA ORIGEM DA CONTRATAÇÃO. ÔNUS DA PROVA. ARTIGO 373, II, CPC. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO INOMINADO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7008179-13.2017.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Amauri Lemes, Data de julgamento: 28/08/2019
Desta feita, conclui-se pela incidência do dano moral, cabendo analisar o quantum a ser fixado a título de danos morais. O STJ tem consagrado a doutrina da dupla função na indenização do dano moral: compensatória e penalizante. Entre os inúmeros julgados que abordam o tema, destaco o REsp 318379-MG, rela. Ministra Nancy Andrighi, que asseverou em seu voto, in verbis:
“(...) A indenização por dano moral deve atender a uma relação de proporcionalidade, não podendo ser insignificante a ponto de não cumprir com sua função penalizante, nem ser excessiva a ponto de desbordar de sua ratio essendi compensatória, e, assim, causar enriquecimento indevido à parte. É preciso que o prejuízo da vítima seja aquilatado numa visão solidária da dor sofrida, para que a indenização se aproxime o máximo possível do justo”.
Nessas circunstâncias, diante dos aspectos acima observados, bem como a condição econômica das partes e a conduta lesiva do réu, e aqui deve ser considerada a desídia do autor em não buscar a solução do conflito nos primeiros descontos, considero razoável o valor pedido, de R$ 2.000,00 a título de indenização por danos morais.
Ante o acima exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para condenar os réus ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A e SUDAMÉRICA CLUBE DE SERVIÇOS - SUDASEG SEGURADORA , a ressarcir a autora ELLIS REGINA NOBREGA DE ARAÚJO,, a quantia de R$ 6.780,64, já aplicado o disposto no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, proporcional ao período em que mantiveram a administração do contrato, ou seja, ré ZURICK, no período anterior a 08/2021 e a ré SUDAMÉRICA entre 09/2021 e 02/2022, bem como indenização por danos morais no valor de R$ 2.000,00, corrigidos monetariamente a partir do arbitramento, de acordo com a súmula do STJ nº 362, utilizando-se os índices adotados pelo TJRO, e com juros a partir do da citação (1%a.m.).
Extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil (2015).
Sem custas e sem honorários advocatícios nessa fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.
Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta decisão, ficará a demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), e comprovar o depósito nos autos, em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo.
Findo o prazo do pagamento voluntário, e não havendo requerimentos do credor, arquivem-se os autos.
Havendo pagamento voluntário do débito, INTIME-SE a autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, querendo, apresentar dados bancários para a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, autorizada a CPE a expedição do alvará.
Comprovado o levantamento, venham os autos conclusos para extinção
Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de LEVANTAMENTO e intime-se a autora para comprovação nos autos; PRAZO 5 (CINCO) DIAS.

Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, “a”, “b” e “e”, determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intimem-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001397-56.2023.8.22.0009 Homologação da Transação Extrajudicial
POLO ATIVO
REQUERENTE: VILMA DE RODRIGUES DE SOUZA LOPES, RUA FLORIANO PEIXOTO 18 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
REQUERENTE: CLEIDE MARQUES DE MIRA, AVENIDA RECIFE 611 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA SERVINDO COMO ALVARÁ ELETRÔNICO
As partes informaram a composição por meio de acordo extrajudicial, requerendo a homologação, nos termos da petição juntada nos autos.
Assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas.
Conforme estipulado no acordo, realizei a expedição de alvará eletrônico em favor da parte exequente, no valor de R$ 500,00, conforme tela comprobatória em anexo.
Aguarde-se a certificação pela CPE da transferência dos valores para a conta indicada nos autos no Id. 92689981.
Decorrido o prazo de 10 (dez) dias, a contar da emissão do alvará eletrônico, constatando-se que os valores ainda permanecem disponíveis para levantamento, determino à CPE a juntada aos autos do extrato bancário da conta judicial vinculado ao presente feito e a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, tornando-se SEM EFEITO o alvará eletrônico anteriormente expedido.
Havendo descumprimento admito o prosseguimento nos mesmos autos devendo virem conclusos para decisão.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7005080-38.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: JOICE SALETE BALDESSAR - ME, AV. CASSEMIRO DE ABREU 112 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875, MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945
POLO PASSIVO
EXECUTADO: EDNA GOMES DA ROCHA, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 1792 CENTRO - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 471,22(quatrocentos e setenta e um reais e vinte e dois centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Vistos.
Deferi e realizei a consulta ao Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS/INSS, através do Sistema PREVJUD, visando obter informações acerca de vínculo empregatício da parte executada, a fim de obter dados do paradeiro da parte, ou se esta recebe algum benefício/renda, nos termos requeridos pela parte exequente.
As informações obtidas, em anexo, estão disponíveis apenas para as partes.
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requer o que entender de direito, anexando cálculo atualizado da dívida objeto do presente feito, sob pena de extinção e arquivamento dos autos.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial Processo n. 7000508-83.2015.8.22.0009
EXEQUENTE: JOAO BATISTA DE LIMA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A
EXECUTADO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 14.682,69
DECISÃO
Vistos.
Indefiro o pedido de suspensão apresentado pelo Estado de Rondônia, porquanto a suspensão decorrente da admissão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas não atinge os processos em fase de cumprimento de sentença, em respeito à coisa julgada. Nesse sentido:
EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - TRÂNSITO EM JULGADO - TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL - IRDR - TAC E MULTA - TÍTULO EXCUTIVO EXTRAJUDICIAL - MATÉRIAS DISTINTAS - SUSPENSÃO DO FEITO - INDEVIDA - PROSSEGUIMENTO DA DEMANDA - RECURSO PROVIDO - DECISÃO REFORMADA. - Se a sentença proferida na ação civil pública, que embasou o cumprimento de sentença originário, versa sobre matéria distinta àquela disposta em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, não se justifica o sobrestamento do feito, em espera da solução de uniformização - Conquanto as decisões proferidas em IRDR se tratem de precedentes, com efeito vinculante, tal efeito não atinge os atos passados, sobretudo a coisa julgada material, ressalvados os casos de ajuizamento de ação rescisória. (TJ-MG - AI: 10271110098503004 MG, Relator: Ana Paula Caixeta, Data de Julgamento: 02/05/2019, Data de Publicação: 07/05/2019).
Antes de decidir quanto à expedição da RPV, intime-se a parte autora para, no prazo de 05 dias, manifestar-se, haja vista que o valor da RPV é o vigente quando do trânsito em julgado da sentença condenatória. Neste sentido:
EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL CUMPRIMENTO DE SENTENÇA OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA - REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR MARCO DE AFERIÇÃO DO VALOR DO CRÉDITO TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO. 1. Cumprimento de sentença tendo por objeto obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública. Pedido de conversão de precatório em Requisição de Pequeno Valor RPV. Admissibilidade. Preclusão consumativa não caracterizada. Cancelamento do precatório e expedição de RPV. 2. Lei Estadual nº 17.205/19 que reduziu o limite do valor das Requisições de Pequeno Valor - RPV. O marco para definição do limite do valor aplicável às requisições de pequeno valor é a data do trânsito em julgado da sentença condenatória. Norma local que não possui efeito retroativo atingindo apenas os títulos executivos cujo trânsito em julgado tenha ocorrido em momento posterior ao início de sua vigência. Precedentes do STF. Entendimento vinculante firmado no julgamento do Tema nº 792. Decisão reformada. Recurso.
EMENTA:PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXPEDIÇÃO DE RPV. MÁXIMO DE 60 (SESSENTA SALÁRIOS-MÍNIMOS). VALOR-BASE VIGENTE NA ÉPOCA DA CONCORDÂNCIA COM OS CÁLCULOS. 1. O valor de salário mínimo para calcular o limite máximo de expedição da RPV deve ser o vigente à época da concordância com os cálculos. O fato de encontrar-se em vigência novo valor de salário-mínimo no momento do pagamento da RPV não deve influir no quantum debeatur apurado. 2. Considerando que à época da concordância com os cálculos e renúncia da parte excedente, o salário-mínimo vigente era R$ 788,00 e que foi pago à parte exequente o valor principal de R$ 51.448,28, superior, inclusive, à quantia devida (60 x 788,00 = 47.280), não há saldo remanescente a ser pago, devendo ser extinta a execução. 3. Apelação da parte exequente não provida.(TRF-1 - AC: 00329688720154013300, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, Data de Julgamento: 08/05/2019, PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: 29/05/2019).
CUMPRA-SE SERVINDO O PRESENTE COMO COMUNICAÇÃO/MANDADO/OFÍCIO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno - RO, 17 de julho de 2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006443-60.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: NUBIA DE SOUZA OLIVEIRA, RUA PRIMEIRO DE MAIO 120, CELULAR (69) 9 9911-1210 APIDIÁ - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
POLO PASSIVO
REQUERIDO: LAVADOR NOVA GERAÇÃO, AVENIDA MARECHAL RONDON 915, LAVADOR NOVA GERAÇÃO PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
R$ 1.811,05
SENTENÇA
Considerando que a parte Autora requereu a extinção do feito, HOMOLOGO a desistência e JULGO EXTINTA a presente ação, com fundamento no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil e Enunciado nº 90 do FONAJE.
Sem custas.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Desnecessária a intimação da parte sem advogado.
Arquive-se o processo, independente do trânsito em julgado da sentença.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001598-82.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: EDNA EVANGELISTA DE OLIVEIRA, LINHA 32 0, ZONA RURAL ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS, OAB nº BA60601
POLO PASSIVO
REU: BANCO BMG S.A., AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK 1830, - LADO PAR VILA NOVA CONCEIÇÃO - 04543-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO, OAB nº PE32766, Procuradoria do BANCO BMG S.A
Valor da Causa: R$ 38.085,78
DESPACHO
Diante da petição juntada pela Requerida e documentos, e nos termos do artigo 9, do Código de Processo Civil, INTIME-SE se o Requerente para, querendo, manifeste-se no prazo de 10 (dez) dias.
Após, venham os autos conclusos.
Serve como intimação/dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003398-82.2021.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
PROCURADOR: TAINARA PAULINO VIEIRA, TRAVESSA ALMEIDA NEVES 55 CENTRO - 76977-000 - SÃO FELIPE D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO PROCURADOR: CLAUDINEI SILVA MACHADO, OAB nº RO8799, ELIDA DA LUZ SOUZA DE BRITO, OAB nº RO8704
POLO PASSIVO
PROCURADOR: FAGNER SANTOS DA SILVA, AVENIDA PRIMAVERA 1644, - DE 1525 A 1733 - LADO ÍMPAR VISTA ALEGRE - 76960-063 - CACOAL - RONDÔNIA
PROCURADOR SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos,
Considerando a não indicação de bens pelo Exequente, aliado à ausência de bens de propriedade da parte executada que garantam a satisfação da dívida, conforme se verifica nos autos várias tentativas infrutíferas, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 53, § 4º da Lei 9.099/95, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.
No mais, expeça-se Certidão de Dívida Judicial em favor do credor, relativamente ao valor apurado no último memorial de cálculos (ID 92280462), conforme requerido na petição retro.
Em seguida, dê-se ciência ao exequente.
Após, arquive-se o processo, independente do trânsito em julgado da sentença.
P. R. Intime-se, servindo o presente de intimação.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001619-24.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ALBERTO SILVA MACIEL, AV. GUARARAPES 223 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: SUZAN DENADAI COSTA, OAB nº RO10216
POLO PASSIVO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 9 andar, 939, EDIF. C. BRANCO OFFICE PARK -TORRE JATOBÁ TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
SENTENÇA
Trata-se cumprimento de sentença.
Considerando a manifestação do Exequente, informando o cumprimento do acordo entabulado nos autos, nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil, julgo EXTINTO O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.
Sem custas e honorários.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Intimem-se, arquivando-se, independentemente de trânsito em julgado.

Desnecessária a intimação de parte sem advogado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001571-65.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: L. LAUREANO DA SILVA, RICARDO FRANCO 35 DOS PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FERNANDA MUBARAC DE ALMEIDA, OAB nº RO8779, BEATRIZ MUBARAC DE ALMEIDA, OAB nº RO11130
POLO PASSIVO
EXECUTADO: THIAGO DORVALDO SILVA SANTOS, AV. CAMPINA GRANDE 146 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 402,97(quatrocentos e dois reais e noventa e sete centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Deferi e realizei a consulta ao Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS/INSS, através do Sistema PREVJUD, visando obter informações acerca de vínculo empregatício da parte executada, a fim de obter dados do paradeiro da parte, ou se esta recebe algum benefício/renda, nos termos requeridos pela parte exequente.
As informações obtidas, em anexo, estão disponíveis apenas para as partes.
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requer o que entender de direito, anexando cálculo atualizado da dívida objeto do presente feito, sob pena de extinção e arquivamento dos autos.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006075-90.2018.8.22.0009 Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
POLO ATIVO
EXEQUENTE: CLEIDIANE DE SOUZA THEOTONIO, LINHA FA 01, KM 04 S/N S/B - 76977-000 - SÃO FELIPE D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730
POLO PASSIVO
EXECUTADO: M. D. S. F. D. O. -. R., AV JORGE TEIXEIRA DE OLIVEIRA 196 - 292 CENTRO - 76977-000 - SÃO FELIPE D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE DO OESTE
Valor da Causa: R$ 1.904,32
DECISÃO
Vistos.
Intimado, a exequente informou que não recebeu os valores.
Considerando o petitório, nesta data, expedi em favor da parte credora o alvará eletrônico na modalidade de transferência, através da ferramenta "alvará eletrônico", pela qual o juízo envia os dados da ordem bancária diretamente ao banco, o valor deverá ser levantado, com as devidas correções/rendimentos/atualizações até a data do saque efetivo.
OBSERVAÇÕES:
1) O beneficiário deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação, conforme síntese supracitada.
2) Aguarde-se por cinco 05 (cinco) dias o cumprimento da ordem.
Decorrido o prazo sem manifestação, fica a CPE autorizada a juntar extrato para fins de verificar a existência de eventual valor disponível nos autos.
Havendo cumprimento do alvará, retornem os autos ao arquivo.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002075-08.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: GUILHERME HENRIQUE DE PAULA ALCÂNTARA, RUA DOM PEDRO II 401 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: PAULO CESAR DE OLIVEIRA, OAB nº RO685, HELOISA HENRIQUE DE OLIVEIRA, OAB nº RO12243
POLO PASSIVO
REQUERIDO: DECOLAR. COM LTDA., ALAMEDA GRAJAÚ 219 , 2`andar ALPHAVILLE INDUSTRIAL - 06454-050 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DANIEL BATTIPAGLIA SGAI, OAB nº SP214918, PROCURADORIA DECOLAR.COM LTDA
Valor da Causa: R$ 23.431,45
DESPACHO
Vistos,
Torno sem efeito o despacho de ID 91596304, eis que equivocado, passando a constar a redação a seguinte grafia.
Considerando o retorno dos autos da Turma Recursal, determino:
INTIMAÇÃO das partes, informando o retorno dos autos da Turma Recursal, requerendo o que entender de direito. Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento.
Paralelamente, considerando que houve condenação da parte recorrente REQUERIDO: DECOLAR. COM LTDA.em custas processuais, intime-se, para o respectivo recolhimento, nos termos do Art. 1ª, § 2º (via DJE ou PJE), do Provimento Conjunto nº 005/2016-PR-CG, publicado no DJE 244, de 29/12/2016, com as advertências de praxe. Prazo: 15 (quinze) dias.
SERVE COMO CARTA/MANDADO INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006008-86.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: HYPOLYTI DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA, COSTA MARQUES 1076, NÃO INFORMADO ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: OSEIAS DAS GRACAS ALVES, OAB nº RO11792, ODENIR ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR, OAB nº RO11089, MARCELO DE ALMEIDA MACHADO, OAB nº RO12115
POLO PASSIVO
REQUERIDO: ALMEIDA E LIMA LTDA, RUA: SIQUEIRA CAMPOS 155, SALA 04 CENTRO - 69940-000 - SENA MADUREIRA - ACRE
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 797,93
DECISÃO
Vistos,
Trata-se de pedido de desconsideração da personalidade jurídica.
Pois bem,
Os pressupostos para desconsideração da personalidade jurídica, é regulada pelo Artigo 50 do Código Civil, nos casos onde comprovadamente houver abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial.
A simples inexistência ou não localização de bens da pessoa jurídica não é condição para a instauração do procedimento que objetiva a desconsideração, por não ser sequer requisito para aquela declaração, já que imprescindível a demonstração específica da prática objetiva de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial.
Compulsando os autos não vislumbrei a presença dos requisitos constante no art. 50 do Código Civil, não havendo no caso dos autos em falar na aplicação do art. 28 do CDC.
Desta forma, cabe a parte que pretende a desconsideração da personalidade jurídica demonstrar que tenha havido abuso da personalidade, desvio de finalidade ou confusão patrimonial, bem como o exaurimento de meios para satisfação de crédito perante a pessoa física, sob pena de indeferimento do pedido, o que não houve no caso dos autos.
Outrossim, oportuno mencionar que a mera inexistência de bens passíveis de penhora suficientes à satisfação do crédito não autoriza a desconsideração da personalidade jurídica.
Posto Isso, indefiro o pedido de desconsideração da personalidade jurídica.
Intime-se a exequente para, no prazo de 5 dias, indicar bens passíveis de penhora, ou requerer o que entender de direito.
Cumpra-se.
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006209-78.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: M & G COMERCIO DE MOVEIS LTDA, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 930 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CLAUDIA MARA DOS SANTOS, OAB nº RO10797, FLAVIA FAGUNDES GRAVA, OAB nº RO2416A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: LARISSA CRISTINA POSSO NEVES, RUA MAJOR AMARANTES 413 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 1.016,59
DESPACHO
Vistos,
Intime-se a parte autora para, querendo, no prazo de 5 dias manifestar-se sobre os comprovante de levantamento do alvará eletrônico.
Findo o prazo e não havendo novos requerimentos, arquivem-se os autos.
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7004216-97.2022.8.22.0009
Duplicata
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: ALLANA MANZOLI - ME, CASSIMIRO DE ABREU 37, B PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
REQUERIDO: FERNANDA ALINE BARBOSA SIMOES, AV PORTO ALEGRE 1817 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA ALVARÁ ELETRÔNICO
Vistos.
O executado cumpriu com a obrigação de pagar contida nestes autos, bem como o exequente indicou os dados bancários para transferência dos valores (Id. 93182917).
Sendo assim, nesta data, realizei a expedição de alvará eletrônico na modalidade transferência através da ferramenta “alvará eletrônico”, pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente ao banco detentor da conta judicial, sem gerar documento novo nos autos, conforme documento anexo.
Decorrido o prazo de 10 (dez) dias, a contar da emissão do alvará eletrônico, constatando-se que os valores ainda permanecem disponíveis para levantamento, determino à CPE a juntada aos autos do extrato bancário da conta judicial vinculado ao presente feito e a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, tornando-se SEM EFEITO o alvará eletrônico expedido.
Considerando o cumprimento integral da obrigação, com fulcro no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO.
Antecipo o trânsito em julgado nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Publicada e Registrada Eletronicamente.
Comprovado o levantamento com a juntada do comprovante pela CPE, o pagamento das custas finais ou a sua inscrição em dívida ativa, arquive-se.
Após arquivem-se os autos.
Intime-se.
Serve como intimação via Dje
Pimenta Bueno17 de julho de 2023
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7000716-86.2023.8.22.0009
Abatimento proporcional do preço
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: SANDRA VIEIRA CARLINE, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 191 CENTRO - 76977-000 - SÃO FELIPE D’OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: POLLIANA DA SILVA ADAME, OAB nº RO11461
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
SENTENÇA ALVARÁ ELETRÔNICO
Vistos.
O executado cumpriu com a obrigação de pagar contida nestes autos, bem como o exequente indicou os dados bancários para transferência dos valores (Id. 92869524).
Sendo assim, nesta data, realizei a expedição de alvará eletrônico na modalidade transferência através da ferramenta “alvará eletrônico”, pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente ao banco detentor da conta judicial, sem gerar documento novo nos autos, conforme documento anexo.

Decorrido o prazo de 10 (dez) dias, a contar da emissão do alvará eletrônico, constatando-se que os valores ainda permanecem disponíveis para levantamento, determino à CPE a juntada aos autos do extrato bancário da conta judicial vinculado ao presente feito e a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, tornando-se SEM EFEITO o alvará eletrônico expedido.
Considerando o cumprimento integral da obrigação, com fulcro no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO.
Antecipo o trânsito em julgado nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Publicada e Registrada Eletronicamente.
Comprovado o levantamento com a juntada do comprovante pela CPE, o pagamento das custas finais ou a sua inscrição em dívida ativa, arquive-se.
Após arquivem-se os autos.
Intime-se.
Serve como intimação via Dje
Pimenta Bueno17 de julho de 2023
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000008-36.2023.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: ITAMAR SANCHES CAIRES, AC PIMENTA BUENA, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, ANA PAULA SANCHES, OAB nº RO9705
POLO PASSIVO
REQUERIDOS: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, AVENIDA BARÃO DE TEFÉ 34 SAÚDE - 20220-460 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, RUA INÁCIO LUSTOSA 755 SÃO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: HELVIO SANTOS SANTANA, OAB nº SP353041, FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289, EVELYSE DAYANE STELMATCHUK, OAB nº PR100778, PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
Valor da Causa: R$ 14.862,28
DECISÃO
Trata-se de embargos de declaração, no qual o embargante/autor afirma que erro material, uma vez que a sentença reconheceu o pagamento integral da Execução por parte das Executadas ZURICK, GENERALI e SUDASEG.
Contudo, houve o apontamento anterior de que o pagamento realizado pela Executada ZURICK fora realizado de forma parcial, restando a monta de R$ 2.194,61.
Assim, constatado o equívoco, recebo os embargos, de modo que o dispositivo passa a ter a seguinte redação:
Restado positivo o bloqueio realizado VIA SISBAJUD, (DECISÃO ID 88394044), no valor INTEGRAL do crédito Exequendo com relação as Executadas ZURICK, SUDASEG e GENERALI.
As Executadas ZURICK e GENERALI realizaram o depósito voluntário da condenação, razão pela qual realizei o desbloqueio dos valores retidos via SISBAJUD, conforme tela comprobatória em anexo.
Considerando que a Exequente indicou os dados bancários para transferência dos valores (Id.85558396), realizei a expedição de alvará eletrônico na modalidade transferência através da ferramenta “alvará eletrônico”, pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente ao banco detentor da conta judicial, sem gerar documento novo nos autos, conforme documento anexo.
Decorrido o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da emissão do alvará eletrônico, constatando-se que os valores ainda permanecem disponíveis para levantamento, determino à CPE a juntada aos autos do extrato bancário da conta judicial vinculado ao presente feito e a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, tornando-se SEM EFEITO o alvará eletrônico expedido.
Considerando o cumprimento integral da obrigação, com fulcro no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO COM RELAÇÃO AS EXECUTADAS GENERALI e SUDASEG.
Antecipo o trânsito em julgado nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Publicada e Registrada Eletronicamente.
PARALELAMENTE, intime-se a Executada ZURICK para, no prazo de 10 dias, depositar o saldo remanescente apontados pela Exequente no ID 91173713, na monta atualizada de R$ 2.194,61, ou no mesmo prazo, requerer o que de direito, sob pena de bloqueio.
Intime-se.
Serve como intimação via Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003580-05.2020.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: WANDERSON BARBOSA, LINHA 50, KAPA 104 lote 38, SÍTIO CINTA LARGA ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: IVAN DOUGLAS BAPTISTA CARDOSO, OAB nº RO7320, ROSIEL GALVAO DOS SANTOS, OAB nº RO10415

POLO PASSIVO
REQUERIDOS: GOLD MONTAGEM, INSTALACAO E LOCACAO EIRELI - ME, ANTONIO JOSE BORIN 413 DOM CAMILO - 14150-000 - SERRANA - SÃO PAULO, ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AV. COSTA E SILVA 276 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, TATIANE CAROLINE CARDOSO PEREIRA, OAB nº SP356018, MARCIO MARCHIONI MATEUS NEVES, OAB nº SP254553, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 10.720,00
DECISÃO
Defiro o pedido de bloqueio on line.
Tentado o bloqueio de valores do EXECUTADO REQUERIDOS: GOLD MONTAGEM, INSTALACAO E LOCACAO EIRELI - ME, CNPJ nº 23603085000106, ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, no valor de $ 17.286,32 , por meio do sistema SISBAJUD, sobreveio resultado positivo, junto as contas bancárias dos executados, conforme print anexo.
Assim, determino:
1. Intimem-se os executados, na pessoa de seu advogado, nos termos do artigo 854, §2º, do CPC, para oferecer, caso queira, impugnação no prazo de 05 (cinco) dias (§3º).
2. Havendo impugnação, intime-se o exequente para manifestação em 5 (cinco) dias dias. Após, tornem os autos conclusos.
3. Não havendo impugnação, desde já, converto a indisponibilidade em penhora. INTIME-SE a exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar os dados bancários para expedição de alvará transferência.
4. Decorrido o prazo do “item 3”, com ou sem manifestação, conclusos os autos para transferência dos valores e expedição de alvará em favor da exequente.
Intimem-se. SERVE COMO INTIMAÇÃO VIA DJE.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002207-31.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ANNE BARBOSA ZETOLES, ALAMEDA PEDRO COSTA LEITE 2049, NOVA PIMENTA NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: GABRIEL ALMEIDA MEURER, OAB nº RO7274A
POLO PASSIVO
REU: JOVANILDO DOS SANTOS FERREIRA 04082493158, AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO NEVES 5895 BNH - 76987-247 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes para que cumpram e guardem o que ali se contém e declara, ficando, de ora em diante EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil.
Sentença transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 1.000 do CPC.
Sem custas e honorários advocatícios, em razão do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Sentença publicada e registrada automaticamente via Dje.
Dispenso por ora a intimação das partes, e determino o imediato arquivamento do feito.
Arquivem-se os autos com as devidas baixas.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002291-32.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: JAILTON ANTONIO NOVAIS, AVENIDA DOS EXPEDICIONARIOS 1011 APIDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RENAN DIEGO REBOUCAS SOUZA CASTRO, OAB nº RO6269
POLO PASSIVO
EXECUTADO: LEANDRO LAUREANO DA SILVA 75548585215, CUNHA BUENO 918, LOJA 05 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEBORA CRISTINA MORAES, OAB nº RO6049
Sentença
Por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes para que cumpram e guardem o que ali se contém e declara, ficando, de ora em diante EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil.

Sentença transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 1.000 do CPC.
Sem custas e honorários advocatícios, em razão do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Sentença publicada e registrada automaticamente via Dje.
Dispenso por ora a intimação das partes, e determino o imediato arquivamento do feito.
Arquivem-se os autos com as devidas baixas.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002242-25.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: PLANALTO CRIACAO DE BOVINOS E PEIXES EIRELI, LINHA JK KM 65 ZONA RURAL - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: HELIO RODRIGUES DOS SANTOS, OAB nº RO7261
POLO PASSIVO
EXECUTADOS: RAULIDON PRIMO AMARAL 62302540263, LINHA 42 s/n, SETOR TATU ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, RAULIDON PRIMO AMARAL, MARECHAL RONDON 3363, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 CTG - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: CRISTHIANNE PAULA CREMONESE DE FREITAS, OAB nº RO2470
Valor da Causa: R$ 2.961,89
DECISÃO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
Mantenho por ora a constrição (ID 90194861) sobre a carretinha RSU1H80, como garantia da presente execução.
Defiro o pedido. Designe-se hasta pública única para a venda judicial do bem penhorado no ID. , nos termos do Enunciado 79 – "Designar--se-á hasta pública única, se o bem penhorado não atingir valor superior a sessenta salários mínimos (Aprovado no XI Encontro, em Brasília-DF - Alteração aprovada no XXI Encontro- Vitória/ES)".
Defiro o pedido, e para a tentativa de Leilão do bem penhorado nos autos (ID 89818788), DESIGNO Hasta Pública para o dia 30/08/2023, às 09h00min, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na Av. Presidente Kennedy, 1065, Pioneiros, Pimenta Bueno/RO, "se o bem penhorado não atingir valor superior a sessenta salários mínimos (nova redação – XXI Encontro- Vitória/ES)" ENUNCIADO N. 79 FONAJE
1. Intime-se a parte executada, informando-a que terá o prazo de 5 dias para embargar, contados da arrematação do bem.
Bem penhorado: 1 Motor WEG, 10CV, 2 polos, trifásico, 220/380 volts, modelo Jacaré, em bom estado de conservação, avaliado em R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).
2. Caso a parte exequente tiver interesse em arrematar o bem, deverá depositar a diferença do valor no dia da hasta pública.
3. Determino a Atermação encarregar-se das diligências necessárias para a realização do pregão na forma presencial.
4. Cientifiquem-se as partes, na forma do artigo 889 do Código de Processo Civil.
5. Cumpra-se e intimem-se, expedindo o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO EDITAL DE LEILÃO/CARTA/MANDADO/PRECATÓRIA DE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002596-50.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
REQUERENTE: IZALTO FRANCISCO PSCHISKI, RUA LAURINDA GONÇALVES, QUADRA 14, CASA 13 S/N, CELULAR (69) 9 9913-0587 BNH 1 - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
POLO PASSIVO
REQUERIDOS: VALDECI DE OLIVEIRA FRANCO, RUA MACEIÓ 2145, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, VICENTE PEREIRA APRIGIO, RUA JOAQUIM MUNIZ DE ALMEIDA 2145 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: CRISDAINE MICAELI SILVA FAVALESSA, OAB nº RO5360, ANDRE HENRIQUE VIEIRA DE SOUZA, OAB nº RO6862
Valor da Causa: R$ 1.000,00
DECISÃO
Vistos etc.
Expeça-se novo ofício ao DETRAN determinando que realize a transferência de propriedade da motoneta HONDA C 100 BIZ, ano/modelo 1999/1999, cor AZUL, placa NBR 8398/RO, Renavam 724983198, bem como a transferência dos débitos vinculados a esta, a partir do dia da venda (28/06/2012) para o nome da requerido, VICENTE PEREIRA APRIGIO, inscrito no CPF nº 773.075.422-34, residente e domiciliado à Avenida Maceió, nº 2145, esquina com a Rua Joaquim Muniz de Almeida, Bairro Nova Pimenta, Pimenta Bueno/RO, ficando anotadas essas pendências em nome do Requerido para que realize o pagamento por ocasião da primeira vez em que for realizar o licenciamento, ou, a critério da administração, mediante a respectiva cobrança administrativa ou judicial.

Ressalto que a emissão do CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo fica condicionado às normas administrativas daquele Órgão, tal como a vistoria do veículo.
SERVE A PRESENTE COMO INTIMAÇÃO/ OFÍCIO.
Ao DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
ENDEREÇO: Rua Doutor José Adelino, nº 4477 - Costa e Silva
Porto Velho - RO
CEP: 76803-592,
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003356-96.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: VITRINE MODAS LTDA - EPP, RUA CASSIMIRO DE ABREU 133 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
EXECUTADO: JOSE MAURICIO SIQUEIRA LOVO, AVENIDA CARLOS DORNEJE 1138 CTG - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
A parte autora foi devidamente intimada a manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito, porém, quedou-se inerte.
Assim, considerando a inércia da exequente quanto à indicação de bens, aliado à ausência de bens de propriedade da parte executada que garantam a satisfação da dívida, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 53, §4º da Lei 9.099/95, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.
Registre-se.
Intime-se, arquivando-se o processo, independentemente do trânsito em julgado da sentença.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7004350-27.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: CELESTE NOGUEIRA RODRIGUES, PORTO VELHO 77, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 BELA VISTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: FABIANA RIBEIRO GONCALVES LIMA, OAB nº RO2800, THIAGO DE CARVALHO PEREIRA LIMA, OAB nº RO10416
POLO PASSIVO
REU: BANCO BMG S.A., - 76801-018 - JUARA - MATO GROSSO
ADVOGADOS DO REU: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO, OAB nº PE32766, Procuradoria do BANCO BMG S.A
Valor da Causa: R$ 25.147,30
DESPACHO
INTIME-SE a autora para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, informar os dados bancários para a expedição de ALVARÁ TRANSFERÊNCIA DE VALORES.
Com a informação, conclusos para expedição do alvará.
Serve como intimação via Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000273-09.2021.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
EXEQUENTE: BAIA & FRANCO VESTUARIO LTDA - ME, AVENIDA CARLOS GOMES 75 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875, MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945

POLO PASSIVO
EXCUTADO: DANI ANDERSON DE REZENDE, RUA JOSÉ DE ALENCAR 651 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXCUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 1.999,43
DESPACHO ALVARÁ ELETRÔNICO
Restado positivo a penhora de salário do Executado, tendo a Exequente indicado os dados bancários no ID 93189930.
Assim, nesta data, procedi a transferência dos valores bloqueados judicialmente para conta judicial vinculada ao presente feito, conforme comprovante juntado aos autos.
Em ato contínuo, realizei a expedição de alvará eletrônico na modalidade transferência através da ferramenta “alvará eletrônico”, pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente ao banco detentor da conta judicial, sem gerar documento novo nos autos, conforme comprovante anexo.
Aguarde-se a certificação pela CPE da transferência dos valores para a conta indicada nos autos no Id. 93189930 .
Decorrido o prazo de 10 (dez) dias, a contar da emissão do alvará eletrônico, constatando-se que os valores ainda permanecem disponíveis para levantamento, determino à CPE a juntada aos autos do extrato bancário da conta judicial vinculado ao presente feito e a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, tornando-se SEM EFEITO o alvará eletrônico anteriormente expedido.
Comprovada a transferência, intime-se a Exequente para, requerer o que de direito no prazo de 5 dias.
SERVE O PRESENTE COMO ALVARÁ DE TRANSFERÊNCIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7005326-34.2022.8.22.0009
Indenização por Dano Material, Fornecimento de Energia Elétrica
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: LUCIANO NEUMANN SCHIMOOR, LINHA 38, KAPA 100, LOTE 09, GLEBA 01 s/n, SETOR ROOSEVELT ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DELKER KLEMES MIRANDA, OAB nº RO11313
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA ALVARÁ ELETRÔNICO
Vistos.
O executado cumpriu com a obrigação de pagar contida nestes autos, bem como o exequente indicou os dados bancários para transferência dos valores (Id. 93167020).
Sendo assim, nesta data, realizei a expedição de alvará eletrônico na modalidade transferência através da ferramenta “alvará eletrônico”, pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente ao banco detentor da conta judicial, sem gerar documento novo nos autos, conforme documento anexo.
Decorrido o prazo de 10 (dez) dias, a contar da emissão do alvará eletrônico, constatando-se que os valores ainda permanecem disponíveis para levantamento, determino à CPE a juntada aos autos do extrato bancário da conta judicial vinculado ao presente feito e a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, tornando-se SEM EFEITO o alvará eletrônico expedido.
Considerando o cumprimento integral da obrigação, com fulcro no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO.
Antecipo o trânsito em julgado nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Publicada e Registrada Eletronicamente.
Comprovado o levantamento com a juntada do comprovante pela CPE, o pagamento das custas finais ou a sua inscrição em dívida ativa, arquive-se.
Após arquivem-se os autos.
Intime-se.
Serve como intimação via Dje
Pimenta Bueno17 de julho de 2023
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7005183-45.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: SANTOS & DUTRA COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME, CARLOS DORNEJE 28, LOJA ALOIR MOVEIS APEDIÁ - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MATHEUS DOS SANTOS OLIVEIRA, AV VITORIA 1689 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)

Valor da Causa: R$ 2.842,65
DESPACHO
Vistos.
Defiro o pedido do autor, devendo prosseguir o presente feito, expedindo-se, ofício ao IDARON para que, informe a este Juízo, no prazo de 10 dias, se existe semoventes bovinos cadastrados em nome do executado MATHEUS DOS SANTOS OLIVEIRA, CPF N. 007.069.622-57, e, caso existente, promova de imediato o bloqueio de cabeças de gado até o valor da presente execução (R$ 2.842,65) , indicando inclusive qual a localização do gado.
Com a resposta do ofício, intime-se o exequente para requerer o que de direito no prazo de 05 (cinco) dias.
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7004932-32.2019.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
EXEQUENTE: ODONTO MALINI LTDA - ME, AV TURIBIO ODILON RIBEIRO 220, CONSULTORIO ODONTOLIGICO APEDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
EXECUTADO: WIRLENE SOARES RAMOS, RUA PEDRO AMÉRICO VESPÚCIO 55 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes para que cumpram e guardem o que ali se contém e declara, ficando, de ora em diante EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil.
Sentença transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 1.000 do CPC.
Sem custas e honorários advocatícios, em razão do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Sentença publicada e registrada automaticamente via Dje.
Dispenso por ora a intimação das partes, e determino o imediato arquivamento do feito.
Arquivem-se os autos com as devidas baixas.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002078-26.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: GRACIMAR ERMITA, 9 DE JULHO 874 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ANA PAULA SANCHES, OAB nº RO9705
POLO PASSIVO
REU: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, AVENIDA BARÃO DE TEFÉ 34 SAÚDE - 20220-460 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, RUA INÁCIO LUSTOSA 755 SÃO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, AVENIDA GETÚLIO VARGAS 1420, 5 ANDAR, SALA 501 FUNCIONÁRIOS - 30112-021 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
ADVOGADOS DOS REU: EVELYSE DAYANE STELMATCHUK, OAB nº PR100778, HELVIO SANTOS SANTANA, OAB nº SP353041, FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289, PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.

Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
Houve acordo com a ré SUDASEG, de forma que a análise que segue refere-se às rés ZURICH e GENERALLI.
PRELIMINARMENTE
Da ilegitimidade passiva
A ré, ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A, arguiu ilegitimidade passiva, pois defende que o retorno dos descontos se deu por culpa de terceiro, uma vez que se deu por força da decisão no processo 7020057-35.2017.8.22.0001, contudo, sendo que após a decisão, não voltou a realizar cobranças, as quais passaram a ser realizadas pelo Estado.
Compulsando o feito, verifica-se que a autora requereu da ré parte dos valores que foram por ela recebidos, no período em que administrava os contratos, assim, o período analisado será apenas aquele em que as cobranças eram realizadas pela ré Zurick.
Desta feita, a análise se restringe ao período em que a ré atuou como seguradora.
Assim, fica afastada a preliminar de ilegitimidade passiva.
Da Incompetência absoluta do Juizado Especial Cível
A preliminar não deve prosperar, tendo em vista a ausência de relação contratual de seguro entre a autora e o poder público. Os descontos realizados em folha de pagamento, não necessariamente, vinculam o empregador.
Afasto a preliminar.
Do chamamento ao processo.
Preceitua o artigo 10, da Lei 9.099/95, “Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência”, posto que indefiro os pedidos formulados pelas requeridas.
Da preliminar de prescrição
As rés alegam que a pretensão decorre de ressarcimento de enriquecimento sem causa, devendo valer a prescrição de três anos, regulada no artigo 206, §3º, IV e V do Código Civil.
Neste sentido, assiste razão às rés, pois o caso em tela trata-se de reparação de danos em razão de desconto indevido, de forma que deve ser aplicada a prescrição a de 3 (três) anos, que decorre do art. 206, § 3º, V do Código Civil.
Mérito
A pretensão da parte autora visa o recebimento de dano moral no valor de R $5.000,00 (cinco mil reais), em razão das cobranças indevidas referente ao seguro cancelado, o qual voltou a ser cobrado sem autorização. Requereu, ainda, o ressarcimento em dobro dos valores cobrados a título de seguro pecúlio.
As rés defendem, em síntese, que não tem o dever de restituídos valores requeridos, tampouco pagar indenização por dano moral.
Indiscutível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor quanto aos contratos de seguro. Vejamos:
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC)- CONTRATO DE SEGURO - RESILIÇAO UNILATERAL - APLICABILIDADE DO CDC - CLÁUSULAS ABUSIVAS - EXISTÊNCIA - INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ - RECURSO DESPROVIDO, COM APLICAÇAO DE MULTA (ART. 557, 2º, DO CPC) .
1. Impossível a revisão do entendimento firmado na Corte de origem acerca da existência de cláusulas contratuais abusivas e descabimento do cancelamento do seguro de maneira unilateral, sob pena de ofensa às Súmulas 5 e 7 do STJ.
2. Recurso a que se nega provimento. (STJ - AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 23.458 - SC (2011/0156585-7); RELATOR : MINISTRO MARÇO BUZZI)
O Código de Processo Civil estabeleceu no art. 373 o ônus da prova, de modo que ao autor cabe comprovar o fato constitutivo do seu direito e ao réu apresentar fato modificativo, impeditivo ou extintivo.
No presente caso, não remanescem dúvidas quanto às cobranças, no entanto, as rés não apresentaram contrato ou outro documento que sustente as cobranças realizadas.
A parte autora afirmou que foi notificado, pela primeira requerida, a qual informou sobre a suspensão do desconto no contracheque “e para reativação da sua garantia securitária” solicitou contato telefônico para esclarecimento.
A partir de então, conforme consta na ficha financeira apresentada pela parte autora, os valores deixaram de ser descontados.
No entanto, meses depois, os descontos sob a matrícula “6007 Seguro V.G. (Pecúlio)” retornaram.
O fato de ter decorrido anos do retorno dos descontos não significa, por si só, concordância da autora.
Desta feita, o ressarcimento é medida que se impõe. Nesse sentido:
Civil. Contrato. Seguro pecúlio. Cancelamento. Descontos indevidos. Restituição integral. Embargos providos. Os descontos ao seguro pecúlio promovidos depois da ciência, pela seguradora, do pedido de cancelamento pelo segurado são indevidos e comportam restituição integral. (TJ-RO - EI: 20177269320028220001 RO 2017726-93.2002.822.0001, Relator: Juiz Edenir Sebastião A. da Rosa, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 14/08/2007.)
JUIZADO ESPECIAL. CONTRATO DE SEGURO DE VIDA. PECÚLIO. DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. SOLICITAÇÕES DE CANCELAMENTO QUE REMONTAM A SEIS ANOS. NÃO ATENDIMENTO PELA FORNECEDORA. CONTINUIDADE DOS DESCONTOS. PRÁTICA ABUSIVA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. OBRIGAÇÃO DE RESTITUIR O QUE FOI DESCONTADO INDEVIDAMENTE A PARTIR DO PRIMEIRO PEDIDO DE CANCELAMENTO. NEGATIVA EM ATENDER REITERADOS PEDIDOS DE CANCELAMENTO, MANTENDO-SE O DESCONTO INDEVIDO DE PARCELA SIGNIFICATIVA DA RENDA DE CONSUMIDOR QUE PASSA POR DIFICULDADES FINANCEIRAS. DANO MORAL CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO. VALOR FIXADO COM RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE AO DANO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. - Condeno a recorrente no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor da condenação, corrigido. - Julgamento na forma do art. 46 da Lei no. 9.099/95. (TJ-DF - RI: 07147234120158070016, Relator: LUIS GUSTAVO BARBOSA DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 14/10/2015, PRIMEIRA TURMA RECURSAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 19/10/2015 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)
Para aplicação do disposto no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, é necessária a presença dos requisitos: a) cobrança indevida; b) pagamento do valor; c) engano injustificável.
O pagamento dos valores cobrados indevidamente está comprovado nos autos, conforme se vislumbra fichas financeiras colacionadas.
As rés não apresentaram justificativa para escusar-se da aplicação do ressarcimento em dobro, razão pela qual deverá ser aplicada.
Entretanto, conforme decidido quando da análise da preliminar, o valor a ser restituído em dobro se refere aos últimos 3 anos e proporcional ao que cada ré descontou, ou seja, a ré ZURICK, no período anterior a 08/2021, a ré SUDAMÉRICA entre 09/2021 e 02/2022 e a ré GENERALI entre 03/2022 até a cessação dos descontos.

No tocante ao dano moral, não se vislumbra a ocorrência de dano à personalidade do autor, haja vista o tempo em que permaneceu tendo descontados, bem como os valores, que são pequenos e não houve comprovação de que atingiram a esfera extrapatrimonial.
Ante o acima exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para condenar os réus ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A e GENERALI BRASIL SEGUROS S.A., a ressarcir a parte autora GRACIMAR ERMITA os valores descontados a título de seguro pecúlio, aplicando o disposto no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, proporcional ao período em que mantiveram a administração do contrato, ou seja, ré ZURICK, no período anterior a 08/2021 e a ré GENERALI entre 03/2022 até a cessação dos descontos, cujo valores deverão ser apurados em liquidação de sentença, ressalvado os períodos atingidos pela prescrição trienal. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral.
A autora e a ré SUDAMÉRICA CLUBE DE SERVIÇOS - SUDASEG SEGURADORA celebraram acordo (ID 92684065), assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas.
Torno definitiva a tutela deferida na Decisão de ID. 90465651.
Extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil (2015).
Sem custas e sem honorários advocatícios nessa fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.
Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta decisão, ficará a demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), e comprovar o depósito nos autos, em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo.
Findo o prazo do pagamento voluntário, e não havendo requerimentos do credor, arquivem-se os autos.
Havendo pagamento voluntário do débito, INTIME-SE a autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, querendo, apresentar dados bancários para a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, autorizada a CPE a expedição do alvará.
Comprovado o levantamento, venham os autos conclusos para extinção
Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de LEVANTAMENTO e intime-se a autora para comprovação nos autos; PRAZO 5 (CINCO) DIAS.
Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, “a”, “b” e “e”, determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intimem-se.
Serve como intimação via Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7005328-38.2021.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: VERA LUCIA LEANDRO PINHEIRO, AV. TANCREDO NEVES 3767 CENTRO - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LEANDRO RODRIGUES DE SA, OAB nº RO10340, ARTHUR GOULART SILVA, OAB nº RO10351
POLO PASSIVO
REQUERIDO: BANCO CETELEM S.A., ALAMEDA RIO NEGRO 161, ANDAR 17 ALPHAVILLE INDUSTRIAL - 06454-000 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: MARIA DO PERPETUO SOCORRO MAIA GOMES, OAB nº PA24039, PROCURADORIA DO BANCO CETELEM S/A
Valor da Causa: R$ 15.226,96
DESPACHO
Diante da petição juntada pela Requerida, nos termos do artigo 9, do Código de Processo Civil, INTIME-SE se o Requerente para, querendo, manifeste-se no prazo de 05 (cinco) dias.
Após, venham os autos conclusos.
Serve como intimação/dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001145-87.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
REQUERENTE: COMERCIAL DONATO LTDA - ME, RUA CASIMIRO DE ABREU 148 PIONEIRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
POLO PASSIVO

REQUERIDO: APARECIDA FIDELIX NASCIMENTO DA SILVA, RUA JORGE TEIXEIRA 3386 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
A parte autora foi devidamente intimada para manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito, indicando novo endereço do réu no prazo de 05 (cinco) dias, porém, deixou decorrer in albis o prazo.
Assim, julgo extinto o processo, nos termos do artigo art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil de 2015, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.
Sem custas.
Publicada e Registrada Eletronicamente.
Arquive-se o processo, independentemente do trânsito em julgado da sentença.
Cancele-se eventual audiência designada nos autos.
Desnecessária a intimação de parte sem advogado
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7005841-69.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: E D BRUNO OTICA - ME, AVENIDA MARECHAL RONDON 679 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875, MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ELIETE MATOS, RUA SALVADOR 1287 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 1.953,66(mil, novecentos e cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Deferi e realizei a consulta ao Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS/INSS, através do Sistema PREVJUD, visando obter informações acerca de vínculo empregatício da parte executada, a fim de obter dados do paradeiro da parte, ou se esta recebe algum benefício/renda, nos termos requeridos pela parte exequente.
As informações obtidas, em anexo, estão disponíveis apenas para as partes.
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requer o que entender de direito, anexando cálculo atualizado da dívida objeto do presente feito, sob pena de extinção e arquivamento dos autos.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001137-18.2019.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
EXEQUENTE: BERNARDO KOWALSKI, RUA PINHEIRO MACHADO 436 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FERNANDA MUBARAC DE ALMEIDA, OAB nº RO8779, LARISSA YOKOYAMA XAVIER, OAB nº RO7262
POLO PASSIVO
EXECUTADOS: COMERCIO GENTIL GONCALVES EIRELI - ME, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 5079, - DE 4650/4651 A 5178/5179 AGENOR DE CARVALHO - 76820-280 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, KENNEDY FERREIRA DE MELO, RUA ENGENHEIRO TÁCITO RÊGO 4465, - ATÉ 4474/4475 RIO MADEIRA - 76821-450 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: EDUARDO BELMONTH FURNO, OAB nº RO5539
Valor da Causa: R$ 7.830,05
DESPACHO
Os autos vieram conclusos para análise do pedido de citação por Whatsapp.
O requerido não foi localizado no endereço informado pelo autor, restando infrutífera a citação.
Embora o autor tenha mencionado a previsão no CPC sobre a citação por meio eletrônico importante se faz trazer alguns esclarecimentos.
O Legislador com a finalidade de tornar o processo judicial menos burocrático e mais tecnológico, incluiu no atual Código de Processo Civil a previsão de citação por meio eletrônico, contudo, esta modalidade não engloba a citação por whatsapp, neste sentido, dispõe 246 do CPC;
Art. 246. A citação será feita:
I - pelo correio;
II - por oficial de justiça;

III - pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório;
IV - por edital;
V - por meio eletrônico, conforme regulado em lei.
§ 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio.
§ 2º O disposto no § 1º aplica-se à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades da administração indireta.
Não bastasse isso, a lei 11.419/2006 que regula os processos eletrônicos, condiciona a prática dos atos processuais de forma eletrônica mediante ao cadastro realizado em site próprio do Tribunal de Justiça, com uso de assinatura eletrônica, onde as citações e intimações eletrônicas ocorrerão exclusivamente pelo site do TJ/RO e não por meio do aplicativo whatsapp.
Desta forma, a citação por telefone ou aplicativo whatsapp ainda carece de regulamentação e, por não preencher os requisitos indicados no Código de Processo Civil, enseja informalidade ao procedimento, visto que não se pode garantir que a pessoa do requerido receberá mensagem de citação.
Posto isto, INDEFIRO o pedido do autor e concedo o prazo de 5 cinco) dias para indicar o endereço do réu, sob pena de arquivamento.
Havendo manifestação, designe-se audiência e expeça-se o necessário.
Intime-se a autora da nova data.
Serve como intimação de Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000533-18.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
REQUERENTE: GABRIELLY ANTUNES DE ARAUJO, AV NOVO ESTADO 3260 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCELA CAROLINE ROSA MORAES, OAB nº RO10924
POLO PASSIVO
REQUERIDO: GILMAR NOMINATO FRITZ, RUA ANA JOSEFA RODRIGUES 2371 ELDORADO - 76966-216 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: HOSNEY REPISO NOGUEIRA, OAB nº RO6327
Valor da Causa: R$ 38.275,17
DECISÃO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos,
Trata-se de Ação Anulatória de Cheque.
Compulsando os autos, verifico que a presente demanda visa anular um dos cheques, relativos ao caso de possível golpe aplicado por um representante comercial da Empresa BIGSAL, Sr. Edirlei José Chaves, o qual, valendo-se da boa-fé de seus clientes, enganou parte deles ao se apossar de cheques recebidos que deveriam ter sidos destinados à empresa que então representava, aproveitando-se de que os cheques estavam sem indicação do portador.
Não houve arguição de preliminares.
As partes manifestaram interesse na produção de prova testemunhal, no mais, por entender imprescindível ao caso, DEFIRO a produção da prova requerida e, para tanto, DESIGNO audiência de instrução para o dia 19 de outubro de 2023, às 08h30min a qual, em atenção ao artigo 3º da Resolução n.354/2020 do Conselho Nacional de Justiça, alterado pela Resolução n. 481/2022, realizar-se-á de forma PRESENCIAL na sala de audiências dos Juizados Especiais desta Comarca de Pimenta Bueno.
Caso a parte se comprometa em levar a testemunha à audiência, independentemente da intimação formal do Art. 455, presumir-se-á que, em caso de a testemunha não comparecer, a parte desistiu de sua inquirição.
Caso as partes entendam pertinente a audiência por VIDEOCONFERÊNCIA, deverão manifestar-se neste sentido no prazo de 05 (cinco) dias contados da intimação deste despacho, sendo que, em caso de requerimento no prazo, desde já AUTORIZO, dispensando-se nova conclusão dos autos.
Em tais casos, a audiência será realizada via Google Meet, por meio do Link:https://meet.google.com/ker-pnjt-vxv, devendo as partes observar atentamente as orientações abaixo descritas:
a) Os advogados deverão informar ao juízo, até 24h antes da audiência, o e-mail ou número de telefone das pessoas que participarão, para possibilitar o contato da Secretaria do Juízo, em caso de dificuldade com a conexão ou acesso pelo link enviado.
b) Os advogados, partes e testemunhas deverão comprovar sua identidade no início da audiência ou de sua oitiva, mostrando o documento oficial com foto, para conferência e registro.
c) As testemunhas serão autorizadas a entrarem na sessão somente no momento de sua oitiva, bem como as partes, caso tenha sido pedido depoimento pessoal.
d) Os advogados das partes, em face do princípio da cooperação e boa-fé, assumem o compromisso de respeitarem a incomunicabilidade entre as testemunhas, sob pena de responsabilização na forma da lei.
Intimem-se as partes para comparecimento.
Intimem-se as testemunhas arroladas no ID 92670380.
Declaro o feito saneado e organizado.
Cumpra-se.
Expeça-se o necessário.
Serve como intimação/dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000984-43.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: WAGNER SOARES FREISLEBEN, RUA DOS INCONFIDENTES 668, CASA ALVORADA - 76970-970 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DENIS NASCIMENTO PEREIRA, OAB nº RO11048
POLO PASSIVO
REQUERIDO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO, - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
SENTENÇA
"O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede." (Rui Barbosa)
Vistos.
Trata-se de ação declaratória de nulidade, que segue o procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública, proposta por Wagner Soares Freisleben em desfavor do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/RO, objetivando a nulidade dos autos de infração nº 10B0068193, lavrado com fundamento no art. 165 do CTB.
Aduz, em apertada síntese, que o Auxiliar de Fiscalização de Trânsito que lavrou os respectivos autos de infração por ocasião penalizando o autor, é pessoa diversa do legalmente estabelecido no rol de prerrogativas de servidores da autarquia estadual de trânsito para lavrar auto de infração.
Argumenta ainda que esta prerrogativa, estabelecida por lei, insere-se somente ao cargo de Agente de Trânsito, conforme Lei n. 1638/2006, criada por meio de processo legislativo, não podendo ser estendida aos Auxiliares de Fiscalização de Trânsito mediante portaria.
Requer, por isso, a declaração de nulidade do AIT nº 10B0068193 com efeito ex-tunc. Requer, ainda, restituição do valor pelas multas.
O réu embora, devidamente citado, não apresentou contestação.
Petição do réu informando o cumprimento da decisão liminar, ocasião em que alegou perda do objeto.
É, em síntese, o relatório. Decido.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, não se justificando qualquer dilação probatória, já que o desfecho jurídico colocado em discussão depende exclusivamente da prova documental e de direito, que no caso são suficientes para a convicção deste magistrado, sendo desnecessária produção de prova oral.
Afasto a preliminar de perda de objeto, uma vez que, no caso em tela, ainda que requerido tenha realizado o cumprimento da decisão liminar, o autor pretende a restituição do valor pago pela multa, razão pela qual há utilidade da demanda.
De início, cumpre destacar que o autor não questiona a ocorrência da infração, mas tão somente a competência do agente autuador. Pois, como se pode ver, pela leitura de suas diversas manifestações, nenhum momento trata do ato infrator em si.
Frise-se, por oportuno, que não está descartada a apreciação do auto de infração pelo
PODER JUDICIÁRIO, o qual valerá pela sua legalidade e legitimidade, consoante súmula 473 STF.
Assim, uma vez que o foco da insurgência do autor é a incompetência do agente para lavrar o auto de infração, faz-se necessário verificar a norma que dispõe sobre competência.
O Código de Trânsito Brasileiro dispõe em seu art. 280:
"Art. 280. Ocorrendo infração prevista na legislação de trânsito, lavrar-se-á auto de infração, do qual constará;
[...]
§ 4º- O agente da autoridade de trânsito competente para lavrar o auto de infração poderá ser servidor civil, estatutário, ou celetista, ou, ainda, policial militar designado pela autoridade de trânsito com jurisdição sobre a via no âmbito de sua competência."
À luz do diploma legal em epígrafe, observa-se que o agente da autoridade de trânsito competente para lavrar o auto de infração poderá ser servidor civil, estatutário, ou celetista, ou, ainda, policial militar designado.
No âmbito da organização administrativa do DETRAN-RO, a Lei 1.638/2006, que dispõe sobre a restruturação e reorganização do Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Servidores do DETRAN/RO e dá outras providências, estabeleceu que a atribuição para lavrar auto de infração será do cargo: Agente de Trânsito.
Ocorre que, o DETRAN/RO, de seu turno, editou Portaria nº 1594/GAB/DETRAN-RO, de 01/04/11, estendendo tal prerrogativa para lavratura do auto de infração de trânsito ao Cargo: Auxiliares de Fiscalização de Trânsito. Vejamos:
Art. 1º ESTENDER, com fundamento no art. 280, § 4º do Código Brasileiro de Trânsito – CTB a prerrogativa de realizar a autuação por infração de trânsito aos Auxiliares de Fiscalização de Trânsito.
Parágrafo único: O auxiliar de Fiscalização de Trânsito designado para lavratura dos autos de infração de trânsito, conforme disposto no artigo acima, deverá ser cercar das cautelas previstas na norma regulamentadora, em especial o que dispõe os incisos I, II, III, IV, V, VI, § 2º e 3º do art. 280, do Código Brasileiro de Trânsito – CTB.
Art. 2º Os poderes delegados nesta portaria são destinados exclusivamente aos Auxiliares de Fiscalização de Trânsito.
Verifica-se, portanto, que a portaria tinha por objeto estender, com fundamento no art. 280, § 4 do CTB, a prerrogativa de realizar autuação por infração de trânsito aos Auxiliares de Fiscalização de Trânsito.
Em que pese e edição da referida portaria pelo dirigente máximo do órgão executivo estadual de trânsito, não se vislumbra possibilidade legal de alteração das prerrogativas/atribuições legais de cargo público mediante tal ato administrativo.
Isso porque, dentro da organização administrativa autárquica (DETRAN-RO) há expressa previsão legal do cargo Agente de Trânsito, cujas funções estabelecidas, dentre elas, lavratura do auto de infração de trânsito, de modo que se torna irregular a designação dos Auxiliares de Fiscalização de Trânsito, que prestaram concurso para outras funções, mediante simples edição de Portaria, contrariando assim o ordenamento jurídico vigente, uma vez que para alteração de atribuições de cargo público deve ser promovida por meio de lei específica.
Nessa esteira, não é por outro motivo que a jurisprudência do excelso Supremo Tribunal Federal, que, inclusive, ''já assentou ser inconstitucional a delegação ao Chefe do Poder Executivo para dispor por decreto sobre as competências e atribuições de cargos públicos, o que implicaria burla ao princípio da reserva legal para criação desses cargos'. (RE n. 591296, Relatora Min. CÁRMEN LÚCIA, j. 05/03/2013).
Vale registrar que o Ministério Público do Estado de Rondônia emitiu Notificação Recomendatória nº 001/2018/5ª TIT, encaminhada ao

DETRAN-RO, cientificando àquela autarquia que a alteração concernentes ao cargo Auxiliar em Fiscalização de Trânsito, mediante portaria, está em desacordo com ditames legais, recomendando-se que a modificação seja realizada mediante Lei.
Além disso, conforme ensina a doutrina, para que o ato de delegação de competência seja válido se faz necessário que haja ato formal de delegação pela autoridade quem detém competência, e que tal ato indique com a necessária clareza e conveniente precisão a autoridade delegante, o delegado, o objeto da delegação e o período temporal.
Todavia, como se vê, a Portaria editada pelo réu não estabeleceu o período de vigência da delegação de competência, não atendendo assim o requisito formal da transitoriedade, consoante previsto no art. 14, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.
Nesse contexto, impõe-se a procedência do pedido de declaração de nulidade do auto de infração lavrado, isto porque o ato administrativo está eivado de vício de validade desde a sua gênese.
A uma, porque não se vislumbra legítima a alteração de competência do Auxiliar de Fiscalização de Trânsito para o exercício regular do poder de polícia para lavrar autos de infração de trânsito, mediante Portaria, até porque, como dito alhures, a Lei n. 1.638/2006 fixou tal prerrogativa somente ao cargo de Agentes de Trânsito.
A duas, porque o ato de delegação não satisfez o requisito formal quanto ao aspecto da transitoriedade.
Com efeito, acolho o pleito autoral para declarar a nulidade do AIT nº 10B0068193, uma vez que o ato emanado por agente incompetente é considerado inválido, e, por conseguinte, atingindo todos os atos deles decorrentes no caso sub judice, retroagindo, assim, desde a data da lavratura (efeito ex-tunc).
Por conseguinte, impõe-se a devolução do valor pago pela multa declarada nula (R$ 3.008,65).
Desta feita, pelas razões acima expostas, devem ser julgados procedentes os pedidos desta ação.
Diante do acima exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados por Wagner Soares Freisleben em face do DETRAN – DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE RONDÔNIA e DECLARO a nulidade do Auto de Infração de Trânsito nº 10B0068193, lavrado pelo réu e, consequentemente, com efeitos ex-tunc relativos a anulação da multa e, via de consequência, o processo administrativo dele decorrente.
Condeno ainda o réu a restituir ao autor o valor pago pela multa (R$ 3.008,65), corrigidos monetariamente desde o efetivo pagamento, com juros a partir do trânsito em julgado desta decisão, de acordo com a taxa Selic.
Declaro resolvido o mérito (CPC 481, I).
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao reexame necessário (artigo 11 da Lei 12.153/2009).
Publicada e Registrada eletronicamente.
Intimem-se, servindo cópia da presente de intimação/carta-ar/mandado.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito
tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7004271-48.2022.8.22.0009
Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: ELIANE APARECIDA NEVES COSTA, LINHA 45 KM 01, SENTIDO SANTA LUZIA ZONA RURAL - 76977-000 - SÃO FELIPE D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MAHIRA WALTRICK FERNANDES, OAB nº RO5659
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A., - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, BRADESCO
SENTENÇA ALVARÁ ELETRÔNICO
Vistos.
O executado cumpriu com a obrigação de pagar contida nestes autos, bem como o exequente indicou os dados bancários para transferência dos valores (Id. 89838742).
Sendo assim, nesta data, realizei a expedição de alvará eletrônico na modalidade transferência através da ferramenta "alvará eletrônico", pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente ao banco detentor da conta judicial, sem gerar documento novo nos autos, conforme documento anexo.
Decorrido o prazo de 10 (dez) dias, a contar da emissão do alvará eletrônico, constatando-se que os valores ainda permanecem disponíveis para levantamento, determino à CPE a juntada aos autos do extrato bancário da conta judicial vinculado ao presente feito e a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, tornando-se SEM EFEITO o alvará eletrônico expedido.
Considerando o cumprimento integral da obrigação, com fulcro no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO.
Antecipo o trânsito em julgado nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Publicada e Registrada Eletronicamente.

Comprovado o levantamento com a juntada do comprovante pela CPE, o pagamento das custas finais ou a sua inscrição em dívida ativa, arquive-se.
Após arquivem-se os autos.
Intime-se.
Serve como intimação via Dje
Pimenta Bueno17 de julho de 2023
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7000987-95.2023.8.22.0009
Substituição do Produto, Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, Interpretação / Revisão de Contrato, Indenização por Dano Material, Práticas Abusivas
Cumprimento de sentença
AUTOR: MARIA CLEONICE COLACO VILARIM, RUA ALUÍSIO GOMES DA SILVA, S/N BNH I - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: OTONIEL BRAZ ODORICO, OAB nº RO8852
REU: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, AVENIDA BARÃO DE TEFÉ 34, ANDAR 16 SAÚDE - 20220-460 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, RUA INÁCIO LUSTOSA 755 SÃO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: HELVIO SANTOS SANTANA, OAB nº SP353041, FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289, PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
DECISÃO ALVARÁ ELETRÔNICO
Vistos.
A Executada ZURICK cumpriu com a obrigação de pagar contida nestes autos, depositando o valor da condenação em conta judicial vinculada ao presente feito, conforme comprovante de pagamento juntado aos autos no Id. 91540767, bem como o exequente indicou os dados bancários para transferência dos valores (Id. 93183457).
Sendo assim, nesta data, realizei a expedição de alvará eletrônico na modalidade transferência através da ferramenta “alvará eletrônico”, pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente ao banco detentor da conta judicial, sem gerar documento novo nos autos, conforme documento anexo.
Decorrido o prazo de 10 (dez) dias, a contar da emissão do alvará eletrônico, constatando-se que os valores ainda permanecem disponíveis para levantamento, determino à CPE a juntada aos autos do extrato bancário da conta judicial vinculado ao presente feito e a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, tornando-se SEM EFEITO o alvará eletrônico expedido.
Considerando o cumprimento integral da obrigação, com fulcro no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO COM RELAÇÃO A EXECUTADA ZURICK.
Antecipo o trânsito em julgado nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Publicada e Registrada Eletronicamente.
PARALELAMENTE, intime-se as Executadas GENERALI e SUDASEG para, no prazo de 10 dias, depositarem o valor da condenação apontado pela Exequente no ID 93183457, ou requerer o que de direito, sob pena de bloqueio.
Após tornem os autos conclusos para análise do pedido de bloqueio.
Intime-se.
Serve como intimação via Dje
Pimenta Bueno17 de julho de 2023
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002501-83.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: SIRLEI PAIXAO BATISTA, AV SAO LUIZ 1798, CASA NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: SEBASTIAO CANDIDO NETO, OAB nº RO1826
POLO PASSIVO
REU: SUELY DOS SANTOS SILVA NUNES, AV CARLOS GOMES 781, CASA NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: HENRIQUE SCARCELLI SEVERINO, OAB nº RO2714A, ELESSANDRA APARECIDA FERRO, OAB nº RO4883

SENTENÇA
Por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes para que cumpram e guardem o que ali se contém e declara, ficando, de ora em diante EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil.
Sentença transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 1.000 do CPC.
Sem custas e honorários advocatícios, em razão do artigo 55 da Lei 9.099/95.
Sentença publicada e registrada automaticamente via Dje.
Dispenso por ora a intimação das partes, e determino o imediato arquivamento do feito.
Arquivem-se os autos com as devidas baixas.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7000589-22.2021.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: KAROLINE REGINALDO DE OLIVEIRA, RUA MARIVALDO MP BARRETO 475 APEDIÁ - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JESSICA MEDEIROS OLIVEIRA, OAB nº RO10676, JESSICA PINHEIRO AUS, OAB nº RO8811, PRYCILLA SILVA ARAUJO ZGODA, OAB nº RO8135A, LUANA ALINE HENDLER FELISBERTO QUARESMA DE ARAUJO, OAB nº RO8530
POLO PASSIVO
REQUERIDO: DEBORA LUCAS DA SILVA, RUA JOAQUIM MUNIZ DE ALMEIDA 1417 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 14.165,79(quatorze mil, cento e sessenta e cinco reais e setenta e nove centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Vistos.
A exequente requer a penhora do salário do executado, no entanto não informou os dados necessários para realizar este medida, incumbência que lhe cabe.
Assim, intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez dias), informar os dados do empregador do executado, sob pena de prejudicar a análise do pedido.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000798-59.2019.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
EXEQUENTE: ELIANA CRISTINA RODRIGUES, RUA ALCINDA RIBEIRO DE SOUZA 795 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
EXECUTADO: NAILENA LAURIETE DE FREITAS AMORIM, AV PRESIDENTE KENNEDY 1392 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 4.836,65
DESPACHO ALVARÁ ELETRÔNICO
Vistos em correição permanente, verifico que houve apenas o cumprimento parcial do alvará expedido no ID 91708915, restando depositado em conta judicial a monta atualizada de R$ 97,36.
Assim, nesta data, realizei a expedição de novo alvará eletrônico na modalidade transferência através da ferramenta “alvará eletrônico”, pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente ao banco detentor da conta judicial, sem gerar documento novo nos autos, conforme comprovante anexo.

Aguarde-se a certificação pela CPE da transferência dos valores para a conta indicada nos autos no Id. 91507378.
Decorrido o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da emissão do alvará eletrônico, constatando-se que os valores ainda permanecem disponíveis para levantamento, determino à CPE a juntada aos autos do extrato bancário da conta judicial vinculado ao presente feito e a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, tornando-se SEM EFEITO o alvará eletrônico anteriormente expedido.
Comprovada a transferência, INTIME-SE a autora para, no prazo de 5 (cinco) dias:
1. Apresentar planilha de cálculo atualizada com abatimento dos valores levantados por meio de alvarás.
2. Indicar bens ou requerer o que de direito quanto ao saldo remanescente, sob pena de extinção do feito nos termos do artigo 53, § 4° da Lei 9.099/95.
SERVE O PRESENTE COMO ALVARÁ DE TRANSFERÊNCIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003443-52.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: EMILIA CRISTINA LEMES DE MELO COMERCIO, RUA DOS INCONFIDENTES 422 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: GISELI ANDREIA GOMES LAVADENZ, OAB nº AC4297, PAULO HENRIQUE MAZZALI, OAB nº AC3895
POLO PASSIVO
REU: JOICE SOUZA SANTOS, AV INDEPENDENCIA 569 CTG - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 6.818,00
DESPACHO
Vistos,
A parte autora informou novo endereço da parte requerida, pugnando pela realização de nova tentativa de citação neste novo endereço, qual seja, Avenida Recife, n 937, bairro Nova Pimenta em Pimenta Bueno-RO, Telefone 69 99606-5428.
Desta feita, defiro o pedido apresentado pela parte autora e determino a expedição de mandado para a citação e intimação da ré, nos moldes do despacho inicial.
Por fim, determino ao cartório que proceda a alteração do endereço da parte requerida no PJE para fazer constar o endereço atualizado, conforme informado nos autos.
Cumpra-se servindo a presente como mandado/carta de intimação/carta precatória para seu cumprimento.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002720-67.2021.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: C. PILONETO SANTOS - ME, AV PRESIDENTE KENNEDY 733 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875, MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945
POLO PASSIVO
REQUERIDO: LAURA KAROLINE DE ANDRADE SIEVERS, RUA ANÉSIO FERREIRA DE CASTRO 131, NÃO INFORMADO BNH II - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 982,68(novecentos e oitenta e dois reais e sessenta e oito centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Deferi e realizei a consulta ao Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS/INSS, através do Sistema PREVJUD, visando obter informações acerca de vínculo empregatício da parte executada, a fim de obter dados do paradeiro da parte, ou se esta recebe algum benefício/renda, nos termos requeridos pela parte exequente.
As informações obtidas, em anexo, estão disponíveis apenas para as partes.
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requer o que entender de direito, anexando cálculo atualizado da dívida objeto do presente feito, sob pena de extinção e arquivamento dos autos.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002457-64.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: FABRILAR IND E COM DE MOVEIS LTDA - ME, GILIO ALVES DA COSTA 1394 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
EXECUTADO: EDINALVA URBANO, JOSE DE ALENCAR 713 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Sentença
As partes informaram a composição por meio de acordo extrajudicial, requerendo a homologação, nos termos da petição juntada nos autos.
Assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas.
Havendo descumprimento admito o prosseguimento nos mesmos autos devendo virem conclusos para decisão.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7006862-80.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: GOMES & DUTRA COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CARLOS DORNEJE 245, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
EXECUTADO: IVANILDA RODRIGUES DOS SANTOS, FORTALEZA 1448, NÃO INFORMADO NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Sentença
As partes informaram a composição por meio de acordo extrajudicial, requerendo a homologação, nos termos da petição juntada nos autos.
Assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas.
Havendo descumprimento admito o prosseguimento nos mesmos autos devendo virem conclusos para decisão.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001782-04.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ELAINE CRISTINA DA SILVA, AVENIDA MARECHAL RONDON 1080, APARTAMENTO 09 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: GABRIEL ALMEIDA MEURER, OAB nº RO7274A
POLO PASSIVO
REU: META NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA, AVENIDA CASTELO BRANCO 679 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: RENAN DIEGO REBOUCAS SOUZA CASTRO, OAB nº RO6269
R$ 2.000,00
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
O Magistrado por ser o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.

PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).

O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.

Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).

PRELIMINAR

Da ilegitimidade passiva ad causam

A arguição de ilegitimidade suscitada pela parte requerida não merece prosperar, haja vista que na qualidade representante do locador integra a relação jurídica do contrato de locação e a análise de suas responsabilidades ou não é pertinente ao mérito.

Mérito

A parte autora tem a pretensão receber o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a fim de reparar suposto dano moral decorrente da má prestação de serviço.

Afirma que reside em condomínio, apartamento de nº 09, administrado pela ré, desde Outubro de 2022 e que sempre pagou as despesas do imóvel, entretanto, a partir de Dezembro de 2022 houve aumento excessivo do valor da conta de luz.

Então, solicitou providências à requerida. A ré, então, enviou um eletricista que verificou que havia um “gato” nas instalações de energia elétrica da unidade residencial, e verificou-se que a energia elétrica registrada em seu medidor foi desviada para consumo em outra unidade(apto. nº 07) e para a área comum do residencial.

Afirma que a situação foi resolvida de imediato, mas pretende ser indenizada em razão de ter ocorrido a irregularidade.

A ré, em sua contestação, não nega o ocorrido quanto ao furto de energia elétrica, no entanto afirma que foi diligente ao providenciar o reparo das instalações elétricas e o ressarcimento do valor excessivo pago pela requerente, por meio de descontos nos aluguéis subsequentes.

Defende que a parte autora não comprovou a ocorrência de danos aos direitos da personalidade.

Pois bem.

Inicialmente, é necessário anotar que o processo judicial consiste na reconstrução histórica dos fatos através das provas que devem ser apresentadas pelas partes, trazendo o maior número de elementos com o fito de demonstrar, do modo mais claro possível, a dinâmica dos fatos.

Sabe-se que esse resultado dificilmente corresponde exatamente aos fatos ocorridos, haja vista que são reproduzidos de pontos de vista diversos, porém, diferente do direito penal, o direito civil se contenta com a verdade formal, ou seja, a verdade que resulta do processo, embora possa não encontrar exata correspondência com o ocorrido.

A ocorrência do furto/desvio de energia da residência da autora, o pagamento de valores excessivos e ressarcimento destes à autora são fatos incontroversos, uma vez que não foram contraditados, restando verificar a ocorrência dos danos extrapatrimoniais alegados.

Consta nos autos apenas a comprovação da relação jurídica(contrato de locação), as faturas de consumo de luz elétrica, e os registros pertinentes a resolver o problema do mencionado furto/desvio, mas nada que comprove danos aos direitos da personalidade da parte autora.

Então, este juízo entende que os fatos deste caso, nos termos apresentados nos autos, não configuram hipótese de dano moral in re ipsa, sabe-se, então, ser necessário a comprovação do dano passível de reparação nos termos do artigo 927 do Código Civil.

Os princípios informadores do Juizado Especial e Código de Defesa do Consumidor devem prestigiar a simplicidade e favorecer a defesa do consumidor. No entanto, não se pode abrir mão da segurança jurídica e do ônus de o consumidor provar o que alega, ou seja, provar o dano sofrido, a conduta lesiva e o nexo de causalidade entre a conduta e o dano.

É óbvio que o direito controvertido nos autos versa sobre relação de consumo, o que não muda o dever da parte autora comprovar o fato constitutivo de seu direito, o que não ocorreu, então, outro resultado não pode haver senão a improcedência do pedido de indenização por danos morais.

Ante o acima exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por ELAINE CRISTINA DA SILVA em face de META NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS, extinguindo o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC, deixando de condenar a vencida ao pagamento de verbas de sucumbência (artigo 55, da Lei n.° 9099/95).

Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios, em face do que dispõe o art. 55, da Lei 9.099/95.

Registrada e publicada eletronicamente.

Intime-se. Com o trânsito em julgado, arquive-se.

Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.

Intimem-se.

Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .

Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO

Pimenta Bueno - Juizado Especial Telefone: 3452-0904 - E-mail Gabinete: pbwjegab@tjro.jus.br - E-mail Central de Atendimentos: central_pbw@tjro.jus.br

7005737-77.2022.8.22.0009 Termo Circunstanciado

POLO ATIVO

AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia

ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

POLO PASSIVO

AUTOR DO FATO: JOSE LUIZ LIRA, AVENIDA RECIFE 3287, INEXISTENTE CENTENÁRIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: MARCILENE RAMOS, OAB nº RO11381
SENTENÇA
Vistos.
Considerando que o envolvido JOSÉ LUIZ LIRA cumpriu integralmente a transação penal, conforme consta da certidão de ID Num. 92060943 - Pág. 1 , declaro extinta a sua punibilidade, determinando que a sanção não fique constando nos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial, nos termos do artigo 76, § 6º da Lei 9.099/95.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado da sentença.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006827-23.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: EVA ALVES DO VALE XAVIER, LINHA 35, LT 40 ZONA RURAL - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Trata-se de ação proposta por EVA ALVES DO VALE XAVIER, servidor público municipal, em face do MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDONIA/RO, postulando a concessão do adicional de insalubridade, pois trabalha na função de Cozinheira, alegando que labora em condição insalubre.
Pediu, por isso, a procedência do pedido para que o Réu seja compelido a implantar o referido adicional e condenado a pagar os adicionais retroativos, considerando a prescrição quinquenal.
Juntou documentos.
Regularmente citado, o município réu apresentou defesa alegando, revogação da Lei n 699/2013. Alegou ainda que a Autora não faz jus ao recebimento do adicional de insalubridade, conforme laudo pericial anexo a defesa. Juntou memorando. Aduz que contratou empresa especializada para avaliação dos locais de trabalhado dos servidores.
Pugnou ao final pela improcedência dos pedidos.
Juntou documentos.
É o breve relato.
Decido.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito e o conjunto probatório dos autos é suficiente para o desfecho jurídico, ante as provas apresentadas aos autos, sendo desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórios ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
Nesse sentido:
“A produção de provas está vinculada à livre convicção do magistrado, nos termos do artigo 130 do Código de Processo Civil, segundo o qual ‘Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias’, e constitui meio auxiliar do juízo e, não, das partes, impondo-se o indeferimento do pedido de complementação da prova pericial quando a ação rescisória já se encontra instruída com farta documentação, suficiente ao exame da ação”
(STJ, AgRg na AR. 746/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 1ª Seção, jul. 09.06.2010, DJe 18.06.2010).
PROCESSO CIVIL.PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do juiz. É o juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 - AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
DO EXAME MERITÓRIO
A pretensão autoral não merece acolhimento.
Inicialmente, importa consignar que a norma processual confere ao juiz a liberdade de apreciação e valoração das provas na formação de seu convencimento, podendo a decisão se fundamentar nos demais elementos probatórios sem, com isso, incidir em erro de julgamento ou procedimento.
Sobre a previsão do adicional insalubridade ou periculosidade, a Lei Municipal nº 03/GP/2021, estabelece em seu art. 6, que o adicional será pago aos servidores que trabalhem, com habitualidade, em locais insalubres.
In verbis:
“Art. 6° Os servidores que trabalhem, com habitualidade, em locais ou condições insalubres fazem jus à gratificação por insalubridade, com base no salário-mínimo vigente, conforme dispuser regulamento específico emanado do Chefe de cada Poder.

Parágrafo Único. A administração determinará a cada dois anos a realização de Laudo Pericial dos ambientes possivelmente insalubres ou perigosos, para a concessão ou revogação de pagamento das gratificações.
Assim, para apuração do grau de exposição do servidor, é necessária a avaliação por meio de perícia técnica para caracterização e classificação da insalubridade.
A obrigação do réu em realizar avaliação e confeccionar o laudo pericial foi cumprida, uma vez que contratou empresa especializada que apurou e confeccionou laudo técnico no local de trabalho dos servidores.
Nesse sentido, o laudo técnico atualizado (id nº 892871522, fls. 22) juntado pelo Município e elaborado por profissional qualificado, Médico do Trabalho, concluiu que as atividades laborais de Cozinheira/Merendeira NÃO são consideradas insalubres ou periculosas.
Além disso, ressaltou o profissional que a exposição ao agente ocorre em níveis abaixo do Limite de Tolerância estabelecido pela NR 15, ANEXO 03. Concluiu que a exposição dos servidores ao agente avaliado não gera o adicional de insalubridade.
Com efeito, inexistindo cabal comprovação da desvalia da perícia e considerando o laudo atualizado do réu concluído pela inexistência de condições insalubres, a improcedência da ação é medida que se impõe.
Nesse sentido:
RECURSO INOMINADO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. GRAU MÉDIO. LAUDO PERICIAL. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DE GRAU MÁXIMO JULGADO IMPROCEDENTE. MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA, SERVIDOR PÚBLICO. ZELADOR. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA (processo: 7003453-67.2020.8.22.0009 - RECURSO INOMINADO CÍVEL, Relator: CRISTIANO GOMES MAZZINI substituído por VALDIRENE ALVES DA FONSECA CLEMENTELE, Data julgamento: 25/04/2023).
Ademais, quadra assentar que o Juiz não está adstrito ao laudo particular acostado à inicial, podendo formar seu convencimento com outros elementos, como no caso o laudo pericial administrativo, cuja credibilidade é maior.
Diante do exposto, nos termos do artigo 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado por EVA ALVES VALE XAVIER em face do MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA/RO, partes qualificadas nos autos.
DECLARO RESOLVIDO o mérito (CPC 487, I).
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao reexame necessário (artigo 11 da Lei 12.153/2009).
Intimem-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002164-94.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: ROSILDA MARIA DE SOUZA, LINHA PROJETADA LOTE 61, GB01 sn ZONA RURAL - 76977-000 - SÃO FELIPE D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: VINICIUS DE SOUZA CAVALCANTE, OAB nº RO10817
POLO PASSIVO
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
R$ 8.714,00
SENTENÇA
Trata-se de ação de cobrança de servidora da Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia - SEJUS, in caso técnica de enfermagem, na qual pretende receber parcelas salariais a título de auxílio-alimentação referente ao período de Abril de 2018 a Dezembro a Dezembro de 2021.
É servidora desde 30 de Março de 2016, alega que o Estado de Rondônia paga-lhe o auxílio alimentação somente a partir de Janeiro de 2022 e que lhe foi devido todo o período anterior não atingido pela prescrição.
Pretende receber o valor de R$ 160,00 (cento e sessenta reais) referente a Maio de 2020, e R$ 253,00 (duzentos e cinquenta e três reais) a partir de Junho de 2020.
Fundamentou seu pedido a partir do disposto na legislação estadual, Lei n. 2.476/11, Lei Complementar 728/2013 e na Lei n. 1.061/20.
Citado, o Estado de Rondônia defende a improcedência do pedido, porque afirma que a lei 2.476/11 não estabeleceu criou direito ao auxílio-alimentação para o cargo da requerente e ainda quanto ao valor estabelecido pela Lei 1.061 afirma que a pretensão da autora fundamenta-se em norma vigente, porém, não eficaz em razão fato extraordinário, pandemia de coronavírus, e nos termos das medidas excepcionais e vigente à época, quais sejam, Lei Complementar da União de 173/2020 e o Decreto Estadual 24.887/2020. Pugna pela dedução dos valores já pagos em caso de condenação.
Em réplica, a parte autora defende sua pretensão sob fundamento da isonomia de vencimentos, a partir de julgados procedentes sobre a concessão do auxílio-alimentação.
É o relatório. Passo a decidir.
O ponto crucial da controvérsia reside em saber se a parte autora faz jus ao pagamento do auxílio alimentação nos termos da Legislação supracitada.
Pois bem.
Inicialmente, cumpre destacar que a Administração Pública é regida à luz dos princípios constitucionais inscritos no caput do art. 37 da Carta Magna:
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).
O princípio da legalidade é base de todos os demais princípios que instruem, limitam e vinculam as atividades administrativas, de modo que a Administração Pública só pode atuar conforme a lei.

No ano de 2011 a lei estadual 2.476/11 estabeleceu o auxílio alimentação para o cargo de agente penitenciário e socioeducador, fixando o valor de R$ 160,00 (cento e sessenta reais).
A seguir, no ano de 2013 a Lei Complementar 728/2013 estendeu o auxílio alimentação para as demais categorias profissionais da Secretaria de Estado de Justiça, fixando o valor nos termos da lei 2.476/11, transcrição abaixo:
Art. 10. A estrutura remuneratória dos servidores que compõe as
atividades definidas nesta Lei Complementar tem a seguinte com
posição:
[...]
V – Adicionais:
a) Periculosidade;
b) Serviços Extraordinários;
c) Noturno;
d) Auxílio Alimentação; e
e) Insalubridade. (g.n)
(...)
§4º O Auxílio previsto no inciso V, alínea "d" deste artigo será concedida conforme Lei nº 2.476 de 26 de Maio de 2011.
Assim, é adequado a interpretação de que o auxílio alimentação é devido à autora desde sua posse, excluídas as parcelas atingidas pela prescrição, portanto desde Maio de 2018.
Quanto a pretensão de receber as parcelas retroativas de auxílio alimentação no valor de R$ 253,00 (duzentos e cinquenta e três reais) no período de Junho de 2020 a Dezembro de 2021 a interpretação da parte autora é inadequada nos termos que seguem, conforme diversas decisões anteriores deste juízo, quanto a esse tema.
A lei 1.061 foi sancionada em Maio de 2020, no entanto as condições para sua eficácia não ocorreram, sendo que majoração do valor do auxílio-alimentação somente teria lugar quando cumprida a condição fático-jurídica para sua eficácia, qual seja, o fim do estado de calamidade.
"Art. 6°. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros após o encerramento do estado de Calamidade Pública, desde que respeitada a capacidade financeira e orçamentária do Estado, aferida por meio da realização trimestral acumulada da Receita Corrente Líquida em, no mínimo, 6% (seis por cento) acima do previsto na estimativa inicial da Lei n° 4.709, de 30 de dezembro de 2019 - Lei Orçamentária Anual - LOA ou Lei correspondente que vier a substituí-la."
O Estado de Calamidade Pública foi declarado em 23 de Março de 2020 e foi revogado 13 de Janeiro de 2023 por meio do decreto N° 27.843.
Ademais, a Lei complementar 173/2020 infundiu proibições de aumento de diversas despesas no período requerido, impondo sacrifícios a todos.
"Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:
I - conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública;
II - criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;
III - alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
IV - admitir ou contratar pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos
de chefia, de direção e de assessoramento que não acarretem aumento de despesa, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, as contratações de temporários para prestação de serviço militar e as contratações de alunos de órgãos de formação de militares; (Vide)
V - realizar concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso
IV; (Vide)
VI - criar ou majorar auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade;
VII - criar despesa obrigatória de caráter continuado, ressalvado o disposto nos §§ 1º e
2º;
VIII - adotar medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º da Constituição Federal;
IX - contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.
(…)"
A proibição mencionada é constitucional, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, Tema de Repercussão Geral n. 1.137:
"É constitucional o artigo 8º da Lei Complementar 173/2020, editado no âmbito do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).
Portanto, o disposto no artigo 2º da Lei Complementar Estadual n. 1.061/20 foi vigente, mas não eficaz. Tanto é que o auxílio-alimentação desta categoria foi majorado em Janeiro de 2022 a partir da vigência da Lei Complementar n° 1.122, de 23 de Dezembro de 2021.
Por fim, quanto à nova tese apresentada na impugnação, na qual a parte autora fundamenta sua pretensão em suposta isonomia entre servidores.
Atento aos julgados colacionados, vê-se que as decisões foram alicerçadas em fatos e fundamentos diversos desse caso, de modo que, aplica-se aqui peremptoriamente a Súmula Vinculante n.37:
"Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

Diante do exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por ROSILDA MARIA DE SOUZA em face do ESTADO DE RONDÔNIA, para condenar o requerido ao pagamento retroativo a título de auxílio-alimentação referente ao período de Maio de 2018 a Dezembro de 2021, no valor de R$ 160,00 (cento e sessenta reais) cada parcela nos termos da Lei Estadual nº 2.476 de 26 de Maio de 2011

Os valores deverão ser corrigidos desde a época em que deveriam ter sido pagas, de acordo com o IPCA-E, e juros desde a citação, segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança (na forma do art. 1°-F da Lei n. 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/09), tudo conforme as teses fixadas pelo STF no julgamento do RE 870947 (tema 810 da Repercussão Geral) acerca dos índices de correção e juros em condenações contra Fazenda Pública.

Dos referidos cálculos deverão ser deduzidos os valores, porventura, já recebidos pela parte.

DECLARO RESOLVIDO o mérito (CPC 487, I).

Dado o rito especial deste juizado, a liquidação dar-se-á mediante apresentação de cálculos pela própria parte interessada, dos quais far-se-á vista a outra parte para impugnação, sob pena de renúncia.

Caso não supere o limite de pequeno valor (Lei Estadual nº 1.788/2007), expeça-se a RPV e proceda à entrega ao réu, nos termos do artigo 13, inciso I da L.12.153/09, caso contrário, não havendo renúncia ao excedente, o pagamento far-se-á mediante precatório.

Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.

Sentença não sujeita ao reexame necessário (artigo 11 da Lei 12.153/2009).

Publicada e registrada eletronicamente.

Intimem-se, servindo a presente de intimação.

Após o trânsito em julgado, intime-se a parte autora para requerer o que entender pertinente no prazo de 5 (cinco) dias, arquivem-se.

Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .

Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000521-04.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: RICARDO MILER DA SILVA MONTE, AVENIDA PROJETADA I 2298 BELA VISTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO, - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
SENTENÇA
Vistos.
RELATÓRIO
Trata-se de ação de cobrança, que segue o procedimento do Juizado da Fazenda Pública, proposta por Ricardo Miler Da Silva Monte, em desfavor do Município Pimenta Bueno, objetivando a condenação do Requerido no pagamento de valores retroativos decorrentes de promoção na carreira com efeitos desde a data do requerimento.

Esclarece que o benefício foi deferido e implantado administrativamente no mês de janeiro de 2023.

Citado, o réu, por sua vez, apresentou contestação confirmando a concessão da promoção na carreira, contudo, alega que o pagamento dependia da existência de disponibilidade orçamentária e discricionária da administração. Impugnou o pedido de pagamento retroativo.

Réplica à contestação apresentada.

É o relatório.

DECIDO.

O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.

Passo ao mérito.

O pedido deve ser julgado procedente.

De início, importa destacar que a presente demanda versa tão somente sobre o pagamento de valores retroativos, conforme se pode ver pela leitura da exordial.

É incontroverso nos autos que o Ente Requerido concedeu administrativamente a promoção, consoante despacho da Secretária Municipal de Saúde, tendo, inclusive, efetivado a implementação em folha no mês de dezembro de 2022.

Ocorre que, o Requerido efetivou a implementação da referida promoção em folha de pagamento, contudo não realizou o pagamento retroativo.

Deste modo, ante a desídia do Município e não comprovado o pagamento da verba retroativa postulada, o Requerente faz jus ao recebimento das parcelas retroativas, com efeitos financeiros desde a data do requerimento administrativo.

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE CONHECIMENTO. SERVIDOR PÚBLICO DISTRITAL. MÉDICO. GRATIFICAÇÃO DE TITULAÇÃO. LEI DISTRITAL N. 3.323/2004. ALTERAÇÃO NO PERCENTUAL PREVISTO. PAGAMENTO DEVIDO A PARTIR DO REQUERIMENTO. DIFERENÇA ENTRE A DATA DO REQUERIMENTO E A DA EFETIVA INCORPORAÇÃO NOS PROVENTOS. RECONHECIMENTO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO. CRÉDITO DEVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

1. O pagamento das verbas referentes ao adicional de titulação do servidor da carreira médica deve ocorrer a partir da data do requerimento na esfera administrativa (Lei Distrital n. 3.323/2004). Assim, constitui direito do servidor o pagamento da diferença apurada entre a data do requerimento e a da efetiva incorporação da gratificação no cálculo dos seus proventos, sobretudo quando o crédito devido é reconhecido pela própria Administração em processo administrativo. 2. Apelação conhecida e não provida.

(TJ-DF 07122691420178070018 DF 0712269-14.2017.8.07.0018, Relator: SIMONE LUCINDO, Data de Julgamento: 15/05/2019, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 23/05/2019).
Nesse contexto, concluo que o pagamento deve retroagir até a data do requerimento administrativo, não podendo o servidor ser prejudicado em razão da demora na análise e implementação das promoções.
Entretanto, no caso concreto, respeitado o limite do pedido inicial, o efeito financeiro deve retroagir a partir de agosto de 2022, data do requerimento, momento em que a administração ficou ciente da pretensão do servidor.
DISPOSITIVO.
Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pelo autor Ricardo Miler Da Silva Monte, Professor, para o fim de condenar o réu Pimenta Bueno ao pagamento das parcelas não pagas a título de promoção funcional, percentual de 15%, desde a data do protocolo, a saber, agosto de 2022 até dezembro de 2022, acrescido de correção e juros.
Em relação à atualização monetária, deverá ser calculada com base no IPCA-E.
Quantos os juros moratórios, nos termos do artigo 1º-F da Lei Federal nº 9.494/1997, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.960/20091, devem ser calculados com base nos mesmos índices dos juros aplicados à caderneta de poupança, e, contados a partir da citação neste processo, nos termos em que estabelecem os artigos 240 do NCPC e 405 do Código Civil.
Tudo isso com base nas teses fixadas pelo STF no RE 870947 (tema 810 da Repercussão Geral) acerca dos índices de correção e juros contra Fazenda Pública.
Extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC (2015).
Os valores deverão ser corrigidos monetariamente desde a época em que deveriam ter sido pagas, de acordo com o IPCA-E, e juros desde a citação, segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança (na forma do art. 1°-F da Lei n. 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/09), tudo conforme as teses fixadas pelo STF no julgamento do RE 870947 (tema 810 da Repercussão Geral) acerca dos índices de correção e juros em condenações contra Fazenda Pública.
Dado o rito especial deste juizado, a liquidação dar-se-á mediante apresentação de cálculos pela própria parte interessada, dos quais far-se-á vista a outra parte para impugnação, sob pena de renúncia.
Caso não supere o limite de pequeno valor, expeça-se a RPV e proceda à entrega ao réu, nos termos do artigo 13, inciso I, da L.12.153/09, caso contrário, não havendo renúncia ao excedente, o pagamento far-se-á mediante precatório.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao reexame necessário (artigo 11 da Lei 12.153/2009).
Publicada e Registrada eletronicamente.
Intimem-se, servindo cópia da presente de intimação, via Pje/Dje.
Após o trânsito em julgado, não havendo manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001500-63.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: FABIO QUEIROZ DE OLIVEIRA, CASTRO ALVES 660, CASA VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JULIANO GOMES ANTUNES, OAB nº RO11753
POLO PASSIVO
REQUERIDO: Estado de Rondônia, - 76872-854 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
R$ 2.273,00
SENTENÇA
Trata-se de demanda repetitiva, na qual Policial Penal pretende receber diferenças salariais a título de auxílio-alimentação referente ao período Junho de 2020 a Dezembro de 2021.
In casu, ajuizado por FABIO QUEIROZ DE OLIVEIRA em face do ESTADO DE RONDÔNIA.
Alega que Estado de Rondônia não cumpriu o dever de pagar o valor de R$ 253,00(duzentos e cinquenta e três reais) a título de auxílio alimentação no período supramencionado, o que perfaz a diferença mensal que entende devida de R$ 93,00(noventa e três reais) por mês, uma vez que recebeu o valor de R$ 160,00 (cento e sessenta reais).
Fundamentou seu pedido a partir do disposto na Lei Complementar Estadual n. 1.061/20.
Citado, o Estado de Rondônia defende a improcedência do pedido, porque não há a pretensão do autor fundamenta em norma vigente, porém, não eficaz em razão fato extraordinário, pandemia de coronavírus, e nos termos das medidas excepcionais e vigente à época, quais sejam, Lei Complementar da União de 173/2020 e o Decreto Estadual 24.887/2020. Pugna pela dedução dos valores já pagos em caso de condenação.
Em réplica, a parte autora defende sua pretensão sob fundamento da isonomia de vencimentos, a partir de julgados procedentes sobre a concessão do auxílio-alimentação.
É o relatório. Passo a decidir.
O ponto crucial da controvérsia reside em saber se a parte autora faz jus ao pagamento do auxílio alimentação nos termos da Lei Complementar Estadual n. 1.061/20.
Pois bem.
A demanda é de singelo deslinde e sem necessidade de maiores digressões.

Inicialmente, cumpre destacar que a Administração Pública é regida à luz dos princípios constitucionais inscritos no caput do art. 37 da Carta Magna:
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).
O princípio da legalidade é base de todos os demais princípios que instruem, limitam e vinculam as atividades administrativas, de modo que a Administração Pública só pode atuar conforme a lei.
A referida norma foi sancionada em Maio de 2020, no entanto as condições para sua eficácia não ocorreram, sendo que majoração do valor do auxílio-alimentação somente teria lugar quando cumprida a condição fático-jurídica para sua eficácia, qual seja, o fim do estado de calamidade.
"Art. 6°. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros após o encerramento do estado de Calamidade Pública, desde que respeitada a capacidade financeira e orçamentária do Estado, aferida por meio da realização trimestral acumulada da Receita Corrente Líquida em, no mínimo, 6% (seis por cento) acima do previsto na estimativa inicial da Lei n° 4.709, de 30 de dezembro de 2019 - Lei Orçamentária Anual - LOA ou Lei correspondente que vier a substituí-la."
O Estado de Calamidade Pública foi declarado em 23 de Março de 2020 e foi revogado 13 de Janeiro de 2023 por meio do decreto N° 27.843.
Ademais, a Lei complementar 173/2020 infundiu proibições de aumento de diversas despesas no período requerido, impondo sacrifícios a todos.
"Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:
I - conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública;
II - criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;
III - alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
IV - admitir ou contratar pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos
de chefia, de direção e de assessoramento que não acarretem aumento de despesa, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, as contratações de temporários para prestação de serviço militar e as contratações de alunos de órgãos de formação de militares; (Vide)
V - realizar concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso
IV; (Vide)
VI - criar ou majorar auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade;
VII - criar despesa obrigatória de caráter continuado, ressalvado o disposto nos §§ 1º e
2º;
VIII - adotar medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º da Constituição Federal;
IX - contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.
(…)"
A proibição mencionada é constitucional, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, Tema de Repercussão Geral n. 1.137:
"É constitucional o artigo 8º da Lei Complementar 173/2020, editado no âmbito do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).
Portanto, o disposto no artigo 2º da Lei Complementar Estadual n. 1.061/20 foi vigente, mas não eficaz. Tanto é que o auxílio-alimentação desta categoria foi majorado em Janeiro de 2022 a partir da vigência da Lei Complementar n° 1.122, de 23 de Dezembro de 2021.
Por fim, quanto à nova tese apresentada na impugnação, na qual a parte autora fundamenta sua pretensão em suposta isonomia entre servidores.
Atento aos julgados colacionados, vê-se que as decisões foram alicerçadas em fatos e fundamentos diversos desse caso, de modo que, aplica-se aqui peremptoriamente a Súmula Vinculante n.37:
"Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.
Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na inicial pela requerente FABIO QUEIROZ DE OLIVEIRA em face do ESTADO DE RONDÔNIA.
Resolvo o mérito, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei n. 9.099/95.
Sirva a presente sentença de comunicação/intimação.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002761-34.2021.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO

EXEQUENTE: SANTOS & DUTRA COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME, RUA CARLOS DORNEJE 28 APIDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
EXECUTADO: LUCIMARA PATRICIA RUPPENTHAL COSTA, AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO 561 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 3.948,97
DESPACHO
Vistos.
Deferida a penhora no rosto dos Autos de nº 7004773-21.2021.8.22.0009 , junto a 1º Vara Cível desta Comarca.
Sobreveio a informação que o mesmo encontra-se aguardando julgamento de Recurso de Apelação.
Razão pela qual determino a suspensão destes autos pelo prazo de 120 (cento e vinte dias)
Findo o prazo de suspensão ou sobrevindo informação de julgamento dos Autos de n 7004773-21.2021.8.22.0009, tornem os autos conclusos.
Intime-se as partes.
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003956-54.2021.8.22.0009 Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
POLO ATIVO
EXEQUENTE: ROSIMEIRE ROQUE GENUINO, RUA FERNÃO DIAS 362 BAIRRO JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FELIPE WENDT, OAB nº RO4590, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A
POLO PASSIVO
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
Valor da Causa: R$ 1.317,35
DECISÃO
Vistos, etc.
Trata-se de cumprimento de sentença contra Fazenda Pública Municipal.
Segundo consta nos autos, a parte executada impugnou os cálculos ao argumento de excesso de execução, a fim de excluir os valores pagos de forma administrativa.
Analisando os cálculos, verifica-se que a parte exequente não deduziu os valores pagos em folha de pagamento, caracterizando excesso de execução.
Desta feita, acolho a impugnação ofertada, para determinar a expedição de RPV, em desfavor do executado, na quantia de R$ 578,93, montante esse devido, já deduzido o valor pago administrativamente (- R$ 146,86) .
Fixo o prazo para pagamento em 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento da requisição, pena de sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, dispensada a audiência da fazenda pública.
Após a expedição da Requisição de Pequeno Valor, intime-se a parte para pagamento, arquivando o feito oportunamente, devendo a parte autora manifestar-se no caso de descumprimento requerendo o que entender de direito.
Intimem-se.
Serve cópia da presente de expediente/ intimação/ mandado.
Publique-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno
Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br.
AUTOS: 7002255-87.2023.8.22.0009
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: CAMILA CANFUR FREITAS MARTINS 97361950230, AV. MARECHAL RONDON 643 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: DIEGO BARCELOS SANTOS, OAB nº RO10167A, ARTHUR GOULART SILVA, OAB nº RO10351

REU: THALITA PAZZINI SANTIAGO, AV. GUARARAPES 369 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
DESPACHO
A parte autora requer prazo para informar endereço atualizado da requerida, DEFIRO o pedido.
Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para juntada aos autos do endereço atual da requerida.
Com a informação, redesigne-se audiência e cumpra-se o disposto no Despacho de ID 91329800.
Intime-se a autora da nova data da audiência de conciliação a ser designada pela CPE.
Não havendo manifestação, tornem os autos conclusos para EXTINÇÃO.
Intime-se.
Serve como intimação no DJE.
Pimenta Bueno- , 17 de julho de 2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
7002563-31.2020.8.22.0009
EXEQUENTE: LUZIA FERNANDES BEZERRA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FELIPE WENDT, OAB nº RO4590, EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730
NÃO DENUNCIADO: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença.
Insurge-se o executado com o cálculo da exequente, alegando excesso de execução.
Decido.
Não acolho a impugnação da Fazenda Pública, pois apresentou impugnação sem apresentar fundamentos aptos a desconstituir o cálculo da exequente, inclusive sem contabilizar os valores a título de honorários, nos termos do acórdão.
Assim, com base no exposto, rejeito a impugnação ofertada, e homologo o cálculo do exequente e a renuncia apresentada.
Por conseguinte, determino a expedição das RPVs: a) no valor de R$ 7.272,00, referente à condenação principal, e b) no R$ 963,42, referente aos honorários sucumbenciais, devendo destacar a verba honorária conforme requerido, bem como o recolhimento da verba de contribuição previdenciária.
Expedida as requisições, intimem-se o executado para pagamento no prazo legal, arquivando-se o efeito oportunamente.
Intimem-se.. Pratique-se o necessário.
Pimenta Bueno, 17 de julho de 2023.
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002559-86.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: STEDILE E NOGUEIRA LTDA - ME, RUA RUI BARBOSA 406, NÃO INFORMADO JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: SILVIO CARLOS CERQUEIRA, OAB nº RO6787, WILSON NOGUEIRA JUNIOR, OAB nº RO2917, ISADORA STEDILE CAMPOS, OAB nº RO7483A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: PAULO ROGERIO FERREIRA DOS SANTOS, ESTRADA VELHA DO CALCARIO km 3,5, AO LADO DO RANCHO MINEIRO - SITIO N. SRA. DE AP ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Sentença
As partes informaram a composição por meio de acordo extrajudicial, requerendo a homologação, nos termos da petição juntada nos autos.
Assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas.
Havendo descumprimento admito o prosseguimento nos mesmos autos devendo virem conclusos para decisão.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006824-68.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública

POLO ATIVO
REQUERENTE: VALCELI BARBOSA DE OLIVEIRA, AVENIDA JORGE TEIXIERA CENTRO - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
"O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede." (Rui Barbosa)
Trata-se de ação proposta por VALCELI BARBOSA DE OLIVEIRA, servidor público municipal, em face do MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDONIA/RO, postulando a concessão do adicional de insalubridade, pois trabalha na função de Cozinheira, alegando que labora em condição insalubre.
Pediu, por isso, a procedência do pedido para que o Réu seja compelido a implantar o referido adicional e condenado a pagar os adicionais retroativos, considerando a prescrição quinquenal.
Juntou documentos.
Regularmente citado, o município réu apresentou defesa alegando, revogação da Lei n 699/2013. Alegou ainda que a Autora não faz jus ao recebimento do adicional de insalubridade, conforme laudo pericial anexo a defesa. Juntou memorando. Aduz que contratou empresa especializada para avaliação dos locais de trabalhado dos servidores. Pugnou ao final pela improcedência dos pedidos.
Juntou documentos.
É o breve relato.
Decido.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito e o conjunto probatório dos autos é suficiente para o desfecho jurídico, ante as provas apresentadas aos autos, sendo desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórios ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
Nesse sentido:
"A produção de provas está vinculada à livre convicção do magistrado, nos termos do artigo 130 do Código de Processo Civil, segundo o qual 'Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias', e constitui meio auxiliar do juízo e, não, das partes, impondo-se o indeferimento do pedido de complementação da prova pericial quando a ação rescisória já se encontra instruída com farta documentação, suficiente ao exame da ação"
(STJ, AgRg na AR. 746/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 1ª Seção, jul. 09.06.2010, DJe 18.06.2010).
PROCESSO CIVIL.PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do juiz. É o juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 - AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
DO EXAME MERITÓRIO
A pretensão autoral não merece acolhimento.
Inicialmente, importa consignar que a norma processual confere ao juiz a liberdade de apreciação e valoração das provas na formação de seu convencimento, podendo a decisão se fundamentar nos demais elementos probatórios sem, com isso, incidir em erro de julgamento ou procedimento.
Sobre a previsão do adicional insalubridade ou periculosidade, a Lei Municipal nº 03/GP/2021, estabelece em seu art. 6, que o adicional será pago aos servidores que trabalhem, com habitualidade, em locais insalubres.
In verbis:
"Art. 6° Os servidores que trabalhem, com habitualidade, em locais ou condições insalubres fazem jus à gratificação por insalubridade, com base no salário-mínimo vigente, conforme dispuser regulamento específico emanado do Chefe de cada Poder.
Parágrafo Único. A administração determinará a cada dois anos a realização de Laudo Pericial dos ambientes possivelmente insalubres ou perigosos, para a concessão ou revogação de pagamento das gratificações.
Assim, para apuração do grau de exposição do servidor, é necessária a avaliação por meio de perícia técnica para caracterização e classificação da insalubridade.
A obrigação do réu em realizar avaliação e confeccionar o laudo pericial foi cumprida, uma vez que contratou empresa especializada que apurou e confeccionou laudo técnico no local de trabalho dos servidores.
Nesse sentido, o laudo técnico atualizado (id nº 89284882, fls. 22) juntado pelo Município e elaborado por profissional qualificado, Médico do Trabalho, concluiu que as atividades laborais de Cozinheira/Merendeira NÃO são consideradas insalubres ou periculosas.
Além disso, ressaltou o profissional que a exposição ao agente ocorre em níveis abaixo do Limite de Tolerância estabelecido pela NR 15, ANEXO 03. Concluiu que a exposição dos servidores ao agente avaliado não gera o adicional de insalubridade.
Com efeito, inexistindo cabal comprovação da desvalia da perícia e considerando o laudo atualizado do réu concluído pela inexistência de condições insalubres, a improcedência da ação é medida que se impõe.
Nesse sentido:
RECURSO INOMINADO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. GRAU MÉDIO. LAUDO PERICIAL. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DE GRAU MÁXIMO JULGADO IMPROCEDENTE. MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA, SERVIDOR PÚBLICO. ZELADOR. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA (processo: 7003453-67.2020.8.22.0009 - RECURSO INOMINADO CÍVEL, Relator: CRISTIANO GOMES MAZZINI substituído por VALDIRENE ALVES DA FONSECA CLEMENTELE, Data julgamento: 25/04/2023).
Ademais, quadra assentar que o Juiz não está adstrito ao laudo particular acostado à inicial, podendo formar seu convencimento com outros elementos, como no caso o laudo pericial administrativo, cuja credibilidade é maior.
Diante do exposto, nos termos do artigo 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado por VALDECI BARBOSA DE OLIVEIRA em face do MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA/RO, partes qualificadas nos autos.
DECLARO RESOLVIDO o mérito (CPC 487, I).

Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao reexame necessário (artigo 11 da Lei 12.153/2009).
Intimem-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7005657-21.2019.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
EXEQUENTE: SANTOS & DUTRA COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME, RUA CARLOS DORNEJE 28 APIDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
EXECUTADO: JOSE MARCOS PEREIRA DOS SANTOS, AV FORTALEZA 121 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Trata-se cumprimento de sentença.
Considerando que o Exequente informou que o executado pagou o valor integral da dívida, nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil, julgo EXTINTO O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.
Sem custas e honorários.
Publique-se eletronicamente. Registre-se eletronicamente.
Intime-se, arquivando-se, independentemente de trânsito em julgado.
SERVE COMO CARTA/MANDADO INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000523-71.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: SIRLEY SANTOS CUNHA, ESTRADA VELHA DO CALCÁRIO KM 03 ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO, - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Vistos.
RELATÓRIO
Trata-se de ação de cobrança, que segue o procedimento do Juizado da Fazenda Pública, proposta por Sirley Santos Cunha, em desfavor do Município Pimenta Bueno, objetivando a condenação do Requerido no pagamento de valores retroativos decorrentes de promoção funcional.
Esclarece que o benefício foi deferido e implantado administrativamente no mês de novembro de 2021. Porém, o réu não pagou os valores retroativos desde a data do requerimento administrativo.
Citado, o réu, por sua vez, apresentou contestação alegando que o pagamento dependia da existência de disponibilidade orçamentária e discricionária da administração, razão pela qual pugnou pela improcedência do pedido de pagamento retroativo. Impugnou o pedido de pagamento retroativo.
Réplica à contestação apresentada.
É o relatório.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Passo ao mérito.
O pedido deve ser julgado procedente.
De início, importa destacar que a presente demanda versa tão somente sobre o pagamento de valores retroativos, conforme se pode ver pela leitura da exordial.

É incontroverso nos autos que o Ente Requerido concedeu administrativamente a promoção funcional, consoante processo administrativo juntado, tendo, inclusive, efetivado a implementação em folha no mês de novembro de 2021.
Ocorre que o Requerido não comprovou a indisponibilidade financeira e orçamentária, de modo a corroborar suas alegações defensivas. Deste modo, ante a desídia do Município e não comprovado o pagamento da verba retroativa postulada, a Requerente faz jus ao recebimento das parcelas retroativas, com efeitos financeiros desde a data do requerimento administrativo.
Nesse sentido:
APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE CONHECIMENTO. SERVIDOR PÚBLICO DISTRITAL. MÉDICO. GRATIFICAÇÃO DE TITULAÇÃO. LEI DISTRITAL N. 3.323/2004. ALTERAÇÃO NO PERCENTUAL PREVISTO. PAGAMENTO DEVIDO A PARTIR DO REQUERIMENTO. DIFERENÇA ENTRE A DATA DO REQUERIMENTO E A DA EFETIVA INCORPORAÇÃO NOS PROVENTOS. RECONHECIMENTO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO. CRÉDITO DEVIDO. SENTENÇA MANTIDA.
1. O pagamento das verbas referentes ao adicional de titulação do servidor da carreira médica deve ocorrer a partir da data do requerimento na esfera administrativa (Lei Distrital n. 3.323/2004). Assim, constitui direito do servidor o pagamento da diferença apurada entre a data do requerimento e a da efetiva incorporação da gratificação no cálculo dos seus proventos, sobretudo quando o crédito devido é reconhecido pela própria Administração em processo administrativo. 2. Apelação conhecida e não provida.
(TJ-DF 07122691420178070018 DF 0712269-14.2017.8.07.0018, Relator: SIMONE LUCINDO, Data de Julgamento: 15/05/2019, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 23/05/2019).
Nesse contexto, concluo que o pagamento deve retroagir até a data do requerimento administrativo, não podendo a servidor ser prejudicado sobretudo quando o benefício é reconhecido pela Administração. Entretanto, no caso concreto, respeitado o limite do pedido inicial, o efeito financeiro deve retroagir a partir de maio de 2021, data da mudança do regime jurídico dos servidores.
DISPOSITIVO.
Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela autora SIRLEY SANTOS CUNHA, para o fim de condenar o réu Pimenta Bueno ao pagamento das parcelas não pagas a título de promoção funcional, percentual de 3% (três por cento) sobre o vencimento, com efeitos financeiros desta a data da mudança do regime jurídico, a saber, maio de 2021 até 31 de outubro de 2021, acrescido de correção e juros.
Extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC (2015).
Os valores deverão ser corrigidos monetariamente desde a época em que deveriam ter sido pagos, e juros desde a citação, tudo de acordo com a taxa SELIC.
Dado o rito especial deste juizado, a liquidação dar-se-á mediante apresentação de cálculos pela própria parte interessada, dos quais far-se-á vista a outra parte para impugnação, sob pena de renúncia.
Caso não supere o limite de pequeno valor, expeça-se a RPV e proceda à entrega ao réu, nos termos do artigo 13, inciso I, da L.12.153/09, caso contrário, não havendo renúncia ao excedente, o pagamento far-se-á mediante precatório.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao reexame necessário (artigo 11 da Lei 12.153/2009).
Publicada e Registrada eletronicamente.
Intimem-se, servindo cópia da presente de intimação, via Pje/Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000864-97.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ELISANGELA DOS SANTOS PINHEIRO, RUA FRANCISCO SOARES 1804 CENTRO - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ANTENOR ALVES SILVA, OAB nº RO11708, JOAINA GUARATHE RABELO, OAB nº RO12162
POLO PASSIVO
REU: ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, IPERON - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO ESTADO DE RONDONIA, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 2557, IPERON NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-141 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289, PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).

O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
No mais, as partes não têm interesse na produção de prova oral.
Da preliminar de ilegitimidade passiva do réu IPERON
De início, acolho a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada pelo IPERON, pois o retorno dos descontos do seguro na folha de pagamento do servidor se deu exclusivamente em razão do cumprimento de ordem judicial, proferida nos autos da 2ª Vara da Fazenda Pública, sob nº 7020057-35.2017.822.0001. Ademais, o IPERON apenas firmou convênio para facilitar a vida dos seus servidores.
Sendo assim, acolho a preliminar de ilegitimidade com relação ao IPERON.
Da preliminar de ilegitimidade passiva da ré ZURICH
A ré, ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A, arguiu ilegitimidade passiva, pois defende que o retorno dos descontos se deu por culpa de terceiro, uma vez que se deu por força da decisão no processo 7020057-35.2017.8.22.0001, contudo, sendo que após a decisão, não voltou a realizar cobranças, as quais passaram a ser realizadas pelo Estado.
O autor, em sua impugnação, afirma que a ré é legítima para figurar no polo passivo, pois, se beneficiou dos valores e responde objetivamente pela reparação dos danos causados.
Compulsando o feito, verifica-se a autora requereu da ré parte dos valores que foram por ela recebidos, no período em que administrava os contratos, assim, o período analisado será apenas aquele em que as cobranças eram realizadas pela ré Zurick.
Desta feita, a análise se restringe ao período em que a ré atuou como seguradora.
Assim, fica afastada a preliminar de ilegitimidade passiva.
Da preliminar de prescrição
Alega o réu que a pretensão do autor decorre de contrato de seguro, devendo valer a prescrição de um ano, regulada no artigo 206, §3º, IV e V do Código Civil.
A alegação do réu não merece prosperar, vez que se aplica este dispositivo quando a pretensão do segurado ou do segurador estiver relacionada ao próprio objeto do contrato de seguro, bem como podemos depreender, também, do posicionamento a seguir:
(STJ - RECURSO ESPECIAL REsp 1290116 SC 2011/0264011-0 (STJ) PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA E DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. NÃO RENOVAÇÃO. PRESCRIÇÃO. ARTIGOS ANALISADOS: ARTS. 206 , § 1º , II ; E § 3º , V , do CÓDIGO CIVIL e art. 27 DO CDC . 1. Ação anulatória e de obrigação de fazer, ajuizada em 06.06.2007. Recurso especial concluso ao Gabinete em 26.10.2011. 2. Discussão relativa ao prazo prescricional aplicável à pretensão relativa à nulidade de cláusula contratual que permite a não renovação de seguro de vida coletivo e restituição dos prêmios pagos. 3. Inviável o reconhecimento de violação ao art. 535 do CPC quando não verificada no acórdão recorrido omissão, contradição ou obscuridade apontadas pela recorrente. 4. Quando a lei (art. 206 , § 1º , II , do CC/02) fixa os termos iniciais dos prazos de prescrição, deixa evidenciado que a pretensão do segurado - ou do segurador - deve estar relacionada ao próprio objeto do contrato de seguro. 5. A causa de pedir da indenização, na hipótese, é a responsabilidade extracontratual da seguradora, decorrente da alegada abusividade e ilicitude da sua conduta de não renovar o contrato sem justificativa plausível. 6. Tendo em vista a interpretação de caráter restritivo que deve ser feita acerca das normas que tratam de prescrição, dentre as quais está a do art. 206 , § 1º , II , do Código Civil , não é possível ampliar sua abrangência, de modo a abarcar outras pretensões, ainda que relacionadas, indiretamente, ao contrato de seguro. Aplicação, na hipótese, do art. 206 , § 3º , V , do CC/02 . 7. Na hipótese, mesmo que afastada a aplicação do art. 206 , § 1º , II , do Código Civil , fica reconhecida a prescrição trienal. 8. Recurso especial provido.
Ademais, não é cabível a aplicação da prescrição quinquenal, pois, em que pese o Código de Defesa do Consumidor incluir a atividade de seguro como uma relação de consumo, a prescrição de cinco anos disposta no art. 27 da referida lei será utilizada nos contratos de seguro em que se constata ao menos uma das formas de danos causados ao segurado: ou pelo vício do produto (serviço) ou pelo fato.
No caso em tela, não se retratou o funcionamento inadequado do seguro e nem mesmo falta de funcionamento, mas a reparação de danos em razão de desconto indevido.
Desta forma, a prescrição a ser aplicada no caso será a de 3 (três) anos, que decorre do art. 206, §3º, V do Código Civil.
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. PRAZO DECENAL. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. REGIMES JURÍDICOS DISTINTOS. UNIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ISONOMIA. OFENSA. AUSÊNCIA. 1. Ação ajuizada em 14/08/2007. Embargos de divergência em recurso especial opostos em 24/08/2017 e atribuído a este gabinete em 13/10/2017. 2. O propósito recursal consiste em determinar qual o prazo de prescrição aplicável às hipóteses de pretensão fundamentadas em inadimplemento contratual, especificamente, se nessas hipóteses o período é trienal (art. 206, §3, V, do CC/2002) ou decenal (art. 205 do CC/2002). 3. Quanto à alegada divergência sobre o art. 200 do CC/2002, aplica-se a Súmula 168/STJ ("Não cabem embargos de divergência quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado"). 4. O instituto da prescrição tem por finalidade conferir certeza às relações jurídicas, na busca de estabilidade, porquanto não seria possível suportar uma perpétua situação de insegurança. 5. Nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se a regra geral (art. 205 CC/02) que prevê dez anos de prazo prescricional e, quando se tratar de responsabilidade extracontratual, aplica-se o disposto no art. 206, § 3º, V, do CC/02, com prazo de três anos. 6. Para o efeito da incidência do prazo prescricional, o termo "reparação civil" não abrange a composição da toda e qualquer consequência negativa, patrimonial ou extrapatrimonial, do descumprimento de um dever jurídico, mas, de modo geral, designa indenização por perdas e danos, estando associada às hipóteses de responsabilidade civil, ou seja, tem por antecedente o ato ilícito. 7. Por observância à lógica e à coerência, o mesmo prazo prescricional de dez anos deve ser aplicado a todas as pretensões do credor nas hipóteses de inadimplemento contratual, incluindo o da reparação de perdas e danos por ele causados. 8. Há muitas diferenças de ordem fática, de bens jurídicos protegidos e regimes jurídicos aplicáveis entre responsabilidade contratual e extracontratual que largamente justificam o tratamento distinto atribuído pelo legislador pátrio, sem qualquer ofensa ao princípio da isonomia. 9. Embargos de divergência parcialmente conhecidos e, nessa parte, não providos. (EREsp n. 1.280.825/RJ, relatora Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, julgado em 27/6/2018, DJe de 2/8/2018.)
Uma vez compreendido o prazo prescricional a ser aplicado ao caso em tela, é possível observar que parte dos valores pleiteados pela autor se encontram prescritos. Explica-se:
De acordo com o §1º do art. 240 do CPC, a interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. Tendo em vista que a ação que está a ser julgada fora ajuizada em 15/09/2022, todas as prestações pleiteadas pelo autor que datarem anteriormente a 15/09/2019 se encontram fulminadas pela prescrição.

Desta feita, com base no art. 487, II, do CPC, declaro a prescrição de todas as parcelas pleiteadas pelo autor entre 15/11/2016 a 23/02/2020.
As parcelas requeridas pelo autor que são datadas após 24/02/2020 serão objeto de análise do mérito.
Não havendo outras questões preliminares/prejudiciais a serem analisadas, bem como observada a presença dos pressupostos judiciais e das condições da ação, passo à análise do mérito.
Mérito
A pretensão da parte autora visa ao recebimento de dano moral no valor de R$ 8.000,00, em razão das cobranças indevidas referente ao seguro cancelado, o qual voltou a ser cobrando sem autorização. Requereu, ainda o ressarcimento em dobro dos valores descontados.
A ré defende, em síntese, que não tem o dever de restituídos valores requeridos, tampouco pagar indenização por dano moral, bem como informa a migração do contrato para a empresa GENERALI a contar de 03/2022.
Indiscutível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor quanto aos contratos de seguro. Vejamos:
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC)- CONTRATO DE SEGURO - RESILIÇAO UNILATERAL - APLICABILIDADE DO CDC - CLÁUSULAS ABUSIVAS - EXISTÊNCIA - INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ - RECURSO DESPROVIDO, COM APLICAÇAO DE MULTA (ART. 557, 2º, DO CPC) .
1. Impossível a revisão do entendimento firmado na Corte de origem acerca da existência de cláusulas contratuais abusivas e descabimento do cancelamento do seguro de maneira unilateral, sob pena de ofensa às Súmulas 5 e 7 do STJ.
2. Recurso a que se nega provimento. (STJ - AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 23.458 - SC (2011/0156585-7); RELATOR : MINISTRO MARÇO BUZZI)
O Código de Processo Civil estabeleceu no art. 373 o ônus da prova, de modo que ao autor cabe comprovar o fato constitutivo do seu direito e o réu apresentar fato modificativo, impeditivo ou extintivo.
No presente caso, não remanescem dúvidas quanto as cobranças, no entanto, a ré não apresentou contrato ou outro documento que sustente as cobranças realizadas.
O autor, por seu turno, apresenta a notificação emitida pala ré, a qual informou sobre a suspensão do desconto no contracheque “e para reativação da sua garantia securitária” solicitou contato telefônico para esclarecimento.
A partir de então, conforme consta na ficha financeira apresentada pelo autor, os valores deixaram de ser descontados.
No entanto, meses depois, a matrícula 6007 Seguro V.G. (Pecúlio)” voltou a ser descontada.
O fato de ter decorrido anos do retorno dos descontos não significa, por si só, concordância do autor.
Desta feita, o ressarcimento é medida que se impõe. Nesse sentido:
Civil. Contrato. Seguro pecúlio. Cancelamento. Descontos indevidos. Restituição integral. Embargos providos. Os descontos ao seguro pecúlio promovidos depois da ciência, pela seguradora, do pedido de cancelamento pelo segurado são indevidos e comportam restituição integral. (TJ-RO - EI: 20177269320028220001 RO 2017726-93.2002.822.0001, Relator: Juiz Edenir Sebastião A. da Rosa, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 14/08/2007.)
JUIZADO ESPECIAL. CONTRATO DE SEGURO DE VIDA. PECÚLIO. DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. SOLICITAÇÕES DE CANCELAMENTO QUE REMONTAM A SEIS ANOS. NÃO ATENDIMENTO PELA FORNECEDORA. CONTINUIDADE DOS DESCONTOS. PRÁTICA ABUSIVA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. OBRIGAÇÃO DE RESTITUIR O QUE FOI DESCONTADO INDEVIDAMENTE A PARTIR DO PRIMEIRO PEDIDO DE CANCELAMENTO. NEGATIVA EM ATENDER REITERADOS PEDIDOS DE CANCELAMENTO, MANTENDO-SE O DESCONTO INDEVIDO DE PARCELA SIGNIFICATIVA DA RENDA DE CONSUMIDOR QUE PASSA POR DIFICULDADES FINANCEIRAS. DANO MORAL CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO. VALOR FIXADO COM RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE AO DANO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. - Condeno a recorrente no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor da condenação, corrigido. - Julgamento na forma do art. 46 da Lei no. 9.099/95. (TJ-DF - RI: 07147234120158070016, Relator: LUIS GUSTAVO BARBOSA DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 14/10/2015, PRIMEIRA TURMA RECURSAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 19/10/2015 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)
Para aplicação do disposto no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, necessária a presença dos requisitos: a) cobrança indevida; b) pagamento do valor; c) engano injustificável.
O pagamento dos valores cobrados indevidamente está comprovado nos autos, conforme se vislumbra dos contracheques acostados aos autos.
A ré não apresentou justificativa que a escusasse a aplicação do ressarcimento em dobro, razão pela qual deverá ser aplicado.
Entretanto, conforme decidido quando da análise da preliminar, o valor a ser restituído em dobro se refere aos últimos 3 anos anteriores a propositura da ação, in casu, dos valores descontados a partir de fevereiro de 2020 até a migração do contrato para a administração da Empresa GENERALI em março de 2022.
Considerando ainda que os descontos atuais são efetuadas por empresa alheia aos autos, a cessação dos descontos não compete a Ré ZURICK, cabendo a parte autora ingressar com a ação cabível em desfavor da atual gestora.
No tocante ao dano moral, não se vislumbra a ocorrência de dano à personalidade do autor, haja vista o tempo em que permaneceu tendo descontados, bem como os valores, que são pequenos e não houve comprovação de que atingiram a esfera extrapatrimonial, não se tratando o caso de dano moral in re ipsa.
Ante o acima exposto;
1) reconheço a ilegitimidade passiva do réu IPERON e, por conseguinte, o excluo da presente relação processual, extinguindo o feito somente em relação a ele, na forma do art. 485, VI, do CPC;
2) julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para CONDENAR ré ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, a ressarcir a parte autora ELISANGELA DOS SANTOS PINHEIRO, a quantia descontada nos últimos 3 anos, contados do ajuizamento da ação qual seja de fevereiro de 2020 até o mês de março de 2022, aplicando-se o disposto no artigo 42 do CDC, corrigido monetariamente pelo índice oficial adotado pelo TJRO e acrescido de juros moratórios de 1% ao mês a partir da citação.
3) JULGO IMPROCEDENTE o pedido de dano moral.
Sem custas e sem honorários advocatícios nessa fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.
Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta decisão, ficará a demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), e comprovar o depósito nos autos, em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo.

Findo o prazo do pagamento voluntário, e não havendo requerimentos do credor, arquivem-se os autos.
Havendo pagamento voluntário do débito, INTIME-SE a autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, querendo, apresentar dados bancários para a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, autorizada a CPE a expedição do alvará.
Comprovado o levantamento, venham os autos conclusos para extinção
Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de LEVANTAMENTO e intime-se a autora para comprovação nos autos; PRAZO 5 (CINCO) DIAS.
Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, “a”, “b” e “e”, determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intimem-se.
Serve como intimação via Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial Telefone: 3452-0904 - E-mail Gabinete: pbwjegab@tjro.jus.br - E-mail Central de Atendimentos: central_pbw@tjro.jus.br
7006064-56.2021.8.22.0009 Termo Circunstanciado
POLO ATIVO
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
POLO PASSIVO
AUTORES DOS FATOS: E. N. OLIVEIRA, SEVERINO CLEMENTINO DOS SANTOS 1278 CENTRO - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA, EDMILSON NUNES OLIVEIRA, RUA SEVERINO CLEMENTINO DOS SANTOS 1278 ZONA RURAL - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES DOS FATOS: HIAGO BASTOS TRINDADE, OAB nº RO9858
SENTENÇA
Vistos.
Considerando que os envolvidos E. N. OLIVEIRA (pessoa jurídica) e EDMILSON NUNES OLIVEIRA cumpriram integralmente as transações penais ajustadas, conforme c s comprovantes de ID 77453362 e seguintes e certidão de ID 91132104, declaro extintas suas punibilidades, determinando que a sanção não fique constando nos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial, nos termos do artigo 76, § 6º da Lei 9.099/95.
Promova o histórico das partes.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Quanto à madeira apreendida, 21,2401m³ de madeira serrada de essências diversas, oficie a CERNA (Comunidade Terapêutica Nova Aliança) para que, no prazo de 10 (dez) dias, informe se possui interesse na madeira a título de doação.
Vindo resposta positiva, diga o Ministério Público.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002714-89.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: GOMES & DUTRA COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CARLOS DORNEJE 245, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ALEX DE SOUZA GONCALO, RUA ALMIRANTE BARROSO, N 395 395 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Sentença
As partes informaram a composição por meio de acordo extrajudicial, requerendo a homologação, nos termos da petição juntada nos autos.

Assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas.
Havendo descumprimento admito o prosseguimento nos mesmos autos devendo virem conclusos para decisão.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002215-08.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: STEDILE E NOGUEIRA LTDA - ME, RUA RUI BARBOSA 406, NÃO INFORMADO JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: SILVIO CARLOS CERQUEIRA, OAB nº RO6787, WILSON NOGUEIRA JUNIOR, OAB nº RO2917, ISADORA STEDILE CAMPOS, OAB nº RO7483A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: MISAEL BARBOSA SAMPAIO, AVENIDA INDEPENDENCIA 620 CTG - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Sentença
As partes informaram a composição por meio de acordo extrajudicial, requerendo a homologação, nos termos da petição juntada nos autos.
Assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas.
Havendo descumprimento admito o prosseguimento nos mesmos autos devendo virem conclusos para decisão.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001530-98.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: LINDOMAR PEREIRA AGUIAR, RUA ALUISO GOMES 19 CIDADE DO LOBO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ADA CLEIA SICHINEL DANTAS BOABAID, OAB nº RO10375
POLO PASSIVO
REQUERIDO: Estado de Rondônia, - 76842-000 - MUTUM PARANÁ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
R$ 37.781,58
SENTENÇA
Trata-se de demanda repetitiva, na qual Policial Militar pretende a implantação de adicional de disponibilidade militar em seu vencimentos, bem como receber os valores retroativos que entende cabível desde a vigência da norma que criou a referida verba.
A pretensão autoral fundamenta-se sob o suposto direito subjetivo dos militares estaduais de receber valores a título de adicional de disponibilidade militar criado pela Lei Federal 13.954/2019.
In casu, ajuizado por LINDOMAR PEREIRA AGUIAR em face do ESTADO DE RONDÔNIA.
Citado, o Estado de Rondônia arguiu preliminar de incompetência e de correção do valor da causa. No mérito, defendeu a ausência do direito postulado.
Réplica apresentada.
É o relatório. Passo a decidir.
PRELIMINAR
Da incompetência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública
A Fazenda Pública defende que este juizado é incompetente para processamento e julgamento da causa em razão da natureza da demanda, visto que pode trazer impacto amplo a coletividade em razão de seu possível impacto financeiro-orçamentário.
Não assiste razão à tese fazendária visto que a possibilidade da causa ser processada por demanda coletiva, não exclui aqueles que entendem ser titulares de direitos subjetivos possam ajuizar individualmente.
Da correção do valor da causa
Quanto a correção do valor da causa, a pretensão do réu não deve prosperar visto que o valor atribuído pelo autor está adequado.
Enfrentadas as preliminares, passo ao mérito.
Mérito
A parte autora defende que como integrante da Polícia Militar do Estado de Rondônia faz parte da força reserva do Exército, e que referida norma não faz distinção entre as diversas forças militares que devem receber tal adicional.
Alega que Estado de Rondônia não cumpriu o dever de implantar e pagar o valor de 12% a título de adicional de disponibilidade militar sob seu vencimento a partir de Janeiro de 2020 e requer o pagamento de R$ 37.781,58 (trinta e sete mil, setecentos e oitenta e um real e cinquenta e oito centavos), como retroativo.

Por fim, defende sua pretensão porque o Estado de Rondônia aplica a referida norma para majorar a contribuição previdência dos militares do estado.
Por sua vez, a defesa fazendária defende que o autor não tem direito subjetivo a tal verba, visto que em razão do princípio federativo o Estado de Rondônia possui autonomia administrativa e financeira, sendo sua a competência para dispor sobre a remuneração de seus servidores, obedecidos os parâmetros constitucionais.
Inicialmente, cumpre destacar que a Administração Pública é regida à luz dos princípios constitucionais inscritos no caput do art. 37 da Carta Magna:
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).
O princípio da legalidade é base de todos os demais princípios que instruem, limitam e vinculam as atividades administrativas, de modo que a Administração Pública só pode atuar conforme a lei.
O Ente Federativo encontra-se adstrito ao princípio da Legalidade, pelo que somente pode fazer o que a lei determina.
A legalidade no Estado Democrático de Direito não deve ser observada não apenas por seu aspecto formal e isolado, " a letra fria", mas de forma integrada, sob uma análise sistemática e teleológica, considerando a eficácia e os fins do bem comum, nos termos do artigo 5º da LINDB.
Assim, o ponto crucial da controvérsia reside em saber se a parte autora faz jus ao pagamento do adicional de disponibilidade nos termos da legislação que o fundamenta.
Pois bem, feitas as considerações acima, este juízo entende que não deve prosperar a pretensão autoral com os fundamentos a seguir.
A referida lei altera diversos dispositivos legais que tratam sobre o funcionamento das instituições militares no país, ora, no sob instituições e atribuições exclusivas das União, ora, sob o aspecto da União enquanto ente que representa o Estado Brasileiro a fim de coordenar as atividades interesse geral de todos entes da federação, emitindo normas de caráter geral.
Sob o tema da defesa, cabe à União normatizar o caráter subsidiário dos militares estaduais para atividades de defesa nacional, Reserva do Exército, bem como fixar as normas gerais de funcionamento de todas as instituições militares.
Quanto ao aspecto das atividades exclusivas dos estados a legislação nacional, em regra, não se aplica haja vista a já citada autonomia orçamentária e financeira, e a sua inobservância implica na supressão do princípio federativo.
A referida legislação não prevê fonte e forma de custeio para os estados, como ocorre em casos de pisos profissionais nacionalmente estabelecidos.
Ademais, a parte autora omite que o artigo 24 do Decreto-lei nº 667, DE 2 DE JULHO DE 1969 com redação dada pela lei 13.954/2019 evidencia que a lei federal não se aplica à remuneração dos militares estaduais.
Art. 24. Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos, nos termos do § 1º do art. 42, combinado com o inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 13.954, de 2019)
Assim, inexistindo Lei Estadual acerca do adicional vindicado, notadamente quanto à regulamentação, revela-se indevida a imposição de condenação do Estado nesse particular.
Por fim, quanto à tese que o réu aplica a controversa legislação apenas para onerar os militares com descontos previdenciários, tal tese não se sustenta, por dois motivos.
A um, a norma é explícita quanto ao aumento da contribuição dos militares estaduais ao seu sistema de proteção social dos militares.
A dois, o Supremo Tribunal Federal já manifestou pela inconstitucionalidade da regra que estabeleceu alíquota de contribuição aplicável aos militares estaduais e a seus pensionistas, visto que a União invadiu a competência dos estados-membros.
EMENTA Ação cível originária. Competência da União para editar normas gerais a que se refere o art. 21 , inciso XXI , da CF/88 . Impossibilidade de extravasamento. Artigo 24-C do Decreto-lei nº 667 /69, incluído pela Lei nº 13.954 /19, o qual definiu a alíquota de contribuição aplicável aos militares estaduais e a seus pensionistas para o regime de inatividade e pensão. Inconstitucionalidade. 1. O Tribunal Pleno já assentou que a União extrapolou a competência prevista no art. 22 , inciso XXI , da Constituição Federal , ao definir ' por meio da Lei nº 13.954 /19, a qual incluiu o art. 24-C no Decreto-lei nº 667 /69 ' a alíquota de contribuição previdenciária a ser aplicada aos militares estaduais e a seus pensionistas para o regime de inatividade e pensão. Precedente: ACO nº 3.396/DF , Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe de 19/10/20. 2. Deve, portanto, a União se abster de aplicar ao Estado de Tocantins qualquer das providências previstas no art. 7º da Lei nº 9.717 /98 ou de negar-lhe a expedição do Certificado de Regularidade Previdenciária caso o ente estadual continue a aplicar aos policiais e bombeiros militares estaduais e a seus pensionistas a alíquota de contribuição para o regime de inatividade e pensão prevista em lei estadual, em detrimento do que prevê o art. 24-C do Decreto-Lei 667 /69, com a redação da Lei 13.954 /19. 3. À luz do art. 22 , inciso XXI , da Constituição Federal , com a redação conferida pela EC nº 103 /19, pode a União estabelecer normas gerais a respeito de inatividade e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares, a exemplo daquelas a que se referem os arts. 24-D e 24-E do Decreto-lei nº 667 /69, incluídos pela Lei nº 13.954 /19. 4. Ação cível originária julgada parcialmente procedente.
Este juízo está atento aos precedentes colacionados pela parte autora, no entanto, estes foram singulares e, portanto, entendo que os fundamentos que estão nesta sentença estão em melhor consonância com tese em repercussão geral fixada pelo Pretório Excelso e a aplicação do direito pátrio.
Ademais, em mais recente decisão, o atual colegiado da Turma Recursal se posicionou pela improcedência do pedido:
Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada.
- A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria.
Recurso Inominado, Processo nº 7002283-17.2021.822.0012, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Cristiano Gomes Mazzini, Data de julgamento: 10/04/2023.(grifo nosso)
Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial pelo requerente LINDOMAR PEREIRA AGUIAR em face do ESTADO DE RONDÔNIA.
Resolvo o mérito, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei n. 9.099/95.
Sirva a presente sentença de comunicação/intimação
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial Telefone: 3452-0904 - E-mail Gabinete: pbwjegab@tjro.jus.br - E-mail Central de Atendimentos: central_pbw@tjro.jus.br
7006414-10.2022.8.22.0009 Termo Circunstanciado
POLO ATIVO
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
POLO PASSIVO
AUTOR DO FATO: WALTER DE SOUZA CAMPOS, AGATA 1615, CASA JARDIM BANDEIRANTES - 76960-970 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR DO FATO: NATHALY DA SILVA GONCALVES, OAB nº RO6212, MARCIO VALERIO DE SOUSA, OAB nº RO4976, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Considerando que o envolvido WALTER DE SOUZA CAMPOS cumpriu integralmente a transação penal, conforme consta da certidão de ID. Num. 91996685 - Pág. 1, declaro extinta a sua punibilidade, determinando que a sanção não fique constando nos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial, nos termos do artigo 76, § 6º da Lei 9.099/95.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado da sentença.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001479-87.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: KRISHNA KARINA DE BRITO DOS SANTOS, ESTRADA DO AEROPORTO 274, CASA BELA VISTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JULIANO GOMES ANTUNES, OAB nº RO11753
POLO PASSIVO
REQUERIDO: Estado de Rondônia, - 76842-000 - MUTUM PARANÁ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
R$ 2.273,00
SENTENÇA
“O Juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Trata-se de demanda repetitiva, na qual Policial Penal pretende receber diferenças salariais a título de auxílio-alimentação referente ao período Junho de 2020 a Dezembro de 2021.
In casu, ajuizado por KRISHNA KARINA DE BRITO DOS SANTOS em face do ESTADO DE RONDÔNIA.
Alega que Estado de Rondônia não cumpriu o dever de pagar o valor de R$ 253,00(duzentos e cinquenta e três reais) a título de auxílio alimentação no período supramencionado, o que perfaz a diferença mensal que entende devida de R$ 93,00(noventa e três reais) por mês, uma vez que recebeu o valor de R$ 160,00 (cento e sessenta reais).
Fundamentou seu pedido a partir do disposto na Lei Complementar Estadual n. 1.061/20.
Citado, o Estado de Rondônia defende a improcedência do pedido, porque não há a pretensão do autor fundamenta em norma vigente, porém, não eficaz em razão fato extraordinário, pandemia de coronavírus, e nos termos das medidas excepcionais e vigente à época, quais sejam, Lei Complementar da União de 173/2020 e o Decreto Estadual 24.887/2020. Pugna pela dedução dos valores já pagos em caso de condenação.
Em réplica, a parte autora defende sua pretensão sob fundamento da isonomia de vencimentos, a partir de julgados procedentes sobre a concessão do auxílio-alimentação.
É o relatório. Passo a decidir.
O ponto crucial da controvérsia reside em saber se a parte autora faz jus ao pagamento do auxílio alimentação nos termos da Lei Complementar Estadual n. 1.061/20.
Pois bem.
A demanda é de singelo deslinde e sem necessidade de maiores digressões.
Inicialmente, cumpre destacar que a Administração Pública é regida à luz dos princípios constitucionais inscritos no caput do art. 37 da Carta Magna:
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).
O princípio da legalidade é base de todos os demais princípios que instruem, limitam e vinculam as atividades administrativas, de modo que a Administração Pública só pode atuar conforme a lei.
A referida norma foi sancionada em Maio de 2020, no entanto as condições para sua eficácia não ocorreram, sendo que majoração do valor do auxílio-alimentação somente teria lugar quando cumprida a condição fático-jurídica para sua eficácia, qual seja, o fim do estado de calamidade.
“Art. 6°. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros após o encerramento do estado de Calamidade Pública, desde que respeitada a capacidade financeira e orçamentária do Estado, aferida por meio da realização trimestral

acumulada da Receita Corrente Líquida em, no mínimo, 6% (seis por cento) acima do previsto na estimativa inicial da Lei n° 4.709, de 30 de dezembro de 2019 - Lei Orçamentária Anual - LOA ou Lei correspondente que vier a substituí-la."
O Estado de Calamidade Pública foi declarado em 23 de Março de 2020 e foi revogado 13 de Janeiro de 2023 por meio do decreto N° 27.843.
Ademais, a Lei complementar 173/2020 infundiu proibições de aumento de diversas despesas no período requerido, impondo sacrifícios a todos.
"Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:
I - conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública;
II - criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;
III - alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
IV - admitir ou contratar pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos
de chefia, de direção e de assessoramento que não acarretem aumento de despesa, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, as contratações de temporários para prestação de serviço militar e as contratações de alunos de órgãos de formação de militares; (Vide)
V - realizar concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso
IV; (Vide)
VI - criar ou majorar auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade;
VII - criar despesa obrigatória de caráter continuado, ressalvado o disposto nos §§ 1º e
2º;
VIII - adotar medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º da Constituição Federal;
IX - contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.
(…)"
A proibição mencionada é constitucional, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, Tema de Repercussão Geral n. 1.137:
"É constitucional o artigo 8º da Lei Complementar 173/2020, editado no âmbito do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).
Portanto, o disposto no artigo 2º da Lei Complementar Estadual n. 1.061/20 foi vigente, mas não eficaz. Tanto é que o auxílio-alimentação desta categoria foi majorado em Janeiro de 2022 a partir da vigência da Lei Complementar n° 1.122, de 23 de Dezembro de 2021.
Por fim, quanto à nova tese apresentada na impugnação, na qual a parte autora fundamenta sua pretensão em suposta isonomia entre servidores.
Atento aos julgados colacionados, vê-se que as decisões foram alicerçadas em fatos e fundamentos diversos desse caso, de modo que, aplica-se aqui peremptoriamente a Súmula Vinculante n.37:
"Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.
Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na inicial pela requerente KRISHNA KARINA DE BRITO DOS SANTOS em face do ESTADO DE RONDÔNIA.
Resolvo o mérito, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei n. 9.099/95.
Sirva a presente sentença de comunicação/intimação.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000639-77.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: ADRIANA AUGUSTO DA SILVA, RUA LINDOLFO JOAQUIM CUSTÓDIO 692 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FIAMA RAMOS DE SOUZA, OAB nº RO11756
POLO PASSIVO
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
"O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede." (Rui Barbosa)
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/1995 c/c art. 27 da Lei n. 12.153/2009.
Fundamento e Decido.

O feito, efetivamente, comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC, eis que o conjunto probatório é suficiente para o convencimento deste magistrado, e não há questões preliminares a serem analisadas.
O cerne dos autos, cinge-se em verificar se há direito ao ressarcimento de despesas médicas particulares, além de indenização por danos morais, em razão de suposta omissão estatal na disponibilização de procedimento cirúrgico para a autora, o que teria gerado os danos alegados.
No caso sub judice, a parte autora sustenta sua pretensão na falta de serviço por parte do ente federativo estadual, cuja responsabilidade, nesta modalidade, deve ser analisada de forma subjetiva, conforme doutrina majoritária predominante, a que me filio.
Sobre o assunto, leciona Celso Antônio Bandeira de Mello:
'' A responsabilidade por omissão é responsabilidade por comportamento ilícito. E é responsabilidade subjetiva, porque supõe dolo ou culpa em suas modalidades de negligência, imperícia ou imprudência, embora possa tratar-se de uma culpa não individualizada na pessoa de tal ou qual funcionário, mas atribuída ao serviço estatal genericamente. É a culpa anônima ou faute de service no francês, por nós deduza por '' falta de serviço''. É dispensável localizar-se, no Estado, quem especificamente descumpriu o dever de agir, omitindo-se propositadamente ou apenas por incúria, por imprudência, ao negligenciar a obrigação e atuar tempestivamente. Cumpre tão só que o Estado estivesse obrigado a certa prestação e faltasse a ela, por descaso, por imperícia ou por desatenção no cumprir de seus deveres, para que desponte a responsabilidade pública por omissão'' (RT 552/14).
Fixadas essas premissas, passo à análise do caso concreto.
Em análise dos autos, verifica-se que a autora foi internado no Hospital HEURO, em razão de acidente de motocicleta, conforme prontuário médico juntado aos autos.
Durante o período em que ficou internada no HEURO, a autora foi atendida por diversos profissionais de saúde que lhe prestaram atendimentos médicos, sendo-lhe prescrito medicamentos, curativos, dentre outros.
No mesmo dia dos fatos, houve solicitação de avaliação e cirurgia em ortopedia, procedimento esse fornecido no âmbito do Hospital Regional de Cacoal- HRC, conforme documentos médicos.
Todavia, consta dos autos que a autora tomou a decisão de procurar a rede particular para realizar o procedimento.
O quadro clínico da autora demandava cirurgia, mas não restou comprovada omissão específica (desídia) do ente público.
Com efeito, o estado geral da autora era bom, não se tratando de emergência, recebendo a paciente os cuidados condizentes ao seu estado.
Ressalta-se que o especialista da rede pública informou que a fratura de platô tibial que apresenta risco de embolia e tromboembolia, é recomendável aguardar cerca de 5 dias para melhora do edema com imobilização adequada e heparinização, porém a paciente evadiu-se do hospital sem a liberação médica, conforme laudo médico medico (id 90106501, pág. 17).
Decerto que o Estado réu não foi omisso no seu dever, eis que desde a entrada da autora no hospital público ela recebeu todos os cuidados necessários.
O ente federativo tem o dever de prestar assistência médica aos usuários, entretanto, tal não significa que deva fazê-lo imediatamente, salvo situações excepcionais de emergência.
Não há comprovação de que o procedimento não seria realizado no âmbito do hospital regional HRC.
Nesse contexto, não tendo o réu se negado ou se omitido a realizar o atendimento médico, tendo a autora, sponte própria, assumido as consequências ao realizar o procedimento na rede particular, a improcedência dos pedidos é medida imperativa.
Quanto ao dano moral, apesar da situação de fato vivenciada, tenho que não há direito a indenização, sobretudo considerando que o autor ficou aos cuidados do Estado réu.
Tratando-se de saúde pública, o dever dos entes públicos é para com todas as pessoas o que, muitas vezes, dificulta ou inviabiliza o fornecimento de uma forma considerada ideal, ensejando, portanto, fila de espera.
Cabe ressaltar, outrossim, que o sistema público de Saúde (SUS) é financiado com recursos públicos que, por óbvio, são escassos e, por isso, não há como obrigar o sistema único de saúde a financiar todo tipo tratamento existente e a todos os cidadãos.
Desta feita, diante dos aspectos acima observados, não há razão para se impor dever de indenizar.
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados pela autora ADRIANA AUGUSTO DA SILVA, em face do Estado de Rondônia, partes qualificadas, conforme fundamentação supra.
DECLARO EXTINTO, COM RESOLUÇÃO do mérito (CPC 487, I).
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao reexame necessário (artigo 11 da Lei 12.153/2009).
Publicada e registrada eletronicamente.
Intimem-se via Pje/DJe.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
2000030-87.2020.8.22.0009 Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo
POLO ATIVO
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 78800-000 - POXORÉO - MATO GROSSO
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
POLO PASSIVO
REU: ADROALDO LUIZ DOS SANTOS, RUA JESUÍNO DÁVILA 1672, (69) 99244-9359 JARDIM BANDEIRANTES - 76963-754 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: FRANK ANDRADE DA SILVA, OAB nº RO8878, PAULO LUIZ DE LAIA FILHO, OAB nº RO3857

Sentença
O Ministério Público ofereceu denúncia contra ADROALDO LUIZ DOS SANTOS qualificado nos autos, pela prática, em tese, do crime tipificado no Artigo 46, parágrafo único c/c art. 53, inciso II, alínea “c”, ambos da Lei 9.605/98.
O acusado foi beneficiado com a Suspensão Condicional do Processo, pelo prazo de 02 (dois) anos (Num. Num. 58465853 - Pág. 2), tendo cumprido regularmente a prestação de serviço à comunidade/pecuniária assumida, assim como as demais condições, exceto a de comparecimento mensal em juízo, isso porque a apresentação ficou suspensa no período decretado como estado pandêmico por conta do coronavirus (covid-19), quando então o TJRO suspendeu as respectivas apresentações por meio do art. 5º, II do Ato Conjunto n. 006/2021-PR-CGJ.
Decorrido o prazo da suspensão, foi determinada a remessa dos autos ao órgão ministerial para análise de possível extinção da punibilidade do réu, tendo este manifestado favoravelmente, argumentando que o beneficiário não poderia ser prejudicado pela suspensão das apresentações em juízo (ID. Num. 92753193 - Pág. 1).
Posto isso, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE de ADROALDO LUIZ DOS SANTOS, qualificado nos autos, nos termos do art. 89, § 5º da Lei 9.099/95, dando por cumpridas as condições da suspensão condicional do processo.
Ante o pedido de extinção pelo Parquet, antecipo o trânsito em julgado nesta data.
Procedam-se as anotações, comunicações e baixas pertinentes, arquivando-se estes autos, pois nada nele pende.
Sentença publicada e registrada automaticamente pelo sistema PJE.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7006004-83.2021.8.22.0009 Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
POLO ATIVO
EXEQUENTE: ELIANE SAMPAIO DE ALMEIDA, RUA JOSÉ GILDO F. LOURENÇO 193 NI - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FELIPE WENDT, OAB nº RO4590, EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730
POLO PASSIVO
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
DESPACHO
Vistos, etc.
A parte exequente peticionou pedido desconsideração da petição de cumprimento de sentença, porém não apresentou a petição que entende ser correta.
Assim, excepcionalmente, concedo o prazo de 5 dias para apresentar planilha de cálculo e requerer o que entender de direito.
Publique-se, servindo de intimação.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial Cível
Processo: 7000849-31.2023.8.22.0009
REQUERENTE: GABRIEL MENDES PADILHA DE OLIVEIRA, AV. PRESIDENTE KENNEDY 950 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Valor da causa: R$ 10.000,00
DECISÃO
O recurso é adequado (art. 41 da Lei 9.099/95) e foi interposto dentro do prazo legal (art. 42 art. 41 da Lei 9.099/95), porquanto tempestivo.
A parte é legítima, está representada, e tem interesse em recorrer, já que vencida na causa – insurgindo-se quanto a sentença prolatada nos autos.
Intimada a parte recorrida apresentou contrarrazões.
Portanto, presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo o presente recurso no efeito devolutivo (art. 43 da Lei 9.099/95).
Assim, determino a remessa dos autos a Turma Recursal.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001435-68.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: ROBSON RIBEIRO CABRAL, AVENIDA PADRE ANGELO 1111, CASA JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JULIANO GOMES ANTUNES, OAB nº RO11753
POLO PASSIVO
REQUERIDO: Estado de Rondônia, - 76872-854 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
R$ 3.356,67
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Trata-se de ação declaratória c.c cobrança ajuizada por ROBSON RIBEIRO CABRAL em desfavor do ESTADO DE RONDÔNIA, partes qualificadas nos autos.
Argumenta o requerente que é servidor público estadual, exercendo o cargo de Policial Penal na casa de detenção de Pimenta Bueno, cumprindo as escalas de plantão propostas pela SEJUS-RO. Alega que, em razão do horário e da natureza da atividade que desenvolve, o Requerido pagou até Abril de 2022 o adicional de serviço extraordinário de forma errônea.
Ao final, requereu a condenação do requerido na obrigação de fazer, consistente na implantação do divisor de 200 horas para apuração do referido adicional e ao pagamento do retroativo, a serem corrigidos até a data efetiva implementação do divisor que entende ser correto.
Juntou procuração e documentos.
O Estado de Rondônia apresentou contestação e documentos, rebatendo a pretensão. Afirmou ausência de comprovação do direito alegado e inexistência do direito ao divisor de 200 horas para os cálculos das horas extras e noturnas. Impugnou a pretensão autoral.
Ao final, requereu a improcedência da ação.
Impugnação à contestação apresentada.
É o relatório. Decido.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do juiz. É o juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 - AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
Preliminar
Da suspensão
O réu pugna pela suspensão desta ação individual em razão da macro-lide coletiva 7036573-57.2022.8.22.0001 tratar da mesma matéria e estar pendente para julgamento.
Afasto a preliminar porque essa matéria está pacificada no Tribunal de Justiça de Rondônia, de forma que não há risco de macular o princípio da segurança jurídica. Ademais, essa ação foi proposta após a demanda coletiva, de forma que o autor não poderá aproveitar eventual título oriundo daquela.
Do mérito
Inicialmente, esclareço que o processo será analisado em sua ordem lógico processual, porém, é prudente a abertura do manifesto com as razões abaixo expostas, porquanto, havendo eventual procedência da demanda, deverá ser obedecido ao prazo prescricional quinquenal contra pretensões formuladas em desfavor da Fazenda Pública, conforme estabelecido no artigo 1 º do Decreto nº 20.910/1932 que regula sobre a prescrição quinquenal.
A propósito do assunto, a jurisprudência a seguir:
AGRAVO REGIMENTAL RECEBIDO COMO AGRAVO INTERNO PRESCRIÇÃO QUINQUENAL FAZENDA PÚBLICA RECONHECIMENTO RECONSIDERAÇÃO DESCABIDA. O art. 1º do Decreto-lei nº 20.910/32 estabelece a prescrição quinquenal de qualquer direito ou ação contra a Fazenda Pública, seja qual for a sua natureza, a partir do ato ou fato do qual se originou. Mantida decisão monocrática. (TJ-PA - AC: 200330008429 PA 2003300-08429, Relator: LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR, Data de Julgamento: 09/07/2009, Data de Publicação: 14/07/2009).
Assim, as pretensões de qualquer natureza em desfavor da Fazenda Pública deverão obedecer ao prazo prescricional quinquenal anterior ao ajuizamento da ação.
Passo ao exame do mérito:
Conforme as fichas financeiras juntadas, é possível constatar que o requerente exerce suas funções de Policial Penal, percebendo determinado percentual a título de adicional de serviço extraordinário não informado. Com efeito, as fichas financeiras comprovam que houve a efetiva prestação de trabalho em horário noturno e serviço extraordinário e que o Requerente vem recebendo determinado valor sobre tais verbas.
Pois bem.
O adicional de serviços extraordinários é direito previsto no art. 86, III, c.c art. 92, ambos da LC 68/68.
A jurisprudência da Turma Recursal já sedimentou o entendimento de que os servidores públicos, que possuem a jornada de 40 horas semanais, se sujeitam, para fins de cálculos do adicional noturno e horas extras, ao divisor de 200 (duzentas) horas.
Neste sentido foi implantado esta forma de pagamento das horas extras por meio administrativo desde Maio de 2022, conforme informado pelo autor (página 2).
Assim, no que se refere à base de cálculo do referido adicional, considera-se o vencimento básico, com o divisor de 200 horas mensais, conforme entendimento da egrégia Turma Recursal do Estado de Rondônia.
A propósito, cito os precedentes:

Recurso Inominado. Administrativo. Agente penitenciário. Adicional noturno. Pagamento retroativo. Implantação. Lei Estadual n. 1.068/2002. Divisor de 200 horas.
O cálculo do adicional noturno deve-se dividir o vencimento básico por 200h, à luz da jurisprudência do STJ e, ao final, multiplicar o valor da hora normal pelo percentual do adicional noturno (20%), previsto na legislação em vigor (Lei 1068/02, art. 9º).
RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7000449-65.2019.822.0006, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 30/06/2020.
RECURSO INOMINADO. AGENTE PENITENCIÁRIO. ADICIONAL NOTURNO DEVIDO. SENTENÇA MANTIDA. - Comprovado o exercício do trabalho no período noturno por agente penitenciário, surge para o Estado de Rondônia o dever de pagar o respectivo adicional noturno, o qual deve ser calculado sobre o vencimento básico, utilizando-se o divisor de 200 horas mensais e o percentual do adicional noturno (20%), previsto na legislação em vigor (Lei 1068/02, art. 9º).
(Recurso Inominado, Processo nº 0014088-61.2013.822.0014, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Jorge Luiz dos S. Leal, Data de julgamento: 30/08/2017).
Assim, ficou evidenciado nos autos que o Estado de Rondônia não aplicou o divisor de 200 horas para o cálculo das extras do Requerente no período vindicado, em dissonância com a legislação estadual e precedentes jurisprudenciais. Logo, não se sobressaem os argumentos do Estado de Rondônia.
Diante disso, a procedência é medida que se impõe quanto ao pagamento de valores retroativos.
Considerando que houve a implantação da base de cálculo vindicada já ocorreu de forma administrativa, a pretensão do autor resta prejudicada quanto a este pedido.
Eventual cumprimento de sentença se dará com a efetiva juntada das folhas de ponto, a ser apresentada pelo Requerido, nos termos do art. 9º da Lei 12.153/09.
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, inciso I do Código de Processo Civil, julgo PROCEDENTE o pedido formulado por ROBSON RIBEIRO CABRAL em face do ESTADO DE RONDÔNIA, para condenar o requerido ao pagamento retroativo, com reflexo no 13º salário, férias e seu acréscimo de 1/3, excetuando-se a quantia que já fora paga a esse título e a atingida pela prescrição quinquenal, referentes às diferenças salariais a título de horas-extras de 50%, devendo ser levando em conta o fator divisor de duzentas horas trabalhadas por mês e o vencimento básico.
Por conseguinte, determino ao Requerido que proceda com a aplicação do divisor de 200 (duzentos) para os cálculos das horas-extras, enquanto perdurar tal regime de trabalho.
Os valores deverão ser corrigidos desde a época em que deveriam ter sido pagas, de acordo com o IPCA-E, e juros desde a citação, segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança (na forma do art. 1°-F da Lei n. 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/09), tudo conforme as teses fixadas pelo STF no julgamento do RE 870947 (tema 810 da Repercussão Geral) acerca dos índices de correção e juros em condenações contra Fazenda Pública.
Dos referidos cálculos deverão ser deduzido os valores já recebidos pela parte, conforme fundamentação supra.
DECLARO RESOLVIDO o mérito (CPC 487, I).
Dado o rito especial deste juizado, a liquidação dar-se-á mediante apresentação de cálculos pela própria parte interessada, dos quais far-se-á vista a outra parte para impugnação, sob pena de renúncia.
Caso não supere o limite de pequeno valor (Lei Estadual nº 1.788/2007), expeça-se a RPV e proceda à entrega ao réu, nos termos do artigo 13, inciso I da L.12.153/09, caso contrário, não havendo renúncia ao excedente, o pagamento far-se-á mediante precatório.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao reexame necessário (artigo 11 da Lei 12.153/2009).
Publicada e registrada eletronicamente.
Intimem-se, servindo a presente de intimação.
Após o trânsito em julgado, intime-se a parte autora para requerer o que entender pertinente no prazo de 5 (cinco) dias, arquivem-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno Processo nº: 7002365-86.2023.8.22.0009
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Cheque
Requerente/Exequente:EDELAR LAUTHARTTE, AVENIDA BELA VISTA 106 BELA VISTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Advogado do requerente: SEBASTIAO CANDIDO NETO, OAB nº RO1826
Requerido/Executado: D W G MACEDO VEICULOS, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 430, ARENA VEÍCULOS PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Advogado do requerido: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Aguarde-se a devolução do AR por 15 dias, após, conclusos.
Pimenta Bueno - RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7006942-44.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: SANTOS & DUTRA COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME, CARLOS DORNEJE 28, LOJA ALOIR MOVEIS APEDIÁ - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ANGELO GASPARELI JUNIOR, ANTONIO FRANCISCO 334, CASA LIBERDADE - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Sentença
As partes informaram a composição por meio de acordo extrajudicial, requerendo a homologação, nos termos da petição juntada nos autos.
Assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas.
Havendo descumprimento admito o prosseguimento nos mesmos autos devendo virem conclusos para decisão.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001119-55.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: ROMARIO DA SILVA SOARES, LINHA 32 SUL GLEBA 10, LOTE 05 - ST BARÃO DE MELGAÇO ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: DIEGO BARCELOS SANTOS, OAB nº RO10167A, ARTHUR GOULART SILVA, OAB nº RO10351
POLO PASSIVO
REQUERIDO: Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
R$ 7.583,06
SENTENÇA
Considerando que a parte Autora requereu a extinção do feito, HOMOLOGO a desistência e JULGO EXTINTA a presente ação, com fundamento no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil e Enunciado nº 90 do FONAJE.
Sem custas.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquive-se o processo, independente do trânsito em julgado da sentença.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006513-77.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: ADILSON TRAVESANI, LINHA 32, LOTE 64, SETOR ABAITARÁ S/N ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590A
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA, AC PRIMAVERA DE RONDONIA 1466, RUA JONAS ANTÔNIO DE SOUZA 1466 CENTRO - 76976-970 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensando na forma da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito, efetivamente, comporta julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 355, I, do CPC, porquanto por se tratar apenas de matéria de direito, desnecessária a produção de prova testemunhal, e o desfecho jurídico depende apenas de apreciação de provas documentais, que no caso são suficientes para a convicção deste magistrado.

Ademais, por ser o magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórios ou desnecessárias para a formação do seu convencimento, razão pela qual indefiro o pedido de dilação probatória, mormente porque há nos autos prova suficiente para o deslinde da questão.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
MÉRITO:
Trata-se de ação obrigação de fazer, em que a parte Autora pleiteia o recebimento de adicional de insalubridade, tendo como base de cálculo o vencimento ou salário-base, nos termos da Lei Federal nº 13.324/16.
A parte autora é servidora pública municipal, pertencente aos quadros do Município de Primavera de Rondônia, exercendo o cargo de Agente Comunitário de Saúde (40 horas), conforme termo de posse juntado aos autos.
No caso sub judice, tem-se que a parte Autora já recebe o adicional de insalubridade, requerendo, tão somente, a mudança na forma de calculá-lo, para que seja concedido o benefício, tendo como base de cálculo o vencimento básico.
A Constituição Federal de 1988, em seu art. 198, § 5º, dispõe:
§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2010)
A Lei Federal de aplicação nacional, a saber, Lei nº 13.342/16, que acrescentou o parágrafo 3º ao art. 9º-A, prevê que a base de cálculo do benefício é o vencimento ou salário-base:
Art. 9º-A. O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais.
[...]
§ 3º O exercício de trabalho de forma habitual e permanente em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo federal, assegura aos agentes de que trata esta Lei a percepção de adicional de insalubridade, calculado sobre o seu vencimento ou salário-base: (Incluído pela Lei nº 13.342, de 2016)
I - nos termos do disposto no art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, quando submetidos a esse regime; II - nos termos da legislação específica, quando submetidos a vínculos de outra natureza.
Percebe-se que a legislação em epígrafe ora aplicável à categoria funcional da parte autora, passou a dispor que a base de cálculo do adicional de insalubridade agora é vencimento ou salário-base do servidor.
Tal lei federal de caráter nacional é específica para os agentes comunitários de saúde e agentes de endemias, e por se tratar de lei especial, ela deve prevalecer sobre a geral.
A legislação federal passou a regulamentar o comando constitucional a respeito dos agentes comunitário de saúde, nos termos do §5 do art. 198 da CF já citado inicialmente.
Nesse contexto, a base de cálculo do adicional de insalubridade prevista na referida legislação federal deve ser aplicada.
Nesse sentido, já decidiu o eg. TJ/SP que a Lei Federal nº 11.350/2006, por mandamento constitucional, se sobrepõe à Lei Municipal. Vejamos:
"AÇÃO ORDINÁRIA. AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RANCHARIA/SP. Autora, servidora pública municipal, que comprovou a inobservância por parte do Município de Rancharia/SP da base de cálculo do adicional de insalubridade prevista na Lei Federal nº 13.342/16, que deve ser cumprida por determinação do §5º do art. 198 da Constituição Federal. Inexistência de ofensa ao pacto federativo. Precedentes desta E. Colégio Recursal e do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Sentença reformada para se julgar o pedido procedente. Recurso desprovido."
(TJ/SP, Recurso Inominado Cível nº 1000390-66.2022.8.26.0491, Relator: Fábio Mendes Ferreira, data 26 de julho de 2022).
Assim, considerando ter sido provado que a base de cálculo do adicional de insalubridade recebido pelo servidor não observou a Lei Federal, é de rigor o decreto de procedência dos pedidos.
Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados, declarando o direito da parte Autora ADILSON TRAVESANI no recebimento do adicional de insalubridade sobre o salário-base por si percebido, e não sobre o salário-mínimo, nos termos da Lei Federal nº 13.342/2016, devendo o réu adequar a base de cálculo do referido adicional.
Condeno o Município de PRIMAVERA DE RONDONIA/RO ao pagamento das diferenças vencidas, com efeitos financeiros desde julho de 2022, até a data da efetiva adequação nos termos supra, com reflexos nas férias, 1/3 de férias, 13º salário, devendo ser deduzidos os valores recebidos administrativamente.
Deixo de antecipar os efeitos da tutela, em razão do que dispõe o artigo 2-B, da Lei n. 9494/1997 c/c artigo 1.059, do CPC/2015.
Os valores retroativos serão apurados em regular liquidação de sentença, por simples cálculos, nos exatos termos da fundamentação supra, parte integrante desta decisão, cuja correção monetária e juros serão devidos de acordo com a taxa SELIC (EC 113/2021).
DECLARO RESOLVIDO o mérito (CPC 487, I).
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao reexame necessário (artigo 11 da Lei 12.153/2009).
Publicada e registrada eletronicamente. Intimem-se.
Após o trânsito em julgado, não havendo manifestação no prazo de 5 dias, arquivem-se.
Pimenta Bueno , 3 de julho de 2023 .
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002777-17.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial

POLO ATIVO
EXEQUENTE: SIMONE LEMES DOS SANTOS PEREIRA 93881398287, PRESIDENTE KENNEDY 653 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945, MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875
POLO PASSIVO
EXECUTADO: CLEIDE MARQUES DE MIRA, AVENIDA RECIFE 611 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
As partes informaram a composição por meio de acordo extrajudicial, requerendo a homologação, nos termos da petição juntada nos autos.
Assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas.
Havendo descumprimento admito o prosseguimento nos mesmos autos devendo virem conclusos para decisão.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho - 3ª Vara de Família
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno PROCESSO Nº 7006201-04.2022.8.22.0009
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
ADVOGADO DO REQUERENTE: VALERIA PINHEIRO DE SOUZA, OAB nº RO9188
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA DO IPERON, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
REQUERENTE: ANGELA MARIA SANTOS DA SILVA
REQUERIDOS: IPERON - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO ESTADO DE RONDONIA, Estado de Rondônia
À (a) Ilma. (o) Senhora (o)
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEP
Palácio Rio Madeira
Avenida Farquar, n° 6986, Bairro Pedrinhas, Curvo 2-1º Andar - CEP 76.801-470, Porto Velho/RO.
Senhor (a) Superintendente
Informo a Vossa Senhoria que tramita neste juízo os autos de alvará judicial supramencionado.
Assim, solicito a Vossa Senhoria que, no prazo de 10 dias, esclareça a respeito da alegação de não pagamento das verbas rescisórias, em favor do ex servidor Francisco Rodrigues da Silva Filho, cadastro 300027776 (falecido), no valor de R$ 9.172,03, no tocante ao Processo SEi 0029.079412/2017-19.
Outrossim, caso tenha sido efetivado o pagamento, deverá esclarecer a este juízo se houve algum abatimento de valores a título de restituição ao erário.
Destaco, ainda, que é dever do empregador proceder a todos os atos necessários ao cumprimento da obrigação por parte do empregado, conforme disposições expressas nos arts. 20 e 22 da Lei 5.478, de 27.07.68 (LA):
Art. 20 da Lei 5.478, de 27.07.68 (Lei de Alimentos): "as repartições públicas, civis ou militares, inclusive do Imposto de Renda, darão todas as informações necessárias à instrução dos processos previstos nesta lei e à execução do que for decidido ou acordado em juízo".
Para fins de celeridade, a resposta poderá ser encaminhada ao e-mail institucional desta comarca (pbwjegab@tjro.jus.br ou central_pbw@tjro.jus.br).
Intime-se. Serve cópia da presente de mandado/ofício.
Assinado eletronicamente
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006514-62.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: ILDA TROMBINI NARDO, AC PRIMAVERA DE RONDONIA 4184, AV. JORGE TEIXEIRA CENTRO - 76976-970 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590A
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA, AC PRIMAVERA DE RONDONIA 1466, RUA JONAS ANTÔNIO DE SOUZA 1466 CENTRO - 76976-970 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensando na forma da Lei 9.099/95.
DECIDO.

O feito, efetivamente, comporta julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 355, I, do CPC, porquanto por se tratar apenas de matéria de direito, desnecessária a produção de prova testemunhal, e o desfecho jurídico depende apenas de apreciação de provas documentais, que no caso são suficientes para a convicção deste magistrado.
Ademais, por ser o magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórios ou desnecessárias para a formação do seu convencimento, razão pela qual indefiro o pedido de dilação probatória, mormente porque há nos autos prova suficiente para o deslinde da questão.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
MÉRITO:
Trata-se de ação obrigação de fazer, em que a parte Autora pleiteia o recebimento de adicional de insalubridade, tendo como base de cálculo o vencimento ou salário-base, nos termos da Lei Federal nº 13.324/16.
A parte autora é servidora pública municipal, pertencente aos quadros do Município de Primavera de Rondônia, exercendo o cargo de Agente Comunitário de Saúde, conforme termo de posse juntado aos autos.
No caso sub judice, tem-se que a parte Autora já recebe o adicional de insalubridade, requerendo, tão somente, a mudança na forma de calculá-lo, para que seja concedido o benefício, tendo como base de cálculo o vencimento básico.
A Constituição Federal de 1988, em seu art. 198, § 5º, dispõe:
§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2010)
A Lei Federal de aplicação nacional, a saber, Lei nº 13.342/16, que acrescentou o parágrafo 3º ao art. 9º-A, prevê que a base de cálculo do benefício é o vencimento ou salário-base:
Art. 9º-A. O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais.
[...]
§ 3º O exercício de trabalho de forma habitual e permanente em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo federal, assegura aos agentes de que trata esta Lei a percepção de adicional de insalubridade, calculado sobre o seu vencimento ou salário-base: (Incluído pela Lei nº 13.342, de 2016)
I - nos termos do disposto no art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, quando submetidos a esse regime; II - nos termos da legislação específica, quando submetidos a vínculos de outra natureza.
Percebe-se que a legislação em epígrafe ora aplicável à categoria funcional da autora, passou a dispor que a base de cálculo do adicional de insalubridade agora é vencimento ou salário-base do servidor.
Tal lei federal de caráter nacional é específica para os agentes comunitários de saúde e agentes de endemias, e por se tratar de lei especial, ela deve prevalecer sobre a geral.
A legislação federal passou a regulamentar o comando constitucional a respeito dos agentes comunitário de saúde, nos termos do §5 do art. 198 da CF já citado inicialmente.
Nesse contexto, a base de cálculo do adicional de insalubridade prevista na referida legislação federal deve ser aplicada.
Nesse sentido, já decidiu o eg. TJ/SP que a Lei Federal nº 11.350/2006, por mandamento constitucional, se sobrepõe à Lei Municipal. Vejamos:
"AÇÃO ORDINÁRIA. AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RANCHARIA/SP. Autora, servidora pública municipal, que comprovou a inobservância por parte do Município de Rancharia/SP da base de cálculo do adicional de insalubridade prevista na Lei Federal nº 13.342/16, que deve ser cumprida por determinação do §5º do art. 198 da Constituição Federal. Inexistência de ofensa ao pacto federativo. Precedentes desta E. Colégio Recursal e do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Sentença reformada para se julgar o pedido procedente. Recurso desprovido."
(TJ/SP, Recurso Inominado Cível nº 1000390-66.2022.8.26.0491, Relator: Fábio Mendes Ferreira, data 26 de julho de 2022).
Assim, considerando ter sido provado que a base de cálculo do adicional de insalubridade recebido pelo servidor não observou a Lei Federal, é de rigor o decreto de procedência dos pedidos.
Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados, declarando o direito da Requerente ILDA TROMBINI NARDO no recebimento do adicional de insalubridade sobre o salário-base por si percebido, e não sobre o salário-mínimo, nos termos da Lei Federal nº 13.342/2016, devendo o réu adequar a base de cálculo do referido adicional.
Condeno o Município de PRIMAVERA DE RONDONIA/RO ao pagamento das diferenças vencidas, com efeitos financeiros desde julho de 2022, até a data da efetiva adequação nos termos supra, com reflexos nas férias, 1/3 de férias, 13º salário, devendo ser deduzidos os valores recebidos administrativamente.
Deixo de antecipar os efeitos da tutela, em razão do que dispõe o artigo 2-B, da Lei n. 9494/1997 c/c artigo 1.059, do CPC/2015.
Os valores retroativos serão apurados em regular liquidação de sentença, por simples cálculos, nos exatos termos da fundamentação supra, parte integrante desta decisão, cuja correção monetária e juros serão devidos de acordo com a taxa SELIC (EC 113/2021).
DECLARO RESOLVIDO o mérito (CPC 487, I).
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao reexame necessário (artigo 11 da Lei 12.153/2009).
Publicada e registrada eletronicamente. Intimem-se.
Após o trânsito em julgado, não havendo manifestação no prazo de 5 dias, arquivem-se.
Pimenta Bueno , 10 de julho de 2023 .
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002214-23.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: JOSE BATISTA DOS SANTOS SUPERMERCADO - EPP, AV. DOS IMIGRANTES 1.246, CTG - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875, MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945
POLO PASSIVO
REU: ALEXANDRE ALFREDO RODRIGUES, ANEXO AO POSTO 12 DE OUTUBRO SN, RESTAURANTE LOBO DA ESTRADA BR 364 KM 10 - 76801-002 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Sentença
As partes informaram a composição por meio de acordo extrajudicial, requerendo a homologação, nos termos da petição juntada nos autos.
Assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas.
Havendo descumprimento admito o prosseguimento nos mesmos autos devendo virem conclusos para decisão.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000526-60.2022.8.22.0009 Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
POLO ATIVO
EXEQUENTE: NEUZA DOS SANTOS PEREIRA, AVENIDA MACEIO 1045 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FELIPE WENDT, OAB nº RO4590, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A
POLO PASSIVO
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de sentença.
Considerando a satisfação do débito das RPVs expedidas, conforme comprovante juntado, julgo EXTINTO O PRESENTE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.
Intime-se.. Após, arquivem-se os autos.
Publicada e Registrada Eletronicamente.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7005145-67.2021.8.22.0009 Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
POLO ATIVO
EXEQUENTE: VALCILENE OLIVEIRA DA SILVA, AVENIDA SALVADOR 1348 BAIRRO NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
POLO PASSIVO
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
Valor da Causa: R$ 2.803,34
DECISÃO
Vistos, etc.
Trata-se de cumprimento de sentença contra Fazenda Pública Municipal.
Segundo consta nos autos, a parte executada impugnou os cálculos ao argumento de excesso de execução, a fim de excluir os valores pagos de forma administrativa.

Analisando os cálculos, verifica-se que a parte exequente não deduziu os valores pagos em folha de pagamento, caracterizando excesso de execução.
Desta feita, acolho a impugnação ofertada, para determinar a expedição de RPV, em desfavor do executado, na quantia de R$ 340,06, montante esse devido, já deduzido o valor pago administrativamente (- R$98,94).
Fixo o prazo para pagamento em 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento da requisição, pena de sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, dispensada a audiência da fazenda pública.
Após a expedição da Requisição de Pequeno Valor, intime-se a parte para pagamento, arquivando o feito oportunamente, devendo a parte autora manifestar-se no caso de descumprimento requerendo o que entender de direito.
Intimem-se. Serve cópia da presente de expediente/ intimação/ mandado.
Publique-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000579-07.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: HEVANDRO SCARCELLI SEVERINO
ADVOGADO DO AUTOR: HEVANDRO SCARCELLI SEVERINO, OAB nº RO3065
POLO PASSIVO
REU: F. P. D. M. D. P. B., AV CASTELO BRANCO 1046, PREFEITURA PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Com a remessa dos autos à Vara Cível, aquele Juízo devolveu, sob o argumento de que, nos termos do art. 51, da Lei 9.099/95, quando o procedimento for incompatível com a Lei dos Juizados, o processo deve ser extinto, conforme explicitado na decisão.
Intimado acerca da decisão, o autor quedou-se inerte.
Assim, ante o retorno dos autos para este Juízo, e nos termos da decisão inicial (id n. 86586327), extingo o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, I, do CPC e artigos 8º e 51, II, da Lei nº 9.099/95.
Sem custas, despesas e honorários, conforme o sistema próprio dos juizados especiais, nos termos do art. 55 da Lei nº 9.099/95.
Desnecessária a intimação da parte sem advogado.
Transitada em julgado, arquivem-se os autos.
Caberá a parte interessada, após extrair cópia da presente decisão, distribuir a ação anulatória junto ao Juízo prevento.
Sem custas ou honorários.
Registrada e publicada eletronicamente.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003786-82.2021.8.22.0009 Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
POLO ATIVO
EXEQUENTE: LEOCI FARIAS DA SILVA OLIVEIRA, RUA 1º DE MAIO 362, NÃO INFORMADO BAIRRO APIDIÁ - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FELIPE WENDT, OAB nº RO4590, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO, - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
Valor da Causa: R$ 2.692,38
DECISÃO
Vistos, etc.
Trata-se de cumprimento de sentença contra Fazenda Pública Municipal.
Segundo consta nos autos, a parte executada impugnou os cálculos ao argumento de excesso de execução, a fim de excluir os valores pagos de forma administrativa.
Analisando os cálculos, verifica-se que a parte exequente não deduziu os valores pagos em folha de pagamento, caracterizando excesso de execução.
Desta feita, acolho a impugnação ofertada, para determinar a expedição de RPV, em desfavor do executado, na quantia de R$ 583,68, montante esse já com a dedução do valor pago administrativamente.

Fixo o prazo para pagamento em 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento da requisição, pena de sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, dispensada a audiência da fazenda pública.
Após a expedição da Requisição de Pequeno Valor, intime-se a parte para pagamento, arquivando o feito oportunamente, devendo a parte autora manifestar-se no caso de descumprimento requerendo o que entender de direito.
Intimem-se.
Serve cópia da presente de expediente/ intimação/ mandado.
Publique-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

7001618-39.2023.8.22.0009
AUTOR: REGINA CELI SANT ANA DE FARIAS OLIVEIRA, CPF nº 73443573487, AV. PROJETADA 03 441 VIA PARK - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, OAB nº RO7414A
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, 9 Andar, EDIF. CASTELLO BRANCO OFFICE PARK TORRE JATOBÁ TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Vistos.
Converto o feito em diligência.
Intime-se a parte requerida para, no prazo de 5 dias úteis, apresentar comprovante de endereço, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra.
Com a apresentação do documentos, intime-se a parte ré para manifestação em 05 (cinco) dias. Expirado o prazo, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos
Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002961-70.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: DANILO WALLACE GOMES MACEDO, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY n. 430, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 CENTRO - 76970-970 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUCIMARA GOMES DA ROCHA, OAB nº RO10801
POLO PASSIVO
EXECUTADO: HUDSON STHEFFANO PETRINO ARNALDO, RUA ANDRÉ ALVES ALTOÉ n. 517 CONJUNTO ALTOÉ - 76970-970 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 9.014,86(nove mil, quatorze reais e oitenta e seis centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DECISÃO
Recebo a emenda à inicial.
Trata-se de ação de execução de Titulo Extrajudicial.
No tocante a realização de audiência de conciliação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo contágio (COVID-19) que ensejou a edição do Ato Conjunto 009/2020-PR-CGJ, do Tribunal de Justiça de Rondônia, o qual prevê a realização de audiência de conciliação por videoconferência, evitando a propagação do vírus.
Fica autorizado o CEJUSC a realizar a audiência de conciliação pelo meio virtual, conforme permite a nova redação dos artigos 22, § 2°, Lei 9.099/95. Nesse contexto, CONCEDO o prazo até 10 (dez) dias antes da audiência para que as partes formalizem recusa à sua realização por meio virtual, consignando, desde já, que a recusa deverá ser fundamentada e justificada, sob pena de sua não aceitação. Decorrido o prazo com manifestação contrária à realização pelo meio virtual, tornem conclusos para análise da justificativa. Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, então, como aceita a realização por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para agendamento da audiência de conciliação pelo meio virtual.
CITE-SE, a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 827 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 835 do CPC. Ressalto que no ato de citação poderá o Oficial de Justiça, caso necessário, utilizar a orientação do Fonaje de n. 05, que dispõe: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
Transcorrido o prazo sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), desde que garantido o Juízo com penhora, depósito ou caução (artigo 53, §1º, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial

perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 919, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 774 CPC/2015).
Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito", determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 916 do CPC/2015).
NOS TERMOS DO ARTIGO 425, § 2º DO CPC/2015, DEVERÁ O ADVOGADO OU A PRÓPRIA PARTE CREDORA APRESENTAR O TÍTULO ORIGINAL NA AUDIÊNCIA PARA CONFERÊNCIA, CIENTE DE QUE A NÃO-APRESENTAÇÃO ORA DETERMINADA ENSEJARÁ A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE TÍTULO HÁBIL PARA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO.
Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
Não comparecendo o réu a audiência de conciliação ou com recusa injustificada, tornem os autos conclusos para decisão.
Designe-se audiência de conciliação.
CUMPRA-SE.
SERVE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001907-69.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: JOSE OSAIR MENDES, RUA PROJETADA 03, 724-LOTE 26 QUADRA 10-LOT PARK PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: OTONIEL BRAZ ODORICO, OAB nº RO8852
POLO PASSIVO
REU: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, AVENIDA BARÃO DE TEFÉ 34 SAÚDE - 20220-460 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, RUA INÁCIO LUSTOSA 755 SÃO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, AVENIDA GETÚLIO VARGAS 1420, 5O E 6O ANDARES FUNCIONÁRIOS - 30112-021 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
ADVOGADOS DOS REU: HELVIO SANTOS SANTANA, OAB nº SP353041, EVELYSE DAYANE STELMATCHUK, OAB nº PR100778, FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289, PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
R$ 8.409,42
SENTENÇA
"O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede." (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
Houve acordo com a ré SUDASEG, de forma que a análise que segue refere-se às rés ZURICH e GENERALLI.
No mais, as partes não têm interesse na produção de prova oral (ID 92073572).
PRELIMINARMENTE
Da ilegitimidade passiva
A ré, ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A, arguiu ilegitimidade passiva, pois defende que o retorno dos descontos se deu por culpa de terceiro, uma vez que se deu por força da decisão no processo 7020057-35.2017.8.22.0001, contudo, sendo que após a decisão, não voltou a realizar cobranças, as quais passaram a ser realizadas pelo Estado.
Compulsando o feito, verifica-se que a autora requereu da ré parte dos valores que foram por ela recebidos, no período em que administrava os contratos, assim, o período analisado será apenas aquele em que as cobranças eram realizadas pela ré Zurick.
Desta feita, a análise se restringe ao período em que a ré atuou como seguradora.
Assim, fica afastada a preliminar de ilegitimidade passiva.
Da Incompetência absoluta do Juizado Especial Cível

A preliminar não deve prosperar, tendo em vista a ausência de relação contratual de seguro entre a autora e o poder público. Os descontos realizados em folha de pagamento, não necessariamente, vinculam o empregador.
Afasto a preliminar.
Do chamamento ao processo.
Preceitua o artigo 10, da Lei 9.099/95, "Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência", posto que indefiro os pedidos formulados pelas requeridas.
Da preliminar de prescrição
As rés alegam que a pretensão decorre de ressarcimento de enriquecimento sem causa, devendo valer a prescrição de três anos, regulada no artigo 206, §3º, IV e V do Código Civil.
Neste sentido, assiste razão às rés, pois o caso em tela trata-se de reparação de danos em razão de desconto indevido, de forma que deve ser aplicada a prescrição a de 3 (três) anos, que decorre do art. 206, § 3º, V do Código Civil.
Mérito
A pretensão da parte autora visa o recebimento de dano moral no valor de R $5.000,00 (cinco mil reais), em razão das cobranças indevidas referente ao seguro cancelado, o qual voltou a ser cobrado sem autorização. Requereu, ainda, o ressarcimento em dobro dos valores cobrados a título de seguro pecúlio.
As rés defendem, em síntese, que não tem o dever de restituídos valores requeridos, tampouco pagar indenização por dano moral.
Indiscutível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor quanto aos contratos de seguro. Vejamos:
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC)- CONTRATO DE SEGURO - RESILIÇAO UNILATERAL - APLICABILIDADE DO CDC - CLÁUSULAS ABUSIVAS - EXISTÊNCIA - INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ - RECURSO DESPROVIDO, COM APLICAÇAO DE MULTA (ART. 557, 2º, DO CPC) .
1. Impossível a revisão do entendimento firmado na Corte de origem acerca da existência de cláusulas contratuais abusivas e descabimento do cancelamento do seguro de maneira unilateral, sob pena de ofensa às Súmulas 5 e 7 do STJ.
2. Recurso a que se nega provimento. (STJ - AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 23.458 - SC (2011/0156585-7); RELATOR : MINISTRO MARÇO BUZZI)
O Código de Processo Civil estabeleceu no art. 373 o ônus da prova, de modo que ao autor cabe comprovar o fato constitutivo do seu direito e ao réu apresentar fato modificativo, impeditivo ou extintivo.
No presente caso, não remanescem dúvidas quanto às cobranças, no entanto, as rés não apresentaram contrato ou outro documento que sustente as cobranças realizadas.
A parte autora afirmou que foi notificado, pela primeira requerida, a qual informou sobre a suspensão do desconto no contracheque "e para reativação da sua garantia securitária" solicitou contato telefônico para esclarecimento.
A partir de então, conforme consta na ficha financeira apresentada pela parte autora, os valores deixaram de ser descontados.
No entanto, meses depois, os descontos sob a matrícula "6007 Seguro V.G. (Pecúlio)" retornaram, documento de ID 89943367.
O fato de ter decorrido anos do retorno dos descontos não significa, por si só, concordância da autora.
Desta feita, o ressarcimento é medida que se impõe. Nesse sentido:
Civil. Contrato. Seguro pecúlio. Cancelamento. Descontos indevidos. Restituição integral. Embargos providos. Os descontos ao seguro pecúlio promovidos depois da ciência, pela seguradora, do pedido de cancelamento pelo segurado são indevidos e comportam restituição integral. (TJ-RO - EI: 20177269320028220001 RO 2017726-93.2002.822.0001, Relator: Juiz Edenir Sebastião A. da Rosa, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 14/08/2007.)
JUIZADO ESPECIAL. CONTRATO DE SEGURO DE VIDA. PECÚLIO. DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. SOLICITAÇÕES DE CANCELAMENTO QUE REMONTAM A SEIS ANOS. NÃO ATENDIMENTO PELA FORNECEDORA. CONTINUIDADE DOS DESCONTOS. PRÁTICA ABUSIVA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. OBRIGAÇÃO DE RESTITUIR O QUE FOI DESCONTADO INDEVIDAMENTE A PARTIR DO PRIMEIRO PEDIDO DE CANCELAMENTO. NEGATIVA EM ATENDER REITERADOS PEDIDOS DE CANCELAMENTO, MANTENDO-SE O DESCONTO INDEVIDO DE PARCELA SIGNIFICATIVA DA RENDA DE CONSUMIDOR QUE PASSA POR DIFICULDADES FINANCEIRAS. DANO MORAL CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO. VALOR FIXADO COM RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE AO DANO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. - Condeno a recorrente no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor da condenação, corrigido. - Julgamento na forma do art. 46 da Lei no. 9.099/95. (TJ-DF - RI: 07147234120158070016, Relator: LUIS GUSTAVO BARBOSA DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 14/10/2015, PRIMEIRA TURMA RECURSAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 19/10/2015 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)
Para aplicação do disposto no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, é necessária a presença dos requisitos: a) cobrança indevida; b) pagamento do valor; c) engano injustificável.
O pagamento dos valores cobrados indevidamente está comprovado nos autos, conforme se vislumbra fichas financeiras colacionadas.
As rés não apresentaram justificativa para escusar-se da aplicação do ressarcimento em dobro, razão pela qual deverá ser aplicada.
Entretanto, conforme decidido quando da análise da preliminar, o valor a ser restituído em dobro se refere aos últimos 3 anos e proporcional ao que cada ré descontou, ou seja, a ré ZURICK, no período anterior a 08/2021, a ré SUDAMÉRICA entre 09/2021 e 02/2022 e a ré GENERALI entre 03/2022 até a cessação dos descontos.
No tocante ao dano moral, não se vislumbra a ocorrência de dano à personalidade do autor, haja vista o tempo em que permaneceu tendo descontados, bem como os valores, que são pequenos e não houve comprovação de que atingiram a esfera extrapatrimonial.
Ante o acima exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para condenar os réus ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A e GENERALI BRASIL SEGUROS S.A., a ressarcir ao autor JOSÉ OSAIR MENDES os valores descontados a título de seguro pecúlio, aplicando o disposto no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, proporcional ao período em que mantiveram a administração do contrato, ou seja, ré ZURICK, no período anterior a 08/2021 e a ré GENERALI entre 03/2022 até a cessação dos descontos, cujo valores deverão ser apurados em liquidação de sentença, ressalvado os períodos atingidos pela prescrição trienal.
JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral.
O autor e a ré SUDAMÉRICA CLUBE DE SERVIÇOS - SUDASEG SEGURADORA celebraram acordo (ID 92073572), assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas.
Torno definitiva a tutela deferida na Decisão de ID. 89959116.
Extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil (2015).
Sem custas e sem honorários advocatícios nessa fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.

Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta decisão, ficará a demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), e comprovar o depósito nos autos, em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo.
Findo o prazo do pagamento voluntário, e não havendo requerimentos do credor, arquivem-se os autos.
Havendo pagamento voluntário do débito, INTIME-SE a autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, querendo, apresentar dados bancários para a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, autorizada a CPE a expedição do alvará.
Comprovado o levantamento, venham os autos conclusos para extinção
Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de LEVANTAMENTO e intime-se a autora para comprovação nos autos; PRAZO 5 (CINCO) DIAS.
Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, “a”, “b” e “e”, determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intimem-se.
Serve como intimação via Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002659-41.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: CRISTY E BIANCHINI AZEVEDO OTICA, AVENIDA DANIEL COMBONI 1271, SETOR 002 QUADRA 0018 LOTE 195 UNIÃO - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: AMANA KARINI FORTE TORRES, OAB nº RO4611A
POLO PASSIVO
REU: ANDRESSA EMANUELE DE OLIVEIRA LOPES, PRESIDENTE VARGAS 970 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 7.708,94(sete mil, setecentos e oito reais e noventa e quatro centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO
Vistos.
Emende a parte autora à inicial, no prazo de 10 dias, para adequar o pedido, haja vista, que os documentos juntados aos autos não se mostram hábeis a instruir o pedido no termos que segue:
- As duplicatas apontam que a obrigação foi atingida pela prescrição, sendo que o juízo poderá reconhece-lá nos termos do artigo 219, §5º do CPC , visto que o vencimento ocorreu em 2014.
Transcorrido o prazo assinalado, in albis, ou cumprida as diligências acima determinada, voltem os autos conclusos para ordenamento.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001106-56.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: LUCIA MARA LUBIANA GONCALVES RODRIGUES, RUA 21 DE ABRIL 779 APEDIÁ - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ANA RITA COGO, OAB nº RO660, INES DA CONSOLACAO COGO, OAB nº RO3412
POLO PASSIVO
REU: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, AVENIDA BARÃO DE TEFÉ 34 SAÚDE - 20220-460 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, RUA INÁCIO LUSTOSA 37 SÃO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, AVENIDA ROBERTO MARINHO 85, 20ANDAR BROOKLIN - 04576-010 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DOS REU: HELVIO SANTOS SANTANA, OAB nº SP353041, EVELYSE DAYANE STELMATCHUK, OAB nº PR100778, FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289, PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
R$ 38.987,77
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)

Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
Houve acordo com a ré SUDASEG, de forma que a análise que segue refere-se às rés ZURICH e GENERALLI.
No mais, as partes não têm interesse na produção de prova oral (ID 92073592).
PRELIMINARMENTE
Da ilegitimidade passiva
A ré, ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A, arguiu ilegitimidade passiva, pois defende que o retorno dos descontos se deu por culpa de terceiro, uma vez que se deu por força da decisão no processo 7020057-35.2017.8.22.0001, contudo, sendo que após a decisão, não voltou a realizar cobranças, as quais passaram a ser realizadas pelo Estado.
Compulsando o feito, verifica-se que a parte autora requereu da ré parte dos valores que foram por ela recebidos, no período em que administrava os contratos, assim, o período analisado será apenas aquele em que as cobranças eram realizadas pela ré Zurick.
Desta feita, a análise se restringe ao período em que a ré atuou como seguradora.
Assim, fica afastada a preliminar de ilegitimidade passiva.
Da Incompetência absoluta do Juizado Especial Cível
A preliminar não deve prosperar, tendo em vista a ausência de relação contratual de seguro entre a autora e o poder público. Os descontos realizados em folha de pagamento, não necessariamente, vinculam o empregador.
Afasto a preliminar.
Do chamamento ao processo.
Preceitua o artigo 10, da Lei 9.099/95, “Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência”, posto que indefiro os pedidos formulados pelas requeridas.
Da preliminar de prescrição
As rés alegam que a pretensão decorre de ressarcimento de enriquecimento sem causa, devendo valer a prescrição de três anos, regulada no artigo 206, §3º, IV e V do Código Civil.
Neste sentido, assiste razão às rés, pois o caso em tela trata-se de reparação de danos em razão de desconto indevido, de forma que deve ser aplicada a prescrição a de 3 (três) anos, que decorre do art. 206, § 3º, V do Código Civil.
Mérito
A pretensão da parte autora visa o recebimento de indenização por dano moral no valor de R$ 6.497,95 (seis mil quatrocentos e noventa e sete reais e noventa e cinco centavos), em razão das cobranças indevidas referente ao seguro pecúlio, o qual voltou a ser cobrado sem autorização. Requer, ainda, o ressarcimento em dobro dos valores cobrados a título do cancelado.
As rés defendem, em síntese, que não tem o dever de restituídos valores requeridos, tampouco pagar indenização por dano moral.
Indiscutível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor quanto aos contratos de seguro. Vejamos:
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC)- CONTRATO DE SEGURO - RESILIÇAO UNILATERAL - APLICABILIDADE DO CDC - CLÁUSULAS ABUSIVAS - EXISTÊNCIA - INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ - RECURSO DESPROVIDO, COM APLICAÇAO DE MULTA (ART. 557, 2º, DO CPC) .
1. Impossível a revisão do entendimento firmado na Corte de origem acerca da existência de cláusulas contratuais abusivas e descabimento do cancelamento do seguro de maneira unilateral, sob pena de ofensa às Súmulas 5 e 7 do STJ.
2. Recurso a que se nega provimento. (STJ - AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 23.458 - SC (2011/0156585-7); RELATOR : MINISTRO MARÇO BUZZI)
O Código de Processo Civil estabeleceu no art. 373 o ônus da prova, de modo que ao autor cabe comprovar o fato constitutivo do seu direito e ao réu apresentar fato modificativo, impeditivo ou extintivo.
No presente caso, não remanescem dúvidas quanto às cobranças, no entanto, as rés não apresentaram contrato ou outro documento que sustente as cobranças realizadas.
A parte autora afirmou que foi notificado, pela primeira requerida, a qual informou sobre a suspensão do desconto no contracheque “e para reativação da sua garantia securitária” solicitou contato telefônico para esclarecimento.
A partir de então, conforme consta na ficha financeira apresentada pela parte autora, os valores deixaram de ser descontados.
No entanto, meses depois, os descontos sob a matrícula “6007 Seguro V.G. (Pecúlio)” retornaram, documento de ID 88092951, 88092952, 88092954 e 88092955.
O fato de ter decorrido anos do retorno dos descontos não significa, por si só, concordância da autora.
Desta feita, o ressarcimento é medida que se impõe. Nesse sentido:
Civil. Contrato. Seguro pecúlio. Cancelamento. Descontos indevidos. Restituição integral. Embargos providos. Os descontos ao seguro pecúlio promovidos depois da ciência, pela seguradora, do pedido de cancelamento pelo segurado são indevidos e comportam restituição integral. (TJ-RO - EI: 20177269320028220001 RO 2017726-93.2002.822.0001, Relator: Juiz Edenir Sebastião A. da Rosa, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 14/08/2007.)
JUIZADO ESPECIAL. CONTRATO DE SEGURO DE VIDA. PECÚLIO. DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. SOLICITAÇÕES DE CANCELAMENTO QUE REMONTAM A SEIS ANOS. NÃO ATENDIMENTO PELA FORNECEDORA. CONTINUIDADE DOS DESCONTOS. PRÁTICA ABUSIVA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. OBRIGAÇÃO DE RESTITUIR O QUE FOI DESCONTADO INDEVIDAMENTE A PARTIR DO PRIMEIRO PEDIDO DE CANCELAMENTO. NEGATIVA EM ATENDER REITERADOS PEDIDOS DE CANCELAMENTO,

MANTENDO-SE O DESCONTO INDEVIDO DE PARCELA SIGNIFICATIVA DA RENDA DE CONSUMIDOR QUE PASSA POR DIFICULDADES FINANCEIRAS. DANO MORAL CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO. VALOR FIXADO COM RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE AO DANO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. - Condeno a recorrente no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor da condenação, corrigido. - Julgamento na forma do art. 46 da Lei no. 9.099/95. (TJ-DF - RI: 07147234120158070016, Relator: LUIS GUSTAVO BARBOSA DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 14/10/2015, PRIMEIRA TURMA RECURSAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 19/10/2015 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)
Para aplicação do disposto no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, é necessária a presença dos requisitos: a) cobrança indevida; b) pagamento do valor; c) engano injustificável.
O pagamento dos valores cobrados indevidamente está comprovado nos autos, conforme se vislumbra fichas financeiras colacionadas.
As rés não apresentaram justificativa para escusar-se da aplicação do ressarcimento em dobro, razão pela qual deverá ser aplicada.
Entretanto, conforme decidido quando da análise da preliminar, o valor a ser restituído em dobro se refere aos últimos 3 anos e proporcional ao que cada ré descontou, ou seja, a ré ZURICK, no período anterior a 08/2021, e a ré GENERALLI entre 03/2022 até a cessação dos descontos.
No tocante ao dano moral, não se vislumbra a ocorrência de dano à personalidade do autor, haja vista o tempo em que permaneceu tendo descontados, bem como os valores, que são pequenos e não houve comprovação de que atingiram a esfera extrapatrimonial.
Ante o acima exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para determinar que a ré GENERALLI proceda o cancelamento dos descontos referente ao seguro de vida em nome da parte autora, sob pena de multa de R$ 100,00 (cem reais) por cobrança realizada, até o limite de R$ 1.000,00 (mil reais), outrossim, condeno as rés ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A e GENERALI BRASIL SEGUROS S.A., a ressarcir a autora LUCIA MARA LUBIANA GONÇALVES RODRIGUES os valores descontados a título de seguro pecúlio, aplicando o disposto no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, proporcional ao período em que mantiveram a administração do contrato, ou seja, ré ZURICK, no período anterior a 08/2021 e a ré GENERALI entre 03/2022 até a cessação dos descontos, cujo valores deverão ser apurados em liquidação de sentença, ressalvado os períodos atingidos pela prescrição trienal.
JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral.
Extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil (2015).
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.
Quanto à segunda requerida, a parte autora e a SUDAMÉRICA CLUBE DE SERVIÇOS - SUDASEG SEGURADORA celebraram acordo (ID 92678591), assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas.
Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta decisão, ficará a demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), e comprovar o depósito nos autos, em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo.
Findo o prazo do pagamento voluntário, e não havendo requerimentos do credor, arquivem-se os autos.
Havendo pagamento voluntário do débito, INTIME-SE a autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, querendo, apresentar dados bancários para a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, autorizada a CPE a expedição do alvará.
Comprovado o levantamento, venham os autos conclusos para extinção
Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de LEVANTAMENTO e intime-se a autora para comprovação nos autos; PRAZO 5 (CINCO) DIAS.
Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, “a”, “b” e “e”, determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intimem-se.
Serve como intimação via Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002145-88.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: MARIA EDILEUZA PEREIRA DE SOUSA DULCI, RUA MACHADO DE ASSIS 378 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MAGANNA MACHADO ABRANTES, OAB nº RO8846
POLO PASSIVO
REU: TELEFÔNICA BRASIL S/A (VIVO), , RUA GETÚLIO VARGAS 1941, KM 1 SÃO CRISTÓVÃO - 76804-097 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES, OAB nº GO29320, PROCURADORIA DA TELEFÔNICA BRASIL S/A
Valor da Causa: R$ 8.065,95
Despacho
Diante da petição juntada pela Requerente e documentos, e nos termos do artigo 9, do Código de Processo Civil, INTIME-SE se o Requerido para, querendo, manifeste-se no prazo de 05 (cinco) dias.
Após, venham os autos conclusos para julgamento.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001874-79.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: DAIANE FERREIRA DA COSTA, AV CRISTÓVÃO COLOMBO 564 CTG - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JOAO FRANCISCO MATARA JUNIOR, OAB nº RO6226
POLO PASSIVO
REU: PIMENTA BUENO SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA, AV CASTELO BRANCO 780, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: MARCIO RAFAEL GAZZINEO, OAB nº CE23495
SENTENÇA
"O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede." (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
Ademais, as partes manifestaram que não têm interesse na produção de prova testemunhal, conforme termo de audiência de tentativa de conciliação.
A pretensão da autora visa a condenação da ré na obrigação de fazer consistente na cobrança das mensalidades referente à quantidade de matérias cursada no semestre, bem como restituição em dobro dos valores pagos a mais e, ainda, indenização por dano moral.
A ré, por seu turno, afirma que os valores cobrados são devidos e estão de acordo com o contratado.
Analisando a presente demanda, tem-se que o pedido é parcialmente procedente.
Nota-se que a autora afirma, e apresenta tela, de que cada matéria custa R$ 138,36, contudo, apesar de cursar apenas 3 matérias, está pagando valores bem maiores.
A ré, por seu turno, afirma vagamente que os valores cobrados são devidos e que foi contratada livremente e deve ser remunerada pela prestação de serviço.
O ônus da prova, conforme o Código de Processo Civil, estabelece que cabe ao autor demonstrar o fato constitutivo do sei direito e, por outro lado, fica o autor obrigado a demonstrar fato modificativo, impeditivo ou extintivo do direito do autor.
No caso dos autos, o autor demonstrou que o valor que cada matéria custa, de modo que a simples multiplicação é possível para se chegar ao total da mensalidade. Apesar disso, a ré tem cobrado valores bem acima, inclusive confirmados pelas telas apresentadas com a contestação.
A ré mencionou que as cobranças não são aleatórias, porém, não descreve claramente quais valores estão incluídos na mensalidade, que justifique o valor acima das 3 matérias cursadas.
Desta feita, procedência o pedido de condenação da ré na obrigação de fazer consistente na cobrança das três matérias, no valor de R$ 138,36 cada, com eventuais aumentos que tenha ocorrido no decorrer do semestre e, diante disso, condenar a ré na restituição dos valores pagos a mais, das mensalidades do semestre, no total de R$ 1.782,18.
Por outro lado, não se revela o dano moral alegado. A cobrança de valores indevidos, por si só, não se mostra suficiente para ensejar reparação por danos morais.
Assim, ante o acima exposto, com fulcro no art. 6º da Lei 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial formulado por DAIANE FERREIRA DA COSTA em face da FACULDADE ESTÁCIO DE PIMENTA BUENO representada por PIMENTA BUENO SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA., para condenar a ré a emitir as faturas correspondentes às matérias cursadas pela autora, sob pena de multa a ser arbitrada por este Juízo, bem como para ressarcir os valores que foram pagos a mais, no total de R$ 1.782,18, na forma do parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor. Extingo o feito com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários advocatícios nessa fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.
Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta decisão, ficará a demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), e comprovar o depósito nos autos, em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo.
Findo o prazo do pagamento voluntário, e não havendo requerimentos do credor, arquivem-se os autos.
Havendo pagamento voluntário do débito, INTIME-SE a autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, querendo, apresentar dados bancários para a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, autorizada a CPE a expedição do alvará.
Comprovado o levantamento, venham os autos conclusos para extinção
Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de LEVANTAMENTO e intime-se a autora para comprovação nos autos; PRAZO 5 (CINCO) DIAS.
Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, "a", "b" e "e", determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.

Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intimem-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002311-23.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: MARIA DA PENHA FIENI FONSECA, RUA DOUTOR ALMERINDO GRAVA 540 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: HENRIQUE SCARCELLI SEVERINO, OAB nº RO2714A, ELESSANDRA APARECIDA FERRO, OAB nº RO4883
POLO PASSIVO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA LAURO SODRÉ, - DE 3611 A 4301 - LADO ÍMPAR AEROPORTO - 76803-270 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
R$ 15.000,00
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
Ademais, as partes informaram que não têm interesse na produção de oral e requereram o julgamento antecipado da lide.
PRELIMINAR
Da ausência de interesse de agir
A ré arguiu que não houve tentativa de resolução extraprocessual/ administrativo, não havendo pretensão resistida para justificar o andamento do presente processo.
Pois bem, o requerimento administrativo prévio não configura requisito para postular em juízo, de modo que rejeito a preliminar.
Feitas essas considerações, rejeito a preliminar e passo à análise do mérito.
Mérito
A parte autora tem a pretensão receber o valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) a fim de reparar suposto dano moral decorrente do cancelamento/alteração de voo.
Afirma que o voo de Cacoal/RO para Vitória/ES, previsto para 20/02/2023, foi cancelado pela requerida. Então, foi reacomodado em voo para o dia dia 26/02/2023.
Queixa-se que o cancelamento da viagem causou-lhe danos morais.
A ré, em sua contestação, afirmou que o voo previsto foi cancelado em razão da necessidade de manutenção não programada na aeronave, bem como que o autor não comprovou o dano moral.
Pois bem.
Inicialmente, é necessário afirmar que o processo judicial consiste na reconstrução histórica dos fatos através das provas que devem ser apresentadas pelas partes. Sabe-se que esse resultado dificilmente corresponde exatamente aos fatos ocorridos, haja vista que são reproduzidos de pontos de vista diversos, porém, diferente do direito penal, o direito civil se contenta com a verdade formal, ou seja, a verdade que resulta do processo, embora possa não encontrar exata correspondência com o ocorrido.
Desta feita, compete às partes a reprodução histórica, trazendo o maior número de elementos com o fito de demonstrar, do modo mais claro possível, a dinâmica dos fatos.
O cancelamento/alteração do voo é fato incontroverso, no entanto, os fatos alegados pela parte autora, por si , não são motivos para presumir ofensa à personalidade do consumidor, sequer houve comprovação das despesas com hospedagens, translados, alimentação e perca de compromisso etc.
Este juízo entende que a intercorrências desta viagem nos termos apresentados nos autos, não configura hipótese de dano moral in re ipsa, sabe-se, então, ser ônus da parte autora comprovar o dano passível de reparação nos termos do artigo 927 do Código Civil.
Os princípios informadores do Juizado Especial e Código de Defesa do Consumidor devem prestigiar a simplicidade e favorecer a defesa do consumidor. No entanto, não se pode abrir mão da segurança jurídica e do ônus de o consumidor provar o que alega, ou seja, provar o dano sofrido, a conduta lesiva e o nexo de causalidade entre a conduta e o dano.

Na região é comum as pessoas buscarem ações em face das empresas aéreas, inclusive, estando acima da média nacional.
"Levantamento realizado pela ANAC em 2017 mostrou que as quatro maiores aéreas brasileiras (Latam, Gol, Azul e Avianca) operaram, em média, 2.320 voos diários e foram acionadas em 63.045 processos ajuizados por passageiros - aproximadamente 1 processo a cada 15 voos realizados. Já nos Estados Unidos da América, duas empresas aéreas (American e Delta) operam cerca de 10 mil voos diários e receberam, no mesmo ano, 2.859 processos, o que equivale a 1 processo a cada 1.277 voos.
Segundo a Delta Airlines, ainda em 2017, empresa operou, em média, 5.400 voos diários nos Estados Unidos da América, sendo acionada em 130 processos; no Brasil, ofereceu em média 5 voos diários e foi ré em 1.263 processos; somente entre janeiro e junho de 2018, foi processada 54 vezes nos EUA e 721 vezes no Brasil." (https://aeromagazine.uol.com.br/)
Revela-se, nítida escalada da indústria do dano moral.
Dada tal situação, o Superior Tribunal de Justiça, que até então entendia que o dano moral era in re ipsa, mudou o entendimento, exigindo que seja demonstrado nos autos.
A primeira a mudar de entendimento foi a Terceira Turma, em 2019; pouco depois, em 2020, a Quarta Turma passou a segui-la. Desse modo, não mais se vislumbra possibilidade de êxito em sede de recurso especial para a manutenção de condenações baseadas exclusivamente na superada perspectiva de que o dano moral incidiria in re ipsa nessas hipóteses -- mormente após os efeitos devastadores da pandemia do Covid-19 sobre o mercado de transporte aéreo nacional e mundial.
Confira-se o entendimento hoje prevalente em ambas as turmas de direito privado do STJ:
"DIREITO DO CONSUMIDOR E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. CANCELAMENTO DE VOO DOMÉSTICO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. 1. Ação de compensação de danos morais, tendo em vista falha na prestação de serviços aéreos, decorrentes de cancelamento de voo doméstico. 2. Ação ajuizada em 03/12/2015. Recurso especial concluso ao gabinete em 17/07/2018. Julgamento: CPC/2015. 3. O propósito recursal é definir se a companhia aérea recorrida deve ser condenada a compensar os danos morais supostamente sofridos pelo recorrente, em razão de cancelamento de voo doméstico. 4. Na específica hipótese de atraso ou cancelamento de voo operado por companhia aérea, não se vislumbra que o dano moral possa ser presumido em decorrência da mera demora e eventual desconforto, aflição e transtornos suportados pelo passageiro. Isso porque vários outros fatores devem ser considerados a fim de que se possa investigar acerca da real ocorrência do dano moral, exigindo-se, por conseguinte, a prova, por parte do passageiro, da lesão extrapatrimonial sofrida. 5. Sem dúvida, as circunstâncias que envolvem o caso concreto servirão de baliza para a possível comprovação e a consequente constatação da ocorrência do dano moral. A exemplo, pode-se citar particularidades a serem observadas: i) a averiguação acerca do tempo que se levou para a solução do problema, isto é, a real duração do atraso; ii) se a companhia aérea ofertou alternativas para melhor atender aos passageiros; iii) se foram prestadas a tempo e modo informações claras e precisas por parte da companhia aérea a fim de amenizar os desconfortos inerentes à ocasião; iv) se foi oferecido suporte material (alimentação, hospedagem, etc.) quando o atraso for considerável; v) se o passageiro, devido ao atraso da aeronave, acabou por perder compromisso inadiável no destino, dentre outros. 6. Na hipótese, não foi invocado nenhum fato extraordinário que tenha ofendido o âmago da personalidade do recorrente. Via de consequência, não há como se falar em abalo moral indenizável. 7. Recurso especial conhecido e não provido, com majoração de honorários" (STJ, REsp 1.796.716 MG 2018/0166098-4, Rel. Min.NANCY ANDRIGHI, J. 27/08/2019, 3ª TURMA, Data de Publicação: DJe 29/08/2019; grifei).
"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE VERIFICADA. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. DIREITO DO CONSUMIDOR. ATRASO EM VOO DOMÉSTICO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. COMPANHIA AÉREA QUE FORNECEU ALTERNATIVAS RAZOÁVEIS PARA A RESOLUÇÃO DO IMPASSE. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. DANO MATERIAL NÃO COMPROVADO. AGRAVO PROVIDO. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. 1. A inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, não é automática, dependendo da constatação, pelas instâncias ordinárias, da presença ou não da verossimilhança das alegações ou da hipossuficiência do consumidor. Precedentes. 2. A jurisprudência mais recente desta Corte Superior tem entendido que, na hipótese de atraso de voo, o dano moral não é presumido em decorrência da mera demora, devendo ser comprovada, pelo passageiro, a efetiva ocorrência da lesão extrapatrimonial sofrida. (…) 5. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, em novo exame, negar provimento ao recurso especial" (AgInt no AREsp n. 1.520.449/SP, rel. Min. Raul Araújo, 4ª Turma, j. 19/10/2020, DJe de 16/11/2020; grifei)."
Consta nos autos apenas a comprovação da viagem prevista, seu cancelamento e a reacomodação, mas nada que comprove danos aos direitos da personalidade da parte autora, nos termos de sua pretensão.
É certo que o direito controvertido nos autos versa sobre direito do consumidor, o que não muda o dever de da parte autora comprovar o fato constitutivo de seu direito, o que não ocorreu, então, pela narrativa da parte autora, o juízo vislumbra, in casu, a ocorrência de "mero aborrecimento" e outro resultado não pode haver senão a improcedência do pedido de indenização por danos morais.
Ante o acima exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por MARIA DA PENHA FIENI FONSECA em face de AZUL LINHAS AÉREAS S/A, extinguindo o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC, deixando de condenar a vencida ao pagamento de verbas de sucumbência (artigo 55, da Lei n.° 9099/95).
Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios, em face do que dispõe o art. 55, da Lei 9.099/95.
Registrada e publicada eletronicamente.
Intime-se. Com o trânsito em julgado, arquive-se.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intimem-se
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003806-39.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO

PROCURADOR: FLORES & FLORES COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME, AVENIDA CUNHA BUENO, 388 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO PROCURADOR: JUCEMERI GEREMIA, OAB nº RO6860
POLO PASSIVO
EXECUTADO: LUIZ LEONEL DE ALMEIDA, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 2571, CHOPPAO CHOPPERIA E PIZZARIA CENTRO - 76963-834 - CACOAL - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 1.498,69
DESPACHO
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Intime-se a autora para, no prazo de 10 dias, indique bens pessíveis de penhora, sob pena de extinção.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001807-17.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: MARIA CELOI AIRES DE TOLEDO, QUADRA 02 CASA 25 25 BNH I - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: THALES CEDRIK CATAFESTA, OAB nº RO8136
POLO PASSIVO
REU: BANCO BMG S.A., AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 3477, 9 ANDAR ITAIM BIBI - 04538-133 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, Procuradoria do BANCO BMG S.A
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
Das preliminares
Da incompetência absoluta dos Juizados Especiais
A arguição da preliminar não se revela cabível, uma vez que não se está discutindo o empréstimo consignado, uma vez que este foi analisado nos autos 7004184-97.2019.8.22.0009.
Os presentes autos visam analisa a cobrança de parcelas que excederam às 14 parcelas estabelecidas quando da conversão do cartão de crédito com reserva de margem consignável em empréstimo consignado.
Assim, afasto a preliminar.
Da ausência de interesse de agir
A ré também arguiu falta de interesse de agir, pois não buscou a solução administrativamente, porém, a demanda foi decidida judicial, não sendo o caso de resolução do conflito diretamente com o ré.
Da prescrição
Não há falar em prescrição, uma vez que a sentença foi proferida no ano de 2019.
Mérito
O requerente intentou a presente demanda alegando que, quando do cartão de crédito com margem consignável vou convertido em empréstimo consignado, no qual, após a apresentação do cálculo, pela própria ré, chegou a conclusão de que seriam 14 parcelas de R$ 94,70. Contudo, decorrido os 14 meses, as cobranças não cessaram, de modo que a autora está pagando valores a mais.
A ré apresentou contestação discutindo a legalidade do cartão de crédito com margem consignável, o que, como já mencionado, não é a matéria deste feito.
Assim, dispensa maiores digressões sobre o assunto, uma vez que o direito do autor se demonstra com a juntada do cálculo, apresentado naqueles autos, onde ficou estabelecido que empréstimo seria pago em 14 parcelas, bem como na comprovação de que as cobranças já ultrapassaram essa quantidade.
Revela-se, pois, devida a restituição em dobro, conforme requerido pelo autor, ante a presença de seus requisitos.
Por outro lado, não restou demonstrado fato que enseje a condenação da ré em indenização por danos morais, pois o desconto de valores, por si só, não se revela ofensa a direito extrapatrimonial.

Face ao exposto, resolvo o mérito e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL e: 1) declaro a inexistência do débito, referente empréstimo consignado (convertido a partir do cartão de crédito com reserva de margem consignável); 2) condeno a BANCO BMG CONSIGNADO S.A. a restituir ao autor os valores cobrados a mais, ou seja, todas as parcelas que ultrapassaram as 14 estabelecidas no processo 7004184-97.2019.8.22.0009, em dobro, nos termos do CDC. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de dano moral.
Extingo o processo com RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários advocatícios nessa fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.
Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta decisão, ficará a demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), e comprovar o depósito nos autos, em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo.
Findo o prazo do pagamento voluntário, e não havendo requerimentos do credor, arquivem-se os autos.
Havendo pagamento voluntário do débito, INTIME-SE a autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, querendo, apresentar dados bancários para a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, autorizada a CPE a expedição do alvará.
Comprovado o levantamento, venham os autos conclusos para extinção
Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de LEVANTAMENTO e intime-se a autora para comprovação nos autos; PRAZO 5 (CINCO) DIAS.
Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, “a”, “b” e “e”, determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intimem-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002524-29.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: MARIA SALETE DA SILVA, RUA RICARDO FRANCO, n 825, JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: OTONIEL BRAZ ODORICO, OAB nº RO8852
POLO PASSIVO
REU: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, AVENIDA BARÃO DE TEFÉ 34 SAÚDE - 20220-460 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, RUA INÁCIO LUSTOSA 755 SÃO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, AVENIDA GETÚLIO VARGAS 1420, 5 ANDAR, SALA 501 FUNCIONÁRIOS - 30112-021 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
ADVOGADOS DOS REU: HELVIO SANTOS SANTANA, OAB nº SP353041, EVELYSE DAYANE STELMATCHUK, OAB nº PR100778, FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289, PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
R$ 9.211,38
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
Houve acordo com a ré SUDASEG, de forma que a análise que segue refere-se às rés ZURICH e GENERALLI.
No mais, as partes não têm interesse na produção de prova oral (ID 92953082).
PRELIMINARMENTE
Da ilegitimidade passiva
A ré, ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A, arguiu ilegitimidade passiva, pois defende que o retorno dos descontos se deu por culpa de terceiro, uma vez que se deu por força da decisão no processo 7020057-35.2017.8.22.0001, contudo, sendo que após a decisão, não voltou a realizar cobranças, as quais passaram a ser realizadas pelo Estado.
Compulsando o feito, verifica-se que a parte autora requereu da ré parte dos valores que foram por ela recebidos, no período em que administrava os contratos, assim, o período analisado será apenas aquele em que as cobranças eram realizadas pela ré Zurick.

Desta feita, a análise se restringe ao período em que a ré atuou como seguradora.
Assim, fica afastada a preliminar de ilegitimidade passiva.
Da Incompetência absoluta do Juizado Especial Cível
A preliminar não deve prosperar, tendo em vista a ausência de relação contratual de seguro entre a autora e o poder público. Os descontos realizados em folha de pagamento, não necessariamente, vinculam o empregador.
Afasto a preliminar.
Do chamamento ao processo.
Preceitua o artigo 10, da Lei 9.099/95, "Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência", posto que indefiro os pedidos formulados pelas requeridas.
Da prescrição
As rés alegam que a pretensão decorre de ressarcimento de enriquecimento sem causa, devendo valer a prescrição de três anos, regulada no artigo 206, §3º, IV e V do Código Civil.
Neste sentido, assiste razão às rés, pois o caso em tela trata-se de reparação de danos em razão de desconto indevido, de forma que deve ser aplicada a prescrição a de 3 (três) anos, que decorre do art. 206, § 3º, V do Código Civil.
Mérito
A pretensão da parte autora visa o recebimento de indenização por dano moral no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em razão das cobranças indevidas referente ao seguro pecúlio, o qual voltou a ser cobrado sem autorização. Requer, ainda, o ressarcimento em dobro dos valores cobrados a título do cancelado.
As rés defendem, em síntese, que não tem o dever de restituídos valores requeridos, tampouco pagar indenização por dano moral.
Indiscutível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor quanto aos contratos de seguro. Vejamos:
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC)- CONTRATO DE SEGURO - RESILIÇAO UNILATERAL - APLICABILIDADE DO CDC - CLÁUSULAS ABUSIVAS - EXISTÊNCIA - INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ - RECURSO DESPROVIDO, COM APLICAÇAO DE MULTA (ART. 557, 2º, DO CPC) .
1. Impossível a revisão do entendimento firmado na Corte de origem acerca da existência de cláusulas contratuais abusivas e descabimento do cancelamento do seguro de maneira unilateral, sob pena de ofensa às Súmulas 5 e 7 do STJ.
2. Recurso a que se nega provimento. (STJ - AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 23.458 - SC (2011/0156585-7); RELATOR : MINISTRO MARÇO BUZZI)
O Código de Processo Civil estabeleceu no art. 373 o ônus da prova, de modo que ao autor cabe comprovar o fato constitutivo do seu direito e ao réu apresentar fato modificativo, impeditivo ou extintivo.
No presente caso, não remanescem dúvidas quanto às cobranças, no entanto, as rés não apresentaram contrato ou outro documento que sustente as cobranças realizadas.
A parte autora afirmou que foi notificado, pela primeira requerida, a qual informou sobre a suspensão do desconto no contracheque "e para reativação da sua garantia securitária" solicitou contato telefônico para esclarecimento.
A partir de então, conforme consta na ficha financeira apresentada pela parte autora, os valores deixaram de ser descontados.
No entanto, meses depois, os descontos sob a matrícula "6007 Seguro V.G. (Pecúlio)" retornaram, documento de ID 91611056.
O fato de ter decorrido anos do retorno dos descontos não significa, por si só, concordância da autora.
Desta feita, o ressarcimento é medida que se impõe. Nesse sentido:
Civil. Contrato. Seguro pecúlio. Cancelamento. Descontos indevidos. Restituição integral. Embargos providos. Os descontos ao seguro pecúlio promovidos depois da ciência, pela seguradora, do pedido de cancelamento pelo segurado são indevidos e comportam restituição integral. (TJ-RO - EI: 20177269320028220001 RO 2017726-93.2002.822.0001, Relator: Juiz Edenir Sebastião A. da Rosa, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 14/08/2007.)
JUIZADO ESPECIAL. CONTRATO DE SEGURO DE VIDA. PECÚLIO. DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. SOLICITAÇÕES DE CANCELAMENTO QUE REMONTAM A SEIS ANOS. NÃO ATENDIMENTO PELA FORNECEDORA. CONTINUIDADE DOS DESCONTOS. PRÁTICA ABUSIVA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. OBRIGAÇÃO DE RESTITUIR O QUE FOI DESCONTADO INDEVIDAMENTE A PARTIR DO PRIMEIRO PEDIDO DE CANCELAMENTO. NEGATIVA EM ATENDER REITERADOS PEDIDOS DE CANCELAMENTO, MANTENDO-SE O DESCONTO INDEVIDO DE PARCELA SIGNIFICATIVA DA RENDA DE CONSUMIDOR QUE PASSA POR DIFICULDADES FINANCEIRAS. DANO MORAL CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO. VALOR FIXADO COM RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE AO DANO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. - Condeno a recorrente no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor da condenação, corrigido. - Julgamento na forma do art. 46 da Lei no. 9.099/95. (TJ-DF - RI: 07147234120158070016, Relator: LUIS GUSTAVO BARBOSA DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 14/10/2015, PRIMEIRA TURMA RECURSAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 19/10/2015 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)
Para aplicação do disposto no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, é necessária a presença dos requisitos: a) cobrança indevida; b) pagamento do valor; c) engano injustificável.
O pagamento dos valores cobrados indevidamente está comprovado nos autos, conforme se vislumbra fichas financeiras colacionadas.
As rés não apresentaram justificativa para escusar-se da aplicação do ressarcimento em dobro, razão pela qual deverá ser aplicada.
Entretanto, conforme decidido quando da análise da preliminar, o valor a ser restituído em dobro se refere aos últimos 3 anos e proporcional ao que cada ré descontou, ou seja, a ré ZURICK, no período anterior a 08/2021, e a ré GENERALLI entre 03/2022 até a cessação dos descontos.
No tocante ao dano moral, não se vislumbra a ocorrência de dano à personalidade do autor, haja vista o tempo em que permaneceu tendo descontados, bem como os valores, que são pequenos e não houve comprovação de que atingiram a esfera extrapatrimonial.
Ante o acima exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para condenar as rés ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A e GENERALI BRASIL SEGUROS S.A., a ressarcir a autora MARIA SALETE DA SILVA os valores descontados a título de seguro pecúlio, aplicando o disposto no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, proporcional ao período em que mantiveram a administração do contrato, ou seja, ré ZURICK, no período anterior a 08/2021 e a ré GENERALI entre 03/2022 até a cessação dos descontos, cujo valores deverão ser apurados em liquidação de sentença, ressalvado os períodos atingidos pela prescrição trienal. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral.
Torno definitiva a tutela deferida na Decisão de ID 91634054.
Extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil (2015).
Sem custas e sem honorários advocatícios nesta fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.

Quanto à segunda requerida, a parte autora e a SUDAMÉRICA CLUBE DE SERVIÇOS - SUDASEG SEGURADORA celebraram acordo (ID 92953082), assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas.
Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta decisão, ficará a demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), e comprovar o depósito nos autos, em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo.
Findo o prazo do pagamento voluntário, e não havendo requerimentos do credor, arquivem-se os autos.
Havendo pagamento voluntário do débito, INTIME-SE a autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, querendo, apresentar dados bancários para a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, autorizada a CPE a expedição do alvará.
Comprovado o levantamento, venham os autos conclusos para extinção
Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de LEVANTAMENTO e intime-se a autora para comprovação nos autos; PRAZO 5 (CINCO) DIAS.
Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, "a", "b" e "e", determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intimem-se.
Serve como intimação via Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001649-59.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: FRANCISCO GAMA FILHO
ADVOGADO DO AUTOR: KELISSON MONTEIRO CAMPOS, OAB nº RO5871
POLO PASSIVO
REU: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL, AV: ROGÉRIO WEBER 2017, - DE 1752/1753 A 2026/2027 CENTRO - 76801-030 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, EMPRESA TELEFÔNICA DO BRASIL S/A
ADVOGADOS DOS REU: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO, OAB nº RO635, WILKER BAUHER VIEIRA LOPES, OAB nº GO29320, Procuradoria da OI S/A, PROCURADORIA DA TELEFÔNICA BRASIL S/A
Valor da Causa: R$ 10.000,00
DESPACHO
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Converto o julgamento em diligência para que, no prazo de 10 dias, o autro esclareça em qual o peradora o terminal telefônico está associado, haja vista que está utilizando, em nome de seu genitor, porém, afirma que as faturas emitadas pelas rés são indevidas.
Após, venham os autos conclusos para a pasta de sentença.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Processo: 7005553-24.2022.8.22.0009
REQUERENTE: MARILDA ANALIA HOFFMANN DE OLIVEIRA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JOILSON SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RO3505A, PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A
REQUERIDOS: Estado de Rondônia, ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., AVENIDA GETÚLIO VARGAS 1420, 5 E 6 ANDAR FUNCIONÁRIOS - 30112-021 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 8.302,69
DECISÃO
Defiro nesta fase processual os benefícios da assistência judiciária gratuita em favor da autora/recorrente e o faço pela força dos princípios do direito ao acesso e à ampla e efetiva assistência jurídica.
Nesse aspecto, tal assertiva tem supedâneo na jurisprudência, evidenciando que constitui objetivo fundamental na Carta Maior/88, bem como esclarece a possibilidade da análise em qualquer fase ou grau de jurisdição (Apelação Civel n. 563666-8, do Foro central da co-

marca da região Metropolitana de Curitiba-12ª Vara Cível Apelante: Esther Guimarães Macedo, Apelados: Renato Francisco Zilli Relator Des. Costa Barros).
O recurso é adequado (art. 41 da Lei 9.099/95) e foi interposto dentro do prazo legal (art. 42 art. 41 da Lei 9.099/95), porquanto tempestivo.
A parte é legítima, está representada, e tem interesse em recorrer, já que vencida na causa – insurgindo-se quanto a sentença prolatada nos autos.
Intimada a parte recorrida apresentou contrarrazões.
Portanto, presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo o presente recurso no efeito devolutivo e suspensivo (art. 43 da Lei 9.099/95).
Assim, determino a remessa dos autos a Turma Recursal.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003180-83.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: CLAUDIA RONIZE DOS SANTOS PAIS, RUA NOVE DE JULHO 794 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MATHEUS GONCALVES RODRIGUES, OAB nº RO13188, MILENA FERNANDES NEVES, OAB nº RO10155A
POLO PASSIVO
REU: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, AVENIDA BARÃO DE TEFÉ 34 SAÚDE - 20220-460 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, RUA INÁCIO LUSTOSA 755 SÃO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, AVENIDA GETÚLIO VARGAS 1420, 5 E 6 ANDAR FUNCIONÁRIOS - 30112-021 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
Valor da Causa: R$ 18.729,78(dezoito mil, setecentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos)
DATA DA AUDIÊNCIA: A SER DESIGNADA PELA CPE
LOCAL: Sala de Audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pimenta Bueno – CEJUSC, Fórum Desembargador Darci Ferreira, localizado na A Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno - Fone: (69) 3452-0940 (telefone/whatsapp).
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos, etc.
Trata-se de ação que versa sobre a seguro pecúlio, proposta em face de ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., SUDAMÉRICA CLUBE DE SERVIÇOS - SUDASEG SEGURADORA e GENERALI BRASIL SEGUROS S.A.
A questão envolvendo a matéria objeto desta ação encontra-se afetada pelo Tribunal de Justiça de Rondônia que, assim, determinou o sobrestamento do julgamento de todos os processos em trâmite que versem acerca a referida matéria (IRDR nº 09-TJRO), de modo que há óbice quanto ao julgamento do presente.
Em homenagem ao princípio da celeridade e economia processual (art. 2º da Lei 9.099/95), determino a citação das requeridas e após o decurso do prazo pra resposta, os autos deverão aguardar a decisão do TJRO supracitado.
Neste norte, discutindo-se nos autos de matéria preponderantemente de direito, CITEM-SE as partes requeridas para responderem a presente, apresentarem suas defesas e todos os documentos de prova que porventura possuam.
Caso haja interesse das partes requeridas em apresentarem proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverão consignar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação. Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 15 (quinze) dias se desejar e após o transcurso, venham conclusos os autos para suspensão ou, se o caso, sentença.
CITE-SE E INTIME-SE, SERVINDO A PRESENTE COMO CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/MANDADO.
Publique-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001860-95.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: FRANCISCO SOUZA LIMA, AV. RECIFE 1417 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ROGERIA VIEIRA REIS, OAB nº RO8436, ALINE MAURA RODRIGUES VIEIRA, OAB nº RO11949
POLO PASSIVO
REU: BANCO BMG S.A., AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK 1830, - LADO PAR VILA NOVA CONCEIÇÃO - 04543-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, Procuradoria do BANCO BMG S.A
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.

O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
Da falta de interesse de agir
Afirma a ré que não houve solicitação administrativa, logo, não houve resistência à pretensão, de modo que não haveria lesão ou ameaça a ser apreciada pelo Poder Judiciário.
O autor, em sua inicial, afirma que procurou o banco para saber informações sobre os descontos que estavam sendo realizados em seu benefício, afirmando que em momento algum teve intenção de contratar o cartão de crédito.
Assim, diferente do que afirma a ré em sua contestação, presente a resistência, então, o interesse de agir.
Nos termos acima, afasto as preliminares e passo a análise do mérito.
Da Prescrição
A ré arguiu a prescrição, sob o argumento de que o contrato foi firmado no ano de 2019 e a demanda ajuizada no ano de 2023, logo não poderia reclamar sobre descontos decorridos 3 anos.
Todavia, tratando-se de trato sucessivo o termo inicial da prescrição corre da última parcela descontada do contrato, logo, fica a preliminar afastada.
Mérito
A pretensão autoral visa à declaração de inexistência das dívidas referentes ao contrato de empréstimo, pois afirma não ter realizado a contratação com a ré e, consequentemente, a devolução em dobro da quantia descontada, supostamente indevida, de seu benefício, bem como indenização por danos morais, no montante de R$ 10.000,00, sob o argumento que em momento algum teve a intenção de contratar empréstimo na modalidade cartão de crédito consignado com reserva de margem consignado (RMC).
A ré defende que o contrato foi firmado pelo autor, com auxílio de terceiros, haja vista a condição de analfabeto do autor, com o intuito de adquirir um cartão de crédito, tanto que solicitou saque por intermédio do cartão de crédito, cujos valores foram depositados na conta da autora, com desconto mínimo diretamente dos proventos recebidos.
Alega, ainda, que a contratação de empréstimo cartão de crédito permite ao contratante o uso do cartão na forma de saques ou utilização para compras.
Juntou contrato, faturas do cartão de crédito, comprovante de saques e planilha evolutiva da movimentação financeira, bem como a utilização do cartão do comércio local.
Em sede de impugnação, o autor continua afirmando que não firmou contrato de cartão de crédito com a ré na modalidade cartão de crédito consignado.
Pois bem. É certo que há diversas ações em que o consumidor se dirige ao Banco para contratação de empréstimo consignado, porém, acaba saindo com a contratação de um cartão de crédito, cujos valores são debitados parcialmente em folha de pagamento e o restante via fatura, casos em que o cartão nem sempre é desbloqueado ou utilizado pelo contratante.
Em que pese a parte autora alegar que não adquiriu o empréstimo na modalidade contratada, a realidade mostra-se diferente, pois conforme consta nos autos, há expressa e clara menção a forma de contratação, visto que consta no cabeçalho do contrato “TERMO DE ADESÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO (…)”, e a manifestação da vontade de contratar se confirma com a aposição de digital, bem como das assinaturas de seus auxiliares.
O Tribunal de Justiça de Rondônia, em casos análogos, já firmou posicionamento no sentido de que, inexistindo vício na contratação entre as partes, deve se observar o princípio do pacta sunt servanda, vejamos:
Apelação cível. Ação declaratória de inexistência de relação jurídica. Contrato de cartão de crédito consignado. RMC. Prescrição. Relação de trato sucesso. Não ocorrência. Contratação regular. Recurso desprovido.
Por mais que a contratação tenha ocorrido há mais de cinco anos antes da propositura da ação, discute-se contrato de trato sucessivo, pelo que o termo inicial da prescrição é o da última parcela.
Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral, devendo-se operar o princípio do pacta sunt servanda.
APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7002039-15.2021.822.0004, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 04/08/2022
Apelação cível. Ação declaratória de nulidade. Contrato de cartão de crédito consignado. Reserva de Margem Consignável – RMC. Contratação regular. Repetição do indébito. Indevido. Dano moral. Não configuração. Recurso provido.
Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral ou repetição de indébito, mormente se considerar que o desconto se efetiva nos termos previamente contratados.
APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7003982-58.2021.822.0007, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 04/08/2022
Apelação cível. Ação declaratória de inexistência de relação jurídica. Banco BMG. Contrato de cartão de crédito consignado. RMC. Contratação regular. Recurso desprovido.
Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, e não demonstrada fraude ou vício capaz de macular a contratação, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral, devendo-se operar o princípio do pacta sunt servanda.
APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7006151-36.2021.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 22/07/2022

Apelação cível. Cartão de crédito consignado. Margem consignável. RMC. Benefício previdenciário. Relação jurídica comprovada. Assinatura do contratante. Ausência de vício.
Havendo prova da contratação do cartão de crédito com margem consignável, com assinatura do beneficiário, não há que se falar em ilegalidade da RMC, tampouco de dano moral, devendo-se operar o princípio do pacta sunt servanda.
APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7003522-35.2021.822.0019, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 18/07/2022
Desta feita, por toda documentação juntada aos autos, junto ao contrato assinado apresentado pela ré, tem-se que a parte autora tinha conhecimento da existência da modalidade de contratação de cartão de crédito, pois aceitou o contrato, bem como se favoreceu dos valores recebidos a título de saque.
Assim, não restou comprovado, nos autos, que a autora tenha sido induzida em erro, no momento da contratação. A idade, por si só, não gera presunção de que o consumidor não tem condições de ler e entender um contrato.
Inexistindo vício na contratação entre as partes, não há o que se falar em inexigibilidade da relação contratual, haja vista que esteve a todo tempo na esfera de domínio do autor, tampouco em dano moral.
Registre-se que não se desconhece o entendimento que predomina na r. Turma Recursal, o qual era seguido pelo Juízo, porém, revisitando a matéria, conclui-se que o entendimento do e. Tribunal de Justiça revela-se mais acertado.
Ressalte-se que cabe à parte demonstrar o equívoco, o que não se verifica no caso, inclusive, não se pode conceber que todas as partes que ingressam com as demandas nesse sentido tenham sido, de fato, levadas a erro.
Assim, por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, formulado por FRANCISCO SOUSA LIMA em face de Banco BMG S.A., extinguindo o processo, com resolução de mérito, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil (2015).
Sem custas e sem honorários advocatícios nessa fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intimem-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7003269-43.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
REQUERENTE: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, AV PRESIDENTE DUTRA 334, SALA B PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, OAB nº RO7414A
POLO PASSIVO
REQUERIDO: REINALDO ALVES DE SOUZA, RUA TUPÃ 116 BELA VISTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
A pretensão da autora visa à condenação do réu ao pagamento de dano moral, no valor de R$ 15.000,00, decorrente da denúncia caluniosa de apropriação indébita de honorários perante o Tribunal de Ética da OAB.
O réu, por seu turno, defende que não cometeu o crime de denunciação caluniosa, uma vez que a representação perante a OAB se deu em virtude de a advogada Amanda ter substabelecido para a advogada autora sem, contudo, informá-lo.
Tramitou neste Juizado o processo nº 7000043-30.2022.8.22.0009, que julgou o mesmo fato, sob a ótica criminal, cujo resultado foi a condenação do réu, pelo cometimento do crime de Calúnia, cuja pena foi de 6 (seis) meses de detenção e 10 (dez) dias-multa e, ainda, a título de reparação mínima, o réu foi condenado a pagar a quantia de R$ 2.000,00.
Em que pese a sentença penal condenatória não ter transitado em julgado, as provas produzidas nos presentes autos são as mesmas produzidas na esfera penal, de modo que outra conclusão não pode ser atingida a não ser o entendimento de que houve a prática da Calúnia perpetrada pelo agente, ora réu, e que tal fato causou à vítima (autora), danos à moral, haja vista tratar-se de advogada que recebeu o substabelecimento para dar seguimento do processo do autor.
Conforme constou na sentença penal, as repercussões que as acusações de apropriação de valores de constituinte causam ao profissional da advocacia são negativamente grandes, pois se trata de uma cidade pequena.

O dano moral refere-se a uma lesão não patrimonial sofrida por uma pessoa, que afeta seus direitos personalíssimos, tais como a honra, a intimidade, a imagem, a dignidade, entre outros aspectos ligados à esfera emocional e psicológica. Diferentemente do dano material, o dano moral não envolve prejuízos financeiros diretos, mas sim danos de natureza subjetiva.
A responsabilidade em reparar esse tipo de dano está relacionada à obrigação de indenizar a vítima pela dor, sofrimento, constrangimento ou qualquer outro abalo emocional causado. Essa responsabilidade pode recair sobre uma pessoa física ou jurídica que tenha causado o dano, através de atos ilícitos, como calúnia, difamação, injúria, violação de privacidade, discriminação, entre outros.
A vítima busca a condenação do causador do dano ao pagamento de uma indenização adequada ao sofrimento experimentado. O valor da indenização variar conforme a gravidade do dano, as circunstâncias do caso, o impacto na vida da vítima e outros fatores considerados relevantes.
É importante ressaltar que a reparação do dano moral não tem o objetivo de compensar a dor sofrida, pois muitas vezes isso é impossível, mas sim de proporcionar à vítima um reconhecimento pelo ocorrido e uma forma de mitigar o impacto negativo causado. Além disso, a responsabilização por danos morais também serve como um meio de desencorajar condutas ilícitas e promover o respeito aos direitos fundamentais das pessoas.
Assim, inquestionável a prática do fato, gerador do dano, o qual enseja a reparação.
Sendo assim, bem como levando em consideração a situação do caso, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum indenizatório em R$ 4.000,00, reduzindo o pedido inicial de R$ 15.000,00, de modo a disciplinar a empresa demandada e a dar satisfação pecuniária ao autor.
Assim, diante do acima exposto, e por tudo mais que dos autos constam, com fulcro nos arts. 6º e 38, ambos da Lei 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial formulado por PRISCILLA CHRISTINE GUIMARÃES QUERUZ BECKER para o fim de CONDENAR o réu REINALDO ALVES DE SOUZA, a pagar a quantia de R$ 4.000,00, a título de danos morais, acrescidos de juros legais 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, adotando-se a tabela adotada pelo TJRO, a partir da presente condenação (Súmula n. 362, Superior Tribunal de Justiça).
Por conseguinte, extingo o processo com resolução de mérito com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil (2015).
Sem custas e sem honorários advocatícios nessa fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.
Seguindo o Enunciado 5º do 1º Fojur de Rondônia, transitada em julgado esta decisão, ficará a demandada automaticamente intimada para pagamento integral do quantum determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), e comprovar o depósito nos autos, em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 523, §1º, do CPC, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo.
Findo o prazo do pagamento voluntário, e não havendo requerimentos do credor, arquivem-se os autos.
Havendo pagamento voluntário do débito, INTIME-SE a autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, querendo, apresentar dados bancários para a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, autorizada a CPE a expedição do alvará.
Comprovado o levantamento, venham os autos conclusos para extinção
Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de LEVANTAMENTO e intime-se a autora para comprovação nos autos; PRAZO 5 (CINCO) DIAS.
Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, “a”, “b” e “e”, determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intimem-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001345-60.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: PATRICIA BORGES DA SILVA, RUA FLORENTINO ALVES Casa 03 QUADRA 13, BNH 1 - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MILENA FERNANDES NEVES, OAB nº RO10155A
POLO PASSIVO
REU: TAM LINHAS AÉREAS S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: VITOR PENHA DE OLIVEIRA GUEDES, OAB nº RO8985, FABIO RIVELLI, OAB nº BA34908, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
Valor da Causa: R$ 11.900,00
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos.
O ATO CONJUNTO N. 010/2022, datado de 1/05/2022, revogou 020/2020 – PR/CGJ, dispõe que as audiências de instrução e julgamento podem ser realizadas por videoconferência.
Assim, designo a audiência de instrução e julgamento para o dia 21 de setembro de 2023, às 09h30, a ser realizada por videoconferência, observando as seguintes providências:
Caso a parte se comprometa em levar a testemunha à audiência, independentemente da intimação formal do Art. 455, presumir-se-á que, em caso de a testemunha não comparecer, a parte desistiu de sua inquirição.

Caso as partes entendam pertinente a audiência por VIDEOCONFERÊNCIA, deverão manifestar-se neste sentido no prazo de 05 (cinco) dias contados da intimação deste despacho, sendo que, em caso de requerimento no prazo, desde já AUTORIZO, dispensando-se nova conclusão dos autos.
Em tais casos, a audiência será realizada via Google Meet, por meio do Link: https://tel.meet/eym-eumm-yin?pin=1218710398841, devendo as partes observar atentamente as orientações abaixo descritas:
a) Os advogados deverão informar ao juízo, até 24h antes da audiência, o e-mail ou número de telefone das pessoas que participarão, para possibilitar o contato da Secretaria do Juízo, em caso de dificuldade com a conexão ou acesso pelo link enviado.
b) Os advogados, partes e testemunhas deverão comprovar sua identidade no início da audiência ou de sua oitiva, mostrando o documento oficial com foto, para conferência e registro.
c) As testemunhas serão autorizadas a entrarem na sessão somente no momento de sua oitiva, bem como as partes, caso tenha sido pedido depoimento pessoal.
d) Os advogados das partes, em face do princípio da cooperação e boa-fé, assumem o compromisso de respeitarem a incomunicabilidade entre as testemunhas, sob pena de responsabilização na forma da lei.
Eventuais esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone da Central de Atendimentos (de segunda a sexta, das 07h às 14h), telefone: (69) 3452-0910, pelo e-mail central_pbw@tjro.jus.br, ou Balcão virtual: https://meet.google.com/yxd-ndiu-azo, ou ainda pelo telefone/whatsapp: 3452-0905 (Secretaria dos Juizados – exclusivo para informações referentes audiências de instrução).
INTIMEM-SE as partes para comparecimento e depoimentos em audiência com a advertência do artigo 385, § 1º do Código de Processo Civil: (“Se a parte, pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida de pena de confesso, não comparecer ou, comparecendo, se recusar a depor, o juiz aplicar-lhe-á a pena”).
As testemunhas arroladas comparecerão independentemente de intimação.
Havendo no rol de testemunhas, Servidor Público ou Militar, requisite-se, nos termos do art. 455, § 4º, inciso III do Código de Processo Civil.
Havendo no rol apresentado testemunhas residentes em Comarca diversa desta, fica desde já deferida a expedição do necessário para intimá-las a fornecerem seus números de telefones/whatsapp e/ou e-mail, bem como para que permaneçam disponíveis para participarem da audiência na data e horário designados.
Designe-se audiência no sistema.
SERVE ESTE COMO CARTA/MANDADO/PRECATÓRIA/OFÍCIO
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006288-57.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: J. F. S., RUA TUPÃ 135 BELA VISTA - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEBORA CRISTINA MORAES, OAB nº RO6049
POLO PASSIVO
REQUERIDO: M. D. P. B., - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
Valor da Causa: R$ 1.974,00
Sentença
O embargante alega omissão na sentença, pois a decisão não esclareceu se mantem ou revoga a liminar outrora concedida.
Em suma, é o necessário.
FUNDAMENTOS
Conheço dos embargos de declaração, porque apresentados no prazo legal.
MÉRITO
O embargante aponta omissão na sentença, porquanto não houve pronunciamento expresso acerca dos efeitos da improcedência da pretensão autoral.
Com efeito, este Juízo concedeu a tutela de urgência pleiteada pela autora para determinar o fornecimento de medicamento. Com o julgamento reconhecendo a incompetência do juízo estadual, cessou a eficácia da tutela provisória concedida, nos exatos termos da decisão que a concedeu.
Nesse contexto, não mais subsistem os requisitos legais da probabilidade do direito e do perigo de dano, em face do que, com a extinção do feito por incompetência, cessam os efeitos da tutela de urgência deferida pela decisão inicial.
Embargos de declaração acolhidos para, sanando a omissão apontada, revogar a medida liminar.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, conheço e acolho os embargos de declaração para, sanando a omissão apontada, revogar a tutela provisória concedida na decisão de id 84295476.
Publique-se. Intime-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002227-56.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO

REQUERENTE: NELSON SOARES DE MELO, RUA PINHEIRO MACHADO 876 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ELESSANDRA APARECIDA FERRO, OAB nº RO4883, HENRIQUE SCARCELLI SEVERINO, OAB nº RO2714A
POLO PASSIVO
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se e embargos de declaração, nos quais a ré arguiu que houve omissão quanto a análise da contestação.
Instado a se manifestar, o autor o fez, conforme o constante no ID 92324591.
É o necessário. Decido.
A pretensão do réu é, de fato, a rediscussão da matéria, pois a decisão está suficientemente fundamentada.
Os entendimentos jurisprudenciais devem ser analisados de acordo com cada caso.
APELAÇÃO CÍVEL. CUMPRIMENTO SENTENÇA. QUITAÇÃO DO DÉBITO DA EXECUÇÃO NO PRAZO LEGAL. ART. 523 DO CPC. INCIDENCIA DE MULTA E HONORARIOS. IMPOSSIBILIDADE. 1.Nos termos do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo de 15 dias, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários advocatícios. 2. No caso dos autos, o pagamento foi realizado dentro do prazo legal e o comprovante só veio aos autos após o decurso do prazo. A não juntada do comprovante de pagamento de imediato não ocasionou tumulto ao processo, tampouco houve a incidência de atos processuais desnecessários ao cumprimento do feito, o que não justifica a incidência dos encargos de mora, multa e honorários advocatícios previsto no art. 523, § 1º, do CPC. 3.Recurso conhecido e provido. (TJ-DF 07170052920178070001 DF 0717005-29.2017.8.07.0001, Relator: GISLENE PINHEIRO, Data de Julgamento: 21/10/2020, 7ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 26/10/2020 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)
Nota-se que não se pode causar tumulto no processo e, a ré tem diversas ações neste Juizado, sendo comum a não juntada do comprovante nos autos, o que gera demora e diligências que seria desnecessárias caso os comprovantes fosse juntados no prazo.
Assim, pelo acima exposto, rejeito os Embargos de declaração interpostos, ficando inalterados os fundamentos e o dispositivo.
Sem custas ou honorários.
Registrada e publicada eletronicamente.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001928-45.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: CONCILIA MARQUES DE MIRA, RUA PAVÃO 2003 SETOR INDUSTRIAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NAYANNE VINNIE NOVAIS BRITTO, OAB nº BA41939
POLO PASSIVO
REU: BANCO DO BRASIL, SETOR BANCÁRIO SUL (SBS) - QUADRA 4 - BLOCO C - LOTE 32 s/n, EDIFÍCIO SEDE III ASA SUL - 70073-901 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS DO REU: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
R$ 51.593,54
SENTENÇA
Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Concília Marques de Mira face a Sentença que extinguiu a presente ação indenizatória por incompetência deste juizado em razão da complexidade da matéria, levando em conta a necessidade de realizar perícia contábil.
Sustenta que há omissão porque o juízo não observou a existência do Incidente de Resolução de demandas repetitivas Nº 71 -TO (2020/0276752-2) no Superior Tribunal de Justiça.
O réu manifestou-se pelo não provimento dos embargos, uma vez que não há elementos que autorizem sua procedência.
Pois bem.
Os embargos opostos são peremptoriamente improcedentes, pelos motivos que seguem:
A um, a determinação de suspensão constante no referido incidente não se subsume a matéria jurídica que fundamenta a sentença embargada.
A dois, na exordial a parte autora requer a existência de distinguishing entre esta ação indenizatória e o citado incidente, o que evidencia que a embargante quer, agora, rediscutir os motivos da extinção da ação sem resolução no juízo a quo, e assenta o incidente pendente de julgamento no Superior Tribunal de Justiça de modo seletivo.
O recurso dos embargos de declaração possuem caráter integrativo e não substitutivo das decisões, de modo a sanar contradições, omissões e corrigir erros, prestando-se ao controle jurisdicional, visto que qualifica o princípio da segurança jurídica.
Dessarte, estes embargos não se prestam para o reexame da causa, de modo que REJEITO embargos de declaração interpostos, permanecendo inalterada a sentença de ID 92535597 .
Intime-se.
Registrado eletronicamente.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial 7000108-25.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: LETICIA CALCADOS LTDA - ME, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 941 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875, MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945
POLO PASSIVO
REQUERIDO: WIRLENE SOARES RAMOS, RUA PEDRO AMÉRICO 55 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
R$ 904,80
SENTENÇA
Determinada a intimação da parte Autora para manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito, esta silenciou, o que implica em desistência tácita.
Em consequência, com fundamento no artigo 485, VIII, c/c artigo 775, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO.
Sem custas.
Publique-se. Registrada eletronicamente
Arquive-se, independentemente do trânsito em julgado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006124-92.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: ANA CRISTINA DA SILVA ALVES ALTOE, AV BRASIL 1134, CASA SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ILDETE GONCALVES DOS SANTOS, OAB nº RO10188
POLO PASSIVO
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO S/N, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
SENTENÇA
Trata-se e embargos de declaração, nos quais a ré arguiu que houve omissão quanto a análise da contestação.
Instado a se manifestar, o autor o fez, conforme o constante no ID 92324591.
É o necessário. Decido.
A pretensão do réu é, de fato, a rediscussão da matéria, pois a decisão está suficientemente fundamentada.
Os entendimentos jurisprudenciais devem ser analisados de acordo com cada caso.
APELAÇÃO CÍVEL. CUMPRIMENTO SENTENÇA. QUITAÇÃO DO DÉBITO DA EXECUÇÃO NO PRAZO LEGAL. ART. 523 DO CPC. INCIDENCIA DE MULTA E HONORARIOS. IMPOSSIBILIDADE. 1.Nos termos do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil, não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo de 15 dias, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários advocatícios. 2. No caso dos autos, o pagamento foi realizado dentro do prazo legal e o comprovante só veio aos autos após o decurso do prazo. A não juntada do comprovante de pagamento de imediato não ocasionou tumulto ao processo, tampouco houve a incidência de atos processuais desnecessários ao cumprimento do feito, o que não justifica a incidência dos encargos de mora, multa e honorários advocatícios previsto no art. 523, § 1º, do CPC. 3.Recurso conhecido e provido. (TJ-DF 07170052920178070001 DF 0717005-29.2017.8.07.0001, Relator: GISLENE PINHEIRO, Data de Julgamento: 21/10/2020, 7ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 26/10/2020 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)
Nota-se que não se pode causar tumulto no processo e, a ré tem diversas ações neste Juizado, sendo comum a não juntada do comprovante nos autos, o que gera demora e diligências que seria desnecessárias caso os comprovantes fossem juntados no prazo.
Assim, pelo acima exposto, rejeito os Embargos de declaração interpostos, ficando inalterados os fundamentos e o dispositivo.
Sem custas ou honorários.
Registrada e publicada eletronicamente.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.Processo: 7005385-22.2022.8.22.0009

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Análise de Crédito
AUTOR: BIANCA ALVES OLIVEIRA, AVENIDA ANÍSIO SERRÃO DE CARVALHO 183, CASA JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: PEDRO HENRIQUE CARVALHO DE SOUZA, OAB nº RO8527, WELLINGTON DE PAIVA FIGUEIREDO, OAB nº RO12489A
REU: BANCO DO BRASIL, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 840, PREDIO CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, NATIELE PINHEIRO DA SILVA 01973168243, RUA FLAVIO DA SILVA DALTO 184, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: ERIKA PINHEIRO AUS, OAB nº RO12404, ITALO SCARAMUSSA LUZ, OAB nº BA67070, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
DESPACHO
Vistos.
Ao que parece, o processo já cumpriu seu desiderato.
Assim, nada mais havendo, arquive-se, com as baixas devidas no sistema.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
Pimenta Bueno/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Wilson Soares Gama
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial 7005405-13.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTORES: CLAUDINEZ SOARES DE MELO, AVENIDA ALMERINDO GRAVA 709, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, RUA: ALCINDA RIBEIRO DE SOUZA 585 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
POLO PASSIVO
REU: OSVALNIRDO DE OLIVEIRA, AV PADRE ANGELO 1153 JD DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
R$ 15.330,00
SENTENÇA
Determinada a intimação da parte Autora para manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito, esta silenciou, o que implica em desistência tácita.
Em consequência, com fundamento no artigo 485, VIII, c/c artigo 775, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO.
Sem custas.
Publique-se. Registrada eletronicamente
Arquive-se, independentemente do trânsito em julgado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial Processo n. 7000922-03.2023.8.22.0009
REQUERENTES: TELEMACO CERIOLLI JUNIOR, AMANDA SANTANA AUS
ADVOGADO DOS REQUERENTES: KARINA CRISTIANO BISPO, OAB nº RO12873
REQUERIDO: W 20 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
ADVOGADO DO REQUERIDO: DIEGO MARTINS SILVA DO AMARAL, OAB nº DF55046
Valor da causa: R$ 22.921,28
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de Embargos de Declaração com efeitos infringentes opostos por W 20 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA em face da Sentença que declarou rescisão contratual, a condenou a restituição de valores e a indenizar por dano moral em favor da parte autora.
Sustenta que há omissão, ao argumento de que os juros aplicáveis ao valor a ser restituído deve ser a partir da sentença condenatória (Tema 1002, STJ) e que requer a reconsideração da condenação de indenizar por dano moral.
É evidente que os argumentos destes embargos não são oponíveis à sentença, pois não se aplicam ao primeiro ponto (data de início dos juros). Tampouco é adequado falar em omissão quanto à fundamentação da condenação por dano moral, quando o embargante usa deste recurso para que o juízo faça um novo julgamento.
No mais, o recurso dos embargos de declaração possuem caráter integrativo e não substitutivo das decisões, de modo a sanar contradições, omissões e corrigir erros prestando-se ao controle jurisdicional visto que qualifica o princípio da segurança jurídica, circunstância não evidenciada nos presentes embargos.
Dessarte, REJEITO embargos de declaração interpostos, permanecendo inalterada a sentença de ID 92289051.
Intime-se.
Registrado eletronicamente.
Pimenta Bueno - RO, 17 de julho de 2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006638-45.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: KATIA SUELY DO NASCIMENTO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A, JOILSON SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RO3505A
POLO PASSIVO
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 8.632,90
SENTENÇA
Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela Requerente em face da sentença que extinguiu ação de cobrança em razão da incompetência do Juizado Fazendário .
Apresentou embargos sob o fundamento de que a sentença do juízo laboral perdeu a eficácia em razão da mudança do regime jurídico da requerente, nos termos da decisão do Supremo Tribunal Federal no Agravo Regimental na Reclamação de 21.994/RO
Pois bem.
A pretensão autoral consiste em rediscutir a decisão proferida, haja vista que a sentença embargada expressa adequadamente os motivos da extinção, visto que a pretensão consiste em fazer cumprir os termos de título executivo judicial do juízo laboral, sendo aquele competente para tanto.
Aliás, neste sentido já decidiu a Egrégia Turma Recursal:
RECURSO INOMINADO. DIREITOS DO SERVIDOR. SENTENÇA PROFERIDA PELA JUSTIÇA DO TRABALHO ANTES DA EC/45/2004. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA EXECUTAR SUAS DECISÕES. RECURSO IMPROVIDO.SENTENÇA MANTIDA. Tendo a ação sido julgada pela Justiça do Trabalho, conforme regramento vigente à época, eventual descumprimento de sentença deverá ser distribuído naquela justiça especializada, visto que aquela é competente para executar seus próprios julgados. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7004548-25.20228.22.0022, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 14 de Junho de 2023.
Considerando a falta de pertinência dos presentes embargos com processo em apreço, REJEITO os presentes embargos de declaração, permanecendo inalterada a sentença de ID 91772001.
Intime-se.
Registrado eletronicamente.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7004141-92.2021.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
REQUERENTE: AGENOR DA SILVEIRA, AV ANTONIO RICARDO DE LIMA 1044 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: THALES CEDRIK CATAFESTA, OAB nº RO8136
POLO PASSIVO
REQUERIDO: BANCO BMG S.A., AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 3477, 9 ANDAR. (BANCO BMG) ITAIM BIBI - 04538-133 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA, OAB nº RO11434, FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA, OAB nº MG108112, Procuradoria do BANCO BMG S.A
R$ 16.165,46
SENTENÇA
Considerando que a parte Autora requereu a extinção do feito, HOMOLOGO a desistência e JULGO EXTINTA a presente ação, com fundamento no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil e Enunciado nº 90 do FONAJE.
Sem custas.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquive-se o processo, independente do trânsito em julgado da sentença.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002282-07.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial

POLO ATIVO
PROCURADOR: VALTER VILAS BOAS, RUA JOAQUIM NABUCO 590 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO PROCURADOR: LUIZ MIGUEL SOLEI, OAB nº RO8976, ANDRE RICARDO REBOUCAS SOUZA CASTRO, OAB nº RO10961, RENAN DIEGO REBOUCAS SOUZA CASTRO, OAB nº RO6269
POLO PASSIVO
PROCURADOR: LUCAS SOUZA PEREIRA, RUA RIO GRANDE DO NORTE 1278 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
PROCURADOR SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
A parte autora foi devidamente intimada para indicar bens do Réu no prazo de 05 (cinco) dias, deixando decorrer in albis o prazo.
Assim, julgo extinto o processo, nos termos do art. 53, §4º, da Lei 9.099/95, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.
Sem custas.
Registrada e publicada eletronicamente.
Arquive-se o processo, independentemente do trânsito em julgado da sentença.
Desnecessária a intimação de parte sem advogado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002045-36.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: JOICE SALETE BALDESSAR - ME, RUA CASSIMIRO DE ABREU 112 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: HENRIQUE SCARCELLI SEVERINO, OAB nº RO2714A, ELESSANDRA APARECIDA FERRO, OAB nº RO4883
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ELIENE LIDIA DOS REIS AGUIAR, AV DOS BANDEIRANTES 549 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Sentença
As partes informaram a composição por meio de acordo extrajudicial, requerendo a homologação, nos termos da petição juntada nos autos.
Assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas.
Havendo descumprimento admito o prosseguimento nos mesmos autos devendo virem conclusos para decisão.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006515-47.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: JERUSA BARON CASTELANI, LINHA 45 Lote 9A, ESTANCIA CASTELIANA, ZONA RURAL ZONA RURAL - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA, AC PRIMAVERA DE RONDONIA 1466, RUA JONAS ANTÔNIO DE SOUZA 1466 CENTRO - 76976-970 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensando na forma da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito, efetivamente, comporta julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 355, I, do CPC, porquanto por se tratar apenas de matéria de direito, desnecessária a produção de prova testemunhal, e o desfecho jurídico depende apenas de apreciação de provas documentais, que no caso são suficientes para a convicção deste magistrado.
Ademais, por ser o magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórios ou desnecessárias para a formação do seu convencimento, razão pela qual indefiro o pedido de dilação probatória, mormente porque há nos autos prova suficiente para o deslinde da questão.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é

suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
MÉRITO:
Trata-se de ação obrigação de fazer, em que a parte Autora pleiteia o recebimento de adicional de insalubridade, tendo como base de cálculo o vencimento ou salário-base, nos termos da Lei Federal nº 13.324/16.
A parte autora é servidora pública municipal, pertencente aos quadros do Município de Primavera de Rondônia, exercendo o cargo de Agente Comunitário de Saúde, conforme termo de posse juntado aos autos.
No caso sub judice, tem-se que a parte Autora já recebe o adicional de insalubridade, requerendo, tão somente, a mudança na forma de calculá-lo, para que seja concedido o benefício, tendo como base de cálculo o vencimento básico.
A Constituição Federal de 1988, em seu art. 198, § 5º, dispõe:
§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2010)
A Lei Federal de aplicação nacional, a saber, Lei nº 13.342/16, que acrescentou o parágrafo 3º ao art. 9º-A, prevê que a base de cálculo do benefício é o vencimento ou salário-base:
Art. 9º-A. O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais.
[...]
§ 3º O exercício de trabalho de forma habitual e permanente em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo federal, assegura aos agentes de que trata esta Lei a percepção de adicional de insalubridade, calculado sobre o seu vencimento ou salário-base: (Incluído pela Lei nº 13.342, de 2016)
I - nos termos do disposto no art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, quando submetidos a esse regime; II - nos termos da legislação específica, quando submetidos a vínculos de outra natureza.
Percebe-se que a legislação em epígrafe ora aplicável à categoria funcional da autora, passou a dispor que a base de cálculo do adicional de insalubridade agora é vencimento ou salário-base do servidor.
Tal lei federal de caráter nacional é específica para os agentes comunitários de saúde e agentes de endemias, e por se tratar de lei especial, ela deve prevalecer sobre a geral.
A legislação federal passou a regulamentar o comando constitucional a respeito dos agentes comunitário de saúde, nos termos do §5 do art. 198 da CF já citado inicialmente.
Nesse contexto, a base de cálculo do adicional de insalubridade prevista na referida legislação federal deve ser aplicada.
Nesse sentido, já decidiu o eg. TJ/SP que a Lei Federal nº 11.350/2006, por mandamento constitucional, se sobrepõe à Lei Municipal. Vejamos:
"AÇÃO ORDINÁRIA. AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RANCHARIA/SP. Autora, servidora pública municipal, que comprovou a inobservância por parte do Município de Rancharia/SP da base de cálculo do adicional de insalubridade prevista na Lei Federal nº 13.342/16, que deve ser cumprida por determinação do §5º do art. 198 da Constituição Federal. Inexistência de ofensa ao pacto federativo. Precedentes desta E. Colégio Recursal e do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Sentença reformada para se julgar o pedido procedente. Recurso desprovido."
(TJ/SP, Recurso Inominado Cível nº 1000390-66.2022.8.26.0491, Relator: Fábio Mendes Ferreira, data 26 de julho de 2022).
Assim, considerando ter sido provado que a base de cálculo do adicional de insalubridade recebido pelo servidor não observou a Lei Federal, é de rigor o decreto de procedência dos pedidos.
Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados, declarando o direito da Requerente JERUSA BARON CASTELANI no recebimento do adicional de insalubridade sobre o salário-base por si percebido, e não sobre o salário-mínimo, nos termos da Lei Federal nº 13.342/2016, devendo o réu adequar a base de cálculo do referido adicional.
Condeno o Município de PRIMAVERA DE RONDONIA/RO ao pagamento das diferenças vencidas, com efeitos financeiros desde julho de 2022, até a data da efetiva adequação nos termos supra, com reflexos nas férias, 1/3 de férias, 13º salário, devendo ser deduzidos os valores recebidos administrativamente.
Deixo de antecipar os efeitos da tutela, em razão do que dispõe o artigo 2-B, da Lei n. 9494/1997 c/c artigo 1.059, do CPC/2015.
Os valores retroativos serão apurados em regular liquidação de sentença, por simples cálculos, nos exatos termos da fundamentação supra, parte integrante desta decisão, cuja correção monetária e juros serão devidos de acordo com a taxa SELIC (EC 113/2021).
DECLARO RESOLVIDO o mérito (CPC 487, I).
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao reexame necessário (artigo 11 da Lei 12.153/2009).
Publicada e registrada eletronicamente. Intimem-se.
Após o trânsito em julgado, não havendo manifestação no prazo de 5 dias, arquivem-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7000200-66.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO

EXEQUENTE: GRENAL SERVICOS E DISTRIBUIDORA LTDA - ME, AVENIDA MARECHAL DEODORO 21-A BEIRA RIO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PRISCILLA CHRISTINE GUIMARAES QUERUZ, OAB nº RO7414A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: EMERSON BARBOSA DA SILVA 02468605292, MARECHAL RONDON 1625 APIDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
As partes informaram a composição por meio de acordo extrajudicial, requerendo a homologação, nos termos da petição juntada nos autos.
Assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas.
Havendo descumprimento admito o prosseguimento nos mesmos autos devendo virem conclusos para decisão.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001217-40.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: VANDER FEITOSA PINHEIRO, RUA DAS NAÇÕES UNIDAS 685 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: LUIZ EDUARDO NUNES TEIXEIRA, OAB nº RO11778, VITOR FERRARI SOSSAI, OAB nº RO11503
POLO PASSIVO
REU: LATAM AIRLINES GROUP S/A, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO S/N, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: FERNANDO ROSENTHAL, OAB nº SP146730, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
Sentença
Trata-se e embargos de declaração, nos quais a ré arguiu que houve contradição na decisão, uma vez que houve a juntada de acordo firmado entre as partes.
É o necessário. Decido.
Os presentes embargos de declaração merecem prosperar.
Nota-se que houve a juntada do acordo, conforme termo juntado nos autos nº 91465658.
Diante dessa constatação, tem-se que a demanda deve, por força do art. 1.022, §2º, do CPC, ser modificada a decisão.
Assim, considerando a manifestação do autor, recebo os Embargos de Declaração, com efeitos infringentes, para modificar a decisão, tornando-a sem efeito a decisão de ID 91592707.
As partes informaram a composição por meio de acordo extrajudicial, requerendo a homologação, nos termos da petição juntada nos autos.
Assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas. Havendo descumprimento admito o prosseguimento nos mesmos autos devendo virem conclusos para decisão.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006069-44.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: LUCIANE DA SILVA NUNES, RUA JONAS ANTONIO DE SOUZA 1733, CASA 02 CENTRO - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA, AC PRIMAVERA DE RONDONIA 1466, RUA JONAS ANTÔNIO DE SOUZA 1466 CENTRO - 76976-970 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação proposta por LUCIANE DA SILVA NUNES, servidora pública municipal, em face do MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDONIA/RO, postulando a concessão do adicional de insalubridade, pois trabalha na função de Cozinheira, alegando que labora em condição insalubre.
Pediu, por isso, a procedência do pedido para que o Réu seja compelido a implantar o referido adicional e condenado a pagar os adicionais retroativos, considerando a prescrição quinquenal.
Juntou documentos.

Regularmente citado, o município réu apresentou defesa alegando, revogação da Lei n 699/2013. Alegou ainda que a Autora não faz jus ao recebimento do adicional de insalubridade, conforme laudo pericial anexo a defesa. Juntou memorando. Aduz que contratou empresa especializada para avaliação dos locais de trabalhado dos servidores. Pugnou ao final pela improcedência dos pedidos.
Juntou documentos.
É o breve relato.
Decido.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito e o conjunto probatório dos autos é suficiente para o desfecho jurídico, ante as provas apresentadas aos autos, sendo desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórios ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
Nesse sentido:
"A produção de provas está vinculada à livre convicção do magistrado, nos termos do artigo 130 do Código de Processo Civil, segundo o qual 'Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias', e constitui meio auxiliar do juízo e, não, das partes, impondo-se o indeferimento do pedido de complementação da prova pericial quando a ação rescisória já se encontra instruída com farta documentação, suficiente ao exame da ação"
(STJ, AgRg na AR. 746/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 1ª Seção, jul. 09.06.2010, DJe 18.06.2010).
PROCESSO CIVIL.PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do juiz. É o juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 - AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
DO EXAME MERITÓRIO
A pretensão autoral não merece acolhimento.
Inicialmente, importa consignar que a norma processual confere ao juiz a liberdade de apreciação e valoração das provas na formação de seu convencimento, podendo a decisão se fundamentar nos demais elementos probatórios sem, com isso, incidir em erro de julgamento ou procedimento.
Sobre a previsão do adicional insalubridade ou periculosidade, a Lei Municipal nº 03/GP/2021, estabelece em seu art. 6, que o adicional será pago aos servidores que trabalhem, com habitualidade, em locais insalubres.
In verbis:
"Art. 6° Os servidores que trabalhem, com habitualidade, em locais ou condições insalubres fazem jus à gratificação por insalubridade, com base no salário-mínimo vigente, conforme dispuser regulamento específico emanado do Chefe de cada Poder.
Parágrafo Único. A administração determinará a cada dois anos a realização de Laudo Pericial dos ambientes possivelmente insalubres ou perigosos, para a concessão ou revogação de pagamento das gratificações.
Assim, para apuração do grau de exposição do servidor, é necessária a avaliação por meio de perícia técnica para caracterização e classificação da insalubridade.
A obrigação do réu em realizar avaliação e confeccionar o laudo pericial foi cumprida, uma vez que contratou empresa especializada que apurou e confeccionou laudo técnico no local de trabalho dos servidores.
Nesse sentido, o laudo técnico atualizado (id nº 84141915, fls. 22) juntado pelo Município e elaborado por profissional qualificado, Médico do Trabalho, concluiu que as atividades laborais de Cozinheira/Merendeira NÃO são consideradas insalubres ou periculosas.
Além disso, ressaltou o profissional que a exposição ao agente ocorre em níveis abaixo do Limite de Tolerância estabelecido pela NR 15, ANEXO 03. Concluiu que a exposição dos servidores ao agente avaliado não gera o adicional de insalubridade.
Com efeito, inexistindo cabal comprovação da desvalia da perícia e considerando o laudo atualizado do réu concluído pela inexistência de condições insalubres, a improcedência da ação é medida que se impõe.
Nesse sentido:
RECURSO INOMINADO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. GRAU MÉDIO. LAUDO PERICIAL. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DE GRAU MÁXIMO JULGADO IMPROCEDENTE. MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA, SERVIDOR PÚBLICO. ZELADOR. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA (processo: 7003453-67.2020.8.22.0009 - RECURSO INOMINADO CÍVEL, Relator: CRISTIANO GOMES MAZZINI substituído por VALDIRENE ALVES DA FONSECA CLEMENTELE, Data julgamento: 25/04/2023).
Ademais, quadra assentar que o Juiz não está adstrito ao laudo particular acostado à inicial, podendo formar seu convencimento com outros elementos, como no caso o laudo pericial administrativo, cuja credibilidade é maior.
Diante do exposto, nos termos do artigo 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado por LUCIANE DA SILVA NUNES em face do MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA/RO, partes qualificadas nos autos.
DECLARO RESOLVIDO o mérito (CPC 487, I).
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao reexame necessário (artigo 11 da Lei 12.153/2009).
Intimem-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001909-39.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível

POLO ATIVO
AUTOR: DEIR DOS REIS RIBEIRO, AV PASTOR JOSE ESCORIÇA NETO 540, CASA VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: SEBASTIAO CANDIDO NETO, OAB nº RO1826
POLO PASSIVO
REU: ELGIN DISTRIBUIDORA LTDA, BR 101 9245, KM 122 4 SALA 23 CIDADE NOVA - 88308-620 - ITAJAÍ - SANTA CATARINA
ADVOGADO DO REU: FABIO HOELZ DE MATOS, OAB nº SP147798
SENTENÇA
As partes informaram a composição por meio de acordo extrajudicial, requerendo a homologação, nos termos da petição juntada nos autos.
Assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas.
Havendo descumprimento admito o prosseguimento nos mesmos autos devendo virem conclusos para decisão.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002171-23.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: KATIANE PINHEIRO CHALEGRA 02259440223, RUA ALCINDA RIBEIRO DE SOUZA128 128 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
EXECUTADO: MARIA RITA DOS SANTOS VITOR, AV SANTA CRUZ 849 SETOR 01 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 555,37
DESPACHO
Vistos,
Ausentes novos requerimentos,
Arquivem-se os autos.
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7005838-17.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: E D BRUNO OTICA - ME, AVENIDA MARECHAL RONDON 679 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MONALISA SOARES FIGUEIREDO ANDRADE, OAB nº RO7875, MARIANA PILONETO FARIAS, OAB nº RO8945
POLO PASSIVO
EXECUTADO: RODRIGO DE CARVALHO, AV, PADRE ANGELO 618 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Considerando a manifestação da parte autora, informando que o débito fora integralmente pago, julgo EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.
Sem custas e honorários.
Registrado eletronicamente.
Intime-se, arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado da sentença.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006043-46.2022.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: PB CONTABILIDADE EIRELI, FAGUNDES VARELA 543, SALA 01 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO AUTOR: ANDRE RICARDO REBOUCAS SOUZA CASTRO, OAB nº RO10961, LUIZ MIGUEL SOLEI, OAB nº RO8976, RENAN DIEGO REBOUCAS SOUZA CASTRO, OAB nº RO6269
POLO PASSIVO
REQUERIDOS: VET MIX COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS LTDA, AVENIDA NEWTTON RABELO DE CASTRO 27 PEDRA 90 - 78099-005 - CUIABÁ - MATO GROSSO, BOM PET COMERCIO DE PRODUTOS VETERINARIOS EIRELI, NEWTON RABELLO DE CASTRO 27 PEDRA 90 - 78099-005 - CUIABÁ - MATO GROSSO
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Ademais, por ser o Magistrado o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
A pretensão da autora visa ao recebimento da quantia de R$ 28.703,14, referente a prestação de serviços de contabilidade.
Devidamente citado e intimado, os réus não compareceram a audiência de tentativa de conciliação.
Nos Juizados, a ausência do réu a audiência de tentativa de conciliação, nos termos do art. 20 da Lei 9.099/95 implica em revelia, reputando-se verdadeiros os fatos afirmados na inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz.
No presente caso os documentos apresentados são suficientes para comprovar o negócio jurídico realizado.
Assim, COMO DO CONTRÁRIO NÃO RESULTOU A CONVICÇÃO DESTE JUÍZO, que entende não ser caso de produção de provas, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e, em consequência, CONDENO as requeridas, a pagarem à parte autora a importância de R$ 28.703,14, acrescido dos juros e correções legais, a partir da citação.
Ante o acima posto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por PB CONTABILIBIDADE EIRELI em face de BOM PET COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS EIRELI e VET MIX COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS, para condenar os réus a pagarem a quantia de R$ 28.703,14, devidamente corrigidas a partir do ajuizamento da ação, uma vez que já estão atualizadas, utilizando os índices adotados pelo TJRO, e com juros a partir da citação, de 1% ao mês.
Sem custas e sem honorários advocatícios nessa fase, conforme art. 55, caput, da Lei 9.099/95.
Certificado o trânsito em julgado, intime-se o autor para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.
Em que pese a revelia reconhecida, para o início da fase de cumprimento de sentença, o requerido deve ser intimado, nos termos do art. 513, §2º, II do CPC.
Sendo assim, havendo manifestação quanto ao início do cumprimento de sentença, independentemente de novo despacho, intime-se o executado para cumprir e comprovar o depósito nos autos, nos termos do art. 523 do Código de Processo Civil.
Findo o prazo do pagamento voluntário, e não havendo requerimentos do credor, arquivem-se os autos.
Havendo pagamento voluntário do débito, INTIME-SE a autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, querendo, apresentar dados bancários para a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, autorizada a CPE a expedição do alvará.
Comprovado o levantamento, venham os autos conclusos para extinção
Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de LEVANTAMENTO e intime-se a autora para comprovação nos autos; PRAZO 5 (CINCO) DIAS.
Sobrevindo requerimento de cumprimento de sentença, com fundamento nas Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 118, 124, VIII, XVI, XXXI, “a”, “b” e “e”, determino que a Secretaria retifique a autuação para cumprimento de sentença e encaminhe os autos à Contadoria Judicial quando necessário em ações oriundas da atermação ou, ainda, intime a parte exequente para apresentar planilha atualizada do débito, caso não tenha sido juntada ao feito. Somente então, os autos deverão vir conclusos.
Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.
Intime-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial Processo n. 7006766-65.2022.8.22.0009
REQUERENTE: MARIA JANIA SIQUEIRA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: GENILTON PEDRO DA SILVA LUCHTENBERG, OAB nº RO12462, THALES CEDRIK CATAFESTA, OAB nº RO8136
REQUERIDO: BANCO BMG S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, Procuradoria do BANCO BMG S.A
Valor da causa: R$ 13.844,00

DECISÃO
Trata-se de Embargos de Declaração opostos por BANCO BMG S/A em face da Sentença que o condenou no pagamento de indenização por dano moral em favor da parte autora.
Sustenta que há obscuridade, ao argumento de que a sentença embargada não está adequadamente fundamentada.
In casu, houve a condenação da ré ao pagamento de indenização por dano moral decorrente da negativação indevida constante no Sistema de Informação de Crédito do Banco Central do Brasil (SCR/BACEN), caracterizando o ato ilícito condenável consoante os fatos narrados nos autos, e devidamente mencionados na sentença embargada.
O recurso dos embargos de declaração possuem caráter integrativo e não substitutivo das decisões, de modo a sanar contradições, omissões e corrigir erros prestando-se ao controle jurisdicional visto que qualifica o princípio da segurança jurídica, circunstância não evidenciada nos presentes embargos.
Dessarte, REJEITO embargos de declaração interpostos, permanecendo inalterada a sentença de ID 91593933.
Intime-se.
Registrado eletronicamente.
Pimenta Bueno - RO, 17 de julho de 2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7000640-62.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: EDER DA SILVA MACHADO, MONTE SINAI 924 BEIRA RIO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MAISA BERNACHI BAPTISTA, OAB nº RO8247
POLO PASSIVO
REQUERIDO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
Valor da Causa: R$ 6.719,83
Despacho
Diante da petição juntada pela Requerente e documentos novos, e nos termos do artigo 9 do Código de Processo Civil, INTIME-SE se o Requerido para manifeste-se no prazo de 05 (cinco) dias quanto a alegação de pagamento das multas aplicadas.
Após, venham os autos conclusos para julgamento.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001718-91.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: CICERO & SOUZA LTDA - EPP, AVENIDA MARECHAL RONDON 216 BAIRRO DOS PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
REU: CAROLINE SAMPAIO DA SILVA, RUA ALMIRAANTE BARROSO 730 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Sentença
As partes informaram a composição por meio de acordo extrajudicial, requerendo a homologação, nos termos da petição juntada nos autos.
Assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas.
Havendo descumprimento admito o prosseguimento nos mesmos autos devendo virem conclusos para decisão.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7004570-59.2021.8.22.0009 Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
POLO ATIVO
EXEQUENTE: TIAGO OLIVEIRA DE ALMEIDA, RUA DO PATROCÍNIO PORTELA 417 N/I - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
POLO PASSIVO
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
Valor da Causa: R$ 2.443,06
DECISÃO
Vistos, etc.
Trata-se de cumprimento de sentença contra Fazenda Pública Municipal.
Segundo consta nos autos, a parte executada impugnou os cálculos ao argumento de excesso de execução, a fim de excluir os valores pagos de forma administrativa.
Analisando os cálculos, verifica-se que a parte exequente não deduziu os valores pagos em folha de pagamento, caracterizando excesso de execução.
Desta feita, acolho a impugnação ofertada, para determinar a expedição de RPV, em desfavor do executado, na quantia de R$ 596,85, montante esse devido, já deduzido o valor pago administrativamente.
Fixo o prazo para pagamento em 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento da requisição, pena de sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, dispensada a audiência da fazenda pública.
Após a expedição da Requisição de Pequeno Valor, intime-se a parte para pagamento, arquivando o feito oportunamente, devendo a parte autora manifestar-se no caso de descumprimento requerendo o que entender de direito.
Intimem-se.
Serve cópia da presente de expediente/ intimação/ mandado.
Publique-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7005143-97.2021.8.22.0009 Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
POLO ATIVO
EXEQUENTE: ILZA MARIA TEXEIRA BASTOS VENTURIM, AVENIDA ROTARY CLUB 791 BAIRRO PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
POLO PASSIVO
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
Valor da Causa: R$ 4.619,01
DECISÃO
Vistos, etc.
Trata-se de cumprimento de sentença contra Fazenda Pública Municipal.
Segundo consta nos autos, a parte executada impugnou os cálculos ao argumento de excesso de execução, a fim de excluir os valores pagos de forma administrativa.
Analisando os cálculos, verifica-se que a parte exequente não deduziu os valores pagos em folha de pagamento, caracterizando excesso de execução.
Desta feita, acolho a impugnação ofertada, para determinar a expedição de RPV, em desfavor do executado, na quantia de R$ 602,81, montante esse devido, já deduzido o valor pago administrativamente (- R$122,98).
Fixo o prazo para pagamento em 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento da requisição, pena de sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, dispensada a audiência da fazenda pública.
Após a expedição da Requisição de Pequeno Valor, intime-se a parte para pagamento, arquivando o feito oportunamente, devendo a parte autora manifestar-se no caso de descumprimento requerendo o que entender de direito.
Intimem-se. Serve cópia da presente de expediente/ intimação/ mandado.
Publique-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
2000142-90.2019.8.22.0009 Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo
POLO ATIVO
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

POLO PASSIVO
REU: CARLOS ANDRE TARGINO DE MELO, RUA I 2831, NÃO INFORMADO BRIZON - 99999-999 - NÃO INFORMADO - ACRE, RENATO ALVES PAULA, AVENIDA PORTO ALEGRE 917, TELEFONE (69)99327-7375 NOVO CACOAL - 76962-142 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REU: JOSE ANGELO DE ALMEIDA, OAB nº RO309
Valor da Causa: R$ 0,00
DESPACHO
O processo prossegue apenas em relação Renato Alves Paula. O Ministério Público requereu a revogação do benefício de suspensão condicional do processo em razão ante a inércia do denunciado.
Antes de decidir acerca do pedido, diga o advogado do denunciado, no prazo de 5 (cinco) dias.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001524-91.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: ERMESON LUIZ GONCALVES, ESTRADA DO CALCÁRIO 195, CASA BELA VISTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JULIANO GOMES ANTUNES, OAB nº RO11753
POLO PASSIVO
REQUERIDO: Estado de Rondônia, - 76842-000 - MUTUM PARANÁ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de demanda repetitiva, na qual Policial Penal pretende receber diferenças salariais a título de auxílio-alimentação referente ao período de Junho de 2020 a Dezembro de 2021.
In casu, proposta por ERMESON LUIZ GONÇALVES em face do ESTADO DE RONDÔNIA.
Alega que Estado de Rondônia não cumpriu o dever de pagar o valor de R$ 253,00(duzentos e cinquenta e três reais) a título de auxílio-alimentação no período supramencionado, o que perfaz a diferença mensal que entende devida de R$ 93,00(noventa e três reais) por mês, uma vez que recebeu o valor de R$ 160,00 (cento e sessenta reais).
Fundamentou seu pedido a partir do disposto na Lei Complementar Estadual n. 1.061/20.
Citado, o Estado de Rondônia defende a improcedência do pedido, ao argumento de que a norma conferiu o benefício, porém, com eficácia somente após o encerramento da pandemia de coronavírus, e nos termos das medidas excepcionais e vigente à época, quais sejam, Lei Complementar da União de 173/2020 e o Decreto Estadual 24.887/2020. Pugna pela dedução dos valores já pagos em caso de condenação.
Em réplica, a parte autora defende a possibilidade de pagamento das diferenças, a partir de julgados procedentes sobre a concessão do auxílio-alimentação.
É o relatório. Passo a decidir.
O ponto crucial da controvérsia reside em saber se a parte autora faz jus ao pagamento do auxílio alimentação nos termos da Lei Complementar Estadual n. 1.061/20.
Pois bem.
A demanda é de singelo deslinde e sem necessidade de maiores digressões.
Inicialmente, cumpre destacar que a Administração Pública é regida à luz dos princípios constitucionais inscritos no caput do art. 37 da Carta Magna:
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).
O princípio da legalidade é base de todos os demais princípios que instruem, limitam e vinculam as atividades administrativas, de modo que a Administração Pública só pode atuar conforme a lei.
A referida norma foi sancionada em Maio de 2020, no entanto as condições para sua eficácia não ocorreram, sendo que majoração do valor do auxílio-alimentação somente teria lugar quando cumprida a condição fático-jurídica para sua eficácia, qual seja, o fim do estado de calamidade.
“Art. 6°. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros após o encerramento do estado de Calamidade Pública, desde que respeitada a capacidade financeira e orçamentária do Estado, aferida por meio da realização trimestral acumulada da Receita Corrente Líquida em, no mínimo, 6% (seis por cento) acima do previsto na estimativa inicial da Lei n° 4.709, de 30 de dezembro de 2019 - Lei Orçamentária Anual - LOA ou Lei correspondente que vier a substituí-la.”
O Estado de Calamidade Pública foi declarado em 23 de Março de 2020 e foi revogado 13 de Janeiro de 2023 por meio do decreto N° 27.843.
Ademais, a Lei complementar 173/2020 infundiu proibições de aumento de diversas despesas no período requerido, impondo sacrifícios a todos.
“Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:
I - conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública;
II - criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;
III - alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
IV - admitir ou contratar pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos

de chefia, de direção e de assessoramento que não acarretem aumento de despesa, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, as contratações de temporários para prestação de serviço militar e as contratações de alunos de órgãos de formação de militares; (Vide)
V - realizar concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso
IV; (Vide)
VI - criar ou majorar auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade;
VII - criar despesa obrigatória de caráter continuado, ressalvado o disposto nos §§ 1º e
2º;
VIII - adotar medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º da Constituição Federal;
IX - contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.
(…)"
A proibição mencionada é constitucional, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal,Tema de Repercussão Geral n. 1.137:
"É constitucional o artigo 8º da Lei Complementar 173/2020, editado no âmbito do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).
Portanto, o disposto no artigo 2º da Lei Complementar Estadual n. 1.061/20 foi vigente, mas não eficaz. Tanto é que o auxílio-alimentação desta categoria foi majorado em Janeiro de 2022 a partir da vigência da Lei Complementar n° 1.122, de 23 de Dezembro de 2021.
Por fim, quanto à nova tese apresentada na impugnação, na qual a parte autora fundamenta sua pretensão em suposta isonomia entre servidores.
Atento aos julgados colacionados, vê-se que as decisões foram alicerçadas em fatos e fundamentos diversos desse caso, de modo que, aplica-se aqui peremptoriamente a Súmula Vinculante n.37:
"Não cabe ao
PODER JUDICIÁRIO, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.
Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na inicial pela parte requerente EMERSON LUIZ GONÇALVES em face do ESTADO DE RONDÔNIA.
Resolvo o mérito, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei n. 9.099/95.
Sirva a presente sentença de comunicação/intimação.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito
tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002681-70.2021.8.22.0009 Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo
POLO ATIVO
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
POLO PASSIVO
REU: JESSICA DE MELO GALAN, RUA VISTO ALEGRE 1744 VISTA ALEGRE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA, TAINARA RIBEIRO MONTES THOMAZ MARTINS, ESTRADA AEROPORTO 46, NÃO INFORMADO BELA VISTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, RONE COUTINHO MACHADO, RUA RUI BARBOSA 760, INEXISTENTE JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, LAURA CAROLINA SANTOS LIMA, DOS BANDEIRANTES 1153, NÃO INFORMADO PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, JOAO PAULO QUADROS FREDI, AV INDEPENDÊNCIA 393, NÃO INFORMADO CTG - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, ANA PAULA VIEIRA VILAS BOA, ANISIO SERRAO DE CARVALHO 525, NÃO INFORMADO JD DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: JUCEMERI GEREMIA, OAB nº RO6860, JESSICA PINHEIRO AUS, OAB nº RO8811, MILENA FERNANDES NEVES, OAB nº RO10155A, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 0,00
DECISÃO SERVINDO COMO MANDADO
Vistos.
Inicialmente, RECEBO A DENÚNCIA apresentada em face de RONE COUTINHO MACHADO.
O denunciado RONI COUTINHO MACHADO aceitou proposta de Suspensão Condicional do Processo, consoante manifestação de ID. Num. 88566440 - Pág. 1, da lavra da advogada constituída.
Portanto, presentes os requisitos legais, suspendo o presente feito pelo prazo de 02 (dois) anos, sob as seguintes condições:
I – Comparecimento pessoal e obrigatório em juízo (fórum da comarca de Pimenta Bueno), mensalmente, para informar e justificar suas atividades. A apresentação deve se dar na primeira semana de cada mês, em horário de expediente (das 7 às 14h).
II - - Proibição de ausentar-se da comarca onde reside, por mais de 15 (quinze) dias, sem autorização do Juízo;
III - prestação pecuniária no valor de R$ 687,50 (seiscentos e oitenta e sete reais), parcelado em 5 vezes de R$ 137,50 (cento e trinta e sete reais).

Confeccione e remeta ao denunciado os boletos para pagamento.
A suspensão não acarreta o reconhecimento da responsabilidade penal e as informações no registro criminal somente serão fornecidas, mediante ordem judicial.
Fica o acusado advertido de que a suspensão será revogada, se no curso do prazo vier a ser processado por outro crime ou contravenção, ou ainda descumprir qualquer das condições acima impostas. INTIME(M)-SE o(s) envolvido(s) ROE COUTINHO MACHADO para dar(em) início ao cumprimento das condições impostas.
A intimação será feita na pessoa da advogada constituída.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial 7002029-19.2022.8.22.0009 Cumprimento de sentença
POLO ATIVO
REQUERENTE: ARAUJO & UNTERNAHRER COM. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, RUA CARLOS GOMES n 1173B NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: GABRIELLE CONSTANTINO, OAB nº RO10773, FERNANDA MUBARAC DE ALMEIDA, OAB nº RO8779, BEATRIZ MUBARAC DE ALMEIDA, OAB nº RO11130
POLO PASSIVO
REQUERIDO: CARLOS ANTONIO PEDROSO, AVENIDA JOÃO PESSOA 827 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
R$ 252,61
SENTENÇA
Determinada a intimação da parte Autora para manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito, esta silenciou, o que implica em desistência tácita.
Em consequência, com fundamento no artigo 485, VIII, c/c artigo 775, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO.
Sem custas.
Publique-se. Registrada eletronicamente
Arquive-se, independentemente do trânsito em julgado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002832-36.2021.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: ELITE ALARMES E INSTALACAO LTDA - ME, AVENIDA CARLOS DORNEJE 506, NÃO INFORMADO BNH I - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ELESSANDRA APARECIDA FERRO, OAB nº RO4883, HENRIQUE SCARCELLI SEVERINO, OAB nº RO2714A
POLO PASSIVO
REU: AUTO ELETRICA PARANA LTDA - ME, AVENIDA MARECHAL RONDON 4166 CENTRO - 76980-054 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: BRUNA DE LIMA PEREIRA, OAB nº RO6298
VALOR DA CAUSA: R$ 15.000,00
DECISÃO
Transitada em Julgado a sentença, a Exequente requer o prosseguimento do feito, nos moldes do art. 523 do Código de Processo Civil (ID 92244101), pelo valor atualizado de R$ 4.106,74.
Defiro, determinando:
1. INTIMAÇÃO da parte executada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o débito, acrescido de custas, se houver, ciente de que não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo, o débito será acrescido de multa de 10% (art. 523, §1º, do Código de Processo Civil).
2. Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário tornem os autos conclusos para análise do pedido de penhora.
3. Ou, se o caso, INTIME-SE a parte Autora para, em 05 (cinco) dias, indicar bens passíveis de penhora.
SERVE COMO CARTA/MANDADO INTIMAÇÃO.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7006158-04.2021.8.22.0009 Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
POLO ATIVO
EXEQUENTE: ILZA CONCEICAO PINHO, AV ANTONIO R. DE LIMA 1354 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A, JOILSON SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RO3505A
POLO PASSIVO
NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de sentença.
Considerando a satisfação do débito das RPVs expedidas, conforme comprovante juntado, julgo EXTINTO O PRESENTE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.
Intime-se. Após, arquivem-se os autos.
Publicada e Registrada Eletronicamente.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001821-98.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: SEBASTIAO ALVES DE MIRA, RUA PAVÃO 2003 SETOR INDUSTRIAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NAYANNE VINNIE NOVAIS BRITTO, OAB nº BA41939
POLO PASSIVO
REU: BANCO DO BRASIL, SETOR BANCÁRIO SUL (SBS) - QUADRA 4 - BLOCO C - LOTE 32 s/n, EDIFÍCIO SEDE III ASA SUL - 70073-901 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS DO REU: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
R$ 15.206,08
SENTENÇA
Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Sebastião Alves de Mira face a Sentença que extinguiu a presente ação indenizatória por incompetência deste juizado em razão da complexidade da matéria, levando em conta a necessidade de realizar perícia contábil.
Sustenta que há omissão porque o juízo não observou a existência do Incidente de Resolução de demandas repetitivas Nº 71 -TO (2020/0276752-2) no Superior Tribunal de Justiça.
O réu manifestou-se pelo não provimento dos embargos, uma vez que não há elementos que autorizem sua procedência.
Pois bem.
Os embargos opostos são peremptoriamente improcedentes, pelos motivos que seguem:
A um, a determinação de suspensão constante no referido incidente não se subsume a matéria jurídica que fundamenta a sentença embargada.
A dois, na exordial a parte autora requer a existência de distinguishing entre esta ação indenizatória e o citado incidente, o que evidencia que o embargante quer, agora, rediscutir os motivos da extinção da ação sem resolução no juízo a quo, e assenta o incidente pendente de julgamento no Superior Tribunal de Justiça de modo seletivo.
O recurso dos embargos de declaração possuem caráter integrativo e não substitutivo das decisões, de modo a sanar contradições, omissões e corrigir erros, prestando-se ao controle jurisdicional, visto que qualifica o princípio da segurança jurídica.
Dessarte, estes embargos não se prestam para o reexame da causa, de modo que REJEITO embargos de declaração interpostos, permanecendo inalterada a sentença de ID 92860404.
Intime-se.
Registrado eletronicamente.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001497-11.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: TIAGO GOVEIA SOARES, RUA ROLIM DE MOURA 975, CASA ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JULIANO GOMES ANTUNES, OAB nº RO11753

POLO PASSIVO
REQUERIDO: Estado de Rondônia, - 76872-854 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
R$ 2.273,00
SENTENÇA
Trata-se de demanda repetitiva, na qual Policial Penal pretende receber diferenças salariais a título de auxílio-alimentação referente ao período Junho de 2020 a Dezembro de 2021.
In casu, ajuizado por TIAGO GOVEIA SOARES em face do ESTADO DE RONDÔNIA.
Alega que Estado de Rondônia não cumpriu o dever de pagar o valor de R$ 253,00(duzentos e cinquenta e três reais) a título de auxílio alimentação no período supramencionado, o que perfaz a diferença mensal que entende devida de R$ 93,00(noventa e três reais) por mês, uma vez que recebeu o valor de R$ 160,00 (cento e sessenta reais).
Fundamentou seu pedido a partir do disposto na Lei Complementar Estadual n. 1.061/20.
Citado, o Estado de Rondônia defende a improcedência do pedido, porque não há a pretensão do autor fundamenta em norma vigente, porém, não eficaz em razão fato extraordinário, pandemia de coronavírus, e nos termos das medidas excepcionais e vigente à época, quais sejam, Lei Complementar da União de 173/2020 e o Decreto Estadual 24.887/2020. Pugna pela dedução dos valores já pagos em caso de condenação.
Em réplica, a parte autora defende sua pretensão sob fundamento da isonomia de vencimentos, a partir de julgados procedentes sobre a concessão do auxílio-alimentação.
É o relatório. Passo a decidir.
O ponto crucial da controvérsia reside em saber se a parte autora faz jus ao pagamento do auxílio alimentação nos termos da Lei Complementar Estadual n. 1.061/20.
Pois bem.
A demanda é de singelo deslinde e sem necessidade de maiores digressões.
Inicialmente, cumpre destacar que a Administração Pública é regida à luz dos princípios constitucionais inscritos no caput do art. 37 da Carta Magna:
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).
O princípio da legalidade é base de todos os demais princípios que instruem, limitam e vinculam as atividades administrativas, de modo que a Administração Pública só pode atuar conforme a lei.
A referida norma foi sancionada em Maio de 2020, no entanto as condições para sua eficácia não ocorreram, sendo que majoração do valor do auxílio-alimentação somente teria lugar quando cumprida a condição fático-jurídica para sua eficácia, qual seja, o fim do estado de calamidade.
“Art. 6°. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros após o encerramento do estado de Calamidade Pública, desde que respeitada a capacidade financeira e orçamentária do Estado, aferida por meio da realização trimestral acumulada da Receita Corrente Líquida em, no mínimo, 6% (seis por cento) acima do previsto na estimativa inicial da Lei n° 4.709, de 30 de dezembro de 2019 - Lei Orçamentária Anual - LOA ou Lei correspondente que vier a substituí-la.”
O Estado de Calamidade Pública foi declarado em 23 de Março de 2020 e foi revogado 13 de Janeiro de 2023 por meio do decreto N° 27.843.
Ademais, a Lei complementar 173/2020 infundiu proibições de aumento de diversas despesas no período requerido, impondo sacrifícios a todos.
“Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:
I - conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública;
II - criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;
III - alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
IV - admitir ou contratar pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos
de chefia, de direção e de assessoramento que não acarretem aumento de despesa, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, as contratações de temporários para prestação de serviço militar e as contratações de alunos de órgãos de formação de militares; (Vide)
V - realizar concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso
IV; (Vide)
VI - criar ou majorar auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade;
VII - criar despesa obrigatória de caráter continuado, ressalvado o disposto nos §§ 1º e
2º;
VIII - adotar medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º da Constituição Federal;
IX - contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.
(…)”
A proibição mencionada é constitucional, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, Tema de Repercussão Geral n. 1.137:
“É constitucional o artigo 8º da Lei Complementar 173/2020, editado no âmbito do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

Portanto, o disposto no artigo 2º da Lei Complementar Estadual n. 1.061/20 foi vigente, mas não eficaz. Tanto é que o auxílio-alimentação desta categoria foi majorado em Janeiro de 2022 a partir da vigência da Lei Complementar n° 1.122, de 23 de Dezembro de 2021.
Por fim, quanto à nova tese apresentada na impugnação, na qual a parte autora fundamenta sua pretensão em suposta isonomia entre servidores.
Atento aos julgados colacionados, vê-se que as decisões foram alicerçadas em fatos e fundamentos diversos desse caso, de modo que, aplica-se aqui peremptoriamente a Súmula Vinculante n.37:
"Não cabe ao
PODER JUDICIÁRIO, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.
Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na inicial pela requerente TIAGO GOVEIA SOARES em face do ESTADO DE RONDÔNIA.
Resolvo o mérito, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei n. 9.099/95.
Sirva a presente sentença de comunicação/intimação.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001228-69.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: EWERTON RODRIGO FERREIRA DOS SANTOS, CONJUNTO BNH, QUADRA 14, CASA 29 BNH I - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: NILSON SOUZA SANTOS, OAB nº RO12984
POLO PASSIVO
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
R$ 7.213,17
SENTENÇA
Trata-se de demanda repetitiva, na qual Policial Militar pretende a implantação de adicional de disponibilidade militar em seu vencimentos, bem como receber os valores retroativos que entende cabível desde a vigência da norma que criou a referida verba.
A pretensão autora fundamenta-se sob o suposto direito subjetivo dos militares estaduais de receber valores a título de adicional de disponibilidade militar criado pela Lei Federal 13.954/2019.
In casu, ajuizado por EWERTON RODRIGO FERREIRA DOS SANTOS em face do ESTADO DE RONDÔNIA.
Citado, o Estado de Rondônia arguiu preliminares de incompetência e de correção do valor da causa. No mérito, defendeu a ausência do direito postulado.
A réplica não foi apresentada.
É o relatório. Passo a decidir.
PRELIMINAR
Da incompetência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública
A Fazenda Pública defende que este juizado é incompetente para processamento e julgamento da causa em razão da natureza da demanda, visto que pode trazer impacto amplo a coletividade em razão de seu possível impacto financeiro-orçamentário.
Não assiste razão à tese fazendária visto que a possibilidade da causa ser processada por demanda coletiva, não exclui aqueles que entendem ser titulares de direitos subjetivos possam ajuizar individualmente.
Da correção do valor da causa
A correção do valor da causa conforme pleiteia a parte ré deve ser atendida, visto ser uníssono que o valor da causa corresponde ao valor do benefício econômico pretendido.
In casu, deve abranger o valor retroativo pretendido acrescido de 12 meses vincendos a partir da propositura da ação, visto que requer sua incorporação à remuneração.
Isto posto, a parte autora deverá retificar o valor desta ação no prazo de 10 dias.
Enfrentadas as preliminares, passo ao mérito.
Mérito
A parte autora defende que como integrante da Polícia Militar do Estado de Rondônia faz parte da força reserva do Exército, e que referida norma não faz distinção entre as diversas forças militares que devem receber tal adicional.
Alega que Estado de Rondônia não cumpriu o dever de implantar e pagar o valor de 12% a título de adicional de disponibilidade militar sob seu vencimento a partir de Janeiro de 2020 e requer o pagamento de R$ 7.213,17 (sete mil duzentos e treze reais e dezessete centavos) como retroativo.
Por sua vez, a defesa fazendária defende que o autor não tem direito subjetivo a tal verba, visto que em razão do princípio federativo o Estado de Rondônia possui autonomia administrativa e financeira, sendo sua a competência para dispor sobre a remuneração de seus servidores, obedecidos os parâmetros constitucionais.
Inicialmente, cumpre destacar que a Administração Pública é regida à luz dos princípios constitucionais inscritos no caput do art. 37 da Carta Magna:
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).
O princípio da legalidade é base de todos os demais princípios que instruem, limitam e vinculam as atividades administrativas, de modo que a Administração Pública só pode atuar conforme a lei.
O Ente Federativo encontra-se adstrito ao princípio da Legalidade, pelo que somente pode fazer o que a lei determina.

A legalidade no Estado Democrático de Direito não deve ser observada não apenas por seu aspecto formal e isolado, " a letra fria", mas de forma integrada, sob uma análise sistemática e teleológica, considerando a eficácia e os fins do bem comum, nos termos do artigo 5º da LINDB.
Assim, o ponto crucial da controvérsia reside em saber se a parte autora faz jus ao pagamento do adicional de disponibilidade nos termos da legislação que o fundamenta.
Pois bem, feitas as considerações acima este juízo entende que não deve prosperar a pretensão autoral com os fundamentos a seguir.
A referida lei altera diversos dispositivos legais que tratam sobre o funcionamento das instituições militares no país, ora, no sob instituições e atribuições exclusivas das União, ora, sob o aspecto da União enquanto ente que representa o Estado Brasileiro a fim de coordenar as atividades interesse geral de todos entes da federação, emitindo normas de caráter geral.
Sob o tema da defesa, cabe à União normatizar o caráter subsidiário dos militares estaduais para atividades de defesa nacional, Reserva do Exército, bem como fixar as normas gerais de funcionamento de todas as instituições militares.
Quanto ao aspecto das atividades exclusivas dos estados a legislação nacional, em regra, não se aplica haja vista a já citada autonomia orçamentária e financeira, e a sua inobservância implica na supressão do princípio federativo.
A referida legislação não prevê fonte e forma de custeio para os estados, como ocorre em casos de pisos profissionais nacionalmente estabelecidos.
Ademais, a parte autora omite que o artigo 24 do Decreto-lei nº 667, DE 2 DE JULHO DE 1969 com redação dada pela lei 13.954/2019 evidencia que a lei federal não se aplica à remuneração dos militares estaduais.
Art. 24. Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos, nos termos do § 1º do art. 42, combinado com o inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 13.954, de 2019)
Assim, inexistindo Lei Estadual acerca do adicional vindicado, notadamente quanto à regulamentação, revela-se indevida a imposição de condenação do Estado nesse particular.
Por fim, quanto à tese que o réu aplica a controversa legislação apenas para onerar os militares com descontos previdenciários, tal tese não se sustenta, por dois motivos.
A um, a norma é explícita quanto ao aumento da contribuição dos militares estaduais ao seu sistema de proteção social dos militares.
A dois, o Supremo Tribunal Federal já manifestou pela inconstitucionalidade da regra que estabeleceu alíquota de contribuição aplicável aos militares estaduais e a seus pensionistas, visto que a União invadiu a competência dos estados-membros.
EMENTA Ação cível originária. Competência da União para editar normas gerais a que se refere o art. 21 , inciso XXI , da CF/88 . Impossibilidade de extravasamento. Artigo 24-C do Decreto-lei nº 667 /69, incluído pela Lei nº 13.954 /19, o qual definiu a alíquota de contribuição aplicável aos militares estaduais e a seus pensionistas para o regime de inatividade e pensão. Inconstitucionalidade. 1. O Tribunal Pleno já assentou que a União extrapolou a competência prevista no art. 22 , inciso XXI , da Constituição Federal , ao definir ' por meio da Lei nº 13.954 /19, a qual incluiu o art. 24-C no Decreto-lei nº 667 /69 ' a alíquota de contribuição previdenciária a ser aplicada aos militares estaduais e a seus pensionistas para o regime de inatividade e pensão. Precedente: ACO nº 3.396/DF , Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe de 19/10/20. 2. Deve, portanto, a União se abster de aplicar ao Estado de Tocantins qualquer das providências previstas no art. 7º da Lei nº 9.717 /98 ou de negar-lhe a expedição do Certificado de Regularidade Previdenciária caso o ente estadual continue a aplicar aos policiais e bombeiros militares estaduais e a seus pensionistas a alíquota de contribuição para o regime de inatividade e pensão prevista em lei estadual, em detrimento do que prevê o art. 24-C do Decreto-Lei 667 /69, com a redação da Lei 13.954 /19. 3. À luz do art. 22 , inciso XXI , da Constituição Federal , com a redação conferida pela EC nº 103 /19, pode a União estabelecer normas gerais a respeito de inatividade e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares, a exemplo daquelas a que se referem os arts. 24-D e 24-E do Decreto-lei nº 667 /69, incluídos pela Lei nº 13.954 /19. 4. Ação cível originária julgada parcialmente procedente.
Este juízo está atento aos precedentes colacionados pela parte autora, no entanto, estes foram singulares e, portanto, entendo que os fundamentos que estão nesta sentença estão em melhor consonância com tese em repercussão geral fixada pelo Pretório Excelso e a aplicação do direito pátrio.
Ademais, em mais recente decisão, o atual colegiado da Turma Recursal se posicionou pela improcedência do pedido:
Recurso Inominado. Juizado Especial da Fazenda Pública. Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar. Lei 13.954/2019. Inaplicabilidade aos militares do Estado. Ausência de previsão específica. Sentença reformada.
- A criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar pela Lei 13.954/2019, se atém às Forças Armadas, não contemplando os militares estaduais, que para fruição de tal benefício dependem de lei própria.
Recurso Inominado, Processo nº 7002283-17.2021.822.0012, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Cristiano Gomes Mazzini, Data de julgamento: 10/04/2023.(grifo nosso)
Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial pelo requerente EWERTON RODRIGO FERREIRA DOS SANTOS em face do ESTADO DE RONDÔNIA.
Resolvo o mérito, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei n. 9.099/95.
Sirva a presente sentença de comunicação/intimação.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000046-48.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: FABIANA RODRIGUES MOURA, AV. GETÚLIO VARGAS 3744 CENTRO - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SUZAN DENADAI COSTA, OAB nº RO10216
POLO PASSIVO

REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
“O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.” (Rui Barbosa)
Vistos.
Fabiana Rodrigues Moura, já qualificada, manejou a presente ação em face do Estado de Rondônia, aduzindo, em síntese, que era servidora pública contratada por prazo determinado e que, mesmo tendo conhecimento de sua gravidez, o requerido não prorrogou o contrato de trabalho.
Aduz que a sua rescisão contratual teria sido imotivada, ao argumento de que fazia jus ao direito à estabilidade provisória, nos termos da CF.
Requereu, por isso, o reconhecimento da estabilidade provisória, bem como a condenação do requerido ao pagamento das verbas rescisórias, além de indenização equivalente ao período de estabilidade de até 05 meses após o parto.
Juntou documentos.
Regularmente citado, o Estado de Rondônia apresentou contestação, alegando, em síntese, que o servidor contratado por tempo temporário não faz jus a estabilidade provisória.
Requereu, ao final, o julgamento improcedente da ação.
Juntou documentos.
Impugnação à contestação apresentada.
É o relatório.
DECIDO.
Tratando-se de matéria de direito, é dever do juiz e não mera faculdade proceder ao julgamento da lide no estado em que se encontra. É o que passo a fazer, por ser desnecessário na espécie a produção de prova testemunhal.
Discute-se, in casu, o direito a estabilidade provisória da servidora pública que foi contratada por prazo determinado.
A jurisprudência é pacífica no sentido de que é direito da servidora, independentemente do regime jurídico de trabalho, à licença maternidade e à estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, conforme o art. 7º, inciso XVIII da Constituição Federal de 1988.
Nesse sentido:
SERVIDORA PÚBLICA GESTANTE CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ESTABILIDADE PROVISÓRIA (ADCT/88, ART. 10, II, b)- CONVENÇÃO OIT Nº 103/1952 - INCORPORAÇÃO FORMAL AO ORDENAMENTO POSITIVO BRASILEIRO (DECRETO Nº 58.821/66)- PROTEÇÃO À MATERNIDADE E AO NASCITURO - DESNECESSIDADE DE PRÉVIA COMUNICAÇÃO DO ESTADO DE GRAVIDEZ AO ÓRGÃO PÚBLICO COMPETENTE - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO . - O acesso da servidora pública e da trabalhadora gestantes à estabilidade provisória, que se qualifica como inderrogável garantia social de índole constitucional, supõe a mera confirmação objetiva do estado fisiológico de gravidez, independentemente, quanto a este, de sua prévia comunicação ao órgão estatal competente ou, quando for o caso, ao empregador. Doutrina. Precedentes . - As gestantes - quer se trate de servidoras públicas, quer se cuide de trabalhadoras, qualquer que seja o regime jurídico a elas aplicável, não importando se de caráter administrativo ou de natureza contratual (CLT), mesmo aquelas ocupantes de cargo em comissão ou exercentes de função de confiança ou, ainda, as contratadas por prazo determinado, inclusive na hipótese prevista no inciso IX do art. 37 da Constituição, ou admitidas a título precário - têm direito público subjetivo à estabilidade provisória, desde a confirmação do estado fisiológico de gravidez até cinco (5) meses após o parto (ADCT, art. 10, II, b), e, também, à licença- -maternidade de 120 dias (CF, art. 7º, XVIII, c/c o art. 39, § 3º), sendo-lhes preservada, em consequência, nesse período, a integridade do vínculo jurídico que as une à Administração Pública ou ao empregador, sem prejuízo da integral percepção do estipêndio funcional ou da remuneração laboral. Doutrina. Precedentes. Convenção OIT nº 103/1952 . - Se sobrevier, no entanto, em referido período, dispensa arbitrária ou sem justa causa de que resulte a extinção do vínculo jurídico-administrativo ou da relação contratual da gestante (servidora pública ou trabalhadora), assistir-lhe-á o direito a uma indenização correspondente aos valores que receberia até cinco (5) meses após o parto, caso inocorresse tal dispensa. Precedentes. (STF - RE: 639786 SC , Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 28/02/2012, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-058 DIVULG 20-03-2012 PUBLIC 21-03-2012).
É cediço que a estabilidade provisória citada não é em razão do regime jurídico de trabalho, mas sim em virtude do seu estado gestacional, e está amparada na Constituição Federal.
Isso porque em respeito ao princípio da igualdade (art. 7º, XVIII, c/c art. 39, § 3º, ambos da Constituição Federal), estende-se às servidoras ocupantes de cargos contratados por prazo determinado a proteção consagrada no art. 10, II, b, do ADCT, o qual veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante.
Sobre a matéria dos autos, o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia também já decidiu pela estabilidade provisória e direito as verbas indenizatórias, independentemente do regime jurídico de trabalho da servidora. Vejamos:
Apelação. Direito administrativo. Servidora pública. Contrato temporário. Gravidez. Estabilidade provisória. Exoneração. Direito à percepção das verbas devidas. Recurso não provido. Servidora pública gestante, independentemente do regime jurídico de trabalho, tem direito à licença maternidade e à estabilidade provisória, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, sendo-lhe assegurado, todavia, no caso de desligamento, o recebimento das verbas salariais que lhe seriam devidas no período, a título de indenização.
(TJ-RO – 0002040-32.2011.822.0017, Relator : Desembargador Hiram Souza Marques, Data de Julgamento: 04/04/2018, Data de Publicação: 16/04/2018).
É incontroverso nos autos que a Requerente foi contratada pelo Requerido, para prestação de serviço por período determinado entre 06/09/2021 a 06/09/2022.
A Requerente, por sua vez, comprovou que estava grávida antes do término do contrato, logo, conforme art. 10, II, “b”, do ADCT, tem direito a estabilidade gestacional, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
Com efeito, de acordo com o resultado de exame ultrassonografia, a Requerente tomou conhecimento de seu estado gravídico em 18/08/2022, e o exame de realizado, acusou gestação de 7 semanas.
O Requerido limitou-se a alegar que a Requerente exercia cargo contratado por prazo determinado, contudo, o fato de ter sido contratada para cargo temporário não lhe retira o direito à estabilidade, conforme precedentes citados do
PODER JUDICIÁRIO de Rondônia.
Nesse contexto, deve ser reconhecer o direito à estabilidade provisória da autora, condenando-se ao requerido ao pagamento das verba salarial vencidas e não pagas.

QUANTO AOS VALORES A SEREM PAGOS.
A Requerente faz jus ao recebimento dos valores referente ao período de estabilidade gestacional, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, conforme art. 10, II, “b”, do ADCT, com reflexos (12/12) no 13º salário, férias e adicional de 1/3 (um terço), tendo como base de cálculo o valor da última remuneração percebida.
No pertinente à multa do art. 467 da CLT, tenho que este pedido não procede, uma vez que inaplicável aos entes políticos, ante a natureza da relação jurídico-administrativa.
Quanto ao pedido de verbas rescisórias, é inconteste o direito da servidora em reaver a contraprestação pecuniária pelos servidos prestados, sob pena de enriquecimento ilícito por parte da administração.
Assim, procede o pagamento do saldo salarial referente ao mês de setembro/2022 e, consequentemente, os reflexos.
Diante do exposto, e com fundamento no artigo 6º da Lei 9.099/95 c/c artigo 487, I do Código de Processo Civil, resolvo o mérito e JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados nesta ação por FABIANA RODRIGUES MOURA em face do ESTADO DE RONDÔNIA, e o faço para declarar o direito da Requerente na estabilidade provisória gestacional, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, conforme art. 10, II, “b”, do ADCT.
Condeno o Requerido a pagar a Requerente as diferenças salariais, eventualmente não pagas, desde a data da rescisão do contrato até 5 meses após o parto, período que corresponde à estabilidade provisória, com reflexos proporcionais no 13º salário, férias e adicional de 1/3 (um terço), a ser apurado em liquidação.
Condeno, ainda, o Requerido ao pagamento das verbas rescisórias referente ao saldo salarial do mês de setembro de 2022, inclusive os reflexos proporcionais no 13º salário, férias e terço constitucional.
Os valores retroativos serão apurados em regular liquidação de sentença, por simples cálculos, nos exatos termos da fundamentação supra, parte integrante desta decisão, cuja correção monetária será calculada mês a mês pelo IPCA-E.
Deverá ser aplicado nos cálculos juros de 0,5% (meio por cento) ao mês a partir da citação neste processo; juros estes na modalidade simples, tudo conforme as teses fixadas pelo STJ no RE 870947 (tema 810 da Repercussão Geral) acerca dos índices de correção e juros contra Fazenda Pública.
Custas ou honorários advocatícios indevidos neste grau de jurisdição.
Sentença não sujeita a reexame necessário nos termos do artigo 11 da Lei 12.153/2009.
Sentença publicada e registrada eletronicamente.
Intimem-se as partes.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito
tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002761-68.2020.8.22.0009 Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo
POLO ATIVO
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
POLO PASSIVO
REU: CLEISON ARAUJO DA SILVA, AV. RECIFE 1328 NOVA PIMENTA - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, EDUARDO KAUAN SILVA ROQUE, MACEIO 1719, (69)9.9964-2686 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, JUVENAL DARME ROQUE, AVENIDA BELÉM 1194, (69)9.9956-9775 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, CARLOS EDUARDO TELES DA SILVA, AVENIDA BOA ESPERANÇA 2 JARDIM ARCO ÍRIS - 78736-034 - RONDONÓPOLIS - MATO GROSSO, DAVID DE SA CURCINO, RUA PAULO LOPES 21 COROADO - 69080-340 - MANAUS - AMAZONAS, GENIVALDO AZEVEDO FLORIANO, AVENIDA MARANHÃO 954, (69)9.9973-1342 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, AMILTON FERREIRA MARQUES FILHO, AV. CARLOS GOMES 738, DISTRIBUIDORA LUGAR NENHUM VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, CARLOS LIMA DA SILVA, AVENIDA EDUARDO RIBEIRO 576 CENTRO - 69400-260 - MANACAPURU - AMAZONAS
ADVOGADOS DOS REU: CEZAR ARTUR FELBERG, OAB nº RO3841A, ERIC JULIO DOS SANTOS TINE, OAB nº RO2507, CIBELE THEREZA BARBOSA RISSARDO, OAB nº RO235B, ROGERIA VIEIRA REIS, OAB nº RO8436
Valor da Causa: R$ 0,00
Despacho
a) Amilton Ferreira Marques Filho. Teve a punibilidade extinta.
b) Eduardo Kauan Silva Roque. Fato prescrito.
c) Cleison Araújo da Silva aceitou proposta de Transação Penal consistente em prestação pecuniária no valor de R$ 2.090,00 (dois mil e noventa reais- 8X de R$ 261,25) e entrega de 25 metros de grama do tipo esmeralda. Após a homologação do acordo Cleison requereu a conversão da prestação pecuniária para serviço à comunidade (Num. 52789089 - Pág. 1), o que lhe foi deferido. Contudo, no ID. Num. 52789089 - Pág. 1 requereu novamente a conversão da prestação a ser cumprida, de prestação de serviço à comunidade para prestação pecuniária. O Ministério Público manifestou-se pela conversão, nos moldes da proposta inicial (Num. 84060180 - Pág. 1).
DESPACHO: Considerando que Cleison Araújo da Silva retirou os boletos para pagamento em março deste ano, aguarde-se a comprovação de pagamento dos boletos.
d) David de Sá Cursino aceitou proposta de Transação Penal consistente em prestação pecuniária no valor de R$ 2.090,00 (dois mil e noventa reais- 8X de R$ 261,25) e entrega de 25 metros de grama do tipo esmeralda. A transação não foi cumprida. Tentou-se intimá-lo para pagar ou justificar a inadimplência, contudo David não foi encontrado para ser intimado (ID. 89333623). O Ministério Público requereu a revogação do benefício (ID. Num. 89885325 - Pág. 1).
DESPACHO: Considerando que DAVID DE SÁ CURSINO não cumpriu a Transação Penal, REVOGO-LHE o benefício. EXPEÇA-SE CARTA PRECATÓRIA para Manaus-AM (Rua Paulo Lopes, n. 21, bairro Coroado 2, Manaus-AM) com objetivo de oferecer e fiscalizar

(caso aceita) proposta de Suspensão Condicional do Processo por dois anos ao envolvido. As condições do período de prova são as seguintes:
I - Comparecimento pessoal, obrigatório e mensal, na primeira semana de cada mês, das 7h às 14h em dias úteis, diretamente na Central de Atendimentos do Fórum da Comarca onde reside, para informar e justificar suas atividades;
II - Não se ausentar da comarca por mais de 30 (trinta) dias, sem autorização do Juízo;
III – Comunicar ao Juízo qualquer alteração de endereço;
Cientifique-o, ainda, de que a aceitação da proposta de suspensão não acarreta o reconhecimento da responsabilidade penal e as informações no registro criminal somente serão fornecidas, mediante ordem judicial e que a suspensão será revogada, se no curso do prazo vier a ser processado por outro crime, ou ainda descumprir qualquer das condições impostas.
e) Juvenal Darme Roque - Não faz jus a transação penal. Foi expedido Carta precatória para realização de audiência de instrução. Requereu a realização de audiência de instrução no modo presencial, por não dispor de meios eletrônicos para participar da solenidade (Num. 50089565 - Pág. 1).
DESPACHO: Considerando que Juvenal Darme Roque não possui meios para participar de audiência por meios eletrônicos, e que Carlos Lima da Silva reside em Manaus, para eles designo audiência de instrução para dia 20 de setembro de 2023, às 8h30. Por meio de Carta Precatória CITEM-OS da presente ação; INTIMEM-OS para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias após a intimação; INTIMEM-OS da data de audiência para oitiva das testemunhas neste juízo de Pimenta Bueno-RO; INTIME-SE apenas Carlos Lima da Silva que neste dia acontecerá seu interrogatório por meio virtual, pelo google-met pelo link:link: https://meet.google.com/wvx-hiae-xwy. (ATENÇÃO: observe o endereço do envolvido Carlos Lima, informado na ata de audiência, qual seja: Avenida Eduardo Ribeiro, n. 576, Bairro Manacapuru, centro, Manaus-AM, fone: (92) 9.9115-0113). Na carta precatória que será expedida para e Aripuanã-MT com as finalidades acima, solicite ainda ao juízo deprecado que realize o interrogatório do envolvido Juvenal Darme Roque, uma vez que o mesmo não possui meios para participar da audiência por meio eletrônico.
f) Carlos Eduardo Teles da Silva não aceitou proposta de Transação Penal. Foi expedido Carta Precatória CP para Rondonópolis para realizar aud. Preliminar onde foi intimado no seguinte endereço: Av. Boa Esperança, n. 8, Quadra 23, Bairro Jardim Arco Íris, no Município de Rondonópolis/MT, telefone (69) 99203- 9010 ou (66)9926-4382 ou (66)9968-0572.
DESPACHO: Por meio de Carta Precatória CITE-O da presente ação; INTIME-O para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias após a intimação; INTIME-O da data de audiência para oitiva de testemunha neste juízo de Pimenta Bueno; INTIME-O de que neste dia acontecerá seu interrogatório por meio virtual, pelo google-met pelo link:link: https://meet.google.com/wvx-hiae-xwy.
g) Genivaldo Azevedo Floriano - Não faz juz a transação penal. Foi apresentada defesa prévia por meio da advogada constituída (Num. 50146301 - Pág. 4), cuja tese alegada se confunde com o mérito da ação e após a instrução do feito será apreciada, na fase de sentença.
DESPACHO: Para Genivaldo Azevedo Floriano fica designada audiência instrutiva juntamente com os demais envolvidos acima, dia 20 de setembro de 2023, às 8h30. Intime-o. A audiência será realizada, preferencialmente, no modo presencial. Caso o envolvido e a advogada pretendam ser ouvidos na forma virtual, a audiência realizar-se-á por meio do google-met pelo link: https://meet.google.com/wvx-hiae-xwy. Neste caso, deverão informar ao juízo, antes da data da audiência, a preferência por esse meio.
Para a audiência de oitiva de testemunhas, requisitem-na ao Comandante da Polícia Militar desta cidade. Para as testemunhas a audiência será realizada, preferencialmente, no modo presencial. Caso alguma testemunha pretenda ser ouvida na forma virtual, a audiência realizar-se-á por meio do google-met pelo link: https://meet.google.com/wvx-hiae-xwy. Neste caso, a testemunha deve informar ao juízo a preferência por esse meio.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7003111-85.2022.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: SANTOS & DUTRA COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME, RUA CARLOS DORNEJE 28 APIDIA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANE ALVES SUSZEK, OAB nº RO9270
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ANA ISA EDUARDA PRIMO GOMES, AV PEDRO COSTA LEITE 1831 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
As partes informaram a composição por meio de acordo extrajudicial, requerendo a homologação, nos termos da petição juntada nos autos.
Assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas.
Conforme estipulado no acordo, realizei neste ato o desbloqueio dos valores retidos via SISBAJUD.
Havendo descumprimento admito o prosseguimento nos mesmos autos devendo virem conclusos para decisão.
Publicada e Registrada eletronicamente.
Arquivando-se, independentemente do trânsito em julgado.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002818-81.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: GUILLERMO VALDIVIEZO GUTIERREZ, AVENIDA PARANÁ 434, - DE 392 A 770 - LADO PAR NOVO HORIZONTE - 76962-052 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: CAROLINA TAVANTI BALASSO, OAB nº RO10084, ALEXANDRA SILVA SEGASPINI, OAB nº RO2739A
POLO PASSIVO
REQUERIDO: Estado de Rondônia, AC ESPLANADA DAS SECRETARIAS 2986, RUA PADRE ÂNGELO CERRI, S/N PEDRINHAS - 76801-976 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 37.000,00
DESPACHO
Excepcionalmente, concedo o prazo de 5 dias para juntada de comprovante de endereço atualizado.
Serve cópia do presente de intimação.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002552-65.2021.8.22.0009 Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
POLO ATIVO
EXEQUENTE: MARIA APARECIDA ALVES, KAPA 34 lote n 04 FAZENDA OURO VERDE - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
POLO PASSIVO
NÃO DENUNCIADO: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 28.585,23
Decisão
Trata-se de cumprimento de sentença.
O presente feito tem por finalidade a execução de sentença que reconheceu o direito à implantação do piso salarial sobre o vencimento base e o acréscimo pecuniário de 20% sobre o PSPN.
O acordão da Turma Recursal deu provimento ao recurso do município para afastar os reflexos remuneratório, fato esse não mencionado.
Assim, ao contrário do alegado, a sentença ordena a implantação do piso salarial e o acréscimo pecuniário (adicional) de 20 %, nos termos do art. 181 da lei 669/2013.
Ademais, o piso salarial tratado na Lei Federal 11.738/08 refere-se somente ao vencimento base, e não a remuneração global.
Desta feita, indefiro o pedido da exequente de id n. 92014662.
Outrossim, fica a exequente intimada, por seus advogados, para, no prazo de 5 dias, apresentar planilha de cálculo, ou para ratificar a petição e cálculos de id n. 91662269, sob pena de arquivamento.
Publique-se, servindo de intimação.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000710-79.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial
POLO ATIVO
EXEQUENTE: MARIA EDILEUZA PEREIRA DE SOUSA DULCI, RUA MACHADO DE ASSIS 378 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MAGANNA MACHADO ABRANTES, OAB nº RO8846
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ELILIA MARIA FEITOZA DE ANDRADE, AVENIDA CARLOS GOMES 805 VILA NOVA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: JESSICA PINHEIRO AUS, OAB nº RO8811
Valor da Causa: R$ 4.454,66
DECISÃO
Vistos,
Trata-se de embargos à execução opostos pela parte executada.

De acordo com o art. 919 do CPC, os embargos à execução não terão efeito suspensivo, todavia pode o embargante requerer a atribuição desse efeito mediante a comprovação dos requisitos para a concessão da tutela provisória, quais sejam, probabilidade do direito e perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes, segundo o § 1º do artigo supramencionado.
Nesse sentido também é o Enunciado 117 do FONAJE:
ENUNCIADO 117 – É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro – Vitória/ES).
No caso dos autos é cabível a suspensão, eis que foram preenchidos os requisitos.
Recebo a insurgência do executado, nos termos do art. 52, IX, b, da Lei 9.099/1995, pois tempestivo.
Intime-se o exequente para impugnar os embargos em 15 dias úteis (NCPC, art. 920).
Com ou sem resposta, conclusos para decisão.
SERVE COMO CARTA AR/MANDADO/PRECATÓRIA.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7004035-04.2019.8.22.0009 Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
POLO ATIVO
EXEQUENTE: JAIME PAULA VIEIRA, RUA MARANHÃO 1174 NOVA PIMENTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
POLO PASSIVO
NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Valor da Causa: R$ 807,90
DESPACHO ALVARÁ ELETRÔNICO
Compulsando os autos, verifica-se a existência de saldo residual (id 67362415).
Assim, nesta data, procedi a transferência dos valores depositados em favor do estado réu.
Realizei a expedição de alvará eletrônico na modalidade transferência através da ferramenta “alvará eletrônico”, pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente ao banco detentor da conta judicial, sem gerar documento novo nos autos, conforme comprovante anexo.
Aguarde-se a certificação pela CPE da transferência dos valores para a conta indicada nos autos.
Decorrido o prazo de 5 dias, a contar da emissão do alvará eletrônico, constatando-se que os valores ainda permanecem disponíveis para levantamento, determino à CPE a juntada aos autos do extrato bancário da conta judicial vinculado ao presente feito e a expedição de alvará TRANSFERÊNCIA, tornando-se SEM EFEITO o alvará eletrônico anteriormente expedido.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000365-16.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: DEVACIR JOEL DE ALMEIDA, AV.PADRE ADOLFO 420, . JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO, - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
SENTENÇA
I – Relatório
Trata-se de Ação de Anulação de Decisão Administrativa proferida em PAD c/c Condenação em Danos Morais c/c Pedido de Concessão de Tutela Antecipada proposta por DEVACIR JOEL DE ALMEIDA em face do MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO/RO, partes já qualificadas nos autos.
Em síntese, o Requerente alega que foi instaurado PAD em seu desfavor por ter, supostamente, violado os arts. 68, inc. IV e VI e 80, inc. I, da Lei 1385/2007.
Após o curso da instrução probatória do referido procedimento, o Prefeito optou por acolher o Relatório da Comissão Processante que recomendou a ABSOLVIÇÃO dos indiciados em relação ao juízo de admissibilidade voltado ao desvio de combustível.
Todavia, aplicou a penalidade subsidiária de suspensão de 30 dias, por suposta conduta desidiosa.
Alega que houve violação ao princípio contraditório e ampla defesa, tendo em vista que o PAD foi direcionado para apurar as condutas dos arts. 68, inc. IV e VI e 80, inc. I, da Lei 1385/2007, e que não houve qualquer menção ao inciso V, do art. 68 que se refere a conduta desidiosa.
Pugnou pela procedência dos pedidos da ação.
Juntou documentos comprobatórios para o deslinde do feito.

Decisão acolhendo a antecipação de tutela e determinando a suspensão do procedimento administrativo disciplinar.
Citado o Requerido apresentou contestação, sem preliminares. No mérito discorreu quanto à regularidade do Processo Administrativo Disciplinar. Argumentou inexistência de violação da ampla defesa e do contraditório, ressaltando que não cabe ao Judiciário analisar o mérito administrativo dos atos decorrentes do PAD.
Por fim, pugnou pela improcedência da ação.
O Requerente apresentou impugnação da contestação.
É o sucinto relatório. Decido.
II – Fundamentação
O feito, efetivamente, comporta julgamento antecipado da lide, eis que o conjunto probatório dos autos é suficiente para o convencimento deste magistrado, conforme art. 355, inciso I do Código de Processo Civil.
Conforme relatado, o requerente argumenta nulidade da Decisão proferida no processo administrativo disciplinar – PAD que resultou na penalidade de suspensão por 30 dias.
De início, cumpre consignar que o controle judicial do referido procedimento administrativo disciplinar a que foi submetido o Requerente restringe-se a perquirir da legalidade do ato e a observância aos ditames constitucionais relacionados ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório.
O art. 5, LV da Constituição Federal, dispõe:
''art. 5 – LV – Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.''
No caso concreto, foi instaurado o Processo Administrativo 7-8/2022 visando apurar transgressão disciplinar prevista nos artigos Art. 68, incisos IV e VI, bem como art. 80, I ambos da Lei Municipal 1.385/2007, bem como fatos conexos.
Analisando as cópias do PAD, verifico que, embora oportunizada a defesa ao servidor, o contraditório e a ampla defesa não foi, de fato, exercido em sua plenitude em relação a suposta conduta desidiosa.
Nota-se que, após o processamento e instrução, a comissão processante opinou pela absolvição do servidor, em relação ao fato desvio ou uso indevido de combustível. Porém, foi imputada penalidade de suspensão por conduta desidiosa.
Observa-se que no decorrer do PAD foram realizadas diligências, dentre elas oitivas de testemunhas, as quais foram ouvidas para elucidação dos fatos relacionados à existência ou não da infração de desvio ou uso indevido de combustível.
Com base na portaria de instauração, o servidor apresentou defesa final sobre as infrações dos incisos IV e VI, do art. 68, e art. 80, inciso I, da Lei 1385/07, contudo, não lhe foi oportunizado o exercício de defesa sobre a suposta conduta desidiosa prevista no inciso V do art. 68 da Lei 1385/2007, ante a ausência de individualização de tal conduta.
Em suma, o procedimento administrativo foi instaurado para apurar desvio ou uso indevido de combustível, infrações que, em tese, violariam o art. 68, incisos IV e VI, bem como art. 80, i, ambos da Lei 1385/2007. A defesa e as provas tiveram como objeto as referidas disposições infracionais.
Diante de tal circunstância, concluo que não houve efetivo exercício da ampla defesa e do contraditório pela comissão processante, pois, do processo administrativo disciplinar, não constou qualquer indiciamento por conduta desidiosa, de modo a permitir uma defesa pontual acerca da penalidade final.
É direito do servidor ter prévio conhecimento das condutas sancionáveis, sob pena de ser inadmissível subjetividade da administração pública.
Eventual descoberta de nova irregularidade, deveria o ente municipal assegurar oportunidade ao servidor para manifestar-se sobre tal fato, o que não ocorreu no processo administrativo disciplinar, resultando em cerceamento de defesa.
Nesse contexto, restou caracterizado o cerceamento de defesa do servidor no processo administrativo disciplinar que ensejou a penalidade de suspensão, justificando-se a anulação parcial da decisão administrativa que aplicou a penalidade de suspensão.
No pertinente aos danos morais, decerto que devem ser reconhecidos, afinal, são inegáveis os transtornos experimentados pelo requerente em razão da penalidade disciplinar injusta, trazendo-lhe enorme aflição e desamparo, além de insegurança, não podendo tal circunstância ser havida como mero aborrecimento.
Inclusive, presumível o dano na hipótese, a saber, a penalidade disciplinar, reconhecida como ilegal, pois certamente a situação gerou angústia e transtornos que ultrapassam a esfera do mero aborrecimento.
No tocante ao quantum a ser fixado a título de danos morais, o STJ tem consagrado a doutrina da dupla função na indenização do dano moral: compensatória e penalizante.
Entre os inúmeros julgados que abordam o tema, destaco o REsp 318379-MG, rela. Ministra Nancy Andrighi, que asseverou em seu voto, in verbis:
"(...) A indenização por dano moral deve atender a uma relação de proporcionalidade, não podendo ser insignificante a ponto de não cumprir com sua função penalizante, nem ser excessiva a ponto de desbordar de sua ratio essendi compensatória, e, assim, causar enriquecimento indevido à parte. É preciso que o prejuízo da vítima seja aquilatado numa visão solidária da dor sofrida, para que a indenização se aproxime o máximo possível do justo".
Nessas circunstâncias, diante dos aspectos acima observados, bem como a condição econômica das partes e a conduta lesiva do requerido, considero razoável a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) a ser fixada em favor do requerente.
III – Dispositivo
Ante o exposto, e considerando tudo que dos autos consta, CONFIRMO A LIMINAR CONCEDIDA e JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais formulados pelo Requerente Devacir Joel de Almeida, em desfavor do Município de Pimenta Bueno/RO, para:
a) declarar a nulidade parcial da decisão administrativa no que tange à aplicação da penalidade subsidiária de suspensão do servidor por 30 dias, por cerceamento de defesa e inobservância do princípio do contraditório e da ampla defesa, consoante fundamentação supra;
b) condenar o requerido ao pagamento de indenização por danos morais em favor do requerente, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com a incidência correção monetária e juros de mora a partir da citação.
Em se tratando de condenação imposta à Fazenda Pública, a correção e os juros serão devidos de acordo com a taxa Selic (EC 113/2021).
DECLARO RESOLVIDO o mérito (CPC 487, I).
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao reexame necessário (artigo 11 da Lei 12.153/2009).
Publicada e registrada eletronicamente.
Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, não havendo manifestação no prazo de 5 dias, arquivem-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito
tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000932-47.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
POLO ATIVO
REQUERENTE: LUCIMAR LEMES DE OLIVEIRA, AVENIDA RODRIGUES ALVES n 63, AP 01 BAIRRO ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
POLO PASSIVO
REQUERIDO: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO, - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
SENTENÇA
Vistos.
RELATÓRIO
Trata-se de ação de cobrança, que segue o procedimento do Juizado da Fazenda Pública, proposta por Lucimar Lemes de Oliveira, em desfavor do Município Pimenta Bueno, objetivando a condenação do Requerido no pagamento de valores retroativos decorrentes de promoção funcional.
Esclarece que o benefício foi deferido e implantado administrativamente no mês de novembro de 2021. Porém, o réu não pagou os valores retroativos desde a data do requerimento administrativo.
Citado, o réu, por sua vez, apresentou contestação alegando que o pagamento dependia da existência de disponibilidade orçamentária e discricionária da administração, razão pela qual pugnou pela improcedência do pedido de pagamento retroativo. Impugnou o pedido de pagamento retroativo.
Réplica à contestação apresentada.
É o relatório.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto por se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
Passo ao mérito.
O pedido deve ser julgado procedente.
De início, importa destacar que a presente demanda versa tão somente sobre o pagamento de valores retroativos, conforme se pode ver pela leitura da exordial.
É incontroverso nos autos que o Ente Requerido concedeu administrativamente a promoção funcional, consoante processo administrativo juntado, tendo, inclusive, efetivado a implementação em folha no mês de novembro de 2021.
Ocorre que o Requerido não comprovou a indisponibilidade financeira e orçamentária, de modo a corroborar suas alegações defensivas. Deste modo, ante a desídia do Município e não comprovado o pagamento da verba retroativa postulada, a Requerente faz jus ao recebimento das parcelas retroativas, com efeitos financeiros desde a data do requerimento administrativo.
Nesse sentido:
APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE CONHECIMENTO. SERVIDOR PÚBLICO DISTRITAL. MÉDICO. GRATIFICAÇÃO DE TITULAÇÃO. LEI DISTRITAL N. 3.323/2004. ALTERAÇÃO NO PERCENTUAL PREVISTO. PAGAMENTO DEVIDO A PARTIR DO REQUERIMENTO. DIFERENÇA ENTRE A DATA DO REQUERIMENTO E A DA EFETIVA INCORPORAÇÃO NOS PROVENTOS. RECONHECIMENTO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO. CRÉDITO DEVIDO. SENTENÇA MANTIDA.
1. O pagamento das verbas referentes ao adicional de titulação do servidor da carreira médica deve ocorrer a partir da data do requerimento na esfera administrativa (Lei Distrital n. 3.323/2004). Assim, constitui direito do servidor o pagamento da diferença apurada entre a data do requerimento e a da efetiva incorporação da gratificação no cálculo dos seus proventos, sobretudo quando o crédito devido é reconhecido pela própria Administração em processo administrativo. 2. Apelação conhecida e não provida.
(TJ-DF 07122691420178070018 DF 0712269-14.2017.8.07.0018, Relator: SIMONE LUCINDO, Data de Julgamento: 15/05/2019, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 23/05/2019).
Nesse contexto, concluo que o pagamento deve retroagir até a data do requerimento administrativo, não podendo a servidora ser prejudicada sobretudo quando o benefício é reconhecido pela Administração. Entretanto, no caso concreto, respeitado o limite do pedido inicial, o efeito financeiro deve retroagir a partir de maio de 2021, data da mudança do regime jurídico dos servidores.
DISPOSITIVO.
Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela autora Lucimar Lemes de Oliveira, para o fim de condenar o réu Pimenta Bueno ao pagamento das parcelas não pagas a título de promoção funcional, percentual de 3% (três por cento) sobre o vencimento, com efeitos financeiros desta a data da mudança do regime jurídico, a saber, maio de 2021 até 31 de outubro de 2021, acrescido de correção e juros.
Extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC (2015).
Os valores deverão ser corrigidos monetariamente desde a época em que deveriam ter sido pagos, e juros desde a citação, tudo de acordo com a taxa SELIC.
Dado o rito especial deste juizado, a liquidação dar-se-á mediante apresentação de cálculos pela própria parte interessada, dos quais far-se-á vista a outra parte para impugnação, sob pena de renúncia.

Caso não supere o limite de pequeno valor, expeça-se a RPV e proceda à entrega ao réu, nos termos do artigo 13, inciso I, da L.12.153/09, caso contrário, não havendo renúncia ao excedente, o pagamento far-se-á mediante precatório.
Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao reexame necessário (artigo 11 da Lei 12.153/2009).
Publicada e Registrada eletronicamente.
Intimem-se, servindo cópia da presente de intimação, via Pje/Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7005135-23.2021.8.22.0009 Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
POLO ATIVO
NÃO DENUNCIADO: REGINA DITOS, ESTRADO DO CALCÁRIO KM 05 ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO NÃO DENUNCIADO: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
POLO PASSIVO
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
Valor da Causa: R$ 2.657,53
DECISÃO
Vistos, etc.
Trata-se de cumprimento de sentença contra Fazenda Pública Municipal.
Segundo consta nos autos, a parte executada impugnou os cálculos ao argumento de excesso de execução, a fim de excluir os valores pagos de forma administrativa.
Analisando os cálculos, verifica-se que a parte exequente não deduziu os valores pagos em folha de pagamento, caracterizando excesso de execução.
Desta feita, acolho a impugnação ofertada, para determinar a expedição de RPV, em desfavor do executado, na quantia de R$ 319,60, montante esse devido, já deduzido o valor pago administrativamente (- R$119,40).
Fixo o prazo para pagamento em 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento da requisição, pena de sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, dispensada a audiência da fazenda pública.
Após a expedição da Requisição de Pequeno Valor, intime-se a parte para pagamento, arquivando o feito oportunamente, devendo a parte autora manifestar-se no caso de descumprimento requerendo o que entender de direito.
Intimem-se.
Serve cópia da presente de expediente/ intimação/ mandado.
Publique-se.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial Cível
Processo: 7001247-75.2023.8.22.0009
AUTOR: JULIO GASPARI, LINHA FA 01 Lote 66 QUERÊNCIA DO NORTE - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ROGERIA VIEIRA REIS, OAB nº RO8436, ALINE MAURA RODRIGUES VIEIRA, OAB nº RO11949
REQUERIDO: BANCO BMG S.A., , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA, OAB nº MG108112, Procuradoria do BANCO BMG S.A
Valor da causa: R$ 18.818,48
DECISÃO
Defiro nesta fase processual os benefícios da assistência judiciária gratuita e o faço pela força dos princípios do direito ao acesso e à ampla e efetiva assistência jurídica.
Nesse aspecto, tal assertiva tem supedâneo na jurisprudência, evidenciando que constitui objetivo fundamental na Carta Maior/88, bem como esclarece a possibilidade da análise em qualquer fase ou grau de jurisdição (Apelação Civel n. 563666-8, do Foro central da comarca da região Metropolitana de Curitiba-12ª Vara Cível Apelante: Esther Guimarães Macedo, Apelados: Renato Francisco Zilli Relator Des. Costa Barros).
O recurso é adequado (art. 41 da Lei 9.099/95) e foi interposto dentro do prazo legal (art. 42 art. 41 da Lei 9.099/95), porquanto tempestivo.
A parte é legítima, está representada, e tem interesse em recorrer, já que vencida na causa – insurgindo-se quanto a sentença prolatada nos autos.

Portanto, presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo o presente recurso no efeito devolutivo e suspensivo (art. 43 da Lei 9.099/95).
O Recorrido intimado para apresentar as contrarrazões, deixou transcorrer in albis (id n.), assim, determino a remessa dos autos a Turma Recursal.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial Cível
Processo: 7000337-48.2023.8.22.0009
AUTOR: LEONE PORFIRIO NETO, LINHA 28 KM 04 Lote 25 B, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: LUCIANA DALL AGNOL, OAB nº MT6774, ALINE SCHLACHTA BARBOSA, OAB nº RO4145
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 15.000,00
DECISÃO
O recurso é adequado (art. 41 da Lei 9.099/95) e foi interposto dentro do prazo legal (art. 42 art. 41 da Lei 9.099/95), porquanto tempestivo.
A parte é legítima, está representada, e tem interesse em recorrer, já que vencida na causa – insurgindo-se quanto a sentença prolatada nos autos.
Intimada a parte recorrida apresentou contrarrazões.
Portanto, presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo o presente recurso no efeito devolutivo e suspensivo (art. 43 da Lei 9.099/95).
Assim, determino a remessa dos autos a Turma Recursal.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial Cível
Processo: 7000513-27.2023.8.22.0009
REQUERENTE: MARCIO PEREIRA ALVES, AV. CASTELO BRANCO 889, SALA A PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCIO PEREIRA ALVES, OAB nº RO8718A
REQUERIDO: MERCADO LIVRE, AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS 3003 BONFIM - 06233-903 - OSASCO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM, OAB nº ES18694
Valor da causa: R$ 10.787,20
DECISÃO
O recurso é adequado (art. 41 da Lei 9.099/95) e foi interposto dentro do prazo legal (art. 42 art. 41 da Lei 9.099/95), porquanto tempestivo.
A parte é legítima, está representada, e tem interesse em recorrer, já que vencida na causa – insurgindo-se quanto a sentença prolatada nos autos.
Intimada a parte recorrida, não apresentou contrarrazões.
Portanto, presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo o presente recurso no efeito devolutivo e suspensivo (art. 43 da Lei 9.099/95).
Assim, determino a remessa dos autos a Turma Recursal.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Pimenta Bueno - Juizado Especial Avenida Presidente Kennedy, 1065, Bairro dos Pioneiros, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76970-000,(69) 34512819
Processo nº 7003251-85.2023.8.22.0009 REQUERENTE: LUCIMAR KLIPPEL Advogados do(a) REQUERENTE: ALINE LAZARO DOS SANTOS NOGUEIRA - RO12855, HOSNEY REPISO NOGUEIRA - RO6327, JONATHAN GONCALVES IZIDORO - RO11715, LUAN MARCOS KOMINKIEWCZ ZUANAZZI - RO13180, NEWITO TELES LOVO - RO7950
REQUERIDO: ROBERTO OLIVEIRA DO NASCIMENTO INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências da CEJUSC, conforme informações abaixo: Tipo: Conciliação - JEC Sala: CEJUSC 3 Data: 29/08/2023 Hora: 08:00 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO DO CEJUSC DE PIMENTA BUENO: 3452-0940 (é o número de atendimento pelo whatsapp do CEJUSC)

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO: 1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência. ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG);
Pimenta Bueno, 17 de julho de 2023.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7001606-25.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: JOSEFA DOS SANTOS LIMA, RUA MOACIR COSTA LEITE 202 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MILENA FERNANDES NEVES, OAB nº RO10155A
POLO PASSIVO
REU: BANCO ITAUCARD S.A., PRAÇA ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA 100, Torre 7 A, PARQUE JABAQUARA - 04344-902 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO, OAB nº RJ60359, PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
Valor da Causa: R$ 20.750,72
DESPACHO
O autor/recorrente requer os benefícios da justiça gratuita, e a consequente isenção da taxa de preparo, todavia, não apresentou elementos que corroborem o pedido.
Assim, pela força dos princípios do direito ao acesso e à ampla e efetiva assistência jurídica fica o recorrente intimado para colacionar aos autos, no prazo de cinco dias, comprovante e/ou especificar as circunstâncias que justifiquem gratuidade pleiteada ou realizar o preparo, sob pena do recurso restar deserto.
Intime-se.
Após, tornem os autos conclusos para deliberação.
Serve como intimação via Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Processo: 7006421-02.2022.8.22.0009
REQUERENTE: MARIA DAS DORES VIEIRA, LINHA 25, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDOS: ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, Estado de Rondônia, 4212, NÃO INFORMADO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
DESPACHO
O recurso é adequado (art. 41 da Lei 9.099/95 c/c 27 da Lei 12.153/2009) e foi interposto dentro do prazo legal (art. 42 art. 41 da Lei 9.099/95 c/c 27 da Lei 12.153/2009), porquanto tempestivo.
A parte é legítima, está representada, e tem interesse em recorrer, já que vencida na causa – insurgindo-se quanto a sentença prolatada nos autos.
Portanto, presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo o presente recurso no efeito devolutivo e suspensivo (art. 43 da Lei 9.099/95 c/c 27 da Lei 12.153/2009 e 2-B, da Lei n. 9494/1997).
A parte Requerente/Recorrida juntou as contrarrazões.
Assim, determino a remessa dos autos a Turma Recursal.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7000689-06.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: JONATHAN ALVES SANTOS, AVENIDA DOS IMIGRANTES, 1562 CTG - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: JOSE CRISOSTEMO SEIXAS ROSA JUNIOR, OAB nº BA41361, VICTOR VALENTE SANTOS DOS REIS, OAB nº BA39557, DAVID OLIVEIRA DA SILVA, OAB nº BA32387
POLO PASSIVO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6490, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Valor da Causa: R$ 30.000,00
DECISÃO SERVINDO COMO INTIMAÇÃO
Em análise aos autos é possível verificar que a parte autora não juntou documentos suficientes que comprovem a hipossuficiência, a declaração de hipossuficiência e não é suficiente para o deferimento do pedido de justiça gratuita.
AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA INDEFERIDO NO PRIMEIRO GRAU. NÃO COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. DECISÃO MANTIDA EX VI DA SÚMULA Nº 25/TJGO. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS NOVOS CAPAZES DE MODIFICAR A DECISÃO MONOCRÁTICA. 1. Ao que se extrai da leitura do artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, a assistência judiciária gratuita deverá ser concedida àqueles que dela comprovadamente necessitem. 2. In casu, não tendo demonstrado o autor/recorrente, por documentos atuais, a alegada hipossuficiência, mister se faz a manutenção da decisão recorrida que indeferiu o benefício da gratuidade por ele pretendido (Súmula nº 25 do TJGO), não fazendo jus também ao parcelamento dos custos processuais. 3. Inexistindo nos autos argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, é de rigor a sua manutenção. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO - AI: 00830192620198090000, Relator: WILSON SAFATLE FAIAD, Data de Julgamento: 29/05/2019, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 29/05/2019)
Assim, concedo o prazo de 05 (cinco) dias para a parte comprovar, com outros documentos, sua condição de hipossuficiência.
Caso não seja possível a comprovação, defiro o prazo de 48 horas para a juntada do preparo, nos termo do artigo 42, § 1° da Lei 9099/95.
Havendo manifestação, venham os autos conclusos para análise.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7001238-16.2023.8.22.0009
REQUERENTE: LUCIVANI CAVALHEIRO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: PATRICIA RAMOS PETRY, OAB nº RO7183A, ANA PAULA GOMES DA SILVA, OAB nº RO3596
REQUERIDO: SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA
ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCIO RAFAEL GAZZINEO, OAB nº CE23495
DESPACHO
O autor/recorrente requer os benefícios da justiça gratuita, e consequente isenção da taxa de preparo, todavia, não apresentou elementos que corroborem o pedido.

Assim, pela força dos princípios do direito ao acesso e à ampla e efetiva assistência jurídica fica o recorrente intimado para colacionar aos autos, no prazo de cinco dias, comprovante que justifique gratuidade pleiteada ou realizar o preparo, sob pena do recurso restar deserto.
Intime-se.
Após, tornem os autos conclusos para deliberação.
17 de julho de 2023
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Pimenta Bueno - Juizado Especial Avenida Presidente Kennedy, 1065, Bairro dos Pioneiros, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76970-000,(69) 34512819
Processo nº 7003213-73.2023.8.22.0009 REQUERENTE: MARIA CELOI AIRES DE TOLEDO Advogado do(a) REQUERENTE: JUCEMERI GEREMIA - RO6860
REQUERIDO: UNASPUB - UNIAO NACIONAL DE AUXILIO AOS SERVIDORES PUBLICOS INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências da CEJUSC, conforme informações abaixo: Tipo: Conciliação - JEC Sala: CEJUSC 1 Data: 21/08/2023 Hora: 12:00 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO DO CEJUSC DE PIMENTA BUENO: 3452-0940 (é o número de atendimento pelo whatsapp do CEJUSC)
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO: 1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência. ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG);
Pimenta Bueno, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial Cível
Processo: 7001459-96.2023.8.22.0009
AUTOR: ALISSON DIONISIO DA SILVA, LINHA FA KM 8 s/n ZONA RURAL - 76977-000 - SÃO FELIPE D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: VALERIA PATRICIA DOS SANTOS MAIA, OAB nº RO8107
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, ANDAR 9, ED. JATOBÁ, COND. CASTELO BRANCO OFFICE TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Valor da causa: R$ 12.000,00
DECISÃO
Defiro nesta fase processual os benefícios da assistência judiciária gratuita em favor do autor/recorrente e o faço pela força dos princípios do direito ao acesso e à ampla e efetiva assistência jurídica.
Nesse aspecto, tal assertiva tem supedâneo na jurisprudência, evidenciando que constitui objetivo fundamental na Carta Maior/88, bem como esclarece a possibilidade da análise em qualquer fase ou grau de jurisdição (Apelação Civel n. 563666-8, do Foro central da comarca da região Metropolitana de Curitiba-12ª Vara Cível Apelante: Esther Guimarães Macedo, Apelados: Renato Francisco Zilli Relator Des. Costa Barros).
O recurso é adequado (art. 41 da Lei 9.099/95) e foi interposto dentro do prazo legal (art. 42 art. 41 da Lei 9.099/95), porquanto tempestivo.
A parte é legítima, está representada, e tem interesse em recorrer, já que vencida na causa – insurgindo-se quanto a sentença prolatada nos autos.
Intimada a parte recorrida apresentou contrarrazões.
Portanto, presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo o presente recurso no efeito devolutivo e suspensivo (art. 43 da Lei 9.099/95).
Assim, determino a remessa dos autos a Turma Recursal.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7002903-72.2020.8.22.0009 Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
POLO ATIVO
EXEQUENTE: ELISANGELA COSTA MUNARETTO, AVENIDA TANCREDO NEVES 4015 CENTRO - 76976-000 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FELIPE WENDT, OAB nº RO4590, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos, etc.
Trata-se de cumprimento de sentença.
O presente feito tem por finalidade a execução de sentença que reconheceu o direito à implantação do piso salarial sobre o vencimento base e o acréscimo pecuniário de 20% do PSPN.
Assim, ao contrário do alegado, a sentença ordena a implantação do piso salarial e o acréscimo pecuniário (adicional) de 20 %, nos termos do art. 181 da lei 669/2013.
Ademais, o piso salarial tratado na Lei Federal 11.738/08 refere-se somente ao vencimento base, e não a remuneração global.
Desta feita, indefiro o pedido da exequente de id n. 92053148.
Outrossim, fica a exequente intimada, por seus advogados, para, no prazo de 10 dias, apresentar planilha de cálculo dos valores retroativos, sob pena de arquivamento.
Publique-se, servindo de intimação.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno
Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br.
AUTOS: 7001494-56.2023.8.22.0009
CLASSE: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: EZEQUIEL PEREIRA GONCALVES, 5 DE AGOSTO 219 CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CATIANE DARTIBALE, OAB nº RO6447

EXECUTADO: JOSE CARLINTO DA SILVA, PROJETO CASULO - LINHA 25, KM 07 - RO 010, LOTE 18 SN, ABAITARA- PROJETO CASULO ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
DESPACHO
O processo encontra-se na fase inicial, restando pendente a citação da parte executada para o aperfeiçoamento da relação processual.
O exequente requer a citação por meio de edital e a arresto de bens nos termos do Enunciado 37 do FONAJE.
Em regra a citação por edital não é permitida nos Juizados Especiais, muito embora haja entendimento criando exceção na execução. Todavia, essa exceção só é aplicável na hipótese específica em que são encontrados bens penhoráveis, mas, não se consegue encontrar a pessoa do devedor.
O pedido do exequente não se subsume a hipótese acima descrita, por tal motivo, indefiro o requerimento de citação por edital.
Assim sendo, intime-se a parte requerente, para que no prazo de 10 (dez dias) dias, informe o endereço para citação.
Com a informação, redesigne-se audiência e cumpra-se o disposto no Despacho de ID 89040095 .
Intime-se a parte autora da nova data da audiência de conciliação a ser designada pela CPE.
Não havendo manifestação, tornem os autos conclusos para EXTINÇÃO.
Intime-se.
Serve como intimação no DJE.
Pimenta Bueno- , 17 de julho de 2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno
Fone: (069) 3341-3021/3022 – e-mail: colcivel@tjro.jus.br.
AUTOS: 7002577-10.2023.8.22.0009
CLASSE: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: R. H. COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME, AV. CASSEMIRO DE ABREU 57 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SUZAN DENADAI COSTA, OAB nº RO10216
EXECUTADO: MARCILENE DOS SANTOS MESSIAS, LINHA 38, SETOR ARAÇÁ S/N ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
DESPACHO
A parte autora requer prazo para informar endereço atualizado da requerida, DEFIRO o pedido.
Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para juntada aos autos do endereço atual da requerida.
Com a informação, redesigne-se audiência e cumpra-se o disposto no Despacho de ID 91861539.
Intime-se a autora da nova data da audiência de conciliação a ser designada pela CPE.
Não havendo manifestação, tornem os autos conclusos para EXTINÇÃO.
Intime-se.
Serve como intimação no DJE.
Pimenta Bueno- , 17 de julho de 2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial Processo n. 7002154-50.2023.8.22.0009
EXEQUENTE: FLORES & FLORES COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JUCEMERI GEREMIA, OAB nº RO6860
EXECUTADO: ANTONIO GONCALO MATOS COSTA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 146,77
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido de penhora de salário.
Com efeito, os créditos oriundos de pensão e de salário, por terem natureza alimentar, somente em casos excepcionais podem ser penhorados, sendo a regra, de fato, a sua impenhorabilidade, conforme dispõe o artigo 833 do Código de Processo Civil.
Art. 833. São impenhoráveis:
IV - os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2o;
Entretanto, a jurisprudência vem mitigando esta regra, quando tal medida for necessária a efetiva prestação jurisdicional e não afetar a dignidade da pessoa humana, devendo o Juiz analisar o caso concreto.
Em que pese este juízo ter mitigado a regra da impenhorabilidade absoluta contida no artigo supra, no caso dos autos, verifico que não foram esgotadas as vias ordinárias para a execução da obrigação, tais como bloqueio de bens e valores.
Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de penhora do salário da Executada.
Intime-se a Exequente para indicar bens passíveis de penhora, ou requerer o que de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Pimenta Bueno - RO, 17 de julho de 2023.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial Cível
Processo: 7000464-83.2023.8.22.0009
AUTOR: FRANCISCO ALVES TEIXEIRA, LINHA 33, KM 08, ZONA RURA SN, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: OTONIEL BRAZ ODORICO, OAB nº RO8852
REQUERIDOS: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, AVENIDA BARÃO DE TEFÉ 34 SAÚDE - 20220-460 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, RUA INÁCIO LUSTOSA 755 SÃO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: HELVIO SANTOS SANTANA, OAB nº SP353041, EVELYSE DAYANE STELMATCHUK, OAB nº PR100778, FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289, PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
Valor da causa: R$ 10.500,78
DECISÃO
Defiro nesta fase processual os benefícios da assistência judiciária gratuita em favor da parte autora/recorrente e o faço pela força dos princípios do direito ao acesso e à ampla e efetiva assistência jurídica.
Nesse aspecto, tal assertiva tem supedâneo na jurisprudência, evidenciando que constitui objetivo fundamental na Carta Maior/88, bem como esclarece a possibilidade da análise em qualquer fase ou grau de jurisdição (Apelação Civel n. 563666-8, do Foro central da comarca da região Metropolitana de Curitiba-12ª Vara Cível Apelante: Esther Guimarães Macedo, Apelados: Renato Francisco Zilli Relator Des. Costa Barros).
O recurso é adequado (art. 41 da Lei 9.099/95) e foi interposto dentro do prazo legal (art. 42 art. 41 da Lei 9.099/95), porquanto tempestivo.
A parte é legítima, está representada, e tem interesse em recorrer, já que vencida na causa – insurgindo-se quanto a sentença prolatada nos autos.
Intimada a parte recorrida apresentou contrarrazões.
Portanto, presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo o presente recurso no efeito devolutivo e suspensivo (art. 43 da Lei 9.099/95).
Assim, determino a remessa dos autos a Turma Recursal.
Pimenta Bueno, 17/07/2023.
Wilson Soares Gama

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - Juizado Especial
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno 7004639-57.2022.8.22.0009
REQUERENTE: CAROLINA DE FATIMA CORRENTE
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JOILSON SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RO3505A, PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A
REQUERIDOS: Estado de Rondônia, ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
O autor/recorrente requer os benefícios da justiça gratuita, e consequente isenção da taxa de preparo, todavia, não apresentou elementos que corroborem o pedido.
Assim, pela força dos princípios do direito ao acesso e à ampla e efetiva assistência jurídica fica o recorrente intimado para colacionar aos autos, no prazo de cinco dias, comprovante que justifique gratuidade pleiteada ou realizar o preparo, sob pena do recurso restar deserto.
Intime-se.
Após, tornem os autos conclusos para deliberação.
17 de julho de 2023
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Pimenta Bueno - Juizado Especial
7002324-22.2023.8.22.0009 Procedimento do Juizado Especial Cível
POLO ATIVO
AUTOR: EVELYN GUARNIER, AVENIDA INDEPENDÊNCIA 602 BAIRRO VILA ALTOÉ - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LIVIA CAROLINA CAETANO, OAB nº RO7844

POLO PASSIVO
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
R$ 6.000,00
SENTENÇA
"O juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede." (Rui Barbosa)
Relatório dispensado, com fulcro no art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
Indefiro o pedido de produção de prova oral, visto que a requerida não esclareceu de modo específico o que pretende demonstrar com esta espécie probatória.
No mais, o feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto se tratar de matéria de direito, desnecessária a produção de prova oral.
O Magistrado por ser o destinatário da prova, a ele compete indeferir a produção de provas protelatórias ou desnecessárias para a formação do seu convencimento.
PROCESSO CIVIL. PROVA. FINALIDADE E DESTINATÁRIO DA PROVA. A prova tem por finalidade formar a convicção do Juiz. É o Juiz o destinatário da prova. É ele quem precisa ter conhecimento da verdade quanto aos fatos. Se o Juiz afirma que a prova já produzida é suficiente para o deslinde da questão, é porque sua convicção já estava formada. (TRF1 – AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 9476 MG 2008.01.00.009476-3).
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim permitir.
Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz, e não faculdade, assim proceder (STJ, 4a. Turma, REsp 2.833-RJ, Rel. Min. Sávio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
PRELIMINAR
Da Prevalência do Código Brasileiro de Aeronáutica
Inicialmente, os negócios jurídicos estabelecidos entre empresa aérea e passageiro são regidos pelo Código de Defesa do Consumidor, especialmente porque a causa de pedir está atrelada a evento ocorrido após o início da vigência do Código supra.
No mais, embora o transporte aéreo seja regulado pelo Código Brasileiro de Aeronáutica, por se tratar de relação de consumo (art. 3°, § 2°, do CDC), esta norma não subsiste à constitucional, expressa como garantia fundamental, do Código de Defesa do Consumidor, nos termos do artigo 5°, inciso XXXII, da CF/88.
Feitas essas considerações, rejeito a preliminar e passo à análise do mérito.
Mérito
A parte autora tem a pretensão receber o valor de R$ 6.000 (seis mil reais) a fim de reparar suposto dano moral decorrente do cancelamento/alteração de voo.
Afirma que adquiriu viagem de Umuarama/PR a Cacoal/RO, com embarque para o dia 20/12/222, no entanto o voo foi cancelado. Então, a empresa ofereceu o reacomodação para o dia 19/02/2022 ou mais de 15 dias após o contratado, e por questões pessoais, optou em antecipar a viagem.
Queixa-se que o cancelamento do voo causou dissabor e danos morais.
A ré, em sua contestação, afirmou que o voo previsto foi cancelado em razão de alteração da malha aérea, e que o autor não comprovou o dano moral.
Pois bem.
Inicialmente, é necessário afirmar que o processo judicial consiste na reconstrução histórica dos fatos através das provas que devem ser apresentadas pelas partes. Sabe-se que esse resultado dificilmente corresponde exatamente aos fatos ocorridos, haja vista que são reproduzidos de pontos de vista diversos, porém, diferente do direito penal, o direito civil se contenta com a verdade formal, ou seja, a verdade que resulta do processo, embora possa não encontrar exata correspondência com o ocorrido.
Desta feita, compete às partes a reprodução histórica, trazendo o maior número de elementos com o fito de demonstrar, do modo mais claro possível, a dinâmica dos fatos.
O cancelamento/alteração do voo é fato incontroverso, no entanto, os fatos alegados pela parte autora, por si , não são motivos para presumir ofensa à personalidade do consumidor, sequer houve comprovação das despesas com hospedagens, traslados, alimentação e perca de compromisso etc.
Este juízo entende que a intercorrências desta viagem nos termos apresentados nos autos, não configura hipótese de dano moral in re ipsa, sabe-se, então, ser ônus da parte autora comprovar o dano passível de reparação nos termos do artigo 927 do Código Civil.
Os princípios informadores do Juizado Especial e Código de Defesa do Consumidor devem prestigiar a simplicidade e favorecer a defesa do consumidor. No entanto, não se pode abrir mão da segurança jurídica e do ônus de o consumidor provar o que alega, ou seja, provar o dano sofrido, a conduta lesiva e o nexo de causalidade entre a conduta e o dano.
Na região é comum as pessoas buscarem ações em face das empresas aéreas, inclusive, estando acima da média nacional.
"Levantamento realizado pela ANAC em 2017 mostrou que as quatro maiores aéreas brasileiras (Latam, Gol, Azul e Avianca) operaram, em média, 2.320 voos diários e foram acionadas em 63.045 processos ajuizados por passageiros - aproximadamente 1 processo a cada 15 voos realizados. Já nos Estados Unidos da América, duas empresas aéreas (American e Delta) operam cerca de 10 mil voos diários e receberam, no mesmo ano, 2.859 processos, o que equivale a 1 processo a cada 1.277 voos.

Segundo a Delta Airlines, ainda em 2017, empresa operou, em média, 5.400 voos diários nos Estados Unidos da América, sendo acionada em 130 processos; no Brasil, ofereceu em média 5 voos diários e foi ré em 1.263 processos; somente entre janeiro e junho de 2018, foi processada 54 vezes nos EUA e 721 vezes no Brasil." (https://aeromagazine.uol.com.br/)

Revela-se, nítida escalada da indústria do dano moral.

Dada tal situação, o Superior Tribunal de Justiça, que até então entendia que o dano moral era in re ipsa, mudou o entendimento, exigindo que seja demonstrado nos autos.

A primeira a mudar de entendimento foi a Terceira Turma, em 2019; pouco depois, em 2020, a Quarta Turma passou a segui-la. Desse modo, não mais se vislumbra possibilidade de êxito em sede de recurso especial para a manutenção de condenações baseadas exclusivamente na superada perspectiva de que o dano moral incidiria in re ipsa nessas hipóteses -- mormente após os efeitos devastadores da pandemia do Covid-19 sobre o mercado de transporte aéreo nacional e mundial.

Confira-se o entendimento hoje prevalente em ambas as turmas de direito privado do STJ:

"DIREITO DO CONSUMIDOR E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. CANCELAMENTO DE VOO DOMÉSTICO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. 1. Ação de compensação de danos morais, tendo em vista falha na prestação de serviços aéreos, decorrentes de cancelamento de voo doméstico. 2. Ação ajuizada em 03/12/2015. Recurso especial concluso ao gabinete em 17/07/2018. Julgamento: CPC/2015. 3. O propósito recursal é definir se a companhia aérea recorrida deve ser condenada a compensar os danos morais supostamente sofridos pelo recorrente, em razão de cancelamento de voo doméstico. 4. Na específica hipótese de atraso ou cancelamento de voo operado por companhia aérea, não se vislumbra que o dano moral possa ser presumido em decorrência da mera demora e eventual desconforto, aflição e transtornos suportados pelo passageiro. Isso porque vários outros fatores devem ser considerados a fim de que se possa investigar acerca da real ocorrência do dano moral, exigindo-se, por conseguinte, a prova, por parte do passageiro, da lesão extrapatrimonial sofrida. 5. Sem dúvida, as circunstâncias que envolvem o caso concreto servirão de baliza para a possível comprovação e a consequente constatação da ocorrência do dano moral. A exemplo, pode-se citar particularidades a serem observadas: i) a averiguação acerca do tempo que se levou para a solução do problema, isto é, a real duração do atraso; ii) se a companhia aérea ofertou alternativas para melhor atender aos passageiros; iii) se foram prestadas a tempo e modo informações claras e precisas por parte da companhia aérea a fim de amenizar os desconfortos inerentes à ocasião; iv) se foi oferecido suporte material (alimentação, hospedagem, etc.) quando o atraso for considerável; v) se o passageiro, devido ao atraso da aeronave, acabou por perder compromisso inadiável no destino, dentre outros. 6. Na hipótese, não foi invocado nenhum fato extraordinário que tenha ofendido o âmago da personalidade do recorrente. Via de consequência, não há como se falar em abalo moral indenizável. 7. Recurso especial conhecido e não provido, com majoração de honorários" (STJ, REsp 1.796.716 MG 2018/0166098-4, Rel. Min.NANCY ANDRIGHI, J. 27/08/2019, 3ª TURMA, Data de Publicação: DJe 29/08/2019; grifei).

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE VERIFICADA. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. DIREITO DO CONSUMIDOR. ATRASO EM VOO DOMÉSTICO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. COMPANHIA AÉREA QUE FORNECEU ALTERNATIVAS RAZOÁVEIS PARA A RESOLUÇÃO DO IMPASSE. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. DANO MATERIAL NÃO COMPROVADO. AGRAVO PROVIDO. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. 1. A inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, não é automática, dependendo da constatação, pelas instâncias ordinárias, da presença ou não da verossimilhança das alegações ou da hipossuficiência do consumidor. Precedentes. 2. A jurisprudência mais recente desta Corte Superior tem entendido que, na hipótese de atraso de voo, o dano moral não é presumido em decorrência da mera demora, devendo ser comprovada, pelo passageiro, a efetiva ocorrência da lesão extrapatrimonial sofrida. (…) 5. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, em novo exame, negar provimento ao recurso especial" (AgInt no AREsp n. 1.520.449/SP, rel. Min. Raul Araújo, 4ª Turma, j. 19/10/2020, DJe de 16/11/2020; grifei)."

Consta nos autos apenas a comprovação da viagem prevista, e a reacomodação, mas nada que comprove danos aos direitos da personalidade da parte autora, nos termos de sua pretensão.

É certo que o direito controvertido nos autos versa sobre direito do consumidor, o que não muda o dever de da parte autora comprovar o fato constitutivo de seu direito, o que não ocorreu, então, pela narrativa da parte autora, o juízo vislumbra, in casu, a ocorrência de "mero aborrecimento" e outro resultado não pode haver senão a improcedência do pedido de indenização por danos morais.

Ante o acima exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por EVELYN GUARNIER em face de AZUL LINHAS AÉREAS S/A , extinguindo o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC, deixando de condenar a vencida ao pagamento de verbas de sucumbência (artigo 55, da Lei n.° 9099/95).

Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios, em face do que dispõe o art. 55, da Lei 9.099/95.

Registrada e publicada eletronicamente.

Intime-se. Com o trânsito em julgado, arquive-se.

Registrada e Publicada Eletronicamente no Dje.

Intimem-se.

Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .

Wilson Soares Gama

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO

Pimenta Bueno - Juizado Especial

7002453-27.2023.8.22.0009 Execução de Título Extrajudicial

POLO ATIVO
EXEQUENTE: STEDILE E NOGUEIRA LTDA - ME, RUA RUI BARBOSA 406, NÃO INFORMADO JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: SILVIO CARLOS CERQUEIRA, OAB nº RO6787, WILSON NOGUEIRA JUNIOR, OAB nº RO2917, ISADORA STEDILE CAMPOS, OAB nº RO7483A
POLO PASSIVO
EXECUTADO: ANDERSON AFONSO DE JESUS, LINHA CAPA 24 s/n SETOR ABAITARA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da Causa: R$ 2.653,20
DESPACHO
Os autos vieram conclusos para análise do pedido de citação por Whatsapp.
O requerido não foi localizado no endereço informado pelo autor, restando infrutífera a citação.
Embora o autor tenha mencionado a previsão no CPC sobre a citação por meio eletrônico importante se faz trazer alguns esclarecimentos.
O Legislador com a finalidade de tornar o processo judicial menos burocrático e mais tecnológico, incluiu no atual Código de Processo Civil a previsão de citação por meio eletrônico, contudo, esta modalidade não engloba a citação por whatsapp, neste sentido, dispõe 246 do CPC;
Art. 246. A citação será feita:
I - pelo correio;
II - por oficial de justiça;
III - pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório;
IV - por edital;
V - por meio eletrônico, conforme regulado em lei.
§ 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio.
§ 2º O disposto no § 1º aplica-se à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades da administração indireta.
Não bastasse isso, a lei 11.419/2006 que regula os processos eletrônicos, condiciona a prática dos atos processuais de forma eletrônica mediante ao cadastro realizado em site próprio do Tribunal de Justiça, com uso de assinatura eletrônica, onde as citações e intimações eletrônicas ocorrerão exclusivamente pelo site do TJ/RO e não por meio do aplicativo whatsapp.
Desta forma, a citação por telefone ou aplicativo whatsapp ainda carece de regulamentação e, por não preencher os requisitos indicados no Código de Processo Civil, enseja informalidade ao procedimento, visto que não se pode garantir que a pessoa do requerido receberá mensagem de citação.
Posto isto, INDEFIRO o pedido do autor e concedo o prazo de 5 cinco) dias para indicar o endereço do réu, sob pena de arquivamento.
Havendo manifestação, designe-se audiência e expeça-se o necessário.
Intime-se a autora da nova data.
Serve como intimação de Dje.
Pimenta Bueno , 17 de julho de 2023 .
Wilson Soares Gama
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Bairro dos Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.Processo: 7002631-73.2023.8.22.0009
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Direito de Imagem
AUTOR: CRENILDA VILL PROENCA, KM 1,5, Lote 113, CHÁCARA BOA SORTE LINHA PROJETADA - 76977-000 - SÃO FELIPE D'OESTE - RONDÔNIA
AUTOR SEM ADVOGADO(S)
REU: LUCIANA FREITAS DOS SANTOS, LINHA 37 Lote 114, ESQUINA COM LINHA PROJETADA ZONA RURAL - 76977-000 - SÃO FELIPE D'OESTE - RONDÔNIA, JOSE LUIS DOS SANTOS, LINHA 37 Lote 114, ESQUINA COM LINHA PROJETADA ZONA RURAL - 76977-000 - SÃO FELIPE D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Ao que parece, o pedido de providências já cumpriu seu desiderato.
Assim, nada mais havendo, arquive-se, com as baixas devidas no sistema.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
Pimenta Bueno/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Wilson Soares Gama
Juiz(a) de Direito

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
- Fone: (69) 3451-2968 e-mail: cpe1civpb@tjro.jus.br
Processo : 7000524-56.2023.8.22.0009
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS (12246)
RECORRENTE: J. V. D. R.
Advogados do(a) RECORRENTE: RUBENS DEMARCHI - RO2127, VALERIA PINHEIRO DE SOUZA - RO9188
RECORRIDO: ROMULO ROCHA RODRIGUES
Intimação AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
e-mail: cpe1civpb@tjro.jus.br
Processo : 7000862-30.2023.8.22.0009
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
Advogados do(a) EXEQUENTE: EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR - DF29190, FABRICIO DOS REIS BRANDAO - PA11471
EXECUTADO: MARCIA APARECIDA CANDIDO e outros (4)
Intimação AUTOR - COMPROVAR ANDAMENTO DE PRECATÓRIA
Fica a parte AUTORA intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o andamento da carta precatória.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
e-mail: cpe1civpb@tjro.jus.br
Processo : 7002252-40.2020.8.22.0009
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: IRANI VIEIRA DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: ROGERIA VIEIRA REIS - RO8436
REU: MARIA JOSE RIBEIRO ZANAGA e outros (2)
Intimação AUTOR - PRECATÓRIA DEVOLVIDA
Fica a parte AUTORA intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar manifestação acerca da devolução de carta precatória NEGATIVA.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
e-mail: cpe1civpb@tjro.jus.br
Processo : 7004236-88.2022.8.22.0009
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
Advogado do(a) EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES - RO4594-A
EXECUTADO: ANA PAULA CARDOSO DOS SANTOS e outros (2)
INTIMAÇÃO AUTOR - DISTRIBUIR PRECATÓRIA
Fica a parte AUTORA intimada a retirar a Carta Precatória e comprovar a distribuição em 10 (dez) dias, ficando a seu encargo o recolhimento das custas perante o juízo deprecado, conforme a legislação do respectivo Tribunal, bem como o acompanhamento da diligência, devendo manter este Juízo informado quanto ao estágio/andamento da referida carta precatória.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
e-mail: cpe1civpb@tjro.jus.br
Processo : 7000961-97.2023.8.22.0009
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA - RJ110501
EXECUTADO: ALESSANDRO JOSE ESPANHOL e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - DISTRIBUIR PRECATÓRIA
Fica a parte AUTORA intimada a retirar a Carta Precatória e comprovar a distribuição em 10 (dez) dias, ficando a seu encargo o recolhimento das custas perante o juízo deprecado, conforme a legislação do respectivo Tribunal, bem como o acompanhamento da diligência, devendo manter este Juízo informado quanto ao estágio/andamento da referida carta precatória.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
e-mail: cpe1civpb@tjro.jus.br
Processo : 7006811-69.2022.8.22.0009
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: TRACTOR-TERRA PECAS P/ TRATORES LTDA
Advogado do(a) AUTOR: DAIANE GOMES BEZERRA - RO7918
REU: BRACO FORTE COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIA & MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI
INTIMAÇÃO AUTOR - AR AUSENTE
Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca do AR negativo devolvido com motivo “AUSENTE”.
Advertência:
1) Poderá a parte informar se tem interesse na repetição do AR (custas do art. 19 da Lei 3.896/2016) ou em remessa de Mandado (custas de Oficial). Sendo endereço do interior do Estado, poderá optar por Mandado com força de precatória (custas do art. 30 da Lei 3.896/2016).
2) Sendo endereço fora do Estado, deverá a parte informar se tem interesse na expedição de precatória. As custas deverão ser recolhidas na Comarca de distribuição da precatória.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
e-mail: cpe1civpb@tjro.jus.br
Processo : 7006777-94.2022.8.22.0009
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BANCO VOLKSWAGEN S.A.
Advogado do(a) AUTOR: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI - PE21678
REU: ADUISSO BATISTA DE OLIVEIRA
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
e-mail: cpe1civpb@tjro.jus.br
Processo : 7001051-76.2021.8.22.0009
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BOASAFRA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: GIANE ELLEN BORGIO BARBOSA - RO0002027A
EXECUTADO: BRACO FORTE COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIA & MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI
INTIMAÇÃO AUTOR - DISTRIBUIR PRECATÓRIA
Fica a parte AUTORA intimada a retirar a Carta Precatória e comprovar a distribuição em 10 (dez) dias, ficando a seu encargo o recolhimento das custas perante o juízo deprecado, conforme a legislação do respectivo Tribunal, bem como o acompanhamento da diligência, devendo manter este Juízo informado quanto ao estágio/andamento da referida carta precatória.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
e-mail: cpe1civpb@tjro.jus.br
Processo : 7002563-26.2023.8.22.0009
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: B. F.
Advogados do(a) AUTOR: JANAINA MESQUITA MARREIRO - RO0005452A, LILIAN CRISTINA GRILLI GAMA - RO9818
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogado do(a) REU: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
e-mail: cpe1civpb@tjro.jus.br
Processo : 7001468-58.2023.8.22.0009
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
Advogado do(a) REQUERENTE: NOEL NUNES DE ANDRADE - RO1586
REQUERIDO: IAN DUARTE DA MOTTA
INTIMAÇÃO EXEQUENTE - ATUALIZAR O DÉBITO
Tendo em vista o decurso de prazo para pagamento espontâneo, fica a parte EXEQUENTE, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada a atualizar o débito e dar prosseguimento no feito atentando-se que o requerimento de consultas por meio de sistemas judiciais (BACEN, RENAJUD e outros) deverá ser acompanhado de custas CÓDIGO 1007, para cada diligência requerida, nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
e-mail: cpe1civpb@tjro.jus.br
Processo : 7000356-88.2022.8.22.0009
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: CONCEICAO MARIANA CLAUDIO
Advogado do(a) AUTOR: ALEX FERNANDES DA SILVA - MS17429
REU: BANCO BMG S.A.
Advogado do(a) REU: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA - MG108112
Intimação AO AUTOR - CUSTAS
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da MULTA no percentual de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa. O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
e-mail: cpe1civpb@tjro.jus.br
Processo : 7001199-19.2023.8.22.0009
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: E. M. e outros
Advogado do(a) AUTOR: MILENA FERNANDES NEVES - RO10155
REU: TAM LINHAS AÉREAS S/A
Advogado do(a) REU: FABIO RIVELLI - RO6640
INTIMAÇÃO AO RÉU - CUSTAS
Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais Finais. O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Advertência:
1) Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
e-mail: cpe1civpb@tjro.jus.br
Processo : 7000440-89.2022.8.22.0009
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: BOASAFRA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Advogado do(a) AUTOR: GIANE ELLEN BORGIO BARBOSA - RO0002027A
REU: JOSE ALVES DE SOUZA FILHO
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS REPETIÇÃO DE ATO
Fica a parte AUTORA intimada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, CÓDIGO 1008.1, conforme estabelecido no art. 19 da Lei 3.896/2016.
OBS.: Quantidade 02 - para cumprimento do item 2 da Decisão ID92395907 "(...)2. Na mesma oportunidade, desde já determino expedição de ofícios às concessionárias de serviço público (Energisa e Águas de Pimenta) para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informem se há, em seus bancos de dados, endereços vinculados a JOSE ALVES DE SOUZA FILHO, CPF nº 25228900268.(...)"

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
e-mail: cpe1civpb@tjro.jus.br
Processo : 7002263-64.2023.8.22.0009
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: MARIA DE FATIMA SANTOS NEVES
Advogados do(a) AUTOR: ANDRE HENRIQUE VIEIRA DE SOUZA - RO6862, BRUNA EDUARDA SILVA OLIVEIRA - RO11067, CRISDAINE MICAELI SILVA FAVALESSA - RO5360, LEVI VIEIRA DE SOUZA NETO - RO12863
REU: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) REU: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES - RN5553
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
e-mail: cpe1civpb@tjro.jus.br
Processo : 7002775-57.2017.8.22.0009
Classe : AÇÃO CIVIL PÚBLICA (65)
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia
REU: SYLVIO CARLOS DE PAULA e outros (9)
Advogado do(a) REU: ALEXANDRE HENRIQUES RODRIGUES - RO3840
Advogado do(a) REU: JOAO FRANCISCO PINHEIRO OLIVEIRA - RO0001512A
Advogado do(a) REU: MARIA JOSE DE OLIVEIRA URIZZI - RO442
Advogados do(a) REU: ELESSANDRA APARECIDA FERRO - RO4883, HENRIQUE SCARCELLI SEVERINO - RO2714
Advogado do(a) REU: DEIRDRE ARAUJO SERRA FERNANDES - MS12463
Advogados do(a) REU: MARIA JOSE DE OLIVEIRA URIZZI - RO442, RODRIGO CORRENTE SILVEIRA - RO7043
INTIMAÇÃO Ficam as partes, por meio de seus advogados/procuradores, intimadas para manifestarem-se a respeito da petição 93300837.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
e-mail:cpe1civpb@tjro.jus.br
Processo : 7000164-92.2021.8.22.0009
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO DO SUDOESTE DE RONDONIA LTDA - CREDISIS SUDOESTE/RO
Advogados do(a) REQUERENTE: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS - RO2930, GEISIELI DA SILVA ALVES - RO9343, NOEL NUNES DE ANDRADE - RO1586
EXCUTADO: JONATAN GONCALVES DE MOURA SOUTO e outros
Advogado do(a) EXCUTADO: LUIZ HENRIQUE LINHARES DE PAULA - RO9464
INTIMAÇÃO RÉU - DOCUMENTOS JUNTADOS
Fica a parte REQUERIDA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação ante a contraproposta juntada pela parte adversa.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
e-mail: cpe1civpb@tjro.jus.br
Processo : 7006219-25.2022.8.22.0009
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
Advogados do(a) EXEQUENTE: BERNARDO BUOSI - RO12470, MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES - RN5553, NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES - RO4875-A
EXECUTADO: WILIAM DA SILVA NICOLAU e outros
Advogado do(a) EXECUTADO: THIAGO HENRIQUE KRUGER QUEIROZ - PR100351
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
e-mail: cpe1civpb@tjro.jus.br
Processo : 7001994-25.2023.8.22.0009
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ANICELIA MARIA DA SILVA e outros (2)
REU: BALANSIN - TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - ME

CONFIDENCIAL E PESSOAL
INTIMAÇÃO DE:
Nome: BALANSIN - TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - ME
Endereço: Avenida Octavio José dos Santos, 3991, Setor 20, Quadra 25, Lote 12, Jardim Oliveiras, Vilhena - RO - CEP: 76980-672
CARTA DE INTIMAÇÃO
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica Vossa Senhoria CITADO(A) E INTIMADO(A), , para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as Contrarrazões Recursais.
OBSERVAÇÃO: Em caso de revelia, será nomeado curador especial nos termos dos arts. 72, II e 253, § 4º do CPC. Caso não tenha condições de constituir advogado particular, deverá procurar a Defensoria Pública. A presente ação pode ser consultada pelo endereço eletrônico http://pjeconsulta.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça)
Pimenta Bueno, 17 de julho de 2023.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
e-mail: cpe1civpb@tjro.jus.br
Processo : 7000220-28.2021.8.22.0009
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: LETICIA RODRIGUES DA SILVA
REU: JOSE BISPO DA SILVA
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
e-mail: cpe1civpb@tjro.jus.br
Processo : 7002333-81.2023.8.22.0009
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: CAIRU TRANSPORTES LTDA
Advogado do(a) AUTOR: JOSE ANGELO DE ALMEIDA - RO309
REU: NOVA AGRO E CAMPO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS VETERINARIOS LTDA
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Presidente Kennedy nº 1065, Bairro: Pioneiros, CEP: 76.970-000, contatos: 3452-0901 (Gabinete) e 3452-0910 (Central de Atendimento).
Processo: 7000472-36.2018.8.22.0009
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Alienação Fiduciária
REQUERENTE: ADEMILAR ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S A
ADVOGADOS DO REQUERENTE: NATHALIA KOWALSKI FONTANA, OAB nº PR44056, THAMIRYS CRISTINA MENEGOLO, OAB nº PR77116, JULLYE BORGES DE JESUS, OAB nº PR102237, EMILY CAROLINE BUENO, OAB nº PR104634
EXECUTADO: JUCEMERI GEREMIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Conforme se verifica do ID 27744256, a consulta SISBAJUD já se mostrou ineficaz, de modo que o pedido de ID 92913666, além de não interromper o prazo de suspensão ou o prazo prescricional, se destina tão somente a evitar que o feito permaneça suspenso e seja posteriormente arquivado provisoriamente.
1. Dessa forma, INDEFIRO o pedido de pesquisa via SISBAJUD.
2. Cumpra-se conforme determinado no ID 89349172.
Pratique-se o necessário.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Márcia Adriana Araújo Freitas
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Presidente Kennedy nº 1065, Bairro: Pioneiros, CEP: 76.970-000, contatos: 3452-0901 (Gabinete) e 3452-0910 (Central de Atendimento).

Processo: 7003272-61.2023.8.22.0009
Classe: Carta Precatória Cível
Assunto: Atos executórios
DEPRECANTE: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DEPRECANTE SEM ADVOGADO(S)
DEPRECADO: RONIVALDO CAMPOREIS
DEPRECADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
1. Cumpra-se conforme solicitado, servindo cópia da carta precatória de mandado.
1.1 Cumprido o ato, devolva-se à origem com nossos cumprimentos.
1.2 Em seguida, não havendo pendências, arquivem-se estes autos.
2. Desde já, fica também determinada a devolução da Carta Precatória à origem, caso o Oficial de Justiça certifique que não foi possível localizar o bem objeto da penhora.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do Código de Processo Civil e respectivos parágrafos (Lei nº 13.105/2015).
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO n.º____/2023.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Márcia Adriana Araújo Freitas
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Presidente Kennedy nº 1065, Bairro: Pioneiros, CEP: 76.970-000, contatos: 3452-0901 (Gabinete) e 3452-0910 (Central de Atendimento).
Processo: 7002843-31.2022.8.22.0009
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
EXECUTADOS: EDNEY CICERO DE SOUZA, IVONE SOARES DE SOUZA, I S SOUZA CALCADOS EIRELI - EPP
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Conforme espelho do SISBAJUD, foi lançada ordem de bloqueio pelos próximos 30 (trinta) dias, conforme requerido pela parte exequente.
1. Destarte, deverão os autos aguardar junto à CPE o resultado definitivo da pesquisa, ficando a respectiva Central incumbida de certificar o transcurso do período de bloqueio e fazer os autos conclusos para acostar espelho dos resultados obtidos.
2. Caso seja apresentada impugnação ao bloqueio antes de juntados os espelhos, intime-se a parte exequente para ofertar manifestação em 05 (cinco) dias.
Somente então, tornem os autos conclusos para decisão.
Pratique-se o necessário.
SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO n.º____/2023.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Márcia Adriana Araújo Freitas
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Presidente Kennedy nº 1065, Bairro: Pioneiros, CEP: 76.970-000, contatos: 3452-0901 (Gabinete) e 3452-0910 (Central de Atendimento).
Processo: 7003225-87.2023.8.22.0009
Classe: Alvará Judicial - Lei 6858/80
Assunto: Acessão
REQUERENTE: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO
ADVOGADO DO REQUERENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
INTERESSADO: EDSON PEIXER
INTERESSADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
O processo foi distribuído por dependência aos autos n. 0000547-78.2010.8.22.0009.
Alega o requerente que, conforme certidão de inteiro teor expedida pelo Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Pimenta Bueno/RO, referente ao imóvel urbano denominado Lote Urbano n. 23- Rem, Quadra 19, Setor 07 (matrícula n. 6.418), há averbação de arresto determinada pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Pimenta/RO, oriunda do processo de Execução Fiscal n. 0000547-78.2010.8.22.0009, ajuizado pelo Município de Pimenta Bueno em face de Edson Peixer.
O requerente constatou que o processo já está extinto, ante a satisfação integral da obrigação pelo devedor e que há ordem na respectiva sentença para liberação da constrição. Contudo, por razões ignoradas, o alvará judicial não foi expedido.

De acordo com o requerente, em razão do decurso do tempo (mais de 13 anos), o processo originário foi incinerado ou levado ao Arquivo Geral, tornando-se impossível ou ao menos mais oneroso a promoção do pedido de liberação da penhora naqueles autos.
É o breve relatório. Decido.
Trata-se de procedimento de jurisdição voluntária, previsto no art. 719 e seguintes do Código de Processo Civil, pelo o qual o requerente pretende a expedição de alvará judicial para o levantamento da restrição que recai sobre o imóvel denominado Lote de Terras Urbano n. 23-Rem, Quadra n. 19, Setor 07 (R-1 da Matrícula n. 6.418, Livro 2 de Registro Geral) referente ao processo de n. 0000547-78.2010.8.22.0009.
O requerente juntou nos autos certidão de inteiro teor (ID 93215716), que demonstra a manutenção da restrição, bem como a sentença de extinção (ID 93215720) proferida nos autos do processo em epígrafe, que assim dispõe:
Sentença:
Vistos em correição.
Trata-se de Execução Fiscal interposta por FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO RO em face de EDSON PEIXER.
O exequente, às fls. 18, noticiou haver sido satisfeita a obrigação pelo executado, requerendo a extinção do feito.
Nos termos do art. 794, inciso I, c.c. art. 795, ambos do Código de Processo Civil, julgo EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos, devendo a escrivania providenciar o necessário para o levantamento do arresto, conforme fls. 11 nos autos.
Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos.
Custas solvidas.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Pimenta Bueno-RO, quinta-feira, 13 de janeiro de 2011.
Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito
Considerando que o débito foi devidamente quitado, declarada a extinção da execução e determinada a expedição do necessário para levantamento do arresto, o que não foi realizado por razões desconhecidas, a procedência do pedido é a medida que se impõe.
Posto isto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para, com fulcro no art. 487, I do CPC, para determinar a expedição de ALVARÁ JUDICIAL autorizando o Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Pimenta Bueno/RO a proceder ao levantamento da restrição que recai sobre o imóvel denominado Lote de Terras Urbano n. 23-Rem, Quadra n. 19, Setor 07 (R-1 da Matrícula n. 6.418, Livro 2 de Registro Geral) referente ao processo de n. 0000547- 78.2010.8.22.0009.
Isento do pagamento de custas, nos termos do art. 5º, inciso I da Lei 3.896/2016.
Com o trânsito em julgado, nada sendo requerido, arquive-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Márcia Adriana Araújo Freitas
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Presidente Kennedy nº 1065, Bairro: Pioneiros, CEP: 76.970-000, contatos: 3452-0901 (Gabinete) e 3452-0910 (Central de Atendimento).
Processo: 7003055-52.2022.8.22.0009
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
EXECUTADOS: ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA, INES FERREIRA DE ALCANTARA PEREIRA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
As partes informaram que estão em negociação extrajudicial a fim de celebrarem acordo para pagamento do débito.
Intime-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, informarem quanto à realização do referido acordo.
Após, voltem os autos conclusos.
Pratique-se o necessário.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Márcia Adriana Araújo Freitas
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Presidente Kennedy, n.º 1065, Bairro: Pioneiros, CEP: 76.970-000, contatos: 3452-0901 (Gabinete) e 3452-0910 (Central de Atendimento).
Processo: 7003969-19.2022.8.22.0009
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Contratos Bancários
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, PROCURADORIA DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A

EXECUTADOS: VANILDA GONCALVES DE ALMEIDA GARCIA, REINALDO GONCALVES GARCIA, FAGNER ALMEIDA GARCIA, GONSALVES & GARCIA COM DE CONFECCOES LTDA ME - ME
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Conforme consta dos autos, restou infrutífera a intimação dos executados FAGNER ALMEIDA GARCIA e REINALDO GONCALVES GARCIA quanto ao bloqueio via SISBAJUD.
Intimada, a parte exequente requereu o levantamento dos valores bloqueados (ID. 92333583) e, após, a dilação do prazo para manifestação quanto à citação dos executados (ID. 93206857).
Vieram os autos conclusos.
Decido.
Compulsando o feito, verifico que os executados foram citados, porém, quando realizada tentativa de intimação referente ao bloqueio de valores via SISBAJUD, dois deles não foram encontrados nos endereços em que foram anteriormente citados.
Assim, não é o caso de dilação de prazo.
1. Diante disso, expeça-se edital de intimação, pelo prazo de 20 (vinte) dias, conforme já determinado no item 3 da decisão em ID. 88088649.
2. Postergo a análise do pedido de levantamento de valores para após a regular intimação de todos os executados.
3. Decorrido o prazo do edital, havendo impugnação, INTIME-SE a parte exequente para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias.
4. No caso de não ser apresentada impugnação, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, dar andamento o feito, sob pena de suspensão e arquivamento (art. 921, §1° do CPC).
4.1 Havendo interesse da parte exequente na busca bens e/ou valores, determino que, por celeridade e economia processual, o pedido seja instruído com o comprovante de recolhimento das custas relativas à TODAS as diligências (SISBAJUD, RENAJUD, INFOJUD, PREVJUD, SNIPER), referentes a cada um dos executados, nos termos do art. 17 da Lei n.° 3.896/2016 (Regimento de Custas), no mesmo ato do requerimento.
5. Após, tornem os autos conclusos.
Pratique-se o necessário.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Márcia Adriana Araújo Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Presidente Kennedy nº 1065, Bairro: Pioneiros, CEP: 76.970-000, contatos: 3452-0901 (Gabinete) e 3452-0910 (Central de Atendimento).
Processo: 7009819-39.2022.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Novação
EXEQUENTE: S. C. COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AGRICOLAS EIRELI - ME
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CARINA BATISTA HURTADO, OAB nº RO3870, VIVIAN BACARO NUNES SOARES, OAB nº RO2386A
EXECUTADO: ITAMAR CESAR PRADO
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de execução de título extrajudicial movida por S. C. COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AGRICOLAS EIRELI - ME em face de ITAMAR CESAR PRADO.
Conforme consta, a parte exequente, embora reiteradamente intimada para dar andamento ao feito, quedou-se inerte, mesmo tendo sido intimada da decisão em ID. 89349757 (publicação no Dje em 13/04/2023), reiterada a intimação para dar andamento (ID. 89862271) e, por fim, enviado AR ao endereço constante nos autos, este retornou negativo (ID. 90357448).
Assim, entendo que houve efetivo abandono de causa, situação que enseja a extinção da demanda.
Portanto, JULGO EXTINTO o feito pelo abandono, nos termos do art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil — CPC.
Oportunamente, determino a liberação de todas as constrições eventualmente lançadas, em razão destes autos, em detrimento do patrimônio da parte executada, ficando a serventia autorizada a expedir o necessário para soerguimento das restrições.
Sem custas e honorários.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Com o trânsito em julgado, arquivem-se.
Pratique-se o necessário.
SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO n.º_____/2023.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Márcia Adriana Araújo Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Presidente Kennedy nº 1065, Bairro: Pioneiros, CEP: 76.970-000, contatos: 3452-0901 (Gabinete) e 3452-0910 (Central de Atendimento).
Processo: 7000657-35.2022.8.22.0009
Classe: Procedimento Comum Cível

Assunto: Depósito Judicial, Anulação de Débito Fiscal
AUTOR: TIROLESA AGROPECUARIA LTDA
ADVOGADOS DO AUTOR: WILLIAN SCHOLL, OAB nº PR45972, FABIO LUIS ANTONIO, OAB nº MS21571
REU: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Altere-se a classe processual para cumprimento de sentença.
1. Intime-se a parte executada, observando as disposições do artigo 513, § 2º, do CPC, para, em 15 (quinze) dias, pagar a importância perquirida, sob pena de o débito ser acrescido de multa processual e honorários advocatícios, cada um na razão de 10% sobre o valor devido (artigo 523, § 1º, do CPC).
1.1 Advirta-o de que havendo pagamento parcial no prazo previsto acima, a multa e os honorários incidirão sobre o remanescente do débito.
2. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, inicia-se automaticamente o prazo de 15 (quinze) dias para impugnação, em observância ao disposto no artigo 525 do CPC.
2.1 Apresentada impugnação, intime-se a exequente para manifestação em 15 (quinze) dias.
2.2 Caso a controvérsia gire em torno dos cálculos, remetam-se os autos à Contadoria Judicial para realização dos cálculos no prazo de 10 (dez) dias.
2.3 Apresentados os cálculos, intimem-se as partes para manifestação em 05 (cinco) dias.
2.4 Após, tornem os autos conclusos.
3. Em não havendo pagamento, certifique-se e intime-se o credor para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito, acrescendo aos cálculos a multa de 10% (dez por cento), inclusive com os honorários de advogado, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor excutido, bem como para requerer o que entender pertinente para a satisfação de seu crédito.
4. Sem prejuízo, desde logo, caso requerido pela parte, autorizo a expedição da certidão do teor da decisão, que deverá ser fornecida conforme artigo 517, § 2º, do CPC, após o decurso do prazo para pagamento voluntário, de modo a permitir que a parte efetue o protesto da decisão.
5. Deverá a parte credora, no prazo de 05 (cinco) dias, anexar nos autos seus dados bancários para eventual recebimento de créditos através de transferência eletrônica.
Somente então, venham os autos conclusos.
Pratique-se o necessário.
SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO n.º____/2023.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Márcia Adriana Araújo Freitas
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Presidente Kennedy nº 1065, Bairro: Pioneiros, CEP: 76.970-000, contatos: 3452-0901 (Gabinete) e 3452-0910 (Central de Atendimento).
Processo: 7001511-63.2021.8.22.0009
Classe: Inventário
Assunto: Inventário e Partilha
REQUERENTES: DANIELY DA SILVA HELKERS, GUILHERME OSCAR SILVA HELKERS, ROSIENE ELIAS DA SILVA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: ROGER JUNIOR INACIO RATIER, OAB nº RO10355
INVENTARIADO: DANIEL HELKERS
INVENTARIADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
1. Acolho o parecer do Ministério Público de ID 92279176. Fica a parte inventariante intimada para, no prazo de 5 dias, concluir o preenchimento da DIEF e recolher o ITCD
devido, apresentando-se os respectivos comprovantes nos autos.
2. Posteriormente, intime-se a Fazenda Pública estadual para, no prazo de 10 dias, manifestar-se sobre a regularidade do preenchimento da DIEF e o recolhimento do ITCD.
3. Por fim, remetam-se os autos ao Ministério Público para manifestação.
Pratique-se o necessário.
SERVE DE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Márcia Adriana Araújo Freitas
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Presidente Kennedy nº 1065, Bairro: Pioneiros, CEP: 76.970-000, contatos: 3452-0901 (Gabinete) e 3452-0910 (Central de Atendimento).
Processo: 7002237-66.2023.8.22.0009
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária
AUTOR: ANTONIO CARLOS EUFRAZIO MOUREIRA

ADVOGADOS DO AUTOR: CRISDAINE MICAELI SILVA FAVALESSA, OAB nº RO5360, ANDRE HENRIQUE VIEIRA DE SOUZA, OAB nº RO6862
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Vistos.
1. Objetivando a celeridade processual, tendo em vista que há data mais próxima disponível para realização da perícia médica, revogo a nomeação do perito Danilo de Noronha Nunes (Decisão ID 93146652).
2. Assim, nomeio Alynne Alves de Assis Luchtenberg (CRM/RO 4044), médica do trabalho e de tráfego, que pode ser contatada através do endereço eletrônico alynne.luchtenberg@gmail.com, a fim de que examine a parte requerente e responda aos quesitos judiciais e aos formulados pela parte autora.
Em atenção aos parâmetros trazidos, a título de sugestão, pelos artigos 25 e 28 da Resolução nº. 305/2014, do Conselho da Justiça Federal (CJF), bem como à presença de maior complexidade da perícia, ao zelo a ser dispensado pela profissional, às diligências que envolvem o ato, ao grau de especialização da expert, aliado, ainda, à época em que restou editado o ato normativo acima indicado, ao indispensável critério de proporcionalidade a informar a decisão judicial neste tocante – de maneira a preservar a justa remuneração do trabalho da perita e evitar, de outra banda, gastos excessivos e desarrazoados ao Poder Público – e, finalmente, às relevantes informações prestadas pelo Juízo federal de 1ª instância, no que toca à questão orçamentária afeta ao tema, fixo os honorários periciais em R$500,00 (quinhentos reais), que deverão ser pagos na forma da Resolução in comento, visto que a parte autora é beneficiária da assistência judiciária gratuita.
a) Além de todas as especificidades consignadas, justificam-se os honorários na medida em que o valor mínimo da tabela do CJF (R$ 200,00) depois de descontados os tributos de IR (27,5%) e ISS (aproximadamente 5%) será reduzido para quantia irrisória e incapaz de remunerar o trabalho complexo que será realizado pelo perito, que comprometerá demasiadamente o tempo de avaliação da parte com exame clínico e avaliará todos os documentos médicos e exames apresentados, além de ter que elaborar laudo respondendo a um elevado número de quesitos.
b) Não fosse somente isso, o perito ainda se desloca de sua cidade de residência até esta Comarca para atender exclusivamente às demandas deste juízo, despesa que torna o valor mínimo da tabela do CJF ainda mais inexpressivo frente a demanda que lhe é imposta.
c) Ademais, embora o juízo tenha diligenciado exaustivamente na busca de médicos que aceitem realizar as perícias previdenciárias, a recusa em massa tem sido a resposta dos profissionais da região, ainda que fixados os honorários em R$ 500,00. Com efeito, desde maio de 2017 já foram nomeadas mais de duas dezenas de diferentes médicos da região, de diversas especialidades, tendo a negativa dos profissionais sido a regra desde então, gerando significativo atraso no andamento das ações e onerando ainda mais os processos ao PODER JUDICIÁRIO, na medida em que é preciso renovar todos os atos processuais inerentes às novas nomeações, resultando em prejuízo à parte que, beneficiária da justiça gratuita, não tem condições de arcar com o pagamento de uma perícia médica judicial.
d) Veja-se, inclusive, que uma mera consulta com um médico especialista na região chega a custar valor maior que o ora fixado (R$ 500,00), sendo mais um fator que inviabiliza o interesse dos profissionais em realizem complexas perícias previdenciárias judiciais pelo valor mínimo da tabela do CJF, considerando que já houve médico especialista que condicionou a realização da perícia ao pagamento de honorários não inferiores à R$ 1.500,00.
3. O prazo para a juntada do laudo pericial é 15 (quinze) dias, a contar da realização do exame técnico. Advirto a perita que, decorrido o prazo sem a apresentação do documento em epígrafe, não haverá pagamento dos honorários periciais.
Intimadas as partes e inexistindo impugnação, desde já defiro o pagamento dos honorários periciais, devendo a CPE providenciar o necessário para tanto.
4. A perícia será realizada no dia 08/08/2023, às 15h30min, na Clínica Luchtenberg, na Avenida Porto Velho, 3080, Centro, Cacoal/RO, telefone (69) 3443-4779, sendo o atendimento realizado no horário agendado, para evitar aglomerações.
Saliento que cabe ao(à) advogado(a) da parte apresentá-la na perícia ou informá-la da data e do local, independentemente de intimação judicial.
Também é incumbência do(a) causídico(a) informar ao periciando que este deverá levar consigo cópias dos seguintes documentos: RG, CPF, comprovante de residência, receituário com medicação em uso, se for o caso, bem como todos os exames originais que porventura tenham sido realizados por outros médicos (raios-X, tomografias, ressonâncias e outros).
Encaminhem-se ao perito os quesitos eventualmente apresentados pelas partes, bem como os quesitos padronizados do Juízo, que seguem abaixo, conforme ofício circular nº. 013/2016-DECOR-CG, referentes ao auxílio-doença e à aposentadoria por invalidez.
5. Havendo quesitos idênticos ou visando ao mesmo esclarecimento, o senhor perito fica autorizado a respondê-los em bloco, evitando delongas desnecessárias.
6. A parte autora tem o prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação da presente decisão, para arguir impedimento ou suspeição, indicar assistente técnico e apresentar quesitos (incisos I, II e III, do §1º, do artigo 465 do Código de Processo Civil).
Considerando o disposto no Parecer nº 09/2006 do Conselho Federal de Medicina, o exame médico-pericial é um ato médico. Como tal, por envolver a interação entre o médico e o periciando, deve o médico perito agir com plena autonomia, decidindo pela presença ou não de pessoas estranhas ao atendimento efetuado, sendo obrigatórias a preservação da intimidade do paciente e a garantia do sigilo profissional, não podendo, em nenhuma hipótese, qualquer norma, quer seja administrativa, estatutária ou regimental, violar este princípio ético fundamental.
Na mesma linha segue o entendimento jurisprudencial, vejamos:
PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. JULGAMENTO DE MÉRITO SEM REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICO-JUDICIAL. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE AUTORA. CERCEAMENTO DE DEFESA. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. PRESENÇA DO ADVOGADO NO ATO PERICIAL. 1. Necessária a intimação pessoal da parte autora para comparecimento à perícia médica ou também para justificar o seu não comparecimento, sob pena de cerceamento de defesa. 2. A presença do advogado da parte autora no ato pericial poderá ou não ser admitida pelo perito médico-judicial. Ademais, a parte autora poderá indicar assistente técnico para acompanhar a perícia judicial se assim o desejar, pois ainda que possa ser admitida a presença do advogado durante a perícia judicial, de forma alguma ele poderia intervir nesse ato. 3. Anulação da sentença, com a determinação de reabertura da instrução processual, a fim de viabilizar a realização de perícia médico-judicial. (TRF-4 - AC: 50021826020214049999 5002182-60.2021.4.04.9999, Relator: JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA, Data de Julgamento: 21/07/2021, SEXTA TURMA) (grifei)

7. Desse modo, sopesando que inexiste fundamento jurídico para que o advogado(a) adentre na sala da consulta médica pericial, sobretudo considerando a imparcialidade com que o laudo pericial deve ser confeccionado e em respeito à dignidade do reclamante, fica expressamente proibida a entrada do causídico(a) para acompanhar a perícia, devendo, caso queira, indicar assistente técnico.
8. Advindo o laudo, intimem-se as partes para manifestação no prazo legal.
9. Após, cite-se o requerido para contestar, observando-se o que dispõe o artigo 183 do Código de Processo Civil.
10. Havendo contestação com assertivas preliminares e/ou apresentação de documentos, abra-se vista à parte requerente para réplica.
Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos para decisão saneadora.
Intime-se.
Expeça-se o necessário.
SIRVA A PRESENTE DE MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/OFÍCIO n.º___/2023 À MÉDICA PERITA.
LAUDO MÉDICO PERICIAL
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS POR INCAPACIDADE LABORAL
(AUXÍLIO-DOENÇA E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ)
IDENTIFICAÇÃO
Processo nº:
Local, data e hora:
Nome: Sexo:
( )M ( )F
Data Nascimento: HISTÓRICO: EXAME CLÍNICO:
QUESITOS:
1. O(a) periciando(a) é ou foi portador(a) de doença ou lesão física ou mental? Qual (indicar inclusive o Código Internacional de Doença - CID)?
( ) SIM ( ) NÃO
Nome da(s) doença(s):
CID:
2. Com base na documentação, exames, relatórios apresentados, literatura médica, experiência pessoal ou profissional, qual a data estimada do início da doença ou lesão, bem como da cessação, se for o caso?
INÍCIO: TÉRMINO:
3. A doença ou lesão de que o(a) periciando(a) é portador(a) o(a) torna incapaz para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual?
( ) SIM ( ) NÃO
4. A doença ou lesão de que o(a) periciando(a) é portador(a) acarreta limitações para o trabalho, considerando as peculiaridades bio-psico-sociais (sexo, idade, grau de instrução, natureza da doença, tipo de atividade laboral, etc)? Quais?
( ) SIM ( ) NÃO
Limitações funcionais:
5. Caso o(a) periciando(a) esteja incapacitado(a), a incapacidade é:
( ) temporária ( ) permanente
( ) parcial ( ) total
6. Qual a data estimada do início da incapacidade laboral?
A data é: Minha conclusão decorre:
( ) daquilo que relatou o(a) periciando(a)
( ) da documentação médica apresentada pelo(a) periciando(a)
( ) da literatura médica
( ) de minha experiência pessoal e profissional
7. Caso o(a) periciando(a) não esteja incapacitado no momento, em período anterior à realização desta perícia existiu incapacidade para o trabalho?
( ) SIM ( ) NÃO
Minha conclusão decorre:
( ) daquilo que relatou o(a) periciando(a)
( ) da documentação médica apresentada pelo(a) periciando(a)
( ) da literatura médica
( ) de minha experiência pessoal e profissional
8. Houve progressão, agravamento ou desdobramento da doença ou lesão?
( ) NÃO ( ) SIM
9. Há possibilidade de reabilitação profissional? Se positivo, a reabilitação seria possível para a atividade habitual do(a) periciando(a) ou para outra atividade?
10. O(A) periciando(a) está acometido(a) de: tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado de doença de Paget (ostaíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida (AIDS) e/ou contaminação por radiação – art. 151 da Lei nº 8.213/91?
( ) NÂO.
( ) SIM.
Especificar: _____
11. A lesão é decorrente de acidente de qualquer natureza? ( ) SIM ( ) NÃO
Em caso positivo, houve consolidação da lesão? ( ) SIM ( ) NÃO.
Dela resultaram sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho? ( ) SIM ( ) NÃO.
Especificar.

12. Em caso de lesão, essa decorreu de acidente de trabalho?
( ) SIM ( ) NÃO
13. Em caso de doença, trata-se de doença profissional ou doença do trabalho? 14. Em razão de sua incapacidade, o(a) periciando(a) necessita de cuidados permanentes de médicos, de enfermeiras ou de terceiros? 15. É possível afirmar se houve alguma alteração referente à incapacidade, após a data da perícia realizada pelo INSS? 16. O(a) pericado(a) está realizando tratament? Qual a previsão de duração do tratamento? Há previsão ou foi realizado tratamento cirúrgico? O tratamento é oferecido pelo SUS? 17.É possível estimar qual o tempo e o eventual tratamento necessários para que o(a) periciado(a) se recupere e tenha condições de voltar a exercer seu trabalho ou atividade habitual (data de cessação da incapacidade)? 18. Qual ou quais são os exames clínicos, laudos ou elementos considerados para o presente ato médico pericial? 19. Outros esclarecimentos que entenda necessários:
Perito do Juízo
- CRM/RO n
Pratique-se o necessário.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Márcia Adriana Araújo Freitas
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Presidente Kennedy, n.º 1065, Bairro: Pioneiros, CEP: 76.970-000, contatos: 3452-0901 (Gabinete) e 3452-0910 (Central de Atendimento).
Processo: 7002938-32.2020.8.22.0009
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Investigação de Paternidade
AUTOR: I. C. L.
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: E. B. S.
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de ação de investigação de paternidade com pedido de alimento movido por I.C.L em face de E.B.S.
A gratuidade da justiça foi deferida à autora, designada audiência de conciliação e foi determinada a citação do requerido (ID. 44941129).
O requerido foi regularmente citado no endereço Av. Maceió, n.º 2043, Nova Pimenta, Pimenta Bueno/RO (ID. 80591722).
Em 27/10/2020 foi realizada a audiência de conciliação em que as partes concordaram com o exame de DNA, porém não houve a fixação de data/local em razão da pandemia (ID. 50388525).
Diante do cenário pandêmico, o processo foi suspenso (ID. 53062579).
Restou determinado que as partes realizassem o exame de forma particular e o processo foi suspenso por 30 dias (ID. 60339240).
Ante a alegação da autora de impossibilidade financeira (ID. 61578405), foi designada nova audiência, na data de 08/02/2022, para coleta do material genético na sala de audiências deste Juízo (ID. 65488187).
A parte autora exarou sua ciência (ID. 66349003), porém o AR de intimação do requerido retornou negativo (ID. 67324171).
Intimada, a parte autora informou que o requerido poderia ser encontrado no endereço Av. Presidente Kennedy, n.º 1065, bairro Pioneiros, Pimenta Bueno/RO (ID. 73804543).
Proferida decisão que designou o laboratório em que seria realizada a coleta do material genético (ID. 80591722) e oficiado o laboratório para indicar a data (ID. 81671644), tendo este exposto que não era necessária a fixação de data (ID. 84572696).
A autora, por sua representante legal, foi intimada (ID. 86245695), já o requerido não foi encontrado no endereço residencial (ID. 86245695).
Em ID. 86438420, foi informado novo endereço para tentativa de intimação do requerido (Av. Fortaleza, n.º 1550, bairro Nova Pimenta).
O requerido não foi encontrado no endereço, bem como a autora também não foi localizada (ID. 88747404).
Instada, a parte autora, por seu defensor, pugnou pelo reconhecimento do vínculo filial entre ela e o requerido, por presunção da paternidade ou a designação de audiência para oitiva da genitora da requerente.
O Ministério Público requereu a fixação dos pontos controvertidos da lide, a distribuição do ônus probatório, a realização da prova pericial, sendo o requerido novamente intimado para que possa ser presumível a paternidade.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório.
Decido.
Quanto ao pedido de reconhecimento do vínculo filial entre a autora e o requerido por presunção da paternidade, fundado no entendimento de que o requerido está tentando se eximir de sua obrigação, entendo que não merece acolhimento, uma vez que quando da audiência de conciliação, ocorrida em 27/10/2020, não restou fixada data ou local para realização da coleta do material genético e, após, não houve qualquer intimação exitosa do requerido que lhe cientificasse do local e/ou data para comparecimento, inclusive, só houve tentativa de intimação do requerido mais de um ano depois (ID. 67324171) e este não se manifestou nos autos após a audiência.
A presunção apenas pode ser aplicada quando o suposto pai, devidamente intimado a comparecer para coleta do material genético, se recusa ou não comparece injustificadamente, o que entendo não ter ocorrido no caso destes autos.
De outro lado, a parte autora, por meio de seu Defensor signatário, manifestou-se nos autos no decorrer do trâmite processual, no entanto, não houve informação acerca da mudança de endereço residencial da parte autora, nem mesmo após a certificação, pelo Oficial de Justiça, de que a autora não havia sido encontrada no endereço que consta na petição inicial.
Nos termos do art. 77, inciso V do CPC é dever das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo, declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva.

Ademais, o parágrafo único do art. 274 do CPC dispõe que "presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço".
Assim, foi realizada tentativa de intimação pessoal da parte autora para que comparecesse ao laboratório a fim de coletar o material genético para realização do exame de DNA, no entanto, não foi encontrada no endereço constante nos autos, de modo que, considero a autora intimada e entendo que houve abandono da causa diante da inércia em promover o ato que lhe incumbia, conforme o disposto no art. 485, III, §1° do CPC.
Ressalto que, o prosseguimento do feito fica obstado diante da não localização da parte autora, considerando que seria necessária a intimação pessoal tanto da parte autora, por sua genitora, quanto do requerido, seja para realizar a coleta do material genético ou para eventual oitiva em audiência, de modo que verifico que a medida seria inviável se determinada neste momento processual, uma vez que, conforme a certidão em ID. 88747404, nenhuma das partes foram encontradas em seus respectivos endereços.
Diante do exposto, com fundamento no art. 485, III, do Código de Processo Civil — CPC, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, pelo abandono.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Ciência ao Ministério Público.
Com o trânsito em julgado, arquivem-se.
Pratique-se o necessário.
SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO n.º_____/2023.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Márcia Adriana Araújo Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Presidente Kennedy, n.º 1065, Bairro: Pioneiros, CEP: 76.970-000, contatos: 3452-0901 (Gabinete) e 3452-0910 (Central de Atendimento).
Processo: 7002418-14.2016.8.22.0009
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
EXECUTADO: MILTON LUIZ DE SOUZA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de execução fiscal, proposta pelo MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO em desfavor de MILTON LUIZ DE SOUZA.
Os autos vieram conclusos ante a juntada da decisão proferida em razão do Agravo de Instrumento (ID. 93099232) que determinou a realização de diligências via SISBAJUD e RENAJUD.
Não obstante, a decisão já foi informada nos autos (ID. 88701398), bem como já foram cumpridas as determinações para que fossem realizadas as diligências requeridas pela parte exequente (ID. 89294141 e 90602437).
Após, a parte exequente requereu o reconhecimento da prescrição intercorrente (ID. 91890084).
Diante disso, o feito foi sentenciado e extinto (ID. 92180444).
1. Assim, não havendo pendências, arquivem-se os autos.
Pratique-se o necessário.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Márcia Adriana Araújo Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Presidente Kennedy nº 1065, Bairro: Pioneiros, CEP: 76.970-000, contatos: 3452-0901 (Gabinete) e 3452-0910 (Central de Atendimento).
Processo: 7001161-07.2023.8.22.0009
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
EXECUTADOS: EMERSON LEANDRO ALVES COSTA, EMERSON LEANDRO ALVES COSTA 01713431238
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Conforme espelho do SISBAJUD, foi lançada ordem de bloqueio pelos próximos 30 (trinta) dias, conforme requerido pela parte exequente.
1. Destarte, deverão os autos aguardar junto à CPE o resultado definitivo da pesquisa, ficando a respectiva Central incumbida de certificar o transcurso do período de bloqueio e fazer os autos conclusos para acostar espelho dos resultados obtidos.

2. Caso seja apresentada impugnação ao bloqueio antes de juntados os espelhos, intime-se a parte exequente para ofertar manifestação em 05 (cinco) dias.
Somente então, tornem os autos conclusos para decisão.
Pratique-se o necessário.
SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO n.º____/2023.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Márcia Adriana Araújo Freitas
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Presidente Kennedy nº 1065, Bairro: Pioneiros, CEP: 76.970-000, contatos: 3452-0901 (Gabinete) e 3452-0910 (Central de Atendimento).
Processo: 7003722-09.2020.8.22.0009
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Estaduais
APELANTE: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO APELANTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
APELADOS: CEREALISTA CAMILA LTDA, GILBERTO CLOSS, LUCIA CLOSS
APELADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
1. Mantenho a sentença por seus próprios fundamentos.
2. Tornem os autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para julgamento do recurso.
Pratique-se o necessário.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Márcia Adriana Araújo Freitas
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Presidente Kennedy nº 1065, Bairro: Pioneiros, CEP: 76.970-000, contatos: 3452-0901 (Gabinete) e 3452-0910 (Central de Atendimento).
Processo: 7000496-25.2022.8.22.0009
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
REQUERENTE: MINAS DISTRIB. DE PROD. FARMACEUTICOS E PERF. LTDA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DAIANE GOMES BEZERRA, OAB nº RO7918
REQUERIDO: GONZAGA & SANTOS LTDA - ME
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
A parte exequente requereu seja efetuada penhora on-line na conta da executada (ID 93200812). Ainda, anexou aos autos o comprovante de custas para realização de duas diligências (ID 93221363 e 85187339).
Em atenção ao petitório apresentado pela parte exequente, foi efetuada tentativa de bloqueio de valores via SISBAJUD, tendo restado infrutífera a diligência em razão do CNPJ informado não pertencer à empresa executada. Conforme consta, o CNPJ 05.885.306/0001-96 pertence à empresa CELIO M DE OLIVEIRA EIRELI (documentos em anexo).
Ante o exposto, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender pertinente.
Pratique-se o necessário.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Márcia Adriana Araújo Freitas
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Presidente Kennedy nº 1065, Bairro: Pioneiros, CEP: 76.970-000, contatos: 3452-0901 (Gabinete) e 3452-0910 (Central de Atendimento).
Processo: 7000257-84.2023.8.22.0009
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
EXECUTADOS: ELIZAMA SILVA DOS SANTOS, ELIZAMA SILVA DOS SANTOS
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.

A pesquisa via RENAJUD resultou os mesmo endereços das tentativas de citação infrutíferas, conforme anexo.
Verifica-se que a pesquisa via SISBAJUD também já foi realizada objetivando localização de endereço do executado, sem sucesso (ID 89294998/91552525).
Esclareço ao exequente que resta disponível a requisição de informações através dos sistemas INFOJUD, PREVJUD, SNIPER, SIEL e INFOSEG, bem como a possibilidade de expedição de ofício às concessionárias de água e energia.
Intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o endereço atual do executado ou requerer as diligências cabíveis, mediante o pagamento das respectivas custas, sob pena de suspensão, nos termos do art. 921, III do CPC.
Pratique-se o necessário.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Márcia Adriana Araújo Freitas
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Presidente Kennedy, n.º 1065, Bairro: Pioneiros, CEP: 76.970-000, contatos: 3452-0901 (Gabinete) e 3452-0910 (Central de Atendimento).
Processo: 7002018-24.2021.8.22.0009
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Direito de Imagem, Lei de Imprensa
AUTOR: EVA DELANI SILVEIRA SOARES
ADVOGADO DO AUTOR: ROUSCELINO PASSOS BORGES, OAB nº RO1205
REU: CAIXA ECONOMICA FEDERAL, BANCO PAN S.A.
ADVOGADOS DOS REU: ALINE FERNANDES BARROS, OAB nº RO2708, JOAO VITOR CHAVES MARQUES DIAS, OAB nº CE30348, PROCURADORIA BANCO PAN S.A
DESPACHO
Vistos.
Altere-se a classe processual para cumprimento de sentença.
1. Intime-se a parte executada, observando as disposições do artigo 513, § 2º, do CPC, para, em 15 (quinze) dias, pagar a importância perquirida, sob pena de o débito ser acrescido de multa processual e honorários advocatícios, cada um na razão de 10% sobre o valor devido (artigo 523, § 1º, do CPC).
1.1 Advirta-o de que havendo pagamento parcial no prazo previsto acima, a multa e os honorários incidirão sobre o remanescente do débito.
2. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, inicia-se automaticamente o prazo de 15 (quinze) dias para impugnação, em observância ao disposto no artigo 525 do CPC.
2.1 Apresentada impugnação, intime-se a exequente para manifestação em 15 (quinze) dias.
2.2 Caso a controvérsia gire em torno dos cálculos, remetam-se os autos à Contadoria Judicial para realização dos cálculos no prazo de 10 (dez) dias.
2.3 Apresentados os cálculos, intimem-se as partes para manifestação em 05 (cinco) dias.
2.4 Após, tornem os autos conclusos.
3. Em não havendo pagamento, certifique-se e intime-se o credor para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito, acrescendo aos cálculos a multa de 10% (dez por cento), inclusive com os honorários de advogado, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor excutido, bem como para requerer o que entender pertinente para a satisfação de seu crédito.
3.1 Havendo interesse da parte exequente na busca por ativos financeiros, através do SISBAJUD, ou veículos, via RENAJUD, em nome do executado, o pedido deverá ser instruído com o comprovante de recolhimento das custas relativas às diligências vindicadas, nos termos do artigo 17 da Lei n.° 3.896/2016 (Regimento de Custas).
4. Sem prejuízo, desde logo, caso requerido pela parte, autorizo a expedição da certidão do teor da decisão, que deverá ser fornecida conforme artigo 517, § 2º, do CPC, após o decurso do prazo para pagamento voluntário, de modo a permitir que a parte efetue o protesto da decisão.
5. Deverá a parte credora, no prazo de 05 (cinco) dias, anexar nos autos seus dados bancários para eventual recebimento de créditos através de transferência eletrônica.
Somente então, venham os autos conclusos.
Pratique-se o necessário.
SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO n.º____/2023.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Márcia Adriana Araújo Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Presidente Kennedy, n.º 1065, Bairro: Pioneiros, CEP: 76.970-000, contatos: 3452-0901 (Gabinete) e 3452-0910 (Central de Atendimento).
Processo: 7001488-83.2022.8.22.0009
Classe: Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica
Assunto: Correção Monetária, Em comum / De fato
AUTOR: CICLO CAIRU LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: ERICA FERNANDA BARBOSA RIBEIRO, OAB nº RO5253
REU: VALDEVANDO OLIVEIRA E SILVA - ME
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de incidente de desconsideração da personalidade jurídica promovido por AUTOR: CICLO CAIRU LTDA em face do REU: VALDEVANDO OLIVEIRA E SILVA - ME

Em ID. 92594269 a parte exequente requer seja realizada tentativa de citação, por hora certa, no endereço residencial do representante da empresa executada, por meio da expedição de carta precatória.
Vieram os autos conclusos.
Decido.
1. DEFIRO o requerimento em ID. 92594269.
2. EXPEÇA-SE carta precatória, desde que pagas as custas pertinentes, para citação do executado, no endereço Av. 02 de julho, 865, Centro, Baixa Grande/BA, CEP 44.620-000 e, sendo verificada, pelo Oficial de Justiça, situação que autorize a citação por hora certa, seja esta realizada, nos moldes do art. 252 do CPC.
2.1 INTIME-SE a parte autora para comprovar a distribuição da carta precatória, no prazo de 05 (cinco) dias.
2.2 A parte autora deve informar nos autos o andamento da carta precatória a cada 30 (trinta) dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito.
3. Com o retorno da carta precatória, INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, dar prosseguimento ao feito, inclusive manifestando-se sobre o determinado no item 3.1 do despacho em ID. 92533201, sob pena de extinção e arquivamento do feito.
3.1 Decorrido o prazo in albis, promova-se a intimação pessoal da parte exequente para dar andamento ao feito, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito (art. 485, III do CPC).
4. Após, tornem os autos conclusos.
Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/OFÍCIO N° ___/2023.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Márcia Adriana Araújo Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Presidente Kennedy nº 1065, Bairro: Pioneiros, CEP: 76.970-000, contatos: 3452-0901 (Gabinete) e 3452-0910 (Central de Atendimento).
Processo: 7003905-77.2020.8.22.0009
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO DO SUDOESTE DE RONDONIA LTDA - CREDISIS SUDOESTE/RO
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586
EXECUTADO: ADRIANO PEREIRA DA ROCHA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
O exequente informou a interposição de agravo de instrumento contra a Decisão ID 92270322, que indeferiu a tentativa de bloqueio de valores via SISBAJUD na modalidade teimosinha.
Mantenho inalterada a decisão atacada, uma vez que seus fundamentos já contemplam a cognição deste juízo.
Serve a Decisão ID 92270322 como ofício ao juízo ad quem caso solicite informações.
Tendo em vista que inexiste informação quanto à concessão de tutela antecipada ou efeito suspensivo ao recurso, cumpra-se o disposto nas Decisões ID 91449385 e 91563273.
Pratique-se o necessário.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Márcia Adriana Araújo Freitas
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Pimenta Bueno - 1ª Vara Cível
Endereço: Av. Presidente Kennedy nº 1065, Bairro: Pioneiros, CEP: 76.970-000, contatos: 3452-0901 (Gabinete) e 3452-0910 (Central de Atendimento).
Processo: 7000187-67.2023.8.22.0009
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
EXECUTADO: DIVINO JOSE BARBOSA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Conforme espelho do SISBAJUD, foi lançada ordem de bloqueio pelos próximos 30 (trinta) dias, conforme requerido pela parte exequente.
1. Destarte, deverão os autos aguardar junto à CPE o resultado definitivo da pesquisa, ficando a respectiva Central incumbida de certificar o transcurso do período de bloqueio e fazer os autos conclusos para acostar espelho dos resultados obtidos.
2. Caso seja apresentada impugnação ao bloqueio antes de juntados os espelhos, intime-se a parte exequente para ofertar manifestação em 05 (cinco) dias.
Somente então, tornem os autos conclusos para decisão.
Pratique-se o necessário.
SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO n.º____/2023.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Márcia Adriana Araújo Freitas
Juíz(a) de Direito

2ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, 1065, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132, Pioneiros, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76970-000 - Fone: (69) 3451-2968
e-mail: cpe2civpb@tjro.jus.br
Processo : 7002522-98.2019.8.22.0009
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ROGER FERNANDO MONTEBELLER e outros
Advogados do(a) REQUERENTE: CIBELE THEREZA BARBOSA RISSARDO - RO235-B, JOSE ANGELO DE ALMEIDA - RO309
REQUERIDO: MARISA TEREZINHA QUANZ
Advogado do(a) REQUERIDO: DEBORA CRISTINA MORAES - RO6049
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, 1065, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132, Pioneiros, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76970-000 - Fone: (69) 3451-2968
e-mail: cpe2civpb@tjro.jus.br
Processo : 7001882-56.2023.8.22.0009
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: RAIMUNDA DE SOUZA SANTOS
Advogados do(a) AUTOR: RUBENS DEMARCHI - RO2127, VALERIA PINHEIRO DE SOUZA - RO9188
REPRESENTADO: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) REPRESENTADO: LARISSA SENTO SE ROSSI - BA16330
Intimação PARTES - PROVAS
Ficam AS PARTES intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se acerca de quais provas pretendem produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, 1065, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132, Pioneiros, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76970-000 - Fone: (69) 3451-2968
e-mail: cpe2civpb@tjro.jus.br
Processo : 7001357-74.2023.8.22.0009
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: LUCIMARE DE FREITAS MAXIMINO SANTOS
Advogados do(a) AUTOR: MILTON RICARDO FERRETTO - RO571-A, RICARDO FERRETTO NETO - RO12704
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação PARTES - PROVAS
Ficam AS PARTES intimadas para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca de quais provas pretendem produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, 1065, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132, Pioneiros, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76970-000
e-mail: cpe2civpb@tjro.jus.br
Processo : 7006722-46.2022.8.22.0009
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: EDILENA ANDREZA
Advogado do(a) REQUERENTE: LAURO PAULO KLINGELFUS JUNIOR - RO2389
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO PARTES - RPV EXPEDIDA
Fica as partes intimadas, por meio de seu advogado/procurador, para se manifestarem sobre a(s) RPV(s) expedidas nos autos, sendo que ao término do prazo, não havendo manifestação, o expediente será assinado e enviado para processamento no sistema e-PrecWeb conforme expedido.
Prazo para manifestação parte autora: 5(cinco) dias
Prazo para manifestação parte requerida (INSS): 10(dez) dias

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, 1065, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132, Pioneiros, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76970-000 - Fone: (69) 3451-2968
e-mail: cpe2civpb@tjro.jus.br

Processo : 7000984-48.2020.8.22.0009
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: AGROPECUARIA PB LTDA EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: LELITON LUCIANO LOPES DA COSTA - RO2237
EXECUTADO: CLEVERSON PEREIRA DE MAGALHAES
Advogado do(a) EXECUTADO: SEBASTIAO CANDIDO NETO - RO1826
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada no prazo de 10 dias, para dar o efetivo prosseguimento no feito.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, 1065, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132, Pioneiros, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76970-000
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo : 7003190-64.2022.8.22.0009
Classe : PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO (12070)
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia
RECORRIDO: C. E. S. S.
Advogados do(a) RECORRIDO: CLAUDIA MARA DOS SANTOS - RO10797, FLAVIA FAGUNDES GRAVA - RO2416
Intimação RÉU - DOCUMENTOS JUNTADOS
Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu Advogado/Procurador, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados ID 92805314.
Prazo: 5 dias .
Pimenta Bueno-RO, 17 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, 1065, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132, Pioneiros, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76970-000 - Fone: (69) 3451-2968
e-mail: cpe2civpb@tjro.jus.br
Processo : 7005252-14.2021.8.22.0009
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: EDENILSON BANDEIRA COBRANCAS - ME
Advogados do(a) AUTOR: ELESSANDRA APARECIDA FERRO - RO4883, HENRIQUE SCARCELLI SEVERINO - RO2714
REU: BR ELETRON AMAZONIA COMERCIO DE ELETROELETRONICOS LTDA
Advogado do(a) REU: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA - SP189340
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av. Presidente Kennedy n. 1065, Bairro Pioneiros, CEP76970-000, Pimenta Bueno/RO. Tel. Central de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): 69 3452-0907/99997-3132 Processo: 7002230-74.2023.8.22.0009
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária
AUTOR: MARCIO PUPO WEISS, CPF nº 79662846204
ADVOGADOS DO AUTOR: CRISDAINE MICAELI SILVA FAVALESSA, OAB nº RO5360, ANDRE HENRIQUE VIEIRA DE SOUZA, OAB nº RO6862
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Vistos.
1. Defiro o pedido do autor, assim, determino produção de pericia médica para produção de prova pericial. Quesitos no final da decisão.
2. Nos termos da Recomendação Conjunta 01, de 15 de Dezembro de 2015, do Conselho Nacional da Justiça, visando primar pela celeridade desta ação e oportunidade de acordo entre as partes, revejo posicionamento e determino a realização da prova pericial médica.
2.1. A perícia deverá ser feita de forma presencial considerando a possibilidade de flexibilização da Resolução 317 do CNJ (Consulta – 0004710-92.2020.2.00.0000 – CNJ) e impossibilidade de realização do ato de forma virtual (PARECER CFM nº 3/2020).
2.2. Ademais, as perícias estão sendo realizadas em local próprio e os peritos têm tomado as precauções necessárias para evitar a propagação da doença.
3. Para tanto, NOMEIO como perito judicial a médica Dra. BRUNA CAROLINE BASTIDA DE ANDRADE, CRM/RO 4420, podendo ser localizado na Rua Porto Alegre, nº 5670, no município de Rolim de Moura-RO, CEP: 76.940-000, endereço eletrônico brunacdeandrade@gmail.com e telefone (69) 3442- 4057, que deverá exercer o mister sob a fé de seu grau.
3.1. O prazo para entrega do laudo pericial é de 20 dias corridos, contados da data da realização da perícia.
3.2 Em caso de recusa, o médico perito deverá informar nos autos no prazo de 05 (cinco) dias.
4. FIXO os honorários periciais em R$ 400,00 (quatrocentos reais).
4.1. Justifico o arbitramento no valor acima do mínimo, previsto no Anexo da Resolução sobre citada, (R$ 200,00), em razão da ausência de médicos habilitados na Comarca de Pimenta Bueno e em razão das inúmeras e reiteradas recusas manifestadas por vários outros médicos cadastrados no sistema AJG, bem como, porque o valor mínimo é sempre recusado pelos profissionais por entenderem que

não remunera justa e adequadamente o serviço prestado, já que realizam as consultas e pericias em local apropriado, higienizado, com inúmeras despesas de manutenção do consultório.
4.2. Os fundamentos expostos no item 4.1 deverão constar na requisição perante o sistema AJG/TRF 1ª Região.
5. Caso o médico nomeado entenda que a perícia em questão é mais complexa e/ou que o valor ora arbitrado se mostra insuficiente e inadequado para a adequada remuneração do serviço prestado, poderá apresentar manifestação fundamentada a respeito, justificando o pedido de majoração, no prazo de 05 (cinco) dias.
6. O Sr. Medico Perito deverá responder aos quesitos constantes na Recomendação Conjunta nº 1/2015 (anexos), os quais foram elaborados contemplando todas as situações possíveis de análise.
7. Determino à CPE que inclua o profissional nomeado no sistema PJE, caso tenha cadastro e INTIME, via sistema, para que informe se aceita a nomeação e para que indique a data e o local em que será realizado o exame.
8. Para a intimação do médico, caso não seja feita pelo sistema, a CPE deverá encaminhar, anexo, esta decisão e o Anexo contendo os quesitos.
9. INDEFIRO os quesitos das partes, haja vista que o laudo responderá os quesitos padrão, suficientes para esclarecimentos da causa.
10. As partes poderão indicar assistente técnico, no prazo de 05 dias, o qual deverá apresentar seu parecer no prazo de 05 dias após a entrega de laudo pericial.
11. As partes autor e ré deverão acompanhar nos autos a data indicada pelo perito judicial para a realização da perícia, pelo principio da colaboração, a fim de evitar que se perca a pericia agendada.
12. Com a juntada do laudo, independente de nova conclusão, INTIME-SE o INSS para manifestação, já que a contestação já foi apresentada.
13. Apresentada a manifestação do INSS, INTIME-SE a parte autora para manifestação em 05 (cinco) dias.
14. Após, conclusos para julgamento.
15. Os honorários do perito serão requisitados quando do julgamento, o que deverá ser feito pelo gabinete, via sistema AJG/TRF 1ª Região.
INTIMEM-SE as partes pelo Sistema PJE.
INTIME-SE o médico perito pelo sistema PJE ou, no caso de impossibilidade, por e-mail, ou outra forma adequada.
Intime-se. Cumpra-se.
Pimenta Bueno/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito
ANEXO – QUESITOS UNIFICADOS
RECOMENDAÇÃO CONJUNTA 1, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015
FORMULÁRIO DE PERÍCIA
I - DADOS GERAIS DO PROCESSO
a) Número do processo
b) Juizado/Vara
II - DADOS GERAIS DO(A) PERICIANDO(A)
a) Nome do(a) autor(a)
b) Estado civil
c) Sexo
d) CPF
e) Data de nascimento
f) Escolaridade
g) Formação técnico-profissional
III - DADOS GERAIS DA PERÍCIA
a) Data do Exame
b) Perito Médico Judicial/Nome e CRM
c) Assistente Técnico do INSS/Nome, Matrícula e CRM (caso tenha acompanhado o exame)
d) Assistente Técnico do Autor/Nome e CRM (caso tenha acompanhado o exame)
IV - HISTÓRICO LABORAL DO(A) PERICIADO(A)
a) Profissão declarada
b) Tempo de profissão
c) Atividade declarada como exercida
d) Tempo de atividade
e) Descrição da atividade
f) Experiência laboral anterior
g) Data declarada de afastamento do trabalho, se tiver ocorrido
V - HIPÓTESES DE PEDIDO DE AUXILIO-DOENÇA OU DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
a) Queixa que o(a) periciado(a) apresenta no ato da perícia.
b) Doença, lesão ou deficiência diagnosticada por ocasião da perícia (com CID).
c) Causa provável da(s) doença/moléstia(s)/incapacidade.
d) Doença/moléstia ou lesão decorrem do trabalho exercido? Justifique indicando o agente de risco ou agente nocivo causador.
e) A doença/moléstia ou lesão decorrem de acidente de trabalho OU acidente qualquer natureza? Em caso positivo, circunstanciar o fato, com data e local, bem como se reclamou assistência médica e/ou hospitalar. (Conforme dispõe o art. 19 da Lei nº 8.213/91, “acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho”. Acidente de qualquer natureza é o acidente automobilístico por exemplo)
e.1) Caso positiva a resposta ao quesito anterior, indique o perito se a lesão está consolidada?
e.2) A lesão incapacita o periciando para o trabalho habitual ou apenas dificulta o exercício? (CASO APENAS DIFICULTE, DEVERÁ O PERITO RESPONDER OS QUESITOS RELACIONADOS AO AUXÍLIO ACIDENTE)
f) Doença/moléstia ou lesão torna o(a) periciado(a) incapacitado(a) para o exercício do último trabalho ou atividade habitual? Justifique a resposta, descrevendo os elementos nos quais se baseou a conclusão.
g) Sendo positiva a resposta ao quesito anterior, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza permanente (irreversível) ou temporária (reversível)? Parcial ou total? (No primeiro caso – parcial – o segurado está incapacitado somente para o seu trabalho habitual ou para

algumas atividades a ele inerentes. Já a incapacidade total ocorre quando o profissional se torna incapaz de desempenhar qualquer tipo de atividade laboral. Frise-se que, quando em decorrencia de sequela consolidada decorrente de acidente, for identificada não a incapacidade mas a diminuição da capacidade laborativa do segurado, ou seja, podendo este ainda exercer sua profissão mas com limitações, o benefício devido é o auxílio acidente e não auxílio doença. Nesse caso a incapacidade também é parcial mas não impede que o autor desempenhe sua função habitual. Nesse ultimo caso o perito deverá responder os quesitos específicos para auxílio acidente – item IV)
h) Data provável do início da(s) doença/lesão/moléstias(s) que acomete(m) o(a) periciado(a).
i) Data provável de início da incapacidade identificada. Justifique.
j) Incapacidade remonta à data de início da(s) doença/moléstia(s) ou decorre de progressão ou agravamento dessa patologia? Justifique.
k) É possível afirmar se havia incapacidade entre a data do indeferimento ou da cessação do benefício administrativo e a data da realização da perícia judicial? Se positivo, justificar apontando os elementos para esta conclusão.
l) Caso se conclua pela incapacidade parcial e permanente, é possível afirmar se o(a) periciado(a) está apto para o exercício de outra atividade profissional ou para a reabilitação? Qual atividade? (Leve o perito em consideração a idade, escolaridade e tempo de profissão do periciando)
m) Sendo positiva a existência de incapacidade total e permanente, o(a) periciado(a) necessita de assistência permanente de outra pessoa para as atividades diárias? A partir de quando? (O anexo I do Decreto 3.048/99 traz as situações em que o segurado faz jus a assistência. Conforme inteligência do art. 45 do referido regulamento, são elas: 1 - Cegueira total; 2 - Perda de nove dedos das mãos ou superior a esta; 3 - Paralisia dos dois membros superiores ou inferiores; 4 - Perda dos membros inferiores, acima dos pés, quando a prótese for impossível; 5 - Perda de uma das mãos e de dois pés, ainda que a prótese seja possível; 6 - Perda de um membro superior e outro inferior, quando a prótese for impossível; 7 - Alteração das faculdades mentais com grave perturbação da vida orgânica e social; 8 - Doença que exija permanência contínua no leito; e 9 - Incapacidade permanente para as atividades da vida diária).
n) Qual ou quais são os exames clínicos, laudos ou elementos considerados para o presente ato médico pericial?
o) O(a) periciado(a) está realizando tratamento? Qual a previsão de duração do tratamento? Há previsão ou foi realizado tratamento cirúrgico? O tratamento é oferecido pelo SUS?
p) É possível ESTIMAR qual o TEMPO e o eventual tratamento necessário para que o(a) periciado(a) se recupere e tenha condições de voltar a exercer seu trabalho ou atividade habitual ou outra atividade que lhe gere renda (data de cessação da incapacidade)?
q) Preste o perito demais esclarecimentos que entenda serem pertinentes para melhor elucidação da causa.
r) Pode o perito afirmar se existe qualquer indício ou sinais de dissimulação ou de exacerbação de sintomas? Responda apenas em caso afirmativo.
s) Consoante a previsão do novo § 8º no art. 60, trazido pela MP 739/2016 que alterou a Lei 8.213/91, esclareça o (a) senhor (a) perito (a) a data estimada em que o periciando estará curado da enfermidade (possível alta do segurado). FAZ-SE NECESSÁRIO APONTAR A DATA/PRAZO DE FORMA ESPECÍFICA PARA UM POSSÍVEL PROGNÓSTICO DE CURA ou PRAZO ESTIMADO PARA REAVALIAÇÃO DA CAPACIDADE.
VI - QUESITOS ESPECÍFICOS: AUXÍLIO-ACIDENTE
Quesitos específicos para as hipóteses de pedido de auxílio-acidente ou nos casos em que o autor já recebe auxílio-acidente e pretende o recebimento de auxílio-doença:
a) O (a) periciado(a) é portador de lesão ou perturbação funcional que implique redução de sua capacidade para o trabalho? Qual?
b) Se houver lesão ou perturbação funcional, decorre de acidente de trabalho ou de qualquer natureza? Em caso positivo, indique o agente causador ou circunstancie o fato, com data e local, bem como indique se o(a) periciado(a) reclamou assistência médica e/ou hospitalar.
c) O(a) periciado(a) apresenta sequelas de acidente de qualquer natureza, que causam dispêndio de maior esforço na execução da atividade habitual?
d) Se positiva a resposta ao quesito anterior, quais são as dificuldades encontradas pelo(a) periciado(a) para continuar desempenhando suas funções habituais? Tais sequelas são permanentes, ou seja, não passíveis de cura?
e) Houve alguma perda anatômica? Qual? A força muscular está mantida?
f) A mobilidade das articulações está preservada?
h) Face à sequela, ou doença, o(a) periciado(a) está: a) com sua capacidade laborativa reduzida, porém, não impedido de exercer a mesma atividade; b) impedido de exercer a mesma atividade, mas não para outra; c) inválido para o exercício de qualquer atividade?
VII - ASSISTENTE TÉCNICO DA PARTE AUTORA: EVENTUAIS DIVERGÊNCIAS (caso tenha acompanhado o exame)
VIII - ASSISTENTE TÉCNICO DO INSS: EVENTUAIS DIVERGÊNCIAS (caso tenha acompanhado o exame)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132 0019651-27.2008.8.22.0009
Procedimento Comum Cível
AUTOR: VITORINO CARLOS CORNACHINIADVOGADO DO AUTOR: JACIR CANDIDO FERREIRA JUNIOR, OAB nº RO3408
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
quinze mil reais
DECISÃO
Vistos.
Noticiado o cumprimento da obrigação de fazer e apresentada planilha contendo os parâmetros legais que possibilitam identificar claramente o quantum debeatur bem como os demais documentos requeridos (art. 534/CPC) ALTEREI a classe processual para “cumprimento de sentença” e INTIME-SE a parte executada na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução.
Intimada a executada, poderão ocorrer três situações, devendo ser adotado um dos seguintes procedimentos (“a”, “b” ou “c”) pela Central, conforme o caso:
a) Satisfeita a obrigação, dê-se vista ao exequente.
a.1) Após, conclusos.

b) Apresentada impugnação, oportunize-se o contraditório.
b.1) Após, retornem os autos conclusos.
c) Não impugnada a execução, expeça-se, desde logo, precatório/RPV em favor do exequente, observando-se o disposto no Art. 100 da Constituição de 1988.
c.1) Tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento.
c.2) Em relação a parte controversa, oportunize-se o contraditório. Após, conclusos.
c.3) Feito o pagamento expeça-se alvará na forma da lei e intime-se a parte para, no prazo de 05 (cinco) dias, retirar o referido documento, bem como informar, no mesmo ato, se ainda tem algum interesse no feito, ou se a obrigação se encontra satisfeita, sob pena de presunção da quitação da obrigação e arquivamento do feito.
c.4) Em sendo requisitado o pagamento por meio de Precatório, aguarde-se o pagamento em arquivo.
c.5) Comprovado o levantamento dos alvará e/ou decorrido o prazo do item “c.3” sem manifestação do exequente, voltem conclusos para sentença de extinção.
Com fulcro no art. 85, § 3º, I do CPC, fixo honorários advocatícios no montante de 10% sobre o valor do débito. Caso se trate de expedição de precatório sem que tenha havido impugnação ao cumprimento de sentença, ficam sem efeitos os honorários ora fixados, nos termos do art. 85, § 7º, do CPC.
Intimem -se. Cumpra -se.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132Processo: 7001520-54.2023.8.22.0009
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, A AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
EXECUTADO: CARLOS EDUARDO SOARES CARDOSO, CPF nº 03221858230, RUA SANTOS DUMONT 740 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Em atenção ao pedido da exequente, realizei pesquisa de endereço dos executados no sistema SISBAJUD, sendo encontrado endereço diverso do constante nos autos, conforme extrato em anexo.
Assim, cite-se o(a) executado(a) nos endereços encontrado na diligência em anexo.
Anexe ao mandado/carta a decisão inicial e a petição inicial.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA de citação e outras comunicações necessárias:
Executado: CARLOS EDUARDO SOARES CARDOSO
Endereço: RUA PRINCESA ISABEL 448 JARDIM DAS OLIBEIRAS - PIMENTA BUENO/RO, CEP 76970-000
Pimenta Bueno/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av. Presidente Kennedy n. 1065, Bairro Pioneiros, CEP76970-000, Pimenta Bueno/RO. Tel. Central de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): 69 3452-0907 e 99997-3132
Processo: 7001005-58.2019.8.22.0009
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária, Averbação/Cômputo de tempo de serviço rural (empregado/empregador)
AUTOR: MANOEL HELKERS
ADVOGADO DO AUTOR: ALEXSANDRO KLINGELFUS, OAB nº RO2395
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DESPACHO
Vistos.
Altere-se a classe processual para cumprimento de sentença.
Defiro em parte o pedido de ID93204215, razão pela qual determino:
1. Intime-se o INSS via e-mail pfro.tj@agu.gov.br para que providencie a implantação do benefício determinado em sede de acórdão de ID 93151230 - pág. 211/220, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa.
Intime-se, ainda, o INSS via Procuradoria Federal em Rondônia, pelo sistema PJE, para ciência e também para que comprove, em 30 (trinta) dias, o cumprimento da decisão, ou justifique a impossibilidade com prova do fato que alegar.
Cumpra-se de imediato, visto tratar-se de verba alimentar.
2. Devidamente implantado o benefício, faculto ao executado, no mesmo prazo, apresentar execução invertida nos autos, hipótese que

não incidirá honorários da fase de execução, prosseguindo-se o feito com intimação do exequente para impugnação e conclusão para análise.
3. Caso o executado não apresente execução invertida, poderá o exequente pleitear o cumprimento de sentença relativo ao pagamento.
4. Pleiteado o pagamento de eventuais valores retroativos pelo exequente, desde logo determino o prosseguimento do feito e fixo honorários de execução no percentual de 10% sobre o valor do débito e determino a intimação do INSS, por meio da Procuradoria Federal, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, nos próprios autos, nos termos do art. 535, do CPC.
5. Havendo impugnação, INTIME-SE a parte exequente para se manifestar em 10 dias e, em seguida, venham os autos conclusos para deliberação.
6. Decorrido o prazo sem apresentação de impugnação, requisite-se o pagamento via Sistema E-prec.
7. Após a expedição da Requisição de Pagamento, junte-se cópia da minuta da RPV nos autos e intimem-se as partes sobre o inteiro teor, conforme artigo 10 da Resolução n. 168, de 5/12/2011, do Conselho da Justiça Federal.
8. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias, com ou sem manifestação, conclusos para decisão ou autenticação/protocolo da RPV e suspensão do processo até comunicação do pagamento via sistema.
Somente então, tornem os autos conclusos.
Pratique-se/expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO POR E-MAIL AO:
INSS, VIA e-mail pfro.tj@agu.gov.br, para que providencie a implantação do benefício determinado no acórdão de ID 93151230 - pág. 211/220 e comprove nos autos em 30 (trinta) dias.
Pimenta Bueno/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132 7006200-19.2022.8.22.0009
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: HILGERT & CIA LTDAADVOGADO DO EXEQUENTE: MURILO FERREIRA DE OLIVEIRA, OAB nº SP236143
EXECUTADO: JORGE NILSON FERREIRA DA SILVAEXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
quatro mil, trezentos e cinquenta e dois reais e nove centavos
DECISÃO
Vistos.
1) Em razão do disposto no art. 921, inciso III, §1º do Código de Processo Civil, suspendo o curso da presente execução pelo período 01 (um) ano, ante a inércia do exequente.
2) Decorrido o prazo de suspensão, independente de nova intimação, caso a Exequente não impulsione o feito nesse lapso, fica desde já determinado o arquivamento provisório dos autos, na forma do art. 921, §2º, do CPC, considerando o termo a quo da prescrição intercorrente a data do término do prazo da suspensão do processo, prescindindo de novo ato judicial.
3) Por outro lado, caso o Exequente localize bens penhoráveis, os autos serão desarquivados a requerimento. (art. 921, §3º, do CPC)
4) Porquanto, sendo o caso de decurso do prazo que trata o §4º, intime-se o Exequente para no prazo de 15 (quinze) dias se manifestar, sob pena extinção do processo em razão da prescrição. (art. 921, §5º, do CPC).
Intime-se o representante da parte credora.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, Pimenta Bueno/RO - CEP 76.970-000, Central atend (Seg a Sex 7h-14h): (69) 3452-0910; Balcão Virtual: https://meet.google.com/yxd-ndiu-azo
Autos n° 7001457-29.2023.8.22.0009
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: CICLO CAIRU LTDA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JOSEFA ODILON RIBEIRO VELOSO, OAB nº RO10043, ROWERSON BRUNO LEAL MOREIRA, OAB nº RO11404A
EXECUTADOS: WARLLEY OLIVEIRA DA SILVA, WARLLEY OLIVEIRA DA SILVA 10427069645, SERGIO PEREIRA DA CRUZ, SERGIO PEREIRA DA CRUZ 00034321659, WILDSON SILVA LUZIA, WILDSON SILVA LUZIA 17346802888
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Para realização da diligência pleiteada, determino a intimação do exequente para que apresente memória de cálculos atualizadas.
Após, conclua-se para decisão.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132 7001321-66.2022.8.22.0009
Execução de Título Extrajudicial

EXEQUENTE: PIMENTAO COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - EPPADVOGADOS DO EXEQUENTE: HEVANDRO SCARCELLI SEVERINO, OAB nº RO3065, SAMMUEL VALENTIM BORGES, OAB nº RO4356, SUZAN DENADAI COSTA, OAB nº RO10216
EXECUTADO: G. H. G. SILVA COMERCIO DE MOVEIS LTDAEXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
dois mil, quatrocentos e três reais e oitenta e sete centavos
DECISÃO
Vistos.
Em razão do disposto no art. 921, inciso III, §1º do Código de Processo Civil, suspendo o curso da presente execução pelo período 01 (um) ano, ante a inércia da empresa exequente.
Decorrido o prazo de suspensão, independente de nova intimação, caso a Exequente não impulsione o feito nesse lapso, fica desde já determinado o arquivamento provisório dos autos, na forma do art. 921, §2º, do CPC, considerando o termo a quo da prescrição intercorrente a data do término do prazo da suspensão do processo, prescindindo de novo ato judicial.
Por outro lado, caso o Exequente localize bens penhoráveis, os autos serão desarquivados a requerimento. (art. 921, §3º, do CPC)
Porquanto, sendo o caso de decurso do prazo que trata o §4º, intime-se o Exequente para no prazo de 15 (quinze) dias se manifestar, sob pena extinção do processo em razão da prescrição. (art. 921, §5º, do CPC).
Intime-se o representante da parte credora.
Pimenta Bueno/, 17 de julho de 2023.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132Processo: 7004280-44.2021.8.22.0009
Classe: Monitória
Assunto: Duplicata
AUTOR: PEMAZA DISTRIBUIDORA DE AUTOPECAS E PNEUS LTDA, CNPJ nº 05215132000235, AVENIDA CELSO MAZUTTI 4185 JARDIM AMÉRICA - 76980-753 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: SILVANIO DOMINGOS DE ABREU, OAB nº RO4730A
REU: FABIANO ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS, CPF nº 70159092272, RUA EXPEDICIONÁRIOS 86 APEDIÁ - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Em atenção ao pedido da exequente, realizei pesquisa de endereço dos executados no sistema RENAJUD, INFOSEG, SISBAJUD, SIEL sendo encontrado endereço diverso do constante nos autos, conforme extrato em anexo.
Assim, cite-se o(a) executado(a) nos endereços encontrado na diligência em anexo.
Anexe ao mandado/carta a decisão inicial e a petição inicial.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA de citação e outras comunicações necessárias:
Requerido: FABIANO ANTÔNIO FERREIRA
Endereço: RUA ALAMEDA CANDIDO PORTINARI, n. 223, CASA, BAIRRO APEDIA, PIMENTA BUENO/RO, CEP 76970-000
RUA AMAZONAS, n. 2532, BAIRRO CENTRO, ESPIGAO D OESTE/RO, CEP 76974-000
RUA CENTO E DOIS DEZOITO, N° 2755, , RESIDENCIAL MOYSES D - VILHENA - RO, CEP: 76982-665
Pimenta Bueno/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, Pimenta Bueno/RO - CEP 76.970-000, Central atend (Seg a Sex 7h-14h): (69) 3452-0910; Balcão Virtual: https://meet.google.com/yxd-ndiu-azo
Autos n° 7005768-97.2022.8.22.0009
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: LUIZ MARIO MARTINS DE SOUZA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: CRISDAINE MICAELI SILVA FAVALESSA, OAB nº RO5360, ANDRE HENRIQUE VIEIRA DE SOUZA, OAB nº RO6862
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Vistos.
1. Ante a concordância das partes procedi a validação e remessa ao TRF para pagamento das RPV's expedidas nos autos.
1.1 Proceda-se o arquivamento provisório até posterior informação de pagamento.
1.2 Com a comprovação do cumprimento da(s) RPV(s) e/ou Precatório:
A- Expeça-se o(s) alvará(s) para pagamento dos valores que serão depositados judicialmente, autorizando o saque pelo advogado, desde que ele possua poderes específicos para tanto.
B- Após, intime-se o patrono da parte autora para retirar o(s) alvará(s) expedido(s), podendo fazê-lo via internet, devendo, no prazo de 5 dias, comprovar o levantamento do(s) mesmo(s), sob pena de extinção pelo pagamento.
C- Somente então, venham-me os autos conclusos para prolação de sentença de extinção.
Serve de carta/mandado/ofício.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132 7005280-55.2016.8.22.0009
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: ROSANA FAVALESSA DOS SANTOS CORREAADVOGADO DO REQUERENTE: CINTIA GOHDA RUIZ DE LIMA UMEHARA, OAB nº SP126707
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
dez mil, quinhentos e sessenta reais
DECISÃO
Vistos.
Noticiado o cumprimento da obrigação de fazer e apresentada planilha contendo os parâmetros legais que possibilitam identificar claramente o quantum debeatur bem como os demais documentos requeridos (art. 534/CPC) ALTEREI a classe processual para "cumprimento de sentença" e INTIME-SE a parte executada na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução.
Intimada a executada, poderão ocorrer três situações, devendo ser adotado um dos seguintes procedimentos ("a", "b" ou "c") pela Central, conforme o caso:
a) Satisfeita a obrigação, dê-se vista ao exequente.
a.1) Após, conclusos.
b) Apresentada impugnação, oportunize-se o contraditório.
b.1) Após, retornem os autos conclusos.
c) Não impugnada a execução, expeça-se, desde logo, precatório/RPV em favor do exequente, observando-se o disposto no Art. 100 da Constituição de 1988.
c.1) Tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento.
c.2) Em relação a parte controversa, oportunize-se o contraditório. Após, conclusos.
c.3) Feito o pagamento expeça-se alvará na forma da lei e intime-se a parte para, no prazo de 05 (cinco) dias, retirar o referido documento, bem como informar, no mesmo ato, se ainda tem algum interesse no feito, ou se a obrigação se encontra satisfeita, sob pena de presunção da quitação da obrigação e arquivamento do feito.
c.4) Em sendo requisitado o pagamento por meio de Precatório, aguarde-se o pagamento em arquivo.
c.5) Comprovado o levantamento dos alvará e/ou decorrido o prazo do item "c.3" sem manifestação do exequente, voltem conclusos para sentença de extinção.
Com fulcro no art. 85, § 3º, I do CPC, fixo honorários advocatícios no montante de 10% sobre o valor do débito. Caso se trate de expedição de precatório sem que tenha havido impugnação ao cumprimento de sentença, ficam sem efeitos os honorários ora fixados, nos termos do art. 85, § 7º, do CPC.
Intimem -se. Cumpra -se.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, Pimenta Bueno/RO - CEP 76.970-000, Central atend (Seg a Sex 7h-14h): (69) 3452-0910; Balcão Virtual: https://meet.google.com/yxd-ndiu-azo
Autos n° 7005680-93.2021.8.22.0009
Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
AUTOR: EVA CALDEIRA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: AMANDA MENDES GARCIA, OAB nº SP9946
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
1. Ante a concordância das partes procedi a validação e remessa ao TRF para pagamento das RPV's expedidas nos autos.
1.1 Proceda-se o arquivamento provisório até posterior informação de pagamento.
1.2 Com a comprovação do cumprimento da(s) RPV(s) e/ou Precatório:
A- Expeça-se o(s) alvará(s) para pagamento dos valores que serão depositados judicialmente, autorizando o saque pelo advogado, desde que ele possua poderes específicos para tanto.
B- Após, intime-se o patrono da parte autora para retirar o(s) alvará(s) expedido(s), podendo fazê-lo via internet, devendo, no prazo de 5 dias, comprovar o levantamento do(s) mesmo(s), sob pena de extinção pelo pagamento.
C- Somente então, venham-me os autos conclusos para prolação de sentença de extinção.
Serve de carta/mandado/ofício.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, Pimenta Bueno/RO - CEP 76.970-000, Central atend (Seg a Sex 7h-14h): (69) 3452-0910; Balcão Virtual: https://meet.google.com/yxd-ndiu-azo

Autos n° 7001742-22.2023.8.22.0009
Procedimento Comum Cível
AUTOR: EVANI RODRIGUES DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCIO PEREIRA ALVES, OAB nº RO8718A
REU: I. -. I. N. D. S. S.
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
1. Considerando que a autora apresentou planilha contendo os parâmetros legais que possibilitam identificar claramente o quantum debeatur bem como os demais documentos necessários (art. 534/CPC) recebo o pedido de cumprimento de sentença e, para tanto, procedo, nesta oportunidade, com a ALTERAÇÃO da classe processual para "cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública" junto ao sistema PJe.
2. Com fulcro no art. 85, § 3º, I do CPC, fixo honorários advocatícios da fase de execução no montante de 10% sobre o valor do débito. Caso se trate de expedição de precatório sem que tenha havido impugnação ao cumprimento de sentença, ficam sem efeitos os honorários ora fixados, nos termos do art. 85, § 7º, do CPC.
3. INTIME-SE o INSS, por meio da Procuradoria Geral Federal, via sistema PJe, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, nos próprios autos,
4. Havendo impugnação, INTIME-SE a parte exequente para se manifestar em 10 dias.
5. Havendo concordância ou decorrido o prazo sem apresentação de impugnação, expeçam as RPVs, junte-se cópia nos autos e intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias manifestarem ratificando ou não as informações e valores constantes nas guias, cientes de que, na falta de manifestação, as guias serão remetidas ao TRF para pagamento da forma como expedidas.
6. Não havendo oposição, venham conclusos para validação da(s) RPV(s) ou precatório(s) no sistema, para posterior suspensão do processo com baixa até sobrevir informação de pagamento.
7. Comunicado o pagamento, EXPEÇA-SE ALVARÁ, devendo a parte credora comprovar o levantamento em até 10 dias.
8. Comprovado o pagamento, conclusos para extinção.
9. Cumpra-se.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132 PROCESSO: 7002170-38.2022.8.22.0009
CLASSE: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: JOSE MACIEL DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALINE MAURA RODRIGUES VIEIRA, OAB nº RO11949
REQUERIDO: BANCO CETELEM S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: MARIA DO PERPETUO SOCORRO MAIA GOMES, OAB nº PA24039, PROCURADORIA DO BANCO CETELEM S/A
DESPACHO
Vistos.
Intime-se o requerido, via DJe, para pagar os valores remanescentes no importe de R$ 5.587,20 (cinco mil quinhentos e oitenta e sete reais e vinte centavos), conforme demonstrativo de cálculo de ID n. 93227241. Prazo de 05 (cinco) dias.
Após, intime-se o autor, a fim de que informe a satisfação do crédito, sob pena de extinção, em razão da satisfação da obrigação, nos moldes do art. 924, inciso II, do CPC.
Expeça-se o necessário.
Pimenta Bueno/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, Pimenta Bueno/RO - CEP 76.970-000, Central atend (Seg a Sex 7h-14h): (69) 3452-0910; Balcão Virtual: https://meet.google.com/yxd-ndiu-azo
Autos n° 0031115-24.2003.8.22.0009
Execução Fiscal
EXEQUENTE: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO YPIRANGA LTDA - EPP
ADVOGADO DO EXECUTADO: HEVANDRO SCARCELLI SEVERINO, OAB nº RO3065
R$ 35.340,67(trinta e cinco mil, trezentos e quarenta reais e sessenta e sete centavos)
DESPACHO
Vistos.
1- Nesse ato, efetuei o protocolo de pesquisa junto ao Sistema SISBAJUD, conforme requerido pela exequente.
2- Assim, tornem conclusos os autos novamente em 5 dias, para verificação das informações obtidas pelo sistema SISBAJUD.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132 Processo: 7005881-85.2021.8.22.0009
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
EXECUTADO: SUELMA ALVARENGA PINTO
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial proposta por COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, em face de SUELMA ALVARENGA PINTO, todos qualificados nos autos, alegando a parte exequente.
O feito tramitava regularmente, quando o exequente peticionou nos autos juntando a minuta de acordo realizado com a parte executada (ID n. 92909425).
É o relatório. Decido.
Verifico que as partes são legítimas e capazes. O objeto da demanda possui natureza disponível. Considerando que a Constituição Federal (art. 5º, caput), a legislação ordinária (CC, arts. 840, 841 e 1.228) garantem ampla liberdade de disposição e inexistindo nos autos indicação de que haja colusão para burlar a lei ou prejudicar direito de terceiros, impõe-se a homologação do acordo.
Posto Isso, HOMOLOGO O ACORDO entabulado pelas partes (ID n. 92909425), para que surta os seus legais e jurídicos efeitos e, via de consequência, declaro EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro no art. 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil.
Inobstante a transação, as custas finais são devidas, uma vez que acordo foi feito após decurso do prazo para pagamento espontâneo, não se enquadrando nas hipóteses do art. 8º da Lei n. 3.896/16. Como o acordo é silente a respeito do responsável pelo pagamento das custas, tal valor deverá ser custeado pelo executado pelo principio da causalidade, já que deu causa ao ajuizamento da ação.
Assim, condeno o executado ao pagamento das custas finais e também as iniciais que eventualmente não tenham sido recolhidas.
Ante a preclusão lógica prevista no art. 1000, CPC, intimadas as partes, considerar-se-á transitada em julgado automaticamente.
Sentença publicada e registrada pelo Sistema DJe. Intimem-se via DJe. Arquive-se imediatamente.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132 Processo: 7002950-41.2023.8.22.0009
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
AUTOR: B. J. S. S.
ADVOGADO DO AUTOR: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI, OAB nº PE21678
REU: D. F. M.
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de ação de busca e apreensão envolvendo as partes acima mencionadas.
O autor requereu a desistência e extinção do feito (ID n. 93330149).
É a síntese necessária. Decido.
No que pertine a desistência, trata-se da medida adequada, visto que antes de apresentada a contestação, o autor poderá desistir da ação, sendo prolatada sentença terminativa, sem prejuízo do direito material, nos termos do art. 485, §§ 4º e 5º, do Código de Processo Civil.
Dispõe o artigo 200 do CPC: “Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais.”
No entanto, o parágrafo único do mesmo artigo prevê que a desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial.
Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA da pretensão para os fins do art. 200, parágrafo único do Código de Processo Civil e, consequentemente, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito, com supedâneo no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil.
Nesse passo, há que se observar se o pedido foi formulado antes ou depois da contestação, pois, oferecida a defesa, o autor não poderá desistir da demanda sem o consentimento do réu (art. 485, § 4º, do CPC), mas considerando que não houve o recebimento da inicial, tão logo, citação do requerido, assim, dispensa a manifestação deste.
Ante o pedido de desistência antes da prolação de sentença, deixo de condenar as partes ao pagamento das custas processuais finais, conforme versa o art. 8º, inciso III, da lei n. 3.896/16.
Em razão da preclusão lógica prevista no § único do art. 1.000, do CPC, declaro o trânsito em julgado da sentença nesta data.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após, arquive-se.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): 69 3452-0907 e 99965-6111
Processo: 7004965-17.2022.8.22.0009
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária
EXEQUENTE: BRUNO MARQUES DE MIRA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CRISDAINE MICAELI SILVA FAVALESSA, OAB nº RO5360, ANDRE HENRIQUE VIEIRA DE SOUZA, OAB nº RO6862
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Vistos.
1. Ante a concordância das partes procedi a validação e remessa ao TRF para pagamento das RPV's expedidas nos autos.
1.1 Proceda-se o arquivamento provisório até posterior informação de pagamento.
1.2 Com a comprovação do cumprimento da(s) RPV(s) e/ou Precatório:
A- Expeça-se o(s) alvará(s) para pagamento dos valores que serão depositados judicialmente, autorizando o saque pelo advogado, desde que ele possua poderes específicos para tanto.
B- Após, intime-se o patrono da parte autora para retirar o(s) alvará(s) expedido(s), podendo fazê-lo via internet, devendo, no prazo de 5 dias, comprovar o levantamento do(s) mesmo(s), sob pena de extinção pelo pagamento.
C- Somente então, venham-me os autos conclusos para prolação de sentença de extinção.
Serve de carta/mandado/ofício.
Pimenta Bueno/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, Pimenta Bueno/RO - CEP 76.970-000, Central atend (Seg a Sex 7h-14h): (69) 3452-0910; Balcão Virtual: https://meet.google.com/yxd-ndiu-azo
Autos n° 7005261-39.2022.8.22.0009
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS DO REQUERENTE: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
REQUERIDOS: SIRLENE PEISINO BANDEIRA, EDENILSON BANDEIRA, ELITE ALARMES E INSTALACAO LTDA - ME
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial proposta por COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, em face de SIRLENE PEISINO BANDEIRA, EDENILSON BANDEIRA, ELITE ALARMES E INSTALACAO LTDA - ME, todos qualificados nos autos, alegando a parte exequente.
O feito tramitava regularmente, quando o exequente peticionou nos autos juntando a minuta de acordo realizado com a parte executada (ID n. 93232967).
É o relatório. Decido.
Verifico que as partes são legítimas e capazes. O objeto da demanda possui natureza disponível. Considerando que a Constituição Federal (art. 5º, caput), a legislação ordinária (CC, arts. 840, 841 e 1.228) garantem ampla liberdade de disposição e inexistindo nos autos indicação de que haja colusão para burlar a lei ou prejudicar direito de terceiros, impõe-se a homologação do acordo.
Posto Isso, HOMOLOGO O ACORDO entabulado pelas partes (ID n. 93232967), para que surta os seus legais e jurídicos efeitos e, via de consequência, declaro EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro no art. 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil.
Inobstante a transação, as custas finais são devidas, uma vez que acordo foi feito após decurso do prazo para pagamento espontâneo, não se enquadrando nas hipóteses do art. 8º da Lei n. 3.896/16. Como o acordo é silente a respeito do responsável pelo pagamento das custas, tal valor deverá ser custeado pelo executado pelo principio da causalidade, já que deu causa ao ajuizamento da ação.
Assim, condeno o executado ao pagamento das custas finais e também as iniciais que eventualmente não tenham sido recolhidas.
Ante a preclusão lógica prevista no art. 1000, CPC, intimadas as partes, considerar-se-á transitada em julgado automaticamente.
Sentença publicada e registrada pelo Sistema PJe. Intimem-se via PJe. Arquive-se imediatamente.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, 1065, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132, Pioneiros, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76970-000 - Fone: (69) 3451-2968
e-mail: cpe2civpb@tjro.jus.br

Processo : 7002056-75.2017.8.22.0009
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: VILMA DANSIGER DA COSTA PINHEIRO
Advogados do(a) EXEQUENTE: ANDRE HENRIQUE VIEIRA DE SOUZA - RO6862, CRISDAINE MICAELI SILVA FAVALESSA - RO5360
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, Pimenta Bueno/RO - CEP 76.970-000, Central atend (Seg a Sex 7h-14h): (69) 3452-0910; Balcão Virtual: https://meet.google.com/yxd-ndiu-azo
Autos n° 7003273-46.2023.8.22.0009
Monitória
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS DO AUTOR: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
REU: MATIAS DA COSTA ROMEIRO
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de ação monitória para recebimento de crédito relativo a contrato de crédito pré-aprovado.
Ocorre que a parte autora juntou como início de prova apenas contrato de adesão não assinado e planilha de evolução da suposta dívida. Sequer comprovou relação jurídica com a parte requerida.
Não há contrato de abertura de conta corrente/poupança ou comprovação de que o crédito foi realizado na conta corrente da parte requerida e por esta utilizado, sendo documentos necessários para iniciar a demanda, conforme entendimento pacificado, in verbis:
PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE ADESÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO. SENTENÇA MANTIDA. 1. A Caixa ajuizou ação de cobrança de débitos oriundos de cartão de crédito no importe de R$81.762,45. O pedido exordial foi indeferido por ausência de prova da relação contratual em face do entendimento e que os extratos/faturas de cartão de crédito são insuficientes à comprovação do fato constitutivo do direito. 2. Cabe à parte autora o ônus da prova dos fatos constitutivos de seu direito (CPC/73, art. 333, I). Não bastam à responsabilização por dívida decorrente da utilização de cartão de crédito simples indícios, quando, sem que assinado o respectivo contrato de adesão, sequer há comprovação de que fora entregue no endereço residencial do réu ou que fora por ele desbloqueado ou mesmo de que assinara os comprovantes de venda. Em se tratando de relação de consumo, sobre a qual incidem as regras cogentes e protetivas do CDC, é ônus do fornecedor do serviço provar que o prestou devidamente. 3. Apelação desprovida. (TRF-1 - AC: 00098745520074013700 0009874-55.2007.4.01.3700, Relator: JUIZ FEDERAL EVALDO DE OLIVEIRA FERNANDES, filho, Data de Julgamento: 13/04/2016, QUINTA TURMA, Data de Publicação: 20/04/2016 e-DJF1)
Diante disso, intime-se a parte requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar emenda à inicial, devendo juntar início de prova material hábil a comprovar seu direito, sob pena de indeferimento da inicial, conforme art. 320 c/c 321, § único do CPC.
Pratique-se o necessário.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132 Processo: 7005080-43.2019.8.22.0009
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo ativo: EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, CNPJ nº 02015588000182, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Advogado polo ativo: ADVOGADOS DO EXEQUENTE: PATRICIA PEREIRA DE ANDRADE, OAB nº RO10592, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, ANA PAULA SANCHES, OAB nº RO9705
Polo passivo: EXECUTADOS: MARCIA GUILHERMINO DOS SANTOS, CPF nº 47893001291, AVENIDA PADRE ADOLFO 785, APARTAMENTO 06 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, IVONEI DOS SANTOS, CPF nº 45758476234, AVENIDA PADRE ADOLFO 785, APARTAMENTO 06 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Advogado polo passivo: EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Defiro o pedido retro.
Assim, determino a suspensão/sobrestamento do presente feito pelo período de 20 (vinte) dias, a fim localizar bens passíveis de penhora.
Transcorrido o prazo da suspensão/sobrestamento processual, intime-se o Exequente, via Representante Legal - DJE, para, no prazo de 05 (cinco) dias, dar andamento ao feito, sob pena de suspensão com fundamento no art. 921, do CPC.
Após, tornem-se os autos conclusos.
Intimem-se as partes da presente decisão. Cumpra-se.
Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132 Processo: 0002151-98.2015.8.22.0009
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Pensão por Morte (Art. 74/9)
EXEQUENTE: MARIA AUXILIADORA DE MELO
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: LAURO PAULO KLINGELFUS JUNIOR, OAB nº RO2389, ALEXSANDRO KLINGELFUS, OAB nº RO2395, LAURO PAULO KLINGELFUS, OAB nº RO1951
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
A conduta adotada pelo INSS é lamentável, persistente em descumprindo a ordem judicial para implementar o benefício concedido em sentença.
Lembro que a medida tem caráter alimentar e, nesse sentido, é dever da Autarquia Ré ser zeloso e cumprir com a obrigação para a qual foi intimada.
1. Intime-se o INSS, com a máxima urgência, meio mais célere - via e-mail: gexptv@inss.gov.br para que providencie a implantação corretamente do benefício concedido em favor da parte autora, em sede de sentença.
A implementação deverá ocorrer em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 300,00 (trezentos reais), até o limite de R$ 3.000,00 (três mil reais), se e enquanto prevalecer o descumprimento da ordem judicial, a incidir automaticamente após o transcurso do prazo fixado no item antecedente.
O(a) servidor(a) da CPE deverá confirmar o recebimento do e-mail por telefone, certificando o nome e dados pessoais do funcionário do INSS responsável pelo cumprimento da ordem.
Caso necessário, intime-se o INSS por mandado a ser cumprido pelo Oficial Plantonista.
2. INTIME-SE, ainda, o INSS, via Procuradoria Federal por sistema PJe, para ciência desta decisão.
3. Decorrido o prazo de 5 (cinco) dias, não havendo manifestação do INSS, intime-se a parte autora, via advogado(a), para informar se houve a implementação do benefício e, em caso negativo, requerer o que entender pertinente.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, 1065, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132, Pioneiros, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76970-000 - Fone: (69) 3451-2968
e-mail: cpe2civpb@tjro.jus.br
Processo : 7003812-51.2019.8.22.0009
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA - RJ110501
EXECUTADO: DROGARIA PIPPER LTDA - ME e outros (2)
Advogados do(a) EXECUTADO: CIBELE THEREZA BARBOSA RISSARDO - RO235-B, DENYVALDO DOS SANTOS PAIS JUNIOR - RO7655, JOSE ANGELO DE ALMEIDA - RO309
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, Pimenta Bueno/RO - CEP 76.970-000, Central atend (Seg a Sex 7h-14h): (69) 3452-0910; Balcão Virtual: https://meet.google.com/yxd-ndiu-azo
Autos n° 7003811-95.2021.8.22.0009
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: JOSE DA SILVA GRIGORIO
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELEONICE APARECIDA ALVES, OAB nº RO5807A
REQUERIDO: BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA
ADVOGADO DO REQUERIDO: IGOR MACIEL ANTUNES, OAB nº MG74420
DECISÃO
Vistos.
Nesta data expedi alvará eletrônico na modalidade de transferência, através da ferramenta "alvará eletrônico", pela qual o juízo envia os dados da ordem bancária diretamente ao banco, devendo o valor ser levantado com as devidas correções/rendimentos/atualizações até a data do saque efetivo.
Dados bancários apresentados pelo exequente no ID n. 92530328.
OBSERVAÇÕES:

1) O beneficiário deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação, conforme síntese supracitada.
2) Aguarde-se por 05 (cinco) dias o cumprimento da ordem.
3) Sobrevindo informação de erro no cumprimento da ordem eletrônica, fica à CPE autorizada a proceder com a expedição de alvará/ofício de transferência sem necessidade de nova conclusão do processo.
4) Cumpridas as determinações acima, arquive-se o feito com as baixas de praxe.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, 1065, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132, Pioneiros, Pimenta Bueno - RO - CEP: 76970-000
e-mail: cpe2civpb@tjro.jus.br
Processo : 7000693-48.2020.8.22.0009
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: JOANICE PASTENE
Advogado do(a) REQUERENTE: LAURO PAULO KLINGELFUS JUNIOR - RO2389
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO PARTES - RPV EXPEDIDA
Fica as partes intimadas, por meio de seu advogado/procurador, para se manifestarem sobre a(s) RPV(s) expedidas nos autos, sendo que ao término do prazo, não havendo manifestação, o expediente será assinado e enviado para processamento no sistema e-PrecWeb conforme expedido.
Prazo para manifestação parte autora: 5(cinco) dias
Prazo para manifestação parte requerida (INSS): 10(dez) dias

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, Pimenta Bueno/RO - CEP 76.970-000, Central atend (Seg a Sex 7h-14h): (69) 3452-0910; Balcão Virtual: https://meet.google.com/yxd-ndiu-azo
Autos n° 7002899-06.2018.8.22.0009
Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
EXEQUENTE: JAIR DE ALMEIDA RUBIO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: NELSON VIEIRA DA ROCHA JUNIOR, OAB nº RO3765
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
1. Ante a concordância das partes procedi a validação e remessa ao TRF para pagamento das RPV's expedidas nos autos.
1.1 Proceda-se o arquivamento provisório até posterior informação de pagamento.
1.2 Com a comprovação do cumprimento da(s) RPV(s) e/ou Precatório:
A- Expeça-se o(s) alvará(s) para pagamento dos valores que serão depositados judicialmente, autorizando o saque pelo advogado, desde que ele possua poderes específicos para tanto.
B- Após, intime-se o patrono da parte autora para retirar o(s) alvará(s) expedido(s), podendo fazê-lo via internet, devendo, no prazo de 5 dias, comprovar o levantamento do(s) mesmo(s), sob pena de extinção pelo pagamento.
C- Somente então, venham-me os autos conclusos para prolação de sentença de extinção.
Serve de carta/mandado/ofício.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132Processo: 7000071-95.2022.8.22.0009
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
EXECUTADO: FRANCILENE ANTONIA GOMES DE LIMA, CPF nº 99015560234, AVENIDA 7 DE SETEMBRO 3410 SANTA LUZIA - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.

Atento a todo o contexto dos autos, certo é que merece acolhimento o pedido de citação por edital, pois frustrada(s) a(s) tentativa(s) de localizar a parte Requerida/Executada para fins de citação, restando evidenciado que no caso em comento a parte está em local incerto e não sabido.
Desta forma, DEFIRO a realização da citação por edital, nos termos do art. 256 e 257, inciso III, do CPC, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.
Providencie a CPE a expedição do necessário.
Após, intime-se o Exequente para retirar o expediente via internet, no prazo de 05 (cinco) dias, bem como comprovar o recolhimento das custas para a publicação DJE junto ao CPE, realizando a publicação do edital no prazo máximo de 15 (quinze) dias, 01 (uma) vez no órgão oficial e pelo menos 02 (duas) vezes em jornal local, onde houver, haja vista que até o momento não fora implantada a plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça.
Decorrido o prazo da citação referenciado supra, sem apresentação de defesa nos autos, nomeio, desde já, um dos membros da Defensoria Pública, para funcionar como curador especial em caso de revelia (CPC, art. 72, II).
Remetam-se os autos à DPE.
Apresentada manifestação pela curadora, vista dos autos à parte autora.
Expeça-se o necessário.
Pimenta Bueno/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132 Processo: 7004511-37.2022.8.22.0009
Classe: Procedimento Comum Cível
Cartão de Crédito
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS DO AUTOR: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
REU: MARILDE DE FATIMA LEMES CAVALHEIRO DE REZENDE 62730851291
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Defiro o pedido da parte autora, e com fundamento no art. 139, inciso V, do CPC, DETERMINO a realização de audiência de CONCILIAÇÃO, a realizar-se em sala virtual, através aplicativo WhatsApp, cabendo à CPE designar a data e certificar nos autos.
1) Para a realização da sessão pelo meio virtual, CONCEDO o prazo de 05 (cinco) dias para que as partes contatem o CEJUSC, seja pelos telefones (69) 3452-0940 , ou pelo endereço eletrônico: cejuscpib@tjro.jus.br, informando os dados necessários como o número do whatsapp e e-mail das partes e seus respectivos patronos para possibilitar a realização da sessão de conciliação por videoconferência;
1.1) Caso não haja manifestação de nenhuma das partes, considerar-se-á, como aceita a realização da sessão por videoconferência, devendo os autos ser encaminhados ao CEJUSC para realização da sessão de conciliação pelo meio virtual;
1.2) Em caso de recusa, a parte deverá formalizar por petição nos autos, justificando o motivo, ficando desde já cientes e advertidas que a contestação deverá ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data agendada para a sessão de conciliação;
1.3) Caso a parte requerida não tenha constituído advogado ou procurado a Defensoria Pública, deverá entrar em contato com o CEJUSC, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da citação, pelos telefones ou e-mail indicado no item “1.1” para informar os motivos que lhe impossibilitem de realizar a sessão de conciliação pelo meio virtual;
2) As partes deverão comparecer (quando for presencial) e/ou participar (meio virtual) da sessão de conciliação, acompanhadas por advogado ou por Defensor Público, podendo constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (CPC. art. 334, § 9º e 10);
3) Nos termos do art. 334, §8º do CPC, caso alguma das partes não participe (meio virtual) ou não compareça (quando for presencial), injustificadamente à sessão de Conciliação, fica já aplicada multa de 2% sobre o valor da causa, a ser revertida em favor do Estado de Rondônia (CPC, Art. 8º);
Pratique-se o necessário.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023 .
Rejane de Sousa Gonçalves FraccaroRejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, Pimenta Bueno/RO - CEP 76.970-000, Central atend (Seg a Sex 7h-14h): (69) 3452-0910; Balcão Virtual: https://meet.google.com/yxd-ndiu-azo
Autos n° 7003201-59.2023.8.22.0009
Procedimento Comum Cível
AUTOR: EDILSON DE LIMA BARROSO
ADVOGADO DO AUTOR: KIMBERLY ALVES DE SA, OAB nº RO10281
REU: GILSIMAR DO NASCIMENTO LIMA - ME
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Conforme informado pelo autor, a distribuição foi realizada de forma equivocada a este juízo.
Ademais, o autor pugnou pela redistribuição a Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO, como se vê o inteiro teor da peça acostada no ID n. 93169682.

Assim, determino sua REDISTRIBUIÇÃO a Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO.
Pratique-se o necessário.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132 Processo n.: 7001750-96.2023.8.22.0009
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Cumprimento Provisório de Sentença
Valor da causa: R$ 17.200,16 (dezessete mil, duzentos reais e dezesseis centavos)
Parte autora: JOSE VIEGA DE FIGUEIREDO, RUA CARLOS CHAGAS 609, CASA CTG - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: WELLINGTON DE PAIVA FIGUEIREDO, OAB nº RO12489A
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
A parte ré foi cientificada para implantar o benefício em favor do autor, no entanto implantou de maneira imparcial e o autor manifestou-se nos autos e alegou que não houve a implantação total voluntária do benefício e requereu a intimação para implantação imediata do benefício.
Considerando que o benefício ainda não foi implantado, intime-se o requerido, via órgão da Procuradoria Geral da Fazenda Local (via PJe) para cumprir a sentença proferida (anexada no ID n. 89573282) ou informar nos autos o motivo de impossibilidade de cumprimento, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais) até o limite de R$ 5.000,00 em caso de descumprimento, sem prejuízo de caracterização do crime de desobediência, conforme artigo 330, do Código Penal. Deverá a parte executada encaminhar ao juízo para juntada ao processo o respectivo comprovante de implantação.
Transcorrido o prazo de 10 (dez) dias, intime-se o autor para informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se houve a implantação do benefício.
Expeça-se o necessário.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
Pimenta Bueno/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Av Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, CEP 76970-000, Pimenta Bueno, Tel Cent de Atend (Seg a Sex 7h-14h): (69)3452-0902/99997-3132 Processo: 7003811-03.2018.8.22.0009
Classe: Cumprimento de sentença
Polo ativo: EXEQUENTE: LEANDRO MARCIO PEDOT, CPF nº 46883738215, - 76980-010 - VILHENA - RONDÔNIA
Advogado polo ativo: ADVOGADO DO EXEQUENTE: VALDINEI LUIZ BERTOLIN, OAB nº RO6883
Polo passivo: EXECUTADO: jose carlos laux, CPF nº 18178910900, RUA RIO NEGRO 2165, - DE 1911/1912 AO FIM TEIXEIRÃO - 76965-652 - CACOAL - RONDÔNIA
Advogado polo passivo: ADVOGADOS DO EXECUTADO: LEANDRO MARCIO PEDOT, OAB nº RO2022A, jose carlos laux, OAB nº RO566A
DECISÃO
Vistos.
O SERASAJUD não se trata de uma plataforma de inclusão de negativações por parte do Juízo, mas de um ambiente destinado à comunicação entre o judiciário e a instituição Serasa Experian.
Por via desse canal direto podem ser encaminhados ofícios à instituição.
Ressalto que as diligência para inserção de nome no cadastro de inadimplentes de quaisquer das instituições destinadas a esse fim podem ser realizadas diretamente pelo interessado sem maiores intercorrências.
Assim, deve a parte exequente proceder com o recolhimento das custas para realização da diligência de expedição e remessa do ofício, correspondente a R$ 20,24, para cada comunicação pretendida, conforme o regimento de custas do Tribunal deste Estado, delineado pela Lei Estadual n. 3.896 e sua atualização para o ano de 2019, emitida através do Provimento da Corregedoria sob o nº 017/2018, publicado no Diário da Justiça nº 237 de 20/12/2018.
Concede-se o prazo de 05 (cinco) dias para o recolhimento.
Recolhidas as custas, resta, desde logo, AUTORIZADO que à CPE proceda a expedição de ofício e/ou o necessário à medida (SERASAJUD).
Advirta-se, porém, que a manutenção do nome do executado no sistema perdurará por até 5 (cinco) anos e que pode ser retirado mediante o pagamento ou proposta de parcelamento aceito pelo Exequente, sendo que, nestes casos, a responsabilidade em informar a este

Juízo é da parte exequente, sob pena de responsabilidade civil.
No mais, expeça-se certidão de crédito em favor do Exequente, observando-se os cálculos de Id. 58732354.
Após, cumprida a determinação, intime-se a parte Exequente a impulsionar o processo, postulando o que entender cabível, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensão dos autos, nos termos do art. 921, do CPC.
Na sequência, com ou sem manifestação, o que deverá ser certificado, venham os autos conclusos.
Pratique-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se.
Pimenta Bueno/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, Pimenta Bueno/RO - CEP 76.970-000, Central atend (Seg a Sex 7h-14h): (69) 3452-0910; Balcão Virtual: https://meet.google.com/yxd-ndiu-azo
Autos n° 0000699-87.2014.8.22.0009
Execução Fiscal
EXEQUENTES: DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL, DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
EXECUTADO: OSEIAS ALVES DE ASSIS
ADVOGADO DO EXECUTADO: EDGAR PRUDENCIO TOLEDO, OAB nº MG180857
R$ 12.842,17(doze mil, oitocentos e quarenta e dois reais e dezessete centavos)
DESPACHO
Vistos.
Ao que parece, o processo já cumpriu seu desiderato.
Assim, nada mais havendo, arquive-se, com as baixas devidas no sistema.
Pratique-se o necessário.
Cumpra-se.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Pimenta Bueno - 2ª Vara Cível
Avenida Presidente Kennedy, nº 1065, Bairro Pioneiros, Pimenta Bueno/RO - CEP 76.970-000, Central atend (Seg a Sex 7h-14h): (69) 3452-0910; Balcão Virtual: https://meet.google.com/yxd-ndiu-azo
Autos n° 7004271-87.2018.8.22.0009
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MAURO PAULO GALERA MARI, OAB nº RO4937, EDSON ROSAS JUNIOR, OAB nº AM1910
EXECUTADO: D' GRIFF INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA - EPP
ADVOGADO DO EXECUTADO: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930
DECISÃO
Vistos.
1. DEFIRO o pedido de busca no sistema SNIPER (ID n. 93078335).
Esclareço ao banco exequente que o sistema SNIPER não realiza a penhora de valores ou bens, mas consulta de dados nos sistemas integrados para viabilizar a investigação patrimonial. Ressalto, ainda, que a consulta, atualmente, está disponível nos seguintes órgãos: Receita Federal do Brasil (CPF e CNPJ), Tribunal Superior Eleitoral (base de candidatos, com informações sobre candidaturas e bens declarados), CGU (informações sobre sanções administrativas, empresas inidôneas e suspensas, entidades sem fins lucrativos impedidas, empresas punidas e acordos de leniência), ANAC (Registro Aeronáutico Brasileiro), Tribunal Marítimo (embarcações listadas no Registro Especial Brasileiro), e CNJ (informações sobre processos judiciais, número de processos, valor da causa, partes, classe e assunto dos processos).
Assim, procedi à pesquisa de relações patrimoniais/societárias via sistema SNIPER junto aos CPFs/CNPJs das partes executadas. Seguem em anexo as informações encontradas.
A pesquisa realizada por este Juízo, quanto aos dados complementares vinculados à lista de processos no DATAJUD e buscas no Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União, não resultou em apontamentos relevantes a serem destacados. Ainda assim, a própria parte interessada, indicando o número do CPF/CNPJ no respectivo campo de busca na página da internet poderá obtê-los.
No mais, intime-se ao exequente para, em 10 (dez) dias, promover o andamento do feito requerendo o que entender de direito, sob pena de suspensão e arquivamento.
Atente a parte que caso solicite alguma das providências dispostas nos artigos 17 e 19 da Lei n. 3.896/2016, deverá comprovar o recolhimento das custas.
Pimenta Bueno/RO, 17 de julho de 2023.
Rejane de Sousa Gonçalves Fraccaro
Juíza de Direito

COMARCA DE ROLIM DE MOURA

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005649-02.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Cheque
R$ 11.582,33
AUTOR: JANUARIO & JORDANA FOMENTO MERCANTIL LTDA, CNPJ nº 30487202000170, ARACAJU 4686, SALA 02 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RENATO PEREIRA DA SILVA, OAB nº RO6953
REU: ELIANDRO BALBINOT 58851275220, CNPJ nº 28609676000104, RUA LONDRINA 5.756 JARDIM TROPICAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
D E S P A C H O
Intime-se o demandante a, no prazo de 15 dias, providenciar a juntada do comprovante de residência (CPC, art. 320 e 321, CPC).
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:14
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005658-61.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material
R$ 10.000,00
REQUERENTE: DEUZENY DE SOUZA LIMA, CPF nº 53982789672, AVENIDA BELEM 4283 PLANALTO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: WASHINGTON FELIPE NOGUEIRA, OAB nº RO10776
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO sem numero, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
D E S P A C H O
Haja vista o requerimento de (id. 92921484 - Pág. 6) e considerando-se o notório desinteresse da parte ré na conciliação, cancelo a audiência designada.
Cite-se e intime-se a ré a apresentar contestação, no prazo de quinze dias.
Sobrevindo a defesa, intime-se o demandante a impugná-la (prazo de quinze dias).
Serve esta de mandado, carta, carta precatória etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:14
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005673-30.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito
R$ 9.797,00
AUTOR: JOSE CARLOS DE OLIVEIRA, CPF nº 51755637934, AVENIDA VITÓRIA 5585 BOA ESPERANÇA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: OZIEL SOBREIRA LIMA, OAB nº RO6053A
REU: ZENAR RODRIGUES DE OLIVEIRA, CPF nº 36377090900, AVENIDA MARINGÁ 6664 BOA ESPERANÇA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);

II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:14
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005684-59.2023.8.22.0010
Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços
R$ 3.164,72
EXEQUENTE: DANILUCCI & ORTIS LTDA, CNPJ nº 36239607000176, AVENIDA JOÃO PESSOA 4855 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LORENA VAGO PINHEIRO, OAB nº RO11058
EXECUTADO: THIAGO DE OLIVEIRA PEREIRA, CPF nº 97985198253, AVENIDA SALVADOR 3676, APARTAMENTO BAIRRO OLÍMPICO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Após, serve este de mandado, incumbindo ao oficial de justiça:
1. citar (Lei n.º 9.099/95, art. 53 e §§) o executado para que em três dias efetue o pagamento da dívida (CPC, art. 829);
2. intimá-lo do teor do art. 774, inc. V, do CPC, e das consequências do seu descumprimento (idem, parágrafo único)[1];
3. transcorrido in albis o prazo, penhorar e avaliar tantos bens quantos bastem a assegurar o pagamento, depositando-os com o exequente;
4. restando infrutífera a penhora, observar, sendo possível, o art. 836, §§, do CPC[2]; caso contrário, intimar o exequente que não for assistido por advogado particular ou defensor público a, no prazo de cinco dias, promover o prosseguimento, indicando bens ou o atual endereço do executado (não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto – art. 53, § 4º, LJE);

5. havendo necessidade e independentemente de nova conclusão, servirá esta de requisição de força policial, ficando desde já autorizado o arrombamento se o executado fechar as portas da casa a fim de obstar a penhora (arts. 139, inc. VII, 782, §2º, e 846, §§, CPC);
6. quando da penhora, intimar o devedor à audiência preliminar telepresencial a ser realizada, pelo CEJUSC, na data agendada pela CPE, ocasião em que poderá oferecer embargos (art. 52, IX, LJE), por escrito ou verbalmente, sendo obrigatória a segurança do Juízo (enunciado 117, FONAJE);
7. cientificar o devedor de que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020):
I. os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência);
c) estar com o telefone disponível durante o horário da audiência;
d) comparecer acompanhado de advogado, se causa de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munido de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) se pessoa jurídica, assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
III. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até quinze dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IV. a falta de acesso do exequente à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para seu telefone, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
V. a parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da videochamada, observando-se que:
a) se não possuir advogado, deverá informar ao Cejusc (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também whatsapp) e 3449-3700 até um dia antes da data designada;
b) se a intimação for realizada por Oficial de Justiça, deverá ele certificar o número de telefone (Whatsapp) e se dispõe a parte de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência (Provimento Corregedoria nº 13/2021);
VI. não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também Whatsapp) e 3449-3700, até cinco dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve, ainda, de carta precatória.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:15
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 Art. 774. Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: [...] V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus. Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o juiz fixará multa em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do exequente, exigível nos próprios autos do processo, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material.
2 Art. 836. […] § 1º Quando não encontrar bens penhoráveis, independentemente de determinação judicial expressa, o oficial de justiça descreverá na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica. § 2º Elaborada a lista, o executado ou seu representante legal será nomeado depositário provisório de tais bens até ulterior determinação do juiz.
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005719-19.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Abatimento proporcional do preço
R$ 10.000,00
REQUERENTE: CARLA PATRICIA LEMOS CRUZ, CPF nº 02825169137, CENTRO 2885 R BARAO DO MELGAÇO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: KELISSON MONTEIRO CAMPOS, OAB nº RO5871
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS s/n, RODOVIA HÉLIO SMIDT, S/N TERMINAL DE PASSAGEIROS 1 ASA A MEZANINO . AEROPORTO - 07190-972 - GUARULHOS - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
D E C I S Ã O
1 DO JUÍZO 100% DIGITAL
O Ato Conjunto n. 014/2022-PR-CGJ, ao tratar acerca do “Juízo 100% Digital”, estabeleceu que “na propositura da ação informar-se-á obrigatoriamente e-mail e número de linha telefônica móvel, com aplicativo Whatsapp, da parte requerente e de seu(sua) advogado(a)”, sendo “ônus da parte requerente o fornecimento de e-mail e/ou número de linha telefônica móvel, com aplicativo Whatsapp, que permita a localização da parte requerida por via eletrônica” (art. 2º, §§ 1º e 2º).
Uma vez que descumpridos os comandos acima, presume-se que o(a) autor(a) equivocadamente incluiu estes autos no “Juízo 100% Digital”. Portanto, retifique-se a autuação.
Caso pretenda mesmo o trâmite nos moldes daquele ato conjunto, deverá regularizar a petição inicial (prazo: cinco dias).

2 DISPOSIÇÕES ACERCA DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR E DA CITAÇÃO
Haja vista o pedido preliminar e considerando-se o notório desinteresse da parte ré na conciliação, deixo de designar audiência de conciliação.
Cite-se e intime-se a ré a apresentar contestação, no prazo de quinze dias.
Sobrevindo a defesa, intime-se o demandante a impugná-la (prazo de quinze dias).
Serve esta de mandado, carta, carta precatória etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:15
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005730-48.2023.8.22.0010
Execução de Título Extrajudicial - Agência e Distribuição
R$ 2.806,02
EXEQUENTES: DEBORA FASHION EIRELI, CNPJ nº 14064946000207, AVENIDA NORTE SUL 4904 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, DEBORA FREDRICHSEN, CPF nº 74326015268, AV. NORTE SUL n 4904 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: RENATO CESAR MORARI, OAB nº RO10280
EXECUTADO: MARIA DE FATIMA MATIAS LEITE SILVA, CPF nº 64651010253, AV JAGUARIBE n 4107 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Intime-se o demandante a, no prazo de 15 dias, providenciar a juntada da qualificação tributária atualizada (ENUNCIADO 135 DO FONAJE).
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Após, serve este de mandado, incumbindo ao oficial de justiça:
1. citar (Lei n.º 9.099/95, art. 53 e §§) o executado para que em três dias efetue o pagamento da dívida (CPC, art. 829);
2. intimá-lo do teor do art. 774, inc. V, do CPC, e das consequências do seu descumprimento (idem, parágrafo único)[1];
3. transcorrido in albis o prazo, penhorar e avaliar tantos bens quantos bastem a assegurar o pagamento, depositando-os com o exequente;
4. restando infrutífera a penhora, observar, sendo possível, o art. 836, §§, do CPC[2]; caso contrário, intimar o exequente que não for assistido por advogado particular ou defensor público a, no prazo de cinco dias, promover o prosseguimento, indicando bens ou o atual endereço do executado (não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto – art. 53, § 4º, LJE);
5. havendo necessidade e independentemente de nova conclusão, servirá esta de requisição de força policial, ficando desde já autorizado o arrombamento se o executado fechar as portas da casa a fim de obstar a penhora (arts. 139, inc. VII, 782, §2º, e 846, §§, CPC);
6. quando da penhora, intimar o devedor à audiência preliminar telepresencial a ser realizada, pelo CEJUSC, na data agendada pela CPE, ocasião em que poderá oferecer embargos (art. 52, IX, LJE), por escrito ou verbalmente, sendo obrigatória a segurança do Juízo (enunciado 117, FONAJE);
7. cientificar o devedor de que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020):
I. os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência);
c) estar com o telefone disponível durante o horário da audiência;
d) comparecer acompanhado de advogado, se causa de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munido de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) se pessoa jurídica, assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
III. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até quinze dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IV. a falta de acesso do exequente à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para seu telefone, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
V. a parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da videochamada, observando-se que:
a) se não possuir advogado, deverá informar ao Cejusc (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também whatsapp) e 3449-3700 até um dia antes da data designada;
b) se a intimação for realizada por Oficial de Justiça, deverá ele certificar o número de telefone (Whatsapp) e se dispõe a parte de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência (Provimento Corregedoria nº 13/2021);
VI. não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também Whatsapp) e 3449-3700, até cinco dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.

Serve, ainda, de carta precatória.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:15
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 Art. 774. Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: [...] V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus. Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o juiz fixará multa em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do exequente, exigível nos próprios autos do processo, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material.
2 Art. 836. […] § 1º Quando não encontrar bens penhoráveis, independentemente de determinação judicial expressa, o oficial de justiça descreverá na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica. § 2º Elaborada a lista, o executado ou seu representante legal será nomeado depositário provisório de tais bens até ulterior determinação do juiz.
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005735-70.2023.8.22.0010
Execução de Título Extrajudicial - Agência e Distribuição
R$ 2.808,24
EXEQUENTES: DEBORA FASHION EIRELI, CNPJ nº 14064946000207, AVENIDA NORTE SUL 4904 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, DEBORA FREDRICHSEN, CPF nº 74326015268, AV. NORTE SUL n 4904 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: RENATO CESAR MORARI, OAB nº RO10280
EXECUTADO: ELAINE DUTRA DE PAULA, CPF nº 06895579222, AV. TOCANTINS n 5226 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Após, serve este de mandado, incumbindo ao oficial de justiça:
1. citar (Lei n.º 9.099/95, art. 53 e §§) o executado para que em três dias efetue o pagamento da dívida (CPC, art. 829);
2. intimá-lo do teor do art. 774, inc. V, do CPC, e das consequências do seu descumprimento (idem, parágrafo único)[1];
3. transcorrido in albis o prazo, penhorar e avaliar tantos bens quantos bastem a assegurar o pagamento, depositando-os com o exequente;
4. restando infrutífera a penhora, observar, sendo possível, o art. 836, §§, do CPC[2]; caso contrário, intimar o exequente que não for assistido por advogado particular ou defensor público a, no prazo de cinco dias, promover o prosseguimento, indicando bens ou o atual endereço do executado (não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto – art. 53, § 4º, LJE);
5. havendo necessidade e independentemente de nova conclusão, servirá esta de requisição de força policial, ficando desde já autorizado o arrombamento se o executado fechar as portas da casa a fim de obstar a penhora (arts. 139, inc. VII, 782, §2º, e 846, §§, CPC);
6. quando da penhora, intimar o devedor à audiência preliminar telepresencial a ser realizada, pelo CEJUSC, na data agendada pela CPE, ocasião em que poderá oferecer embargos (art. 52, IX, LJE), por escrito ou verbalmente, sendo obrigatória a segurança do Juízo (enunciado 117, FONAJE);
7. cientificar o devedor de que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020):
I. os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência);
c) estar com o telefone disponível durante o horário da audiência;
d) comparecer acompanhado de advogado, se causa de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munido de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) se pessoa jurídica, assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
III. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até quinze dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IV. a falta de acesso do exequente à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para seu telefone, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
V. a parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da videochamada, observando-se que:
a) se não possuir advogado, deverá informar ao Cejusc (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também whatsapp) e 3449-3700 até um dia antes da data designada;

b) se a intimação for realizada por Oficial de Justiça, deverá ele certificar o número de telefone (Whatsapp) e se dispõe a parte de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência (Provimento Corregedoria nº 13/2021);
VI. não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também Whatsapp) e 3449-3700, até cinco dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve, ainda, de carta precatória.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:15
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 Art. 774. Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: [...] V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus. Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o juiz fixará multa em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do exequente, exigível nos próprios autos do processo, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material.
2 Art. 836. […] § 1º Quando não encontrar bens penhoráveis, independentemente de determinação judicial expressa, o oficial de justiça descreverá na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica. § 2º Elaborada a lista, o executado ou seu representante legal será nomeado depositário provisório de tais bens até ulterior determinação do juiz.
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005775-52.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços
R$ 217,62
AUTOR: OTICA VISAO DE ROLIM DE MOURA LTDA - ME, CNPJ nº 63751952000167, 25 DE AGOSTO 5119 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LORENA VAGO PINHEIRO, OAB nº RO11058
REU: JUCIANA ALVES TIMOTEO, CPF nº 03310858286, AVENIDA PARANÁ 3640 NOVA ESTRELA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;

VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:16
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7003993-10.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material
R$ 15.000,00
AUTOR: RITA RODRIGUES LIRA, CPF nº 46972137268, RUA OURO PRETO 4091 INDUSTRIAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: WASHINGTON FELIPE NOGUEIRA, OAB nº RO10776
REU: LOTERICA TRENTO DA SORTE EIRELI - ME, CNPJ nº 11898743000147, AVENIDA 25 DE AGOSTO 4954 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AC ALTO PARAÍSO, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3628 CENTRO - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: DANIEL DOS ANJOS FERNANDES JUNIOR, OAB nº RO3214A, , - DE 821/822 A 1398/1399 - 76804-128 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
RITA RODRIGUES LIRA pleiteia indenização por danos morais, decorrente do fato de ter o serviço de energia elétrico de sua residência interrompido por duas vezes, inclusive em uma sexta-feira, em razão erro, atribuído à Lotérica, no pagamento da fatura que ensejou o corte de energia.
Houve acordo entre Rita e a requerida Lotérica, o qual já homologado, de modo que a análise do mérito aqui limita-se à requerida Energisa.
O evento danoso e ilícito imputado à Energisa é a interrupção do serviço em final de semana.
Neste ponto, a própria Energisa admitiu que no dia “em decorrência de uma INSPEÇÃO NA DATA DE 24/02/2023, os prepostos da concessionária constataram que a unidade havia sido religada à revelia da empresa, razão pela qual, de imediato, procederam o’RECORTE’”. (Id. 92369512 - Pág. 5).
Sobre o tema, dispõe o § 4º do art. 6º da Lei nº 8.987/951 que a interrupção do serviço na hipótese prevista no inciso II do § 3º deste artigo não poderá iniciar-se na sexta-feira, no sábado ou no domingo, nem em feriado ou no dia anterior a feriado.
Assim, não haveria como deixar de reconhecer aqui o necessário vínculo de causa e efeito, a teor do parágrafo único do art. 22 da Lei nº 8.078/80, entre o dano psicológico que a autora afirma haver experimentado2 e a atuação da ré.
A respeito do assunto, jurisprudência do e. Colégio Recursal do TJ/RO:
Demonstrada a falha na prestação do serviço, bem como o dano gerado ao consumidor, a fornecedora de bens ou serviços responde objetivamente pelos prejuízos extrapatrimoniais do ofendido. A fixação de indenização por danos morais deve servir como repreensão do ato ilícito e pautada no princípio da razoabilidade e proporcionalidade. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7000173-36.2021.822.0015, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 20/10/2022
CONSUMIDOR. CERON. SUSPENSÃO INDEVIDA DO FORNECIMENTO DE ENERGIA. LEI ESTADUAL Nº 1.783/07. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7034739-24.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Glodner Luiz Pauletto, Data de julgamento: 21/09/2020.
Ante o exposto, julgo procedente o pedido, para condenar ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, ao pagamento de R$ 6.000,00 a título de dano moral, além de correção e juros, ambos a partir do arbitramento (Súmula 362 do STJ).
Observe-se que do trânsito em julgado e independentemente de qualquer outra intimação inicia-se o prazo para cumprimento voluntário da sentença.
Apresentado dentro do prazo e com o recolhimento das custas, admito desde já e apenas no efeito devolutivo (art. 43) o recurso do o art. 41, da Lei n.º 9.099/95, do qual a parte adversa deverá ser intimada às contrarrazões.
Findos os dez dias (art. 42, § 2º), encaminhe-se o feito à e. Turma Recursal.
Havendo solicitação do interessado, inicie-se a fase de cumprimento da sentença (CPC/2015, art. 523 ss.), fazendo-se conclusos os autos.
Com o trânsito em julgado, nada sendo requerido, arquive-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:27
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

1Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
2… a situação suportada pela requerente se amolda perfeitamente ao sentimento decorrente de um dano de cunho moral. Isto porque a mesma vem suportando um sentimento de angustia, perdendo sua tranquilidade e sua paz de espirito, tendo em vista que teve suspenso o fornecimento de energia elétrica em sua unidade consumidora por motivo que sequer tem conhecimento. Trecho da inicial.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7004645-27.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Tratamento da Própria Saúde, Exame de Saúde e/ou Aptidão Física, Tratamento médico-hospitalar
R$ 900,00
REQUERENTES: MARLUCIA PEREIRA PINTO COSTA, AV ESPIRITO SANTO 3891 BEIRA RIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, AV ARACAJÚ 5394 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986, PALÁCIO RIO MADEIRA PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Manifeste-se a parte autora, no prazo de 5 dias, sobre a informação do Estado de Rondônia segundo a qual: [...] foi realizado agendamento do exame de COLONOSCOPIA para o dia 06.07.2023 às 13h, no Hospital Regional de Cacoal - HRC.
Após, retornem conclusos.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:27
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7000876-11.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Descontos Indevidos
R$ 7.224,34
REQUERENTE: JOEL BARBOSA DE FARIAS, CPF nº 30752060244, RUA JAGUARIBE, n. 6207 BEIRA RIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RENATO CESAR MORARI, OAB nº RO10280
REQUERIDO: Estado de Rondônia, - 76872-854 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Haja vista a tempestividade, admito o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões (id. 93148315).
Oportunamente, encaminhem-se os autos ao e. Colégio Recursal.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7002156-17.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo, Análise de Crédito
R$ 10.000,00
AUTOR: THIAGO AFONCO DE CAMARGO, CPF nº 05599175200, AVENIDA PORTO ALEGRE 5222 PLANALTO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: OZIEL SOBREIRA LIMA, OAB nº RO6053A
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS S.A, PRAÇA SENADOR SALGADO FILHO s/n, AEROPORTO SDU TÉRREO, EIXOS 46-48/P-P, BACK OFFICE CENTRO - 20021-340 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, , - DE 821/822 A 1398/1399 - 76804-128 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
D E S P A C H O
Uma vez que tempestivo e regularmente preparado, admito o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões apresentadas (id. 93090670).

Encaminhe-se ao e. Colégio Recursal.
Serve este(a) de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7006819-77.2021.8.22.0010
Termo Circunstanciado - Perturbação do trabalho ou do sossego alheios
R$ 0,00
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: DIEGO COSTA OLIVEIRA, AV. POETA AUGUSTO DOS ANJOS 4657, TEL.(69)98441-9199 - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
S E N T E N Ç A
Diante do cumprimento integral da transação penal, por analogia ao art. 89, §5º da Lei 9.099/95, declaro extinta a punibilidade de DIEGO COSTA OLIVEIRA .
Dispensada a intimação do(a) infrator(a), nos termos do Enunciado Fonaje nº 105.
Arquivem-se.
Rolim de Moura,
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7001598-45.2023.8.22.0010
Termo Circunstanciado - Calúnia, Injúria, Ameaça
R$ 0,00
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: PATRICIA VIEIRA DOS SANTOS, BELO HORIZONTE 6359, CASA SAO CRISTOVAO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR DO FATO: FRANCISCA JUSARA DE MACEDO COELHO SILVA, OAB nº RO10215, RUA 09 0167 CIDADE ALTA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Diante do cumprimento integral da transação penal (Id. 92765907 e 92765909), por analogia ao art. 89, §5º da Lei 9.099/95, declaro extinta a punibilidade de PATRICIA VIEIRA DOS SANTOS.
Dispensada a intimação do(a) infrator(a), nos termos do Enunciado Fonaje nº 105.
Arquivem-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:24
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005533-93.2023.8.22.0010
Termo Circunstanciado - Perturbação do trabalho ou do sossego alheios
R$ 0,00
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: MARIA TEREZA BODEMER, AVENIDA PORTO VELHO 5294 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Haja vista o parecer do i. Promotor de Justiça (id 93048071), a que me reporto para fundamentar, determino o arquivamento do processo.
Nos termos do art. 5º, inc. IV, da Lei n. 3.896/2016, isento MARIA TEREZA BODEMER do pagamento de custas.
Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:24
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005552-02.2023.8.22.0010
Termo Circunstanciado - Posse de Drogas para Consumo Pessoal
R$ 0,00
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: THIAGO WALLISSON DA SILVA MANGUEIRA, AV. BOA VISTA 4111, CASA CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Haja vista o parecer do i. Promotor de Justiça (id 93116758), a que me reporto para fundamentar, determino o arquivamento do processo.
Nos termos do art. 5º, inc. IV, da Lei n. 3.896/2016, isento THIAGO WALLISSON DA SILVA MANGUEIRA do pagamento de custas.
Cancele-se a audiência preliminar.
No mais, tendo em vista a manifestação do MP e que o presente Termo Circunstanciado será extinto e arquivado, autorizo a destruição de todo o material entorpecente apreendido nos autos (Lei 11.343/2006, arts. 50, § 3º, 50-A, e 72).
Serve este de Ofício à Depol.
Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.
Depois, arquivem-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:24
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7011277-06.2022.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Obrigação de Fazer / Não Fazer
R$ 7.290,90
REQUERENTE: LEIA DA SILVA ALVES SANTOS, CPF nº 59662883215
ADVOGADO DO REQUERENTE: IZALTEIR WIRLES DE MENEZES MIRANDA, OAB nº RO6867
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
DECISÃO
ID 90098668: Defiro o sobrestamento requerido nos termos do art. 104 do CDC[1].
Aguarde-se o trâmite dos autos 7002814-41.2023.8.22.0010.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:08
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 (REsp 1.620.717/RS , Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 17/10/2017 ; STJ - REsp: 1971126 SC 2021/0346087-7, Rel.: Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Data de Publicação: DJ 02/02/2022)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005567-68.2023.8.22.0010
Petição Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
R$ 0,00
REQUERENTE: LIVIA PICHLER KAYO, CPF nº 12160366919, ODORICO MAGALHAES 841, CS 01 CENTRO - 88390-000 - BARRA VELHA - SANTA CATARINA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: XPEED INVEST CONSULTORIA E GESTAO DE CRIPTOATIVOS LTDA, CNPJ nº 42521287000145, AVENIDA CARLOS GOMES 2988, - DE 2802 A 2992 - LADO PAR PRINCESA ISABEL - 76964-108 - CACOAL - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Cumpra-se, depois devolva-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:14
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005606-65.2023.8.22.0010

Procedimento do Juizado Especial Cível - Abatimento proporcional do preço
R$ 10.000,00
AUTOR: ALTAIR GOMES NUNES JUNIOR, CPF nº 01150878185, AV. FORTALEZA, 5077 - CENTRO, ROLIM DE MOURA - RO, 5077 AV FORTALEZA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: KELISSON MONTEIRO CAMPOS, OAB nº RO5871
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO s/n, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:14
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005617-94.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material, Análise de Crédito
R$ 10.313,22
REQUERENTE: JOAQUIM ANTONIO BARBOSA CUNHA DA SILVA, CPF nº 95507361215, AVENIDA GOIANIA 4923 BAIRRO BEIRA RIO, - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA

ADVOGADO DO REQUERENTE: MARIA CICERA FURTADO MENDONCA, OAB nº RO9914
REQUERIDO: TINDER COMERCIAL LIMITADA - ME, CNPJ nº 72848575000170, AVENIDA DAS AMÉRICAS 3443, BLOCO 2 COBERTURA 301. SALAS 301, 302, 303 E 304 BARRA DA TIJUCA - 22631-003 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:14
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005728-78.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material, Análise de Crédito
R$ 23.475,45
AUTOR: SHIRLEY NEVES DOS REIS, CPF nº 38648792215, RUA UIRAPURU 5913, CASA BOA ESPERANCA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: GEOVANI ALVES MOREIRA, OAB nº RO12829, JOSE LUIZ TORELLI GABALDI, OAB nº RO2543A, RUA RIO BRANCO 1873, CASA CENTRO - 76960-959 - CACOAL - RONDÔNIA
REU: COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO RURAL COM INTERACAO SOLIDARIA - CENTRAL CRESOL BASER, CNPJ nº 01401771000153, RUA ERNESTO SANDERSON 101, QUADRA 1637 INDUSTRIAL - 85601-657 - FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ
REU SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:15
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005747-84.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
R$ 3.600,00
REQUERENTE: VALERIA BORGES DOS SANTOS, CPF nº 88606945234, AV. MACAPÁ 3678 JARDIM TROPICAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: ARTHUR ANTUNES NASCIMENTO COSTA, CPF nº 01574440233, RUA PROJETADA K 2871 JEQUITIBÁ - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
S E N T E N Ç A
Uma vez que assim o estabelece o art. 3º, inc. III, da Lei n.º 9.099/95, e tendo em vista ainda o que dispõe o Enunciado 4, do Fonaje, no Juizado Especial Cível só se admite a ação de despejo prevista no inc. III do art. 47 da Lei do Inquilinato (8.245/91), isto é, a de despejo para uso próprio.

Portanto, não sendo a hipótese acima a dos autos, este juízo é incompetente para conciliação, processo e julgamento da causa.
Sobre o tema, vejam-se também:
RECURSO INOMINADO. LOCAÇÃO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL E COBRANÇA DE LOCATIVOS EM ATRASO. PEDIDO DE RESCISÃO QUE IMPLICA EM DESPEJO. INADIMPLEMENTO COMO CAUSA DE PEDIR. NÃO DEMONSTRADO O PEDIDO DE DESPEJO PARA USO PRÓPRIO. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (TJ-RS - Recurso Cível: 71007603038 RS, Relator: Fabiana Zilles, Data de Julgamento: 24/04/2018, Primeira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 27/04/2018)
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DESPEJO. ALEGAÇÃO DE USO PRÓPRIO NÃO EVIDENCIADA. […] INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. ENUNCIADO 4 - Nos Juizados Especiais só se admite a ação de despejo prevista no art. 47, inciso III, da Lei 8.245/1991. […] (TJ-PR - RI: 00021829820158160102 0 PR 0002182-98.2015.8.16.0102/0 (Acórdão), Relator: Daniel Tempski Ferreira da Costa, Data de Julgamento: 07/04/2017, 1Âª Turma Recursal - DM92, Data de Publicação: 11/04/2017)
Ante o exposto, firme no art. 485, inc. IV, do CPC, e art. 51, inc. II e § 1º, da LJE, extingo o processo sem resolver o mérito.
Com o trânsito em julgado, arquive-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:15
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7011252-90.2022.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários, Tarifas, Dever de Informação, Práticas Abusivas, Repetição do Indébito
R$ 15.771,88
AUTOR: MARCIO ARRUDA DA SILVA, CPF nº 88049981134, RUA GUAPORE 3693 OLIMPICO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, LINHA KAPA 76 KM 45 ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
REU: BANCO BRADESCO S.A., - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: SERGIO RODRIGO RUSSO VIEIRA, OAB nº BA24143, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, RUA BERNARDO GUIMARAES 245 FUNCIONARIOS - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, BRADESCO
D E S P A C H O
Uma vez que tempestivo e regularmente preparado, admito o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões apresentadas (id. 93075117).
Encaminhe-se ao e. Colégio Recursal.
Serve este(a) de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7011363-74.2022.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo, Cancelamento de vôo
R$ 10.213,33
AUTOR: MARCIO CASSIANO FEITOSA, CPF nº 71328807215, AVENIDA BELÉM 5295 PLANALTO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MARIA GABRIELA DE ASSIS SOUZA, OAB nº RO3981, AVENIDA BELO HORIZONTE 2734, - DE 2640 A 2964 - LADO PAR JARDIM CLODOALDO - 76963-692 - CACOAL - RONDÔNIA, JOSE EDILSON DA SILVA, OAB nº RO1554, AVENIDA CUIABÁ 1872, - DE 1736 A 2052 - LADO PAR CENTRO - 76963-732 - CACOAL - RONDÔNIA, ADRIANA DE ASSIS SOUZA, OAB nº RO8720
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO s/n, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, RUA BANDEIRA PAULISTA 600, 15 ANDRA ITAIM BIBI - 04532-001 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
D E C I S Ã O
DECISÃO
Conforme dados financeiros juntados no ID: 92364753, a renda média salarial líquida do autor é superior a R$ 5.000,00
Assim uma vez que o valor é de aproximadamente de R$ 510,66 (Lei n.° 3.896/2016), indefiro a gratuidade de justiça, pois forçoso reconhecer que o pagamento do referido valor comprometerias substancialmente o atendimento às suas necessidades básicas.
Intime-se o, no prazo de quarenta e oito horas, comprovar o preparo (Lei n. 909/95, art. 45, §1°; Fonaje, enunciado 115)

Contrarrazões (Id 93048606).
Encaminhe-se ao e. Colégio Recursal.
Deixando a parte de comprovar o recolhimento, arquive-se.
Serve este(a) de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, quinta-feira, 18 de maio de 2023 às 10:50
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7000112-59.2022.8.22.0010
Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
R$ 21.741,84
REQUERENTE: RENIVE RODRIGUES VIEIRA, CPF nº 57636800730, AVENIDA MANAUS 3177, CASA JARDIM TROPICAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LINDOMAR CASTILIO SILVA PINTO, OAB nº RO6961
REQUERIDO: CONFEDERACAO BRASILEIRA DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS, CNPJ nº 91340141000109, QUADRA CRS 507 BLOCO A 0061 ASA SUL - 70351-510 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS DO REQUERIDO: MANUELLA PIANCHAO DE ARAUJO, OAB nº DF34007, QI 31 LOTE 2 4 JARDINS LIFE RESIDENCI BL 4, APTO 905 GUARA II - 71065-310 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL, MORGANA CORREA MIRANDA, OAB nº DF41305, 4 SUL LOTE 09, AP 1506 ED OSCAR FREI AGUAS CLARAS - 71937-000 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
PETICIONANTE: BANCO BMG
ADVOGADO: RODRIGO SCOPEL, OAB/RS 40.004
DESPACHO
De fato, consultando o protocolo nº 202200077133971, observa-se a existência de bloqueio de valores em conta bancária.
Conforme protocolo anexo, o valor foi devidamente liberado.
Intimem-se e arquivem-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:02
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7007969-59.2022.8.22.0010
Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Obrigação de Fazer / Não Fazer, Consulta
R$ 5.120,00
EXEQUENTE: PEDRO HENRIQUE SCHIMER EFFGEN, CPF nº 06711102258, AV. PORTO ALEGRE 3495 CENTENARIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
EXEQUENTE SEM ADVOGADO(S)
NÃO DENUNCIADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
D E S P A C H O
O Município de Rolim de Moura não anuiu com a prestação de contas requerendo informações complementares referente à discriminação dos serviços prestados, valores unitários e datas de atendimentos efetivamente comprovados, requerendo, assim, a intimação da requerente.
Todavia, desnecessária tal exigência, uma vez que a nota fiscal id.91508459 presentada pela exequente comprova o bastante a utilização do dinheiro sequestrado, no custeio do tratamento objeto da decisão de id 90230457, motivo pelo qual tem-se por correto o acerto de contas.
Arquivem-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:02
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7000887-40.2023.8.22.0010
Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Tratamento médico-hospitalar
R$ 400,00
EXEQUENTES: ANA MARIA DA SILVA SANTOS, AV. MARACATIARA 5810 BAIRRO CIDADE A - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, AV ARACAJÚ 5394 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA

ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia, AVENIDA DOS IMIGRANTES - DE 31 3503, - DE 3129 A 3587 - LADO ÍMPAR COSTA E SILVA - 76803-611 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
D E S P A C H O
Autorizo a transferência por meio da ferramenta “alvará eletrônico”, de modo que enviados os dados da ordem diretamente à Caixa Econômica Federal.
Seguem as informações sintéticas do documento:
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 2.089,92 ANA MARIA DA SILVA SANTOS 00231105207 1529816 - 7 Sim Banco Bradesco S.A. (237) Ag.: 1486-9 C.: 881923-8 TOTAL
R$ 2.089,92O beneficiário deverá aguardar por cinco dias o crédito dos valores na conta bancária indicada.
Sobrevindo informação de erro no cumprimento da ordem, fica a CPE autorizada a expedir outro alvará independentemente de novo comando para tanto.
Após, à autora para prestação de contas em 10 dias e, em seguida, ao Estado para manifestação.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:02
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7008674-57.2022.8.22.0010
Cumprimento de sentença - Direito de Imagem, Overbooking, Extravio de bagagem, Dever de Informação, Práticas Abusivas
R$ 11.402,20
AUTOR: ANA TEREZINHA DE ANDRADE, CPF nº 28392418204, AV. MANAUS 4083, RESIDÊNCIA CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: WEVERTON FREITAS DA SILVA, OAB nº RO10413
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, 15 DE NOVEMBRO 1327, APTO 51 CENTRO - 79002-141 - CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Intime(m)-se o(a)(s) executado(a)(s), nos termos do art. 523[1], caput, do CPC/2015, para que pague o débito (vide demonstrativo).
Transcorrido in albis o prazo, acresça-se multa de dez por cento (§ 1º).
Na sequência, uma vez que a tentativa de bloqueio através de sistema eletrônico é opção prioritária na forma da lei (art. 835, inc. I c/c 854), diligencie-se perante o Sisbajud.
Frutífera a medida acima e inexistindo impugnação ou sendo ela rejeitada, transfira-se o valor e expeça-se alvará.
Serve esta de mandado/carta/carta precatória.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:06
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005605-80.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Abatimento proporcional do preço
R$ 10.000,00
AUTOR: ALINE TIANE FLORENCIO SILVA, CPF nº 91074550200, CENTRO 5077 AV FORTALEZA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: KELISSON MONTEIRO CAMPOS, OAB nº RO5871
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO s/n, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Despacho
Haja vista o requerimento de (id. 93059190 - Pág. 1) e considerando-se o notório desinteresse da parte ré na conciliação, cancelo a audiência designada.
Cite-se e intime-se a ré a apresentar contestação, no prazo de quinze dias.
Sobrevindo a defesa, intime-se o demandante a impugná-la (prazo de quinze dias).
Serve esta de mandado, carta, carta precatória etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:14
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7006585-61.2022.8.22.0010
Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito, Direito de Imagem
R$ 24.717,08
REQUERENTE: CAROLINA STEDILE ANACLETO DE SOUZA, CPF nº 87189593268, RUA ESPERANTINA 4206 CENTENÁRIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LEONARDO ZANELATO GONCALVES, OAB nº RO3941A
REQUERIDO: LEOMAR ALVES DA COSTA, CPF nº 69940061234, AV. CORONEL JORGE TEIXEIRA 3794, LOCAL DE TRABALHO FRIGORÍFICO DISTRIBOI BEIRA RIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Id 93171117: Tendo em vista o que dispõe o enunciado 76 do FONAJE[1], expeça-se certidão da dívida[2] e, se requerido, providencie-se o apontamento dela no serviço de proteção ao crédito (SerasaJud).
Na sequência, intime-se a exequente, servindo esta de carta, mandado etc., acompanhada da certidão de dívida, ficando ela ciente de que será responsável pelo cancelamento da inscrição no cadastro de inadimplentes (CPC, art. 782, § 4º e enunciado 76, FONAJE).
Oportunamente, arquivem-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:06
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
[1] ENUNCIADO 76 (Substitui o Enunciado 55) – No processo de execução, esgotados os meios de defesa e inexistindo bens para a garantia do débito, expede-se a pedido do exequente certidão de dívida para fins de inscrição no serviço de Proteção ao Crédito – SPC e SERASA, sob pena de responsabilidade.
[2] Da certidão constará o valor do débito atualizado e os dados do (s) título (s) (se cheque: número do cheque, agência sacada, valor, data da emissão, motivo da devolução, favorecido; se nota promissória ou duplicata mercantil - o valor, data do vencimento, data da emissão; se protestado o título, número do protesto, data do protesto, livro e fls.).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005627-41.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material, Atraso de vôo, Cancelamento de vôo, Análise de Crédito
R$ 12.185,19
AUTOR: CARLA REGINA DE OLIVEIRA CAPPELLI, CPF nº 03511028256, AVENIDA MACEIÓ 4049 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MAYARA APARECIDA KALB, OAB nº RO5043A, AV NORTE SUL 5555 PLANALTO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, ALLEXANDHER ALVES MORETTI, OAB nº RO10149
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO s/n, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;

IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:14
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005698-43.2023.8.22.0010
Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços
R$ 1.153,61
EXEQUENTE: DANILUCCI & ORTIS LTDA, CNPJ nº 36239607000176, AVENIDA JOÃO PESSOA 4855 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LORENA VAGO PINHEIRO, OAB nº RO11058
EXECUTADO: KAREN AMANDA SABINO MOTA, CPF nº 04771353239, RUA 09 0055 BAIRRO CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Após, serve este de mandado, incumbindo ao oficial de justiça:
1. citar (Lei n.º 9.099/95, art. 53 e §§) o executado para que em três dias efetue o pagamento da dívida (CPC, art. 829);
2. intimá-lo do teor do art. 774, inc. V, do CPC, e das consequências do seu descumprimento (idem, parágrafo único)[1];
3. transcorrido in albis o prazo, penhorar e avaliar tantos bens quantos bastem a assegurar o pagamento, depositando-os com o exequente;
4. restando infrutífera a penhora, observar, sendo possível, o art. 836, §§, do CPC[2]; caso contrário, intimar o exequente que não for assistido por advogado particular ou defensor público a, no prazo de cinco dias, promover o prosseguimento, indicando bens ou o atual endereço do executado (não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto – art. 53, § 4º, LJE);
5. havendo necessidade e independentemente de nova conclusão, servirá esta de requisição de força policial, ficando desde já autorizado o arrombamento se o executado fechar as portas da casa a fim de obstar a penhora (arts. 139, inc. VII, 782, §2º, e 846, §§, CPC);
6. quando da penhora, intimar o devedor à audiência preliminar telepresencial a ser realizada, pelo CEJUSC, na data agendada pela CPE, ocasião em que poderá oferecer embargos (art. 52, IX, LJE), por escrito ou verbalmente, sendo obrigatória a segurança do Juízo (enunciado 117, FONAJE);
7. cientificar o devedor de que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020):
I. os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência);
c) estar com o telefone disponível durante o horário da audiência;
d) comparecer acompanhado de advogado, se causa de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munido de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;

f) se pessoa jurídica, assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
III. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até quinze dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IV. a falta de acesso do exequente à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para seu telefone, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
V. a parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da videochamada, observando-se que:
a) se não possuir advogado, deverá informar ao Cejusc (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também whatsapp) e 3449-3700 até um dia antes da data designada;
b) se a intimação for realizada por Oficial de Justiça, deverá ele certificar o número de telefone (Whatsapp) e se dispõe a parte de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência (Provimento Corregedoria nº 13/2021);
VI. não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também Whatsapp) e 3449-3700, até cinco dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve, ainda, de carta precatória.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:15
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 Art. 774. Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: [...] V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus. Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o juiz fixará multa em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do exequente, exigível nos próprios autos do processo, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material.
2 Art. 836. […] § 1º Quando não encontrar bens penhoráveis, independentemente de determinação judicial expressa, o oficial de justiça descreverá na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica. § 2º Elaborada a lista, o executado ou seu representante legal será nomeado depositário provisório de tais bens até ulterior determinação do juiz.
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005759-98.2023.8.22.0010
Carta Precatória Cível - Atos executórios
R$ 868,23
DEPRECANTE: BOM GOSTO COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI, CNPJ nº 34970865000100, HOLANDA 3004, SALA 01 JARDIM EUROPA - 76967-178 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO DEPRECANTE: DENISE CARMINATO PEREIRA, OAB nº RO7404, AVENIDA JUSCIMEIRA 233, - DE 682 AO FIM - LADO PAR NOVO HORIZONTE - 76962-020 - CACOAL - RONDÔNIA
DEPRECADO: MARCELA DOS SANTOS MARCELINO MIRANDA, CPF nº 03662927225, AV 7 DE SETEMBRO 6970 BOM JARDIM - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
DEPRECADO SEM ADVOGADO(S)
D E S P A C H O
Cumpra-se, servindo esta de mandado; depois, devolva-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:16
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005773-82.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
R$ 2.100,00
REQUERENTE: JONATHAS DOS SANTOS NASCIMENTO, CPF nº 03498501275, AV. PARANÁ 5966 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: LUZIA ELIANE RODRIGUES DE MORAIS, CPF nº DESCONHECIDO, RUA AFONSO PENA 5064 SÃO CRISTOVÃO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.

Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:16
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7000042-08.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Produto Impróprio
R$ 17.244,86
AUTOR: ROGERIO AUGUSTO GUIMARAES, CPF nº 00330866729, RUA RIO VERDE 4345 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: GABRIELA CARVALHO GUIMARAES, OAB nº RO8301
REU: AMAZON SERVICOS DE VAREJO DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 15436940000448, AVENIDA DOUTOR ANTONIO JOÃO ABDALLA 260 CRISTAIS (JORDANÉSIA) - 07776-700 - CAJAMAR - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: GUILHERME KASCHNY BASTIAN, OAB nº SP266795, AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS 12399 13 andar BROOKLIN PAULISTA - 04578-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Uma vez que tempestivo e regularmente preparado, admito o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões (id 93178296).
Oportunamente, encaminhe-se o processo à e. Turma Recursal.
Serve este(a) de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7000615-46.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica
R$ 17.647,44
REQUERENTE: TAIS SENA DA ROCHA, CPF nº 00602622220, AV. VEREADOR EDSON SANTANA 6480 JEQUITIBÁ - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: CARLOS ERIQUE DA SILVA BONAZZA, OAB nº RO8176, RUA AMERICANA FLODOALDO PONTES PINTO - 76820-520 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, JOAO ALENCAR VIEIRA NETO, OAB nº RO12726
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AC BURITIS 1183, AVENIDA PORTO VELHO 1579 SETOR 3 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, RUA ANTÔNIO MARIA COELHO 5401, - DE 3807/3808 A 5298/5299 CAMPO GRANDE - 79021-170 - CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL, ENERGISA RONDÔNIA
TAIS SENA DA ROCHA demonstrou, por meio de cópia da carteira de trabalho, hipossuficiência tal que lhe seria oneroso, a ponto de comprometer seu sustento e o de sua família, despender o valor correspondente ao preparo, motivo pelo qual, firme no art. 5º, inc. LXXIV, da Carta Magna, Lei n. 1.060/50 e art. 98 ss, do CPC, defiro a gratuidade de justiça.
No mais, recebo o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões apresentadas Id. 92329127.
Encaminhe-se o processo ao e. Colégio Recursal.
Serve este(a) de mandado, carta, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7000730-67.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo
R$ 10.000,00
REQUERENTE: KATIA CANDIDA DE LIMA, CPF nº 95624236204, AV. PORTO VELHO 4900 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: EMILLY CARLA ROZENDO, OAB nº RO9512
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, EDIFÍCIO CASTELLO BRANCO OFFICE PARK TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, AVENIDA VISCONDE DE SUASSUNA SANTO AMARO - 50050-540 - RECIFE - PERNAMBUCO, MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, RUA ELIAS GORAYEB, - DE 1106/1107 A 1513/1514 NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-144 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
S E N T E N Ç A
No que se refere a preliminar de ausência do Interesse de agir, não é obrigatório o esgotamento da esfera administrativa para poder buscar os direitos perante o Poder Judiciário, já que tal fere a garantia de acesso à Justiça prevista no art. 5°, inciso XXXV da Constituição Federal.
Incontroverso nos autos que em virtude do cancelamento do voo AD 2774 (CGB-GRU), que sairia de Cuiabá em 11 de janeiro de 2023, ás 17h30min, ocorrera por conta das fortes chuvas que lá caíram durante esse dia.
Sobre o tema, a e. Turma Recursal do TJ/RO vem decidindo configurar hipótese excludente de responsabilidade civil do transportador, a configuração de circunstâncias climáticas que, por sua absoluta excepcionalidade, de fato inviabilize o desempenho da atividade de transporte de passageiros. (por todos, veja-se RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7003194-35.2021.822.0010, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Data de julgamento: 19/11/2021).
De outro lado, referido Colegiado vem julgando que atrasos inferiores a quatro horas, a exemplo do que se dera no voo de ida1 (AD 4345 – PVH/CGB), não reclamariam compensação a título de dano moral (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7054073-44.2019.822.0001, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 18/09/2020).
Desse modo e apesar do aborrecimento, não haveria como admitir aqui o necessário liame de causa e efeito (CDC, art. 14) entre mencionada prestação de serviço e o abalo psicológico que a autora diz haver experimentado2.
Ante o exposto, julgo improcedente o pedido.
Apresentado dentro do prazo e com o recolhimento das custas, admito desde já e apenas no efeito devolutivo (art. 43) o recurso do art. 41, da Lei n.º 9.099/95, do qual a parte adversa deverá ser intimada às contrarrazões.
Findos os dez dias (art. 42, § 2º), encaminhe-se o feito à e. Turma Recursal.
Havendo solicitação do interessado, inicie-se a fase de cumprimento da sentença (CPC/2015, art. 523 ss.), fazendo-se conclusos os autos.
Serve esta de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, sábado, 15 de julho de 2023 às 08:02
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

1 A passagem comprada pelo autor, estava prevista para sair de Porto Velho – RO, no voo AD 4345 dia 11 de janeiro de 2023, as 14hrs, e previsão de chegada em Cuiabá era as 15hrs50min, veja: Ao partirem de Porto Velho à Cuiabá já houve atraso de aproximadamente 40 minutos para pousar em Cuiabá devido à chuva e as turbulências.
2"...a requerida deixou a Autora esperando por horas até que para tentar amenizar disseram que ela e sua família conseguiriam embarcar no mesmo dia em outro voo, mas que não seria possível chegar ao destino logo cedo como havia adquirido o serviço inicialmente. ." (86443194).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7004586-39.2023.8.22.0010
Execução de Título Extrajudicial - Depósito
R$ 5.967,44
EXEQUENTE: AURI JOSE BRAGA DE LIMA, CPF nº 84475870291, AV NORTE SUL 5425 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: AURI JOSE BRAGA DE LIMA, OAB nº RO6946
EXECUTADO: AGNALDO TIMOTEO MOREIRA DE JESUS, CPF nº 92947530268, RUA D 2696 JARDIM TROPICAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
D E C I S Ã O
Mantenho a designação da audiência de conciliação, pois conforme vem decidindo a Turma Recursal deste Tribunal de Justiça, "a audiência de conciliação é ato essencial ao microssistema dos Juizados Especiais, sendo sua realização imprescindível no procedimento delineado pela Lei 9.099/95", conforme asseverado no seguinte julgado:
RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA ACOLHIDA. CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE PELA EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO SEM SEQUER TER HAVIDO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. SUPRESSÃO INDEVIDA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. ATO INDISPENSÁVEL NO RITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS. DESVIRTUAMENTO DO PROCEDIMENTO. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DO JUIZADO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE OPORTUNIDADE DE RÉPLICA A CONTESTAÇÃO. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. ERROR IN PROCEDENDO. PREJUÍZO EVIDENTE. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA ANULADA. RETORNO DO FEITO À ORIGEM PARA REGULAR PROCESSAMENTO. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7000502-63.2021.822.0010, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Audarzean Santana da Silva, Data de julgamento: 21/11/2021.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:06
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005235-38.2022.8.22.0010
Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
R$ 13.192,00
REQUERENTE: VANESSA DE OLIVEIRA MARTINS, CPF nº 01776650255, AVENIDA BELO HORIZONTE 2758, APTO 02 JARDIM CLODOALDO - 76963-682 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: VICTOR HUGO MAMEDE ANGELI, OAB nº RO12439, AVENIDA AFONSO PENA 3685 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA, JAQUELINE MARTINS PIRES LUZ, OAB nº RO11698, AV. FORTALEZA 5567 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, LARISSA LIMA DA SILVA, OAB nº RO11694
REQUERIDO: CENTRO DE EDUCACAO DE ROLIM DE MOURA LTDA, CNPJ nº 16648785000143, AV 25 DE AGOSTO 6961 SÃO CRISTÓVÃO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCIO RAFAEL GAZZINEO, OAB nº CE23495, RUA PADRE VALDEVINO ALDEOTA - 60135-041 - FORTALEZA - CEARÁ
Considerando que a autora declarou ciência da dilação de prazo para a juntada do comprovante de pagamento (Id 91314687) e deixou de anexar aos autos qualquer tabela com atualização do cálculo processual, não há que se falar em atualização após satisfeita a obrigação. Assim e tendo em vista o levantamento da quantia depositada, extingo o processo nos termos do artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil.
Arquivem-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:08
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura

cpe@tjro.jus.br
7010187-60.2022.8.22.0010
Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços
R$ 5.039,60
EXEQUENTE: DANILUCCI & ORTIS LTDA, CNPJ nº 36239607000176, AVENIDA JOÃO PESSOA 4855 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LORENA VAGO PINHEIRO, OAB nº RO11058
EXECUTADO: MEDIA ALVES DE OLIVEIRA, CPF nº 94817553200, AVENIDA PORTO VELHO n. 4709 BAIRRO CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Id 93264379: Tendo em vista o que dispõe o enunciado 76 do FONAJE[1], expeça-se certidão da dívida[2] e, se requerido, providencie-se o apontamento dela no serviço de proteção ao crédito (SerasaJud).
Na sequência, intime-se o(a) exequente, servindo esta de carta, mandado etc., acompanhada da certidão de dívida, ficando ele(a) ciente de que será responsável pelo cancelamento da inscrição no cadastro de inadimplentes (CPC, art. 782, § 4º e enunciado 76, FONAJE).
Oportunamente, arquivem-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:08
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7004647-94.2023.8.22.0010
Termo Circunstanciado - Injúria
R$ 0,00
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: LUCILENE DE SOUZA AMORIM, RUA TOPÁZIO 1565 CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
D E S P A C H O
CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DE: LUCILENE DE SOUZA AMORIM, brasileira, filha de Maria Nair de Souza e de Paulo Amorim, nascida em 23/02/1981, portadora do CPF: 003.931.232-19, residente e domiciliado rua Topázio, nº 1565, bairro Cidade Alta, Rolim de Moura – RO, telefone: 69 98495-8601.
Uma vez que designada audiência de instrução e julgamento telepresencial, serve este de mandado de citação e intimação nos termos do art. 78 e ss. da Lei 9.099/95 e da Resolução Nº 329 de 30/07/2020, com as seguintes finalidades:
1 - PROCEDER a CITAÇÃO do(a)(s) acusado(a)(s) acima qualificado(a)(s) da denúncia do Ministério Público, entregando-lhe(s) uma cópia, bem como, intima-lo(a)(s) da designação da Audiência de Instrução e Julgamento a ser realizada no dia 30 de agosto de 2023, às 9:00 horas, na sala de audiências deste Juizado Especial Criminal, anexo I, localizada na Av. João Pessoa, 455, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000.
2 - O(A) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça informará ao(à)(s) acusado(a)(s) que a audiência será realizada por videoconferência e verificará a possibilidade desta(e)(s) participar(em) da audiência por meio do Google Meet e/ou WhatsApp, sendo que para tanto, deverá anotar o número do celular, conta de e-mail válida e o número do CPF (caso não conste(m) no mandado) do(a)(s) intimado(a)(s). Caso o número do celular da parte já conste no mandado, confirmar se está ativo e se tem o aplicativo do WhatsApp instalado. Caso a parte informe que não dispõe de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência, deverá certificar o ocorrido, nos termos do Provimento CGJ n. 013/2021, com efeitos válidos para as 1ª (primeira), 2ª (segunda) e 3ª (terceira) etapas do Plano de Retorno Programado das Atividades Presenciais do Poder Judiciário.
2.1 - Não dispondo, a parte, de telefone ou outros meios tecnológicos suficientes para participar da videochamada para audiência, deverá comparecer a este Juízo no dia e hora agendado para audiência, utilizando máscara de proteção individual.
3 - No momento da Intimação, o(a) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça informar ao(à)(s) acusado(a)(s), a necessidade de sua participação na audiência acompanhado de advogado, com a advertência de que, caso não tenha advogado, deverá entrar em contato com a Defensoria Pública responsável pela área criminal, por meio do número de telefone [(69) 99232-8079], antes da realização da Audiência de Instrução.
4 - Intimar, ainda, que poderá indicar testemunhas, informando os nomes e dados de contato delas, por meio do telefone/WhatsApp: 3449-3704 (atendimento das 7h às 14h - gabinete do Juizado Especial). Caso necessite que as testemunhas sejam intimadas pessoalmente, deverá requerer junto ao e-mail: central_rolim@tjro.jus.br ou telefone/(WhatsApp): 98474-2339 (atendimento das 7h às 14h), no mínimo 05 dias antes da data da audiência, constando nome, endereço e o número de telefone delas.
OBSERVAÇÃO: HAVENDO OU NÃO a possibilidade da(s) parte(s) participar(em) da Audiência, o(a) secretária(o) do juiz entrará em contato informando quais serão os procedimentos a serem adotados, garantindo, ainda, possibilidade de contato caso ocorra queda de sinal durante o ato.
Expeçam-se o necessário (mandado/carta/ofício) para intimação de eventual(is) vítima(s) e/ou testemunha(s).
Obs: Informações da audiência - 9h Quarta-feira, 30 de agosto Fuso horário: America/Boa_Vista Como participar do Google Meet Link da videochamada: https://meet.google.com/fjm-bics-ihb Ou disque: (BR) +55 11 4949-0066 PIN: 602 208 356# Outros números de telefone: https://tel.meet/fjm-bics-ihb?pin=9035042427125
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:21
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005584-07.2023.8.22.0010
Termo Circunstanciado - Perturbação do trabalho ou do sossego alheios
R$ 0,00
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, , - ATÉ 4366 - LADO PAR - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: ROGERIO DO NASCIMENTO SILVA, PORTO VELHO 2980 PRINCESA ISABEL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Haja vista o parecer do i. Promotor de Justiça (id 93192763), a que me reporto para fundamentar, determino o arquivamento do processo.
Nos termos do art. 5º, inc. IV, da Lei n. 3.896/2016, isento ROGERIO DO NASCIMENTO SILVA do pagamento de custas.
Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.
Retire-se a audiência de pauta.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:24
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7001963-02.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Obrigação de Fazer / Não Fazer, Jornada de Trabalho
R$ 1.302,00
REQUERENTE: ROSEMIRO MARTINI, CPF nº 74255088268, AV. POETA AUGUSTO DOS ANJOS 5273 BOA ESPERANÇA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LEIDIANE CRISTINA DA SILVA, OAB nº RO7896
REQUERIDOS: DER-RO - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES, Estado de Rondônia, AVENIDA 25 DE AGOSTO 4803, CENTRO CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
ROSEMIRO MARTINI, servido do DER-RO, pai da menor com deficiência A. J. de A. M, aduz que teve negada a prorrogação de redução em 50% da carga horária de trabalho, motivo pelo qual ingressou com obrigação de fazer em face do Estado e DER.
Foi concedida tutela de urgência e comprovado o cumprimento em 28/06/2023 (Id. 92575519).
O Estado de Rondônia alegou sua ilegitimidade passiva, o que deve ser aqui acolhido, vez que realmente "desde o advento da Lei Estadual n. 93, de 7 de janeiro de 1986, o Departamento de Estradas e Rodagem foi transformado em Autarquia Estadual"(trecho da réplica).
Ademais, mesmo se considerarmos a teoria da asserção, onde as questões relacionadas às condições da ação, como a legitimidade passiva, são aferidas à luz do que o autor afirma na petição inicial, vê-se que obrigação alguma seria atribuída ao Estado, pois que o autor afirma que seu pedido fora mesmo indeferido pelo DER.
Assim, o DER é que é parte legítima para figurar no feito e, se o caso, cumprir a obrigação de fazer.
Isto porque "a autarquia não é um simples 'órgão' da Administração direta. [...] A autarquia é titular de direitos e deveres em nome próprio. Há um patrimônio próprio da autarquia. [...] Os atos praticados pela autarquia não são atribuídos à Administração direta e vice-versa" (Curso de direito administrativo. 8ª ed. rev., ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 237-238)
Pois bem.
Ao contrário do que afirma o DER, o pedido não foi negado por mérito administrativo em razão de "faculdade da Administração Pública conceder tal benefício"(trecho da réplica), mas sim motivado por não atender a critérios técnicos e administrativos de redução de carga horária, considerando ausência de dependência econômica vez que a filha possui Benefício de Prestação Continuada do INSS. (Id. 88109546 - Pág. 53)
Todavia, ao que se depreende dos documentos anexos pelo autor, há sim dependência econômica, pois o valor relativo ao BPC certamente não seria mesmo capaz de suprir as necessidades básicas da menor.
O Relatório da assistente social, por exemplo, afirma que a criança faz uso "constante de fralda descartável e dos seguintes medicamentos: Lamotrigina 50 ml; Flixotide 250 mg spray; Depakene Xarope 100 ml; Salbutamol 2mg; Aerolin Spray dose 200; Vigabatarina 100mg; Resource Thicken Up Clear 125 g (espessante alimentar); Euthyrox 25 mg; Sabril 500 mg c/60 e Canabidiol (Óleo de cannabis)."(Id. 88109546 - Pág. 51)
Além disso, há altos gastos com plano de saúde e diversos outros, conforme comprovantes em Id. 88109546 - Pág. 58-99 e Id. 89627900.
Assim, não há que se falar em independência financeira pelo simples fato do recebimento de benefício de assistência social.
Ademais, a declaração de imposto de renda juntada pelo próprio requerido (Id. 91052941) demonstra que as filhas são consideradas dependentes do requerente.
De outro lado, ainda que se considerasse tratar-se de mérito administrativo, como alega o requerido, quando do indeferimento do pedido houve a motivação do ato, firmada unicamente na tese de ausência de dependência econômica, de modo que sendo demonstrada a existência da mencionada dependência, outro caminho não há se não o deferimento do pedido.

É que a teoria dos motivos determinantes "estabelece que, em havendo motivação escrita, ainda que a lei não determine, passa o administrador a estar vinculado àquela motivação" ((STJ - AgInt no MS: 21548 DF 2015/0008190-8, Relator: Ministro GURGEL DE FARIA, Data de Julgamento: 31/08/2021, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 08/09/2021)
Assim, por todo o exposto, confirmando a decisão que concedeu a antecipação da tutela, julgo procedente o pedido para condenar o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, na obrigação de fazer consistente na concessão do horário especial ao servidor, com a redução 50% da carga horária, sem exigência de compensação de horas e sem prejuízo da remuneração.
Apresentado dentro do prazo, admito desde já o recurso de que trata o art. 41, da Lei n.º 9.099/95, do qual a parte adversa deverá ser intimada às contrarrazões.
Findos os dez dias (art. 42, § 2º), encaminhe-se o feito à e. Turma Recursal.
Com o trânsito em julgado, nada sendo requerido, arquivem-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:27
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7001557-78.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários, Tarifas
R$ 15.696,92
AUTOR: IZAEL PAULO, CPF nº 68594747934, RUA 14 0182 CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: FELIPE WENDT, OAB nº RO4590, RUA RIO MADEIRA 5105 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, RUA RIO MADEIRA 5105 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, SERGIO MAGESKY DUTRA, OAB nº RO12297
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A., , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, HEBERT DE AZEVEDO, - DE 1231 A 1511 - LADO ÍMPAR OLARIA - 76801-267 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, BRADESCO
S E N T E N Ç A
Conforme bem ressaltou IZAEL PAULO no ID: 93234514, a instituição financeira deixou de comprovar, mediante o contrato a que fazem referência os arts. 1º e 8º da Resolução do Banco Central nº 3.919/20101, a alegação segundo a qual "...todos os descontos em sua conta corrente, foram autorizados e visavam adimplir os serviços prestados em atendimento aos interesses do cliente na realização das atividades realizadas na sua conta corrente." (93110116).
Noutro giro, a e. Turma Recursal do TJ/RO já decidiu que o simples fato de o réu ter cobrado tais tarifas anos anteriores sem insurgência do consumidor não significa, por si só, que houve consentimento expresso e inequívoco deste (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7034063-47.2017.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Amauri Lemes, Data de julgamento: 10/07/2018).
Assim, inoportuno sustentar, como se fez no ID: 93110116, "...anuência tácita do serviço...", e, por conseguinte, legitimidade dos descontos sub examine.
Em termos diversos, não haveria mesmo como deixar de admitir aqui o necessário liame de causa e efeito (CDC, art. 14) entre a atitude do banco de fazer com que o autor pagasse certa quantia por um serviço não contratado e os danos que ele alega que sofreu, o moral inclusive, até porque, esse o entendimento pacífico da Corte supra.
RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. SERVIÇOS BANCÁRIOS. PACOTE. CONTRATAÇÃO. COMPROVAÇÃO. INEXISTÊNCIA. IRREGULARIDADE NA COBRANÇA. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. CABIMENTO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. A cobrança de tarifa para remuneração de pacote de serviços bancários é irregular se não houve comprovação da contratação/autorização específica do cliente em relação ao respectivo pacote; Demonstrada a má-fé, os valores descontados pela instituição bancária devem ser devolvidos ao cliente em dobro; O valor da indenização deve ser suficiente para atender os requisitos de proporcionalidade e razoabilidade. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7001836-65.2022.822.0021, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 11/05/2023).
Ante o exposto, ratificando a decisão que indeferiu a tutela de urgência, acolho a demanda, para declarar nulas subtrações ora em debate e condenar BANCO BRADESCO S/A ao pagamento de R$ 2.845,24 (R$ 1.422,62 × 2 - vide extratos anexos ao ID: 87819680), mais acréscimo monetário a partir da propositura desta e juros desde a citação, e de R$ 10.000,00, fora correção monetária e juros nos termos da Súmula 362 do STJ, observando-se que do trânsito em julgado e independentemente de qualquer outra intimação o início do prazo para cumprimento voluntário da sentença.
Apresentado dentro do prazo e com o recolhimento das custas, admito desde já e apenas no efeito devolutivo (art. 43) o recurso do art. 41, da Lei n.º 9.099/95, do qual a parte adversa deverá ser intimada às contrarrazões.
Findos os dez dias (art. 42, § 2º), encaminhe-se o feito à e. Turma Recursal.
Havendo solicitação do interessado, inicie-se a fase de cumprimento da sentença (CPC/2015, art. 523 ss.), fazendo-se conclusos os autos.
Serve esta de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 22:53
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 Art. 1º A cobrança de remuneração pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conceituada como tarifa para fins desta resolução, deve estar prevista no contrato firmado entre a instituição e o cliente ou ter sido o respectivo serviço previamente autorizado ou solicitado pelo cliente ou pelo usuário.
Art. 8º A contratação de pacotes de serviços deve ser realizada mediante contrato específico.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7007648-24.2022.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Obrigação de Fazer / Não Fazer
R$ 7.290,90
REQUERENTE: ANICETO RODRIGUES DA SILVA, CPF nº 23744740200
ADVOGADO DO REQUERENTE: IZALTEIR WIRLES DE MENEZES MIRANDA, OAB nº RO6867
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Expeça-se o requisitório observando-se o que dispõem o art. 13, incs. I e II, da precitada norma[1], e a Resolução n.º 290/2023-TJRO.
Com a expedição e intimação para pagamento, arquive-se.
Noticiando-se o descumprimento, solicite-se do executado informações (prazo de dez dias) – a evitar-se confiscos desnecessários de verba pública – quanto ao pagamento da RPV, frisando-se que na ausência de manifestação ou confirmado o inadimplemento, será bloqueada a quantia, nos termos do §1º do art. 13.
Serve este(a) de mandado/carta.
Rolim de Moura, domingo, 16 de julho de 2023 às 23:54
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 Art. 13. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado: I – no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da entrega da requisição do juiz à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório, na hipótese do § 3o do art. 100 da Constituição Federal; ou II – mediante precatório, caso o montante da condenação exceda o valor definido como obrigação de pequeno valor.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005792-88.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços
R$ 10.000,00
AUTOR: EGNALDO PEREIRA BENTO, CPF nº 60590149253, NORTE SUL 6088 INDUSTRIAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CATIANE DARTIBALE, OAB nº RO6447
REU: BANCO BRADESCO S.A., BANCO BRADESCO S.A. s/n, NÚCLEO CIDADE DE DEUS VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ, BARINAS HOLDINGS S.A., CNPJ nº 15011336000127, RUA DOMINGOS SÉRGIO DOS ANJOS 277, 3 ANDAR JARDIM SANTO ELIAS - 05136-170 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DOS REU: BRADESCO
DESPACHO
A concessão da tutela de urgência está a depender da demonstração dos elementos previstos pelo art. 300, CPC/2015.
Em que pese pareça mesmo haver urgência no pedido e quiçá, perigo de dano, entendo que não fora demonstrado suficientemente a probabilidade do direito, motivo pelo qual postergo a análise da antecipação de tutela para após a juntada de informações pelas requeridas.
Intime-se BANCO NEXT - Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A e BANCO BRADESCO S.A a prestarem informações acerca do bloqueio do valor e os motivos que o justifiquem, no prazo de 05 dias.
Além disso, nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;

b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, domingo, 16 de julho de 2023 às 23:55
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7001606-56.2022.8.22.0010
Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material, Obrigação de Fazer / Não Fazer
R$ 10.500,00
REQUERENTE: CRISTIANE PROENCIO FARIAS, CPF nº 88451356249, RUA 25 3643 CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARIA STELLA MARINHO SETTE, OAB nº RO10585, DANIEL DE PADUA CARDOSO DE FREITAS, OAB nº RO5824, RUA GUAPORÉ 4359 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, RUA ANTÔNIO MARIA COELHO 5401, - DE 3807/3808 A 5298/5299 CAMPO GRANDE - 79021-170 - CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL, ENERGISA RONDÔNIA
Intime-se o devedor à manifestação em 5 dias acerca do bloqueio de valores, nos termos do art. 854, §§ 2º e 3º, do CPC[1].
Serve este de carta, mandado, carta precatória etc.
Rolim de Moura, domingo, 16 de julho de 2023 às 23:57
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
[1] § 2º Tornados indisponíveis os ativos financeiros do executado, este será intimado na pessoa de seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente. § 3º Incumbe ao executado, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar que: I - as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis; II - ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7004001-84.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos
R$ 6.980,86
AUTOR: ZENIL JOSE DE FARIAS, CPF nº 29018170259, AVENIDA 7 DE SETEMBRO 4093 BEIRA RIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CATIANE DARTIBALE, OAB nº RO6447
REU: DJANGO SILVA DE SOUZA, CPF nº 61267422220, AVENIDA VEREADOR EDSON SANTANA MOTA 6055 JEQUITIBÁ - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
D E S P A C H O

Diante da diversidade de endereços do demandado resultantes das buscas - Infoseg e Sisbajud anexos -, intime-se o autor para indicar em qual deles pretende seja realizada a diligência.
Vindo aos autos a indicação, providencie-se o necessário á citação.
Rolim de Moura, domingo, 16 de julho de 2023 às 23:57
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7004262-49.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Tratamento da Própria Saúde, Tratamento médico-hospitalar, Cirurgia
R$ 19.200,00
REQUERENTES: RICARDO FRAGA, AVENIDA MANAUS 4240 BAIRRO JARDIM T - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, AV ARACAJÚ 5394 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: Estado de Rondônia, AVENIDA DOS IMIGRANTES - DE 31 3503, - DE 3129 A 3587 - LADO ÍMPAR COSTA E SILVA - 76803-611 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Intime-se o requerente a demonstrar que tenha solicitado, junto aos órgãos competentes, o agendamento dos “exames pré-opreratórios: raio x do torax, exames laboratoriais, ecocardiograma e consulta em cardiologia.”
Rolim de Moura, domingo, 16 de julho de 2023 às 23:57
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7006602-97.2022.8.22.0010
Cumprimento de sentença - Fornecimento de Energia Elétrica
R$ 17.011,18
REQUERENTE: MARLENE DOS SANTOS LOURENCO, CPF nº 75853493272
ADVOGADOS DO REQUERENTE: CIDINEIA GOMES DA ROCHA, OAB nº RO6594A, ONEIR FERREIRA DE SOUZA, OAB nº RO6475A
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Intime-se o devedor à manifestação em 5 dias acerca do bloqueio de valores, nos termos do art. 854, §§ 2º e 3º, do CPC[1].
Intime-se, ainda, o autor a informar dados bancários para expedição de alvará eletrônico.
Serve este de carta, mandado etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:02
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

_____
1 § 2º Tornados indisponíveis os ativos financeiros do executado, este será intimado na pessoa de seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente. § 3º Incumbe ao executado, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar que: I - as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis; II - ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7001419-14.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços, Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
R$ 10.000,00
REQUERENTE: JULIANA DOS SANTOS COIMBRA, CPF nº 01783477601, AVENIDA MACEIÓ 5515 BAIRRO CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LORENA VAGO PINHEIRO, OAB nº RO11058
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A., SEDE NA RUA GUAPORÉ 4873 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: WILSON BELCHIOR, OAB nº CE17314A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, BRADESCO
S E N T E N Ç A
Restou incontroversa a alegação segundo a qual o BANCO BRADESCO S/A manteve o nome de JULIANA DOS SANTOS COIMBRA em órgão protetivo de crédito1, mesmo após a quitação da dívida.
Desse modo, não haveria como não reconhecer aqui o necessário vínculo de causa e efeito (CDC, art. 14) entre a conduta da fornecedora, qual seja, a de negligenciar a retirada do nome de JULIANA da lista de devedores por conta de um débito já pago, e o dano moral que ela alega haver sofrido, até porque essa é a posição que prevalece no e. TJ/RO:

Apelação cível. Ação indenizatória. Inscrição indevida. Quitação do débito. Dano moral. Valor da indenização. Manutenção. A inscrição indevida do nome do devedor no cadastro de inadimplentes acarreta dano moral, vinculado à própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos. O valor fixado a título de reparação por dano moral, quando razoável e adequado ao caso, considerando o conjunto fático e as regras da razoabilidade e proporcionalidade, não deve ser alterado. (TJ-RO - AC: 70052140220168220001 RO 7005214-02.2016.822.0001, Data de Julgamento: 25/08/2020)
Ante o exposto, julgo procedente o pedido, condenar BANCO BRADESCO S/A. à entrega de R$ 10.000,00 a título de dano psicológico, além de correção monetária e juros conforme súmula 362 do STJ, observando-se que do trânsito em julgado e independentemente de qualquer outra intimação o início do prazo para cumprimento voluntário da sentença.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:06
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 No ano de 2023 houve proposta de renegociação da referida dívida, ao qual, foi quitada em R$536,90 (quinhentos e trinta e seis reais e noventa centavos) no dia 10.02.2023, conforme comprovantes em anexo. (...) Conforme consulta no sistema de informações de crédito realizada em 13 de fevereiro de 2023, consta a restrição do banco requerido, mesmo a dívida estando quitada desde janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7011172-29.2022.8.22.0010
Cumprimento de sentença - Cancelamento de vôo
R$ 6.974,20
AUTOR: BELMIRO GONCALVES DE CASTRO, CPF nº 42480850978, AVENIDA RECIFE CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: BELMIRO GONCALVES DE CASTRO, OAB nº MT2193
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO S/N, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, RUA BANDEIRA PAULISTA 600, 15 ANDRA ITAIM BIBI - 04532-001 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Consta do sistema, depósito judicial[1].
Intime-se o requerente a indicar dados bancários para expedição do alvará eletrônico.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:06
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

_____
1.
Nº 1529765-9 Origem: TRIBUNAL BELMIRO GONÇALVES DE CASTRO Saldo R$ 6.714,78Utilizado R$ 0,00
Data 26/06/2023Saldo Remanescente R$ 6.714,78

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005623-04.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer
R$ 729,96
REQUERENTE: PAULO MOREIRA DE PADUA, CPF nº 21133689949, AV. RECIFE, 5255 5255, NÃO CONSTA NÃO INFORMADO - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: AGUAS DE ROLIM DE MOURA SANEAMENTO SPE LTDA., 25 DE AGOSTO 6156 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA DA AEGEA - RO
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;

c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:14
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005656-91.2023.8.22.0010
Carta Precatória Cível - Citação
R$ 0,00
DEPRECANTE: ROBERTO GOVEIA RAMOS COMBUSTIVEIS, CNPJ nº 07363341000170, AV. CARLOS PEPER LOTE 01 E 02, DISTRITO DE FLOR DA SERRA CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
DEPRECANTE SEM ADVOGADO(S)
DEPRECADO: DIOGO PREATO DE OLIVEIRA, CPF nº 02978897295, LH 204 KM 4 E MEIO LADO SUL, CASA ZONA RURAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
DEPRECADO SEM ADVOGADO(S)
D E S P A C H O
cumpra-se, depois devolva-se
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:14
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005736-55.2023.8.22.0010
Execução de Título Extrajudicial - Agência e Distribuição
R$ 3.163,80
EXEQUENTES: DEBORA FASHION EIRELI, CNPJ nº 14064946000207, AVENIDA NORTE SUL 4904 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, DEBORA FREDRICHSEN, CPF nº 74326015268, AV. NORTE SUL n 4904 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA

ADVOGADO DOS EXEQUENTES: RENATO CESAR MORARI, OAB nº RO10280
EXECUTADO: JUCIELI DA SILVA, CPF nº 96687649272, RUA 3 n 3888 RESIDENCIAL ESPLANADA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Intime-se o demandante a, no prazo de 15 dias, providenciar a juntada da qualificação tributária atualizada (ENUNCIADO 135 DO FONAJE).
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Após, serve este de mandado, incumbindo ao oficial de justiça:
1. citar (Lei n.º 9.099/95, art. 53 e §§) o executado para que em três dias efetue o pagamento da dívida (CPC, art. 829);
2. intimá-lo do teor do art. 774, inc. V, do CPC, e das consequências do seu descumprimento (idem, parágrafo único)[1];
3. transcorrido in albis o prazo, penhorar e avaliar tantos bens quantos bastem a assegurar o pagamento, depositando-os com o exequente;
4. restando infrutífera a penhora, observar, sendo possível, o art. 836, §§, do CPC[2]; caso contrário, intimar o exequente que não for assistido por advogado particular ou defensor público a, no prazo de cinco dias, promover o prosseguimento, indicando bens ou o atual endereço do executado (não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto – art. 53, § 4º, LJE);
5. havendo necessidade e independentemente de nova conclusão, servirá esta de requisição de força policial, ficando desde já autorizado o arrombamento se o executado fechar as portas da casa a fim de obstar a penhora (arts. 139, inc. VII, 782, §2º, e 846, §§, CPC);
6. quando da penhora, intimar o devedor à audiência preliminar telepresencial a ser realizada, pelo CEJUSC, na data agendada pela CPE, ocasião em que poderá oferecer embargos (art. 52, IX, LJE), por escrito ou verbalmente, sendo obrigatória a segurança do Juízo (enunciado 117, FONAJE);
7. cientificar o devedor de que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020):
I. os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência);
c) estar com o telefone disponível durante o horário da audiência;
d) comparecer acompanhado de advogado, se causa de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munido de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) se pessoa jurídica, assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
III. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até quinze dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IV. a falta de acesso do exequente à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para seu telefone, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
V. a parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da videochamada, observando-se que:
a) se não possuir advogado, deverá informar ao Cejusc (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também whatsapp) e 3449-3700 até um dia antes da data designada;
b) se a intimação for realizada por Oficial de Justiça, deverá ele certificar o número de telefone (Whatsapp) e se dispõe a parte de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência (Provimento Corregedoria nº 13/2021);
VI. não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também Whatsapp) e 3449-3700, até cinco dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve, ainda, de carta precatória.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:15
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 Art. 774. Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: [...] V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus. Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o juiz fixará multa em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do exequente, exigível nos próprios autos do processo, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material.
2 Art. 836. […] § 1º Quando não encontrar bens penhoráveis, independentemente de determinação judicial expressa, o oficial de justiça descreverá na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica. § 2º Elaborada a lista, o executado ou seu representante legal será nomeado depositário provisório de tais bens até ulterior determinação do juiz.
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br

7005727-93.2023.8.22.0010
Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços
R$ 600,13
EXEQUENTE: DANILUCCI & ORTIS LTDA, CNPJ nº 36239607000176, AVENIDA JOÃO PESSOA 4855 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LORENA VAGO PINHEIRO, OAB nº RO11058
EXECUTADO: EMERSON DE SOUZA DOS SANTOS, CPF nº 88930270204, AVENIDA ESPIRITO SANTO 3390 BAIRRO JARDIM TROPICAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Após, serve este de mandado, incumbindo ao oficial de justiça:
1. citar (Lei n.º 9.099/95, art. 53 e §§) o executado para que em três dias efetue o pagamento da dívida (CPC, art. 829);
2. intimá-lo do teor do art. 774, inc. V, do CPC, e das consequências do seu descumprimento (idem, parágrafo único)[1];
3. transcorrido in albis o prazo, penhorar e avaliar tantos bens quantos bastem a assegurar o pagamento, depositando-os com o exequente;
4. restando infrutífera a penhora, observar, sendo possível, o art. 836, §§, do CPC[2]; caso contrário, intimar o exequente que não for assistido por advogado particular ou defensor público a, no prazo de cinco dias, promover o prosseguimento, indicando bens ou o atual endereço do executado (não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto – art. 53, § 4º, LJE);
5. havendo necessidade e independentemente de nova conclusão, servirá esta de requisição de força policial, ficando desde já autorizado o arrombamento se o executado fechar as portas da casa a fim de obstar a penhora (arts. 139, inc. VII, 782, §2º, e 846, §§, CPC);
6. quando da penhora, intimar o devedor à audiência preliminar telepresencial a ser realizada, pelo CEJUSC, na data agendada pela CPE, ocasião em que poderá oferecer embargos (art. 52, IX, LJE), por escrito ou verbalmente, sendo obrigatória a segurança do Juízo (enunciado 117, FONAJE);
7. cientificar o devedor de que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020):
I. os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência);
c) estar com o telefone disponível durante o horário da audiência;
d) comparecer acompanhado de advogado, se causa de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munido de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) se pessoa jurídica, assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
III. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até quinze dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IV. a falta de acesso do exequente à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para seu telefone, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
V. a parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da videochamada, observando-se que:
a) se não possuir advogado, deverá informar ao Cejusc (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também whatsapp) e 3449-3700 até um dia antes da data designada;
b) se a intimação for realizada por Oficial de Justiça, deverá ele certificar o número de telefone (Whatsapp) e se dispõe a parte de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência (Provimento Corregedoria nº 13/2021);
VI. não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também Whatsapp) e 3449-3700, até cinco dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve, ainda, de carta precatória.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:15
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 Art. 774. Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: [...] V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus. Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o juiz fixará multa em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do exequente, exigível nos próprios autos do processo, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material.
2 Art. 836. […] § 1º Quando não encontrar bens penhoráveis, independentemente de determinação judicial expressa, o oficial de justiça descreverá na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica. § 2º Elaborada a lista, o executado ou seu representante legal será nomeado depositário provisório de tais bens até ulterior determinação do juiz.
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005757-31.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços
R$ 98,00
REQUERENTE: SIMONE DE OLIVEIRA, CPF nº 76125939200, RUA URUPA 6287 SAO CRISTÓVAO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: TECO-PORTÃO ELETRÔNICO, CPF nº DESCONHECIDO, AV. MANAUS 5785 SÃO CRISTÓVÃO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:15
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura

cpe@tjro.jus.br
7005785-96.2023.8.22.0010
Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços
R$ 801,82
EXEQUENTE: OTICA VISAO DE ROLIM DE MOURA LTDA - ME, CNPJ nº 63751952000167, 25 DE AGOSTO 5119 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LORENA VAGO PINHEIRO, OAB nº RO11058
EXECUTADO: SELMA PEREIRA DA SILVA, CPF nº 92426115220, AVENIDA ESPIRITO 6012 BAIRRO BOA ESPERANÇA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Após, serve este de mandado, incumbindo ao oficial de justiça:
1. citar (Lei n.º 9.099/95, art. 53 e §§) o executado para que em três dias efetue o pagamento da dívida (CPC, art. 829);
2. intimá-lo do teor do art. 774, inc. V, do CPC, e das consequências do seu descumprimento (idem, parágrafo único)[1];
3. transcorrido in albis o prazo, penhorar e avaliar tantos bens quantos bastem a assegurar o pagamento, depositando-os com o exequente;
4. restando infrutífera a penhora, observar, sendo possível, o art. 836, §§, do CPC[2]; caso contrário, intimar o exequente que não for assistido por advogado particular ou defensor público a, no prazo de cinco dias, promover o prosseguimento, indicando bens ou o atual endereço do executado (não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto – art. 53, § 4º, LJE);
5. havendo necessidade e independentemente de nova conclusão, servirá esta de requisição de força policial, ficando desde já autorizado o arrombamento se o executado fechar as portas da casa a fim de obstar a penhora (arts. 139, inc. VII, 782, §2º, e 846, §§, CPC);
6. quando da penhora, intimar o devedor à audiência preliminar telepresencial a ser realizada, pelo CEJUSC, na data agendada pela CPE, ocasião em que poderá oferecer embargos (art. 52, IX, LJE), por escrito ou verbalmente, sendo obrigatória a segurança do Juízo (enunciado 117, FONAJE);
7. cientificar o devedor de que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020):
I. os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência);
c) estar com o telefone disponível durante o horário da audiência;
d) comparecer acompanhado de advogado, se causa de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munido de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) se pessoa jurídica, assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
III. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até quinze dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IV. a falta de acesso do exequente à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para seu telefone, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
V. a parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da videochamada, observando-se que:
a) se não possuir advogado, deverá informar ao Cejusc (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também whatsapp) e 3449-3700 até um dia antes da data designada;
b) se a intimação for realizada por Oficial de Justiça, deverá ele certificar o número de telefone (Whatsapp) e se dispõe a parte de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência (Provimento Corregedoria nº 13/2021);
VI. não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também Whatsapp) e 3449-3700, até cinco dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve, ainda, de carta precatória.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:16
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 Art. 774. Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: [...] V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus. Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o juiz fixará multa em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do exequente, exigível nos próprios autos do processo, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material.
2 Art. 836. […] § 1º Quando não encontrar bens penhoráveis, independentemente de determinação judicial expressa, o oficial de justiça descreverá na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica. § 2º Elaborada a lista, o executado ou seu representante legal será nomeado depositário provisório de tais bens até ulterior determinação do juiz.
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7010876-07.2022.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Estabelecimentos de Ensino
R$ 15.000,00
AUTOR: JOAO HENRIQUE ZAMPIERI, CPF nº 58677933972, AV. VALDECIR SGARB FILHO 2812 JEQUITIBA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FLAVIO LOOSE TIMM, OAB nº RO12148
REU: CENTRO DE EDUCACAO DE ROLIM DE MOURA LTDA, CNPJ nº 16648785000143, 25 DE AGOSTO 6961, AVENIDA 25 DE AGOSTO 4698 SAO CRISTOVAO - 76940-971 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: MARCIO RAFAEL GAZZINEO, OAB nº CE23495, RUA PADRE VALDEVINO ALDEOTA - 60135-041 - FORTALEZA - CEARÁ
Uma vez que tempestivo e regularmente preparado, admito o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões apresentadas (Id 93212151).
Oportunamente, encaminhe-se o processo à e. Turma Recursal.
Serve este(a) de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7011282-28.2022.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Estabelecimentos de Ensino
R$ 15.840,70
REQUERENTE: THAYLANA PAULA DA SILVA, CPF nº 96686545287, RUA ANTÔNIO DE SANTANA 4054, - DE 4054/4055 A 4214/4215 VILLAGE DO SOL - 76964-264 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS FERREIRA CAVALCANTE, OAB nº RO2790
REQUERIDOS: SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA, CNPJ nº 34075739000184, AV. 25 DE AGOSTO 6961 SÃO CRISTOVÃO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, CENTRO DE EDUCACAO DE ROLIM DE MOURA LTDA, CNPJ nº 16648785000143, 25 DE AGOSTO 6961, AVENIDA 25 DE AGOSTO 4698 SAO CRISTOVAO - 76940-971 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: MARCIO RAFAEL GAZZINEO, OAB nº CE23495, RUA PADRE VALDEVINO ALDEOTA - 60135-041 - FORTALEZA - CEARÁ
Uma vez que tempestivo e regularmente preparado, admito o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões (id 93173464).
Oportunamente, encaminhe-se o processo à e. Turma Recursal.
Serve este(a) de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7003650-14.2023.8.22.0010
Termo Circunstanciado - Crimes de Trânsito
R$ 0,00
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: ADRIANA BARBOSA DE OLIVEIRA, RUA CORUMBIARA 4038 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR DO FATO: ELAINE CRISTINA SANTOS, OAB nº RO8790, AV CORUMBIARA 4475 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Satisfeitas as exigências legais, conforme acima anotado, e tendo em vista ainda a anuência do beneficiário, homologo o acordo.
Nos termos do art. 5º, inc. IV, da Lei nº 3.896/2016, isento ADRIANA BARBOSA DE OLIVEIRA do pagamento de custas.
Certificado o cumprimento, arquivem-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:21
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005548-62.2023.8.22.0010
Termo Circunstanciado - Posse de Drogas para Consumo Pessoal
R$ 0,00
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: RUAN VITOR DA SILVA PIMENTEL, CORONEL JORGE TEIXEIRA 4849, INEXISTENTE BEIRA RIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
S E N T E N Ç A
Haja vista o parecer do i. Promotor de Justiça (id. 93116956), a que me reporto para fundamentar, determino o arquivamento do processo.
Nos termos do art. 5º, inc. IV, da Lei n. 3.896/2016, isento RUAN VITOR DA SILVA PIMENTEL do pagamento de custas.
Cancele-se a audiência preliminar.
No mais, tendo em vista a manifestação do MP e que o presente Termo Circunstanciado será extinto e arquivado, autorizo a destruição de todo o material entorpecente apreendido nos autos (Lei 11.343/2006, arts. 50, § 3º, 50-A, e 72).
Serve este de Ofício à Depol.
Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:21
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7004300-95.2022.8.22.0010
Cumprimento de sentença - Nota Promissória
R$ 475,25
REQUERENTE: VANDERLY SOARES MEDEIROS, CPF nº 55968414200, AV. NITERÓI 4646 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: RONIELLY FERREIRA DESIDERIO, OAB nº RO9944, RUA CORUMBIARA 4590 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, SALVADOR LUIZ PALONI, OAB nº SP81050
REQUERIDO: FABIOLA LOPES DE PAULA, CPF nº 94212791234, DV. DANIEL GOMES 5810 JATOBÁ II - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
S E N T E N Ç A
Homologo a desistência, extinguindo o processo sem resolver o mérito, nos termos do art. 485, inc. VIII, do CPC/2015, c.c. o art. 51, §1º, da Lei nº 9099/95.
Arquive-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:30
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7002957-11.2015.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Honorários Profissionais
R$ 200,00
REQUERENTE: LUIS ORLANDO TREVINO TORRICO, CPF nº 51101688220
ADVOGADOS DO REQUERENTE: TIAGO GOMES CANDIDO, OAB nº RO7858, RONAN ALMEIDA DE ARAUJO, OAB nº RO2523
REQUERIDO: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Satisfeita a obrigação, extingo o processo nos termos do art. 924, inc. II, do Código de Processo Civil.
Arquive-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:30
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Rolim de Moura - Juizado Especial
Processo: 7044087-61.2022.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
AUTOR: RAFAEL DE MAIO GODOI registrado(a) civilmente como RAFAEL DE MAIO GODOI e outros
Advogado do(a) AUTOR: KELISSON MONTEIRO CAMPOS - RO5871
Advogado do(a) REQUERENTE: KELISSON MONTEIRO CAMPOS - RO5871
REU: TAM LINHAS AÉREAS S/A e outros
Advogado(s) do reclamado: FABIO RIVELLI, RODRIGO SOARES DO NASCIMENTO, DANIEL PENHA DE OLIVEIRA
Advogados do(a) REU: DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - MG87318, FABIO RIVELLI - RO6640
Advogado do(a) REU: RODRIGO SOARES DO NASCIMENTO - MG129459
ATO ORDINATÓRIO
Por determinação deste juízo ficam as partes intimadas do retorno dos autos da turma recursal bem como do trânsito em julgado.
Rolim de Moura, 14 de julho de 2023

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Rolim de Moura - Juizado Especial
Rolim de Moura - Juizado Especial Cível, Fórum Eurico Soares Montenegro, Av. João Pessoa, 4555, Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO, Brasil. Fone: (69) 3442-2268
Processo n°: 7004030-37.2023.8.22.0010
AUTOR: MAXUEL KAYSER DOS SANTOS
Advogados do(a) AUTOR: ROMILSON GUEDES - RO11654, SERGIO MARTINS - RO3215
REU: FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Rolim de Moura, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7009055-65.2022.8.22.0010
Cumprimento de sentença - Duplicata
R$ 1.885,90
REQUERENTE: ANTONIO MARCOS PEREIRA DE FREITAS - ME, CNPJ nº 07553846000106, AV ARACAJU 5074 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: OZIEL SOBREIRA LIMA, OAB nº RO6053A, AVENIDA NORTE SUL 5555 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, CAROLAYNE RIBEIRO SOBREIRA LIMA, OAB nº RO12510
REQUERIDO: AZELINA APARECIDA DOS SANTOS, CPF nº 59533927291, RUA ANDRÉ OLINDO LEDNIK C3, 339 VILA ITABERABA - 02846-150 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Restaram infrutíferas as buscas Sisbajud e Renajud.
Assim, distribua-se esta decisão como mandado, incumbindo ao oficial de justiça:
1. penhorar, avaliar e remover, no endereço Rua André Olindo Lednik C3, nº 339, vila Itaberaba, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, tantos bens quantos bastem a assegurar o pagamento da dívida, depositando-os com exequente;
2. intimar as partes de todos os atos e o devedor a, caso queira, oferecer embargos em 15 dias (art. 52, inc. IX, LJE);
3. intimar o credor a se manifestar sobre eventual interesse na adjudicação (CPC, art. 876);
4. restando infrutífera a penhora, observar, sendo possível, o art. 836, §§, do CPC[1]; caso contrário, intimar o exequente que não for assistido por advogado particular ou defensor público a, no prazo de 5 dias, promover o prosseguimento, indicando bens ou o atual endereço do executado (não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto – art. 53, § 4º, LJE);
5. proposta a autocomposição, certificá-la no mandado (CPC, art. 154, inc. VI) e intimar a parte contrária para manifestar-se (5 dias), sem prejuízo do andamento regular do processo, entendendo-se o silêncio como recusa (idem, parágrafo único).
Havendo necessidade e independentemente de nova conclusão, servirá esta de requisição de força policial, autorizando-se desde já o arrombamento se o executado fechar as portas da casa a fim de obstar a penhora (arts. 139, inc. VII, 782, §2º, e 846, §§, todos do CPC).
Se requerida, defiro:
I. a adjudicação, pelo valor em que avaliada a coisa (auto de penhora anexo), devendo o exequente entregar a diferença quando da remoção, descontados eventuais débitos de veículo: nesse caso, intimem-se as partes, cientificando-se o devedor de que poderá impugnar em cinco dias, e, decorrido o prazo, providencie-se a lavratura do auto a que faz referência o art. 877, do CPC, expedindo-se, na sequência:
a. carta de adjudicação e mandado de imissão na posse, se imóvel; ou
b. ordem de entrega ao adjudicatário, se bem móvel;
II. a alienação por iniciativa particular (preço mínimo: 50% do valor da avaliação), no prazo de trinta dias (art. 880, § 1°); ou
III. a venda judicial (preço mínimo: 50% do valor da avaliação), observando-se o enunciado 79 do FONAJE[2].

No que se refere aos itens II e III, noticiada a venda, intime-se o executado a, caso queira, manifestar-se em cinco dias. Deixando ele de impugnar, expeça-se termo de alienação. Após, providencie-se, nos moldes do §2º e incisos do art. 880 (CPC):
a. carta de alienação e mandado de imissão na posse, se imóvel; ou
b. ordem de entrega ao adquirente, se bem móvel.
Serve, ainda, de carta, carta precatória e/ou ofício.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:06
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 Art. 836. […] § 1º Quando não encontrar bens penhoráveis, independentemente de determinação judicial expressa, o oficial de justiça descreverá na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica. § 2º Elaborada a lista, o executado ou seu representante legal será nomeado depositário provisório de tais bens até ulterior determinação do juiz.
2 Enunciado 79 – Designar-se-á hasta pública única, se o bem penhorado não atingir valor superior a sessenta salários mínimos (nova redação – XXI Encontro- Vitória/ES).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7009759-78.2022.8.22.0010
Cumprimento de sentença - Compromisso, Honorários Advocatícios, Gratuidade
R$ 5.325,00
REQUERENTE: MICHELE TEREZA CORREA, CPF nº 65444396220, ESPERANTINA 3669, CASA CENTENÁRIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DARCI ANDERSON DE BRITO CANGIRANA, OAB nº RO8576
REQUERIDO: OSVALDO JOSE MISSIAS NETO, CPF nº 00678917213, LINHA 184 KM 05 LADO SUL, 69 9 8485 0889 ZONA RURAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: WEVERTON FREITAS DA SILVA, OAB nº RO10413, RUA RIO BRANCO 3956 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
D E S P A C H O
Certificou o oficial de justiça (id 92418760) que, in verbis: […] após diligências na localidade indicada, DEIXEI DE PROCEDER A INTIMAÇÃO E PENHORA de bens de propriedade da parte devedora, Sr. Osvaldo José Messias Neto, haja vista não ter encontrado o executado e tampouco bens do mesmo a serem penhorados, sendo que após diligências na localidade, bem como em outras diligências complementar, conversei com a Sra. Marcilene (encontrada na Loja Dona Bonita), e a mesma declarou que o executado encontra-se preso Em São Paulo/SP. As demais diligências restaram infrutíferas. .
Ou seja, restou infrutífera a tentativa de localização da executada, amoldando-se o caso em tela à hipótese do art. 256, inc. II, do CPC.
Assim e considerando-se as buscas Sisbajud e Renajud (92132694; 92132695)1, proceda-se à citação editalícia (prazo do edital: 30 dias).
Permanecendo revel o executado, nos termos do art. 72, parágrafo único, do CPC2 e súmula 196, do STJ3, encaminhem-se os autos à Defensoria Pública, para manifestação em 15 dias.
Serve esta de mandado, carta, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:08
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 […] Não tendo sido encontrados os Devedores, quando procurados para citação, pelo Oficial de Justiça, nos endereços declinados no contrato, é de se deferir o arresto eletrônico, via BACENJUD e RENAJUD, para bloqueio de numerários existentes nas contas correntes e aplicações financeiras dos Executados, bem como nos veículos de sua propriedade, até o valor do crédito exequendo, a teor do disposto no art. 830, do CPC (TJ-MG, AI 10024113436703001 MG, 17ª CÂMARA CÍVEL, Rel.: Roberto Vasconcellos, public.: 19/09/2016). 2 Art. 72. O juiz nomeará curador especial ao: I - incapaz, se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade; II - réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado. Parágrafo único. A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública, nos termos da lei.
3 STJ, súmula nº 196 - Ao executado que, citado por edital ou por hora certa, permanecer revel, será nomeado curador especial, com legitimidade para apresentação de embargos.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005602-28.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Procuração
R$ 5.700,00
AUTOR: FRANKLIN DE FREITAS, CPF nº 03859976982, RUA SEBASTIÃO ANTÔNIO DA SILVA 137 SANTA CÂNDIDA - 82650-430 - CURITIBA - PARANÁ
AUTOR SEM ADVOGADO(S)
REU: 37.358.944 MIRIAN DOS SANTOS ALMEIDA, CNPJ nº 37358944000145, RUA JOSE ANTONIO SILVA 0062 CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)

D E S P A C H O
cumpra-se, depois devolva-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:14
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005625-71.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer
R$ 59,96
REQUERENTE: ELIANI TEIXEIRA, CPF nº 70389225215, AV. CUIABÁ 3463, CASA CENTENÁRIO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: ITFARMA OURO PRETO DO OESTE COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 45803784000205, NORTE SUL 4934 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:14
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005693-21.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer
R$ 3.500,00
REQUERENTE: FLORICEMA CARVALHO, CPF nº 02318546762, AV. MARINGÁ 4949 BEIRA RIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: SOLIMOES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA., CNPJ nº 07549414001438, VINTE E DOIS DE NOVEMBRO 88, TERREO; CENTRO - 76900-111 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:15
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura

cpe@tjro.jus.br
7005704-50.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Rodoviário
R$ 12.230,57
REQUERENTE: POLIANA DE MELO SOUSA, CPF nº 01291006257, AV. PAULINO 5647, CASA JEQUITIBA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JONATAS FERRAZ CORDEIRO, OAB nº RO12730
REQUERIDO: SOLIMOES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS EIRELI, CNPJ nº 07549414000202, AV. CELSO MAZUTTI s/n, TERMINAL RODOVIÁRIOS JARDIM ELDORADO - 76988-034 - VILHENA - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:15
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005723-56.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material
R$ 21.055,50

AUTOR: ELENI ALICE DA SILVA LEAL, CPF nº 30228253829, RUA CECILIA MEIRELES 5795, CASA CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: GEOVANI ALVES MOREIRA, OAB nº RO12829
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6.490, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
D E S P A C H O
Haja vista o requerimento de (id. 93180859) e considerando-se o notório desinteresse da parte ré na conciliação, deixo de designar audiência.
Cite-se e intime-se a ré a apresentar contestação, no prazo de quinze dias.
Sobrevindo a defesa, intime-se o demandante a impugná-la (prazo de quinze dias).
Serve esta de mandado, carta, carta precatória etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:15
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7000045-60.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo
R$ 11.854,69
AUTOR: GABRIELA MACIEL CHIULLO, CPF nº 02445338220, RUA G 6408 INDUSTRIAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ALEFF ALVES DE OLIVEIRA, OAB nº RO12253, MARA DIVINA MACIEL CHIULLO, OAB nº RO13260, 2808, CENTRO - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, RUA BANDEIRA PAULISTA 600, 15 ANDRA ITAIM BIBI - 04532-001 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Uma vez que tempestivo e regularmente preparado, admito o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões apresentadas (id. 93062980).
Encaminhe-se ao e. Colégio Recursal.
Serve este(a) de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7003606-92.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito, Análise de Crédito
R$ 13.410,00
AUTOR: CEDIRA PAULINO DA SILVA, CPF nº 29812887253, AVENIDA JOÃO PESSOA 5469 PLANALTO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: OZIEL SOBREIRA LIMA, OAB nº RO6053A
REU: BANCO BRADESCO S.A., BANCO BRADESCO S.A. s/n, NO NÚCLEO CIDADE DE DEUS, PREDIO CINZA 1 ANDAR VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADOS DO REU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, HEBERT DE AZEVEDO, - DE 1231 A 1511 - LADO ÍMPAR OLARIA - 76801-267 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, BRADESCO
Uma vez que não verificada a hipótese do § 2º do art. 99 do CPC, considerando-se o que dispõe o § 3º da precitada norma e os documentos anexos ao recurso, defiro a gratuidade de justiça, firme ainda no art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição Federal, Lei n. 1.060/1950 e art. 98 ss. daquele códex.
No mais, recebo o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões apresentadas (Id 93308818).
Encaminhe-se o processo à e. Turma Recursal.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005337-26.2023.8.22.0010
Carta Precatória Criminal - Intimação
R$ 0,01
AUTORIDADE: M., AV. JUSCELINO KUBITSCHEK 1445 JD AMÉRICA - 79210-000 - ANASTÁCIO - MATO GROSSO DO SUL
AUTORIDADE SEM ADVOGADO(S)
REU: SERGIO APARECIDO DA SILVA, AV. NORTE SUL 6830 OLÍMPICO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, PAULO CESAR VIEIRA DE ARAUJO, CPF nº 03206252148, RUA PASTOR CISTO FRANCA s/n, TERCEIRA CASA LADO ESQUERDO LOTEAMENTO TARUMÃ - 79210-000 - ANASTÁCIO - MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADO DOS REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Cumpra-se, depois devolva-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:21
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7003758-43.2023.8.22.0010
Termo Circunstanciado - Crimes contra a Flora
R$ 0,00
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: A. C. DE PAIVA - ME, CNPJ nº 16384420000159, 25 DE AGOSTO 8370, SAIDA NOVA BRASILAND CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
D E S P A C H O
Defiro a cota ministerial anexa ao id 92734175.
Encaminhe-se o processo à Delegacia de Polícia Civil para as diligências requeridas.
Com o retorno, dê-se vista ao Ministério Público.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:21
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7002428-45.2022.8.22.0010
Termo Circunstanciado - Crimes contra a Flora
R$ 0,00
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTORES DOS FATOS: RENATO ALVES PAULA, LH 180 SUL KM 8,5 CHÁCARA ÁGUA BOA, - DE 2991/2992 A 3288/3289 RURAL - 76964-116 - CACOAL - RONDÔNIA, NALDIR ALVES DE OLIVEIRA, RUA PEDRO KEMPER 4098, (69)984872400 RURAL - 76961-591 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES DOS FATOS: JOSE ANGELO DE ALMEIDA, OAB nº RO309, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, CIBELE THEREZA BARBOSA RISSARDO, OAB nº RO235B, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Diante do cumprimento integral da transação penal (Id. 90616729), por analogia ao art. 89, §5º da Lei 9.099/95, declaro extinta a punibilidade de NALDIR ALVES DE OLIVEIRA.
Dispensada a intimação do(a) infrator(a), nos termos do Enunciado Fonaje nº 105.
Quanto ao infrator RENATO ALVES PAULA, haja vista a concordância do Ministério Público (id 93114347) e o que estabelece o art. 62, da Lei n.º 9.099/95, acolho a justificativa apresentada (id 92085962).
Intime-se RENATO ALVES PAULA: a) encaminhando-lhe, se o caso, as guias de depósito; b) advertindo-lhe de que o descumprimento das condições do benefício acarretará a continuidade da persecução penal.
Serve este(a) de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:24
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Rolim de Moura - Juizado Especial
Rolim de Moura - Juizado Especial Cível, Fórum Eurico Soares Montenegro, Av. João Pessoa, 4555, Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO, Brasil. Fone: (69) 3442-2268
Processo nº : 7000817-23.2023.8.22.0010
Requerente: FRANCISCA SOARES ANDRADE
Advogado do(a) AUTOR: DANILO CONSTANCE MARTINS DURIGON - RO5114
Requerido(a): MOTA COLCHOES - EIRELI - ME
Advogados do(a) REU: GUSTAVO AFONSO OLIVEIRA - GO34881, JULIANA LOURENCO DE OLIVEIRA - GO22713
Intimação À PARTE REQUERENTE/REQUERIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar manifestação acerca dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos.
Rolim de Moura, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7011095-20.2022.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Obrigação de Fazer / Não Fazer
R$ 7.290,90
REQUERENTE: GIVANILDA FONSECA DE OLIVEIRA, CPF nº 93124740491
ADVOGADO DO REQUERENTE: IZALTEIR WIRLES DE MENEZES MIRANDA, OAB nº RO6867
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
DECISÃO
ID 90226904: Defiro o sobrestamento requerido nos termos do art. 104 do CDC[1].
Aguarde-se o trâmite dos autos 7002814-41.2023.8.22.0010.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:08
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 (REsp 1.620.717/RS , Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 17/10/2017 ; STJ - REsp: 1971126 SC 2021/0346087-7, Rel.: Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Data de Publicação: DJ 02/02/2022)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7007586-81.2022.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Obrigação de Fazer / Não Fazer
R$ 7.290,00
REQUERENTE: SEVERINO RODRIGUES DA SILVA, CPF nº 26076225220, AV. SALVADOR 5218 PLANALTO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: IZALTEIR WIRLES DE MENEZES MIRANDA, OAB nº RO6867
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Expeça-se o requisitório observando-se o que dispõem o art. 13, incs. I e II, da precitada norma[1], e a Resolução n.º 290/2023-TJRO.
Com a expedição e intimação para pagamento, arquive-se.
Noticiando-se o descumprimento, solicite-se do executado informações (prazo de dez dias) – a evitar-se confiscos desnecessários de verba pública – quanto ao pagamento da RPV, frisando-se que na ausência de manifestação ou confirmado o inadimplemento, será bloqueada a quantia, nos termos do §1º do art. 13.
Serve este(a) de mandado/carta.
Rolim de Moura, sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:15
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 Art. 13. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado: I – no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da entrega da requisição do juiz à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório, na hipótese do § 3o do art. 100 da Constituição Federal; ou II – mediante precatório, caso o montante da condenação exceda o valor definido como obrigação de pequeno valor.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br

7002846-46.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo, Cancelamento de vôo
R$ 15.000,00
AUTOR: CRISTIANE ALVES, CPF nº 53478932220, RUA MONTEIRO LOBATO 0207 CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ALLAN OLIVEIRA SANTOS, OAB nº RO10315
REU: LATAM AIRLINES GROUP S/A, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6490, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: FABIO RIVELLI, OAB nº BA34908, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
S E N T E N Ç A
Nada obstante as decisões que vinham sendo aqui proferidas em sentido contrário1 o fato é que a e. Turma Recursal do TJ/RO firmou entendimento de que em hipóteses como a discutida neste feito, a saber, a de cancelamento de voo por problemas técnicos e oferecida ou não a assistência dos arts. 26 ss. da Resolução nº 400/2016 da ANAC, não se afasta a responsabilidade da empresa pelos danos morais presumidamente experimentados pelo consumidor. (por todos, veja-se RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7000866-22.2022.822.0003, Relator(a) do Acórdão: Juiz João Luiz Rolim Sampaio, Data de julgamento: 11/05/2023).
Assim, atendendo ao comando insculpido nos arts. 947 e 976 do CPC (valorização dos precedentes) e na medida em que a ré mesma admite que o voo LA 4757 (FOR/BSB) foi cancelado "...em razão de readequação na malha aérea..." (91865531), não haveria como deixar de reconhecer na espécie o necessário liame de causa e efeito (CBA, art. 256, inc. II) entre o abalo psicológico que CRISTIANE ALVES alega que experimentou2 e o serviço da companhia aérea.
Quanto à expressão monetária da demanda, todavia, percebe-se que exagerados os R$ 15.000,00 e muito acima dos valores que a Corte supra vem arbitrando de uns tempos para cá em situações congêneres, a exemplo do RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7051472-94.2021.822.0001, Relator(a) do Acórdão: Juiz João Luiz Rolim Sampaio, Data de julgamento: 11/04/2023.
Ante o exposto, acolho em parte o pedido, para condenar LATAM AIRLINES GROUP S/A. à entrega de R$ 6.000,00, fora acréscimo monetário e juros conforme Súmula 362 do STJ, observando-se que do trânsito em julgado e independentemente de qualquer outra intimação o início do prazo para cumprimento voluntário da sentença.
Serve esta de carta, mandado, ofício etc. Serve esta de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, domingo, 16 de julho de 2023 às 08:25
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 Por exemplo: autos nºs 7008206-93.2022.8.22.0010 e 7003144-72.2022.8.22.0010.
2 "...levando em conta que a parte autora teve seu voo cancelado sem qualquer notificação prévia e suportou um atraso de ABSURDAS 27 (VINTE E SETE) HORAS para chegar ao destino, além da falta de qualquer auxílio, pleiteia a fixação da indenização mínima por dano moral no importe de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) à parte autora, tudo por medida de proporcionalidade, razoabilidade, prevenção e punição, consoante dispositivos constitucionais e legais colacionados, bem como pela exegese doutrinária e jurisprudencial referendada."(89263575).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7002761-60.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material, Obrigação de Fazer / Não Fazer
R$ 15.001,66
AUTOR: CLOVIS JACINTO DE ARAUJO JUNIOR, CPF nº 03459262265, LINHA 200 Km 3,5, LADO NORTE ZONA RURAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: GLEYSON CARDOSO FIDELIS RAMOS, OAB nº RO6891
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: GUSTAVO SOUSA ARAUJO, OAB nº PB31791, JOAO DOMINGOS DE QUEIROZ 115 JARDIM QUEIROZ - 58704-140 - PATOS - PARAÍBA, ENERGISA RONDÔNIA
S E N T E N Ç A
Haja vista o entendimento da e. Turma Recursal do TJ/RO no sentido de que o § 2º do art. 4º da Resolução da ANEEL nº 229/06 estabelece indenização em hipóteses nas quais e apesar de integralmente localizadas nos imóveis de seus proprietários as redes particulares, de qualquer tensão, venham sendo indiscutivelmente manutenidas pela concessionária1, inoportuno admitir na espécie que "...a referida subestação seria para uso exclusivo da autora, bem como que a mesma fica dentro da propriedade do autor, NÃO servindo para atender nenhum outro consumidor, portanto, não assistindo a razão a autora para pleitear o ressarcimento." (92744176).
Idem, quanto ao valor a ser reembolsado, ou seja, que fosse "...afastada a restituição de valores pretendidas pelo autor, devendo-se assegurar ao autor a restituição de acordo com os critérios regulatórios acima expostos, no total de R$ 15.337,33 (já devidamente atualizado)." (92744176), pois nesse detalhe a Corte supra considera o que de fato se despendeu na obra de acordo com as notas fiscais e recibos juntos aos autos e não o que resultasse do cálculo mencionado no inc. III2do §1º3do art. 9º4da Resolução nº 229/065da ANEEL e outros da de nºs 414/2010 488/20126.
Também, com referência ao fato de a emissão das notas fiscais ser posterior ao evento, pois além de reconhecer a feitura da obra, tanto que a energizou em 15 de abril de 2022, nada controverteu a ré sobre os itens (transformador, poste, hastes, cabos, grampos, parafusos etc.) e serviços (cava de buracos e muck) lá mencionados, dizendo respeito a relação jurídica diversa (responsabilidade tributária) possível inobservância das normas pertinentes à matéria.
Em termos diversos e atendendo ao comando insculpido nos arts. 947 e 976, do CPC (valorização dos precedentes), tem-se que CLOVIS JACINTO DE ARAUJO JUNIOR faz mesmo jus à indenização sub examine.

Ante o exposto, acolho a demanda, para condenar ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A à entrega de R$ 15.001,66 (notas fiscais anexas ao ID: 89172088), além de correção monetária a partir do ajuizamento desta e juros desde a citação, observando-se que do trânsito em julgado e independentemente de qualquer outra intimação o início do prazo para cumprimento voluntário da sentença.
Apresentado dentro do prazo e com o recolhimento das custas, admito desde já e apenas no efeito devolutivo (art. 43) o recurso do art. 41, da Lei n.º 9.099/95, do qual a parte adversa deverá ser intimada às contrarrazões.
Findos os dez dias (art. 42, § 2º), encaminhe-se o feito à e. Turma Recursal.
Havendo solicitação do interessado, inicie-se a fase de cumprimento da sentença (CPC/2015, art. 523 ss.), fazendo-se conclusos os autos.
Serve esta de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, domingo, 16 de julho de 2023 às 09:03
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo no 7001728-82.2021.822.0017, Relator(a) do Acórdão: Juiz José
Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 24/10/2022.
2 III - calcular o valor do ressarcimento ao proprietário da rede particular, considerando a depreciação dos ativos, por meio da seguinte fórmula: RP=ECx(20-t/20). 20.
3 § 1° Para obter o valor do ressarcimento ao proprietário da rede particular, a concessionária ou permissionária de distribuição deverá:
4 Art. 9° A concessionária ou permissionária de distribuição deverá incorporar ao Ativo Imobilizado em Serviço as redes particulares que não dispuserem do ato autorizativo e estejam em operação na respectiva área de concessão ou permissão, excetuando-se os ramais de entrada das unidades consumidoras, e respeitados os respectivos Plano e Programas anuais de incorporação.
5 Estabelece as condições gerais para a incorporação de redes particulares, conectadas aos sistemas elétricos de distribuição, ao Ativo Imobilizado em Serviço das concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, e dá outras providências.
6 Estabelece as condições para revisão dos planos de universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica na área rural.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7004669-26.2021.8.22.0010
Execução de Título Extrajudicial - Duplicata
R$ 1.133,64
EXEQUENTE: LEONARDO SCHLICKMANN VILELA, CPF nº 00697791203, AV ESPIRITO SANTO 5223 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CATIANE DARTIBALE, OAB nº RO6447
EXECUTADO: ROSELI DE PAULA, CPF nº 53510828291, AVENIDA PARANÁ 6362 BOA ESPERANÇA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
D E S P A C H O
O mandado id 91851178, consta o seguinte endereço: Avenida Paraná, n. 6362 - bairro Boa Esperança, Rolim De Moura - RO, CEP - 76940-000. Portanto, não resta dúvida de que seja esta a localidade do cumprimento da diligência pela oficial de justiça.
Assim, intime-se a exequente para manifestação, em 05 dias, indicando o endereço correto da executada.
Não sendo indicado o endereço, extingue-se o feito, firme no art. 53, § 4º, da LJE.
Neste caso, arquivem-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:02
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7004583-84.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material, Atraso de vôo, Cancelamento de vôo, Análise de Crédito
R$ 16.000,00
AUTORES: JOAZ ELER MARQUES, CPF nº 19446586968, AVENIDA BOA VISTA 4530 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, LENI MONTEIRO MARQUES, CPF nº 32747268268, AVENIDA BOA VISTA 4530 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: ALLEXANDHER ALVES MORETTI, OAB nº RO10149, AV NORTE SUL 5555 PLANALTO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, MAYARA APARECIDA KALB, OAB nº RO5043A
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6490, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Despacho
Haja vista o requerimento de (id: 93019512) e considerando-se o notório desinteresse da parte ré na conciliação, cancelo a audiência designada.
Cite-se e intime-se a ré a apresentar contestação, no prazo de quinze dias.

Sobrevindo a defesa, intime-se o demandante a impugná-la (prazo de quinze dias).
Serve esta de mandado, carta, carta precatória etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:02
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7006599-45.2022.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Perdas e Danos, Gratificações da Lei 8.112/1990
R$ 1.300,00
REQUERENTE: INST. PREV. SOCIAL DOS SERV. PUBL. MUNIC. DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: AGNALDO JOSE DOS ANJOS, OAB nº RO6314, INST. PREV. SOCIAL DOS SERV. PUBL. MUNIC. DE ROLIM DE MOURA
REQUERIDO: SILVANI DUZINETE DE OLIVEIRA, CPF nº 32558120204, RUA GUAPORE 3818 OLIMPICO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
D E S P A C H O
De fato, o acórdão id 92326659, fixou condenação a título de honorários advocatícios em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos da Lei n. 9.099/95.
Portanto, intime-se SILVANI DUZINETE DE OLIVEIRA, nos termos do art. 523, caput, do CPC, para que pague o débito[1], em 15 dias.
Efetuada voluntariamente a quitação, façam-se conclusos os autos para expedição do alvará.
Transcorrido in albis o prazo, retornem conclusos.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:06
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 Art. 523. (…) O cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias (...). § 1º Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento (...). § 2º Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa (...) incidirá sobre o restante. § 3º Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7003918-68.2023.8.22.0010
Execução de Título Extrajudicial - Duplicata
R$ 1.731,29
EXEQUENTE: R. FERNANDES DOS SANTOS - ME, CNPJ nº 03090616000199, AV. GUAPORÉ 3766 OLIMPIO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: IZALTEIR WIRLES DE MENEZES MIRANDA, OAB nº RO6867
EXECUTADO: GLEICIANY ROBERTA FERRARI, CPF nº 96475617253, AV. GOIÂNIA 4068 BEIRA RIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
D E S P A C H O
Id 93062991: Defiro.
Renove-se a tentativa de citação de GLEICIANY ROBERTA FERRARI, por oficial de justiça.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:06
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7000542-74.2023.8.22.0010
Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória, Cobrança
R$ 7.697,64
EXEQUENTES: ARMI E OLIVEIRA LTDA, CNPJ nº 34152271000184, AVENIDA FORTALEZA 5104, PREJUDICADO CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, SOLANGE MARIA ARMI DE OLIVEIRA, CPF nº 59702176204, AV. RIO GRANDE DO SUL 3858 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: HIGOR MARCOS ARMI DE OLIVEIRA, OAB nº RO10511

EXECUTADO: FERNANDA SILVA OLIVEIRA, CPF nº 02413793267, AV. 25 DE AGOSTO 5274 CENTRO - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Inseriu-se restrição sobre o Veículo GM/CORSA GL, ano/modelo 1998/1999, de cor branca e placa GWO1305.
Indique, a exequente, a localização do veículo para que se efetive a penhora solicitada.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:06
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7004717-87.2018.8.22.0010
Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Rescisão
R$ 5.113,61
EXEQUENTE: ROSANGELA LISBOA CHIODI, CPF nº 60267097204, AV. ELISA BARRETO 5161 LOTEAMENTO JEQUITIBÁ - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
EXEQUENTE SEM ADVOGADO(S)
EXECUTADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, AVENIDA JOÃO PESSOA 4478 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
SENTENÇA
Satisfeita a obrigação, extingo o processo nos termos do art. 924, inc. II, do Código de Processo Civil.
Arquivem-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:08
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7011098-72.2022.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Obrigação de Fazer / Não Fazer
R$ 7.290,90
REQUERENTE: MARIA DE FATIMA ALVES BARROS, CPF nº 65093739200
ADVOGADO DO REQUERENTE: IZALTEIR WIRLES DE MENEZES MIRANDA, OAB nº RO6867
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
D E C I S Ã O
ID 90063804: Defiro o sobrestamento requerido nos termos do art. 104 do CDC.
Aguarde-se o trâmite dos autos 7002814-41.2023.8.22.0010.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:08
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 (REsp 1.620.717/RS , Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 17/10/2017; STJ - REsp: 1971126 SC 2021/0346087-7, Rel.: Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Data de Publicação: DJ 02/02/2022)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7007492-70.2021.8.22.0010
Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito, Indenização por Dano Moral
R$ 10.572,37
REQUERENTE: DANIEL TOMAZ MALDONADO, CPF nº 35762314120, RUA F 0066 CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JORGE GALINDO LEITE, OAB nº RO7137
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, EDIFÍCIO CITIBANK ANDAR 26, RUA DA ASSEMBLÉIA 100 CENTRO - 20011-904 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES, OAB nº AC3592, R DO ROSÁRIO CENTRO - 76960-959 - CACOAL - RONDÔNIA, SEGURADORA LÍDER - DPVAT
DESPACHO
Da consulta ao sistema de integração bancária, conclui-se que houve o levantamento dos R$10.279,63 e dos R$3.524,97, em 09/05 e 12/06, respectivamente, conforme comprovante anexo.

Assim, a fim de proceder o último levantamento, autorizou-se a transferência por meio da ferramenta “alvará eletrônico”, de modo que enviados os dados da ordem diretamente à Caixa Econômica Federal.
Seguem as informações sintéticas do alvará eletrônico:
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 715,45 JORGE GALINDO LEITE 03943123928 1529076 - 0 Sim Banco do Brasil S.A. (001) Ag.: 1406-0 C.: 34865-1O beneficiário deverá aguardar por cinco dias o crédito dos valores na conta bancária indicada.
Sobrevindo informação de erro no cumprimento da ordem eletrônica, fica a CPE autorizada a proceder com a expedição de alvará sem necessidade de nova conclusão do processo.
Zeradas as contas judiciais, arquivem-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:11
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005638-70.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Abatimento proporcional do preço
R$ 10.000,00
REQUERENTE: JESSICA DA COSTA CARVALHO, CPF nº 89091329220, RUA PICA-PAUS 306 ELDORADO - 76811-688 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: KELISSON MONTEIRO CAMPOS, OAB nº RO5871
REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
D E S P A C H O
Intime-se o demandante a, no prazo de 15 dias, providenciar a juntada do comprovante de residência e procuração com assinatura (CPC, art. 105 c/c 320 e 321, CPC).
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:14
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005652-54.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito
R$ 6.084,78
REQUERENTE: NAGILA NERVAL CHAVES, CPF nº 75650800634, AV. CATARINO CARDOSO DOS SANTOS 6293 JEQUITIBÁ - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: HERCILIO DE ARAUJO FERREIRA FILHO, OAB nº MG61990B
REQUERIDO: JOAO PAULO ITO CHIANESI, CPF nº 03517488143, RUA A4 416 SETOR “A” - 78580-000 - ALTA FLORESTA - MATO GROSSO
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:

a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:14
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005671-60.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo
R$ 10.000,00
AUTOR: MARIA DE LOURDES SILVA ARDICAO, CPF nº 05053700265, AVENIDA BELÉM 4852 OLIMPICO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ANA PATRICIA HIROOKA, OAB nº RO5815A
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6.490, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;

IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:14
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005691-51.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito
R$ 29.979,18
AUTOR: MACKENA MACEDO PEREIRA, CPF nº 02316660207
ADVOGADOS DO AUTOR: DANIEL REDIVO, OAB nº RO3181, JOAO CARLOS DA COSTA, OAB nº RO1258
REU: SOLIVAN CONTAO, CPF nº 69893152291, AV. BELO HORIZONTE 5315 BOA ESPERANÇA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;

b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:15
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005695-88.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer
R$ 1.665,67
REQUERENTE: ROSNEI ELIS CABROBO, CPF nº 63958473253, CAPIBARIBE 6578, COHABE BOA ESPERANCA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: EDIVANE ALMEIDA SOUZA, CPF nº 67129790210, RUA TABAJARA 9263 JARDIM TROPICAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;

VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:15
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
7005710-57.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito
R$ 18.978,00
REQUERENTE: ANDERSON DE LIMA SILVA, CPF nº 00554836238, RUA RIO VERDE 5886 BEIRA RIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: DETERRA TERRAPLENAGENS LTDA - EPP, CNPJ nº 03058241000180, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 2173 CENTRO - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.

a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:15
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7008985-48.2022.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
R$ 10.000,00
REQUERENTE: WILSON DE LEMES PIMENTEL, CPF nº 05001681219, LINHA 25 km 05 ZONA RURAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LEIDIANE CRISTINA DA SILVA, OAB nº RO7896
REQUERIDO: TNT MERCURIO CARGAS E ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA, CNPJ nº 95591723013520, AVENIDA MARGINAL DIREITA DO TIETÊ 2500 VILA JAGUARA - 05118-100 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: RICARDO ANDRE ZAMBO, OAB nº MG164720
Uma vez que tempestivo e regularmente preparado, admito o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões apresentadas (id. 93286330).
Encaminhe-se ao e. Colégio Recursal.
Serve este(a) de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005549-47.2023.8.22.0010
Termo Circunstanciado - Posse de Drogas para Consumo Pessoal
R$ 0,00
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: EDIMILSO TEIXEIRA DE SOUZA, ASSENTAMENTO PROJETO CASULO 57 ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
D E S P A C H O
Ao Ministério Público para manifestação quanto à petição id 93000049.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:21
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
2000151-15.2020.8.22.0010
Carta Precatória Criminal - Diligências
R$ 0,00
DEPRECANTE: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO DEPRECANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEPRECADO: ALTEMIR RODRIGUES VELOSO, CPF nº 38944715220, RUA CARLOS ALVES DE FREITAS 6167, NÃO INFORMADO BEIRA RIO - 76963-754 - CACOAL - RONDÔNIA

ADVOGADO DO DEPRECADO: KASSIA MOTTER PINHEIRO, OAB nº RO9026, AVENIDA RIO MADEIRA 4086, - DE 4238 A 4272 - LADO PAR RIO MADEIRA - 76821-300 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
D E S P A C H O
Haja vista a comunicação de que ALTEMIR RODRIGUES VELOSO passara a residir na comarca de origem do processo n. 0000327-98.2020.8.22.0601, PVH (ID 92510269), devolva-se a presente ao 1º Juizado Especial Criminal daquela Comarca (id 51814016)
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:24
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7006412-76.2018.8.22.0010
Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material
R$ 4.938,51
EXEQUENTES: WALDIR ANDRADE, CPF nº 86275160730, AV. NITERÓI 3696 OLÍMPICO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, LEIDISON DE SOUZA ANDRADE, CPF nº 01768566259, AV. U 7998 CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, LEIDIMAR DE SOUZA ANDRADE, CPF nº 99354837204, ESPERANTINA 4054 CENTENARIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, LEIDIANE DE SOUZA ANDRADE MOURA, CPF nº 85667374234, BARBARA FUZARI 67 BNH 2 - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, MARIA XAVIER DE SOUSA, CPF nº 36899771268, AVENIDA NITERÓI no 3696 BAIRRO OLÍMPICO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: NEIRELENE DA SILVA AZEVEDO, OAB nº RO6119, - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, MARCIO ANTONIO PEREIRA, OAB nº RO1615A, - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Intime-se a parte autora para manifestar sobre a petição de id 93084059.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:30
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7000253-44.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação
R$ 5.000,00
REQUERENTE: MONICA ALVES SARAIVA, CPF nº 79421407253, AVENIDA FLORIANÓPOLIS 4882 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: POLIANA BOSCOLO DOS SANTOS SILVA, OAB nº RO12833
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A., , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, HEBERT DE AZEVEDO, - DE 1231 A 1511 - LADO ÍMPAR OLARIA - 76801-267 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, BRADESCO
Uma vez que tempestivo e regularmente preparado, admito o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões (id 92933246).
Encaminhe-se o processo à e. Turma Recursal.
Serve este(a) de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7002405-65.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Assistência à Saúde
R$ 9.424,15
REQUERENTE: PAULO MARCOS ISEPPI COUTINHO, CPF nº 15881871871, TRAV. JOSE DO PATROCÍNIO CENTENARIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOELSON GONCALVES, OAB nº MT26797O, AV. CEL. JORGE TEIXEIRA 4315, FONE: 8405-1889 BEIRA RIO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDO: Estado de Rondônia, - 76872-854 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

Haja vista a tempestividade, admito o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões apresentadas (id. 93239416)
Oportunamente, encaminhem-se os autos ao e. Colégio Recursal.
Serve este(a) de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Rolim de Moura - Juizado Especial
Rolim de Moura - Juizado Especial Cível, Fórum Eurico Soares Montenegro, Av. João Pessoa, 4555, Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO, Brasil. Fone: (69) 3442-2268
Processo nº : 7011250-23.2022.8.22.0010
Requerente: GESELA KATIANE DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: ANDERSON MARCIO BARBOSA - RO10680
Requerido(a): AGUAS DE ROLIM DE MOURA SANEAMENTO SPE LTDA.
Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Rolim de Moura, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7002800-57.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer
R$ 1.302,00
AUTOR: JOSE IVAN BARBOSA DE SOUSA, CPF nº 39066460253, RO C40, GLEBA 1 ZONA RURAL - 76926-000 - MIRANTE DA SERRA - RONDÔNIA
AUTOR SEM ADVOGADO(S)
REU: DAVID DE OLIVEIRA SILVA, CPF nº 04313564241, ROLIM DE MOURA 4339 BEIRA RIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
S E N T E N Ç A
O demandado refuta a alegação de que adquirira ou mesmo estivera na posse do veículo sub judice (vide ata de audiência preliminar).
José Ivan, por sua vez, esclareceu que:
"[...] de fato não conhece a pessoa de David. Apenas em pesquisa no DETRAN, verificou que a única pessoa que conseguiu identificar que teve na posse da motocicleta foi David. Que não tem a certeza de que David chegou a ser proprietário da motocicleta."
Assim, não haveria mesmo como atribuir a ele a responsabilidade a qual alude o art. 123, § 1º, do CTB.
Nada obstante, pelo relatório junto ao ID: 89213788, dando conta de que em janeiro de 2018 a motocicleta era conduzida pelo réu, demonstrou-se que ao menos dessa época em diante José Ivan não seria mais o proprietário dela.
Ante o exposto, com base ainda no art. 6º da Lei nº 9.099/95, acolho em parte a demanda, para, declarando inexigível do autor quantia alguma relacionada à HONDA/CG 125 FAN KS, placa NBW 4995, determinar a exclusão de seu nome do correspondente registro.
Certificado o trânsito em julgado, serve esta sentença de ofício ao Detran-RO para as devidas providências.
Rolim de Moura, sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 19:35
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7001357-71.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários, Empréstimo consignado, Dever de Informação
R$ 15.827,53
AUTOR: MARLUCIA DA SILVA PEREIRA, CPF nº 63276062291
ADVOGADO DO AUTOR: GLAUCIA ELAINE FENALI, OAB nº RO5332A
REU: BANCO OLÉ CONSIGNADO S/A
ADVOGADOS DO REU: RONALDO MARIANI BITTENCOURT, OAB nº MG53508E, INACIO MURTA 156, RESIDENCIA 23 V.BORG. STAAMELIA - 31550-250 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS, DENIO MOREIRA DE CARVALHO JUNIOR, OAB nº MG41796, SANTA RITA DURAO 852, 3O ANDAR FUNCIONARIOS - 30140-111 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS, PROCURADORIA BANCO OLE CONSIGNADO S.A.
S E N T E N Ç A

A busca frustrada de acordo entre as partes (vide ata de audiência conciliatória) mais o requerimento de improcedência do pedido demonstram o suficiente a existência aqui de pretensão resistida não havendo então que se falar em extinção do feito a teor do art. 485, inc. VI, do CPC.
De outro norte, não se constata na espécie decadência ou prescrição, já que de trato sucessivo a avença, renovando-se assim a cada desconto o prazo para questionar em juízo os danos causados.
Por último, pacífico que extrato bancário não figura entre os papéis obrigatórios à propositura da ação (por todos, veja-se TJMG - Apelação Cível 1.0000.19.113175-4/001, Relator(a): Des.(a) Maurílio Gabriel, 15ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 23/01/2020, publicação da súmula em 29/01/2020).
Logo, rejeita-se a tese de que "...ante a injustificada ausência do documento imprescindível na instrução da petição inicial, indaga-se como o promovente pretende configurar desídia que caracteriza o disposto no inciso I do artigo 485 do CPC/15, devendo ser julgada EXTINTA, sem resolução do mérito da presente demanda." (93275413).
Com efeito.
A e. Turma Recursal do TJ/RO vem decidindo que a modalidade de empréstimo consignado por meio de cartão de crédito encontra previsão normativa assentada na lei 10.820/2003, tendo sua margem estabelecida nos incisos i e ii do §1º do artigo 1º daquele diploma. Restando demonstrado a contratação do cartão de crédito com margem consignada, e não logrando o autor demonstrar a existência de vício de consentimento que macule o negócio realizado, deve ele ser considerado válido o princípio do pacta sunt servanda. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7011131-14.2021.822.0005, Relator(a) do Acórdão: Juiz João Luiz Rolim Sampaio, Data de julgamento: 11/04/2023).
Portanto e na medida em que as suposições de MARLUCIA DA SILVA PEREIRA LEÃO deixaram de se apoiar em elemento algum dos autos não haveria como admitir na espécie fora levada a crer maliciosamente pelo banco que o negócio sub examine ao contrário de um cartão de crédito comum se tratava isto sim de reserva de margem consignável até porque nesse ponto e segundo bem se observou no acórdão acima no termo subscrito por ela (ID: 93275414) há expresso o tipo de contratação, juros, parcelas, pagamento mínimo etc.
Em termos diversos, inoportuna a alegação segundo a qual "...o cartão de crédito consignado é omisso na forma de pagamento, pois sequer faz alusão ao número de parcelas e aos encargos que incidiram sobre o débito..." (93319468) e, por conseguinte, a teor dos arts. 145, do Código Civil, 14 e 42, parágrafo único, do CDC, fizesse jus à declaração de inexistência do pacto, reembolso dúplice de valores e dano psicológico.
Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos.
Apresentado dentro do prazo e com o recolhimento das custas, admito desde já e apenas no efeito devolutivo (art. 43) o recurso do art. 41, da Lei n.º 9.099/95, do qual a parte adversa deverá ser intimada às contrarrazões.
Findos os dez dias (art. 42, § 2º), encaminhe-se o feito à e. Turma Recursal.
Havendo solicitação do interessado, inicie-se a fase de cumprimento da sentença (CPC/2015, art. 523 ss.), fazendo-se conclusos os autos.
Serve esta de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 19:57
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7000366-95.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
R$ 10.195,00
AUTOR: ANY MARY KUSS, CPF nº 03607055297, AVENIDA MACEIÓ 4826 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ESTEFANI APARECIDA MOUZA, OAB nº RO10197, RUA JOSÉ LOURENÇO DA SILVA 2201 CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, JAIRO REGES DE ALMEIDA, OAB nº RO7882
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AC BURITIS 1183, AVENIDA PORTO VELHO 1579 SETOR 3 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, RUA ANTÔNIO MARIA COELHO 5401, - DE 3807/3808 A 5298/5299 CAMPO GRANDE - 79021-170 - CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL, ENERGISA RONDÔNIA
S E N T E N Ç A
Instada a apresentar as faturas de outubro de 2022 em diante, de modo a que se verificasse o lançamento ou não das parcelas (R$ 69,22) objeto do contrato junto ao ID: 915937171 (código do cliente 2099413), ANY MARY KUSS limitou-se a exibir histórico de consumo de unidade diversa (código do cliente 7802132 – ID: 92865636).
Fora isso e ao contrário do que afirmara no ID: 91786535 ("...o débito em questão é INEXISTENTE..."), admitiu agora que "...bem verdade que...fez no ano de 2022 um parcelamento junto a Ré que...ENCONTRA-SE em situação REGULAR." (92865634).
No mais, a e. Turma Recursal do TJ/RO vem julgando que do órgão de proteção ao crédito o dever de notificar o consumidor do registro de seu nome no cadastro e comprovar o envio da notificação. (por todos, veja-se RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7002104-32.2020.822.0008, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 15/02/2022).
Assim, não haveria mesmo como reconhecer aqui fizesse jus à declaração de nulidade do apontamento sub examine (extrato junto ao ID: 85937116), por conta de uma suposta ausência de notificação prévia inclusive, e, consequentemente, a dano moral.
Ante o exposto, ratificando a decisão que indeferiu a liminar, deixo de acolher a demanda.
Apresentado dentro do prazo e com o recolhimento das custas, admito desde já e apenas no efeito devolutivo (art. 43) o recurso do art. 41, da Lei n.º 9.099/95, do qual a parte adversa deverá ser intimada às contrarrazões.
Findos os dez dias (art. 42, § 2º), encaminhe-se o feito à e. Turma Recursal.

Havendo solicitação do interessado, inicie-se a fase de cumprimento da sentença (CPC/2015, art. 523 ss.), fazendo-se conclusos os autos.
Serve esta de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, sábado, 15 de julho de 2023 às 21:59
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 "Na oportunidade, foram negociados o faturamento referente aos meses 07/2022 a 09/2022, sendo gerado uma entrada R$ 195,00 e o restante do debito foi parcelado em 12 vezes 69,22 totalizando R$ 1.025,69.Considerando que a entrada no valor de R$ 195,00 não foi pago pela requerente, o débito foi negativado:" (91592080).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7001256-34.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Liminar , Análise de Crédito
R$ 20.000,00
AUTOR: GEOVANI ALVES MOREIRA, CPF nº 89171578234, AVENIDA NATAL 3665 CENTENÁRIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: GEOVANI ALVES MOREIRA, OAB nº RO12829
REU: BANCO BRADESCO S.A., - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: LARISSA SENTO SE ROSSI, OAB nº BA16330, PROF MANOEL RIBEIRO 1315, AP 503 STIEP - 41770-095 - SALVADOR - BAHIA, BRADESCO
S E N T E N Ç A
A busca frustrada de acordo entre as partes (vide ata de audiência conciliatória) mais o requerimento de improcedência do pedido demonstram o suficiente a existência aqui de pretensão resistida não havendo então que se falar em extinção do feito a teor do art. 485, inc. VI, do CPC.
Pois bem.
De fato a e. Turma Recursal do TJ/RO vem decidindo que o bloqueio ou cancelamento de cartão de crédito sem aviso prévio ao usuário é por si só motivo bastante a exigir compensação financeira (por todos, veja-se RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7041023-77.2021.822.0001, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 01/12/2022).
No caso dos autos, todavia, há certas peculiaridades que não autorizam uma conveniente dedução nesse sentido.
Sim, porque como o próprio GEOVANI ALVES MOREIRA esclareceu no ID: 92925518, havia solicitado a troca do ELO INTERNACIONAL MÚLTIPLO, n. 6504912952538308, por desgaste do "chip", o que implicou naturalmente no seu cancelamento, para que lhe fornecessem o de número 6505279436089103, o qual, porém, "...não veio com a função credito...".
Percebe-se daí que longe de significar inobservância ao dever a que aludem os arts. 6º, inc. III, 9º, 12, 14, 18, 31 e 46, da Lei nº 8.078/90, a conjuntura acima traduziria apenas certo desencontro de informações e não muito difícil de resolver, ou seja, mediante pagamento do combustível1 por meio da função "débito", já que dispunha de "limite" para tanto, conforme fatura anexa ao ID: 87369033.
Desse modo, não haveria como admitir aqui o necessário liame de causa e efeito (CDC, art. 14) entre o serviço do bancário sub examine e o abalo psicológico que o autor afirma que experimentou.
Ante o exposto, ratificando a decisão que indeferiu a tutela de urgência, julgo improcedente o pedido.
Apresentado dentro do prazo e com o recolhimento das custas, admito desde já e apenas no efeito devolutivo (art. 43) o recurso do art. 41, da Lei n.º 9.099/95, do qual a parte adversa deverá ser intimada às contrarrazões.
Findos os dez dias (art. 42, § 2º), encaminhe-se o feito à e. Turma Recursal.
Havendo solicitação do interessado, inicie-se a fase de cumprimento da sentença (CPC/2015, art. 523 ss.), fazendo-se conclusos os autos.
Serve esta de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, domingo, 16 de julho de 2023 às 13:49
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 No dia 10 de janeiro de 2023, necessitando atender um cliente que reside em outra cidade "Nova Brasilândia do Oeste-RO" o Autor após ter abastecido seu veículo, ao efetuar o pagamento por via cartão de credito, como de costume teve sua compra negada sob a justificativa de que sua operadora do cartão não havia liberado a venda. (trecho da inicial).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7000245-09.2019.8.22.0010
Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Fornecimento de Medicamentos
R$ 2.077,80
EXEQUENTE: EULUINA ALVES DA COSTA, RUA 5 DE AGOSTO 0787 CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXECUTADO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de obrigação de fazer consistente na realização de tratamento médico.

Determinado o sequestro de valores EULUINA ALVES DA COSTA presentou a prestação de contas.
Haja vista as notas fiscais anexas ao id. 91629313, verifica-se que EULUINA ALVES DA COSTA observou estritamente o comando exarado no id. 91179189 e, uma vez que o ESTADO DE RONDÔNIA anuiu com a prestação de contas apresentada id. 92780746, têm-se por corretas as contas.
Arquivem-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:02
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7001518-81.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Duplicata
R$ 1.205,85
REQUERENTE: ARMI E OLIVEIRA LTDA, CNPJ nº 34152271000184, AV. 25 DE AGOSTO 4887 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: KATICILENE LIMA DA SILVA, OAB nº RO4038A
REQUERIDO: SUELI DE CASTRO, CPF nº 00212735292, AVENIDA ARACAJU 5771, CASA CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
S E N T E N Ç A
Deixando a parte interessada de se manifestar quanto ao prosseguimento, mesmo intimada para tal, extingo o processo, firme no art. 485, inc. III e § 1º, do CPC/2015.
Arquive-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:08
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005615-27.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Análise de Crédito, Repetição do Indébito
R$ 17.004,34
REQUERENTE: JACYRA KEFLER GOESE, CPF nº 20357907272, AVENIDA BOA VISTA 3403 BAIRRO JARDIM TROPICAL, - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARIA CICERA FURTADO MENDONCA, OAB nº RO9914
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A., RUA GUAPORÉ 4873 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: BRADESCO
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;

IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:14
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura 7005640-40.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Nota Promissória
R$ 3.617,62
REQUERENTE: R. FERNANDES DOS SANTOS - ME, CNPJ nº 03090616000199, AV. GUAPORÉ 3766 OLIMPIO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: IZALTEIR WIRLES DE MENEZES MIRANDA, OAB nº RO6867
REQUERIDO: CRISTHIANE DE OLIVEIRA AMORIM, CPF nº 40876128215, RUA BRASFLOREST 5401 JARDIM TROPICAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;

b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:14
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
7005690-66.2023.8.22.0010
Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços
R$ 3.293,40
EXEQUENTE: DANILUCCI & ORTIS LTDA, CNPJ nº 36239607000176, AVENIDA JOÃO PESSOA 4855 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LORENA VAGO PINHEIRO, OAB nº RO11058
EXECUTADO: JAMERSON JUNIOR SANTOS SILVA, CPF nº 37305349801, AVENIDA MORUMBI 4074 BAIRRO NOVA MORADA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Após, serve este de mandado, incumbindo ao oficial de justiça:
1. citar (Lei n.º 9.099/95, art. 53 e §§) o executado para que em três dias efetue o pagamento da dívida (CPC, art. 829);
2. intimá-lo do teor do art. 774, inc. V, do CPC, e das consequências do seu descumprimento (idem, parágrafo único)[1];
3. transcorrido in albis o prazo, penhorar e avaliar tantos bens quantos bastem a assegurar o pagamento, depositando-os com o exequente;
4. restando infrutífera a penhora, observar, sendo possível, o art. 836, §§, do CPC[2]; caso contrário, intimar o exequente que não for assistido por advogado particular ou defensor público a, no prazo de cinco dias, promover o prosseguimento, indicando bens ou o atual endereço do executado (não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto – art. 53, § 4º, LJE);
5. havendo necessidade e independentemente de nova conclusão, servirá esta de requisição de força policial, ficando desde já autorizado o arrombamento se o executado fechar as portas da casa a fim de obstar a penhora (arts. 139, inc. VII, 782, §2º, e 846, §§, CPC);
6. quando da penhora, intimar o devedor à audiência preliminar telepresencial a ser realizada, pelo CEJUSC, na data agendada pela CPE, ocasião em que poderá oferecer embargos (art. 52, IX, LJE), por escrito ou verbalmente, sendo obrigatória a segurança do Juízo (enunciado 117, FONAJE);
7. cientificar o devedor de que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020):
I. os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência);
c) estar com o telefone disponível durante o horário da audiência;
d) comparecer acompanhado de advogado, se causa de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munido de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) se pessoa jurídica, assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
III. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até quinze dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IV. a falta de acesso do exequente à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para seu telefone, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;

V. a parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da videochamada, observando-se que:
a) se não possuir advogado, deverá informar ao Cejusc (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também whatsapp) e 3449-3700 até um dia antes da data designada;
b) se a intimação for realizada por Oficial de Justiça, deverá ele certificar o número de telefone (Whatsapp) e se dispõe a parte de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência (Provimento Corregedoria nº 13/2021);
VI. não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também Whatsapp) e 3449-3700, até cinco dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve, ainda, de carta precatória.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:15
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 Art. 774. Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: [...] V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus. Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o juiz fixará multa em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do exequente, exigível nos próprios autos do processo, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material.
2 Art. 836. […] § 1º Quando não encontrar bens penhoráveis, independentemente de determinação judicial expressa, o oficial de justiça descreverá na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica. § 2º Elaborada a lista, o executado ou seu representante legal será nomeado depositário provisório de tais bens até ulterior determinação do juiz.
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005702-80.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem, Estabelecimentos de Ensino, Dever de Informação, Práticas Abusivas
R$ 15.000,00
AUTOR: DOUGLAS EDUARDO SYLVESTRE BUENO, CPF nº 01255523271, RUA AMAZONAS 4763, B, CASA ROTEIRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: WEVERTON FREITAS DA SILVA, OAB nº RO10413
REU: CENTRO DE EDUCACAO DE ROLIM DE MOURA LTDA, CNPJ nº 16648785000143, 25 DE AGOSTO 6961 SÃO CRISTÓVÃO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;

b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:15
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005790-21.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material
R$ 10.000,00
REQUERENTE: MARCIA SOARES TRINDADE, CPF nº 77063830244, LINHA 25, KM 05 s/n, PRÓXIMO AO VIVEIRO VITÓRIA (69)9.8478-9352 ZONA RURAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: MANOEL GONCALVES RODRIGUES, CPF nº 32558678272, AV JOÃO PESSOA/AV NORTE SUL 4954, AUTO POSTO MANELÃO CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;

VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:16
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7010781-74.2022.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Auxílio-Alimentação
R$ 9.882,23
REQUERENTE: ADRIANA PAULA DE LIMA, CPF nº 93873042215, RUA PADRE ANCHIETA 2497 CENTRO - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: DIEGO HENRIQUE NEVES ROSA, OAB nº RO8483, LUISA SEABRA CASER, OAB nº RO11944, AVENIDA PORTO VELHO 5274, CASA CENTRO - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
D E C I S Ã O
Conforme consulta ao portal da transparência[1], a renda líquida atual da recorrente é de R$ 3.027,54
Assim e uma vez que o valor do preparo ultrapassa 15% do seus rendimentos, logrou demonstrar hipossuficiência, tal que lhe impedira de arcar com as custas sem que isso prejudicasse a subsistência sua e de sua família, motivo pelo qual, firme no art. 5°, inc. LXXIV, da Carta Magna, Lei n. 1.060/50 e art. 98ss, do CPC, defiro a gratuidade de justiça.
Assim, e uma vez que tempestivo, admito o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões (id 93098248).
Encaminhe-se o processo à e. Turma Recursal.
Serve este(a) de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, quinta-feira, 18 de maio de 2023 às 10:50
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz(a) de Direito
http://transparencia.rolimprevi.ro.gov.br/portaltransparencia/2/servidores/detalhes?vinculo=undefined&matricula=6938&entidadeOrigem=1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7011183-58.2022.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo, Cancelamento de vôo, Overbooking
R$ 24.000,00
REQUERENTE: WISLEY VIEIRA ALVES, CPF nº 00773901213, RUA Z 0665 CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: GLEYSON CARDOSO FIDELIS RAMOS, OAB nº RO6891
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, RUA BANDEIRA PAULISTA 600, 15 ANDRA ITAIM BIBI - 04532-001 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
D E S P A C H O
Uma vez que tempestivo e regularmente preparado, admito o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões apresentadas (id. 93043788).
Encaminhe-se ao e. Colégio Recursal.

Serve este(a) de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7011335-09.2022.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Auxílio-Alimentação
R$ 7.290,90
REQUERENTE: CLOVIS ANTONIO DE SOUZA, CPF nº 72636785272, TRAVESSA DOS PARECIS 3926 CENTENÁRIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: GLEYSON CARDOSO FIDELIS RAMOS, OAB nº RO6891
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
CLOVIS ANTONIO DE SOUZA, logrou demonstrar, por meio dos documentos que instruem a petição de id. 85505438, hipossuficiência tal que lhe impediria de arcar com as custas sem que isso prejudicasse a subsistência sua e de sua família, motivo pelo qual, firme no art. 5º, inc. LXXIV, da Carta Magna, Lei n. 1.060/50 e art. 98 ss, do CPC, defiro a gratuidade de justiça.
Assim, e uma vez que tempestivo, admito o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões apresentadas id. 93099722.
Encaminhe-se o processo à e. Turma Recursal.
Serve este(a) de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7000121-84.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material
R$ 22.865,68
REQUERENTE: EVANGELISTA PEDRO DA SILVA, CPF nº 39052443220, LINHA 208 SUL, KM 10, LOTE 20 lote 20 ZONA RURAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: THAYSA LAZZARIN PEREIRA, OAB nº RO12555, RUA PRINCESA ISABEL 4809 CIDADE ALTA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, WELINTON DE LIMA FREITAS, OAB nº RO11716
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Uma vez que tempestivo e regularmente preparado, admito o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões (id 93191946).
Encaminhe-se o processo à e. Turma Recursal.
Serve este(a) de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7002788-43.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Análise de Crédito
R$ 22.160,00
AUTOR: OTICA VISAO DE ROLIM DE MOURA LTDA - ME, CNPJ nº 63751952000167, 25 DE AGOSTO 5119 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: OZIEL SOBREIRA LIMA, OAB nº RO6053A
REU: CIELO S.A, CNPJ nº 01027058000191, ALAMEDA XINGU 512 ALPHAVILLE INDUSTRIAL - 06455-030 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: MARIA EMILIA GONCALVES DE RUEDA, OAB nº RN1064, RUA CONDADO, 77 S/n PARNAMIRIM - 52060-080 - RECIFE - PERNAMBUCO

D E S P A C H O
Uma vez que tempestivo e regularmente preparado, admito o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões apresentadas.
Encaminhe-se o processo à e. Turma Recursal.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005788-51.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Tratamento médico-hospitalar
R$ 1.320,00
REQUERENTES: A. P. D. O. S., R RUA GERALDO DIAS FIUZA 0976 CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, A. O. P., RUA GERALDO DIAS FIUSA 0976, CASA CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, D. P. D. E. D. R., AV ARACAJÚ 5394 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDOS: M. D. R. D. M., AVENIDA JOÃO PESSOA 4231, INEXISTENTE CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, E. D. R., AVENIDA DOS IMIGRANTES - DE 31 3503, - DE 3129 A 3587 - LADO ÍMPAR COSTA E SILVA - 76803-611 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
D E S P A C H O
Incontroverso que a saúde, direito fundamental, é dever do Estado (arts. 6º e 196, da CRFB/88) e que, por outro lado, no rito previsto na Lei n.º 12.153/09, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação (art. 3º).
Na hipótese dos autos, verifica-se que o menor ANTHONY OLIVEIRA PACHECO, de família de parcos recursos (declaração de hipossuficiência junto à inicial), trouxe aos autos laudo subscrito por servidor do SUS (id 93322919 - Pág. 8), dando conta de que necessita, e com urgência, de TERAPIA MULTIDISCIPLINAR com NEUROPSICÓLOGO, FONOAUDIÓLOGO e TERAPEUTA OCUPACIONAL (10 horas semanais), uma vez que apresenta características compatíveis com transtorno do espectro autista (CID 10 F84.0 e 6A02) com déficit significativo na comunicação e interações sociais, comunicação verbal e não-verbal, padrões restritos e repetitivos de comportamento e intolerância a sons altos, e, mesmo ciente da necessidade o réu deixou de fornecer o tratamento.
Ante o exposto, considerando-se ainda o Enunciado nº 8, da 1ª Jornada de Direito da Saúde, a diretriz constitucional prevista no art. 198, inc. I (descentralização), defiro o pleito urgente, determinando ao Estado de Rondônia que, de plano, forneça o tratamento sub judice.
Serve esta de ofício ao Secretário Estadual de Saúde (email: juridico.nmj.sesau@gmail.com; endereço: Rua Pio XII, 2986 - Bairro Pedrinhas Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Machado Porto Velho, RO, CEP 76801470) a, no prazo de 15 dias, informar nos autos o cumprimento da medida antecipatória.
No mais:
cite(m)-se e intime-se (via sistema) a contestar, no prazo de quinze dias, ressaltando-se que não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual e que deverá a Fazenda Pública fornecer a este Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa (arts. 7º e 9º, da LJEFP) no mesmo prazo para a resposta;
intime-se o(a) demandante a impugnar a contestação (quinze dias).
por fim, cientifique-se o Ministério Público.
Serve esta de mandado/carta/carta precatória.
Rolim de Moura, sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:14
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Rolim de Moura - Juizado Especial
Rolim de Moura - Juizado Especial Cível, Fórum Eurico Soares Montenegro, Av. João Pessoa, 4555, Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO, Brasil. Fone: (69) 3442-2268
Processo n°: 7002994-62.2020.8.22.0010
EXEQUENTE: SCHLICKMANN & VILELA LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: CATIANE DARTIBALE - RO6447
EXECUTADO: ARIOMAR EREIRA TELES
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do (ID 90870005).
Rolim de Moura, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7000952-35.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material
R$ 50,00
REQUERENTE: WEILLE GUIMARAES SOUZA, CPF nº 06307241217, PARANA 4285 BEIRA RIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: NU PAGAMENTOS S.A., CNPJ nº 18236120000158, RUA CAPOTE VALENTE 39, - ATÉ 325/326 PINHEIROS - 05409-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REQUERIDO: MARIA DO PERPETUO SOCORRO MAIA GOMES, OAB nº PA24039, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
S E N T E N Ç A
A questão de ordem processual (ilegitimidade passiva ad causam) se confunde com a de mérito, de modo que será resolvida ao longo desse capítulo da sentença.
Com efeito.
Sobretudo pelo extrato anexo ao ID: 86926936, dando conta de que em 1º de fevereiro último, às 18h06, o fornecedor de combustível lá identificado "recebeu" R$ 49,61 (R$ 50,00 – R$ 0,39) mediante cartão de crédito de WEILLE GUIMARÃES SOUZA (**** **** **** 4300), não haveria como deixar de admitir aqui a alegação segundo a qual inoportuno os R$ 100,00 que Nubank debitou na respectiva fatura como pagamento dessa mesma operação financeira.
Por outro lado, é dos autos que apesar de reconhecer a incongruência1 a demandada não manifestou interesse algum na solução do problema, tanto em face do pedido administrativo2 quanto agora judicialmente (92699023).
Assim, verifica-se aqui o necessário liame de causa e efeito (CDC, art. 14) entre uma prestação de serviço falha dessas e os danos que Weille afirma que sofreu, o psicológico inclusive, pois conforme vem julgando a e. Turma Recursal do TJ/RO a exposição do consumidor a via crucis, causa transtornos que ultrapassam a esfera do mero aborrecimento, configurando dano extrapatrimonial passível de indenização. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7001679-03.2019.822.0020, Relator(a) do Acórdão: Juiz Audarzean Santana da Silva, j. em 18/11/2021).
Ante o exposto, acolho a demanda, para condenar NU PAGAMENTOS S.A. à entrega de R$ 50,00, mais acréscimo monetário a partir da propositura desta e juros desde a citação, e de R$ 5.000,00, fora correção monetária e juros nos termos da Súmula 362 do STJ, observando-se que do trânsito em julgado e independentemente de qualquer outra intimação o início do prazo para cumprimento voluntário da sentença.
Apresentado dentro do prazo e com o recolhimento das custas, admito desde já e apenas no efeito devolutivo (art. 43) o recurso do art. 41, da Lei n.º 9.099/95, do qual a parte adversa deverá ser intimada às contrarrazões.
Findos os dez dias (art. 42, § 2º), encaminhe-se o feito à e. Turma Recursal.
Havendo solicitação do interessado, inicie-se a fase de cumprimento da sentença (CPC/2015, art. 523 ss.), fazendo-se conclusos os autos.
Serve esta de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, sábado, 15 de julho de 2023 às 10:33
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 No documento anexado, pudemos perceber que o NSU é divergente do que foi registrado em nosso sistema. (92670563).
2 Logo após entrou em contato com o banco solicitando esclarecimentos onde foi informado que o sistema não apresentava problemas e que a falha seria da máquina de cartão do estabelecimento. (86926901).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005794-58.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Abatimento proporcional do preço
R$ 10.000,00
REQUERENTE: LAUDICEIA DE ANDRADE, CPF nº 92274889287, RUA A1 588 CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DAIANE CLARO VAIS, OAB nº RO11056
REQUERIDO: AGUAS DE ROLIM DE MOURA SANEAMENTO SPE LTDA., 25 DE AGOSTO 6156, PREDIO CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA DA AEGEA - RO
DESPACHO
Compulsando os autos, verifica-se que a fatura que, em tese, poderia subsidiar a manutenção da suspensão do fornecimento de energia, foi quitada em 10/07/2023 (id 93331689). Inclusive, em consulta ao sítio eletrônico da requerida (https://aeservicosonline.com.br/atendimento/entrar) não se localizou faturas em atraso.
Ademais, a conjuntura sub judice traduz, sem dúvida, o fator risco que exige a lei à concessão da medida urgente (periculum in mora), dada a natureza (essencial) do serviço.
Ante o exposto e firme no art. 300, do CPC, determino à ré que restabeleça imediatamente o serviço, facultando a autora que ela mesma proceda o rompimento do lacre e religação da água.

Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, domingo, 16 de julho de 2023 às 23:55
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7004320-23.2021.8.22.0010
Cumprimento de sentença - Substituição do Produto, Abatimento proporcional do preço
R$ 12.536,77
REQUERENTE: JAQUELINE SILVA, CPF nº 02790372284, AV. JORGE TEIXEIRA 5289 BOA ESPERANÇA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ALAN CARLOS DELANES MARTINS, OAB nº RO10173, OZIEL SOBREIRA LIMA, OAB nº RO6053A, AVENIDA NORTE SUL 5555 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, AVENIDA RIO GRANDE DO SUL 768, - ATÉ 1045/1046 ESTADOS - 58030-020 - JOÃO PESSOA - PARAÍBA, ENERGISA RONDÔNIA
Intime-se ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A à manifestação em 5 dias acerca do bloqueio de valores, nos termos do art. 854, §§ 2º e 3º, do CPC[1].
Intime-se, ainda, o autor a informar dados bancários para expedição de alvará eletrônico.

Serve este de carta, mandado etc.
Rolim de Moura, domingo, 16 de julho de 2023 às 23:57
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

_____

1 § 2º Tornados indisponíveis os ativos financeiros do executado, este será intimado na pessoa de seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente. § 3º Incumbe ao executado, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar que: I - as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis; II - ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7007996-42.2022.8.22.0010
Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material, Análise de Crédito
R$ 25.700,00
REQUERENTE: RONIVAN JOSE CRAVO MILLER, CPF nº 91069343234, AV. BRASIL 1301 CRISTO REI - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390, AV. FLANBOYANT 158, ESCRITÓRIO CENTRO - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, ERNANDES DE OLIVEIRA ROCHA, OAB nº RO10201
REQUERIDOS: RONALDO ROQUE FERREIRA, CPF nº DESCONHECIDO, AV. AFONSO PENA 6118, CASA SÃO CRISTOVÃO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, DILSINHO BARCOS, CPF nº DESCONHECIDO, AV. AFONSO PENA 6118, CASA SÃO CRISTOVÃO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
D E S P A C H O
Arquive-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:02
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7002438-55.2023.8.22.0010
Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços
R$ 1.746,28
EXEQUENTE: DANILUCCI & ORTIS LTDA, CNPJ nº 36239607000176, AVENIDA JOÃO PESSOA 4855 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LORENA VAGO PINHEIRO, OAB nº RO11058
EXECUTADO: PABLO CUNHA DA SILVA, CPF nº 02238169229, AVENIDA NATAL 5220 BAIRRO PLANALTO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
D E S P A C H O
Tendo em vista a manifestação do exequente[1] e o que dispõe o enunciado 37 do Fonaje[2], verifica-se ser a hipótese de tentativa de arresto online[3].
Assim e considerando-se o resultado positivo da busca (vide anexo), proceda-se à citação editalícia (prazo do edital: 30 dias).
Permanecendo revel o executado, nos termos do art. 72, parágrafo único, do CPC4 e súmula 196, do STJ , encaminhem-se os autos à Defensoria Pública, para manifestação em5 15 dias.
Serve esta de mandado, carta, ofício etc.
Rolim de Moura, domingo, 16 de julho de 2023 às 23:57
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 Frise-se que, nos termos do art. 258, do Código de Processo Civil, a parte que requerer a citação por edital, alegando dolosamente a ocorrência das circunstâncias autorizadoras para sua realização, incorrerá em multa de 5 (cinco) vezes o salário-mínimo.
2 ENUNCIADO 37 – Em exegese ao art. 53, § 4º, da Lei 9.099/1995, não se aplica ao processo de execução o disposto no art. 18, § 2º, da referida lei, sendo autorizados o arresto e a citação editalícia quando não encontrado o devedor, observados, no que couber, [o art. 830, caput e parágrafos, do CPC/2015] (nova redação – XXI Encontro – Vitória/ES).
3 […] Não tendo sido encontrados os Devedores, quando procurados para citação, pelo Oficial de Justiça, nos endereços declinados no contrato, é de se deferir o arresto eletrônico, via BACENJUD e RENAJUD, para bloqueio de numerários existentes nas contas correntes e aplicações financeiras dos Executados, bem como nos veículos de sua propriedade, até o valor do crédito exequendo, a teor do disposto no art. 830, do CPC (TJ-MG, AI 10024113436703001 MG, 17ª CÂMARA CÍVEL, Rel.: Roberto Vasconcellos, public.: 19/09/2016
4 Art. 72. O juiz nomeará curador especial ao: I - incapaz, se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade; II - réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado. Parágrafo único. A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública, nos termos da lei.
5 STJ, súmula nº 196 - Ao executado que, citado por edital ou por hora certa, permanecer revel, será nomeado curador especial, com legitimidade para apresentação de embargos;

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7002566-12.2022.8.22.0010
Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material, Revisão de Tutela Antecipada Antecedente
R$ 23.478,93
REQUERENTE: SILVANA DE ARAUJO ANTERES, CPF nº 61291447253, AVENIDA MACEIÓ 6104 SÃO CRISTÓVÃO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARTA LINA DE FREITAS, OAB nº RO11177, RUA CORUMBIARA 4489 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, FLAGSON GAMBART SANTANA, OAB nº RO10586, RUA CORUMBIARA 4489 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, CAROLINE QUINHONES RODRIGUES BENTO, OAB nº RO11945
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, AVENIDA RIO GRANDE DO SUL 768, - ATÉ 1045/1046 ESTADOS - 58030-020 - JOÃO PESSOA - PARAÍBA, ENERGISA RONDÔNIA
D E S P A C H O
Autorizo a transferência por meio da ferramenta “alvará eletrônico”, de modo que enviados os dados da ordem diretamente à Caixa Econômica Federal.
Seguem as informações sintéticas do documento:
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 15.921,14 MARTA LINA DE FREITAS 66478804291 1529948 - 1 Sim Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB/SICOOB (756) Ag.: 3271 C.: 24499-6 TOTAL
R$ 15.921,14O beneficiário deverá aguardar por cinco dias o crédito dos valores na conta bancária indicada.
Sobrevindo informação de erro no cumprimento da ordem, fica a CPE autorizada a expedir outro alvará independentemente de novo comando para tanto.
Após, arquivem-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:02
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7009338-88.2022.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação
R$ 11.631,72
AUTORES: LUCAS RAMOS BATISTA ROCHA, AV. ARACAJU 6126 SÃO CRISTOVÃO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, AV ARACAJÚ 5394 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: SOCIEDADE ROLIMOURENSE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA, CNPJ nº 04767589000702, AVENIDA FORTALEZA 5435 BAIRRO CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
D E S P A C H O
Intime-se o requerente para indicar endereço atualizado do requerido, em 05 dias.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:02
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7009211-53.2022.8.22.0010
Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer
R$ 1.212,00
AUTOR: ADRIANA GONCALVES DA COSTA, CPF nº 29456561836, MACEIO 6416 SAO CRISTOVAO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: YURI GAUTAMA HELMANN SOUZA SAMPAIO, OAB nº RO12292, AV. MACEIÓ 3590 JARDIM TROPICAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REU: ENERGISA, CNPJ nº 00864214000106, AVENIDA CORUMBIARA 4220 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: MARIA BEATRIZ ALBUQUERQUE MOURA DE OLIVEIRA, OAB nº PB20422, CASSIMIRO DE ABREU 250, AP 505 BRISAMAR - 58033-330 - JOÃO PESSOA - PARAÍBA, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, AVENIDA RIO GRANDE DO SUL 768, - ATÉ 1045/1046 ESTADOS - 58030-020 - JOÃO PESSOA - PARAÍBA, ENERGISA RONDÔNIA
Intime(m)-se o(a)(s) executado(a)(s), nos termos do art. 523¹, caput, do CPC/2015, para que pague o débito (vide demonstrativo).

Transcorrido in albis o prazo, acresça-se multa de dez por cento (§ 1º).
Na sequência, uma vez que a tentativa de bloqueio através de sistema eletrônico é opção prioritária na forma da lei (art. 835, inc. I c/c 854), diligencie-se perante o Sisbajud.
Frutífera a medida acima e inexistindo impugnação ou sendo ela rejeitada, transfira-se o valor e expeça-se alvará.
Serve esta de mandado/carta/carta precatória.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:06
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005655-09.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Juros de Mora - Legais / Contratuais
R$ 1.635,00
AUTOR: MATHEUS BONATTO ANACLETO, CPF nº 00297794213, RUA SETE DE SETEMBRO 2191 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ALAN CARLOS DELANES MARTINS, OAB nº RO10173
REU: PAULA RENATA ANDRADE, CPF nº 00883740257, AV. SALVADOR 4475 OLÍMPICO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).

X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:14
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7011177-51.2022.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Abatimento proporcional do preço , Interpretação / Revisão de Contrato, Indenização por Dano Material, Cláusulas Abusivas
R$ 24.191,31
REQUERENTE: ANGELA DA SILVA GONCALVES, CPF nº 00356362205, RUA CASTRO ALVES 6.881 INDUSTRIAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RENATO PEREIRA DA SILVA, OAB nº RO6953
REQUERIDO: CENTRO DE EDUCACAO DE ROLIM DE MOURA LTDA, CNPJ nº 16648785000143, 25 DE AGOSTO 6961, AVENIDA 25 DE AGOSTO 4698 SAO CRISTOVAO - 76940-971 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCIO RAFAEL GAZZINEO, OAB nº CE23495, RUA PADRE VALDEVINO ALDEOTA - 60135-041 - FORTALEZA - CEARÁ
Uma vez que tempestivo e regularmente preparado, admito o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões apresentadas (id. 92986983).
Encaminhe-se ao e. Colégio Recursal.
Serve este(a) de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7011356-82.2022.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Auxílio-Alimentação
R$ 7.814,23
REQUERENTE: ADRIANA DA SILVA, CPF nº 70950113204
ADVOGADOS DO REQUERENTE: NEWITO TELES LOVO, OAB nº RO7950, HOSNEY REPISO NOGUEIRA, OAB nº RO6327
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
D E C I S Ã O
ADRIANA DA SILVA logrou demonstrar, por meio dos documentos que instruem a petição de ids 90762829, 90762830 e 90762833, hipossuficiência tal que lhe impediria de arcar com as custas sem que isso prejudicasse a subsistência sua e de sua família, motivo pelo qual, firme no art. 5º, inc. LXXIV, da Carta Magna, Lei n. 1.060/50 e art. 98 ss, do CPC, defiro a gratuidade de justiça.
Assim, e uma vez que tempestivo, admito o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões (id 92980058).
Encaminhe-se o processo à e. Turma Recursal.
Serve este(a) de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7000092-34.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo, Cancelamento de vôo
R$ 11.854,69
AUTOR: IARA DA SILVA BUSIQUIA, CPF nº 03065471205, AV. FORTALEZA, 6691 BAIRRO INDUSTRIAL 6691 INDUSTRIAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA

ADVOGADO DO AUTOR: ALEFF ALVES DE OLIVEIRA, OAB nº RO12253
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6490, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, RUA BANDEIRA PAULISTA 600, 15 ANDRA ITAIM BIBI - 04532-001 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Uma vez que tempestivo e regularmente preparado, admito o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões (id 93062975).
Oportunamente, encaminhe-se o processo à e. Turma Recursal.
Serve este(a) de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005554-69.2023.8.22.0010
Termo Circunstanciado - Posse de Drogas para Consumo Pessoal
R$ 0,00
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: HERIKS ROGERIO SOUZA DA SILVA, AV. CORONEL JORGE TEIXEIRA 6420 BOA ESPERANÇA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Haja vista o parecer do i. Promotor de Justiça (id. 93116814), a que me reporto para fundamentar, determino o arquivamento do processo.
Nos termos do art. 5º, inc. IV, da Lei n. 3.896/2016, isento HERIKS ROGÉRIO SOUZA DA SILVA do pagamento de custas.
Cancele-se a audiência preliminar.
No mais, tendo em vista a manifestação do MP e que o presente Termo Circunstanciado será extinto e arquivado, autorizo a destruição de todo o material entorpecente apreendido nos autos (Lei 11.343/2006, arts. 50, § 3º, 50-A, e 72).
Serve este de Ofício à Depol.
Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.
Depois, arquivem-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:24
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7010491-59.2022.8.22.0010
Execução de Título Extrajudicial - Honorários Periciais
R$ 1.540,75
EXEQUENTE: WEVERTON FREITAS DA SILVA, CPF nº 00327740280, AVENIDA ESPÍRITO SANTO 331, ADVOCACIA NOVO HORIZONTE - 76962-041 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: WEVERTON FREITAS DA SILVA, OAB nº RO10413
EXECUTADO: LUIZ RICARDO PEREIRA DA COSTA, CPF nº 03247199144, NA RO 0-10, KM 8,5, ZONA RURAL,, SENTINDO NOVA BRASILÂNDIA ZONA RURAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
D E S P A C H O
Arquive-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:08
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7002838-16.2016.8.22.0010
Cumprimento de sentença - Consórcio
R$ 6.610,48
REQUERENTE: DIRCEU DE ALMEIDA, CPF nº 52446468934, RUA BRASFLOREST 5126 CENTENÁRIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA

REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: ITAU ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA, RUA DOM PEDRO II 826, - DE 608 A 826 - LADO PAR CENTRO - 76801-066 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: PEDRO ROBERTO ROMAO, OAB nº AM209551, - 76900-970 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954, PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
D E S P A C H O
Conforme já esclarecidos no despacho id 90325018, não se trata aqui de obrigação de fazer, de modo que inoportuna a imposição de multa coercitiva – astreintes (art. 537, CPC).
Portanto, a resistida pretensão deve ser discutida em autos próprios.
Intime-se. Após, retornem-se ao arquivo.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:08
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005598-88.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material
R$ 17.354,62
AUTOR: JORGE LUIZ DOS SANTOS, CPF nº 22076328220, LINHA 184 KM 06 LADO NORTE s/n SETOR RURAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: OZIEL SOBREIRA LIMA, OAB nº RO6053A
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA CORUMBIARA 4220 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
D E S P A C H O
Cite-se e intime-se a ré a apresentar contestação no prazo de quinze dias, cancelando-se eventual audiência designada, vez que notório o desinteresse dela na conciliação neste tipo de demanda.
Sobrevindo a defesa, intime-se o(a) demandante a impugná-la (prazo de quinze dias).
Serve este(a) de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:14
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005648-17.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Cheque
R$ 12.106,14
AUTOR: SALVADOR JANUARIO DA SILVA, CPF nº 03478556104, RUA BRASFLOREST 5.630 JARDIM TROPICAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RENATO PEREIRA DA SILVA, OAB nº RO6953
REU: ELIANDRO BALBINOT 58851275220, CNPJ nº 28609676000104, RUA LONDRINA 5.756 JARDIM TROPICAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
D E S P A C H O
Intime-se o demandante a, no prazo de 15 dias, providenciar a juntada do comprovante de residência (CPC, 320 e 321, CPC).
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:14
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005764-23.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Abatimento proporcional do preço
R$ 10.000,00
REQUERENTE: ROBERTO CANDIDO MIRANDA JUNIOR, CPF nº 07826571928, CENTRO 4530 AV NORTE E SUL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: KELISSON MONTEIRO CAMPOS, OAB nº RO5871

REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO SN, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Intime-se o demandante a, no prazo de 15 dias, providenciar a juntada do comprovante de residência e procuração com assinatura (CPC, art. 105 c/c 320 e 321, CPC).
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:16
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005786-81.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer
R$ 10.000,00
AUTOR: OLINDIA MARTHA MACHADO, CPF nº 31302386204, AV. CUIABÁ 5249 PLANALTO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ALAN CARLOS DELANES MARTINS, OAB nº RO10173, AV. NORTE SUL 5555 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390
REQUERIDOS: BANCO DO BRASIL, - 76962-050 - CACOAL - RONDÔNIA, ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).

X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:16
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
7002620-41.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica, Irregularidade no atendimento
R$ 15.000,00
AUTOR: SEBASTIAO LEOPOLDINO DE ASSIS, CPF nº 60894199668, AVENIDA PARANÁ 3747, DISTRITO DE NOVA ESTRELA JARDIM TROPICAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: GREYCY KELI DOS SANTOS, OAB nº RO8921
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, RUA CORUMBIARA 4220 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, RUA ANTÔNIO MARIA COELHO 5401, - DE 3807/3808 A 5298/5299 CAMPO GRANDE - 79021-170 - CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL, ENERGISA RONDÔNIA
Uma vez que tempestivo e regularmente preparado, admito o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões apresentadas.
Oportunamente, encaminhe-se o processo à e. Turma Recursal.
Serve este(a) de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005687-14.2023.8.22.0010
Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços
R$ 1.134,04
EXEQUENTE: DANILUCCI & ORTIS LTDA, CNPJ nº 36239607000176, AVENIDA JOÃO PESSOA 4855 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LORENA VAGO PINHEIRO, OAB nº RO11058
EXECUTADO: GABRIEL CORREA NANDI, CPF nº 55336574287, RUA H 4402 BAIRRO CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Após, serve este de mandado, incumbindo ao oficial de justiça:
1. citar (Lei n.º 9.099/95, art. 53 e §§) o executado para que em três dias efetue o pagamento da dívida (CPC, art. 829);
2. intimá-lo do teor do art. 774, inc. V, do CPC, e das consequências do seu descumprimento (idem, parágrafo único)[1];
3. transcorrido in albis o prazo, penhorar e avaliar tantos bens quantos bastem a assegurar o pagamento, depositando-os com o exequente;
4. restando infrutífera a penhora, observar, sendo possível, o art. 836, §§, do CPC[2]; caso contrário, intimar o exequente que não for assistido por advogado particular ou defensor público a, no prazo de cinco dias, promover o prosseguimento, indicando bens ou o atual endereço do executado (não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto – art. 53, § 4º, LJE);
5. havendo necessidade e independentemente de nova conclusão, servirá esta de requisição de força policial, ficando desde já autorizado o arrombamento se o executado fechar as portas da casa a fim de obstar a penhora (arts. 139, inc. VII, 782, §2º, e 846, §§, CPC);
6. quando da penhora, intimar o devedor à audiência preliminar telepresencial a ser realizada, pelo CEJUSC, na data agendada pela CPE, ocasião em que poderá oferecer embargos (art. 52, IX, LJE), por escrito ou verbalmente, sendo obrigatória a segurança do Juízo (enunciado 117, FONAJE);
7. cientificar o devedor de que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020):
I. os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;

b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência);
c) estar com o telefone disponível durante o horário da audiência;
d) comparecer acompanhado de advogado, se causa de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munido de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) se pessoa jurídica, assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
III. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até quinze dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IV. a falta de acesso do exequente à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para seu telefone, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
V. a parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da videochamada, observando-se que:
a) se não possuir advogado, deverá informar ao Cejusc (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também whatsapp) e 3449-3700 até um dia antes da data designada;
b) se a intimação for realizada por Oficial de Justiça, deverá ele certificar o número de telefone (Whatsapp) e se dispõe a parte de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência (Provimento Corregedoria nº 13/2021);
VI. não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também Whatsapp) e 3449-3700, até cinco dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve, ainda, de carta precatória.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:15
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 Art. 774. Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: [...] V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus. Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o juiz fixará multa em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do exequente, exigível nos próprios autos do processo, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material.
2 Art. 836. […] § 1º Quando não encontrar bens penhoráveis, independentemente de determinação judicial expressa, o oficial de justiça descreverá na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica. § 2º Elaborada a lista, o executado ou seu representante legal será nomeado depositário provisório de tais bens até ulterior determinação do juiz.
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005732-18.2023.8.22.0010
Execução de Título Extrajudicial - Agência e Distribuição
R$ 2.390,17
EXEQUENTES: DEBORA FASHION EIRELI, CNPJ nº 14064946000207, AVENIDA NORTE SUL 4904 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, DEBORA FREDRICHSEN, CPF nº 74326015268, AV. NORTE SUL n 4904 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: RENATO CESAR MORARI, OAB nº RO10280
EXECUTADO: LARISSA RIBEIRO DA CRUZ PEREIRA, CPF nº 65067150220, AV PARANÁ n 5239 BOA ESPERENÇA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Após, serve este de mandado, incumbindo ao oficial de justiça:
1. citar (Lei n.º 9.099/95, art. 53 e §§) o executado para que em três dias efetue o pagamento da dívida (CPC, art. 829);
2. intimá-lo do teor do art. 774, inc. V, do CPC, e das consequências do seu descumprimento (idem, parágrafo único)[1];
3. transcorrido in albis o prazo, penhorar e avaliar tantos bens quantos bastem a assegurar o pagamento, depositando-os com o exequente;
4. restando infrutífera a penhora, observar, sendo possível, o art. 836, §§, do CPC[2]; caso contrário, intimar o exequente que não for assistido por advogado particular ou defensor público a, no prazo de cinco dias, promover o prosseguimento, indicando bens ou o atual endereço do executado (não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto – art. 53, § 4º, LJE);
5. havendo necessidade e independentemente de nova conclusão, servirá esta de requisição de força policial, ficando desde já autorizado o arrombamento se o executado fechar as portas da casa a fim de obstar a penhora (arts. 139, inc. VII, 782, §2º, e 846, §§, CPC);
6. quando da penhora, intimar o devedor à audiência preliminar telepresencial a ser realizada, pelo CEJUSC, na data agendada pela CPE, ocasião em que poderá oferecer embargos (art. 52, IX, LJE), por escrito ou verbalmente, sendo obrigatória a segurança do Juízo (enunciado 117, FONAJE);
7. cientificar o devedor de que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020):

I. os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência);
c) estar com o telefone disponível durante o horário da audiência;
d) comparecer acompanhado de advogado, se causa de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munido de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) se pessoa jurídica, assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
III. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até quinze dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IV. a falta de acesso do exequente à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para seu telefone, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
V. a parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da videochamada, observando-se que:
a) se não possuir advogado, deverá informar ao Cejusc (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também whatsapp) e 3449-3700 até um dia antes da data designada;
b) se a intimação for realizada por Oficial de Justiça, deverá ele certificar o número de telefone (Whatsapp) e se dispõe a parte de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência (Provimento Corregedoria nº 13/2021);
VI. não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também Whatsapp) e 3449-3700, até cinco dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve, ainda, de carta precatória.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:15
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
1 Art. 774. Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: [...] V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus. Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o juiz fixará multa em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do exequente, exigível nos próprios autos do processo, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material.
2 Art. 836. […] § 1º Quando não encontrar bens penhoráveis, independentemente de determinação judicial expressa, o oficial de justiça descreverá na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica. § 2º Elaborada a lista, o executado ou seu representante legal será nomeado depositário provisório de tais bens até ulterior determinação do juiz.
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005787-66.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material
R$ 5.000,00
AUTOR: JOAQUIM FERNANDES, CPF nº 23746181291, RUA RIO MADEIRA 4152 PLANALTO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390
REQUERIDO: ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
DESPACHO
Nos termos do provimento n. 018/2020, publicado no DJe n. 096 de 25/05/2020, designo audiência de conciliação telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet), cuja data será indicada pela Central de Processamento Eletrônico.
À CPE para cumprimento, procedendo-se o agendamento no sistema.
Intime-se a parte autora.
Cite(m)-se e intimem-se a requerida.
Observe-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência) e estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
c) se o caso, acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;

e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial;
f) Se for indicado(a) mais de um(a) advogado(a) ou preposto(a) por parte, a comunicação e o chamamento para a audiência serão realizados apenas ao primeiro da lista;
g) O tempo de tolerância para atrasos na participação em audiência é de 05 (cinco) minutos.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995;
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar à Central de Atendimento do Fórum, até um dia antes da data designada, por meio do telefone (69) 3449-3710 (Ligações e WhatsApp);
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelo telefone 3449-3740 (também Whatsapp), até 15 dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:16
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Este processo tramita por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (http://pje.tjro.jus.br/).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7010594-66.2022.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
R$ 23.292,21
REQUERENTES: MARLICE DOS SANTOS MELLO, CPF nº 69698384120, AVENIDA ESPÍRITO SANTO 6163, CASA BOA ESPERANÇA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, JOSUEL SOARES DE MELLO, CPF nº 97616788149, AVENIDA ESPÍRITO SANTO 6163, CASA BOA ESPERANÇA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: MATHEUS DUQUES DA SILVA, OAB nº RO6318
REQUERIDO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102, A04 sn LOT. CIDADE JARDIM - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394, AVENIDA T 28, - DE 1171/1172 AO FIM ST BUENO - 74215-040 - GOIÂNIA - GOIÁS
Faltam aqui elementos a corroborar a hipossuficiência.
De se ressaltar que o recorrente está assistido por advogado, o que apesar de não impedir a concessão do benefício (CPC, art. 98, § 4º), é elemento indicativo da desnecessidade dele, mormente quando em rito no qual essa assistência é prescindível (art. 9º, da Lei n.º 9.099/95).
Portanto, intime-se-o então para, no prazo de quarenta e oito horas, comprovar ou o preenchimento dos pressupostos do § 2º do art. 99 do CPC ou o recolhimento do preparo (Lei n. 9.099/95, art. 42, § 1º; Fonaje, enunciado 115).
Contrarrazões apresentadas (id 93162921).
encaminhe-se ao e. Colégio Recursal.
Deixando a parte de comprovar o recolhimento, arquive-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br

7000344-37.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
R$ 15.533,28
AUTOR: CLAUDINEI RAMOS SANTOS, CPF nº 00018896219, AV: SETE DE SETEMBRO 6256 BOM JARDIM - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, RUA RIO MADEIRA 5105 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590, RUA RIO MADEIRA 5105 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, SERGIO MAGESKY DUTRA, OAB nº RO12297
REQUERIDO: NEON PAGAMENTOS S.A., CNPJ nº 20855875000182, BANCO BRADESCO S.A., RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADO DO REQUERIDO: CARLOS AUGUSTO TORTORO JUNIOR, OAB nº RJ182443, RUA BERNARDINO DE CAMPOS 1001, 10 ANDAR, SALAS DE 1005 A 1008 CENTRO - 14015-130 - RIBEIRÃO PRETO - SÃO PAULO
Haja vista a tempestividade, admito o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões apresentadas.
Oportunamente, encaminhem-se os autos ao e. Colégio Recursal.
Serve este(a) de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005186-60.2023.8.22.0010
Termo Circunstanciado - Leve, Dano
R$ 0,00
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTORES DOS FATOS: JEFERSON DIAS DA SILVA, CPF nº 02574538226, AV. NORTE SUL ESQ. C/ PORTO VELHO 4979 CENTRO - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA, PABLO RAIAN ALVES LEVINDO, AVENIDA PRESIDENTE KENEDY 2050 CIDADE BAIXA - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES DOS FATOS: ARTHUR PAULO DE LIMA, OAB nº RO1669, - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DE: JEFERSON DIAS DA SILVA, brasileiro, filho de Ivair Soares da Silva e de Marilza Gomes Dias, nascido em 04/08/1995, inscrito no CPF sob o n° 025.745.382-26, residente e domiciliado na Avenida
Norte Sul esquina com a Avenida Porto Velho, Município de Rolim de Moura/RO; e PABLO RAIAN ALVES LEVINDO, brasileiro, filho de José Ruberley Levindo e de Bernardina Alves das Rocha, nascido em 21/11/1993, inscrito no CPF sob o n° 030.702.882-86, residente e domiciliado na Rua Presidente Kennedy, nº 2050, bairro Planalto, Município de São Miguel do Guaporé/RO.
Uma vez que designada audiência de instrução e julgamento telepresencial, serve este de mandado de citação e intimação nos termos do art. 78 e ss. da Lei 9.099/95 e da Resolução Nº 329 de 30/07/2020, com as seguintes finalidades:
1 - PROCEDER a CITAÇÃO do(a)(s) acusado(a)(s) acima qualificado(a)(s) da denúncia do Ministério Público, entregando-lhe(s) uma cópia, bem como, intima-lo(a)(s) da designação da Audiência de Instrução e Julgamento a ser realizada no dia 04/10/2023, às 10h30min, na sala de audiências deste Juizado Especial Criminal, anexo I, localizada na Av. João Pessoa, 455, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000.
2 - O(A) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça informará ao(à)(s) acusado(a)(s) que a audiência será realizada por videoconferência e verificará a possibilidade desta(e)(s) participar(em) da audiência por meio do Google Meet e/ou WhatsApp, sendo que para tanto, deverá anotar o número do celular, conta de e-mail válida e o número do CPF (caso não conste(m) no mandado) do(a)(s) intimado(a)(s). Caso o número do celular da parte já conste no mandado, confirmar se está ativo e se tem o aplicativo do WhatsApp instalado. Caso a parte informe que não dispõe de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência, deverá certificar o ocorrido, nos termos do Provimento CGJ n. 013/2021, com efeitos válidos para as 1ª (primeira), 2ª (segunda) e 3ª (terceira) etapas do Plano de Retorno Programado das Atividades Presenciais do Poder Judiciário.
2.1 - Não dispondo, a parte, de telefone ou outros meios tecnológicos suficientes para participar da videochamada para audiência, deverá comparecer a este Juízo no dia e hora agendado para audiência.
3 - No momento da Intimação, o(a) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça informar ao(à)(s) acusado(a)(s), a necessidade de sua participação na audiência acompanhado de advogado, com a advertência de que, caso não tenha advogado, deverá entrar em contato com a Defensoria Pública responsável pela área criminal, por meio do número de telefone [(69) 99232-8079], antes da realização da Audiência de Instrução.
4 - Intimar, ainda, que poderá indicar testemunhas, informando os nomes e dados de contato delas, por meio do telefone/WhatsApp: 3449-3704 (atendimento das 7h às 14h - gabinete do Juizado Especial). Caso necessite que as testemunhas sejam intimadas pessoalmente, deverá requerer junto ao e-mail: central_rolim@tjro.jus.br ou telefone/(WhatsApp): 98474-2339 (atendimento das 7h às 14h), no mínimo 05 dias antes da data da audiência, constando nome, endereço e o número de telefone delas.
OBSERVAÇÃO: HAVENDO OU NÃO a possibilidade da(s) parte(s) participar(em) da Audiência, o(a) secretária(o) do juiz entrará em contato informando quais serão os procedimentos a serem adotados, garantindo, ainda, possibilidade de contato caso ocorra queda de sinal durante o ato.
Expeçam-se o necessário (mandado/carta/ofício) para intimação de eventual(is) vítima(s) e/ou testemunha(s).
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:24
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7004815-96.2023.8.22.0010
Termo Circunstanciado - Leve
R$ 0,00
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, , - ATÉ 565 - LADO ÍMPAR - 76900-259 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: JESSICA CAROLINE PRUDENCIO, AV PORTO VELHO 3226, CASA JARDIM TROPICAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
D E S P A C H O
CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DE: JÉSSICA CAROLINE PRUDÊNCIO, brasileira, filha de Marta Francisco da Conceição Prudêncio e Elizeu Albino Prudêncio, nascida em 14/02/1994, portadora do CPF: 014.691.152-04, residente e domiciliada Avenida Porto Velho, nº 3226, bairro Jardim Tropical, Rolim de Moura – RO, telefone não informado.
ELISMAR MARIANO DA SILVA, brasileiro, filho de Nilzete Silva Martins e Elias Mariano da Cruz, nascido no dia 03/08/1994, inscrito no CPF 003.584.742-56, residente e domiciliado na Av. Fortaleza, 6696, Bairro Industrial, Rolim de Moura/RO, telefone (69) 98447-1172.
Uma vez que designada audiência de instrução e julgamento telepresencial, serve este de mandado de citação e intimação nos termos do art. 78 e ss. da Lei 9.099/95 e da Resolução Nº 329 de 30/07/2020, com as seguintes finalidades:
1 - PROCEDER a CITAÇÃO do(a)(s) acusado(a)(s) acima qualificado(a)(s) da denúncia do Ministério Público, entregando-lhe(s) uma cópia, bem como, intima-lo(a)(s) da designação da Audiência de Instrução e Julgamento a ser realizada no dia 25 de outubro de 2023, às 9:45 horas, na sala de audiências deste Juizado Especial Criminal, anexo I, localizada na Av. João Pessoa, 455, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000.
2 - O(A) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça informará ao(à)(s) acusado(a)(s) que a audiência será realizada por videoconferência e verificará a possibilidade desta(e)(s) participar(em) da audiência por meio do Google Meet e/ou WhatsApp, sendo que para tanto, deverá anotar o número do celular, conta de e-mail válida e o número do CPF (caso não conste(m) no mandado) do(a)(s) intimado(a)(s). Caso o número do celular da parte já conste no mandado, confirmar se está ativo e se tem o aplicativo do WhatsApp instalado. Caso a parte informe que não dispõe de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência, deverá certificar o ocorrido, nos termos do Provimento CGJ n. 013/2021, com efeitos válidos para as 1ª (primeira), 2ª (segunda) e 3ª (terceira) etapas do Plano de Retorno Programado das Atividades Presenciais do Poder Judiciário.
2.1 - Não dispondo, a parte, de telefone ou outros meios tecnológicos suficientes para participar da videochamada para audiência, deverá comparecer a este Juízo no dia e hora agendado para audiência, utilizando máscara de proteção individual.
3 - No momento da Intimação, o(a) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça informar ao(à)(s) acusado(a)(s), a necessidade de sua participação na audiência acompanhado de advogado, com a advertência de que, caso não tenha advogado, deverá entrar em contato com a Defensoria Pública responsável pela área criminal, por meio do número de telefone [(69) 99232-8079], antes da realização da Audiência de Instrução.
4 - Intimar, ainda, que poderá indicar testemunhas, informando os nomes e dados de contato delas, por meio do telefone/WhatsApp: 3449-3704 (atendimento das 7h às 14h - gabinete do Juizado Especial). Caso necessite que as testemunhas sejam intimadas pessoalmente, deverá requerer junto ao e-mail: central_rolim@tjro.jus.br ou telefone/(WhatsApp): 98474-2339 (atendimento das 7h às 14h), no mínimo 05 dias antes da data da audiência, constando nome, endereço e o número de telefone delas.
OBSERVAÇÃO: HAVENDO OU NÃO a possibilidade da(s) parte(s) participar(em) da Audiência, o(a) secretária(o) do juiz entrará em contato informando quais serão os procedimentos a serem adotados, garantindo, ainda, possibilidade de contato caso ocorra queda de sinal durante o ato.
Expeçam-se o necessário (mandado/carta/ofício) para intimação de eventual(is) vítima(s) e/ou testemunha(s).
Obs: Informações da audiência - 9h45 Quarta-feira, 25 de outubro Fuso horário: America/Boa_Vista Como participar do Google Meet Link da videochamada: https://meet.google.com/jds-hvqo-wzz Ou disque: (BR) +55 11 4935-1245 PIN: 723 695 200# Outros números de telefone: https://tel.meet/jds-hvqo-wzz?pin=3430646356271
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:24
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7011246-83.2022.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
R$ 10.000,00
AUTOR: WILLIAN BARBOSA NUNES, CPF nº 02151625281, AVENIDA PORTO VELHO n. 5695 BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MYRIAN ROSA DA SILVA, OAB nº RO9438
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Uma vez que tempestivo e regularmente preparado, admito o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões apresentadas.
Oportunamente, encaminhe-se o processo à e. Turma Recursal.

Serve este(a) de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
7000070-73.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo
R$ 11.854,69
AUTOR: ELISMAR MARIANO DA SILVA, CPF nº 00358474256, AV. FORTALEZA 6691 6691 INDUSTRIAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ALEFF ALVES DE OLIVEIRA, OAB nº RO12253
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, RUA BANDEIRA PAULISTA 600, 15 ANDRA ITAIM BIBI - 04532-001 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Uma vez que tempestivo e regularmente preparado, admito o recurso, reconhecendo nele aptidão para produzir tão só o efeito devolutivo (art. 43, da Lei n° 9099/95).
Contrarrazões apresentadas.
Oportunamente, encaminhe-se o processo à e. Turma Recursal.
Serve este(a) de carta, mandado, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:19
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7005352-92.2023.8.22.0010
Termo Circunstanciado - Posse de Drogas para Consumo Pessoal
R$ 0,00
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: AUDICIO FIRMINO DA ROCHA, RUA CARLOS ALVES DE FREITAS 6786 BEIRA RIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Haja vista o parecer do i. Promotor de Justiça (id. 92934372), a que me reporto para fundamentar, determino o arquivamento do processo.
Nos termos do art. 5º, inc. IV, da Lei n. 3.896/2016, isento AUDICIO FIRMINO DA ROCHA do pagamento de custas.
Cancele-se a audiência preliminar.
No mais, tendo em vista a manifestação do MP e que o presente Termo Circunstanciado será extinto e arquivado, autorizo a destruição de todo o material entorpecente apreendido nos autos (Lei 11.343/2006, arts. 50, § 3º, 50-A, e 72).
Serve este de Ofício à Depol.
Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.
Depois, arquivem-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:21
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 455, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7003351-37.2023.8.22.0010
Queixa Crime - Calúnia, Difamação, Simples
R$ 1.000,00
QUERELANTE: JEFERSON DE CARVALHO BONFIM, CPF nº 00303505222, RUA BRASFLOREST 5989, ROLIM DE MOURA-RO JARDIM TROPICAL - 76948-000 - CASTANHEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO QUERELANTE: LUCIARA BUENO SEMAN, OAB nº RO7833, RUA JAGUARIBE 4332 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, CLAUDIA DOS SANTOS CARDOSO MACEDO, OAB nº RO8264
QUERELADO: CLEUZA OTTO PINTO, RUA BRASFLOREST 6009, ROLIM DE MOURA-RO JARDIM TROPICAL - 76948-000 - CASTANHEIRAS - RONDÔNIA

ADVOGADO DO QUERELADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Faço vistas dos autos ao Ministério Publico e Defensoria Pública, para ciência da audiência Preliminar designada.
Intimem-se as partes acerca da audiência preliminar telepresencial (via Whatsapp ou Google Meet) designada para o dia 31-08-2023, às 12:00 horas, pelo CEJUSC (agende-se no sistema), frisando-se que (art. 7º, do Provimento Corregedoria n.º 018/2020 e Ato da Corregedoria 861/2021):
I. Os prazos processuais contam-se da data da intimação (ou ciência);
II. A parte deverá:
a) comunicar eventual alteração de endereço (físico ou eletrônico) e telefone, considerando-se válida e eficaz a carta ou mandado cumprido no endereço constante dos autos;
b) buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos Whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador (para participação na audiência);
c) estar com o telefone disponível durante o horário agendado para a audiência;
d) estar acompanhada de advogado, se a causa for de valor superior a 20 salários mínimos;
e) estar, durante a audiência, munida de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso de conta judicial.
III. Se pessoa jurídica, deverá, ainda:
a) assegurar que na data e horário agendados para a solenidade, seu procurador e preposto estejam com seus telefones disponíveis e/ou acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
b) apresentar no processo, até a abertura da audiência, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995.
IV. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade de inversão do ônus da prova;
V. A falta de acesso à audiência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte:
a) autora e/ou seu advogado, no horário da audiência, implicará a extinção do processo, que será desarquivado apenas mediante pagamento de custas;
b) ré e/ou seu advogado, no horário da audiência, será classificada como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos iniciais.
VI. A contestação e demais provas (indicação de testemunhas, inclusive) deverão ser apresentadas no PJe até as 24 horas do dia da audiência realizada;
VII. Se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta, terá até as 24 horas do dia posterior ao da audiência;
VIII. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 dias antes da audiência, pelo telefone/whatsapp 69 9 84465413 (Defensoria);
IX. A parte deverá informar nos autos os números de telefone (Whatsapp) daqueles que participarão da audiência.
a) Tratando-se de parte sem advogado, deverá informar ao Cejusc (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também whatsapp) e 3449-3700 até um dia antes da data designada;
b) Em sendo a intimação realizada por Oficial de Justiça, deverá certificar o número de telefone (Whatsapp) da parte e se dispõe ela de recursos tecnológicos suficientes para interlocução por meio de videoconferência. (Provimento Corregedoria nº 13/2021).
X. Não dispondo a parte dos meios necessários a comparecer à audiência, deverá informar isso ao CEJUSC (horário de atendimento: das 7h às 14h), pelos telefones 3449-3740 (também Whatsapp) e 3449-3700, até cinco dias antes da data designada, ocasião em que será orientada a respeito da necessidade, ou não, do comparecimento presencial.
Serve este de carta/mandado.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:24
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7041314-09.2023.8.22.0001
Termo Circunstanciado - Posse de Drogas para Consumo Pessoal
R$ 0,00
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: EDIMILSO TEIXEIRA DE SOUZA, ASSENTAMENTO PROJETO CASULO 57 ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
S E N T E N Ç A
Haja vista o parecer da i. Promotora de Justiça (id. 93116763), a que me reporto para fundamentar, determino o arquivamento do processo.
Nos termos do art. 5º, inc. IV, da Lei n. 3.896/2016, isento EDMILSO TEIXEIRA DE SOUZA do pagamento de custas.
Cancele-se a audiência preliminar.
No mais, tendo em vista a manifestação do MP e que o presente Termo Circunstanciado será extinto e arquivado, autorizo a destruição de todo o material entorpecente apreendido nos autos (Lei 11.343/2006, arts. 50, § 3º, 50-A, e 72).
Serve este de Ofício à Depol.
Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.
Depois, arquivem-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:24
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7004795-08.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Cirurgia
R$ 1.000,00
REQUERENTE: EMANUEL MOREIRA MACHADO, CPF nº 10557479231, LINHA 196 km 13, LADO SUL ZONA RURAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: SALVADOR LUIZ PALONI, OAB nº SP81050, AV. CORUMBIARA CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, RONIELLY FERREIRA DESIDERIO, OAB nº RO9944
REQUERIDO: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986, PALÁCIO RIO MADEIRA PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
S E N T E N Ç A
De fato, recomendável que se aguarde “a fila de espera do Sistema Único Saúde, coma observação dos princípios da isonomia e da indisponibilidade do interesse público, os quais a Administração Pública tem de obedecer no atendimento de seus usuários”. Contudo, o caso do paciente não permite que ele permaneça aguardando os rotineiros e demasiadamente demorados trâmites do SUS, vez que conforme laudos médicos subscritos por servidores em exercício no SUS (ids 91857120, 91857113, 91857116 e 91857117), ele necessita, com urgência, realizar o TRATAMENTO CIRÚRGICO, sob risco de evoluir para deficiência respiratória.
Neste sentido, não há que se falar também que não comprovada a urgência ou emergência do pedido.
Idem quanto à suposta ingerência do Judiciário na definição das políticas públicas nos serviços de saúde - respeito ao orçamento público, haja vista a flagrante omissão do Poder Executivo no cumprimento de seu dever constitucional de proteção à vida (TJ-AP - MS: 00012195820218030000 AP, Relator: Desembargador CARMO ANTÔNIO, data de julgamento: 23/06/2021, Tribunal).
A saúde é direito fundamental inerente à própria vida e, por isso, o Judiciário pode determinar medidas para efetivá-lo sem que isso represente interferência de um poder sobre outro. É dever do Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7007836-12.2020.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 24/08/2022).
Pois bem,
Na linha do novo sistema processual brasileiro, em que se destaca a valorização dos precedentes (art. 947 ss, 976 ss), vê-se que desnecessárias maiores argumentações, vez que, em conjunturas similares à de Emanuel, isto é, nas quais o demandante busca, em vão, atendimento pelo SUS, a e. Turma Recursal do TJ/RO vem decidindo reiteradamente que, in verbis:
Ao Poder Público é imposto o dever de prestar ampla assistência médica e farmacêutica aos que dela necessitam; O administrador público não pode recusar-se a promover os atos concretos indispensáveis à assistência a saúde, tais como a realização de exames, fornecimento de medicamentos e tratamentos, em especial sob o argumento de excessiva onerosidade, mormente quando a insuficiência de recursos não é demonstrada. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7039490-83.2021.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Data de julgamento: 19/10/2022.
Ante o exposto e confirmando a decisão que antecipou os efeitos da tutela, julgo procedente o pedido, para condenar o ESTADO DE RONDÔNIA à obrigação de fazer traduzida na disponibilização da do TRATAMENTO CIRÚRGICO a EMANUEL MOREIRA MACHADO.
Apresentado dentro do prazo (dez dias), admito desde já e apenas no efeito devolutivo (art. 43) o recurso do art. 41, da Lei n.º 9.099/95, do qual a parte adversa deverá ser intimada.
Findos os dez dias para as contrarrazões (art. 42, § 2º), encaminhe-se o feito à e. Turma Recursal.
Com o trânsito em julgado, arquive-se.
Serve esta de mandado, carta, ofício etc.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:27
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7006383-84.2022.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública - Perdas e Danos
R$ 8.484,65
REQUERENTE: SANDALIO MORANTE OYA NETO, CPF nº 80765661934, LINHA 184 LADO SUL Km 4,5 ZONA RURAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: FLAVIO LOOSE TIMM, OAB nº RO12148, AV 25 DE AGOSTO 4608 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, WASHINGTON FELIPE NOGUEIRA, OAB nº RO10776
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
D E S P A C H O
Arquive-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:30
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - Juizado Especial
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura
cpe@tjro.jus.br
7004147-28.2023.8.22.0010
Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda
R$ 976,36
AUTOR: OTICA VISAO DE ROLIM DE MOURA LTDA - ME, CNPJ nº 63751952000167, 25 DE AGOSTO 5119 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LORENA VAGO PINHEIRO, OAB nº RO11058
REU: RONALDO ZEFERINO DOS SANTOS, CPF nº 03100078870, AVENIDA VITÓRIA, Nº. 3526, 3526 BAIRRO JARDIM TROPICAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
S E N T E N Ç A
Homologo a desistência, extinguindo o processo sem resolver o mérito, nos termos do art. 485, inc. VIII, do CPC/2015, c.c. o art. 51, §1º, da Lei nº 9099/95.
Cancele-se eventual audiência designada e arquive-se.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023 às 00:30
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Rolim de Moura - Juizado Especial
Processo: 7006673-02.2022.8.22.0010
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
AUTOR: FLAVIO MESQUITA
Advogados do(a) AUTOR: FELIPE WENDT - RO4590, WEVERTON DE SOUZA PIRES SANTOS - RO10792
REU: BANCO BMG S.A.
Advogado(s) do reclamado: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO REGISTRADO(A) CIVILMENTE COMO FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO
Advogado do(a) REU: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO - PE32766
ATO ORDINATÓRIO
Por determinação deste juízo ficam as partes intimadas do retorno dos autos da turma recursal bem como do trânsito em julgado.
Rolim de Moura, 14 de julho de 2023

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Rolim de Moura - Juizado Especial
Rolim de Moura - Juizado Especial Cível, Fórum Eurico Soares Montenegro, Av. João Pessoa, 4555, Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO, Brasil. Fone: (69) 3442-2268
Processo n°: 7001460-15.2022.8.22.0010
REQUERENTE: ANTONIO MARCOS PEREIRA DE FREITAS - ME
Advogados do(a) REQUERENTE: CAROLAYNE RIBEIRO SOBREIRA LIMA - RO12510, OZIEL SOBREIRA LIMA - RO0006053A
REQUERIDO: LAIRTON GONCALVES NIZA
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca do (ID 92980228) e seus anexos NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS sob pena de arquivamento.
Rolim de Moura, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Rolim de Moura - Juizado Especial
Rolim de Moura - Juizado Especial Cível, Fórum Eurico Soares Montenegro, Av. João Pessoa, 4555, Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO, Brasil. Fone: (69) 3442-2268
Processo n°: 7007257-69.2022.8.22.0010
REQUERENTE: DANIELA FERREIRA DE SA, MARIA APARECIDA DE SA, CLOVIS FERREIRA DE MELO
Advogado do(a) REQUERENTE: KATICILENE LIMA DA SILVA - RO0004038A
REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Rolim de Moura, 14 de julho de 2023.

2ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7000413-40.2021.8.22.0010
Requerente/Exequente: YURI DIAS FERREIRA DE MESQUITA
Advogado(a) do Requerente/Exequente: FABIO JOSE REATO, OAB nº RO2061
Requerido(a)/Executado(a): ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado(a) do Requerido/Executado(a): DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
CNPJ 05.914.650/0001-66
Valores postulados: R$ 7.147,11 e 5.269,57
Decisão SERVINDO DE DETERMINAÇÃO PARA:
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA: PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS, INTIMAÇÃO, INDICAÇÃO DE BENS e demais atos necessários a seu cumprimento
1) Feito transitado em julgado. PROCEDA-SE como cumprimento de sentença. Altere-se a classe processual. Pedidos doS ID: 87204271 p. 1 a 6 e Num. 93287725 - Pág. 1-2.
2) Custas recolhidas (ver Num. 91348757 - Pág. 1).
3) Intime-se a Executada ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (por meio de seus Patronos – art. 513 do CPC) para pagar o débito, inclusive os honorários, no prazo de 15 dias.
OBS: recomenda-se ao Executado que deposite ou transfira o valor diretamente em favor da(s) conta(s) abaixo, trazendo o r. comprovante aos autos.
Conta corrente 33959-8
Agência 0097-3
Banco do Brasil S/A
Favorecido: Fábio José Reato
CPF n. 215.571.668-03.
Isso evita ir ao banco levantar alvarás e aglomerações.
4) Fica desde já a devedora ciente que, escoado o prazo sem pagamento, ao valor do débito será acrescido multa de 10% e honorários de advogado 10% (§1º do art. 523).
5) Caso ocorrido, certifique-se e dê-se ciência ao credor para atualização do débito, com demonstrativo discriminado (art. 524).
5.1) Transcorrido o prazo sem pagamento e vindo os cálculos atualizados, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação (§3º do art. 523).
6. Não havendo pagamento no prazo assinalado, deverá Oficial de Justiça realizar a penhora e avaliação de bens dos Executados, de tudo lavrando-se auto, sem prejuízo da intimação da parte executada. A penhora deverá obedecer, preferencialmente, à ordem prevista no art. 835 do CPC.
6.1 – A penhora deverá recair, sempre que possível, sobre os bens indicados pelo exequente, salvo se outros forem indicados pelo executado e aceitos pelo Juiz da causa, mediante demonstração de que a constrição proposta lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente (CPC, art. 829, §2º).
6.2 – Os bens móveis penhorados deverão ser removidos e depositados pelo Oficial de Justiça em poder do exequente, nos termos do art. 840, II, §1º, do CPC, salvo determinação em contrário deste Juízo.
OBS: a) o exequente deverá providenciar os meios necessários para remoção, pois esta Comarca não tem depositário público, nem veículos de carga/transporte para remover os bens penhorados.
OBS: b) o exequente deverá ajustar com o Oficial de Justiça dia e hora para remoção dos bens.
6.3 - Se o Executado for casado, o cônjuge também deverá ser intimado da penhora, avaliação e do prazo para embargos - art. 842 do CPC (caso seja imóvel).
6.4 - Cumprida a diligência, em se tratando de imóvel, ANOTE-SE a penhora junto ao cadastro imobiliário do Município e junto Cartório de Registro de Imóveis da respectiva Comarca, se houver matrícula (art. 167, inc. I, n.º 5, Lei Federal n.º 6.015/1973 - LRP).
6.5 - Caso seja penhorado veículo, deverá ser anotada a restrição junto ao DETRAN, ficando impossibilitada a venda ou transferência.
6.6 - Se for penhorado gado, anote-se junto ao respectivo órgão sanitário, ficando vedada a venda, transferência e emissão de GTA, sem ordem deste juízo.
6.7 – A parte exequente deverá atentar-se para o disposto no art. 799 do CPC (intimação de terceiros interessados), procedendo, sobretudo, à averbação em registro público do ato de propositura da execução e dos atos de constrição realizados, para conhecimento de terceiros (inciso IX).
7. Não encontrando a parte devedora, o Oficial de Justiça arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução (CPC, art. 830). Nos 10 dias seguintes à efetivação do arresto, o Oficial de Justiça procurará a parte devedora duas vezes em dias distintos; havendo suspeita de ocultação, realizará citação por hora certa, de tudo passando certidão pormenorizada (§1º do art. 830 do CPC).
8. Havendo interesse, sirva-se esta decisão como certidão para averbação premonitória no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade (CPC, art. 828 e art. 912, II, item 29, das Diretrizes Gerais Extrajudiciais), devendo o interessado apresentar o documento diretamente no Tabelionato ou CRI.
8.1 – No prazo de 10 dias a contar da averbação, o exequente deverá comunicar ao juízo as anotações efetivadas, sem prejuízo da adoção das demais condutas previstas no art. 828 do CPC.
9 - Havendo interesse, desde já faculto ao exequente indicar bens penhoráveis (art. 798, II, c, do CPC).
10 - Havendo interesse em buscas a bancos de dados recolha-se a taxa do art. 17 da Lei de Custas (Código 1007- DJE de 15/12/2022). Uma taxa para cada busca e CPF/CNPJ pretendidos, conforme arts. 33, 123 e 261, §3.º das DGJ.

RECOMENDA-SE ao interessado assim que fizer pedido desta natureza já recolha as custas e taxas para tanto. Procedendo desta forma, o processo tem andamento mais célere (arts. 4.º, 6.º e 139 todos do CPC), o que beneficia a todos, evitando resserviço e conclusões desnecessárias.
11 - Atente-se o Oficial de Justiça e a CPE para o disposto no art. 835, §3º e art. 842, ambos do CPC (intimação de cônjuge e terceiros interessados, especialmente com garantia real, caso existam).
Aos Procuradores, oportunamente.
12 – Após cumpridas todas fases acima, conclusos.
Intimem-se na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos.
Rolim de Moura/RO, 17 de julho de 2023.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Telefone: (69) 3449-3710, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
e-mail: cperolimdemoura@tjro.jus.br
Processo : 7007871-74.2022.8.22.0010
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
Advogados do(a) REQUERENTE: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS - RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE - RO1586
REQUERIDO: JOAO RODRIGUES DA CRUZ
Advogado do(a) REQUERIDO: DAIANE CRISTINA HUPPERS - RO13024
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Telefone: (69) 3449-3710, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
e-mail: cperolimdemoura@tjro.jus.br
Processo : 7001383-69.2023.8.22.0010
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ANDREIA CARDOSO DE ALMEIDA
Advogado do(a) AUTOR: CINTIA GOHDA RUIZ DE LIMA UMEHARA - RO4227
REU: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) REU: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
Intimação PARTES - PROVAS
Ficam AS PARTES intimadas para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca de quais provas pretendem produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7003270-69.2015.8.22.0010
Classe: Petição Cível
Polo Ativo: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADVOGADO DO REQUERENTE: IHGOR JEAN REGO, OAB nº PR8546
Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
S E N T E N Ç A
(enviar cópia integral dos autos ao TCE/RO)
(com reexame necessário a TJRO)
1 – Relatório. Trata-se de AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA ajuizada pela COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE RONDÔNIA – CAERD em face do MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA/RO. A Requerente alega em síntese, que fornece água tratada ao Município requerido, no entanto, não vem recebendo a importância devida quanto ao pagamento das faturas referente à contraprestação pelo fornecimento de água.
Sustenta que os débitos são relativos ao período de setembro/2010 a julho/2015 e, totalizam o montante de R$ 2.248.447,04.
Pretende a procedência do pedido para condenar o Requerido ao pagamento de R$ 2.248.447,04, acrescidos de juros e multa.
Recebida a inicial, foi determinada a citação do Requerido (ID 1620303).
O Requerido apresentou contestação (ID 2660924 p. 1 a 12) e arguiu preliminar da Falta de Condições da Ação.
No mérito alegou em síntese, que os valores referentes ao período de setembro/2010 a junho/2014 é objeto da Ação Ordinária n. 0002862.37.2014.822.0010, proposta pelo Município e em andamento nessa Vara, onde se questiona os valores absurdos e abusivos cobrados pela Requerente.
Relata ainda, que é absurda a pretensão da Requerente em querer receber valores que não comprova ter sido utilizado pelo Município.
Sustenta que resta claro o descontrole da Requerente, pois como pode se observar da Notificação Extrajudicial juntada às fls. 15/17 dos Autos 0002862.37.2014.822.0010 (juntada também nestes autos) a Requerente pleiteava o pagamento do valor exorbitante de R$ 4.671.447,84, relativos ao período de julho/2006 a dezembro/2013. Nesta Ação por sua vez, pleiteia R$ 2.248,447,04, referente ao período de Setembro/2010 a Julho/2015.

A Requerente manifestou-se no feito (ID 2970183).
Saneador e especificação de provas (ID 27193624).
A Requerente e Requerido manifestaram-se não ter outras provas a produzir (IDs 27892176 e 69196146).
Os presentes autos ficaram suspensos a pedido das partes, que alegavam pendência quanto ao julgamento do processo n. 0002862-37.2014.822.0010.
É o relato do necessário.
2 – Fundamentação.
Estão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo, bem como as partes estão regularmente representadas.
Em relação à preliminar arguida pelo Requerido, a mesma foi rejeitada conforme Decisão de ID 27193624, estando preclusa.
Não foram arguidas ou constatadas ilegitimidades, nulidades processuais ou vícios de representação e não há incidentes processuais pendentes de apreciação, sendo possível analisar o mérito do feito.
Estão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo.
Da leitura dos fatos e documentos que instruem o feito, conclui-se que está apto a ser sentenciado, vez que, intimados a dizerem se tinham interesse na produção de outras provas (ID 27193624), tanto a Requerente quanto o Requerido informaram não ter outras provas a produzir (IDs 27892176 e 69196146). Portanto, de antemão, não há se falar em eventual cerceamento de defesa. Neste sentido: STJ, 1ª Turma, AgRg nos EDcl no REsp 1136780/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, j. em 6/4/2010, DJe 3/8/2010 e STJ, 3ª Turma, REsp 829.255/MA, Rel. Ministro Sidnei Beneti, j. em 11/5/2010, DJe 18/6/2010, bem como o E. TJRO – Proc. nº: 10000720070006540.
O feito está apto a ser sentenciado, pelo que passo à análise do mérito.
3 – Mérito.
A Autora pretende a procedência do pedido para condenar o Requerido ao pagamento de R$ 2.248.447,04, acrescidos de juros e multa, sob alegação que fornece água tratada ao Município requerido, no entanto, não vem recebendo a importância devida quanto ao pagamento das faturas referente à contraprestação pelo fornecimento de água.
O Requerido por sua vez, alega ser absurda a pretensão da Requerente em querer receber valores que não comprova ter sido utilizado pelo Município.
E estes são os pontos controvertidos.
Pois bem:
A Requerente é uma sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, conforme estabelecido no art. 10, I da Lei n. 7.783/89, pois assim são consideradas aquelas atividades essenciais e indispensáveis à vida e ao desenvolvimento de uma sociedade, e por se tratar de uma concessionária de serviço público, a mesma está revestida de alguns atributos próprios da Administração Pública, ou seja: presunção relativa de veracidade dos atos praticados.
Ressalta-se que a cobrança de tal serviço se dá por meio de tarifa, conforme estabelecido no art. 9º da Lei n. 8.987/95 e art. 100 do Decreto Estadual n. 4.334/89.
Observando os autos, constata-se a ausência de procedimento formal, ou seja, não há contrato para a disponibilização do serviço, porém, os Relatórios de Débitos de IDs 1589572 p. 1 a 22, 1589583 p. 1 a 14 e 1589588 p. 1 a 24, corroboram com o alegado na peça inicial, além de informarem valores, endereços, datas, consumos, entre outras informações.
Nota-se, portanto, que há uma relação jurídica contratual entre as partes, onde a Requerente é a prestadora de serviço público e o Requerido é o usuário do referido serviço, legitimando assim, a presente ação.
Apesar do alegado na peça de defesa, há provas documentais da dívida, bem como, o Requerido não trouxe nenhum fato capaz de descaracterizar os argumentos da Requerente, tem-se que o usuário deve pagar pelo respectivo uso, sob pena de enriquecer-se sem causa.
Nesse sentido o E. TJ/RO:
“Apelação. Ação de cobrança. Fornecimento de água. Inadimplemento. Comprovação efetiva do fornecimento do serviço. Recurso não provido. Comprovada a efetiva prestação do serviço de fornecimento de água, não pode a Administração eximir-se do pagamento, sob pena de aceitar enriquecimento sem causa. A ausência de comprovação do vínculo entre as partes por contrato formal não exime a Administração pelo pagamento de serviços efetivamente prestados, ainda mais se não apresentar prova em sentido diverso. (TJ-RO - AC: 70049589020208220010 RO 7004958-90.2020.8.22.0010, Data de Julgamento: 30.08.2022)” Grifei
E o E. TJ/CE:
“APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RECONHECIMENTO DOS SERVIÇOS POR MEIO DE PROVA DOCUMENTAL. DEVER DO PODER PÚBLICO DE PAGAR A CONTRAPRESTAÇÃO AUFERIDA. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. POSTERGADA A FIXAÇÃO DO PERCENTUAL DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. 1. Cuida-se de Recurso de Apelação que visa a reforma da sentença que entendeu pela procedência da Ação de Cobrança condenando a edilidade ré no pagamento dos valores pleiteados pelo autor em razão de ter prestado serviços de motomecanizados de suporte à agricultura no programa Horas de Trator. Em suas razões, aduz a edilidade ré, em resumo, inexistirem provas da efetiva prestação de serviço pelo autor, não podendo ser condenada no pagamento das verbas pleiteadas. 2. Aduz o autor ter sido contratado, ainda que verbalmente, pela Secretaria de Desenvolvimento Rural de Limoeiro do Norte para serviço de suporte à agricultura no Programa Horas de Trator. Pelo contrato o Município arcaria com as despesas de combustível e pagaria R$ 110,00 (cento e dez reais) por hora. Alega, ter prestado 178 horas de serviço, fazendo jus à percepção do valor de R$ 18.320,00 (dezoito mil trezentos e vinte reais) consoante Declaração (fls. 8) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural. 3. A edilidade quedou-se inerte em apresentar provas de que existiria outra forma de contratação que não a realizada com o autor, ou mesmo impugnar qualquer dos documentos colacionados aos autos pelo autor (art. 373, II, CPC). 4. A eventual inexistência de licitação, embora abominável, constitui irregularidade administrativa, pela qual pode e deve responder o agente responsável, mas não obsta a cobrança do débito, devendo o fornecedor ser ressarcido pelos produtos e serviços fornecidos, sob pena de enriquecimento ilícito. Precedentes. 5. Tendo o Município contratado os serviços do autor, impõe-se o pagamento da contraprestação correspondente, sendo inadmissível que o Poder Público deixe de cumprir suas obrigações. Princípio da Vedação do Enriquecimento Sem Causa. 6. Apelo conhecido e desprovido. Sentença mantida em seu mérito, mas postergada a fixação do percentual devido pela edilidade a título de honorários sucumbenciais para a liquidação do julgado (art. 85, § 4º, II, CPC). ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, unanimemente, em conhecer o recurso de Apelação Cível, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 28 de junho de 2021 FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator (TJ-CE - AC: 00202188920198060115 CE 0020218-89.2019.8.06.0115, Relator: PAULO

FRANCISCO BANHOS PONTE, Data de Julgamento: 28/06/2021, 1ª Câmara Direito Público, Data de Publicação: 29/06/2021)" Grifei
E o E. TJPR:
"DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO DA AUTORA, NEGAR PROVIMENTO AO APELO DO MUNICÍPIO, e reformar em parte a sentença, em sede de reexame necessário, para adequar os consectários legais da condenação nos moldes da fundamentação. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA.LICITAÇÃO. SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ). RECAPEAMENTO DA MALHA ASFÁLTICA MUNICIPAL. EXECUÇÃO DO SERVIÇO ADMITIDA PELO MUNICÍPIO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. DEMONSTRAÇÃO DA EFETIVA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS.INEXISTÊNCIA DE EMPENHO E DE NOTAS FISCAIS NÃO OBSTA O PAGAMENTO. CONJUNTO PROBATÓRIO QUE COMPROVA A EFETIVA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E O INADIMPLEMENTO DO PODER PÚBLICO. DEVER DO ENTE PÚBLICO EM ADIMPLIR A OBRIGAÇÃO CONTRATADA, SOB PENA DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. ALTERAÇÃO DO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA EM REEXAME NECESSÁRIO. VERBA HONORÁRIA MAJORADA. RECURSO DA AUTORA PROVIDO. RECURSO DO MUNICÍPIO RÉU DESPROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA EM REEXAME NECESSÁRIO. (TJPR - 5ª C.Cível - ACR - 1553263-5 - Ampére - Rel.: Rogério Ribas - Unânime - - J. 13.12.2016) (TJ-PR - REEX: 15532635 PR 1553263-5 (Acórdão), Relator: Rogério Ribas, Data de Julgamento: 13/12/2016, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1960 31/01/2017)" Grifei
Sendo bem objetivo: o Município de Rolim de Moura, em seus diversos prédios - edifício sede, escolas, creches, teatro , etc - se utilizou de água fornecida pela CAERD e tem de pagar pelos serviços outrora disponibilizados.
Restou provado que houve fornecimento de água em favor dos prédios municipais: Secretaria Municipal de Obras, CARCARM – Centro de Ressocialização do Menor, Prefeitura Municipal, Ginásio de Esporte, Cemitério Municipal, Escola Dina Sfat, Secretaria Municipal de Agricultura, Creche Pequeno Príncipe, Escola Municipal João Batista Dias, Escola Benta Idavina, Escola Balão Mágico, Teatro Municipal, SEMEC, Creche Altenir Tavares, PSF Jardim Tropical, Policlínica Julio Jacob, Posto de Saúde Albert Sabin, CAPS, dentre outros órgãos (IDs 1589572 p. 1 a 22, 1589583 p. 1 a 14 e 1589588 p. 1 a 24).
Os relatórios/demonstrativos trazidos pela CAERD indicam mês a mês, o local público e quantidade de água que fora disponibilizada e gasta. Vejamos cada fatura e locais em separado. Para não haver questionamentos menciono as águas e respectivos locais de disponibilização e consumo:
1) PREF. MUN. ROLIM DE MOURA (edifício sede), endereço: AVENIDA JOAO PESSOA, S/N – Centro – Rolim de Moura; faturas juntadas no Num. 1589572 - Pág. 1 a 22 (valor apurado: R$ 531.905,94). A água referida nestes débitos fora disponibilizada em favor dos seguintes órgãos públicos:
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
GINASIO ESPORTES CIDADE ALTA
SECRET. MUN. AGRICULTURA
ESPACO ALTERNATIVO
QUADRA DE ESPORTES
ESCOLA MUN. DINA SFAT
CEMITERIO MUNICIPAL
GINASIO DE ESPORTES e
CARCARM-Centro de Apoio e Ressocialização de Rolim de Moura. .
2) SEMEC-PREF. MUN. ROLIM de MOURA, endereço: RUA CORUMBIARA, 4336 – Centro, Rolim de Moura, faturas juntadas no Num. 1589583 - Pág. 1 a 14 (valor R$ 761.436,68). O valor da água que esta sendo cobrado nesta rubrica fora disponibilizada e consumida pelos seguintes órgãos públicos:
ESCOLA NOVA SEMEC
CRECHE MUNICIPAL ALTEMIR
SEMEC
TEATRO MUNICIPAL
ESCOLA BALAO MAGICO
ESCOLA BENTA IDAVINA e
CRECHE PEQUENO PRÍNCIPE.
3) SEMUSA-PREF.ROLIM de MOURA, endereço: AVENIDA CURITIBA, 4447 - Centro – Rolim de Moura; faturas juntadas no Num. 1589588 - Pág. 1 a 24 (valor R$ 955.104,42).
A água consumida pela SEMUSA fora destinada às seguintes entidades e órgãos públicos.
PSF-CIDADE ALTA
BS JOSE FERREIRA MARTINS
CLÍNICA DA MULHER
LABORATORIO CENTRAL
PSF-NOVA ESTRELA
CENTRO DE ZOONOSES
CASA DO IDOSO
UNIDADE MISTA
SECRET. MUN. DE SAUDE
PSF CENTRO NORTE
CAPS-CENTRO ATENCAO PSICOSSOCIAL
PSF ALBERT SABIN
POLICLINICA JULIO H JACOB e
PSF-JARDIM TROPICAL.
Logo, há dever do Município de Rolim de Moura pagar pela água que lhe fora disponibilizada e consumida.
Somados os valores de R$ 531.905,94, R$ 761.436,68 e R$ 955.104,42, chega-se cifra de R$ 2.248.447,04.
Desta forma, por tudo já explanado, verifica-se que o débito imputado ao Requerido é exigível, visto que trata-se de serviço público devidamente ofertado e efetivamente usufruído, não podendo o Município se valer de alegada irregularidade para tentar respaldar sua inadimplência.

Prejudicadas outras matérias nos autos.
Como são muitas unidades consumidoras de água, embora a relação contratual entre o Município e a Autora seja una, a fim de que não sejam opostos embargos de declaração com finalidade de rediscutir fatos, provas e/ou prazos, observe-se que não é necessário pronunciamento obrigatório sobre todas ideias trazidas aos autos, notadamente quando ficam prejudicados pelos demais pontos já apreciados.
Neste sentido, o E. TJRO em acórdão recente – 1/6/2022: "2ª Câmara Especial Processo: 7001844-17.2018.8.22.0010 Embargos de Declaração em Apelação (PJe) Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Opostos em 27/01/2022 Decisão: "EMBARGOS NÃO PROVIDOS, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Embargos de declaração. Alegação de omissão. Não ocorrência. Rediscussão da matéria. Impossibilidade. Vício inexistente. Prequestionamento. Desnecessidade. Recurso não provido. Os embargos de declaração são cabíveis somente para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material, jamais para rediscussão da matéria já apreciada. A lei processual civil, no seu art. 489, § 1º, inciso IV, preconiza que o magistrado está obrigado a examinar os argumentos capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusão adotada pelo julgador, não exatamente todas aquelas invocadas pela parte. Apresentando o julgado fundamentação coerente com o que foi debatido nos autos e estabelecendo as premissas de sua conclusão com base nos elementos probatórios trazidos, não há que se falar em nulidade ou rediscussão de teses..."
No mesmo sentido, o E. TJRO: 2ª Câmara Especial Processo: 7001844-17.2018.8.22.0010 Embargos de Declaração em Apelação (PJe) Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA (DJe de 1/6/2022); 2ª Câmara Cível/Gabinete Des. José Torres Ferreira Processo: 0810938-03.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO e 21/07/2021 0001389-45.2016.8.22.0010 Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno (DJe 2/8/2021).
E recentíssimo julgado do TJRO:
Processo: 7001844-17.2018.8.22.0010 Embargos de Declaração em Apelação (PJe)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Opostos em 27/01/2022
DECISÃO: "EMBARGOS NÃO PROVIDOS, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
EMENTA
Embargos de declaração. Alegação de omissão. Não ocorrência. Rediscussão da matéria. Impossibilidade. Vício inexistente. Prequestionamento. Desnecessidade. Recurso não provido.
Os embargos de declaração são cabíveis somente para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material, jamais para rediscussão da matéria já apreciada.
A lei processual civil, no seu art. 489, § 1º, inciso IV, preconiza que o magistrado está obrigado a examinar os argumentos capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusão adotada pelo julgador, não exatamente todas aquelas invocadas pela parte.
Apresentando o julgado fundamentação coerente com o que foi debatido nos autos e estabelecendo as premissas de sua conclusão com base nos elementos probatórios trazidos, não há que se falar em nulidade ou rediscussão de teses.
Seguido por:
1ª Câmara Especial Processo: 7057535-09.2019.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (PJe) Advogado: Thiago Maia de Carvalho (OAB/RO 7472) Embargado: Estado de Rondônia Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO Opostos em 31/08/2022 Decisão:"EMBARGOS NÃO PROVIDOS, À UNANIMIDADE." EMENTA Embargos de declaração. Omissão. Embargos não providos. 1. Os embargos apresentados, em verdade, pretendem rediscutir matéria, o que não é permitido em sede de embargos de declaração, já que a fundamentação é vinculada às hipóteses de omissão, obscuridade, contradição. 2. Caso haja motivo suficiente para proferir a decisão, não há obrigatoriedade de o órgão julgador se manifestar sobre todas as questões trazidas pelas partes. 3. Embargos não providos.
(DJ de 2/3/2023).
Processo: 7000086-66.2019.8.22.0010 - APELAÇÃO CÍVEL Origem: 7000086-66.2019.8.22.0010
Relator: Desembargador TORRES FERREIRA
Data distribuição: 07/06/2022 05:35:43
(...)
Por fim, ressalto que o julgador não é obrigado a enfrentar um a um os argumentos deduzidos pelas partes. O contexto geral do julgado demonstra quais foram acolhidos e/ou rejeitados, pelo que, advirto, evitando decisão surpresa ou de terceira via (art. 10 do CPC), que em caso de interposição de recurso meramente protelatório poderá a parte que assim o fizer incorrer nas sanções previstas no artigos 77, § 2º, 81 ou 1.026, § 2º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se. Após o transcurso do prazo, certificando, devolva a origem. Porto Velho/RO, data da assinatura no sistema. Desembargador Torres Ferreira Relator
(DJ de 03/11/2022, p. 58).
Por fim: 0811086-77.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJE), Desembargador Torres Ferreira Relator
(DJ de 23/11/2022, p. 61-62).
4 – Dispositivo:
Diante do exposto JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados pela COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE RONDÔNIA – CAERD em face do MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA/RO e CONDENO o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA/RO ao pagamento dos valores referentes aos Relatórios de Débitos de IDs 1589572 p. 1 a 22, 1589583 p. 1 a 14 e 1589588 p. 1 a 24 (total de R$ 2.248.447,04), acrescidos de juros legais desde a citação e correção monetária desde a propositura do feito.
Pelo princípio da causalidade, condeno o Requerido ao pagamento de honorários advocatícios em favor dos Patronos da Autora, sendo que fixo os honorários em 10% (dez por cento) do valor atualizado da condenação acima. Considero como parâmetros o valor e natureza da causa, o tempo de trâmite do processo, local da prestação dos serviços, atos processuais praticados e qualidade do serviço realizado (conforme parâmetros do art. 85, § 2º, I a IV, do CPC). Neste sentido, entendimento do E, TJRO, em Processo: 7003943-50.2019.8.22.0001 - APELAÇÃO CÍVEL (198) Relator: RADUAN MIGUEL FILHO (...) e STJ: AgInt nos EDcl no REsp 1639252/RJ , j. 21/09/2017, DJe 29/09/2017.
Deixo de condenar o Município de Rolim de Moura/RO ao pagamento das custas processuais finais, haja vista a isenção conferida pela Lei Estadual n. 3.896/16.
Por haver uso de recursos públicos, fatores de ordem coletiva (prestação de serviço de água a todos os órgãos municipais) e pelo valor em discussão (R$ 2.248.447,04), ao deixar acumular contas por mais de ano, REMETA-SE, de imediato, cópia INTEGRAL dos referidos autos ao TCE/RO, para conhecimento e medidas cabíveis no âmbito daquela E. Corte. À CPE para proceder ao necessário.
Extingo esta fase do procedimento com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.

Sendo apresentados recursos (principal e/ou adesivo), ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE providenciar as intimações necessárias.
No NCPC (art. 1.030) o juízo de 1º grau não exerce mais qualquer atividade após proferida a sentença, pois o juízo de admissibilidade/recebimento recursal e seu processamento competem à Instância Superior. Neste sentido, o TJRO: 7000767-49.2018.8.22.0017 - Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia - Relator (DJe 27/8/2020) e TJSC: Agravo de Instrumento n. 4008541-52.2016.8.24.0000 - Relatora: Desembargadora Soraya Nunes Lins.
Neste caso, estando o feito em ordem, DETERMINO a remessa dos autos ao E. TJ/RO para processamento e julgamento dos recursos que venham a ser interpostos, com nossas homenagens.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se, na pessoa dos Procuradores, via sistema PJE (art. 270 do CPC).
Ciência à PGM.
Transcorrido o prazo para recurso voluntário, sendo este interposto ou não, remetam-se ao E. TJ/RO para reexame necessário (art. 496 do CPC), com nossas homenagens.
Rolim de Moura/RO, sábado, 15 de julho de 2023, 06:05
Jeferson C. TESSILA de Melo Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7008777-98.2021.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 2.699,87 Parte autora: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 Advogado: SÃO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ nº 14.294.578/0001-02,
Linha 184, km3, Lado Norte, S/N, Lote 10 da Gleba 13,
Zona Rural,
CEP:76.940-000, Rolim de Moura
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como “Cidade Jardim”, localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU. A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.
O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.
A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.
Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:
Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).
Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).
Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: “...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento...” (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).

Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.

Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.

A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.

Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.

A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de “conexão” ou “reunião de processos” feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:

“...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.

Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.

(...)

Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.

Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.

(...)

CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO

O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.

Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).

Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:

Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.

Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.

Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,

Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.

Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.

Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.

Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.

Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do

CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).
Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.
Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).
Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."
(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).
Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o

juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.

Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.

Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca.

Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.

No mais, intime-se e tornem os autos conclusos para análise da Pré-Executividade.

Rolim de Moura/RO, sábado, 15 de julho de 2023, 06:32

Jeferson Cristi Tessila de Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Rolim de Moura - 2ª Vara Cível

Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7009359-98.2021.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 2.685,45 Parte autora: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 Advogado: SÃO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

pessoa jurídica de direito privado,

inscrita no CNPJ nº 14.294.578/0001-02,

Linha 184, km3, Lado Norte, S/N, Lote 10 da Gleba 13,

Zona Rural,

CEP:76.940-000, Rolim de Moura

CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA

LIDES DISTINTAS

RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)

CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS

IPTU – FATO GERADOR

(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)

Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:

Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como "Cidade Jardim", localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.

Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU. A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.

O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).

Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.

A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.

Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:

Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).

Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).

Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: "...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento..." (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).

Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.

Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.

A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.

Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.

A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:

"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.

Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.

(...)

Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.

Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.

(...)

CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO

O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.

Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).

Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:

Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.

Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.

Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,

Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.

Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.

Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.

Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.

Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).

Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.

Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).

Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."

(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).

Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD

Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas

de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.

Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.

Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca.

Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.

No mais, considerando que a São Tomás já se encontra habilitada no feito, CITE-SE E INTIME por meio de seus procuradores.

Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:14

Jeferson Cristi Tessila de Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7008489-53.2021.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 3.097,21 Parte autora: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 Advogado: SÃO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ nº 14.294.578/0001-02,
Linha 184, km3, Lado Norte, S/N, Lote 10 da Gleba 13,
Zona Rural,
CEP:76.940-000, Rolim de Moura
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)

Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:

Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como "Cidade Jardim", localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.

Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU. A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.

O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).

Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.

A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.

Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:

Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).

Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).

Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: "...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento..." (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).

Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.

Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.

A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.

Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.

A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:

"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.

Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.

(...)

Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.

Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.

(...)

CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO

O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.

Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).

Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:

Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.

Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.

Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,

Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.

Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.

Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.

Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.

Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).

Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.

Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conheci-

mento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).
Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."
(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).
Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por

estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.
Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.
Publique-se, registre-se, intime-se.
(publicado no DJE de 21/6/2023).
No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.
Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.
Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca.
Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.
No mais, a São Tomás apresentou Exceção de Pré-Executividade.
Intime-se o município de Rolim de Moura para conhecimento e manifestação, no prazo da lei.
Juntar processo administrativo tributário atualizado e reclamação administrativa feita pelo executado-excipiente.
Após, conclusos.
Intime-se por meio de seu procurador.
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:17
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7002614-10.2018.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Passivo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
DETERMINAÇÃO PARA INTIMAR O MUNICÍPIO
PARA MANIFESTAÇÃO
Intime-se o município de Rolim de Moura para manifestação quanto às informações referentes ao parcelamento do débito e pedido de suspensão do feito.
Após, conclusos.
Intime-se por meio de seu procurador.
Rolim de Moura,domingo, 16 de julho de 2023, 05:18
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7008375-17.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Passivo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
DETERMINAÇÃO PARA INTIMAR O MUNICÍPIO
PARA MANIFESTAÇÃO
Intime-se o município de Rolim de Moura para manifestação quanto às informações referentes ao parcelamento do débito e pedido de suspensão do feito.
Após, conclusos.
Intime-se por meio de seu procurador.
Rolim de Moura, domingo, 16 de julho de 2023, 05:19
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7008213-22.2021.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 2.716,43 Parte autora: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 Advogado:
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
Exceção de preexecutividade rejeitada. Nada de novo a alterar.
Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como “Cidade Jardim”, localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU.
A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.
O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.
A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.
Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:
Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).
Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).
Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: “...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento...” (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).
Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.
Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.
A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.
Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.
A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de “conexão” ou “reunião de processos” feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:
“...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.
Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-

45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.

(...)

Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.

Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.

(...)

CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO

O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.

Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).

Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:

Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.

Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.

Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,

Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.

Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.

Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.

Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.

Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).

Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.

Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).

Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução

foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."
(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).
Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.
Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da

diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD. Publique-se, registre-se, intime-se.
(publicado no DJE de 21/6/2023).
No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.
Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.
Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca. Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7002270-87.2022.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 9.665,21 Parte autora: EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: EXECUTADO: DISMOBRAS IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS S/A, CNPJ nº 01008073005070 Advogado:
DECISÃO DETERMINANDO CITAÇÃO e INTIMAÇÃO POR EDITAL,
NOMEAÇÃO DE CURADOR ESPECIAL, INDICAÇÃO DE BENS
e demais atos necessários
1) Tentada citação pessoal, foi constatado que o executado está em lugar incerto.
1.1) Da mesma forma, não foram localizados bens penhoráveis ou tampouco ou imóvel a ser penhorado.
2) DEFIRO o pedido retro.
3) CITE-SE e INTIME-SE a executada por EDITAL, nos termos do despacho inicial, o qual transcrevo abaixo:
CITAÇÃO e INTIMAÇÃO do(a) Executado(a), para pagamento do débito com os acréscimos legais ou nomear bens à penhora, no prazo de 5 (cinco) dias – art. 8.º da Lei Federal n.º 6.830/1980.
Transcorrido o prazo acima sem pagamento ou nomeação de bens à penhora, pelo mesmo Oficial de Justiça, deverá ser procedida penhora e avaliação de bens dos Executados suficientes para garantir o débito exequendo (art. 829,§1º do NCPC).
Havendo penhora de bens imóveis, intime-se o cônjuge dos(as) Executados(as) se casado forem – art. 842 do NCPC.
Recaindo a penhora sobre bem imóvel, proceda-se ao registro, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas, junto ao CRI local (art. 14, I da Lei n. 6.830/80).
Recaindo a penhora sobre veículo, oficie-se o DETRAN da localidade do respectivo emplacamento, a fim de ser procedido o bloqueio do mesmo e protegidos terceiros de boa-fé, bem como não seja feita qualquer transferência a título oneroso ou gratuito.
Sendo penhorado gado, cientifique-se à IDARON para que não emita GTA destes animais, ficando vedada a transferência.
Após, intimem-se os(as) Executados(as) sobre a avaliação.
Garantido o juízo, intimem-se os(as) Executados(as) e seu cônjuge se casado for, da penhora realizada (caso recaia sobre imóvel), bem como do prazo de 30 (trinta) dias para oferecimento de embargos, na forma do art. 16 da Lei Federal n.º 6.830/1980.
Não encontrado o devedor, o Oficial de Justiça arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art. 830). Nos 10 dias seguintes à efetivação do arresto, o Oficial de Justiça procurará o devedor três vezes em dias destintos; não o encontrando, certificará o ocorrido(§1º).
Fixo honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do débito em execução, reduzindo-os à metade, no caso de integral pagamento no prazo de 3(três) dias, na forma do art. 827, §1º do CPC, salvo eventuais embargos.
Não havendo pagamento, ao Exequente que deverá fazer sua parte no feito e INDICAR BENS PENHORÁVEIS, pois a atividade estatal é complementar à atividade da parte, e não substitutiva. Observe-se entendimento do E. TJRO nos autos nº 0002590-78.2 0, DJ de 28/3/2011, pp. 12-13 e nº 0001880-92.2 0, DJ n.º 032, de 19/2/2010, p. 10.
Transcorrido o prazo acima, dê-se vistas ao exequente, independente de nova determinação.
Havendo dúvidas, incumbe ao Oficial de Justiça diligenciar junto ao Cartório, lançando nesta via e no mandado informações sobre a natureza do imposto executado nesta demanda e demais dados do executado.
4) Aguarde-se eventual defesa.
4.1) Transcorrido o prazo sem defesa, desde já, NOMEIO a Defensoria Pública para promover a defesa da executada como Curadora Especial.
4.2) Certifique-se e dê-se ciência, oportunamente, independente de nova deliberação.
5) Após manifestação da Defensoria Pública, ciência ao exequente, o qual deverá indicar bens penhoráveis.
Conforme já decidido pelo E. TJRO, a responsabilidade do Juízo é complementar às diligências da parte e não meramente substitutiva. Neste sentido, entendimento do E. TJRO nos Agravos de Instrumento nrº 0002590-78.2011.8.22.0000, Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia e nrº 0001880-92.2010.8.22.0000, Relator: Juiz Glodner Luiz Pauletto.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça, em inúmeras decisões: AgRg no Ag 496398/SP AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO, 2002/0170400-2, Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ 15/09/2003 p. 317.
6) Intime-se na pessoa dos procuradores.
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:52
JEFERSON CRISTI TESSILA DE MELO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7005496-37.2021.8.22.0010
Requerente: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Advogado(a): PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Requerido: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
Advogado(a): ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394, IVONILDES GOMES PATRIOTA, OAB nº GO28899
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
Exceção de preexecutividade rejeitada. Nada de novo a alterar.
Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como “Cidade Jardim”, localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU.
A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.
O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.
A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.
Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:
Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).
Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).
Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: “...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento...” (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).
Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.
Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.
A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.
Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.

A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:

"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.

Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.

(...)

Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.

Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.

(...)

CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO

O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.

Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).

Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:

Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.

Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.

Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,

Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.

Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.

Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.

Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.

Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).

Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos

(execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.
Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).
Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."
(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).
Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL

CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.
Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.
Publique-se, registre-se, intime-se.
(publicado no DJE de 21/6/2023).
No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.
Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.
Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca. Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:53.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
7002056-96.2022.8.22.0010
Execução Fiscal
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: V. S. J. REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - ME
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
PEDIDO INCLUSÃO DO SÓCIO-ADMINISTRADOR
1) Trata-se de cristalino pedido de desconsideração da personalidade jurídica (ID 89020969).
2) O pedido deve ser indeferido.
3) Para análise de pleitos desta natureza, necessário se que COMPROVE:
3.1) Que a pessoa indicada (ID 85145094) foi ou está na condição de sócio-administrador (Súmula 435 do STJ), vez que mera alegação, por si só nada comprova. Atentando-se também para o fato de que a condição de "representante" de forma abstrata também não qualifica a pessoa indicada como sócio-administrador, nos termos o entendimento sumulado; e,
3.2) Que a empresa foi baixada de forma irregular.
4) Veja o teor da Súmula 435 do STJ:
Súmula 435-STJ: Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
5) Não fosse isso, este juízo diligenciou junto ao sítio eletrônico da Receita Federal (consulta de CNPJ) e constatou que a empresa executada se encontra ATIVA (vide tela abaixo).
6) Desse modo, não merece acolhida o pedido de redirecionamento, uma vez que, como se depreende da análise dos autos, a empresa executada encontra-se apta, portanto, não se enquadra na hipótese prevista no enunciado da Súmula 435 do STJ que trata do redirecionamento do feito em casos de dissolução irregular.
7) Ademais, consoante entendimento já sedimentado pelo STJ, a existência de dívida tributária em aberto, por si só, não autoriza o redirecionamento do feito em desfavor dos sócios, fazendo-se necessária a demonstração da existência de indícios de fraudes, dolo ou culpa praticados pelos sócios administradores, hipóteses estas que também não se vislumbram no presente caso.
8) Em razão disso, indefiro o redirecionamento do feito nos moldes pretendidos.
Manifeste-se a parte exequente em termos de prosseguimento do feito, no prazo de 10 dias.
Intimem-se, na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos (art. 270 do CPC).
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:56
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7008732-94.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal

Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
Decisão INTIMAÇÃO SOBRE A TENTATIVA DE
RESTRIÇÃO ON LINE (SISBAJUD NEGATIVO)
Recentemente houve a criação do Núcleo de Justiça 4.0, conforme Ato nº 993/2022, publicado no DJe de 1/8/2022.
O Ato Conjunto n. 022/2021-PR-CGJ, alterado pelo Ato Conjunto n. 015/2022-PR-CGJ, instalou o 1º Núcleo de Justiça 4.0 do PODER JUDICIÁRIO do Estado de Rondônia, com especialização nas demandas judiciais de execuções fiscais estaduais e municipais, com abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o Estado.
Os objetivos deste Núcleo especializado são prevenir decisões contraditórias sobre o mesmo tema e, ao mesmo tempo, padronizar a tramitação processual. Neste Núcleo de Justiça a execução fiscal terá tramitação mais rápida, até pela especificidade da matéria e quantidade de magistrados lá lotados, com competência especial. A título de ilustração, basta ver as decisões proferidas nos autos 7008175-73.2022.8.22.0010, 7008169-66.2022.8.22.0010, 7008187-87.2022.8.22.0010, 7008238-98.2022.8.22.0010, 7008253-67.2022.8.22.0010, 7008256-22.2022.8.22.0010, 7008255-37.2022.8.22.0010, 7008225-02.2022.8.22.0010, todas publicadas no DJE de 29/11/2022, pp. 378-379 e ss. bem como e seu alto grau de especificidade. E também pode ser observado no DJE de 08/12/2022.
Já foram conferidas inúmeras oportunidades para o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA se manifestar a respeito do interesse na remessa das execuções fiscais distribuídas antes de 1/8/2022 para o 1º Núcleo de Justiça 4.0.
Porém, o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA tem manifestado o desinteresse no envio das execuções fiscais em curso para referido Núcleo.
Visto isso, a execução fiscal em questão fora distribuída antes de 1/8/2022 e não está segura.
Superados todos pontos acima, bem como acolhendo reiteradas manifestações do Município de Rolim de Moura determino o prosseguimento desta execução fiscal no Juízo comum.
Quanto ao prosseguimento do feito:
O exequente postulou penhora de valores (ID 89252150), pedido que DEFIRO.
Execução que tramita sem maiores resultados.
Foram realizadas buscas ao SISBAJUD, as quais tiveram retorno negativo (consultas abaixo).
Dê a Exequente andamento útil ao feito, em especial indicar bens penhoráveis do Executado, pena de suspensão do feito pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos do art. 40 da LEF.
Aguarde-se manifestação.
Intimem-se as Partes, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (art. 270 do NCPC).
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:57
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7005568-87.2022.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Ativo: SILMARA PORFIRIO GONCALVES
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO DETERMINANDO INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PARA
DAR ANDAMENTO ÚTIL AO PROCESSO
1) Intimado o exequente a dar andamento ao feito (ID 88064938), pugnou pela citação e intimação do proprietário/possuidor (ID 89025919).
2) Ora, o atual possuidor foi citado e intimado pessoalmente (ID 86340515), inclusive com realização de penhora do imóvel gerador do crédito tributário.
3) Não há qualquer finalidade lógica em refazer a citação. Portanto, INDEFIRO (ID 89025919).
4) Dê a Exequente andamento útil ao feito, pena suspensão (art. 40 da LEF).
5) Aguarde-se manifestação.
6) Intimem-se as Partes, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (art. 270 do NCPC).
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:58
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7008603-89.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
DECISÃO DETERMINANDO INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PARA

DAR ANDAMENTO ÚTIL AO PROCESSO
1) Citada a executada, deixou-se de efetuar a penhora de bens em razão da informação de que foi oferecido bem em garantia.
2) Portanto, manifeste-se a exequente.
3) Dê a Exequente andamento útil ao feito, em especial indicar bens penhoráveis do Executado e atualizar o valor que entende devido com planilhas de cálculo, pena suspensão (art. 40 da LEF).
4) Aguarde-se manifestação.
5) Intimem-se as Partes, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (art. 270 do NCPC).
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 06:01
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7004219-49.2022.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Ativo: MARCIANA TIMM DE SOUZA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DETERMINAÇÃO PARA INTIMAR A SE MANIFESTAR
Ao Município de Rolim de Moura para manifestação em relação ao pedido de ID 88506892.
Prazo: dez dias.
Após, conclusos.
Intime-se por meio de seu procurador.
Rolim de Moura, sábado, 15 de julho de 2023, 06:30
Jeferson Cristi Tessila Melo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7002111-86.2018.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Passivo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
DETERMINAÇÃO PARA INTIMAR O MUNICÍPIO
PARA MANIFESTAÇÃO
Intime-se o município de Rolim de Moura para manifestação quanto às informações referentes ao parcelamento do débito e pedido de suspensão do feito.
Após, conclusos.
Intime-se por meio de seu procurador.
Rolim de Moura, domingo, 16 de julho de 2023, 05:47
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7005750-10.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Ativo: ELI DA SILVA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO DETERMINANDO INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PARA
DAR ANDAMENTO ÚTIL AO PROCESSO
1) Ante o teor da certidão retro.
2) À PGM para manifestação.
3) Intimem-se as Partes, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (art. 270 do NCPC).
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 06:10
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7006794-64.2021.8.22.0010
Requerente: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Advogado/Requerente: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Requerido: MARIA APARECIDA DA ROCHA
Advogado/Requerido: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Considerando que noticiado o descumprimento do acordo, intime-se pessoalmente o(a) executado(a) EXECUTADO: MARIA APARECIDA DA ROCHA a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do débito remanescente, no valor de R$ 785,76, conforme cálculo apresentado pelo exequente ao ID. 89736303, sob pena de prosseguimento da execução, conforme consignado na sentença homologatória de ID. 77872393.
Com o decurso do prazo supracitado sem pagamento, retornem conclusos em Decisão Jud's.
Cumpra-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA AR/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/ CARTA PRECATÓRIA:
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: MARIA APARECIDA DA ROCHA, RUA C 228 CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
Rolim de Moura/RO, 16 de julho de 2023.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7002600-84.2022.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 7.945,37 Exequente: EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Executado: EXECUTADO: ESPINHOLA & ESPINHOLA LTDA ME - ME Advogado: EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Considerando que noticiado o descumprimento do acordo, intime-se pessoalmente o(a) executado(a) VILMA DACOSTA VALERIANO ESPINHOLA - CPF: 486.192.642-49 a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do débito remanescente, no valor de R$ 3.246,89, conforme cálculo apresentado pelo exequente ao ID. 89731875, sob pena de prosseguimento da execução, conforme consignado na sentença homologatória de ID. 87362262.
Com o decurso do prazo supracitado sem pagamento, retornem conclusos em Decisão Jud's.
Cumpra-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA AR/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/ CARTA PRECATÓRIA:
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, AV. JOÃO PESSOA 4478 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
EXECUTADO: VILMA DACOSTA VALERIANO ESPINHOLA. Telefone 69 984548116. ENDEREÇO: AV. 25 DE AGOSTO, 6704, BAIRRO INDUSTRIAL, ROLIM DE MOURA/RO.
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 06:22
JEFERSON CRISTI TESSILA DE MELO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7007463-83.2022.8.22.0010 Classe: Execução de Título Extrajudicial Valor da ação: R$ 51.026,86 Parte autora: ROLAO COMERCIO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA, CNPJ nº 03052955000180 Advogado: RHENNE DUTRA DOS SANTOS, OAB nº RO5270 Parte requerida: REGINA CRISTIANE DE SOUZA, CPF nº 89319222215 Advogado: ADVOGADO DO EXECUTADO: ALAN CARLOS DELANES MARTINS, OAB nº RO10173
DECISÃO SERVINDO INTIMAÇÃO
A parte exequente juntou ao feito comprovante de pagamento de taxas para a realização de diligências por este juízo (ID 89734715).
Todavia, não indica qual diligência requer (SISBAJUD, RENAJUD, SNIPER, INFOJUD, SIEL, etc). São várias as possibilidades.
Ademais, para que haja buscas de valores, necessário que se apresente cálculo atualizado do débito que entende devido.
RECOMENDA-SE ao interessado assim que fizer pedido desta natureza já esclareça o tipo de diligência. Procedendo desta forma, o processo tem andamento mais célere (arts. 6.º e 139 do CPC), o que beneficia a todos, evitando resserviço e conclusões desnecessárias.
Intime-se a exequente por meio de seu procurador, para que em 5 dias de andamento útil ao processo, indicando quais as diligências e apresentando planilha de cálculo atualizada.
Rolim de Moura, domingo, 16 de julho de 2023, 06:23
JEFERSON CRISTI TESSILA DE MELO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7002843-33.2019.8.22.0010
Requerente: BANCO DO BRASIL
Advogado/Requerente: ITALO SCARAMUSSA LUZ, OAB nº BA67070
Requerido: ROBERTO NOGUEIRA DOS SANTOS, CASCIMIRO FRUTUOSO DA SILVA, MARIUZA MACHADO DE SOUZA
Advogado/Requerido: SEM ADVOGADO(S)
ELIAS FRUTUOSO DA SILVA
CPF: 304.010.972-34
Rua Barão de Melgaço, nº 4162
Rolim de Moura/RO, CEP: 76940-000.
Valor da causa em junho de 2019: R$ 126.222,59 (mais custas e honorários).
Decisão SERVINDO COMO DETERMINAÇÃO PARA RECOLHER AS CUSTAS (desentranhamento do mandado), MANDADO DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO
e demais atos
necessários a seu cumprimento
DEFIRO sob responsabilidade exclusiva do subscritor (Num. 93111144 - Pág. 1-2).
CPE: cadastre-se ELIAS FRUTUOSO DA SILVA CPF: 304.010.972-34 como sucessor de CASCIMIRO FRUTUOSO DA SILVA,
Após, CUMPRA-SE conforme itens A e B, na sequência:
A:
Em cumprimento aos arts. 33, 123 e 261, §3.º, todos das DGJ e art. 35, VII da LOMAN:
1) Recolham-se as custas para novas diligências, observando a Lei Estadual nº 3.896/2016, pois apenas uma diligência do Oficial de Justiça custa mais de R$ 100,00 aos cofres públicos.
Desentranhamento de mandado deve vir necessariamente acompanhado das custas.
2) Tão somente após recolhidas as custas e comprovado, DESENTRANHE-SE o mandado de citação e intimação (cuja decisão serve de mandado).
B:
Após EMENDADA, REGULARIZADA, RECOLHIDAS e COMPROVADO, PROCEDA-SE na forma abaixo:
Há nos autos documento escrito desprovido da eficácia de título executivo, cujo credor afirma ter direito de exigir do devedor o pagamento de determinada quantia em dinheiro (art. 700, I, do NCPC).
Sendo assim, sirva esta decisão como MANDADO DE PAGAMENTO (AR, de início) para que o requerido (na pessoa de seu substituto processual), no prazo de 15 dias, paguem o débito acrescido de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa (art. 701 do NCPC).
No mesmo AR cientifique o réu que:
a) Cumprindo o mandado ficarão isentos de custas judiciais finais (art. 701, §1º).
b) No mesmo prazo e, independentemente de seguro o juízo, poderão opor, nos próprios autos, embargos à ação monitória (art. 702 do NCPC).
c) Não havendo pagamento e nem ofertados embargos, independentemente de qualquer formalidade, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, observando-se, no que couber, as normas atinentes ao Cumprimento de Sentença (art. 701, §2º) – PENHORA, REMOÇÃO DE BENS, etc.
Havendo interesse, desde já faculto ao Autor/exequente indicar bens penhoráveis para garantia de futura execução (art. 798, II, c, do CPC) e remoção, sob sua responsabilidade.
Havendo interesse em buscas a SISBAJUD e RENAJUD o pedido deverá ser cumprido o art. 17 da Lei Estadual n.º 3.896, de 24/8/2016.
RECOMENDA-SE ao interessado assim que fizer pedido desta natureza já recolha as custas e taxas para tanto (ver código 1007). Procedendo desta forma, o processo tem andamento mais célere (arts. 4.º, 6.º e 139 do CPC), o que beneficia a todos.
Recolhidas, defiro as buscas.
Na fase processual adequada, caso seja pedida execução e remoção de bens, o exequente deverá providenciar os meios necessários para transporte, pois esta Comarca não tem depositário público, nem veículos de carga/transporte para remover os bens que venham a ser penhorados.
Expeça-se o necessário.
Intime-se na pessoa dos Procuradores constituídos.
Rolim de Moura/RO, 17 de julho de 2023.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 7004273-15.2022.8.22.0010
Cumprimento de sentença
REQUERENTE: AILTON MOURA DE OLIVEIRA, RUA TOCANTINS 4220, CASA PLANALTO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390, MATHEUS RODRIGUES PETERSEN, OAB nº RO10513
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Despacho PARA

- INTIMAR O INSS SOBRE O AGRAVO DE INSTRUMENTO
- SERVINDO DE INFORMAÇÕES no Agravo de Instrumento junto ao TRF1 (autos 1019507-56.2023.4.01.0000), caso solicitadas.
1) Ciente da interposição do Agravo de Instrumento.
2) Mantenho todas decisões tomadas até agora por seus fundamentos, pois se encontram expostos todos motivos para tanto e não há qualquer fato ou documento novo nos autos.
MANTENHO a decisão recorrida pelos motivos lá expostos e com base nos precedentes abaixo:
- AC 0058972-60.2011.4.01.9199 / MG, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO, PRIMEIRA TURMA, e-DJF1 de 07/03/2018.
- AI 1004937-12.2016.4.01.0000. Origem 7006866-27.2016.8.22.0010 (RO). 1ª Turma do TRF da 1ª Região – 16/05/2018. Relator Des. Fed. JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA. Data julgamento: 16/05/2018.
- AgRg no AREsp 641.596-RS, Segunda Turma, DJe 23/3/2015; e AgRg nos EDcl no AREsp 527.295-RS, Primeira Turma, DJe 13/4/2015. AgRg no AREsp 630.235-RS, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 19/5/2015, DJe 5/6/2015;
- determinação do C. STJ, que recentemente reconheceu repercussão geral no caso - Tema Repetitivo nº 1105;
- acórdão do E. TJRO publicado dia 24/10/2022, de que não é cabível fixação de honorários contra Ente Público cujo cumprimento de sentença não foi embargado ou impugnado:
1ª Câmara Especial Processo:0803948-59.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7006005-25.2017.8.22.0004
Agravante: Sindicato dos Servidores Públicos do Município do Vale do Paraíso - SINDVALE Advogado: Filiph Menezes da Silva (OAB/RO 5035) Agravado: Município do Vale do Paraíso Procurador: Procurador-Geral do Município do Vale do Paraíso
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 28/04/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Honorários de advogados. Fase cumprimento sentença. Não impugnada. Fixação de honorários de advogados. Incabível. Recurso não provido. 1. Ao tratar do §7º do art. 85 do CPC/2015, o STJ dispõe que: "A interpretação que deve ser dada ao referido dispositivo é a de que, nos casos de cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública em que a relação jurídica existente entre as partes esteja concluída desde a ação ordinária, não caberá a condenação ao pagamento de honorários de advogados se não houver a apresentação de impugnação, uma vez que o cumprimento de sentença é decorrência lógica do mesmo processo cognitivo" (REsp 1648498/RS). Precedentes. 2. Na hipótese, é incabível a fixação de honorários, porque o ente municipal não apresentou impugnação, e foi expedido RPV como consequência da exigibilidade da obrigação de pagar quantia certa voltada contra a fazenda pública. 3. Recurso não provido.
(DJE de 24/10/2022).
- e orientação enviada pelo TJRO aos Juízos por meio do SEI 0011811-92.2021.822.8800, de 22/9/2021.
3) Até agora não veio informação sobre o julgamento do Agravo de Instrumento.
4) De igual modo, o Exmo. Des. Relator não determinou outras providências.
5) Portanto, aguarde-se o julgamento do agravo.
6) Caso o INSS (agravado) queira, poderá se manifestar quanto ao recurso, diretamente no E. TRF1. INTIME-SE para tanto.
Após a decisão final, junte-se cópia e tornem os autos conclusos.
Cumpra-se.
Rolim de Moura,, sexta-feira, 14 de julho de 2023, 15:39
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz(a) de Direito
{{ambiente.login}}

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7002454-48.2019.8.22.0010
Exequente: LUIZ CARLOS VIANA
Advogado: ELOIR CANDIOTO ROSA, OAB nº RO4355
Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de pedido de cumprimento de sentença.
Notícia de pagamento das verbas.
Não foram informadas contas para transferência, o que garante maior agilidade.
OFICIE-SE para creditar as verbas depositadas nestes autos em favor da conta abaixo (sob responsabilidade do Patrono, caso o Autor solicite prestação de contas):
ELOIR CANDIOTO ROSA
CPF 457.257.562-20
AGENCIA 1406-0
CONTA CORRENTE: 16.646-4
BANCO DO BRASIL
Quanto à verba do Autor, não é para incidir IRPF.
Comprovado o cumprimento do ofício, arquive-se independente de nova deliberação.
Intime-se os interessados, na pessoa dos procuradores constituídos.
Rolim de Moura/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023, 15:31
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Telefone: (69) 3449-3710, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
e-mail: cperolimdemoura@tjro.jus.br
Processo : 7005572-90.2023.8.22.0010
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: OZIEL SOARES CAETANO
Advogado do(a) AUTOR: AILSON CARLOS VIEIRA - RO12294-A
REU: CLAUDIO PEDRO DOS SANTOS
INTIMAÇÃO AUTOR/RÉU - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência nos Termos do Provimento 018/2020-CG, ficam os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 18/09/2023 08:30
INSTRUÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AUDIÊNCIA:
COMO ENTRAR NA AUDIÊNCIA: aguardar chamada de vídeo pelo whatsapp que receberá no dia e hora marcado no item anterior.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 7° III, Prov. 018/2020-CG);
2. Deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO; (art. 7° V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7° II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 7° IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 7° VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 7° VIII, Prov. 018/2020-CG);
6. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
7. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 7° X, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 7° XI, Prov. 018/2020-CG);
9. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 7° XII, Prov. 018/2020-CG);
10. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 7° XIII, Prov. 018/2020-CG);
11. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 7° XIX, Prov. 018/2020-CG);
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7° I, Prov. 018/2020-CG);
2. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XIV, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 7° XVI, Prov. 018/2020-CG);

5. Nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XVII, Prov. 018/2020-CG);
6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7° XVIII, Prov. 018/2020-CG);
7. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 7° XX, Prov. 018/2020-CG);

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Telefone: (69) 3449-3710, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
e-mail: cperolimdemoura@tjro.jus.br
Processo : 7006950-52.2021.8.22.0010
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
Advogados do(a) EXEQUENTE: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS - RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE - RO1586
EXECUTADO: SHALOM COMERCIO E ATACADO LTDA - ME e outros (2)
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS REPETIÇÃO DE ATO
Fica a parte AUTORA intimada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, CÓDIGO 1008.1, conforme estabelecido no art. 19 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Telefone: (69) 3449-3710, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
e-mail: cperolimdemoura@tjro.jus.br
Processo : 7001310-34.2022.8.22.0010
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: SIMONIA FLEGLER DE ANDRADE
Advogado do(a) AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT - RO4195-A
REU: ELETRONICA REAL LTDA - ME
Advogado do(a) REU: FLAVIO LOOSE TIMM - RO12148
INTIMAÇÃO AUTOR
Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 dias, efetuar o pagamento das custas tendo em vista que foi determinado no ID 73892334”(...) o recolhimento das custas ao final pelo vencido(...)”.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Telefone: (69) 3449-3710, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
e-mail: cperolimdemoura@tjro.jus.br
Processo : 7004735-35.2023.8.22.0010
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO DO SUDOESTE DE RONDONIA LTDA - CREDISIS SUDOESTE/RO
Advogado do(a) EXEQUENTE: NOEL NUNES DE ANDRADE - RO1586
EXECUTADO: MICHAEL CEZAR MARTINS SILVA 00879693274 e outros
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Telefone: (69) 3449-3710, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
e-mail: cperolimdemoura@tjro.jus.br
Processo : 7007599-17.2021.8.22.0010

Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: AGEU SOARES
Advogado do(a) REQUERENTE: DILMA DE MELO GODINHO - RO6059
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Certifico que a presente ação é de natureza acidentária (acidente do trabalho), cuja competência é da Justiça Estadual. Portanto, a RPV deverá ser expedida por meio da sistema SAPRE, conforme estabelecido pela Resolução n. 153/2020-TJRO, publicada no DJE n. 173, de 15/09/2020. P. 4 a 15.
Considerando que o sistema SAPRE exige obrigatoriamente o preenchimento dos dados bancários da parte e/ou do advogado e considerando que nem a parte autora, nem a advogada possuem cadastro no referido sistema, fica a parte AUTORA, por meio de sua advogada, no prazo de 5 (cinco) dias, intimada para fornecer dados bancários para emissão da RPV.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7009437-92.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Passivo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
DETERMINAÇÃO PARA INTIMAR O MUNICÍPIO
PARA MANIFESTAÇÃO
Intime-se o município de Rolim de Moura para manifestação quanto às informações referentes ao parcelamento do débito e pedido de suspensão do feito.
Após, conclusos.
Intime-se por meio de seu procurador.
Rolim de Moura, domingo, 16 de julho de 2023, 05:16
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 7006107-53.2022.8.22.0010
EMBARGANTES: CLAUDINEI DA SILVA ROCHA, CPF nº 83381066234, RUA JAMARI 4833 PLANALTO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, MULTMARCAS COMERCIO DE VEICULOS LTDA, CNPJ nº 30611129000105, 25 DE AGOSTO 4643, INEXISTENTE CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EMBARGANTES: FRANCISCA JUSARA DE MACEDO COELHO SILVA, OAB nº RO10215
REPRESENTADO: JOSE MARIA DA SILVA, CPF nº 41878671200, AVENIDA RECIFE 3172 CENTENÁRIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REPRESENTADO: LUCIANO SUAVE COUTINHO, OAB nº RO10800, AV. ARACAJU 488, PREMIUM INFORMÁTICA CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, EDNEI RANZULA DA SILVA, OAB nº RO10798, AV. SÃO LUIZ 4380 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
Sentença
EMBARGOS DE TERCEIRO
Trata-se de embargos de terceiro opostos por MULTIMARCAS COMÈRCIO DE VEÌCULOS LDTA e CLADINEI DA SILVA ROCHA em face de JOSÉ MARIA DA SILVA.
Aduzem, em síntese, que o embargante MULTIMARCAS comprou o veículo da marca Fiat, modelo Uno, versão Way 1.0, ano 2012/2012, RENAVAM 00460910000, CHASSIS n. 9BD195162C0331184, Placa NAF-9142, cor bege, do Sr. DEO FERREIRA DO NASCIMENTO, que por sua vez adquiriu o veículo de JOSÉ MARIA DA SILVA.
Afirmam que na época em que Multimarcas adquiriu o veículo de Deo Ferreira, José Maria Da Silva (embargado) informou que o veículo não tinha nenhuma pendência e assinou procuração dando poderes para o Embargante transferir o veículo, que fora vendido para o segundo embargante, Claudinei, sendo este o atual proprietário do veículo.
Alegam que o embargado, mencionando que a negociação dele com Deo não haveria dado certo, queria o carro de volta e revogou a procuração passada à Multimarcas, bem como fez inserir bloqueio administrativo no veículo.
Relatam os embargantes que a conduta do embargado não tem razão de ser, motivo pelo qual requerem que seja determinado o retirado do bloqueio. No mérito postulam pela desconstituição de qualquer bloqueio administrativo ou judicial que grava o veículo, assim como a transferência junto ao Detran para o nome do proprietário CLADINEI DA SILVA ROCHA.
Decisão inicial indeferiu a tutela antecipada e determinou a citação do embargado (ID 79403784).
Devidamente citado, o embargado apresentou resposta (ID 79935411). Argumenta que deu o veículo a título de comissão de corretagem de um negócio, mas que a corretagem estava condicionada ao resultado útil final. Afirma que ficou acordado entre as partes que o corretor devolveria o veículo adquirido em comissão se o vendedor não recebesse já na primeira parcela da venda do imóvel cuja venda foi intermediada pelo corretor. Narra que os Embargantes adquiriram o veículo de má-fé. Ao fim requer seja julgado improcedentes os pedidos da inicial.
Embargantes apresentaram réplica (ID 80771132).
Ambas partes especificaram provas, sendo os embargantes MULTIMARCAS COMÈRCIO DE VEÌCULOS LTDA e CLAUDINEI DA SILVA ROCHA (ID: 81400984 p. 1-2) e embargado (IDs 81767349 e 81369136).
Decisão saneadora (ID 83522738).

Realizada audiência de instrução (ID 87183968), foi colhido o depoimento/declaração do representante da embargada: Lidiomar Domingos das Chagas e das testemunhas arroladas pela parte Embargante: Deo Ferreira Do Nascimento e Patricia Lorrani Ferreira.
Alegações finais pelos embargantes (ID 87466662). Embargado não apresentou alegações finais.
Informações do Detran (ID 87918395).
Feito em ordem e apto a julgamento.
FUNDAMENTAÇÃO
Trata-se de embargos :de terceiro. Os pontos controvertidos consistem em verificar a regularidade na aquisição da posse e transferência deste veículo e da boa-fé (ou não das partes) nas transações.
José Maria da Silva deu o veículo da marca Fiat, modelo Uno, versão Way 1.0, ano 2012/2012, RENAVAM 00460910000, CHASSIS n. 9BD195162C0331184, Placa NAF-9142, cor bege para Deo Ferreira Do Nascimento a título de comissão de corretagem pela venda do imóvel rural para Pamela Batista, vendido em 26/07/2021 (ID 79250907 - Pág. 15/18). Contudo, ao formalizar a transferência para Deo, José Maria firmou contrato de compra e venda de veículo, datado de 02/08/2021 (ID 79250907 - Pág. 19/20).
DEO FERREIRA DO NASCIMENTO revendeu o veículo ao terceiro embargante MULTMARCAS, no dia 23/09/2021 (id 79250910) e JOSE MARIA DA SILVA passou uma procuração para transferência do veículo.
MULTMARCAS revendeu o veículo ao Embargante CLAUDINEI DA SILVA ROCHA em 05/11/2021 (ID 79250911).
JOSE MARIA DA SILVA revogou a procuração pública no dia 26/06/2022, conforme informações prestadas pelo Detran (ID 87918395).
Em resumo, verifica-se que JOSE MARIA DA SILVA deu a DEO FERREIRA DO NASCIMENTO o veículo objeto da presente ação a título de comissão de corretagem por ter intermediado a venda de imóvel rural a Pamela Batista. O contrato de compra e venda comprova que o negócio de fato foi realizado, muito embora haja alegação de inadimplemento contratual posterior (ID 79250907 - Pág. 15/18).
Prescreve o art. 725 do Código Civil que “A remuneração é devida ao corretor uma vez que tenha conseguido o resultado previsto no contrato de mediação, ou ainda que este não se efetive em virtude de arrependimento das partes.”
No caso dos autos, verifica-se claramente que o contrato referente ao imóvel foi firmado entre José Maria e Pâmela. Mesmo com inadimplemento contratual posterior ou mesmo arrependimento das partes, não é devida a devolução do valor pago a título de corretagem. Isso porque para o efeito de tornar devida a remuneração a que faz jus o corretor, a mediação deve corresponder somente aos limites conclusivos do negócio, mediante acordo de vontade das partes, independentemente da execução do negócio em si.
Se posteriormente houver o arrependimento de quaisquer das partes, o desfazimento do negócio não repercutirá na pessoa do corretor.
De tudo que é narrado, percebe-se que o negócio não foi exitoso a José Maria, mas por circunstâncias aleias à atividade do intermediador Deo.
As provas dos autos são claras em demonstrar que houve a assinatura do contrato intermediado por Deo (ID 79250907 - Pág. 15/18). Deo, efetivamente, foi o responsável pela intermediação da compra do imóvel e depois o negócio foi desfeito por fatores alheios, o que justifica o pagamento da comissão.
Nesse sentido, recente jurisprudência do E. TJ/RO:
Apelação cível. Ação de cobrança. Comissão de corretagem. Intervenção da imobiliária por meio de corretor. Negócio concluído. A remuneração é devida ao corretor uma vez que tenha conseguido o resultado previsto no contrato de mediação. A assinatura da promessa de compra e venda e o pagamento do sinal demonstram que o resultado útil foi alcançado e, por conseguinte, é devida a comissão por corretagem. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7010299-27.2020.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 29/12/2022
E também:
AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. COMISSÃO DE CORRETAGEM. APROXIMAÇÃO DAS PARTES E APERFEIÇOAMENTO DO NEGÓCIO IMOBILIÁRIO. SÚMULA 83/STJ. PREVISÃO CONTRATUAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. (...) - Consoante entendimento desta Corte Superior, a comissão de corretagem é devida se o negócio resultou da atuação do corretor, ainda que efetivado após o término do prazo de exclusividade pactuado. Incidência da Súmula 83/STJ. (...)”(AgInt no REsp 1331108/SP , Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 06/03/2018) (g.n)
Cita-se recente julgado dessa Corte de Justiça:
Cobrança. Comissão de corretagem. Intervenção do corretor. Finalização do negócio. E devido o recebimento da comissão de corretagem quando demonstrado que houve a intervenção do corretor na concretização do negócio entre vendedor e comprador. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7005693-14.2020.822.0014, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 03/03/2022. (g.n).
Desse modo, foi regular a posse e a transferência do veículo a Deo Ferreira do Nascimento, assim como foi regular a venda deste para MULTMARCAS e da MULTMARCAS para CLAUDINEI DA SILVA ROCHA. Isso porque quando todas as vendas e respectivas transferências foram efetuadas, o veículo não apresentava nenhuma restrição. Analisemos a cronologia em que os fatos se deram:
- JOSE MARIA DA SILVA vendeu o veículo a DEO FERREIRA DO NASCIMENTO em 02/08/2021 (ID 79250907 - Pág. 19/20);
- DEO FERREIRA DO NASCIMENTO revendeu o veículo para MULTMARCAS, no dia 23/09/2021 (id 79250910);
- MULTMARCAS revendeu o veículo para CLAUDINEI DA SILVA ROCHA em 05/11/2021 (ID 79250911);
- A inserção da restrição administrativa e revogação da procuração só ocorreu em 26/06/2022 por JOSE MARIA DA SILVA (ID 87918395).
Assim, pela cronologia dos fatos, percebe-se que todas as vendas e transferências foram realizadas quando não havia restrição ou impedimento e que JOSE MARIA DA SILVA só inseriu a restrição e revogou a procuração junto ao Detran quase um ano após a primeira transferência e mais de 6 meses desde a última (para Claudinei).
Não foi comprovado que houve má-fé ou que as transferências foram irregulares, pois não havia restrição quando foram realizadas.
É o que se extrai também da prova oral produzida:
Sr. LIDIOMAR DOMINGOS DAS CHAGAS:
“...A empresa autora comprou o veículo Uno versão Way 1.0, ano 2012/2012, RENAVAM 00460910000; o veículo foi comprado da pessoa de DEO NASCIMENTO; José Maria solicitando uma procuração para venda do veículo; após isso, o Sr. José Maria cancelou a procuração; a MULTIMARCAS já havia vendido este veículo a terceiros (de forma parcelada); este veículo está na posse de Claudinei;...”
DEO FERREIRA DO NASCIMENTO (informante por ter interesse na causa e ser parte nos autos 7005433-75.2022.822.0010):
“...o Sr. José Maria tinha uma terra para vender, o que fora feito pelo informante; o Sr. José Maria pagou a comissão ao informante, cuja

comissão foi paga mediante dação em pagamento do FIAT UNO; o Sr. José Maria fez um contrato com o informante, com prazo de sessenta dias para o informante vendê-lo; como não conseguiu vendê-lo no prazo acima, o informante vendeu seu veículo a Lidiomar (da autora Multimarcas); o veículo não tinha restrição quando foi vendido...".
PATRICIA LORRANI FERREIRA:
"...a depoente trabalha na empresa MultiMarcas, como auxiliar administrativo; ainda teriam checado a situação do UNO para conferir se estava 'ok' com o veículo; no outro dia teria ido entregue uma procuração;..."
Diante do que fora exposto pelas partes não há motivos para manutenção da restrição, o que leva à procedência dos embargos de terceiro.
DISPOSITIVO:
Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES os embargos de terceiro e TORNO sem efeito as restrições quanto ao veículo marca Fiat, modelo Uno, versão Way 1.0, ano 2012/2012, RENAVAM 00460910000, CHASSIS n. 9BD195162C0331184, Placa NAF-9142, cor bege, que tenham sido determinadas administrativamente a pedido de JOSE MARIA DA SILVA ou restrição judicial decorrente dos presentes autos.
Após transitada em julgado, autorizo que seja realizado o licenciamento e a transferência do veículo da marca Fiat, modelo Uno, versão Way 1.0, ano 2012/2012, RENAVAM 00460910000, CHASSIS n. 9BD195162C0331184, Placa NAF-9142, cor bege, para o nome de CLADINEI DA SILVA ROCHA, CPF/MF sob o nº 833.810.662-34. Serve o presente de ofício ao Departamento de Trânsito de Rondônia - DETRAN. Taxas e demais despesas de transferência pelos interessados.
A fim de evitar novos incidentes e embargos de terceiros, recomendo ao embargante que promova o necessário para transferir o veículo para seu nome.
Havendo outras restrições que não sejam dos autos 7006107-53.2022.8.22.0010, as baixas deverão ser postuladas no r. feito.
Pela causalidade, CONDENO os embargantes ao pagamento das custas e despesas processuais – iniciais e finais. Após transitada em julgado, calculem-se e intimem-se para recolhimento em quinze dias.
Não havendo recolhimento, INSCREVA-SE em Dívida Ativa Estadual e protesto - Lei n.º 3.896, de 24/8/2016 – art. 35 e ss., bem como arts. 33, 123 e 261, §3.º, das DGJ, Provimento Conjunto 002/2017– PR-CG, OFICIO CIRCULAR n.º 72/2012-DECOR/CG, OFICIO CIRCULAR CGJ n.º 149/2017 e arquive-se (caso já tenha sido inscrito e oficiado, apenas certificar).
Com o pronto pagamento, DETERMINO desde já, a exclusão da inscrição em DAE.
Sem honorários, pois a 'culpa' exclusiva destes embargos foi dos terceiros embargantes, que alegam ter adquirido os bens, vendidos estes a terceiros e não o transferiram para nome dos compradores no prazo regulamentar. Se os embargantes tivessem transferido os bens de imediato já estariam em seus nomes e não teria sido alvo de constrição. Portanto, o embargado não tem o dever de custear uma despesa cuja causa fora dada também pelos embargantes. Nesse sentido:
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo:7001213-05.2020.8.22.0010 Apelação (PJe) Origem: 7001213-05.2020.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível. Apelante: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Apelado: Jairo Primo Benetti Advogado: Renato Antonio Pereira (OAB/RO 5806) Advogado: Márcio Antônio Pereira (OAB/RO 1516) Apelado: Odair dos Santos Advogado: João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3669) Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 11/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Apelação cível. Embargos à execução fiscal. Alegação de fraude à execução. Súmula 375 do STJ. Não preenchimento dos requisitos. RecuRso não provido. 1 – Como cediço, a fraude à execução está prevista no art. 792 do CPC, e consiste em "em manobra do devedor que causa danos não apenas ao credor, mas à atividade jurisdicional, minando a satisfação da execução e colocando em descrédito o
PODER JUDICIÁRIO. Para que se configure, é necessária a configuração de pressuposto objetivo e subjetivo, elencado na lei processual civil". 2 – De igual modo, a Súmula 375, STJ, prevê que o reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova da má-fé do terceiro adquirente. 3 – Na hipótese, a alienação do veículo – com a devida transferência junto ao órgão de trânsito – ocorreu em momento anterior à lavratura do respectivo auto de penhora. Não bastasse, não sobressai dos autos elementos capazes de atribuir ao terceiro adquirente a má-fé necessária ao reconhecimento da fraude à execução. 4 – Recurso não provido. 27/7/2022
P.R. Intimem-se, na pessoa dos Procuradores.
Sendo apresentados recursos (principal e/ou adesivo), ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE providenciar as intimações necessárias.
No NCPC (art. 1.030) o juízo de 1º grau não exerce mais qualquer atividade após proferida a sentença, pois o juízo de admissibilidade/recebimento recursal e seu processamento competem à Instância Superior. Neste sentido, o TJRO: 7000767-49.2018.8.22.0017 - Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia - Relator (DJe 27/8/2020) e TJSC: Agravo de Instrumento n. 4008541-52.2016.8.24.0000 - Relatora: Desembargadora Soraya Nunes Lins.
Neste caso, estando o feito em ordem, DETERMINO a remessa dos autos ao E. TJRO para processamento e julgamento dos recursos que venham a ser interpostos, com nossas homenagens.
Caso não seja interposto recurso voluntário, transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias do trânsito em julgado e não havendo manifestação das partes pela execução da presente, remetam-se os autos ao arquivo.
Transitada em julgado, venham conclusos para proceder baixa das restrições.
Transcorrido o prazo recursal, cumpridas as fases acima e nada sendo postulado, certifique-se nos autos 7005433-75.2022.8.22.0010 e arquive-se.
Rolim de Moura/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023, 05:23
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7002858-94.2022.8.22.0010

Exequente: JONAS JOSE FILHO
Advogado(a): CIDINEIA GOMES DA ROCHA, OAB nº RO6594A, ONEIR FERREIRA DE SOUZA, OAB nº RO6475A
Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado do Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA CAMPOS SALES, - DE 3293 A 3631 - LADO ÍMPAR OLARIA - 76801-281 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
INSS - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
VERBA PRINCIPAL e HONORÁRIOS de SUCUMBÊNCIA
1) Quanto ao requerimento de ID: 91356809: altere-se a classe para Cumprimento de Sentença.
Processe-se sob responsabilidade do Exequente quanto ao cumprimento do art. 534 e incisos, do CPC.
Intime-se o Executado, na pessoa do seu representante judicial, nos termos do art. 535 do NCPC.
Aguarde-se. Prazo: 30 dias.
Não havendo impugnação, expeçam-se as RPV´s e encaminhem-se ao TRF-1ª Região para cumprimento (art. 535, §3º, II do NCPC), nos seguintes valores : R$ 20.102,00 retroativos e R$ 2.010,25 sucumbência, ambos atualizados até 5/2023.
Havendo impugnação, deverá o Executado cumprir o §2º do art. 535, NCPC.
Na sequência, dê-se ciência ao Exequente, para, caso discorde de eventuais valores apresentados pelo INSS, apresente sua planilha de cálculo.
Caso o exequente concorde com o valor indicado pelo INSS ou não se manifeste quanto a impugnação no prazo legal, expeça-se RPV nos valores informados pelo devedor.
Fixo a data-base para atualização dos cálculos em 5/2023, que deverá ser respeitada entre as partes e Contadoria Judicial, caso haja necessidade de remessa.
OBS: Havendo impugnação ou divergência quanto aos cálculos apresentados, desde já fica determinada remessa dos autos à Contadoria Judicial para elaboração dos cálculos, estando a CPE autorizada a promover o necessário (art. 33, X, das DGJ/TJRO). Vindo os cálculos da Contadoria manifestem-se as partes. Intimem-se. Prazo comum: dez dias.
Oportunamente será apreciado o pedido de honorários na fase de cumprimento de sentença. Indevidos se não houver embargos ou impugnação. Neste sentido:
PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. EXECUÇÃO NÃO EMBARGADA. EXECUÇÃO INVERTIDA. HOMOLOGAÇÃO DOS CÁLCULOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INDEVIDOS. AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. 1. O título executivo judicial condenou o INSS à implantação do benefício pleiteado, bem como o pagamento dos valores atrasados, corrigidos com base no Manual de Cálculos da Justiça Federal. 2. O Supremo Tribunal Federal, quando o julgamento do RE 420.816/PR, reconheceu a constitucionalidade da MP n. 2.180-35/01 para afastar o pagamento de honorários advocatícios nas execuções não embargadas contra a Fazenda Pública, excepcionando, contudo, os casos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor. 3. Todavia, analisando de forma mais detida o precedente do STF, "observa-se que o fato que norteou o julgado foi a instauração de um processo de execução, cuja atividade do credor e seu patrono são evidentes, e a contraprestação por essa atividade nos casos em que o valor seja limitado àquele a ser pago por RPV, porque em tal caso não se aplicava a disposição limitativa do § 3º do art. 100 da Constituição. De se ver que tal disposição é aquela que obriga a inclusão de todos os pagamentos na ordem do precatório, procedimento a ser feito mediante aplicação do art. 730 do CPC que demanda instauração do processo de execução contra a Fazenda Pública, obrigatoriamente. (AC 0050923-93.2012.4.01.9199/MG, Juiz Federal RÉGIS DE SOUZA ARAÚJO, Primeira Turma, e-DJF1 18/11/2015). 4. O Superior Tribunal de Justiça já se firmou no sentido de que, quando não há pretensão resistida do INSS, expedindo a correspondente requisição de pagamento de pequeno valor, deve ser afastada a condenação em honorários advocatícios (AgRg no AREsp 630.235/RS). 5. Apelação provida. (AC 0058972-60.2011.4.01.9199 / MG, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO, PRIMEIRA TURMA, e-DJF1 de 07/03/2018).
Reiteradamente o TRF1ª Região vem decidindo que NÃO CABEM HONORÁRIOS NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (ainda em fase inicial), sem que haja embargos ou impugnação ou qualquer incidente. Neste sentido:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-D DA LEI 9.494/97. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÕES DE PEQUENO VALOR. PAGAMENTO MEDIANTE EXPEDIÇÃO DE RPV. SEM OPOSIÇÃO DA FAZENDA. NÃO INCIDÊNCIA DE HONORÁRIOS. AGRAVO DESPROVIDO. 1. O Supremo Tribunal Federal concluiu, no julgamento do RE 420.816/PR, pela não aplicação do art. 1º-D da Lei 9.494/1997 nas hipóteses de execuções que não demandem a expedição de precatório. 2. Porém, a inclusão de verba honorária nas execuções de pequeno valor, ainda que não embargadas, refoge à lógica do sistema constitucional concernente aos pagamentos devidos pela Fazenda Pública em decorrência de sentença judiciária. 3. Tal como no precatório, a requisição de pequeno valor é também exigência constitucional indeclinável na satisfação da dívida da Fazenda Pública em decorrência de sentença judiciária, de modo que não pode a Fazenda fazer o pagamento imediatamente ao trânsito em julgado da sentença. 4. Se há necessidade de requisição de pagamento, seja mediante precatório, seja mediante RPV, não se justifica a imposição de verba honorária, sem que para isso alguma atividade tenha de ser desenvolvida pelo advogado para colimar o pagamento. 5. Assim, deve ser afastada a inclusão de verba honorária em execução de pequeno valor (expedição de RPV) sem oposição da Fazenda Pública aos cálculos apresentados pelo credor. 6. Agravo de instrumento desprovido. AI 1004937-12.2016.4.01.0000. Origem 7006866-27.2016.8.22.0010 (RO). 1ª Turma do TRF da 1ª Região – 16/05/2018. Relator Des. Fed. JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA. Data julgamento: 16/05/2018.
E informativo do STJ, de n. 563, o seguinte julgado foi noticiado:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DESCABIMENTO DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM EXECUÇÃO INVERTIDA. Não cabe a condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios no caso em que o credor simplesmente anui com os cálculos apresentados em "execução invertida", ainda que se trate de hipótese de pagamento mediante Requisição de Pequeno Valor (RPV). É certo que o STJ possui entendimento de ser cabível a fixação de verba honorária nas execuções contra a Fazenda Pública, ainda que não embargadas, quando o pagamento da obrigação for feito mediante RPV. Entretanto, a jurisprudência ressalvou que, nos casos de "execução invertida", a apresentação espontânea dos cálculos após o trânsito em julgado do processo de conhecimento, na fase de liquidação, com o reconhecimento da dívida, afasta a condenação em honorários advocatícios. Precedentes citados: AgRg no AREsp 641.596-RS, Segunda Turma, DJe 23/3/2015; e AgRg nos EDcl no AREsp 527.295-RS, Primeira Turma, DJe 13/4/2015. AgRg no AREsp 630.235-RS, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 19/5/2015, DJe 5/6/2015.
Além do que fora acima dito, esclareço que eventual pedido de honorários na fase de cumprimento de sentença não embargada está suspenso por determinação do C. STJ, que reconheceu repercussão geral no caso - Tema Repetitivo nº 1105.

No mesmo sentido, recente orientação enviada pelo TJRO aos Juízos por meio do SEI 0011811-92.2021.822.8800, de 22/9/2021.
ATENTEM-SE a isso na hora de elaborar as planilhas, evitando resserviço e impugnações desnecessárias e o INSS em não interpor embargos protelatórios, pois pode ser isento das verbas da fase de execução, seguindo o entendimento acima.
2) Recomenda-se:
a) caso os Procuradores tenham contrato de honorários junte para ser providenciada a reserva por este Juízo quando da expedição das RPV´s. Isso sempre foi tentado em benefício de todos e para maior celeridade.
b) aos interessados e Patronos INFORMAR CONTAS do PATRONO e da parte Autora para transferência dos valores (já com as reservas), para evitar maior circulação e aglomeração de pessoas, bem como atraso processual, pois podem sacar os valores a qualquer dia ou realizar pagamentos por meios eletrônicos.
Expeça-se o necessário.
Intimem-se.
Cumpra-se, sucessivamente.
Rolim de Moura/RO, 17 de julho de 2023., 05:34
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7010277-68.2022.8.22.0010
Requerente/Exequente: A. C. F. E. I. S.
Advogado(a) do Requerente/Exequente: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
Requerido(a)/Executado(a): M. D. F. F. D. S.
Advogado(a) do Requerido/Executado(a): SEM ADVOGADO(S)
MARIA DE FATIMA FERREIRA DA SILVA
CPF n. 652.669.352-00
endereço eletrônico silvamarif@yhoo.com
Avenida Marize Castiel, n.º 5100 Jequitibá (ver Num. 84976689 - Pág. 1) ou
Av Amizael Gomes da Silva, n.º 5683 - Casa
Bairro Jequitibá
Rolim de Moura/RO
CEP 76940-000
Tel. 98419-2056
Valor dos honorários postulados: R$ 6.928,38
Decisão SERVINDO DE DETERMINAÇÃO PARA:
- CÁLCULO e RECOLHIMENTO DAS CUSTAS
- CUMPRIMENTO DE SENTENÇA: INTIMAÇÃO PESSOAL PARA PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS, INTIMAÇÃO, INDICAÇÃO DE BENS e demais atos necessários a seu cumprimento
1) Feito transitado em julgado. PROCEDA-SE como cumprimento de sentença. Altere-se a classe processual. Pedido do Num. 93308632 - Pág. 1 a 3.
CPE: invertam-se os pólos, pois Maria de Fatima Ferreira da Silva, CPF n. 652.669.352-00 passará a figurar como executada.
2) Calculem-se as custas que deverão ser recolhidas por Maria de Fatima Ferreira da Silva, CPF n. 652.669.352-00, ora executada, em 15 dias.
2.1) Intimada e não havendo pagamento das custas, INSCREVA-SE em Dívida Ativa Estadual e protesto - Lei n.º 3.896, de 24/8/2016 – art. 35 e ss., bem como arts. 33, I, 123 e 261, §3.º, das DGJ/TJRO, Provimento Conjunto 002/2017– PR-CG e OFICIO CIRCULAR n.º 72/2012-DECOR/CG e art. 35, VII, da LOMAN.
3) Intime-se a Executada pessoalmente (não tem patrono nos autos, não havendo como aplicar o art. 513 do CPC) para pagar o débito, inclusive os honorários e custas, no prazo de 15 dias.
OBS: recomenda-se ao Executado que deposite ou transfira o valor diretamente em favor da(s) conta(s) a ser informada nos autos trazendo o r. comprovante aos autos.
Isso evita ir ao banco levantar alvarás e aglomerações.
4) Fica desde já a devedora ciente que, escoado o prazo sem pagamento, ao valor do débito será acrescido multa de 10% e honorários de advogado 10% (§1º do art. 523).
5) Caso ocorrido, certifique-se e dê-se ciência ao credor para atualização do débito, com demonstrativo discriminado (art. 524).
5.1) Transcorrido o prazo sem pagamento e vindo os cálculos atualizados, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação (§3º do art. 523).
6. Não havendo pagamento no prazo assinalado, deverá Oficial de Justiça realizar a penhora e avaliação de bens dos Executados, de tudo lavrando-se auto, sem prejuízo da intimação da parte executada. A penhora deverá obedecer, preferencialmente, à ordem prevista no art. 835 do CPC.
6.1 – A penhora deverá recair, sempre que possível, sobre os bens indicados pelo exequente, salvo se outros forem indicados pelo executado e aceitos pelo Juiz da causa, mediante demonstração de que a constrição proposta lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente (CPC, art. 829, §2º).
6.2 – Os bens móveis penhorados deverão ser removidos e depositados pelo Oficial de Justiça em poder do exequente, nos termos do art. 840, II, §1º, do CPC, salvo determinação em contrário deste Juízo.
OBS: a) o exequente deverá providenciar os meios necessários para remoção, pois esta Comarca não tem depositário público, nem veículos de carga/transporte para remover os bens penhorados.
OBS: b) o exequente deverá ajustar com o Oficial de Justiça dia e hora para remoção dos bens.

6.3 - Se o Executado for casado, o cônjuge também deverá ser intimado da penhora, avaliação e do prazo para embargos - art. 842 do CPC (caso seja imóvel).
6.4 - Cumprida a diligência, em se tratando de imóvel, ANOTE-SE a penhora junto ao cadastro imobiliário do Município e junto Cartório de Registro de Imóveis da respectiva Comarca, se houver matrícula (art. 167, inc. I, n.º 5, Lei Federal n.º 6.015/1973 - LRP).
6.5 - Caso seja penhorado veículo, deverá ser anotada a restrição junto ao DETRAN, ficando impossibilitada a venda ou transferência.
6.6 - Se for penhorado gado, anote-se junto ao respectivo órgão sanitário, ficando vedada a venda, transferência e emissão de GTA, sem ordem deste juízo.
6.7 – A parte exequente deverá atentar-se para o disposto no art. 799 do CPC (intimação de terceiros interessados), procedendo, sobretudo, à averbação em registro público do ato de propositura da execução e dos atos de constrição realizados, para conhecimento de terceiros (inciso IX).
7. Não encontrando a parte devedora, o Oficial de Justiça arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução (CPC, art. 830). Nos 10 dias seguintes à efetivação do arresto, o Oficial de Justiça procurará a parte devedora duas vezes em dias distintos; havendo suspeita de ocultação, realizará citação por hora certa, de tudo passando certidão pormenorizada (§1º do art. 830 do CPC).
8. Havendo interesse, sirva-se esta decisão como certidão para averbação premonitória no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade (CPC, art. 828 e art. 912, II, item 29, das Diretrizes Gerais Extrajudiciais), devendo o interessado apresentar o documento diretamente no Tabelionato ou CRI.
8.1 – No prazo de 10 dias a contar da averbação, o exequente deverá comunicar ao juízo as anotações efetivadas, sem prejuízo da adoção das demais condutas previstas no art. 828 do CPC.
9 - Havendo interesse, desde já faculto ao exequente indicar bens penhoráveis (art. 798, II, c, do CPC).
10 - Havendo interesse em buscas a bancos de dados recolha-se a taxa do art. 17 da Lei de Custas (Código 1007- DJE de 15/12/2022). Uma taxa para cada busca e CPF/CNPJ pretendidos, conforme arts. 33, 123 e 261, §3.º das DGJ.
RECOMENDA-SE ao interessado assim que fizer pedido desta natureza já recolha as custas e taxas para tanto. Procedendo desta forma, o processo tem andamento mais célere (arts. 6.º e 139 do CPC), o que beneficia a todos, evitando resserviço e conclusões desnecessárias.
11 - Atente-se o Oficial de Justiça e a CPE para o disposto no art. 835, §3º e art. 842, ambos do CPC (intimação de cônjuge e terceiros interessados, especialmente com garantia real, caso existam).
Aos Procuradores, oportunamente.
12 – Após cumpridas todas fases acima, conclusos.
Intimem-se na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos.
Rolim de Moura/RO, 17 de julho de 2023.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7007310-84.2021.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 1.754,28 Exequente: EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Executado: EXECUTADOS: FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL, Caixa Econômica Federal, ADIOMARA CRISTINA DE SOUZA Advogado: ADVOGADO DOS EXECUTADOS: PROCURADORIA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/RO
SENTENÇA
Noticiada no ID 91646399 a quitação integral do débito executado nestes autos, EXTINGO este processo com fulcro no art. 924,II, c/c art. 925, ambos do Código de Processo Civil.
Torno sem efeito eventuais constrições nos autos.
Custas e honorários QUITADOS.
P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia e porque não terão prejuízos.
Não havendo mais pendências, arquive-se.
Rolim de Moura/RO, sábado, 15 de julho de 2023, 06:22
JEFERSON CRISTI TESSILA DE MELO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7007310-84.2021.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 1.754,28 Exequente: EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Executado: EXECUTADOS: FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL, Caixa Econômica Federal, ADIOMARA CRISTINA DE SOUZA Advogado: ADVOGADO DOS EXECUTADOS: PROCURADORIA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/RO
SENTENÇA
Noticiada no ID 91646399 a quitação integral do débito executado nestes autos, EXTINGO este processo com fulcro no art. 924,II, c/c art. 925, ambos do Código de Processo Civil.
Torno sem efeito eventuais constrições nos autos.
Custas e honorários QUITADOS.
P.R. Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia e porque não terão prejuízos.
Não havendo mais pendências, arquive-se.
Rolim de Moura/RO, sábado, 15 de julho de 2023, 06:22
JEFERSON CRISTI TESSILA DE MELO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Telefone: (69) 3449-3710, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
e-mail: cperolimdemoura@tjro.jus.br
Processo : 7003151-30.2023.8.22.0010
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA
Advogado do(a) EXEQUENTE: RAFAEL FURTADO AYRES - DF17380
EXECUTADO: PAULO ANTONIO DA SILVA
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Telefone: (69) 3449-3710, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
e-mail: interiorfiscaiscpe@tjro.jus.br
Processo : 7008186-39.2021.8.22.0010
Classe : EXECUÇÃO FISCAL (1116)
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
Advogado do(a) EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394
INTIMAÇÃO
Fica a parte Exequente/Executada INTIMADA para, nos termos do art. 33, XXVI das DGJ/2019, manifestar-se acerca do retorno dos autos da instância superior, requerendo o que entender de direito no prazo de 5 (cinco) dias.
Rolim de Moura/RO, 17 de julho de 2023.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7005538-18.2023.8.22.0010 Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 Valor da ação: R$ 18.000,00 Parte autora: E. G. M. N. N., CPF nº 42310712841
A. N. D. C., CPF nº 08724227200 Advogado: CAMILA GHELLER, OAB nº RO7738 Parte requerida: REU: F. B. D. S. Advogado: REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
(Servindo de mandado de citação/intimação e estudo NUPS)
1. Defiro o benefício da gratuidade judiciária.
2. O regramento processual vigente prescreve que será concedida a tutela de urgência apenas quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, CPC).
As alegações da parte autora não indicam a probabilidade de seu direito. No caso dos autos, numa análise perfunctória, não há comprovação da modificação da situação financeira do autor, desde o acordo realizado nos autos 7008461-51.2022.822.0010, tampouco quanto as necessidades da infante. Por outro lado, haveria manifesto risco a eles, caso fossem surpreendidos com a súbita majoração da pensão alimentícia.
Nessa linha de raciocínio, oportuno mencionar que a revisão dos alimentos pauta-se, também, no binômio: necessidade do alimentando e possibilidade do(s) alimentante(s).
Demais disso, não há dados suficientes, mesmo em sede de cognição sumária, que autorizem presumir o periculum in mora.
Quanto ao exercício do direito de visitas relativo a menor, registro que encontra-se suspenso face a concessão da Medidas Protetivas de Urgência nº 7005372-83.2023.8.22.0010, envolvendo as partes (item 3 da MPU, na p.3 do ID 92922313).
Isso posto, INDEFIRO os pedidos de tutelas de urgências pretendidas.
3. A experiência recomenda cautela na análise de questões familiares, motivo pelo qual determino sejam os autos encaminhados ao NUPS para realização de estudo psicossocial na residência dos interessados, no prazo de 30 dias.
4. O autor requer a dispensada da designação de audiência de conciliação, nos termos do art. 319, VII e art.334, §§4º e 5º do NCPC.
Em que pese o disposto no art. 334, §§4º e 5º do CPC, o pedido de dispensa da audiência de conciliação/mediação unilateralmente é faculdade que cabe à parte vindicar, ou seja, independentemente de oitiva da parte contrária, sendo esse o melhor entendimento numa leitura conforme a Constituição, e de acordo com o disposto no art. 166 do CPC (quanto à autonomia da vontade) e art. 2º, §2º, da Lei de Mediação, além dos princípios da celeridade e eficiência processual.
Dessa forma, ante a manifestação expressa do autor pelo desinteresse da audiência de conciliação, deixo de designá-la.
5. CITE-SE a parte requerida para contestar no prazo de 15 (quinze) dias.
Com a apresentação de contestação com preliminares ou documentos, intime-se a parte autora para impugnação, no prazo legal. Caso contrário, certifique-se e, em seguida, tornem-me os autos conclusos.
Não tendo o REQUERIDO condições de contratar um advogado deverá comparecer junto à Defensoria Pública.
6. Intimem-se a Parte, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos, (art. 270 do NCPC e art. 50 das DGJ).

7. JUNTAMENTE com o mandado de citação/intimação remeta-se cópia da petição inicial/contrafé, pois o art. 695, §1.º do CPC é inconstitucional, por ferir os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. No mesmo sentido, manifestação dos magistrados deste Estado nos módulos do Curso sobre o Novo CPC e no Fórum Permanente de Magistrados do PJRO, realizado em outubro de 2015.
8. Expeça-se o necessário.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
REU: F. B. D. S., AV CORONEL JORGE TEIXEIRA 5072 BOA ESPERANÇA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
Rolim de Moura/RO, data conforme assinatura eletrônica*.
JEFERSON CRISTI TESSILA DE MELO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7008150-94.2021.8.22.0010
Requerente/Exequente: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Advogado(a) do Requerente/Exequente: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Requerido(a)/Executado(a): HERMENEGILDO ROBAINA FUENTES, ANDREIA CRISTINA DOS SANTOS FONCECA
Advogado(a) do Requerido/Executado(a): SEM ADVOGADO(S)
Pedido incorreto.
O imóvel ja está penhorado (ver ID: 77652506 p. 1-2)
Manifeste-se o credor.
Intimem-se na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos.
Rolim de Moura/RO, sábado, 15 de julho de 2023, 06:23.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7009575-59.2021.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 2.654,46 Parte autora: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 Advogado: SÃO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ nº 14.294.578/0001-02,
Linha 184, km3, Lado Norte, S/N, Lote 10 da Gleba 13,
Zona Rural,
CEP:76.940-000, Rolim de Moura
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como “Cidade Jardim”, localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU. A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.
O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.
A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.
Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:

Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).

Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).

Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: "...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento..." (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).

Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.

Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.

A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.

Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.

A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:

"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.

Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.

(...)

Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.

Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.

(...)

CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO

O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.

Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).

Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:

Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.

Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.

Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,

Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.

Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.

Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo

que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.
Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.
Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).
Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.
Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).
Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."
(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).
Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial

para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.

Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.

Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca.

Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.

No mais, à PGM para manifestação quanto à Exceção de Pré-Executividade.

Rolim de Moura/RO, sábado, 15 de julho de 2023, 06:44

Jeferson Cristi Tessila de Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça

Rolim de Moura - 2ª Vara Cível

Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710

Número do processo: 7010059-74.2021.8.22.0010

Classe: Execução Fiscal

Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA

ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394

DECISÃO DETERMINANDO SUSPENSÃO DO FEITO

PEDIDO DO CREDOR

A pedido do exequente, SUSPENDO O FEITO por 60 dias.

Decorrido o prazo acima, sem manifestação, entender-se-á que o crédito foi integralmente satisfeito e o feito será extinto (art. 924, inciso II c/c 925, ambos do NCPC).

Intime-se a Parte, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (art. 270 do NCPC).
Rolim de Moura/RO, sábado, 15 de julho de 2023, 06:45
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7009783-43.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO APELANTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO APELADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
DECISÃO DETERMINANDO SUSPENSÃO DO FEITO
PEDIDO DO CREDOR
A pedido do exequente, SUSPENDO O FEITO por 60 dias.
Decorrido o prazo acima, sem manifestação, entender-se-á que o crédito foi integralmente satisfeito e o feito será extinto (art. 924, inciso II c/c 925, ambos do NCPC).
Intimem-se as Partes, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (art. 270 do NCPC).
Rolim de Moura/RO, sábado, 15 de julho de 2023, 06:47
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7008595-15.2021.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 2.689,88 Parte autora: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 Advogado: SÃO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ nº 14.294.578/0001-02,
Linha 184, km3, Lado Norte, S/N, Lote 10 da Gleba 13,
Zona Rural,
CEP:76.940-000, Rolim de Moura
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como “Cidade Jardim”, localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU. A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.
O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.
A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.
Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:
Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MU-

NICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).

Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).

Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: "...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento..." (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).

Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.

Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.

A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.

Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.

A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:

"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.

Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.

(...)

Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.

Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.

(...)

CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO

O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.

Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).

Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:

Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.

Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.

Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,

Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.

Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.

Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões

contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.
Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.
Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).
Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.
Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).
Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."
(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).
Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo

Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.

Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.

Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca.

Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.

No mais, à PGM para manifestação quanto à Exceção de Pré-Executividade (ID 90213847). Prazo: 10 dias.

Após, conclusos.

Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 04:59

Jeferson Cristi Tessila de Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça

Rolim de Moura - 2ª Vara Cível

Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710

Número do processo: 7004093-96.2022.8.22.0010

Classe: Execução Fiscal

Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

Polo Ativo: TERCIO KOWALSKI

EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)

MANIFESTAR SOBRE INTERESSE DE AGIR

Manifeste-se o Município quanto à certidão do oficial de justiça colacionada no ID 85992577, precisamente, quanto o ajuizamento da demanda em desfavor de pessoa falecida antes da citação pessoal. Necessária que se comprove o óbito do executado.

A certidão de inteiro teor acostada ao feito pelo exequente (ID 89197519) indica que o imóvel está em nome do Município de Rolim de Moura, caso haja prosseguimento do feito, de plano está obstaculizado eventual pedido de penhora.

Prazo: dez dias.

Nada sendo requerido, conclusos.
Intime-se através dos procuradores.
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023,05:09
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7008743-26.2021.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 2.707,58 Parte autora: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 Advogado: SÃO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ nº 14.294.578/0001-02,
Linha 184, km3, Lado Norte, S/N, Lote 10 da Gleba 13,
Zona Rural,
CEP:76.940-000, Rolim de Moura
Decisão SERVINDO DE DETERMINAÇÃO PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO NO JUÍZO COMUM
POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE REMESSA AO NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0
E
SERVINDO DE INTIMAÇÃO DA RESTRIÇÃO ON LINE (SISBAJUD POSITIVO)
QUANTO À AUSÊNCIA DE INTERESSE DE REMESSA AO NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0
A SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Porém, recentemente houve a criação do Núcleo de Justiça 4.0, conforme Ato nº 993/2022, publicado no DJe de 1/8/2022.
O Ato Conjunto n. 022/2021-PR-CGJ, alterado pelo Ato Conjunto n. 015/2022-PR-CGJ, instalou o 1º Núcleo de Justiça 4.0 do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, com especialização nas demandas judiciais de execuções fiscais estaduais e municipais, com abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o Estado.
Os objetivos deste Núcleo especializado são prevenir decisões contraditórias sobre o mesmo tema e, ao mesmo tempo, padronizar a tramitação processual. Neste Núcleo de Justiça a execução fiscal terá tramitação mais rápida, até pela especificidade da matéria e quantidade de magistrados lá lotados, com competência especial. A título de ilustração, basta ver as decisões proferidas nos autos 7008175-73.2022.8.22.0010, 7008169-66.2022.8.22.0010, 7008187-87.2022.8.22.0010, 7008238-98.2022.8.22.0010, 7008253-67.2022.8.22.0010, 7008256-22.2022.8.22.0010, 7008255-37.2022.8.22.0010, 7008225-02.2022.8.22.0010, todas publicadas no DJE de 29/11/2022, pp. 378-379 e ss. bem como e seu alto grau de especificidade. E também pode ser observado no DJE de 08/12/2022.
Já foram conferidas inúmeras oportunidades para o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA se manifestar a respeito do interesse na remessa das execuções fiscais distribuídas antes de 1/8/2022 para o 1º Núcleo de Justiça 4.0.
Porém, tanto o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA quanto a executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA manifestaram o desinteresse no envio das execuções fiscais em curso para referido Núcleo. Ambos não têm interesse em que os processos tramitem no referido Núcleo. Isso poderia ser benéfico tanto para o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e para a executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, que poderiam priorizar a tramitação de seus processos e padronizar suas manifestações nos autos. Atentem-se ambos ao art. 6.º do CPC.
Quanto às execuções fiscais mais recentes, o Município de Rolim de Moura já ajuizou outros processos contra a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA diretamente no Núcleo de Justiça 4.0. A saber, autos:
7002014-77.2022.8.22.0000
7002020-84.2022.8.22.0000
7002076-20.2022.8.22.0000
7002074-50.2022.8.22.0000
7002127-31.2022.8.22.0000
7001995-71.2022.8.22.0000
7002055-44.2022.8.22.0000
7002089-19.2022.8.22.0000
7002003-48.2022.8.22.0000
7002040-75.2022.8.22.0000
7002051-07.2022.8.22.0000
7002022-54.2022.8.22.0000
7002033-83.2022.8.22.0000
7002056-29.2022.8.22.0000
7002068-43.2022.8.22.0000
7002086-64.2022.8.22.0000
7002063-21.2022.8.22.0000
7002447-81.2022.8.22.0000
7002566-42.2022.8.22.0000
7002568-12.2022.8.22.0000 e tantos outros (por ex., vide DJE de 08/12/2022).
7002455-58.2022.8.22.0000
7001247-39.2022.8.22.0000

7001653-60.2022.8.22.0000 e diversos outros (por ex., vide DJE de 1/3/2023).
A propósito, a SÃO TOMÁS era e é a loteadora/incorporadora responsável pela Incorporadora Buriti (responsável pelo loteamento conhecido como "Cidade Jardim"), localizado depois do campus da UNIR, lado direito, na saída de Rolim de Moura para BR364. Isso é incontroverso e notório. São mais de 2.000 terrenos este loteamento.
A própria SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA reconhece que o loteamento "Cidade Jardim" e cuja "ÁREA A SER LOTEADA corresponde a 793.546,78m2 (Setecentos e noventa e três mil, quinhentos e quarenta e seis vírgula, setenta e oito metros quadrados), composta por 60 (sessenta) quadras, contendo 2.293 (Dois mil, duzentos noventa e três) lotes...".., conforme manifestação feita nos autos de Agravo de Instrumento 0809525-18.2022.8.22.0000, publicado no DJe de 27/2/2023, pp. 137-138 (Rel. Des. HIRAM SOUZA MARQUES) e Agravo de Instrumento 0809029-86.2022.8.22.0000, publicado no DJe de 27/2/2023, pp. 141-142 (ambos de Relatoria do Des. HIRAM SOUZA MARQUES). São mais de dois mil terrenos e execuções fiscais apenas entre estas partes.
É notória a litigiosidade entre o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, o que ocasiona transtornos em ambas Unidades Judiciárias desta Comarca, conforme constatado pelo E. TJRO. Concito a todos: vamos colaborar com o andamento processual, pois este tipo de conduta traz prejuízos tanto ao Município de Rolim de Moura, que deixa de receber boa parte seus créditos em tempo razoável, bem como a SÃO TOMÁS, que vem sofrendo sucessivos insucessos recursais junto ao E. TJRO, fato que pode ser visto em centenas de processos, agravos, exceções de preexecutividade, impugnações, etc. A título de exemplo, vou citar apenas os processos abaixo (de todos Desembargadores relatores), mas poderia citar dezenas de tantos outros:
- 1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível - Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS (DJe de 18/10/2022);
- 1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO (DJE 11/10/2022).
- 2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 - Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO (DJe de 18/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 - Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO (DJe de 18/10/2022);
- Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809779-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA (DJ de 17/10/2022);
- Gabinete Des. Miguel Monico - Processo:0809789-35.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA (DJe de 17/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0804888-24.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002647-97.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda - Relator: DES. HIRAM DE SOUZA MARQUES (DJe 20/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo:0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda - Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA (DJe de 21/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA (DJe de 24/10/2022);
- Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0810150-52.2022.8.22.0000 (24/10/2022)
- Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0810888- 40.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe de 28/2/2023);
- 1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0807753-20.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/1ª Vara Cível/7002393-85.2022.8.22.0010 Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. (DJe de 1/3/2023) e
- 1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível
Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda)
Agravado: Município de Rolim de Moura
DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS (DJe de 07/10/2022).
Visto isso, a execução fiscal em questão fora distribuída antes de 1/8/2022 e não está segura.
Superados todos pontos acima, bem como acolhendo reiteradas manifestações do Município de Rolim de Moura e da executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA determino o prosseguimento desta execução fiscal no Juízo comum.
QUANTO AO PEDIDO DE PROSSEGUIMENTO DO FEITO PELO ENTE MUNICIPAL
O presente processo foi extinto por ter sido reconhecida a prescrição do direito de cobrar o crédito tributário (ID 76963960).
Em grau de recurso a prescrição foi afastada dando prosseguimento da presente execução fiscal (ID 87892145).
O exequente postulou penhora de valores apresentando planilha de cálculo atualizado (ID 89232022).
A executada se habilitou no feito (ID 87892137), estando citada.
O SISBAJUD restou positivo, VALOR BLOQUEADO COBRE INTEGRALMENTE O DÉBITO.
O não pagamento integral das obrigações justifica a tomada de medidas mais enérgicas por parte do Poder Judiciário.
Neste contexto, as restrições on line (convênios SISBAJUD e RENAJUD) são tomadas como medidas de efetividade e atento à ordem legal (art. 835 do CPC) e ao princípio da realidade da execução (vide: ARAKÉN DE ASSIS. Manual do Processo de Execução), pelo qual o credor tem o direito de ser satisfeito o mais brevemente possível e cumprimento às Metas do CNJ, que terminam a redução de executivos fiscais em até 20% ao ano, sem contar que devem ser sentenciados mais processos que ingressam.
Só não nos foi dito como conseguir isso, ainda mais conciliando com as ações da Vara Cível, a competência delegada do INSS, da CEF, do CREA, do CRF, do CRC, do CRO do CRMV, da OAB, do INMETRO, IPEM, DEPEM e outros e as atribuições do Juizado da Infância e Juventude (que por sua natureza tomam muito tempo) e claro, não nos proporcionaram os meios para tanto.

Aliado a isso, temos cada vez mais processos e menos funcionários e estrutura. É uma "equação" que não fecha: MAIS PROCESSOS COM MENOR ESTRUTURA PARA JULGÁ-LOS, MANDAR SENTENCIAR MAIS LIDES DO QUE INGRESSAM E REDUZIR EXECUTIVOS FISCAIS. TUDO É REDUÇÃO! TUDO SÃO NÚMEROS E ESTATÍSTICAS, e nada mais. Isso ocasiona excesso processual, justificando a tomada de medidas mais enérgicas para andamento processual o mais rápido possível, em cumprimento às determinações acima, para que o feito seja arquivado.
Considero, também a opinião do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Jorge Mussi o qual adverte que a sociedade brasileira está "perdendo a paciência" com o Judiciário (http://www.espacovital.com.br/noticia-26742-ministro-do-stj-adverte-que-sociedade-brasileira-esta-perdendo-paciencia-judiciario). Ou seja, todas providências para agilidade devem ser adotadas, cumprindo o que determinam o CNJ e Superior Tribunal de Justiça.
Esta decisão é tomada de maneira indutiva (art. 140 do CPC) para que o executado compareça aos atos processuais, não significando que o exequente vá levantar o valor da maneira automática.
Por isso, atento à ordem legal e em cumprimento às Metas do CNJ, foi procedida tentativa de penhora on line.
INTIME-SE também o Executado por meio de seus procuradores acerca da restrição on line ora feitas (SISBAJUD).
Aguarde-se eventual resposta.
Caso o Executado ou seu representante (procurador) compareçam na Central de Atendimento, intimem-se no balcão, certificando.
Aguardem-se eventuais embargos/impugnação, que deverão ser apenas sobre fato superveniente a esta decisão, pois as demais matérias se encontram preclusas.
Não serão liberados valores até decisão do incidente, caso haja impugnação.
Caso concorde com utilização do valor para recolhimento parcial deverá procurar pelo exequente ou seu Advogado.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente processual, sem fatos ou documentos novos, desde já este Juízo mantém a decisão por seus fundamentos.
Intime-se a exequente por meio de seu procurador.
No mais, venham os autos conclusos para análise do pedido de ID 88652204.
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:10
JEFERSON CRISTI TESSILA DE MELO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7008619-43.2021.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 2.835,25 Parte autora: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 Advogado: SÃO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ nº 14.294.578/0001-02,
Linha 184, km3, Lado Norte, S/N, Lote 10 da Gleba 13,
Zona Rural,
CEP:76.940-000, Rolim de Moura
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como "Cidade Jardim", localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU. A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.
O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.
A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.
Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:

Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).

Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).

Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: "...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento..." (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).

Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.

Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.

A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.

Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.

A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:

"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.

Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.

(...)

Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.

Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.

(...)

CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO

O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.

Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).

Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:

Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.

Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.

Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,

Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.

Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.

Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo

que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.
Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.
Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).
Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.
Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).
Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."
(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).
Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial

para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.

Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.

Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca.

Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.

No mais, considerando que a São Tomás já se encontra habilitada no feito, CITE-SE E INTIME por meio de seus procuradores.

Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023.

Jeferson Cristi Tessila de Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7002641-51.2022.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
Decisão DETERMINANDO INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PARA
DAR ANDAMENTO ÚTIL AO PROCESSO

1) À PGM para manifestação.
2) Aguarde-se manifestação.
3) Intimem-se as Partes, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (art. 270 do NCPC).
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:40
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7010090-94.2021.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 2.207,45 Parte autora: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: EXECUTADO: JOAO EURIPEDIS TEODORO DE FARIAS EXECUTADO: JOAO EURIPEDIS TEODORO DE FARIAS EXECUTADO: JOAO EURIPEDIS TEODORO DE FARIAS EXECUTADO: JOAO EURIPEDIS TEODORO DE FARIAS EXECUTADO: JOAO EURIPEDIS TEODORO DE FARIAS EXECUTADO: JOAO EURIPEDIS TEODORO DE FARIAS Advogado: EXECUTADO SEM ADVOGADO(S) EXECUTADO SEM ADVOGADO(S) EXECUTADO SEM ADVOGADO(S) EXECUTADO SEM ADVOGADO(S) EXECUTADO SEM ADVOGADO(S) EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
D E S P A C H O
(SUSPENSÃO - PRAZO JÁ EXPIRADO)
ID 91258595 : DEFIRO.
Contudo, o prazo já encontra-se expirado.
Ao MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA para manifestação.
Prazo: dez dias (arts. 183 e 218, §3.º, ambos do CPC).
Promova o regular andamento do feito, sob pena de arquivamento dos autos, pelo prazo de 1(um) ano - art.40 da LEF.
Nada sendo postulado, desde já, determino a suspensão dos autos pelo prazo retro, por execução frustrada.
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:44
JEFERSON CRISTI TESSILA DE MELO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7005440-04.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Ativo: LENIR LUIZA SANTANA FERREIRA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO DETERMINANDO SUSPENSÃO DO FEITO
PEDIDO DO CREDOR
A pedido do exequente, SUSPENDO O FEITO até outubro/2023.
Decorrido o prazo acima, sem manifestação, entender-se-á que o crédito foi integralmente satisfeito e o feito será extinto (art. 924, inciso II c/c 925, ambos do NCPC).
Intime-se a Parte, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (art. 270 do NCPC).
Rolim de Moura/RO, 16/07/2023.
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7002179-94.2022.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Ativo: CEREALISTA MAIA LTDA - ME
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO DETERMINANDO SUSPENSÃO DO FEITO
PEDIDO DO CREDOR
A pedido do exequente, SUSPENDO O FEITO por 60 dias.
Decorrido o prazo acima, sem manifestação, entender-se-á que o crédito foi integralmente satisfeito e o feito será extinto (art. 924, inciso II c/c 925, ambos do NCPC).
Intime-se a Parte, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (art. 270 do NCPC).
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:45
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7008572-69.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Passivo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: IVONILDES GOMES PATRIOTA, OAB nº GO28899, ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
DETERMINAÇÃO PARA INTIMAR O MUNICÍPIO
PARA MANIFESTAÇÃO
Intime-se o município de Rolim de Moura para manifestação quanto às informações referentes ao parcelamento do débito e pedido de suspensão do feito.
Após, conclusos.
Intime-se por meio de seu procurador.
Rolim de Moura, domingo, 16 de julho de 2023, 05:46
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7007148-89.2021.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 3.286,59 Parte autora: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 Advogado: SÃO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ nº 14.294.578/0001-02,
Linha 184, km3, Lado Norte, S/N, Lote 10 da Gleba 13,
Zona Rural,
CEP:76.940-000, Rolim de Moura
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
Exceção de preexecutividade rejeitada. Nada de novo a alterar.
Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como “Cidade Jardim”, localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU. A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.
O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.
A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.
Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:
Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).

Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).

Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: "...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento..." (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).

Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.

Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.

A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.

Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.

A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:

"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.

Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.

(...)

Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.

Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.

(...)

CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO

O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.

Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).

Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:

Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.

Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.

Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,

Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.

Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.

Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.

Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.

Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).

Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.

Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).

Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."

(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).

Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD

Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia

processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.

Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.

Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca. Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.

Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:50

Jeferson Cristi Tessila de Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça

Rolim de Moura - 2ª Vara Cível

Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710

Número do processo: 7002473-49.2022.8.22.0010

Classe: Execução Fiscal

Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA

ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394

DECISÃO DETERMINANDO INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PARA

DAR ANDAMENTO ÚTIL AO PROCESSO

1) Citada a executada, deixou-se de efetuar a penhora de bens em razão da informação de que foi oferecido bem em garantia.

2) Portanto, manifeste-se a exequente.

3) Dê a Exequente andamento útil ao feito, em especial indicar bens penhoráveis do Executado e atualizar o valor que entende devido com planilhas de cálculo, pena suspensão (art. 40 da LEF).

4) Aguarde-se manifestação.

5) Intimem-se as Partes, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (art. 270 do CPC).

Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 06:08

Jeferson Cristi Tessila de Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7006699-34.2021.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 3.996,90 Parte autora: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 Advogado: SÃO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ nº 14.294.578/0001-02,
Linha 184, km3, Lado Norte, S/N, Lote 10 da Gleba 13,
Zona Rural,
CEP:76.940-000, Rolim de Moura
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)

Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:

Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como “Cidade Jardim”, localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.

Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU. A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.

O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).

Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.

A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.

Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:

Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).

Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).

Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: “...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento...” (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).

Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.

Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.

A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.

Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.

A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de “conexão” ou “reunião de processos” feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:

“...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.

Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.

(...)

Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.

Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.

(...)

CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO

O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.

Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).

Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:

Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.

Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.

Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,

Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.

Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.

Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.

Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.

Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).

Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.

Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conheci-

mento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).
Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."
(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).
Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por

estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.
Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.
Publique-se, registre-se, intime-se.
(publicado no DJE de 21/6/2023).
No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.
Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.
Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca.
Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 06:09
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Telefone: (69) 3449-3710, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
e-mail: cperolimdemoura@tjro.jus.br
Processo : 7005676-19.2022.8.22.0010
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: MARIA LUCIA JACON PUERARI
Advogado do(a) REQUERENTE: KELLY CRISTINE BENEVIDES DE BARROS - RO3843
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogados do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664, MARIA BEATRIZ ALBUQUERQUE MOURA DE OLIVEIRA - PB20422, RAFAELA INES OLIVEIRA DOS SANTOS - PB26230
INTIMAÇÃO AO RÉU - CUSTAS
Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais . O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Advertência:
1) Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7001073-34.2021.8.22.0010
Requerente/Exequente: NELSON LIMA
Advogado: FABIO JOSE REATO, OAB nº RO2061
Requerido/Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
D E S P A C H O - urgente INSS
Intime-se o INSS para explicar o motivo da cessação do benefício antes do prazo de 120 dias da sentença, eis que foi confirmado o benefício sem prazo em sentença.
Logo, após explicações que seja feito o restabelecimento do benefício concedido.
Rolim de Moura/RO, 14 de julho de 2023., 15:27
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7000493-33.2023.8.22.0010

Requerente: ZILDA DOMINGUES DOS SANTOS ASSIS
Advogado/Requerente: PABLO EDUARDO MOREIRA, OAB nº RO6281, OLIMPIA MIRANDA DOS SANTOS, OAB nº RO6041
Requerido: I. -. I. N. D. S. S.
Advogado/Requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
S E N T E N Ç A
ZILDA DOMINGUES DOS SANTOS ASSIS pretende seja o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL condenado a lhe conceder o benefício de auxílio-doença que passou a se chamar 'auxílio por incapacidade temporária' após a 'Reforma da Previdência' – EC 103/2019) e posteriormente convertê-lo em aposentadoria por invalidez.
Alega que é portadora de problemas de depressão e que recebeu benefício previdenciário até 18/10/2022 quando foi submetida a perícia administrativa e a Autarquia ré, alegando ausência de incapacidade, não concedeu o pagamento.
Afirma que a não concessão é indevida, pois, permanece incapacitada e sem condições de retornar ao trabalho.
Para análise do requerimento de tutela de urgência, foi determinado a realização de perícia médica (id. 87171517), aportando aos autos o laudo pericial de id. 89423631.
Não concedida a antecipação dos efeitos da tutela (id. 90137728) foi o réu citado e apresentou contestação (id. 90476250) e a autora impugnou (id. 90841077).
É o relatório. Decido.
Feito em ordem e regularmente instruído, estando apto a julgamento no estado que se encontra, nos termos dos arts. 4.º, 6.º, 139, inciso II e 355, inc. I, todos do CPC e 5.º inciso LXXVIII, da Constituição Federal, não se vislumbrando a necessidade de produção de outras provas, sem que isso afigure cerceamento de defesa. Neste sentido: STJ, 1ª Turma, AgRg nos EDcl no REsp 1136780/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, j. em 6/4/2010, DJe 3/8/2010 e STJ, 3ª Turma, REsp 829.255/MA, Rel. Ministro Sidnei Beneti, j. em 11/5/2010, DJe 18/6/2010, bem como o E. TJRO – Proc. nº: 10000720070006540.
Para o deslinde da controvérsia aqui instaurada, desnecessária a designação de audiência, nos termos do art. 443, inc. II, do NCPC.
Pretende a autora obter o benefício previdenciário previsto no art. 59 da Lei n. 8.213/91, que assim dispõe: O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
Da análise dos dispositivos acima, pode-se concluir que são quatro os requisitos para a concessão dos benefícios por incapacidade laboral: (a) a qualidade de segurado do requerente; (b) o cumprimento da carência de 12 contribuições mensais; (c) a superveniência de moléstia incapacitante para o desenvolvimento de atividade laboral que garanta a subsistência, e (d) o caráter permanente da incapacidade (para o caso da aposentadoria por invalidez) ou temporário (para o caso do auxílio-doença).
No caso em tela, restam incontroversos os pontos relativos à condição de segurada e cumprimento de carência.
É dos autos que a autora solicitou a concessão do benefício em 18/10/2022 (id. 86052387), e conforme análise ao CNIS (id. 86052375), a autora realiza o recolhimento de contribuições previdenciárias desde 01/08/2016 até 1/11/2022.
Todavia, no que tange ao outro requisito – o da incapacidade –, em análise mais detida do mérito, não restou comprovada.
É que no laudo pericial firmado pelo profissional nomeado pelo juízo, Dr. Oziel Soares Caetano, consta, dentre outras assertivas, que na data da perícia a requerente apresentava Transtorno depressivo crônico – F33.2, Enxaqueca crônica – G43, mas que NÃO A INCAPACITA para sua atividade habitual (dolar), sendo suscetível de recuperação e reabilitação (Laudo id. 89423631).
Constou, ainda, do laudo:
"...A requerente refere vem sofrendo com um quadro clínico depressivo crônico desde o ano de 2020, ansiedade generalizada, se sente desmotivada, sensação de vazio e
tristeza constante. Refere ainda que vem realizando tratamento médico psiquiátrico e medicamentoso estável há mais de 4 meses.
O exame físico direcionado evidencia: Paciente com desânimo aparente e um pouco sonolenta, por uso de medicamentos antes da perícia, sem sinais de alarme ou descompensação clínica atual.
Periciada com quadro depressivo crônico, desde 2020, com tratamento medicamentoso estável há mais de 120 dias. Já recebeu auxilio doença para esse problema, não tendo mudanças no quadro que indiquem descompensação, ou incapacidade laboral para seus serviços domésticos usuais..."
Desta forma, não tendo a autora logrado êxito em comprovar a sua incapacidade para o trabalho, o caminho é a improcedência do pedido.
Neste sentido, recentíssimo entendimento do TRF1ª Região, autos PROCESSO: 1029622-20.2020.4.01.9999 - PROCESSO REFERÊNCIA: 7006341-40.2019.8.22.0010, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL CÉSAR JATAHY:
"...No caso, para fazer jus ao benefício de auxílio-doença, a legislação vigente determina que se faça necessária a demonstração de que o segurado se encontra incapacitado para o trabalho por mais de quinze dias consecutivos, nos termos do art. 60 da Lei n. 8.213/91, ao passo que a aposentadoria por invalidez o segurado deve estar incapacitado, mas, neste caso, a incapacidade deve ser definitiva, ou seja, insuscetível de reabilitação, na forma do art. 42 da mesma Lei.
Todavia, diante do contexto fático probatório, a parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, conforme explicitou o Magistrado em sua sentença, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.
O laudo pericial de fls. 98/100, inclusive, atesta que o requerente não apresenta incapacidade para a realização de atividades laborais, em relação ao quadro apresentado.
Dessa forma, não foi preenchido o requisito relativo à incapacidade, forçoso é concluir que a parte autora não faz jus à concessão do benefício no período pleiteado..."
Em outra decisão - acórdão de julho/2022, em: PROCESSO: 1004124-82.2021.4.01.9999 PROCESSO REFERÊNCIA: 7005376-62.2019.8.22.0010 CLASSE: APELAÇÃO CÍVEL (198):
RELATOR(A):CESAR CINTRA JATAHY FONSECA
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR(A) URBANO(A). INCAPACIDADE PARA O TRABALHO NÃO DEMOSTRADA. APELAÇÃO DA PARTE AUTORA DESPROVIDA.
1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais; c) a incapacidade parcial e temporária (auxílio-doença) ou permanente e total (aposentadoria por invalidez) para a atividade laboral.
2. A parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.

3. O laudo pericial atesta que a requerente não apresenta incapacidade para a realização de suas atividades laborais. Segundo o perito, a patologia detectada está controlada.
4. A coisa julgada opera secundum eventum litis ou secundum eventum probationis, permitindo a renovação do pedido, ante novas circunstâncias ou novas provas. Precedentes. 5. Apelação da parte autora desprovida
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TRABALHADORA URBANA. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais, salvo nas hipóteses previstas no art. 26, inciso II, da Lei n. 8.213/1991; c) incapacidade para o trabalho ou atividade habitual por mais de 15 dias ou, na hipótese da aposentadoria por invalidez, incapacidade (permanente e total) para atividade laboral. 2. Comprovado, por perícia médica judicial, que não há incapacidade da parte autora para o exercício de suas atividades laborais atuais, não é possível o deferimento do benefício postulado na inicial. 3. Ressalva-se que superveniente alteração da capacidade laborativa da parte autora poderá justificar a concessão do benefício, pois a coisa julgada em casos da espécie se opera secundum eventum litis, vale dizer, segundo as circunstâncias da causa. 4. Sem honorários recursais, porquanto não apresentadas as contrarrazões. 5. Apelação da autora desprovida. (AC 1000075-07.2017.4.01.3704, DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 16/07/2020 PAG.)
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR URBANO. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. CONJUNTO PROBATÓRIO. NEGATIVO. AUSÊNCIA DE PROVA DA INCAPACIDADE. 1. São requisitos para a concessão dos benefícios de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez a comprovação da qualidade de segurado da Previdência Social e o preenchimento do período de carência de 12 (doze) contribuições mensais, com exceção das hipóteses enumeradas no art. 26, III, c/c art. 39, I da Lei 8.213/1991, bem como a comprovação de incapacidade para o exercício de atividade laborativa. 2. A existência de perícia médica judicial atestando a incapacidade laborativa, em demanda cuja pretensão versa sobre a concessão de benefício de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez, é indispensável para o deslinde da questão. 3. No presente caso, o perito do juízo afirmou que não há incapacidade para o exercício das atividades habituais. 4. Apelação da parte autora não provida. (AC 1000447-78.2020.4.01.9999, DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 07/07/2020 PAG.)
Seguido por autos n. 1007391-96.2020.4.01.9999 - APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO, julgado em 16/4/2022;
Autos n. 1006410-67.2020.4.01.9999 - Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO – julgado em 16/02/2022; APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO.
Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - RECURSO INOMINADO: RI 0000554-05.2018.4.03.6330 SP - PROCESSO Nr: 0000554-05.2018.4.03.6330 AUTUADO EM 15/03/2018 e Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - APELAÇÃO CÍVEL: AC 0039064-12.2016.4.03.9999 SP - Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL NEWTON DE LUCCA, Data de Julgamento: 20/02/2017, OITAVA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA: 08/03/2017.
No mesmo sentido, recente decisão do E. TJRO:
1ª Câmara Especial Processo:7003969-77.2021.8.22.0001 Apelação (PJe) Origem: 7003969-77.2021.8.22.0001
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador Federal: Procurador-Geral do INSS
Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO
Distribuído em 30/09/2022
Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE.”
EMENTA Apelação. Auxílio Doença. Auxilio Doença-Acidentário. Aposentadoria. Requisitos. Ausentes. Análise Pericial. Fundamentação. Sentença mantida. A legislação previdenciária impõe requisitos a serem alcançados para que seja concedido o auxílio-doença, auxílio doença-acidentário ou aposentadoria por invalidez. A sentença que julgou improcedente o pedido de concessão do benefício previdenciário deve ser mantida quando o laudo pericial e demais provas não ensejaram o alcance dos benefícios pretendidos.
(DJe de 11/11/2022, p. 94).
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 7007434-94.2021.8.22.0001 Apelação Origem: 7007434-94.2021.8.22.0001 Porto Velho/7ª Vara Cível Apelante: José Lindolfo Franca Ferreira Advogado: Felipe Góes Gomes de Aguiar (OAB/RO 4494) Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador: Procurador-Geral do INSS Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 18/01/2023 Decisão:“RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.” EMENTA Apelação Cível. Ação previdenciária. Aposentadoria por invalidez. Indevida. Redução parcial e permanente da capacidade laboral. Aspectos socioeconômicos e profissionais. Possibilidade de reabilitação. Recurso não provido. 1. O beneficiário faz jus ao benefício aposentadoria por invalidez quando preenche os requisitos indispensáveis, quais sejam a incapacidade total e permanente para o labor. Precedentes da Corte. 2. Ainda que o juiz seja livre para apreciar as provas e não esteja vinculado à conclusão do perito para julgar a causa, não há que se falar em irregularidade na adoção do laudo como causa de decidir. 3. Na hipótese, mesmo que a lesão seja permanente, a falta de comprovação da incapacidade total impede a concessão de aposentadoria por invalidez. 4. Recurso não provido. (DJe de 13/4/2023, p. 167).
Isso posto, ausentes os requisitos legais, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e, como consequência, EXTINGO O PROCESSO, com resolução do mérito e fulcro no art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil.
Requisitem-se o pagamento dos honorários periciais.
Sem custas e verba honorária, ante a gratuidade de justiça.
P. R. Intimem-se na pessoa dos Procuradores.
Sendo apresentados recursos (principal e/ou adesivo), ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE providenciar as intimações necessárias.
No NCPC (art. 1.030) o juízo de 1º grau não exerce mais qualquer atividade após proferida a sentença, pois o juízo de admissibilidade/recebimento recursal e seu processamento competem à Instância Superior. Neste sentido, o TJRO: 7000767-49.2018.8.22.0017 - Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia - Relator (DJe 27/8/2020) e TJSC: Agravo de Instrumento n. 4008541-52.2016.8.24.0000 - Relatora: Desembargadora Soraya Nunes Lins.

Neste caso, estando o feito em ordem, DETERMINO a remessa dos autos ao TRF1.ª Região para processamento e julgamento do recurso que venha a ser interposto, com nossas homenagens.
Transitado em julgado e não havendo mais pendências, arquive-se.
Rolim de Moura/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023, 15:34
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7006661-85.2022.8.22.0010
Requerente: NELCIRA MARQUES DA SILVA, SILVANA COSTA DA SILVA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
S E N T E N Ç A
SILVANA COSTA DA SILVA, pretende seja o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL – INSS, condenado a lhe restabelecer o benefício a que alude o inc. V, do art. 203 da Constituição Federal e art. 20 da Lei n. 8.742/93, alegando ser pessoa com deficiência, sem condições de prover o próprio sustento, tampouco tê-lo provido por sua família.
Pretende ainda ver declarado inexistente o débito no valor de R$ 29.785,41.
Narra que recebia LOAS até 10/2021, quando foi suspenso sob alegação de que restou constatada irregularidade consistente em superação da renda per capita familiar. A suposta irregularidade alegada pelo requerido culminou no cálculo de valor devido pela autora no importe de R$ 29.785,41.
Afirma que foi diagnosticada com DEFICIT INTELECTUAL SEVERO, RETARDO MENTAL COGNITIVO E CRISE DE TRANSTORNO DE COMPORTAMENTO REPETITIVO FOCADO NO CORPO (CID10: F82.0) e que a renda familiar tem sido insuficiente para custear todas as despesas necessárias a assegurar o mínimo existencial.
Informou o recebimento de benefício previdenciário por ambos os genitores: comprovante de benefício da mãe (ID 79892629 - Pág. 10).
Foi determinada a citação da Autarquia ré (ID 83057769).
INSS apresentou contestação com preliminares genéricas (ID 84146340).
Este juízo determinou estudo das condições socioeconômicas da parte autora (ID 86366566).
Estudo social sobreveio aos autos ao ID 89386395.
Autora (ID 90649187) e ré (ID 90774578) manifestaram-se acerca do estudo social.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório. DECIDO.
II - FUNDAMENTAÇÃO:
Da leitura dos fatos e documentos que instruem o feito, conclui-se que está suficientemente instruído e apto a ser sentenciado, pois há nos autos elementos suficientes para compreender como os fatos ocorreram e se há ou não direito violado, ponto central da lide.
No caso, não vislumbro a necessidade de produção de prova testemunhal, vez que dos fatos narrados nos autos, nada de útil à compreensão dos fatos podem contribuir. Do mesmo modo, desnecessária a realização de perícia médica, como será melhor detalhado abaixo.
Feito em ordem e regularmente instruído, devendo o feito ser sentenciado, nos termos dos arts. 4.º, 6.º, 139, inciso II e 355, inc. I, todos do CPC e 5.º inciso LXXVIII, da Constituição Federal, não se vislumbrando a necessidade de produção de outras provas, sem que isso afigure cerceamento de defesa.
Nesse sentido, os seguintes julgados:
"O julgamento antecipado da lide não implica cerceamento de defesa, se desnecessária a instrução probatória, máxime se a matéria for exclusivamente de direito. O artigo 131, do CPC, consagra o princípio da persuasão racional, habilitando-se o magistrado a valer-se do seu convencimento, à luz dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto constantes dos autos, rejeitando diligências que delongam desnecessariamente o julgamento, atuando em consonância com o princípio da celeridade processual" (STJ, 1ª Turma, AgRg nos EDcl no REsp 1136780/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, j. em 6/4/2010, DJe 3/8/2010).
CONSTITUCIONAL E CIVIL. USUCAPIÃO URBANO. ART. 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REQUISITOS. NÃO PREENCHIMENTO. POSSE PRECÁRIA. OPOSIÇÃO. AUSÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA.
1. Se o magistrado já formou a convicção a partir dos elementos constantes dos autos, não está obrigado a realizar diligências que reputa dispensáveis e/ou protelatórias (art. 130, do CPC), o que não resulta cerceamento do direito de defesa para a parte. Preliminar afastada.
TRF5 - Apelação Cível: AC 367338 AL 2001.80.00.006638-0
Resumo: Constitucional e Civil. Usucapião Urbano. Art. 183 da constituição Federal. Requisitos. Não Preenchimento. Posse Precária. Oposição. Ausência de Cerceamento de Defesa.
Relator(a): Desembargador Federal Frederico Pinto de Azevedo (Substituto)
Publicação: Fonte: Diário da Justiça - Data: 29/08/2007 - Página: 845 - Nº: 167 - Ano: 2007
"Não caracteriza cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide quando não for necessária a produção de prova em audiência" (STJ, 3ª Turma, REsp 829.255/MA, Rel. Ministro Sidnei Beneti, j. em 11/5/2010, DJe 18/6/2010).
1 - PRELIMINARES
Em que pese os argumentos apresentados pelo INSS, nenhuma das preliminares alegadas merece acolhimento.
Do requerimento administrativo, interesse de agir e indeferimento administrativo e regra de transição: em que pese a alegação do INSS de que não houve requerimento administrativo ou pedido de prorrogação, razão não lhe assiste. Simples consulta aos autos dá conta de que o requerimento do benefício foi indeferido, conforme documentos apresentados.
É bem de ver, que no presente caso, houve prévio requerimento administrativo, sendo imperioso ressaltar que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o exaurimento das vias administrativas, conforme pretende a parte requerida, razão pela qual afasto referida preliminar. Está, assim, bem configurado o interesse de agir.

Da necessidade de pedido de prorrogação com indeferimento administrativo: é assente na jurisprudência que, na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, o segurado poderá buscar diretamente o juízo, sem a necessidade de formulação de novo pleito administrativo, exceto se o caso depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração.

O interesse processual ou interesse de agir refere-se à utilidade que o provimento jurisdicional pode trazer ao demandante, sendo que, sem a jurisdição, a pretensão não poderá ser satisfeita. Quando a autarquia estabelece data para alta programada em verdade está dizendo que naquela data o segurado estará apto para o retorno a suas atividades laborais configurando assim o não acolhimento ao menos tácito da pretensão. Nesse sentido colaciono o seguinte aresto, com grifo nosso:

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. RESTABELECIMENTO. INTERESSE DE AGIR. ALTA PROGRAMADA. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. 1. À luz da tese fixada pelo STF no Tema nº 350 (RE nº 631.240), o pedido de restabelecimento do benefício previdenciário pode ser feito diretamente em juízo, revelando-se desnecessária a realização de prévio requerimento administrativo, salvo se se fundar em fato novo. 2. O cancelamento do benefício por incapacidade com base na alta programada é suficiente para a caracterização do interesse de agir do segurado que busca a tutela jurisdicional, não se podendo exigir do segurado, como condição de acesso ao Judiciário, que formule novo pleito administrativo. (TRF4 5020082-32.2016.4.04.9999, TURMA REGIONAL SUPLEMENTAR DO PR, Relator LUIZ ANTONIO BONAT, juntado aos autos em 23/04/2018)

Outro não foi o entendimento do STF no julgamento do RE 631.240:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR. 1. A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. 2. A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o exaurimento das vias administrativas. 3. A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado. 4. Na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo - salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração -, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos tácito da pretensão. (...).

DA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO NO CADÚNICO: Preliminarmente o INSS alega ausência de cadastro no CadÚnico ou atualização, requer-se seja julgado improcedente o pleito autoral. Contudo, razão não lhe assiste.

As informações referentes ao CAD Único constam no ID: 79892629 - Pág. 4.

Assim, rejeito todas as preliminares e passo a analisar o mérito.

MÉRITO

DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

A concessão do benefício assistencial (LOAS/deficiente), pleiteado pela parte autora, estabelecido pelo art. 203 da Constituição Federal de 1988, impõe o preenchimento dos critérios estabelecidos no art. 20 da Lei 8.742/93, a saber:

Art. 20 O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

§ 1º Para os efeitos do disposto no caput, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

§ 2º Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

…

§ 10 Considera-se impedimento de longo prazo, para os fins do § 2º deste artigo, aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2(dois) anos. (Incluído pela Lei nº 12.470, de 2011).

Nesse sentido, o conceito de deficiência vai além da simples limitação física, não exigindo que a pessoa possua uma vida vegetativa, ou seja incapaz de locomover-se, não significa ser incapaz para as atividades básicas do ser humano, tais como se alimentar, fazer a própria higiene e vestir-se sozinha; não impõe a incapacidade de expressar-se ou de se comunicar, nem a dependência total de terceiros, apenas indica que não possui condições de autodeterminação completa, dependendo de algum auxílio, acompanhamento ou atenção para viver com dignidade.

E ainda, para fazer jus ao benefício, o portador de deficiência ou o idoso deve demonstrar a hipossuficiência financeira não apenas sua, mas também de sua família (art. 203, V, da CF/88 e art. 20, § 3º, já citado), configurando-se esta quando o valor da renda mensal per capita for de até ¼ do salário mínimo dentro da unidade familiar.

Das provas:

A) Inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único

A inscrição no Cadastro Único está devidamente comprovada pelo doc. num. ID 79892629 - Pág. 4.

B) Critério socioeconômico – renda do grupo familiar

Quanto ao outro requisito (o que diz respeito ao aspecto econômico), entendo que NÃO restou demonstrado pelas provas constantes nos autos.

Conforme estudo social realizado junto ao grupo familiar (ID 89386395), a perita nomeada por este juízo constatou que, “de acordo com a realidade Social, Econômica e Familiar, comprovada renda para atender as suas necessidades básicas, possui familiares que possam auxiliá-la financeiramente. Devido a patologia e os gastos informados no tratamento de saúde, bem como dos genitores que também apresentam problemas de saúde, excedem a renda familiar e nesse quesito pode comprometer um tratamento de saúde adequado. Considerando o contexto familiar, a requerente não está em vulnerabilidade econômica e social, não pode ser considerada em estado de miserabilidade” (ID 89386395 - Pág. 2).

Constatou-se ainda que há renda mensal fixa de 02(dois) salários mínimos, provenientes das aposentadorias por idade de ambos os genitores: Manoel Costa Filho e Nelcira Marques da Silva.
O grupo familiar reside em casa própria, consistente em propriedade rural de 05 (cinco) alqueires e possui 30 (trinta) cabeças de gado.
No laudo, consta ainda, que a autora realiza tratamento médico na rede particular de saúde.
Conforme Portaria Nº 1.282/2021, não será computado para o cálculo da renda per capita familiar o benefício previdenciário de até um salário mínimo ou o Benefício de Prestação Continuada (BPC) concedido a idoso, acima de 65 anos de idade, ou a pessoa com deficiência, para a concessão do BPC.
Contudo, no caso dos autos, ambos os genitores já recebem aposentadoria por idade. Logo, a renda do grupo familiar ultrapassa o limite legal, além de não estar configurada a situação de miserabilidade, conforme estudo social realizado junto ao grupo familiar.
Da análise dos autos, verifica-se que autora não possui despesas atípicas/anormais. Todas as despesas narradas são normais a qualquer indivíduo, não se mostrando despesas capazes de reduzir o grupo familiar a situação de miséria.
Concluo que não há, no conjunto probatório, elementos que possam induzir à convicção de que a parte autora está entre o rol dos beneficiários, eis que não comprovou a miserabilidade, essencial à concessão do benefício assistencial.
Assim, não faz jus à garantia constitucional, que prevê o direito ao benefício no valor de um salário mínimo ao deficiente ou ao idoso que não puder prover o próprio sustento ou tê-lo provido por seus familiares.
Não é falta de prova da miserabilidade, mas sim da própria existência de provas que não há situação de miséria, respeitado eventual entendimento em sentido contrário. Não há despesas que fujam à normalidade e a renda fixa per capita familiar ultrapassa e muito o limite legal.
O benefício assistencial não tem por fim a complementação da renda familiar ou proporcionar maior conforto ao beneficiário, mas sim, que destina-se ao idoso ou deficiente em estado de penúria, que comprove tais requisitos, sob pena de ser concedido indiscriminadamente em prejuízo daqueles que realmente necessitam, na forma da lei. No caso em julgamento, resta claro que a autora pode ter sua subsistência provida pela família.
Nesse sentido, a autora não faz jus benefício pleiteado, senão vejamos:
PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INCAPACIDADE. CRITÉRIO ECONÔMICO. SITUAÇÃO DE MISERABILIDADE NÃO COMPROVADA. 1. O benefício assistencial é devido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. 2. Em relação ao pressuposto econômico, o art. 20, § 3º, da Lei nº 8.742/1993 – LOAS estabelecia que seria considerada hipossuficiente a pessoa com deficiência ou idoso cuja família possuísse renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo. O Supremo Tribunal Federal, ao analisar os recursos extraordinários 567.985 e 580.963, ambos submetidos à repercussão geral, reconheceu a inconstitucionalidade do § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742/1993, assim como do art. 34 da Lei 10.741/2003, permitindo que o requisito econômico, para fins de concessão do benefício assistencial, seja aferido caso a caso. 3. Não tendo restado comprovada a situação de miserabilidade do grupo familiar, não há razões para a reforma da sentença. (TRF-4 – AC: 17272432014404999 9 RS 0017272-43.2014.404.9999, Relator: TAÍS SCHILLING FERRAZ, Data de Julgamento: 17/03/2015, QUINTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 16/04/2015).
Logo, as peculiaridades do caso concreto não apontam miserabilidade vivida pela autora para fins de recebimento de amparo assistencial, conforme todos os elementos constantes nos autos.
Diante do exposto, considerando que a autora encontra-se amparada, com um lar, família e meios para sustento, não faz jus ao benefício pretendido, sendo a improcedência do pedido inicial a medida que se impõe.
Desnecessário adentrar na análise do critério “pessoa com deficiência”, pois já foi comprovado à exaustão que a autora não se enquadra nos limites de renda permitidos para o deferimento do benefício pretendido.
DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO
No tocante ao pedido de declaração de inexistência de débito no valor de R$ 29.785,41, bem como da apreciação de sua devolução, relativo ao período considerado irregular, trata-se de matéria a ser apreciada perante a Justiça Federal.
O art. 109 da Constituição Federal estabelece a competência para processar e julgar as ações perante os juízes federais. Resta fixada a competência delegada do Juízo estadual para o conhecimento e julgamento da demanda de natureza eminentemente previdenciária.
Trata-se de aplicação do entendimento fixado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em sessão ordinária, ocorrida em 11-11-2019, ao aprovar a Resolução nº 603/2019, destinada à regulamentação uniforme nas cinco regiões da Justiça Federal, sobre a restrição ocorrida ao exercício da competência federal delegada aplicável às comarcas de domicílio do segurado quando inferiores a 70 km (setenta quilômetros) da sede de Vara Federal.
No presente caso, há de se definir a natureza jurídica da demanda originária para fins de fixação da competência perante o Juízo Estadual no exercício de competência delegada. Em síntese, o objeto da lide consiste em concessão de benefício previdenciário de declaração de inexistência de débito.
No que se refere ao pedido que versa sobre declaração de inexistência de débito previdenciário, é inaplicável o disposto no § 3º do art. 109 da Lei Maior, de modo que a competência, em casos tais, é firmada em obediência às disposições do caput do mesmo artigo. Nesse sentido, o seguinte precedente do TRF da 1º Região:
TRIBUTÁRIO PROCESSO CIVIL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO PERANTE A JUSTIÇA ESTADUAL. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. REMESSA PARA O JUÍZO FEDERAL. 1 - Pretende a autora compelir o INSS a devolver contribuição previdenciária. Diante disso, é patente a incompetência absoluta do juízo de direito para processar e julgar a ação em foco (art. 109, I, da CF/88), vez que não se trata de causa de causa de benefício previdenciário, hipótese que atrairia a competência delegada do juízo estadual, nos termos do art. 109, § 3º, da CF/88. 2 - Apelação provida, para anular a sentença e determinar a remessa dos autos ao Juízo Federal da Subseção Judiciária de Varginha-MG. (AC 0016960-46.2002.4.01.9199 / MG, Rel. JUIZ FEDERAL GRIGÓRIO CARLOS DOS SANTOS, 5ª TURMA SUPLEMENTAR, e-DJF1 p.1425 de 30/11/2012).
EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE, EM PROCESSO QUE TRAMITA NA JUSTIÇA ESTADUAL SOB COMPETÊNCIA DELEGADA, ENTENDEU QUE NÃO HAVIAM QUESTÕES PREVIDENCIÁRIAS A SEREM RESOLVIDAS, RAZÃO PORQUE A COMPETÊNCIA PARA JULGAR O PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM RESTITUIÇÃO DE VALORES E INDENIZAÇÃO DE DANOS MORAIS É DA JUSTIÇA FEDERAL. TRF4. 5000470-93.2020.4.04.0000. Data da decisão: 24/11/2020 00:11 - Data de publicação: 24/11/2020
Seguido pelo TRF3ª Região:
PROCESSUAL CIVIL: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO CONTRA O INSS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. RECURSO IMPROVIDO. I- INEXISTINDO PREVISÃO CONSTITUICIONAL OU LEGAL A AUTORIZAR O PRO-

CESSAMENTO E JULGAMENTO DE AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO EM FACE DO INSS PERANTE A JUSTIÇA ESTADUAL, É DE SE RECONHECER QUE O MAGISTRADO ESTADUAL CORRETAMENTE ORDENOU A REMESSA DOS AUTOS À JUSTIÇA FEDERAL, POR SER A COMPETENTE PARA CONHERCER A CAUSA. II- AGRAVO IMPROVIDO. TRF-3 - AGRAVO DE INSTRUMENTO AG 75289 SP 95.03.075289-2 (TRF-3)

No mesmo sentido, recentíssimo o entendimento do STJ no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 183301 - MG (2021/0321126-9), RELATORA: MINISTRA REGINA HELENA COSTA. Transcrevo parte do acórdão:

"...CONFLITO NEGATIVO E COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL JUSTIÇA ESTADUAL. DEMANDA DEDUZINDO PEDIDOS PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. COMPETÊNCIA ESTABELECIDA LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO OS TERMOS DA PETIÇÃO INICIAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.1. A definição da competência para a causa se estabelece levando em consideração os termos da demanda (e não a sua procedência ou improcedência, ou a legitimidade ou não das partes, ou qualquer outro juízo a respeito da própria demanda). O juízo sobre competência é, portanto, lógica e necessariamente, anterior a qualquer outro juízo sobre a causa. Sobre ela quem vai decidir é o juiz considerado competente (e não o Tribunal que aprecia o conflito). Não fosse assim, haveria uma indevida inversão na ordem natural das coisas: primeiro se julgaria (ou pré-julgaria) a causa e depois, dependendo desse julgamento, definir-se-ia o juiz competente (que, portanto, receberia uma causa já julgada, ou, pelo menos, pré-julgada). Precedentes: CC 51.181-SP, 1ª Seção, Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 20.03.2006; AgRg no CC 75.100-RJ, 1ª Seção, Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.11.2007; CC 87.602-SP..."

Outro recentíssimo julgado do STJ:

"...CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 185261 - RS (2021/0404297-0)

RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

SUSCITANTE: JUÍZO FEDERAL DA 4A VARA DE PASSO FUNDO - SJ/RS

SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DE CASCA - RS

INTERES.: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo Federal da 4ª Vara de Passo Fundo - SJ/RS em face do Juízo de Direito de Casca - RS, nos autos da ação movida por Cleni de Lima Moreschi contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, objetivando a concessão de auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez.

Originalmente, a demanda foi ajuizada perante o Juízo Estadual que declinou da competência para o Juízo Federal ao entendimento de tratar-se de benefício de natureza previdenciária.

Por sua vez, o Juízo Federal da 4ª Vara de Passo Fundo - SJ/RS suscitou o presente conflito de competência, entendendo que o benefício pleiteado possui natureza acidentária.

Estando os autos devidamente instruídos com as informações necessárias para julgamento, dispenso a oitiva das autoridades em conflito, nos termos do art. 197 do Regimento Interno desta Corte.

Desnecessária a oitiva do Ministério Público Federal (art. 951, parágrafo único, do CPC/2015).

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar a causas nas quais o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

(autarquia da União) figura como parte, seja na condição de autor, réu, assistente ou opoente.

Acerca do assunto, destaco os seguintes precedentes:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA ENTRE JUSTIÇA FEDERAL E TRABALHISTA. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RECOLHIDAS EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇA TRABALHISTA. RESTITUIÇÃO DOS VALORES INDEVIDAMENTE PAGOS. ARTIGO 114 CF/88. INAPLICABILIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. Com as alterações do art. 114 da CF/88, introduzidas pela Emenda Constitucional nº 45/04, ampliou-se a competência da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe, inclusive, executar, de ofício, as "contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir".

2. Todavia, não se inclui na competência da Justiça Trabalhista processar e julgar ação de repetição de indébito tributário movida contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ainda que o pagamento alegadamente indevido tenha sido efetuado como decorrência de sentença trabalhista.

3. Compete à Justiça Federal processar e julgar a causa em que figurar a União, suas autarquias ou empresa pública federal na condição de autora, ré, assistente ou opoente (CF, art. 109, I).

4. Conflito conhecido e declarada a competência do Juízo Federal do Juizado Especial Federal Previdenciário da Subseção Judiciária de Campo Grande - MS, o suscitado.

(CC n. 98.476/MS, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, julgado em 26/11/2008, DJe 9/12/2008.)

PREVIDENCIÁRIO. COMPETÊNCIA. CONFLITO NEGATIVO. JUÍZO TRABALHISTA E JUÍZO FEDERAL. AÇÃO QUE OBJETIVA A PERCEPÇÃO DE APOSENTADORIA SEM O DESCONTO DA LEI 8.852/94 ("ABATE-TETO"). CAUSA DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA. ART. 109, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FEDERAL.

1. O caso em apreço é de natureza previdenciária, porque versa acerca dos descontos efetuados sobre os proventos da aposentadoria do autor, em razão da Lei 8.852/94. Precedente da Terceira Seção do STJ.

2. Havendo no polo passivo da demanda o INSS ? autarquia federal ?, a competência é da Justiça Federal, nos termos da primeira parte do art. 109, I, da Constituição.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Federal da 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, o suscitado.

(CC n. 88.399/PE, Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Terceira Seção, julgado em 26/5/2010, DJe 28/6/2010.)..."

E TJRO:

Apelação. Previdenciário. Benefício de ordem não acidentária. Competência da Justiça Comum afastada. Remessa à Justiça Federal. Nulidade ex officio da sentença.

Submete-se à competência absoluta da Justiça Federal o processamento dos feitos que envolvam interesse direto do INSS, que não sejam relacionados a acidente de trabalho, conforme inteligência art. 109, I, da Constituição Federal/88.

Recurso não conhecido. Declarada a nulidade da sentença.

APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 0023137-34.2014.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Juiz Dalmo Antônio de Castro Bezerra, Data de julgamento: 18/12/2019.
Logo, resta fixada a competência delegada deste Juízo para o conhecimento e julgamento da demanda de natureza eminentemente previdenciária.
Desta feita, por se tratar de incompetência absoluta, em razão da matéria, em caso de pedido de tal natureza (inexistência de débito), deve o autor ingressar com a medida cabível perante a Justiça Federal.
Nestes termos, reconheço a incompetência deste Juízo para julgar o pedido de declaração de inexistência de débito devolução de valores ao INSS.
Logo, resta fixada a competência delegada deste Juízo para o conhecimento e julgamento da demanda de natureza eminentemente previdenciária.
Desta feita, por se tratar de incompetência absoluta, em razão da matéria, em caso de pedido de tal natureza (inexistência de débito), deve o autor ingressar com a medida cabível perante a Justiça Federal.
Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.
No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).
Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos.
III - DISPOSITIVO:
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO inicial ajuizado por SILVANA COSTA DA SILVA em face do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL acerca da concessão do Benefício de Prestação Continuada e DECLARO a incompetência deste juízo para julgar o pedido de declaração de inexistência de débito devolução de valores ao INSS.
Sem custas e sem verba honorária diante da gratuidade judiciária concedida.
P. R. Intimem-se na pessoa dos procuradores constituídos.
Sendo apresentados recursos (principal e/ou adesivo), ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE proceder às intimações e certificações necessárias.
No NCPC (art. 1.030) o juízo de 1º grau não exerce mais qualquer atividade após proferida a sentença, pois o juízo de admissibilidade/recebimento recursal e seu processamento competem à Instância Superior. Neste sentido, o TJRO: 7000767-49.2018.8.22.0017 - Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia - Relator (DJe 27/8/2020) e TJSC: Agravo de Instrumento n. 4008541-52.2016.8.24.0000 - Relatora: Desembargadora Soraya Nunes Lins.
Neste caso, estando o feito em ordem, DETERMINO a remessa dos autos ao TRF1.ª Região para processamento e julgamento dos recursos que venham a ser interpostos, com nossas homenagens.
Transitado em julgado e não havendo mais pendências, arquive-se.
Rolim de Moura/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023, 15:44
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7010691-66.2022.8.22.0010
Requerente: NEIDE SILVEIRA PALMA
Advogado/Requerente: FRANCISCA JUSARA DE MACEDO COELHO SILVA, OAB nº RO10215
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado/Requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
S E N T E N Ç A
1 - Fase de conhecimento:
NEIDE SILVEIRA PALMA pretende seja o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL condenado a lhe conceder o benefício de auxílio-doença que passou a se chamar 'auxílio por incapacidade temporária' após a 'Reforma da Previdência' – EC 103/2019) e posteriormente convertê-lo em aposentadoria por invalidez.
Alega que é portadora de problemas na coluna e que em 17/03/2022 protocolou pedido administrativo em 08/11/2022 e teve pericia medica agendada para 22/08/2023. Logo, devido a mora administrativa ingressou com o processo judicial.
Foi determinado, de plano, a realização de perícia médica (id. 85332369), aportando aos autos o laudo pericial de id.87955840.
Indeferida a tutela de urgência (id.90137877)
O réu foi citado e apresentou contestação (id. 90648061). A autora impugnou (id. 92051634).
É o relatório. Decido.
Feito em ordem e regularmente instruído, estando apto a julgamento no estado que se encontra, nos termos dos arts. 4.º, 6.º, 139, inciso II e 355, inc. I, todos do CPC e 5.º inciso LXXVIII, da Constituição Federal, não se vislumbrando a necessidade de produção de outras provas, sem que isso afigure cerceamento de defesa. Neste sentido: STJ, 1ª Turma, AgRg nos EDcl no REsp 1136780/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, j. em 6/4/2010, DJe 3/8/2010 e STJ, 3ª Turma, REsp 829.255/MA, Rel. Ministro Sidnei Beneti, j. em 11/5/2010, DJe 18/6/2010, bem como o E. TJRO – Proc. nº: 10000720070006540.
Para o deslinde da controvérsia aqui instaurada, desnecessária a designação de audiência, nos termos do art. 443, inc. II, do NCPC.
Pretende o autor obter o benefício previdenciário previsto no art. 59 da Lei n. 8.213/91, que assim dispõe: O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

Da análise dos dispositivos acima, pode-se concluir que são quatro os requisitos para a concessão dos benefícios por incapacidade laboral: (a) a qualidade de segurado do requerente; (b) o cumprimento da carência de 12 contribuições mensais; (c) a superveniência de moléstia incapacitante para o desenvolvimento de atividade laboral que garanta a subsistência, e (d) o caráter permanente da incapacidade (para o caso da aposentadoria por invalidez) ou temporário (para o caso do auxílio-doença).
Quanto a qualidade de segurado e a carência, estes requisitos foram cumpridos.
É dos autos que Neide é segurada do RGPS (id. 84675603).
No tocante ao outro requisito - o da incapacidade -, na fase instrutória, realizada a perícia médica judicial, atestou o Perito do Juízo (id. 87955840), que a autora é portadora de Lombalgia – M54.4; Fratura de vertebra torácica T12 – S22.0; Transtorno de discos lombares – M51.1, que a incapacita total e temporariamente para o exercício de sua atividade habitual (recepcionista).
Constou, ainda, do laudo:
A requerente refere que sofreu queda de uma esteira enquanto realizava uma viagem, tendo trauma e fratura em vertebra T12, associado a dores intensas na região de coluna lombar, com irradiação para membros inferiores. Refere ainda que vem realizando tratamento ortopédico e fisioterápico, no entanto, não houve melhora do quadro álgico
O exame físico direcionado evidencia: Dor a palpação em região de coluna lombar, dor a flexão, extensão, rotação interna e externa de tronco
Periciada com relatos de queda em esteira durante viagem, com trauma e fratura em vertebra T12, associado a lesões crônicas de coluna lombar, gerando restrição para esforços físicos em geral. Está em tratamento ortopédico e fisioterapêutico, com incapacidade laboral total e temporária, por 180 dias.
Nesse ponto, em que pese a gravidade da patologia apresentada, não estão preenchidos os requisitos para a concessão de aposentadoria por invalidez (incapacidade total e permanente para qualquer atividade laborativa), como requereu a autora.
A contingência coberta pelo auxílio-doença é a incapacidade total e temporária para o exercício das atividades habituais, mas que é passível de recuperação ou reabilitação. A aposentadoria por invalidez protege a incapacidade total e definitiva para qualquer trabalho.
Nesse sentido, o art. 59 da Lei 8.213/91, não distinguE entre incapacidade total e parcial, mencionando apenas que o segurado que ficar incapacitado para o trabalho por mais de quinze dias consecutivos terá direito ao auxílio-doença, não tendo este, um prazo máximo para a concessão, devendo perdurar enquanto não houver recuperação da capacidade do trabalho ou transformação em aposentadoria por invalidez, caso o segurado seja considerado irrecuperável.
No caso em tela foi atestado pelo perito que não há incapacidade TOTAL e PERMANENTE, portanto, não há como ser concedido a aposentadoria por invalidez, pois ausentes os requisitos. Observe-se o laudo de id. 87955840, especialmente quesitos ns. 3 e 5.
A patologia que acomete a Autora pode ser amenizada (quesito 9). Considere-se, ainda, que pode se recuperar e continuar exercendo sua atividade (quesito 7 e 8).
Quanto ao termo inicial do benefício, deve ser fixado desde a data do indeferimento administrativo, devendo ser respeitado o prazo de afastamento sugerido pelo perito judicial.
Por outro lado, é cediço que quando ingressam com o pedido de benefício previdenciário, tanto judicial quanto administrativo, os segurados precisam se submeter aos procedimentos dos benefícios que requerem.
Quando concedido, ou seja, quando preenchidos os requisitos, fica o segurado OBRIGADO se submeter aos exames médico-periciais, em revisões periódicas, com vista a comprovar a persistência do seu estado de incapacidade (art. 101 da Lei 8.213/91).
A revisão administrativa do benefício está amparada pela Lei n. 8.212/91, a qual prevê (art. 71, caput) que o Instituto Nacional do Seguro Social deverá rever os benefícios, ainda que concedidos judicialmente, para avaliar a persistência, a atenuação ou o agravamento da incapacidade para o trabalho alegada como causa para a sua concessão.
A via judicial não serve para burlar os critérios de concessão dos benefícios previdenciários; não pode o segurado achar, que por ter distribuído uma ação, vai ela se eternizar no aguardo de perícias regulares.
O INSS pode e deve realizar as perícias regularmente, notificando os interessados/beneficiários. A via judicial não pode servir de meio a obstar o comparecimento às perícias. Além de que, o benefício é apenas enquanto persistir a enfermidade, devendo os interessados realizar os tratamentos.
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedente o pedido inicial e condeno o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS a conceder, em favor de NEIDE SILVEIRA PALMA o benefício de auxílio-doença, com efeitos financeiros a partir do pedido administrativo (08/11/2022- id. 84675604) e cessando em 180 dias após a data do afastamento, que ocorreu em 19/09/2022 (id. 84673200).
Requisite-se o pagamento dos honorários periciais.
Sem custas (Justiça Gratuita).
Pelo princípio da sucumbência condeno a Autarquia ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação (art. 85, § 2º do NCPC), excluídas as parcelas vincendas (Súmula 111, STJ).
Retroativos: correção monetária e juros moratórios conforme índices/percentuais previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, sempre em sua “versão mais atualizada” em vigor ao tempo do cumprimento/liquidação do julgado.
P. R. Intimem-se na pessoa dos Procuradores.
Sendo apresentados recursos (principal e/ou adesivo), ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE proceder às intimações e certificações necessárias.
No NCPC (art. 1.030) o juízo de 1º grau não exerce mais qualquer atividade após proferida a sentença, pois o juízo de admissibilidade/recebimento recursal e seu processamento competem à Instância Superior. Neste sentido, o TJRO: 7000767-49.2018.8.22.0017 - Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia - Relator (DJe 27/8/2020) e TJSC: Agravo de Instrumento n. 4008541-52.2016.8.24.0000 - Relatora: Desembargadora Soraya Nunes Lins.
Neste caso, estando o feito em ordem, DETERMINO a remessa dos autos ao TRF1.ª Região para processamento e julgamento dos recursos que venha, a ser interpostos, com nossas homenagens.
2) Não havendo recurso ou sendo confirmada a sentença, passe à fase de cumprimento.
De antemão, esclareço que eventual pedido de honorários na fase de cumprimento de sentença não embargada está suspenso por determinação do C. STJ, que reconheceu repercussão geral no caso - Tema Repetitivo nº 1105.

No mesmo sentido, recente orientação enviada pelo TJRO aos Juízos por meio do SEI 0011811-92.2021.822.8800, de 22/9/2021.
ATENTEM-SE a isso na hora de elaborar as planilhas, evitando resserviço e impugnações desnecessárias e o INSS em não interpor embargos protelatórios, pois pode ser isento das verbas da fase de execução, seguindo o entendimento acima.
Da mesma forma, recomenda-se:
– caso os Procuradores tenham contrato de honorários junte para ser providenciada a reserva por este Juízo quando da expedição das RPV´s. Isso sempre foi tentado em benefício de todos e para maior celeridade.
– aos interessados e Patronos INFORMAR CONTAS do PATRONO e da parte Autora para transferência dos valores (já com as reservas), para evitar maior circulação e aglomeração de pessoas, bem como atraso processual, pois podem sacar os valores a qualquer dia ou realizar pagamentos por meios eletrônicos.
Transitada em julgado e nada sendo postulado, arquive-se.
Rolim de Moura/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023, 15:23.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

Procedimento Comum Cível
7003769-72.2023.8.22.0010
AUTOR: DEVANILZE TORRES DE OLIVEIRA, CPF nº 41893425215, AVENIDA NATAL 3110 CENTENÁRIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: GESSIKA NAYHARA TORRES COIMBRA, OAB nº RO8501A
REPRESENTADO: I. -. I. N. D. S. S., . ., . - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REPRESENTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Sentença
Trata-se de ação previdenciária ajuizada por DEVANILZE TORRES DE OLIVEIRA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, visando o restabelecimento do benefício de aposentadoria por invalidez
A ação foi ajuizada em 08/05/2023, apresentando o autor junto à exordial carta de concessão, extrato previdenciário (CNIS), laudos medicos, extrato do FGTS, requerimentos administrativos realizado em 2021 e em 2020.
Contudo, diante da análise percebe-se que parte autora já ajuizou ação em que pleiteou benefício nos autos 7001056-32.2020.8.22.0010 – pedido foi indeferido por não ter sido constatada incapacidade laboral.
Posteriormente ajuizou o processo sob n. 7008257-41.2021.8.22.0010, que também foi indeferido por ausência de incapacidade. Este processo teve como objeto o pedido de restabelecimento do benefício 634.818.767-9, cujo requerimento administrativo foi apresentado em 19/04/2021. O referido processo transitou em julgado em 31/05/2022. Tudo isso conforme consulta ao processo no Sistema PJE.
O pedido objeto dos autos 7008257-41.2021.8.22.0010 (já transitado em julgado) é exatamente o mesmo pedido realizado nos presentes autos 7003769-72.2023.8.22.0010, qual seja: o restabelecimento do benefício por incapacidade NB 634.818.767-9.
Destaco que para afastar o instituto da coisa julgada em ações previdenciárias deve ser comprovada a alteração da situação fática ou apresentada novas provas que apontem a alteração da situação fático-jurídica verificada na demanda anterior já julgada. Neste sentido é o entendimento do TRF1, a seguir:
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. APOSENTDORIA POR IDADE RURAL. EXTINÇÃO DA AÇÃO RESCISÓRIA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. 1. Ação rescisória ajuizada tempestivamente com fulcro no artigo 966, VII, do NCPC (documento novo), em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando desconstituir o acórdão transitado em julgado, proferido pela 1ª Turma deste Tribunal, que julgara extinto, sem resolução do mérito, o processo em que se pedia a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural, prejudicadas as apelações da parte autora, do INSS, bem como da remessa oficial. 2. A decisão há que ser de mérito para que ocorra a rescisão do julgado com base no art. 966, caput, do CPC/2015, não admitida, a princípio, a pretensão de desconstituição de acórdão que julgou extinto o processo sem resolução do mérito. 3. Embora o CPC/2015 tenha inovado ao estabelecer, excepcionalmente, a possibilidade de rescisão de julgado que, não sendo de mérito, impeça nova propositura da demanda (art. 966, § 2º, I), está afastada essa possibilidade no caso, uma vez que a coisa julgada, nas ações previdenciárias, opera secundum eventum litis ou secundum eventum probationis, sendo, assim, possível a renovação do pedido pela parte autora, diante de novas circunstâncias ou novas provas que apontem a alteração da situação fático-jurídica verificada na causa anterior (AC 0027048-55.2016.4.01.9199/MG, Desembargador Federal Francisco de Assis Betti, Segunda Turma, DJe de 19/05/2017; AC 0005673-61.2017.4.01.9199/MG, Desembargador Federal Francisco Neves da Cunha, Segunda Turma, DJe de 05/05/2017). 4. A iniciativa da parte autora de rediscutir a prova dos autos configura clara tentativa de conferir à ação rescisória a natureza de recurso, que ela, evidentemente, não tem. 5. Indeferimento da petição inicial e extinção da ação rescisória sem resolução do mérito (AR 1019625-71.2019.4.01.0000, DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO NEVES DA CUNHA, TRF1 - PRIMEIRA SEÇÃO, PJe 01/10/2020 PAG. Grifei).
Assim, configurada está a coisa julgada, visto que o primeiro processo proposto já transitou em julgado, possuindo a mesma causa de pedir, as mesmas partes e idêntico pedido.
Posto isso, em razão da coisa julgada, EXTINGO ESTE PROCESSO movido por DEVANILZE TORRES DE OLIVEIRA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, V do CPC.
Sem custas.
Intimem-se.
Transitado em julgado, arquivem-se.
Pratique-se o necessário.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
RM, sexta-feira, 14 de julho de 2023, 15:25.
Jeferson Cristi Tessila Melo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7005688-33.2022.8.22.0010

Requerente: SUELI SATIL DA SILVA
Advogado/Requerente: ONEIR FERREIRA DE SOUZA, OAB nº RO6475A, CIDINEIA GOMES DA ROCHA, OAB nº RO6594A
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado/Requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
S E N T E N Ç A
SUELI SATIL DA SILVA pretende seja o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL condenado a lhe conceder o benefício de auxílio-doença que passou a se chamar 'auxílio por incapacidade temporária' após a 'Reforma da Previdência' – EC 103/2019) e posteriormente convertê-lo em aposentadoria por invalidez.
Alega que é portadora de problemas de depressão e que requereu benefício previdenciário em 23/11/2021, porém a pericia administrativa foi agendada para 11/01/2023 e diante da mora administrativa, ingressou com o processo judicial.
Afirma que permanece incapacitada e sem condições de retornar ao trabalho.
Para análise do requerimento de tutela de urgência, foi determinado a realização de perícia médica (id. 88825501), aportando aos autos o laudo pericial de id. 89428949.
Não concedida a antecipação dos efeitos da tutela (id. 90137885) foi o réu citado e apresentou contestação (id. 90478159) e a autora impugnou (id. 91981698).
É o relatório. Decido.
Feito em ordem e regularmente instruído, estando apto a julgamento no estado que se encontra, nos termos dos arts. 4.º, 6.º, 139, inciso II e 355, inc. I, todos do CPC e 5.º inciso LXXVIII, da Constituição Federal, não se vislumbrando a necessidade de produção de outras provas, sem que isso afigure cerceamento de defesa. Neste sentido: STJ, 1ª Turma, AgRg nos EDcl no REsp 1136780/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, j. em 6/4/2010, DJe 3/8/2010 e STJ, 3ª Turma, REsp 829.255/MA, Rel. Ministro Sidnei Beneti, j. em 11/5/2010, DJe 18/6/2010, bem como o E. TJRO – Proc. nº: 10000720070006540.
Para o deslinde da controvérsia aqui instaurada, desnecessária a designação de audiência, nos termos do art. 443, inc. II, do NCPC.
Pretende a autora obter o benefício previdenciário previsto no art. 59 da Lei n. 8.213/91, que assim dispõe: O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
Da análise dos dispositivos acima, pode-se concluir que são quatro os requisitos para a concessão dos benefícios por incapacidade laboral: (a) a qualidade de segurado do requerente; (b) o cumprimento da carência de 12 contribuições mensais; (c) a superveniência de moléstia incapacitante para o desenvolvimento de atividade laboral que garanta a subsistência, e (d) o caráter permanente da incapacidade (para o caso da aposentadoria por invalidez) ou temporário (para o caso do auxílio-doença).
No caso em tela, restam incontroversos os pontos relativos à condição de segurada e cumprimento de carência.
É dos autos que a autora é segurada do RGPS (id. 79057816)
Todavia, no que tange ao outro requisito – o da incapacidade –, em análise mais detida do mérito, não restou comprovada.
É que no laudo pericial firmado pelo profissional nomeado pelo juízo, Dr. Oziel Soares Caetano, consta, dentre outras assertivas, que na data da perícia a requerente apresentava Fibromialgia – M79.7; Transtorno depressivo – F33.2; Lombalgia – M54.5, mas que NÃO A INCAPACITA para sua atividade habitual (do lar), sendo suscetível de reabilitação (Laudo id. 89428949).
Constou, ainda, do laudo:
"...A requerente refere desde o ano de 2013 vem sofrendo com dores intensas na região de coluna lombar, associado a fibromialgia e transtorno depressivo. Refere ainda que vem realizando acompanhamento médico psiquiátrico há 03 anos, com ajuste medicamentoso mantido há 01 ano.
O exame físico direcionado evidencia: Humor normal, raciocínio e memoria preservados, exacerbando dores na coluna lombar e claudicando da perna, mas sem sinais de radiculopatia ou inflamação atual.
Periciada com dores na coluna lombar, sem lesões significativas, associado a fibromialgia e transtorno depressivo, em tratamento psiquiátrico regular há 03 anos, e terapêutica mantida há mais de 1 ano. Não apresenta incapacidade laboral para suas ocupações habituais..."
Desta forma, não tendo a autora logrado êxito em comprovar a sua incapacidade para o trabalho, o caminho é a improcedência do pedido.
Neste sentido, recentíssimo entendimento do TRF1ª Região, autos PROCESSO: 1029622-20.2020.4.01.9999 - PROCESSO REFERÊNCIA: 7006341-40.2019.8.22.0010, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL CÉSAR JATAHY:
"...No caso, para fazer jus ao benefício de auxílio-doença, a legislação vigente determina que se faça necessária a demonstração de que o segurado se encontra incapacitado para o trabalho por mais de quinze dias consecutivos, nos termos do art. 60 da Lei n. 8.213/91, ao passo que a aposentadoria por invalidez o segurado deve estar incapacitado, mas, neste caso, a incapacidade deve ser definitiva, ou seja, insuscetível de reabilitação, na forma do art. 42 da mesma Lei.
Todavia, diante do contexto fático probatório, a parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, conforme explicitou o Magistrado em sua sentença, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.
O laudo pericial de fls. 98/100, inclusive, atesta que o requerente não apresenta incapacidade para a realização de atividades laborais, em relação ao quadro apresentado.
Dessa forma, não foi preenchido o requisito relativo à incapacidade, forçoso é concluir que a parte autora não faz jus à concessão do benefício no período pleiteado..."
Em outra decisão - acórdão de julho/2022, em: PROCESSO: 1004124-82.2021.4.01.9999 PROCESSO REFERÊNCIA: 7005376-62.2019.8.22.0010 CLASSE: APELAÇÃO CÍVEL (198):
RELATOR(A):CESAR CINTRA JATAHY FONSECA
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR(A) URBANO(A). INCAPACIDADE PARA O TRABALHO NÃO DEMOSTRADA. APELAÇÃO DA PARTE AUTORA DESPROVIDA.
1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais; c) a incapacidade parcial e temporária (auxílio-doença) ou permanente e total (aposentadoria por invalidez) para a atividade laboral.
2. A parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.
3. O laudo pericial atesta que a requerente não apresenta incapacidade para a realização de suas atividades laborais. Segundo o perito, a patologia detectada está controlada.

4. A coisa julgada opera secundum eventum litis ou secundum eventum probationis, permitindo a renovação do pedido, ante novas circunstâncias ou novas provas. Precedentes. 5. Apelação da parte autora desprovida
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TRABALHADORA URBANA. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais, salvo nas hipóteses previstas no art. 26, inciso II, da Lei n. 8.213/1991; c) incapacidade para o trabalho ou atividade habitual por mais de 15 dias ou, na hipótese da aposentadoria por invalidez, incapacidade (permanente e total) para atividade laboral. 2. Comprovado, por perícia médica judicial, que não há incapacidade da parte autora para o exercício de suas atividades laborais atuais, não é possível o deferimento do benefício postulado na inicial. 3. Ressalva-se que superveniente alteração da capacidade laborativa da parte autora poderá justificar a concessão do benefício, pois a coisa julgada em casos da espécie se opera secundum eventum litis, vale dizer, segundo as circunstâncias da causa. 4. Sem honorários recursais, porquanto não apresentadas as contrarrazões. 5. Apelação da autora desprovida. (AC 1000075-07.2017.4.01.3704, DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 16/07/2020 PAG.)
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR URBANO. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. CONJUNTO PROBATÓRIO. NEGATIVO. AUSÊNCIA DE PROVA DA INCAPACIDADE. 1. São requisitos para a concessão dos benefícios de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez a comprovação da qualidade de segurado da Previdência Social e o preenchimento do período de carência de 12 (doze) contribuições mensais, com exceção das hipóteses enumeradas no art. 26, III, c/c art. 39, I da Lei 8.213/1991, bem como a comprovação de incapacidade para o exercício de atividade laborativa. 2. A existência de perícia médica judicial atestando a incapacidade laborativa, em demanda cuja pretensão versa sobre a concessão de benefício de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez, é indispensável para o deslinde da questão. 3. No presente caso, o perito do juízo afirmou que não há incapacidade para o exercício das atividades habituais. 4. Apelação da parte autora não provida. (AC 1000447-78.2020.4.01.9999, DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 07/07/2020 PAG.)
Seguido por autos n. 1007391-96.2020.4.01.9999 - APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO, julgado em 16/4/2022;
Autos n. 1006410-67.2020.4.01.9999 - Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO – julgado em 16/02/2022; APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO.
Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - RECURSO INOMINADO: RI 0000554-05.2018.4.03.6330 SP - PROCESSO Nr: 0000554-05.2018.4.03.6330 AUTUADO EM 15/03/2018 e Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - APELAÇÃO CÍVEL: AC 0039064-12.2016.4.03.9999 SP - Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL NEWTON DE LUCCA, Data de Julgamento: 20/02/2017, OITAVA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA: 08/03/2017.
No mesmo sentido, recentíssima decisão do E. TJRO:
1ª Câmara Especial Processo:7003969-77.2021.8.22.0001 Apelação (PJe) Origem: 7003969-77.2021.8.22.0001
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador Federal: Procurador-Geral do INSS
Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO
Distribuído em 30/09/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA Apelação. Auxílio Doença. Auxilio Doença-Acidentário. Aposentadoria. Requisitos. Ausentes. Análise Pericial. Fundamentação. Sentença mantida. A legislação previdenciária impõe requisitos a serem alcançados para que seja concedido o auxílio-doença, auxílio doença-acidentário ou aposentadoria por invalidez. A sentença que julgou improcedente o pedido de concessão do benefício previdenciário deve ser mantida quando o laudo pericial e demais provas não ensejaram o alcance dos benefícios pretendidos.
(DJe de 11/11/2022, p. 94).

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 7007434-94.2021.8.22.0001 Apelação Origem: 7007434-94.2021.8.22.0001 Porto Velho/7ª Vara Cível Apelante: José Lindolfo Franca Ferreira Advogado: Felipe Góes Gomes de Aguiar (OAB/RO 4494) Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador: Procurador-Geral do INSS Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 18/01/2023 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR."
EMENTA Apelação Cível. Ação previdenciária. Aposentadoria por invalidez. Indevida. Redução parcial e permanente da capacidade laboral. Aspectos socioeconômicos e profissionais. Possibilidade de reabilitação. Recurso não provido. 1. O beneficiário faz jus ao benefício aposentadoria por invalidez quando preenche os requisitos indispensáveis, quais sejam a incapacidade total e permanente para o labor. Precedentes da Corte. 2. Ainda que o juiz seja livre para apreciar as provas e não esteja vinculado à conclusão do perito para julgar a causa, não há que se falar em irregularidade na adoção do laudo como causa de decidir. 3. Na hipótese, mesmo que a lesão seja permanente, a falta de comprovação da incapacidade total impede a concessão de aposentadoria por invalidez. 4. Recurso não provido.
(DJe de 13/4/2023, p. 167).
Isso posto, ausentes os requisitos legais, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e, como consequência, EXTINGO O PROCESSO, com resolução do mérito e fulcro no art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil.
Requisitem-se o pagamento dos honorários periciais.
Sem custas e verba honorária, ante a gratuidade de justiça.
P. R. Intimem-se na pessoa dos Procuradores.
Sendo apresentados recursos (principal e/ou adesivo), ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE proceder às intimações e certificações necessárias.
No NCPC (art. 1.030) o juízo de 1º grau não exerce mais qualquer atividade após proferida a sentença, pois o juízo de admissibilidade/recebimento recursal e seu processamento competem à Instância Superior. Neste sentido, o TJRO: 7000767-49.2018.8.22.0017 - Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia - Relator (DJe 27/8/2020) e TJSC: Agravo de Instrumento n. 4008541-52.2016.8.24.0000 - Relatora: Desembargadora Soraya Nunes Lins.
Neste caso, estando o feito em ordem, DETERMINO a remessa dos autos ao TRF1.ª Região para processamento e julgamento dos recursos que venham a ser interpostos, com nossas homenagens.
Transitado em julgado e não havendo mais pendências, arquive-se.
Rolim de Moura/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023, 14:52
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7010534-93.2022.8.22.0010
Requerente: GRACIELE CAMILO DOS REIS
Advogado/Requerente: FRANCISCA JUSARA DE MACEDO COELHO SILVA, OAB nº RO10215
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado/Requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
S E N T E N Ç A
1 - Fase de conhecimento:
Relatório:
GRACIELE CAMILO DOS REIS pretende seja o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS condenado a lhe conceder o benefício de auxílio-doença que passou a se chamar 'auxílio por incapacidade temporária' após a 'Reforma da Previdência' – EC 103/2019) e posteriormente convertê-lo em aposentadoria por invalidez.
Alega que apresentou lesão tendão de aquiles e precisou afastar-se de suas atividades habituais. Deste modo, requereu o benefício administrativo em 01/11/2022 (id.84522712). No entanto, devido a mora administrativa em agendar a perícia, ingressou com a ação judicial Argumenta que continua incapacitada e sem condições de retornar ao trabalho.
Foi determinado, de plano, a realização de perícia médica (id. 87135696), aportando aos autos o laudo pericial de id. 89428908.
Indeferida a tutela de urgência (id.90137888). O réu foi citado e apresentou contestação com proposta de acordo (id. 90648004). A autora impugnou (id. 92053385).
É o relatório. Decido.
Feito em ordem e regularmente instruído, estando apto a julgamento no estado que se encontra, nos termos dos arts. 4.º, 6.º, 139, inciso II e 355, inc. I, todos do CPC e 5.º inciso LXXVIII, da Constituição Federal, não se vislumbrando a necessidade de produção de outras provas, sem que isso afigure cerceamento de defesa. Neste sentido: STJ, 1ª Turma, AgRg nos EDcl no REsp 1136780/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, j. em 6/4/2010, DJe 3/8/2010 e STJ, 3ª Turma, REsp 829.255/MA, Rel. Ministro Sidnei Beneti, j. em 11/5/2010, DJe 18/6/2010, bem como o E. TJRO – Proc. nº: 10000720070006540.
Para o deslinde da controvérsia aqui instaurada, desnecessária a designação de audiência, nos termos do art. 443, inc. II, do NCPC.
Pretende o autor obter o benefício previdenciário previsto no art. 59 da Lei n. 8.213/91, que assim dispõe: O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
Da análise dos dispositivos acima, pode-se concluir que são quatro os requisitos para a concessão dos benefícios por incapacidade laboral: (a) a qualidade de segurado do requerente; (b) o cumprimento da carência de 12 contribuições mensais; (c) a superveniência de moléstia incapacitante para o desenvolvimento de atividade laboral que garanta a subsistência, e (d) o caráter permanente da incapacidade (para o caso da aposentadoria por invalidez) ou temporário (para o caso do auxílio-doença).
É dos autos que Graciele é segurada do RGPS (id. 90648005);
No tocante ao outro requisito - o da incapacidade -, na fase instrutória, realizada a perícia médica judicial, atestou o Perito nomeado pelo Juízo (id. 89428908), que a autora é portadora de Lesão tendão de Aquiles – S86.0., que a incapacita total e temporariamente para o exercício de sua atividade habitual (auxiliar de produção).
Constou, ainda, do laudo:
A requerente refere sofreu grave acidente de trânsito em 26-09-2022, com lesão do tendão de aquiles no calcanhar esquerdo, foi submetido a tratamento cirúrgico devido a ruptura do tendão, tendo boa recuperação com leve redução da dorsiflexão do pé esquerdo. Refere ainda que faz uso constante de medicamentos para alívio das dores e que há piora álgica com esforço físico e sobrecarga no membro afetado.
O exame físico direcionado evidencia: Cicatriz extensa em calcanhar esquerdo, com redução leve da dorsiflexão do pé esquerdo.
Periciada com relatos de acidente de moto, sofrido em 26/09/2022, com lesão parcial do tendão de Aquiles no calcanhar esquerdo, sendo submetida a cirurgia ortopédica 50 dias depois, com boa recuperação. Não apresenta incapacidade laboral atual, mas apresentou durante o período desde o acidente até o retorno, em 05/01/2023, devido a lesão.
Nesse ponto, em que pese a gravidade da patologia apresentada, não estão preenchidos os requisitos para a concessão de aposentadoria por invalidez (incapacidade total e permanente para qualquer atividade laborativa), como requereu a autora.
A contingência coberta pelo auxílio-doença é a incapacidade total e temporária para o exercício das atividades habituais, mas que é passível de recuperação ou reabilitação. A aposentadoria por invalidez protege a incapacidade total e definitiva para qualquer trabalho.
Nesse sentido, o art. 59 da Lei 8.213/91, não distingue entre incapacidade total e parcial, mencionando apenas que o segurado que ficar incapacitado para o trabalho por mais de quinze dias consecutivos terá direito ao auxílio-doença, não tendo este, um prazo máximo para a concessão, devendo perdurar enquanto não houver recuperação da capacidade do trabalho ou transformação em aposentadoria por invalidez, caso o segurado seja considerado irrecuperável.
No caso em tela foi atestado pelo perito que não há incapacidade TOTAL e PERMANENTE, portanto, não há como ser concedido a aposentadoria por invalidez, pois ausentes os requisitos. Observe-se o laudo de id. 89428908, especialmente quesitos ns. 3 e 5.
A patologia que acomete a Autora pode ser amenizada (quesito 10). Considere-se, ainda, sua idade (24 anos) e que pode se recuperar e continuar exercendo sua atividade (quesito 7 e 8).
Quanto ao termo inicial do benefício, deve ser fixado desde a data do requerimento administrativo, devendo ser respeitado o prazo de afastamento sugerido pelo perito judicial.
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedente o pedido inicial e condeno o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS a conceder, em favor de GRACIELE CAMILO DOS REIS o benefício de auxílio-doença, com efeitos financeiros a partir do pedido administrativo (01/11/2022 id. 84522712) e cessando em 05/01/2023, conforme laudo pericial. (id. 89428908).

Requisite-se os honorários periciais.
Sem custas (Justiça Gratuita).
Pelo princípio da sucumbência condeno a Autarquia ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação (art. 85, § 2º do NCPC), excluídas as parcelas vincendas (Súmula 111, STJ).
Retroativos: correção monetária e juros moratórios conforme índices/percentuais previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, sempre em sua "versão mais atualizada" em vigor ao tempo do cumprimento/liquidação do julgado.
P. R. Intimem-se nas pessoas dos procuradores.
Sendo apresentados recursos (principal e/ou adesivo), ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE proceder às intimações e certificações necessárias.
No NCPC (art. 1.030) o juízo de 1º grau não exerce mais qualquer atividade após proferida a sentença, pois o juízo de admissibilidade/recebimento recursal e seu processamento competem à Instância Superior. Neste sentido, o TJRO: 7000767-49.2018.8.22.0017 - Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia - Relator (DJe 27/8/2020) e TJSC: Agravo de Instrumento n. 4008541-52.2016.8.24.0000 - Relatora: Desembargadora Soraya Nunes Lins.
Neste caso, estando o feito em ordem, DETERMINO a remessa dos autos ao TRF1.ª Região para processamento e julgamento dos recursos que venham a ser interpostos, com nossas homenagens.
2) Não havendo recurso ou sendo confirmada a sentença, passe à fase de cumprimento.
De antemão, esclareço que eventual pedido de honorários na fase de cumprimento de sentença não embargada está suspenso por determinação do C. STJ, que reconheceu repercussão geral no caso - Tema Repetitivo nº 1105.
No mesmo sentido, recente orientação enviada pelo TJRO aos Juízos por meio do SEI 0011811-92.2021.822.8800, de 22/9/2021.
ATENTEM-SE a isso na hora de elaborar as planilhas, evitando resserviço e impugnações desnecessárias e o INSS em não interpor embargos protelatórios, pois pode ser isento das verbas da fase de execução, seguindo o entendimento acima.
Da mesma forma, recomenda-se:
– caso os Procuradores tenham contrato de honorários junte para ser providenciada a reserva por este Juízo quando da expedição das RPV´s. Isso sempre foi tentado em benefício de todos e para maior celeridade.
– aos interessados e Patronos INFORMAR CONTAS do PATRONO e da parte Autora para transferência dos valores (já com as reservas), para evitar maior circulação e aglomeração de pessoas, bem como atraso processual, pois podem sacar os valores a qualquer dia ou realizar pagamentos por meios eletrônicos.
Transitada em julgado e nada sendo postulado, arquive-se.
Rolim de Moura/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023, 15:02
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Telefone: (69) 3449-3710, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
e-mail: cperolimdemoura@tjro.jus.br
Processo : 7011123-85.2022.8.22.0010
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: LACY DA SILVA ANDRADE PAIVA
Advogado do(a) AUTOR: OZIEL SOBREIRA LIMA - RO0006053A
REU: BANCO C6 CONSIGNADO S.A.
Advogado do(a) REU: FELICIANO LYRA MOURA - PE0021714A
INTIMAÇÃO PARTES - RETORNO DO TJ
01) Ficam AS PARTES intimadas a manifestarem-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do retorno dos autos, sob pena de arquivamento.
Advertência: Conforme prevê o art. 31, parágrafo único da Lei 3896/16, o feito poderá ser desarquivado a qualquer momento, desde que apresentado pedido descritivo, acompanhado de planilha dos créditos, de acordo com os arts. 523 e 524 do CPC, visando a intimação da parte adversa ao início do cumprimento de sentença.
2) Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Advertência:
Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7010510-65.2022.8.22.0010
Requerente: ANA PAULA DA SILVA FERREIRA
Advogado/Requerente: RUBIA CARLA TOLEDO ANDRADE ROZ, OAB nº RO11415
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado/Requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
S E N T E N Ç A
ANA PAULA DA SILVA FERREIRA pretende seja o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL condenado a lhe restabelecer o benefício de auxílio-doença que passou a se chamar 'auxílio por incapacidade temporária' após a 'Reforma da Previdência' – EC 103/2019) e posteriormente convertê-lo em aposentadoria por invalidez.

Alega que é portadora de problemas de tendinite e que requereu benefício previdenciário em 05/11/2021 e recebeu até 13/05/2022 quando foi submetida a perícia administrativa e a Autarquia RÉ, alegando ausência de incapacidade, cessou o pagamento.
Afirma que a cessação é indevida, pois, permanece incapacitada e sem condições de retornar ao trabalho.
Para análise do requerimento de tutela de urgência, foi determinado a realização de perícia médica (id. 85330833), aportando aos autos o laudo pericial de id. 87765900.
Não concedida a antecipação dos efeitos da tutela (id. 90137871) foi o réu citado e apresentou contestação (id. 90511750) e a autora impugnou o laudo pericial (id. 91229982).
É o relatório. Decido.
Feito em ordem e regularmente instruído, estando apto a julgamento no estado que se encontra, nos termos dos arts. 4.º, 6.º, 139, inciso II e 355, inc. I, todos do CPC e 5.º inciso LXXVIII, da Constituição Federal, não se vislumbrando a necessidade de produção de outras provas, sem que isso afigure cerceamento de defesa. Neste sentido: STJ, 1ª Turma, AgRg nos EDcl no REsp 1136780/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, j. em 6/4/2010, DJe 3/8/2010 e STJ, 3ª Turma, REsp 829.255/MA, Rel. Ministro Sidnei Beneti, j. em 11/5/2010, DJe 18/6/2010, bem como o E. TJRO – Proc. nº: 10000720070006540.
Para o deslinde da controvérsia aqui instaurada, desnecessária a designação de audiência, nos termos do art. 443, inc. II, do NCPC.
Pretende a autora obter o benefício previdenciário previsto no art. 59 da Lei n. 8.213/91, que assim dispõe: O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
Da análise dos dispositivos acima, pode-se concluir que são quatro os requisitos para a concessão dos benefícios por incapacidade laboral: (a) a qualidade de segurado do requerente; (b) o cumprimento da carência de 12 contribuições mensais; (c) a superveniência de moléstia incapacitante para o desenvolvimento de atividade laboral que garanta a subsistência, e (d) o caráter permanente da incapacidade (para o caso da aposentadoria por invalidez) ou temporário (para o caso do auxílio-doença).
No caso em tela, restam incontroversos os pontos relativos à condição de segurada e cumprimento de carência.
É dos autos que a autora requereu benefício previdenciário em 05/11/2021 e recebeu até 13/05/2022 quando foi submetida a perícia administrativa e a Autarquia, alegando ausência de incapacidade, cessou o pagamento.
Todavia, no que tange ao outro requisito – o da incapacidade –, em análise mais detida do mérito, não restou comprovada.
É que no laudo pericial firmado pelo profissional nomeado pelo juízo, Dr. Oziel Soares Caetano, consta, dentre outras assertivas, que na data da perícia a requerente apresentava Cisto sinovial punho direito – M71; Sinovite punho direito – M65., mas que NÃO A INCAPACITA para qualquer atividade, sendo suscetível de recuperação e reabilitação (Laudo id. 87765900).
Constou, ainda, do laudo:
"...A requerente refere que é portadora de tendinite em punho direito e em ombro esquerdo desde o ano de 2019, tendo em vista sua atividade laborativa na época
que consistia em realizar movimentos repetitivos. Refere ainda que vem realizando tratamento conservador para alívio álgico, no entanto, ainda persistem com limitação
e dor constante em punho direito e ombro esquerdo.
O exame físico direcionado evidencia: Presença de cisto sinovial, sem sinais inflamatórios atuais ou espessamento ligamentar. Função preservada.
Periciada com cisto sinovial em punho direito, e sinovite crônica, em remissão atual, tendo restrições para esforços repetitivos no membro. Não apresenta incapacidade laboral atual, mas tem sequelas residuais de doença ocupacional..."
Desta forma, não tendo a autora logrado êxito em comprovar a sua incapacidade para o trabalho, o caminho é a improcedência do pedido.
Neste sentido, recentíssimo entendimento do TRF1ª Região, autos PROCESSO: 1029622-20.2020.4.01.9999 - PROCESSO REFERÊNCIA: 7006341-40.2019.8.22.0010, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL CÉSAR JATAHY:
"...No caso, para fazer jus ao benefício de auxílio-doença, a legislação vigente determina que se faça necessária a demonstração de que o segurado se encontra incapacitado para o trabalho por mais de quinze dias consecutivos, nos termos do art. 60 da Lei n. 8.213/91, ao passo que a aposentadoria por invalidez o segurado deve estar incapacitado, mas, neste caso, a incapacidade deve ser definitiva, ou seja, insuscetível de reabilitação, na forma do art. 42 da mesma Lei.
Todavia, diante do contexto fático probatório, a parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, conforme explicitou o Magistrado em sua sentença, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.
O laudo pericial de fls. 98/100, inclusive, atesta que o requerente não apresenta incapacidade para a realização de atividades laborais, em relação ao quadro apresentado.
Dessa forma, não foi preenchido o requisito relativo à incapacidade, forçoso é concluir que a parte autora não faz jus à concessão do benefício no período pleiteado..."
Em outra decisão - acórdão de julho/2022, em: PROCESSO: 1004124-82.2021.4.01.9999 PROCESSO REFERÊNCIA: 7005376-62.2019.8.22.0010 CLASSE: APELAÇÃO CÍVEL (198):
RELATOR(A):CESAR CINTRA JATAHY FONSECA
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR(A) URBANO(A). INCAPACIDADE PARA O TRABALHO NÃO DEMOSTRADA. APELAÇÃO DA PARTE AUTORA DESPROVIDA.
1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais; c) a incapacidade parcial e temporária (auxílio-doença) ou permanente e total (aposentadoria por invalidez) para a atividade laboral.
2. A parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.
3. O laudo pericial atesta que a requerente não apresenta incapacidade para a realização de suas atividades laborais. Segundo o perito, a patologia detectada está controlada.
4. A coisa julgada opera secundum eventum litis ou secundum eventum probationis, permitindo a renovação do pedido, ante novas circunstâncias ou novas provas. Precedentes. 5. Apelação da parte autora desprovida
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TRABALHADORA URBANA. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais, salvo nas hipóteses previstas no art. 26, inciso II, da Lei n. 8.213/1991; c) incapacidade para o trabalho ou atividade habitual

por mais de 15 dias ou, na hipótese da aposentadoria por invalidez, incapacidade (permanente e total) para atividade laboral. 2. Comprovado, por perícia médica judicial, que não há incapacidade da parte autora para o exercício de suas atividades laborais atuais, não é possível o deferimento do benefício postulado na inicial. 3. Ressalva-se que superveniente alteração da capacidade laborativa da parte autora poderá justificar a concessão do benefício, pois a coisa julgada em casos da espécie se opera secundum eventum litis, vale dizer, segundo as circunstâncias da causa. 4. Sem honorários recursais, porquanto não apresentadas as contrarrazões. 5. Apelação da autora desprovida. (AC 1000075-07.2017.4.01.3704, DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 16/07/2020 PAG.)
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR URBANO. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. CONJUNTO PROBATÓRIO. NEGATIVO. AUSÊNCIA DE PROVA DA INCAPACIDADE. 1. São requisitos para a concessão dos benefícios de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez a comprovação da qualidade de segurado da Previdência Social e o preenchimento do período de carência de 12 (doze) contribuições mensais, com exceção das hipóteses enumeradas no art. 26, III, c/c art. 39, I da Lei 8.213/1991, bem como a comprovação de incapacidade para o exercício de atividade laborativa. 2. A existência de perícia médica judicial atestando a incapacidade laborativa, em demanda cuja pretensão versa sobre a concessão de benefício de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez, é indispensável para o deslinde da questão. 3. No presente caso, o perito do juízo afirmou que não há incapacidade para o exercício das atividades habituais. 4. Apelação da parte autora não provida. (AC 1000447-78.2020.4.01.9999, DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 07/07/2020 PAG.)
Seguido por autos n. 1007391-96.2020.4.01.9999 - APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO, julgado em 16/4/2022;
Autos n. 1006410-67.2020.4.01.9999 - Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO – julgado em 16/02/2022; APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO.
Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - RECURSO INOMINADO: RI 0000554-05.2018.4.03.6330 SP - PROCESSO Nr: 0000554-05.2018.4.03.6330 AUTUADO EM 15/03/2018 e Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - APELAÇÃO CÍVEL: AC 0039064-12.2016.4.03.9999 SP - Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL NEWTON DE LUCCA, Data de Julgamento: 20/02/2017, OITAVA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA: 08/03/2017.
No mesmo sentido, recente decisão do E. TJRO:
1ª Câmara Especial Processo:7003969-77.2021.8.22.0001 Apelação (PJe) Origem: 7003969-77.2021.8.22.0001
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador Federal: Procurador-Geral do INSS
Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO
Distribuído em 30/09/2022
Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE.”
EMENTA Apelação. Auxílio Doença. Auxilio Doença-Acidentário. Aposentadoria. Requisitos. Ausentes. Análise Pericial. Fundamentação. Sentença mantida. A legislação previdenciária impõe requisitos a serem alcançados para que seja concedido o auxílio-doença, auxílio doença-acidentário ou aposentadoria por invalidez. A sentença que julgou improcedente o pedido de concessão do benefício previdenciário deve ser mantida quando o laudo pericial e demais provas não ensejaram o alcance dos benefícios pretendidos.

(DJe de 11/11/2022, p. 94).
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 7007434-94.2021.8.22.0001 Apelação Origem: 7007434-94.2021.8.22.0001 Porto Velho/7ª Vara Cível Apelante: José Lindolfo Franca Ferreira Advogado: Felipe Góes Gomes de Aguiar (OAB/RO 4494) Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador: Procurador-Geral do INSS Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 18/01/2023 Decisão:“RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.” EMENTA Apelação Cível. Ação previdenciária. Aposentadoria por invalidez. Indevida. Redução parcial e permanente da capacidade laboral. Aspectos socioeconômicos e profissionais. Possibilidade de reabilitação. Recurso não provido. 1. O beneficiário faz jus ao benefício aposentadoria por invalidez quando preenche os requisitos indispensáveis, quais sejam a incapacidade total e permanente para o labor. Precedentes da Corte. 2. Ainda que o juiz seja livre para apreciar as provas e não esteja vinculado à conclusão do perito para julgar a causa, não há que se falar em irregularidade na adoção do laudo como causa de decidir. 3. Na hipótese, mesmo que a lesão seja permanente, a falta de comprovação da incapacidade total impede a concessão de aposentadoria por invalidez. 4. Recurso não provido. (DJe de 13/4/2023, p. 167).
Isso posto, ausentes os requisitos legais, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e, como consequência, EXTINGO O PROCESSO, com resolução do mérito e fulcro no art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil.
Requisite-se o pagamento dos honorários periciais.
Sem custas e verba honorária, ante a gratuidade de justiça.
P. R. Intimem-se na pessoa dos Procuradores.
Sendo apresentados recursos (principal e/ou adesivo), ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE proceder às intimações e certificações necessárias.
No NCPC (art. 1.030) o juízo de 1º grau não exerce mais qualquer atividade após proferida a sentença, pois o juízo de admissibilidade/recebimento recursal e seu processamento competem à Instância Superior. Neste sentido, o TJRO: 7000767-49.2018.8.22.0017 - Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia - Relator (DJe 27/8/2020) e TJSC: Agravo de Instrumento n. 4008541-52.2016.8.24.0000 - Relatora: Desembargadora Soraya Nunes Lins.
Neste caso, estando o feito em ordem, DETERMINO a remessa dos autos ao TRF1.ª Região para processamento e julgamento dos recursos que venham a ser interpostos, com nossas homenagens.
Transitado em julgado e não havendo mais pendências, arquive-se.
Rolim de Moura/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023, 15:57.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7008205-45.2021.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 2.716,43 Parte autora: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS

E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 Advogado: SÃO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ nº 14.294.578/0001-02,
Linha 184, km3, Lado Norte, S/N, Lote 10 da Gleba 13,
Zona Rural,
CEP:76.940-000, Rolim de Moura
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como “Cidade Jardim”, localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU.
A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.
O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.
A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.
Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:
Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).
Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).
Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: “...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento...” (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).
Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.
Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.
A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.
Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.
A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de “conexão” ou “reunião de processos” feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:
“...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.
Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010,

7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.
(...)
Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.
Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.
(...)
CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO
O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.
Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).
Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:
Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.
Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.
Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.
Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,
Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.
Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.
Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.
Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.
Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).
Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.
Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).
Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."

(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).
Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.
Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD. Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).
No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.
Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.
Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca.
Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.
No mais, tonem os autos conclusos para análise da Pré-Executividade.
Rolim de Moura/RO, sábado, 15 de julho de 2023, 06:36
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7009981-80.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO APELANTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO APELADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
Decisão DETERMINANDO SUSPENSÃO DO FEITO
PEDIDO DO CREDOR
A pedido do exequente, SUSPENDO O FEITO por 60 dias.
Decorrido o prazo acima, sem manifestação, entender-se-á que o crédito foi integralmente satisfeito e o feito será extinto (art. 924, inciso II c/c 925, ambos do NCPC).
Intime-se a Parte, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (art. 270 do NCPC).
Rolim de Moura/RO, sábado, 15 de julho de 2023, 06:40
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7008217-59.2021.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 2.716,43 Parte autora: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 Advogado: SÃO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ nº 14.294.578/0001-02,
Linha 184, km3, Lado Norte, S/N, Lote 10 da Gleba 13,
Zona Rural,
CEP:76.940-000, Rolim de Moura
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como "Cidade Jardim", localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU.
A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.

O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.
A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.
Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:
Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).
Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).
Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: "...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento..." (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).
Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.
Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.
A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.
Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.
A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:
"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.
Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.
(...)
Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.
Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.
(...)
CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO
O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.
Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).
Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:
Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.
Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.
Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.

Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,

Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.

Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.

Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.

Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.

Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).

Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.

Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).

Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."

(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).

Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD

Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos

diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.

Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.

Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca.

Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.

No mais, considerando que a São Tomás já se encontra habilitada no feito, CITE-SE E INTIME por meio de seus procuradores.

Rolim de Moura/RO, sábado, 15 de julho de 2023, 06:50

Jeferson Cristi Tessila de Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
E-mail: rdm1civgab@tjro.jus.br . Telefone/WhatsApp: 69 3449 3701.Processo n.: 7004859-86.2021.8.22.0010 Classe: Cumprimento de sentença Valor da ação: R$ 6.423,72 Parte autora: PAULO HENRIQUE CAMILO DA SILVA Advogado: CAMILA NAYARA PEREIRA SANTOS, OAB nº RO6779, PAMELA CRISTINA PEDRA TEODORO, OAB nº RO8744 Parte requerida: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA S E N T E N Ç A
(extinção - pagamento integral do débito)
A exequente noticiou no feito que houve a quitação integral do débito executado nestes autos.
Assim, EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inciso II, c/c art. 925, ambos do Código de Processo Civil.
Torno sem efeito eventuais constrições nos autos.
Esclareço que inexistem bens penhorados, tampouco restrições inseridas nos sistemas Renajud e Sisbajud.
Custas e honorários quitados.
Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia e porque não terão prejuízos.
Trânsito em julgado nesta data, nos termos do artigo 1.000, do CPC.
Não havendo mais pendências, arquive-se de imediato.
Rolim de Moura/RO, sábado, 15 de julho de 2023, 06:12.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7009401-50.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
DECISÃO DETERMINANDO SUSPENSÃO DO FEITO
PEDIDO DO CREDOR
A pedido do exequente, SUSPENDO O FEITO por 60 dias.
Decorrido o prazo acima, sem manifestação, entender-se-á que o crédito foi integralmente satisfeito e o feito será extinto (art. 924, inciso II c/c 925, ambos do NCPC).
Intime-se a Parte, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (art. 270 do NCPC).
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:20.
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7006704-56.2021.8.22.0010
Requerente: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Advogado/Requerente: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Requerido: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
Advogado/Requerido: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394, IVONILDES GOMES PATRIOTA, OAB nº GO28899
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
Exceção de preexecutividade rejeitada. Nada de novo a alterar.
Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como “Cidade Jardim”, localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU.
A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.

O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.
A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.
Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:
Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).
Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).
Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: "...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento..." (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).
Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.
Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.
A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.
Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.
A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:
"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.
Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.
(...)
Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.
Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.
(...)
CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO
O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.
Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).
Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:
Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.
Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.
Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.

Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,

Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.

Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.

Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.

Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.

Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).

Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.

Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).

Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."

(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).

Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD

Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos

diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.

Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.

Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca. Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.

Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:24.

Jeferson Cristi Tessila Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Rolim de Moura - 2ª Vara Cível

Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710

Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7005527-57.2021.8.22.0010

Requerente: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Advogado/Requerente: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Requerido: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
Advogado/Requerido: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394, IVONILDES GOMES PATRIOTA, OAB nº GO28899
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
Exceção de preexecutividade rejeitada. Nada de novo a alterar.
Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como "Cidade Jardim", localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU. A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.
O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.
A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.
Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:
Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).
Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).
Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: "...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento..." (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).
Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.
Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.
A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.
Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.
A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:
"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.
Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.

(...)
Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.
Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.
(...)
CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO
O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.
Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).
Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:
Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.
Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.
Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.
Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,
Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.
Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.
Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.
Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.
Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).
Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.
Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).
Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."
(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).

Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de “conexão”, reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que “a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz”. Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que “quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só”. Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que “o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor” – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: “PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido.” Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.
Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.
Publique-se, registre-se, intime-se.
(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.
Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.
Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca. Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:25.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7007122-91.2021.8.22.0010
Requerente: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Advogado/Requerente: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Requerido: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
Advogado/Requerido: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394, IVONILDES GOMES PATRIOTA, OAB nº GO28899
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
Exceção de preexecutividade rejeitada. Nada de novo a alterar.
Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como "Cidade Jardim", localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU. A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.
O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.
A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.
Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022.
Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:
Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).
Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).
Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: "...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento..." (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).
Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E

PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.
Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.
A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.
Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.
A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:
"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.
Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.
(...)
Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.
Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.
(...)
CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO
O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.
Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).
Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:
Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.
Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.
Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.
Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,
Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.
Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.
Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.
Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.
Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia

da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).
Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.
Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).
Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."
(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).
Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que

correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.

Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.

Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca. Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.

Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:26

Jeferson Cristi Tessila Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Rolim de Moura - 2ª Vara Cível

Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7002413-76.2022.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 6.156,73 Parte autora: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 Advogado:

CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA

LIDES DISTINTAS

RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)

CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS

IPTU – FATO GERADOR

(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)

Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:

Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como "Cidade Jardim", localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.

Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU. A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.

O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).

Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.

A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.
Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:
Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).
Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).
Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: "...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento..." (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).
Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.
Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.
A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.
Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.
A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:
"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.
Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.
(...)
Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.
Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.
(...)
CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO
O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.
Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).
Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:
Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.
Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.
Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.
Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,

Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.
Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.
Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.
Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.
Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).
Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.
Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).
Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."
(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).
Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência

total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.

Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.

Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca.

Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.

No mais, a São Tomás apresentou Exceção de Pré-Executividade.

Intime-se o município de Rolim de Moura para conhecimento e manifestação, no prazo da lei.

Juntar processo administrativo tributário atualizado e reclamação administrativa feita pelo executado-excipiente.

Após, conclusos.

Intime-se por meio de seu procurador.

Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:28

Jeferson Cristi Tessila de Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Rolim de Moura - 2ª Vara Cível

Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710

Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7008631-57.2021.8.22.0010

Requerente: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

Advogado/Requerente: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Requerido: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
Advogado/Requerido: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394, IVONILDES GOMES PATRIOTA, OAB nº GO28899
DECISÃO
Já foi homologado acordo nos presentes autos (ID 81897053).
O feito já foi suspenso pelo prazo do acordo, devendo o feito ser novamente remetido ao arquivo provisório.
Aguarde-se cumprimento do acordo.
Rolim de Moura/RO, 16 de julho de 2023.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7005561-32.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Passivo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394, IVONILDES GOMES PATRIOTA, OAB nº GO28899
DETERMINAÇÃO PARA INTIMAR O MUNICÍPIO
PARA MANIFESTAÇÃO
Intime-se o município de Rolim de Moura para manifestação quanto às informações referentes ao parcelamento do débito e pedido de suspensão do feito.
Após, conclusos.
Intime-se por meio de seu procurador.
Rolim de Moura, data conforme movimentação processual.
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7008729-42.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Passivo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
D E C I S Ã O - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE
REJEIÇÃO – ÁREA URBANA – INCIDÊNCIA DE IPTU e TAXA DE REMOÇÃO DE RESÍDUOS.
PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA REGISTRADA EM NOME DA EXECUTADA (Loteamento Urbano)
Art. 156, I, da Constituição Federal; arts. 32 a 34, do CTN e art. 11 do Código Tributário do Município de Rolim de Moura (Lei n. 947/2000)
APLICAÇÃO da SÚMULA 626 do STJ
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
I - RELATÓRIO:
Trata-se de EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE em EXECUÇÃO FISCAL apresentada por SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.
A execução fiscal foi fundada em IPTU e taxa de remoção de resíduos (ID 65413106).
A SÃO TOMÁS era e é a loteadora/incorporadora responsável pela Incorporadora Buriti (responsável pelo loteamento conhecido como “Cidade Jardim”), localizado depois da UNIR, na saída de Rolim de Moura para BR364. Este loteamento tem mais de 2.000 terrenos. Isso é incontroverso e notório nesta cidade.
São Tomás apresentou exceção de pré-executividade ao argumento de que o título executivo é nulo, pois a Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, bem como por não haver preenchimento dos requisitos para cobrança de IPTU, violando diretamente o art. 32 do CTN e o art. 150, IV da CF, logo, não podendo ser executado.
Pede liminarmente a suspensão da execução.
Alega efeito confiscatório do tributo e causa suspensiva da exigibilidade do crédito tributário, consistente na realização de protocolo de reclamação para suspensão de créditos tributários, bem como alega que já foi protocolado requerimento de cancelamento do projeto.
Ao final requer a suspensão de qualquer ato de constrição de bens da excipiente, bem como seja conhecida a nulidade do título executivo, violação ao art. 32, § 1º, do CTN e o art. 11, § 3º, da Lei Municipal. Por fim, requer a condenação do excepto ao pagamento das custas e honorários advocatícios.
Anexou imagens e documentos.
O exequente/excepto impugnou a exceção (ID 8903339). No mérito alega que foram preenchidos todos os requisitos para constituição do crédito tributário, não havendo qualquer nulidade da Certidão de Dívida Ativa – CDA ou causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Ao final requer a improcedência da exceção de pré-executividade, com condenação do excipiente ao pagamento de honorários de sucumbência em favor dos advogados e determinando o regular prosseguimento da Execução Fiscal.

Vieram os autos conclusos.
É o relatório. DECIDO.
II – FUNDAMENTAÇÃO:
Trata-se de julgamento de exceção de pré-executividade.
A exceção de pré-executividade é uma espécie de defesa do executado, onde ele poderá alegar vício de matéria de ordem pública mediante simples petição e sem a necessidade de garantia do juízo. Tal modalidade de defesa está consolidada de forma unânime na jurisprudência e doutrina, sendo considerada por essa última uma defesa executiva atípica.
No Código de Processo Civil (CPC) não há a previsão expressa deste instituto. Contudo, a doutrina majoritária aponta que a exceção de pré-executividade surgiu em razão de um parecer elaborado por Pontes de Miranda em 1966, no "caso Mannesmann", em que ele defendeu a possibilidade de o executado alegar incidentalmente no processo de execução de matéria de ordem pública, onde o juiz deveria conhecer de ofício por meio de mera petição. Desta forma, seria possível a defesa do executado por meio de petição sem a necessidade de garantia do juízo.
A exceção de pré-executividade é cabível nas execuções ou em fase do cumprimento de sentença, quando ocorrer qualquer vício de ordem pública, já que a defesa tem como objetivo a decretação de nulidade da execução ou sua extinção.
O STJ tem o entendimento pacífico em aceitar a apresentação da exceção de pré-executividade desde que a matéria alegada seja conhecível de ofício, o executado tenha prova pré-constituída de sua alegação e não haja necessidade de instrução probatória para o juiz decidir seu pedido de extinção da execução, como podemos observar no seguinte aresto:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.1. "A exceção de pré-executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória" (REsp 1110925/SP, repetitivo, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJe 04/05/2009). 2. Hipótese em que, por força da Súmula 7 do STJ, não há como verificar o cabimento da exceção de pré-executividade, tendo em vista que o Tribunal Regional Federal a rejeitou uma vez que o elementos de prova constantes nos autos davam conta de que a saída do sócio contra quem se redireciona a execução se teria dado de forma fraudulenta, exigindo-se dilação probatória para se provar o contrário. 3. Agravo interno não provido." STJ – AgInt no AREsp 1264411/ES AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL2018/0062063-8, Relator: Ministro GURGEL DE FARIA, Data de Julgamento: 07/05/2019, T1 – PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/05/2019.
Com relação ao prazo para propositura da exceção de pré-executividade, os Tribunais Estaduais têm adotado o entendimento de que por se tratar de defesa de matéria de ordem pública, pode ser interposta a qualquer momento até o trânsito em julgado da ação, vejamos:
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO – INEXISTÊNCIA – CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL – TÍTULO LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL. – A exceção de pré-executividade, por comportar apenas matéria de ordem pública, não possui prazo legalmente previsto e, portanto, pode ser oposta a qualquer momento – O contrato de compra e venda de bens móveis pode ser considerado como título executivo hábil a embasar uma ação de execução, porquanto está assinado pelas partes e por duas testemunhas, se enquadrando na hipótese prevista no inciso III do artigo 784 do novo CPC." TJ-MG – AC: 10024111968319001 MG, Relator: Pedro Aleixo, Data de Julgamento: 02/05/2018, Data de Publicação: 11/05/2018.
PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. TÍTULO EXECUTIVO. DESCARACTERIZAÇÃO. 1- Havendo nos autos elementos de prova suficientes para formar o convencimento do magistrado, não ocorre cerceamento de defesa. 2 - A interposição de exceção não se submete a prazo, vez que, tratando-se de questão relativa à própria nulidade da execução, não se submete a preclusão. 3 - O contrato de abertura de crédito bancário não constitui título executivo extrajudicial, sendo indispensável o demonstrativo contábil e atualizado do débito. 4 - Recurso improvido. Unanimidade. (TJ-MA - AC: 92642001 MA, Relator: RAIMUNDO FREIRE CUTRIM, Data de Julgamento: 31/10/2003, IMPERATRIZ).
EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXCEÇÃO DE PRE EXECUTIVIDADE - ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO TÍTULO - OPOSIÇÃO FORA DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DOS EMBARGOS - POSSIBILIDADE. A natureza das matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade, que são matérias de ordem pública, afasta a possibilidade de sua preclusão, já que a todo e qualquer tempo poderá o julgador voltar a analisá-las, eis que estão afeitas à nulidade da execução, não estando o prazo para interposição da exceção de pré-executividade atrelado ao prazo dos embargos de devedor. (TJ-MG - AI: 10643060001291001 São Roque de Minas, Relator: Tiago Pinto, Data de Julgamento: 13/12/2011, Câmaras Cíveis Isoladas / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 20/01/2012).
DO MÉRITO:
O ponto controvertido consiste na incidência ou não IPTU e taxa de remoção de resíduo no terreno mencionado na inicial (QD. 41A, LT. CJ-08, Rua A29, s/n, Residencial Cidade Jardim), pois parte do loteamento "Cidade Jardim" deve ser destinada à Área de Preservação Permanente, por força de cumprimento do Plano Diretor e Urbanístico. Tanto que existe a ACP 0006366-51.2014.822.0010 questionando o cumprimento de parte destas obrigações.
Pretende o excipiente seja reconhecida a inexistência de dívida junto ao excepto e, por consequência, seja julgada improcedente a execução fiscal.
Em análise das provas juntadas pelo excipiente, conclui-se que o pedido é IMPROCEDENTE.
Observo que o excipiente não trouxe nenhuma alegação ou prova que possa impedir o prosseguimento do procedimento executório e não há nenhum vício ou nulidade capaz de obstar o prosseguimento da execução.
É cediço que a incidência de IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana está prevista no art. 156, I, da Constituição Federal e nos artigos 29 a 34 do Código Tributário Nacional.
De acordo com tais normas, o fato gerador de tal tributo é a propriedade, o domínio útil ou mesmo a posse do bem, bastando a existência de um destes direitos para que ocorra a tributação, ou seja, tornam legítima cobrança do IPTU.
O Município de Rolim de Moura aprovou o loteamento Cidade Jardim (ID 88006701). Após foi ajuizada Ação Civil Pública – ACP pelo Ministério Público para apurar eventuais vícios na aprovação do loteamento.
De início, consigno aos interessados que a Ação Civil Pública referida na exceção (autos n.º 0006366-51.2014.822.0010) fora sentenciada em dezembro de 2022. Contra a sentença, o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SANEROM - AUTARQUIA DE SANEAMENTO E ROLIM DE MOURA ingressaram com embargos de declaração, já rejeitados dia 08/3/2023. Tanto o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA,

a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS e a SANEROM - AUTARQUIA DE SANEAMENTO E ROLIM DE MOURA já foram intimados a cerca da sentença proferida na aludida ACP.
Portanto, resta afastado qualquer outro questionamento acerca da aludida ACP.
Conforme ata de audiência realizada no bojo da ACP supra, autorizou-se ao excipiente a dar continuidade nas vendas de lotes do empreendimento, com a ressalva de que deveria restringir-se às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A, 13A e 23A, destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente.
Assim, caso o lote (QD. 41A, LT. CJ-08, Rua A29, s/n, Residencial Cidade Jardim), seja área verde ou institucional (áreas públicas) não incide IPTU (falta de domínio útil). Ao contrário, se não for pública, incide.
No caso dos autos, verifico que a área sob a qual recai dívida tributária NÃO se encontra com restrição (Ação civil pública nº 0006366-51.2014.822.0010), podendo ser alienado livremente, onerado, sofrer qualquer inovação física, sejam acessões ou benfeitorias. Ou seja, estão presentes os requisitos para o exercício pleno da propriedade.
Veja que conforme a ata da audiência realizada nos autos da Ação Civil Pública 0006366-51.2014.822.0010, o imóvel de (QD. 41A, LT. CJ-08, Rua A29, s/n, Residencial Cidade Jardim), não tem restrição de comercialização, estando o excipiente autorizado a realizar sua venda. A restrição é apenas para os imóveis localizados nas quadras 04A, 13A e 23A e o imóvel objeto da presente execução não está inserido nas referidas quadras.
Contudo, a eventual hipótese do excipiente não ter vendido o imóvel, não o isenta do pagamento dos tributos devidos em razão do exercício de propriedade, vez que trata-se de área urbanizável.
Ao apreciar tutela antecipada em Agravo de Instrumento interposto nos autos 7002554-37.2018.8.22.0010 e n. 7002105-79.2018.8.22.0010, o e. TJ/RO indeferiu a antecipação de tutela recursal ao fundamento de que o Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em face da agravante (ora excepto) visando a cobrança do IPTU, referente a imóvel que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento, situação que se amolda ao caso em análise. Vejamos:
Processo: 0811274-07.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ªVara Cível Agravante: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Advogado: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/GO 17394) Agravado: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Relator: DANIEL RIBEIRO LAGOS Data distribuição: 24/11/2021 DECISÃO VISTOS Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura que, nos autos da execução fiscal n. 7002105-79.2018.8.22.0010, rejeitou exceção de pré-executividade. Aduz que o Município de Rolim de Moura propôs ação de execução fiscal visando à cobrança da certidão de dívida ativa n. 962/2018, referente ao IPTU do imóvel QD 33A, LT 44, Residencial Cidade Jardim, no valor total R$ 2.208,28. Sustenta tratar-se de título executivo nulo, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, assim não há preenchimento dos requisitos necessários para cobrança de IPTU. Afirma que o local não conta com os melhoramentos previstos no art. 32, § 1º, do CTN, de modo que não incidente IPTU, além de que a exigibilidade está suspensa pois protocolizou reclamação nos termos do inc. III do art. 151 do CTN. Alega, ainda, ter protocolado requerimento de alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel QD. 33A, LT. 18, objeto da lide. Assim, requer a concessão do efeito suspensivo com o fim de suspender o prosseguimento da execução fiscal e de qualquer ato de constrição, e no mérito, declarada a nulidade do título executado por reconhecer a suspensão da exigibilidade do crédito ante a reclamação administrativa interposta junto à municipalidade exequente tanto quanto a nulidade do título executivo por se tratar de área não urbanizada. Junta documentos. É o relatório. Decido. Garante o artigo 1.019 do Código de Processo Civil a possibilidade de o relator atribuir efeito suspensivo ou antecipar os pedidos recursais, caso verificada a probabilidade do direito vindicado e o risco da demora, requisitos esses que passo a analisar para fins de suspensão, ou não, da decisão agravada. Considerando que a concessão da tutela ocorre apenas quando houver dano irreparável ou de difícil reparação devidamente comprovado, no caso em exame, verifico ausentes os elementos probatórios capazes de demonstrar sua concessão. Explico. Sabe-se que a exceção de (objeção) de pré-executividade é um meio de defesa no processo de execução que permite ao executado por execução irregular apresentar resistência aos atos executórios, trazendo a apreciação do juízo questões de ordem pública, que independem de prova ou se apoiam em prova pré-constituída. Na hipótese, consta que na ACP n. 0006366-51.2014.822.0010 foi autorizada a agravante dar continuidade às vendas de lotes do empreendimento restrita às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A,13A e 23A, as quais destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em face da agravante visando a cobrança do IPTU, referente à QD 33A, LT 44, Residencial Cidade Jardim, que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento. Desse modo, entendo que deve permanecer inalterada a decisão agravada até o mérito recursal, que analisará as razões expostas pelas partes. Sendo assim, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal, até o julgamento do mérito. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do NCPC, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos. Dê-se ciência o juízo a quo da decisão. Publique-se. Cumpra-se. Porto Velho, 17 de dezembro de 2021 DANIEL RIBEIRO LAGOS RELATOR.
Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: DANIEL RIBEIRO LAGOS Data distribuição: 26/11/2021 12:34:55 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Decisão VISTOS Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura que, nos autos da execução fiscal n. 7002105-79.2018.8.22.0010, rejeitou exceção de pré-executividade. Aduz que o Município de Rolim de Moura propôs ação de execução fiscal visando à cobrança do IPTU do imóvel QD 33A, LT 18, Residencial Cidade Jardim, referente à certidão de dívida ativa n. 909/2018, no valor total R$ 1.879,80. Sustenta tratar-se de título executivo nulo, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, assim não há preenchimento dos requisitos necessários para cobrança de IPTU. Afirma que a cobrança viola diretamente o art. 32, § 1º, do CTN e o art. 11, § 3º, da Lei Municipal vigente a época, vez que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU. Alega, ainda, ter protocolado na Prefeitura da Comarca, reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel QD. 33A, LT. 18, objeto da lide. Assim, requer a concessão do efeito suspensivo com o fim de suspender o prosseguimento da execução fiscal e de qualquer ato de constrição, e no mérito, declarada a nulidade do título executado por reconhecer a suspensão da exigibilidade do crédito ante a reclamação administrativa interposta junto à municipalidade exequente tanto quanto a nulidade do título executivo por se tratar de área não urbanizada. Junta documentos (ID

14135628). É o relatório. Decido. Garante o artigo 1.019 do Código de Processo Civil a possibilidade de o relator atribuir efeito suspensivo ou antecipar os pedidos recursais, caso verificada a probabilidade do direito vindicado e o risco da demora, requisitos esses que passo a analisar para fins de suspensão, ou não, da decisão agravada. Considerando que a concessão da tutela ocorre apenas quando houver dano irreparável ou de difícil reparação devidamente comprovado, no caso em exame, verifico ausentes os elementos probatórios capazes de demonstrar sua concessão. Explico. Sabe-se que a exceção de (objeção) de pré-executividade é um meio de defesa no processo de execução que permite ao executado por execução irregular apresentar resistência aos atos executórios, trazendo a apreciação do juízo questões de ordem pública, que independem de prova ou se apoiam em prova pré-constituída. Na hipótese, consta que na ACP n. 0006366-51.2014.822.0010 foi autorizada a agravante dar continuidade às vendas de lotes do empreendimento restrita às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A,13A e 23A, as quais destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em face da agravante visando a cobrança do IPTU na CDA n. n. 909/2018, referente à QD 33A, LT 18, Residencial Cidade Jardim, que, em tese, não possui restrição à implementação. Desse modo, entendo que deve permanecer inalterada a decisão agravada até o mérito recursal, que analisará as razões expostas pelas partes. Sendo assim, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal, até o julgamento do mérito. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do NCPC, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos. Dê-se ciência o juízo a quo da decisão. Publique-se. Cumpra-se. Porto Velho, 17 de dezembro de 2021 DANIEL RIBEIRO LAGOS RELATOR.

Em que pese os argumentos do excipiente de que o título executivo é nulo, pois não ocorreu o fato gerador, vez que o imóvel(QD. 41A, LT. CJ-08, Rua A29, s/n, Residencial Cidade Jardim), objeto da lide, para efeito do IPTU não está caracterizado como "zona urbana", ou seja, não é urbanizado, pois não possuí nenhum dos melhoramentos indicados tanto no art. 32, § 1º, do CTN, não lhe assiste razão, pois fundamenta sua pretensão em jurisprudência já superada pelos tribunais superiores.

Conforme recente posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos referidos melhoramentos. O referido posicionamento foi objeto da súmula 626:

Súmula 626-STJ: A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN.

No mesmo sentido acima acórdão publicado no DJE do dia 11/10/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRAVANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide

(...)

No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º". Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ ("Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)". II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, "uma vez fixado que o imóvel encontra-se em espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável". Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, "há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU", aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expansão urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005" (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA

TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/05/2014. IV. De fato, "tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/STJ, no sentido de que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN". VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, "[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)

Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO.

(...)

XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – Relator (DJE 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/

ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – relator (DJe 11/10/2022).
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO (11/10/2022)
Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto - relator (DJe de 11/10/2022)
2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão (DJE de 11/10/2022).
Seguido pelo DJe do dia 10/10/2022, em:
2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido (DJe de 10/10/2022).
No DJe de 07/10/2022, em 1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível
Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda) Agravado: Município de Rolim de Moura DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADADE. Melhoramentos Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2.

Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravoDE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramen interno. (DJe de 7/10/2022)

1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno. (Dje de 7/10/2022)

É pacífico que a SÃO TOMAS tem de pagar os tributos da área em questão (Loteamento Cidade Jardim – Buriti), por ser proprietária do imóvel. Tem mais de cem acórdãos sobre isso, conforme pode ser visto em:

- 1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda

Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS

Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade

- 2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda

Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO

Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido.

- 2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura

Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

Todos acórdãos acima publicados no DJE de 18/10/2022.

- Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).

- Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (...)

Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).

Agravo de Instrumento nos autos 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura e Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." (DJe de 6/10/2022).

A título de exemplo, apenas publicados no DJe/TJRO desta semana (dia 21/3/2023) há diversos acórdãos sobre este mesmo assunto (incidência de IPTU no "Loteamento Cidade Jardim – Buriti"), envolvendo as mesmas partes e mesmos Patronos, tratando-se de matéria recorrente no E. TJRO. A propósito, vide:

2ª Câmara Especial Processo: 0809010-80.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002235-30.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 16/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não

está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte, devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).
2ª Câmara Especial Processo: 0808586-38.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002068-13.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394)
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 05/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula n. 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte, devida a referida cobrança pelo Município agravado, impondo-se a manutenção da decisão hostilizada.
(DJE de 21/3/2023).
2ª Câmara Especial Processo:0808427-95.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002612-40.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 01/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).
2ª Câmara Especial Processo: 0808535-27.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002557-89.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 02/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).
2ª Câmara Especial Processo:0809665-52.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002455-28.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 04/10/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).
No DJe da última sexta-feira (dia 17/3/2023):
2ª Câmara Especial Processo: 0808430-50.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002232-75.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES Distribuído em 01/09/2022 Decisão: "REJEITADA A ALEGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DO CRÉDITO, E NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Rejeição de exceção de pré-executividade. Cobrança de IPTU. Loteamento registrado. Área de expansão urbana. Incidência do tributo. Lote situado em APP. Limitação administrativa que não altera a ocorrência do fato gerador. Cobrança hígida. 1. Nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, incide IPTU quanto à propriedade de imóvel objeto de loteamento nos termos da Lei n. 6.766/79, situado em área de expansão urbana, sendo prescindível a demonstração de melhoramentos. Inteligência da Súmula n. 626 do STJ. 2. Tratando-se de lote submetido à limitação administrativa ambiental (APP), cuja área foi indicada voluntariamente pelo recorrente mediante acordo formulado em ação civil pública, não há falar na não ocorrência do fato imponível do IPTU, uma vez que não houve alteração de propriedade do bem. 3. Recurso improvido.
(DJE de 17/3/2023).
No DJE de hoje (24/3/2023), inclusive:
0809790-20.2022.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento 0809790-20.2022.8.22.0000 Origem: 7002380-86.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Interposto em 03/11/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR."
0809779-88.2022.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento Origem: 7002446-66.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Interposto em 03/11/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR."
0808995-14.2022.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento Origem: 7002061-21.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Interposto em 07/10/2022

Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR."
0805334-27.2022.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento Origem: 7002098-87.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Interposto em 26/07/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR."
0808995-14.2022.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento Origem: 7002061-21.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Interposto em 07/10/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR."
0805334-27.2022.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento Origem: 7002098-87.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Interposto em 26/07/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR."
Está plenamente viabilizada a comercialização do lote em questão, ou seja, está disponível, com livre exercício da propriedade.
Se o sujeito está tendo disponibilidade plena do imóvel, pondo inclusive vender, alienar ou usufruir do mesmo, há domínio útil.
Se há domínio útil (leia-se: propriedade imobiliária), há incidência de IPTU por haver preenchimento dos requisitos para cobrança do referido tributo, conforme art. 32 do CTN, e art. 11 do Código Tributário Municipal logo, podendo ser, portanto, objeto de execução fiscal.
Art. 32 CTN. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.
Art. 11CTM. O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, de apuração anual, tem como fato gerador à propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado na zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano.
Segundo o art. 1.228 do Código Civil, "O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha".
O excipiente pode dispor economicamente do bem, de modo que consubstancia o fato gerador do imposto.
Assim, a relação tributária vislumbrada para efeito do lançamento de IPTU pressupõe a propriedade em sua plenitude, como a exercida pelo excipiente, uma vez que sua livre disposição não foi afetada pela ACP 0006366-51.2014.822.0010. Somente no caso de estar impossibilitado de dispor economicamente do bem, em razão de não poder exercer a faculdade de uso, gozo e disposição por conta de restrição judicial, não se consubstanciaria o fato gerador do imposto, o que não é o caso dos autos.
Outrossim, é cediço que o IPTU, nos termos do que dispõem os artigos 32 e 33 do Código Tributário Nacional, tem por fato gerador a propriedade, domínio útil ou a posse do imóvel e, por base de cálculo, o seu valor venal. Nesse contexto, foram preenchidos todos os requisitos legais necessários e suficientes para incidência do IPTU.
Há elementos jurídicos e fáticos que autorizem a cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel (QD. 41A, LT. CJ-08, Rua A29, s/n, Residencial Cidade Jardim) Rolim de Moura/RO, tendo em vista que o título é exequível, posto que ocorreu o fato gerador para o imóvel referido.
Estando livre a fruição do imóvel pelo proprietário, resta configurado o fato gerador do IPTU, assim como também a germinação da taxa de recolhimento de resíduos.
O fato de imóvel permanecer ainda na sua forma bruta decorre da inércia do proprietário em empreender esforços destinados a promover melhorias no mesmo e que nada interfere na incidência de tributos sobre o mesmo e tratando se de Loteamento, as melhorias são de responsabilidade da Loteadora, sendo um requisito de aprovação do loteamento.
Ainda, conforme art. 204 do CTN: "A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída".
Nesse sentido, entendimento do E. TJ/RO:
Apelação cível. Ação anulatória. Direito tributário. IPTU. Base de cálculo. Legislação municipal. Presunção de veracidade das informações utilizadas pelo fisco para o lançamento do tributo. Ônus contribuinte. Validade da CDA. Recurso não provido. 1. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite. 2. Conforme arts. 32 e 33 do CTN, o IPTU tem por fato gerador a propriedade, domínio útil ou a posse do imóvel e, por base de cálculo, o seu valor venal. Por força do 156, I, da CF, incumbe ao Município, no exercício de sua competência tributária, definir a modalidade de lançamento e forma de apuração do IPTU. 3. No caso, não tendo a apelante apresentado provas capazes de justificar a nulidade do crédito, impõe-se que seja mantida a obrigação tributária executada. 4. Recurso não provido. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7007462-67.2018.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Miguel Monico Neto, Data de julgamento: 23/07/2021.
Seguido por tribunais:
PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO E NOME NA CDA. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DA CDA. PRODUÇÃO DE PROVA. PRESENÇA DE OMISSÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS SEM EFEITOS INFRINGENTES. 1. A presunção de legitimidade assegurada à CDA impõe ao executado que figura no título executivo o ônus de demonstrar a inexistência de sua responsabilidade tributária. Precedentes representativos da controvérsia, art. 543-C, do CPC: REsp 1.104.900-ES, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 25.03.2009; REsp 1.110.925-SP; Rel. Min.Teori Zavascki, julgado em 22.04.2009 (...). (STJ – AgRg no AREsp nº 41479, 2ª turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 07.08.2012).
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE DAS AVALIAÇÕES. SÚMULA Nº 284 DO STF. JUNTADA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. ÔNUS DA EMBARGANTE. ANÁLISE DOS REQUISITOS DA CDA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. LEGALIDADE DA TAXA SELIC. ENTENDIMENTO ADOTADO NA SISTEMÁTICA DO ART. 543-C, DO CPC. CARÁTER CONFISCATÓRIO DAS MULTAS. MATÉRIA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. [...] 3. Esta Corte já se manifestou no sentido de que a Certidão de Dívida Ativa goza de presunção de certeza e liquidez, cujo ônus de ilidi-la é do contribuinte, cabendo a ele, ainda, a juntada do processo administrativo, caso imprescindível à solução da

controvérsia. (REsp 1.627.811/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 27/04/2017) 4. É cediço nesta Corte, inclusive por entendimento adotado em sede de recurso especial repetitivo, julgado na sistemática do art. 543-C, do CPC (REsp n.º 879.844/MG e Resp n.º 1.111.175/SP, ambos julgados sob o rito do art. 543-C do CPC), que os débitos fiscais pagos em atraso, inclusive multa, são corrigidos pela Taxa Selic. [...] (AgInt no AREsp 1135936/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 03/05/2018).

TRIBUTÁRIO, PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FAZENDA PÚBLICA DIREITOS INDISPONÍVEIS. INAPLICABILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. ART. 320, INCISO II, DO CPC. IPTU. LANÇAMENTO. ATO ADMINISTRATIVO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. MODIFICAÇÃO POR LAUDO TÉCNICO UNILATERAL. IMPOSSIBILIDADE. PROVA INEQUÍVOCA. 1. Não se aplicam os efeitos da revelia contra a Fazenda Pública uma vez que indisponíveis os interesses em jogo. 2. O ato administrativo goza da presunção de legalidade que, para ser afastada, requer a produção de prova inequívoca cujo valor probatório não pode ter sido produzido unilateralmente – pelo interessado. Agravo regimental improvido. (STJ – AgRg no REsp nº 1137177, Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, j. 18.02.2010 – destaquei)

Processual Civil. Mandado de segurança. Ônus da prova. Alegação de nulidade do ato administrativo. CPC, artigo 333, II. Se os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade e auto-executoriedade, na hipótese em que se alega sua nulidade, porque eivado de ilegalidade, incumbe ao impugnante o ônus da prova do vício, 'ex vi' do artigo 333, II, do Código de Processo Civil. (STJ – REsp nº 230307, Rel. Min. Vicente Leal, 6ª Turma, j. 25.04.2000).

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. AÇÃO ANULATÓRIA DE LANÇAMENTO FISCAL. DECLARAÇÃO RETIFICADORA DE RENDIMENTOS, SEM A DEVIDA COMPROVAÇÃO PERANTE O FISCO QUANTO À DISCRIMINAÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS PARA EFEITOS DE TRIBUTAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA. AUSÊNCIA DE PROVA SUFICIENTE PARA ANULAR O LANÇAMENTO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO (...). 2 – Em tratando-se de ação anulatória incumbe ao autor o ônus da prova, no tocante à desconstituição do crédito já notificado ao contribuinte, em face da presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo, sendo, pois, necessária prova irrefutável. 3 – 'In casu', prescindindo, pois, para desconstituição do lançamento fiscal, de prova pericial, como forma de constatar efetivamente quais as verbas salariais recebidas pelo autor no ano-base de 1994, bem como a discriminação das verbas recebidas por força de acordo trabalhista, como forma de classificar quais rendimentos seriam tributáveis, quais seriam isentos ou não tributáveis e, inexistindo nos autos elementos probatórios suficientes, bem como a referida prova pericial, não há como se anular o lançamento fiscal. 4 - Apelação e remessa oficial providas. (TRF-5 – AC nº 328160, Segunda Turma, Rel. Des. Federal Petrucio Ferreira, j. 08.06.2004).

a) Do alegado efeito confiscatório:

O excipiente ainda alega de forma aleatória e sem contexto com os fatos exposto nos autos, que a incidência dos tributos e caracteriza efeito confiscatório, contudo não demonstra onde está o excesso tributário.

Pelo contrário, a incidência de IPTU e de taxa de remoção de lixo decorre de previsão constitucional e de prestação compulsória, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, como prescreve o art. 3º do CTN.

Não foi comprovada ou mesmo indicada a desproporcionalidade na incidência dos tributos cobrados ou mesmo ônus excessivo.

Neste particular, a despeito do que afirma o excipiente, observa-se que a cobrança dos tributos efetuada pela municipalidade de Rolim de Moura observou de maneira atenta as vicissitudes referentes à capacidade econômica dos contribuintes, adaptando o montante obrigacional devido ao fisco a depender das condições econômicas do devedor de tributos.

Não restaram presentes hipóteses de isenção, imunidade ou exclusão do crédito tributário, tampouco violação dos princípios da capacidade contributiva, da proporcionalidade ou do não confisco.

A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Dito isto, caberia ao excipiente demonstrar terem sido as cobranças realizadas em desacordo com a legislação municipal, o que não foi o caso dos autos, devendo permanecerem válidos os créditos tributários inscritos em dívida ativa, que, como já dito, goza de presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Nesse sentido a jurisprudência:

Súmula vinculante 19: A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

Apelação cível. IPTU. Lançamento de Ofício. Presunção de veracidade das informações utilizadas pelo fisco para o lançamento do tributo. Validade da CDA. Recurso não provido. Conforme disposição do Código Tributário Municipal, fica facultado ao município por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, o lançamento do IPTU de ofício, utilizando para esse fim a planta de valores. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite. (APELAÇÃO CÍVEL 7002414-71.2016.822.0010, Rel. Des. Hiram Souza Marques, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Especial, julgado em 30/10/2019).

INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE TAQUARA. TAXA DE COLETA DE LIXO. TAXA DE CONSERVAÇÃO DE CALÇAMENTO. TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA. CONTRIBUIÇÃO PARA PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO. 1. É constitucional a taxa de coleta de lixo (artigo 1º da Lei Municipal nº 1.675/93), por ter como fato gerador serviço público específico e divisível. Súmula Vinculante nº 19 do STF. (...) (TJ-RS - IIN: 70044424554 RS, Relator: Eduardo Uhlein, Data de Julgamento: 26/05/2014, Tribunal Pleno, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 25/07/2014)

2º G. ANGELA MARIA MACHADO COSTA, EM SUBSTITUIÇÃO AO DES. ROGÉRIO LUIS NIELSEN KANAYAMA. APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DOS CONTORNOS DA INCIDÊNCIA DE IPTU E TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO – TRIBUTOS ESTABELECIDOS NA LEI NO 12.575/2017, DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – ALEGAÇÃO DE DESCONFORMIDADE DA TRIBUTAÇÃO PARA COM OS PRINCÍPIOS DO NÃO CONFISCO, DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E DA ISONOMIA TRIBUTÁRIOS – INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE – IPTU DEVIDAMENTE MAJORADO POR LEI EM SENTIDO FORMAL – ELEVAÇÃO DO PATAMAR DE COBRANÇA QUE SE PRESTA A EVITAR O ENRIQUECIMENTO INDEVIDO DOS CONTRIBUINTES – REGRA DE TRANSIÇÃO PARA EVITAR OS IMPACTOS DO AUMENTO DO MONTANTE FISCAL DEVIDO – INTELIGÊNCIA DO ART. 9º DA LEI MUNICIPAL NO 12.575/2017 – CAPACIDADE CONTRIBUTIVA CONCRETA IMPASSÍVEL DE AVALIAÇÃO PELA VIA DO MANDADO DE SEGURANÇA – TAXA DE COLETA DE LIXO DOMICILAR REGULAR – BASE DE CÁLCULO COMPOSTA PELO COTEJO DA DIMENSÃO DA PROPRIEDADE E DA MENSURAÇÃO DO SERVIÇO SEMANALMENTE UTILIZADO – LIBERDADE DO LEGISLADOR PARA DELIMITAR OS CRITÉRIOS CONSTITUTIVOS DA BASE DE CÁLCULO, DESDE QUE RESPEITADA A POSSIBILIDADE DE DIFERENCIAÇÃO DOS ELEMENTOS QUE INTEGRAM OS DEMAIS TRIBUTOS – INAPLI-

CABILIDADE DO ARTIGO 85, § 11, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL POR SE TRATAR DE MANDADO DE SEGURANÇA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR - 2ª C. Cível - 0076730-62.2018.8.16.0014 - Londrina - Rel.: Juíza Angela Maria Machado Costa - J. 29.10.2019)

b) Da alegação de reclamação como causa de suspensão do crédito tributário.

O excipiente alega ainda que o crédito tributário está suspendo em razão de protocolo de reclamação para suspensão de créditos tributários, realizado junto à Prefeitura de Rolim de Moura.

De fato, a reclamação suspende a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do Art. 151, III, do CTN.

Contudo, o protocolo já teve sua apreciação realizada pelo excepto, com decisão de indeferimento proferida em 02/03/2021. Após o decurso do prazo para recurso contra a decisão proferida na reclamação, o crédito tributário voltou a ser exigível, nos moldes propostos na inicial.

Se incontroverso que o protocolo da reclamação suspende a exigibilidade do crédito tributário, também o é o fato de que após a decisão administrativa transitar em julgado, o crédito volta a ser exigível.

Destaco que o excipiente não noticiou a interposição de recurso contra a referida decisão ou mesmo qualquer outra hipótese de suspensão do crédito, de modo que a execução deve seguir seu curso regular.

c) Quanto à alegação de cancelamento do projeto.

Aduz o excipiente que compareceu na prefeitura e protocolou requerimento para alteração de projeto urbanístico, alteração essa que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel (QD. 41A, LT. CJ-08, Rua A29, s/n, Residencial Cidade Jardim), objeto da lide.

Contudo, o requerimento de alteração do projeto protocolado não faz menção ao imóvel (QD. 41A, LT. CJ-08, Rua A29, s/n, Residencial Cidade Jardim) mas sim apenas as quadras destinadas à Área Verde e APP, quais sejam: 04A, 13A e 23A, dentre as quais não se inclui o imóvel objeto desta execução fiscal.

Desta feita, não se verifica a ausência de quaisquer dos requisitos necessários, ou mesmo outras máculas à execução. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal visando a cobrança do IPTU, referente à (QD. 41A, LT. CJ-08, Rua A29, s/n, Residencial Cidade Jardim), que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento.

Dessa forma, não tendo o excipiente apresentado provas capazes de justificar a desconstituição do crédito, impõe-se que sejam os pedidos julgados improcedentes, a fim de que a execução siga seu rito sem embaraços, dado que o excipiente não refutou a presunção (juris tantum) contida na certidão de dívida ativa.

Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como “Cidade Jardim”, localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica saída de Rolim de Moura sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.

Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU. A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.

Da mesma forma e em idêntico raciocínio, o proprietário de veículo automotor tem de pagar o IPVA, ande ou com o veículo naquele ano. É proprietário de veículo, tem de pagar o IPVA e licenciamento anual; é proprietário de imóvel urbano, tem de pagar o IPTU; é proprietário de imóvel rural tem de pagar o ITR e CCIR.

Há centenas de acórdão sobre o Município de Rolim de Moura e a TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Todos Desembargadores das Câmaras Especiais já mencionaram este fato seus votos. Porém, vou mencionar apenas alguns abaixo:

1ª Câmara Especial Processo:0801525-29.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002630-61.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda

Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 23/02/2022 Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE.” EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso. (DJe 27/9/2022).

Gabinete Des. Hiram Souza Marques Número do processo: 0810888-40.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

(DJ de 11/11/2022).

Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0810836-44.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJE de 11/11/2022).

2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0807308-02.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 28/07/2022 09:05:45 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Decisão Vistos. Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de concessão de efeito suspensivo, interposto por São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações LTDA contra a decisão proferida pelo Juízo a quo que rejeitou a exceção de pré-executividade que manejou nos autos da execução fiscal n. 7002638-38.2018.8.22.0010. Em suma, explica que a execução fiscal tem como fundamento CDA no valor de R$ 1.879,64 (Mil Oitocentos e setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel QD. 42A, LT. CJ-17, Residencial Cidade Jardim, Rolim de Moura, Rondônia.

(DJe de 18//8/2022).

Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0808615-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA

CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 12/9/2022).
No mesmo sentido acima acórdão publicado no DJE de 12/9/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:
0808615-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe 12/9/2022).
Seguido por: 2ª Câmara Especial/Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0807308-02.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 28/07/2022 09:05:45 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 18/8/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0801627-51.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJe de 6/6/2022);
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJe 6/6/2022), dentre tantos outros que podem ser consultados no PJE.
Gab. Des. Miguel Monico - Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Vistos. (DJe de 12/9/2022).
0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 12/05/2022 Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.”
(DJ de 15/9/2022)
0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 13/05/2022 Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.”
(DJ de 15/9/2022)
Gabinete Des. Hiram Souza - Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 01/09/2022 07:36:56 DESEMBARGADOR HIRAM SOUZA MARQUES
(DJE de 22/9/2022).
Gabinete Des. Hiram Souza Marques – Agravo de Instrumento 0808789-97.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe 22/9/2022)
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0809011-65.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/1ª Vara Cível/7002419-83.2022.8.22.0010 Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17.394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Des. Gilberto Barbosa DECISÃO Vistos etc., Cuida-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Rolim de Moura que, rejeitando exceção de pré-executividade, determinou o prosseguimento da execução fiscal de crédito de IPTU e de taxa de remoção de resíduos do imóvel quadra 56A, lote 14, Residencial Cidade Jardim, naquele Município. Referindo-se à fumaça do bom direito, afirma nulo o título executivo, pois, na audiência de conciliação realizada em sítio de ação civil pública (proc, 0006366-51.2014.8.22.0010), foi autorizada a dar continuidade à venda de lotes da quadra 01A a 34ª, com exceção das quadras 04A, 13A e 23ª, que não foram implementadas e, por essa razão, não preenche os requisitos necessárias para cobrança de IPTU. Sustentando que, por não se ter edificado obras na quadra 56A, lote 14, não ocorreu o fato gerador do IPTU, pois o imóvel, para além de não ser urbanizado, ainda está na sua forma bruta, como no momento do projeto e, por essa razão, sobre ele não deve incidir o tributo. Afirma que a quadra 56A, lote 14, foi excluído do projeto e está com restrição de implementação conforme consta da ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010, portanto, nulo o título executivo de IPTU sobre imóvel não implementado. Destaca, ademais, que a escola mais próxima está a mais de 2,3km, na região onde está situado o imóvel não há rede de abastecimento de água, tampouco sistema de esgoto sanitário, meio-fio ou calçamento, canalização de águas pluviais e rede de iluminação pública, de modo que o lançamento do IPTU macula o que dispõe o artigo 32, §1º do Código Tributário Nacional. Referindo-se aos requisitos essenciais, pede que seja antecipada a tutela recursal e, por consequência, suspensos os efeitos da decisão agravada e, por consequência, a execução fiscal. No que respeita ao mérito, pede que seja declarada a nulidade do título executivo e imposto honorários advocatícios equivalentes a dez por cento do valor atribuído à causa, id. 17324813. É o relatório. Decido. Mister que se tenha em conta a sistemática introduzida pelo artigo 1.019 do Código de Processo Civil no sentido de que o efeito suspensivo tão somente deve ser deferido em situações que evidenciem a probabilidade do direito vindicado (fumus boni iuris) e o perigo de dano, ou risco ao resultado útil do processo (periculum in mora).
27/9/2022 OU 24/9

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0809010-80.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 16/09/2022 14:53:46 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJ de 28/9/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0802735-18.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002640-08.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 29/03/2022 Interposto em 11/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 4. Recurso não provido.
(DJ de 3/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo:0804506-31.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002634-98.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 12/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Recurso não provido.
(DJe de 3/10/2022).
Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0809029-86.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A
(DJe de 6/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0801604-08.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Súmula do STJ. Cobrança devida. Recurso improvido. Consoante os termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". No caso versado, é devida a referida cobrança pelo Município, devendo ser mantida a decisão do juízo primevo determinando o pagamento do tributo.
(DJ de 6/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Mour
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJE de 7/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área

considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJe 7/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido
(DJ de 10/10/2022).
No mesmo sentido acima acórdão publicado no do dia 11/10/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:
1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRAVANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide
(...)
No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º". Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ ("Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)". II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, "uma vez fixado que o imóvel encontra-se em espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável". Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, "há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU", aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expansão urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005" (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/05/2014. IV. De fato, "tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que

contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/STJ, no sentido de que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN". VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, "[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)

Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO.

(...)

XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – Relator (DJE 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica.

Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – relator (DJe 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Pas-

sivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO (DJe 11/10/2022)
Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto - relator (11/10/2022)
2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão.
(DJE de 11/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido
(DJe de 10/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível
Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.
Agravado: Município de Rolim de Moura
DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou

impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJe de 7/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(Dje de 7/10/2022).
E no DJe de 6/10/2022, em 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura e Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRAVANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide
(...)
No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º". Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ ("Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)". II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, "uma vez fixado que o imóvel encontra-se em espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável". Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, "há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU", aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expansão urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005" (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/05/2014. IV. De fato, "tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes

de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/STJ, no sentido de que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN". VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, "[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)

Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator (DJe de 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO

(...)

XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJe de 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica.

Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJ de 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO

(DJe de 11/10/2022).
Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator
(DJe de 11/10/2022).

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão.
(DJ de 11/10/2022)
2ª Câmara Especial Processo: 0801604-08.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Súmula do STJ. Cobrança devida. Recurso improvido. Consoante os termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". No caso versado, é devida a referida cobrança pelo Município, devendo ser mantida a decisão do juízo primevo determinando o pagamento do tributo.
(DJE de 6/10/2022)
1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Mour
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modi-

ficativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJe de 7/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJE de 7/10/2022).
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809904-56.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO – OAB/GO 17394 AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES DANIEL RIBEIRO LAGOS
(DJe de 14/10/2022).
2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0809665-52.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 04/10/2022 13:47:38 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 14/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809779-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Processo:0809789-35.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394)
Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 08/03/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso.
(DJe de 18/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Distribuído em 24/02/2022 Interposto em 27/06/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por

ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula n. 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Recurso não provido.
(DJe 18/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Recurso não provido
(DJe 18/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade
2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido.
2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).
Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (...)
Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se.
Gabinete Des. Miguel Monico - Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0804888-24.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002647-97.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da

Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. HIRAM DE SOUZA MARQUES Distribuído em 25/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Rejeição de exceção de pré-executividade. Cobrança de IPTU. Loteamento registrado. Área de expansão urbana. Incidência do tributo. Lote situado em APP. Limitação administrativa que não altera a ocorrência do fato gerador. Cobrança hígida. 1. Nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, incide IPTU quanto a propriedade de imóvel objeto de loteamento nos termos da Lei n. 6.766/79, situado em área de expansão urbana, sendo prescindível a demonstração de melhoramentos. Inteligência da Súmula n. 626 do STJ. 2. Tratando-se de lote submetido à limitação administrativa ambiental (APP), cuja área foi indicada voluntariamente pelo recorrente mediante acordo formulado em ação civil pública, não há falar na não ocorrência do fato imponível do IPTU, uma vez que não houve alteração de propriedade do bem. 3. Recurso improvido
(DJe de 20/10/2022).
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo:0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 12/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJe de 21/10/2022).

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 13/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. ABERTURA DE VISTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO: 7054718-74.2016.8.22.0001 (PJE)
(DJ de 24/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0810150-52.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJ de 24/10/2022).
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809670-74.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: Des. GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 04/10/2022 15:22:08 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO
(...)
Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJ e 25/10/2022).
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809661-15.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: Des. GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 04/10/2022 13:20:15 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO
(...)
Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJe erde 25/10/2022)
Diversos outros acórdãos envolvendo a São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda e o Município de Rolim de Moura publicados no DJe do dia 25/10/2022.
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0809671-59.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/2ª Vara Cível/7007101-18.2021.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17.394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Des. Gilberto Barbosa DECISÃO Vistos etc., Cuida-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. contra decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Rolim de Moura que, rejeitando exceção de pré-

-executividade, determinou o prosseguimento da execução fiscal de crédito de IPTU e de taxa de remoção de resíduos do imóvel quadra 34A, lote 37, Residencial Cidade Jardim, naquele Município.
(DJ de 27/10/2022).
A título de exemplo, apenas publicados no DJe/TJRO desta semana (dia 21/3/2023) há diversos acórdãos sobre este mesmo assunto (incidência de IPTU no "Loteamento Cidade Jardim – Buriti"), envolvendo as mesmas partes e mesmos Patronos, tratando-se de matéria recorrente no E. TJRO. A propósito, vide:
2ª Câmara Especial Processo: 0809010-80.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002235-30.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 16/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte, devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).
2ª Câmara Especial Processo: 0808586-38.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002068-13.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394)
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 05/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula n. 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte, devida a referida cobrança pelo Município agravado, impondo-se a manutenção da decisão hostilizada.
(DJE de 21/3/2023).
2ª Câmara Especial Processo:0808427-95.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002612-40.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 01/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).
2ª Câmara Especial Processo: 0808535-27.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002557-89.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 02/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).
2ª Câmara Especial Processo:0809665-52.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002455-28.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 04/10/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).
No DJe da última sexta-feira (dia 17/3/2023)
2ª Câmara Especial Processo: 0808430-50.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002232-75.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES Distribuído em 01/09/2022 Decisão: "REJEITADA A ALEGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DO CRÉDITO, E NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Rejeição de exceção de pré-executividade. Cobrança de IPTU. Loteamento registrado. Área de expansão urbana. Incidência do tributo. Lote situado em APP. Limitação administrativa que não altera a ocorrência do fato gerador. Cobrança hígida. 1. Nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, incide IPTU quanto à propriedade de imóvel objeto de loteamento nos termos da Lei n. 6.766/79, situado em área de expansão urbana, sendo prescindível a demonstração de melhoramentos. Inteligência da Súmula n. 626 do STJ. 2. Tratando-se de lote submetido à limitação administrativa ambiental (APP), cuja área foi indicada voluntariamente pelo recorrente mediante acordo formulado em ação civil pública, não há falar na não ocorrência do fato imponível do IPTU, uma vez que não houve alteração de propriedade do bem. 3. Recurso improvido.

(DJE de 17/3/2023).
No DJE de hoje (24/3/2023), inclusive:
0809790-20.2022.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento 0809790-20.2022.8.22.0000 Origem: 7002380-86.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Interposto em 03/11/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR."
0809779-88.2022.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento Origem: 7002446-66.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Interposto em 03/11/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR."
0808995-14.2022.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento Origem: 7002061-21.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Interposto em 07/10/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR."
0805334-27.2022.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento Origem: 7002098-87.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Interposto em 26/07/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR."
0808995-14.2022.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento Origem: 7002061-21.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Interposto em 07/10/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR."
0805334-27.2022.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento Origem: 7002098-87.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Interposto em 26/07/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR."
É pacífico que a SÃO TOMAS tem de pagar os tributos da área em questão (Loteamento "Cidade Jardim" – Buriti) por ser proprietária do imóvel. Há centenas de acórdãos sobre isso.
E poderia citar ainda tantos outros acórdãos envolvendo o Loteamento Buriti/"Cidade Jardim", de responsabilidade da loteadora/incorporadora São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda e o Município de Rolim de Moura.
A Executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA tem loteamentos em quase todo território nacional, em cerca de dez a onze Estados da Federação, conforme croqui e demais atos juntados pela própria SÃO TOMÁS na ACP n.º 0006366-51.2014.822.0010 (esta foi sentenciada em dezembro de 2022; opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados), tendo a executada SÃO TOMÁS plenas condições de recolher os tributos. Quem tem loteamento em tantos Estados da Federação sabe que tem de pagar IPTU dos aludidos imóveis respeitada eventual opinião em sentido contrário.
Além disso, observe-se as atividades desempenhadas pelo grupo SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA:
4110-7/00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários
6462-0/00 - Holdings de instituições não financeiras
6810-2/03 - Loteamento de imóveis próprios
(extraído de https://transparencia.cc/dados/cnpj/14294578000102-RO-sao-tomas-empreendimentos-imobiliarios-e-participacoes-ltda/)
No cadastro nacional da pessoa jurídica trazido em centenas de processos desta executada constam como atividades da SÃO TOMÁS:
68.10-2-03 - Loteamento de imóveis próprios
41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários
64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras
Por isso, a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA tem plena ciência de que deve pagar IPTU.
Visto dezenas, centenas de acórdãos, cuja matéria é incontroversa e pacificada no âmbito das duas Câmaras Especiais do TJRO, nada a reparar pela via da exceção de preexecutividade.
d) Superada a questão da exceção de preexecutividde e sua flagrante rejeição, atento à matéria cognoscível e regularidade processual, não podemos deixar de mencionar o uso abusivo e predatório do sistema de Justiça por parte dos litigantes. Explico:
A SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
A propósito, a SÃO TOMÁS era e é a loteadora/incorporadora responsável pela Incorporadora Buriti (responsável pelo loteamento conhecido como "Cidade Jardim"), localizado depois do campus da UNIR, lado direito, na saída de Rolim de Moura para BR364. Isso é incontroverso e notório. São mais de 2.000 terrenos este loteamento (mais exatos, cerca de 2.293 terrenos).
A própria SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA reconhece que o loteamento "Cidade Jardim" e cuja "ÁREA A SER LOTEADA corresponde a 793.546,78m2 (Setecentos e noventa e três mil, quinhentos e quarenta e seis vírgula, setenta e oito metros quadrados), composta por 60 (sessenta) quadras, contendo 2.293 (Dois mil, duzentos noventa e três) lotes...", conforme manifestação feita nos autos de Agravo de Instrumento 0809525-18.2022.8.22.0000, publicado no DJe de 27/2/2023, pp. 137-138 (Rel. Des. HIRAM SOUZA MARQUES) e Agravo de Instrumento 0809029-86.2022.8.22.0000, publicado no DJe de 27/2/2023, pp. 141-142 (ambos de Relatoria do Des. HIRAM SOUZA MARQUES).
São mais de dois mil terrenos e execuções fiscais apenas entre estas partes. Sem contar os tantos embargos, impugnações, exceções e incidentes processuais diversos. Agora, por fim, a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ingressou com ação anulatória (7010917-71.2022.8.22.0010). São exceções de preexecutividade; depois embargos e, agora, ação anulatória de débitos todas sobre os mesmos tributos dos mesmos imóveis. A litigância predatória é incontestável, respeitado eventual entendimento em contrário.

Como bem observado pelo Des. Miguel Monico no DJe de ontem (dia 23/3/2023, p. 182) a SÃO TOMÁS é reiterada litigante:
Número do processo: 7002041-30.2022.8.22.0010 Classe: Apelação Cível Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Vistos. Trata-se de recursos de apelação contra sentença que indeferiu a petição inicial. Como cediço, o Código de Processo Civil de 2015 é imperativo ao dispor que, nos casos de indeferimento da inicial, interposta apelação, além de ser facultado ao juiz exercer o juízo de retratação, a parte ré deve ser citada para responder o recurso. Confira-se: Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se. § 1º Se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso. § 2º Sendo a sentença reformada pelo tribunal, o prazo para a contestação começará a correr da intimação do retorno dos autos, observado o disposto no art. 334 . § 3º Não interposta a apelação, o réu será intimado do trânsito em julgado da sentença. Na hipótese, apesar do juízo de primeiro grau, em sua sentença, já antecipar que, havendo recurso, não se retrata e determinando a citação/ intimação da executada para contrarrazões (ID. 18455556, pág. 11), não houve intimação da parte executada para responder o recurso. Nota-se que, interposto o recurso (ID. 18455557), os autos foram imediatamente encaminhados a esta Corte para análise do recurso. Aliás, reiteradamente os recursos de processos originários da Comarca de Rolim de Moura são remetidos a esta Corte sem a observância do art. 331 do CPC ou art. 485, §7º, CPC, inclusive os envolvendo a empresa São Tomás, a qual, como é sabido, é identificada e atuante em vários processos naquela comarca. Cito como exemplo, ainda, os autos n. 7007697-02.2021.8.22.0010 e 7010110-85.2021.8.22.0010. Isso posto, determino, com fundamento no art. 331, §1º, do Código de Processo Civil, que seja solicitado ao juízo de primeiro grau, mediante carta de ordem, a citação da parte requerida, a fim de, querendo, responda o recurso, nos termos já constantes na sentença recorrida. Após, voltem-me os autos conclusos. Sirva a presente decisão como mandado/ofício/carta de ordem. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho, data da assinatura digital. Desembargador Miguel Monico Neto Relator
(DJe 23/3/2023).
Atento ao elevado custo processual que este tipo de lide acarreta aos Cofres Públicos, consigno as ponderações feitas pela DD. Presidência do TJRO e Des. José Jorge Ribeiro da Luz durante a sessão do Tribunal Pleno Administrativo, realizada dia 14/3/2022, cuja ata se encontra publicada no DJe 18/3/2022, pp. 117-118, mencionando que devem ser evitadas execuções fiscais que não traduzam em resultados efetivos:
"...o Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz esclareceu ser o Presidente do Centro de Inteligência da Justiça Estadual de Rondônia - CIJERO - que tem como objetivo evitar ou levantar as demandas predatórias, sem se olvidar de outras medidas próprias que deverão ser tomadas, com todos os prefeitos dos municípios de Rondônia, a fim de viabilizar proposta de lei permitindo-se a dispensa do ajuizamento das execuções fiscais de pequeno valor. Comunicou que foi designada uma reunião virtual a ser realizada via Google Meet "Tribunal de Justiça de Rondônia e AROM", para o próximo dia 17/03/2022 em que fará a apresentação do Novo Projeto de Conciliação para os Prefeitos e Prefeitas. Comunicou ainda que soube que este Tribunal de Justiça – TJRO, em conjunto com o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RO, também está trabalhando no mesmo sentido, mas em raias distintas, e colocou-se à disposição para trabalhar em conjunto, para somar esforços na busca de resultado que seja do absoluto interesse do Poder Judiciário (...) Na sequência, o Presidente esclareceu que, com relação ao uso predatório do Judiciário, o assunto evoluiu após visita institucional ao Tribunal de Contas, para outra finalidade. Sugeriu que esse trabalho do CIJERO fosse realizado em conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça. Disse ainda que há um projeto avaliado pelo TCE/RO no que toca à eventual dispensa de ajuizamento de ações de pequeno valor em que as Prefeituras o fazem na medida que o TCE/RO exige, para que não respondam por improbidade administrativa. Finalizou, reforçando que o trabalho seja realizado com a Corregedoria-Geral da Justiça para que haja sintonia de esforços..."
Neste sentido, notícia e entendimento do E. TJRO em:
ttps://www.tjro.jus.br/noticias/item/16071-tjro-e-tce-discutem-adesao-de-municipios-a-meios-extrajudiciais-de-recuperacao-de-ativos; https://www.tjro.jus.br/noticias/item/16361-corregedoria-geral-debate-com-tce-mpc-pge-aperfeicoamento-de-processos-de-execucao-fiscal-para-cobranca-de-creditos-da-administracao-publica e evento vento com participação do TCE-RO, MP de Contas-RO, MP-RO e PGE-RO que pode ser visto em https://www.youtube.com/watch?v=yQBC5rThjq8.
Consigno que no pronunciamento do Procurador do Estado (Dr. Danilo Cavalcante) no evento acima, consta a seguinte observação: abaixo de 10 (dez) UPF´s o Estado de Rondônia é proibido de ajuizar execução fiscal. Como cada UPF-RO tem o valor atual de R$ 102,48, abaixo do valor de R$ 1.024,80 o Estado está proibido de deve ajuizar execução fiscal, justamente porque o custo do processo não compensa valor a receber – isso caso receba.
No aludido evento o Des. José Jorge Ribeiro da Luz demonstra que 68% das execuções fiscais ajuizadas desde 2017 a 2021 têm valores inferiores a R$ 2.000,00, caso destes autos. Apenas um mandado já custa mais de 100,00R$ isso apenas com a diligência do Oficial de Justiça, sem contar os demais custos cartorários. Ao contrário, a movimentação de uma execução fiscal custa aos cofres públicos atualmente cerca de R$ 4.800,00, em média. Boa parte dos valores a receber da SÃO TOMÁS são inferiores a isso.
O Des. José Jorge da Luz demonstra que um processo desta natureza é inviável para todos, inclusive para o exequente, considerando seus custos. Vide: https://www.tjro.jus.br/noticias/item/16501-e-absolutamente-inviavel-o-ajuizamento-de-execucoes-fiscais-com-valores-baixos-destaca-desembargador-jose-jorge-em-encontro-de-execucao-fiscal
No mesmo sentido acima, pronunciamento do Des. José Jorge Ribeiro da Luz e do Presidente do TJRO – Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia - defendendo a racionalização dos recursos do Judiciário e combate ao uso predatório (e lícito) da Justiça, durante sessão do Tribunal Pleno Administrativo realizada dia 23/5/2022.
Por fim, o Dr. Fabio de Souza (da PGE) também aponta dados sobre a desjudicialização das execuções fiscais. Valores abaixo de 1.000UPF´s (R$ 102.480,00) nem sempre são cobrados pelo Estado, demonstrando que medidas extrajudiciais podem ser mais efetivas. Até o prazo da cobrança resta mais efetivo com a negativação direta e protesto (segundo o ali demonstrado o pagamento ocorre entre 7 a 8 dias na cobrança extrajudicial contra 334 dias na cobrança judicial). Ou seja, até o Poder Público – credor - é o mais beneficiado, porque recebe mais rapidamente. Havendo alguma sobre dúvida os dados acima apontados, isso pode ser assistido no canal do TJRO link a seguir: https://www.youtube.com/watch?v=yQBC5rThjq8.
Seguido por notícia em que se informa a enorme quantidade de execuções fiscais: https://www.conjur.com.br/2022-mar-13/siqueira-rocha-macrolitigancia-fiscal.
É notória a litigiosidade entre o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, o que ocasiona transtornos em ambas Unidades Judiciárias desta Comarca, conforme constatado pelo E. TJRO. Concito a todos: vamos colaborar com o andamento processual, pois este tipo de conduta traz prejuízos tanto ao Município de Rolim de Moura, que deixa de receber boa parte seus créditos em tempo razoável, bem como a SÃO TOMÁS, que vem sofrendo sucessivos insucessos recursais junto ao E. TJRO, fato que pode ser visto em centenas de processos, agravos, exceções de preexecutividade, impugnações, etc. A título de exemplo, vou citar apenas os processos abaixo (de todos Desembargadores relatores), mas poderia citar dezenas de tantos outros:

- 1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível - Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS (DJe de 18/10/2022);
- 1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO (DJE 11/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 - Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO (DJe de 18/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 - Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO (DJe de 18/10/2022);
- Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809779-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA (DJ de 17/10/2022);
- Gabinete Des. Miguel Monico - Processo: 0809789-35.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA (DJe de 17/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0804888-24.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002647-97.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda - Relator: DES. HIRAM DE SOUZA MARQUES (DJe 20/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda - Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA (DJe de 21/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA (DJe de 24/10/2022);
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0810150-52.2022.8.22.0000 (24/10/2022);
- Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0810888- 40.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe de 28/2/2023);
- 1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0807753-20.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/1ª Vara Cível/7002393-85.2022.8.22.0010 Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. (DJe de 1/3/2023) e
- 1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível
Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda)
Agravado: Município de Rolim de Moura
DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS (DJe de 07/10/2022).

A título de observação, basta olhar quantos processos envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA estão pautados para a próxima sessão de julgamento, a se realizar no dia 16/3/2023, conforme publicação no DJE de 7/3/2023 p. e ss.

Todos DD. Desembargadores relatores nas Câmaras Especiais conhecem a litigiosidade havida entre o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. E isso prejudica sobremaneira o andamento dos trabalhos nesta Comarca, pois se contados (de forma numérica) apenas os processos do MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA teria que haver uma vara específica apenas para estes litigantes.

Há muito que ambos Juízos desta Comarca vêm advertindo o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA sobre este excesso de litigiosidade que abarrota o Poder Judiciário.

Faço estas observações, pois como provavelmente virá(virão) agravo(s), embargo(s), apelação(ões), impugnações, e outros incidentes, a exemplo de centenas de processos envolvendo estes litigantes não podemos ignorar a realidade processual e da Comarca.

Diante do exposto, delimitada a responsabilidade tributária das partes seja por matérias do direito administrativo; tributário regulamentos urbanísticos - loteamentos e incorporações; ofensas a normas ambientais e sanitárias discutidas na ACP 0006366-51.2014.822.0010 – já sentenciada em 2022 e cujos embargos de declaração também foram rejeitados), todas matérias já devidamente apreciadas pelo Juízo, não há se falar em outros questionamentos.

Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.

No mesmo sentido: “O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos” (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).

O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado. Observe-se que não é necessário pronunciamento obrigatório sobre todas ideias trazidas aos autos, notadamente quando ficam prejudicados pelos demais pontos já apreciados. Neste sentido, o E. TJRO em acórdão recentíssimo – de 21/2/2022 - 2ª Câmara Cível / Gabinete Des. José Torres Ferreira Processo: 0810938-03.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO e 21/07/2021 0001389-45.2016.8.22.0010 Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno (DJe 2/8/2021).

Como são diversos argumentos, a fim de que não sejam opostos embargos de declaração com finalidade de rediscutir fatos, provas e/ou prazos, observe-se que não é necessário pronunciamento obrigatório sobre todas ideias trazidas aos autos, notadamente quando ficam prejudicados pelos demais pontos já apreciados. Neste sentido, o E. TJRO em acórdão recente – 1/6/2022: “2ª Câmara Especial Processo: 7001844-17.2018.8.22.0010 Embargos de Declaração em Apelação (PJe) Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Opostos em 27/01/2022 Decisão: “EMBARGOS NÃO PROVIDOS, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.” EMENTA Embargos de declaração. Alegação de omissão. Não ocorrência. Rediscussão da matéria. Impossibilidade. Vício inexistente. Prequestiona-

mento. Desnecessidade. Recurso não provido. Os embargos de declaração são cabíveis somente para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material, jamais para rediscussão da matéria já apreciada. A lei processual civil, no seu art. 489, § 1º, inciso IV, preconiza que o magistrado está obrigado a examinar os argumentos capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusão adotada pelo julgador, não exatamente todas aquelas invocadas pela parte. Apresentando o julgado fundamentação coerente com o que foi debatido nos autos e estabelecendo as premissas de sua conclusão com base nos elementos probatórios trazidos, não há que se falar em nulidade ou rediscussão de teses..."

No mesmo sentido, o E. TJRO: 2ª Câmara Cível/Gabinete Des. José Torres Ferreira Processo: 0810938-03.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO e 21/07/2021 0001389-45.2016.8.22.0010 Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno (DJe 2/8/2021).

E recentíssimo julgado do E. TJRO em:

1ª Câmara Especial Processo: 7057535-09.2019.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (PJe) Advogado: Thiago Maia de Carvalho (OAB/RO 7472) Embargado: Estado de Rondônia Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO Opostos em 31/08/2022 Decisão:"EMBARGOS NÃO PROVIDOS, À UNANIMIDADE." EMENTA Embargos de declaração. Omissão. Embargos não providos. 1. Os embargos apresentados, em verdade, pretendem rediscutir matéria, o que não é permitido em sede de embargos de declaração, já que a fundamentação é vinculada às hipóteses de omissão, obscuridade, contradição. 2. Caso haja motivo suficiente para proferir a decisão, não há obrigatoriedade de o órgão julgador se manifestar sobre todas as questões trazidas pelas partes. 3. Embargos não providos.

(DJe de 2/3/2023)

Processo: 7000086-66.2019.8.22.0010 - APELAÇÃO CÍVEL Origem: 7000086-66.2019.8.22.0010

Relator: Desembargador TORRES FERREIRA

Data distribuição: 07/06/2022 05:35:43

(...)

Por fim, ressalto que o julgador não é obrigado a enfrentar um a um os argumentos deduzidos pelas partes. O contexto geral do julgado demonstra quais foram acolhidos e/ou rejeitados, pelo que, advirto, evitando decisão surpresa ou de terceira via (art. 10 do CPC), que em caso de interposição de recurso meramente protelatório poderá a parte que assim o fizer incorrer nas sanções previstas no artigos 77, § 2º, 81 ou 1.026, § 2º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se. Após o transcurso do prazo, certificando, devolva a origem. Porto Velho/RO, data da assinatura no sistema. Desembargador Torres Ferreira Relator

(DJ de 03/11/2022, p. 58).

Por fim: 0811086-77.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJE), Desembargador Torres Ferreira Relator

(DJ de 23/11/2022, p. 61-62).

Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos, pois incide tributo sobre a área em questão.

III - DISPOSITIVO:

Ante o exposto e considerando tudo que dos autos consta, com fundamento nos arts. 156, I, da Constituição Federal e 32 a 34, do CTN, c/c Súmula 626 do C. STJ, bem como reiterados precedentes do TJRO acima expostos, REJEITO A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE apresentada por SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA em face de MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e determino o regular prosseguimento da Execução Fiscal.

Custas incabíveis neste incidente.

Honorários indevidos neste incidente (exceção de pré-executividade que fora rejeitada), conforme entendimento do E. TJRO em:

1ª Câmara Especial Processo: 0804149-22.2020.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7004123-39.2019.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: Município de Rolim de Moura Procuradora: Florisbela Lima (OAB/RO 3138) Agravado: João Eurípedes Teodoro de Farias Advogado: Sérgio Martins (OAB/RO 3215) Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES Redistribuído em 08/06/2020 DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de Instrumento. Majoração de Honorários. Tema 421 do STJ. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Condenação indevida. Recurso não provido. A rejeição da exceção de pré-executividade não gera direito a honorários, pois estes já serão fixados na execução, que perdura em trâmite. Precedentes do STJ e desta Corte.

(DJe 16/3/2022).

2ªCÂMARAESPECIALACÓRDÃOProcesso:0804168-28.2020.8.22.0000AgravodeInstrumento(PJe)Origem:7004151.07.2019.822.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: Município de Rolim de Moura Procuradora: Florisbela Lima (OAB/RO 3138) Agravado: João Euripedis Teodoro de Farias Advogado: Sérgio Martins (OAB/RO 3215) Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Redistribuído em 09/06/2020 DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA: Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se acolhida a exceção, ainda que parcial.

(DJe de 22/9/2020).

Processo: 0804167-43.2020.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)

Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA

EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se acolhida a exceção, ainda que parcial.

"...Concludentemente, no caso em exame, não só mostra-se indevida a majoração dos honorários, como também é indevida a própria fixação da verba quando da rejeição da exceção de pré-executividade, em qualquer percentual, em razão dos fundamentos da tese fixado no Tema Repetitivo nº 421 do STJ. Em face do exposto, nego provimento ao recurso. É como voto. EMENTA Agravo de Instrumento. Majoração de Honorários. Tema 421 do STJ. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Condenação indevida. Recurso não provido. A rejeição da exceção de pré-executividade não gera direito a honorários, pois estes já serão fixados na execução, que perdura em trâmite. Precedentes do STJ e desta Corte.

0804149-22.2020.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: HIRAM SOUZA MARQUES

2ª CÂMARA ESPECIAL ACÓRDÃO Processo: 0804150-07.2020.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)

Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Redistribuído em 08/06/2020

DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE."

EMENTA: Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção de pré-executividade, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se a colhida a exceção, ainda que parcial.
(DJe de 12/2/2021).
Independentemente do transcurso do prazo recursal, prossiga-se na Execução Fiscal, devendo o Exequente informar seu crédito atualizado, incluindo o valor dos honorários e indicar bens à penhora.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.
Dê-se ciência à PGM.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto.
Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:34.
Jeferson Cristi Tessila Melo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7009750-19.2022.8.22.0010
Requerente: DOUGLAS ANACLETO DE SOUZA
Advogado(a) do Requerente: Regiane Teixeira Struckel, OAB nº RO3874
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado(a) do Requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
D E S P A C H O - URGENTE
(Comprovar o cumprimento da implantação do benefício)
Foi determinado em sentença a conversão do benefício em aposentadoria por invalidez, em 14/04/2023 (id. 89549894), em favor do Segurado: DOUGLAS ANACLETO DE SOUZA, com DIB em 28/02/2023..
INSS intimado na mesma data em 25/04/2023 (id. 89893152).
No entanto, não há informação do cumprimento da ordem.
Intime-se o INSS para no prazo de 10 dias juntar nos autos o COMPROVANTE de conversão do benefício e o respectivo extrato do pagamento de eventuais valores pagos administrativamente.
Sem prejuízo da intimação do INSS pelo PJE, encaminhe-se a intimação para cumprimento da tutela provisória por meio eletrônico para: pfro.tj@agu.gov.br, nelio.bastos@agu.gov.br, Thais Cristina da Costa thais.cristina@agu.gov.br e Lucas Pereira da Silva lucaspereira@agu.gov.br, pois há tutela urgente a ser implementada e cumprida.
Como se trata de providência urgente (implementação de tutela antecipada), a intimação do INSS deverá ser pelos meios acima, conforme pedido da própria Procuradoria no OFÍCIO n. 00033/2022/GAB/PFRO/PGF/AGU, de 22/2/2022, e orientação da Corregedoria do TJRO (SEI 0001201- 56.2022.822.8800 - DESPACHO - CGJ Nº 1332/2022). A CPE está autorizada a promover o necessário à intimação da Autarquia, observando as recomendações.
Com a resposta manifeste-se a parte e, por fim, venham os autos conclusos.
Intimem-se na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos.
Rolim de Moura/RO, 17 de julho de 2023., 05:28
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7003113-52.2022.8.22.0010
Requerente: AUREA ALVES DE MELO SILVA
Advogado(a) do Requerente: MARIZA SILVA MORAES CAVALCANTE, OAB nº RO8727, LUIS FERREIRA CAVALCANTE, OAB nº RO2790
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado(a) do Requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DESPACHO SERVINDO DE OFÍCIO
(Implementar/Restabelecer benefício)
Verifica-se dos autos que a sentença transitou em julgado no dia 05/07/2023 (Certidão ID 92876046).
O INSS foi intimado da sentença que concedeu o benefício em e até o momento não cumpriu a ordem, segundo a autora.
O caminho juridicamente correto é exigir o cumprimento das obrigações contidas no titulo executivo judicial, ainda que neste primeiro momento seja possível somente exigir a obrigação “de fazer”, com fundamento no art. 536 e seguintes do CPC.
Para prosseguimento do feito, INTIME-SE o INSS, para que, em até 30 dias, implante o benefício conforme a sentença, que deverá ser anexada ao e-mail, em favor de: AUREA ALVES DE MELO SILVA, comprovando nos autos a DIB e eventuais valores pagos administrativamente.
Sem prejuízo da intimação da Procuradoria do INSS encaminhe-se a intimação para cumprimento da tutela provisória por meio eletrônico aos cuidados do diretor da agência regional do INSS (aps26001070@inss.gov.br) e pfro.tj@agu.gov.br.

Decorrido o prazo in albis, INTIME-SE a parte exequente para que adeque seu pedido, observando-se os requisitos do art. 536 e seguintes do CPC.
Apresentada manifestação pelo INSS, INTIME-SE a parte exequente para ciência e resposta, em 10 (dez) dias.
Comprovada a implantação do beneficio, deverá a exequente, em 15 (quinze) dias, providenciar nestes autos o pedido de cumprimento de sentença para pagamento de quantia certa, nos termos do art. 534 e seguintes do CPC.
Após, conclusos.
Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO OFÍCIO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7009051-28.2022.8.22.0010
Requerente/Exequente: MARINETE GOMES
ADVOGADO DO AUTOR: ANDREY GODINHO SCHMOLLER, OAB nº RO79966
Requerido/Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
D E S P A C H O
Id. 89212034: DEFIRO.
Suspendo o feito pelo prazo de 6 (seis) meses ou até a juntada do resultado da perícia administrativa, terminando a suspensão pelo evento que ocorrer primeiro.
Deverá o peticionante se manifestar-se em termos de efetivo prosseguimento do feito.
Dê-se vistas oportunamente.
Ficam as partes intimadas, nas pessoa dos procuradores constituídos.
Rolim de Moura/RO, 17 de julho de 2023.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Fone: 69 3449 3722 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7003877-77.2018.8.22.0010
Requerente/Exequente: LUCIANA BUENO SEMAN DA COSTA
Advogado(a): DIEGO HENRIQUE NEVES ROSA, OAB nº RO8483, LUCIARA BUENO SEMAN, OAB nº RO7833
Requerido/Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado(a): PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
D E S P A C H O
Indefiro o requerimento de id. 91509799, pois o prazo previsto em acordão, para a duração do benefício, encontra-se expirado, veja-se:
No acórdão houve previsão de que a duração do benefício seria de 24 meses a contar da perícia judicial. (id. 84674603)
A perícia judicial foi realizada em 20/09/2018 (id.22362901).
Logo, o benefício deveria ter cessado em 20/09/2020. Deste modo, não há que se falar em restabelecimento do benefício, devendo eventuais valores retroativos serem requeridos em cumprimento de sentença.
Tratando-se de benefício transitório, eventual NOVO período de incapacidade deve ser analisado em feito próprio.
Intimem-se as partes na pessoa dos procuradores constituídos.
Nada mais sendo requerido, arquive-se.
Rolim de Moura/RO, 14 de julho de 2023., 13:59
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7003352-22.2023.8.22.0010
Exequente: ANTONIO LELIS DE REZENDE
Advogado: LUANA OLIVEIRA COSTA SILVA, OAB nº RO8939
Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Decisão SANEADORA e SERVINDO DE DETERMINAÇÃO PARA
ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS, JUNTADA DE DOCUMENTOS,
INTIMAÇÃO e demais atos necessários
1) Trata-se de pretensão visando concessão de benefício previdenciário à segurada especial – rural.
2) A contestação apresentada pelo INSS não impugna em específico os documentos trazidos pela Autora.
3) Não há questões preliminares ou incidentes pendentes de apreciação.
4) Fixo como pontos controvertidos: reconhecimento ou não da qualidade de segurado especial e o cumprimento do período de carência.

5) Para que não venha alegação de nulidade ou cerceamento de defesa, a ambas partes para ESPECIFICAR se pretendem a produção de outras provas, justificando sua necessidade e pertinência com a lide. Prazo comum: dez dias.
5.1) Havendo protesto "genérico" por produção de todo tipo de provas, sem indicar sua necessidade, ou não havendo manifestação útil, a lide será sentenciada na forma que se encontra, por já haver considerável quantidade de documentos nos autos.
5.2) Neste tópico devem ser feitas as seguintes considerações:
1.ª) Diante das obras para construção do prédio do novo fórum de Rolim de Moura, assunto tratado pelo E. TJRO nos SEI´s n. 0011724-39.2021.8.22.8000, 0002630-67.2021.8.22.8000, 0005036-27.2022.8.22.8000 e 0000215-47.2022.8.22.8010, bem como autorizado pela Presidência do TJRO em Sei 0000069-69.2023.8.22.8010 e também da Portaria Conjunta n. 695/2022-JSG-SGP, não é possível realizar audiências de instrução presenciais, o que prejudicaria o regular andamento do processo (arts. 6.º e 139 do CPC c/c art. 5.º, LXXVIII da Constituição Federal). E não se sabe quando será a retomada do trabalho presencial.
Nem sempre a prova rural é fácil de ser produzida, notadamente pelas distâncias dos locais de trabalho e distância dos centros urbanos, com qualidade deficitária de sinal internet. Nem sempre é possível ouvir quem reside na zona rural.
De outro modo, consigno que o INSS nunca veio a uma audiência de instrução neste Juízo (nem presencial, nem no formato on line – Google meet). Assim, parte dos fatos pode ser provada com declarações (com firma reconhecida) ou ata notarial. E nunca indicou uma testemunha para ser ouvida.
Diante desta situação atípica, a Justiça Federal (que tem competência originária para julgar lides previdenciárias – art. 109 da CF) passou a admitir prints e pequenos vídeos como prova para aposentadoria rural, em complementação à prova documental que consta dos autos, o que pode ser visto em https://www.conjur.com.br/2021-jan-19/justica-federal-pe-admite-filmagem-provatrabalho-rural. Desde já, adianto que apenas o vídeo do local de trabalho e imagens não servem para justificar sua juntada aos autos, quando não há qualquer outro elemento material de prova. As provas são apreciadas em conjunto.
Por isso, em especificação de provas, concedo à parte Autora oportunidade de juntar prints/imagens e/ou pequenos vídeos do local em que a parte Autora trabalhou ou trabalha atualmente.
Dentre outros pontos, estes prints/vídeos devem responder:
Com quem o(a) Autor(a)residia? Há quanto tempo trabalha no local? Já residiu ou trabalhou em outros locais? Quais produtos cultivam? Qual a sua produção média, seja mensal ou anual? Quando se deu a última colheita?
Da mesma forma, faculta-se à parte e Advogado (sob sua fé e munus) que façam outras indagações sobre aspectos particulares do caso concreto. Também devem observar se há nos autos quesitos apresentados pelo INSS e questionar a parte autora quanto a esses pontos, independentemente de intimação específica para essa finalidade.
2.ª) Da mesma forma, faculto sejam juntadas declarações quanto à atividade desempenhada pelo(a) Autor(a). As declarações serão preferencialmente por ata notarial (art. 384 do CPC).
A Justificação Administrativa (JA), cujo procedimento é previsto no artigo 574 da IN 77/2015, constitui-se como um mecanismo de prova do direito do segurado, sendo cabível ao interessado para suprir a falta ou insuficiência de documento ou produzir prova de fato ou circunstância de interesse dos beneficiários perante o INSS. Da mesma forma o art. 108 da Lei 8.213/91 e artigos 142 e seguintes do RPS – Decreto n° 3.048/99.
Conforme art. 575 da IN INSS n° 077/2015 a justificação administrativa possui como finalidade a comprovação de tempo de serviço ou de contribuição, dependência econômica, união estável, identidade, bem como provar relação de parentesco (o que não é o caso destes autos).
No próprio site do INSS já constam o modelo e orientações de como fazer a Justificação Administrativa, o que pode ser visto em: https://www.gov.br/inss/pt-br/saiba-mais/seus-direitos-e-deveres/atualizacao-de-tempo-de-contribuicao/documentos-originais-para-comprovacao-de-tempo-de-contribuicao/justificacao-administrativa
Como justificativa para evitar a substituição da Administração Pública pelo Poder Judiciário, sobretudo nos casos em que o INSS deveria ter instruído o processo administrativo mediante a realização de justificação administrativa, e também em casos que a Justiça não possui pauta de audiências disponível, tem sido determinada, judicialmente, a reabertura do processo administrativo para designação de justificação administrativa – comumente denominada de justificação judicial.
Se até Justificação Administrativa vem sendo aceita pelo INSS e pelos Juízos porque não o seria a Ata Notarial?
Se for por declaração particular deve obrigatoriamente ser reconhecida firma (por verdadeiro).
3.ª) Por fim, faculto à parte Autora juntar fotografias do local em que residem ou residiam.
Esta providência é tomada para facilitar e otimizar o sentenciamento da lide, pois as fotos em muito auxiliam na hora de proferir decisões, corroborando e cotejando com os demais elementos de provas nos autos.
Como não houve contestação específica sobre os documentos juntados pela parte autora, por ora não há necessidade de outras providências mais complexas, visto que estas medidas podem auxiliar em muito o fluxo de audiências e movimentações processuais, inclusive para o INSS.
Processo não pode ser estático e sim um meio de efetivação de direitos. Consigne-se que este Juízo entende que todas providências possíveis devem ser tomadas para evitar retardamento do feito (ofensa ao art. 5.º LXXVIII da Constituição Federal e 139 do CPC), pois a lide e documentos podem ser complementados de outras formas. Antes que se questione, estas decisões são tomadas como medida de efetividade e em cumprimento às Metas do CNJ, que determinam sejam sentenciados mais processos que ingressam.
Prazo: trinta dias, por haver ato que dependa de terceiro (especialmente se for ata notarial).
Juntados as declarações, fotos e outros documentos novos manifeste-se o INSS. Se nada for juntado, não há necessidade de nova intimação.
6) Após cumpridas todas as fases acima, oportunamente, conclusos para sentenciar o feito ou designar audiência.
Ficam as partes intimadas na pessoa dos procuradores constituídos.
Rolim de Moura/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023, 14:11.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7011115-11.2022.8.22.0010
Requerente: ADENIRA RIBEIRO RICHEN
Advogado/Requerente: LUCIARA BUENO SEMAN, OAB nº RO7833, DENISE CARMINATO PEREIRA, OAB nº RO7404

Requerido: I. -. I. N. D. S. S.
Advogado/Requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
S E N T E N Ç A
ADENIRA RIBEIRO RICHEN pretende seja o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL condenado a lhe restabelecer o benefício de auxílio-doença que passou a se chamar 'auxílio por incapacidade temporária' após a 'Reforma da Previdência' – EC 103/2019) e posteriormente convertê-lo em aposentadoria por invalidez.
Alega que é portadora de problemas de depressão e que recebeu benefício previdenciário até 08/10/2022 quando alegando ausência de incapacidade, a Autarquia ré cessou o pagamento.
Afirma que a cessação é indevida, pois, permanece incapacitada e sem condições de retornar ao trabalho.
Para análise do requerimento de tutela de urgência, foi determinado a realização de perícia médica (id. 86379223), aportando aos autos o laudo pericial de id. 87955850.
Não concedida a antecipação dos efeitos da tutela (id. 90138072) foi o réu citado e apresentou contestação (id. 90478156) e o autor impugnou o laudo pericial (id.91600345).
É o relatório. Decido.
Feito em ordem e regularmente instruído, estando apto a julgamento no estado que se encontra, nos termos dos arts. 4.º, 6.º, 139, inciso II e 355, inc. I, todos do CPC e 5.º inciso LXXVIII, da Constituição Federal, não se vislumbrando a necessidade de produção de outras provas, sem que isso afigure cerceamento de defesa. Neste sentido: STJ, 1ª Turma, AgRg nos EDcl no REsp 1136780/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, j. em 6/4/2010, DJe 3/8/2010 e STJ, 3ª Turma, REsp 829.255/MA, Rel. Ministro Sidnei Beneti, j. em 11/5/2010, DJe 18/6/2010, bem como o E. TJRO – Proc. nº: 10000720070006540.
Para o deslinde da controvérsia aqui instaurada, desnecessária a designação de audiência, nos termos do art. 443, inc. II, do NCPC.
Pretende o autor obter o benefício previdenciário previsto no art. 59 da Lei n. 8.213/91, que assim dispõe: O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
Da análise dos dispositivos acima, pode-se concluir que são quatro os requisitos para a concessão dos benefícios por incapacidade laboral: (a) a qualidade de segurado do requerente; (b) o cumprimento da carência de 12 contribuições mensais; (c) a superveniência de moléstia incapacitante para o desenvolvimento de atividade laboral que garanta a subsistência, e (d) o caráter permanente da incapacidade (para o caso da aposentadoria por invalidez) ou temporário (para o caso do auxílio-doença).
No caso em tela, restam incontroversos os pontos relativos à condição de segurado e cumprimento de carência.
É dos autos que o autor solicitou prorrogação do benefício em 06/04/2022 e foi concedido até 08/10/2022 (id. 85255443). Posteriormente, ingressou com outro pedido administrativo em 05/10/2022, tendo a pericia administrativa agendada apenas para julho de 2023 (id. 85255444).
Todavia, no que tange ao outro requisito – o da incapacidade –, em análise mais detida do mérito, não restou comprovada.
É que no laudo pericial firmado pelo profissional nomeado pelo juízo, Dr. Oziel Soares Caetano, consta, dentre outras assertivas, que na data da perícia a requerente apresentava Transtorno depressivo – F33.2; Enxaqueca – G43, mas que NÃO O INCAPACITA para sua atividade habitual (empregada domestica), sendo suscetível de recuperação e reabilitação (Laudo id. 87955850).
Constou, ainda, do laudo:
A requerente refere que desde o ano de 2015 vem sofrendo com um quadro clínico de transtorno depressivo crônico, ansiedade e enxaqueca de difícil controlem medicamentoso. Refere ainda que houve boa adaptação com o tratamento prescrito e encontra-se estável há vários anos.
O exame físico direcionado evidencia: bom estado geral, ativa, humor normal, sem sinais de descompensação clinica atual ou recente.
Periciada com transtorno depressivo crônico e enxaqueca, desde 2015 afastada do trabalho, com tratamento medicamentoso estável há vários anos, mas sem retornar ao trabalho ainda. Não apresenta incapacidade laboral atual.
Desta forma, não tendo o autor logrado êxito em comprovar a sua incapacidade para o trabalho, o caminho é a improcedência do pedido.
Neste sentido, recentíssimo entendimento do TRF1ª Região, autos PROCESSO: 1029622-20.2020.4.01.9999 - PROCESSO REFERÊNCIA: 7006341-40.2019.8.22.0010, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL CÉSAR JATAHY:
"...No caso, para fazer jus ao benefício de auxílio-doença, a legislação vigente determina que se faça necessária a demonstração de que o segurado se encontra incapacitado para o trabalho por mais de quinze dias consecutivos, nos termos do art. 60 da Lei n. 8.213/91, ao passo que a aposentadoria por invalidez o segurado deve estar incapacitado, mas, neste caso, a incapacidade deve ser definitiva, ou seja, insuscetível de reabilitação, na forma do art. 42 da mesma Lei.
Todavia, diante do contexto fático probatório, a parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, conforme explicitou o Magistrado em sua sentença, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.
O laudo pericial de fls. 98/100, inclusive, atesta que o requerente não apresenta incapacidade para a realização de atividades laborais, em relação ao quadro apresentado.
Dessa forma, não foi preenchido o requisito relativo à incapacidade, forçoso é concluir que a parte autora não faz jus à concessão do benefício no período pleiteado..."
Em outra decisão - acórdão de julho/2022, em: PROCESSO: 1004124-82.2021.4.01.9999 PROCESSO REFERÊNCIA: 7005376-62.2019.8.22.0010 CLASSE: APELAÇÃO CÍVEL (198):
RELATOR(A):CESAR CINTRA JATAHY FONSECA
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR(A) URBANO(A). INCAPACIDADE PARA O TRABALHO NÃO DEMOSTRADA. APELAÇÃO DA PARTE AUTORA DESPROVIDA.
1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais; c) a incapacidade parcial e temporária (auxílio-doença) ou permanente e total (aposentadoria por invalidez) para a atividade laboral.
2. A parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.
3. O laudo pericial atesta que a requerente não apresenta incapacidade para a realização de suas atividades laborais. Segundo o perito, a patologia detectada está controlada.
4. A coisa julgada opera secundum eventum litis ou secundum eventum probationis, permitindo a renovação do pedido, ante novas circunstâncias ou novas provas. Precedentes. 5. Apelação da parte autora desprovida

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TRABALHADORA URBANA. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais, salvo nas hipóteses previstas no art. 26, inciso II, da Lei n. 8.213/1991; c) incapacidade para o trabalho ou atividade habitual por mais de 15 dias ou, na hipótese da aposentadoria por invalidez, incapacidade (permanente e total) para atividade laboral. 2. Comprovado, por perícia médica judicial, que não há incapacidade da parte autora para o exercício de suas atividades laborais atuais, não é possível o deferimento do benefício postulado na inicial. 3. Ressalva-se que superveniente alteração da capacidade laborativa da parte autora poderá justificar a concessão do benefício, pois a coisa julgada em casos da espécie se opera secundum eventum litis, vale dizer, segundo as circunstâncias da causa. 4. Sem honorários recursais, porquanto não apresentadas as contrarrazões. 5. Apelação da autora desprovida. (AC 1000075-07.2017.4.01.3704, DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 16/07/2020 PAG.)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR URBANO. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. CONJUNTO PROBATÓRIO. NEGATIVO. AUSÊNCIA DE PROVA DA INCAPACIDADE. 1. São requisitos para a concessão dos benefícios de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez a comprovação da qualidade de segurado da Previdência Social e o preenchimento do período de carência de 12 (doze) contribuições mensais, com exceção das hipóteses enumeradas no art. 26, III, c/c art. 39, I da Lei 8.213/1991, bem como a comprovação de incapacidade para o exercício de atividade laborativa. 2. A existência de perícia médica judicial atestando a incapacidade laborativa, em demanda cuja pretensão versa sobre a concessão de benefício de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez, é indispensável para o deslinde da questão. 3. No presente caso, o perito do juízo afirmou que não há incapacidade para o exercício das atividades habituais. 4. Apelação da parte autora não provida. (AC 1000447-78.2020.4.01.9999, DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 07/07/2020 PAG.)

Seguido por autos n. 1007391-96.2020.4.01.9999 - APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO, julgado em 16/4/2022;

Autos n. 1006410-67.2020.4.01.9999 - Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO – julgado em 16/02/2022; APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - RECURSO INOMINADO: RI 0000554-05.2018.4.03.6330 SP - PROCESSO Nr: 0000554-05.2018.4.03.6330 AUTUADO EM 15/03/2018 e Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - APELAÇÃO CÍVEL: AC 0039064-12.2016.4.03.9999 SP - Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL NEWTON DE LUCCA, Data de Julgamento: 20/02/2017, OITAVA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA: 08/03/2017.

No mesmo sentido, recentíssima decisão do E. TJRO:

1ª Câmara Especial Processo:7003969-77.2021.8.22.0001 Apelação (PJe) Origem: 7003969-77.2021.8.22.0001

Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador Federal: Procurador-Geral do INSS

Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO

Distribuído em 30/09/2022

Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE.”

EMENTA Apelação. Auxílio Doença. Auxilio Doença-Acidentário. Aposentadoria. Requisitos. Ausentes. Análise Pericial. Fundamentação. Sentença mantida. A legislação previdenciária impõe requisitos a serem alcançados para que seja concedido o auxílio-doença, auxílio doença-acidentário ou aposentadoria por invalidez. A sentença que julgou improcedente o pedido de concessão do benefício previdenciário deve ser mantida quando o laudo pericial e demais provas não ensejaram o alcance dos benefícios pretendidos.

(DJe de 11/11/2022, p. 94).

ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 7007434-94.2021.8.22.0001 Apelação Origem: 7007434-94.2021.8.22.0001 Porto Velho/7ª Vara Cível Apelante: José Lindolfo Franca Ferreira Advogado: Felipe Góes Gomes de Aguiar (OAB/RO 4494) Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador: Procurador-Geral do INSS Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 18/01/2023 Decisão:“RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.” EMENTA Apelação Cível. Ação previdenciária. Aposentadoria por invalidez. Indevida. Redução parcial e permanente da capacidade laboral. Aspectos socioeconômicos e profissionais. Possibilidade de reabilitação. Recurso não provido. 1. O beneficiário faz jus ao benefício aposentadoria por invalidez quando preenche os requisitos indispensáveis, quais sejam a incapacidade total e permanente para o labor. Precedentes da Corte. 2. Ainda que o juiz seja livre para apreciar as provas e não esteja vinculado à conclusão do perito para julgar a causa, não há que se falar em irregularidade na adoção do laudo como causa de decidir. 3. Na hipótese, mesmo que a lesão seja permanente, a falta de comprovação da incapacidade total impede a concessão de aposentadoria por invalidez. 4. Recurso não provido. (DJe de 13/4/2023, p. 167).

Isso posto, ausentes os requisitos legais, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e, como consequência, EXTINGO O PROCESSO, com resolução do mérito e fulcro no art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil.

Requisitem-se o pagamento dos honorários periciais.

Sem custas e verba honorária, ante a gratuidade de justiça.

P. R. Intimem-se na pessoa dos Procuradores.

Sendo apresentados recursos (principal e/ou adesivo), ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE proceder às intimações e certificações necessárias.

No NCPC (art. 1.030) o juízo de 1º grau não exerce mais qualquer atividade após proferida a sentença, pois o juízo de admissibilidade/recebimento recursal e seu processamento competem à Instância Superior. Neste sentido, o TJRO: 7000767-49.2018.8.22.0017 - Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia - Relator (DJe 27/8/2020) e TJSC: Agravo de Instrumento n. 4008541-52.2016.8.24.0000 - Relatora: Desembargadora Soraya Nunes Lins.

Neste caso, estando o feito em ordem, DETERMINO a remessa dos autos ao TRF1.ª Região para processamento e julgamento dos recursos que venham a ser interpostos, com nossas homenagens.

Transitado em julgado e não havendo mais pendências, arquive-se.

Rolim de Moura/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023, 14:19

Jeferson Cristi Tessila Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7011297-94.2022.8.22.0010
Requerente: ODINEIA BATISTA MACHADO
Advogado/Requerente: RUBIA CARLA TOLEDO ANDRADE ROZ, OAB nº RO11415, JESSICA BIANCA DE JESUS MATTIA, OAB nº RO12262
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado/Requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
S E N T E N Ç A
ODINEIA BATISTA MACHADO pretende seja o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL condenado a lhe conceder o benefício de auxílio-doença que passou a se chamar 'auxílio por incapacidade temporária' após a 'Reforma da Previdência' – EC 103/2019) e posteriormente convertê-lo em aposentadoria por invalidez.
Alega que é portadora de problemas de coluna e que requereu benefício previdenciário em 17/08/2022, porém a pericia administrativa foi agendada para 24/05/2023 e diante da mora administrativa, ingressou com o processo judicial.
Afirma que permanece incapacitada e sem condições de retornar ao trabalho.
Para análise do requerimento de tutela de urgência, foi determinado a realização de perícia médica (id. 86546640), aportando aos autos o laudo pericial de id. 89240680.
Não concedida a antecipação dos efeitos da tutela (id. 90530892) foi o réu citado e apresentou contestação (id. 91068435) e a autora impugnou (id. 91873687).
É o relatório. Decido.
Feito em ordem e regularmente instruído, estando apto a julgamento no estado que se encontra, nos termos dos arts. 4.º, 6.º, 139, inciso II e 355, inc. I, todos do CPC e 5.º inciso LXXVIII, da Constituição Federal, não se vislumbrando a necessidade de produção de outras provas, sem que isso afigure cerceamento de defesa. Neste sentido: STJ, 1ª Turma, AgRg nos EDcl no REsp 1136780/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, j. em 6/4/2010, DJe 3/8/2010 e STJ, 3ª Turma, REsp 829.255/MA, Rel. Ministro Sidnei Beneti, j. em 11/5/2010, DJe 18/6/2010, bem como o E. TJRO – Proc. nº: 10000720070006540.
Para o deslinde da controvérsia aqui instaurada, desnecessária a designação de audiência, nos termos do art. 443, inc. II, do NCPC.
Pretende a autora obter o benefício previdenciário previsto no art. 59 da Lei n. 8.213/91, que assim dispõe: O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
Da análise dos dispositivos acima, pode-se concluir que são quatro os requisitos para a concessão dos benefícios por incapacidade laboral: (a) a qualidade de segurado do requerente; (b) o cumprimento da carência de 12 contribuições mensais; (c) a superveniência de moléstia incapacitante para o desenvolvimento de atividade laboral que garanta a subsistência, e (d) o caráter permanente da incapacidade (para o caso da aposentadoria por invalidez) ou temporário (para o caso do auxílio-doença).
No caso em tela, restam incontroversos os pontos relativos à condição de segurada e cumprimento de carência.
É dos autos que a autora é segurada do RGPS (id. 85459270)
Todavia, no que tange ao outro requisito – o da incapacidade –, em análise mais detida do mérito, não restou comprovada.
É que no laudo pericial firmado pelo profissional nomeado pelo juízo, Dr. Oziel Soares Caetano, consta, dentre outras assertivas, que na data da perícia a requerente apresentava Lombalgia – M54.5; Cervicalgia – M54.2; Transtorno leve de discos intervertebrais – M51.3, mas que NÃO A INCAPACITA para sua atividade habitual (lavadora de veículos), sendo suscetível de reabilitação (Laudo id. 89240680).
Constou, ainda, do laudo:
"...A requerente refere que há 03 anos vem sofrendo com dores intensas na região de coluna lombar, cervical, com irradiação para membros inferiores e piora aos esforços. Refere ainda que vem realizando tratamento medicamentoso e fisioterapia, no entanto, não houve melhora significativa do quadro álgico.
O exame físico direcionado evidencia: Dor a palpação em região de coluna lombar e cervical, dor a flexão, extensão, rotação interna e externa de tronco e pescoço.
Periciada com lesões leves na coluna cervical e lombar, com dificuldades para o seu trabalho devido sentir dores, mas ainda exercendo, com uso de medicamentos e fisioterapia. Não apresenta perda funcional ou lesões incapacitantes, sem incapacidade laboral atual..."
Desta forma, não tendo o autor logrado êxito em comprovar a sua incapacidade para o trabalho, o caminho é a improcedência do pedido.
Neste sentido, recentíssimo entendimento do TRF1ª Região, autos PROCESSO: 1029622-20.2020.4.01.9999 - PROCESSO REFERÊNCIA: 7006341-40.2019.8.22.0010, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL CÉSAR JATAHY:
"...No caso, para fazer jus ao benefício de auxílio-doença, a legislação vigente determina que se faça necessária a demonstração de que o segurado se encontra incapacitado para o trabalho por mais de quinze dias consecutivos, nos termos do art. 60 da Lei n. 8.213/91, ao passo que a aposentadoria por invalidez o segurado deve estar incapacitado, mas, neste caso, a incapacidade deve ser definitiva, ou seja, insuscetível de reabilitação, na forma do art. 42 da mesma Lei.
Todavia, diante do contexto fático probatório, a parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, conforme explicitou o Magistrado em sua sentença, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.
O laudo pericial de fls. 98/100, inclusive, atesta que o requerente não apresenta incapacidade para a realização de atividades laborais, em relação ao quadro apresentado.
Dessa forma, não foi preenchido o requisito relativo à incapacidade, forçoso é concluir que a parte autora não faz jus à concessão do benefício no período pleiteado..."
Em outra decisão - acórdão de julho/2022, em: PROCESSO: 1004124-82.2021.4.01.9999 PROCESSO REFERÊNCIA: 7005376-62.2019.8.22.0010 CLASSE: APELAÇÃO CÍVEL (198):
RELATOR(A):CESAR CINTRA JATAHY FONSECA
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR(A) URBANO(A). INCAPACIDADE PARA O TRABALHO NÃO DEMOSTRADA. APELAÇÃO DA PARTE AUTORA DESPROVIDA.
1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais; c) a incapacidade parcial e temporária (auxílio-doença) ou permanente e total (aposentadoria por invalidez) para a atividade laboral.

2. A parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.
3. O laudo pericial atesta que a requerente não apresenta incapacidade para a realização de suas atividades laborais. Segundo o perito, a patologia detectada está controlada.
4. A coisa julgada opera secundum eventum litis ou secundum eventum probationis, permitindo a renovação do pedido, ante novas circunstâncias ou novas provas. Precedentes. 5. Apelação da parte autora desprovida
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TRABALHADORA URBANA. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais, salvo nas hipóteses previstas no art. 26, inciso II, da Lei n. 8.213/1991; c) incapacidade para o trabalho ou atividade habitual por mais de 15 dias ou, na hipótese da aposentadoria por invalidez, incapacidade (permanente e total) para atividade laboral. 2. Comprovado, por perícia médica judicial, que não há incapacidade da parte autora para o exercício de suas atividades laborais atuais, não é possível o deferimento do benefício postulado na inicial. 3. Ressalva-se que superveniente alteração da capacidade laborativa da parte autora poderá justificar a concessão do benefício, pois a coisa julgada em casos da espécie se opera secundum eventum litis, vale dizer, segundo as circunstâncias da causa. 4. Sem honorários recursais, porquanto não apresentadas as contrarrazões. 5. Apelação da autora desprovida. (AC 1000075-07.2017.4.01.3704, DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 16/07/2020 PAG.)
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR URBANO. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. CONJUNTO PROBATÓRIO. NEGATIVO. AUSÊNCIA DE PROVA DA INCAPACIDADE. 1. São requisitos para a concessão dos benefícios de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez a comprovação da qualidade de segurado da Previdência Social e o preenchimento do período de carência de 12 (doze) contribuições mensais, com exceção das hipóteses enumeradas no art. 26, III, c/c art. 39, I da Lei 8.213/1991, bem como a comprovação de incapacidade para o exercício de atividade laborativa. 2. A existência de perícia médica judicial atestando a incapacidade laborativa, em demanda cuja pretensão versa sobre a concessão de benefício de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez, é indispensável para o deslinde da questão. 3. No presente caso, o perito do juízo afirmou que não há incapacidade para o exercício das atividades habituais. 4. Apelação da parte autora não provida. (AC 1000447-78.2020.4.01.9999, DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 07/07/2020 PAG.)
Seguido por autos n. 1007391-96.2020.4.01.9999 - APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO, julgado em 16/4/2022;
Autos n. 1006410-67.2020.4.01.9999 - Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO – julgado em 16/02/2022; APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO.
Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - RECURSO INOMINADO: RI 0000554-05.2018.4.03.6330 SP - PROCESSO Nr: 0000554-05.2018.4.03.6330 AUTUADO EM 15/03/2018 e
Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - APELAÇÃO CÍVEL: AC 0039064-12.2016.4.03.9999 SP - Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL NEWTON DE LUCCA, Data de Julgamento: 20/02/2017, OITAVA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA: 08/03/2017.
No mesmo sentido, recentíssima decisão do E. TJRO:
1ª Câmara Especial Processo:7003969-77.2021.8.22.0001 Apelação (PJe) Origem: 7003969-77.2021.8.22.0001
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador Federal: Procurador-Geral do INSS
Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO
Distribuído em 30/09/2022
Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE.”
EMENTA Apelação. Auxílio Doença. Auxilio Doença-Acidentário. Aposentadoria. Requisitos. Ausentes. Análise Pericial. Fundamentação. Sentença mantida. A legislação previdenciária impõe requisitos a serem alcançados para que seja concedido o auxílio-doença, auxílio doença-acidentário ou aposentadoria por invalidez. A sentença que julgou improcedente o pedido de concessão do benefício previdenciário deve ser mantida quando o laudo pericial e demais provas não ensejaram o alcance dos benefícios pretendidos.
(DJe de 11/11/2022, p. 94).
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 7007434-94.2021.8.22.0001 Apelação Origem: 7007434-94.2021.8.22.0001 Porto Velho/7ª Vara Cível Apelante: José Lindolfo Franca Ferreira Advogado: Felipe Góes Gomes de Aguiar (OAB/RO 4494) Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador: Procurador-Geral do INSS Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 18/01/2023 Decisão:“RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.” EMENTA Apelação Cível. Ação previdenciária. Aposentadoria por invalidez. Indevida. Redução parcial e permanente da capacidade laboral. Aspectos socioeconômicos e profissionais. Possibilidade de reabilitação. Recurso não provido. 1. O beneficiário faz jus ao benefício aposentadoria por invalidez quando preenche os requisitos indispensáveis, quais sejam a incapacidade total e permanente para o labor. Precedentes da Corte. 2. Ainda que o juiz seja livre para apreciar as provas e não esteja vinculado à conclusão do perito para julgar a causa, não há que se falar em irregularidade na adoção do laudo como causa de decidir. 3. Na hipótese, mesmo que a lesão seja permanente, a falta de comprovação da incapacidade total impede a concessão de aposentadoria por invalidez. 4. Recurso não provido. (DJe de 13/4/2023, p. 167).
Isso posto, ausentes os requisitos legais, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e, como consequência, EXTINGO O PROCESSO, com resolução do mérito e fulcro no art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil.
Requisitem-se o pagamento dos honorários periciais.
Sem custas e verba honorária, ante a gratuidade de justiça.
P. R. Intimem-se na pessoa dos Procuradores.
Sendo apresentados recursos (principal e/ou adesivo), ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE proceder às intimações e certificações necessárias.
No NCPC (art. 1.030) o juízo de 1º grau não exerce mais qualquer atividade após proferida a sentença, pois o juízo de admissibilidade/recebimento recursal e seu processamento competem à Instância Superior. Neste sentido, o TJRO: 7000767-49.2018.8.22.0017 - Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia - Relator (DJe 27/8/2020) e TJSC: Agravo de Instrumento n. 4008541-52.2016.8.24.0000 - Relatora: Desembargadora Soraya Nunes Lins.

Neste caso, estando o feito em ordem, DETERMINO a remessa dos autos ao TRF1.ª Região para processamento e julgamento do recurso que venha a ser interposto, com nossas homenagens.
Transitado em julgado e não havendo mais pendências, arquive-se.
Rolim de Moura/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023, 14:40
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7008982-93.2022.8.22.0010
Requerente: EDINILSO FRANCISCO DA SILVA
Advogado(a) do Requerente: ELOIR CANDIOTO ROSA, OAB nº RO4355
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado(a) do Requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
D E S P A C H O
(Comprovar o cumprimento da tutela de urgência)
Segunda intimação do INSS
Encaminhe-se para: pfro.tj@agu.gov.br, nelio.bastos@agu.gov.br. pois há decisão urgente a ser implementada, cumprida e comprovada nos autos.
Tutela de urgência concedida em 05/04/2023 (id. 89186018), determinando o restabelecimento do benefício n. 613.608.931-2 Espécie: 31., em favor do Segurado: EDINILSO FRANCISCO DA SILVA, com DIB em 280/09/2022.
INSS intimado na mesma data em (id. 89197090).
No entanto, não há informação do cumprimento da ordem.
Intime-se o INSS para no prazo de 10 dias juntar nos autos o COMPROVANTE do restabelecimento e o respectivo extrato do pagamento de eventuais valores pagos administrativamente.
Sem prejuízo da intimação do INSS pelo PJE, encaminhe-se a intimação para cumprimento da tutela provisória por meio eletrônico para: pfro.tj@agu.gov.br, nelio.bastos@agu.gov.br, Thais Cristina da Costa thais.cristina@agu.gov.br e Lucas Pereira da Silva lucaspereira@agu.gov.br, pois há tutela urgente a ser implementada e cumprida.
Como se trata de providência urgente (implementação de tutela antecipada), a intimação do INSS deverá ser pelos meios acima, conforme pedido da própria Procuradoria no OFÍCIO n. 00033/2022/GAB/PFRO/PGF/AGU, de 22/2/2022, e orientação da Corregedoria do TJRO (SEI 0001201- 56.2022.822.8800 - DESPACHO - CGJ Nº 1332/2022). A CPE está autorizada a promover o necessário à intimação da Autarquia, observando as recomendações.
Com a resposta, venham os autos conclusos para sentença.
Intimem-se na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos.
Rolim de Moura/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023, 14:32
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7007007-12.2017.8.22.0010
Requerente: DJANIRA MARIA CHAGAS
Advogado(a) do Requerente: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado(a) do Requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
D E S P A C H O
Depósito da RPV comprovado nos autos (id. 91585368).
Caso o Procurador tenha contrato de honorários junte para ser providenciada a reserva por este Juízo quando da expedição do alvará. Isso sempre foi tentado em benefício de todos e para maior celeridade.
Aos interessados e Patronos INFORMAR CONTAS do PATRONO e da parte Autora para transferência dos valores (já com as reservas), para evitar maior circulação e aglomeração de pessoas, bem como atraso processual, pois podem sacar os valores a qualquer dia ou realizar pagamentos por meios eletrônicos.
Intimem-se na pessoa do Procuradores constituídos nos autos.
Rolim de Moura/RO, 14 de julho de 2023.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7010914-19.2022.8.22.0010
Requerente: MARCOS ANTONIO BENASSI
Advogado/Requerente: JORGE GALINDO LEITE, OAB nº RO7137
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Advogado/Requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
S E N T E N Ç A
MARCOS ANTONIO BENASSI pretende seja o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL condenado a lhe restabelecer o benefício de auxílio-doença que passou a se chamar 'auxílio por incapacidade temporária' após a 'Reforma da Previdência' – EC 103/2019) e posteriormente convertê-lo em aposentadoria por invalidez.
Alega que é portador de problemas de coluna e que protocolou pedido de prorrogação do benefício previdenciário em 02/02/2022. O pagamento do benefício foi mantido até 01/08/2022, quando a Autarquia ré, alegando ausência de incapacidade, cessou o pagamento.
Afirma que a cessação é indevida, pois, permanece incapacitado e sem condições de retornar ao trabalho.
Para análise do requerimento de tutela de urgência, foi determinado a realização de perícia médica (id. 86366817), aportando aos autos o laudo pericial de id. 87955842.
Não concedida a antecipação dos efeitos da tutela (id. 90138071) foi o réu citado e apresentou contestação (id. 90477863) e o autor impugnou (id. 91596260).
É o relatório. Decido.
Feito em ordem e regularmente instruído, estando apto a julgamento no estado que se encontra, nos termos dos arts. 4.º, 6.º, 139, inciso II e 355, inc. I, todos do CPC e 5.º inciso LXXVIII, da Constituição Federal, não se vislumbrando a necessidade de produção de outras provas, sem que isso afigure cerceamento de defesa. Neste sentido: STJ, 1ª Turma, AgRg nos EDcl no REsp 1136780/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, j. em 6/4/2010, DJe 3/8/2010 e STJ, 3ª Turma, REsp 829.255/MA, Rel. Ministro Sidnei Beneti, j. em 11/5/2010, DJe 18/6/2010, bem como o E. TJRO – Proc. nº: 10000720070006540.
Para o deslinde da controvérsia aqui instaurada, desnecessária a designação de audiência, nos termos do art. 443, inc. II, do NCPC.
Pretende o autor obter o benefício previdenciário previsto no art. 59 da Lei n. 8.213/91, que assim dispõe: O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
Da análise dos dispositivos acima, pode-se concluir que são quatro os requisitos para a concessão dos benefícios por incapacidade laboral: (a) a qualidade de segurado do requerente; (b) o cumprimento da carência de 12 contribuições mensais; (c) a superveniência de moléstia incapacitante para o desenvolvimento de atividade laboral que garanta a subsistência, e (d) o caráter permanente da incapacidade (para o caso da aposentadoria por invalidez) ou temporário (para o caso do auxílio-doença).
No caso em tela, restam incontroversos os pontos relativos à condição de segurado e cumprimento de carência.
É dos autos que o autor solicitou prorrogação do benefício em 02/02/2022. O pagamento do benefício foi mantido até 01/08/2022, quando a Autarquia, alegando ausência de incapacidade, cessou o pagamento.
Todavia, no que tange ao outro requisito – o da incapacidade –, em análise mais detida do mérito, não restou comprovada.
É que no laudo pericial firmado pelo profissional nomeado pelo juízo, Dr. Oziel Soares Caetano, consta, dentre outras assertivas, que na data da perícia o requerente apresentava Lombalgia – M54.5; Cervicalgia – M54.2; Transtorno de discos – M51.3, mas que NÃO O INCAPACITA para sua atividade habitual (agricultor), sendo suscetível de reabilitação (Laudo id. 87955842).
Constou, ainda, do laudo:
O requerente refere que há 25 anos vem sofrendo com dor intensa na coluna lombar e cervical, irradiada para membros inferiores e superiores, diminuição da
força muscular e parestesia em membro inferior e superior à esquerda. Refere ainda que vem realizando tratamento médico, no entanto, não houve melhora significativa do quadro álgico.
O exame físico direcionado evidencia: Dor a palpação em região de coluna lombar e cervical, dor aos movimentos de flexão, extensão, rotação interna e externa de tronco e pescoço.
Periciado com lesões crônicas de coluna cervical e lombar, sem perda funcional e com tratamento irregular, tendo restrição para esforços intensos, mas não apresenta incapacidade laboral atual para suas ocupações.
Desta forma, não tendo o autor logrado êxito em comprovar a sua incapacidade para o trabalho, o caminho é a improcedência do pedido.
Neste sentido, recentíssimo entendimento do TRF1ª Região, autos PROCESSO: 1029622-20.2020.4.01.9999 - PROCESSO REFERÊNCIA: 7006341-40.2019.8.22.0010, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL CÉSAR JATAHY:
"...No caso, para fazer jus ao benefício de auxílio-doença, a legislação vigente determina que se faça necessária a demonstração de que o segurado se encontra incapacitado para o trabalho por mais de quinze dias consecutivos, nos termos do art. 60 da Lei n. 8.213/91, ao passo que a aposentadoria por invalidez o segurado deve estar incapacitado, mas, neste caso, a incapacidade deve ser definitiva, ou seja, insuscetível de reabilitação, na forma do art. 42 da mesma Lei.
Todavia, diante do contexto fático probatório, a parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, conforme explicitou o Magistrado em sua sentença, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.
O laudo pericial de fls. 98/100, inclusive, atesta que o requerente não apresenta incapacidade para a realização de atividades laborais, em relação ao quadro apresentado.
Dessa forma, não foi preenchido o requisito relativo à incapacidade, forçoso é concluir que a parte autora não faz jus à concessão do benefício no período pleiteado..."
Em outra decisão - acórdão de julho/2022, em: PROCESSO: 1004124-82.2021.4.01.9999 PROCESSO REFERÊNCIA: 7005376-62.2019.8.22.0010 CLASSE: APELAÇÃO CÍVEL (198):
RELATOR(A):CESAR CINTRA JATAHY FONSECA
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR(A) URBANO(A). INCAPACIDADE PARA O TRABALHO NÃO DEMOSTRADA. APELAÇÃO DA PARTE AUTORA DESPROVIDA.
1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais; c) a incapacidade parcial e temporária (auxílio-doença) ou permanente e total (aposentadoria por invalidez) para a atividade laboral.
2. A parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.
3. O laudo pericial atesta que a requerente não apresenta incapacidade para a realização de suas atividades laborais. Segundo o perito, a patologia detectada está controlada.
4. A coisa julgada opera secundum eventum litis ou secundum eventum probationis, permitindo a renovação do pedido, ante novas circunstâncias ou novas provas. Precedentes. 5. Apelação da parte autora desprovida

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TRABALHADORA URBANA. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais, salvo nas hipóteses previstas no art. 26, inciso II, da Lei n. 8.213/1991; c) incapacidade para o trabalho ou atividade habitual por mais de 15 dias ou, na hipótese da aposentadoria por invalidez, incapacidade (permanente e total) para atividade laboral. 2. Comprovado, por perícia médica judicial, que não há incapacidade da parte autora para o exercício de suas atividades laborais atuais, não é possível o deferimento do benefício postulado na inicial. 3. Ressalva-se que superveniente alteração da capacidade laborativa da parte autora poderá justificar a concessão do benefício, pois a coisa julgada em casos da espécie se opera secundum eventum litis, vale dizer, segundo as circunstâncias da causa. 4. Sem honorários recursais, porquanto não apresentadas as contrarrazões. 5. Apelação da autora desprovida. (AC 1000075-07.2017.4.01.3704, DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 16/07/2020 PAG.)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR URBANO. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. CONJUNTO PROBATÓRIO. NEGATIVO. AUSÊNCIA DE PROVA DA INCAPACIDADE. 1. São requisitos para a concessão dos benefícios de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez a comprovação da qualidade de segurado da Previdência Social e o preenchimento do período de carência de 12 (doze) contribuições mensais, com exceção das hipóteses enumeradas no art. 26, III, c/c art. 39, I da Lei 8.213/1991, bem como a comprovação de incapacidade para o exercício de atividade laborativa. 2. A existência de perícia médica judicial atestando a incapacidade laborativa, em demanda cuja pretensão versa sobre a concessão de benefício de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez, é indispensável para o deslinde da questão. 3. No presente caso, o perito do juízo afirmou que não há incapacidade para o exercício das atividades habituais. 4. Apelação da parte autora não provida. (AC 1000447-78.2020.4.01.9999, DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 07/07/2020 PAG.)

Seguido por autos n. 1007391-96.2020.4.01.9999 - APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO, julgado em 16/4/2022;

Autos n. 1006410-67.2020.4.01.9999 - Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO – julgado em 16/02/2022; APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - RECURSO INOMINADO: RI 0000554-05.2018.4.03.6330 SP - PROCESSO Nr: 0000554-05.2018.4.03.6330 AUTUADO EM 15/03/2018 e

Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - APELAÇÃO CÍVEL: AC 0039064-12.2016.4.03.9999 SP - Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL NEWTON DE LUCCA, Data de Julgamento: 20/02/2017, OITAVA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA: 08/03/2017.

No mesmo sentido, recentíssima decisão do E. TJRO:

1ª Câmara Especial Processo:7003969-77.2021.8.22.0001 Apelação (PJe) Origem: 7003969-77.2021.8.22.0001

Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador Federal: Procurador-Geral do INSS

Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO

Distribuído em 30/09/2022

Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE.”

EMENTA Apelação. Auxílio Doença. Auxilio Doença-Acidentário. Aposentadoria. Requisitos. Ausentes. Análise Pericial. Fundamentação. Sentença mantida. A legislação previdenciária impõe requisitos a serem alcançados para que seja concedido o auxílio-doença, auxílio doença-acidentário ou aposentadoria por invalidez. A sentença que julgou improcedente o pedido de concessão do benefício previdenciário deve ser mantida quando o laudo pericial e demais provas não ensejaram o alcance dos benefícios pretendidos.

(DJe de 11/11/2022, p. 94).

ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 7007434-94.2021.8.22.0001 Apelação Origem: 7007434-94.2021.8.22.0001 Porto Velho/7ª Vara Cível Apelante: José Lindolfo Franca Ferreira Advogado: Felipe Góes Gomes de Aguiar (OAB/RO 4494) Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador: Procurador-Geral do INSS Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 18/01/2023 Decisão:“RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.” EMENTA Apelação Cível. Ação previdenciária. Aposentadoria por invalidez. Indevida. Redução parcial e permanente da capacidade laboral. Aspectos socioeconômicos e profissionais. Possibilidade de reabilitação. Recurso não provido. 1. O beneficiário faz jus ao benefício aposentadoria por invalidez quando preenche os requisitos indispensáveis, quais sejam a incapacidade total e permanente para o labor. Precedentes da Corte. 2. Ainda que o juiz seja livre para apreciar as provas e não esteja vinculado à conclusão do perito para julgar a causa, não há que se falar em irregularidade na adoção do laudo como causa de decidir. 3. Na hipótese, mesmo que a lesão seja permanente, a falta de comprovação da incapacidade total impede a concessão de aposentadoria por invalidez. 4. Recurso não provido. (DJe de 13/4/2023, p. 167).

Isso posto, ausentes os requisitos legais, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e, como consequência, EXTINGO O PROCESSO, com resolução do mérito e fulcro no art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil.

Requisitem-se o pagamento dos honorários periciais.

Sem custas e verba honorária, ante a gratuidade de justiça.

P. R. Intimem-se na pessoa dos Procuradores.

Sendo apresentados recursos (principal e/ou adesivo), ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE proceder às intimações e certificações necessárias.

No NCPC (art. 1.030) o juízo de 1º grau não exerce mais qualquer atividade após proferida a sentença, pois o juízo de admissibilidade/recebimento recursal e seu processamento competem à Instância Superior. Neste sentido, o TJRO: 7000767-49.2018.8.22.0017 - Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia - Relator (DJe 27/8/2020) e TJSC: Agravo de Instrumento n. 4008541-52.2016.8.24.0000 - Relatora: Desembargadora Soraya Nunes Lins.

Neste caso, estando o feito em ordem, DETERMINO a remessa dos autos ao TRF1.ª Região para processamento e julgamento dos recursos que venham a ser interpostos, com nossas homenagens.

Transitado em julgado e não havendo mais pendências, arquive-se.

Rolim de Moura/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023, 14:24.

Jeferson Cristi Tessila Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7002292-48.2022.8.22.0010
Requerente/Exequente: WELINTON GUSTAVO MEDINA DIAS
Advogado: ELOIR CANDIOTO ROSA, OAB nº RO4355
Requerido/Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
D E S P A C H O
(determinando a comprovação de IMPLEMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO)
Feito transitou em julgado em 02/06/2023 e a parte autora noticiou que até o momento não houve implementação do benefício concedido em sentença (ID 91908191).
Intime-se o INSS para no prazo de 10 dias implementar/restabelecer o benefício concedido, comprovando nos autos a DIB e eventuais valores pagos administrativamente (por meio de COMPETÊNCIA POSITIVA ou PAB), conforme petição de ID 89639488.
Aguarde-se cumprimento da determinação.
Intimem-se na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos.
Rolim de Moura/RO, 14 de julho de 2023.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7010494-14.2022.8.22.0010
Requerente: ADEMIR SCHULZ
Advogado/Requerente: FRANCISCA JUSARA DE MACEDO COELHO SILVA, OAB nº RO10215
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado/Requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
S E N T E N Ç A
1 - Fase de conhecimento:
Relatório:
ADEMIR SCHULZ pretende seja o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS condenado a lhe conceder o benefício de auxílio-doença que passou a se chamar 'auxílio por incapacidade temporária' após a 'Reforma da Previdência' – EC 103/2019) e posteriormente convertê-lo em aposentadoria por invalidez.
Alega que sofre de miocardiopatia isquêmica e que requereu benefício em 22/11/2022, quando teve perícia administrativa agendada para dia 25/08/2023 (id.84473582)
Argumenta que a devido a mora administrativa foi necessário ingressar com processo judicial. E continua incapacitado e sem condições de retornar ao trabalho.
Determinado, de plano, a realização de perícia médica (id. 87135699), aportou aos autos o laudo pericial de id. 89423645.
Indeferida a tutela de urgência (id. 90137890), foi o réu citado e apresentou contestação (id. 91008341). O autor impugnou (id. 92049247).
É o relatório. Decido.
Feito em ordem e regularmente instruído, estando apto a julgamento no estado que se encontra, nos termos dos arts. 4.º, 6.º, 139, inciso II e 355, inc. I, todos do CPC e 5.º inciso LXXVIII, da Constituição Federal, não se vislumbrando a necessidade de produção de outras provas, sem que isso afigure cerceamento de defesa. Neste sentido: STJ, 1ª Turma, AgRg nos EDcl no REsp 1136780/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, j. em 6/4/2010, DJe 3/8/2010 e STJ, 3ª Turma, REsp 829.255/MA, Rel. Ministro Sidnei Beneti, j. em 11/5/2010, DJe 18/6/2010, bem como o E. TJRO – Proc. nº: 10000720070006540.
Para o deslinde da controvérsia aqui instaurada, desnecessária a designação de audiência, nos termos do art. 443, inc. II, do NCPC.
Pretende o autor obter o benefício previdenciário previsto no art. 59 da Lei n. 8.213/91, que assim dispõe: O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
Da análise dos dispositivos acima, pode-se concluir que são quatro os requisitos para a concessão dos benefícios por incapacidade laboral: (a) a qualidade de segurado do requerente; (b) o cumprimento da carência de 12 contribuições mensais; (c) a superveniência de moléstia incapacitante para o desenvolvimento de atividade laboral que garanta a subsistência, e (d) o caráter permanente da incapacidade (para o caso da aposentadoria por invalidez) ou temporário (para o caso do auxílio-doença).
Restam incontroversos os pontos relativos a qualidade de segurado e cumprimento de carência.
É dos autos que Adenir é segurado do RGPS (id. 85569546) .
No tocante ao outro requisito - o da incapacidade -, na fase instrutória, realizada a perícia médica judicial, atestou o Perito nomeado pelo Juízo, que na data da perícia, o autor apresentava Infarto miocárdico – I21.9, que o incapacita total e temporariamente para o exercício de sua atividade, sendo, porém, suscetível de recuperação e reabilitação (id. 89423645).
Nesse ponto, em que pese a gravidade da patologia apresentada, não estão preenchidos os requisitos para a concessão de aposentadoria por invalidez (incapacidade total e permanente), como requereu o autor.
A contingência coberta pelo auxílio-doença é a incapacidade total e temporária para o exercício das atividades habituais, mas que é passível de recuperação ou reabilitação. A aposentadoria por invalidez protege a incapacidade total e definitiva para qualquer trabalho.
Nesse sentido, o art. 59 da Lei 8.213/91, não distingue entre incapacidade total e parcial, mencionando apenas que o segurado que ficar incapacitado para o trabalho por mais de quinze dias consecutivos terá direito ao auxílio-doença, não tendo este, um prazo máximo para a concessão, devendo perdurar enquanto não houver recuperação da capacidade do trabalho ou transformação em aposentadoria por invalidez, caso o segurado seja considerado irrecuperável.

No caso em tela foi atestado pelo perito que não há incapacidade TOTAL e PERMANENTE, portanto, não há como ser concedido a aposentadoria por invalidez, pois ausentes os requisitos. Observe-se o laudo de id. 82376150, especialmente quesitos ns. 3 e 5.
A patologia que acomete o Autor pode ser amenizada (quesito 10). Considere-se, ainda, sua idade (46 anos) e que pode se recuperar e continuar exercendo sua atividade (quesito 7 e 8).
Quanto ao termo inicial do benefício, deve ser fixado desde a data do requerimento administrativo, devendo ser respeitado o prazo de afastamento sugerido pelo perito judicial de 60 dias.
Por outro lado, é cediço que quando ingressam com o pedido de benefício previdenciário, tanto judicial quanto administrativo, os segurados precisam se submeter aos procedimentos dos benefícios que requerem.
Quando concedido, ou seja, quando preenchidos os requisitos, fica o segurado OBRIGADO se submeter aos exames médico-periciais, em revisões periódicas, com vista a comprovar a persistência do seu estado de incapacidade (art. 101 da Lei 8.213/91).
A revisão administrativa do benefício está amparada pela Lei n. 8.212/91, a qual prevê (art. 71, caput) que o Instituto Nacional do Seguro Social deverá rever os benefícios, ainda que concedidos judicialmente, para avaliar a persistência, a atenuação ou o agravamento da incapacidade para o trabalho alegada como causa para a sua concessão.
A via judicial não serve para burlar os critérios de concessão dos benefícios previdenciários; não pode o segurado achar, que por ter distribuído uma ação, vai ela se eternizar no aguardo de perícias regulares.
O INSS pode e deve realizar as perícias regularmente, notificando os interessados/beneficiários. A via judicial não pode servir de meio a obstar o comparecimento às perícias. Além de que, o benefício é apenas enquanto persistir a enfermidade, devendo os interessados realizar os tratamentos.
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, inc. I, do Novo Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedente o pedido inicial e condeno o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS a conceder, em favor de ADEMIR SCHULZ o benefício de auxílio-doença, com efeitos financeiros a partir de 21/11/2022 (dia do requerimento administrativo - id. 84473582) e cessando em 2 meses após o requerimento administrativo, ou seja, 21/01/2023.
Requisitem-se o pagamento dos honorários periciais.
Sem custas.
Pelo princípio da sucumbência condeno a Autarquia ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação (art. 85, §2º do CPC), excluídas as parcelas vincendas (Súmula 111, STJ).
Retroativos: correção monetária e juros moratórios conforme índices/percentuais previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, sempre em sua “versão mais atualizada” em vigor ao tempo do cumprimento/liquidação do julgado.
P. R. Intimem-se na pessoa dos Procuradores.
Sendo apresentados recursos (principal e/ou adesivo), ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE proceder às intimações e certificações necessárias.
No NCPC (art. 1.030) o juízo de 1º grau não exerce mais qualquer atividade após proferida a sentença, pois o juízo de admissibilidade/recebimento recursal e seu processamento competem à Instância Superior. Neste sentido, o TJRO: 7000767-49.2018.8.22.0017 - Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia - Relator (DJe 27/8/2020) e TJSC: Agravo de Instrumento n. 4008541-52.2016.8.24.0000 - Relatora: Desembargadora Soraya Nunes Lins.
Neste caso, estando o feito em ordem, DETERMINO a remessa dos autos ao TRF1.ª Região para processamento e julgamento dos recursos que venham a ser interpostos, com nossas homenagens.
2) Não havendo recurso ou sendo confirmada a sentença, passe à fase de cumprimento.
De antemão, esclareço que eventual pedido de honorários na fase de cumprimento de sentença não embargada está suspenso por determinação do C. STJ, que reconheceu repercussão geral no caso - Tema Repetitivo nº 1105.
No mesmo sentido, recente orientação enviada pelo TJRO aos Juízos por meio do SEI 0011811-92.2021.822.8800, de 22/9/2021.
ATENTEM-SE a isso na hora de elaborar as planilhas, evitando resserviço e impugnações desnecessárias e o INSS em não interpor embargos protelatórios, pois pode ser isento das verbas da fase de execução, seguindo o entendimento acima.
Da mesma forma, recomenda-se:
– caso os Procuradores tenham contrato de honorários junte para ser providenciada a reserva por este Juízo quando da expedição das RPV´s. Isso sempre foi tentado em benefício de todos e para maior celeridade.
– aos interessados e Patronos INFORMAR CONTAS do PATRONO e da parte Autora para transferência dos valores (já com as reservas), para evitar maior circulação e aglomeração de pessoas, bem como atraso processual, pois podem sacar os valores a qualquer dia ou realizar pagamentos por meios eletrônicos.
Transitada em julgado, arquive-se.
Rolim de Moura/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023, 14:57
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7010949-76.2022.8.22.0010
Requerente: SIRLENE GOMES DE OLIVEIRA ARAUJO
Advogado/Requerente: GEOVANI ALVES MOREIRA, OAB nº RO12829
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado/Requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
S E N T E N Ç A
SIRLENE GOMES DE OLIVEIRA ARAUJO pretende seja o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL condenado a lhe restabelecer o benefício de auxílio-doença que passou a se chamar ‘auxílio por incapacidade temporária’ após a ‘Reforma da Previdência’ – EC 103/2019) e posteriormente convertê-lo em aposentadoria por invalidez.
Alega que é portadora de problemas de coluna e cegueira, e que recebeu benefício previdenciário até 05/09/2022 quando foi submetido a perícia administrativa e a Autarquia ré, alegando ausência de incapacidade, cessou o pagamento.

Afirma que a cessação é indevida, pois, permanece incapacitado e sem condições de retornar ao trabalho.
Para análise do requerimento de tutela de urgência, foi determinado a realização de perícia médica (id. 86362116), aportando aos autos o laudo pericial de id. 87955845.
Não concedida a antecipação dos efeitos da tutela (id. 90138081) foi o réu citado e apresentou contestação (id. 90740347) e o autor não impugnou.
É o relatório. Decido.
Feito em ordem e regularmente instruído, estando apto a julgamento no estado que se encontra, nos termos dos arts. 4.º, 6.º, 139, inciso II e 355, inc. I, todos do CPC e 5.º inciso LXXVIII, da Constituição Federal, não se vislumbrando a necessidade de produção de outras provas, sem que isso afigure cerceamento de defesa. Neste sentido: STJ, 1ª Turma, AgRg nos EDcl no REsp 1136780/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, j. em 6/4/2010, DJe 3/8/2010 e STJ, 3ª Turma, REsp 829.255/MA, Rel. Ministro Sidnei Beneti, j. em 11/5/2010, DJe 18/6/2010, bem como o E. TJRO – Proc. nº: 10000720070006540.
Para o deslinde da controvérsia aqui instaurada, desnecessária a designação de audiência, nos termos do art. 443, inc. II, do NCPC.
Pretende o autor obter o benefício previdenciário previsto no art. 59 da Lei n. 8.213/91, que assim dispõe: O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
Da análise dos dispositivos acima, pode-se concluir que são quatro os requisitos para a concessão dos benefícios por incapacidade laboral: (a) a qualidade de segurado do requerente; (b) o cumprimento da carência de 12 contribuições mensais; (c) a superveniência de moléstia incapacitante para o desenvolvimento de atividade laboral que garanta a subsistência, e (d) o caráter permanente da incapacidade (para o caso da aposentadoria por invalidez) ou temporário (para o caso do auxílio-doença).
No caso em tela, restam incontroversos os pontos relativos à condição de segurado e cumprimento de carência.
É dos autos que o autor solicitou prorrogação do benefício em 16/08/2017 e foi concedido até 04/12/2017 (id. 16181888). Posteriormente, ingressou com outro pedido administrativo em 18/04/2018, recebendo o indeferimento em 14/08/2018.
É dos autos que a autora recebeu benefício de 10/02/2022 até 05/09/2022, quando foi cessado (id. 85027246). Realizou um novo requerimento em 04/11/2022, quando não teve reconhecido o direito ao benefício.
Todavia, no que tange ao outro requisito – o da incapacidade –, em análise mais detida do mérito, não restou comprovada.
É que no laudo pericial firmado pelo profissional nomeado pelo juízo, Dr. Oziel Soares Caetano, consta, dentre outras assertivas, que na data da perícia a requerente apresentava Lombalgia – M54.5; Transtorno de discos lombares – M51.3; Cegueira em olho esquerdo – H54.4., mas que NÃO O INCAPACITA para sua atividade habitual (agricultora), sendo suscetível de recuperação e reabilitação (Laudo id. 87955845).
Constou, ainda, do laudo:
A requerente refere perda da visão esquerda desde sua infância e dores intensas na região da coluna lombar há aproximadamente 10 anos, com piora ao realizar esforço físico. Refere ainda acompanhamento médico ortopédico, no entanto, persiste com quadro álgico em sua coluna lombar.
O exame físico direcionado evidencia: Cegueira em olho esquerdo, com estrabismo concêntrico. Visão preservada em olho direito, com uso de óculos. Coluna lombar sem perda funcional, com dor leve as manobras avaliativas forçadas e esforços intensos apenas.
Periciada com perda irreversível da visão esquerda, desde a infância, associado a lombalgia crônica, com restrição de esforços físicos intensos. Tem cegueira em 1 olho, mas não tem incapacidade laboral para suas ocupações.
Desta forma, não tendo o autor logrado êxito em comprovar a sua incapacidade para o trabalho, o caminho é a improcedência do pedido.
Neste sentido, recentíssimo entendimento do TRF1ª Região, autos PROCESSO: 1029622-20.2020.4.01.9999 - PROCESSO REFERÊNCIA: 7006341-40.2019.8.22.0010, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL CÉSAR JATAHY:
"...No caso, para fazer jus ao benefício de auxílio-doença, a legislação vigente determina que se faça necessária a demonstração de que o segurado se encontra incapacitado para o trabalho por mais de quinze dias consecutivos, nos termos do art. 60 da Lei n. 8.213/91, ao passo que a aposentadoria por invalidez o segurado deve estar incapacitado, mas, neste caso, a incapacidade deve ser definitiva, ou seja, insuscetível de reabilitação, na forma do art. 42 da mesma Lei.
Todavia, diante do contexto fático probatório, a parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, conforme explicitou o Magistrado em sua sentença, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.
O laudo pericial de fls. 98/100, inclusive, atesta que o requerente não apresenta incapacidade para a realização de atividades laborais, em relação ao quadro apresentado.
Dessa forma, não foi preenchido o requisito relativo à incapacidade, forçoso é concluir que a parte autora não faz jus à concessão do benefício no período pleiteado..."
Em outra decisão - acórdão de julho/2022, em: PROCESSO: 1004124-82.2021.4.01.9999 PROCESSO REFERÊNCIA: 7005376-62.2019.8.22.0010 CLASSE: APELAÇÃO CÍVEL (198):
RELATOR(A):CESAR CINTRA JATAHY FONSECA
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR(A) URBANO(A). INCAPACIDADE PARA O TRABALHO NÃO DEMOSTRADA. APELAÇÃO DA PARTE AUTORA DESPROVIDA.
1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais; c) a incapacidade parcial e temporária (auxílio-doença) ou permanente e total (aposentadoria por invalidez) para a atividade laboral.
2. A parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.
3. O laudo pericial atesta que a requerente não apresenta incapacidade para a realização de suas atividades laborais. Segundo o perito, a patologia detectada está controlada.
4. A coisa julgada opera secundum eventum litis ou secundum eventum probationis, permitindo a renovação do pedido, ante novas circunstâncias ou novas provas. Precedentes. 5. Apelação da parte autora desprovida

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TRABALHADORA URBANA. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais, salvo nas hipóteses previstas no art. 26, inciso II, da Lei n. 8.213/1991; c) incapacidade para o trabalho ou atividade habitual por mais de 15 dias ou, na hipótese da aposentadoria por invalidez, incapacidade (permanente e total) para atividade laboral. 2. Comprovado, por perícia médica judicial, que não há incapacidade da parte autora para o exercício de suas atividades laborais atuais, não é possível o deferimento do benefício postulado na inicial. 3. Ressalva-se que superveniente alteração da capacidade laborativa da parte autora poderá justificar a concessão do benefício, pois a coisa julgada em casos da espécie se opera secundum eventum litis, vale dizer, segundo as circunstâncias da causa. 4. Sem honorários recursais, porquanto não apresentadas as contrarrazões. 5. Apelação da autora desprovida. (AC 1000075-07.2017.4.01.3704, DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 16/07/2020 PAG.)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR URBANO. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. CONJUNTO PROBATÓRIO. NEGATIVO. AUSÊNCIA DE PROVA DA INCAPACIDADE. 1. São requisitos para a concessão dos benefícios de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez a comprovação da qualidade de segurado da Previdência Social e o preenchimento do período de carência de 12 (doze) contribuições mensais, com exceção das hipóteses enumeradas no art. 26, III, c/c art. 39, I da Lei 8.213/1991, bem como a comprovação de incapacidade para o exercício de atividade laborativa. 2. A existência de perícia médica judicial atestando a incapacidade laborativa, em demanda cuja pretensão versa sobre a concessão de benefício de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez, é indispensável para o deslinde da questão. 3. No presente caso, o perito do juízo afirmou que não há incapacidade para o exercício das atividades habituais. 4. Apelação da parte autora não provida. (AC 1000447-78.2020.4.01.9999, DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 07/07/2020 PAG.)

Seguido por autos n. 1007391-96.2020.4.01.9999 - APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO, julgado em 16/4/2022;

Autos n. 1006410-67.2020.4.01.9999 - Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO – julgado em 16/02/2022; APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - RECURSO INOMINADO: RI 0000554-05.2018.4.03.6330 SP - PROCESSO Nr: 0000554-05.2018.4.03.6330 AUTUADO EM 15/03/2018 e Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - APELAÇÃO CÍVEL: AC 0039064-12.2016.4.03.9999 SP - Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL NEWTON DE LUCCA, Data de Julgamento: 20/02/2017, OITAVA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA: 08/03/2017.

No mesmo sentido, recentíssima decisão do E. TJRO:

1ª Câmara Especial Processo:7003969-77.2021.8.22.0001 Apelação (PJe) Origem: 7003969-77.2021.8.22.0001

Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador Federal: Procurador-Geral do INSS

Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO

Distribuído em 30/09/2022

Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE.”

EMENTA Apelação. Auxílio Doença. Auxilio Doença-Acidentário. Aposentadoria. Requisitos. Ausentes. Análise Pericial. Fundamentação. Sentença mantida. A legislação previdenciária impõe requisitos a serem alcançados para que seja concedido o auxílio-doença, auxílio doença-acidentário ou aposentadoria por invalidez. A sentença que julgou improcedente o pedido de concessão do benefício previdenciário deve ser mantida quando o laudo pericial e demais provas não ensejaram o alcance dos benefícios pretendidos.

(DJe de 11/11/2022, p. 94).

ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 7007434-94.2021.8.22.0001 Apelação Origem: 7007434-94.2021.8.22.0001 Porto Velho/7ª Vara Cível Apelante: José Lindolfo Franca Ferreira Advogado: Felipe Góes Gomes de Aguiar (OAB/RO 4494) Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador: Procurador-Geral do INSS Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 18/01/2023 Decisão:“RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.” EMENTA Apelação Cível. Ação previdenciária. Aposentadoria por invalidez. Indevida. Redução parcial e permanente da capacidade laboral. Aspectos socioeconômicos e profissionais. Possibilidade de reabilitação. Recurso não provido. 1. O beneficiário faz jus ao benefício aposentadoria por invalidez quando preenche os requisitos indispensáveis, quais sejam a incapacidade total e permanente para o labor. Precedentes da Corte. 2. Ainda que o juiz seja livre para apreciar as provas e não esteja vinculado à conclusão do perito para julgar a causa, não há que se falar em irregularidade na adoção do laudo como causa de decidir. 3. Na hipótese, mesmo que a lesão seja permanente, a falta de comprovação da incapacidade total impede a concessão de aposentadoria por invalidez. 4. Recurso não provido. (DJe de 13/4/2023, p. 167).

Outro ponto que merece ser destacado é o fato do autor apresentar cegueira desde a infância, ou seja, já apresentava a patologia antes mesmo da filiação ao RGPS, situação que também veda a percepção do benefício por expressa previsão legal (parágrafo único do art. 59):

Parágrafo único. Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Particularmente, entendo as angústias que a parte autora pode sofrer em decorrência dos fatos narrados na inicial. Porém, para sentenciar devemos observar os requisitos previstos em lei e, neste particular, a pretensão inicial deve ser julgada improcedente.

Isso posto, ausentes os requisitos legais, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e, como consequência, EXTINGO O PROCESSO, com resolução do mérito e fulcro no art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil.

Requisitem-se o pagamento dos honorários periciais.

Sem custas e verba honorária, ante a gratuidade de justiça.

P. R. Intimem-se na pessoa dos Procuradores.

Sendo apresentados recursos (principal e/ou adesivo), ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE proceder às intimações e certificações necessárias.

No NCPC (art. 1.030) o juízo de 1º grau não exerce mais qualquer atividade após proferida a sentença, pois o juízo de admissibilidade/recebimento recursal e seu processamento competem à Instância Superior. Neste sentido, o TJRO: 7000767-49.2018.8.22.0017 - Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia - Relator (DJe 27/8/2020) e TJSC: Agravo de Instrumento n. 4008541-52.2016.8.24.0000 - Relatora: Desembargadora Soraya Nunes Lins.

Neste caso, estando o feito em ordem, DETERMINO a remessa dos autos ao TRF1.ª Região para processamento e julgamento dos recursos que venham a ser interpostos, com nossas homenagens.
Transitado em julgado e não havendo mais pendências, arquive-se.
Rolim de Moura/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023, 14:29
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7011330-84.2022.8.22.0010
Requerente: ELCIONE VITAL DOS SANTOS
Advogado/Requerente: LUCIARA BUENO SEMAN, OAB nº RO7833, DENISE CARMINATO PEREIRA, OAB nº RO7404
Requerido: I. -. I. N. D. S. S.
Advogado/Requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
S E N T E N Ç A
ELCIONE VITAL DOS SANTOS pretende seja o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL condenado a lhe restabelecer o benefício de auxílio-doença que passou a se chamar 'auxílio por incapacidade temporária' após a 'Reforma da Previdência' – EC 103/2019) e posteriormente convertê-lo em aposentadoria por invalidez.
Alega que é portador de problemas de coluna e que solicitou prorrogação do benefício em 17/10/2022 e foi concedido até 18/11/2022 e a Autarquia ré, alegando ausência de incapacidade, cessou o pagamento.
Afirma que a cessação é indevida, pois, permanece incapacitado e sem condições de retornar ao trabalho.
Para análise do requerimento de tutela de urgência, foi determinado a realização de perícia médica (id. 86876732), aportando aos autos o laudo pericial de id. 89241081.
Não concedida a antecipação dos efeitos da tutela (id. 90138074) foi o réu citado e apresentou contestação (id. 90478153) e o autor impugnou o laudo pericial (id.91631885).
É o relatório. Decido.
Feito em ordem e regularmente instruído, estando apto a julgamento no estado que se encontra, nos termos dos arts. 4.º, 6.º, 139, inciso II e 355, inc. I, todos do CPC e 5.º inciso LXXVIII, da Constituição Federal, não se vislumbrando a necessidade de produção de outras provas, sem que isso afigure cerceamento de defesa. Neste sentido: STJ, 1ª Turma, AgRg nos EDcl no REsp 1136780/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, j. em 6/4/2010, DJe 3/8/2010 e STJ, 3ª Turma, REsp 829.255/MA, Rel. Ministro Sidnei Beneti, j. em 11/5/2010, DJe 18/6/2010, bem como o E. TJRO – Proc. nº: 10000720070006540.
Para o deslinde da controvérsia aqui instaurada, desnecessária a designação de audiência, nos termos do art. 443, inc. II, do NCPC.
Pretende o autor obter o benefício previdenciário previsto no art. 59 da Lei n. 8.213/91, que assim dispõe: O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
Da análise dos dispositivos acima, pode-se concluir que são quatro os requisitos para a concessão dos benefícios por incapacidade laboral: (a) a qualidade de segurado do requerente; (b) o cumprimento da carência de 12 contribuições mensais; (c) a superveniência de moléstia incapacitante para o desenvolvimento de atividade laboral que garanta a subsistência, e (d) o caráter permanente da incapacidade (para o caso da aposentadoria por invalidez) ou temporário (para o caso do auxílio-doença).
No caso em tela, restam incontroversos os pontos relativos à condição de segurado e cumprimento de carência.
É dos autos que o autor solicitou prorrogação do benefício em 17/10/2022 e foi concedido até 18/11/2022 (id. 85495459).
Todavia, no que tange ao outro requisito – o da incapacidade –, em análise mais detida do mérito, não restou comprovada.
É que no laudo pericial firmado pelo profissional nomeado pelo juízo, Dr. Oziel Soares Caetano, consta, dentre outras assertivas, que na data da perícia o requerente apresentava Lombalgia – M54.5; Espondilólise lombar – M43.0, mas que NÃO O INCAPACITA para sua atividade habitual, sendo suscetível de reabilitação (Laudo id. 89241081).
Constou, ainda, do laudo:
O requerente refere que desde março de 2018, vem sofrendo com dores intensas na região de coluna lombar devido a acidente de trabalho queda da empilhadeira, provocando lesão articular com espondilose lombar traumática. Refere ainda que vem realizando tratamento médico, no entanto, não houve melhora do quadro álgico.
O exame físico direcionado evidencia: Dor a palpação em região de coluna lombar, dor a flexão, extensão, rotação interna e externa de tronco; obesidade e abdômen globoso.
Periciado com lesão crônica em coluna lombar, referida após trauma no trabalho, sofrido em 2018, sendo afastado do seu trabalho desde então, e desempregado desde 2019. Não apresenta perda funcional na coluna ou incapacidade laboral.
Desta forma, não tendo o autor logrado êxito em comprovar a sua incapacidade para o trabalho, o caminho é a improcedência do pedido.
Neste sentido, recentíssimo entendimento do TRF1ª Região, autos PROCESSO: 1029622-20.2020.4.01.9999 - PROCESSO REFERÊNCIA: 7006341-40.2019.8.22.0010, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL CÉSAR JATAHY:
"...No caso, para fazer jus ao benefício de auxílio-doença, a legislação vigente determina que se faça necessária a demonstração de que o segurado se encontra incapacitado para o trabalho por mais de quinze dias consecutivos, nos termos do art. 60 da Lei n. 8.213/91, ao passo que a aposentadoria por invalidez o segurado deve estar incapacitado, mas, neste caso, a incapacidade deve ser definitiva, ou seja, insuscetível de reabilitação, na forma do art. 42 da mesma Lei.
Todavia, diante do contexto fático probatório, a parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, conforme explicitou o Magistrado em sua sentença, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.

O laudo pericial de fls. 98/100, inclusive, atesta que o requerente não apresenta incapacidade para a realização de atividades laborais, em relação ao quadro apresentado.
Dessa forma, não foi preenchido o requisito relativo à incapacidade, forçoso é concluir que a parte autora não faz jus à concessão do benefício no período pleiteado..."
Em outra decisão - acórdão de julho/2022, em: PROCESSO: 1004124-82.2021.4.01.9999 PROCESSO REFERÊNCIA: 7005376-62.2019.8.22.0010 CLASSE: APELAÇÃO CÍVEL (198):
RELATOR(A):CESAR CINTRA JATAHY FONSECA
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR(A) URBANO(A). INCAPACIDADE PARA O TRABALHO NÃO DEMOSTRADA. APELAÇÃO DA PARTE AUTORA DESPROVIDA.
1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais; c) a incapacidade parcial e temporária (auxílio-doença) ou permanente e total (aposentadoria por invalidez) para a atividade laboral.
2. A parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.
3. O laudo pericial atesta que a requerente não apresenta incapacidade para a realização de suas atividades laborais. Segundo o perito, a patologia detectada está controlada.
4. A coisa julgada opera secundum eventum litis ou secundum eventum probationis, permitindo a renovação do pedido, ante novas circunstâncias ou novas provas. Precedentes. 5. Apelação da parte autora desprovida
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TRABALHADORA URBANA. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais, salvo nas hipóteses previstas no art. 26, inciso II, da Lei n. 8.213/1991; c) incapacidade para o trabalho ou atividade habitual por mais de 15 dias ou, na hipótese da aposentadoria por invalidez, incapacidade (permanente e total) para atividade laboral. 2. Comprovado, por perícia médica judicial, que não há incapacidade da parte autora para o exercício de suas atividades laborais atuais, não é possível o deferimento do benefício postulado na inicial. 3. Ressalva-se que superveniente alteração da capacidade laborativa da parte autora poderá justificar a concessão do benefício, pois a coisa julgada em casos da espécie se opera secundum eventum litis, vale dizer, segundo as circunstâncias da causa. 4. Sem honorários recursais, porquanto não apresentadas as contrarrazões. 5. Apelação da autora desprovida. (AC 1000075-07.2017.4.01.3704, DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 16/07/2020 PAG.)
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR URBANO. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. CONJUNTO PROBATÓRIO. NEGATIVO. AUSÊNCIA DE PROVA DA INCAPACIDADE. 1. São requisitos para a concessão dos benefícios de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez a comprovação da qualidade de segurado da Previdência Social e o preenchimento do período de carência de 12 (doze) contribuições mensais, com exceção das hipóteses enumeradas no art. 26, III, c/c art. 39, I da Lei 8.213/1991, bem como a comprovação de incapacidade para o exercício de atividade laborativa. 2. A existência de perícia médica judicial atestando a incapacidade laborativa, em demanda cuja pretensão versa sobre a concessão de benefício de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez, é indispensável para o deslinde da questão. 3. No presente caso, o perito do juízo afirmou que não há incapacidade para o exercício das atividades habituais. 4. Apelação da parte autora não provida. (AC 1000447-78.2020.4.01.9999, DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 07/07/2020 PAG.)
Seguido por autos n. 1007391-96.2020.4.01.9999 - APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO, julgado em 16/4/2022;
Autos n. 1006410-67.2020.4.01.9999 - Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO – julgado em 16/02/2022; APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO.
Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - RECURSO INOMINADO: RI 0000554-05.2018.4.03.6330 SP - PROCESSO Nr: 0000554-05.2018.4.03.6330 AUTUADO EM 15/03/2018 e Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - APELAÇÃO CÍVEL: AC 0039064-12.2016.4.03.9999 SP - Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL NEWTON DE LUCCA, Data de Julgamento: 20/02/2017, OITAVA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA: 08/03/2017.
No mesmo sentido, recentíssima decisão do E. TJRO:
1ª Câmara Especial Processo:7003969-77.2021.8.22.0001 Apelação (PJe) Origem: 7003969-77.2021.8.22.0001
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador Federal: Procurador-Geral do INSS
Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO
Distribuído em 30/09/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA Apelação. Auxílio Doença. Auxilio Doença-Acidentário. Aposentadoria. Requisitos. Ausentes. Análise Pericial. Fundamentação. Sentença mantida. A legislação previdenciária impõe requisitos a serem alcançados para que seja concedido o auxílio-doença, auxílio doença-acidentário ou aposentadoria por invalidez. A sentença que julgou improcedente o pedido de concessão do benefício previdenciário deve ser mantida quando o laudo pericial e demais provas não ensejaram o alcance dos benefícios pretendidos.
(DJe de 11/11/2022, p. 94).
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 7007434-94.2021.8.22.0001 Apelação Origem: 7007434-94.2021.8.22.0001 Porto Velho/7ª Vara Cível Apelante: José Lindolfo Franca Ferreira Advogado: Felipe Góes Gomes de Aguiar (OAB/RO 4494) Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador: Procurador-Geral do INSS Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 18/01/2023 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Apelação Cível. Ação previdenciária. Aposentadoria por invalidez. Indevida. Redução parcial e permanente da capacidade laboral. Aspectos socioeconômicos e profissionais. Possibilidade de reabilitação. Recurso não provido. 1. O beneficiário faz jus ao benefício aposentadoria por invalidez quando preenche os requisitos indispensáveis, quais sejam a incapacidade total e permanente para o labor. Precedentes da Corte. 2. Ainda que o juiz seja livre para apreciar as provas e não esteja vinculado à conclusão do perito para julgar a causa, não há que se falar em irregularidade na adoção do laudo como causa de decidir. 3. Na hipótese, mesmo que a lesão seja permanente, a falta de comprovação da incapacidade total impede a concessão de aposentadoria por invalidez. 4. Recurso não provido.
(DJe de 13/4/2023, p. 167).

Isso posto, ausentes os requisitos legais, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e, como consequência, EXTINGO O PROCESSO, com resolução do mérito e fulcro no art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil.
Requisitem-se o pagamento dos honorários periciais.
Sem custas e verba honorária, ante a gratuidade de justiça.
P. R. Intimem-se na pessoa dos Procuradores.
Sendo apresentados recursos (principal e/ou adesivo), ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE proceder às intimações e certificações necessárias.
No NCPC (art. 1.030) o juízo de 1º grau não exerce mais qualquer atividade após proferida a sentença, pois o juízo de admissibilidade/recebimento recursal e seu processamento competem à Instância Superior. Neste sentido, o TJRO: 7000767-49.2018.8.22.0017 - Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia - Relator (DJe 27/8/2020) e TJSC: Agravo de Instrumento n. 4008541-52.2016.8.24.0000 - Relatora: Desembargadora Soraya Nunes Lins.
Neste caso, estando o feito em ordem, DETERMINO a remessa dos autos ao TRF1.ª Região para processamento e julgamento do recurso que venha a ser interposto, com nossas homenagens.
Transitado em julgado e não havendo mais pendências, arquive-se.
Rolim de Moura/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023, 14:35
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7011122-03.2022.8.22.0010
Requerente: NILZA MENDES
Advogado/Requerente: CINTIA GOHDA RUIZ DE LIMA UMEHARA, OAB nº SP126707
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado/Requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
S E N T E N Ç A
NILZA MENDES pretende seja o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL condenado a lhe conceder o benefício de auxílio-doença que passou a se chamar 'auxílio por incapacidade temporária' após a 'Reforma da Previdência' – EC 103/2019) e posteriormente convertê-lo em aposentadoria por invalidez.
Alega que é portadora de problemas de coluna e que requereu benefício previdenciário em 27/10/2022 quando teve perícia administrativa agendada para 07/08/2023. Logo, devido a mora administrativa ingressou com processo judicial.
Afirma que permanece incapacitada e sem condições de retornar ao trabalho.
Para análise do requerimento de tutela de urgência, foi determinado a realização de perícia médica (id. 86379184), aportando aos autos o laudo pericial de id. 87957151.
Não concedida a antecipação dos efeitos da tutela (id. 90137718) foi o réu citado e apresentou contestação (id. 90740394) e a autora não impugnou.
É o relatório. Decido.
Feito em ordem e regularmente instruído, estando apto a julgamento no estado que se encontra, nos termos dos arts. 4.º, 6.º, 139, inciso II e 355, inc. I, todos do CPC e 5.º inciso LXXVIII, da Constituição Federal, não se vislumbrando a necessidade de produção de outras provas, sem que isso afigure cerceamento de defesa. Neste sentido: STJ, 1ª Turma, AgRg nos EDcl no REsp 1136780/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, j. em 6/4/2010, DJe 3/8/2010 e STJ, 3ª Turma, REsp 829.255/MA, Rel. Ministro Sidnei Beneti, j. em 11/5/2010, DJe 18/6/2010, bem como o E. TJRO – Proc. nº: 10000720070006540.
Para o deslinde da controvérsia aqui instaurada, desnecessária a designação de audiência, nos termos do art. 443, inc. II, do NCPC.
Pretende o autor obter o benefício previdenciário previsto no art. 59 da Lei n. 8.213/91, que assim dispõe: O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
Da análise dos dispositivos acima, pode-se concluir que são quatro os requisitos para a concessão dos benefícios por incapacidade laboral: (a) a qualidade de segurado do requerente; (b) o cumprimento da carência de 12 contribuições mensais; (c) a superveniência de moléstia incapacitante para o desenvolvimento de atividade laboral que garanta a subsistência, e (d) o caráter permanente da incapacidade (para o caso da aposentadoria por invalidez) ou temporário (para o caso do auxílio-doença).
No caso em tela, restam incontroversos os pontos relativos à condição de segurado e cumprimento de carência.
É dos autos que a autora e segurada do RGPS (id. 85262805).
Todavia, no que tange ao outro requisito – o da incapacidade –, em análise mais detida do mérito, não restou comprovada.
É que no laudo pericial firmado pelo profissional nomeado pelo juízo, Dr. Oziel Soares Caetano, consta, dentre outras assertivas, que na data da perícia a requerente apresentava Cervicalgia – M54;2; Lombalgia – M54.5; Transtorno de discos intervertebrais – M51.3, mas que NÃO O INCAPACITA para sua atividade habitual (diarista), sendo suscetível de reabilitação (Laudo id. 87957151).
Constou, ainda, do laudo:
A requerente refere há 01 ano vem sofrendo com dores intensas na região de coluna lombar e cervical, com irradiação para membros inferiores e superiores com piora aos esforços. Refere ainda que faz uso de medicação para alívio das dores, no entanto não houve melhora significativa do quadro clínico.
O exame físico direcionado evidencia: Dor a palpação em região de coluna lombar e cervical, dor a flexão, extensão, rotação interna e externa de tronco e pescoço;
Periciada com lesões crônicas discretas em coluna cervical e lombar, com
tratamento ortopédico recente e irregular, tendo restrição para esforços intensos na coluna, mas não tem incapacidade laboral para suas ocupações.
Desta forma, não tendo o autor logrado êxito em comprovar a sua incapacidade para o trabalho, o caminho é a improcedência do pedido.
Neste sentido, recentíssimo entendimento do TRF1ª Região, autos PROCESSO: 1029622-20.2020.4.01.9999 - PROCESSO REFERÊNCIA: 7006341-40.2019.8.22.0010, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL CÉSAR JATAHY:

"...No caso, para fazer jus ao benefício de auxílio-doença, a legislação vigente determina que se faça necessária a demonstração de que o segurado se encontra incapacitado para o trabalho por mais de quinze dias consecutivos, nos termos do art. 60 da Lei n. 8.213/91, ao passo que a aposentadoria por invalidez o segurado deve estar incapacitado, mas, neste caso, a incapacidade deve ser definitiva, ou seja, insuscetível de reabilitação, na forma do art. 42 da mesma Lei.
Todavia, diante do contexto fático probatório, a parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, conforme explicitou o Magistrado em sua sentença, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.
O laudo pericial de fls. 98/100, inclusive, atesta que o requerente não apresenta incapacidade para a realização de atividades laborais, em relação ao quadro apresentado.
Dessa forma, não foi preenchido o requisito relativo à incapacidade, forçoso é concluir que a parte autora não faz jus à concessão do benefício no período pleiteado..."
Em outra decisão - acórdão de julho/2022, em: PROCESSO: 1004124-82.2021.4.01.9999 PROCESSO REFERÊNCIA: 7005376-62.2019.8.22.0010 CLASSE: APELAÇÃO CÍVEL (198):
RELATOR(A):CESAR CINTRA JATAHY FONSECA
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR(A) URBANO(A). INCAPACIDADE PARA O TRABALHO NÃO DEMOSTRADA. APELAÇÃO DA PARTE AUTORA DESPROVIDA.
1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais; c) a incapacidade parcial e temporária (auxílio-doença) ou permanente e total (aposentadoria por invalidez) para a atividade laboral.
2. A parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.
3. O laudo pericial atesta que a requerente não apresenta incapacidade para a realização de suas atividades laborais. Segundo o perito, a patologia detectada está controlada.
4. A coisa julgada opera secundum eventum litis ou secundum eventum probationis, permitindo a renovação do pedido, ante novas circunstâncias ou novas provas. Precedentes. 5. Apelação da parte autora desprovida
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TRABALHADORA URBANA. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais, salvo nas hipóteses previstas no art. 26, inciso II, da Lei n. 8.213/1991; c) incapacidade para o trabalho ou atividade habitual por mais de 15 dias ou, na hipótese da aposentadoria por invalidez, incapacidade (permanente e total) para atividade laboral. 2. Comprovado, por perícia médica judicial, que não há incapacidade da parte autora para o exercício de suas atividades laborais atuais, não é possível o deferimento do benefício postulado na inicial. 3. Ressalva-se que superveniente alteração da capacidade laborativa da parte autora poderá justificar a concessão do benefício, pois a coisa julgada em casos da espécie se opera secundum eventum litis, vale dizer, segundo as circunstâncias da causa. 4. Sem honorários recursais, porquanto não apresentadas as contrarrazões. 5. Apelação da autora desprovida. (AC 1000075-07.2017.4.01.3704, DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 16/07/2020 PAG.)
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR URBANO. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. CONJUNTO PROBATÓRIO. NEGATIVO. AUSÊNCIA DE PROVA DA INCAPACIDADE. 1. São requisitos para a concessão dos benefícios de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez a comprovação da qualidade de segurado da Previdência Social e o preenchimento do período de carência de 12 (doze) contribuições mensais, com exceção das hipóteses enumeradas no art. 26, III, c/c art. 39, I da Lei 8.213/1991, bem como a comprovação de incapacidade para o exercício de atividade laborativa. 2. A existência de perícia médica judicial atestando a incapacidade laborativa, em demanda cuja pretensão versa sobre a concessão de benefício de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez, é indispensável para o deslinde da questão. 3. No presente caso, o perito do juízo afirmou que não há incapacidade para o exercício das atividades habituais. 4. Apelação da parte autora não provida. (AC 1000447-78.2020.4.01.9999, DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 07/07/2020 PAG.)
Seguido por autos n. 1007391-96.2020.4.01.9999 - APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO, julgado em 16/4/2022;
Autos n. 1006410-67.2020.4.01.9999 - Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO – julgado em 16/02/2022; APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO.
Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - RECURSO INOMINADO: RI 0000554-05.2018.4.03.6330 SP - PROCESSO Nr: 0000554-05.2018.4.03.6330 AUTUADO EM 15/03/2018 e
Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - APELAÇÃO CÍVEL: AC 0039064-12.2016.4.03.9999 SP - Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL NEWTON DE LUCCA, Data de Julgamento: 20/02/2017, OITAVA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA: 08/03/2017.
No mesmo sentido, recentíssima decisão do E. TJRO:
1ª Câmara Especial Processo:7003969-77.2021.8.22.0001 Apelação (PJe) Origem: 7003969-77.2021.8.22.0001
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador Federal: Procurador-Geral do INSS
Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO
Distribuído em 30/09/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA Apelação. Auxílio Doença. Auxilio Doença-Acidentário. Aposentadoria. Requisitos. Ausentes. Análise Pericial. Fundamentação. Sentença mantida. A legislação previdenciária impõe requisitos a serem alcançados para que seja concedido o auxílio-doença, auxílio doença-acidentário ou aposentadoria por invalidez. A sentença que julgou improcedente o pedido de concessão do benefício previdenciário deve ser mantida quando o laudo pericial e demais provas não ensejaram o alcance dos benefícios pretendidos.
(DJe de 11/11/2022, p. 94).
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 7007434-94.2021.8.22.0001 Apelação Origem: 7007434-94.2021.8.22.0001 Porto Velho/7ª Vara Cível Apelante: José Lindolfo Franca Ferreira Advogado: Felipe Góes Gomes de Aguiar (OAB/RO 4494) Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador: Procurador-Geral do INSS Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 18/01/2023 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR."

EMENTA Apelação Cível. Ação previdenciária. Aposentadoria por invalidez. Indevida. Redução parcial e permanente da capacidade laboral. Aspectos socioeconômicos e profissionais. Possibilidade de reabilitação. Recurso não provido. 1. O beneficiário faz jus ao benefício aposentadoria por invalidez quando preenche os requisitos indispensáveis, quais sejam a incapacidade total e permanente para o labor. Precedentes da Corte. 2. Ainda que o juiz seja livre para apreciar as provas e não esteja vinculado à conclusão do perito para julgar a causa, não há que se falar em irregularidade na adoção do laudo como causa de decidir. 3. Na hipótese, mesmo que a lesão seja permanente, a falta de comprovação da incapacidade total impede a concessão de aposentadoria por invalidez. 4. Recurso não provido. (DJe de 13/4/2023, p. 167).
Isso posto, ausentes os requisitos legais, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e, como consequência, EXTINGO O PROCESSO, com resolução do mérito e fulcro no art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil.
Requisitem-se o pagamento dos honorários periciais.
Sem custas e verba honorária, ante a gratuidade de justiça.
P. R. Intimem-se na pessoa dos procuradores.
Sendo apresentados recursos (principal e/ou adesivo), ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE proceder às intimações e certificações necessárias.
No NCPC (art. 1.030) o juízo de 1º grau não exerce mais qualquer atividade após proferida a sentença, pois o juízo de admissibilidade/recebimento recursal e seu processamento competem à Instância Superior. Neste sentido, o TJRO: 7000767-49.2018.8.22.0017 - Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia - Relator (DJe 27/8/2020) e TJSC: Agravo de Instrumento n. 4008541-52.2016.8.24.0000 - Relatora: Desembargadora Soraya Nunes Lins.
Neste caso, estando o feito em ordem, DETERMINO a remessa dos autos ao TRF1.ª Região para processamento e julgamento dos recursos que venham a ser interpostos, com nossas homenagens.
Transitado em julgado e não havendo mais pendências, arquive-se.
Rolim de Moura/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023, 14:44
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7001316-07.2023.8.22.0010 Classe: Embargos à Execução Fiscal Valor da ação: R$ 2.685,45 Parte autora: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 Advogado: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394 Parte requerida: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: SÃO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ nº 14.294.578/0001-02,
Linha 184, km3, Lado Norte, S/N, Lote 10 da Gleba 13,
Zona Rural,
CEP:76.940-000, Rolim de Moura
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como “Cidade Jardim”, localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU.
A executada ora embargante, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.
O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.
A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.
Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:
Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MU-

NICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).

Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).

Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: "...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento..." (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).

Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.

Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.

A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.

Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.

A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:

"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.

Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.

(...)

Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.

Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.

(...)

CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO

O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.

Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).

Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:

Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.

Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.

Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,

Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.

Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.

Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões

contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.
Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.
Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).
Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.
Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).
Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."
(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).
Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo

Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.

Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.

Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca.

Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.

Rolim de Moura/RO, sábado, 15 de julho de 2023, 06:34

Jeferson Cristi Tessila de Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Rolim de Moura - 2ª Vara Cível

Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Número do processo: 7010127-24.2021.8.22.0010

Classe: Execução Fiscal

Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

Polo Passivo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA

ADVOGADOS DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394, IVONILDES GOMES PATRIOTA, OAB nº GO28899

Manifeste-se o Município quanto ao alegado no ID 89045575 (informe de quitação integral do débito). Prazo: 5 dias.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos para extinção.

Rolim de Moura/RO, sábado, 15 de julho de 2023, 06:39

Jeferson Cristi Tessila de Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7011284-95.2022.8.22.0010
Requerente/Exequente: LOURIVAL PANSINI
Advogado(a): AGNALDO JOSE DOS ANJOS, OAB nº RO6314
Requerido/Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado(a): PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
S E N T E N Ç A
(segurado especial rural - sem tutela antecipatória)
1) Fase de conhecimento:
I - Relatório:
LOURIVAL PANSINI pretende seja o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL condenado a lhe pagar o benefício previdenciário "aposentadoria por idade a trabalhador rural", uma vez que preencheria os requisitos necessários a tanto: condição de segurada especial (trabalhador do campo, com idade superior a 60 anos), não obstante entendimento em sentido contrário da Autarquia ré.
O INSS foi citado e apresentou resposta.
Alegou que o Autor não preenche os requisitos necessários à concessão do benefício, pois teria vínculos e endereço urbanos, sem fatos ou documentos novos (ID: 88582251 p. 1 a 6).
Manifestação do Autor (ID: 89692081 p. 1 a 6).
Feito saneado e determinada a especificação de provas (ID: 89707820 p. 1 a 6); decisão esta contra a qual não fora interposto recurso.
O Autor especificou provas (ID´s 90798056 p. 1 a 8 a 90815249 p. 1 a 3).
INSS não se manifestou.
Fundamento e decido:
O feito está em ordem, regularmente instruído e apto a julgamento, o que passo a fazer nos termos dos arts. 4.º, 6.º, 139, inciso II e 355, inc. I, todos do CPC e 5.º inciso LXXVIII, da Constituição Federal, não se vislumbrando a necessidade de produção de outras provas, sem que isso afigure cerceamento de defesa. Neste sentido: STJ, 1ª Turma, AgRg nos EDcl no REsp 1136780/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, j. em 6/4/2010, DJe 3/8/2010 e STJ, 3ª Turma, REsp 829.255/MA, Rel. Ministro Sidnei Beneti, j. em 11/5/2010, DJe 18/6/2010, bem como o E. TJRO - Proc. nº: 10000720070006540.
Estão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo, bem como as partes estão regularmente representadas.
Não foram arguidas preliminares e/ou prejudiciais de mérito.
Não foram arguidas ou constatadas ilegitimidades, nulidades processuais ou vícios de representação e não há incidentes processuais pendentes de apreciação, sendo possível analisar o mérito do feito.
Desnecessária oitiva da parte Autora, pois o INSS nunca compareceu à audiência neste Juízo, o que também já fora dito por ocasião da decisão saneadora ID: 89707820 p. 1 a 6, seja presencial, seja virtual. Mesmo nos processos que foram designadas audiências virtuais (via Google meet) o INSS nunca compareceu a uma sala de audiências nesta Comarca. Tampouco indicou testemunhas para oitiva.
Inclusive, no caso em tela, o INSS dispensou a realização de audiência (ID: 88582251 p. 5).
II - Mérito:
Como se observa na inicial, a norma aplicável à espécie (art. 42 da Lei Federal n.º 8.213/1991, c/c arts. 51 a 55 do Decreto nº 3.048/1999 e art. 201, §7º, inc. II, da CF), estabelece que o trabalhador rural ou a que exerce essa atividade em regime de economia familiar, mesmo que descontínuo, pleiteie a aposentadoria por invalidez.
No caso dos autos, está satisfeito o requisito subjetivo (anos de vida), conforme se verifica pela cópia de documentos juntados, atestando que o Autor tem atualmente 61 anos - Num. ID: 85444165 p. 1-2.
Quanto ao atributo de segurado especial, restou provado que a Autora labuta no campo há mais de décadas – tendo o devido apoio em farta e consistente prova escrita, como por exemplo:
- Notas fiscais (ID: 85444182 p. 1 a 8; ID: 85444183 p. 1 a 5; ID: 85444184 p. 1 a 11; ID: 85444186 p. 1 a 11; ID: 85444187 p. 1 a 6; ID: 85444188 p. 1 a 6; ID: 85444189 p. 1 a 6; ID: 85444190 p. 1 a 7; ID: 85444191 p. 1 a 6; ID: 85444192 p. 1 a 4);
- Escritura rural (ID: 85444175 p. 1 a 3);
- Comprovante de endereço rural (ID 85444174);
- Comprovante de entrega de CCIR (ID 85444172);
- Comprovantes de ITR (ID´s 85444177 p. 1 a 13; ID: 85444179 p. 1 a 10; D: 85444180 p. 1 a 6; ID: 85444181 p. 1 a 12 e ID: 85444178 p. 1 a 20);
- Fotos, vídeos e declarações (ID´s 90798056 p. 1 a 8; ID: 90795084 p. 1-2, 90795085; 90795089; 90795091; D: 90815249 p. 1 a 3, dentre outros).
Todos estes documentos reafirmam a condição de lavradora do Autor, consentâneo com o que se poderia esperar de referida atividade e pelo tempo exigido por lei.
Aliado à documentação, a prova documental juntada aos autos revelam o exercício de atividade rural pela Autora, em regime de economia familiar, estando o feito fartamente instruído.
Assim, fartamente comprovado com documentos o exercício da atividade rural e a qualidade de segurada especial rural da Autora, não há dúvidas quanto à procedência do pedido de benefício.
OBS: o documento do ID 85444173 não é destes autos nem destas partes.
III - Dispositivo:
Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido e, por consequência, condeno o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL a implementar em favor de LOURIVAL PANSINI (CPF 267.686.401-78) o benefício "APOSENTADORIA POR IDADE" trabalhador rural e ao pagamento em parcela única da renda mensal que se deixou entregar desde o requerimento administrativo feito no ID: 85444167 p. 1 (17/10/2022).
Fixo o início do benefício a partir da data do pedido administrativo, nos termos do art. 74, II da Lei 8.213/91.

O benefício incide a partir da data acima, acrescido de juros e correção monetária contados a partir da data do vencimento de cada parcela, pois houve resistência por parte do INSS (TRF 1ª Região, 1ª Seção, AR 2002.01.00.020011/MG, j. 7-10-2003) e correção monetária nos termos das Súmulas 43 e 148 do STJ.
Atento ao valor e natureza da causa, bem como a qualidade dos serviços prestados, inclusive com pedido administrativo e tempo de duração do processo, que durou pouco mais de oito meses do ajuizamento (17/10/2022) ao sentenciamento (ocorrido em 1º/7/2023), CONDENO o INSS ao pagamento de honorários aos patronos do Autor, os quais fixo em 10% (dez%) das parcelas vencidas, conforme parâmetros do art. 85 e §§, do CPC. Aproveito a oportunidade e deixo consignados os elogios este Juízo aos Patronos de ambas partes, visto que todos zelaram pela rápida tramitação processual.
Extingo esta fase do processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil.
Sendo apresentados recursos (principal e/ou adesivo), ciência à parte contrária para querendo apresentar contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE providenciar as intimações necessárias.
No NCPC (art. 1.010, §2.º) o juízo de 1º grau não exerce mais qualquer atividade após proferir a sentença, pois o juízo de admissibilidade/recebimento recursal e seu processamento competem à Instância Superior. Neste sentido, acórdão 7000767-49.2018.8.22.0017 - Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia - Relator (DJe 27/8/2020) e TJSC: Agravo de Instrumento n. 4008541-52.2016.8.24.0000 - Relatora: Desembargadora Soraya Nunes Lins
Nesta hipótese, transcorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, DETERMINO a remessa dos autos ao Eg. TRF1.ª Região para processamento e julgamento do(s) recurso(s) que venham a ser interposto(s), com nossas homenagens.
Caso não seja interposto recurso voluntário, transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias do trânsito em julgado e não havendo manifestação das partes pela execução da presente, remetam-se os autos ao arquivo.
2) Não havendo recurso ou sendo confirmada a sentença, passe à fase de cumprimento.
De antemão, esclareço que eventual pedido de honorários na fase de cumprimento de sentença não embargada está suspenso por determinação do C. STJ, que reconheceu repercussão geral no caso - Tema Repetitivo nº 1105.
Da mesma forma, recente orientação enviada pelo TJRO aos Juízos por meio do SEI 0011811-92.2021.822.8800, de 22/9/2021.
ATENTEM-SE a isso na hora de elaborar as planilhas, evitando resserviço e impugnações desnecessárias.
Em execução expeçam-se as RPV's, separadamente, um para o valor da condenação em favor do Autor e outro para os honorários advocatícios.
Quando da fase de cumprimento de sentença recomenda-se:
- caso os Procuradores tenham contrato de honorários junte para ser providenciada a reserva por este Juízo quando da expedição das RPV´s. Isso sempre foi tentado em benefício de todos e para maior celeridade.
- aos interessados e Patronos INFORMAR CONTAS do PATRONO e da parte Autora para transferência dos valores (já com as reservas), para evitar maior circulação e aglomeração de pessoas, bem como atraso processual, pois podem sacar os valores a qualquer dia ou realizar pagamentos por meios eletrônicos.
Considere-se que este feito tramita há bom tempo, boa parte pela resistência do INSS, que não reconhece pedidos na esfera administrativa, quando poderia fazê-lo, deixando de suportar os ônus da sucumbência.
P. R. Intimem-se na pessoa dos procuradores constituídos.
Rolim de Moura/RO, sábado, 15 de julho de 2023, 06:19
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito
CPF regular:
LOURIVAL PANSINI
267.686.401-78

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7009151-17.2021.8.22.0010
Requerente: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Advogado/Requerente: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Requerido: JOEL ANTONIO DA SILVA, SHIRLEI CARNEIRO DA SILVA
Advogado/Requerido: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Considerando que noticiado o descumprimento do acordo, intime-se pessoalmente o(a) executado SHIRLEI CARNEIRO DA SILVA a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do débito remanescente, no valor de R$ 5.285,55, conforme cálculo apresentado pelo exequente ao ID. 91762616, sob pena de prosseguimento da execução, conforme consignado na sentença homologatória de ID. 77870039.
Com o decurso do prazo supracitado sem pagamento, retornem conclusos em Decisão Jud's.
Cumpra-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA AR/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/ CARTA PRECATÓRIA:
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
EXECUTADOS: SHIRLEI CARNEIRO DA SILVA, RIO MADEIRA 4180 PLANALTO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIAEXECUTADOS: SHIRLEI CARNEIRO DA SILVA, RIO MADEIRA 4180 PLANALTO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA.
Rolim de Moura/RO, sábado, 15 de julho de 2023, 06:24
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7006505-97.2022.8.22.0010
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: ERICK WESLEY FREDERICO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390, ALAN CARLOS DELANES MARTINS, OAB nº RO10173
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Decisão servindo de DETERMINAÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
CÁLCULO e RECOLHIMENTO DAS CUSTAS
PAGAMENTO DA VERBA PRINCIPAL e HONORÁRIOS/INTIMAÇÃO/CARTA e demais atos necessários a seu cumprimento.
1) Feito transitado em julgado (ID 92296358). Quanto ao pedido de ID 92296357 p. 1 e 2, PROCEDA-SE como cumprimento de sentença. ALTERE-SE a classe processual.
2) Calculem-se as custas que deverão ser recolhidas pela Requerida – ENERGISA DE RONDÔNIA. À Contadoria.
2.1) Intimada e não havendo pagamento das custas em 15 dias, INSCREVA-SE em Dívida Ativa Estadual e protesto - Lei n.º 3.896, de 24/8/2016 – art. 35 e ss., bem como arts. 33, I, 123 e 261, §3.º, das DGJ, Provimento Conjunto 002/2017– PR-CG e OFICIO CIRCULAR n.º 72/2012-DECOR/CG e art. 35, VII, da LOMAN.
2.2) Em caso de pagamento após a inscrição em DAE, CANCELO a inscrição em Dívida Ativa Estadual e protesto e, AUTORIZO a CPE a expedir a carta de anuência e disponibilizar no PJE para os Patronos encaminharem para onde entenda de direito.
2.3) Os custos e emolumentos com o cancelamento do protesto e emissão de certidões (caso haja pedido neste sentido) são de responsabilidade do interessado, devendo ser recolhidos diretamente no Cartório.
3) INTIMEM-SE a Executada na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (art. 513 do CPC), para no prazo de 15 dias, pagar a quantia em execução, sob pena de multa de 10% e honorários de execução de 10%, na forma do art. 523, § 1º, do CPC.
3.1) PARA ampla publicidade e que não venha qualquer incidente, também cientifique-se por AR.
OBS1: recomenda-se ao Exequente que informe conta para depósito dos valores.
OBS2: Da mesma forma, recomenda-se ao Executado que deposite ou transfira o valor diretamente em favor da(s) conta(s) a ser informada pelo exequente, trazendo o r. comprovante aos autos.
4) Não havendo pagamento ou nomeação de bens à penhora, devem ser tomadas as medidas mais efetivas ao recebimento do crédito.
5) Havendo interesse em buscas a bancos de dados recolha-se a taxa do art. 17 da Lei de Custas (Código 1007 – DJE de 15.12.2022). Uma taxa para cada busca pretendida, conforme arts. 33, 123 e 261, § 3º das DGJ.
5.1) RECOMENDA-SE ao interessado assim que fizer pedido desta natureza já recolha as custas e taxas para tanto. Procedendo desta forma, o processo tem andamento mais célere (arts. 6.º e 139 do CPC), o que beneficia a todos, evitando resserviço e conclusões desnecessárias.
AGUARDE-SE integral cumprimento.
Vindo os comprovantes, desde já, autorizo a confecção das minutas para buscas pleiteadas.
6) Expeça-se o necessário.
7) Intimem-se a Partes, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (art. 270 do CPC).
Rolim de Moura/RO, sábado, 15 de julho de 2023, 06:25
Jeferson C. TESSILA de melo Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7008272-10.2021.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 0,00 Parte autora: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 Advogado: SÃO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ nº 14.294.578/0001-02,
Linha 184, km3, Lado Norte, S/N, Lote 10 da Gleba 13,
Zona Rural,
CEP:76.940-000, Rolim de Moura
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
DETERMINAÇÃO PARA INTIMAR O MUNICÍPIO
MANIFESTAÇÃO QUANTO À EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como “Cidade Jardim”, localizado Linha 184 (também

conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU.
A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.
O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.
A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.
Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:
Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).
Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).
Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: "...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento..." (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).
Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.
Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.
A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.
Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.
A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:
"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.
Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.
(...)
Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.
Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.
(...)
CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO
O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.
Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).
Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:

Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.
Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.
Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.
Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,
Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.
Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.
Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.
Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.
Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).
Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.
Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).
Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."
(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).
Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo

objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.

Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.

Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca.

Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.

No mais, a São Tomás apresentou Exceção de Pré-Executividade.

Intime-se o município de Rolim de Moura para conhecimento e manifestação, no prazo da lei.
Juntar processo administrativo tributário atualizado e reclamação administrativa feita pelo executado-excipiente.
Após, conclusos.
Intime-se por meio de seu procurador.
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:13
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7005559-62.2021.8.22.0010
Requerente: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Advogado/Requerente: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Requerido: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
Advogado/Requerido: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394, IVONILDES GOMES PATRIOTA, OAB nº GO28899
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
Exceção de preexecutividade rejeitada. Nada de novo a alterar.
Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como “Cidade Jardim”, localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU.
A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.
O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.
A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.
Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:
Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).
Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).
Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: “...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento...” (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).
Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.
Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.
A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.
Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.

A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:

"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.

Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.

(...)

Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.

Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.

(...)

CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO

O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.

Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).

Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:

Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.

Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.

Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,

Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.

Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.

Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.

Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.

Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).

Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos

(execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.
Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).
Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."
(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).
Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL

CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.
Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.
Publique-se, registre-se, intime-se.
(publicado no DJE de 21/6/2023).
No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.
Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.
Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca. Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:29
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7005494-67.2021.8.22.0010
Requerente: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Advogado/Requerente: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Requerido: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
Advogado/Requerido: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394, IVONILDES GOMES PATRIOTA, OAB nº GO28899
Decisão
Já foi homologado acordo nos presentes autos (ID 88323152).
O feito já foi suspenso pelo prazo do acordo, devendo o feito ser novamente remetido ao arquivo provisório.
Aguarde-se cumprimento do acordo.
Rolim de Moura/RO, 16 de julho de 2023.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Número do processo: 7007287-41.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADOS DOS APELANTES: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Passivo: JATOBA - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. - ME
APELADO SEM ADVOGADO(S)
Planilha ainda com erros (ID 89628026).
Atente-se a PGM para o que restou consignado em acórdão:
" Pelo exposto, dou parcial provimento ao recurso para determinar o prosseguimento da Execução Fiscal apenas em relação ao crédito tributário do IPTU e TCL referente aos exercícios de 2018 a 2020."
Recomenda-se atenção as adequações dos pedidos para evitar resserviço e morosidade processual, o que beneficia todos.
À PGM para que novamente corrija os cálculos.
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:40.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7008996-14.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Passivo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
DETERMINAÇÃO PARA INTIMAR O MUNICÍPIO
PARA MANIFESTAÇÃO
Intime-se o município de Rolim de Moura para manifestação quanto às informações referentes ao parcelamento do débito e pedido de suspensão do feito.
Após, conclusos.
Intime-se por meio de seu procurador.
Rolim de Moura, domingo, 16 de julho de 2023, 06:08
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7007886-77.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Ativo: JATOBA - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. - ME
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO DETERMINANDO INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PARA
DAR ANDAMENTO ÚTIL AO PROCESSO
1) O exequente indica que juntou Certidão de Inteiro Teor e requereu a inclusão de terceira pessoa na presente execução (ID 90088774).
2) Dê a Exequente andamento útil ao feito, vez que o documento indicado não foi anexado ao petitório.
3) Aguarde-se manifestação.
4) Intimem-se as Partes, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (art. 270 do NCPC).
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 06:11
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Número do processo: 7007719-60.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Passivo: JATOBA - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. - ME, MARIA IVONE FRACARO GOMES
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO DETERMINANDO INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PARA
DAR ANDAMENTO ÚTIL AO PROCESSO
1) O exequente indica que juntou Certidão de Inteiro Teor na presente execução (ID 90088767).
2) Dê a Exequente andamento útil ao feito, vez que o documento indicado não foi anexado ao petitório.
3) Aguarde-se manifestação.
4) Intimem-se as Partes, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (art. 270 do CPC).
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 06:13
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7000813-20.2022.8.22.0010
Exequente: PAULO SERGIO CASTILHO DE OLIVEIRA
Advogado(a): MATHEUS RODRIGUES PETERSEN, OAB nº RO10513, RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390
Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Advogado do Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA PRESIDENTE VARGAS 1024, - DE 904/905 A 1075/1076 CENTRO - 76900-038 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
INSS - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
VERBA PRINCIPAL e HONORÁRIOS de SUCUMBÊNCIA
1) Quanto ao requerimento de ID: 88997013 p. 1 a 2: altere-se a classe para Cumprimento de Sentença.
Processe-se sob responsabilidade do Exequente quanto ao cumprimento do art. 534 e incisos, do CPC.
Intime-se o Executado, na pessoa do seu representante judicial, nos termos do art. 535 do NCPC para manifestação dos cálculos apresentados no id.90642364
Aguarde-se. Prazo: 30 dias.
Não havendo impugnação, expeçam-se as RPV´s e encaminhem-se ao TRF-1ª Região para cumprimento (art. 535, §3º, II do NCPC), nos seguintes valores : R$ 6.942,90 retroativos e R$ 1.365,30 sucumbência, ambos atualizados até 3/2023.
Havendo impugnação, deverá o Executado cumprir o §2º do art. 535, NCPC.
Na sequência, dê-se ciência ao Exequente, para, caso discorde de eventuais valores apresentados pelo INSS, apresente sua planilha de cálculo.
Caso o exequente concorde com o valor indicado pelo INSS ou não se manifeste quanto a impugnação no prazo legal, expeça-se RPV nos valores informados pelo devedor.
Fixo a data-base para atualização dos cálculos em 3/2023, que deverá ser respeitada entre as partes e Contadoria Judicial, caso haja necessidade de remessa.
OBS: Havendo impugnação ou divergência quanto aos cálculos apresentados, desde já fica determinada remessa dos autos à Contadoria Judicial para elaboração dos cálculos, estando a CPE autorizada a promover o necessário (art. 33, X, das DGJ/TJRO). Vindo os cálculos da Contadoria manifestem-se as partes. Intimem-se. Prazo comum: dez dias.
Oportunamente será apreciado o pedido de honorários na fase de cumprimento de sentença. Indevidos se não houver embargos ou impugnação. Neste sentido:
PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. EXECUÇÃO NÃO EMBARGADA. EXECUÇÃO INVERTIDA. HOMOLOGAÇÃO DOS CÁLCULOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INDEVIDOS. AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. 1. O título executivo judicial condenou o INSS à implantação do benefício pleiteado, bem como o pagamento dos valores atrasados, corrigidos com base no Manual de Cálculos da Justiça Federal. 2. O Supremo Tribunal Federal, quando o julgamento do RE 420.816/PR, reconheceu a constitucionalidade da MP n. 2.180-35/01 para afastar o pagamento de honorários advocatícios nas execuções não embargadas contra a Fazenda Pública, excepcionando, contudo, os casos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor. 3. Todavia, analisando de forma mais detida o precedente do STF, "observa-se que o fato que norteou o julgado foi a instauração de um processo de execução, cuja atividade do credor e seu patrono são evidentes, e a contraprestação por essa atividade nos casos em que o valor seja limitado àquele a ser pago por RPV, porque em tal caso não se aplicava a disposição limitativa do § 3º do art. 100 da Constituição. De se ver que tal disposição é aquela que obriga a inclusão de todos os pagamentos na ordem do precatório, procedimento a ser feito mediante aplicação do art. 730 do CPC que demanda instauração do processo de execução contra a Fazenda Pública, obrigatoriamente. (AC 0050923-93.2012.4.01.9199/MG, Juiz Federal RÉGIS DE SOUZA ARAÚJO, Primeira Turma, e-DJF1 18/11/2015). 4. O Superior Tribunal de Justiça já se firmou no sentido de que, quando não há pretensão resistida do INSS, expedindo a correspondente requisição de pagamento de pequeno valor, deve ser afastada a condenação em honorários advocatícios (AgRg no AREsp 630.235/RS). 5. Apelação provida. (AC 0058972-60.2011.4.01.9199 / MG, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO, PRIMEIRA TURMA, e-DJF1 de 07/03/2018).
Reiteradamente o TRF1ª Região vem decidindo que NÃO CABEM HONORÁRIOS NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (ainda em fase inicial), sem que haja embargos ou impugnação ou qualquer incidente. Neste sentido:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-D DA LEI 9.494/97. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÕES DE PEQUENO VALOR. PAGAMENTO MEDIANTE EXPEDIÇÃO DE RPV. SEM OPOSIÇÃO DA FAZENDA. NÃO INCIDÊNCIA DE HONORÁRIOS. AGRAVO DESPROVIDO. 1. O Supremo Tribunal Federal concluiu, no julgamento do RE 420.816/PR, pela não aplicação do art. 1º-D da Lei 9.494/1997 nas hipóteses de execuções que não demandem a expedição de precatório. 2. Porém, a inclusão de verba honorária nas execuções de pequeno valor, ainda que não embargadas, refoge à lógica do sistema constitucional concernente aos pagamentos devidos pela Fazenda Pública em decorrência de sentença judiciária. 3. Tal como no precatório, a requisição de pequeno valor é também exigência constitucional indeclinável na satisfação da dívida da Fazenda Pública em decorrência de sentença judiciária, de modo que não pode a Fazenda fazer o pagamento imediatamente ao trânsito em julgado da sentença. 4. Se há necessidade de requisição de pagamento, seja mediante precatório, seja mediante RPV, não se justifica a imposição de verba honorária, sem que para isso alguma atividade tenha de ser desenvolvida pelo advogado para colimar o pagamento. 5. Assim, deve ser afastada a inclusão de verba honorária em execução de pequeno valor (expedição de RPV) sem oposição da Fazenda Pública aos cálculos apresentados pelo credor. 6. Agravo de instrumento desprovido. AI 1004937-12.2016.4.01.0000. Origem 7006866-27.2016.8.22.0010 (RO). 1ª Turma do TRF da 1ª Região – 16/05/2018. Relator Des. Fed. JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA. Data julgamento: 16/05/2018.
E informativo do STJ, de n. 563, o seguinte julgado foi noticiado:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DESCABIMENTO DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM EXECUÇÃO INVERTIDA. Não cabe a condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios no caso em que o credor simplesmente anui com os cálculos apresentados em "execução invertida", ainda que se trate de hipótese de pagamento mediante Requisição de Pequeno Valor (RPV). É certo que o STJ possui entendimento de ser cabível a fixação de verba honorária nas execuções contra a Fazenda Pública, ainda que não embargadas, quando o pagamento da obrigação for feito mediante RPV. Entretanto, a jurisprudência ressalvou que, nos casos de "execução invertida", a apresentação espontânea dos cálculos após o trânsito em julgado do processo de conhecimento, na fase de liquidação, com o reconhecimento da dívida, afasta a condenação em honorários advocatícios. Precedentes citados: AgRg no AREsp 641.596-RS, Segunda Turma, DJe 23/3/2015; e AgRg nos EDcl no AREsp 527.295-RS, Primeira Turma, DJe 13/4/2015. AgRg no AREsp 630.235-RS, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 19/5/2015, DJe 5/6/2015.
Além do que fora acima dito, esclareço que eventual pedido de honorários na fase de cumprimento de sentença não embargada está suspenso por determinação do C. STJ, que reconheceu repercussão geral no caso - Tema Repetitivo nº 1105.
No mesmo sentido, recente orientação enviada pelo TJRO aos Juízos por meio do SEI 0011811-92.2021.822.8800, de 22/9/2021.

ATENTEM-SE a isso na hora de elaborar as planilhas, evitando resserviço e impugnações desnecessárias e o INSS em não interpor embargos protelatórios, pois pode ser isento das verbas da fase de execução, seguindo o entendimento acima.
2) Recomenda-se:
a) caso os Procuradores tenham contrato de honorários junte para ser providenciada a reserva por este Juízo quando da expedição das RPV´s. Isso sempre foi tentado em benefício de todos e para maior celeridade.
b) aos interessados e Patronos INFORMAR CONTAS do PATRONO e da parte Autora para transferência dos valores (já com as reservas), para evitar maior circulação e aglomeração de pessoas, bem como atraso processual, pois podem sacar os valores a qualquer dia ou realizar pagamentos por meios eletrônicos.
Expeça-se o necessário.
Intimem-se.
Cumpra-se, sucessivamente.
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 06:16.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Número do processo: 7008355-26.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Passivo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7008355-26.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Passivo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
D E C I S Ã O - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE
REJEIÇÃO – ÁREA URBANA – INCIDÊNCIA DE IPTU e TAXA DE REMOÇÃO DE RESÍDUOS.
PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA REGISTRADA EM NOME DA EXECUTADA (Loteamento Urbano)
Art. 156, I, da Constituição Federal; arts. 32 a 34, do CTN e art. 11 do Código Tributário do Município de Rolim de Moura (Lei n. 947/2000)
APLICAÇÃO da SÚMULA 626 do STJ
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
I - RELATÓRIO:
Trata-se de EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE em EXECUÇÃO FISCAL apresentada por SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.
A execução fiscal foi fundada em IPTU e taxa de remoção de resíduos.
A SÃO TOMÁS era e é a loteadora/incorporadora responsável pela Incorporadora Buriti (responsável pelo loteamento conhecido como “Cidade Jardim”), localizado depois da UNIR, na saída de Rolim de Moura para BR364. Este loteamento tem mais de 2.000 terrenos. Isso é incontroverso e notório nesta cidade.
São Tomás apresentou exceção de pré-executividade ao argumento de que o título executivo é nulo, pois a Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, bem como por não haver preenchimento dos requisitos para cobrança de IPTU, violando diretamente o art. 32 do CTN e o art. 150, IV da CF, logo, não podendo ser executado.
Pede liminarmente a suspensão da execução.
Alega efeito confiscatório do tributo e causa suspensiva da exigibilidade do crédito tributário, consistente na realização de protocolo de reclamação para suspensão de créditos tributários, bem como alega que já foi protocolado requerimento de cancelamento do projeto.
Ao final requer a suspensão de qualquer ato de constrição de bens da excipiente, bem como seja conhecida a nulidade do título executivo, violação ao art. 32, § 1º, do CTN e o art. 11, § 3º, da Lei Municipal. Por fim, requer a condenação do excepto ao pagamento das custas e honorários advocatícios.
Anexou imagens e documentos.
O exequente/excepto não se manifestou no feito após a apresentação da pré-executividade, pois todas suas manifestações tem sido as mesmas nas centenas de execuções fiscais em que possuem as mesmas partes.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório. DECIDO.
II – FUNDAMENTAÇÃO:
Trata-se de julgamento de exceção de pré-executividade.
A exceção de pré-executividade é uma espécie de defesa do executado, onde ele poderá alegar vício de matéria de ordem pública mediante simples petição e sem a necessidade de garantia do juízo. Tal modalidade de defesa está consolidada de forma unânime na jurisprudência e doutrina, sendo considerada por essa última uma defesa executiva atípica.

No Código de Processo Civil (CPC) não há a previsão expressa deste instituto. Contudo, a doutrina majoritária aponta que a exceção de pré-executividade surgiu em razão de um parecer elaborado por Pontes de Miranda em 1966, no "caso Mannesmann", em que ele defendeu a possibilidade de o executado alegar incidentalmente no processo de execução de matéria de ordem pública, onde o juiz deveria conhecer de ofício por meio de mera petição. Desta forma, seria possível a defesa do executado por meio de petição sem a necessidade de garantia do juízo.

A exceção de pré-executividade é cabível nas execuções ou em fase do cumprimento de sentença, quando ocorrer qualquer vício de ordem pública, já que a defesa tem como objetivo a decretação de nulidade da execução ou sua extinção.

O STJ tem o entendimento pacífico em aceitar a apresentação da exceção de pré-executividade desde que a matéria alegada seja conhecível de ofício, o executado tenha prova pré-constituída de sua alegação e não haja necessidade de instrução probatória para o juiz decidir seu pedido de extinção da execução, como podemos observar no seguinte aresto:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.1. "A exceção de pré-executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória" (REsp 1110925/SP, repetitivo, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJe 04/05/2009). 2. Hipótese em que, por força da Súmula 7 do STJ, não há como verificar o cabimento da exceção de pré-executividade, tendo em vista que o Tribunal Regional Federal a rejeitou uma vez que o elementos de prova constantes nos autos davam conta de que a saída do sócio contra quem se redireciona a execução se teria dado de forma fraudulenta, exigindo-se dilação probatória para se provar o contrário. 3. Agravo interno não provido." STJ – AgInt no AREsp 1264411/ES AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL2018/0062063-8, Relator: Ministro GURGEL DE FARIA, Data de Julgamento: 07/05/2019, T1 – PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/05/2019.

Com relação ao prazo para propositura da exceção de pré-executividade, os Tribunais Estaduais têm adotado o entendimento de que por se tratar de defesa de matéria de ordem pública, pode ser interposta a qualquer momento até o trânsito em julgado da ação, vejamos:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO – INEXISTÊNCIA – CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL – TÍTULO LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL. – A exceção de pré-executividade, por comportar apenas matéria de ordem pública, não possui prazo legalmente previsto e, portanto, pode ser oposta a qualquer momento – O contrato de compra e venda de bens móveis pode ser considerado como título executivo hábil a embasar uma ação de execução, porquanto está assinado pelas partes e por duas testemunhas, se enquadrando na hipótese prevista no inciso III do artigo 784 do novo CPC." TJ-MG – AC: 10024111968319001 MG, Relator: Pedro Aleixo, Data de Julgamento: 02/05/2018, Data de Publicação: 11/05/2018.

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. TÍTULO EXECUTIVO. DESCARACTERIZAÇÃO. 1- Havendo nos autos elementos de prova suficientes para formar o convencimento do magistrado, não ocorre cerceamento de defesa. 2 - A interposição de exceção não se submete a prazo, vez que, tratando-se de questão relativa à própria nulidade da execução, não se submete a preclusão. 3 - O contrato de abertura de crédito bancário não constitui título executivo extrajudicial, sendo indispensável o demonstrativo contábil e atualizado do débito. 4 - Recurso improvido. Unanimidade. (TJ-MA - AC: 92642001 MA, Relator: RAIMUNDO FREIRE CUTRIM, Data de Julgamento: 31/10/2003, IMPERATRIZ).

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXCEÇÃO DE PRE EXECUTIVIDADE - ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO TÍTULO - OPOSIÇÃO FORA DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DOS EMBARGOS - POSSIBILIDADE. A natureza das matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade, que são matérias de ordem pública, afasta a possibilidade de sua preclusão, já que a todo e qualquer tempo poderá o julgador voltar a analisá-las, eis que estão afeitas à nulidade da execução, não estando o prazo para interposição da exceção de pré-executividade atrelado ao prazo dos embargos de devedor. (TJ-MG - AI: 10643060001291001 São Roque de Minas, Relator: Tiago Pinto, Data de Julgamento: 13/12/2011, Câmaras Cíveis Isoladas / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 20/01/2012).

DO MÉRITO:

O ponto controvertido consiste na incidência ou não IPTU e taxa de remoção de resíduo no terreno mencionado na inicial (QD. 52A, LT. CJ-41, Setor 02, Residencial Cidade Jardim), pois parte do loteamento "Cidade Jardim" deve ser destinada à Área de Preservação Permanente, por força de cumprimento do Plano Diretor e Urbanístico. Tanto que existe a ACP 0006366-51.2014.822.0010 questionando o cumprimento de parte destas obrigações.

Pretende o excipiente seja reconhecida a inexistência de dívida junto ao excepto e, por consequência, seja julgada improcedente a execução fiscal.

Em análise das provas juntadas pelo excipiente, conclui-se que o pedido é IMPROCEDENTE.

Observo que o excipiente não trouxe nenhuma alegação ou prova que possa impedir o prosseguimento do procedimento executório e não há nenhum vício ou nulidade capaz de obstar o prosseguimento da execução.

É cediço que a incidência de IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana está prevista no art. 156, I, da Constituição Federal e nos artigos 29 a 34 do Código Tributário Nacional.

De acordo com tais normas, o fato gerador de tal tributo é a propriedade, o domínio útil ou mesmo a posse do bem, bastando a existência de um destes direitos para que ocorra a tributação, ou seja, tornam legítima cobrança do IPTU.

O Município de Rolim de Moura aprovou o loteamento Cidade Jardim. Após foi ajuizada Ação Civil Pública – ACP pelo Ministério Público para apurar eventuais vícios na aprovação do loteamento.

De início, consigno aos interessados que a Ação Civil Pública referida na exceção (autos n.º 0006366-51.2014.822.0010) fora sentenciada em dezembro de 2022. Contra a sentença, o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SANEROM - AUTARQUIA DE SANEAMENTO E ROLIM DE MOURA ingressaram com embargos de declaração, já rejeitados dia 08/3/2023. Tanto o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS e a SANEROM - AUTARQUIA DE SANEAMENTO E ROLIM DE MOURA já foram intimados a cerca da sentença proferida na aludida ACP.

Portanto, resta afastado qualquer outro questionamento acerca da aludida ACP.

Conforme ata de audiência realizada no bojo da ACP supra, autorizou-se ao excipiente a dar continuidade nas vendas de lotes do empreendimento, com a ressalva de que deveria restringir-se às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A, 13A e 23A, destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente.

Assim, caso o lote (QD. 52A, LT. CJ-41, Setor 02, Residencial Cidade Jardim), seja área verde ou institucional (áreas públicas) não incide IPTU (falta de domínio útil). Ao contrário, se não for pública, incide.
No caso dos autos, verifico que a área sob a qual recai dívida tributária NÃO se encontra com restrição (Ação civil pública nº 0006366-51.2014.822.0010), podendo ser alienado livremente, onerado, sofrer qualquer inovação física, sejam acessões ou benfeitorias. Ou seja, estão presentes os requisitos para o exercício pleno da propriedade.
Veja que conforme a ata da audiência realizada nos autos da Ação Civil Pública 0006366-51.2014.822.0010, o imóvel de (QD. 52A, LT. CJ-41, Setor 02, Residencial Cidade Jardim), não tem restrição de comercialização, estando o excipiente autorizado a realizar sua venda. A restrição é apenas para os imóveis localizados nas quadras 04A, 13A e 23A e o imóvel objeto da presente execução não está inserido nas referidas quadras.
Contudo, a eventual hipótese do excipiente não ter vendido o imóvel, não o isenta do pagamento dos tributos devidos em razão do exercício de propriedade, vez que trata-se de área urbanizável.
Ao apreciar tutela antecipada em Agravo de Instrumento interposto nos autos 7002554-37.2018.8.22.0010 e n. 7002105-79.2018.8.22.0010, o e. TJ/RO indeferiu a antecipação de tutela recursal ao fundamento de que o Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em face da agravante (ora excepto) visando a cobrança do IPTU, referente a imóvel que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento, situação que se amolda ao caso em análise. Vejamos:
Processo: 0811274-07.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ªVara Cível Agravante: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Advogado: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/GO 17394) Agravado: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Relator: DANIEL RIBEIRO LAGOS Data distribuição: 24/11/2021 DECISÃO VISTOS Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura que, nos autos da execução fiscal n. 7002105-79.2018.8.22.0010, rejeitou exceção de pré-executividade. Aduz que o Município de Rolim de Moura propôs ação de execução fiscal visando à cobrança da certidão de dívida ativa n. 962/2018, referente ao IPTU do imóvel QD 33A, LT 44, Residencial Cidade Jardim, no valor total R$ 2.208,28. Sustenta tratar-se de título executivo nulo, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, assim não há preenchimento dos requisitos necessários para cobrança de IPTU. Afirma que o local não conta com os melhoramentos previstos no art. 32, § 1º, do CTN, de modo que não incidente IPTU, além de que a exigibilidade está suspensa pois protocolizou reclamação nos termos do inc. III do art. 151 do CTN. Alega, ainda, ter protocolado requerimento de alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel QD. 33A, LT. 18, objeto da lide. Assim, requer a concessão do efeito suspensivo com o fim de suspender o prosseguimento da execução fiscal e de qualquer ato de constrição, e no mérito, declarada a nulidade do título executado por reconhecer a suspensão da exigibilidade do crédito ante a reclamação administrativa interposta junto à municipalidade exequente tanto quanto a nulidade do título executivo por se tratar de área não urbanizada. Junta documentos. É o relatório. Decido. Garante o artigo 1.019 do Código de Processo Civil a possibilidade de o relator atribuir efeito suspensivo ou antecipar os pedidos recursais, caso verificada a probabilidade do direito vindicado e o risco da demora, requisitos esses que passo a analisar para fins de suspensão, ou não, da decisão agravada. Considerando que a concessão da tutela ocorre apenas quando houver dano irreparável ou de difícil reparação devidamente comprovado, no caso em exame, verifico ausentes os elementos probatórios capazes de demonstrar sua concessão. Explico. Sabe-se que a exceção de (objeção) de pré-executividade é um meio de defesa no processo de execução que permite ao executado por execução irregular apresentar resistência aos atos executórios, trazendo a apreciação do juízo questões de ordem pública, que independem de prova ou se apoiam em prova pré-constituída. Na hipótese, consta que na ACP n. 0006366-51.2014.822.0010 foi autorizada a agravante dar continuidade às vendas de lotes do empreendimento restrita às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A,13A e 23A, as quais destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em face da agravante visando a cobrança do IPTU, referente à QD 33A, LT 44, Residencial Cidade Jardim, que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento. Desse modo, entendo que deve permanecer inalterada a decisão agravada até o mérito recursal, que analisará as razões expostas pelas partes. Sendo assim, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal, até o julgamento do mérito. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do NCPC, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos. Dê-se ciência o juízo a quo da decisão. Publique-se. Cumpra-se. Porto Velho, 17 de dezembro de 2021 DANIEL RIBEIRO LAGOS RELATOR.
Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: DANIEL RIBEIRO LAGOS Data distribuição: 26/11/2021 12:34:55 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Decisão VISTOS Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura que, nos autos da execução fiscal n. 7002105-79.2018.8.22.0010, rejeitou exceção de pré-executividade. Aduz que o Município de Rolim de Moura propôs ação de execução fiscal visando à cobrança do IPTU do imóvel QD 33A, LT 18, Residencial Cidade Jardim, referente à certidão de dívida ativa n. 909/2018, no valor total R$ 1.879,80. Sustenta tratar-se de título executivo nulo, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, assim não há preenchimento dos requisitos necessários para cobrança de IPTU. Afirma que a cobrança viola diretamente o art. 32, § 1º, do CTN e o art. 11, § 3º, da Lei Municipal vigente a época, vez que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU. Alega, ainda, ter protocolado na Prefeitura da Comarca, reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel QD. 33A, LT. 18, objeto da lide. Assim, requer a concessão do efeito suspensivo com o fim de suspender o prosseguimento da execução fiscal e de qualquer ato de constrição, e no mérito, declarada a nulidade do título executado por reconhecer a suspensão da exigibilidade do crédito ante a reclamação administrativa interposta junto à municipalidade exequente tanto quanto a nulidade do título executivo por se tratar de área não urbanizada. Junta documentos (ID 14135628). É o relatório. Decido. Garante o artigo 1.019 do Código de Processo Civil a possibilidade de o relator atribuir efeito suspensivo ou antecipar os pedidos recursais, caso verificada a probabilidade do direito vindicado e o risco da demora, requisitos esses que passo a analisar para fins de suspensão, ou não, da decisão agravada. Considerando que a concessão da tutela ocorre apenas quando houver dano irreparável ou de difícil reparação devidamente comprovado, no caso em exame, verifico ausentes os elementos probatórios capazes de demonstrar sua concessão. Explico. Sabe-se que a exceção de (objeção) de pré-executividade é um meio de defesa no processo de execução que permite ao executado por execução irregular apresentar resistência aos atos executórios, trazendo a apreciação do

juízo questões de ordem pública, que independem de prova ou se apoiam em prova pré-constituída. Na hipótese, consta que na ACP n. 0006366-51.2014.822.0010 foi autorizada a agravante dar continuidade às vendas de lotes do empreendimento restrita às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A,13A e 23A, as quais destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em face da agravante visando a cobrança do IPTU na CDA n. n. 909/2018, referente à QD 33A, LT 18, Residencial Cidade Jardim, que, em tese, não possui restrição à implementação. Desse modo, entendo que deve permanecer inalterada a decisão agravada até o mérito recursal, que analisará as razões expostas pelas partes. Sendo assim, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal, até o julgamento do mérito. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do NCPC, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos. Dê-se ciência o juízo a quo da decisão. Publique-se. Cumpra-se. Porto Velho, 17 de dezembro de 2021 DANIEL RIBEIRO LAGOS RELATOR.

Em que pese os argumentos do excipiente de que o título executivo é nulo, pois não ocorreu o fato gerador, vez que o imóvel (QD. 52A, LT. CJ-41, Setor 02, Residencial Cidade Jardim), objeto da lide, para efeito do IPTU não está caracterizado como "zona urbana", ou seja, não é urbanizado, pois não possuí nenhum dos melhoramentos indicados tanto no art. 32, § 1º, do CTN, não lhe assiste razão, pois fundamenta sua pretensão em jurisprudência já superada pelos tribunais superiores.

Conforme recente posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos referidos melhoramentos. O referido posicionamento foi objeto da súmula 626:

Súmula 626-STJ: A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN.

No mesmo sentido acima acórdão publicado no DJE do dia 11/10/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRAVANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide

(...)

No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º". Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ ("Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)". II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, "uma vez fixado que o imóvel encontra-se em espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável". Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, "há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU", aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expansão urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005" (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/05/2014. IV. De fato, "tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes

de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/STJ, no sentido de que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN". VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, "[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)

Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO.

(...)

XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – Relator (DJE 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica.

Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – relator (DJe 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Pas-

sivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO (11/10/2022)

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto - relator (DJe de 11/10/2022)

2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão (DJE de 11/10/2022).

Seguido pelo DJe do dia 10/10/2022, em:

2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido (DJe de 10/10/2022).

No DJe de 07/10/2022, em 1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível

Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda) Agravado: Município de Rolim de Moura DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADADE. Melhoramentos Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravoDE." EMENTA Agravo de ins-

trumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramen interno. (DJe de 7/10/2022)

1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré--constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno. (Dje de 7/10/2022)

É pacífico que a SÃO TOMAS tem de pagar os tributos da área em questão (Loteamento Cidade Jardim – Buriti). Tem mais de cem acórdãos sobre isso, conforme pode ser visto em:

- 1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda

Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS

Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade

- 2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda

Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO

Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido.

- 2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura

Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

Todos acórdãos acima publicados no DJE de 18/10/2022.

- Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).

- Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (...)

Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).

Agravo de Instrumento nos autos 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura e Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." (DJe de 6/10/2022).

Está plenamente viabilizada a comercialização do lote em questão, ou seja, está disponível, com livre exercício da propriedade.

Se o sujeito está tendo disponibilidade plena do imóvel, pondo inclusive vender, alienar ou usufruir do mesmo, há domínio útil.

Se há domínio útil (leia-se: propriedade imobiliária), há incidência de IPTU por haver preenchimento dos requisitos para cobrança do referido tributo, conforme art. 32 do CTN, e art. 11 do Código Tributário Municipal logo, podendo ser, portanto, objeto de execução fiscal.

Art. 32 CTN. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

Art. 11CTM. O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, de apuração anual, tem como fato gerador à propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado na zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano.

Segundo o art. 1.228 do Código Civil, "O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha".

O excipiente pode dispor economicamente do bem, de modo que consubstancia o fato gerador do imposto.

Assim, a relação tributária vislumbrada para efeito do lançamento de IPTU pressupõe a propriedade em sua plenitude, como a exercida pelo excipiente, uma vez que sua livre disposição não foi afetada pela ACP 0006366-51.2014.822.0010. Somente no caso de estar impossibilitado de dispor economicamente do bem, em razão de não poder exercer a faculdade de uso, gozo e disposição por conta de restrição judicial, não se consubstanciaria o fato gerador do imposto, o que não é o caso dos autos.

Outrossim, é cediço que o IPTU, nos termos do que dispõem os artigos 32 e 33 do Código Tributário Nacional, tem por fato gerador a propriedade, domínio útil ou a posse do imóvel e, por base de cálculo, o seu valor venal. Nesse contexto, foram preenchidos todos os requisitos legais necessários e suficientes para incidência do IPTU.

Há elementos jurídicos e fáticos que autorizem a cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel (QD. 52A, LT. CJ-41, Setor 02, Residencial Cidade Jardim), Rolim de Moura/RO, tendo em vista que o título é exequível, posto que ocorreu o fato gerador para o imóvel referido.

Estando livre a fruição do imóvel pelo proprietário, resta configurado o fato gerador do IPTU, assim como também a germinação da taxa de recolhimento de resíduos.

O fato de imóvel permanecer ainda na sua forma bruta decorre da inércia do proprietário em empreender esforços destinados a promover melhorias no mesmo e que nada interfere na incidência de tributos sobre o mesmo e tratando se de Loteamento, as melhorias são de responsabilidade da Loteadora, sendo um requisito de aprovação do loteamento.

Ainda, conforme art. 204 do CTN: “A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída”.

Nesse sentido, entendimento do E. TJ/RO:

Apelação cível. Ação anulatória. Direito tributário. IPTU. Base de cálculo. Legislação municipal. Presunção de veracidade das informações utilizadas pelo fisco para o lançamento do tributo. Ônus contribuinte. Validade da CDA. Recurso não provido. 1. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite. 2. Conforme arts. 32 e 33 do CTN, o IPTU tem por fato gerador a propriedade, domínio útil ou a posse do imóvel e, por base de cálculo, o seu valor venal. Por força do 156, I, da CF, incumbe ao Município, no exercício de sua competência tributária, definir a modalidade de lançamento e forma de apuração do IPTU. 3. No caso, não tendo a apelante apresentado provas capazes de justificar a nulidade do crédito, impõe-se que seja mantida a obrigação tributária executada. 4. Recurso não provido. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7007462-67.2018.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Miguel Monico Neto, Data de julgamento: 23/07/2021.

Seguido por tribunais:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO E NOME NA CDA. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DA CDA. PRODUÇÃO DE PROVA. PRESENÇA DE OMISSÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS SEM EFEITOS INFRINGENTES. 1. A presunção de legitimidade assegurada à CDA impõe ao executado que figura no título executivo o ônus de demonstrar a inexistência de sua responsabilidade tributária. Precedentes representativos da controvérsia, art. 543-C, do CPC: REsp 1.104.900-ES, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 25.03.2009; REsp 1.110.925-SP; Rel. Min.Teori Zavascki, julgado em 22.04.2009 (...). (STJ – AgRg no AREsp nº 41479, 2ª turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 07.08.2012).

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE DAS AVALIAÇÕES. SÚMULA Nº 284 DO STF. JUNTADA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. ÔNUS DA EMBARGANTE. ANÁLISE DOS REQUISITOS DA CDA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. LEGALIDADE DA TAXA SELIC. ENTENDIMENTO ADOTADO NA SISTEMÁTICA DO ART. 543-C, DO CPC. CARÁTER CONFISCATÓRIO DAS MULTAS. MATÉRIA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. [...] 3. Esta Corte já se manifestou no sentido de que a Certidão de Dívida Ativa goza de presunção de certeza e liquidez, cujo ônus de ilidi-la é do contribuinte, cabendo a ele, ainda, a juntada do processo administrativo, caso imprescindível à solução da controvérsia. (REsp 1.627.811/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 27/04/2017) 4. É cediço nesta Corte, inclusive por entendimento adotado em sede de recurso especial repetitivo, julgado na sistemática do art. 543-C, do CPC (REsp n.º 879.844/MG e Resp n.º 1.111.175/SP, ambos julgados sob o rito do art. 543-C do CPC), que os débitos fiscais pagos em atraso, inclusive multa, são corrigidos pela Taxa Selic. [...] (AgInt no AREsp 1135936/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 03/05/2018).

TRIBUTÁRIO, PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FAZENDA PÚBLICA DIREITOS INDISPONÍVEIS. INAPLICABILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. ART. 320, INCISO II, DO CPC. IPTU. LANÇAMENTO. ATO ADMINISTRATIVO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. MODIFICAÇÃO POR LAUDO TÉCNICO UNILATERAL. IMPOSSIBILIDADE. PROVA INEQUÍVOCA. 1. Não se aplicam os efeitos da revelia contra a Fazenda Pública uma vez que indisponíveis os interesses em jogo. 2. O ato administrativo goza da presunção de legalidade que, para ser afastada, requer a produção de prova inequívoca cujo valor probatório não pode ter sido produzido unilateralmente – pelo interessado. Agravo regimental improvido. (STJ – AgRg no REsp nº 1137177, Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, j. 18.02.2010 – destaquei)

Processual Civil. Mandado de segurança. Ônus da prova. Alegação de nulidade do ato administrativo. CPC, artigo 333, II. Se os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade e auto-executoriedade, na hipótese em que se alega sua nulidade, porque eivado de ilegalidade, incumbe ao impugnante o ônus da prova do vício, ‘ex vi’ do artigo 333, II, do Código de Processo Civil. (STJ – REsp nº 230307, Rel. Min. Vicente Leal, 6ª Turma, j. 25.04.2000).

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. AÇÃO ANULATÓRIA DE LANÇAMENTO FISCAL. DECLARAÇÃO RETIFICADORA DE RENDIMENTOS, SEM A DEVIDA COMPROVAÇÃO PERANTE O FISCO QUANTO À DISCRIMINAÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS PARA EFEITOS DE TRIBUTAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA. AUSÊNCIA DE PROVA SUFICIENTE PARA ANULAR O LANÇAMENTO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO (...). 2 – Em tratando-se de ação anulatória incumbe ao autor o ônus da prova, no tocante à desconstituição do crédito já notificado ao contribuinte, em face da presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo, sendo, pois, necessária prova irrefutável. 3 – ‘In casu’, prescindindo, pois, para desconstituição do lançamento fiscal, de prova pericial, como forma de constatar efetivamente quais as verbas salariais recebidas pelo autor no ano-base de 1994, bem como a discriminação das verbas recebidas por força de acordo trabalhista, como forma de classificar quais rendimentos seriam tributáveis, quais seriam isentos ou não tributáveis e, inexistindo nos autos elementos probatórios suficientes, bem como a referida prova pericial, não há como se anular o lançamento fiscal. 4 - Apelação e remessa oficial providas. (TRF-5 – AC nº 328160, Segunda Turma, Rel. Des. Federal Petrucio Ferreira, j. 08.06.2004).

a) Do alegado efeito confiscatório:

O excipiente ainda alega de forma aleatória e sem contexto com os fatos exposto nos autos, que a incidência dos tributos e caracteriza efeito confiscatório, contudo não demonstra onde está o excesso tributário.
Pelo contrário, a incidência de IPTU e de taxa de remoção de lixo decorre de previsão constitucional e de prestação compulsória, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, como prescreve o art. 3º do CTN.
Não foi comprovada ou mesmo indicada a desproporcionalidade na incidência dos tributos cobrados ou mesmo ônus excessivo.
Neste particular, a despeito do que afirma o excipiente, observa-se que a cobrança dos tributos efetuada pela municipalidade de Rolim de Moura observou de maneira atenta as vicissitudes referentes à capacidade econômica dos contribuintes, adaptando o montante obrigacional devido ao fisco a depender das condições econômicas do devedor de tributos.
Não restaram presentes hipóteses de isenção, imunidade ou exclusão do crédito tributário, tampouco violação dos princípios da capacidade contributiva, da proporcionalidade ou do não confisco.
A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
Dito isto, caberia ao excipiente demonstrar terem sido as cobranças realizadas em desacordo com a legislação municipal, o que não foi o caso dos autos, devendo permanecerem válidos os créditos tributários inscritos em dívida ativa, que, como já dito, goza de presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
Nesse sentido a jurisprudência:
Súmula vinculante 19: A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
Apelação cível. IPTU. Lançamento de Ofício. Presunção de veracidade das informações utilizadas pelo fisco para o lançamento do tributo. Validade da CDA. Recurso não provido. Conforme disposição do Código Tributário Municipal, fica facultado ao município por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, o lançamento do IPTU de ofício, utilizando para esse fim a planta de valores. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite. (APELAÇÃO CÍVEL 7002414-71.2016.822.0010, Rel. Des. Hiram Souza Marques, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Especial, julgado em 30/10/2019).
INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE TAQUARA. TAXA DE COLETA DE LIXO. TAXA DE CONSERVAÇÃO DE CALÇAMENTO. TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA. CONTRIBUIÇÃO PARA PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO. 1. É constitucional a taxa de coleta de lixo (artigo 1º da Lei Municipal nº 1.675/93), por ter como fato gerador serviço público específico e divisível. Súmula Vinculante nº 19 do STF. (...) (TJ-RS - IIN: 70044424554 RS, Relator: Eduardo Uhlein, Data de Julgamento: 26/05/2014, Tribunal Pleno, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 25/07/2014)
2º G. ANGELA MARIA MACHADO COSTA, EM SUBSTITUIÇÃO AO DES. ROGÉRIO LUIS NIELSEN KANAYAMA. APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DOS CONTORNOS DA INCIDÊNCIA DE IPTU E TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO – TRIBUTOS ESTABELECIDOS NA LEI NO 12.575/2017, DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – ALEGAÇÃO DE DESCONFORMIDADE DA TRIBUTAÇÃO PARA COM OS PRINCÍPIOS DO NÃO CONFISCO, DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E DA ISONOMIA TRIBUTÁRIOS – INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE – IPTU DEVIDAMENTE MAJORADO POR LEI EM SENTIDO FORMAL – ELEVAÇÃO DO PATAMAR DE COBRANÇA QUE SE PRESTA A EVITAR O ENRIQUECIMENTO INDEVIDO DOS CONTRIBUINTES – REGRA DE TRANSIÇÃO PARA EVITAR OS IMPACTOS DO AUMENTO DO MONTANTE FISCAL DEVIDO – INTELIGÊNCIA DO ART. 9º DA LEI MUNICIPAL NO 12.575/2017 – CAPACIDADE CONTRIBUTIVA CONCRETA IMPASSÍVEL DE AVALIAÇÃO PELA VIA DO MANDADO DE SEGURANÇA – TAXA DE COLETA DE LIXO DOMICILAR REGULAR – BASE DE CÁLCULO COMPOSTA PELO COTEJO DA DIMENSÃO DA PROPRIEDADE E DA MENSURAÇÃO DO SERVIÇO SEMANALMENTE UTILIZADO – LIBERDADE DO LEGISLADOR PARA DELIMITAR OS CRITÉRIOS CONSTITUTIVOS DA BASE DE CÁLCULO, DESDE QUE RESPEITADA A POSSIBILIDADE DE DIFERENCIAÇÃO DOS ELEMENTOS QUE INTEGRAM OS DEMAIS TRIBUTOS – INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 85, § 11, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL POR SE TRATAR DE MANDADO DE SEGURANÇA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR - 2ª C. Cível - 0076730-62.2018.8.16.0014 - Londrina - Rel.: Juíza Angela Maria Machado Costa - J. 29.10.2019)
b) Da alegação de reclamação como causa de suspensão do crédito tributário.
O excipiente alega ainda que o crédito tributário está suspendo em razão de protocolo de reclamação para suspensão de créditos tributários, realizado junto à Prefeitura de Rolim de Moura.
De fato, a reclamação suspende a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do Art. 151, III, do CTN.
Contudo, o protocolo já teve sua apreciação realizada pelo excepto, com decisão de indeferimento proferida em 02/03/2021 (documento este também juntado nas centenas de execuções fiscais desta natureza). Após o decurso do prazo para recurso contra a decisão proferida na reclamação, o crédito tributário voltou a ser exigível, nos moldes propostos na inicial.
Se incontroverso que o protocolo da reclamação suspende a exigibilidade do crédito tributário, também o é o fato de que após a decisão administrativa transitar em julgado, o crédito volta a ser exigível.
Destaco que o excipiente não noticiou a interposição de recurso contra a referida decisão ou mesmo qualquer outra hipótese de suspensão do crédito, de modo que a execução deve seguir seu curso regular.
c) Quanto à alegação de cancelamento do projeto.
Aduz o excipiente que compareceu na prefeitura e protocolou requerimento para alteração de projeto urbanístico, alteração essa que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel (QD. 52A, LT. CJ-41, Setor 02, Residencial Cidade Jardim), objeto da lide.
Contudo, o requerimento de alteração do projeto protocolado (vistos nos outros autos) não faz menção ao imóvel (QD. 52A, LT. CJ-41, Setor 02, Residencial Cidade Jardim), mas sim apenas as quadras destinadas à Área Verde e APP, quais sejam: 04A, 13A e 23A, dentre as quais não se inclui o imóvel objeto desta execução fiscal. Obs.: Se trata de um requerimento padrão que fora replicado em quase todas as execuções fiscais ajuizadas pelo município em face da São Tomás.
Desta feita, não se verifica a ausência de quaisquer dos requisitos necessários, ou mesmo outras máculas à execução. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal visando a cobrança do IPTU, referente à (QD. 52A, LT. CJ-41, Setor 02, Residencial Cidade Jardim), que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento.
Dessa forma, não tendo o excipiente apresentado provas capazes de justificar a desconstituição do crédito, impõe-se que sejam os pedidos julgados improcedentes, a fim de que a execução siga seu rito sem embaraços, dado que o excipiente não refutou a presunção (juris tantum) contida na certidão de dívida ativa.

Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como "Cidade Jardim", localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica saída de Rolim de Moura sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.

Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU. A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.

Da mesma forma e em idêntico raciocínio, o proprietário de veículo automotor tem de pagar o IPVA, ande ou com o veículo naquele ano. É proprietário de veículo, tem de pagar o IPVA e licenciamento anual; é proprietário de imóvel urbano, tem de pagar o IPTU; é proprietário de imóvel rural tem de pagar o ITR e CCIR.

Há centenas de acórdão sobre o Município de Rolim de Moura e a TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Todos Desembargadores das Câmaras Especiais já mencionaram este fato seus votos. Porém, vou mencionar apenas alguns abaixo:

1ª Câmara Especial Processo:0801525-29.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002630-61.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda

Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 23/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso. (DJe 27/9/2022).

Gabinete Des. Hiram Souza Marques Número do processo: 0810888-40.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

(DJ de 11/11/2022).

Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0810836-44.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJE de 11/11/2022).

2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0807308-02.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 28/07/2022 09:05:45 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Decisão Vistos. Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de concessão de efeito suspensivo, interposto por São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações LTDA contra a decisão proferida pelo Juízo a quo que rejeitou a exceção de pré-executividade que manejou nos autos da execução fiscal n. 7002638-38.2018.8.22.0010. Em suma, explica que a execução fiscal tem como fundamento CDA no valor de R$ 1.879,64 (Mil Oitocentos e setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel QD. 42A, LT. CJ-17, Residencial Cidade Jardim, Rolim de Moura, Rondônia.

(DJe de 18//8/2022).

Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0808615-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

(DJe de 12/9/2022).

No mesmo sentido acima acórdão publicado no DJE de 12/9/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:

0808615-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe 12/9/2022).

Seguido por: 2ª Câmara Especial/Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0807308-02.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 28/07/2022 09:05:45 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

(DJe de 18/8/2022).

Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0801627-51.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJe de 6/6/2022);

Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJe 6/6/2022), dentre tantos outros que podem ser consultados no PJE.

Gab. Des. Miguel Monico - Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Vistos. (DJe de 12/9/2022).

0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de

Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 12/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
(DJ de 15/9/2022)
0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 13/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
(DJ de 15/9/2022)
Gabinete Des. Hiram Souza - Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 01/09/2022 07:36:56 DESEMBARGADOR HIRAM SOUZA MARQUES
(DJE de 22/9/2022).
Gabinete Des. Hiram Souza Marques – Agravo de Instrumento 0808789-97.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe 22/9/2022)
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0809011-65.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/1ª Vara Cível/7002419-83.2022.8.22.0010 Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17.394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Des. Gilberto Barbosa DECISÃO Vistos etc., Cuida-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Rolim de Moura que, rejeitando exceção de pré-executividade, determinou o prosseguimento da execução fiscal de crédito de IPTU e de taxa de remoção de resíduos do imóvel quadra 56A, lote 14, Residencial Cidade Jardim, naquele Município. Referindo-se à fumaça do bom direito, afirma nulo o título executivo, pois, na audiência de conciliação realizada em sítio de ação civil pública (proc, 0006366-51.2014.8.22.0010), foi autorizada a dar continuidade à venda de lotes da quadra 01A a 34ª, com exceção das quadras 04A, 13A e 23ª, que não foram implementadas e, por essa razão, não preenche os requisitos necessárias para cobrança de IPTU. Sustentando que, por não se ter edificado obras na quadra 56A, lote 14, não ocorreu o fato gerador do IPTU, pois o imóvel, para além de não ser urbanizado, ainda está na sua forma bruta, como no momento do projeto e, por essa razão, sobre ele não deve incidir o tributo. Afirma que a quadra 56A, lote 14, foi excluído do projeto e está com restrição de implementação conforme consta da ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010, portanto, nulo o título executivo de IPTU sobre imóvel não implementado. Destaca, ademais, que a escola mais próxima está a mais de 2,3km, na região onde está situado o imóvel não há rede de abastecimento de água, tampouco sistema de esgoto sanitário, meio-fio ou calçamento, canalização de águas pluviais e rede de iluminação pública, de modo que o lançamento do IPTU macula o que dispõe o artigo 32, §1º do Código Tributário Nacional. Referindo-se aos requisitos essenciais, pede que seja antecipada a tutela recursal e, por consequência, suspensos os efeitos da decisão agravada e, por consequência, a execução fiscal. No que respeita ao mérito, pede que seja declarada a nulidade do título executivo e imposto honorários advocatícios equivalentes a dez por cento do valor atribuído à causa, id. 17324813. É o relatório. Decido. Mister que se tenha em conta a sistemática introduzida pelo artigo 1.019 do Código de Processo Civil no sentido de que o efeito suspensivo tão somente deve ser deferido em situações que evidenciem a probabilidade do direito vindicado (fumus boni iuris) e o perigo de dano, ou risco ao resultado útil do processo (periculum in mora).
27/9/2022 OU 24/9
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0809010-80.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 16/09/2022 14:53:46 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJ de 28/9/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0802735-18.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002640-08.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 29/03/2022 Interposto em 11/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 4. Recurso não provido.
(DJ de 3/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo:0804506-31.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002634-98.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva

Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 12/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Recurso não provido.
(DJe de 3/10/2022).

Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0809029-86.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A
(DJe de 6/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo: 0801604-08.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Súmula do STJ. Cobrança devida. Recurso improvido. Consoante os termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". No caso versado, é devida a referida cobrança pelo Município, devendo ser mantida a decisão do juízo primevo determinando o pagamento do tributo.
(DJ de 6/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Mour
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJE de 7/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJe 7/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido
(DJ de 10/10/2022).

No mesmo sentido acima acórdão publicado no do dia 11/10/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRAVANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários

exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide

(...)

No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º". Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ ("Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)". II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, "uma vez fixado que o imóvel encontra-se em espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável". Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, "há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU", aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expansão urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005" (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/05/2014. IV. De fato, "tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/ STJ, no sentido de que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN". VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, "[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)

Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO.
(...)
XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – Relator (DJE 11/10/2022).
Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica.
Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – relator (DJe 11/10/2022).
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO (DJe 11/10/2022)
Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela

agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto - relator (11/10/2022)

2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão.
(DJE de 11/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido
(DJe de 10/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível
Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.
Agravado: Município de Rolim de Moura
DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJe de 7/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(Dje de 7/10/2022).

E no DJe de 6/10/2022, em 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante:
São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura e Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRAVANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários

exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide

(...)

No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º". Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ ("Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)". II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, "uma vez fixado que o imóvel encontra-se em espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável". Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, "há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU", aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expansão urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005" (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/05/2014. IV. De fato, "tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/STJ, no sentido de que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN". VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, "[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)

Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator (DJe de 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO
(...)
XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJe de 11/10/2022).
Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica.
Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJ de 11/10/2022).
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO
(DJe de 11/10/2022).
Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segu-

rança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator

(DJe de 11/10/2022).

ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão.

(DJ de 11/10/2022)

2ª Câmara Especial Processo: 0801604-08.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura

Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Súmula do STJ. Cobrança devida. Recurso improvido. Consoante os termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". No caso versado, é devida a referida cobrança pelo Município, devendo ser mantida a decisão do juízo primevo determinando o pagamento do tributo.

(DJE de 6/10/2022)

1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Mour

Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.

(DJe de 7/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.

(DJE de 7/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809904-56.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO – OAB/GO 17394 AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES DANIEL RIBEIRO LAGOS

(DJe de 14/10/2022).

2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0809665-52.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 04/10/2022 13:47:38 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

(DJe de 14/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809779-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Processo:0809789-35.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394)
Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 08/03/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso.
(DJe de 18/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Distribuído em 24/02/2022 Interposto em 27/06/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula n. 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Recurso não provido.
(DJe 18/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Recurso não provido
(DJe 18/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda

Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade
2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido.
2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).
Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (...)
Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se.
Gabinete Des. Miguel Monico - Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0804888-24.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002647-97.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. HIRAM DE SOUZA MARQUES Distribuído em 25/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Rejeição de exceção de pré-executividade. Cobrança de IPTU. Loteamento registrado. Área de expansão urbana. Incidência do tributo. Lote situado em APP. Limitação administrativa que não altera a ocorrência do fato gerador. Cobrança hígida. 1. Nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, incide IPTU quanto a propriedade de imóvel objeto de loteamento nos termos da Lei n. 6.766/79, situado em área de expansão urbana, sendo prescindível a demonstração de melhoramentos. Inteligência da Súmula n. 626 do STJ. 2. Tratando-se de lote submetido à limitação administrativa ambiental (APP), cuja área foi indicada voluntariamente pelo recorrente mediante acordo formulado em ação civil pública, não há falar na não ocorrência do fato imponível do IPTU, uma vez que não houve alteração de propriedade do bem. 3. Recurso improvido
(DJe de 20/10/2022).
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo:0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 12/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJe de 21/10/2022).

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador--Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 13/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. ABERTURA DE VISTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO: 7054718-74.2016.8.22.0001 (PJE)
(DJ de 24/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0810150-52.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJ de 24/10/2022).
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809670-74.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: Des. GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 04/10/2022 15:22:08 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO
(...)
Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique--se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJ e 25/10/2022).
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809661-15.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: Des. GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 04/10/2022 13:20:15 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO
(...)
Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJe erde 25/10/2022)
Diversos outros acórdãos envolvendo a São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda e o Município de Rolim de Moura publicados no DJe do dia 25/10/2022.
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0809671-59.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/2ª Vara Cível/7007101-18.2021.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17.394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Des. Gilberto Barbosa DECISÃO Vistos etc., Cuida-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. contra decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Rolim de Moura que, rejeitando exceção de pré--executividade, determinou o prosseguimento da execução fiscal de crédito de IPTU e de taxa de remoção de resíduos do imóvel quadra 34A, lote 37, Residencial Cidade Jardim, naquele Município.
(DJ de 27/10/2022).
É pacífico que a SÃO TOMAS tem de pagar os tributos da área em questão (Loteamento "Cidade Jardim" – Buriti). Tem mais de cem acórdãos sobre isso.
E poderia citar ainda tantos outros acórdãos envolvendo o Loteamento Buriti/"Cidade Jardim", de responsabilidade da loteadora/incorporadora São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda e o Município de Rolim de Moura.
Visto dezenas, centenas de acórdãos, cuja matéria é incontroversa e pacificada no âmbito das duas Câmaras Especiais do TJRO, nada a reparar pela via da exceção de preexecutividade.
d) Superada a questão da exceção de preexecutividde e sua flagrante rejeição, atento à matéria cognoscível e regularidade processual, não podemos deixar de mencionar o uso abusivo e predatório do sistema de Justiça por parte dos litigantes. Explico:
A SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
A propósito, a SÃO TOMÁS era e é a loteadora/incorporadora responsável pela Incorporadora Buriti (responsável pelo loteamento conhecido como "Cidade Jardim"), localizado depois do campus da UNIR, lado direito, na saída de Rolim de Moura para BR364. Isso é incontroverso e notório. São mais de 2.000 terrenos este loteamento (mais exatos, cerca de 2.293 terrenos).
A própria SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA reconhece que o loteamento "Cidade Jardim" e cuja "ÁREA A SER LOTEADA corresponde a 793.546,78m2 (Setecentos e noventa e três mil, quinhentos e quarenta e seis vírgula, setenta e oito metros quadrados), composta por 60 (sessenta) quadras, contendo 2.293 (Dois mil, duzentos noventa e três) lotes...", conforme manifestação feita nos autos de Agravo de Instrumento 0809525-18.2022.8.22.0000, publicado no DJe de 27/2/2023, pp. 137-138 (Rel. Des. HIRAM SOUZA MARQUES) e Agravo de Instrumento 0809029-86.2022.8.22.0000, publicado no DJe de 27/2/2023, pp. 141-142 (ambos de Relatoria do Des. HIRAM SOUZA MARQUES). São mais de dois mil terrenos e execuções fiscais apenas entre estas partes. Sem contar os tantos embargos e incidentes processuais.

Atento ao elevado custo processual que este tipo de lide acarreta aos Cofres Públicos, consigno as ponderações feitas pela DD. Presidência do TJRO e Des. José Jorge Ribeiro da Luz durante a sessão do Tribunal Pleno Administrativo, realizada dia 14/3/2022, cuja ata se encontra publicada no DJe 18/3/2022, pp. 117-118, mencionando que devem ser evitadas execuções fiscais que não traduzam em resultados efetivos:

"...o Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz esclareceu ser o Presidente do Centro de Inteligência da Justiça Estadual de Rondônia - CIJERO - que tem como objetivo evitar ou levantar as demandas predatórias, sem se olvidar de outras medidas próprias que deverão ser tomadas, com todos os prefeitos dos municípios de Rondônia, a fim de viabilizar proposta de lei permitindo-se a dispensa do ajuizamento das execuções fiscais de pequeno valor. Comunicou que foi designada uma reunião virtual a ser realizada via Google Meet "Tribunal de Justiça de Rondônia e AROM", para o próximo dia 17/03/2022 em que fará a apresentação do Novo Projeto de Conciliação para os Prefeitos e Prefeitas. Comunicou ainda que soube que este Tribunal de Justiça – TJRO, em conjunto com o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RO, também está trabalhando no mesmo sentido, mas em raias distintas, e colocou-se à disposição para trabalhar em conjunto, para somar esforços na busca de resultado que seja do absoluto interesse do Poder Judiciário (...) Na sequência, o Presidente esclareceu que, com relação ao uso predatório do Judiciário, o assunto evoluiu após visita institucional ao Tribunal de Contas, para outra finalidade. Sugeriu que esse trabalho do CIJERO fosse realizado em conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça. Disse ainda que há um projeto avaliado pelo TCE/RO no que toca à eventual dispensa de ajuizamento de ações de pequeno valor em que as Prefeituras o fazem na medida que o TCE/RO exige, para que não respondam por improbidade administrativa. Finalizou, reforçando que o trabalho seja realizado com a Corregedoria-Geral da Justiça para que haja sintonia de esforços..."

Neste sentido, notícia e entendimento do E. TJRO em: https://www.tjro.jus.br/noticias/item/16071-tjro-e-tce-discutem-adesao-de-municipios-a-meios-extrajudiciais-de-recuperacao-de-ativos; https://www.tjro.jus.br/noticias/item/16361-corregedoria-geral-debate-com-tce-mpc-pge-aperfeicoamento-de-processos-de-execucao-fiscal-para-cobranca-de-creditos-da-administracao-publica e evento vento com participação do TCE-RO, MP de Contas-RO, MP-RO e PGE-RO que pode ser visto em https://www.youtube.com/watch?v=yQBC5rThjq8.

Consigno que no pronunciamento do Procurador do Estado (Dr. Danilo Cavalcante) no evento acima, consta a seguinte observação: abaixo de 10 (dez) UPF´s o Estado de Rondônia é proibido de ajuizar execução fiscal. Como cada UPF-RO tem o valor atual de R$ 102,48, abaixo do valor de R$ 1.024,80 o Estado está proibido de deve ajuizar execução fiscal, justamente porque o custo do processo não compensa valor a receber – isso caso receba.

No aludido evento o Des. José Jorge Ribeiro da Luz demonstra que 68% das execuções fiscais ajuizadas desde 2017 a 2021 têm valores inferiores a R$ 2.000,00, caso destes autos. Apenas um mandado já custa mais de 100,00R$ isso apenas com a diligência do Oficial de Justiça, sem contar os demais custos cartorários. Ao contrário, a movimentação de uma execução fiscal custa aos cofres públicos atualmente cerca de R$ 4.800,00, em média. Boa parte dos valores a receber da SÃO TOMÁS são inferiores a isso.

O Des. José Jorge da Luz demonstra que um processo desta natureza é inviável para todos, inclusive para o exequente, considerando seus custos. Vide: https://www.tjro.jus.br/noticias/item/16501-e-absolutamente-inviavel-o-ajuizamento-de-execucoes-fiscais-com-valores-baixos-destaca-desembargador-jose-jorge-em-encontro-de-execucao-fiscal

No mesmo sentido acima, pronunciamento do Des. José Jorge Ribeiro da Luz e do Presidente do TJRO – Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia - defendendo a racionalização dos recursos do Judiciário e combate ao uso predatório (e lícito) da Justiça, durante sessão do Tribunal Pleno Administrativo realizada dia 23/5/2022.

Por fim, o Dr. Fabio de Souza (da PGE) também aponta dados sobre a desjudicialização das execuções fiscais. Valores abaixo de 1.000UPF´s (R$ 102.480,00) nem sempre são cobrados pelo Estado, demonstrando que medidas extrajudiciais podem ser mais efetivas. Até o prazo da cobrança resta mais efetivo com a negativação direta e protesto (segundo o ali demonstrado o pagamento ocorre entre 7 a 8 dias na cobrança extrajudicial contra 334 dias na cobrança judicial). Ou seja, até o Poder Público – credor - é o mais beneficiado, porque recebe mais rapidamente. Havendo alguma sobre dúvida os dados acima apontados, isso pode ser assistido no canal do TJRO link a seguir: https://www.youtube.com/watch?v=yQBC5rThjq8.

Seguido por notícia em que se informa a enorme quantidade de execuções fiscais: https://www.conjur.com.br/2022-mar-13/siqueira-rocha-macrolitigancia-fiscal.

É notória a litigiosidade entre o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, o que ocasiona transtornos em ambas Unidades Judiciárias desta Comarca, conforme constatado pelo E. TJRO. Concito a todos: vamos colaborar com o andamento processual, pois este tipo de conduta traz prejuízos tanto ao Município de Rolim de Moura, que deixa de receber boa parte seus créditos em tempo razoável, bem como a SÃO TOMÁS, que vem sofrendo sucessivos insucessos recursais junto ao E. TJRO, fato que pode ser visto em centenas de processos, agravos, exceções de preexecutividade, impugnações, etc. A título de exemplo, vou citar apenas os processos abaixo (de todos Desembargadores relatores), mas poderia citar dezenas de tantos outros:

- 1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível - Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS (DJe de 18/10/2022);
- 1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO (DJE 11/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 - Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO (DJe de 18/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 - Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO (DJe de 18/10/2022);
- Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809779-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA (DJ de 17/10/2022);
- Gabinete Des. Miguel Monico - Processo: 0809789-35.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA (DJe de 17/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0804888-24.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002647-97.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda - Relator: DES. HIRAM DE SOUZA MARQUES (DJe 20/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda - Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA (DJe de 21/10/2022);

- 2ª Câmara Especial Processo: 0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA (DJe de 24/10/2022);

Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0810150-52.2022.8.22.0000 (24/10/2022);

- Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0810888- 40.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe de 28/2/2023);

- 1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0807753-20.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/1ª Vara Cível/7002393-85.2022.8.22.0010 Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. (DJe de 1/3/2023) e

- 1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível

Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda)

Agravado: Município de Rolim de Moura

DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS (DJe de 07/10/2022).

A título de observação, basta olhar quantos processos envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA estão pautados para a próxima sessão de julgamento, a se realizar no dia 16/3/2023, conforme publicação no DJE de 7/3/2023 p. e ss.

Todos DD. Desembargadores relatores nas Câmaras Especiais conhecem a litigiosidade havida entre o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. E isso prejudica sobremaneira o andamento dos trabalhos nesta Comarca, pois se contados (de forma numérica) apenas os processos do MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA teria que haver uma vara específica apenas para estes litigantes.

Há muito que ambos Juízos desta Comarca vêm advertindo o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA sobre este excesso de litigiosidade que abarrota o Poder Judiciário.

Conforme já dito anteriormente, apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).

Recentemente houve a criação do Núcleo de Justiça 4.0, conforme Ato nº 993/2022, publicado no DJe de 1/8/2022, com intuito de padronizar a movimentação processual e otimizar a rotina das Unidades Judiciárias (Varas).

O Ato Conjunto n. 022/2021-PR-CGJ, alterado pelo Ato Conjunto n. 015/2022-PR-CGJ, instalou o 1º Núcleo de Justiça 4.0 do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, com especialização nas demandas judiciais de execuções fiscais estaduais e municipais, com abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o Estado.

Os objetivos deste Núcleo especializado são prevenir decisões contraditórias sobre o mesmo tema e, ao mesmo tempo, padronizar a tramitação processual. Neste Núcleo de Justiça a execução fiscal terá tramitação mais rápida, até pela especificidade da matéria e quantidade de magistrados lá lotados, com competência especial. A título de ilustração, basta ver as decisões proferidas nos autos 7008175-73.2022.8.22.0010, 7008169-66.2022.8.22.0010, 7008187-87.2022.8.22.0010, 7008238-98.2022.8.22.0010, 7008253-67.2022.8.22.0010, 7008256-22.2022.8.22.0010, 7008255-37.2022.8.22.0010, 7008225-02.2022.8.22.0010, todas publicadas no DJE de 29/11/2022, pp. 378-379 e ss. bem como e seu alto grau de especificidade. E também pode ser observado no DJE de 08/12/2022.

Já foram conferidas inúmeras oportunidades para o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA se manifestar a respeito do interesse na remessa das execuções fiscais distribuídas antes de 1/8/2022 para o 1º Núcleo de Justiça 4.0.

Porém, tanto o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA quanto a executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA manifestaram o desinteresse no envio das execuções fiscais em curso para referido Núcleo. Ambos vêm reafirmando não ter interesse nos processos em que são partes tramitem no referido Núcleo e preferem continuar litigando.

A remessa destas milhares de execuções fiscais para o 1º Núcleo de Justiça 4.0 poderia ser benéfica tanto para o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e para a executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, que poderiam priorizar a tramitação de seus processos e padronizar suas manifestações nos autos. Atentem-se ambos aos arts. 4.º e 6.º do CPC.

Mas não, insistem na litigiosidade prejudicando aos demais jurisdicionados (com a demora processual), ao TJRO no cumprimento das Metas do CNJ e, em última análise, prejudicando a si mesmos, pois processos poderiam ter solução mais rápida (no caso em interesse do Município em receber seu créditos) ou com menor custo (para a São Tomás).

Faço estas observações, pois como provavelmente virá(virão) agravo(s), embargo(s), apelação(ões), impugnações e outros incidentes, a exemplo de centenas de processos envolvendo estes litigantes não podemos ignorar a realidade processual e da Comarca.

Diante do exposto, delimitada a responsabilidade tributária das partes seja por matérias do direito administrativo, tributário, regulamentos urbanísticos - loteamentos e incorporações; ofensas a normas ambientais e sanitárias discutidas na ACP 0006366-51.2014.822.0010), todas já devidamente apreciadas pelo Juízo, não há se falar em outros questionamentos.

Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.

No mesmo sentido: “O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos” (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).

O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado. Observe-se que não é necessário pronunciamento obrigatório sobre todas ideias trazidas aos autos, notadamente quando ficam prejudicados pelos demais pontos já apreciados. Neste sentido, o E. TJRO em acórdão recentíssimo – de 21/2/2022 - 2ª Câmara Cível / Gabinete Des. José Torres Ferreira Processo: 0810938-03.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO e 21/07/2021 0001389-45.2016.8.22.0010 Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno (DJe 2/8/2021).

Como são diversos argumentos, a fim de que não sejam opostos embargos de declaração com finalidade de rediscutir fatos, provas e/ou prazos, observe-se que não é necessário pronunciamento obrigatório sobre todas ideias trazidas aos autos, notadamente quando ficam prejudicados pelos demais pontos já apreciados. Neste sentido, o E. TJRO em acórdão recente – 1/6/2022: "2ª Câmara Especial Processo: 7001844-17.2018.8.22.0010 Embargos de Declaração em Apelação (PJe) Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Opostos em 27/01/2022 Decisão: "EMBARGOS NÃO PROVIDOS, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Embargos de declaração. Alegação de omissão. Não ocorrência. Rediscussão da matéria. Impossibilidade. Vício inexistente. Prequestionamento. Desnecessidade. Recurso não provido. Os embargos de declaração são cabíveis somente para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material, jamais para rediscussão da matéria já apreciada. A lei processual civil, no seu art. 489, § 1º, inciso IV, preconiza que o magistrado está obrigado a examinar os argumentos capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusão adotada pelo julgador, não exatamente todas aquelas invocadas pela parte. Apresentando o julgado fundamentação coerente com o que foi debatido nos autos e estabelecendo as premissas de sua conclusão com base nos elementos probatórios trazidos, não há que se falar em nulidade ou rediscussão de teses..."

No mesmo sentido, o E. TJRO: 2ª Câmara Cível/Gabinete Des. José Torres Ferreira Processo: 0810938-03.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (DJe de 21/07/2021).

E recentíssimo julgado do E. TJRO em:

1ª Câmara Especial Processo: 7057535-09.2019.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (PJe) Advogado: Thiago Maia de Carvalho (OAB/RO 7472) Embargado: Estado de Rondônia Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO Opostos em 31/08/2022 Decisão:"EMBARGOS NÃO PROVIDOS, À UNANIMIDADE." EMENTA Embargos de declaração. Omissão. Embargos não providos. 1. Os embargos apresentados, em verdade, pretendem rediscutir matéria, o que não é permitido em sede de embargos de declaração, já que a fundamentação é vinculada às hipóteses de omissão, obscuridade, contradição. 2. Caso haja motivo suficiente para proferir a decisão, não há obrigatoriedade de o órgão julgador se manifestar sobre todas as questões trazidas pelas partes. 3. Embargos não providos.

(DJ de 2/3/2023).

Processo: 7000086-66.2019.8.22.0010 - APELAÇÃO CÍVEL Origem: 7000086-66.2019.8.22.0010

Relator: Desembargador TORRES FERREIRA

Data distribuição: 07/06/2022 05:35:43

(...)

Por fim, ressalto que o julgador não é obrigado a enfrentar um a um os argumentos deduzidos pelas partes. O contexto geral do julgado demonstra quais foram acolhidos e/ou rejeitados, pelo que, advirto, evitando decisão surpresa ou de terceira via (art. 10 do CPC), que em caso de interposição de recurso meramente protelatório poderá a parte que assim o fizer incorrer nas sanções previstas no artigos 77, § 2º, 81 ou 1.026, § 2º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se. Após o transcurso do prazo, certificando, devolva a origem. Porto Velho/RO, data da assinatura no sistema. Desembargador Torres Ferreira Relator

(DJe de 03/11/2022, p. 58).

Por fim: 0811086-77.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJE), Desembargador Torres Ferreira Relator

(DJe de 23/11/2022, p. 61-62).

Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos, pois incide tributo sobre a área em questão.

III - DISPOSITIVO:

Ante o exposto e considerando tudo que dos autos consta, com fundamento nos arts. 156, I, da Constituição Federal e 32 a 34, do CTN, c/c Súmula 626 do C. STJ, bem como reiterados precedentes do TJRO acima expostos, REJEITO A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE apresentada por SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA em face de MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e determino o regular prosseguimento da Execução Fiscal.

Custas incabíveis neste incidente.

Honorários indevidos neste incidente (exceção de preexecutividade que fora rejeitada), conforme entendimento do E. TJRO em:

1ª Câmara Especial Processo: 0804149-22.2020.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7004123-39.2019.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: Município de Rolim de Moura Procuradora: Florisbela Lima (OAB/RO 3138) Agravado: João Eurípedes Teodoro de Farias Advogado: Sérgio Martins (OAB/RO 3215) Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES Redistribuído em 08/06/2020 DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de Instrumento. Majoração de Honorários. Tema 421 do STJ. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Condenação indevida. Recurso não provido. A rejeição da exceção de pré-executividade não gera direito a honorários, pois estes já serão fixados na execução, que perdura em trâmite. Precedentes do STJ e desta Corte.

(DJe 16/3/2022).

2ªCÂMARAESPECIALACÓRDÃOProcesso:0804168-28.2020.8.22.0000AgravodeInstrumento(PJe)Origem:7004151.07.2019.822.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: Município de Rolim de Moura Procuradora: Florisbela Lima (OAB/RO 3138) Agravado: João Euripedis Teodoro de Farias Advogado: Sérgio Martins (OAB/RO 3215) Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Redistribuído em 09/06/2020 DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA: Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se acolhida a exceção, ainda que parcial.

(DJe de 22/9/2020).

Processo: 0804167-43.2020.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)

Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA

EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se acolhida a exceção, ainda que parcial.

"...Concludentemente, no caso em exame, não só mostra-se indevida a majoração dos honorários, como também é indevida a própria fixação da verba quando da rejeição da exceção de pré-executividade, em qualquer percentual, em razão dos fundamentos da tese fixado no Tema Repetitivo nº 421 do STJ. Em face do exposto, nego provimento ao recurso. É como voto. EMENTA Agravo de Instrumento. Majoração de Honorários. Tema 421 do STJ. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Condenação indevida. Recurso não provido. A rejeição da exceção de pré-executividade não gera direito a honorários, pois estes já serão fixados na execução, que perdura em trâmite. Precedentes do STJ e desta Corte.

0804149-22.2020.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: HIRAM SOUZA MARQUES
2ª CÂMARA ESPECIAL ACÓRDÃO Processo: 0804150-07.2020.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Redistribuído em 08/06/2020
DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção de pré-executividade, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se a colhida a exceção, ainda que parcial.
(DJe de 12/2/2021).
Independentemente do transcurso do prazo recursal, prossiga-se na Execução Fiscal, devendo o Exequente informar seu crédito atualizado, incluindo o valor dos honorários e indicar bens à penhora.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado e atento à matéria cognoscível.
Dê-se ciência à PGM.
Intimem-se na pessoa dos Procuradores constituídos.
Sendo apresentados recursos, ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE proceder às intimações e certificações necessárias.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto.
Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.
Rolim de Moura/RO, 16/07/2023.
Jeferson Cristi Tessila Melo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7006701-04.2021.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 3.996,90 Parte autora: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 Advogado: SÃO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ nº 14.294.578/0001-02,
Linha 184, km3, Lado Norte, S/N, Lote 10 da Gleba 13,
Zona Rural,
CEP:76.940-000, Rolim de Moura
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como "Cidade Jardim", localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU.
A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.
O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.
A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.
Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:
Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MU-

NICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).

Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).

Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: "...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento..." (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).

Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.

Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.

A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.

Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.

A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:

"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.

Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.

(...)

Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.

Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.

(...)

CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO

O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.

Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).

Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:

Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.

Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.

Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,

Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.

Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.

Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões

contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.
Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.
Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).
Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.
Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).
Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."
(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).
Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo

Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.

Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.

Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca.

Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.

No mais, considerando que a São Tomás já se encontra habilitada no feito (ID 83958009), CITE-SE E INTIME por meio de seus procuradores.

Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 06:20

Jeferson Cristi Tessila de Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Rolim de Moura - 2ª Vara Cível

Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710

Processo nº: 7009182-37.2021.8.22.0010

Requerente: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

Advogado/Requerente: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

Requerido: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA

Advogado/Requerido: SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO CADASTRAR PATRONO E

INTIMAR DO RETORNO DOS AUTOS

O executado não foi corretamente intimado do retorno dos autos da instância recursal, isso porque o patrono não está cadastrado no Sistema PJE.

À CPE para cadastrar o advogado conforme procuração de ID 84098747 (ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO – OAB/GO 17394).

Após a habilitação do patrono no feito, INTIME a executada por meio de seus procuradores para manifestar-se acerca do retorno dos autos da instância superior, requerendo o que entender de direito no prazo de 5 (cinco) dias.

Havendo manifestação da executada, intime-se o exequente para requerer o que entender oportuno.
Nada sendo requerido, façam-me os autos conclusos para análise do pedido de Sisbajud.
Rolim de Moura/RO, 16 de julho de 2023.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7001740-54.2020.8.22.0010
Requerente: ROSENILDA SOUZA DA SILVA
Advogado(a) do Requerente: CINTIA GOHDA RUIZ DE LIMA UMEHARA, OAB nº SP126707
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado(a) do Requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
D E S P A C H O
Depósito da RPV comprovado nos autos (id. 90419911 e id 91584997).
Caso o Procurador tenha contrato de honorários junte para ser providenciada a reserva por este Juízo quando da expedição do alvará. Isso sempre foi tentado em benefício de todos e para maior celeridade.
Aos interessados e Patronos INFORMAR CONTAS do PATRONO e da parte Autora para transferência dos valores (já com as reservas).
Intimem-se na pessoa do Procuradores constituídos nos autos.
Rolim de Moura/RO, 17 de julho de 2023., 05:24
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7010846-69.2022.8.22.0010 Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 Valor da ação: R$ 5.090,40 Exequente: AUTOR: D. M. D. S. Advogado: ADVOGADO DO AUTOR: TIAGO DA SILVA PEREIRA, OAB nº RO6778 Executado: REU: V. A. D. S. Advogado: ADVOGADO DO REU: CINTIA GOHDA RUIZ DE LIMA UMEHARA, OAB nº SP126707
SENTENÇA
Trata-se de Ação de Alimentos proposta por DHIENIFFER MARINELLO DA SILVA contra VALDECI ALVES DA SILVA, pleiteando alimentos no importe de 35% do salário-mínimo.
Segundo a autora, ela é portadora de patologias psiquiátricas - transtorno depressivo e transtorno de ansiedade - as quais a impedem de possuir uma vida produtiva, necessitado do auxílio financeiro de seu genitor para sua sobrevivência.
Recebida a inicial, foi deferido alimetnos provisórios no valor de 20% do salário-minimo, e designado audiência de conciliação e mediação (ID 85009561), a qual restou infrutifera, conforme ata no ID 86255093.
O requerido apresentou resposta no ID 87299732.
Impugnação no ID89240301.
Manifestação do Ministério Público no ID 90852078, informando não possuir interesse na causa.
É o sucinto relatório. DECIDO.
Conforme o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder”. (STJ – 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).
No caso em exame, a elucidação do caso não demanda a apuração de questões fáticas, tampouco ampliação dilatória, motivo pelo qual passo ao julgamento da lide.
Quanto aos alimentos, o juiz não fica adstrito ao pedido inaugural, podendo fixá-los livremente, desde que sopesados os pressupostos regrados pelo art. 1.694, § 1º, do Código Civil, vale dizer, as necessidades da alimentanda e as possibilidades do alimentante, ficando ao prudente critério do julgador a estimativa, de forma a ter-se um valor que reúna ponderação e decisão.
Acerca do caso em tela, resta incontroverso as patologias da autora, conforme prontuário e laudo médico anexo ao ID 84849394. Ponto não debatido pelo requerido.
Como se comprova, a autora, uma adolescente de 19 anos, portadora de patologias psiquiátricas (transtorno depressivo e transtorno de ansiedade), agravados pelo óbito de sua genitora (ID 84849392), doenças as quais a impedem de possuir uma vida fértil e positiva em todas as áreas, inclusive ainda cursa o ensino médio (ID 84849393), quando já deveria tê-lo concluído, portanto, mesmo em idade produtiva, neste momento, é nítido que necessita do auxílio financeiro de seu genitor para sua sobrevivência.
O requerido em sua contestação, refutou os argumentos da parte autora, entretanto, ofertou o valor de 20% do salário-minimo a título de alimentos.
Diante da falta de maiores elementos que demonstrem maior possibilidade do requerido, o valor da pensão deve girar em torno de 20% do salário-mínimo mensal.
DISPOSITIVO:
Isso posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão deduzida pela autora DHIENIFFER MARINELLO DA SILVA, e, como consequência, CONDENO o requerido VALDECI ALVES DA SILVA a pagar-lhe ALIMENTOS DEFINITIVOS no importe de 20% do salário-mínimo vigente, bem como ao pagamento de 50% das despesas com saúde e educação, desde que devidamente comprovados.
Resolvo esta fase de conhecimento com exame do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.
Sem custas processuais e honorários.
Publique-se e intimem-se.as partes por meio de seus advogados constituídos nos autos.
Sentença registrada pelo PJe.

Transitada em julgado esta decisão e nada sendo requerido pelas partes, arquivem-se os autos.
Pratique-se o necessário.
Rolim de Moura/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023, 05:26
JEFERSON CRISTI TESSILA DE MELO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7004564-54.2018.8.22.0010 Classe: Procedimento Comum Cível Valor da ação: R$ 11.448,00 Parte autora: OSCAR PINHEIRO, CPF nº 27933717934 Advogado: DILMA DE MELO GODINHO, OAB nº RO6059 Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Advogado: ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Recurso interposto já transitou em julgado (ID 92040124) e os autos retornaram da instância recursal.
Conforme já determinado da decisão de ID 76111835, intimem-se as partes para manifestação.
Nada sendo requerido no prazo comum de dez dias, arquivem-se os autos.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023, 05:41
JEFERSON CRISTI TESSILA DE MELO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo: 7000014-40.2023.8.22.0010
Classe: Procedimento Comum Cível
AUTOR: DAIANE DE PAULA LUCIO DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: PEDRO HENRIQUE CARVALHO DE SOUZA, OAB nº RO8527
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para informar quanto à implantação do benefício concedido em tutela de urgência de id. 90138073.
Rolim de Moura, 17 de julho de 2023
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7011023-33.2022.8.22.0010
Requerente: JOEDSON DA SILVA SOUZA
Advogado/Requerente: DILMA DE MELO GODINHO, OAB nº RO6059
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado/Requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
S E N T E N Ç A
JOEDSON DA SILVA SOUZA pretende seja o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL condenado a lhe restabelecer o benefício de auxílio-doença que passou a se chamar 'auxílio por incapacidade temporária' após a 'Reforma da Previdência' – EC 103/2019) e posteriormente convertê-lo em aposentadoria por invalidez.
Alega que é portador de problemas de coluna e que solicitou prorrogação do benefício em 21/02/2022 e foi concedido até 24/08/2022, quando alegando ausência de incapacidade, a Autarquia ré cessou o pagamento.
Afirma que a cessação é indevida, pois, permanece incapacitado e sem condições de retornar ao trabalho.
Para análise do requerimento de tutela de urgência, foi determinado a realização de perícia médica (id. 86366824), aportando aos autos o laudo pericial de id. 87955848.
Não concedida a antecipação dos efeitos da tutela (id. 90138070) foi o réu citado e apresentou contestação (id. 90476830) e o autor não impugnou.
É o relatório. Decido.
Feito em ordem e regularmente instruído, estando apto a julgamento no estado que se encontra, nos termos dos arts. 4.º, 6.º, 139, inciso II e 355, inc. I, todos do CPC e 5.º inciso LXXVIII, da Constituição Federal, não se vislumbrando a necessidade de produção de outras provas, sem que isso afigure cerceamento de defesa. Neste sentido: STJ, 1ª Turma, AgRg nos EDcl no REsp 1136780/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, j. em 6/4/2010, DJe 3/8/2010 e STJ, 3ª Turma, REsp 829.255/MA, Rel. Ministro Sidnei Beneti, j. em 11/5/2010, DJe 18/6/2010, bem como o E. TJRO – Proc. nº: 10000720070006540.
Para o deslinde da controvérsia aqui instaurada, desnecessária a designação de audiência, nos termos do art. 443, inc. II, do NCPC.
Pretende o autor obter o benefício previdenciário previsto no art. 59 da Lei n. 8.213/91, que assim dispõe: O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
Da análise dos dispositivos acima, pode-se concluir que são quatro os requisitos para a concessão dos benefícios por incapacidade laboral: (a) a qualidade de segurado do requerente; (b) o cumprimento da carência de 12 contribuições mensais; (c) a superveniência de

moléstia incapacitante para o desenvolvimento de atividade laboral que garanta a subsistência, e (d) o caráter permanente da incapacidade (para o caso da aposentadoria por invalidez) ou temporário (para o caso do auxílio-doença).
No caso em tela, restam incontroversos os pontos relativos à condição de segurado e cumprimento de carência.
É dos autos que o autor solicitou prorrogação do benefício em 21/02/2022 e foi concedido até 24/08/2022 (id. 85141005).
Todavia, no que tange ao outro requisito – o da incapacidade –, em análise mais detida do mérito, não restou comprovada.
É que no laudo pericial firmado pelo profissional nomeado pelo juízo, Dr. Oziel Soares Caetano, consta, dentre outras assertivas, que na data da perícia o requerente apresentava Lombalgia – M54.5, mas que NÃO O INCAPACITA para sua atividade habitual (auxiliar de produção), sendo suscetível de reabilitação (Laudo id. 87955848).
Constou, ainda, do laudo:
O requerente refere que vem sofrendo dores intensas na região de coluna lombar
desde o ano de 2014, com irradiação para membros inferiores e piora aos esforços.
Refere ainda que vem realizando tratamento médico, no entanto, não houve
melhora significativa do quadro clínico.
O exame físico direcionado evidencia: Dor a palpação em região de coluna lombar,
dor a flexão, extensão, rotação interna e externa de tronco.
Periciado com dores crônicas na coluna lombar, desde 2014, com tratamento
irregular e sem sinais de lesões significativas nas radiografias realizadas. Não
apresenta incapacidade laboral atual.
Desta forma, não tendo o autor logrado êxito em comprovar a sua incapacidade para o trabalho, o caminho é a improcedência do pedido.
Neste sentido, recentíssimo entendimento do TRF1ª Região, autos PROCESSO: 1029622-20.2020.4.01.9999 - PROCESSO REFERÊNCIA: 7006341-40.2019.8.22.0010, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL CÉSAR JATAHY:
"...No caso, para fazer jus ao benefício de auxílio-doença, a legislação vigente determina que se faça necessária a demonstração de que o segurado se encontra incapacitado para o trabalho por mais de quinze dias consecutivos, nos termos do art. 60 da Lei n. 8.213/91, ao passo que a aposentadoria por invalidez o segurado deve estar incapacitado, mas, neste caso, a incapacidade deve ser definitiva, ou seja, insuscetível de reabilitação, na forma do art. 42 da mesma Lei.
Todavia, diante do contexto fático probatório, a parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, conforme explicitou o Magistrado em sua sentença, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.
O laudo pericial de fls. 98/100, inclusive, atesta que o requerente não apresenta incapacidade para a realização de atividades laborais, em relação ao quadro apresentado.
Dessa forma, não foi preenchido o requisito relativo à incapacidade, forçoso é concluir que a parte autora não faz jus à concessão do benefício no período pleiteado..."
Em outra decisão - acórdão de julho/2022, em: PROCESSO: 1004124-82.2021.4.01.9999 PROCESSO REFERÊNCIA: 7005376-62.2019.8.22.0010 CLASSE: APELAÇÃO CÍVEL (198):
RELATOR(A):CESAR CINTRA JATAHY FONSECA
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR(A) URBANO(A). INCAPACIDADE PARA O TRABALHO NÃO DEMOSTRADA. APELAÇÃO DA PARTE AUTORA DESPROVIDA.
1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais; c) a incapacidade parcial e temporária (auxílio-doença) ou permanente e total (aposentadoria por invalidez) para a atividade laboral.
2. A parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.
3. O laudo pericial atesta que a requerente não apresenta incapacidade para a realização de suas atividades laborais. Segundo o perito, a patologia detectada está controlada.
4. A coisa julgada opera secundum eventum litis ou secundum eventum probationis, permitindo a renovação do pedido, ante novas circunstâncias ou novas provas. Precedentes. 5. Apelação da parte autora desprovida
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TRABALHADORA URBANA. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais, salvo nas hipóteses previstas no art. 26, inciso II, da Lei n. 8.213/1991; c) incapacidade para o trabalho ou atividade habitual por mais de 15 dias ou, na hipótese da aposentadoria por invalidez, incapacidade (permanente e total) para atividade laboral. 2. Comprovado, por perícia médica judicial, que não há incapacidade da parte autora para o exercício de suas atividades laborais atuais, não é possível o deferimento do benefício postulado na inicial. 3. Ressalva-se que superveniente alteração da capacidade laborativa da parte autora poderá justificar a concessão do benefício, pois a coisa julgada em casos da espécie se opera secundum eventum litis, vale dizer, segundo as circunstâncias da causa. 4. Sem honorários recursais, porquanto não apresentadas as contrarrazões. 5. Apelação da autora desprovida. (AC 1000075-07.2017.4.01.3704, DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 16/07/2020 PAG.)
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR URBANO. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. CONJUNTO PROBATÓRIO. NEGATIVO. AUSÊNCIA DE PROVA DA INCAPACIDADE. 1. São requisitos para a concessão dos benefícios de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez a comprovação da qualidade de segurado da Previdência Social e o preenchimento do período de carência de 12 (doze) contribuições mensais, com exceção das hipóteses enumeradas no art. 26, III, c/c art. 39, I da Lei 8.213/1991, bem como a comprovação de incapacidade para o exercício de atividade laborativa. 2. A existência de perícia médica judicial atestando a incapacidade laborativa, em demanda cuja pretensão versa sobre a concessão de benefício de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez, é indispensável para o deslinde da questão. 3. No presente caso, o perito do juízo afirmou que não há incapacidade para o exercício das atividades habituais. 4. Apelação da parte autora não provida. (AC 1000447-78.2020.4.01.9999, DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 07/07/2020 PAG.)
Seguido por autos n. 1007391-96.2020.4.01.9999 - APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO, julgado em 16/4/2022;
Autos n. 1006410-67.2020.4.01.9999 - Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO – julgado em 16/02/2022; APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - RECURSO INOMINADO: RI 0000554-05.2018.4.03.6330 SP - PROCESSO Nr: 0000554-05.2018.4.03.6330 AUTUADO EM 15/03/2018 e Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - APELAÇÃO CÍVEL: AC 0039064-12.2016.4.03.9999 SP - Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL NEWTON DE LUCCA, Data de Julgamento: 20/02/2017, OITAVA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA: 08/03/2017.
No mesmo sentido, recentíssima decisão do E. TJRO:
1ª Câmara Especial Processo:7003969-77.2021.8.22.0001 Apelação (PJe) Origem: 7003969-77.2021.8.22.0001
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador Federal: Procurador-Geral do INSS
Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO
Distribuído em 30/09/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA Apelação. Auxílio Doença. Auxilio Doença-Acidentário. Aposentadoria. Requisitos. Ausentes. Análise Pericial. Fundamentação. Sentença mantida. A legislação previdenciária impõe requisitos a serem alcançados para que seja concedido o auxílio-doença, auxílio doença-acidentário ou aposentadoria por invalidez. A sentença que julgou improcedente o pedido de concessão do benefício previdenciário deve ser mantida quando o laudo pericial e demais provas não ensejaram o alcance dos benefícios pretendidos.
(DJe de 11/11/2022, p. 94).
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 7007434-94.2021.8.22.0001 Apelação Origem: 7007434-94.2021.8.22.0001 Porto Velho/7ª Vara Cível Apelante: José Lindolfo Franca Ferreira Advogado: Felipe Góes Gomes de Aguiar (OAB/RO 4494) Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador: Procurador-Geral do INSS Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 18/01/2023 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Apelação Cível. Ação previdenciária. Aposentadoria por invalidez. Indevida. Redução parcial e permanente da capacidade laboral. Aspectos socioeconômicos e profissionais. Possibilidade de reabilitação. Recurso não provido. 1. O beneficiário faz jus ao benefício aposentadoria por invalidez quando preenche os requisitos indispensáveis, quais sejam a incapacidade total e permanente para o labor. Precedentes da Corte. 2. Ainda que o juiz seja livre para apreciar as provas e não esteja vinculado à conclusão do perito para julgar a causa, não há que se falar em irregularidade na adoção do laudo como causa de decidir. 3. Na hipótese, mesmo que a lesão seja permanente, a falta de comprovação da incapacidade total impede a concessão de aposentadoria por invalidez. 4. Recurso não provido. (DJe de 13/4/2023, p. 167).
Isso posto, ausentes os requisitos legais, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e, como consequência, EXTINGO O PROCESSO, com resolução do mérito e fulcro no art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil.
Requisite-se o pagamento dos honorários periciais.
Sem custas e verba honorária, ante a gratuidade de justiça.
P. R. Intimem-se na pessoa dos Procuradores.
Sendo apresentados recursos (principal e/ou adesivo), ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE proceder às intimações e certificações necessárias.
No NCPC (art. 1.030) o juízo de 1º grau não exerce mais qualquer atividade após proferida a sentença, pois o juízo de admissibilidade/recebimento recursal e seu processamento competem à Instância Superior. Neste sentido, o TJRO: 7000767-49.2018.8.22.0017 - Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia - Relator (DJe 27/8/2020) e TJSC: Agravo de Instrumento n. 4008541-52.2016.8.24.0000 - Relatora: Desembargadora Soraya Nunes Lins.
Neste caso, estando o feito em ordem, DETERMINO a remessa dos autos ao TRF1.ª Região para processamento e julgamento dos recursos que venham a ser interpostos, com nossas homenagens.
Transitado em julgado e não havendo mais pendências, arquive-se.
Rolim de Moura/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023, 14:06
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7000533-15.2023.8.22.0010
Requerente: BEATRIZ DOS SANTOS MOURA
Advogado(a) do Requerente: DAGMAR DE MELO GODINHO KURIYAMA, OAB nº RO7426
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado(a) do Requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
D E S P A C H O
(Comprovar o cumprimento da tutela de urgência)
Segunda intimação do INSS
Encaminhe-se para: pfro.tj@agu.gov.br, nelio.bastos@agu.gov.br. pois há decisão urgente a ser implementada, cumprida e comprovada nos autos.
Tutela de urgência concedida em 01/05/2023 (id. 90137719), determinando a concessão do benefício Espécie: 31, em favor do Segurado: BEATRIZ DOS SANTOS MOURA.
INSS intimado na data de 10/05/2023 (id. 90529612).
No entanto, não há informação do cumprimento da ordem.
Intime-se o INSS para no prazo de 10 dias juntar nos autos o COMPROVANTE do restabelecimento e o respectivo extrato do pagamento de eventuais valores pagos administrativamente.
Sem prejuízo da intimação do INSS pelo PJE, encaminhe-se a intimação para cumprimento da tutela provisória por meio eletrônico para: pfro.tj@agu.gov.br, nelio.bastos@agu.gov.br, Thais Cristina da Costa thais.cristina@agu.gov.br e Lucas Pereira da Silva lucaspereira@agu.gov.br, pois há tutela urgente a ser implementada e cumprida.

Como se trata de providência urgente (implementação de tutela antecipada), a intimação do INSS deverá ser pelos meios acima, conforme pedido da própria Procuradoria no OFÍCIO n. 00033/2022/GAB/PFRO/PGF/AGU, de 22/2/2022, e orientação da Corregedoria do TJRO (SEI 0001201- 56.2022.822.8800 - DESPACHO - CGJ Nº 1332/2022). A CPE está autorizada a promover o necessário à intimação da Autarquia, observando as recomendações.
Com a resposta, venham os autos conclusos para sentença.
Intimem-se na pessoa doS Procuradores constituídos nos autos.
Rolim de Moura/RO, 14 de julho de 2023.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7004313-94.2022.8.22.0010
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 15.102,96
Última distribuição:15/06/2022
Autor: GIOVANE RICARDO BROGIO DE SOUZA, CPF nº 03532034247, RUA ITAUBA 5820 JABOTA II - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS, OAB nº RO5822
Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, LINHA 164, KM 6, NORTE 00 RURAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Sentença
GIOVANE RICARDO BROGIO DE SOUZA pretende seja o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL condenado a lhe conceder o benefício de auxílio-doença que passou a se chamar 'auxílio por incapacidade temporária' pelo período de 05/2/2020 a 17/9/2021.
Alega que no ano de 2020 requereu benefício previdenciário e foi negado por ausência de incapacidade. Em setembro de 2021 entrou com novo pedido de auxílio-doença e teve seu pedido deferido. Deste modo, ingressou com o processo judicial requerendo a cobrança do período de 05/02/2020 a 17/09/2021.
Para análise do requerimento de tutela de urgência, foi determinado a realização de perícia médica (id. 85107301), aportando aos autos o laudo pericial de id.87767801.
Não concedida a antecipação dos efeitos da tutela (id. 90137873) foi o réu citado e apresentou contestação (id. 90813695) e a parte autora impugnou (id. 91778841).
É o relatório. Decido.
Feito em ordem e regularmente instruído, estando apto a julgamento no estado que se encontra, nos termos dos arts. 4.º, 6.º, 139, inciso II e 355, inc. I, todos do CPC e 5.º inciso LXXVIII, da Constituição Federal, não se vislumbrando a necessidade de produção de outras provas, sem que isso afigure cerceamento de defesa. Neste sentido: STJ, 1ª Turma, AgRg nos EDcl no REsp 1136780/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, j. em 6/4/2010, DJe 3/8/2010 e STJ, 3ª Turma, REsp 829.255/MA, Rel. Ministro Sidnei Beneti, j. em 11/5/2010, DJe 18/6/2010, bem como o E. TJRO – Proc. nº: 10000720070006540.
Para o deslinde da controvérsia aqui instaurada, desnecessária a designação de audiência, nos termos do art. 443, inc. II, do NCPC.
Cuida-se de ação previdenciária em que se objetiva a correção da data de início do benefício.
No mérito, verifico a que os pedidos são improcedentes. No que tange ao requisito – o da incapacidade –, em análise mais detida do mérito, não restou comprovada.
É que no laudo pericial firmado pelo profissional nomeado pelo juízo, Dr. Oziel Soares Caetano, consta, dentre outras assertivas, que na data da perícia o requerente apresentava Transtorno depressivo – F33.2; Ansiedade generalizada – F41.1., mas que NÃO apresentou incapacidade laboral no período de 6/2/2020 a 18/9/2021, e está apto para reabilitação no período atual, com quadro estável. (Laudo id. 87767801).
Constou, ainda, do laudo:
"...O requerente refere que desde o ano de 2017 vem apresentando um quadro clínico de transtorno depressivo e ansiedade generalizada, apresentando desânimo, tristeza constante. Refere ainda que vem realizando tratamento médico psiquiátrico, no entanto, não houve melhora significativa do quadro clínico
Periciado com transtorno depressivo e de ansiedade crônicos, estando com auxilio previdenciário há vários anos, sem sinais clínicos ou relatos recentes de descompensação, tendo trabalhado um período razoável, na mesma função, durante a época em que pleiteia o benefício retroativo. Não apresentou incapacidade laboral no período de 6/2/2020 a 18/9/2021, e está apto para reabilitação no período atual, com quadro estável..."
Desta forma, não tendo a autora logrado êxito em comprovar a sua incapacidade para o trabalho, o caminho é a improcedência do pedido.
Neste sentido, recentíssimo entendimento do TRF1ª Região, autos PROCESSO: 1029622-20.2020.4.01.9999 - PROCESSO REFERÊNCIA: 7006341-40.2019.8.22.0010, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL CÉSAR JATAHY:
"...No caso, para fazer jus ao benefício de auxílio-doença, a legislação vigente determina que se faça necessária a demonstração de que o segurado se encontra incapacitado para o trabalho por mais de quinze dias consecutivos, nos termos do art. 60 da Lei n. 8.213/91, ao passo que a aposentadoria por invalidez o segurado deve estar incapacitado, mas, neste caso, a incapacidade deve ser definitiva, ou seja, insuscetível de reabilitação, na forma do art. 42 da mesma Lei.
Todavia, diante do contexto fático probatório, a parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, conforme explicitou o Magistrado em sua sentença, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.
O laudo pericial de fls. 98/100, inclusive, atesta que o requerente não apresenta incapacidade para a realização de atividades laborais, em relação ao quadro apresentado.
Dessa forma, não foi preenchido o requisito relativo à incapacidade, forçoso é concluir que a parte autora não faz jus à concessão do benefício no período pleiteado..."

Em outra decisão - acórdão de julho/2022, em: PROCESSO: 1004124-82.2021.4.01.9999 PROCESSO REFERÊNCIA: 7005376-62.2019.8.22.0010 CLASSE: APELAÇÃO CÍVEL (198):
RELATOR(A):CESAR CINTRA JATAHY FONSECA
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR(A) URBANO(A). INCAPACIDADE PARA O TRABALHO NÃO DEMOSTRADA. APELAÇÃO DA PARTE AUTORA DESPROVIDA.
1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais; c) a incapacidade parcial e temporária (auxílio-doença) ou permanente e total (aposentadoria por invalidez) para a atividade laboral.
2. A parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.
3. O laudo pericial atesta que a requerente não apresenta incapacidade para a realização de suas atividades laborais. Segundo o perito, a patologia detectada está controlada.
4. A coisa julgada opera secundum eventum litis ou secundum eventum probationis, permitindo a renovação do pedido, ante novas circunstâncias ou novas provas. Precedentes. 5. Apelação da parte autora desprovida
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TRABALHADORA URBANA. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais, salvo nas hipóteses previstas no art. 26, inciso II, da Lei n. 8.213/1991; c) incapacidade para o trabalho ou atividade habitual por mais de 15 dias ou, na hipótese da aposentadoria por invalidez, incapacidade (permanente e total) para atividade laboral. 2. Comprovado, por perícia médica judicial, que não há incapacidade da parte autora para o exercício de suas atividades laborais atuais, não é possível o deferimento do benefício postulado na inicial. 3. Ressalva-se que superveniente alteração da capacidade laborativa da parte autora poderá justificar a concessão do benefício, pois a coisa julgada em casos da espécie se opera secundum eventum litis, vale dizer, segundo as circunstâncias da causa. 4. Sem honorários recursais, porquanto não apresentadas as contrarrazões. 5. Apelação da autora desprovida. (AC 1000075-07.2017.4.01.3704, DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 16/07/2020 PAG.)
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR URBANO. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. CONJUNTO PROBATÓRIO. NEGATIVO. AUSÊNCIA DE PROVA DA INCAPACIDADE. 1. São requisitos para a concessão dos benefícios de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez a comprovação da qualidade de segurado da Previdência Social e o preenchimento do período de carência de 12 (doze) contribuições mensais, com exceção das hipóteses enumeradas no art. 26, III, c/c art. 39, I da Lei 8.213/1991, bem como a comprovação de incapacidade para o exercício de atividade laborativa. 2. A existência de perícia médica judicial atestando a incapacidade laborativa, em demanda cuja pretensão versa sobre a concessão de benefício de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez, é indispensável para o deslinde da questão. 3. No presente caso, o perito do juízo afirmou que não há incapacidade para o exercício das atividades habituais. 4. Apelação da parte autora não provida. (AC 1000447-78.2020.4.01.9999, DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 07/07/2020 PAG.)
Seguido por autos n. 1007391-96.2020.4.01.9999 - APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO, julgado em 16/4/2022;
Autos n. 1006410-67.2020.4.01.9999 - Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO – julgado em 16/02/2022; APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO.
Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - RECURSO INOMINADO: RI 0000554-05.2018.4.03.6330 SP - PROCESSO Nr: 0000554-05.2018.4.03.6330 AUTUADO EM 15/03/2018 e Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - APELAÇÃO CÍVEL: AC 0039064-12.2016.4.03.9999 SP - Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL NEWTON DE LUCCA, Data de Julgamento: 20/02/2017, OITAVA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA: 08/03/2017.
No mesmo sentido, recentíssima decisão do E. TJRO:
1ª Câmara Especial Processo:7003969-77.2021.8.22.0001 Apelação (PJe) Origem: 7003969-77.2021.8.22.0001
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador Federal: Procurador-Geral do INSS
Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO
Distribuído em 30/09/2022
Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE.”
EMENTA Apelação. Auxílio Doença. Auxilio Doença-Acidentário. Aposentadoria. Requisitos. Ausentes. Análise Pericial. Fundamentação. Sentença mantida. A legislação previdenciária impõe requisitos a serem alcançados para que seja concedido o auxílio-doença, auxílio doença-acidentário ou aposentadoria por invalidez. A sentença que julgou improcedente o pedido de concessão do benefício previdenciário deve ser mantida quando o laudo pericial e demais provas não ensejaram o alcance dos benefícios pretendidos.
(DJe de 11/11/2022, p. 94).
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 7007434-94.2021.8.22.0001 Apelação Origem: 7007434-94.2021.8.22.0001 Porto Velho/7ª Vara Cível Apelante: José Lindolfo Franca Ferreira Advogado: Felipe Góes Gomes de Aguiar (OAB/RO 4494) Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador: Procurador-Geral do INSS Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 18/01/2023 Decisão:“RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.” EMENTA Apelação Cível. Ação previdenciária. Aposentadoria por invalidez. Indevida. Redução parcial e permanente da capacidade laboral. Aspectos socioeconômicos e profissionais. Possibilidade de reabilitação. Recurso não provido. 1. O beneficiário faz jus ao benefício aposentadoria por invalidez quando preenche os requisitos indispensáveis, quais sejam a incapacidade total e permanente para o labor. Precedentes da Corte. 2. Ainda que o juiz seja livre para apreciar as provas e não esteja vinculado à conclusão do perito para julgar a causa, não há que se falar em irregularidade na adoção do laudo como causa de decidir. 3. Na hipótese, mesmo que a lesão seja permanente, a falta de comprovação da incapacidade total impede a concessão de aposentadoria por invalidez. 4. Recurso não provido. (DJe de 13/4/2023, p. 167).
De rigor, portanto, a improcedência da demanda.
Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.

No mesmo sentido: “O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos” (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).
O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.
Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos.
Isso posto, ausentes os requisitos legais, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e, como consequência, EXTINGO O PROCESSO, com resolução do mérito e fulcro no art. 487, inc. I, do Novo Código de Processo Civil.
Requisite-se o pagamento dos honorários periciais.
Sem custas e verba honorária, ante a gratuidade de justiça.
P. R. Intimem-se na pessoa dos Procuradores.
Sendo apresentados recursos (principal e/ou adesivo), ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE proceder às intimações e certificações necessárias.
No NCPC (art. 1.030) o juízo de 1º grau não exerce mais qualquer atividade após proferida a sentença, pois o juízo de admissibilidade/recebimento recursal e seu processamento competem à Instância Superior. Neste sentido, o TJRO: 7000767-49.2018.8.22.0017 - Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia - Relator (DJe 27/8/2020) e TJSC: Agravo de Instrumento n. 4008541-52.2016.8.24.0000 - Relatora: Desembargadora Soraya Nunes Lins.
Neste caso, estando o feito em ordem, DETERMINO a remessa dos autos ao TRF1.ª Região para processamento e julgamento do recurso que venha a ser interposto, com nossas homenagens.
Transitado em julgado e não havendo mais pendências, arquive-se.
Rolim de Moura, sexta-feira, 14 de julho de 2023, 15:18
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Telefone: (69) 3449-3710, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
e-mail: cperolimdemoura@tjro.jus.br
Processo : 7003893-60.2020.8.22.0010
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: OZANA APARECIDA MENDES RANGEL
Advogados do(a) AUTOR: GEOVANI ALVES MOREIRA - RO12829, JOSE LUIZ TORELLI GABALDI - RO0002543A
REU: RONAN ALMEIDA DE ARAUJO
Advogado do(a) REU: RONAN ALMEIDA DE ARAUJO - RO2523
INTIMAÇÃO PARTES - RETORNO DO TJ
01) Ficam AS PARTES intimadas a manifestarem-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do retorno dos autos, sob pena de arquivamento.
Advertência: Conforme prevê o art. 31, parágrafo único da Lei 3896/16, o feito poderá ser desarquivado a qualquer momento, desde que apresentado pedido descritivo, acompanhado de planilha dos créditos, de acordo com os arts. 523 e 524 do CPC, visando a intimação da parte adversa ao início do cumprimento de sentença.
2) Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Advertência:
Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7010570-38.2022.8.22.0010
Requerente: MANOEL GAMA DOS SANTOS
Advogado/Requerente: MYRIAN ROSA DA SILVA, OAB nº RO9438
Requerido: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado/Requerido: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
S E N T E N Ç A
MANOEL GAMA DOS SANTOS pretende seja o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL condenado a lhe restabelecer o benefício de auxílio-doença que passou a se chamar ‘auxílio por incapacidade temporária’ após a ‘Reforma da Previdência’ – EC 103/2019) e posteriormente convertê-lo em aposentadoria por invalidez.
Alega que é portador de sequelas de fratura a mão e punho esquerdo, e recebeu benefício previdenciário até 17/12/2021 quando foi submetido a perícia administrativa e a Autarquia, alegando ausência de incapacidade, cessou o pagamento.
Afirma que a cessação é indevida, pois, permanece incapacitado e sem condições de retornar ao trabalho.
Para análise do requerimento de tutela de urgência, foi determinado a realização de perícia médica (id. 85331454), aportando aos autos o laudo pericial de id. 87767804.

Não concedida a antecipação dos efeitos da tutela (id. 88073108) foi o réu citado e apresentou contestação (id. 90251998) e o autor impugnou (id. 91357867).
É o relatório. Decido.
Feito em ordem e regularmente instruído, estando apto a julgamento no estado que se encontra, nos termos dos arts. 4.º, 6.º, 139, inciso II e 355, inc. I, todos do CPC e 5.º inciso LXXVIII, da Constituição Federal, não se vislumbrando a necessidade de produção de outras provas, sem que isso afigure cerceamento de defesa. Neste sentido: STJ, 1ª Turma, AgRg nos EDcl no REsp 1136780/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, j. em 6/4/2010, DJe 3/8/2010 e STJ, 3ª Turma, REsp 829.255/MA, Rel. Ministro Sidnei Beneti, j. em 11/5/2010, DJe 18/6/2010, bem como o E. TJRO – Proc. nº: 10000720070006540.
Para o deslinde da controvérsia aqui instaurada, desnecessária a designação de audiência, nos termos do art. 443, inc. II, do NCPC.
Pretende o autor obter o benefício previdenciário previsto no art. 59 da Lei n. 8.213/91, que assim dispõe: O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
Da análise dos dispositivos acima, pode-se concluir que são quatro os requisitos para a concessão dos benefícios por incapacidade laboral: (a) a qualidade de segurado do requerente; (b) o cumprimento da carência de 12 contribuições mensais; (c) a superveniência de moléstia incapacitante para o desenvolvimento de atividade laboral que garanta a subsistência, e (d) o caráter permanente da incapacidade (para o caso da aposentadoria por invalidez) ou temporário (para o caso do auxílio-doença).
No caso em tela, restam incontroversos os pontos relativos à condição de segurado e cumprimento de carência.
É dos autos que o autor solicitou prorrogação do benefício em 17/12/2021 e foi concedido até 11/11/2022 (id. 84553102).
Todavia, no que tange ao outro requisito – o da incapacidade –, em análise mais detida do mérito, não restou comprovada.
É que no laudo pericial firmado pelo profissional nomeado pelo juízo, Dr. Oziel Soares Caetano, consta, dentre outras assertivas, que na data da perícia o requerente apresentava Sequelas de fratura no 5º dedo – T92.2, mas que NÃO O INCAPACITA para sua atividade habitual (serviços gerais), sendo suscetível de recuperação e reabilitação (Laudo id. 87767804).
Constou, ainda, do laudo:
O requerente refere que em 30-06-2018 sofreu grave acidente de trabalho, vindo a sofrer fratura no 5º dedo da mão esquerda, como sequela tem perda de extensão do punho e diminuição da força muscular. Refere ainda que realizou acompanhamento médico ortopédico, no entanto, suas lesões são de caráter definitivo.
O exame físico direcionado evidencia: Mão e punho esquerdo sem tortuosidades, com movimentos preservados, referindo redução da força, mas com clara dissimulação nos testes físicos.
Periciado com sinal de fratura no 5º dedo da mão esquerda, decorrente de fratura sofrida em acidente de trabalho em 2018, mas sem perda funcional da mão afetada.
Não apresenta incapacidade laboral para suas ocupações.
Desta forma, não tendo a autora logrado êxito em comprovar a sua incapacidade para o trabalho, o caminho é a improcedência do pedido.
Neste sentido, recentíssimo entendimento do TRF1ª Região, autos PROCESSO: 1029622-20.2020.4.01.9999 - PROCESSO REFERÊNCIA: 7006341-40.2019.8.22.0010, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL CÉSAR JATAHY:
"...No caso, para fazer jus ao benefício de auxílio-doença, a legislação vigente determina que se faça necessária a demonstração de que o segurado se encontra incapacitado para o trabalho por mais de quinze dias consecutivos, nos termos do art. 60 da Lei n. 8.213/91, ao passo que a aposentadoria por invalidez o segurado deve estar incapacitado, mas, neste caso, a incapacidade deve ser definitiva, ou seja, insuscetível de reabilitação, na forma do art. 42 da mesma Lei.
Todavia, diante do contexto fático probatório, a parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, conforme explicitou o Magistrado em sua sentença, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.
O laudo pericial de fls. 98/100, inclusive, atesta que o requerente não apresenta incapacidade para a realização de atividades laborais, em relação ao quadro apresentado.
Dessa forma, não foi preenchido o requisito relativo à incapacidade, forçoso é concluir que a parte autora não faz jus à concessão do benefício no período pleiteado..."
Em outra decisão - acórdão de julho/2022, em: PROCESSO: 1004124-82.2021.4.01.9999 PROCESSO REFERÊNCIA: 7005376-62.2019.8.22.0010 CLASSE: APELAÇÃO CÍVEL (198):
RELATOR(A):CESAR CINTRA JATAHY FONSECA
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR(A) URBANO(A). INCAPACIDADE PARA O TRABALHO NÃO DEMOSTRADA. APELAÇÃO DA PARTE AUTORA DESPROVIDA.
1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais; c) a incapacidade parcial e temporária (auxílio-doença) ou permanente e total (aposentadoria por invalidez) para a atividade laboral.
2. A parte autora não logrou êxito em demonstrar nos autos a sua incapacidade laboral, o que tornam inconcebíveis os benefícios requeridos na peça inicial.
3. O laudo pericial atesta que a requerente não apresenta incapacidade para a realização de suas atividades laborais. Segundo o perito, a patologia detectada está controlada.
4. A coisa julgada opera secundum eventum litis ou secundum eventum probationis, permitindo a renovação do pedido, ante novas circunstâncias ou novas provas. Precedentes. 5. Apelação da parte autora desprovida
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TRABALHADORA URBANA. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais, salvo nas hipóteses previstas no art. 26, inciso II, da Lei n. 8.213/1991; c) incapacidade para o trabalho ou atividade habitual por mais de 15 dias ou, na hipótese da aposentadoria por invalidez, incapacidade (permanente e total) para atividade laboral. 2. Comprovado, por perícia médica judicial, que não há incapacidade da parte autora para o exercício de suas atividades laborais atuais, não é possível o deferimento do benefício postulado na inicial. 3. Ressalva-se que superveniente alteração da capacidade laborativa da parte autora poderá justificar a concessão do benefício, pois a coisa julgada em casos da espécie se opera secundum eventum litis, vale dizer, segundo as circunstâncias da causa. 4. Sem honorários recursais, porquanto não apresentadas as contrarrazões. 5. Apelação da autora desprovida. (AC 1000075-07.2017.4.01.3704, DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 16/07/2020 PAG.)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR URBANO. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. CONJUNTO PROBATÓRIO. NEGATIVO. AUSÊNCIA DE PROVA DA INCAPACIDADE. 1. São requisitos para a concessão dos benefícios de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez a comprovação da qualidade de segurado da Previdência Social e o preenchimento do período de carência de 12 (doze) contribuições mensais, com exceção das hipóteses enumeradas no art. 26, III, c/c art. 39, I da Lei 8.213/1991, bem como a comprovação de incapacidade para o exercício de atividade laborativa. 2. A existência de perícia médica judicial atestando a incapacidade laborativa, em demanda cuja pretensão versa sobre a concessão de benefício de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez, é indispensável para o deslinde da questão. 3. No presente caso, o perito do juízo afirmou que não há incapacidade para o exercício das atividades habituais. 4. Apelação da parte autora não provida. (AC 1000447-78.2020.4.01.9999, DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 07/07/2020 PAG.)
Seguido por autos n. 1007391-96.2020.4.01.9999 - APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO, julgado em 16/4/2022;
Autos n. 1006410-67.2020.4.01.9999 - Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO – julgado em 16/02/2022; APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1002893-83.2022.4.01.9999 – DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO.
Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - RECURSO INOMINADO: RI 0000554-05.2018.4.03.6330 SP - PROCESSO Nr: 0000554-05.2018.4.03.6330 AUTUADO EM 15/03/2018 e
Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - APELAÇÃO CÍVEL: AC 0039064-12.2016.4.03.9999 SP - Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL NEWTON DE LUCCA, Data de Julgamento: 20/02/2017, OITAVA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA: 08/03/2017.
No mesmo sentido, recente decisão do E. TJRO:
1ª Câmara Especial Processo:7003969-77.2021.8.22.0001 Apelação (PJe) Origem: 7003969-77.2021.8.22.0001
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador Federal: Procurador-Geral do INSS
Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO
Distribuído em 30/09/2022
Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE.”
EMENTA Apelação. Auxílio Doença. Auxilio Doença-Acidentário. Aposentadoria. Requisitos. Ausentes. Análise Pericial. Fundamentação. Sentença mantida. A legislação previdenciária impõe requisitos a serem alcançados para que seja concedido o auxílio-doença, auxílio doença-acidentário ou aposentadoria por invalidez. A sentença que julgou improcedente o pedido de concessão do benefício previdenciário deve ser mantida quando o laudo pericial e demais provas não ensejaram o alcance dos benefícios pretendidos.
(DJe de 11/11/2022, p. 94).

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 7007434-94.2021.8.22.0001 Apelação Origem: 7007434-94.2021.8.22.0001 Porto Velho/7ª Vara Cível Apelante: José Lindolfo Franca Ferreira Advogado: Felipe Góes Gomes de Aguiar (OAB/RO 4494) Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Procurador: Procurador-Geral do INSS Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 18/01/2023 Decisão:“RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.” EMENTA Apelação Cível. Ação previdenciária. Aposentadoria por invalidez. Indevida. Redução parcial e permanente da capacidade laboral. Aspectos socioeconômicos e profissionais. Possibilidade de reabilitação. Recurso não provido. 1. O beneficiário faz jus ao benefício aposentadoria por invalidez quando preenche os requisitos indispensáveis, quais sejam a incapacidade total e permanente para o labor. Precedentes da Corte. 2. Ainda que o juiz seja livre para apreciar as provas e não esteja vinculado à conclusão do perito para julgar a causa, não há que se falar em irregularidade na adoção do laudo como causa de decidir. 3. Na hipótese, mesmo que a lesão seja permanente, a falta de comprovação da incapacidade total impede a concessão de aposentadoria por invalidez. 4. Recurso não provido. (DJe de 13/4/2023, p. 167).
Isso posto, ausentes os requisitos legais, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e, como consequência, EXTINGO O PROCESSO, com resolução do mérito e fulcro no art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil.
Requisitem-se o pagamento dos honorários periciais.
Sem custas e verba honorária, ante a gratuidade de justiça.
P. R. Intimem-se na pessoa dos Procuradores.
Sendo apresentados recursos (principal e/ou adesivo), ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE proceder às intimações e certificações necessárias.
No NCPC (art. 1.030) o juízo de 1º grau não exerce mais qualquer atividade após proferida a sentença, pois o juízo de admissibilidade/recebimento recursal e seu processamento competem à Instância Superior. Neste sentido, o TJRO: 7000767-49.2018.8.22.0017 - Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia - Relator (DJe 27/8/2020) e TJSC: Agravo de Instrumento n. 4008541-52.2016.8.24.0000 - Relatora: Desembargadora Soraya Nunes Lins.
Neste caso, estando o feito em ordem, DETERMINO a remessa dos autos ao TRF1.ª Região para processamento e julgamento dos recursos que venham a ser interpostos, com nossas homenagens.
Transitado em julgado e não havendo mais pendências, arquive-se.
Rolim de Moura/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023, 16:00
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Telefone: (69) 3449-3710, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
e-mail: cperolimdemoura@tjro.jus.br
Processo : 7003823-38.2023.8.22.0010
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Advogado do(a) AUTOR: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES - RO4875-A

REU: MARCIO BRITO DO CARMO
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS OFICIAL DE JUSTIÇA
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do mandado, fica a parte AUTORA, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada, para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada conforme tabela abaixo.
Fica a parte advertida que em se tratando de mandado de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural).
O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7001001-81.2020.8.22.0010
Exequente: JONAS FERREIRA ALVES
Advogado(a): CLAUDIA JULIANA KRONBAUER TABARES, OAB nº RO6440
Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado do Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INSS - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
VERBA PRINCIPAL e HONORÁRIOS de SUCUMBÊNCIA
1) Quanto ao requerimento de ID: 92486960 p. 1 a 2: altere-se a classe para Cumprimento de Sentença.
Processe-se sob responsabilidade do Exequente quanto ao cumprimento do art. 534 e incisos, do CPC.
Intime-se o Executado, na pessoa do seu representante judicial, nos termos do art. 535 do NCPC.
Aguarde-se. Prazo: 30 dias.
Não havendo impugnação, expeçam-se as RPV´s e encaminhem-se ao TRF-1ª Região para cumprimento (art. 535, §3º, II do NCPC), nos seguintes valores : R$ 26.108,00 retroativos e R$ 2.610,80 sucumbência, ambos atualizados até 6/2023.
Havendo impugnação, deverá o Executado cumprir o §2º do art. 535, NCPC.
Na sequência, dê-se ciência ao Exequente, para, caso discorde de eventuais valores apresentados pelo INSS, apresente sua planilha de cálculo.
Caso o exequente concorde com o valor indicado pelo INSS ou não se manifeste quanto a impugnação no prazo legal, expeça-se RPV nos valores informados pelo devedor.
Fixo a data-base para atualização dos cálculos em 6/2023, que deverá ser respeitada entre as partes e Contadoria Judicial, caso haja necessidade de remessa.
OBS: Havendo impugnação ou divergência quanto aos cálculos apresentados, desde já fica determinada remessa dos autos à Contadoria Judicial para elaboração dos cálculos, estando a CPE autorizada a promover o necessário (art. 33, X, das DGJ/TJRO). Vindo os cálculos da Contadoria manifestem-se as partes. Intimem-se. Prazo comum: dez dias.
Oportunamente será apreciado o pedido de honorários na fase de cumprimento de sentença. Indevidos se não houver embargos ou impugnação. Neste sentido:
PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. EXECUÇÃO NÃO EMBARGADA. EXECUÇÃO INVERTIDA. HOMOLOGAÇÃO DOS CÁLCULOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INDEVIDOS. AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. 1. O título executivo judicial condenou o INSS à implantação do benefício pleiteado, bem como o pagamento dos valores atrasados, corrigidos com base no Manual de Cálculos da Justiça Federal. 2. O Supremo Tribunal Federal, quando o julgamento do RE 420.816/PR, reconheceu a constitucionalidade da MP n. 2.180-35/01 para afastar o pagamento de honorários advocatícios nas execuções não embargadas contra a Fazenda Pública, excepcionando, contudo, os casos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor. 3. Todavia, analisando de forma mais detida o precedente do STF, "observa-se que o fato que norteou o julgado foi a instauração de um processo de execução, cuja atividade do credor e seu patrono são evidentes, e a contraprestação por essa atividade nos casos em que o valor seja limitado àquele a ser pago por RPV, porque em tal caso não se aplicava a disposição limitativa do § 3º do art. 100 da Constituição. De se ver que tal disposição é aquela que obriga a inclusão de todos os pagamentos na ordem do precatório, procedimento a ser feito mediante aplicação do art. 730 do CPC que demanda instauração do processo de execução contra a Fazenda Pública, obrigatoriamente. (AC 0050923-93.2012.4.01.9199/MG, Juiz Federal RÉGIS DE SOUZA ARAÚJO, Primeira Turma, e-DJF1 18/11/2015). 4. O Superior Tribunal de Justiça já se firmou no sentido de que, quando não há pretensão resistida do INSS, expedindo a correspondente requisição de pagamento de pequeno valor, deve ser afastada a condenação em honorários advocatícios (AgRg no AREsp 630.235/RS). 5. Apelação provida. (AC 0058972-60.2011.4.01.9199 / MG, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO, PRIMEIRA TURMA, e-DJF1 de 07/03/2018).
Reiteradamente o TRF1ª Região vem decidindo que NÃO CABEM HONORÁRIOS NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (ainda em fase inicial), sem que haja embargos ou impugnação ou qualquer incidente. Neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-D DA LEI 9.494/97. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÕES DE PEQUENO VALOR. PAGAMENTO MEDIANTE EXPEDIÇÃO DE RPV. SEM OPOSIÇÃO DA FAZENDA. NÃO INCIDÊNCIA DE HONORÁRIOS. AGRAVO DESPROVIDO. 1. O Supremo Tribunal Federal concluiu, no julgamento do RE 420.816/PR, pela não aplicação do art. 1º-D da Lei 9.494/1997 nas hipóteses de execuções que não demandem a expedição de precatório. 2. Porém, a inclusão de verba honorária nas execuções de pequeno valor, ainda que não embargadas, refoge à lógica do sistema constitucional concernente aos pagamentos devidos pela Fazenda Pública em decorrência de sentença judiciária. 3. Tal como no precatório, a requisição de pequeno valor é também exigência constitucional indeclinável na satisfação da dívida da Fazenda Pública em decorrência de sentença judiciária, de modo que não pode a Fazenda fazer o pagamento imediatamente ao trânsito em julgado da sentença. 4. Se há necessidade de requisição de pagamento, seja mediante precatório, seja mediante RPV, não se justifica a imposição de verba honorária, sem que para isso alguma atividade tenha de ser desenvolvida pelo advogado para colimar o pagamento. 5. Assim, deve ser afastada a inclusão de verba honorária em execução de pequeno valor (expedição de RPV) sem oposição da Fazenda Pública aos cálculos apresentados pelo credor. 6. Agravo de instrumento desprovido. AI 1004937-12.2016.4.01.0000. Origem 7006866-27.2016.8.22.0010 (RO). 1ª Turma do TRF da 1ª Região – 16/05/2018. Relator Des. Fed. JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA. Data julgamento: 16/05/2018.

E informativo do STJ, de n. 563, o seguinte julgado foi noticiado:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DESCABIMENTO DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM EXECUÇÃO INVERTIDA. Não cabe a condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios no caso em que o credor simplesmente anui com os cálculos apresentados em “execução invertida”, ainda que se trate de hipótese de pagamento mediante Requisição de Pequeno Valor (RPV). É certo que o STJ possui entendimento de ser cabível a fixação de verba honorária nas execuções contra a Fazenda Pública, ainda que não embargadas, quando o pagamento da obrigação for feito mediante RPV. Entretanto, a jurisprudência ressalvou que, nos casos de “execução invertida”, a apresentação espontânea dos cálculos após o trânsito em julgado do processo de conhecimento, na fase de liquidação, com o reconhecimento da dívida, afasta a condenação em honorários advocatícios. Precedentes citados: AgRg no AREsp 641.596-RS, Segunda Turma, DJe 23/3/2015; e AgRg nos EDcl no AREsp 527.295-RS, Primeira Turma, DJe 13/4/2015. AgRg no AREsp 630.235-RS, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 19/5/2015, DJe 5/6/2015.

Além do que fora acima dito, esclareço que eventual pedido de honorários na fase de cumprimento de sentença não embargada está suspenso por determinação do C. STJ, que reconheceu repercussão geral no caso - Tema Repetitivo nº 1105.

No mesmo sentido, recente orientação enviada pelo TJRO aos Juízos por meio do SEI 0011811-92.2021.822.8800, de 22/9/2021.

ATENTEM-SE a isso na hora de elaborar as planilhas, evitando resserviço e impugnações desnecessárias e o INSS em não interpor embargos protelatórios, pois pode ser isento das verbas da fase de execução, seguindo o entendimento acima.

2) Recomenda-se que:

a) caso os Procuradores tenham contrato de honorários junte para ser providenciada a reserva por este Juízo quando da expedição das RPV´s. Isso sempre foi tentado em benefício de todos e para maior celeridade.

b) aos interessados e Patronos INFORMAR CONTAS do PATRONO e da parte Autora para transferência dos valores (já com as reservas), para evitar maior circulação e aglomeração de pessoas, bem como atraso processual, pois podem sacar os valores a qualquer dia ou realizar pagamentos por meios eletrônicos.

Expeça-se o necessário.

Intimem-se.

Cumpra-se, sucessivamente.

Rolim de Moura/RO, 14 de julho de 2023., 16:33

Jeferson Cristi Tessila Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça

Rolim de Moura - 2ª Vara Cível

Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710

Número do processo: 7008856-77.2021.8.22.0010

Classe: Execução Fiscal

Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA

ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394

DECISÃO DETERMINANDO SUSPENSÃO DO FEITO

PEDIDO DO CREDOR

A pedido do exequente, SUSPENDO O FEITO por 60 dias.

Decorrido o prazo acima, sem manifestação, entender-se-á que o crédito foi integralmente satisfeito e o feito será extinto (art. 924, inciso II c/c 925, ambos do NCPC).

Intime-se a Parte, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (art. 270 do NCPC).

Rolim de Moura/RO, sábado, 15 de julho de 2023, 06:43

Jeferson Cristi Tessila de Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7007123-76.2021.8.22.0010
Requerente: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Advogado/Requerente: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Requerido: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
Advogado/Requerido: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394, IVONILDES GOMES PATRIOTA, OAB nº GO28899
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
Exceção de preexecutividade rejeitada. Nada de novo a alterar. Liminar do Agravo de Instrumento indeferida (ID 89982235).
Quanto ao requerimento de ID 89487721:
Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como “Cidade Jardim”, localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU.
A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.
O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.
A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.
Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022.
Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:
Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).
Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).
Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: “...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento...” (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).
Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.
Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.
A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.
Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.
A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de “conexão” ou “reunião de processos” feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:
“...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.

Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.

(...)

Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.

Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.

(...)

CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO

O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.

Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).

Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:

Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.

Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.

Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,

Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.

Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.

Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.

Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.

Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).

Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.

Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conheci-

mento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).
Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."
(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).
Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por

estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.
Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.
Publique-se, registre-se, intime-se.
(publicado no DJE de 21/6/2023).
No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.
Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.
Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca. Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:49
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7007848-65.2021.8.22.0010
Exequente: EMILIA VELMANN
Advogado(a): MARTA LINA DE FREITAS, OAB nº RO11177, FLAGSON GAMBART SANTANA, OAB nº RO10586, CLEIDE MARIA DE LUNA TABORDA, OAB nº RO12291, CAROLINE QUINHONES RODRIGUES BENTO, OAB nº RO11945
Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado do Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA RIO BRANCO 4466 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
INSS - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
VERBA PRINCIPAL e HONORÁRIOS de SUCUMBÊNCIA
1) Quanto ao requerimento de ID: 91165100 p. 1 a 2: altere-se a classe para Cumprimento de Sentença.
Processe-se sob responsabilidade do Exequente quanto ao cumprimento do art. 534 e incisos, do CPC.
Intime-se o Executado, na pessoa do seu representante judicial, nos termos do art. 535 do NCPC.
Aguarde-se. Prazo: 30 dias.
Não havendo impugnação, expeçam-se a RPV e encaminhem-se ao TRF-1ª Região para cumprimento (art. 535, §3º, II do NCPC), no seguinte valor : R$ 1.380,13 sucumbência, ambos atualizados até 5/2023.
Havendo impugnação, deverá o Executado cumprir o §2º do art. 535, NCPC.
Na sequência, dê-se ciência ao Exequente, para, caso discorde de eventuais valores apresentados pelo INSS, apresente sua planilha de cálculo.
Caso o exequente concorde com o valor indicado pelo INSS ou não se manifeste quanto a impugnação no prazo legal, expeça-se RPV nos valores informados pelo devedor.
Fixo a data-base para atualização dos cálculos em 5/2023, que deverá ser respeitada entre as partes e Contadoria Judicial, caso haja necessidade de remessa.
OBS: Havendo impugnação ou divergência quanto aos cálculos apresentados, desde já fica determinada remessa dos autos à Contadoria Judicial para elaboração dos cálculos, estando a CPE autorizada a promover o necessário (art. 33, X, das DGJ/TJRO). Vindo os cálculos da Contadoria manifestem-se as partes. Intimem-se. Prazo comum: dez dias.
Oportunamente será apreciado o pedido de honorários na fase de cumprimento de sentença. Indevidos se não houver embargos ou impugnação. Neste sentido:
PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. EXECUÇÃO NÃO EMBARGADA. EXECUÇÃO INVERTIDA. HOMOLOGAÇÃO DOS CÁLCULOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INDEVIDOS. AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. 1. O título executivo judicial condenou o INSS à implantação do benefício pleiteado, bem como o pagamento dos valores atrasados, corrigidos com base no Manual de Cálculos da Justiça Federal. 2. O Supremo Tribunal Federal, quando o julgamento do RE 420.816/PR, reconheceu a constitucionalidade da MP n. 2.180-35/01 para afastar o pagamento de honorários advocatícios nas execuções não embargadas contra a Fazenda Pública, excepcionando, contudo, os casos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor. 3. Todavia, analisando de forma mais detida o precedente do STF, "observa-se que o fato que norteou o julgado foi a instauração de um processo de execução, cuja atividade do credor e seu patrono são evidentes, e a contraprestação por essa atividade nos casos em que o valor seja limitado àquele a ser pago por RPV, porque em tal caso não se aplicava a disposição limitativa do § 3º do art. 100 da Constituição. De se ver que tal disposição é aquela que obriga a inclusão de todos os pagamentos na ordem do precatório, procedimento a ser feito mediante aplicação do art. 730 do CPC que demanda instauração do processo de execução contra a Fazenda Pública, obrigatoriamente. (AC 0050923-93.2012.4.01.9199/MG, Juiz Federal RÉGIS DE SOUZA ARAÚJO, Primeira Turma, e-DJF1 18/11/2015). 4. O Superior Tribunal de Justiça já se firmou no sentido de que, quando não há pretensão resistida do INSS, expedindo a correspondente requisição de pagamento de pequeno valor, deve ser afastada a condenação em honorários advocatícios (AgRg no AREsp 630.235/RS). 5. Apelação

provida. (AC 0058972-60.2011.4.01.9199 / MG, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO, PRIMEIRA TURMA, e-DJF1 de 07/03/2018).
Reiteradamente o TRF1ª Região vem decidindo que NÃO CABEM HONORÁRIOS NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (ainda em fase inicial), sem que haja embargos ou impugnação ou qualquer incidente. Neste sentido:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-D DA LEI 9.494/97. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÕES DE PEQUENO VALOR. PAGAMENTO MEDIANTE EXPEDIÇÃO DE RPV. SEM OPOSIÇÃO DA FAZENDA. NÃO INCIDÊNCIA DE HONORÁRIOS. AGRAVO DESPROVIDO. 1. O Supremo Tribunal Federal concluiu, no julgamento do RE 420.816/PR, pela não aplicação do art. 1º-D da Lei 9.494/1997 nas hipóteses de execuções que não demandem a expedição de precatório. 2. Porém, a inclusão de verba honorária nas execuções de pequeno valor, ainda que não embargadas, refoge à lógica do sistema constitucional concernente aos pagamentos devidos pela Fazenda Pública em decorrência de sentença judiciária. 3. Tal como no precatório, a requisição de pequeno valor é também exigência constitucional indeclinável na satisfação da dívida da Fazenda Pública em decorrência de sentença judiciária, de modo que não pode a Fazenda fazer o pagamento imediatamente ao trânsito em julgado da sentença. 4. Se há necessidade de requisição de pagamento, seja mediante precatório, seja mediante RPV, não se justifica a imposição de verba honorária, sem que para isso alguma atividade tenha de ser desenvolvida pelo advogado para colimar o pagamento. 5. Assim, deve ser afastada a inclusão de verba honorária em execução de pequeno valor (expedição de RPV) sem oposição da Fazenda Pública aos cálculos apresentados pelo credor. 6. Agravo de instrumento desprovido. AI 1004937-12.2016.4.01.0000. Origem 7006866-27.2016.8.22.0010 (RO). 1ª Turma do TRF da 1ª Região – 16/05/2018. Relator Des. Fed. JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA. Data julgamento: 16/05/2018.
E informativo do STJ, de n. 563, o seguinte julgado foi noticiado:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DESCABIMENTO DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM EXECUÇÃO INVERTIDA. Não cabe a condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios no caso em que o credor simplesmente anui com os cálculos apresentados em "execução invertida", ainda que se trate de hipótese de pagamento mediante Requisição de Pequeno Valor (RPV). É certo que o STJ possui entendimento de ser cabível a fixação de verba honorária nas execuções contra a Fazenda Pública, ainda que não embargadas, quando o pagamento da obrigação for feito mediante RPV. Entretanto, a jurisprudência ressalvou que, nos casos de "execução invertida", a apresentação espontânea dos cálculos após o trânsito em julgado do processo de conhecimento, na fase de liquidação, com o reconhecimento da dívida, afasta a condenação em honorários advocatícios. Precedentes citados: AgRg no AREsp 641.596-RS, Segunda Turma, DJe 23/3/2015; e AgRg nos EDcl no AREsp 527.295-RS, Primeira Turma, DJe 13/4/2015. AgRg no AREsp 630.235-RS, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 19/5/2015, DJe 5/6/2015.
Além do que fora acima dito, esclareço que eventual pedido de honorários na fase de cumprimento de sentença não embargada está suspenso por determinação do C. STJ, que reconheceu repercussão geral no caso - Tema Repetitivo nº 1105.
No mesmo sentido, recente orientação enviada pelo TJRO aos Juízos por meio do SEI 0011811-92.2021.822.8800, de 22/9/2021.
ATENTEM-SE a isso na hora de elaborar as planilhas, evitando resserviço e impugnações desnecessárias e o INSS em não interpor embargos protelatórios, pois pode ser isento das verbas da fase de execução, seguindo o entendimento acima.
2) Recomenda-se:
a) caso os Procuradores tenham contrato de honorários junte para ser providenciada a reserva por este Juízo quando da expedição das RPV´s. Isso sempre foi tentado em benefício de todos e para maior celeridade.
b) aos interessados e Patronos INFORMAR CONTAS do PATRONO e da parte Autora para transferência dos valores (já com as reservas), para evitar maior circulação e aglomeração de pessoas, bem como atraso processual, pois podem sacar os valores a qualquer dia ou realizar pagamentos por meios eletrônicos.
Expeça-se o necessário.
Intimem-se.
Cumpra-se, sucessivamente.
Rolim de Moura/RO, 15 de julho de 2023.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Número do processo: 7004860-71.2021.8.22.0010
Classe: Inventário
Polo Ativo: DHIENNYFER KATARINNE DA SILVA, ABYLLA BARBOSA BRAVO, FELIPE BRAVO SILVA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: LENI MATIAS, OAB nº RO3809
Polo Passivo: JOAQUIM SILVA NETO
INVENTARIADO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
Trata-se de pedido de Inventário proposto por ABYLLA BARBOSA BRAVO e outros, em razão do falecimento de JOAQUIM SILVA NETO.
1) Verificando os expedientes dos autos, constato que tanto o MP quanto a Defensoria Pública não foram intimados, conforme decisão de ID 87836803 p. 1 e 2.
Desta forma, conforme decisão de ID 87836803 p. 1 e 2, INTIMEM-SE o MP e a Defensoria Pública, para manifestarem-se.
2) MANIFESTE a Fazenda Pública do Município de Rolim de Moura/RO a respeito da petição de ID 90654521.
Após, faça-me conclusos.
Intimem-se as Partes, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos.
Rolim de Moura/RO, sábado, 15 de julho de 2023, 06:28
Jeferson C. TESSILA de Melo Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7000516-13.2022.8.22.0010
Exequente: ANDRE ROSA

Advogado(a): DIEGO HENRIQUE NEVES ROSA, OAB nº RO8483
Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado do Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INSS - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
VERBA PRINCIPAL e HONORÁRIOS de SUCUMBÊNCIA
1) Quanto ao requerimento de ID: 92755909 p. 1 a 4: altere-se a classe para Cumprimento de Sentença.
Processe-se sob responsabilidade do Exequente quanto ao cumprimento do art. 534 e incisos, do CPC.
Intime-se o Executado, na pessoa do seu representante judicial, nos termos do art. 535 do NCPC.
Aguarde-se. Prazo: 30 dias.
Não havendo impugnação, expeçam-se as RPV´s e encaminhem-se ao TRF-1ª Região para cumprimento (art. 535, §3º, II do NCPC), nos seguintes valores : R$ 10.354,29 retroativos e R$ 4.035,43 sucumbência, ambos atualizados até 6/2023.
Havendo impugnação, deverá o Executado cumprir o §2º do art. 535, NCPC.
Na sequência, dê-se ciência ao Exequente, para, caso discorde de eventuais valores apresentados pelo INSS, apresente sua planilha de cálculo.
Caso o exequente concorde com o valor indicado pelo INSS ou não se manifeste quanto a impugnação no prazo legal, expeça-se RPV nos valores informados pelo devedor.
Fixo a data-base para atualização dos cálculos em 6/2023, que deverá ser respeitada entre as partes e Contadoria Judicial, caso haja necessidade de remessa.
OBS: Havendo impugnação ou divergência quanto aos cálculos apresentados, desde já fica determinada remessa dos autos à Contadoria Judicial para elaboração dos cálculos, estando a CPE autorizada a promover o necessário (art. 33, X, das DGJ/TJRO). Vindo os cálculos da Contadoria manifestem-se as partes. Intimem-se. Prazo comum: dez dias.
Oportunamente será apreciado o pedido de honorários na fase de cumprimento de sentença. Indevidos se não houver embargos ou impugnação. Neste sentido:
PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. EXECUÇÃO NÃO EMBARGADA. EXECUÇÃO INVERTIDA. HOMOLOGAÇÃO DOS CÁLCULOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INDEVIDOS. AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. 1. O título executivo judicial condenou o INSS à implantação do benefício pleiteado, bem como o pagamento dos valores atrasados, corrigidos com base no Manual de Cálculos da Justiça Federal. 2. O Supremo Tribunal Federal, quando o julgamento do RE 420.816/PR, reconheceu a constitucionalidade da MP n. 2.180-35/01 para afastar o pagamento de honorários advocatícios nas execuções não embargadas contra a Fazenda Pública, excepcionando, contudo, os casos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor. 3. Todavia, analisando de forma mais detida o precedente do STF, "observa-se que o fato que norteou o julgado foi a instauração de um processo de execução, cuja atividade do credor e seu patrono são evidentes, e a contraprestação por essa atividade nos casos em que o valor seja limitado àquele a ser pago por RPV, porque em tal caso não se aplicava a disposição limitativa do § 3º do art. 100 da Constituição. De se ver que tal disposição é aquela que obriga a inclusão de todos os pagamentos na ordem do precatório, procedimento a ser feito mediante aplicação do art. 730 do CPC que demanda instauração do processo de execução contra a Fazenda Pública, obrigatoriamente. (AC 0050923-93.2012.4.01.9199/MG, Juiz Federal RÉGIS DE SOUZA ARAÚJO, Primeira Turma, e-DJF1 18/11/2015). 4. O Superior Tribunal de Justiça já se firmou no sentido de que, quando não há pretensão resistida do INSS, expedindo a correspondente requisição de pagamento de pequeno valor, deve ser afastada a condenação em honorários advocatícios (AgRg no AREsp 630.235/RS). 5. Apelação provida. (AC 0058972-60.2011.4.01.9199 / MG, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO, PRIMEIRA TURMA, e-DJF1 de 07/03/2018).
Reiteradamente o TRF1ª Região vem decidindo que NÃO CABEM HONORÁRIOS NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (ainda em fase inicial), sem que haja embargos ou impugnação ou qualquer incidente. Neste sentido:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-D DA LEI 9.494/97. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÕES DE PEQUENO VALOR. PAGAMENTO MEDIANTE EXPEDIÇÃO DE RPV. SEM OPOSIÇÃO DA FAZENDA. NÃO INCIDÊNCIA DE HONORÁRIOS. AGRAVO DESPROVIDO. 1. O Supremo Tribunal Federal concluiu, no julgamento do RE 420.816/PR, pela não aplicação do art. 1º-D da Lei 9.494/1997 nas hipóteses de execuções que não demandem a expedição de precatório. 2. Porém, a inclusão de verba honorária nas execuções de pequeno valor, ainda que não embargadas, refoge à lógica do sistema constitucional concernente aos pagamentos devidos pela Fazenda Pública em decorrência de sentença judiciária. 3. Tal como no precatório, a requisição de pequeno valor é também exigência constitucional indeclinável na satisfação da dívida da Fazenda Pública em decorrência de sentença judiciária, de modo que não pode a Fazenda fazer o pagamento imediatamente ao trânsito em julgado da sentença. 4. Se há necessidade de requisição de pagamento, seja mediante precatório, seja mediante RPV, não se justifica a imposição de verba honorária, sem que para isso alguma atividade tenha de ser desenvolvida pelo advogado para colimar o pagamento. 5. Assim, deve ser afastada a inclusão de verba honorária em execução de pequeno valor (expedição de RPV) sem oposição da Fazenda Pública aos cálculos apresentados pelo credor. 6. Agravo de instrumento desprovido. AI 1004937-12.2016.4.01.0000. Origem 7006866-27.2016.8.22.0010 (RO). 1ª Turma do TRF da 1ª Região – 16/05/2018. Relator Des. Fed. JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA. Data julgamento: 16/05/2018.
E informativo do STJ, de n. 563, o seguinte julgado foi noticiado:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DESCABIMENTO DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM EXECUÇÃO INVERTIDA. Não cabe a condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios no caso em que o credor simplesmente anui com os cálculos apresentados em "execução invertida", ainda que se trate de hipótese de pagamento mediante Requisição de Pequeno Valor (RPV). É certo que o STJ possui entendimento de ser cabível a fixação de verba honorária nas execuções contra a Fazenda Pública, ainda que não embargadas, quando o pagamento da obrigação for feito mediante RPV. Entretanto, a jurisprudência ressalvou que, nos casos de "execução invertida", a apresentação espontânea dos cálculos após o trânsito em julgado do processo de conhecimento, na fase de liquidação, com o reconhecimento da dívida, afasta a condenação em honorários advocatícios. Precedentes citados: AgRg no AREsp 641.596-RS, Segunda Turma, DJe 23/3/2015; e AgRg nos EDcl no AREsp 527.295-RS, Primeira Turma, DJe 13/4/2015. AgRg no AREsp 630.235-RS, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 19/5/2015, DJe 5/6/2015.
Além do que fora acima dito, esclareço que eventual pedido de honorários na fase de cumprimento de sentença não embargada está suspenso por determinação do C. STJ, que reconheceu repercussão geral no caso - Tema Repetitivo nº 1105.
No mesmo sentido, recente orientação enviada pelo TJRO aos Juízos por meio do SEI 0011811-92.2021.822.8800, de 22/9/2021.

ATENTEM-SE a isso na hora de elaborar as planilhas, evitando resserviço e impugnações desnecessárias e o INSS em não interpor embargos protelatórios, pois pode ser isento das verbas da fase de execução, seguindo o entendimento acima.
2) Recomenda-se:
a) caso os Procuradores tenham contrato de honorários junte para ser providenciada a reserva por este Juízo quando da expedição das RPV´s. Isso sempre foi tentado em benefício de todos e para maior celeridade.
b) aos interessados e Patronos INFORMAR CONTAS do PATRONO e da parte Autora para transferência dos valores (já com as reservas), para evitar maior circulação e aglomeração de pessoas, bem como atraso processual, pois podem sacar os valores a qualquer dia ou realizar pagamentos por meios eletrônicos.
Expeça-se o necessário.
Intimem-se.
Cumpra-se, sucessivamente.
Rolim de Moura/RO, sábado, 15 de julho de 2023, 06:27.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7007875-14.2022.8.22.0010
Requerente/Exequente: APARECIDA DE JESUS MAXIMIANO DE SOUZA
Advogado: ANA KARLA CORDEIRO PASCOAL, OAB nº MS19060
Requerido/Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
D E S P A C H O
Intime a parte autora para se manifestar quanto aos documentos juntados em petição de id.92802707, em 5 dias, sob pena de arquivamento.
Rolim de Moura/RO, 15 de julho de 2023.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7009276-82.2021.8.22.0010
Requerente: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Advogado/Requerente: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Requerido: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
Advogado/Requerido: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO CADASTRAR PATRONO E
INTIMAR DO RETORNO DOS AUTOS
O executado não foi corretamente intimado do retorno dos autos da instância recursal, isso porque o patrono não está cadastrado no Sistema PJE.
À CPE para cadastrar o advogado conforme procuração de ID 83956470 (ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO – OAB/GO 17394).
Após a habilitação do patrono no feito, INTIME a executada por meio de seus procuradores para manifestar-se acerca do retorno dos autos da instância superior, requerendo o que entender de direito no prazo de 5 (cinco) dias.
Havendo manifestação da executada, intime-se o exequente para requerer o que entender oportuno.
Nada sendo requerido, façam-me os autos conclusos para análise do pedido de Sisbajud.
Rolim de Moura/RO, 16 de julho de 2023.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Número do processo: 7002167-17.2021.8.22.0010
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: JOSIANE MUNIZ DE CARVALHO, FELIPE MUNIZ JESUS, JULIA MUNIZ JESUS
ADVOGADOS DOS AUTORES: NELSON ALVES ARAGAO, OAB nº RO10139, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: ADENILSON DE JESUS
REU SEM ADVOGADO(S)
S E N T E N Ç A
(servindo de Ofício)
1 – Relatório:
Trata-se de pedido de Inventário proposto por JOSIANE MUNIZ DE CARVALHO, F. M. J. e J. M. J., em razão do falecimento de ADENILSON DE JESUS.

Nos autos foram juntados todos os documentos necessários para a instrução do feito, inclusive, prestou as ultimas declarações (ID 84526004 p. 1 a 5), adequando assim o plano de partilha, bem como, pugnam pela conclusão dos autos.
Certidão de óbito juntada (ID 56873446 p. 1 e 2).
Certidões Negativas Tributárias das Fazendas Nacional, Estadual e Municipal foram juntadas (ID 59882537 p. 1 a 3).
As Fazendas Nacional, Estadual e Municipal manifestaram desinteresse no feito (IDs 60903972, 61679675 e 61707147).
Documento do bem e/ou prova da existência dele está acostado (IDs 56873450 p. 2 a 4, 56874302 p. 17, 88199657 e 88199658).
Comprovante de declaração/recolhimento do ITCMD (IDs 59882537 p. 4 a 6 e 59882541 p. 1 a 4).
Comprovante de recolhimento das custas processuais (ID 90909314).
O Ministério Público manifestou-se favoravelmente (ID 85413788).
A Defensoria Pública manifestou-se favoravelmente (ID 89745895).
2 – Fundamento e decido:
Não há dívidas ativas do espólio para com o Poder Público, conforme certidões negativas de débito expedidas pelas Fazendas (ID 59882537 p. 1 a 3).
As Fazendas Nacional, Estadual e Municipal manifestaram desinteresse no feito (IDs 60903972, 61679675 e 61707147).
Comprovante de declaração/recolhimento do ITCMD (IDs 59882537 p. 4 a 6 e 59882541 p. 1 a 4).
As custas processuais foram recolhidas (ID 90909314).
Não havendo dívidas a serem pagas e nenhum incidente a ser decidido, estando pagos os tributos que recai sobre os bens do espólio, recolhidas as custas, procede o pedido de inventário/arrolamento dos bens deixados por ADENILSON DE JESUS, para serem partilhados conforme o plano de partilha acostado aos autos (ID 84526004 p. 1 a 5).
3 – Dispositivo:
Diante do exposto, cumprido todo o iter procedimental, estando o feito sem nulidades processuais, bem como constando o pagamento dos tributos, JULGO PROCEDENTE o pedido de inventário/arrolamento/adjudicação dos bens deixados por ADENILSON DE JESUS e HOMOLOGO POR SENTENÇA o plano de partilha de ID 84526004 p. 1 a 5, que servirá para expedição do formal de partilha.
Expeça-se Formal de Partilha.
Custas e emolumentos das averbações e registro do formal pelos interessados, vez que os cartórios exercem atividade privada (art. 236 da CF).
Aliados aos fatores acima, esta decisão é tomada tendo em vista o OFICIO CIRCULAR n.º 72/2012-DECOR/CG, determinando maior rigor na cobrança de custas e emolumentos, tanto no foro judicial como extrajudicial.
Também considero as recentes orientações da CGJ do TJRO, recomendando maior rigor na fiscalização das custas e emolumentos, bem como cumprimento dos arts. 33, 123 e 261, §3.º, todos das DGJ e art. 35, VII da LOMAN.
Por isso, advirto aos interessados as eventuais custas, taxas e emolumentos para cumprimento das diligências são de responsabilidade parte interessada, diretamente no Tabelionato e Cartório. Conste isso do formal.
Extingo o feito com resolução do mérito, (arts. 654 c/c 487, I, ambos do CPC).
a) Sirva esta como Ofício ao Gerente do Banco Santander S/A – Sapezal/MT, determinando que promova a transferência de R$ 1.372,81 e seus acréscimos legais, existentes na Conta Poupança n. 600012753, Ag. 1984, Banco Santander S/A (ID 88199657), para a C/C n. 0730505-2, Ag. 1486-9, Banco Bradesco, de titularidade de Josiane Muniz de Carvalho, CPF n. 731.154.872-15 (ID 88218798), devendo ser encaminhado comprovante da transação em cinco dias.
b) Sirva esta como Ofício ao Gerente do Banco Santander S/A – Sapezal/MT, determinando que promova a transferência de R$ 9.160,67 e seus acréscimos legais, existentes na Conta Corrente n. 010022821, Ag. 1984, Banco Santander S/A (ID 88199658), para a C/C n. 0730505-2, Ag. 1486-9, Banco Bradesco, de titularidade de Josiane Muniz de Carvalho, CPF n. 731.154.872-15 (ID 88218798), devendo ser encaminhado comprovante da transação em cinco dias.
Conforme art. 6º do CPC, FACULTO ao Procurador e interessados encaminharem esta decisão ao Banco Santander S/A – Sapezal/MT, visto que está servindo de Ofício para cumprimento das ordens. Não estamos suprimindo a intimação/ofício, formalmente falando, mas sim procurando conferir efetividade às ordens judiciais, pela urgência do caso em questão.
Expeça-se o necessário.
Publique-se. Registre-se.
Intimem-se a Inventariante na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos, (art. 270 do CPC).
Transitado em julgado, cumpridas as fases acima e não havendo pendências, arquive-se.
Rolim de Moura/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023, 06:01
Jeferson C. TESSILA de Melo Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
E-mail: rdm1civgab@tjro.jus.br . Telefone/WhatsApp: 69 3449 3701.Processo n.: 7002429-30.2022.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 2.384,89 Parte autora: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: AMERICO DE OLIVEIRA SANTOS, ROSILAINE OLIVEIRA DOS SANTOS Advogado: SEM ADVOGADO(S)
S E N T E N Ç A
(extinção - pagamento integral do débito)
Trata-se de Execução Fiscal promovida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.
A exequente noticiou no feito que houve a quitação integral do débito executado nestes autos.
Assim, EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inciso II, c/c art. 925, ambos do Código de Processo Civil e art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional.
Torno sem efeito eventuais constrições nos autos.
Esclareço que inexistem bens penhorados, tampouco restrições inseridas nos sistemas Renajud e Sisbajud.
Custas e honorários quitados.
Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia e porque não terão prejuízos.

Trânsito em julgado nesta data, nos termos do artigo 1.000, do CPC.
Não havendo mais pendências, arquive-se de imediato.
Rolim de Moura/RO, sábado, 15 de julho de 2023, 06:09.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7005554-40.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Passivo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394, IVONILDES GOMES PATRIOTA, OAB nº GO28899
DETERMINAÇÃO PARA INTIMAR O MUNICÍPIO
PARA MANIFESTAÇÃO
Intime-se o município de Rolim de Moura para manifestação quanto às informações referentes ao parcelamento do débito e pedido de suspensão do feito.
Após, conclusos.
Intime-se por meio de seu procurador.
Rolim de Moura, data conforme movimentação processual.
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7005557-92.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Passivo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394, IVONILDES GOMES PATRIOTA, OAB nº GO28899
DETERMINAÇÃO PARA INTIMAR O MUNICÍPIO
PARA MANIFESTAÇÃO
Intime-se o município de Rolim de Moura para manifestação quanto às informações referentes ao parcelamento do débito e pedido de suspensão do feito.
Após, conclusos.
Intime-se por meio de seu procurador.
Rolim de Moura, data conforme movimentação processual.
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7008367-40.2021.8.22.0010
Requerente: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Advogado/Requerente: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Requerido: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
Advogado/Requerido: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394, IVONILDES GOMES PATRIOTA, OAB nº GO28899
D E C I S Ã O - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE
REJEIÇÃO – ÁREA URBANA – INCIDÊNCIA DE IPTU e TAXA DE REMOÇÃO DE RESÍDUOS.
PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA REGISTRADA EM NOME DA EXECUTADA (Loteamento Urbano)
Art. 156, I, da Constituição Federal; arts. 32 a 34, do CTN e art. 11 do Código Tributário do Município de Rolim de Moura (Lei n. 947/2000)
APLICAÇÃO da SÚMULA 626 do STJ
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
I - RELATÓRIO:
Trata-se de EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE em EXECUÇÃO FISCAL apresentada por SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.
A execução fiscal foi fundada em IPTU e taxa de remoção de resíduos.
A SÃO TOMÁS era e é a loteadora/incorporadora responsável pela Incorporadora Buriti (responsável pelo loteamento conhecido como “Cidade Jardim”), localizado depois da UNIR, na saída de Rolim de Moura para BR364. Este loteamento tem mais de 2.000 terrenos. Isso é incontroverso e notório nesta cidade.

São Tomás apresentou exceção de pré-executividade ao argumento de que o título executivo é nulo, pois a Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, bem como por não haver preenchimento dos requisitos para cobrança de IPTU, violando diretamente o art. 32 do CTN e o art. 150, IV da CF, logo, não podendo ser executado.
Pede liminarmente a suspensão da execução.
Alega efeito confiscatório do tributo e causa suspensiva da exigibilidade do crédito tributário, consistente na realização de protocolo de reclamação para suspensão de créditos tributários, bem como alega que já foi protocolado requerimento de cancelamento do projeto.
Ao final requer a suspensão de qualquer ato de constrição de bens da excipiente, bem como seja conhecida a nulidade do título executivo, violação ao art. 32, § 1º, do CTN e o art. 11, § 3º, da Lei Municipal. Por fim, requer a condenação do excepto ao pagamento das custas e honorários advocatícios.
Anexou imagens e documentos.
O exequente/excepto impugnou a exceção. No mérito alega que foram preenchidos todos os requisitos para constituição do crédito tributário, não havendo qualquer nulidade da Certidão de Dívida Ativa – CDA ou causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Ao final requer a improcedência da exceção de pré-executividade, com condenação do excipiente ao pagamento de honorários de sucumbência em favor dos advogados e determinando o regular prosseguimento da Execução Fiscal.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório. DECIDO.
II – FUNDAMENTAÇÃO:
Trata-se de julgamento de exceção de pré-executividade.
A exceção de pré-executividade é uma espécie de defesa do executado, onde ele poderá alegar vício de matéria de ordem pública mediante simples petição e sem a necessidade de garantia do juízo. Tal modalidade de defesa está consolidada de forma unânime na jurisprudência e doutrina, sendo considerada por essa última uma defesa executiva atípica.
No Código de Processo Civil (CPC) não há a previsão expressa deste instituto. Contudo, a doutrina majoritária aponta que a exceção de pré-executividade surgiu em razão de um parecer elaborado por Pontes de Miranda em 1966, no "caso Mannesmann", em que ele defendeu a possibilidade de o executado alegar incidentalmente no processo de execução de matéria de ordem pública, onde o juiz deveria conhecer de ofício por meio de mera petição. Desta forma, seria possível a defesa do executado por meio de petição sem a necessidade de garantia do juízo.
A exceção de pré-executividade é cabível nas execuções ou em fase do cumprimento de sentença, quando ocorrer qualquer vício de ordem pública, já que a defesa tem como objetivo a decretação de nulidade da execução ou sua extinção.
O STJ tem o entendimento pacífico em aceitar a apresentação da exceção de pré-executividade desde que a matéria alegada seja conhecível de ofício, o executado tenha prova pré-constituída de sua alegação e não haja necessidade de instrução probatória para o juiz decidir seu pedido de extinção da execução, como podemos observar no seguinte aresto:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.1. "A exceção de pré-executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória" (REsp 1110925/SP, repetitivo, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJe 04/05/2009). 2. Hipótese em que, por força da Súmula 7 do STJ, não há como verificar o cabimento da exceção de pré-executividade, tendo em vista que o Tribunal Regional Federal a rejeitou uma vez que o elementos de prova constantes nos autos davam conta de que a saída do sócio contra quem se redireciona a execução se teria dado de forma fraudulenta, exigindo-se dilação probatória para se provar o contrário. 3. Agravo interno não provido." STJ – AgInt no AREsp 1264411/ES AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL2018/0062063-8, Relator: Ministro GURGEL DE FARIA, Data de Julgamento: 07/05/2019, T1 – PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/05/2019.
Com relação ao prazo para propositura da exceção de pré-executividade, os Tribunais Estaduais têm adotado o entendimento de que por se tratar de defesa de matéria de ordem pública, pode ser interposta a qualquer momento até o trânsito em julgado da ação, vejamos:
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO – INEXISTÊNCIA – CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL – TÍTULO LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL. – A exceção de pré-executividade, por comportar apenas matéria de ordem pública, não possui prazo legalmente previsto e, portanto, pode ser oposta a qualquer momento – O contrato de compra e venda de bens móveis pode ser considerado como título executivo hábil a embasar uma ação de execução, porquanto está assinado pelas partes e por duas testemunhas, se enquadrando na hipótese prevista no inciso III do artigo 784 do novo CPC." TJ-MG – AC: 10024111968319001 MG, Relator: Pedro Aleixo, Data de Julgamento: 02/05/2018, Data de Publicação: 11/05/2018.
PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. TÍTULO EXECUTIVO. DESCARACTERIZAÇÃO. 1- Havendo nos autos elementos de prova suficientes para formar o convencimento do magistrado, não ocorre cerceamento de defesa. 2 - A interposição de exceção não se submete a prazo, vez que, tratando-se de questão relativa à própria nulidade da execução, não se submete a preclusão. 3 - O contrato de abertura de crédito bancário não constitui título executivo extrajudicial, sendo indispensável o demonstrativo contábil e atualizado do débito. 4 - Recurso improvido. Unanimidade. (TJ-MA - AC: 92642001 MA, Relator: RAIMUNDO FREIRE CUTRIM, Data de Julgamento: 31/10/2003, IMPERATRIZ).
EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXCEÇÃO DE PRE EXECUTIVIDADE - ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO TÍTULO - OPOSIÇÃO FORA DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DOS EMBARGOS - POSSIBILIDADE. A natureza das matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade, que são matérias de ordem pública, afasta a possibilidade de sua preclusão, já que a todo e qualquer tempo poderá o julgador voltar a analisá-las, eis que estão afeitas à nulidade da execução, não estando o prazo para interposição da exceção de pré-executividade atrelado ao prazo dos embargos de devedor. (TJ-MG - AI: 10643060001291001 São Roque de Minas, Relator: Tiago Pinto, Data de Julgamento: 13/12/2011, Câmaras Cíveis Isoladas / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 20/01/2012).
DO MÉRITO:
O ponto controvertido consiste na incidência ou não IPTU e taxa de remoção de resíduo no terreno mencionado na inicial, pois parte do loteamento "Cidade Jardim" deve ser destinada à Área de Preservação Permanente, por força de cumprimento do Plano Diretor e Urbanístico. Tanto que existe a ACP 0006366-51.2014.822.0010 questionando o cumprimento de parte destas obrigações.

Pretende o excipiente seja reconhecida a inexistência de dívida junto ao excepto e, por consequência, seja julgada improcedente a execução fiscal.
Em análise das provas juntadas pelo excipiente, conclui-se que o pedido é IMPROCEDENTE.
Observo que o excipiente não trouxe nenhuma alegação ou prova que possa impedir o prosseguimento do procedimento executório e não há nenhum vício ou nulidade capaz de obstar o prosseguimento da execução.
É cediço que a incidência de IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana está prevista no art. 156, I, da Constituição Federal e nos artigos 29 a 34 do Código Tributário Nacional.
De acordo com tais normas, o fato gerador de tal tributo é a propriedade, o domínio útil ou mesmo a posse do bem, bastando a existência de um destes direitos para que ocorra a tributação, ou seja, tornam legítima cobrança do IPTU.
O Município de Rolim de Moura aprovou o loteamento Cidade Jardim. Após foi ajuizada Ação Civil Pública – ACP pelo Ministério Público para apurar eventuais vícios na aprovação do loteamento.
De início, consigno aos interessados que a Ação Civil Pública referida na exceção (autos n.º 0006366-51.2014.822.0010) fora sentenciada em dezembro de 2022. Contra a sentença, o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SANEROM - AUTARQUIA DE SANEAMENTO E ROLIM DE MOURA ingressaram com embargos de declaração, já rejeitados dia 08/3/2023. Tanto o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS e a SANEROM - AUTARQUIA DE SANEAMENTO E ROLIM DE MOURA já foram intimados a cerca da sentença proferida na aludida ACP.
Portanto, resta afastado qualquer outro questionamento acerca da aludida ACP.
Conforme ata de audiência realizada no bojo da ACP supra, autorizou-se ao excipiente a dar continuidade nas vendas de lotes do empreendimento, com a ressalva de que deveria restringir-se às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A, 13A e 23A, destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente.
Assim, caso o lote que consta na CDA seja área verde ou institucional (áreas públicas) não incide IPTU (falta de domínio útil). Ao contrário, se não for pública, incide.
No caso dos autos, verifico que a área sob a qual recai dívida tributária NÃO se encontra com restrição (Ação civil pública nº 0006366-51.2014.822.0010), podendo ser alienado livremente, onerado, sofrer qualquer inovação física, sejam acessões ou benfeitorias. Ou seja, estão presentes os requisitos para o exercício pleno da propriedade.
Veja que conforme a ata da audiência realizada nos autos da Ação Civil Pública 0006366-51.2014.822.0010, o imóvel descrito na inicial não tem restrição de comercialização, estando o excipiente autorizado a realizar sua venda. A restrição é apenas para os imóveis localizados nas quadras 04A, 13A e 23A e o imóvel objeto da presente execução não está inserido nas referidas quadras.
Contudo, a eventual hipótese do excipiente não ter vendido o imóvel, não o isenta do pagamento dos tributos devidos em razão do exercício de propriedade, vez que trata-se de área urbanizável.
Ao apreciar tutela antecipada em Agravo de Instrumento interposto nos autos 7002554-37.2018.8.22.0010 e n. 7002105-79.2018.8.22.0010, o e. TJ/RO indeferiu a antecipação de tutela recursal ao fundamento de que o Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em face da agravante (ora excepto) visando a cobrança do IPTU, referente a imóvel que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento, situação que se amolda ao caso em análise. Vejamos:

Processo: 0811274-07.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ªVara Cível Agravante: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Advogado: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/GO 17394) Agravado: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Relator: DANIEL RIBEIRO LAGOS Data distribuição: 24/11/2021 DECISÃO VISTOS Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura que, nos autos da execução fiscal n. 7002105-79.2018.8.22.0010, rejeitou exceção de pré-executividade. Aduz que o Município de Rolim de Moura propôs ação de execução fiscal visando à cobrança da certidão de dívida ativa n. 962/2018, referente ao IPTU do imóvel QD 33A, LT 44, Residencial Cidade Jardim, no valor total R$ 2.208,28. Sustenta tratar-se de título executivo nulo, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, assim não há preenchimento dos requisitos necessários para cobrança de IPTU. Afirma que o local não conta com os melhoramentos previstos no art. 32, § 1º, do CTN, de modo que não incidente IPTU, além de que a exigibilidade está suspensa pois protocolizou reclamação nos termos do inc. III do art. 151 do CTN. Alega, ainda, ter protocolado requerimento de alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel QD. 33A, LT. 18, objeto da lide. Assim, requer a concessão do efeito suspensivo com o fim de suspender o prosseguimento da execução fiscal e de qualquer ato de constrição, e no mérito, declarada a nulidade do título executado por reconhecer a suspensão da exigibilidade do crédito ante a reclamação administrativa interposta junto à municipalidade exequente tanto quanto a nulidade do título executivo por se tratar de área não urbanizada. Junta documentos. É o relatório. Decido. Garante o artigo 1.019 do Código de Processo Civil a possibilidade de o relator atribuir efeito suspensivo ou antecipar os pedidos recursais, caso verificada a probabilidade do direito vindicado e o risco da demora, requisitos esses que passo a analisar para fins de suspensão, ou não, da decisão agravada. Considerando que a concessão da tutela ocorre apenas quando houver dano irreparável ou de difícil reparação devidamente comprovado, no caso em exame, verifico ausentes os elementos probatórios capazes de demonstrar sua concessão. Explico. Sabe-se que a exceção de (objeção) de pré-executividade é um meio de defesa no processo de execução que permite ao executado por execução irregular apresentar resistência aos atos executórios, trazendo a apreciação do juízo questões de ordem pública, que independem de prova ou se apoiam em prova pré-constituída. Na hipótese, consta que na ACP n. 0006366-51.2014.822.0010 foi autorizada a agravante dar continuidade às vendas de lotes do empreendimento restrita às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A,13A e 23A, as quais destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em face da agravante visando a cobrança do IPTU, referente à QD 33A, LT 44, Residencial Cidade Jardim, que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento. Desse modo, entendo que deve permanecer inalterada a decisão agravada até o mérito recursal, que analisará as razões expostas pelas partes. Sendo assim, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal, até o julgamento do mérito. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do NCPC, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos. Dê-se ciência o juízo a quo da decisão. Publique-se. Cumpra-se. Porto Velho, 17 de dezembro de 2021 DANIEL RIBEIRO LAGOS RELATOR.
Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: DANIEL RIBEIRO LAGOS Data distribuição: 26/11/2021 12:34:55 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Deci-

são VISTOS Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura que, nos autos da execução fiscal n. 7002105-79.2018.8.22.0010, rejeitou exceção de pré-executividade. Aduz que o Município de Rolim de Moura propôs ação de execução fiscal visando à cobrança do IPTU do imóvel QD 33A, LT 18, Residencial Cidade Jardim, referente à certidão de dívida ativa n. 909/2018, no valor total R$ 1.879,80. Sustenta tratar-se de título executivo nulo, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, assim não há preenchimento dos requisitos necessários para cobrança de IPTU. Afirma que a cobrança viola diretamente o art. 32, § 1º, do CTN e o art. 11, § 3º, da Lei Municipal vigente a época, vez que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU. Alega, ainda, ter protocolado na Prefeitura da Comarca, reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel QD. 33A, LT. 18, objeto da lide. Assim, requer a concessão do efeito suspensivo com o fim de suspender o prosseguimento da execução fiscal e de qualquer ato de constrição, e no mérito, declarada a nulidade do título executado por reconhecer a suspensão da exigibilidade do crédito ante a reclamação administrativa interposta junto à municipalidade exequente tanto quanto a nulidade do título executivo por se tratar de área não urbanizada. Junta documentos (ID 14135628). É o relatório. Decido. Garante o artigo 1.019 do Código de Processo Civil a possibilidade de o relator atribuir efeito suspensivo ou antecipar os pedidos recursais, caso verificada a probabilidade do direito vindicado e o risco da demora, requisitos esses que passo a analisar para fins de suspensão, ou não, da decisão agravada. Considerando que a concessão da tutela ocorre apenas quando houver dano irreparável ou de difícil reparação devidamente comprovado, no caso em exame, verifico ausentes os elementos probatórios capazes de demonstrar sua concessão. Explico. Sabe-se que a exceção de (objeção) de pré-executividade é um meio de defesa no processo de execução que permite ao executado por execução irregular apresentar resistência aos atos executórios, trazendo a apreciação do juízo questões de ordem pública, que independem de prova ou se apoiam em prova pré-constituída. Na hipótese, consta que na ACP n. 0006366-51.2014.822.0010 foi autorizada a agravante dar continuidade às vendas de lotes do empreendimento restrita às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A,13A e 23A, as quais destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em face da agravante visando a cobrança do IPTU na CDA n. n. 909/2018, referente à QD 33A, LT 18, Residencial Cidade Jardim, que, em tese, não possui restrição à implementação. Desse modo, entendo que deve permanecer inalterada a decisão agravada até o mérito recursal, que analisará as razões expostas pelas partes. Sendo assim, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal, até o julgamento do mérito. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do NCPC, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos. Dê-se ciência o juízo a quo da decisão. Publique-se. Cumpra-se. Porto Velho, 17 de dezembro de 2021 DANIEL RIBEIRO LAGOS RELATOR.

Em que pese os argumentos do excipiente de que o título executivo é nulo, pois não ocorreu o fato gerador, vez que o imóvel objeto da lide, para efeito do IPTU não está caracterizado como “zona urbana”, ou seja, não é urbanizado, pois não possuí nenhum dos melhoramentos indicados tanto no art. 32, § 1º, do CTN, não lhe assiste razão, pois fundamenta sua pretensão em jurisprudência já superada pelos tribunais superiores.

Conforme recente posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos referidos melhoramentos. O referido posicionamento foi objeto da súmula 626:

Súmula 626-STJ: A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN.

No mesmo sentido acima acórdão publicado no DJE do dia 11/10/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRAVANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide

(...)

No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que “a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º”. Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ (“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)”. II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, “uma vez fixado que o imóvel encontra-se em

espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável". Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, "há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU", aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expansão urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005" (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/05/2014. IV. De fato, "tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/STJ, no sentido de que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN". VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, "[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)

Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO.

(...)

XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – Relator (DJE 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica.

Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – relator (DJe 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO (11/10/2022)
Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto - relator (DJe de 11/10/2022)

2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão (DJE de 11/10/2022).
Seguido pelo DJe do dia 10/10/2022, em:

2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido (DJe de 10/10/2022).
No DJe de 07/10/2022, em 1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível
Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda) Agravado: Município de Rolim de Moura DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADADE. Melhoramentos Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravoDE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramen interno. (DJe de 7/10/2022)

1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno. (Dje de 7/10/2022)
É pacífico que a SÃO TOMAS tem de pagar os tributos da área em questão (Loteamento Cidade Jardim – Buriti). Tem mais de cem acórdãos sobre isso, conforme pode ser visto em:
- 1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade
- 2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido.
- 2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
Todos acórdãos acima publicados no DJE de 18/10/2022.
- Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).
- Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A

Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (...)

Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).

Agravo de Instrumento nos autos 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura e Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." (DJe de 6/10/2022).

Está plenamente viabilizada a comercialização do lote em questão, ou seja, está disponível, com livre exercício da propriedade.

Se o sujeito está tendo disponibilidade plena do imóvel, pondo inclusive vender, alienar ou usufruir do mesmo, há domínio útil.

Se há domínio útil (leia-se: propriedade imobiliária), há incidência de IPTU por haver preenchimento dos requisitos para cobrança do referido tributo, conforme art. 32 do CTN, e art. 11 do Código Tributário Municipal logo, podendo ser, portanto, objeto de execução fiscal.

Art. 32 CTN. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

Art. 11CTM. O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, de apuração anual, tem como fato gerador à propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado na zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano.

Segundo o art. 1.228 do Código Civil, "O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha".

O excipiente pode dispor economicamente do bem, de modo que consubstancia o fato gerador do imposto.

Assim, a relação tributária vislumbrada para efeito do lançamento de IPTU pressupõe a propriedade em sua plenitude, como a exercida pelo excipiente, uma vez que sua livre disposição não foi afetada pela ACP 0006366-51.2014.822.0010. Somente no caso de estar impossibilitado de dispor economicamente do bem, em razão de não poder exercer a faculdade de uso, gozo e disposição por conta de restrição judicial, não se consubstanciaria o fato gerador do imposto, o que não é o caso dos autos.

Outrossim, é cediço que o IPTU, nos termos do que dispõem os artigos 32 e 33 do Código Tributário Nacional, tem por fato gerador a propriedade, domínio útil ou a posse do imóvel e, por base de cálculo, o seu valor venal. Nesse contexto, foram preenchidos todos os requisitos legais necessários e suficientes para incidência do IPTU.

Há elementos jurídicos e fáticos que autorizem a cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel questionado tendo em vista que o título é exequível, posto que ocorreu o fato gerador para o imóvel referido.

Estando livre a fruição do imóvel pelo proprietário, resta configurado o fato gerador do IPTU, assim como também a germinação da taxa de recolhimento de resíduos.

O fato de imóvel permanecer ainda na sua forma bruta decorre da inércia do proprietário em empreender esforços destinados a promover melhorias no mesmo e que nada interfere na incidência de tributos sobre o mesmo e tratando se de Loteamento, as melhorias são de responsabilidade da Loteadora, sendo um requisito de aprovação do loteamento.

Ainda, conforme art. 204 do CTN: "A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída".

Nesse sentido, entendimento do E. TJ/RO:

Apelação cível. Ação anulatória. Direito tributário. IPTU. Base de cálculo. Legislação municipal. Presunção de veracidade das informações utilizadas pelo fisco para o lançamento do tributo. Ônus contribuinte. Validade da CDA. Recurso não provido. 1. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite. 2. Conforme arts. 32 e 33 do CTN, o IPTU tem por fato gerador a propriedade, domínio útil ou a posse do imóvel e, por base de cálculo, o seu valor venal. Por força do 156, I, da CF, incumbe ao Município, no exercício de sua competência tributária, definir a modalidade de lançamento e forma de apuração do IPTU. 3. No caso, não tendo a apelante apresentado provas capazes de justificar a nulidade do crédito, impõe-se que seja mantida a obrigação tributária executada. 4. Recurso não provido. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7007462-67.2018.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Miguel Monico Neto, Data de julgamento: 23/07/2021.

Seguido por tribunais:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO E NOME NA CDA. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DA CDA. PRODUÇÃO DE PROVA. PRESENÇA DE OMISSÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS SEM EFEITOS INFRINGENTES. 1. A presunção de legitimidade assegurada à CDA impõe ao executado que figura no título executivo o ônus de demonstrar a inexistência de sua responsabilidade tributária. Precedentes representativos da controvérsia, art. 543-C, do CPC: REsp 1.104.900-ES, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 25.03.2009; REsp 1.110.925-SP; Rel. Min.Teori Zavascki, julgado em 22.04.2009 (...). (STJ – AgRg no AREsp nº 41479, 2ª turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 07.08.2012).

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE DAS AVALIAÇÕES. SÚMULA Nº 284 DO STF. JUNTADA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. ÔNUS DA EMBARGANTE. ANÁLISE DOS REQUISITOS DA CDA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. LEGALIDADE DA TAXA SELIC. ENTENDIMENTO ADOTADO NA SISTEMÁTICA DO ART. 543-C, DO CPC. CARÁTER CONFISCATÓRIO DAS MULTAS. MATÉRIA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. [...] 3. Esta Corte já se manifestou no sentido de que a Certidão de Dívida Ativa goza de presunção de certeza e liquidez, cujo ônus de ilidi-la é do contribuinte, cabendo a ele, ainda, a juntada do processo administrativo, caso imprescindível à solução da controvérsia. (REsp 1.627.811/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 27/04/2017) 4. É cediço nesta Corte, inclusive por entendimento adotado em sede de recurso especial repetitivo, julgado na sistemática do art. 543-C, do CPC (REsp n.º 879.844/MG e Resp n.º 1.111.175/SP, ambos julgados sob o rito do art. 543-C do CPC), que os débitos fiscais pagos em atraso, inclusive multa, são corrigidos pela Taxa Selic. [...] (AgInt no AREsp 1135936/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 03/05/2018).

TRIBUTÁRIO, PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FAZENDA PÚBLICA DIREITOS INDISPONÍVEIS. INAPLICABILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. ART. 320, INCISO II, DO CPC. IPTU. LANÇAMENTO. ATO ADMINISTRATIVO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. MODIFICAÇÃO POR LAUDO TÉCNICO UNILATERAL. IMPOSSIBILIDADE. PROVA INEQUÍVOCA. 1. Não se aplicam os efeitos da revelia contra a Fazenda Pública uma vez que indisponíveis os interesses em jogo. 2. O ato administrativo goza da presunção de legalidade que, para ser afastada, requer a produção de prova inequívoca cujo valor probatório não pode ter sido produzido unilateralmente – pelo interessado. Agravo regimental improvido. (STJ – AgRg no REsp nº 1137177, Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, j. 18.02.2010 – destaquei)

Processual Civil. Mandado de segurança. Ônus da prova. Alegação de nulidade do ato administrativo. CPC, artigo 333, II. Se os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade e auto-executoriedade, na hipótese em que se alega sua nulidade, porque eivado de ilegalidade, incumbe ao impugnante o ônus da prova do vício, 'ex vi' do artigo 333, II, do Código de Processo Civil. (STJ – REsp nº 230307, Rel. Min. Vicente Leal, 6ª Turma, j. 25.04.2000).

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. AÇÃO ANULATÓRIA DE LANÇAMENTO FISCAL. DECLARAÇÃO RETIFICADORA DE RENDIMENTOS, SEM A DEVIDA COMPROVAÇÃO PERANTE O FISCO QUANTO À DISCRIMINAÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS PARA EFEITOS DE TRIBUTAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA. AUSÊNCIA DE PROVA SUFICIENTE PARA ANULAR O LANÇAMENTO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO (...). 2 – Em tratando-se de ação anulatória incumbe ao autor o ônus da prova, no tocante à desconstituição do crédito já notificado ao contribuinte, em face da presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo, sendo, pois, necessária prova irrefutável. 3 – 'In casu', prescindindo, pois, para desconstituição do lançamento fiscal, de prova pericial, como forma de constatar efetivamente quais as verbas salariais recebidas pelo autor no ano-base de 1994, bem como a discriminação das verbas recebidas por força de acordo trabalhista, como forma de classificar quais rendimentos seriam tributáveis, quais seriam isentos ou não tributáveis e, inexistindo nos autos elementos probatórios suficientes, bem como a referida prova pericial, não há como se anular o lançamento fiscal. 4 - Apelação e remessa oficial providas. (TRF-5 – AC nº 328160, Segunda Turma, Rel. Des. Federal Petrucio Ferreira, j. 08.06.2004).

a) Do alegado efeito confiscatório:

O excipiente ainda alega de forma aleatória e sem contexto com os fatos exposto nos autos, que a incidência dos tributos e caracteriza efeito confiscatório, contudo não demonstra onde está o excesso tributário.

Pelo contrário, a incidência de IPTU e de taxa de remoção de lixo decorre de previsão constitucional e de prestação compulsória, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, como prescreve o art. 3º do CTN.

Não foi comprovada ou mesmo indicada a desproporcionalidade na incidência dos tributos cobrados ou mesmo ônus excessivo.

Neste particular, a despeito do que afirma o excipiente, observa-se que a cobrança dos tributos efetuada pela municipalidade de Rolim de Moura observou de maneira atenta as vicissitudes referentes à capacidade econômica dos contribuintes, adaptando o montante obrigacional devido ao fisco a depender das condições econômicas do devedor de tributos.

Não restaram presentes hipóteses de isenção, imunidade ou exclusão do crédito tributário, tampouco violação dos princípios da capacidade contributiva, da proporcionalidade ou do não confisco.

A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Dito isto, caberia ao excipiente demonstrar terem sido as cobranças realizadas em desacordo com a legislação municipal, o que não foi o caso dos autos, devendo permanecerem válidos os créditos tributários inscritos em dívida ativa, que, como já dito, goza de presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Nesse sentido a jurisprudência:

Súmula vinculante 19: A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

Apelação cível. IPTU. Lançamento de Ofício. Presunção de veracidade das informações utilizadas pelo fisco para o lançamento do tributo. Validade da CDA. Recurso não provido. Conforme disposição do Código Tributário Municipal, fica facultado ao município por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, o lançamento do IPTU de ofício, utilizando para esse fim a planta de valores. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite. (APELAÇÃO CÍVEL 7002414-71.2016.822.0010, Rel. Des. Hiram Souza Marques, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Especial, julgado em 30/10/2019).

INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE TAQUARA. TAXA DE COLETA DE LIXO. TAXA DE CONSERVAÇÃO DE CALÇAMENTO. TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA. CONTRIBUIÇÃO PARA PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO. 1. É constitucional a taxa de coleta de lixo (artigo 1º da Lei Municipal nº 1.675/93), por ter como fato gerador serviço público específico e divisível. Súmula Vinculante nº 19 do STF. (...) (TJ-RS - IIN: 70044424554 RS, Relator: Eduardo Uhlein, Data de Julgamento: 26/05/2014, Tribunal Pleno, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 25/07/2014)

2º G. ANGELA MARIA MACHADO COSTA, EM SUBSTITUIÇÃO AO DES. ROGÉRIO LUIS NIELSEN KANAYAMA. APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DOS CONTORNOS DA INCIDÊNCIA DE IPTU E TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO – TRIBUTOS ESTABELECIDOS NA LEI NO 12.575/2017, DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – ALEGAÇÃO DE DESCONFORMIDADE DA TRIBUTAÇÃO PARA COM OS PRINCÍPIOS DO NÃO CONFISCO, DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E DA ISONOMIA TRIBUTÁRIOS – INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE – IPTU DEVIDAMENTE MAJORADO POR LEI EM SENTIDO FORMAL – ELEVAÇÃO DO PATAMAR DE COBRANÇA QUE SE PRESTA A EVITAR O ENRIQUECIMENTO INDEVIDO DOS CONTRIBUINTES – REGRA DE TRANSIÇÃO PARA EVITAR OS IMPACTOS DO AUMENTO DO MONTANTE FISCAL DEVIDO – INTELIGÊNCIA DO ART. 9º DA LEI MUNICIPAL NO 12.575/2017 – CAPACIDADE CONTRIBUTIVA CONCRETA IMPASSÍVEL DE AVALIAÇÃO PELA VIA DO MANDADO DE SEGURANÇA – TAXA DE COLETA DE LIXO DOMICILAR REGULAR – BASE DE CÁLCULO COMPOSTA PELO COTEJO DA DIMENSÃO DA PROPRIEDADE E DA MENSURAÇÃO DO SERVIÇO SEMANALMENTE UTILIZADO – LIBERDADE DO LEGISLADOR PARA DELIMITAR OS CRITÉRIOS CONSTITUTIVOS DA BASE DE CÁLCULO, DESDE QUE RESPEITADA A POSSIBILIDADE DE DIFERENCIAÇÃO DOS ELEMENTOS QUE INTEGRAM OS DEMAIS TRIBUTOS – INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 85, § 11, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL POR SE TRATAR DE MANDADO DE SEGURANÇA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR - 2ª C. Cível - 0076730-62.2018.8.16.0014 - Londrina - Rel.: Juíza Angela Maria Machado Costa - J. 29.10.2019)

b) Da alegação de reclamação como causa de suspensão do crédito tributário.

O excipiente alega ainda que o crédito tributário está suspendo em razão de protocolo de reclamação para suspensão de créditos tributários, realizado junto à Prefeitura de Rolim de Moura.
De fato, a reclamação suspende a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do Art. 151, III, do CTN.
Contudo, o protocolo já teve sua apreciação realizada pelo excepto, com decisão de indeferimento proferida em 02/03/2021. Após o decurso do prazo para recurso contra a decisão proferida na reclamação, o crédito tributário voltou a ser exigível, nos moldes propostos na inicial.
Se incontroverso que o protocolo da reclamação suspende a exigibilidade do crédito tributário, também o é o fato de que após a decisão administrativa transitar em julgado, o crédito volta a ser exigível.
Destaco que o excipiente não noticiou a interposição de recurso contra a referida decisão ou mesmo qualquer outra hipótese de suspensão do crédito, de modo que a execução deve seguir seu curso regular.
c) Quanto à alegação de cancelamento do projeto.
Aduz o excipiente que compareceu na prefeitura e protocolou requerimento para alteração de projeto urbanístico, alteração essa que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide.
Contudo, o requerimento de alteração do projeto protocolado não faz menção ao imóvel da inicial, mas sim apenas as quadras destinadas à Área Verde e APP, quais sejam: 04A, 13A e 23A, dentre as quais não se inclui o imóvel objeto desta execução fiscal.
Desta feita, não se verifica a ausência de quaisquer dos requisitos necessários, ou mesmo outras máculas à execução. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal visando a cobrança do IPTU, referente ao imóvel descrito na CDA que acompanha a inicial, que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento.
Dessa forma, não tendo o excipiente apresentado provas capazes de justificar a desconstituição do crédito, impõe-se que sejam os pedidos julgados improcedentes, a fim de que a execução siga seu rito sem embaraços, dado que o excipiente não refutou a presunção (juris tantum) contida na certidão de dívida ativa.
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como “Cidade Jardim”, localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica saída de Rolim de Moura sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU. A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.
Da mesma forma e em idêntico raciocínio, o proprietário de veículo automotor tem de pagar o IPVA, ande ou com o veículo naquele ano. É proprietário de veículo, tem de pagar o IPVA e licenciamento anual; é proprietário de imóvel urbano, tem de pagar o IPTU; é proprietário de imóvel rural tem de pagar o ITR e CCIR.
Há centenas de acórdão sobre o Município de Rolim de Moura e a TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Todos Desembargadores das Câmaras Especiais já mencionaram este fato seus votos. Porém, vou mencionar apenas alguns abaixo:

1ª Câmara Especial Processo:0801525-29.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002630-61.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 23/02/2022 Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE.” EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso. (DJe 27/9/2022).
Gabinete Des. Hiram Souza Marques Número do processo: 0810888-40.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJ de 11/11/2022).
Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0810836-44.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJE de 11/11/2022).

2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0807308-02.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 28/07/2022 09:05:45 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Decisão Vistos. Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de concessão de efeito suspensivo, interposto por São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações LTDA contra a decisão proferida pelo Juízo a quo que rejeitou a exceção de pré-executividade que manejou nos autos da execução fiscal n. 7002638-38.2018.8.22.0010. Em suma, explica que a execução fiscal tem como fundamento CDA no valor de R$ 1.879,64 (Mil Oitocentos e setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel QD. 42A, LT. CJ-17, Residencial Cidade Jardim, Rolim de Moura, Rondônia.
(DJe de 18//8/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0808615-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 12/9/2022).

No mesmo sentido acima acórdão publicado no DJE de 12/9/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:
0808615-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe 12/9/2022).
Seguido por: 2ª Câmara Especial/Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0807308-02.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 28/07/2022 09:05:45 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 18/8/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0801627-51.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJe de 6/6/2022);
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJe 6/6/2022), dentre tantos outros que podem ser consultados no PJE.
Gab. Des. Miguel Monico - Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Vistos.
(DJe de 12/9/2022).

0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 12/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

(DJ de 15/9/2022)

0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 13/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
(DJ de 15/9/2022)
Gabinete Des. Hiram Souza - Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 01/09/2022 07:36:56 DESEMBARGADOR HIRAM SOUZA MARQUES
(DJE de 22/9/2022).

Gabinete Des. Hiram Souza Marques – Agravo de Instrumento 0808789-97.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe 22/9/2022)
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0809011-65.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/1ª Vara Cível/7002419-83.2022.8.22.0010 Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17.394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Des. Gilberto Barbosa DECISÃO Vistos etc., Cuida-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Rolim de Moura que, rejeitando exceção de pré-executividade, determinou o prosseguimento da execução fiscal de crédito de IPTU e de taxa de remoção de resíduos do imóvel quadra 56A, lote 14, Residencial Cidade Jardim, naquele Município. Referindo-se à fumaça do bom direito, afirma nulo o título executivo, pois, na audiência de conciliação realizada em sítio de ação civil pública (proc, 0006366-51.2014.8.22.0010), foi autorizada a dar continuidade à venda de lotes da quadra 01A a 34ª, com exceção das quadras 04A, 13A e 23ª, que não foram implementadas e, por essa razão, não preenche os requisitos necessárias para cobrança de IPTU. Sustentando que, por não se ter edificado obras na quadra 56A, lote 14, não ocorreu o fato gerador do IPTU, pois o imóvel, para além de não ser urbanizado, ainda está na sua forma bruta, como no momento do projeto e, por essa razão, sobre ele não deve incidir o tributo. Afirma que a quadra 56A, lote 14, foi excluído do projeto e está com restrição de implementação conforme consta da ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010, portanto, nulo o título executivo de IPTU sobre imóvel não implementado. Destaca, ademais, que a escola mais próxima está a mais de 2,3km, na região onde está situado o imóvel não há rede de abastecimento de água, tampouco sistema de esgoto sanitário, meio-fio ou calçamento, canalização de águas pluviais e rede de iluminação pública, de modo que o lançamento do IPTU macula o que dispõe o artigo 32, §1º do Código Tributário Nacional. Referindo-se aos requisitos essenciais, pede que seja antecipada a tutela recursal e, por consequência, suspensos os efeitos da decisão agravada e, por consequência, a execução fiscal. No que respeita ao mérito, pede que seja declarada a nulidade do título executivo e imposto honorários advocatícios equivalentes a dez por cento do valor atribuído à causa, id. 17324813. É o relatório. Decido. Mister que se tenha em conta a sistemática introduzida pelo artigo 1.019 do Código de Processo Civil no sentido de que o efeito suspensivo tão somente deve ser deferido em situações que evidenciem a probabilidade do direito vindicado (fumus boni iuris) e o perigo de dano, ou risco ao resultado útil do processo (periculum in mora).
27/9/2022 OU 24/9

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0809010-80.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 16/09/2022 14:53:46 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJ de 28/9/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0802735-18.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002640-08.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 29/03/2022 Interposto em 11/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 4. Recurso não provido.
(DJ de 3/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo:0804506-31.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002634-98.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 12/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Recurso não provido.
(DJe de 3/10/2022).
Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0809029-86.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A
(DJe de 6/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo: 0801604-08.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Súmula do STJ. Cobrança devida. Recurso improvido. Consoante os termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". No caso versado, é devida a referida cobrança pelo Município, devendo ser mantida a decisão do juízo primevo determinando o pagamento do tributo.
(DJ de 6/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Mour
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJE de 7/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PRO-

VIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJe 7/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido
(DJ de 10/10/2022).
No mesmo sentido acima acórdão publicado no do dia 11/10/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRAVANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide
(...)
No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º". Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ ("Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)". II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, "uma vez fixado que o imóvel encontra-se em espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável". Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, "há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU", aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expansão urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005" (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA

TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/05/2014. IV. De fato, "tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/STJ, no sentido de que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN". VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, "[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)

Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO.

(...)

XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – Relator (DJE 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica.

Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé

ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – relator (DJe 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO (DJe 11/10/2022)

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto - relator (11/10/2022)

2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão.
(DJE de 11/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido
(DJe de 10/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível
Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.
Agravado: Município de Rolim de Moura

DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJe de 7/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(Dje de 7/10/2022).
E no DJe de 6/10/2022, em 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante:
São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura e Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRAVANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide
(...)
No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º". Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ ("Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)". II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, "uma vez fixado que o imóvel encontra-se em espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável". Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, "há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU", aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expansão urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005" (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN

BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/05/2014. IV. De fato, "tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/STJ, no sentido de que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN". VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, "[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)

Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator (DJe de 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO

(...)

XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJe de 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica.

Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123,

XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJ de 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO

(DJe de 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator

(DJe de 11/10/2022).

ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão.

(DJ de 11/10/2022)

2ª Câmara Especial Processo: 0801604-08.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura

Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Súmula do STJ. Cobrança devida. Recurso improvido. Consoante os termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". No caso versado, é devida a referida cobrança pelo Município, devendo ser mantida a decisão do juízo primevo determinando o pagamento do tributo.

(DJE de 6/10/2022)

1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Mour
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJe de 7/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJE de 7/10/2022).
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809904-56.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO – OAB/GO 17394 AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES DANIEL RIBEIRO LAGOS
(DJe de 14/10/2022).

2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0809665-52.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 04/10/2022 13:47:38 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 14/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809779-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Processo:0809789-35.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394)
Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 08/03/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção

de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso.
(DJe de 18/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Distribuído em 24/02/2022 Interposto em 27/06/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula n. 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Recurso não provido.
(DJe 18/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Recurso não provido
(DJe 18/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade
2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido.

2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).
Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A

Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (...)
Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se.
Gabinete Des. Miguel Monico - Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo: 0804888-24.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002647-97.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. HIRAM DE SOUZA MARQUES Distribuído em 25/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Rejeição de exceção de pré-executividade. Cobrança de IPTU. Loteamento registrado. Área de expansão urbana. Incidência do tributo. Lote situado em APP. Limitação administrativa que não altera a ocorrência do fato gerador. Cobrança hígida. 1. Nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, incide IPTU quanto a propriedade de imóvel objeto de loteamento nos termos da Lei n. 6.766/79, situado em área de expansão urbana, sendo prescindível a demonstração de melhoramentos. Inteligência da Súmula n. 626 do STJ. 2. Tratando-se de lote submetido à limitação administrativa ambiental (APP), cuja área foi indicada voluntariamente pelo recorrente mediante acordo formulado em ação civil pública, não há falar na não ocorrência do fato imponível do IPTU, uma vez que não houve alteração de propriedade do bem. 3. Recurso improvido
(DJe de 20/10/2022).

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo:0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 12/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJe de 21/10/2022).

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 13/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. ABERTURA DE VISTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO: 7054718-74.2016.8.22.0001 (PJE)
(DJ de 24/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0810150-52.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJ de 24/10/2022).
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809670-74.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: Des. GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 04/10/2022 15:22:08 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO
(...)
Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJ e 25/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809661-15.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: Des. GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 04/10/2022 13:20:15 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO
(...)
Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJe erde 25/10/2022)
Diversos outros acórdãos envolvendo a São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda e o Município de Rolim de Moura publicados no DJe do dia 25/10/2022.

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0809671-59.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/2ª Vara Cível/7007101-18.2021.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17.394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Des. Gilberto Barbosa DECISÃO Vistos etc., Cuida-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. contra decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Rolim de Moura que, rejeitando exceção de pré-executividade, determinou o prosseguimento da execução fiscal de crédito de IPTU e de taxa de remoção de resíduos do imóvel quadra 34A, lote 37, Residencial Cidade Jardim, naquele Município.
(DJ de 27/10/2022).
A título de exemplo, apenas publicados no DJe/TJRO desta semana (dia 21/3/2023) há diversos acórdãos sobre este mesmo assunto (incidência de IPTU no "Loteamento Cidade Jardim – Buriti"), envolvendo as mesmas partes e mesmos Patronos, tratando-se de matéria recorrente no E. TJRO. A propósito, vide:

2ª Câmara Especial Processo: 0809010-80.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002235-30.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 16/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte, devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).

2ª Câmara Especial Processo: 0808586-38.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002068-13.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394)
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 05/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula n. 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte, devida a referida cobrança pelo Município agravado, impondo-se a manutenção da decisão hostilizada.
(DJE de 21/3/2023).

2ª Câmara Especial Processo:0808427-95.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002612-40.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 01/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).

2ª Câmara Especial Processo: 0808535-27.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002557-89.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 02/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).

2ª Câmara Especial Processo:0809665-52.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002455-28.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 04/10/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).
No DJe da última sexta-feira (dia 17/3/2023)

2ª Câmara Especial Processo: 0808430-50.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002232-75.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES Distribuído em 01/09/2022 Decisão: "REJEITADA A ALEGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DO CRÉDITO, E NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Rejeição de exceção de pré-executividade. Cobrança de IPTU. Loteamento registrado. Área de expansão urbana. Incidência do tributo. Lote situado em APP. Limitação administrativa que não altera a ocorrência do fato gerador. Cobrança hígida. 1. Nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, incide IPTU quanto à propriedade de imóvel objeto de loteamento nos termos da Lei n. 6.766/79, situado em área de expansão urbana, sendo prescindível a demonstração de melhoramentos. Inteligência da Súmula n. 626 do STJ. 2. Tratando-se de lote submetido à limitação administrativa ambiental (APP), cuja área foi indicada voluntariamente pelo recorrente mediante acordo formulado em ação civil pública, não há falar na não ocorrência do fato imponível do IPTU, uma vez que não houve alteração de propriedade do bem. 3. Recurso improvido.
(DJE de 17/3/2023).
É pacífico que a SÃO TOMAS tem de pagar os tributos da área em questão (Loteamento "Cidade Jardim" – Buriti), por ser proprietária do imóvel. Tem mais de cem acórdãos sobre isso.
E poderia citar ainda tantos outros acórdãos envolvendo o Loteamento Buriti/"Cidade Jardim", de responsabilidade da loteadora/incorporadora São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda e o Município de Rolim de Moura.
A Executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA tem loteamentos em quase todo território nacional, em cerca de dez a onze Estados da Federação, conforme croqui e demais atos juntados pela própria SÃO TOMÁS na ACP n.º 0006366-51.2014.822.0010 (já sentenciada em dezembro de 2022) tendo plenas condições de recolher os tributos. Quem tem loteamento em tantos Estados da Federação sabe que tem de pagar IPTU dos aludidos imóveis respeitada eventual opinião em sentido contrário.
Além disso, observe-se as atividades desempenhadas pelo grupo SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA:
4110-7/00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários 6462-0/00 - Holdings de instituições não financeiras 6810-2/03 - Loteamento de imóveis próprios (extraído de https://transparencia.cc/dados/cnpj/14294578000102-RO-sao-tomas-empreendimentos-imobiliarios-e-participacoes-ltda/)
No cadastro nacional da pessoa jurídica trazido em centenas de processos desta executada constam como atividades da SÃO TOMÁS:
68.10-2-03 - Loteamento de imóveis próprios
41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários
64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras
Por isso, a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA tem plena ciência de que deve pagar IPTU.
Visto dezenas, centenas de acórdãos, cuja matéria é incontroversa e pacificada no âmbito das duas Câmaras Especiais do TJRO, nada a reparar pela via da exceção de preexecutividade.
d) Superada a questão da exceção de preexecutividde e sua flagrante rejeição, atento à matéria cognoscível e regularidade processual, não podemos deixar de mencionar o uso abusivo e predatório do sistema de Justiça por parte dos litigantes. Explico:
A SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
A propósito, a SÃO TOMÁS era e é a loteadora/incorporadora responsável pela Incorporadora Buriti (responsável pelo loteamento conhecido como "Cidade Jardim"), localizado depois do campus da UNIR, lado direito, na saída de Rolim de Moura para BR364. Isso é incontroverso e notório. São mais de 2.000 terrenos este loteamento (mais exatos, cerca de 2.293 terrenos).
A própria SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA reconhece que o loteamento "Cidade Jardim" e cuja "ÁREA A SER LOTEADA corresponde a 793.546,78m2 (Setecentos e noventa e três mil, quinhentos e quarenta e seis vírgula, setenta e oito metros quadrados), composta por 60 (sessenta) quadras, contendo 2.293 (Dois mil, duzentos noventa e três) lotes...".., conforme manifestação feita nos autos de Agravo de Instrumento 0809525-18.2022.8.22.0000, publicado no DJe de 27/2/2023, pp. 137-138 (Rel. Des. HIRAM SOUZA MARQUES) e Agravo de Instrumento 0809029-86.2022.8.22.0000, publicado no DJe de 27/2/2023, pp. 141-142 (ambos de Relatoria do Des. HIRAM SOUZA MARQUES). São mais de dois mil terrenos e execuções fiscais apenas entre estas partes. Sem contar os tantos embargos e incidentes processuais.
Como bem observado pelo Des. Miguel Monico no DJe de ontem (dia 23/3/2023, p. 182) a SÃO TOMÁS é reiterada litigante:
Número do processo: 7002041-30.2022.8.22.0010 Classe: Apelação Cível Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Vistos. Trata-se de recursos de apelação contra sentença que indeferiu a petição inicial. Como cediço, o Código de Processo Civil de 2015 é imperativo ao dispor que, nos casos de indeferimento da inicial, interposta apelação, além de ser facultado ao juiz exercer o juízo de retratação, a parte ré deve ser citada para responder o recurso. Confira-se: Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se. § 1º Se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso. § 2º Sendo a sentença reformada pelo tribunal, o prazo para a contestação começará a correr da intimação do retorno dos autos, observado o disposto no art. 334 . § 3º Não interposta a apelação, o réu será intimado do trânsito em julgado da sentença. Na hipótese, apesar do juízo de primeiro grau, em sua sentença, já antecipar que, havendo recurso, não se retrata e determinando a citação/ intimação

da executada para contrarrazões (ID. 18455556, pág. 11), não houve intimação da parte executada para responder o recurso. Nota-se que, interposto o recurso (ID. 18455557), os autos foram imediatamente encaminhados a esta Corte para análise do recurso. Aliás, reiteradamente os recursos de processos originários da Comarca de Rolim de Moura são remetidos a esta Corte sem a observância do art. 331 do CPC ou art. 485, §7º, CPC, inclusive os envolvendo a empresa São Tomás, a qual, como é sabido, é identificada e atuante em vários processos naquela comarca. Cito como exemplo, ainda, os autos n. 7007697-02.2021.8.22.0010 e 7010110-85.2021.8.22.0010. Isso posto, determino, com fundamento no art. 331, §1º, do Código de Processo Civil, que seja solicitado ao juízo de primeiro grau, mediante carta de ordem, a citação da parte requerida, a fim de, querendo, responda o recurso, nos termos já constantes na sentença recorrida. Após, voltem-me os autos conclusos. Sirva a presente decisão como mandado/ofício/carta de ordem. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho, data da assinatura digital. Desembargador Miguel Monico Neto Relator
(DJe 23/3/2023).
Atento ao elevado custo processual que este tipo de lide acarreta aos Cofres Públicos, consigno as ponderações feitas pela DD. Presidência do TJRO e Des. José Jorge Ribeiro da Luz durante a sessão do Tribunal Pleno Administrativo, realizada dia 14/3/2022, cuja ata se encontra publicada no DJe 18/3/2022, pp. 117-118, mencionando que devem ser evitadas execuções fiscais que não traduzam em resultados efetivos:
"...o Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz esclareceu ser o Presidente do Centro de Inteligência da Justiça Estadual de Rondônia - CIJERO - que tem como objetivo evitar ou levantar as demandas predatórias, sem se olvidar de outras medidas próprias que deverão ser tomadas, com todos os prefeitos dos municípios de Rondônia, a fim de viabilizar proposta de lei permitindo-se a dispensa do ajuizamento das execuções fiscais de pequeno valor. Comunicou que foi designada uma reunião virtual a ser realizada via Google Meet "Tribunal de Justiça de Rondônia e AROM", para o próximo dia 17/03/2022 em que fará a apresentação do Novo Projeto de Conciliação para os Prefeitos e Prefeitas. Comunicou ainda que soube que este Tribunal de Justiça – TJRO, em conjunto com o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RO, também está trabalhando no mesmo sentido, mas em raias distintas, e colocou-se à disposição para trabalhar em conjunto, para somar esforços na busca de resultado que seja do absoluto interesse do PODER JUDICIÁRIO (...) Na sequência, o Presidente esclareceu que, com relação ao uso predatório do Judiciário, o assunto evoluiu após visita institucional ao Tribunal de Contas, para outra finalidade. Sugeriu que esse trabalho do CIJERO fosse realizado em conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça. Disse ainda que há um projeto avaliado pelo TCE/RO no que toca à eventual dispensa de ajuizamento de ações de pequeno valor em que as Prefeituras o fazem na medida que o TCE/RO exige, para que não respondam por improbidade administrativa. Finalizou, reforçando que o trabalho seja realizado com a Corregedoria-Geral da Justiça para que haja sintonia de esforços..."
Neste sentido, notícia e entendimento do E. TJRO em: https://www.tjro.jus.br/noticias/item/16071-tjro-e-tce-discutem-adesao-de-municipios-a-meios-extrajudiciais-de-recuperacao-de-ativos; https://www.tjro.jus.br/noticias/item/16361-corregedoria-geral-debate-com-tce-mpc-pge-aperfeicoamento-de-processos-de-execucao-fiscal-para-cobranca-de-creditos-da-administracao-publica e evento vento com participação do TCE-RO, MP de Contas-RO, MP-RO e PGE-RO que pode ser visto em https://www.youtube.com/watch?v=yQBC5rThjq8.
Consigno que no pronunciamento do Procurador do Estado (Dr. Danilo Cavalcante) no evento acima, consta a seguinte observação: abaixo de 10 (dez) UPF´s o Estado de Rondônia é proibido de ajuizar execução fiscal. Como cada UPF-RO tem o valor atual de R$ 102,48, abaixo do valor de R$ 1.024,80 o Estado está proibido de deve ajuizar execução fiscal, justamente porque o custo do processo não compensa valor a receber – isso caso receba.
No aludido evento o Des. José Jorge Ribeiro da Luz demonstra que 68% das execuções fiscais ajuizadas desde 2017 a 2021 têm valores inferiores a R$ 2.000,00, caso destes autos. Apenas um mandado já custa mais de 100,00R$ isso apenas com a diligência do Oficial de Justiça, sem contar os demais custos cartorários. Ao contrário, a movimentação de uma execução fiscal custa aos cofres públicos atualmente cerca de R$ 4.800,00, em média. Boa parte dos valores a receber da SÃO TOMÁS são inferiores a isso.
O Des. José Jorge da Luz demonstra que um processo desta natureza é inviável para todos, inclusive para o exequente, considerando seus custos. Vide: https://www.tjro.jus.br/noticias/item/16501-e-absolutamente-inviavel-o-ajuizamento-de-execucoes-fiscais-com-valores-baixos-destaca-desembargador-jose-jorge-em-encontro-de-execucao-fiscal
No mesmo sentido acima, pronunciamento do Des. José Jorge Ribeiro da Luz e do Presidente do TJRO – Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia - defendendo a racionalização dos recursos do Judiciário e combate ao uso predatório (e lícito) da Justiça, durante sessão do Tribunal Pleno Administrativo realizada dia 23/5/2022.
Por fim, o Dr. Fabio de Souza (da PGE) também aponta dados sobre a desjudicialização das execuções fiscais. Valores abaixo de 1.000UPF´s (R$ 102.480,00) nem sempre são cobrados pelo Estado, demonstrando que medidas extrajudiciais podem ser mais efetivas. Até o prazo da cobrança resta mais efetivo com a negativação direta e protesto (segundo o ali demonstrado o pagamento ocorre entre 7 a 8 dias na cobrança extrajudicial contra 334 dias na cobrança judicial). Ou seja, até o Poder Público – credor - é o mais beneficiado, porque recebe mais rapidamente. Havendo alguma sobre dúvida os dados acima apontados, isso pode ser assistido no canal do TJRO link a seguir: https://www.youtube.com/watch?v=yQBC5rThjq8.
Seguido por notícia em que se informa a enorme quantidade de execuções fiscais: https://www.conjur.com.br/2022-mar-13/siqueira-rocha-macrolitigancia-fiscal.
É notória a litigiosidade entre o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, o que ocasiona transtornos em ambas Unidades Judiciárias desta Comarca, conforme constatado pelo E. TJRO. Concito a todos: vamos colaborar com o andamento processual, pois este tipo de conduta traz prejuízos tanto ao Município de Rolim de Moura, que deixa de receber boa parte seus créditos em tempo razoável, bem como a SÃO TOMÁS, que vem sofrendo sucessivos insucessos recursais junto ao E. TJRO, fato que pode ser visto em centenas de processos, agravos, exceções de preexecutividade, impugnações, etc. A título de exemplo, vou citar apenas os processos abaixo (de todos Desembargadores relatores), mas poderia citar dezenas de tantos outros:
- 1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível - Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS (DJe de 18/10/2022);

- 1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO (DJE 11/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 - Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO (DJe de 18/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 - Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO (DJe de 18/10/2022);

- Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809779-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA (DJ de 17/10/2022);
- Gabinete Des. Miguel Monico - Processo: 0809789-35.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA (DJe de 17/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0804888-24.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002647-97.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda - Relator: DES. HIRAM DE SOUZA MARQUES (DJe 20/10/2022);

- 2ª Câmara Especial Processo: 0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda - Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA (DJe de 21/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA (DJe de 24/10/2022);
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0810150-52.2022.8.22.0000 (24/10/2022);
- Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0810888- 40.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe de 28/2/2023);
- 1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0807753-20.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/1ª Vara Cível/7002393-85.2022.8.22.0010 Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. (DJe de 1/3/2023) e
- 1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível
Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda)
Agravado: Município de Rolim de Moura
DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS (DJe de 07/10/2022).

A título de observação, basta olhar quantos processos envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA estão pautados para a próxima sessão de julgamento, a se realizar no dia 16/3/2023, conforme publicação no DJE de 7/3/2023 p. e ss.

Todos DD. Desembargadores relatores nas Câmaras Especiais conhecem a litigiosidade havida entre o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. E isso prejudica sobremaneira o andamento dos trabalhos nesta Comarca, pois se contados (de forma numérica) apenas os processos do MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA teria que haver uma vara específica apenas para estes litigantes.

Há muito que ambos Juízos desta Comarca vêm advertindo o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA sobre este excesso de litigiosidade que abarrota o
PODER JUDICIÁRIO.

Conforme já dito anteriormente, apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).

Recentemente houve a criação do Núcleo de Justiça 4.0, conforme Ato nº 993/2022, publicado no DJe de 1/8/2022, com intuito de padronizar a movimentação processual e otimizar a rotina das Unidades Judiciárias (Varas).

O Ato Conjunto n. 022/2021-PR-CGJ, alterado pelo Ato Conjunto n. 015/2022-PR-CGJ, instalou o 1º Núcleo de Justiça 4.0 do PODER JUDICIÁRIO do Estado de Rondônia, com especialização nas demandas judiciais de execuções fiscais estaduais e municipais, com abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o Estado.

Os objetivos deste Núcleo especializado são prevenir decisões contraditórias sobre o mesmo tema e, ao mesmo tempo, padronizar a tramitação processual. Neste Núcleo de Justiça a execução fiscal terá tramitação mais rápida, até pela especificidade da matéria e quantidade de magistrados lá lotados, com competência especial. A título de ilustração, basta ver as decisões proferidas nos autos 7008175-73.2022.8.22.0010, 7008169-66.2022.8.22.0010, 7008187-87.2022.8.22.0010, 7008238-98.2022.8.22.0010, 7008253-67.2022.8.22.0010, 7008256-22.2022.8.22.0010, 7008255-37.2022.8.22.0010, 7008225-02.2022.8.22.0010, todas publicadas no DJE de 29/11/2022, pp. 378-379 e ss. bem como e seu alto grau de especificidade. E também pode ser observado no DJE de 08/12/2022.

Já foram conferidas inúmeras oportunidades para o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA se manifestar a respeito do interesse na remessa das execuções fiscais distribuídas antes de 1/8/2022 para o 1º Núcleo de Justiça 4.0.

Porém, tanto o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA quanto a executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA manifestaram o desinteresse no envio das execuções fiscais em curso para referido Núcleo. Ambos vêm reafirmando não ter interesse nos processos em que são partes tramitem no referido Núcleo e preferem continuar litigando.

A remessa destas milhares de execuções fiscais para o 1º Núcleo de Justiça 4.0 poderia ser benéfica tanto para o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e para a executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, que poderiam priorizar a tramitação de seus processos e padronizar suas manifestações nos autos. Atentem-se ambos aos arts. 4.º e 6.º do CPC.

Mas não, insistem na litigiosidade prejudicando aos demais jurisdicionados (com a demora processual), ao TJRO no cumprimento das Metas do CNJ e, em última análise, prejudicando a si mesmos, pois processos poderiam ter solução mais rápida (no caso em interesse do Município em receber seu créditos) ou com menor custo (para a São Tomás).

Faço estas observações, pois como provavelmente virá(virão) agravo(s), embargo(s), apelação(ões), impugnações e outros incidentes, a exemplo de centenas de processos envolvendo estes litigantes não podemos ignorar a realidade processual e da Comarca.

Diante do exposto, delimitada a responsabilidade tributária das partes seja por matérias do direito administrativo, tributário, regulamentos urbanísticos - loteamentos e incorporações; ofensas a normas ambientais e sanitárias discutidas na ACP 0006366-51.2014.822.0010), todas já devidamente apreciadas pelo Juízo, não há se falar em outros questionamentos.

Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.
No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).
O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado. Observe-se que não é necessário pronunciamento obrigatório sobre todas ideias trazidas aos autos, notadamente quando ficam prejudicados pelos demais pontos já apreciados. Neste sentido, o E. TJRO em acórdão recentíssimo – de 21/2/2022 - 2ª Câmara Cível / Gabinete Des. José Torres Ferreira Processo: 0810938-03.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO e 21/07/2021 0001389-45.2016.8.22.0010 Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno (DJe 2/8/2021).
Como são diversos argumentos, a fim de que não sejam opostos embargos de declaração com finalidade de rediscutir fatos, provas e/ou prazos, observe-se que não é necessário pronunciamento obrigatório sobre todas ideias trazidas aos autos, notadamente quando ficam prejudicados pelos demais pontos já apreciados. Neste sentido, o E. TJRO em acórdão recente – 1/6/2022: "2ª Câmara Especial Processo: 7001844-17.2018.8.22.0010 Embargos de Declaração em Apelação (PJe) Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Opostos em 27/01/2022 Decisão: "EMBARGOS NÃO PROVIDOS, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Embargos de declaração. Alegação de omissão. Não ocorrência. Rediscussão da matéria. Impossibilidade. Vício inexistente. Prequestionamento. Desnecessidade. Recurso não provido. Os embargos de declaração são cabíveis somente para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material, jamais para rediscussão da matéria já apreciada. A lei processual civil, no seu art. 489, § 1º, inciso IV, preconiza que o magistrado está obrigado a examinar os argumentos capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusão adotada pelo julgador, não exatamente todas aquelas invocadas pela parte. Apresentando o julgado fundamentação coerente com o que foi debatido nos autos e estabelecendo as premissas de sua conclusão com base nos elementos probatórios trazidos, não há que se falar em nulidade ou rediscussão de teses..."
No mesmo sentido, o E. TJRO: 2ª Câmara Cível/Gabinete Des. José Torres Ferreira Processo: 0810938-03.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (DJe de 21/07/2021).
E recentíssimo julgado do E. TJRO em:
1ª Câmara Especial Processo: 7057535-09.2019.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (PJe) Advogado: Thiago Maia de Carvalho (OAB/RO 7472) Embargado: Estado de Rondônia Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO Opostos em 31/08/2022 Decisão:"EMBARGOS NÃO PROVIDOS, À UNANIMIDADE." EMENTA Embargos de declaração. Omissão. Embargos não providos. 1. Os embargos apresentados, em verdade, pretendem rediscutir matéria, o que não é permitido em sede de embargos de declaração, já que a fundamentação é vinculada às hipóteses de omissão, obscuridade, contradição. 2. Caso haja motivo suficiente para proferir a decisão, não há obrigatoriedade de o órgão julgador se manifestar sobre todas as questões trazidas pelas partes. 3. Embargos não providos.
(DJ de 2/3/2023).

Processo: 7000086-66.2019.8.22.0010 - APELAÇÃO CÍVEL Origem: 7000086-66.2019.8.22.0010
Relator: Desembargador TORRES FERREIRA
Data distribuição: 07/06/2022 05:35:43
(...)
Por fim, ressalto que o julgador não é obrigado a enfrentar um a um os argumentos deduzidos pelas partes. O contexto geral do julgado demonstra quais foram acolhidos e/ou rejeitados, pelo que, advirto, evitando decisão surpresa ou de terceira via (art. 10 do CPC), que em caso de interposição de recurso meramente protelatório poderá a parte que assim o fizer incorrer nas sanções previstas no artigos 77, § 2º, 81 ou 1.026, § 2º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se. Após o transcurso do prazo, certificando, devolva a origem. Porto Velho/RO, data da assinatura no sistema. Desembargador Torres Ferreira Relator
(DJe de 03/11/2022, p. 58).
Por fim: 0811086-77.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJE), Desembargador Torres Ferreira Relator
(DJe de 23/11/2022, p. 61-62).
Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos, pois incide tributo sobre a área em questão.
III - DISPOSITIVO:
Ante o exposto e considerando tudo que dos autos consta, com fundamento nos arts. 156, I, da Constituição Federal e 32 a 34, do CTN, c/c Súmula 626 do C. STJ, bem como reiterados precedentes do TJRO acima expostos, REJEITO A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE apresentada por SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA em face de MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e determino o regular prosseguimento da Execução Fiscal.
Custas incabíveis neste incidente.
Honorários indevidos neste incidente (exceção de pré-executividade que fora rejeitada), conforme entendimento do E. TJRO em:
1ª Câmara Especial Processo: 0804149-22.2020.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7004123-39.2019.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: Município de Rolim de Moura Procuradora: Florisbela Lima (OAB/RO 3138) Agravado: João Eurípedes Teodoro de Farias Advogado: Sérgio Martins (OAB/RO 3215) Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES Redistribuído em 08/06/2020 DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de Instrumento. Majoração de Honorários. Tema 421 do STJ. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Condenação indevida. Recurso não provido. A rejeição da exceção de pré-executividade não gera direito a honorários, pois estes já serão fixados na execução, que perdura em trâmite. Precedentes do STJ e desta Corte.
(DJe 16/3/2022).

2ªCÂMARAESPECIALACÓRDÃOProcesso:0804168-28.2020.8.22.0000AgravodeInstrumento(PJe)Origem:7004151.07.2019.822.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: Município de Rolim de Moura Procuradora: Florisbela Lima (OAB/RO 3138) Agravado: João Euripedis Teodoro de Farias Advogado: Sérgio Martins (OAB/RO 3215) Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Redistribuído

em 09/06/2020 DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA: Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se acolhida a exceção, ainda que parcial.
(DJe de 22/9/2020).

Processo: 0804167-43.2020.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se acolhida a exceção, ainda que parcial.
"...Concludentemente, no caso em exame, não só mostra-se indevida a majoração dos honorários, como também é indevida a própria fixação da verba quando da rejeição da exceção de pré-executividade, em qualquer percentual, em razão dos fundamentos da tese fixado no Tema Repetitivo nº 421 do STJ. Em face do exposto, nego provimento ao recurso. É como voto. EMENTA Agravo de Instrumento. Majoração de Honorários. Tema 421 do STJ. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Condenação indevida. Recurso não provido. A rejeição da exceção de pré-executividade não gera direito a honorários, pois estes já serão fixados na execução, que perdura em trâmite. Precedentes do STJ e desta Corte.

0804149-22.2020.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: HIRAM SOUZA MARQUES
2ª CÂMARA ESPECIAL ACÓRDÃO Processo: 0804150-07.2020.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Redistribuído em 08/06/2020
DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção de pré-executividade, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se a colhida a exceção, ainda que parcial.
(DJe de 12/2/2021).
Independentemente do transcurso do prazo recursal, prossiga-se na Execução Fiscal, devendo o Exequente informar seu crédito atualizado, incluindo o valor dos honorários e indicar bens à penhora.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado e atento à matéria cognoscível.
Quanto ao ID 88819836:
Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como "Cidade Jardim", localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU. A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.
O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.
A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.
Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022.
Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:
Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).
Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).
Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: "...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento..." (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).
Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E

PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.
Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.
A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.
Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.
A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:
"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.
Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.
(...)
Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.
Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.
(...)
CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO
O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.
Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).
Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:
Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.
Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.
Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.
Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,
Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.
Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.
Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.
Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.
Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia

da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).
Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.
Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).
Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."
(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).
Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.
Dê-se ciência à PGM.
Intimem-se na pessoa dos Procuradores constituídos.
Sendo apresentados recursos, ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE proceder às intimações e certificações necessárias.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto.
Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:36
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7009564-30.2021.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 2.664,46 Parte autora: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 Advogado: SÃO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ nº 14.294.578/0001-02,
Linha 184, km3, Lado Norte, S/N, Lote 10 da Gleba 13,
Zona Rural,
CEP:76.940-000, Rolim de Moura
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como "Cidade Jardim", localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU.
A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.

O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.
A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.
Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:
Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).
Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).
Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: "...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento..." (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).
Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.
Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.
A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.
Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.
A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:
"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.
Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.
(...)
Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.
Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.
(...)
CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO
O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.
Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).
Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:
Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.
Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.
Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.

Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,

Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.

Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.

Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.

Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.

Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).

Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.

Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).

Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."

(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).

Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD

Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos

diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.

Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.

Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca.

Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.

No mais, considerando que a São Tomás já se encontra habilitada no feito, CITE-SE E INTIME por meio de seus procuradores.

Rolim de Moura/RO,domingo, 16 de julho de 2023

Jeferson Cristi Tessila de Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça

Rolim de Moura - 2ª Vara Cível

Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710

Número do processo: 7002644-06.2022.8.22.0010

Classe: Execução Fiscal

Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
DECISÃO DETERMINANDO INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PARA
DAR ANDAMENTO ÚTIL AO PROCESSO
1) Citada a executada, deixou-se de efetuar a penhora de bens em razão da informação de que foi oferecido bem em garantia.
2) Portanto, manifeste-se a exequente.
3) Dê a Exequente andamento útil ao feito, em especial indicar bens penhoráveis do Executado e atualizar o valor que entende devido com planilhas de cálculo, pena suspensão (art. 40 da LEF).
4) Aguarde-se manifestação.
5) Intimem-se as Partes, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (art. 270 do NCPC).
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:39
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Número do processo: 7005363-29.2020.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Passivo: JOAO EURIPEDIS TEODORO DE FARIAS
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
JUNTAR MATRÍCULA e CROQUI ATUALIZADOS
1) Ao Município de Rolim de Moura para juntar matrícula e croqui atualizados (e não apenas manuscritos) sobre o imóvel que se pretende a venda.
2) Recomenda-se que pedidos desta natureza venham acompanhados da r. documentação, evitando resserviço, em benefício de todos (arts. 6.º e 139, II, ambos do CPC).
3) Não sendo juntados em dez dias, proceda-se suspensão por um ano (art. 40 da LEF), execução frustrada, estando a CPE autorizada a promover o necessário.
À PGM.
Intimem-se na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos.
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023., 05:41
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7007101-18.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
DECISÃO DETERMINANDO SUSPENSÃO DO FEITO
PEDIDO DO CREDOR
A pedido do exequente, SUSPENDO O FEITO por 60 dias.
Decorrido o prazo acima, sem manifestação, entender-se-á que o crédito foi integralmente satisfeito e o feito será extinto (art. 924, inciso II c/c 925, ambos do NCPC).
Intime-se a Parte, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (art. 270 do NCPC).
Rolim de Moura/RO, 16/07/2023.
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7008382-09.2021.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 2.689,88 Parte autora: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 Advogado: SÃO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ nº 14.294.578/0001-02,

Linha 184, km3, Lado Norte, S/N, Lote 10 da Gleba 13,
Zona Rural,
CEP:76.940-000, Rolim de Moura
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
DETERMINAÇÃO PARA INTIMAR O MUNICÍPIO
MANIFESTAÇÃO QUANTO À EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)

Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:

Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como "Cidade Jardim", localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.

Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU. A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.

O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).

Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.

A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.

Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:

Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).

Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).

Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: "...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento..." (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).

Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.

Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.

A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.

Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.

A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:

"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.

Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.

(...)
Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.
Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.
(...)
CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO
O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.
Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).
Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:
Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.
Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.
Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.
Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,
Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.
Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.
Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.
Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.
Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).
Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.
Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).
Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."
(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).

Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de “conexão”, reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que “a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz”. Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que “quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só”. Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que “o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor” – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: “PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido.” Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.
Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.
Publique-se, registre-se, intime-se.
(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.
Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.
Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD. Publique-se, registre-se, intime-se.
(publicado no DJE de 21/6/2023).
No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.
Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.
Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram

em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD. Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD

Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de

sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD. Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD

Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a

reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD. Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD

Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes

quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.

Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.

Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca.

Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.

No mais, a São Tomás apresentou Exceção de Pré-Executividade.

Intime-se o município de Rolim de Moura para conhecimento e manifestação, no prazo da lei.

Juntar processo administrativo tributário atualizado e reclamação administrativa feita pelo executado-excipiente.

Após, conclusos.

Intime-se por meio de seu procurador.

Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023

Jeferson Cristi Tessila de Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Rolim de Moura - 2ª Vara Cível

Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7003081-86.2018.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 1.903,75 Parte autora: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 Advogado: SÃO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

pessoa jurídica de direito privado,

inscrita no CNPJ nº 14.294.578/0001-02,

Linha 184, km3, Lado Norte, S/N, Lote 10 da Gleba 13,

Zona Rural,

CEP:76.940-000, Rolim de Moura

CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA

LIDES DISTINTAS

RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)

CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS

IPTU – FATO GERADOR

(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)

Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:

Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como "Cidade Jardim", localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.

Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU. A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.

O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).

Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.

A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.

Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:

Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).

Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).

Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: "...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento..." (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).

Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.

Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.

A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.

Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.

A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:

"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.

Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.

(...)

Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.

Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.

(...)

CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO

O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.

Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).

Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:
Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.
Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.
Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.
Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,
Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.
Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.
Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.
Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.
Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).
Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.
Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).
Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."
(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).
Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada

aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.

Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.

Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca.

Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.

Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:55

Jeferson Cristi Tessila de Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7008704-29.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394, IVONILDES GOMES PATRIOTA, OAB nº GO28899
DECISÃO DETERMINANDO SUSPENSÃO DO FEITO
PEDIDO DO CREDOR
A pedido do exequente, SUSPENDO O FEITO por 60 dias.
Decorrido o prazo acima, sem manifestação, entender-se-á que o crédito foi integralmente satisfeito e o feito será extinto (art. 924, inciso II c/c 925, ambos do NCPC).
Intimem-se as Partes, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (art. 270 do NCPC).
Rolim de Moura/RO, 16/07/2023.
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7009281-07.2021.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 2.657,18 Parte autora: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 Advogado: SÃO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ nº 14.294.578/0001-02,
Linha 184, km3, Lado Norte, S/N, Lote 10 da Gleba 13,
Zona Rural,
CEP:76.940-000, Rolim de Moura
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como “Cidade Jardim”, localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU.
A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.
O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.
A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.
Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:
Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).

Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).

Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: "...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento..." (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).

Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.

Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.

A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.

Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.

A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:

"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.

Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.

(...)

Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.

Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.

(...)

CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO

O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.

Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).

Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:

Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.

Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.

Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,

Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.

Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.

Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.

Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.

Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).
Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.
Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).
Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."
(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).
Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia

processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.

Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.

Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca.

Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.

No mais, à PGM para manifestação quanto à Exceção de Pré-Executividade.

Rolim de Moura/RO, sábado, 15 de julho de 2023, 06:42

Jeferson Cristi Tessila de Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Rolim de Moura - 2ª Vara Cível

Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7009105-28.2021.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 2.689,88 Parte autora: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 Advogado: SÃO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

pessoa jurídica de direito privado,

inscrita no CNPJ nº 14.294.578/0001-02,

Linha 184, km3, Lado Norte, S/N, Lote 10 da Gleba 13,

Zona Rural,

CEP:76.940-000, Rolim de Moura

CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA

LIDES DISTINTAS

RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)

CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS

IPTU – FATO GERADOR

(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)

Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:

Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como "Cidade Jardim", localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.

Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU. A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.

O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).

Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.

A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.

Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:

Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).

Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).

Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: "...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento..." (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).

Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.

Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.

A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.

Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.

A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:

"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.

Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.

(...)

Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.

Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.

(...)

CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO

O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.

Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).

Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:
Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.
Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.
Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.
Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,
Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.
Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.
Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.
Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.
Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).
Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.
Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).
Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."
(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).
Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada

aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.

Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.

Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca.

Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.

No mais, considerando que a São Tomás já se encontra habilitada no feito, CITE-SE E INTIME por meio de seus procuradores.
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:22
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7005453-03.2021.8.22.0010
Exequente: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Executado: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
Advogado: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394, IVONILDES GOMES PATRIOTA, OAB nº GO28899
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
Exceção de preexecutividade rejeitada. Nada de novo a alterar.
Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como "Cidade Jardim", localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU.
A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.
O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.
A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.
Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:
Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).
Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).
Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: "...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento..." (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).
Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.
Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.
A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.
Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.
A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:

"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.

Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.

(...)

Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.

Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.

(...)

CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO

O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.

Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).

Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:

Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.

Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.

Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,

Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.

Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.

Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.

Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.

Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).

Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.

Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).

Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."

(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).

Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:

Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD

Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram

em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.
Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.
Publique-se, registre-se, intime-se.
(publicado no DJE de 21/6/2023).
No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.
Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.
Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca. Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.
Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:23.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7006698-49.2021.8.22.0010
Requerente: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Advogado/Requerente: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Requerido: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
Advogado/Requerido: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394, IVONILDES GOMES PATRIOTA, OAB nº GO28899
CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA
LIDES DISTINTAS
RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)
CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS
IPTU – FATO GERADOR
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
Exceção de preexecutividade rejeitada. Nada de novo a alterar.
Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como "Cidade Jardim", localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU.
A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.
O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.
A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.
Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:
Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMO-

BILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).
Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).
Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: "...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento..." (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).
Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.
Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.
A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.
Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.
A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:
"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.
Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.
(...)
Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.
Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.
(...)
CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO
O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.
Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).
Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:
Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.
Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.
Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.
Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,
Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.
Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.
Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.

Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.
Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).
Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.
Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).
Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."
(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).
Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá,

por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.

Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.

Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca. Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.

Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:23.

Jeferson Cristi Tessila Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Rolim de Moura - 2ª Vara Cível

Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710

Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7005541-41.2021.8.22.0010

Requerente: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

Advogado/Requerente: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

Requerido: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA

Advogado/Requerido: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394, IVONILDES GOMES PATRIOTA, OAB nº GO28899

CONEXÃO – REUNIÃO DE PROCESSOS NÃO OCORRÊNCIA

LIDES DISTINTAS

RITOS PROCESSUAIS DIFERENTES (execução fiscal e ação ordinária)

CAUSAS DE PEDIR DISTINTAS

IPTU – FATO GERADOR

(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)

Exceção de preexecutividade rejeitada. Nada de novo a alterar.

Apesar do pedido feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA não há se falar em conexão ou reunião de processos desta executada com os autos de ação anulatória 7010917-71.2022.8.22.0010 (em trâmite junto à Primeira Vara Cível desta Comarca) pelos seguintes motivos:

Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como "Cidade Jardim", localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.

Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU.

A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.

O Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).

Não há nenhuma conexão ou continência com a ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010 e as execuções fiscais ora em apreciação. E também não há conexão das centenas de execuções fiscais com a ação anulatória. São coisas totalmente distintas; ritos processuais diferentes; processos em fases díspares e com partes distintas.

A propósito, a ação civil pública acima referida (n.º 0006366-51.2014.8.22.0010) tem objeto totalmente diferente e versa sobre norma urbanística, ambiental e bens públicos, ao passo que a presente ação é de caráter tributário.

Portanto, mesmo tendo mesmas as partes, ainda que parcialmente (SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA), a causa de pedir e o pedido são distintos. Frise-se que também não se está diante de situação que recomende a reunião de processos, nos termos do art. 55, caput e § 3º, do CPC, por não haver risco de prolação de decisões conflitantes, uma vez que a ação distribuída sob o número n. 0006366-51.2014.8.22.0010 já foi julgada em dezembro de 2022. Opostos embargos de declaração, estes também já foram rejeitados. De maneira mais detalhada:

Nos autos de ACP n.º 0006366-51.2014.8.22.0010 as partes são: autor (MINISTÉRIO PÚBLICO) e figuram requeridos: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (que figura como executada em centenas de execuções fiscais) E PARTICIPAÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SANERON. No feito n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA é autora e apenas no MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA figura como requerido. Ou seja, nem o Ministério Público nem a SANERON são partes nos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010, não podendo sofrer suas consequências (limites subjetivos da coisa julgada).

Nos autos de ACP 0006366-51.2014.8.22.0010 a causa de pedir seriam as alegadas irregularidades sanitárias e ambientais no loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM (Residencial Buriti, localizado na saída de Rolim de Moura, sentido à BR364, depois do Campus da UNIR, lado direito).

Observe-se a clareza da sentença proferida nos autos 0006366-51.2014.8.22.0010, ao fixar os pontos controvertidos e que ali seriam apreciados: "...Assim, a questão cinge-se em verificar a existência (ou não) de irregularidades ambientais e sanitárias no referido loteamento..." (Num. 85361533 - Pág. 12, 7.º parágrafo, ou página n.º 1.792 para quem acessar estes autos no PJE, na íntegra).

Nos autos (7010917-71.2022.8.22.0010) a autora pretende discussão entre a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA sobre tributos incidentes ou não em imóveis deste Loteamento RESIDENCIAL CIDADE JARDIM.

Por sua vez, nesta execução fiscal está sendo questionada apenas a incidência ou não de IPTU sobre o imóvel, fato que decidido em centenas de processos da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, tanto em Primeiro e Segundo Graus, cujas decisões foram mantidas.

A execução fiscal tem por base os requisitos para cobrança de IPTU, especialmente, o art. 32 do CTN, art. 150, IV da Constituição Federal e Súmula 626 do STJ, algo bem diverso da ação anulatória.

Além do que fora dito acima, o DD. Juízo da Primeira Vara Cível desta Comarca também decidiu que NÃO é o caso de conexão ou reunião das inúmeras ações envolvendo a SÃO TOMÁS.

A propósito, transcrevo parte da decisão do Juízo da Primeira Vara Cível que rejeitou o pedido de "conexão" ou "reunião de processos" feito pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Como a decisão fora proferida de forma extremamente didática pelo Juízo da Primeira Vara Cível, peço vênia para transcrevê-la, em parte:

"...Inclusive, os argumentos apresentados pela requerente buscando a anulação dos créditos tributários no caso em tela são basicamente os mesmos que ela aduz em suas manifestações quando apresenta exceção de pré-executividade e embargos à execução, os quais são rejeitados pelo juízo.

Em tal contexto, esse entendimento já é sedimentado pelo Juízo conforme se verifica, por exemplo, pelas decisões nos autos de número 7007073-50.2021.8.22.0010, 7008491-23.2021.8.22.0010, 7008528-50.2021.8.22.0010, 7008588-23.2021.8.22.0010, 7008593-45.2021.8.22.0010, 7008616-88.2021.8.22.0010, 7008613-36.2021.8.22.0010, 7008627-20.2021.8.22.0010, 7008633-27.2021.8.22.0010, 7008750-18.2021.8.22.0010, 7008797-89.2021.8.22.0010, 7008936-41.2021.8.22.0010, 7009268-08.2021.8.22.0010, 7009272-45.2021.8.22.0010, 7009390-21.2021.8.22.0010, 7009400-65.2021.8.22.0010, 7009591-13.2021.8.22.0010, 7009628-40.2021.8.22.0010, 7009617-11.2021.8.22.0010, 7009702-94.2021.8.22.0010, 7009996-49.2021.8.22.0010, 7010017-25.2021.8.22.0010; cujos fundamentos também ficam ora adotados.

(...)

Portanto, sendo trazido os exemplos acima, cabe consignar que a instância superior tem negado os recursos de forma reiterada, como também pode-se observar nos autos de número 0811271-52.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000; 0811273-22.2021.8.22.0000 e 0811276-74.2021.8.22.0000.

Também não é possível no bojo de um processo único analisar a prescrição de cerca de atualmente 450 execuções fiscais, pois cada uma pode possuir marcos interruptivos diversos, etc. Assim, também não existe a fumaça do bom direito nesse aspecto.

(...)

CONEXÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS EM TRÂMITE PARA JULGAMENTO CONJUNTO

O art. 55 do CPC, dispõe que reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. A causa de pedir são os fatos jurídicos que fundamentam a ação, a razão pela qual se pede; enquanto que o pedido é o objeto da ação, aquilo que se espera com a prestação jurisdicional. O objetivo da conexão é evitar decisões conflitantes. Havendo possibilidade de serem proferidas decisões contraditórias, deve ser reconhecida a conexão, para que a questão seja decidida simultaneamente.

Já a continência se constata quando, em duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (art. 56, caput, do CPC).

Por sua vez, prevê o art. 28 do CTN:
Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.
Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.
Verifica-se que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução é uma faculdade do juízo e se refere somente aos processos de execução (não incluindo processo de conhecimento). A reunião de demandas executivas somente deve ser realizada quando for evidenciada que trará economia processual, objetivando a prática de atos únicos que aproveitem a mais de um processo executivo.
Ocorre que, deferir a reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com muitas vezes possuidores no polo passivo diversos, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará um tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com falta de identidade de partes quanto aos posseiros que se encontram no polo passivo,
Inclusive, o trâmite processual é completamente diverso, pois a presente se trata de processo de conhecimento enquanto as execuções fiscais possui natureza satisfativa possuindo trâmite totalmente diferente.
Ademais, as questões decididas na presente demanda podem servir - se for o caso - eventualmente de questão prejudicial para as execuções fiscais apartadas, bastando que a eventual decisão geradora de questão prejudicial caso tal ocorra seja informada pelas partes na respectiva execução fiscal para deliberação do respectivo juízo.
Inclusive, recentemente, o Juízo chegou a reunir diversas execuções relativas a parte autora e isso somente porque estavam todas no início da tramitação (ou seja, mesmo momento processual), mas completamente todas as decisões foram reformadas já evidenciando-se o pensamento contrário do Tribunal há respeito e isso tratando-se apenas de execuções fiscais no mesmo momento processual, sendo que, realmente, unificar processo de conhecimento com diversas execuções fiscais (mais de centena) que estão em momentos processuais diversos e com partes diferentes quanto aos possuidores não faz o menor sentido lógico e jurídico, pois não existe risco de decisões contraditórias ou conflitantes já que em fase executiva com sua característica satisfativa não há decisão há ser tomada.
Além disso, conforme já mencionado, a reunião é uma faculdade do órgão jurisdicional, não se tratando de regra cogente, uma vez que, é necessário o juízo de conveniência ou não da medida.
Nesse sentido, entente do Superior Tribunal de Justiça:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APENSAMENTO DE EXECUÇÕES. ART. 28 DA LEI 6.830/1980. FACULDADE DO JUIZ. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO JULGADO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte entende ser faculdade do juízo a reunião de processos conforme dicção do art. 28 da Lei 6.830/1980, não se tratando de regra cogente, máxime em razão do necessário juízo de conveniência ou não da medida, o que é aferível casuisticamente. No mesmo sentido, a 1a. Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.158.766/RJ, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou o entendimento de que a reunião de processos contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/1980, é uma faculdade outorgada ao Juiz. Inteligência da Súmula 515 do STJ. 2. Quanto ao restabelecimento do imóvel ofertado, verifica-se que esta Corte em outra ocasião, atendendo o pedido da Fazenda Nacional no REsp. 1.634.127/SC, entendeu ser possível a manutenção da penhora via Bacenjud. Tal posicionamento transitou em julgado em 2.6.2017. Outrossim, por ocasião do julgamento do AREsp. 1.200.612/SC manteve-se a negativa de penhora do bem ofertado em outra comarca. Esta decisão transitou em julgado em 8.2.2018. Assim, não há falar em substituição do imóvel ofertado, diante da recusa da Fazenda Pública. 3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1452451 SC 2014/0104868-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 23/09/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2019). (grifou-se).
Realmente, compulsando a exordial, no documento de ID. 84989869 foi acostado um quadro resumo das demandas em curso na 1ª e 2ª Vara Cível desta comarca, que seriam objeto de eventual reunião, que somando-se aproximasse ao quantitativo de 450 processos (execuções fiscais), em diversas fases distintas, logo, a reunião das execuções em um processo de conhecimento (que possui natureza distinta) acarretaria em grande tumulto processual, pelo que, indefiro o pedido ante a dificuldade que causaria no processamento dos mesmos. Isso, sem se olvidar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba comparecendo não havendo identidade de partes.
Inclusive, a Jurisprudência já tem entendimento sedimentado de não se proceder à reunião quando os processos estiverem em fase muito diversa de trâmite quando, por exemplo, um já foi instruído e o outro está iniciando, pois tal somente travaria a marcha do processo mais adiantado. Ora, se a remansosa jurisprudência já vai nesse sentido de não reunião de processos que tem a mesma natureza de conhecimento por estarem em fases distintas, o que dirá de processos que possuem natureza jurídica completamente diversa (de conhecimento e execução).
Não se pode olvidar, ainda, que o artigo 58 do Código de Processo Civil estipula que a reunião deve se dar no Juízo prevento que é aquele perante o qual a primeira ação foi distribuída nos termos do artigo 59 do Código de Processo Civil, sendo que as ações de execução foram distribuídas anteriormente a presente demanda considerando, inclusive, a lista trazida pela parte autora, ou seja, a presente não é a primeira demanda proposta para fins de definição da reunião..."
(ID 88866272 dos autos n.º 7010917-71.2022.8.22.0010).
Expostos todos estes pontos, INDEFIRO o pedido de "conexão", reunião de processos feitos pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Conforme também já dito pelo Núcleo de Justiça 4.0, em outros executivos fiscais envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura, de que não é causa de conexão com a ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 e as milhares de execuções fiscais envolvendo as partes acima:
Núcleo de Justiça 4.0 - Execução Fiscal - Gabinete 03 PROCESSO: 7001212-79.2022.8.22.0000 Classe: Execução Fiscal Assunto: Ausência de Cobrança Administrativa Prévia EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 14294578000102 AD
Cuida-se de Execução fiscal ajuizada pelo EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face de EXECUTADO: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA . A Executada apresentou petição requerendo que o feito fosse redistribuído à Primeira Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO, em virtude de, naquela vara, estar tramitando a Ação Anulatória de Créditos Tributários n° 70109717-71.2022.8.22.0010. Afirma que o pedido da Ação Anulatória versa sobre a mesma matéria discutida nestes autos, porém de forma mais ampla, abrangendo, portanto, o objeto desta demanda por continência, devendo correr apensada

aos autos da referida anulatória. Decido. A continência é um fenômeno processual que ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes, mas foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve haver a reunião dessas ações em um único juízo para que se evite decisões conflitantes e para que haja a economia processual. O Código de Processo Civil brasileiro em seu artigo 55 estabelece que "a competência relativa pode modificar-se pela conexão ou continência, arguidas por qualquer das partes ou reconhecidas de ofício pelo juiz". Ou seja, a continência é um critério para modificação da competência relativa, o que significa que o juiz que inicialmente foi designado para julgar uma das ações deve declinar sua competência em favor do juízo onde tramita a outra ação. De acordo com a doutrina, a continência pode ser classificada em duas modalidades: a continência propriamente dita e a continência imprópria. A continência propriamente dita ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e as mesmas partes e foram ajuizadas em juízos diferentes, devendo ser reunidas em um único juízo para que haja a economia processual. Já a continência imprópria ocorre quando duas ou mais ações têm o mesmo objeto e partes, mas não foram ajuizadas em juízos diferentes. Nesse caso, deve ser aplicado o critério da prevenção para definir qual juízo deve julgar as ações. Além disso, a doutrina também estabelece que a continência pode ser parcial ou total. A continência parcial ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em apenas parte das ações, enquanto a continência total ocorre quando há coincidência entre o objeto e as partes em todas as ações. Por sua vez no âmbito do processo tributário, a continência é prevista no artigo 120 do Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece que "quando dois ou mais processos envolverem a mesma questão de direito, o juiz poderá determinar a reunião deles em um só". Segundo a doutrina, a continência no processo tributário pode ocorrer em duas hipóteses: quando há identidade de objeto e de partes entre dois ou mais processos fiscais ou quando há relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Na primeira hipótese, ocorre a continência propriamente dita, que é caracterizada pela identidade de objeto e de partes entre os processos fiscais. Por exemplo, se o contribuinte possui duas execuções fiscais em trâmite para cobrança do mesmo tributo, com a mesma base de cálculo, podem ser reunidas em um único processo. Já na segunda hipótese, ocorre a continência imprópria, caracterizada pela relação de prejudicialidade entre as ações fiscais. Nesse caso, uma ação fiscal é prejudicial para outra e, portanto, deve ser reunida em um único processo para que sejam analisadas conjuntamente. Um exemplo seria uma ação de repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em que a questão a ser decidida é idêntica a outra ação de cobrança ajuizada pelo Fisco. Além disso, a previsão artigo 28 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que "o Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor" – destaquei. Denota-se da redação do referido artigo que a aplicação da reunião dos processos tributários é uma faculdade do Juízo, podendo ser feita caso seja conveniente para o feito. A reunião de demandas executivas deve ser realizada apenas quando ficar evidente que trará economia processual e objetivar a prática de atos únicos que possam aproveitar mais de um processo executivo. Dessa forma, busca-se evitar a duplicidade de atos e garantir a efetividade do processo. O deferimento da reunião superveniente advinda da cumulação de várias ações executivas em fases diversas e com diversos possuidores no polo passivo, que vinham, até então tramitando isoladamente, acarretará em tumulto processual, ante o número excessivo de executivos fiscais em trâmite em fases distintas e com ausência de identidade de partes quanto aos posseiros no polo passivo. Muito embora a Ação Anulatória 7010971-71.2022.8.22.0010 possa vir a ser prejudicial para análise do mérito da presente execução fiscal, basta que qualquer das partes, quando da eventual decisão prejudicial seja exarada, informe o juízo da execução fiscal para que ocorra deliberação acerca da situação. Verificando os sistemas judiciais, bem como os processos que correm no presente Núcleo de Justiça 4.0, vê-se que são centenas de processos, que, seriam objeto de eventual reunião e redistribuição ao juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura. Estes processos encontram-se em todo tipo de fase processual, portanto a reunião das execuções em um único processo de conhecimento de natureza jurídica distinta (ação anulatória), geraria um enorme tumulto processual. A jurisprudência tem entendimento sedimentado no sentido de não ser realizada a reunião quando os processos estiverem em fases diversas do trâmite, uma vez que pode prejudicar o andamento processual e causar prejuízos às partes envolvidas. Nesse sentido, a jurisprudência tem entendido que a reunião de processos executivos só deve ser realizada quando os processos estiverem em fases idênticas do trâmite processual, ou seja, quando estiverem em fases similares de conhecimento, execução ou cumprimento de sentença, a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e evitar prejuízos às partes envolvidas. A título de exemplo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.087.768/SP, cuja ementa transcrevo a seguir: "PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. FASE PROCESSUAL DISTINTA. PREJUÍZO ÀS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. A reunião de processos executivos somente é admissível se os processos se encontram em fases idênticas do trâmite processual, sob pena de comprometer o andamento de um dos processos e causar prejuízo às partes envolvidas. Hipótese em que se encontram em fase distinta, impossibilitando a reunião dos processos. Recurso especial não provido." Essa decisão reforça a necessidade de que os processos executivos estejam em fases idênticas para que possam ser reunidos, sob pena de prejuízo às partes envolvidas. Sendo assim, se a jurisprudência já vai no sentido da não reunião de processos que possuem a mesma natureza de conhecimento apenas por estarem em fases distintas, quiça processos que possuem naturezas diversas como no caso, onde este é um processo de execução e o requerimento da executada é que seja apensado a um processo de conhecimento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de continência, ante a dificuldade que causaria ao processamento dos mesmos, sem deixar de considerar que em muitas execuções o posseiro do bem acaba não comparecendo, não havendo identidade de partes e em razão da diversidade de procedimento adotado para cada feito. Decorrido o prazo de eventual recurso, façam conclusos para consulta SISBAJUD.

Publique-se, registre-se, intime-se.

(publicado no DJE de 21/6/2023).

No mesmo sentido, publicações dos autos 7001211-94.2022.8.22.0000, 7001297-65.2022.8.22.0000 e outros.

Visto todos estes pontos, NÃO é causa de conexão entre as milhares de execuções fiscais ajuizadas pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA em face da SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., nem da ação anulatória n.º 7010917-71.2022.8.22.0010 ajuizada pela SÃO TOMÁS contra o Município, pois são coisas totalmente diversas e com causas de pedir distintas.

Por fim, consigno que reiteradamente o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA vem se manifestando de forma contrária à "reunião" de processos postulada pela SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ao Município de Rolim de Moura para indicar bens à penhora, pois não há notícias de que tenha sido atribuído efeito suspensivo à execução fiscal ou outras defesas apresentadas pela SÃO TOMÁS.

Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto, pois o Município de Rolim de Moura e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. são os maiores litigantes desta Comarca. Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.

Rolim de Moura/RO, domingo, 16 de julho de 2023, 05:27

Jeferson Cristi Tessila Melo

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Número do processo: 7007100-33.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Passivo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394, IVONILDES GOMES PATRIOTA, OAB nº GO28899
DETERMINAÇÃO PARA INTIMAR O MUNICÍPIO
PARA MANIFESTAÇÃO
Intime-se o município de Rolim de Moura para manifestação quanto às informações referentes ao parcelamento do débito e pedido de suspensão do feito.
Após, conclusos.
Intime-se por meio de seu procurador.
Rolim de Moura, domingo, 16 de julho de 2023, 05:3205:32
Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Processo n.: 7005535-63.2023.8.22.0010 Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 Valor da ação: R$ 15.800,00 Requerente: AUTORES: S. R. D. C., H. S. C. Advogado: ADVOGADO DOS AUTORES: RENATO CESAR MORARI, OAB nº RO10280 Requerido: REU: D. S. D. S. Advogado: REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
(Servindo de mandado de citação/ intimação/ carta precatória)
Defiro ao autor os benefícios da gratuidade judiciária.
Fixo os alimentos provisórios em favor do(s) menor(es) em 40% do salário-mínimo (art. 4º da Lei n. 5.478/68), ante a precariedade de elementos que demonstrem maior possibilidade do requerido.
Esta demanda comporta, em tese, conciliação entre as partes (meio alternativo de solução e composição de conflitos).
DESIGNO AUDIÊNCIA de conciliação/mediação para o dia 21 de AGOSTO de 2023 (segunda-feira), às 09h00min, a qual será realizada pelo CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania desta comarca.
Em razão das obras para construção do novo prédio do Fórum de Rolim de Moura, as audiências nesta comarca até o fim das obras continuarão a serem realizadas por meio eletrônico - AUDIÊNCIA POR VIDEOCONFERÊNCIA - , assunto tratado pelo E. TJRO nos SEI´s n. 0011724-39.2021.8.22.8000, 0002630-67.2021.8.22.8000, 0005036-27.2022.8.22.8000 e 0000215-47.2022.8.22.8010, bem como autorizado pela Presidência do TJRO em Sei 0000069-69.2023.8.22.8010 e também da Portaria Conjunta n. 695/2022-JSG-SGP.
Para possibilitar a realização do ato na forma acima, os Patronos deverão informar os respectivos telefones (caso se trate de audiência inicial o Patrono do autor deverá fornecer o telefone da parte contrária, para tentativa de contatos).
Ciência ao Cartório, CEJUSC, Patronos, Partes, MP, DPE e demais interessados.
Se for o caso, CONSIDERO ainda a localidade que o requerido reside e a distância até esta Comarca.
CITE-SE o réu, inclusive quanto ao dever de pagar, a partir da citação, os alimentos ora arbitrados e INTIME-O para comparecer a audiência, anotando-se a disposição inserta no art. 7º da Lei n. 5.478/68.
Ficam as partes advertidas nos termos do § 8º do art. 334 do CPC: “O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.”
Cientifique-se o MP.
Intimem-se a parte autora por meio de seu(s) advogado(s) constituído(s) nos autos (se for o caso).
Observações:
1. Não havendo conciliação, o prazo para contestação é de 15 (quinze) dias, contados da realização da audiência.
2. Não tendo o Requerido condições de constituir Advogado(a), deverá procurar a Defensoria Pública do Estado de Rondônia na Av. João Pessoa, 4525, Centro, Rolim de Moura/RO, ou, a mais próxima de sua residência.
Advertências:
1. O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (§8º do art. 334 do CPC).
2. Na audiência acima designada, as partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (§9º do art. 334 do CPC).
3. A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (§10 do art. 334 do CPC).
4. Não havendo conciliação e não apresentada contestação no prazo acima, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos alegados pelo Autor (art. 344 do CPC).
JUNTAMENTE com o mandado de citação/intimação remeta-se cópia da petição inicial/contrafé, pois o art. 695, §1.º do CPC é inconstitucional, por ferir os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. No mesmo sentido, manifestação dos magistrados deste Estado nos módulos do Curso sobre o Novo CPC e no Fórum Permanente de Magistrados do PJRO, realizado em outubro de 2015.
Expeça-se o necessário.

Aguarde-se a realização da audiência.
CASO HAJA INTERESSE DAS PARTES NA REALIZAÇÃO DE ACORDO, PODERÃO FAZÊ-LO POR MEIO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO OU DE ADVOGADO DE SUA CONFIANÇA, JUNTANDO O TERMO NOS AUTOS, PARA POSTERIOR HOMOLOGAÇÃO.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/ CARTA PRECATÓRIA:
REU: D. S. D. S., LINHA 47,5 - KM 06, S/N, SENTIDO SANTA LUZIA ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
Rolim de Moura/RO, quinta-feira, 13 de julho de 2023, 13:30
JEFERSON CRISTI TESSILA DE MELO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
E-mail: rdm1civgab@tjro.jus.br . Telefone/WhatsApp: 69 3449 3701.Processo n.: 7007901-46.2021.8.22.0010 Classe: Execução Fiscal Valor da ação: R$ 909,82 Parte autora: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Parte requerida: MARIA APARECIDA DE LIMA DA SILVA, GISLAINE DE SOUZA SILVA Advogado: SEM ADVOGADO(S)
S E N T E N Ç A
(extinção - pagamento integral do débito)
Trata-se de Execução Fiscal promovida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.
A exequente noticiou no feito que houve a quitação integral do débito executado nestes autos (ID 93211131).
Assim, EXTINGO este processo com fulcro no art. 924, inciso II, c/c art. 925, ambos do Código de Processo Civil e art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional.
Torno sem efeito eventuais constrições nos autos.
Esclareço que inexistem bens penhorados, tampouco restrições inseridas nos sistemas Renajud e Sisbajud.
Custas e honorários quitados.
Dispensada a intimação pessoal das partes, por medida de economia e porque não terão prejuízos.
Trânsito em julgado nesta data, nos termos do artigo 1.000, do CPC.
Não havendo mais pendências, arquive-se de imediato.
Rolim de Moura/RO, sábado, 15 de julho de 2023, 06:10.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7007845-76.2022.8.22.0010
Requerente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
Advogado/Requerente: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
Requerido: MAYCON NAYT CANDIDA DA SILVA
Advogado/Requerido: CLEVER FERNANDO DORST, OAB nº SC18483
Em saneador:
1) O Autor informou não ter outras provas a produzir (Num. 88655910 - Pág. 1).
2) Para que não venha alegação de nulidade, ao banco autor para manifestação acerca do pedido do Num. 90886555 - Pág. 1 a 5.
3) De igual modo, esclareça o requerido se fez ou não as compras e demais operações referidas nas faturas juntadas aos autos (Num. 88253328 - Pág. 1 a 149).
4) Também deverá apontar os parâmetros para a perícia postulada no ID Num. 90886555 - Pág. 3-4, pois este pedido é lacônico. Apenas se refere à necessidade de perícia, sem indica ro que deva ser periciado e com base em quais parâmetros.
Prazo comum: dez dias.
Intime-se na pessoa dos Procuradores constituídos.
Rolim de Moura/RO, 17 de julho de 2023.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7002565-95.2020.8.22.0010
Requerente/Exequente: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado(a) do Requerente/Exequente: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, BRADESCO
Requerido(a)/Executado(a): ALEX BRASILINO DOS REIS
Advogado(a) do Requerido/Executado(a): HOSNEY REPISO NOGUEIRA, OAB nº RO6327
Decisão DESIGNANDO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INTIMAÇÕES e DEMAIS ATOS NECESSÁRIOS
1) Trata-se de pretensão renovatória de contrato de locação, cuja perícia já fora feita (Num. 88016933 - Pág. 1 a 14).

Nenhuma das partes nega a relação contratual (nem poderiam negá-la).
Apesar de todo o alegado, a lide se mostra simples de ser resolvida. O ponto controvertido é apenas o seguinte: o valor dos alugueis.
Discussões sobre contrato, tamanho do imóvel e valor dos imóveis, discussões sobre eventuais prejuízos passados ou futuros não fazem parte deste processo.
Visto isso, é plenamente possível a composição entre as partes.
O BRADESCO não se manifestou sobre o laudo pericial.
O requerido o impugnou e solicitou audiência para tentativa de conciliação (Num. 88879200 - Pág. 1-2).
2) Tendo em vista o pedido feito pelo Requerido com fundamento no art. 139, V, do CPC, DESIGNO audiência de conciliação para o DIA 15 DE AGOSTO DE 2023 (terça-feira), às 8:30 MIN (horário de Rondônia), cuja audiência será realizada pelo Juízo por meio eletrônico (videoconferência – google meet) na forma abaixo.
As audiências continuarão a ser por meio eletrônico enquanto perdurarem as obras para construção do prédio do novo fórum de Rolim de Moura, assunto tratado pelo E. TJRO nos SEI´s n. 0011724-39.2021.8.22.8000, 0002630-67.2021.8.22.8000, 0005036-27.2022.8.22.8000 e 0000215-47.2022.8.22.8010, bem como autorizado pela Presidência do TJRO em Sei 0000069-69.2023.8.22.8010 e também da Portaria Conjunta n. 695/2022-JSG-SGP, pois não há espaço sequer para receber e atender qualquer pessoa durante as obras, sem contar o barulho que está sendo gerado com a construção.
Também considero a determinação de que todos os atos deverão ser realizados preferencialmente por videoconferência. Consigno que este sistema vem funcionando muito bem, com custos reduzidos, evitando precatórias e deslocamentos tanto das partes, Patronos e testemunhas e outros custos.
A audiência será realizada de forma virtual, por intermédio do aplicativo de comunicação Google Meet, devendo as partes acessarem a sala de audiência no dia e horário designado através do link a seguir: meet.google.com/aem-xuax-ocn
OBS1: Diante dos fatos narrados nos autos e complexidade da lide esta audiência será realizada pelo Magistrado Titular desta Unidade não pelo CEJUSC.
OBS2: Caso alguma das partes não tenha interesse em realizar alguma forma de composição deverão informar ao Juízo no prazo de DEZ dias da intimação, para que a pauta seja liberada e realizada outra audiência neste dia e horário (art. 5.º do CPC).
3) As partes serão intimadas da audiência por meio de seus Patronos.
3.1) Prepostos deverão ter poderes para transigir e firmar acordo.
Aguarde-se a audiência.
Intimem-se na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos.
Rolim de Moura/RO, 17 de julho de 2023.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7005637-85.2023.8.22.0010
Requerente: BMG FOODS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
Advogado/Requerente: MARIA CLAUDIA GARANHANI DE CAMPOS, OAB nº PR39768
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado/Requerido: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Decisão SOBRE TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE
ADITAR INICIAL e DEMAIS ATOS NECESSÁRIOS a seu cumprimento
(e servindo de informações em Agravo de Instrumento, caso solicitadas – OF/GAB2VCiv-RM, de ___/___/2023)
Trata-se de pedido cautelar antecedente ajuizado por BMG FOODS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA em face do ESTADO DE RONDÔNIA.
Esta ação tem por objetivo suspender a exigibilidade dos diversos créditos tributários referidos na inicial.
Segundo o alegado, a empresa Autora fora notificada sobre a existência de débitos inscritos em Dívida Ativa, cujos lançamentos que apontam débitos referentes ao Código de Receita 5158 (Dívida Ativa ICMS Antecipado) e Código de Receita 5112 (Dívida Ativa ICMS - declarado e lançado).
Pretende, em caráter antecedente, a suspensão de exigibilidade dos créditos tributários referidos na inicial e a suspensão dos efeitos do protesto destes. Por fim, pretende que o Estado não promova a inscrição do nome d Autora nos cadastros de inadimplentes e não promova a cobrança dos créditos tributários em tela.
Decido:
Para concessão da tutela de urgência deve ser demonstrado pela parte a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, bem como a ausência de perigo de reversibilidade dos efeitos da decisão, conforme se depreende da leitura do art. 300, caput, e §3º, do CPC.
Já o artigo 303 traz a possibilidade de apresentação de tutela antecipada antecedente:
Art. 303. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.
Os elementos trazidos aos autos não são suficientes a autorizar a medida pretendida de forma liminar. A tutela de urgência está condicionada ao atendimento de dois requisitos (art. 300, CPC): a) probabilidade do direito; b) perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Contudo, nenhum dos dois requisitos está presente.
Há diversos óbices ao deferimento da tutela cautelar antecedente pretendida.
Primeiro é que o pedido do Num. 93106181 - Pág. 8, item c é nitidamente satisfativo, algo bem diverso da tutela cautelar antecedente invocada.
Em segundo lugar deve ser dito que o protesto extrajudicial decorre da Lei Estadual n.º 3.505/2015. A possibilidade de protesto extrajudicial já decorria da Lei ordinária nº 2.913, de 3/12/2012. Estas Leis continuam em vigência, conforme pesquisa feita ao site da ALERO,

em https://sapl.al.ro.leg.br/norma/6005. E a Autora não trouxe qualquer elemento capaz de retirar a regularidade destas Leis, data venia.
Terceiro: a Autora não indica causa de pedir. Simplesmente alega que desconhece os supostos débitos tributários referidos na inicial.
Porém, as CDA´s estão emitidas há mais de dois meses, pelo menos. Todas são do mês de maio/2023 ou meses antecedentes a este, conforme documentos juntados nos IDs Num. 93106185 - Pág. 1 a 41; Num. 93106186 - Pág. 1 a 42; Num. 93106187 - Pág. 1 a 5; Num. 93106188 - Pág. 1-2, Num. 93106190 - Pág. 1 a 29.
Além dos débitos referidos na inicial há outros supostos débitos cadastrados no "extrato conta corrente do contribuinte", o que pode ser visto no doc. Num. 93106190 - Pág. 1 a 29. Inclusive, de períodos pretéritos aos título que ora se pretende suspensão da exigibilidade.
O "extrato conta-corrente do contribuinte" (Num. 93106190 - Pág. 1 a 29) indica pendências diversas ao que fora mencionado na emenda trazida no doc. Num. 93145124 - Pág. 2 a 4.
Este magistrado acessou o site da SEFIN/RO para verificar sobre a regularidade dos supostos débitos e, num primeiro juízo, não constatou qualquer vício na constituição dos créditos tributários ora mencionados.
De início (em 2019), havia a INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 015/2019/GAB/CRE; depois esta IN fora revogada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 015/2020/GAB/CRE que, por sua vez, fora revogada pela IN nº 033, de 27/42021, com efeitos a partir de 30/4/2021.
A Autora não traz qualquer argumento capaz de desconstituir estas Instruções Normativas a respeito da regularidade na constituição créditos tributários ora impugnados.
Consigno que, a constituição dos créditos tributários ora impugnados está amparada pelo DECRETO N. 22.721, de 5/4/2018, descrito como sendo o RICMS/RO 22721/2018, art. 7.º, anexo III, subitem Diferimento, Parte 2, Nota 1, do aludido Decreto. Em momento algum a autora ataca este Decreto (este decreto e anexo podem ser consultados em https://legislacao.sefin.ro.gov.br/textoLegislacao.jsp?texto=178 e https://legislacao.sefin.ro.gov.br/textoLegislacao.jsp?texto=230#RICMS_RO_TI_CII).
Quarto: a Autora não apresenta garantia ou caução. Dizer que pretende contratar apólice de seguro (Num. 93106181 - Pág. 9, 1.º parágrafo) para apresentar em Juízo é bem diferente de apresentar alguma garantia.
A Autora invoca o art. 835 do CPC. Porém, este dispositivo não é aplicável ao caso em questão, em que se alega (in)exigibilidade créditos tributários inscritos em dívida ativa - e suspensão dos efeitos do protesto extrajudicial, mas sim, às hipóteses de garantia da execução-cumprimento de sentença.
Também não verifico a urgência da medida: a certidão mencionada no Num. 93145129 - Pág. 1 está incompleta.
A certidão fora expedida com o número do CNPJ sendo "10.989.834". Faltam os seis algarismos finais.
O CNPJ da empresa Autora é 10.989.834/0016-01 (unidade de Rolim de Moura).
A empresa Autora (BMG FOODS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA) tem diversas unidades e cada qual com um CNPJ distinto, mas todos utilizam os mesmos primeiros algarismos no CNPJ n.º 10.989.834", por ex.
10.989.834/0001-25 [MATRIZ]
Campo Grande MS - CNPJ 10.989.834/0001-25 Brasília DF - 10.989.834/0020-98 [FILIAL] Cambé PR São José SC Balsa Nova PR Iporã PR – CNPJ 10.989.834/0006- São Lourenço MG – CNPJ 10.989.834/0008-00 Rolim de Moura RO Entre Rios do Oeste PR Grão Pará SC Juruena MT Porto Alegre RS – CNPJ 10.989.834/0013-69 Vila Bela ST MT Nova Iguaçu RJ – CNPJ 10.989.834/0015-20 Colorado PR – CNPJ 10.989.834/0010-16 Ribeirão Preto SP Ji-Paraná RO Fortaleza CE – CNPJ 10.989.834/0021-79 (informações extraídas da página do Autor em https://www.bmgfoods.com.br/pt_BR/pagina-secundaria/onde-estamos).
Assim, a certidão referida no Num. 93145129 - Pág. 1 deverá ser juntada como sendo o CNPJ 10.989.834/0016-01, da unidade de Rolim de Moura, que figura com autora.
Portanto, não está presente a probabilidade do direito em razão de não haver demonstração de vícios na constituição do crédito tributário ora impugnados, o que leva ao indeferimento da tutela cautelar antecedente. Neste sentido, recente entendimento do TJRO no dia 6/3/2023, em:
1ª Câmara Especial Processo: 0810137-53.2022.8.22.0000
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA Interposto em 18/11/2022
Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo interno. Agravo de instrumento. Antecipação de tutela. Ausência de requisito.
1. O deferimento de antecipação de tutela, conforme prevê o art. 300 do CPC, reclama elementos que evidenciem a probabilidade do direito (fumus boni iuris) e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (periculum in mora).
2. Não demonstrada a probabilidade do direito, tampouco dano irreparável ou de difícil reparação, deve ser mantida a decisão que indeferiu postulado efeito suspensivo.
3. Agravo não provido.
(DJE de 6/3/2023).
Ante o exposto, ausentes os requisitos legais, INDEFIRO todos os pedidos de TUTELA ANTECIPADA EM CARÁTER ANTECEDENTE formulados pelo BMG FOODS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA em face do ESTADO DE RONDÔNIA.
Nos termos do art. 303, §6º do CPC fica o autor INTIMADO para aditar a petição inicial, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção sem resolução do mérito, na forma do art. 303, §6º do CPC.
Decorrido o prazo acima, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão por seus fundamentos. Havendo agravo, esta decisão vale como informações caso solicitadas. Sendo solicitadas informações, encaminhe-se servindo de ofício: OF/GAB/2VCiv-RM, de ____/____/2023.
Autorizo correção do valor da causa para R$ 897.071,00, conforme referido pelo Autor na emenda.
Intime-se na pessoa dos Procuradores constituídos.
Rolim de Moura/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023, 14:00
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Fone: 69 3442 8273 - rmm2civel@tjro.jus.brProcesso nº: 7004875-40.2021.8.22.0010

Requerente/Exequente: JOSE GRANADO FERNANDES
Advogado: ELOIR CANDIOTO ROSA, OAB nº RO4355
Requerido/Executado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
D E S P A C H O
Em consulta ao sistema PREVEJUD consta que o benefício de aposentadoria de José Granado Fernandes está ativo.
Intime a parte autora para tomar ciência do documento anexo, bem como requerer o de direito, sob pena de arquivamento.
Rolim de Moura/RO, 14 de julho de 2023.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7008685-86.2022.8.22.0010
Requerente/Exequente: MONTE SINAI MOTOS EIRELI
Advogado(a) do Requerente/Exequente: FRANCISCA JUSARA DE MACEDO COELHO SILVA, OAB nº RO10215
Requerido(a)/Executado(a): JEFERSON ALVES LIMA, ROSICLEIA DA SILVA CORREA, DEBORA NAIANE DA SILVA CORREA
Advogado(a) do Requerido/Executado(a): SEM ADVOGADO(S)
Num. 91310001: prazo há muito extrapolado.
AGUARDE-SE manifestação do exequente, no prazo de cinco dias.
Não havendo acordo, indique bens penhoráveis e onde estão para eventual remoção.
Intimem-se na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos.
Rolim de Moura/RO, 17 de julho de 2023.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Número do processo: 7011146-31.2022.8.22.0010
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: TIAGO BATHE FAGUNDES
ADVOGADO DO AUTOR: MANUELA BRAGA ARAUJO VASCONCELOS, OAB nº ES15903
Polo Passivo: BANCO PAN S.A., BANCO BS2 S.A., BANCO DAYCOVAL S/A, BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A., Caixa Econômica Federal, BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DOS REU: ANDRE LUIZ CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO, OAB nº MT12560O, LEONARDO FALCAO RIBEIRO, OAB nº RO5408, MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419, PROCURADORIA BANCO PAN S.A, PROCURADORIA DO BANCO BS2 S/A, PROCURADORIA BANCO DAYCOVAL S.A, PROCURADORIA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/RO, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
BANCO DO BRASIL S/A
CNPJ n. 00.000.000/0001-91
Q SAUN, Quadra 5, Lote B, Torres I, II e III, Asa Norte
Brasília/DF
CEP: 70.040-912
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CNPJ n. 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 4, Lote ¾, Asa Sul
Brasília/DF
CEP: 70.092-900
BANCO COOPERATIVO SICREDI S/A
CNPJ n. 01.181.521/0001-55
Av. Assis Brasil, 3940, Bairro São Sebastião
Porto Alegre/RS
CEP: 91.060-900
BANCO DAYCOVAL S/A
CNPJ n. 62.232.889/0001-90
Av. Paulista, n. 1.793, Bairro Bela Vista
São Paulo/SP
CEP: 01.311-200
BANCO BS2 S/A
CNPJ n. 71.027.866/0001-34
Rua Alvarenga Peixoto, n. 974, andar 7 e 8, Bairro Santo Agostinho
Belo Horizonte/MG
CEP: 30.180-120
BANCO PAN S/A
CNPJ n. 59.285.411/0001-13

Av. Paulista, n. 1.374, 16 andar, Bairro Bela Vista
São Paulo/SP
CEP: 01.310.930
Valor da causa: R$ 113.860,81
Decisão servindo de:
MANDADO, CITAÇÃO, CARTA PRECATÓRIA, CARTA AR, INTIMAÇÃO PARA RESPOSTA, ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS, JUNTADA DE DOCUMENTOS e demais atos necessários a seu cumprimento.
(e servindo de informações em Agravo de Instrumento, caso solicitadas)
1) Primeiramente, para o processamento do feito, o juízo deve averiguar se, pelo menos em tese, é competente para apreciar a lide, vez que, a Caixa Econômica Federal atua no regime jurídico de "empresa pública", fato que justifica a competência da Justiça Federal, na forma do art. 109, I, da Constituição Federal.
Pois bem.
Em relação à competência da Justiça Estadual para o processamento do feito, destaca-se a informação da pagina eletrônica do STJ:
"Presença de entidade federal não afasta competência da Justiça estadual em casos de superendividamento do consumidor
A Justiça dos estados e do Distrito Federal é competente para julgar as ações que buscam repactuação de dívidas em razão de superendividamento (artigos 104-A a 104-C do Código de Defesa do Consumidor – CDC), ainda que um dos credores seja entidade federal, pois o artigo 109, inciso I, da Constituição, ao mencionar os processos de falência, abarca nas exceções da competência dos juízes federais todas as hipóteses em que haja concurso de credores.
O entendimento foi fixado, em votação unânime, pela Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao analisar controvérsia sobre quem teria competência – se a Justiça Federal ou a do Distrito Federal – para processar e julgar uma ação de repactuação de dívidas por superendividamento do consumidor, na qual é parte, ao lado de instituições financeiras privadas, a Caixa Econômica Federal.
Na origem, o juizado federal entendeu ser incompetente para o caso, pois o pleito teria características de insolvência civil, o que afastaria as atribuições da Justiça Federal, nos termos do artigo 109, inciso I, da Constituição. O processo, então, foi remetido à Justiça distrital, que, por sua vez, declarou sua incompetência tendo em vista que o autor não fundamentou seu pedido em insolvência, mas na sua situação de superendividado, incapaz de pagar os débitos sem comprometer a própria subsistência.
Procedimento judicial relacionado ao superendividamento tem natureza concursal Relator do conflito de competência no STJ, o ministro Marco Buzzi apontou que cabe à Justiça dos estados ou do Distrito Federal analisar as demandas cujos fundamentos fáticos e jurídicos tenham similitude com a insolvência civil, como é a hipótese do superendividamento.
O magistrado destacou que esse entendimento se mantém mesmo se houver a presença de entidade federal na causa, pois o plano de pagamentos apresentado pelo devedor deve abranger, de maneira uniforme, todos os credores. Além disso, o artigo 109, I, da Constituição deve ser interpretado levando-se em conta a sua finalidade, de modo que a exceção feita pelo dispositivo à competência da Justiça Federal, no caso de processos de falência, alcança as hipóteses em que há concurso de credores.
"O procedimento judicial relacionado ao superendividamento, tal como o de recuperação judicial ou falência, possui inegável e nítida natureza concursal, de modo que as empresas públicas federais, excepcionalmente, sujeitam-se à competência da Justiça estadual e/ou distrital, justamente em razão, repita-se, da existência de concursalidade entre credores, impondo-se, dessa forma, a concentração, na Justiça comum estadual, de todos os credores", declarou.
Desmembramento do processo traria prejuízo ao devedor O ministro também ressaltou que um eventual desmembramento do processo representaria prejuízo para o devedor, já que, conforme o artigo 104-A do CDC, criado pela Lei do Superendividamento, todos os credores devem participar do procedimento, inclusive da audiência conciliatória.
Segundo Marco Buzzi, caso tramitassem ações separadamente, em jurisdições diversas – federal e estadual –, estaria prejudicado o objetivo primário da Lei do Superendividamento, que é dar ao consumidor a oportunidade de apresentar um plano de pagamentos envolvendo todos os seus credores. "Haverá o risco de decisões conflitantes entre os juízos acerca dos créditos examinados, em violação ao comando do artigo 104-A do CDC", concluiu.
No processo analisado, o autor contraiu dívidas (empréstimos com bancos) em razão de sequelas decorrentes da Covid-19, que o deixaram acamado. Por isso, constou da decisão a recomendação para que o juízo distrital, declarado competente, examine o feito com a maior brevidade possível.
(https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/29032023-Presenca-de-entidade-federal-nao-afasta-competencia-da-Justica-estadual-em-casos-de-superendividamento.aspx)"
Portanto, nos casos de superendividamento do consumidor, a presença de entidade federal não afasta competência da Justiça Estadual.
2) Recebo a inicial, sob responsabilidade do interessado.
2.1) Atento aos art. 33, 123 e 261, todos das DGJ e art. 35, VII, da LOMAN, as custas serão ao final, pelo vencido, tendo em vista o valor e natureza da causa.
3) TIAGO BATHE FAGUNDES propôs Ação de Repactuação de Dívidas – com base na Lei do Superendividamento em face do BANCO DO BRASIL S/A, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO COOPERATIVO SICREDI S/A, BANCO DAYCOVAL S/A, BANCO BS2 S/A e BANCO PAN S/A.
Não obstante a suposta boa-fé do Requerente, INDEFIRO o pedido de Tutela de Urgência, pois verifico que o mesma não logrou êxito em demonstrar a aparência do seu direito, para fins de concessão de tutela de urgência.
A parte Autora é Servidor Público Estadual (ID 85282717 p. 1) e sabia o que estava contratando.
Destarte, é necessário colher a manifestação dos Requeridos, bem como, a verificação das irregularidades contratuais demandarão um maior desenvolvimento do conjunto fático-probatório. O pedido poderá ser reanalisado, se surgirem fatos novos.
Desta forma verifico que não estão presentes os requisitos para concessão da tutela de urgência pretendida.
Isto posto, INDEFIRO o pedido de Tutela de Urgência.
4) Em relação a petição de ID 89620177, a mesma informa que o Requerente e o Requerido BANCO COOPERATIVO SICREDI S/A entabularam um acordo amigável, porém, não anexaram o acordo aos autos, por esta razão deixo de homologar o mesmo.
5) Passo a pronunciar quanto ao art. 334 do CPC e Enunciado 61 da ENFAM.
Seguindo o novo fluxo de audiências preliminares estabelecido pela Corregedoria do TJRO https://www.tjro.jus.br/noticias/item/17396--novo-fluxo-para-audiencias-de-conciliacao-e-aprovado-pela-corregedoria, é desnecessária audiência de tentativa de conciliação, pois como são grandes litigantes estes atos não estavam tendo a eficácia esperada. Conforme exposto na manifestação da Corregedoria, "... Empresas como: Energisa, Latam, Azul, Gol, que possuem altas demandas e com histórico não favorável às conciliações, ficavam diante de audiências desnecessárias que só prolongavam o término do processo..."

Caso as partes tenham algum acordo poderão trazê-lo aos autos para homologação.
6) Seguindo a diretriz acima, CITEM-SE e INTIMEM-SE os Requeridos, pelo rito ordinário para querendo, contestarem, sob pena de revelia e seus efeitos. Prazo: 15 dias.
6.1) Por objetividade, RECOMENDA-SE aos Requeridos (já com a resposta) juntar toda documentação que tenham acerca dos fatos em questão, incluindo todos contratos bancários (inclusive cartões de crédito e PIX no período ora em discussão nos autos), serviços, seguros e demais operações ajustadas entre as partes.
6.2) Consigno que, neste momento, não estamos falando em "inversão do ônus da prova", mas em regularização da atividade probatória, considerando a causa de pedir remota, pois apenas o requerido tem acesso aos documentos que ora se determina a juntada – arts. 4.º, 6.º, 139 e 378, todos do CPC.
7) Vindo resposta, manifestem-se as partes, inclusive especificando outras provas ou diligências, caso queira justificando sua necessidade e pertinência com a lide. Prazo comum: DEZ dias.
7.1) Havendo protesto "genérico" por produção de todo tipo de provas, sem indicar sua necessidade, ou não havendo manifestação útil, a lide será sentenciada na forma que se encontra, por já haver considerável quantidade de documentos nos autos.
7.2) Havendo necessidade de prova testemunhal, concedo o prazo comum de 10 (dez) dias contados a partir da intimação para juntada do rol de testemunhas nos autos, sendo no máximo 3 (três) testemunhas para cada parte (art. 357, §6.º do NCPC, o que já era previsto no art. 410, par. único, do CPC de 1973), por ser apenas o seguinte em apuração: alegada fraude bancária e obrigações e danos dela decorrentes. Neste sentido, reconhecendo a limitação do número de testemunhas a 3 para cada parte: 0013255-51.2014.822.0000, publicado no Diário da Justiça de 18/2/2015 - Desembargador Moreira Chagas.
7.3) Não sendo apresentado o rol no prazo acima determinado entender-se-á que a parte desistiu da produção da prova testemunhal.
7.4) O rol deverá vir com qualificação das testemunhas, para não haver surpresa à parte contrária.
7.5) Eventual substituição de testemunha ou alteração no rol apenas será permitida com anuência da parte contrária, para não haver surpresa (sistemática do NCPC), ou por fato devidamente justificado.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente sem vir qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão por seus fundamentos. Havendo agravo, esta decisão vale como informações caso solicitadas. Sendo solicitadas informações, encaminhe-se servindo de ofício: OF/GAB/2VCiv-RM, de ____/____/2023.
8) O Banco do Brasil já apresentou resposta (Num. 87978563 - Pág. 1 a 31).
9) Aguarde-se citação dos demais requeridos e transcurso do prazo para resposta (CEF; BANCO DAYCOVAL S/A; BANCO BS2 S.A. e BANCO PAN S.A. (REU).
Expeça-se o necessário.
Intimem-se as Partes, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (art. 270 do CPC).
Rolim de Moura/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023, 09:49
Jeferson C. TESSILA de Melo Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710
Processo nº: 7007624-30.2021.8.22.0010
Requerente/Exequente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
Advogado(a) do Requerente/Exequente: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
Requerido(a)/Executado(a): CIDAIR MIRANDA BARBOZA
Advogado(a) do Requerido/Executado(a): SEM ADVOGADO(S)
SUSPENSÃO POR UM ANO (art. 921 do CPC)
1) Execução que tramita sem maiores resultados. Tudo que era possível ao Juízo fora feito, mandados, etc.
2) Buscas ao SISBAJUD e RENAJUD restaram negativas.
Tentativa de penhora de salários também restou sem resultado útil.
3) O Exequente deverá fazer sua parte no feito e INDICAR medida efetiva para satisfazer seu crédito e onde estão para remoção, pois a atividade estatal é complementar à atividade da parte, e não substitutiva.
Conforme já decidido pelo E. TJRO, a responsabilidade do Juízo é complementar às diligências da parte e não meramente substitutiva. Neste sentido: Agravos de Instrumento nrº 0002590-78.2011.8.22.0000, Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia e nrº 0001880-92.2010.8.22.0000, Relator: Juiz Glodner Luiz Pauletto.
No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça, em inúmeras decisões: AgRg no Ag 496398/SP AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO, 2002/0170400-2, Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ 15/09/2003 p. 317.
4) SUSPENDA-SE por um ano (art. 921 do CPC), estando a CPE autorizada a promover o necessário.
5) Após transcorrido o prazo acima, manifeste-se indicando bens penhoráveis e onde estão para remoção.
6) Da mesma forma, recomenda-se manifestação acerca da prescrição intercorrente, pelo tempo que este feito tramita.
Intimem-se na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos.
Rolim de Moura/RO, 17 de julho de 2023.
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Número do processo: 7009652-68.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal

Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Passivo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
D E C I S Ã O - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE
REJEIÇÃO – ÁREA URBANA – INCIDÊNCIA DE IPTU e TAXA DE REMOÇÃO DE RESÍDUOS.
PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA REGISTRADA EM NOME DA EXECUTADA (Loteamento Urbano)
Art. 156, I, da Constituição Federal; arts. 32 a 34, do CTN e art. 11 do Código Tributário do Município de Rolim de Moura (Lei n. 947/2000)
APLICAÇÃO da SÚMULA 626 do STJ
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
I - RELATÓRIO:
Trata-se de EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE em EXECUÇÃO FISCAL apresentada por SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.
A execução fiscal foi fundada em IPTU e taxa de remoção de resíduos.
A SÃO TOMÁS era e é a loteadora/incorporadora responsável pela Incorporadora Buriti (responsável pelo loteamento conhecido como “Cidade Jardim”), localizado depois da UNIR, na saída de Rolim de Moura para BR364. Este loteamento tem mais de 2.000 terrenos. Isso é incontroverso e notório nesta cidade.
São Tomás apresentou exceção de pré-executividade ao argumento de que o título executivo é nulo, pois a Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, bem como por não haver preenchimento dos requisitos para cobrança de IPTU, violando diretamente o art. 32 do CTN e o art. 150, IV da CF, logo, não podendo ser executado.
Pede liminarmente a suspensão da execução.
Alega efeito confiscatório do tributo e causa suspensiva da exigibilidade do crédito tributário, consistente na realização de protocolo de reclamação para suspensão de créditos tributários, bem como alega que já foi protocolado requerimento de cancelamento do projeto.
Ao final requer a suspensão de qualquer ato de constrição de bens da excipiente, bem como seja conhecida a nulidade do título executivo, violação ao art. 32, § 1º, do CTN e o art. 11, § 3º, da Lei Municipal. Por fim, requer a condenação do excepto ao pagamento das custas e honorários advocatícios.
Anexou imagens e documentos.
O exequente/excepto impugnou a exceção. No mérito alega que foram preenchidos todos os requisitos para constituição do crédito tributário, não havendo qualquer nulidade da Certidão de Dívida Ativa – CDA ou causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Ao final requer a improcedência da exceção de pré-executividade, com condenação do excipiente ao pagamento de honorários de sucumbência em favor dos advogados e determinando o regular prosseguimento da Execução Fiscal.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório. DECIDO.
II – FUNDAMENTAÇÃO:
Trata-se de julgamento de exceção de pré-executividade.
A exceção de pré-executividade é uma espécie de defesa do executado, onde ele poderá alegar vício de matéria de ordem pública mediante simples petição e sem a necessidade de garantia do juízo. Tal modalidade de defesa está consolidada de forma unânime na jurisprudência e doutrina, sendo considerada por essa última uma defesa executiva atípica.
No Código de Processo Civil (CPC) não há a previsão expressa deste instituto. Contudo, a doutrina majoritária aponta que a exceção de pré-executividade surgiu em razão de um parecer elaborado por Pontes de Miranda em 1966, no “caso Mannesmann”, em que ele defendeu a possibilidade de o executado alegar incidentalmente no processo de execução de matéria de ordem pública, onde o juiz deveria conhecer de ofício por meio de mera petição. Desta forma, seria possível a defesa do executado por meio de petição sem a necessidade de garantia do juízo.
A exceção de pré-executividade é cabível nas execuções ou em fase do cumprimento de sentença, quando ocorrer qualquer vício de ordem pública, já que a defesa tem como objetivo a decretação de nulidade da execução ou sua extinção.
O STJ tem o entendimento pacífico em aceitar a apresentação da exceção de pré-executividade desde que a matéria alegada seja conhecível de ofício, o executado tenha prova pré-constituída de sua alegação e não haja necessidade de instrução probatória para o juiz decidir seu pedido de extinção da execução, como podemos observar no seguinte aresto:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.1. “A exceção de pré-executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória” (REsp 1110925/SP, repetitivo, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJe 04/05/2009). 2. Hipótese em que, por força da Súmula 7 do STJ, não há como verificar o cabimento da exceção de pré-executividade, tendo em vista que o Tribunal Regional Federal a rejeitou uma vez que o elementos de prova constantes nos autos davam conta de que a saída do sócio contra quem se redireciona a execução se teria dado de forma fraudulenta, exigindo-se dilação probatória para se provar o contrário. 3. Agravo interno não provido.” STJ – AgInt no AREsp 1264411/ES AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL2018/0062063-8, Relator: Ministro GURGEL DE FARIA, Data de Julgamento: 07/05/2019, T1 – PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/05/2019.
Com relação ao prazo para propositura da exceção de pré-executividade, os Tribunais Estaduais têm adotado o entendimento de que por se tratar de defesa de matéria de ordem pública, pode ser interposta a qualquer momento até o trânsito em julgado da ação, vejamos:
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO – INEXISTÊNCIA – CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL – TÍTULO LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL. – A exceção de pré-executividade, por comportar apenas matéria de ordem pública, não possui prazo legalmente previsto e, portanto, pode ser oposta a qualquer momento – O contrato de compra e venda de bens móveis pode ser considerado como título executivo hábil a embasar uma ação de execução, porquanto está assinado pelas partes e por duas testemunhas, se enquadrando na hipótese prevista no inciso III do artigo 784 do novo CPC.” TJ-MG – AC: 10024111968319001 MG, Relator: Pedro Aleixo, Data de Julgamento: 02/05/2018, Data de Publicação: 11/05/2018.
PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. TÍTULO EXECUTIVO. DESCARACTERIZAÇÃO. 1- Havendo nos au-

tos elementos de prova suficientes para formar o convencimento do magistrado, não ocorre cerceamento de defesa. 2 - A interposição de exceção não se submete a prazo, vez que, tratando-se de questão relativa à própria nulidade da execução, não se submete a preclusão. 3 - O contrato de abertura de crédito bancário não constitui título executivo extrajudicial, sendo indispensável o demonstrativo contábil e atualizado do débito. 4 - Recurso improvido. Unanimidade. (TJ-MA - AC: 92642001 MA, Relator: RAIMUNDO FREIRE CUTRIM, Data de Julgamento: 31/10/2003, IMPERATRIZ).

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXCEÇÃO DE PRE EXECUTIVIDADE - ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO TÍTULO - OPOSIÇÃO FORA DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DOS EMBARGOS - POSSIBILIDADE. A natureza das matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade, que são matérias de ordem pública, afasta a possibilidade de sua preclusão, já que a todo e qualquer tempo poderá o julgador voltar a analisá-las, eis que estão afeitas à nulidade da execução, não estando o prazo para interposição da exceção de pré-executividade atrelado ao prazo dos embargos de devedor. (TJ-MG - AI: 10643060001291001 São Roque de Minas, Relator: Tiago Pinto, Data de Julgamento: 13/12/2011, Câmaras Cíveis Isoladas / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 20/01/2012).

DO MÉRITO:

O ponto controvertido consiste na incidência ou não IPTU e taxa de remoção de resíduo no terreno mencionado na inicial, pois parte do loteamento “Cidade Jardim” deve ser destinada à Área de Preservação Permanente, por força de cumprimento do Plano Diretor e Urbanístico. Tanto que existe a ACP 0006366-51.2014.822.0010 questionando o cumprimento de parte destas obrigações.

Pretende o excipiente seja reconhecida a inexistência de dívida junto ao excepto e, por consequência, seja julgada improcedente a execução fiscal.

Em análise das provas juntadas pelo excipiente, conclui-se que o pedido é IMPROCEDENTE.

Observo que o excipiente não trouxe nenhuma alegação ou prova que possa impedir o prosseguimento do procedimento executório e não há nenhum vício ou nulidade capaz de obstar o prosseguimento da execução.

É cediço que a incidência de IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana está prevista no art. 156, I, da Constituição Federal e nos artigos 29 a 34 do Código Tributário Nacional.

De acordo com tais normas, o fato gerador de tal tributo é a propriedade, o domínio útil ou mesmo a posse do bem, bastando a existência de um destes direitos para que ocorra a tributação, ou seja, tornam legítima cobrança do IPTU.

O Município de Rolim de Moura aprovou o loteamento Cidade Jardim. Após foi ajuizada Ação Civil Pública – ACP pelo Ministério Público para apurar eventuais vícios na aprovação do loteamento.

De início, consigno aos interessados que a Ação Civil Pública referida na exceção (autos n.º 0006366-51.2014.822.0010) fora sentenciada em dezembro de 2022. Contra a sentença, o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SANEROM - AUTARQUIA DE SANEAMENTO E ROLIM DE MOURA ingressaram com embargos de declaração, já rejeitados dia 08/3/2023. Tanto o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS e a SANEROM - AUTARQUIA DE SANEAMENTO E ROLIM DE MOURA já foram intimados a cerca da sentença proferida na aludida ACP.

Portanto, resta afastado qualquer outro questionamento acerca da aludida ACP.

Conforme ata de audiência realizada no bojo da ACP supra, autorizou-se ao excipiente a dar continuidade nas vendas de lotes do empreendimento, com a ressalva de que deveria restringir-se às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A, 13A e 23A, destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente.

Assim, caso o lote que consta na CDA seja área verde ou institucional (áreas públicas) não incide IPTU (falta de domínio útil). Ao contrário, se não for pública, incide.

No caso dos autos, verifico que a área sob a qual recai dívida tributária NÃO se encontra com restrição (Ação civil pública nº 0006366-51.2014.822.0010), podendo ser alienado livremente, onerado, sofrer qualquer inovação física, sejam acessões ou benfeitorias. Ou seja, estão presentes os requisitos para o exercício pleno da propriedade.

Veja que conforme a ata da audiência realizada nos autos da Ação Civil Pública 0006366-51.2014.822.0010, o imóvel descrito na inicial não tem restrição de comercialização, estando o excipiente autorizado a realizar sua venda. A restrição é apenas para os imóveis localizados nas quadras 04A, 13A e 23A e o imóvel objeto da presente execução não está inserido nas referidas quadras.

Contudo, a eventual hipótese do excipiente não ter vendido o imóvel, não o isenta do pagamento dos tributos devidos em razão do exercício de propriedade, vez que trata-se de área urbanizável.

Ao apreciar tutela antecipada em Agravo de Instrumento interposto nos autos 7002554-37.2018.8.22.0010 e n. 7002105-79.2018.8.22.0010, o e. TJ/RO indeferiu a antecipação de tutela recursal ao fundamento de que o Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em face da agravante (ora excepto) visando a cobrança do IPTU, referente a imóvel que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento, situação que se amolda ao caso em análise. Vejamos:

Processo: 0811274-07.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ªVara Cível Agravante: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Advogado: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/GO 17394) Agravado: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Relator: DANIEL RIBEIRO LAGOS Data distribuição: 24/11/2021 DECISÃO VISTOS Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura que, nos autos da execução fiscal n. 7002105-79.2018.8.22.0010, rejeitou exceção de pré-executividade. Aduz que o Município de Rolim de Moura propôs ação de execução fiscal visando à cobrança da certidão de dívida ativa n. 962/2018, referente ao IPTU do imóvel QD 33A, LT 44, Residencial Cidade Jardim, no valor total R$ 2.208,28. Sustenta tratar-se de título executivo nulo, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, assim não há preenchimento dos requisitos necessários para cobrança de IPTU. Afirma que o local não conta com os melhoramentos previstos no art. 32, § 1º, do CTN, de modo que não incidente IPTU, além de que a exigibilidade está suspensa pois protocolizou reclamação nos termos do inc. III do art. 151 do CTN. Alega, ainda, ter protocolado requerimento de alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel QD. 33A, LT. 18, objeto da lide. Assim, requer a concessão do efeito suspensivo com o fim de suspender o prosseguimento da execução fiscal e de qualquer ato de constrição, e no mérito, declarada a nulidade do título executado por reconhecer a suspensão da exigibilidade do crédito ante a reclamação administrativa interposta junto à municipalidade exequente tanto quanto a nulidade do título executivo por se tratar de área não urbanizada. Junta documentos. É o relatório. Decido. Garante o artigo 1.019 do Código de Processo Civil a possibilidade de o relator atribuir efeito suspensivo ou antecipar os pedidos recursais, caso verificada a probabilidade do direito vindicado e o risco da demora, requisitos esses que passo a analisar para fins de suspensão, ou não, da decisão agravada. Considerando que a concessão da tutela

ocorre apenas quando houver dano irreparável ou de difícil reparação devidamente comprovado, no caso em exame, verifico ausentes os elementos probatórios capazes de demonstrar sua concessão. Explico. Sabe-se que a exceção de (objeção) de pré-executividade é um meio de defesa no processo de execução que permite ao executado por execução irregular apresentar resistência aos atos executórios, trazendo a apreciação do juízo questões de ordem pública, que independem de prova ou se apoiam em prova pré-constituída. Na hipótese, consta que na ACP n. 0006366-51.2014.822.0010 foi autorizada a agravante dar continuidade às vendas de lotes do empreendimento restrita às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A,13A e 23A, as quais destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em face da agravante visando a cobrança do IPTU, referente à QD 33A, LT 44, Residencial Cidade Jardim, que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento. Desse modo, entendo que deve permanecer inalterada a decisão agravada até o mérito recursal, que analisará as razões expostas pelas partes. Sendo assim, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal, até o julgamento do mérito. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do NCPC, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos. Dê-se ciência o juízo a quo da decisão. Publique-se. Cumpra-se. Porto Velho, 17 de dezembro de 2021 DANIEL RIBEIRO LAGOS RELATOR.

Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: DANIEL RIBEIRO LAGOS Data distribuição: 26/11/2021 12:34:55 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Decisão VISTOS Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura que, nos autos da execução fiscal n. 7002105-79.2018.8.22.0010, rejeitou exceção de pré-executividade. Aduz que o Município de Rolim de Moura propôs ação de execução fiscal visando à cobrança do IPTU do imóvel QD 33A, LT 18, Residencial Cidade Jardim, referente à certidão de dívida ativa n. 909/2018, no valor total R$ 1.879,80. Sustenta tratar-se de título executivo nulo, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, assim não há preenchimento dos requisitos necessários para cobrança de IPTU. Afirma que a cobrança viola diretamente o art. 32, § 1º, do CTN e o art. 11, § 3º, da Lei Municipal vigente a época, vez que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU. Alega, ainda, ter protocolado na Prefeitura da Comarca, reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel QD. 33A, LT. 18, objeto da lide. Assim, requer a concessão do efeito suspensivo com o fim de suspender o prosseguimento da execução fiscal e de qualquer ato de constrição, e no mérito, declarada a nulidade do título executado por reconhecer a suspensão da exigibilidade do crédito ante a reclamação administrativa interposta junto à municipalidade exequente tanto quanto a nulidade do título executivo por se tratar de área não urbanizada. Junta documentos (ID 14135628). É o relatório. Decido. Garante o artigo 1.019 do Código de Processo Civil a possibilidade de o relator atribuir efeito suspensivo ou antecipar os pedidos recursais, caso verificada a probabilidade do direito vindicado e o risco da demora, requisitos esses que passo a analisar para fins de suspensão, ou não, da decisão agravada. Considerando que a concessão da tutela ocorre apenas quando houver dano irreparável ou de difícil reparação devidamente comprovado, no caso em exame, verifico ausentes os elementos probatórios capazes de demonstrar sua concessão. Explico. Sabe-se que a exceção de (objeção) de pré-executividade é um meio de defesa no processo de execução que permite ao executado por execução irregular apresentar resistência aos atos executórios, trazendo a apreciação do juízo questões de ordem pública, que independem de prova ou se apoiam em prova pré-constituída. Na hipótese, consta que na ACP n. 0006366-51.2014.822.0010 foi autorizada a agravante dar continuidade às vendas de lotes do empreendimento restrita às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A,13A e 23A, as quais destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em face da agravante visando a cobrança do IPTU na CDA n. n. 909/2018, referente à QD 33A, LT 18, Residencial Cidade Jardim, que, em tese, não possui restrição à implementação. Desse modo, entendo que deve permanecer inalterada a decisão agravada até o mérito recursal, que analisará as razões expostas pelas partes. Sendo assim, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal, até o julgamento do mérito. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do NCPC, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos. Dê-se ciência o juízo a quo da decisão. Publique-se. Cumpra-se. Porto Velho, 17 de dezembro de 2021 DANIEL RIBEIRO LAGOS RELATOR.

Em que pese os argumentos do excipiente de que o título executivo é nulo, pois não ocorreu o fato gerador, vez que o imóvel objeto da lide, para efeito do IPTU não está caracterizado como “zona urbana”, ou seja, não é urbanizado, pois não possuí nenhum dos melhoramentos indicados tanto no art. 32, § 1º, do CTN, não lhe assiste razão, pois fundamenta sua pretensão em jurisprudência já superada pelos tribunais superiores.

Conforme recente posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos referidos melhoramentos. O referido posicionamento foi objeto da súmula 626:

Súmula 626-STJ: A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN.

No mesmo sentido acima acórdão publicado no DJE do dia 11/10/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRAVANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide

(...)
No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º". Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ ("Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)". II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, "uma vez fixado que o imóvel encontra-se em espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável". Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, "há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU", aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expansão urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005" (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/05/2014. IV. De fato, "tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/STJ, no sentido de que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN". VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, "[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)
Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator
1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO.
(...)
XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e

comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – Relator (DJE 11/10/2022).
Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica.
Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – relator (DJe 11/10/2022).
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO (11/10/2022)
Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto - relator (DJe de 11/10/2022)
2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto

em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão (DJE de 11/10/2022).

Seguido pelo DJe do dia 10/10/2022, em:

2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido (DJe de 10/10/2022).

No DJe de 07/10/2022, em 1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível

Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda) Agravado: Município de Rolim de Moura DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADADE. Melhoramentos Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravoDE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramen interno. (DJe de 7/10/2022)

1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno. (Dje de 7/10/2022)

É pacífico que a SÃO TOMAS tem de pagar os tributos da área em questão (Loteamento Cidade Jardim – Buriti). Tem mais de cem acórdãos sobre isso, conforme pode ser visto em:

- 1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda

Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS

Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade

- 2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda

Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO

Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido.

- 2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura

Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

Todos acórdãos acima publicados no DJE de 18/10/2022.

- Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do

PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).

- Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (...)

Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do

PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).

Agravo de Instrumento nos autos 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura e Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." (DJe de 6/10/2022).

Está plenamente viabilizada a comercialização do lote em questão, ou seja, está disponível, com livre exercício da propriedade.

Se o sujeito está tendo disponibilidade plena do imóvel, pondo inclusive vender, alienar ou usufruir do mesmo, há domínio útil.

Se há domínio útil (leia-se: propriedade imobiliária), há incidência de IPTU por haver preenchimento dos requisitos para cobrança do referido tributo, conforme art. 32 do CTN, e art. 11 do Código Tributário Municipal logo, podendo ser, portanto, objeto de execução fiscal.

Art. 32 CTN. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

Art. 11CTM. O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, de apuração anual, tem como fato gerador à propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado na zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano.

Segundo o art. 1.228 do Código Civil, "O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha".

O excipiente pode dispor economicamente do bem, de modo que consubstancia o fato gerador do imposto.

Assim, a relação tributária vislumbrada para efeito do lançamento de IPTU pressupõe a propriedade em sua plenitude, como a exercida pelo excipiente, uma vez que sua livre disposição não foi afetada pela ACP 0006366-51.2014.822.0010. Somente no caso de estar impossibilitado de dispor economicamente do bem, em razão de não poder exercer a faculdade de uso, gozo e disposição por conta de restrição judicial, não se consubstanciaria o fato gerador do imposto, o que não é o caso dos autos.

Outrossim, é cediço que o IPTU, nos termos do que dispõem os artigos 32 e 33 do Código Tributário Nacional, tem por fato gerador a propriedade, domínio útil ou a posse do imóvel e, por base de cálculo, o seu valor venal. Nesse contexto, foram preenchidos todos os requisitos legais necessários e suficientes para incidência do IPTU.

Há elementos jurídicos e fáticos que autorizem a cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel questionado tendo em vista que o título é exequível, posto que ocorreu o fato gerador para o imóvel referido.

Estando livre a fruição do imóvel pelo proprietário, resta configurado o fato gerador do IPTU, assim como também a germinação da taxa de recolhimento de resíduos.

O fato de imóvel permanecer ainda na sua forma bruta decorre da inércia do proprietário em empreender esforços destinados a promover melhorias no mesmo e que nada interfere na incidência de tributos sobre o mesmo e tratando se de Loteamento, as melhorias são de responsabilidade da Loteadora, sendo um requisito de aprovação do loteamento.

Ainda, conforme art. 204 do CTN: "A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída".

Nesse sentido, entendimento do E. TJ/RO:

Apelação cível. Ação anulatória. Direito tributário. IPTU. Base de cálculo. Legislação municipal. Presunção de veracidade das informações utilizadas pelo fisco para o lançamento do tributo. Ônus contribuinte. Validade da CDA. Recurso não provido. 1. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite. 2. Conforme arts. 32 e 33 do CTN, o IPTU tem por fato gerador a propriedade, domínio útil ou a posse do imóvel e, por base de cálculo, o seu valor venal. Por força do 156, I, da CF, incumbe ao Município, no exercício de sua competência tributária, definir a modalidade de lançamento e forma de apuração do IPTU. 3. No caso, não tendo a apelante apresentado provas capazes de justificar a nulidade do crédito, impõe-se que seja mantida a obrigação tributária executada. 4. Recurso não provido. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7007462-67.2018.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Miguel Monico Neto, Data de julgamento: 23/07/2021.

Seguido por tribunais:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO E NOME NA CDA. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DA CDA. PRODUÇÃO DE PROVA. PRESENÇA DE OMISSÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS SEM EFEITOS INFRINGENTES. 1. A presunção de legitimidade assegurada à CDA impõe ao executado que figura no título executivo o ônus de demonstrar a inexistência de sua responsabilidade tributária. Precedentes representativos da controvérsia, art. 543-C, do CPC: REsp 1.104.900-ES, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 25.03.2009; REsp 1.110.925-SP; Rel. Min.Teori Zavascki, julgado em 22.04.2009 (...). (STJ – AgRg no AREsp nº 41479, 2ª turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 07.08.2012).

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE DAS AVALIAÇÕES. SÚMULA Nº 284 DO STF. JUNTADA DO

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. ÔNUS DA EMBARGANTE. ANÁLISE DOS REQUISITOS DA CDA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. LEGALIDADE DA TAXA SELIC. ENTENDIMENTO ADOTADO NA SISTEMÁTICA DO ART. 543-C, DO CPC. CARÁTER CONFISCATÓRIO DAS MULTAS. MATÉRIA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. [...] 3. Esta Corte já se manifestou no sentido de que a Certidão de Dívida Ativa goza de presunção de certeza e liquidez, cujo ônus de ilidi-la é do contribuinte, cabendo a ele, ainda, a juntada do processo administrativo, caso imprescindível à solução da controvérsia. (REsp 1.627.811/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 27/04/2017) 4. É cediço nesta Corte, inclusive por entendimento adotado em sede de recurso especial repetitivo, julgado na sistemática do art. 543-C, do CPC (REsp n.º 879.844/MG e Resp n.º 1.111.175/SP, ambos julgados sob o rito do art. 543-C do CPC), que os débitos fiscais pagos em atraso, inclusive multa, são corrigidos pela Taxa Selic. [...] (AgInt no AREsp 1135936/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 03/05/2018).

TRIBUTÁRIO, PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FAZENDA PÚBLICA DIREITOS INDISPONÍVEIS. INAPLICABILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. ART. 320, INCISO II, DO CPC. IPTU. LANÇAMENTO. ATO ADMINISTRATIVO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. MODIFICAÇÃO POR LAUDO TÉCNICO UNILATERAL. IMPOSSIBILIDADE. PROVA INEQUÍVOCA. 1. Não se aplicam os efeitos da revelia contra a Fazenda Pública uma vez que indisponíveis os interesses em jogo. 2. O ato administrativo goza da presunção de legalidade que, para ser afastada, requer a produção de prova inequívoca cujo valor probatório não pode ter sido produzido unilateralmente – pelo interessado. Agravo regimental improvido. (STJ – AgRg no REsp nº 1137177, Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, j. 18.02.2010 – destaquei)

Processual Civil. Mandado de segurança. Ônus da prova. Alegação de nulidade do ato administrativo. CPC, artigo 333, II. Se os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade e auto-executoriedade, na hipótese em que se alega sua nulidade, porque eivado de ilegalidade, incumbe ao impugnante o ônus da prova do vício, 'ex vi' do artigo 333, II, do Código de Processo Civil. (STJ – REsp nº 230307, Rel. Min. Vicente Leal, 6ª Turma, j. 25.04.2000).

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. AÇÃO ANULATÓRIA DE LANÇAMENTO FISCAL. DECLARAÇÃO RETIFICADORA DE RENDIMENTOS, SEM A DEVIDA COMPROVAÇÃO PERANTE O FISCO QUANTO À DISCRIMINAÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS PARA EFEITOS DE TRIBUTAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA. AUSÊNCIA DE PROVA SUFICIENTE PARA ANULAR O LANÇAMENTO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO (...). 2 – Em tratando-se de ação anulatória incumbe ao autor o ônus da prova, no tocante à desconstituição do crédito já notificado ao contribuinte, em face da presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo, sendo, pois, necessária prova irrefutável. 3 – 'In casu', prescindindo, pois, para desconstituição do lançamento fiscal, de prova pericial, como forma de constatar efetivamente quais as verbas salariais recebidas pelo autor no ano-base de 1994, bem como a discriminação das verbas recebidas por força de acordo trabalhista, como forma de classificar quais rendimentos seriam tributáveis, quais seriam isentos ou não tributáveis e, inexistindo nos autos elementos probatórios suficientes, bem como a referida prova pericial, não há como se anular o lançamento fiscal. 4 - Apelação e remessa oficial providas. (TRF-5 – AC nº 328160, Segunda Turma, Rel. Des. Federal Petrucio Ferreira, j. 08.06.2004).

a) Do alegado efeito confiscatório:

O excipiente ainda alega de forma aleatória e sem contexto com os fatos exposto nos autos, que a incidência dos tributos e caracteriza efeito confiscatório, contudo não demonstra onde está o excesso tributário.

Pelo contrário, a incidência de IPTU e de taxa de remoção de lixo decorre de previsão constitucional e de prestação compulsória, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, como prescreve o art. 3º do CTN.

Não foi comprovada ou mesmo indicada a desproporcionalidade na incidência dos tributos cobrados ou mesmo ônus excessivo.

Neste particular, a despeito do que afirma o excipiente, observa-se que a cobrança dos tributos efetuada pela municipalidade de Rolim de Moura observou de maneira atenta as vicissitudes referentes à capacidade econômica dos contribuintes, adaptando o montante obrigacional devido ao fisco a depender das condições econômicas do devedor de tributos.

Não restaram presentes hipóteses de isenção, imunidade ou exclusão do crédito tributário, tampouco violação dos princípios da capacidade contributiva, da proporcionalidade ou do não confisco.

A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Dito isto, caberia ao excipiente demonstrar terem sido as cobranças realizadas em desacordo com a legislação municipal, o que não foi o caso dos autos, devendo permanecerem válidos os créditos tributários inscritos em dívida ativa, que, como já dito, goza de presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Nesse sentido a jurisprudência:

Súmula vinculante 19: A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

Apelação cível. IPTU. Lançamento de Ofício. Presunção de veracidade das informações utilizadas pelo fisco para o lançamento do tributo. Validade da CDA. Recurso não provido. Conforme disposição do Código Tributário Municipal, fica facultado ao município por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, o lançamento do IPTU de ofício, utilizando para esse fim a planta de valores. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite. (APELAÇÃO CÍVEL 7002414-71.2016.822.0010, Rel. Des. Hiram Souza Marques, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Especial, julgado em 30/10/2019).

INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE TAQUARA. TAXA DE COLETA DE LIXO. TAXA DE CONSERVAÇÃO DE CALÇAMENTO. TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA. CONTRIBUIÇÃO PARA PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO. 1. É constitucional a taxa de coleta de lixo (artigo 1º da Lei Municipal nº 1.675/93), por ter como fato gerador serviço público específico e divisível. Súmula Vinculante nº 19 do STF. (...) (TJ-RS - IIN: 70044424554 RS, Relator: Eduardo Uhlein, Data de Julgamento: 26/05/2014, Tribunal Pleno, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 25/07/2014)

2º G. ANGELA MARIA MACHADO COSTA, EM SUBSTITUIÇÃO AO DES. ROGÉRIO LUIS NIELSEN KANAYAMA. APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DOS CONTORNOS DA INCIDÊNCIA DE IPTU E TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO – TRIBUTOS ESTABELECIDOS NA LEI NO 12.575/2017, DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – ALEGAÇÃO DE DESCONFORMIDADE DA TRIBUTAÇÃO PARA COM OS PRINCÍPIOS DO NÃO CONFISCO, DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E DA ISONOMIA TRIBUTÁRIOS – INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE – IPTU DEVIDAMENTE MAJORADO POR LEI EM SENTIDO FORMAL – ELEVAÇÃO DO PATAMAR DE COBRANÇA QUE SE PRESTA A EVITAR O ENRIQUECIMENTO INDEVIDO DOS CONTRIBUINTES – REGRA DE TRANSIÇÃO PARA EVITAR OS IMPACTOS DO AUMENTO DO MONTANTE FISCAL

DEVIDO – INTELIGÊNCIA DO ART. 9º DA LEI MUNICIPAL NO 12.575/2017 – CAPACIDADE CONTRIBUTIVA CONCRETA IMPASSÍVEL DE AVALIAÇÃO PELA VIA DO MANDADO DE SEGURANÇA – TAXA DE COLETA DE LIXO DOMICILAR REGULAR – BASE DE CÁLCULO COMPOSTA PELO COTEJO DA DIMENSÃO DA PROPRIEDADE E DA MENSURAÇÃO DO SERVIÇO SEMANALMENTE UTILIZADO – LIBERDADE DO LEGISLADOR PARA DELIMITAR OS CRITÉRIOS CONSTITUTIVOS DA BASE DE CÁLCULO, DESDE QUE RESPEITADA A POSSIBILIDADE DE DIFERENCIAÇÃO DOS ELEMENTOS QUE INTEGRAM OS DEMAIS TRIBUTOS – INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 85, § 11, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL POR SE TRATAR DE MANDADO DE SEGURANÇA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR - 2ª C. Cível - 0076730-62.2018.8.16.0014 - Londrina - Rel.: Juíza Angela Maria Machado Costa - J. 29.10.2019)

b) Da alegação de reclamação como causa de suspensão do crédito tributário.

O excipiente alega ainda que o crédito tributário está suspendo em razão de protocolo de reclamação para suspensão de créditos tributários, realizado junto à Prefeitura de Rolim de Moura.

De fato, a reclamação suspende a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do Art. 151, III, do CTN.

Contudo, o protocolo já teve sua apreciação realizada pelo excepto, com decisão de indeferimento proferida em 02/03/2021. Após o decurso do prazo para recurso contra a decisão proferida na reclamação, o crédito tributário voltou a ser exigível, nos moldes propostos na inicial.

Se incontroverso que o protocolo da reclamação suspende a exigibilidade do crédito tributário, também o é o fato de que após a decisão administrativa transitar em julgado, o crédito volta a ser exigível.

Destaco que o excipiente não noticiou a interposição de recurso contra a referida decisão ou mesmo qualquer outra hipótese de suspensão do crédito, de modo que a execução deve seguir seu curso regular.

c) Quanto à alegação de cancelamento do projeto.

Aduz o excipiente que compareceu na prefeitura e protocolou requerimento para alteração de projeto urbanístico, alteração essa que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide.

Contudo, o requerimento de alteração do projeto protocolado não faz menção ao imóvel da inicial, mas sim apenas as quadras destinadas à Área Verde e APP, quais sejam: 04A, 13A e 23A, dentre as quais não se inclui o imóvel objeto desta execução fiscal.

Desta feita, não se verifica a ausência de quaisquer dos requisitos necessários, ou mesmo outras máculas à execução. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal visando a cobrança do IPTU, referente ao imóvel descrito na CDA que acompanha a inicial, que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento.

Dessa forma, não tendo o excipiente apresentado provas capazes de justificar a desconstituição do crédito, impõe-se que sejam os pedidos julgados improcedentes, a fim de que a execução siga seu rito sem embaraços, dado que o excipiente não refutou a presunção (juris tantum) contida na certidão de dívida ativa.

Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como “Cidade Jardim”, localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica saída de Rolim de Moura sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.

Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU. A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.

Da mesma forma e em idêntico raciocínio, o proprietário de veículo automotor tem de pagar o IPVA, ande ou com o veículo naquele ano. É proprietário de veículo, tem de pagar o IPVA e licenciamento anual; é proprietário de imóvel urbano, tem de pagar o IPTU; é proprietário de imóvel rural tem de pagar o ITR e CCIR.

Há centenas de acórdão sobre o Município de Rolim de Moura e a TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Todos Desembargadores das Câmaras Especiais já mencionaram este fato seus votos. Porém, vou mencionar apenas alguns abaixo:

1ª Câmara Especial Processo:0801525-29.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002630-61.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda

Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 23/02/2022 Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE.” EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso. (DJe 27/9/2022).

Gabinete Des. Hiram Souza Marques Número do processo: 0810888-40.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

(DJ de 11/11/2022).

Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0810836-44.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJE de 11/11/2022).

2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0807308-02.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 28/07/2022 09:05:45 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Decisão Vistos. Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de concessão de efeito suspensivo, interposto por São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações LTDA contra a decisão proferida pelo Juízo a quo que rejeitou a exceção de pré-executividade que manejou nos autos da execução fiscal n. 7002638-38.2018.8.22.0010. Em suma, explica que a execução fiscal tem como fundamento CDA no valor de R$ 1.879,64 (Mil Oitocentos e setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel QD. 42A, LT. CJ-17, Residencial Cidade Jardim, Rolim de Moura, Rondônia.

(DJe de 18//8/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0808615-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 12/9/2022).
No mesmo sentido acima acórdão publicado no DJE de 12/9/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:
0808615-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe 12/9/2022).
Seguido por: 2ª Câmara Especial/Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0807308-02.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 28/07/2022 09:05:45 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 18/8/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0801627-51.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJe de 6/6/2022);
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJe 6/6/2022), dentre tantos outros que podem ser consultados no PJE.
Gab. Des. Miguel Monico - Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Vistos.
(DJe de 12/9/2022).
0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 12/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
(DJ de 15/9/2022)
0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 13/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
(DJ de 15/9/2022)
Gabinete Des. Hiram Souza - Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 01/09/2022 07:36:56 DESEMBARGADOR HIRAM SOUZA MARQUES
(DJE de 22/9/2022).
Gabinete Des. Hiram Souza Marques – Agravo de Instrumento 0808789-97.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe 22/9/2022)
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0809011-65.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/1ª Vara Cível/7002419-83.2022.8.22.0010 Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17.394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Des. Gilberto Barbosa DECISÃO Vistos etc., Cuida-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Rolim de Moura que, rejeitando exceção de pré-executividade, determinou o prosseguimento da execução fiscal de crédito de IPTU e de taxa de remoção de resíduos do imóvel quadra 56A, lote 14, Residencial Cidade Jardim, naquele Município. Referindo-se à fumaça do bom direito, afirma nulo o título executivo, pois, na audiência de conciliação realizada em sítio de ação civil pública (proc, 0006366-51.2014.8.22.0010), foi autorizada a dar continuidade à venda de lotes da quadra 01A a 34ª, com exceção das quadras 04A, 13A e 23ª, que não foram implementadas e, por essa razão, não preenche os requisitos necessárias para cobrança de IPTU. Sustentando que, por não se ter edificado obras na quadra 56A, lote 14, não ocorreu o fato gerador do IPTU, pois o imóvel, para além de não ser urbanizado, ainda está na sua forma bruta, como no momento do projeto e, por essa razão, sobre ele não deve incidir o tributo. Afirma que a quadra 56A, lote 14, foi excluído do projeto e está com restrição de implementação conforme consta da ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010, portanto, nulo o título executivo de IPTU sobre imóvel não implementado. Destaca, ademais, que a escola mais próxima está a mais de 2,3km, na região onde está situado o imóvel não há rede de abastecimento de água, tampouco sistema de esgoto sanitário, meio-fio ou calçamento, canalização de águas pluviais e rede de iluminação pública, de modo que o lançamento do IPTU macula o que dispõe o artigo 32, §1º do Código Tributário Nacional. Referindo-se aos requisitos essenciais, pede que seja antecipada a tutela recursal e, por consequência, suspensos os efeitos da decisão agravada e, por consequência, a execução fiscal. No que respeita ao mérito, pede que seja declarada a nulidade do título executivo e imposto honorários advocatícios equivalentes a dez por cento do valor atribuído à causa, id. 17324813. É o relatório. Decido. Mister que se tenha em conta a sistemática introduzida pelo artigo 1.019 do Código de Processo Civil no sentido de que o efeito suspensivo tão somente deve

ser deferido em situações que evidenciem a probabilidade do direito vindicado (fumus boni iuris) e o perigo de dano, ou risco ao resultado útil do processo (periculum in mora).
27/9/2022 OU 24/9

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0809010-80.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 16/09/2022 14:53:46 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJ de 28/9/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0802735-18.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002640-08.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 29/03/2022 Interposto em 11/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 4. Recurso não provido.
(DJ de 3/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo:0804506-31.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002634-98.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 12/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Recurso não provido.
(DJe de 3/10/2022).
Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0809029-86.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A
(DJe de 6/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo: 0801604-08.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Súmula do STJ. Cobrança devida. Recurso improvido. Consoante os termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". No caso versado, é devida a referida cobrança pelo Município, devendo ser mantida a decisão do juízo primevo determinando o pagamento do tributo.
(DJ de 6/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Mour
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJE de 7/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJe 7/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido
(DJ de 10/10/2022).
No mesmo sentido acima acórdão publicado no do dia 11/10/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRAVANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide
(...)
No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º". Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ ("Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)". II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, "uma vez fixado que o imóvel encontra-se em espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável". Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, "há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU", aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expansão urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira

Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005" (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/05/2014. IV. De fato, "tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/STJ, no sentido de que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN". VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, "[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)

Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO.

(...)

XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – Relator (DJE 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica.

Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o

executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – relator (DJe 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO (DJe 11/10/2022)

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto - relator (11/10/2022)

2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão.
(DJE de 11/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido
(DJe de 10/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível
Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.
Agravado: Município de Rolim de Moura
DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJe de 7/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(Dje de 7/10/2022).
E no DJe de 6/10/2022, em 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante:
São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura e Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRAVANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide
(...)
No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º". Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ ("Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)". II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, "uma vez fixado que o imóvel encontra-se em espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável". Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, "há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU", aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expan-

são urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005" (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/05/2014. IV. De fato, "tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/STJ, no sentido de que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN". VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, "[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)

Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator (DJe de 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO

(...)

XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJe de 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica.

Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/

SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJ de 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO
(DJe de 11/10/2022).
Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator
(DJe de 11/10/2022).

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão.
(DJ de 11/10/2022)

2ª Câmara Especial Processo: 0801604-08.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento.

Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Súmula do STJ. Cobrança devida. Recurso improvido. Consoante os termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". No caso versado, é devida a referida cobrança pelo Município, devendo ser mantida a decisão do juízo primevo determinando o pagamento do tributo.
(DJE de 6/10/2022)

1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Mour
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJe de 7/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJE de 7/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809904-56.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO – OAB/GO 17394 AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES DANIEL RIBEIRO LAGOS
(DJe de 14/10/2022).

2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0809665-52.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 04/10/2022 13:47:38 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 14/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).

Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809779-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Processo:0809789-35.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394)
Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do

Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 08/03/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso.
(DJe de 18/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Distribuído em 24/02/2022 Interposto em 27/06/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula n. 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Recurso não provido.
(DJe 18/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Recurso não provido
(DJe 18/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade
2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido.

2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Rea-

lizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).
Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (...)
Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se.
Gabinete Des. Miguel Monico - Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo: 0804888-24.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002647-97.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. HIRAM DE SOUZA MARQUES Distribuído em 25/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Rejeição de exceção de pré-executividade. Cobrança de IPTU. Loteamento registrado. Área de expansão urbana. Incidência do tributo. Lote situado em APP. Limitação administrativa que não altera a ocorrência do fato gerador. Cobrança hígida. 1. Nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, incide IPTU quanto a propriedade de imóvel objeto de loteamento nos termos da Lei n. 6.766/79, situado em área de expansão urbana, sendo prescindível a demonstração de melhoramentos. Inteligência da Súmula n. 626 do STJ. 2. Tratando-se de lote submetido à limitação administrativa ambiental (APP), cuja área foi indicada voluntariamente pelo recorrente mediante acordo formulado em ação civil pública, não há falar na não ocorrência do fato imponível do IPTU, uma vez que não houve alteração de propriedade do bem. 3. Recurso improvido
(DJe de 20/10/2022).

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo:0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 12/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJe de 21/10/2022).

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 13/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. ABERTURA DE VISTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO: 7054718-74.2016.8.22.0001 (PJE)
(DJ de 24/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0810150-52.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJ de 24/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809670-74.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: Des. GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 04/10/2022 15:22:08 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO

(...)
Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJ e 25/10/2022).
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809661-15.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: Des. GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 04/10/2022 13:20:15 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO
(...)
Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJe erde 25/10/2022)
Diversos outros acórdãos envolvendo a São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda e o Município de Rolim de Moura publicados no DJe do dia 25/10/2022.
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0809671-59.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/2ª Vara Cível/7007101-18.2021.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17.394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Des. Gilberto Barbosa DECISÃO Vistos etc., Cuida-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. contra decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Rolim de Moura que, rejeitando exceção de pré-executividade, determinou o prosseguimento da execução fiscal de crédito de IPTU e de taxa de remoção de resíduos do imóvel quadra 34A, lote 37, Residencial Cidade Jardim, naquele Município.
(DJ de 27/10/2022).
A título de exemplo, apenas publicados no DJe/TJRO desta semana (dia 21/3/2023) há diversos acórdãos sobre este mesmo assunto (incidência de IPTU no "Loteamento Cidade Jardim – Buriti"), envolvendo as mesmas partes e mesmos Patronos, tratando-se de matéria recorrente no E. TJRO. A propósito, vide:

2ª Câmara Especial Processo: 0809010-80.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002235-30.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 16/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte, devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).
2ª Câmara Especial Processo: 0808586-38.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002068-13.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394)
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 05/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula n. 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte, devida a referida cobrança pelo Município agravado, impondo-se a manutenção da decisão hostilizada.
(DJE de 21/3/2023).

2ª Câmara Especial Processo:0808427-95.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002612-40.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 01/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).
2ª Câmara Especial Processo: 0808535-27.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002557-89.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 02/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou

de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).

2ª Câmara Especial Processo:0809665-52.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002455-28.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 04/10/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).
No DJe da última sexta-feira (dia 17/3/2023)

2ª Câmara Especial Processo: 0808430-50.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002232-75.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES Distribuído em 01/09/2022 Decisão: "REJEITADA A ALEGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DO CRÉDITO, E NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Rejeição de exceção de pré-executividade. Cobrança de IPTU. Loteamento registrado. Área de expansão urbana. Incidência do tributo. Lote situado em APP. Limitação administrativa que não altera a ocorrência do fato gerador. Cobrança hígida. 1. Nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, incide IPTU quanto à propriedade de imóvel objeto de loteamento nos termos da Lei n. 6.766/79, situado em área de expansão urbana, sendo prescindível a demonstração de melhoramentos. Inteligência da Súmula n. 626 do STJ. 2. Tratando-se de lote submetido à limitação administrativa ambiental (APP), cuja área foi indicada voluntariamente pelo recorrente mediante acordo formulado em ação civil pública, não há falar na não ocorrência do fato imponível do IPTU, uma vez que não houve alteração de propriedade do bem. 3. Recurso improvido.
(DJE de 17/3/2023).
É pacífico que a SÃO TOMAS tem de pagar os tributos da área em questão (Loteamento "Cidade Jardim" – Buriti), por ser proprietária do imóvel. Tem mais de cem acórdãos sobre isso.
E poderia citar ainda tantos outros acórdãos envolvendo o Loteamento Buriti/"Cidade Jardim", de responsabilidade da loteadora/incorporadora São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda e o Município de Rolim de Moura.
A Executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA tem loteamentos em quase todo território nacional, em cerca de dez a onze Estados da Federação, conforme croqui e demais atos juntados pela própria SÃO TOMÁS na ACP n.º 0006366-51.2014.822.0010 (já sentenciada em dezembro de 2022) tendo plenas condições de recolher os tributos. Quem tem loteamento em tantos Estados da Federação sabe que tem de pagar IPTU dos aludidos imóveis respeitada eventual opinião em sentido contrário.
Além disso, observe-se as atividades desempenhadas pelo grupo SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA:
4110-7/00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários 6462-0/00 - Holdings de instituições não financeiras 6810-2/03 - Loteamento de imóveis próprios (extraído de https://transparencia.cc/dados/cnpj/14294578000102-RO-sao-tomas-empreendimentos-imobiliarios-e-participacoes-ltda/)
No cadastro nacional da pessoa jurídica trazido em centenas de processos desta executada constam como atividades da SÃO TOMÁS:
68.10-2-03 - Loteamento de imóveis próprios
41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários
64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras
Por isso, a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA tem plena ciência de que deve pagar IPTU.
Visto dezenas, centenas de acórdãos, cuja matéria é incontroversa e pacificada no âmbito das duas Câmaras Especiais do TJRO, nada a reparar pela via da exceção de preexecutividade.
d) Superada a questão da exceção de preexecutividde e sua flagrante rejeição, atento à matéria cognoscível e regularidade processual, não podemos deixar de mencionar o uso abusivo e predatório do sistema de Justiça por parte dos litigantes. Explico:
A SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
A propósito, a SÃO TOMÁS era e é a loteadora/incorporadora responsável pela Incorporadora Buriti (responsável pelo loteamento conhecido como "Cidade Jardim"), localizado depois do campus da UNIR, lado direito, na saída de Rolim de Moura para BR364. Isso é incontroverso e notório. São mais de 2.000 terrenos este loteamento (mais exatos, cerca de 2.293 terrenos).
A própria SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA reconhece que o loteamento "Cidade Jardim" e cuja "ÁREA A SER LOTEADA corresponde a 793.546,78m2 (Setecentos e noventa e três mil, quinhentos e quarenta e seis vírgula, setenta e oito metros quadrados), composta por 60 (sessenta) quadras, contendo 2.293 (Dois mil, duzentos noventa e três) lotes...".., conforme manifestação feita nos autos de Agravo de Instrumento 0809525-18.2022.8.22.0000, publicado no DJe de 27/2/2023, pp. 137-138 (Rel. Des. HIRAM SOUZA MARQUES) e Agravo de Instrumento 0809029-86.2022.8.22.0000, publicado no DJe de 27/2/2023, pp. 141-142 (ambos de Relatoria do Des. HIRAM SOUZA MARQUES). São mais de dois mil terrenos e execuções fiscais apenas entre estas partes. Sem contar os tantos embargos e incidentes processuais.
Como bem observado pelo Des. Miguel Monico no DJe de ontem (dia 23/3/2023, p. 182) a SÃO TOMÁS é reiterada litigante:
Número do processo: 7002041-30.2022.8.22.0010 Classe: Apelação Cível Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Vistos. Trata-se de recursos de apelação contra sentença que indeferiu a petição inicial. Como cediço, o Código de Processo Civil de 2015 é imperativo ao dispor que, nos casos de indeferimento da inicial, interposta apelação, além de ser facultado ao juiz exercer o juízo de retratação, a parte ré deve ser citada para responder o recurso. Confira-se: Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar,

facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se. § 1º Se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso. § 2º Sendo a sentença reformada pelo tribunal, o prazo para a contestação começará a correr da intimação do retorno dos autos, observado o disposto no art. 334 . § 3º Não interposta a apelação, o réu será intimado do trânsito em julgado da sentença. Na hipótese, apesar do juízo de primeiro grau, em sua sentença, já antecipar que, havendo recurso, não se retrata e determinando a citação/ intimação da executada para contrarrazões (ID. 18455556, pág. 11), não houve intimação da parte executada para responder o recurso. Nota-se que, interposto o recurso (ID. 18455557), os autos foram imediatamente encaminhados a esta Corte para análise do recurso. Aliás, reiteradamente os recursos de processos originários da Comarca de Rolim de Moura são remetidos a esta Corte sem a observância do art. 331 do CPC ou art. 485, §7º, CPC, inclusive os envolvendo a empresa São Tomás, a qual, como é sabido, é identificada e atuante em vários processos naquela comarca. Cito como exemplo, ainda, os autos n. 7007697-02.2021.8.22.0010 e 7010110-85.2021.8.22.0010. Isso posto, determino, com fundamento no art. 331, §1º, do Código de Processo Civil, que seja solicitado ao juízo de primeiro grau, mediante carta de ordem, a citação da parte requerida, a fim de, querendo, responda o recurso, nos termos já constantes na sentença recorrida. Após, voltem-me os autos conclusos. Sirva a presente decisão como mandado/ofício/carta de ordem. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho, data da assinatura digital. Desembargador Miguel Monico Neto Relator
(DJe 23/3/2023).

Atento ao elevado custo processual que este tipo de lide acarreta aos Cofres Públicos, consigno as ponderações feitas pela DD. Presidência do TJRO e Des. José Jorge Ribeiro da Luz durante a sessão do Tribunal Pleno Administrativo, realizada dia 14/3/2022, cuja ata se encontra publicada no DJe 18/3/2022, pp. 117-118, mencionando que devem ser evitadas execuções fiscais que não traduzam em resultados efetivos:

"...o Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz esclareceu ser o Presidente do Centro de Inteligência da Justiça Estadual de Rondônia - CIJERO - que tem como objetivo evitar ou levantar as demandas predatórias, sem se olvidar de outras medidas próprias que deverão ser tomadas, com todos os prefeitos dos municípios de Rondônia, a fim de viabilizar proposta de lei permitindo-se a dispensa do ajuizamento das execuções fiscais de pequeno valor. Comunicou que foi designada uma reunião virtual a ser realizada via Google Meet "Tribunal de Justiça de Rondônia e AROM", para o próximo dia 17/03/2022 em que fará a apresentação do Novo Projeto de Conciliação para os Prefeitos e Prefeitas. Comunicou ainda que soube que este Tribunal de Justiça – TJRO, em conjunto com o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RO, também está trabalhando no mesmo sentido, mas em raias distintas, e colocou-se à disposição para trabalhar em conjunto, para somar esforços na busca de resultado que seja do absoluto interesse do PODER JUDICIÁRIO (...) Na sequência, o Presidente esclareceu que, com relação ao uso predatório do Judiciário, o assunto evoluiu após visita institucional ao Tribunal de Contas, para outra finalidade. Sugeriu que esse trabalho do CIJERO fosse realizado em conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça. Disse ainda que há um projeto avaliado pelo TCE/RO no que toca à eventual dispensa de ajuizamento de ações de pequeno valor em que as Prefeituras o fazem na medida que o TCE/RO exige, para que não respondam por improbidade administrativa. Finalizou, reforçando que o trabalho seja realizado com a Corregedoria-Geral da Justiça para que haja sintonia de esforços..."

Neste sentido, notícia e entendimento do E. TJRO em: https://www.tjro.jus.br/noticias/item/16071-tjro-e-tce-discutem-adesao-de-municipios-a-meios-extrajudiciais-de-recuperacao-de-ativos; https://www.tjro.jus.br/noticias/item/16361-corregedoria-geral-debate-com-tce-mpc-pge-aperfeicoamento-de-processos-de-execucao-fiscal-para-cobranca-de-creditos-da-administracao-publica e evento vento com participação do TCE-RO, MP de Contas-RO, MP-RO e PGE-RO que pode ser visto em https://www.youtube.com/watch?v=yQBC5rThjq8.

Consigno que no pronunciamento do Procurador do Estado (Dr. Danilo Cavalcante) no evento acima, consta a seguinte observação: abaixo de 10 (dez) UPF´s o Estado de Rondônia é proibido de ajuizar execução fiscal. Como cada UPF-RO tem o valor atual de R$ 102,48, abaixo do valor de R$ 1.024,80 o Estado está proibido de deve ajuizar execução fiscal, justamente porque o custo do processo não compensa valor a receber – isso caso receba.

No aludido evento o Des. José Jorge Ribeiro da Luz demonstra que 68% das execuções fiscais ajuizadas desde 2017 a 2021 têm valores inferiores a R$ 2.000,00, caso destes autos. Apenas um mandado já custa mais de 100,00R$ isso apenas com a diligência do Oficial de Justiça, sem contar os demais custos cartorários. Ao contrário, a movimentação de uma execução fiscal custa aos cofres públicos atualmente cerca de R$ 4.800,00, em média. Boa parte dos valores a receber da SÃO TOMÁS são inferiores a isso.

O Des. José Jorge da Luz demonstra que um processo desta natureza é inviável para todos, inclusive para o exequente, considerando seus custos. Vide: https://www.tjro.jus.br/noticias/item/16501-e-absolutamente-inviavel-o-ajuizamento-de-execucoes-fiscais-com-valores-baixos-destaca-desembargador-jose-jorge-em-encontro-de-execucao-fiscal

No mesmo sentido acima, pronunciamento do Des. José Jorge Ribeiro da Luz e do Presidente do TJRO – Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia - defendendo a racionalização dos recursos do Judiciário e combate ao uso predatório (e lícito) da Justiça, durante sessão do Tribunal Pleno Administrativo realizada dia 23/5/2022.

Por fim, o Dr. Fabio de Souza (da PGE) também aponta dados sobre a desjudicialização das execuções fiscais. Valores abaixo de 1.000UPF´s (R$ 102.480,00) nem sempre são cobrados pelo Estado, demonstrando que medidas extrajudiciais podem ser mais efetivas. Até o prazo da cobrança resta mais efetivo com a negativação direta e protesto (segundo o ali demonstrado o pagamento ocorre entre 7 a 8 dias na cobrança extrajudicial contra 334 dias na cobrança judicial). Ou seja, até o Poder Público – credor - é o mais beneficiado, porque recebe mais rapidamente. Havendo alguma sobre dúvida os dados acima apontados, isso pode ser assistido no canal do TJRO link a seguir: https://www.youtube.com/watch?v=yQBC5rThjq8.

Seguido por notícia em que se informa a enorme quantidade de execuções fiscais: https://www.conjur.com.br/2022-mar-13/siqueira-rocha-macrolitigancia-fiscal.

É notória a litigiosidade entre o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, o que ocasiona transtornos em ambas Unidades Judiciárias desta Comarca, conforme constatado pelo E. TJRO. Concito a todos: vamos colaborar com o andamento processual, pois este tipo de conduta traz prejuízos tanto ao Município de Rolim de Moura, que deixa de receber boa parte seus créditos em tempo razoável, bem como a SÃO TOMÁS, que vem sofrendo sucessivos insucessos recursais junto ao E. TJRO, fato que pode ser visto em centenas de processos, agravos, exceções de preexecutividade, impugnações, etc. A título de exemplo, vou citar apenas os processos abaixo (de todos Desembargadores relatores), mas poderia citar dezenas de tantos outros:

- 1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível - Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS (DJe de 18/10/2022);
- 1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO (DJE 11/10/2022);

- 2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 - Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO (DJe de 18/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 - Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO (DJe de 18/10/2022);
- Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809779-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA (DJ de 17/10/2022);
- Gabinete Des. Miguel Monico - Processo: 0809789-35.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA (DJe de 17/10/2022);

- 2ª Câmara Especial Processo: 0804888-24.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002647-97.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda - Relator: DES. HIRAM DE SOUZA MARQUES (DJe 20/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda - Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA (DJe de 21/10/2022);

- 2ª Câmara Especial Processo: 0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA (DJe de 24/10/2022);
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0810150-52.2022.8.22.0000 (24/10/2022);
- Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0810888- 40.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe de 28/2/2023);
- 1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0807753-20.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/1ª Vara Cível/7002393-85.2022.8.22.0010 Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. (DJe de 1/3/2023) e
- 1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível
Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda)
Agravado: Município de Rolim de Moura
DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS (DJe de 07/10/2022).

A título de observação, basta olhar quantos processos envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA estão pautados para a próxima sessão de julgamento, a se realizar no dia 16/3/2023, conforme publicação no DJE de 7/3/2023 p. e ss.

Todos DD. Desembargadores relatores nas Câmaras Especiais conhecem a litigiosidade havida entre o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. E isso prejudica sobremaneira o andamento dos trabalhos nesta Comarca, pois se contados (de forma numérica) apenas os processos do MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA teria que haver uma vara específica apenas para estes litigantes.

Há muito que ambos Juízos desta Comarca vêm advertindo o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA sobre este excesso de litigiosidade que abarrota o
PODER JUDICIÁRIO.

Conforme já dito anteriormente, apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).

Recentemente houve a criação do Núcleo de Justiça 4.0, conforme Ato nº 993/2022, publicado no DJe de 1/8/2022, com intuito de padronizar a movimentação processual e otimizar a rotina das Unidades Judiciárias (Varas).

O Ato Conjunto n. 022/2021-PR-CGJ, alterado pelo Ato Conjunto n. 015/2022-PR-CGJ, instalou o 1º Núcleo de Justiça 4.0 do PODER JUDICIÁRIO do Estado de Rondônia, com especialização nas demandas judiciais de execuções fiscais estaduais e municipais, com abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o Estado.

Os objetivos deste Núcleo especializado são prevenir decisões contraditórias sobre o mesmo tema e, ao mesmo tempo, padronizar a tramitação processual. Neste Núcleo de Justiça a execução fiscal terá tramitação mais rápida, até pela especificidade da matéria e quantidade de magistrados lá lotados, com competência especial. A título de ilustração, basta ver as decisões proferidas nos autos 7008175-73.2022.8.22.0010, 7008169-66.2022.8.22.0010, 7008187-87.2022.8.22.0010, 7008238-98.2022.8.22.0010, 7008253-67.2022.8.22.0010, 7008256-22.2022.8.22.0010, 7008255-37.2022.8.22.0010, 7008225-02.2022.8.22.0010, todas publicadas no DJE de 29/11/2022, pp. 378-379 e ss. bem como e seu alto grau de especificidade. E também pode ser observado no DJE de 08/12/2022.

Já foram conferidas inúmeras oportunidades para o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA se manifestar a respeito do interesse na remessa das execuções fiscais distribuídas antes de 1/8/2022 para o 1º Núcleo de Justiça 4.0.

Porém, tanto o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA quanto a executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA manifestaram o desinteresse no envio das execuções fiscais em curso para referido Núcleo. Ambos vêm reafirmando não ter interesse nos processos em que são partes tramitem no referido Núcleo e preferem continuar litigando.

A remessa destas milhares de execuções fiscais para o 1º Núcleo de Justiça 4.0 poderia ser benéfica tanto para o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e para a executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, que poderiam priorizar a tramitação de seus processos e padronizar suas manifestações nos autos. Atentem-se ambos aos arts. 4.º e 6.º do CPC.

Mas não, insistem na litigiosidade prejudicando aos demais jurisdicionados (com a demora processual), ao TJRO no cumprimento das Metas do CNJ e, em última análise, prejudicando a si mesmos, pois processos poderiam ter solução mais rápida (no caso em interesse do Município em receber seu créditos) ou com menor custo (para a São Tomás).

Faço estas observações, pois como provavelmente virá(virão) agravo(s), embargo(s), apelação(ões), impugnações e outros incidentes, a exemplo de centenas de processos envolvendo estes litigantes não podemos ignorar a realidade processual e da Comarca.
Diante do exposto, delimitada a responsabilidade tributária das partes seja por matérias do direito administrativo, tributário, regulamentos urbanísticos - loteamentos e incorporações; ofensas a normas ambientais e sanitárias discutidas na ACP 0006366-51.2014.822.0010), todas já devidamente apreciadas pelo Juízo, não há se falar em outros questionamentos.
Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.
No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).
O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado. Observe-se que não é necessário pronunciamento obrigatório sobre todas ideias trazidas aos autos, notadamente quando ficam prejudicados pelos demais pontos já apreciados. Neste sentido, o E. TJRO em acórdão recentíssimo – de 21/2/2022 - 2ª Câmara Cível / Gabinete Des. José Torres Ferreira Processo: 0810938-03.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO e 21/07/2021 0001389-45.2016.8.22.0010 Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno (DJe 2/8/2021).
Como são diversos argumentos, a fim de que não sejam opostos embargos de declaração com finalidade de rediscutir fatos, provas e/ou prazos, observe-se que não é necessário pronunciamento obrigatório sobre todas ideias trazidas aos autos, notadamente quando ficam prejudicados pelos demais pontos já apreciados. Neste sentido, o E. TJRO em acórdão recente – 1/6/2022: "2ª Câmara Especial Processo: 7001844-17.2018.8.22.0010 Embargos de Declaração em Apelação (PJe) Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Opostos em 27/01/2022 Decisão: "EMBARGOS NÃO PROVIDOS, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Embargos de declaração. Alegação de omissão. Não ocorrência. Rediscussão da matéria. Impossibilidade. Vício inexistente. Prequestionamento. Desnecessidade. Recurso não provido. Os embargos de declaração são cabíveis somente para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material, jamais para rediscussão da matéria já apreciada. A lei processual civil, no seu art. 489, § 1º, inciso IV, preconiza que o magistrado está obrigado a examinar os argumentos capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusão adotada pelo julgador, não exatamente todas aquelas invocadas pela parte. Apresentando o julgado fundamentação coerente com o que foi debatido nos autos e estabelecendo as premissas de sua conclusão com base nos elementos probatórios trazidos, não há que se falar em nulidade ou rediscussão de teses..."
No mesmo sentido, o E. TJRO: 2ª Câmara Cível/Gabinete Des. José Torres Ferreira Processo: 0810938-03.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (DJe de 21/07/2021).
E recentíssimo julgado do E. TJRO em:
1ª Câmara Especial Processo: 7057535-09.2019.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (PJe) Advogado: Thiago Maia de Carvalho (OAB/RO 7472) Embargado: Estado de Rondônia Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO Opostos em 31/08/2022 Decisão:"EMBARGOS NÃO PROVIDOS, À UNANIMIDADE." EMENTA Embargos de declaração. Omissão. Embargos não providos. 1. Os embargos apresentados, em verdade, pretendem rediscutir matéria, o que não é permitido em sede de embargos de declaração, já que a fundamentação é vinculada às hipóteses de omissão, obscuridade, contradição. 2. Caso haja motivo suficiente para proferir a decisão, não há obrigatoriedade de o órgão julgador se manifestar sobre todas as questões trazidas pelas partes. 3. Embargos não providos.
(DJ de 2/3/2023).

Processo: 7000086-66.2019.8.22.0010 - APELAÇÃO CÍVEL Origem: 7000086-66.2019.8.22.0010
Relator: Desembargador TORRES FERREIRA
Data distribuição: 07/06/2022 05:35:43
(...)
Por fim, ressalto que o julgador não é obrigado a enfrentar um a um os argumentos deduzidos pelas partes. O contexto geral do julgado demonstra quais foram acolhidos e/ou rejeitados, pelo que, advirto, evitando decisão surpresa ou de terceira via (art. 10 do CPC), que em caso de interposição de recurso meramente protelatório poderá a parte que assim o fizer incorrer nas sanções previstas no artigos 77, § 2º, 81 ou 1.026, § 2º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se. Após o transcurso do prazo, certificando, devolva a origem. Porto Velho/RO, data da assinatura no sistema. Desembargador Torres Ferreira Relator
(DJe de 03/11/2022, p. 58).
Por fim: 0811086-77.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJE), Desembargador Torres Ferreira Relator
(DJe de 23/11/2022, p. 61-62).
Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos, pois incide tributo sobre a área em questão.
III - DISPOSITIVO:
Ante o exposto e considerando tudo que dos autos consta, com fundamento nos arts. 156, I, da Constituição Federal e 32 a 34, do CTN, c/c Súmula 626 do C. STJ, bem como reiterados precedentes do TJRO acima expostos, REJEITO A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE apresentada por SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA em face de MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e determino o regular prosseguimento da Execução Fiscal.
Custas incabíveis neste incidente.
Honorários indevidos neste incidente (exceção de pré-executividade que fora rejeitada), conforme entendimento do E. TJRO em:
1ª Câmara Especial Processo: 0804149-22.2020.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7004123-39.2019.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: Município de Rolim de Moura Procuradora: Florisbela Lima (OAB/RO 3138) Agravado: João Eurípedes Teodoro de Farias Advogado: Sérgio Martins (OAB/RO 3215) Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES Redistribuído em 08/06/2020 DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de Instrumento. Majoração de Honorários. Tema 421 do STJ. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Condenação indevida. Recurso não provido. A rejeição da exceção de pré-executividade não gera direito a honorários, pois estes já serão fixados na execução, que perdura em trâmite. Precedentes do STJ e desta Corte.
(DJe 16/3/2022).

2ªCÂMARAESPECIALACÓRDÃOProcesso:0804168-28.2020.8.22.0000AgravodeInstrumento(PJe)Origem:7004151.07.2019.822.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: Município de Rolim de Moura Procuradora: Florisbela Lima (OAB/RO 3138) Agravado: João Euripedis Teodoro de Farias Advogado: Sérgio Martins (OAB/RO 3215) Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Redistribuído em 09/06/2020 DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA: Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se acolhida a exceção, ainda que parcial.
(DJe de 22/9/2020).

Processo: 0804167-43.2020.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se acolhida a exceção, ainda que parcial.
"...Concludentemente, no caso em exame, não só mostra-se indevida a majoração dos honorários, como também é indevida a própria fixação da verba quando da rejeição da exceção de pré-executividade, em qualquer percentual, em razão dos fundamentos da tese fixado no Tema Repetitivo nº 421 do STJ. Em face do exposto, nego provimento ao recurso. É como voto. EMENTA Agravo de Instrumento. Majoração de Honorários. Tema 421 do STJ. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Condenação indevida. Recurso não provido. A rejeição da exceção de pré-executividade não gera direito a honorários, pois estes já serão fixados na execução, que perdura em trâmite. Precedentes do STJ e desta Corte.

0804149-22.2020.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: HIRAM SOUZA MARQUES
2ª CÂMARA ESPECIAL ACÓRDÃO Processo: 0804150-07.2020.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Redistribuído em 08/06/2020
DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção de pré-executividade, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se a colhida a exceção, ainda que parcial.
(DJe de 12/2/2021).
Independentemente do transcurso do prazo recursal, prossiga-se na Execução Fiscal, devendo o Exequente informar seu crédito atualizado, incluindo o valor dos honorários e indicar bens à penhora.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado e atento à matéria cognoscível.
Dê-se ciência à PGM.
Intimem-se na pessoa dos Procuradores constituídos.
Sendo apresentados recursos, ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE proceder às intimações e certificações necessárias.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto. Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Número do processo: 7009965-29.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Passivo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
D E C I S Ã O - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE
REJEIÇÃO – ÁREA URBANA – INCIDÊNCIA DE IPTU e TAXA DE REMOÇÃO DE RESÍDUOS.
PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA REGISTRADA EM NOME DA EXECUTADA (Loteamento Urbano)
Art. 156, I, da Constituição Federal; arts. 32 a 34, do CTN e art. 11 do Código Tributário do Município de Rolim de Moura (Lei n. 947/2000)
APLICAÇÃO da SÚMULA 626 do STJ
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
I - RELATÓRIO:
Trata-se de EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE em EXECUÇÃO FISCAL apresentada por SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.
A execução fiscal foi fundada em IPTU e taxa de remoção de resíduos.

A SÃO TOMÁS era e é a loteadora/incorporadora responsável pela Incorporadora Buriti (responsável pelo loteamento conhecido como "Cidade Jardim"), localizado depois da UNIR, na saída de Rolim de Moura para BR364. Este loteamento tem mais de 2.000 terrenos. Isso é incontroverso e notório nesta cidade.
São Tomás apresentou exceção de pré-executividade ao argumento de que o título executivo é nulo, pois a Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, bem como por não haver preenchimento dos requisitos para cobrança de IPTU, violando diretamente o art. 32 do CTN e o art. 150, IV da CF, logo, não podendo ser executado.
Pede liminarmente a suspensão da execução.
Alega efeito confiscatório do tributo e causa suspensiva da exigibilidade do crédito tributário, consistente na realização de protocolo de reclamação para suspensão de créditos tributários, bem como alega que já foi protocolado requerimento de cancelamento do projeto.
Ao final requer a suspensão de qualquer ato de constrição de bens da excipiente, bem como seja conhecida a nulidade do título executivo, violação ao art. 32, § 1º, do CTN e o art. 11, § 3º, da Lei Municipal. Por fim, requer a condenação do excepto ao pagamento das custas e honorários advocatícios.
Anexou imagens e documentos.
O exequente/excepto impugnou a exceção. No mérito alega que foram preenchidos todos os requisitos para constituição do crédito tributário, não havendo qualquer nulidade da Certidão de Dívida Ativa – CDA ou causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Ao final requer a improcedência da exceção de pré-executividade, com condenação do excipiente ao pagamento de honorários de sucumbência em favor dos advogados e determinando o regular prosseguimento da Execução Fiscal.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório. DECIDO.
II – FUNDAMENTAÇÃO:
Trata-se de julgamento de exceção de pré-executividade.
A exceção de pré-executividade é uma espécie de defesa do executado, onde ele poderá alegar vício de matéria de ordem pública mediante simples petição e sem a necessidade de garantia do juízo. Tal modalidade de defesa está consolidada de forma unânime na jurisprudência e doutrina, sendo considerada por essa última uma defesa executiva atípica.
No Código de Processo Civil (CPC) não há a previsão expressa deste instituto. Contudo, a doutrina majoritária aponta que a exceção de pré-executividade surgiu em razão de um parecer elaborado por Pontes de Miranda em 1966, no "caso Mannesmann", em que ele defendeu a possibilidade de o executado alegar incidentalmente no processo de execução de matéria de ordem pública, onde o juiz deveria conhecer de ofício por meio de mera petição. Desta forma, seria possível a defesa do executado por meio de petição sem a necessidade de garantia do juízo.
A exceção de pré-executividade é cabível nas execuções ou em fase do cumprimento de sentença, quando ocorrer qualquer vício de ordem pública, já que a defesa tem como objetivo a decretação de nulidade da execução ou sua extinção.
O STJ tem o entendimento pacífico em aceitar a apresentação da exceção de pré-executividade desde que a matéria alegada seja conhecível de ofício, o executado tenha prova pré-constituída de sua alegação e não haja necessidade de instrução probatória para o juiz decidir seu pedido de extinção da execução, como podemos observar no seguinte aresto:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.1. "A exceção de pré-executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória" (REsp 1110925/SP, repetitivo, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJe 04/05/2009). 2. Hipótese em que, por força da Súmula 7 do STJ, não há como verificar o cabimento da exceção de pré-executividade, tendo em vista que o Tribunal Regional Federal a rejeitou uma vez que o elementos de prova constantes nos autos davam conta de que a saída do sócio contra quem se redireciona a execução se teria dado de forma fraudulenta, exigindo-se dilação probatória para se provar o contrário. 3. Agravo interno não provido." STJ – AgInt no AREsp 1264411/ES AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL2018/0062063-8, Relator: Ministro GURGEL DE FARIA, Data de Julgamento: 07/05/2019, T1 – PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/05/2019.
Com relação ao prazo para propositura da exceção de pré-executividade, os Tribunais Estaduais têm adotado o entendimento de que por se tratar de defesa de matéria de ordem pública, pode ser interposta a qualquer momento até o trânsito em julgado da ação, vejamos:
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO – INEXISTÊNCIA – CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL – TÍTULO LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL. – A exceção de pré-executividade, por comportar apenas matéria de ordem pública, não possui prazo legalmente previsto e, portanto, pode ser oposta a qualquer momento – O contrato de compra e venda de bens móveis pode ser considerado como título executivo hábil a embasar uma ação de execução, porquanto está assinado pelas partes e por duas testemunhas, se enquadrando na hipótese prevista no inciso III do artigo 784 do novo CPC." TJ-MG – AC: 10024111968319001 MG, Relator: Pedro Aleixo, Data de Julgamento: 02/05/2018, Data de Publicação: 11/05/2018.
PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. TÍTULO EXECUTIVO. DESCARACTERIZAÇÃO. 1- Havendo nos autos elementos de prova suficientes para formar o convencimento do magistrado, não ocorre cerceamento de defesa. 2 - A interposição de exceção não se submete a prazo, vez que, tratando-se de questão relativa à própria nulidade da execução, não se submete a preclusão. 3 - O contrato de abertura de crédito bancário não constitui título executivo extrajudicial, sendo indispensável o demonstrativo contábil e atualizado do débito. 4 - Recurso improvido. Unanimidade. (TJ-MA - AC: 92642001 MA, Relator: RAIMUNDO FREIRE CUTRIM, Data de Julgamento: 31/10/2003, IMPERATRIZ).
EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXCEÇÃO DE PRE EXECUTIVIDADE - ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO TÍTULO - OPOSIÇÃO FORA DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DOS EMBARGOS - POSSIBILIDADE. A natureza das matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade, que são matérias de ordem pública, afasta a possibilidade de sua preclusão, já que a todo e qualquer tempo poderá o julgador voltar a analisá-las, eis que estão afeitas à nulidade da execução, não estando o prazo para interposição da exceção de pré-executividade atrelado ao prazo dos embargos de devedor. (TJ-MG - AI: 10643060001291001 São Roque de Minas, Relator: Tiago Pinto, Data de Julgamento: 13/12/2011, Câmaras Cíveis Isoladas / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 20/01/2012).
DO MÉRITO:

O ponto controvertido consiste na incidência ou não IPTU e taxa de remoção de resíduo no terreno mencionado na inicial, pois parte do loteamento "Cidade Jardim" deve ser destinada à Área de Preservação Permanente, por força de cumprimento do Plano Diretor e Urbanístico. Tanto que existe a ACP 0006366-51.2014.822.0010 questionando o cumprimento de parte destas obrigações.
Pretende o excipiente seja reconhecida a inexistência de dívida junto ao excepto e, por consequência, seja julgada improcedente a execução fiscal.
Em análise das provas juntadas pelo excipiente, conclui-se que o pedido é IMPROCEDENTE.
Observo que o excipiente não trouxe nenhuma alegação ou prova que possa impedir o prosseguimento do procedimento executório e não há nenhum vício ou nulidade capaz de obstar o prosseguimento da execução.
É cediço que a incidência de IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana está prevista no art. 156, I, da Constituição Federal e nos artigos 29 a 34 do Código Tributário Nacional.
De acordo com tais normas, o fato gerador de tal tributo é a propriedade, o domínio útil ou mesmo a posse do bem, bastando a existência de um destes direitos para que ocorra a tributação, ou seja, tornam legítima cobrança do IPTU.
O Município de Rolim de Moura aprovou o loteamento Cidade Jardim. Após foi ajuizada Ação Civil Pública – ACP pelo Ministério Público para apurar eventuais vícios na aprovação do loteamento.
De início, consigno aos interessados que a Ação Civil Pública referida na exceção (autos n.º 0006366-51.2014.822.0010) fora sentenciada em dezembro de 2022. Contra a sentença, o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SANEROM - AUTARQUIA DE SANEAMENTO E ROLIM DE MOURA ingressaram com embargos de declaração, já rejeitados dia 08/3/2023. Tanto o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS e a SANEROM - AUTARQUIA DE SANEAMENTO E ROLIM DE MOURA já foram intimados a cerca da sentença proferida na aludida ACP.
Portanto, resta afastado qualquer outro questionamento acerca da aludida ACP.
Conforme ata de audiência realizada no bojo da ACP supra, autorizou-se ao excipiente a dar continuidade nas vendas de lotes do empreendimento, com a ressalva de que deveria restringir-se às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A, 13A e 23A, destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente.
Assim, caso o lote que consta na CDA seja área verde ou institucional (áreas públicas) não incide IPTU (falta de domínio útil). Ao contrário, se não for pública, incide.
No caso dos autos, verifico que a área sob a qual recai dívida tributária NÃO se encontra com restrição (Ação civil pública nº 0006366-51.2014.822.0010), podendo ser alienado livremente, onerado, sofrer qualquer inovação física, sejam acessões ou benfeitorias. Ou seja, estão presentes os requisitos para o exercício pleno da propriedade.
Veja que conforme a ata da audiência realizada nos autos da Ação Civil Pública 0006366-51.2014.822.0010, o imóvel descrito na inicial não tem restrição de comercialização, estando o excipiente autorizado a realizar sua venda. A restrição é apenas para os imóveis localizados nas quadras 04A, 13A e 23A e o imóvel objeto da presente execução não está inserido nas referidas quadras.
Contudo, a eventual hipótese do excipiente não ter vendido o imóvel, não o isenta do pagamento dos tributos devidos em razão do exercício de propriedade, vez que trata-se de área urbanizável.
Ao apreciar tutela antecipada em Agravo de Instrumento interposto nos autos 7002554-37.2018.8.22.0010 e n. 7002105-79.2018.8.22.0010, o e. TJ/RO indeferiu a antecipação de tutela recursal ao fundamento de que o Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em face da agravante (ora excepto) visando a cobrança do IPTU, referente a imóvel que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento, situação que se amolda ao caso em análise. Vejamos:
Processo: 0811274-07.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ªVara Cível Agravante: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Advogado: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/GO 17394) Agravado: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Relator: DANIEL RIBEIRO LAGOS Data distribuição: 24/11/2021 DECISÃO VISTOS Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura que, nos autos da execução fiscal n. 7002105-79.2018.8.22.0010, rejeitou exceção de pré-executividade. Aduz que o Município de Rolim de Moura propôs ação de execução fiscal visando à cobrança da certidão de dívida ativa n. 962/2018, referente ao IPTU do imóvel QD 33A, LT 44, Residencial Cidade Jardim, no valor total R$ 2.208,28. Sustenta tratar-se de título executivo nulo, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, assim não há preenchimento dos requisitos necessários para cobrança de IPTU. Afirma que o local não conta com os melhoramentos previstos no art. 32, § 1º, do CTN, de modo que não incidente IPTU, além de que a exigibilidade está suspensa pois protocolizou reclamação nos termos do inc. III do art. 151 do CTN. Alega, ainda, ter protocolado requerimento de alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel QD. 33A, LT. 18, objeto da lide. Assim, requer a concessão do efeito suspensivo com o fim de suspender o prosseguimento da execução fiscal e de qualquer ato de constrição, e no mérito, declarada a nulidade do título executado por reconhecer a suspensão da exigibilidade do crédito ante a reclamação administrativa interposta junto à municipalidade exequente tanto quanto a nulidade do título executivo por se tratar de área não urbanizada. Junta documentos. É o relatório. Decido. Garante o artigo 1.019 do Código de Processo Civil a possibilidade de o relator atribuir efeito suspensivo ou antecipar os pedidos recursais, caso verificada a probabilidade do direito vindicado e o risco da demora, requisitos esses que passo a analisar para fins de suspensão, ou não, da decisão agravada. Considerando que a concessão da tutela ocorre apenas quando houver dano irreparável ou de difícil reparação devidamente comprovado, no caso em exame, verifico ausentes os elementos probatórios capazes de demonstrar sua concessão. Explico. Sabe-se que a exceção de (objeção) de pré-executividade é um meio de defesa no processo de execução que permite ao executado por execução irregular apresentar resistência aos atos executórios, trazendo a apreciação do juízo questões de ordem pública, que independem de prova ou se apoiam em prova pré-constituída. Na hipótese, consta que na ACP n. 0006366-51.2014.822.0010 foi autorizada a agravante dar continuidade às vendas de lotes do empreendimento restrita às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A,13A e 23A, as quais destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em face da agravante visando a cobrança do IPTU, referente à QD 33A, LT 44, Residencial Cidade Jardim, que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento. Desse modo, entendo que deve permanecer inalterada a decisão agravada até o mérito recursal, que analisará as razões expostas pelas partes. Sendo assim, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal, até o julgamento do mérito. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do NCPC, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos. Dê-se ciência o juízo a quo da decisão. Publique-se. Cumpra-se. Porto Velho, 17 de dezembro de 2021 DANIEL RIBEIRO LAGOS RELATOR.

Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: DANIEL RIBEIRO LAGOS Data distribuição: 26/11/2021 12:34:55 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Decisão VISTOS Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura que, nos autos da execução fiscal n. 7002105-79.2018.8.22.0010, rejeitou exceção de pré-executividade. Aduz que o Município de Rolim de Moura propôs ação de execução fiscal visando à cobrança do IPTU do imóvel QD 33A, LT 18, Residencial Cidade Jardim, referente à certidão de dívida ativa n. 909/2018, no valor total R$ 1.879,80. Sustenta tratar-se de título executivo nulo, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, assim não há preenchimento dos requisitos necessários para cobrança de IPTU. Afirma que a cobrança viola diretamente o art. 32, § 1º, do CTN e o art. 11, § 3º, da Lei Municipal vigente a época, vez que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU. Alega, ainda, ter protocolado na Prefeitura da Comarca, reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel QD. 33A, LT. 18, objeto da lide. Assim, requer a concessão do efeito suspensivo com o fim de suspender o prosseguimento da execução fiscal e de qualquer ato de constrição, e no mérito, declarada a nulidade do título executado por reconhecer a suspensão da exigibilidade do crédito ante a reclamação administrativa interposta junto à municipalidade exequente tanto quanto a nulidade do título executivo por se tratar de área não urbanizada. Junta documentos (ID 14135628). É o relatório. Decido. Garante o artigo 1.019 do Código de Processo Civil a possibilidade de o relator atribuir efeito suspensivo ou antecipar os pedidos recursais, caso verificada a probabilidade do direito vindicado e o risco da demora, requisitos esses que passo a analisar para fins de suspensão, ou não, da decisão agravada. Considerando que a concessão da tutela ocorre apenas quando houver dano irreparável ou de difícil reparação devidamente comprovado, no caso em exame, verifico ausentes os elementos probatórios capazes de demonstrar sua concessão. Explico. Sabe-se que a exceção de (objeção) de pré-executividade é um meio de defesa no processo de execução que permite ao executado por execução irregular apresentar resistência aos atos executórios, trazendo a apreciação do juízo questões de ordem pública, que independem de prova ou se apoiam em prova pré-constituída. Na hipótese, consta que na ACP n. 0006366-51.2014.822.0010 foi autorizada a agravante dar continuidade às vendas de lotes do empreendimento restrita às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A,13A e 23A, as quais destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em face da agravante visando a cobrança do IPTU na CDA n. n. 909/2018, referente à QD 33A, LT 18, Residencial Cidade Jardim, que, em tese, não possui restrição à implementação. Desse modo, entendo que deve permanecer inalterada a decisão agravada até o mérito recursal, que analisará as razões expostas pelas partes. Sendo assim, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal, até o julgamento do mérito. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do NCPC, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos. Dê-se ciência o juízo a quo da decisão. Publique-se. Cumpra-se. Porto Velho, 17 de dezembro de 2021 DANIEL RIBEIRO LAGOS RELATOR.

Em que pese os argumentos do excipiente de que o título executivo é nulo, pois não ocorreu o fato gerador, vez que o imóvel objeto da lide, para efeito do IPTU não está caracterizado como “zona urbana”, ou seja, não é urbanizado, pois não possuí nenhum dos melhoramentos indicados tanto no art. 32, § 1º, do CTN, não lhe assiste razão, pois fundamenta sua pretensão em jurisprudência já superada pelos tribunais superiores.

Conforme recente posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos referidos melhoramentos. O referido posicionamento foi objeto da súmula 626:

Súmula 626-STJ: A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN.

No mesmo sentido acima acórdão publicado no DJE do dia 11/10/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRAVANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide

(...)

No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que “a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º”. Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ (“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)”. II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel

localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, "uma vez fixado que o imóvel encontra-se em espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável". Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, "há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU", aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expansão urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005" (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/05/2014. IV. De fato, "tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/STJ, no sentido de que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN". VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, "[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)

Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO.

(...)

XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – Relator (DJE 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressal-

tar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica.
Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – relator (DJe 11/10/2022).
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO (11/10/2022)
Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto - relator (DJe de 11/10/2022)
2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão (DJE de 11/10/2022).
Seguido pelo DJe do dia 10/10/2022, em:

2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido (DJe de 10/10/2022).

No DJe de 07/10/2022, em 1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível

Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda) Agravado: Município de Rolim de Moura DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADADE. Melhoramentos Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravoDE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramen interno. (DJe de 7/10/2022)

1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno. (Dje de 7/10/2022)

É pacífico que a SÃO TOMAS tem de pagar os tributos da área em questão (Loteamento Cidade Jardim – Buriti). Tem mais de cem acórdãos sobre isso, conforme pode ser visto em:

- 1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda

Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS

Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade

- 2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda

Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO

Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido.

- 2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura

Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

Todos acórdãos acima publicados no DJE de 18/10/2022.

- Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do

PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).

- Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A

Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (...)

Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do

PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).

Agravo de Instrumento nos autos 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura e Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." (DJe de 6/10/2022).

Está plenamente viabilizada a comercialização do lote em questão, ou seja, está disponível, com livre exercício da propriedade.

Se o sujeito está tendo disponibilidade plena do imóvel, pondo inclusive vender, alienar ou usufruir do mesmo, há domínio útil.

Se há domínio útil (leia-se: propriedade imobiliária), há incidência de IPTU por haver preenchimento dos requisitos para cobrança do referido tributo, conforme art. 32 do CTN, e art. 11 do Código Tributário Municipal logo, podendo ser, portanto, objeto de execução fiscal.

Art. 32 CTN. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

Art. 11CTM. O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, de apuração anual, tem como fato gerador à propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado na zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano.

Segundo o art. 1.228 do Código Civil, "O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha".

O excipiente pode dispor economicamente do bem, de modo que consubstancia o fato gerador do imposto.

Assim, a relação tributária vislumbrada para efeito do lançamento de IPTU pressupõe a propriedade em sua plenitude, como a exercida pelo excipiente, uma vez que sua livre disposição não foi afetada pela ACP 0006366-51.2014.822.0010. Somente no caso de estar impossibilitado de dispor economicamente do bem, em razão de não poder exercer a faculdade de uso, gozo e disposição por conta de restrição judicial, não se consubstanciaria o fato gerador do imposto, o que não é o caso dos autos.

Outrossim, é cediço que o IPTU, nos termos do que dispõem os artigos 32 e 33 do Código Tributário Nacional, tem por fato gerador a propriedade, domínio útil ou a posse do imóvel e, por base de cálculo, o seu valor venal. Nesse contexto, foram preenchidos todos os requisitos legais necessários e suficientes para incidência do IPTU.

Há elementos jurídicos e fáticos que autorizem a cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel questionado tendo em vista que o título é exequível, posto que ocorreu o fato gerador para o imóvel referido.

Estando livre a fruição do imóvel pelo proprietário, resta configurado o fato gerador do IPTU, assim como também a germinação da taxa de recolhimento de resíduos.

O fato de imóvel permanecer ainda na sua forma bruta decorre da inércia do proprietário em empreender esforços destinados a promover melhorias no mesmo e que nada interfere na incidência de tributos sobre o mesmo e tratando se de Loteamento, as melhorias são de responsabilidade da Loteadora, sendo um requisito de aprovação do loteamento.

Ainda, conforme art. 204 do CTN: "A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída".

Nesse sentido, entendimento do E. TJ/RO:

Apelação cível. Ação anulatória. Direito tributário. IPTU. Base de cálculo. Legislação municipal. Presunção de veracidade das informações utilizadas pelo fisco para o lançamento do tributo. Ônus contribuinte. Validade da CDA. Recurso não provido. 1. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite. 2. Conforme arts. 32 e 33 do CTN, o IPTU tem por fato gerador a propriedade, domínio útil ou a posse do imóvel e, por base de cálculo, o seu valor venal. Por força do 156, I, da CF, incumbe ao Município, no exercício de sua competência tributária, definir a modalidade de lançamento e forma de apuração do IPTU. 3. No caso, não tendo a apelante apresentado provas capazes de justificar a nulidade do crédito, impõe-se que seja mantida a obrigação tributária executada. 4. Recurso não provido. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7007462-67.2018.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Miguel Monico Neto, Data de julgamento: 23/07/2021.

Seguido por tribunais:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO E NOME NA CDA. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DA CDA. PRODUÇÃO DE PROVA. PRESENÇA DE OMISSÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS SEM EFEITOS INFRINGENTES. 1. A presunção de legitimidade assegurada à CDA impõe ao executado que figura no título executivo o ônus de demonstrar a inexistência de sua responsabilidade tributária. Precedentes representativos da controvérsia, art. 543-C, do CPC: REsp 1.104.900-ES, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 25.03.2009; REsp 1.110.925-SP; Rel. Min.Teori Zavascki, julgado em 22.04.2009 (...). (STJ – AgRg no AREsp nº 41479, 2ª turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 07.08.2012).

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE DAS AVALIAÇÕES. SÚMULA Nº 284 DO STF. JUNTADA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. ÔNUS DA EMBARGANTE. ANÁLISE DOS REQUISITOS DA CDA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. LEGALIDADE DA TAXA SELIC. ENTENDIMENTO ADOTADO NA SISTEMÁTICA DO ART. 543-C, DO CPC. CARÁTER CONFISCATÓRIO DAS MULTAS. MATÉRIA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. [...] 3. Esta Corte já se manifestou no sentido de que a Certidão de Dívida Ativa goza de presunção de certeza e liquidez, cujo ônus de ilidi-la é do contribuinte, cabendo a ele, ainda, a juntada do processo administrativo, caso imprescindível à solução da controvérsia. (REsp 1.627.811/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 27/04/2017) 4. É cediço nesta Corte, inclusive por entendimento adotado em sede de recurso especial repetitivo, julgado na sistemática do art. 543-C, do CPC (REsp n.º 879.844/MG e Resp n.º 1.111.175/SP, ambos julgados sob o rito do art. 543-C do CPC), que os débitos fiscais pagos em atraso, inclusive multa, são corrigidos pela Taxa Selic. [...] (AgInt no AREsp 1135936/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 03/05/2018).

TRIBUTÁRIO, PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FAZENDA PÚBLICA DIREITOS INDISPONÍVEIS. INAPLICABILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. ART. 320, INCISO II, DO CPC. IPTU. LANÇAMENTO. ATO ADMINISTRATIVO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. MODIFICAÇÃO POR LAUDO TÉCNICO UNILATERAL. IMPOSSIBILIDADE. PROVA INEQUÍVOCA. 1. Não se aplicam os efeitos da revelia contra a Fazenda Pública uma vez que indisponíveis os interesses em jogo. 2. O ato administrativo goza da presunção de legalidade que, para ser afastada, requer a produção de prova inequívoca cujo valor probatório não pode ter sido produzido unilateralmente – pelo interessado. Agravo regimental improvido. (STJ – AgRg no REsp nº 1137177, Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, j. 18.02.2010 – destaquei)

Processual Civil. Mandado de segurança. Ônus da prova. Alegação de nulidade do ato administrativo. CPC, artigo 333, II. Se os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade e auto-executoriedade, na hipótese em que se alega sua nulidade, porque eivado de ilegalidade, incumbe ao impugnante o ônus da prova do vício, 'ex vi' do artigo 333, II, do Código de Processo Civil. (STJ – REsp nº 230307, Rel. Min. Vicente Leal, 6ª Turma, j. 25.04.2000).

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. AÇÃO ANULATÓRIA DE LANÇAMENTO FISCAL. DECLARAÇÃO RETIFICADORA DE RENDIMENTOS, SEM A DEVIDA COMPROVAÇÃO PERANTE O FISCO QUANTO À DISCRIMINAÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS PARA EFEITOS DE TRIBUTAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA. AUSÊNCIA DE PROVA SUFICIENTE PARA ANULAR O LANÇAMENTO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO (...). 2 – Em tratando-se de ação anulatória incumbe ao autor o ônus da prova, no tocante à desconstituição do crédito já notificado ao contribuinte, em face da presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo, sendo, pois, necessária prova irrefutável. 3 – 'In casu', prescindindo, pois, para desconstituição do lançamento fiscal, de prova pericial, como forma de constatar efetivamente quais as verbas salariais recebidas pelo autor no ano-base de 1994, bem como a discriminação das verbas recebidas por força de acordo trabalhista, como forma de classificar quais rendimentos seriam tributáveis, quais seriam isentos ou não tributáveis e, inexistindo nos autos elementos probatórios suficientes, bem como a referida prova pericial, não há como se anular o lançamento fiscal. 4 - Apelação e remessa oficial providas. (TRF-5 – AC nº 328160, Segunda Turma, Rel. Des. Federal Petrucio Ferreira, j. 08.06.2004).

a) Do alegado efeito confiscatório:

O excipiente ainda alega de forma aleatória e sem contexto com os fatos exposto nos autos, que a incidência dos tributos e caracteriza efeito confiscatório, contudo não demonstra onde está o excesso tributário.

Pelo contrário, a incidência de IPTU e de taxa de remoção de lixo decorre de previsão constitucional e de prestação compulsória, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, como prescreve o art. 3º do CTN.

Não foi comprovada ou mesmo indicada a desproporcionalidade na incidência dos tributos cobrados ou mesmo ônus excessivo.

Neste particular, a despeito do que afirma o excipiente, observa-se que a cobrança dos tributos efetuada pela municipalidade de Rolim de Moura observou de maneira atenta as vicissitudes referentes à capacidade econômica dos contribuintes, adaptando o montante obrigacional devido ao fisco a depender das condições econômicas do devedor de tributos.

Não restaram presentes hipóteses de isenção, imunidade ou exclusão do crédito tributário, tampouco violação dos princípios da capacidade contributiva, da proporcionalidade ou do não confisco.

A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Dito isto, caberia ao excipiente demonstrar terem sido as cobranças realizadas em desacordo com a legislação municipal, o que não foi o caso dos autos, devendo permanecerem válidos os créditos tributários inscritos em dívida ativa, que, como já dito, goza de presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Nesse sentido a jurisprudência:

Súmula vinculante 19: A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

Apelação cível. IPTU. Lançamento de Ofício. Presunção de veracidade das informações utilizadas pelo fisco para o lançamento do tributo. Validade da CDA. Recurso não provido. Conforme disposição do Código Tributário Municipal, fica facultado ao município por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, o lançamento do IPTU de ofício, utilizando para esse fim a planta de valores. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite. (APELAÇÃO CÍVEL 7002414-71.2016.822.0010, Rel. Des. Hiram Souza Marques, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Especial, julgado em 30/10/2019).

INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE TAQUARA. TAXA DE COLETA DE LIXO. TAXA DE CONSERVAÇÃO DE CALÇAMENTO. TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA. CONTRIBUIÇÃO PARA PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO. 1. É constitucional a taxa de coleta de lixo (artigo 1º da Lei Municipal nº 1.675/93), por ter como fato gerador serviço público específico e divisível. Súmula Vinculante nº 19 do STF. (...) (TJ-RS - IIN: 70044424554 RS, Relator: Eduardo Uhlein, Data de Julgamento: 26/05/2014, Tribunal Pleno, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 25/07/2014)

2º G. ANGELA MARIA MACHADO COSTA, EM SUBSTITUIÇÃO AO DES. ROGÉRIO LUIS NIELSEN KANAYAMA. APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DOS CONTORNOS DA INCIDÊNCIA DE IPTU E TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO – TRIBUTOS ESTABELECIDOS NA LEI NO 12.575/2017, DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – ALEGAÇÃO DE DESCONFORMIDADE DA TRIBUTAÇÃO PARA COM OS PRINCÍPIOS DO NÃO CONFISCO, DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E DA ISONOMIA TRIBUTÁRIOS – INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE – IPTU DEVIDAMENTE MAJORADO POR LEI EM SENTIDO FORMAL – ELEVAÇÃO DO PATAMAR DE COBRANÇA QUE SE PRESTA A EVITAR O ENRIQUECIMENTO INDEVIDO DOS CONTRIBUINTES – REGRA DE TRANSIÇÃO PARA EVITAR OS IMPACTOS DO AUMENTO DO MONTANTE FISCAL DEVIDO – INTELIGÊNCIA DO ART. 9º DA LEI MUNICIPAL NO 12.575/2017 – CAPACIDADE CONTRIBUTIVA CONCRETA IMPASSÍVEL DE AVALIAÇÃO PELA VIA DO MANDADO DE SEGURANÇA – TAXA DE COLETA DE LIXO DOMICILAR REGULAR – BASE DE CÁLCULO COMPOSTA PELO COTEJO DA DIMENSÃO DA PROPRIEDADE E DA MENSURAÇÃO DO SERVIÇO SEMANALMENTE UTILIZADO – LIBERDADE DO LEGISLADOR PARA DELIMITAR OS CRITÉRIOS CONSTITUTIVOS DA BASE DE CÁLCULO, DESDE QUE RESPEITADA A POSSIBILIDADE DE DIFERENCIAÇÃO DOS ELEMENTOS QUE INTEGRAM OS DEMAIS TRIBUTOS – INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 85, § 11, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL POR SE TRATAR DE MANDADO DE SEGURANÇA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR - 2ª C. Cível - 0076730-62.2018.8.16.0014 - Londrina - Rel.: Juíza Angela Maria Machado Costa - J. 29.10.2019)

b) Da alegação de reclamação como causa de suspensão do crédito tributário.

O excipiente alega ainda que o crédito tributário está suspendo em razão de protocolo de reclamação para suspensão de créditos tributários, realizado junto à Prefeitura de Rolim de Moura.
De fato, a reclamação suspende a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do Art. 151, III, do CTN.
Contudo, o protocolo já teve sua apreciação realizada pelo excepto, com decisão de indeferimento proferida em 02/03/2021. Após o decurso do prazo para recurso contra a decisão proferida na reclamação, o crédito tributário voltou a ser exigível, nos moldes propostos na inicial.
Se incontroverso que o protocolo da reclamação suspende a exigibilidade do crédito tributário, também o é o fato de que após a decisão administrativa transitar em julgado, o crédito volta a ser exigível.
Destaco que o excipiente não noticiou a interposição de recurso contra a referida decisão ou mesmo qualquer outra hipótese de suspensão do crédito, de modo que a execução deve seguir seu curso regular.
c) Quanto à alegação de cancelamento do projeto.
Aduz o excipiente que compareceu na prefeitura e protocolou requerimento para alteração de projeto urbanístico, alteração essa que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide.
Contudo, o requerimento de alteração do projeto protocolado não faz menção ao imóvel da inicial, mas sim apenas as quadras destinadas à Área Verde e APP, quais sejam: 04A, 13A e 23A, dentre as quais não se inclui o imóvel objeto desta execução fiscal.
Desta feita, não se verifica a ausência de quaisquer dos requisitos necessários, ou mesmo outras máculas à execução. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal visando a cobrança do IPTU, referente ao imóvel descrito na CDA que acompanha a inicial, que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento.
Dessa forma, não tendo o excipiente apresentado provas capazes de justificar a desconstituição do crédito, impõe-se que sejam os pedidos julgados improcedentes, a fim de que a execução siga seu rito sem embaraços, dado que o excipiente não refutou a presunção (juris tantum) contida na certidão de dívida ativa.
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como “Cidade Jardim”, localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica saída de Rolim de Moura sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU. A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.
Da mesma forma e em idêntico raciocínio, o proprietário de veículo automotor tem de pagar o IPVA, ande ou com o veículo naquele ano. É proprietário de veículo, tem de pagar o IPVA e licenciamento anual; é proprietário de imóvel urbano, tem de pagar o IPTU; é proprietário de imóvel rural tem de pagar o ITR e CCIR.
Há centenas de acórdão sobre o Município de Rolim de Moura e a TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Todos Desembargadores das Câmaras Especiais já mencionaram este fato seus votos. Porém, vou mencionar apenas alguns abaixo:
1ª Câmara Especial Processo:0801525-29.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002630-61.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 23/02/2022 Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE.” EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso. (DJe 27/9/2022).
Gabinete Des. Hiram Souza Marques Número do processo: 0810888-40.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJ de 11/11/2022).
Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0810836-44.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJE de 11/11/2022).
2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0807308-02.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 28/07/2022 09:05:45 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Decisão Vistos. Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de concessão de efeito suspensivo, interposto por São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações LTDA contra a decisão proferida pelo Juízo a quo que rejeitou a exceção de pré-executividade que manejou nos autos da execução fiscal n. 7002638-38.2018.8.22.0010. Em suma, explica que a execução fiscal tem como fundamento CDA no valor de R$ 1.879,64 (Mil Oitocentos e setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel QD. 42A, LT. CJ-17, Residencial Cidade Jardim, Rolim de Moura, Rondônia.
(DJe de 18//8/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0808615-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 12/9/2022).
No mesmo sentido acima acórdão publicado no DJE de 12/9/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:

0808615-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe 12/9/2022).

Seguido por: 2ª Câmara Especial/Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0807308-02.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 28/07/2022 09:05:45 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

(DJe de 18/8/2022).

Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0801627-51.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJe de 6/6/2022);

Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJe 6/6/2022), dentre tantos outros que podem ser consultados no PJE.

Gab. Des. Miguel Monico - Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Vistos. (DJe de 12/9/2022).

0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 12/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

(DJ de 15/9/2022)

0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 13/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

(DJ de 15/9/2022)

Gabinete Des. Hiram Souza - Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 01/09/2022 07:36:56 DESEMBARGADOR HIRAM SOUZA MARQUES

(DJE de 22/9/2022).

Gabinete Des. Hiram Souza Marques – Agravo de Instrumento 0808789-97.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

(DJe 22/9/2022)

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0809011-65.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/1ª Vara Cível/7002419-83.2022.8.22.0010 Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17.394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Des. Gilberto Barbosa DECISÃO Vistos etc., Cuida-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Rolim de Moura que, rejeitando exceção de pré-executividade, determinou o prosseguimento da execução fiscal de crédito de IPTU e de taxa de remoção de resíduos do imóvel quadra 56A, lote 14, Residencial Cidade Jardim, naquele Município. Referindo-se à fumaça do bom direito, afirma nulo o título executivo, pois, na audiência de conciliação realizada em sítio de ação civil pública (proc, 0006366-51.2014.8.22.0010), foi autorizada a dar continuidade à venda de lotes da quadra 01A a 34ª, com exceção das quadras 04A, 13A e 23ª, que não foram implementadas e, por essa razão, não preenche os requisitos necessárias para cobrança de IPTU. Sustentando que, por não se ter edificado obras na quadra 56A, lote 14, não ocorreu o fato gerador do IPTU, pois o imóvel, para além de não ser urbanizado, ainda está na sua forma bruta, como no momento do projeto e, por essa razão, sobre ele não deve incidir o tributo. Afirma que a quadra 56A, lote 14, foi excluído do projeto e está com restrição de implementação conforme consta da ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010, portanto, nulo o título executivo de IPTU sobre imóvel não implementado. Destaca, ademais, que a escola mais próxima está a mais de 2,3km, na região onde está situado o imóvel não há rede de abastecimento de água, tampouco sistema de esgoto sanitário, meio-fio ou calçamento, canalização de águas pluviais e rede de iluminação pública, de modo que o lançamento do IPTU macula o que dispõe o artigo 32, §1º do Código Tributário Nacional. Referindo-se aos requisitos essenciais, pede que seja antecipada a tutela recursal e, por consequência, suspensos os efeitos da decisão agravada e, por consequência, a execução fiscal. No que respeita ao mérito, pede que seja declarada a nulidade do título executivo e imposto honorários advocatícios equivalentes a dez por cento do valor atribuído à causa, id. 17324813. É o relatório. Decido. Mister que se tenha em conta a sistemática introduzida pelo artigo 1.019 do Código de Processo Civil no sentido de que o efeito suspensivo tão somente deve ser deferido em situações que evidenciem a probabilidade do direito vindicado (fumus boni iuris) e o perigo de dano, ou risco ao resultado útil do processo (periculum in mora).

27/9/2022 OU 24/9

ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0809010-80.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 16/09/2022 14:53:46 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

(DJ de 28/9/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0802735-18.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002640-08.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 29/03/2022 Interposto em 11/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 4. Recurso não provido.
(DJ de 3/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo:0804506-31.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002634-98.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 12/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Recurso não provido.
(DJe de 3/10/2022).
Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0809029-86.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A
(DJe de 6/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0801604-08.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Súmula do STJ. Cobrança devida. Recurso improvido. Consoante os termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". No caso versado, é devida a referida cobrança pelo Município, devendo ser mantida a decisão do juízo primevo determinando o pagamento do tributo.
(DJ de 6/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Mour
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJE de 7/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.

(DJe 7/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido
(DJ de 10/10/2022).
No mesmo sentido acima acórdão publicado no do dia 11/10/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:
1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRAVANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide
(...)
No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º". Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ ("Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)". II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, "uma vez fixado que o imóvel encontra-se em espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável". Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, "há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU", aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expansão urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005" (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/05/2014. IV. De fato, "tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/STJ, no sentido de que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão

urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN". VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, "[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)

Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO.

(...)

XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – Relator (DJE 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica.

Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – relator (DJe 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO (DJe 11/10/2022)

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de

urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto - relator (11/10/2022)

2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão.
(DJE de 11/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido
(DJe de 10/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível
Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.
Agravado: Município de Rolim de Moura
DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJe de 7/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura

Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE.” EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(Dje de 7/10/2022).
E no DJe de 6/10/2022, em 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante:
São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura e Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:“RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.” 1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRAVANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide
(...)
No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que “a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º”. Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ (“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)”. II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, “uma vez fixado que o imóvel encontra-se em espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável”. Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, “há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU”, aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, “a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expansão urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005” (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/05/2014. IV. De fato, “tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam ‘urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio’, ainda que não dotados dos referidos melhoramentos” (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/STJ, no sentido de que “a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN”. VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em

23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, "[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)

Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator (DJe de 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO

(...)

XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJe de 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica.

Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJ de 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO

(DJe de 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno.

Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator
(DJe de 11/10/2022).

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão.
(DJ de 11/10/2022)
2ª Câmara Especial Processo: 0801604-08.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Súmula do STJ. Cobrança devida. Recurso improvido. Consoante os termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". No caso versado, é devida a referida cobrança pelo Município, devendo ser mantida a decisão do juízo primevo determinando o pagamento do tributo.
(DJE de 6/10/2022)
1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Mour
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJe de 7/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodri-

gues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJE de 7/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809904-56.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO – OAB/GO 17394 AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES DANIEL RIBEIRO LAGOS
(DJe de 14/10/2022).

2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0809665-52.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 04/10/2022 13:47:38 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 14/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).

Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809779-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Processo:0809789-35.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394)
Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 08/03/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso.
(DJe de 18/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Distribuído em 24/02/2022 Interposto em 27/06/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por

ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula n. 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Recurso não provido.
(DJe 18/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Recurso não provido
(DJe 18/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade
2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido.
2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do
PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).
Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (...)
Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do
PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se.
Gabinete Des. Miguel Monico - Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo: 0804888-24.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002647-97.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. HIRAM DE SOUZA MARQUES Distribuído em 25/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Rejeição de exceção de pré-executividade. Cobrança de IPTU. Loteamento registrado. Área de expansão urbana. Incidência do tributo. Lote situado em APP. Limitação administrativa que não altera a ocorrência do fato gerador. Cobrança hígida. 1. Nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, incide IPTU quanto a propriedade de imóvel objeto de loteamento nos termos da Lei n. 6.766/79, situado em área de expansão urbana, sendo prescindível a demonstração de melhoramentos. Inteligência da Súmula n. 626 do STJ. 2. Tratando-se de lote submetido à limitação administrativa ambiental (APP), cuja área foi indicada voluntariamente pelo recorrente mediante acordo formulado em ação civil pública, não há falar na não ocorrência do fato imponível do IPTU, uma vez que não houve alteração de propriedade do bem. 3. Recurso improvido

(DJe de 20/10/2022).

ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo:0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 12/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.

(DJe de 21/10/2022).

ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 13/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. ABERTURA DE VISTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO: 7054718-74.2016.8.22.0001 (PJE)

(DJ de 24/10/2022).

Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0810150-52.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

(DJ de 24/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809670-74.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: Des. GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 04/10/2022 15:22:08 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO

(...)

Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJ e 25/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809661-15.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: Des. GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 04/10/2022 13:20:15 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO

(...)

Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJe erde 25/10/2022)

Diversos outros acórdãos envolvendo a São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda e o Município de Rolim de Moura publicados no DJe do dia 25/10/2022.

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0809671-59.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/2ª Vara Cível/7007101-18.2021.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17.394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Des. Gilberto Barbosa DECISÃO Vistos etc., Cuida-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imo-

biliários e Participações Ltda. contra decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Rolim de Moura que, rejeitando exceção de pré-executividade, determinou o prosseguimento da execução fiscal de crédito de IPTU e de taxa de remoção de resíduos do imóvel quadra 34A, lote 37, Residencial Cidade Jardim, naquele Município.
(DJ de 27/10/2022).
A título de exemplo, apenas publicados no DJe/TJRO desta semana (dia 21/3/2023) há diversos acórdãos sobre este mesmo assunto (incidência de IPTU no "Loteamento Cidade Jardim – Buriti"), envolvendo as mesmas partes e mesmos Patronos, tratando-se de matéria recorrente no E. TJRO. A propósito, vide:
2ª Câmara Especial Processo: 0809010-80.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002235-30.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 16/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte, devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).
2ª Câmara Especial Processo: 0808586-38.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002068-13.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394)
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 05/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula n. 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte, devida a referida cobrança pelo Município agravado, impondo-se a manutenção da decisão hostilizada.
(DJE de 21/3/2023).
2ª Câmara Especial Processo:0808427-95.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002612-40.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 01/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).
2ª Câmara Especial Processo: 0808535-27.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002557-89.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 02/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).
2ª Câmara Especial Processo:0809665-52.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002455-28.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 04/10/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).
No DJe da última sexta-feira (dia 17/3/2023)
2ª Câmara Especial Processo: 0808430-50.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002232-75.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES Distribuído em 01/09/2022 Decisão: "REJEITADA A ALEGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DO CRÉDITO, E NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Rejeição de exceção de pré-executividade. Cobrança de IPTU. Loteamento registrado. Área de expansão urbana. Incidência do tributo. Lote situado em APP. Limitação administrativa que não altera a ocorrência do fato gerador. Cobrança hígida. 1. Nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, incide IPTU quanto à propriedade de imóvel objeto de loteamento nos termos da Lei n. 6.766/79, situado em área de expansão urbana, sendo prescindível a demonstração de melhoramentos. Inteligência da Súmula n. 626 do STJ. 2. Tratando-se de lote submetido à limitação administrativa ambiental (APP), cuja área foi indicada voluntariamente pelo recorrente median-

te acordo formulado em ação civil pública, não há falar na não ocorrência do fato imponível do IPTU, uma vez que não houve alteração de propriedade do bem. 3. Recurso improvido.
(DJE de 17/3/2023).
É pacífico que a SÃO TOMAS tem de pagar os tributos da área em questão (Loteamento "Cidade Jardim" – Buriti), por ser proprietária do imóvel. Tem mais de cem acórdãos sobre isso.
E poderia citar ainda tantos outros acórdãos envolvendo o Loteamento Buriti/"Cidade Jardim", de responsabilidade da loteadora/incorporadora São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda e o Município de Rolim de Moura.
A Executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA tem loteamentos em quase todo território nacional, em cerca de dez a onze Estados da Federação, conforme croqui e demais atos juntados pela própria SÃO TOMÁS na ACP n.º 0006366-51.2014.822.0010 (já sentenciada em dezembro de 2022) tendo plenas condições de recolher os tributos. Quem tem loteamento em tantos Estados da Federação sabe que tem de pagar IPTU dos aludidos imóveis respeitada eventual opinião em sentido contrário.
Além disso, observe-se as atividades desempenhadas pelo grupo SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA:
4110-7/00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários 6462-0/00 - Holdings de instituições não financeiras 6810-2/03 - Loteamento de imóveis próprios (extraído de https://transparencia.cc/dados/cnpj/14294578000102-RO-sao-tomas-empreendimentos-imobiliarios-e-participacoes-ltda/)
No cadastro nacional da pessoa jurídica trazido em centenas de processos desta executada constam como atividades da SÃO TOMÁS:
68.10-2-03 - Loteamento de imóveis próprios
41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários
64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras
Por isso, a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA tem plena ciência de que deve pagar IPTU.
Visto dezenas, centenas de acórdãos, cuja matéria é incontroversa e pacificada no âmbito das duas Câmaras Especiais do TJRO, nada a reparar pela via da exceção de preexecutividade.
d) Superada a questão da exceção de preexecutividde e sua flagrante rejeição, atento à matéria cognoscível e regularidade processual, não podemos deixar de mencionar o uso abusivo e predatório do sistema de Justiça por parte dos litigantes. Explico:
A SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
A propósito, a SÃO TOMÁS era e é a loteadora/incorporadora responsável pela Incorporadora Buriti (responsável pelo loteamento conhecido como "Cidade Jardim"), localizado depois do campus da UNIR, lado direito, na saída de Rolim de Moura para BR364. Isso é incontroverso e notório. São mais de 2.000 terrenos este loteamento (mais exatos, cerca de 2.293 terrenos).
A própria SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA reconhece que o loteamento "Cidade Jardim" e cuja "ÁREA A SER LOTEADA corresponde a 793.546,78m2 (Setecentos e noventa e três mil, quinhentos e quarenta e seis vírgula, setenta e oito metros quadrados), composta por 60 (sessenta) quadras, contendo 2.293 (Dois mil, duzentos noventa e três) lotes..."., conforme manifestação feita nos autos de Agravo de Instrumento 0809525-18.2022.8.22.0000, publicado no DJe de 27/2/2023, pp. 137-138 (Rel. Des. HIRAM SOUZA MARQUES) e Agravo de Instrumento 0809029-86.2022.8.22.0000, publicado no DJe de 27/2/2023, pp. 141-142 (ambos de Relatoria do Des. HIRAM SOUZA MARQUES). São mais de dois mil terrenos e execuções fiscais apenas entre estas partes. Sem contar os tantos embargos e incidentes processuais.
Como bem observado pelo Des. Miguel Monico no DJe de ontem (dia 23/3/2023, p. 182) a SÃO TOMÁS é reiterada litigante:
Número do processo: 7002041-30.2022.8.22.0010 Classe: Apelação Cível Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Vistos. Trata-se de recursos de apelação contra sentença que indeferiu a petição inicial. Como cediço, o Código de Processo Civil de 2015 é imperativo ao dispor que, nos casos de indeferimento da inicial, interposta apelação, além de ser facultado ao juiz exercer o juízo de retratação, a parte ré deve ser citada para responder o recurso. Confira-se: Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se. § 1º Se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso. § 2º Sendo a sentença reformada pelo tribunal, o prazo para a contestação começará a correr da intimação do retorno dos autos, observado o disposto no art. 334 . § 3º Não interposta a apelação, o réu será intimado do trânsito em julgado da sentença. Na hipótese, apesar do juízo de primeiro grau, em sua sentença, já antecipar que, havendo recurso, não se retrata e determinando a citação/ intimação da executada para contrarrazões (ID. 18455556, pág. 11), não houve intimação da parte executada para responder o recurso. Nota-se que, interposto o recurso (ID. 18455557), os autos foram imediatamente encaminhados a esta Corte para análise do recurso. Aliás, reiteradamente os recursos de processos originários da Comarca de Rolim de Moura são remetidos a esta Corte sem a observância do art. 331 do CPC ou art. 485, §7º, CPC, inclusive os envolvendo a empresa São Tomás, a qual, como é sabido, é identificada e atuante em vários processos naquela comarca. Cito como exemplo, ainda, os autos n. 7007697-02.2021.8.22.0010 e 7010110-85.2021.8.22.0010. Isso posto, determino, com fundamento no art. 331, §1º, do Código de Processo Civil, que seja solicitado ao juízo de primeiro grau, mediante carta de ordem, a citação da parte requerida, a fim de, querendo, responda o recurso, nos termos já constantes na sentença recorrida. Após, voltem-me os autos conclusos. Sirva a presente decisão como mandado/ofício/carta de ordem. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho, data da assinatura digital. Desembargador Miguel Monico Neto Relator
(DJe 23/3/2023).
Atento ao elevado custo processual que este tipo de lide acarreta aos Cofres Públicos, consigno as ponderações feitas pela DD. Presidência do TJRO e Des. José Jorge Ribeiro da Luz durante a sessão do Tribunal Pleno Administrativo, realizada dia 14/3/2022, cuja ata se encontra publicada no DJe 18/3/2022, pp. 117-118, mencionando que devem ser evitadas execuções fiscais que não traduzam em resultados efetivos:
"...o Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz esclareceu ser o Presidente do Centro de Inteligência da Justiça Estadual de Rondônia - CIJERO - que tem como objetivo evitar ou levantar as demandas predatórias, sem se olvidar de outras medidas próprias que deverão ser tomadas, com todos os prefeitos dos municípios de Rondônia, a fim de viabilizar proposta de lei permitindo-se a dispensa do ajuizamento das execuções fiscais de pequeno valor. Comunicou que foi designada uma reunião virtual a ser realizada via Google Meet "Tribunal de Justiça de Rondônia e AROM", para o próximo dia 17/03/2022 em que fará a apresentação do Novo Projeto de Conciliação para os Prefeitos e Prefeitas. Comunicou ainda que soube que este Tribunal de Justiça – TJRO, em conjunto com o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RO, também está trabalhando no mesmo sentido, mas em raias distintas, e colocou-se à disposição para trabalhar em conjunto, para somar esforços na busca de resultado que seja do absoluto interesse do

PODER JUDICIÁRIO (...) Na sequência, o Presidente esclareceu que, com relação ao uso predatório do Judiciário, o assunto evoluiu após visita institucional ao Tribunal de Contas, para outra finalidade. Sugeriu que esse trabalho do CIJERO fosse realizado em conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça. Disse ainda que há um projeto avaliado pelo TCE/RO no que toca à eventual dispensa de ajuizamento de ações de pequeno valor em que as Prefeituras o fazem na medida que o TCE/RO exige, para que não respondam por improbidade administrativa. Finalizou, reforçando que o trabalho seja realizado com a Corregedoria-Geral da Justiça para que haja sintonia de esforços..."

Neste sentido, notícia e entendimento do E. TJRO em: https://www.tjro.jus.br/noticias/item/16071-tjro-e-tce-discutem-adesao-de-municipios-a-meios-extrajudiciais-de-recuperacao-de-ativos; https://www.tjro.jus.br/noticias/item/16361-corregedoria-geral-debate-com-tce-mpc-pge-aperfeicoamento-de-processos-de-execucao-fiscal-para-cobranca-de-creditos-da-administracao-publica e evento vento com participação do TCE-RO, MP de Contas-RO, MP-RO e PGE-RO que pode ser visto em https://www.youtube.com/watch?v=yQBC5rThjq8.

Consigno que no pronunciamento do Procurador do Estado (Dr. Danilo Cavalcante) no evento acima, consta a seguinte observação: abaixo de 10 (dez) UPF´s o Estado de Rondônia é proibido de ajuizar execução fiscal. Como cada UPF-RO tem o valor atual de R$ 102,48, abaixo do valor de R$ 1.024,80 o Estado está proibido de deve ajuizar execução fiscal, justamente porque o custo do processo não compensa valor a receber – isso caso receba.

No aludido evento o Des. José Jorge Ribeiro da Luz demonstra que 68% das execuções fiscais ajuizadas desde 2017 a 2021 têm valores inferiores a R$ 2.000,00, caso destes autos. Apenas um mandado já custa mais de 100,00R$ isso apenas com a diligência do Oficial de Justiça, sem contar os demais custos cartorários. Ao contrário, a movimentação de uma execução fiscal custa aos cofres públicos atualmente cerca de R$ 4.800,00, em média. Boa parte dos valores a receber da SÃO TOMÁS são inferiores a isso.

O Des. José Jorge da Luz demonstra que um processo desta natureza é inviável para todos, inclusive para o exequente, considerando seus custos. Vide: https://www.tjro.jus.br/noticias/item/16501-e-absolutamente-inviavel-o-ajuizamento-de-execucoes-fiscais-com-valores-baixos-destaca-desembargador-jose-jorge-em-encontro-de-execucao-fiscal

No mesmo sentido acima, pronunciamento do Des. José Jorge Ribeiro da Luz e do Presidente do TJRO – Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia - defendendo a racionalização dos recursos do Judiciário e combate ao uso predatório (e lícito) da Justiça, durante sessão do Tribunal Pleno Administrativo realizada dia 23/5/2022.

Por fim, o Dr. Fabio de Souza (da PGE) também aponta dados sobre a desjudicialização das execuções fiscais. Valores abaixo de 1.000UPF´s (R$ 102.480,00) nem sempre são cobrados pelo Estado, demonstrando que medidas extrajudiciais podem ser mais efetivas. Até o prazo da cobrança resta mais efetivo com a negativação direta e protesto (segundo o ali demonstrado o pagamento ocorre entre 7 a 8 dias na cobrança extrajudicial contra 334 dias na cobrança judicial). Ou seja, até o Poder Público – credor - é o mais beneficiado, porque recebe mais rapidamente. Havendo alguma sobre dúvida os dados acima apontados, isso pode ser assistido no canal do TJRO link a seguir: https://www.youtube.com/watch?v=yQBC5rThjq8.

Seguido por notícia em que se informa a enorme quantidade de execuções fiscais: https://www.conjur.com.br/2022-mar-13/siqueira-rocha-macrolitigancia-fiscal.

É notória a litigiosidade entre o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, o que ocasiona transtornos em ambas Unidades Judiciárias desta Comarca, conforme constatado pelo E. TJRO. Concito a todos: vamos colaborar com o andamento processual, pois este tipo de conduta traz prejuízos tanto ao Município de Rolim de Moura, que deixa de receber boa parte seus créditos em tempo razoável, bem como a SÃO TOMÁS, que vem sofrendo sucessivos insucessos recursais junto ao E. TJRO, fato que pode ser visto em centenas de processos, agravos, exceções de preexecutividade, impugnações, etc. A título de exemplo, vou citar apenas os processos abaixo (de todos Desembargadores relatores), mas poderia citar dezenas de tantos outros:

- 1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível - Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS (DJe de 18/10/2022);
- 1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO (DJE 11/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 - Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO (DJe de 18/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 - Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO (DJe de 18/10/2022);
- Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809779-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA (DJ de 17/10/2022);
- Gabinete Des. Miguel Monico - Processo: 0809789-35.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA (DJe de 17/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0804888-24.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002647-97.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda - Relator: DES. HIRAM DE SOUZA MARQUES (DJe 20/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda - Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA (DJe de 21/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA (DJe de 24/10/2022);

Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0810150-52.2022.8.22.0000 (24/10/2022);

- Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0810888- 40.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe de 28/2/2023);
- 1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0807753-20.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/1ª Vara Cível/7002393-85.2022.8.22.0010 Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. (DJe de 1/3/2023) e
- 1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível

Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda)
Agravado: Município de Rolim de Moura
DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS (DJe de 07/10/2022).
A título de observação, basta olhar quantos processos envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA estão pautados para a próxima sessão de julgamento, a se realizar no dia 16/3/2023, conforme publicação no DJE de 7/3/2023 p. e ss.
Todos DD. Desembargadores relatores nas Câmaras Especiais conhecem a litigiosidade havida entre o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. E isso prejudica sobremaneira o andamento dos trabalhos nesta Comarca, pois se contados (de forma numérica) apenas os processos do MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA teria que haver uma vara específica apenas para estes litigantes.
Há muito que ambos Juízos desta Comarca vêm advertindo o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA sobre este excesso de litigiosidade que abarrota o
PODER JUDICIÁRIO.
Conforme já dito anteriormente, apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Recentemente houve a criação do Núcleo de Justiça 4.0, conforme Ato nº 993/2022, publicado no DJe de 1/8/2022, com intuito de padronizar a movimentação processual e otimizar a rotina das Unidades Judiciárias (Varas).
O Ato Conjunto n. 022/2021-PR-CGJ, alterado pelo Ato Conjunto n. 015/2022-PR-CGJ, instalou o 1º Núcleo de Justiça 4.0 do
PODER JUDICIÁRIO do Estado de Rondônia, com especialização nas demandas judiciais de execuções fiscais estaduais e municipais, com abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o Estado.
Os objetivos deste Núcleo especializado são prevenir decisões contraditórias sobre o mesmo tema e, ao mesmo tempo, padronizar a tramitação processual. Neste Núcleo de Justiça a execução fiscal terá tramitação mais rápida, até pela especificidade da matéria e quantidade de magistrados lá lotados, com competência especial. A título de ilustração, basta ver as decisões proferidas nos autos 7008175-73.2022.8.22.0010, 7008169-66.2022.8.22.0010, 7008187-87.2022.8.22.0010, 7008238-98.2022.8.22.0010, 7008253-67.2022.8.22.0010, 7008256-22.2022.8.22.0010, 7008255-37.2022.8.22.0010, 7008225-02.2022.8.22.0010, todas publicadas no DJE de 29/11/2022, pp. 378-379 e ss. bem como e seu alto grau de especificidade. E também pode ser observado no DJE de 08/12/2022.
Já foram conferidas inúmeras oportunidades para o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA se manifestar a respeito do interesse na remessa das execuções fiscais distribuídas antes de 1/8/2022 para o 1º Núcleo de Justiça 4.0.
Porém, tanto o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA quanto a executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA manifestaram o desinteresse no envio das execuções fiscais em curso para referido Núcleo. Ambos vêm reafirmando não ter interesse nos processos em que são partes tramitem no referido Núcleo e preferem continuar litigando.
A remessa destas milhares de execuções fiscais para o 1º Núcleo de Justiça 4.0 poderia ser benéfica tanto para o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e para a executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, que poderiam priorizar a tramitação de seus processos e padronizar suas manifestações nos autos. Atentem-se ambos aos arts. 4.º e 6.º do CPC.
Mas não, insistem na litigiosidade prejudicando aos demais jurisdicionados (com a demora processual), ao TJRO no cumprimento das Metas do CNJ e, em última análise, prejudicando a si mesmos, pois processos poderiam ter solução mais rápida (no caso em interesse do Município em receber seu créditos) ou com menor custo (para a São Tomás).
Faço estas observações, pois como provavelmente virá(virão) agravo(s), embargo(s), apelação(ões), impugnações e outros incidentes, a exemplo de centenas de processos envolvendo estes litigantes não podemos ignorar a realidade processual e da Comarca.
Diante do exposto, delimitada a responsabilidade tributária das partes seja por matérias do direito administrativo, tributário, regulamentos urbanísticos - loteamentos e incorporações; ofensas a normas ambientais e sanitárias discutidas na ACP 0006366-51.2014.822.0010), todas já devidamente apreciadas pelo Juízo, não há se falar em outros questionamentos.
Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.
No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).
O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado. Observe-se que não é necessário pronunciamento obrigatório sobre todas ideias trazidas aos autos, notadamente quando ficam prejudicados pelos demais pontos já apreciados. Neste sentido, o E. TJRO em acórdão recentíssimo – de 21/2/2022 - 2ª Câmara Cível / Gabinete Des. José Torres Ferreira Processo: 0810938-03.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO e 21/07/2021 0001389-45.2016.8.22.0010 Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno (DJe 2/8/2021).
Como são diversos argumentos, a fim de que não sejam opostos embargos de declaração com finalidade de rediscutir fatos, provas e/ou prazos, observe-se que não é necessário pronunciamento obrigatório sobre todas ideias trazidas aos autos, notadamente quando ficam prejudicados pelos demais pontos já apreciados. Neste sentido, o E. TJRO em acórdão recente – 1/6/2022: "2ª Câmara Especial Processo: 7001844-17.2018.8.22.0010 Embargos de Declaração em Apelação (PJe) Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Opostos em 27/01/2022 Decisão: "EMBARGOS NÃO PROVIDOS, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Embargos de declaração. Alegação de omissão. Não ocorrência. Rediscussão da matéria. Impossibilidade. Vício inexistente. Prequestionamento. Desnecessidade. Recurso não provido. Os embargos de declaração são cabíveis somente para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material, jamais para rediscussão da matéria já apreciada. A lei processual civil, no seu art. 489, § 1º, inciso IV, preconiza que o magistrado está obrigado a examinar os argumentos capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusão adotada pelo julgador, não exatamente todas aquelas invocadas pela parte. Apresentando o julgado fundamentação coerente com o que foi debatido nos autos e estabelecendo as premissas de sua conclusão com base nos elementos probatórios trazidos, não há que se falar em nulidade ou rediscussão de teses..."

No mesmo sentido, o E. TJRO: 2ª Câmara Cível/Gabinete Des. José Torres Ferreira Processo: 0810938-03.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (DJe de 21/07/2021).
E recentíssimo julgado do E. TJRO em:
1ª Câmara Especial Processo: 7057535-09.2019.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (PJe) Advogado: Thiago Maia de Carvalho (OAB/RO 7472) Embargado: Estado de Rondônia Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO Opostos em 31/08/2022 Decisão:"EMBARGOS NÃO PROVIDOS, À UNANIMIDADE." EMENTA Embargos de declaração. Omissão. Embargos não providos. 1. Os embargos apresentados, em verdade, pretendem rediscutir matéria, o que não é permitido em sede de embargos de declaração, já que a fundamentação é vinculada às hipóteses de omissão, obscuridade, contradição. 2. Caso haja motivo suficiente para proferir a decisão, não há obrigatoriedade de o órgão julgador se manifestar sobre todas as questões trazidas pelas partes. 3. Embargos não providos.
(DJ de 2/3/2023).
Processo: 7000086-66.2019.8.22.0010 - APELAÇÃO CÍVEL Origem: 7000086-66.2019.8.22.0010
Relator: Desembargador TORRES FERREIRA
Data distribuição: 07/06/2022 05:35:43
(...)
Por fim, ressalto que o julgador não é obrigado a enfrentar um a um os argumentos deduzidos pelas partes. O contexto geral do julgado demonstra quais foram acolhidos e/ou rejeitados, pelo que, advirto, evitando decisão surpresa ou de terceira via (art. 10 do CPC), que em caso de interposição de recurso meramente protelatório poderá a parte que assim o fizer incorrer nas sanções previstas no artigos 77, § 2º, 81 ou 1.026, § 2º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se. Após o transcurso do prazo, certificando, devolva a origem. Porto Velho/RO, data da assinatura no sistema. Desembargador Torres Ferreira Relator
(DJe de 03/11/2022, p. 58).
Por fim: 0811086-77.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJE), Desembargador Torres Ferreira Relator
(DJe de 23/11/2022, p. 61-62).
Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos, pois incide tributo sobre a área em questão.
III - DISPOSITIVO:
Ante o exposto e considerando tudo que dos autos consta, com fundamento nos arts. 156, I, da Constituição Federal e 32 a 34, do CTN, c/c Súmula 626 do C. STJ, bem como reiterados precedentes do TJRO acima expostos, REJEITO A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE apresentada por SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA em face de MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e determino o regular prosseguimento da Execução Fiscal.
Custas incabíveis neste incidente.
Honorários indevidos neste incidente (exceção de pré-executividade que fora rejeitada), conforme entendimento do E. TJRO em:
1ª Câmara Especial Processo: 0804149-22.2020.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7004123-39.2019.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: Município de Rolim de Moura Procuradora: Florisbela Lima (OAB/RO 3138) Agravado: João Eurípedes Teodoro de Farias Advogado: Sérgio Martins (OAB/RO 3215) Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES Redistribuído em 08/06/2020 DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de Instrumento. Majoração de Honorários. Tema 421 do STJ. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Condenação indevida. Recurso não provido. A rejeição da exceção de pré-executividade não gera direito a honorários, pois estes já serão fixados na execução, que perdura em trâmite. Precedentes do STJ e desta Corte.
(DJe 16/3/2022).
2ªCÂMARAESPECIALACÓRDÃOProcesso:0804168-28.2020.8.22.0000AgravodeInstrumento(PJe)Origem:7004151.07.2019.822.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: Município de Rolim de Moura Procuradora: Florisbela Lima (OAB/RO 3138) Agravado: João Euripedis Teodoro de Farias Advogado: Sérgio Martins (OAB/RO 3215) Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Redistribuído em 09/06/2020 DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA: Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se acolhida a exceção, ainda que parcial.
(DJe de 22/9/2020).
Processo: 0804167-43.2020.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se acolhida a exceção, ainda que parcial.
"...Concludentemente, no caso em exame, não só mostra-se indevida a majoração dos honorários, como também é indevida a própria fixação da verba quando da rejeição da exceção de pré-executividade, em qualquer percentual, em razão dos fundamentos da tese fixado no Tema Repetitivo nº 421 do STJ. Em face do exposto, nego provimento ao recurso. É como voto. EMENTA Agravo de Instrumento. Majoração de Honorários. Tema 421 do STJ. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Condenação indevida. Recurso não provido. A rejeição da exceção de pré-executividade não gera direito a honorários, pois estes já serão fixados na execução, que perdura em trâmite. Precedentes do STJ e desta Corte.
0804149-22.2020.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: HIRAM SOUZA MARQUES
2ª CÂMARA ESPECIAL ACÓRDÃO Processo: 0804150-07.2020.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Redistribuído em 08/06/2020
DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção de pré-executividade, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se a colhida a exceção, ainda que parcial.
(DJe de 12/2/2021).
Independentemente do transcurso do prazo recursal, prossiga-se na Execução Fiscal, devendo o Exequente informar seu crédito atualizado, incluindo o valor dos honorários e indicar bens à penhora.

Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado e atento à matéria cognoscível.
Dê-se ciência à PGM.
Intimem-se na pessoa dos Procuradores constituídos.
Sendo apresentados recursos, ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE proceder às intimações e certificações necessárias.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto. Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Número do processo: 7009153-84.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO APELANTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Passivo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO APELADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
D E C I S Ã O - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE
REJEIÇÃO – ÁREA URBANA – INCIDÊNCIA DE IPTU e TAXA DE REMOÇÃO DE RESÍDUOS.
PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA REGISTRADA EM NOME DA EXECUTADA (Loteamento Urbano)
Art. 156, I, da Constituição Federal; arts. 32 a 34, do CTN e art. 11 do Código Tributário do Município de Rolim de Moura (Lei n. 947/2000)
APLICAÇÃO da SÚMULA 626 do STJ
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
I - RELATÓRIO:
Trata-se de EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE em EXECUÇÃO FISCAL apresentada por SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.
A execução fiscal foi fundada em IPTU e taxa de remoção de resíduos.
A SÃO TOMÁS era e é a loteadora/incorporadora responsável pela Incorporadora Buriti (responsável pelo loteamento conhecido como “Cidade Jardim”), localizado depois da UNIR, na saída de Rolim de Moura para BR364. Este loteamento tem mais de 2.000 terrenos. Isso é incontroverso e notório nesta cidade.
São Tomás apresentou exceção de pré-executividade ao argumento de que o título executivo é nulo, pois a Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, bem como por não haver preenchimento dos requisitos para cobrança de IPTU, violando diretamente o art. 32 do CTN e o art. 150, IV da CF, logo, não podendo ser executado.
Pede liminarmente a suspensão da execução.
Alega efeito confiscatório do tributo e causa suspensiva da exigibilidade do crédito tributário, consistente na realização de protocolo de reclamação para suspensão de créditos tributários, bem como alega que já foi protocolado requerimento de cancelamento do projeto.
Ao final requer a suspensão de qualquer ato de constrição de bens da excipiente, bem como seja conhecida a nulidade do título executivo, violação ao art. 32, § 1º, do CTN e o art. 11, § 3º, da Lei Municipal. Por fim, requer a condenação do excepto ao pagamento das custas e honorários advocatícios.
Anexou imagens e documentos.
O exequente/excepto impugnou a exceção. No mérito alega que foram preenchidos todos os requisitos para constituição do crédito tributário, não havendo qualquer nulidade da Certidão de Dívida Ativa – CDA ou causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Ao final requer a improcedência da exceção de pré-executividade, com condenação do excipiente ao pagamento de honorários de sucumbência em favor dos advogados e determinando o regular prosseguimento da Execução Fiscal.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório. DECIDO.
II – FUNDAMENTAÇÃO:
Trata-se de julgamento de exceção de pré-executividade.
A exceção de pré-executividade é uma espécie de defesa do executado, onde ele poderá alegar vício de matéria de ordem pública mediante simples petição e sem a necessidade de garantia do juízo. Tal modalidade de defesa está consolidada de forma unânime na jurisprudência e doutrina, sendo considerada por essa última uma defesa executiva atípica.
No Código de Processo Civil (CPC) não há a previsão expressa deste instituto. Contudo, a doutrina majoritária aponta que a exceção de pré-executividade surgiu em razão de um parecer elaborado por Pontes de Miranda em 1966, no “caso Mannesmann”, em que ele defendeu a possibilidade de o executado alegar incidentalmente no processo de execução de matéria de ordem pública, onde o juiz deveria conhecer de ofício por meio de mera petição. Desta forma, seria possível a defesa do executado por meio de petição sem a necessidade de garantia do juízo.
A exceção de pré-executividade é cabível nas execuções ou em fase do cumprimento de sentença, quando ocorrer qualquer vício de ordem pública, já que a defesa tem como objetivo a decretação de nulidade da execução ou sua extinção.
O STJ tem o entendimento pacífico em aceitar a apresentação da exceção de pré-executividade desde que a matéria alegada seja conhecível de ofício, o executado tenha prova pré-constituída de sua alegação e não haja necessidade de instrução probatória para o juiz decidir seu pedido de extinção da execução, como podemos observar no seguinte aresto:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.1. "A exceção de pré-executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória" (REsp 1110925/SP, repetitivo, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJe 04/05/2009). 2. Hipótese em que, por força da Súmula 7 do STJ, não há como verificar o cabimento da exceção de pré-executividade, tendo em vista que o Tribunal Regional Federal a rejeitou uma vez que o elementos de prova constantes nos autos davam conta de que a saída do sócio contra quem se redireciona a execução se teria dado de forma fraudulenta, exigindo-se dilação probatória para se provar o contrário. 3. Agravo interno não provido." STJ – AgInt no AREsp 1264411/ES AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL2018/0062063-8, Relator: Ministro GURGEL DE FARIA, Data de Julgamento: 07/05/2019, T1 – PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/05/2019.

Com relação ao prazo para propositura da exceção de pré-executividade, os Tribunais Estaduais têm adotado o entendimento de que por se tratar de defesa de matéria de ordem pública, pode ser interposta a qualquer momento até o trânsito em julgado da ação, vejamos:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO – INEXISTÊNCIA – CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL – TÍTULO LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL. – A exceção de pré-executividade, por comportar apenas matéria de ordem pública, não possui prazo legalmente previsto e, portanto, pode ser oposta a qualquer momento – O contrato de compra e venda de bens móveis pode ser considerado como título executivo hábil a embasar uma ação de execução, porquanto está assinado pelas partes e por duas testemunhas, se enquadrando na hipótese prevista no inciso III do artigo 784 do novo CPC." TJ-MG – AC: 10024111968319001 MG, Relator: Pedro Aleixo, Data de Julgamento: 02/05/2018, Data de Publicação: 11/05/2018.

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. TÍTULO EXECUTIVO. DESCARACTERIZAÇÃO. 1- Havendo nos autos elementos de prova suficientes para formar o convencimento do magistrado, não ocorre cerceamento de defesa. 2 - A interposição de exceção não se submete a prazo, vez que, tratando-se de questão relativa à própria nulidade da execução, não se submete a preclusão. 3 - O contrato de abertura de crédito bancário não constitui título executivo extrajudicial, sendo indispensável o demonstrativo contábil e atualizado do débito. 4 - Recurso improvido. Unanimidade. (TJ-MA - AC: 92642001 MA, Relator: RAIMUNDO FREIRE CUTRIM, Data de Julgamento: 31/10/2003, IMPERATRIZ).

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXCEÇÃO DE PRE EXECUTIVIDADE - ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO TÍTULO - OPOSIÇÃO FORA DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DOS EMBARGOS - POSSIBILIDADE. A natureza das matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade, que são matérias de ordem pública, afasta a possibilidade de sua preclusão, já que a todo e qualquer tempo poderá o julgador voltar a analisá-las, eis que estão afeitas à nulidade da execução, não estando o prazo para interposição da exceção de pré-executividade atrelado ao prazo dos embargos de devedor. (TJ-MG - AI: 10643060001291001 São Roque de Minas, Relator: Tiago Pinto, Data de Julgamento: 13/12/2011, Câmaras Cíveis Isoladas / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 20/01/2012).

DO MÉRITO:

O ponto controvertido consiste na incidência ou não IPTU e taxa de remoção de resíduo no terreno mencionado na inicial, pois parte do loteamento "Cidade Jardim" deve ser destinada à Área de Preservação Permanente, por força de cumprimento do Plano Diretor e Urbanístico. Tanto que existe a ACP 0006366-51.2014.822.0010 questionando o cumprimento de parte destas obrigações.

Pretende o excipiente seja reconhecida a inexistência de dívida junto ao excepto e, por consequência, seja julgada improcedente a execução fiscal.

Em análise das provas juntadas pelo excipiente, conclui-se que o pedido é IMPROCEDENTE.

Observo que o excipiente não trouxe nenhuma alegação ou prova que possa impedir o prosseguimento do procedimento executório e não há nenhum vício ou nulidade capaz de obstar o prosseguimento da execução.

É cediço que a incidência de IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana está prevista no art. 156, I, da Constituição Federal e nos artigos 29 a 34 do Código Tributário Nacional.

De acordo com tais normas, o fato gerador de tal tributo é a propriedade, o domínio útil ou mesmo a posse do bem, bastando a existência de um destes direitos para que ocorra a tributação, ou seja, tornam legítima cobrança do IPTU.

O Município de Rolim de Moura aprovou o loteamento Cidade Jardim. Após foi ajuizada Ação Civil Pública – ACP pelo Ministério Público para apurar eventuais vícios na aprovação do loteamento.

De início, consigno aos interessados que a Ação Civil Pública referida na exceção (autos n.º 0006366-51.2014.822.0010) fora sentenciada em dezembro de 2022. Contra a sentença, o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SANEROM - AUTARQUIA DE SANEAMENTO E ROLIM DE MOURA ingressaram com embargos de declaração, já rejeitados dia 08/3/2023. Tanto o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS e a SANEROM - AUTARQUIA DE SANEAMENTO E ROLIM DE MOURA já foram intimados a cerca da sentença proferida na aludida ACP.

Portanto, resta afastado qualquer outro questionamento acerca da aludida ACP.

Conforme ata de audiência realizada no bojo da ACP supra, autorizou-se ao excipiente a dar continuidade nas vendas de lotes do empreendimento, com a ressalva de que deveria restringir-se às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A, 13A e 23A, destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente.

Assim, caso o lote que consta na CDA seja área verde ou institucional (áreas públicas) não incide IPTU (falta de domínio útil). Ao contrário, se não for pública, incide.

No caso dos autos, verifico que a área sob a qual recai dívida tributária NÃO se encontra com restrição (Ação civil pública nº 0006366-51.2014.822.0010), podendo ser alienado livremente, onerado, sofrer qualquer inovação física, sejam acessões ou benfeitorias. Ou seja, estão presentes os requisitos para o exercício pleno da propriedade.

Veja que conforme a ata da audiência realizada nos autos da Ação Civil Pública 0006366-51.2014.822.0010, o imóvel descrito na inicial não tem restrição de comercialização, estando o excipiente autorizado a realizar sua venda. A restrição é apenas para os imóveis localizados nas quadras 04A, 13A e 23A e o imóvel objeto da presente execução não está inserido nas referidas quadras.

Contudo, a eventual hipótese do excipiente não ter vendido o imóvel, não o isenta do pagamento dos tributos devidos em razão do exercício de propriedade, vez que trata-se de área urbanizável.

Ao apreciar tutela antecipada em Agravo de Instrumento interposto nos autos 7002554-37.2018.8.22.0010 e n. 7002105-79.2018.8.22.0010, o e. TJ/RO indeferiu a antecipação de tutela recursal ao fundamento de que o Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em

face da agravante (ora excepto) visando a cobrança do IPTU, referente a imóvel que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento, situação que se amolda ao caso em análise. Vejamos:

Processo: 0811274-07.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ªVara Cível Agravante: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Advogado: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/GO 17394) Agravado: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Relator: DANIEL RIBEIRO LAGOS Data distribuição: 24/11/2021 DECISÃO VISTOS Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura que, nos autos da execução fiscal n. 7002105-79.2018.8.22.0010, rejeitou exceção de pré-executividade. Aduz que o Município de Rolim de Moura propôs ação de execução fiscal visando à cobrança da certidão de dívida ativa n. 962/2018, referente ao IPTU do imóvel QD 33A, LT 44, Residencial Cidade Jardim, no valor total R$ 2.208,28. Sustenta tratar-se de título executivo nulo, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, assim não há preenchimento dos requisitos necessários para cobrança de IPTU. Afirma que o local não conta com os melhoramentos previstos no art. 32, § 1º, do CTN, de modo que não incidente IPTU, além de que a exigibilidade está suspensa pois protocolizou reclamação nos termos do inc. III do art. 151 do CTN. Alega, ainda, ter protocolado requerimento de alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel QD. 33A, LT. 18, objeto da lide. Assim, requer a concessão do efeito suspensivo com o fim de suspender o prosseguimento da execução fiscal e de qualquer ato de constrição, e no mérito, declarada a nulidade do título executado por reconhecer a suspensão da exigibilidade do crédito ante a reclamação administrativa interposta junto à municipalidade exequente tanto quanto a nulidade do título executivo por se tratar de área não urbanizada. Junta documentos. É o relatório. Decido. Garante o artigo 1.019 do Código de Processo Civil a possibilidade de o relator atribuir efeito suspensivo ou antecipar os pedidos recursais, caso verificada a probabilidade do direito vindicado e o risco da demora, requisitos esses que passo a analisar para fins de suspensão, ou não, da decisão agravada. Considerando que a concessão da tutela ocorre apenas quando houver dano irreparável ou de difícil reparação devidamente comprovado, no caso em exame, verifico ausentes os elementos probatórios capazes de demonstrar sua concessão. Explico. Sabe-se que a exceção de (objeção) de pré-executividade é um meio de defesa no processo de execução que permite ao executado por execução irregular apresentar resistência aos atos executórios, trazendo a apreciação do juízo questões de ordem pública, que independem de prova ou se apoiam em prova pré-constituída. Na hipótese, consta que na ACP n. 0006366-51.2014.822.0010 foi autorizada a agravante dar continuidade às vendas de lotes do empreendimento restrita às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A,13A e 23A, as quais destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em face da agravante visando a cobrança do IPTU, referente à QD 33A, LT 44, Residencial Cidade Jardim, que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento. Desse modo, entendo que deve permanecer inalterada a decisão agravada até o mérito recursal, que analisará as razões expostas pelas partes. Sendo assim, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal, até o julgamento do mérito. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do NCPC, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos. Dê-se ciência o juízo a quo da decisão. Publique-se. Cumpra-se. Porto Velho, 17 de dezembro de 2021 DANIEL RIBEIRO LAGOS RELATOR.

Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: DANIEL RIBEIRO LAGOS Data distribuição: 26/11/2021 12:34:55 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Decisão VISTOS Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura que, nos autos da execução fiscal n. 7002105-79.2018.8.22.0010, rejeitou exceção de pré-executividade. Aduz que o Município de Rolim de Moura propôs ação de execução fiscal visando à cobrança do IPTU do imóvel QD 33A, LT 18, Residencial Cidade Jardim, referente à certidão de dívida ativa n. 909/2018, no valor total R$ 1.879,80. Sustenta tratar-se de título executivo nulo, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, assim não há preenchimento dos requisitos necessários para cobrança de IPTU. Afirma que a cobrança viola diretamente o art. 32, § 1º, do CTN e o art. 11, § 3º, da Lei Municipal vigente a época, vez que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU. Alega, ainda, ter protocolado na Prefeitura da Comarca, reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel QD. 33A, LT. 18, objeto da lide. Assim, requer a concessão do efeito suspensivo com o fim de suspender o prosseguimento da execução fiscal e de qualquer ato de constrição, e no mérito, declarada a nulidade do título executado por reconhecer a suspensão da exigibilidade do crédito ante a reclamação administrativa interposta junto à municipalidade exequente tanto quanto a nulidade do título executivo por se tratar de área não urbanizada. Junta documentos (ID 14135628). É o relatório. Decido. Garante o artigo 1.019 do Código de Processo Civil a possibilidade de o relator atribuir efeito suspensivo ou antecipar os pedidos recursais, caso verificada a probabilidade do direito vindicado e o risco da demora, requisitos esses que passo a analisar para fins de suspensão, ou não, da decisão agravada. Considerando que a concessão da tutela ocorre apenas quando houver dano irreparável ou de difícil reparação devidamente comprovado, no caso em exame, verifico ausentes os elementos probatórios capazes de demonstrar sua concessão. Explico. Sabe-se que a exceção de (objeção) de pré-executividade é um meio de defesa no processo de execução que permite ao executado por execução irregular apresentar resistência aos atos executórios, trazendo a apreciação do juízo questões de ordem pública, que independem de prova ou se apoiam em prova pré-constituída. Na hipótese, consta que na ACP n. 0006366-51.2014.822.0010 foi autorizada a agravante dar continuidade às vendas de lotes do empreendimento restrita às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A,13A e 23A, as quais destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em face da agravante visando a cobrança do IPTU na CDA n. n. 909/2018, referente à QD 33A, LT 18, Residencial Cidade Jardim, que, em tese, não possui restrição à implementação. Desse modo, entendo que deve permanecer inalterada a decisão agravada até o mérito recursal, que analisará as razões expostas pelas partes. Sendo assim, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal, até o julgamento do mérito. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do NCPC, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos. Dê-se ciência o juízo a quo da decisão. Publique-se. Cumpra-se. Porto Velho, 17 de dezembro de 2021 DANIEL RIBEIRO LAGOS RELATOR.

Em que pese os argumentos do excipiente de que o título executivo é nulo, pois não ocorreu o fato gerador, vez que o imóvel objeto da lide, para efeito do IPTU não está caracterizado como “zona urbana”, ou seja, não é urbanizado, pois não possuí nenhum dos melhoramentos indicados tanto no art. 32, § 1º, do CTN, não lhe assiste razão, pois fundamenta sua pretensão em jurisprudência já superada pelos tribunais superiores.

Conforme recente posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos referidos melhoramentos. O referido posicionamento foi objeto da súmula 626:

Súmula 626-STJ: A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN.

No mesmo sentido acima acórdão publicado no DJE do dia 11/10/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRAVANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide

(...)

No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º". Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ ("Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)". II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, "uma vez fixado que o imóvel encontra-se em espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável". Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, "há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU", aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expansão urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005" (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/05/2014. IV. De fato, "tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/STJ, no sentido de que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN". VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, "[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação,

à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)

Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO.

(...)

XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – Relator (DJE 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica.

Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – relator (DJe 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO (11/10/2022)

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto

cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto - relator (DJe de 11/10/2022)

2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão (DJE de 11/10/2022).

Seguido pelo DJe do dia 10/10/2022, em:

2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido (DJe de 10/10/2022).

No DJe de 07/10/2022, em 1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível

Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda) Agravado: Município de Rolim de Moura DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADADE. Melhoramentos Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravoDE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramen interno. (DJe de 7/10/2022)

1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno. (Dje de 7/10/2022)

É pacífico que a SÃO TOMAS tem de pagar os tributos da área em questão (Loteamento Cidade Jardim – Buriti). Tem mais de cem acórdãos sobre isso, conforme pode ser visto em:

- 1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade
- 2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido.
- 2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
Todos acórdãos acima publicados no DJE de 18/10/2022.
- Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do
PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).
- Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (...)
Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do
PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).
Agravo de Instrumento nos autos 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura e Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." (DJe de 6/10/2022).
Está plenamente viabilizada a comercialização do lote em questão, ou seja, está disponível, com livre exercício da propriedade.
Se o sujeito está tendo disponibilidade plena do imóvel, pondo inclusive vender, alienar ou usufruir do mesmo, há domínio útil.
Se há domínio útil (leia-se: propriedade imobiliária), há incidência de IPTU por haver preenchimento dos requisitos para cobrança do referido tributo, conforme art. 32 do CTN, e art. 11 do Código Tributário Municipal logo, podendo ser, portanto, objeto de execução fiscal.
Art. 32 CTN. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.
Art. 11CTM. O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, de apuração anual, tem como fato gerador à propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado na zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano.
Segundo o art. 1.228 do Código Civil, "O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha".
O excipiente pode dispor economicamente do bem, de modo que consubstancia o fato gerador do imposto.
Assim, a relação tributária vislumbrada para efeito do lançamento de IPTU pressupõe a propriedade em sua plenitude, como a exercida pelo excipiente, uma vez que sua livre disposição não foi afetada pela ACP 0006366-51.2014.822.0010. Somente no caso de estar impossibilitado de dispor economicamente do bem, em razão de não poder exercer a faculdade de uso, gozo e disposição por conta de restrição judicial, não se consubstanciaria o fato gerador do imposto, o que não é o caso dos autos.
Outrossim, é cediço que o IPTU, nos termos do que dispõem os artigos 32 e 33 do Código Tributário Nacional, tem por fato gerador a propriedade, domínio útil ou a posse do imóvel e, por base de cálculo, o seu valor venal. Nesse contexto, foram preenchidos todos os requisitos legais necessários e suficientes para incidência do IPTU.
Há elementos jurídicos e fáticos que autorizem a cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel questionado tendo em vista que o título é exequível, posto que ocorreu o fato gerador para o imóvel referido.
Estando livre a fruição do imóvel pelo proprietário, resta configurado o fato gerador do IPTU, assim como também a germinação da taxa de recolhimento de resíduos.
O fato de imóvel permanecer ainda na sua forma bruta decorre da inércia do proprietário em empreender esforços destinados a promover melhorias no mesmo e que nada interfere na incidência de tributos sobre o mesmo e tratando se de Loteamento, as melhorias são de responsabilidade da Loteadora, sendo um requisito de aprovação do loteamento.

Ainda, conforme art. 204 do CTN: "A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré--constituída".

Nesse sentido, entendimento do E. TJ/RO:

Apelação cível. Ação anulatória. Direito tributário. IPTU. Base de cálculo. Legislação municipal. Presunção de veracidade das informações utilizadas pelo fisco para o lançamento do tributo. Ônus contribuinte. Validade da CDA. Recurso não provido. 1. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite. 2. Conforme arts. 32 e 33 do CTN, o IPTU tem por fato gerador a propriedade, domínio útil ou a posse do imóvel e, por base de cálculo, o seu valor venal. Por força do 156, I, da CF, incumbe ao Município, no exercício de sua competência tributária, definir a modalidade de lançamento e forma de apuração do IPTU. 3. No caso, não tendo a apelante apresentado provas capazes de justificar a nulidade do crédito, impõe-se que seja mantida a obrigação tributária executada. 4. Recurso não provido. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7007462-67.2018.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Miguel Monico Neto, Data de julgamento: 23/07/2021.

Seguido por tribunais:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO E NOME NA CDA. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DA CDA. PRODUÇÃO DE PROVA. PRESENÇA DE OMISSÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS SEM EFEITOS INFRINGENTES. 1. A presunção de legitimidade assegurada à CDA impõe ao executado que figura no título executivo o ônus de demonstrar a inexistência de sua responsabilidade tributária. Precedentes representativos da controvérsia, art. 543-C, do CPC: REsp 1.104.900-ES, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 25.03.2009; REsp 1.110.925-SP; Rel. Min.Teori Zavascki, julgado em 22.04.2009 (...). (STJ – AgRg no AREsp nº 41479, 2ª turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 07.08.2012).

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE DAS AVALIAÇÕES. SÚMULA Nº 284 DO STF. JUNTADA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. ÔNUS DA EMBARGANTE. ANÁLISE DOS REQUISITOS DA CDA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. LEGALIDADE DA TAXA SELIC. ENTENDIMENTO ADOTADO NA SISTEMÁTICA DO ART. 543-C, DO CPC. CARÁTER CONFISCATÓRIO DAS MULTAS. MATÉRIA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. [...] 3. Esta Corte já se manifestou no sentido de que a Certidão de Dívida Ativa goza de presunção de certeza e liquidez, cujo ônus de ilidi-la é do contribuinte, cabendo a ele, ainda, a juntada do processo administrativo, caso imprescindível à solução da controvérsia. (REsp 1.627.811/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 27/04/2017) 4. É cediço nesta Corte, inclusive por entendimento adotado em sede de recurso especial repetitivo, julgado na sistemática do art. 543-C, do CPC (REsp n.º 879.844/MG e Resp n.º 1.111.175/SP, ambos julgados sob o rito do art. 543-C do CPC), que os débitos fiscais pagos em atraso, inclusive multa, são corrigidos pela Taxa Selic. [...] (AgInt no AREsp 1135936/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 03/05/2018).

TRIBUTÁRIO, PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FAZENDA PÚBLICA DIREITOS INDISPONÍVEIS. INAPLICABILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. ART. 320, INCISO II, DO CPC. IPTU. LANÇAMENTO. ATO ADMINISTRATIVO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. MODIFICAÇÃO POR LAUDO TÉCNICO UNILATERAL. IMPOSSIBILIDADE. PROVA INEQUÍVOCA. 1. Não se aplicam os efeitos da revelia contra a Fazenda Pública uma vez que indisponíveis os interesses em jogo. 2. O ato administrativo goza da presunção de legalidade que, para ser afastada, requer a produção de prova inequívoca cujo valor probatório não pode ter sido produzido unilateralmente – pelo interessado. Agravo regimental improvido. (STJ – AgRg no REsp nº 1137177, Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, j. 18.02.2010 – destaquei)

Processual Civil. Mandado de segurança. Ônus da prova. Alegação de nulidade do ato administrativo. CPC, artigo 333, II. Se os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade e auto-executoriedade, na hipótese em que se alega sua nulidade, porque eivado de ilegalidade, incumbe ao impugnante o ônus da prova do vício, 'ex vi' do artigo 333, II, do Código de Processo Civil. (STJ – REsp nº 230307, Rel. Min. Vicente Leal, 6ª Turma, j. 25.04.2000).

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. AÇÃO ANULATÓRIA DE LANÇAMENTO FISCAL. DECLARAÇÃO RETIFICADORA DE RENDIMENTOS, SEM A DEVIDA COMPROVAÇÃO PERANTE O FISCO QUANTO À DISCRIMINAÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS PARA EFEITOS DE TRIBUTAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA. AUSÊNCIA DE PROVA SUFICIENTE PARA ANULAR O LANÇAMENTO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO (...). 2 – Em tratando-se de ação anulatória incumbe ao autor o ônus da prova, no tocante à desconstituição do crédito já notificado ao contribuinte, em face da presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo, sendo, pois, necessária prova irrefutável. 3 – 'In casu', prescindindo, pois, para desconstituição do lançamento fiscal, de prova pericial, como forma de constatar efetivamente quais as verbas salariais recebidas pelo autor no ano-base de 1994, bem como a discriminação das verbas recebidas por força de acordo trabalhista, como forma de classificar quais rendimentos seriam tributáveis, quais seriam isentos ou não tributáveis e, inexistindo nos autos elementos probatórios suficientes, bem como a referida prova pericial, não há como se anular o lançamento fiscal. 4 - Apelação e remessa oficial providas. (TRF-5 – AC nº 328160, Segunda Turma, Rel. Des. Federal Petrucio Ferreira, j. 08.06.2004).

a) Do alegado efeito confiscatório:

O excipiente ainda alega de forma aleatória e sem contexto com os fatos exposto nos autos, que a incidência dos tributos e caracteriza efeito confiscatório, contudo não demonstra onde está o excesso tributário.

Pelo contrário, a incidência de IPTU e de taxa de remoção de lixo decorre de previsão constitucional e de prestação compulsória, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, como prescreve o art. 3º do CTN.

Não foi comprovada ou mesmo indicada a desproporcionalidade na incidência dos tributos cobrados ou mesmo ônus excessivo.

Neste particular, a despeito do que afirma o excipiente, observa-se que a cobrança dos tributos efetuada pela municipalidade de Rolim de Moura observou de maneira atenta as vicissitudes referentes à capacidade econômica dos contribuintes, adaptando o montante obrigacional devido ao fisco a depender das condições econômicas do devedor de tributos.

Não restaram presentes hipóteses de isenção, imunidade ou exclusão do crédito tributário, tampouco violação dos princípios da capacidade contributiva, da proporcionalidade ou do não confisco.

A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Dito isto, caberia ao excipiente demonstrar terem sido as cobranças realizadas em desacordo com a legislação municipal, o que não foi o caso dos autos, devendo permanecerem válidos os créditos tributários inscritos em dívida ativa, que, como já dito, goza de presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Nesse sentido a jurisprudência:
Súmula vinculante 19: A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
Apelação cível. IPTU. Lançamento de Ofício. Presunção de veracidade das informações utilizadas pelo fisco para o lançamento do tributo. Validade da CDA. Recurso não provido. Conforme disposição do Código Tributário Municipal, fica facultado ao município por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, o lançamento do IPTU de ofício, utilizando para esse fim a planta de valores. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite. (APELAÇÃO CÍVEL 7002414-71.2016.822.0010, Rel. Des. Hiram Souza Marques, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Especial, julgado em 30/10/2019).
INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE TAQUARA. TAXA DE COLETA DE LIXO. TAXA DE CONSERVAÇÃO DE CALÇAMENTO. TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA. CONTRIBUIÇÃO PARA PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO. 1. É constitucional a taxa de coleta de lixo (artigo 1º da Lei Municipal nº 1.675/93), por ter como fato gerador serviço público específico e divisível. Súmula Vinculante nº 19 do STF. (...) (TJ-RS - IIN: 70044424554 RS, Relator: Eduardo Uhlein, Data de Julgamento: 26/05/2014, Tribunal Pleno, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 25/07/2014)
2º G. ANGELA MARIA MACHADO COSTA, EM SUBSTITUIÇÃO AO DES. ROGÉRIO LUIS NIELSEN KANAYAMA. APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DOS CONTORNOS DA INCIDÊNCIA DE IPTU E TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO – TRIBUTOS ESTABELECIDOS NA LEI NO 12.575/2017, DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – ALEGAÇÃO DE DESCONFORMIDADE DA TRIBUTAÇÃO PARA COM OS PRINCÍPIOS DO NÃO CONFISCO, DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E DA ISONOMIA TRIBUTÁRIOS – INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE – IPTU DEVIDAMENTE MAJORADO POR LEI EM SENTIDO FORMAL – ELEVAÇÃO DO PATAMAR DE COBRANÇA QUE SE PRESTA A EVITAR O ENRIQUECIMENTO INDEVIDO DOS CONTRIBUINTES – REGRA DE TRANSIÇÃO PARA EVITAR OS IMPACTOS DO AUMENTO DO MONTANTE FISCAL DEVIDO – INTELIGÊNCIA DO ART. 9º DA LEI MUNICIPAL NO 12.575/2017 – CAPACIDADE CONTRIBUTIVA CONCRETA IMPASSÍVEL DE AVALIAÇÃO PELA VIA DO MANDADO DE SEGURANÇA – TAXA DE COLETA DE LIXO DOMICILAR REGULAR – BASE DE CÁLCULO COMPOSTA PELO COTEJO DA DIMENSÃO DA PROPRIEDADE E DA MENSURAÇÃO DO SERVIÇO SEMANALMENTE UTILIZADO – LIBERDADE DO LEGISLADOR PARA DELIMITAR OS CRITÉRIOS CONSTITUTIVOS DA BASE DE CÁLCULO, DESDE QUE RESPEITADA A POSSIBILIDADE DE DIFERENCIAÇÃO DOS ELEMENTOS QUE INTEGRAM OS DEMAIS TRIBUTOS – INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 85, § 11, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL POR SE TRATAR DE MANDADO DE SEGURANÇA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR - 2ª C. Cível - 0076730-62.2018.8.16.0014 - Londrina - Rel.: Juíza Angela Maria Machado Costa - J. 29.10.2019)
b) Da alegação de reclamação como causa de suspensão do crédito tributário.
O excipiente alega ainda que o crédito tributário está suspendo em razão de protocolo de reclamação para suspensão de créditos tributários, realizado junto à Prefeitura de Rolim de Moura.
De fato, a reclamação suspende a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do Art. 151, III, do CTN.
Contudo, o protocolo já teve sua apreciação realizada pelo excepto, com decisão de indeferimento proferida em 02/03/2021. Após o decurso do prazo para recurso contra a decisão proferida na reclamação, o crédito tributário voltou a ser exigível, nos moldes propostos na inicial.
Se incontroverso que o protocolo da reclamação suspende a exigibilidade do crédito tributário, também o é o fato de que após a decisão administrativa transitar em julgado, o crédito volta a ser exigível.
Destaco que o excipiente não noticiou a interposição de recurso contra a referida decisão ou mesmo qualquer outra hipótese de suspensão do crédito, de modo que a execução deve seguir seu curso regular.
c) Quanto à alegação de cancelamento do projeto.
Aduz o excipiente que compareceu na prefeitura e protocolou requerimento para alteração de projeto urbanístico, alteração essa que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide.
Contudo, o requerimento de alteração do projeto protocolado não faz menção ao imóvel da inicial, mas sim apenas as quadras destinadas à Área Verde e APP, quais sejam: 04A, 13A e 23A, dentre as quais não se inclui o imóvel objeto desta execução fiscal.
Desta feita, não se verifica a ausência de quaisquer dos requisitos necessários, ou mesmo outras máculas à execução. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal visando a cobrança do IPTU, referente ao imóvel descrito na CDA que acompanha a inicial, que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento.
Dessa forma, não tendo o excipiente apresentado provas capazes de justificar a desconstituição do crédito, impõe-se que sejam os pedidos julgados improcedentes, a fim de que a execução siga seu rito sem embaraços, dado que o excipiente não refutou a presunção (juris tantum) contida na certidão de dívida ativa.
Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como “Cidade Jardim”, localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica saída de Rolim de Moura sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.
Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU. A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.
Da mesma forma e em idêntico raciocínio, o proprietário de veículo automotor tem de pagar o IPVA, ande ou com o veículo naquele ano. É proprietário de veículo, tem de pagar o IPVA e licenciamento anual; é proprietário de imóvel urbano, tem de pagar o IPTU; é proprietário de imóvel rural tem de pagar o ITR e CCIR.
Há centenas de acórdão sobre o Município de Rolim de Moura e a TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Todos Desembargadores das Câmaras Especiais já mencionaram este fato seus votos. Porém, vou mencionar apenas alguns abaixo:
1ª Câmara Especial Processo:0801525-29.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002630-61.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 23/02/2022 Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE.” EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de ex-

pansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso. (DJe 27/9/2022).

Gabinete Des. Hiram Souza Marques Número do processo: 0810888-40.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

(DJ de 11/11/2022).

Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0810836-44.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJE de 11/11/2022).

2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0807308-02.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 28/07/2022 09:05:45 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Decisão Vistos. Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de concessão de efeito suspensivo, interposto por São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações LTDA contra a decisão proferida pelo Juízo a quo que rejeitou a exceção de pré-executividade que manejou nos autos da execução fiscal n. 7002638-38.2018.8.22.0010. Em suma, explica que a execução fiscal tem como fundamento CDA no valor de R$ 1.879,64 (Mil Oitocentos e setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel QD. 42A, LT. CJ-17, Residencial Cidade Jardim, Rolim de Moura, Rondônia.

(DJe de 18//8/2022).

Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0808615-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

(DJe de 12/9/2022).

No mesmo sentido acima acórdão publicado no DJE de 12/9/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:

0808615-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe 12/9/2022).

Seguido por: 2ª Câmara Especial/Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0807308-02.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 28/07/2022 09:05:45 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

(DJe de 18/8/2022).

Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0801627-51.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJe de 6/6/2022);

Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJe 6/6/2022), dentre tantos outros que podem ser consultados no PJE.

Gab. Des. Miguel Monico - Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Vistos. (DJe de 12/9/2022).

0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 12/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

(DJ de 15/9/2022)

0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 13/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

(DJ de 15/9/2022)

Gabinete Des. Hiram Souza - Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 01/09/2022 07:36:56 DESEMBARGADOR HIRAM SOUZA MARQUES (DJE de 22/9/2022).

Gabinete Des. Hiram Souza Marques – Agravo de Instrumento 0808789-97.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

(DJe 22/9/2022)
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0809011-65.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/1ª Vara Cível/7002419-83.2022.8.22.0010 Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17.394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Des. Gilberto Barbosa DECISÃO Vistos etc., Cuida-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Rolim de Moura que, rejeitando exceção de pré-executividade, determinou o prosseguimento da execução fiscal de crédito de IPTU e de taxa de remoção de resíduos do imóvel quadra 56A, lote 14, Residencial Cidade Jardim, naquele Município. Referindo-se à fumaça do bom direito, afirma nulo o título executivo, pois, na audiência de conciliação realizada em sítio de ação civil pública (proc, 0006366-51.2014.8.22.0010), foi autorizada a dar continuidade à venda de lotes da quadra 01A a 34ª, com exceção das quadras 04A, 13A e 23ª, que não foram implementadas e, por essa razão, não preenche os requisitos necessárias para cobrança de IPTU. Sustentando que, por não se ter edificado obras na quadra 56A, lote 14, não ocorreu o fato gerador do IPTU, pois o imóvel, para além de não ser urbanizado, ainda está na sua forma bruta, como no momento do projeto e, por essa razão, sobre ele não deve incidir o tributo. Afirma que a quadra 56A, lote 14, foi excluído do projeto e está com restrição de implementação conforme consta da ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010, portanto, nulo o título executivo de IPTU sobre imóvel não implementado. Destaca, ademais, que a escola mais próxima está a mais de 2,3km, na região onde está situado o imóvel não há rede de abastecimento de água, tampouco sistema de esgoto sanitário, meio-fio ou calçamento, canalização de águas pluviais e rede de iluminação pública, de modo que o lançamento do IPTU macula o que dispõe o artigo 32, §1º do Código Tributário Nacional. Referindo-se aos requisitos essenciais, pede que seja antecipada a tutela recursal e, por consequência, suspensos os efeitos da decisão agravada e, por consequência, a execução fiscal. No que respeita ao mérito, pede que seja declarada a nulidade do título executivo e imposto honorários advocatícios equivalentes a dez por cento do valor atribuído à causa, id. 17324813. É o relatório. Decido. Mister que se tenha em conta a sistemática introduzida pelo artigo 1.019 do Código de Processo Civil no sentido de que o efeito suspensivo tão somente deve ser deferido em situações que evidenciem a probabilidade do direito vindicado (fumus boni iuris) e o perigo de dano, ou risco ao resultado útil do processo (periculum in mora).
27/9/2022 OU 24/9
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0809010-80.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 16/09/2022 14:53:46 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJ de 28/9/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0802735-18.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002640-08.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 29/03/2022 Interposto em 11/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 4. Recurso não provido.
(DJ de 3/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo:0804506-31.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002634-98.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 12/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Recurso não provido.
(DJe de 3/10/2022).
Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0809029-86.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A
(DJe de 6/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0801604-08.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Súmula do STJ. Cobrança devida. Recurso improvido. Consoante os termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado

em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". No caso versado, é devida a referida cobrança pelo Município, devendo ser mantida a decisão do juízo primevo determinando o pagamento do tributo.
(DJ de 6/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Mour
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJE de 7/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJe 7/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido
(DJ de 10/10/2022).
No mesmo sentido acima acórdão publicado no do dia 11/10/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:
1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRAVANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide
(...)
No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º". Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ ("Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de

2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)". II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, "uma vez fixado que o imóvel encontra-se em espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável". Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, "há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU", aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expansão urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005" (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/05/2014. IV. De fato, "tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/STJ, no sentido de que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN". VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, "[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)

Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO.

(...)

XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – Relator (DJE 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara

Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica.

Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – relator (DJe 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO (DJe 11/10/2022)

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto - relator (11/10/2022)

2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. (DJE de 11/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido
(DJe de 10/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível
Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.
Agravado: Município de Rolim de Moura
DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJe de 7/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(Dje de 7/10/2022).

E no DJe de 6/10/2022, em 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante:
São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura e Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRAVANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide
(...)
No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º". Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ ("Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)". II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução

Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, "uma vez fixado que o imóvel encontra-se em espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável". Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, "há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU", aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expansão urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005" (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/05/2014. IV. De fato, "tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/STJ, no sentido de que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN". VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, "[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)

Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator (DJe de 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO

(...)

XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJe de 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há

qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica.
Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJ de 11/10/2022).
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO
(DJe de 11/10/2022).
Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator
(DJe de 11/10/2022).
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão

urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão.
(DJ de 11/10/2022)
2ª Câmara Especial Processo: 0801604-08.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Súmula do STJ. Cobrança devida. Recurso improvido. Consoante os termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". No caso versado, é devida a referida cobrança pelo Município, devendo ser mantida a decisão do juízo primevo determinando o pagamento do tributo.
(DJE de 6/10/2022)
1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Mour
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJe de 7/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJE de 7/10/2022).
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809904-56.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO – OAB/GO 17394 AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES DANIEL RIBEIRO LAGOS
(DJe de 14/10/2022).
2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0809665-52.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 04/10/2022 13:47:38 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 14/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809779-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Processo:0809789-35.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394)
Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 08/03/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso.
(DJe de 18/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Distribuído em 24/02/2022 Interposto em 27/06/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula n. 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Recurso não provido.
(DJe 18/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Recurso não provido
(DJe 18/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade
2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido.
2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do
PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).
Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (...)
Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se.
Gabinete Des. Miguel Monico - Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0804888-24.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002647-97.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. HIRAM DE SOUZA MARQUES Distribuído em 25/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Rejeição de exceção de pré-executividade. Cobrança de IPTU. Loteamento registrado. Área de expansão urbana. Incidência do tributo. Lote situado em APP. Limitação administrativa que não altera a ocorrência do fato gerador. Cobrança hígida. 1. Nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, incide IPTU quanto a propriedade de imóvel objeto de loteamento nos termos da Lei n. 6.766/79, situado em área de expansão urbana, sendo prescindível a demonstração de melhoramentos. Inteligência da Súmula n. 626 do STJ. 2. Tratando-se de lote submetido à limitação administrativa ambiental (APP), cuja área foi indicada voluntariamente pelo recorrente mediante acordo formulado em ação civil pública, não há falar na não ocorrência do fato imponível do IPTU, uma vez que não houve alteração de propriedade do bem. 3. Recurso improvido
(DJe de 20/10/2022).

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo:0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 12/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJe de 21/10/2022).

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 13/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. ABERTURA DE VISTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO: 7054718-74.2016.8.22.0001 (PJE)
(DJ de 24/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0810150-52.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJ de 24/10/2022).
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809670-74.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: Des. GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 04/10/2022 15:22:08 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO

(...)
Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJ e 25/10/2022).
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809661-15.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: Des. GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 04/10/2022 13:20:15 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO
(...)
Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJe erde 25/10/2022)
Diversos outros acórdãos envolvendo a São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda e o Município de Rolim de Moura publicados no DJe do dia 25/10/2022.
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0809671-59.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/2ª Vara Cível/7007101-18.2021.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17.394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Des. Gilberto Barbosa DECISÃO Vistos etc., Cuida-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. contra decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Rolim de Moura que, rejeitando exceção de pré-executividade, determinou o prosseguimento da execução fiscal de crédito de IPTU e de taxa de remoção de resíduos do imóvel quadra 34A, lote 37, Residencial Cidade Jardim, naquele Município.
(DJ de 27/10/2022).
A título de exemplo, apenas publicados no DJe/TJRO desta semana (dia 21/3/2023) há diversos acórdãos sobre este mesmo assunto (incidência de IPTU no "Loteamento Cidade Jardim – Buriti"), envolvendo as mesmas partes e mesmos Patronos, tratando-se de matéria recorrente no E. TJRO. A propósito, vide:
2ª Câmara Especial Processo: 0809010-80.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002235-30.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 16/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte, devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).
2ª Câmara Especial Processo: 0808586-38.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002068-13.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394)
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 05/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula n. 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte, devida a referida cobrança pelo Município agravado, impondo-se a manutenção da decisão hostilizada.
(DJE de 21/3/2023).
2ª Câmara Especial Processo:0808427-95.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002612-40.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 01/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).
2ª Câmara Especial Processo: 0808535-27.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002557-89.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 02/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.

(DJE de 21/3/2023).
2ª Câmara Especial Processo:0809665-52.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002455-28.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 04/10/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).
No DJe da última sexta-feira (dia 17/3/2023)
2ª Câmara Especial Processo: 0808430-50.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002232-75.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES Distribuído em 01/09/2022 Decisão: "REJEITADA A ALEGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DO CRÉDITO, E NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Rejeição de exceção de pré-executividade. Cobrança de IPTU. Loteamento registrado. Área de expansão urbana. Incidência do tributo. Lote situado em APP. Limitação administrativa que não altera a ocorrência do fato gerador. Cobrança hígida. 1. Nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, incide IPTU quanto à propriedade de imóvel objeto de loteamento nos termos da Lei n. 6.766/79, situado em área de expansão urbana, sendo prescindível a demonstração de melhoramentos. Inteligência da Súmula n. 626 do STJ. 2. Tratando-se de lote submetido à limitação administrativa ambiental (APP), cuja área foi indicada voluntariamente pelo recorrente mediante acordo formulado em ação civil pública, não há falar na não ocorrência do fato imponível do IPTU, uma vez que não houve alteração de propriedade do bem. 3. Recurso improvido.
(DJE de 17/3/2023).
É pacífico que a SÃO TOMAS tem de pagar os tributos da área em questão (Loteamento "Cidade Jardim" – Buriti), por ser proprietária do imóvel. Tem mais de cem acórdãos sobre isso.
E poderia citar ainda tantos outros acórdãos envolvendo o Loteamento Buriti/"Cidade Jardim", de responsabilidade da loteadora/incorporadora São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda e o Município de Rolim de Moura.
A Executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA tem loteamentos em quase todo território nacional, em cerca de dez a onze Estados da Federação, conforme croqui e demais atos juntados pela própria SÃO TOMÁS na ACP n.º 0006366-51.2014.822.0010 (já sentenciada em dezembro de 2022) tendo plenas condições de recolher os tributos. Quem tem loteamento em tantos Estados da Federação sabe que tem de pagar IPTU dos aludidos imóveis respeitada eventual opinião em sentido contrário.
Além disso, observe-se as atividades desempenhadas pelo grupo SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA:
4110-7/00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários 6462-0/00 - Holdings de instituições não financeiras 6810-2/03 - Loteamento de imóveis próprios (extraído de https://transparencia.cc/dados/cnpj/14294578000102-RO-sao-tomas-empreendimentos-imobiliarios-e-participacoes-ltda/)
No cadastro nacional da pessoa jurídica trazido em centenas de processos desta executada constam como atividades da SÃO TOMÁS:
68.10-2-03 - Loteamento de imóveis próprios
41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários
64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras
Por isso, a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA tem plena ciência de que deve pagar IPTU.
Visto dezenas, centenas de acórdãos, cuja matéria é incontroversa e pacificada no âmbito das duas Câmaras Especiais do TJRO, nada a reparar pela via da exceção de preexecutividade.
d) Superada a questão da exceção de preexecutividde e sua flagrante rejeição, atento à matéria cognoscível e regularidade processual, não podemos deixar de mencionar o uso abusivo e predatório do sistema de Justiça por parte dos litigantes. Explico:
A SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
A propósito, a SÃO TOMÁS era e é a loteadora/incorporadora responsável pela Incorporadora Buriti (responsável pelo loteamento conhecido como "Cidade Jardim"), localizado depois do campus da UNIR, lado direito, na saída de Rolim de Moura para BR364. Isso é incontroverso e notório. São mais de 2.000 terrenos este loteamento (mais exatos, cerca de 2.293 terrenos).
A própria SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA reconhece que o loteamento "Cidade Jardim" e cuja "ÁREA A SER LOTEADA corresponde a 793.546,78m2 (Setecentos e noventa e três mil, quinhentos e quarenta e seis vírgula, setenta e oito metros quadrados), composta por 60 (sessenta) quadras, contendo 2.293 (Dois mil, duzentos noventa e três) lotes...".., conforme manifestação feita nos autos de Agravo de Instrumento 0809525-18.2022.8.22.0000, publicado no DJe de 27/2/2023, pp. 137-138 (Rel. Des. HIRAM SOUZA MARQUES) e Agravo de Instrumento 0809029-86.2022.8.22.0000, publicado no DJe de 27/2/2023, pp. 141-142 (ambos de Relatoria do Des. HIRAM SOUZA MARQUES). São mais de dois mil terrenos e execuções fiscais apenas entre estas partes. Sem contar os tantos embargos e incidentes processuais.
Como bem observado pelo Des. Miguel Monico no DJe de ontem (dia 23/3/2023, p. 182) a SÃO TOMÁS é reiterada litigante:
Número do processo: 7002041-30.2022.8.22.0010 Classe: Apelação Cível Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Vistos. Trata-se de recursos de apelação contra sentença que indeferiu a petição inicial. Como cediço, o Código de Processo Civil de 2015 é imperativo ao dispor que, nos casos de indeferimento da inicial, interposta apelação, além de ser facultado ao juiz exercer o juízo de retratação, a parte ré deve ser citada para responder o recurso. Confira-se: Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se. § 1º Se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso. § 2º Sendo a sentença reformada pelo tribunal, o prazo para a contestação começará a correr da intimação do retorno dos autos, observado o disposto no art. 334 . § 3º Não interposta a apelação, o réu será intimado do trânsito em julgado da sentença. Na hipótese, apesar do juízo de primeiro grau, em sua sentença, já antecipar que, havendo recurso, não se retrata e determinando a citação/ intimação

da executada para contrarrazões (ID. 18455556, pág. 11), não houve intimação da parte executada para responder o recurso. Nota-se que, interposto o recurso (ID. 18455557), os autos foram imediatamente encaminhados a esta Corte para análise do recurso. Aliás, reiteradamente os recursos de processos originários da Comarca de Rolim de Moura são remetidos a esta Corte sem a observância do art. 331 do CPC ou art. 485, §7º, CPC, inclusive os envolvendo a empresa São Tomás, a qual, como é sabido, é identificada e atuante em vários processos naquela comarca. Cito como exemplo, ainda, os autos n. 7007697-02.2021.8.22.0010 e 7010110-85.2021.8.22.0010. Isso posto, determino, com fundamento no art. 331, §1º, do Código de Processo Civil, que seja solicitado ao juízo de primeiro grau, mediante carta de ordem, a citação da parte requerida, a fim de, querendo, responda o recurso, nos termos já constantes na sentença recorrida. Após, voltem-me os autos conclusos. Sirva a presente decisão como mandado/ofício/carta de ordem. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho, data da assinatura digital. Desembargador Miguel Monico Neto Relator
(DJe 23/3/2023).

Atento ao elevado custo processual que este tipo de lide acarreta aos Cofres Públicos, consigno as ponderações feitas pela DD. Presidência do TJRO e Des. José Jorge Ribeiro da Luz durante a sessão do Tribunal Pleno Administrativo, realizada dia 14/3/2022, cuja ata se encontra publicada no DJe 18/3/2022, pp. 117-118, mencionando que devem ser evitadas execuções fiscais que não traduzam em resultados efetivos:

"...o Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz esclareceu ser o Presidente do Centro de Inteligência da Justiça Estadual de Rondônia - CIJERO - que tem como objetivo evitar ou levantar as demandas predatórias, sem se olvidar de outras medidas próprias que deverão ser tomadas, com todos os prefeitos dos municípios de Rondônia, a fim de viabilizar proposta de lei permitindo-se a dispensa do ajuizamento das execuções fiscais de pequeno valor. Comunicou que foi designada uma reunião virtual a ser realizada via Google Meet "Tribunal de Justiça de Rondônia e AROM", para o próximo dia 17/03/2022 em que fará a apresentação do Novo Projeto de Conciliação para os Prefeitos e Prefeitas. Comunicou ainda que soube que este Tribunal de Justiça – TJRO, em conjunto com o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RO, também está trabalhando no mesmo sentido, mas em raias distintas, e colocou-se à disposição para trabalhar em conjunto, para somar esforços na busca de resultado que seja do absoluto interesse do PODER JUDICIÁRIO (...) Na sequência, o Presidente esclareceu que, com relação ao uso predatório do Judiciário, o assunto evoluiu após visita institucional ao Tribunal de Contas, para outra finalidade. Sugeriu que esse trabalho do CIJERO fosse realizado em conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça. Disse ainda que há um projeto avaliado pelo TCE/RO no que toca à eventual dispensa de ajuizamento de ações de pequeno valor em que as Prefeituras o fazem na medida que o TCE/RO exige, para que não respondam por improbidade administrativa. Finalizou, reforçando que o trabalho seja realizado com a Corregedoria-Geral da Justiça para que haja sintonia de esforços..."

Neste sentido, notícia e entendimento do E. TJRO em: https://www.tjro.jus.br/noticias/item/16071-tjro-e-tce-discutem-adesao-de-municipios-a-meios-extrajudiciais-de-recuperacao-de-ativos; https://www.tjro.jus.br/noticias/item/16361-corregedoria-geral-debate-com-tce--mpc-pge-aperfeicoamento-de-processos-de-execucao-fiscal-para-cobranca-de-creditos-da-administracao-publica e evento vento com participação do TCE-RO, MP de Contas-RO, MP-RO e PGE-RO que pode ser visto em https://www.youtube.com/watch?v=yQBC5rThjq8.

Consigno que no pronunciamento do Procurador do Estado (Dr. Danilo Cavalcante) no evento acima, consta a seguinte observação: abaixo de 10 (dez) UPF´s o Estado de Rondônia é proibido de ajuizar execução fiscal. Como cada UPF-RO tem o valor atual de R$ 102,48, abaixo do valor de R$ 1.024,80 o Estado está proibido de deve ajuizar execução fiscal, justamente porque o custo do processo não compensa valor a receber – isso caso receba.

No aludido evento o Des. José Jorge Ribeiro da Luz demonstra que 68% das execuções fiscais ajuizadas desde 2017 a 2021 têm valores inferiores a R$ 2.000,00, caso destes autos. Apenas um mandado já custa mais de 100,00R$ isso apenas com a diligência do Oficial de Justiça, sem contar os demais custos cartorários. Ao contrário, a movimentação de uma execução fiscal custa aos cofres públicos atualmente cerca de R$ 4.800,00, em média. Boa parte dos valores a receber da SÃO TOMÁS são inferiores a isso.

O Des. José Jorge da Luz demonstra que um processo desta natureza é inviável para todos, inclusive para o exequente, considerando seus custos. Vide: https://www.tjro.jus.br/noticias/item/16501-e-absolutamente-inviavel-o-ajuizamento-de-execucoes-fiscais-com-valores-baixos-destaca-desembargador-jose-jorge-em-encontro-de-execucao-fiscal

No mesmo sentido acima, pronunciamento do Des. José Jorge Ribeiro da Luz e do Presidente do TJRO – Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia - defendendo a racionalização dos recursos do Judiciário e combate ao uso predatório (e lícito) da Justiça, durante sessão do Tribunal Pleno Administrativo realizada dia 23/5/2022.

Por fim, o Dr. Fabio de Souza (da PGE) também aponta dados sobre a desjudicialização das execuções fiscais. Valores abaixo de 1.000UPF´s (R$ 102.480,00) nem sempre são cobrados pelo Estado, demonstrando que medidas extrajudiciais podem ser mais efetivas. Até o prazo da cobrança resta mais efetivo com a negativação direta e protesto (segundo o ali demonstrado o pagamento ocorre entre 7 a 8 dias na cobrança extrajudicial contra 334 dias na cobrança judicial). Ou seja, até o Poder Público – credor - é o mais beneficiado, porque recebe mais rapidamente. Havendo alguma sobre dúvida os dados acima apontados, isso pode ser assistido no canal do TJRO link a seguir: https://www.youtube.com/watch?v=yQBC5rThjq8.

Seguido por notícia em que se informa a enorme quantidade de execuções fiscais: https://www.conjur.com.br/2022-mar-13/siqueira--rocha-macrolitigancia-fiscal.

É notória a litigiosidade entre o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, o que ocasiona transtornos em ambas Unidades Judiciárias desta Comarca, conforme constatado pelo E. TJRO. Concito a todos: vamos colaborar com o andamento processual, pois este tipo de conduta traz prejuízos tanto ao Município de Rolim de Moura, que deixa de receber boa parte seus créditos em tempo razoável, bem como a SÃO TOMÁS, que vem sofrendo sucessivos insucessos recursais junto ao E. TJRO, fato que pode ser visto em centenas de processos, agravos, exceções de preexecutividade, impugnações, etc. A título de exemplo, vou citar apenas os processos abaixo (de todos Desembargadores relatores), mas poderia citar dezenas de tantos outros:

- 1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível - Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS (DJe de 18/10/2022);
- 1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO (DJE 11/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 - Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO (DJe de 18/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 - Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO (DJe de 18/10/2022);

- Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809779-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA (DJ de 17/10/2022);
- Gabinete Des. Miguel Monico - Processo: 0809789-35.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA (DJe de 17/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0804888-24.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002647-97.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda - Relator: DES. HIRAM DE SOUZA MARQUES (DJe 20/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda - Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA (DJe de 21/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA (DJe de 24/10/2022);
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0810150-52.2022.8.22.0000 (24/10/2022);
- Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0810888- 40.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe de 28/2/2023);
- 1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0807753-20.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/1ª Vara Cível/7002393-85.2022.8.22.0010 Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. (DJe de 1/3/2023) e
- 1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível
Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda)
Agravado: Município de Rolim de Moura
DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS (DJe de 07/10/2022).

A título de observação, basta olhar quantos processos envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA estão pautados para a próxima sessão de julgamento, a se realizar no dia 16/3/2023, conforme publicação no DJE de 7/3/2023 p. e ss.

Todos DD. Desembargadores relatores nas Câmaras Especiais conhecem a litigiosidade havida entre o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. E isso prejudica sobremaneira o andamento dos trabalhos nesta Comarca, pois se contados (de forma numérica) apenas os processos do MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA teria que haver uma vara específica apenas para estes litigantes.

Há muito que ambos Juízos desta Comarca vêm advertindo o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA sobre este excesso de litigiosidade que abarrota o
PODER JUDICIÁRIO.

Conforme já dito anteriormente, apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).

Recentemente houve a criação do Núcleo de Justiça 4.0, conforme Ato nº 993/2022, publicado no DJe de 1/8/2022, com intuito de padronizar a movimentação processual e otimizar a rotina das Unidades Judiciárias (Varas).

O Ato Conjunto n. 022/2021-PR-CGJ, alterado pelo Ato Conjunto n. 015/2022-PR-CGJ, instalou o 1º Núcleo de Justiça 4.0 do
PODER JUDICIÁRIO do Estado de Rondônia, com especialização nas demandas judiciais de execuções fiscais estaduais e municipais, com abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o Estado.

Os objetivos deste Núcleo especializado são prevenir decisões contraditórias sobre o mesmo tema e, ao mesmo tempo, padronizar a tramitação processual. Neste Núcleo de Justiça a execução fiscal terá tramitação mais rápida, até pela especificidade da matéria e quantidade de magistrados lá lotados, com competência especial. A título de ilustração, basta ver as decisões proferidas nos autos 7008175-73.2022.8.22.0010, 7008169-66.2022.8.22.0010, 7008187-87.2022.8.22.0010, 7008238-98.2022.8.22.0010, 7008253-67.2022.8.22.0010, 7008256-22.2022.8.22.0010, 7008255-37.2022.8.22.0010, 7008225-02.2022.8.22.0010, todas publicadas no DJE de 29/11/2022, pp. 378-379 e ss. bem como e seu alto grau de especificidade. E também pode ser observado no DJE de 08/12/2022.

Já foram conferidas inúmeras oportunidades para o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA se manifestar a respeito do interesse na remessa das execuções fiscais distribuídas antes de 1/8/2022 para o 1º Núcleo de Justiça 4.0.

Porém, tanto o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA quanto a executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA manifestaram o desinteresse no envio das execuções fiscais em curso para referido Núcleo. Ambos vêm reafirmando não ter interesse nos processos em que são partes tramitem no referido Núcleo e preferem continuar litigando.

A remessa destas milhares de execuções fiscais para o 1º Núcleo de Justiça 4.0 poderia ser benéfica tanto para o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e para a executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, que poderiam priorizar a tramitação de seus processos e padronizar suas manifestações nos autos. Atentem-se ambos aos arts. 4.º e 6.º do CPC.

Mas não, insistem na litigiosidade prejudicando aos demais jurisdicionados (com a demora processual), ao TJRO no cumprimento das Metas do CNJ e, em última análise, prejudicando a si mesmos, pois processos poderiam ter solução mais rápida (no caso em interesse do Município em receber seu créditos) ou com menor custo (para a São Tomás).

Faço estas observações, pois como provavelmente virá(virão) agravo(s), embargo(s), apelação(ões), impugnações e outros incidentes, a exemplo de centenas de processos envolvendo estes litigantes não podemos ignorar a realidade processual e da Comarca.

Diante do exposto, delimitada a responsabilidade tributária das partes seja por matérias do direito administrativo, tributário, regulamentos urbanísticos - loteamentos e incorporações; ofensas a normas ambientais e sanitárias discutidas na ACP 0006366-51.2014.822.0010), todas já devidamente apreciadas pelo Juízo, não há se falar em outros questionamentos.

Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca

do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.
No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).
O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado. Observe-se que não é necessário pronunciamento obrigatório sobre todas ideias trazidas aos autos, notadamente quando ficam prejudicados pelos demais pontos já apreciados. Neste sentido, o E. TJRO em acórdão recentíssimo – de 21/2/2022 - 2ª Câmara Cível / Gabinete Des. José Torres Ferreira Processo: 0810938-03.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO e 21/07/2021 0001389-45.2016.8.22.0010 Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno (DJe 2/8/2021).
Como são diversos argumentos, a fim de que não sejam opostos embargos de declaração com finalidade de rediscutir fatos, provas e/ou prazos, observe-se que não é necessário pronunciamento obrigatório sobre todas ideias trazidas aos autos, notadamente quando ficam prejudicados pelos demais pontos já apreciados. Neste sentido, o E. TJRO em acórdão recente – 1/6/2022: "2ª Câmara Especial Processo: 7001844-17.2018.8.22.0010 Embargos de Declaração em Apelação (PJe) Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Opostos em 27/01/2022 Decisão: "EMBARGOS NÃO PROVIDOS, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Embargos de declaração. Alegação de omissão. Não ocorrência. Rediscussão da matéria. Impossibilidade. Vício inexistente. Prequestionamento. Desnecessidade. Recurso não provido. Os embargos de declaração são cabíveis somente para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material, jamais para rediscussão da matéria já apreciada. A lei processual civil, no seu art. 489, § 1º, inciso IV, preconiza que o magistrado está obrigado a examinar os argumentos capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusão adotada pelo julgador, não exatamente todas aquelas invocadas pela parte. Apresentando o julgado fundamentação coerente com o que foi debatido nos autos e estabelecendo as premissas de sua conclusão com base nos elementos probatórios trazidos, não há que se falar em nulidade ou rediscussão de teses..."
No mesmo sentido, o E. TJRO: 2ª Câmara Cível/Gabinete Des. José Torres Ferreira Processo: 0810938-03.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (DJe de 21/07/2021).
E recentíssimo julgado do E. TJRO em:
1ª Câmara Especial Processo: 7057535-09.2019.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (PJe) Advogado: Thiago Maia de Carvalho (OAB/RO 7472) Embargado: Estado de Rondônia Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO Opostos em 31/08/2022 Decisão:"EMBARGOS NÃO PROVIDOS, À UNANIMIDADE." EMENTA Embargos de declaração. Omissão. Embargos não providos. 1. Os embargos apresentados, em verdade, pretendem rediscutir matéria, o que não é permitido em sede de embargos de declaração, já que a fundamentação é vinculada às hipóteses de omissão, obscuridade, contradição. 2. Caso haja motivo suficiente para proferir a decisão, não há obrigatoriedade de o órgão julgador se manifestar sobre todas as questões trazidas pelas partes. 3. Embargos não providos.
(DJ de 2/3/2023).
Processo: 7000086-66.2019.8.22.0010 - APELAÇÃO CÍVEL Origem: 7000086-66.2019.8.22.0010
Relator: Desembargador TORRES FERREIRA
Data distribuição: 07/06/2022 05:35:43
(...)
Por fim, ressalto que o julgador não é obrigado a enfrentar um a um os argumentos deduzidos pelas partes. O contexto geral do julgado demonstra quais foram acolhidos e/ou rejeitados, pelo que, advirto, evitando decisão surpresa ou de terceira via (art. 10 do CPC), que em caso de interposição de recurso meramente protelatório poderá a parte que assim o fizer incorrer nas sanções previstas no artigos 77, § 2º, 81 ou 1.026, § 2º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se. Após o transcurso do prazo, certificando, devolva a origem. Porto Velho/RO, data da assinatura no sistema. Desembargador Torres Ferreira Relator
(DJe de 03/11/2022, p. 58).
Por fim: 0811086-77.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJE), Desembargador Torres Ferreira Relator
(DJe de 23/11/2022, p. 61-62).
Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos, pois incide tributo sobre a área em questão.
III - DISPOSITIVO:
Ante o exposto e considerando tudo que dos autos consta, com fundamento nos arts. 156, I, da Constituição Federal e 32 a 34, do CTN, c/c Súmula 626 do C. STJ, bem como reiterados precedentes do TJRO acima expostos, REJEITO A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE apresentada por SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA em face de MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e determino o regular prosseguimento da Execução Fiscal.
Custas incabíveis neste incidente.
Honorários indevidos neste incidente (exceção de pré-executividade que fora rejeitada), conforme entendimento do E. TJRO em:
1ª Câmara Especial Processo: 0804149-22.2020.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7004123-39.2019.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: Município de Rolim de Moura Procuradora: Florisbela Lima (OAB/RO 3138) Agravado: João Eurípedes Teodoro de Farias Advogado: Sérgio Martins (OAB/RO 3215) Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES Redistribuído em 08/06/2020 DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de Instrumento. Majoração de Honorários. Tema 421 do STJ. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Condenação indevida. Recurso não provido. A rejeição da exceção de pré-executividade não gera direito a honorários, pois estes já serão fixados na execução, que perdura em trâmite. Precedentes do STJ e desta Corte.
(DJe 16/3/2022).
2ªCÂMARAESPECIALACÓRDÃOProcesso:0804168-28.2020.8.22.0000AgravodeInstrumento(PJe)Origem:7004151.07.2019.822.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: Município de Rolim de Moura Procuradora: Florisbela Lima (OAB/RO 3138) Agravado: João Euripedis Teodoro de Farias Advogado: Sérgio Martins (OAB/RO 3215) Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Redistribuído em 09/06/2020 DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA: Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se acolhida a exceção, ainda que parcial.

(DJe de 22/9/2020).
Processo: 0804167-43.2020.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se acolhida a exceção, ainda que parcial.
"...Concludentemente, no caso em exame, não só mostra-se indevida a majoração dos honorários, como também é indevida a própria fixação da verba quando da rejeição da exceção de pré-executividade, em qualquer percentual, em razão dos fundamentos da tese fixado no Tema Repetitivo nº 421 do STJ. Em face do exposto, nego provimento ao recurso. É como voto. EMENTA Agravo de Instrumento. Majoração de Honorários. Tema 421 do STJ. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Condenação indevida. Recurso não provido. A rejeição da exceção de pré-executividade não gera direito a honorários, pois estes já serão fixados na execução, que perdura em trâmite. Precedentes do STJ e desta Corte.
0804149-22.2020.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: HIRAM SOUZA MARQUES
2ª CÂMARA ESPECIAL ACÓRDÃO Processo: 0804150-07.2020.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Redistribuído em 08/06/2020
DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção de pré-executividade, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se a colhida a exceção, ainda que parcial.
(DJe de 12/2/2021).
Independentemente do transcurso do prazo recursal, prossiga-se na Execução Fiscal, devendo o Exequente informar seu crédito atualizado, incluindo o valor dos honorários e indicar bens à penhora.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado e atento à matéria cognoscível.
Dê-se ciência à PGM.
Intimem-se na pessoa dos Procuradores constituídos.
Sendo apresentados recursos, ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE proceder às intimações e certificações necessárias.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto. Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Número do processo: 7010003-41.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Passivo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
D E C I S Ã O - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE
REJEIÇÃO – ÁREA URBANA – INCIDÊNCIA DE IPTU e TAXA DE REMOÇÃO DE RESÍDUOS.
PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA REGISTRADA EM NOME DA EXECUTADA (Loteamento Urbano)
Art. 156, I, da Constituição Federal; arts. 32 a 34, do CTN e art. 11 do Código Tributário do Município de Rolim de Moura (Lei n. 947/2000)
APLICAÇÃO da SÚMULA 626 do STJ
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
I - RELATÓRIO:
Trata-se de EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE em EXECUÇÃO FISCAL apresentada por SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.
A execução fiscal foi fundada em IPTU e taxa de remoção de resíduos.
A SÃO TOMÁS era e é a loteadora/incorporadora responsável pela Incorporadora Buriti (responsável pelo loteamento conhecido como "Cidade Jardim"), localizado depois da UNIR, na saída de Rolim de Moura para BR364. Este loteamento tem mais de 2.000 terrenos. Isso é incontroverso e notório nesta cidade.
São Tomás apresentou exceção de pré-executividade ao argumento de que o título executivo é nulo, pois a Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, bem como por não haver preenchimento dos requisitos para cobrança de IPTU, violando diretamente o art. 32 do CTN e o art. 150, IV da CF, logo, não podendo ser executado.
Pede liminarmente a suspensão da execução.
Alega efeito confiscatório do tributo e causa suspensiva da exigibilidade do crédito tributário, consistente na realização de protocolo de reclamação para suspensão de créditos tributários, bem como alega que já foi protocolado requerimento de cancelamento do projeto.
Ao final requer a suspensão de qualquer ato de constrição de bens da excipiente, bem como seja conhecida a nulidade do título executivo,

violação ao art. 32, § 1º, do CTN e o art. 11, § 3º, da Lei Municipal. Por fim, requer a condenação do excepto ao pagamento das custas e honorários advocatícios.
Anexou imagens e documentos.
O exequente/excepto impugnou a exceção. No mérito alega que foram preenchidos todos os requisitos para constituição do crédito tributário, não havendo qualquer nulidade da Certidão de Dívida Ativa – CDA ou causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Ao final requer a improcedência da exceção de pré-executividade, com condenação do excipiente ao pagamento de honorários de sucumbência em favor dos advogados e determinando o regular prosseguimento da Execução Fiscal.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório. DECIDO.
II – FUNDAMENTAÇÃO:
Trata-se de julgamento de exceção de pré-executividade.
A exceção de pré-executividade é uma espécie de defesa do executado, onde ele poderá alegar vício de matéria de ordem pública mediante simples petição e sem a necessidade de garantia do juízo. Tal modalidade de defesa está consolidada de forma unânime na jurisprudência e doutrina, sendo considerada por essa última uma defesa executiva atípica.
No Código de Processo Civil (CPC) não há a previsão expressa deste instituto. Contudo, a doutrina majoritária aponta que a exceção de pré-executividade surgiu em razão de um parecer elaborado por Pontes de Miranda em 1966, no "caso Mannesmann", em que ele defendeu a possibilidade de o executado alegar incidentalmente no processo de execução de matéria de ordem pública, onde o juiz deveria conhecer de ofício por meio de mera petição. Desta forma, seria possível a defesa do executado por meio de petição sem a necessidade de garantia do juízo.
A exceção de pré-executividade é cabível nas execuções ou em fase do cumprimento de sentença, quando ocorrer qualquer vício de ordem pública, já que a defesa tem como objetivo a decretação de nulidade da execução ou sua extinção.
O STJ tem o entendimento pacífico em aceitar a apresentação da exceção de pré-executividade desde que a matéria alegada seja conhecível de ofício, o executado tenha prova pré-constituída de sua alegação e não haja necessidade de instrução probatória para o juiz decidir seu pedido de extinção da execução, como podemos observar no seguinte aresto:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.1. "A exceção de pré-executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória" (REsp 1110925/SP, repetitivo, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJe 04/05/2009). 2. Hipótese em que, por força da Súmula 7 do STJ, não há como verificar o cabimento da exceção de pré-executividade, tendo em vista que o Tribunal Regional Federal a rejeitou uma vez que o elementos de prova constantes nos autos davam conta de que a saída do sócio contra quem se redireciona a execução se teria dado de forma fraudulenta, exigindo-se dilação probatória para se provar o contrário. 3. Agravo interno não provido." STJ – AgInt no AREsp 1264411/ES AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL2018/0062063-8, Relator: Ministro GURGEL DE FARIA, Data de Julgamento: 07/05/2019, T1 – PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/05/2019.
Com relação ao prazo para propositura da exceção de pré-executividade, os Tribunais Estaduais têm adotado o entendimento de que por se tratar de defesa de matéria de ordem pública, pode ser interposta a qualquer momento até o trânsito em julgado da ação, vejamos:
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO – INEXISTÊNCIA – CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL – TÍTULO LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL. – A exceção de pré-executividade, por comportar apenas matéria de ordem pública, não possui prazo legalmente previsto e, portanto, pode ser oposta a qualquer momento – O contrato de compra e venda de bens móveis pode ser considerado como título executivo hábil a embasar uma ação de execução, porquanto está assinado pelas partes e por duas testemunhas, se enquadrando na hipótese prevista no inciso III do artigo 784 do novo CPC." TJ-MG – AC: 10024111968319001 MG, Relator: Pedro Aleixo, Data de Julgamento: 02/05/2018, Data de Publicação: 11/05/2018.
PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. TÍTULO EXECUTIVO. DESCARACTERIZAÇÃO. 1- Havendo nos autos elementos de prova suficientes para formar o convencimento do magistrado, não ocorre cerceamento de defesa. 2 - A interposição de exceção não se submete a prazo, vez que, tratando-se de questão relativa à própria nulidade da execução, não se submete a preclusão. 3 - O contrato de abertura de crédito bancário não constitui título executivo extrajudicial, sendo indispensável o demonstrativo contábil e atualizado do débito. 4 - Recurso improvido. Unanimidade. (TJ-MA - AC: 92642001 MA, Relator: RAIMUNDO FREIRE CUTRIM, Data de Julgamento: 31/10/2003, IMPERATRIZ).
EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXCEÇÃO DE PRE EXECUTIVIDADE - ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO TÍTULO - OPOSIÇÃO FORA DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DOS EMBARGOS - POSSIBILIDADE. A natureza das matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade, que são matérias de ordem pública, afasta a possibilidade de sua preclusão, já que a todo e qualquer tempo poderá o julgador voltar a analisá-las, eis que estão afeitas à nulidade da execução, não estando o prazo para interposição da exceção de pré-executividade atrelado ao prazo dos embargos de devedor. (TJ-MG - AI: 10643060001291001 São Roque de Minas, Relator: Tiago Pinto, Data de Julgamento: 13/12/2011, Câmaras Cíveis Isoladas / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 20/01/2012).
DO MÉRITO:
O ponto controvertido consiste na incidência ou não IPTU e taxa de remoção de resíduo no terreno mencionado na inicial, pois parte do loteamento "Cidade Jardim" deve ser destinada à Área de Preservação Permanente, por força de cumprimento do Plano Diretor e Urbanístico. Tanto que existe a ACP 0006366-51.2014.822.0010 questionando o cumprimento de parte destas obrigações.
Pretende o excipiente seja reconhecida a inexistência de dívida junto ao excepto e, por consequência, seja julgada improcedente a execução fiscal.
Em análise das provas juntadas pelo excipiente, conclui-se que o pedido é IMPROCEDENTE.
Observo que o excipiente não trouxe nenhuma alegação ou prova que possa impedir o prosseguimento do procedimento executório e não há nenhum vício ou nulidade capaz de obstar o prosseguimento da execução.
É cediço que a incidência de IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana está prevista no art. 156, I, da Constituição Federal e nos artigos 29 a 34 do Código Tributário Nacional.

De acordo com tais normas, o fato gerador de tal tributo é a propriedade, o domínio útil ou mesmo a posse do bem, bastando a existência de um destes direitos para que ocorra a tributação, ou seja, tornam legítima cobrança do IPTU.
O Município de Rolim de Moura aprovou o loteamento Cidade Jardim. Após foi ajuizada Ação Civil Pública – ACP pelo Ministério Público para apurar eventuais vícios na aprovação do loteamento.
De início, consigno aos interessados que a Ação Civil Pública referida na exceção (autos n.º 0006366-51.2014.822.0010) fora sentenciada em dezembro de 2022. Contra a sentença, o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SANEROM - AUTARQUIA DE SANEAMENTO E ROLIM DE MOURA ingressaram com embargos de declaração, já rejeitados dia 08/3/2023. Tanto o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS e a SANEROM - AUTARQUIA DE SANEAMENTO E ROLIM DE MOURA já foram intimados a cerca da sentença proferida na aludida ACP.
Portanto, resta afastado qualquer outro questionamento acerca da aludida ACP.
Conforme ata de audiência realizada no bojo da ACP supra, autorizou-se ao excipiente a dar continuidade nas vendas de lotes do empreendimento, com a ressalva de que deveria restringir-se às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A, 13A e 23A, destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente.
Assim, caso o lote que consta na CDA seja área verde ou institucional (áreas públicas) não incide IPTU (falta de domínio útil). Ao contrário, se não for pública, incide.
No caso dos autos, verifico que a área sob a qual recai dívida tributária NÃO se encontra com restrição (Ação civil pública nº 0006366-51.2014.822.0010), podendo ser alienado livremente, onerado, sofrer qualquer inovação física, sejam acessões ou benfeitorias. Ou seja, estão presentes os requisitos para o exercício pleno da propriedade.
Veja que conforme a ata da audiência realizada nos autos da Ação Civil Pública 0006366-51.2014.822.0010, o imóvel descrito na inicial não tem restrição de comercialização, estando o excipiente autorizado a realizar sua venda. A restrição é apenas para os imóveis localizados nas quadras 04A, 13A e 23A e o imóvel objeto da presente execução não está inserido nas referidas quadras.
Contudo, a eventual hipótese do excipiente não ter vendido o imóvel, não o isenta do pagamento dos tributos devidos em razão do exercício de propriedade, vez que trata-se de área urbanizável.
Ao apreciar tutela antecipada em Agravo de Instrumento interposto nos autos 7002554-37.2018.8.22.0010 e n. 7002105-79.2018.8.22.0010, o e. TJ/RO indeferiu a antecipação de tutela recursal ao fundamento de que o Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em face da agravante (ora excepto) visando a cobrança do IPTU, referente a imóvel que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento, situação que se amolda ao caso em análise. Vejamos:
Processo: 0811274-07.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ªVara Cível Agravante: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Advogado: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/GO 17394) Agravado: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Relator: DANIEL RIBEIRO LAGOS Data distribuição: 24/11/2021 DECISÃO VISTOS Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura que, nos autos da execução fiscal n. 7002105-79.2018.8.22.0010, rejeitou exceção de pré-executividade. Aduz que o Município de Rolim de Moura propôs ação de execução fiscal visando à cobrança da certidão de dívida ativa n. 962/2018, referente ao IPTU do imóvel QD 33A, LT 44, Residencial Cidade Jardim, no valor total R$ 2.208,28. Sustenta tratar-se de título executivo nulo, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, assim não há preenchimento dos requisitos necessários para cobrança de IPTU. Afirma que o local não conta com os melhoramentos previstos no art. 32, § 1º, do CTN, de modo que não incidente IPTU, além de que a exigibilidade está suspensa pois protocolizou reclamação nos termos do inc. III do art. 151 do CTN. Alega, ainda, ter protocolado requerimento de alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel QD. 33A, LT. 18, objeto da lide. Assim, requer a concessão do efeito suspensivo com o fim de suspender o prosseguimento da execução fiscal e de qualquer ato de constrição, e no mérito, declarada a nulidade do título executado por reconhecer a suspensão da exigibilidade do crédito ante a reclamação administrativa interposta junto à municipalidade exequente tanto quanto a nulidade do título executivo por se tratar de área não urbanizada. Junta documentos. É o relatório. Decido. Garante o artigo 1.019 do Código de Processo Civil a possibilidade de o relator atribuir efeito suspensivo ou antecipar os pedidos recursais, caso verificada a probabilidade do direito vindicado e o risco da demora, requisitos esses que passo a analisar para fins de suspensão, ou não, da decisão agravada. Considerando que a concessão da tutela ocorre apenas quando houver dano irreparável ou de difícil reparação devidamente comprovado, no caso em exame, verifico ausentes os elementos probatórios capazes de demonstrar sua concessão. Explico. Sabe-se que a exceção de (objeção) de pré-executividade é um meio de defesa no processo de execução que permite ao executado por execução irregular apresentar resistência aos atos executórios, trazendo a apreciação do juízo questões de ordem pública, que independem de prova ou se apoiam em prova pré-constituída. Na hipótese, consta que na ACP n. 0006366-51.2014.822.0010 foi autorizada a agravante dar continuidade às vendas de lotes do empreendimento restrita às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A,13A e 23A, as quais destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em face da agravante visando a cobrança do IPTU, referente à QD 33A, LT 44, Residencial Cidade Jardim, que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento. Desse modo, entendo que deve permanecer inalterada a decisão agravada até o mérito recursal, que analisará as razões expostas pelas partes. Sendo assim, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal, até o julgamento do mérito. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do NCPC, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos. Dê-se ciência o juízo a quo da decisão. Publique-se. Cumpra-se. Porto Velho, 17 de dezembro de 2021 DANIEL RIBEIRO LAGOS RELATOR.
Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: DANIEL RIBEIRO LAGOS Data distribuição: 26/11/2021 12:34:55 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Decisão VISTOS Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura que, nos autos da execução fiscal n. 7002105-79.2018.8.22.0010, rejeitou exceção de pré-executividade. Aduz que o Município de Rolim de Moura propôs ação de execução fiscal visando à cobrança do IPTU do imóvel QD 33A, LT 18, Residencial Cidade Jardim, referente à certidão de dívida ativa n. 909/2018, no valor total R$ 1.879,80. Sustenta tratar-se de título executivo nulo, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, assim não há preenchimento dos requisitos necessários para cobrança de IPTU. Afirma que a cobrança viola diretamente o art. 32, § 1º, do CTN e o art. 11, § 3º, da Lei Municipal vigente a época, vez que não ocorreu o fato gerador,

inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU. Alega, ainda, ter protocolado na Prefeitura da Comarca, reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel QD. 33A, LT. 18, objeto da lide. Assim, requer a concessão do efeito suspensivo com o fim de suspender o prosseguimento da execução fiscal e de qualquer ato de constrição, e no mérito, declarada a nulidade do título executado por reconhecer a suspensão da exigibilidade do crédito ante a reclamação administrativa interposta junto à municipalidade exequente tanto quanto a nulidade do título executivo por se tratar de área não urbanizada. Junta documentos (ID 14135628). É o relatório. Decido. Garante o artigo 1.019 do Código de Processo Civil a possibilidade de o relator atribuir efeito suspensivo ou antecipar os pedidos recursais, caso verificada a probabilidade do direito vindicado e o risco da demora, requisitos esses que passo a analisar para fins de suspensão, ou não, da decisão agravada. Considerando que a concessão da tutela ocorre apenas quando houver dano irreparável ou de difícil reparação devidamente comprovado, no caso em exame, verifico ausentes os elementos probatórios capazes de demonstrar sua concessão. Explico. Sabe-se que a exceção de (objeção) de pré-executividade é um meio de defesa no processo de execução que permite ao executado por execução irregular apresentar resistência aos atos executórios, trazendo a apreciação do juízo questões de ordem pública, que independem de prova ou se apoiam em prova pré-constituída. Na hipótese, consta que na ACP n. 0006366-51.2014.822.0010 foi autorizada a agravante dar continuidade às vendas de lotes do empreendimento restrita às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A,13A e 23A, as quais destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em face da agravante visando a cobrança do IPTU na CDA n. n. 909/2018, referente à QD 33A, LT 18, Residencial Cidade Jardim, que, em tese, não possui restrição à implementação. Desse modo, entendo que deve permanecer inalterada a decisão agravada até o mérito recursal, que analisará as razões expostas pelas partes. Sendo assim, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal, até o julgamento do mérito. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do NCPC, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos. Dê-se ciência o juízo a quo da decisão. Publique-se. Cumpra-se. Porto Velho, 17 de dezembro de 2021 DANIEL RIBEIRO LAGOS RELATOR.

Em que pese os argumentos do excipiente de que o título executivo é nulo, pois não ocorreu o fato gerador, vez que o imóvel objeto da lide, para efeito do IPTU não está caracterizado como “zona urbana”, ou seja, não é urbanizado, pois não possuí nenhum dos melhoramentos indicados tanto no art. 32, § 1º, do CTN, não lhe assiste razão, pois fundamenta sua pretensão em jurisprudência já superada pelos tribunais superiores.

Conforme recente posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos referidos melhoramentos. O referido posicionamento foi objeto da súmula 626:

Súmula 626-STJ: A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN.

No mesmo sentido acima acórdão publicado no DJE do dia 11/10/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRAVANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide

(...)

No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que “a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º”. Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ (“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)”. II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, “uma vez fixado que o imóvel encontra-se em espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável”. Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, “há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU”, aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, “a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expan-

são urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005" (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/05/2014. IV. De fato, "tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/STJ, no sentido de que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN". VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, "[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)

Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO.

(...)

XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – Relator (DJE 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica.

Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Na-

poleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – relator (DJe 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO (11/10/2022)

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto - relator (DJe de 11/10/2022)

2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão (DJE de 11/10/2022).

Seguido pelo DJe do dia 10/10/2022, em:

2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido (DJe de 10/10/2022).

No DJe de 07/10/2022, em 1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível
Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda) Agravado: Município de Rolim de Moura DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADADE. Melhoramentos Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravoDE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramen interno. (DJe de 7/10/2022)
1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno. (Dje de 7/10/2022)
É pacífico que a SÃO TOMAS tem de pagar os tributos da área em questão (Loteamento Cidade Jardim – Buriti). Tem mais de cem acórdãos sobre isso, conforme pode ser visto em:
- 1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade
- 2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido.
- 2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
Todos acórdãos acima publicados no DJE de 18/10/2022.
- Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).
- Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (...)
Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do
PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).
Agravo de Instrumento nos autos 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura e Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." (DJe de 6/10/2022).
Está plenamente viabilizada a comercialização do lote em questão, ou seja, está disponível, com livre exercício da propriedade.
Se o sujeito está tendo disponibilidade plena do imóvel, pondo inclusive vender, alienar ou usufruir do mesmo, há domínio útil.

Se há domínio útil (leia-se: propriedade imobiliária), há incidência de IPTU por haver preenchimento dos requisitos para cobrança do referido tributo, conforme art. 32 do CTN, e art. 11 do Código Tributário Municipal logo, podendo ser, portanto, objeto de execução fiscal.
Art. 32 CTN. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.
Art. 11CTM. O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, de apuração anual, tem como fato gerador à propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado na zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano.
Segundo o art. 1.228 do Código Civil, "O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha".
O excipiente pode dispor economicamente do bem, de modo que consubstancia o fato gerador do imposto.
Assim, a relação tributária vislumbrada para efeito do lançamento de IPTU pressupõe a propriedade em sua plenitude, como a exercida pelo excipiente, uma vez que sua livre disposição não foi afetada pela ACP 0006366-51.2014.822.0010. Somente no caso de estar impossibilitado de dispor economicamente do bem, em razão de não poder exercer a faculdade de uso, gozo e disposição por conta de restrição judicial, não se consubstanciaria o fato gerador do imposto, o que não é o caso dos autos.
Outrossim, é cediço que o IPTU, nos termos do que dispõem os artigos 32 e 33 do Código Tributário Nacional, tem por fato gerador a propriedade, domínio útil ou a posse do imóvel e, por base de cálculo, o seu valor venal. Nesse contexto, foram preenchidos todos os requisitos legais necessários e suficientes para incidência do IPTU.
Há elementos jurídicos e fáticos que autorizem a cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel questionado tendo em vista que o título é exequível, posto que ocorreu o fato gerador para o imóvel referido.
Estando livre a fruição do imóvel pelo proprietário, resta configurado o fato gerador do IPTU, assim como também a germinação da taxa de recolhimento de resíduos.
O fato de imóvel permanecer ainda na sua forma bruta decorre da inércia do proprietário em empreender esforços destinados a promover melhorias no mesmo e que nada interfere na incidência de tributos sobre o mesmo e tratando se de Loteamento, as melhorias são de responsabilidade da Loteadora, sendo um requisito de aprovação do loteamento.
Ainda, conforme art. 204 do CTN: "A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída".
Nesse sentido, entendimento do E. TJ/RO:
Apelação cível. Ação anulatória. Direito tributário. IPTU. Base de cálculo. Legislação municipal. Presunção de veracidade das informações utilizadas pelo fisco para o lançamento do tributo. Ônus contribuinte. Validade da CDA. Recurso não provido. 1. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite. 2. Conforme arts. 32 e 33 do CTN, o IPTU tem por fato gerador a propriedade, domínio útil ou a posse do imóvel e, por base de cálculo, o seu valor venal. Por força do 156, I, da CF, incumbe ao Município, no exercício de sua competência tributária, definir a modalidade de lançamento e forma de apuração do IPTU. 3. No caso, não tendo a apelante apresentado provas capazes de justificar a nulidade do crédito, impõe-se que seja mantida a obrigação tributária executada. 4. Recurso não provido. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7007462-67.2018.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Miguel Monico Neto, Data de julgamento: 23/07/2021.
Seguido por tribunais:
PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO E NOME NA CDA. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DA CDA. PRODUÇÃO DE PROVA. PRESENÇA DE OMISSÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS SEM EFEITOS INFRINGENTES. 1. A presunção de legitimidade assegurada à CDA impõe ao executado que figura no título executivo o ônus de demonstrar a inexistência de sua responsabilidade tributária. Precedentes representativos da controvérsia, art. 543-C, do CPC: REsp 1.104.900-ES, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 25.03.2009; REsp 1.110.925-SP; Rel. Min.Teori Zavascki, julgado em 22.04.2009 (...). (STJ – AgRg no AREsp nº 41479, 2ª turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 07.08.2012).
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE DAS AVALIAÇÕES. SÚMULA Nº 284 DO STF. JUNTADA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. ÔNUS DA EMBARGANTE. ANÁLISE DOS REQUISITOS DA CDA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. LEGALIDADE DA TAXA SELIC. ENTENDIMENTO ADOTADO NA SISTEMÁTICA DO ART. 543-C, DO CPC. CARÁTER CONFISCATÓRIO DAS MULTAS. MATÉRIA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. [...] 3. Esta Corte já se manifestou no sentido de que a Certidão de Dívida Ativa goza de presunção de certeza e liquidez, cujo ônus de ilidi-la é do contribuinte, cabendo a ele, ainda, a juntada do processo administrativo, caso imprescindível à solução da controvérsia. (REsp 1.627.811/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 27/04/2017) 4. É cediço nesta Corte, inclusive por entendimento adotado em sede de recurso especial repetitivo, julgado na sistemática do art. 543-C, do CPC (REsp n.º 879.844/MG e Resp n.º 1.111.175/SP, ambos julgados sob o rito do art. 543-C do CPC), que os débitos fiscais pagos em atraso, inclusive multa, são corrigidos pela Taxa Selic. [...] (AgInt no AREsp 1135936/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 03/05/2018).
TRIBUTÁRIO, PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FAZENDA PÚBLICA DIREITOS INDISPONÍVEIS. INAPLICABILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. ART. 320, INCISO II, DO CPC. IPTU. LANÇAMENTO. ATO ADMINISTRATIVO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. MODIFICAÇÃO POR LAUDO TÉCNICO UNILATERAL. IMPOSSIBILIDADE. PROVA INEQUÍVOCA. 1. Não se aplicam os efeitos da revelia contra a Fazenda Pública uma vez que indisponíveis os interesses em jogo. 2. O ato administrativo goza da presunção de legalidade que, para ser afastada, requer a produção de prova inequívoca cujo valor probatório não pode ter sido produzido unilateralmente – pelo interessado. Agravo regimental improvido. (STJ – AgRg no REsp nº 1137177, Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, j. 18.02.2010 – destaquei)
Processual Civil. Mandado de segurança. Ônus da prova. Alegação de nulidade do ato administrativo. CPC, artigo 333, II. Se os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade e auto-executoriedade, na hipótese em que se alega sua nulidade, porque eivado de ilegalidade, incumbe ao impugnante o ônus da prova do vício, 'ex vi' do artigo 333, II, do Código de Processo Civil. (STJ – REsp nº 230307, Rel. Min. Vicente Leal, 6ª Turma, j. 25.04.2000).
TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. AÇÃO ANULATÓRIA DE LANÇAMENTO FISCAL. DECLARAÇÃO RETIFICADORA DE RENDIMENTOS, SEM A DEVIDA COMPROVAÇÃO PERANTE O FISCO QUANTO À DISCRIMINAÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS PARA EFEITOS DE TRIBUTAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA. AUSÊNCIA DE PROVA SUFICIENTE PARA ANULAR O LANÇAMENTO. PRE-

SUNÇÃO DE VERACIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO (...). 2 – Em tratando-se de ação anulatória incumbe ao autor o ônus da prova, no tocante à desconstituição do crédito já notificado ao contribuinte, em face da presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo, sendo, pois, necessária prova irrefutável. 3 – 'In casu', prescindindo, pois, para desconstituição do lançamento fiscal, de prova pericial, como forma de constatar efetivamente quais as verbas salariais recebidas pelo autor no ano-base de 1994, bem como a discriminação das verbas recebidas por força de acordo trabalhista, como forma de classificar quais rendimentos seriam tributáveis, quais seriam isentos ou não tributáveis e, inexistindo nos autos elementos probatórios suficientes, bem como a referida prova pericial, não há como se anular o lançamento fiscal. 4 - Apelação e remessa oficial providas. (TRF-5 – AC nº 328160, Segunda Turma, Rel. Des. Federal Petrucio Ferreira, j. 08.06.2004).

a) Do alegado efeito confiscatório:

O excipiente ainda alega de forma aleatória e sem contexto com os fatos exposto nos autos, que a incidência dos tributos e caracteriza efeito confiscatório, contudo não demonstra onde está o excesso tributário.

Pelo contrário, a incidência de IPTU e de taxa de remoção de lixo decorre de previsão constitucional e de prestação compulsória, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, como prescreve o art. 3º do CTN.

Não foi comprovada ou mesmo indicada a desproporcionalidade na incidência dos tributos cobrados ou mesmo ônus excessivo.

Neste particular, a despeito do que afirma o excipiente, observa-se que a cobrança dos tributos efetuada pela municipalidade de Rolim de Moura observou de maneira atenta as vicissitudes referentes à capacidade econômica dos contribuintes, adaptando o montante obrigacional devido ao fisco a depender das condições econômicas do devedor de tributos.

Não restaram presentes hipóteses de isenção, imunidade ou exclusão do crédito tributário, tampouco violação dos princípios da capacidade contributiva, da proporcionalidade ou do não confisco.

A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Dito isto, caberia ao excipiente demonstrar terem sido as cobranças realizadas em desacordo com a legislação municipal, o que não foi o caso dos autos, devendo permanecerem válidos os créditos tributários inscritos em dívida ativa, que, como já dito, goza de presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Nesse sentido a jurisprudência:

Súmula vinculante 19: A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

Apelação cível. IPTU. Lançamento de Ofício. Presunção de veracidade das informações utilizadas pelo fisco para o lançamento do tributo. Validade da CDA. Recurso não provido. Conforme disposição do Código Tributário Municipal, fica facultado ao município por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, o lançamento do IPTU de ofício, utilizando para esse fim a planta de valores. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite. (APELAÇÃO CÍVEL 7002414-71.2016.822.0010, Rel. Des. Hiram Souza Marques, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Especial, julgado em 30/10/2019).

INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE TAQUARA. TAXA DE COLETA DE LIXO. TAXA DE CONSERVAÇÃO DE CALÇAMENTO. TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA. CONTRIBUIÇÃO PARA PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO. 1. É constitucional a taxa de coleta de lixo (artigo 1º da Lei Municipal nº 1.675/93), por ter como fato gerador serviço público específico e divisível. Súmula Vinculante nº 19 do STF. (...) (TJ-RS - IIN: 70044424554 RS, Relator: Eduardo Uhlein, Data de Julgamento: 26/05/2014, Tribunal Pleno, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 25/07/2014)

2º G. ANGELA MARIA MACHADO COSTA, EM SUBSTITUIÇÃO AO DES. ROGÉRIO LUIS NIELSEN KANAYAMA. APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DOS CONTORNOS DA INCIDÊNCIA DE IPTU E TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO – TRIBUTOS ESTABELECIDOS NA LEI NO 12.575/2017, DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – ALEGAÇÃO DE DESCONFORMIDADE DA TRIBUTAÇÃO PARA COM OS PRINCÍPIOS DO NÃO CONFISCO, DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E DA ISONOMIA TRIBUTÁRIOS – INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE – IPTU DEVIDAMENTE MAJORADO POR LEI EM SENTIDO FORMAL – ELEVAÇÃO DO PATAMAR DE COBRANÇA QUE SE PRESTA A EVITAR O ENRIQUECIMENTO INDEVIDO DOS CONTRIBUINTES – REGRA DE TRANSIÇÃO PARA EVITAR OS IMPACTOS DO AUMENTO DO MONTANTE FISCAL DEVIDO – INTELIGÊNCIA DO ART. 9º DA LEI MUNICIPAL NO 12.575/2017 – CAPACIDADE CONTRIBUTIVA CONCRETA IMPASSÍVEL DE AVALIAÇÃO PELA VIA DO MANDADO DE SEGURANÇA – TAXA DE COLETA DE LIXO DOMICILAR REGULAR – BASE DE CÁLCULO COMPOSTA PELO COTEJO DA DIMENSÃO DA PROPRIEDADE E DA MENSURAÇÃO DO SERVIÇO SEMANALMENTE UTILIZADO – LIBERDADE DO LEGISLADOR PARA DELIMITAR OS CRITÉRIOS CONSTITUTIVOS DA BASE DE CÁLCULO, DESDE QUE RESPEITADA A POSSIBILIDADE DE DIFERENCIAÇÃO DOS ELEMENTOS QUE INTEGRAM OS DEMAIS TRIBUTOS – INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 85, § 11, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL POR SE TRATAR DE MANDADO DE SEGURANÇA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR - 2ª C. Cível - 0076730-62.2018.8.16.0014 - Londrina - Rel.: Juíza Angela Maria Machado Costa - J. 29.10.2019)

b) Da alegação de reclamação como causa de suspensão do crédito tributário.

O excipiente alega ainda que o crédito tributário está suspendo em razão de protocolo de reclamação para suspensão de créditos tributários, realizado junto à Prefeitura de Rolim de Moura.

De fato, a reclamação suspende a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do Art. 151, III, do CTN.

Contudo, o protocolo já teve sua apreciação realizada pelo excepto, com decisão de indeferimento proferida em 02/03/2021. Após o decurso do prazo para recurso contra a decisão proferida na reclamação, o crédito tributário voltou a ser exigível, nos moldes propostos na inicial.

Se incontroverso que o protocolo da reclamação suspende a exigibilidade do crédito tributário, também o é o fato de que após a decisão administrativa transitar em julgado, o crédito volta a ser exigível.

Destaco que o excipiente não noticiou a interposição de recurso contra a referida decisão ou mesmo qualquer outra hipótese de suspensão do crédito, de modo que a execução deve seguir seu curso regular.

c) Quanto à alegação de cancelamento do projeto.

Aduz o excipiente que compareceu na prefeitura e protocolou requerimento para alteração de projeto urbanístico, alteração essa que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide.

Contudo, o requerimento de alteração do projeto protocolado não faz menção ao imóvel da inicial, mas sim apenas as quadras destinadas à Área Verde e APP, quais sejam: 04A, 13A e 23A, dentre as quais não se inclui o imóvel objeto desta execução fiscal.

Desta feita, não se verifica a ausência de quaisquer dos requisitos necessários, ou mesmo outras máculas à execução. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal visando a cobrança do IPTU, referente ao imóvel descrito na CDA que acompanha a inicial, que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento.

Dessa forma, não tendo o excipiente apresentado provas capazes de justificar a desconstituição do crédito, impõe-se que sejam os pedidos julgados improcedentes, a fim de que a execução siga seu rito sem embaraços, dado que o excipiente não refutou a presunção (juris tantum) contida na certidão de dívida ativa.

Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como “Cidade Jardim”, localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica saída de Rolim de Moura sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.

Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU. A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.

Da mesma forma e em idêntico raciocínio, o proprietário de veículo automotor tem de pagar o IPVA, ande ou com o veículo naquele ano. É proprietário de veículo, tem de pagar o IPVA e licenciamento anual; é proprietário de imóvel urbano, tem de pagar o IPTU; é proprietário de imóvel rural tem de pagar o ITR e CCIR.

Há centenas de acórdão sobre o Município de Rolim de Moura e a TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Todos Desembargadores das Câmaras Especiais já mencionaram este fato seus votos. Porém, vou mencionar apenas alguns abaixo:

1ª Câmara Especial Processo:0801525-29.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002630-61.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda

Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 23/02/2022 Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE.” EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso. (DJe 27/9/2022).

Gabinete Des. Hiram Souza Marques Número do processo: 0810888-40.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

(DJ de 11/11/2022).

Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0810836-44.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJE de 11/11/2022).

2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0807308-02.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 28/07/2022 09:05:45 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Decisão Vistos. Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de concessão de efeito suspensivo, interposto por São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações LTDA contra a decisão proferida pelo Juízo a quo que rejeitou a exceção de pré-executividade que manejou nos autos da execução fiscal n. 7002638-38.2018.8.22.0010. Em suma, explica que a execução fiscal tem como fundamento CDA no valor de R$ 1.879,64 (Mil Oitocentos e setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel QD. 42A, LT. CJ-17, Residencial Cidade Jardim, Rolim de Moura, Rondônia.

(DJe de 18//8/2022).

Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0808615-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

(DJe de 12/9/2022).

No mesmo sentido acima acórdão publicado no DJE de 12/9/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:

0808615-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe 12/9/2022).

Seguido por: 2ª Câmara Especial/Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0807308-02.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 28/07/2022 09:05:45 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

(DJe de 18/8/2022).

Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0801627-51.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJe de 6/6/2022);

Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJe 6/6/2022), dentre tantos outros que podem ser consultados no PJE.

Gab. Des. Miguel Monico - Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Vistos. (DJe de 12/9/2022).

0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 12/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
(DJ de 15/9/2022)
0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 13/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
(DJ de 15/9/2022)
Gabinete Des. Hiram Souza - Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 01/09/2022 07:36:56 DESEMBARGADOR HIRAM SOUZA MARQUES
(DJE de 22/9/2022).
Gabinete Des. Hiram Souza Marques – Agravo de Instrumento 0808789-97.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe 22/9/2022)
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0809011-65.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/1ª Vara Cível/7002419-83.2022.8.22.0010 Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17.394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Des. Gilberto Barbosa DECISÃO Vistos etc., Cuida-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Rolim de Moura que, rejeitando exceção de pré-executividade, determinou o prosseguimento da execução fiscal de crédito de IPTU e de taxa de remoção de resíduos do imóvel quadra 56A, lote 14, Residencial Cidade Jardim, naquele Município. Referindo-se à fumaça do bom direito, afirma nulo o título executivo, pois, na audiência de conciliação realizada em sítio de ação civil pública (proc, 0006366-51.2014.8.22.0010), foi autorizada a dar continuidade à venda de lotes da quadra 01A a 34ª, com exceção das quadras 04A, 13A e 23ª, que não foram implementadas e, por essa razão, não preenche os requisitos necessárias para cobrança de IPTU. Sustentando que, por não se ter edificado obras na quadra 56A, lote 14, não ocorreu o fato gerador do IPTU, pois o imóvel, para além de não ser urbanizado, ainda está na sua forma bruta, como no momento do projeto e, por essa razão, sobre ele não deve incidir o tributo. Afirma que a quadra 56A, lote 14, foi excluído do projeto e está com restrição de implementação conforme consta da ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010, portanto, nulo o título executivo de IPTU sobre imóvel não implementado. Destaca, ademais, que a escola mais próxima está a mais de 2,3km, na região onde está situado o imóvel não há rede de abastecimento de água, tampouco sistema de esgoto sanitário, meio-fio ou calçamento, canalização de águas pluviais e rede de iluminação pública, de modo que o lançamento do IPTU macula o que dispõe o artigo 32, §1º do Código Tributário Nacional. Referindo-se aos requisitos essenciais, pede que seja antecipada a tutela recursal e, por consequência, suspensos os efeitos da decisão agravada e, por consequência, a execução fiscal. No que respeita ao mérito, pede que seja declarada a nulidade do título executivo e imposto honorários advocatícios equivalentes a dez por cento do valor atribuído à causa, id. 17324813. É o relatório. Decido. Mister que se tenha em conta a sistemática introduzida pelo artigo 1.019 do Código de Processo Civil no sentido de que o efeito suspensivo tão somente deve ser deferido em situações que evidenciem a probabilidade do direito vindicado (fumus boni iuris) e o perigo de dano, ou risco ao resultado útil do processo (periculum in mora).
27/9/2022 OU 24/9
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0809010-80.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 16/09/2022 14:53:46 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJ de 28/9/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0802735-18.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002640-08.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 29/03/2022 Interposto em 11/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 4. Recurso não provido.

(DJ de 3/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo:0804506-31.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002634-98.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 12/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Recurso não provido.
(DJe de 3/10/2022).
Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0809029-86.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A
(DJe de 6/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0801604-08.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Súmula do STJ. Cobrança devida. Recurso improvido. Consoante os termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". No caso versado, é devida a referida cobrança pelo Município, devendo ser mantida a decisão do juízo primevo determinando o pagamento do tributo.
(DJ de 6/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Mour
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJE de 7/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJe 7/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido
(DJ de 10/10/2022).
No mesmo sentido acima acórdão publicado no do dia 11/10/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRAVANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide

(...)

No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º". Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ ("Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)". II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, "uma vez fixado que o imóvel encontra-se em espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável". Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, "há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU", aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expansão urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005" (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/05/2014. IV. De fato, "tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/STJ, no sentido de que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN". VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, "[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)

Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos

os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO.

(...)

XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – Relator (DJE 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica.

Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – relator (DJe 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO (DJe 11/10/2022)

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade.

A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto - relator (11/10/2022)

2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão.
(DJE de 11/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido
(DJe de 10/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível
Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.
Agravado: Município de Rolim de Moura
DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJe de 7/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(Dje de 7/10/2022).
E no DJe de 6/10/2022, em 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante:
São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura e Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRA-

VANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide

(...)

No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º". Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ ("Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)". II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, "uma vez fixado que o imóvel encontra-se em espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável". Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, "há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU", aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expansão urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005" (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/05/2014. IV. De fato, "tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/STJ, no sentido de que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN". VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, "[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)

Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida.

Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator (DJe de 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO

(...)

XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJe de 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica.

Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJ de 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO

(DJe de 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade.

A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator

(DJe de 11/10/2022).

ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão.

(DJ de 11/10/2022)

2ª Câmara Especial Processo: 0801604-08.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura

Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Súmula do STJ. Cobrança devida. Recurso improvido. Consoante os termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". No caso versado, é devida a referida cobrança pelo Município, devendo ser mantida a decisão do juízo primevo determinando o pagamento do tributo.

(DJE de 6/10/2022)

1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Mour

Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.

(DJe de 7/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.

(DJE de 7/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809904-56.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO – OAB/GO 17394 AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES DANIEL RIBEIRO LAGOS

(DJe de 14/10/2022).

2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0809665-52.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 04/10/2022 13:47:38 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 14/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809779-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Processo:0809789-35.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394)
Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 08/03/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso.
(DJe de 18/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Distribuído em 24/02/2022 Interposto em 27/06/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula n. 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Recurso não provido.
(DJe 18/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Recurso não provido

(DJe 18/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade
2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido.
2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).
Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (...)
Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se.
Gabinete Des. Miguel Monico - Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0804888-24.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002647-97.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. HIRAM DE SOUZA MARQUES Distribuído em 25/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Rejeição de exceção de pré-executividade. Cobrança de IPTU. Loteamento registrado. Área de expansão urbana. Incidência do tributo. Lote situado em APP. Limitação administrativa que não altera a ocorrência do fato gerador. Cobrança hígida. 1. Nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, incide IPTU quanto a propriedade de imóvel objeto de loteamento nos termos da Lei n. 6.766/79, situado em área de expansão urbana, sendo prescindível a demonstração de melhoramentos. Inteligência da Súmula n. 626 do STJ. 2. Tratando-se de lote submetido à limitação administrativa ambiental (APP), cuja área foi indicada voluntariamente pelo recorrente mediante acordo formulado em ação civil pública, não há falar na não ocorrência do fato imponível do IPTU, uma vez que não houve alteração de propriedade do bem. 3. Recurso improvido
(DJe de 20/10/2022).

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo:0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 12/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança

devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, “a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN”. Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJe de 21/10/2022).
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador--Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 13/05/2022 Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.” EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, “a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN”. Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. ABERTURA DE VISTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO: 7054718-74.2016.8.22.0001 (PJE)
(DJ de 24/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0810150-52.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJ de 24/10/2022).
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809670-74.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: Des. GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 04/10/2022 15:22:08 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO
(...)
Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique--se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJ e 25/10/2022).
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809661-15.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: Des. GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 04/10/2022 13:20:15 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO
(...)
Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJe erde 25/10/2022)
Diversos outros acórdãos envolvendo a São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda e o Município de Rolim de Moura publicados no DJe do dia 25/10/2022.
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0809671-59.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/2ª Vara Cível/7007101-18.2021.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17.394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Des. Gilberto Barbosa DECISÃO Vistos etc., Cuida-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. contra decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Rolim de Moura que, rejeitando exceção de pré--executividade, determinou o prosseguimento da execução fiscal de crédito de IPTU e de taxa de remoção de resíduos do imóvel quadra 34A, lote 37, Residencial Cidade Jardim, naquele Município.
(DJ de 27/10/2022).
A título de exemplo, apenas publicados no DJe/TJRO desta semana (dia 21/3/2023) há diversos acórdãos sobre este mesmo assunto (incidência de IPTU no “Loteamento Cidade Jardim – Buriti”), envolvendo as mesmas partes e mesmos Patronos, tratando-se de matéria recorrente no E. TJRO. A propósito, vide:
2ª Câmara Especial Processo: 0809010-80.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002235-30.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 16/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.” EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, “a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN”. Destarte, devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).
2ª Câmara Especial Processo: 0808586-38.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002068-13.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394)
Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 05/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS

TERMOS DO VOTO DO RELATOR.” EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula n. 626 do STJ, “a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN”. Destarte, devida a referida cobrança pelo Município agravado, impondo-se a manutenção da decisão hostilizada.
(DJE de 21/3/2023).
2ª Câmara Especial Processo:0808427-95.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002612-40.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 01/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.” EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, “a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN”. Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).
2ª Câmara Especial Processo: 0808535-27.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002557-89.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 02/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.” EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, “a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN”. Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).
2ª Câmara Especial Processo:0809665-52.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002455-28.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 04/10/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão:“RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.” EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, “a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN”. Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJE de 21/3/2023).
No DJe da última sexta-feira (dia 17/3/2023)
2ª Câmara Especial Processo: 0808430-50.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002232-75.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES Distribuído em 01/09/2022 Decisão: “REJEITADA A ALEGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DO CRÉDITO, E NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.” EMENTA Agravo de instrumento. Rejeição de exceção de pré-executividade. Cobrança de IPTU. Loteamento registrado. Área de expansão urbana. Incidência do tributo. Lote situado em APP. Limitação administrativa que não altera a ocorrência do fato gerador. Cobrança hígida. 1. Nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, incide IPTU quanto à propriedade de imóvel objeto de loteamento nos termos da Lei n. 6.766/79, situado em área de expansão urbana, sendo prescindível a demonstração de melhoramentos. Inteligência da Súmula n. 626 do STJ. 2. Tratando-se de lote submetido à limitação administrativa ambiental (APP), cuja área foi indicada voluntariamente pelo recorrente mediante acordo formulado em ação civil pública, não há falar na não ocorrência do fato imponível do IPTU, uma vez que não houve alteração de propriedade do bem. 3. Recurso improvido.
(DJE de 17/3/2023).
É pacífico que a SÃO TOMAS tem de pagar os tributos da área em questão (Loteamento “Cidade Jardim” – Buriti), por ser proprietária do imóvel. Tem mais de cem acórdãos sobre isso.
E poderia citar ainda tantos outros acórdãos envolvendo o Loteamento Buriti/”Cidade Jardim”, de responsabilidade da loteadora/incorporadora São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda e o Município de Rolim de Moura.
A Executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA tem loteamentos em quase todo território nacional, em cerca de dez a onze Estados da Federação, conforme croqui e demais atos juntados pela própria SÃO TOMÁS na ACP n.º 0006366-51.2014.822.0010 (já sentenciada em dezembro de 2022) tendo plenas condições de recolher os tributos. Quem tem loteamento em tantos Estados da Federação sabe que tem de pagar IPTU dos aludidos imóveis respeitada eventual opinião em sentido contrário.
Além disso, observe-se as atividades desempenhadas pelo grupo SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA:
4110-7/00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários 6462-0/00 - Holdings de instituições não financeiras 6810-2/03 - Loteamento de imóveis próprios (extraído de https://transparencia.cc/dados/cnpj/14294578000102-RO-sao-tomas-empreendimentos-imobiliarios-e-participacoes-ltda/)
No cadastro nacional da pessoa jurídica trazido em centenas de processos desta executada constam como atividades da SÃO TOMÁS:
68.10-2-03 - Loteamento de imóveis próprios
41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários
64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras
Por isso, a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA tem plena ciência de que deve pagar IPTU.
Visto dezenas, centenas de acórdãos, cuja matéria é incontroversa e pacificada no âmbito das duas Câmaras Especiais do TJRO, nada a reparar pela via da exceção de preexecutividade.

d) Superada a questão da exceção de preexecutividde e sua flagrante rejeição, atento à matéria cognoscível e regularidade processual, não podemos deixar de mencionar o uso abusivo e predatório do sistema de Justiça por parte dos litigantes. Explico:
A SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
A propósito, a SÃO TOMÁS era e é a loteadora/incorporadora responsável pela Incorporadora Buriti (responsável pelo loteamento conhecido como "Cidade Jardim"), localizado depois do campus da UNIR, lado direito, na saída de Rolim de Moura para BR364. Isso é incontroverso e notório. São mais de 2.000 terrenos este loteamento (mais exatos, cerca de 2.293 terrenos).
A própria SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA reconhece que o loteamento "Cidade Jardim" e cuja "ÁREA A SER LOTEADA corresponde a 793.546,78m2 (Setecentos e noventa e três mil, quinhentos e quarenta e seis vírgula, setenta e oito metros quadrados), composta por 60 (sessenta) quadras, contendo 2.293 (Dois mil, duzentos noventa e três) lotes...".., conforme manifestação feita nos autos de Agravo de Instrumento 0809525-18.2022.8.22.0000, publicado no DJe de 27/2/2023, pp. 137-138 (Rel. Des. HIRAM SOUZA MARQUES) e Agravo de Instrumento 0809029-86.2022.8.22.0000, publicado no DJe de 27/2/2023, pp. 141-142 (ambos de Relatoria do Des. HIRAM SOUZA MARQUES). São mais de dois mil terrenos e execuções fiscais apenas entre estas partes. Sem contar os tantos embargos e incidentes processuais.
Como bem observado pelo Des. Miguel Monico no DJe de ontem (dia 23/3/2023, p. 182) a SÃO TOMÁS é reiterada litigante:
Número do processo: 7002041-30.2022.8.22.0010 Classe: Apelação Cível Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Vistos. Trata-se de recursos de apelação contra sentença que indeferiu a petição inicial. Como cediço, o Código de Processo Civil de 2015 é imperativo ao dispor que, nos casos de indeferimento da inicial, interposta apelação, além de ser facultado ao juiz exercer o juízo de retratação, a parte ré deve ser citada para responder o recurso. Confira-se: Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se. § 1º Se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso. § 2º Sendo a sentença reformada pelo tribunal, o prazo para a contestação começará a correr da intimação do retorno dos autos, observado o disposto no art. 334 . § 3º Não interposta a apelação, o réu será intimado do trânsito em julgado da sentença. Na hipótese, apesar do juízo de primeiro grau, em sua sentença, já antecipar que, havendo recurso, não se retrata e determinando a citação/ intimação da executada para contrarrazões (ID. 18455556, pág. 11), não houve intimação da parte executada para responder o recurso. Nota-se que, interposto o recurso (ID. 18455557), os autos foram imediatamente encaminhados a esta Corte para análise do recurso. Aliás, reiteradamente os recursos de processos originários da Comarca de Rolim de Moura são remetidos a esta Corte sem a observância do art. 331 do CPC ou art. 485, §7º, CPC, inclusive os envolvendo a empresa São Tomás, a qual, como é sabido, é identificada e atuante em vários processos naquela comarca. Cito como exemplo, ainda, os autos n. 7007697-02.2021.8.22.0010 e 7010110-85.2021.8.22.0010. Isso posto, determino, com fundamento no art. 331, §1º, do Código de Processo Civil, que seja solicitado ao juízo de primeiro grau, mediante carta de ordem, a citação da parte requerida, a fim de, querendo, responda o recurso, nos termos já constantes na sentença recorrida. Após, voltem-me os autos conclusos. Sirva a presente decisão como mandado/ofício/carta de ordem. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho, data da assinatura digital. Desembargador Miguel Monico Neto Relator
(DJe 23/3/2023).
Atento ao elevado custo processual que este tipo de lide acarreta aos Cofres Públicos, consigno as ponderações feitas pela DD. Presidência do TJRO e Des. José Jorge Ribeiro da Luz durante a sessão do Tribunal Pleno Administrativo, realizada dia 14/3/2022, cuja ata se encontra publicada no DJe 18/3/2022, pp. 117-118, mencionando que devem ser evitadas execuções fiscais que não traduzam em resultados efetivos:
"...o Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz esclareceu ser o Presidente do Centro de Inteligência da Justiça Estadual de Rondônia - CIJERO - que tem como objetivo evitar ou levantar as demandas predatórias, sem se olvidar de outras medidas próprias que deverão ser tomadas, com todos os prefeitos dos municípios de Rondônia, a fim de viabilizar proposta de lei permitindo-se a dispensa do ajuizamento das execuções fiscais de pequeno valor. Comunicou que foi designada uma reunião virtual a ser realizada via Google Meet "Tribunal de Justiça de Rondônia e AROM", para o próximo dia 17/03/2022 em que fará a apresentação do Novo Projeto de Conciliação para os Prefeitos e Prefeitas. Comunicou ainda que soube que este Tribunal de Justiça – TJRO, em conjunto com o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RO, também está trabalhando no mesmo sentido, mas em raias distintas, e colocou-se à disposição para trabalhar em conjunto, para somar esforços na busca de resultado que seja do absoluto interesse do
PODER JUDICIÁRIO (...) Na sequência, o Presidente esclareceu que, com relação ao uso predatório do Judiciário, o assunto evoluiu após visita institucional ao Tribunal de Contas, para outra finalidade. Sugeriu que esse trabalho do CIJERO fosse realizado em conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça. Disse ainda que há um projeto avaliado pelo TCE/RO no que toca à eventual dispensa de ajuizamento de ações de pequeno valor em que as Prefeituras o fazem na medida que o TCE/RO exige, para que não respondam por improbidade administrativa. Finalizou, reforçando que o trabalho seja realizado com a Corregedoria-Geral da Justiça para que haja sintonia de esforços..."
Neste sentido, notícia e entendimento do E. TJRO em: https://www.tjro.jus.br/noticias/item/16071-tjro-e-tce-discutem-adesao-de-municipios-a-meios-extrajudiciais-de-recuperacao-de-ativos; https://www.tjro.jus.br/noticias/item/16361-corregedoria-geral-debate-com-tce-mpc-pge-aperfeicoamento-de-processos-de-execucao-fiscal-para-cobranca-de-creditos-da-administracao-publica e evento vento com participação do TCE-RO, MP de Contas-RO, MP-RO e PGE-RO que pode ser visto em https://www.youtube.com/watch?v=yQBC5rThjq8.
Consigno que no pronunciamento do Procurador do Estado (Dr. Danilo Cavalcante) no evento acima, consta a seguinte observação: abaixo de 10 (dez) UPF´s o Estado de Rondônia é proibido de ajuizar execução fiscal. Como cada UPF-RO tem o valor atual de R$ 102,48, abaixo do valor de R$ 1.024,80 o Estado está proibido de deve ajuizar execução fiscal, justamente porque o custo do processo não compensa valor a receber – isso caso receba.
No aludido evento o Des. José Jorge Ribeiro da Luz demonstra que 68% das execuções fiscais ajuizadas desde 2017 a 2021 têm valores inferiores a R$ 2.000,00, caso destes autos. Apenas um mandado já custa mais de 100,00R$ isso apenas com a diligência do Oficial de Justiça, sem contar os demais custos cartorários. Ao contrário, a movimentação de uma execução fiscal custa aos cofres públicos atualmente cerca de R$ 4.800,00, em média. Boa parte dos valores a receber da SÃO TOMÁS são inferiores a isso.
O Des. José Jorge da Luz demonstra que um processo desta natureza é inviável para todos, inclusive para o exequente, considerando seus custos. Vide: https://www.tjro.jus.br/noticias/item/16501-e-absolutamente-inviavel-o-ajuizamento-de-execucoes-fiscais-com-valores-baixos-destaca-desembargador-jose-jorge-em-encontro-de-execucao-fiscal
No mesmo sentido acima, pronunciamento do Des. José Jorge Ribeiro da Luz e do Presidente do TJRO – Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia - defendendo a racionalização dos recursos do Judiciário e combate ao uso predatório (e lícito) da Justiça, durante sessão do Tribunal Pleno Administrativo realizada dia 23/5/2022.

Por fim, o Dr. Fabio de Souza (da PGE) também aponta dados sobre a desjudicialização das execuções fiscais. Valores abaixo de 1.000UPF´s (R$ 102.480,00) nem sempre são cobrados pelo Estado, demonstrando que medidas extrajudiciais podem ser mais efetivas. Até o prazo da cobrança resta mais efetivo com a negativação direta e protesto (segundo o ali demonstrado o pagamento ocorre entre 7 a 8 dias na cobrança extrajudicial contra 334 dias na cobrança judicial). Ou seja, até o Poder Público – credor - é o mais beneficiado, porque recebe mais rapidamente. Havendo alguma sobre dúvida os dados acima apontados, isso pode ser assistido no canal do TJRO link a seguir: https://www.youtube.com/watch?v=yQBC5rThjq8.

Seguido por notícia em que se informa a enorme quantidade de execuções fiscais: https://www.conjur.com.br/2022-mar-13/siqueira-rocha-macrolitigancia-fiscal.

É notória a litigiosidade entre o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, o que ocasiona transtornos em ambas Unidades Judiciárias desta Comarca, conforme constatado pelo E. TJRO. Concito a todos: vamos colaborar com o andamento processual, pois este tipo de conduta traz prejuízos tanto ao Município de Rolim de Moura, que deixa de receber boa parte seus créditos em tempo razoável, bem como a SÃO TOMÁS, que vem sofrendo sucessivos insucessos recursais junto ao E. TJRO, fato que pode ser visto em centenas de processos, agravos, exceções de preexecutividade, impugnações, etc. A título de exemplo, vou citar apenas os processos abaixo (de todos Desembargadores relatores), mas poderia citar dezenas de tantos outros:

- 1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível - Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS (DJe de 18/10/2022);
- 1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO (DJE 11/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 - Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO (DJe de 18/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 - Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO (DJe de 18/10/2022);
- Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809779-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA (DJ de 17/10/2022);
- Gabinete Des. Miguel Monico - Processo: 0809789-35.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA (DJe de 17/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0804888-24.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002647-97.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda - Relator: DES. HIRAM DE SOUZA MARQUES (DJe 20/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda - Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA (DJe de 21/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA (DJe de 24/10/2022);

Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0810150-52.2022.8.22.0000 (24/10/2022);

- Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0810888- 40.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe de 28/2/2023);
- 1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0807753-20.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/1ª Vara Cível/7002393-85.2022.8.22.0010 Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. (DJe de 1/3/2023) e
- 1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível

Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda)

Agravado: Município de Rolim de Moura

DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS (DJe de 07/10/2022).

A título de observação, basta olhar quantos processos envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA estão pautados para a próxima sessão de julgamento, a se realizar no dia 16/3/2023, conforme publicação no DJE de 7/3/2023 p. e ss.

Todos DD. Desembargadores relatores nas Câmaras Especiais conhecem a litigiosidade havida entre o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. E isso prejudica sobremaneira o andamento dos trabalhos nesta Comarca, pois se contados (de forma numérica) apenas os processos do MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA teria que haver uma vara específica apenas para estes litigantes.

Há muito que ambos Juízos desta Comarca vêm advertindo o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA sobre este excesso de litigiosidade que abarrota o

PODER JUDICIÁRIO.

Conforme já dito anteriormente, apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).

Recentemente houve a criação do Núcleo de Justiça 4.0, conforme Ato nº 993/2022, publicado no DJe de 1/8/2022, com intuito de padronizar a movimentação processual e otimizar a rotina das Unidades Judiciárias (Varas).

O Ato Conjunto n. 022/2021-PR-CGJ, alterado pelo Ato Conjunto n. 015/2022-PR-CGJ, instalou o 1º Núcleo de Justiça 4.0 do

PODER JUDICIÁRIO do Estado de Rondônia, com especialização nas demandas judiciais de execuções fiscais estaduais e municipais, com abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o Estado.

Os objetivos deste Núcleo especializado são prevenir decisões contraditórias sobre o mesmo tema e, ao mesmo tempo, padronizar a tramitação processual. Neste Núcleo de Justiça a execução fiscal terá tramitação mais rápida, até pela especificidade da matéria

e quantidade de magistrados lá lotados, com competência especial. A título de ilustração, basta ver as decisões proferidas nos autos 7008175-73.2022.8.22.0010, 7008169-66.2022.8.22.0010, 7008187-87.2022.8.22.0010, 7008238-98.2022.8.22.0010, 7008253-67.2022.8.22.0010, 7008256-22.2022.8.22.0010, 7008255-37.2022.8.22.0010, 7008225-02.2022.8.22.0010, todas publicadas no DJE de 29/11/2022, pp. 378-379 e ss. bem como e seu alto grau de especificidade. E também pode ser observado no DJE de 08/12/2022.

Já foram conferidas inúmeras oportunidades para o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA se manifestar a respeito do interesse na remessa das execuções fiscais distribuídas antes de 1/8/2022 para o 1º Núcleo de Justiça 4.0.

Porém, tanto o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA quanto a executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA manifestaram o desinteresse no envio das execuções fiscais em curso para referido Núcleo. Ambos vêm reafirmando não ter interesse nos processos em que são partes tramitem no referido Núcleo e preferem continuar litigando.

A remessa destas milhares de execuções fiscais para o 1º Núcleo de Justiça 4.0 poderia ser benéfica tanto para o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e para a executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, que poderiam priorizar a tramitação de seus processos e padronizar suas manifestações nos autos. Atentem-se ambos aos arts. 4.º e 6.º do CPC.

Mas não, insistem na litigiosidade prejudicando aos demais jurisdicionados (com a demora processual), ao TJRO no cumprimento das Metas do CNJ e, em última análise, prejudicando a si mesmos, pois processos poderiam ter solução mais rápida (no caso em interesse do Município em receber seu créditos) ou com menor custo (para a São Tomás).

Faço estas observações, pois como provavelmente virá(virão) agravo(s), embargo(s), apelação(ões), impugnações e outros incidentes, a exemplo de centenas de processos envolvendo estes litigantes não podemos ignorar a realidade processual e da Comarca.

Diante do exposto, delimitada a responsabilidade tributária das partes seja por matérias do direito administrativo, tributário, regulamentos urbanísticos - loteamentos e incorporações; ofensas a normas ambientais e sanitárias discutidas na ACP 0006366-51.2014.822.0010), todas já devidamente apreciadas pelo Juízo, não há se falar em outros questionamentos.

Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.

No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).

O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado. Observe-se que não é necessário pronunciamento obrigatório sobre todas ideias trazidas aos autos, notadamente quando ficam prejudicados pelos demais pontos já apreciados. Neste sentido, o E. TJRO em acórdão recentíssimo – de 21/2/2022 - 2ª Câmara Cível / Gabinete Des. José Torres Ferreira Processo: 0810938-03.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO e 21/07/2021 0001389-45.2016.8.22.0010 Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno (DJe 2/8/2021).

Como são diversos argumentos, a fim de que não sejam opostos embargos de declaração com finalidade de rediscutir fatos, provas e/ou prazos, observe-se que não é necessário pronunciamento obrigatório sobre todas ideias trazidas aos autos, notadamente quando ficam prejudicados pelos demais pontos já apreciados. Neste sentido, o E. TJRO em acórdão recente – 1/6/2022: "2ª Câmara Especial Processo: 7001844-17.2018.8.22.0010 Embargos de Declaração em Apelação (PJe) Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Opostos em 27/01/2022 Decisão: "EMBARGOS NÃO PROVIDOS, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Embargos de declaração. Alegação de omissão. Não ocorrência. Rediscussão da matéria. Impossibilidade. Vício inexistente. Prequestionamento. Desnecessidade. Recurso não provido. Os embargos de declaração são cabíveis somente para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material, jamais para rediscussão da matéria já apreciada. A lei processual civil, no seu art. 489, § 1º, inciso IV, preconiza que o magistrado está obrigado a examinar os argumentos capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusão adotada pelo julgador, não exatamente todas aquelas invocadas pela parte. Apresentando o julgado fundamentação coerente com o que foi debatido nos autos e estabelecendo as premissas de sua conclusão com base nos elementos probatórios trazidos, não há que se falar em nulidade ou rediscussão de teses..."

No mesmo sentido, o E. TJRO: 2ª Câmara Cível/Gabinete Des. José Torres Ferreira Processo: 0810938-03.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (DJe de 21/07/2021).

E recentíssimo julgado do E. TJRO em:

1ª Câmara Especial Processo: 7057535-09.2019.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (PJe) Advogado: Thiago Maia de Carvalho (OAB/RO 7472) Embargado: Estado de Rondônia Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO Opostos em 31/08/2022 Decisão:"EMBARGOS NÃO PROVIDOS, À UNANIMIDADE." EMENTA Embargos de declaração. Omissão. Embargos não providos. 1. Os embargos apresentados, em verdade, pretendem rediscutir matéria, o que não é permitido em sede de embargos de declaração, já que a fundamentação é vinculada às hipóteses de omissão, obscuridade, contradição. 2. Caso haja motivo suficiente para proferir a decisão, não há obrigatoriedade de o órgão julgador se manifestar sobre todas as questões trazidas pelas partes. 3. Embargos não providos.

(DJ de 2/3/2023).

Processo: 7000086-66.2019.8.22.0010 - APELAÇÃO CÍVEL Origem: 7000086-66.2019.8.22.0010

Relator: Desembargador TORRES FERREIRA

Data distribuição: 07/06/2022 05:35:43

(...)

Por fim, ressalto que o julgador não é obrigado a enfrentar um a um os argumentos deduzidos pelas partes. O contexto geral do julgado demonstra quais foram acolhidos e/ou rejeitados, pelo que, advirto, evitando decisão surpresa ou de terceira via (art. 10 do CPC), que em caso de interposição de recurso meramente protelatório poderá a parte que assim o fizer incorrer nas sanções previstas no artigos 77, § 2º, 81 ou 1.026, § 2º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se. Após o transcurso do prazo, certificando, devolva a origem. Porto Velho/RO, data da assinatura no sistema. Desembargador Torres Ferreira Relator

(DJe de 03/11/2022, p. 58).

Por fim: 0811086-77.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJE), Desembargador Torres Ferreira Relator

(DJe de 23/11/2022, p. 61-62).

Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos, pois incide tributo sobre a área em questão.
III - DISPOSITIVO:
Ante o exposto e considerando tudo que dos autos consta, com fundamento nos arts. 156, I, da Constituição Federal e 32 a 34, do CTN, c/c Súmula 626 do C. STJ, bem como reiterados precedentes do TJRO acima expostos, REJEITO A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE apresentada por SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA em face de MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e determino o regular prosseguimento da Execução Fiscal.
Custas incabíveis neste incidente.
Honorários indevidos neste incidente (exceção de pré-executividade que fora rejeitada), conforme entendimento do E. TJRO em:
1ª Câmara Especial Processo: 0804149-22.2020.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7004123-39.2019.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: Município de Rolim de Moura Procuradora: Florisbela Lima (OAB/RO 3138) Agravado: João Eurípedes Teodoro de Farias Advogado: Sérgio Martins (OAB/RO 3215) Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES Redistribuído em 08/06/2020 DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de Instrumento. Majoração de Honorários. Tema 421 do STJ. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Condenação indevida. Recurso não provido. A rejeição da exceção de pré-executividade não gera direito a honorários, pois estes já serão fixados na execução, que perdura em trâmite. Precedentes do STJ e desta Corte.
(DJe 16/3/2022).
2ªCÂMARAESPECIALACÓRDÃOProcesso:0804168-28.2020.8.22.0000AgravodeInstrumento(PJe)Origem:7004151.07.2019.822.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: Município de Rolim de Moura Procuradora: Florisbela Lima (OAB/RO 3138) Agravado: João Euripedis Teodoro de Farias Advogado: Sérgio Martins (OAB/RO 3215) Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Redistribuído em 09/06/2020 DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA: Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se acolhida a exceção, ainda que parcial.
(DJe de 22/9/2020).
Processo: 0804167-43.2020.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se acolhida a exceção, ainda que parcial.
"...Concludentemente, no caso em exame, não só mostra-se indevida a majoração dos honorários, como também é indevida a própria fixação da verba quando da rejeição da exceção de pré-executividade, em qualquer percentual, em razão dos fundamentos da tese fixado no Tema Repetitivo nº 421 do STJ. Em face do exposto, nego provimento ao recurso. É como voto. EMENTA Agravo de Instrumento. Majoração de Honorários. Tema 421 do STJ. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Condenação indevida. Recurso não provido. A rejeição da exceção de pré-executividade não gera direito a honorários, pois estes já serão fixados na execução, que perdura em trâmite. Precedentes do STJ e desta Corte.
0804149-22.2020.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: HIRAM SOUZA MARQUES
2ª CÂMARA ESPECIAL ACÓRDÃO Processo: 0804150-07.2020.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Redistribuído em 08/06/2020
DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção de pré-executividade, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se a colhida a exceção, ainda que parcial.
(DJe de 12/2/2021).
Independentemente do transcurso do prazo recursal, prossiga-se na Execução Fiscal, devendo o Exequente informar seu crédito atualizado, incluindo o valor dos honorários e indicar bens à penhora.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado e atento à matéria cognoscível.
Dê-se ciência à PGM.
Intimem-se na pessoa dos Procuradores constituídos.
Sendo apresentados recursos, ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE proceder às intimações e certificações necessárias.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto. Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, nº 4555, Bairro Centro, CEP 76940-000, Rolim de Moura, Telefone: (69) 3449-3710 Número do processo: 7010020-77.2021.8.22.0010
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

ADVOGADO DO APELANTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Polo Passivo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO APELADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394
D E C I S Ã O - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE
REJEIÇÃO – ÁREA URBANA – INCIDÊNCIA DE IPTU e TAXA DE REMOÇÃO DE RESÍDUOS.
PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA REGISTRADA EM NOME DA EXECUTADA (Loteamento Urbano)
Art. 156, I, da Constituição Federal; arts. 32 a 34, do CTN e art. 11 do Código Tributário do Município de Rolim de Moura (Lei n. 947/2000)
APLICAÇÃO da SÚMULA 626 do STJ
(servindo de informações em Agravo - caso solicitadas – OF/GAB/2VCiv-RM, de ___/___/2023)
I - RELATÓRIO:
Trata-se de EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE em EXECUÇÃO FISCAL apresentada por SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.
A execução fiscal foi fundada em IPTU e taxa de remoção de resíduos.
A SÃO TOMÁS era e é a loteadora/incorporadora responsável pela Incorporadora Buriti (responsável pelo loteamento conhecido como “Cidade Jardim”), localizado depois da UNIR, na saída de Rolim de Moura para BR364. Este loteamento tem mais de 2.000 terrenos. Isso é incontroverso e notório nesta cidade.
São Tomás apresentou exceção de pré-executividade ao argumento de que o título executivo é nulo, pois a Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, bem como por não haver preenchimento dos requisitos para cobrança de IPTU, violando diretamente o art. 32 do CTN e o art. 150, IV da CF, logo, não podendo ser executado.
Pede liminarmente a suspensão da execução.
Alega efeito confiscatório do tributo e causa suspensiva da exigibilidade do crédito tributário, consistente na realização de protocolo de reclamação para suspensão de créditos tributários, bem como alega que já foi protocolado requerimento de cancelamento do projeto.
Ao final requer a suspensão de qualquer ato de constrição de bens da excipiente, bem como seja conhecida a nulidade do título executivo, violação ao art. 32, § 1º, do CTN e o art. 11, § 3º, da Lei Municipal. Por fim, requer a condenação do excepto ao pagamento das custas e honorários advocatícios.
Anexou imagens e documentos.
O exequente/excepto impugnou a exceção. No mérito alega que foram preenchidos todos os requisitos para constituição do crédito tributário, não havendo qualquer nulidade da Certidão de Dívida Ativa – CDA ou causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Ao final requer a improcedência da exceção de pré-executividade, com condenação do excipiente ao pagamento de honorários de sucumbência em favor dos advogados e determinando o regular prosseguimento da Execução Fiscal.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório. DECIDO.
II – FUNDAMENTAÇÃO:
Trata-se de julgamento de exceção de pré-executividade.
A exceção de pré-executividade é uma espécie de defesa do executado, onde ele poderá alegar vício de matéria de ordem pública mediante simples petição e sem a necessidade de garantia do juízo. Tal modalidade de defesa está consolidada de forma unânime na jurisprudência e doutrina, sendo considerada por essa última uma defesa executiva atípica.
No Código de Processo Civil (CPC) não há a previsão expressa deste instituto. Contudo, a doutrina majoritária aponta que a exceção de pré-executividade surgiu em razão de um parecer elaborado por Pontes de Miranda em 1966, no “caso Mannesmann”, em que ele defendeu a possibilidade de o executado alegar incidentalmente no processo de execução de matéria de ordem pública, onde o juiz deveria conhecer de ofício por meio de mera petição. Desta forma, seria possível a defesa do executado por meio de petição sem a necessidade de garantia do juízo.
A exceção de pré-executividade é cabível nas execuções ou em fase do cumprimento de sentença, quando ocorrer qualquer vício de ordem pública, já que a defesa tem como objetivo a decretação de nulidade da execução ou sua extinção.
O STJ tem o entendimento pacífico em aceitar a apresentação da exceção de pré-executividade desde que a matéria alegada seja conhecível de ofício, o executado tenha prova pré-constituída de sua alegação e não haja necessidade de instrução probatória para o juiz decidir seu pedido de extinção da execução, como podemos observar no seguinte aresto:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.1. “A exceção de pré-executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória” (REsp 1110925/SP, repetitivo, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJe 04/05/2009). 2. Hipótese em que, por força da Súmula 7 do STJ, não há como verificar o cabimento da exceção de pré-executividade, tendo em vista que o Tribunal Regional Federal a rejeitou uma vez que o elementos de prova constantes nos autos davam conta de que a saída do sócio contra quem se redireciona a execução se teria dado de forma fraudulenta, exigindo-se dilação probatória para se provar o contrário. 3. Agravo interno não provido.” STJ – AgInt no AREsp 1264411/ES AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL2018/0062063-8, Relator: Ministro GURGEL DE FARIA, Data de Julgamento: 07/05/2019, T1 – PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/05/2019.
Com relação ao prazo para propositura da exceção de pré-executividade, os Tribunais Estaduais têm adotado o entendimento de que por se tratar de defesa de matéria de ordem pública, pode ser interposta a qualquer momento até o trânsito em julgado da ação, vejamos:
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO – INEXISTÊNCIA – CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL – TÍTULO LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL. – A exceção de pré-executividade, por comportar apenas matéria de ordem pública, não possui prazo legalmente previsto e, portanto, pode ser oposta a qualquer momento – O contrato de compra e venda de bens móveis pode ser considerado como título executivo hábil a embasar uma ação de execução, porquanto está assinado pelas partes e por duas testemunhas, se enquadrando na hipótese prevista no inciso III do artigo 784 do novo CPC.” TJ-MG – AC: 10024111968319001 MG, Relator: Pedro Aleixo, Data de Julgamento: 02/05/2018, Data de Publicação: 11/05/2018.
PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. TÍTULO EXECUTIVO. DESCARACTERIZAÇÃO. 1- Havendo nos autos elementos de prova suficientes para formar o convencimento do magistrado, não ocorre cerceamento de defesa. 2 - A interposição de

exceção não se submete a prazo, vez que, tratando-se de questão relativa à própria nulidade da execução, não se submete a preclusão. 3 - O contrato de abertura de crédito bancário não constitui título executivo extrajudicial, sendo indispensável o demonstrativo contábil e atualizado do débito. 4 - Recurso improvido. Unanimidade. (TJ-MA - AC: 92642001 MA, Relator: RAIMUNDO FREIRE CUTRIM, Data de Julgamento: 31/10/2003, IMPERATRIZ).

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXCEÇÃO DE PRE EXECUTIVIDADE - ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO TÍTULO - OPOSIÇÃO FORA DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DOS EMBARGOS - POSSIBILIDADE. A natureza das matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade, que são matérias de ordem pública, afasta a possibilidade de sua preclusão, já que a todo e qualquer tempo poderá o julgador voltar a analisá-las, eis que estão afeitas à nulidade da execução, não estando o prazo para interposição da exceção de pré-executividade atrelado ao prazo dos embargos de devedor. (TJ-MG - AI: 10643060001291001 São Roque de Minas, Relator: Tiago Pinto, Data de Julgamento: 13/12/2011, Câmaras Cíveis Isoladas / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 20/01/2012).

DO MÉRITO:

O ponto controvertido consiste na incidência ou não IPTU e taxa de remoção de resíduo no terreno mencionado na inicial, pois parte do loteamento “Cidade Jardim” deve ser destinada à Área de Preservação Permanente, por força de cumprimento do Plano Diretor e Urbanístico. Tanto que existe a ACP 0006366-51.2014.822.0010 questionando o cumprimento de parte destas obrigações.

Pretende o excipiente seja reconhecida a inexistência de dívida junto ao excepto e, por consequência, seja julgada improcedente a execução fiscal.

Em análise das provas juntadas pelo excipiente, conclui-se que o pedido é IMPROCEDENTE.

Observo que o excipiente não trouxe nenhuma alegação ou prova que possa impedir o prosseguimento do procedimento executório e não há nenhum vício ou nulidade capaz de obstar o prosseguimento da execução.

É cediço que a incidência de IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana está prevista no art. 156, I, da Constituição Federal e nos artigos 29 a 34 do Código Tributário Nacional.

De acordo com tais normas, o fato gerador de tal tributo é a propriedade, o domínio útil ou mesmo a posse do bem, bastando a existência de um destes direitos para que ocorra a tributação, ou seja, tornam legítima cobrança do IPTU.

O Município de Rolim de Moura aprovou o loteamento Cidade Jardim. Após foi ajuizada Ação Civil Pública – ACP pelo Ministério Público para apurar eventuais vícios na aprovação do loteamento.

De início, consigno aos interessados que a Ação Civil Pública referida na exceção (autos n.º 0006366-51.2014.822.0010) fora sentenciada em dezembro de 2022. Contra a sentença, o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SANEROM - AUTARQUIA DE SANEAMENTO E ROLIM DE MOURA ingressaram com embargos de declaração, já rejeitados dia 08/3/2023. Tanto o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS e a SANEROM - AUTARQUIA DE SANEAMENTO E ROLIM DE MOURA já foram intimados a cerca da sentença proferida na aludida ACP.

Portanto, resta afastado qualquer outro questionamento acerca da aludida ACP.

Conforme ata de audiência realizada no bojo da ACP supra, autorizou-se ao excipiente a dar continuidade nas vendas de lotes do empreendimento, com a ressalva de que deveria restringir-se às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A, 13A e 23A, destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente.

Assim, caso o lote que consta na CDA seja área verde ou institucional (áreas públicas) não incide IPTU (falta de domínio útil). Ao contrário, se não for pública, incide.

No caso dos autos, verifico que a área sob a qual recai dívida tributária NÃO se encontra com restrição (Ação civil pública nº 0006366-51.2014.822.0010), podendo ser alienado livremente, onerado, sofrer qualquer inovação física, sejam acessões ou benfeitorias. Ou seja, estão presentes os requisitos para o exercício pleno da propriedade.

Veja que conforme a ata da audiência realizada nos autos da Ação Civil Pública 0006366-51.2014.822.0010, o imóvel descrito na inicial não tem restrição de comercialização, estando o excipiente autorizado a realizar sua venda. A restrição é apenas para os imóveis localizados nas quadras 04A, 13A e 23A e o imóvel objeto da presente execução não está inserido nas referidas quadras.

Contudo, a eventual hipótese do excipiente não ter vendido o imóvel, não o isenta do pagamento dos tributos devidos em razão do exercício de propriedade, vez que trata-se de área urbanizável.

Ao apreciar tutela antecipada em Agravo de Instrumento interposto nos autos 7002554-37.2018.8.22.0010 e n. 7002105-79.2018.8.22.0010, o e. TJ/RO indeferiu a antecipação de tutela recursal ao fundamento de que o Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em face da agravante (ora excepto) visando a cobrança do IPTU, referente a imóvel que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento, situação que se amolda ao caso em análise. Vejamos:

Processo: 0811274-07.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ªVara Cível Agravante: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Advogado: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/GO 17394) Agravado: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Relator: DANIEL RIBEIRO LAGOS Data distribuição: 24/11/2021 DECISÃO VISTOS Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura que, nos autos da execução fiscal n. 7002105-79.2018.8.22.0010, rejeitou exceção de pré-executividade. Aduz que o Município de Rolim de Moura propôs ação de execução fiscal visando à cobrança da certidão de dívida ativa n. 962/2018, referente ao IPTU do imóvel QD 33A, LT 44, Residencial Cidade Jardim, no valor total R$ 2.208,28. Sustenta tratar-se de título executivo nulo, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, assim não há preenchimento dos requisitos necessários para cobrança de IPTU. Afirma que o local não conta com os melhoramentos previstos no art. 32, § 1º, do CTN, de modo que não incidente IPTU, além de que a exigibilidade está suspensa pois protocolizou reclamação nos termos do inc. III do art. 151 do CTN. Alega, ainda, ter protocolado requerimento de alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel QD. 33A, LT. 18, objeto da lide. Assim, requer a concessão do efeito suspensivo com o fim de suspender o prosseguimento da execução fiscal e de qualquer ato de constrição, e no mérito, declarada a nulidade do título executado por reconhecer a suspensão da exigibilidade do crédito ante a reclamação administrativa interposta junto à municipalidade exequente tanto quanto a nulidade do título executivo por se tratar de área não urbanizada. Junta documentos. É o relatório. Decido. Garante o artigo 1.019 do Código de Processo Civil a possibilidade de o relator atribuir efeito suspensivo ou antecipar os pedidos recursais, caso verificada a probabilidade do direito vindicado e o risco da demora, requisitos esses que passo a analisar para fins de suspensão, ou não, da decisão agravada. Considerando que a concessão da tutela ocorre apenas quando houver dano irreparável ou de difícil reparação devidamente comprovado, no caso em exame, verifico ausentes os

elementos probatórios capazes de demonstrar sua concessão. Explico. Sabe-se que a exceção de (objeção) de pré-executividade é um meio de defesa no processo de execução que permite ao executado por execução irregular apresentar resistência aos atos executórios, trazendo a apreciação do juízo questões de ordem pública, que independem de prova ou se apoiam em prova pré-constituída. Na hipótese, consta que na ACP n. 0006366-51.2014.822.0010 foi autorizada a agravante dar continuidade às vendas de lotes do empreendimento restrita às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A,13A e 23A, as quais destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em face da agravante visando a cobrança do IPTU, referente à QD 33A, LT 44, Residencial Cidade Jardim, que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento. Desse modo, entendo que deve permanecer inalterada a decisão agravada até o mérito recursal, que analisará as razões expostas pelas partes. Sendo assim, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal, até o julgamento do mérito. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do NCPC, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos. Dê-se ciência o juízo a quo da decisão. Publique-se. Cumpra-se. Porto Velho, 17 de dezembro de 2021 DANIEL RIBEIRO LAGOS RELATOR.

Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: DANIEL RIBEIRO LAGOS Data distribuição: 26/11/2021 12:34:55 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Decisão VISTOS Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura que, nos autos da execução fiscal n. 7002105-79.2018.8.22.0010, rejeitou exceção de pré-executividade. Aduz que o Município de Rolim de Moura propôs ação de execução fiscal visando à cobrança do IPTU do imóvel QD 33A, LT 18, Residencial Cidade Jardim, referente à certidão de dívida ativa n. 909/2018, no valor total R$ 1.879,80. Sustenta tratar-se de título executivo nulo, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, assim não há preenchimento dos requisitos necessários para cobrança de IPTU. Afirma que a cobrança viola diretamente o art. 32, § 1º, do CTN e o art. 11, § 3º, da Lei Municipal vigente a época, vez que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU. Alega, ainda, ter protocolado na Prefeitura da Comarca, reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel QD. 33A, LT. 18, objeto da lide. Assim, requer a concessão do efeito suspensivo com o fim de suspender o prosseguimento da execução fiscal e de qualquer ato de constrição, e no mérito, declarada a nulidade do título executado por reconhecer a suspensão da exigibilidade do crédito ante a reclamação administrativa interposta junto à municipalidade exequente tanto quanto a nulidade do título executivo por se tratar de área não urbanizada. Junta documentos (ID 14135628). É o relatório. Decido. Garante o artigo 1.019 do Código de Processo Civil a possibilidade de o relator atribuir efeito suspensivo ou antecipar os pedidos recursais, caso verificada a probabilidade do direito vindicado e o risco da demora, requisitos esses que passo a analisar para fins de suspensão, ou não, da decisão agravada. Considerando que a concessão da tutela ocorre apenas quando houver dano irreparável ou de difícil reparação devidamente comprovado, no caso em exame, verifico ausentes os elementos probatórios capazes de demonstrar sua concessão. Explico. Sabe-se que a exceção de (objeção) de pré-executividade é um meio de defesa no processo de execução que permite ao executado por execução irregular apresentar resistência aos atos executórios, trazendo a apreciação do juízo questões de ordem pública, que independem de prova ou se apoiam em prova pré-constituída. Na hipótese, consta que na ACP n. 0006366-51.2014.822.0010 foi autorizada a agravante dar continuidade às vendas de lotes do empreendimento restrita às quadras 01A a 34A, com exceção das quadras 04A,13A e 23A, as quais destinadas à Área Verde e Área de Preservação Permanente. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal em face da agravante visando a cobrança do IPTU na CDA n. n. 909/2018, referente à QD 33A, LT 18, Residencial Cidade Jardim, que, em tese, não possui restrição à implementação. Desse modo, entendo que deve permanecer inalterada a decisão agravada até o mérito recursal, que analisará as razões expostas pelas partes. Sendo assim, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal, até o julgamento do mérito. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do NCPC, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos. Dê-se ciência o juízo a quo da decisão. Publique-se. Cumpra-se. Porto Velho, 17 de dezembro de 2021 DANIEL RIBEIRO LAGOS RELATOR.

Em que pese os argumentos do excipiente de que o título executivo é nulo, pois não ocorreu o fato gerador, vez que o imóvel objeto da lide, para efeito do IPTU não está caracterizado como “zona urbana”, ou seja, não é urbanizado, pois não possuí nenhum dos melhoramentos indicados tanto no art. 32, § 1º, do CTN, não lhe assiste razão, pois fundamenta sua pretensão em jurisprudência já superada pelos tribunais superiores.

Conforme recente posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos referidos melhoramentos. O referido posicionamento foi objeto da súmula 626:

Súmula 626-STJ: A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN.

No mesmo sentido acima acórdão publicado no DJE do dia 11/10/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRAVANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide

(...)
No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º". Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ ("Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)". II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, "uma vez fixado que o imóvel encontra-se em espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável". Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, "há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU", aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expansão urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005" (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/05/2014. IV. De fato, "tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/STJ, no sentido de que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN". VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, "[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)
Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator
1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO.
(...)
XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e

comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – Relator (DJE 11/10/2022).
Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica.
Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – relator (DJe 11/10/2022).
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO (11/10/2022)
Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – relator (DJe 11/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto

em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão (DJE de 11/10/2022).

Seguido pelo DJe do dia 10/10/2022, em:

2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido (DJe de 10/10/2022).

No DJe de 07/10/2022, em 1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível

Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda) Agravado: Município de Rolim de Moura DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADADE. Melhoramentos Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravoDE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramen interno. (DJe de 7/10/2022)

1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno. (Dje de 7/10/2022)

É pacífico que a SÃO TOMAS tem de pagar os tributos da área em questão (Loteamento Cidade Jardim – Buriti). Tem mais de cem acórdãos sobre isso, conforme pode ser visto em:

- 1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda

Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS

Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade

- 2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda

Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO

Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido.

- 2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura

Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

Todos acórdãos acima publicados no DJE de 18/10/2022.

- Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do

PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).

- Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (...)

Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do

PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).

Agravo de Instrumento nos autos 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura e Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." (DJe de 6/10/2022).

Está plenamente viabilizada a comercialização do lote em questão, ou seja, está disponível, com livre exercício da propriedade.

Se o sujeito está tendo disponibilidade plena do imóvel, pondo inclusive vender, alienar ou usufruir do mesmo, há domínio útil.

Se há domínio útil (leia-se: propriedade imobiliária), há incidência de IPTU por haver preenchimento dos requisitos para cobrança do referido tributo, conforme art. 32 do CTN, e art. 11 do Código Tributário Municipal logo, podendo ser, portanto, objeto de execução fiscal.

Art. 32 CTN. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

Art. 11CTM. O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, de apuração anual, tem como fato gerador à propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado na zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano.

Segundo o art. 1.228 do Código Civil, "O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha".

O excipiente pode dispor economicamente do bem, de modo que consubstancia o fato gerador do imposto.

Assim, a relação tributária vislumbrada para efeito do lançamento de IPTU pressupõe a propriedade em sua plenitude, como a exercida pelo excipiente, uma vez que sua livre disposição não foi afetada pela ACP 0006366-51.2014.822.0010. Somente no caso de estar impossibilitado de dispor economicamente do bem, em razão de não poder exercer a faculdade de uso, gozo e disposição por conta de restrição judicial, não se consubstanciaria o fato gerador do imposto, o que não é o caso dos autos.

Outrossim, é cediço que o IPTU, nos termos do que dispõem os artigos 32 e 33 do Código Tributário Nacional, tem por fato gerador a propriedade, domínio útil ou a posse do imóvel e, por base de cálculo, o seu valor venal. Nesse contexto, foram preenchidos todos os requisitos legais necessários e suficientes para incidência do IPTU.

Há elementos jurídicos e fáticos que autorizem a cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel questionado tendo em vista que o título é exequível, posto que ocorreu o fato gerador para o imóvel referido.

Estando livre a fruição do imóvel pelo proprietário, resta configurado o fato gerador do IPTU, assim como também a germinação da taxa de recolhimento de resíduos.

O fato de imóvel permanecer ainda na sua forma bruta decorre da inércia do proprietário em empreender esforços destinados a promover melhorias no mesmo e que nada interfere na incidência de tributos sobre o mesmo e tratando se de Loteamento, as melhorias são de responsabilidade da Loteadora, sendo um requisito de aprovação do loteamento.

Ainda, conforme art. 204 do CTN: "A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída".

Nesse sentido, entendimento do E. TJ/RO:

Apelação cível. Ação anulatória. Direito tributário. IPTU. Base de cálculo. Legislação municipal. Presunção de veracidade das informações utilizadas pelo fisco para o lançamento do tributo. Ônus contribuinte. Validade da CDA. Recurso não provido. 1. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite. 2. Conforme arts. 32 e 33 do CTN, o IPTU tem por fato gerador a propriedade, domínio útil ou a posse do imóvel e, por base de cálculo, o seu valor venal. Por força do 156, I, da CF, incumbe ao Município, no exercício de sua competência tributária, definir a modalidade de lançamento e forma de apuração do IPTU. 3. No caso, não tendo a apelante apresentado provas capazes de justificar a nulidade do crédito, impõe-se que seja mantida a obrigação tributária executada. 4. Recurso não provido. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7007462-67.2018.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Miguel Monico Neto, Data de julgamento: 23/07/2021.

Seguido por tribunais:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO E NOME NA CDA. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DA CDA. PRODUÇÃO DE PROVA. PRESENÇA DE OMISSÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS SEM EFEITOS INFRINGENTES. 1. A presunção de legitimidade assegurada à CDA impõe ao executado que figura no título executivo o ônus de demonstrar a inexistência de sua responsabilidade tributária. Precedentes representativos da controvérsia, art. 543-C, do CPC: REsp 1.104.900-ES, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 25.03.2009; REsp 1.110.925-SP; Rel. Min.Teori Zavascki, julgado em 22.04.2009 (...). (STJ – AgRg no AREsp nº 41479, 2ª turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 07.08.2012).

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE DAS AVALIAÇÕES. SÚMULA Nº 284 DO STF. JUNTADA DO

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. ÔNUS DA EMBARGANTE. ANÁLISE DOS REQUISITOS DA CDA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. LEGALIDADE DA TAXA SELIC. ENTENDIMENTO ADOTADO NA SISTEMÁTICA DO ART. 543-C, DO CPC. CARÁTER CONFISCATÓRIO DAS MULTAS. MATÉRIA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. [...] 3. Esta Corte já se manifestou no sentido de que a Certidão de Dívida Ativa goza de presunção de certeza e liquidez, cujo ônus de ilidi-la é do contribuinte, cabendo a ele, ainda, a juntada do processo administrativo, caso imprescindível à solução da controvérsia. (REsp 1.627.811/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 27/04/2017) 4. É cediço nesta Corte, inclusive por entendimento adotado em sede de recurso especial repetitivo, julgado na sistemática do art. 543-C, do CPC (REsp n.º 879.844/MG e Resp n.º 1.111.175/SP, ambos julgados sob o rito do art. 543-C do CPC), que os débitos fiscais pagos em atraso, inclusive multa, são corrigidos pela Taxa Selic. [...] (AgInt no AREsp 1135936/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 03/05/2018).

TRIBUTÁRIO, PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FAZENDA PÚBLICA DIREITOS INDISPONÍVEIS. INAPLICABILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. ART. 320, INCISO II, DO CPC. IPTU. LANÇAMENTO. ATO ADMINISTRATIVO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. MODIFICAÇÃO POR LAUDO TÉCNICO UNILATERAL. IMPOSSIBILIDADE. PROVA INEQUÍVOCA. 1. Não se aplicam os efeitos da revelia contra a Fazenda Pública uma vez que indisponíveis os interesses em jogo. 2. O ato administrativo goza da presunção de legalidade que, para ser afastada, requer a produção de prova inequívoca cujo valor probatório não pode ter sido produzido unilateralmente – pelo interessado. Agravo regimental improvido. (STJ – AgRg no REsp nº 1137177, Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, j. 18.02.2010 – destaquei)

Processual Civil. Mandado de segurança. Ônus da prova. Alegação de nulidade do ato administrativo. CPC, artigo 333, II. Se os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade e auto-executoriedade, na hipótese em que se alega sua nulidade, porque eivado de ilegalidade, incumbe ao impugnante o ônus da prova do vício, 'ex vi' do artigo 333, II, do Código de Processo Civil. (STJ – REsp nº 230307, Rel. Min. Vicente Leal, 6ª Turma, j. 25.04.2000).

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. AÇÃO ANULATÓRIA DE LANÇAMENTO FISCAL. DECLARAÇÃO RETIFICADORA DE RENDIMENTOS, SEM A DEVIDA COMPROVAÇÃO PERANTE O FISCO QUANTO À DISCRIMINAÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS PARA EFEITOS DE TRIBUTAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA. AUSÊNCIA DE PROVA SUFICIENTE PARA ANULAR O LANÇAMENTO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO (...). 2 – Em tratando-se de ação anulatória incumbe ao autor o ônus da prova, no tocante à desconstituição do crédito já notificado ao contribuinte, em face da presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo, sendo, pois, necessária prova irrefutável. 3 – 'In casu', prescindindo, pois, para desconstituição do lançamento fiscal, de prova pericial, como forma de constatar efetivamente quais as verbas salariais recebidas pelo autor no ano-base de 1994, bem como a discriminação das verbas recebidas por força de acordo trabalhista, como forma de classificar quais rendimentos seriam tributáveis, quais seriam isentos ou não tributáveis e, inexistindo nos autos elementos probatórios suficientes, bem como a referida prova pericial, não há como se anular o lançamento fiscal. 4 - Apelação e remessa oficial providas. (TRF-5 – AC nº 328160, Segunda Turma, Rel. Des. Federal Petrucio Ferreira, j. 08.06.2004).

a) Do alegado efeito confiscatório:

O excipiente ainda alega de forma aleatória e sem contexto com os fatos exposto nos autos, que a incidência dos tributos e caracteriza efeito confiscatório, contudo não demonstra onde está o excesso tributário.

Pelo contrário, a incidência de IPTU e de taxa de remoção de lixo decorre de previsão constitucional e de prestação compulsória, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, como prescreve o art. 3º do CTN.

Não foi comprovada ou mesmo indicada a desproporcionalidade na incidência dos tributos cobrados ou mesmo ônus excessivo.

Neste particular, a despeito do que afirma o excipiente, observa-se que a cobrança dos tributos efetuada pela municipalidade de Rolim de Moura observou de maneira atenta as vicissitudes referentes à capacidade econômica dos contribuintes, adaptando o montante obrigacional devido ao fisco a depender das condições econômicas do devedor de tributos.

Não restaram presentes hipóteses de isenção, imunidade ou exclusão do crédito tributário, tampouco violação dos princípios da capacidade contributiva, da proporcionalidade ou do não confisco.

A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Dito isto, caberia ao excipiente demonstrar terem sido as cobranças realizadas em desacordo com a legislação municipal, o que não foi o caso dos autos, devendo permanecerem válidos os créditos tributários inscritos em dívida ativa, que, como já dito, goza de presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Nesse sentido a jurisprudência:

Súmula vinculante 19: A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

Apelação cível. IPTU. Lançamento de Ofício. Presunção de veracidade das informações utilizadas pelo fisco para o lançamento do tributo. Validade da CDA. Recurso não provido. Conforme disposição do Código Tributário Municipal, fica facultado ao município por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, o lançamento do IPTU de ofício, utilizando para esse fim a planta de valores. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida somente por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite. (APELAÇÃO CÍVEL 7002414-71.2016.822.0010, Rel. Des. Hiram Souza Marques, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Especial, julgado em 30/10/2019).

INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE TAQUARA. TAXA DE COLETA DE LIXO. TAXA DE CONSERVAÇÃO DE CALÇAMENTO. TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA. CONTRIBUIÇÃO PARA PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO. 1. É constitucional a taxa de coleta de lixo (artigo 1º da Lei Municipal nº 1.675/93), por ter como fato gerador serviço público específico e divisível. Súmula Vinculante nº 19 do STF. (...) (TJ-RS - IIN: 70044424554 RS, Relator: Eduardo Uhlein, Data de Julgamento: 26/05/2014, Tribunal Pleno, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 25/07/2014)

2º G. ANGELA MARIA MACHADO COSTA, EM SUBSTITUIÇÃO AO DES. ROGÉRIO LUIS NIELSEN KANAYAMA. APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DOS CONTORNOS DA INCIDÊNCIA DE IPTU E TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO – TRIBUTOS ESTABELECIDOS NA LEI NO 12.575/2017, DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – ALEGAÇÃO DE DESCONFORMIDADE DA TRIBUTAÇÃO PARA COM OS PRINCÍPIOS DO NÃO CONFISCO, DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E DA ISONOMIA TRIBUTÁRIOS – INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE – IPTU DEVIDAMENTE MAJORADO POR LEI EM SENTIDO FORMAL – ELEVAÇÃO DO PATAMAR DE COBRANÇA QUE SE PRESTA A EVITAR O ENRIQUECIMENTO INDEVIDO DOS CONTRIBUINTES – REGRA DE TRANSIÇÃO PARA EVITAR OS IMPACTOS DO AUMENTO DO MONTANTE FISCAL

DEVIDO – INTELIGÊNCIA DO ART. 9º DA LEI MUNICIPAL NO 12.575/2017 – CAPACIDADE CONTRIBUTIVA CONCRETA IMPASSÍVEL DE AVALIAÇÃO PELA VIA DO MANDADO DE SEGURANÇA – TAXA DE COLETA DE LIXO DOMICILAR REGULAR – BASE DE CÁLCULO COMPOSTA PELO COTEJO DA DIMENSÃO DA PROPRIEDADE E DA MENSURAÇÃO DO SERVIÇO SEMANALMENTE UTILIZADO – LIBERDADE DO LEGISLADOR PARA DELIMITAR OS CRITÉRIOS CONSTITUTIVOS DA BASE DE CÁLCULO, DESDE QUE RESPEITADA A POSSIBILIDADE DE DIFERENCIAÇÃO DOS ELEMENTOS QUE INTEGRAM OS DEMAIS TRIBUTOS – INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 85, § 11, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL POR SE TRATAR DE MANDADO DE SEGURANÇA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR - 2ª C. Cível - 0076730-62.2018.8.16.0014 - Londrina - Rel.: Juíza Angela Maria Machado Costa - J. 29.10.2019)

b) Da alegação de reclamação como causa de suspensão do crédito tributário.

O excipiente alega ainda que o crédito tributário está suspendo em razão de protocolo de reclamação para suspensão de créditos tributários, realizado junto à Prefeitura de Rolim de Moura.

De fato, a reclamação suspende a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do Art. 151, III, do CTN.

Contudo, o protocolo já teve sua apreciação realizada pelo excepto, com decisão de indeferimento proferida em 02/03/2021. Após o decurso do prazo para recurso contra a decisão proferida na reclamação, o crédito tributário voltou a ser exigível, nos moldes propostos na inicial.

Se incontroverso que o protocolo da reclamação suspende a exigibilidade do crédito tributário, também o é o fato de que após a decisão administrativa transitar em julgado, o crédito volta a ser exigível.

Destaco que o excipiente não noticiou a interposição de recurso contra a referida decisão ou mesmo qualquer outra hipótese de suspensão do crédito, de modo que a execução deve seguir seu curso regular.

c) Quanto à alegação de cancelamento do projeto.

Aduz o excipiente que compareceu na prefeitura e protocolou requerimento para alteração de projeto urbanístico, alteração essa que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide.

Contudo, o requerimento de alteração do projeto protocolado não faz menção ao imóvel da inicial, mas sim apenas as quadras destinadas à Área Verde e APP, quais sejam: 04A, 13A e 23A, dentre as quais não se inclui o imóvel objeto desta execução fiscal.

Desta feita, não se verifica a ausência de quaisquer dos requisitos necessários, ou mesmo outras máculas à execução. O Município de Rolim de Moura ajuizou execução fiscal visando a cobrança do IPTU, referente ao imóvel descrito na CDA que acompanha a inicial, que, em tese, não possui restrição quanto ao implemento.

Dessa forma, não tendo o excipiente apresentado provas capazes de justificar a desconstituição do crédito, impõe-se que sejam os pedidos julgados improcedentes, a fim de que a execução siga seu rito sem embaraços, dado que o excipiente não refutou a presunção (juris tantum) contida na certidão de dívida ativa.

Inconteste que a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ n. 14.294.578/0001-02) é a incorporadora/loteadora responsável pelo Loteamento Buriti, também conhecido como “Cidade Jardim”, localizado Linha 184 (também conhecida como Avenida Norte Sul), km 03, Lado Norte, Lote 10, Gleba 13. Especificamente, este loteamento fica saída de Rolim de Moura sentido à BR364, depois do campus da UNIR, lado direito da via.

Em inúmeras e reiteradas vezes, o E. TJRO vem decidindo que os imóveis do Loteamento Cidade Jardim tem de recolher IPTU, independente do imóvel estar habitado, haver obras, melhoramentos ou não. Em outras palavras: é proprietário do imóvel, tem de pagar o IPTU. A executada ora excipiente, SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA têm pleno conhecimento deste fato, embora insistam em ingressar com expedientes protelatórios.

Da mesma forma e em idêntico raciocínio, o proprietário de veículo automotor tem de pagar o IPVA, ande ou com o veículo naquele ano. É proprietário de veículo, tem de pagar o IPVA e licenciamento anual; é proprietário de imóvel urbano, tem de pagar o IPTU; é proprietário de imóvel rural tem de pagar o ITR e CCIR.

Há centenas de acórdão sobre o Município de Rolim de Moura e a TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Todos Desembargadores das Câmaras Especiais já mencionaram este fato seus votos. Porém, vou mencionar apenas alguns abaixo:

1ª Câmara Especial Processo:0801525-29.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002630-61.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda

Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 23/02/2022 Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE.” EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso. (DJe 27/9/2022).

Gabinete Des. Hiram Souza Marques Número do processo: 0810888-40.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

(DJ de 11/11/2022).

Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0810836-44.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJE de 11/11/2022).

2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0807308-02.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 28/07/2022 09:05:45 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Decisão Vistos. Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de concessão de efeito suspensivo, interposto por São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações LTDA contra a decisão proferida pelo Juízo a quo que rejeitou a exceção de pré-executividade que manejou nos autos da execução fiscal n. 7002638-38.2018.8.22.0010. Em suma, explica que a execução fiscal tem como fundamento CDA no valor de R$ 1.879,64 (Mil Oitocentos e setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel QD. 42A, LT. CJ-17, Residencial Cidade Jardim, Rolim de Moura, Rondônia.

(DJe de 18//8/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0808615-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 12/9/2022).
No mesmo sentido acima acórdão publicado no DJE de 12/9/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:
0808615-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe 12/9/2022).
Seguido por: 2ª Câmara Especial/Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0807308-02.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 28/07/2022 09:05:45 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 18/8/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0801627-51.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJe de 6/6/2022);
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento (DJe 6/6/2022), dentre tantos outros que podem ser consultados no PJE.
Gab. Des. Miguel Monico - Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA Vistos.
(DJe de 12/9/2022).
0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 12/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
(DJ de 15/9/2022)
0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 13/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."
(DJ de 15/9/2022)
Gabinete Des. Hiram Souza - Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 01/09/2022 07:36:56 DESEMBARGADOR HIRAM SOUZA MARQUES
(DJE de 22/9/2022).
Gabinete Des. Hiram Souza Marques – Agravo de Instrumento 0808789-97.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe 22/9/2022)
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0809011-65.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/1ª Vara Cível/7002419-83.2022.8.22.0010 Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17.394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Des. Gilberto Barbosa DECISÃO Vistos etc., Cuida-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Rolim de Moura que, rejeitando exceção de pré-executividade, determinou o prosseguimento da execução fiscal de crédito de IPTU e de taxa de remoção de resíduos do imóvel quadra 56A, lote 14, Residencial Cidade Jardim, naquele Município. Referindo-se à fumaça do bom direito, afirma nulo o título executivo, pois, na audiência de conciliação realizada em sítio de ação civil pública (proc, 0006366-51.2014.8.22.0010), foi autorizada a dar continuidade à venda de lotes da quadra 01A a 34ª, com exceção das quadras 04A, 13A e 23ª, que não foram implementadas e, por essa razão, não preenche os requisitos necessárias para cobrança de IPTU. Sustentando que, por não se ter edificado obras na quadra 56A, lote 14, não ocorreu o fato gerador do IPTU, pois o imóvel, para além de não ser urbanizado, ainda está na sua forma bruta, como no momento do projeto e, por essa razão, sobre ele não deve incidir o tributo. Afirma que a quadra 56A, lote 14, foi excluído do projeto e está com restrição de implementação conforme consta da ação civil pública 0006366-51.2014.8.22.0010, portanto, nulo o título executivo de IPTU sobre imóvel não implementado. Destaca, ademais, que a escola mais próxima está a mais de 2,3km, na região onde está situado o imóvel não há rede de abastecimento de água, tampouco sistema de esgoto sanitário, meio-fio ou calçamento, canalização de águas pluviais e rede de iluminação pública, de modo que o lançamento do IPTU macula o que dispõe o artigo 32, §1º do Código Tributário Nacional. Referindo-se aos requisitos essenciais, pede que seja antecipada a tutela recursal e, por consequência, suspensos os efeitos da decisão agravada e, por consequência, a execução fiscal. No que respeita ao mérito, pede que seja declarada a nulidade do título executivo e imposto honorários advocatícios equivalentes a dez por cento do valor atribuído à causa, id. 17324813. É o relatório. Decido. Mister que se tenha em conta a sistemática introduzida pelo artigo 1.019 do Código de Processo Civil no sentido de que o efeito suspensivo tão somente deve

ser deferido em situações que evidenciem a probabilidade do direito vindicado (fumus boni iuris) e o perigo de dano, ou risco ao resultado útil do processo (periculum in mora).
27/9/2022 OU 24/9

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0809010-80.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 16/09/2022 14:53:46 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJ de 28/9/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0802735-18.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002640-08.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 29/03/2022 Interposto em 11/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 4. Recurso não provido.
(DJ de 3/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo:0804506-31.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002634-98.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 12/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Recurso não provido.
(DJe de 3/10/2022).
Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0809029-86.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A
(DJe de 6/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0801604-08.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Súmula do STJ. Cobrança devida. Recurso improvido. Consoante os termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". No caso versado, é devida a referida cobrança pelo Município, devendo ser mantida a decisão do juízo primevo determinando o pagamento do tributo.
(DJ de 6/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Mour
Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJE de 7/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de

Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE.” EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJe 7/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:“RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.” EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido
(DJ de 10/10/2022).
No mesmo sentido acima acórdão publicado no do dia 11/10/2022, envolvendo as mesmas partes destes autos - SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em:
1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRAVANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide
(...)
No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que “a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º”. Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ (“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)”. II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, “uma vez fixado que o imóvel encontra-se em espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável”. Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, “há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU”, aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, “a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expansão urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005” (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe

de 26/05/2014. IV. De fato, “tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam ‘urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio’, ainda que não dotados dos referidos melhoramentos” (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/STJ, no sentido de que “a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN”. VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, “[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam ‘urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio’, ainda que não dotados dos referidos melhoramentos” (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)

Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator

1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO.

(...)

XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – Relator (DJE 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, “a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN”. Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica.

Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé

ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto – relator (DJe 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO (DJe 11/10/2022)

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto - relator (11/10/2022)

2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão.
(DJE de 11/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo: 0804557-42.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002648-82.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 13/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 2. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão. 3. Recurso não provido
(DJe de 10/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível
Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.
Agravado: Município de Rolim de Moura
DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022

Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE.” EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJe de 7/10/2022).
1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura
Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE.” EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(Dje de 7/10/2022).
E no DJe de 6/10/2022, em 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante:
São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura e Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:“RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.”
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809722-70.2022.8.22.0000 (PJE) AGRAVANTE: SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOSN IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (OAB/RO 17394) AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS DECISÃO Vistos. Trata-se recurso de agravo de instrumento interposto pela empresa SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de decisão nos autos originários exarada pelo Juízo da 1ª vara cível comarca de Rolim de Moura na ação de execução fiscal movida pelo MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, em que foi rejeitada exceção de pré-executividade. A referida ação de execução fiscal busca o recebimento de IPTU/ TRSD do referido contribuinte. Após a apresentação de exceção de pré-executividade, o Juízo a quo a rejeitou, determinando o prosseguimento do executivo fiscal. Em suas razões, a empresa afirma que: - é nula a CDA que embasa a execução fiscal, uma vez que Ação Civil Pública Urbanística inviabilizou a implementação do loteamento, e que o imóvel sobre qual recai a cobrança não é urbanizado, encontrando-se tal qual como no projeto, sem nenhuma melhoria, não preenchendo os requisitos necessários para cobrança de IPTU; - a cobrança viola diretamente o art. 32, §1º, do CTN e o art. 11, §3º, da Lei Municipal vigente à época, haja vista que não ocorreu o fato gerador, inviabilizando, assim, o lançamento do IPTU; - protocolou na Prefeitura municipal reclamação para suspensão de créditos tributários, o que configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito, além de ter requerido alteração de projeto urbanístico, que cancelou o projeto de implementação do loteamento do imóvel objeto da lide
(...)
No caso em tela, não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, haja vista o disposto na Súmula n. 626 do STJ, que dispõe que “a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º”. Neste sentido ainda, precedentes do STJ: [...] TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LOTEAMENTO APROVADO. ÁREA URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. LEI MUNICIPAL. AUSÊNCIA DOS MELHORAMENTOS MÍNIMOS, INDICADOS NO ART. 32, § 1º, DO CTN. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 626/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I. Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015. Incidência do Enunciado Administrativo 3/2016, do STJ (“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC)”. II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela ora recorrida, pretendendo o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de IPTU de 2007 a 2010, relativo a imóvel localizado em loteamento aprovado pelo órgão competente e incluído no perímetro urbano pela Lei municipal 7.032/98, ao fundamento único de que não observados os melhoramentos mínimos exigidos pelo art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional, para a incidência do tributo. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução, ao fundamento de que, “uma vez fixado que o imóvel encontra-se em espaço urbano, não se destinando à exploração da atividade rural, será devido o IPTU, ainda que ausentes os melhoramentos mínimos indicados no art 32, §1º, do CTN (...) Isso porque aprovado o loteamento pela Administração Pública Municipal e efetuado o seu registro, a partir do 1º dia do exercício seguinte, quando ocorre o respectivo fato gerador, passa a incidir o IPTU, (...) os imóveis pertencentes a AUFER foram incluídos no perímetro urbano pela Lei Municipal n° 7.032/98, tornando-se então área urbanizável”. Interposta a Apelação, pelo contribuinte, foi ela provida, para julgar procedente os Embargos à Execução, registrando o aresto recorrido que, tratando-se de imóveis objeto de loteamento aprovado, inseridos no perímetro urbano do Município pela Lei municipal 7.032/98, “há necessidade de ao menos dois dos melhoramentos previstos no art. 32 do CTN para que seja válida a exigência de IPTU”, aplicando ao caso o art. 32, § 1º, do CTN. III. Na forma da jurisprudência desta Corte, “a existência de previsão em lei municipal de que a área é urbanizável ou de expansão urbana, nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, afasta, para fins de incidência do IPTU, a exigência dos melhoramentos elencados no § 1º do mesmo dispositivo legal. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 26/5/2014; AgRg no Ag 672.875/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/11/2005; REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 10/10/2005” (STJ, REsp 1.655.031/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.848.802/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2020; AgInt no REsp 1.576.548/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA

TURMA, DJe de 03/08/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1.375.925/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/05/2014. IV. De fato, "tendo em vista a possibilidade de a lei municipal definir como urbana toda e qualquer área beneficiada por pelo menos dois dos melhoramentos listados nos incisos do § 1º, a exegese segundo a qual esses requisitos seriam também necessários para as áreas indicadas no § 2º tornaria dispensável a norma aí inserta. A interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contem com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (STJ, REsp 613.102/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ de 10/10/2005). V. Tal entendimento jurisprudencial restou consolidado, no âmbito da Primeira Seção deste STJ, por meio da edição da Súmula 626/STJ, no sentido de que "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN". VI. Recurso Especial conhecido e provido, para restabelecer a sentença. (STJ, REsp n. 1.903.076/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 2/3/2021) TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. COBRANÇA. ART. 32, § 1º, DO CTN. EXISTÊNCIA DE MELHORIAS NO LOCAL DO IMÓVEL. IPTU. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A Corte regional consignou que, ainda que se trate de local em fase de estudo de viabilidade de implantação do loteamento, os documentos dos autos comprovam a presença das melhorias do § 1º do art. 32 do CTN no entorno do imóvel, autorizando a cobrança do IPTU. 2. Quanto aos §§ 1º e 2º do art. 32 do CTN, "[a]interpretação que melhor atende ao sentido da norma, portanto, é a que considera passíveis de classificação como urbanos - e, por conseguinte, de incidência do IPTU - os imóveis (a) que contêm com pelo menos dois dos melhoramentos listados no § 1º ou (b) que sejam 'urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio', ainda que não dotados dos referidos melhoramentos" (REsp 613.102/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 10/10/2005; e REsp 1.903.076/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/3/2021). 3. Agravo interno não provido. (STJ AgInt no REsp n. 1.938.535/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 4/10/2021, DJe de 6/10/2021) [...] (grifamos)

Quanto à possibilidade da existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, resta prejudicada a análise do requisito, haja vista a necessidade de ocorrência de ambos simultaneamente. Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento do efeito suspensivo requerido, considerando que não restam comprovados concomitantemente nos autos os pressupostos autorizadores. Diante do exposto, indefiro o efeito suspensivo ao presente agravo, mantendo a decisão ora recorrida. Intime-se o Agravado, na forma do art. 1.019, II do CPC 2015, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos Notifique-se o juízo a quo da decisão. Publique-se. Intimem-se, servindo a presente decisão de ofício/ carta/ mandado. Porto Velho/RO, 7 de outubro de 2022. DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS Relator (DJe de 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 19/09/2022 08:46:23 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO

(...)

XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJe de 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica.

Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé

ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJ de 11/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809261-98.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 26/09/2022 12:02:47 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento interposto por São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda em face do Município de Rolim de Moura/RO

(DJe de 11/10/2022).

Agravo de Instrumento e Agravo interno n. 0811271-52.2021.8.22.0000 - PJE Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa EMENTA Agravo de instrumento e agravo interno. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso de agravo de instrumento não provido e prejudicado o agravo interno. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. Com o julgamento do mérito recursal, resta prejudicado o agravo interno contra a decisão liminar que indeferiu o pedido de efeito suspensivo à decisão agravada. (TJRO – 2ª Câmara Especial – Agravo Instrumento nº 0811271-52.2021.8.22.0000, rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, em 17/05/2022) Nesse esteio, não há qualquer violação ao art. 32 do CTN ou à CF/88, a medida em que, justamente, lhes dão eficácia a decisão em destaque. É de se ressaltar, que se desconecta com o fato gerador do tributo a existência de ação civil pública que apura a questão do loteamento, cuja cobrança tributária em nada ofenda a segurança jurídica. Com relação à suspensão do feito, temos que a decisão se encontra acertada, conquanto cabível suspensão de execução fiscal quando houver prejudicialidade externa com outra ação (especialmente coletiva). Neste sentido já decidiu o col. STJ: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283 DO STF. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. À CRITÉRIO DO JUÍZO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. […] X - No mais, tem-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, de que é cabível ao juízo aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto, quando verificada a prejudicialidade externa. Assim, não é necessária, como quer a parte recorrente, a extinção dos feitos em razão dessa prejudicialidade. A propósito: AgInt no REsp 1.679.887/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2018 e AgInt no REsp 1.614.312/PE, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/2/2017. […] XIII - Agravo interno improvido. (STJ - Segunda Turma - AgInt no AREsp 1651863 / SP, rel. Min. Francisco Falcão, em 02/09/2021). Aqui, não há violação ao postulado da segurança jurídica, ao contrário, dá-lhe efeito com a decisão prolatada. Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator

(DJe de 11/10/2022).

ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 0811394-50.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002621-02.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 02/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de Pré-Executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Na hipótese, a cobrança mostra-se devida, de forma que deve ser mantida a decisão.

(DJ de 11/10/2022)

2ª Câmara Especial Processo: 0801604-08.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002646-15.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura

Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 25/02/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Súmula do STJ. Cobrança devida. Recurso improvido. Consoante os termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". No caso versado, é devida a referida cobrança pelo Município, devendo ser mantida a decisão do juízo primevo determinando o pagamento do tributo.

(DJE de 6/10/2022)

1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Mour

Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 26/11/2021 Interposto em 14/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJe de 7/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0811274-07.2021.8.22.000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002554-37.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 24/11/2021 Interposto em 03/02/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. Agravo interno. Prejudicado. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º. (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso de agravo de instrumento e prejudicado o agravo interno.
(DJE de 7/10/2022).

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Daniel Ribeiro Lagos AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0809904-56.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO – OAB/GO 17394 AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA RELATOR: DES DANIEL RIBEIRO LAGOS
(DJe de 14/10/2022).

2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz Processo: 0809665-52.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data distribuição: 04/10/2022 13:47:38 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 14/10/2022).

Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).

Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe de 17/10/2022).

Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809779-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).

Gabinete Des. Miguel Monico - Processo:0809789-35.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394)
Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS Distribuído em 08/03/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade. 1. A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º (Súmula n. 626, STJ). 2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída. 3. Negado provimento ao recurso.
(DJe de 18/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues

da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO

Distribuído em 24/02/2022 Interposto em 27/06/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula n. 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Recurso não provido.

(DJe 18/10/2022).

2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura

Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula 626/STJ. Recurso não provido. 1. Estando devidamente instruído o agravo de instrumento para julgamento de mérito, prejudica-se o agravo interno em prestígio à celeridade, à economia processual e à duração razoável do processo. 2. É entendimento jurisprudencial, consolidado por meio da edição da Súmula 626/STJ, que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN. 3. Recurso não provido

(DJe 18/10/2022).

1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda

Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS

Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. Direito tributário. Exceção de pré-executividade. Rejeição. IPTU. Área urbanizável. Área de expansão urbana. Melhoramentos. Desnecessidade. Provas. Pré-constituição. Dilação probatória. Impossibilidade

2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda

Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO

Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Agravo interno prejudicado. Julgamento do mérito do recurso principal. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Entendimento jurisprudencial. Súmula n. 626/STJ. Recurso não provido.

2ª Câmara Especial Processo:0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura

Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO Distribuído em 01/03/2022 Interposto em 23/06/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO E AGRAVO INTERNO PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

Número do processo: 0809790-20.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do

PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se (DJE de 17/10/2022).

Número do processo: 0809522-63.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (...)

Nesse passo, considerando o art. 927, inc. III e art. 1.040, inc. II e III, do CPC, que determinam a observância obrigatória pelos órgãos fracionários do

PODER JUDICIÁRIO às decisões emanadas pelo STF em repercussão geral, deve ser negado seguimento ao recurso, monocraticamente. Isso posto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c.c art. 123, XIX do RITJRO, nego seguimento ao recurso. Realizadas as comunicações e transcorrido os prazos, certifique-se todo o necessário e arquive-se.

Gabinete Des. Miguel Monico - Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA

ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJe de 17/10/2022).
2ª Câmara Especial Processo: 0804888-24.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002647-97.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Advogado: Josué Rufino Alves (OAB/GO 29010) Advogada: Ivonildes Gomes Patriota (OAB/GO 28899) Advogado: Luciano Alves Aguiar Fanciulli (OAB/GO 41216) Advogado: Ben Hur Barros Cantuária (OAB/GO 39636) Advogada: Raíssa Silva Cunha (OAB/GO 42986) Advogado: Kelvy Rodrigues de Andrade (OAB/GO 41400) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. HIRAM DE SOUZA MARQUES Distribuído em 25/05/2022 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Rejeição de exceção de pré-executividade. Cobrança de IPTU. Loteamento registrado. Área de expansão urbana. Incidência do tributo. Lote situado em APP. Limitação administrativa que não altera a ocorrência do fato gerador. Cobrança hígida. 1. Nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, incide IPTU quanto a propriedade de imóvel objeto de loteamento nos termos da Lei n. 6.766/79, situado em área de expansão urbana, sendo prescindível a demonstração de melhoramentos. Inteligência da Súmula n. 626 do STJ. 2. Tratando-se de lote submetido à limitação administrativa ambiental (APP), cuja área foi indicada voluntariamente pelo recorrente mediante acordo formulado em ação civil pública, não há falar na não ocorrência do fato imponível do IPTU, uma vez que não houve alteração de propriedade do bem. 3. Recurso improvido
(DJe de 20/10/2022).

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo:0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 12/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.
(DJe de 21/10/2022).
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª Câmara Especial Processo: 0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 13/05/2022 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada. ABERTURA DE VISTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO: 7054718-74.2016.8.22.0001 (PJE)
(DJ de 24/10/2022).
Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0810150-52.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
(DJ de 24/10/2022).
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809670-74.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: Des. GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 04/10/2022 15:22:08 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO
(...)
Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJ e 25/10/2022).
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809661-15.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: Des. GLODNER LUIZ PAULETTO Data distribuição: 04/10/2022 13:20:15 Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e outros Advogado do(a) AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - GO17394-A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA RELATÓRIO
(...)
Assim, a decisão de primeiro grau que rejeitou a objeção posta pela agravante bem como suspendeu o executivo fiscal, é legítima merecendo, portanto, ser mantida. Dispositivo: Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do CPC c/c art. 123, XIX, do RITJRO, bem como de acordo com a Súmula 568 do col. STJ e do RE 1294053, do STF, nego provimento ao recurso. Ressalto à parte que, em razão da questão ter sido decidida com base em súmula, novos expedientes serão considerados protelatórios e de má-fé ensejando as penalidades

processuais cabíveis. Intime-se e comunique-se, servindo esta de carta/ofício. Desembargador Glodner Luiz Pauletto relator (DJe erde 25/10/2022)

Diversos outros acórdãos envolvendo a São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda e o Município de Rolim de Moura publicados no DJe do dia 25/10/2022.

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0809671-59.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/2ª Vara Cível/7007101-18.2021.8.22.0010 Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17.394) Agravado: Município de Rolim de Moura Relator: Des. Gilberto Barbosa DECISÃO Vistos etc., Cuida-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela empresa São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. contra decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Rolim de Moura que, rejeitando exceção de pré-executividade, determinou o prosseguimento da execução fiscal de crédito de IPTU e de taxa de remoção de resíduos do imóvel quadra 34A, lote 37, Residencial Cidade Jardim, naquele Município.

(DJ de 27/10/2022).

A título de exemplo, apenas publicados no DJe/TJRO desta semana (dia 21/3/2023) há diversos acórdãos sobre este mesmo assunto (incidência de IPTU no "Loteamento Cidade Jardim – Buriti"), envolvendo as mesmas partes e mesmos Patronos, tratando-se de matéria recorrente no E. TJRO. A propósito, vide:

2ª Câmara Especial Processo: 0809010-80.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002235-30.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 16/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte, devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.

(DJE de 21/3/2023).

2ª Câmara Especial Processo: 0808586-38.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002068-13.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394)

Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 05/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula n. 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte, devida a referida cobrança pelo Município agravado, impondo-se a manutenção da decisão hostilizada.

(DJE de 21/3/2023).

2ª Câmara Especial Processo:0808427-95.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002612-40.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 01/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.

(DJE de 21/3/2023).

2ª Câmara Especial Processo: 0808535-27.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002557-89.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 02/09/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.

(DJE de 21/3/2023).

2ª Câmara Especial Processo:0809665-52.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002455-28.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Distribuído em 04/10/2022 Adiado em 14/02/2023 Decisão:"RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Execução fiscal. IPTU. Exceção de pré-executividade. Alegação de nulidade da cobrança por ausência de urbanização do imóvel. Direito sumular. Cobrança devida. Recurso improvido. Nos termos da Súmula 626 do STJ, "a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no CTN, art. 32, § 1º, do CTN". Destarte devida a referida cobrança pelo Município agravado, devendo ser mantida a decisão ora guerreada.

(DJE de 21/3/2023).

No DJe da última sexta-feira (dia 17/3/2023)

2ª Câmara Especial Processo: 0808430-50.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002232-75.2022.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha

Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura
Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES Distribuído em 01/09/2022 Decisão: "REJEITADA A ALEGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DO CRÉDITO, E NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." EMENTA Agravo de instrumento. Rejeição de exceção de pré-executividade. Cobrança de IPTU. Loteamento registrado. Área de expansão urbana. Incidência do tributo. Lote situado em APP. Limitação administrativa que não altera a ocorrência do fato gerador. Cobrança hígida. 1. Nos termos do § 2º do art. 32 do CTN, incide IPTU quanto à propriedade de imóvel objeto de loteamento nos termos da Lei n. 6.766/79, situado em área de expansão urbana, sendo prescindível a demonstração de melhoramentos. Inteligência da Súmula n. 626 do STJ. 2. Tratando-se de lote submetido à limitação administrativa ambiental (APP), cuja área foi indicada voluntariamente pelo recorrente mediante acordo formulado em ação civil pública, não há falar na não ocorrência do fato imponível do IPTU, uma vez que não houve alteração de propriedade do bem. 3. Recurso improvido.
(DJE de 17/3/2023).
É pacífico que a SÃO TOMAS tem de pagar os tributos da área em questão (Loteamento "Cidade Jardim" – Buriti), por ser proprietária do imóvel. Tem mais de cem acórdãos sobre isso.
E poderia citar ainda tantos outros acórdãos envolvendo o Loteamento Buriti/"Cidade Jardim", de responsabilidade da loteadora/incorporadora São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda e o Município de Rolim de Moura.
A Executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA tem loteamentos em quase todo território nacional, em cerca de dez a onze Estados da Federação, conforme croqui e demais atos juntados pela própria SÃO TOMÁS na ACP n.º 0006366-51.2014.822.0010 (já sentenciada em dezembro de 2022) tendo plenas condições de recolher os tributos. Quem tem loteamento em tantos Estados da Federação sabe que tem de pagar IPTU dos aludidos imóveis respeitada eventual opinião em sentido contrário.
Além disso, observe-se as atividades desempenhadas pelo grupo SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA:
4110-7/00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários 6462-0/00 - Holdings de instituições não financeiras 6810-2/03 - Loteamento de imóveis próprios (extraído de https://transparencia.cc/dados/cnpj/14294578000102-RO-sao-tomas-empreendimentos-imobiliarios-e-participacoes-ltda/)
No cadastro nacional da pessoa jurídica trazido em centenas de processos desta executada constam como atividades da SÃO TOMÁS:
68.10-2-03 - Loteamento de imóveis próprios
41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários
64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras
Por isso, a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA tem plena ciência de que deve pagar IPTU.
Visto dezenas, centenas de acórdãos, cuja matéria é incontroversa e pacificada no âmbito das duas Câmaras Especiais do TJRO, nada a reparar pela via da exceção de preexecutividade.
d) Superada a questão da exceção de preexecutividde e sua flagrante rejeição, atento à matéria cognoscível e regularidade processual, não podemos deixar de mencionar o uso abusivo e predatório do sistema de Justiça por parte dos litigantes. Explico:
A SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o Município de Rolim de Moura são os maiores litigantes desta Comarca. Apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
A propósito, a SÃO TOMÁS era e é a loteadora/incorporadora responsável pela Incorporadora Buriti (responsável pelo loteamento conhecido como "Cidade Jardim"), localizado depois do campus da UNIR, lado direito, na saída de Rolim de Moura para BR364. Isso é incontroverso e notório. São mais de 2.000 terrenos este loteamento (mais exatos, cerca de 2.293 terrenos).
A própria SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA reconhece que o loteamento "Cidade Jardim" e cuja "ÁREA A SER LOTEADA corresponde a 793.546,78m2 (Setecentos e noventa e três mil, quinhentos e quarenta e seis vírgula, setenta e oito metros quadrados), composta por 60 (sessenta) quadras, contendo 2.293 (Dois mil, duzentos noventa e três) lotes...".., conforme manifestação feita nos autos de Agravo de Instrumento 0809525-18.2022.8.22.0000, publicado no DJe de 27/2/2023, pp. 137-138 (Rel. Des. HIRAM SOUZA MARQUES) e Agravo de Instrumento 0809029-86.2022.8.22.0000, publicado no DJe de 27/2/2023, pp. 141-142 (ambos de Relatoria do Des. HIRAM SOUZA MARQUES). São mais de dois mil terrenos e execuções fiscais apenas entre estas partes. Sem contar os tantos embargos e incidentes processuais.
Como bem observado pelo Des. Miguel Monico no DJe de ontem (dia 23/3/2023, p. 182) a SÃO TOMÁS é reiterada litigante:
Número do processo: 7002041-30.2022.8.22.0010 Classe: Apelação Cível Polo Ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Vistos. Trata-se de recursos de apelação contra sentença que indeferiu a petição inicial. Como cediço, o Código de Processo Civil de 2015 é imperativo ao dispor que, nos casos de indeferimento da inicial, interposta apelação, além de ser facultado ao juiz exercer o juízo de retratação, a parte ré deve ser citada para responder o recurso. Confira-se: Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se. § 1º Se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso. § 2º Sendo a sentença reformada pelo tribunal, o prazo para a contestação começará a correr da intimação do retorno dos autos, observado o disposto no art. 334 . § 3º Não interposta a apelação, o réu será intimado do trânsito em julgado da sentença. Na hipótese, apesar do juízo de primeiro grau, em sua sentença, já antecipar que, havendo recurso, não se retrata e determinando a citação/ intimação da executada para contrarrazões (ID. 18455556, pág. 11), não houve intimação da parte executada para responder o recurso. Nota-se que, interposto o recurso (ID. 18455557), os autos foram imediatamente encaminhados a esta Corte para análise do recurso. Aliás, reiteradamente os recursos de processos originários da Comarca de Rolim de Moura são remetidos a esta Corte sem a observância do art. 331 do CPC ou art. 485, §7º, CPC, inclusive os envolvendo a empresa São Tomás, a qual, como é sabido, é identificada e atuante em vários processos naquela comarca. Cito como exemplo, ainda, os autos n. 7007697-02.2021.8.22.0010 e 7010110-85.2021.8.22.0010. Isso posto, determino, com fundamento no art. 331, §1º, do Código de Processo Civil, que seja solicitado ao juízo de primeiro grau, mediante carta de ordem, a citação da parte requerida, a fim de, querendo, responda o recurso, nos termos já constantes na sentença recorrida. Após, voltem-me os autos conclusos. Sirva a presente decisão como mandado/ofício/carta de ordem. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho, data da assinatura digital. Desembargador Miguel Monico Neto Relator
(DJe 23/3/2023).
Atento ao elevado custo processual que este tipo de lide acarreta aos Cofres Públicos, consigno as ponderações feitas pela DD. Presidência do TJRO e Des. José Jorge Ribeiro da Luz durante a sessão do Tribunal Pleno Administrativo, realizada dia 14/3/2022, cuja ata se encontra publicada no DJe 18/3/2022, pp. 117-118, mencionando que devem ser evitadas execuções fiscais que não traduzam em resultados efetivos:

"...o Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz esclareceu ser o Presidente do Centro de Inteligência da Justiça Estadual de Rondônia - CIJERO - que tem como objetivo evitar ou levantar as demandas predatórias, sem se olvidar de outras medidas próprias que deverão ser tomadas, com todos os prefeitos dos municípios de Rondônia, a fim de viabilizar proposta de lei permitindo-se a dispensa do ajuizamento das execuções fiscais de pequeno valor. Comunicou que foi designada uma reunião virtual a ser realizada via Google Meet "Tribunal de Justiça de Rondônia e AROM", para o próximo dia 17/03/2022 em que fará a apresentação do Novo Projeto de Conciliação para os Prefeitos e Prefeitas. Comunicou ainda que soube que este Tribunal de Justiça – TJRO, em conjunto com o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RO, também está trabalhando no mesmo sentido, mas em raias distintas, e colocou-se à disposição para trabalhar em conjunto, para somar esforços na busca de resultado que seja do absoluto interesse do
PODER JUDICIÁRIO (...) Na sequência, o Presidente esclareceu que, com relação ao uso predatório do Judiciário, o assunto evoluiu após visita institucional ao Tribunal de Contas, para outra finalidade. Sugeriu que esse trabalho do CIJERO fosse realizado em conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça. Disse ainda que há um projeto avaliado pelo TCE/RO no que toca à eventual dispensa de ajuizamento de ações de pequeno valor em que as Prefeituras o fazem na medida que o TCE/RO exige, para que não respondam por improbidade administrativa. Finalizou, reforçando que o trabalho seja realizado com a Corregedoria-Geral da Justiça para que haja sintonia de esforços..."
Neste sentido, notícia e entendimento do E. TJRO em: https://www.tjro.jus.br/noticias/item/16071-tjro-e-tce-discutem-adesao-de-municipios-a-meios-extrajudiciais-de-recuperacao-de-ativos; https://www.tjro.jus.br/noticias/item/16361-corregedoria-geral-debate-com-tce-mpc-pge-aperfeicoamento-de-processos-de-execucao-fiscal-para-cobranca-de-creditos-da-administracao-publica e evento vento com participação do TCE-RO, MP de Contas-RO, MP-RO e PGE-RO que pode ser visto em https://www.youtube.com/watch?v=yQBC5rThjq8.
Consigno que no pronunciamento do Procurador do Estado (Dr. Danilo Cavalcante) no evento acima, consta a seguinte observação: abaixo de 10 (dez) UPF´s o Estado de Rondônia é proibido de ajuizar execução fiscal. Como cada UPF-RO tem o valor atual de R$ 102,48, abaixo do valor de R$ 1.024,80 o Estado está proibido de deve ajuizar execução fiscal, justamente porque o custo do processo não compensa valor a receber – isso caso receba.
No aludido evento o Des. José Jorge Ribeiro da Luz demonstra que 68% das execuções fiscais ajuizadas desde 2017 a 2021 têm valores inferiores a R$ 2.000,00, caso destes autos. Apenas um mandado já custa mais de 100,00R$ isso apenas com a diligência do Oficial de Justiça, sem contar os demais custos cartorários. Ao contrário, a movimentação de uma execução fiscal custa aos cofres públicos atualmente cerca de R$ 4.800,00, em média. Boa parte dos valores a receber da SÃO TOMÁS são inferiores a isso.
O Des. José Jorge da Luz demonstra que um processo desta natureza é inviável para todos, inclusive para o exequente, considerando seus custos. Vide: https://www.tjro.jus.br/noticias/item/16501-e-absolutamente-inviavel-o-ajuizamento-de-execucoes-fiscais-com-valores-baixos-destaca-desembargador-jose-jorge-em-encontro-de-execucao-fiscal
No mesmo sentido acima, pronunciamento do Des. José Jorge Ribeiro da Luz e do Presidente do TJRO – Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia - defendendo a racionalização dos recursos do Judiciário e combate ao uso predatório (e lícito) da Justiça, durante sessão do Tribunal Pleno Administrativo realizada dia 23/5/2022.
Por fim, o Dr. Fabio de Souza (da PGE) também aponta dados sobre a desjudicialização das execuções fiscais. Valores abaixo de 1.000UPF´s (R$ 102.480,00) nem sempre são cobrados pelo Estado, demonstrando que medidas extrajudiciais podem ser mais efetivas. Até o prazo da cobrança resta mais efetivo com a negativação direta e protesto (segundo o ali demonstrado o pagamento ocorre entre 7 a 8 dias na cobrança extrajudicial contra 334 dias na cobrança judicial). Ou seja, até o Poder Público – credor - é o mais beneficiado, porque recebe mais rapidamente. Havendo alguma sobre dúvida os dados acima apontados, isso pode ser assistido no canal do TJRO link a seguir: https://www.youtube.com/watch?v=yQBC5rThjq8.
Seguido por notícia em que se informa a enorme quantidade de execuções fiscais: https://www.conjur.com.br/2022-mar-13/siqueira-rocha-macrolitigancia-fiscal.
É notória a litigiosidade entre o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, o que ocasiona transtornos em ambas Unidades Judiciárias desta Comarca, conforme constatado pelo E. TJRO. Concito a todos: vamos colaborar com o andamento processual, pois este tipo de conduta traz prejuízos tanto ao Município de Rolim de Moura, que deixa de receber boa parte seus créditos em tempo razoável, bem como a SÃO TOMÁS, que vem sofrendo sucessivos insucessos recursais junto ao E. TJRO, fato que pode ser visto em centenas de processos, agravos, exceções de preexecutividade, impugnações, etc. A título de exemplo, vou citar apenas os processos abaixo (de todos Desembargadores relatores), mas poderia citar dezenas de tantos outros:
- 1ª Câmara Especial Processo: 0801879-54.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002644-45.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível - Relator: DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS (DJe de 18/10/2022);
- 1ª Câmara Especial/Gabinete Des. Glodner Pauletto Processo: 0809033-26.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: GLODNER LUIZ PAULETTO (DJE 11/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0801545-20.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002636-68.2018.8.22.0010 - Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO (DJe de 18/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0801681-17.2022.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002552-67.2018.8.22.0010 - Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO (DJe de 18/10/2022);
- Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0809779-88.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA (DJ de 17/10/2022);
- Gabinete Des. Miguel Monico - Processo: 0809789-35.2022.8.22.0000 AGRAVANTE: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA (DJe de 17/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0804888-24.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002647-97.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda - Relator: DES. HIRAM DE SOUZA MARQUES (DJe 20/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0804504-61.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002615-92.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda - Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA (DJe de 21/10/2022);
- 2ª Câmara Especial Processo: 0804569-56.2022.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002109-19.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda Advogado: Roseval Rodrigues da Cunha Filho (OAB/GO 17394) Agravado: Município de Rolim de Moura Procurador: Procurador-Geral do Município de Rolim de Moura Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA (DJe de 24/10/2022);

Gabinete Des. Miguel Monico - Número do processo: 0810150-52.2022.8.22.0000 (24/10/2022);
- Gabinete Des. Hiram Souza Marques - Número do processo: 0810888- 40.2022.8.22.0000 Classe: Agravo de Instrumento Polo Ativo: SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA ADVOGADO DO AGRAVANTE: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB nº GO17394A Polo Passivo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA ADVOGADO DO AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (DJe de 28/2/2023);
- 1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Gilberto Barbosa Agravo de Instrumento n. 0807753-20.2022.8.22.0000 Origem: Rolim de Moura/1ª Vara Cível/7002393-85.2022.8.22.0010 Agravante: São Tomás Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. (DJe de 1/3/2023) e
- 1ª Câmara Especial Processo: 0811382-36.2021.8.22.0000 Agravo e Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7002105-79.2018.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível
Agravante: São Tomas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda)
Agravado: Município de Rolim de Moura
DES. DANIEL RIBEIRO LAGOS (DJe de 07/10/2022).
A título de observação, basta olhar quantos processos envolvendo a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA estão pautados para a próxima sessão de julgamento, a se realizar no dia 16/3/2023, conforme publicação no DJE de 7/3/2023 p. e ss.
Todos DD. Desembargadores relatores nas Câmaras Especiais conhecem a litigiosidade havida entre o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. E isso prejudica sobremaneira o andamento dos trabalhos nesta Comarca, pois se contados (de forma numérica) apenas os processos do MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA teria que haver uma vara específica apenas para estes litigantes.
Há muito que ambos Juízos desta Comarca vêm advertindo o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e a SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA sobre este excesso de litigiosidade que abarrota o
PODER JUDICIÁRIO.
Conforme já dito anteriormente, apenas entre a SÃO TOMÁS e Município de Rolim de Moura há cerca 2.000 processos em curso ou até mais (basta acessar o PJE).
Recentemente houve a criação do Núcleo de Justiça 4.0, conforme Ato nº 993/2022, publicado no DJe de 1/8/2022, com intuito de padronizar a movimentação processual e otimizar a rotina das Unidades Judiciárias (Varas).
O Ato Conjunto n. 022/2021-PR-CGJ, alterado pelo Ato Conjunto n. 015/2022-PR-CGJ, instalou o 1º Núcleo de Justiça 4.0 do
PODER JUDICIÁRIO do Estado de Rondônia, com especialização nas demandas judiciais de execuções fiscais estaduais e municipais, com abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o Estado.
Os objetivos deste Núcleo especializado são prevenir decisões contraditórias sobre o mesmo tema e, ao mesmo tempo, padronizar a tramitação processual. Neste Núcleo de Justiça a execução fiscal terá tramitação mais rápida, até pela especificidade da matéria e quantidade de magistrados lá lotados, com competência especial. A título de ilustração, basta ver as decisões proferidas nos autos 7008175-73.2022.8.22.0010, 7008169-66.2022.8.22.0010, 7008187-87.2022.8.22.0010, 7008238-98.2022.8.22.0010, 7008253-67.2022.8.22.0010, 7008256-22.2022.8.22.0010, 7008255-37.2022.8.22.0010, 7008225-02.2022.8.22.0010, todas publicadas no DJE de 29/11/2022, pp. 378-379 e ss. bem como e seu alto grau de especificidade. E também pode ser observado no DJE de 08/12/2022.
Já foram conferidas inúmeras oportunidades para o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA se manifestar a respeito do interesse na remessa das execuções fiscais distribuídas antes de 1/8/2022 para o 1º Núcleo de Justiça 4.0.
Porém, tanto o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA quanto a executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA manifestaram o desinteresse no envio das execuções fiscais em curso para referido Núcleo. Ambos vêm reafirmando não ter interesse nos processos em que são partes tramitem no referido Núcleo e preferem continuar litigando.
A remessa destas milhares de execuções fiscais para o 1º Núcleo de Justiça 4.0 poderia ser benéfica tanto para o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e para a executada SÃO TOMÁS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, que poderiam priorizar a tramitação de seus processos e padronizar suas manifestações nos autos. Atentem-se ambos aos arts. 4.º e 6.º do CPC.
Mas não, insistem na litigiosidade prejudicando aos demais jurisdicionados (com a demora processual), ao TJRO no cumprimento das Metas do CNJ e, em última análise, prejudicando a si mesmos, pois processos poderiam ter solução mais rápida (no caso em interesse do Município em receber seu créditos) ou com menor custo (para a São Tomás).
Faço estas observações, pois como provavelmente virá(virão) agravo(s), embargo(s), apelação(ões), impugnações e outros incidentes, a exemplo de centenas de processos envolvendo estes litigantes não podemos ignorar a realidade processual e da Comarca.
Diante do exposto, delimitada a responsabilidade tributária das partes seja por matérias do direito administrativo, tributário, regulamentos urbanísticos - loteamentos e incorporações; ofensas a normas ambientais e sanitárias discutidas na ACP 0006366-51.2014.822.0010), todas já devidamente apreciadas pelo Juízo, não há se falar em outros questionamentos.
Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.
No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).
O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado. Observe-se que não é necessário pronunciamento obrigatório sobre todas ideias trazidas aos autos, notadamente quando ficam prejudicados pelos demais pontos já apreciados. Neste sentido, o E. TJRO em acórdão recentíssimo – de 21/2/2022 - 2ª Câmara Cível / Gabinete Des. José Torres Ferreira Processo: 0810938-03.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO e 21/07/2021 0001389-45.2016.8.22.0010 Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno (DJe 2/8/2021).
Como são diversos argumentos, a fim de que não sejam opostos embargos de declaração com finalidade de rediscutir fatos, provas e/ou prazos, observe-se que não é necessário pronunciamento obrigatório sobre todas ideias trazidas aos autos, notadamente quando ficam prejudicados pelos demais pontos já apreciados. Neste sentido, o E. TJRO em acórdão recente – 1/6/2022: "2ª Câmara Especial Proces-

so: 7001844-17.2018.8.22.0010 Embargos de Declaração em Apelação (PJe) Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Opostos em 27/01/2022 Decisão: "EMBARGOS NÃO PROVIDOS, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Embargos de declaração. Alegação de omissão. Não ocorrência. Rediscussão da matéria. Impossibilidade. Vício inexistente. Prequestionamento. Desnecessidade. Recurso não provido. Os embargos de declaração são cabíveis somente para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material, jamais para rediscussão da matéria já apreciada. A lei processual civil, no seu art. 489, § 1º, inciso IV, preconiza que o magistrado está obrigado a examinar os argumentos capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusão adotada pelo julgador, não exatamente todas aquelas invocadas pela parte. Apresentando o julgado fundamentação coerente com o que foi debatido nos autos e estabelecendo as premissas de sua conclusão com base nos elementos probatórios trazidos, não há que se falar em nulidade ou rediscussão de teses..."
No mesmo sentido, o E. TJRO: 2ª Câmara Cível/Gabinete Des. José Torres Ferreira Processo: 0810938-03.2021.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (DJe de 21/07/2021).
E recentíssimo julgado do E. TJRO em:
1ª Câmara Especial Processo: 7057535-09.2019.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (PJe) Advogado: Thiago Maia de Carvalho (OAB/RO 7472) Embargado: Estado de Rondônia Procurador: Procurador-Geral do Estado de Rondônia Relator: DES. GLODNER LUIZ PAULETTO Opostos em 31/08/2022 Decisão:"EMBARGOS NÃO PROVIDOS, À UNANIMIDADE." EMENTA Embargos de declaração. Omissão. Embargos não providos. 1. Os embargos apresentados, em verdade, pretendem rediscutir matéria, o que não é permitido em sede de embargos de declaração, já que a fundamentação é vinculada às hipóteses de omissão, obscuridade, contradição. 2. Caso haja motivo suficiente para proferir a decisão, não há obrigatoriedade de o órgão julgador se manifestar sobre todas as questões trazidas pelas partes. 3. Embargos não providos.
(DJ de 2/3/2023).
Processo: 7000086-66.2019.8.22.0010 - APELAÇÃO CÍVEL Origem: 7000086-66.2019.8.22.0010
Relator: Desembargador TORRES FERREIRA
Data distribuição: 07/06/2022 05:35:43
(...)
Por fim, ressalto que o julgador não é obrigado a enfrentar um a um os argumentos deduzidos pelas partes. O contexto geral do julgado demonstra quais foram acolhidos e/ou rejeitados, pelo que, advirto, evitando decisão surpresa ou de terceira via (art. 10 do CPC), que em caso de interposição de recurso meramente protelatório poderá a parte que assim o fizer incorrer nas sanções previstas no artigos 77, § 2º, 81 ou 1.026, § 2º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se. Após o transcurso do prazo, certificando, devolva a origem. Porto Velho/RO, data da assinatura no sistema. Desembargador Torres Ferreira Relator
(DJe de 03/11/2022, p. 58).
Por fim: 0811086-77.2022.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJE), Desembargador Torres Ferreira Relator
(DJe de 23/11/2022, p. 61-62).
Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos, pois incide tributo sobre a área em questão.
III - DISPOSITIVO:
Ante o exposto e considerando tudo que dos autos consta, com fundamento nos arts. 156, I, da Constituição Federal e 32 a 34, do CTN, c/c Súmula 626 do C. STJ, bem como reiterados precedentes do TJRO acima expostos, REJEITO A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE apresentada por SAO TOMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e determino o regular prosseguimento da Execução Fiscal.
Custas incabíveis neste incidente.
Honorários indevidos neste incidente (exceção de pré-executividade que fora rejeitada), conforme entendimento do E. TJRO em:
1ª Câmara Especial Processo: 0804149-22.2020.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe) Origem: 7004123-39.2019.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: Município de Rolim de Moura Procuradora: Florisbela Lima (OAB/RO 3138) Agravado: João Eurípedes Teodoro de Farias Advogado: Sérgio Martins (OAB/RO 3215) Relator: DES. HIRAM SOUZA MARQUES Redistribuído em 08/06/2020 DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE." EMENTA Agravo de Instrumento. Majoração de Honorários. Tema 421 do STJ. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Condenação indevida. Recurso não provido. A rejeição da exceção de pré-executividade não gera direito a honorários, pois estes já serão fixados na execução, que perdura em trâmite. Precedentes do STJ e desta Corte.
(DJe 16/3/2022).
2ªCÂMARAESPECIALACÓRDÃOProcesso:0804168-28.2020.8.22.0000AgravodeInstrumento(PJe)Origem:7004151.07.2019.822.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível Agravante: Município de Rolim de Moura Procuradora: Florisbela Lima (OAB/RO 3138) Agravado: João Euripedis Teodoro de Farias Advogado: Sérgio Martins (OAB/RO 3215) Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Redistribuído em 09/06/2020 DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE." EMENTA: Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se acolhida a exceção, ainda que parcial.
(DJe de 22/9/2020).
Processo: 0804167-43.2020.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
EMENTA Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se acolhida a exceção, ainda que parcial.
"...Concludentemente, no caso em exame, não só mostra-se indevida a majoração dos honorários, como também é indevida a própria fixação da verba quando da rejeição da exceção de pré-executividade, em qualquer percentual, em razão dos fundamentos da tese fixado no Tema Repetitivo nº 421 do STJ. Em face do exposto, nego provimento ao recurso. É como voto. EMENTA Agravo de Instrumento. Majoração de Honorários. Tema 421 do STJ. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Condenação indevida. Recurso não provido. A rejeição da exceção de pré-executividade não gera direito a honorários, pois estes já serão fixados na execução, que perdura em trâmite. Precedentes do STJ e desta Corte.
0804149-22.2020.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Relator: HIRAM SOUZA MARQUES
2ª CÂMARA ESPECIAL ACÓRDÃO Processo: 0804150-07.2020.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)

Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Redistribuído em 08/06/2020
DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE."
EMENTA: Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Honorários. Indevida a condenação. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual em caso de rejeição da exceção de pré-executividade, tendo em vista que os honorários já serão arbitrados na execução fiscal a qual terá continuidade, não é devida a fixação de verba honorária. Diferente se a colhida a exceção, ainda que parcial.
(DJe de 12/2/2021).
Independentemente do transcurso do prazo recursal, prossiga-se na Execução Fiscal, devendo o Exequente informar seu crédito atualizado, incluindo o valor dos honorários e indicar bens à penhora.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado e atento à matéria cognoscível.
Dê-se ciência à PGM.
Intimem-se na pessoa dos Procuradores constituídos.
Sendo apresentados recursos, ciência à parte contrária para contrarrazões, independente de nova deliberação, devendo a CPE proceder às intimações e certificações necessárias.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto.
Sendo apresentado recurso ou outro expediente, sem qualquer fato ou documento novo, desde já mantenho a decisão ora proferida tendo por base o entendimento acima exposto. Havendo pedido de informações em Agravo de Instrumento, SIRVA-SE esta decisão de informações e ofício – OF/GAB-2VCiv-RM, de ___/___/2023.
Rolim de Moura, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Jeferson Cristi Tessila Melo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Telefone: (69) 3449-3710, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000 - Fone:(69) 34422268
e-mail: interiorfiscaiscpe@tjro.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
Execução Fiscal PJe
Processo: 7002270-87.2022.8.22.0010
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Exequente: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Executado: DISMOBRAS IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS S/A
CDA's: 250/2022
CITAÇÃO DO EXECUTADO: DISMOBRAS IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS S/A
FINALIDADE: Citação para PAGAR, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do prazo do Edital, a dívida a seguir identificada, com juros, correção e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pelo exequente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação, conforme despacho abaixo.
VALOR DA CAUSA: R$ 9.665,21 - Atualizado até 07/04/2022 (será atualizada na data do efetivo pagamento).
OBSERVAÇÃO: Não tendo o executado condições de constituir advogado, este deverá procurar a Defensoria Pública Estadual.
Rolim de Moura/RO, Segunda-feira, 17 de Julho de 2023.
MARIA GABRIELLA DANTAS FERREIRA
(Assinatura Digital)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Rolim de Moura - 2ª Vara Cível
Av. João Pessoa, 4555, Telefone: (69) 3449-3710, Centro, Rolim de Moura - RO - CEP: 76940-000
e-mail: cperolimdemoura@tjro.jus.br
Processo : 7003175-58.2023.8.22.0010
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO JURUENA SICREDI UNIVALES MT
Advogado do(a) AUTOR: GERSON DA SILVA OLIVEIRA - MT8350-O
REU: HELIO MARCOS
INTIMAÇÃO AUTOR/RÉU - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência nos Termos do Provimento 018/2020-CG, ficam os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 25/09/2023 08:00

INSTRUÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AUDIÊNCIA:
COMO ENTRAR NA AUDIÊNCIA: aguardar chamada de vídeo pelo whatsapp que receberá no dia e hora marcado no item anterior.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. Deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 7° III, Prov. 018/2020-CG);
2. Deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO; (art. 7° V, Prov. 018/2020-CG);
3. Atualizar o aplicativo no celular ou no computador;
4. Certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência;
5. Certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente;
6. Manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS:
1. O advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 2°, § 1°, Prov. 018/2020-CG);
2. As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 7° II, Prov. 018/2020-CG);
3. Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 7° IV, Prov. 018/2020-CG);
4. Assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 7° VII, Prov. 018/2020-CG);
5. Pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 7° VIII, Prov. 018/2020-CG);
6. Em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 7° IX, Prov. 018/2020-CG);
7. Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 7° X, Prov. 018/2020-CG);
8. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 7° XI, Prov. 018/2020-CG);
9. A falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 7° XII, Prov. 018/2020-CG);
10. Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 7° XIII, Prov. 018/2020-CG);
11. Se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 7° XIX, Prov. 018/2020-CG);
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS:
1. Os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7° I, Prov. 018/2020-CG);
2. Nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XIV, Prov. 018/2020-CG);
3. Nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XV, Prov. 018/2020-CG);
4. Nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 7° XVI, Prov. 018/2020-CG);
5. Nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XVII, Prov. 018/2020-CG);
6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7° XVIII, Prov. 018/2020-CG);
7. Havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 7° XX, Prov. 018/2020-CG);

COMARCA DE VILHENA

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7006850-17.2023.8.22.0014
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: M. DE ALMEIDA MACHADO CELULARES - EPP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCELO DE ALMEIDA MACHADO, OAB nº RO12115
EXECUTADO: JENNY STEFANY ALEYNE DOS SANTOS, RUA: BOM JESUS 820, RESIDENCIAL SETOR INDUSTRIAL - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
R$ 217,06
DECISÃO SERVINDO DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Cite-se o executado para pagar em 3 dias, contados da citação, sob pena de penhora.
Não efetuado o pagamento, proceda-se à penhora, avaliação e intimação do executado. Saliento ao executado que o prazo para opor embargos será até a audiência de conciliação, nos próprios autos da execução (Lei 9.099/95, art. 52, IX).
Efetivada a penhora, encaminhem-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação (Lei 9.099/95, art. 53, §1º).
Servirá esta decisão como mandado/carta precatória de citação, penhora, depósito, avaliação e intimação, a ser cumprido no endereço declinado na inicial.
Esta decisão servirá como certidão para fins de aplicação do art. 828 do CPC, porque ao determinar a citação a execução foi admitida.
Vilhena, 16 de julho de 2023
Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7000937-25.2021.8.22.0014
EXEQUENTE: WANNIA AMORIM DE OLIVEIRA 01322825181, AVENIDA PARANÁ 1418 ALTO ALEGRE - 76985-294 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KASSIA DE SOUZA MORAES TEIXEIRA, OAB nº RO9325
EXECUTADO: ELISANGELA CARLOS RODRIGUES, AV BERNARDO SAYAO 2447 VL STA TEREZINHA - 75400-000 - INHUMAS - GOIÁS
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 640,01
SENTENÇA
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da LJE.
Decido.
Não há previsão legal para citação por hora certa no âmbito dos Juizados Especiais de modo que indefiro o pedido. Não se permite a penhora de bens antes da citação motivo pelo qual indefiro tal pedido.
Em casos como tais a lei permite a extinção do feito de imediato, evitando-se sua eternização, com prejuízo às partes e à própria justiça, posto que incabível a citação via editalícia, salvo em caso de execução e se existentes bens para penhora, o que não é o caso.
Assim, diante do exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem julgamento de seu mérito nos termos do artigo 53, §4º, da LJE, podendo a parte requerente promover o desarquivamento no sistema PJe se localizado o requerido ou bens de sua propriedade.
Publicação e registros automáticos.
Intimem-se as partes.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei nº. 9.099/95.
Aguarde-se o decurso de prazo recursal, caso nada seja requerido, certifique-se o trânsito e arquive-se.
SERVE CÓPIA COMO MANDADO.
Vilhena,16 de julho de 2023.
Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7006700-36.2023.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível Direito de Imagem, Obrigação de Fazer / Não Fazer
AUTORES: RAIZA COSTA CAVALCANTI, MARCO ANTONIO DA NOBREGA NORONHA, LEANDRO MACEDO, VANESSA MARIANY

FIGUEREDO BORGES
ADVOGADO DOS AUTORES: RAIZA COSTA CAVALCANTI, OAB nº MT6478
REU: HOTEL URBANO VIAGENS E TURISMO S. A., CNPJ nº 12954744000124, AVENIDA AYRTON SENNA 2150, BLOCO I, SALA 204 BARRA DA TIJUCA - 22775-003 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
DECISÃO
Acolho a emenda.
Inverto os encargos probatórios em benefício da parte requerente/consumidora, hipossuficiente na relação de consumo que teria maiores dificuldades de produzir provas sobre fatos que poderiam somente constar de documentos e cadastros da parte requerida.
Para a concessão da tutela de urgência, necessário a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (art. 300 do CPC).
Há probabilidade no direito invocado pelos autores, inclusive porque comprovaram o pagamento das reservas e a consequente não disponibilização das datas para realização da viagem. De outro turno é flagrante o perigo consistente na demorada requerida em disponibilizar as reservas, pois as datas pretendidas para gozo do pacote estão próximas e, se acaso não realizadas as marcações, poderão perder o período de férias previamente planejadas.
Assim, em tutela provisória de urgência (CPC/2015, art. 300) DEFIRO em parte o pedido de tutela antecipada de urgência para que a parte requerida proceda a disponibilização da reserva em nome do requerente para uma das datas compreendidas entre 13/08/2023, 20/08/2023 e 27/08/2023, com a finalidade de que seja realizada a viagem, emitindo as passagens aéreas, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais) até o limite de R$ 1.200,00, em caso de descumprimento.
Intime-se a parte requerida desta decisão.
Encaminhe-se estes autos ao CEJUSC para realização da audiência de conciliação designada para o dia 13/11/2023, expedindo-se os mandados necessários para intimação e citação das partes (Resolução n° 146/2020-PR). A audiência será realizada virtualmente.
Cite-se e intime-se a parte requerida, com as advertências do procedimento sumaríssimo e para a audiência de conciliação designada, fazendo constar no mandado que, no caso de ausência à audiência de conciliação de representante, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial, salvo se do contrário resultar da convicção deste juízo (art. 20 da Lei n. 9.099/95), bem como que, caso não haja acordo, deverá apresentar resposta escrita até a audiência de conciliação, acompanhada de documentos e rol de testemunhas, especificando as provas que pretende produzir, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento.
Intime-se a parte autora, advertindo-a de que sua ausência poderá ensejar na extinção do feito, nos termos do art. 51, I, da Lei n. 9.099/95, bem como que, caso não haja acordo, após a apresentação de contestação pelo réu, deverá apresentar, na mesma audiência de conciliação, sua impugnação, acompanhada de documentos e rol de testemunhas, especificando as provas que pretende produzir, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento.
Servirá esta decisão como carta e/ou mandado de citação e intimação do requerido, a ser cumprido no endereço declinado na inicial.
O autor será intimado via sistema, por meio de seu advogado constituído.
Vilhena, 16 de julho de 2023
Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7006797-36.2023.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível Abatimento proporcional do preço
AUTOR: FERNANDA KROFKE LLIVI IBANEZ DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: KELISSON MONTEIRO CAMPOS, OAB nº RO5871
REU: TAM LINHAS AÉREAS S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
DECISÃO/DESPACHO SERVINDO DE CARTA/MANDADO
Inverto os encargos probatórios em benefício da parte requerente/consumidora, hipossuficiente na relação de consumo que teria maiores dificuldades de produzir provas sobre fatos que poderiam somente constar de documentos e cadastros da parte ré.
Intime-se a parte requerida.
Procedo à remessa destes autos para realização de audiência de conciliação designada para o dia 20 de novembro de 2023, às 10h30min., pelo CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, de acordo com a Resolução n.146/2020-PR. A audiência deverá ser realizada virtualmente.
Cite-se e intime-se a parte requerida com as advertências do procedimento sumaríssimo, fazendo constar no mandado que, no caso de ausência à audiência de conciliação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial, salvo se do contrário resultar da convicção deste juízo (art. 20 da Lei n. 9.099/95), bem como que, caso não haja acordo, deverá apresentar resposta escrita até a data da audiência de conciliação, devendo ser acompanhada de documentos e rol de testemunhas, especificando as provas que pretende produzir, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento.
Intime-se a parte requerente, advertindo-a de que sua ausência poderá ensejar a extinção do feito, nos termos do art. 51, I, da Lei n. 9.099/95.
A parte autora será intimada via DJ/sistema, por seu advogado constituído.
Servirá esta decisão como carta e/ou mandado de citação, a ser cumprido no endereço declinado na inicial.
Vilhena, 16 de julho de 2023
Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7006852-84.2023.8.22.0014
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: M. DE ALMEIDA MACHADO CELULARES - EPP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCELO DE ALMEIDA MACHADO, OAB nº RO12115
EXECUTADO: POLIANE GONSALVES DA SILVA LOPES, RUA XAVANTES 2532, RESIDENCIAL ALTO DOS PARECIS - 76980-091 - VILHENA - RONDÔNIA
R$ 591,00
DECISÃO SERVINDO DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Cite-se o executado para pagar em 3 dias, contados da citação, sob pena de penhora.
Não efetuado o pagamento, proceda-se à penhora, avaliação e intimação do executado. Saliento ao executado que o prazo para opor embargos será até a audiência de conciliação, nos próprios autos da execução (Lei 9.099/95, art. 52, IX).
Efetivada a penhora, encaminhem-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação (Lei 9.099/95, art. 53, §1º).
Servirá esta decisão como mandado/carta precatória de citação, penhora, depósito, avaliação e intimação, a ser cumprido no endereço declinado na inicial.
Esta decisão servirá como certidão para fins de aplicação do art. 828 do CPC, porque ao determinar a citação a execução foi admitida.
Vilhena, 16 de julho de 2023
Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702,(69) 33212340
Processo nº : 7004795-93.2023.8.22.0014 Requerente: EXEQUENTE: M A MONTEIRO - ME Advogado: Advogados do(a) EXEQUENTE: DAIANE DOMINGUES DOS SANTOS - RO10810, ELIANE BACK - RO0007547A
Requerido(a): EXECUTADO: MARCIANO SANTOS DE ABREU Advogado: INTIMAÇÃO AO REQUERENTE
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, sob pena de arquivamento.
Vilhena, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702,(69) 33212340
Processo nº : 7001075-21.2023.8.22.0014 Requerente: REQUERENTE: TECIDOS VILHENA LTDA - EPP Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA - RO5755
Requerido(a): REQUERIDO: VIVIANE MARIA ROHLING Advogado:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA acerca do endereço obtido pelo sistema Sisbajud, por se tratar do endereço já diligenciado, bem como a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Vilhena, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702,(69) 33212340
Processo nº: 7003301-96.2023.8.22.0014.
AUTOR: ZILNEY LUIZ DE FREITAS.
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogado do(a) REU: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERIDA
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil.

ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Vilhena, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7011749-92.2022.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE: EVERTON ANTONIO OLIVEIRA DOS SANTOS, RUA VIEIRA VARGAS 8147 RESIDENCIAL ORLEANS - 76985-784 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JESSICA TEIXEIRA DOS SANTOS, OAB nº RO9962
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A., , AVENIDA TANCREDO NEVES 1620 - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, BRADESCO
Valor da causa: R$ 11.258,84
S E N T E N Ç A
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95.
Decido.
Falta de interesse de agir.
Consoante cediço é de amplo conhecimento a pressuposto do interesse de agir, também chamado de interesse processual, está ligado ao binômio necessidade e utilidade da prestação jurisdicional que se pretende alcançar através da propositura da demanda.
Assim, analisando a questão nos estritos termos em que proposta pela parte autora, conforme preceitua a sobredita teoria da asserção, demonstra-se evidente que, para ver satisfeita sua pretensão ao autor não restava alternativa senão para propor a presente demanda e, por outro lado, o procedimento intentado se demonstra adequado.
Destarte, revelando-se presentes os requisitos da necessidade e utilidade, não há que se falar em ausência de interesse de agir. Ademais, se ao final tal situação de fato não restar provada, a decisão, em tese, poderá ser de improcedência do pedido e não de falta de carência de ação por falta de interesse de agir, uma vez que foi exercido o direito de ação
Do mérito
Foram atendidos os pressupostos de regular formação e tramitação processual. As partes são legítimas, é flagrante o interesse de agir e o pedido deduzido pela parte autora é juridicamente possível.
Não há prejudiciais a serem analisadas.
As partes não postularam pela realização de audiência ou outro ato que demandaria diligências. Assim, porque desnecessárias outras provas, conforme argumentação a seguir, o processo comporta julgamento de mérito nos termos do art. 355, I do CPC.
Evidente a prestação de serviços bancários, aplicam-se ao caso as regras do Código de Defesa do Consumidor, com a inversão dos encargos probatórios em benefício do autor/consumidor, reputado hipossuficiente em face do réu/fornecedor, nos termos do art. 6º, VIII do CDC e Súmula nº 297 do STJ.
A contestação é genérica, não cumprindo o ônus da impugnação específica inserto no art. 341 do CPC. Portanto, conclui-se que a narrativa apresentada pela parte autora foi suficientemente demonstrada, enquanto a requerida decaiu em seu ônus probatório, não logrando êxito demonstrar a existência de fato extintivo, modificativo ou impeditivo do direito do autor conforme art. 373, II, do CPC.
Consta dos autos que foi realizado o acordo das parcelas inadimplentes de 31/07/2022, 31/08/2022, 30/09/2022 (id. 84181511), com pagamento em 13/10/2022 (id. 84181512) e que de fato a inscrição negativa foi mantida, conforme consulta de balcão de 03/11/2022 (id. 84181514), excluído somente após a ordem judicial proferida nestes autos (id. 84495079). Demonstrado, ainda que antes da propositura a autora tentou contactar a ré, o que indicado pela reprodução de telas contendo diversas ligações telefônicas (id. 84181519 pág 1/4) para que a requerida confirmasse o pagamento e retirasse a inscrição.
Assim, é procedente o pedido de indenização de danos morai pois mesmo após o pagamento do débito o nome da parte requerente ficou inscrito no rol dos maus pagadores, do qual deveria ter sido excluído em até 05 dias do pagamento, conforme Súmula 548 do STJ : Súmula 548 do STJ: Incumbe ao credor a exclusão do registro da dívida em nome do devedor no cadastro de inadimplentes no prazo de cinco dias úteis, a partir do integral e efetivo pagamento do débito.
Desta feita, embora a inscrição originária tenha sido lícita, indevida a prolongada permanência após o pagamento. Configurado o ato ilícito, não há necessidade de maiores demonstrações do prejuízo à personalidade do ofendido, posto que pacificou o STJ o entendimento de que a responsabilização do agente causador do dano moral opera-se por força do simples fato da violação (dano in re ipsa), ou seja, dano vinculado à própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos.
Assim, decorre a procedência do pedido de danos morais, com amparo no art. 5°, X, da CRFB/88 e nos arts. 186 e 927 do Código Civil, em responsabilidade a ré que atuava na cadeia de fornecimento que resultou na indevida permanência da inscrição negativa.

No que se refere ao quantum, sabe-se que a liquidação dos danos morais ainda não foi sistematizada em pormenores, cabendo ao juízo avaliar, entre outros fatores, a extensão dos danos e a capacidade econômica das partes.
O TJ-RO vem reafirmando a aplicação destes critérios:
"(...) Os danos morais serão fixados em valor que assegure indenização suficiente e adequada à compensação da ofensa suportada pela vítima, devendo ser consideradas as peculiaridades do caso e a extensão dos prejuízos sofridos, desestimulando-se a prática reiterada da conduta lesiva pelo ofensor". (Apelação Cível, Processo nº 7061201-47.2021.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 08/11/2022).
A indenização visa, além de compensar o sofrimento experimentado pelo requerente, por caráter de dúplice função, inibir a requerida a reiterar a conduta lesiva.
Assim, considerando o contexto dos fatos, inclusive as prévias inscrições que já pendiam no momento da nova negativação, é adequada a indenização no valor de R$4.000,00 (quatro mil reais), que atende os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
Dispositivo.
Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido de EVERTON ANTONIO OLIVEIRA DOS SANTOS e, por consequência CONDENO a requerida BANCO BRADESCO S.A ao pagamento da indenização por danos morais no valor atual de R$4.000,00 (quatro mil reais), devendo, portanto ser corrigido desde o arbitramento (STJ, súmula 362), com atualização monetária pelo INPC e com incidência de juros de 1% ao mês desde a citação.
Confirmo em sentença a tutela antecipada.
Sem custas, despesas ou honorários.
Publicação, registro e intimação via sistema.
Saliento que eventual cumprimento de sentença se dará nestes próprios autos.
1) Transitada em julgado a sentença e nada sendo requerido acerca do cumprimento de sentença, arquivem-se os autos.
2) Em havendo pedido específico da parte vencedora, deverá a CPE, independente de nova conclusão, proceder a intimação da parte vencida para cumprir a sentença, nos termos do art. 33, inciso XIX das Diretrizes Judiciais.
Intimem-se.
Vilhena, 16 de julho de 2023.
Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7006739-33.2023.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
REQUERENTE: CLEBER DE ARAUJO SOBRINHO
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUCAS VENDRUSCULO, OAB nº RO2666
REQUERIDO: Estado de Rondônia
R$ 8.400,00
Despacho
Deixo de designar audiência de conciliação porquanto a experiência prática tem revelado que o ente requerido não realiza acordos, sob o argumento de que o interesse público é indisponível, não sendo matéria passível de transação. Saliento que não haverá qualquer prejuízo às partes, porque embora não sendo designada audiência de conciliação, elas poderão transigir a qualquer tempo.
Portanto, exclua-se da pauta a audiência designada pelo sistema.
Assim, considerando as advertências do procedimento da Lei n. 12.153/2009, cite-se o requerido, bem como intime-o, por seu representante, para que, no prazo 15 dias, apresente a defesa e eventual documentação de que disponha para esclarecimento dos fatos, especificando as provas que pretende produzir, inclusive qualificando eventuais testemunhas arroladas, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento. Cientifique-o que não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas de direito público (art. 7º).
Com a apresentação de resposta, intime-se a parte autora para apresentar, no prazo de 10 dias, sua impugnação, indicando provas que pretenda produzir e justificando sua necessidade e pertinência, inclusive qualificando eventuais testemunhas arroladas, sob pena de preclusão ou indeferimento.
As citações e intimações serão realizadas nos termos do art. 242, § 3º do CPC.
A parte autora será intimada via sistema/DJ, por meio de seu advogado constituído.
Vilhena, 16 de julho de 2023
Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7006791-29.2023.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
REQUERENTE: CRISTIANE DO CARMO COSTA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: NATALY FERNANDES ANDRADE, OAB nº RO7782, ISABELA MARIA PRADO PINHEIRO, OAB nº RO12429
REQUERIDO: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
R$ 8.487,00

Despacho
Deixo de designar audiência de conciliação porquanto a experiência prática tem revelado que o ente requerido não realiza acordos, sob o argumento de que o interesse público é indisponível, não sendo matéria passível de transação. Saliento que não haverá qualquer prejuízo às partes, porque embora não sendo designada audiência de conciliação, elas poderão transigir a qualquer tempo.
Portanto, exclua-se da pauta a audiência designada pelo sistema.
Assim, considerando as advertências do procedimento da Lei n. 12.153/2009, cite-se o requerido, bem como intime-o, por seu representante, para que, no prazo 15 dias, apresente a defesa e eventual documentação de que disponha para esclarecimento dos fatos, especificando as provas que pretende produzir, inclusive qualificando eventuais testemunhas arroladas, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento. Cientifique-o que não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas de direito público (art. 7º).
Com a apresentação de resposta, intime-se a parte autora para apresentar, no prazo de 10 dias, sua impugnação, indicando provas que pretenda produzir e justificando sua necessidade e pertinência, inclusive qualificando eventuais testemunhas arroladas, sob pena de preclusão ou indeferimento.
As citações e intimações serão realizadas nos termos do art. 242, § 3º do CPC.
A parte autora será intimada via sistema/DJ, por meio de seu advogado constituído.
Vilhena, 16 de julho de 2023
Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Vilhena - Juizado Especial
Endereço: Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
==========
Processo nº: 7004623-54.2023.8.22.0014 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (14695)
REQUERENTE: ISAQUE ALVES DE CARVALHO
Advogado do(a) REQUERENTE: POLIANA ORTENCIO SOARES CUNHA - RO10156
REQUERIDO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO
Intimação AO REQUERENTE
Por determinação do(a) MM. Juiz(a) de Direito, deste Juizado Especial da Fazenda Pública, fica Vossa Senhoria intimada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar impugnação à contestação.
Vilhena/RO, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702,(69) 33212340
Processo nº : 7007600-87.2021.8.22.0014 Requerente: REQUERENTE: KARIN KZYZANOSKI, CRISTIANO POLEZEL NOGUEIRA Advogado: Advogados do(a) REQUERENTE: EMANUELLE MANDU GAIA SILVA - MT19539/O, HENRIQUE KZYZANOSKI - MT20663/O
Requerido(a): REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S/A (VIVO), Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES - GO29320
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA acerca do depósito realizado pela requerida, bem como a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Vilhena, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Vilhena - Juizado Especial Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702,(69) 33212340 Processo nº : 7000108-73.2023.8.22.0014 Requerente: REQUERENTE: TECIDOS VILHENA LTDA - EPP Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA - RO5755
Requerido(a): REQUERIDO: YGOR VINICIUS DE MORAES Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: CEJUSC - SALA 03. Data: 20/11/2023 Hora: 11:00 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
Fone/WhatsApp:

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG);
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Vilhena, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Vilhena - Juizado Especial Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702,(69) 33212340 Processo nº : 7001068-29.2023.8.22.0014 Requerente: REQUERENTE: TECIDOS VILHENA LTDA - EPP Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA - RO5755
Requerido(a): REQUERIDO: IVETE MEIRA DONADON Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: CEJUSC - SALA 03. Data: 27/11/2023 Hora: 07:30 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
Fone/WhatsApp:
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.

ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Vilhena, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702,(69) 33212340
Processo nº : 7000290-59.2023.8.22.0014 Requerente: REQUERENTE: TECIDOS VILHENA LTDA - EPP Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA - RO5755
Requerido(a): REQUERIDO: ROSINEIDE SILVA GAMA Advogado:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA acerca do endereço obtido pelo sistema Sisbajud, por se tratar do endereço já diligenciado, bem como a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Vilhena, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702,(69) 33212340
Processo nº: 7002584-84.2023.8.22.0014.
AUTOR: CAROLINA MIRA MACIEL PEREIRA.
REU: GOL LINHAS AEREAS S.A.

Advogado do(a) REU: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERIDA
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Vilhena, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702,(69) 33212340
Processo nº : 7002478-25.2023.8.22.0014 Requerente: REQUERENTE: CLEITON SECHENEL PIRES BARROS Advogado: Requerido(a): REQUERIDO: EDINEI ALVES DO NASCIMENTO Advogado:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA acerca do endereço obtido pelo sistema Sisbajud, por se tratar do endereço já diligenciado, bem como a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Vilhena, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Vilhena - Juizado Especial Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702,(69) 33212340 Processo nº : 7002419-37.2023.8.22.0014 Requerente: AUTOR: FERNANDO ALMEIDA Advogado: Advogados do(a) AUTOR: IRACEMA MARTENDAL CERRUTTI - RO0002972A, TATIANE PEREIRA FRANCO WEISMANN - MT19039/A
Requerido(a): REQUERIDO: KLES RODRIGUES DA COSTA Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: CEJUSC - SALA 03. Data: 27/11/2023 Hora: 08:30 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
Fone/WhatsApp:
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em

se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Vilhena, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7007876-84.2022.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: ANDRE LUIZ KRAMER, AVENIDA UMUARAMA 2911 GREEN VILLE - 76980-890 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: HULGO MOURA MARTINS, OAB nº RO4042, ROBERTO CARLOS MAILHO, OAB nº RO3047, HELEN KAROLINE ZAN SANTANA, OAB nº RO9769
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
valor da causa: R$ 5.831,41
DECISÃO
Recebi no plantão.
O advogado da parte autora entrou em contato com o plantão judicial requerendo a análise a petição juntada aos autos, em razão da urgência que a medida requer.
Analisando os autos, embora se trate de processo em curso, é possível a análise em sede de plantão judicial por tratar-se de medida urgente, em que a espera por dia útil de expediente pode gerar grave risco a parte interessada, que ficou desprovida de serviço essencial (art.455, “g” e “h”, das Diretrizes Gerais Judiciais).
Pois bem. Trata-se de discussão de valores referente a consumo de energia elétrica. No dia 4 de agosto de 2022 o Juiz titular do Juizado Especial concedeu tutela antecipada nos presentes autos, proibindo a requerida de interromper o fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora do autor, nos seguintes termos:
(...) Assim, em tutela provisória de urgência (CPC/2015, art. 300), sob a consequência de não o fazendo ser-lhe imposta multa diária pelo descumprimento: a) Determino que a ré ENERGISA se abstenha de interromper o fornecimento de energia na unidade consumidora UC nº 1937586-4, de titularidade da parte autora; b) PROÍBO a ré de cobrar e inscrever nos serviços de proteção ao crédito ou promover qualquer restrição no nome da parte autora referente ao débito de recuperação de faturamento, no valor de R$ 831,41, que ora se questiona. Todavia, se acaso ao final se decida pela existência do débito, ele poderá novamente ser cobrado e inscrito no serviço de proteção ao crédito, o que minimiza os riscos e torna a medida totalmente reversível.
A requerida descumpriu a ordem judicial, e no dia 23 de Junho de 2023, o magistrado majorou o valor da multa, determinando a religação, nos seguintes termos:
Em petição (id: 92358781) o autor noticiou que em 22/06/2023 foi realizada interrupção do fornecimento de energia em sua unidade consumidora, em flagrante descumprimento da ordem liminar (id: 80256694), reforçada com aplicação de multa diária (id: 8995696). A requerida vem reiteradamente descumprindo a tutela antecipada nestes autos, conforme petições (ids: 84738409, 88658915, 92358781 e 92396389). Diante disso, DETERMINO que a ré Energisa proceda à religação da energia na unidade consumidora em nome do autor

UC 1937586-4, sob a consequência de não o fazendo ser-lhe aplicada MULTA DIÁRIA de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), sem prejuízo de novo recrudescimento acaso se revele necessário. Prazo: 24 (vinte e quatro) horas a partir da intimação desta decisão. Cumpra-se imediatamente por Oficial de Justiça plantonista, devendo o Sr. Oficial certificar a hora em que procedeu à intimação. Servirá esta decisão como MANDADO/ofício ou expeça-se o necessário. A parte autora será intimada via DJ/sistema, por seu advogado constituído."
Novamente, a requerida descumpre ordem judicial, interrompendo o fornecimento de energia elétrica na residência do autor.
Destarte, como bem pontuou o magistrado titular do Juizado Especial, a requerida vem reiteradamente descumprindo a tutela antecipada deferida nesses autos. Evidente que a conduta da requerida configura ato atentatório à dignidade da justiça nos termos do art.77, IV, § 2º do CPC. Portanto, sem prejuízo da multa já aplicada, e de outras sanções, aplico à requerida multa de 20% do valor atribuído à causa.
DETERMINO que a ré Energisa proceda à religação da energia na unidade consumidora em nome do autor UC 1937586-4, no prazo de 2 horas, a partir dessa intimação, sob pena de majorar a multa já aplicada para R$ 500,00 por hora de atraso, até o valor de R$ 10.000,00.
Cumpra-se imediatamente por Oficial de Justiça plantonista, devendo o Sr. Oficial certificar a hora em que procedeu à intimação.
Servirá esta decisão como MANDADO/ofício ou expeça-se o necessário. A parte autora será intimada via DJ/sistema, por seu advogado constituído.
Vilhena, 15 de julho de 2023.
Kelma Vilela de Oliveira
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
7001983-15.2022.8.22.0014
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: VINTAGE LTDA, AVENIDA BENNO LUIZ GRAEBIN 4289 JARDIM OLIVEIRAS - 76980-663 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MICHELE MACHADO SANT ANA LOPES, OAB nº RO6304
SUELI ALVES DA SILVA, RUA RONY DE CASTRO PEREIRA 4177, SEMFAZ JARDIM AMÉRICA - 76980-736 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
valor da causa: R$ 4.666,45
DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO
A parte exequente requereu a penhora online via SISBAJUD na modalidade "TEIMOSINHA".
Defiro o pedido para a busca de ativos até o bloqueio do valor integral da dívida. Segue comprovante.
Aguarde-se por 30 dias, devendo ao final retornar concluso para conferência da ordem e juntada da pesquisa realizada.
Intime-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Vilhena, 16 de julho de 2023
Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7006849-32.2023.8.22.0014
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: M. DE ALMEIDA MACHADO CELULARES - EPP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCELO DE ALMEIDA MACHADO, OAB nº RO12115
EXECUTADO: ALLIDYANE RODRIGUES DA SILVA, RUA OITOCENTOS E TRINTA 1656, RESIDENCIAL SETOR 08 - 76980-091 - VILHENA - RONDÔNIA
R$ 1.240,24
DECISÃO SERVINDO DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Cite-se o executado para pagar em 3 dias, contados da citação, sob pena de penhora.
Não efetuado o pagamento, proceda-se à penhora, avaliação e intimação do executado. Saliento ao executado que o prazo para opor embargos será até a audiência de conciliação, nos próprios autos da execução (Lei 9.099/95, art. 52, IX).
Efetivada a penhora, encaminhem-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação (Lei 9.099/95, art. 53, §1º).
Servirá esta decisão como mandado/carta precatória de citação, penhora, depósito, avaliação e intimação, a ser cumprido no endereço declinado na inicial.
Esta decisão servirá como certidão para fins de aplicação do art. 828 do CPC, porque ao determinar a citação a execução foi admitida.
Vilhena, 16 de julho de 2023
Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7004115-16.2020.8.22.0014
Cumprimento de sentença
REQUERENTES: HARRY ROBERTO SCHIRMER, AVENIDA JOÃO ARRIGO 4754 JARDIM ELDORADO - 76987-086 - VILHENA - RONDÔNIA, ELKA SCHIRMER, AV. DUQUE DE CAXIAS 481, CASA CENTRO - 99530-000 - CHAPADA - RIO GRANDE DO SUL

ADVOGADO DOS REQUERENTES: DANIEL GONZAGA SCHAFER DE OLIVEIRA, OAB nº RO7176
REQUERIDO: UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA, AVENIDA CARLOS GOMES 1259, - DE 1259 A 1517 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76801-109 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ADEVALDO ANDRADE REIS, OAB nº RO628, RODRIGO OTAVIO VEIGA DE VARGAS, OAB nº RO2829, EDSON BERNARDO ANDRADE REIS NETO, OAB nº RO1207, EURICO SOARES MONTENEGRO NETO, OAB nº RO1742
Valor da causa: R$ 35.230,00
SENTENÇA
Dispensado o relatório nos termos do artigo 38, caput da Lei 9099/95.
Decido.
O débito foi pago na sua integralidade pelo executado e o exequente postulou pelo arquivamento do feito.
Assim, diante do pagamento, Julgo Extinto o Processo, nos termos do art. 924, II, do CPC.
Sem custas e honorários.
Publicação e registro automáticos.
Intimem-se.
Arquivem-se.
Vilhena, 17 de julho de 2023.
Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Vilhena - Juizado Especial
Endereço: Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
==========
Processo nº: 7003018-78.2020.8.22.0014 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: SILVANA AFONSO COSTA
Advogados do(a) EXEQUENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA - RO4046, INDY TAYLA KOTZ COELHO - RO8885
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar a parte requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre a petição apresentada pela parte requerida ID nº 92446579 e anexos(Quitação da RPV), sob pena de extinção e arquivamento do feito pelo pagamento.
Vilhena/RO, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Vilhena - Juizado Especial Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702,(69) 33212340 Processo nº : 7001548-07.2023.8.22.0014 Requerente: AUTOR: EDILAINE VEDA LIMA Advogado: Advogado do(a) AUTOR: TULIO TRAJANO PINTAR - RO9957
Requerido(a): REU: ALINE PEREIRA BORES Advogado: INTIMAÇÃO AO REQUERENTE
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca do AR negativo, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, sob pena de arquivamento.
Vilhena, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Vilhena - Juizado Especial Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702,(69) 33212340 Processo nº : 7004022-48.2023.8.22.0014 Requerente: AUTOR: VALDIR APARECIDO LIZARDO Advogado: Advogado do(a) AUTOR: DANIELI MALDI ALVES - RO7558
Requerido(a): REU: VINICIUS RODRIGUES BERNADINO Advogado: INTIMAÇÃO AO REQUERENTE
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca do AR negativo, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, sob pena de arquivamento.
Vilhena, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702,(69) 33212340
Processo nº : 7001067-44.2023.8.22.0014 Requerente: REQUERENTE: TECIDOS VILHENA LTDA - EPP Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA - RO5755
Requerido(a): REQUERIDO: ANA DA SILVA SANTOS Advogado:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE

FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA acerca do endereço obtido pelo sistema Sisbajud, por se tratar do endereço já diligenciado, bem como a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Vilhena, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702,(69) 33212340
Processo nº : 7001077-88.2023.8.22.0014 Requerente: REQUERENTE: TECIDOS VILHENA LTDA - EPP Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA - RO5755
Requerido(a): REQUERIDO: ANA PAULA COSTA Advogado:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA acerca do endereço obtido pelo sistema Sisbajud, por se tratar do endereço já diligenciado, bem como a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Vilhena, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702,(69) 33212340
Processo nº: 7009462-59.2022.8.22.0014.
AUTOR: LUIS CRISTIANO SOARES.
REU: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado do(a) REU: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RO10059
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERIDA
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Vilhena, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7009960-58.2022.8.22.0014
Procedimento Comum Cível
AUTOR: MARIA JOSE DE OLIVEIRA, RUA GENIVAL NUNES DA COSTA 6297, CASA JARDIM ELDORADO - 76987-209 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAVID RIBEIRO DE MORAES, OAB nº RO9012
REU: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
valor da causa: R$ 63.035,49
DESPACHO
À parte autora para, querendo, apresentar impugnação à contestação e documentos juntados (ids 89018071 e 91074221), no prazo de 10 dias.
Vilhena16 de julho de 2023.
Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7006867-53.2023.8.22.0014
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: O & C COMERCIO DE CONFECCOES LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DENISE CARMINATO PEREIRA, OAB nº RO7404
EXECUTADO: JHESSICA TAINA BARBOSA, RUA JOSÉ HONORIO RAMOS 2000 PARQUE CIDADE JARDIM I - 76983-504 - VILHENA - RONDÔNIA
R$ 841,67
DECISÃO SERVINDO DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA
Cite-se o executado para pagar em 3 dias, contados da citação, sob pena de penhora.
Não efetuado o pagamento, proceda-se à penhora, avaliação e intimação do executado. Saliento ao executado que o prazo para opor embargos será até a audiência de conciliação, nos próprios autos da execução (Lei 9.099/95, art. 52, IX).
Efetivada a penhora, encaminhem-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação (Lei 9.099/95, art. 53, §1º).
Servirá esta decisão como mandado/carta precatória de citação, penhora, depósito, avaliação e intimação, a ser cumprido no endereço declinado na inicial.
Esta decisão servirá como certidão para fins de aplicação do art. 828 do CPC, porque ao determinar a citação a execução foi admitida.
Vilhena, 16 de julho de 2023
Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702,(69) 33212340
Processo nº: 7008344-48.2022.8.22.0014.
AUTOR: SILVIA PIRES DE OLIVEIRA.
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERIDA
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Vilhena, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Vilhena - Juizado Especial Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702,(69) 33212340
Processo nº: 7006679-02.2019.8.22.0014
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: SONIA JACINTO CASTILHO
Advogado do(a) REQUERENTE: SONIA JACINTO CASTILHO - RO2617
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
NOTIFICAÇÃO DA PARTE RECORRENTE
ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Avenida dos Imigrantes, 4137, Energisa Rondônia, Industrial, Porto Velho - RO - CEP: 76821-063
Com base em acórdão proferido pela Turma Recursal, fica a parte recorrente, acima indicada, notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa e protesto extrajudicial. O Valor das custas é

de 1% um por cento, nos termos do art. 12, III, da Lei Estadual nº 3.896 de 2016 (Regimento de Custas). Assim, para gerar o boleto de pagamento, utilize o link abaixo.
http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf;jsessionid=Tx7niP9iEw7gdde9QtEMNn_CnNejho-sUMo1nxE8.wildfly01:custas1.1
Vilhena, 17 de julho de 2023.
FABIO GOUVEIA CARNEIRO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7005291-25.2023.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
REQUERENTE: IURI DOS SANTOS DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DANNA BONFIM SEGOBIA, OAB nº RO7337
REQUERIDO: MUNICIPIO DE VILHENA, 10 AV RONY DE CASTRO PEREIRA 4177 JARDIM AMERICA - 76980-736 - VILHENA - RONDÔNIA
R$ 22.000,00
Despacho
Acolho a emenda.
Que a CPE corrija na autuação o valor da causa para o montante de R$20.405,00.
Deixo de designar audiência de conciliação porquanto a experiência prática tem revelado que o ente requerido não realiza acordos, sob o argumento de que o interesse público é indisponível, não sendo matéria passível de transação. Saliento que não haverá qualquer prejuízo às partes, porque embora não sendo designada audiência de conciliação, elas poderão transigir a qualquer tempo.
Portanto, exclua-se da pauta a audiência designada pelo sistema.
Assim, considerando as advertências do procedimento da Lei n. 12.153/2009, cite-se o requerido, bem como intime-o, por seu representante, para que, no prazo 15 dias, apresente a defesa e eventual documentação de que disponha para esclarecimento dos fatos, especificando as provas que pretende produzir, inclusive qualificando eventuais testemunhas arroladas, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento. Cientifique-o que não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas de direito público (art. 7º).
Com a apresentação de resposta, intime-se a parte autora para apresentar, no prazo de 10 dias, sua impugnação, indicando provas que pretenda produzir e justificando sua necessidade e pertinência, inclusive qualificando eventuais testemunhas arroladas, sob pena de preclusão ou indeferimento.
As citações e intimações serão realizadas nos termos do art. 242, § 3º do CPC.
A parte autora será intimada via sistema/DJ, por meio de seu advogado constituído.
Vilhena, 17 de julho de 2023
Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Vilhena - Juizado Especial
Endereço: Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
Intimação VIA DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO
Processo : 7010546-32.2021.8.22.0014
Classe : TERMO CIRCUNSTANCIADO (278)
Assunto : [Crimes contra a Flora]
Denunciado(a) : ROBISSON FORTES TEIXEIRA
Advogado(a) : Advogado(s) do reclamado: CARLOS AUGUSTO DE CARVALHO FRANCA OAB RO562
Intimação DE: Nome: ROBISSON FORTES TEIXEIRA
Endereço: desconhecido
FINALIDADE: INTIMAR a(s) parte(s) acima qualificada(s), por intermédio de(a) seu(a) patrono(a),da disponibilidade, nos autos, das guias para pagamento do acordo de transação penal.
CONTATO COM O JECRIM: 69 3316-3610
CONTATO COM DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA (69) 9 9215-7588
Este Mandado Judicial foi expedido por determinação do MM. Juiz de Direito.
Vilhena - Juizado Especial, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702

Processo nº 7006686-52.2023.8.22.0014
AUTOR: RAMON SUAID MARQUES
Advogados do(a) AUTOR: ALINE SILVEIRA KRUGUEL - RO12377, ANA PAULA MORAES ANDRADE - RO12254
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Intimação
FICAM AS PARTES INTIMADAS acerca do cancelamento da audiência, conforme justificado em certidão confeccionada nos autos, ficando a parte requerida intimada a apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias.
Vilhena, 17 de julho de 2023.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
Vilhena - Juizado Especial Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Processo:7009840-15.2022.8.22.0014
Classe:Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Bancários
AUTOR: WESLEY ANTONIO SOUZA MARTINS
ADVOGADO DO AUTOR: ALCIR LUIZ DE LIMA, OAB nº RO6770
REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S.A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, BRADESCO
SENTENÇA
Considerando a informação do Credor, de que sua pretensão foi integralmente satisfeita, julgo extinta a obrigação e o presente processo, nos termos do art. 924,II, do CPC.
Nesta data expedi alvará eletrônico na modalidade de transferência, através da ferramenta “alvará eletrônico”, pela qual o juízo envia os dados da ordem bancária diretamente ao banco, o valor deverá ser levantado, com as devidas correções/rendimentos/atualizações até a data do saque efetivo.
OBSERVAÇÕES:
1) O beneficiário deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação, conforme síntese acima.
2) Aguarde-se por cinco 05 (cinco) dias o cumprimento da ordem.
Sobrevindo informação de erro no cumprimento da ordem eletrônica, fica a CPE autorizada a proceder com a expedição de alvará/ofício de transferência sem necessidade de nova conclusão do processo.
Após, arquivem-se os autos.
Intime-se.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO/NOTIFICAÇÃO OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO.
Vilhena-RO, 17/07/2023
Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Vilhena - Juizado Especial
Processo n.: 7002120-60.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Valor da Causa:R$ 10.000,00
AUTOR: TAYLA RAFFANE ALBUQUERQUE, CPF nº 04931643248, RUA NILSON F. DEIRO 1335 RESIDENCIAL IQUÊ - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: RAFAEL MAZIERO, OAB nº RO5811
RÉU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AV. DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, EDIF. C.BRANCO OFFICE PARK -TORRE JATOBÁ .9 ANDAR ALPHAVILLE INDUSTRIAL- BARUERI-SP - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
Advogado do(a) RÉU: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Decisão SERVINDO COMO ALVARÁ ELETRÔNICO
Trata-se de ação já julgada promovido por TAYLA RAFFANE ALBUQUERQUE em face de AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A. perante este juízo.
A parte requerida promoveu o pagamento do valor da condenação que entendeu devido. A parte autora postulou pela liberação dos valores por meio de alvará.
Diante do exposto, nesta data EXPEDI ORDEM JUDICIAL ELETRÔNICA (alvará eletrônico) ao banco, em favor da parte exequente TAYLA RAFFANE ALBUQUERQUE e/ou de seu(s) advogado(s) RAFAEL MAZIERO, OAB nº RO5811para levantamento dos valores depositados em juízo, com as devidas correções/rendimentos/atualizações monetárias, devendo a instituição financeira zerar e encerrar as contas.

OBSERVAÇÕES:
1) A parte favorecida deverá comparecer, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, à agência da Caixa Econômica Federal (agência: 1825), localizada na Avenida Major Amarante, ao caixa presencial, munida de documentos de identificação com foto, para saque do valor creditado.
2) O alvará eletrônico deverá ser sacado em até 30 (trinta) dias, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, sob pena de transferência para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO, que desde já determino.
3)Saliento que não é necessário a impressão deste expediente e nem tampouco comparecimento da parte à sede deste Juizado, bastando, para tanto, comparecer à Caixa.
Por fim, determino que a parte exequente se manifeste em 5 (cinco) dias sobre a satisfação do crédito, sob pena de ser entendida como adimplida a obrigação e consequentemente ser extinto o feito.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/ CARTA/ CARTA PRECATÓRIA.
Vilhena, 17 de julho de 2023
Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7013058-51.2022.8.22.0014
Termo Circunstanciado
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
AUTOR DO FATO: LUSINETE DE ANDRADE
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: JOSENELMA DAS FLORES BESERRA, OAB nº RO1332
SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE TRANSAÇÃO PENAL
Dispensado o relatório nos termos do art. 81, §3º da Lei nº. 9.099/95.
Acolho a proposição da pena Ministerial aceita pelo AUTOR DO FATO: LUSINETE DE ANDRADE e seu defensor e, por via de consequência, APLICO-LHE a sanção acordada na ata da audiência, a qual deverá ser cumprida da forma descrita.
A pena não importará em reincidência, sendo somente registrada para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de 5 (cinco) anos, tudo em conformidade com o disposto no art. 76, § 4º, da Lei 9.099/95.
Que a CPE expeça o necessário para que a autora do fato cumpra a medida.
Aguarde-se o prazo de cumprimento da transação e certifique.
Após, retornem os autos conclusos para deliberação acerca do cumprimento da medida.
Publicação e registro automáticos.
Intime-se.
Vilhena, 17 de julho de 2023.
Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7008443-91.2017.8.22.0014
Cumprimento de sentença
REQUERENTES: JOSE EDUARDO GOLIN, Estado de Rondônia, DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: ADRIANA REGINA PAGNONCELLI GOLIN, OAB nº RO3021, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
SEM ADVOGADO(S)
R$ 937,00
SENTENÇA
Relatório, dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9099/95.
Decido.
Trata-se de execução de honorários, devendo constar no polo ativo DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE RONDÔNIA - DETRAN-RO e O ESTADO DE RONDONIA, enquanto que no polo passivo JOSÉ EDUARDO GOLIN.
O executado efetuou o pagamento integral dos honorários advocatícios.
A Caixa Econômica Feral comprovou a transferência do valor de R$122,29 para o Estado de Rondônia, conforme comprovante de TED (id 91618522).
Desta forma, diante do pagamento noticiado, nos termos do art. 924, II do CPC, JULGO EXTINTO O FEITO.
Sem custas. Sem honorários.
Publicação e registro automáticos.
Intimem-se e arquivem-se os autos.
Vilhena, 17/07/2023
Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
Juiz de Direito

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe1civvil@tjro.jus.br
Processo : 0013159-91.2014.8.22.0014
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: Estilo da Moda Ltda Epp
Advogados do(a) REQUERENTE: ALBERT SUCKEL - RO4718, GIULIANO DOURADO DA SILVA - RO5684, RAYANNA DE SOUZA LOUZADA NEVES - RO0005349A
REQUERIDO: CARLA IZABEL OLIVEIRA SILVA
INTIMAÇÃO - APRESENTAR CÁLCULOS
Fica a parte AUTORA, intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar planilha do débito atualizada nos termos do Provimento 04/2022-CGJ, devendo constar as seguintes informações:
Data do trânsito em julgado: XX
Data do decurso do prazo para pagamento voluntário: XX
DISCRIMINAÇÃO DE VALORES
1. Valor Principal: R$ 0,00
2. Valor da atualização monetária e Juros: R$ 0,00
3. Multa Art 523 § 1º: R$ 0,00
4. Custas processuais a serem ressarcidas ao vencedor: R$
Valor total a ser considerado para protesto: R$ (1+2+3+4)
DADOS DO CREDOR – DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS (se houver)
DISCRIMINAÇÃO DE VALORES DE HONORÁRIOS (se houver)
1. Honorários Sucumbenciais: R$ 0,00
2. Honorários de Execução: R$ 0,00
Valor total a ser considerado para protesto: R$ (1+2)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702 -
e-mail: pvhfiscaiscpe@tjro.jus.br
Processo : 7004612-98.2018.8.22.0014
Classe : EXECUÇÃO FISCAL (1116)
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE VILHENA
EXECUTADO:LILIAN APARECIDA IVAN HOUKLEF - CPF: 571.031.781-00 (EXECUTADO)
ANTONIO JOAO DOS SANTOS JUNIOR - OAB MT15950/O - CPF: 028.780.071-74 (ADVOGADO)
Intimação AO EXECUTADO - CUSTAS
Fica a parte EXECUTADA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais Iniciais e Finais. O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Advertência:
1) Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.
Vilhena, 14 de julho de 2023.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe1civvil@tjro.jus.br
Processo : 7002365-71.2023.8.22.0014
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: DANIELE COSTA PAIAO
Advogado do(a) EXEQUENTE: DANIEL GONZAGA SCHAFER DE OLIVEIRA - RO7176
EXECUTADO: S R S PEREIRA
INTIMAÇÃO EXEQUENTE - ATUALIZAR O DÉBITO
Tendo em vista o decurso de prazo para pagamento espontâneo, fica a parte EXEQUENTE, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada a atualizar o débito e dar prosseguimento no feito atentando-se que o requerimento de consultas por meio de sistemas judiciais (BACEN, RENAJUD e outros) deverá ser acompanhado de custas CÓDIGO 1007, para cada diligência requerida, nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe1civvil@tjro.jus.br
Processo : 7000012-97.2019.8.22.0014
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: A.M.C. DE SOUZA & CIA LTDA - EPP
Advogado do(a) EXEQUENTE: ESTEVAN SOLETTI - RO0003702A
EXECUTADO: ADNAEL TELES CIRQUEIRA
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS EDITAL Fica a parte AUTORA intimada a proceder o recolhimento de custas para publicação do Edital no DJ, no prazo de 05 (cinco) dias, sob o CÓDIGO 1027. O boleto deverá ser gerado no sistema de controle de custas processuais no seguinte link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe1civvil@tjro.jus.br
Processo : 7004754-97.2021.8.22.0014
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: PORTAL COMERCIO DE FERRAGENS LTDA
Advogado do(a) AUTOR: ESTEVAN SOLETTI - RO0003702A
REU: JACSSON DE SOUZA ZANARDI
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS EDITAL Fica a parte AUTORA intimada a proceder o recolhimento de custas para publicação do Edital no DJ, no prazo de 05 (cinco) dias, sob o CÓDIGO 1027. O boleto deverá ser gerado no sistema de controle de custas processuais no seguinte link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe1civvil@tjro.jus.br
Processo : 7003658-13.2022.8.22.0014
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: VERA LUCIA MIRANDA LIMA AGOSTINI e outros (3)
Advogado do(a) REQUERENTE: DANIELLA LETICIA BROERING LEITUM - PR30694
REQUERIDO: MUNICIPIO DE VILHENA
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 15 dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7005598-76.2023.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Embargos de Terceiro Cível
Protocolado em: 12/06/2023
EMBARGANTE: TATIANE PEREIRA DE ARAUJO, RUA SETE MIL SEISCENTOS E CINCO 698, QUADRA 57 ASSOSETE - 76986-366 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EMBARGANTE: REGIANE DA SILVA DIAS GARATE, OAB nº RO10115, DENNS DEIVY SOUZA GARATE, OAB nº RO4396A
EMBARGADOS: POLIANA RODRIGUES DA SILVA, AVENIDA MELVIN JONES 744 CRISTO REI - 76983-445 - VILHENA - RONDÔNIA, ANTONIO BEZERRA, AVENIDA DAS VIOLETAS 1258 JARDIM PRIMAVERA - 76983-342 - VILHENA - RONDÔNIA
EMBARGADOS SEM ADVOGADO(S)
R$ 40.000,00
D E S P A C H O
Vistos.
Defiro os benefícios da gratuidade da justiça em favor da parte autora.
Vincule-se aos autos principais n. 70013853220208220014 e certifique-se naqueles autos acerca desta ação e sobre o efeito suspensivo, ora concedido.
Recebo os embargos de terceiro, para discussão, determinando a suspensão das medidas constritivas sobre o bem litigioso objeto destes embargos, nos termos do art. 678 do CPC, em razão de existir evidência quanto ao domínio ou a posse do imóvel objeto do litígio, pelos documentos anexados sob o id. 91879001.
CONCEDO a ordem de manutenção da embargada na posse do imóvel denominado: lote 18, quadra 57, bairro Assosete, Rua 7605, n. 698 nesta cidade de Vilhena/RO.
Cite-se o embargado para contestar no prazo de 15 dias, sob pena de lhe(s) ser decretado a revelia, presumindo-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo embargante (art. 344, do CPC).

O ato de citação deverá obedecer o que determina o § 3º, do art. 677, do CPC: "A citação será pessoal, se o embargado não tiver procurador constituído nos autos da ação principal."
Se for o caso de citação pessoal, sirva o presente despacho como mandado para os devidos fins, devendo o oficial de justiça certificar proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.
Findo o prazo de defesa, prossiga-se pelo procedimento comum.
Pratique-se o necessário.
Intime-se.
Vilhena,RO, 20 de junho de 2023
Andresson Cavalcante Fecury
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe1civvil@tjro.jus.br
Processo : 7013328-12.2021.8.22.0014
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
Advogado do(a) AUTOR: RICARDO LOPES GODOY - MG77167
REU: DARCI GODINHO
INTIMAÇÃO AUTOR - AR NEGATIVO Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca do AR negativo. Para a repetição da diligência (remessa de AR), o requerente/exequente deve apresentar o comprovante de pagamento da taxa, código 1008.1, para cada carta-AR, em relação a cada executado/requerido, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de não realização do ato.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe1civvil@tjro.jus.br
Processo : 7000319-12.2023.8.22.0014
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: M.R.DE ALMEIDA PRADO JUNIOR & CIA LTDA - ME
Advogados do(a) AUTOR: CARINA BATISTA HURTADO - RO3870, RAIANE DE CARVALHO NARCIZO - RO12840
REU: GIVALDO CORADO DOS ANJOS
INTIMAÇÃO AO RÉU - CUSTAS
Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais finais. O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Advertência:
1) Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
Processo : 7000415-61.2022.8.22.0014
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS
Advogado do(a) AUTOR: PAULO EDUARDO PRADO - RO4881
REU: GILBERTO GOMES DA SILVA
INTIMAÇÃO AUTOR/RÉU - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência nos Termos do Provimento 018/2020-CG, ficam os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça. Ficam ainda os patronos intimados da Certidão ID 93340583 que contém todas as informações e advertências necessárias para a realização da solenidade, ficando a seu encargo informar à parte todo o necessário:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 29/08/2023 08:00
7000682-38.2019.8.22.0014
Alimentos
Cumprimento de sentença
R$ 620,99
EXEQUENTE: K. E. D. A. B., RUA A, CONJUNTO HABITACIONAL 1790, CASA 02 MARCOS FREIRE - 76981-128 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

EXECUTADO: J. A. B., CPF nº 77633946253, AVENIDA DAS NAÇÕES 2400 RESIDENCIAL CIDADE VERDE - 76984-023 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Recebi no plantão.
Trata-se de prisão em decorrência da inadimplência de débito alimentar.
Assim, nos termos do Provimento nº 4/2023 da Corregedoria do Tribunal de Justiça de Rondônia, designo audiência de custódia, a ser realizada na data de amanhã, dia 15.7.23 às 10h20min, presencialmente, na sala de audiência da 2ª Vara Cível da Comarca de Vilhena.
Faculto a participação por vídeo ao Promotor de Justiça e Defensoria Pública/Advogado.
O cartório deverá adotar as providências para realização do ato.
Ciência ao Ministério Público e Defensoria Pública.
SERVE O PRESENTE DE EXPEDIENTE
Vilhenasexta-feira, 14 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe1civvil@tjro.jus.br
Processo : 7004723-19.2017.8.22.0014
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: SINDICATO MEDICO DE RONDONIA
Advogados do(a) AUTOR: DANIELLE ROSAS GARCEZ BONIFACIO DE MELO DIAS - RO2353, MARCOS AURELIO DE MENEZES ALVES - RO5136
REU: MUNICIPIO DE VILHENA
INTIMAÇÃO PARTES - PERÍCIA
Ficam AS PARTES intimadas, por meio de seus respectivos advogados, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca da petição do Perito Judicial , bem como tomar ciência da data e local da realização da perícia.para o dia 08/08/2023 às 08h00, no Hemocentro Regional de Vilhena, localizado na Avenida Sabino Bezerra de Queiroz, nº 4531.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
cpe1civvil@tjro.jus.brAutos n. 7010286-52.2021.8.22.0014
Classe: Averiguação de Paternidade
Protocolado em: 16/10/2021
Valor da causa: R$ 0,00
REQUERENTE: A. D. J., RUA ANTÔNIO VALDIR ZANUTTO 191 JARDIM NOVO HORIZONTE - 87010-100 - MARINGÁ - PARANÁ
ADVOGADO DO REQUERENTE: NIVALDO SOARES DE CERQUEIRA JUNIOR, OAB nº PR56881
REQUERIDO: A. M., BR 364 KM 4, CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO CONE SUL CADEIA - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: HELEN KAROLINE ZAN SANTANA, OAB nº RO9769, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
D E S P A C H O
Vistos.
O autor informou que colherá seu material genético no laboratório ND Diagnóstico de Maringá.
Conforme e-mail enviado pelo Laboratório Osvaldo Cruz, a coleta do material genético do réu foi agendada para o dia 19/07/23.
Solicite-se com urgência autorização ao Juízo da Vara de Execução de Pena, a fim de que o réu seja transportado para a coleta do material genético, bem como solicite-se da SEJUS a escolta.Se não houver tempo hábil, desde já determino que a CPE entre em contato com o laboratório solicitando o reagendamento, independentemente de conclusão dos autos, efetuando as comunicações necessárias.
Conforme anteriormente decidido, o pagamento do exame deverá ser efetuado integralmente pelo autor, diretamente ao Laboratório em que for colher o material para exame. Intime-se o autor, via diário e através do e-mail nivaldojr.adv@gmail.com, para que realize o pagamento conforme indicado pelo Laboratório Oswaldo Cruz (Ag: 3325, C/C: 1947-0, Banco SICOOB).
O autor deverá entrar em contato com o Laboratório Oswaldo Cruz em caso de dúvidas, pois deverá comparecer no laboratório da sua cidade para colheita do seu material.
O laudo do exame de DNA deverá ser enviado para o e-mail: vha1civelgab@tjro.jus.br.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe1civvil@tjro.jus.br
Processo : 7001213-56.2021.8.22.0014
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: Sindsul e outros (2)
REQUERIDO: MUNICIPIO DE VILHENA e outros

Advogado do(a) EXECUTADO: SANDRA VITORIO DIAS - RO0000369A-B
INTIMAÇÃO RÉU - DOCUMENTOS JUNTADOS
Fica a parte REQUERIDA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa.
Autos n. 7000682-38.2019.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Cumprimento de sentença
Protocolado em: 08/02/2019
EXEQUENTE: K. E. D. A. B., RUA A, CONJUNTO HABITACIONAL 1790, CASA 02 MARCOS FREIRE - 76981-128 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXECUTADO: J. A. B., AVENIDA DAS NAÇÕES 2400 RESIDENCIAL CIDADE VERDE - 76984-023 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 620,99
SENTENÇA
Recebi no plantão.
Trata-se de pedido para expedição de alvará de soltura, sob o argumento de que houve acordo entre as partes quanto ao pagamento do débito alimentar referente aos presentes autos, conforme se infere da petição apresentada pela Defensoria Pública, a qual foi assinada também pela representante da parte autora.
Assim, HOMOLOGO o acordo celebrado pelas partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Por conseguinte, com fundamento no art. 924, III do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente ação promovida pela exequente K.E.DE A.B. contra executado J.A.B.
Tendo em vista que o feito foi extinto por acordo entre as partes, tenho que ocorreu a desistência tácita do prazo recursal.
Determino a imediata liberação do executado JACKSON ASSIS BEKOV, que se encontra recolhido, salvo se por outro motivo não estiver preso.
SIRVA A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ DE SOLTURA, devendo ser cumprido por oficial de justiça plantonista, e regularizado o BNMP.
Assim, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.
Sem custas finais.
Publique-se. Intimem-se e cumpra-se.
Vilhena/RO, 16 de julho de 2023.
Kelma Vilela de Oliveira
Juíza de Direito
Kelma Vilela de Oliveira

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
cpe1civvil@tjro.jus.brAutos n. 7006233-91.2022.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Protocolado em: 28/06/2022
Valor da causa: R$ 88.000,00
AUTOR: C. F. LAUREANO - ME, AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO NEVES 4965 JARDIM ELDORADO - 76987-099 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DANIEL TADEU ROCHA, OAB nº SP404036
REU: BANCO DA AMAZONIA SA, AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, - DE 381/382 AO FIM CAMPINA - 66017-000 - BELÉM - PARÁ
ADVOGADOS DO REU: GILBERTO SILVA BOMFIM, OAB nº RO1727, PROCURADORIA DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A
D E S P A C H O
Vistos.
Primeiramente, em atenção ao pedido da parte autora de ID 92129944, anoto que o feito foi extinto pelo indeferimento da inicial, mantido em grau de recurso.
Assim, com a prolação da sentença, se axauriu a prestação jurisdicional, de modo que deixo de analisar o pleito em questão.
Segundamente, em relação ao cumprimento de sentença de ID 92968186, cabe consignar, também, que a sentença prolatada condenou a parte autora ao pagamento da sucumbência, contudo ressalvou os benefícios da gratuidade judiciária.
Neste sentido, a parte exequente deixou de comprovar a alteração da situação de hipossuficiência da autora, conforme previsto no §3º do artigo 98 do Código de Processo Civil.
Cabe consignar, que o fato do imóvel da parte ter sido arrematado e, disto, haver sobra de valores, por si só, não afasta a condição econômica de hipossuficiente dela, pois a arrematação ocorreu antes da prolação da sentença que reconheceu a gratuidade.
Portanto, tratando-se de fato conhecido, é consolidado o entendimento que “a revogação do benefício de assistência judiciária gratuita deve estar fundamentada em fato novo que altere a condição de hipossuficiência da parte. AgInt no AREsp 1564850/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/02/2020, DJe 04/03/2020”.
Saliento, ainda, que o simples fato do transcurso do tempo, da condenação até os dias de hoje, também é insuficiente para análise da revogação do benefício em questão.
Do exposto, INDEFIRO o cumprimento de sentença.
Nada sendo requerido, arquivem-se com as cautelas de praxe.
Cumpra-se.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7006919-49.2023.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe: Homologação da Transação Extrajudicial
Protocolado em: 15/07/2023
REQUERENTE: JOAO PAULO DESSBESEL MACEDO, RUA CASTELO BRANCO 750 CENTRO (S-01) - 76980-122 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: BARBARA BARBOSA LIMA, OAB nº RO3387
REQUERENTE: PAULO SERGIO MACEDO, LINHA GAVIÃO REAL S/N, ZONA RURAL ZONA RURAL - 78310-000 - COMODORO - MATO GROSSO
ADVOGADO DO REQUERENTE: TATIANE PEDERIVA MACEDO, OAB nº RO10719
D E C I S Ã O
Vistos.
Trata-se de pedido de homologação de acordo formulado por JOÃO PAULO DESSBESEL MACEDO, representado por sua genitora MARCIA DESSBESEL e PAULO SÉRGIO MACEDO, referente a diferença dos alimentos atrasados e 50% das despesas extraordinárias vencidas 01/03/2019 a 10/07/2023.
Verifico que a ação em que fixou a obrigação alimentar tramitou no Juízo da 2ª Vara Cível desta Comarca, sob o n. 7007403-40.2018.8.22.0014, bem como os autores distribuíram o pedido de homologação por dependência e endereçado ao juízo daquela Vara.
O entendimento do Tribunal de Justiça de Rondônia a respeito da competência em casos desse jaez é o seguinte:
Conflito de Competência. Ação negatória de paternidade. Intenção de exoneração de alimentos. Distribuição por dependência ao Juízo da ação de alimentos. Encontro dos Juízes das Varas de Família e Sucessões de Porto Velho. Enunciado n. 17. Sendo clara a intenção do autor de ação negatória de paternidade em ver-se também exonerado da obrigação de alimentos, devem ser os autos distribuídos por dependência à Vara em que tramitou a ação determinante de tal obrigação, conforme o Enunciado n. 17 do Encontro dos Juízes das Varas de Família e Sucessões da Comarca de Porto Velho/RO. Conflito de competência, Processo nº 0001136-29.2012.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Renato Martins Mimessi, Data de julgamento: 27/03/2012.
Assim, com fundamento no art. 61, do CPC, DECLINO da competência para o Juízo competente da 2ª Vara Cível desta Comarca.
Encaminhem-se os autos ao Juízo competente, com as baixas de estilo.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7003454-71.2019.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Cumprimento de sentença
Protocolado em: 31/05/2019
REQUERENTE: NOMA TRUCK PARTS COMERCIO ATACADISTA, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA, AVENIDA 704 2191 BODANESE - 76908-354 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JEVERSON LEANDRO COSTA, OAB nº RO3134, KELLY MEZZOMO CRISOSTOMO COSTA, OAB nº RO3551
REQUERIDO: O. GOVEIA DE MATOS & CIA LTDA - EPP, AVENIDA SONORA 440, SALA “A” FLÁVIO DERZI - 79415-000 - SONORA - MATO GROSSO DO SUL
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
D E S P A C H O
Vistos.
DEFIRO o pedido.
Suspendo a tramitação do processo pelo prazo de 30 dias.
Após, intime-se o exequente para, no prazo de 05 dias, indicar bens passíveis de penhora e impulsionar o feito, sob pena de suspensão (CPC, art. 921, III).
Pratique-se o necessário.
Vilhena,RO, 17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7005605-39.2021.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe: Cumprimento de sentença
Protocolado em: 13/07/2021
Valor da causa: R$ 4.910,13
REQUERENTE: GIRAPE ESTILOS LTDA - ME, AVENIDA MAJOR AMARANTE 3307 CENTRO (S-01) - 76980-091 - VILHENA - RONDÔNIA

ADVOGADO DO REQUERENTE: RAYANNA DE SOUZA LOUZADA NEVES, OAB nº RO5349A
REQUERIDO: ELAINE RIBEIRO DOS SANTOS, RUA ANTÔNIO QUINTINO GOMES 3141 JARDIM AMÉRICA - 76980-804 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
A parte requerida, embora citada por edital, não se manifestou.
Encaminhe-se os autos ao curador especial nomeado para impugnação, no prazo legal.
Após, à parte autora para requerer o que de direito.
Pratique-se o necessário.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7006913-42.2023.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe: Cumprimento de sentença
Protocolado em: 14/07/2023
EXEQUENTES: MICHELLY APARECIDA MENEGARI DE SOUZA, RUA ROSILENE ARAUJO DE CASTRO 910 CENTRO (S-01) - 76980-198 - VILHENA - RONDÔNIA, SOELI SILVA SANTOS, ESTRADA EIXO 01, LINHA 02, CHÁCARA 248 s/n ÁREA RURAL DE VILHENA - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA, ANTONIO DE ALENCAR SOUZA, RUA GENIVAL NUNES DA COSTA 4695 JARDIM ELDORADO - 76987-080 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: JOSE EUDES ALVES PEREIRA, OAB nº RO2897A
EXECUTADO: JOSE CARLOS LUCIO, RUA TAPAJÓS 4197 CENTRO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
D E C I S Ã O
Vistos.
DECLINO da competência à 2ª Vara Cível desta Comarca, pois a ação acessória deve ser distribuída por dependência à ação principal (0005954-11.2014.8.22.0014), nos termos do art. 61 do CPC.
Remetam-se os autos com as comunicações de estilo.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7006886-59.2023.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe: Procedimento Comum Cível
Protocolado em: 14/07/2023
AUTOR: IVAN F. DE AVILA, AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO 4335 CENTRO (S-01) - 76980-030 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ESTEVAN SOLETTI, OAB nº RO3702A
REU: BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL, BANCO BRADESCO S.A., CIDADE D E DEUS PRÉDIO PRATA ANDAR 2 VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADO DO REU: BRADESCO
R$ 129.281,71
D E S P A C H O
Vistos.
Em observância ao princípio da razoabilidade, da instrumentalidade das formas e da celeridade processual, deixo de designar a audiência de conciliação prevista no art. 334, do CPC, haja vista que, segundo a experiência prática judicial, nas ações movidas em desfavor de instituições bancárias e seguradoras, estas, até mesmo por orientação decorrente de política interna e administrativa, não estão aptas a oferecer proposta de acordo. Consigno que não há prejuízo processual, pois em outra fase judicial poderá ser designada nova oportunidade para conciliação entre as partes, caso desejem.
Cite(m)-se o(s) réu(s) para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) defesa, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pelo autor e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344, do CPC, que assim dispõe: “Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.”
Se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, ou qualquer das matérias elencadas no art. 337 do CPC, dê-se vista à parte autora para, no prazo de 15 dias, apresentar impugnação (CPC, art. 350 e 351).
Decorrido o prazo, retornem os autos concluso para decisão saneadora.
SIRVA COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO.
Se for o caso de cumprir por Oficial de Justiça, no cumprimento da ordem este deverá certificar eventual proposta de autocomposição, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.
Pratique-se o necessário.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
cpe1civvil@tjro.jus.brAutos n. 7004661-08.2019.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Protocolado em: 15/07/2019
Valor da causa: R$ 100.000,00
REQUERENTE: B. E. O. D. S., AVENIDA JÔ SATO 2500, CONDOMÍNIO IMPERIAL PARK, QUADRA 05 LOTE 06 S-43A - 76982-270 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: CRISTIANE TESSARO, OAB nº AC1562
REQUERIDOS: U. P. V. -. S. C. M. L., AVENIDA CARLOS GOMES 1259, - DE 1259 A 1517 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76801-109 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, H. B. J. L. -. E., RUA CARLOS STHAL 4901 JARDIM ELDORADO - 76987-050 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: THIAGO MAIA DE CARVALHO, OAB nº RO7472, RAQUEL GRECIA NOGUEIRA, OAB nº RO10072, EDSON BERNARDO ANDRADE REIS NETO, OAB nº RO1207, EURICO SOARES MONTENEGRO NETO, OAB nº RO1742, ADEVALDO ANDRADE REIS, OAB nº RO628, RODRIGO OTAVIO VEIGA DE VARGAS, OAB nº RO2829, AMANDA ELISE CASTOLDI DOS SANTOS, OAB nº RO9950, PABLLO VINICIUS FELIX DE ARAUJO, OAB nº TO3976
D E S P A C H O
Vistos.
INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 5 dias, se manifestar em relação ao pagamento informado pelos executados Hospital Bom Jesus e Unimed Porto Velho, sob pena de ser considerada a quitação.
Cumpra-se.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7004593-92.2018.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Monitória
Protocolado em: 27/06/2018
AUTOR: R & S COM E TRANSPORTES DE MATERIAIS P/CONSTRUCAO LTDA, AV CELSO MAZUTTI 4467 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ROBERTA MARCANTE, OAB nº RO9621, MARIA CAROLINA DE FREITAS ROSA FUZARO, OAB nº RO6125A, JONI FRANK UEDA, OAB nº RO5687, ANDRE COELHO JUNQUEIRA, OAB nº RO6485, RAFAELA CAVALCANTE CASTILHO, OAB nº RO12156
REU: FABIO APARECIDO DA SILVA, RUA NOVE MIL TREZENTOS E OITO 1125 RESIDENCIAL IPÊ - 76986-290 - VILHENA - RONDÔNIA, RONALDO RODRIGUES DE SOUZA, RUA JOSÉ RAIMUNDO PEREIRA LIMA 5207 JARDIM ELDORADO - 76987-054 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
R$ 5.041,54
D E S P A C H O
Vistos.
Altere-se a classe da autuação.
1. Intime-se o executado pessoalmente para, no prazo de 15 dias, cumprir espontaneamente a obrigação fixada no título executivo judicial, para pagamento da quantia de R$ 1.916,70, sob pena de ser acrescida automaticamente multa de 10%, e honorários advocatícios no valor de 10%, ambos sobre o valor do débito, nos termos do art. 523, § 1º, do CPC.
2. Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, desde já determino a efetivação de penhora e avaliação dos bens do executado (CPC, art. 523, §3º).
3. Transcorrido o prazo acima, poderá o executado interpor impugnação nos próprios autos no prazo de 15 dias, independentemente de nova intimação (CPC, art. 525), observando-se que a interposição do ato não impede a prática dos atos executivos e expropriatórios, nos termos do art. 525, §6º, do CPC, salvo exceções e observados os requisitos legais.
4. Intimem-se. Pratique-se o necessário.
5. Se for o caso de cumprir por Oficial de Justiça, no cumprimento da ordem este deverá certificar eventual proposta de autocomposição, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.
6. Sirva este despacho como mandado/carta para os devidos fins.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
cpe1civvil@tjro.jus.brAutos n. 0004993-75.2011.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Protocolado em: 14/06/2011

Valor da causa: R$ 5.841,71
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MICHEL FERNANDES BARROS, OAB nº RO1790, GIZA HELENA COELHO, OAB nº DF166349, PROCURADORIA DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A
EXECUTADO: ANTONIO RUBI POSSEBON, RODOVIA AR1, KM 115 KM 115, ZONA RURAL - 78320-000 - JUÍNA - MATO GROSSO
ADVOGADO DO EXECUTADO: TAYANE ALINE HARTMANN PIETRANGELO, OAB nº RO5247A
D E S P A C H O
Vistos.
Intime-se a parte executada para, no prazo de 5 dias, se manifestar em relação ao pedido de Id 92970195, sob pena de prosseguimento e penhora.
Cumpra-se.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
cpe1civvil@tjro.jus.brAutos n. 7001525-61.2023.8.22.0014
Classe: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil
Protocolado em: 20/02/2023
Valor da causa: R$ 1.302,00
REQUERENTE: VILMA DOS SANTOS BATISTA, RUA DOIS MIL QUINHENTOS E VINTE E SETE 113 JARDIM SOCIAL - 76981-268 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: POLYANA RODRIGUES SENNA, OAB nº RO7428A
SEM ADVOGADO(S)
D E S P A C H O
Vistos.
Cumpridas as determinações da sentença de ID 92700393, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.
Pratique-se o necessário.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 0005049-69.2015.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Execução Fiscal
Protocolado em: 08/06/2015
EXEQUENTE: SERVICO AUTONOMO DE AGUAS E ESGOTOS - SAAE VILHENA, AGF MAJOR AMARANTE 2788, AVENIDA MAJOR AMARANTE 4638 CENTRO (NOVA VILHENA) - 76980-972 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
EXECUTADO: M.M & FILHOS INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - ME, RUA SERGIPE 2514 SETOR 19 - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 4.733,18
D E C I S Ã O
Vistos.
Determino a suspensão do processo pelo prazo de 1 ano.
Aguarde-se o decurso do prazo no arquivo provisório (sem baixa).
Decorrido o prazo de suspensão, sem manifestação das partes, iniciar-se-á o prazo da prescrição intercorrente.
Transcorrido o prazo de 5 anos, intime-se a parte exequente para se manifestar quanto à prescrição intercorrente.
Intimem-se.
Pratique-se o necessário.
Vilhena,RO, 17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 0002452-35.2012.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Execução de Título Extrajudicial
Protocolado em: 30/03/2012

EXEQUENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/ A - BASA, AV: MAJOR AMARANTE 3050 CENTRO - 76980-153 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MICHEL FERNANDES BARROS, OAB nº RO1790, DANIELE GURGEL DO AMARAL, OAB nº RO1221, GILBERTO SILVA BOMFIM, OAB nº RO1727, MARCELO LONGO DE OLIVEIRA, OAB nº RO1096, MONAMARES GOMES, OAB nº RO903A
EXECUTADOS: ELIA FERNANDES FERREIRA, AV. PRES. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES 2162 BODANESE - 76981-054 - VILHENA - RONDÔNIA, OSMAR RODRIGUES FERREIRA, AV. TRANCREDO NEVES 2162, NÃO CONSTA BODANESE - 76981-054 - VILHENA - RONDÔNIA, FERREIRA & FERNANDES MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME, AV. TANCREDO NEVES 2144, OSMAR DEPÓSITO DE AREIAS E PEDRAS - ME BODANESE - 76981-149 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
R$ 317.900,12
DESPACHO
Vistos.
O feito tramita desde o ano de 2012 sem, contudo, êxito na satisfação do crédito, de modo que foi determinada a sua suspensão.
A parte exequente peticionou no ID 92918828, de modo que INDEFIRO o pedido de expedição de ofício ao INSS para informações acerca de eventuais empregos ou benefícios previdenciários recebidos pelo executado, pois trata-se de diligência que incumbe à parte interessada.
Registro que a informação poderá ser obtida por meio de requerimento administrativo ou por meio de acesso ao portal do advogado no site da previdência social.
Consigo ainda que dados acerca de vínculo empregatício também podem ser adquiridos diretamente no CAGED, por meio de requerimento administrativo. O requerimento poderá ser apresentado por meio do e-mail: lilian.silva@economia.gov.br , e também através dos outros meios disponíveis.
Portanto, mantenho o processo suspenso, conforme despacho de ID 92097389.
Retornem ao arquivo.
Cumpra-se.
Vilhena/RO, {{data.extenso_sem_dia_semana}}.
{{orgao_julgador.magistrado}}
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7009673-71.2017.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Protocolado em: 05/12/2017
Valor da causa: R$ 11.051,06
REQUERENTE: JILLYAN BRIELY GONCALVES EBERT, AVENIDA BENNO LUIZ GRAEBIN 5210 JARDIM ELDORADO - 76987-136 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ERIC JOSE GOMES JARDINA, OAB nº RO3375A
REQUERIDO: NELSON JOSE PIEROSAN, AVENIDA CELSO MAZUTTI 6457, SALA A JARDIM ELDORADO - 76987-025 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ANDRE COELHO JUNQUEIRA, OAB nº RO6485, MARIA CAROLINA DE FREITAS ROSA FUZARO, OAB nº RO6125A, RAFAELA CAVALCANTE CASTILHO, OAB nº RO12156
DESPACHO
Vistos.
A parte executada pugnou pela substituição do bem penhorado e, por sua vez, a parte exequente discordou do pedido.
Assim, INDEFIRO a substituição pleiteada.
Prossiga-se conforme despacho de Id 88904532, com a expedição de mandado de penhora do veículo bloqueado. As custas foram recolhidas no ID 89831096.
Expeça-se mandado de penhora, intimação e avaliação do bem de propriedade da parte executada, ou qualquer outro que satisfaça a execução.
Efetuada a penhora, avaliação e lavrado o respectivo auto, intime-se a parte executada pessoalmente e pelo mesmo mandado (art. 841, CPC), para, querendo, apresente impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.
Havendo impugnação, intime-se a parte exequente para resposta no mesmo prazo de 15 (quinze) dias.
Recaindo a penhora sobre bem imóvel ou direito real sobre imóvel, será intimado também o cônjuge do executado, se houver, salvo se forem casados em regime de separação absoluta de bens (art. 842, do CPC).
O executado pode, no prazo de 10 (dez) dias contado da intimação da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove que lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente (art. 847,do CPC).
Pratique-se e expeça-se o necessário para cumprimento da presente decisão.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7006837-18.2023.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.

Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68Protocolado em: 13/07/2023
Valor da causa: R$ 6.000,00
AUTORES: H. D. R. D. A., RUA B - DE 7055/7056 A 7979/79 7304 JARDIM ARAUCARI - 76987-396 - VILHENA - RONDÔNIA, D. D. P., RUA B - DE 7055/7056 A 7979/79 7304 JARDIM ARAUCARI - 76987-396 - VILHENA - RONDÔNIA, D. P. D. E. D. R., AVENIDA LUIZ MAZIERO 4320 JARDIM AMÉRICA - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: R. R. D. A., RUA VALMIR TABORDA CÂMERA 162 CENTRO - 78307-000 - CAMPOS DE JÚLIO - MATO GROSSO
REU SEM ADVOGADO(S)
D E C I S Ã O
Vistos.
Processe-se em segredo de justiça e com isenção de custas.
FIXO os alimentos provisórios em 30% do salário mínimo vigente (atualmente R$ 1.320,00), que correspondente a R$ 396,00 (trezentos e noventa e seis reais), reajustável quando do reajuste do salário mínimo, devidos pela parte ré em favor do(a) filho(a) menor, os quais deverão ser pagos A PARTIR DA CITAÇÃO.
Intime-se a parte requerida para pagamento dos alimentos provisórios, devidos desde a citação (CPC, art. 240 e Lei 5.478/68, art. 13, § 2º), os quais deverão ser pagos diretamente à parte autora (via depósito identificado ou em mãos, mediante recibo) ou por meio de depósito judicial.
Convido as partes a refletirem acerca da possibilidade de solucionar a questão controvertida mediante a conciliação, uma vez que o acordo construído pelos envolvidos otimiza ganhos ou minimiza eventuais prejuízos diante do tempo que o processo poderá levar para ser concluído, revelando, de fato, a verdadeira justiça. Nesse contexto, espero que, com espírito de colaboração, os advogados cooperem nesse ideal de justiça, uma vez que são também responsáveis pela solução pacífica dos conflitos.
As audiências de conciliação deste juízo realizar-se-ão de forma virtual, ou seja, pela internet, utilizando-se o aplicativo “Google Meet”, preferencialmente, e, alternativamente, o WhatsApp. Os participantes poderão se utilizar de qualquer aparelho eletrônico, desde que disponível sistema de vídeo e áudio, tais como celular, notebook ou computador de mesa.
Assim, DESIGNO audiência de conciliação para o dia 26 de SETEMBRO de 2023, às 12 horas, por videoconferência.
Desde já, seguem os dados necessários para acesso à sala virtual da audiência: meet.google.com/iks-xbeg-kac
As partes deverão informar nos autos, no prazo de 05 dias, endereço de e-mail e/ou número de WhatsApp, viabilizando o envio do link da sala virtual. Com a informação, em até 05 dias antes da solenidade, os dados serão encaminhados. Caso necessário, os interessados poderão entrar em contato com o NUCOMED por meio do telefone 69-3316-3640.
No horário designado, os participantes deverão acessar a sala virtual da audiência e estarem disponíveis por meio do e-mail e/ou número de celular indicados, bem como deverão portar documento oficial com foto, a fim de comprovar suas respectivas identidades no início da solenidade.
Cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora.
Não havendo acordo, o(s) réu(s) poderá(ão), no prazo de 15 dias, contados a partir da audiência (CPC, art. 335, I), apresentar(em) resposta, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pelo autor e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344, do CPC, que assim dispõe: “Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.”
Se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, ou qualquer das matérias elencadas no art. 337 do CPC, dê-se vista à parte autora para, no prazo de 15 dias, apresentar impugnação (CPC, art. 350 e 351).
Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos para decisão saneadora.
Ciência ao Núcleo de Conciliação e Mediação (NUCOMED), às partes e respectivos advogados.
Ciência ao Ministério Público.
Intime-se a parte autora na pessoa de seu advogado (art. 334, §3º, do CPC), ou pessoalmente se estiver patrocinada pela Defensoria Pública ou Núcleo de Prática Jurídica.
O Oficial de Justiça deverá colher o número do celular/WhatsApp e e-mail da parte requerida e/ou autora, a fim de lhe ser encaminhadas as informações da audiência. No cumprimento da ordem, o OJ deverá, ainda, certificar eventual proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.
Pratique-se o necessário.
Serve o presente como MANDADO/CARTA.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7006871-90.2023.8.22.0014
Classe: Divórcio Consensual
Protocolado em: 14/07/2023
Valor da causa: R$ 6.000,00
INTERESSADOS: K. F. M., RUA LÉO BACK 3599 SÃO PAULO - 76987-356 - VILHENA - RONDÔNIA, A. F. C., RUA LÉO BACK 3599 SÃO PAULO - 76987-356 - VILHENA - RONDÔNIA, A. M. D. O., RUA CENTO E DOIS-VINTE E QUATR 3619 RESIDENCIAL CID - 76982-802 - VILHENA - RONDÔNIA, D. P. D. E. D. R., AVENIDA LUIZ MAZIERO 4320 JARDIM AMÉRICA - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS INTERESSADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SEM ADVOGADO(S)

D E S P A C H O
Vistos.
Recebo a inicial.
Processe-se em segredo de justiça.
DEFIRO a gratuidade da justiça aos autores.
Por envolver interesse de menor, abra-se vista ao Ministério Público a fim de se manifestar nos autos, caso queira.
Após, retornem os autos conclusos.
Pratique-se o necessário.
SERVE COMO MANDADO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7007097-37.2019.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Cumprimento de sentença
Protocolado em: 25/10/2019
REQUERENTE: FRANCISCO CLAUDIO DA SILVA 39021483220, AVENIDA MARECHAL RONDON sn, QUISQUE 04 CENTRO (S-01) - 76980-002 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: IRACEMA MARTENDAL CERRUTTI, OAB nº RO2972A, TATIANE PEREIRA FRANCO WEISMANN, OAB nº MT19039A
REQUERIDO: DISAL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA, AVENIDA JOSÉ MARIA WHITAKER 990 PLANALTO PAULISTA - 04057-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDEMILSON KOJI MOTODA, OAB nº AL12832, EDUARDO CHALFIN, OAB nº AC4580, ALBERTO BRANCO JUNIOR, OAB nº SP86475A
R$ 48.317,85
D E S P A C H O
Vistos.
Altere-se a classe da autuação.
1. Intime-se o executado (Francisco Claudio) por meio de seus advogados para, no prazo de 15 dias, cumprir espontaneamente a obrigação fixada no título executivo judicial, para pagamento da quantia de R$ 7.466,34, sob pena de ser acrescida automaticamente multa de 10%, e honorários advocatícios no valor de 10%, ambos sobre o valor do débito, nos termos do art. 523, § 1º, do CPC.
2. Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, desde já determino a efetivação de penhora e avaliação dos bens do executado (CPC, art. 523, §3º).
3. Transcorrido o prazo acima, poderá o executado interpor impugnação nos próprios autos no prazo de 15 dias, independentemente de nova intimação (CPC, art. 525), observando-se que a interposição do ato não impede a prática dos atos executivos e expropriatórios, nos termos do art. 525, §6º, do CPC, salvo exceções e observados os requisitos legais.
4. Intimem-se. Pratique-se o necessário.
5. Se for o caso de cumprir por Oficial de Justiça, no cumprimento da ordem este deverá certificar eventual proposta de autocomposição, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.
6. Sirva este despacho como mandado/carta para os devidos fins.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 0049151-60.2007.8.22.0014
Classe: Execução Fiscal
Protocolado em: 09/05/2007
Valor da causa: R$ 6.477.691,50
EXEQUENTE: Estado de Rondônia, AV. LUIZ MAZIEIRO, 4060, NÃO INFORMADO JARDIM AMÉRICA - 76980-078 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: SEITI ROBERTO MORI, OAB nº RO215B, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: FRIGORIFICO PORTO LTDA, RODOVIA 364, KM 18 - VILHENA - RO, SETOR INDUSTRIAL SETOR INDUSTRIAL - 76980-078 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
A parte exequente apresentou apelação.
Assim, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias (art. 1.010, §1º, CPC).

Havendo interposição de apelação adesiva, vista à parte contrária para contrarrazoar, também em 15 dias (art. 1.010, §2º, CPC).
Sendo negativa a diligência ou decorrido o prazo das contrarrazões, encaminhem-se os autos ao egrégio TJRO, para processamento e julgamento da apelação (art. 1.010, §3º, CPC).
Serve a presente de Carta/Mandado/Ofício.
Vilhena,RO, 17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Autos n. 7006817-27.2023.8.22.0014
Classe: Consignação em Pagamento
Protocolado em: 13/07/2023
Valor da causa: R$ 485,60
AUTOR: ADRIANO ROSSACI BARBOSA, CHÁCARA SANTA LUZIA sn ZONA RURAL - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DIANDRA DA SILVA VALENCIO, OAB nº RO5657A
REU: F. M. DE LIMA, TANCREDO NEVES 2629 CENTRO - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
D E S P A C H O
Vistos.
DEFIRO o pedido de gratuidade da justiça ao autor.
Configurada a hipótese do art. 335, III, do CC, DEFIRO a consignação em pagamento, e em consequência, DEFIRO o depósito da quantia devida, por meio da guia de depósito específica emitida no site do TJ/RO, no prazo de 05 dias (art. 542, I, do CPC).
Comprovado o depósito da quantia devida, DEFIRO a tutela antecipada de urgência manejada pela parte autora, nos termos do art. 300 do CPC, pois verifico presentes os requisitos autorizadores para a concessão da tutela de urgência. Os documentos que acompanham a petição inicial demonstram a existência do débito e a negativação do nome do autor, evidenciando-se a probabilidade do direito alegado. O perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, esta consubstanciado nos prejuízos que o autor sofrerá com a negativação de seu nome, caso o processo demore a ser resolvido.
Ademais, não há perigo de irreversibilidade da medida pois a parte requerida poderá proceder com a negativação após o término da ação.
Desta forma, DETERMINO que a parte requerida proceda o levantamento da inscrição do nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito, no prazo de 05 dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 100,00 (cem reais), limitada a 30 dias.
Intime-se o réu sobre esta decisão.
Após, cite-se a parte requerida para levantar os valores disponibilizados ou oferecer contestação em 15 (quinze) dias, por meio de advogado ou defensor público, observando o disposto no art. 544 do CPC.
Em caso de recebimento e quitação, incidirão honorários de 10% (dez por cento) sobre o valor da quantia, bem como custas e despesas (art. 546, parágrafo único), que deverão ser retidas no ato, descontando-se do montante do pagamento.
Fica a parte requerida ciente de que, se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 do CPC).
Após, havendo contestação, intime-se a parte autora para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.
Cite-se. Intime-se.
Expeça-se o necessário.
SERVE COMO MANDADO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7001707-18.2021.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Cumprimento de sentença
Protocolado em: 22/03/2021
EXEQUENTE: AUTO POSTO CATARINENSE LTDA, AVENIDA MARECHAL RONDON 1.818 S-31 - 76980-252 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JONI FRANK UEDA, OAB nº RO5687, ANDRE COELHO JUNQUEIRA, OAB nº RO6485, MARIA CAROLINA DE FREITAS ROSA FUZARO, OAB nº RO6125A, RAFAELA CAVALCANTE CASTILHO, OAB nº RO12156
EXECUTADO: JACKSON GERMANO WAHLBRINK, RUA OITO MIL DUZENTOS E DEZ 5151 RESIDENCIAL BARÃO MELGAÇO II - 76982-334 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 4.169,59
D E S P A C H O
Vistos.
Altere-se a classe da autuação.
1. Intime-se o executado pessoalmente para, no prazo de 15 dias, cumprir espontaneamente a obrigação fixada no título executivo judicial, para pagamento da quantia de R$ 5.704,87, sob pena de ser acrescida automaticamente multa de 10%, e honorários advocatícios no valor de 10%, ambos sobre o valor do débito, nos termos do art. 523, § 1º, do CPC.

2. Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, desde já determino a efetivação de penhora e avaliação dos bens do executado (CPC, art. 523, §3º).
3. Transcorrido o prazo acima, poderá o executado interpor impugnação nos próprios autos no prazo de 15 dias, independentemente de nova intimação (CPC, art. 525), observando-se que a interposição do ato não impede a prática dos atos executivos e expropriatórios, nos termos do art. 525, §6º, do CPC, salvo exceções e observados os requisitos legais.
4. Intimem-se. Pratique-se o necessário.
5. Se for o caso de cumprir por Oficial de Justiça, no cumprimento da ordem este deverá certificar eventual proposta de autocomposição, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.
6. Sirva este despacho como mandado/carta para os devidos fins.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7006845-92.2023.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Execução de Título Extrajudicial
Protocolado em: 13/07/2023
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL, AV: CAPITÃO CASTRO 3178, TERREO CENTRO - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CRISTIANE TESSARO, OAB nº AC1562, PROCURADORIA DA SICOOB CREDISUL - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA LTDA
EXECUTADO: LUCAS DA SILVA VIEIRA, AVENIDA IBIRAPUERA 2778 GREEN VILLE - 76980-887 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 3.687,17
D E S P A C H O
Vistos.
Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, juntar o comprovante de pagamento das custas processuais integrais (2%), nos termos do artigo 12, I da Lei 3.896/2016, sob pena de indeferimento da inicial.
Caso haja a comprovação do pagamento das custas, independentemente de nova conclusão dos autos, prossiga-se conforme abaixo segue:
Cite(m)-se a(s) parte(s) executada(s) para, no prazo de 03 (três) dias (CPC, 829), efetuar(em) o pagamento do valor de R$ 3.687,17 atualizados até a data do efetivo pagamento, sob pena de penhora.
Fixo honorários em 10% sobre o valor do débito, advertindo a(às) parte(s) executada(s) de que, no caso de integral pagamento no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 827, § 1º) e ficará isento das custas processuais finais, nos termos do art. 8º, inciso I, da Lei 3.896/2016.
Caso a(s) parte(s) executada(s) não seja(m) encontrada(s), ou se oculte(m), proceda-se com o arresto de bens nos moldes do art. 830 do CPC e observando-se eventual indicação realizada na petição inicial.
Independentemente de garantia do juízo, a(s) parte(s) executada(s) poderá(ão) opor embargos no prazo de 15 dia, de acordo com o que prevê o art. 915, do CPC.
Do mesmo modo, cientifique(m)-se a(s) parte(s) executada(s) sobre os benefícios do art. 916, do CPC, que assim dispõe:
Art. 916. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês.
§ 1º O exequente será intimado para manifestar-se sobre o preenchimento dos pressupostos do caput, e o juiz decidirá o requerimento em 5 (cinco) dias.
§ 2º Enquanto não apreciado o requerimento, o executado terá de depositar as parcelas vincendas, facultado ao exequente seu levantamento.
§ 3º Deferida a proposta, o exequente levantará a quantia depositada, e serão suspensos os atos executivos.
(...) § 6º A opção pelo parcelamento de que trata este artigo importa renúncia ao direito de opor embargos.
Em caso de penhora, manifeste(m)-se a(s) parte(s) executada(s) em 10 (dez) dias, nos termos do art. 847, caput, do CPC.
Após, diga a parte exequente quanto ao interesse em adjudicar o bem(ns) penhorado(s), pelo valor da avaliação (art. 876, do CPC) ou se pretende que tal(is) bem(ns) seja(m) alienado(s) por sua própria iniciativa (art. 880, CPC).
Servirá este despacho ao exequente como Certidão de Admissão de Execução para efeito das disposições do art. 828, do CPC.
No cumprimento da ordem, caso cumprida por Oficial de Justiça, este deverá certificar eventual proposta de autocomposição, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.
Sirva este despacho como mandado/carta precatória para os devidos fins.
Pratique-se o necessário.
Vilhena/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
cpe1civvil@tjro.jus.br

Autos n. 7006819-94.2023.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe: Procedimento Comum Cível
Protocolado em: 13/07/2023
AUTORES: DAVI GADONSKI VIVIAN, AVENIDA CAMPOS ELISIOS, 3777 27 RESIDENCIAL CIDADE VERDE III - 76983-013 - VILHENA - RONDÔNIA, LUIS FERNANDO DA SILVA VIVIAN, AVENIDA CAMPOS ELISIOS, 3777 27 RESIDENCIAL CIDADE VERDE III - 76983-013 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: ANA CAROLINA IMTHON ANDREAZZA, OAB nº RO3130A
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES N939 - ANDAR 9 TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
D E C I S Ã O
Vistos.
Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais ajuizada por LUIS FERNANDO DA SILVA VIVIAN e DAVI GADONSKI VIVIAN contra AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A.
Compulsando-se os autos e em pesquisa ao PJe, verifica-se que os autores ajuizaram ação, separadamente, da Sra. Paula Tombesi Gadoski, esposa e genitora, respectivamente, dos autores, com os mesmos pedidos, causa de pedir e parte requerida, inclusive utilizando os mesmos documentos para comprovar os danos materiais.
A ação ajuizada pela Sra. Paula Tombesi Gadoski tramitou no Juizado Especial Cível, sob o n. 7002078-11.2023.8.22.0014, a qual já foi julgada e condenou a requerida Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A ao ressarcimento dos danos materiais causados por ela.
Desta forma, intime-se a parte autora para, em 15 dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento da inicial, no sentido de retificar os pedidos, devendo retirar o pedido dos danos materiais, considerando que já houve a condenação pelo pagamento nos autos de n. 7002078-11.2023.8.22.0014.
Após, retornem os autos conclusos.
Expeça-se o necessário.
SERVE COMO MANDADO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7007583-56.2018.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Cumprimento de sentença
Protocolado em: 22/10/2018
AUTOR: NOMA TRUCK PARTS COMERCIO ATACADISTA, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA, AVENIDA 704 2191 BODANESE - 76908-354 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: JEVERSON LEANDRO COSTA, OAB nº RO3134, KELLY MEZZOMO CRISOSTOMO COSTA, OAB nº RO3551
REU: NAILTO PAGUNG, RUA AMAPÁ 3041 VISTA ALEGRE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
R$ 48.183,34
D E S P A C H O
Vistos.
Altere-se a classe da autuação.
1. Intime-se a parte executada via edital e, também, por seu curador especial (CPC, art. 513, §2º, IV) para, no prazo de 15 dias, cumprir espontaneamente a obrigação fixada no título executivo judicial, para pagamento da quantia de R$ 114.949,34, sob pena de ser acrescida automaticamente multa de 10%, e honorários advocatícios no valor de 10%, ambos sobre o valor do débito, nos termos do art. 523, § 1º, do CPC.
2. Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, desde já determino a efetivação de penhora e avaliação dos bens do executado (CPC, art. 523, §3º).
3. Transcorrido o prazo acima, poderá o executado interpor impugnação nos próprios autos no prazo de 15 dias, independentemente de nova intimação (CPC, art. 525), observando-se que a interposição do ato não impede a prática dos atos executivos e expropriatórios, nos termos do art. 525, §6º, do CPC, salvo exceções e observados os requisitos legais.
4. Intimem-se. Pratique-se o necessário.
5. Se for o caso de cumprir por Oficial de Justiça, no cumprimento da ordem este deverá certificar eventual proposta de autocomposição, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.
6. Sirva este despacho como mandado/carta para os devidos fins.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7006890-96.2023.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe: Procedimento Comum Cível

Protocolado em: 14/07/2023
AUTOR: ASSOCIACAO DOS PROPRIETARIOS DE CAMINHOES DO NORTE, 5° BEC 5210, ESCRITÓRIO AV. MARECHAL RONDON - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FERNANDO CESAR VOLPINI, OAB nº RO610A
REU: E. R. MARCANTE TRANSPORTES LTDA - ME, MARECHAL RONDON 7784, SALA: B; ANEXO: POSTO MIRIAM; SETOR INDUSTRIAL - 76992-000 - GUAPORÉ (CHUPINGUAIA) - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
R$ 9.236,11
D E S P A C H O
Vistos.
Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, recolher as custas processuais, sob pena de indeferimento da petição inicial e cancelamento da distribuição (art. 290 do CPC).
Pratique-se o necessário.
SERVE COMO MANDADO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
cpe1civvil@tjro.jus.brAutos n. 7001407-22.2022.8.22.0014
Classe: Monitória
Protocolado em: 17/02/2022
Valor da causa: R$ 68.220,10
AUTOR: BANCO DO BRASIL, BANCO CENTRAL DO BRASIL 04, SETOR BANCÁRIO SUL, QUADRA 04, BLOCO C, LOTE 32, E ASA SUL - 70074-900 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS DO AUTOR: ITALO SCARAMUSSA LUZ, OAB nº BA67070, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
REU: DIEGO HALERTTNNY PESSOA DOS SANTOS, ÁREA RURAL SN ÁREA RURAL DE VILHENA - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
D E S P A C H O
Vistos.
O feito foi extinto ante a homologação do acordo entabulado entre as partes.
Assim, com a prolação da sentença, se axauriu a prestação jurisdicional, de modo que os autos devem ser arquivados.
Portanto, arquivem-se, nos termos da sentença.
Cumpra-se.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 1ª Vara Cível
Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 0009990-33.2013.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Cumprimento de sentença
Protocolado em: 10/09/2013
REQUERENTE: ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE RONDONIA, AV. 7001 8735, QUADRA 31 - FILIAL (UNESC UNIÃO DAS ESCOLAS SUPERIORES RESIDENCIAL ORLEANS - 76989-001 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO, OAB nº RO3831
REQUERIDO: JULIANE CARLA ULMANN
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
D E S P A C H O
Vistos.
INDEFIRO a inclusão do nome do executado no cadastro de inadimplentes por meio do Judiciário, pois cabe a parte interessada diligenciar no sentido de promover a inscrição pretendida às suas expensas e por iniciativa própria, prescindindo de autorização judicial para tanto; ressalto que não demonstrada pelo credor eventual impossibilidade de fazê-lo.
Neste sentido, expeça-se certidão de crédito judicial e intime-se a parte exequente para retirada.
Ademais, intime-se o exequente para, no prazo de 10 dias, indicar bens passíveis de penhora e impulsionar o feito, sob pena de suspensão (CPC, art. 921, III).
Pratique-se o necessário.
Vilhena,RO, 17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

2ª VARA CÍVEL

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
e-mail: vha2civel@tjro.jus.br, tel. (69)3316-3622
7006303-79.2020.8.22.0014
Estaduais
Execução Fiscal
R$ 766.225,56
REPRESENTANTES PROCESSUAIS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, CNPJ nº 19907343000162, AVENIDA FARQUAR, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REPRESENTANTES PROCESSUAIS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: AVIACAO AGRICOLA GAIVOTA LTDA, CNPJ nº 48429252000167, AV BRIGADEIRO EDUARDO GOMES 676 SALA 01 BNH - 76987-230 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: CARLOS ROBERTO LUNARDELLI, OAB nº PR13892, GAGO COUTINHO 640, CASA AEROPORTO - 86039-190 - LONDRINA - PARANÁ, AGENOR DOMINGOS LOVATO COGO JUNIOR, OAB nº PR22158, IRACEMA 453, CASA JD NOVO ANTARES - 86036-410 - LONDRINA - PARANÁ
DESPACHO
Vieram os autos conclusos para apreciação do pedido de parcelamento de custas, sob a alegação de que as custas processuais englobariam as custas iniciais e finais e portanto poderiam ser objeto de parcelamento.
Pois bem a resolução 151/2020 é clara em seu artigo 3º ao afirmar que as custas finais, protestadas ou não, e as necessárias ao cumprimento de carta precatória ou de diligências, não serão objeto de parcelamento.
O artigo 16 da mesma resolução prevê:
Art. 16. As custas judiciais inscritas em dívida ativa não poderão ser parceladas em juízo, cabendo tal possibilidade somente à autoridade fazendária, de acordo com os critérios estabelecidos em lei própria.
As custas desse processo já se encontram em divida ativa, conforme certidão de ID92398599 - CERTIDÃO (CERTIDÃO DÍVIDA ATIVA Nº 20230200046940), não sendo mais competência deste juízo tal pedido.
Assim retornem os autos ao arquivo.
Vilhena15 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: interiorfiscaiscpe@tjro.jus.br
ÓRGÃO EMITENTE: Vilhena - 2ª Vara Cível
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
(Prazo: 15 dias)
DE: MARLI VIEIRA AGRIPINO CPF: 012.869.851-96, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: NOTIFICAR a parte Executada para pagar as custas processuais (Iniciais e Finais) do processo em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias. O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Débito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa. O prazo inicia-se a partir do término do prazo do edital.
OBSERVAÇÃO: O boleto para pagamento pode ser emitido através do site www.tjro.jus.br acessando: Boleto bancário>Custas Judiciais>Emissão de Guia de Recolhimento vinculada ao processo ou pelo link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf

Processo:0011775-93.2014.8.22.0014
Classe:EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Exequente:SERVICO AUTONOMO DE AGUAS E ESGOTOS - SAAE VILHENA CPF: 01.933.030/0001-13
Executado: MARLI VIEIRA AGRIPINO CPF: 012.869.851-96
DECISÃO ID 93149880: "(...) CONDENO o executado ao pagamento de custas processuais, em 15 dias após o trânsito em julgado da sentença, sob pena de expedição de certidão de débito para fins de protesto extrajudicial e inscrição automática em dívida ativa fiscal estadual (...)".
Sede do Juízo: Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
Vilhena, 14 de julho de 2023.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe2civvil@tjro.jus.br
Processo : 7012582-13.2022.8.22.0014
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BANCO VOLKSWAGEN S.A.

Advogado do(a) AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - RO8599
REU: JAIR MORAIS DA SILVA
Advogado do(a) REU: TATIANE INACIO DE SOUZA MELO - RO10812
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS OFICIAL DE JUSTIÇA
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do mandado, fica a parte AUTORA, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada, para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada conforme tabela abaixo. Fica a parte advertida que em se tratando de mandado de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural).
O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: interiorfiscaiscpe@tjro.jus.br
ÓRGÃO EMITENTE: Vilhena - 2ª Vara Cível
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
(Prazo: 15 dias)
DE: JOSE DUARTE DOS REIS CPF: 177.972.091-20.
FINALIDADE: NOTIFICAR a parte Executada para pagar as custas processuais (Iniciais e Finais) do processo em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias. O não pagamento integral ensejará a expedição de Certidão de Débito Judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa. O prazo inicia-se a partir do término do prazo do edital.
OBSERVAÇÃO: O boleto para pagamento pode ser emitido através do site www.tjro.jus.br acessando: Boleto bancário>Custas Judiciais>Emissão de Guia de Recolhimento vinculada ao processo ou pelo link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Processo:0013878-73.2014.8.22.0014
Classe:EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Exequente:SERVICO AUTONOMO DE AGUAS E ESGOTOS - SAAE VILHENA CPF: 01.933.030/0001-13
Executado: JOSE DUARTE DOS REIS CPF: 177.972.091-20
DECISÃO ID 93149050: “(...) CONDENO o executado ao pagamento de custas processuais, em 15 dias após o trânsito em julgado da sentença, sob pena de expedição de certidão de débito para fins de protesto extrajudicial e inscrição automática em dívida ativa fiscal estadual (...)”.
Sede do Juízo: Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
Vilhena, 14 de julho de 2023.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe2civvil@tjro.jus.br
Processo : 7007478-45.2019.8.22.0014
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ADRIANA SANTOS COSTA
Advogado do(a) REQUERENTE: GILVAN ROCHA FILHO - RO0002650A
REQUERIDO: MUNICIPIO DE VILHENA
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe2civvil@tjro.jus.br
Processo : 7012595-12.2022.8.22.0014

Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) AUTOR: EDSON ROSAS JUNIOR - AM1910
REU: JUAREZ JOSE VILELA FILHO
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS OFICIAL DE JUSTIÇA
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do mandado, fica a parte AUTORA, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada, para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada conforme tabela abaixo.
Fica a parte advertida que em se tratando de mandado de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural).
O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
e-mail: vha2civel@tjro.jus.br, tel. (69)3316-3622
7010261-15.2016.8.22.0014
Cheque
Cumprimento de sentença
R$ 6.808,54
EXEQUENTE: MAYCON ANDRE GIOTTO, CPF nº 87192780200, RUA 21 590 JARDIM ELDORADO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EBER ANTONIO DAVILA PANDURO, OAB nº RO5828, KLEBER WAGNER BARROS DE OLIVEIRA, OAB nº RO6127, AV. BRIGADEIRO EDUARDO GOMES 728 JARDIM ELDORADO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO: THAIANE BLANCH BENITES, RUA JOSÉ C. LAURINDO 16,4, QUADRA 20, LOTE 04 NOVA VACARIA - 78310-000 - COMODORO - MATO GROSSO
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Diante da informação de que a executada é advogada, com inscrição na OAB de nº 23580/0 MT e endereço profissional e telefone para contato cadastrado no CNA é Rua Rio Grande do Sul, nº 86, centro, Comodoro/MT e telefone 65 3283-1822 e 9 9623-7638.
Intime-se a executada quanto à regularização processual para atuação em causa própria. Em caso de inércia ter-se-á pela concordância.
Intime-se quanto à penhora nos autos.
Serve o presente de expediente.
Vilhena29 de julho de 2022
Muhammad Hijazi Zaglout

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
tel. (69)3316-3610 email:cpe2civvil@tjro.jus.br
7010279-02.2017.8.22.0014
Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Execução Fiscal
EXEQUENTE: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: RAFAEL MARQUES DE FREITAS, LINHA 125 SETOR 10 LOTE 39 B E 43- NS lote 39B e 43, LINHA 125 SETOR 10 LOTE 39B E 43 N S ZONA RURAL - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: VALDINEI LUIZ BERTOLIN, OAB nº RO6883, LEANDRO MARCIO PEDOT, OAB nº RO2022A
DESPACHO
A consulta ao sistema SISBAJUD (Modalidade Teimosinha), conforme requerido pelo autora, restou parcialmente frutífera, conforme telas anexas.
Assim, declaro penhorado o valor de R$ 3.038,25.
Intime-se o Executado desta penhora e retornem os autos após o prazo legal, com ou sem embargos/impugnação.
SERVE O PRESENTE DE EXPEDIENTE.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe2civvil@tjro.jus.br
Processo : 7007979-96.2019.8.22.0014

Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: VALDIR PEREIRA DA COSTA
Advogado do(a) EXEQUENTE: CASTRO LIMA DE SOUZA - RO0003048A
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
tel. (69)3316-3610 email:cpe2civvil@tjro.jus.br
7011466-06.2021.8.22.0014
Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
R$ 97.600,00
EXEQUENTE: VALDELI DE MORAES, AVENIDA BRASIL 5918 JARDIM ELDORADO - 76987-198 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ELIVANIA FERNANDES DE LIMA, OAB nº RO5433A, CAROLINE FERNANDES SCARANO, OAB nº RO9768, GIORDANA DE OLIVEIRA SCARANO, OAB nº PB19823
NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Cuida-se de AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, ajuizado pelas partes autora VALDELI DE MORAES, em face do ESTADO DE RONDÔNIA,
A parte autora requereu como segue "...REQUERER as medidas coercitivas necessárias para efetivação do pagamento do ROPV, expedido em ID 88555941, no valor total de R$ 9.919,79 (nove mil, novecentos e dezenove reais e setenta e nove centavos), no dia 21 de março de 2023. Tendo em vista o pagamento parcial da obrigação, conforme o comprovante anexo, no valor de R$ 8.061,21, restando o valor remanescente de R$ 1.858,58 (um mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), que deverá ser devidamente atualizado de acordo com a planilha de cálculo anexa...".
Intimado, o Estado de Rondônia manifestou-se nos seguintes termos "...vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção à intimação de id 92235412 se manifestar nos termos seguintes: A Parte exequente, em sua petição de ID 92193862, alega que o Executado efetuou pagamento a menor devendo pagar a diferença atualizada. Razão não assiste à Exequente, pois o Executado efetuou o pagamento de forma correta, retendo o Imposto de Renda, conforme comprova o documento juntado aos autos...", sendo que o autor intimado, requereu o arquivamento do feito, haja vista a manifestação e documentos apresentados em ID n. 92561485.
Assim, considerando o pagamento do RPV na sua totalidade, bem como nada mais sendo requerido pela parte autora, os autos serão extintos pelo cumprimento da obrigação.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, para que dele surtam seus legais e jurídicos efeitos, nos termos do art. 924, II do novo Código de Processo Civil.
Sem custas.
Sentença publicada automaticamente.
Intime-se. Considerando a preclusão lógica, arquivem-se.
15 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira

7003878-11.2022.8.22.0014
Nota Promissória
Monitória
R$ 83.307,19
AUTOR: JOSE DE ABREU BIANCO, CPF nº 13609726920, RUA SEIS DE MAIO 657, - DE 645 A 953 - LADO ÍMPAR URUPÁ - 76900-195 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: RAYANNA DE SOUZA LOUZADA NEVES, OAB nº RO5349A, ALBERT SUCKEL, OAB nº RO4718, GIULIANO DOURADO DA SILVA, OAB nº RO5684
REU: JACY ALVES DE SOUZA, CPF nº 41270371991, AVENIDA BENNO LUIZ GRAEBIN 836 JARDIM OLIVEIRAS - 76980-663 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
S E N T E N Ç A
AUTOR: JOSÉ DE ABREU BIANCO propôs ação monitória contra RÉU: JACY ALVES DE SOUZA objetivando o recebimento de crédito que não foi adimplido pelo requerido.
O requerido foi citado(a) por edital e não se manifestou. O Curador especial do(a) réu(ré) manifestou nos autos que não há fundamento legal para oposição de embargos.
É o necessário. Decido.
O feito comporta o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
A ação monitória é procedente.
No caso dos autos, observo que o documento que embasa a presente ação é hábil para comprovar a

relação jurídica subjacente entre o(a) autor(a) e o(a) réu(ré), sendo capaz de fundamentar o crédito do autor.
Ainda, é de consignar que o Curador Especial do(a) réu(ré) não apresentou qualquer matéria que pudesse ilidir a pretensão do(a) autor(a).
Ante o exposto, e considerando que não houve pagamento do débito, bem como o Curador Especial do(a) réu(ré) não apresentou qualquer matéria impeditiva, modificativa ou extintiva do direito do(a) autor(a), com fundamento no art. 487, I do CPC, JULGO PROCEDENTE a ação monitória e, por consequência, com fulcro no art. 701, §2º, do mesmo código, CONSTITUO DE PLENO DIREITO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL.
Condeno o(a) réu(ré) ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência dessa ação monitória, estes últimos fixados em 15% do valor da condenação, nos termos do art. 85, §2º, do CPC.
Intime-se o(a) réu(ré) para recolher em guia específica as custas processuais, no prazo de 15 dias do trânsito em julgado, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa. As custas iniciais deverão ser ressarcidas ao(à) autor(a).
Transcorrido o prazo de recurso, intime-se e requeira a parte autora a execução, na forma adequada, apresentando o demonstrativo atualizado do débito. Nada sendo requerido no prazo de 05 dias, arquivemse os autos.
Pleiteado o cumprimento de sentença, altere-se a classe, prosseguindo-se da seguinte forma:
Intime-se o executado via edital e por seu Curador Especial para, no prazo de 15 dias, cumprir espontaneamente a obrigação fixada no título executivo judicial, para pagamento da quantia atualizada pelo exequente, sob pena de ser acrescida automaticamente multa de 10%, e honorários advocatícios no
valor de 10%, ambos sobre o valor do débito, nos termos do art. 523, § 1º, do CPC.
Caso cumprido por Oficial de Justiça, este deverá certificar proposta de acordo por qualquer das partes, na ocasião dos atos de comunicação que lhe couber, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.
Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, desde já determino a efetivação de penhora e avaliação dos bens do executado (CPC, art. 523, §3º).
Transcorrido o prazo acima, poderá o executado interpor impugnação nos próprios autos no prazo de 15 dias, independentemente de nova intimação (CPC, art. 525), observando-se que a interposição do ato não impede a prática dos atos executivos e expropriatórios, nos termos do art. 525, §6º, do CPC, salvo exceções e observados os requisitos legais.
Pratique-se o necessário.
Sirva este despacho como mandado/carta para os devidos fins.
Publique-se. Intimem-se e cumpra-se.
Vilhena17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - Juizado Especial
Avenida Luiz Mazziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7006928-11.2023.8.22.0014
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
REQUERENTES: EMANUELY MORIA SANTOS RODRIGUES, TRAVESSA B 4997 BELA VISTA - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA MARCOS RODRIGUES, TRAVESSA B 4997 BELA VISTA - 76982-074 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: THIAGO LOUZICH DA SILVA, OAB nº MT17532O
REQUERIDO: ESTADO DE RONDONIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Nos presentes autos a autora, menor de idade na propositura da causa e, portanto, merecedora de tratamento diferenciando e prioritário em razão de sua situação de pessoa em desenvolvimento, pretende a condenação dos entes públicos na obrigação de fazer envolvendo prestação relacionada à saúde.
Assim, a matéria discutida nos presentes autos é diversa daquela que fundamentou a decisão no conflito de competência relativo dos autos 7004459-65.2018.8.22.0014, em que se discutia questões relacionadas ao benefício da menor para fins previdenciários.
Nesse sentido, suscitado o conflito de competência nos autos do processo de nº 7000274-76.2021.8.22.0014, com adequada exposição de que se tratara de ação na qual pleiteia-se a garantia aos direitos conferidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, mais precisamente nos art. 98, I, art. 148, V, art. 208, VII e art. 209, as Câmaras Especiais Reunidas (processo nº 0804556-91.2021.8.22.0000) declarou a competência do Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Vilhena, que exerce a competência da Infância, nos seguintes termos:
Dessa forma, não há o que se falar de competência dos Juizados da Fazenda Pública, tendo em vista que o COJE e o próprio Estatuto da Criança e Adolescente já estabelece que o processamento deverá ser em uma vara especializada, no caso Vara de Proteção à Infância e Juventude, que é de competência da 2ª Vara Cível da Comarca de Vilhena.
Por estas razões, conheço do presente conflito para declarar a competência do Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Vilhena, o suscitado, para processar e julgar os autos de n. 7000274-76.2021.8.22.0014.
Dessa forma, porque declarada a competência do Juizado Especial da Infância e Juventude para processar e julgar as demandas que versem sobre direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e sendo esse o caso versado nos presentes autos, declino da competência em favor de referido Juizado da Infância da Comarca de Vilhena.
Oportuno enfatizar que por se tratar de competência absoluta, aferível na propositura da causa, é imprescindível a declinação de competência sob a consequência de, não o fazendo, ser arguida a qualquer tempo nulidade dos atos processuais, o que evidentemente prejudica a prestação jurisdicional e pode, em tese, tornar ineficaz medida que fosse eventualmente concedida.
Encaminhem-se imediatamente os autos.
Vilhena, 17 de julho de 2023.
Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe2civvil@tjro.jus.br
Processo : 7004864-28.2023.8.22.0014
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado do(a) AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - RO8599
REU: ERALMO CARLOS DE CARVALHO
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS OFICIAL DE JUSTIÇA
Considerando o pedido para expedição/desentranhamento do mandado, fica a parte AUTORA, na pessoa de seu(ua) advogado(a), intimada, para no prazo de 5 (cinco) dias, proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada conforme tabela abaixo. Fica a parte advertida que em se tratando de mandado de Execução ou Busca e Apreensão, que envolve mais de um ato processual, as custas da diligência serão conforme código 1008.3 (composta urbana) ou 1008.5 (composta rural).
O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe2civvil@tjro.jus.br
Processo : 7011901-43.2022.8.22.0014
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
AUTOR: PAULO HENRIQUE CINQUINI CRUZ
Advogado do(a) AUTOR: ADRIEL AMARAL KELM - RO9952
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
Advogados do(a) REU: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
INTIMAÇÃO AO RÉU - CUSTAS
Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais (Finais). O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe2civvil@tjro.jus.br
Processo : 7001754-21.2023.8.22.0014
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: INTERFACE NET LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: PATRICIA DE JESUS PRASERES - RO9474-A
EXECUTADO: DAVI MOREIRA ROCHA
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe2civvil@tjro.jus.br
Processo : 7002998-82.2023.8.22.0014
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) AUTOR: EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR - DF29190
REU: JOSUE PINHEIRO DE ALMEIDA e outros (2)
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, indicando novo endereço ou complementos já q não foi apresentado número para o imóvel.

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
tel. (69)3316-3610
Processo n.: 7000922-22.2022.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível

Valor da Causa:R$ 2.994,59
Última distribuição:02/02/2022
Autor: EDITORA NAPOLEAO LTDA - ME, CNPJ nº 06228693000150, RUA PRESIDENTE MÉDICI 440 CENTRO (S-01) - 76980-096 - VILHENA - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: DIEGO BERNARDO, OAB nº PR79914
Réu: CLODOALDO DA SILVA, CPF nº 00518947181, RUA PRESIDENTE MÉDICI 440 CENTRO (S-01) - 76980-096 - VILHENA - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
Sentença
EDITORA NAPOLEÃO LTDA ajuizou a presente AÇÃO DE COBRANÇA em desfavor de CLODOALDO DA SILVA objetivando o recebimento da quantia de R$ 2.994,59, proveniente de uma obrigação financeira não cumprida pela parte requerida.
Pugnou pela procedência do pedido inicial e juntou documentos.
Formulou os requerimentos de estilo e juntou documentos.
Custas iniciais recolhidas.
Devidamente citado o requerido não apresentou contestação .
Vieram os autos conclusos.
É, em essência, o relatório. Fundamento e DECIDO.
Considerando que apesar de citado o requerido não apresentou contestação, decreto-lhe a revelia.
O processo comporta julgamento antecipado nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil. O princípio fundamental contido na Emenda Constitucional nº 45/04 deu nova redação ao inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal e impôs ao Juiz zelar pela rápida solução do litígio, garantindo às partes a celeridade na tramitação do processo. É certo que a ação versa sobre matéria de fato e de direito, mas o caso justifica o pronto julgamento, pois a inicial foi suficientemente instruída com prova documental e a defesa não se mostrou suficiente para infirmá-la.
De proêmio, declaro que deixou a parte requerida de contestar o pedido, não havendo incidência de qualquer das causas de elisão dos efeitos da revelia previstas no artigo 345, do Código de Processo Civil. Portanto, recai sobre os fatos articulados na inicial a presunção de veracidade do artigo 344, do Código de Processo Civil.
No mérito, a ação é procedente.
Com efeito, no que pertine a distribuição do ônus da prova, o Código de Processo Civil, em seu art. 373 do CPC, estabelece que:
Art. 373. O ônus da prova incumbe:
I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;
II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
De uma maneira genérica, seria possível dizer que o ônus da prova incumbe a quem alega. Ao polo ativo cabe fazer prova das alegações de seu interesse (fatos constitutivos do seu direito); e ao passivo, daquilo que apresentou em sua resposta (fatos extintivos, impeditivos e modificativos do direito do autor).
No caso em liça, a parte requerente faz prova da relação jurídica travada entre as partes, sobretudo pelos documentos coligido aos auto, notadamente o contrato e os extratos, dos quais se comprovam o negócio jurídico sub examine.
De outra banda, a parte ré, devidamente citada, quedou-se inerte, nada trazendo aos autos, a fim de comprovar ter honrado com o compromisso assumido e tampouco ofereceu defesa que justificasse fato impeditivo, modificativo, ou extintivo do direito da parte autora (CPC, art. 373, II).
Os documentos acostados aos autos, servem de início de prova material das alegações constantes da inicial.
Tratando-se de direito disponível, a ausência de contestação traz a presunção de veracidade dos fatos articulados pelo autor na inicial, havendo assim que ser a ação julgada procedente.
Nesse passo, tenho por devidos os valores discriminados na petição inicial, fundados no(s) documento(s) angariado(s) aos autos, totalizando o valor de R$ 8.367,36.
ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, JULGO PROCEDENTE os pedidos iniciais deduzidos EDITORA NAPOLEAO LTDA - ME, em face de JOSÉ SOARES.
CONDENO o requerido ao pagamento do valor de R$ 2.994,59 (dois mil, novecentos e noventa e quatro reais e cinquenta e nove centavos), com correção monetária e juros moratórios de 1% ao mês, a partir do ajuizamento da demanda, considerando que o valor foi atualizado na inicial.
CONDENO o requerido ao pagamento de custas e despesas judiciais em 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado da sentença, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa fiscal estadual. Em caso de inércia, proceda-se à inscrição.
CONDENO o requerido ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, que fixo em 10% do valor da condenação.
Intimem-se.
Nada sendo requerido e após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
SERVE O PRESENTE COMO EXPEDIENTE.
Vilhena, 17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
e-mail: vha2civel@tjro.jus.br, tel. (69)3316-3622
7010542-58.2022.8.22.0014
Cédula de Crédito Bancário
Execução de Título Extrajudicial
R$ 725.499,69
EXEQUENTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, - 76801-018 - JUARA - MATO GROSSO
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: WILLIAM CARMONA MAYA, OAB nº SC39822, BRUNO MATSUBARA FERREIRA, OAB nº SP360683, LIVI 364 VILA MADALENA - 05448-030 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, PROCURADORIA BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

EXECUTADO: MARLI TEREZINHA FETISCH, CPF nº 39127508900, AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO 1837, LOTE 09, QUADRA 05, SETOR 21 CENTRO (S-01) - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: JAIR ANTONIO WIEBELLING, OAB nº PR24151, JK 79, - ATÉ 699/700 CENTRO - 85805-040 - CASCAVEL - PARANÁ
DESPACHO
Cumpra-se os despachos de ID nº 92020415 e 93149877, porém quanto a penhora dos imóveis, deverá ocorrer nos seguintes termos: "penhora por termo nos autos da totalidade do imóvel de matrícula nº 3.858 do CRI de Colorado do Oeste/RO e da fração ideal de 50% do imóvel de matrícula nº 10.087 do 02º CRI de Vilhena/RO, e averbação do termo de penhora via sistema ARISP".
SERVE DE EXPEDIENTE
Vilhena17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
e-mail: vha2civel@tjro.jus.br, tel. (69)3316-3622
0000574-41.2013.8.22.0014
Cheque
Execução de Título Extrajudicial
R$ 3.095,17
EXEQUENTE: BRITO & KORB LTDA, CNPJ nº 04495554000168, AV. CELSO MAZUTTI 3213, CASTELO MATERIAIS P/ CONSTRUÇÃO LTDA JARDIM AMÉRICA - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUIZ ANTONIO GATTO JUNIOR, OAB nº RO4683A, - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO: JANE GRAZIELLA GERLACH PEREIRA, CPF nº 68240619215, RUA: 7608 3977 ALPHAVILLE - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Trata-se de execução de título extrajudicial em que foi deferido a penhora de salário da executada para pagamento do débito. Assim, considerando que o exequente informou nos autos que pretende aguardar os descontos se findarem para expedir novo alvará, SUSPENDO o feito até o pagamento integral do débito.
Vilhena17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe2civvil@tjro.jus.br
Processo : 7000035-38.2022.8.22.0014
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
Advogado do(a) EXEQUENTE: CRISTIANE TESSARO - RO0001562A-A
EXECUTADO: FERNANDO L. DALLA VECCHIA - ME e outros
INTIMAÇÃO AUTOR
Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar no feito no prazo de 5(cinco) dias, acerca da parte final do despacho de ID. 93200898

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
tel. (69)3316-3610 email:cpe2civvil@tjro.jus.br
7005445-43.2023.8.22.0014
Duplicata
Procedimento Comum Cível
R$ 603,18
AUTOR: BELOTTI COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME, AV. BRIGADEIRO EDUARDO GOMES 106, FONE: 069-3321-2889/3321-4106 JARDIM ELDORADO - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LORENE MARIA LOTTI, OAB nº RO3909A
REU: SEBASTIAO AROLDO DE ARAUJO, AVENIDA PARANÁ 2355, TELEFONE-69-98406-5058 S-23 - 76985-141 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Cuida-se de AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, ajuizado pela parte autora BELOTTI COMÉRCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃOLTDA, em face de SEBASTIÃO AROUDO DE ARAÚJO.
Durante o trâmite regular do feito, a parte autora informou que a EXECUTADA efetuou o pagamento integral, e requereu a extinção do feito com julgamento do mérito pelo total cumprimento da obrigação.
Os autos vieram conclusos.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, para que dele surtam seus legais e jurídicos efeitos, nos termos do art. 924, II do novo Código de Processo Civil.
Sem custas.
Sentença publicada automaticamente.
Intime-se. Considerando a preclusão lógica, arquivem-se.

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
e-mail: vha2civel@tjro.jus.br, tel. (69)3316-3622
7009550-34.2021.8.22.0014
Acessão
Procedimento Comum Cível
R$ 180.000,00
AUTOR: NILTON SCHULTZ, CPF nº 00546185258, LINHA 120 Lote 30A, CASCALHEIRA CORUMBIARIA ÁREA RURAL DE VILHENA - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: PRISCILA SAGRADO UCHIDA, OAB nº RO5255, AVENIDA LUIZ MAZIERO 4051 JARDIM AMÉRICA - 76980-723 - VILHENA - RONDÔNIA, CARLA FALCAO SANTORO, OAB nº MG76571B
REU: ADELINO VINICIO VIEIRA, CPF nº 18270719072, QUADRA 02 Lote 36, SÍTIO BOM JESUS ZONA RURAL - 76989-000 - NOVA CONQUISTA (VILHENA) - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: VIVIAN BACARO NUNES SOARES, OAB nº RO2386A, - 76980-970 - VILHENA - RONDÔNIA, GABRIELE BARROS CARRIJO, OAB nº RO10874, SAO SEBASTIAO 1677 APTO 11 1677 CENTRO - 15130-000 - MIRASSOL - SÃO PAULO
DESPACHO
Digam as partes, no prazo de 5 dias, se insistem na produção de prova oral. Em caso positivo, declinar o rol de testemunhas para designação do ato.
Vilhena17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe2civvil@tjro.jus.br
Processo : 7002112-20.2022.8.22.0014
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA - SP115665-A
REQUERIDO: JONATHAN JOAQUIM FERREIRA DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
tel. (69)3316-3610 email:cpe2civvil@tjro.jus.br
0007746-05.2011.8.22.0014
ISS/ Imposto sobre Serviços
Execução Fiscal
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE VILHENA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
EXECUTADO: CARLA FALCAO SANTORO
ADVOGADOS DO EXECUTADO: CARLA FALCAO SANTORO, OAB nº MG76571B, PRISCILA SAGRADO UCHIDA, OAB nº RO5255
DESPACHO
O exequente intimado a dar prosseguimento ao feito quedou-se inerte, por outro lado, considerando que há penhora nos autos, e ainda, que pende de análise em sede de recurso a arguição de prescrição, suspendo o feito até decisão em sede de agravo de instrumento.
SERVE O PRESENTE DE EXPEDIENTE.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe2civvil@tjro.jus.br
Processo : 7001383-33.2018.8.22.0014
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: CARLA TEIXEIRA SCHUMANN SAMPAIO e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: GUILHERME SCHUMANN ANSELMO - RO9427
REQUERIDO: ODETE REGINA DANDOLINI PAVELEGINI e outros
Advogados do(a) REQUERIDO: CARLA FALCAO SANTORO - RO616-A, PRISCILA SAGRADO UCHIDA - RO5255
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
e-mail: vha2civel@tjro.jus.br, tel. (69)3316-3622
7012156-98.2022.8.22.0014
Cédula de Crédito Bancário

Execução de Título Extrajudicial
R$ 18.614,74
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL, AC VILHENA 501, AVENIDA PRESIDENTE NASSER JARDIM AMÉRICA - 76981-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: SANDRO RICARDO SALONSKI MARTINS, OAB nº RO1084, RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO, OAB nº RO3249, AV MAJOR AMARANTES 3824, SALA 02 CENTRO - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, PROCURADORIA DA SICOOB CREDISUL - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA LTDA
EXECUTADO: ROBSON MARTINOWSKI COSTA, CPF nº 80773559272, AV. MARQUES HENRIQUE s/n JARDIM SOCIAL - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Intime-se o executado para manifestar-se quanto à petição dos exequentes, no prazo de cinco dias.
Vilhena17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
7013072-69.2021.8.22.0014
Cheque
Monitória
R$ 5.623,67
AUTOR: VICENTE LEAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, CNPJ nº 08290508000183, AVENIDA CELSO MAZUTTI 8377 JARDIM ARAUCÁRIA - 76987-533 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ALCIR LUIZ DE LIMA, OAB nº RO6770
REU: CARLOS HELDER TEIXEIRA MEDEIROS DOS SANTOS, CPF nº 54451434149, RUA FRANCISCO DA SILVA 430 LOTEAMENTO SANTA LAURA - 78730-722 - RONDONÓPOLIS - MATO GROSSO
REU SEM ADVOGADO(S)
S E N T E N Ç A
AUTOR: VICENTE LEÃO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA propôs ação monitória contra RÉU: CARLOS HELDER TEIXEIRA MEDEIROS DOS SANTOS objetivando o recebimento de crédito que não foi adimplido pelo(a) requerido(a).
O(a) réu(ré) foi citado(a) por edital e não se manifestou. O Curador especial do(a) réu(ré) manifestou nos autos que não há fundamento legal para oposição de embargos.
É o necessário. Decido.
O feito comporta o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
A ação monitória é procedente.
No caso dos autos, observo que o documento que embasa a presente ação é hábil para comprovar a
relação jurídica subjacente entre o(a) autor(a) e o(a) réu(ré), sendo capaz de fundamentar o crédito do(a) autor(a).
Ainda, é de consignar que o Curador Especial do(a) réu(ré) não apresentou qualquer matéria que pudesse ilidir a pretensão do(a) autor(a).
Ante o exposto, e considerando que não houve pagamento do débito, bem como o Curador Especial do(a) réu(ré) não apresentou qualquer matéria impeditiva, modificativa ou extintiva do direito do(a) autor(a), com fundamento no art. 487, I do CPC, JULGO PROCEDENTE a ação monitória e, por consequência, com fulcro no art. 701, §2º, do mesmo código, CONSTITUO DE PLENO DIREITO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL.
Condeno o(a) réu(ré) ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência dessa ação monitória, estes últimos fixados em 15% do valor da condenação, nos termos do art. 85, §2º, do CPC.
Intime-se o(a) réu(ré) para recolher em guia específica as custas processuais, no prazo de 15 dias do trânsito em julgado, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa. As custas iniciais deverão ser ressarcidas ao(à) autor(a).
Transcorrido o prazo de recurso, intime-se e requeira a parte autora a execução, na forma adequada, apresentando o demonstrativo atualizado do débito. Nada sendo requerido no prazo de 05 dias, arquivemse os autos.
Pleiteado o cumprimento de sentença, altere-se a classe, prosseguindo-se da seguinte forma:
Intime-se o executado via edital e por seu Curador Especial para, no prazo de 15 dias, cumprir espontaneamente a obrigação fixada no título executivo judicial, para pagamento da quantia atualizada pelo exequente, sob pena de ser acrescida automaticamente multa de 10%, e honorários advocatícios no
valor de 10%, ambos sobre o valor do débito, nos termos do art. 523, § 1º, do CPC.
Caso cumprido por Oficial de Justiça, este deverá certificar proposta de acordo por qualquer das partes, na ocasião dos atos de comunicação que lhe couber, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.
Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, desde já determino a efetivação de penhora e avaliação dos bens do executado (CPC, art. 523, §3º).
Transcorrido o prazo acima, poderá o executado interpor impugnação nos próprios autos no prazo de 15 dias, independentemente de nova intimação (CPC, art. 525), observando-se que a interposição do ato não impede a prática dos atos executivos e expropriatórios, nos termos do art. 525, §6º, do CPC, salvo exceções e observados os requisitos legais.
Pratique-se o necessário.
Sirva este despacho como mandado/carta para os devidos fins.
Publique-se. Intimem-se e cumpra-se.
Vilhena17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
e-mail: vha2civel@tjro.jus.br, tel. (69)3316-3622
7001450-22.2023.8.22.0014
Base de Cálculo
Procedimento Comum Cível

R$ 58.810,39
AUTOR: ANESIO MONTEIRO DA SILVEIRA, CPF nº 57486956934, AVENIDA LIRIO DO VALE 975 S-35 - 76983-202 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: RAFAEL BRAMBILA, OAB nº RO4853A, AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO NEVES 4869 JARDIM ELDORADO - 76987-099 - VILHENA - RONDÔNIA, TULIO MAGNUS DE MELLO LEONARDO, OAB nº RO5284
REU: MUNICIPIO DE VILHENA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DESPACHO
Aguarde-se decisão no Agravo Interposto.
Vilhena17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
e-mail: vha2civel@tjro.jus.br, tel. (69)3316-3622
Autos n. 7003192-82.2023.8.22.0014
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Protocolado em: 04/04/2023
AUTOR: A. C. F. E. I. S., - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
REU: J. F. B., 17 2040 CENTRO - 76992-000 - GUAPORÉ (CHUPINGUAIA) - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 64.434,81
DECISÃO
Retire o sigilo do processo, vez que não abarcado pelas hipóteses do artigo 189 do CPC, informo que o sistema PJE permite o sigilo de documentos avulsos, assim informe o autor entende que são sigilosos e seus respectivos IDs.
Diante das informações prestadas, DEFIRO liminarmente a medida com fundamento no art. 3° do Dec. Lei 911/69, uma vez que ficou comprovado documentalmente o vínculo contratual e a mora do devedor. Proceda-se com a Busca e Apreensão, depositando-se o bem com a pessoa indicada pelo autor, devendo o ato ser cumprido pelo oficial de justiça com as prerrogativas do art. 212, § 2º, do CPC.
Executada a liminar, terá o réu o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias para pagar a integralidade da dívida, hipótese na qual o bem ser-lhe-á restituído livre de ônus (D.L 911/69, art.3º, §§ 2º e 3º, com redação da lei 10.931/04), sob pena de consolidação da posse e propriedade do bem em poder do credor fiduciário. Esta advertência deverá constar expressamente no mandado.
No ato da execução da liminar, o réu deverá ser citado para, em 15 (quinze) dias, caso queira, apresentar resposta, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegado pelo autor na petição inicial e, consequente decretação da revelia (D.L 911/69, art. 3º, § 3º, com redação da lei 10.931/04).
Deverá o autor no prazo de 05 dias informar o nome do depositante para cumprimento da liminar.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO MANDADO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO PARA OS DEVIDOS FINS, OBSERVANDO-SE OS SEGUINTES DADOS:
Vilhena,RO, 17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
e-mail: vha2civel@tjro.jus.br, tel. (69)3316-3622
7002055-02.2022.8.22.0014
Capitalização e Previdência Privada
Procedimento Comum Cível
R$ 34.586,62
AUTOR: DANIEL SOARES RUIZ, CPF nº 04056051291, AVENIDA LEOPOLDO PEREZ 2307 CENTRO (S-01) - 76980-212 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ALCEDIR DE OLIVEIRA, OAB nº RO5112A
REU: Sabemi Seguradora SA, RUA SETE DE SETEMBRO 515, - ATÉ 998/999 CENTRO HISTÓRICO - 90010-190 - PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS DO REU: LARISSA CARDOSO, OAB nº MS13111, CANARIO DO CAMPO 84 ENSEADA DOS PASSARO - 79074-077 - CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL, JULIANO MARTINS MANSUR, OAB nº RJ113786, PROCURADORIA DA SABEMI SEGURADORA S/A
DESPACHO
Trata-se de processo findo em que a parte autora requer a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça.
Destarte, deve ser acolhido o pedido do autor. Não obstante a sentença proferida nos autos em que condenou o autor ao pagamento de custas e honorários de sucumbência, verifica-se dos autos que no momento o autor não possui condições de arcar com as despesas do processo, tanto que foi concedida a gratuidade em grau de recurso, nos seguintes termos:

“Inicialmente, acerca da pretensão pela concessão da justiça gratuita, o apelante foi intimado para comprovar a alegada condição de hipossuficiência financeira (id n. 19103966/19137339), tendo manifestado nos autos, juntando comprovante de rendimentos mensais, no valor líquido de aproximadamente R$ 4.500,00. No entanto, com descontos em folha de pagamento, referentes aos diversos contratos de empréstimos consignados, percebe o valor de R$ 2.562,27. Não obstante, os valores referentes a empréstimos não sejam computados para efeito de liquidez do rendimento mensal, no caso, vejo que de fato, não apresenta condições de arcar com as despesas do processo, de modo que defiro a benesse em seu favor, nesta fase processual, cujos efeitos operam ex nunc. Assim, presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso.”
Assim, concedo a gratuidade da justiça ao autor, isentando-o do pagamento das custas do processo e suspendendo a obrigação de pagamento de honorários de sucumbência.
Intimem-se. Nada mais havendo, arquivem-se.
Vilhena17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
e-mail: vha2civel@tjro.jus.br, tel. (69)3316-3622
7005822-82.2021.8.22.0014
Comodato
Execução de Título Extrajudicial
R$ 1.522,55
EXEQUENTE: NASCIMENTO & BRITO LTDA - ME, CNPJ nº 19045139000180, RUA PORTUGAL 2418 CENTRO - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PATRICIA DE JESUS PRASERES, OAB nº RO9474
EXECUTADO: TALICO VINICIUS COSTA ALVES, CPF nº 03069018203, AVENIDA BEIRA RIO 4284 CENTRO (S-01) - 76980-046 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Defiro a intimação do empregador do executado no seguinte endereço: R. Tiradentes, 359 – Jotão, Ji-Paraná/RO, Cep 78960-000.
Intime-se nos termos da decisão de ID 88673221:
“Pretende a parte exequente a penhora dos rendimentos do executado.
Pois bem. O TJRO possui reiteradas jurisprudências admitindo a penhora de percentual de salário do devedor desde que limitada a percentual condizente com sua capacidade econômica, e desde que em valor proporcional, que não afete a dignidade da pessoa humana, bem como visando a eficácia da tutela jurisdicional, o que permite ser relativizado o disposto no art. 649, IV do CPC, verbis:
TJRO: Agravo de Instrumento. Impenhorabilidade de verba salarial. Mitigação. Penhora de parte do salário. Ausência de prejuízo da dignidade do devedor. Possibilidade. Recurso provido. 1 - Não obstante o artigo 833, inciso IV, do Código de Processo Civil, estabeleça a impenhorabilidade dos vencimentos, subsídios, soldos, salários, dentre outras verbas destinadas ao sustento do devedor e de sua família, tal vedação não é absoluta, sendo possível, excepcionalmente, consoante o recente entendimento firmado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, a flexibilização da citada regra, quando a hipótese concreta dos autos revelar que o bloqueio de parte da remuneração não prejudica a subsistência digna do devedor e de sua família e auxilia na satisfação do crédito perseguido pelo exequente. 2 - O entendimento jurisprudencial recente firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, sendo: “A regra geral da impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. (art. 649, IV, do CPC/73; art. 833, IV, do CPC/2015), pode ser excepcionada quando for preservado percentual de tais verbas capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família”. 3 - Recurso provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0801479-11.2020.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Miguel Monico Neto, Data de julgamento: 20/01/2021.
Além disso, o Superior Tribunal de Justiça também tem admitido a penhora de salário do devedor, verbis:
AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO DE DESPEJO COM COBRANÇA DE ALUGUÉIS RESIDENCIAIS. PENHORA SOBRE PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO DO DEVEDOR. POSSIBILIDADE (CPC, ART. 833, § 2º). AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE PROVIDO COM PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. 1. O Novo Código de Processo Civil, em seu art. 833, deu à matéria da impenhorabilidade tratamento um tanto diferente em relação ao Código anterior, no art. 649. O que antes era tido como “absolutamente impenhorável”, no novo regramento passa a ser “impenhorável”, permitindo, assim, essa nova disciplina, maior espaço para o aplicador da norma promover mitigações em relação aos casos que examina, respeitada sempre a essência da norma protetiva. [...]4. Agravo interno parcialmente provido para modificar a decisão agravada e, novo exame do recurso, conhecer do agravo e dar parcial provimento ao recurso especial. (AgInt no AREsp 1336881/DF, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, j. 23/04/2019).
Assim, defiro o pedido e determino a penhora no percentual de 20% dos rendimentos líquidos do devedor, devendo ser descontado diretamente em folha de pagamento, mês a mês, e transferido pelo órgão empregador, mês-a-mês, depositando em conta vinculada a este Juízo, até a satisfação do crédito discutido no presente feito, o qual totaliza R$ 1.864,46 (um mil oitocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).
SIRVA COMO OFÍCIO/ORDEM DE IMPLANTAÇÃO DE DESCONTOS/CARTA/MANDADO DE PENHORA”.
Vilhena17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
tel. (69)3316-3610 email:cpe2civvil@tjro.jus.br
7005994-24.2021.8.22.0014
Duplicata
Cumprimento de sentença

REQUERENTE: GBIM IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIALIZACAO DE ACESSORIOS PARA VEICULOS LTDA - ME, AVENIDA CAPITÃO CASTRO 4656 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: GREICIS ANDRE BIAZUSSI, OAB nº RO1542A
REQUERIDO: NILSON ERREIRA, RUA H 6432 BNH - 76987-270 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
A consulta ao sistema SISBAJUD restou infrutífera, ou estes são irrisórios, conforme tela anexa.
Em consulta ao sistema RENAJUD, constatei que o executado possui 01 (um) veículo em seu nome, conforme tela abaixo.
Lista de Veículos - Total: 1 Placa Placa Anterior UF Marca/Modelo Ano Fabricação Ano Modelo Proprietário Restrições Existentes Ações NCY9365 RO VW/FOX 1.0 GII 2011 2012 NILSON ERREIRA Não ui-button ui-button
Manifeste-se o exequente em 05 (cinco) dias se pretende a restrição do referido bem.
SERVE O PRESENTE DE EXPEDIENTE

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
7001760-33.2020.8.22.0014
Correção Monetária
Cumprimento de sentença
R$ 10.699,35
REQUERENTE: IRMAOS RUSSI LTDA, CNPJ nº 34770685000177
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ANDERSON BALLIN, OAB nº RO5568, JOSEMARIO SECCO, OAB nº RO724A
REQUERIDO: P V H OTM TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
REJEITO a impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pelo executado através do Curador Especial, por negativa geral, pois não se verifica qualquer irregularidade e não foi apresentada qualquer matéria que pudesse ilidir a pretensão do autor.
Deixo de fixar honorários, nos termos da Súmula 519 do STJ, verbis: “Na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, não são cabíveis honorários advocatícios”.
Por consequência, determino o prosseguimento do cumprimento da execução.
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 5 dias, indicar bens passíveis de penhora e impulsionar o feito, sob pena de suspensão.
Pratique-se o necessário.
Vilhena
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
tel. (69)3316-3610 email:cpe2civvil@tjro.jus.br
7011685-82.2022.8.22.0014
Prestação de Serviços
Execução de Título Extrajudicial
R$ 4.007,51
EXEQUENTE: ASSOCIACAO EDUCACIONAL MODOTTE, AVENIDA MARECHAL RONDON KM 690 PARQUE INDUSTRIAL TANCREDO NEVES - 76987-790 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARIA JUCILENE FINATO, OAB nº RO9167
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Trata-se de AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, ajuizada por ASSOCIACAO EDUCACIONAL MODOTTE, em face de RAYSSA MARTINS NOVAES.
Devidamente intimada para dar andamento ao feito, com fulcro no Art. 485 § 1º do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), a promover as diligências necessárias para o andamento do processo acima identificado, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do Art. 485, III do CPC, a parte autora quedou-se inerte.
Diante disso, vieram os autos conclusos para decisão.
Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, III, do Código de Processo Civil.
Condeno o autor ao pagamento das custas processuais, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa fiscal estadual.
Deixo de condenar em honorários, considerando que a parte requerida não constituiu advogado nos autos.
Sentença registrada automaticamente.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Com o trânsito em julgado da presente decisão, arquivem-se os autos.

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
tel. (69)3316-3610 email:cpe2civvil@tjro.jus.b
Autos n. 7006418-95.2023.8.22.0014 -
Classe:Procedimento Comum Cível
Protocolado em: 06/07/2023

AUTOR: OLIMPIO JOAO DE OLIVEIRA, GLEBA LOTE Nº 27, GLEBA CORUMBIARA Lote Rural n 02, ESTRADA DA FARINHEIRA SETOR 12, KAPA 146 - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: GUILHERME SCHUMANN ANSELMO, OAB nº RO9427
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, RUA DOMINGOS LINARES, 279 279, NÃO INFORMADO CENTRO - 76980-070 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
R$ 10.000,00
D E S P A C H O
Trata-se de AÇÃO INDENIZATÓRIA C/C PEDIDO DE LIMINAR que OLIMPIO JOÃO DE OLIVEIRA move em face de ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A requereu a concessão de tutela de urgência pretendendo que a requerida providencie a imediata ligação da energia elétrica, sob a alegação de que requereu a ligação de energia em sua propriedade rural, a saber: Lote Rural nº 02 (dois),Gleba Lote nº 27 (vinte e sete), Gleba Corumbiara, Setor 12 (doze), Kapa 146 (cento e quarenta e seis), Estrada da Farinheira, Vilhena-Ro, sendo fixado data de instalação pela própria ré para o ano de 2022, no entanto até a presente data não houve o cumprimento.
O processo foi distribuído a 1ª Vara Cível desta Comarca e redistribuído a essa vara sob a alegação de conexão com o Processo 7005245-36.2023.822.0014.
Pois bem devolvo os autos a 1ª Vara Cível pois o juízo no tópico da petição inicial foi induzido a erro, não havendo nenhuma ação coletiva em trâmite perante este juízo. O processo 7005245-36.2023.822.0014 tem como parte RAFAEL PEREIRA BALBI cujo objeto da ação é a ligação de energia elétrica em sua propriedade localizada na Linha da Carevel, Lote 47, Setor 12, Zona Rural Vilhena.
Assim deixo de suscitar o conflito de competência por ser patente que não conexão entre as ações, devolvendo os autos a 1ª Vara Cível desta comarca.
Vilhena/RO,17 de julho de 2023.
Kelma Vilela de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7008446-12.2018.8.22.0014
Supressão de Horas Extras Habituais - Indenização, Adicional de Insalubridade, Base de Cálculo, Adicional de Horas Extras
Procedimento Comum Cível
R$ 53.336,43
AUTOR: AURENICE SOARES DE LIMA, CPF nº 06307613882, RUA JOÃO BERNAL 1133, RUA 55 JARDIM ELDORADO - 76987-212 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: RAFAEL BRAMBILA, OAB nº RO4853A, RUA AUGUSTO MAILHO 4880 JARDIMO ELDORADO - 76908-354 - VILHENA - RONDÔNIA, TULIO MAGNUS DE MELLO LEONARDO, OAB nº RO5284
REU: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Altere-se a classe Processual para CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA, ID n. 55531494 p. 1/3.
Em tratando-se de cumprimento de sentença proferida contra Fazenda Pública o procedimento a ser observado é o disposto no artigo 534, do CPC.
Intime-se o executado para opor impugnação à execução no prazo de 30 (trinta) dias, caso queira, sob pena de requisição do pagamento do valor executado (CPC, artigos. 534 e 535).
Advirta-se ao executado, desde já, de que eventuais embargos opostos deverão delimitar e demonstrar especificamente os valores impugnados, bem como ser instruídos com os documentos que se fizerem necessário à demonstração do alegado, sob pena de preclusão e de imediato julgamento dos embargos.
Se concordar ou quedar-se silente, desde logo, expeça-se requisição de pagamento adequada. Sendo, um para pagamento da parte principal, bem como outro, constando tão somente os honorários de sucumbência.
Com a vinda de informações sobre seu pagamento, expeça-se alvarás de levantamento, em nome da parte exequente, no valor principal, e da advogado, no valor de seus honorários sucumbenciais, intimando-o(a)s para procederem o levantamento.
Com a retirada do alvará, o beneficiário deverá dar quitação por termo nos autos, ficando ciente que eventual ausência de manifestação implicará em anuência tácita quanto ao recebimento e quitação.
Oportunamente, consigno que nos valores a serem levantados deverão estar inclusos os seus respectivos rendimentos, e não somente as importâncias ali descritas, a fim de evitar que eventual remanescente permaneça em conta judicial vinculada aos autos.
Posteriormente, decorrido o período de validade dos alvarás, oficie-se a Caixa Econômica Federal/Banco do Brasil para que, no prazo de 10 (dez) dias, informe e/ou comprove nos autos o levantamento total das quantias apuradas, ou, se for o caso, descrimine eventual remanescente.
Aguarde-se no arquivo provisório a informação quanto ao pagamento de RPV.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Vilhena17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7000490-08.2019.8.22.0014
Inadimplemento
Cumprimento de sentença
EXEQUENTE: IRMAOS RUSSI LTDA, AVENIDA CELSO MAZUTTI 2445 BODANESE - 76908-354 - VILHENA - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ANDERSON BALLIN, OAB nº RO5568, MARIANA MOREIRA DEPINE, OAB nº RO8392, JOSEMARIO SECCO, OAB nº RO724A
EXECUTADO: TULLER TRANSPORTES LTDA - ME, ÁREA RURAL Chacara 92, LINHA 01 EIXO 02 ÁREA RURAL DE VILHENA - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Intime-se o exequente a proceder ao recolhimento da diligência prevista no art. 17 da Lei 3.896/2016, no prazo de cinco dias.
Após, voltem os autos conclusos para prosseguimento do feito.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
tel. (69)3316-3610 email:cpe2civvil@tjro.jus.br
7003320-39.2022.8.22.0014
ISS/ Imposto sobre Serviços
Execução Fiscal
R$ 1.303,78
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE VILHENA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
EXECUTADOS: D.MARTINS, CNPJ nº 21624477000118, RUA DOMINGUES LINHARES 201 CENTRO (S-01) - 76980-050 - VILHENA - RONDÔNIA, DIEGO MARTINS, CPF nº 35809245838, RUA K 6432 BAIRRO BNH - 76980-050 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Conforme requerido pela parte autora, em pesquisa ao sistema SISBAJUD foram localizados outros endereços como sendo do executado, conforme tela anexa.
Intime-se a parte autora, no prazo de 05 dias, para indicar em qual endereço da tela SISBAJUD ENDEREÇO deseja que a diligência seja feita.
Com a indicação, proceda-se nova tentativa de citação do executado no endereço da tela SISBAJUD indicado pelo autor, encaminhando cópia do despacho inicial.
SERVE O PRESENTE DE EXPEDIENTE.

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
tel. (69)3316-3610 email:cpe2civvil@tjro.jus.br
7001737-82.2023.8.22.0014
Cédula de Crédito Bancário
Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL, AC VILHENA 501, AVENIDA PRESIDENTE NASSER JARDIM AMÉRICA - 76981-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CRISTIANE TESSARO, OAB nº AC1562, PROCURADORIA DA SICOOB CREDISUL - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA LTDA
EXECUTADOS: FABIO JUNIOR VEIGA RODRIGUES, AVENIDA PRIMEIRO DE MAIO 2527 CENTRO (S-01) - 76980-192 - VILHENA - RONDÔNIA, FABIO JUNIOR VEIGA RODRIGUES 61000078272, AVENIDA JOSÉ DO PATROCÍNIO 2520 CENTRO (S-01) - 76980-180 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
A consulta ao sistema SISBAJUD restou infrutífera, ou estes são irrisórios, conforme tela anexa.
Manifeste-se o exequente em 05 (cinco) dias, quanto ao prosseguimento do feito.
Quedando-se inerte, voltem os autos conclusos para análise do arquivamento, nos termos do artigo do art. 921, § 3º e § 4º, do CPC.
Expeça-se o necessário.

Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível e Juizado da Infância e Juventude
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena - RO
e-mail: vha2civel@tjro.jus.br, tel. (69)3316-3622
7003852-86.2017.8.22.0014
Adicional de Insalubridade, Adicional de Horas Extras
Procedimento Comum Cível
R$ 50.000,00
AUTOR: NELIA REGINA GEDRO ROCHA, CPF nº 08040227801, AV LEOPOLDO PERES 2184 SAO JOSÉ - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MARIA GONCALVES DE SOUZA COLOMBO, OAB nº RO3371A, JOSE LUIZ PAULUCIO, OAB nº RO3457A, RUA PRINCESA ISABEL 965 CENTRO - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, CRISTIANO ALVES DE OLIVEIRA VALIM, OAB nº RO5813, RUA MARQUES HENRIQUE sn CENTRO - 76980-870 - VILHENA - RONDÔNIA
REU: MUNICIPIO DE VILHENA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DESPACHO
Intime-se o impugnado para querendo manifestar-se quanto à impugnação apresentada.
Vilhena17 de julho de 2023
Kelma Vilela de Oliveira

3ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br
Processo : 7006825-09.2020.8.22.0014
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: TREVO COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: ELIAS MALEK HANNA - RO0000356A-B
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br
Processo : 7010077-49.2022.8.22.0014
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: O. MIRANDA DA ROCHA COMERCIO DE MOVEIS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: LUCIANA NOGAROL PAGOTTO - RO0004198A
EXECUTADO: JOAO PEDRO OLIVEIRA SOUSA
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br
Processo : 7000502-80.2023.8.22.0014
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
Advogados do(a) AUTOR: RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO - RO3249-A, SANDRO RICARDO SALONSKI MARTINS - RO1084
REU: BRUNA PATRICIA DE CARVALHO
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006596-83.2019.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Polo Ativo: EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL, CNPJ nº 03632872000160, AVENIDA CAPITÃO CASTRO 3178 CENTRO (S-01) - 76980-150 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: SILVIA SIMONE TESSARO, OAB nº PR26750, CRISTIANE TESSARO, OAB nº AC1562
Polo Passivo: EXECUTADOS: RENATO GONCALVES LIMA, CPF nº 78928583268, AVENIDA BOA VISTA 7277 S-26 - 76986-598 - VILHENA - RONDÔNIA, EDSON GONCALVES LIMA, CPF nº 65521668268, AV. 616 7105 SÃO PAULO - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, CEARA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - ME, CNPJ nº 19678236000100, AVENIDA BOA VISTA 7277 S-26 - 76986-598 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: MARCIO DE PAULA HOLANDA, OAB nº RO6357
Valor da causa: R$ 4.602,03
DECISÃO
Considerando a quebra de sigilo fiscal do polo passivo da presente ação, determino que a CPE processe os autos em segredo de justiça.
Pesquisa junto ao sistema INFOJUD em anexo.
Em consulta ao REDESIM, foi possível observar que a pessoa jurídica CEARA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA – ME foi baixada em 14/08/2019, antes mesmo da distribuição da inicial (anexo).
A informação de baixa junto ao órgão competente afasta a pretensão do exequente, uma vez que extinta está a personalidade jurídica da executada. Não existindo mais a empresa, evidencia-se a ausência de pressuposto de continuidade do processo.
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, tomar ciência e se manifestar em termos de prosseguimento do feito, sob pena de suspensão e arquivamento.
Intime-se o exequente via PJE.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Vilhena/RO, 12 de julho de 2023.
Paulo Juliano Roso Teixeira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br
Processo : 7006422-06.2021.8.22.0014
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: JORGE CARLOS MERGAL
Advogado do(a) AUTOR: ERIC JOSE GOMES JARDINA - RO0003375A
REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
Advogado do(a) REU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br
ÓRGÃO EMITENTE: Vilhena - 3ª Vara Cível
EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Prazo: 20 dias)
DE: JHONATHAN JOSE DE ARAUJO CPF: 032.518.061-06 J. J. DE ARAUJO - ME - CNPJ: 14.962.554/0001-84 atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: INTIMAR o(a) Executado(a) acima qualificado quanto ao bloqueio/penhora on line realizada, conforme documento ID 93215935, para querendo impugnar nos termos do artigo 854, § 3º do CPC, no prazo de 05 (cinco) dias.
OBSERVAÇÃO: Caso não tenha condições de constituir advogado particular, deverá procurar a Defensoria Pública. A presente ação pode ser consultada pelo endereço eletrônico http://pjeconsulta.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça)
Processo:7001504-32.2016.8.22.0014
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
Exequente: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO JURUENA SICREDI UNIVALES MT - CNPJ: 70.431.630/0001-04 ADVOGADO: ANDRE DE ASSIS ROSA - OAB MS12809
Executado: JHONATHAN JOSE DE ARAUJO CPF: 032.518.061-06 J. J. DE ARAUJO - ME - CNPJ: 14.962.554/0001-84
DECISÃO ID 93215935: "(...) A pesquisa de valores via sistema SISBAJUD restou (parcialmente) frutífera. Intime-se a parte executada, por meio de seu advogado para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca de seus ativos financeiros tornados indisponíveis, ocasião em que também poderá alegar as matérias elencadas no art. 854, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos decisão Jud's.(...)
Sede do Juízo: Fórum Cível, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702, e-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br
Vilhena, 14 de julho de 2023.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br
Processo : 7009804-70.2022.8.22.0014
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: NOMA TRUCK PARTS COMERCIO ATACADISTA, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA
Advogado do(a) AUTOR: JEVERSON LEANDRO COSTA - RO3134-A
REU: THAYANA MARIA MOURA DE MENEZES
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br
Processo : 7002370-93.2023.8.22.0014
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ELISIO ALVES
Advogados do(a) AUTOR: JOICE STEFANES BERNAL DE SOUZA - PR63391, RENILDA OLIVEIRA FERREIRA - RO7559
REU: SECON ASSESSORIA E ADMINISTRACAO DE SEGUROS LTDA
Advogado do(a) REU: DANIEL GERBER - RS39879
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br
Processo : 7002093-77.2023.8.22.0014
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: KENA CRIVELARO KUHN
Advogados do(a) AUTOR: EBER COLONI MEIRA DA SILVA - RO4046, FELIPE WENDT - RO4590, LAILA DE SOUZA MUNIZ BARBOSA - RO12312
REU: ANA ROBERTA RODRIGUES NEVES GRASSO
Advogado do(a) REU: VERA LUCIA PAIXAO - RO0000206A
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br
Processo : 7001885-93.2023.8.22.0014
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: NASCIMENTO & BRITO LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: PATRICIA DE JESUS PRASERES - RO9474-A
EXECUTADO: JOAO FRANCISCO ROCHA CASSIMIRO
INTIMAÇÃO AUTOR
Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar no feito no prazo de 10 dias nos termos do despacho retro.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7010155-77.2021.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Concessão
Polo Ativo: AUTOR: ERIVALDO ALVES DE SOUSA, CPF nº 48774812653, AVENIDA BENNO LUIZ GRAEBIN 5841 BNH - 76987-240 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: RAFAEL BRAMBILA, OAB nº RO4853A, TULIO MAGNUS DE MELLO LEONARDO, OAB nº RO5284
Polo Passivo: REU: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE VILHENA, CNPJ nº 08081573000107, RUA RONY DE CASTRO PEREIRA 4037 JARDIM AMÉRICA - 76980-734 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: ANDREA MELO ROMAO COMIM, OAB nº RO3960A

Valor da causa: R$ 89.040,77
DECISÃO
Ante a notícia de interposição de recurso de Agravo de Instrumento, com fundamento no art. 1.018, §1º, do CPC, faço uso do juízo de retratação e REVOGO A DECISÃO de Id. 91312853.
1- SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO DE COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA ACERCA DA RETRATAÇÃO DESTE JUÍZO, PARA FINS DO ART. 1.018, §1º, DO CPC, para instrução do Agravo de Instrumento de nº. 0806562-03.2023.8.22.0000.
2- Para realização da perícia no local de trabalho da parte autora, NOMEIO como perito o profissional: Douglas David Caniver de Campos, técnico em segurança do trabalho, podendo ser localizado na Rua 844, 6857, , Nova esperança - Vilhena/RO, 76980-685, FONE: 69 99243-9605, a dizer se aceita o encargo de perito judicial e a propor seus honorários no prazo de 05 dias (art. §2°, do art. 465, do CPC).
2.1 -Oficie-se o aludido profissional, a fim de que informe a este juízo, no prazo 10 (dez) dias, se aceita o encargo, e apresente sua respectiva proposta quanto ao valor dos honorários periciais. Para tanto, SIRVA CÓPIA DA PRESENTE COMO OFÍCIO.
3- Após, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se nos termos do §1º do art. 465, do CPC, bem como apresentarem assistentes técnicos e quesitos, caso ainda não juntados aos autos.
3.1 Com o decurso do prazo de impugnação e/ou apresentação dos quesitos, o que deverá ser certificado, retornem-me conclusos para demais providências, inclusive ao que diz respeito ao acolhimento ou não da proposta de honorários periciais apresentada e/ou decisão acerca de eventual impugnação.
Pratiquem-se o necessário.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7007699-28.2019.8.22.0014
Procedimento Comum Cível
AUTOR: LUAN DOS REIS SILVEIRA, CPF nº 03523625297, LINHA CAREVEL s/n, PRÓXIMO AO FORRÓ DA BIA ZONA RURAL - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: GUILHERME SCHUMANN ANSELMO, OAB nº RO9427
REU: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
VALOR DA CAUSA: R$ 403.342,75
DESPACHO
Intime-se a perita sobre a decisão de Id n. 90407347.
Com a informação da perita retornem os autos conclusos com urgência, devendo a CPE comunicar o gabinete da conclusão.
Vilhena, 17/07/2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 7013028-16.2022.8.22.0014
Classe: Cumprimento Provisório de Sentença
Distribuição: 27/12/2022
EXEQUENTE: BELMIRO GONCALVES DE CASTRO, CPF nº 42480850978, AV RECIFE 4275, SALA 01 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: BELMIRO GONCALVES DE CASTRO, OAB nº MT2193
EXECUTADOS: BANCO ORIGINAL DO AGRONEGOCIO S/A, CNPJ nº 09516419000175, AVENIDA GENERAL FURTADO NASCIMENTO 66 lote 01 ALTO DE PINHEIROS - 05465-070 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, J&F INVESTIMENTOS S.A., CNPJ nº 00350763000162, AVENIDA MARGINAL DIREITA DO TIETÊ 500 VILA JAGUARA - 05118-100 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: LEONARDO FRANCISCO RUIVO, OAB nº SP203688
Valor da causa: R$ 300.383,75
D E S P A C H O
Intime-se o executado para, no prazo de 10 dias, se manifestar quanto ao bem ofertado como caução.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTES PARA OS DEVIDOS FINS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7003323-28.2021.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Cobrança de Aluguéis - Sem despejo

Polo Ativo: REQUERENTE: NELSON LINARES, CPF nº 62626850810, RUA PRINCESA ISABEL 790, CASA CENTRO (S-01) - 76980-136 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SERGIO CRISTIANO CORREA, OAB nº RO3492A
Polo Passivo: REQUERIDOS: JEOVA ALVES DE LIMA JUNIOR, CPF nº 04861535336, AVENIDA CAPITÃO CASTRO 3276, CASA CENTRO (S-01) - 76980-010 - VILHENA - RONDÔNIA, THAIS APARECIDA SUBTIL CORREIA DE OLIVEIRA, CPF nº 02766683240, AVENIDA CAPITÃO CASTRO 3276, CASA CENTRO (S-01) - 76980-010 - VILHENA - RONDÔNIA
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 5.900,00
DESPACHO
1 - Cuida-se de cumprimento de sentença (arts. 523 e 525, ambos do CPC). Altere-se a classe processual.
2 - Considerando o trânsito em julgado da sentença que condenou os(as) executados(as) ao pagamento de quantia certa, intime(m)-se os(as) executados(as) pessoalmente (art. 513, § 2º, II, do CPC), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do valor devido no importe de R$ 5.410,13 (cinco mil, quatrocentos e dez reais e treze centavos), sob pena de ser acrescido ao débito principal multa de 10% (dez por cento), nos termos do artigo 523, § 1º do Código de Processo Civil.
2.1 - Ressalto ainda que, efetuado o pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante (art.523, § 2º do CPC).
2.2 - Caso advenha o pagamento integral no prazo do item "2", desde já fica determinado a expedição de alvará judicial ou ofício de transferência do valor incontroverso e após conclusos para sentença de extinção.
2.3 - Não havendo o pagamento ou irresignação do executado, intime-se o exequente para no prazo de 05 (cinco) dias se manifestar quanto ao prosseguimento do feito, mediante demonstrativo de débito atualizado, devendo recolher custas das diligências requeridas.
3 - Transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o(a) executado(a), apresente, nos próprios autos, sua impugnação (art. 525, CPC).
4 - Apresentada a impugnação, intime-se o(a) exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias.
5 - Após venham os autos conclusos para deliberação.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Pratique-se o necessário.
Serve o presente como CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO, para os devidos fins.
Executada: THAIS APARECIDA SUBTIL CORREIA DE OLIVEIRA, inscrita no CPF n. 027.666.832-40 e JEOVA ALVES DE LIMA JUNIOR, inscrita no CPF n. 048.615.353-36 com endereço na Rua Modesto Batista, n. 3490, Bairro Jardim América, Vilhena/RO, conforme certificado no ID. 86879010.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7009444-38.2022.8.22.0014
Classe: Embargos à Execução
Assunto: Penhora / Depósito/ Avaliação
Polo Ativo: EMBARGANTE: OSVALDO ALVES PINA, CPF nº 17221730172, AV. BARÃO DE MAUÁ 1970 CENTRO - 76995-000 - CORUMBIARA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EMBARGANTE: CLAUDINEI MARCON JUNIOR, OAB nº RO5510, CASSIA LOANDA DA CRUZ TAVARES, OAB nº RO10615
Polo Passivo: EMBARGADO: BANCO DA AMAZONIA SA, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EMBARGADO: SERVIO TULIO DE BARCELOS, OAB nº RO6673A, PROCURADORIA DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A
Valor da causa: R$ 49.980,00
DESPACHO
1- Considerando a amplitude de defesa conferida aos Embargos à execução, com fim de se evitar futuras arguições de cerceamento de defesa, neste ato fica intimada as partes para manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, se detém interesse no julgamento antecipado da lide, afirmando desde logo a inexistência de provas outras a produzir.
1.1- Em sendo positiva, sejam os autos conclusos para o julgamento do processo no estado em que se encontra.
2- Caso contrário, sugerir os pontos controvertidos da lide e especificar as provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão.
3- Após, tornem-se os autos conclusos para saneamento.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 7004399-87.2021.8.22.0014
Classe: Execução Extrajudicial de Alimentos
Distribuição: 15/06/2021
EXEQUENTES: M. E. E. P. D. O., CPF nº 07547083226, AVENIDA MELVIN JONES/ RUA 1509 1702 CRISTO REI - 76983-407 - VILHENA - RONDÔNIA, E. E. P. D. O., CPF nº 05895664237, AVENIDA MELVIN JONES/ RUA 1509 1702 CRISTO REI - 76983-407 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: MARCELO DOS SANTOS, OAB nº RO10727
EXECUTADO: J. L. D. O., CPF nº 41926749200, RUA JORDÂNIA 1509 CENTRO - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: CASTRO LIMA DE SOUZA, OAB nº RO3048A
Valor da causa: R$ 3.435,15
D E S P A C H O
Indefiro o pedido de aplicação de multa contra o INSS.

Intime-se a parte exequente para, no prazo de 30 dias, diligenciar junto ao INSS a fim de verificar o que está impedindo o cumprimento da ordem judicial (ausência de documento, conta destino imprópria para o pagamento etc..).
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTES PARA OS DEVIDOS FINS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7000022-10.2020.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Honorários Profissionais
Polo Ativo: EXEQUENTE: LENOIR RUBENS MARCON, CPF nº 22520252987, RUA MARQUES HENRIQUE 800, ESCRITORIO DE ADVOCACIA CENTRO (S-01) - 76980-106 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LENOIR RUBENS MARCON, OAB nº RO146
Polo Passivo: EXECUTADO: VANDERSON SILVA BONGIOVANI, CPF nº 42705978879, RUA SEISCENTOS E SEIS 7439, CASA JARDIM ARAUCÁRIA - 76987-468 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 668,69
DESPACHO
Do que consta dos autos, a penhora de percentual do salário da parte executada, resultou formalizada (art. 841 do CPC), pois com a intimação do empregador, houve o depósito do valor em conta judicial vinculada aos autos, consoante comprovante no ID. 91146918. Contudo, depreende-se que o executado sequer foi intimado acerca da referida penhora, assim como a DPE na condição de Curadora especial. Não se desconhece que o processo civil é regido pelos princípios da celeridade e economia processual, no entanto, não há como sobrepor tais primados às normas constitucionais do devido processo legal, as quais asseguram ao litigante a observância do contraditório e ampla defesa.
Sob tal premissa, fica o executado Sr. VANDERSON SILVA BONGIOVANI, inscrito no CPF n. 427.059.788-79, intimado por edital publicado no DJE, servindo o presente como EDITAL DE INTIMAÇÃO e, após, intime-se a DPE na condição de Curadora especial para, no prazo de 15 (quinze) dias, tomar conhecimento e, querendo, apresentar impugnação à penhora de 30% (trinta por cento) do salário líquido mensal do executado, até o adimplemento total da dívida, o que perfaz o importe de R$ 1.841,94, atualizado em 27/04/2023.
Apresentada impugnação, intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar a respeito. Em seguida, tornem os autos conclusos para apreciação.
Do contrário, determino a suspensão dos autos pelo prazo de 3 (três) meses, até o integral depósito dos valores referente ao adimplemento total da dívida.
Findo o prazo de suspensão, intime-se o exequente para se manifestar em termos de prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias. Após, tornem os autos conclusos.
Cumpra-se a CPE com o necessário.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7003788-03.2022.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Protocolado em: 25/04/2022
AUTOR: FRANCISMAR BALDIN - ME, RUA SERGIPE 619 CENTRO - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: EWERTON ORLANDO, OAB nº GO7847
REU: DENIS AURELIO DE ALMEIDA SIMIONI EIRELI, AVENIDA RONDÔNIA 5553 PARQUE INDUSTRIAL NOVO TEMPO - 76982-166 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 4.186,00
S E N T E N Ç A
AUTOR: FRANCISMAR BALDIN - ME propôs ação de cobrança contra REU: DENIS AURELIO DE ALMEIDA SIMIONI EIRELI, ambos qualificados nos autos, visando o recebimento do valor de R$ 4.186,00 (quatro mil, cento e oitenta e seis reais), ante o inadimplemento contratual, alegando que contratou os serviços do réu para instalação de energia elétrica solar, com produção anual de 42.3336,00 Kwh, ficando réu comprometido por meio de cláusula a reparar a diferença em valores de energia produzida a menor da contratada. Postulou pela condenação do réu ao pagamento do débito e ao ônus da sucumbência. Juntou documentos.
O réu foi citado (ID n. 81057647), porém não apresentou defesa no prazo legal.
Intimado, o autor pleiteou a declaração de revelia e o julgamento antecipado da lide.
É a síntese do necessário. DECIDO.
Conforme se infere dos autos, o réu foi regularmente citado, porém permaneceu inerte ao chamamento judicial, levando, por conseguinte, ao julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, II, do Código de Processo Civil.
No mérito, a ação deve ser julgada procedente pois, em razão da revelia, presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 344 do CPC), conforme expressa advertência constante no mandado de citação.

A presunção não é absoluta, mas no caso vertente, tratando-se exclusivamente de matéria fática, diante dos documentos apresentados, não existem elementos para se formar convicção em contrário, sendo razoável o desfecho do feito, reconhecendo-se a obrigação do réu em pagar ao autor o débito no valor de R$ 4.186,00 (quatro mil, cento e oitenta e seis reais), demonstrativo do débito apresentado no Id n. 76061220, uma vez que não entregou a quantidade de energia solar contratada pelas partes.
Destarte, a procedência é medida que se impõe.
Dispositivo
Isso posto, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado nestes autos e, por consequência, CONDENO a parte ré ao pagamento de R$ 4.186,00 (quatro mil, cento e oitenta e seis reais) mais as custas adiantadas pelo autor, corrigidos monetariamente (índice adotado pelo site do TJRO) desde a propositura da ação e com juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação.
CONDENO o(a) réu(ré) ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte autora, estes arbitrados em R$ 700,00 (setecentos reais), com fundamento no art. 85, 8º, do CPC.
Intime-se o(a) réu(ré) para pagamento das custas processuais finais no prazo de 15 dias do transito em julgado, sob pena de inscrição em dívida ativa.
Transitada em julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Em caso de recurso, intime-se a parte recorrida para contrarrazões no prazo legal. Após, remetam-se os autos ao Juízo ad quem, independentemente de nova conclusão.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 0000649-17.2012.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Distribuição: 30/01/2012
EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/ A - Basa, CNPJ nº DESCONHECIDO
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MONAMARES GOMES, OAB nº RO903A, MARCELO LONGO DE OLIVEIRA, OAB nº RO1096, GILBERTO SILVA BOMFIM, OAB nº RO1727, DANIELE GURGEL DO AMARAL, OAB nº RO1221
EXECUTADOS: LARA DANDOLINI PAVELEGINI, CPF nº 00965053202, LUCAS AVELINO DANDOLINI PAVELEGINI, CPF nº 00965045285, MAP TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA - ME, CNPJ nº 84706423000111, ODETE REGINA DANDOLINI PAVELEGINI, CPF nº 39018504220, MARCOS ANTONIO PAVELEGINI, CPF nº 67595987920
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: CARLA FALCAO SANTORO, OAB nº MG76571B, DIANDRIA APARECIDA FANTUCI ARAUJO PEREIRA, OAB nº RO5910, PRISCILA SAGRADO UCHIDA, OAB nº RO5255
Valor da causa: R$ 1.023.579,38
D E S P A C H O
A parte exequente informou no Id n. 90542910, de que o imóvel aqui penhorado, foi alvo de constrição judicial nos autos de n. 0007121-34.2012.8.22.0014, que tramita perante à 4ª Vara Cível de Vilhena, no qual houve nova avaliação. Assim, o exequente requereu que seja aproveitado nestes autos a reavaliação do bem produzido naqueles autos.
Pois bem.
Em análise a estes e aos autos de n. 0007121-34.2012.8.22.0014, observo que o imóvel dos executados foram penhorados nos dois processos.
Ocorre que os atos de expropriação dos autos de n. 0007121-34.2012.8.22.0014 estão mais avançados, com hastas públicas previstas para serem realizadas no final do mês de agosto do corrente ano.
Assim, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, hei por bem aguardar o resultado dos leilões designados nos autos de n. 0007121-34.2012.8.22.0014.
Comunique-se ao Juízo da 4ª Vara Cível de Vilhena/RO, nos autos de n. 0007121-34.2012.8.22.0014, de que o imóvel a ser leiloado também foi penhorado neste processo, cuja penhora ocorreu em 13/03/2012 (Id n. 30487974 pág. 45), bem como que seja observada a ordem de penhora, no caso de arrematação do bem. O ofício deverá ser instruído com cópia do auto de penhora de Id n. 30487974 pág. 45.
No mais, DETERMINO a suspensão deste processo até 31/08/2023.
Decorrido o prazo, intime-se a parte exequente para, no prazo de 5 dias, esclarecer se o imóvel foi arrematado nos autos de n. 0007121-34.2012.8.22.0014 e requerer o quê entender de direito.
Intimem-se.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTES PARA OS DEVIDOS FINS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 7002088-31.2018.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Distribuição: 04/04/2018
EXEQUENTE: GBIM IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIALIZACAO DE ACESSORIOS PARA VEICULOS LTDA - ME, CNPJ nº 16806894000141, AVENIDA CAPITÃO CASTRO 4656 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA

ADVOGADO DO EXEQUENTE: GREICIS ANDRE BIAZUSSI, OAB nº RO1542A
EXECUTADO: DANIEL DIAS MEIRELES, CPF nº 58573275200, AVENIDA MARECHAL RONDON 4256, BORRACHARIA CAVALO BRANCO CENTRO (S-01) - 76980-080 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 4.814,24
D E S P A C H O
Defiro o pedido de expedição de alvará em favor da parte exequente.
Observo que a conta apresentada para transferência de valores tem como beneficiário o advogado do exequente (Dr. Greices), no entanto, a procuração acostada no Id n. 17350680, não outorgou poderes ao causídico para receber valores.
Assim, intime-se a parte exequente para, no prazo de 5 dias, juntar nos autos procuração outorgada ao advogado com poderes de receber valores ou indicar uma conta de sua titularidade para recebimento dos valores penhorados nos autos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7002335-70.2022.8.22.0014
Classe: Execução Fiscal
Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano
Polo Ativo: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE VILHENA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
Polo Passivo: EXECUTADO: ANDERSON SANTANA COUTINHO, CPF nº 00524432210, RUA 1713 2655 NOVO TEMPO - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 1.412,91
SENTENÇA
O Executado Anderson Santana Coutinho, por meio da curadoria especial, apresentou Exceção de pré-executividade nos autos da Execução Fiscal que lhe move o Município de Vilhena, pretendendo a declaração da prescrição parcial do débito, referente ao IPTU de 2017, sob o argumento de que crédito tributário foi atingido pela prescrição.
O exequente se manifestou, não se opôs ao pedido.
Vieram os autos conclusos.
É o necessário. Decido.
Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a inscrição em dívida ativa não tem o condão de suspender a prescrição, bem como esclarece que o prazo prescricional do crédito tributário ocorre em 5 (cinco) anos a partir da constituição definitiva do crédito tributário.
Nesse sentido, vejamos: É pacífico, no âmbito do STJ, que a inscrição em dívida ativa não tem o condão de suspender a prescrição, uma vez que a regra contida no art. 2º, § 3º, da LEF, norma de natureza ordinária, somente é aplicável a débitos não tributários, posto que a prescrição de dívidas tributárias é matéria afeta à reserva de lei complementar. Ajuizada a ação de execução fiscal após o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da constituição definitiva do crédito tributário, está prescrita a pretensão de cobrança judicial, nos termos do art. 174, caput, do CTN. (STJ - REsp: 1683489 RJ 2017/0163588-9, Relator: Ministro FRANCISCO FALCÃO, Data de Publicação: DJ 18/10/2018).
Como é sabido, o STJ possui, há muito, entendimento no sentido de que o termo inicial da prescrição para sua cobrança é a data do vencimento previsto no carnê de pagamento. Em outras palavras, a constituição definitiva do crédito tributário, no caso do IPTU, se perfaz pelo simples envio do carnê ao endereço do contribuinte, nos termos da Súmula 397/STJ, e o termo inicial da prescrição para a sua cobrança é a data do vencimento previsto no carnê de pagamento, pois é esse o momento em que surge a pretensão executória para a Fazenda Pública.
É imperioso destacar que o despacho que interrompe a prescrição retroage à data da propositura da ação, conforme entendimento do STJ.
No caso em apreço, observa-se que o despacho inicial que interrompeu a prescrição ocorreu em 21/03/2022, retroagindo à data da propositura da ação, que ocorreu 16/05/2022.
Assim, depreende-se do constante na Certidão de Dívida Ativa no ID. 74573474, que os tributos inerentes ao exercício de 2017, objeto da presente execução fiscal com, encontra-se atingido pela prescrição, conforme bem demonstrado pela curadora especial, pois decorreram 5 (cinco) anos da sua constituição da data da propositura da ação.
Portanto, a exceção de pré-executividade apresentada merece acolhimento.
Pois bem. Como é sabido, é cabível a condenação ao pagamento de honorários quando acolhida a exceção de pré-executividade, em decorrência do princípio da causalidade.
Os honorários advocatícios decorrem da causalidade, já sendo pacificado o entendimento de ser cabível a condenação da sucumbência quando a Defensoria Pública, mesmo quando se trata de curadoria de ausentes, uma vez que a vedação contida na Súmula 421 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, só se aplica quando aquela atua contra a Fazenda Pública que a remunera.
Nesse sentido, colaciono julgado do Tribunal de Justiça Rondoniense: [...] “Os honorários advocatícios são devidos à Defensoria Pública, mesmo quando se trata de curadoria de ausentes, uma vez que a vedação contida na Súmula 421 do STJ só se aplica quando aquela atua contra a Fazenda Pública que a remunera.” Recurso provido. Apelação, Processo nº 0003664-50.2014.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Oudivanil de Marins, Data de julgamento: 19/07/2019. [...] “Por força da Súmula 421/STJ, não são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando litiga contra o próprio ente público ao qual se vincula, entretanto, pode o ônus ser imposto ao Município.” Recurso provido. Sentença reformada. Apelação cível, Processo nº 0002431-34.2013.822.0011, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Gilberto

Barbosa, Data de julgamento: 11/04/2023.
Cumpre mencionar que houve superação da súmula 421 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, nos termos da decisão do Supremo Tribunal Federal - STF, sendo estabelecido que "após as ECs 45/2004, 74/2013 e 80/2014, passou a ser permitida a condenação do ente federativo em honorários advocatícios em demandas patrocinadas pela Defensoria Pública, diante de autonomia funcional, administrativa e orçamentária da Instituição." (STF. Plenário.AR 1937.AgR, Rel. Min Gilmar Mendes, julgado em 30/06/2017).
Ante o exposto, ACOLHO a exceção de pré-executividade apresentada pelo executado, por meio da curadoria especial e, por conseguinte, DECLARO prescrito(s) o(s) débito(s) do exercício de 2017, inscrito(s) na CDA n.º 211/2022.
CONDENO o exequente ao pagamento de honorários advocatícios em favor do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública, que fixo em R$ 300,00 (trezentos reais), em obediência ao § 8º do art. 85 do Código de Processo Civil, haja vista que eventual fixação de porcentagem sobre o valor declarado prescrito (proveito econômico obtido), se mostrará irrisório e muito baixo.
1- Com o transcurso do prazo de recurso, intime-se a parte exequente para apresentar CDA atualizada, excluindo o débito supracitado e requerer o que de direito em termos de prosseguimento do feito.
Por meio eletrônico, intimem-se as partes para ciência da presente decisão.
Intimem-se. Cumpra-se.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7001814-91.2023.8.22.0014
Classe: Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Polo Ativo: RECORRENTES: H. G. R. D. S., AVENIDA FIORINDO SANTINI 1628 CRISTO REI - 76983-396 - VILHENA - RONDÔNIA, D. P. D. E. D. R., AVENIDA LUIZ MAZIERO 4320 JARDIM AMÉRICA - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS RECORRENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: RECORRIDO: A. R. D. S., CPF nº 97492051204, RUA GRACILIANO DAL MORO 8362, K S SERVICOS MECANICOS RESIDENCIAL ORL - 76985-834 - VILHENA - RONDÔNIA
RECORRIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 1.512,00
DESPACHO
Considerando a indicação de novo endereço do requerido, DETERMINO a CPE que promova a distribuição deste despacho, servindo como mandado de citação no seguinte endereço: Rua Ministro Salazar, nº 1894, Parque Cidade Jardim I, CEP: 76983-508 – Vilhena/RO
Cite-se e intime o executado, pessoalmente, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do valor devido, sob pena de ser acrescido ao débito principal multa de 10% (dez por cento) e honorários de 10% (dez por cento), nos termos do artigo 523, §1º do Código de Processo Civil.
2.1- Ressalto ainda que, efetuado o pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante (art.523, §2º).
2.2- Caso advenha o pagamento integral no prazo do item "2", desde já fica determinado a expedição de alvará judicial ou ofício de transferência do valor incontroverso e após conclusos para sentença de extinção.
2.3 - Não havendo o pagamento ou irresignação do executado, intime-se o exequente para no prazo de 05 (cinco) dias se manifestar quanto ao prosseguimento do feito, mediante demonstrativo de débito atualizado, devendo recolher custas das diligências requeridas.
3 - Transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (Art. 525, CPC).
4 - Apresentada a impugnação, intime-se o exequente a se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias.
5 - Após venham os autos conclusos para deliberação.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7003517-57.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Indenização por Dano Material, Análise de Crédito
Polo Ativo: AUTOR: DIEGO BATISTA CARVALHO, CPF nº 05767082405, AVENIDA PERIMETRAL 4671 PARQUE INDUSTRIAL NOVO TEMPO - 76982-272 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ANDRE CAMARGO GOMES, OAB nº RO11861, EBER ANTONIO DAVILA PANDURO, OAB nº RO5828, KLEBER WAGNER BARROS DE OLIVEIRA, OAB nº RO6127
Polo Passivo: REU: Oi Móvel S.A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: Procuradoria da OI S/A
Valor da causa: R$ 5.470,93
DECISÃO
Recebo a inicial.
Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS interposta por DIEGO BATISTA CARVALHO em face de OI S/A.

O artigo 300 do Código de Processo Civil prevê que “a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.
Os requisitos da medida encontram-se presentes, uma vez que a parte autora está discutindo fatura de serviços de internet banda larga fixa que não condizem com seu consumo.
Não há que se falar em irreversibilidade do provimento, uma vez que este se limita na suspensão da cobrança e negativação, podendo referidos atos serem praticados pela requerida, em momento posterior, caso seja comprovada a legitimidade de sua conduta.
Assim, com fundamento no artigo 300 do CPC, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA, e via de consequência DETERMINO que a OI S/A: SUSPENDA a cobrança da fatura ora questionada, bem como se abstenha de incluir o nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito, independente de pagamento do débito discutido nestes autos, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais) até o limite de 5 (cinco) mil reais, salvo se houver outros débitos de consumo regular vencidos e já notificados.
1- DESIGNO audiência de conciliação para o dia 19 de Outubro de 2023 às 11:00 horas, por sistema de videoconferência, através do aplicativo Google Meet, podendo ser utilizado pela parte interessada algum aparelho eletrônico, tais como celular, notebook ou computador, que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando, devendo receber auxílio do respectivo patrono/advogado.
Os participantes deverão acessar o ambiente virtual através do seguinte link: meet.google.com/kwg-wjww-xkq, ingressando na sala na data e horário agendados.
As partes deverão informar nos autos (através de seus advogados/Defensores Públicos) os e-mails pelos quais participarão da solenidade, no prazo máximo de 05 (cinco) dias antes da audiência.
Obs: Em sendo a parte autora representada pela Defensoria Pública do Estado de Rondônia, DEVERÁ a CPE expedir comunicação pessoal da data e horário da audiência de conciliação.
2- Cite-se a parte requerida para tomar conhecimento da presente ação e da audiência designada, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da realização da audiência de tentativa de conciliação, sob pena de ser-lhe decretada a revelia. Na oportunidade, com fim trazer celeridade ao procedimento, deverá indicar as provas que pretende produzir, justificando sua pertinência aos fatos a serem provados.
3- Realizada a audiência e não obtida a conciliação, decorrido o prazo da parte requerida, intime-se a parte requerente para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar réplica à contestação, se assim houver. De igual forma, deverá indicar as provas que pretende produzir, justificando sua pertinência aos fatos a serem provados.
4- Tudo cumprido, tornem-se os autos conclusos para deliberação quanto às provas postuladas, saneamento processual ou julgamento antecipado da lide.
Providenciem-se o necessário.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO e COMUNICAÇÃO.
AUTOR: AUTOR: DIEGO BATISTA CARVALHO, CPF nº 05767082405, AVENIDA PERIMETRAL 4671 PARQUE INDUSTRIAL NOVO TEMPO - 76982-272 - VILHENA - RONDÔNIA.
RÉU: REU: Oi Móvel S.A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIAAUTOR: DIEGO BATISTA CARVALHO, CPF nº 05767082405, AVENIDA PERIMETRAL 4671 PARQUE INDUSTRIAL NOVO TEMPO - 76982-272 - VILHENA - RONDÔNIA.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7001686-71.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Rescisão / Resolução
Polo Ativo: AUTOR: CIDADE VERDE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA, CNPJ nº 18750345000128, LINHA 95 B Km 02 ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MARIO CESAR TORRES MENDES, OAB nº RO2305, EDUARDO LOBIANCO DOS SANTOS, OAB nº RO11773
Polo Passivo: REU: SILVIA MARA DAMACENA, CPF nº 76435997268, AVENIDA QUINZE DE NOVEMBRO 3631 CENTRO (S-01) - 76980-128 - VILHENA - RONDÔNIA, MARCIO JOSE PEREIRA, CPF nº 80555721272, AVENIDA QUINZE DE NOVEMBRO 3631 CENTRO (S-01) - 76980-128 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 9.936,89
DESPACHO
Recebo a inicial.
1- DESIGNO audiência de conciliação para o dia 19 de Outubro de 2023 às 10:00 horas, por sistema de videoconferência, através do aplicativo Google Meet, podendo ser utilizado pela parte interessada algum aparelho eletrônico, tais como celular, notebook ou computador, que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando, devendo receber auxílio do respectivo patrono/advogado.
Os participantes deverão acessar o ambiente virtual através do seguinte link: meet.google.com/nrn-ogfi-pnf, ingressando na sala na data e horário agendados.
As partes deverão informar nos autos (através de seus advogados/Defensores Públicos) os e-mails pelos quais participarão da solenidade, no prazo máximo de 05 (cinco) dias antes da audiência.
Obs: Em sendo a parte autora representada pela Defensoria Pública do Estado de Rondônia, DEVERÁ a CPE expedir comunicação pessoal da data e horário da audiência de conciliação.
2- Cite-se a parte requerida para tomar conhecimento da presente ação e da audiência designada, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da realização da audiência de tentativa de conciliação, sob pena de ser-lhe decretada a

revelia. Na oportunidade, com fim trazer celeridade ao procedimento, deverá indicar as provas que pretende produzir, justificando sua pertinência aos fatos a serem provados.
3- Realizada a audiência e não obtida a conciliação, decorrido o prazo da parte requerida, intime-se a parte requerente para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar réplica à contestação, se assim houver. De igual forma, deverá indicar as provas que pretende produzir, justificando sua pertinência aos fatos a serem provados.
4- Tudo cumprido, tornem-se os autos conclusos para deliberação quanto às provas postuladas, saneamento processual ou julgamento antecipado da lide.
Providenciem-se o necessário.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO e COMUNICAÇÃO.
AUTOR: AUTOR: CIDADE VERDE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA, CNPJ nº 18750345000128, LINHA 95 B Km 02 ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
RÉU: REU: SILVIA MARA DAMACENA, CPF nº 76435997268, AVENIDA QUINZE DE NOVEMBRO 3631 CENTRO (S-01) - 76980-128 - VILHENA - RONDÔNIA, MARCIO JOSE PEREIRA, CPF nº 80555721272, AVENIDA QUINZE DE NOVEMBRO 3631 CENTRO (S-01) - 76980-128 - VILHENA - RONDÔNIAAUTOR: CIDADE VERDE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA, CNPJ nº 18750345000128, LINHA 95 B Km 02 ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7001456-63.2022.8.22.0014
Classe: Monitória
Assunto: Cheque
Polo Ativo: AUTOR: JOAQUIM PIMENTA JACOB, CPF nº 23903651249, AVENIDA CURITIBA 4487 JARDIM OLIVEIRAS - 76980-654 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ERIC JOSE GOMES JARDINA, OAB nº RO3375A
Polo Passivo: REU: REINALDO SILVA DE PAULA, CPF nº 78728819268, AVENIDA MELVIN JONES 1774 CRISTO REI - 76983-390 - VILHENA - RONDÔNIA, ELIZANEA FERNANDES DOS SANTOS DE PAULA, CPF nº 98366483215, AVENIDA MELVIN JONES 1774 CRISTO REI - 76983-390 - VILHENA - RONDÔNIA, JONATAS GUIMARAES THOMAZ, CPF nº 47937408200, AVENIDA RONDÔNIA 3800 PARQUE INDUSTRIAL NOVO TEMPO - 76982-166 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 7.791,75
DECISÃO
Trata-se de execução de título extrajudicial que tem por substrato o pagamento de cheque vencido e inadimplido pelo executado.
De acordo com o art. 917 do CPC:
Nos embargos à execução, o executado poderá alegar:
I – inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação;
II – penhora incorreta ou avaliação errônea;
III – excesso de execução ou cumulação indevida de execuções;
IV – retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de execução para entrega de coisa certa;
V – incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução;
VI – qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento.
A controvérsia, resolve-se facilmente em exame ao CPC, conforme dispositivos a seguir: “Art. 783. A execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível. Art. 784. São títulos executivos extrajudiciais: I – a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque (…)”.
Pois bem. A narrativa fática destituída de provas capazes de ilidir a presunção de exigibilidade de que revestem-se os títulos executivos não ampara a tese defensiva para imiscuir-se do pagamento da obrigação descrita no CHEQUE regularmente emitido.
No caso em tela, verifico que improcedem os embargos protocolados. Primeiramente porque a sustação dos cheques feita pela embargante não foi legal, vez que não se encontra prevista nas hipóteses descritas no art. 36 da Lei 7.357/85, a qual prevê expressamente que o cheque somente pode ser sustado em caso “relevante razão de direito”, como tal, entendidos os casos de furto, roubo ou fraude.
“Desacordos comerciais” não justificam a sustação do cheque. Não podia, pois, sustar o cheque por falta da realização do serviço, especialmente porque o pagamento foi feito por um título de crédito ao portador (cheque).
Logo, por qualquer ângulo, a embargante é responsável pelo pagamento, pois o cheque é um título de crédito cujas principais características são a autonomia e a independência (art. 13 da Lei 7.357/85).
Exatamente por isso, após a sua emissão do cheque não se discute a obrigação originária. Uma vez emitido, é devido o pagamento, salvo se ficar provado que o cheque foi furtado, roubado etc.
Ocorre que no caso em tela, a embargada faz jus ao recebimento do crédito descrito na inicial, vez que efetivamente realizou um negócio jurídico com o portador do cheque e não pode ser penalizada se o portador não executou os serviços para os quais foi contratado.
Cabe à embargante efetuar os pagamentos a que se obrigou no momento em que emitiu o cheque e, posteriormente se ressarcir junto ao outro executado desta demanda, já que ele não realizou os serviços contratados.
Posto isto, julgo IMPROCEDENTES os embargos, determinando o prosseguimento da execução, com a atualização do valor até a presente data, que deverá seguir até total satisfação do credor.
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, tomar ciência e se manifestar em termos de prosseguimento do feito, sob pena de suspensão e arquivamento.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/ CARTA PRECATÓRIA PARA SEU CUMPRIMENTO.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7004490-85.2018.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Esbulho / Turbação / Ameaça
Polo Ativo: AUTOR: FLAVIO L ALVES CONSTRUTORA EIRELLI EPP, CNPJ nº 00953493000184, AV. RONDÔNIA - SETOR 19 3753, 1 ANDAR INDUSTRIAL NOVO TEMPO - 76908-354 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: VALDINEI LUIZ BERTOLIN, OAB nº RO6883, LEANDRO MARCIO PEDOT, OAB nº RO2022A
Polo Passivo: REU: MUNICIPIO DE VILHENA, SAULO DE ANDRADE BAHIA, RUA NOVE MIL TREZENTOS E NOVE S/N, LOTE 26 QUADRA 05 SETOR 93 RESIDENCIAL IPÊ - 76986-304 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 10.000,00
DESPACHO
Defiro a substituição processual nos termos do artigo 110 do CPC.
É cediço que ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a sucessão pelo espólio ou sucessores.
Desta feita, intime as herdeiras EDILENE HAMMER e FLAVIA BASSANI ALVES por meio de Carta de Intimação com Aviso de Recebimento para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem para requererem o que entenderem de direito.
Determino à CPE que: proceda com a retificação dos polos da ação, para constar no polo ativo o espólio de FLAVIO LEITE ALVES.
Endereço para intimação de EDILENE HAMMER: residente e domiciliada na Rua Joana D'Arc, n° 1162, Bairro Vila Romana, Cacoal/RO – CEP: 76967-206 ou, Rua Leonardo da Vinci, n° 392, Jardim Saúde, Cacoal/RO – CEP: 76964150;
Endereço para intimação de FLAVIA BASSANI ALVES: residente e domiciliada na Avenida Rondônia, n° 3753, Bairro Parque Industrial Novo Tempo, Vilhena/RO – CEP: 76982-167.
Sem prejuízo às determinações acima, determino que a CPE cumpra com urgência o que já foi determinado na decisão de id 90604494
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7004969-05.2023.8.22.0014
Classe:Procedimento Comum Cível
Protocolado em: 25/05/2023
AUTOR: EDSON PEREIRA DOS SANTOS, CPF nº 72170530215
ADVOGADOS DO AUTOR: CRISTIANO ALVES DE OLIVEIRA VALIM, OAB nº RO5813, MARIA GONCALVES DE SOUZA COLOMBO, OAB nº RO3371A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
VALOR DA CAUSA: R$ 27.342,00
D E S P A C H O
Nomeio como perito, independente de termo, o Dr. VAGNER HOFFMANN, podendo ser localizado na Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 838, Bairro Jardim Eldorado (Centro Médico São Lucas), Vilhena-RO, CEP 76987-230, Celular 9-9937-7962, peritovagner@gmail.com.
Assim, proceda-se com a intimação do perito conforme determinado no Id n. 91323451.
Pratique-se o necessário.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTE.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7007291-66.2021.8.22.0014
Classe: Execução Fiscal
Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano
Polo Ativo: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE VILHENA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
Polo Passivo: EXECUTADO: MEIRE OLIVEIRA DA SILVA, CPF nº 99847795134, AVENIDA JURACI CORREIA MULLER 6410 JARDIM ELDORADO - 76987-204 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DAVID RIBEIRO DE MORAES, OAB nº RO9012
Valor da causa: R$ 1.470,26
DESPACHO
A exequente informou interposição de agravo de instrumento 90987519, contudo ainda não há informações nos autos quanto recebimento do recurso ou concessão de efeito suspensivo.

O Juízo de manutenção ou modificação da decisão agravada é ordinariamente cabível após o recebimento do agravo pelo e. Tribunal de Justiça.
Assim aguarde-se eventual pedido de informações do Tribunal ou comunicação da decisão do Agravo.
Com a informação do agravo, voltem conclusos para decisão, oportunidade em que será analisado a manifestação da leiloeira.
Ademais, intime-se a leiloeira acerca desta decisão para que não prossiga com o leilão nas datas informadas até que chegue aos autos informações do agravo.
Intime-se o Município de Vilhena através do sistema PJE.
O executado fica intimado através da publicação automática.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7000513-12.2023.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Alimentos
Polo Ativo: EXEQUENTES: E. A. S., CPF nº 06012267207, LINHA 90, FAZENDA SANTA HELENA ZONA RURAL - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA, E. A. S., CPF nº 06012335229, LINHA 90, FAZENDA SANTA HELENA ZONA RURAL - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: THAONI LIMA DOS SANTOS, OAB nº RO11394, MARIA DE FATIMA RUSSIN, OAB nº RO11190
Polo Passivo: EXECUTADO: J. S., CPF nº 62514571200, RUA RORAIMA 47 CHACARA - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 1.138,64
DESPACHO
Defiro os pedidos formulados pelas partes exequentes.
Procedi com pesquisa junto ao Sistema de Informação Eleitoral - SIEL, a fim de consultar possível endereço do executado perante a Justiça Eleitoral. Quanto aos demais pedidos, com fundamento no princípio da cooperação (art. 6º do CPC), determino que as partes exequentes providencie o encaminhamento do expediente, conforme abaixo:
Serve o presente como OFÍCIO às concessionárias de serviço público (Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S.A. e Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.), para que proceda com pesquisas em seus cadastros, a fim de identificar eventuais endereços em nome do executado, Sr. JOSE SICONSKI, inscrito no CPF n. 625.145.712-00, no prazo de 10 (dez) dias, devendo encaminhar as informações para o e-mail cpe3civvil@tjro.jus.br.
Aguarde-se em cartório pelo prazo não processual de 20 (vinte) dias, até que sobrevenha informações a respeito.
Findo o prazo, intimem-se as exequentes para se manifestar requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensão.
Decorrido o prazo, independente de manifestação, tornem os autos conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7001541-83.2021.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Desconsideração da Personalidade Jurídica
Polo Ativo: AUTOR: VANDERCI ELVIS MARTINELLI, CPF nº 46289119915, AV. CAPITÃO CASTRO 3840 CENTRO - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: SANDRO RICARDO SALONSKI MARTINS, OAB nº RO1084, RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO, OAB nº RO3249
Polo Passivo: REU: TEREZINHA MARIA BASSANI, CPF nº 03678782914, RUA UMUARAMA 2991 GREENVILLE - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, IKE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA EPP - EPP, CNPJ nº 10915306000121, AV. RONDÔNIA 3753, TERREO, SETOR 19 PARQUE INDUSTRIAL NOVO TEMPO - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, FLAVIO LEITE ALVES, CPF nº 51468840134, AVENIDA RONDÔNIA 3358, SETOR 19 NOVO TEMPO - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REU: JOVYLSON SOARES DE MOURA, OAB nº MT16896O
Valor da causa: R$ 657.310,12
DESPACHO
O exequente informou o falecimento de FLAVIO LEITE ALVES - CPF: 514.688.401-34, único sócio da empresa IKE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA EPP.
Determino a CPE que adeque o polo passivo para que conte: ESPÓLIO DE FLÁVIO LEITE ALVES.
Após, cite-se as herdeiras EDILENE HAMMER, CPF 884.684.882-91 e FLAVIA BASSANI ALVES para que ofereçam defesa, em 15 (quinze) dias, indicando as provas que pretendem produzir (art. 135, CPC).
Apresentada defesa pelo espólio, intime-se o autor para manifestar-se em réplica, em 15 (quinze) dias, especificando as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade.

Após, tornem os autos conclusos.
Pratique-se o necessário.
Serve a presente de mandado/carta.
EDILENE HAMMER, brasileira, inscrita no CPF sob n° 884.684.882-91, portadora da Cédula de Identidade RG n° 959703-SSP-RO, residente e domiciliada na Rua Joana D'Arc, n° 1162, Bairro Vila Romana, Cacoal/RO – CEP: 76967-206 ou, Rua Leonardo da Vinci, n° 392, Jardim Saúde, Cacoal/RO – CEP: 76964150;
FLAVIA BASSANI ALVES, brasileira, inscrita no CPF sob n° 083.106.149-93, portadora da Cédula de Identidade RG sob n° 12.574.207-6-SSP-PR, residente e domiciliada na Avenida Rondônia, n° 3753, Bairro Parque Industrial Novo Tempo, Vilhena/RO – CEP: 76982-167.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7002488-45.2018.8.22.0014
Intimação / Notificação
EXEQUENTE: ALEXANDRE MARTENDAL
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALEX ANDRE SMANIOTTO, OAB nº RO2681A
EXECUTADO: HERBERTH DE SOUZA NOGUEIRA JUNIOR
R$ 18.231,71
DESPACHO
O art. 139, inciso IV do NCPC dispõe:
Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:
(...)
IV - determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária;
Todavia tais medidas jamais poderão ser decretadas de modo a ferir a proporcionalidade e a razoabilidade, que se revelam, inclusive, pela correlação da medida pretendida com a dívida que se exige. Isso conforme jurisprudência do E.TJRO alinhado ao entendimento do STJ.
Agravo de Instrumento. Pretensão de suspensão da CNH. Impossibilidade. Violação ao direito Constitucional. Negado. Segundo entendimento do STJ não é razoável e nem efetiva a adoção das medidas excepcionais e coercitivas requeridas de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e apreensão de documentos pessoais, haja vista que tais providências extrapolariam o objetivo do processo, de expropriação direcionado à satisfação do crédito exequendo. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0804127-61.2020.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, Data de julgamento: 09/10/2020
Não vislumbro, no caso concreto, a possibilidade de aplicação da medida, de modo que indefiro o pedido de suspensão da CNH e passaporte do executado.
No mais, determino a suspensão do processo por 1 ano, aguarde-se no arquivo provisório.
Decorrido o prazo, arquivem-se os autos provisoriamente pelo prazo de 5 anos.
Escoado o prazo, intimem-se as partes para, no prazo de 5 dias, se manifestarem quanto a prescrição intercorrente.
Intimem-se.
Vilhena,17/07/2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 0010629-85.2012.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Protocolado em: 12/11/2012
EXEQUENTE: RODAO VEICULOS LTDA - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LENOIR RUBENS MARCON, OAB nº RO146
EXECUTADOS: ESPÓLIO DE DAGOBERTO MOREIRA, REPRESENTADO POR HENRIQUE MOREIRA, RUA JOSIAS ANTÔNIO DA SILVA 1243, CASA JARDIM OLIVEIRAS - 76980-634 - VILHENA - RONDÔNIA, DAGOBERTO MOREIRA, DAGOBERTO MOREIRA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 16.433,69
D E C I S Ã O
Determino a suspensão do processo pelo prazo de 1 ano.
Aguarde-se o decurso do prazo no arquivo provisório (sem baixa).
Decorrido o prazo de suspensão, sem manifestação das partes, iniciar-se-á o prazo da prescrição intercorrente.
Transcorrido o prazo de 3 anos, intime-se a parte exequente para se manifestar quanto à prescrição intercorrente (Súmula 150, STF)
Intimem-se.
Pratique-se o necessário.
Vilhena,RO,17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 7013049-26.2021.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Distribuição: 15/12/2021
EXEQUENTE: JOAO BATISTA DINIZ, CPF nº 36968765934, ÁREA RURAL - RUA 8208 5511 ÁREA RURAL DE VILHENA - BARAO DO MELGAÇO I - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: LINA PEDOT FARIS, OAB nº RO10920, WILLIAN FROES PEREIRA NASCIMENTO, OAB nº RO6618
EXECUTADOS: FERNANDO TEIXEIRA SIMAO, CPF nº 97357804100, RUA ARAPONGAS 444 JARDIM DAS PALMEIRAS - 78360-000 - CAMPO NOVO DO PARECIS - MATO GROSSO, JOSUEL ANTERO DO NASCIMENTO, CPF nº 08834767462, RUA 05 1957, CEL. 65-9-9609-4527 CENTRO - 78400-000 - DIAMANTINO - MATO GROSSO
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 4.345,10
D E S P A C H O
INDEFIRO o pedido de citação via edital, uma vez que não houve tentativa de citação pessoal via carta precatória.
Assim, citem-se os executados via carta precatória para que tome conhecimento da presente execução e, no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação, para que pague o valor da dívida atualizada acrescida de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, custas e honorários advocatícios, os quais ficam fixados em 10% (dez por cento) sobre o débito atualizado, salvo em caso de embargos, os quais poderão ser elevados.
Ressalto que, havendo o pagamento voluntário e total no prazo mencionado no parágrafo anterior, a parte devedora terá o benefício de redução da verba honorária para a metade da que ora é arbitrada
Caso deseje opor embargos, a parte executada disporá do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do mandado de citação (artigo 231 CPC/2015). Contudo, se nesse prazo de embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá a parte executada requerer seja admitido a pagar o restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês , na forma do artigo 916 CPC/2015.
Fica o executado advertido que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar a elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei.
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 5 dias, comprovar a distribuição da carta precatória, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
Pratique-se o necessário.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTES PARA OS DEVIDOS FINS.
EXECUTADO(S): FERNANDO TEIXEIRA SIMAO - CPF 973.578.041-00, com endereço na RUA ARAPONGAS, Nº 444, BAIRRO JARDIM DAS PALMEIRAS, CEP 78360-000, NO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DOS PARECIS - MT e JOSUEL ANTERO DO NASCIMENTO - CPF 088.347.674-62, com endereço Rua 05, n. 1957, Centro, na cidade de Diamantino/MT, CEP: 78400-000, Cel. 65-9-9609-4527.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 0001262-08.2010.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Atos executórios
Polo Ativo: EXEQUENTE: PATO BRANCO ALIMENTOS LTDA., CNPJ nº DESCONHECIDO, RUA GETULIO VARGAS 222, NÃO CONSTA CENTRO - 76992-000 - GUAPORÉ (CHUPINGUAIA) - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ESTEVAN SOLETTI, OAB nº RO3702A, SANDRO SIGNOR, OAB nº RO2810
Polo Passivo: EXECUTADO: JOAO BARBOSA DO NASCIMENTO, RUA 351, 442, CASA VILA OPERÁRIA - 76992-000 - GUAPORÉ (CHUPINGUAIA) - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 130,28
SENTENÇA
Do que consta dos autos, o bloqueio judicial resultou frutífero na totalidade do débito executado, consoante atualização no ID. 79015546, portanto, a extinção do feito é a medida que se impõe. Ademais, a impugnação à penhora foi rejeitada com a conversão da indisponibilidade de valores em penhora, nos termos do art. 854, § 5º, do CPC, conforme decisão no ID. 88480068.
Isso posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do art. 924, II, do CPC.
Em decorrência da preclusão lógica (art. 1.000, do CPC), a presente decisão transita em julgado nesta data.
No que tocante às custas judiciais, tenho que o custo para intimar a parte executada será maior que o valor das custas em si. Aliás, a parte foi citada por edital e a sua intimação por tal meio, a fim de que comprove o recolhimento das custas judiciais, não apresentará efetividade, consoante experiência vivenciada em outros processos similares.
Evidente que não há razoabilidade na insistência em prosseguir com a inscrição e cobrança das custas processuais, cuja despesa ultrapassa o valor delas, com desperdício de recursos, prolongamento do trâmite processual, sob pena de ofensa ao princípio da supremacia do interesse público. Assim, deixo de determinar a cobrança de custas processuais em face do executado.
Considerando que não houve a apresentação de dados bancários, procedo com a expedição de alvará judicial modalidade de saque, com validade por 30 (trinta) dias, devendo a parte interessada realizar o levantamento do(s) valor(es), sob pena de transferência para a conta

centralizadora do Tribunal de Justiça Rondoniense.
Essa modalidade de alvará importa em ordem judicial de saque diretamente à CEF, na qual, constará no sistema interno da instituição financeira, autorização do juízo para o levantamento dos valores contidos nas contas judiciais vinculadas aos autos, devendo a parte interessada comparecer à agência bancária munido de documentos pessoais com foto ou do respectivo conselho de classe.
Segue abaixo os dados de inclusão da ordem judicial:
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 298,79 ESTEVAN SOLETTI 89159470100 1546840 - 0 Sim Direto na agência1 - Aguarde-se em cartório pelo prazo de validade do alvará judicial.
2 - Findo o prazo, a CPE deverá proceder com consulta em sistema pertinente objetivando constatar a existência de valores em conta judicial vinculada aos autos.
3 - Caso positivo, certifique-se e tornem os autos conclusos para determinação de transferência para a conta centralizadora.
4 - Do contrário, observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos definitivamente com as cautelas de praxe.
Publicação e registros automáticos.
Intimem-se. Cumpra-se.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7005369-19.2023.8.22.0014
Procedimento Comum Cível
AUTOR: GALLU PNEUS LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: RICARDO ALEXANDRE IDALGO, OAB nº SP189667
REU: V M CORDEIRO BORRACHARIA E LAVA JATO, CELSO MAZUTTI 8377, SALA 20 JARDIM ARAUCARIA - 76987-533 - VILHENA - RONDÔNIA
R$ 8.132,19
Decisão
Trata-se de incidente de personalidade jurídica e se processará nos termos do Capítulo IV, art. 133/137 do CPC.
Suspendo a ação monitória de n. 7010906-30.2022.8.22.0014, até decisão deste incidente (CPC, art. 134, §3º). Certifique-se naqueles autos.
Intime-se o requerente para, no prazo de 5 dias, comprovar o pagamento da diligência do oficia de justiça.
Após, cite-se a requerida, via oficial de justiça, para tomar conhecimento da ação e promover sua defesa no prazo de 15 dias, advertindo-a que se não contestarem será declarada sua revelia e serão presumidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (CPC, art. 344).
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMIAS ATOS DE EXPEDIENTES.
Vilhena,17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 0003056-30.2011.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Atos executórios
Polo Ativo: EXEQUENTE: C. P. L., CNPJ nº DESCONHECIDO, AV CELSO MAZUTTI 12372 NOVA VILHENA - 76980-970 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FERNANDO CESAR VOLPINI, OAB nº RO610A, ODAIR FLAUZINO DE MORAES, OAB nº RO115A, ELIAS MALEK HANNA, OAB nº RO356A, GREICIS ANDRE BIAZUSSI, OAB nº RO1542A
Polo Passivo: EXECUTADO: M. D. P. C. N. L. -. M., AV: LIBERDADE 2665 CENTRO - 76980-970 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 759,01
SENTENÇA
I. RELATÓRIO
Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial proposta por Charlene Pneus Ltda em face de M. DE P. COSTA NETO LOCACOES – ME, objetivando a cobrança de dívida.
Esgotadas as diligências aos sistemas informatizados disponíveis ao judiciário do juízo, não foram encontrados bens penhoráveis suficientes para quitação do débito.
O curso do processo foi suspenso pelo prazo de 1 (um) ano, com supedâneo no art. 921, inciso III, § 1º, do Código de Processo Civil.
Intimado a se manifestar acerca da prescrição, o exequente informou ciência da prescrição intercorrente.
Vieram os autos conclusos.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Para a contagem do prazo de prescrição intercorrente utiliza-se o entendimento consagrado na Súmula n. 150 do Supremo Tribunal Federal: “Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação”.
A duplicata se sujeita ao prazo prescricional de 3 (três) anos, nos termos do art. 18, inc. I, da Lei n. 5.474/1968.
A decisão que determinou a primeira suspensão do processo foi proferida no dia 16.04.2014, fundada no art. 921, inc. III, do Código de Processo Civil. A prescrição da pretensão executória teve por termo inicial o dia 16.04.2015, data do término da suspensão. Considerando que o prazo prescricional é de três (3) anos, tem-se que a pretensão executiva para o recebimento da duplicata está fulminada desde

16.04.2018, data em que se consumou a prescrição intercorrente.
Durante o período de suspensão do processo não houve a indicação efetiva da existência de bens para garantia do crédito, o que caracteriza a inércia do exequente.
Portanto, considerando que, desde a suspensão do feito já transcorreu prazo superior ao previsto para a pretensão executiva, o reconhecimento da prescrição é medida necessária.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, RECONHEÇO a ocorrência da prescrição intercorrente e EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO MÉRITO, nos termos do art. 924, inc. V, do Código de Processo Civil.
Sem custas nem honorários, nos termos do art. 921, § 5º, do Código de Processo Civil.
Proceda-se o cancelamento de eventual leilão ou praça, levantando-se a penhora do bem, se o caso.
Transitada em julgado a sentença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.
P.R.I.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 7011669-65.2021.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Distribuição: 09/11/2021
REQUERENTE: JOSE DE ABREU BIANCO, CPF nº 13609726920, RUA SEIS DE MAIO 657, - DE 645 A 953 - LADO ÍMPAR URUPÁ - 76900-195 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: RAYANNA DE SOUZA LOUZADA NEVES, OAB nº RO5349A, GIULIANO DOURADO DA SILVA, OAB nº RO5684, ALBERT SUCKEL, OAB nº RO4718
REQUERIDO: JOAO NACONECHNY JUNIOR, LINHA 130 SETOR 12, GLEBA CORUMBIARA - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 1.927,56
D E S P A C H O
1 - Cuida-se de cumprimento de Sentença.
2 - Intime-se o executado, por edital e por meio de seu curador especial (art. 513, § 2º, inc. IV, do CPC), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do valor devido de R$ 3.023,39 (três mil e vinte e três reais e trinta e nove centavos), sob pena de ser acrescido ao débito principal multa de 10% (dez por cento) e honorários de 10% (dez por cento), nos termos do artigo 523, § 1º do Código de Processo Civil.
2.1 - Ressalto ainda que, efetuado o pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante (art.523, § 2º). 2.2 - Caso advenha o pagamento integral no prazo acima assinalado, desde já fica determinado a expedição de alvará judicial ou ofício de transferência do valor incontroverso e após conclusos para sentença de extinção.
2.3 - Não havendo o pagamento ou irresignação do executado, intime-se o exequente para no prazo de 05 (cinco) dias se manifestar quanto ao prosseguimento do feito, mediante demonstrativo de débito atualizado, devendo recolher custas das diligências requeridas.
3 - Transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (art. 525, CPC).
4 - Apresentada a impugnação, intime-se o exequente a se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias.
6 - Após venham os autos conclusos para deliberação.
Serve a presente de EDITAL.
Prazo: 20 (vinte) dias.
Finalidade: INTIMAÇÃO de REQUERIDO: JOAO NACONECHNY JUNIOR, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do valor devido de R$ 3.023,39 (três mil e vinte e três reais e trinta e nove centavos), sob pena de ser acrescido ao débito principal multa de 10% (dez por cento) e honorários de 10% (dez por cento), nos termos do artigo 523, § 1º do Código de Processo Civil.
Advertência: Transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (art. 525, CPC).
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023 .
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7007972-07.2019.8.22.0014
Classe: Embargos à Execução
Assunto: Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução
Polo Ativo: EMBARGANTE: GUAPORE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 06067041000181, AVENIDA CELSO MAZUTTI 2965 JARDIM AMÉRICA - 76980-811 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EMBARGANTE: SILVANE SECAGNO, OAB nº RO5020
Polo Passivo: EMBARGADO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EMBARGADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

Valor da causa: R$ 395.783,88
DESPACHO
Como é sabido, na vigência do atual Código de Processo Civil é vedado ao juiz, em qualquer grau de jurisdição, decidir amparado em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício, a fim de evitar decisões surpresa (art. 10 do CPC).
Assim, intime-se o embargado para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar a respeito do peticionado no ID. 91353271.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 7007498-65.2021.8.22.0014
Classe: Monitória
Distribuição: 26/08/2021
AUTOR: EMERSON FURLAN DE OLIVEIRA, CPF nº 60196343291, RUA ANTÔNIO LOPES COELHO 3577 JARDIM AMÉRICA - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JEVERSON LEANDRO COSTA, OAB nº RO3134
REU: JOSE CARLOS CEVERIANO DA SILVA, CPF nº 86098101949, RUA ERMENEGILDO SABAINI 12 JARDIM VITÓRIA - 86184-240 - CAMBÉ - PARANÁ
ADVOGADO DO REU: AURELIO SEVERINO DE SOUZA FILHO, OAB nº PR47552
Valor da causa: R$ 46.820,73
D E S P A C H O
Intime-se o autor para, no prazo de 15 dias, comprovar nos autos os endossos dos cheques cobrados nos autos, uma vez que eles estão nominal a terceira pessoa (Catarina Furlan), que em tese, se trata da pessoa legitimada para figurar no polo ativo desta ação.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTES PARA OS DEVIDOS FINS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 7005218-29.2018.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Distribuição: 23/07/2018
EXEQUENTE: CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S. A., CNPJ nº 68318773000154, AVENIDA FERNANDO CORREA DA COSTA 1944 JARDIM KENNEDY - 78065-000 - CUIABÁ - MATO GROSSO
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARCELO BRASIL SALIBA, OAB nº AC5258, LUDOVICO ANTONIO MERIGHI, OAB nº MT905A, LEANDRO CESAR DE JORGE, OAB nº SP200651, JOSE LUIS SCARPELLI JUNIOR, OAB nº SP225735
EXECUTADO: IRINEU ALVES DE ALMEIDA, CPF nº 01822235901, RUA CAIAPÓS 4831, BAIRRO ALTO ALEGRE - ST 43 RESIDENCIAL ALTO DOS PARECIS - 76985-012 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 5.331,84
DECISÃO
Trata-se de ação de execução de título extrajudicial promovida por EXEQUENTE: CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S. A. em face de EXECUTADO: IRINEU ALVES DE ALMEIDA.
Houve o bloqueio de valores, conforme extrato do SISBAJUD id 90593691.
Instada, a parte executada se manifestou através do curador especial impugnando a penhora realizada (id 90763001).
Vieram-me os autos conclusos.
É o necessário. DECIDO.
Não obstante a impenhorabilidade de conta poupança com saldo inferior a 40(quarenta) salários mínimos, esta regra pode ser mitigada. Em homenagem ao princípio da razoabilidade, pode-se admitir penhora parcial de valor substancial a ser pago pelo devedor quando há indícios de movimentações atípicas nas contas bancárias do executado.
Incube ao executado comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis e comprometem suas necessidades básicas ou de sua família, ou mesmo que este seja o único meio de sobrevivência. Claramente, este não é o caso dos autos, visto que o valor está bloqueado há dois meses e o executado não veio aos autos provar a necessidade do desbloqueio. Deste modo, a ausência dessa prova induz à manutenção da penhora.
De outra sorte, mesmo na hipótese do bloqueio ter sido realizado em conta poupança, a movimentação atípica neste tipo de conta bancária, afasta o impenhorabilidade dos valores, de acordo com entendimento firmado pelo TJRO. Vejamos:
TJRO - Agravo de Instrumento. Cumprimento de sentença. Ação civil pública. Improbidade administrativa. Reparação de danos ao patrimônio público. Impugnação à penhora. Rejeição. Valores depositados em conta-poupança. Impenhorabilidade. Movimentações atípicas. Recurso não provido. São impenhoráveis, como regra geral, confirmada em sede de recurso repetitivo, as verbas de caráter alimentar, a exemplo dos vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria e pensões, entre outras. Igualmente impenhoráveis os valores depositados em caderneta de poupança, fundos de investimento e outras modalidades de aplicações poupadas pelo devedor, observado o limite de quarenta salários-mínimos (art. 833, X, do CPC). In casu, considerando a quantia depositada nas

contas bancárias do agravante, com indícios de várias movimentações atípicas na conta-poupança que afastam o caráter de impenhorabilidade, bem como nada havendo que indique que dela necessita urgentemente para sobreviver, não havendo provas de que os recursos advieram de verbas alimentícias, não há o que se falar em impenhorabilidade. De outro giro, não tendo se desincumbido o recorrente do ônus de demonstrar, de maneira inequívoca, que uma parte dos valores bloqueados da conta-corrente na Caixa Econômica Federal pertence à sua genitora, não há razão para o desbloqueio de tais valores da conta-corrente do executado, devendo ser mantida in totum a decisão agravada. (AGRAVO DE INSTRUMENTO 0801053-62.2021.822.0000, Rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Especial, julgado em 11/11/2021).

Ademais, a possibilidade de penhora de verbas salariais ou saldo de poupança deve ser levada em confronto aos valores atinentes ao princípio da dignidade humana e o da razoabilidade. Desta feita, é importante, nos casos concretos postos em discussão, averiguar se a penhora da verba eventualmente trará prejuízos ao sustento e manutenção do devedor e de sua família, permitindo, assim, que o negócio firmado anteriormente entre as partes seja cumprido, atingindo a efetividade que a própria sociedade espera dele. Nesta perspectiva, é de se considerar ainda o valor da dívida para manutenção da penhora realizada, visto que é necessário valor abaixo de 40 salários mínimos para adimpli-la.

Ante ao exposto, REJEITO a impugnação à indisponibilidade de valores apresentada, por não vislumbrar hipótese de impenhorabilidade, conforme art. 833, X, do Código de Processo Civil e, via de consequência, CONVERTO a indisponibilidade de valores em penhora, sem necessidade de lavratura de termo, nos termos do art. 854, § 5º, do CPC e, via de consequência, na data de hoje, determinei à instituição financeira via SISBAJUD que procedesse com a transferência dos valores para a conta judicial vinculada aos autos.

Intime o exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar em termos de prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito e informando dados para expedição de alvará judicial

Com o transcurso do prazo de recurso e manifestação do exequente, voltem conclusos para expedição de alvará e prosseguimento do feito.

SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTES PARA OS DEVIDOS FINS.

Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.

Christian Carla de Almeida Freitas

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO

Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt

Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena

Número do processo: 7000250-48.2021.8.22.0014

Classe: Procedimento Comum Cível

Assunto: Compra e Venda

Polo Ativo: AUTOR: GLEIZILANDRE DELANEI DE SALES, CPF nº 75548518291, RUA PIONEIRO EUCLIDES GARCIA 1495 VILA VERDE - 76960-490 - CACOAL - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO AUTOR: ARTHUR NOGUEIRA PRADO, OAB nº RO10311, FELIPE NADR ALMEIDA EL RAFIHI, OAB nº RO6537, MATHEUS FIGUEIRA LOPES, OAB nº RO6852, RAFAEL BALIEIRO SANTOS, OAB nº RO6864

Polo Passivo: REU: ANA AUGUSTO SATHLER MOREIRA, CPF nº 36920649268, AGC GUAPORÉ, LINHA 105 KAPA 34 PARA 36, GLEBA CORUMBIARA CENTRO - 76990-973 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA, SEBASTIAO DE ARAUJO MOREIRA, CPF nº 56421966691, AGC GUAPORÉ, LINHA 105 KAPA 34 PARA 36, GLEBA CORUMBIARA CENTRO - 76990-973 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA

ADVOGADO DOS REU: HANDERSON SIMOES DA SILVA, OAB nº RO3279

Valor da causa: R$ 400.000,00

DECISÃO

Trata-se de cumprimento de sentença manejado por Gleizilandre Delanei de Sales em face de Sebastião de Araújo Moreira e Ana Augusto Moreira, em que requereu a intimação do executado para pagar a quantia de R$39.038,87 (trinta e nove mil, trinta e oito reais e oitenta e sete centavos).

Intimado, o exequente comprovou o depósito de R$30.860,47 (trinta mil, oitocentos e sessenta reais e quarenta e sete centavos), justificando que não eram devidos os valores referentes a multa de 15% e honorários de execução.

Não assiste razão a parte executada quanto a alegação de inadequação da cobrança de 15% de multa, visto que ela está expressamente fixada no acordo realizado entre as partes. A multa é devida justamente em razão do pagamento das parcelas sem a atualização nos termos do acordo. Entretanto, lhe assiste razão quando afirma indevidos o pagamento dos honorários advocatícios naquele momento, visto que estes são devidos apenas quando escoado o pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do Código de Processo Civil, nos termos do parágrafo 1º do mesmo artigo.

Sendo assim, considerando que agora já transcorreu o prazo para pagamento e o exequente não apresentou impugnação de acordo com os requisitos estabelecidos do artigo 525 do CPC, limitando-se a apresentar simples petição, deverá pagar multa e honorários no percentual de 10%, a contar do dia posterior ao último dia de prazo para pagamento voluntário, além de 15% dos R$30.860,78 (trinta mil, oitocentos e sessenta reais e setenta e oito centavos) relacionamos a multa pelo descumprimento do acordo devidamente atualizado nos termos mencionados no acordo.

Deste modo, homologo o valor mencionado na petição de id 90910267, visto adequados conforme acima elucidado.

Por intermédio da publicação automática, intime-se o executado a comprovar o pagamento de R$ 8.178,09 (oito mil, cento e setenta e oito reais e nove centavos), no prazo de 15 (quinze) dias.

Após, intime o exequente para se manifestar, informando dados para expedição de alvará eletrônico para transferência: Nome do beneficiário, Banco, agência, número da Conta bancária, corrente ou poupança e CPF ou CNPJ.

Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.

Christian Carla de Almeida Freitas

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7004206-09.2020.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Polo Ativo: EXEQUENTE: ROSIVANIA SOARES DOS SANTOS, RUA SETECENTOS E VINTE E OITO 2540 MARCOS FREIRE - 76981-160 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: EXECUTADO: NELSON LAZARO DE AGUIAR, AVENIDA DAS ORQUÍDEAS 2420 S-35 - 76983-238 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 1.045,00
DECISÃO
Considerando que a prefeitura municipal de Cerejeiras recusou o fornecimento da documentação solicitada pela requerente, determino a intimação do requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar a juntada da Certidão de Inteiro Teor do respectivo imóvel.
Após, expeça-se carta precatória para penhora avaliação do imóvel situado na Rua Amapá, n.º 1600, Centro, Cerejeiras/RO.
Junte-se a referida certidão de inteiro teor ao expediente.
Intime-se a parte executada (art. 841 CPC), bem como o cônjuge, se houver, para, querendo, embargar a penhora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 917, § 1º, CPC/2015).
Com a juntada do auto de penhora devidamente cumprido, tornem conclusos para registro/averbação da penhora junto à matrícula do imóvel, nos moldes do Provimento n.º 021/2015-CG e Despacho CGJ n.º 1913/2017.
Havendo impugnação, intime-se a exequente em quinze dias.
Após, intime-se a parte exequente, para no prazo de 05 (cinco) dias manifestar-se quanto à penhora, bem como para informar se pretende a HASTA PÚBLICA, ADJUDICAÇÃO OU A LIBERAÇÃO DO BEM, sob pena de liberação da constrição e extinção do feito. Decorrido tal prazo, sem manifestação da parte exequente, renove-se a conclusão.
Caso a parte exequente requeira a hasta pública, tornem conclusos para designação de leilão judicial.
Intime-se o executado (art. 889, I, CPC/2015).
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7012420-52.2021.8.22.0014
Classe: Execução Extrajudicial de Alimentos
Assunto: Fixação
Polo Ativo: EXEQUENTES: S. A. D. O., CPF nº 96831391249, AVENIDA LAURIVAL CLAUDIO MACHADO 1204, CASA 01 CRISTO REI - 76983-424 - VILHENA - RONDÔNIA, A. F. O. D. N., CPF nº DESCONHECIDO, AVENIDA LAURIVAL CLAUDIO MACHADO 1204, CASA 1 CRISTO REI - 76983-424 - VILHENA - RONDÔNIA, H. G. O. D. N., CPF nº DESCONHECIDO, AVENIDA LAURIVAL CLAUDIO MACHADO 1204, CASA 1 CRISTO REI - 76983-424 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: SAMUEL RIBEIRO MAZURECHEN, OAB nº RO4461A
Polo Passivo: EXECUTADO: F. D. N., CPF nº 95144102204, RUA DOM PEDRO PRIMEIRO 1720 CENTRO - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 53.640,70
DESPACHO
A parte executada não concorda com a contraproposta feita pela parte exequente. Portanto, os autos deverão prosseguir com as medidas de expropriação.
Por intermédio da publicação automática, fica intimado o exequente por meio do seu advogado constituído nos autos para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar pelo prosseguimento do feito, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485, inciso III, do Código do Processo Civil.
Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

Autos n. 7009838-79.2021.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Execução de Título Extrajudicial
Protocolado em: 04/10/2021
EXEQUENTE: MEZZOMO E COSTA ADVOGADOS ASSOCIADOS, RUA CORBÉLIA 695, LOTE JARDIM AMÉRICA - 76980-710 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FLAVIO CHRISTMANN REIS, OAB nº DF26118
EXECUTADO: DELTA DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MINERIOS LTDA, RUA FORTALEZA 2162, - ATÉ 2236/2237 SETOR 03 - 76870-505 - ARIQUEMES - RONDÔNIA

ADVOGADO DO EXECUTADO: MARCO VINICIUS DE ASSIS ESPINDOLA, OAB nº RO4312
D E C I S Ã O
Trata-se de exceção de pré-executividade apresentada por EXECUTADO: DELTA DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MINERIOS LTDA contra EXEQUENTE: MEZZOMO E COSTA ADVOGADOS ASSOCIADOS, alegando, em síntese, a falta de interesse de agir ante o pagamento do débito que entende devido, esclarecendo que o contrato de prestação de serviços de assessoramento jurídico teve fim no ano de 2019, por ajustamento entre as partes. Argumentou sobre a nulidade da cláusula de prorrogação do contrato, ante a ausência de prestação de serviços pela exequente. Informou ainda, que realizou representação criminal ao Ministério Público, referente a má prestação de serviços, bem como que devolva valores recebidos indevidamente em um processo de execução. Juntou documentos.
O exequente impugnou a alegação do executado, informando que o contrato ainda não foi extinto, pois até nos dias atuais presta serviços à executada, em autos que tramita em outros Juízos. Esclareceu que a representação criminal diz respeito a pessoa física e não a empresa contratada e não diz respeito ao contrato ora executado.
É o necessário. Decido.
A exceção de pré-executividade merece ser rejeitada de plano.
Explico:
A exceção de pré-executividade se trata de criação doutrinária e serve para a suscitação de questões que devam ser conhecidas de ofício pelo juiz, como as atinentes à liquidez do título executivo, os pressupostos processuais e as condições da ação executiva, bem como a prescrição e a decadência, cujo reconhecimento não demanda dilação probatória.
A jurisprudência do TJ/RO sobre o tema assim diz:
Agravo de Instrumento. Cumprimento de sentença. Exceção de pré-executividade. Nulidade do título judicial. Julgamento extra petita. Preclusão. Rediscussão de mérito. Rejeição. Mantida. A exceção de pré-executividade é uma construção doutrinária, aceita pela jurisprudência, somente cabível quando configurada flagrantemente a nulidade da execução, sem a necessidade de dilação probatória, uma vez que exige prova pré-constituída. Constatado que os executados, sob o pretexto de nulidade na sentença, pretendem, na verdade, rediscutir o título judicial, contra o qual não recorreram, deve ser mantida a decisão agravada que rejeitou a exceção. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0810016-25.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 20/03/2023
Agravo de instrumento. Exceção de pré-executividade. Necessidade de dilação probatória. Rejeição da exceção. Decisão mantida. Recurso desprovido. Rejeita-se a exceção de pré-executividade quando a matéria alegada demanda dilação probatória. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0803844-67.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 09/03/2023
A exceção de pré-executividade apresentada pelo executado nos autos, demanda dilação probatória, pois imprescindível a instrução processual para se averiguar eventual nulidade da cláusula contratual de prorrogação do contrato e se ele, de fato, foi encerrado no ano de 2019, ou se ele ainda está vigente ante a alegação do exequente de que ainda continua prestando seus serviços advocatícios nos autos que tramitam em outro Juízo.
Ante ao exposto, REJEITO a exceção de pré-executividade apresentada por EXECUTADO: DELTA DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MINERIOS LTDA, tendo em vista a impossibilidade de reconhecimento de ofício por este julgador, da nulidade de cláusula contratual e adimplemento do débito, sob a alegação de que o contrato teve fim no ano de 2019.
No mais, intime-se o exequente para, no prazo de 15 dias, requerer o quê entender de direito, sob pena de suspensão do processo.
Intimem-se.
Pratique-se o necessário.
Vilhena,RO, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7011502-14.2022.8.22.0014
Classe: Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Polo Ativo: REQUERENTE: H. D. C., CPF nº 06671657203, RUA SANTO ANTÔNIO 15 CENTRO - 78579-000 - ITANHANGÁ - MATO GROSSO
ADVOGADO DO REQUERENTE: GUERIQUE BARALDI, OAB nº MT25758O
Polo Passivo: REQUERIDO: M. D. F. F., CPF nº 86111183168, RUA MAJOR ALDAIR sn, QUADRA 19 LOTE 11 3 ETAPA JARDIM DAS AMÉRICAS 3ª ETAPA - 75071-220 - ANÁPOLIS - GOIÁS
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 15.194,70
DECISÃO
Trata-se de pedido de citação por meio do aplicativo WhatsApp.
O pedido formulado pelo exequente já foi indeferido pelo juízo, nos termos da decisão no ID. 87974660.
Como exposto na aludida decisão, não ignora-se que o Direito, como ramo das ciências sociais, deve acompanhar a evolução da sociedade e, em respeito aos princípios da efetividade e celeridade, o formalismo cede espaço para soluções inovadores, bem como que a Lei 14.195/2021 deu nova redação ao art. 246 do CPC estabelecendo que a citação será preferencialmente por meio eletrônico.
Contudo, referido artigo, dispõe que a citação por meio eletrônico, será realizada utilizando como base os endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Conselho Nacional de Justiça, do que deflui a necessidade de expressa anuência, com a indicação do endereço eletrônico pelo citando, que deverá confirmar o recebimento, sob pena de realizar-se a citação pelos meios convencionais (art. 246, § 1º, CPC).
Assim, reiterar pedido que já houve decisão à respeito, não contribui para o andamento processual.

Fica a parte exequente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito, sob pena de extinção.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7005965-42.2019.8.22.0014
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Polo Ativo: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE VILHENA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
Polo Passivo: EXECUTADO: ANGELICA DOMINGUES DE OLIVEIRA, CPF nº 01061888797, RUA NELSON TREMEIA 213 CENTRO (S-01) - 76980-164 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: JOSEMARIO SECCO, OAB nº RO724A
Valor da causa: R$ 43.316,09
DECISÃO
Acolho o pedido de id.91648206 e, por conseguinte, declaro prejudicado os Embargos de Declaração de id. 91351742.
1- Expeça-se mandado de penhora, avaliação e depósito do veículo MMC/PAJERO TR4 FLEX, placa NDQ9295, Renavam 00979699380, que se encontram em posse da executada e podendo ser localizada por meio de seus advogados (Josemário Secco, inscrito na OAB/RO 724, e Anderson Ballin, inscrito na OAB/RO 5568, com escritório profissional na Av. Capitão Castro, n. 3446, Centro, na cidade de Vilhena-RO)
1.1- Efetuada a penhora, deverá o oficial de justiça intimar o exequente através de seu advogado para promover a remoção do bem, que ficará a seu depósito até que sobrevenha decisão judicial. Deverá o sr. oficial de justiça advertir o depositária acerca das obrigações de conservação e proteção da coisa depositada.
2- No ato da penhora, intime-se o executado para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias apresentar Embargos à Penhora.
2.1- Decorrido o prazo e não havendo impugnação, venham os autos conclusos.
Pratique-se o necessário.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 7000388-83.2019.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Distribuição: 25/01/2019
EXEQUENTE: NEREIDE MARQUES DE ALMEIDA, CPF nº 71333266200, A ESTRADA RURAL S/N, ESTANCIA DUAS IRMÃS S/N ZONA RURAL - 78243-000 - NOVA LACERDA - MATO GROSSO
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ALEX ANDRE SMANIOTTO, OAB nº RO2681A, FERNANDO VALDOMIRO DOS REIS, OAB nº RO7133A
EXECUTADO: JAIR NATAL DORNELAS, CPF nº 34949917234, AVENIDA BENNO LUIZ GRAEBIN 4155 JARDIM AMÉRICA - 76980-714 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 21.645,32
D E S P A C H O
Os embargos de terceiros de n. 7005160-50.2023.8.22.0014, foram recebidos com efeitos suspensivos, de modo que não será possível, por ora, a efetivação dos demais atos de expropriação sobre o veículo penhorado.
Assim, intime-se o exequente para, no prazo de 15 dias, indicar novos bens à penhora e requerer o quê entender de direito, sob pena de suspensão e arquivamento do processo.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTES PARA OS DEVIDOS FINS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7004938-82.2023.8.22.0014
Classe: Carta Precatória Cível
Assunto: Atos executórios
Polo Ativo: TRANSPORTES F2 LTDA

ADVOGADO DO DEPRECANTE: IVO BARBOSA NETTO, OAB nº MS19609
Polo Passivo: L L SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA
REPRESENTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 269.378,84
DESPACHO
1- Recebo a Carta Precatória.
2 - Cumpra-se a Carta Precatória, servindo a cópia como mandado.
3 - Após, cumprido o ato, devolva-se à origem com nossos cumprimentos.
4 - Tendo em vista o caráter itinerante das Cartas Precatórias, caso o Oficial de Justiça certifique que a pessoa a ser citada/intimada tenha mudado de endereço e indique o atual, fica desde já determinado, independentemente de nova deliberação, a remessa da presente carta ao juízo da comarca a que se referir o novo endereço, com as baixas e anotações necessárias.
4.1 - Nesse caso, deverá a escrivania, ainda, comunicar ao juízo deprecante quanto a remessa.
5 - Determino também, desde já, a devolução da Carta Precatória à origem, caso o Oficial de Justiça certifique que não localizou a pessoa em questão e não decline novo endereço.
6 - Cumpra-se. Expeça-se o necessário.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7000617-04.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Contribuição sobre Nota Fiscal de Execução de Serviços
Polo Ativo: AUTOR: EVERMAX SOLUCOES EM PRODUTOS E SERVICOS, CNPJ nº DESCONHECIDO, ÁREA RURAL 77 ÁREA RURAL DE VILHENA - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CLAYTON DA COSTA MOTTA, OAB nº MT14870
Polo Passivo: REU: SEFIN-RO - SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, AVENIDA FARQUAR 2986, EDIFÍCIO JAMARY (C.P.A.) CURVO III, 6 ANDAR PEDRINHAS - 76801-330 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, Estado de Rondônia
ADVOGADOS DOS REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 170.572,52
DESPACHO
Intime-se a parte autora para se manifestar em réplica ou impugnação, no prazo de 15 dias (Art. 350, do CPC).
Em seguida, intimem-se as partes para especificar as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, em 5 dias.
Expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006934-18.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Incapacidade Laborativa Parcial
Polo Ativo: AUTOR: REGINALDO MARTINS DE SOUZA, CPF nº 93382359200, LINHA 165 KM 5 sn, PEROBAL ZONA RURAL - 76989-000 - NOVA CONQUISTA (VILHENA) - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ELIANE BACK, OAB nº RO7547A
Polo Passivo: REU: I., AV. CAMPOS SALES 3132 CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 104.248,09
DESPACHO
Concedo os benefícios da justiça gratuita ao autor, porquanto há elementos nos autos que comprovam o seu estado de hipossuficiência.
Trata-se de ação previdenciária para concessão de benefício previdenciário (auxílio acidente/doença funcional) c/c tutela de antecipação da tutela ajuizada por AUTOR: REGINALDO MARTINS DE SOUZA em desfavor de REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
Da perícia médica.
1 - Considerando a Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de Dezembro de 2015 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a adoção de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários de auxílio-acidente e dá outras providências, desde logo determino a realização de prova pericial médica.
2 - Para a realização da perícia médica, na forma do art. 465, do CPC, independente de termo, nomeio o Dr. Vagner Hoffmann, médico cadastrado junto a este Tribunal de Justiça.
2.1 - Fixo os honorários periciais no valor de R$ 484,75 (quatrocentos e oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), na forma da Instrução Conjunta n. 009/2021 TJRO - PR - CGJ, atualizada pelo IPCA-E conforme tabela da contadoria judicial carreada nos autos de

referência n. 7003923-12.2022.8.22.0015/Comarca de Guajará-Mirim/RO, em conformidade com a Resolução CJF 305/2014, os quais serão custeados pela parte ré, devendo ser expedido o RPV e/ou intimando a ré para pagamento.
2.2 - A intimação do perito será por meio do sistema PJE e/ou e-mail cadastrado em cartório, para dizer se aceita o encargo e, em caso positivo, informar a data, o horário e o local para realização da perícia, com prazo mínimo de antecedência de 30 (trinta) dias para possibilitar a intimação das partes.
2.3 - O laudo deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias.
2.4 - O(A) perito(a) nomeado(a) responderá aos quesitos padrão anexos à Portaria Conjunta 01/2014, cuja cópia dos quesitos constantes no anexo I e II da Portaria. Devendo ser respondido de acordo com o benefício pleiteado:
QUESITOS ESPECÍFICOS: AUXÍLIO-ACIDENTE
Quesitos específicos para as hipóteses de pedido de auxílio-acidente ou nos casos em que o autor já recebe auxílio-acidente e pretende o recebimento de auxílio-doença:
a) O(a) periciado(a) é portador de lesão ou perturbação funcional que implique redução de sua capacidade para o trabalho? Qual?
b) Se houver lesão ou perturbação funcional, decorre de acidente de trabalho ou de qualquer natureza? Em caso positivo, indique o agente causador ou circunstancie o fato, com data e local, bem como indique se o(a) periciado(a) reclamou assistência médica e/ou hospitalar.
c) O(a) periciado(a) apresenta sequelas de acidente de qualquer natureza, que causam dispêndio de maior esforço na execução da atividade habitual?
d) Se positiva a resposta ao quesito anterior, quais são as dificuldades encontradas pelo(a) periciado(a) para continuar desempenhando suas funções habituais? Tais sequelas são permanentes, ou seja, não passíveis de cura?
e) Houve alguma perda anatômica? Qual? A força muscular está mantida?
f) A mobilidade das articulações está preservada?
g) A sequela ou lesão porventura verificada se enquadra em alguma das situações discriminadas no Anexo III do Decreto 3.048/1999?
h) Face à sequela, ou doença, o(a) periciado(a) está: a) com sua capacidade laborativa reduzida, porém, não impedido de exercer a mesma atividade; b) impedido de exercer a mesma atividade, mas não para outra; c) inválido para o exercício de qualquer atividade?
3 - Como os quesitos padrão foram elaborados contemplando todas as situações possíveis, indefiro os quesitos já formulados pelas partes (se estiverem nos autos) ou os que as partes apresentarem no prazo do art. 465, § 1º, do NCPC, por entender que o laudo a ser apresentado, respondendo aos quesitos padrão é suficiente para esclarecimento da causa.
4 - Na forma do art. 465, § 1º, inciso II, do Código de Processo Civil, as partes devem ser intimadas para indicarem, querendo, assistentes técnicos no prazo de 15 (quinze) dias, ficando desde já as partes intimadas a comparecer à perícia designada.
Com a juntada do laudo médico pericial, DETERMINO:
5 - CITE-SE a ré, observando-se o prazo de contestação de 30 (trinta) dias (art. 183, CPC), sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pelo autor e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344 do CPC, que assim dispõe: “Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.”
6 - Havendo contestação com alegações de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor ou qualquer de matérias enumeradas no art. 337, do CPC, abra-se vista à parte autora para réplica, no prazo de 15 (quinze dias).
Caso as partes desejam a inclusão deste processo em pauta própria para sessão de conciliação/mediação, retornem os autos conclusos para designação de audiência junto ao setor de conciliação (art. 334 do CPC), no prazo de 15 (quinze) dias.
Tudo cumprido, tornem os autos conclusos.
Serve a presente de CARTA/MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 0037676-10.2007.8.22.0014
Classe: Embargos à Execução
Assunto: 1/3 de férias, Acidente de Trânsito, Veículo de Turista Comunitário MERCOSUL
Polo Ativo: AUTOR: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: REU: METALFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº DESCONHECIDO
ADVOGADO DO REU: SAMUEL RIBEIRO MAZURECHEN, OAB nº RO4461A
Valor da causa: R$ 18.044,20
DESPACHO
Intime-se o exequente para atualizar o débito em 15 (quinze) dias.
Após, expeça-se mandado de penhora e avaliação dos imóveis denominados: a) Lote Urbano 5 da Quadra 76 do Setor 5 e Lote Urbano 14 da Quadra 76 do Setor 5, ambos em Vilhena/RO.
Intimem-se as partes da decisão.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 7006308-72.2018.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença

Distribuição: 30/08/2018
REQUERENTE: ANA PAULA NICHEL, CPF nº 00471731226, RUA OITO MIL E TRÊS 8188, RUA 8004 RESIDENCIAL ALVORADA - 76985-888 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: AMANDA SETUBAL RODRIGUES, OAB nº RO9164, TATIANE GUEDES CAVALLO BAPTISTA, OAB nº RO6835, HELIO DANIEL DE FAVARE BAPTISTA, OAB nº RO4513A, BRUNA DE LIMA PEREIRA, OAB nº RO6298
REQUERIDO: FLAVIO L ALVES CONSTRUTORA EIRELLI EPP, CNPJ nº 00953493000184, AVENIDA RONDÔNIA 3753 PARQUE INDUSTRIAL NOVO TEMPO - 76982-166 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: VALDINEI LUIZ BERTOLIN, OAB nº RO6883, LEANDRO MARCIO PEDOT, OAB nº RO2022A
Valor da causa: R$ 10.700,00
D E S P A C H O
INDEFIRO a intimação das herdeiras quanto a renúncia da procuração, uma vez que incumbe ao advogado providenciar tal diligência, com fundamento no art. 112, do CPC.
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 5 dias, se manifestar quanto a informação do falecimento do proprietário da executada.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTES PARA OS DEVIDOS FINS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 0045598-49.2000.8.22.0014
Cumprimento de sentença
EXEQUENTES: Luciano da Silva, BEATRIZ DA SILVA, CRISTIANO DA SILVA, Maria Cristina da Silva, MARIA JOSE FELIX DA SILVA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: ROBERTO BERTTONI CIDADE, OAB nº MT24773B, CARLA FALCAO SANTORO, OAB nº MG76571B, PRISCILA SAGRADO UCHIDA, OAB nº RO5255
EXECUTADO: SEBASTIAO BEARIS NETO, BRASIL 5723 SETOR 4 - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
VALOR DA CAUSA: R$ 288.000,00
DESPACHO
Intime-se o executado via sistema, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias (CPC/2015, art. 535).
Não havendo manifestação, expeça-se RPV , e aguarde-se o pagamento no arquivo.
No caso de impugnação, intime-se a exequente para, no prazo de 15 dias, se manifestar.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7003689-67.2021.8.22.0014
Classe:Execução de Título Extrajudicial
Protocolado em: 24/05/2021
EXEQUENTE: FOX PNEUS LTDA, AVENIDA MARECHAL RONDON 7940 PARQUE INDUSTRIAL TANCREDO NEVES - 76987-832 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: HAROLDO LOPES LACERDA, OAB nº RO962, VERONICA VERGINIA DOMINGOS RIOS LACERDA, OAB nº RO5165
EXECUTADO: MATHEUS ZILLI GONCALVES, RUA DOM PEDRO SEGUNDO 4974 CENTRO (5º BEC) - 76988-076 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 14.938,60
DESPACHO
Proceda-se com a penhora e avaliação do veículo indicado pelo exequente via oficial de justiça, depositando-se o bem com o gerente da exequente qualificado no Id n. 91428048, intimando-se as partes. O oficial de justiça deverá contatar o depositário para acompanhar a diligência
Bem a ser penhorado: CAMINHÃO TRATOR – MARCA/MODELO 339066 - VW/ 25370 CLM T 6 x 2 importado, PLACA NDZ9602/RO - RENAVAM 964217295, ANO MODELO 2008
Sirva este despacho como MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E INTIMAÇÃO.
Vilhena,RO, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7005098-78.2021.8.22.0014
Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO JURUENA SICREDI UNIVALES MT

ADVOGADO DO EXEQUENTE: GERSON DA SILVA OLIVEIRA, OAB nº MT8350O
EXECUTADO: PEDRO LEANDRO DA SILVA FILHO
VALOR DA CAUSA: R$ 84.511,28
DESPACHO
No que concerne ao pedido formulado pela parte credora de penhora sobre salário, é necessário salientar que a segunda turma do Superior Tribunal de Justiça "no tocante à impenhorabilidade preconizada no art. 649, IV, do CPC/1973, pacificou o entendimento de que a referida impenhorabilidade comporta exceções, como a que permite a penhora nos casos de dívida alimentar, expressamente prevista no parágrafo 2º do mesmo artigo, ou nos casos de empréstimo consignado, limitando o bloqueio a 30% (trinta por cento) do valor percebido a título de vencimentos, soldos ou salários.
Em situações excepcionais, admite-se a relativização da regra de impenhorabilidade das verbas salariais prevista no art. 649, IV, do CPC/73, a fim de alcançar parte da remuneração do devedor para a satisfação do crédito não alimentar, preservando-se o suficiente para garantir a sua subsistência digna e a de sua família". (RECURSO ESPECIAL Nº 1.741.001 - PR (2018/0112887-6) RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN). Neste sentido:
PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA. RELATIVIZAÇÃO DA REGRA DA IMPENHORABILIDADE. 1. Ação de cobrança, em fase de cumprimento de sentença, de que foi extraído o presente recurso especial, interposto em 12/12/2012 e concluso ao Gabinete em 25/08/2016. 2. O propósito recursal é decidir sobre a possibilidade de penhora de 30% (trinta por cento) de verba recebida a título de aposentadoria para o pagamento de dívida de natureza não alimentar. 3. Quanto à interpretação do art. 649, IV, do CPC/73, tem-se que a regra da impenhorabilidade pode ser relativizada quando a hipótese concreta dos autos permitir que se bloqueie parte da verba remuneratória, preservando-se o suficiente para garantir a subsistência digna do devedor e de sua família. Precedentes. 4. Ausência no acórdão recorrido de elementos concretos suficientes que permitam afastar, neste momento, a impenhorabilidade de parte dos proventos de aposentadoria do recorrente. 5. Recurso especial conhecido e parcialmente provido. (REsp 1394985/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 22/06/2017).
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. AFERIÇÃO QUANTO À ESSENCIALIDADE DO DOCUMENTO. REEXAME NECESSÁRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA DE PROVENTOS DE SALÁRIO. RELATIVIZAÇÃO DA REGRA DA IMPENHORABILIDADE. TRIBUNAL A QUO RECONHECEU QUE A CONSTRIÇÃO DE PERCENTUAL DE SALÁRIO VISA GARANTIR A EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO E NÃO COMPROMETE A SUBSISTÊNCIA DIGNA DO RECORRENTE. ALTERAÇÃO DO JULGADO. SÚMULA 7/STJ. 1. O STJ também possui orientação no sentido de que o Agravo de Instrumento deve ser formado com as peças essenciais à compreensão da controvérsia, além das qualificadas como obrigatórias pela norma processual (art. 525 do CPC). 2. Contudo, a alteração do entendimento da instância ordinária quanto à necessidade da documentação não trasladada mostra-se inviável, ante o óbice da Súmula 7/STJ. 3. No mais, o propósito recursal é definir se, na hipótese, é possível a penhora de 30% (trinta por cento) do salário do recorrente para o pagamento de dívida de natureza não alimentar. 4. No tocante à impenhorabilidade preconizada no art. 649, IV, do CPC/1973, o STJ pacificou o entendimento de que a referida impenhorabilidade comporta exceções, como a que permite a penhora nos casos de dívida alimentar, expressamente prevista no parágrafo 2º do mesmo artigo, ou nos casos de empréstimo consignado, limitando o bloqueio a 30% (trinta por cento) do valor percebido a título de vencimentos, soldos ou salários. 5. Em situações excepcionais, admite-se a relativização da regra de impenhorabilidade das verbas salariais prevista no art. 649, IV, do CPC/73, a fim de alcançar parte da remuneração do devedor para a satisfação do crédito não alimentar, preservando-se o suficiente para garantir a sua subsistência digna e a de sua família. 6. Na espécie, em tendo a Corte local expressamente reconhecido que a constrição de percentual de salário do recorrente visa garantir a efetividade da execução e não compromete a sua subsistência digna, inviável mostra-se a alteração do julgado, uma vez que, para tal mister, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, inviável ao STJ em virtude do óbice de sua Súmula 7. 7. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1741001/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 26/11/2018)
O Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia, seguindo o entendimento da jurisprudência da 2ª Turma do Eg. STJ, adota a posição de que a penhora mensal de salário é cabível, desde que ocorra em percentual que não comprometa o sustento do devedor e não implique em ofensa ao princípio constitucional da dignidade humana. Neste sentido, transcrevo trecho de julgado do TJ-RO, sob relatoria do Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia (Agravo de Instrumento 0005198-78.2013.8.22.0000, julgado em 27/06/2013, bem como Agravo de Instrumento n. 100.001.2004.007052-1.Rel. Des. Miguel Monico Neto):
"Ao tratar da penhora de valores de salário, esta Corte adotou a posição de que isso é possível desde que seja feito em percentual que não comprometa o sustento do devedor e não implique em ofensa ao princípio constitucional da dignidade humana."
AGRAVO DE INSTRUMENTO. SALÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. IMPENHORABILIDADE. DIFERENÇAS PRETÉRITAS. PENHORA PARCIAL. POSSIBILIDADE. Aplicação do princípio da razoabilidade. A regra da impenhorabilidade do salário visa a manutenção da sobrevivência digna da pessoa. Entretanto não há que se falar em impenhorabilidade de diferenças apuradas em verbas pretéritas, ainda que de natureza salarial, quando tais diferenças foram despiciendas para a mantença. Conquanto caracterizada a natureza salarial, em homenagem ao princípio da razoabilidade, pode-se admitir penhora parcial de valor substancial a ser recebido pelo devedor (servidor público federal) como diferenças pretéritas, desde que não prejudique sua sobrevivência e de sua família (Agravo de Instrumento n. 100.001.2004.007052-1.Rel. Des. Miguel Monico Neto). (…)
Acredito que o pensamento relativamente à penhora de percentual de salário do devedor precisa evoluir, notadamente, considerando as recentes alterações feitas no processo civil que prestigiam o direito do credor receber o que é seu por direito, e o consequente cumprimento das obrigações assumidas pelas pessoas buscando afastar o arrastamento por anos de ações de execução e cobrança. É preciso buscar o equilíbrio entre a possibilidade de subsistência da parte executada e dar efetividade à execução, garantindo, assim, a prestação da atividade jurisdicional e o direito da parte exequente.
Tanto é assim que a expressão utilizada nas disposições do artigo 833, IV, do CPC/2015, com a redação dada pela Lei n. 13.105/2015, trata de quantias "destinadas ao ", o que evidencia um entendimento sustento do devedor e sua família mais liberal acerca daquilo que, efetivamente, foge ao alcance da constrição judicial.
O objetivo primordial da função social do art. 833 do CPC é evitar a retenção salarial abusiva, pois tem o salário o escopo de garantir a sobrevivência digna do indivíduo. Assim, em homenagem ao princípio da dignidade da pessoa humana e em atenção à regra da impenhorabilidade pela função social, não se deve permitir descontos de valores que inviabilizam a sobrevivência digna do devedor.
Neste sentido são os seguintes julgados do Eg. TJ/RO: AI 0800151-51.2017.8.22.0000, rel. Des. Isaías Fonseca Moraes, julgado em 10/05/2017; AI 0800784-62.2017.8.22.0000, rel. Des. Kiyochi Mori, julgado em 25/05/2017; AI 0804039-62.2016.8.22.0000, rel. Juiz

Carlos Augusto Teles Negreiros, julgado em 05/04/2017; AI 0803607-43.2016.8.22.0000, rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, julgado em 07/12/2016; AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0801409-96.2017.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 06/09/2017.
Assim, considerando que não houve juntada acerca do real provento líquido do Executado, com a cautela que se requer na prática de atos constritivos salariais, determino o bloqueio de apenas 20% (vinte por cento) dos vencimentos líquidos da parte executada, até a satisfação total do crédito.
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 5 dias, apresentar o valor atualizado do débito.
Com a informação, solicite-se do empregador do executado o desconto em folha de pagamento, de 20% sobre seus vencimentos líquidos até o pagamento do débito, devendo o cálculo atualizado do débito instruir ofício.
SIRVA A PRESENTE COMO OFÍCIO: Ào Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Vilhena/RO, para que proceda com o desconto mensal de 20% (vinte por cento) sobre o provento líquido do EXECUTADO: PEDRO LEANDRO DA SILVA FILHO, CPF nº 00837522269, até atingir o montante do débito, depositando os valores em conta judicial, sob pena de incorrer em crime de desobediência a ordem judicial.
Vilhena, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 0004649-26.2013.8.22.0014
Classe: Execução de Alimentos Infância e Juventude
Distribuição: 10/05/2013
EXEQUENTES: A. B. D. M. Z., CPF nº DESCONHECIDO, B. D. M. Z., CPF nº DESCONHECIDO
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: DANIELLE KRISTINA DOMINGOS CORDEIRO, OAB nº RO5588, CAMILA DOMINGOS, OAB nº RO5567A
EXECUTADO: G. B. Z., RUA 04 198, TRAVESSA A 4982 S 16 - VHA/RO JARDIM INDUSTRIÁRIO II - 78000-000 - NÃO INFORMADO - ACRE
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 1.254,36
D E S P A C H O
Em análise detida dos autos, observo que os valores que foram depositados nos autos, decorreu de bloqueio bacendjud, conforme decisão de Id n. 51618839 e protocolo bacenjud de Id n. 51619103.
No caso, houve penhora de dois valores, quais sejam, R$ 666,44 e R$ 10,56, os quais sofreram atualizações.
Posteriormente, no Id n. 87857964, determinou-se a transferência de valores para conta da exequente, constando erro material na transcrição do valor a ser transferido. No entanto, em pesquisa ao extrato das contas judicial, constatou-se que os valores foram sacados em benefício da exequente (CPF n. 340.556.732-72 em 21/03/2023), conforme se vislumbra nos documentos que junto nesta ocasião nos autos.
Portanto, concluo que a parte exequente recebeu os valores penhorados nos autos.
No mais, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 dias, apresentar o valor atualizado do débito, com a dedução dos valores R$ 11,73 e R$ 755,04 já recebidos pela exequente, bem como indique bens passíveis de penhora, sob pena de extinção e arquivamento do process.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTES PARA OS DEVIDOS FINS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 0080078-19.2001.8.22.0014
Classe: Inventário
Distribuição: 06/09/2002
REQUERENTES: ANDERSON FERNANDES DE AVILA, CPF nº 69400202253, AV. BARÃO DO RIO BRANCO 4335 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA, JOHNNY FERNANDES DE AVILA, CPF nº 61951226291, RUA BARÃO DO RIO BRANCO 4335, NÃO INFORMADO PANAIR - 78900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, IVAN FERNANDES DE AVILA, CPF nº 47048344253, AV. SABINO BEZERRA DE QUEIROZ - HOTEL ÁVILA, AV. BARÃO DO RIO BRANCO, 4335 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA, ROSALINA DA LUZ DE AVILA, CPF nº 23791187287, AV. BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 4317, NÃO CONSTA CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: GILSON ELY CHAVES DE MATOS, OAB nº RO1733A, ESTEVAN SOLETTI, OAB nº RO3702A
REU: ODELIO FERNANDES DE AVILA, CPF nº 24126993991, AV. BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 4317 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 2.000,00
D E S P A C H O
Defiro o pedido de suspensão pelo prazo de 1 ano.
Decorrido o prazo, manifeste-se a inventariante em sede de prosseguimento da ação.
Nada sendo requerido, arquivem-se os auto.

SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTES PARA OS DEVIDOS FINS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023 .
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 7006459-38.2018.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Distribuição: 06/09/2018
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA, CNPJ nº 04902979009443, AV. MAJOR AMARANTE 3050 CENTRO - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: DANIELE GURGEL DO AMARAL, OAB nº RO1221, MARCELO LONGO DE OLIVEIRA, OAB nº RO1096, MONAMARES GOMES, OAB nº RO903A, GILBERTO SILVA BOMFIM, OAB nº RO1727, ELAINE AYRES BARROS, OAB nº RO8596, LUIZ GUSTAVO FLEURY CURADO BROM, OAB nº TO2939, SINTIA BRITO DE OLIVEIRA, OAB nº TO9702
EXECUTADOS: INDUSTRIAL CIMENTO EIRELI, CNPJ nº 07896306000206, RUA CAJUBI 1940 SÃO JOSÉ - 76980-318 - VILHENA - RONDÔNIA, VERONICA DE OLIVEIRA SANTOS, CPF nº 65191285204, AV. CUJUBI 1940 SÃO JOSÉ - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 214.864,45
D E S P A C H O
Procedi com o lançamento online da averbação da penhora no registro de imóveis competente, conforme documento em anexo. No entanto, é necessário que o exequente entre em contato com o 1º Registro de Imóveis de Vilhena/RO, para que providencie a finalização da averbação com o pagamento da respectiva taxa/emolumento.
Assim, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 dias, comprovar a efetivação da averbação da penhora no registro do imóvel.
Intimem-se os executados via edital e por meio do Curador Especial, sobre a efetivação da penhora e avaliação, conforme auto acostado no Id n. 98972799.
No mais, DEFIRO o pedido de bloqueio de valores por meio do sistema Sisbajud.
Determinei a pesquisa de valores no referido sistema na modalidade simplificada, apenas com relação à executada Verônica de Oliveiras Santos, uma vez que a executada Industrial Cimento Eireli não possui contas registradas em seu nome.
Desta forma, aguarde-se em cartório pelo prazo de 5 (cinco) dias.
Findo o prazo, retornem os autos concluso para juntada do resultado.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTES PARA OS DEVIDOS FINS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 7004488-18.2018.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Distribuição: 22/06/2018
AUTOR: FLAVIO L ALVES CONSTRUTORA EIRELLI EPP, CNPJ nº 00953493000184, AV. RONDÔNIA - SETOR 19 3753, 1 ANDAR INDUSTRIAL NOVO TEMPO - 76908-354 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: VALDINEI LUIZ BERTOLIN, OAB nº RO6883, LEANDRO MARCIO PEDOT, OAB nº RO2022A
REU: MUNICIPIO DE VILHENA, NOELI APARECIDA, RUA NOVE MIL TREZENTOS E NOVE S/N, LOTE 28 QUADRA 05 SETOR 93 RESIDENCIAL IPÊ - 76986-304 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 10.000,00
D E S P A C H O
Ciente do falecimento do representante do autor.
INDEFIRO a intimação das herdeiras quanto a renúncia da procuração, uma vez que incumbe ao advogado providenciar tal diligência, com fundamento no art. 112, do CPC.
No mais, observada a questão das custas, arquivem-se os autos.
Intimem-se.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTES PARA OS DEVIDOS FINS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena

Número do processo: 7000266-02.2021.8.22.0014
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Polo Ativo: REQUERENTE: G. M. D. N., CPF nº 35575620930, ANTONIO LOPES COELHO 3727, CASA JARDIM AMÉRICA - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: CRISTIAN MARCEL CALONEGO SEGA, OAB nº RO9428, HANDERSON SIMOES DA SILVA, OAB nº RO3279
Polo Passivo: REQUERIDO: M. V. D. S., CPF nº 01140899147, ANTONIO LOPES COELHO 3727, CASA JARDIM AMÉRICA - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 1.000,00
DESPACHO
O Estado de Rondônia informou que a perícia foi realizada com sucesso na data de 09/05/2023 às 09:00 horas, por meio de videoconferência e o laudo encontra-se na fase de elaboração.
Intime-se o Estado de Rondônia para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar o laudo médico.
Após a juntada do documento aos autos, faça vista às partes, assim como ao Ministério Público, com a consequente conclusão para sentença.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7012956-29.2022.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Guarda
Polo Ativo: AUTORES: T. V. D. J. S., RUA DOIS MIL TREZENTOS E DEZ 3192 S-23 - 76985-158 - VILHENA - RONDÔNIA, J. V. D. J. S., RUA DOIS MIL TREZENTOS E DEZ 3192 S-23 - 76985-158 - VILHENA - RONDÔNIA, J. D. S. M., RUA 2.310 3192 SETOR 27 - 76985-158 - VILHENA - RONDÔNIA, D. P. D. E. D. R., AVENIDA LUIZ MAZIERO 4320 JARDIM AMÉRICA - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: REU: P. D. J., CPF nº 82341796249, RUA A 188 CHICO PAULO - 69925-000 - SENADOR GUIOMARD - ACRE
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 3.606,84
SENTENÇA
I. RELATÓRIO
Trata-se de AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE GUARDA E VISITAS c.c ALIMENTOS proposta por JOÃO DA SILVA MOREIRA, JOÃO VITOR DE JESUS SILVA e THALES VINICIUS DE JESUS SILVA em face de PAULA DE JESUS.
Conforme narrado na inicial, o requerente JOÃO DA SILVA MOREIRA manteve um relacionamento amoroso com a requerida, do qual resultou na concepção e nascimento de JOÃO VITOR DE JESUS SILVA e THALES VINICIUS DE JESUS SILVA. Depois da separação do casal, ocorrida em 2018, o requerente se mudou para Vilhena e, pouco tempo depois, os filhos JOÃO e THALES passaram a morar com ele. Afirma que já há mais de 03 (três) anos que o autor exerce a guarda dos infantes de forma exclusiva.
Dessa forma, ajuizaram a presente ação judicial para que seja fixada a guarda unilateral em favor do genitor, a regulamentação das visitas de forma livre e a fixação de alimentos em favor dos filhos.
Concedida a gratuidade da justiça à autora. Foi concedida tutela de urgência antecipada para fixar alimentos provisórios no importe de 24,8% do salário-mínimo e mais 50% das despesas extraordinárias.
Citada, a requerida apresentou contestação. No mérito, concordou que os infantes JOÃO e THALES fiquem sob a guarda unilateral do genitor e que o seu direito de visitas seja de forma livre. A requerida aduziu que possui outros filhos e que a pensão alimentícia encontra-se muito além de sua capacidade financeira.
Requereu, dessa forma, o julgamento procedente do pedido de guarda unilateral em favor do genitor, resguardando o direito de visitas da genitora, e a improcedência do pleito alimentar.
Em impugnação à contestação, o requerente manifestou-se pela desistência do pedido de fixação de alimentos e, considerando que a requerida concordou com o pedido quanto a regulamentação de guarda e visita, requereu o julgamento antecipado da lide para que seja fixada a guarda unilateral em favor do autor, resguardando-se o direito de visita da genitora.
Parecer do Ministério Público pela procedência do pedido de guarda.
Vieram os autos conclusos para sentença.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Ab initio, homologo o pedido de desistência do requerente no tocante ao pedido de fixação de alimentos, razão pela qual extingo o feito sem resolução de mérito, apenas em relação a este pedido, nos termos do art. 485, VIII, do CPC e, consequentemente, revogo a tutela de urgência antecipada concedida nestes autos que fixou os alimentos provisórios.
Não havendo mais preliminares e tratando-se de questões unicamente de direito, passo ao mérito propriamente dito, nos termos do art. 355, I, do CPC.
As partes são legítimas, o pedido juridicamente possível e está presente o interesse processual, bem como verifica-se a observância aos pressupostos processuais, inexistindo, pois, nulidades a impedir o julgamento do presente feito.
A procedência do pedido é de rigor.

Segundo consta na inicial os menores estão sob a guarda exclusiva do genitor há mais de 03 (três) anos e sem oposição da requerida. Some-se a isso que, conforme se extrai dos autos, não há nenhuma informação desabonadora do autor que não recomende a manutenção da guarda dos filhos em seu favor.
Demais disso, deve sempre ser observado pelo Juízo qual a situação que mais favorece aos interesses da criança ou adolescente, que se sobrepõem a qualquer outro, buscando-se, na presente medida, o bem-estar e a segurança da infante, observando o disposto no art. 5º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, onde resta assente que o Juiz, na aplicação da lei, deverá atender aos fins sociais a que ela se dirige, e às exigências do bem comum.
De acordo com os ditames do Estatuto da Criança e Adolescente busca-se sempre a proteção integral da criança ou adolescente, a qual deve compreender um conjunto amplo de mecanismos jurídicos voltados à tutela da criança e do adolescente.
O art. 1º do Estatuto da Criança e Adolescente está afinado com a vontade emanada da Constituição da República, cujo art. 227 determina que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
Ademais, dispõe o art. 1.584 do Código Civil que a guarda será atribuída a quem melhor atender as condições morais, educacionais e materiais que o infante necessita (art. 33 do ECA).
Nesse sentido, resta patente que o requerente JOÃO DA SILVA MOREIRA possui tais condições para manter a guarda dos filhos, haja vista que já a exerce faticamente sem oposição da requerida há mais de 03 (três) anos.
Concedida a guarda de forma unilateral em favor do genitor, fica salvaguardado o direito de convivência da genitora que se dará de forma livre por ser medida que, in casu, melhor atende aos interesses dos menores.
III. DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, apenas em relação ao pedido de fixação de alimentos, nos termos do art. 485, VIII, do CPC, e JULGO PROCEDENTES os pedidos de regulamentação de guarda e visitas e FIXO a guarda definitiva dos menores JOÃO VITOR DE JESUS SILVA e THALES VINICIUS DE JESUS SILVA ao genitor JOÃO DA SILVA MOREIRA, com convivência materna de forma livre.
Via de consequência, declaro extinto o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.
REVOGO a TUTELA DE URGÊNCIA concedida nos autos.
Isento de custas na forma do art. 6º, inciso IV, do Regimento de Custas.
Operado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, atendidas as formalidades legais.
P. R. I.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 7008989-15.2018.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Distribuição: 14/12/2018
AUTORES: EUDI KAROLAINE DOS SANTOS FIEDLER, CPF nº 03968546210, RUA EL SALVADOR 1097, - DE 1053/1054 A 1244/1245 SETOR 10 - 76876-114 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, ELIA ANTONIA ARGENTON, CPF nº 20375069291, RUA MARGARIDA 3184 JARDIM PRIMAVERA - 76983-348 - VILHENA - RONDÔNIA, ELIABE DOS SANTOS FIEDLER, CPF nº 08203674194, RUA EL SALVADOR 1097, - DE 1053/1054 A 1244/1245 SETOR 10 - 76876-114 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, ALCIDES TECCHIO ARGENTON, CPF nº 09552413249, RUA OITO MIL E TRÊS 8252 RESIDENCIAL ALVORADA - 76985-888 - VILHENA - RONDÔNIA, CARLOS ALBERTO TECCHIO ARGENTON, CPF nº 22115480244, RUA DOS SAPATEIROS 97 SANTA ROSA - 95609-744 - TAQUARA - RIO GRANDE DO SUL, ELIDE LUCIA ARGENTON, CPF nº 21180326091, RUA XINGU 867 IGARA - 92410-720 - CANOAS - RIO GRANDE DO SUL, ELIANE FIEDLER DE OLIVEIRA, CPF nº 01497791197, RUA PIAUI 0, QD. 204, LT. 03 SÃO FRANCISCO - 78310-000 - COMODORO - MATO GROSSO
ADVOGADOS DOS AUTORES: RAYANNA DE SOUZA LOUZADA NEVES, OAB nº RO5349A, GIULIANO DOURADO DA SILVA, OAB nº RO5684, ALBERT SUCKEL, OAB nº RO4718, PATRICIA MAGALHAES SALES SILVA, OAB nº RO10725
REU: ONEIDE MARIA PECINI, CPF nº DESCONHECIDO, AVENIDA QUINZE DE NOVEMBRO - DE 3406/3407 AO FIM 3488 CENTRO (S-01) - 76980-118 - VILHENA - RONDÔNIA, DANIELA LOBIANCO, CPF nº DESCONHECIDO, RUA QUINTINO CUNHA 850 CENTRO (S-01) - 76980-112 - VILHENA - RONDÔNIA, CARLOS ALBERTO DE ARRUDA, CPF nº 71099603234, AVENIDA JOSÉ DO PATROCÍNIO 2538 CENTRO (S-01) - 76980-180 - VILHENA - RONDÔNIA, JHONATAN LOBIANCO, RUA QUINTINO CUNHA 850 CENTRO (S-01) - 76980-112 - VILHENA - RONDÔNIA, ALESANDRA SANTOS DE ARRUDA, CPF nº 65506073291, APARECIDA SANTOS DE ARRUDA, AVENIDA DAS MAGNÓLIAS 1819 CRISTO REI - 76983-393 - VILHENA - RONDÔNIA, GISELA LOBIANCO, RUA QUINTINO CUNHA 850 CENTRO (S-01) - 76980-112 - VILHENA - RONDÔNIA, FRANCIELA LOBIANCO, RUA QUINTINO CUNHA 850 CENTRO (S-01) - 76980-112 - VILHENA - RONDÔNIA, NEUZA TEREZINHA VIEIRA, CPF nº DESCONHECIDO, RUA QUINTINO CUNHA 850 CENTRO (S-01) - 76980-112 - VILHENA - RONDÔNIA, MIRELA LOBIANCO, CPF nº DESCONHECIDO, RUA QUINTINO CUNHA 850 CENTRO (S-01) - 76980-112 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: RAQUEL LISBOA LOUBACK, OAB nº RO4493A, SILVANE SECAGNO, OAB nº RO5020, RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO, OAB nº RO3249, SANDRO RICARDO SALONSKI MARTINS, OAB nº RO1084, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 20.000,00
D E S P A C H O
Intime-se a inventariante para, no prazo de 15 dias, esclarecer se os imóvel que compõe o espólio já foi vendido
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTES PARA OS DEVIDOS FINS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7002687-38.2016.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Acidente de Trânsito
Polo Ativo: EXEQUENTE: ELIAS RIBEIRO BRAGA, CPF nº 39013855253, RUA 1701 1905 JARDIM PRIMAVERA - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RONIEDER TRAJANO SOARES SILVA, OAB nº RO3694A
Polo Passivo: EXECUTADOS: ADRIANO ELOI BARBOSA, RUA PRINCESA ISABEL 2360 NOVA ESPERANÇA - 69800-000 - HUMAITÁ - AMAZONAS, LOURENCO GERONIMO RAMOS, RUA ELIAS GORAYEB 2181, 2162/2163 A 259 LIBERDADE - 76803-894 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: WALMIR BENARROSH VIEIRA, OAB nº RO1500, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 500.000,00
DESPACHO
A Ação Rescisória n.°0803051-65.2021.8.22.0000 que deferiu a tutela antecipada para suspender o presente cumprimento de sentença foi julgada extinta sem resolução do mérito.
Dessa forma, promovo o prosseguimento do presente caderno processual e determino a intimação do exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar nos autos se houve a abertura de inventário do de cujus ADRIANO ELOI BARBOSA e do de cujus LOURENCO GERONIMO RAMOS; em sendo negativa a resposta, deverá o exequente promover a inclusão dos herdeiros dos de cujus.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7003907-37.2017.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
Polo Ativo: AUTOR: JOSE KEDEZIERSKI, CPF nº 61153303949, RUA ANTONIO CRISPIM DA SILVA 373 BODANESE - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: CARLA FALCAO SANTORO, OAB nº MG76571B, PRISCILA SAGRADO UCHIDA, OAB nº RO5255
Polo Passivo: REU: IVAN DANIEL VIEILI, CPF nº DESCONHECIDO, RUA ARY PAES BARRETO 2364 CRISTO REI - 78118-091 - VÁRZEA GRANDE - MATO GROSSO, IVAN DANIELI VIECILI - ME, CNPJ nº 26799155000123, AVENIDA GONÇALO BOTELHO DE CAMPOS 2462, - DE 1425/1426 A 3015/3016 CRISTO REI - 78118-070 - VÁRZEA GRANDE - MATO GROSSO
ADVOGADO DOS REU: ALESSANDER DEUSDETH LUIZ HENRIQUE CHAVES FADINI, OAB nº MT7645
Valor da causa: R$ 53.700,00
DECISÃO
Trata-se de embargos de declaração opostos por JOSE KEDEZIERSKI a fim de sanar omissão e esclarecer a obscuridade apontada.
Breve relatório. Decido.
Analisando os presentes embargos tenho que estes são intempestivos.
Nos termos do ID n.°89136282, fls.9, o trânsito em julgado da presente ação judicial ocorreu em 31 de março de 2023.
Dessa forma, NÃO CONHEÇO dos embargos de declaração interpostos no ID 89804347, por serem intempestivos.
Intime-se.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7000208-96.2021.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Protocolado em: 13/01/2021
REQUERENTE: REGINALDO APARECIDO ZORZI, RUA DOM PEDRO I 751 CENTRO (S-01) - 76980-038 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: VINICIUS POMPEU DA SILVA GORDON, OAB nº RO5680, GLORIA CHRIS GORDON, OAB nº RO3399
REQUERIDO: CLARO S.A, RUA HENRI DUNANT 780, TORRE A E TORRE B SANTO AMARO - 04709-110 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RAFAEL GONCALVES ROCHA, OAB nº PA16538L, PAULA MALTZ NAHON, OAB nº PA16565, PROCURADORIA DA CLARO S.A.
R$ 10.000,00
SENTENÇA

Trata-se de pedido de cumprimento de sentença apresentado pelo advogado do réu contra o autor REQUERENTE: REGINALDO APARECIDO ZORZI contra REQUERIDO: CLARO S.A, a fim de receber honorários sucumbenciais fixada em sentença transitada em julgado.
O executado apresentou impugnação ao cumprimento de sentença alegando sua hipossuficiência financeira e requerendo que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita, aduzindo, em síntese, que estava recebendo auxílio previdenciário, o qual foi suspenso em 18/04/2020. Do mesmo modo, o réu esclarece que sua hipossuficiência financeira foi reconhecida na justiça do trabalho, ante o "limbo previdenciário" e sua impossibilidade de trabalhar para auferir renda. Ao final, requereu a concessão dos benefícios da justiça gratuita e a extinção deste cumprimento de sentença. Juntou documentos.
O exequente se manifestou no Id n. 89383192, aduzindo que o executado não logrou comprovar a sua hipossuficiência financeira, bem como que o deferimento da gratuidade processual não retroage, pois o pedido foi realizado após a condenação. Assim, postula a improcedência a impugnação e continuidade do cumprimento de sentença.
É o relatório. Decido.
MÉRITO
No mérito tenho que a impugnação é improcedente.
No caso o executado/autor, logrou comprovar a sua atual condição de hipossuficiência financeira por meio dos documentos de Id n. 87088544 e 8788545.
No entanto, o deferimento da gratuidade processual nesta fase processual não retroage para alcançar encargos processuais anteriores ao seu deferimento.
Esse é o entendimento do TJ/RO, vejamos:
Agravo de instrumento. Cumprimento de sentença. Justiça gratuita. Deferimento. Efeitos ex nunc. Penhorabilidade de salário. Possibilidade. Os efeitos do benefício da justiça gratuita devem ser ex nunc, não podendo retroagir para alcançar atos processuais anteriormente convalidados. É possível a efetivação de penhora de parte do salário do devedor, desde que seja realizada em percentual condizente à capacidade econômica deste e, ainda, que seja respeitado o princípio da dignidade do ser humano. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0810584-41.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 28/04/2023
Agravo de instrumento. Justiça gratuita. Efeitos ex nunc. Honorários periciais. Pagamento. O benefício da assistência judiciária gratuita, conquanto possa ser requerido a qualquer tempo, tem efeitos 'ex nunc', ou seja, não retroage para alcançar encargos processuais anteriores. No caso, tendo a realização da perícia sido deferida anteriormente à concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, não há como abranger o pagamento dos honorários periciais. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0801077-56.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 05/09/2022
A ser assim, REJEITO a impugnação ao cumprimento de sentença promovido pelo advogado do réu.
Por outro lado, DEFIRO os benefícios da justiça gratuita em favor do executado nesta fase de cumprimento de sentença, ressalvado os atos processuais anteriormente convalidados, de modo que deverá efetuar o pagamento das custas processuais na fase ordinária.
No mais, DETERMINO que a CPE regularize a autuação dos autos para constar como parte exequente os advogados do réu, e como executado o REQUERENTE: REGINALDO APARECIDO ZORZI.
Após, intime-se a parte exequente para, no prazo de 5 dias, indicar o valor atualizado do débito, excluindo-se os honorários da fase de execução os quais estão sob condição suspensiva, e indicar bens passíveis de penhora, sob pena de suspenção e arquivamento do processo.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTE.
Vilhena,RO, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7001358-49.2020.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Protocolado em: 09/03/2020
AUTOR: RICARDO ANTONIO TELLEZ GREAN, CPF nº 08323735166, RUA ALFREDO FONTINELLI 5514 CENTRO (5º BEC) - 76988-026 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: VERA LUCIA PAIXAO, OAB nº RO206, ANTONIO EDUARDO SCHRAMM DE SOUZA, OAB nº RO4001, AMANDA IARA TACHINI DE ALMEIDA, OAB nº RO3146, NEWTON SCHRAMM DE SOUZA, OAB nº RO2947A, IGOR OLIVEIRA MARZANI, OAB nº RO10183
REU: ASSOCIACAO DE DIFUSAO COMUNITARIA CIDADE FM, CNPJ nº 03440890000140, AVENIDA TANCREDO NEVES 3.741 JARDIM AMÉRICA - 76980-002 - VILHENA - RONDÔNIA, JOSE ALEXANDRE BASTOS DE BARROS LIMA, CPF nº 03587150249, RUA ARGEU BERNARDES 690 JARDIM ELDORADO - 76987-110 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REU: CAETANO VENDIMIATTI NETTO, OAB nº RO1853
VALOR DA CAUSA: R$ 20.000,00
S E N T E N Ç A
HOMOLOGO por sentença o acordo realizado entre as partes, para que dele surtam seus legais e jurídicos efeitos.
Em consequência, com fundamento no art. 487, III, b, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente ação promovida por AUTOR: RICARDO ANTONIO TELLEZ GREAN contra REU: ASSOCIACAO DE DIFUSAO COMUNITARIA CIDADE FM, JOSE ALEXANDRE BASTOS DE BARROS LIMA.
Tendo em vista que o feito foi extinto por acordo entre as partes, tenho que ocorreu a desistência tácita do prazo recursal.
Assim, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.
Sem custas, em razão do acordo.
Publique-se. Intimem-se e cumpra-se.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida FreitasChristian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7002931-20.2023.8.22.0014
Classe: Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Polo Ativo: RECORRENTES: P. S. G. P., AVENIDA LAURIVAL CLAUDIO MACHA 1501 CRISTO REI - 76983-424 - VILHENA - RONDÔNIA, D. P. D. E. D. R., AVENIDA LUIZ MAZIERO 4320 JARDIM AMÉRICA - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS RECORRENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: RECORRIDO: A. S. P., CPF nº 00239614224, RUA SETECENTOS E TRINTA E QUAT 2092 MARCOS FREIRE - 76981-184 - VILHENA - RONDÔNIA
RECORRIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 837,17
DESPACHO
Intime a parte exequente, através da Defensoria Pública, via sistema PJE, para tomar ciência acerca do resultado das pesquisas de endereço nos sistemas Siel, Sisbajud e Infojud, bem como, requerer o o prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias.
Após, voltem conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7023889-71.2020.8.22.0001
Classe: Cumprimento de sentença
Protocolado em: 04/09/2020
EXEQUENTE: 3ª CÂMARA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA 5ª REGIÃO DO TJAMME/RO, RUA BRASÍLIA 3511, - DE 3391/3392 A 3895/3896 SÃO JOÃO BOSCO - 76803-734 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SAMIA SILVA DE CARVALHO, OAB nº RO10972
EXECUTADO: H C CONSULTORIA, ENGENHARIA & CONSTRUCOES LTDA - EPP, AV. RONY DE CASTRO 4150, SALA E 1 ANDAR JARDIM ARAUCÁRIA - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
VALOR DA CAUSA: R$ 13.788,75
D E C I S Ã O
Determino a suspensão do processo pelo prazo de 1 ano.
Aguarde-se o decurso do prazo no arquivo provisório (sem baixa).
Decorrido o prazo de suspensão, sem manifestação das partes, iniciar-se-á o prazo da prescrição intercorrente.
Transcorrido o prazo de 5 anos, intime-se a parte exequente para se manifestar quanto à prescrição intercorrente (Súmula 150, STF)
Intimem-se.
Pratique-se o necessário.
Vilhena,RO,17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 7005708-80.2020.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Distribuição: 20/10/2020
AUTOR: VALDETE DE SOUSA SAVARIS, CPF nº 27685934272, AVENIDA IBIRAPUERA 2869 GREEN VILLE - 76980-887 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CASTRO LIMA DE SOUZA, OAB nº RO3048A
REU: MUNICIPIO DE VILHENA, RUA RONY DE CASTRO PEREIRA 14208, PAÇO MUNICIPALL JARDIM AMÉRICA - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
Valor da causa: R$ 186.183,33
D E S P A C H O
INDEFIRO o pedido de expedição do precatório como pretende o advogado do autor, uma vez que o valor diverge do concordado pelo réu no Id n, 91504835.
Assim, intime-se o autor para, no prazo de 15 dias, apresentar o cumprimento de sentença com a atualização do cálculo que entender devido, observando-se que o valor do débito com relação a honorários sucumbenciais deverá ser corrigidos a partir da sua fixação, tendo como índice de correção o IPCA-E e juros de mora o da poupança, isto é, de 0,5% ao mês.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTES PARA OS DEVIDOS FINS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7006919-88.2019.8.22.0014 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Execução de Título Extrajudicial
Protocolado em: 18/10/2019
EXEQUENTE: AILTON SPENGLER BERNARDO, RUA PANAMÁ 2189 LIBERDADE - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KERSON NASCIMENTO DE CARVALHO, OAB nº RO3384A
EXECUTADO: FRANCILEI DA SILVA, AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO NEVES 2897 JARDIM AMÉRICA - 76980-835 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
R$ 38.974,98
D E C I S Ã O
Determino a suspensão do processo pelo prazo de 1 ano.
Aguarde-se o decurso do prazo no arquivo provisório (sem baixa).
Decorrido o prazo de suspensão, sem manifestação das partes, iniciar-se-á o prazo da prescrição intercorrente.
Transcorrido o prazo de 6 meses, intime-se a parte exequente para se manifestar quanto à prescrição intercorrente (Súmula 150, STF).
Intimem-se.
Pratique-se o necessário.
Vilhena,RO, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7000587-08.2019.8.22.0014
Classe: Busca e Apreensão
Assunto: Busca e Apreensão de Menores
Polo Ativo: REQUERENTE: E. D. S. L., CPF nº 55867766268, MAJOR AMARANTE 3843, APTO 09 CENTRO - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ESTEVAN SOLETTI, OAB nº RO3702A
Polo Passivo: REQUERIDO: W. D. O. M., CPF nº 65766660200, RUA ASPILA, RESIDENCIAL ALPHAVILLE DOS IPÊS FLANBOYANT - 76600-000 - GOIÁS - GOIÁS
ADVOGADO DO REQUERIDO: TAYANE ALINE HARTMANN PIETRANGELO, OAB nº RO5247A
Valor da causa: R$ 1.000,00
DECISÃO
I – Relatório
ELIANE DE SOUZA LEITE, qualificada nos autos, apresentou embargos de declaração contra sentença exarada ao ID n.°89284133, alegando que a referida sentença contém omissão. Dessa forma, requereu o saneamento da omissão para que seja apreciado o pedido de ressarcimento de despesas perpetradas no decorrer dos autos.
O embargado, devidamente intimado, quedou-se inerte.
É a síntese necessária.
II – Fundamento
Os embargos declaratórios ofertados são claramente improcedentes.
Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na decisão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.
No presente caso, não há a ocorrência da omissão apontada, porque a sentença expressamente condena o requerido no pagamento das custas processuais que, nos termos dos artigos 82, §2° e 84 do CPC, abrange o direito ao ressarcimento das despesas provenientes do ingresso da demanda.
III – Dispositivo
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os embargos de declaração opostos por ELIANE DE SOUZA LEITE, mantendo em todos os seus termos e por seus próprios fundamentos a sentença guerreada.
Sem custas e sem honorários.
Para fins de regular processamento do feito, esclareço:
1. Considerando que na procuração do requerido (ID n.°24798906) há expressa outorga de poderes ao advogado renunciante para substabelecer, a advogada substabelecida detém capacidade postulatória mesmo em face da renúncia do advogado substabelecente.
2. Assim, a renúncia do advogado substabelecente não invalidou o substabelecimento anteriormente realizado. Logo, a advogada substabelecida permanece representando o requerido.
3. A petição de ID n.°81385512 não detém efeito, tendo em vista que o requerido não se encontrava devidamente assistido por outro patrono.
4. Intime-se a advogada substabelecida TAYANE ALINE HARTMANN PIETRANGELO para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar acerca da representação do requerido e, no caso de renúncia aos poderes outorgados, apresente prova que comunicou a renúncia ao mandante.
Por fim, assevero que o prazo recursal contra a sentença de ID n.°89284133 iniciar-se-á após o regular aperfeiçoamento da representação da parte requerida, em observância ao Devido Processo Legal.
Publique-se. Registre-se.

SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 7001438-13.2020.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Distribuição: 10/03/2020
EXEQUENTES: ELIZA MARTHA DE PAIVA BARRETTO, CPF nº 07575164839, RUA CÉLIO NABUCO 93 JARDIM LUCIANA - 13720-000 - SÃO JOSÉ DO RIO PARDO - SÃO PAULO, JOSE AUGUSTO GONZAGA BARRETTO, CPF nº 01249957800, RUA CELIO NABUCO 93 JARDIM LUCIANA - 13720-000 - SÃO JOSÉ DO RIO PARDO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: JOAO CARLOS DA COSTA, OAB nº RO1258, DANIEL REDIVO, OAB nº RO3181
EXECUTADOS: MARIA DIVINA FRANCO, CPF nº 55453945672, ESTRADA PROJETADA, KM 01 s/n ZONA RURAL - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA, DANIEL RAMOS GARCIA, CPF nº 49965778604, ESTRADA PROJETADA, KM 01 s/n ZONA RURAL - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA, DEGMAR INES RAMOS FRANCO, CPF nº 82247722253, AV. CURITIBA 5186 PLANALTO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, VANDERLEI FRANCO VIEIRA, CPF nº 28874285604, ESTRADA PROJETADA Km 01 CHUPINGUAIA - ZONA RURAL - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: BELMIRO GONCALVES DE CASTRO, OAB nº MT2193
Valor da causa: R$ 1.598.647,88
D E S P A C H O
O executado peticionou nos autos informando que foi deferida a recuperação judicial sob o n. 701104-27.2022.8.22.0014, em que lhe foi deferido prazo de blindagem.
Em análise ao referido processo de recuperação judicial, constatei que o prazo de blindagem concedido ao executado foi prorrogado por mais 180 dias, cuja decisão foi proferida no Id n. 92108434 daqueles autos, em 16/06/2023. Ressalto que a interposição de embargos de declaração contra a decisão de nova blindagem não tem o condão de suspender os seus efeitos, até que sobrevenha novo decisum.
Diante disso, DEFIRO o pedido do executado e, por consequência, DETERMINO a suspensão do processo pelo prazo de 180 dias.
Fica advertida a parte exequente de que ficará responsável de informar nos autos eventual interrupção do prazo de blindagem da recuperação judicial, bem como se seu crédito foi incluído no plano de recuperação judicial.
Decorrido o prazo, intime-se a parte exequente para, no prazo de 5 dias, requerer o quê entender de direito, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTES PARA OS DEVIDOS FINS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 7001739-23.2021.8.22.0014
Classe: Arrolamento Comum
Distribuição: 23/03/2021
REQUERENTE: NEILIANE AIRES FERNANDES, CPF nº 52307026215, AVENIDA DIOES BISPO DE SOUZA 6752 SÃO PAULO - 76987-344 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JOSE LUIZ PAULUCIO, OAB nº RO3457A, CRISTIANO ALVES DE OLIVEIRA VALIM, OAB nº RO5813, MARIA GONCALVES DE SOUZA COLOMBO, OAB nº RO3371A
REQUERIDO: MARIA AIRES FERNANDES, CPF nº 38547465200, RUA CARLOS SCHMOLLER 6039 JARDIM ELDORADO - 76987-014 - VILHENA - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 50.000,00
D E S P A C H O
Com relação a manifestação da Fazenda Pública Estadual no Id n. 86281003, esclareço que de acordo com art. 662, do CPC, no arrolamento não é tratado sobre questões relativas ao lançamento, ao pagamento ou à quitação de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio, incumbindo o ente realizar o lançamento e eventual cobrança na via administrativa.
No mais, certifique-se o transito em julgado da sentença.
Intime-se a Fazenda Pública Federal, conforme requerido no Id. 88169589, bem como a Fazenda Pública Municipal sobre a sentença proferida nos autos, observando-se o que dispõe o art. 659, § 2º, do CPC e a Fazenda Pública Estadual sobre esta decisão.
Intime-se a inventariante para, no prazo de 15 dias, comprovar o recolhimento das custas processuais, advertindo-lhe de que a expedição do formal de partilha está condicionado à tal ato, nos termos do art. 20, caput, da Lei Estadual n. 3.896/2016.
Com a comprovação do pagamento das custas processuais, expeça-se o formal de partilha e arquivem-se os autos.
Caso contrário, proteste-se as custas e inscreva-se em dívida ativa sem a expedição do formal de partilha. Em seguida, arquivem-se os autos.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTES PARA OS DEVIDOS FINS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7012988-34.2022.8.22.0014
Classe:Procedimento Comum Cível
Protocolado em: 23/12/2022
AUTOR: WILSON ROCHA MATIAS, CPF nº 19120583249, AVENIDA ATÍLIO DE OLIVEIRA 1284 CRISTO REI - 76983-378 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RAPHAEL TAVARES COUTINHO, OAB nº RO9566
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
VALOR DA CAUSA: R$ 16.194,69
D E S P A C H O
ACOLHO a recusa do perito ante o flagrante impedimento, porquanto o autor é seu paciente.
A ser assim, substituo o perito anteriormente nomeado pelo médico Dr. VAGNER HOFFMANN, independentemente de termo, o qual poderá ser localizado na Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 838, Bairro Jardim Eldorado (Centro Médico São Lucas), Vilhena-RO, CEP 76987-230, Celular 9-9937-7962, peritovagner@gmail.com.
Intime-se a ré para, no prazo de 15 dias, comprovar o depósito judicial do valor dos honorários periciais de R$ 400,00 (quatrocentos reais).
Depositado o valor dos honorários periciais, intime-se o perito para dizer se aceita o encargo e, em caso positivo, informar ao oficial de justiça a data, o horário e o local para realização da perícia, com prazo mínimo de antecedência de 30 dias para possibilitar a intimação das partes. Com a data da perícia, o Oficial de Justiça deverá intimar pessoalmente a parte autora acerca da data, hora e local, advertindo-o que deverá comparecer no local indicado para ser periciado, PORTANDO DOCUMENTO PESSOAL E TODOS OS EXAMES/LAUDOS QUE POSSUIR, RELACIONADOS À INCAPACIDADE ALEGADA, observando-se que será considerada válida a intimação no endereço constate dos autos.
Intime-se a ré e os advogados das partes sobre o dia, hora e local da realização da perícia.
Encaminhe-se ao perito o formulário de quesitos de Id n. 85925946 e os apresentados pelas partes.
O laudo deverá ser apresentado no prazo de 20 dias, ocasião em que o perito deverá informar o número do seu CPF e da conta corrente para o depósito dos honorários periciais. Com a entrega do laudo, proceda-se com o necessário para o pagamento dos honorários periciais.
Depositado o laudo em cartório, intimem-se as partes para, no prazo de 15 dias, se manifestarem.
Após a realização da perícia, digam as partes se pretendem ser submetidas à audiência de conciliação ou dizerem se preferem o julgamento da causa.
Intimem-se.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTE.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7004559-83.2019.8.22.0014
Classe:Ação Civil Pública
Protocolado em: 11/07/2019
AUTORES: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA, Estado de Rondônia
ADVOGADOS DOS AUTORES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: ANDERSSON TALASKA, AVENIDA JOSÉ DO PATROCÍNIO 3804, DE 3389/33 CENTRO (S-01) - 76980-108 - VILHENA - RONDÔNIA, HILARIO TALASKA, AVENIDA JOSÉ DO PATROCÍNIO 3804 CENTRO (S-01) - 76980-108 - VILHENA - RONDÔNIA, JOSE TRINDADE LOBATO, RUA O 567, QUADRA 59 BNH - 76980-970 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: ARTHUR VINICIUS LOPES, OAB nº RO8478, KLEBER WAGNER BARROS DE OLIVEIRA, OAB nº RO6127
R$ 2.522.267,00
DESPACHO
Defiro a produção das provas pericial, oral, depoimento pessoal dos requeridos e documental requerida pelas parte.
Indefiro o pedido do Ministério Publico para expedição de ofício a fim de ser juntado cópia integral do procedimento criminal n. 1003659-32.2017.8.22.0014. A uma porque trará tumulto processual e comprometerá a celeridade processual, a duas porque o Ministério Público possui prerrogativas de realizar o ato sem a intervenção judicial.
Assim, determino que o Ministério Público junte aos autos, apenas as provas produzidas judicialmente nos autos da ação criminal de n. 1003659-32.2017.8.22.0014 sobre os fatos que pretende provar nesta ação.
Indefiro expedição de ofício à SEDAM/RO para que forneça cópia integral dos processos administrativos referente às Autorizações Especiais n. 054/2016 e 055/2016, uma vez que a parte interessada poderá promover a juntada independentemente de intervenção judicial. Ademais, a parte interessada não logrou esclarecer o que pretende provar com tais documentos.
Prova pericial
1. DEFIRO a produção de prova pericial ambiental a ser realizada pela SEDAM no sentido de averiguar eventuais irregularidades ambientais na área discutida nos autos.
1.1. Intimem-se às partes para, no prazo de 15 dias, apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos.
1.2. Decorrido o prazo, intime-se o responsável pela SEDAM em Vilhena/RO, para a realização da perícia e indicar nos auto o dia e hora para a realização do ato.

1.3. Com a informação, intimem-se às partes por meio de seus advogados.
1.3. O laudo pericial deverá ser entregue no prazo de 20 dias, contados da data designada para a realização do ato.
2. DEFIRO a produção de prova pericial grafotécnica requerida no Id. 82342765, a qual deverá ser custeada pela parte José Trindade Lobato.
2.1. Nomeio como perito grafotécnico o Sr. Guido Hermann para proceder com a perícia, o qual poderá ser localizado na Rua Umuarama, n. 2868 – Esquina com a Rua Morumbi, Bairro Greenville, fones 3322-8873 e 8447-4701.
2.2. O laudo deverão ser entregues nos autos no prazo de 20 dias, contados a partir da data designada para realização do ato (CPC, art. 465).
2.3. Nos termos do art. 465, § 1º, incumbe as partes dentro de 15 dias contados da intimação deste despacho: a) arguir o impedimento ou a suspeição do perito; b) indicar assistente técnico; apresentar quesitos.
2.4. Decorrido o prazo sem manifestação quanto à nomeação do expert, intime-se o perito nomeado para, no prazo de 5 dias, apresentar nos autos (CPC, art. 465, § 2º): a)proposta de honorários; b) currículo, com comprovação de especialização; c) contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.
2.5. Com a informação dos honorários, intime-se a parte ré José Trindade Lobato para efetuar o depósito dos honorários.
Efetivado o depósito, intime-se o perito para dar início aos trabalhos, indicando nos autos o dia, hora e local da realização do ato.
2.6. Com a informação, intimem-se as partes e intime-se pessoalmente o réu José Trindade Lobato, o qual deverá fornecer sua assinatura para realização da perícia.
3. A audiência de instrução será designada após a realização da perícia.
Pratique-se o necessário.
Vilhena,RO, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7005124-47.2019.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Inventário e Partilha
Polo Ativo: AUTOR: VANIA FERREIRA DE OLIVEIRA, CPF nº 16014464204, AVENIDA CORONEL TEIXEIRA 01, NC 02, QD 01 PONTA NEGRA - 69037-000 - MANAUS - AMAZONAS
ADVOGADO DO AUTOR: JOCIMAR BRITO SOUSA, OAB nº AM16063
Polo Passivo: REU: ELIANE DE OLIVEIRA GUERO, CPF nº 58919236291, AVENIDA BRASIL 5666 JARDIM ELDORADO - 76987-198 - VILHENA - RONDÔNIA, ANTONIO MARCOS GUERO, CPF nº 56196016253, AVENIDA BRASIL 5666 JARDIM ELDORADO - 76987-198 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: VERA LUCIA PAIXAO, OAB nº RO206, NEWTON SCHRAMM DE SOUZA, OAB nº RO2947A
Valor da causa: R$ 56.350,00
DESPACHO
O Tribunal de Justiça de Rondônia recentemente instituiu nova forma de expedição de alvará judicial, nomeada como Alvará Eletrônico, nele incluído duas modalidades de levantamento de valores, conforme se delimita a baixo:
A primeira modalidade é definida como saque. Nessa, será remetida ordem bancária via sistema à agência da Caixa Econômica Federal vinculada à Comarca e lá ficará à disposição do beneficiário por 30 (trinta) dias para levantamento do valor em espécie, ou seja, será necessário o comparecimento do beneficiário à agência. Na segunda, é remetida ordem de transferência de valores via sistema à Caixa Econômica Federal, já indicando a conta bancária do beneficiário que deverá ser remetidos os valores. Ao receber a ordem bancária do juízo, no prazo máximo de 48 horas, o valor já estará na conta informada na ordem bancária. Essa opção dispensa o comparecimento da parte à agência bancária. A vista disso, é necessário que a parte indique qual modalidade deverá ser expedido o alvará eletrônico, sendo que se optar pela segunda opção, deverá indicar os seguintes dados: Nome do beneficiário, Banco, agência, número da Conta bancária, corrente ou poupança e CPF ou CNPJ.
Para tanto, defiro prazo de 05 (cinco) dias para prestar as informações necessárias à expedição da ordem eletrônica de levantamento de valores.
Aguarde-se.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7008728-84.2017.8.22.0014
Classe: Embargos à Execução
Assunto: Duplicata
Polo Ativo: REQUERENTE: MOURA TRANSPORTES EIRELI - ME, CNPJ nº 05480284000184, RUA PROFESSOR CARLOS MAZALA 3647 Sala A JARDIM AMÉRICA - 76980-866 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ROBERTO ANGELO GONCALVES, OAB nº RO1025, SERGIO ABRAHAO ELIAS, OAB nº RO1223A
Polo Passivo: REQUERIDO: BRITO & KORB LTDA, CNPJ nº 04495554000168, AVENIDA CELSO MAZUTTI 3213 JARDIM AMÉRICA - 76980-751 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: LUIZ ANTONIO GATTO JUNIOR, OAB nº RO4683A

Valor da causa: R$ 7.497,53
DESPACHO
1 - Cuida-se de cumprimento de Sentença (arts. 523 e 525, ambos do CPC). Altere-se a classe para cumprimento de Sentença, bem como altere-se o nome da parte exequente para o nome dos advogados que requereram a execução.
2 - Considerando o trânsito em julgado da sentença que condenou o executado ao pagamento de quantia certa, intime-se o executado, por meio de seu advogado constituído, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do valor devido, sob pena de ser acrescido ao débito principal multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, § 1º, Código de Processo Civil.
2.1 - Ressalto, ainda, que, efetuado o pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante (art. 523, § 2º).
2.2 - Caso advenha o pagamento integral no prazo do item "2", desde já determino a expedição de alvará judicial, ou ofício de transferência do valor incontroverso e após conclusos para sentença de extinção.
2.3 - Não havendo o pagamento ou irresignação do executado, intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar quanto ao prosseguimento do feito, mediante demonstrativo de débito atualizado, devendo recolher custas das diligências requeridas.
3 - Transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o Executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, querendo, nos próprios autos impugnação. (art. 525, caput, do CPC)
4 - Apresentada a impugnação, intime-se o exequente a se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias.
5 - Após, venham os autos conclusos para deliberação.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7001518-79.2017.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Protocolado em: 08/03/2017
EXEQUENTE: D. W. DE SOUZA CORDEIRO & CIA. LTDA - ME, AV CELSO MAZUTTI 1711 CENTRIO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ANDERSON BALLIN, OAB nº RO5568, JOSEMARIO SECCO, OAB nº RO724A
EXECUTADO: ASSOCIACAO DOS VEICULOS PESADOS DO ESTADO DE SAO PAULO - AVEP/SP, RUA ROMILDA SARAIVA GOMES 621, SALA 03 PARQUE ANHANGÜERA - 14095-500 - RIBEIRÃO PRETO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
VALOR DA CAUSA: R$ 5.402,64
D E C I S Ã O
Determino a suspensão do processo pelo prazo de 1 ano.
Aguarde-se o decurso do prazo no arquivo provisório (sem baixa).
Decorrido o prazo de suspensão, sem manifestação das partes, iniciar-se-á o prazo da prescrição intercorrente.
Transcorrido o prazo de 5 anos, intime-se a parte exequente para se manifestar quanto à prescrição intercorrente (Súmula 150, STF)
Intimem-se.
Pratique-se o necessário.
Vilhena,RO,17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7000344-62.2022.8.22.0013
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Guarda
Polo Ativo: AUTORES: E. D. S. C., RUA BELO HORIZONTE 2270 JARDIM SÃO PAUL - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA, D. P. D. E. D. R., AV ARACAJU 827 CENTRO - 76997-970 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA, E. M. C. F., CPF nº 09450555281, BRASILIA 2270 JARDIM SAO PAULO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: REU: J. H. F. A., CPF nº 00924536276, RUA PANAMÁ 2470 - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: ELTON DAVID DE SOUZA, OAB nº RO6301
Valor da causa: R$ 7.200,00
DESPACHO
Com fim de evitar futuras alegações de cerceamento de defesa, intime-se as partes para, no prazo de 10 (Dez) dias, querendo, apresentar alegações finais sucessivas.
Decorrido os prazos, venham os autos conclusos para Julgamento.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7004856-95.2016.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Acidente de Trabalho, Acidente de Trânsito
Polo Ativo: AUTOR: FERNANDA ALVES FANECO, CPF nº 80730000249, RUA HUMAITÁ 715 EMBRATEL - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: VALDINEI LUIZ BERTOLIN, OAB nº RO6883, LEANDRO MARCIO PEDOT, OAB nº RO2022A
Polo Passivo: REU: JOSÉ MARQUES FERREIRA, CPF nº DESCONHECIDO, RUA 08 6335, FUNDOS DA RONDOFRUTAS JARDIM ELDORADO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA, VILMAR DA SILVA FERREIRA, CPF nº DESCONHECIDO, RUA 08 6335, FUNDOS DA RONDOFRUTAS JARDIM ELDORADO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REU: ANTONIO SANTANA NESTORIO, OAB nº MT6100
Valor da causa: R$ 69.178,50
DESPACHO
Atento ao contido nos autos indicando inúmeras desistências na realização da perícia e ao tempo que já decorre o processo, determino a intimação da parte autora para indicar no prazo de 15 (quinze) dias, dentre os profissionais habilitados no TJRO, médico perito disponível para realização da perícia médica pendente, a qual poderá ser feita por intermédio do link: https://www.tjro.jus.br/ceajus/pessoafisica/consultaprofissional.
Sobrevindo as indicações, venham os autos conclusos para deliberação.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo: 7002798-46.2021.8.22.0014
Classe: Arrolamento Comum
REQUERENTES: RODRIGO DE AZEVEDO, MARCELO DE AZEVEDO, ANGELA APARECIDA DE AZEVEDO BENITO, ESTROGILDA FERNANDES AZEVEDO
ADVOGADO DOS REQUERENTES: SONIA APARECIDA SALVADOR, OAB nº RO5621
REQUERIDO: JOAQUIM JOSE DE AZEVEDO
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
I. RELATÓRIO
Cuida-se de Arrolamento de bens ajuizado por REQUERENTES: RODRIGO DE AZEVEDO, MARCELO DE AZEVEDO, ANGELA APARECIDA DE AZEVEDO BENITO, ESTROGILDA FERNANDES AZEVEDO, em razão dos bens deixados por REQUERIDO: JOAQUIM JOSE DE AZEVEDO. Nas primeiras declarações os requerentes arrolaram os bens a serem partilhados e esclareceram que dois veículos denominados REBOQUES, modelo REB/TRUCK GALEGO SR ano/modelo: 2004/2004, cor branca, RENAVAM 00835782760, placa JZY1689 e ao modelo REB/TRUCK GALEGO SR, ano/modelo: 2004/2004, cor branca, RENAVAM 00835782310, placa JZY1649, haviam sido vendidos em vida pelo de cujus para Sr. Cilene Marques Sampaio, CPF 720.028.752-00. Ato continuo, apresentaram as últimas declarações pugnando pela homologação da partilha e transferência dos veículos vendidos em vida para a Sra. Cilene Marques Sampaio. Juntaram documentos.
A viúva Estrogilda Fernandes Azevedo, foi nomeada como inventariante, cujo termo consta no Id n. 59175038 - Pág. 1.
As Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal não se opuseram ao deslinde do feito (Ids. 63555757, 64094279 e 87460935)
Consta as certidões negativas fiscais e testamentária, bem como foi comprovado o pagamento do ITCMD.
Os autos vieram conclusos.
II. FUNDAMENTAÇÃO
O arrolamento é previsto no artigo 659 e 664 e seguintes do CPC cabendo quando há partilha amigável entre as partes capazes e o valor da herança é igual ou inferior a mil salários-mínimos, constituindo forma simplificada de promover o inventário e a consequente partilha dos bens deixados pelo de cujus.
O procedimento do arrolamento é cabível, pois patente que o valor do espólio não supera a quantia de 1.000 (mil) salários-mínimos.
Considerando que as partes signatárias da partilha são maiores, não há óbice para que se proceda à homologação dos termos do acordo descrito na petição id. 90936987.
Noutro giro, salienta-se que no arrolamento, não serão conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, ao pagamento ou à quitação de taxas judiciárias e de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio, além disso o imposto de transmissão será objeto de lançamento administrativo, conforme disposto pela legislação tributária, não ficando a autoridade fazendária aos valores indicados pelos herdeiros, conforme dispõe o artigo 662, caput e §2° do CPC.
O arrolamento foi processado neste juízo em conformidade com o legalmente exigido (art. 664, CPC), tendo sido confeccionado o esboço de partilha dos bens deixados pela autor da herança.
Constam nos autos procurações e documentos de identificação da viúva e herdeiros do falecido, certidões negativas de débitos federal, estadual e municipal.
Compulsando os autos, verifico que todos os requisitos foram devidamente cumpridos pela viúva e herdeiros, não havendo nada que obste a pretendida homologação.
III. DISPOSITIVO
Diante do exposto julgo POR SENTENÇA, para que produza os devidos efeitos legais a partilha constante na petição id. 90936987, dos

bens deixados por REQUERIDO: JOAQUIM JOSE DE AZEVEDO ressalvados eventuais direitos de terceiros e da Fazenda Pública.
1- Determino que sejam recolhidas as processuais do processo e após o efetivo recolhimento expeça-se o Formal de Partilha dos bens deixados pelo de cujus.
2 - INDEPENDENTEMENTE de recolhimento das custas processuais AUTORIZO a Sra. CILENE MARQUES SAMPAIO, CPF n. 720.028.752-00 a proceder com a transferência perante o órgão de trânsito competente dos veículos denominados, mediante o pagamento das respectivas taxas:
a) REBOQUE modelo REB/TRUCK GALEGO SR ano/modelo: 2004/2004, cor branca, RENAVAM 00835782760, placa JZY1689;
b) REBOQUE modelo REB/TRUCK GALEGO SR, ano/modelo: 2004/2004, cor branca, RENAVAM 00835782310, placa JZY1649.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL DE AUTORIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DOS REFERIDOS VEÍCULOS.
3. Eventual existência de fraude ao inventário ou cobrança de ITCMD e Multa, estes deverão ser promovidos na via própria.
Transitado em julgado, arquivem-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
SIRVA ESTA SENTENÇA COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO/ALVARÁ PARA OS DEVIDOS FINS.
Vilhena, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7002896-60.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Reconhecimento / Dissolução, Guarda
Polo Ativo: AUTORES: ELOA ISABELE FERNANDES DE SOUSA, RUA OITO MIL QUINHENTOS E SEIS 807 ASSOSETE - 76986-358 - VILHENA - RONDÔNIA, MARCIENE FERNANDES BORGES, RUA OITO MIL QUINHENTOS E SEIS 807 ASSOSETE - 76986-358 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: ANA CAROLINA IMTHON ANDREAZZA, OAB nº RO3130A, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: REU: JOILSON VICOSO DE SOUSA, CPF nº 00473535203, RUA CEARÁ - DE 1529/1530 A 209 1947 PARQUE INDUSTRI - 76982-176 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: DENNS DEIVY SOUZA GARATE, OAB nº RO4396A
Valor da causa: R$ 83.287,20
DESPACHO
1- Intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, manifestar se detém interesse no julgamento antecipado da lide, afirmando desde logo a inexistência de provas outras a produzir.
1.1- Em sendo positiva, sejam os autos conclusos para o julgamento do processo no estado em que se encontra.
2- Caso contrário, sugerir os pontos controvertidos da lide e especificar as provas que pretendem produzir, bem como indicar a pertinência da prova com os fatos que pretende ser provados, sob pena de preclusão.
2.1- Havendo necessidade de produção de prova testemunhal, determino, desde já, que as partes apresentem seus respectivos róis de testemunhas, observando-se o disposto no art. 357, §§ 4º, 5º, 6º e 7º do CPC, cumprindo-lhes indicar, na oportunidade, quais de suas testemunhas comparecerão em audiência independentemente de intimação, quais outras serão intimadas pelo próprio advogado, na forma do art. 455 do CPC, e, por fim, aquelas testemunhas cujas intimações, imprescindivelmente, devem ser efetuadas por mandado e oficial de justiça, desde logo justificando tal necessidade, sob pena de indeferimento.
3- Após, tornem-se os autos conclusos para saneamento.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 7003009-14.2023.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Distribuição: 30/03/2023
REQUERENTE: GESSY LEHRBACH, CPF nº 77455401272, LINHA 165 LOTE 76A SN, PEROBAL SITIO SANTA BARBARA - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELIANE BACK, OAB nº RO7547A
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Valor da causa: R$ 43.632,00
D E S P A C H O
Certifique-se o trânsito em julgado da senteça.
Após, expeça-se RPV conforme determinado na sentença.
Intime-se a ré para, no prazo de 15 dias, comprovar o cumprimento do acordo realizado entre às partes sobre a implantação do benefício previdenciário em favor do autor.
Pratique-se o necessário.

SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTES PARA OS DEVIDOS FINS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7013142-86.2021.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Contratos Bancários, Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, Empréstimo consignado
Polo Ativo: AUTOR: DULCINEIA DE CASTRO SANTOS, CPF nº 89619498291, RUA A JARDIM ARAUCÁRIA - 76983-490 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: BEATRIZ BIANQUINI FERREIRA, OAB nº RO3602A
Polo Passivo: REU: BANCO C6 CONSIGNADO S.A., AVENIDA NOVE DE JULHO 3186, - DE 2302 A 3698 - LADO PAR JARDIM PAULISTA - 01406-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: FELICIANO LYRA MOURA, OAB nº AC3905, PROCURADORIA DO BANCO C6 CONSIGNADO S/A
Valor da causa: R$ 20.871,07
DESPACHO
Do que consta os autos, o réu impugnou o valor dos honorários periciais e, posteriormente, comprovou o depósito do valor.
Como é sabido, chama-se preclusão a perda da possibilidade de praticar um ato processual e costumeiramente se cogita de três modalidades de preclusão: temporal, lógica e consumativa. Ocorre a preclusão lógica quando o sujeito do processo, em razão da prática de um determinado ato, perde a possibilidade de praticar outro que com ele seja incompatível.
Na hipótese, com a comprovação de recolhimento dos honorários periciais no ID. 90756408, tenho que o réu concordou com o valor proposto pelo expert, apesar de anteriormente ter apresentado sua impugnação, motivo o qual a celeuma quanto ao valor dos honorários resta superada, ante a preclusão lógica (art. 1.000 do CPC).
Dito isso, em termos de prosseguimento do feito, com fundamento no princípio da cooperação, segundo o qual o processo se trata de atividade triangular em que todos os envolvidos devem colaborar com a rápida solução da questão, DETERMINO que o(a) advogado(a) da parte autora, o(a) intime/cientifique da data e horário para a realização da perícia, advertindo-o que sua ausência injustificada importará na perda da prova pericial.
Segue abaixo os dados da perícia, segundo informações do perito judicial: [...] à produção da prova técnica requerida, terão início a partir das 16h00min do dia 14/09/2023. Para tanto se requer que o(a) autor(a) da(s) assinatura(s) questionada(s), seja intimado(a) a comparecer no local abaixo designado, na hora e data anteriormente informadas, portando seus documentos pessoais. A partir da realização do auto de coleta de padrões gráficos (ato inaugural), os demais procedimentos juspericiais também serão realizados diariamente no local e horário abaixo informados.
Local da perícia: Rua Umuarama, n. 2868, Jd. Green Ville, Vilhena/RO, CEP: 76.980-890.
Com a juntada do laudo pericial, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 0011632-75.2012.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Atos executórios
Polo Ativo: EXEQUENTE: PATO BRANCO ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 02570953000382, RUA GETÚLIO VARGAS 222, SUPERMERCADO PATO BRANCO CENTRO - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ESTEVAN SOLETTI, OAB nº RO3702A
Polo Passivo: EXECUTADOS: L C GARCIA DE ALMEIDA - ME, RUA: 20 1103 JARDIM MONTE - 78300-000 - TANGARÁ DA SERRA - MATO GROSSO, LUIZ CARLOS GARCIA DE ALMEIDA, CPF nº 45284792149, RDV MT 358 KM 148 8 ZONA RURAL - 78300-000 - TANGARÁ DA SERRA - MATO GROSSO
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 1.008,23
DESPACHO
Considerando que não é possível realizar pelo Gabinete a expedição de alvará judicial eletrônico na modalidade transferência.
Serve o presente como OFÍCIO a Caixa Econômica Federal (e-mail: ag1825ro01@caixa.gov.br) para, no prazo de 10 (dez) dias, proceder com as transferências dos valores, conforme abaixo: a) transferir o valor de R$ 55,29 (cinquenta e cinco reais e vinte e nove centavos), depositado na conta judicial n. 01546952-0, para a seguinte conta bancária: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; agência 1825; operação 003; conta corrente: 1549-3, em nome de JOSEMÁRIO SECCO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, CNPJ: 08.731.719/0001-04, deduzindo-se eventuais despesas em caso de transferência bancária (TED/DOC) dos próprios valores a serem transferidos. b) transferir os valores de R$ 22,00 (vinte e dois reais), com seus acréscimos legais (havendo), zerando e inutilizando a conta após a transferência, depositado na conta judicial n. 01546948-1 e os valores remanescentes depositados na conta judicial n. 01546952-0, com seus acréscimos legais (havendo), zerando e inutilizando a conta após a transferência, para a seguinte conta bancária: CHAVES E SOLETTI

ADVOGADOS, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; agência: 4742; operação: 003; conta corrente: 140-6, em nome de CHAVES E SOLETTI ADVOGADOS, CNPJ: 14.805.977/0001-90, deduzindo-se eventuais despesas em caso de transferência bancária (TED/DOC) dos próprios valores a serem transferidos.
Deverá encaminhar os comprovantes para o seguinte e-mail cpe3civvil@tjro.jus.br.
Com a comprovação de transferências, intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, tomar ciência e se manifestar em termos de prosseguimento do feito, sob pena de suspensão e arquivamento, nos termos do art. 921 do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos para extinção.
Cumpra-se a CPE com o necessário.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7005919-14.2023.8.22.0014
Procedimento Comum Cível
AUTOR: DEBORA DE OLIVEIRA, CPF nº 01348899247, RUA JOSÉ TRAVALON 2970 JARDIM SOCIAL - 76981-272 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ANA CAROLINA IMTHON ANDREAZZA, OAB nº RO3130A
REU: MARCIO RICHARLES DOS SANTOS PONTES, RUA DO CRAVO 2629, - DE 2767/2768 A 2817/2818 COHAB / FLORESTA - 76807-892 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, THEO OLIVEIRA PONTES MELO, RUA JOSÉ TRAVALON 2970 JARDIM SOCIAL - 76981-272 - VILHENA - RONDÔNIA
VALOR DA CAUSA: R$ 19.092,00
DESPACHO SERVINDO DE CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTE
Processe-se em segredo.
DEFIRO o pedido liminar de fixação de alimentos devidos pelo réu/pai ao filho menor.
Assim, FIXO alimentos provisórios no equivalente em 30% dos rendimentos líquidos do réu em favor do filho menor, incluindo-se 13º e férias. Conforme se depreende da petição inicial, os alimentos já vem sendo descontado em folha de pagamento do réu e depositados na conta de titularidade da genitora do menor, situação esta que deverá persistir. O valor deverá ser descontado em folha de pagamento do réu e e transferida mensalmente a quantia para a seguinte conta: Banco Caixa Econômica Federal, Conta Poupança, Agência 1825, Operação 001, Conta 31455-9, de titularidade de DEBORA DE OLIVEIRA, 013.488.992-47.
Conforme se depreende da petição inicial, os descontos dos alimentos já vem ocorrendo por força da decisão proferida nos autos de n. 7010889-91.2022.8.22.0014, cujo processo foi extinto, no entanto os descontos em folha de pagamento do réu para pagamentos dos alimentos deverão persistir.
Assim, informe à Diretora de Administração de Pessoal da Universidade Federal de Rondônia, sobre esta decisão, bem como de que os descontos de alimentos em favor do menor Théo Oliveira Pontes Melo, do valor correspondente a 30% (trinta por cento) dos rendimentos líquidos de MARCIO RICHARLES DOS SANTOS PONTES - CPF: 940.631.682-04, incluindo-se férias e 13ª, que já vem ocorrendo na folha de pagamento dele, deverão continuar, no entanto, por força desta decisão, uma vez que os autos de n. 7010889-91.2022.8.22.0014 foram extintos.
Como é sabido, nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação (CPC, art. 694).
Desse modo, DESIGNO audiência de conciliação para o dia 19/10/2023 às 9h, por sistema de videoconferência, através do aplicativo Google Meet, podendo ser utilizado pela parte interessada algum aparelho eletrônico, tais como celular, notebook ou computador, que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando, devendo receber auxílio do respectivo patrono/advogado.
Os participantes deverão acessar o ambiente virtual através do seguinte link meet.google.com/mdk-mvqb-mdo , Ou disque: (BR) +55 51 4560-7683 PIN: 899 635 525# , ingressando na sala na data e horário agendados.
As partes deverão informar nos autos (através de seus advogados/Defensores Públicos) os e-mails pelos quais participarão da solenidade, no prazo máximo de 05 (cinco) dias antes da audiência.
Cite-se a parte requerida para tomar conhecimento da presente ação e da audiência designada, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da realização da audiência de tentativa de conciliação, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pelo autor e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344, do CPC, que assim dispõe: “Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor”. Na oportunidade, com fim trazer celeridade ao procedimento, deverá indicar as provas que pretende produzir, justificando sua pertinência aos fatos a serem provados.
As partes representadas pela Defensoria Pública deverão ser intimadas pessoalmente para participarem da solenidade.
Realizada a audiência e não obtida a conciliação, decorrido o prazo da parte requerida e verificada a complementação as custas processuais, intime-se a parte requerente para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar réplica à contestação, se assim houver. De igual forma, deverá indicar as provas que pretende produzir, justificando sua pertinência aos fatos a serem provados.
Tudo cumprido, tornem-se os autos conclusos para deliberação quanto às provas postuladas, saneamento processual ou julgamento antecipado da lide.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Pratique-se o necessário.
SIRVA ESTE DESPACHO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTES PARA OS DEVIDOS FINS.
Vilhena, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7002463-56.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Cédula de Crédito Comercial
Polo Ativo: AUTOR: NISSEY CAMINHOES LTDA, CNPJ nº 39845230000197, AVENIDA MARECHAL RONDON 5594, NISSEY CAMINHÕES CENTRO (5º BEC) - 76988-010 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: HENRIQUE COSTA MARQUES BARBOSA, OAB nº RO9510
Polo Passivo: REU: ANDERSON COELHO DE AMORIM DOS SANTOS, CPF nº 79767664220, RUA DOIS MIL DUZENTOS E OITO 1469, TELEFONE (69) 9997-29724 JARDIM ELDORADO - 76985-236 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 11.121,81
DESPACHO
Em termos de prosseguimento do feito, a parte autora pugnou pela citação do réu no mesmo endereço, por meio de Oficial(a) de Justiça.
DESIGNO audiência de conciliação/mediação para quinta-feira, dia 5 de outubro de 2023, com início às 12 horas, a ser realizada por videoconferência, por meio do link: https://meet.google.com/zvd-qvks-uad, nos termos do Provimento n. 18/2020-CGJ, a ser realizada pelo Núcleo de Conciliação e Mediação - NUCOMED.
As partes deverão informar no processo os contatos telefônicos através dos quais participarão da solenidade com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data agendada para a solenidade.
No horário da audiência por videoconferência, as partes deverão estar disponíveis através do número de celular informado, em local apropriado, para que a audiência possa ter início, e tanto as partes como os advogados acessarão e participarão do ato após receberem a chamada.
Os participantes deverão comprovar as respectivas identidades ao início da audiência, exibindo documento oficial com foto para conferência e registro.
CITE-SE e INTIME-SE o réu, para que tome conhecimento da presente ação, bem como compareça à audiência de conciliação designada, enquanto a parte autora fica intimada na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º).
Ficam as partes advertidas que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (CPC, art. 334. § 8º).
Não havendo acordo o réu deverá, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da audiência (CPC, art. 335, I), apresentar(em) defesa, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344, do Código de Processo Civil, que assim dispõe: “Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.”
Na oportunidade, com fim trazer celeridade ao procedimento, deverá indicar as provas que pretende produzir, justificando sua pertinência aos fatos a serem provados.
Realizada a audiência e não obtida a conciliação, decorrido o prazo da parte ré, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica à contestação, se assim houver.
De igual forma, deverá indicar as provas que pretende produzir, justificando sua pertinência aos fatos a serem provados.
Tudo cumprido, retornem os autos conclusos para decisão saneadora.
Serve o presente como MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
REU: ANDERSON COELHO DE AMORIM DOS SANTOS, CPF nº 79767664220, RUA DOIS MIL DUZENTOS E OITO 1469, TELEFONE (69) 9997-29724 JARDIM ELDORADO - 76985-236 - VILHENA - RONDÔNIA
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7001844-97.2021.8.22.0014
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto: Alienação Fiduciária
Polo Ativo: AUTOR: Banco Bradesco Financiamentos S.A, ABET SABIN 95, CASA NOVA OURO PRETO - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ROSANGELA DA ROSA CORREA, OAB nº AC5398, BRADESCO
Polo Passivo: REU: IVANEI DORNELLES, CPF nº 58908803904, AV 1707 002256 JD PRIMAVERA - 76980-002 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 17.638,77
DESPACHO
Defiro o pedido de id. 92756500.
Concedo prazo de 15 (quinze) dias para juntada das custas da diligência pleiteada
Desde já faço contar que não haverá outra intimação/dilação de prazo para o cumprimento da diligência, cabendo à parte requerente juntar aos autos os documentos pertinentes no prazo já conferido.
Aguarde-se o decurso do prazo. Decorrido, tornem conclusos para deliberação.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7001193-70.2018.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Espécies de Contratos
Polo Ativo: EXEQUENTE: UNIMED VILHENA COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO, CNPJ nº 01659087000176
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUIZ ANTONIO GATTO JUNIOR, OAB nº RO4683A
Polo Passivo: EXECUTADO: AIRTON GARCIA SANTANA, CPF nº 02442943131
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 894,61
DESPACHO
Procedo com a expedição de alvará judicial eletrônico na modalidade transferência, conforme dados abaixo:
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 233,45 LUIZ ANTONIO GATTO JUNIOR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA 21771580000190 1546951 - 1 Sim Caixa Econômica Federal (104) Ag.: 1825 C.: 3221-5 R$ 109,04 LUIZ ANTONIO GATTO JUNIOR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA 21771580000190 1546950 - 3 Sim Caixa Econômica Federal (104) Ag.: 1825 C.: 3221-5 R$ 21,18 LUIZ ANTONIO GATTO JUNIOR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA 21771580000190 1546949 - 0 Sim Caixa Econômica Federal (104) Ag.: 1825 C.: 3221-5 TOTAL R$ 363,671 - Aguarde-se em cartório pelo prazo de 5 (cinco) dias.
2 - Findo o prazo, a CPE deverá proceder com consulta em sistema pertinente. objetivando constatar a existência de valores em conta judicial vinculada aos autos.
3 - Caso positivo, certifique-se e tornem os autos conclusos para deliberação.
4 - Do contrário, intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar em termos de prosseguimento do feito, sob pena de suspensão e arquivamento, nos termos do art. 921 do Código de Processo Civil.
5 - Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7005252-28.2023.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cheque
Polo Ativo: EXEQUENTE: EMILSON MENEGUELI FRANCO, CPF nº 79203230700, ESTRADA PACARANA, KM 28 S/N ZONA RURAL - 76960-000 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: YURI MARCELINO FRANCO, OAB nº RO11314
Polo Passivo: EXECUTADO: JORGE DOS SANTOS, CPF nº 88838846200, RUA CANA BRAVA 1286 JARDIM BELA VISTA - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 179.929,20
DECISÃO
Custas recolhidas.
Trata-se os autos de ação de execução de título extrajudicial com pedido de cautelar de arresto ajuizada por EXEQUENTE: EMILSON MENEGUELI FRANCO em face de EXECUTADO: JORGE DOS SANTOS, postulando pela citação do executado para que pague o valor atualizado de R$ 179.929,21 (cento e setenta e nove mil novecentos e vinte e nove reais e vinte e um centavos).
Relatou que é possuidor de um crédito perante o executado no valor de R$ 169.000,00 (cento e sessenta e nove mil reais), crédito esse comprovado por meio de 2 (duas) cártulas de cheques emitidas contra a cooperativa de Crédito CRESOL. Discorreu que a primeira cártula, de n. 000066, no valor de R$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais), foi recusado o pagamento pela instituição financeira pela ausência de fundos, enquanto a segunda cártula, de n. 000041, no valor de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), o pagamento foi recusado pela instituição financeira pelo “sustamento”. Mencionou que os valores possuem como origem o negócio jurídico realizado entre as partes e que não foi adimplido no prazo acordado. Aduziu que tentou receber os valores de forma amigável, no entanto, o executado se esquiva de proceder com o pagamento da dívida. Em sede de tutela de urgência, pugnou pela penhora de semoventes em nome do executado e, subsidiariamente, o bloqueio cautelar da ficha do executado perante a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia. No mérito, a citação do executado para proceder com o pagamento, nos termos da legislação aplicável.
Vieram os autos conclusos.
É o necessário. Decido.
As tutelas provisórias são tutelas processuais não definitivas fundadas em cognição sumária, isto é, fundadas em um exame menos profundo da causa, capaz de levar à prolação de decisões baseadas em juízo de probabilidade. Por sua vez, a tutela da evidência (espécie de tutela provisória) é aquela concedida em cognição sumária, cujo direito é comprovado quase que de plano, ou seja, quando o direito cuja base fática possui uma robusta fundamentação probatória.
Uma das modalidades de tutela provisória é a tutela de urgência, adequada em casos nos quais se verifica estar presente uma situação de perigo de dano iminente, que pode ser caracterizada como uma situação de urgência, pois a tutela de urgência pode ser satisfativa (tutela antecipada) ou meramente assecuratória (tutela cautelar), nos termos do art. 294, parágrafo único, do CPC.
Na lição de Alexandre Freitas Câmara: A definição de medida cautelar tem de se basear sempre na ideia, essencial para sua exata compreensão, de que este provimento jurisdicional não é capaz de realizar o direito substancial afirmado pelo demandante, mas tão somente

se destina a assegurar que, no futuro, quando chegar o momento de se obter a satisfação de tal direito, estejam presentes as condições necessárias para tanto. A medida cautelar não satisfaz, e sim assegura a futura satisfação. (Câmara, Alexandre Freitas, Manual de Direito Processual Civil. 2ª edição. Grupo GEN, 2023).
O arresto é medida cautelar que visa a indisponibilidade de bens do devedor para garantia de execução por quantia certa, preceitua o art. 301 do CPC: A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguração do direito.
Para a concessão da tutela cautelar, em síntese, exige-se dois requisitos cumulativos: a probabilidade de existência do direito material alegado pela parte e a existência de uma situação de urgência, de perigo de dano iminente, grave e de difícil ou impossível reparação
Na hipótese, observo que a existência da dívida é fato incontroverso e restou devidamente demonstrada nos autos, consoante cheques coligidos aos autos no ID. 92926312.
Quanto ao periculum in mora (ou seja, perigo na demora), não se encontra presente, uma vez que não há nos autos a demonstração de perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, bem como, prova da dilapidação do patrimônio do executado. Em que pese a narrativa fática do exequente, para a concessão da tutela cautelar, não é suficiente a existência de um receio meramente subjetivo. É preciso que o receio de dano (perigo na demora) esteja ligado a uma situação objetiva, demonstrável através de fatos concretos. Aliás, não é o risco de um dano qualquer que autoriza a concessão da medida cautelar, sendo preciso que se trate de risco de dano iminente, grave, de difícil ou impossível reparação.
Isso posto, NÃO CONCEDO a medida cautelar pleiteada.
CITE-SE o executado dos termos da ação, bem como INTIME-SE a pagar em 3 (três) dias o débito, contados da citação, ou, caso queira, opor embargos em autos apartados, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 915 do Código de Processo Civil.
Advirta-se o executado que, no mesmo prazo dos embargos, poderá reconhecer o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, custas e honorários, podendo requerer o parcelamento do restante em até seis parcelas mensais, nos termos do artigo 916 do Código de Processo Civil.
Se esgotado o prazo para pagamento e embargos, preclusão a ser certificada pelo Cartório, intime-se o exequente a se manifestar quanto ao prosseguimento do feito e requerer as medidas constritivas que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovando o pagamento das custas da diligência requerida.
Fixo honorários em 10% (dez por cento), na forma do art. 85, § 2º do CPC, que serão reduzidos pela metade se o devedor proceder ao pagamento em 3 (três) dias (CPC, art. 827).
Ressalto, por fim, que as partes poderão propor acordo a qualquer momento, caso em que será intimada a parte contrária a se manifestar.
Esta decisão servirá como certidão para fins de aplicação do art. 828 do CPC, porque ao determinar a citação a execução foi admitida.
Cumpra-se com o necessário.
Serve a presente como CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
EXECUTADO: JORGE DOS SANTOS, CPF nº 88838846200, RUA CANA BRAVA 1286 JARDIM BELA VISTA - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7005882-94.2017.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Auxílio-Acidente (Art. 86)
Polo Ativo: REQUERENTE: NIVALDO PEREIRA DOS SANTOS, CPF nº 51014874904, RUA SETECENTOS E NOVE 2110 BODANESE - 76981-022 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARIA GONCALVES DE SOUZA COLOMBO, OAB nº RO3371A, CRISTIANO ALVES DE OLIVEIRA VALIM, OAB nº RO5813
Polo Passivo: REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA RONY DE CASTRO PEREIRA 3927 JARDIM AMÉRICA - 76980-734 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Valor da causa: R$ 2.133,27
DESPACHO
A Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça Rondoniense via Ofício Circular - CGJ n. 066/2023, processo Sei n. 0002428-47.2023.8.22.8800, comunicou este juízo acerca da ATA DE REUNIÃO - CGJ n. 56/2023 - DCP/DEJUD/SCGJ/CGJ, realizada no dia 12/04/2023, que definiu providências para o aperfeiçoamento da rotina das unidades judiciárias que atuam atuação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), visando evitar a morosidade no cumprimento dos atos judiciais.
Foi deliberado na reunião recomendações, a fim de se proceder com especial atenção ao fluxo estabelecido para comunicações dos atos processuais relativos aos processos previdenciários e acidentários contra o INSS, estabelecido no item “b” o seguinte:
[...]
b.2) Obrigação de pagar em processos da competência originária (exclusivamente causas acidentárias) - pagamento de RPVs (partes, advogados e peritos) em processos de natureza acidentária.
b.2.1) Sempre pelo PJe (jamais por mandado) com prazo de 60 dias.
b.2.2) reiteração (vencidos os 60 dias com reclamação de inadimplemento): para o e-mail rpvacidentariapfro@gmail.com.
b.3) o prazo para resposta da reiteração no item b.2.2. será de 15 dias e ela conterá comprovação de pagamento.
b.4) se o INSS não cumprir o prazo do item b.3, o processo será enviado concluso para que o(a) magistrado(a) aplique a tutela específica que entender conveniente, nos termos da legislação processual.
Grifo nosso.

Na hipótese, o executado foi intimado em 20/03/2023, a fim de tomar conhecimento dos RPVs expedidos nos autos. Contudo, restou ultrapassado o prazo para comprovar o pagamento.
Pois bem. Incompreensível a atitude do executado, pois em diversos processos em trâmite neste juízo, constatou-se o mesmo comportamento, ou seja, os depósitos dos RPVs não são comprovados dentro do prazo legal, bem como não cumpre as decisões judiciais.
Assim, objetivando o efetivo cumprimento das recomendações deliberadas em reunião, determino o seguinte:
1 - Intime-se o INSS via e-mail rpvacidentariapfro@gmail.com para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o pagamento dos RPVs expedidos nos autos no ID. 88030623, devendo a Central de Processos Eletrônicos - CPE1G certificar o ato nos autos, fim de verificar a data em que foi enviada a intimação.
2 - Decorrido o prazo sem manifestação, tornem os autos conclusos para deliberação.
3 - Comprovado o pagamento, intime-se o exequente para se manifestar a respeito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de considerar satisfeita a obrigação e, por conseguinte, a extinção do feito com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil.
4 - Findo o prazo do item 3, tornem os autos conclusos para extinção.
Cumpra-se a CPE com o necessário.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7009533-61.2022.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Produto Impróprio
Polo Ativo: AUTOR: DANIELLE KRISTINA DOMINGOS CORDEIRO, CPF nº 62220470253, AVENIDA LUIZ MAZIERO 4355 JARDIM AMÉRICA - 76980-699 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CAMILA DOMINGOS, OAB nº RO5567A
Polo Passivo: REU: WHIRLPOOL S.A, CNPJ nº 59105999002804, OLYMPIA SEMERARO 675 JDM STA EMILIA - 04183-090 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, O. MIRANDA DA ROCHA COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CNPJ nº 04012436001395, AVENIDA MAJOR AMARANTE 3838 CENTRO - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: CATARINA BEZERRA ALVES, OAB nº PE29373, LUCIANA NOGAROL PAGOTTO, OAB nº RO4198A
Valor da causa: R$ 10.698,81
DESPACHO
Considerando que não é possível realizar pelo Gabinete a expedição de alvará judicial eletrônico na modalidade transferência.
Serve o presente como OFÍCIO a Caixa Econômica Federal (e-mail: ag1825ro01@caixa.gov.br) para, no prazo de 10 (dez) dias, proceder com as transferências dos valores, conforme abaixo: a) transferir o valor de R$ 535,31 (quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e um centavos), depositado na conta judicial n. 01546780-2, com seus acréscimos legais (havendo), zerando e inutilizando a conta após a transferência, para a seguinte conta bancária: Banco Bradesco; Conta corrente n. 0162593-4; agência n. 2560, titular Sra. CATARINA BEZERRA ALVES - OAB PE29373 - CPF: 069.144.854-02. b) transferir o valor de R$ 535,31 (quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e um centavos), depositado na conta judicial n. 01546781-0, com seus acréscimos legais (havendo), zerando e inutilizando a conta após a transferência, para a seguinte conta bancária: Banco do Brasil; Conta corrente n. 52.308-9; agência n. 0951-2, titular Sra. LUCIANA NOGAROL PAGOTTO - OAB RO0004198A - CPF: 763.598.832-87. Deverá encaminhar os comprovantes para o seguinte e-mail cpe3civvil@tjro.jus.br.
Com a comprovação de transferências, intimem-se as partes requeridas para, no prazo de 10 (dez) dias, tomarem conhecimento e, querendo se manifestarem, sob pena de considerar satisfeita a obrigação e, por conseguinte, a extinção do feito, nos termos dos arts. 526, § 3º e 924, II, ambos do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos para extinção.
Cumpra-se a CPE com o necessário.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006764-46.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Acidente de Trânsito
Polo Ativo: AUTOR: ANDRESSA SESQUIM, CPF nº 98904094291, RUA TREZENTOS E QUARENTA E TRÊS 452 PARQUE VILA OPERARIA - A - 76987-862 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: IVAN DOUGLAS BAPTISTA CARDOSO, OAB nº RO7320
Polo Passivo: REU: ADENILTON MACHADO DOS SANTOS, CPF nº 42068991268, RUA OLAVO PIRES n 2654 JARDIM DOS ESTADOS - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 100.000,00
DESPACHO
A orientação do Novo Código de Processo Civil é sempre alcançar o julgamento de mérito com a possibilidade do saneamento de supostos vícios processuais e suprimento de pressupostos processuais, a fim de que se tenha o normal processamento do feito, tudo isso

possui um único objetivo, qual seja, solucionar os conflitos em tempo razoável, com decisão de mérito justa e efetiva (art. 6º do CPC).
É certo que a legislação processual em momento algum traz a exigência de que o instrumento de mandato ou declaração de hipossuficiência devam ser atualizados.
No entanto, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça se firmou no sentido de que "Seja pelo ângulo do poder geral de cautela, seja pelo ângulo do poder discricionário de direção formal e material do processo, é perfeitamente cabível ao magistrado, diante das peculiaridades de cada caso concreto, solicitar a apresentação de instrumento de mandato atualizado com a finalidade precípua de proteger os interesses das partes e zelar pela regularidade dos pressupostos processuais, o que não implica contrariedade ao art. 38 do CPC ou ao art. 682 do Código Civil." (REsp 902.010/DF, Rel. Min. CASTRO MEIRA, Segunda Turma, DJe 15/12/2008). [...] (STJ - AgInt no AREsp: 1075422 RJ 2017/0073537-3, Relator: Ministro SÉRGIO KUKINA, Data de Julgamento: 22/08/2017, T1, DP: DJe 30/08/2017).
À vista disso, tenho que a inicial merece ser emendada, a fim de que a parte autora acoste aos autos a procuração com outorga de poderes atualizada, assim como declaração de hipossuficiência, comprovante de endereço e, por fim, cópia na íntegra da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, objetivando averiguar eventual vínculo empregatício da parte autora, após a data de 26/03/2022.
Ademais, tal determinação, como mencionado alhures, à luz do art. 6º do Código de Processo Civil, o qual prevê expressamente o dever de cooperação entre os sujeitos do processo para que se obtenha uma solução com efetividade, devendo as partes trazer aos autos documentos necessários, objetivando averiguar o foro de competência, elementos que evidenciem a existência dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade e a adequada representação processual.
Dito isso, fica a parte autora intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, a título de emenda à inicial, acostar aos autos os documentos supramencionados atualizados, sob pena de indeferimento da petição inicial com a extinção do feito.
Decorrido o prazo com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006701-21.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Direito de Imagem, Cancelamento de vôo
Polo Ativo: AUTORES: JANINE COLOMBI DALSASSO, CPF nº 03544074907, AVENIDA JOSÉ DO PATROCÍNIO 2525 CENTRO (S-01) - 76980-058 - VILHENA - RONDÔNIA, MARCO DALSASSO ZOMER, CPF nº 08224097200, AVENIDA JOSÉ DO PATROCÍNIO 2525 CENTRO (S-01) - 76980-058 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: RAIZA COSTA CAVALCANTI, OAB nº MT6478
Polo Passivo: REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6.490, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Valor da causa: R$ 5.000,00
DESPACHO
1- DESIGNO audiência de conciliação para o dia 19 de outubro de 2023 às 10:00 horas, por sistema de videoconferência, através do aplicativo Google Meet, podendo ser utilizado pela parte interessada algum aparelho eletrônico, tais como celular, notebook ou computador, que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando, devendo receber auxílio do respectivo patrono/advogado.
1.1 - Os participantes deverão acessar o ambiente virtual através do seguinte: https://meet.google.com/sah-kfiy-jmg, ingressando na sala na data e horário agendados. As partes deverão informar nos autos (através de seus advogados/Defensores Públicos) os e-mails pelos quais participarão da solenidade, no prazo máximo de 05 (cinco) dias antes da audiência. Obs: Em sendo a parte autora representada pela Defensoria Pública do Estado de Rondônia, DEVERÁ a CPE expedir comunicação pessoal da data e horário da audiência de conciliação e intimar a Defensoria Pública através do sistema PJE.
2- Cite-se a parte requerida para tomar conhecimento da presente ação e da audiência designada, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da realização da audiência de tentativa de conciliação, sob pena de ser-lhe decretada a revelia. Na oportunidade, com fim trazer celeridade ao procedimento, deverá indicar as provas que pretende produzir, justificando sua pertinência aos fatos a serem provados.
3- Realizada a audiência e não obtida a conciliação, decorrido o prazo da parte requerida, intime-se a parte requerente para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar réplica à contestação, se assim houver. De igual forma, deverá indicar as provas que pretende produzir, justificando sua pertinência aos fatos a serem provados.
4- Tudo cumprido, tornem-se os autos conclusos para deliberação quanto às provas postuladas, saneamento processual ou julgamento antecipado da lide. Providenciem-se o necessário. Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC. Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO e COMUNICAÇÃO.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006141-79.2023.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Duplicata
Polo Ativo: EXEQUENTE: MAF INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA, CNPJ nº 79955753000100, RUA PIONEIRO ANGELO FANTIN 128 JEQUITIBÁ EMPRESARIAL - 87066-003 - MARINGÁ - PARANÁ

ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARIA LUIZA FERREIRA LOUSADO, OAB nº PR60684
Polo Passivo: EXECUTADOS: PATRICIA DE LIMA LISBOA, CPF nº 72328134220, RUA ARGEU BERNARDES 878 JARDIM ELDORADO - 76987-158 - VILHENA - RONDÔNIA, BELARMINO & LISBOA LTDA - ME, CNPJ nº 17440655000183, RUA ARGEU BERNARDES 878 JARDIM ELDORADO - 76987-158 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 10.591,24
DESPACHO
1- Recebo a inicial.
2- Cite-se o réu dos termos da ação, bem como intime-se a pagar em 3 (três) dias o débito, contados da citação, ou, caso queira, opor embargos em autos apartados, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 915 do Código de Processo Civil.
Advirta-se o executado que, no mesmo prazo dos embargos, poderá reconhecer o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, custas e honorários, podendo requerer o parcelamento do restante em até seis parcelas mensais, nos termos do artigo 916 do Código de Processo Civil.
3 - Se esgotado o prazo para pagamento e embargos, preclusão a ser certificada pelo Cartório, intime-se o exequente a se manifestar quanto ao prosseguimento do feito e requerer as medidas constritivas que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovando o pagamento das custas da diligência requerida.
4 - Fixo honorários em 10% (dez por cento), na forma do art. 85, §2º do CPC, que serão reduzidos pela metade se o devedor proceder ao pagamento em 3 (três) dias (CPC, art. 827).
5 - Ressalto, por fim, que as partes poderão propor acordo a qualquer momento, caso em que será intimada a parte contrária a se manifestar.
6 - Esta decisão servirá como certidão para fins de aplicação do art. 828 do NCPC, porque ao determinar a citação a execução foi admitida.
Serve este despacho como carta/mandado de citação e intimação.
Expeça-se o necessário.
Vilhena, 06 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7002962-40.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Abatimento proporcional do preço
Polo Ativo: AUTOR: A. L. D. G. T., CPF nº 96634170720, RUA DOM PEDRO I 783 CENTRO (S-01) - 76980-038 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ALINE COUTINHO ALBUQUERQUE GOMES, OAB nº MT12947
Polo Passivo: REU: B. B. D. B. A., CNPJ nº 00000208000100, AVENIDA CALAMA 2167, - DE 1663 A 2167 - LADO ÍMPAR SÃO JOÃO BOSCO - 76803-745 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 100.000,00
DECISÃO
Como é sabido, a Lei 4.721/2020 regulamentada pela Resolução 151/2020 - TJRO, autoriza o parcelamento de custas dos serviços forenses no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia. Todavia, o parcelamento das custas judiciais está condicionada à efetiva comprovação da impossibilidade, momentânea ou permanente, do interessado, em arcar com o pagamento integral das custas processuais em parcela única (art. 1º, § 2º, da Lei 4.721/2020).
Na hipótese, considerando os documentos acostados aos autos, tenho que a parte interessada não comprovou a impossibilidade momentânea ou permanente de pagamento integral das custas processuais em parcela única. Ademais, como exposto na decisão no ID. 92101235, a parte autora labora como Técnico do Ministério Público da União, auferindo renda mensal bruta aproximadamente de R$ 17.385,42, consoante documento no ID. 91882575 e analisando as informações coligida aos autos pela própria parte, conclui-se que há indícios suficientes de que a parte autora possui boas condições financeiras, especialmente por auferir renda líquida no importe de R$ 6.826,55, não havendo qualquer prova de que arcar com as custas processuais poderá lhe acarretar grave prejuízo ao seu próprio sustento, privando-o de suas necessidades básicas ou mesmo a impossibilidade momentânea ou permanente de pagamento integral das custas processuais em parcela única.
Cumpre mencionar que, após negado provimento ao agravo de instrumento interposto pela parte autora, conforme decisão no ID. 92677802, sobreveio pedido pugnando pelo parcelamento, mas sequer comprovou suas alegações.
Isso posto, INDEFIRO o pedido de parcelamento das custas judiciais iniciais.
Pela derradeira vez, fica a parte autora intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas judiciais iniciais, observando-se que o valor das custas judiciais iniciais é de 2% (dois por cento) no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado para até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo, sob pena de indeferimento da petição inicial e extinção do feito com o cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt

Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006713-35.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Fornecimento de Energia Elétrica
Polo Ativo: AUTOR: NILSON DOS SANTOS, CPF nº 45757070234, TRAVESSA E 4905 BELA VISTA - 76982-070 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DANIEL LOPES DA SILVA, OAB nº RO13149
Polo Passivo: REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 12.160,00
DECISÃO
Trata-se os autos de ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais e pedido de tutela de urgência ajuizada por AUTOR: NILSON DOS SANTOS em face de REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, postulando pela declaração da abusividade da cobrança do TOI n. 102699396 e da inexistência de débitos em decorrência do mesmo e, alternativamente, que seja determinado o recálculo nos termos da resolução n. 1000/2021 da ANEEL; condenação do réu ao pagamento de indenização a título de danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais); condenação ao pagamento de indébito no valor de R$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais); condenação ao pagamento de custas processuais e honorários de sucumbência.
Relatou que é titular do serviço de fornecimento de energia elétrica prestado pelo réu para o imóvel situado na Av. Paraná, número 6520, Bairro Alto alegre, ST 8, CEP 76.985-294, na Unidade consumidora 20/134964-6, em decorrência do contrato de locação que acompanha a inicial. Mencionou que recebeu a cobrança do valor de R$ 3.239,97 (três mil, duzentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos), após o réu proceder com a constatação de suposta irregularidade, lavrando o Termo de Ocorrência de Irregularidade - TOI n. 102699396. Aduziu que aceitou proposta de acordo, com receio de ter o fornecimento de energia elétrica interrompido, contudo, argumentou que a recuperação de consumo não observou os parâmetros pertinentes e dispostos em normativas aplicáveis.
Em sede de tutela de urgência, pugnou pela determinação do réu para que suspenda as cobranças referentes ao TOI n. 102699396, se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica, bem como não incluir seu nome em cadastros de inadimplentes. No mérito, requereu que seja declarado a abusividade da cobrança do TOI n. 102699396; condenação do réu ao pagamento de indenização a título de danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais); condenação ao pagamento de indébito no valor de R$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais). Juntou documentos.
Vieram os autos conclusos.
É o necessário. Decido.
Como é sabido, para a concessão de tutela provisória de urgência (CPC, art. 300), além da existência do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, deve ser demonstrada a existência de probabilidade do direito afirmado, o que se traduz na necessidade de apreciação da “fumaça do bom direito” e do “perigo na demora”, que devem ser demonstrados de plano pelo postulante.
Em outras palavras, exige a lei processual, daquele que pretende ser beneficiado com a tutela de urgência, a demonstração de elementos de informação que conduzam à verossimilhança de suas alegações; o risco de dano irreparável ou de difícil reparação decorrente da demora na prestação jurisdicional; e, por fim a reversibilidade dos efeitos antecipados (art. 300, § 3º do CPC).
Na hipótese, vislumbro a probabilidade do direito e o perigo do dano alegado pela parte autora, pois é incabível a suspensão do fornecimento do serviço de caráter essencial quando se trata de débito antigo decorrente de recuperação de consumo, o que não ocorre nos casos de inadimplência de faturas mensais. Da mesma forma, acrescento que em não se tratando de débito relativo ao inadimplemento de conta regular de energia elétrica, mas de débito decorrente de suposta fraude no medidor de consumo de energia, apurado unilateralmente pela concessionária, a inscrição do nome do consumidor nos cadastros de inadimplentes mostra-se ilegítima, pois caracterizaria forma de coerção, com vistas ao pagamento da dívida pelo consumidor, sem o devido processo legal.
Quanto à reversibilidade dos efeitos antecipados (art. 300, § 3º do CPC), tenho que caso constatado a regularidade da cobrança, comprovando eventual exercício regular de seu direito, poderá suspender o fornecimento de energia e ativar a negativação (se necessário).
Isso posto, CONCEDO A TUTELA DE URGÊNCIA, a fim de determinar ao réu que não inclua o nome do autor nos órgãos restritivos de crédito e, se já incluído, que proceda à baixa; se abstenha de suspender o serviço de fornecimento de energia elétrica do imóvel situado na Av. Paraná, 6520, Bairro Alto alegre, ST 8, CEP 76.985-294, Vilhena/RO, na Unidade consumidora 20/134964-6, por suposto débito pretérito decorrente de recuperação de energia referente ao TOI n. 102699396, assim como suspenda a cobrança referente aos supostos débitos, devendo-se aguardar a análise do mérito da questão, sob pena de desobedecendo, ser-lhe cominada a multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais) até o limite de R$ 6.000,00 (seis mil reais), sem prejuízo de ser revista.
Proceda a CPE com o necessário para intimação do réu, para que tome conhecimento da presente decisão.
Vincule-se as custas judiciais iniciais junto ao Sistema de Controle de Custas Processuais - SCCP, eis que recolhidas de forma avulsa e no percentual de 1%, consoante comprovante no ID. 93123168.
Fica a parte autora, desde já, intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo, comprovar o recolhimento das custas judiciais adiadas, no percentual de 1%, nos termos do art. 12, I, da Lei 3.896/2016. Ressalto que havendo acordo, as partes ficam desobrigadas ao pagamento do montante adiado.
DESIGNO audiência de conciliação para quinta-feira, dia 5 de outubro de 2023, com início às 12 horas, a ser realizada por videoconferência, por meio do link: https://meet.google.com/zyu-ewxv-djz, nos termos do Provimento n. 18/2020-CGJ, a ser realizada pelo Núcleo de Conciliação e Mediação - NUCOMED.
As partes deverão informar no processo os contatos telefônicos através dos quais participarão da solenidade com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data agendada para a solenidade.
No horário da audiência por videoconferência, as partes deverão estar disponíveis através do número de celular informado, em local apropriado, para que a audiência possa ter início, e tanto as partes como os advogados acessarão e participarão do ato após receberem a chamada.
Os participantes deverão comprovar as respectivas identidades ao início da audiência, exibindo documento oficial com foto para conferência e registro.
CITE-SE e INTIME-SE o réu, para que tome conhecimento da presente ação, bem como compareça à audiência de conciliação designada, enquanto a parte autora fica intimada na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º).

Ficam as partes advertidas que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (CPC, art. 334. § 8º).
Não havendo acordo o réu deverá, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da audiência (CPC, art. 335, I), apresentar defesa, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344, do Código de Processo Civil, que assim dispõe: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor."
Na oportunidade, com fim trazer celeridade ao procedimento, deverá indicar as provas que pretende produzir, justificando sua pertinência aos fatos a serem provados.
Realizada a audiência e não obtida a conciliação, decorrido o prazo do réu, intime-se a parte autora para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar réplica à contestação, se assim houver.
De igual forma, deverá indicar as provas que pretende produzir, justificando sua pertinência aos fatos a serem provados.
Tudo cumprido, tornem os autos conclusos para saneamento e organização.
Serve a presente como CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7012152-95.2021.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução
Polo Ativo: REQUERENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL, AVENIDA CAPITÃO CASTRO 3178 CENTRO (S-01) - 76980-150 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: DARLAN ASSIS PEREIRA, OAB nº MG81986, PROCURADORIA DA SICOOB CREDISUL - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA LTDA
Polo Passivo: REPRESENTADOS: PATRICK KLEBER ZOCHE, CPF nº 61901350215, ÁREA RURAL 5006 ÁREA RURAL DE VILHENA - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA, OLINO NERI ZOCHE, CPF nº 24066796915, AVENIDA SABINO BEZERRA DE QUEIROZ 5858 JARDIM ELDORADO - 76987-030 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REPRESENTADOS: CRISTIANE TESSARO, OAB nº AC1562
Valor da causa: R$ 248.384,69
DESPACHO
1 - Cuida-se de cumprimento de sentença (arts. 523 e 525, ambos do CPC).
2 - Considerando o trânsito em julgado da sentença que condenou o executado ao pagamento de quantia certa, intime-se o executado, por meio de seu advogado constituído (art. 513, § 2º, I, do CPC), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do valor devido no importe de R$ 1.522,40 (um mil, quinhentos e vinte e dois reais e quarenta centavos, sob pena de ser acrescido ao débito principal multa de 10% (dez por cento), nos termos do artigo 523, § 1º do Código de Processo Civil.
2.1 - Ressalto ainda que, efetuado o pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante (art.523, § 2º do CPC).
2.2 - Caso advenha o pagamento integral no prazo do item "2", desde já fica determinado a expedição de alvará judicial ou ofício de transferência do valor incontroverso e após conclusos para sentença de extinção.
2.3 - Não havendo o pagamento ou irresignação do executado, intime-se o exequente para no prazo de 05 (cinco) dias se manifestar quanto ao prosseguimento do feito, mediante demonstrativo de débito atualizado, devendo recolher custas das diligências requeridas.
3 - Transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, querendo, nos próprios autos impugnação. (art. 525, caput, do CPC).
4 - Apresentada a impugnação, intime-se o exequente a se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias.
5 - Após venham os autos conclusos para deliberação.
Pratique-se o necessário.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7007785-91.2022.8.22.0014
Classe: Arrolamento Sumário
Assunto: Inventário e Partilha
Polo Ativo: REQUERENTES: A. L. D. N., CPF nº 30149711115, RUA MANAUS CASA02, LOTE10 VILA BRASÍLIA - 74905-530 - APARECIDA DE GOIÂNIA - GOIÁS, A. G. D. L., CPF nº 26064553120, RUA J 11A MANSÕES PARAÍSO - 74952-140 - APARECIDA DE GOIÂNIA - GOIÁS, I. G. P., CPF nº 54806500178, AVENIDA JOSÉ DO PATROCÍNIO 9634 CENTRO (S-01) - 76980-180 - VILHENA - RONDÔNIA, A. G. L., CPF nº 50849417104, AVENIDA JOSÉ DO PATROCÍNIO 2965 CENTRO (S-01) - 76980-180 - VILHENA - RONDÔNIA, A. G. S., CPF nº 79981011134, RUA PAULO OKIMOTO 3232 JARDIM AMÉRICA - 76980-822 - VILHENA - RONDÔNIA, M. G. F., CPF nº 61886602204, RUA A 291 MARCOS FREIRE - 76981-126 - VILHENA - RONDÔNIA

ADVOGADO DOS REQUERENTES: RUTH BARBOSA BALCON, OAB nº RO3454A
Polo Passivo: REQUERIDO: E. D. M. G. D. O. E. J. G. F., CPF nº DESCONHECIDO, 701 291 MARCOS FREIRE - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 156.000,00
DESPACHO
1- Por intermédio da publicação automática, fica a inventariante intimada para promover o andamento do feito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento dos autos, com imposição de pagamento da taxa de desarquivamento.
1.1- Sobrevindo manifestação, retornem os autos conclusos.
1.1- Decorrido o prazo sem manifestação, arquive-se definitivamente.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7003637-03.2023.8.22.0014
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto: Alienação Fiduciária
Polo Ativo: AUTOR: BANCO BRADESCO S.A., BANCO BRADESCO S.A. s/n, RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADOS DO AUTOR: EDSON ROSAS JUNIOR, OAB nº AM1910, BRADESCO
Polo Passivo: REU: ELISSON FERNANDES DE MELO ROCHA, CPF nº 02181285250, AVENIDA 27 1253 CENTRO - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 50.231,87
DECISÃO
BANCO BRADESCO S.A. ajuizou ação de busca e apreensão pelo Decreto n.º 911/69 contra ELISSON FERNANDES DE MELO ROCHA, ambos devidamente qualificados nos autos.
A liminar foi deferida mas deixou de ser cumprida, porquanto o veículo não foi localizado.
A parte autora pugna pela conversão da presente medida em ação de execução, com base nos artigos 4º e 5º do Decreto Lei n.º 911/69.
Em ação de busca e apreensão, estando em mora o devedor e caso não seja possível localizar o bem alienado fiduciariamente, é lícito ao credor requerer a conversão da busca e apreensão em ação de execução, conforme faculta o art. 4º do Decreto-Lei n.º 911/69, com redação dada pela Lei n.º 6.071/74.
A citação do executado é ato formal e deve ser feito nos termos literais da lei, não abrindo margem de extensão da interpretação. No caso de ações de busca e apreensão a citação do executado só se dá por meio do cumprimento integral da liminar, conforme determina o art. 3º, § 3º, do Decreto-Lei n.º 911/69, posteriormente alterada pela Lei n.º 10.931/04.
No caso em tela, o requerido não foi citado e nem a liminar foi cumprida, estando presentes os requisitos necessários o pedido do autor merece acolhimento.
Ao teor do exposto, CONVERTO a presente ação de busca e apreensão em ação de execução de título extrajudicial.
À CPE para que retifique a classe processual.
1. Intime-se o exequente para indicar, em cinco dias, novo endereço para citação do executado ou requerer o que de direito, sob pena de extinção do feito por falta de pressupostos processuais.
2. Apresentado novo endereço, cite-se em execução para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da dívida e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (art. 829, do CPC).
Caso haja o pagamento integral da dívida, no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do CPC).
Saliento que, a teor do art. 915, do CPC, eventual defesa através de embargos deverá ser oferecida no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 231 do CPC.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006292-45.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Revisão
Polo Ativo: AUTOR: SARA HELLEN LOUBACK BARBOSA, CPF nº 04275696212, ÁREA RURAL 6573 ALTO - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: PRISCILA SAGRADO UCHIDA, OAB nº RO5255, CARLA FALCAO SANTORO, OAB nº MG76571B
Polo Passivo: REU: UELTON JONES DIAS DA SILVA, CPF nº 00483128279, DOS BANDEIRANTES 283 JD DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)

Valor da causa: R$ 7.920,00
DESPACHO
Recebo os autos para processamento.
Concedo os benefícios da justiça gratuita à requerente, porquanto há elementos nos autos que comprovam o seu estado de hipossuficiência.
Nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação (art. 694 do CPC), portanto, DESIGNO audiência de conciliação/mediação para quinta-feira, dia 28 de setembro de 2023, às 12 horas, a ser realizada por videoconferência, por meio do link: https://meet.google.com/djn-fztj-ugc, nos termos do Provimento n. 18/2020-CGJ, a ser realizada pelo Núcleo de Conciliação e Mediação.
As partes deverão informar no processo os contatos telefônicos através dos quais participarão da solenidade com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data agendada para a solenidade.
No horário da audiência por videoconferência, as partes deverão estar disponíveis através do número de celular informado, em local apropriado, para que a audiência possa ter início, e tanto as partes como os advogados acessarão e participarão do ato após receberem a chamada.
Os participantes deverão comprovar as respectivas identidades ao início da audiência, exibindo documento oficial com foto para conferência e registro.
CITE-SE e INTIME-SE o requerido para conhecimento da presente ação e comparecer a audiência de conciliação designada, enquanto a parte requerente fica intimada na pessoa de seu advogado (art. 334, § 3º do CPC).
Não havendo acordo o requerido deverá, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da audiência (art. 335, I, do CPC), apresentar defesa, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344, do Código de Processo Civil, que assim dispõe: “Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor”.
Após, a requerente se manifestar em réplica, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 350 do Código de Processo Civil.
Com o transcurso do prazo, retornem os autos conclusos para decisão saneadora.
Serve o presente de CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO/CITAÇÃO.
REU: UELTON JONES DIAS DA SILVA, CPF nº 00483128279, DOS BANDEIRANTES 283 JD DAS OLIVEIRAS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7003513-30.2017.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Alienação Fiduciária
Polo Ativo: EXEQUENTE: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO, CNPJ nº 26405883000103, AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 1355, ANDAR 3 JARDIM PAULISTANO - 01452-002 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: SERVIO TULIO DE BARCELOS, OAB nº RO6673A, JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA, OAB nº AC4270
Polo Passivo: EXECUTADO: OSMAR MOREIRA, CPF nº 40830039287, RUA 713 286 BONDASE - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: JETRO VASCONCELOS CARAPIA CANTO, OAB nº RO4956A
Valor da causa: R$ 12.270,62
DESPACHO
Fica o exequente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar a respeito do peticionado no ID. 91878954.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006820-79.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Incapacidade Laborativa Parcial, Incapacidade Laborativa Permanente
Polo Ativo: AUTOR: ALINE CRISTINA INACIO SANTOS, CPF nº 05994642169, AVENIDA CAMPOS ELISIOS 3437 RESIDENCIAL CIDADE VERDE III - 76983-013 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: LEANDRO MARCIO PEDOT, OAB nº RO2022A, VALDINEI LUIZ BERTOLIN, OAB nº RO6883
Polo Passivo: REU: I., RUA RONY DE CASTRO PEREIRA, 3927 3927 JARDIM AMÉRICA - 76980-970 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 15.840,00
DECISÃO
Concedo os benefícios da justiça gratuita.
Trata-se de ação previdenciária para concessão de benefício previdenciário c/c tutela de antecipação da tutela ajuizada por ALINE CRISTINA INACIO SANTOS em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.

Passo a analisar o pedido de tutela de urgência.
Como é sabido, para concessão da tutela de urgência, devem estar presentes os requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
No caso dos autos, à primeira vista, pelos documentos juntados não se vê presente e demonstrados os requisitos legais. Imperiosa a produção de prova sob o crivo do contraditório, razão pela qual, deixo para analisar a concessão da tutela de urgência para após a realização da perícia médica cautelar, bem como caso venham a ser carreadas novas provas aos autos que possam subsidiar tal pedido.
Da perícia médica.
1 - Considerando a Recomendação Conjunta 01, de 15 de Dezembro de 2015 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a adoção de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários de auxílio-acidente e dá outras providências, desde logo determino a realização de prova pericial médica.
2 - Para a realização da perícia médica, na forma do art. 465, do CPC, independente de termo, nomeio o Dr. Vagner Hoffmann, médico cadastrado junto a este Tribunal de Justiça.
2.1 - Fixo os honorários periciais no valor de R$ 484,75 (quatrocentos e oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), na forma da Instrução Conjunta nº. 009/2021 TJRO - PR - CGJ, atualizada pelo IPCA-E conforme tabela da contadoria judicial carreada nos autos de referência n.º 7003923-12.2022.8.22.0015/Comarca de Guajará-Mirim, em conformidade com a Resolução CJF 305/2014, os quais serão custeados pela parte ré, devendo ser expedido o RPV, intimando a ré para pagamento.
2.2 - A intimação do perito será por meio do sistema PJE e e-mail cadastrado em cartório, para dizer se aceita o encargo e, em caso positivo, informar a data, o horário e o local para realização da perícia, com prazo mínimo de antecedência de 30 (trinta) dias para possibilitar a intimação das partes.
2.3 - O laudo deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias.
2.4 - O(A) perito(a) nomeado(a) responderá aos quesitos padrão anexos à Portaria Conjunta 01/2014, cuja cópia dos quesitos constantes no anexo I e II da Portaria. Devendo ser respondido de acordo com o benefício pleiteado:
QUESITOS ESPECÍFICOS: AUXÍLIO-ACIDENTE
Quesitos específicos para as hipóteses de pedido de auxílio-acidente ou nos casos em que o autor já recebe auxílio-acidente e pretende o recebimento de auxílio-doença:
a) O(a) periciado(a) é portador de lesão ou perturbação funcional que implique redução de sua capacidade para o trabalho? Qual?
b) Se houver lesão ou perturbação funcional, decorre de acidente de trabalho ou de qualquer natureza? Em caso positivo, indique o agente causador ou circunstancie o fato, com data e local, bem como indique se o(a) periciado(a) reclamou assistência médica e/ou hospitalar.
c) O(a) periciado(a) apresenta sequelas de acidente de qualquer natureza, que causam dispêndio de maior esforço na execução da atividade habitual?
d) Se positiva a resposta ao quesito anterior, quais são as dificuldades encontradas pelo(a) periciado(a) para continuar desempenhando suas funções habituais? Tais sequelas são permanentes, ou seja, não passíveis de cura?
e) Houve alguma perda anatômica? Qual? A força muscular está mantida?
f) A mobilidade das articulações está preservada?
g) A sequela ou lesão porventura verificada se enquadra em alguma das situações discriminadas no Anexo III do Decreto 3.048/1999?
h) Face à sequela, ou doença, o(a) periciado(a) está: a) com sua capacidade laborativa reduzida, porém, não impedido de exercer a mesma atividade; b) impedido de exercer a mesma atividade, mas não para outra; c) inválido para o exercício de qualquer atividade?
3 - Como os quesitos padrão foram elaborados contemplando todas as situações possíveis, indefiro os quesitos já formulados pelas partes (se estiverem nos autos) ou os que as partes apresentarem no prazo do art. 465, § 1º, do NCPC, por entender que o laudo a ser apresentado, respondendo aos quesitos padrão é suficiente para esclarecimento da causa.
4 - Na forma do art. 465, § 1º, inciso II, do Código de Processo Civil, as partes devem ser intimadas para indicarem, querendo, assistentes técnicos no prazo de 15 (quinze) dias, ficando desde já as partes intimadas a comparecer à perícia designada.
Com a juntada do laudo médico pericial, determino:
5 - CITE-SE a ré, observando-se o prazo de contestação de 30 (trinta) dias (art. 183, CPC), sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pelo autor e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344 do CPC, que assim dispõe: “Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.”
6 - Havendo contestação com alegações de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor ou qualquer de matérias enumeradas no art. 337, do CPC, abra-se vista à parte autora para réplica, no prazo de 15 (quinze dias).
Caso as partes desejam a inclusão deste processo em pauta própria para sessão de conciliação/mediação, retornem os autos conclusos para designação de audiência junto ao setor de conciliação (art. 334 do CPC), no prazo de 15 (quinze) dias.
Tudo cumprido, tornem os autos conclusos.
Serve a presente de CARTA/MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7004973-86.2016.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Veículos
Polo Ativo: EXEQUENTE: GLEIS DE FREITAS SILVA, CPF nº 67218482287, AV. DOS IMIGRANTES 833, CELULAR, 8408-5636 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEBORA CRISTINA MORAES, OAB nº RO6049
Polo Passivo: EXECUTADO: GILSON MARTENDAL - ME, CNPJ nº 84649920000125, AV. AFONSO JUCA DE OLIVEIRA 5237 JARDIM ELDORADO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO EXECUTADO: ELIAS GOMES JARDINA, OAB nº RO6180A, ROMILSON FERNANDES DA SILVA, OAB nº RO5109A
Valor da causa: R$ 228.400,00
DECISÃO
Determino a suspensão da execução pelo prazo de 1 (um) ano, após o qual começará a correr o prazo da prescrição intercorrente.
Neste ínterim, o exequente poderá promover as diligências que entender necessárias.
Transcorrido o prazo de 1 (um) ano, nada sendo pleiteado, arquivem-se os autos, nos termos do artigo 921, § 4°, do Código de Processo Civil.
Cumpra-se a CPE com o necessário.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7008195-57.2019.8.22.0014
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Polo Ativo: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE VILHENA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
Polo Passivo: EXECUTADO: MARCOS AURELIO DOS SANTOS, CPF nº 39004104291, AVENIDA ROZALINDA ADÉLIA MARANGONI 3128 JARDIM AMÉRICA - 76980-782 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 5.759,26
DESPACHO
A pesquisa de valores via sistema SISBAJUD restou (parcialmente) frutífera.
Intime-se a parte executada, pessoalmente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca de seus ativos financeiros tornados indisponíveis, ocasião em que também poderá alegar as matérias elencadas no art. 854, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos decisão Jud's.
Pratique-se o necessário.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/MANDADO de intimação: EXECUTADO: MARCOS AURELIO DOS SANTOS, CPF nº 39004104291, AVENIDA ROZALINDA ADÉLIA MARANGONI 3128 JARDIM AMÉRICA - 76980-782 - VILHENA - RONDÔNIA
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 0085143-14.2009.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Abono de Permanência
Polo Ativo: EXEQUENTE: CASTRO LIMA DE SOUZA, CPF nº 11398051268, - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CASTRO LIMA DE SOUZA, OAB nº RO3048A
Polo Passivo: EXECUTADO: Municipio de Chupinguaia
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA
Valor da causa: R$ 12.777,86
SENTENÇA
O sequestro de valores resultou integralmente frutífero e, mesmo intimado, o executado não se manifestou a respeito, portanto, tenho que a extinção do feito é a medida que se impõe.
Isso posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do art. 924, II, do Código de Processo Civil.
Considerando os dados bancários no ID. 81841463, vislumbro divergência no que toca as informações de titulares das contas bancárias indicadas, motivo o qual, tenho que a transferência a ser determinada pelo juízo, seja por meio de alvará judicial eletrônico na modalidade transferência ou por meio de ofício junto a instituição financeira, não será realizada, uma vez que a conta informada para depósito dos valores, qual seja: Conta n. 24174-3; agência n. 1133; Banco Itaú, consta como titular tanto a parte exequente como o seu patrono.
Assim, serve a presente de ALVARÁ JUDICIAL na modalidade de saque (direto na agência), com validade de 30 (trinta) dias, para que a Sra. DAIANE XAVIER NUNES DA SILVA, inscrita no CPF n. 824.270.382-53, por meio de seu patrono, Dr. CASTRO LIMA DE SOUZA - OAB RO0003048A, inscrito no CPF n. 113.980.512-68, proceda com o levantamento dos valores de R$ 25.743,21 (vinte e cinco mil, setecentos e quarenta e três reais e vinte e um centavos) e R$ 2.653, 28 (dois mil, seiscentos e cinquenta e três reais e vinte e oito centavos), com seus acréscimos legais, zerando e inutilizando as contas após o levantamento, os quais encontram-se depositados junto a essa instituição financeira, agência local n. 1825, operação n. 040, contas judiciais n. 01546830-2 e 01546831-0.
Deverá a parte interessada realizar o levantamento do(s) valor(es), sob pena de transferência para a conta centralizadora do Tribunal de Justiça Rondoniense.
Cumpre mencionar que essa modalidade de alvará importa em autorização do juízo para o levantamento dos valores contidos nas contas judiciais vinculadas aos autos, devendo a parte interessada comparecer diretamente à agência bancária munido de documentos pessoais com foto ou do respectivo conselho de classe.
Aguarde-se em cartório pelo prazo de validade do alvará judicial.

Certifique-se o trânsito em julgado (art. 29 da Diretrizes Gerais Judiciais do TJRO).
Findo o prazo de validade do alvará judicial, desde já, determino que CPE proceder com consulta em sistema pertinente objetivando constatar a existência de valores em conta judicial vinculada aos autos. Caso positivo, certifique-se e tornem os autos conclusos para determinação de transferência para a conta centralizadora.
Do contrário, observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos definitivamente com as cautelas de praxe.
Sem custas processuais, nos termos do art. 5º, I, da Lei 3.896/2016.
Publicação e registros automáticos.
Intimem-se. Cumpra-se.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006643-86.2021.8.22.0014
Classe: Monitória
Assunto: Nota Promissória
Polo Ativo: AUTOR: ESTILO DA MODA LTDA - EPP, CNPJ nº 06322497000140, AVENIDA MAJOR AMARANTE 3467 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RAYANNA DE SOUZA LOUZADA NEVES, OAB nº RO5349A
Polo Passivo: REU: MARIA LURDES CRISPIM, CPF nº 56632649220, AVENIDA 05 1702 BELA VISTA - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 2.503,75
DESPACHO
Considerando que o réu citado por edital não ofereceu embargos à ação monitória e Defensoria Pública do Estado atuando na condição de curadora especial apresentou manifestação genérica, bem como não houve o cumprimento da obrigação, considera-se constituído de pleno direito o título executivo judicial, com fundamento no art. 701, § 2º do CPC.
Como é sabido, formado de pleno direito o título executivo judicial, torna-se possível a instauração da fase executiva de cumprimento de sentença, conforme estabelece a norma processual supracitada, a saber: “Constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos previstos no art. 702 , observando-se, no que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial.”.
Fica a exequente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca do prosseguimento do feito, apresentando requerimento adequado e planilha de débito atualizada.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7005663-42.2021.8.22.0014
Classe: Monitória
Assunto: Nota Promissória
Polo Ativo: AUTOR: GIRAPE ESTILOS LTDA - ME, CNPJ nº 08992243000165, AVENIDA MAJOR AMARANTE 3307 CENTRO (S-01) - 76980-091 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RAYANNA DE SOUZA LOUZADA NEVES, OAB nº RO5349A
Polo Passivo: REU: MARIA APARECIDA ALVES DE LIMA, CPF nº 27690431291, AVENIDA 5503 186 SETOR CHACAREIRO - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 1.872,65
DESPACHO
Considerando que o réu citado por edital não ofereceu embargos à ação monitória e Defensoria Pública do Estado atuando na condição de curadora especial apresentou manifestação genérica, bem como não houve o cumprimento da obrigação, considera-se constituído de pleno direito o título executivo judicial, com fundamento no art. 701, § 2º do CPC.
Como é sabido, formado de pleno direito o título executivo judicial, torna-se possível a instauração da fase executiva de cumprimento de sentença, conforme estabelece a norma processual supracitada, a saber: “Constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos previstos no art. 702 , observando-se, no que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial.”
Fica a exequente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca do prosseguimento do feito, apresentando requerimento adequado e planilha de débito atualizada.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006053-41.2023.8.22.0014
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Assunto: Exoneração
Polo Ativo: AUTOR: R. A. D. R., CPF nº 51580071287, RUA 27 S/N CENTRO - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: RAFAEL ENDRIGO DE FREITAS FERRI, OAB nº RO2832A, MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA, OAB nº RO3046
Polo Passivo: REU: R. A. D. O. D. R., CPF nº DESCONHECIDO, RUA CANABRAVA 1387, QUADRA 05, LOTE 09 CENTRO - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 12.378,60
DECISÃO
Recebo os autos para processamento.
Trata-se de ação de exoneração de alimentos ajuizada por AUTOR: R. A. D. R. em face de REU: R. A. D. O. D. R., postulando pela exoneração de sua obrigação alimentar.
Relatou que por meio dos autos n. 7003774-87.2020.8.22.0014 - ação de declaração de união estável cumulada com partilha de bens, guarda e alimentos, que tramitou perante este Juízo, fixou a obrigação alimentar no percentual de 20% (vinte por cento) do seu salário líquido e 50% (cinquenta por cento) das despesas extraordinárias. Afirmou que o requerido alcançou a maioridade civil. Discorreu que o requerido não encontra-se frequentando nenhum curso profissionalizante ou de ensino regular, portanto, entende que está apto ao trabalho. Em sede de tutela de urgência, pugnou pela concessão, a fim de que seja exonerado do pagamento dos alimentos. No mérito, postulou confirmação da tutela e procedência dos pedidos iniciais.
Vieram os autos conclusos.
É o necessário. Decido.
Como é sabido, a maioridade dos filhos não acarreta para os genitores a exoneração automática da obrigação de prestar alimentos.
Isso porque os alimentos são devidos, mesmo após a maioridade, por força do disposto no artigo 1.694 do Código Civil. Com efeito, a obrigação de prestar alimentos entre parentes independe de ter cessada a menoridade, se comprovado que o alimentando não tem rendimentos ou meios próprios de subsistência, necessitando de recursos, especialmente, para sua educação. Ademais, não há provas de que o(a) filha(a) esteja trabalhando ou até mesmo não esteja cursando um curso superior.
Isso posto, NÃO CONCEDO a tutela de urgência pretendida, por não vislumbrar presentes os requisitos autorizadores para a concessão da medida.
Em ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação (CPC, art. 694), portanto, DESIGNO audiência de conciliação/mediação para quinta-feira, dia 19 de outubro de 2023, às 08 horas, a ser realizada por videoconferência, por meio do link: https://meet.google.com/mdk-oqce-htc, nos termos do Provimento n. 18/2020-CGJ, a ser realizada pelo Núcleo de Conciliação e Mediação.
As partes deverão informar no processo os contatos telefônicos através dos quais participarão da solenidade com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data agendada para a solenidade.
No horário da audiência por videoconferência, as partes deverão estar disponíveis através do número de celular informado, em local apropriado, para que a audiência possa ter início, e tanto as partes como os advogados acessarão e participarão do ato após receberem a chamada.
Os participantes deverão comprovar as respectivas identidades ao início da audiência, exibindo documento oficial com foto para conferência e registro.
Cite(m)-se e intime(m)-se o(s) requerido(s), enquanto a parte requerente deverá ser intimada por meio de seu advogado constituído (art. 334, § 3º, do CPC).
Ressalto que nos termos artigos 6º e 7º da Lei n. 5.478/1968, deve a parte autora/requerente comparecer na audiência de conciliação designada, sob pena de extinção e arquivamento do feito.
Não havendo acordo o(a) requerido(a) deverá, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da audiência (CPC, art. 335, I), apresentar defesa, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344, do Código de Processo Civil, que assim dispõe: “Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.”
Após, intime-se o(a) requerente para se manifestar em Réplica, no prazo de 15 (quinze) dias, quanto à Contestação, nos termos do art. 350 do CPC.
Com o transcurso do prazo, retornem os autos conclusos para decisão saneadora.
Serve o presente de CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO/CITAÇÃO.
REU: R. A. D. O. D. R., CPF nº DESCONHECIDO, RUA CANABRAVA 1387, QUADRA 05, LOTE 09 CENTRO - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006193-75.2023.8.22.0014
Classe: Ação de Exigir Contas
Assunto: Fixação

Polo Ativo: AUTOR: L. F. D., CPF nº 84918756204, RAMAL LINHA C 65 4615, - LADO ÍMPAR CONDOMÍNIO SÃO PAULO - 76874-501 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: EDINARA REGINA COLLA, OAB nº RO1123, Amanda Stephany Gomes de Souza Santana, OAB nº RO11956
Polo Passivo: REU: S. U. S. P., CPF nº 55192793220, RUA: EDSON ALEXANDRE VIEIRA 1811 CENTRO - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 39.600,00
DESPACHO
Em consulta ao Sistema de Controle de Custas Processuais - SCCP, constatou-se que o recolhimento das custas judiciais iniciais foi no importe de 1% do valor da causa.
Como é sabido, as custas judiciais iniciais incidirão em 2% (dois por cento) sobre o valor da causa no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado para até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo, nos termos do art. 12, I, da Lei 3.896/2016.
O Código de Processo Civil prevê procedimento especial para a ação de exigir contas, regido pelos arts. 550 a 553, motivo pelo qual não há designação de audiência de conciliação.
Dito isso, fica a parte autora intimada para emendar a inicial, trazendo aos autos comprovante do recolhimento das custas processuais integrais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento e cancelamento da petição inicial, nos termos do artigo 290 do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos para deliberação.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006626-79.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Acidente de Trânsito
Polo Ativo: AUTOR: MAYCON CRUZ AGOSTINETTO, CPF nº 02778647201, LINHA 140 Lote 44 ÁREA RURAL DE VILHENA - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: NAIANA CAROLINE MACHADO DOS SANTOS, OAB nº RO13239, ANA CAROLINE BEZAM DE SOUZA, OAB nº RO13148
Polo Passivo: REU: EDUARDO PEREIRA DE ARAUJO, CPF nº 34954295220, RUA ANTÔNIO QUINTINO GOMES 2829, MECÂNICA SUSPENCAR JARDIM AMÉRICA - 76980-814 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 10.900,00
DESPACHO
A parte autora requer a gratuidade da justiça. Porém não há prova de que o pagamento das custas e despesas processuais possa trazer dificuldades financeiras para sua sobrevivência ou de sua família.
O Código de Processo Civil dispõe:
Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.
Art. 99. (...)
§ 2º. O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos. Destaquei.
§ 3o Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.
Em que pese o art. 99, § 3º estabelecer a presunção de insuficiência quando alegada em favor de pessoa natural, a parte final do § 2º, permite ao julgador determinar à parte interessada a comprovação dos requisitos para a concessão da gratuidade, sendo que somente poderá indeferir o pedido após esta oportunidade.
Não bastasse isso, é possível determinar a comprovação da necessidade do pretenso beneficiário, tendo em vista o dever de cooperação de todos sujeitos do processo (art. 6º do C/2015PC) e, ainda, a própria Constituição Federal estabelece, no artigo 5º, LXXIV, que a assistência jurídica integral e gratuita será concedida para aqueles que comprovarem insuficiência de recursos.
Saliente-se que não basta somente a Declaração de Hipossuficiência.
Assim, a título de emenda da inicial, intime-se a parte autora para juntar documentos que comprovem sua renda (ex. declaração de imposto de renda, extrato conta, carteira de trabalho) a fim de comprovar sua hipossuficiência, ou o pagamento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial e extinção do feito.
No mesmo prazo, poderá o requerente manifestar se há interesse na remessa dos autos ao Juizado Especial Cível, considerando o valor atribuído à causa e grau de complexidade.
Caso a parte autora postule pela remessa do feito ao Juizado Especial, determino desde já a redistribuição do processo.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7007225-52.2022.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Análise de Crédito
Polo Ativo: REQUERENTE: ANILMA NERIS DA SILVA GEREMIA, CPF nº 23791519204, RUA C, SETOR A1 23, CHACARA RAIO DE LUZ EMBRATEL - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: HANDERSON SIMOES DA SILVA, OAB nº RO3279, CRISTIAN MARCEL CALONEGO SEGA, OAB nº RO9428
Polo Passivo: REQUERIDO: BANCO PAN S.A., AVENIDA PAULISTA 1374 - 16 andar, - DE 612 A 1510 - LADO PAR BELA VISTA - 01310-100 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, WILSON BELCHIOR, OAB nº CE17314A, PROCURADORIA BANCO PAN S.A
Valor da causa: R$ 15.848,00
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de sentença manejado por Anilma Neris da Silva Geremia em desfavor de Banco Pan S.A.
O feito vinha tramitando regularmente, quando sobreveio acordo extrajudicial realizado entre as partes, requerendo a homologação e consequente extinção do feito (Id. 92855902).
É o breve relatório. Fundamento e decido.
A autocomposição das partes é sempre o melhor caminho para pôr fim à lide, eis que o faz de acordo com a vontade delas. Graças a isso é que o CPC consagrou, no bojo do artigo 3º, § 2º, o princípio da promoção pelo Estado da solução por autocomposição, acolhendo, pois, o disposto na Resolução 125 do CNJ.
A conciliação, doravante, passa a ser uma política pública, uma meta do Estado e que deve ser estimulada não só por este, mas também por todos os envolvidos no processo.
In casu, observa-se que o pacto celebrado consta com a assinatura das partes e seus respectivos patronos e testemunhas, portanto, imperiosa a homologação do acordo, pois não se vislumbra qualquer irregularidade e/ou vício de consentimento.
Ademais, considerando que a avença em referência é sobre objeto lícito, possível e respeita o melhor interesse das partes, tomo-o por regular e sua homologação é medida que se impõe.
ANTE O EXPOSTO e, por tudo mais que dos autos consta, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo entabulado entre as partes, nos termos da proposta coligida (Id.92855902), para que produza os seus jurídicos e legais efeitos e, com base no art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil JULGO EXTINTO o feito.
Ante ao princípio da causalidade, condeno o executado ao pagamento das custas processuais pendentes.
Em não havendo estipulação quanto as despesas processuais, serão elas divididas igualmente entre as partes, na forma do art. 90, § 2º, do Código de Processo Civil.
Os honorários advocatícios integraram a proposta de acordo.
Proceda-se a baixa de eventuais restrições judiciais junto aos convênios.
Sentença transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 1.000, do CPC.
P. R. I. C. e, oportunamente, arquive-se com as anotações de estilo, promovendo-se as baixas devidas no sistema.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006101-97.2023.8.22.0014
Classe: Alvará Judicial - Lei 6858/80
Assunto: Levantamento de depósito
Polo Ativo: REQUERENTES: JULIANO JOSE FLORENCIO, CPF nº 72562617215, RUA 1508 (MIL QUINHENTOS E OITO), Nº 2803 2803 PARQUE CIDADE JARDIM - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, JONATHAN FLORENCIO, CPF nº 72447036272, RUA JANDAIA, Nº 1774 1774 PARQUE CIDADE JARDIM I - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, JONAS FLORENCIO, CPF nº 59931183268, AV. 1509 (MIL QUINHENTOS E NOVE), Nº 1429 1429 CRISTO REI - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, JOHNNY FLORENCIO, CPF nº 77064585200, RUA 1508 (MIL QUINHENTOS E OITO), Nº 2803 2803 PARQUE CIDADE JARDIM I, - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, JENIFER FLORENCIO, CPF nº 66533988204, RUA PARAÍBA, Nº 2193 2193 ST19 - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, JAFFER FLORENCIO, CPF nº 70921215231, RUA SANTA TERESINHA 903 SAO JOSE - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, JEFFERSON FLORENCIO, CPF nº 41945824204, RUA 1508 2803 PARQUE CIDADE JARDIM - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: PAULO BATISTA DUARTE FILHO, OAB nº RO4459
Polo Passivo: INTERESSADO: BANCO DO BRASIL SA, AGF MAJOR AMARANTE, AVENIDA MAJOR AMARANTE 4638 CENTRO (NOVA VILHENA) - 76980-972 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO INTERESSADO: PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
Valor da causa: R$ 23.639,00
DESPACHO
1- Recebo a petição inicial, ante o atendimento das emendas.
2- Trata-se de ação de alvará judicial.

A pretensão inicial visa o levantamento de saldo em conta.
O art. 1º da Lei 6.858/80 dispõe o seguinte: Os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento.
Percebe-se da norma que os valores serão pagos aos dependentes e, apenas na sua falta, serão pagos aos sucessores.
Desta feita, determino ao cartório que:
b) Oficie-se, também, ao Banco do Brasil, solicitando que, no prazo de 15 dias, informe a existência de valores em nome do(a) falecido(a) DARCY CUSTÓDIO, CPF204.098.772-04, referente a saldo de conta corrente, conta poupança, conta salário ou PASEP.
SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO OFÍCIO, devendo ser instruído com as cópias necessárias para cumprimento das medidas.
3- Com a vinda das informações, dê-se vistas a parte autora para manifestação, no prazo de 15 dias.
4- Caso exista interesse de incapaz, vistas ao Ministério Público.
5- Após, venham os autos conclusos para sentença.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7000634-40.2023.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Compra e Venda
Polo Ativo: EXEQUENTES: RAFAEL FERREIRA BAZZI, CPF nº 81028547234, AVENIDA MARECHAL RONDON 2856 CENTRO (S-01) - 76980-160 - VILHENA - RONDÔNIA, R. F. BAZZI LTDA, CNPJ nº 35785227000174, AVENIDA MARECHAL RONDON 2856 CENTRO (S-01) - 76980-160 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: ANGELICA PEREIRA BUENO, OAB nº RO8468
Polo Passivo: EXECUTADO: LUIZ CEZAR EVANGELISTA FANTIN, CPF nº 83448993204, AVENIDA LUIZ MAZIERO 4021 JARDIM AMÉRICA - 76980-723 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 304.563,53
DESPACHO
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar de forma pormenorizada os meios processuais disponíveis para viabilizar a concretização do pedido de id. 92596709, bem como o local onde está depositado as pedras e metais preciosos que pretende o lançamento da penhora, sob pena de preclusão.
Decorrido o prazo, independente de manifestação, venham os autos conclusos para deliberação.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7000606-43.2021.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Alimentos
Polo Ativo: EXEQUENTES: L. O. R., RUA CAJUEIRO 6895 SETOR 10, QUADRA 19, LOTE 20 - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, E. O. R., RUA CAJUEIRO 6895 SETOR 10, QUADRA 19, LOTE 20 - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: EXECUTADO: A. R., CPF nº 94270996234, RAIMUNDO CATANHEDE 2526 SETOR SEIS - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 1.045,14
DESPACHO
A parte exequente requereu nova tentativa de citação no endereço Rua Raimundo Catanhede, nº 2526, Setor Seis, CEP: 76890-000 – Jaru/RO.
No caso dos autos, a parte exequente está executando os alimentos dos meses de novembro/ dezembro e janeiro de 2021, o qual perfaz o importe total de R$ R$1.045,14 (mil quarenta e cinco reais e quatorze centavos).
CITE-SE o executado para no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento dos três últimos alimentos em atraso e os que se vencerem no curso do processo, provar que o fez ou justificar a impossibilidade, nos termos do art. 528, do CPC, sob pena de ter decretada a sua prisão em regime fechado e protesto do pronunciamento judicial.
Somente a comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de pagar justificará o inadimplemento.
O cumprimento da prisão não dispensa a parte executada do pagamento das prestações de alimentos vencidas e vincendas
Havendo ou não o pagamento do débito alimentar, dê-se vista dos autos à exequente para manifestação.

Pratique-se e expeça-se o necessário.
Cumpra-se.
Serve como CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
Executado: ADAO RODRIGUES - CPF: 942.709.962-34.
Endereço: Rua Raimundo Catanhede, nº 2526, Setor Seis, CEP: 76890-000 – Jaru/RO.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7010777-25.2022.8.22.0014
Classe: Inventário
Assunto: Adjudicação de herança
Polo Ativo: ERIC LUCAS AMARAL DOS SANTOS
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALINE COUTINHO ALBUQUERQUE GOMES, OAB nº MT12947
Polo Passivo: ERIC LUCAS AMARAL DOS SANTOS, SOLANGE RODHEN DO AMARAL
INVENTARIADOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 33.071,00
DESPACHO
Essa modalidade de Alvará importa em ordem judicial de saque ou de transferência de valores diretamente a Caixa Econômica Federal, na qual, constará no sistema interno do banco, na primeira hipótese, autorização do juízo para o levantamento dos valores contidos nas contas judiciais vinculadas aos autos, devendo a parte interessada comparecer à agência bancária munido de documentos pessoais com foto ou do respectivo conselho de classe. Na segunda hipótese, “transferência”, havendo dados bancários do favorecido nos autos, o juízo expedirá ordem à Caixa Econômica Federal, determinando a transferência dos valores diretamente às contas do favorecido, dispensado, dessa forma, o comparecimento na agência bancária.
MODALIDADE: Transferência Bancária
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 4.740,88 ALINE COUTINHO ALBUQUERQUE GOMES 96887273187 1546729 - 2 Sim Caixa Econômica Federal (104) Ag.: 1825 C.: 00031038-3 TOTAL: R$ 4.740,88Denoto que o valor estará disponível na conta acima indicada em 05 (cinco) dias.
Após, intime-se o inventariante para, no prazo de 15 (quinze) dias, dar prosseguimento ao presente caderno processual.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7005302-54.2023.8.22.0014
Classe: Embargos de Terceiro Cível
Assunto: Penhora / Depósito/ Avaliação
Polo Ativo: EMBARGANTE: NULCE DARLI DE SOUZA REIS, CPF nº 25113089168, RUA PASTOR OSVALDO R. AZEVEDO 318 PARQUE ORTOLÂNDIA - 13184-071 - HORTOLÂNDIA - SÃO PAULO
ADVOGADO DO EMBARGANTE: JULIO HENRIQUE CORREA GOMES, OAB nº SP272126
Polo Passivo: EMBARGADO: FABIO HENRIQUE FRANCA RODRIGUES, CPF nº 13278857780, RUA PALMAS 97 JARDIM OLIVEIRAS - 76980-628 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EMBARGADO: VALDINEI LUIZ BERTOLIN, OAB nº RO6883, LEANDRO MARCIO PEDOT, OAB nº RO2022A
Valor da causa: R$ 400.000,00
SENTENÇA
NULCE DARLI DE SOUZA REIS já qualificado nos autos move a presente ação em face de FABIO HENRIQUE FRANCA RODRIGUES.
Foi determinada a intimação da parte embargante para apresentar emenda à inicial, para o fim de comprovar o recolhimento das custas judiciais iniciais, devendo observar que o valor das custas judiciais iniciais é de 2% (dois por cento) no momento da distribuição.
Ultrapassado o prazo, não houve comprovação ou manifestação.
Vieram os autos conclusos.
É o necessário. Decido.
De acordo com o artigo 321 do Código de Processo Civil, “o juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.”
Acrescenta o parágrafo único do referido artigo que “se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.”
O descumprimento da determinação de recolhimento das custas iniciais implica extinção da ação sem julgamento do mérito, por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo. À vista disso, não cumprida a ordem judicial de emenda à inicial, deve a petição inicial ser indeferida e cancelada a distribuição do feito, com a extinção do feito, sem resolução do mérito.
Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, com fundamento no art. 321, parágrafo único, c/c art. 330, IV, e cancelo a distribuição do feito, com fulcro no art. 290, todos do Código de Processo Civil, e, por conseguinte, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, incisos I e IV, do mesmo diploma legal.

Com o trânsito em julgado, certifique-se (art. 29 da Diretrizes Gerais Judiciais do TJRO), em seguida, arquivem-se os autos definitivamente.
Sem custas processuais.
Publicação e registros automáticos.
Intimem-se. Cumpra-se.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006313-55.2022.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Letra de Câmbio
Polo Ativo: AUTOR: ANA PAULA ALVES DE LIMA GUEZ, CPF nº 84134496268
ADVOGADOS DO AUTOR: JOSANGELA MAYARA FERREIRA RODRIGUES, OAB nº RO5909, CARINA BATISTA HURTADO, OAB nº RO3870, THALITA LAISLA SILVA SANTOS, OAB nº RO13155
Polo Passivo: REU: CIRLEIA GARCIA DA SILVA SALDANHA, CPF nº 94949727168
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 1.394,46
DESPACHO
Defiro o pedido, portanto, segue em anexo o resultado da pesquisa de endereço junto ao sistema SIEL.
Fica parte autora intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, tomar ciência e se manifestar em termos de prosseguimento do feito, sob pena de extinção por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Do contrário, havendo indicação de endereço, proceda a CPE com o necessário, conforme abaixo:
CITE-SE a ré, para tomar ciência da presente ação e oferecer defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, observando o estabelecido por meio do art. 335, III, do Código de Processo Civil, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344 do CPC, que assim dispõe: “Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.”
Caso formulada reconvenção e/ou alegada quaisquer das matérias enumeradas no artigo 337 do CPC ou juntado documentos, desde logo determino que a parte autora seja intimada para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos artigos 350 e 351 do CPC.
Após, no prazo de 15 (quinze) dias, deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente sua pertinência e relevância em relação ao desfecho da demanda, sob pena de indeferimento.
Tudo cumprido, tornem-se os autos conclusos para deliberação quanto às provas postuladas, saneamento processual ou julgamento antecipado da lide.
Serve o presente como CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7003202-97.2021.8.22.0014
Classe: Execução Fiscal
Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano
Polo Ativo: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE VILHENA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
Polo Passivo: EXECUTADO: AUTO POSTO SENA LTDA - EPP, CNPJ nº 02632092000158, RUA TOCANTINS 0 PARQUE INDUSTRIAL NOVO TEMPO - 76982-144 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 4.113,40
DESPACHO
Conclusão desnecessária.
Consta nos autos determinação de suspensão do feito, nos termos do art. 40 da LEF, consoante despacho no ID. 91749621 e, nos termos do despacho no ID. 91770296, foi determinado à CPE o cumprimento daquele despacho.
Assim, pela derradeira vez, cumpra a CPE os termos do despacho no ID. 91749621.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível

Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 0090309-66.2005.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Distribuição: 25/08/2009
EXEQUENTES: LEANDRO MARCIO PEDOT, CPF nº 46883738215, RUA OSVALDO CRUZ 224, NÃO CONSTA CENTRO - 76980-074 - VILHENA - RONDÔNIA, JOSEMARIO SECCO, CPF nº 54317142015, AV. CAPITÃO CASTRO 3434, TEL.: 321-1057 CENTRO - 76980-094 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: JOSEMARIO SECCO, OAB nº RO724A, LEANDRO MARCIO PEDOT, OAB nº RO2022A
EXECUTADO: COIMBRA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº DESCONHECIDO, AV. RIO DE JANEIRO 4551, NÃO CONSTA NOVA PORTO VELHO - 76820-195 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: GREICIS ANDRE BIAZUSSI, OAB nº RO1542A, ELIAS MALEK HANNA, OAB nº RO356A, YURI ROBERT RABELO ANTUNES, OAB nº RO4584
Valor da causa: R$ 1.228,33
D E S P A C H O
Intime-se a parte executada sobre a efetivação do desbloqueio judicial via sistema SISBAJUD, realizado pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Após, arquivem-se os autos.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTES PARA OS DEVIDOS FINS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7007462-91.2019.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Inadimplemento
Polo Ativo: REQUERENTE: DISAGUA DISTRIBUIDORA DE ABRASIVOS GUARUJA LTDA, CNPJ nº 63622856000119, AVENIDA MARECHAL RONDON 3800 CENTRO - 76908-354 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: RAFAEL KAYED ATALLA PARAIZO, OAB nº RO8387, ANDERSON BALLIN, OAB nº RO5568, JOSEMARIO SECCO, OAB nº RO724A
Polo Passivo: REQUERIDO: MARCIA APARECIDA MARQUES, RUA OITOCENTOS E QUATRO 6581 ALTO ALEGRE - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 4.750,16
DESPACHO
Considerando que não consta valores vinculado ao sistema de expedição de alvará eletrônico, serve o presente como OFÍCIO a Caixa Econômica Federal (e-mail: ag1825ro01@caixa.gov.br) para, no prazo de 10 (dez) dias, proceder com a transferência dos valores de R$ 4.502,56 (quatro mil, quinhentos e dois reais e cinquenta e seis centavos) e R$ 50,00 (cinquenta reais), com seus acréscimos legais (havendo), zerando e inutilizando as contas após as transferências, cujos valores encontram-se depositados nas contas judiciais n. 01546848-5 e 01546847-7, para a seguinte conta bancária:Instituição Financeira Caixa Econômica Federal, Agência: 1825, Operação 003, C/C: 1549- 3, Titular JOSEMARIO SECCO ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ: 08.731.719/0001- 04, devendo encaminhar o comprovante para o e-mail cpe3civvil@tjro.jus.br.
Comprovada a transferência, intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar em termos de prosseguimento do feito, sob pena de suspensão e arquivamento dos autos, nos termos do art. 921 do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006241-39.2020.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Protesto Indevido de Título
Polo Ativo: AUTOR: LEONARDO LACERDA DA COSTA, CPF nº 02323268279, AVENIDA ZACARIAS 5359, BELA VISTA JARDIM ELDORADO - 76987-050 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: KELLY MEZZOMO CRISOSTOMO COSTA, OAB nº RO3551, JEVERSON LEANDRO COSTA, OAB nº RO3134
Polo Passivo: REU: TERRA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA, CNPJ nº 03751794000113, RUA JOAQUIM FLORIANO 5 andar n 100, - ATÉ 110 - LADO PAR ITAIM BIBI - 04534-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: ADSTON BARROS NASCIMENTO, OAB nº SP279069, JOSE CARLOS VIEIRA LIMA, OAB nº ES21118, ITAMIZE OLIVEIRA NASCIMENTO, OAB nº SP409807
Valor da causa: R$ 49.976,06

DECISÃO
O artigo 3º da resolução n. 151/2020-TJRO, regulamenta a Lei n. 4.721/2020 que autoriza o parcelamento de custas dos serviços forenses no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia diz que as custas finais não serão objeto de parcelamento, estando ou não protestadas.
Sendo assim, diante do impedimento constante na resolução acima mencionada, indefiro o pedido de parcelamento das custas finais.
Por intermédio da publicação automática, fica intimado a parte autora na pessoa do seu advogado a recolher as custas finais no prazo de 10 (quinze) dias.
Transcorrido o prazo sem comprovação de pagamento, inscreva em divida ativa.
Após, arquive-se definitivamente.
Cumpra-se. Pratique-se o necessário.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7005443-10.2022.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Duplicata
Polo Ativo: AUTOR: AGROMAGI REPRESENTACOES LTDA - ME, CNPJ nº 10548239000154, AVENIDA PADRE ÂNGELO CERRI, - ATÉ 247/248 DOIS DE ABRIL - 76900-840 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: EDER SOUZA SILVA, OAB nº RO10583
Polo Passivo: REU: VALDIR GOMES DE MOURA 85450707215, CNPJ nº 36527441000193, RUA NOVECENTOS E SETE BOA ESPERANÇA - 76985-440 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 8.456,60
DECISÃO
Trata-se do pedido de citação por edital.
É cediço que a citação por edital é medida excepcional, adotada quando infrutíferas as tentativas de localização da parte ré (CPC, 256, § 3º). Com efeito, para que a citação por edital atinja os efeitos da citação pessoal válida, deve ser precedida do esgotamento de todos os meios possíveis para a localização da parte ré.
Nesse sentido, cito julgado do Tribunal de Justiça Rondoniense, a saber: [...] “A citação por edital pressupõe o prévio esgotamento dos meios de localização do executado, impondo-se a declaração de sua nulidade quando não exauridos os meios possíveis para localização do citando.” Apelação Cível, processo n.º 7006692-56.2018.822.0007, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 01/03/2021.
Não obstante as diligências infrutíferas, denota-se que não houve o esgotamento de todos os meios possíveis para a localização da parte ré, motivo pelo qual, entendo que a citação via edital é prematura.
Ressalto que este juízo tem realizado no mínimo duas tentativas de diligências em sistemas informatizados, priorizando-se os sistemas junto à Receita Federal (INFOJUD) e Justiça Eleitoral (SIEL), eis que são atualizados com maior periodicidade do que com as instituições financeiras (SISBAJUD), a fim de evitar futuras arguições de nulidade da citação ficta como comumente tem ocorrido em outros feitos.
Isso posto, indefiro a citação da parte ré via edital.
Fica a parte autora intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar em termos de prosseguimento do feito, sob pena de extinção nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7003413-41.2018.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Alimentos
Polo Ativo: EXEQUENTE: M. E. P. D. S., AVENIDA PRESIDENTE NASSER 1548 JARDIM OLIVEIRAS - 76980-632 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: EXECUTADO: S. S. S., RUA JOÃO PAULO I 1951, - DE 1890/1891 A 2150/2151 APTO 04 CONCEIÇÃO - 76808-398 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 1.450,95
DESPACHO
Serve o presente como OFÍCIO à Caixa Econômica Federal (e-mail: ag1825ro01@caixa.gov.br) para, no prazo de 10 (dez) dias, proceda com a transferência do valor de R$ 189,24 (cento e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos) e R$ 30,17 (trinta reais e dezessete centavos), depositados nas contas judiciais n. 01545522-7 e 01545523-5, com seus acréscimos legais (havendo), para a seguinte conta bancária: Caixa Econômica Federal; agência n. 3880; conta poupança n. 906329606-7; favorecido Daiane Pereira Machado, inscrita no CPF n. 026.350.421-28, zerando e inutilizando as contas após a transferência, devendo encaminhar o comprovante para o e-mail cpe-

3civvil@tjro.jus.br.
Comprovada a transferência, intime-se a parte exequente para se manifestar em termos de prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
Decorrido o prazo, independente de manifestação, tornem os autos conclusos para deliberação.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 0009311-67.2012.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Atos executórios
Polo Ativo: REQUERENTE: ZULEICA YOSHICO MORIMOTO, CPF nº 02351341805, LINHA P 30, KM 07, FAZENDA SOL NASCENTE NÃO CONSTA - 76992-000 - GUAPORÉ (CHUPINGUAIA) - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: GREICIS ANDRE BIAZUSSI, OAB nº RO1542A
Polo Passivo: REQUERIDO: CICERO STRESSER, AV. CAPITÃO CASTRO 2855 CENTRO - 76992-000 - GUAPORÉ (CHUPINGUAIA) - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: TAYANE ALINE HARTMANN PIETRANGELO, OAB nº RO5247A, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 10.408,08
DESPACHO
1- DESIGNO audiência de conciliação para o dia 15 de junho de 2023 às 12:00 horas, por sistema de videoconferência, através do aplicativo Google Meet, podendo ser utilizado pela parte interessada algum aparelho eletrônico, tais como celular, notebook ou computador, que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando, devendo receber auxílio do respectivo patrono/advogado.
1.1 Os participantes deverão acessar o ambiente virtual através do seguinte link: https://meet.google.com/pqw-tjsy-wyn, ingressando na sala na data e horário agendados.
1.2 As partes deverão informar nos autos (através de seus advogados/Defensores Públicos) os e-mails pelos quais participarão da solenidade, no prazo máximo de 05 (cinco) dias antes da audiência.
2- Por intermédio da publicação automática, através dos advogados constituídos nos autos, ficam intimadas as partes da data da audiência designada.
3 - Realizada a audiência, voltem conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 0010592-87.2014.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Perdas e Danos, Acidente de Trânsito
Polo Ativo: EXEQUENTE: ANA PAULA ANSELMA GOMES, CPF nº 90378474200, RUA COSTA E SILVA 220 CENTRO - 76980-146 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: LEANDRO MARCIO PEDOT, OAB nº RO2022A, ERIC JOSE GOMES JARDINA, OAB nº RO3375A
Polo Passivo: EXECUTADO: CLORIDES BATISTA, AV: BOA VISTA 7660, ATUALMENTE RESIDE EM ROLIM DE MOURA EMBRATEL - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 37.647,64
DECISÃO
Do que consta dos autos, houve a constrição judicial de valores em desfavor da parte executada.
Intimada, a executada por meio da Defensoria Pública atuando como curador especial apresentou impugnação à penhora, com lastro no art. 833, X, do Código de Processo Civil.
A parte exequente se manifestou.
É o necessário. Decido.
O artigo 833, X, do CPC, dispõe que: São impenhoráveis: [...] X - a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários-mínimos.
Corroborando a disposição normativa, a jurisprudência atual somente admite esta modalidade de penhora em situações excepcionais, tais como o pagamento de crédito alimentar ou quando constatada fraude na execução. Não obstante a impenhorabilidade de conta poupança com saldo em conta inferiores a 40 (quarenta) salários mínimos seja regra, esta pode ser mitigada.
Contudo, o caso dos autos merece ponderação.
Isso porque, de fato é ínfimo o valor tornado indisponível no importe total de R$ 30,06 (trinta reais e seis centavos), enquanto o débito perseguido pelo exequente perfaz o valor de R$ 140.609,63 (cento e quarenta mil e seiscentos e nove reais e sessenta e três centavos), portanto, tenho que o valor bloqueado será absorvido pelas despesas processuais para o seu levantamento.
Ante o exposto, ACOLHO a impugnação à indisponibilidade de valores, nos termos do art. 836 do Código de Processo Civil.

Decorrido o prazo de recurso, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar em termos de prosseguimento do feito, sob pena de suspensão e arquivamento dos autos, nos termos do art. 921 do CPC.
Findo o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Intime-se a Defensoria Pública do Estado, por meio eletrônico (art. 186, § 1º, CPC), para que tome ciência da presente decisão.
Por intermédio da publicação automática fica a parte exequente intimada.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7008381-80.2019.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Nota Promissória, Juros, Correção Monetária
Polo Ativo: EXEQUENTE: TREVO AUTO PECAS LTDA - ME, CNPJ nº 11041974000130, AVENIDA MARECHAL RONDON 7336 PARQUE INDUSTRIAL TANCREDO NEVES - 76987-832 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: VERA LUCIA PAIXAO, OAB nº RO206, NEWTON SCHRAMM DE SOUZA, OAB nº RO2947A, AMANDA IARA TACHINI DE ALMEIDA, OAB nº RO3146, ANTONIO EDUARDO SCHRAMM DE SOUZA, OAB nº RO4001
Polo Passivo: EXECUTADO: DIUNIO CEZAR DE SOUZA RAMOS, CPF nº 84603925204, RUA BOM JESUS 615, SALA A, SETOR 12 ÁREA RURAL DE VILHENA - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 3.042,59
DECISÃO
Trata-se de ação de execução de título extrajudicial promovida por TREVO AUTO PEÇAS LTDA - ME em face de DIUNIO CEZAR DE SOUZA RAMOS.
Houve o bloqueio de valores, conforme extrato do SISBAJUD id 81514529.
Instada, a parte executada se manifestou através do curador especial impugnando a penhora realizada (id 92254231).
Vieram os autos conclusos.
É o necessário.
Fundamento e decido.
Não obstante a impenhorabilidade de conta com saldo inferior a 40(quarenta) salários mínimos, esta regra pode ser mitigada. Em homenagem ao princípio da razoabilidade, pode-se admitir penhora parcial de valor substancial a ser pago pelo devedor quando há indícios de movimentações atípicas nas contas bancárias do executado.
Incube ao executado comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis e comprometem suas necessidades básicas ou de sua família, ou mesmo que este seja o único meio de sobrevivência. Claramente, este não é o caso dos autos, visto que o valor está bloqueado há mais de cinco meses e o executado não veio aos autos provar a necessidade do desbloqueio. Deste modo, a ausência dessa prova induz à manutenção da penhora.
De outra sorte, mesmo na hipótese do bloqueio ter sido realizado em conta poupança, a movimentação atípica neste tipo de conta bancária, afasta o impenhorabilidade dos valores, de acordo com entendimento firmado pelo TJRO. Vejamos:
TJRO - Agravo de Instrumento. Cumprimento de sentença. Ação civil pública. Improbidade administrativa. Reparação de danos ao patrimônio público. Impugnação à penhora. Rejeição. Valores depositados em conta-poupança. Impenhorabilidade. Movimentações atípicas. Recurso não provido. São impenhoráveis, como regra geral, confirmada em sede de recurso repetitivo, as verbas de caráter alimentar, a exemplo dos vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria e pensões, entre outras. Igualmente impenhoráveis os valores depositados em caderneta de poupança, fundos de investimento e outras modalidades de aplicações poupadas pelo devedor, observado o limite de quarenta salários-mínimos (art. 833, X, do CPC). In casu, considerando a quantia depositada nas contas bancárias do agravante, com indícios de várias movimentações atípicas na conta-poupança que afastam o caráter de impenhorabilidade, bem como nada havendo que indique que dela necessita urgentemente para sobreviver, não havendo provas de que os recursos advieram de verbas alimentícias, não há o que se falar em impenhorabilidade. De outro giro, não tendo se desincumbido o recorrente do ônus de demonstrar, de maneira inequívoca, que uma parte dos valores bloqueados da conta-corrente na Caixa Econômica Federal pertence à sua genitora, não há razão para o desbloqueio de tais valores da conta-corrente do executado, devendo ser mantida in totum a decisão agravada. (AGRAVO DE INSTRUMENTO 0801053-62.2021.822.0000, Rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Especial, julgado em 11/11/2021).
Ademais, a possibilidade de penhora de verbas salariais ou saldo de poupança deve ser levada em confronto aos valores atinentes ao princípio da dignidade humana e o da razoabilidade. Desta feita, é importante, nos casos concretos postos em discussão, averiguar se a penhora da verba eventualmente trará prejuízos ao sustento e manutenção do devedor e de sua família, permitindo, assim, que o negócio firmado anteriormente entre as partes seja cumprido, atingindo a efetividade que a própria sociedade espera dele. Nesta perspectiva, é de se considerar ainda o valor da dívida para manutenção da penhora realizada, visto que é necessário valor abaixo de 40 salários mínimos para adimpli-la.
Ante ao exposto, REJEITO a impugnação à indisponibilidade de valores apresentada, por não vislumbrar hipótese de impenhorabilidade, conforme art. 833, X, do Código de Processo Civil e, via de consequência, CONVERTO a indisponibilidade de valores em penhora, sem necessidade de lavratura de termo, nos termos do art. 854, § 5º, do CPC e, via de consequência, na data de hoje, determinei à instituição financeira via SISBAJUD que procedesse com a transferência dos valores para a conta judicial vinculada aos autos.
Intime o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar em termos de prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito e informando dados para expedição de alvará judicial
Com o transcurso do prazo de recurso e manifestação do exequente, voltem conclusos para expedição de alvará e prosseguimento do feito.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida FreitasChristian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7001430-07.2018.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Cheque
Polo Ativo: EXEQUENTE: DIRCEU HOFFMANN, CPF nº 62414321920, RUA ANTÔNIO QUINTINO GOMES 3885, APTO 11 JARDIM AMÉRICA - 76980-756 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ESTEVAN SOLETTI, OAB nº RO3702A
Polo Passivo: EXECUTADOS: A E ALZEMAN - ME, RUA ANTÔNIO DEODATO DURCE 1242, - DE 967/968 A 1251/1252 CENTRO - 76963-874 - CACOAL - RONDÔNIA, ADRIANO ELEANDRO ALZEMAN, CPF nº 97831395253, AV. BRIGADEIRO EDUARDO GOMES 2326 SETOR 22 - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 28.006,02
DESPACHO
Trata-se de pedido de pesquisa de bens imóveis junto ao sistema SREI.
O SREI se destina ao cumprimento de ordens judiciais, não se justificando que a pesquisa de imóveis seja realizada por este meio, haja vista que a parte reúne plenas condições de fazê-la diretamente.
Razão pela qual indefiro o pedido de pesquisa junto ao SREI.
Sendo assim, manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento, indicando bens passíveis de penhora, ou requerendo o que entender de direito, no prazo de cinco dias, sob pena de imediata suspensão do feito.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7005405-95.2022.8.22.0014
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Assunto: Revisão
Polo Ativo: AUTORES: A. L. G., RUA H-NOVE 2376 ARIPUANÃ - 76985-474 - VILHENA - RONDÔNIA, A. V. G. D. S., RUA H-NOVE casa 24, QUADRA TREZE, SETOR 73 ARIPUANÃ - 76985-474 - VILHENA - RONDÔNIA, D. P. D. E. D. R., AVENIDA LUIZ MAZIERO 4320 JARDIM AMÉRICA - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: REU: M. S. D. S., CPF nº 00264514254, RUA CRAVO 207 JARDIM COLORADO - 29104-585 - VILA VELHA - ESPÍRITO SANTO
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 7.272,00
DESPACHO
1- Intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar se detém interesse no julgamento antecipado da lide, afirmando desde logo a inexistência de provas outras a produzir.
1.1- Em sendo positiva, dê-se vista ao Ministério Público pelo prazo de 15 (quinze) dias.
1.2- Após, sejam os autos conclusos para o julgamento do processo no estado em que se encontra.
2- Caso contrário, sugerir os pontos controvertidos da lide e especificar as provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão.
3- Havendo necessidade de produção de prova testemunhal, determino, desde já, que as partes apresentem seus respectivos róis de testemunhas, observando-se o disposto no art. 357, §§ 4º, 5º, 6º e 7º do CPC, cumprindo-lhes indicar, na oportunidade, quais de suas testemunhas comparecerão em audiência independentemente de intimação, quais outras serão intimadas pelo próprio advogado, na forma do art. 455 do CPC, e, por fim, aquelas testemunhas cujas intimações, imprescindivelmente, devem ser efetuadas por mandado e oficial de justiça, desde logo justificando tal necessidade, sob pena de indeferimento.
4-Tudo cumprido, tornem-se os autos conclusos para saneamento.
Pratique-se o necessário.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7000153-24.2016.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Nota Promissória
Polo Ativo: EXEQUENTE: FABIO HENRIQUE FRANCA RODRIGUES, CPF nº 13278857780, RUA PALMAS 97 JARDIM DS OLIVEIRAS - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO EXEQUENTE: VALDINEI LUIZ BERTOLIN, OAB nº RO6883, LEANDRO MARCIO PEDOT, OAB nº RO2022A
Polo Passivo: EXECUTADO: NADIR PIETRO BIASI, CPF nº 36900370934, AVENIDA PRESIDENTE NASSER (ENDEREÇO DO TRABALHO) 451, AO LADO DO N. 457 JARDIM PRIMAVERA (VILHENA VEÍCULOS) - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 26.542,87
DESPACHO
Fica a parte exequente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar em termos de prosseguimento do feito, sob pena de suspensão e arquivamento, nos termos do art. 921 do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7005573-34.2021.8.22.0014
Classe: Monitória
Assunto: Nota Promissória
Polo Ativo: AUTOR: GIRAPE ESTILOS LTDA - ME, CNPJ nº 08992243000165, AVENIDA MAJOR AMARANTE 3307 CENTRO (S-01) - 76980-091 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RAYANNA DE SOUZA LOUZADA NEVES, OAB nº RO5349A
Polo Passivo: REU: ALZIMIRO BIESEK, CPF nº 11368705200, RUA ERMELINDO BATALHA 385 BODANESE - 76981-062 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 3.101,02
DESPACHO
Considerando que o réu citado por edital não ofereceu embargos à ação monitória e Defensoria Pública do Estado atuando na condição de curadora especial apresentou manifestação genérica, bem como não houve o cumprimento da obrigação, considera-se constituído de pleno direito o título executivo judicial, com fundamento no art. 701, § 2º do CPC.
Como é sabido, formado de pleno direito o título executivo judicial, torna-se possível a instauração da fase executiva de cumprimento de sentença, conforme estabelece a norma processual supracitada, a saber: “Constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos previstos no art. 702 , observando-se, no que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial.”
Fica a exequente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca do prosseguimento do feito, apresentando requerimento adequado e planilha de débito atualizada.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7012662-11.2021.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Polo Ativo: EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL, AV. CAPITÃO CASTRO 3178 CENTRO - 76908-354 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CRISTIANE TESSARO, OAB nº AC1562, PROCURADORIA DA SICOOB CREDISUL - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA LTDA
Polo Passivo: EXECUTADO: GENECI MARTINS DE OLIVEIRA, CPF nº 29012503272, AVENIDA CURITIBA 3155, CASA FUNDOS JARDIM PRIMAVERA - 76983-350 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 10.913,44
DESPACHO
Considerando as diligências infrutíferas na tentativa de localizar bens e valores, DEFIRO o pedido de quebra sigilo em face da parte executada, portanto, segue em anexo o resultado da quebra do sigilo fiscal e pesquisa via INFOJUD em nome da parte executada, o qual foi extraída a declaração sem o devido sigilo, uma vez que não há informações e dados de entrega da aludida declaração.
Fica a parte exequente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, tomar conhecimento e se manifestar em termos de prosseguimento do feito, sob pena de suspensão e arquivamento dos autos, nos termos do art. 921 do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7003275-98.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Defeito, nulidade ou anulação, Acessão
Polo Ativo: AUTORES: XIRLEI CAMPOS ALMEIDA, CPF nº 58537910953, RUA RICARDO CARLOS KOLLERT 122, APTO 302-B JARDIM ELDORADO - 76987-066 - VILHENA - RONDÔNIA, ANNE CAROLINE CAMPOS ALMEIDA, CPF nº 86508911287, RUA RICARDO CARLOS KOLLERT 122, APTO 302-B JARDIM ELDORADO - 76987-066 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: GILBERTO DE JESUS DA ROCHA BENTO JUNIOR, OAB nº SP170162, GRACE RIBEIRO DE MOURA, OAB nº SP299889
Polo Passivo: REU: BANCO BRADESCO S.A., AV. CIDADE DE DEUS 775, CIDADE DE DEUS VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADO DO REU: BRADESCO
Valor da causa: R$ 2.620.000,00
DESPACHO
Tomo conhecimento do agravo de instrumento interposto.
Da análise detida da decisão guerreada e das razões encartadas nos autos, na forma do art. 1.018, §1º do Código de Processo Civil, não vislumbro qualquer situação que autorize a sua modificação, razão pela qual mantenho a decisão agravada pelos próprios fundamentos.
Oportunamente, se solicitado, prestarei informações ao relator do agravo.
Aguarde-se a decisão de mérito do referido Recurso.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006204-07.2023.8.22.0014
Classe: Monitória
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Polo Ativo: AUTOR: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO JURUENA SICREDI UNIVALES MT, AVENIDA MATO GROSSO 690-N MÓDULO I - 78320-000 - JUÍNA - MATO GROSSO
ADVOGADOS DO AUTOR: GERSON DA SILVA OLIVEIRA, OAB nº MT8350O, PROCURADORIA DA SICREDI UNIVALES MT/RO - COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO UNIVALES
Polo Passivo: REU: ROBERTO GOMES FERREIRA, CPF nº 52406342204, AVENIDA DAS MAGNÓLIAS 1493 CRISTO REI - 76983-373 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 36.716,53
DECISÃO
1. A pretensão visa o cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem em petição devidamente instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (CPC, art. 700).
2. Cite-se a parte ré dos termos da presente ação para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento, a entrega da coisa ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (CPC, art. 701, caput).
2.1 Conste, ainda, do mandado que, nesse mesmo prazo, a parte ré poderá oferecer embargos independente de garantia do juízo, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, independente de qualquer formalidade. O prazo para embargar contar-se-á a partir da juntada do mandado aos autos, devendo a exequente ser intimada para apresentar os cálculos atualizados (CPC, 701, §2º c/c 702).
3. Optando o réu pelo pagamento integral ou cumprimento integral da obrigação deverá efetuar também o pagamento de honorários advocatícios de 5% sobre o valor da causa, hipótese em que ficará isento do pagamento de custas processuais (art. 701, §1º, CPC).
4. Caso a parte ré reconheça o débito, poderá requerer seu parcelamento no prazo de 15 dias, contados da juntada do presente mandado aos autos, desde que promova o pagamento à vista de 30% do débito, mais custas e honorários de advogado, e o saldo remanescente em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês (NCPC, art. 916, §6º c/c o art. 701, §5º, NCPC), ato que importará em renúncia ao direito de opor embargos.
4.1. Em seguida, intime-se a parte autora para que se manifeste, em 05 dias, sobre o preenchimento dos pressupostos contidos no item 4, ocasião em que poderá levantar os valores depositados, vindo os autos conclusos para decisão (CPC, 916, §1º).
4.2 Enquanto não sobrevier decisão da proposta de parcelamento, o executado deverá depositar as parcelas vincendas (CPC, 916, §2º).
4.3 Sendo deferido o parcelamento, os atos executivos serão suspensos.
5. Havendo oposição de embargos ou reconvenção, intime-se o autor para responder em 15 dias (art. 702, §5º, CPC).
6. Decorrido o prazo e havendo inércia do réu, constituo de pleno direito o título executivo judicial, convertendo o mandado inicial em mandado de execução (art. 701, §2º, CPC), devendo a escrivania proceder a alteração da classe do feito para cumprimento de sentença.
6.1 Neste caso, a parte autora deverá apresentar o cálculo atualizado do débito, acrescido dos honorários fixados inicialmente (5%).
6.2 Após a vinda do cálculo, intime-se pessoalmente a parte ré para que, no prazo de 15 dias, cumpra a obrigação exigida na inicial, sob pena de multa de 10% e honorários, também de 10% (art. 523, §1º, CPC). Intime-se, ainda, de que caso não efetue o pagamento no prazo legal, poderá oferecer impugnação nos próprios autos, independente de caução, no prazo de 15 dias, a contar do decurso do prazo para pagamento, independente de nova intimação (art. 525, CPC).

7. Decorrido o prazo, sem pagamento ou manifestação, intime-se o exequente para apresentar novo demonstrativo discriminado e atualizado do crédito e indicar bens passíveis de penhora, nos termos do art. 523 c/c 524, do CPC.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7001053-36.2018.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Honorários Advocatícios, Juros, Correção Monetária, Penhora / Depósito/ Avaliação , Expropriação de Bens
Polo Ativo: EXEQUENTE: RONNIE GORDON BARDALES, CPF nº 22116656249, AV. JOSÉ DO PATROCÍNIO 3472 CENTRO - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: GLORIA CHRIS GORDON, OAB nº RO3399, VINICIUS POMPEU DA SILVA GORDON, OAB nº RO5680
Polo Passivo: EXECUTADO: EDSON NICOLAU KLEIN, CPF nº 10921786867, AVENIDA JÔ SATO 1570 BELA VISTA - 76982-118 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 92.280,45
DESPACHO
Serve o presente como OFÍCIO ao IDARON, a fim de que informe a existência de semoventes registrados em nome de Lucineide Dias Klein, inscrito no CPF n. 626.288.102-63,no prazo de 10 (dez) dias, devendo encaminhar as informações para o e-mail cpe3civvil@tjro.jus.br.
1 - Com fundamento no princípio da cooperação (art. 6º do CPC), bem como não houve o recolhimento da taxa, DETERMINO que o exequente providencie o encaminhamento do aludido expediente.
2 - Aguarde-se em cartório pelo prazo não processual de 15 (quinze) dias, até que sobrevenha informações a respeito. Findo o prazo, intime-se a parte exequente para se manifestar requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de suspensão e arquivamento (art. 921 do CPC).
4 - Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7005758-38.2022.8.22.0014
Classe: Monitória
Assunto: Cheque
Polo Ativo: AUTOR: PATO BRANCO ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 02570953000110, AVENIDA CAPITÃO CASTRO 3781 CENTRO (S-01) - 76980-094 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ESTEVAN SOLETTI, OAB nº RO3702A
Polo Passivo: REU: ADAO ALVES DA SILVA LANCHES - ME, CNPJ nº 18863577000192, AVENIDA MAJOR AMARANTE - PRAÇA Nª Sª APARECIDA S/N, NOME FANTASIA HOT DOG 1 LANCE CENTRO - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, ADAO ALVES DA SILVA, CPF nº 64751201972, AVENIDA ROZALINDA ADÉLIA MARANGONI 3429 JARDIM AMÉRICA - 76980-774 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 4.704,10
DESPACHO
1 - Cuida-se de cumprimento de Sentença (arts. 523 e 525, ambos do CPC). Altere-se a classe para cumprimento de Sentença.
2 - Considerando o trânsito em julgado da sentença que condenou o executado ao pagamento de quantia certa, intime-se o executado pessoalmente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do valor devido, sob pena de ser acrescido ao débito principal multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, § 1º, Código de Processo Civil.
2.1 - Ressalto, ainda, que, efetuado o pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante (art. 523, § 2º).
2.2 - Caso advenha o pagamento integral no prazo do item “2”, desde já determino a expedição de alvará judicial, ou ofício de transferência do valor incontroverso e após conclusos para sentença de extinção.
2.3 - Não havendo o pagamento ou irresignação do executado, intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar quanto ao prosseguimento do feito, mediante demonstrativo de débito atualizado, devendo recolher custas das diligências requeridas.
3 - Transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o Executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, querendo, nos próprios autos impugnação. (art. 525, caput, do CPC)
4 - Apresentada a impugnação, intime-se o exequente a se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias.
5 - Após, venham os autos conclusos para deliberação.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.

Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7001443-30.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Guarda
Polo Ativo: AUTOR: E. W. D. B., CPF nº 94246912204, AVENIDA JASMIM 1703 JARDIM PRIMAVERA - 76983-362 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JETRO VASCONCELOS CARAPIA CANTO, OAB nº RO4956A
Polo Passivo: REU: I. M. L., CPF nº 01065569246, RUA CENTO E DOIS-QUATRO 2744, RUA 102-04 RESIDENCIAL MOYSÉS DE FREITAS - 76982-614 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 2.000,00
DESPACHO
1 - Intimem-se as partes para manifestarem, no prazo de 15 (quinze) dias, se detém interesse no julgamento antecipado da lide, afirmando desde logo a inexistência de outras provas a produzir.
2 - Sendo positiva, sejam os autos conclusos para o julgamento do processo no estado em que se encontra.
3 - Caso contrário, sugerir os pontos controvertidos da lide e especificar as provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão.
4 - Havendo necessidade de produção de prova testemunhal, determino, desde já, que as partes apresentem seus respectivos róis de testemunhas, observando-se o disposto no art. 357, §§ 4º, 5º, 6º e 7º do Código de Processo Civil, cumprindo-lhes indicar, na oportunidade, quais de suas testemunhas comparecerão em audiência independentemente de intimação, quais outras serão intimadas pelo próprio advogado, na forma do art. 455 do CPC, e, por fim, aquelas testemunhas cujas intimações, imprescindivelmente, devem ser efetuadas por mandado e oficial de justiça, desde logo justificando tal necessidade, sob pena de indeferimento.
5 - Decorrido o prazo, com ou sem manifestação das partes, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação quanto ao interesse na produção de provas.
6 - Tudo cumprido, tornem-se os autos conclusos para saneamento.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7005292-10.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
Polo Ativo: AUTOR: RUBENS NARCISO GRAEBIM, CPF nº 10718460278, AVENIDA BRIGADEIRO EDUARDO GOMES 1048 JARDIM ELDORADO - 76987-169 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: GUILHERME SCHUMANN ANSELMO, OAB nº RO9427
Polo Passivo: REU: RUI DOS SANTOS 65096762220, CNPJ nº 44891551000168, CARLOS STHAL 5180 JARDIM ELDORADO - 76987-050 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 50.160,53
DESPACHO
Recebo a emenda à inicial.
Concedo os benefícios da justiça gratuita ao autor, porquanto há elementos nos autos que comprovam o seu estado de hipossuficiência.
É cediço que a conciliação é o meio mais célere e efetivo de solução de demandas, eis que as partes podem por si mesmas construírem a solução que atenda da melhor maneira os interesses, o que dificilmente será alcançado por uma decisão judicial, portanto, DESIGNO audiência de conciliação/mediação para quinta-feira, dia 21 de setembro de 2023, com início às 11 horas, a ser realizada por videoconferência, por meio do link: https://meet.google.com/qwc-erfm-iqm, nos termos do Provimento n. 18/2020-CGJ, a ser realizada pelo Núcleo de Conciliação e Mediação - NUCOMED.
As partes deverão informar no processo os contatos telefônicos através dos quais participarão da solenidade com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data agendada para a solenidade.
No horário da audiência por videoconferência, as partes deverão estar disponíveis através do número de celular informado, em local apropriado, para que a audiência possa ter início, e tanto as partes como os advogados acessarão e participarão do ato após receberem a chamada.
Os participantes deverão comprovar as respectivas identidades ao início da audiência, exibindo documento oficial com foto para conferência e registro.
Cite(m)-se e intime(m)-se o(s) réu(s), para que tome(m) conhecimento da presente ação, bem como compareça(m) à audiência de conciliação designada, enquanto a parte autora fica intimada na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º).

Ficam as partes advertidas que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (CPC, art. 334. § 8º).
Não havendo acordo o(s) réu(s) deverá(ão), no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da audiência (CPC, art. 335, I), apresentar(em) defesa, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344, do Código de Processo Civil, que assim dispõe: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor." Na oportunidade, com fim trazer celeridade ao procedimento, deverá indicar as provas que pretende produzir, justificando sua pertinência aos fatos a serem provados.
Realizada a audiência e não obtida a conciliação, decorrido o prazo da parte requerida, intime-se a parte requerente para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar réplica à contestação, se assim houver. De igual forma, deverá indicar as provas que pretende produzir, justificando sua pertinência aos fatos a serem provados.
Tudo cumprido, retornem os autos conclusos para decisão saneadora.
Serve o presente como CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
REU: RUI DOS SANTOS 65096762220, CNPJ nº 44891551000168, CARLOS STHAL 5180 JARDIM ELDORADO - 76987-050 - VILHENA - RONDÔNIA
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7003043-91.2020.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Incapacidade Laborativa Temporária
Polo Ativo: REQUERENTE: JHONATAN RODRIGUES MORET, CPF nº 00915638282, RUA JOSIAS ANTONIO DA SILVA 1158 JARDIM DAS OLIVEIRAS - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARIANA MOREIRA DEPINE, OAB nº RO8392, JOSEMARIO SECCO, OAB nº RO724A
Polo Passivo: REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Valor da causa: R$ 8.332,50
DESPACHO
A Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça Rondoniense via Ofício Circular - CGJ n. 066/2023, processo Sei n. 0002428-47.2023.8.22.8800, comunicou este juízo acerca da ATA DE REUNIÃO - CGJ n. 56/2023 - DCP/DEJUD/SCGJ/CGJ, realizada no dia 12/04/2023, que definiu providências para o aperfeiçoamento da rotina das unidades judiciárias que atuam atuação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), visando evitar a morosidade no cumprimento dos atos judiciais.
Foi deliberado na reunião recomendações, a fim de se proceder com especial atenção ao fluxo estabelecido para comunicações dos atos processuais relativos aos processos previdenciários e acidentários contra o INSS, estabelecido no item "b" o seguinte:
[...]
b.2) Obrigação de pagar em processos da competência originária (exclusivamente causas acidentárias) - pagamento de RPVs (partes, advogados e peritos) em processos de natureza acidentária.
b.2.1) Sempre pelo PJe (jamais por mandado) com prazo de 60 dias.
b.2.2) reiteração (vencidos os 60 dias com reclamação de inadimplemento): para o e-mail rpvacidentariapfro@gmail.com.
b.3) o prazo para resposta da reiteração no item b.2.2. será de 15 dias e ela conterá comprovação de pagamento.
b.4) se o INSS não cumprir o prazo do item b.3, o processo será enviado concluso para que o(a) magistrado(a) aplique a tutela específica que entender conveniente, nos termos da legislação processual.
Grifo nosso.
Na hipótese, o executado foi intimado em 16/09/2022, a fim de tomar conhecimento dos RPVs expedidos nos autos. Contudo, ultrapassado o prazo para comprovar o pagamento, somente veio aos autos impugnar os valores e, conforme deliberado no despacho no ID. 91847965, não foi apreciado pelo juízo, em decorrência da preclusão consumativa.
Intimado o executado, novamente pugnou pelo prazo de 60 (sessenta) dias para confirmação do depósito.
Pois bem. Incompreensível a atitude do executado, pois em diversos processos em trâmite neste juízo, constatou-se o mesmo comportamento, ou seja, os depósitos dos RPVs não são comprovados dentro do prazo legal e, intimado para se manifestar a respeito, sempre pugna por novos prazos e não cumpre as decisões judiciais.
Assim, objetivando o efetivo cumprimento das recomendações deliberadas em reunião, determino o seguinte:
1 - Intime-se o INSS via e-mail rpvacidentariapfro@gmail.com para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o pagamento dos RPVs expedidos nos autos no ID. 81801452, devendo a Central de Processos Eletrônicos - CPE1G, certificar o ato nos autos, fim de verificar a data em que foi enviada a intimação.
2 - Decorrido o prazo sem manifestação, tornem os autos conclusos para deliberação.
3 - Comprovado o pagamento, intime-se o exequente para se manifestar a respeito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de considerar satisfeita a obrigação e, por conseguinte, a extinção do feito com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil.
4 - Findo o prazo do item 3, tornem os autos conclusos para extinção.
Cumpra-se a CPE com o necessário.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006844-10.2023.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Polo Ativo: EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL, AV: CAPITÃO CASTRO 3178, TERREO CENTRO - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CRISTIANE TESSARO, OAB nº AC1562, PROCURADORIA DA SICOOB CREDISUL - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA LTDA
Polo Passivo: EXECUTADOS: CASSIA RENATA SANTOS LIMA, CPF nº 01849836221, AVENIDA IBIRAPUERA 2778 GREEN VILLE - 76980-887 - VILHENA - RONDÔNIA, LUCAS DA SILVA VIEIRA, CPF nº 01744416222, AVENIDA IBIRAPUERA 2778 GREEN VILLE - 76980-887 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 11.790,47
DESPACHO
Fica a parte exequente intimada para emendar a inicial, trazendo aos autos comprovante do recolhimento das custas processuais integrais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento e cancelamento da petição inicial, nos termos do artigo 290 do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos para deliberação.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7002772-82.2020.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Alimentos
Polo Ativo: AUTORES: KAROL ALESSI AFONSO, CPF nº 02777887225, AV.RIO BRANCO 540 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA, KALIN ALESSI AFONSO, CPF nº 05360150238, RUA RIO BRANCO 540 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA, ADRIANA ALESSI DOMINGOS, CPF nº 72033223191, RUA RIO BRANCO 540 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: VALDINEI LUIZ BERTOLIN, OAB nº RO6883, LEANDRO MARCIO PEDOT, OAB nº RO2022A
Polo Passivo: REU: JAIR AFONSO FILHO, CPF nº 65708423234, AV. LIBERDADE 4307 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: VERA LUCIA PAIXAO, OAB nº RO206, AMANDA IARA TACHINI DE ALMEIDA, OAB nº RO3146, NEWTON SCHRAMM DE SOUZA, OAB nº RO2947A, ANTONIO EDUARDO SCHRAMM DE SOUZA, OAB nº RO4001
Valor da causa: R$ 9.526,98
DESPACHO
Fica a parte executada intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar a respeito do peticionado no ID. 91829073.
Após, tornem os autos conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7005580-55.2023.8.22.0014
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Assunto: Oferta, Fixação, Busca e Apreensão
Polo Ativo: AUTORES: A. P. M., CPF nº 02883547297, RUA OITOCENTOS E DEZESSEIS 6269 ALTO ALEGRE - 76985-320 - VILHENA - RONDÔNIA, S. M. B. M., CPF nº 06570387251, RUA OITOCENTOS E DEZESSEIS 6269 ALTO ALEGRE - 76985-320 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: ANA CAROLINA IMTHON ANDREAZZA, OAB nº RO3130A
Polo Passivo: REU: L. B. D. S., CPF nº 02332059261, RUA DEOFÉ ANTONIO GEREMIAS 163 JARDIM AMÉRICA - 76980-740 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 1.145,03
DESPACHO
Defiro os benefícios da justiça gratuita em favor da parte exequente.
Como é sabido, nos termos do art. 528, §7º, do CPC: O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 03 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo.
No caso dos autos, a parte exequente está executando os alimentos dos meses abril, maio e junho de 2023, o qual perfaz o importe total de R$ 1.145,03 (um mil, cento e quarenta e cinco reais e três centavos), conforme cálculo acostado aos autos (ID-91851634). Assim, o processamento do feito de observar os termos do art. 528, § 7º, do CPC, que remete ao cumprimento de sentença pelo rito da coerção

pessoal.
CITE-SE o executado para no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento dos três últimos alimentos em atraso e os que se vencerem no curso do processo, provar que o fez ou justificar a impossibilidade, nos termos do art. 528, do CPC, sob pena de ter decretada a sua prisão em regime fechado e protesto do pronunciamento judicial.
Somente a comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de pagar justificará o inadimplemento.
O cumprimento da prisão não dispensa a parte executada do pagamento das prestações de alimentos vencidas e vincendas
Havendo ou não o pagamento do débito alimentar, dê-se vista dos autos à exequente para manifestação.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
Cumpra-se.
Serve como CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
Executado: LUAN BORGES DA SILVA - CPF: 023.320.592-61
Endereço: Rua Deofe Antônio Geremia, nº 163, Bairro Jardim América, na cidade de Vilhena-RO
Valor do débito alimentar: R$ 1.145,03 (um mil, cento e quarenta e cinco reais e três centavos), conforme cálculo acostado aos autos (ID-91851634).
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 0009560-57.2008.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Contratos Bancários
Polo Ativo: EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
Polo Passivo: EXECUTADOS: ROSA MARIA DA SILVA GONCALVES, CPF nº 41952170249, CONSTRUTORA E METALURGICA GOIACO LTDA - ME, CNPJ nº 05536996000178
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 46.586,76
DECISÃO
Vieram os autos conclusos com pedido de penhora sobre bem imóvel.
Compulsando a certidão de inteiro teor do bem verifico que há registro de alienação fiduciária.
O bem submetido à alienação fiduciária, por não integrar o patrimônio do devedor, não pode ser objeto de penhora. Todavia, não há impedimento para que os direitos do devedor fiduciante relacionados ao contrato recebam constrição, independentemente da concordância do credor fiduciário.
O Superior Tribunal de Justiça entende que não é necessária a anuência do credor fiduciário para promover a penhora sobre os direitos do bem em que recai alienação fiduciária (REsp 1697645).
Não se pode olvidar que está sedimentado na doutrina o entendimento uníssono que considera ser impossível a penhora do bem alienado fiduciariamente, o que não poderia ser diferente dada conjuntura dos fatos, pois, o credor fiduciário possui a propriedade do imóvel, cabendo ao devedor apenas a posse indireta. Todavia, esse adquire direitos sobre o bem a medida em que realiza os pagamentos das parcelas, sendo-lhe estes direitos passíveis de sofrer constrição.
Em outro sentido, a penhora de direitos é plenamente possível, contendo previsão legal no art. 855 do Código de Processo Civil.
Defiro a penhora dos direitos de crédito do devedor junto à Caixa Econômica Federal, credor fiduciário, com fundamento no art. 835, XIII do Código de Processo Civil.
Serve a presente como ofício a Caixa Econômica Federal, a fim de comunicar a este juízo se já ouve quitação do contrato nº. 7.1825.0000011-4 em nome dos proprietários fiduciantes CONSTRUTORA E METALURGICA GOIACO LTDA - ME - CNPJ: 05.536.996/0001-78 e ROSA MARIA DA SILVA GONCALVES - CPF: 419.521.702-49 para que seja procedida a penhora do bem.
Na forma do art. 841, §2º do CPC, intime-se o executado da presente decisão no seguinte endereço: Avenida LIberdade, 3404, Centro, Vilhena, conforme certidão de id 34070634, página 24.
Preclusa a presente decisão, com a resposta da instituição financeira, dê-se vista à parte exequente, a fim de que requeira o que entender de direito.
Intimem-se.
SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7010511-48.2016.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Compra e Venda, Consórcio
Polo Ativo: EXEQUENTE: ALIANE ANTUNES DA COSTA SIMOES, CPF nº 58994564268, DOMINGOS DI SESSA 236 OURO BRANCO - 13482-121 - LIMEIRA - SÃO PAULO

ADVOGADO DO EXEQUENTE: DANIELI MALDI ALVES, OAB nº RO7558
Polo Passivo: EXECUTADOS: OSVALDEMIR BATISTA DE MELLO, CPF nº 32973403987, AV. MAJOR AMARANTE 4695 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA, PALMEIRAS NEGOCIOS IMOBILIÁRIOS, CNPJ nº DESCONHECIDO, AV. MAJOR AMARANTE, n 4695 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: MARIO CESAR TORRES MENDES, OAB nº RO2305
Valor da causa: R$ 30.797,08
DESPACHO
Indefiro o pedido na forma em que foi requerido.
Suspendo a execução pelo prazo de 01 (um) ano, após o qual começará a correr o prazo da prescrição intercorrente. Neste ínterim, o exequente poderá promover as diligências que entender necessárias.
Transcorrido o prazo de 1 (um) ano, nada sendo pleiteado, arquivem-se os autos, nos termos do artigo 921, § 4°, do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo de 3 (três) anos (Súmula 150 do STF), sem que tenha sido satisfeita a pretensão executória, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se quanto à ocorrência no caso presente, de prescrição intercorrente, ocasião em que poderá, inclusive, opor eventuais fatos impeditivos à incidência da referida prescrição.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7003973-07.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Pagamento com Sub-rogação, Acidente de Trânsito
Polo Ativo: AUTOR: PORTO SEGURO COMPAINHA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ nº 61198164000160, ALAMEDA BARÃO DE PIRACICABA 618, - DE 356/357 AO FIM CAMPOS ELÍSEOS - 01216-012 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO AUTOR: CELSO LUIZ HASS DA SILVA, OAB nº SP196421
Polo Passivo: REU: JULIO CEZAR SQUINCALI, CPF nº 04313981942, RUA W 32 BNH - 76987-274 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 13.926,88
DESPACHO
Recebo os autos para processamento.
CITE-SE o réu, para tomar ciência da presente ação e oferecer defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, observando o estabelecido por meio do art. 335, III, do Código de Processo Civil, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pelo autor e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344 do CPC, que assim dispõe: “Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.” Na oportunidade, com fim trazer celeridade ao procedimento, deverá indicar as provas que pretende produzir, justificando sua pertinência aos fatos a serem provados.
Caso formulada reconvenção e/ou alegada quaisquer das matérias enumeradas no artigo 337 do CPC ou juntado documentos, desde logo determino que a parte autora seja intimada para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos artigos 350 e 351 do CPC. De igual forma, deverá indicar as provas que pretende produzir, justificando sua pertinência aos fatos a serem provados.
Cumpridas as determinações acima, tornem os autos conclusos para saneamento.
Serve o presente como CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO.
REU: JULIO CEZAR SQUINCALI, CPF nº 04313981942, RUA W 32 BNH - 76987-274 - VILHENA - RONDÔNIA
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7009121-67.2021.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Polo Ativo: REQUERENTES: LUCIVANE MACEDO DA SILVA, RUA V-UM 6604 ARIPUANÃ - 76985-524 - VILHENA - RONDÔNIA, ISYS BRUNIELLY MACEDO DE LIMA, RUA V-UM 6604 ARIPUANÃ - 76985-524 - VILHENA - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, AVENIDA LUIZ MAZIERO 4320 JARDIM AMÉRICA - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: EXCUTADO: WAGNER ROCHA DE LIMA, CPF nº 00772202265, AV. 34 6559 NOVA VILHENA - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
EXCUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 1.010,10
DESPACHO
No caso dos autos, a parte exequente está executando os alimentos dos meses julho, agosto e setembro de 2021, o qual perfaz o importe total de o R$ 1.010,10 (um mil dez reais e sessenta e dez centavos), conforme cálculo acostado aos autos (ID-62644095). Assim, o processamento do feito de observar os termos do art. 528, § 7º, do CPC, que remete ao cumprimento de sentença pelo rito da coerção pessoal.

CITE-SE o executado para no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento dos três últimos alimentos em atraso e os que se vencerem no curso do processo, provar que o fez ou justificar a impossibilidade, nos termos do art. 528, do CPC, sob pena de ter decretada a sua prisão em regime fechado e protesto do pronunciamento judicial.
Somente a comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de pagar justificará o inadimplemento.
O cumprimento da prisão não dispensa a parte executada do pagamento das prestações de alimentos vencidas e vincendas
Havendo ou não o pagamento do débito alimentar, dê-se vista dos autos à exequente para manifestação.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
Cumpra-se.
Serve como CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
Executado: WAGNER ROCHA DE LIMA - CPF: 007.722.022-65
Endereço: Rua Rio Amazonas, nº 1391, Jardim Presidencial, CEP: 76901-072 – Ji-Paraná/RO
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 7010599-86.2016.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Distribuição: 22/12/2016
EXEQUENTE: PORTAL COMERCIO DE FERRAGENS LTDA, CNPJ nº 09642884000152, AV. MARECHAL RONDON 3474 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ESTEVAN SOLETTI, OAB nº RO3702A
EXECUTADO: FRANCIELE CRISTINA DE OLIVEIRA NANCI, RUA 2201 5852 SETOR 22 - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 5.031,15
DECISÃO
Trata-se de ação de execução de título extrajudicial promovida por EXEQUENTE: PORTAL COMERCIO DE FERRAGENS LTDA em face de EXECUTADO: FRANCIELE CRISTINA DE OLIVEIRA NANCI.
Houve o bloqueio de valores, conforme extrato do SISBAJUD id 88773825.
Instada, a parte executada se manifestou através do curador especial impugnando a penhora realizada (id 90706241).
Vieram-me os autos conclusos.
É o necessário. DECIDO.
Não obstante a impenhorabilidade de conta poupança com saldo inferior a 40(quarenta) salários mínimos, esta regra pode ser mitigada. Em homenagem ao princípio da razoabilidade, pode-se admitir penhora parcial de valor substancial a ser pago pelo devedor quando há indícios de movimentações atípicas nas contas bancárias do executado.
Incube ao executado comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis e comprometem suas necessidades básicas ou de sua família, ou mesmo que este seja o único meio de sobrevivência. Claramente, este não é o caso dos autos, visto que o valor está bloqueado há mais de três meses e a executada não veio aos autos provar a necessidade do desbloqueio. Deste modo, a ausência dessa prova induz à manutenção da penhora.
De outra sorte, mesmo na hipótese do bloqueio ter sido realizado em conta poupança, a movimentação atípica neste tipo de conta bancária, afasta o impenhorabilidade dos valores, de acordo com entendimento firmado pelo TJRO. Vejamos:
TJRO - Agravo de Instrumento. Cumprimento de sentença. Ação civil pública. Improbidade administrativa. Reparação de danos ao patrimônio público. Impugnação à penhora. Rejeição. Valores depositados em conta-poupança. Impenhorabilidade. Movimentações atípicas. Recurso não provido. São impenhoráveis, como regra geral, confirmada em sede de recurso repetitivo, as verbas de caráter alimentar, a exemplo dos vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria e pensões, entre outras. Igualmente impenhoráveis os valores depositados em caderneta de poupança, fundos de investimento e outras modalidades de aplicações poupadas pelo devedor, observado o limite de quarenta salários-mínimos (art. 833, X, do CPC). In casu, considerando a quantia depositada nas contas bancárias do agravante, com indícios de várias movimentações atípicas na conta-poupança que afastam o caráter de impenhorabilidade, bem como nada havendo que indique que dela necessita urgentemente para sobreviver, não havendo provas de que os recursos advieram de verbas alimentícias, não há o que se falar em impenhorabilidade. De outro giro, não tendo se desincumbido o recorrente do ônus de demonstrar, de maneira inequívoca, que uma parte dos valores bloqueados da conta-corrente na Caixa Econômica Federal pertence à sua genitora, não há razão para o desbloqueio de tais valores da conta-corrente do executado, devendo ser mantida in totum a decisão agravada. (AGRAVO DE INSTRUMENTO 0801053-62.2021.822.0000, Rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Especial, julgado em 11/11/2021).
Ademais, a possibilidade de penhora de verbas salariais ou saldo de poupança deve ser levada em confronto aos valores atinentes ao princípio da dignidade humana e o da razoabilidade. Desta feita, é importante, nos casos concretos postos em discussão, averiguar se a penhora da verba eventualmente trará prejuízos ao sustento e manutenção do devedor e de sua família, permitindo, assim, que o negócio firmado anteriormente entre as partes seja cumprido, atingindo a efetividade que a própria sociedade espera dele. Nesta perspectiva, é de se considerar ainda o valor da dívida para manutenção da penhora realizada, visto que é necessário valor abaixo de 40 salários mínimos para adimpli-la.
Ante ao exposto, REJEITO a impugnação à indisponibilidade de valores apresentada, por não vislumbrar hipótese de impenhorabilidade, conforme art. 833, X, do Código de Processo Civil e, via de consequência, CONVERTO a indisponibilidade de valores em penhora, sem necessidade de lavratura de termo, nos termos do art. 854, § 5º, do CPC e, via de consequência, na data de hoje, determinei à instituição financeira via SISBAJUD que procedesse com a transferência dos valores para a conta judicial vinculada aos autos.
Intime o exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar em termos de prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito e informando dados para expedição de alvará judicial

Com o transcurso do prazo de recurso e manifestação do exequente, voltem conclusos para expedição de alvará e prosseguimento do feito.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTES PARA OS DEVIDOS FINS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006801-73.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Polo Ativo: AUTORES: LUCIANI MENDES DE OLIVEIRA, CPF nº 66538009204, RUA C 7655 JARDIM ACÁCIA - 76988-142 - VILHENA - RONDÔNIA, JACSON CARDOSO FERREIRA, CPF nº 92208878272, RUA C 7655 JARDIM ACÁCIA - 76988-142 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: MARCIO DE PAULA HOLANDA, OAB nº RO6357
Polo Passivo: REU: ALEANDRO VIEIRA MACHADO, CPF nº 65205367253, AVENIDA JOÃO DEMETRIO SCHUASTZ 3662 JARDIM OLIVEIRAS - 76980-680 - VILHENA - RONDÔNIA, JOSE GUILHERME AZEVEDO BODANESE, CPF nº 91677203234, AVENIDA JOÃO DEMETRIO SCHUASTZ 475 JARDIM OLIVEIRAS - 76980-680 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 25.000,00
DESPACHO
Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por dano moral.
A petição inicial merece ser emendada a fim de se regularizar o valor da causa, visto que a importância indicada contempla apenas o pedido do dano moral, devendo, portanto, o autor indicar ainda o valor estimado para cumprimento da obrigação de trocar o amadeiramento do telhado da casa dos autores, conforme determina os incisos V e VI do artigo 292 do Código de Processo Civil.
Por intermédio da publicação automática, ficam intimados os autores, através do seu advogado constituído nos autos a emendar a petição inicial, no prazo de 15 dias, emendar no sentido de regularizar o valor da causa.
Após, voltem conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7001942-53.2019.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Títulos de Crédito
Polo Ativo: EXEQUENTE: A.M.C. DE SOUZA & CIA LTDA - EPP, CNPJ nº 02579728000145, AVENIDA EDINALDO LUCIANO DA SILVA 2089 BODANESE - 76981-082 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ESTEVAN SOLETTI, OAB nº RO3702A
Polo Passivo: EXECUTADO: I. G. NOGUEIRA FORTUNATO E CIA LTDA - ME, RODOVIA MARIO ANDREAZZA 1151 CENTRO - 69265-000 - APUÍ - ALAGOAS
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 4.141,36
DESPACHO
Indefiro o pedido de pesquisa de bens via sistema SREI, cujas informações e dados deverão ser adquiridos pelas partes interessadas diretamente no site (www.registradores.org.br), informadas ao magistrado, que, para facilitar o trâmite e dar celeridade ao registro das medidas constritivas utilizar-se-á dos respectivos sistemas para informar a ordem aos cartórios de registros de imóveis, que dentro de suas atribuições e, resguardados todos os procedimentos legais efetuarão a averbação/anotação na matrícula do imóvel.
Dito isso, fica a parte exequente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito, sob pena de suspensão e arquivamento, nos termos do art. 921 do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7000324-05.2021.8.22.0014
Classe: Inventário
Assunto: Inventário e Partilha

Polo Ativo: REQUERENTES: VALDETE MILICO DE MELO, CPF nº 32612451234, LINHA 10, 1º EIXO, RUMO ESCONDIDO SN ZONA RURAL - 76994-000 - CABIXI - RONDÔNIA, MANUEL MESSIAS DE MELO, CPF nº 32620020204, LINHA 3, KM 4,5, RUMO ESCONDIDO SN ZONA RURAL - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA, ODETE APARECIDA DE MELO GOMES, CPF nº 39012573220, LINHA LJ 08, LOTE 348, ES 100 SN ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA, ELZA APARECIDA DE MELO, CPF nº 86763040253, LINHA 7, KM 21, RUMO COLORADO SN ZONA RURAL - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: LEANDRO AUGUSTO DA SILVA, OAB nº RO3392A
Polo Passivo: REQUERIDOS: JOSE MILICO DE MELO, CPF nº 10734023200, LINHA 01, LOTE 102, GLEBA 01 SN, STR NOVA CONQUISTA, GLEBA CORUMBIARA ZONA RURAL - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, JOSEFA PAULINO DE MELO, CPF nº 58067884234, SITIO PNEU, LINHA 01, LOTE 102, GLEBA 01 SN, STR NOVA CONQUISTA, GLEBA CORUMBIARA ZONA RURAL - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, ELYN PAULINO MELO, CPF nº 67215343200, LINHA 7 KM 12 R ESCONDIDO SN, SITIO BOA VISTA ZONA RURAL - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA, JOAO BATISTA PAULINO MELO, CPF nº 65940849253, DISTRITO DE NOVA CONQUISTA BAIXADÃO - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA, ADELSON MILICO DE MELO, CPF nº 31266169253, RUA SAMAMBAIA 3330 S-35 - 76983-230 - VILHENA - RONDÔNIA, NORDETE MILICO DE MELO, CPF nº 31302742272, AVENIDA IGNEZ ROSELLA 2092 S-29 - 76983-288 - VILHENA - RONDÔNIA
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 10.000,00
DESPACHO
Defiro a concessão de prazo sem suspensão do processo.
Concedo prazo de 15 (quinze) dias para implementação das diligências necessárias a localização do endereço pretendido, ficando, desde já a parte exequente intimada para promover o devido andamento do processo até o limite do prazo, independente de nova intimação.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos.
Pratique-se o necessário.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006432-50.2021.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Duplicata, Obrigação de Fazer / Não Fazer
Polo Ativo: AUTOR: IRMAOS RUSSI LTDA, CNPJ nº 34770685000258, RUA ZACARIAS VICENTE DOS SANTOS 33 BAIRRO SATÍLITE - 76860-000 - CANDEIAS DO JAMARI - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: JOSEMARIO SECCO, OAB nº RO724A, ANDERSON BALLIN, OAB nº RO5568
Polo Passivo: REU: EDMAR ROBSON VEDOVELLI - ME, CNPJ nº 21363845000111, AVENIDA MARECHAL RONDON 5054 CENTRO (5º BEC) - 76988-034 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 7.096,89
DESPACHO
Ficam as partes intimadas para manifestarem, no prazo de 15 (quinze) dias, se detém interesse no julgamento antecipado da lide, afirmando desde logo a inexistência de outras provas a produzir.
Sendo positiva, sejam os autos conclusos para o julgamento do processo no estado em que se encontra.
Caso contrário, sugerir os pontos controvertidos da lide e especificar as provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão.
Havendo necessidade de produção de prova testemunhal, determino, desde já, que as partes apresentem seus respectivos róis de testemunhas, observando-se o disposto no art. 357, §§ 4º, 5º, 6º e 7º do Código de Processo Civil, cumprindo-lhes indicar, na oportunidade, quais de suas testemunhas comparecerão em audiência independentemente de intimação, quais outras serão intimadas pelo próprio advogado, na forma do art. 455 do CPC, e, por fim, aquelas testemunhas cujas intimações, imprescindivelmente, devem ser efetuadas por mandado e oficial de justiça, desde logo justificando tal necessidade, sob pena de indeferimento.
Atente-se a CPE que a intimação do réu, se dará por meio da DPE na condição de curadora especial, portanto, deverá ser realizada por meio eletrônico, nos termos do art. 186, § 1º, do CPC.
Após, tornem-se os autos conclusos para saneamento.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7004740-55.2017.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Citação
Polo Ativo: EXEQUENTE: FUCK DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA, CNPJ nº 05780473000172, AV. CELSO MAZUTTI 3745 JARDIM AMÉRICA - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ALEX ANDRE SMANIOTTO, OAB nº RO2681A
Polo Passivo: EXECUTADO: TRATORDIESEL PECAS PARA TRATORES LTDA - EPP, CNPJ nº 17566270000167, RUA AMAZONAS 2423 CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA

EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 5.261,65
DECISÃO
Intimado para se manifestar acerca do prosseguimento do feito, o exequente não se manifestou.
Suspendo a execução pelo prazo de 01 (um) ano, após o qual começará a correr o prazo da prescrição intercorrente.
Neste ínterim, o exequente poderá promover as diligências que entender necessárias. Transcorrido o prazo de 1 (um) ano, nada sendo pleiteado, arquivem-se os autos, nos termos do artigo 921, § 4°, do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo de 3 (três) anos (Súmula 150 do STF), sem que tenha sido satisfeita a pretensão executória, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se quanto à ocorrência no caso presente, de prescrição intercorrente, ocasião em que poderá, inclusive, opor eventuais fatos impeditivos à incidência da referida prescrição.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7000052-50.2022.8.22.0022
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Polo Ativo: EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL, AV. CAPITÃO CASTRO 3178 CENTRO - 76908-354 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CRISTIANE TESSARO, OAB nº AC1562, PROCURADORIA DA SICOOB CREDISUL - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA LTDA
Polo Passivo: EXECUTADO: ABEL MARCIO RODRIGUES, CPF nº 65958560263, AVENIDA IGNEZ ROSELLA 1978 S-29 - 76983-288 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 26.619,87
DESPACHO
Considerando que não é possível realizar pelo Gabinete a expedição de alvará judicial eletrônico na modalidade transferência.
Serve o presente como OFÍCIO a Caixa Econômica Federal (e-mail: ag1825ro01@caixa.gov.br) para, no prazo de 10 (dez) dias, proceder com as transferências dos valores, conforme abaixo: a) transferir o valor de 10% (dez por cento), depositado na conta judicial n. 01546913-9, para a seguinte conta bancária: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; agência n. 1825; variação n. 013; conta poupança n. 00057423-6; titular CRISTIANE TESSARO - OAB/AC sob o n. 4.224 e CPF n. 272.305.638-44. b) transferir o valor remanescente, depositado na conta judicial n. 01546913-9, com seus acréscimos legais (havendo), zerando e inutilizando a conta após a transferência, para a seguinte conta bancária: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; agência n. 1825; variação n. 007; conta corrente n. 00000010-3; titular SICOOB CREDISUL - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste da Amazônia LTDA, CNPJ 03.632.872/0001-60. Deverá encaminhar os comprovantes para o seguinte e-mail cpe3civvil@tjro.jus.br.
Com a comprovação de transferências, intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, tomar ciência e se manifestar em termos de prosseguimento do feito, sob pena de suspensão e arquivamento, nos termos do art. 921 do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos para extinção.
Cumpra-se a CPE com o necessário.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7001004-58.2019.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Prestação de Serviços
Polo Ativo: EXEQUENTE: UNIMED VILHENA COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO, CNPJ nº 01659087000176, AV. CAPITÃO CASTRO 4376 CENTRO - 76908-354 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUIZ ANTONIO GATTO JUNIOR, OAB nº RO4683A
Polo Passivo: EXECUTADO: JAMES FERNANDES DE OLIVEIRA, CPF nº 51126052191, RUA PELOURINHO 319 PARQUE DOS NOVOS ESTADOS - 79034-300 - CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 2.903,55
DESPACHO
Diante da inércia da parte exequente e ante a inexistência de indicação de outros bens passíveis de penhora, nos termos em que faculta o artigo 921, do CPC, suspendo a execução pelo prazo de 01 (um) ano, após o qual começará a correr o prazo da prescrição intercorrente.
A propósito, o Código de Processo Civil assim dispõe:
Art. 921. Suspende-se a execução:
[...]§ 1° Na hipótese do inciso III, o juiz suspenderá a execução pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição.
[...]§ 4° Decorrido o prazo de que trata o § 1º sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente.
Neste ínterim, o exequente poderá promover as diligências que entender necessárias.

Transcorrido o prazo de um ano, certifique-se no feito. Em seguida, INTIME-SE a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se, requerendo o que entender de direito.
Nada sendo pleiteado, arquive-se os autos, nos termos do artigo 921, §4°, do CPC.
Decorrido o prazo de 06 (seis) anos, sem que tenha sido satisfeita a pretensão executória, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se quanto à ocorrência no caso presente, de prescrição intercorrente, ocasião em que poderá, inclusive, opor eventuais fatos impeditivos à incidência da referida prescrição.
Providenciem o necessário. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7001029-66.2022.8.22.0014
Classe: Monitória
Assunto: Contratos Bancários
Polo Ativo: AUTOR: MASSA FALIDA DO BANCO CRUZEIRO DO SUL, RUA MAJOR QUEDINHO 111, 25 ANDAR CENTRO - 01050-030 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO AUTOR: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO, OAB nº SP98628, PROCURADORIA MASSA FALIDA BANCO CRUZEIRO DO SUL
Polo Passivo: REU: MARIA DA CONCEICAO BALTAZAR PEREIRA, CPF nº 17579791315, RUA DALTOE 73 JARDIM ELDORADO - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 93.024,00
DESPACHO
1 - Cuida-se de cumprimento de Sentença (arts. 523 e 525, ambos do CPC). Altere-se a classe para cumprimento de Sentença, bem como altere-se o nome da parte exequente para o nome dos advogados que requereram a execução.
2 - Considerando o trânsito em julgado da sentença que condenou o executado ao pagamento de quantia certa, intime-se a executada, pessoalmente, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do valor devido, sob pena de ser acrescido ao débito principal multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, § 1º, Código de Processo Civil.
2.1 - Ressalto, ainda, que, efetuado o pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante (art. 523, § 2º).
2.2 - Caso advenha o pagamento integral no prazo do item “2”, desde já determino a expedição de alvará judicial, ou ofício de transferência do valor incontroverso e após conclusos para sentença de extinção.
2.3 - Não havendo o pagamento ou irresignação do executado, intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar quanto ao prosseguimento do feito, mediante demonstrativo de débito atualizado, devendo recolher custas das diligências requeridas.
3 - Transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o Executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, querendo, nos próprios autos impugnação. (art. 525, caput, do CPC)
4 - Apresentada a impugnação, intime-se o exequente a se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias.
5 - Após, venham os autos conclusos para deliberação.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006415-43.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Desconsideração da Personalidade Jurídica
Polo Ativo: AUTOR: MARTHA RODRIGUES DE AMURIM, CPF nº 76493636272, ÁREA RURAL ÁREA RURAL DE VILHENA - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: BRUNO MENDES SANTOS, OAB nº RO8584
Polo Passivo: REU: W W ALVES DE OLIVEIRA, CNPJ nº 46585689000164, AVENIDA MARECHAL RONDON 2530 CENTRO (S-01) - 76980-236 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 6.124,82
DESPACHO
Comunique-se ao Distribuidor para as anotações devidas (art. 134, § 1º do CPC).

Nos termos do artigo 134, § 3º do CPC, determino o sobrestamento do feito principal nos termos do artigo 134, § 3º. até decisão do referido incidente.
Cite-se o requerido nos termos do art. 135 para querendo contestar o feito e apresentar cabíveis no prazo de 15 dias.
Serve a presente de mandado de citação.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006963-44.2018.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Contratos Bancários
Polo Ativo: EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL, QUADRA SBS QUADRA 4 s/n ASA SUL - 70070-140 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RAFAEL SGANZERLA DURAND, OAB nº SP211648, Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES, OAB nº RN5553, BERNARDO BUOSI, OAB nº SP227541, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
Polo Passivo: EXECUTADOS: ANTONIO MARQUES PEREIRA, CPF nº 59687045191, MARIA APARECIDA COSTA PEREIRA, CPF nº 68953968291, AVENIDA BENNO LUIZ GRAEBIN 4505 JARDIM AMÉRICA - 76980-663 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: PAULA HAUBERT MANTELI, OAB nº RO5276A
Valor da causa: R$ 1.268.756,62
DECISÃO
Determino a suspensão da execução pelo prazo de 1 (um) ano, após o qual começará a correr o prazo da prescrição intercorrente.
Neste ínterim, o exequente poderá promover as diligências que entender necessárias.
Transcorrido o prazo de 1 (um) ano, nada sendo pleiteado, arquivem-se os autos, nos termos do artigo 921, § 4°, do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo de 3 (três) anos (Súmula 150 do STF), sem que tenha sido satisfeita a pretensão executória, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se quanto à ocorrência no caso presente, de prescrição intercorrente, ocasião em que poderá, inclusive, opor eventuais fatos impeditivos à incidência da referida prescrição.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7003802-89.2019.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Compra e Venda
Polo Ativo: EXEQUENTE: ASSOCIACAO HABITACIONAL DE RONDONIA - HABITAR, CNPJ nº 08578649000104, AVENIDA RONDÔNIA 3753 PARQUE INDUSTRIAL NOVO TEMPO - 76982-167 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: LEANDRO MARCIO PEDOT, OAB nº RO2022A, VALDINEI LUIZ BERTOLIN, OAB nº RO6883
Polo Passivo: EXECUTADOS: NEUZINDA OLIVEIRA SOARES, RUA MIL OITOCENTOS E SEIS 5002 BELA VISTA - 76982-020 - VILHENA - RONDÔNIA, EXECUTADA, CPF nº DESCONHECIDO, AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO CENTRO (S-01) - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 2.580,00
DESPACHO
Inclua-se no polo ativo do feito o Dr. Leandro Marcio Pedot - OAB/RO 2022, conforme requerido.
Em seguida, cumpra-se o despacho no ID. 91847899.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7005664-95.2019.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Polo Ativo: REQUERENTE: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL COM INTERACAO SOLIDARIA DE JI-PARANA, CNPJ nº 10520232000124, RUA MANOEL FRANCO 480, - DE 412/413 A 734/735 NOVA BRASÍLIA - 76908-410 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RODRIGO TOTINO, OAB nº RO6338
Polo Passivo: REQUERIDO: JUAREZ CAETANO DE PAIVA, AVENIDA LIBERDADE 3683 CENTRO - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA

ADVOGADO DO REQUERIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 9.261,54
DESPACHO
Defiro o pedido de id.92485368.
Aguarde-se o decurso do prazo de 15 (quinze) dias.
Desde já fica a parte autora intimada para promover o devido andamento do processo até o limite do prazo.
Decorrido o prazo, venham os autos conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7011253-63.2022.8.22.0014
Classe: Averiguação de Paternidade
Assunto: Investigação de Paternidade
Polo Ativo: REQUERENTE: C. G. M., CPF nº 08120885228, RUA MERITI 2327 RESIDENCIAL SOLAR DE VILHENA - 76985-096 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DANIELI MALDI ALVES, OAB nº RO7558
Polo Passivo: REQUERIDO: M. D. S. F., CPF nº DESCONHECIDO, AVENIDA LÍRIO DO VALE 1708 SETOR 019 - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 8.400,00
DESPACHO
Fica a parte requerente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar novo endereço do requerido, objetivando proceder com sua citação, sob pena de extinção do feito por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil.
Ressalto que conforme certidão do(a) Oficial(a) de Justiça no ID. 90577867, o requerido não foi localizado no local.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7008251-85.2022.8.22.0014
Classe: Divórcio Litigioso
Assunto: Dissolução
Polo Ativo: REQUERENTES: E. Z. F., RUA V-QUATRO 8727 ARIPUANÃ - 76985-514 - VILHENA - RONDÔNIA, D. P. D. E. D. R., AVENIDA LUIZ MAZIERO 4320 JARDIM AMÉRICA - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: REQUERIDO: G. R. G., CPF nº 66531675268, FIORINDO SANTINI 1628, CASA CENTRO - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 1.212,00
SENTENÇA
I - Relatório
Trata-se de ação de Divórcio Litigioso movida por Erika Zebalos Ferreira em desfavor de Gilmar Rodrigues Gonçalves.
Aduz a parte autora que contraiu matrimônio com o requerido no dia 06/10/2020 em regime de comunhão parcial de bens. Afirmou que desde o mês de novembro de 2021 estão separados de fato, não havendo possibilidade de reconciliação. Sustenta que não possui filhos e não houve aquisição de bens passíveis de partilha. Colacionou documentos.
A parte requerida foi citada por edital (ID83010475), sendo nomeado curador para atuar em seu favor, que apresentou contestação por negativa geral (ID91748959).
É o relatório. Decido.
II - Fundamentação
O presente processo está em ordem, sem vícios a sanear, sendo o caso de fácil deslinde, uma vez que não há controvérsia quanto ao divórcio, bem como a ausência de filhos menores e bens.
Consta dos autos que a ré foi citada por edital, quedou-se inerte e, por conseguinte, fora nomeado curador especial.
O pedido inicial, na forma como foi perpetrado, preenche os requisitos legais da modificação introduzida no §6º, do artigo 226, da CF, pela Emenda Constitucional n. 66/2010, que dispensa a comprovação de lapso de separação de fato para o pedido de divórcio do casal. Assim, com o advento do novo dispositivo o divórcio poderá ser requerido por ambos os cônjuges (consensual) ou apenas por apenas um deles (litigioso), a qualquer momento, dispensando-se o prazo que era anteriormente previsto, razão pela qual não há nenhum óbice à decretação do divórcio pleiteado pela parte autora.
Outrossim, a decretação do divórcio não trará nenhum prejuízo para à parte requerida, tendo em vista não haver bens ou dívidas a partilhar.

III - Dispositivo
Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial decretando o divórcio das partes, declarando cessados os deveres conjugais de coabitação, fidelidade recíproca, bem como o regime matrimonial.
Julgo extinto o feito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Condeno a parte requerida ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, este que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §2º, do NCPC, cuja cobrança fica condicionada ao que prevê o §2º do art. 11 da Lei n. 1.060/50, haja vista a assistência judiciária ora deferida.
Sentença registrada automaticamente no sistema e publicada. Intimem-se, sendo a requerida por edital.
Transitada em julgado, expeça-se o competente mandado de averbação ao Cartório do 2º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas de Vilhena/RO, matrícula n. 157602 01 55 2020 2 00006 038 0001538 88, para as anotações necessárias, isento de custas e emolumentos.
Expeça-se o necessário.
Oportunamente, adotadas as providência de praxe, arquive-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS/MANDADO DE AVERBAÇÃO.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 7004429-54.2023.8.22.0014
Classe: Monitória
Distribuição: 09/05/2023
AUTOR: LINDOMAR FLAUZINO DO CARMO, CPF nº 67906133234, RUA SETECENTOS E TRINTA E UM 2506 RESIDENCIAL MOYSÉS DE FREITAS - 76982-644 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ELISANGELA DE MOURA DOLOVETES, OAB nº RO8399, VITORIA SILVA PEREIRA, OAB nº RO12966
REU: W W ALVES DE OLIVEIRA, CNPJ nº 46585689000164, AVENIDA MARECHAL RONDON 2530 CENTRO (S-01) - 76980-236 - VILHENA - RONDÔNIA, WILSON WYLLIAM ALVES DE OLIVEIRA, CPF nº 83014292249
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 44.240,44
D E S P A C H O
DEFIRO o pedido de parcelamento das custas processuais em 4 parcelas.
Determino que a CPE providencie o parcelamento das custas e junte nos autos os boletos do parcelamento.
Em seguida, intime-se o autor para promover o pagamento dos boletos na data do vencimento deles, importando a inércia a extinção do processo.
Com a comprovação do pagamento da primeira parcela das custas, retornem os autos conclusos para apreciação da petição inicial.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTES PARA OS DEVIDOS FINS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006440-56.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Desconsideração da Personalidade Jurídica
Polo Ativo: AUTOR: R & S COM E TRANSPORTES DE MATERIAIS P/CONSTRUCAO LTDA, CNPJ nº 15864341000182
ADVOGADOS DO AUTOR: ANDRE COELHO JUNQUEIRA, OAB nº RO6485, MARIA CAROLINA DE FREITAS ROSA FUZARO, OAB nº RO6125A, RAFAELA CAVALCANTE CASTILHO, OAB nº RO12156
Polo Passivo: REU: FLAVIO CORREIA DA SILVA, CPF nº 75640520230, PAOLA PRISCILA LOCATELLI, CPF nº 52494993253, CORREIA E LOCATELLI LTDA - EPP, CNPJ nº 17939151000102
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 99.239,83
DESPACHO
Cadastre-se no polo passivo os sócios indicados na inicial e os advogados da empresa que estão na ação principal, se houver.
Associe-se no sistema e certifique-se nos autos principais de nº 7007825-83.2016.8.22.0014, a interposição deste Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.
Suspendo o andamento do processo principal, nos termos do art. 134, § 3º do CPC.
Cumpridas as diligências acima. prossiga-se nos termos abaixo:
Cite-se o sócio (s) para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias (art. 135 do CPC/15), contados a partir da juntada do mandado ou do AR ao processo.
Adverte-se a parte requerida que se for acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude à execução, será considerada ineficaz em relação ao requerente (artigo 137, CPC/15).
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7003252-55.2023.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Alimentos
Polo Ativo: EXEQUENTES: K. A. A., CPF nº 02777887225, AV.RIO BRANCO 540 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA, K. A. A., CPF nº 05360150238, RUA RIO BRANCO 540 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: LEANDRO MARCIO PEDOT, OAB nº RO2022A, VALDINEI LUIZ BERTOLIN, OAB nº RO6883
Polo Passivo: EXECUTADO: J. A. F., CPF nº 65708423234, RUA PAULO OKIMOTO 3488 JARDIM AMÉRICA - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: TEOFILO MACIEL PAULINO DA SILVA, OAB nº RO12503
Valor da causa: R$ 4.002,05
DECISÃO
Do que consta dos autos, apesar de citado pessoalmente o executado não apresentou justificativa ou mesmo se manifestou nos autos.
Assim, não demonstrada a impossibilidade absoluta de pagar os alimentos, o decreto da prisão civil do executado é medida que se impõe, uma vez que não se trata de uma medida de exceção, senão providência prevista em lei para a execução de alimentos que tramita sob o rito da coerção pessoal.
Isso posto, DECRETO A PRISÃO CIVIL de JAIR AFONSO FILHO, inscrito no CPF n. 657.084.232-34, pelo prazo de 1 (um) mês, com fundamento no art. 5ª, LXVII da Constituição Federal cumulado com o art. 528, § 3º do Código de Processo Civil.
Providencie-se a CPE o necessário para que seja realizada a prisão do executado, consignando-se que em caso de pagamento da dívida, o devedor será imediatamente posto em liberdade, SALVO SE POR OUTRO MOTIVO ESTIVER PRESO. Cumprido integralmente o pagamento ou a reclusão, fica desde já autorizada a colocação do executado em liberdade, devendo ser expedido o necessário para isso.
Vale ressaltar que o executado ficará em cela separada dos demais presos comuns, nos termos do art. 528, § 4º do CPC, sendo que aquele que infringir esta determinação incorrerá nas penas do crime de desobediência e demais sanções aplicáveis à espécie.
No ato de cumprimento do mandado, deverá o(a) Oficial(a) de Justiça solicitar ao executado que este apresente seus documentos pessoais, conferindo no ato a autenticidade dos mesmos.
Cientifique o executado de que: a) O cumprimento da pena não exime do pagamento das prestações alimentícias vencidas e vincendas, e de que o pagamento do débito exequendo, atualizado, devidamente comprovado nos autos, fará este juízo suspender o cumprimento da ordem de prisão; b) A comprovação do pagamento não será admitida por meio de comprovante de entrega de envelope de depósito em caixa eletrônico, o qual depende de posterior confirmação da medida pela instituição bancária.
Autorizo as prerrogativas do art. 212 do CPC e, caso necessário, o auxílio de força policial, servindo a presente como OFÍCIO.
Inclua-se a CPE o nome do executado no BNMP, considerando o disposto no art. 9º, inc. XXI, alínea a, do Provimento da Corregedoria n. 06/2022.
Cumpra-se com o necessário.
Serve a presente como MANDADO/CARTA PRECATÓRIA, devendo ser instruída com as cópias necessárias.
Executado: JAIR AFONSO FILHO, inscrito no CPF n. 657.084.232-34 com endereço na Rua Paulo Okimoto, 3488, Bairro Jardim América, CEP 76980-000, Vilhena/RO.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006082-91.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, Indenização por Dano Material, Liminar
Polo Ativo: AUTOR: DANYELLI VACCARI PAGNONCELLI, CPF nº 88889327200, AVENIDA MAJOR AMARANTE 2594 CENTRO (S-01) - 76980-234 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DANYELLI VACCARI PAGNONCELLI, OAB nº RO9450
Polo Passivo: REU: MOON MAGIC, CNPJ nº DESCONHECIDO, RUA JOSÉ DE OLIVEIRA COELHO 585, APARTAMENTO 132 VILA ANDRADE - 05727-240 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, MAYARA SILVA MAIA, CPF nº 42607254833, RUA JOSÉ DE OLIVEIRA COELHO 585, APARTAMENTO 132 VILA ANDRADE - 05727-240 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 2.121,49
DECISÃO
Custas recolhidas.
Trata-se os autos de restituição de quantia certa com rescisão contratual cumulada com indenização por danos morais e pedido de tutela de urgência ajuizada por AUTOR: DANYELLI VACCARI PAGNONCELLI em face de REU: MOON MAGIC, MAYARA SILVA MAIA, a fim declarar rescindida a relação contratual entre as partes com a condenação das requeridas a restituição paga pelo produto não recebido;

condenação das requeridas ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 2.000,00; por fim, condenação das requeridas ao pagamento de custas e despesas processuais.
Relatou que adquiriu produtos artesanais no valor de R$ 119,80, cujo pagamento foi realizado via PIX. Contudo, até a propositura da presente ação, não houve o envio e entrega dos produtos adquiridos. Discorreu que no ato da compra, obteve a informação de que o envio dos produtos ocorreria no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a efetivação do pagamento e, ultrapassado o prazo, tentou obter contato com a empresa, mas sem êxito. Aduziu que foi vítima de golpe, uma vez que realizou a compra dos produtos, mas não houve o envio, bem como não consegue obter contato com os responsáveis.
Em sede de tutela de urgência, pugnou pelo bloqueio judicial via SISBAJUD do valor atualizado no importe de R$ 121,49. No mérito, requereu a declaração de rescisão da relação contratual entre as partes com a condenação das requeridas a restituição paga pelo produto não recebido; condenação das requeridas ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 2.000,00; por fim, condenação das requeridas ao pagamento de custas e despesas processuais. Juntou documentos.
É o necessário. Decido.
As tutelas provisórias são tutelas processuais não definitivas fundadas em cognição sumária, isto é, fundadas em um exame menos profundo da causa, capaz de levar à prolação de decisões baseadas em juízo de probabilidade. Por sua vez, a tutela da evidência (espécie de tutela provisória) é aquela concedida em cognição sumária, cujo direito é comprovado quase que de plano, ou seja, quando o direito cuja base fática possui uma robusta fundamentação probatória.
Uma das modalidades de tutela provisória é a tutela de urgência, adequada em casos nos quais se verifica estar presente uma situação de perigo de dano iminente, que pode ser caracterizada como uma situação de urgência, pois a tutela de urgência pode ser satisfativa (tutela antecipada) ou meramente assecuratória (tutela cautelar), nos termos do art. 294, parágrafo único, do CPC.
Na lição de Alexandre Freitas Câmara: “A definição de medida cautelar tem de se basear sempre na ideia, essencial para sua exata compreensão, de que este provimento jurisdicional não é capaz de realizar o direito substancial afirmado pelo demandante, mas tão somente se destina a assegurar que, no futuro, quando chegar o momento de se obter a satisfação de tal direito, estejam presentes as condições necessárias para tanto. A medida cautelar não satisfaz, e sim assegura a futura satisfação.” (Câmara, Alexandre Freitas, Manual de Direito Processual Civil. 2ª edição. Grupo GEN, 2023).
Dito isso, tenho que de fundo requer a autora a concessão da tutela provisória cautelar, uma vez que pugnou o bloqueio judicial via SISBAJUD do valor atualizado no importe de R$ 121,49 (cento e vinte um reais e quarenta e nove centavos).
Para a concessão da tutela cautelar, em síntese, exige-se dois requisitos cumulativos: a probabilidade de existência do direito material alegado pela parte e a existência de uma situação de urgência, de perigo de dano iminente, grave e de difícil ou impossível reparação.
Na hipótese, quanto à probabilidade do direito, entendo estar presente o aludido requisito, conforme documentos que acompanham a inicial, especialmente o comprovante de pagamento no ID. 92394770 e cópia do e-mail encaminhado, objetivando obter contato com as requeridas, coligida nos autos no ID. 92394767. Por sua vez, tenho que requisito periculum in mora (ou seja, perigo na demora), não se encontra presente, uma vez que não há nos autos, pelo menos em cognição sumária, qualquer comprovação de que a venda e o não envio dos produtos, de fato trata-se de golpe, bem como não há qualquer documento que comprove que as requeridas estão dilapidando todo seu patrimônio antes do momento em que se dará a atividade executiva.
Cumpre mencionar que não é suficiente para a concessão da tutela cautelar, a existência de um receio meramente subjetivo. É preciso que o receio de dano (perigo na demora) esteja ligado a uma situação objetiva, demonstrável através de fatos concretos. Aliás, não é o risco de um dano qualquer que autoriza a concessão da medida cautelar, sendo preciso que se trate de risco de dano iminente, grave, de difícil ou impossível reparação, como dito, pelo menos em cognição sumária, não vislumbro tal requisito.
Isso posto, nego a tutela de urgência pretendida.
Deixo de designar audiência de conciliação, conforme requerido pela parte autora.
Contudo, após perfectibilizada a citação das requeridas, caso as partes manifestem interesse, basta formularem requerimento adequado e pertinente.
CITE(M)-se a(s) requerida(s), para tomar(em) ciência da presente ação e oferecer(em) defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, observando o estabelecido por meio do art. 335, III, do Código de Processo Civil, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pela autora e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344 do CPC, que assim dispõe: “Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.”
Caso formulada reconvenção e/ou alegada quaisquer das matérias enumeradas no artigo 337 do CPC ou juntado documentos, desde logo, determino que a autora seja intimada para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos artigos 350 e 351 do CPC.
Após, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente sua pertinência e relevância em relação ao desfecho da demanda, sob pena de indeferimento.
Tudo cumprido, tornem-se os autos conclusos para deliberação quanto às provas postuladas, saneamento processual ou julgamento antecipado da lide.
Serve a presente como CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
REU: MOON MAGIC, CNPJ nº DESCONHECIDO, RUA JOSÉ DE OLIVEIRA COELHO 585, APARTAMENTO 132 VILA ANDRADE - 05727-240 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, MAYARA SILVA MAIA, CPF nº 42607254833, RUA JOSÉ DE OLIVEIRA COELHO 585, APARTAMENTO 132 VILA ANDRADE - 05727-240 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7005920-04.2020.8.22.0014
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Estaduais
Polo Ativo: EXEQUENTES: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, CNPJ nº 19907343000162, AVENIDA FARQUAR, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

ADVOGADO DOS EXEQUENTES: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: EXECUTADOS: TRES MADEIRA & ABRASIVOS LTDA - ME, CNPJ nº 13166117000191, AVENIDA - JJO SATO, N 1296 BELA VISTA - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, EDSON JUSTINIANO ALMEIDA, CPF nº 38592967287
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 129.165,13
DESPACHO
A pesquisa de valores via sistema SISBAJUD restou infrutífera, visto que não foram encontrados valores nas contas bancárias do executado, conforme extrato em anexo.
Intime-se o exequente, para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, acerca do prosseguimento do feito, sob pena de suspensão e arquivamento nos termos do artigo 40 da LEF.
Transcorrido o prazo, voltem conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 0051383-60.1998.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Dano ao Erário
Polo Ativo: EXEQUENTE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: EXECUTADOS: JOSUE DONADON, CPF nº 26990296291, OZIAS ALVES, CPF nº 14228130100
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: JEVERSON LEANDRO COSTA, OAB nº RO3134, NEWTON SCHRAMM DE SOUZA, OAB nº RO2947A, THAIS NAIANA BROCANELLI MAZIERO, OAB nº DESCONHECIDO, THIAGO DE OLIVEIRA CAMPOS, OAB nº RO6820
Valor da causa: R$ 1.000,00
DESPACHO
Ciente do peticionado no ID. 92232802.
Fica o executado intimado para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar a respeito da proposta de acordo formulada pelo exequente no ID. 92440396.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7010492-32.2022.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Protesto Indevido de Título
Polo Ativo: AUTOR: LUCAS TEIXEIRA DOS SANTOS, CPF nº 02094293211, RUA CENTO E TRÊS-VINTE E DOIS 4801 RESIDENCIAL BARÃO MELGAÇO III - 76984-118 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MICHELLY PINHO, OAB nº RO10966, CARINA BATISTA HURTADO, OAB nº RO3870
Polo Passivo: REU: NORTH ROPERS COMERCIO & REPRESENTACAO LTDA - ME, CNPJ nº 23994912000121, PORTO VELHO 2256, PARATY SHOPPING SALA 05 CENTRO - 76963-888 - CACOAL - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 11.917,06
DESPACHO
Inicialmente, deixo de designar nova audiência de conciliação, haja vista que a audiência designada resultou prejudicada em decorrência da não intimação do réu para comparecer à solenidade, no entanto, após perfectibilizada a citação do réu, caso as partes se manifestem pelo interesse, basta formularem requerimento pertinente.
CITE-SE o réu na pessoa de seu sócio administrador, Sr. THIAGO AUGUSTO POLIZELLO FERRARI, inscrito no CPF n. 360.122.848-37, para tomar ciência da presente ação e oferecer defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, observando o estabelecido por meio do art. 335, III, do Código de Processo Civil, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pelo autor e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344 do CPC, que assim dispõe: “Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.”.
Caso formulada reconvenção e/ou alegada quaisquer das matérias enumeradas no artigo 337 do CPC ou juntado documentos, desde logo determino que a parte autora seja intimada para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos artigos 350 e 351 do CPC.
Após, no prazo de 15 (quinze) dias, deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente sua pertinência e relevância em relação ao desfecho da demanda, sob pena de indeferimento.
Tudo cumprido, tornem-se os autos conclusos para deliberação quanto às provas postuladas, saneamento processual ou julgamento antecipado da lide.
Serve o presente como CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/OFÍCIO.

RÉU: NORTH ROPERS COMERCIO & REPRESENTACAO LTDA - ME - CNPJ: 23.994.912/0001-21 na pessoa de seu sócio administrador, Sr. THIAGO AUGUSTO POLIZELLO FERRARI, inscrito no CPF n. 360.122.848-37 com endereço na Avenida Uirapuru, 1827, Bairro Floresta, Cacoal/RO, CEP 76965-806 e/ou Avenida São Paulo, 2450, Bairro Centro, Cacoal/RO.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006762-76.2023.8.22.0014
Classe: Divórcio Consensual
Assunto: Dissolução
Polo Ativo: REQUERENTES: W. D. N. P., CPF nº 03936967237, AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO NEVES n 2920, Ap 05, TELEFONE (69) 9 9378-3832 JARDIM AMÉRICA - 76980-834 - VILHENA - RONDÔNIA, N. D. A. M. A., CPF nº 02240914254, RUA CENTO E DOIS-UM n 2856, RESIDENCIAL MOYSÉS DE FREITAS - 76982-600 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: DIANDRA DA SILVA VALENCIO, OAB nº RO5657A
Polo Passivo:
SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 1.320,00
SENTENÇA
CINTIA FIAMA MORAES FREIRE VIEIRA e JEFERSON RICARDO RAMOS, qualificados na inicial, propuseram AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL e requereram consensualmente a decretação do divórcio com homologação de acordo, pondo fim à sociedade conjugal existente, desde o dia 22 de maio de 2023. Mencionaram que são casados sob o regime parcial de bens, desde o dia 09/12/2022, conforme certidão de casamento que acompanha a inicial. Afirmaram que não possuem bens a partilhar, bem como inexistem dívidas e filhos. Relataram que a separação de fato ocorreu em 22/05/2023. Por fim, pugnaram pela homologação do acordo. Juntaram documentos.
É o relatório. Decido.
HOMOLOGO por sentença o acordo realizado entre as partes na petição inicial, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, o acordo de vontade das partes, que se regerá pelas cláusulas da petição inicial, decretando o divórcio das partes, com fundamento no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, por conseguinte, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso III, "b" do Código de Processo Civil.
Serve a presente como MANDADO DE AVERBAÇÃO DE DIVÓRCIO, a fim de que proceda com a averbação do divócio na certidão de casamento n. 096503 01 55 2022 2 00052 010 0012157 11, lavrada no cartório de 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas, com endereço na Av. Barão do Rio Branco, 3208, Centro, CEP 76.980-142, Vilhena/RO.
Tendo em vista o acordo realizado entre as partes, tenho que ocorreu a desistência tácita do prazo recursal, devendo o feito ser arquivado com as cautelas de praxe.
Sem custas finais, nos termos do art. 8º, inciso III, da Lei 3.896/2016.
Proceda a CPE com o necessário para averbação do divórcio.
Publicação e registros automáticos.
Intime-se. Cumpra-se.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006490-29.2016.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Adimplemento e Extinção
Polo Ativo: EXEQUENTE: GRIFFS MODAS LTDA - ME, CNPJ nº 84569037000125
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RENILDA OLIVEIRA FERREIRA, OAB nº RO7559, ANA PAULA VELOSO, OAB nº RO7984
Polo Passivo: EXECUTADO: FABRICIA APARECIDA LONGO, CPF nº 89621000297
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 738,02
DECISÃO
Nesta data, procedi com o desbloqueio do valor mencionado, conforme extrato em anexo.
Por intermédio da publicação automática, fica intimada a parte exequente acerca deste despacho.
Arquive-se.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena

Número do processo: 7004443-38.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Direito de Imagem, Direito de Imagem, Indenização por Dano Material, Obrigação de Fazer / Não Fazer
Polo Ativo: AUTOR: AMANDA DE SOUZA PEREIRA, CPF nº 01320162223, RUA LEONARDO ALVES DA COSTA 1061 COLINA PARK I - 76906-684 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: AMANDA DE SOUZA PEREIRA, OAB nº RO9692
Polo Passivo: REU: ATIDOR AURÉLIO, CPF nº DESCONHECIDO, AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO NEVES 5895, SETOR 40, QUADRA 73, LOTE 60 BNH - 76987-247 - VILHENA - RONDÔNIA, JOVANILDO DOS SANTOS FERREIRA, CPF nº 04082493158, AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO NEVES 5895, SETOR 40, QUADRA 73, LOTE 60 BNH - 76987-247 - VILHENA - RONDÔNIA, JOVANILDO DOS SANTOS FERREIRA 04082493158, CNPJ nº 40768026000107, AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO NEVES 5895, SETOR 40, QUADRA 73, LOTE 60 BNH - 76987-032 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 9.980,00
DESPACHO
A autora indicou novo endereço para citação dos réus, quais sejam: Av. Rondonia, n. 3690, apto 03, Bairro Parque Industrial Novo Tempo, CEP: 76.982- 167, Vilhena/RO e Avenida Presidente Tancredo Neves, n. 5895, Setor 40, quadra 73, Lote 60, bairro BNH, Vilhena/RO, CEP 76987-247, telefone (69) 3321-5077, representado pelo proprietário JOVANILDO DOS SANTOS FERREIRA, telefone para contato (69) 98112-6228 e agente de viagens ATIDOR AURÉLIO, telefone para contato (69) 99237-3820.
Citem-se os réus nos termos do despacho inicial no ID. 90539791, por meio de Oficial(a) de Justiça, servindo o presente como MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Cumpra-se a CPE com o necessários.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7013394-89.2021.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Pagamento
Polo Ativo: REQUERENTE: SIDIMAR KELLER DE CASTILHO 87585758200, CNPJ nº 24114718000177, AVENIDA SABINO BEZERRA DE QUEIROZ 8245 JARDIM ARAUCÁRIA - 76987-536 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ARTUR SILVINO SCHWAMBACH CECHINEL, OAB nº RO10713
Polo Passivo: REQUERIDO: J H T DUDU TRANSPORTE DE CARGA EIRELI, CNPJ nº 09024618000166, RUA XAPURI 2715, - DE 610/611 A 1023/1024 PRIMAVERA - 76914-784 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 3.477,57
DECISÃO
Trata-se de cumprimento de sentença pela qual a parte autora pretende receber a quantia de R$ 5.045,24 (Cinco mil e quarenta e cinco reais e vinte e quatro centavos). Ao id.92720776 apresentou pedido de penhora de crédito que eventualmente possa existir nos autos 7010838-72.2020.8.22.0007, decorrente da penhora do veículo CHEV/ONIX 10MT LT2, ocorrido na 2ª Vara Cível da Comarca de Cacoal-RO.
Pois bem! Diante da possibilidade da existência de valores remanescentes com a penhora do veículo supra mencionado, DEFIRO o pedido de penhora no rosto dos autos de nº. 7010838-72.2020.8.22.0007, até o montante executado, nos termos do art. 860 do Código de Processo Civil.
Anote-se a penhora no rosto daqueles autos, reservando eventuais valores/créditos em favor da parte exequente.
Quando da averbação no rosto dos autos, INTIME-SE a parte executada desta decisão, cientificando-lhe que, querendo, poderá, no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação da penhora, requerer a SUBSTITUIÇÃO do bem penhorado, desde que comprove que lhe será menos onerosa e não trará prejuízo à(o) exequente (art. 847, CPC), atentando-se para incumbência prevista no § 2º do dispositivo aludido.
Caso a penhora no rosto dos autos reste infrutífera, por insuficiência de valores para cobrir a execução, intime-se a parte exequente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, dar andamento adequado ao feito, sob pena de extinção e/ou arquivamento.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SIRVA O PRESENTE DE MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E INTIMAÇÃO.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 0003713-98.2013.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Sustação/Alteração de Leilão, Defeito, nulidade ou anulação, Antecipação de Tutela / Tutela Específica
Polo Ativo: AUTOR: FELIPE COMÉRCIO DE CONFECÇÕES E CALÇADOS LTDA, CNPJ nº DESCONHECIDO, AV. CURITIBA 3211, NÃO CONSTA JARDIM PRIMAVERA - 76987-644 - VILHENA - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO AUTOR: EDUARDO CAMPAGNOLO HARTMANN, OAB nº RO6198, ERIC JOSE GOMES JARDINA, OAB nº RO3375A
Polo Passivo: REU: BANCO BRADESCO S.A., - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ROGERIO FEITOSA DE SOUZA, CPF nº 96211652291, RUA POTIGUARA 3098 CENTRO - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: MARIA LUCILIA GOMES, OAB nº AC2599, AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR, OAB nº AC4943, GILVAN ROCHA FILHO, OAB nº RO2650A, ROSANGELA DA ROSA CORREA, OAB nº AC5398, MARIANE CARDOSO MACAREVICH, OAB nº RS30264, BRADESCO
Valor da causa: R$ 80.000,00
DESPACHO
Serve o presente como OFÍCIO ao Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Vilherna/RO, a fim de que proceda com cancelamento da Averbação 7 (restrição) lançada sobre a Matrícula n. 11.423, referente ao imóvel Lote urbano n. 08 (oito), da Quadra 09 (nove), do Setor 17 (dezessete), no prazo de 10 (dez) dias, encaminhando informações para o seguinte e-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br.
1 - Proceda a CPE com o encaminhamento do aludido expediente. Após, aguarde-se em cartório os autos pelo prazo de 15 (quinze) dias.
2 - Comprovado o cancelamento, arquivem-se os autos definitivamente.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7005941-72.2023.8.22.0014
Classe: Alvará Judicial - Lei 6858/80
Assunto: Levantamento de Valor
Polo Ativo: REQUERENTE: GEANE SOUZA PAULA, CPF nº 70500185204, RUA MACHADINHO 2292 RESIDENCIAL SOLAR DE VILHENA - 76985-098 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: WILSON LUIZ NEGRI, OAB nº RO3757A, LUCIANE BRANDALISE, OAB nº RO6073
Polo Passivo:
SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 29.623,63
DESPACHO
1- Recebo a petição inicial, ante o atendimento da emenda.
2- Trata-se de ação de alvará judicial.
3. Oficie-se à Prefeitura deVilhena/RO comunicando sobre a existência do presente alvará e solicitando que, em 15 dias, informe a este juízo acerca da existência de crédito em nome do falecido DANIEL MARTINS CARRIZA, CPF nº 203.743.203-63, referente a verbas rescisórias. Em caso positivo, não havendo óbice, que o valor seja depositado em conta vinculada a este juízo. Anexe-se cópia do documento de id. n° 92245086.
4. Com a resposta, intime-se a parte autora a se manifestar no prazo de 10 (dez) dias.
Após, voltem conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7004423-23.2018.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Expropriação de Bens
Polo Ativo: EXEQUENTE: EMERSON FURLAN DE OLIVEIRA, CPF nº 60196343291, RUA ANTONIO LOPES COELHO 3577 JARDIM AMERICA - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EDUARDO MEZZOMO CRISOSTOMO, OAB nº RO3404, JEVERSON LEANDRO COSTA, OAB nº RO3134
Polo Passivo: EXECUTADO: RM GASTRO BEER LTDA - ME, CNPJ nº 25140994000172, AVENIDA MAJOR AMARANTE 4229 CENTRO (S-01) - 76980-075 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 3.731,36
DESPACHO
De plano, revogo o despacho no ID. 91775144, pois encontra-se com erro material, motivo pelo qual, não conheço dos embargos de declaração opostos no ID. 92607350, uma vez que com a revogação do aludido despacho, ocorreu a perda do objeto do referido recurso.
Dito isso, assiste razão ao exequente, pois as Certidões de Dívidas Judiciais é regulada pelo provimento n. 013/2014 - CG e a sua emisão não está condicionada ao recolhimento de taxa judiciária em favor do Tribunal de Justiça Rondoniense.
Assim, proceda a CPE com a emissão da Certidão de Dívida Judicial, nos termos do provimento n. 013/2014 - CG, intimando o exequente para conhecimento e providências que entender pertinente.
Após, tornem os autos conclusos para extinção.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7000633-94.2019.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Nota Promissória
Polo Ativo: EXEQUENTES: AUTO POSTO BRASDIESEL LTDA, CNPJ nº 17860860000106, AVENIDA VALTER LUIZ FILUS 1395 CENTRO - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA, AUTO POSTO RIBEIRO LTDA, CNPJ nº 02714223000146, AVENIDA VALTER LUIZ FILUS 2844 CENTRO - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: ANDRE HENRIQUE VIEIRA DE SOUZA, OAB nº RO6862, CRISDAINE MICAELI SILVA FAVALESSA, OAB nº RO5360
Polo Passivo: EXECUTADO: SAN RAFAEL PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - ME, CNPJ nº 24418425000183, ST LINHA 125, SETOR 10, LOTE 39B E 43 ZONA RURAL - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 15.041,67
DESPACHO
Com fundamento no art. 134, § 3º do Código de Processo Civil, determino a suspensão destes autos, até que sobrevenha decisão acerca do incidente de desconsideração da personalidade jurídica autos n. 7006596-44.2023.8.22.0014.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7008462-24.2022.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Auxílio por Incapacidade Temporária, Incapacidade Laborativa Parcial, Conversão
Polo Ativo: AUTOR: JOSE NILTON DA SILVA, CPF nº 48578886291, RUA DOIS MIL TREZENTOS E QUINZE 6363 S-23 - 76985-140 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: LENIR BERTO RIBEIRO, OAB nº RO5584, AMANDA RIBEIRO SALLA, OAB nº RO9149
Polo Passivo: REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 1.212,00
DESPACHO
Fica a parte autora intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar a respeito da proposta de acordo ofertadada pelo réu, conforme peticionado no ID. 92939878.
Após, tornem os autos conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7000463-83.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Acidente de Trânsito, Direito de Imagem, Direito de Imagem
Polo Ativo: AUTOR: ROGERIO SANTINI, CPF nº 19115660249, RUA MERITI 2580 RESIDENCIAL SOLAR DE VILHENA - 76985-096 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JOSE EUDES ALVES PEREIRA, OAB nº RO2897A
Polo Passivo: REU: HOSPITAL BOM JESUS LTDA - EPP, CNPJ nº 04775029000104, RUA CARLOS STAHL 4901 JARDIM ELDORADO - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, DULCINEIA DE LOURDES KANOPP, CPF nº 63090473291, AVENIDA PRESIDENTE NASSER 765, CLINICA BEM ESTAR JARDIM AMÉRICA - 76980-720 - VILHENA - RONDÔNIA, VANDERLEI SANTINI, CPF nº 20370350200, AVENIDA PORTO VELHO 3131, LOJA ALUCAL CENTRO - 76963-845 - CACOAL - RONDÔNIA, DIOGENES SANTINI, CPF nº 07956193249, AVENIDA JÔ SATO 2637, LOJA METAL FERRO PARQUE INDUSTRIAL NOVO TEMPO - 76982-247 - VILHENA - RONDÔNIA, SALETE SANTINI, CPF nº 16288262234, AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO 4617 CENTRO (S-01) - 76980-030 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: PABLLO VINICIUS FELIX DE ARAUJO, OAB nº TO3976, ROBERTO CARLOS MAILHO, OAB nº RO3047, HULGO MOURA MARTINS, OAB nº RO4042
Valor da causa: R$ 950.000,00
DESPACHO
Ficam as partes intimadas para manifestarem, no prazo de 15 (quinze) dias, se detém interesse no julgamento antecipado da lide, afirmando desde logo a inexistência de outras provas a produzir.
Sendo positiva, sejam os autos conclusos para o julgamento do processo no estado em que se encontra.
Caso contrário, sugerir os pontos controvertidos da lide e especificar as provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão.
Havendo necessidade de produção de prova testemunhal, determino, desde já, que as partes apresentem seus respectivos róis de tes-

temunhas, observando-se o disposto no art. 357, §§ 4º, 5º, 6º e 7º do Código de Processo Civil, cumprindo-lhes indicar, na oportunidade, quais de suas testemunhas comparecerão em audiência independentemente de intimação, quais outras serão intimadas pelo próprio advogado, na forma do art. 455 do CPC, e, por fim, aquelas testemunhas cujas intimações, imprescindivelmente, devem ser efetuadas por mandado e oficial de justiça, desde logo justificando tal necessidade, sob pena de indeferimento.
Após, tornem-se os autos conclusos para saneamento.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 7003708-05.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Distribuição: 18/04/2023
AUTOR: GRADUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS OPTICOS LTDA, CNPJ nº 15131049000150, CANDIDO MARIANO 533, TERREOSALA 101 CENTRO NORTE - 78005-150 - CUIABÁ - MATO GROSSO
ADVOGADO DO AUTOR: JADIR WILSON DA SILVA DALVI, OAB nº MT17510
REU: RONIS CLEBERSON GAMA BARBOSA, CPF nº 99801752220, AVENIDA MAJOR AMARANTE 3662, SETOR 1 / QUADRA 16 / LOTE 1 CENTRO (S-01) - 76980-013 - VILHENA - RONDÔNIA, RONIS CLEBERSON GAMA BARBOSA 99801752220, CNPJ nº 40496966000186, MAJOR AMARANTE 3662, SETOR 01;QUADRA 16;LOTE 1A;SALA C HB 025/1998 CENTRO (S-01) - 76980-013 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 1.676,71
D E S P A C H O
Retire-se de pauta a audiência de conciliação designada, uma vez que o réu não foi citado.
Intime-se o autor para, no prazo de 5 dias, se manifestar quanto a certidão do oficial de justiça de Id 92306232, e indicar o novo endereço do réu para a sua citação, sob pena de extinção e arquivamento do processo.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTES PARA OS DEVIDOS FINS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida FreitasChristian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7005936-50.2023.8.22.0014
Classe: Monitória
Assunto: Cartão de Crédito, Cartão de Crédito
Polo Ativo: AUTOR: IRMÃOS GONÇALVES COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, CNPJ nº 04082624000156, RICARDO CATANHEDE 814 LBERDADE - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ELISA DICKEL DE SOUZA, OAB nº RO1177, HIAGO LISBOA CARVALHO, OAB nº RO9504
Polo Passivo: REU: LUCIELI PINOW KUNEN, CPF nº 89318544120, AVENIDA SABINO BEZERRA DE QUEIROZ 6106 JARDIM ELDORADO - 76987-020 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 688,83
DESPACHO
1. Custas iniciais recolhidas. A pretensão visa o cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem em petição devidamente instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (CPC, art. 700).
2. Cite-se a parte ré dos termos da presente ação para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento, a entrega da coisa ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (CPC, art. 701, caput).
2.1 Conste, ainda, do mandado que, nesse mesmo prazo, a parte ré poderá oferecer embargos independente de garantia do juízo, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, independente de qualquer formalidade. O prazo para embargar contar-se-á a partir da juntada do mandado aos autos, devendo a exequente ser intimada para apresentar os cálculos atualizados (CPC, 701, §2º c/c 702).
3. Optando o réu pelo pagamento integral ou cumprimento integral da obrigação deverá efetuar também o pagamento de honorários advocatícios de 5% sobre o valor da causa, hipótese em que ficará isento do pagamento de custas processuais (art. 701, §1º, CPC).
4. Caso a parte ré reconheça o débito, poderá requerer seu parcelamento no prazo de 15 dias, contados da juntada do presente mandado aos autos, desde que promova o pagamento à vista de 30% do débito, mais custas e honorários de advogado, e o saldo remanescente em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês (NCPC, art. 916, §6º c/c o art. 701, §5º, NCPC), ato que importará em renúncia ao direito de opor embargos.
4.1. Em seguida, intime-se a parte autora para que se manifeste, em 05 dias, sobre o preenchimento dos pressupostos contidos no item 4, ocasião em que poderá levantar os valores depositados, vindo os autos conclusos para decisão (CPC, 916, §1º).
4.2 Enquanto não sobrevier decisão da proposta de parcelamento, o executado deverá depositar as parcelas vincendas (CPC, 916, §2º).
4.3 Sendo deferido o parcelamento, os atos executivos serão suspensos.
5. Havendo oposição de embargos ou reconvenção, intime-se o autor para responder em 15 dias (art. 702, §5º, CPC).

6. Decorrido o prazo e havendo inércia do réu, constituo de pleno direito o título executivo judicial, convertendo o mandado inicial em mandado de execução (art. 701, §2º, CPC), devendo a escrivania proceder a alteração da classe do feito para cumprimento de sentença.
6.1 Neste caso, a parte autora deverá apresentar o cálculo atualizado do débito, acrescido dos honorários fixados inicialmente (5%).
6.2 Após a vinda do cálculo, intime-se pessoalmente a parte ré para que, no prazo de 15 dias, cumpra a obrigação exigida na inicial, sob pena de multa de 10% e honorários, também de 10% (art. 523, §1º, CPC). Intime-se, ainda, de que caso não efetue o pagamento no prazo legal, poderá oferecer impugnação nos próprios autos, independente de caução, no prazo de 15 dias, a contar do decurso do prazo para pagamento, independente de nova intimação (art. 525, CPC).
7. Decorrido o prazo, sem pagamento ou manifestação, intime-se o exequente para apresentar novo demonstrativo discriminado e atualizado do crédito e indicar bens passíveis de penhora, nos termos do art. 523 c/c 524, do CPC.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA / MANDADO DE AVERBAÇÃO / CERTIDÃO DE HONORÁRIOS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006683-97.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Incapacidade Laborativa Temporária
Polo Ativo: AUTOR: JOAO CARLOS LOPES SANTOS, CPF nº 03470846219, RUA 8508 901 ASSOSSETE - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MICHELY DE FREITAS, OAB nº RO8394, EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
Polo Passivo: REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Valor da causa: R$ 19.800,00
DECISÃO
Concedo os benefícios da justiça gratuita ao autor, porquanto há elementos nos autos que comprovam o seu estado de hipossuficiência.
Trata-se de ação previdenciária para concessão de benefício previdenciário (auxílio acidente/doença funcional) c/c tutela de antecipação da tutela ajuizada por AUTOR: JOAO CARLOS LOPES SANTOS em desfavor de REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
Passo a analisar o pedido de tutela de urgência.
Como é sabido, para concessão da tutela de urgência, devem estar presentes os requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
No caso dos autos, à primeira vista, pelos documentos juntados não se vê presente e demonstrados os requisitos legais, portanto, imperiosa a produção de prova sob o crivo do contraditório, razão pela qual, deixo para analisar a concessão da tutela de urgência para após a realização da perícia médica cautelar, bem como caso venham a ser carreadas novas provas aos autos que possam subsidiar tal pedido.
Da perícia médica.
1 - Considerando a Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de Dezembro de 2015 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a adoção de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários de auxílio-acidente e dá outras providências, desde logo determino a realização de prova pericial médica.
2 - Para a realização da perícia médica, na forma do art. 465, do CPC, independente de termo, nomeio o Dr. Vagner Hoffmann, médico cadastrado junto a este Tribunal de Justiça.
2.1 - Fixo os honorários periciais no valor de R$ 484,75 (quatrocentos e oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), na forma da Instrução Conjunta n. 009/2021 TJRO - PR - CGJ, atualizada pelo IPCA-E conforme tabela da contadoria judicial carreada nos autos de referência n. 7003923-12.2022.8.22.0015/Comarca de Guajará-Mirim/RO, em conformidade com a Resolução CJF 305/2014, os quais serão custeados pela parte ré, devendo ser expedido o RPV e/ou intimando a ré para pagamento.
2.2 - A intimação do perito será por meio do sistema PJE e/ou e-mail cadastrado em cartório, para dizer se aceita o encargo e, em caso positivo, informar a data, o horário e o local para realização da perícia, com prazo mínimo de antecedência de 30 (trinta) dias para possibilitar a intimação das partes.
2.3 - O laudo deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias.
2.4 - O(A) perito(a) nomeado(a) responderá aos quesitos padrão anexos à Portaria Conjunta 01/2014, cuja cópia dos quesitos constantes no anexo I e II da Portaria. Devendo ser respondido de acordo com o benefício pleiteado:
QUESITOS ESPECÍFICOS: AUXÍLIO-ACIDENTE
Quesitos específicos para as hipóteses de pedido de auxílio-acidente ou nos casos em que o autor já recebe auxílio-acidente e pretende o recebimento de auxílio-doença:
a) O(a) periciado(a) é portador de lesão ou perturbação funcional que implique redução de sua capacidade para o trabalho? Qual?
b) Se houver lesão ou perturbação funcional, decorre de acidente de trabalho ou de qualquer natureza? Em caso positivo, indique o agente causador ou circunstancie o fato, com data e local, bem como indique se o(a) periciado(a) reclamou assistência médica e/ou hospitalar.
c) O(a) periciado(a) apresenta sequelas de acidente de qualquer natureza, que causam dispêndio de maior esforço na execução da atividade habitual?
d) Se positiva a resposta ao quesito anterior, quais são as dificuldades encontradas pelo(a) periciado(a) para continuar desempenhando suas funções habituais? Tais sequelas são permanentes, ou seja, não passíveis de cura?
e) Houve alguma perda anatômica? Qual? A força muscular está mantida?
f) A mobilidade das articulações está preservada?

g) A sequela ou lesão porventura verificada se enquadra em alguma das situações discriminadas no Anexo III do Decreto 3.048/1999?
h) Face à sequela, ou doença, o(a) periciado(a) está: a) com sua capacidade laborativa reduzida, porém, não impedido de exercer a mesma atividade; b) impedido de exercer a mesma atividade, mas não para outra; c) inválido para o exercício de qualquer atividade?
3 - Como os quesitos padrão foram elaborados contemplando todas as situações possíveis, indefiro os quesitos já formulados pelas partes (se estiverem nos autos) ou os que as partes apresentarem no prazo do art. 465, § 1º, do NCPC, por entender que o laudo a ser apresentado, respondendo aos quesitos padrão é suficiente para esclarecimento da causa.
4 - Na forma do art. 465, § 1º, inciso II, do Código de Processo Civil, as partes devem ser intimadas para indicarem, querendo, assistentes técnicos no prazo de 15 (quinze) dias, ficando desde já as partes intimadas a comparecer à perícia designada.
Com a juntada do laudo médico pericial, DETERMINO:
5 - CITE-SE a ré, observando-se o prazo de contestação de 30 (trinta) dias (art. 183, CPC), sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pelo autor e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 344 do CPC, que assim dispõe: “Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.”
6 - Havendo contestação com alegações de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor ou qualquer de matérias enumeradas no art. 337, do CPC, abra-se vista à parte autora para réplica, no prazo de 15 (quinze dias).
Caso as partes desejam a inclusão deste processo em pauta própria para sessão de conciliação/mediação, retornem os autos conclusos para designação de audiência junto ao setor de conciliação (art. 334 do CPC), no prazo de 15 (quinze) dias.
Tudo cumprido, tornem os autos conclusos.
Serve a presente de CARTA/MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 7008398-19.2019.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Distribuição: 17/12/2019
EXEQUENTE: ARTHUR GONCALVES CORREIA, RUA OITOCENTOS E TRINTA E UM 1572 ALTO ALEGRE - 76985-282 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXECUTADO: ANDRÉ ALVES GONÇALVES, CPF nº DESCONHECIDO, RUA KELLY REGINA ANSCHAL s/n, AO LADO DA CASA 6813 HÁ UMA ÁRVORE NA FRENTE NOVA ESPERANÇA - 76985-418 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 910,94
D E S P A C H O
Cumpra-se o mandado de prisão de Id n. 80570149, no endereço indicado pela parte exequente, qual seja, , Rua Oito mil Quinhentos e Quatorze, nº 1132, Bairro Assosete, – Vilhena/RO.
SIRVA ESTA DECISÃO COMO CARTA/CARTA PRECATÓRIA/MANDADO/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTES PARA OS DEVIDOS FINS.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7007484-23.2017.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Acidente de Trânsito
Polo Ativo: REQUERENTE: LEANDRO MARCIO PEDOT, CPF nº 46883738215, - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: VALDINEI LUIZ BERTOLIN, OAB nº RO6883, LEANDRO MARCIO PEDOT, OAB nº RO2022A
Polo Passivo: EXCUTADO: S. J. TRANSPORTES EIRELI - ME, CNPJ nº 17671200000179, AVENIDA MELVIN JONES 698, SALA 02 JARDIM AMÉRICA - 76980-878 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXCUTADO: LISA PEDOT FARIS, OAB nº RO5819, SANTIAGO CARDOSO ALMODOVAR, OAB nº RO5912
Valor da causa: R$ 150.000,00
DECISÃO
Trata-se de cumprimento de sentença ajuizado por Leandro Marcio Pedot e Outros em face de S.J Transportes Eireli - ME, almejando o adimplemento das verbas honorárias sucumbenciais adquiridas em razão da condenação estabelecida na sentença prolatada nestes autos.
Após diversas diligências, o requerente noticiou a decretação de falência da empresa executada nos autos do Proc. 1109999-61.2020.8.26.0100 (2ª Vara de Falência e Recuperações Judicias da Comarca de São Paulo/SP). Na oportunidade, discriminou o valor de seus créditos e pugnou pela penhora no rosto dos autos do processo falimentar.
Vieram conclusos. Decido.
Há disposição legal expressa no CPC autorizando a penhora no rosto dos autos sobre créditos existentes em nome do devedor. Sobre o tema, confira-se o teor do art. 860 do CPC/2015:

Art. 860. Quando o direito estiver sendo pleiteado em juízo, a penhora que recair sobre ele será averbada, com destaque, nos autos pertinentes ao direito e na ação correspondente à penhora, a fim de que esta seja efetivada nos bens que forem adjudicados ou que vierem a caber ao executado.

O cumprimento de sentença visa a cobrança de verba de caráter alimentar do profissional advogado. Por sua vez, o processo falimentar é voltado, em breve síntese, a identificação de todo o acervo patrimonial da massa falida (inventário) e a quitação dos respectivos credores, à luz da ordem legal de preferências, a ser deliberado pelo respectivo juízo falimentar.

Feitas essas considerações, é razoável deduzir a existência de créditos de titularidade da massa falida que serão destinados para quitação de seus credores, inclusive fazendários.

Destaco que a deliberação quanto a ordem de preferência de quitação dos credores da massa falida (inclusive da exequente) ocorrerá exclusivamente pelo juízo falimentar.

Ante o exposto, DEFIRO a penhora de créditos no rosto dos autos de nº. 1109999-61.2020.8.26.0100 (2ª Vara de Falência e Recuperações Judicias da Comarca de São Paulo/SP)., limitada ao valor atualizado do cumprimento de sentença, qual seja de R$ 30.166,91 (Trinta mil, cento e sessenta e seis reais e noventa e um centavos).

À CPE:

1. Oficie-se o Juízo da 1109999-61.2020.8.26.0100 (2ª Vara de Falência e Recuperações Judicias da Comarca de São Paulo/SP), acerca do teor desta decisão, via Malote Digital. Instrua-se o ofício com cópia da sentença e desta decisão.

2. Intimem-se as partes para ciência, em 10 (dez) dias.

Cumpra-se. Serve a decisão como OFÍCIO.

Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.

Christian Carla de Almeida Freitas

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO

Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt

Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena

Número do processo: 7007960-27.2018.8.22.0014

Classe: Cumprimento de sentença

Assunto: Mensalidades

Polo Ativo: EXEQUENTE: ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE RONDONIA, CNPJ nº 05706023000210, AV. 7601 8735, QUADRA 37 RESIDENCIAL ORLEANS - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO, OAB nº RO3831, LILIAN MARIANE LIRA, OAB nº RO3579

Polo Passivo: EXECUTADO: RAFAEL MILAN SOUZA DA SILVA, CPF nº 74332716272, RUA JOÃO LIBERTO MUHL 6124 JARDIM ELDORADO - 76987-008 - VILHENA - RONDÔNIA

ADVOGADO DO EXECUTADO: HANDERSON SIMOES DA SILVA, OAB nº RO3279

Valor da causa: R$ 9.790,15

DESPACHO

1-Serve o presente como OFÍCIO ao Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS, a fim de, a fim de identificar e informar eventual vínculo empregatício do Sr. RAFAEL MILAN SOUZA DA SILVA - CPF: 743.327.162-72 , no prazo de 10 (dez) dias, devendo encaminhar as informações para o e-mail cpe3civvil@tjro.jus.br.

2 - Com fundamento no princípio da cooperação (art. 6º do CPC), determino que o exequente providencie o encaminhamento do aludido expediente.

3 - Aguarde-se em cartório pelo prazo não processual de 20 (vinte) dias, até que sobrevenha informações a respeito.

4 - Findo o prazo, intime-se a parte exequente para se manifestar requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de suspensão e arquivamento (art. 921 do CPC).

5 - Decorrido o prazo, independente de manifestação, tornem os autos conclusos.

Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.

Christian Carla de Almeida Freitas

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO

Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt

Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena

Número do processo: 7006993-74.2021.8.22.0014

Classe: Procedimento Comum Cível

Assunto: Compra e Venda, Compromisso, Obrigação de Fazer / Não Fazer, Liminar

Polo Ativo: AUTOR: MAYKON ROBERTO PEREIRA DA SILVA RODRIGUES, CPF nº 35553768888, TRAVESSA UM 2099, SETOR 52 CIDADE NOVA - 76981-377 - VILHENA - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO AUTOR: DENNS DEIVY SOUZA GARATE, OAB nº RO4396A, REGIANE DA SILVA DIAS GARATE, OAB nº RO10115, NAIARA GLEICIELE DA SILVA SOUSA, OAB nº RO8388, LOUISE CRISTINE VEDOVOTO NETO GERVASIO, OAB nº RO11494, JETRO VASCONCELOS CARAPIA CANTO, OAB nº RO4956A, GUILHERME SCHUMANN ANSELMO, OAB nº RO9427
Polo Passivo: REU: SOLAR DE VILHENA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ nº 17746738000103, RUA OSVALDO CRUZ 110, LOTE 11 E 12, QUADRA 01 CENTRO (S-01) - 76980-074 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: ODAIR FLAUZINO DE MORAES, OAB nº RO115A
Valor da causa: R$ 3.261,86
DESPACHO
Do que consta dos autos, a parte autora procedeu com inúmeros depósitos de valores em contas judiciais vinculadas aos autos.
Os pedidos formulados na inicial foram julgados improcedentes, nos termos da sentença no ID. 77113414, mantendo-se inalterada, conforme acórdão no ID. 92142737.
Isso posto, tenho que de fato os valores deverão ser levantados pela parte autora, portanto, procedo com a expedição de alvará judicial na modalidade de transferência, conforme dados abaixo:
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 8.246,44 Guilherme Schumann Advogados e Associados 34644715000107 1538677 - 2 Sim Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB/SICOOB (756) Ag.: 3325 C.: 54198-2Aguarde-se em cartório pelo prazo de 5 (cinco) dias.
Findo o prazo, a CPE deverá proceder com consulta em sistema pertinente objetivando constatar a existência de valores em conta judicial vinculada aos autos.
Caso positivo, certifique-se e tornem os autos conclusos para deliberação.
Do contrário, nada sendo requerido e adotadas as providências de praxe, arquivem-se os autos definitivamente.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7009144-76.2022.8.22.0014
Classe: Arrolamento Comum
Assunto: Inventário e Partilha, Adjudicação de herança
Polo Ativo: REQUERENTE: ANA DE SOUZA, CPF nº 47056398200, RUA PERNAMBUCO 1995 RESIDENCIAL MORIÁ - 76983-180 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: BEATRIZ BIANQUINI FERREIRA, OAB nº RO3602A
Polo Passivo: REQUERIDO: PAULO ROBERTO OLIVEIRA SILVA, CPF nº 66283825249, RUA PERNAMBUCO 1995 RESIDENCIAL MORIÁ - 76983-180 - VILHENA - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 47.754,00
DESPACHO
Considerando que não há óbice ao prosseguimento do feito, por derradeiro, fica intimada a inventariante para no prazo de 10 (dez) dias apresentar as últimas declarações, contendo o esboço da partilha dos bens.
Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos para Julgamento.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7004663-70.2022.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução
Polo Ativo: REQUERENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL, AVENIDA CAPITÃO CASTRO 3178 CENTRO (S-01) - 76980-150 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: DARLAN ASSIS PEREIRA, OAB nº MG81986, PROCURADORIA DA SICOOB CREDISUL - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA LTDA
Polo Passivo: REPRESENTADOS: OLINO NERI ZOCHE, CPF nº 24066796915, AVENIDA SABINO BEZERRA DE QUEIROZ 5858 JARDIM ELDORADO - 76987-030 - VILHENA - RONDÔNIA, PATRICK KLEBER ZOCHE, CPF nº 61901350215, ÁREA RURAL 5006 ÁREA RURAL DE VILHENA - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REPRESENTADOS: CRISTIANE TESSARO, OAB nº AC1562, SILVIA SIMONE TESSARO, OAB nº PR26750
Valor da causa: R$ 12.862,78

DESPACHO
1 - Cuida-se de cumprimento de sentença (arts. 523 e 525, ambos do CPC).
2 - Considerando o trânsito em julgado da sentença que condenou o executado ao pagamento de quantia certa, intime-se o executado, por meio de seu advogado constituído (art. 513, § 2º, I, do CPC), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do valor devido no importe de R$ 1.522,40 (um mil, quinhentos e vinte e dois reais e quarenta centavos, sob pena de ser acrescido ao débito principal multa de 10% (dez por cento), nos termos do artigo 523, § 1º do Código de Processo Civil.
2.1 - Ressalto ainda que, efetuado o pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante (art.523, § 2º do CPC).
2.2 - Caso advenha o pagamento integral no prazo do item "2", desde já fica determinado a expedição de alvará judicial ou ofício de transferência do valor incontroverso e após conclusos para sentença de extinção.
2.3 - Não havendo o pagamento ou irresignação do executado, intime-se o exequente para no prazo de 05 (cinco) dias se manifestar quanto ao prosseguimento do feito, mediante demonstrativo de débito atualizado, devendo recolher custas das diligências requeridas.
3 - Transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, querendo, nos próprios autos impugnação. (art. 525, caput, do CPC).
4 - Apresentada a impugnação, intime-se o exequente a se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias.
5 - Após venham os autos conclusos para deliberação.
Pratique-se o necessário
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7008363-59.2019.8.22.0014
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Polo Ativo: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE VILHENA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
Polo Passivo: EXECUTADOS: BECKER E BECKER COMERCIO E SERVICOS DE MATERIAL DE INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ nº 07634143000102, RUA DUZALINA MILANI 650 JARDIM ELDORADO - 76987-090 - VILHENA - RONDÔNIA, RODRIGO BARBOSA BECKER, CPF nº 63234386234, DUZALINA MILANI 650 JARDIM ELDORADO - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, NILZA BARBOSA BECKER, CPF nº 18313370963, DUZALINA MILANI 650 JARDIM ELDORADO - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: RAQUEL BARBOSA BECKER, OAB nº RO5242A
Valor da causa: R$ 926,98
DESPACHO
Considerando que o alvará eletrônico não consuma a transferência determinada nos autos.
Serve o presente como OFÍCIO a Caixa Econômica Federal (e-mail: ag1825ro01@caixa.gov.br) para, no prazo de 10 (dez) dias, proceder com a transferência dos valores de R$ 116,41 (cento e dezesseis reais e quarenta e um centavos), R$ 31,62 (trinta e um reais e sessenta e dois centavos) e R$ 276,97 (duzentos e setenta e seis reais e noventa e sete centavos), com seus acréscimos legais (havendo), os quais encontram-se depositados nas contas judiciais n. 01545873-0, 01545874-9 e 01545872-2, para conta centralizadora deste Tribunal de Justiça Rondoniense, qual seja: Conta n. 01529904-5; operação n. 040; agência n. 2848; Banco Caixa Econômica Federal, zerando e inutilizando as contas após as transferências, devendo encaminhar o comprovante para o e-mail cpe3civvil@tjro.jus.br.
Comprovada a transferência, informe a Divisão de Gestão dos Depósitos Judiciais, via e-mail: digede@tjro.jus.br ou outro meio, caso orientado.
Em seguida, adotadas as providências de praxe e sem pendências, arquivem-se os autos definitivamente.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 0014202-73.2008.8.22.0014
Classe: Execução Fiscal
Assunto: ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias, ICMS / Incidência Sobre o Ativo Fixo
Polo Ativo: EXEQUENTE: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: EXECUTADO: VIVENDA MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº DESCONHECIDO
ADVOGADO DO EXECUTADO: ESTEVAN SOLETTI, OAB nº RO3702A
Valor da causa: R$ 1.364,49
DESPACHO
Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, tomar ciência e se manifestar quanto ao cumprimento total da obrigação.
Após, tornem os autos conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7003355-72.2017.8.22.0014
Classe: Execução de Alimentos
Assunto: Alimentos
Polo Ativo: EXEQUENTE: P. A. C. O., CPF nº 05193177263, RUA NATAL 498, APARTAMENTO 04 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DIANDRA DA SILVA VALENCIO, OAB nº RO5657A
Polo Passivo: EXECUTADO: G. J. B. O., CPF nº DESCONHECIDO, AVENIDA CARLOS GOMES 355, RUA ANTÔNIO DE PAULA NUNES, PRINCESA ISABEL - 76964-108 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: RODRIGO DA SILVA SOUZA, OAB nº RO10784
Valor da causa: R$ 1.173,00
DESPACHO
Considerando eventuais efeitos infringentes dos embargos de declaração, manifeste-se o embargado por 5 (cinco) dias (CPC/2015, art. 1.023, § 2º).
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7008511-07.2018.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Polo Ativo: ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: ANA PAULA SANCHES, OAB nº RO9705, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
Polo Passivo: REQUERIDOS: APARECIDA SOUZA VIEIRA, CPF nº 57284920297, RUA JUVENTINO PETROLI 196, OU RUA 329 PARQUE INDUSTRIAL TANCREDO NEVES - 76987-892 - VILHENA - RONDÔNIA, RONDOMAQUINAS TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA - ME, CNPJ nº 20128700000173, RUA JUVENTINO PETROLI 196, OU RUA 329 PARQUE INDUSTRIAL TANCREDO NEVES - 76987-892 - VILHENA - RONDÔNIA, TATIANA PERES AUGUSTO, CPF nº 01702199258, BR KM 429 S/N KM30,5, S/N - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, LUCILO MOREIRA VILALBA, CPF nº 13948555168, RUA JUVENTINO PETROLI 196 PARQUE INDUSTRIAL TANCREDO NEVES - 76987-892 - VILHENA - RONDÔNIA, JEZIEL VIEIRA CUNHA, CPF nº 92172490253, RODOVIA BR 429, P202, KM30 s/n, SENTIDO SÃO FRANCISCO ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, AUTO POSTO VIEIRA EIRELI - ME, CNPJ nº 22036353000184, ROD BR 429, KM 30,5 S/n ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 653.737,06
DESPACHO
Toda e qualquer diligência para busca e inclusão de informações está condicionada ao pagamento da taxa prevista no art. 17 da Lei de Custas (Lei n. 3.896/16), sendo devido o valor para cada diligência solicitada e por cada CPF a ser diligenciado.
Assim, por intermédio da publicação automática, fica intimado o exequente para que recolha e comprove o pagamento da(s) taxa(s), no prazo de 10 (dez) dias e no mesmo prazo.
Decorrido o prazo in albis, o processo será suspenso na forma do art. 921, CPC.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Vilhena - 3ª Vara Cível Fórum Geral, sala 647, 6º andar, Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Processo:7004939-67.2023.8.22.0014
Classe:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto: Alienação Fiduciária
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA, OAB nº SP115665, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
REU: MARIA CATELI DOS SANTOS
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
I. RELATORIO
Vistos.
Trata-se de Busca e apreensão proposta por AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A em desfavor de REU: MARIA CATELI DOS SANTOS.

Intimada para juntar aos autos notificação válida da mora do devedor e comprovar o pagamento das custas iniciais, visto que a que consta nos autos apenas contem confirmação de recebimento da notificação pelos correios, a parte autora limitou-se a comprovar o pagamento das custas iniciais.
Vieram os autos conclusos.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Ocorre que o entendimento do Tribunal de Justiça de Rondônia é no sentido de que não basta apenas o encaminhamento da notificação para o endereço do devedor, mas sim, o seu efetivo recebimento pelo requerido ou por outra pessoa. Assim é a jurisprudência deste Tribunal:
Apelação. Extinção do processo. Pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo. Ausência de notificação. Busca e apreensão. Decreto-Lei 911/69. É pacífico o entendimento que, para constituição do devedor em mora, faz-se necessário não apenas o encaminhamento da notificação ao endereço constante no contrato, mas também o efetivo recebimento do mesmo. APELAÇÃO, Processo nº 7061291-31.2016.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 11/02/2019. Grifo nosso.
Busca e apreensão. Comprovação da mora. Notificação extrajudicial. AR com informação de destinatário ausente. Documento indispensável a propositura da demanda. Emenda da inicial. Descumprimento. Indeferimento da inicial. É requisito essencial à propositura da ação de busca e apreensão a comprovação da constituição do devedor em mora, a qual se dá com o envio de notificação extrajudicial ao endereço constante no contrato, com o recebimento pelo devedor ou outra pessoa. A ausência da notificação nestes termos, enseja a determinação de emenda da inicial, e seu descumprimento, consequentemente, ocasiona o indeferimento da inicial. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7023010-35.2018.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Alexandre Miguel, Data de julgamento: 28/06/2019. Grifo nosso.
Apelação cível. Ação de busca e apreensão. Indeferimento da inicial. Não comprovação da constituição em mora do devedor. Notificação extrajudicial. Devolução com a justificativa "AUSENTE". Extinção do feito sem julgamento do mérito. Para a constituição do devedor em mora nos contratos de alienação fiduciária, é imprescindível a comprovação de encaminhamento de notificação ao endereço constante do contrato, bem como de seu efetivo recebimento. O AR contendo a notificação extrajudicial devolvido sob a justificativa de que o destinatário se encontrava ausente não atende ao disposto no artigo 2°, §2°, do Decreto-Lei 911/1969. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7000676-07.2018.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 13/08/2019 . Grifo nosso.
III. DISPOSITIVO
Isso posto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, com fulcro no art. 321, parágrafo único, cumulado com art. 330, IV, do Código de Processo Civil, e, em consequência, JULGO EXTINTO O FEITO, sem apreciação do mérito, conforme dispõe o art. 485, I, do Novo Código de Processo Civil.
Sem custas finais.
Não havendo apelação, certifique-se o trânsito em julgado e intime-se o Réu dos termos da sentença, conforme disposto no art. 331, § 3º do CPC/2015 (art. 331. § 3o Não interposta a apelação, o réu será intimado do trânsito em julgado da sentença).
Sendo interposta apelação, cite-se a parte requerida para apresentar suas contrarrazões ao recurso, nos termos do artigo 331, § 1º, do CPC/2015. Após, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça.
A intimação será por meio eletrônico ou por carta AR, sendo negativa, intime-se por edital.
Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Vilhena, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7004935-30.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Polo Ativo: AUTOR: ANNE CAROLINE CAMPOS ALMEIDA, CPF nº 86508911287, AVENIDA CAPITÃO CASTRO 122, APTO 302 BLOCO B CENTRO (S-01) - 76980-010 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: GILBERTO DE JESUS DA ROCHA BENTO JUNIOR, OAB nº SP170162
Polo Passivo: REU: BANCO DO BRASIL, CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
Valor da causa: R$ 20.000,00
DESPACHO
O CPC/15 trata da gratuidade de justiça em seus artigos 98 e seguintes.
1- Embora o §3º do art. 99 estabeleça a presunção de veracidade da alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural, o §2º do mesmo artigo prevê a possibilidade de indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade. In casu, verifico que autora celebrou diversos contratou de valores altos e com parcelas mensais incompatíveis com a alegada hipossuficiência.
1.1- Ainda segundo o dispositivo, quando observada a situação, o juiz deve determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos, razão pela qual, DETERMINO, a emenda da inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, mediante a juntada de declaração de isenção de IRPF, extrato bancário de movimentação financeiro dos últimos 3 (três) meses, declaração de inexistências de bens móveis cadastrados no município, bem como de inexistência de semoventes, capazes de auferir a alegada hipossuficiência, seja econômica como financeira.
2- No mesmo prazo, caso assim entenda, comprovar o recolhimento das custas. Pontua-se que, nos termos do inciso I art. 12 da Lei n. 3.896/2016, as custas iniciais são de 2% sobre o valor da causa, sendo que 1% fica adiado para após a audiência de conciliação, caso não haja acordo.
2.1 Observe ainda a parte autora que, nos termos do §1º do art. 12 da Lei n. 3.896/2016, "Os valores mínimos e máximo a ser recolhido em cada uma das hipóteses previstas nos incisos deste artigo.

3- Consigno, que em ambos os casos a ausência de comprovação é causa de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321, P. único, do CPC.
Intime-se via PJE. Cumpra-se.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7004195-72.2023.8.22.0014
Classe: Interdito Proibitório
Assunto: Aquisição
Polo Ativo: REQUERENTES: VALDIR GOMES DE MOURA, RUA DOIS MIL TREZENTOS E SETE 6401, CASA01 S-23 - 76985-169 - VILHENA - RONDÔNIA, ELIA DECI DEDE MOREIRA, AVENIDA PARANÁ 2419 JARDIM ELDORADO - 76987-001 - VILHENA - RONDÔNIA, HEVELIN LORRAINE MOREIRA, RUA DOIS MIL TREZENTOS E SETE 6401, CASA 01 S-23 - 76985-169 - VILHENA - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, AVENIDA LUIZ MAZIERO 4320 JARDIM AMÉRICA - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: REQUERIDO: EVERTON DAVID FRANK, CPF nº 87638371291, AVENIDA DAS MAGNÓLIAS 2032 S-29 - 76983-296 - VILHENA - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 60.000,00
DESPACHO
Atento certidão de id.92524397, DESIGNO nova data de audiência de conciliação:
1- Audiência de conciliação para o dia 28 de setembro de 2023 às 10:00 horas, por sistema de videoconferência, através do aplicativo Google Meet, podendo ser utilizado pela parte interessada algum aparelho eletrônico, tais como celular, notebook ou computador, que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando, devendo receber auxílio do respectivo patrono/advogado.
Os participantes deverão acessar o ambiente virtual através do seguinte link: https://meet.google.com/sem-jyea-heb , ingressando na sala na data e horário agendados.
As partes deverão informar nos autos (através de seus advogados/Defensores Públicos) os e-mails pelos quais participarão da solenidade, no prazo máximo de 05 (cinco) dias antes da audiência.
Obs: Em sendo a parte autora representada pela Defensoria Pública do Estado de Rondônia, DEVERÁ a CPE expedir comunicação pessoal da data e horário da audiência de conciliação.
2- Intime-se a parte requerida para tomar conhecimento da presente ação e da audiência designada, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da realização da audiência de tentativa de conciliação, sob pena de ser-lhe decretada a revelia. Na oportunidade, com fim trazer celeridade ao procedimento, deverá indicar as provas que pretende produzir, justificando sua pertinência aos fatos a serem provados.
3- Realizada a audiência e não obtida a conciliação, decorrido o prazo da parte requerida, intime-se a parte requerente para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar réplica à contestação, se assim houver. De igual forma, deverá indicar as provas que pretende produzir, justificando sua pertinência aos fatos a serem provados.
4- Tudo cumprido, tornem-se os autos conclusos para deliberação quanto às provas postuladas, saneamento processual ou julgamento antecipado da lide.
Providenciem-se o necessário.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO e COMUNICAÇÃO: REQUERIDO: EVERTON DAVID FRANK, CPF nº 87638371291, AVENIDA DAS MAGNÓLIAS 2032 S-29 - 76983-296 - VILHENA - RONDÔNIA
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7002482-62.2023.8.22.0014
Classe: Embargos de Terceiro Cível
Assunto: Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução
Polo Ativo: EMBARGANTE: JULIANA CARVALHO FERREIRA, CPF nº 91610630297, RUA EDSON DE OLIVEIRA 8539 RESIDENCIAL ORLEANS - 76985-802 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EMBARGANTE: PATRICIA MAGALHAES SALES SILVA, OAB nº RO10725
Polo Passivo: EMBARGADO: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO JURUENA SICREDI UNIVALES MT, AVENIDA MATO GROSSO 316 CENTRO - 78320-000 - JUÍNA - MATO GROSSO
ADVOGADOS DO EMBARGADO: ANDRE DE ASSIS ROSA, OAB nº GO36488, JOSE HENRIQUE DA SILVA VIGO, OAB nº MS11751, PROCURADORIA DA SICREDI UNIVALES MT/RO - COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO UNIVALES
Valor da causa: R$ 10.113,59

SENTENÇA
I - Relatório
Trata-se os autos de embargos de terceiro ajuizado por EMBARGANTE: JULIANA CARVALHO FERREIRA em desfavor da EMBARGADO: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO JURUENA SICREDI UNIVALES MT, pugnando pelo desbloqueio de valores, os quais foram tornados indisponíveis via SISBAJUD, conforme determinação contida nos autos n. 7001508-69.2016.8.22.0014.
Relatou que teve o valor de R$ 10.113,59 (dez mil, cento e treze reais e cinquenta e nove centavos) bloqueado junto ao Banco Bradesco, agência 0792, conta corrente 6044-5, de titularidade de André Pereira de Jesus, em decorrência de determinação contida nos autos n. 7001508-69.2016.8.22.0014. Aduziu que o valor em questão pertence a sua irmã que reside nos Estados Unidos e lhe enviou o valor para custear sua visita que fará no Brasil no mês de abril. Discorreu que no dia 19/02/2023, sua irmã lhe enviou o valor para a sua conta bancária, mas que no dia 27/02/2023, transferiu para outra conta bancária de sua titularidade e no mesmo dia transferiu o valor para a conta de titularidade de seu esposo André Pereira de Jesus.
Em sede de tutela provisória de urgência, pugnou pelo desbloqueio do valor. No mérito, requereu a confirmação da tutela provisória, com a procedência do pedido inicial. Juntou documentos.
Recebida a inicial, não concedida a tutela provisória de urgência.
Citado, o embargado apresentou contestação, discorrendo sobre a ilegitimidade ativa da embargante, sustentando que a embargante não sofreu constrição alguma e que os valores bloqueados pertencem à sua irmã. No mérito, argumentou que não restou comprovado as alegações da embargante, uma vez que acostou aos autos somente comprovante de transferência. Portanto, pugnou pelo acolhimento da preliminar e, caso seja rejeitada, requereu a improcedência dos pedidos iniciais.
Intimada, a embargante se manifestou em réplica.
Vieram os autos conclusos.
É o necessário. Decido.
II - Fundamentação
Promovo o julgamento do feito no estado em que se encontra, na forma do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, diante da desnecessidade de produção de outras provas, uma vez que as provas documentais produzidas são suficientes para o deslinde do feito. Cumpre mencionar que a embargante ao se manifestar em réplica, pugnou pelo julgamento antecipado da lide.
O princípio fundamental contido na Emenda Constitucional n. 45/04 deu nova redação ao inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal e impôs ao Juiz zelar pela rápida solução do litígio, garantindo às partes a celeridade na tramitação do processo. Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “A finalidade da prova é o convencimento do juiz, sendo ele o seu direto e principal destinatário, de modo que a livre convicção do magistrado consubstancia a bússola norteadora da necessidade ou não de produção de quaisquer provas que entender pertinentes à solução da demanda (art. 330 do CPC); exsurgindo o julgamento antecipado da lide como mero consectário lógico da desnecessidade de maiores diligências.” (REsp 1338010/SP).
Desse modo, passo à análise da preliminar arguida pelo embargado.
Preliminar
Da ilegitimidade ativa da embargante
Como é sabido, é legitimado para oferecer embargos de terceiro, nos termos do caput do art. 674 do CPC, aquele que não é parte no processo em que se determinou a constrição judicial do bem. Portanto, apenas quem não é parte no processo em que foi determinada a constrição do bem pode ajuizar embargos de terceiro. Assim sendo, é legitimado ativo para os embargos de terceiro o terceiro que tenha bem indevidamente alcançado por ato de constrição judicial determinado em processo em que, à evidência, não figura como parte.
Os embargos de terceiro, como determina o § 1º do art. 674 do CPC, podem ser de “terceiro proprietário, inclusive fiduciário, ou possuidor”.
Em outras palavras, caso a constrição recaia sobre bens não pertencentes ao executado, cabe ao terceiro atingido indevidamente pelo bloqueio demonstrar que a conta penhorada é de sua titularidade ou, no mínimo, que os valores, existentes na conta, pertencem-lhe, total ou parcialmente.
Dito isso, constata-se que evidentemente a embargante não sofreu a constrição judicial, pois depreende-se de suas alegações que os valores bloqueados pertencem a sua irmã.
Aliás, de fato sequer há nos autos procuração com outorga de poderes da irmã Sra. ELISAMA CARVALHO FERREIRA para a embargante, somente a juntada de cópia da escritura pública de compra e venda de imóvel urbano em que naquela ocasião (compra e venda de imóvel), a embargante foi procuradora da outorgada compradora, Sra. ELISAMA CARVALHO FERREIRA.
Se não bastasse isso, não há nos autos comprovação de que o valor tornado indisponível seria para custeio de visita de sua irmã no Brasil. Em outras palavras, não há comprovação do motivo que levou a irmã transferir o valor para a conta bancária da embargante, somente alegações e a juntada de comprovantes de transferência. Ademais, causa estranheza, a transferência dos valores da conta da embargante para a conta de seu esposo Sr. André Pereira de Jesus, que figura como executado nos autos n. 7001508-69.2016.8.22.0014, sem qualquer comprovação de motivo ou justificativa.
Assim, tenho que por acolher a preliminar de ilegitimidade ativa da embargante e a consequente extinção do feito sem julgamento de mérito.
Para se evitar incidentes desnecessários, importante ressaltar que não está o órgão julgador obrigado a tecer considerações acerca de toda a argumentação deduzida pelas partes, senão aquelas que interfiram no deslinde da causa (art. 489, § 1º, inc. IV, do CPC). O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.
Por fim, ressalto que manejado embargos de declaração que na verdade traduzem no inconformismo da parte com a decisão proferida, pretendendo rediscutir o que já foi decidido, serão considerados embargos manifestamente protelatórios, sujeito a aplicação de multa prevista no art. 1.026, § 2º do CPC.
III - Dispositivo
Ante o exposto, JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VI, do Código de Processo Civil e, por conseguinte, em razão da sucumbência, CONDENO a embargante ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC.
Na hipótese de interposição de Apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo a quo (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, serão os autos remetidos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme determinação do artigo 1.010, § 3º, do CPC.
1 - Transcorrido o prazo de recurso, certifique-se o trânsito em julgado (art. 29, das Diretrizes Gerais Judiciais do TJRO).
2 - Em seguida, translade-se cópia desta decisão para os autos n. 7001508- 69.2016.8.22.0014.
3 - Após, observadas as formalidades legais e sem pendências, arquivem-se os autos definitivamente com as cautelas de praxe.

Publicação e registros automáticos.
Intimem-se. Cumpra-se.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7002313-75.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Dissolução
Polo Ativo: AUTOR: T. C. L. D. H., CPF nº 83692568304, AVENIDA ZACARIAS ROCHA DE AZEVEDO 759 JARDIM ELDORADO - 76987-120 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JOSENELMA DAS FLORES BESERRA, OAB nº RO1332
Polo Passivo: REU: I. A. N. S., CPF nº 21932838856, RUA DEPUTADO MOREIRA DA ROCHA 201, APTO 1401 MEIRELES - 60160-060 - FORTALEZA - CEARÁ
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 32.000,00
DESPACHO
Conforme informações constantes no ID. 92559829, depreende-se que o objeto não foi entregue no endereço indicado, uma vez que o carteiro não foi atendido.
Fica o requerente intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar em termos de prosseguimento do feito, objetivando proceder com a citação da requerida, sob pena de extinção por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7004615-82.2020.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Retificação de Área de Imóvel
Polo Ativo: AUTORES: MARIA TEREZA SERRA GONCALVES, CPF nº 29031672220, RUA A 600 JARDIM ARAUCÁRIA - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, JOSE LAURO DA SILVA GONCALVES, CPF nº 50849468787, RUA A 600 JARDIM ARAUCÁRIA - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: JIMMY PIERRY GARATE, OAB nº RO8389
Polo Passivo: REU: IRENI VIEIRA DUARTE, CPF nº 10446230120, GLEBA CORUMBIARA PROJETO FUNDIÁRIO CORUMBIARA 30 AI LINHA 115, SETOR 10 - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA, ALAIDIO DE SOUZA DUARTE, CPF nº 15613330182, LOTE 30-AI, LINHA 115 setor 10, GLEBA CORUMBIARA PROJ FUNDIARIO ÁREA RURAL - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: HULGO MOURA MARTINS, OAB nº RO4042, ROBERTO CARLOS MAILHO, OAB nº RO3047
Valor da causa: R$ 262.000,00
DESPACHO
Considerando eventuais efeitos infringentes dos embargos de declaração, manifeste-se o embargado por 5 dias (CPC/2015, art. 1.023, § 2º).
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7002535-77.2022.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Comissão
Polo Ativo: EXEQUENTE: MARCOS ROGERIO SCHMIDT, CPF nº 39027180059, RUA PARANÁ 3056, 1201 CENTRO - 85810-010 - CASCAVEL - PARANÁ
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCOS ROGERIO SCHMIDT, OAB nº PR21939
Polo Passivo: EXECUTADO: FLAVIO L ALVES CONSTRUTORA EIRELLI EPP, CNPJ nº 00953493000184, AVENIDA RONDONIA 3753 CENTRO (S-01) - 76980-002 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 13.959,01
DESPACHO

Defiro a substituição processual nos termos do artigo 110 do NCPC: " Art. 110. Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a sucessão pelo seu espólio ou pelos seus sucessores, observado o disposto no art. 313, §§ 1º e 2º .
O inciso XVL, do art. 5º da CF/88, assevera que a obrigação de reparar danos é estendida aos sucessores até os limites da herança transmitida. Já o art. 1792 do Código Civil, estabelece que "O herdeiro não responde por encargos superiores às forças da herança...".
Logo, os herdeiros somente poderão ser responsabilizados até as forças da herança.
A CPE para que promova a inclusão dos herdeiros abaixo qualificados, no polo passivo da ação.
EDILENE HAMMER, brasileira, inscrita no CPF sob n° 884.684.882-91, portadora da Cédula de Identidade RG n° 959703-SSP-RO, residente e domiciliada na Rua Joana D'Arc, n° 1162, Bairro Vila Romana, Cacoal/RO – CEP: 76967-206 ou, Rua Leonardo da Vinci, n° 392, Jardim Saúde, Cacoal/RO – CEP: 76964150.
FLAVIA BASSANI ALVES, brasileira, inscrita no CPF sob n° 083.106.149-93, portadora da Cédula de Identidade RG sob n° 12.574.207-6-SSP-PR,residente e domiciliada na Avenida Rondônia, n° 3753, Bairro Parque Industrial Novo Tempo, Vilhena/RO – CEP: 76982-167.
Após, citem-se os herdeiros dos termos da ação, na forma do despacho inicial em execução de título extrajudicial.
Intimem-se.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 7006865-88.2020.8.22.0014
Classe: Execução Fiscal
Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano
Polo Ativo: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE VILHENA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
Polo Passivo: EXECUTADO: EMPRESA COLIBRI TRANSPORTES LIMITADA, CNPJ nº 03831740000168, RUA CARLOS SCHMOLLER 5979 JARDIM ELDORADO - 76987-014 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 3.340,27
SENTENÇA
Perscrutando os autos, vislumbro que o valor penhorado foi suficiente para garantir a integralidade do crédito perquirido, bem como não há pendências processuais a ensejar continuidade da marcha processual, razão pela qual, com fulcro no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO.
Neste ato expedi a ALVARÁ JUDICIAL na modalidade transferência direta a conta.
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 495,21 Associação dos Procuradores do Município de Vilhena 47996044000187 1546288 - 6 Sim Caixa Econômica Federal (104) Ag.: 1825 C.: 3594-0 R$ 4.987,55 MUNICIPIO DE VILHENA 04092706000181 1546288 - 6 Sim Caixa Econômica Federal (104) Ag.: 1825 C.: 11-3 TOTAL: R$ 5.482,76Christian Carla de Almeida Freitas
Aguarde-se a informação do levantamento dos valores.
Após, transitada em julgado e não havendo irresignações, arquive-se definitivamente.
Pratique-se o necessário.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO
Vilhena - 3ª Vara Cível - E-mail: cpe3civvil@tjro.jus.br - Balcão virtual: https://meet.google.com/yrk-dohj-eyt
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Número do processo: 0010434-95.2015.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Atos executórios
Polo Ativo: EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO JURUENA SICREDI UNIVALES MT, AV. DOS JAMBOS, 1105, SICREDI UNIVALES CENTRO - 78320-000 - JUÍNA - MATO GROSSO
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ANDRE LUIZ CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO, OAB nº MT12560O, MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA RIBEIRO, OAB nº MT5308, MARCELO ALVARO CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO, OAB nº MT15445, PROCURADORIA DA SICREDI UNIVALES MT/RO - COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO UNIVALES
Polo Passivo: EXECUTADOS: CLAUDIA INES MARQUES MORAIS DE OLIVEIRA, CPF nº 83692452187, RODOVIA BR 364, KM 08 CENTRO - 78310-000 - COMODORO - MATO GROSSO, ALM INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S/A, CNPJ nº 08989342000198, RODOVIA BR 364 KM 06 SETOR INDUSTRIAL - 76980-930 - VILHENA - RONDÔNIA, TREVO COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA, CNPJ nº DESCONHECIDO, BR 364 KM 06 QD 10, POSTO UNIÃO SETOR INDUSTRIAL - S 13 - 76980-930 - VILHENA - RONDÔNIA, MARCIO RAMALHO DE OLIVEIRA, CPF nº 55109349134, AV. CELSO MAZUTTI S/N, NÃO CONSTA POSTO PLANALTO - 76980-930 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS, OAB nº MT7680O, EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR, OAB nº MT5222O
Valor da causa: R$ 1.658.479,25
DESPACHO
Razão assiste ao executado.
Em razão da homologação do acordo celebrado pelas partes, não há incidência de custas finais.
Arquive-se definitivamente.
Vilhena/RO, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas

Juiz de Direito

4ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7003681-22.2023.8.22.0014
Fixação
AUTOR: K. F. D. S.
ADVOGADOS DO AUTOR: MICHELLY PINHO, OAB nº RO10966, CARINA BATISTA HURTADO, OAB nº RO3870
REU: J. B.
ADVOGADO DO REU: CASTRO LIMA DE SOUZA, OAB nº RO3048A
DECISÃO
O executado após intimado para efetuar o pagamento do débito, apresentou manifestação alegando que o valor informado não está correto, uma vez que o filho K. E. F. B., está residindo com o genitor desde março/2022, não sendo cabível o pagamento dos alimentos neste período. Apresenta proposta de parcelamento do débito em relação ao demais meses. Junta documentos.
Manidestação da parte exequente no Id 92542294.
Decido.
Conforme relatato pelo executado o filho mais velho está sob seus cuidados desde março de 2022, o que não foi negado pela genitora dos menores em sua manifestação.
Assim, considerando que não há controvérsia em relação ao período que o menor está sob os cuidados do genitor, entendo, que os alimentos destinado ao menor não são cabível o repasse para a genitora, uma vez que não detém a guarda.
"AGRAVO DE INSTRUMENTO – Execução de alimentos – Alteração da guarda – Perda superveniente do interesse de agir – Tratando-se de execução visando o recebimento de alimentos destinados ao filho, não à sua mãe, a alteração da guarda no curso da ação, com seu deferimento aos executados, implica em perda superveniente do interesse de agir – Precedente do STJ - Decisão reformada – Recurso provido. (TJ-SP - AI: 22795498020198260000 SP 2279549-80.2019.8.26.0000, Relator: HERTHA HELENA DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 18/03/2020, 2ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 18/03/2020)"
Destarte, acolho a justificativa do executado.
Deverá a parte exequente excluir dos cálculos o percentual de 14% da pensão alimentícia a partir de março/2022, referente aos alimentos do menor K. E. F. B.
Intime-se a exequente para apresentar novo cálculo dos débitos e manifestar sobre a proposta de pagamento do débito oferta pelo executado no id 91436890, no prazo de dez dias.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7001971-11.2016.8.22.0014
Correção Monetária
EXEQUENTE: GUAPORE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO, OAB nº RO3249, SANDRO RICARDO SALONSKI MARTINS, OAB nº RO1084, SILVANE SECAGNO, OAB nº RO5020
EXECUTADO: JOAO BATISTA PEREIRA
ADVOGADO DO EXECUTADO: JOANITO VICENTE BATISTA, OAB nº RO2363
DESPACHO
Não consta nos autos depósito dos valores penhorado.
Assim, oficie-se ao órgão empregador do executado (SEAD - Secretaria Estadual de Administração) para que comprove os depósitos judiciais vinculados a estes autos.
Serve como ofício.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7007103-10.2020.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Protocolado em: 22/12/2020
Valor da causa: R$ 125.000,00
REQUERENTE: ANA CAROLINE DE SOUZA RAMAO, RUA CASTELO BRANCO 785 CENTRO (S-01) - 76980-122 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RODRIGO VINICIUS DO PRADO VIEIRA, OAB nº RO10728
REQUERIDOS: FABIO JUNIOR SILVA DE QUEIROZ, AVENIDA MAJOR AMARANTE 2469, SALA 03 CENTRO (S-01) - 76980-235 - VILHENA - RONDÔNIA, FABIO JUNIOR SILVA DE QUEIROZ 98966081215, AVENIDA MAJOR AMARANTE 2469, SALA 03 CENTRO (S-01) - 76980-235 - VILHENA - RONDÔNIA

ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
À CPE para que proceda a intimação do executado no endereço descrito no item 2, conforme determinado no despacho de ID. 90269915, via Oficial de Justiça.
Razão pela qual, deixo por ora de apreciar a intimação por edital formulada pelo exequente.
Intime-se. Cumpra-se.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível - e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7005908-19.2022.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Protocolado em: 20/06/2022
Valor da causa: R$ 44.491,92
AUTORES: PORTAL AUTO POSTO LTDA, AVENIDA CELSO MAZUTTI 6.491 SÃO PAULO - 76987-377 - VILHENA - RONDÔNIA, AUTO POSTO PORTAL DA AMAZONIA LTDA, AVENIDA CELSO MAZUTTI 6.491 SÃO PAULO - 76987-377 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: JONI FRANK UEDA, OAB nº RO5687, MARIA CAROLINA DE FREITAS ROSA FUZARO, OAB nº RO6125A, ANDRE COELHO JUNQUEIRA, OAB nº RO6485, RAFAELA CAVALCANTE CASTILHO, OAB nº RO12156
REU: DISTRIBUIDORA EQUADOR DE PRODUTOS DE PETROLEO LTDA, ÁREA RURAL s/n, GLEBA PORTOCHUELO, SALA 05, LOTE D ÁREA RURAL DE PORTO VELHO - 76834-899 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, RODOPETRO TRANSPORTES LTDA, BR 364 s/n, SALA 16 - CANDEIAS DO JAMARI ZONA RUAL - 76860-000 - CANDEIAS DO JAMARI - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Suspendo o processo por 30 (trinta) dias, conforme requerido pelo autor.
Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se a parte autora, na pessoa de seu procurador, para impulsionar o feito, em 05 (cinco) dias.
Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para dar prosseguimento ao feito, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito em substituição legal

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
7005285-18.2023.8.22.0014
Reconhecimento / Dissolução
AUTOR: TELMA CONCEICAO DA SILVEIRA DOURADO DA SILVA
ADVOGADOS DO AUTOR: ELISANGELA DE MOURA DOLOVETES, OAB nº RO8399, VITORIA SILVA PEREIRA, OAB nº RO12966
REU: THOMAZ DOURADO DA SILVA, THIAGO DOURADO DA SILVA
Despacho
Acolho a emenda da inicial.
Cuida-se de ação com pedido relacionado a provimento judicial declaratório de união estável, hipótese em que deve ser, a relação jurídica, provada, para que, então, se a declare o juízo com efeitos jurídicos, nos precisos termos do art. 1.723/1.727 do CCB.
In casu, não obstante tratar-se de pedido consensual, imprescindível se faz a confirmação do período de convivência do casal - início e término - por testemunhas.
Designo o dia 13/09/2023, às 11h para audiência.
Nos termos do artigo 455 do CPC, o patrono da parte deverá realizar a intimação das testemunhas arrolada, devendo juntar aos autos, com antecedência de pelo menos 3 dias da data da audiência, cópia da correspondência de intimação e do comprovante de recebimento.
A inércia na realização da intimação das testemunhas, importa desistência de sua inquirição (artigo 455, § 3º do NCPC).
Intimem-se. Expeça-se o necessário.
Vilhenasegunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
7005417-75.2023.8.22.0014
Monitória
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS DO AUTOR: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
REU: AGROCRED ENGENHARIA & AGRONEGOCIOS LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)

SENTENÇA
Trata-se de ação de Monitória ajuizada por Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Sul Rondoniense - Sicoob Credip contra Agrocred Engenharia & Agronegócios Ltda ambos qualificados nos autos.
Intimada para comprovar o recolhimento das custas iniciais, a parte autora quedou-se inerte.
É o relatório. Decido.
Nos termos do artigo 321 do CPC, verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 15 (quinze) dias.
Acerca da necessidade de pagamento das custas, dispõe o art. 82 do CPC:
Salvo as disposições concernentes à gratuidade da justiça, incumbe às partes prover as despesas dos atos que realizarem ou requererem no processo, antecipando-lhes o pagamento, desde o início até a sentença final ou, na execução, até a plena satisfação do direito reconhecido no título. [...]
A distribuição da inicial é ato judicial sujeito a preparo e não havendo o adiantamento das custas iniciais, a lei processual civil impõe o seu cancelamento. Vejamos:
Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias.
Diante disso, a conduta adotada pela parte autora autoriza o indeferimento da inicial, pelo não cumprimento da emenda, e o próprio cancelamento da distribuição, pelo não pagamento das custas.
Nesse sentido:
APELAÇÃO. AÇÃO REVISIONAL. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS INICIAIS. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO NA FORMA DO ART. 267, I E 257 DO CPC. CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO. INCONFORMISMO DA PARTE AUTORA QUE NÃO MERECE PROSPERAR. 1. Decisão de indeferimento do pedido de gratuidade de justiça que restou irrecorrida. Preclusão. 2. Autora que foi devidamente intimada através de seu patrono, pelo D.O., para recolhimento das custas devidas sob pena de cancelamento da distribuição, quedando-se inerte. 3. Ausência do regular recolhimento das despesas iniciais que constitui óbice ao desenvolvimento regular do processo. 4. O cancelamento da distribuição por ausência de pagamento das custas iniciais é regido pelo art. 257 do CPC, sem que haja, para isso, previsão legal de intimação pessoal do autor da demanda. Precedentes do STJ e desta Corte. 5. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (TJ-RJ - APL: 00436339320138190004 RJ 0043633-93.2013.8.19.0004, Relator: DES. MARCELO CASTRO ANATOCLES DA SILVA FERREIRA, Data de Julgamento: 28/01/2015, VIGÉSIMA TERCEIRA CAMARA CIVEL/ CONSUMIDOR, Data de Publicação: 30/01/2015 00:00)
Assim, a extinção do feito sem resolução do mérito e o cancelamento da distribuição são medidas que se impõem.
Face do exposto, considerando a inércia da parte autora em comprovar seu estado de hipossuficiência ou o pagamento das custas iniciais, indefiro a petição inicial e JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, inciso I, combinado com o artigo 321, parágrafo único, ambos do CPC.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Desde logo, cancele-se a distribuição (artigo 290, CPC).
Ressalto que se a parte propuser nova ação, não se aplica o disposto no artigo 286, II, do CPC, na medida em que o que induz a prevenção é a distribuição (artigo 59, CPC) e, com o seu cancelamento (artigo 290, CPC), a distribuição deve ocorrer por sorteio.
Vilhena, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
7004697-55.2016.8.22.0014
Nota Promissória, Correção Monetária
EXEQUENTE: SIMONE DA SILVA RODRIGUES
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: HELIO DANIEL DE FAVARE BAPTISTA, OAB nº RO4513A, TATIANE GUEDES CAVALLO BAPTISTA, OAB nº RO6835, LUCIANE BRANDALISE, OAB nº RO6073, WILSON LUIZ NEGRI, OAB nº RO3757A, JOVYLSON SOARES DE MOURA, OAB nº MT16896O, JETRO VASCONCELOS CARAPIA CANTO, OAB nº RO4956A
EXECUTADO: DELTON JAIR BERNARDI CERVI
ADVOGADO DO EXECUTADO: JOSEMARIO SECCO, OAB nº RO724A
DESPACHO
Suspendo o processo por 90 (noventa) dias.
Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se a parte autora, na pessoa de seu procurador, para impulsionar o feito, em cinco dias.
Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para dar prosseguimento ao feito, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível - e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7001557-08.2019.8.22.0014
Seguro

AUTOR: MARCELO BARBOSA DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO AUTOR: CEZAR BENEDITO VOLPI, OAB nº RO533A
REU: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S/A, MAPFRE VIDA S/A
ADVOGADOS DOS REU: PAULO EDUARDO PRADO, OAB nº RO4881, MAURICIO MARQUES DOMINGUES, OAB nº SP175513
Despacho
Procedo a expedição do ALVARÁ ELETRÔNICO na modalidade transferência diretamente para a conta do exequente.
Seguem as informações sintéticas do alvará eletrônico de autorização para transferência, como o beneficiário e os valores:
R$ 600,00 BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S/A 51990695000137 1541055 - 0 Sim Banco Bradesco S.A. (237) Ag.: 0001 C.: 262613-6 R$ 9.150,94 CEZAR BENEDITO VOLPI 08557837291 1541055 - 0 Sim Caixa Econômica Federal (104) Ag.: 1825 C.: 00055773-0 beneficiário deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação, conforme síntese supracitada.
Após, concluso para extinção.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7009151-68.2022.8.22.0014
Capacidade
REQUERENTES: MARIA DAS GRACAS RODRIGUES, LAURA CRISTINA DE OLIVEIRA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDOS: POLIANA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA, GERFINO ALVES DE SOUZA
Sentença
Trata-se de ação de curatela com pedido de curatela ajuizada por Maria das Graças Rodrigues em face de sua sobrinha Poliana Maria de Oliveira Souza, informando que sua sobrinha possui retardo metal, autismo, psicose e agressividade, o que o torna incapaz de reger os atos da vida civil. Pleiteia, portanto, sua nomeação como curadora. Juntou procuração e documentos.
Deferida a curatela provisória no Id 81243884.
Audiência de entrevista da interditanda no Id 83194309.
Manifestação ministerial no Id 92922067.
É o relatório. Decido.
A legitimidade da requerente é evidente, na forma do art. 747, II, do CPC, pois é tia materna da curatelanda.
A documentação apresentada na inicial, atestam que a curatelanda necessita do auxílio de sua tia, o que ficou demonstrado pelos documentos e laudo médico de Id 91926434, os quais demonstraram que não tem condições de ficar sozinha, que a torna incapaz de, sozinho, reger os atos da vida civil.
Diante desses elementos, é inegável reconhecer que necessita a requerida de adequada curatela para manutenção de seu bem-estar e gerência de seu patrimônio.
Face do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Maria das Graças Rodrigues, por via de consequência, NOMEIO-LHE curadora de Poliana Maria de Oliveira Souza, e JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC.
Do alcance da curatela.
1. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial (art. 85 da Lei n. 13.146/2015).
Consigna-se que eventuais bens da curatelada não poderão ser vendidos pela curadora, a não ser mediante autorização judicial (artigos 1.750 e 1.754, ambos do Código Civil).
Não poderá também a curadora contrair dívidas em nome da curatelanda, inclusive para abatimento direto em eventual benefício previdenciário, a não ser por expressa e específica autorização judicial (art. 1.748, I, do Código Civil).
Das autorizações ao curador e seus deveres.
2. Na forma do art. 755, I, do CPC/2015, fica AUTORIZADO a curadora a:
a) receber os vencimentos ou benefício previdenciário da curatelada, nos termos do art. 1.747, II, do Código Civil. Outros valores que não aqueles (vencimentos e benefícios previdenciários), deverão ser depositados em conta poupança, somente movimentável mediante alvará judicial, bem como a curadora deverá prestar contas dos valores recebidos e gastos com o curetalado em juízo;
b) representar o curatelado em órgãos administrativos e judiciais, em qualquer justiça e instância, para preservação de seu direito, sendo que qualquer valor recebido em ação administrativa ou judicial deverá ser depositado em conta poupança, igualmente movimentável mediante alvará judicial;
c) gerenciar eventuais bens móveis e imóveis do curatelado, vedando-se emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração (art. 1.782 do Código Civil).
Outras situações particulares deverão ser reclamadas de forma individualizada e em ação oportuna.
Todos os valores somente poderão ser utilizados em benefício exclusivo da curatelada, lembrando que a qualquer instante poderá o curador ser instado para prestação de contas, pelo que deverá ter cuidado no armazenamento de notas, recibos, comprovantes etc.
3. Intime-se a curadora para, em 5 (cinco) dias, comparecerem a este Juízo para assinatura do termo, não se olvidando de prestar contas anuais de sua administração, na forma do art. 84, § 4º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência.
4. Na forma do art. 755, § 3º, do CPC, publique-se esta sentença por três vezes no Diário da Justiça, com intervalo de 10 (dez) dias.
Sem custas.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Transitada em julgado, arquivem-se os autos.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7001287-42.2023.8.22.0014
Fixação
AUTORES: J. C. F. D. A., I. A. N.
ADVOGADO DOS AUTORES: MARIA LUIZA DE JESUS FEITOSA, OAB nº RO8990
REU: I. N.
Sentença
I - RELATÓRIO
I. A. N. ingressou com ação de alimentos contra I. N., alegando que o requerido é seu genitor e não vem prestando auxílio com regularidade. Relata que quem sempre prestou auxílio foram seus avós maternos e sua genitora. Disse que o único valor enviado pelo requerido é de R$ 200,00. Requereu alimentos no importe de 80% do salário-mínimo mensais e contratação de plano de saúde. Junta documentos.
Foi arbitrado alimentos provisórios no Id 87059045.
Audiência de tentativa de conciliação no Id 89528792, restou prejudicada
A requerida apresentou contestação no Id 90163243, alegando em síntese que não possui condições de arcar com os valores requeridos pela autora, uma vez que tem novo matrimônio. Ofertou pensão alimentícia no valor de R$ 250,00. Pugna pela improcedência da ação.
Impugnação à contestação no Id 91096896.
Manifestação ministerial no Id 91718191.
Despacho saneador no Id 92173711.
A parte autora informa que não tem provas para produzir (Id 92221760) e o requerido faz juntada de documentos (Id 92536824).
II - FUNDAMENTAÇÃO
A ação se resume à pretensão da autora em ver arbitrado a pensão alimentícia em seu favor em 80% do salário-mínimo.
No que tange aos alimentos necessários se fazer algumas considerações.
O sistema jurídico vigente consagrou que o dever de prestar alimentos é uma obrigação personalíssima que o alimentante, em razão de parentesco, deve ao alimentando. Esse dever, portanto, pautase no princípio da solidariedade familiar, e visa garantir ao parente os meios viáveis à sua subsistência, caso esteja impossibilitado de produzir recursos materiais mínimos com esforço próprio, seja em razão da idade avançada, doença, falta de trabalho ou qualquer outro tipo de incapacidade.
A obrigação de sustentar os filhos é de ambos os pais, porém no caso nos autos a genitora afirma não tem condições de arcar com todas as despesas sozinha.
Assim, neste diapasão, levando em consideração a necessidade/possibilidade das partes quanto à obrigação alimentar, arbitro os alimentos em 37,87% do salário-mínimo.
III – DISPOSITIVO
Face do exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, para condenar o genitor Israel Novak ao pagamento de pensão alimentícia em 37,87% salário-mínimo vigente, o qual deve ser reajustado de acordo com o salário-mínimo vigente, devendo ser pagos até do dia 30 de cada mês. Deverá arcar ainda com 50% das despesas extraordinárias, tais como consulta médica, medicamentos, despesas odontológicas, mediante recibo.
Condeno o réu ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da causa, ressalvados os benefícios gratuidade processual.
Em caso de recurso, intime-se a parte recorrida para contrarrazoar no prazo legal. Após, remetam-se os autos ao Juízo ad quem, independentemente de nova conclusão.
Transitada em julgada, sem requerimentos, arquive-se.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
0001435-32.2010.8.22.0014
Liquidação
EXEQUENTE: EDELCIO VIEIRA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA, OAB nº RO3046, EDELCIO VIEIRA, OAB nº RO551A
EXECUTADOS: RUTTMANN & FILHOS LTDA, DORVAL RUTTMANN, VALMOR RUTTMANN, VALDEMAR RUTTMANN, EBERHART ERICH RUTTMANN, LORIVALDO RENATO RUTTMANN
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: RAFAEL ENDRIGO DE FREITAS FERRI, OAB nº RO2832A
SENTENÇA
Tratam os autos de Cumprimento de Sentença em que é autor EDELCIO VIEIRAem face de RUTTMANN & FILHOS LTDA, DORVAL RUTTMANN, VALMOR RUTTMANN, VALDEMAR RUTTMANN, EBERHART ERICH RUTTMANN, LORIVALDO RENATO RUTTMANN, fundada em Título Executivo Judicial.
Este cumprimento de sentença vem tramitando sem êxito na busca de bens ou valores para a satisfação do débito.
Diante do prazo transcorrido, bem como da não localização de qualquer patrimônio do devedor, foram as partes intimadas para se manifestarem sobre o instituto da prescrição intercorrente.

Vieram os autos conclusos.
É o relatório.
Decido.
O fundamento e a autoridade da prescrição repousam na necessidade de que o litígio tenha um fim, que a estabilidade e a paz sociais se restabeleçam, que a lide não se perpetue indefinida no tempo.
A prescrição consta nos arts. 189 a 206 do Código Civil Brasileiro, tendo o Código adotado a tese da prescrição da pretensão. Conforme art. 189 "Violado o direito nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206". Isto é, se o titular do direito permanecer inerte, tem como punição a perda da pretensão que teria pela via judicial.
O Supremo Tribunal Federal editou a súmula 150, segundo a qual: "Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação". Contudo, é preciso distinguir os momentos processuais em que pode ocorrer a prescrição da pretensão executória.
Esta execução vem tramitando sem êxito na busca de bens ou valores para a satisfação do débito.
O CPC de 2015 inovou descrevendo expressamente as hipóteses de prescrição intercorrente em seu artigo 921:
Art. 921. Suspende-se a execução:
(…)
III - quando o executado não possuir bens penhoráveis;
§ 1º Na hipótese do inciso III, o juiz suspenderá a execução pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição.
§ 2º Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos.
§ 3º Os autos serão desarquivados para prosseguimento da execução se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis.
§ 4º Decorrido o prazo de que trata o § 1º sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente.
§ 5º O juiz, depois de ouvidas as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição de que trata o § 4º e extinguir o processo.
No que toca ao §4º do citado dispositivo, a melhor interpretação deve ser feita em conjunto com o inciso III, ou seja, o prazo da prescrição intercorrente se inicia após 01 ano da suspensão, salvo manifestação da parte credora que se mostre eficaz na busca de bens penhoráveis.
Assim, diligências ineficazes na busca de bens ou valores não interrompem o prazo prescricional, nos termos da jurisprudência já pacificada nas execuções fiscais, aplicável também às execuções privadas.
Face do exposto, RECONHEÇO a prescrição intercorrente nos termos dos artigos 921, parágrafo 5º e 487, II do CPC. Por consequência, declaro EXTINTO a execução nos termos do artigo 924, inciso V do CPC.
Sem custas finais e honorários.
Intimem-se.
Liberei a restrição de bens no Renajud, consoante extrato ora anexado.
Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7001321-51.2022.8.22.0014
Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito
AUTOR: OTAVIO AUGUSTO BEZERRA DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: GUILHERME SCHUMANN ANSELMO, OAB nº RO9427
REU: RICARDO MOURA ALBINO
ADVOGADO DO REU: LEANDRO ANGELO SILVA LIMA, OAB nº SP261062
Valor do débito: 7.916,79
DESPACHO
Proceda-se a alteração da classe nos termos do artigo 523 do CPC.
Intime-se o devedor, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida, bem como as custas processuais, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios em 10%.
Transcorrido o prazo de quinze dias, sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de quinze dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (artigo 525, CPC).
Vilhena,segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Processo : 7006607-44.2021.8.22.0014
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: ESTILO DA MODA LTDA - EPP
Advogado do(a) AUTOR: RAYANNA DE SOUZA LOUZADA NEVES - RO0005349A
REU: FRANCINETE ALVES AUGUSTO
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
0008381-49.2012.8.22.0014
Liquidação, Cumprimento Provisório de Sentença
EXEQUENTE: NEUSA TERESINHA VIEIRA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO, OAB nº RO3249
EXECUTADO: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADOS DO EXECUTADO: JOSE CARLOS LEITE JUNIOR, OAB nº RO4516, CAROLINE CARRANZA FERNANDES, OAB nº RO1915, EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS, OAB nº PR24498
DESPACHO
1) Há valores de depósito judicial que por não ser possível sua entrega à parte foram direcionados à conta centralizadora deste tribunal, dessa sorte, diante da possibilidade de entrega atual à parte, ante seu comparecimento e informações prestadas, dá-se início ao procedimento para resgatar os valores da conta centralizadora para retornarem a conta vinculada a este processo.
Abaixo ofício à Presidência solicitando providências.
2) Ofício Gab - 4ª Vara Cível
Vilhena, 17/07/2023.
A Sua Excelência o Senhor
Des. Presidente Marcos Alaor Diniz Gragreia
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Porto Velho - RO
Assunto: Devolução de valores direcionados à conta centralizadora proc. 0008381-49.2012.8.22.0014
Excelentíssimo Desembargador,
Observando-se o procedimento para reaver valores anteriormente direcionados à conta centralizadora, orientado pelo Ofício Circular 060/2011-DIVAD/ DECOR/CG, no sentido que a devolução somente seja operada por meio de autorização/determinação do Presidente do Tribunal de Justiça deste Estado, solicita-se a restituição de valores, referentes ao seguintes dados:
a) número do processo ao depósito vinculado: 0008381-49.2012.8.22.0014
b) número do alvará de transferência para a conta centralizadora:
c) data em que foi efetivada a transferência: 19/06/2023
d) valor transferido: 26.362,30
e) número da conta judicial de origem: 1825/040/01512411-5
f) parte autora: EXEQUENTE: NEUSA TERESINHA VIEIRA
g) parte ré: EXECUTADO: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO
h) dados da parte beneficiária com o CPF/CNPJ: 01.701.201/001-89
Vindo informação de devolução de valores da conta centralizadora para conta deste processo, será expedido o necessário para sua entrega ao beneficiário.
Respeitosamente.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
0007121-34.2012.8.22.0014
Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: DANIELE GURGEL DO AMARAL, OAB nº RO1221, GILBERTO SILVA BOMFIM, OAB nº RO1727, MARCELO LONGO DE OLIVEIRA, OAB nº RO1096, MONAMARES GOMES, OAB nº RO903A
EXECUTADOS: MARCOS ANTONIO PAVELEGINI, ODETE REGINA DANDOLINI PAVELEGINI, MAP TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA - ME
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: CARLA FALCAO SANTORO, OAB nº MG76571B, PRISCILA SAGRADO UCHIDA, OAB nº RO5255
DESPACHO
Diante do ofício do TRT de Pimenta Bueno-RO (autos n. 000599-23.2016.14.0111), suspendo as hastas públicas designadas nos autos (chácara n. 28, setor 51, nesta cidade).
Intime-se com urgência a leiloeira sobre a suspensão das hastas públicas.
Intimem-se as partes para manifestar em cinco dias.
Decorrido o prazo sem manifestação, voltem os autos conclusos.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
email: cpe4civvil@tjro.jus.br

7002367-41.2023.8.22.0014
Capitalização / Anatocismo
AUTOR: PAULO ALVES RODRIGUES
ADVOGADOS DO AUTOR: JOSSERRAND MASSIMO VOLPON, OAB nº DF34281, MARYNA REZENDE DIAS FEITOSA, OAB nº GO51657
REU: Banco Bradesco Financiamentos S.A
ADVOGADOS DO REU: CARLA PASSOS MELHADO, OAB nº RO187329, BRADESCO
SENTENÇA
I – RELATÓRIO
Paulo Alves Rodrigues ajuizou ação revisional contratual contra Banco Bradesco Financiamento S/A, alegando que celebrou contrato com o requerido para aquisição do veículo em 14/11/2022 realizando financiamento no valor de R$ 16.500,00, para pagamento em 48 parcelas no valor de R$ 656,62.
Disse que o requerido está cobrando juros acima do pactuado, com juros cumulados, representando onerosidade excessiva ao consumidor. Requereu que a ação seja julgada totalmente procedente, modificando as taxas abusivas praticadas. Juntou procuração e documentos.
Indeferida a tutela no Id 88965776.
O requerido foi citado e apresentou defesa no Id 89733931, arguindo inépcia da inicial, impugnação a gratuidade processual e da necessidade de revogação da tutela. No mérito afirma que não há abusividade dos juros remuneratórios, bem como afirma que é legal os encargos moratórios do contrato de financiamento e incabível os danos morais. Pugna pela improcedência.
Impugnação à contestação no Id 92650113.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Trata-se de pedido de revisão de cláusulas contratuais de contrato de empréstimo com pedido de compensação de valor pago a maior.
O autor alegou que o banco requerido está cobrando juros acima dos índices constantes no contrato.
Conforme preceitua o Código de Defesa do Consumidor, é perfeitamente possível a revisão de toda uma relação jurídica mantida pelas partes, para constatar se houve alguma irregularidade ou ilegalidade nos contratos e aditivos, desde que efetivamente demonstrados.
Segue jurisprudência:
"Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL. NOTA DE CRÉDITO COMERCIAL. (...) APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Tratando-se de relação jurídica mantida entre instituição financeira e cliente, em que este se utiliza dos serviços prestados como destinatário final, plenamente aplicáveis as normas do Código de Defesa do Consumidor (art. 2º do CDC). (...) (Apelação Cível Nº 70040700221, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Celso Dal Pra, Julgado em 28/04/2011)"
É permitida a capitalização de juros pelas instituições bancárias, desde que expressamente pactuada, o que por si só não configura ilegal ou abusiva. Neste caso concreto, constou expressamente na Cédula de Crédito Bancário a contração de juros ao mês prefixados e capitalizados.
Segue jurisprudência do TJ/DF e STJ:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N.211/STJ. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. POSSIBILIDADE. SÚMULA N. 83/STJ. TABELA PRICE. REAVALIAÇÃO DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. A ausência do exame da matéria pelo Tribunal de origem obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, incidindo a Súmula n. 211/STJ. 2. É permitida a capitalização de juros nas cédulas de crédito bancário, desde que expressamente pactuada. 3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem incursão no contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ. 4. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu que a Tabela Price não foi utilizada. Alterar esse entendimento demandaria a análise do contrato e das provas produzidas, circunstância que atrai o óbice das Súmulas n. 5 e 7 do STJ. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg nos EDcl no AREsp 116.564/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 11/03/2014, DJe 25/03/2014).
Da capitalização de juros
A Medida Provisória nº 2.170-36/2001 (art. 5º) - reedição da Medida provisória nº 1963-17/2000, de 31/03/2000 - e a Medida Provisória nº 2.172-32 (art. 4º) estabelecem que as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional estão autorizadas a capitalizar juros com periodicidade inferior a um ano - tal é cabível desde que o pacto tenha sido firmado após 31/03/2000 e haja previsão contratual nesse sentido -, o que não restou afastado com o advento da Lei n. 10.406/2002, descabendo também aplicar-se, em casos como o presente, a Lei de Usura ou a Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal.
Outrossim, a respeito da alegada inconstitucionalidade na Medida Provisória n. 2.170-36/2001, tal diverge da orientação traçada pelo E. Supremo Tribunal Federal ao apreciar o Recurso Extraordinário n. 592.377/RS, com repercussão geral reconhecida, cujo acórdão vem assim ementado:
CONSTITUCIONAL. ART. 5º DA MP 2.170/01. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS COM PERIODICIDADE INFERIOR A UM ANO. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA EDIÇÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA. SINDICABILIDADE PELO
PODER JUDICIÁRIO. ESCRUTÍNIO ESTRITO. AUSÊNCIA, NO CASO, DE ELEMENTOS SUFICIENTES PARA NEGÁ-LOS. RECURSO PROVIDO. 1. A jurisprudência da Suprema Corte está consolidada no sentido de que, conquanto os pressupostos para a edição de medidas provisórias se exponham ao controle judicial, o escrutínio a ser feito neste particular tem domínio estrito, justificando-se a invalidação da iniciativa presidencial apenas quando atestada a inexistência cabal de relevância e de urgência. 2. Não se pode negar que o tema tratado pelo art. 5º da MP 2.170/01 é relevante, porquanto o tratamento normativo dos juros é matéria extremamente sensível para a estruturação do sistema bancário, e, consequentemente, para assegurar estabilidade à dinâmica da vida econômica do país. 3. Por outro lado, a urgência para a edição do ato também não pode ser rechaçada, ainda mais em se considerando que, para tal, seria indispensável fazer juízo sobre a realidade econômica existente à época, ou seja, há quinze anos passados. 4. Recurso extraordinário provido. (RE 592377, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 04/02/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-055 DIVULG 19-03-2015 PUBLIC 20-03-2015)
Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. Código de Defesa do Consumidor. Aplicável às operações de concessão de crédito e financiamento. Súmula n. 297 do STJ. Juros remuneratórios. São abusivos apenas se

fixados em valor expressivamente superior à taxa média do mercado divulgada pelo BACEN para o período da contratação (REsp n. 1.061.530/RS). Capitalização de juros. Possibilidade de incidência de capitalização de juros em periodicidade inferior à anual após a edição da Medida Provisória n. 2.170-36/2001 (art. 5º), presente inclusive o RE n. 592.377/RS, com repercussão geral reconhecida. A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada. - REsp n. 973.827/RS. Da mora contratual. Sua descaracterização depende do reconhecimento de abusividade em encargo(s) previsto(s) para o período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização de juros). Compensação e/ou repetição simples. Cabível caso verificada a cobrança de valores indevidos. Do prequestionamento. Desnecessária a indicação expressa de todos os fundamentos legais eventualmente incidentes no caso, sendo suficiente prequestionamento implícito. APELO DO AUTOR IMPROVIDO. APELO DO RÉU PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70080389505, Décima Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Miriam A. Fernandes, Julgado em 01/02/2019)

No caso concreto, considerando que o contrato foi firmado com a instituição financeira após 31/03/2000, bem como há expressa previsão no instrumento contratual de capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano, restando evidenciada a legitimidade de sua cobrança - a previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada, demonstrando haver capitalização com periodicidade inferior a um ano, pois a taxa anual supera a mera soma de doze taxas mensais, restando assim mantida a capitalização de juros remuneratórios contratada

Dos juros remuneratórios

Como é sabido, em se tratando a credora de instituição financeira, a pactuação de juros remuneratórios em taxa superior a 12% ao ano somente se revela abusiva se comprovado, inequivocamente, que a taxa avençada excede à média de mercado.

Em outras palavras, a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade (Súmula 382, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/05/2009, DJe 08/06/2009).

Com efeito, as instituições financeiras não se sujeitam à limitação imposta pela Lei de Usura.

Nesse sentido, dispõe o enunciado nº 596 da Súmula do STF que as disposições do Decreto nº 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas que integram o Sistema Financeiro Nacional.

Descartados índices ou taxas fixos, é razoável que os instrumentos para aferição da abusividade sejam buscados no próprio mercado financeiro.

A taxa média apresenta vantagens porque é calculada segundo as informações prestadas por diversas instituições financeiras e, por isso, representa as forças do mercado. Ademais, traz embutida em si o custo médio das instituições financeiras e seu lucro médio, ou seja, um \'spread\' médio. É certo, ainda, que o cálculo da taxa média não é completo, na medida em que não abrange todas as modalidades de concessão de crédito, mas, sem dúvida, presta-se como parâmetro de tendência das taxas de juros. Assim, dentro do universo regulatório atual, a taxa média constitui o melhor parâmetro para a elaboração de um juízo sobre abusividade.

No caso dos autos, o autor contratou o crédito bancário em 11/10/2022 com taxa de juros mensal de 2,07%, com custo efetivo total anual de 27,89, sendo que não comprovou que tal taxa está acima da média do mercado aplicada à época.

Por esse motivo é de ser afastada a pretensão de revisão da parte autora.

Custo de Registro/ Serviços de terceiros

Quanto à cobrança da tarifa de registro de contrato, trata-se, em rigor, de exigência prevista na legislação civil (art. 1.361 do Código Civil) e na regulação de trânsito (Resolução-CONTRAN nº 320, de 5 de junho de 2009), que em se tratando de contrato de alienação fiduciária, mostra-se plenamente possível e necessária para a formalização do pacto.

A 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu, em recurso repetitivo n 1.578.553, que os bancos podem incluir em seus contratos despesas com serviços prestados por terceiros – como avaliação do bem financiado. Porém, acrescentaram os ministros que os valores terão que ser devolvidos se houver “excessiva onerosidade” ou os serviços não forem prestados.

AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO BANCÁRIO. TARIFA DE REGISTRO DE CONTRATO. LEGALIDADE. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ONEROSIDADE EXCESSIVA. AUSÊNCIA. TEMA 958/STJ. Segundo o STJ, é valida a cláusula que prevê o ressarcimento de despesa com o registro do contrato, ressalvadas as hipóteses de abusividade da cobrança por serviço não efetivamente prestado e a possibilidade de controle da onerosidade excessiva, o que não se verificou no presente caso. (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7008124-05.2017.822.0021, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, Data de julgamento: 04/09/2019)

Neste sentido, não há nos autos qualquer comprovação da instituição financeira quanto aos referidos gastos, a legalidade da cobrança de custos com serviços de terceiro somente seria possível se fosse expressamente especificado no contrato a quais serviços se vinculam, bem como houvesse a devida comprovação da sua realização, o que vai de encontro com o princípio da informação, constante no art. 6º, III e art. 52, ambos do CDC. Na mesma linha:

APELAÇÃO CÍVEL. REVISIONAL DE CONTRATO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. TARIFA DE CADASTRO. SERVIÇOS DE TERCEIROS. REGISTRO DE CONTRATO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO. MÁ-FÉ NÃO COMPROVADA. A tarifa de cadastro quando contratada é válida e somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira. A cobrança de ressarcimento de serviços prestados por terceiros, sem a especificação do serviço a ser efetivamente prestado, é abusiva. É abusiva a cobrança de despesa de registro do contrato quando não for comprovado que o serviço foi prestado. A restituição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, pressupõe tanto a existência de pagamento indevido quanto a má-fé do credor, e nesse viés, considerando que os encargos cobrados foram objeto de acirrada controvérsia judicial, não se vislumbra má-fé a justificar a repetição em dobro. (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7012697-83.2016.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Juiz Rinaldo Forti da Silva, Data de julgamento: 08/10/2019)

Portando, reconheço a abusividade da cobrança da referida tarifa.

Tarifa de avaliação

Nos autos do Recurso Especial paradigma nº 1.578.553/SP, o egrégio Superior Tribunal de Justiça consolidou o posicionamento acerca das tarifas de avaliação do bem e registro de contrato. A tese foi fixada nos seguintes termos:

“2. TESES FIXADAS PARA OS FINS DO ART. 1.040 DO CPC/2015:

[...]

2.3. Validade da tarifa de avaliação do bem dado em garantia, bem como da cláusula que prevê o ressarcimento de despesa com o registro do contrato, ressalvadas a: 2.3.1. abusividade da cobrança por serviço não efetivamente prestado; e a 2.3.2. possibilidade de controle da onerosidade excessiva, em cada caso concreto”.

Acerca da tarifa de avaliação, considerando que a instituição financeira não demonstrou a efetiva realização do serviço, acolho o pedido de irregularidade quanto ao serviço
Neste sentido:
EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO CONSTATADA - APELAÇÃO INTERPOSTA PELO BANCO - TARIFA DE AVALIAÇÃO DO BEM - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO - RECURSO IMPROVIDO. Nos termos do artigo 1.022, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, ou for omitido ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o juiz ou tribunal. No que se refere à tarifa de avaliação do bem, o Superior Tribunal de Justiça ao julgar o Recurso Especial nº 1.578.553/SP, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, declarou lícita, ressalvada a abusividade da cobrança por serviço não efetivamente prestado. Conforme redação do art. 435, do CPC, somente será admitida a juntada posterior de documentos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos após a sua articulação, ou mesmo quando restar demonstrado o motivo impeditivo de sua juntada, em momento anterior. Inexistindo prova de que o serviço de avaliação do bem tenha sido efetivamente prestado, reputa-se abusiva a sua cobrança. (TJ-MG - ED: 10000204936926002 MG, Relator: Maria das Graças Rocha Santos, Data de Julgamento: 11/02/2021, Câmaras Cíveis / 13ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 11/02/2021)
II – DISPOSITIVO
Face do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial movido por Paulo Alves Rodrigues contra Banco Bradesco Financiamentos S/A, para declarar a ilegalidade da cobrança da taxa de avaliação e custo de registro e condenar o requerido a restituição simples no valor de R$ 589,25 (quinhentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e o valor de R$ 510,35 (quinhentos e dez reais e trinta e cinco centavos), atualizado desde o desembolso e juros de 1% a partir da citação e julgo extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.
Considerando que o requerido decaiu em parte ínfima, condeno o requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor dado a causa, ressalvados os benefícios da gratuidade processual.
Em caso de recurso, intime-se a parte recorrida para contrarrazoar no prazo legal. Após, remetam-se os autos ao Juízo ad quem, independentemente de nova conclusão.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
Autos n. 7000020-74.2019.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Protocolado em: 03/01/2019
Valor da causa: R$ 5.028,82
EXEQUENTE: A.M.C. DE SOUZA & CIA LTDA - EPP, AVENIDA EDINALDO LUCIANO DA SILVA 2089 BODANESE - 76981-082 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ESTEVAN SOLETTI, OAB nº RO3702A
EXECUTADO: M K C TRANSPORTES DE CARGAS LTDA, RUA TREZENTOS E QUARENTA E CINCO 55 PARQUE INDUSTRIAL TANCREDO NEVES - 76987-858 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Compulsando os autos, verifico que a parte exequente/autora requereu a expedição de ofício à IDARON para que informe quanto a existência de semoventes cadastrados em nome do(a) executado(a), bem como procedeu ao recolhimento das custas respectivas. Assim, considerando que:
(i) incumbe à parte exequente diligenciar em busca de bens da parte executada servíveis à satisfação do crédito;
(ii) referida informação não é fornecida pela IDARON diretamente à parte credora; e
(iii) a expedição de ofício do juízo diretamente à Agência de Defesa Sanitária implica em prática de diversos atos de cartório e no retardamento do feito, bem como em prejuízo ao bom andamento dos demais processos.
DEFIRO a expedição de ofício, autorizando a IDARON a fornecer, diretamente ao advogado da parte credora, relatório com o saldo de semoventes registrados em nome do executado M K C TRANSPORTES DE CARGAS LTDA., CNPJ n. 06.976.496/0001-10, suas espécies, suas marcas e seus sinais distintivos, bem como a localização de animais, se houver, no prazo de 15 dias contados do recebimento do ofício.
Por economia e celeridade processual, via desta Decisão servirá de ofício, cabendo à parte credora imprimi-la e apresentá-la ao IDARON, dentro do prazo de validade de 15 dias.
Registre-se que o ofício não confere ao seu portador qualquer preferência de atendimento ou isenção de eventuais taxas ou custas de qualquer natureza, as quais, havendo, ficam a cargo da parte interessada na aludida informação.
No prazo de 30 dias da presente Decisão, deverá a parte exequente/requerente manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito, apresentando cálculo atualizado do débito, bem como resultado da diligência realizada junto ao IDARON.
Se requerida a penhora de semoventes e tendo o pedido sido instruído pelo relatório da IDARON, desde logo DEFIRO, cabendo à CPE a expedição do competente mandado de penhora, avaliação e intimação, independente de nova conclusão.
Se as informações foram negativas, deverá a parte exequente indicar bens passíveis de penhora, sob pena de suspensão do feito, com fulcro no art. 921, III, do CPC.
VIA DESTE SERVE DE OFÍCIO.
Pratique-se o necessário.
Cumpra-se.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7001121-20.2017.8.22.0014
Duplicata
EXEQUENTE: CHARLENE PNEUS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: GREICIS ANDRE BIAZUSSI, OAB nº RO1542A
EXECUTADO: LUCIANO DE ALMEIDA SANTOS
ADVOGADO DO EXECUTADO: DENNS DEIVY SOUZA GARATE, OAB nº RO4396A
DESPACHO
Suspendo o processo por 60 (sessenta) dias.
Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se a parte autora, na pessoa de seu procurador, para impulsionar o feito, em cinco dias.
Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para dar prosseguimento ao feito, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7003025-41.2018.8.22.0014
Guarda
EXEQUENTE: E. A. D. S.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXECUTADO: L. L.
Endereço: Rua Cento e Dois, n. 2348, bairro Moyses de Freitas, Vilhena-RO, CEP 76982-624
DESPACHO
Intime-se pessoalmente L. L., para no prazo de 15 dias, cumprir a sentença em relação as visitas, ou seja, que o exequente realize as visitas em finais de semana alternados, preferencialmente aos domingos.
Serve como carta/mandado.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7001347-49.2022.8.22.0014
Inventário e Partilha
REQUERENTES: ANNA BEATRIZ CASPRECHEN GOMES, JOAO VICTOR CASPRECHEN GOMES, NAYARA ALVES CASPRECHEN
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: EDUARDO LOBIANCO DOS SANTOS, OAB nº RO11773, MARIO CESAR TORRES MENDES, OAB nº RO2305
INVENTARIADOS: ARIEL PEREIRA GOMES, LUIS HENRIQUE PINOW CAMINI GOMES
Despacho
Intime-se a inventariante para atender a cota ministerial de Id 92018042.
Prazo de quinze dias.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7004667-44.2021.8.22.0014
ISS/ Imposto sobre Serviços
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE VILHENA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
EXECUTADOS: LAUDICEIA SILVA DE OLIVEIRA RAFUL, OLIVEIRA E RAFUL LTDA - ME
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: RAFAEL CUNHA RAFUL, OAB nº RO4896A
DESPACHO
De início, cumpre mencionar que não há valores bloqueados nos autos.
O pedido de parcelamento ou adesão ao REFIS deve ser realizado diretamente na Secretária de Fazenda Municipal, e não nos autos.
Assim, intimem-se o executados para, querendo, pleitear pelo parcelamento com o exequente.
Após, intime-se o exequente para requerer o que de direito, no prazo de cinco dias.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7002745-36.2019.8.22.0014
Cartão de Crédito
AUTOR: ELIZABETE TEREZINHA SIMINHUK
ADVOGADO DO AUTOR: RENILDA OLIVEIRA FERREIRA, OAB nº RO7559
REU: ROSELITO DIAS DO NASCIMENTO
ADVOGADO DO REU: JOSE EUDES ALVES PEREIRA, OAB nº RO2897A
Valor do débito: 6.586,17
DESPACHO
Proceda-se a alteração da classe nos termos do artigo 523 do CPC.
Intime-se o devedor, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida, bem como as custas processuais, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios em 10%.
Transcorrido o prazo de quinze dias, sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de quinze dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (artigo 525, CPC).
Vilhena,segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível - e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7006878-82.2023.8.22.0014
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Protocolado em: 14/07/2023
Valor da causa: R$ 20.752,86
AUTOR: B. B. F. S., , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ROSANGELA DA ROSA CORREA, OAB nº AC5398, BRADESCO
REU: S. B. D. S. P. S., AVENIDA QUINZE DE NOVEMBRO 1611 SÃO JOSÉ - 76980-339 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Intime-se a parte autora, via seu advogado, para emendar a peça inicial, juntando o comprovante de recolhimento das custas processuais iniciais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de extinção (art. 321, do CPC).
Decorrido o prazo, voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
7001199-77.2018.8.22.0014
Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: SILVANE SECAGNO, OAB nº RO5020, RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO, OAB nº RO3249
EXECUTADOS: SHIRLEY APARECIDA SANTOS MOREIRA - ME, SHIRLEY APARECIDA SANTOS MOREIRA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: SAMUEL RIBEIRO MAZURECHEN, OAB nº RO4461A
DESPACHO
Suspendo o processo por 30 (trinta) dias.
Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se a parte autora, na pessoa de seu procurador, para impulsionar o feito, em cinco dias.
Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para dar prosseguimento ao feito, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.
Vilhena, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Paulo Juliano Roso Teixeira
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7004671-13.2023.8.22.0014
Indenização do Prejuízo
AUTORES: VANDERLEY RAMOS DE ALMEIDA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: KENNIO FREIRE PESSOA
Endereço: Rua Vilas Lobos, n. 221, bairro Seringal, Pimenta Bueno-RO, podendo também ser localizado no SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

DESPACHO
Proceda-se a citação e intimação do requerido no endereço indicado pela parte autora.
Designo audiência de tentativa de conciliação o 29/09/2023, às 8h30mim, por sistema de videoconferência (meet.google), a ser realizada pelo NUCOMED (Núcleo de Conciliação e Mediação).
"As partes/advogados deverão informar no processo os contatos telefônico e email para participação da solenidade com antecedência mínima de cinco dias antes da data agendada para audiência de conciliação.
Segue o link de acesso ao meet.google: meet.google.com/roy-kcgt-dkv
Se porventura o autor não possuir o telefone da parte contrária, o Oficial de Justiça responsável pelo cumprimento do mandado deverá, quando do cumprimento deste mandado, colher as referidas informações com o requerido.
Cite-se e intime-se o requerido, com antecedência mínima de vinte dias da solenidade. Caso o requerido não tenha interesse na autocomposição, deverá informar o juízo, por petição, com dez dias de antecedência, contados da data da audiência designada, bem como seu prazo de defesa começa contar da data do protocolo do pedido de cancelamento.
Não havendo acordo, o réu poderá apresentar contestação no prazo de quinze dias, cujo prazo terá início se infrutífera a conciliação, sob pena de revelia.
Ficam as partes advertidas que, o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.
Intimem-se as partes."
Servirá esta decisão como mandado/carta/carta precatória de citação e intimação para audiência de conciliação.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7006902-13.2023.8.22.0014
Remissão das Dívidas
AUTOR: ASSOCIACAO DOS PROPRIETARIOS DE CAMINHOES DO NORTE
ADVOGADO DO AUTOR: FERNANDO CESAR VOLPINI, OAB nº RO610A
REU: SABOR DO NORTE LTDA
Despacho
Intime-se a parte autora, via seu advogado, para emendar a peça inicial, juntando o comprovante de recolhimento das custas processuais iniciais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de extinção (art. 321, do CPC).
Decorrido o prazo, voltem os autos conclusos.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
7006910-87.2023.8.22.0014
Execução de Título Judicial - CEJUSC
Nota Promissória
EXEQUENTE: VITOR PAULO GERHARDT
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JUAN GABRIEL WOLL DAVILA, OAB nº RO12819
EXECUTADO: MARCOS ANTONIO FERREIRA
R$ 22.631,16
DESPACHO
INTIME-SE a parte autora para apresentar o comprovante de pagamento das custas processuais ou, na hipótese de insistir quanto a hipossuficiência, juntar outros documentos que a demonstrem, a fim de que este Juízo possa melhor aferir tal alegação.
Cumpre ressaltar que há dúvidas quanto a hipossuficiência econômica alegada e, portanto, como é dever do magistrado velar pela veracidade das informações constantes nos autos, a parte autora deverá atestar a pobreza arguida.
Em tempo, a concessão dos benefícios da justiça gratuita, outrora regulamentada no art. 4º da Lei 1.060/50, agora encontra respaldo no Capítulo II, Seção IV do CPC, especificamente em seu art. 98, o qual prescreve que: "A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagaras custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei".
Ocorre que o art. 99, § 3 do mesmo Códice estabelece que a alegação de insuficiência presume-se como verdadeira, entretanto, tal presunção não é absoluta, já que segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, esta declaração, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo prova em contrário.
Nesse sentido: REsp 1187633/MS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, 2ª Turma, julgado em 06/05/2010, DJe 17/05/2010; AgRg no REsp 712.607/RS, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), 6ª Turma, julgado em 19/11/2009, DJe 07/12/2009; entre outros.
Entretanto, o § 2º do art. 99 do mesmo Diploma Legal assevera que o juiz "somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade", sendo que tal comando também é acolhido pelo Superior Tribunal de Justiça, ao declarar que "o pedido de assistência judiciária gratuita pode ser indeferido quando o magistrado tiver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado" (AgRg no Ag 881.512/RJ, Rel. Mi-

nistro CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2008, DJe 18/12/2008).
Consigno que não está sendo indeferido o acesso à Justiça ou o processamento da ação. Trata-se, tão somente, de deliberação acerca da comprovação da necessidade para a concessão do benefício da gratuidade judiciária, uma vez que, no caso em apreço, há dúvidas quanto a afirmação sem a juntada de outros documentos, tais como certidões negativas de Cartórios/Prefeituras, carteira de trabalho, contracheque, declaração de imposto de renda e etc.
Prazo de quinze dias.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
7000131-53.2022.8.22.0014
Cartão de Crédito
REQUERENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS DO REQUERENTE: TAYNARA RUTH GONCALVES DA SILVA, OAB nº RO10145, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
REQUERIDO: D. S. ANTUNES - EPP
Despacho
Suspendo o processo por 01 (um) ano.
Decorrido o prazo de um ano sem que sejam localizados bens penhoráveis, remetam-se os autos para o arquivo provisório. Os autos serão desarquivados para prosseguimento da execução se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis.
Nos termos do artigo 921, § 4º do NCPC, sem manifestação do exequente pelo prazo de um ano, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7010151-06.2022.8.22.0014
Compra e Venda
EXEQUENTE: O. MIRANDA DA ROCHA COMERCIO DE MOVEIS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUCIANA NOGAROL PAGOTTO, OAB nº RO4198A
EXECUTADO: LUIZ CEZAR EVANGELISTA FANTIN
Despacho
Indefiro o pedido de citação por edital, uma vez que o executado foi citado no Id 85122910.
Por outro lado, verifico que não foi possível realizar a intimação do executado da penhora realizada no Id 86975123.
Assim, proceda-se a intimação do executado da penhora, por edital.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7010655-46.2021.8.22.0014
Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO, OAB nº RO3249, SANDRO RICARDO SALONSKI MARTINS, OAB nº RO1084, PROCURADORIA DA SICOOB CREDISUL - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA LTDA
EXECUTADO: MIGUEL CAMARA NOVAES
ADVOGADO DO EXECUTADO: GILSON CESAR STEFANES, OAB nº RO3964
DESPACHO
Concedo o prazo de quinze dias para manifestação do exequente.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7001997-96.2022.8.22.0014
Reconhecimento / Dissolução
AUTORES: ALMERINDA MARIA DE PAULA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: JOSE ANTONIO SIMAO
ADVOGADO DO REU: ROSIMEIRE DADONA, OAB nº MT17863
SENTENÇA
I – RELATÓRIO
Almerinda Maria de Paula ajuizou ação de reconhecimento e dissolução de união estável contra José Antônio Simão, alegando que conviveu em união estável com o requerido por cerca de 06 anos e que desta união adveio o nascimento de dois filhos. Alega que durante união adquiriram um imóvel no final do ano de 2010, no qual o requerido contribuiu com o pagamento de três parcelas. Requereu a procedência da ação para reconhecer e dissolver a união e partilha do bem, sendo declarado da parte autora. Juntou procuração e documentos.
O requerido apresentou manifestação no Id 91227984, reconhecendo os pedidos da autora.
II - FUNDAMENTAÇÃO
Pretende a autora o reconhecimento e a dissolução da união estável com o requerido e partilha de um imóvel adquirido durante a união.
A Constituição Federal reconhece a união estável ente homem e mulher como entidade familiar (art. 226, § 3.º) De fato, pela redação dada ao artigo 226, § 3.º, a família é constituída não apenas pelo casamento, mas também por uma convivência estável entre o homem e a mulher, cabendo-lhes mútua assistência.
A união estável é reconhecida na Constituição Federal, e sua definição aparece no atual Código Civil, art. 1.723:
Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.
Assim, considerando as informações e documentos constantes nos autos, restou demonstrado que conviveram em união estável.
Da partilha
Conforme declarado pela autora, o imóvel foi adquiriu já no final da união estável, sendo que o pagamento das parcelas foram realizados na totalidade pela autora, bem como o requerido não foi contrário ao pedido da autora. Assim, o imóvel denominado Lote n. 13, quadra 55, setor 85, localizado na Rua 8502, n. 443, bairro Assosete, Vilhena pertence a autora.
III – DISPOSITIVO
Face do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e por consequência, DECLARO que Almerinda Maria de Paula e José Antônio Simão viveram em união estável de 2005 até 2011, declarando cessados os deveres de coabitação e fidelidade recíproca e o regime de comunhão parcial de bens, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, bem como julgo procedente o pedido de partilha para que o imóvel denominado Lote n. 13, quadra 55, setor 85, localizado na Rua 8502, n. 443, bairro Assosete, Vilhena, será em sua totalidade (100%) da requerente.
Condeno o requerido ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da causa, ressalvado os benefícios da gratuidade processual do requerido, a qual concedo nesta oportunidade.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7003411-95.2023.8.22.0014
Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: GILBERTO SILVA BOMFIM, OAB nº RO1727, PROCURADORIA DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A
EXECUTADOS: LAUDICEIA GONCALVES CIRILO SILVA, AVENIDA SABINO BEZERRA DE QUEIROZ 4375 JARDIM AMÉRICA - 76980-748 - VILHENA - RONDÔNIA, L G CIRILO SERVICOS FUNERARIOS EIRELI, SABINO BEZERRA DE QUEIROZ 4375, LOTE 10 QUADRA34 SETOR 05 JARDIM AMERICA - 76980-748 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: EMERSON SANTOS CIOFFI, OAB nº RO10456
Valor do débito: R$ 1.039.364,19
DESPACHO
Intime-se a parte executada informando que, em caso de interesse em realização de acordo, deverá procurar a agência da parte exequente.
Proceda-se a penhora e avaliação do imóvel denominado Lote 20, quadra 64, setor 05, matrícula n. 16.490, localizado na Av. Antônio Quintino Gomes, bairro Jardim América, nesta cidade.
Efetivada a penhora, intime-se a executada.
Serve como mandado.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7003476-90.2023.8.22.0014
Contratos Bancários
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS DO AUTOR: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
REU: DANIEL AURELIANO MOTA
Sentença
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Sul Rondoniense - Sicoob Credip, propôs a presente pretensão MONITÓRIA contra Daniel Aurliano Mota, alegando ser credor do requerido da quantia de R$ 51.268,88, já acrescido de juros e correção monetária.
O requerido foi citado (id. 92139803) permanecendo inerte sem apresentar resposta.
E o relatório. DECIDO.
A lide comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso II, do Código de Processo Civil, eis que o requerido incorreu em revelia e confissão ficta (artigo 344, CPC) quanto à matéria de fato, pois embora regularmente citado não ofereceu defesa.
Ante a ausência de embargos nos autos, decreto a revelia da parte ré. Contudo, esse fenômeno não é absoluto, ou seja, o juízo pode relativizar seus efeitos, de acordo com o que consta nos autos.
Estando implementados os pressupostos processuais e condições da ação, bem como não tendo sido aventada questão prejudicial, passo diretamente ao exame do mérito.
Visa a parte credora a cobrança na quantia atualizada de R$ 51.268,88, (cinquenta e três mil, duzentos e sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos).
A pretensão autoral merece procedência.
Na forma do artigo 701, §2º do Código de Processo Civil: "§ 2º Constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos previstos no art. 702, observando-se, no que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial."
Face do exposto, não cumprido o mandado de pagamento, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial com fulcro no art. 487, inciso I c/c art. 701, §2º, ambos do CPC, para constituir de pleno direito o título executivo judicial, condenando o requerido a pagar a requerente à importância de R$ 51.268,88, (cinquenta e três mil, duzentos e sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos), atualizados até 12/04/2023, acrescidos de juros de 1% ao mês a partir da citação e correção monetária a incidir do ajuizamento desta ação.
Condeno o ré ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do §2º do artigo 85 do CPC.
Transitada em julgado esta decisão, intime-se o autor a dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento.
Em caso de inércia, arquivem-se os autos.
Intimem-se.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7012809-37.2021.8.22.0014
Alienação Fiduciária
EXEQUENTE: LISTO SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: VANESSA CASTILHA MANEZ, OAB nº SP331167, ADRIELLY SURIANI DE FREITAS, OAB nº SP429211
EXECUTADO: ADILSON FRANCO DE OLIVEIRA
DESPACHO
A citação de pessoa física pelo correio se dá com a entrega da carta citatória diretamente ao citando, cuja assinatura deverá constar no respectivo aviso de recebimento, sob pena de nulidade do ato, nos termos do que dispõem os arts. 248, § 1º, e 280 do CPC/2015.
No caso dos autos, a citação de id Num. 92138192 não foi entregue ao citando, ora executado, mas sim à pessoa estranha ao feito, em clara violação aos referidos dispositivos legais.
Consta nos autos que foi distribuído o mandado de citação para cumprimento pelo Oficial de Justiça.
Aguarda-se em cartório a devolução do mandado de citação.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7005194-25.2023.8.22.0014

Alienação Fiduciária
AUTOR: A. C. F. E. I. S.
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA, OAB nº SP115665, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
REU: R. D. F.
Sentença
I - RELATÓRIO
Trata-se de ação de Busca e Apreensão fundada no Decreto Lei nº 911/69, onde Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A alega ter firmado contrato com Rogério Dias Ferreira de garantia de alienação fiduciária do veículo GM Crevrolet, Cruze, ano 2011. Sucede que o requerido não cumpriu o contrato celebrado. Diante do inadimplemento contratual, pediu a requerente a Busca e Apreensão do bem móvel dado em garantia.
Deferida a Medida Liminar (Id 91918260).
Realizada a busca e apreensão no Id 92255252 e depositado o veículo nas mãos do requerente.
O requerido foi citado no Id 92255252.
A parte autora requereu o julgamento antecipado no Id 92951323.
II - FUNDAMENTAÇÃO.
Efetivamente, o requerido foi regularmente citado dos termos da Ação de Busca e Apreensão.
De fato, o réu tinha somente o domínio, sendo que o verdadeiro proprietário do bem é a parte autora.
Por outro lado, o Contrato de Financiamento para Aquisição de Bens consta nos autos, tendo sido comprovada a mora pelos documentos juntado aos autos. Deferida a Medida Liminar de Busca e Apreensão, o automóvel dado em garantia foi depositado em mãos do requerente, ora proprietária fiduciária. Destarte, diante da contumácia da requerida, embora citada, a ação é procedente.
O caso é de se consolidar a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem nas mãos da proprietária fiduciária, ora requerente. Mas o credor não poderá vender o bem por preço vil, sob pena de se caracterizar abuso de direito (RT 532/208). Em suma, a ação é procedente nos termos do art. 1º, §§ 4º, 5º e 6º cc. os arts. 2º e 3º, § 5º, todos do Decreto-Lei nº 911/69. A requerente poderá vender o bem objeto da garantia independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial. Não poderá, como dito, vender por preço vil. Deverá, outrossim, aplicar o produto da venda no pagamento de seu crédito, tudo conforme o art. 1º, §§ 4º e 5º do Decreto-Lei nº 911/69. Se o credor preferir a venda judicial, aplicar-se-ão os arts. 1. 113 a 1. 119 do Código de Processo Civil, tudo consoante dispõe o art. 3º, § 5º do Decreto Lei nº 911/69. O credor não poderá ficar com o bem e, na verdade, tem a obrigação de vendê-lo para terceiro com escopo de quitar a dívida da requerida.
III - DISPOSITIVO
Face do exposto, julgo procedente a ação de busca e apreensão intentada por Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A contra Rogério Dias Ferreira e consequentemente declaro consolidada a propriedade e a posse plena e exclusiva da motocicleta, descrita na petição inicial, nas mãos do requerente e proprietário fiduciário, cuja apreensão liminar torno definitiva, autorizando a venda pela parte autora e, via de consequência, extingo o processo com resolução do mérito, com base no art. 487, I, do Código de Processo Civil.
Condeno o requerido ao pagamento de custas do processo e honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor da causa, corrigidos desde o ajuizamento.
Em caso de recurso, intime-se a parte recorrida para contrarrazoar no prazo legal. Após, remetam-se os autos ao Juízo ad quem, independentemente de nova conclusão.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Com o trânsito em julgado, arquivem-se.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7006905-65.2023.8.22.0014
Remissão das Dívidas
AUTOR: ASSOCIACAO DOS PROPRIETARIOS DE CAMINHOES DO NORTE
ADVOGADO DO AUTOR: FERNANDO CESAR VOLPINI, OAB nº RO610A
REU: TRANSJULIA TRANSPORTES LTDA
Despacho
Intime-se a parte autora, via seu advogado, para emendar a peça inicial, juntando o comprovante de recolhimento das custas processuais iniciais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de extinção (art. 321, do CPC).
Decorrido o prazo, voltem os autos conclusos.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7005813-96.2016.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Protocolado em: 21/07/2016
Valor da causa: R$ 114.713,68
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL, BANCO DO BRASIL (SEDE III), SBS QUADRA 1 BLOCO G LOTE 32 ASA SUL - 70073-901 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419
EXECUTADOS: AILTON J. DA SILVA NUNES - ME, AV. MAJOR AMARANTE 3047, SALA C CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA, ANA PAULA FERRONATO NUNES, AV. 739 403 BODANESE - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Proferido despacho por este juízo (ID. 85787509), o advogado da parte autora não deu andamento ao feito para prosseguimento da execução.
Assim, SUSPENDO a execução pelo prazo de 01 (um) ano, durante o qual não correrá o prazo prescricional, consoante disposto no art. 921, §1º do CPC.
Decorrido o prazo acima mencionado, sem que seja localizado bens penhoráveis, nos termos do §2º, do mesmo dispositivo legal, ARQUIVE-SE os autos.
Consigno, desde já, que a repetição das diligências de consulta, caso requeridas, deverão ser devidamente justificadas, uma vez que, nos termos do princípio da razoável duração do processo e da economia processual, se veda a repetição indeterminada de diligências de penhora eletrônica sem respaldo em possibilidade de alteração da situação patrimonial do executado.
Intime-se.
Cumpra-se.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7005184-25.2016.8.22.0014
Cumprimento de sentença
Limitação de Juros
07/07/2016
R$ 439.810,41
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES, OAB nº RN5553
EXECUTADOS: TRANSJULIA TRANSPORTES LTDA, MARILEY STOCCO, NELSON JOAO STOCCO
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: CEZAR BENEDITO VOLPI, OAB nº RO533A
DESPACHO
Defiro mais 20 dias para a parte exequente comprovar o pagamento da taxa de diligência, conforme requerido na petição retro.
Intime-se.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
0011221-61.2014.8.22.0014
Duplicata
EXEQUENTE: A.M.S. CORREA & CIA LTDA - EPP
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ERIC JOSE GOMES JARDINA, OAB nº RO3375A, EDUARDO CAMPAGNOLO HARTMANN, OAB nº RO6198
EXECUTADO: DERLI DUTRA
Despacho
Citem-se os herdeiros, nos termos do pedido do exequente (Id 92921342), na qualidade de representante legal e judicial do espólio do executado, com fundamento no inciso I, do § 2º, do art. 313 do Código de Processo Civil, a fim de que se manifeste sobre a habilitação do espólio, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de sucessão processual do espólio, nos termos do art. 110, do CPC.
Tome ciência o exequente de que pode, caso lhe apeteça, se habilitar nos autos do inventário a fim de ter garantido o seu crédito (CPC, art. 642, § 1º).
Registre-se que apesar da vedação de prática de atos processuais dentro do prazo de suspensão processual, nos termos do art. 314, do CPC, não se pode olvidar que, em apreço ao que dispõe o § 4º, do art. 914, do diploma adjetivo, permite que se execute o ato, sem prejuízo de nova suspensão, integrado o espólio ou eventuais herdeiros (caso já realizada a partilha), no polo passivo da lide.
Tal providência (citação) se demonstra necessária em razão dos efeitos legais decorrentes da formalidade do ato (interrupção da prescrição, nos termos do art. 240, do CPC).”
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7007471-87.2018.8.22.0014
Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CRISTIANE TESSARO, OAB nº AC1562

EXECUTADOS: PITAGROS PAULINO DOS SANTOS, PAULINO & ROCHA - SERVICOS LTDA - ME
Despacho
Ao que consta no extrato de depósito judicial anexo, não consta valores depositados nos autos, demonstrando que houve a transferência dos valores para a conta do exequente.
Assim, intime-se o exequente para requerer o que de direito, no prazo de cinco dias.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7003230-94.2023.8.22.0014
Provas
REQUERENTE: L. D. M. D. S.
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ADENILSON FERREIRA DE SOUZA, OAB nº RO10518, WALISSON GOMES GARCIA, OAB nº RO11077
Despacho
Intime-se a parte autora para atender o item 1 da cota ministerial de Id 92951148.
Prazo de dez dias.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7007207-65.2021.8.22.0014
IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE VILHENA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
EXECUTADO: L. P. CAMARGO - ME
ADVOGADO DO EXECUTADO: CLEYTON EDUARDO GALEGO ARCA
DESPACHO
Intime-se a parte executada para efetuar o pagamento do valor remanescente no valor de R$135,58, no prazo de cinco dias, sob pena de prosseguimento do feito.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
0009210-64.2011.8.22.0014
Perdas e Danos, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material, Assistência Judiciária Gratuita
EXEQUENTE: ROSSY PEDROSA DA SILVA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RONIEDER TRAJANO SOARES SILVA, OAB nº RO3694A
EXECUTADOS: ASSOCIACAO VILHENENSE DOS AGROPECUARISTAS, MAFRA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA ME
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: ARMANDO KREFTA, OAB nº RO321B, ASTRID SENN, OAB nº RO1448A
DECISÃO
Não vejo omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada via embargos de declaração, cabendo ao embargante outras vias recursais, se entender pertinente, acerca do inconformismo da decisão.
Intime-se.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 0003013-51.2015.8.22.0015
Adimplemento e Extinção
EXEQUENTE: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: PATO BRANCO ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 02570953000200, AV. ANTONIO CORREA DA COSTA 366 CENTRO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO EXECUTADO: ESTEVAN SOLETTI, OAB nº RO3702A, JOSEMARIO SECCO, OAB nº RO724A
R$ 30.642,70
SENTENÇA
Tratam os autos de execução fiscal ajuizada pelo ESTADO DE RONDÔNIA em desfavor de PATO BRANCO ALIMENTOS LTDA, distribuída na Comarca de Guajará Mirim/RO.
No ID. 92534624, aquele juízo declinou a competência para processamento do feito a esta Vara.
Vieram os autos conclusos.
Pois bem.
De início, aceito a competência declinada, uma vez que tal procedimento já vem sendo adotado por este juízo em feito semelhantes.
Neste sentido, consigno que a Fazenda Pública do Estado de Rondônia, nos autos da execução fiscal n. 0005351-98.2015.8.22.0014, pediu a reunião de todos os executivos fiscais, a fim de formar autos únicos, denominado de piloto.
Quanto ao pleito, certo é que a Lei de Execução Fiscal prevê:
"Art. 28. O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.
Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição".
Portanto, trata-se de faculdade do juízo que, precedida de prévio pedido de uma das partes, bem como estando todos atentos à conveniência da garantia da execução, adotada o posicionamento já sumulado pelo STJ, no verbete 515, que diz: "A reunião de execuções fiscais contra o mesmo devedor constitui faculdade do Juiz".
Assim, no caso em espécie, depreende-se que restaram preenchidos os requisitos legais, quais sejam, o pedido de uma das partes e a conveniência da reunião, o que se manifesta pela grande quantidade de execuções a serem reunidas, aproximadamente 280 (duzentos e oitenta), bem como do valor total sendo executado, principalmente, tratando-se de devedor recém-egresso de regime de recuperação judicial.
Feitas tais considerações, certo é que a situação evidencia premente necessidade de concentração de esforços. Ademais, a unificação imporá imensa economia aos cofres públicos sem trazer qualquer mácula ao devido processo legal.
Nestes termos, o processo em trâmite nesta vara de número 0005351-98.2015.8.22.0014 é o mais antigo, reputado de piloto, e permanecerá íntegro, recendo todas as demais pretensões executivas.
Estando concentradas as pretensões executórias na execução mais antiga, verifica-se a superveniente falta de interesse de agir-adequação da persistência de cada uma das execuções individuais, já que o objeto delas persistirá íntegro e exequível no processo piloto. A falta de interesse de agir revela-se por imediata aplicação da regra do art. 17 do vigente Código de Processo Civil, a saber:
Art. 17. Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
Consigno que, inicialmente, havia nítido interesse de agir da Fazenda Estadual excutir seu crédito nestes autos, interesse que embora persista irrestritamente, já não se revela adequado para ser exercido nesta ação individual porquanto toda pretensão dela será, doravante, exercida de modo mais célere e efetivo na execução piloto.
Na unificação, dentre outras vantagens, pode-se citar a concentração de esforços na atuação das partes em um único processo, o que impacta na celeridade e segurança da prestação jurisdicional única, sem o risco de decisões eventualmente antagônicas ou contraditórias proferidas por vários juízos, uniformidade nos atos constritivos tendentes a satisfação integral de todo o crédito fiscal, minimizando os custos inerentes a todos atos processuais multiplicados por 280 processos, pois haverá a consolidação do débito reunido em um único cálculo.
Registro que a simples reunião ou apensamento de processos não atenderia a esses objetivos porque persistiria necessário realizar repetidamente, em cada um deles, atos idênticos. Ainda que se buscasse realizar despachos comuns a todos, isso implicaria manifestação das partes em cada um dos processos, com as individuais e sucessivas movimentações cartorárias para alcançar o mesmo fim em relação às mesmas partes.
Não se pode olvidar que o processo é instrumento de efetivação do interesse público e subjetivo de ação, por meio do qual alcança-se, ao fim, o bem da vida almejado.
Neste sentido:
APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE FEITOS A PROCESSO MAIS ANTIGO. ART. 28 DA LEI Nº 6830/80. EXTINÇÃO APÓS TRASLADO DOS TÍTULOS EXECUTIVOS PARA O PROCESSO PILOTO. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO. 1. O art. 28, da Lei n.º 6.830/80, prevê a reunião dos processos ajuizados contra o mesmo devedor, por razões de economia processual e garantia da unidade da execução, passando os feitos a tramitar no mais antigo, onde são praticados os atos necessários à satisfação de todo o crédito. 2. Hipótese em que, tendo ocorrido o traslado da CDAs dos feitos reunidos para o processo piloto, não se vislumbra nenhum prejuízo à exequente decorrente da extinção daqueles, sendo certo, ademais, que permanecerão estes (os extintos) apensados àquele (piloto), os termos consignados na sentença. Precedentes desta Corte. 3. Manutenção da sentença que extinguiu a execução fiscal, sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, VI, do CPC, em face da ausência de interesse processual". (Processo: 200485000018580, AC- Apelação Cível – 558128, Desembargador Federal Luiz Alberto Gurgel de Faria, Terceira Turma, Julgamento: 20/06/213, Publicação: DJE 02/07/2013, página 479). Vistos, etc. (TJPB – Acórdão/decisão do processo n.º 00029787820128150181 – Não possui – Relator Des. Saulo Henriques de Sá Benevides, j. em 19-09-2019.
Pelos motivos acima expostos, com fundamento no artigo 485, VI, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente execução, sem satisfação do crédito, cuja exigibilidade permanecerá hígida na execução piloto, aproveitando-se os atos processuais já realizados.
Não incidentes custas, despesas ou honorários porque a pretensão executiva permanece íntegra na execução piloto, na qual repercutirão em conjunto todos os consectários, dentre eles custas e honorários.
Sentença registrada automaticamente.
Publique-se. Intimem-se.
Expeça-se certidão única na qual deverão constar os dados relevantes de cada execução: número do processo, número da CDA, data de propositura, valor na data da propositura, citação, existência de penhora de dinheiro e, se positivo, o respectivo valor.
Traslade cópia da CDA de cada execução.
Os documentos deverão ser juntados na execução piloto n.º 0005351-98.2015.8.22.0014, em trâmite nesta vara.
Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE estes autos.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7003053-72.2019.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Protocolado em: 15/05/2019
Valor da causa: R$ 135.000,00
REQUERENTE: P. C. D. D. S., RUA JOSÉ CARLOS ALVES 2834 CRISTO REI - 76983-392 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: SONIA APARECIDA SALVADOR, OAB nº RO5621, CASTRO LIMA DE SOUZA, OAB nº RO3048A, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXCUTADO: J. T. D. A., AV. SALVADOR, 1489, NÃO CONSTA NOVA PIMENTA - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXCUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
A fim de solucionar o impasse da transferência do imóvel, EXPEÇA-SE formal de partilha nos termos da acordo homologado (ID. 27290144), para que o executado proceda junto ao credor fiduciário a transferência do bem juntamente com o débito inadimplido.
Advirto que as eventuais taxas ou emolumentos para cumprimento da diligência, transferência de imóveis, registro do formal e expedição de nova certidão (caso seja solicitada) são de responsabilidade parte interessada, devendo ser recolhidos diretamente no Cartório, pois o serviço notarial é exercido por delegação estatal, em caráter privado (art. 236 da Constituição Federal).
Após expedição, intime-se o executado para retirar o formal e diligenciar junto ao Banco para efetuar a transferência. Havendo recusa do Banco, esta deverá ser devidamente comprovada nos autos.
Concedo o prazo de 30 (trinta) dias para o executado dar cumprimento a diligência de transferência após a retirada do formal de partilha.
Intime-se. Cumpra-se.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7007844-21.2018.8.22.0014
Aquisição
Cumprimento de sentença
05/11/2018
EXEQUENTE: YUNE NET INFORMATICA LTDA - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DANIEL GONZAGA SCHAFER DE OLIVEIRA, OAB nº RO7176
EXECUTADOS: CLEONICE ADELIA SILVA MELO, PAULO CESAR VIEIRA DE MELO
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO COELHO, OAB nº RO4937, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
O esposo da executada, Sr. Paulo Cesar Vieira de Melo, por seu Curador especial, apresentou impugnação à penhora online, alegando em síntese que os valores são inferiores a 40 salários- mínimos, portanto, impenhoráveis, nos termos do inciso X do artigo 833 do Código de Processo Civil e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, cujo entendimento abrange não só os valores depositados em poupança, mas também em conta-corrente e fundos de investimentos.
Decido
Rejeito a impugnação apresentada pelo executado, pois não comprovou que se trata de valores poupado ou de natureza alimentar, de sorte que é possível o bloqueio da quantia para o pagamento do débito.
Por outro lado, em nenhum momento a parte devedora questiona o débito cobrado, reconhecendo implicitamente a sua validade.
Friso que é ônus do executado anexar documento capaz de provar a sua tese.
Nos termos do art. 854, § 3º, incumbe ao executado, no prazo de cinco dias, comprovar que:
I – as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis;
II – ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros.
Assim, mantenho os valores penhorados.
Intimem-se.
Decorrido o prazo recursal, intime-se a parte exequente para requerer o quê de direito, no prazo de 05 (cinco)dias.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7002051-28.2023.8.22.0014
Cancelamento de vôo, Práticas Abusivas
AUTORES: VINICIUS LINDNER DE LIMA, GABRIELLA LINDNER DE LIMA, DEBORA CRISTINE LINDNER DE LIMA, ALCIR LUIZ DE LIMA
ADVOGADO DOS AUTORES: ALCIR LUIZ DE LIMA, OAB nº RO6770

REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADOS DO REU: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, ROBERTO DIAS VILLAS BOAS FILHO, OAB nº PE42379, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
SENTENÇA
I – RELATÓRIO
Alcir Luiz de Lima, Débora Cristine Lindner de Lima, Gabriella Lindner de Lima e Vinícius Lindner de Lima ingressaram com ação de indenização por danos morais contra Azul Linhas Aéreas S/A, aduzindo, em síntese, que adquiriram passagens aérea de com trecho de Guarulho-SP para Cuiabá-MT, para dia 29/01/2023, sendo a previsão de saída do voo de Guarulhos 11h50mim, no entanto, ao fazer o despacho das bagagens foram informados do cancelamento do voo. Disse que foram realocados para o voo com saída 15h, com escala em Confins-MG e chegada na cidade de Cuiabá-MT às 23h50mim. Relata que a requerida ofereceu voucher no valor de R$ 35,00 para almoço em Guarulhos e um para janta em Confins-MG, o qual não foi disponibilizado.
Requereu a condenação da requerida no pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 20.000,00 e danos materiais no valor de R$ 156,80. Juntam documentos.
Audiência de tentativa de conciliação, restou infrutífera (Id 90334418).
A requerida apresentou contestação no Id 91283808, alegando que o voo dos autores foi cancelado por motivo de manutenção emergencial na aeronave. Argumenta ainda que empreendeu todos os esforços para reacomodar os autores no voo mais próximo e prestou assistência. Disse que não há ilicitude da conduta da requerida, bem como não há nos autos provas do abalo moral alegado na inicial. Requereu seja julgada totalmente improcedente a presente ação.
Impugnação à contestação no Id 92409928.
II - FUNDAMENTAÇÃO
Porque se tratam de direitos patrimoniais e portanto, disponíveis, não há necessidade de produção de prova em audiência, motivo pelo qual procedo ao julgamento antecipado do pedido, conforme disposição do art. 355, I do CPC.
Pretendem os autores receber indenização por danos morais sofridos com o cancelamento do voo de Guarulhos-SP para Cuiabá-MT, o qual teve o voo cancelado, permanecendo no aeroporto de Guarulhos por mais de três horas, chegando em seu destino com muitas horas de atraso.
Em sua contestação, a requerida alegou que o atraso no voo ocorreu em razão de manutenção emergencial na aeronave.
O art. 14 do Código de Defesa do Consumidor descreve que o fornecedor responde pela reparação dos danos independentemente de culpa, com exceção das hipóteses descritas no § 3º.
Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
...
§ 3° O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:
I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;
II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
A empresa aérea contratada deve transportar o passageiro conforme trajeto, data e demais condições ajustadas, respondendo pela reparação de danos, em caso de descumprimento, independentemente de culpa.
No presente caso, a requerida cancelou o voo em que viajaria os autores, o qual resultou em longo atraso no destino.
Há verossimilhança nas alegações dos autores e além disso, a requerida não juntou qualquer documento que comprovasse os fatos alegados.
Preceitua o Código Civil:
Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.
O cancelamento inesperado do voo em que viajaria a requerente, causando-lhe transtornos e aborrecimentos, caracteriza dano moral, gerando direito à indenização.
Analisando as provas apresentadas pela parte autora, verifica-se que houve alteração do voo agendado, com a chegada no destino com atraso superior a 12 horas.
Segue entendimento jurisprudencial:
CONSUMIDOR. CONTRATO TRANSPORTE AÉREO DESCUMPRIDO UNILATERALMENTE PELA EMPRESA AÉREA. ATRASO DE VOO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. INDENIZAÇÃO ADEQUADA. SENTENÇA MANTIDA. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7018819-10.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Data de julgamento: 31/03/2020)
Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Transporte aéreo. Cancelamento/Atraso de voo. Falha na prestação do serviço. Dano moral. Ocorrência. Quantum indenizatório. Proporcionalidade.
1. O cancelamento/atraso de voo previamente contratado pelo consumidor gera dano moral presumido;
2. O quantum indenizatório deve ser fixado em valor justo e proporcional ao abalo suportado pelo ofendido.
(RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7016197-21.2020.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juíza Euma Mendonça Tourinho, Data de julgamento: 16/12/2020).
Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Consumidor. Atraso de voo. Dano moral. Não ocorrência. O atraso de voo inferior a 04 horas não causa dano moral in re ipsa, devendo haver demonstração inequívoca do prejuízo efetivamente suportado pelo consumidor em razão do referido atraso. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7001299-03.2020.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal - Porto Velho, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 18/09/2020)
Caracterizado o agir danoso da requerida e a consequente violação da honra subjetiva das autoras, passo ao exame do quantum indenizável.
Com relação ao valor do dano moral, devem ser analisadas as circunstâncias, a repercussão do ato, o caráter punitivo e compensatório do ressarcimento, além das condições sócio-econômicas das partes.
Destarte, mostra-se imperioso levar em conta o princípio da proporcionalidade, visando a compensar a dor ou o sofrimento suportado pelo ofendido e reprimir a atitude ostentada pela ofensora, tendo em vista a sua capacidade econômica. Todavia, a reparação não pode dar ensejo ao enriquecimento sem causa da vítima.

Desta feita, levando em consideração a repercussão econômica do dano, a condição econômica das partes, a conduta da requerida e os transtornos causados aos autores, fixo a indenização no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), para cada um dos autores.
Por fim, vislumbro que a indenização por danos morais deve ser atualizada, tendo-se por termo inicial a data da publicação da presente sentença, pois somente nesta oportunidade foi definida a obrigação a cargo da requerida (art. 396, CC).
Em relação aos danos materiais, restou demonstrado, que os autores despenderam a quantia de R$ 156,80, para custear as despesas com alimentação na conexão em Confins e complementar as despesas em Guarulhos-SP.
Logo, demonstrou o dano suportado, bem como ilustrou o nexo causal entre ele e a conduta praticada pela requerida.
Inequívoca, destarte, a obrigação de ressarcir os autores os valores por eles despendidos, equivalente a R$ 156,80.
III – DISPOSITIVO
Face do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de Alcir Luiz de Lima, Débora Cristine Lindner de Lima, Gabriella Lindner de Lima e Vinícius Lindner de Lima contra Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A, e julgo extinto o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I do NCPC, para condenar a requerida ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), para cada um dos autores, com correção monetária e juros de 1% ao mês a partir do arbitramento e condenar a requerida a ressarcir os danos materiais no importe de R$ 156,80 (cento e cinquenta e seis reais e oitenta centavos), corrigidos monetariamente desde a data do efeito desembolso, atualizados de acordo com os índices do TJRO.
Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação.
Em caso de recurso, intime-se a parte recorrida para contrarrazoar no prazo legal. Após, remetam-se os autos ao Juízo ad quem, independentemente de nova conclusão.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7007196-75.2017.8.22.0014
Dívida Ativa (Execução Fiscal)
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE VILHENA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
EXECUTADO: SANDRA VITORIO DIAS
ADVOGADO DO EXECUTADO: SANDRA VITORIO DIAS, OAB nº RO369A
DESPACHO
A parte exequente informa que não concorda com o parcelamento do valor remanescente da dívida.
Assim, intime-se a executada para efetuar o pagamento do débito, no prazo de dez dias, sob pena de prosseguimento do feito e penhora.
Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se o exequente para requerer o que de direito, no prazo de cinco dias.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
7007571-03.2022.8.22.0014
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE VILHENA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
EXECUTADO: LEOBINO FRANCISCO ALVES
Despacho
Determino que se proceda à alienação judicial do bem penhorado, por meio de leilão judicial eletrônico, NOMEIO como leiloeira pública a Sra. Deonízia Kiratch, inscrita na JUCER sob n. 21/2017, a qual ficará responsável por todos os atos da venda judicial, mormente os descritos no artigo 884 do CPC.
A serventia deverá expedir o edital, nos termos do artigo 886 do CPC, fazendo menção à possibilidade de parcelamento prevista no artigo 895, § 1º, do CPC, desde que oferecida garantia idônea que cubra o valor de avaliação do bem.
Fixo como preço mínimo de arrematação o valor igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação, nos termos do artigo 891, do CPC.
O valor da comissão a ser paga pelo adquirente/arrematante à leiloeira, nos termos do artigo 884, par. único, do CPC, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação do bem.
Ocorrendo acordo ou pagamento do débito, a partir desta data, será cobrada comissão de 2% do valor acertado, para o leiloeiro, a fim de cobrir suas despesas na preparação dos editais e divulgação das praças.
Caso o bem seja indivisível, deverá ser intimado o co-proprietário; existindo direito real onerando o bem, devem ser intimados os titulares destes direitos reais.
Dê-se ciência à leiloeira para realização dos atos necessários.
Vilhena, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 0002989-23.2015.8.22.0015
Atos executórios
EXEQUENTE: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: PATO BRANCO ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 02570953000200, AV. ANTONIO CORREA DA COSTA 366, INEXISTENTE CENTRO - 78957-000 - NÃO INFORMADO - ACRE
ADVOGADO DO EXECUTADO: ESTEVAN SOLETTI, OAB nº RO3702A
R$ 27.691,13
SENTENÇA
Tratam os autos de execução fiscal ajuizada pelo ESTADO DE RONDÔNIA em desfavor de PATO BRANCO ALIMENTOS LTDA, distribuída na Comarca de Guajará Mirim/RO.
No ID. 92632550, aquele juízo declinou a competência para processamento do feito a esta Vara.
Vieram os autos conclusos.
Pois bem.
De início, aceito a competência declinada, uma vez que tal procedimento já vem sendo adotado por este juízo em feito semelhantes.
Neste sentido, consigno que a Fazenda Pública do Estado de Rondônia, nos autos da execução fiscal n. 0005351-98.2015.8.22.0014, pediu a reunião de todos os executivos fiscais, a fim de formar autos únicos, denominado de piloto.
Quanto ao pleito, certo é que a Lei de Execução Fiscal prevê:
“Art. 28. O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.
Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição”.
Portanto, trata-se de faculdade do juízo que, precedida de prévio pedido de uma das partes, bem como estando todos atentos à conveniência da garantia da execução, adotada o posicionamento já sumulado pelo STJ, no verbete 515, que diz: “A reunião de execuções fiscais contra o mesmo devedor constitui faculdade do Juiz”.
Assim, no caso em espécie, depreende-se que restaram preenchidos os requisitos legais, quais sejam, o pedido de uma das partes e a conveniência da reunião, o que se manifesta pela grande quantidade de execuções a serem reunidas, aproximadamente 280 (duzentos e oitenta), bem como do valor total sendo executado, principalmente, tratando-se de devedor recém-egresso de regime de recuperação judicial.
Feitas tais considerações, certo é que a situação evidencia premente necessidade de concentração de esforços. Ademais, a unificação imporá imensa economia aos cofres públicos sem trazer qualquer mácula ao devido processo legal.
Nestes termos, o processo em trâmite nesta vara de número 0005351-98.2015.8.22.0014 é o mais antigo, reputado de piloto, e permanecerá íntegro, recendo todas as demais pretensões executivas.
Estando concentradas as pretensões executórias na execução mais antiga, verifica-se a superveniente falta de interesse de agir-adequação da persistência de cada uma das execuções individuais, já que o objeto delas persistirá íntegro e exequível no processo piloto. A falta de interesse de agir revela-se por imediata aplicação da regra do art. 17 do vigente Código de Processo Civil, a saber:
Art. 17. Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
Consigno que, inicialmente, havia nítido interesse de agir da Fazenda Estadual excutir seu crédito nestes autos, interesse que embora persista irrestritamente, já não se revela adequado para ser exercido nesta ação individual porquanto toda pretensão dela será, doravante, exercida de modo mais célere e efetivo na execução piloto.
Na unificação, dentre outras vantagens, pode-se citar a concentração de esforços na atuação das partes em um único processo, o que impacta na celeridade e segurança da prestação jurisdicional única, sem o risco de decisões eventualmente antagônicas ou contraditórias proferidas por vários juízos, uniformidade nos atos constritivos tendentes a satisfação integral de todo o crédito fiscal, minimizando os custos inerentes a todos atos processuais multiplicados por 280 processos, pois haverá a consolidação do débito reunido em um único cálculo.
Registro que a simples reunião ou apensamento de processos não atenderia a esses objetivos porque persistiria necessário realizar repetidamente, em cada um deles, atos idênticos. Ainda que se buscasse realizar despachos comuns a todos, isso implicaria manifestação das partes em cada um dos processos, com as individuais e sucessivas movimentações cartorárias para alcançar o mesmo fim em relação às mesmas partes.
Não se pode olvidar que o processo é instrumento de efetivação do interesse público e subjetivo de ação, por meio do qual alcança-se, ao fim, o bem da vida almejado.
Neste sentido:
APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE FEITOS A PROCESSO MAIS ANTIGO. ART. 28 DA LEI Nº 6830/80. EXTINÇÃO APÓS TRASLADO DOS TÍTULOS EXECUTIVOS PARA O PROCESSO PILOTO. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO. 1. O art. 28, da Lei n.º 6.830/80, prevê a reunião dos processos ajuizados contra o mesmo devedor, por razões de economia processual e garantia da unidade da execução, passando os feitos a tramitar no mais antigo, onde são praticados os atos necessários à satisfação de todo o crédito. 2. Hipótese em que, tendo ocorrido o traslado da CDAs dos feitos reunidos para o processo piloto, não se vislumbra nenhum prejuízo à exequente decorrente da extinção daqueles, sendo certo, ademais, que permanecerão estes (os extintos) apensados àquele (piloto), os termos consignados na sentença. Precedentes desta Corte. 3. Manutenção da sentença que extinguiu a execução fiscal, sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, VI, do CPC, em face da ausência de interesse processual”. (Processo: 200485000018580, AC- Apelação Cível – 558128, Desembargador Federal Luiz Alberto Gurgel de Faria, Terceira Turma, Julgamento: 20/06/213, Publicação: DJE 02/07/2013, página 479). Vistos, etc. (TJPB – Acórdão/decisão do processo n.º 00029787820128150181 – Não possui – Relator Des. Saulo Henriques de Sá Benevides, j. em 19-09-2019.
Pelos motivos acima expostos, com fundamento no artigo 485, VI, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente execução, sem satisfação do crédito, cuja exigibilidade permanecerá hígida na execução piloto, aproveitando-se os atos processuais já realizados.
Não incidentes custas, despesas ou honorários porque a pretensão executiva permanece íntegra na execução piloto, na qual repercutirão em conjunto todos os consectários, dentre eles custas e honorários.

Sentença registrada automaticamente.
Publique-se. Intimem-se.
Expeça-se certidão única na qual deverão constar os dados relevantes de cada execução: número do processo, número da CDA, data de propositura, valor na data da propositura, citação, existência de penhora de dinheiro e, se positivo, o respectivo valor.
Traslade cópia da CDA de cada execução.
Os documentos deverão ser juntados na execução piloto n.º 0005351-98.2015.8.22.0014, em trâmite nesta vara.
Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE estes autos.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível - e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7003312-38.2017.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Protocolado em: 15/05/2017
Valor da causa: R$ 587.889,25
AUTOR: J. G. D. O., TRAVESSA E 4970 BELA VISTA - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: REGIANE ESTEFANNY CASTILHO, OAB nº RO4835A
REU: T. S. W., SÍTIO BARRIGA VERDE Linha 95, DISTRITO DE BOA ESPERANÇA ZONA RURAL - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: KERSON NASCIMENTO DE CARVALHO, OAB nº RO3384A
DESPACHO
Razão assiste à requerida quando aduz que o recolhimento por ela já realizado, 2% referentes as custas iniciais (id nº. 31307050), supera a cota parte das custas que lhes foram imposta nestes autos.
Assim, INTIME-SE o requerente a proceder o recolhimento das custas remanescentes, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena protesto e inclusão em dívida ativa.
Nada mais havendo, ARQUIVE-SE.
Cumpra-se.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7002801-30.2023.8.22.0014
Atraso de vôo, Indenização do Prejuízo
AUTORES: CATARINA GIMENEZ CORSI, ANA AMELIA GIMENEZ CORSI, CAMILA NOBRE GIMENEZ CORSI, WILLIAM PEREIRA CORSI, REBECA NICOLODI LIMA, MELISSA NICOLODI LIMA, DENILCE NICOLODI LIMA, RILDO APARECIDO LIMA, EDUARDA ESTEVES MEZZOMO CRISOSTOMO, MATHEUS ESTEVES MEZZOMO CRISOSTOMO, EMANUELE LUCIANE ESTEVES CRISOSTOMO, EDUARDO MEZZOMO CRISOSTOMO
ADVOGADOS DOS AUTORES: MARCIO HENRIQUE DA SILVA MEZZOMO, OAB nº RO5836, EDUARDO MEZZOMO CRISOSTOMO, OAB nº RO3404
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Despacho
Proceda-se a alteração da classe nos termos do artigo 523 do CPC.
Intime-se o devedor, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 dias, cumprir a sentença e encaminhar email contendo 02 voucher para cada exequente, bem como as custas processuais, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios em 10%.
Transcorrido o prazo de quinze dias, sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de quinze dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (artigo 525, CPC).
Vilhena,segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível - e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7008736-85.2022.8.22.0014
Classe: Cumprimento Provisório de Decisão
Protocolado em: 22/08/2022
Valor da causa: R$ 6.495,90
EXEQUENTE: BRUNO CANDIDO DE OLIVEIRA, RUA DOIS MIL QUINHENTOS E VINTE E CINCO 1295 JARDIM SOCIAL - 76981-276 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RAFAEL BRAMBILA, OAB nº RO4853A, TULIO MAGNUS DE MELLO LEONARDO, OAB nº RO5284
EXECUTADOS: LARA DANDOLINI PAVELEGINI, RUA QUINTINO CUNHA 348 CENTRO (S-01) - 76980-088 - VILHENA - RONDÔNIA,

LUCAS AVELINO DANDOLINI PAVELEGINI, RUA QUINTINO CUNHA 348 CENTRO (S-01) - 76980-088 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: CARLA FALCAO SANTORO, OAB nº MG76571B, PRISCILA SAGRADO UCHIDA, OAB nº RO5255
DESPACHO
A parte requerida notícia a interposição de Agravo de Instrumento contra a decisão de id nº. 91037270.
A instância superior comunicou que não houve deferimento de efeito suspensivo (id nº. 92325407) e, diante da análise detida da decisão guerreada e das razões encartadas nos autos, na forma do art. 1.018, §1º do Código de Processo Civil, não vislumbro qualquer situação que autorize a sua modificação por este juízo, razão pela qual mantenho a decisão agravada pelos próprios fundamentos.
Caso sejam solicitadas, serão prestadas as informações necessárias.
Proferida decisão naqueles autos, fica o Agravante/Executado responsável em transladar cópia da referida decisão para estes presentes autos.
Por fim, considerando que a determinação de transferência dos valores, nos termos da decisão proferida, está condicionada ao seu trânsito, aguarde-se a manifestação da instância recursal.
Após, venham conclusos para deliberação.
Cumpra-se.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
0000581-04.2011.8.22.0014
Cheque
EXEQUENTE: PATO BRANCO ALIMENTOS LTDA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ESTEVAN SOLETTI, OAB nº RO3702A, GILSON ELY CHAVES DE MATOS, OAB nº RO1733A
EXECUTADOS: ITAMAR SOARES PEREIRA, ITAMAR SOARES PEREIRA 86410946287
Decisão
Determinado o bloqueio de valores do executado, houve o bloqueio do valor de R$ 618,89.
O executado apresentou impugnação à penhora, requerendo o desbloqueio dos valores por se tratar de valores impenhoráveis.
No Id 90865203, houve decisão acolhendo a impugnação e deferindo o desbloqueio.
A parte exequente requereu que seja mantida a penhora de 30% dos valores bloqueados.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório. DECIDO.
Dispõe o inciso IV, do artigo 833, do Código de Processo Civil, que são impenhoráveis “os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2o;”.
Referido §2.º, por sua vez, estabelece que “ O disposto nos incisos IV e X do caput não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, bem como às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais...” .
No caso em tela, o exequente requer justamente a penhora de verbas salariais/benefício (bolsa família) do executado. Tal constrição, entretanto, a não ser que se enquadre na exceção legal supradescrita, é expressamente vedada por lei.
Compulsando os autos, verifico inexistir informação, devidamente comprovada, de que o valor do salário do executado ultrapassa os 50 (cinquenta) salários-mínimos, situação em que a penhora recairia sobre o excedente.
Ademais o valor recebido pelo executado pela bolsa família é essencial a mantença do executado.
Sendo assim, o indeferimento do pleito se impõe.
Face o exposto, com espeque no artigo 833, IV, do CPC, Indefiro o pedido formulado na petição juntada ao Id 92716096.
Intimem-se.
Decorrido o prazo recursal, voltem os autos conclusos para desbloqueio dos valores.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
7006957-32.2021.8.22.0014
Acidente de Trânsito
AUTOR: MANOEL MESSIAS MENDES DA SILVA
ADVOGADOS DO AUTOR: HUGO VINICIUS GOMES, OAB nº RO7560, LUIZ ANTONIO XAVIER DE SOUZA ROCHA, OAB nº RO4064
REU: VILSON ALVES GARCIA
Despacho
Diante do contexto dos autos, certo é que merece acolhimento o pedido de citação por edital, uma vez que restaram frustradas as tentativas de localizar a parte requerida.
Desta forma, DEFIRO a realização da citação por edital do requerido Valdecir Conte Garcia.
Decorrido o prazo da citação, sem apresentação de defesa nos autos, nomeio, desde já, um dos membros da Defensoria Pública, para funcionar como curador especial em caso de revelia (CPC, art. 72, II), devendo neste caso, os autos serem remetidos à DPE.

Apresentada manifestação pela curadora, vista dos autos à parte autora.
Expeça-se o necessário.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7000171-06.2020.8.22.0014
Inadimplemento
EXEQUENTE: ROVEMA VEICULOS E MAQUINAS LTDA.
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FABIO CAMARGO LOPES, OAB nº MG8807, RODRIGO BARBOSA MARQUES DO ROSARIO, OAB nº RO2969
EXECUTADO: TRANSJULIA TRANSPORTES LTDA
Despacho
INDEFIRO o pedido de consulta ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), pois não vislumbro utilidade da medida para o deslinde do feito, pois referido sistema registra a relação de instituições financeiras e demais entidades autorizadas pelo Banco Central com as quais o cliente possui algum relacionamento (como conta corrente, poupança e investimentos), informando, a data do início e a data do fim do relacionamento com a instituição, sem, contudo, informar valores, movimentação financeiras ou saldos de contas e aplicações, ou seja, trata-se de cadastro meramente informativo.
Ademais, o sisbajud já elenca as instituições com as quais o executado possui relacionamento financeiro.
Assim, intime-se a parte exequente para, no prazo de 5 dias, indicar bens passíveis de penhora e impulsionar o feito, sob pena de suspensão (CPC, art. 921, III).
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
7000183-15.2023.8.22.0014
Alienação Fiduciária
EXEQUENTE: SICOOB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PEDRO ROBERTO ROMAO, OAB nº AM209551
EXECUTADO: EDILSON DOS SANTOS
DESPACHO
O exequente informa que as partes iniciaram tratativa de acordo, requerendo a suspensão do feito por 60 (sessenta) dias (ID. 92919754).
DEFIRO o pedido.
INTIME-SE a parte exequente para informar, se foi entabulado acordo entre as partes, ou requerer o que entender direito para prosseguimento no feito.
Cumpra-se.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível - e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7003602-14.2021.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Protocolado em: 20/05/2021
Valor da causa: R$ 704,22
EXEQUENTE: A. S. M. P., RUA ONZE MIL SEISCENTOS E NOVE 2480 RESIDENCIAL UNIÃO - 76983-882 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ANA CAROLINA IMTHON ANDREAZZA, OAB nº RO3130A, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXECUTADO: MOISES PEREIRA ALVES JUNIOR, brasileiro, entregador, inscrito no CPF sob o n. 537.751.392-49, residente e domiciliado na Rua Paraíba, n. 1964, Setor 19, Vilhena/RO, podendo ser contatado pelo telefone de n. (69) 99908-5945 (WhatsApp).
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA
DESPACHO
De início, proceda-se a atualização da representação processual e do endereço do requerido, consoante informado na justificativa apresentada, qual seja, Rua Paraíba, n. 1964, Setor 19, Vilhena/RO, (69) 99908-5945 (WhatsApp) (id nº. 91874198).
No mais, depreende-se que razão deve ser atribuída a exequente quando demonstra seu desinteresse na proposta de acordo, uma vez que, já tendo sido aceito em outra oportunidade, o executado não cumpriu com os termos solicitados.
Desta forma, visando buscar uma solução que efetivamente proporcione a melhor solução ao interesse da menor, antes de restabelecer a ordem de prisão, DESIGNO audiência de conciliação para o dia 04 de Agosto de 2023, às 10h30min, por sistema de videoconferência, a ser realizada pelo NUCOMED (Núcleo de Conciliação e Mediação), através do seguinte link: meet.google.com/kjz-fjat-hqz

As partes/advogados deverão informar no processo os contatos telefônicos através dos quais participarão da solenidade com antecedência mínima de 05 (cinco) dias antes da data agendada para a audiência de conciliação.
No horário da audiência por videoconferência, as partes deverão estar disponíveis através do número de celular informado, em local apropriado, para que a audiência possa ter início, e tanto as partes como os advogados acessarão e participarão do ato após receberem a chamada.
Considerando que o requerido está acompanhado pela Defensoria Pública, INTIME-O pessoalmente.
Fica a parte autora intimada da realização da audiência, por meio de seu advogado.
Cumpra-se, com urgência.
Servirá esta decisão como mandado/carta de citação e intimação para audiência de conciliação.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7009411-48.2022.8.22.0014
Seguro
EXEQUENTE: TOKIO MARINE SEGURADORA SA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JORGE LUIS BONFIM LEITE FILHO, OAB nº SP309115
EXECUTADO: TRANSPORTE DE CARGAS RAPIDAO EXPRESS LTDA
Endereço: Av. Rio de Janeiro, n. 3833, Nova Porto Velho, Porto Velho, CEP 76820-081
DESPACHO
Expeça-se carta precatória de penhora e avaliação dos veículos:Volvo/VM 270 6X2R, placa NCL3526 e Volvo/VM 220 4X2R, placa NCR1178.
Efetivada a penhora, intime-se o executado.
Serve como mandado/carta precatória.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível - e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7004263-22.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Protocolado em: 04/05/2023
Valor da causa: R$ 10.000,00
AUTOR: ADRIANO NEGRI, LINHA 105 km 30 ZONA RURAL - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: GUILHERME SCHUMANN ANSELMO, OAB nº RO9427
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, RUA DOMINGOS LINARES, 279 279, NÃO INFORMADO CENTRO - 76980-070 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de ação indenizatória ajuizada por ADRIANO NEGRI em face de ENERGISA em que a parte autora pretende o fornecimento de energia elétrica em sua residência, localizada na Zona Rural deste município.
Segundo consta na inicial, a parte autora solicitou o fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora registrada em seu nome em abril de 2020, e segundo informado pela requerida a instalação seria executada até o segundo semestre de 2020, no entanto, até o momento a requerida não realizou a instalação. Alega que a falta de energia tem prejudicado as atividades do dia a dia e irrigação da lavoura.
Diante deste contexto, ingressou a parte autora com a presente objetivando, em sede de tutela de urgência antecipação da tutela, o fornecimento de energia elétrica. No mérito requereu a confirmação da tutela e o recebimento de indenização por danos morais.
Determinada a emenda da inicial para comprovar o hipossuficiência, o pleito de gratuidade foi indeferido e determinado o recolhimento das custas (ID. 92077994).
Comprovado o recolhimento das custas iniciais, vieram os autos conclusos.
Decido.
O artigo 300 do Código de Processo Civil prevê que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
Apesar de os documentos juntados pela parte autora e as sustentações jurídicas e fáticas apresentarem verossimilhança, na medida em que demonstram que a parte autora solicitou a ligação de energia elétrica no imóvel localizado na zona rural e a requerida não o fez, deve-se esclarecer que não há perigo de dano ou risco ao resultado do processo, porquanto a solicitação foi feita em abril de 2020, não sendo constatada a urgência no atendimento deste pedido.
Registre-se o fornecimento de energia elétrica é serviço público essencial que deve via de regra ser fornecido ininterruptamente, conforme dispõe o CDC, com fulcro no Princípio da Continuidade, senão vejamos:
Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.
Ocorre que, no caso, a situação fática não retrata simplesmente pedido de ligação da unidade consumidora, pois a parte autora depende do Programa Luz para Todos, cuja instalação do serviço essencial depende de calendário próprio homologado pela ANEEL para execução, conforme documentação amplamente difundida em outros processos no âmbito do PJ/RO.

Assim, imperioso concluir que a situação exposta pela parte autora não depende de mera instalação do serviço essencial. Advirto que não se trata de mera ligação de energia de imóvel localizado no perímetro urbano, cuja instalação é plenamente regulamentada, sendo inadmissível a ausência de fornecimento quando a unidade está dotada de todos os quesitos. Com efeito, a presente situação é peculiar, já que depende de cronograma próprio do PROGRAMA LUZ PARA TODOS e a unidade está situada na zona rural, não estando suficientemente caracterizada a URGÊNCIA da medida, pois o autor fez sua solicitação há bastante tempo junto à concessionária e somente agora ingressou judicialmente porque o pedido não foi atendido.
Isso posto, ausente os requisitos descritos no artigo 300 do CPC, INDEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA.
Cite-se o requerido, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (CPC, art. 344).
Apresentada defesa pelo réu, intime-se o autor para manifestar-se em réplica, em 15 (quinze) dias..
Serve a presente como carta/mandado ou expeça-se o necessário.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7006897-30.2019.8.22.0014
Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito
REQUERENTES: SEBASTIAO CESAR MOREIRA, JOSE MOSCARDO MOREIRA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: LAIRCE MARTINS DE SOUZA, OAB nº RO3041A, DAVI ANGELO BERNARDI, OAB nº RO6438
REQUERIDOS: VERONICA BARBOSA CIRQUEIRA, HEITOR RACANELLI PEREIRA CONTREIRAS, ALLIANZ SEGUROS S/A
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES, OAB nº RO2433, THIAGO COLLARES PALMEIRA, OAB nº PA11730, PROCURADORIA DA ALLIANZ SEGUROS S.A.
DESPACHO
Defiro o pedido de penhora de 15% do valor dos rendimentos mensais do executado Heitor Racanelli Pereira Contreias, até o limite de R$ 123.569,39.
Expeça-se ofício/mandado de penhora requerendo que o órgão empregador do executado (Estado de Rondônia) deposite mensalmente o valor penhorado em conta judicial vinculada a este juízo.
Expeça-se o necessário.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7003615-13.2021.8.22.0014
Serviços Profissionais
REQUERENTE: LILIANE DALMASO LINO
ADVOGADO DO REQUERENTE: ANGELICA PEREIRA BUENO, OAB nº RO8468
REQUERIDO: FORMIRO BATISTA CORREA FILHO
Despacho
A exequente requereu a intimação da executada em cumprimento de sentença por WhatsApp (Id 91898148).
Ocorre que, ao menos por enquanto, é inviável o cumprimento de atos intimatórios e afins pelo número de telefone móvel, uma vez que o Whatsapp Business não se encontra institucionalizado e as unidades não possuem aparelho celular e chip para promover as comunicações de forma oficial.
Assim, ante a inviabilidade momentânea de efetivação das comunicações via Whatsapp, a intimação, na forma pretendida, não tem como ser admitida.
Portanto, INDEFIRO o pedido da parte exequente, devendo esta indicar o endereço da executada para efetivação da intimação, ou requerer o que de direito, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7009317-37.2021.8.22.0014
Defeito, nulidade ou anulação
AUTOR: ADRIANO PASSOS BATISTA
ADVOGADOS DO AUTOR: DENIR BORGES TOMIO, OAB nº RO3983, JOSE CARLOS JERONIMO PRIETO, OAB nº RO10057
REU: EVANILDE AQUINO PIMENTEL
Endereço: Rua das Pedras, n. 454, bairro Jardim dos Migrantes, cidade de Ji-Paraná/RO.
R$ 80.000,00

DESPACHO
Acolho a emenda da inicial de Id 92585153.
Cite-se para contestar em 15 dias, sob pena de revelia e confissão.
Fica o citando advertido de que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial pelo autor (artigo 344, NCPC).
Serve como carta/mandado ou expeça-se o necessário.
Vilhena, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7001214-75.2020.8.22.0014
Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos
Alimentos02/03/2020
R$ 613,14
RECORRENTE: J. G. D. S.
ADVOGADOS DO RECORRENTE: CARLA FALCAO SANTORO, OAB nº MG76571B, PRISCILA SAGRADO UCHIDA, OAB nº RO5255, PRISCILA SAGRADO UCHIDA, OAB nº RO5255
RECORRIDO: F. B. D. S.
ADVOGADO DO RECORRIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Nestes autos, bem como no relatório de id 89086166, nos autos de nº 7001829-31.2021.8.22.0014 – ação de modificação de guarda que Fernanda Batista da Silva move contra Joscemar Gonçalves dos Santos, consta que, em 14 de fevereiro de 2023, o Sr. Joscemar informou que Laissa foi passar as férias de dezembro com a genitora na cidade de Pimenteiras-RO e não retornou. Em observância ao princípio norteador do sistema protecionista do menor, qual seja, o princípio da preservação do melhor interesse do menor, que tem por objetivo facilitar a defesa de seus interesses em juízo, bem como pelo fato de constar nos autos (id 91929803 e 92864565), informação que a menor mudou-se para a Comarca de Cerejeiras-RO, o declínio da competência é medida que se impõe.
Posto isto, DECLINO DA COMPETÊNCIA para a Comarca de Cerejeiras-RO..
Proceda-se à remessa dos autos, com as baixas e anotações necessárias.
Intimem-se
Pratique-se o necessário.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7000771-90.2021.8.22.0014
Alimentos
EXEQUENTE: J. C. R.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ROSANGELA GOMES CARDOSO MENEZES, OAB nº RO4754
EXECUTADO: V. B. D. A.
ADVOGADO DO EXECUTADO: VAGNER BOSCATO DE ALMEIDA, OAB nº RO6737
DESPACHO
Expeça-se carta precatória para a comarca de Cacoal-RO, para a realização de hastas públicas do bem penhorado (Id 86145165).
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7001785-12.2021.8.22.0014
Compromisso
EXEQUENTE: WALDIR KURTZ
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DANIEL GONZAGA SCHAFER DE OLIVEIRA, OAB nº RO7176
EXECUTADOS: MARCIA MARIA PIRES, PEDRO LEANDRO DA SILVA FILHO
Despacho
Requer o exequente o redirecionamento da execução para a empresa em nome do executado Pedro Leandro da Silva Filho.
Indefiro o pedido da parte exequente, uma vez que a empresa do executado é sociedade empresária limitada, a qual não se confundir com o patrimônio do titular.
Neste sentido:

EMENTA: APELAÇÃO - EMBARGOS À EXECUÇÃO - REDIRECIONAMENTO - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - SÓCIO - EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. Tratando de empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, a Lei 12.441/2011 disciplina a aplicação das regras previstas às sociedades limitadas. O § 7º do art. 980-A do CC, incluído pela MP 881/2019, convertida na Lei 13.874/2019, determina que, somente o patrimônio social da empresa responderá pelas dívidas da empresa individual de responsabilidade limitada, hipótese em que não se confundirá, em qualquer situação, com o patrimônio do titular que a constitui, ressalvados os casos de fraude. A inclusão de sócio ao polo passivo da execução movida em desfavor da pessoa jurídica apenas é possível no caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa. (TJ-MG - AC: 10000204811582001 MG, Relator: Evangelina Castilho Duarte, Data de Julgamento: 24/09/2020, Data de Publicação: 24/09/2020)
Intime-se a parte exequente para requerer o que de direito, em dez dias.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível - e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7003602-77.2022.8.22.0014
Fixação
AUTORES: W. D. S. F. F. M., RUA FLORA 1573 ALTO ALEGRE - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA, W. D. S. M., RUA FLORA 1573 SETOR CHACAREIR - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA, D. P. D. E. D. R., AVENIDA LUIZ MAZIERO 4320 JARDIM AMÉRICA - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RÉU: KARINA FERREIRA FERRAZ, inscrita no CPF sob o nº 037.141.572-12, Endereço: Rua 31 de março, n.º 14, Centro, Itarumã-GO, Fone 64 9 9332 7402 ou Rua 31 de março, n.º 43, Centro, Itarumã-GO, CEP 75.810-000, Comarca de Caçu/GO.
REU SEM ADVOGADO(S)
R$ 3.151,20
SENTENÇA
Tratam os autos de ação de fixação de alimentos interposta por W. S. F. F., representado por seu genitor WELLITON DE SOUZA MOURA em face de KARINA FERREIRA FERRAZ MOURA, aduzindo, em síntese, que apesar da parte autora ser filho da requerida, esta não vem contribuindo com suas despesas. Diante deste contexto, pugna pela fixação de alimentos no valor correspondente a 30% do salário-mínimo.
Citada e intimada em 16/02/2023 (id nº. 87920516 - Pág. 14), a requerida deixou transcorrer in albis o prazo para apresentar sua contestação.
Intimada, a parte autora pugnou pelo reconhecimento do instituto da revelia e pela total procedência do pleito inaugural (id nº. 91420025).
Encaminhado os autos ao Ministério Público, seu representante reiterou a ausência de necessidade de intervenção daquele órgão (id nº. 91718345).
Vieram os autos conclusos.
É o relatório.
Decido.
No caso dos autos, considerando que a requerida, apesar de devidamente citada e intimada, quedou-se inerte e não apresentou oposição ao pleito inicial, reconheço a ocorrência do instituto da revelia. Por consequência, nos termos do art. 344 do CPC, presumo verdadeiros os fatos alegados pelo autor.
Desta forma, presumida a necessidade do alimentando e a possibilidade econômica da alimentante, presente se faz os requisitos autorizadores da fixação da obrigação alimentar, uma vez que a prova da maternidade está evidenciada pela certidão de nascimento anexada aos autos (id nº. 75850458 - Pág. 5).
Com efeito, no que pertine ao dever de prestar alimentos, estabelece o artigo 1.694 do Código Civil que:
“Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação”.
Os filhos estão sujeitos, enquanto menores, ao poder familiar e, o exercício desse poder abrange a criação, a educação, a guarda e a proteção dos menores. Portanto, certo é que aos pais incumbe, ainda sob esse fundamento, o sustento dos filhos até que possam realizar por si os atos da vida civil.
Levando-se em conta o binômio previsto no artigo 1.694, § 1º, do Código Civil, em análise ao primeiro aspecto, denota-se que a necessidade é presumida no caso in concreto, já que o requerente conta com apenas 09 (anos) anos e inexiste, nos autos, qualquer indício de que tenha condições de fazer frente sozinhos a suas despesas, nem mesmo que de forma parcial.
No que respeita ao quantum necessário, considerando que as despesas dos filhos devem ser suportadas por ambos os genitores e, por inexistir, nestes autos, provas que demonstrem qual a despesa mensal do requerente, tenho que o valor correspondente a 30% do salário-mínimo é suficiente para custear a metade das despesas mensais da criança.
Quanto a possibilidade da genitora, considerando que apesar de devidamente intimada, permaneceu inerte e sequer alegou que não tinha condições econômicas para tanto, vislumbro presentes os elementos que autorizam a fixação da obrigação alimentar no patamar de 30% do salário mínimo. Eventuais despesas extraordinárias também deverão ser custeadas na proporção de 50% para cada um dos genitores, mediante apresentação de comprovação.
Tendo em vista do princípio da carga dinâmica das provas, o ônus de comprovar a impossibilidade de arcar com os alimentos compete a quem está obrigado ao pagamento, isso porque detém o alimentante melhores condições de demonstrar sua real capacidade, geralmente de difícil acesso pelo alimentado.
Nesse sentido:
APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DE FAMÍLIA. ALIMENTOS. NECESSIDADE X POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PROVAS DA INCAPACIDADE DO ALIMENTANTE. MANUTENÇÃO DO PERCENTUAL ESTABELECIDO NA SENTENÇA. HONORÁRIOS. MAJORADOS. 1. O dever de sustentar os filhos é obrigação de ambos os pais, decorrente do exercício do poder familiar, não podendo ser atribuído a apenas

um deles, independentemente da situação conjugal, conforme preceituam os artigos 229 da Constituição Federal e 1.634 do Código Civil. 2. Os alimentos devem expressar as necessidades do alimentando, de forma a proporcionar um viver condigno com sua condição social, sem olvidar a adequação às reais possibilidades financeiras do alimentante para tal desiderato. Sob esse fundamento é que se assenta o binômio necessidade-possibilidade. 3. Cabe ao réu/apelante o ônus de comprovar que não possui condições de arcar com a quantia fixada a título de alimentos, o que não ocorreu na espécie. 4. Demonstrado que, considerando a situação fática apresentada, a prestação alimentar fixado pelo Juízo a quo atendeu aos ditames legais, não se mostrando excessiva ou desarrazoada, a sentença deve ser mantida. 5. Reconhecida a sucumbência recursal, devem os honorários advocatícios ser majorados, nos termos do art. 85, § 11, do CPC. 6. Recurso conhecido e improvido. (TJ-DF 07103548420188070020 - Segredo de Justiça 0710354-84.2018.8.07.0020, Relator: ANA CANTARINO, Data de Julgamento: 06/11/2019, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe : 19/11/2019)
Outrossim, colhe-se do Egrégio TJRO:
ALIMENTOS. REDUÇÃO. RENDIMENTOS. IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO DOS ALIMENTOS FIXADOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. A fixação dos alimentos deve atentar para a necessidade do alimentando e a possibilidade do alimentante. Não há que se falar em redução do valor fixado em alimentos quando não comprovada a impossibilidade financeira do alimentando em arcar com o percentual fixado, este em patamar razoável as necessidades presumidas da menor alimentada. (Apelação, Processo nº 0003891-49.2014.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 20/07/2016)
É sabido que, dentre outras atribuições, compete aos pais criar e educar os filhos, dando-lhes uma formação moral e intelectual digna, adequada à realidade familiar, sendo certo que o dever de prestar alimentos deriva destas obrigações, vez que a criação e educação dos filhos implicam em gastos necessários à sua subsistência, como alimentação, vestuário, saúde, lazer, educação, dentre outros.
Aqui, cumpre registrar que os alimentos decorrentes do dever de sustento que os pais têm para com seus filhos (arts. 1.568, CC/02; 229, 1ª parte da CF; 22 do ECA) perduram enquanto existir o poder familiar (filhos menores), sendo a obrigação alimentícia dele decorrente indiscutível e presumida, devendo a alimentante prestar alimentos, mesmo que se encontre em precária situação econômica, o que não é o caso dos autos.
Assim, reputo condizente ao caso a fixação em 30% do salário-mínimo vigente, acrescido da complementação com 50% de despesas médicas, farmacêuticas, escolares e aquelas relativas a vestimentas, mediante apresentação de receita/recibo, o que atenderá às demandas necessárias do adolescente e não implicará oneração excessiva ao seu genitor.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, o que faço para FIXAR os alimentos definitivos em 30% (trinta por cento) do salário-mínimo vigente, mais complementação com 50% de despesas médicas, farmacêuticas, odontológicas, escolares e aquelas relativas a vestimentas, mediante apresentação de receita médica e outros recibos.
Em consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Pelo princípio da causalidade, condeno a parte vencida ao pagamento de honorários de advogado, os quais fixo em 10% do valor atribuído à causa, com fulcro no artigo 85, §2º, do CPC.
Isento de custas, nos termos do art. 6º, IV da Lei nº. 3.986/2016.
Diante da manifestação existente nos autos, proceda-se a exclusão do Ministério Público como custos legis, bem como proceda-se o necessário para a atualização do endereço da requerida nos termos consignados no documento anexado ao id nº. 87920516 - Pág. 17.
Publicação e registros automáticos.
Intimem-se.
Cumpra-se, servindo a presente como mandado/carta/carta precatória/ofício.
Após o trânsito em julgado, nada sendo requerido, arquivem-se os autos.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
7002121-84.2019.8.22.0014
Correção Monetária
REQUERENTE: VICENTE LEAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALCIR LUIZ DE LIMA, OAB nº RO6770
EXCUTADO: TANIA MARIA DE OLIVEIRA EIRELI
ADVOGADO DO EXCUTADO: ZEILLE MARIA DE OLIVEIRA, OAB nº PR71894
DESPACHO
Há determinação de penhora mensal no benefício da executada.
Assim, suspendo o processo por 180 (cento e oitenta) dias.
Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se a parte autora, na pessoa de seu procurador, para impulsionar o feito, em cinco dias.
Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para dar prosseguimento ao feito, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7005228-34.2022.8.22.0014
Seguro, Acidente de Trânsito
AUTOR: SOMPO SEGUROS

ADVOGADOS DO AUTOR: LUIZ ANTONIO DE AGUIAR MIRANDA, OAB nº SP93737, PROCURADORIA SOMPO SEGUROS SA
REU: RONAN DE CARVALHO TROCZINSKI
ADVOGADOS DO REU: KELEN CRISTINA DE BRITO DA SILVA, OAB nº RO12147, LUIZ ANTONIO GATTO JUNIOR, OAB nº RO4683A
DECISÃO
O requerido alegou conexão entre esta Ação Regressiva de ressarcimento e àquela Ação de indenização por danos materiais de acidente de trânsito c/c lucros cessantes que tramita perante o Juízo da 1ª Vara Cível sob o número 7006776-02.2019.8.22.0014. Tanto nesta causa quanto naquela, se discute questões relativas ao acidente de trânsito, os danos e ressarcimento ocorridos em face do acidente.
O autor em sede de impugnação à contestação não se opôs ao pedido de conexão formulado pelo Réu.
Os fatos e a causa de pedir evidencia a conexão entre causas que tramitam perante juízes da mesma comarca, causa de modificação da competência pela prevenção do juízo no qual se verificou primeiramente a distribuição do feito, regra processual específica do art. 59 do CPC/2015. Nota-se que a Ação de indenização por danos materiais de acidente de trânsito c/c lucros cessante, foi distribuído ao Juízo da 1ª Vara no ano de 2019, enquanto distribuição desta ação na Vara 4ª Vara se deu no ano de 2022.
Assim, reconheço a prevenção do d. Juízo 1ª Cível desta Comarca, para o qual declino da competência, nos termos do art. 55, §1º e §3º, do CPC.
Encaminhem-se os autos à 1ª Vara Cível desta Comarca de Vilhena, procedendo-se à imediata redistribuição por dependência aos processos n. 7006776-02.2019.8.22.0014, que lá tramita.
Intimem-se.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7005835-18.2020.8.22.0014
Dissolução
AUTOR: T. B. S.
ADVOGADO DO AUTOR: VERA LUCIA PAIXAO, OAB nº RO206
REU: L. J. T.
ADVOGADOS DO REU: EBER ANTONIO DAVILA PANDURO, OAB nº RO5828, KLEBER WAGNER BARROS DE OLIVEIRA, OAB nº RO6127
DESPACHO
Intime-se o requerido para, querendo, apresentar sobre os embargos declaração de Id 93057830, no prazo de dez dias.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7007091-98.2017.8.22.0014
Contratos Bancários
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ITALO SCARAMUSSA LUZ, OAB nº BA67070
EXECUTADO: FABRICIO RODRIGO LOVISKI PILZ
Despacho
Concedo o prazo de quinze dias para manifestação da parte autora.
Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para dar andamento ao feito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível E-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7005969-40.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Protocolado em: 21/06/2023
Valor da causa: R$ 8.000,00
AUTOR: BENICIO DA ROSA SOUZA, RUA RESIDENCIAL FLORENÇA-NOVE 7950, CASA RESIDENCIAL FLORENÇA - 76985-682 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CICERO JUNIOR ASSUNCAO DA SILVA, OAB nº RO11412
REU: TAM LINHAS AÉREAS S/A, RUA ÁTICA 673, - DE 483/484 AO FIM SALA 62, ANDAR 6 JARDIM BRASIL (ZONA SUL) - 04634-042 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A

DESPACHO
DESIGNO audiência de conciliação para o dia 01 de setembro de 2023, às 11h:30min, por sistema de videoconferência, a ser realizada pelo NUCOMED (Núcleo de Conciliação e Mediação), por meio do aplicativo Google Meet no seguinte link: meet.google.com/ohb-mgmz--yzd .
As partes/advogados deverão informar no processo os contatos telefônicos através dos quais participarão da solenidade com antecedência mínima de 05 (cinco) dias antes da data agendada para a audiência de conciliação.
No horário da audiência por videoconferência, as partes deverão estar disponíveis através do número de celular informado, em local apropriado, para que a audiência possa ter início, e tanto as partes como os advogados acessarão e participarão do ato após receberem a chamada.
Cite-se e intime-se, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da solenidade. Caso a parte ré não tenha interesse na autocomposição, deverá informar o juízo, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência designada, bem como seu prazo de defesa começa contar da data do protocolo do pedido de cancelamento.
Não havendo acordo, o réu poderá apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, cujo prazo terá início se infrutífera a conciliação, sob pena de revelia.
Sendo infrutífera a conciliação, fica a parte autora intimada para comprovar o recolhimento das custas iniciais adiadas em até 05 (cinco) dias depois da audiência.
Fica a parte autora intimada da realização da audiência, por meio de seu advogado.
Servirá esta decisão como mandado/carta de citação e intimação para audiência de conciliação.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
0051947-29.2004.8.22.0014
Posse, Aquisição
EXEQUENTES: NANCI DE FATIMA DE ARAUJO CARAMELLO, ANA PAULA COUTINHO MENDES DE OLIVEIRA, JUVENAL MENDES DE OLIVEIRA JUNIOR, MOACYR CARAMELO
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: SERGIO ABRAHAO ELIAS, OAB nº RO1223A
EXECUTADOS: JOÃO MELO DE SOUZA, JOAO ALBERTO KONZEN, ALBARI PIRES DA SILVA, LUIZ CARLOS SILVA NASCIMENTO, IVONE PIRES DA SILVA, ROSILENE DO CARMO CUSTODIO DA SILVA MONTEIRO, JERSON APARECIDO DA SILVA, JOSE MIGUEL ROBERTO ROSA, LAUCIDIO MALAQUIAS NOGUEIRA, LUIZA PEREIRA DOS SANTOS, SANDRA REGINA ALVES PEREIRA, JAIRO DA ROSA, DIORANDE DIAS MONTALVAO, VANDERCI DE PAULA CAMPOS, IVANDRO ANTONIO BUZANELLO
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DEJAMIR FERREIRA DA COSTA, OAB nº RO1724A, MAILA SUZAMAR DA ROCHA, OAB nº MT12690, SIMONI ROCHA, OAB nº RO2966, RAFAEL ENDRIGO DE FREITAS FERRI, OAB nº RO2832A, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Concedo o prazo de quinze dias para manifestação da parte exequente.
Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se pessoalmente para dar andamento ao feito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7004385-06.2021.8.22.0014
Comodato
EXEQUENTE: NASCIMENTO & BRITO LTDA - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PATRICIA DE JESUS PRASERES, OAB nº RO9474
EXECUTADO: WILLAN JANUARIO DA SILVA
Despacho
Não consta valores depositados nos autos.
Suspendo o processo por 06 (seis) meses.
Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se o autor para impulsionar o feito, em cinco dias.
Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte exequente para dar prosseguimento ao feito, em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção (artigo 124, inciso XI, da DGJ).
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: vha4civel@tjro.jus.br
Processo : 7004583-19.2016.8.22.0014
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE RONDONIA
Advogados do(a) EXEQUENTE: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - RO3831, LILIAN MARIANE LIRA - RO3579
EXECUTADO: BRUNA MARIA FONSECA SANTOS
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Processo : 7001569-17.2022.8.22.0014
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO JURUENA SICREDI UNIVALES MT
Advogado do(a) EXEQUENTE: GERSON DA SILVA OLIVEIRA - MT8350-O
EXECUTADO: PATRICIA LEME MACHADO 04841539190 e outros
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Processo : 7006640-34.2021.8.22.0014
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: LAIRCE MARTINS DE SOUZA
Advogado do(a) REQUERENTE: DAVI ANGELO BERNARDI - RO6438
REQUERIDO: SOELI CADORE
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
ÓRGÃO EMITENTE: Vilhena - 4ª Vara Cível
EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Prazo: 20 dias)

DE: VAGNER APARECIDO WILKE DE SANTANA CPF: 020.060.052-43, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: INTIMAR o(a) Executado(a) acima qualificado quanto ao bloqueio/penhora on line realizada, conforme documento ID 91589640, para querendo impugnar nos termos do artigo 854, § 3º do CPC, no prazo de 05 (cinco) dias.
OBSERVAÇÃO: Caso não tenha condições de constituir advogado particular, deverá procurar a Defensoria Pública. A presente ação pode ser consultada pelo endereço eletrônico http://pjeconsulta.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça)
Processo:7000722-83.2020.8.22.0014
Classe:PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Exequente:PATO BRANCO ALIMENTOS LTDA CPF: 02.570.953/0003-82, ESTEVAN SOLETTI CPF: 891.594.701-00, GILSON ELY CHAVES DE MATOS CPF: 008.929.516-13
Executado: VAGNER APARECIDO WILKE DE SANTANA CPF: 020.060.052-43
DECISÃO ID 89745628: "(Defiro o pedido de penhora online, com fundamento no artigo 835, inciso I do CPC.Segue documento que comprova a penhora online via Sisbajud no valor de R$ 1.217,87.)
Sede do Juízo: Fórum Cível, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702, e-mail: cpe4ivvil@tjro.jus.br
Vilhena, 29 de junho de 2023.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)
Data e Hora
29/06/2023 17:22:42
Validade: 31/08/2023, conforme estabelece o Art. 22, inciso I, letras "a" e "b", da Instrução Presidencial Nº 001/2012 – PR, publicada no DJE nº 031 de 15/02/2012.
a
1877
Caracteres
1406
Preço por caractere
0,02451
Total (R$)
34,46

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Processo : 7005734-73.2023.8.22.0014
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ANA PEREIRA APOLINARIO
Advogados do(a) AUTOR: LEANDRO MARCIO PEDOT - RO0002022A, VALDINEI LUIZ BERTOLIN - RO6883
REU: BANCO C6 CONSIGNADO S.A.
Advogado do(a) REU: FELICIANO LYRA MOURA - PE0021714A
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7000173-44.2018.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Protocolado em: 12/01/2018
Valor da causa: R$ 60.290,00
EXEQUENTE: ASTRID SENN
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: WILLIAN FROES PEREIRA NASCIMENTO, OAB nº RO6618, JOSAFA LOPES BEZERRA, OAB nº PE3165, ASTRID SENN, OAB nº RO1448A
REQUERENTE: ROGER ISRAEL BARBOSA, RUA BITTENCOURT SAMPAIO (567) 752 JARDIM AMERICA - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Intime-se o executado, por meio do seu advogado, para comprovar o pagamento das parcelas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de penhora.
Com a manifestação, retornem os autos conclusos.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
0065201-06.2003.8.22.0014
Dissolução
EXEQUENTE: R. R. P.
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA, OAB nº RO3046
EXECUTADO: A. P. C.
ADVOGADOS DO EXECUTADO: WAGNER APARECIDO BORGES, OAB nº RO3089, JUVENILCO IRIBERTO DECARLI JUNIOR, OAB nº RO1193, MARIA LUCIA PRETTO, OAB nº RO248
DESPACHO
Ao que consta nos autos o órgão empregador já foi oficiado, permanecendo inerte.
Conforme cálculos da contadoria judicial de Id 37177496, ainda resmanesce o valor de R$ 3.187,29.
Assim, intime-se o executado, por meio de seu advogado, para efetuar o pagamento do valor remanescente, no prazo de dez dias, sob pena de penhora.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7003068-75.2018.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Protocolado em: 07/05/2018
Valor da causa: R$ 15.401,65
EXEQUENTE: RIGON TRATOR PECAS LTDA - EPP, AVENIDA CANAÃ 1592 ÁREAS ESPECIAIS - 76870-240 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: VERGILIO PEREIRA REZENDE, OAB nº RO4068
EXECUTADO: M. V. DUARTE - ME, AVENIDA TANCREDO NEVES 3205 CENTRO - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Trata-se de pedido de devolução de custas judiciais recolhidas indevidamente, formulado pela parte autora. Alega que por equivoco efetuou o pagamento em duplicidade e requer a devolução dos valores nos termos da Instrução n.º 009/2010-PR. Junta documentos e formulário.
Pois bem.
Não assiste razão à parte autora.
Em análise ao sistema de controle de custas do TJRO, verifica-se que foi recolhido tão somente uma custa de diligência do oficial de justiça, conforme documento anexo. Quanto ao documento de id 89325203, nota-se que houve apenas o agendamento de pagamento no dia 10/04/2023, para pagamento no dia do vencimento 15/04/2023 (sábado), tendo o efetivo pagamento ocorrido somente na segunda feira dia 17/04/2023, portanto não há o que se falar em pagamento em duplicidade.
Ante o exposto, indefiro o pedido de devolução do valores.
No mais, intimem-se para
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível - e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7007182-23.2019.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Protocolado em: 31/10/2019
Valor da causa: R$ 21.806,19
EXEQUENTE: DAVI HENRIQUE BATISTA BELEM, RUA MARIO GOMES CORREA 1086 JARDIM AMÉRICA - 76980-696 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: TAYANE ALINE HARTMANN PIETRANGELO, OAB nº RO5247A
EXECUTADO: SERGIO BARBOSA BELEM, RODOVIA BR-259 JOÃO NEIVA-BAIXO GUANDÚ S.N, HOSPITAL SÃO BERNARDO BENJAMIN CARLOS DOS SANTOS - 29712-400 - COLATINA - ESPÍRITO SANTO
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Tratam os autos de cumprimento de sentença proposta por D. H. B. B., representado por sua genitora ELISANGELA BATISTA PEREIRA em face de EXECUTADO: SERGIO BARBOSA BELEM
Intimado por edital (id nº. 55937464), o requerido permaneceu inerte. Foi nomeada a Defensoria Pública para atuar como curador especial, porém, nenhuma impugnação foi apresentada.
Realizada pesquisas via sistema SISBAJUD, bem como expedição de carta precatória para penhora de salário, até o presente momento, nem o executado e nem qualquer valor foi localizado para a satisfação do débito alimentar.

Diante deste contexto, a parte autora apresentou outro endereço e pugnou por nova expedição de carta precatória para a penhora e avaliação de bens móveis ou imóveis que sejam encontrados em uso do executado, uma vez que este tem omitido o patrimônio disponível.
Vieram os autos conclusos.
Pois bem.
De início, DEFIRO o pedido do credor anexado ao id nº 91746501. Assim, EXPEÇA-SE CARTA PRECATÓRIA para penhora e avaliação dos bens que estejam em posse do executado SÉRGIO BARBOSA BELÉM, inclusive daqueles que guarnecem sua residência (art. 836, §1º do CPC)
Deverá, ainda, ser solicitado ao juízo deprecado que, caso o Sr. Oficial de Justiça obtenha informações sobre o local de trabalho do executado, seja ele público ou particular, deverá proceder a penhora no percentual de 20% (vinte por cento) da verba salarial líquida do executado até que seja completamente satisfeito o valor devido ao credor no montante de R$ 34.647,56 (trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).
Neste caso, deverá ser notificado o empregador, esclarecendo que o depósito do valor descontado deve ser feito em conta judicial vinculada a este juízo, na Caixa Econômica Federal, com indicação do número do presente processo (7007182-23.2019.8.22.0014).
Efetuada a penhora, proceda-se a intimação da parte executada, para, querendo apresentar impugnação no prazo de 15 dias. Observe o Sr. Oficial de Justiça o disposto no §2º, do art. 212, do CPC. Se ocorrer a hipótese do artigo 846 do CPC, o oficial deverá solicitar ordem de arrombamento, que desde já DEFIRO. Caso necessário requisite-se força policial.
Por fim, visando a tentativa de solvência do débito alimentar, procedi o lançamento de nova ordem de pesquisa no sistema SISBAJUD, na modalidade teimosinha (consoante extrato ora anexado), devendo o feito aguardar em cartório por 30 (trinta) dias e, após retornar conclusos para verificação das respostas.
Após, aguarde-se o cumprimento da Deprecata.
Intime-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7002797-61.2021.8.22.0014
Obrigação de Fazer / Não Fazer
AUTOR: NOE COSTA ALVES
ADVOGADOS DO AUTOR: PAULO APARECIDO DA SILVA, OAB nº RO8202, KLEBER WAGNER BARROS DE OLIVEIRA, OAB nº RO6127, EBER ANTONIO DAVILA PANDURO, OAB nº RO5828
REU: ADEMIR BRITO DOS SANTOS
Sentença
I – RELATÓRIO
Noé Costa Alves ajuizou ação de obrigação de fazer c/c danos morais contra Ademir Brito dos Santos, alegando que em 30/11/2009 realizou a venda da motocicleta Honda, modelo CG 150 Titan, placa NDW 9544, ano 2009 ao requerido. Disse que o veículo possui débitos no valor de R$ 1.297,12. Requereu que o requerido proceda a transferência do veículo e dos débitos, bem como a condenação em danos morais. Juntou procuração e documentos.
O requerido foi citado por edital e apresentou defesa no Id 92429802.
Impugnação à contestação no Id 92926454.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Pretende o autor a transferência da motocicleta descrito na inicial, para o nome do requerido.
O autor juntou aos autos documentos demonstrando que realizou a venda da motocicleta para o requerido, conforme se vê no documento de Id 57185604.
Desse modo, o requerido permanecer inadimplente quanto à obrigação legal de transferir o veículo, prevista no art. 123 do Código de Trânsito Brasileiro, que em seu art. 134 também impõe o dever do vendedor de comunicar o Detran:
Art. 123. Será obrigatória a expedição de novo Certificado de Registro de Veículo quando:
I - for transferida a propriedade;
...
§ 1º No caso de transferência de propriedade, o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação da expedição do novo Certificado de Registro de Veículo é de trinta dias, sendo que nos demais casos as providências deverão ser imediatas.
...
Art. 134. No caso de transferência de propriedade, o proprietário antigo deverá encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado dentro de um prazo de trinta dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação.
Assim, comprovado a inércia do requerido em proceder a transferência da motocicleta, dou procedência ao pedido inicial, para condenar a requerida a proceder a transferência da motocicleta para seu nome.
Danos morais
No que tange à pretensão de danos morais, o autor não comprova a ocorrência de dano a ofensa aos atributos da personalidade, requisito capaz de ensejar abalo moral, ônus que cabia a parte autora, conforme artigo 373, inciso I do CPC.
A pretendida indenização por danos morais, porque embora ordinariamente toda situação semelhante como a suportada pelo autor cause um transtorno, tal situação não alcança, em regra a gravidade configuradora de dano moral. Embora desagradável, a situação relatada não excedeu a um aborrecimento causado pelo réu ao autor, abalo que tende a ser resolvido com a transferência veículo para o nome do

requerido, bem como não restou comprovado a existência de protesto ou inscrição em cadastro de inadimplente.
Ademais, de acordo com o CTB, é obrigação do vendedor transferir a propriedade do veículo assinando o CRV, para evitar responsabilidades no âmbito administrativo, civil e penal, bem como comunicar a venda ao DETRAN (art. 134 do CTB).
Dessa forma, ao pactuar esse tipo de negociação atípica do veículo assumiu o risco, fato que não o legitima reclamar uma indenização pecuniária para atenuar a negativação do seu nome.
III – DISPOSITIVO
Face do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial movido por Noé Costa Alves contra Ademir Brito dos Santos, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, e CONDENO o requerido a proceder transferência para seu nome da motocicleta Honda, modelo CG 150 Titan, placa NDW 9544, ano 2009, bem como efetuar o pagamento de todos os débitos da motocicleta a partir de 30/11/2009. Julgo improcedente o pedido de danos morais.
Oficie-se ao Detran – RO, informando que a motocicleta descrita acima fora vendida para o requerido em 30/11/2009, devendo os débitos relacionados a motocicleta a partir da data da venda serem lançados em nome do requerido Ademir Brito dos Santos, CPF n. 967.606.721-00, RG n. 11836555 SSP/MT.
Serve como ofício ao Detran.
Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor dado a causa.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7005955-56.2023.8.22.0014
Procedimento Comum Cível
AUTOR: PEDRO ADEMIR DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: SERGIO CRISTIANO CORREA, OAB nº RO3492A
REU: MARLENE ROSA DO NASCIMENTO DOS SANTOS, RUA LUIZ ANTONIO KLICZEWSKI 1125 BNH - 76987-264 - VILHENA - RONDÔNIA
Despacho
Pedro Ademir dos Santos ingressou com ação de exoneração de alimentos c/c antecipação de tutela contra Marlene Rosa do Nascimento dos Santos, alegando que foi fixado alimentos provisórios em favor da requerida no percentual de 30% de seus rendimentos em 2019, e passados mais de 04 anos, tempo sufiicinete para que a requerida entrasse no mercado de trabalho. Requereu em tutela a suspensão do pamento da pensão alimentícia.
Pois bem. Decido.
A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No entanto, o referido Codex ressalva que, em havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência de natureza antecipada, esta não será concedida (art. 300, § 3°, CPC), devendo o processo ter seu curso com ampla defesa e ampla produção de provas, a fim de que com o juízo de cognição exauriente se possa analisar e decidir a lide.
Ademais, o autor não apresentou documentos que demonstrem que a requerida está habilitada ou/e entrou no mercado de trabalho.
Ausentes, pois, os requisitos exigidos pelo art. 300, do CPC, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência.
Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 01/09/2023, às 09h30mim, por sistema de videoconferência (meet.google), a ser realizada pelo NUCOMED (Núcleo de Conciliação e Mediação).
As partes/advogados deverão informar no processo os contatos telefônico e email para participação da solenidade com antecedência mínima de cinco dias antes da data agendada para audiência de conciliação.
Segue o link de acesso ao meet.google: meet.google.com/ubp-ydsy-tpn
Se porventura o autor não possuir o telefone da parte contrária, o Oficial de Justiça responsável pelo cumprimento do mandado deverá, quando do cumprimento deste mandado, colher as referidas informações com o requerido.
Cite-se e intime-se a requerida, com antecedência mínima de vinte dias da solenidade. Caso o requerido não tenha interesse na autocomposição, deverá informar o juízo, por petição, com dez dias de antecedência, contados da data da audiência designada, bem como seu prazo de defesa começa contar da data do protocolo do pedido de cancelamento.
Não havendo acordo, o réu poderá apresentar contestação no prazo de quinze dias, cujo prazo terá início se infrutífera a conciliação, sob pena de revelia.
Ficam as partes advertidas que, o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.
Fica a parte autora intimada da realização da audiência, por meio de seu advogado.
Servirá esta decisão como mandado/carta de citação e intimação para audiência de conciliação.
Vilhena, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível - e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n. 7005976-32.2023.8.22.0014
Classe: Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos
REQUERENTE: J. P. D. S., CPF nº 01073261247, RUA 5204 n 3774,, TELEFONE 69 99221-4078, CIDADE NOVA, - 76988-899 - VILHENA - RONDÔNIA

ADVOGADO DO REQUERENTE: DIANDRA DA SILVA VALENCIO, OAB nº RO5657A
WESLEY CONTINI DA SILVA, autônomo, brasileiro, solteiro, portador do RG 9666907 SESDEC/RO, CPF nº 014.492.942-27, residente e domiciliado na Av. 1505, nº 1461, Cristo Rei, na cidade de Vilhena-RO, telefone 69 99332-8087
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Distribuição:29/06/2023
Valor da causa: R$ 3.828,22
DESPACHO
Defiro a gratuidade processual.
INTIME-SE o executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir espontaneamente a obrigação fixada no título executivo judicial, para pagamento da quantia de R$ R$ 3.828,22 , sob pena de ser acrescida automaticamente multa de 10%, e honorários advocatícios no valor de 10%, ambos sobre o valor do débito, nos termos do art. 523, § 1º, do CPC.
Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, desde já determino a efetivação de penhora e avaliação dos bens do executado (CPC, art. 523, §3º), bem como determino que se proceda ao protesto do pronunciamento judicial, observando-se o que dispõe o art. 98, §1º, IX, do CPC.
Advirta-se o executado de que, em caso de pagamento posterior ao protesto, a baixa deste somente se dará mediante o pagamento das custas e emolumentos cartorários.
Transcorrido o prazo acima, poderá o executado interpor impugnação nos próprios autos no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação (CPC, art. 525), observando-se que a interposição do ato não impede a prática dos atos executivos e expropriatórios, nos termos do art. 525, §6º, do CPC, salvo exceções e observados os requisitos legais.
Intimem-se.
Pratique-se o necessário.
SIRVA ESTE DESPACHO COMO CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO E DEMAIS ATOS DE EXPEDIENTE.
Vilhena, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7006155-63.2023.8.22.0014
Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito
AUTOR: MARLON ELIECER MONTOYA GUEVARA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE FONSECA LACERDA DE OLIVEIRA, OAB nº RO5755
REU: MUNICIPIO DE VILHENA, AVENIDA s/n CENTRO ADMINISTRATIVO DOUTOR TEOTÔNIO VILELLA - 76980-150 - VILHENA - RONDÔNIA
R$ 101.469,22
DESPACHO
Defiro os benefícios da gratuidade processual.
Cite-se para contestar em 30 dias, nos termos do artigo 183 CPC.
Serve como mandado ou expeça-se o necessário.
Vilhena, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7001978-95.2019.8.22.0014
Alimentos
REQUERENTE: S. B. C., CPF nº 06618403286
RECORRIDO: R. D. S. C.
DESPACHO
Intime-se pessoalmente a parte autora para dar andamento ao feito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção.
Decorrido o prazo sem manifestação, concluso para extinção.
Serve como carta e em caso o ar retorne negativo, expeça-se mandado.
INTIMAÇÃO DE: S.B.C., nascida em 30/04/2014, menor, representada por sua genitora, JHENNIFER SOUZA BALBINO CHAGAS, Endereço: RUA ARLINDO REBELATO, n° 2819, SETOR 23, Vilhena - RO - CEP: 76985-148
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível - e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 0062188-09.1997.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Protocolado em: 06/09/2002
Valor da causa: R$ 12.028,97

EXEQUENTES: BERON - BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A, AV. MAJOR AMARANTE 3168 CENTRO - 76980-152 - VILHENA - RONDÔNIA, Estado de Rondônia
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: ALINE FERNANDES BARROS, OAB nº RO2708, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: ESCOLA DE EDUCAÇÃO DE 1º E 2º GRAU MARIA MONTESSORI LTDA, RUA SALDANHA MARINHO 282 CENTRO - 76980-012 - VILHENA - RONDÔNIA, IVONE ABRAO DE FREITAS PEREIRA, AV. LEOPOLDO PERES 233 CENTRO - 76980-182 - VILHENA - RONDÔNIA, JOAO BATISTA DE FREITAS PEREIRA, AV.LEOPOLDO PERES 2933 CENTRO - 76980-182 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: MICHELE MACHADO SANT ANA LOPES, OAB nº RO6304, ROBERTO BERTTONI CIDADE, OAB nº MT24773B, CARLA FALCAO SANTORO, OAB nº MG76571B, ELIAS MALEK HANNA, OAB nº RO356A
DESPACHO
Suspendo o processo por 90 (noventa) dias.
Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se a parte autora, na pessoa de seu procurador, para impulsionar o feito, em 05 (cinco) dias, sob pena de suspensão.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Processo : 7005821-05.2018.8.22.0014
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO NO ESTADO DE RONDONIA - ASPER
Advogados do(a) REQUERENTE: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO3208, TAINA KAUANI CARRAZONE - RO8541
REQUERIDO: RUBENS SEVERIANO DE SOUZA
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS EDITAL Fica a parte AUTORA intimada a proceder o recolhimento de custas para publicação do Edital no DJ, no prazo de 05 (cinco) dias, sob o CÓDIGO 1027. O boleto deverá ser gerado no sistema de controle de custas processuais no seguinte link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
0087077-12.2006.8.22.0014
Aposentadoria por Incapacidade Permanente
EXEQUENTE: MIGUEL BALIONE DA SILVA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ANA PAULA MORAIS DA ROSA, OAB nº AC3217
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Intime-se a parte exequente para manifestar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença de Id 93124334, no prazo de dez dias.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7001795-22.2022.8.22.0014
Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, Cláusulas Abusivas
AUTOR: SIDNEY BUARQUE BALDISSERA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCUS AURELIO CARVALHO DE SOUSA, OAB nº RO2940
REU: CONSTRUTORA MORENA SUL LTDA
ADVOGADO DO REU: MARCELO GOMES DO VALE, OAB nº PR56617
Valor de débito: 5.841,62
DESPACHO
Proceda-se a alteração da classe nos termos do artigo 523 do CPC, bem como a alteração dos polos, devendo constar no polo ativo Marcelo Gomes do Vale e no polo passivo Sidney Buarque Baldissera.
Intime-se o devedor, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida, bem como as custas processuais, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios em 10%.
Transcorrido o prazo de quinze dias, sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de quinze dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (artigo 525, CPC).
Vilhena,segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7010577-18.2022.8.22.0014
Adjudicação Compulsória
AUTOR: LUZINETE BRITO DE AZEVEDO
ADVOGADOS DO AUTOR: TULIO MAGNUS DE MELLO LEONARDO, OAB nº RO5284, RAFAEL BRAMBILA, OAB nº RO4853A
REU: LUIZ CLAUDIO LOPES, JERONIMO LOPES
Despacho
Indefiro o pedido de suspensão, uma vez que os autos já foram sentenciado.
Intime-se.
Sem requerimentos, arquivem-se os autos.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7005241-96.2023.8.22.0014
Ação de Partilha
REQUERENTES: MIRIAN HOTTS FEITOSA, LUCAS DA COSTA PAGANINI
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: TATIANE PEREIRA FRANCO WEISMANN, OAB nº MT19039A, IRACEMA MARTENDAL CERRUTTI, OAB nº RO2972A, ALINE COUTINHO ALBUQUERQUE GOMES, OAB nº MT12947
REQUERIDOS: EMERSON FABIO PAGANINI, RUA OITO MIL DUZENTOS E TRÊS RESIDENCIAL BARÃO MELGAÇO I - 76982-288 - VILHENA - RONDÔNIA, JOSIANE DOS SANTOS, RUA BICO DE ROSA JARDIM AEROPORTO - 78301-500 - TANGARÁ DA SERRA - MATO GROSSO
Despacho
Acolho a emenda da inicial.
Defiro os benefícios da gratuidade processual.
Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 25/08/2023, às 10h30mim, por sistema de videoconferência (meet.google), a ser realizada pelo NUCOMED (Núcleo de Conciliação e Mediação).
As partes/advogados deverão informar no processo os contatos telefônico e email para participação da solenidade com antecedência mínima de cinco dias antes da data agendada para audiência de conciliação.
Segue o link de acesso ao meet.google: meet.google.com/ifn-bovq-vgm
Se porventura o autor não possuir o telefone da parte contrária, o Oficial de Justiça responsável pelo cumprimento do mandado deverá, quando do cumprimento deste mandado, colher as referidas informações com o requerido.
Cite-se e intime-se o requerido, com antecedência mínima de vinte dias da solenidade. Caso o requerido não tenha interesse na autocomposição, deverá informar o juízo, por petição, com dez dias de antecedência, contados da data da audiência designada, bem como seu prazo de defesa começa contar da data do protocolo do pedido de cancelamento.
Não havendo acordo, o réu poderá apresentar contestação no prazo de quinze dias, cujo prazo terá início se infrutífera a conciliação, sob pena de revelia.
Ficam as partes advertidas que, o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.
Fica a parte autora intimada da realização da audiência, por meio de seu advogado.
Servirá esta decisão como mandado/carta de citação e intimação para audiência de conciliação.
Vilhena, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
0026807-17.2009.8.22.0014
Nota Promissória
EXEQUENTE: CELIO SABIA DE CAMPOS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CRISTIANE TESSARO, OAB nº AC1562
EXECUTADO: HAMILTON CESAR DE ARAUJO COSTA
ADVOGADOS DO EXECUTADO: MANOEL RIBEIRO DE MATOS JUNIOR, OAB nº RO2692, JOSE EUDES ALVES PEREIRA, OAB nº RO2897A
DESPACHO
Conforme extrato anexo, não há valores depositados nos autos.
Intime-se o exequente para requerer o que de direito, em cinco dias.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
0005181-68.2011.8.22.0014
Serviços Profissionais, Serviços Hospitalares, Cumprimento Provisório de Sentença
EXEQUENTE: LUENE BUARO PESSOA PEREIRA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RAYANNA DE SOUZA LOUZADA NEVES, OAB nº RO5349A, ALBERT SUCKEL, OAB nº RO4718, GIULIANO DOURADO DA SILVA, OAB nº RO5684
EXECUTADO: ALISSON KAUE DETONI
ADVOGADO DO EXECUTADO: DANIEL PRUDENCIO DA SILVA, OAB nº RO3720A
DESPACHO
Conforme extrato anexo, o alvará eletrônico foi devidamente cumprido na conta indicada pela exequente no Id 92913931.
Intime-se a exequente a requerer o que de direito, no prazo de cinco dias.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7005707-90.2023.8.22.0014
Citação, Atos executórios
ORDENANTE: KEIITI SAKATE
ADVOGADO DO ORDENANTE: GUSTAVO HENRIQUE BRITO VIOLLINI, OAB nº SP424490
ORDENADO: JORGE DE OLIVEIRA ALVES BALIEIRO
Despacho
Concedo o prazo de cinco dias para para deprecante recolher as custas processuais.
Com o recolhimento das custas, cumpra-se, servindo a presente como mandado ou expeça-se o necessário
Devidamente cumprida, devolva-se à origem com as nossas homenagens.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7006911-72.2023.8.22.0014
Administração
AUTOR: ANTONIO INACIO GONCALVES
ADVOGADOS DO AUTOR: GUILHERME SCHUMANN ANSELMO, OAB nº RO9427, GABRIELA VILELA BUCKOSKI, OAB nº RO13249, JOAO WESLLEY DA SILVA CIRILO, OAB nº RO13162
REU: MUNICIPIO DE VILHENA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DESPACHO
A parte autora não juntou as custas processuais e requereu o recolhimento ao final.
Antes de deferir o recolhimento das custas ao final necessário a parte requerente comprovar nos autos sua incapacidade momentânea, não sendo aceita apenas a mera informação na petição inicial, Nesse sentido é o que dispõe o art. Art. 34 do Regimento de Custas (Lei 3.896/2016) :
[...]
Art. 34. O recolhimento das custas judiciais será diferido para final quando comprovada, por meio idôneo, a momentânea impossibilidade financeira do seu recolhimento, ainda que parcial:
I - nas ações de alimentos e nas revisionais de alimentos, ressalvado o disposto no inciso IV do artigo 6º, desta Lei;
II - nas ações de reparação de dano por ato ilícito extracontratual, quando promovidas pelos herdeiros da vítima; e
III - se decorrente de lei ou fato justificável, mediante decisão judicial.
Logo, para se analisar quanto ao atendimento aos requisitos para o diferimento das custas, oportunizo à parte autora que comprove sua impossibilidade financeira no prazo de 15 dias.
Caso a parte autora opte por recolher as custas processuais iniciais, fica dispensada da comprovação da sua condição econômica acima assinalada.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena

7001071-91.2017.8.22.0014
Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito
REQUERENTES: FRANCISCO FRANCIMAR DE ANDRADE, MARIA RODRIGUES FERNANDES
ADVOGADO DOS REQUERENTES: JOSE EUDES ALVES PEREIRA, OAB nº RO2897A
REQUERIDOS: DEVANI KUMM AZEVEDO, ADEMIR DOS SANTOS MUNIZ
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: DANILO CONSTANCE MARTINS DURIGON, OAB nº RO5114
DESPACHO
Suspendo o processo por 180 (cento e oitenta) dias.
Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se a parte autora, na pessoa de seu procurador, para impulsionar o feito, em cinco dias.
Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para dar prosseguimento ao feito, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7004357-72.2020.8.22.0014
Desconsideração da Personalidade Jurídica
REQUERENTE: AUTO POSTO PLANALTO LTDA
ADVOGADO DO REQUERENTE: HELEN KAROLINE ZAN SANTANA, OAB nº RO9769
REQUERIDOS: SANDRA REGINA LEONARDO DA SILVA HIDALGO, EVERALDO HIDALGO, HIDALGO TRANSPORTES LTDA - ME
Despacho
Encontram-se em vigor as novas redações dos art. 49 e 50 do Código Civil, que portanto incidirão a este caso concreto de desconsideração de personalidade jurídica. Que o requerente se manifeste em 05 dias apontando o eventual preenchimento dos requisitos legais, especialmente indicando a configuração do ato abusivo e qual dos sócios ele teria beneficiado.
Eis a redação:
“Art. 49-A. A pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores.
Parágrafo único. A autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela lei com a finalidade de estimular empreendimentos, para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos.”
“Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.
§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
§ 2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por:
I - cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa;
II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante; e
III - outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial.
§ 3º O disposto no caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo também se aplica à extensão das obrigações de sócios ou de administradores à pessoa jurídica.
§ 4º A mera existência de grupo econômico sem a presença dos requisitos de que trata o caput deste artigo não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.
§ 5º Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.” (NR)
Intimem-se.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível - e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7006061-57.2019.8.22.0014
Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio-Doença Acidentário
REQUERENTE: SILVANE VIEIRA DE FREITAS HENTZ
ADVOGADO DO REQUERENTE: BEATRIZ BIANQUINI FERREIRA, OAB nº RO3602A
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Despacho
Procedo a expedição do ALVARÁ ELETRÔNICO na modalidade transferência diretamente para a conta do exequente.
Seguem as informações sintéticas do alvará eletrônico de autorização para transferência, como o beneficiário e os valores:
Valor Favorecido CPF/CNPJ Conta Judicial Com Atualização Conta Destino R$ 5.865,01 BEATRIZ BIANQUINI FERREIRA 74613979234 1533744 - 5 Sim Caixa Econômica Federal (104) Ag.: 1825 C.: 782847278-2
O beneficiário deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação, conforme síntese supracitada. Após, arquivem-se os autos.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7006421-50.2023.8.22.0014
Benfeitorias
EMBARGANTE: ANDRE ANGELO BOTTAN
ADVOGADOS DO EMBARGANTE: JULIANE CACIA LONGEN, OAB nº MT24988E, ANESIO RIETH, OAB nº MT25004O, ERICA BRUNA FELIX DE ARAUJO, OAB nº MT27405O, KATIA FERNANDES RODRIGUES DE MATTOS, OAB nº MT24332
EMBARGADOS: MASCARELLO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - EPP, MUNICIPIO DE VILHENA
ADVOGADO DOS EMBARGADOS: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DESPACHO
Verifico que o embargante recolheu apenas 1% do valor da custas iniciais.
Assim, intime-se o embargante para recolher o valor remanescente (1%), no prazo de quinze dias, sob pena de indeferimento.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo n.: 7003278-53.2023.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto:Desconsideração da Personalidade Jurídica
EXEQUENTE: VANZIN INDUSTRIA COMERCIO DE FERRO E ACO LTDA, AV. CELSO MAZUTTI 4561 JARDIM AMÉRICA - 76980-702 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: VIVIAN BACARO NUNES SOARES, OAB nº RO2386A
GABRIELE BARROS CARRIJO, OAB nº RO10874
EXECUTADOS: MARCOS ANDRE BARCELLA, CPF nº 68602677200, AVENIDA JOSÉ DO PATROCÍNIO 2279 CENTRO (S-01) - 76980-214 - VILHENA - RONDÔNIA, EMARILENE BARCELLA, CPF nº 56312385949, AVENIDA QUINZE DE NOVEMBRO 2029, CASA DOS FUNDOS CENTRO (S-01) - 76980-204 - VILHENA - RONDÔNIA, BARCELLA & BARCELLA LTDA - ME, CNPJ nº 09646105000197, AVENIDA QUINZE DE NOVEMBRO 2029, CASA DOS FUNDOS CENTRO (S-01) - 76980-204 - VILHENA - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa:R$ 2.110,58
DESPACHO
Verifico que o AR de citação do requerido MARCOS ANDRÉ BARCELLA foi recebido por terceira pessoa, assim renove-se a diligência postal/MP, citando-se o requerido, para querendo, manifestar e requerer as provas cabíveis, no prazo de quinze dias (artigo 135 do NCPC).
SERVE O PRESENTE DE EXPEDIENTE PARA OS SEGUINTES ENDEREÇOS:
MARCOS ANDRE BARCELLA, inscrito no CPF/MF sob o nº 686.026.772-00, residente e domiciliado na Av. José do Patrocínio, nº 2279, Bairro São José, neste município e comarca de Vilhena/RO, CEP nº 76980-214 E residente e domiciliada na Av. Quinze de Novembro, nº 2029, Casa dos Fundos, Centro, neste município de Vilhena/RO, CEP nº 76980-204
Vilhena, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7006057-78.2023.8.22.0014
Procedimento Comum Cível
AUTOR: LICERIO NASCIMENTO DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: PAULO CESAR DA SILVA, OAB nº RO4502
REU: JUCINEI DE SOUZA NASCIMENTO, AVENIDA PRIMAVERA 1610 CENTRO - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA, EDSON DA SILVA, AVENIDA PRIMAVERA 1610 CENTRO - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
Despacho
Cuida-se de ação de obrigação de fazer, com pedido liminar de indisponibilidade de imóvel, proposta por Licércio Nascimento da Silva contra Edson da Silva e Jucinei de Souza Nascimento.
Decido.
A tutela de urgência postulada visa resguardar a propriedade do imóvel objeto do negócio firmado entre as partes, servindo de alerta a terceiros de boa-fé, ao argumento de que ele foi pago pelo autor e os requeridos se recursam a outorgar a escritura para transferência imobiliária.
Pois bem. Nos termos do art. 300, caput e §3º do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, não sendo possível a sua concessão quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
Os critérios de aferição para o deferimento da antecipação dos efeitos da tutela estão ao crivo do juiz, que ponderando sobre os fatos e documentos juntados com a inicial, decide sobre a conveniência da concessão, desde que preenchidos os requisitos.
Os fatos afirmados pelo autor encontram ressonância com os documentos que apresenta, demonstrando indícios de que o citado imóvel foi objeto de negócio entre as partes e há prova de seu pagamento por parte do autor. E mais, não havendo qualquer gravame, possível sua alienação a qualquer momento.

Assim e considerando que há demonstração suficiente de que a espera no julgamento desta demanda trarão prejuízos de difícil reparação ao autor, caso reconhecido seu direito e há fundado receio de que o bem possa ser alienado, envolvendo mais outro adquirente da propriedade, DEFIRO o pedido de tutela de urgência ora formulados, consistentes na indisponibilidade do imóvel urbano consubstanciado pelo LOTE 004, QUADRA 028-B, Setor Misto, Loteamento Pena Branca I, Município de Chupinguaia-RO, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis de Vilhena, sob n. 2.394, até ulterior deliberação neste processo, para o que se deve realizar.
Expeça-se mandado ou ofício para o 2º Ofício de Registro de Imóveis de Vilhena proceder com a averbação da indisponibilidade indicada, cujas taxas ou emolumentos devidos devem ser custeados pela parte autora.
Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 01/09/2023, às 11h, por sistema de videoconferência (meet.google), a ser realizada pelo NUCOMED (Núcleo de Conciliação e Mediação).
As partes/advogados deverão informar no processo os contatos telefônico e email para participação da solenidade com antecedência mínima de cinco dias antes da data agendada para audiência de conciliação.
Segue o link de acesso ao meet.google: meet.google.com/mvj-zhqa-qqr
Se porventura o autor não possuir o telefone da parte contrária, o Oficial de Justiça responsável pelo cumprimento do mandado deverá, quando do cumprimento deste mandado, colher as referidas informações com o requerido.
Citem-se e intimem-se os requeridos, com antecedência mínima de vinte dias da solenidade. Caso o requerido não tenha interesse na autocomposição, deverá informar o juízo, por petição, com dez dias de antecedência, contados da data da audiência designada, bem como seu prazo de defesa começa contar da data do protocolo do pedido de cancelamento.
Não havendo acordo, o réu poderá apresentar contestação no prazo de quinze dias, cujo prazo terá início se infrutífera a conciliação, sob pena de revelia.
Ficam as partes advertidas que, o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.
Não havendo acordo, a parte autora deverá complementar as custas iniciais (1%).
Fica a parte autora intimada da realização da audiência, por meio de seu advogado.
Servirá esta decisão como mandado/carta de citação e intimação para audiência de conciliação.
Vilhena, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
7004611-40.2023.8.22.0014
Indenização por Dano Material, Práticas Abusivas
AUTOR: JOSE JORGE VIEIRA NETO
ADVOGADO DO AUTOR: ALCIR LUIZ DE LIMA, OAB nº RO6770
REU: ODONTOPREV S.A.
ADVOGADO DO REU: WALDEMIRO LINS DE ALBUQUERQUE NETO, OAB nº AL11552
DESPACHO
As partes são legítimas e possuem capacidade postulatória.
Não há preliminares a serem apreciadas.
Fixo como ponto controvertido: a) a existência do negócio jurídico.
Assim, a prova admitida nos autos são documentais, testemunhais e periciais (artigo 357, inciso II do CPC).
Intimem-se as partes para, querendo, apresentarem documentos novos e rol de testemunhas para provar o alegado, no prazo de quinze dias.
Saliento que em cumprimento à regra do art. 357, §6º do CPC, cada uma das partes poderá ouvir apenas 03 testemunhas a respeito de cada fato que pretenda provar.
No mais, intimem-se as partes para, no prazo comum de 5 dias, se manifestarem quanto esta decisão, nos termos do art. 357, § 1º, do CPC.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
7006619-58.2021.8.22.0014
Nota de Crédito Comercial
AUTOR: VICENTE LEAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: ALCIR LUIZ DE LIMA, OAB nº RO6770
REU: MARTINS SERVICOS DE ENTREGA RAPIDA LTDA - ME
Despacho
Diante do contexto dos autos, certo é que merece acolhimento o pedido de citação por edital, uma vez que restaram frustradas as tentativas de localizar a parte requerida.
Desta forma, DEFIRO a realização da citação por edital.

Decorrido o prazo da citação, sem apresentação de defesa nos autos, nomeio, desde já, um dos membros da Defensoria Pública, para funcionar como curador especial em caso de revelia (CPC, art. 72, II), devendo neste caso, os autos serem remetidos à DPE.
Apresentada manifestação pela curadora, vista dos autos à parte autora.
Expeça-se o necessário.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7006685-09.2019.8.22.0014
Correção Monetária
EXEQUENTE: RUBENS DEVET GENERO
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RAFAEL CUNHA RAFUL, OAB nº RO4896A, JOSE MARCELO CARDOSO DE OLIVEIRA, OAB nº RO3598A
EXECUTADO: DELVI PARDIM DE JESUS
ADVOGADO DO EXECUTADO: ROBERTO CARLOS MAILHO, OAB nº RO3047
DESPACHO
O exequente requereu expedição de mandado de constatação de imóvel.
Assim, intime-se o exequente para informar o endereço completo do imóvel para cumprimento da diligência.
Prazo de cinco dias.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
7006444-93.2023.8.22.0014
Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO VOLKSWAGEN S.A.
ADVOGADOS DO AUTOR: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, OAB nº AP4778, PROCURADORIA DA VOLKSWAGEN
REU: COMERCIO DE VERDURAS PEREIRA & RODRIGUES LTDA - ME, CH KANICO I, SN LOTE 88 88 SETOR PIONEIRO - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
R$ 52.831,53
DECISÃO
Estando comprovada a mora e o não pagamento, defiro liminarmente a medida.
Expeça-se mandado de busca e apreensão depositando-se o bem com o autor, bem como deverá o requerido entregar os respectivos documentos do veículo apreendido (artigo 3º, § 14 da Lei 13.043/14).
Cinco dias após executada a liminar, poderá o devedor pagar a integralidade da dívida pendente, valores estes apresentados pelo autor, sendo-lhe restituído o bem livre de ônus. Não o fazendo neste prazo, ficará automaticamente consolidada a propriedade a e posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor, conforme a nova redação dada pela Lei n. 10931/2004.
Após, cite-se o requerido para apresentar a resposta em 15 dias (artigo 3º, § 3º, Decreto 911/69, alterado pela Lei 10.931/2004), após a execução da liminar, sob pena de confissão e revelia.
Procedi a restrição de circulação no veículo indicado na inicial (artigo 3º, § 9º da Lei 13.043/14), conforme extrato anexo.
Intimem-se.
Serve a presente como mandado ou expeça-se o necessário.
Vilhena, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7005043-64.2020.8.22.0014
Duplicata
REQUERENTE: CERVEJARIA PETROPOLIS S/A
ADVOGADO DO REQUERENTE: OTTO MEDEIROS DE AZEVEDO JUNIOR, OAB nº DF47761
REQUERIDO: KATIANE MORAIS CORREIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Diante da inércia do exequente, SUSPENDO a execução pelo prazo de 01 (um) ano, durante o qual não correrá o prazo prescricional, consoante disposto no art. 921, §1º do CPC.
Decorrido o prazo acima mencionado, sem que seja localizado bens penhoráveis, nos termos do §2º, do mesmo dispositivo legal, ARQUIVE-SE os autos.

Consigno, desde já, que a repetição das diligências de consulta, caso requeridas, deverão ser devidamente justificadas, uma vez que, nos termos do princípio da razoável duração do processo e da economia processual, se veda a repetição indeterminada de diligências de penhora eletrônica sem respaldo em possibilidade de alteração da situação patrimonial do executado.
Intime-se.
Cumpra-se.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena 7000580-74.2023.8.22.0014
Procedimento Comum Cível
Indenização por Dano Material, Dever de Informação, Práticas Abusivas, Oferta e Publicidade, Irregularidade no atendimento
AUTOR: RAPHAEL LORENZZI PARDINS
ADVOGADO DO AUTOR: ADRIEL AMARAL KELM, OAB nº RO9952
REU: EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADOS DO REU: GUSTAVO ATHAYDE NASCIMENTO, OAB nº RO8736, SILVIA LETICIA DE MELLO RODRIGUES, OAB nº RO3911A
Despacho
Proceda-se a alteração da classe nos termos do artigo 523 do CPC.
Intime-se o devedor, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida, bem como as custas processuais, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios em 10%.
Transcorrido o prazo de quinze dias, sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de quinze dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (artigo 525, CPC).
Vilhena,segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
0002460-41.2014.8.22.0014
Compra e Venda, Consórcio
EXEQUENTE: CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.C. LTDA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: LEANDRO CESAR DE JORGE, OAB nº SP200651, MARCELO BRASIL SALIBA, OAB nº AC5258, MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO, OAB nº AC4658
EXECUTADO: SANDRO MARCIO DA SILVA
Despacho
Suspendo o processo por 180 (cento e oitenta) dias.
Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se a parte autora, na pessoa de seu procurador, para impulsionar o feito, em cinco dias.
Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para dar prosseguimento ao feito, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7004084-88.2023.8.22.0014
Reconhecimento / Dissolução
AUTOR: M. C. T. B.
ADVOGADO DO AUTOR: MARCIO DE PAULA HOLANDA, OAB nº RO6357
REU: E. Z.
ADVOGADOS DO REU: CRISDAINE MICAELI SILVA FAVALESSA, OAB nº RO5360, ANDRE HENRIQUE VIEIRA DE SOUZA, OAB nº RO6862
DESPACHO
Aguarde-se em cartório o prazo para contestação em relação ao reconhecimento e dissolução de união estável c/c partilha de bens, conforme ata de audiência de ID 92697912.
Com a apresentação da contestação com preliminares ou documentos, intime-se a parte autora para impugnação, no prazo legal.
Após, concluso.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena
7006601-66.2023.8.22.0014
Procedimento Comum Cível
AUTOR: LIDIA TEODORO RIBEIRO
ADVOGADOS DO AUTOR: GUILHERME SCHUMANN ANSELMO, OAB nº RO9427, GABRIELA VILELA BUCKOSKI, OAB nº RO13249, JOAO WESLLEY DA SILVA CIRILO, OAB nº RO13162
REU: MUNICIPIO DE VILHENA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DESPACHO
A parte autora notícia a interposição de Agravo de Instrumento contra a decisão de Id 93103644 .
Da análise detida da decisão guerreada e das razões encartadas nos autos, na forma do art. 1.018, §1º do Código de Processo Civil, não vislumbro qualquer situação que autorize a sua modificação, razão pela qual mantenho a decisão agravada pelos próprios fundamentos.
Caso sejam solicitadas, serão prestadas as informações necessárias.
Considerando que não há notícia acerca da concessão de efeito suspensivo, dou, por ora, prosseguimento ao feito.
Proferida decisão naqueles autos, fica a Agravante/Autora responsável em transladar cópia da referida decisão para estes presentes autos.
Aguarde-se prazo de manifestação do requerido.
Vilhena, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7001053-31.2021.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Protocolado em: 01/03/2021
Valor da causa: R$ 3.960,00
AUTOR: A. O. S., RUA TRINTA E DOIS 1034 BELA VISTA - 76982-054 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: S. D. C. C., RUA CUIABÁ 65 CENTRO - 78500-000 - COLÍDER - MATO GROSSO, P. D. S. C. O., RUA HORTENCIA 2902, APTO 01 GREEN VILLE - 76980-884 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Considerando o interesse no prosseguimento do feito pela autora, encaminhem-se os autos ao NUPS para nova tentativa de realizar o estudo psicossocial com a requerente, o genitor e o menor, observando os quesitos apresentados pelo Ministério Público (ID. 59472949).
Apresentado o laudo, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 10 (dez) dias.
Após manifestação das partes, intime-se o Ministério Público para parecer.
Cumpra-se.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível - e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7005098-83.2018.8.22.0014
Classe: Cumprimento de sentença
Protocolado em: 18/07/2018
Valor da causa: R$ 8.001,13
REQUERENTE: VILHETUR VILHENA TURISMO LTDA - ME, AV. MAJOR AMARANTE 3558 CENTRO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ANTONIO EDUARDO SCHRAMM DE SOUZA, OAB nº RO4001, AMANDA IARA TACHINI DE ALMEIDA, OAB nº RO3146
EXCUTADO: SEVERINO MIGUEL DE BARROS JUNIOR, RUA RONY DE CASTRO PEREIRA 4177 JARDIM AMÉRICA - 76980-736 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXCUTADO: JOSEMARIO SECCO, OAB nº RO724A
DESPACHO
Intime-se o devedor, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida, bem como as custas processuais, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios em 10%.
Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo supracitado, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento (§ 1º do art. 523), devendo a parte autora requerer o que de direito, em 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Cumpra-se, servindo o presente como carta/mandado.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz de Direito em substituição automática

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7007530-36.2022.8.22.0014
Duplicata
AUTOR: AUTO POSTO IRMAOS BATISTA LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: ANDRE RICARDO STRAPAZZON DETOFOL, OAB nº RO4234
REU: UELBERTE SANTOS DE SANTANA
Despacho
Indefiro o pedido de suspensão, uma vez que os autos já foram sentenciados no Id 92072994.
Assim, sem requerimentos arquivem-se os autos.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível - e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Processo: 7001908-73.2022.8.22.0014
Classe/Assunto: Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos / Obrigação de Fazer / Não Fazer
Distribuição: 05/03/2022
RECORRENTE: L. G. D. C. D. L.
ADVOGADOS DO RECORRENTE: FILIPE BARBOSA DE JESUS, OAB nº ES35666, VITOR GERMANO PISCITELLI ALVARENGA LANNA, OAB nº MG128288, THIAGO QUARESMA FRAUCHES, OAB nº MG180109
RECORRIDO: W. D. L. E. S.
ADVOGADOS DO RECORRIDO: EDUARDO LIMA DAVILA CELESTINO, OAB nº AC5391, FRANCISCO ALBERTO DAVILA CELESTINO, OAB nº AC4285JOAQUIM SOARES EVANGELISTA JUNIOR - OAB/RO 6426
DECISÃO
Trata-se de cumprimento de sentença na qual o exequente pugnou e foi deferido a pesquisa pelo SISBAJUD de ativos financeiros em desfavor do executado Welber de Lima e Silva.
Após a decisão deferindo a penhora(id 90495587), que restou parcialmente frutífera, o exequente foi intimado por meio de seu advogado, para apresentação de manifestação, e deixou o prazo transcorrer in albis.
É o necessário relatório. Decido.
Inicialmente, atentando-se ao contexto e aos elementos dos autos, tem-se que a pretensão da parte executada não merece acolhimento.
No caso em comento, o sistema registrou ciência do executado em 11/05/2023, porém apenas em 12/06/2023 apresentou a impugnação (id 91876933), situação que por si só gera a não apreciação dos argumentos.
Todo e qualquer ato que se queira praticar no curso de um processo é proveniente de um direito de exercício, de uma faculdade de agir, e no caso em tela, a parte executada não a fez em momento próprio, o que leva ao seu não acolhimento, frente a preclusão.
Assim, ante a intempestividade, reconheço a preclusão temporal e não acolho a impugnação penhora.
Intime-se a exequente, via seu advogado para indicar a conta para qual pretende que o valor penhorado seja transferido, no prazo de 05 dias.
Intime-se. Cumpra-se.
Vilhena/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível e-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7004503-45.2022.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Protocolado em: 14/05/2022
Valor da causa: R$ 1.212,00
AUTOR: P. N., RUA 8.004 8881 ALVORADA - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: SIMONE MARTINS DE OLIVEIRA, OAB nº MT30679O, SONIA APARECIDA ORTEGA GUERINO, OAB nº MT30682O
REU: K. A. D. S., AV. CUIABÁ S/N, FRENTE A CRECHE, CASA DE ESQUINA VILA CONSELVAN - 78325-000 - ARIPUANÃ - MATO GROSSO
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
A opção pelo Juízo 100% Digital deve ser exercida no momento da distribuição da ação (art. 2º, do ATO CONJUNTO N. 014/2022-PR-CGJ), portanto, indefiro o pedido. Além do mais, verifica-se que parte autora requereu a exclusão por esse tipo de tramitação no ID. 76950336, quando a distribuição da ação.

Proceda-se nova diligência de citação e intimação da parte requerida no endereço Linha 46, Km 43 a contar de Conselvan, sentido Rondônia, Sítio do Eliezer, Aripuanã/MT, telefone para contato 66 9 9231- 9944 (somente para receber mensagens e ligações via WhatsApp), no termos abaixo:
" Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 22/09/2023, às 10h, a ser realizada pelo NUCOMED (Cejusc).
A audiência será na modalidade não presencial.
As partes e advogados deverão ingressar na sala para conferência no Google Meet através do Link: meet.google.com/cyg-jbyd-cix.
A parte autora deve informar o telefone (WhatsApp) ou e-mail seu e da parte contrária para que os conciliadores possam dar início às tratativas visando a realização de acordo, por meio do Google Meet, no prazo de cinco dias. Caso não tenham feito, desde já fica intimada a fazê-lo.
Se porventura o autor não possuir o telefone da parte contrária, o Oficial de Justiça responsável pelo cumprimento do mandado deverá, quando do cumprimento deste mandado, colher as referidas informações com o requerido.
Cite-se e intime-se o requerido, com antecedência mínima de vinte dias da solenidade. Caso o requerido não tenha interesse na autocomposição, deverá informar o juízo, por petição, com dez dias de antecedência, contados da data da audiência designada, bem como seu prazo de defesa começa contar da data do protocolo do pedido de cancelamento.
Não havendo acordo, o réu poderá apresentar contestação no prazo de quinze dias, cujo prazo terá início se infrutífera a conciliação, sob pena de revelia.
Ficam as partes advertidas que, o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.
Fica a parte autora intimada da realização da audiência, por meio de seu advogado.
Não havendo acordo, a parte autora deverá complementar as custas iniciais.".
Serve a presente como carta precatória.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível
email: cpe4civvil@tjro.jus.br
7001015-58.2017.8.22.0014
Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material

APELANTE: RODRIGO CANDIDO PEDRO

ADVOGADOS DO APELANTE: CEZAR BENEDITO VOLPI, OAB nº RO533A, LUAN RICARDO GOMES, OAB nº RO13151

APELADO: BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADOS DO APELADO: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES, OAB nº RN5553, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A

DESPACHO
Intime-se o executado para comprovar a retirada do gravame, no prazo de dez dias.
Vilhena segunda-feira, 17 de julho de 2023
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Vilhena - 4ª Vara Cível - E-mail: cpe4civvil@tjro.jus.br
Av. Luiz Maziero, nº 4432, Bairro Jardim América, CEP 76980-702, Vilhena Autos n. 7006893-51.2023.8.22.0014
Classe: Procedimento Comum Cível
Protocolado em: 14/07/2023
Valor da causa: R$ 4.747,29
AUTOR: ASSOCIACAO DOS PROPRIETARIOS DE CAMINHOES DO NORTE, 5° BEC 5210, ESCRITÓRIO AV. MARECHAL RONDON - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FERNANDO CESAR VOLPINI, OAB nº RO610A
REU: JUCILENE CORREA - ME, RUA 28 5623 JARDIM ELDORADO - 76980-220 - VILHENA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Intime-se a parte autora, via seu advogado, para emendar a peça inicial, juntando o comprovante de recolhimento das custas processuais iniciais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de extinção (art. 321, do CPC).
Decorrido o prazo, voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.
Vilhena, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Christian Carla de Almeida Freitas
Juíza de Direito

PRIMEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE ALTA FLORESTA D´ OESTE

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001129-75.2023.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Contratos Bancários
Valor da causa: R$ 35.721,25 ()
Parte autora: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, A AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, RUA FLORIANO PEIXOTO 401, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 ALVORADA - 76970-970 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
Parte requerida: KAROLYNE BRUNA IBIAPINO, AVENIDA CUIABÁ 5273 CIDADE ALTA - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
Consta dos autos que as partes realizaram acordo extrajudicialmente, juntando o termo aos autos e pedindo a homologação (ID 93102846).
O acordo realizado entre as partes permite presumir que a vontade e a possibilidade de cada um restou resguardado, não havendo motivo para se deixar de homologar a transação havida entre elas.
Com isso, estando satisfeitas as exigências legais atinentes a pretensão das partes e evidenciado que o interesse delas restou resguardado, não há razão para não se homologar o acordo.
Com a homologação do acordo, é o caso de se determinar o arquivamento do processo, indeferindo-se o requerimento de suspensão até o término do prazo de parcelamento, tendo em vista que, no presente caso, o prazo do parcelamento é prolongado (60 parcelas), injustificando a paralisação do feito por todo esse período.
Isto porque, o CPC prevê no art. 313, II §4º a possibilidade de suspensão do processo por convenção das partes, mas desde que observado o prazo máximo total de 6 (seis) meses referido no § 4º. Ou seja, este prazo é o espaço temporal máximo que o dispositivo (regra especial) permite a suspensão por convenção das partes em detrimento da rápida solução do conflito.
Ademais, a homologação do acordo realizado caracteriza cumprimento de sentença e pode ser executado a qualquer momento na hipótese de haver descumprimento, de modo que conclui-se que não há razão para o feito se mantenha ativo, pois, o arquivamento equaciona o serviço judicial, respeitando o direito de cobrança executiva do credor e repelindo as situações que acarretam o abandono da demanda, racionalizando os recursos nas demandas que justificadamente necessitem da providência jurisdicional e certamente com apoio nos princípios da celeridade e da economia processual, tornando mais efetivo – de um modo geral – o mecanismo judiciário, evitando-se a permanência de um processo ativo por tanto tempo em modo de suspensão e sem nenhuma consequência prática.
Saliento que na hipótese de necessidade de desarquivamento não haverá qualquer ônus à parte credora tal como incidência de custas, tendo em vista tratar-se de processo em autos digitais.
Como dito, é de se considerar que se a parte devedora deixar de efetuar os pagamentos, basta a parte credora pedir o desarquivamento, informar tal circunstância nos autos e requerer a execução da sentença que homologou o acordo entabulado.
Por outro lado, se nada for requerido, logicamente entender-se-á estar havendo o regular adimplemento das parcelas ajustadas.
Assim, indefiro o pedido de suspensão do feito.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo entabulado entre as partes, nos termos da proposta coligida (ID 93102846), para que produza os seus jurídicos e legais efeitos. Em consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso III, alínea "b", do CPC.
Considerando que o pedido das partes de homologação do acordo representa ato incompatível com a vontade de recorrer da sentença que atende este pedido em seus exatos termos, declaro o trânsito em julgado desta sentença nesta data, nos termos do artigo 1.000 e seu parágrafo único do CPC.
Isento de custas finais, nos termos do artigo 8º, inciso III, do Regimento de Custas do Tribunal (Lei Estadual n. 3.896/2016).
Publique-se, registre-se e intimem-se.
Sentença encaminhada automaticamente pelo sistema de informática para publicação no Diário da Justiça.
Arquive-se quando for oportuno.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oeste, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br JUIZADO ESPECIAL
Processo n.: 7001325-45.2023.8.22.0017
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Abono de Permanência

Valor da causa: R$ 76.017,38 (setenta e seis mil, dezessete reais e trinta e oito centavos)
Parte autora: DEUNIR CELESTINO MAGIPO, AV. RIO DE JANEIRO 5008 CIDADE ALTA - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, PAULA REGINA RAMOS DO PRADO, AV. PORTO VELHO 4538 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, ROMULO DUTRA, AV PORTO VELHO 4538 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, MARINETE FERRARI SIZINI, RUA RIO DE JANEIRO, N. 5271, 5271 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, MARIA DE LOURDES DOS SANTOS MAGALHAES, BAHIA 4044 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, CRISTIANO DE OLIVEIRA PEREIRA, LINHA 60 km 18 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, ELIANE ALVES VIEIRA, RUA TANCREDO NEVES N. 2400 2400 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, SIDINEIA RAASCH, AV BAHIA 5101 CIDADE ALTA - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, SALETE TEREZINHA FAPPI NEGRI, AV BAHIA 4140 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, CELIA DE JESUS FRUTUOSO, PARANÁ, N. 5025 5025 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, CENIRA DE LURDES FORTE, RUA PERNAMBUCO 3884 CENTRO' - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, SANDRA CAVALCANTI SILVA, RUA SERGIPE N. 3683 3683 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, ERONI APARECIDA MACIEL, LINHA 45, KM 4 km 04 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: FERNANDO VALDOMIRO DOS REIS, OAB nº RO7133A
Parte requerida: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA DO OESTE, AV BRASIL 3044 REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA DO OESTE
DESPACHO
Vistos.
Compulsando os autos, verifico que os comprovantes de endereço das requerentes SALETE TEREZINHA FAPPI NEGRI, CENIRA DE LURDES FORTE e ELIANE ALVES VIEIRA são antigos ou estão em nome de terceiro. Além disso, não foi possível encontrar nos autos documento pessoal nem comprovantes em nome dos requerentes CRISTIANO DE OLIVEIRA PEREIRA e PAULA REGINA RAMOS DO PRADO.
De outro norte, nos termos do § 2º do art. 2º da Lei n.º 12.153/09, "quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial Fazendário, a soma de 12 parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas não poderá exceder" a 60 salários mínimos.
Assim, e considerando-se o que estabelece o art. 321 da Lei Adjetiva Civil, deverá o(a) autor(a), no prazo de quinze dias, emendar a inicial, trazendo aos autos:
a) demonstrativo atualizado do crédito, acrescido de uma prestação anual (art. 292, §§ 1º e 2º, do CPC, c.c. art. 2º, § 2º, da LJEFP) nos casos necessários;
b) documentos pessoais dos requerente CRISTIANO DE OLIVEIRA PEREIRA e PAULA REGINA RAMOS DO PRADO;
c) comprovante de endereço atual (últimos 3 meses) dos requerentes SALETE TEREZINHA FAPPI NEGRI, CENIRA DE LURDES FORTE, ELIANE ALVES VIEIRA, CRISTIANO DE OLIVEIRA PEREIRA e PAULA REGINA RAMOS DO PRADO sendo que, caso o comprovante esteja em nome de terceiro, deverá comprovar relação familiar ou jurídica com o titular do comprovante.
Transcorrido o prazo, voltem conclusos.
Serve este de carta/mandado de intimação.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:07.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7001402-54.2023.8.22.0017
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Atraso de vôo, Cancelamento de vôo, Análise de Crédito
Valor da causa: R$ 11.000,00 (onze mil reais)
Parte autora: GESSE CLARIDYANE DO NASCIMENTO NANTES, TRAVESSA PROJETADA 2 3307 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ALLEXANDHER ALVES MORETTI, OAB nº RO10149
Parte requerida: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, EDIFÍCIO C. BRANCO OFFICE PARK TORRE JATOBÁ, 9 TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Vistos.
Da inversão do ônus da prova
Uma vez que se trata de relação de consumo e tendo em vista a evidente hipossuficiência da parte autora, segundo as regras ordinárias de experiências, fica desde já invertido o ônus da prova em desfavor de AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., com base no art. 6º, inc. VIII, do CDC.
Do prosseguimento do feito
A Lei n.º 13.994/2020 alterou o art. 22, § 2º, da Lei n.º 9099/95, incluindo a alternativa de audiência conciliatória mediante o uso de sistema tecnológico, como também possibilitou ao Juiz o julgamento do processo, caso o demandado não compareça ou se recuse a participar da solenidade não presencial (art. 23, da LJE).
Sendo assim, designo audiência de conciliação telepresencial, a ser realizada pelo Centro Judiciário de Resolução de Conflitos - CEJUSC, ficando a encargo da CPE1G a indicação da data, incluindo-a no módulo geral de audiências (art. 28 do PROVIMENTO CORREGEDORIA Nº 06/2022).

As partes ficam cientes de que será utilizado o sistema Google Meets, o qual deverá ser baixado no computador, notebook, tablet ou celular para fins de participar da solenidade virtual. Desde já fica disponibilizado o link https://meet.google.com/okm-jaod-nzo , que deverá ser utilizado pela(s) parte(s) para acesso à audiência. Para acessar, basta que as partes cliquem no link, no dia e hora designados, podendo ser por meio de computador ou smartphone. É vedado à(s) parte(s) ingressar na sala da audiência antes ou depois do dia designado para a audiência de conciliação, utilizando o link somente no momento de sua audiência. Em caso de dúvida técnica com relação ao modo de realização da solenidade, a parte deverá entrar em contato com o telefone do plantão do CEJUSC (69 3309-8440 - WhatsApp), para solicitar os esclarecimentos.

Intime-se a parte autora por meio de seu procurador constituído, via DJE, ou pessoalmente, por meio de carta, preferencialmente, caso esteja postulando em juízo sem representação. Fica a parte autora ciente de que sua ausência na audiência virtual importará na extinção processual, nos termos da Lei n.º 9.099/95.

Cite-se e intime-se a parte requerida pessoalmente ou por meio de advogado, caso haja constituição nos autos, tudo em conformidade com o art. 18 da lei 9099/95, para tomar conhecimento da ação e comparecer à audiência acompanhada de advogado, podendo oferecer contestação e documentos (pedido de provas, indicação de testemunhas) até a data da audiência, sob pena de preclusão, ficando advertida de que, caso não conteste no prazo ou deixe de comparecer à audiência, serão consideradas verdadeiras as alegações fáticas constantes da petição inicial e o mérito será julgado no estado em que se encontra o processo.

Apresentada a contestação e infrutífera a conciliação/mediação, a parte requerida deverá manifestar sua defesa, no prazo de 10 (dez) minutos e após, igual prazo será dado ao autor(a) para impugnação à contestação.

No mesmo ato as partes deverão se manifestar quanto à produção de provas.

Intimem-se as partes para comparecerem à audiência designada, tomando ciência desde logo das advertências a seguir descritas, de acordo com os Provimentos n.º 01/2017 e n.º 18/2020 do Tribunal de Justiça de Rondônia.

ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS E OUTRAS INSTRUÇÕES:

1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7° I, Prov. 018/2020-CG);

2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XIV, Prov. 018/2020-CG);

3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XV, Prov. 018/2020-CG);

4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 7° XVI, Prov. 018/2020-CG);

5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XVII, Prov. 018/2020-CG);

6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7° XVIII, Prov. 018/2020-CG).

Provimento 01/2017:

I — os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;

II — as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;

III — deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;

IV — a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9°, § 40, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;

V — em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;

VI — nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;

VII — o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;

VIII — o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;

IX — deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;

X — a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação;

XI — instalada a audiência, não havendo acordo ou mediação, a parte requerida apresentará, desde logo, sua defesa oral ou escrita e, na mesma oportunidade, será concedida à parte autora o prazo de até 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares arguidas, na forma da lei.

Expeça-se o necessário e aguarde-se a realização da solenidade.

Cumprindo-se as determinações, voltem os autos conclusos.

Serve este(a) de mandado/carta (precatória, inclusive) de citação/intimação.

Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:09

Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres

Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001453-36.2021.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Valor da causa: R$ 1.100,00 ()
Parte autora: IMPLEMENTOS AGRICOLAS OLIVEIRA LTDA - EPP, AV. BRASIL 4390 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JOAO CARLOS DA COSTA, OAB nº RO1258, DANIEL REDIVO, OAB nº RO3181, AV. JOÃO PESSOA 4639 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, THAIS REGINA COSTA, OAB nº RO11096, AV. VITÓRIA 3884 BEIRA RIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
Parte requerida: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES n 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, RUA ALAGOAS, - ATÉ 745/0746 JARDIM DOS ESTADOS - 79020-120 - CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos,
Trata-se e cumprimento de sentença definitiva de obrigação de fazer (CPC, art. 536)
Altere-se a classe processual.
Considerando que no cumprimento de sentença, além das regras do Título II do Livro I da Parte Especial, deve ser observado, no que couber e conforme a natureza da obrigação, o disposto no Livro II da Parte Especial (Do Processo de Execução) – CPC, art. 513, caput – aplicar-se-á as regras supletivas dos arts. 814 a 821 do CPC.
Sendo assim, DETERMINO:
I - Fica INTIMADO(A) a parte Executada para por meio de seu advogado, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, satisfaça a obrigação de obrigação de fazer, consistente em "[...] A requerida se compromete a encaminhar equipe no prazo máximo de quinze dias, para fins de análise e estudo técnico da área. Havendo divergência, a requerida se compromete a fazer as alterações necessárias. 2- Em razão disso, o processo será suspenso pelo prazo de 30 (trinta) dias, ocasião em que, findo o prazo, as partes se manifestarão nos autos. [...]"
II – Se não satisfizer a obrigação no prazo designado, é lícito ao exequente, nos próprios autos, requerer a satisfação da obrigação à custa do executado ou perdas e danos, hipótese em que se converterá em indenização, nos termos do artigo 816, caput e parágrafo único, do CPC;
III – Realizada a prestação, sem nova conclusão, manifestem-se as partes no prazo de 10 (dez) dias e, não havendo impugnação, considerará satisfeita a obrigação (CPC, art. 818);
IV – Faculto ao executado, querendo, impugnar o cumprimento de sentença, nos termos dos arts. 536, §4º c/c 525, ambos do CPC;
V - Havendo impugnação, fica INTIMADO(A) a parte exequente para manifestar-se sobre a impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias.
Intimem-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001309-91.2023.8.22.0017
Classe: Monitória
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Valor da causa: R$ 72.204,65 ()
Parte autora: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO JURUENA SICREDI UNIVALES MT, AVENIDA MATO GROSSO 690-N MÓDULO I - 78320-000 - JUÍNA - MATO GROSSO
ADVOGADOS DO AUTOR: GERSON DA SILVA OLIVEIRA, OAB nº MT8350O, PROCURADORIA DA SICREDI UNIVALES MT/RO - COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO UNIVALES
Parte requerida: ANTONIO DA COSTA SOBRINHO, RESIDENCIAL AMAPÁ 4281 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Fica a parte autora intimada, por meio de seu representante judicial, via DJE, a, no prazo no prazo de 15 (quinze) dias, trazer aos autos comprovante do recolhimento das custas processuais, equivalente a 2% (dois por cento) do valor da causa (art. 12, I, do Regimento de Custas), já que, como se depreende da inicial, não se encontra em estado de hipossuficiência financeira, bem como não comprovou suficientemente fato excepcional a dar cabimento ao diferimento das custas processuais.
Para diligência no prazo fixado, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, art. 290) e indeferimento da petição inicial, nos termos dos arts. 320 e 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo sem comprovação, conclusos para extinção.
Cumprida a determinação, cumpra-se os atos seguintes.

Considerando que a inicial está instruída com prova escrita sem eficácia de título executivo, DEFIRO a expedição de mandado de citação e pagamento, com fundamento no art. 701 do CPC, em face ANTONIO DA COSTA SOBRINHO, CPF nº 27252051234, RESIDENCIAL AMAPÁ 4281 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA.
No prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada do mandado de citação aos autos, a(s) parte(s) requerida(s) poderá(ão), alternativamente:
a) cumprir a obrigação que lhe está sendo exigida, efetuando o pagamento do valor constante da inicial, além de honorários de advogado no patamar de 5%, ficando isenta do pagamento de custas processuais;
b) depositar 30% do valor total da dívida, ocasião em que poderá pleitear o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês, nos termos do art. 701, § 5º do CPC;
c) oferecer, nos próprios autos, embargos monitórios, independente de prévia segurança do juízo (art. 702 do CPC), devendo ficar ciente de que, em caso de rejeição dos embargos, além do valor do crédito da parte autora, deverá pagar as custas processuais e honorários de advogado, estes que serão fixados no mínimo de 10% e no máximo de 20% sobre o valor da condenação, nos termos do 85, § 2º do CPC.
Havendo apresentação de embargos monitórios (art. 702 do CPC), intime-se a parte autora para impugnar os embargos em 15 dias (art. 702, §5º do CPC).
Em seguida, intimem-se as partes para em 5 dias se manifestarem acerca das provas que pretendem produzir, indicando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento, e sem prejuízo do julgamento antecipado da lide.
Caso haja pedido de prova testemunhal, deverá a parte interessada, no prazo acima, depositar o rol de testemunhas nos autos.
Havendo apenas pedido de produção de prova testemunhal pelas partes, ao Cartório para designar audiência de instrução e julgamento.
Registre-se que se deve proceder em conformidade com o estabelecido no art. 357, § 5º e art. 455, ambos do CPC, ou seja, cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada, do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.
O número de testemunhas arroladas não poderá ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato – art. 357, § 6º do CPC.
Ressalto que a intimação só será feita pela via judicial quando:
a) restar comprovada que a tentativa de intimação prevista no art. 455, § 1º do CPC foi frustrada, devendo tal comprovação ocorrer em tempo hábil para que o Juízo promova a intimação;
b) sua necessidade for devidamente demonstrada;
c) figurar no rol de testemunhas servidor público ou militar, hipótese em que o juiz requisitará ao chefe da repartição ou ao comando do corpo em que servir;
d) a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública; ou
e) a testemunha for uma daquelas previstas no art. 454 do CPC.
Caso qualquer das partes apenas venha juntar documentos (prova documental), dê-se vistas à parte contrária para se manifestar em 5 dias. Em seguida, intimem-se as partes para apresentarem alegações finais no prazo comum de 15 dias. Após, retornem os autos conclusos.
Caso não haja o pagamento e não sejam apresentados embargos monitórios, a prova escrita que acompanha a inicial será constituída de pleno direito em título executivo judicial, nos termos do art. 701, § 2º, do CPC. Sendo essa a hipótese, venham os autos conclusos para sentença.
Intimem-se. Pratique-se e expeça-se o necessário. Requisite-se ou depreque-se, conforme o caso.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7002548-04.2021.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária
Valor da causa: R$ 13.200,00 (treze mil, duzentos reais)
Parte autora: VALCILENE BASTOS DA SILVA, LINHA 134 KM 38 s/n SETOR RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: OZIEL SOBREIRA LIMA, OAB nº RO6053A
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AC CENTRAL DE PORTO VELHO, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 2701 CENTRO - 78900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença, no qual foi informado o pagamento das Requisições de Pequeno Valor - RPV(s) e/ou precatório(s).
Considerando que houve a comprovação do depósito do valor integral do débito exequendo, nos termos do artigo 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução.
Autorizo o levantamento de todo o valor depositado e cominações que porventura incidirem em favor da parte exequente, ficando desde já autorizado o levantamento dos valores pelo causídico que a representa, vez que a procuração ad judicia acostada junto ao ID n. ***** lhe outorga tais poderes, devendo o(s) sacante(s) retirar(em) a presente decisão, que serve de alvará, e dirigir(em)-se ao banco munido(s) de seus documentos pessoais (RG e CPF) e, assim que efetuado o saque, dar quitação da quantia paga por termo nos autos.
Sem custas (art. 8º, I, Lei Estadual n. 3.896/2016).
Sentença publicada e registrada automaticamente pelo sistema processual de informática.
Cumprindo com o que for necessário e certificada a inexistência de valores depositados nestes autos, arquive-se.

SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO/ALVARÁ JUDICIAL.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:02 .
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
I- RPV OU PRECATÓRIO DO VALOR PRINCIPAL
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento dos valores depositados nestes autos em favor de VALCILENE BASTOS DA SILVA, CPF nº 68217099200 e/ou do(a) advogado(a) OZIEL SOBREIRA LIMA, OAB nº RO6053A junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 25.904,56 (vinte e cinco mil, novecentos e quatro reais e cinquenta e seis centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 2200128334857
Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.
I.a- RPV DO VALOR DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento dos valores depositados nestes autos em favor de VALCILENE BASTOS DA SILVA, CPF nº 68217099200 e/ou do(a) advogado(a) OZIEL SOBREIRA LIMA, OAB nº RO6053A junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 2.831,72 (dois mil, oitocentos e trinta e um reais e setenta e dois centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 700128335346
Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.
II- RPV REFERENTE AOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento dos valores depositados nestes autos em favor do (a) advogado (a) OZIEL SOBREIRA LIMA, OAB nº RO6053A junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 5.390,38 (cinco mil, trezentos e noventa reais e trinta e oito centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 1900128335185
Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br 7001314-16.2023.8.22.0017
Procedimento do Juizado Especial Cível - Duplicata
R$ 3.526,55
AUTOR: AGOPECUÁRIA GD LTDA-ME, CNPJ nº 19724572000141, AAV. TANCREDO NEVES 3497 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: TORQUATO FERNANDES COTA, OAB nº RO558A
REU: DAVID MARTINS, CPF nº 73256560253, LINHA 144 km 50 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Considerando-se o que orienta o enunciado 135 do Fonaje[1], comprove o(a) autor(a), em quinze dias, sua qualificação tributária atualizada, devendo, na mesma ocasião, apresentar o documento fiscal referente ao negócio jurídico objeto da demanda.
Oportunamente, façam-se conclusos os autos.
Serve este de carta/mandado de intimação.
Alta Floresta D'Oeste, sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:07
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

[1] ENUNCIADO 135 (substitui o Enunciado 47) – O acesso da microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos juizados especiais depende da comprovação de sua qualificação tributária atualizada e documento fiscal referente ao negócio jurídico objeto da demanda. (XXVII Encontro – Palmas/TO).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001134-68.2021.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Auxílio por Incapacidade Temporária
Valor da causa: R$ 16.876,08 (dezesseis mil, oitocentos e setenta e seis reais e oito centavos)
Parte autora: MICHAEL ALVES DE MOURA, LINHA 65, KM 30 s/n, POSTE 04 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390, AV. RIO BRANCO 4539 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, MATHEUS RODRIGUES PETERSEN, OAB nº RO10513
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença, no qual foi informado o pagamento das Requisições de Pequeno Valor - RPV(s) e/ou precatório(s).
Considerando que houve a comprovação do depósito do valor integral do débito exequendo, nos termos do artigo 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução.

Autorizo o levantamento de todo o valor depositado e cominações que porventura incidirem em favor da parte exequente, ficando desde já autorizado o levantamento dos valores pelo causídico que a representa, vez que a procuração ad judicia acostada junto ao ID 57938396 lhe outorga tais poderes, devendo o(s) sacante(s) retirar(em) a presente decisão, que serve de alvará, e dirigir(em)-se ao banco munido(s) de seus documentos pessoais (RG e CPF) e, assim que efetuado o saque, dar quitação da quantia paga por termo nos autos. Sem custas (art. 8º, I, Lei Estadual n. 3.896/2016).
Sentença publicada e registrada automaticamente pelo sistema processual de informática.
Cumprindo com o que for necessário e certificada a inexistência de valores depositados nestes autos, arquive-se.
SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO/ALVARÁ JUDICIAL.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:02 .
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
I- RPV OU PRECATÓRIO DO VALOR PRINCIPAL
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento dos valores depositados nestes autos em favor de MICHAEL ALVES DE MOURA, CPF nº 04075086275 e/ou do(a) advogado(a) RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390, MATHEUS RODRIGUES PETERSEN, OAB nº RO10513 junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 29.863,75 (vinte e nove mil e oitocentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 100128335822.
Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.
II- RPV REFERENTE AOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA E HONORÁRIOS DA FASE DE EXECUÇÃO
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento dos valores depositados nestes autos em favor do (a) advogado (a) RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390, MATHEUS RODRIGUES PETERSEN, OAB nº RO10513 junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 6.166,96 (seis mil e cento e sessenta e seis reais e noventa e seis centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 3200128335332.
Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000978-56.2016.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Violação dos Princípios Administrativos
Valor da causa: R$ 1.000,00 ()
Parte autora: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Parte requerida: APARECIDO DE JESUS FURTUOZO, AV. MARECHAL RONDON 4583 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ALEANDER MARIANO SILVA SANTOS, OAB nº RO2295, , RUA JAMARY 1555 - 76801-917 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Defiro o pedido ministerial de ID 92608170 e determino a suspensão do processo por 30 (trinta) dias, para fins de possibilitar a atualização do débito pelo Núcleo de Análises Técnicas do Ministério Público.
Decorrido o prazo, intime-se o Ministério Público para manifestar-se.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001279-56.2023.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária
Valor da causa: R$ 15.624,00 (quinze mil, seiscentos e vinte e quatro reais)
Parte autora: DIVINO VALDEMIR SOARES DE OLIVEIRA
ADVOGADOS DO AUTOR: CRISDAINE MICAELI SILVA FAVALESSA, OAB nº RO5360, ANDRE HENRIQUE VIEIRA DE SOUZA, OAB nº RO6862
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Trata-se de ação de concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez ajuizada por DIVINO VALDEMIR SOARES DE OLIVEIRA em face de INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL.

Em resumo, a parte autora afirma que é segurada da previdência social e que está incapacitada de exercer trabalho, aduzindo que requereu a concessão do benefício por incapacidade administrativamente, porém a autarquia previdenciária negou o pedido.
Com a inicial, juntou documentos que entende fundamentar sua pretensão.
Defiro os benefícios da justiça gratuita, uma vez que a parte autora juntou declaração de hipossuficiência e declarou não ter condições de arcar com as custas do processo sem prejuízo de seu sustento, bem como diante da inexistência de elementos que permitam afastar a presunção de hipossuficiência econômica alegada.
Deixo de designar audiência de conciliação porque, em se tratando de pedido de benefício previdenciário em que o requerido é autarquia federal e o objeto da causa tem natureza de direito indisponível em relação ao ente público, resta inviabilizada a autocomposição (Código de Processo Civil, artigo 334, § 4º, inciso II).
É o relatório. DECIDO.
DA TUTELA DE URGÊNCIA
A parte autora pediu a concessão de tutela antecipada de urgência para que a requerida seja compelida a implantar imediatamente o benefício previdenciário, alegando que encontram-se presentes os requisitos para tanto, motivo pelo qual passo a analisar o pedido.
O atual Código de Processo Civil estabelece que "a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo".
Outrossim, consoante a nova sistemática do Código de Processo Civil de 2015, a tutela de urgência pode ter natureza antecipada (art. 303 do Código de Processo Civil) ou cautelar (art. 305 do Código de Processo Civil).
No caso dos autos, a parte requerente formula pretensão consistente em tutela de urgência de natureza antecipada.
Analisando os argumentos aduzidos na inicial, bem como as provas que instruem o pedido, verifico não estarem presentes todos os requisitos necessários à concessão da tutela de urgência de natureza antecipada.
Isso porque, não evidencio a probabilidade do direito invocado pela parte autora.
Sabe-se que decorre dos atos dos servidores públicos a presunção de legitimidade dos atos administrativos.
Esta premissa vem sob a égide de vários aspectos, sendo que os mais importantes derivam do fato de os atos, ao serem editados, obedecerem a formalidades e procedimentos específicos, tendo em vista a sujeição da Administração Pública ao princípio da legalidade estrita.
Ademais, quando se leva em conta o princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos, considera-se que tais ações são legítimas e legalmente corretas, até prova em contrário.
Assim, via de regra, a obrigação de provar que a Administração Pública agiu com ilegalidade ou abuso de poder incumbe a quem a alegar, ônus do qual, ao menos em princípio, a parte autora não se desincumbiu.
Nesses termos, verifica-se que não se encontram presentes os elementos necessários para a concessão da antecipação dos efeitos da tutela, considerando a análise perfunctória que fora realizada dos fatos e dos documentos contidos nos autos até o presente momento.
Ao teor do exposto, concedo o benefício da gratuidade de justiça à autora, pois há prova de sua hipossuficiência, entretanto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência de natureza antecipada postulada pelo (a) requerente.
DESIGNAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA
A parte autora aduz que seria incapaz de trabalhar por motivo de doença. Logo, para que se possa saber se a parte autora atende aos referidos quesitos, faz-se necessária a produção de prova técnica consistente em perícia médica.
Em tais situações, disciplinam o Ato Normativo n. 0001607-53.2015.2.00.0000, do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, e a RECOMENDAÇÃO CONJUNTA CNJ/AGU/MTPS Nº 1 DE 15.12.2015, que seja realizada a prova pericial antes da citação da autarquia previdenciária, para que a requerida tenha condições de propor acordo ao apresentar a contestação e simplificar o trâmite do processo.
Portanto, em atenção a estes atos normativos, determino a produção de prova pericial.
Para tanto, nomeio como perito o médico Dr. VICTOR HENRIQUE TEIXEIRA, CRM/RO 3490, CPF 919.665.902-53 cuja perícia será realizada em data e hora a serem indicadas pelo profissional, no seguinte endereço profissional: Centro Médico SAMAR, situado na Avenida São Paulo, 2355, Centro, Cacoal/RO. Telefone (69) 9938-0949.
Diante do grau de qualificação do perito, da complexidade do exame e do local de sua realização, tratando-se de parte autora beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 28, da Resolução 305, de 07/10/2014 do CJF e da Resolução n. 232/2016 do CNJ, fixo os honorários periciais em R$ 500,00 (quinhentos reais), que será pago pela Justiça Federal, Seção do Estado de Rondônia, na forma da referida resolução.
Fixei o valor da perícia neste patamar com amparo no parágrafo único do art. 28 da Resolução n. 305/2014-CJF e no art. 2º, §4º da Resolução 232/2016-CNJ em razão da complexidade da matéria, do grau de zelo que o profissional empregará na perícia, do lugar e do tempo para a realização da perícia, bem como entrega do laudo e das peculiaridades regionais.
Com efeito, o perito deverá coletar e identificar os dados do periciando, indicando informações processuais, dados pessoais e condições laborativas, levantando histórico clínico e outras informações que julgar importantes. Deverá realizar exame físico e clínico do periciando para apurar quanto às queixas em detrimento de sua condição física e clínica. Deverá ralizar estudo de todos os documentos apresentados pelo periciando (atestados, laudos, exames, etc) para obter subsídios para a avaliação. Deverá responder a todos os quesitos formulados pelos juízo e pelas partes. Por fim, deverá encaminhar o laudo no prazo de 30 (trinta) dias após a realização da perícia.
É facultado ao perito o uso da autonomia profissional que lhe é conferida legalmente para realização do procedimento pericial, podendo usar de todos os meios técnicos legais que dispor a fim de responder aos quesitos arrolados, inclusive no que diz respeito ao acompanhamento do periciando.
JUSTIFICATIVA PARA SER INFORMADA NA REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO DE HONORÁRIOS MÉDICOS PERICIAIS
Além das atribuições consignadas acima, justificam-se os honorários na medida em que o valor mínimo da tabela do CJF (R$ 370,00) depois de descontados os tributos de IR (27,5%) e ISS (aproximadamente 5%) será reduzido para quantia irrisória e incapaz de remunerar o trabalho complexo que será realizado pelo perito, que comprometerá demasiadamente o tempo de avaliação da parte com exame clínico e avaliará todos os documentos médicos e exames apresentados, além de ter que elaborar laudo respondendo a um elevado número de quesitos.
Não fosse somente isso, o perito ainda arca com a despesa de alugar uma sala em clínica privada para que possa atender ao juízo, despesa que torna o valor mínimo da tabela do CJF ainda mais inexpressivo frente a demanda que lhe é imposta.
Ademais, as peculiaridades regionais também justificam o valor fixado, já que, nas Comarcas desta região, meras consultas médicas costumam ultrapassar o valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), sendo comum o fato de médicos especialistas cobrarem valores bem

superiores ao mínimo das tabelas das Resoluções (CJF e CNJ) para realizar perícias da amplitude desta designada, conforme já se teve a experiência em várias outras nomeações de outros profissionais em processos previdenciários deste juízo, em dezenas de médicos que recusaram as nomeações.
Portanto, tem-se por justificado o valor fixado para a perícia.
DETERMINAÇÕES:
1) Cadastre-se o perito nomeado no sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJE, como "outros participantes - perito", e o intime, pelo sistema, quanto a sua nomeação, bem como para que indique, no prazo de 10 (dez) dias, data e hora para realização da perícia, caso não tenha sido indicadas nesta decisão, com 20 (vinte) dias de antecedência até a data da perícia, a fim de viabilizar a intimação das partes. Advirta-o de que deverá responder aos quesitos constantes do formulário anexo integralmente, sob pena de complementação do laudo sem ônus posterior às partes ou ao Estado, salvo nos casos de quesitos repetidos. Por fim, o informe de que deverá apresentar o laudo médico ao juízo, no prazo de 30 (trinta) dias após a realização da perícia.
2) Com a indicação da data e hora da perícia, intimem-se as partes, por meio de seus respectivos representantes judicias, cientificando-as do prazo de 15 (quinze) dias para indicar assistente técnico, caso ainda não tenham indicado (art. 465, incisos II e III do Código de Processo Civil). Advirta-se à parte autora que deverá estar presente no local da perícia munida com:
a) Documentos pessoais: cópias do RG, do CPF e do cartão SUS;
b) Documentos médicos: originais e cópias de todos os documentos médicos relacionados à doença afirmada na inicial (laudos, encaminhamentos, fichas de atendimentos, relatórios de procedimentos e cirurgias, exames laboratoriais [sangue], exames de imagem [raio-x, ultrassom, tomografia, ressonância, eletrocardiograma, eletroencefalograma], laudos e filmes dos exames, CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho, agendamento de INSS, receitas de medicação, caixas das medicações que faz uso atualmente).
3) Na hipótese de o laudo não ser remetido ao juízo no prazo estipulado, intime-se o perito para encaminhá-lo no prazo de 10 (dez) dias.
4) Caso o(a) periciando(a) não compareça à perícia médica, intime-se a parte autora, por meio de seu representante judicial, para apresentar justificativa quanto a sua ausência, apresentando documentos que comprovem a alegação, e então retorne os autos conclusos para deliberação.
5) Com a juntada do laudo, dê ciência à parte autora, por meio de seu representante judicial e CITE-SE a parte requerida para apresentar contestação no prazo legal, contado em dobro por se tratar de autarquia de ente público federal, portanto, 30 (trinta) dias, com início da contagem a partir da citação/intimação pessoal do representante jurídico da autarquia requerida (artigos 182 e 183 do Código de Processo Civil).
Por ocasião da contestação, a parte requerida fica intimada do resultado da prova pericial e também para, caso queira, propor acordo, devendo, ainda, deverá juntar suas provas e especificar outras provas que eventualmente tiver a intenção de produzir, inclusive dizer se deseja apresentar prova testemunhal, justificando a necessidade e a pertinência.
Além disso e em atenção ao Ato Normativo n. 0001607-53.2015.2.00.0000, do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, e à RECOMENDAÇÃO CONJUNTA CNJ/AGU/MTPS Nº 1 DE 15.12.2015, por ocasião da contestação, deverá a parte requerida:
a) juntar cópia do processo administrativo, incluindo eventuais perícias médicas administrativas e informes dos sistemas informatizados relacionados às perícias médicas realizadas, bem como do CNIS atualizado e histórico de contribuições vertidas à previdência social;
b) tendo interesse em propor acordo, deverá a autarquia previdenciária apresentá-la por escrito ou requerer a designação de audiência para esse fim;
c) fazer juntar aos autos cópia do processo administrativo (incluindo eventuais perícias administrativas) e/ou informes dos sistemas informatizados relacionados às perícias médicas realizadas, além das entrevistas rurais eventualmente apresentadas.
6) Se for apresentada proposta de acordo, intime-se a parte autora para dizer se aceita, no prazo de 10 (dez) dias.
7) Se a parte requerida não contestar a ação no prazo legal ou se o fizer intempestivamente, certifique-se e intime-se a parte autora para se manifestar, devendo dizer se tem outra provas a serem produzidas, especificando-as, e dizer se deseja apresentar prova testemunhal em audiência, justificando a necessidade e a pertinência.
Anexo segue o formulário para a perícia médica com as informações e quesitos necessários para se conhecer do estado clínico da parte autora e da alegação de incapacidade.
Considerando que a autarquia previdenciária será citada somente após a realização da perícia, constei junto aos quesitos do juízo os demais quesitos que a Procuradoria da autarquia previdenciária comumente realiza nas dezenas de ações da mesma natureza que tramitam no juízo.
Constei no referido formulário todos os quesitos e informações disponibilizados no formulário unificado da RECOMENDAÇÃO CONJUNTA CNJ/AGU/MTPS Nº 1 DE 15.12.2015.
Considerando que os quesitos arrolados o formulário anexo são completos e abrangem a totalidade de informações e respostas de que se precisa saber para se conhecer do estado clínico da parte autora e acerca da alegada incapacidade laborativa, desde já indefiro os quesitos repetitivos que a(s) parte(s) vierem a indicar, ficando o perito desobrigado a responder as perguntas repetidas e de que se pretenda obter a mesma resposta, evitando-se repetições desnecessárias e retrabalho sem qualquer utilidade, com vistas, assim, a otimizar o trabalho pericial.
Após decorrido o prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo pericial, a escrivania deverá requisitar o pagamento dos honorários periciais, conforme determina a Resolução do CJF, independentemente de nova determinação nesse sentido, a fim de se evitar atrasos.
SERVE DE MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D'Oeste,sexta-feira, 14 de julho de 2023.
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz(a) de Direito
INFORMAÇÕES E QUESITOS DA PERÍCIA
I - DADOS IDENTIFICADORES:
a) Data da perícia:
b) Número do processo:
c) Perito Médico Judicial/Nome e CRM:
d) Assistente Técnico do Autor/Nome e CRM:
e) Assistente Técnico do requerido INSS/Nome matrícula e CRM:
f) Nome do(a) periciando(a):
g) Idade do(a) periciando(a):

h) CPF e/ou RG do(a) periciando(a):
i) Grau de escolaridade do(a) periciando(a)
j) Profissão declarada:
k) Tempo de profissão:
l) Atividade declarada como exercida:
m) Tempo de atividade:
n) Descrição da atividade:
o) Experiência laboral anterior:
p) Data declarada de afastamento do trabalho, se tiver ocorrido:
II – EXAME CLÍNICO E CONSIDERAÇÕES MÉDICO PERICIAIS:
1) O(a) periciando(a) já foi paciente do perito?
2) Existe algum motivo de suspeição ou de impedimento da atuação do perito nesta demanda (como ser parente, amigo próximo ou inimigo; devedor ou credor; possuir ação judicial contra o paciente ou ser demandado por ele)?
3) Qual a queixa que o(a) periciado(a) apresenta no ato da perícia?
4) Há evidências clínicas que atestam e/ou justificam a existência das queixas apresentadas (exames, testes, avaliações, laudos, relatórios, prontuários, tratamentos, etc)? Quais?
5) Por ocasião da perícia, foi diagnosticado pelo(a) perito(a) a existência atual de alguma doença, lesão ou deficiência? Qual (com CID)?
6) Qual a causa provável da(s) doença/moléstia(s)/lesão?
7) A doença/moléstia ou lesão decorrem do trabalho exercido? Justifique indicando o agente de risco ou agente nocivo causador.
8) A doença/moléstia ou lesão decorrem de acidente de trabalho? Em caso positivo, circunstanciar o fato, com data e local, bem como se reclamou assistência médica e/ou hospitalar.
9) Doença/moléstia ou lesão atualmente torna o(a) periciado(a) incapacitado(a) para o exercício do último trabalho ou atividade habitual? Justifique a resposta, descrevendo os elementos nos quais se baseou a conclusão.
10) Sendo positiva a resposta ao quesito n. 9, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza permanente ou temporária?
11) Sendo positiva a resposta ao quesito n. 9, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza parcial ou total?
12) Sendo constatada existência de incapacidade, o(a) paciente atualmente está incapacitado para todo e qualquer tipo de trabalho ou apenas para o seu trabalho habitual ou última profissão?
13) Se atualmente o periciando(a) não estiver incapacitado, ele(a) esteve incapacitado(a) para exercer seu trabalho habitual ou última profissão por algum período de tempo antes da realização da perícia? Por quanto tempo? Quando iniciou a incapacidade e quanto cessou?
14) Quais elementos de levaram à convicção do(a) perito(a) (tais como laudos, atestados, exames, prontuários, declarações da parte, testes físicos, avaliações físicas, etc)?
15) O(a) periciando(a) atualmente pode continuar trabalhando na sua última profissão normalmente, mesmo acometido da doença/moléstia ou lesão verificada, sem que o trabalho implique em risco à sua saúde?
16) Qual a data provável do início da(s) doença/lesão/moléstias(s) que acomete(m) o(a) periciado(a).
17) Data provável de início da incapacidade identificada. Justifique.
18) Incapacidade remonta à data de início da(s) doença/moléstia(s) ou decorre de progressão ou agravamento dessa patologia? Justifique.
19) Na data da realização do pedido administrativo ou da cessação do benefício previdenciário o periciando já estava incapacitado na forma ora constatada?
20) Na data do ajuizamento da ação o periciando já estava incapacitado na forma ora constatada?
21) Na data da realização da perícia, o periciando já estava incapacitado na forma ora constatada?
22) Caso se conclua pela incapacidade parcial e permanente, é possível afirmar se o(a) periciado(a) está apto para o exercício de outra atividade profissional ou para a reabilitação? Qual atividade?
23) Sendo positiva a existência de incapacidade total e permanente, o(a) periciado(a) necessita de assistência permanente de outra pessoa para as atividades diárias em razão de algumas das seguintes situações? 1 - Cegueira total; 2 - Perda de nove dedos das mãos ou superior a esta; 3 - Paralisia dos dois membros superiores ou inferiores; 4 - Perda dos membros inferiores, acima dos pés, quando a prótese for impossível; 5 - Perda de uma das mãos e de dois pés, ainda que a prótese seja possível; 6 - Perda de um membro superior e outro inferior, quando a prótese for impossível; 7 - Alteração das faculdades mentais com grave perturbação da vida orgânica e social; 8 - Doença que exija permanência contínua no leito; 9 - Incapacidade permanente para as atividades da vida diária. (Decreto 3.048/99, artigo 45 e anexo I). Se sim, qual e partir de quando?
24) Havendo incapacidade laborativa atual, é possível estimar qual o tempo e o eventual tratamento necessários para que o(a) periciado(a) se recupere e tenha condições de voltar a exercer seu trabalho ou atividade habitual (data de cessação da incapacidade)? – responder somente no caso de existir incapacidade atual:
25) Pode o perito afirmar se existe qualquer indício ou sinais de dissimulação ou de exacerbação de sintomas? Responda apenas em caso afirmativo.
26) Preste o perito demais esclarecimentos que entenda serem pertinentes para melhor elucidação da causa.
IV - ASSISTENTE TÉCNICO DA PARTE AUTORA: EVENTUAIS DIVERGÊNCIAS (caso tenha acompanhado o exame)
V - ASSISTENTE TÉCNICO DO INSS: EVENTUAIS DIVERGÊNCIAS (caso tenha acompanhado o exame)
Local e Data
Assinatura do Perito Judicial
Assinatura do Assistente Técnico da Parte Autora (caso tenha acompanhado o exame)
Assinatura do Assistente Técnico do INSS (caso tenha acompanhado o exame)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7001313-31.2023.8.22.0017
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Protesto Indevido de Título
Valor da causa: R$ 10.315,07 (dez mil, trezentos e quinze reais e sete centavos)
Parte autora: KATIA REGINA VIOTO TERRAS
ADVOGADOS DO AUTOR: CLAUDIA FERRARI, OAB nº RO8099A, KATHIA JULIA DA SILVA OLIVEIRA, OAB nº RO9537
Parte requerida: CASA & TERRA IMOBILIARIA E ENGENHARIA LTDA, AV. 25 DE AGOSTO 5338 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Da inversão do ônus da prova
Uma vez que se trata de relação de consumo e tendo em vista a evidente hipossuficiência da parte autora, segundo as regras ordinárias de experiências, fica desde já invertido o ônus da prova em desfavor de CASA & TERRA IMOBILIARIA E ENGENHARIA LTDA, com base no art. 6º, inc. VIII, do CDC.
Do prosseguimento do feito
A Lei n.º 13.994/2020 alterou o art. 22, § 2º, da Lei n.º 9099/95, incluindo a alternativa de audiência conciliatória mediante o uso de sistema tecnológico, como também possibilitou ao Juiz o julgamento do processo, caso o demandado não compareça ou se recuse a participar da solenidade não presencial (art. 23, da LJE).
Sendo assim, designo audiência de conciliação telepresencial, a ser realizada pelo Centro Judiciário de Resolução de Conflitos - CEJUSC, ficando a encargo da CPE1G a indicação da data, incluindo-a no módulo geral de audiências (art. 28 do PROVIMENTO CORREGEDORIA Nº 06/2022).
As partes ficam cientes de que será utilizado o sistema Google Meets, o qual deverá ser baixado no computador, notebook, tablet ou celular para fins de participar da solenidade virtual. Desde já fica disponibilizado o link https://meet.google.com/okm-jaod-nzo , que deverá ser utilizado pela(s) parte(s) para acesso à audiência. Para acessar, basta que as partes cliquem no link, no dia e hora designados, podendo ser por meio de computador ou smartphone. É vedado à(s) parte(s) ingressar na sala da audiência antes ou depois do dia designado para a audiência de conciliação, utilizando o link somente no momento de sua audiência. Em caso de dúvida técnica com relação ao modo de realização da solenidade, a parte deverá entrar em contato com o telefone do plantão do CEJUSC (69 3309-8440 - WhatsApp), para solicitar os esclarecimentos.
Intime-se a parte autora por meio de seu procurador constituído, via DJE, ou pessoalmente, por meio de carta, preferencialmente, caso esteja postulando em juízo sem representação. Fica a parte autora ciente de que sua ausência na audiência virtual importará na extinção processual, nos termos da Lei n.º 9.099/95.
Cite-se e intime-se a parte requerida pessoalmente ou por meio de advogado, caso haja constituição nos autos, tudo em conformidade com o art. 18 da lei 9099/95, para tomar conhecimento da ação e comparecer à audiência acompanhada de advogado, podendo oferecer contestação e documentos (pedido de provas, indicação de testemunhas) até a data da audiência, sob pena de preclusão, ficando advertida de que, caso não conteste no prazo ou deixe de comparecer à audiência, serão consideradas verdadeiras as alegações fáticas constantes da petição inicial e o mérito será julgado no estado em que se encontra o processo.
Apresentada a contestação e infrutífera a conciliação/mediação, a parte requerida deverá manifestar sua defesa, no prazo de 10 (dez) minutos e após, igual prazo será dado ao autor(a) para impugnação à contestação.
No mesmo ato as partes deverão se manifestar quanto à produção de provas.
Intimem-se as partes para comparecerem à audiência designada, tomando ciência desde logo das advertências a seguir descritas, de acordo com os Provimentos n.º 01/2017 e n.º 18/2020 do Tribunal de Justiça de Rondônia.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS E OUTRAS INSTRUÇÕES:
1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7° I, Prov. 018/2020-CG);
2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XIV, Prov. 018/2020-CG);
3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XV, Prov. 018/2020-CG);
4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 7° XVI, Prov. 018/2020-CG);
5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XVII, Prov. 018/2020-CG);
6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7° XVIII, Prov. 018/2020-CG).
Provimento 01/2017:
I — os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II — as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III — deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV — a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9°, § 40, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
V — em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;

VI — nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
VII — o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
VIII — o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
IX — deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
X — a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação;
XI — instalada a audiência, não havendo acordo ou mediação, a parte requerida apresentará, desde logo, sua defesa oral ou escrita e, na mesma oportunidade, será concedida à parte autora o prazo de até 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares arguidas, na forma da lei.
Expeça-se o necessário e aguarde-se a realização da solenidade.
Cumprindo-se as determinações, voltem os autos conclusos.
Serve este(a) de mandado/carta (precatória, inclusive) de citação/intimação.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:07
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7001316-83.2023.8.22.0017
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, Produto Impróprio, 7777 Serviço da TPU esta Indisponivel
Valor da causa: R$ 12.216,15 (doze mil, duzentos e dezesseis reais e quinze centavos)
Parte autora: ROMILDO SCHROEDER, LINHA 140 Km 42 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: RENAN GONCALVES DE SOUSA, OAB nº RO10297, AVENIDA RIO GRANDE DO SUL 4105, SEGUNDO PISO CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, HIGOR MARCOS ARMI DE OLIVEIRA, OAB nº RO10511
Parte requerida: ASSURANT SEGURADORA S.A., ALAMEDA RIO NEGRO 585, EDIFÍCIO DEMINI 3 ANDAR ALPHAVILLE INDUSTRIAL - 06454-000 - BARUERI - SÃO PAULO, ELETRO J. M. S/A., AV. BRASIL 4248, LOJA CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REU: PAULO EDUARDO PRADO, OAB nº RO4881, AV.GETULIO VARGAS, 3-03 VL.GUEDES DE AZEVEDO - 17017-000 - BAURU - SÃO PAULO
DESPACHO
Vistos.
Da inversão do ônus da prova
Uma vez que se trata de relação de consumo e tendo em vista a evidente hipossuficiência da parte autora, segundo as regras ordinárias de experiências, fica desde já invertido o ônus da prova em desfavor de ASSURANT SEGURADORA S.A., ELETRO J. M. S/A., com base no art. 6º, inc. VIII, do CDC.
Do prosseguimento do feito
A Lei n.º 13.994/2020 alterou o art. 22, § 2º, da Lei n.º 9099/95, incluindo a alternativa de audiência conciliatória mediante o uso de sistema tecnológico, como também possibilitou ao Juiz o julgamento do processo, caso o demandado não compareça ou se recuse a participar da solenidade não presencial (art. 23, da LJE).
Sendo assim, designo audiência de conciliação telepresencial, a ser realizada pelo Centro Judiciário de Resolução de Conflitos - CEJUSC, ficando a encargo da CPE1G a indicação da data, incluindo-a no módulo geral de audiências (art. 28 do PROVIMENTO CORREGEDORIA Nº 06/2022).
As partes ficam cientes de que será utilizado o sistema Google Meets, o qual deverá ser baixado no computador, notebook, tablet ou celular para fins de participar da solenidade virtual. Desde já fica disponibilizado o link https://meet.google.com/okm-jaod-nzo , que deverá ser utilizado pela(s) parte(s) para acesso à audiência. Para acessar, basta que as partes cliquem no link, no dia e hora designados, podendo ser por meio de computador ou smartphone. É vedado à(s) parte(s) ingressar na sala da audiência antes ou depois do dia designado para a audiência de conciliação, utilizando o link somente no momento de sua audiência. Em caso de dúvida técnica com relação ao modo de realização da solenidade, a parte deverá entrar em contato com o telefone do plantão do CEJUSC (69 3309-8440 - WhatsApp), para solicitar os esclarecimentos.
Intime-se a parte autora por meio de seu procurador constituído, via DJE, ou pessoalmente, por meio de carta, preferencialmente, caso esteja postulando em juízo sem representação. Fica a parte autora ciente de que sua ausência na audiência virtual importará na extinção processual, nos termos da Lei n.º 9.099/95.
Cite-se e intime-se a parte requerida pessoalmente ou por meio de advogado, caso haja constituição nos autos, tudo em conformidade com o art. 18 da lei 9099/95, para tomar conhecimento da ação e comparecer à audiência acompanhada de advogado, podendo oferecer contestação e documentos (pedido de provas, indicação de testemunhas) até a data da audiência, sob pena de preclusão, ficando advertida de que, caso não conteste no prazo ou deixe de comparecer à audiência, serão consideradas verdadeiras as alegações fáticas constantes da petição inicial e o mérito será julgado no estado em que se encontra o processo.
Apresentada a contestação e infrutífera a conciliação/mediação, a parte requerida deverá manifestar sua defesa, no prazo de 10 (dez) minutos e após, igual prazo será dado ao autor(a) para impugnação à contestação.
No mesmo ato as partes deverão se manifestar quanto à produção de provas.
Intimem-se as partes para comparecerem à audiência designada, tomando ciência desde logo das advertências a seguir descritas, de acordo com os Provimentos n.º 01/2017 e n.º 18/2020 do Tribunal de Justiça de Rondônia.

ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS E OUTRAS INSTRUÇÕES:
1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7° I, Prov. 018/2020-CG);
2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XIV, Prov. 018/2020-CG);
3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XV, Prov. 018/2020-CG);
4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 7° XVI, Prov. 018/2020-CG);
5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XVII, Prov. 018/2020-CG);
6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7° XVIII, Prov. 018/2020-CG).
Provimento 01/2017:
I — os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II — as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III — deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV — a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9°, § 40, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
V — em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
VI — nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
VII — o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
VIII — o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
IX — deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
X — a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação;
XI — instalada a audiência, não havendo acordo ou mediação, a parte requerida apresentará, desde logo, sua defesa oral ou escrita e, na mesma oportunidade, será concedida à parte autora o prazo de até 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares arguidas, na forma da lei.
Expeça-se o necessário e aguarde-se a realização da solenidade.
Cumprindo-se as determinações, voltem os autos conclusos.
Serve este(a) de mandado/carta (precatória, inclusive) de citação/intimação.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:07
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7001393-92.2023.8.22.0017
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Atraso de vôo, Cancelamento de vôo
Valor da causa: R$ 10.000,00 (dez mil reais)
Parte autora: VALCIR FAGUNDES DIAS, AV. ALTA FLORESTA 4375 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RODRIGO DE SOUZA COSTA, OAB nº RO8656
Parte requerida: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, EDIFIO C. BRANCO OFFICE PARK, TORRE JATOBÁ, 9 AND TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Vistos.
Da inversão do ônus da prova
Uma vez que se trata de relação de consumo e tendo em vista a evidente hipossuficiência da parte autora, segundo as regras ordinárias de experiências, fica desde já invertido o ônus da prova em desfavor de AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., com base no art. 6º, inc. VIII, do CDC.

Do prosseguimento do feito
A Lei n.º 13.994/2020 alterou o art. 22, § 2º, da Lei n.º 9099/95, incluindo a alternativa de audiência conciliatória mediante o uso de sistema tecnológico, como também possibilitou ao Juiz o julgamento do processo, caso o demandado não compareça ou se recuse a participar da solenidade não presencial (art. 23, da LJE).
Sendo assim, designo audiência de conciliação telepresencial, a ser realizada pelo Centro Judiciário de Resolução de Conflitos - CEJUSC, ficando a encargo da CPE1G a indicação da data, incluindo-a no módulo geral de audiências (art. 28 do PROVIMENTO CORREGEDORIA Nº 06/2022).
As partes ficam cientes de que será utilizado o sistema Google Meets, o qual deverá ser baixado no computador, notebook, tablet ou celular para fins de participar da solenidade virtual. Desde já fica disponibilizado o link https://meet.google.com/okm-jaod-nzo , que deverá ser utilizado pela(s) parte(s) para acesso à audiência. Para acessar, basta que as partes cliquem no link, no dia e hora designados, podendo ser por meio de computador ou smartphone. É vedado à(s) parte(s) ingressar na sala da audiência antes ou depois do dia designado para a audiência de conciliação, utilizando o link somente no momento de sua audiência. Em caso de dúvida técnica com relação ao modo de realização da solenidade, a parte deverá entrar em contato com o telefone do plantão do CEJUSC (69 3309-8440 - WhatsApp), para solicitar os esclarecimentos.
Intime-se a parte autora por meio de seu procurador constituído, via DJE, ou pessoalmente, por meio de carta, preferencialmente, caso esteja postulando em juízo sem representação. Fica a parte autora ciente de que sua ausência na audiência virtual importará na extinção processual, nos termos da Lei n.º 9.099/95.
Cite-se e intime-se a parte requerida pessoalmente ou por meio de advogado, caso haja constituição nos autos, tudo em conformidade com o art. 18 da lei 9099/95, para tomar conhecimento da ação e comparecer à audiência acompanhada de advogado, podendo oferecer contestação e documentos (pedido de provas, indicação de testemunhas) até a data da audiência, sob pena de preclusão, ficando advertida de que, caso não conteste no prazo ou deixe de comparecer à audiência, serão consideradas verdadeiras as alegações fáticas constantes da petição inicial e o mérito será julgado no estado em que se encontra o processo.
Apresentada a contestação e infrutífera a conciliação/mediação, a parte requerida deverá manifestar sua defesa, no prazo de 10 (dez) minutos e após, igual prazo será dado ao autor(a) para impugnação à contestação.
No mesmo ato as partes deverão se manifestar quanto à produção de provas.
Intimem-se as partes para comparecerem à audiência designada, tomando ciência desde logo das advertências a seguir descritas, de acordo com os Provimentos n.º 01/2017 e n.º 18/2020 do Tribunal de Justiça de Rondônia.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS E OUTRAS INSTRUÇÕES:
1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7° I, Prov. 018/2020-CG);
2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XIV, Prov. 018/2020-CG);
3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XV, Prov. 018/2020-CG);
4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 7° XVI, Prov. 018/2020-CG);
5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XVII, Prov. 018/2020-CG);
6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7° XVIII, Prov. 018/2020-CG).
Provimento 01/2017:
I — os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II — as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III — deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV — a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9°, § 40, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
V — em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
VI — nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
VII — o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
VIII — o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
IX — deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
X — a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação;

XI — instalada a audiência, não havendo acordo ou mediação, a parte requerida apresentará, desde logo, sua defesa oral ou escrita e, na mesma oportunidade, será concedida à parte autora o prazo de até 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares arguidas, na forma da lei.
Expeça-se o necessário e aguarde-se a realização da solenidade.
Cumprindo-se as determinações, voltem os autos conclusos.
Serve este(a) de mandado/carta (precatória, inclusive) de citação/intimação.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:07
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001948-17.2020.8.22.0017
Classe: Outros procedimentos de jurisdição voluntária
Assunto: Condomínio
Valor da causa: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)
Parte autora: BRUNA ANGELICA STRUNKIS, CPF nº 85013838215, AV. RIO GRANDE DO SUL 4297 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, VICTOR TIAGO STRUNKIS, CPF nº 83971106234, AV. RIO GRANDE DO SUL 4297 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: DANIEL DOS ANJOS FERNANDES JUNIOR, OAB nº RO3214A
Parte requerida: ANA PAULA DA SILVA DOS SANTOS STRUNKIS, CPF nº 00160723248, AVENIDA PARANÁ 4092 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, LUIZ ANTONIO STRUNKIS, CPF nº 52434710972, AV. BRASIL 4135 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, ALEJANDRO VINICIUS DA SILVA STRUNKIS, CPF nº 03854912200, PARANA 4092 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: BRUNO ROQUE, OAB nº RO5905, AV. MATO GROSSO 4202 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
O Ministério Público pugnou pela designação de audiência de conciliação, em razão do litígio entre as partes quanto à partilha dos bens (ID 87849236).
Em análise aos argumentos trazidos pelas partes, verifico que há litígio entre as partes que poderiam ser resolvidos e/ou esclarecidos através de conciliação.
Salienta-se que a concretização da autocomposição obtida por meio da conciliação representa a livre manifestação da vontade das partes, de que maneira que, quanto consolidada, espelha a melhor justiça que se pode obter na resolução de um conflito, pois resolve o litígio sem a vontade das partes seja substituída pela vontade do Estado-Juiz, exteriorizando o escopo social da jurisdição, qual seja, a pacificação social.
O art. 139, II e V, do CPC, assim preceitua:
Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:
[...] II - velar pela duração razoável do processo;
[...] V - promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais;
Desta forma, primando pela celeridade processual, bem como atendendo aos anseios estabelecidos pelo Código de Processo Civil, que prima pela resolução dos conflitos pela autocomposição entre partes, além de homenagear ao princípio da celeridade processual, caminhando ao encontro da nova sistemática processual trazida pela Lei 13.105/15 que, ao traçar as fundamentais do processo civil, priorizou a conciliação como forma de solução dos conflitos, entende-se possível e prudente a designação de audiência de conciliação prévia.
Assim, determino que a CPE designe data e horário para realização de audiência de conciliação, a ser realizada por sistema de vídeo pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC.
Após a designação da audiência, intime-se as partes, por meio de seus respectivos advogados, via DJE, a comparecer na audiência de conciliação.
Advirtam-se as partes de que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação, é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (CPC, art. 334, § 8º).
As partes ficam cientes de que será utilizado o aplicativo Google Meets, o qual deverá ser baixado no computador, notebook, tablet ou celular para fins de participar da solenidade virtual.
Disponibiliza-se o link https://meet.google.com/okm-jaod-nzo que deverá ser utilizado pela(s) parte(s) para acesso à audiência.
É vedado a(s) parte(s) ingressar(em) na sala da audiência antes ou depois do dia e horário designado para a audiência de conciliação, devendo ser utilizado o link somente no momento de sua audiência.
Em caso de dúvida técnica com relação ao modo de realização da solenidade, as partes deverão entrar em contato com o telefone do NUCOMED: (69) 3309-8440 (WhatsApp) para solicitar esclarecimentos.
Defiro em parte o pedido apresentado ao ID 87646691 e determino que a intimação do locatário do imóvel localizado na Av. Brasil, 3872, Centro, Alta Floresta D'Oeste para que apresente todos os comprovantes de pagamento de aluguel.
Ficam os autores intimados, por meio de seu advogado constituído, via DJE, a comprovar as custas da diligência, no prazo de 5 dias. Deverá no mesmo prazo apresentar o nome do locatário e número do documento de identificação.
Intime-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:18.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001233-67.2023.8.22.0017
Classe: Monitória
Assunto: Contratos Bancários
Valor da causa: R$ 7.486,80 ()
Parte autora: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, A AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
Parte requerida: FABIO JUNIOR PARZEWSKI GONSALVES, ESTRADA LINHA 47,5, KM 11 S/N ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Recebo os autos para processamento.
Custas iniciais recolhidas no importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa.
Considerando que a inicial está instruída com prova escrita sem eficácia de título executivo, DEFIRO a expedição de mandado de citação e pagamento, com fundamento no art. 701 do CPC, em face FABIO JUNIOR PARZEWSKI GONSALVES, CPF nº 00852689250, ESTRADA LINHA 47,5, KM 11 S/N ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA.
No prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada do mandado de citação aos autos, a(s) parte(s) requerida(s) poderá(ão), alternativamente:
a) cumprir a obrigação que lhe está sendo exigida, efetuando o pagamento do valor constante da inicial, além de honorários de advogado no patamar de 5%, ficando isenta do pagamento de custas processuais;
b) depositar 30% do valor total da dívida, ocasião em que poderá pleitear o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês, nos termos do art. 701, § 5º do CPC;
c) oferecer, nos próprios autos, embargos monitórios, independente de prévia segurança do juízo (art. 702 do CPC), devendo ficar ciente de que, em caso de rejeição dos embargos, além do valor do crédito da parte autora, deverá pagar as custas processuais e honorários de advogado, estes que serão fixados no mínimo de 10% e no máximo de 20% sobre o valor da condenação, nos termos do 85, § 2º do CPC.
Havendo apresentação de embargos monitórios (art. 702 do CPC), intime-se a parte autora para impugnar os embargos em 15 dias (art. 702, §5º do CPC).
Em seguida, intimem-se as partes para em 5 dias se manifestarem acerca das provas que pretendem produzir, indicando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento, e sem prejuízo do julgamento antecipado da lide.
Caso haja pedido de prova testemunhal, deverá a parte interessada, no prazo acima, depositar o rol de testemunhas nos autos.
Havendo apenas pedido de produção de prova testemunhal pelas partes, ao Cartório para designar audiência de instrução e julgamento.
Registre-se que se deve proceder em conformidade com o estabelecido no art. 357, § 5º e art. 455, ambos do CPC, ou seja, cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada, do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.
O número de testemunhas arroladas não poderá ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato – art. 357, § 6º do CPC.
Ressalto que a intimação só será feita pela via judicial quando:
a) restar comprovada que a tentativa de intimação prevista no art. 455, § 1º do CPC foi frustrada, devendo tal comprovação ocorrer em tempo hábil para que o Juízo promova a intimação;
b) sua necessidade for devidamente demonstrada;
c) figurar no rol de testemunhas servidor público ou militar, hipótese em que o juiz requisitará ao chefe da repartição ou ao comando do corpo em que servir;
d) a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública; ou
e) a testemunha for uma daquelas previstas no art. 454 do CPC.
Caso qualquer das partes apenas venha juntar documentos (prova documental), dê-se vistas à parte contrária para se manifestar em 5 dias. Em seguida, intimem-se as partes para apresentarem alegações finais no prazo comum de 15 dias. Após, retornem os autos conclusos.
Caso não haja o pagamento e não sejam apresentados embargos monitórios, a prova escrita que acompanha a inicial será constituída de pleno direito em título executivo judicial, nos termos do art. 701, § 2º, do CPC. Sendo essa a hipótese, venham os autos conclusos para sentença.
Intimem-se. Pratique-se e expeça-se o necessário. Requisite-se ou depreque-se, conforme o caso.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001249-89.2021.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Concessão

Valor da causa: R$ 17.279,41 (dezessete mil, duzentos e setenta e nove reais e quarenta e um centavos)
Parte autora: MARIA REDINALDA DA SILVA GONCALVES AMARAL, AV. JOSÉ LINHARES 4174, CASA REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390, AV. RIO BRANCO 4539 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, MATHEUS RODRIGUES PETERSEN, OAB nº RO10513
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença promovido por MARIA REDINALDA DA SILVA GONCALVES AMARALcontra a Fazenda Pública Federal (INSS) em que o pagamento dos créditos se dará por meio de Requisição de Pequeno Valor-RPV.
As requisições foram cadastradas e conferidas, sendo autorizada a migração para o TRF pelo juízo e estando autuadas no TRF.
Assim, determino a suspensão do feito pelo prazo de 90 dias ou até a informação de pagamento dos valores.
Com juntada da comprovação dos depósitos, retornem conclusos para eventual extinção e autorização de expedição de alvarás.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 13:59.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000906-93.2021.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Rural (Art. 48/51)
Valor da causa: R$ 50.141,00 (cinquenta mil, cento e quarenta e um reais)
Parte autora: DEUZI REIS DA SILVA, SITIO ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: THATY RAUANI PAGEL ARCANJO, OAB nº RO10962, RUA DUQUE DE CAXIAS 1518, ESCRITÓRIO CENTRO - 76963-842 - CACOAL - RONDÔNIA
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença, no qual foi informado o pagamento das Requisições de Pequeno Valor - RPV(s) e/ou precatório(s).
Considerando que houve a comprovação do depósito do valor integral do débito exequendo, nos termos do artigo 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução.
Autorizo o levantamento de todo o valor depositado e cominações que porventura incidirem em favor da parte exequente, ficando desde já autorizado o levantamento dos valores pelo causídico que a representa, vez que a procuração ad judicia acostada junto ao ID n. 56923463 lhe outorga tais poderes, devendo o(s) sacante(s) retirar(em) a presente decisão, que serve de alvará, e dirigir(em)-se ao banco munido(s) de seus documentos pessoais (RG e CPF) e, assim que efetuado o saque, dar quitação da quantia paga por termo nos autos.
Sem custas (art. 8º, I, Lei Estadual n. 3.896/2016).
Sentença publicada e registrada automaticamente pelo sistema processual de informática.
Cumprindo com o que for necessário e certificada a inexistência de valores depositados nestes autos, arquive-se.
SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO/ALVARÁ JUDICIAL.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:04 .
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
I- RPV OU PRECATÓRIO DO VALOR PRINCIPAL
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento dos valores depositados nestes autos em favor de DEUZI REIS DA SILVA, CPF nº 75278774215 e/ou do(a) advogado(a) THATY RAUANI PAGEL ARCANJO, OAB nº RO10962 junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 69.749,74 (sessenta e nove mil, setecentos e quarenta e nove reais e setenta e quatro centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 2800128335758.
Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.
II- RPV REFERENTE AOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento dos valores depositados nestes autos em favor do (a) advogado (a) THATY RAUANI PAGEL ARCANJO, OAB nº RO10962 junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 14.601,13 (quatorze mil, seiscentos e um reais e treze centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 3200128335335.
Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000100-92.2020.8.22.0017
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública

Assunto: Aposentadoria Especial (Art. 57/8)
Valor da causa: R$ 12.468,00 ()
Parte autora: MARIA LUIZA PEREIRA DOS SANTOS, LINHA 152 ESQUINA COM A 60 sn, KM 20 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CLAUDIA JULIANA KRONBAUER TABARES, OAB nº RO6440
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Considerando a informação de que não foi implementado o benefício, objeto de decisão anterior, proceda-se como indicado no acordo de cooperação entre este tribunal e os representantes processuais do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Processo SEI n. 0008244-87.2020.8.22.8000):
DO OBJETO - CLÁUSULA PRIMEIRA (...) 1.2. Pelo presente ACORDO, o TJRO, a PF/RO e a PU/RO acordam que, as intimações serão realizadas pelo sistema eletrônico do respectivo Tribunal (PJE).
1.2.1 Excepcionalmente, havendo necessidade justificada de intimação fora do sistema PJE, esta será realizada mediante o envio do respectivo ato/decisão para o e-mail pfro.tj@agu.gov.br, quando se tratar de entidade representada pela Procuradoria-Geral Federal. (...)
DAS ATRIBUIÇÕES DO TJRO - CLÁUSULA TERCEIRA 3.1. Caberá ao TJRO, através da Secretaria Judiciária do Primeiro Grau, por meio da Central de Processos Eletrônicos, e aos Cartórios Judiciais do 1º Grau, dentro de sua competência:
3.1.1. Enviar aos e-mails indicados na Cláusula "1.2.1" os atos ali citados.
3.1.2. Os servidores deverão instruir o e-mail a ser enviado com todos os documentos necessários ao seu fiel cumprimento, que deverá ser encaminhado com aviso de recebimento.
3.1.3. Havendo qualquer problema técnico ou dúvida, no encaminhamento do ato processual, deverá o servidor se valer dos meios necessários para confirmar se a mensagem foi remetida.
3.2. Os servidores deverão instruir os processos judiciais com o devido comprovante de envio do e-mail à PF/RO (...)
Nesse sentido, deverá ser enviado e-mail para o endereço eletrônico pfro.tj@agu.gov.br, com o seguinte assunto: PREVIDENCIÁRIO ou ACIDENTÁRIO DO TRABALHO (conforme o caso) - número do processo judicial - nome completo do beneficiário(a), CPF, código e nome de benefício. Em anexo, faz-se necessário juntar o documento que relata o não cumprimento da tutela/sentença e a decisão/sentença que concedeu o benefício.
Prazo: 20 (vinte) dias, considerando sua prerrogativa de prazo em dobro.
Não há necessidade de intimação do INSS pelo PJe quanto a este despacho, em virtude de método de trabalho entabulado nos autos do Processo SEI n. 0002428-47.2023.8.22.8800, no qual a referida autarquia se posicionou no sentido de que bastaria apenas a intimação por e-mail nestes casos.
Certifique-se, nos autos, quanto ao envio do e-mail.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000261-97.2023.8.22.0017
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Contratos Bancários
Valor da causa: R$ 346.117,41 ()
Parte autora: BANCO BRADESCO S.A., - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, BRADESCO
Parte requerida: WELLINGTON RODRIGUES DA CRUZ
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de Execução de Título Extrajudicial em que diante da notícia do falecimento do executado, formula a parte autora pela habilitação do crédito nos autos do inventário (ID 90665533).
Assim, determino o processamento como "Habilitação de crédito", nos termos do art. 642, §1º do CPC.
Certifique-se nos autos de n. 7001880-96.2022.8.22.0017, acerca do ajuizamento do presente incidente e habilite-se no PJE o patrono da parte requerida indicado nos autos de inventário para intimação acerca da presente decisão.
Intime-se a inventariante e os herdeiros do de cujus, na pessoa de seus patronos, para que se manifestem acerca do pedido de habilitação de crédito, em 05 dias (art. 642, CPC).
Após, voltem os autos conclusos para decisão.
Cumpra-se.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001151-36.2023.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Idoso
Valor da causa: R$ 57.977,00 (cinquenta e sete mil, novecentos e setenta e sete reais)
Parte autora: DARIO ARREVALO RASPANTE DOMINGUES, AVENIDA PARANÁ, RUA BELO HORIZONTE 2629 PRINCESA ISABEL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RYDI MAXWELL CORDEIRO DA SILVA, OAB nº MT29546A
Parte requerida: I. N. D. S. S., AV. BRASIL 3374 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Recebo a emenda à inicial de ID 93138084.
Trata-se de ação de concessão de benefício de prestação continuada à pessoa idosa ajuizada por DARIO ARREVALO RASPANTE DOMINGUES em face de INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL.
Em resumo, a parte autora afirma que possui mais de sessenta e cinco anos e que não é segurado do regime previdenciário e vive em estado de pobreza, alegando que não tem condições de prover o seu sustento e nem de tê-lo provido por sua família. Afirma que requereu administrativamente o benefício de prestação continuada à parte requerida, mas o pedido foi indeferido pelo não atendimento aos requisitos exigidos pela Lei Orgânica da Assistência Social (ID 91872639), motivo pelo qual ajuizou a presente ação postulando a condenação da requerida a concessão do benefício assinalado.
Com a inicial, juntou documentos que entende fundamentar sua pretensão.
Defiro os benefícios da justiça gratuita, uma vez que a parte autora juntou declaração de hipossuficiência e declarou não ter condições de arcar com as custas do processo sem prejuízo de seu sustento, bem como diante da inexistência de elementos que permitam afastar a presunção de hipossuficiência econômica alegada.
Deixo de designar audiência de conciliação porque, em se tratando de pedido de benefício previdenciário em que o requerido é autarquia federal e o objeto da causa tem natureza de direito indisponível em relação ao ente público, resta inviabilizada a autocomposição (Código de Processo Civil, artigo 334, § 4º, inciso II).
É o relatório. DECIDO.
DA TUTELA DE URGÊNCIA
A parte autora pediu a concessão de tutela antecipada de urgência para que a requerida seja compelida a implantar imediatamente o benefício assistencial, alegando que encontram-se presentes os requisitos para tanto, motivo pelo qual passo a analisar o pedido.
O atual Código de Processo Civil estabelece que "a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". Outrossim, consoante a nova sistemática do Código de Processo Civil de 2015, a tutela de urgência pode ter natureza antecipada (art. 303 do Código de Processo Civil) ou cautelar (art. 305 do Código de Processo Civil).
Analisando os argumentos aduzidos na inicial, bem como as provas que instruem o pedido, verifico não estarem presentes todos os requisitos necessários à concessão da tutela de urgência de natureza antecipada.
Isso porque, não evidencio a probabilidade do direito invocado pela parte autora.
Sabe-se que decorre dos atos dos servidores públicos a presunção de legitimidade dos atos administrativos.
Esta premissa vem sob a égide de vários aspectos, sendo que os mais importantes derivam do fato de os atos, ao serem editados, obedecerem a formalidades e procedimentos específicos, tendo em vista a sujeição da Administração Pública ao princípio da legalidade estrita.
Ademais, quando se leva em conta o princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos, considera-se que tais ações são legítimas e legalmente corretas, até prova em contrário.
Assim, via de regra, a obrigação de provar que a Administração Pública agiu com ilegalidade ou abuso de poder incumbe a quem a alegar, ônus do qual, ao menos em princípio, a parte autora não se desincumbiu.
Nesses termos, verifica-se que não se encontram presentes os elementos necessários para a concessão da antecipação dos efeitos da tutela, considerando a análise perfunctória que fora realizada dos fatos e dos documentos contidos nos autos até o presente momento.
Ao teor do exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência de natureza antecipada postulada pelo(a) requerente.
REALIZAÇÃO DE ESTUDO SOCIAL
Segundo a recomendação da Corregedoria, por meio do Ofício Circular n. 070/2015-DECOR/CG, nas ações previdenciárias não é atribuição do Assistente Social do
PODER JUDICIÁRIO Estadual realizar perícia.
Dessa forma, nomeio como perita social a assistente CLAUDIA MARIA BOONE DOS SANTOS, CRESS 1536 (telefone n. 98457-2734 - e-mail claudiaboone84@gmail.com) para realizar o estudo social junto à parte autora e seu núcleo familiar.
Diante do grau de qualificação da perita, da complexidade do exame e do local de sua realização, tratando-se de parte autora beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 28, da Resolução 305, de 07/10/2014 do CJF e do art. 2º da Resolução n. 232/2016 do CNJ, fixo os honorários periciais no limite máximo da tabela de R$ 300,00 (trezentos reais), que será pago pela Justiça Federal, Seção do Estado de Rondônia, na forma da referida resolução.
A perita deverá deslocar-se à residência do periciando, coletar e identificar os dados deste, indicar informações processuais, dados pessoais e condições econômicas de seu grupo familiar. Deverá responder a todos os quesitos formulados pelo juízo e pelas partes. Por fim, deverá encaminhar o laudo no prazo de 30 (trinta) dias após a realização da perícia.
DETERMINAÇÕES:
1) Intime-se a perita assistente social, por meio do e-mail indicado, quanto a sua nomeação, bem como para que realize o estudo social e apresente o laudo, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da sua nomeação. Advirta-se de que deverá responder aos quesitos constantes do formulário anexo integralmente, sob pena de complementação do laudo sem ônus posterior às partes ou ao Estado, salvo nos casos de quesitos repetidos

2) Na hipótese do laudos não ser remetido ao juízo no prazo estipulado, intimem-se a perita para encaminhá-lo, no prazo de 10 (dez) dias.
3) Com a juntada do laudo social, dê ciência à parte autora, por meio de seu representante judicial e CITE-SE a parte requerida para apresentar contestação no prazo legal, contado em dobro por se tratar de autarquia de ente público federal, portanto, 30 (trinta) dias, com início da contagem a partir da citação/intimação pessoal do representante jurídico da autarquia requerida (artigos 182 e 183 do Código de Processo Civil).
Por ocasião da contestação, a parte requerida fica intimada do resultado das provas periciais e também para, caso queira, propor acordo, devendo, ainda, juntar suas provas e especificar outras provas que eventualmente tiver a intenção de produzir, inclusive dizer se deseja apresentar prova testemunhal, justificando a necessidade e a pertinência.
Além disso e em atenção ao Ato Normativo n. 0001607-53.2015.2.00.0000, do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, e à RECOMENDAÇÃO CONJUNTA CNJ/AGU/MTPS Nº 1 DE 15.12.2015, por ocasião da contestação, deverá a parte requerida:
a) juntar cópia do processo administrativo, incluindo eventuais perícias médicas administrativas e informes dos sistemas informatizados relacionados às perícias médicas realizadas, bem como do CNIS atualizado e histórico de contribuições vertidas à previdência social;
b) tendo interesse em propor acordo, deverá a autarquia previdenciária apresentá-la por escrito ou requerer a designação de audiência para esse fim;
c) fazer juntar aos autos cópia do processo administrativo (incluindo eventuais perícias administrativas) e/ou informes dos sistemas informatizados relacionados às perícias médicas realizadas, além das entrevistas rurais eventualmente apresentadas.
4) Se for apresentada proposta de acordo, intime-se a parte autora para dizer se aceita, no prazo de 10 (dez) dias.
5) Se a parte requerida não contestar a ação no prazo legal ou se o fizer intempestivamente, certifique-se e intime-se a parte autora para se manifestar, devendo dizer se tem outra provas a serem produzidas, especificando-as, e dizer se deseja apresentar prova testemunhal em audiência, justificando a necessidade e a pertinência.
Após decorrido o prazo para as partes se manifestarem sobre o laudos pericial, a CPE deverá requisitar o pagamento dos honorários periciais, conforme determina a Resolução do CJF, independentemente de nova determinação nesse sentido, a fim de se evitar atrasos.
SERVE DE MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D'Oeste,sexta-feira, 14 de julho de 2023.
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz(a) de Direito
FORMULÁRIO DE PERÍCIA
INFORMAÇÕES E QUESITOS DA PERÍCIA SOCIAL
I - DADOS IDENTIFICADORES:
a) Data da perícia (estudo social):
b) Número do processo:
c) Nome do(a) periciando(a):
II - DADOS SOBRE O GRUPO FAMILIAR (de cada pessoas que reside com a parte autora inclusive da parte requerente):
a) nomes;
b) filiação;
c) CPF;
d) data de nascimento e idade;
e) estado civil;
f) grau de instrução;
g) relação de parentesco;
h) atividade profissional;
i) renda mensal;
j) origem da renda (pensão, aposentadoria, benefício assistencial, autônomo, empregado com CTPS, funcionário público, aluguéis, etc.).
III - DADOS SOBRE AS CONDIÇÕES RESIDENCIAIS E ECONÔMICAS
a) Informar se residência onde mora é própria;
b) Se a residência onde mora for alugada, dizer qual o valor do aluguel;
c) Descrever a residência: a) alvenaria ou madeira, b) estado de conservação; c) quantos módulos (quarto, sala, cozinha, etc.); d) metragem total aproximada; e) se é beneficiada com rede de água tratada e de energia; f) etc.
d) Informar se o interessado possui outros imóveis ou propriedades urbanos ou rurais, indicando-as;
e) Indicar o estado dos móveis (novos ou antigos, conservados ou em mau estado etc);
f) Indicar a existência de telefone (fixo ou celular) na residência e de internet;
g) Indicar se recebe doações, de quem e qual o valor;
h) Indicar despesas com remédios;
i) Informar sobre a existência de parentes que, embora não residam no mesmo local, auxiliem a parte autora ou tenham condições de auxiliá-la financeiramente ou através de doações, indicando o grau de parentesco, profissão e renda;
j) Informações que julgar importantes para o processo, colhidas com vizinhos e/ou comerciantes das proximidades, bem como outras obtidas com a diligência, inclusive se as condições percebidas no estudo permitem concluir que a família do requerente vive em estado de pobreza/miserabilidade.
Local e Data
Assinatura do Perito Judicial

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001278-42.2021.8.22.0017
Classe: Inventário
Assunto: Inventário e Partilha
Valor da causa: R$ 240.000,00 ()

Parte autora: PEDRO FAGUNDES, RUA DR PAULO SERGIO URSULINO 5003 REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, NEUSA FAGUNDES FARIAS, AV. IPIRANGA 510 QD02 LT06 - 85255-000 - POEMA (NOVA TEBAS) - PARANÁ, MARIA CAVALHEIRO FAGUNDES DE FREITAS, LINHA P- 48 S/N KM 70, ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, JOSIAS FAGUNDES, LINHA 45 S/N, ZONA RURAL KM 07, C/A LH 42,5 - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, JOSE FAGUNDES, LINHA 45 S/N, ZONA RURAL KM 07, C/A LH 42,5 - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, IZAIRA CAVALHEIRO FAGUNDES, AV. JOSÉ LINHARES C/NEREU RAMOS 4270 REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, EDNA CAVALHEIRO FAGUNDES, AV. NILO PEÇANHA 3499 REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, CLEUZA FAGUNDES PONTES, LINHA 42, POST 42, 2° TRAVES S/N ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, CLAUDINEY FAGUNDES, RUA TEODORA LOPES 8746, - ATÉ 8802/8803 SÃO FRANCISCO - 76813-270 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: RENAN GONCALVES DE SOUSA, OAB nº RO10297, AV JK 4080 REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390, RUA JK 4080 REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, BETHANIA SOARES COSTA, OAB nº RO8757
Parte requerida: EUGENIO STRAUB FAGUNDES, AV. JOSÉ LINHARES C/NEREU RAMOS 4270 REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
INVENTARIADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Tratam-se de embargos de declaração opostos pelo inventariante JOSÉ FAGUNDES em face da Sentença que determinou o reajuste do valor da causa para R$ 910.000,00 (novecentos e dez mil reais).
Os embargos foram interpostos tempestivamente. Decido.
A finalidade dos embargos de declaração é sanar obscuridade, contradição ou omissão de que a decisão padeça. Ao acolhê-los, o julgador afastará os vícios, sanando-os.
No caso dos autos, o recurso guarda relação com os incisos do art. 1.022 do CPC/2015, uma vez que, o valor da causa deve corresponder ao patrimônio do de cujus a ser partilhado entre os herdeiros, excluída a meação do cônjuge supérstite, conforme determina o art. 651, II, do CPC.
Dessa forma, CONHEÇO dos embargos de declaração e no mérito OS ACOLHO para reajustar o valor da causa para R$ 455.000,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais).
Os demais termos da sentença permanecem inalterados.
Intime-se as partes desta decisão.
Corrija-se o valor da causa em R$ 455.000,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais).
Em seguida, intime-se o inventariante para recolher as custas (3%).
Cumpra-se os demais termos da sentença.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oeste, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000911-52.2020.8.22.0017
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Alienação Fiduciária
Valor da causa: R$ 14.598,01 ()
Parte autora: Banco Bradesco Financiamentos S.A, BANCO BRADESCO S.A., CIDADE DE DEUS VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADOS DO PROCURADOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA, OAB nº AL6557, BRADESCO
Parte requerida: ADRIANO MARQUES ZAMBONIN, LINHA 42 KM 8 1 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
PROCURADOR SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Custas processuais recolhidas, conforme ID 91843424.
Defiro o pedido para a expedição de novo mandado de citação e busca e apreensão (ID 87724848) a ser cumprido no endereço: AVENIDA AMAPA, 3090, ALTA FLORESTA D OESTE - RO - 76954-000.
Assim, expeça-se mandado de citação e busca e apreensão do bem descrito na inicial (MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: GOL GER.4 ANO: 2011 COR: BRANCA PLACA: NBG0607 CHASSI: 9BWAA05W1CP011136), depositando-se os bens nas mãos do representante legal que o requerente informar, sob pena de restar prejudicado o cumprimento da liminar, devendo a parte autora proceder no prazo de 05 (cinco) dias a juntada do comprovante das custas processuais, considerando trata-se de renovação de ato já realizado.
Intime-se o requerido para informar o paradeiro do bem objeto da lide, bem como indicar para quem o vendeu, indicando referencias da pessoa que detém a posse do bem objeto do contrato, a fim de que a ordem judicial de busca e apreensão possa ser efetivamente cumprida, advertindo-o que diante de omissão poderá incorrer em ato atentatório a dignidade da justiças.
Com a juntada do resultado da diligência, intime-se o autor para requerer o que entender de direito no prazo de 05 dias.
Cumpra-se, servindo cópia da presente como mandado de intimação, busca e apreensão, carta precatória e ofício, caso conveniente à CPE.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7000410-93.2023.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Valor da causa: R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais)
Parte autora: MARCIANA SILVA ANDRADE, RUA SANTA CATARINA 3136 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
Parte requerida: CLAUDIA APARECIDA DE BRITO, AV. RIO DE JANEIRO 4618 CIDADE ALTA - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Altere-se a classe para cumprimento de sentença, se ainda não o foi.
Sustenta MARCIANA SILVA ANDRADE que CLAUDIA APARECIDA DE BRITO deixou de cumprir a obrigação de fazer aqui imposta.
Sendo assim, considerando-se o que dispõe a súmula 410 do STJ1, intime-se pessoalmente o(a) executado(a) a, no prazo de 30 dias, comprovar que providenciou o cumprimento da obrigação consubstanciada em entrega da peça manobra do câmbio do veículo da autora (modelo chevrolet, ano 2018), ressaltando-se que o descumprimento (a contar da intimação) ensejará multa diária de R$ 100,00 (cem reais por dia), limitada a R$ 10.000,00 (art. 52, inc. V, da Lei n.º 9.099/95, c.c. art. 536, § 1º, do CPC).
Serve esta de carta/mandado.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 18:20
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

_____

1 PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESCUMPRIMENTO. MULTA DIÁRIA. NECESSIDADE DA INTIMAÇÃO PESSOAL DO EXECUTADO. SÚMULA 410 DO STJ. 1. É necessária a prévia intimação pessoal do devedor para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer antes e após a edição das Leis n. 11.232/2005 e 11.382/2006, nos termos da Súmula 410 do STJ, cujo teor permanece hígido também após a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil. 2. Embargos de divergência não providos. (EREsp 1360577/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/12/2018, DJe 07/03/2019).
2 Fojur, ENUNCIADO 30 - A penhora on line em sede de Juizados Especiais Cíveis se fará com observância dos princípios da celeridade e economia processual, de acordo com as disposições estabelecidas nos artigos 52 e 53 da Lei n. 9.099/95, podendo ser procedida imediatamente a transferência de valores bloqueados.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001358-35.2023.8.22.0017
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Assunto: Fixação
Valor da causa: R$ 1.320,00 (mil e trezentos e vinte reais)
Parte autora: V. G. M., CPF nº 70256282200, AV. SÃO PAULO 3774 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LAERTES RIBEIRO DE OLIVEIRA, OAB nº RO12941
Parte requerida: J. B. D. O., CPF nº 04078170269, FAZ. AGROPECUÁRIA SAN RAFAEL Linha 125 ZONA RURAL - 76990-000 - CHUPINGUAIA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Defiro o benefício da justiça gratuita, pois houve a juntada de documentos que demonstram que a parte autora é pessoa hipossuficiente, o que, face à ausência de indicativos quanto à posse de condições financeiras de arcar com os custos do processo, deve ser acolhida em prestígio ao princípio da boa-fé material (art. 164 do CC) e processual (art. 5º do CPC).
TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA
A parte autora pretende, em sede de tutela antecipada de urgência, que lhe seja concedida a guarda unilateral dos filhos, sob o argumento de que o requerido abandonou o lar e encontra-se residindo em Chupinguaia/RO.
O artigo 227 da Constituição da República de 1988, determina ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, o direito à vida, à alimentação, à educação, à dignidade, ao respeito, à liberdade e, também, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência. No mesmo sentido o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura-lhes todas as oportunidades e facilidades, com vistas a lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social. Nesse sentido, em se tratando de guarda, a doutrina e jurisprudência são assentes no sentido de que deve prevalecer o interesse da criança, nos termos do art. 227 da CF/88 e os arts. 3º , 4º e 5º , do Estatuto da Criança e do Adolescente. Isso porque, deve-se sempre agir com cautela no que se refere às determinações de guarda, pois o importante é preservar os interesses da criança.
No caso em tela, não foi relatado comportamento inadequado da(o) genitor(a), estando, portanto, ausente demonstração de risco à integridade física e/ou emocional da(s) criança(s). Logo, é de se concluir que não é prudente a alteração da guarda, por meio de tutela antecipada de urgência, sem que haja dilação probatória e a realização de estudos psicossociais capazes de indicar a solução que melhor garanta o desenvolvimento sadio do infante.

A concessão da tutela antecipada é exceção em nosso ordenamento jurídico, pois via de regra, deve-se resguardar o direito de defesa da parte Requerida, e análise das condições de inserção familiar que a criança vive, haja vista que deve-se sempre preservar seus interesses. Ademais, para que a antecipação de tutela seja concedida devem ser preenchidos todos os requisitos exigidos em lei, tais como: requerimento da parte; prova inequívoca e verossimilhança da alegação e; fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

Há entendimento jurisprudencial nesse mesmo sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA RECURSAL ANTECIPADA. INDEFERIMENTO. AGRAVO INTERNO. JULGAMENTO CONJUNTO. INVERSÃO DE GUARDA. MELHOR INTERESSE DO MENOR. PROVA DE PREJUÍZO. INEXISTENTE. MANUTENÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL. 1. Existindo convergência das matérias do agravo de instrumento e do agravo interno, em observância ao princípio da economia processual, deve-se realizar o julgamento simultâneo dos recursos. 2. Percebendo-se que os menores em tela se encontram em situação de intensa vulnerabilidade, havendo conflitos e desajustes envolvendo ambos os genitores, e ausente prova inequívoca de prejuízo com a manutenção da guarda fática já estabelecida, que mantém a convivência dos filhos tanto com o pai, quanto com a mãe, não é prudente se estabelecer a guarda unilateral, pelo menos até a elaboração do estudo psicossocial e dilação probatória para deslinde dos fatos. 3. A alteração da guarda e do lar de referência, antes de elucidados os fatos, pode ensejar prejuízos aos menores, na medida em que eventual procedência da ação acarretaria a necessidade de nova modificação do lar de referência, submetendo os menores a constantes mudanças, em evidente comprometimento de sua rotina e, consequentemente, de sua estabilidade emocional. 4. Agravo de instrumento conhecido e não provido. Agravo interno prejudicado. (TJ-DF 07126443020218070000 - Segredo de Justiça 0712644-30.2021.8.07.0000, Relator: ANA CANTARINO, Data de Julgamento: 12/08/2021, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe : 20/08/2021 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Face o exposto, INDEFIRO, por ora, o pedido liminar de modificação da guarda, haja vista, que não há nos autos comprovação de situação de risco envolvendo a criança, bem como, diante da necessidade de apuração dos fatos.

Além do mais, a parte autora detém o poder familiar e poderá continuar exercendo os poderes decorrentes dele, nos termo do art. 21 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

CITE-SE a parte requerida para tomar conhecimento do inteiro teor da presente ação, bem como a, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer à audiência de conciliação em data e horário a ser designada pela CPE, a ser realizada por sistema de vídeo pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, cientificando-a de que deve apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados da audiência designada (CPC, art. 335) e advertindo-a de que, na hipótese de não apresentar contestação no prazo assinalado, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente (art. 344, CPC).

Por ocasião da contestação, o réu deverá juntar suas provas e especificar outras provas que eventualmente tiver a intenção de produzir, inclusive dizer se deseja apresentar prova testemunhal, justificando a necessidade e a pertinência.

Apesar de a parte autora ter manifestado na inicial o desinteresse na realização da audiência de conciliação, consigno que sua dispensa somente é possível quando ambas as partes expressamente manifestarem o desinteresse (art. 334, §4º, I, do CPC).

Após a designação da audiência, intime-se a parte autora por meio de seu advogado, via DJE, a comparecer na audiência de conciliação (art. 334, § 3º, CPC).

Advirtam-se as partes de que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação, é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (CPC, art. 334, § 8º).

As partes ficam cientes de que será utilizado o aplicativo Google Meets, o qual deverá ser baixado no computador, notebook, tablet ou celular para fins de participar da solenidade virtual.

Disponibiliza-se o link https://meet.google.com/okm-jaod-nzo que deverá ser utilizado pela(s) parte(s) para acesso à audiência.

É vedado a(s) parte(s) ingressar(em) na sala da audiência antes ou depois do dia e horário designado para a audiência de conciliação, devendo ser utilizado o link somente no momento de sua audiência.

Em caso de dúvida técnica com relação ao modo de realização da solenidade, as partes deverão entrar em contato com o telefone do NUCOMED: (69) 3309-8440 (WhatsApp) para solicitar esclarecimentos.

Ficam advertidas as partes, ainda, de que deverão se fazer presentes na audiência devidamente acompanhadas de seus advogados ou do defensor público (art. 334, § 9º, CPC), ficando orientada a parte requerida de que, caso não tenha condições de contratar advogado e se enquadre nas hipóteses previstas na lei, deverá procurar a Defensoria Pública para que lhe acompanhe e apresente a defesa técnica nos autos.

Se o réu alegar, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, desde já faculto à parte requerente, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu, devendo a escrivania lhe abrir vistas neste sentido independentemente de novo despacho nesse sentido.

Na hipótese de ser apresentada a contestação antes da audiência de conciliação com alegação de incompetência relativa ou absoluta, suspenda-se a audiência designada (art. 339, §3º, CPC), comunicando-se ao CEJUSC para anotação ou baixa na pauta. Nessa hipótese, intime-se a parte autora para dizer sobre a arguição de incompetência no prazo de 10 (dez) dias, retornando os autos conclusos para decisão (art. 64, § 2º, CPC).

Se o réu o réu propor reconvenção, intime-se o autor, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 343, § 1º, CPC).

Caso a parte requerida alegue, na contestação, fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, ou, ainda aduzir qualquer das preliminares indicadas no art. 337 do CPC, intime-se a parte requerente, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá produzir suas provas a respeito (art. 350, CPC).

Em qualquer das hipóteses anteriores, em que a parte autora foi intimada para responder as arguições da parte requerida, deverá esta desde logo especificar se tem outras provas a serem produzidas, além daquelas que já tiver apresentado no processo, justificando a necessidade e a pertinência.

Se a parte requerida não contestar a ação no prazo legal ou se o fizer intempestivamente, retornem conclusos para análise sobre a ocorrência ou não dos efeitos da revelia e quanto a necessidade de intimação do autor para especificação de provas (art. 348, CPC).

Ciência ao Ministério Público.

Intime-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário.

SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA

Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 18:22.

Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres

Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001718-72.2020.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Valor da causa: R$ 3.492,27 ()
Parte autora: A. C. F. F., RUA JOÃO CAFÉ FILHO 5324 REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Parte requerida: P. R. F., CARIBAMBA 220, TEL 69 98435-2869 CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença que tramita sob o rito de penhora.
A parte autora requereu a desistência da execução (ID 92646451).
Ante o exposto, com fulcro no artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO a desistência da presente ação e a JULGO EXTINTA sem resolução do mérito.
Isento de custas finais, nos termos do art. 8º, III, da Lei 3.896/2016.
Sem honorários advocatícios.
Antecipo o trânsito em julgado nesta data, nos moldes do art. 1.000, do CPC.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se e arquive-se.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7003403-51.2019.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Auxílio por Incapacidade Temporária
Valor da causa: R$ 16.996,00 (dezesseis mil, novecentos e noventa e seis reais)
Parte autora: TATIANE HENRIQUE VELHO, LINHA 42/5 KM16 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: VANDER BATAGLIA DE CASTRO, OAB nº RO9592, ELIAS MELLO DA SILVA, OAB nº RO10419, AV BRASIL 4426, SALA 02 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, BRUNA BARBOSA DA SILVA, OAB nº RO10035, ESPIRITO SANTO, INEXISTENTE BEIRA RIO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA PRESIDENTE VARGAS 1035, - DE 904/905 A 1075/1076 CENTRO - 76900-038 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Remetam-se os autos ao contador judicial para parecer e, após, intimem-se as partes para que se manifestem, também em 05 (cinco) dias.
Com a concordância do exequente em relação aos cálculos apresentados pelo executado ou com a concordância do executado quanto aos cálculos apresentados pelo exequente ou, ainda, a aquiescência de ambas as partes em relação aos cálculos apresentados pelo contador, expeçam-se os requisitórios para pagamento do valor principal (parcelas retroativas) e do valor dos honorários advocatícios de sucumbência e execução (se for o caso), observando os valores indicados.
Caso o valor ultrapasse o limite legal para recebimento por meio de RPV e a parte renuncie ao valor excedente para receber pelo meio mais célere (RPV), desde já homologo eventual renúncia para que seja possível a credora receber por meio de RPV.
Antes de encaminhar os requisitórios ao setor de pagamentos, dê ciência à requerida sobre os referidos expedientes para que, caso queira, se manifeste em 05 (cinco) dias.
Não havendo insurgência da requerida em relação aos requisitórios, certifique-se e encaminhe-se ao setor de pagamento.
Com a comprovação dos depósitos e não sendo verificadas irregularidades, retornem conclusos para eventual extinção e autorização de expedição de alvarás.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D'Oeste domingo, 16 de julho de 2023 às 09:51.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000418-17.2016.8.22.0017

Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Comercial
Valor da causa: R$ 263.606,38 ()
Parte autora: BANCO DO BRASIL, AV. BRASIL 4209 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ITALO SCARAMUSSA LUZ, OAB nº BA67070, AVENIDA DESEMBARGADOR MARIO DA SILVA NUNES JARDIM LIMOEIRO - 29164-044 - SERRA - ESPÍRITO SANTO
Parte requerida: PAULO HENRIQUE RAK CALDEIRA DA SILVA, AV. PARANÁ 5606 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, CASSEMIRO CALDEIRA DA SILVA, AV. PARANÁ 5606 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, REDE SAO PEDRO LTDA - ME, RUA RORAIMA 3608, GALPÃO DEPÓSITO SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, ANA LETICIA RAK CALDEIRA DA SILVA, AV. PARANÁ 5606 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, NEUSA RAK, AV. PARANÁ 5606 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: DENYVALDO DOS SANTOS PAIS JUNIOR, OAB nº RO7655, RIO DE JANEIRO 4312, CASA 31 NOVA PORTO VELHO - 76820-195 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Defiro parcialmente o pedido de ID 92123904 e concedo o prazo de mais 5 (cinco) dias para a parte exequente dar andamento ao feito, sob pena de extinção/suspensão/arquivamento.
Fica a parte exequente intimada, por meio de seu representante judicial, via DJE (art. 272, CPC).
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestedomingo, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000720-36.2022.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Auxílio por Incapacidade Temporária, Concessão, Honorários Advocatícios
Valor da causa: R$ 6.627,35 (seis mil, seiscentos e vinte e sete reais e trinta e cinco centavos)
Parte autora: ODETE BRATILIERE SCHWANZ, NA LINHA P.42, Km 08 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELIELTON CARVALHO, OAB nº RO10889
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA MARECHAL RONDON 870, Sala 114,, - DE 870 A 1158 - LADO PAR CENTRO - 76900-082 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública Federal (INSS) em que se busca a quitação de dívida líquida, certa e exigível constante em decisão judicial com trânsito em julgado.
Arbitro, nesta fase, em 10% (dez por cento) os honorários advocatícios especificamente acerca dos honorários devidos em execução, faço contar que, conforme recente decisão do STJ (AREsp 630.235-RS) e STF (RE 501.340 e RE 472.194), restou sedimentado que nas execuções contra a Fazenda Pública, são devidos os honorários nos seguintes termos: a) se o pagamento for por precatório, somente são devidos os honorários dessa fase se houver embargos à execução; b) se o pagamento for por RPV, são devidos os honorários dessa fase independentemente de embargos à execução.
Considerando que o causídico já incluiu os honorários da fase de execução no percentual aplicado de 10%, conforme planilha de cálculos que instruem o pedido, desnecessárias sua intimação para inclusão no cálculos.
Cumpra-se as seguintes providências:
1. Intime-se a parte executada para que, caso entenda, apresente impugnação nos próprios autos, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 535 do Novo Código de Processo Civil. Advirto que, caso discorde dos valores apresentados pelo exequente, deve a parte executada apresentar fundamentos sobre a discordância e informar o valor que entende devido.
2. Caso apresente impugnação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias.
3. Persistindo a discordância, remetam-se os autos ao contador judicial para parecer e, após, intimem-se as partes para que se manifestem, também em 05 (cinco) dias.
4. Com a concordância do exequente em relação aos cálculos apresentados pelo executado ou com a concordância do executado quanto aos cálculos apresentados pelo exequente ou, ainda, a aquiescência de ambas as partes em relação aos cálculos apresentados pelo contador, expeçam-se os requisitórios para pagamento do valor principal (parcelas retroativas) e do valor dos honorários advocatícios de sucumbência e execução (se for o caso), observando os valores indicados.
5. Caso o valor ultrapasse o limite legal para recebimento por meio de RPV e a parte renuncie ao valor excedente para receber pelo meio mais célere (RPV), desde já homologo eventual renúncia para que seja possível a credora receber por meio de RPV.
6. Antes de encaminhar os requisitórios ao setor de pagamentos, dê ciência à requerida sobre os referidos expedientes para que, caso queira, se manifeste em 05 (cinco) dias.

7. Não havendo insurgência da requerida em relação aos requisitórios, certifique-se e encaminhe-se ao setor de pagamento.
8. Com a comprovação dos depósitos e não sendo verificadas irregularidades, retornem conclusos para eventual extinção e autorização de expedição de alvarás.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D'Oeste domingo, 16 de julho de 2023 às 10:19.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000828-12.2015.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Pensão por Morte (Art. 74/9)
Valor da causa: R$ 27.837,12 ()
Parte autora: ELLEN APARECIDA GONCALVES CAMURCA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Parte requerida: JULIA MARIA DE MATOS CAMURCA, RUA VENEZUELA 2156, BAIRRO NOVA PORTO VELHO EMBRATEL - 76820-800 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: JURACI APARECIDA VALENTE DA SILVA, OAB nº RO156B, PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Ante a impugnação apresentada (ID 90580970), encaminhe-se os autos à Contadoria Judicial para realização dos cálculos.
Com a juntada, vistas às partes para manifestação, no prazo comum de 15 (quinze) dias.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestedomingo, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7003620-94.2019.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Rural (Art. 48/51)
Valor da causa: R$ 19.253,16 (dezenove mil, duzentos e cinquenta e três reais e dezesseis centavos)
Parte autora: ALZIRA DE OLIVEIRA SILVA, LINHA P-46, KM 10 s/n, CASA ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390, AV. RIO BRANCO 4539 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, MATHEUS RODRIGUES PETERSEN, OAB nº RO10513
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença, no qual foi informado o pagamento das Requisições de Pequeno Valor - RPV(s) e/ou precatório(s).
Considerando que houve a comprovação do depósito do valor integral do débito exequendo, nos termos do artigo 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução.
Autorizo o levantamento de todo o valor depositado e cominações que porventura incidirem em favor da parte exequente, ficando desde já autorizado o levantamento dos valores pelo causídico que a representa, vez que a procuração ad judicia acostada junto ao ID 33379831 lhe outorga tais poderes, devendo o(s) sacante(s) retirar(em) a presente decisão, que serve de alvará, e dirigir(em)-se ao banco munido(s) de seus documentos pessoais (RG e CPF) e, assim que efetuado o saque, dar quitação da quantia paga por termo nos autos.
Sem custas (art. 8º, I, Lei Estadual n. 3.896/2016).
Sentença publicada e registrada automaticamente pelo sistema processual de informática.
Cumprindo com o que for necessário e certificada a inexistência de valores depositados nestes autos, arquive-se.
SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO/ALVARÁ JUDICIAL.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:02 .
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
I- RPV OU PRECATÓRIO DO VALOR PRINCIPAL
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento dos valores depositados nestes autos em favor de ALZIRA DE OLIVEIRA SILVA, CPF nº 29057167204 e/ou do(a) advogado(a) RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390, MATHEUS RODRIGUES PETERSEN, OAB nº RO10513 junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 58.289,73 (cinquenta e oito mil e duzentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 4900128334957.

Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.
II- RPV REFERENTE AOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA E HONORÁRIOS DE EXECUÇÃO
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento dos valores depositados nestes autos em favor do (a) advogado (a) RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390, MATHEUS RODRIGUES PETERSEN, OAB nº RO10513 junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 12.213,67 (doze mil e duzentos e treze reais e sessenta e sete centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 4200128335355.
Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000218-68.2020.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Salário-Maternidade (Art. 71/73)
Valor da causa: R$ 3.816,00 (três mil, oitocentos e dezesseis reais)
Parte autora: MARCILENE GOMES PEREIRA, LINHA 156 sn, KM 15 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: CLAUDIA JULIANA KRONBAUER TABARES, OAB nº RO6440
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença, no qual foi informado o pagamento das Requisições de Pequeno Valor - RPV(s) e/ou precatório(s).
Considerando que houve a comprovação do depósito do valor integral do débito exequendo, nos termos do artigo 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução.
Autorizo o levantamento de todo o valor depositado e cominações que porventura incidirem em favor da parte exequente, ficando desde já autorizado o levantamento dos valores pelo causídico que a representa, vez que a procuração ad judicia acostada junto ao ID n. 34708410 lhe outorga tais poderes, devendo o(s) sacante(s) retirar(em) a presente decisão, que serve de alvará, e dirigir(em)-se ao banco munido(s) de seus documentos pessoais (RG e CPF) e, assim que efetuado o saque, dar quitação da quantia paga por termo nos autos.
Sem custas (art. 8º, I, Lei Estadual n. 3.896/2016).
Sentença publicada e registrada automaticamente pelo sistema processual de informática.
Cumprindo com o que for necessário e certificada a inexistência de valores depositados nestes autos, arquive-se.
SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO/ALVARÁ JUDICIAL.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:02 .
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
I- RPV OU PRECATÓRIO DO VALOR PRINCIPAL
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento dos valores depositados nestes autos em favor de MARCILENE GOMES PEREIRA, CPF nº 05753679110 e/ou do(a) advogado(a) CLAUDIA JULIANA KRONBAUER TABARES, OAB nº RO6440 junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 5.781,34 (cinco mil, setecentos e oitenta e um reais e trinta e quatro centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 1500128335433.
Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.
II- RPV REFERENTE AOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento dos valores depositados nestes autos em favor do (a) advogado (a) CLAUDIA JULIANA KRONBAUER TABARES, OAB nº RO6440 junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 1.162,33 (um mil, cento e sessenta e dois reais e trinta e três centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 2700128335836.
Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001218-06.2020.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Bem de Família (Voluntário)
Valor da causa: R$ 17.765,00 (dezessete mil, setecentos e sessenta e cinco reais)
Parte autora: ERICA TUPARI, RUA JOÃO CAFÉ FILHO 6091 REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: SONIA MARIA ANTONIO DE ALMEIDA NEGRI, OAB nº RO2029
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA PRESIDENTE VARGAS 1035, - DE 904/905 A 1075/1076 CENTRO - 76900-038 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA

SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença, no qual foi informado o pagamento das Requisições de Pequeno Valor - RPV(s) e/ou precatório(s).
Considerando que houve a comprovação do depósito do valor integral do débito exequendo, nos termos do artigo 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução.
Autorizo o levantamento de todo o valor depositado e cominações que porventura incidirem em favor da parte exequente, ficando desde já autorizado o levantamento dos valores pelo causídico que a representa, vez que a procuração ad judicia acostada junto ao ID n. 43133314 lhe outorga tais poderes, devendo o(s) sacante(s) retirar(em) a presente decisão, que serve de alvará, e dirigir(em)-se ao banco munido(s) de seus documentos pessoais (RG e CPF) e, assim que efetuado o saque, dar quitação da quantia paga por termo nos autos.
Sem custas (art. 8º, I, Lei Estadual n. 3.896/2016).
Sentença publicada e registrada automaticamente pelo sistema processual de informática.
Cumprindo com o que for necessário e certificada a inexistência de valores depositados nestes autos, arquive-se.
SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO/ALVARÁ JUDICIAL.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:02 .
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
I- RPV OU PRECATÓRIO DO VALOR PRINCIPAL
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento dos valores depositados nestes autos em favor de ERICA TUPARI, CPF nº 04202818270 e/ou do(a) advogado(a) SONIA MARIA ANTONIO DE ALMEIDA NEGRI, OAB nº RO2029 junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 6.283,70 (seis mil, duzentos e oitenta e três reais e setenta centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 1500128335319.
Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.
II- RPV REFERENTE AOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento dos valores depositados nestes autos em favor do (a) advogado (a) SONIA MARIA ANTONIO DE ALMEIDA NEGRI, OAB nº RO2029 junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 1.319,95 (um mil, trezentos e dezenove reais e noventa e cinco centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 3200128335324.
Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001522-39.2019.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Valor da causa: R$ 47.730,19 ()
Parte autora: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, RUA FLORIANO PEIXOTO 401 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, RUA FLORIANO PEIXOTO 401 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, GEISIELI DA SILVA ALVES, OAB nº RO9343, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
Parte requerida: GIVANILDO SCHNEIDER, AVENIDA PORTO VELHO 3069 PRINCESA IZABEL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, JAMES AMORIM DA SILVA, RUA MARINEIDE 7110, (JARDIM IPANEMA) - DE 6560/6561 A 6969/6970 CUNIÃ - 76824-428 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, G.SCHNEIDER - ME, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 4658 REDEONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de ação de execução de título extrajudicial promovida por CCLA DO CENTRO SUL RONDONIENSE SICOOB CREDIP em face de G. SCHNEIDER - ME, JAMES AMORIM DA SILVA e GIVANILDO SCHNEIDER.
Foi homologado por sentença o acordo realizado entre as partes (ID 49503927 e 49411345).
Posteriormente, a parte exequente informou que os executados efetuaram o pagamento integral do débito e por consequência requereu a extinção do feito (ID 91101043).
É o breve relatório. FUDAMENTO e DECIDO.
Considerando que a obrigação foi satisfeita, com fulcro no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente execução com resolução do mérito.
Isento de custas, nos termos do art. 8º, I, da Lei n. 3.896/2016.
Sem honorários advocatícios.
Antecipo o trânsito em julgado nesta data, nos moldes do caput do artigo 1.000 do CPC.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se e arquivem-se.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001318-53.2023.8.22.0017
Classe: Monitória
Assunto: Contratos Bancários
Valor da causa: R$ 13.497,41 ()
Parte autora: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
Parte requerida: BRUNO CORDEIRO DOS REIS, SÍTIO LINHA 45 S/N ZONA RURAL, KM 05 - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Recebo os autos para processamento.
Custas iniciais recolhidas no importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa.
Considerando que a inicial está instruída com prova escrita sem eficácia de título executivo, DEFIRO a expedição de mandado de citação e pagamento, com fundamento no art. 701 do CPC, em face BRUNO CORDEIRO DOS REIS, CPF nº 04245323280, SÍTIO LINHA 45 S/N ZONA RURAL, KM 05 - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA.
No prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada do mandado de citação aos autos, a(s) parte(s) requerida(s) poderá(ão), alternativamente:
a) cumprir a obrigação que lhe está sendo exigida, efetuando o pagamento do valor constante da inicial, além de honorários de advogado no patamar de 5%, ficando isenta do pagamento de custas processuais;
b) depositar 30% do valor total da dívida, ocasião em que poderá pleitear o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês, nos termos do art. 701, § 5º do CPC;
c) oferecer, nos próprios autos, embargos monitórios, independente de prévia segurança do juízo (art. 702 do CPC), devendo ficar ciente de que, em caso de rejeição dos embargos, além do valor do crédito da parte autora, deverá pagar as custas processuais e honorários de advogado, estes que serão fixados no mínimo de 10% e no máximo de 20% sobre o valor da condenação, nos termos do 85, § 2º do CPC.
Havendo apresentação de embargos monitórios (art. 702 do CPC), intime-se a parte autora para impugnar os embargos em 15 dias (art. 702, §5º do CPC).
Em seguida, intimem-se as partes para em 5 dias se manifestarem acerca das provas que pretendem produzir, indicando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento, e sem prejuízo do julgamento antecipado da lide.
Caso haja pedido de prova testemunhal, deverá a parte interessada, no prazo acima, depositar o rol de testemunhas nos autos.
Havendo apenas pedido de produção de prova testemunhal pelas partes, ao Cartório para designar audiência de instrução e julgamento.
Registre-se que se deve proceder em conformidade com o estabelecido no art. 357, § 5º e art. 455, ambos do CPC, ou seja, cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada, do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.
O número de testemunhas arroladas não poderá ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato – art. 357, § 6º do CPC.
Ressalto que a intimação só será feita pela via judicial quando:
a) restar comprovada que a tentativa de intimação prevista no art. 455, § 1º do CPC foi frustrada, devendo tal comprovação ocorrer em tempo hábil para que o Juízo promova a intimação;
b) sua necessidade for devidamente demonstrada;
c) figurar no rol de testemunhas servidor público ou militar, hipótese em que o juiz requisitará ao chefe da repartição ou ao comando do corpo em que servir;
d) a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública; ou
e) a testemunha for uma daquelas previstas no art. 454 do CPC.
Caso qualquer das partes apenas venha juntar documentos (prova documental), dê-se vistas à parte contrária para se manifestar em 5 dias. Em seguida, intimem-se as partes para apresentarem alegações finais no prazo comum de 15 dias. Após, retornem os autos conclusos.
Caso não haja o pagamento e não sejam apresentados embargos monitórios, a prova escrita que acompanha a inicial será constituída de pleno direito em título executivo judicial, nos termos do art. 701, § 2º, do CPC. Sendo essa a hipótese, venham os autos conclusos para sentença.
Intimem-se. Pratique-se e expeça-se o necessário. Requisite-se ou depreque-se, conforme o caso.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7001406-91.2023.8.22.0017
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Indenização por Dano Material, Análise de Crédito
Valor da causa: R$ 10.400,00 (dez mil, quatrocentos reais)

Parte autora: GESSE CLARIDYANE DO NASCIMENTO NANTES, TRAVESSA PROJETADA 2 3307 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ALLEXANDHER ALVES MORETTI, OAB nº RO10149
Parte requerida: RIVIERA HOTELARIA LTDA, SHS QUADRA 03 BLOCO I - PREDIO TODO S/N, SHS QUADRA 3 BLOCO I ASA SUL - 70322-903 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Da inversão do ônus da prova
Uma vez que se trata de relação de consumo e tendo em vista a evidente hipossuficiência da parte autora, segundo as regras ordinárias de experiências, fica desde já invertido o ônus da prova em desfavor de RIVIERA HOTELARIA LTDA, com base no art. 6º, inc. VIII, do CDC.
Do prosseguimento do feito
A Lei n.º 13.994/2020 alterou o art. 22, § 2º, da Lei n.º 9099/95, incluindo a alternativa de audiência conciliatória mediante o uso de sistema tecnológico, como também possibilitou ao Juiz o julgamento do processo, caso o demandado não compareça ou se recuse a participar da solenidade não presencial (art. 23, da LJE).
Sendo assim, designo audiência de conciliação telepresencial, a ser realizada pelo Centro Judiciário de Resolução de Conflitos - CEJUSC, ficando a encargo da CPE1G a indicação da data, incluindo-a no módulo geral de audiências (art. 28 do PROVIMENTO CORREGEDORIA Nº 06/2022).
As partes ficam cientes de que será utilizado o sistema Google Meets, o qual deverá ser baixado no computador, notebook, tablet ou celular para fins de participar da solenidade virtual. Desde já fica disponibilizado o link https://meet.google.com/okm-jaod-nzo , que deverá ser utilizado pela(s) parte(s) para acesso à audiência. Para acessar, basta que as partes cliquem no link, no dia e hora designados, podendo ser por meio de computador ou smartphone. É vedado à(s) parte(s) ingressar na sala da audiência antes ou depois do dia designado para a audiência de conciliação, utilizando o link somente no momento de sua audiência. Em caso de dúvida técnica com relação ao modo de realização da solenidade, a parte deverá entrar em contato com o telefone do plantão do CEJUSC (69 3309-8440 - WhatsApp), para solicitar os esclarecimentos.
Intime-se a parte autora por meio de seu procurador constituído, via DJE, ou pessoalmente, por meio de carta, preferencialmente, caso esteja postulando em juízo sem representação. Fica a parte autora ciente de que sua ausência na audiência virtual importará na extinção processual, nos termos da Lei n.º 9.099/95.
Cite-se e intime-se a parte requerida pessoalmente ou por meio de advogado, caso haja constituição nos autos, tudo em conformidade com o art. 18 da lei 9099/95, para tomar conhecimento da ação e comparecer à audiência acompanhada de advogado, podendo oferecer contestação e documentos (pedido de provas, indicação de testemunhas) até a data da audiência, sob pena de preclusão, ficando advertida de que, caso não conteste no prazo ou deixe de comparecer à audiência, serão consideradas verdadeiras as alegações fáticas constantes da petição inicial e o mérito será julgado no estado em que se encontra o processo.
Apresentada a contestação e infrutífera a conciliação/mediação, a parte requerida deverá manifestar sua defesa, no prazo de 10 (dez) minutos e após, igual prazo será dado ao autor(a) para impugnação à contestação.
No mesmo ato as partes deverão se manifestar quanto à produção de provas.
Intimem-se as partes para comparecerem à audiência designada, tomando ciência desde logo das advertências a seguir descritas, de acordo com os Provimentos n.º 01/2017 e n.º 18/2020 do Tribunal de Justiça de Rondônia.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS E OUTRAS INSTRUÇÕES:
1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7° I, Prov. 018/2020-CG);
2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XIV, Prov. 018/2020-CG);
3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XV, Prov. 018/2020-CG);
4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 7° XVI, Prov. 018/2020-CG);
5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XVII, Prov. 018/2020-CG);
6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7° XVIII, Prov. 018/2020-CG).
Provimento 01/2017:
I — os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II — as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III — deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV — a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9°, § 40, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
V — em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;

VI — nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
VII — o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
VIII — o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
IX — deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
X — a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação;
XI — instalada a audiência, não havendo acordo ou mediação, a parte requerida apresentará, desde logo, sua defesa oral ou escrita e, na mesma oportunidade, será concedida à parte autora o prazo de até 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares arguidas, na forma da lei.
Expeça-se o necessário e aguarde-se a realização da solenidade.
Cumprindo-se as determinações, voltem os autos conclusos.
Serve este(a) de mandado/carta (precatória, inclusive) de citação/intimação.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:09
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001969-90.2020.8.22.0017
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Estaduais
Valor da causa: R$ 157.180,53 ()
Parte autora: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, AVENIDA FARQUAR, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Parte requerida: GIOVANI STUANI, AV AMAZONAS 4283 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Em razão da certidão juntada ao ID 88644145, solicitei auxílio da STIC para vinculação do valor à conta bancária vinculada a este processo, cujo chamado foi atendido integralmente.
Considerando que decorreu o prazo sem impugnação e/ou embargos, autorizo o levantamento do valor bloqueado pela parte exequente.
Conforme orientação do TJRO, deverá ser priorizada a opção para crédito em conta a fim de agilizar o cumprimento das ordens digitais, assim, a transferência de valores para a conta do credor ao invés de saque na agência, o que inclusive será processado pelo sistema recentemente implantando exclusivamente para tal finalidade - Alvará Eletrônico.
Desse modo, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar os dados bancários para o fim de transferência dos valores, ressaltando que poderá indicar conta do favorecido de qualquer instituição bancária.
Com a vinda da informação, voltem conclusos na pasta "despacho alvará".
Cumpra-se.
SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001344-22.2021.8.22.0017
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cheque
Valor da causa: R$ 69.790,86 ()
Parte autora: R M FERREIRA, AVENIDA BRASIL 4121 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: BRUNO RAFAEL RODRIGUES, OAB nº RO7188
Parte requerida: VALDECI FERREIRA CLARA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Considerando o lapso temporal decorrido desde que foi efetuada a penhora e avaliação de 27 (vinte e sete) semoventes em 07/07/2021 [id 60179957], DEFIRO o pedido da exequente, desde que haja comprovação do recolhimento das custas da diligência, por se tratar de renovação de ato (art. 19, da Lei nº 3.896/2016).

Intime-se a exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas da diligência solicitada.
Com a comprovação do recolhimento das custas e somente nessa hipótese, expeça-se mandado de avaliação dos semoventes penhorados (27 novilhas da raça nelore [id 60179957].
Cumpra-se.
CÓPIA DE PRESENTE SERVIRÁ COMO MANDADO DE AVALIÇÃO E OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000183-40.2022.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Contratos Bancários
Valor da causa: R$ 8.057,01 ()
Parte autora: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, AVENIDA DOS IMIGRANTES 723 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
Parte requerida: ELAINE ROSA BASONI, AV. ALAGOAS 4171 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de ação monitória ajuizada por CCLA DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP em face de ELAINE ROSA BASONI.
A parte requerida foi citada (ID 75450965).
Decorrido o prazo legal sem cumprimento da obrigação, depósito de 30% do valor da dívida, ou oferecimento de embargos monitórios, o título foi constituído em título executivo (ID 80596566).
Certificado o trânsito na data de 13/09/2022 (ID 82570553).
Expedidas cartas AR para intimação da executada para fins de cumprimento de sentença, esta não foi localizada (ID 90855738).
A parte exequente requereu o reconhecimento da intimação ficta (ID 90022034).
Vieram os autos conclusos.
Compulsando os autos, verifico que já houve citação pessoal da parte executada (ID 90022034).
Assim, nos termos do art. 274, parágrafo único, do CPC, considero que houve a intimação ficta do executada.
Posto isso, intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de suspensão dos autos pelo prazo de 1 (um) ano (artigo 921, III, § 1º, do CPC).
Intime-se. Pratique-se o necessário.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000219-82.2022.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Valor da causa: R$ 26.486,00 (vinte e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis reais)
Parte autora: GEDEON PEREIRA NASCIMENTO 94037477220, AVENIDA PARANÁ 3692 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, GEDEON PEREIRA NASCIMENTO, AVENIDA PARANÁ 3692 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: JULIANA RATAYCZYK NAKONIERCZJY FUZARI, OAB nº RO8372
Parte requerida: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA., RUA SANTA BÁRBARA 12-272, - DE 4530/4531 A 4589/4590 INDUSTRIAL - 76821-278 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO, OAB nº AC3802, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO, OAB nº RO5015, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ALESSANDRO CRISTIANO DA COSTA RIBEIRO, OAB nº PA14599, AV. MUNDURUCUS 2445, ED. ALVES MELO, APT. 130 CREMAÇÃO - 66640-270 - BELÉM - PARÁ, MICHELLE DE FATIMA DINIZ PACHECO, OAB nº RJ184210, VICENTE DE LIMA CLETO 66, APTO 703 NOVA CIDADE - 24455-001 - SÃO GONÇALO - RIO DE JANEIRO
DECISÃO
Vistos.
A parte autora ofereceu embargos de declaração, objetivando sanar a sentença pendente de omissão e contradição.
A parte embargada ofereceu manifestação.

Os embargos foram interpostos tempestivamente.
Relatei. Decido.
A parte autora opôs embargos de declaração argumentando, em síntese, que por ser parte insuficiente na relação consumerista cabia à parte requerida apresentar os comprovantes de pagamento do débito ora discutido.
A finalidade dos embargos de declaração é sanar obscuridade, contradição ou omissão de que a decisão padeça. Ao acolhê-los, o julgador afastará os vícios, sanando-os.
No caso dos autos, o recurso não guarda relação com os incisos do art. 1.022 do CPC/2015, já que não se trata de defeitos formais da decisão. Não há na decisão obscuridade, contradição ou omissão, sendo que, das razões recursais, o que se percebe é que a pretensão é de reforma.
Ocorre que a decisão emitida em sede de embargos declaratórios complementa a sentença ou o acórdão omisso, contraditório ou obscuro. Como vemos, a função é de suprir um defeito ou deficiência da decisão final e não de modificá-la. Não podendo ser utilizado para que o juiz reconsidere ou reforme a sua decisão.
Nessa esteira é a manifestação do STJ:
EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. CARÁTER INFRINGENTE DA PRETENSÃO. FINALIDADE INCOMPATÍVEL COM A NATUREZA DO RECURSO.
1. Os embargos de declaração, cujos pressupostos estão relacionados no art. 535 do Código de Processo Civil, visam a eliminar contradição ou obscuridade, ou suprir omissão a respeito de questão jurídica de especial relevância para o desate da lide. Ausentes essas hipóteses, não há como prosperar irresignação recursal.
2. O reexame de matéria já decidida com a simples intenção de propiciar efeitos infringentes ao decisum impugnado é incompatível com a função integrativa dos embargos declaratórios.
3. Pela terminologia adotada na Quarta Turma do STJ, diz-se "não-conhecido" recurso especial interposto com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional e julgado improcedente no seu mérito recursal, pois não se reconhecem aquelas hipóteses de cabimento do apelo excepcional – que são a contrariedade ou a negativa de vigência de tratado ou lei federal – e, assim, não há o enquadramento na hipótese recursal prevista.
4. Embargos de declaração rejeitados. (STJ, EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 799.440 , Rel. Des. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, julgado em 02 de março de 2010.)
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DECISÃO SUFICIENTEMENTE MOTIVADA. APELO PREJUDICADO. EMBARGOS REJEITADOS.
I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade. Não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeita-se o recurso integrativo.
II - Razões de recurso que não se ocupam em evidenciar a ocorrência tais vícios mas, sim, visam a atacar os fundamentos do julgado com o intuito de lograr a reforma do decisum, demonstrando evidente intenção de inserção na matéria do mérito do recurso inadmitido.
III - Embargos rejeitados.
(EDcl no AgRg no RE nos EDcl no AgRg no RMS 32.521/RO, Rel. Ministro GILSON DIPP, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/06/2013, DJe 26/06/2013).
De mesma forma, segue entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:
AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DOS EMBARGOS. AUSÊNCIA DE APONTAMENTO DE VÍCIOS PASSÍVEIS DE CORREÇÃO PELA VIA ELEITA. INADEQUAÇÃO DO RECURSO. AGRAVO IMPROVIDO.
O recurso de embargos de declaração destina-se exclusivamente a sanação de vícios de omissão, contradição e obscuridade constatados no pronunciamento sob ataque, sendo a atribuição de efeitos infringentes hipótese excepcional, somente admitida quando a modificação decorrer naturalmente da sanação do vício existente.
A utilização dos embargos de declaração com propósito unicamente modificativo, sem sequer apontar os vícios passíveis de correção, conduz ao não conhecimento do recurso em face da nítida inadequação da via eleita.
(Agravo Regimental, Processo nº 0004001-17.2015.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Renato Martins Mimessi, Data de julgamento: 08/03/2017).
Desta forma, não se verifica a omissão e/ou contradição do julgado.
Se a parte pretende a reforma da decisão, deve manejar recurso próprio e adequado.
Pelo exposto, não sendo a hipótese de reforma por meio de embargos de declaração e, faltando ao recorrente o necessário interesse para o recurso, NÃO O CONHEÇO, mantendo, portanto, a sentença como foi lançada, devendo as partes serem intimadas desta decisão.
Cumpra-se.
Com o trânsito em julgado da sentença, certifique-se e arquivem-se os autos oportunamente.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 18:12 .
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
VARA CÍVEL
Processo n.: 7002768-02.2021.8.22.0017
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Assunto: Exoneração
Valor da causa: R$ 26.400,00 (vinte e seis mil, quatrocentos reais)
Parte autora: A. A. C., AV. VENCESLAU BRAS 3350 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: AMANDA SOSTER COUTINHO, OAB nº RO10799
Parte requerida: S. M. C., AV. MATO GROSSO 3838 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PRISCILLA MARINHO PEIXOTO DE ARAUJO, OAB nº RO10460, AV. BRASIL, 4427 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA

DECISÃO
Vistos.
A parte autora ofereceu embargos de declaração em face da Sentença, pedindo a revisão da decisão de acordo com as provas constantes no processo.
Os embargos foram interpostos tempestivamente.
Relatei. Decido.
A parte autora opôs embargos de declaração argumentando, em síntese, que o Juízo fundamentou a decisão em dissonância com as provas juntadas aos autos.
A finalidade dos embargos de declaração é sanar obscuridade, contradição ou omissão de que a decisão padeça. Ao acolhê-los, o julgador afastará os vícios, sanando-os.
No caso dos autos, o recurso não guarda relação com os incisos do art. 1.022 do CPC/2015, já que não se trata de defeitos formais da decisão. Não há na decisão obscuridade, contradição ou omissão, sendo que, das razões recursais, o que se percebe é que a pretensão é de reforma.
Ocorre que a decisão emitida em sede de embargos declaratórios complementa a sentença ou o acórdão omisso, contraditório ou obscuro. Como vemos, a função é de suprir um defeito ou deficiência da decisão final e não de modificá-la. Não podendo ser utilizado para que o juiz reconsidere ou reforme a sua decisão.
Nessa esteira é a manifestação do STJ:
EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. CARÁTER INFRINGENTE DA PRETENSÃO. FINALIDADE INCOMPATÍVEL COM A NATUREZA DO RECURSO.
1. Os embargos de declaração, cujos pressupostos estão relacionados no art. 535 do Código de Processo Civil, visam a eliminar contradição ou obscuridade, ou suprir omissão a respeito de questão jurídica de especial relevância para o desate da lide. Ausentes essas hipóteses, não há como prosperar irresignação recursal.
2. O reexame de matéria já decidida com a simples intenção de propiciar efeitos infringentes ao decisum impugnado é incompatível com a função integrativa dos embargos declaratórios.
3. Pela terminologia adotada na Quarta Turma do STJ, diz-se "não-conhecido" recurso especial interposto com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional e julgado improcedente no seu mérito recursal, pois não se reconhecem aquelas hipóteses de cabimento do apelo excepcional – que são a contrariedade ou a negativa de vigência de tratado ou lei federal – e, assim, não há o enquadramento na hipótese recursal prevista.
4. Embargos de declaração rejeitados. (STJ, EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 799.440 , Rel. Des. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, julgado em 02 de março de 2010.)
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DECISÃO SUFICIENTEMENTE MOTIVADA. APELO PREJUDICADO. EMBARGOS REJEITADOS.
I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade. Não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeita-se o recurso integrativo.
II - Razões de recurso que não se ocupam em evidenciar a ocorrência tais vícios mas, sim, visam a atacar os fundamentos do julgado com o intuito de lograr a reforma do decisum, demonstrando evidente intenção de inserção na matéria do mérito do recurso inadmitido.
III - Embargos rejeitados.
(EDcl no AgRg no RE nos EDcl no AgRg no RMS 32.521/RO, Rel. Ministro GILSON DIPP, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/06/2013, DJe 26/06/2013).
De mesma forma, segue entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:
AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DOS EMBARGOS. AUSÊNCIA DE APONTAMENTO DE VÍCIOS PASSÍVEIS DE CORREÇÃO PELA VIA ELEITA. INADEQUAÇÃO DO RECURSO. AGRAVO IMPROVIDO.
O recurso de embargos de declaração destina-se exclusivamente a sanação de vícios de omissão, contradição e obscuridade constatados no pronunciamento sob ataque, sendo a atribuição de efeitos infringentes hipótese excepcional, somente admitida quando a modificação decorrer naturalmente da sanação do vício existente.
A utilização dos embargos de declaração com propósito unicamente modificativo, sem sequer apontar os vícios passíveis de correção, conduz ao não conhecimento do recurso em face da nítida inadequação da via eleita.
(Agravo Regimental, Processo nº 0004001-17.2015.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Renato Martins Mimessi, Data de julgamento: 08/03/2017).
Desta forma, não foi verificada omissão, contradição ou erro do julgado.
Se a parte pretende a reforma da decisão, deve manejar recurso próprio e adequado.
Pelo exposto, não sendo a hipótese de reforma por meio de embargos de declaração e, faltando ao recorrente o necessário interesse para o recurso, NÃO O CONHEÇO, mantendo, portanto, a sentença como foi lançada, devendo as partes serem intimadas desta decisão.
Considerando o recurso de apelação apresentado ao ID 92614917, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias (CPC, artigo 1.010, § 1º).
Com as contrarrazões ou certificado o decurso do prazo sem a respectiva apresentação, remetam-se os autos à instância superior para julgamento do recurso (CPC, artigo 1.010, § 3º).
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 18:12 .
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001146-14.2023.8.22.0017
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário

Valor da causa: R$ 11.874,56 ()
Parte autora: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, A AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, RUA FLORIANO PEIXOTO 401, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 780 ALVORADA - 76970-970 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
Parte requerida: KAROLYNE BRUNA IBIAPINO, AVENIDA CUIABÁ 5273 CIDADE ALTA - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, KEVIN BRYAN IBIAPINO, AVENIDA CUIABÁ 5273 CIDADE ALTA - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
Consta do processo que as partes realizaram acordo extrajudicialmente, juntando o termo aos autos e pedindo a sua homologação (ID 93195739).
O acordo realizado entre as partes permite presumir que a vontade e a possibilidade de cada um restou resguardado, não havendo motivo para se deixar de homologar a transação havida entre elas.
Com a homologação do acordo, é o caso de se determinar o arquivamento do processo, indeferindo-se o requerimento de suspensão até o término do prazo de parcelamento, tendo em vista que, no presente caso, o prazo do parcelamento é prolongado (48 parcelas), injustificando a paralisação do feito por todo esse período.
Isto porque o CPC prevê (art. 313, II, § 4º) a possibilidade de suspensão do processo por convenção das partes, mas desde que observado o prazo máximo total de 6 (seis) meses. Ou seja, esse prazo é o espaço temporal máximo que o dispositivo (regra especial) permite a suspensão por convenção das partes em detrimento da rápida solução do conflito.
Ademais, a homologação do acordo realizado caracteriza cumprimento de sentença e pode ser executado a qualquer momento na hipótese de haver descumprimento, de modo que conclui-se que não há razão para o feito se mantenha ativo, pois o arquivamento equaciona o serviço judicial, respeitando o direito de cobrança executiva do credor e repelindo as situações que acarretam o abandono da demanda, racionalizando os recursos nas demandas que justificadamente necessitem da providência jurisdicional e certamente com apoio nos princípios da celeridade e da economia processual, tornando mais efetivo – de um modo geral – o mecanismo judiciário, evitando-se a permanência de um processo ativo por tanto tempo em modo de suspensão e sem nenhuma consequência prática.
Saliento que na hipótese de necessidade de desarquivamento não haverá qualquer ônus à parte credora, tal como incidência de custas, tendo em vista tratar-se de autos digitais.
Como dito, é de se considerar que, se a parte devedora deixar de efetuar os pagamentos, basta a parte credora pedir o desarquivamento, informar tal circunstância nos autos e requerer a execução da sentença que homologou o acordo entabulado.
Por outro lado, se nada for requerido, logicamente entender-se-á estar havendo o regular adimplemento das parcelas ajustadas.
Assim, indefiro o pedido de suspensão do feito.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo entabulado entre as partes, nos termos da proposta coligida (ID 93195739), para que produza os seus jurídicos e legais efeitos. Em consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso III, alínea "b", do CPC.
Considerando que o pedido das partes de homologação do acordo representa ato incompatível com a vontade de recorrer da sentença que atende este pedido em seus exatos termos, declaro o trânsito em julgado desta sentença nesta data, nos termos do artigo 1.000 e seu parágrafo único do CPC.
Isento de custas finais, nos termos do artigo 8º, inciso III, do Regimento de Custas do Tribunal (Lei Estadual n. 3.896/2016).
Publique-se, registre-se e intimem-se.
Sentença encaminhada automaticamente pelo sistema de informática para publicação no Diário da Justiça.
Arquive-se quando for oportuno.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oeste, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Processo n.: 7001426-82.2023.8.22.0017
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Erro Médico
Valor da causa: R$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil, oitocentos reais)
Parte autora: MARIA LUCIMARA CAMARGO DE OLIVEIRA, AVENIDA CUIABÁ 4608 CIDADE ALTA - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: NADIA DE MOURA SANTOS, OAB nº RO10391
Parte requerida: C. D. N. D. P. D. E. D. R., AVENIDA DOS IMIGRANTES 3503, - ATÉ 810 - LADO PAR PANAIR - 76801-400 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Considerando-se os princípios que norteiam o procedimento do Juizado Especial, como os da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 27 da Lei n.º 12.153/09 c/c art. 2º da Lei n. 9.099/95), deixo de designar audiência de conciliação, uma

vez que em todas as ações em trâmite nesta vara contra a Fazenda Pública a solenidade restou frustrada, pela alegação dos seus procuradores no sentido de que inexiste legislação específica que regulamente a Lei n.º 12.153/09 neste ponto, o que redunda em desperdício de tempo e expedientes da escrivania.
Existindo interesse do(a) Estado de Rondônia em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, haverá de constar expressamente na contestação os termos e/ou o rol.
Por ora, então, apenas:
a) retifique a autuação, para, no lugar de COORDENADORA DO NÚCLEO DA PROCURADORIA DO ESTADO DE RONDÔNIA, fazer constar ESTADO DE RONDÔNIA;
b) cite-se e intime-se a parte requerida a apresentar sua defesa e todos os documentos de prova, no prazo de 30 dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 7º e 9º da Lei n.º 12.153/09;
c) intime-se a parte autora a impugnar a contestação (prazo: 10 dias).
Serve este(a) de mandado/carta (precatória, inclusive) de citação/intimação.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:09 .
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001319-38.2023.8.22.0017
Classe: Monitória
Assunto: Contratos Bancários
Valor da causa: R$ 14.469,58 ()
Parte autora: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
Parte requerida: EDIONI EIDANS FARIAS, AVENIDA ACRE 4346 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Recebo os autos para processamento.
Custas iniciais recolhidas no importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa.
Considerando que a inicial está instruída com prova escrita sem eficácia de título executivo, DEFIRO a expedição de mandado de citação e pagamento, com fundamento no art. 701 do CPC, em face EDIONI EIDANS FARIAS, CPF nº 01441073256, AVENIDA ACRE 4346 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA.
No prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada do mandado de citação aos autos, a(s) parte(s) requerida(s) poderá(ão), alternativamente:
a) cumprir a obrigação que lhe está sendo exigida, efetuando o pagamento do valor constante da inicial, além de honorários de advogado no patamar de 5%, ficando isenta do pagamento de custas processuais;
b) depositar 30% do valor total da dívida, ocasião em que poderá pleitear o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês, nos termos do art. 701, § 5º do CPC;
c) oferecer, nos próprios autos, embargos monitórios, independente de prévia segurança do juízo (art. 702 do CPC), devendo ficar ciente de que, em caso de rejeição dos embargos, além do valor do crédito da parte autora, deverá pagar as custas processuais e honorários de advogado, estes que serão fixados no mínimo de 10% e no máximo de 20% sobre o valor da condenação, nos termos do 85, § 2º do CPC.
Havendo apresentação de embargos monitórios (art. 702 do CPC), intime-se a parte autora para impugnar os embargos em 15 dias (art. 702, §5º do CPC).
Em seguida, intimem-se as partes para em 5 dias se manifestarem acerca das provas que pretendem produzir, indicando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento, e sem prejuízo do julgamento antecipado da lide.
Caso haja pedido de prova testemunhal, deverá a parte interessada, no prazo acima, depositar o rol de testemunhas nos autos.
Havendo apenas pedido de produção de prova testemunhal pelas partes, ao Cartório para designar audiência de instrução e julgamento.
Registre-se que se deve proceder em conformidade com o estabelecido no art. 357, § 5º e art. 455, ambos do CPC, ou seja, cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada, do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.
O número de testemunhas arroladas não poderá ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato – art. 357, § 6º do CPC.
Ressalto que a intimação só será feita pela via judicial quando:
a) restar comprovada que a tentativa de intimação prevista no art. 455, § 1º do CPC foi frustrada, devendo tal comprovação ocorrer em tempo hábil para que o Juízo promova a intimação;
b) sua necessidade for devidamente demonstrada;
c) figurar no rol de testemunhas servidor público ou militar, hipótese em que o juiz requisitará ao chefe da repartição ou ao comando do corpo em que servir;
d) a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública; ou
e) a testemunha for uma daquelas previstas no art. 454 do CPC.
Caso qualquer das partes apenas venha juntar documentos (prova documental), dê-se vistas à parte contrária para se manifestar em 5 dias. Em seguida, intimem-se as partes para apresentarem alegações finais no prazo comum de 15 dias. Após, retornem os autos conclusos.
Caso não haja o pagamento e não sejam apresentados embargos monitórios, a prova escrita que acompanha a inicial será constituída de pleno direito em título executivo judicial, nos termos do art. 701, § 2º, do CPC. Sendo essa a hipótese, venham os autos conclusos para sentença.

Intimem-se. Pratique-se e expeça-se o necessário. Requisite-se ou depreque-se, conforme o caso.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001359-20.2023.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Cartão de Crédito
Valor da causa: R$ 12.377,57 (doze mil, trezentos e setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos)
Parte autora: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
Parte requerida: C. CARLOS GONCALVES LTDA, CNPJ nº 30194892000170, AVENIDA BRASIL 5156 CIDADE ALTA - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Fica a parte autora intimada, por meio de seu representante judicial, via DJE, a, no prazo no prazo de 15 (quinze) dias, trazer aos autos comprovante do recolhimento das custas processuais, equivalente a 1% (um por cento) do valor da causa (art. 12, I, primeira parte, do Regimento de Custas), já que, como se depreende da inicial, não se encontra em estado de hipossuficiência financeira, bem como não comprovou suficientemente fato excepcional a dar cabimento ao diferimento das custas processuais.
Para diligência no prazo fixado, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, art. 290) e indeferimento da petição inicial, nos termos dos arts. 320 e 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo sem comprovação, conclusos para extinção.
Cumprida a determinação, cumpra-se os atos seguintes.
CITE-SE a parte requerida para tomar conhecimento do inteiro teor da presente ação, bem como a, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer à audiência de conciliação em data e horário a ser designada pela CPE, a ser realizada por sistema de vídeo pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, cientificando-a de que deve apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados da audiência designada (CPC, art. 335) e advertindo-a de que, na hipótese de não apresentar contestação no prazo assinalado, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente (art. 344, CPC).
Por ocasião da contestação, o réu deverá juntar suas provas e especificar outras provas que eventualmente tiver a intenção de produzir, inclusive dizer se deseja apresentar prova testemunhal, justificando a necessidade e a pertinência.
Apesar de a parte autora ter manifestado na inicial o desinteresse na realização da audiência de conciliação, consigno que sua dispensa somente é possível quando ambas as partes expressamente manifestarem o desinteresse (art. 334, §4º, I, do CPC).
Após a designação da audiência, intime-se a parte autora por meio de seu advogado, via DJE, a comparecer na audiência de conciliação (art. 334, § 3º, CPC).
Advirtam-se as partes de que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação, é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (CPC, art. 334, § 8º).
As partes ficam cientes de que será utilizado o aplicativo Google Meets, o qual deverá ser baixado no computador, notebook, tablet ou celular para fins de participar da solenidade virtual.
Disponibiliza-se o link https://meet.google.com/okm-jaod-nzo que deverá ser utilizado pela(s) parte(s) para acesso à audiência.
É vedado a(s) parte(s) ingressar(em) na sala da audiência antes ou depois do dia e horário designado para a audiência de conciliação, devendo ser utilizado o link somente no momento de sua audiência.
Em caso de dúvida técnica com relação ao modo de realização da solenidade, as partes deverão entrar em contato com o telefone do NUCOMED: (69) 3309-8440 (WhatsApp) para solicitar esclarecimentos.
Ficam advertidas as partes, ainda, de que deverão se fazer presentes na audiência devidamente acompanhadas de seus advogados ou do defensor público (art. 334, § 9º, CPC), ficando orientada a parte requerida de que, caso não tenha condições de contratar advogado e se enquadre nas hipóteses previstas na lei, deverá procurar a Defensoria Pública para que lhe acompanhe e apresente a defesa técnica nos autos.
Caso a conciliação reste infrutífera, desde já fica intimada a parte requerente, por seu advogado, a efetuar o pagamento do restante das custas judiciais, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do inciso I do art. 12 da Lei 3.896/2016.
Se o réu alegar, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, desde já faculto à parte requerente, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu, devendo a escrivania lhe abrir vistas neste sentido independentemente de novo despacho nesse sentido.
Na hipótese de ser apresentada a contestação antes da audiência de conciliação com alegação de incompetência relativa ou absoluta, suspenda-se a audiência designada (art. 339, §3º, CPC), comunicando-se ao CEJUSC para anotação ou baixa na pauta. Nessa hipótese, intime-se a parte autora para dizer sobre a arguição de incompetência no prazo de 10 (dez) dias, retornando os autos conclusos para decisão (art. 64, § 2º, CPC).
Se o réu o réu propor reconvenção, intime-se o autor, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 343, § 1º, CPC).

Caso a parte requerida alegue, na contestação, fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, ou, ainda aduzir qualquer das preliminares indicadas no art. 337 do CPC, intime-se a parte requerente, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá produzir suas provas a respeito (art. 350, CPC).
Em qualquer das hipóteses anteriores, em que a parte autora foi intimada para responder as arguições da parte requerida, deverá esta desde logo especificar se tem outras provas a serem produzidas, além daquelas que já tiver apresentado no processo, justificando a necessidade e a pertinência.
Se a parte requerida não contestar a ação no prazo legal ou se o fizer intempestivamente, retornem conclusos para análise sobre a ocorrência ou não dos efeitos da revelia e quanto a necessidade de intimação do autor para especificação de provas (art. 348, CPC).
Intime-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:26.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
Processo n.: 7000389-88.2021.8.22.0017
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo
Assunto: Leve
Valor da causa: R$ 100,00 ()
Parte autora: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Parte requerida: ODAIR GALDINO DOS SANTOS, LINHA 65, KM 30 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Recebo o recurso de apelação interposto pelo sentenciado, já que próprio e tempestivo (art. 82, da lei 9.099/95).
Atribuio ao respectivo recurso apenas efeito devolutivo, com base no art. 43, da lei nº. 9.099/95.
Intime-se para apresentar as razões e após o recorrido para apresentar as contrarrazões.
Depois, remetam-se os autos à Turma recursal.
Cumpra-se.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
Processo n.: 7000649-68.2021.8.22.0017
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo
Assunto: Furto
Valor da causa: R$ 100,00 ()
Parte autora: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Parte requerida: THARLEY ALONSO ELLER VILVOCK, MATO GROSSO 3587 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Recebo o recurso interposto pelo sentenciado, já que próprio e tempestivo (art. 82, da lei 9.099/95).
Atribuio ao respectivo recurso apenas efeito devolutivo, com base no art. 43, da lei nº. 9.099/95.
Intime-se o recorrente para apresentar as razões recursais e após o recorrido para apresentar contrarrazões.
Depois, remetam-se os autos à Turma recursal.
Cumpra-se.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7002479-35.2022.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente
Valor da causa: R$ 48.480,00 (quarenta e oito mil, quatrocentos e oitenta reais)
Parte autora: MARIA ELENI ALVES, LINHA 144, KM 24 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SONIA MARIA ANTONIO DE ALMEIDA NEGRI, OAB nº RO2029
Parte requerida: I. -. I. N. D. S. S., . - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença promovido por MARIA ELENI ALVEScontra a Fazenda Pública Federal (INSS) em que o pagamento dos créditos se dará por meio de Requisição de Pequeno Valor-RPV.
As requisições foram cadastradas e conferidas, sendo autorizada a migração para o TRF pelo juízo e estando autuadas no TRF.
Assim, determino a suspensão do feito pelo prazo de 90 dias ou até a informação de pagamento dos valores.
Com juntada da comprovação dos depósitos, retornem conclusos para eventual extinção e autorização de expedição de alvarás.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 13:59.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 0011778-88.2004.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Indenização por Dano Moral
Valor da causa: R$ 500,00 ()
Parte autora: CARLOS EDUARDO FERNANDES DE GODOY, AV. AMAPÁ, 4528, NÃO CONSTA SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ALEANDER MARIANO SILVA SANTOS, OAB nº RO2295, - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
Parte requerida: FEMINA PRESTADORA DE SERVICOS MEDICO HOSPITALAR LTDA, RUA CORUMBÁ, Nº 538,, NÃO CONSTA NÃO INFORMADO - 78008-100 - CUIABÁ - MATO GROSSO, OSVALDO CESAR PINTO MENDES, RUA ALEMANHA, 750, NÃO CONSTA SANTA ROSA - 78040-010 - CUIABÁ - MATO GROSSO, TOKIO MARINE SEGURADORA SA, RUA SAMPAIO VIANA, 44,, NÃO CONSTA PARAÍSO - 04004-910 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DOS REU: NORMA SUELI DE CAIRES GALINDO, OAB nº MT6524, ARQUITETO HELDER CANDIA KM 03 LT 18 18, COND COUNTRY VALE DOS LIRIOS - 78048-150 - CUIABÁ - MATO GROSSO, ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA, OAB nº MT6551, AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA BOSQUE DA SAÚDE - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ANDRE LUIZ CARDOZO SANTOS, OAB nº MT7322, SENADOR FILINTO MULLER 2075, APTO 1202 MORADA DO SOL - 78043-500 - CUIABÁ - MATO GROSSO, JOSE RENATO MOTA, OAB nº CE28987B, AV. EDILBERTO FROTA 1935 PLANALTO - 63700-000 - CRATEÚS - CEARÁ, ADRIANO MAIKEL SANTOS PEREIRA, OAB nº MT19706O, RUA COMENDADOR HENRIQUE 1030, APARTAMENTO 201 DOM AQUINO - 78015-050 - CUIABÁ - MATO GROSSO, FERNANDA GUSMAO PINHEIRO, OAB nº MT17251, AV. HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA, 14ª ANDAR, ED, - DE 1207/1208 A 5100/5101 BOSQUE DA SAÚDE - 78050-000 - CUIABÁ - MATO GROSSO, LUIS EDUARDO PEREIRA SANCHES, OAB nº PR39162, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
O médico perito VICTOR HENRIQUE TEIXEIRA informou que a perícia a ser realizada nestes autos não é de sua competência (ID 43994094).
Assim, o destituo do encargo de perito nestes autos.
A parte requerida FEMINA PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS HOSPILARES pugnou pela intimação do médico informado na lista disponibilizada no ID 44004686, Dr. Paulo Luiz Batista Nogueira, para informar nos autos se aceita o mister de realizar a perícia judicial (ID 43994094).
Assim, acolho a manifestação de ID 43994094 e NOMEIO o médico Paulo Luiz Batista Nogueira.
Intime-se o perito no e-mail indicado pela parte requerida ao ID 43994094 quanto a sua nomeação, bem como para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar eventual escusa ou alegação de impedimento ou suspeição. Caso aceite, no mesmo prazo deverá designar data e hora para realização da perícia.
Deverá a CPE, no ato da intimação encaminhar o prontuários médicos, exames e outros exames necessários a auxiliar a perícia, bem como dos quesitos apresentados pelas partes.
Fica o perito ciente de que o valor dos honorários já encontram-se depositados nos presentes autos para realização da perícia médica, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais).
Após a realização da perícia o médico perito terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar o laudo em juízo, respondendo aos quesitos das partes.

Com a juntada do laudo pericial, cientifiquem-se as partes do respectivo teor do documento, as quais deverão se manifestar, caso queiram, dentro do prazo legal.
Não havendo concordância do profissional quanto à realização da perícia retorne os autos conclusos para nomeação de outro.
Intimem-se as partes, por meio de seus advogados.
Pratique-se o necessário.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001349-73.2023.8.22.0017
Classe: Monitória
Assunto: Contratos Bancários
Valor da causa: R$ 11.719,63 ()
Parte autora: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 PIONEIROS - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
Parte requerida: DIONE FERREIRA DA SILVA, RUA JOÃO CAFE FILHO 6289 REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Recebo os autos para processamento.
Custas iniciais recolhidas no importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa.
Considerando que a inicial está instruída com prova escrita sem eficácia de título executivo, DEFIRO a expedição de mandado de citação e pagamento, com fundamento no art. 701 do CPC, em face DIONE FERREIRA DA SILVA, CPF nº 04047307106, RUA JOÃO CAFE FILHO 6289 REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA.
No prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada do mandado de citação aos autos, a(s) parte(s) requerida(s) poderá(ão), alternativamente:
a) cumprir a obrigação que lhe está sendo exigida, efetuando o pagamento do valor constante da inicial, além de honorários de advogado no patamar de 5%, ficando isenta do pagamento de custas processuais;
b) depositar 30% do valor total da dívida, ocasião em que poderá pleitear o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês, nos termos do art. 701, § 5º do CPC;
c) oferecer, nos próprios autos, embargos monitórios, independente de prévia segurança do juízo (art. 702 do CPC), devendo ficar ciente de que, em caso de rejeição dos embargos, além do valor do crédito da parte autora, deverá pagar as custas processuais e honorários de advogado, estes que serão fixados no mínimo de 10% e no máximo de 20% sobre o valor da condenação, nos termos do 85, § 2º do CPC.
Havendo apresentação de embargos monitórios (art. 702 do CPC), intime-se a parte autora para impugnar os embargos em 15 dias (art. 702, §5º do CPC).
Em seguida, intimem-se as partes para em 5 dias se manifestarem acerca das provas que pretendem produzir, indicando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento, e sem prejuízo do julgamento antecipado da lide.
Caso haja pedido de prova testemunhal, deverá a parte interessada, no prazo acima, depositar o rol de testemunhas nos autos.
Havendo apenas pedido de produção de prova testemunhal pelas partes, ao Cartório para designar audiência de instrução e julgamento.
Registre-se que se deve proceder em conformidade com o estabelecido no art. 357, § 5º e art. 455, ambos do CPC, ou seja, cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada, do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.
O número de testemunhas arroladas não poderá ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato – art. 357, § 6º do CPC.
Ressalto que a intimação só será feita pela via judicial quando:
a) restar comprovada que a tentativa de intimação prevista no art. 455, § 1º do CPC foi frustrada, devendo tal comprovação ocorrer em tempo hábil para que o Juízo promova a intimação;
b) sua necessidade for devidamente demonstrada;
c) figurar no rol de testemunhas servidor público ou militar, hipótese em que o juiz requisitará ao chefe da repartição ou ao comando do corpo em que servir;
d) a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública; ou
e) a testemunha for uma daquelas previstas no art. 454 do CPC.
Caso qualquer das partes apenas venha juntar documentos (prova documental), dê-se vistas à parte contrária para se manifestar em 5 dias. Em seguida, intimem-se as partes para apresentarem alegações finais no prazo comum de 15 dias. Após, retornem os autos conclusos.
Caso não haja o pagamento e não sejam apresentados embargos monitórios, a prova escrita que acompanha a inicial será constituída de pleno direito em título executivo judicial, nos termos do art. 701, § 2º, do CPC. Sendo essa a hipótese, venham os autos conclusos para sentença.

Intimem-se. Pratique-se e expeça-se o necessário. Requisite-se ou depreque-se, conforme o caso.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001408-61.2023.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Perdas e Danos
Valor da causa: R$ 784,46 (setecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e seis centavos)
Parte autora: MODELLEN FISIOTERAPIA E ESTETICA LTDA - ME, CNPJ nº 10758347000151, AV. 25 DE AGOSTO 5642, CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CATIANE DARTIBALE, OAB nº RO6447
Parte requerida: MARIA APARECIDA VENANCIO, CPF nº 86488040278, AV CUIABA 5360 CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Custas iniciais recolhidas parcialmente (código 1001.1) (ID 93148445), conforme art. 2º, § 2º, do Provimento Corregedoria nº. 026/2021.
CITE-SE a parte requerida para tomar conhecimento do inteiro teor da presente ação, bem como a, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer à audiência de conciliação em data e horário a ser designada pela CPE, a ser realizada por sistema de vídeo pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, cientificando-a de que deve apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados da audiência designada (CPC, art. 335) e advertindo-a de que, na hipótese de não apresentar contestação no prazo assinalado, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente (art. 344, CPC).
Por ocasião da contestação, o réu deverá juntar suas provas e especificar outras provas que eventualmente tiver a intenção de produzir, inclusive dizer se deseja apresentar prova testemunhal, justificando a necessidade e a pertinência.
Após a designação da audiência, intime-se a parte autora por meio de seu advogado, via DJE, a comparecer na audiência de conciliação (art. 334, § 3º, CPC).
Advirtam-se as partes de que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação, é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (CPC, art. 334, § 8º).
As partes ficam cientes de que será utilizado o aplicativo Google Meets, o qual deverá ser baixado no computador, notebook, tablet ou celular para fins de participar da solenidade virtual.
Disponibiliza-se o link https://meet.google.com/okm-jaod-nzo que deverá ser utilizado pela(s) parte(s) para acesso à audiência.
É vedado a(s) parte(s) ingressar(em) na sala da audiência antes ou depois do dia e horário designado para a audiência de conciliação, devendo ser utilizado o link somente no momento de sua audiência.
Em caso de dúvida técnica com relação ao modo de realização da solenidade, as partes deverão entrar em contato com o telefone do NUCOMED: (69) 3309-8440 (WhatsApp) para solicitar esclarecimentos.
Ficam advertidas as partes, ainda, de que deverão se fazer presentes na audiência devidamente acompanhadas de seus advogados ou do defensor público (art. 334, § 9º, CPC), ficando orientada a parte requerida de que, caso não tenha condições de contratar advogado e se enquadre nas hipóteses previstas na lei, deverá procurar a Defensoria Pública para que lhe acompanhe e apresente a defesa técnica nos autos.
Caso a conciliação reste infrutífera, desde já fica intimada a parte requerente, por seu advogado, a efetuar o pagamento do restante das custas judiciais, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do inciso I do art. 12 da Lei 3.896/2016.
Se o réu alegar, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, desde já faculto à parte requerente, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu, devendo a escrivania lhe abrir vistas neste sentido independentemente de novo despacho nesse sentido.
Na hipótese de ser apresentada a contestação antes da audiência de conciliação com alegação de incompetência relativa ou absoluta, suspenda-se a audiência designada (art. 339, §3º, CPC), comunicando-se ao CEJUSC para anotação ou baixa na pauta. Nessa hipótese, intime-se a parte autora para dizer sobre a arguição de incompetência no prazo de 10 (dez) dias, retornando os autos conclusos para decisão (art. 64, § 2º, CPC).
Se o réu o réu propor reconvenção, intime-se o autor, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 343, § 1º, CPC).
Caso a parte requerida alegue, na contestação, fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, ou, ainda aduzir qualquer das preliminares indicadas no art. 337 do CPC, intime-se a parte requerente, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá produzir suas provas a respeito (art. 350, CPC).
Em qualquer das hipóteses anteriores, em que a parte autora foi intimada para responder as arguições da parte requerida, deverá esta desde logo especificar se tem outras provas a serem produzidas, além daquelas que já tiver apresentado no processo, justificando a necessidade e a pertinência.
Se a parte requerida não contestar a ação no prazo legal ou se o fizer intempestivamente, retornem conclusos para análise sobre a ocorrência ou não dos efeitos da revelia e quanto a necessidade de intimação do autor para especificação de provas (art. 348, CPC).
Intime-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:26.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001409-46.2023.8.22.0017
Classe: Divórcio Litigioso
Assunto: Fixação, Guarda
Valor da causa: R$ 19.752,00 (dezenove mil, setecentos e cinquenta e dois reais)
Parte autora: W. E. D. C., CPF nº 00885612248, LINHA 45 km 21 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA ADVOGADOS DO REQUERENTE: WILMA PEREIRA MARIANO, OAB nº RO10731, AVENIDA RIO DE JANEIRO 4171, SALA 02 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, SHEINE MARCELA SANTOS TEOTONIO, OAB nº RO11604
Parte requerida: L. S. C., CPF nº 06068838277, AV. AMAZONAS 3602 PRINCESA ISABEL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, L. S. C., CPF nº 09282852270, AV. AMAZONAS 3602 PRINCESA ISABEL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, L. A. S. C., CPF nº 05273156211, AV. AMAZONAS 3602 PRINCESA ISABEL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Defiro o benefício da justiça gratuita, pois houve a juntada de documentos que demonstram que a parte autora é pessoa hipossuficiente, o que, face à ausência de indicativos quanto à posse de condições financeiras de arcar com os custos do processo, deve ser acolhida em prestígio ao princípio da boa-fé material (art. 164 do CC) e processual (art. 5º do CPC).
CITE-SE a parte requerida para tomar conhecimento do inteiro teor da presente ação, bem como a, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer à audiência de conciliação em data e horário a ser designada pela CPE, a ser realizada por sistema de vídeo pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, cientificando-a de que deve apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados da audiência designada (CPC, art. 335) e advertindo-a de que, na hipótese de não apresentar contestação no prazo assinalado, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente (art. 344, CPC).
Por ocasião da contestação, o réu deverá juntar suas provas e especificar outras provas que eventualmente tiver a intenção de produzir, inclusive dizer se deseja apresentar prova testemunhal, justificando a necessidade e a pertinência.
Após a designação da audiência, intime-se a parte autora por meio de seu advogado, via DJE, a comparecer na audiência de conciliação (art. 334, § 3º, CPC).
Advirtam-se as partes de que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação, é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (CPC, art. 334, § 8º).
As partes ficam cientes de que será utilizado o aplicativo Google Meets, o qual deverá ser baixado no computador, notebook, tablet ou celular para fins de participar da solenidade virtual.
Disponibiliza-se o link https://meet.google.com/okm-jaod-nzo que deverá ser utilizado pela(s) parte(s) para acesso à audiência.
É vedado a(s) parte(s) ingressar(em) na sala da audiência antes ou depois do dia e horário designado para a audiência de conciliação, devendo ser utilizado o link somente no momento de sua audiência.
Em caso de dúvida técnica com relação ao modo de realização da solenidade, as partes deverão entrar em contato com o telefone do NUCOMED: (69) 3309-8440 (WhatsApp) para solicitar esclarecimentos.
Ficam advertidas as partes, ainda, de que deverão se fazer presentes na audiência devidamente acompanhadas de seus advogados ou do defensor público (art. 334, § 9º, CPC), ficando orientada a parte requerida de que, caso não tenha condições de contratar advogado e se enquadre nas hipóteses previstas na lei, deverá procurar a Defensoria Pública para que lhe acompanhe e apresente a defesa técnica nos autos.
Se o réu alegar, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, desde já faculto à parte requerente, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu, devendo a escrivania lhe abrir vistas neste sentido independentemente de novo despacho nesse sentido.
Na hipótese de ser apresentada a contestação antes da audiência de conciliação com alegação de incompetência relativa ou absoluta, suspenda-se a audiência designada (art. 339, §3º, CPC), comunicando-se ao CEJUSC para anotação ou baixa na pauta. Nessa hipótese, intime-se a parte autora para dizer sobre a arguição de incompetência no prazo de 10 (dez) dias, retornando os autos conclusos para decisão (art. 64, § 2º, CPC).
Se o réu o réu propor reconvenção, intime-se o autor, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 343, § 1º, CPC).
Caso a parte requerida alegue, na contestação, fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, ou, ainda aduzir qualquer das preliminares indicadas no art. 337 do CPC, intime-se a parte requerente, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá produzir suas provas a respeito (art. 350, CPC).
Em qualquer das hipóteses anteriores, em que a parte autora foi intimada para responder as arguições da parte requerida, deverá esta desde logo especificar se tem outras provas a serem produzidas, além daquelas que já tiver apresentado no processo, justificando a necessidade e a pertinência.
Se a parte requerida não contestar a ação no prazo legal ou se o fizer intempestivamente, retornem conclusos para análise sobre a ocorrência ou não dos efeitos da revelia e quanto a necessidade de intimação do autor para especificação de provas (art. 348, CPC).
Ciência ao Ministério Público.
Intime-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:26.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7002007-05.2020.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Concessão
Valor da causa: R$ 3.152,00 (três mil, cento e cinquenta e dois reais)
Parte autora: EDILEUZA DE JESUS BATISTA DA COSTA, LINHA 160 Km 05 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: THIAGO FUZARI BORGES, OAB nº RO5091
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA JOSÉ DE ALENCAR 2094, - DE 1610/1611 A 2317/2318 BAIXA UNIÃO - 76805-860 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença, no qual foi informado o pagamento das Requisições de Pequeno Valor - RPV(s) e/ou precatório(s).
Considerando que houve a comprovação do depósito do valor integral do débito exequendo, nos termos do artigo 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução.
Autorizo o levantamento de todo o valor depositado e cominações que porventura incidirem em favor da parte exequente, ficando desde já autorizado o levantamento dos valores pelo causídico que a representa, vez que a procuração ad judicia acostada junto ao ID n. 50606385 lhe outorga tais poderes, devendo o(s) sacante(s) retirar(em) a presente decisão, que serve de alvará, e dirigir(em)-se ao banco munido(s) de seus documentos pessoais (RG e CPF) e, assim que efetuado o saque, dar quitação da quantia paga por termo nos autos.
Sem custas (art. 5º, I, da Lei Estadual n. 3.896/2016).
Sentença publicada e registrada automaticamente pelo sistema processual de informática.
Cumprindo com o que for necessário e certificada a inexistência de valores depositados nestes autos, arquive-se.
SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO/ALVARÁ JUDICIAL.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:02 .
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
I- RPV OU PRECATÓRIO DO VALOR PRINCIPAL
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento dos valores depositados nestes autos em favor de EDILEUZA DE JESUS BATISTA DA COSTA, CPF nº 03099757276 e/ou do(a) advogado(a) THIAGO FUZARI BORGES, OAB nº RO5091 junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 5.577,96 (cinco mil, quinhentos e setenta e sete reais e noventa e seis centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 2700128335335.
Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.
II- RPV REFERENTE AOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento dos valores depositados nestes autos em favor do (a) advogado (a) THIAGO FUZARI BORGES, OAB nº RO5091 junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 1.121,35 (mil, cento e vinte e um reais e trinta e cinco centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 2500128334770.
Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7003099-52.2019.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Aposentadoria Especial (Art. 57/8)
Valor da causa: R$ 11.976,00 (onze mil, novecentos e setenta e seis reais)
Parte autora: CIENA MARIA STRAUB BUTINSKI, LINHA P-48 COM A P-46 Km 35 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LUCIENE PEREIRA BENTO, OAB nº RO3409A, REGINALDO SILVA, OAB nº RO8086, AV. RIO DE JANEIRO, 5109 CIDADE ALTA - 76801-235 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença, no qual foi informado o pagamento das Requisições de Pequeno Valor - RPV(s) e/ou precatório(s).
Considerando que houve a comprovação do depósito do valor integral do débito exequendo, nos termos do artigo 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução.
Autorizo o levantamento de todo o valor depositado e cominações que porventura incidirem em favor da parte exequente, ficando desde já autorizado o levantamento dos valores pelo causídico que a representa, vez que a procuração ad judicia acostada junto ao ID n. 31730528 lhe outorga tais poderes, devendo o(s) sacante(s) retirar(em) a presente decisão, que serve de alvará, e dirigir(em)-se ao banco munido(s) de seus documentos pessoais (RG e CPF) e, assim que efetuado o saque, dar quitação da quantia paga por termo nos autos.
Sem custas (art. 8º, I, Lei Estadual n. 3.896/2016).

Sentença publicada e registrada automaticamente pelo sistema processual de informática.
Cumprindo com o que for necessário e certificada a inexistência de valores depositados nestes autos, arquive-se.
SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO/ALVARÁ JUDICIAL.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:04 .
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
I- RPV OU PRECATÓRIO DO VALOR PRINCIPAL
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento dos valores depositados nestes autos em favor de CIENA MARIA STRAUB BUTINSKI, CPF nº 67250254200 e/ou do(a) advogado(a) LUCIENE PEREIRA BENTO, OAB nº RO3409A, REGINALDO SILVA, OAB nº RO8086 junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 36.287,96 (trinta e seis mil, duzentos e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 800128335637
Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.
II- RPV REFERENTE AOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento dos valores depositados nestes autos em favor do (a) advogado (a) LUCIENE PEREIRA BENTO, OAB nº RO3409A, REGINALDO SILVA, OAB nº RO8086 junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 4.014,14 (quatro mil e quatorze reais e quatorze centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 3400128335031.
Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000789-05.2021.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Concessão
Valor da causa: R$ 13.200,00 (treze mil, duzentos reais)
Parte autora: JOSE COSTA DA SILVA, AV. NILO PEÇANHA 3870, CASA LIBERDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELOIR CANDIOTO ROSA, OAB nº RO4355
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA PRESIDENTE VARGAS 1024, - DE 904/905 A 1075/1076 CENTRO - 76900-038 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença, no qual foi informado o pagamento das Requisições de Pequeno Valor - RPV(s) e/ou precatório(s).
Considerando que houve a comprovação do depósito do valor integral do débito exequendo, nos termos do artigo 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução.
Autorizo o levantamento de todo o valor depositado e cominações que porventura incidirem em favor da parte exequente, ficando desde já autorizado o levantamento dos valores pelo causídico que a representa, vez que a procuração ad judicia acostada junto ao ID n. 56388056 lhe outorga tais poderes, devendo o(s) sacante(s) retirar(em) a presente decisão, que serve de alvará, e dirigir(em)-se ao banco munido(s) de seus documentos pessoais (RG e CPF) e, assim que efetuado o saque, dar quitação da quantia paga por termo nos autos.
Sem custas (art. 8º, I, Lei Estadual n. 3.896/2016).
Sentença publicada e registrada automaticamente pelo sistema processual de informática.
Cumprindo com o que for necessário e certificada a inexistência de valores depositados nestes autos, arquive-se.
SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO/ALVARÁ JUDICIAL.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:04 .
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
I- RPV OU PRECATÓRIO DO VALOR PRINCIPAL
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento dos valores depositados nestes autos em favor de JOSE COSTA DA SILVA, CPF nº 20159838991 e/ou do(a) advogado(a) ELOIR CANDIOTO ROSA, OAB nº RO4355 junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 33.685,68 (trinta e três mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta e oito centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 1900128334171.
Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.
II- RPV REFERENTE AOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento dos valores depositados nestes autos em favor do (a) advogado (a) ELOIR CANDIOTO ROSA, OAB nº RO4355 junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 6.691,56 (seis mil, seiscentos e noventa e um reais e cinquenta e seis centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 5000128335595.
Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001348-88.2023.8.22.0017
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Duplicata
Valor da causa: R$ 911,19 (novecentos e onze reais e dezenove centavos)
Parte autora: IMPLEMENTOS AGRICOLAS OLIVEIRA LTDA - EPP, CNPJ nº 04004410000404
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: DANIEL REDIVO, OAB nº RO3181, JOAO CARLOS DA COSTA, OAB nº RO1258
Parte requerida: DJAIR CLAUDIONOR, CPF nº DESCONHECIDO, LINHA P 30, KM12 s/n ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Custas iniciais recolhidas equivalente a 2% do valor da causa.
Trata-se de execução de título extrajudicial promovida por IMPLEMENTOS AGRICOLAS OLIVEIRA LTDA - EPP em desfavor de DJAIR CLAUDIONOR, em que pleiteia o pagamento da quantia de R$ 911,19(novecentos e onze reais e dezenove centavos), decorrente de Duplicata (ID 92795197).
CITE-SE a parte executada para, no prazo de 3 (três) dias, nos termos do art. 829 do CPC, efetuar o pagamento da dívida, ou, querendo, oferecer embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, art. 915 do CPC.
Fixo os honorários da execução em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, nos termos do art. 827, caput do CPC, sendo que, em caso de integral pagamento no tríduo legal, a mencionada verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 827, § 1º).
Não efetuado o pagamento no prazo de 3 (três) dias úteis, o Oficial de Justiça, COM O MESMO MANDADO, procederá de imediato à penhora de quantos bens bastem para satisfazer a obrigação bem como proceda com a sua avaliação, considerando para tanto o valor da petição inicial, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
Serve a presente de mandado de citação avaliação e penhora em desfavor de:
EXECUTADO(A): DJAIR CLAUDIONOR, CPF nº DESCONHECIDO, LINHA P 30, KM12 s/n ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA.
Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas dos arts. 212 e §§ e art. 252 do CPC.
A parte executada pode requerer a substituição da penhora no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, desde que atendido os requisitos do art. 847 e ss do CPC.
Feito o pedido de substituição o exequente deverá ser intimado (por DJE) a se manifestar.
Caso seja aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo de 3 (três) dias, tome-se ela por termo (art. 853 e 849 do CPC).
No mesmo prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 CPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para decisão.
Havendo a citação e não sendo localizados bens pelo oficial de justiça, a parte credora poderá requerer a pesquisa via sistemas SISBAJUD e RENAJUD, devendo apresentar demonstrativo atualizado do crédito, bem como recolher as custas de que tratam o artigo 17 da Lei n. 3.896/2016.
Restando infrutífera a tentativa de citação ou penhora de bens, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento, intimando-o para tanto por DJE.
Silenciando-se quanto ao impulsionamento do feito e indicação de bens passíveis a satisfação da obrigação, o feito será extinto, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso III e §1º do CPC.
Não promovendo a citação da parte executada, o feito será extinto, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso IV do CPC.
Defiro a expedição da certidão prevista no artigo 828 do Código de Processo Civil, caso seja requerida. Advirto, que a parte exequente deverá, no prazo de 10 (dez) dias, comunicar ao juízo as averbações efetivadas. Ressalto, que conforme determina o § 2º do artigo supracitado, formalizada a penhora sobre bens suficientes para cobrir o valor da dívida, o credor providenciará, no prazo de 10 (dez) dias, o cancelamento das averbações relativas àqueles não penhorados.
Cumpra-se. Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:26.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7002677-09.2021.8.22.0017
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cheque
Valor da causa: R$ 41.147,98 ()
Parte autora: JEANE ANALIA ROSENO DE CAMPOS, AV. RONDÔNIA 4141 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: SAMIR RASLAN CARAGEORGE, OAB nº RO9301
Parte requerida: ELIENE SANTOS DE SOUZA, AV. CUIABÁ 4522 LIBER - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: POLIANE XAVIER DA SILVA, OAB nº RO9848, MATO GROSSO 3911 - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA

SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de execução de título extrajudicial promovida por JEANE ANALIA ROSENO DE CAMPOS em face de ELIENE SANTOS DE SOUZA.
O feito vinha tramitando regularmente, quando a parte exequente informou a composição extrajudicial do feito, conforme termo de acordo anexo ao id 92981785.
Vieram os autos conclusos.
Nos termos do art. 3º §§ 2º e 3º do CPC, a solução consensual de conflitos, sempre que possível, deve ser promovida pelo Estado e estimulada por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.
Considerando que o ajuste entabulado entre as partes veio com as devidas assinaturas, não vislumbro vícios ou irregularidades, razão pela qual recebo-o como regular.
Ante o exposto, HOMOLOGO O ACORDO, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.
Nos termos do art. 922 do CPC, SUSPENDO a execução até 10/01/2024, quando findará o prazo para cumprimento da obrigação.
Sem honorários advocatícios.
Com fundamento no art. 8º, inciso III, da Lei n. 3.896/2016, isento do pagamento das custas finais.
Sentença transitada em julgado nesta data, por força do 1.000, parágrafo único, do CPC.
Findo o prazo sem o cumprimento da obrigação, o processo retomará o seu curso (art. 922, parágrafo único, do CPC).
Cumprido integralmente o acordo, tornem os autos conclusos para sentença de extinção.
Publique-se, registre-se e intimem-se.
Sentença encaminhada automaticamente pelo sistema de informática para publicação no Diário da Justiça.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oeste, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br JUIZADO ESPECIAL
Processo n.: 7001311-61.2023.8.22.0017
Classe: Carta Precatória Cível
Assunto: Citação
Valor da causa: R$ 0,00 ()
Parte autora: MARCIO JOSE DE SOUZA 59296585287, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 2607 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
DEPRECANTE SEM ADVOGADO(S)
Parte requerida: ANA MARIA DA CRUZ ALEGRE FILHA, AV. RIO DE JANEIRO 4171 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
DEPRECADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Cumpra-se a carta precatória, servindo esta de mandado; depois, devolva-se.
Havendo informação de novo endereço, encaminhe-se a carta à comarca respectiva, considerando-se o que dispõe o art. 262 do CPC.
Nesse caso, comunique-se ao órgão expedidor, nos termos do parágrafo único daquela norma.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:07.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7001401-69.2023.8.22.0017
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cheque
Valor da causa: R$ 5.650,00 (cinco mil, seiscentos e cinquenta reais)
Parte autora: EDSON COSTA DOS SANTOS, RUA GOIÁS 4613 REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
EXEQUENTE SEM ADVOGADO(S)
Parte requerida: MIDIAN ARAUJO DOS SANTOS CAMPAGNONI, URUPA 3840, ESQUINA COM A AV. FORTALEZA INDUSTRIAL - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
O que se discute aqui não é matéria afeta a relação de consumo, de modo que inaplicável o art. 101, inc. I, do CDC.
Ademais, a situação em tela não se encaixa nem na hipótese do inc. II nem na do inc. III do art. 4º da Lei n.º 9.099/95.
Em casos assim, é competente o Juizado do foro do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório (art. 4º, inc. I, da LJE).

Lado outro, o art. 51, inc. III, do precitado códex, dispõe que, em situações como a dos autos, o processo deve ser extinto, havendo enunciado (n.º 89) do Fonaje, inclusive, no sentido de que a incompetência territorial pode ser reconhecida de ofício nos Juizados Especiais, sendo inaplicável, portanto, a súmula 33 do STJ.
Assim, diferentemente do procedimento comum, o reconhecimento da incompetência, no rito dos Juizados, enseja a extinção do processo sem resolução de mérito e não a remessa dos autos ao Juízo competente.
No mesmo sentido:
RECURSO INOMINADO. PROCESSUAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. PRODUÇÃO DE LEITE. INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL. FORO DE ELEIÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO. POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DE OFÍCIO NO ÂMBITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO ENUNCIADO 89 DO FONAJE. EXTINÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 51, III, DA LEI Nº 9.099/95. SENTENÇA CONFIRMADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível, Nº 71007973886, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto Carvalho Fraga, Julgado em: 18-09-2018)
Ante o exposto, reconheço de ofício a incompetência territorial, extinguindo o feito nos termos do art. 51, inc. III, da LJE.
Apresentado dentro do prazo (10 dias) e com o devido pagamento das custas, admito desde já o recurso de que trata o art. 41 da Lei n.º 9.099/95.
Na sequência, cite-se e intime-se a ré para as contrarrazões (art. 42, § 2º) no prazo de 10 dias.
Oportunamente, encaminhe-se o feito à e. Turma Recursal.
Com o trânsito em julgado, arquive-se.
Serve esta de mandado/carta (precatória, inclusive) de citação/intimação.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:09.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7001418-08.2023.8.22.0017
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Cheque
Valor da causa: R$ 2.147,29 (dois mil, cento e quarenta e sete reais e vinte e nove centavos)
Parte autora: ISAEL MESSIAS DIAS, LINHA 146, MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA DO OESTE S/N LINHA 146, MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA DO OESTE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FRANCISCA JUSARA DE MACEDO COELHO SILVA, OAB nº RO10215
Parte requerida: PAULINA APARECIDA DA SILVA BEZERRA, LINHA P-42, KM 2,5 (DOIS E MEIO), ZONA RURAL S/N LINHA P-42, KM 2,5 (DOIS E MEIO), ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
A Lei n.º 13.994/2020 alterou o art. 22, § 2º, da Lei n.º 9099/95, incluindo a alternativa de audiência conciliatória mediante o uso de sistema tecnológico, como também possibilitou ao Juiz o julgamento do processo, caso o demandado não compareça ou se recuse a participar da solenidade não presencial (art. 23, da LJE).
Sendo assim, designo audiência de conciliação telepresencial, a ser realizada pelo Centro Judiciário de Resolução de Conflitos - CEJUSC, ficando a encargo da CPE1G a indicação da data, incluindo-a no módulo geral de audiências (art. 28 do PROVIMENTO CORREGEDORIA Nº 06/2022).
As partes ficam cientes de que será utilizado o sistema Google Meets, o qual deverá ser baixado no computador, notebook, tablet ou celular para fins de participar da solenidade virtual. Desde já fica disponibilizado o link https://meet.google.com/okm-jaod-nzo , que deverá ser utilizado pela(s) parte(s) para acesso à audiência. Para acessar, basta que as partes cliquem no link, no dia e hora designados, podendo ser por meio de computador ou smartphone. É vedado à(s) parte(s) ingressar na sala da audiência antes ou depois do dia designado para a audiência de conciliação, utilizando o link somente no momento de sua audiência. Em caso de dúvida técnica com relação ao modo de realização da solenidade, a parte deverá entrar em contato com o telefone do plantão do CEJUSC (69 3309-8440 - WhatsApp), para solicitar os esclarecimentos.
Intime-se a parte autora por meio de seu procurador constituído, via DJE, ou pessoalmente, por meio de carta, preferencialmente, caso esteja postulando em juízo sem representação. Fica a parte autora ciente de que sua ausência na audiência virtual importará na extinção processual, nos termos da Lei n.º 9.099/95.
Cite-se e intime-se a parte requerida pessoalmente ou por meio de advogado, caso haja constituição nos autos, tudo em conformidade com o art. 18 da lei 9099/95, para tomar conhecimento da ação e comparecer à audiência acompanhada de advogado, podendo oferecer contestação e documentos (pedido de provas, indicação de testemunhas) até a data da audiência, sob pena de preclusão, ficando advertida de que, caso não conteste no prazo ou deixe de comparecer à audiência, serão consideradas verdadeiras as alegações fáticas constantes da petição inicial e o mérito será julgado no estado em que se encontra o processo.
Apresentada a contestação e infrutífera a conciliação/mediação, a parte requerida deverá manifestar sua defesa, no prazo de 10 (dez) minutos e após, igual prazo será dado ao autor(a) para impugnação à contestação.
No mesmo ato as partes deverão se manifestar quanto à produção de provas.
Intimem-se as partes para comparecerem à audiência designada, tomando ciência desde logo das advertências a seguir descritas, de acordo com os Provimentos n.º 01/2017 e n.º 18/2020 do Tribunal de Justiça de Rondônia.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS E OUTRAS INSTRUÇÕES:
1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7° I, Prov. 018/2020-CG);

2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XIV, Prov. 018/2020-CG);
3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XV, Prov. 018/2020-CG);
4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 7° XVI, Prov. 018/2020-CG);
5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XVII, Prov. 018/2020-CG);
6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7° XVIII, Prov. 018/2020-CG).
Provimento 01/2017:
I — os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II — as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III — deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV — a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9°, § 40, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
V — em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
VI — nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
VII — o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
VIII — o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
IX — deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
X — a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação;
XI — instalada a audiência, não havendo acordo ou mediação, a parte requerida apresentará, desde logo, sua defesa oral ou escrita e, na mesma oportunidade, será concedida à parte autora o prazo de até 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares arguidas, na forma da lei.
Expeça-se o necessário e aguarde-se a realização da solenidade.
Cumprindo-se as determinações, voltem os autos conclusos.
Serve este(a) de mandado/carta (precatória, inclusive) de citação/intimação.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:09
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
Processo n.: 7002218-70.2022.8.22.0017
Classe: Termo Circunstanciado
Assunto: Crimes contra a Flora
Parte autora: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Parte requerida: MARCIANO DA SILVA FERREIRA, RUA RIO MADEIRA 6266, FONE (69) 98476-1621 . - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: AIRTON PEREIRA DE ARAUJO, OAB nº RO243, , - DE 821/822 A 1398/1399 - 76804-128 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Em audiência designada para oferecimento de transação penal (ID 90907543), o promovido não aceitou o benefício sob o argumento de não possuir condições financeiras para arcar com o pagamento da prestação pecuniária, mas apresentou contraproposta no sentido de apresentar uma nova área devidamente escriturada, em floresta nativa, de forma a se concretizar uma compensação em razão da área supostamente degradada.
Ouvido, o Ministério Público aduziu que a contraproposta feita em audiência foi muito vaga, haja vista não identificar a área, não delimitar local, dimensão e demais termos da compensação, motivo pelo qual requereu seja a defesa do promovido intimada para formalizar contraproposta detransação penal com todos os temos acerca da suposta compensação, local, área, propriedade, etc.
O pedido foi acolhido, porém o promovido não manifestou-se nos autos.

O Ministério Público apresentou denúncia (ID 93229595) ofertando os benefícios da suspensão condicional do processo.
Logo, não sendo possível a transação entre as partes e, não sendo o caso de manifesta desproporcionalidade da medida, o feito deve prosseguir.
Pois bem. A Lei n. 11.719 de 2008 alterou substancialmente o artigo 394 do Código de Processo Penal, e disciplinou o procedimento dos processos criminais, incluindo em sua redação o § 4º, que estabelece que as disposições constantes dos arts. 395 a 398 do CPP se aplicam a todos os procedimentos penais de primeiro grau, ainda que não regulados pelo Código Processual.
Tendo em vista que os artigos 395 a 398 trazem hipóteses de rejeição da denúncia ou queixa, bem como fixam prazo para resposta escrita e prevê ainda causas de absolvição sumária do acusado, passo a adotar tal procedimento no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.
O Termo Circunstanciado de Ocorrência que acompanha a denúncia traz em seu bojo elementos que tornam viável a pretensão punitiva deduzida na inicial.
Tais elementos sinalizam a ocorrência do crime narrado na denúncia e autoria por parte do acusado vem alicerçada em indícios colhidos na fase extrajudicial.
Sendo assim, em análise superficial própria ao momento processual, verifico que existe justa causa para o início da ação penal, pelo que RECEBO A DENÚNCIA oferecida no ID 93229595 por não verificar presentes as hipóteses do art. 395 do CPP, as quais autorizam a rejeição sumária.
Atenda-se o que requereu o Ministério Público.
1) Nos termos do artigo 396 do CPP, CITE-SE o(s) réu(s) para responder(em) à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, ocasião em que poderá arguir preliminares, oferecer documentos, justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as.
No mesmo ato, intime-se a(o) ré(u) para comparecer à audiência de suspensão condicional do processo em data e horário a ser designada pela CPE1G, a ser realizada por sistema de vídeo pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC.
O(a) denunciado(a) fica ciente de que será utilizado o sistema Google Meets que deverá ser baixado no computador, notebook, tablet ou celular para fins de participar da solenidade virtual. Desde já fica disponibilizado o link: https://meet.google.com/okm-jaod-nzo que deverá ser utilizado pelo(a) denunciado(a) para acesso à audiência.
Em caso de dúvida técnica com relação ao modo de realização da solenidade, o(a) denunciado(a) deverá entrar em contato com o telefone do plantão do CEJUSC, Fone: (69) (69) 3309-8440 (WhatsApp) para solicitar esclarecimentos.
2) O Oficial de justiça deve perguntar a(o) denunciado(a) se possui advogado particular ou se deseja ser representado pela Defensoria Pública, bem como confirmar qual o CPF do denunciado, fazendo constar em sua certidão as referidas informações.
3) Caso o(a) denunciado(a) afirme que deseja ser assistido pela Defensoria Pública:
a) o Oficial de Justiça deverá orienta-lo(a) a dirigir-se à Defensoria Pública em 10 (dez) dias;
b) deve o cartório criminal enviar imediatamente os autos à Defensoria Pública.
4) Deve o Oficial de Justiça perquirir o(a) denunciado(a) se deseja arrolar testemunhas, devendo informar na ocasião o nome e endereço da(s) testemunha(s).
5) Restando frustrada a localização do(a) denunciado(a) para citação pessoal, dê-se vista dos autos ao Ministério Público.
6) Decorrido o prazo sem resposta a acusação e não tendo o(a) ré(u) constituído advogado nos autos, desde já nomeio um dos defensores públicos atuantes na comarca para apresentar resposta, nos termos do art. 396-A, §2º do CP, devendo o processo ser remetido imediatamente.
7) Caso o(a) denunciado(a) tenha constituído advogado nos autos e este não tenha apresentado resposta a acusação, intime-se pessoalmente o réu para manifestar-se, constituindo novo advogado ou informando se deseja ser assistido pela Defensoria Pública, o que desde já determino a remessa caso assim se manifeste.
Indefiro eventuais pedidos do Ministério Público de juntada das certidões de antecedentes criminais, ofício à DEPOL local e juntada de laudo de exame de constatação em local, haja vista que o Ministério Público possui a prerrogativa de requisitar diligências investigatórias em qualquer fase do processo (art.129, VIIII, da CF), bem como requisitar documentos, diretamente, de quaisquer autoridades ou funcionários que devam ou possa fornecê-los (CPP, art.47).
Ciência ao Ministério Público da audiência designada.
Caso necessário, expeça-se carta precatória com urgência.
SERVE DE MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D'Oeste,sexta-feira, 14 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 0002669-06.2011.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Indenização por Dano Moral
Valor da causa: R$ 300.000,00 ()
Parte autora: DULCEMAR MERLIM PREISIGHE, AV. NILO PEÇANHA, 3923,, NÃO CONSTA CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, WILLIAN MERLIM DE AGUIAR, AV. NILO PEÇANHA, 3923,, RUA NEREU RAMOS, S/N CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, FERNANDA PAULA MERLIM DE AGUIAR, AV. NILO PEÇANHA, 3923, NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: RONNY TON ZANOTELLI, OAB nº RO1393, - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA, RICARDO MARCELINO BRAGA, OAB nº RO4159, - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA, EDUARDO TADEU JABUR, OAB nº RO5070, RUA JULIO GUERRA 185, NÃO INFORMADO CENTRO - 99999-999 - NÃO INFORMADO - ACRE
Parte requerida: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA DO OESTE, PRAÇA AURÉLIA STÉDILE S/N, NÃO CONSTA REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA DO OESTE

DECISÃO
Vistos.
Com razão à parte exequente, uma vez que não há retificações a serem realizadas no cálculo, pois a Decisão ID 85119334 acolheu a impugnação da parte executada no que se refere ao valor da pensão, enquanto os cálculos apresentados pela parte exequente ao ID 59556770 refere-se a retroativos (dano moral e pensão retroativa) que foram homologados pelo Juízo, conforme sentença ID 44084724.
Expeçam-se os precatórios, conforme cálculo apresentado pela parte exequente ao ID 59556770.
Antes de encaminhar ao setor de pagamentos, dê ciência às partes sobre os referidos expedientes para que, caso queira, se manifeste em 5 (cinco) dias.
Não havendo insurgência, encaminhe-se ao setor de pagamento.
Após remetam-se os autos ao arquivo provisório até que sobrevenha informações acerca do pagamento.
Cumpra-se.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br JUIZADO ESPECIAL
Processo n.: 7001321-08.2023.8.22.0017
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Cancelamento de vôo
Valor da causa: R$ 13.000,00 (treze mil reais)
Parte autora: SERGIO MOREIRA DE OLIVEIRA, LINHA TN6 s/n, LOTE 485, GLEBA 01 ZONA RURAL - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NAIANY CRISTINA LIMA, OAB nº RO7048
Parte requerida: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, ANDAR 9, ED. JATOBÁ, COND. CASTELO BRANCO OFFICE TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Vistos.
Considerando que nos termos do artigo 4º, inciso III da Lei 9.099/90, o foro competente nas ações para reparação de dano de qualquer natureza é do domicílio do autor.
Assim, reconheço a incompetência deste juízo, visto que o autor reside no município de Urupá/RO e a ação deve tramitar no foro do domicílio do autor propiciando-lhe melhores condições para comprovação dos fatos.
A incompetência territorial em sede do rito especial da L. 9.099/95, é conhecível de ofício, porque é considerada absoluta, já que seu reconhecimento extingue o processo nos termos do art. 51, III do citado diploma.
Nestes termos é o Enunciado 89 do FONAJE: "A incompetência territorial pode ser reconhecida de ofício no sistema de Juizados Especiais Cíveis", não havendo de ser aplicada, nesses casos, a Súmula 33 do STJ.".
No entanto, buscando evitar transtorno ao autor e prezando pelo princípio da celeridade, deixo de extinguir o feito. Determino a redistribuição dos autos ao Juizado Especial da Comarca de Alvorada d' Oeste.
Redistribua-se. Com as baixas de estilo
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:07.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7001392-10.2023.8.22.0017
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Atraso de vôo, Cancelamento de vôo
Valor da causa: R$ 10.000,00 (dez mil reais)
Parte autora: HELENA DE FATIMA DA SILVEIRA, AV. ALTA FLORESTA 4375 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RODRIGO DE SOUZA COSTA, OAB nº RO8656
Parte requerida: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, ANDAR 9, ED. JATOBA COND CASTELO BRANCO OFFICE PAR TAMBORÉ - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Vistos.
Da inversão do ônus da prova
Uma vez que se trata de relação de consumo e tendo em vista a evidente hipossuficiência da parte autora, segundo as regras ordinárias de experiências, fica desde já invertido o ônus da prova em desfavor de AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., com base no art. 6º, inc. VIII, do CDC.

Do prosseguimento do feito
A Lei n.º 13.994/2020 alterou o art. 22, § 2º, da Lei n.º 9099/95, incluindo a alternativa de audiência conciliatória mediante o uso de sistema tecnológico, como também possibilitou ao Juiz o julgamento do processo, caso o demandado não compareça ou se recuse a participar da solenidade não presencial (art. 23, da LJE).
Sendo assim, designo audiência de conciliação telepresencial, a ser realizada pelo Centro Judiciário de Resolução de Conflitos - CEJUSC, ficando a encargo da CPE1G a indicação da data, incluindo-a no módulo geral de audiências (art. 28 do PROVIMENTO CORREGEDORIA Nº 06/2022).
As partes ficam cientes de que será utilizado o sistema Google Meets, o qual deverá ser baixado no computador, notebook, tablet ou celular para fins de participar da solenidade virtual. Desde já fica disponibilizado o link https://meet.google.com/okm-jaod-nzo , que deverá ser utilizado pela(s) parte(s) para acesso à audiência. Para acessar, basta que as partes cliquem no link, no dia e hora designados, podendo ser por meio de computador ou smartphone. É vedado à(s) parte(s) ingressar na sala da audiência antes ou depois do dia designado para a audiência de conciliação, utilizando o link somente no momento de sua audiência. Em caso de dúvida técnica com relação ao modo de realização da solenidade, a parte deverá entrar em contato com o telefone do plantão do CEJUSC (69 3309-8440 - WhatsApp), para solicitar os esclarecimentos.
Intime-se a parte autora por meio de seu procurador constituído, via DJE, ou pessoalmente, por meio de carta, preferencialmente, caso esteja postulando em juízo sem representação. Fica a parte autora ciente de que sua ausência na audiência virtual importará na extinção processual, nos termos da Lei n.º 9.099/95.
Cite-se e intime-se a parte requerida pessoalmente ou por meio de advogado, caso haja constituição nos autos, tudo em conformidade com o art. 18 da lei 9099/95, para tomar conhecimento da ação e comparecer à audiência acompanhada de advogado, podendo oferecer contestação e documentos (pedido de provas, indicação de testemunhas) até a data da audiência, sob pena de preclusão, ficando advertida de que, caso não conteste no prazo ou deixe de comparecer à audiência, serão consideradas verdadeiras as alegações fáticas constantes da petição inicial e o mérito será julgado no estado em que se encontra o processo.
Apresentada a contestação e infrutífera a conciliação/mediação, a parte requerida deverá manifestar sua defesa, no prazo de 10 (dez) minutos e após, igual prazo será dado ao autor(a) para impugnação à contestação.
No mesmo ato as partes deverão se manifestar quanto à produção de provas.
Intimem-se as partes para comparecerem à audiência designada, tomando ciência desde logo das advertências a seguir descritas, de acordo com os Provimentos n.º 01/2017 e n.º 18/2020 do Tribunal de Justiça de Rondônia.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS E OUTRAS INSTRUÇÕES:
1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7° I, Prov. 018/2020-CG);
2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XIV, Prov. 018/2020-CG);
3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XV, Prov. 018/2020-CG);
4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 7° XVI, Prov. 018/2020-CG);
5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XVII, Prov. 018/2020-CG);
6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7° XVIII, Prov. 018/2020-CG).
Provimento 01/2017:
I — os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II — as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III — deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV — a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9°, § 40, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
V — em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
VI — nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
VII — o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
VIII — o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
IX — deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
X — a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação;

XI — instalada a audiência, não havendo acordo ou mediação, a parte requerida apresentará, desde logo, sua defesa oral ou escrita e, na mesma oportunidade, será concedida à parte autora o prazo de até 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares arguidas, na forma da lei.
Expeça-se o necessário e aguarde-se a realização da solenidade.
Cumprindo-se as determinações, voltem os autos conclusos.
Serve este(a) de mandado/carta (precatória, inclusive) de citação/intimação.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:07
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
Processo n.: 7001337-59.2023.8.22.0017
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Adicional de Insalubridade
Valor da causa: R$ 9.048,48 (nove mil, quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos)
Parte autora: RESILENE XAVIER DA SILVA, AVENIDA MATO GROSSO 3911 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: SHEINE MARCELA SANTOS TEOTONIO, OAB nº RO11604, AVENIDA BAHIA 3381 REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, WILMA PEREIRA MARIANO, OAB nº RO10731
Parte requerida: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA DO OESTE, AVENIDA NILO PEÇANHA 4513 REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA DO OESTE
DESPACHO
Vistos.
Considerando-se os princípios que norteiam o procedimento do Juizado Especial, como os da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 27 da Lei n.º 12.153/09 c/c art. 2º da Lei n. 9.099/95), deixo de designar audiência de conciliação, uma vez que em todas as ações em trâmite nesta vara contra a Fazenda Pública a solenidade restou frustrada, pela alegação dos seus procuradores no sentido de que inexiste legislação específica que regulamente a Lei n.º 12.153/09 neste ponto, o que redunda em desperdício de tempo e expedientes da escrivania.
Existindo interesse do(a) MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA DO OESTE em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, haverá de constar expressamente na contestação os termos e/ou o rol.
Por ora, então, apenas:
a) cite-se e intime-se a parte requerida a apresentar sua defesa e todos os documentos de prova, no prazo de 30 dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 7º e 9º da Lei n.º 12.153/09;
b) intime-se a parte autora a impugnar a contestação (prazo: 10 dias).
Serve este(a) de mandado/carta (precatória, inclusive) de citação/intimação.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:07 .
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7001377-41.2023.8.22.0017
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Indenização por Dano Material
Valor da causa: R$ 29.941,48 (vinte e nove mil, novecentos e quarenta e um reais e quarenta e oito centavos)
Parte autora: MARCIO BOONE, LINHA 60, KM 18, S/N ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390
Parte requerida: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
A Lei n.º 13.994/2020 alterou o art. 22, § 2º, da Lei n.º 9099/95, incluindo a alternativa de audiência conciliatória mediante o uso de sistema tecnológico, como também possibilitou ao Juiz o julgamento do processo, caso o demandado não compareça ou se recuse a participar da solenidade não presencial (art. 23, da LJE).
Sendo assim, designo audiência de conciliação telepresencial, a ser realizada pelo Centro Judiciário de Resolução de Conflitos - CEJUSC, ficando a encargo da CPE1G a indicação da data, incluindo-a no módulo geral de audiências (art. 28 do PROVIMENTO CORREGEDORIA Nº 06/2022).
As partes ficam cientes de que será utilizado o sistema Google Meets, o qual deverá ser baixado no computador, notebook, tablet ou celular para fins de participar da solenidade virtual. Desde já fica disponibilizado o link https://meet.google.com/okm-jaod-nzo , que deverá ser utilizado pela(s) parte(s) para acesso à audiência. Para acessar, basta que as partes cliquem no link, no dia e hora designados, podendo ser por meio de computador ou smartphone. É vedado à(s) parte(s) ingressar na sala da audiência antes ou depois do dia

designado para a audiência de conciliação, utilizando o link somente no momento de sua audiência. Em caso de dúvida técnica com relação ao modo de realização da solenidade, a parte deverá entrar em contato com o telefone do plantão do CEJUSC (69 3309-8440 - WhatsApp), para solicitar os esclarecimentos.
Intime-se a parte autora por meio de seu procurador constituído, via DJE, ou pessoalmente, por meio de carta, preferencialmente, caso esteja postulando em juízo sem representação. Fica a parte autora ciente de que sua ausência na audiência virtual importará na extinção processual, nos termos da Lei n.º 9.099/95.
Cite-se e intime-se a parte requerida pessoalmente ou por meio de advogado, caso haja constituição nos autos, tudo em conformidade com o art. 18 da lei 9099/95, para tomar conhecimento da ação e comparecer à audiência acompanhada de advogado, podendo oferecer contestação e documentos (pedido de provas, indicação de testemunhas) até a data da audiência, sob pena de preclusão, ficando advertida de que, caso não conteste no prazo ou deixe de comparecer à audiência, serão consideradas verdadeiras as alegações fáticas constantes da petição inicial e o mérito será julgado no estado em que se encontra o processo.
Apresentada a contestação e infrutífera a conciliação/mediação, a parte requerida deverá manifestar sua defesa, no prazo de 10 (dez) minutos e após, igual prazo será dado ao autor(a) para impugnação à contestação.
No mesmo ato as partes deverão se manifestar quanto à produção de provas.
Intimem-se as partes para comparecerem à audiência designada, tomando ciência desde logo das advertências a seguir descritas, de acordo com os Provimentos n.º 01/2017 e n.º 18/2020 do Tribunal de Justiça de Rondônia.
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS E OUTRAS INSTRUÇÕES:
1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 7° I, Prov. 018/2020-CG);
2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XIV, Prov. 018/2020-CG);
3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XV, Prov. 018/2020-CG);
4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 7° XVI, Prov. 018/2020-CG);
5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 7° XVII, Prov. 018/2020-CG);
6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 7° XVIII, Prov. 018/2020-CG).
Provimento 01/2017:
I — os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo;
II — as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos;
III — deverão comparecer na data, horário e endereço em que se realizará a audiência, e que procuradores e prepostos deverão comparecer munidos de poderes específicos para transacionar;
IV — a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9°, § 40, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que, os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia;
V — em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova;
VI — nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
VII — o não comparecimento injustificado do autor implicará na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
VIII — o não comparecimento do requerido a quaisquer das audiências designadas implicará na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
IX — deverão comparecer à audiência designada munidos de documentos de identificação válidos e cientes de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
X — a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas até o ato da audiência de conciliação;
XI — instalada a audiência, não havendo acordo ou mediação, a parte requerida apresentará, desde logo, sua defesa oral ou escrita e, na mesma oportunidade, será concedida à parte autora o prazo de até 10 (dez) minutos para se manifestar sobre os documentos e preliminares arguidas, na forma da lei.
Expeça-se o necessário e aguarde-se a realização da solenidade.
Cumprindo-se as determinações, voltem os autos conclusos.
Serve este(a) de mandado/carta (precatória, inclusive) de citação/intimação.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:07
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7003701-43.2019.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Honorários Advocatícios
Valor da causa: R$ 1.648,75 ()

Parte autora: MARINEUZA DOS SANTOS LOPES, - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARINEUZA DOS SANTOS LOPES, OAB nº RO6214A
Parte requerida: CELIO CHIELI, AVENIDA ALTA FLORESTA 4735, CASA SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Nos termos do art. 33 das Diretrizes Gerais Judiciais, o ato ordinatório consiste em movimento processual praticado de ofício pelos servidores das unidades judiciárias, independentemente de ato do juiz(a), com vistas a reduzir burocracias e retrabalho, promovendo agilidade ao andamento do processo.
O inciso XXIII determina que decorrido o prazo sem manifestação da parte interessada, o servidor deverá, de ofício, intimá-la por meio de seu advogado (a), a promover o andamento do processo no prazo de 5 (cinco) dias. Não havendo manifestação, deverá proceder a intimação pessoal da parte interessada para dar prosseguimento ao feito em 5 (cinco) dias, sob pena de prosseguimento do feito, preclusão ou extinção.
Assim, proceda a CPE conforme disposto na DGJ, realizando-se a intimação pessoal da parte exequente para dar andamento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento.
Atente-se a CPE para o cumprimento de tal ato ordinatório nos demais processos com situação semelhante a esta.
Cumpra-se.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo n.: 7001288-18.2023.8.22.0017
Classe: Carta Precatória Cível
Assunto: Fixação, Dissolução, Guarda, Regulamentação de Visitas
Valor da causa: R$ 1.000,00 (mil reais)
Parte autora: 1. V. C. C. D. J., AVENIDA JI-PARANÁ 615, - DE 523 A 615 - LADO ÍMPAR URUPÁ - 76900-261 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
DEPRECANTE SEM ADVOGADO(S)
Parte requerida: LEONARDO SALAZAR, AVENIDA ANTÔNIO GOMES s/n, DISTRITO DE PORTO ROLIM CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REPRESENTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Beneficiário(a) de gratuidade de justiça.
Do ponto de vista legal, a presente carta precatória preenche aos requisitos mencionados nos artigos 264 e 250 do CPC. Dessa forma, CUMPRA-SE, remetendo os autos ao NUPS para realização de estudo psicossocial.
Após, cumprido o ato, devolva-se à origem com nossos cumprimentos.
Ainda, consigno que, caso o Oficial de Justiça certifique que a pessoa a ser citada/intimada tenha mudado de endereço e indique o atual, fica, desde já, determinada, independente de nova deliberação, a remessa da presente ao juízo da comarca que se referir o novo endereço, dado o caráter itinerante das Cartas Precatórias, devendo ser observada pela escrivania a comunicação ao juízo deprecante quanto a essa remessa.
Desde já, fica também determinada a devolução da Carta Precatória à origem, caso o Oficial de Justiça certifique que não foi possível encontrar a pessoa em questão, não declinando o novo endereço.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos.
Pratique-se o necessário.
CÓPIA DO PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:23.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001419-90.2023.8.22.0017
Classe: Monitória
Assunto: Duplicata
Valor da causa: R$ 559,16 ()
Parte autora: FOTO E LOJA 3 IRMAS LTDA - ME, AVENIDA BRASIL 3827 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ELIVELTON DA MATA VIEIRA, OAB nº RO11400

Parte requerida: ANA MARIA SOARES DE FREITAS, AVENIDA AMAPÁ 3237 PRINCESA IZABEL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Recebo os autos para processamento.
Custas iniciais recolhidas no importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa (ID 93219517).
Considerando que a inicial está instruída com prova escrita sem eficácia de título executivo, DEFIRO a expedição de mandado de citação e pagamento, com fundamento no art. 701 do CPC, em face ANA MARIA SOARES DE FREITAS, CPF nº 89118359272, AVENIDA AMAPÁ 3237 PRINCESA IZABEL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA.
No prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada do mandado de citação aos autos, a(s) parte(s) requerida(s) poderá(ão), alternativamente:
a) cumprir a obrigação que lhe está sendo exigida, efetuando o pagamento do valor constante da inicial, além de honorários de advogado no patamar de 5%, ficando isenta do pagamento de custas processuais;
b) depositar 30% do valor total da dívida, ocasião em que poderá pleitear o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês, nos termos do art. 701, § 5º do CPC;
c) oferecer, nos próprios autos, embargos monitórios, independente de prévia segurança do juízo (art. 702 do CPC), devendo ficar ciente de que, em caso de rejeição dos embargos, além do valor do crédito da parte autora, deverá pagar as custas processuais e honorários de advogado, estes que serão fixados no mínimo de 10% e no máximo de 20% sobre o valor da condenação, nos termos do 85, § 2º do CPC.
Havendo apresentação de embargos monitórios (art. 702 do CPC), intime-se a parte autora para impugnar os embargos em 15 dias (art. 702, §5º do CPC).
Em seguida, intimem-se as partes para em 5 dias se manifestarem acerca das provas que pretendem produzir, indicando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento, e sem prejuízo do julgamento antecipado da lide.
Caso haja pedido de prova testemunhal, deverá a parte interessada, no prazo acima, depositar o rol de testemunhas nos autos.
Havendo apenas pedido de produção de prova testemunhal pelas partes, ao Cartório para designar audiência de instrução e julgamento.
Registre-se que se deve proceder em conformidade com o estabelecido no art. 357, § 5º e art. 455, ambos do CPC, ou seja, cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada, do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.
O número de testemunhas arroladas não poderá ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato – art. 357, § 6º do CPC.
Ressalto que a intimação só será feita pela via judicial quando:
a) restar comprovada que a tentativa de intimação prevista no art. 455, § 1º do CPC foi frustrada, devendo tal comprovação ocorrer em tempo hábil para que o Juízo promova a intimação;
b) sua necessidade for devidamente demonstrada;
c) figurar no rol de testemunhas servidor público ou militar, hipótese em que o juiz requisitará ao chefe da repartição ou ao comando do corpo em que servir;
d) a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública; ou
e) a testemunha for uma daquelas previstas no art. 454 do CPC.
Caso qualquer das partes apenas venha juntar documentos (prova documental), dê-se vistas à parte contrária para se manifestar em 5 dias. Em seguida, intimem-se as partes para apresentarem alegações finais no prazo comum de 15 dias. Após, retornem os autos conclusos.
Caso não haja o pagamento e não sejam apresentados embargos monitórios, a prova escrita que acompanha a inicial será constituída de pleno direito em título executivo judicial, nos termos do art. 701, § 2º, do CPC. Sendo essa a hipótese, venham os autos conclusos para sentença.
Intimem-se. Pratique-se e expeça-se o necessário. Requisite-se ou depreque-se, conforme o caso.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CRIMINAL
Processo n.: 7001784-18.2021.8.22.0017
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumário
Assunto: Ameaça
Valor da causa: R$ 1.000,00 ()
Parte autora: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Parte requerida: ALEXSSANDRO NAGATA DA SILVA, AVENIDA CUIABÁ 4085 LIBERDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA ofereceu denúncia em face de ALEXSSANDRO NAGATA DA SILVA, qualificado nos autos, dando-o como incurso nas sanções do art. 147, caput, c.c art. 61, inciso II, alínea "f", do Código Penal, com as cominações da Lei nº 11.340/2006. Consta a exordial acusatória:

No dia 02 de abril de 2020, não sabendo precisar o horário, situado na Avenida Nilo Peçanha, nº 3870, Bairro Liberdade, Município e Comarca de Alta Floresta D'Oeste/RO, o denunciado ALEXSANDRO NAGATA DA SILVA, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, prevalendo-se da relação doméstica e familiar, ameaçou a vítima ADRIANI NAGATA DO PRADO, sua irmã, por palavras, de causar-lhe mal injusto e grave, consistente em matá-la. Consta dos autos que a vítima se dirigiu até a casa de ROSANGELA, sua irmã, ao chegar no local foi xingada por ALEXSANDRO, ainda a ameaçou dizendo "que essa família é uma desgraça e que ele tem vontade de meter a faca em todo mundo, bando de capeta, bando de desgraça, etc...", insta salientar que os xingamentos e ameaças sofridas foram perpetradas enquanto a vítima tinha em vigor medida protetiva contra o denunciado. A vítima manifestou o desejo de representar criminalmente o infrator pelas ameaças sofridas e solicitou a fixação de medidas protetivas de urgência (fl. 07). As infrações acima relatadas foram perpetradas no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, no âmbito familiar, unidos por laços naturais (artigos 5º, inciso I e artigo 7º, inciso II, ambos da Lei Maria da Penha), pois o denunciado é irmão da vítima ADRIANI NAGATA DO PRADO.

A denúncia [id 61366259], acompanhada do Inquérito Policial nº0039/2020 [id 61366455], foi recebida em 25/10/2021 [id 63775266].

Citado [id 65719825], o réu apresentou resposta à acusação por intermédio da Defensoria Pública, sem arguir preliminares [id 66784666].

Mantido o recebimento da denúncia [id 68988538], o feito seguiu para a instrução.

Em audiência de instrução e julgamento realizada em 30/08/2022, foram realizadas as oitivas de Adriani Nagata do Prado, Rosangela Nagata Dias Panaro e Wellinton Luiz Fuzari. O Ministério Público dispensou a oitiva da informante Evelyn Nagata Gondrige. Após, foi realizado o interrogatório do réu [id 81188384].

Encerrada a instrução, as partes apresentaram alegações por memoriais. O Ministério Público requereu a procedência da denúncia, com a consequente condenação do réu e a fixação de valor mínimo indenizatório [id 82312776]. Por sua vez, a Defesa requereu a absolvição por insuficiência de provas (art. 386, VII, do CPP). Ainda, a Defesa requereu que, em caso de condenação, não seja fixado valor mínimo indenizatório [id 83260769].

Vieram os autos conclusos par julgamento.

É o relatório. Decido.

FUNDAMENTAÇÃO

Da Materialidade

A materialidade da conduta descrita na denúncia é comprovada pela Portaria de Instauração do Inquérito policial [id 61366455, p. 07], Ocorrência Policial [id 61366455, p. 09-11], e pelas demais provas coligidas aos autos.

Da Autoria

Em juízo o réu negou a prática delitiva.

ALEXSSANDRO disse que discutiu com a vítima, com ofensas recíprocas, mas não houve ameaça. O réu afirmou não se recordar de ter ameaçado a vítima e disse que a alegação de ameaça pode ter ocorrido em virtude da medida protetiva deferida em favor de Adriani ter expirado e ela não ter conseguido renová-la.

Em juízo, a vítima Adriani Nagata do Prado disse que ALEXSSANDRO ameaçava e agredia a mãe de ambos para conseguir dinheiro para roupas e calçados, por não ter coragem de trabalhar. A vítima disse que interferia pra proteger sua mãe e seu pai e por isso o réu apresentava comportamentos como o narrado na denúncia.

Adriani disse que no dia dos fatos ela estava em casa e o réu começou a judiar da mãe e por isso ela interveio. A vítima disse que, na casa de sua mãe, ALEXSSANDRO desferiu um soco nela, mas ela não relatou isso na ocorrência.

Adriani disse que o réu arrastou a mãe para a casa de sua irmã Rosângela, local onde o réu ficou alterado, nervoso e começou a falar as ameaças e os xingamentos que sempre fazia. Adriani confirmou que as ameaças narradas na denúncia ocorreram. Adriani disse que, como houve ameaça de morte, a situação ficou um pouco mais pesada.

A vítima relatou que a distância entre a casa da mãe e da Rosângela era de aproximadamente uma quadra. A vítima disse que quando chegou na casa de Rosângela o réu disse que a família era uma desgraça e que meteria a faca em todos.

Adriani alegou que não registrou a agressão, mas relatou as ameaças de morte. Adriani afirmou que tinha uma medida protetiva à época, que era o único meio de proteger a mãe. A vítima disse que a medida protetiva foi pedida para que o réu saísse da casa da mãe, local em que ela também morava. Adriani disse não se recordar do prazo de vigência da medida protetiva, se era de 04 ou 06 meses, e se ela estava vigente na época do fato.

De acordo com a vítima, o réu afirmou que pegaria uma faca, mas não pegou. A vítima afirmou que o réu não estava embriagado quando proferiu as ameças e ressaltou que ele fica alterado em razão de nervosismo. A vítima relatou não saber claramente o que Alessandro queria no dia dos fatos, mas relatou que era comum ele chegar em casa nervoso por causa da ex-mulher dele e começar a agredir todos.

A vítima relatou que sua mãe faleceu e não mantém contato com o réu e que ele não voltou a perturbar ninguém. Adriani disse que após o réu se casar novamente e montar nova família, sossegou.

Por fim, a vítima disse que também ficou nervosa e que também chegou a ofender o réu. Adriani disse que xingou ALEXSANDRO, mas não falou de filho ou de mulher. Adriani disse que ficou nervosa em razão do téu ter tirado a mãe de dentro de casa.

A testemunha Rosângela Nagata Dias Panaro disse que ALEXSANDRO é uma pessoa muito nervosa e que já tentaram ajudar ele de diversas formas, mas ele sempre foi muito agressivo. Rosângela disse que tudo era por causa da mãe.

Rosângela confirmou que as ameaças narradas na denúncia ocorreram e acrescentou que ALEXSANDRO agrediu Adriani com um soco ou tapa.

Rosângela disse que em momento anterior entrou em vias de fato com ALEXSSANDRO por causa de um dinheiro que ela tinha e ele queria, aparamente por ele dever pensão alimentícia. Rosângela disse que por causa desse fato pediu medida protetiva. A informante disse que mesmo com a medida protetiva vigente, por pedido de sua mãe, aceitou que ALEXSSANDRO ficasse um dia em sua casa.

Rosângela disse que no dia dos fatos tanto a vítima quanto o réu estavam nervosas. A informante afirmou que o réu disse que eram família da desgraça e que tinha matar essa família da desgraça.

Rosângela relatou que após o falecimento de sua mãe não houve desentendimento com ALEXSSANDRO. A informante disse que o réu casou e mora em outra residência.

A testemunha Welliton Luiz Fuzari, agente de polícia civil, disse a vítima foi ate a delegacia para registrar o fato e narrou apenas a suposta injúria e suposta ameaça.

Welliton disse que já havia atendido outras ocorrências de desentendimento da família de ALEXSSANDRO. A testemunha disse que em ocorrência anterior ocorreu uma briga generalizada.

Welliton afirmou que no momento da lavratura da ocorrência perguntou se a vítima sabia que ALEXSSANDRO estava residindo na casa de Rosângela e ela respondeu que sabia e mesmo assim foi até o local.
A Defesa aduz que a vítima foi até a casa de sua irmão Rosângela, mesmo sabendo que o réu lá residia devido às medidas protetivas, já vencidas no dia dos fatos, e por essa razão não se evidencia o temor necessário à configuração da tipicidade penal.
Não obstante a alegação defensiva, observo que quando a vítima foi até a casa de Rosângela não havia temor, pois as ameaças ainda não haviam sido proferidas. Após as ameaças terem sido proferidas, o temor da vítima restou devidamente comprovado. Adriani registrou ocorrência policial, representou o réu e ainda solicitou medidas protetivas de urgência [id 61366455, p. 4].
Portanto, devidamente comprovado o temor da vítima, a condenação é medida que se impõe. Nesse sentido:
Apelação. Violência doméstica. Crimes de descumprimento de medida protetiva e ameaça. Dolo comprovado. Dano qualificado. Desclassificação para dano simples. Lesão corporal âmbito doméstico. Desclassificação para modalidade culposa. Descabimento. Princípio da consunção. Absorção da ameaça pela lesão corporal. Inviabilidade. Recurso não provido. 1. Se o agente tinha conhecimento da medida restritiva de distanciamento e, ainda assim, aproxima-se deliberadamente da vítima, deve responder pelo tipo penal de descumprimento de medidas protetivas. 2. Deve ser mantida a condenação pelo crime de ameaça, em contexto familiar, quando o conjunto probatório demonstra a capacidade da ameaça atemorizar a tranquilidade da vítima, levando-a a representar contra o apelante e a requerer medidas protetivas. 3. Demonstrado que o acusado danificou os móveis da residência da vítima no intuito de coagi-la a manter o relacionamento, sendo induvidoso que o comportamento ameaçador incutiu medo na ofendida, é inviável a desclassificação do dano qualificado para a modalidade simples. 4. Se o conjunto probatório demonstra o dolo na conduta do acusado, e as circunstâncias do delito reforçam que o apelante estava imbuído de animus laedendi ao lesionar a vítima com uma faca, deve ser afastado o pleito desclassificatório para lesão corporal culposa. 5. Inaplicável o princípio da consunção ou absorção entre o delito de ameaça e lesão corporal, ainda que cometidos no mesmo contexto fático, pois o primeiro não configura meio para a execução do segundo. 6. Recurso não provido. (APELAÇÃO CRIMINAL 0000269-22.2020.822.0011, Rel. Des. José Jorge R. da Luz, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Criminal, julgado em 29/04/2023.) (negritei)
DISPOSITIVO
Ante e o exposto e considerando tudo o que mais dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida na inicial acusatória e, em consequência CONDENO o réu ALEXSANDRO NAGATA DA SILVA qualificado nos autos, como incurso nas penas do art. 147, caput, do Código Penal, com as cominações da Lei nº 11.340/2006.
DOSIMETRIA
Passo a dosar a pena, seguindo as diretrizes dos artigos 59 e 68 do Código Penal e atento aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da individualização da pena, observando, ainda, o que é necessário e suficiente para melhor reprovação e prevenção do crime.
Primeira fase
A culpabilidade está evidenciada mas não influi como aspecto a elevar a pena-base no caso. O sentenciado não registra antecedente criminal negativo. A conduta social, na falta de melhores informações nos autos quanto ao seu comportamento no seio social, considera-se neutra. A personalidade do réu não foi avaliada e não existem melhores informações sobre ela. O motivo do crime se mostra normal à espécie As circunstâncias não se sobrelevam ao ponto de constitui como aspectos positivo ou negativo, considerando-se neutras. As consequências do crime são normais à espécie, considerando-se neutras. O comportamento das vítimas em nada contribuiu para o crime, não havendo o que se valorar neste sentido.
Assim, ante a ausência de circunstância judicial negativa, fixo a pena-base no mínimo legal, ou seja, 01 (um) mês de detenção.
Segunda fase
Não existem circunstâncias atenuantes.
Presente a agravante da reincidência (art. 61, I, do Código Penal), uma vez que o sentenciado foi condenado nos autos 0000638-37.2016.8.22.0017, pela pratica do crime previsto no art. 147, caput, com as cominações da Lei nº 11.340/2006, sendo declarada a extinção da punibilidade nos autos da execução penal nº 0000337-22.2018.8.22.0017 em 30/07/2018 e o fato narrado na denúncia ocorreu em 02/04/2020, não tendo decorrido, portanto, o período depurador (art. 64, I, do CP).
Presente a agravante prevista no art. 61, inciso II, alínea “f”, do Código Penal, já que a infração foi praticada em contexto de violência doméstica e familiar contra mulher.
Assim, utilizando o patamar de 1/6 sobre o intervalo da pena em abstrato, por ser maior que a pena-base fixada, conforme entendimento do STJ (AgRg no HC n. 739.080/RS, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 14/6/2022, DJe de 20/6/2022), reconhecendo duas agravantes, agravo a pena, dosando-a doravante em 02 (dois) meses e 10 (dez) dias de detenção.
Terceira fase
Não são constatadas causas especiais de aumento ou diminuição de pena, de modo que fica o réu condenado a pena definitiva de 02 (dois) meses e 10 (dez) dias de detenção.
DO REGIME DE PENA
Fixo o regime semiaberto para o início do cumprimento da sanção pelo réu, com fundamento no art. 33, §2º, alínea “b” e § 3º, do Código Penal.
SUBSTITUIÇÃO DE PENA E SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA
Incabível a substituição ou a suspensão da pena uma vez que o sentenciado não preenche os requisitos legais por ser reincidente em crime doloso (art. 44, II e art. 77, I, ambos do CP) e o crime ser cometido com grave ameaça (art. 44, I, do CP)
INDENIZAÇÃO EM FAVOR DA VÍTIMA
Considerando as lesões jurídicas sofridas pela vítima, bem como ao pedido expresso feito pelo Ministério Público na exordial acusatória [id 61366259, p. 2], nos termos do art. 387, inciso IV, do CPP, fixo o valor de meio salário-mínimo vigente a título de reparação pelos danos morais causados à vítima Marinalva Ferreira de Souza Silva em decorrência da infração.
Por certo, a prova do dano moral não tem como ser feita da mesma maneira que aquela destinada a comprovar o dano material, afinal está ínsito na ilicitude do ato praticado, ainda mais em âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher, tratando-se, portanto, de dano moral in re ipsa, o qual dispensa prova para a sua configuração.
DEMAIS DISPOSIÇÕES
Por não verificar a presença dos requisitos que ensejam a imposição de medidas cautelares diversas de prisão, posto ser a prisão preventiva incompatível com outro regime inicial que não o fechado (Supremo Tribunal Federal STF - HABEAS CORPUS: HC 196062 SP 0111754-57.2020.1.00.0000), CONCEDO ao réu o direito de recorrer em liberdade.

Após o trânsito em julgado o nome do réu deverá ser lançados no rol dos culpados e expedida a documentação necessária, para fins de execução.
Isento do pagamento das custas devido a condição do sentenciado de juridicamente necessitado, evidenciada pelo patrocínio da defesa pela Defensoria Pública.
Comunique-se (INI/DF, II/RO, TRE/RO etc.).
Nos termos do art. 201, § 2º, do CPP, intime-se a vítima.
Sentença registrada e publicada automaticamente pelo sistema de informática. Expeça-se o que for necessário.
Expeça-se o que for necessário.
Cumpra-se.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CRIMINAL
Processo n.: 7001528-75.2021.8.22.0017
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto: Contra a Mulher
Valor da causa: R$ 100,00 ()
Parte autora: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Parte requerida: JOAO MARCOS QUEIROZ, RUA DR PAULO SÉRGIO URSULINO 5277, CASA REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, pelo Promotor de Justiça que atua nesta Comarca, ofereceu denúncia contra JOÃO MARCOS QUEIROZ, qualificado nos autos, como incurso nas sanções do art. 147, caput, cumulado com o art. 61, inciso II, alínea "f" do Código Penal, com as cominações da Lei nº 11.340/06 (1º FATO), art. 148, § 1º, inciso I, cumulado com o art. 61, inciso II, alínea "f", do Código Penal, com as cominações da Lei nº 11.340/06 (2º FATO), art. 129, § 9º, c.c art. 61, inciso II, alínea "f", do Código Penal, com as cominações da Lei nº 11.340/06 (3º FATO) na forma do artigo 69 do Código Penal, afirmando que o réu teria praticado os seguintes fatos delituosos:
1º FATO. No dia 14 de outubro de 2018, por volta das 19:00 horas, na Avenida Brasil, Bairro Centro, em frente ao Laboratório Bio Análise, Município e Comarca de Alta Floresta D'Oeste/RO, o denunciado JOÃO MARCOS QUEIROZ, com consciência e vontade, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, prevalecendo-se da relação doméstica e familiar, ameaçou a vítima POLIANA BRUGNOLI CHAVES, sua ex-companheira, por palavras e gestos, de causar-lhe mal injusto e grave, consistente em matá-la. Consta que o denunciado e a vítima são casados e estão em processo de separação, sendo que o acusado não aceita o término do relacionamento, vale ressaltar que o casal já havia rompido anteriormente, em decorrência dos crimes de lesão corporal e ameaça, praticados pelo denunciado no mês de março de 2018 (IPL 041/2018 e processo nº 0000163-30.2018.8.22.0017), vindo a reatar e romper novamente, pelo período de aproximadamente um mês, quando os fatos aqui narrados ocorreram, ocasião em que o denunciado, levantou a camisa e mostrou uma arma de fogo que estava em sua cintura (fl. 05). Por ocasião deste fato, o denunciado ameaçou a vítima dizendo, segundo ela, "que se não fosse com ele para casa, ela sabia o que ele iria fazer com ela".
2º FATO. Nas mesmas circunstâncias de tempo, modo e lugar do primeiro fato, o denunciado JOÃO MARCOS QUEIROZ, com consciência e vontade, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, valendo-se da relação doméstica e familiar, privou, mediante sequestro, a liberdade da vítima POLIANA BRUGNOLI CHAVES, sua ex-companheira. Apurou-se que, por ocasião do primeiro fato, o denunciado privou a vítima de sua liberdade, ao conduzi-la coercitivamente e prendê-la dentro de casa (fl. 05), aduz a vítima que já no local, JOÃO, sacou a arma de fogo e a colocou em sua cabeça, dizendo "que se ela não reatasse o relacionamento ele a mataria e após, iria se matar", segundo ela, ela a manteve em cativeiro por toda a noite a base de ameaças contra a sua vida. Por volta das 07:00 horas, o denunciado dormiu, nesta oportunidade, POLIANA fugiu do local, indo para a casa de uma amiga para buscar abrigo.
3º FATO. Nas mesmas circunstâncias de tempo, modo e lugar do primeiro fato, o denunciado JOÃO MARCOS QUEIROZ, com consciência e vontade, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, valendo-se da relação doméstica e familiar, ofendeu a integridade física da vítima POLIANA BRUGNOLI CHAVES, sua ex-companheira, causando- lhe hematoma em seu queixo e cortes na boca, conforme Laudo de Exame de Lesão Corporal de fls. 07/09. Segundo a vítima, a agressão se deu enquanto o denunciado à levava até a residência do mesmo, POLIANA se encontrava na garupa da bicicleta, enquanto era sequestrada, JOÃO lhe deu um golpe com o telefone celular em sua boca, golpe este que resultou nas lesões acima descritas.
A denúncia veio acompanhada de inquérito policial n. 250/2018.
A denúncia foi recebida em 20 de Julho de 2021 (ID 60250329) e o réu foi pessoalmente citado (ID 61114385), tendo apresentado resposta à acusação por intermédio da Defensoria Pública, reservando o mérito da causa a ser discutido em sede de eventuais alegações finais (ID 62428778).
O recebimento da denúncia foi mantido e foi designada data para audiência de instrução (ID 62775704).
O feito caminhou para a instrução com a oitiva da vítima e da testemunha. O Ministério Público apresentou pedido de diligências (ID 79840232).
Foi designada audiência de continuação (ID 82009753).
Foi realizado o interrogatório do réu e declarada encerrada a instrução processual (ID 86371430).

Em alegações finais, o Ministério Público postulou pela procedência da denúncia (ID 87518964).
A defesa, de seu turno, requereu a absolvição do réu (ID 88105834).
É o relatório. Decido.
1º FATO – AMEAÇA – art. 147, caput, cumulado com o art. 61, inciso II, alínea "f" do Código Penal, com as cominações da Lei nº 11.340/06
MATERIALIDADE
A materialidade dos delitos restou comprovada pelo Portaria de Instauração de Inquérito Policial (ID 60015200, fl. 01), Termo de Declaração (ID 60015200, fl. 07), Laudo de Exame de Lesão Corporal (ID 60016051, fls. 04/08) e provas testemunhais acostadas aos autos.
AUTORIA
A autoria dos fatos é certa e recai sobre o acusado.
A vítima POLIANA BRUGNOLI CHAVES, relatou que no dia dos fatos não estava mais em relacionamento com o denunciado. Estava em frente a uma sorveteria com uma colega, momento em que o denunciado a chamou do outro lado da rua em frente ao Laboratório Bio Análise, ocasião em que foi até o denunciado, tendo ele lhe proferido ameaça de morte ao dizer que se não fosse com ele, sabia o que ia acontecer. Relatou que o denunciado estava com uma arma de fogo na cintura e que se sentiu ameaçada pela fala proferida pelo denunciado.
Ouvida em Juízo, a testemunha MAKSUEL CARLETO, Policial Militar, relatou que não se recorda dos fatos narrados na denúncia, visto que cumpriu apenas do mandado de busca e apreensão da arma de fogo na casa do denunciado, a qual não foi encontrada.
O réu JOÃO MARCOS QUEIROZ negou a prática do crime. Salientou que não ameaçou a vítima e que nunca possuiu arma de fogo. Disse que os policiais foram em sua residência, mas não encontraram nenhuma arma de fogo.
As declarações da vítima, tanto na fase inquisitória quanto em Juízo, são claras e consistentes ao afirmar que sofreu as ameaças descritas nos autos.
Em crimes praticados sob o âmbito de violência doméstica, a palavra da vítima tem especial relevância a fundamentar a condenação, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça:
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. CRIMES PRATICADOS COM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR. RELEVÂNCIA DA PALAVRA DA VÍTIMA. CONDENAÇÃO MANTIDA. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Para alterar o entendimento da Corte Estadual e atender ao pleito de absolvição por insuficiência de provas seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos. A palavra da vítima tem especial relevância para fundamentar a condenação, mormente porque se trata de violência doméstica ou familiar, não havendo que se falar em insuficiência probatória. Precedentes. 2. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 1352082 DF 2018/0218490-0, Relator: Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Data de Julgamento: 26/03/2019, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 05/04/2019) (negritei).
Assim, ao contrário do que pretende a defesa, restando comprovadas cabalmente a materialidade e a autoria, a condenação do réu é medida imperativa.
Além disso, apesar da alegação da defesa de que a ameaça foi incapaz de causar real temor na vítima, conforme depoimento prestado pela ofendida, ela se sentiu ameaçada pelo réu.
A conduta do réu foi censurável e por esse motivo deve haver a incidência das sanções correspectivas, que por sinal são proporcionais ao delito praticado.
Nenhuma excludente de ilicitude há a militar em favor do acusado, o que torna os fatos antijurídicos.
Presentes estão também, os elementos da culpabilidade, a saber, a imputabilidade, o potencial conhecimento da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa, pelo que é o acusado culpável, impondo-se, via consequencial, a aplicação das sanções correspectivas.
2º FATO – SEQUESTRO E CÁRCERE PRIVADO – art. 148, §1º, inciso I, cumulado com o art. 61, inciso II, alínea "f", do Código Penal, com as cominações da Lei nº 11.340/06
MATERIALIDADE
A materialidade dos delitos restou comprovada pelo Portaria de Instauração de Inquérito Policial (ID 60015200, fl. 01), Termo de Declaração (ID 60015200, fl. 07), Laudo de Exame de Lesão Corporal (ID 60016051, fls. 04/08) e provas testemunhais acostadas aos autos.
AUTORIA
A autoria dos fatos é certa e recai sobre o acusado.
A vítima POLIANA BRUGNOLI CHAVES esclareceu que no dia dos fatos o denunciado a ameaçou e a obrigou que fosse com ele até residência dele. Relatou que quando chegaram na residência do denunciado, ele trancou as duas portas com cadeado e, em seguida, pegou a arma de fogo e o celular da vítima e foi ver as mensagens, ocasião em que quebrou o chip do aparelho. Ato contínuo, o acusado passou a agredir a vítima e, em dado momento o denunciado mostrou que a arma estava carregada, pediu-lhe para ajoelhar-se e disse que ira descarregar a arma em sua cabeça e que se ela não fosse dele, não seria de mais ninguém. Asseverou que, após o denunciado ter colocado a arma de fogo em sua cabeça, ele se ajoelhou e colocou um travesseiro na região de seu do tórax, disse que iria matá-la e depois se mataria, ocasião que o acusado começou a chorar e lhe pedir perdão. Salientou que era tarde da noite quando foram para o quarto, sendo que o denunciado estava com a arma de fogo. Disse que em dado momento na madrugada, o denunciado colocou um travesseiro em meu rosto tentando sufocá-la. Disse que, por volta das 7h00, do dia seguinte, o réu dormiu e a mão dele saiu um pouco da arma, momento em que se levantou e conseguiu pegar a chave da residência que estava. em cima de uma mesa, abriu a porta da frente e conseguiu sair do local e buscar abrigo na casa de uma amiga.
Ouvida em Juízo, a testemunha MAKSUEL CARLETO, Policial Militar, relatou que não se recorda dos fatos narrados na denúncia, visto que cumpriu apenas do mandado de busca e apreensão da arma de fogo na casa do denunciado, a qual não foi encontrada.
Interrogado em Juízo, o denunciado JOÃO MARCOS QUEIROZ negou a prática do crime. Relatou que no dia dos fatos estava andando de bicicleta, a vítima estava no Laboratório Bio Análise, ocasião em que a própria vítima lhe pediu para que parasse indo juntos até sua residência, onde passaram a noite e no dia seguinte foi trabalhar.
Apesar da negativa do réu, vislumbra-se que o conjunto probatório é harmônico em demonstrar a prática do sequestro e cárcere privado perpetrado pelo denunciado contra a vítima, pois restou suficientemente evidenciado nos autos.
Mais uma vez, salienta-se que os crimes praticados sob o âmbito de violência doméstica, a palavra da vítima tem especial relevância a fundamentar a condenação, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça.
Isso porque os crimes praticados sob o âmbito da violência doméstica quase sempre ocorrem na clandestinidade, devendo-se ressaltar a credibilidade que se revestem as palavras da vítima, mormente quando em consonância com os demais elementos de prova coligidos nos autos.

A conduta do réu foi censurável e por esse motivo deve haver a incidência das sanções correspectivas, que por sinal são proporcionais ao delito praticado.
Nenhuma excludente de ilicitude há a militar em favor do acusado, o que torna os fatos antijurídicos.
Presentes estão também, os elementos da culpabilidade, a saber, a imputabilidade, o potencial conhecimento da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa, pelo que é o acusado culpável, impondo-se, via consequencial, a aplicação das sanções correspectivas.
3º FATO – LESÃO CORPORAL - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – art. 129, § 9º, cumulado com o art. 61, inciso II, alínea "f", do Código Penal, com as cominações da Lei nº 11.340/06
MATERIALIDADE
A materialidade dos delitos restou comprovada pelo Portaria de Instauração de Inquérito Policial (ID 60015200, fl. 01), Termo de Declaração (ID 60015200, fl. 07), Laudo de Exame de Lesão Corporal (ID 60016051, fls. 04/08) e provas testemunhais acostadas aos autos.
AUTORIA
A autoria dos fatos é certa e recai sobre o acusado.
Interrogado em Juízo, o denunciado JOÃO MARCOS QUEIROZ negou a prática do crime. Sustentou que não praticou nenhuma agressão contra a vítima.
Em sede judicial, a vítima POLIANA BRUGNOLI CHAVES afirmou que durante o trajeto até a casa do denunciado foi agredida fisicamente, tendo o denunciado pegado o seu aparelho celular e lhe dado um golpe com o objeto na região da boca. Asseverou que sofreu outras agressões na residência do denunciado.
O Laudo de Exame de Lesão Corporal concluiu que a vítima apresentava lesão corte contuso em lábio superior e corte em maxilar inferior (ID 60016051, p. 04-08).
Assim, vislumbra-se que o conjunto probatório é harmônico em demonstrar a prática das agressões físicas perpetradas pelo denunciado contra a vítima, pois restou suficientemente evidenciado nos autos.
Desnecessárias maiores delongas e transcrições jurisprudenciais para dizer que a palavra da vítima deve ser considerada como prova hábil à condenação do réu.
A conduta do réu foi censurável e por esse motivo deve haver a incidência das sanções correspectivas, que por sinal são proporcionais ao delito praticado.
Nenhuma excludente de ilicitude há a militar em favor do acusado, o que torna os fatos antijurídicos.
Presentes estão também, os elementos da culpabilidade, a saber, a imputabilidade, o potencial conhecimento da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa, pelo que é o acusado culpável, impondo-se, via consequencial, a aplicação das sanções correspectivas.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, e considerando tudo o que mais dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida na inicial e, em consequência, CONDENO JOÃO MARCOS QUEIROZ, qualificado nos autos, como incurso nas sanções do art. 147, caput, cumulado com o art. 61, inciso II, alínea "f" do Código Penal, com as cominações da Lei nº 11.340/06 (1º FATO), art. 148, § 1º, inciso I, cumulado com o art. 61, inciso II, alínea "f", do Código Penal, com as cominações da Lei nº 11.340/06 (2º FATO), art. 129, § 9º, c.c art. 61, inciso II, alínea "f", do Código Penal, com as cominações da Lei nº 11.340/06 (3º FATO) na forma do artigo 69 do Código Penal.
DOSIMETRIA DA PENA
Passo a dosar as penas, seguindo as diretrizes dos artigos 59 e 68 do Código Penal e atento aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da individualização da pena, observando, ainda, o que é necessário e suficiente para melhor reprovação e prevenção do crime.
Primeira fase
A culpabilidade está evidenciada mas não influi como aspecto majorante neste caso. O sentenciado não registra antecedente criminal, ou seja, condenação com trânsito em julgado anterior aos fatos narrados na denúncia. A conduta social, na falta de melhores informações nos autos quanto ao seu comportamento no seio social, considera-se neutra. A personalidade do réu não foi avaliada e não existem melhores informações sobre ela. Os motivos dos crimes não são relevantes ao ponto de majorar a pena. As circunstâncias do crime encontram-se relatadas nos autos, nada tendo a se valorar. Não há notícias de que os delitos tenham provocado consequências extrapenais a serem consideradas. Por fim, não há informação de que o comportamento da vítima tenha contribuído de alguma forma para a consumação dos delitos.
Assim, nenhuma circunstância se mostra desfavorável ao réu, motivo pelo qual fixo a pena no mínimo legal, isto é:
a) 1 (um) mês de detenção para o crime previsto no art. 147, caput, do Código Penal;
b) 2 (dois) anos de reclusão para o crime previsto no art. 148, §1º, I, do Código Penal;
c) 3 (três) meses de detenção para o crime previsto no art. 129, §9º, do Código Penal.
Segunda fase
Não há circunstância atenuante. Presente, no entanto, a agravante descrita na alínea f do inciso II do art. 61 do Código Penal, já que o delito foi praticado no contexto de violência doméstica contra vítima mulher, destacando-se que nos termos da reiterada jurisprudência não se trata de dupla punição pelo mesmo motivo. Veja-se:
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. VIAS DE FATO. CONTRAVENÇÃO PENAL. ART. 21 DO DECRETO-LEI 3.688/41 (LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS - LCP). APLICAÇÃO CONJUNTA DO ART. 61, II, f, DO CÓDIGO PENAL - CP E DO RITO DA LEI 11.340/06 (LEI MARIA DA PENHA). BIS IN IDEM NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A aplicação da agravante prevista no art. 61, II, f, do CP, de modo conjunto com outras disposições da Lei n. 11.340/06 não acarreta bis in idem, pois a Lei Maria da Penha visou recrudescer o tratamento dado para a violência doméstica e familiar contra a mulher. 2. Agravo regimental desprovido.(AgRg no AREsp 1079004/SE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 28/06/2017)
Assim, seguindo-se o critério sugerido pela doutrina e jurisprudência, agravo a pena do réu dosando-a doravante em:
a) 1 (um) mês e 5 (cinco) dias de detenção para o crime previsto no art. 147, caput, do Código Penal;
b) 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão para o crime previsto no art. 148, §1º, I, do Código Penal;
c) 3 (três) meses e 15 (quinze) dias de detenção para o crime previsto no art. 129, §9º, do Código Penal.
Terceira fase
Inexiste causa de diminuição ou de aumento, de modo que fica o réu condenado à pena de 1 (um) mês e 5 (cinco) dias de detenção para o crime previsto no art. 147, caput, do Código Penal; 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão para o crime previsto no art. 148, §1º, I, do Código Penal; 3 (três) meses e 15 (quinze) dias de detenção para o crime previsto no art. 129, §9º, do Código Penal.

CONCURSO DE CRIMES – MATERIAL
Dispõe o art. 69 do Código Penal: “Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela”.
Assim, somente as penas de detenção devem ser somadas e a pena de reclusão deverá ser executada primeiro (art. 69 e 76 do CP e art. 681, CPP).
Fixa-se a pena definitiva em 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão; e 4 (quatro) meses e 20 (vinte) dias de detenção, devendo primeiro ser executada àquela e após esta (art. 681 do CPP).
DO REGIME DE PENA
Fixo o regime ABERTO para o início do cumprimento da sanção pelo réu, com fundamento no artigo 33, §2º, alínea “c”, do Código Penal.
SUBSTITUIÇÃO DE PENA
Deixo de substituir a privação da liberdade por penas restritivas de direitos porque condenado não preenche os requisitos legais (CP, artigo 44, I), já que o delito foi praticado mediante violência.
SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA
Pelos mesmos motivos não pode ser concedida a suspensão condicional da pena, ex vi do artigo 77, do Código Penal.
INDENIZAÇÃO EM FAVOR DA VÍTIMA
Considerando a lesão sofrida pela vítima, nos termos do artigo 387, inciso IV, do CPP, fixo o valor de meio salário-mínimo para a vítima a título de reparação pelos danos morais causados em decorrência da infração.
Por certo, a prova do dano moral não tem como ser feita da mesma maneira que aquela destinada a comprovar o dano material, afinal está ínsito na ilicitude do ato praticado, ainda mais em âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher, tratando-se, portanto, de dano moral in re ipsa, o qual dispensa prova para a sua configuração.
DEMAIS DISPOSIÇÕES
Faculto ao condenado o apelo em liberdade porque nesta condição vem sendo processado e não verifico o surgimento de algum fundamento para a decretação da prisão preventiva.
Após o trânsito em julgado o nome do réu deverá ser lançado no rol dos culpados e expedida a documentação necessária, para fins de execução.
Isento de custas finais.
Anote-se e comunique-se (INI/DF, II/RO, TRE/RO etc.).
Publicada em audiência. Intimados os presentes.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D’Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D’Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001258-51.2021.8.22.0017
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Alienação Fiduciária
Valor da causa: R$ 12.731,34 ()
Parte autora: BANCO BRADESCO S.A., BANCO BRADESCO S.A. S/N, RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EDSON ROSAS JUNIOR, OAB nº AM1910, BRADESCO
Parte requerida: LEANDRO DA SILVA ANDRADE, AVENIDA JOSÉ DE ASSIS 3805 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de Embargos à Execução em que a parte executada, após reiteradas tentativas de citação, foi citada por edital (ID 88888204) e, em razão de não ter comparecido aos autos, foi nomeada a Defensoria Pública para atuar como curadora especial, a qual, por sua vez, apresentou embargos à execução por negativa geral (ID 91857888).
A parte exequente manifestou-se ao ID 92130867, pela improcedência dos embargos à execução, determinando-se o prosseguimento do feito e condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios sucumbenciais.
Vieram conclusos. Decido.
Os Embargos à Execução consistem em ação autônoma e meio típico de defesa do executado na execução fundada em título extrajudicial, sendo inconcebível, portanto, admitir-se a fungibilidade de manifestação juntada aos autos da execução para ser recebida como embargos à execução.
Isto porque, o Código de Processo Civil estipula sistemática própria para a tutela executiva. A execução designa o conjunto de atos de invasão patrimonial desencadeado pelo magistrado contra aquele que não adimple obrigação estampada em título executivo extrajudicial ou judicial. Ou seja, é meio pelo qual se busca a consecução do bem da vida objetivado pelo credor.
Diferentemente do que ocorre no processo de conhecimento (com a contestação), o §1º do artigo 914, do CPC estabelece que os embargos à execução devem ser “autuados em apartado”, a fim de que a defesa da parte executada se processe em autos próprios, e não nos da execução, in verbis:
Art. 914. O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá se opor à execução por meio de embargos.
§1º Os embargos à execução serão distribuídos por dependência, autuados em apartado e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, que poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

Outra distinção reside no fato de que os Embargos à Execução, caso sejam acatados pelo magistrado da causa, podem ter efeito suspensivo, o que impede que o processo satisfativo continue tramitando.
Em suma, inúmeras são as razões que levaram o legislador a criar peculiar procedimento no que se refere à tutela da execução, sendo imprescindível a estrita observância de seus ritos.
No caso em tela não resta dúvida de que se trata de erro grosseiro, motivo pelo qual incabível a aplicação do princípio da fungibilidade.
Nesse sentido, colhe-se da jurisprudência, inclusive da Corte Cidadã, o Colendo Superior Tribunal de Justiça:
AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. INAPLICABILIDADE. INEXISTÊNCIA DE DÚVIDA OBJETIVA SOBRE O MEIO PROCESSUAL PERTINENTE. ART. 702 DO CPC/2015. PREVISÃO DE APRESENTAÇÃO DE EMBARGOS NOS PRÓPRIOS AUTOS. MANUTENÇÃO DO JULGADO QUE DETERMINOU O RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. 1. De acordo com a jurisprudência do STJ, o princípio da fungibilidade não pode ser aplicado quando houver expressa previsão legal de determinado meio processual, o que afasta a dúvida objetiva e impõe o reconhecimento de erro grosseiro pela utilização de outro meio. 2. Tendo o acórdão recorrido adotado entendimento contrário à jurisprudência deste Tribunal Superior (assentada na inaplicabilidade do princípio da fungibilidade ante a inexistência de dúvida objetiva sobre o meio processual pertinente, no caso havia previsão expressa de apresentação dos embargos nos próprios autos), foi justificada a reforma do julgado, com o restabelecimento da sentença que indeferiu a petição inicial e julgou extinto o processo sem resolução de mérito nos termos do art. 485, I, do CPC/2015, compreensão que permanece incólume. 3. Agravo interno improvido. (STJ - AgInt no REsp 1804717 / DF, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 30/09/2019, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: 03/10/2019)
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – Oferecimento de embargos à execução no bojo da ação de execução – Impossibilidade – Erro grosseiro – Decisão Mantida – Recurso não provido. (TJ-SP - AI: 22234814720188260000 SP 2223481-47.2018.8.26.0000, Relator: Maia da Rocha, Data de Julgamento: 08/02/2019, 21ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/02/2019)
AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS A EXECUÇÃO.EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. OFERECIMENTO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO NOS AUTOS DA PRÓPRIA EXECUÇÃO. ERRO GROSSEIRO. CONFIGURADO. REJEIÇÃO.MEDIDA QUE SE IMPÕE. PRECEDENTES STJ. TERMO INICIAL PARA OFERECIMENTO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. DATA DA REALIZAÇÃO DA LEITURA DO MANDADO. RESOLUÇÃO N.º 3/2009, DO ÓRGÃO ESPECIAL DESTA CORTE, ART. 17, §§ 3.º E 4.º. INFORMAÇÃO NO SISTEMA PROJUDI. EMBARGOS INTEMPESTIVOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJ-PR - AI: 14085164 PR 1408516-4 (Acórdão), Relator: Dartagnan Serpa Sa, Data de Julgamento: 15/03/2016, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1772 04/04/2016)
Desse modo, deixo de receber os embargos apresentados pela parte executada, porquanto interposto em dissonância com a legislação processual.
Condeno o embargante ao pagamento das custas processuais e honorários de sucumbência, estes fixados em 10% do valor atualizado da causa.
Intime-se a parte exequente para dar andamento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.
Cumpra-se.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7003118-87.2021.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Valor da causa: R$ 75.400,00 (setenta e cinco mil, quatrocentos reais)
Parte autora: GECY DA SILVA BATISTA, LINHA 42,5, KM 08 s/n ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALVARO MARCELO BUENO, OAB nº RO6843A
Parte requerida: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Tratam-se de embargos de declaração opostos por GECY DA SILVA BATISTA em face da Sentença ID 84585687, que extinguiu a execução.
Instado a se manifestar, a parte embargada não se opôs ao acolhimento dos embargos (ID 87244596).
Os embargos foram interpostos tempestivamente. Decido.
A finalidade dos embargos de declaração é sanar obscuridade, contradição ou omissão de que a decisão padeça. Ao acolhê-los, o julgador afastará os vícios, sanando-os.
No caso dos autos, o recurso guarda relação com os incisos do art. 1.022 do CPC/2015, já que equivocadamente este Juízo extinguiu a execução, uma vez que foi apresentado cumprimento de sentença ao ID 79050673 em relação aos honorários de sucumbência.
Dessa forma, CONHEÇO dos embargos de declaração e no mérito OS ACOLHO para determinar o prosseguimento da execução em relação aos honorários sucumbenciais.
Recebo o cumprimento de sentença apresentado ao ID 79050673.
1. Intime-se a parte executada para que, caso entenda, apresente impugnação nos próprios autos, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 535 do Novo Código de Processo Civil. Advirto que, caso discorde dos valores apresentados pelo exequente, deve a parte executada apresentar fundamentos sobre a discordância e informar o valor que entende devido.
2. Caso apresente impugnação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias.

3. Persistindo a discordância, remetam-se os autos ao contador judicial para parecer e, após, intimem-se as partes para que se manifestem, também em 05 (cinco) dias.
4. Com a concordância do exequente em relação aos cálculos apresentados pelo executado ou com a concordância do executado quanto aos cálculos apresentados pelo exequente ou, ainda, a aquiescência de ambas as partes em relação aos cálculos apresentados pelo contador, expeçam-se os requisitórios para pagamento.
5. Caso o valor ultrapasse o limite legal para recebimento por meio de RPV e a parte renuncie ao valor excedente para receber pelo meio mais célere (RPV), desde já homologo eventual renúncia para que seja possível a credora receber por meio de RPV.
6. Antes de encaminhar os requisitórios ao setor de pagamentos, dê ciência à requerida sobre os referidos expedientes para que, caso queira, se manifeste em 5 (cinco) dias.
7. Não havendo insurgência da requerida em relação aos requisitórios, certifique-se e encaminhe-se ao setor de pagamento.
8. Com a comprovação dos depósitos e não sendo verificadas irregularidades, retornem conclusos para eventual extinção e autorização de expedição de alvarás.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 18:12.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7002741-19.2021.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Cheque, Obrigação de Fazer / Não Fazer
Valor da causa: R$ 19.822,06 ()
Parte autora: MARCOS ANTONIO DA MATA, RUA RORAIMA 3777 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ELIVELTON DA MATA VIEIRA, OAB nº RO11400
Parte requerida: DIOFINE SILVA, RUA AFONSO PENA 6738 REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de ação monitória ajuizada por MARCOS ANTONIO DA MATA em face de DIOFINE SILVA, na qual afirma que é credora da demandada na importância de dezenove mil, oitocentos e vinte e dois reais e seis centavos, cheque de nº 000002 e nº 000003 , emitido pelo Banco Sicred, conta 97904-0 agência 5217, comarca de Alta Floresta do Oeste/RO.
Custas iniciais recolhidas em 2% sob o valor da causa (ID 64163354).
Recebida a ação monitória, foi determinada a expedição de mandado de citação e pagamento.
O requerido foi citado dos termos da ação, bem como intimado a promover o pagamento ou oferecer embargos no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de conversão em mandado executivo (ID 88993932). Contudo, deixou transcorrer o prazo sem manifestação.
Posto isso, considerando que o requerido, devidamente citado e intimado, não promoveu o pagamento do valor devido, nem ofereceu embargos, declaro CONSTITUÍDO DE PLENO DIREITO O TÍTULO JUDICIAL, convertendo o mandado inicial em mandado executivo, nos termos do §2º do art. 701, do Código de Processo Civil.
Por conseguinte, julgo EXTINTO o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.
Condeno a parte requerida ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes no importe de 10% sobre o valor atualizado da causa, consoante art. 85, § 2º, do CPC.
Advirto que a oposição de embargos meramente protelatórios ensejará a aplicação de multa, a teor do art. 1.026, § 2°, do CPC.
Em caso de interposição de apelação ou de recurso adesivo, intime-se o recorrido para contra-arrazoar no prazo de 15 (quinze) dias. Com a apresentação das contrarrazões ou o decurso do referido prazo, remetam-se os autos ao egrégio TJRO, independentemente de juízo de admissibilidade, conforme disciplina o art. 1.010, §§ 1º, 2º e 3º, do CPC.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Após o trânsito em julgado, nada sendo requerido, arquivem-se os autos.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001428-52.2023.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Data de Início de Benefício (DIB)
Valor da causa: R$ 15.840,00 (quinze mil, oitocentos e quarenta reais)
Parte autora: CRISTINA MIRANDA PEREIRA, LINHA 152, KM 22 sn ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CLAUDIA JULIANA KRONBAUER TABARES, OAB nº RO6440

Parte requerida: I. -. I. N. D. S. S., - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Trata-se de ação de concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez ajuizada por CRISTINA MIRANDA PEREIRA em face de INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL.
Em resumo, a parte autora afirma que é segurada da previdência social e que está incapacitada de exercer trabalho, aduzindo que requereu a concessão do benefício por incapacidade administrativamente, porém a autarquia previdenciária negou o pedido.
Com a inicial, juntou documentos que entende fundamentar sua pretensão.
Defiro os benefícios da justiça gratuita, uma vez que a parte autora juntou declaração de hipossuficiência e declarou não ter condições de arcar com as custas do processo sem prejuízo de seu sustento, bem como diante da inexistência de elementos que permitam afastar a presunção de hipossuficiência econômica alegada.
Deixo de designar audiência de conciliação porque, em se tratando de pedido de benefício previdenciário em que o requerido é autarquia federal e o objeto da causa tem natureza de direito indisponível em relação ao ente público, resta inviabilizada a autocomposição (Código de Processo Civil, artigo 334, § 4º, inciso II).
É o relatório. DECIDO.
DA TUTELA DE URGÊNCIA
A parte autora pediu a concessão de tutela antecipada de urgência para que a requerida seja compelida a implantar imediatamente o benefício previdenciário, alegando que encontram-se presentes os requisitos para tanto, motivo pelo qual passo a analisar o pedido.
O atual Código de Processo Civil estabelece que "a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo".
Outrossim, consoante a nova sistemática do Código de Processo Civil de 2015, a tutela de urgência pode ter natureza antecipada (art. 303 do Código de Processo Civil) ou cautelar (art. 305 do Código de Processo Civil).
No caso dos autos, a parte requerente formula pretensão consistente em tutela de urgência de natureza antecipada.
Analisando os argumentos aduzidos na inicial, bem como as provas que instruem o pedido, verifico não estarem presentes todos os requisitos necessários à concessão da tutela de urgência de natureza antecipada.
Isso porque, não evidencio a probabilidade do direito invocado pela parte autora.
Sabe-se que decorre dos atos dos servidores públicos a presunção de legitimidade dos atos administrativos.
Esta premissa vem sob a égide de vários aspectos, sendo que os mais importantes derivam do fato de os atos, ao serem editados, obedecerem a formalidades e procedimentos específicos, tendo em vista a sujeição da Administração Pública ao princípio da legalidade estrita.
Ademais, quando se leva em conta o princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos, considera-se que tais ações são legítimas e legalmente corretas, até prova em contrário.
Assim, via de regra, a obrigação de provar que a Administração Pública agiu com ilegalidade ou abuso de poder incumbe a quem a alegar, ônus do qual, ao menos em princípio, a parte autora não se desincumbiu.
Nesses termos, verifica-se que não se encontram presentes os elementos necessários para a concessão da antecipação dos efeitos da tutela, considerando a análise perfunctória que fora realizada dos fatos e dos documentos contidos nos autos até o presente momento.
Ao teor do exposto, concedo o benefício da gratuidade de justiça à autora, pois há prova de sua hipossuficiência, entretanto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência de natureza antecipada postulada pelo (a) requerente.
DESIGNAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA
A parte autora aduz que seria incapaz de trabalhar por motivo de doença. Logo, para que se possa saber se a parte autora atende aos referidos quesitos, faz-se necessária a produção de prova técnica consistente em perícia médica.
Em tais situações, disciplinam o Ato Normativo n. 0001607-53.2015.2.00.0000, do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, e a RECOMENDAÇÃO CONJUNTA CNJ/AGU/MTPS Nº 1 DE 15.12.2015, que seja realizada a prova pericial antes da citação da autarquia previdenciária, para que a requerida tenha condições de propor acordo ao apresentar a contestação e simplificar o trâmite do processo.
Portanto, em atenção a estes atos normativos, determino a produção de prova pericial.
Para tanto, nomeio como perito o médico Dr. VICTOR HENRIQUE TEIXEIRA, CRM/RO 3490, CPF 919.665.902-53 cuja perícia será realizada em data e hora a serem indicadas pelo profissional, no seguinte endereço profissional: Centro Médico SAMAR, situado na Avenida São Paulo, 2355, Centro, Cacoal/RO. Telefone (69) 9938-0949.
Diante do grau de qualificação do perito, da complexidade do exame e do local de sua realização, tratando-se de parte autora beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 28, da Resolução 305, de 07/10/2014 do CJF e da Resolução n. 232/2016 do CNJ, fixo os honorários periciais em R$ 500,00 (quinhentos reais), que será pago pela Justiça Federal, Seção do Estado de Rondônia, na forma da referida resolução.
Fixei o valor da perícia neste patamar com amparo no parágrafo único do art. 28 da Resolução n. 305/2014-CJF e no art. 2º, §4º da Resolução 232/2016-CNJ em razão da complexidade da matéria, do grau de zelo que o profissional empregará na perícia, do lugar e do tempo para a realização da perícia, bem como entrega do laudo e das peculiaridades regionais.
Com efeito, o perito deverá coletar e identificar os dados do periciando, indicando informações processuais, dados pessoais e condições laborativas, levantando histórico clínico e outras informações que julgar importantes. Deverá realizar exame físico e clínico do periciando para apurar quanto às queixas em detrimento de sua condição física e clínica. Deverá ralizar estudo de todos os documentos apresentados pelo periciando (atestados, laudos, exames, etc) para obter subsídios para a avaliação. Deverá responder a todos os quesitos formulados pelos juízo e pelas partes. Por fim, deverá encaminhar o laudo no prazo de 30 (trinta) dias após a realização da perícia.
É facultado ao perito o uso da autonomia profissional que lhe é conferida legalmente para realização do procedimento pericial, podendo usar de todos os meios técnicos legais que dispor a fim de responder aos quesitos arrolados, inclusive no que diz respeito ao acompanhamento do periciando.
JUSTIFICATIVA PARA SER INFORMADA NA REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO DE HONORÁRIOS MÉDICOS PERICIAIS
Além das atribuições consignadas acima, justificam-se os honorários na medida em que o valor mínimo da tabela do CJF (R$ 370,00) depois de descontados os tributos de IR (27,5%) e ISS (aproximadamente 5%) será reduzido para quantia irrisória e incapaz de remunerar o trabalho complexo que será realizado pelo perito, que comprometerá demasiadamente o tempo de avaliação da parte com exame clínico e avaliará todos os documentos médicos e exames apresentados, além de ter que elaborar laudo respondendo a um elevado número de quesitos.

Não fosse somente isso, o perito ainda arca com a despesa de alugar uma sala em clínica privada para que possa atender ao juízo, despesa que torna o valor mínimo da tabela do CJF ainda mais inexpressivo frente a demanda que lhe é imposta.
Ademais, as peculiaridades regionais também justificam o valor fixado, já que, nas Comarcas desta região, meras consultas médicas costumam ultrapassar o valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), sendo comum o fato de médicos especialistas cobrarem valores bem superiores ao mínimo das tabelas das Resoluções (CJF e CNJ) para realizar perícias da amplitude desta designada, conforme já se teve a experiência em várias outras nomeações de outros profissionais em processos previdenciários deste juízo, em dezenas de médicos que recusaram as nomeações.
Portanto, tem-se por justificado o valor fixado para a perícia.
DETERMINAÇÕES:
1) Cadastre-se o perito nomeado no sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJE, como “outros participantes - perito”, e o intime, pelo sistema, quanto a sua nomeação, bem como para que indique, no prazo de 10 (dez) dias, data e hora para realização da perícia, caso não tenha sido indicadas nesta decisão, com 20 (vinte) dias de antecedência até a data da perícia, a fim de viabilizar a intimação das partes. Advirta-o de que deverá responder aos quesitos constantes do formulário anexo integralmente, sob pena de complementação do laudo sem ônus posterior às partes ou ao Estado, salvo nos casos de quesitos repetidos. Por fim, o informe de que deverá apresentar o laudo médico ao juízo, no prazo de 30 (trinta) dias após a realização da perícia.
2) Com a indicação da data e hora da perícia, intimem-se as partes, por meio de seus respectivos representantes judicias, cientificando-as do prazo de 15 (quinze) dias para indicar assistente técnico, caso ainda não tenham indicado (art. 465, incisos II e III do Código de Processo Civil). Advirta-se à parte autora que deverá estar presente no local da perícia munida com:
a) Documentos pessoais: cópias do RG, do CPF e do cartão SUS;
b) Documentos médicos: originais e cópias de todos os documentos médicos relacionados à doença afirmada na inicial (laudos, encaminhamentos, fichas de atendimentos, relatórios de procedimentos e cirurgias, exames laboratoriais [sangue], exames de imagem [raio-x, ultrassom, tomografia, ressonância, eletrocardiograma, eletroencefalograma], laudos e filmes dos exames, CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho, agendamento de INSS, receitas de medicação, caixas das medicações que faz uso atualmente).
3) Na hipótese de o laudo não ser remetido ao juízo no prazo estipulado, intime-se o perito para encaminhá-lo no prazo de 10 (dez) dias.
4) Caso o(a) periciando(a) não compareça à perícia médica, intime-se a parte autora, por meio de seu representante judicial, para apresentar justificativa quanto a sua ausência, apresentando documentos que comprovem a alegação, e então retorne os autos conclusos para deliberação.
5) Com a juntada do laudo, dê ciência à parte autora, por meio de seu representante judicial e CITE-SE a parte requerida para apresentar contestação no prazo legal, contado em dobro por se tratar de autarquia de ente público federal, portanto, 30 (trinta) dias, com início da contagem a partir da citação/intimação pessoal do representante jurídico da autarquia requerida (artigos 182 e 183 do Código de Processo Civil).
Por ocasião da contestação, a parte requerida fica intimada do resultado da prova pericial e também para, caso queira, propor acordo, devendo, ainda, deverá juntar suas provas e especificar outras provas que eventualmente tiver a intenção de produzir, inclusive dizer se deseja apresentar prova testemunhal, justificando a necessidade e a pertinência.
Além disso e em atenção ao Ato Normativo n. 0001607-53.2015.2.00.0000, do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, e à RECOMENDAÇÃO CONJUNTA CNJ/AGU/MTPS Nº 1 DE 15.12.2015, por ocasião da contestação, deverá a parte requerida:
a) juntar cópia do processo administrativo, incluindo eventuais perícias médicas administrativas e informes dos sistemas informatizados relacionados às perícias médicas realizadas, bem como do CNIS atualizado e histórico de contribuições vertidas à previdência social;
b) tendo interesse em propor acordo, deverá a autarquia previdenciária apresentá-la por escrito ou requerer a designação de audiência para esse fim;
c) fazer juntar aos autos cópia do processo administrativo (incluindo eventuais perícias administrativas) e/ou informes dos sistemas informatizados relacionados às perícias médicas realizadas, além das entrevistas rurais eventualmente apresentadas.
6) Se for apresentada proposta de acordo, intime-se a parte autora para dizer se aceita, no prazo de 10 (dez) dias.
7) Se a parte requerida não contestar a ação no prazo legal ou se o fizer intempestivamente, certifique-se e intime-se a parte autora para se manifestar, devendo dizer se tem outra provas a serem produzidas, especificando-as, e dizer se deseja apresentar prova testemunhal em audiência, justificando a necessidade e a pertinência.
Anexo segue o formulário para a perícia médica com as informações e quesitos necessários para se conhecer do estado clínico da parte autora e da alegação de incapacidade.
Considerando que a autarquia previdenciária será citada somente após a realização da perícia, constei junto aos quesitos do juízo os demais quesitos que a Procuradoria da autarquia previdenciária comumente realiza nas dezenas de ações da mesma natureza que tramitam no juízo.
Constei no referido formulário todos os quesitos e informações disponibilizados no formulário unificado da RECOMENDAÇÃO CONJUNTA CNJ/AGU/MTPS Nº 1 DE 15.12.2015.
Considerando que os quesitos arrolados o formulário anexo são completos e abrangem a totalidade de informações e respostas de que se precisa saber para se conhecer do estado clínico da parte autora e acerca da alegada incapacidade laborativa, desde já indefiro os quesitos repetitivos que a(s) parte(s) vierem a indicar, ficando o perito desobrigado a responder as perguntas repetidas e de que se pretenda obter a mesma resposta, evitando-se repetições desnecessárias e retrabalho sem qualquer utilidade, com vistas, assim, a otimizar o trabalho pericial.
Após decorrido o prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo pericial, a escrivania deverá requisitar o pagamento dos honorários periciais, conforme determina a Resolução do CJF, independentemente de nova determinação nesse sentido, a fim de se evitar atrasos.
SERVE DE MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D’Oeste,sexta-feira, 14 de julho de 2023.
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz(a) de Direito
INFORMAÇÕES E QUESITOS DA PERÍCIA
I - DADOS IDENTIFICADORES:
a) Data da perícia:
b) Número do processo:
c) Perito Médico Judicial/Nome e CRM:

d) Assistente Técnico do Autor/Nome e CRM:
e) Assistente Técnico do requerido INSS/Nome matrícula e CRM:
f) Nome do(a) periciando(a):
g) Idade do(a) periciando(a):
h) CPF e/ou RG do(a) periciando(a):
i) Grau de escolaridade do(a) periciando(a)
j) Profissão declarada:
k) Tempo de profissão:
l) Atividade declarada como exercida:
m) Tempo de atividade:
n) Descrição da atividade:
o) Experiência laboral anterior:
p) Data declarada de afastamento do trabalho, se tiver ocorrido:
II – EXAME CLÍNICO E CONSIDERAÇÕES MÉDICO PERICIAIS:
1) O(a) periciando(a) já foi paciente do perito?
2) Existe algum motivo de suspeição ou de impedimento da atuação do perito nesta demanda (como ser parente, amigo próximo ou inimigo; devedor ou credor; possuir ação judicial contra o paciente ou ser demandado por ele)?
3) Qual a queixa que o(a) periciado(a) apresenta no ato da perícia?
4) Há evidências clínicas que atestam e/ou justificam a existência das queixas apresentadas (exames, testes, avaliações, laudos, relatórios, prontuários, tratamentos, etc)? Quais?
5) Por ocasião da perícia, foi diagnosticado pelo(a) perito(a) a existência atual de alguma doença, lesão ou deficiência? Qual (com CID)?
6) Qual a causa provável da(s) doença/moléstia(s)/lesão?
7) A doença/moléstia ou lesão decorrem do trabalho exercido? Justifique indicando o agente de risco ou agente nocivo causador.
8) A doença/moléstia ou lesão decorrem de acidente de trabalho? Em caso positivo, circunstanciar o fato, com data e local, bem como se reclamou assistência médica e/ou hospitalar.
9) Doença/moléstia ou lesão atualmente torna o(a) periciado(a) incapacitado(a) para o exercício do último trabalho ou atividade habitual? Justifique a resposta, descrevendo os elementos nos quais se baseou a conclusão.
10) Sendo positiva a resposta ao quesito n. 9, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza permanente ou temporária?
11) Sendo positiva a resposta ao quesito n. 9, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza parcial ou total?
12) Sendo constatada existência de incapacidade, o(a) paciente atualmente está incapacitado para todo e qualquer tipo de trabalho ou apenas para o seu trabalho habitual ou última profissão?
13) Se atualmente o periciando(a) não estiver incapacitado, ele(a) esteve incapacitado(a) para exercer seu trabalho habitual ou última profissão por algum período de tempo antes da realização da perícia? Por quanto tempo? Quando iniciou a incapacidade e quanto cessou?
14) Quais elementos de levaram à convicção do(a) perito(a) (tais como laudos, atestados, exames, prontuários, declarações da parte, testes físicos, avaliações físicas, etc)?
15) O(a) periciando(a) atualmente pode continuar trabalhando na sua última profissão normalmente, mesmo acometido da doença/moléstia ou lesão verificada, sem que o trabalho implique em risco à sua saúde?
16) Qual a data provável do início da(s) doença/lesão/moléstias(s) que acomete(m) o(a) periciado(a).
17) Data provável de início da incapacidade identificada. Justifique.
18) Incapacidade remonta à data de início da(s) doença/moléstia(s) ou decorre de progressão ou agravamento dessa patologia? Justifique.
19) Na data da realização do pedido administrativo ou da cessação do benefício previdenciário o periciando já estava incapacitado na forma ora constatada?
20) Na data do ajuizamento da ação o periciando já estava incapacitado na forma ora constatada?
21) Na data da realização da perícia, o periciando já estava incapacitado na forma ora constatada?
22) Caso se conclua pela incapacidade parcial e permanente, é possível afirmar se o(a) periciado(a) está apto para o exercício de outra atividade profissional ou para a reabilitação? Qual atividade?
23) Sendo positiva a existência de incapacidade total e permanente, o(a) periciado(a) necessita de assistência permanente de outra pessoa para as atividades diárias em razão de algumas das seguintes situações? 1 - Cegueira total; 2 - Perda de nove dedos das mãos ou superior a esta; 3 - Paralisia dos dois membros superiores ou inferiores; 4 - Perda dos membros inferiores, acima dos pés, quando a prótese for impossível; 5 - Perda de uma das mãos e de dois pés, ainda que a prótese seja possível; 6 - Perda de um membro superior e outro inferior, quando a prótese for impossível; 7 - Alteração das faculdades mentais com grave perturbação da vida orgânica e social; 8 - Doença que exija permanência contínua no leito; 9 - Incapacidade permanente para as atividades da vida diária. (Decreto 3.048/99, artigo 45 e anexo I). Se sim, qual e partir de quando?
24) Havendo incapacidade laborativa atual, é possível estimar qual o tempo e o eventual tratamento necessários para que o(a) periciado(a) se recupere e tenha condições de voltar a exercer seu trabalho ou atividade habitual (data de cessação da incapacidade)? – responder somente no caso de existir incapacidade atual:
25) Pode o perito afirmar se existe qualquer indício ou sinais de dissimulação ou de exacerbação de sintomas? Responda apenas em caso afirmativo.
26) Preste o perito demais esclarecimentos que entenda serem pertinentes para melhor elucidação da causa.
IV - ASSISTENTE TÉCNICO DA PARTE AUTORA: EVENTUAIS DIVERGÊNCIAS (caso tenha acompanhado o exame)
V - ASSISTENTE TÉCNICO DO INSS: EVENTUAIS DIVERGÊNCIAS (caso tenha acompanhado o exame)
Local e Data
Assinatura do Perito Judicial
Assinatura do Assistente Técnico da Parte Autora (caso tenha acompanhado o exame)
Assinatura do Assistente Técnico do INSS (caso tenha acompanhado o exame)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7002679-76.2021.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Contratos Bancários
Valor da causa: R$ 17.890,82 ()
Parte autora: VANILDA KISTER OTTO VASCONCELOS, LINHA 50 km 10, CHÁCARA ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: FLAVIO FIORIN LOPES, OAB nº PR21923, AVENIDA RIO GRANDE DO SUL 4104, ADVOCACIA CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, AIRTOM FONTANA, OAB nº RO5907
Parte requerida: BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA, EDIFÍCIO VICENTE DE ARAÚJO andar 6, RUA RIO DE JANEIRO 654 ANEXO 680 CENTRO - 30160-912 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: IGOR MACIEL ANTUNES, OAB nº MG74420, JOSE BARSAND DE LEUCAS 109, APTO 301 PALMARES - 31160-530 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença em que houve o pagamento integral do débito.
Ante o exposto, com fundamento no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença ante o pagamento integral do débito.
Sem custas e sem honorários.
Arquive-se.
SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO/ALVARÁ JUDICIAL ELETRÔNICO.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000578-03.2020.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Aposentadoria por Idade (Art. 48/51)
Valor da causa: R$ 17.663,00 (dezessete mil, seiscentos e sessenta e três reais)
Parte autora: MARIA APARECIDA DE SOUZA, 171703 s/n ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SONIA MARIA ANTONIO DE ALMEIDA NEGRI, OAB nº RO2029
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA PRESIDENTE VARGAS 1035, - DE 904/905 A 1075/1076 CENTRO - 76900-038 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública Federal (INSS) em que se busca a quitação de dívida líquida, certa e exigível constante em decisão judicial com trânsito em julgado.
Arbitro, nesta fase, em 10% (dez por cento) os honorários advocatícios especificamente acerca dos honorários devidos em execução, faço contar que, conforme recente decisão do STJ (AREsp 630.235-RS) e STF (RE 501.340 e RE 472.194), restou sedimentado que nas execuções contra a Fazenda Pública, são devidos os honorários nos seguintes termos: a) se o pagamento for por precatório, somente são devidos os honorários dessa fase se houver embargos à execução; b) se o pagamento for por RPV, são devidos os honorários dessa fase independentemente de embargos à execução.
Considerando que a causídica já incluiu os honorários da fase de execução no percentual aplicado de 10%, conforme planilha de cálculos que instruem o pedido, desnecessárias sua intimação para inclusão no cálculos.
INDEFIRO o pedido de destacamento do valor referente aos honorários contratuais posto que o Supremo Tribunal Federal já assentou a inviabilidade de expedição de RPV ou de precatório para pagamento de honorários contratuais dissociados do principal a ser requisitado, vejamos:.
EMENTA Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. Processual Civil. Honorários advocatícios contratuais. Destaque da verba após a expedição de requisição de pagamento do valor principal. Impossibilidade. Súmula Vinculante nº 47. Inaplicabilidade. Precedentes. 1. Segundo a firme jurisprudência da Corte, a Súmula Vinculante nº 47 não alcança os honorários contratuais resultantes do contrato firmado entre advogado e cliente, não abrangendo aquele que não fez parte do acordo. 2. O Supremo Tribunal Federal já assentou a inviabilidade de expedição de RPV ou de precatório para pagamento de honorários contratuais dissociados do principal a ser requisitado, à luz do art. 100, § 8º, da Constituição Federal. 3. Inviável, em recurso extraordinário, a análise da legislação infraconstitucional. 4. Agravo regimental não provido. 5. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC, pois não houve prévia fixação de honorários advocatícios na causa. (STF - ARE: 1374239 RJ 0000535-67.2019.4.02.0000, Relator: DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 27/06/2022, Primeira Turma, Data de Publicação: 09/08/2022). Grifos nossos.
Cumpra-se as seguintes providências:
1. Intime-se a parte executada para que, caso entenda, apresente impugnação nos próprios autos, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 535 do Novo Código de Processo Civil. Advirto que, caso discorde dos valores apresentados pelo exequente, deve a parte executada apresentar fundamentos sobre a discordância e informar o valor que entende devido.
2. Caso apresente impugnação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias.

3. Persistindo a discordância, remetam-se os autos ao contador judicial para parecer e, após, intimem-se as partes para que se manifestem, também em 05 (cinco) dias.
4. Com a concordância do exequente em relação aos cálculos apresentados pelo executado ou com a concordância do executado quanto aos cálculos apresentados pelo exequente ou, ainda, a aquiescência de ambas as partes em relação aos cálculos apresentados pelo contador, expeçam-se os requisitórios para pagamento do valor principal (parcelas retroativas) e do valor dos honorários advocatícios de sucumbência e execução (se for o caso), observando os valores indicados.
5. Caso o valor ultrapasse o limite legal para recebimento por meio de RPV e a parte renuncie ao valor excedente para receber pelo meio mais célere (RPV), desde já homologo eventual renúncia para que seja possível a credora receber por meio de RPV.
6. Antes de encaminhar os requisitórios ao setor de pagamentos, dê ciência à requerida sobre os referidos expedientes para que, caso queira, se manifeste em 05 (cinco) dias.
7. Não havendo insurgência da requerida em relação aos requisitórios, certifique-se e encaminhe-se ao setor de pagamento.
8. Com a comprovação dos depósitos e não sendo verificadas irregularidades, retornem conclusos para eventual extinção e autorização de expedição de alvarás.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D'Oeste domingo, 16 de julho de 2023 às 10:02.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001395-96.2022.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Concessão
Valor da causa: R$ 14.544,00 ()
Parte autora: ELZA VILWOCK, LINHA 144, COM A 65, KM 40 sn ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: CLAUDIA JULIANA KRONBAUER TABARES, OAB nº RO6440
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DESPACHO
Vistos.
Considerando o disposto no art. 317, do CPC, intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito, sob pena de extinção e arquivamento.
Cumpra-se.
Alta Floresta D'Oestedomingo, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001779-59.2022.8.22.0017
Classe: Monitória
Assunto: Cheque
Valor da causa: R$ 3.714,07 ()
Parte autora: PEDRO TEIXEIRA ALECRIN, LINHA P-34, KM 01 S/N ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LUIZ FERNANDO PIRELLI, OAB nº RO12299
Parte requerida: GABRIELLE DOS SANTOS SALES, AVENIDA AMAZONAS 3585 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)

DECISÃO
Vistos.
Altere-se a classe para cumprimento de sentença, uma vez que a prova apresentada na inicial constituiu-se de pleno direito em título executivo judicial, pois não houve apresentação de embargos monitórios.
Cuida-se de cumprimento de sentença movido por PEDRO TEIXEIRA ALECRINem face de GABRIELLE DOS SANTOS SALES.
A parte exequente peticionou ao autos informando que tomou conhecimento da existência de uma Ação de desbloqueio de valores c/c Indenização por Danos Morais de autos n. 7002133-21.2021.8.22.0017, que tramita junto ao Juizado Especial Cível desta comarca, motivo pelo qual requer que seja realizada a penhora nas folhas dos autos daquele processo, procedendo com o devido destaque e averbação no importe de R$ 6.087,33 (seis mil e oitenta e sete reais e trinta e três centavos), se/quando disponível.
Vieram os autos conclusos. Decido.
Em consulta àqueles autos, verifica-se que o Juízo condenou a parte requerida PDCA S.A. a providenciar o necessário para a liberação dos valores disponíveis na conta bancária da requerente GABRIELLE DOS SANTOS SALES, o valor de R$ R$ 6.087,33 (seis mil e oitenta e sete reais e trinta e três centavos), bem como pagar, a título de reparação por danos morais, o valor de R$ 5.000,00 (ID 80663901 daqueles autos).
Todavia, a parte requerida apresentou recurso inominado (ID 81373664 - daqueles autos), estando o feito pendente de julgamento.
Dessa forma, o que existe é uma mera expectativa de direito, não havendo suporte jurídico para o deferimento do pedido de constrição de crédito (este, repito, sequer existente naquele feito), ao menos enquanto não ocorra o trânsito em julgado daquela demanda ou, ainda, que se dê início ao seu cumprimento provisório.
Nesse sentido é a jurisprudência:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE DE CONHECIMENTO. REQUERIMENTO DE PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS DE DEMANDA TRABALHISTA. INDEFERIMENTO. INVIABILIDADE DA PRETENSÃO NESTE MOMENTO PROCESSUAL. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.(Agravo de Instrumento, Nº 70082267840, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Vivian Cristina Angonese Spengler, Julgado em: 26-09-2019).
APELAÇÃO CÍVEL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. (...) PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS. ENCONTRANDO-SE A PRESENTE AÇÃO AINDA EM FASE DE CONHECIMENTO, NÃO HÁ TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL A EMBASAR O PEDIDO CONSTRITIVO EM DESFAVOR DO DEMANDADO. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO. UNÂNIME.(Apelação Cível, Nº 50079820820208210005, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Giovanni Conti, Julgado em: 29-04-2021) (negritei).
AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PEDIDO DE PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS DE AÇÃO AINDA NA FASE DE CONHECIMENTO. INDEFERIMENTO. A penhora no rosto dos autos é medida restrita ao processo de execução e depende, sobremaneira, da existência de título executivo (judicial ou extrajudicial) constituído. Caso dos autos em que o processo no qual está a parte ora agravante a pretender a penhora no rosto dos autos encontra-se ainda na fase de conhecimento, inexistindo sequer sentença. Mera expectativa de um direito, o que obsta a que se reconheça a existência de suporte jurídico para o deferimento do pedido de constrição de crédito.RECURSO DESPROVIDO. UNÂNIME. (TJ-RS - AI: 70085495521 RS, Relator: Pedro Celso Dal Pra, Data de Julgamento: 31/03/2022, Décima Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: 04/04/2022) (negritei).
Posto que INDEFIRO o pedido de penhora no rosto dos autos.
Fica a parte exequente intimada, por meio de seu representante judicial, via DJE (art. 272, CPC), a, no prazo de 5 (cinco) dias dar andamento ao feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de suspensão dos autos.
Cumpra-se.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestedomingo, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7002178-88.2022.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Indenização por Dano Material, Análise de Crédito
Valor da causa: R$ 11.299,96 (onze mil, duzentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)
Parte autora: EVA MARIO PEREIRA, RUA MACEIÓ 2288, CASA PRINCESA IZABEL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MATHEUS RODRIGUES PETERSEN, OAB nº RO10513

Parte requerida: BANCO BRADESCO S.A., - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, HEBERT DE AZEVEDO, - DE 1231 A 1511 - LADO ÍMPAR OLARIA - 76801-267 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, BRADESCO
DECISÃO
Vistos.
Altere-se a classe para cumprimento de sentença.
Sustenta EVA MARIO PEREIRA que BANCO BRADESCO S.A. deixou de cumprir a obrigação de fazer imposta, consistente na cessação dos descontos no benefício previdenciário.
Considerando que não houve o cumprimento da liminar no prazo concedido, APLICO a multa diária já arbitrada (ID 82946160), a contar do escoamento do prazo de cumprimento, nos termos do art. 537, §4º, do CPC.
Intime-se o(a) executado(a) a, no prazo de 5 dias, comprovar que providenciou o necessário para suspender os descontos das parcelas lançadas no benefício previdenciário do requerente, concernente aos eventos ora combatidos neste processo, sob pena de majoração da multa em R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de descumprimento até o limite de R$ 5.000,00 (cinco) mil reais.
Serve de carta/mandado/ofício.
Alta Floresta D'Oeste domingo, 16 de julho de 2023 às 10:22 .
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001871-37.2022.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Salário-Maternidade (Art. 71/73)
Valor da causa: R$ 4.180,00 (quatro mil, cento e oitenta reais)
Parte autora: FRAISA BARROSO DA SILVA, LINHA 138, KM 01 sn ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CLAUDIA JULIANA KRONBAUER TABARES, OAB nº RO6440
Parte requerida: I. -. I. N. D. S. S., . ., . - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença, no qual foi informado o pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV.
Considerando que houve a comprovação do depósito do valor integral do débito exequendo, nos termos do artigo 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução.
Autorizo o levantamento de todo o valor depositado e cominações que porventura incidirem em favor da parte exequente, ficando desde já autorizado o levantamento dos valores pelo causídico que a representa, vez que a procuração ad judicia acostada junto ao ID 81236068 lhe outorga tais poderes, devendo o(s) sacante(s) retirar(em) a presente decisão, que serve de alvará, e dirigir(em)-se ao banco munido(s) de seus documentos pessoais (RG e CPF) e, assim que efetuado o saque, dar quitação da quantia paga por termo nos autos.
Sem custas (art. 8º, I, Lei Estadual n. 3.896/2016).
Sentença publicada e registrada automaticamente pelo sistema processual de informática.
Cumprindo com o que for necessário e certificada a inexistência de valores depositados nestes autos, arquive-se.
SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO/ALVARÁ JUDICIAL.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:02 .
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
I- RPV OU PRECATÓRIO DO VALOR PRINCIPAL
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento dos valores depositados nestes autos em favor de FRAISA BARROSO DA SILVA, CPF nº 03423937238 e/ou do(a) advogado(a) CLAUDIA JULIANA KRONBAUER TABARES, OAB nº RO6440 junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 5.292,54 (cinco mil e duzentos e noventa e dois reais e cinquenta e quatro centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 2800128335860.
Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000769-14.2021.8.22.0017
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto: Alienação Fiduciária
Valor da causa: R$ 48.233,40 ()
Parte autora: Banco Bradesco Financiamentos S.A, BANCO BRADESCO S.A. SN, RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ANTONIO BRAZ DA SILVA, OAB nº AL6557, BRADESCO
Parte requerida: ULYSSES RODRIGUES SOUTO, LINHA 138 KM 100, IZIDOLANDIA ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: POLIANE XAVIER DA SILVA, OAB nº RO9848, MATO GROSSO 3911 - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Tratam-se de embargos de declaração opostos pelo BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A em face da Decisão ID 89231472, no que se refere à apresentação de prestação de contas, caso ocorra a venda do bem apreendido nestes autos (ID 89498261).
Os embargos foram interpostos tempestivamente. Decido.
A finalidade dos embargos de declaração é sanar obscuridade, contradição ou omissão de que a decisão padeça. Ao acolhê-los, o julgador afastará os vícios, sanando-os.
No caso dos autos, o recurso não guarda relação com os incisos do art. 1.022 do CPC/2015, já que ao contrário do que alega a parte embargada, a decisão não determinou a prestação de contas nestes autos, caso venha a ocorrer a venda do bem.
Veja o parágrafo embargado:
"Consigno que, nos termos do art. do art. 1º, §4º e 2º, caput do Decreto-Lei n. 911/1969, o proprietário fiduciário ou credor poderá vender a coisa a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver, com a devida prestação de contas".
Observa-se que o Juízo não determinou a apresentação de prestação de contas nestes autos, apenas pontuou que, nos termos da lei, caso ocorresse a venda, o credor deveria prestar as contas ao devedor, não determinando o meio pelo qual se daria essa apresentação.
Dessa forma, considerando que a Sentença não padece de vícios a serem sanados, NÃO CONHEÇO dos embargos de declaração.
Intime-se as partes.
Determino a CPE que junte o extrato da conta bancária vinculada a estes autos.
Conforme orientação do TJRO, deverá ser priorizada a opção para crédito em conta a fim de agilizar o cumprimento das ordens digitais, assim, a transferência de valores para a conta do credor ao invés de saque na agência, o que inclusive será processado pelo sistema recentemente implantando exclusivamente para tal finalidade - Alvará Eletrônico.
Desse modo, fica intimada a parte executada para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar os dados bancários para o fim de transferência dos valores, ressaltando que poderá indicar conta do favorecido de qualquer instituição bancária.
Com a vinda da informação, voltem conclusos na pasta "despacho alvará".
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oeste, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000511-33.2023.8.22.0017
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto: Alienação Fiduciária
Valor da causa: R$ 69.729,38 ()
Parte autora: B. H. C. B. S. A., AVENIDA 7 DE SETEMBRO 1.251, - DE 890 A 1182 - LADO PAR CENTRO - 69005-141 - MANAUS - AMAZONAS
ADVOGADOS DO AUTOR: ANTONIO SAMUEL DA SILVEIRA, OAB nº DF36999, JAMIL ALVES DE SOUZA, OAB nº MT12880, RUA CORONEL BENEDITO PIRES 25, 6 ANDAR CENTRO - 18010-160 - SOROCABA - SÃO PAULO, PROCURADORIA BANCO HYUNDAI CAPITAL BRASIL S.A
Parte requerida: F. V. D. C., AV PORTO VELHO 4393 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: ROBERTO ARAUJO JUNIOR, OAB nº RJ137438, - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA, LAERTES RIBEIRO DE OLIVEIRA, OAB nº RO12941, RUA DOM PEDRO II 637, CENTRO EMPRESARIAL CENTRO - 76801-910 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ALVARO MARCELO BUENO, OAB nº RO6843A, - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Considerando o comparecimento espontâneo aos autos, com juntada de procuração, conforme ID 91110563, intime-se a parte requerida para manifestar-se sobre o pedido de desistência da parte autora, nos termos do artigo 485, §4º do CPC.
Após, conclusos.

Cumpra-se.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo n.: 7001717-53.2021.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Aquisição
Valor da causa: R$ 6.000,00 (seis mil reais)
Parte autora: ZANETTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - EPP, LINHA P-50 KM 02 SN ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, SAMIR RASLAN CARAGEORGE, - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: FERNANDO VALDOMIRO DOS REIS, OAB nº RO7133A
Parte requerida: TALES HENRIQUE AMADO, RUA CEARA 3058 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SAMIR RASLAN CARAGEORGE, OAB nº RO9301, - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Compulsando os autos, verifica-se que o executado deixou de oferecer impugnação e/ou embargos, no prazo de 5 (cinco) dias, de modo que houve a expedição de alvará e o conseguinte levantamento dos valores pela parte exequente.
Ante o exposto, tem-se por satisfeita a obrigação, motivo por que extingo o processo, firme no art. 924, inc. II, do Código de Processo Civil.
Uma vez que não incide aqui a isenção de que trata o inc. I do art. 8º da Lei n. 3.896/2016 (Regimento de Custas), já que a parte executada deixou de pagar no prazo legal, condeno-a ao pagamento das custas de 1% (um por cento) do inc. III do art. 12.
Assim, e observando o Provimento Conjunto n. 002/2017-PR-CG:
1. intime-se TALES HENRIQUE AMADO para pagamento das custas no prazo de 15 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa (art. 1º, § 2º), ficando desde já cientificado de que sua a responsabilidade pelo cancelamento do protesto e da inscrição na dívida ativa (art. 3º, §2º);
2. havendo pagamento, arquive-se;
3. transcorrido in albis o prazo supra, expeça-se certidão de débito judicial (art. 1º, § 4º), encaminhando-a ao Tabelionato de Protesto de Títulos, acompanhada da presente sentença e do boleto para pagamento da dívida (art. 1º, § 4º);
4. recebido o comunicado do protesto e decorrido o prazo de 15 dias, encaminhe-se o débito para a inscrição na dívida ativa, com a informação de que já foi protestado, e arquive-se (art. 4º e parágrafo único);
5. por fim, destaque-se que, comprovado o pagamento das custas após a inscrição em dívida ativa, deverá ser emitida a declaração de anuência de que trata o art. 5º, §§ 2º e 3º, cabendo ao interessado providenciar o cancelamento do protesto no tabelionato, pagando as despesas postergadas (§4º).
Serve esta de mandado/carta (precatória, inclusive) de intimação.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 18:24.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000481-95.2023.8.22.0017
Classe: Embargos à Execução
Assunto: Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução
Valor da causa: R$ 77.702,41 ()
Parte autora: A. F. MINERACAO - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP, AVENIDA RONDONIA 4669 ALTA FLORESTA - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EMBARGANTE: DANIEL REDIVO, OAB nº RO3181, JOAO CARLOS DA COSTA, OAB nº RO1258
Parte requerida: AGENCIA NACIONAL DE MINERACAO, ALAMEDA ANTOFOGASTA 96 NOSSA SENHORA DAS DORES - 97050-660 - SANTA MARIA - RIO GRANDE DO SUL, AGENCIA NACIONAL DE MINERACAO, AVENIDA LAURO SODRÉ 2649-2551, - DE 1375 A 1799 - LADO ÍMPAR OLARIA - 76801-311 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EMBARGADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de carta precatória oriunda do Juízo Federal da 2ª Vara da Subseção Judiciária de Ji-Paraná, nos autos de embargos à execução fiscal n. 1003794-28.2021.4.01.4101, tendo por finalidade a PENHORA e AVALIAÇÃO o imóvel Lote rural n. 26, Gleba 1, denominado Gleba Bom Princípio, parte "A", com área de 113,0566 ha, localizado em Alta Floresta d'Oeste/RO (id 659525464), na forma dos artigos 11, 13 e 14 da Lei nº 6.830/1980; e INTIMAÇÃO do(a) cônjuge do(a) executado(a), se casado(a) for, e, ainda, o Oficial do Registro de Imóveis competente para que proceda ao registro (art. 7º, IV, e art. 14, I, da Lei nº 6.830/1980) ou, na impossibilidade deste, à averbação, a que se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou auto de penhora.
Verifica-se que o mandado foi devolvido, em razão da não localização do imóvel pelo servidor oficial de justiça (ID 90201824).
Sobreveio aos autos certidão de inteiro teor do imóvel (ID 90209734).

Pois bem.
Considerando a juntada do documento em que consta a cadeia dominial do imóvel, bem como a informação de ID 90209728 aduzindo que no imóvel encontra-se instalado uma pedreira, devolva-se o mandado ao servidor oficial de justiça para nova tentativa de localização do bem, para cumprimento do ato, dispensado do recolhimento de novas custas.
Após, cumprido o ato, devolva-se à origem com nossos cumprimentos e arquive-se os presentes autos.
Cumpra-se.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 0002959-21.2011.8.22.0017
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Valor da causa: R$ 100.799,75 ()
Parte autora: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EDSON ROSAS JUNIOR, OAB nº AM1910, BRADESCO
Parte requerida: FRANCISMEIRE SILVA SOARES, BRASMADER IND E COM DE MADEIRAS LTDA - EPP, EDSON OSOWSKI
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: GILSON ALVES DE OLIVEIRA, OAB nº RO549A
DESPACHO
Vistos.
Trata-se de execução de título extrajudicial em que os autos foram arquivados provisoriamente em 11.04.2018 (ID 17533167) e em 22.06.2023 a parte exequente requereu a busca de ativos financeiros em contas bancárias das executadas (ID 92351539).
Fica a parte exequente intimada, por meio de seu representante judicial, via DJE (art. 272, CPC), a, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca da prescrição intercorrente, nos termos do art. 921, §5º, do CPC.
Após, tornem os autos conclusos.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br
VARA CÍVEL
Processo n.: 7001118-80.2022.8.22.0017
Classe: Divórcio Litigioso
Assunto: Dissolução
Valor da causa: R$ 1.000,00 (mil reais)
Parte autora: E. B. D. C., LINHA 156 KM 12 s/n ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALVARO MARCELO BUENO, OAB nº RO6843A
Parte requerida: B. E. D. C., LINHA P 44, COM 130 s/n ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: BRUNA BARBOSA DA SILVA, OAB nº RO10035, AVENIDA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES 3510 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Designo audiência de instrução para 30 de agosto de 2023 às 12h00min.
A audiência será realizada por videoconferência.
As testemunhas (ou informantes) que puderem ser ouvidas mediante o sistema de vídeo ficam cientes de que será utilizado o sistema Google Meets que deverá ser baixado no computador, tablet ou celular para fins de participar da solenidade virtual.
Já fica disponibilizado o link https://meet.google.com/ahh-fedz-gix que será utilizado para a testemunha ingressar na sala virtual de audiência.
A testemunha que no ato de intimação verificar sua impossibilidade de ser ouvida por vídeo, deverá no dia e hora da audiência se dirigir ao Fórum da Comarca de Alta Floresta D'Oeste/RO (Av. Mato Grosso, esq. c/ Rua Ceará – Centro), ocasião em que será ouvida perante a Secretária do Juízo na Sala do Tribunal do Júri.
As testemunhas ficam cientes de que em caso de não comparecimento à sala virtual ou perante o Fórum poderá ser aplicada multa, sem prejuízo da configuração do crime previsto no art. 330, do Código Penal.
Caso existam testemunhas residentes em outra Comarca, já serve a presente como carta precatória, caso a intimação não puder ser realizada de maneira mais célere.
Na hipótese de alguma testemunha não ser localizada, abra-se vista à parte que arrolou para se manifestar, ficando desde já homologada eventual desistência.
Pratique-se o necessário para cumprimento.

SERVE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 18:26 .
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 0029928-44.2009.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Prestação de Contas
Valor da causa: R$ 438.550,69 ()
Parte autora: ELIOMAR PIMENTA DA SILVA, AV. MATO GROSSO, 3768, NÃO INFORMADO CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, JOAO PAULO MONTENEGRO DE SOUZA, AV. AMAZONAS, 4656, NÃO CONSTA SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, MAYCON DOUGLAS MACHADO, - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: AIRTON PEREIRA DE ARAUJO, OAB nº RO243, AVENIDA JOÃO PESSOA 4649 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, FABIO JOSE REATO, OAB nº RO2061, AVENIDA JOÃO PESSOA 4649 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, BRUNO ROQUE, OAB nº RO5905, AV. MATO GROSSO 4202 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
Parte requerida: KWIRANT - COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - EPP, AV. RONDÔNIA, Nº 5.197,, NÃO CONSTA CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, VILMA KWIRANT DE SOUZA, AV. SÃO PAULO, 4165,, NÃO CONSTA SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, WANDERLEI SILVA DE LANA, AV. AMAZONAS, 4799, NÃO CONSTA SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, AIRES BAZARELLO SOBRINHO, AV. MATO GROSSO, 3663, NÃO CONSTA CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: ADRIANA JANES DA SILVA, OAB nº RO3166A, AMAZONAS 4031 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Nesta data juntei o espelho do bloqueio RENAJUD.
Intime-se a parte exequente para se manifestar nos termos do Despacho ID 91160241.
Cumpra-se.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestedomingo, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001523-53.2021.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Concessão
Valor da causa: R$ 16.300,00 ()
Parte autora: LUCENI BARBOSA DE BRITES OLIVEIRA, RUA DR. PAULO SERGIO URSULINO n5594 BAIRRO REDONDO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: CARLOS OLIVEIRA SPADONI, OAB nº RO607A, MYRIAN ROSA DA SILVA, OAB nº RO9438, RUA GENERAL OSORIO 144, A CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Trata-se de ação proposta por LUCENI BARBOSA DE BRITES OLIVEIRA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS objetivando a concessão de benefício por incapacidade.
Consta dos autos que a ação foi julgada improcedente, sob o argumento de ausência de incapacidade (ID 76231939).
Conforme ID 77316313, a parte autora interpôs recurso de apelação, o qual anulou o feito, de ofício, a partir do laudo pericial, declarando prejudicada a apleação.
Vieram os autos conclusos.
Considerando o Acórdão que anulou o feito a partir do laudo pericial e determinou a complementação da prova pericial, recebo os autos para prosseguimento do feito.
A prova pericial é indispensável à comprovação do direito invocado pela parte autora, portanto, para que não haja cerceamento de defesa e em atenção à decisão proferida no Acórdão de ID 92265463, determino a realização de laudo pericial complementar.
Antes da complementação do laudo perícial, Concedo à parte autora o prazo de 15 (quinze) dias, para que apresente outros exames que julgue necessários para a verificação da efetiva incapacidade laboral, bem como apresente quesitos suplementares.
Decorrido o prazo da parte autora, intime-se o médico perito para, no prazo de 15 (quinze) dias, responder aos questionamentos apresentados pela parte requerente, bem como analise os documentos médicos (exames) complementares, que porventura forem apresentados.

Caso o perito entenda necessário submeter a parte autora à nova avaliação médica, para o fim especial de responder aos quesitos, deverá informar a data da perícia com prazo suficiente para intimação deste.
Apresentado o laudo complementar, intimem-se as partes para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias.
Após, venham os autos conclusos.
Cumpra-se.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestedomingo, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000798-93.2023.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária
Valor da causa: R$ 22.134,00 ()
Parte autora: VITOR DE ALMEIDA FARIA, AV. RIO GRANDE DO SUL 4759 CIDADE ALTA - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MATHEUS RODRIGUES PETERSEN, OAB nº RO10513
Parte requerida: I. -. I. N. D. S. S., . - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Os autos vieram conclusos em razão do decurso do prazo para que a perito informasse a data da perícia, porém, logo após, a perita informou ao ID 92217227.
Assim, intime-se as partes com urgência, devendo a parte autora observar que deverá levar exames de imagem ATUAIS (raio x e/ou ressonância magnética), medicamentos em uso, comprovante de tratamento de fisioterapia e/ou outros para ser apresentado à médica.
Cumpra-se.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestedomingo, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000060-42.2022.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Concessão
Valor da causa: R$ 17.600,00 ()
Parte autora: MARIA MARNEY SANTOS HIUMAS PEREIRA, LINHA P-50, KM 22 s/n ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: CARLOS OLIVEIRA SPADONI, OAB nº RO607A, RUA GENERAL OSORIO 144 - A CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, MYRIAN ROSA DA SILVA, OAB nº RO9438
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Vistos.
Considerando a informação de que não foi implementado o benefício, objeto de decisão anterior, proceda-se como indicado no acordo de cooperação entre este tribunal e os representantes processuais do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Processo SEI n. 0008244-87.2020.8.22.8000):
DO OBJETO - CLÁUSULA PRIMEIRA (...) 1.2. Pelo presente ACORDO, o TJRO, a PF/RO e a PU/RO acordam que, as intimações serão realizadas pelo sistema eletrônico do respectivo Tribunal (PJE).
1.2.1 Excepcionalmente, havendo necessidade justificada de intimação fora do sistema PJE, esta será realizada mediante o envio do respectivo ato/decisão para o e-mail pfro.tj@agu.gov.br, quando se tratar de entidade representada pela Procuradoria-Geral Federal. (...)
DAS ATRIBUIÇÕES DO TJRO - CLÁUSULA TERCEIRA 3.1. Caberá ao TJRO, através da Secretaria Judiciária do Primeiro Grau, por meio da Central de Processos Eletrônicos, e aos Cartórios Judiciais do 1º Grau, dentro de sua competência:
3.1.1. Enviar aos e-mails indicados na Cláusula "1.2.1" os atos ali citados.
3.1.2. Os servidores deverão instruir o e-mail a ser enviado com todos os documentos necessários ao seu fiel cumprimento, que deverá ser encaminhado com aviso de recebimento.
3.1.3. Havendo qualquer problema técnico ou dúvida, no encaminhamento do ato processual, deverá o servidor se valer dos meios necessários para confirmar se a mensagem foi remetida.
3.2. Os servidores deverão instruir os processos judiciais com o devido comprovante de envio do e-mail à PF/RO (...)

Nesse sentido, deverá ser enviado e-mail para o endereço eletrônico pfro.tj@agu.gov.br, com o seguinte assunto: PREVIDENCIÁRIO ou ACIDENTÁRIO DO TRABALHO (conforme o caso) - número do processo judicial - nome completo do beneficiário(a), CPF, código e nome de benefício. Em anexo, faz-se necessário juntar o documento que relata o não cumprimento da tutela/sentença e a decisão/sentença que concedeu o benefício.
Prazo: 20 (vinte) dias, considerando sua prerrogativa de prazo em dobro.
Não há necessidade de intimação do INSS pelo PJe quanto a este despacho, em virtude de método de trabalho entabulado nos autos do Processo SEI n. 0002428-47.2023.8.22.8800, no qual a referida autarquia se posicionou no sentido de que bastaria apenas a intimação por e-mail nestes casos.
Certifique-se, nos autos, quanto ao envio do e-mail.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestedomingo, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000859-56.2020.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Compromisso
Valor da causa: R$ 40.668,76 (quarenta mil, seiscentos e sessenta e oito reais e setenta e seis centavos)
Parte autora: EVALD KUHN, CPF nº 67539653787, LINHA 65 Km 25 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: JULIANA RATAYCZYK NAKONIERCZJY FUZARI, OAB nº RO8372
Parte requerida: NIVALDO FERREIRA DE LAETHE, CPF nº 90419367772, RODOVIA DO CAFÉ SEGUE ATE A LINHA 14 Km 01, NA ESTRADA DA FIGUEIRA A 1 ENTRADA A DIREITA ZONA RURAL - 76962-000 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: GERVANO VICENT, OAB nº RO1456, RUA DOS PIONEIROS 2434, NÃO INFORMADO CENTRO - 99999-999 - NÃO INFORMADO - ACRE
DESPACHO
Vistos.
Altere-se a classe para cumprimento de sentença.
Após, intime-se o devedor para cumprir a obrigação, pagando o valor atualizado do título constituído no prazo de 15 dias, podendo o pagamento ser feito por meio de depósito judicial vinculado a este processo, sob pena de inclusão de multa de 10% do valor da condenação (CPC, artigo 523, § 1º).
A modalidade de intimação deverá ser observada pela CPE de acordo com o que determina o artigo 513, § 2º, do CPC.
Advirta-se o requerido de que, após decorrido o prazo para cumprimento do pagamento acima assinalado, começará a fluir o prazo, também de 15 dias, para que, caso queira, apresente impugnação ao pedido de cumprimento de sentença nos próprios autos (CPC, artigo 525).
Havendo impugnação, certifique-se a tempestividade e retornem conclusos para análise quanto ao recebimento, nos termos do § 4º e seguintes do artigo 525 do CPC.
Decorrido o prazo e não havendo comprovação do pagamento nem impugnação do requerido, ao autor para atualização, com inclusão da multa de 10% e dos honorários desta fase de cumprimento de sentença também em 10% e, após, expeça-se mandado de penhora ou arresto e avaliação de bens do requerido, nos termos do artigo 523, § 3º do CPC, devendo o devedor ser regularmente intimado do prazo para embargos, no caso de penhora positiva.
Se eventualmente efetuado pagamento parcial, a multa e os honorários da fase de cumprimento da sentença (art. 523, § 1º do CPC) incidirão sobre o débito restante (CPC, artigo 523, § 2º).
Desde já fica deferido ao Oficial de Justiça proceder às diligências na forma §§ 1º e 2º, do artigo 212, do CPC.
Aguarde-se o decurso do prazo para impugnação, nos termos do art. 525, do CPC.
Intime-se. Cumpra-se. Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D'Oeste domingo, 16 de julho de 2023 às 10:02.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001518-31.2021.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Alimentos
Valor da causa: R$ 1.365,80 ()
Parte autora: T. A. B. C., RUA SERGIPE 3303 - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, D. P. D. E. D. R., AV. GOV. JORGE TEIXEIRA 1722, - DE 1712 A 1810 - LADO PAR EMBRATEL - 76820-846 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Parte requerida: R. C. R. C., AVENIDA TRÊS 25 MARACANÃ - 29142-856 - CARIACICA - ESPÍRITO SANTO
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)

DECISÃO
Vistos.
A parte exequente diligenciou e informou novo endereço do executado (ID 92094588).
Nos termos do artigo 528 do CPC, INTIME-SE o executado pessoalmente, por carta precatória no endereço indicado ao ID 92094588, para, no prazo de 3 (três) dias, adotar uma das seguintes providências:
a) - pagar o débito em execução integralmente, nos termos do memorial de cálculos apresentado pela parte autora, bem como as parcelas que vencerem no curso do processo (art. 528, § 7º, do CPC e Súmula 309 do STJ), na conta indicada pela parte exequente;
b) - provar no processo que já fez o pagamento integral, apresentando o(s) respectivo(s) comprovante(s) no processo;
c) - apresentar justificativa com comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de efetuar o pagamento (CPC, artigo 528, § 2º).
O Oficial de Justiça deverá cientificar o requerido de que deve fazer a comprovação regular do pagamento integral do referido débito no processo, bem como de que sua inércia trará como consequência a sua prisão pelo prazo de 1 à 3 meses (CPC, artigo 528, §3º).
Decorrido o prazo sem a comprovação no processo do pagamento integral do débito em execução ou sem a apresentação de justificativa pelo devedor, nos do art. 528, §3º c.c. 517, ambos do CPC e do art. 5º, LXVII, da CF, desde já fica decretada a prisão da parte executada pelo prazo de 30 dias, caso em que a escrivania deverá expedir MANDADO DE PRISÃO, consignando-se o prazo de privação de liberdade (30 dias), bem como a informação de que, custodiado, o executado deverá ficar segregado no regime fechado e em compartimento diverso daquele destinado aos presos comuns (CPC, artigo 528, § 4º) e no caso de ser a executada mulher deverá ser encaminhada à Penitenciária de Rolim de Moura, visto que esta Comarca não possui ala feminina.
Advirta-se o executado de que o cumprimento da pena de prisão não exime o devedor do pagamento das prestações vencidas, inclusive as que se deram no curso do processo, e também das vincendas (CPC, art. 528, § 5º e Súmula 309 do STJ).
Comprovado no processo o pagamento integral do débito em execução, suspenda-se de imediato o cumprimento da ordem de prisão (CPC, art. 528, § 6º), expedindo-se alvará de soltura, hipótese em que o devedor deverá ser solto imediatamente, salvo de estiver custodiado por outro motivo.
Ressalta-se que comprovantes de entrega de envelope em terminal de autoatendimento não servem como comprovante de quitação do débito na medida em que dependem de confirmação quanto ao conteúdo do envelope entregue.
Havendo comprovação, no processo, do pagamento integral do débito em execução, retorne o processo concluso para análise sobre a eventual extinção pelo pagamento.
Autorizo o cumprimento da diligência na forma do artigo 212, § 2º do CPC, se assim o Sr. Oficial de Justiça entender necessário, devendo, nessa hipótese, serem respeitados os direitos e as garantias fundamentais, especialmente o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal.
Ciência à Defesa e ao Ministério Público.
Na hipótese de o requerido residir em outra comarca, o cartório judicial deverá expedir carta precatória para cumprimento da prisão e cadastrar o mandado de prisão no sistema do BNMP com prazo de disponibilidade do mandado junto ao referido sistema por 150 (cento e cinquenta dias), a fim de viabilizar o cumprimento da precatória.
Caso expirado o prazo de disponibilidade sem o cumprimento da ordem de prisão civil, a escrivania deverá intimar a parte credora para dizer se eventualmente houve mudança na questão fática que implique na inviabilidade de cumprimento da ordem de prisão, como, por exemplo, pagamento extrajudicial do débito ou desinteresse no prosseguimento da cobrança, hipóteses que automaticamente implicarão na baixa do mandado de prisão no referido sistema, revogação da ordem de prisão e recolhimento do mandado, independentemente de outro despacho nesse sentido.
No entanto, caso a parte autora indique que não houve modificação na questão fática e que permanecesse o interesse no cumprimento da ordem de prisão por persistir o inadimplemento, deverá a escrivania providenciar a renovação do expediente e de seu cadastramento no sistema do BNMP, por 90 dias.
Importante ressaltar que o prazo de 90 (noventa) dias acima referido refere-se unicamente ao tempo de disponibilização do mandado no sistema do BNMP e não ao tempo de prisão do requerido, uma vez que esse último deve ser o fixado na decisão que decretou a prisão civil por dívida de alimentos, ou seja, 30 (trinta) dias.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestedomingo, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001212-28.2022.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Concessão
Valor da causa: R$ 17.600,00 ()
Parte autora: PEDRO NUNES DE OLIVEIRA, LINHA 121 km 10 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: CARLOS OLIVEIRA SPADONI, OAB nº RO607A, RUA GENERAL OSORIO 144 - A CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, MYRIAN ROSA DA SILVA, OAB nº RO9438
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Vistos.
Considerando a informação de que não foi implementado o benefício, objeto de decisão anterior, proceda-se como indicado no acordo de cooperação entre este tribunal e os representantes processuais do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Processo SEI n. 0008244-87.2020.8.22.8000):

DO OBJETO - CLÁUSULA PRIMEIRA
(...)
1.2. Pelo presente ACORDO, o TJRO, a PF/RO e a PU/RO acordam que, as intimações serão realizadas pelo sistema eletrônico do respectivo Tribunal (PJE).
1.2.1 Excepcionalmente, havendo necessidade justificada de intimação fora do sistema PJE, esta será realizada mediante o envio do respectivo ato/decisão para o e-mail pfro.tj@agu.gov.br, quando se tratar de entidade representada pela Procuradoria-Geral Federal.
(...)
DAS ATRIBUIÇÕES DO TJRO - CLÁUSULA TERCEIRA
3.1. Caberá ao TJRO, através da Secretaria Judiciária do Primeiro Grau, por meio da Central de Processos Eletrônicos, e aos Cartórios Judiciais do 1º Grau, dentro de sua competência:
3.1.1. Enviar aos e-mails indicados na Cláusula "1.2.1" os atos ali citados.
3.1.2. Os servidores deverão instruir o e-mail a ser enviado com todos os documentos necessários ao seu fiel cumprimento, que deverá ser encaminhado com aviso de recebimento.
3.1.3. Havendo qualquer problema técnico ou dúvida, no encaminhamento do ato processual, deverá o servidor se valer dos meios necessários para confirmar se a mensagem foi remetida.
3.2. Os servidores deverão instruir os processos judiciais com o devido comprovante de envio do e-mail à PF/RO (...)
Nesse sentido, deverá ser enviado e-mail para o endereço eletrônico pfro.tj@agu.gov.br, com o seguinte assunto: PREVIDENCIÁRIO ou ACIDENTÁRIO DO TRABALHO (conforme o caso) - número do processo judicial - nome completo do beneficiário(a), CPF, código e nome de benefício. Em anexo, faz-se necessário juntar o documento que relata o não cumprimento da tutela/sentença e a decisão/sentença que concedeu o benefício.
Prazo: 20 (vinte) dias, considerando sua prerrogativa de prazo em dobro.
Não há necessidade de intimação do INSS pelo PJe quanto a este despacho, em virtude de método de trabalho entabulado nos autos do Processo SEI n. 0002428-47.2023.8.22.8800, no qual a referida autarquia se posicionou no sentido de que bastaria apenas a intimação por e-mail nestes casos.
Certifique-se, nos autos, quanto ao envio do e-mail.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestedomingo, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7002009-04.2022.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária
Valor da causa: R$ 14.544,00 ()
Parte autora: DORVALINO PEREIRA GOMES, LINHA P 46 KM 06 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: NEIDE SKALECKI DE JESUS GONCALVES, OAB nº RO283A, AVENIDA CAPITÃO SILVIO 301, C CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, DIONEI GERALDO, OAB nº RO10420
Parte requerida: I. -. I. N. D. S. S., . ., . - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Vistos.
Considerando a informação de que não foi implementado o benefício, objeto de decisão anterior, proceda-se como indicado no acordo de cooperação entre este tribunal e os representantes processuais do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Processo SEI n. 0008244-87.2020.8.22.8000):
DO OBJETO - CLÁUSULA PRIMEIRA (...) 1.2. Pelo presente ACORDO, o TJRO, a PF/RO e a PU/RO acordam que, as intimações serão realizadas pelo sistema eletrônico do respectivo Tribunal (PJE).
1.2.1 Excepcionalmente, havendo necessidade justificada de intimação fora do sistema PJE, esta será realizada mediante o envio do respectivo ato/decisão para o e-mail pfro.tj@agu.gov.br, quando se tratar de entidade representada pela Procuradoria-Geral Federal. (...) DAS ATRIBUIÇÕES DO TJRO - CLÁUSULA TERCEIRA 3.1. Caberá ao TJRO, através da Secretaria Judiciária do Primeiro Grau, por meio da Central de Processos Eletrônicos, e aos Cartórios Judiciais do 1º Grau, dentro de sua competência:
3.1.1. Enviar aos e-mails indicados na Cláusula "1.2.1" os atos ali citados.
3.1.2. Os servidores deverão instruir o e-mail a ser enviado com todos os documentos necessários ao seu fiel cumprimento, que deverá ser encaminhado com aviso de recebimento.
3.1.3. Havendo qualquer problema técnico ou dúvida, no encaminhamento do ato processual, deverá o servidor se valer dos meios necessários para confirmar se a mensagem foi remetida.
3.2. Os servidores deverão instruir os processos judiciais com o devido comprovante de envio do e-mail à PF/RO (...)
Nesse sentido, deverá ser enviado e-mail para o endereço eletrônico pfro.tj@agu.gov.br, com o seguinte assunto: PREVIDENCIÁRIO ou ACIDENTÁRIO DO TRABALHO (conforme o caso) - número do processo judicial - nome completo do beneficiário(a), CPF, código e nome de benefício. Em anexo, faz-se necessário juntar o documento que relata o não cumprimento da tutela/sentença e a decisão/sentença que concedeu o benefício.
Prazo: 20 (vinte) dias, considerando sua prerrogativa de prazo em dobro.
Não há necessidade de intimação do INSS pelo PJe quanto a este despacho, em virtude de método de trabalho entabulado nos autos do Processo SEI n. 0002428-47.2023.8.22.8800, no qual a referida autarquia se posicionou no sentido de que bastaria apenas a intimação por e-mail nestes casos.

Certifique-se, nos autos, quanto ao envio do e-mail.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestedomingo, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Alta Floresta do Oeste - Vara Única Av. Mato Grosso, 4281, altaflorestacpe@tjro.jus.br, Centro, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000,(69) 36412239
Processo nº 7001431-07.2023.8.22.0017 AUTOR: ANTONIO SIQUEIRA Advogado do(a) AUTOR: WESLEY BARBOSA GARCIA - RO5612
REQUERIDO: SABEMI SEGURADORA SA INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: AFO - Sala de Conciliação Data: 20/09/2023 Hora: 09:30 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO: 1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www. acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência. ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG);
Alta Floresta D'Oeste, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000158-95.2020.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Rural (Art. 48/51)

Valor da causa: R$ 12.540,00 (doze mil, quinhentos e quarenta reais)
Parte autora: MARLENE RODRIGUES DE LIMA, LINHA 156 km 30 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MYRIAN ROSA DA SILVA, OAB nº RO9438, AV. BRASIL 3869 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, CARLOS OLIVEIRA SPADONI, OAB nº RO607A, AV. BRASIL 3869 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, MIQUEIAS HENRIQUE PEREIRA LINHARES, OAB nº RO10050
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença promovido por MARLENE RODRIGUES DE LIMA contra a Fazenda Pública Federal (INSS) em que o pagamento dos créditos se dará por meio de Requisição de Pequeno Valor-RPV.
Sobreveio informação acerca de penhora no rosto destes autos, conforme IDs 90633629, 90633875 e 91261600.
As requisições foram cadastradas, conforme ID 90438671 e a parte exequente manifestou ciência (ID 90946865).
Assim, determino à CPE que corrija a RPV no sistema para posterior migração para o TRF.
Após, retorne concluso para suspensão do feito pelo prazo de 90 dias ou até a informação de pagamento dos valores.
Desde já, saliento que, com a informação do pagamento, o valor não deverá ser levantando, devendo os autos retornar conclusos para se decida quanto ao concurso de credores.
Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D'Oeste domingo, 16 de julho de 2023 às 09:51.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7002903-14.2021.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Indenização por Dano Material
Valor da causa: R$ 19.086,24 (dezenove mil, oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos)
Parte autora: JOAO MARCOS DE PAULA, CPF nº 34069313249, AV BRASIL 4564, PAULA SUPERMERCADO CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ADEILDO MARINO AMBROSIO FERREIRA, OAB nº RO122854
Parte requerida: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, RUA ANTÔNIO MARIA COELHO 5401, - DE 3807/3808 A 5298/5299 CAMPO GRANDE - 79021-170 - CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Altere-se a classe para cumprimento de sentença.
Após, intime-se o devedor para cumprir a obrigação, pagando o valor atualizado do título constituído no prazo de 15 dias, podendo o pagamento ser feito por meio de depósito judicial vinculado a este processo, sob pena de inclusão de multa de 10% do valor da condenação (CPC, artigo 523, § 1º).
A modalidade de intimação deverá ser observada pela CPE de acordo com o que determina o artigo 513, § 2º, do CPC.
Advirta-se o requerido de que, após decorrido o prazo para cumprimento do pagamento acima assinalado, começará a fluir o prazo, também de 15 dias, para que, caso queira, apresente impugnação ao pedido de cumprimento de sentença nos próprios autos (CPC, artigo 525).
Havendo impugnação, certifique-se a tempestividade e retornem conclusos para análise quanto ao recebimento, nos termos do § 4º e seguintes do artigo 525 do CPC.
Decorrido o prazo e não havendo comprovação do pagamento nem impugnação do requerido, ao autor para atualização, com inclusão da multa de 10% e dos honorários desta fase de cumprimento de sentença também em 10% e, após, expeça-se mandado de penhora ou arresto e avaliação de bens do requerido, nos termos do artigo 523, § 3º do CPC, devendo o devedor ser regularmente intimado do prazo para embargos, no caso de penhora positiva.
Se eventualmente efetuado pagamento parcial, a multa e os honorários da fase de cumprimento da sentença (art. 523, § 1º do CPC) incidirão sobre o débito restante (CPC, artigo 523, § 2º).
Desde já fica deferido ao Oficial de Justiça proceder às diligências na forma §§ 1º e 2º, do artigo 212, do CPC.
Aguarde-se o decurso do prazo para impugnação, nos termos do art. 525, do CPC.
Intime-se. Cumpra-se. Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D'Oeste domingo, 16 de julho de 2023 às 09:58.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000531-24.2023.8.22.0017

Classe: Monitória
Assunto: Contratos Bancários
Valor da causa: R$ 10.411,93 ()
Parte autora: BANCO MODAL S.A., PRAIA DE BOTAFOGO 501, BLOCO 01, 05 ANDAR, SALÃO 501 BOTAFOGO - 22250-040 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
ADVOGADO DO AUTOR: CARLOS AUGUSTO TORTORO JUNIOR, OAB nº RJ182443
Parte requerida: SELHOMAR LOPES ARAUJO, RUA RIO DE JANEIRO 3463, CS CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de ação monitória ajuizada por BANCO MODAL S.A. em face de SELHOMAR LOPES ARAUJO, na qual afirma que é credora da demandada na importância de dez mil, quatrocentos e onze reais e noventa e três centavos, referente a contratação de empréstimo bancário (ID 88498308).
Custas iniciais recolhidas em 2% sob o valor da causa (ID 88498314 e ID 89906832).
Recebida a ação monitória, foi determinada a expedição de mandado de citação e pagamento.
O requerido foi citado dos termos da ação, bem como intimado a promover o pagamento ou oferecer embargos no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de conversão em mandado executivo (ID 90438072). Contudo, deixou transcorrer o prazo sem manifestação.
Posto isso, considerando que o requerido, devidamente citado e intimado, não promoveu o pagamento do valor devido, nem ofereceu embargos, declaro CONSTITUÍDO DE PLENO DIREITO O TÍTULO JUDICIAL, convertendo o mandado inicial em mandado executivo, nos termos do §2º do art. 701, do Código de Processo Civil.
Por conseguinte, julgo EXTINTO o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.
Condeno a parte requerida ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes no importe de 10% sobre o valor atualizado da causa, consoante art. 85, § 2º, do CPC.
Advirto que a oposição de embargos meramente protelatórios ensejará a aplicação de multa, a teor do art. 1.026, § 2°, do CPC.
Em caso de interposição de apelação ou de recurso adesivo, intime-se o recorrido para contra-arrazoar no prazo de 15 (quinze) dias. Com a apresentação das contrarrazões ou o decurso do referido prazo, remetam-se os autos ao egrégio TJRO, independentemente de juízo de admissibilidade, conforme disciplina o art. 1.010, §§ 1º, 2º e 3º, do CPC.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Após o trânsito em julgado, nada sendo requerido, arquivem-se os autos.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestedomingo, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000989-80.2019.8.22.0017
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Valor da causa: R$ 3.918,87 (três mil, novecentos e dezoito reais e oitenta e sete centavos)
Parte autora: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, AVENIDA DOS IMIGRANTES 723 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, RUA FLORIANO PEIXOTO 401 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, ANA PAULA SANCHES, OAB nº RO9705, ALCINDA RIBEIRO DE SOUZA 975 ALVORADA - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
Parte requerida: JEAN SANTANA BATISTA, LINHA 42.5 S/n ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
A parte exequente requereu a expedição de ofício ao INSS para verificar a existência de vínculos empregatícios em nome do executado, e em caso de existir que sejam fornecidas as informações do empregador.
Considerando que:
(i) incumbe à parte exequente diligenciar em busca de bens da parte executada servíveis à satisfação do crédito;
(ii) referida informação não é fornecida pela autarquia diretamente à parte credora; e
(iii) a expedição de ofício do juízo diretamente à Autarquia Previdenciária implica a prática de diversos atos de cartório e no retardamento do feito, bem como em prejuízo ao bom andamento dos demais processos;
DEFIRO a expedição de ofício, autorizando ao INSS a fornecer, diretamente ao advogado da parte credora, informações de vínculos empregatícios da parte executada/requerida JEAN SANTANA BATISTA, CPF nº 00751976261bem como informações do empregador, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento do ofício.
Por economia e celeridade processual, via desta Decisão servirá de ofício, cabendo à parte credora imprimi-la e apresentá-la ao INSS, dentro do prazo de validade de 15 (quinze) dias.
Registre-se que o ofício não confere ao seu portador qualquer preferência de atendimento ou isenção de eventuais taxas ou custas de qualquer natureza, as quais, havendo, ficam a cargo da parte interessada na aludida informação.

No prazo de 30 (trinta) dias da presente Decisão, deverá a parte exequente manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito, apresentando cálculo atualizado do débito, bem como resultado da diligência realizada junto ao INSS.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO
Alta Floresta D'Oeste domingo, 16 de julho de 2023 às 11:01 .
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000155-72.2022.8.22.0017
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Valor da causa: R$ 79.152,62 (setenta e nove mil, cento e cinquenta e dois reais e sessenta e dois centavos)
Parte autora: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, AVENIDA DOS IMIGRANTES 723 SERINGAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
Parte requerida: RAFAEL MIRANDA RODRIGUES, SÍTIO LINHA P 48,KM 38 s/n ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
A parte exequente requereu a expedição de ofício à IDARON para que informe quanto a existência de semoventes cadastrados em nome do(a) executado(a).
Considerando que:
(i) incumbe à parte exequente diligenciar em busca de bens da parte executada servíveis à satisfação do crédito;
(ii) referida informação não é fornecida pela IDARON diretamente à parte credora; e
(iii) a expedição de ofício do juízo diretamente à Agência de Defesa Sanitária implica a prática de diversos atos de cartório e no retardamento do feito, bem como em prejuízo ao bom andamento dos demais processos;
DEFIRO a expedição de ofício, autorizando a IDARON a fornecer, diretamente ao advogado da parte credora, relatório com o saldo de semoventes registrados em nome da parte executada/requerida RAFAEL MIRANDA RODRIGUES, CPF nº 00321505204 bem como a localização de animais, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento do ofício.
Por economia e celeridade processual, via desta Decisão servirá de ofício, cabendo à parte credora imprimi-la e apresentá-la ao IDARON, dentro do prazo de validade de 15 (quinze) dias.
Registre-se que o ofício não confere ao seu portador qualquer preferência de atendimento ou isenção de eventuais taxas ou custas de qualquer natureza, as quais, havendo, ficam a cargo da parte interessada na aludida informação.
No prazo de 30 (trinta) dias da presente Decisão, deverá a parte exequente manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito, apresentando cálculo atualizado do débito, bem como resultado da diligência realizada junto ao IDARON.
Se inerte a parte no prazo assinalado, suspenda nos termos do art, 921, III do Código de Processo Civil, o que ocorrerá em arquivo provisório, eis que inexiste prejuízo a parte para adoção desta medida.
Decorrido o prazo de suspensão, passará a correr imediatamente o prazo da prescrição intercorrente.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO
Alta Floresta D'Oeste domingo, 16 de julho de 2023 às 09:58 .
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000521-77.2023.8.22.0017
Classe: Monitória
Assunto: Cheque
Valor da causa: R$ 2.716,57 ()
Parte autora: R M FERREIRA, AVENIDA BRASIL 4121 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: BRUNO RAFAEL RODRIGUES, OAB nº RO7188
Parte requerida: V.P. BUENO, LINHA P 50 COM LINHA 70 S/N VILA MARCAO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de ação monitória ajuizada por R M FERREIRA em face de V.P. BUENO, na qual afirma que é credora da demandada na importância de dois mil, setecentos e dezesseis reais e cinquenta e sete centavos, cheque de nº 000033 e cheque nº 000034, emitidos pelo Banco Bradesco, conta 014370, agência 2097, comarca de Alta Floresta do Oeste/RO.
Custas iniciais recolhidas em 2% sob o valor da causa (ID 88571164).

Recebida a ação monitória, foi determinada a expedição de mandado de citação e pagamento.
O requerido foi citado dos termos da ação, bem como intimado a promover o pagamento ou oferecer embargos no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de conversão em mandado executivo (ID 89825965). Contudo, deixou transcorrer o prazo sem manifestação.
Posto isso, considerando que o requerido, devidamente citado e intimado, não promoveu o pagamento do valor devido, nem ofereceu embargos, declaro CONSTITUÍDO DE PLENO DIREITO O TÍTULO JUDICIAL, convertendo o mandado inicial em mandado executivo, nos termos do §2º do art. 701, do Código de Processo Civil.
Por conseguinte, julgo EXTINTO o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.
Condeno a parte requerida ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes no importe de 10% sobre o valor atualizado da causa, consoante art. 85, § 2º, do CPC.
Advirto que a oposição de embargos meramente protelatórios ensejará a aplicação de multa, a teor do art. 1.026, § 2°, do CPC.
Em caso de interposição de apelação ou de recurso adesivo, intime-se o recorrido para contra-arrazoar no prazo de 15 (quinze) dias. Com a apresentação das contrarrazões ou o decurso do referido prazo, remetam-se os autos ao egrégio TJRO, independentemente de juízo de admissibilidade, conforme disciplina o art. 1.010, §§ 1º, 2º e 3º, do CPC.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Após o trânsito em julgado, nada sendo requerido, arquivem-se os autos.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestedomingo, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001011-46.2016.8.22.0017
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Comercial
Valor da causa: R$ 97.108,79 ()
Parte autora: BANCO BRADESCO S.A., BANCO BRADESCO S.A. S/N, CIDADE DE DEUS VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADO DO EXEQUENTE: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A
Parte requerida: CLAUDIOMIRO FERREIRA, C. FERREIRA - ME, RODOVIA 383 5407 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de execução de título extrajudicial pela qual a parte autora pretende receber a quantia de R$ 225.403,33 (duzentos e vinte e cinco mil e quatrocentos e três reais e trinta e três centavos).
A exequente apresentou pedido de substituição processual do polo ativo da demanda e pedido de penhora no rosto dos autos n.º 7002936-04.2021.8.22.0017, em trâmite perante esta comarca (ID 91870900).
Pois bem.
Diante da comprovação da existência de valores a receber nos presentes autos, DEFIRO o pedido de penhora no rosto daqueles autos 7002936-04.2021.8.22.0017, em trâmite perante esta Vara, do valor de R$ 225.403,33 (duzentos e vinte e cinco mil e quatrocentos e três reais e trinta e três centavos), esclareço que a penhora deverá incidir unicamente quanto ao quinhão do herdeiro CLAUDIOMIRO FERREIRA, até o montante executado, nos termos do art. 860 do Código de Processo Civil.
Anote-se a penhora no rosto daqueles autos, reservando eventuais valores/créditos em favor da parte exequente.
Quando da averbação no rosto dos autos, INTIME-SE a parte executada desta decisão, cientificando-lhe que, querendo, poderá, no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação da penhora, requerer a SUBSTITUIÇÃO do bem penhorado, desde que comprove que lhe será menos onerosa e não trará prejuízo à(o) exequente (art. 847, CPC), atentando-se para incumbência prevista no § 2º do dispositivo aludido.
Caso a penhora no rosto dos autos reste infrutífera, por insuficiência de valores para cobrir a execução, intime-se a parte exequente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, dar andamento adequado ao feito, sob pena de extinção e/ou arquivamento. Pratique-se e expeça-se o necessário.
Por fim, quanto ao pedido de substituição processual em razão da cessão de crédito de BANCO BRADESCO S/A para FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃOPADRONIZADOS NPL II, como regra, por força do artigo 778 , § 2º , do Código de Processo Civil , a cessão de crédito do título executivo não depende de anuência do executado para fins de substituição do polo ativo do processo executivo. Deste modo, considerando que houve a juntada do Termo de Cessão ao ID 91873156, o defiro o pedido.
Promova-se à CPE a substituição do exequente, fazendo constar FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃOPADRONIZADOS NPL II, representado pelo advogado - Jorge Vicente Luz (OAB/SP 34.204).
Cumpra-se.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestedomingo, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 0000769-17.2013.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença

Assunto: Dano ao Erário
Valor da causa: R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais)
Parte autora: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Parte requerida: ARNALDO EGIDIO BIANCO, CPF nº 20514441968, RUA RIO JARU, 1024, NÃO CONSTA DOM BOSCO - 76907-784 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, JOSE CARLOS DE OLIVEIRA, CPF nº 20017936934, RUA MATRINXÃ, 100, NÃO CONSTA BAIRRO LAGOA - 76820-140 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, NOELY MARIA RIBEIRO DE OLIVEIRA, CPF nº 57524564953, RUA GOIAS, 4303, NÃO CONSTA CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXCUTADO: CRISTOVAM DIONISIO DE BARROS CAVALCANTI JUNIOR, OAB nº MG130440, RUA DOS AIMORES 2001, - DE 1760/1761 A 2723/2724 LOURDES - 30140-072 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS, ALEANDER MARIANO SILVA SANTOS, OAB nº RO2295, - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, HELAINY FUZARI, OAB nº RO1548, AV. MATO GROSSO 4268 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA, CLEDERSON VIANA ALVES, OAB nº RO1087, MARECHAL RONDON 1800, APTO 114 CENTRO - 76900-136 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Intime-se o devedor para cumprir a obrigação, pagando o valor atualizado do título constituído no prazo de 15 dias, podendo o pagamento ser feito por meio de depósito judicial vinculado a este processo, sob pena de inclusão de multa de 10% do valor da condenação (CPC, artigo 523, § 1º).
A modalidade de intimação deverá ser observada pela CPE de acordo com o que determina o artigo 513, § 2º, do CPC.
Advirta-se o requerido de que, após decorrido o prazo para cumprimento do pagamento acima assinalado, começará a fluir o prazo, também de 15 dias, para que, caso queira, apresente impugnação ao pedido de cumprimento de sentença nos próprios autos (CPC, artigo 525).
Havendo impugnação, certifique-se a tempestividade e retornem conclusos para análise quanto ao recebimento, nos termos do § 4º e seguintes do artigo 525 do CPC.
Decorrido o prazo e não havendo comprovação do pagamento nem impugnação do requerido, ao autor para atualização, com inclusão da multa de 10% e dos honorários desta fase de cumprimento de sentença também em 10% e, após, expeça-se mandado de penhora ou arresto e avaliação de bens do requerido, nos termos do artigo 523, § 3º do CPC, devendo o devedor ser regularmente intimado do prazo para embargos, no caso de penhora positiva.
Se eventualmente efetuado pagamento parcial, a multa e os honorários da fase de cumprimento da sentença (art. 523, § 1º do CPC) incidirão sobre o débito restante (CPC, artigo 523, § 2º).
Desde já fica deferido ao Oficial de Justiça proceder às diligências na forma §§ 1º e 2º, do artigo 212, do CPC.
Aguarde-se o decurso do prazo para impugnação, nos termos do art. 525, do CPC.
Intime-se. Cumpra-se. Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D'Oeste domingo, 16 de julho de 2023 às 11:01.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7003749-02.2019.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Salário-Maternidade (Art. 71/73)
Valor da causa: R$ 3.992,00 (três mil, novecentos e noventa e dois reais)
Parte autora: MARCILENE PIRES DA SILVA, ZONA RURAL KM04 LINHA 45 - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: SIDINEI GONCALVES PEREIRA, OAB nº RO8093, PARA 1642 VISTA ALEGRE - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA, ERICA DE LIMA ARRUDA, OAB nº RO8092
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença, no qual foi informado o pagamento das Requisições de Pequeno Valor - RPV(s) e/ou precatório(s).
Considerando que houve a comprovação do depósito do valor integral do débito exequendo, nos termos do artigo 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução.
Autorizo o levantamento de todo o valor depositado e cominações que porventura incidirem em favor da parte exequente, ficando desde já autorizado o levantamento dos valores pelo causídico que a representa, vez que a procuração ad judicia acostada junto ao ID n. 93295905 lhe outorga tais poderes, devendo o(s) sacante(s) retirar(em) a presente decisão, que serve de alvará, e dirigir(em)-se ao banco munido(s) de seus documentos pessoais (RG e CPF) e, assim que efetuado o saque, dar quitação da quantia paga por termo nos autos.
Sem custas (art. 8º, I, Lei Estadual n. 3.896/2016).
Sentença publicada e registrada automaticamente pelo sistema processual de informática.
Cumprindo com o que for necessário e certificada a inexistência de valores depositados nestes autos, arquive-se.
SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO/ALVARÁ JUDICIAL.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:02 .
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
I- RPV OU PRECATÓRIO DO VALOR PRINCIPAL

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento dos valores depositados nestes autos em favor de MARCILENE PIRES DA SILVA, CPF nº 98836978215 e/ou do(a) advogado(a) SIDINEI GONCALVES PEREIRA, OAB nº RO8093, ERICA DE LIMA ARRUDA, OAB nº RO8092 junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 8.088,19 (oito mil e oitenta e oito reais e dezenove centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 1500128335320.
Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.
II- RPV REFERENTE AOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento dos valores depositados nestes autos em favor do (a) advogado (a) SIDINEI GONCALVES PEREIRA, OAB nº RO8093, ERICA DE LIMA ARRUDA, OAB nº RO8092 junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 1.724,33 (um mil, setecentos e vinte e quatro reais e trinta e três centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 3200128335326.
Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7000962-29.2021.8.22.0017
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Concessão
Valor da causa: R$ 5.263,62 (cinco mil, duzentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos)
Parte autora: IONE GONDRIGE LARA, LINHA 45 Km 5,0 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Parte requerida: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA MARECHAL RONDON, - DE 870 A 1158 - LADO PAR CENTRO - 76900-082 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença, no qual foi informado o pagamento das Requisições de Pequeno Valor - RPV(s) e/ou precatório(s).
Considerando que houve a comprovação do depósito do valor integral do débito exequendo, nos termos do artigo 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução.
Autorizo o levantamento de todo o valor depositado e cominações que porventura incidirem em favor da parte exequente, ficando desde já autorizado o levantamento dos valores pelo causídico que a representa, vez que a procuração ad judicia acostada junto ao ID 57179678-fl.01 lhe outorga tais poderes, devendo o(s) sacante(s) retirar(em) a presente decisão, que serve de alvará, e dirigir(em)-se ao banco munido(s) de seus documentos pessoais (RG e CPF) e, assim que efetuado o saque, dar quitação da quantia paga por termo nos autos.
Sem custas (art. 8º, I, Lei Estadual n. 3.896/2016).
Sentença publicada e registrada automaticamente pelo sistema processual de informática.
Cumprindo com o que for necessário e certificada a inexistência de valores depositados nestes autos, arquive-se.
SERVE DE CARTA/MANDADO/OFÍCIO/ALVARÁ JUDICIAL.
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:02 .
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
I- RPV OU PRECATÓRIO DO VALOR PRINCIPAL
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento dos valores depositados nestes autos em favor de IONE GONDRIGE LARA e/ou do(a) advogado(a) DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 8.321,08 (oito mil e trezentos e vinte e um reais e oito centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 1500128335321.
Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.
II- RPV REFERENTE AOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA E HONORÁRIOS DA FASE DE EXECUÇÃO
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL, para AUTORIZAR o levantamento e transferência dos valores depositados nestes autos em favor do FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA (Banco do Brasil, agência 2757-X, CC 7747-X, CNPJ 06188804/0001/42) junto ao BANCO DO BRASIL (na pessoa de seu representante legal ou gerente), a quantia de R$ 1.752,11 (mil e setecentos e cinquenta e dois reais e onze centavos) e cominações que porventura incidirem depositado na Conta Judicial ID 3200128335327.
Fica a instituição bancária advertida de que a referida conta deverá permanecer com valor igual a zero e, após "zerada", ser encerrada.
Prazo de validade: 30 dias, conforme art. 28 das DGJ.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7002135-25.2020.8.22.0017
Classe: Ação Civil Pública
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
Valor da causa: R$ 606.362,38 ()

Parte autora: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Parte requerida: HIDROELETRICA CACHIMBO ALTO LTDA, LINHA 47,5 Lote ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: APARECIDO DONADONI, OAB nº RO8013, AVENIDA BEIRA RIO 3801, CASA CENTRO (S-01) - 76980-114 - VILHENA - RONDÔNIA, RONIELLY FERREIRA DESIDERIO, OAB nº RO9944, PINHEIRO MACHADO 2076 CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, MARTA MARTINS FERRAZ PALONI, OAB nº RO1602, - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, SALVADOR LUIZ PALONI, OAB nº SP81050, - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Conforme consta no documento de ID 87465397, a empresa contratada pela requerida HIDRELÉTRICA CACHIMBO ALTO LTDA solicitou prorrogação de prazo para protocolo do EIA/RIMA na SEDAM para junho/2023, tendo em vista que o Termo de Referência (Notificação nº 2128/2022) emitido pela SEDAM, exige estudos mais complexos do empreendimento, eis o EIA, que estava em processo de finalização, está tendo que sofrer inúmeros ajustes para atender o mesmo.
O Ministério Público manifestou-se pela suspensão do feito pelo prazo de 90 (noventa) dias e após o decurso do prazo, pugna-se pela intimação da requerida para que preste esclarecimentos quanto à execução do "ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA e RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA".
Acolho a manifestação ministerial e determino a suspensão do feito.
Decorrido o prazo, intime-se a parte requerida nos atermos acima.
Com a manifestação, vistas ao Ministério Público.
Cumpra-se.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
Alta Floresta D'Oestesexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, nº 4281, Bairro Centro, CEP 76954-000, Alta Floresta D'Oeste, altaflorestacpe@tjro.jus.br VARA CÍVEL
Processo n.: 7001252-73.2023.8.22.0017
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Cartão de Crédito
Valor da causa: R$ 2.143,17 (dois mil, cento e quarenta e três reais e dezessete centavos)
Parte autora: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, A AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
Parte requerida: LEOMAX BERRINQUE DETTMANN, CPF nº 04771205205, AVENIDA MATO GROSSO 3922 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Custas iniciais recolhidas, no importe de 2% do valor da causa.
CITE-SE a parte requerida para tomar conhecimento do inteiro teor da presente ação, bem como a, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer à audiência de conciliação em data e horário a ser designada pela CPE, a ser realizada por sistema de vídeo pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, cientificando-a de que deve apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados da audiência designada (CPC, art. 335) e advertindo-a de que, na hipótese de não apresentar contestação no prazo assinalado, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente (art. 344, CPC).
Por ocasião da contestação, o réu deverá juntar suas provas e especificar outras provas que eventualmente tiver a intenção de produzir, inclusive dizer se deseja apresentar prova testemunhal, justificando a necessidade e a pertinência.
Após a designação da audiência, intime-se a parte autora por meio de seu advogado, via DJE, a comparecer na audiência de conciliação (art. 334, § 3º, CPC).
Advirtam-se as partes de que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação, é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (CPC, art. 334, § 8º).
As partes ficam cientes de que será utilizado o aplicativo Google Meets, o qual deverá ser baixado no computador, notebook, tablet ou celular para fins de participar da solenidade virtual.
Disponibiliza-se o link https://meet.google.com/okm-jaod-nzo que deverá ser utilizado pela(s) parte(s) para acesso à audiência.
É vedado a(s) parte(s) ingressar(em) na sala da audiência antes ou depois do dia e horário designado para a audiência de conciliação, devendo ser utilizado o link somente no momento de sua audiência.
Em caso de dúvida técnica com relação ao modo de realização da solenidade, as partes deverão entrar em contato com o telefone do NUCOMED: (69) 3309-8440 (WhatsApp) para solicitar esclarecimentos.
Ficam advertidas as partes, ainda, de que deverão se fazer presentes na audiência devidamente acompanhadas de seus advogados ou do defensor público (art. 334, § 9º, CPC), ficando orientada a parte requerida de que, caso não tenha condições de contratar advogado e se enquadre nas hipóteses previstas na lei, deverá procurar a Defensoria Pública para que lhe acompanhe e apresente a defesa técnica nos autos.
Se o réu alegar, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, desde já faculto à parte requerente, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu, devendo a escrivania lhe abrir vistas neste sentido independentemente de novo despacho nesse sentido.
Na hipótese de ser apresentada a contestação antes da audiência de conciliação com alegação de incompetência relativa ou absoluta, suspenda-se a audiência designada (art. 339, §3º, CPC), comunicando-se ao CEJUSC para anotação ou baixa na pauta. Nessa hipótese,

intime-se a parte autora para dizer sobre a arguição de incompetência no prazo de 10 (dez) dias, retornando os autos conclusos para decisão (art. 64, § 2º, CPC).
Se o réu o réu propor reconvenção, intime-se o autor, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 343, § 1º, CPC).
Caso a parte requerida alegue, na contestação, fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, ou, ainda aduzir qualquer das preliminares indicadas no art. 337 do CPC, intime-se a parte requerente, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá produzir suas provas a respeito (art. 350, CPC).
Em qualquer das hipóteses anteriores, em que a parte autora foi intimada para responder as arguições da parte requerida, deverá esta desde logo especificar se tem outras provas a serem produzidas, além daquelas que já tiver apresentado no processo, justificando a necessidade e a pertinência.
Se a parte requerida não contestar a ação no prazo legal ou se o fizer intempestivamente, retornem conclusos para análise sobre a ocorrência ou não dos efeitos da revelia e quanto a necessidade de intimação do autor para especificação de provas (art. 348, CPC).
Intime-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Alta Floresta D'Oeste sexta-feira, 14 de julho de 2023 às 14:23.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Alta Floresta D'Oeste – Vara Única
Av. Mato Grosso, 4281, Centro Alta Floresta D'Oeste – RO – Cep: 76954-000 – Fone: (69) 3309-8422, E-mail : afw1criminal@tjro.jus.br
Processo nº: 7001764-90.2022.8.22.0017
Classe: INQUÉRITO POLICIAL (279)
AUTOR: PCRO - ALTA FLORESTA DO OESTE-RO - DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
INVESTIGADO: JOSE ANTONIO DA SILVA
ADVOGADO: ALVARO MARCELO BUENO OAB/RO 6843
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Alta Floresta D'Oeste - Vara Única, fica intimado o advogado supracitado, a regularizar sua situação como representante legal do investigado, juntando procuração aos autos. Fica também intimado, no prazo 15 (quinze), a realizar a juntada de documentos comprobatórios do registro da arma, conforme ata ID 93327411.
Alta Floresta D'Oeste, 17 de julho de 2023.
Angela Schimidt

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, 4281, altaflorestacpe@tjro.jus.br, Centro, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000
Processo : 7000798-93.2023.8.22.0017
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: VITOR DE ALMEIDA FARIA
Advogado do(a) AUTOR: MATHEUS RODRIGUES PETERSEN - RO10513
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Fica a parte AUTORA, por meio de seu advogado, intimada da petição do perito ID 92217227, bem como do agendamento da perícia médica para o dia 21/07/2023, às 10:00h, no CENTRO MEDICO SAMAR, localizado na Avenida São Paulo, nº 2355, centro, Cacoal/RO.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, 4281, altaflorestacpe@tjro.jus.br, Centro, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000
Processo : 7001358-35.2023.8.22.0017
Classe : ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
AUTOR: V G M
Advogado do(a) AUTOR: LAERTES RIBEIRO DE OLIVEIRA - RO12941
REU: J B D O
Intimação AUTOR - AUDIÊNCIA
Fica a parte AUTORA, por intermédio de seu advogado(a), a comparecer a audiência deste processo a ser realizada por videoconferência, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - Família Sala: AFO - Sala de Conciliação Data: 26/09/2023 Hora: 08:00.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, 4281, altaflorestacpe@tjro.jus.br, Centro, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000
Processo : 7001409-46.2023.8.22.0017
Classe : DIVÓRCIO LITIGIOSO (12541)
REQUERENTE: W E D C
Advogados do(a) REQUERENTE: SHEINE MARCELA SANTOS TEOTONIO - RO11604, WILMA PEREIRA MARIANO - RO10731
REQUERIDO: L A S C e outros (2)
Intimação AUTOR - AUDIÊNCIA
Fica a parte AUTORA, por intermédio de seu advogado(a), a comparecer a audiência deste processo a ser realizada por videoconferência, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - Família Sala: AFO - Sala de Conciliação Data: 26/09/2023 Hora: 08:45 .

COMARCA DE ALVORADA D´OESTE

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76872-869
Processo : 7001413-38.2022.8.22.0011
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: MARLUCIA DE JESUS SILVA
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARIA HELENA DE PAIVA - RO3425
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 0000499-45.2012.8.22.0011
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Improbidade Administrativa
REQUERENTE: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REQUERIDO: HENRIQUE MENDONCA BITTENCOURT, AV JK, Nº 812, RUA CAPITÃO SILVIO 663 CASA PRETA CASA PRETA - 76872-853 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ALIADNE BEZERRA LIMA FELBERK DE ALMEIDA, OAB nº RO3655
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de sentença movido em face de HENRIQUE MENDONÇA BITTENCOURT, condenado pela prática de ato de improbidade administrativa definido no art. 9º, inciso XII, art. 10, caput, e art. 11, caput da lei n. 8.429/92. (ID 12983752 - Pág. 3)
O Ministério Público pugnou pelo arquivamento dos autos (ID 93082718).
Decido.
Compulsando os autos verifico que o executado efetuou pagamento da multa civil no valor de e R$ 69.371,96 (sessenta e nove mil e trezentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos) (ID 80567841) e suspensos os direitos políticos do Executado (ID 91980925).
Ante a informação do cumprimento das determinações contidas na sentença de ID 12983752 - Pág. 3, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, nos termos do art. 924, inciso II, c/c. art. 925, ambos do CPC.
P.R.I. e, oportunamente, arquivem-se os autos, promovendo-se as baixas devidas no sistema.
Alvorada do Oeste/RO, quarta-feira, 12 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

Autos n. 7000965-31.2023.8.22.0011
Origem: Alvorada do Oeste - Vara Única
Classe/natureza/assunto: Ação Penal - Procedimento Sumário - Violência Doméstica Contra a Mulher, Contra a Mulher
Valor da causa: R$ 0,00
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REQUERIDO: SEBASTIAO BARBOSA
ADVOGADO DO REQUERIDO: LUCAS VINICIUS BERTOLA DE SOUZA, OAB nº RO13175
Decisão
Recebido no plantão.
Encaminhado pela CPE 2° Grau para o e-mail do plantão o anexo, cumpra-se alvará de soltura, em favor de Sebastião Barbosa dos autos de Habeas Corpus nº 0807311-20.2023.8.22.0000 .
Ji-Paraná/RO, 15 de julho de 2023.
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz Plantonista
*Observações importantes à CPE-1º Grau e a Oficiais de Justiça:
1. Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício por servidor(a) da CPE-1º Grau e revistos pelo Juiz natural quando necessários. Assim, proceda a CPE-1º Grau de acordo com o disposto no art. 93, XIV, da CF; art. 152, VI, do CPC e art. 33 das DGJ. Deveras, à luz do disposto nas citadas normas e considerando o que consta do Manual de Processos da Área Cível do
PODER JUDICIÁRIO do Estado de Rondônia, a CPE-1º Grau deverá praticar eventuais atos ordinatórios necessários ao andamento do feito.
2. Acaso necessário, serve a cópia desta decisão, devidamente assinada eletronicamente/digitalmente pelo MM Juiz de Direito que a redigiu (subscritor), extraída do sistema PJe/CNJ, como Mandado de Citação, Intimação, Notificação, Requisição, Comunicação, Carta

Precatória e/ou Ofício, solicitação de colaboração/cooperação dirigida a órgãos públicos, autarquias, departamentos públicos ou entes privados, Tribunais, outros Juízos, pessoas naturais ou jurídicas de direito público e/ou privado envolvidos ou com interesse direto ou indireto nesta demanda.
3. Caso a providência a ser realizada se amolde à possibilidade de cumprimento eletrônico do ato judicial determinado por este Juízo, poderá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça executar a(s) diligência(s) por meio do aplicativo eletrônico de troca de mensagens e arquivos WhatsApp, desde que incidente ao caso a hipótese prevista no art. 2º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ (DJe n. 218, 24/11/2022). O(a) senhor(a) serventuário(a) da Justiça deverá observar rigorosamente o que previsto no art. 3º da norma administrativa citada para efeito de pagamento da(a) diligência(s). Para a validade da comprovação da identidade da(s) pessoa(s) citada(s), intimada(s), requisitada(s), comunicada(s) ou notificada(s), no cumprimento da(s) diligência(s), deverá o(a) senhor(a) Oficial de Justiça considerar o que tipificado no art. 4º do Ato Conjunto n. 26/2022-PR/CGJ.
4. Se oportuno, preclusa a decisão, alterado o rito/procedimento da ação ou transitada em julgado eventual sentença, a Central de Processamento Eletrônico - CPE-1º Grau deverá providenciar a imediata e imprescindível retificação da classe processual, assunto e natureza da demanda, a fim de que os relatórios estatísticos, relatórios de Metas/CNJ e de monitoramento da Vara reflitam a real quantidade e tipos das ações que aqui tramitam (ex.: ação de conhecimento para cumprimento de sentença/execução; auto de apreensão em flagrante ou procedimento (inquisitorial) para apuração de ato infracional para ação para apuração de ato infracional - ou classe equivalente; ação monitória para cumprimento de sentença).
5. A intimação de atos judicantes dirigida a advogados constituídos dá-se por meio de publicação no Diário da Justiça eletrônico – DJe, conforme Lei n. 11.419/2006; CPC, art. 205, § 3º; art. 224; art. 231, VII; Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017; Pedido de Providência CNJ n. 0002470-04.2018.2.00.0000, art. 5º da Resolução CNJ n. 234/2016 e Resolução CNJ n. 455/2022, art. 11, § 3º.
Com efeito, à intimação do causídico precede a disponibilização ou divulgação do ato no DJe. Com a divulgação no DJe, dá-se a publicação da manifestação judicial e, ato contínuo, a intimação dos d. advogados. É o que diz o art. 224, § 2º, do CPC: "Considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico." Dispõe ainda o seu § 3º: "A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação."
Logo, eventual recebimento de informações inerentes à prática de atos judicantes por advogados via e-mail (sistema push) tem efeito meramente informativo, de jeito que não há falar em intimação de advogados a partir de simples consulta processual ao PJe ou via sistema push. Ver ainda SEI n. 0003496-42.2017.8.22.8800, Ofício-CGJ n. 982/2017, de 22/12/2017; Ofício Circular-CGJ n. 216/2017; Ofício Circular-CGJ n. 31/2018 e Informação-CGJ n. 629/2018. Assim, regra geral, a mera consulta aos autos eletrônicos no Sistema PJe ou o recebimento de informações sobre a prática de atos processuais via e-mail (sistema push) não implicam em divulgação, publicação ou intimação das partes e de seus advogados constituídos. Por sua vez, apenas advogados e procuradores públicos, assim como a Defensoria Pública e o Ministério Público gozam da chamada "intimação pessoal" via Sistema PJe.
Reitere-se que, nos termos do Provimento CGJ-TJRO n. 26/2017, publicado no DJe n. 234, de 20/12/2017, p. 52, no primeiro grau de jurisdição, a publicação dos atos processuais no Diário de Justiça eletrônico – DJe do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia substitui qualquer outro meio oficial de comunicação, para fins de intimação, à exceção dos casos em que a lei exigir vista ou intimação pessoal (art. 1º).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76872-869
FORMAL DE PARTILHA
PASSADO EM FAVOR DA MEEIRA e dos HERDEIROS:
MARIA DAS DORES ALVES BATISTA, brasileira, viúva, professora, portadora de CPF nº: 469.308.172-87 e de Cédula de Identidade RG nº: 676.303 SSP/ES, residente e domiciliada na Rua Carlos de Lima, nº 1315. Bairro Novo Horizonte. CEP: 76.929-000, na cidade de Urupá, comarca de Alvorada do Oeste/RO;
ALEXANDRE ALVES BATISTA, brasileiro, casado, enfermeiro, portador de CPF nº: 663.274.312-91 e de Cédula de Identidade RG nº: 695.396 SSP/RO, residente e domiciliado na Rua São Manoel, nº 1010. Bairro Jardim Presidencial III. CEP: 76.901-050, na cidade e comarca de Ji-Paraná/RO;
JANAYNA ALVES BATISTA, brasileira, casada, bancária, portadora de CPF nº: 013.557.357-26 e de Cédula de Identidade RG nº: 100.818-6 SSP/ES, residente e domiciliada na Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 65. Bairro União. CEP: 76.920-000, na cidade e comarca de Ouro Preto do Oeste/RO;
MIRELLY ALVES BATISTA, brasileira, casada, pedagoga, portadora de CPF nº: 632.982.872-53 e de Cédula de Identidade RG nº: 671.245 SSP/RO, residente e domiciliada na Rua Francisco Alves Pinto, nº 4402. Bairro Bom Jesus. CEP: 76.874-164, na cidade e comarca de Ariquemes/RO;
WESLEY ALVES BATISTA, brasileiro, casado, professor, portador de CPF nº: 013.540.327-80 e de Cédula de Identidade RG nº: 100.820-3 SSP/ES, residente e domiciliado na Rua Mário Ney Nunes, nº 1348. Bairro União. CEP: 76.929-000, na cidade de Urupá, comarca de Alvorada do Oeste/RO;;
EXTRAÍDO DOS AUTOS DE INVENTÁRIO, SOB O Nº 7001606-53.2022.8.22.0011 para título e conservação de seus direitos.
O(A) Doutor(a) LUIS DELFINO CESAR JUNIOR, Juiz de Direito da Alvorada do Oeste - Vara Única, do Estado de Rondônia, na forma da lei, etc...
F A Z S A B E R que, perante este Juízo e Cartório respectivo, processaram-se regularmente os termos da Ação de Inventário, dos bens deixados por falecimento de OTANIEL ALVES BATISTA, portador(a) do CPF nº493.787.407-15 e RG nº 00001021170 SSP/RO. Feita partilha, foi esta homologada por sentença em 26/10/2022 e transitada em julgado em 25/11/2022. E para conservação de seus direitos requerem o presente Formal de Partilha, que tivera o seu princípio pela distribuição e dentre outras peças as seguintes elencadas. Ficam ressalvados direitos de terceiros e também eventual erro ou omissão.
I)Petição Inicial (ID:81218088)
II)Documentos pessoais da de cujus e Certidão de casamento (ID:81218093)
III) Certidão de Óbito (ID:81218093)
IV)Termo de compromisso inventariante (ID:81218090)
V)Primeiras declarações (ID:81218088)

VI)Procurações (ID:81218089)
VII)Documentos Pessoais do Meeiro e dos herdeiros (ID:81218095); (ID:81218096); (ID:81218100); (ID:81220252)
VIII)Certidões Negativas da Fazenda Federal, Estadual e Municipal (ID:81220260); (ID:81220261)
IX)Certidão de Domínio/Posse (ID:81220254); (ID:81220255)
X)Imposto Transmissão causa mortis e doações - ITCMD (ID:81415715)
XI)Manifestação da Fazenda Pública de Rondônia (ID:90425267)
XII)Sentença (ID:83500534)
XIII)Certidão de Trânsito em julgado (ID:92510257)
Nada mais se continha nos referidos autos de Inventário, que devesse ser transcrito no presente Formal de Partilha, constituído das peças, que deste ficam fazendo parte integrante, o qual mando que se cumpra e guarde tão inteiramente como dele se contém e declara, rogando as autoridades deste país que lhe deem inteiro cumprimento e justiça.
DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Alvorada do Oeste do Estado de Rondônia, em 27 de junho de 2023
Magistrado (a)
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76872-869,(69) 34122540
Processo nº : 7001266-75.2023.8.22.0011 Requerente: DEPRECANTE: SILVA E VIGOLO LTDA Advogado: Advogado do(a) DEPRECANTE: GIDALTE DE PAULA DIAS - PR56511
Requerido(a): DEPRECADO: LUCAS CINTRA DE SOUZA PINHEIRO Advogado: INTIMAÇÃO AO REQUERENTE
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS sob pena de arquivamento.
Alvorada D'Oeste, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76872-869
FORMAL DE PARTILHA
PASSADO EM FAVOR DO MEEIRO e dos HERDEIROS:
GERSON ROCHA DE OLIVEIRA, brasileiro, natural de Ji Paraná/RO, solteiro, maior e capaz, agricultor, portador da CIRG n. 1154033 SSP/RO inscrita no CPF/MF sob o n. 604.647.122-20, residente e domiciliada na Linha 114, km 02, poste 14, zona rural, neste município de Alvorada do Oeste/RO;
JESLAINE DA ROCHA OLIVEIRA, brasileira, natural de Ji-Paraná/RO, solteira, maior e capaz, agricultora, portadora de CTPS n. 3666597, Série 001/RO, inscrita no CPF/MF sob n. 012.248.252-25, residente e domiciliada na Rua Usina, n. 1394, Distrito de Terra Boa, nesta cidade de Alvorada do Oeste/RO;
ADILSON DE OLIVEIRA, brasileiro, natural de Central de Minas/MG, solteiro, maior e capaz, motorista, portador da CIRG n. 228.597 SSP/RO inscrito no CPF/MF sob n. 191.211.052-00, residente e domiciliado na Rua Herminio Victorelli, n. 1744, neste município de Ji-Paraná/RO;
ALCINO DE OLIVEIRA SANCHES, brasileiro, natural de Central de Minas/MG, separado judicialmente, conforme certidão de Casamento extraída da matricula 095810 01 55 2008 2 00079 098 0017348 71 do Oficio de Registro Civil das Pessoas Naturais da Cidade de Ji-Paraná/RO;
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA, brasileira, natural de Central de Minas/MG, solteira, maior e capaz, agricultora, portadora de CIRG n. 0756801-0 SSP/MT inscrita no CPF/MF sob n. 203.792.502- 68, residente e domiciliada na Avenida Babaçu, n. 33 – Buritis I, nesta cidade de Primavera do Leste/MT;
LAZARO PEREIRA COUTINHO NETO, brasileiro, maior e capaz, natural de Murumby/PR, portador da CIRG n. 32645445 SSP/PR inscrito no CPF/MF sob o n. 574.829.009-00, casado com Beatriz de Souza Porto, maior e capaz, natural de Ivaiporã/PR, portadora da CIRG n. 000416721 SSP/RO inscrita no CPF/MF sob o n. 304.593.202- 97, ambos brasileiros, casados entre si sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei n. 6.515/77, conforme certidão de Casamento lavrada sob o termo n. 754, no livro B04, às folhas 154 em 04/06/1993, no CRC de Alvorada do Oeste/RO;
RICARDO FEBRONIO ROCHA DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, maior e capaz, vendedor, portador inscrito no CPF/MF sob n. 012.099.102-09, residente e domiciliado na Rua Projetada V, n. 1793 – Bairro Jardim Califórnia, neste município de Sinop/MT; RITA CASSIA ROCHA DE OLIVEIRA, brasileira, natural de Ji-Paraná/RO, divorciada, vendedora, portadora CTPS n. 1968313, Série 0050/MT, inscrita no CPF/MF sob n. 012.099.082-20, residente e domiciliada na Rua Garça, n. 49, Condomínio Residencial Tuiuiú, nesta cidade de Primavera do Leste/MT;
EXTRAÍDO DOS AUTOS DE INVENTÁRIO, SOB O Nº 7001696-61.2022.8.22.0011 para título e conservação de seus direitos.
O(A) Doutor(a) LUIS DELFINO CESAR JUNIOR, Juiz de Direito da Alvorada do Oeste - Vara Única, do Estado de Rondônia, na forma da lei, etc...
F A Z S A B E R que, perante este Juízo e Cartório respectivo, processaram-se regularmente os termos da Ação de Inventário, dos bens deixados por falecimento de MARIA TEREZA JOSE DA ROCHA, portador(a) do CPF nº 386.615.512-34 e RG nº 38805023-B SSP/SP. e JOSÉ DE OLIVEIRA portador(a) do CPF nº 090.488.362-87 e RG nº 145406 SSP/RO. Feita partilha, foi esta homologada por sentença em 09/03/2023 e transitada em julgado em 11/05/2023. E para conservação de seus direitos requerem o presente Formal de Partilha, que tivera o seu princípio pela distribuição e dentre outras peças as seguintes elencadas. Ficam ressalvados direitos de terceiros e também eventual erro ou omissão.
I)Petição Inicial (ID:81665147)
II)Documentos pessoais da de cujus e Certidão de casamento (ID:81666984)

III) Certidão de Óbito (ID:81666984)
IV)Primeiras declarações (ID:81665147)
V)Procurações (ID:85219000); (ID:82976887); (ID:82976888); (ID:82976889); (ID:81666991)
VI)Documentos Pessoais do Meeiro e dos herdeiros (ID:85219000); (ID:81666993); ID(:81666994); (ID:81666995); (ID:81666996); (ID:81666997); (ID:81670691); (ID:81671459)
VII)Últimas declarações e esboço de partilha (ID:81673604)
VIII)Certidões Negativas da Fazenda Federal, Estadual e Municipal (ID:81671452); (ID:81671457); (ID:81671458); (ID:81671459); (ID:81671460); (ID:81671461); (ID:81671466); (ID:81671467); (ID:81671468); (ID:81671470); (ID:81671471);(ID:81671472)
IX)Certidão de Domínio/Posse (ID:81672184); (ID:81673604)
X)Imposto Transmissão causa mortis e doações - ITCMD (ID:81670693); (ID:81670698)
XI)Sentença (ID:84137276)
XII)Certidão de Trânsito em julgado (ID:90963520)
Nada mais se continha nos referidos autos de Inventário, que devesse ser transcrito no presente Formal de Partilha, constituído das peças, que deste ficam fazendo parte integrante, o qual mando que se cumpra e guarde tão inteiramente como dele se contém e declara, rogando as autoridades deste país que lhe deem inteiro cumprimento e justiça.
DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Alvora da Oeste do Estado de Rondônia, em 12 de junho de 2023
Magistrado (a)
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76872-869
Processo : 7001634-55.2021.8.22.0011
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: APARECIDO SOARES e outros (2)
Advogado do(a) REQUERENTE: VALDSON JOSE DOS SANTOS - RO10789
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Fica a parte REQUERENTE, por meio de seu advogado, no prazo de 5 (cinco) dias, intimada para juntar aos autos o comprovante de levantamento do alvará expedido.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76872-869
Processo : 7000519-67.2019.8.22.0011
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ROSA BALDOINO
Advogado do(a) EXEQUENTE: LILIAN SANTIAGO TEIXEIRA NASCIMENTO - RO4511
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Fica a parte REQUERENTE, por meio de seu advogado, no prazo de 5 (cinco) dias, intimada para juntar aos autos o comprovante de levantamento do alvará expedido.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76872-869
Processo : 7001400-10.2020.8.22.0011
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ROSILENE BARBOSA DE CARVALHO PEREIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: JUCELIA DE PAULA PEREIRA ARMANDO - RO10570
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Fica a parte REQUERENTE, por meio de seu advogado, no prazo de 5 (cinco) dias, intimada para juntar aos autos o comprovante de levantamento do alvará expedido.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76872-869
Processo : 7002398-41.2021.8.22.0011
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: EDILEUZA RODRIGUES DA COSTA SOUZA
Advogados do(a) REQUERENTE: MARCELO PERES BALESTRA - RO4650, THADEU FERNANDO BARBOSA OLIVEIRA - RO3245
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação Fica a parte REQUERENTE, por meio de seu advogado, no prazo de 5 (cinco) dias, intimada para juntar aos autos o comprovante de levantamento do alvará expedido.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76872-869
Processo : 7001504-31.2022.8.22.0011
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)

EXEQUENTE: NELSON MIGUEL DE SOUZA
Advogado do(a) EXEQUENTE: FABIANA MODESTO DE ARAUJO - RO0003122A
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76872-869,(69) 34122540
Processo nº : 7001218-19.2023.8.22.0011 Requerente: AUTOR: ALGIMIRO GONCALVES DE SA Advogado: Advogado do(a) AUTOR: NARA CAROLINE GOMES RIBEIRO - RO0005316A
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte requerente intimada a apresentar impugnação à contestação (RÉPLICA) e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 15 dias.
Alvorada D'Oeste, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76872-869,(69) 34122540
Processo nº : 7001489-62.2022.8.22.0011 Requerente: AUTOR: CUSTODIA RODRIGUES DE PAULA Advogado: Advogado do(a) AUTOR: JEFERSON GOMES DE MELO - RO8972
Requerido(a): REU: BANCO PAN S.A. Advogado: Advogado do(a) REU: WILSON BELCHIOR - RO6484
Intimação PARTES
Por determinação do juízo, fica a parte beneficiada INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, a tomarem conhecimento dos cálculos realizados.
Alvorada D'Oeste, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76872-869
Processo : 7001355-45.2016.8.22.0011
Classe : USUCAPIÃO (49)
AUTOR: JOSE FRANCISCO NATAL
Advogados do(a) AUTOR: ATALICIO TEOFILO LEITE - RO7727, DANIELE MACEDO LAZZAROTTO - RO5968, NANDO CAMPOS DUARTE - RO7752
AUTOR: IGREJA EVANGELICA LUTERANA DO BRASIL e outros
Advogado do(a) AUTOR: JEFERSON GOMES DE MELO - RO8972
Advogado do(a) AUTOR: ANANIAS PINHEIRO DA SILVA - RO1382
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca da impugnação juntada pela parte adversa (ID 93112186), nos termos do Despacho ID 92268909 .

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76872-869
Processo : 7001415-08.2022.8.22.0011
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI
Advogados do(a) AUTOR: ANA PAULA SANCHES - RO9705, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS - RO2930, FERNANDA ALTOE - RO10179, GEISIELI DA SILVA ALVES - RO9343, NOEL NUNES DE ANDRADE - RO1586, PATRICIA PEREIRA DE ANDRADE - RO10592, PRISCILA MORAES BORGES - RO6263, TAYNARA RUTH GONCALVES DA SILVA - RO10145
REU: RAIANA DO CARMO SANTANA
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS REPETIÇÃO DE ATO
Fica a parte AUTORA intimada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, CÓDIGO 1008.1, conforme estabelecido no art. 19 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001963-38.2019.8.22.0011

Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto: Busca e Apreensão
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: PATRICIA PEREIRA DE ANDRADE, OAB nº RO10592, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586
REU: GILMAR RODRIGUES DA SILVA, RUA CARLOS CHAGAS 5157 CIDADE ALTA - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA, LEANDRO BETONTE, RUA JOSÉ DE ALENCAR 3715 3 PODERES - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA, RODRIGUES & BETONTE LTDA - ME, AVENIDA 3 PODERES 4895 3 PODERES - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Defiro o pedido de Id. 91931557 e concedo o prazo de 60 dias, a fim de possibilitar diligências pelo exequente, quer seja, a venda do veículo cujo direito se testificou na sentença proferida nesses autos.
Decorrido o prazo, intime-se para manifestação no prazo de 05 dias e conclusos.
Cumpra-se. Intime-se.
Expeça-se o necessário.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001326-82.2022.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Direito de Imagem, Direito de Imagem
AUTOR: MADALENA MARIA DE OLIVEIRA, URBANO 1407 RUA MOISES RODRIGUES - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCOS ANTONIO ODA FILHO, OAB nº RO4760, LIVIA DE SOUZA COSTA, OAB nº RO7288
REU: BANCO CETELEM S.A., ALAMEDA RIO NEGRO 161, 17 ANDAR ALPHAVILLE INDUSTRIAL - 06454-000 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: MARIA DO PERPETUO SOCORRO MAIA GOMES, OAB nº PA24039, PROCURADORIA DO BANCO CETELEM S/A
SENTENÇA
Vistos.
Pelo que depreendo os autos, a parte executada adimpliu com o débito integralmente.
Desta feita, JULGO EXTINTA A AÇÃO, com arrimo no artigo 924, II, do Código de Processo Civil, em razão da satisfação da obrigação executada.
Tendo em vista que não foram localizado dados bancários para expedir alvará eletrônico em favor da parte autora.
Custas na forma da lei, sendo necessário proceda-se a inscrição em dívida ativa e protesto. Pratique-se o necessário.
Ante o cumprimento com a obrigação, antecipo o trânsito em julgado nesta data (CPC, art. 1.000, parágrafo único).
P.R.I. e, oportunamente, arquivem-se os autos, promovendo-se as baixas devidas no sistema.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7002362-96.2021.8.22.0011
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Enquadramento
EXEQUENTE: JOSEFA DOS SANTOS, LINHA C5 LOTE 11, KM 09 GLEBA 11 - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: UILIAN HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO6805, UELTON HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO8862, NARA CAROLINE GOMES RIBEIRO, OAB nº RO5316A
NÃO DENUNCIADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPA, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 4872 ALTO ALEGRE - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE URUPÁ
SENTENÇA
Trata-se a presente de execução contra Fazenda Pública.
A(s) Requisição(ões) de Pequeno Valor foi(ram) devidamente depositada(s), tendo a parte exequente pugnado pela extinção do feito.
Posto isso, considerando o cumprimento integral da obrigação, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, nos termos do art. 924, inciso II, c/c. art. 925, ambos do CPC.
Sem custas ou despesas processuais.
Transitada em julgado, nada mais havendo, arquivem-se os autos.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000753-44.2022.8.22.0011
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária
REQUERENTE: NILMA DIAS MOTA SILVA, LINHA 44, LOTE 66 B, GLEBA 10 s/n, CASA RURAL - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARIA HELENA DE PAIVA, OAB nº RO3425
REQUERIDOS: G. E. D. I., RUA PRESIDENTE VARGAS, - ATÉ 764/765 CENTRO - 76900-020 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA PRESIDENTE VARGAS 616, INSS CENTRO - 76900-020 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO, PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DESPACHO
Vistos.
Recebo a manifestação da Autarquia Previdenciária de que foi reiterada junto à CEAB/DJ, a implantação do benefício deferido nesses autos. Dessa forma, por ora, deixo de aplicar a multa para fins de cumprimento e concedo o prazo de 15 dias, a fim de possibilitar diligências pelo executado
Decorrido o prazo, intime-se o exequente para manifestação no prazo de 05 dias e após, conclusos.
Intime-se. Cumpra-se.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000776-53.2023.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Cartão de Crédito
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI, AVENIDA XV DE NOVEMBRO 140 JARDIM TROPICAL - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930
REU: FABIO JOSE MOCCELIN, AVENIDA DOS PIONEIROS 4849 CENTRO - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Em atenção ao pedido da exequente, realizei pesquisa de endereço do executado no sistema SISBAJUD, conforme extrato em anexo.
Deste modo, fica a parte exequente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar se pretende que seja realizada a tentativa de citação, bem como recolher as custas para realização da diligência.
Vindo resposta, sem nova conclusão, proceda a citação conforme requerido, caso seja endereço diverso do já diligenciado nos autos. Não sendo o caso de diligência, manifeste o exequente no mesmo prazo, acerca do que entender de direito sob pena de suspensão.
SERVE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001893-84.2020.8.22.0011
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Concessão
REQUERENTES: ALANA PEREIRA DA SILVA, RUA TANCREDO NEVES 1377 DISTRITO DE TERRA BOA - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA, JORGE HENRIQUE PEREIRA CELOS, RUA TANCREDO NEVES 1377 DISTRITO DE TERRA BOA - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: ROSE ANNE BARRETO, OAB nº RO3976
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA MARECHAL RONDON, - DE 2867 AO FIM - LADO ÍMPAR DOIS DE ABRIL - 76900-877 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de sentença proposto por J. H. P. C, representado por sua genitora ALANA PEREIRA DA SILVA em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Foram expedidas requisições de pagamento e Alvará (IDs 85845898, 87361535 e 87306931).
Intimada do alvará expedido, a exequente confirmou o recebimento e destinação (IDs 91712361 e 79370908).
O Ministério Público apresentou parecer favorável (ID 93141010).

Pois bem. DECIDO.
Ante a informação do pagamento integral do débito, dá-se por satisfeita a obrigação.
Por consequência, JULGO EXTINTA a presente execução, nos termos do art. 924, inciso II, c/c. art. 925, ambos do CPC.
Sem custas pela autarquia executada, na forma do inciso I, do art. 5º, da Lei 3.896/2016.
Transitada em julgado, arquivem-se os autos.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001983-29.2019.8.22.0011
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Adicional de Horas Extras
EXEQUENTE: RITA APARECIDA FERREIRA COSTA, RUA VINICIUS DE MORAES . CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se a presente de execução contra Fazenda Pública.
A(s) Requisição(ões) de Pequeno Valor foi(ram) devidamente depositada(s), tendo a parte exequente pugnado pela extinção do feito.
Posto isso, considerando o cumprimento integral da obrigação, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, nos termos do art. 924, inciso II, c/c. art. 925, ambos do CPC.
Sem custas ou despesas processuais, em razão do rito.
Transitada em julgado, nada mais havendo, arquivem-se os autos.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001700-06.2019.8.22.0011
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Promoção / Ascensão
EXEQUENTE: WESLEY ALVES BATISTA, RUA MARIO NEY NUNES 1348 CENTRO - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: UELTON HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO8862, GILBER ROCHA MERCES, OAB nº RO5797, UILIAN HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO6805, NARA CAROLINE GOMES RIBEIRO, OAB nº RO5316A
NÃO DENUNCIADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE URUPÁ
SENTENÇA
Trata-se a presente de execução contra Fazenda Pública.
A(s) Requisição(ões) de Pequeno Valor foi(ram) devidamente depositada(s), tendo a parte exequente pugnado pela extinção do feito.
Posto isso, considerando o cumprimento integral da obrigação, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, nos termos do art. 924, inciso II, c/c. art. 925, ambos do CPC.
Sem custas ou despesas processuais.
Transitada em julgado, nada mais havendo, arquivem-se os autos.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001475-44.2023.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Invalidez Permanente
AUTOR: MARIA GONCALVES LINHARES, RUA DOS PIONEIROS 4844, CASA CENTRO - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARIA HELENA DE PAIVA, OAB nº RO3425
REU: I., AV 16 DE JUNHO COM RUA NOROESTE SN CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)

DECISÃO
Recebo a emenda para processamento.
Trata-se de ação previdenciária de auxílio doença ou aposentadoria por invalidez com pedido de tutela antecipada, movida por MARIA GONÇALVES LIARES , em face do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.
O requerente narra que está acometimento de patologias incapacitantes e de alta gravidade, sem capacidade de exercer atividade laborativa, pleiteou o benefício na via administrativa, o indeferimento ocorreu em razão da falta de incapacidade laborativa (ID 93304432).
É o relatório.
Defiro a gratuidade da justiça, ante a comprovação da hipossuficiência, conforme restou comprovado por meio do documento que instruiu a inicial (ID 93304410).
Quanto ao pedido de tutela da parte Autora reivindica que a Autarquia Requerida seja compelida a promover a imediata reimplementação do Auxílio Doença c/c conversão em aposentadoria por invalidez.
Analisando sumariamente a prova carreada aos autos e a argumentação trazida na inicial, verifica-se que o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo não restou bem caracterizado na hipótese, visto que apesar dos fatos narrados na inicial e os documentos anexados aos autos, não logrou êxito perante a Autarquia Ré, conforme demonstrado a decisão indicada supra.
De outro lado, a plausibilidade da argumentação e a probabilidade do direito, ao menos nesta análise sumária, não é suficiente para subsidiar o pleito de urgência, pois não existe nos autos provas robustas que autorizem, com base nos documentos trazidos na exordial, o deferimento do pleito em caráter antecipatório, sendo necessária ao caso em apreço a dilação probatória para melhor subsidiar eventual deferimento do pedido.
Destaca-se, ainda, que o pagamento antecipado de prestações pecuniárias de natureza previdenciária, sem qualquer garantia concreta de cabal e imediato ressarcimento, expõe o patrimônio público a evidente risco de dano irreparável, por ser praticamente irreversível e, assim, carece de amparo legal.
Assim, verifica-se a necessidade de contraditório, análise da incapacidade do autor e demais requisitos para concessão do benefício pretendido.
Nesse sentido, corroboro dos seguintes entendimentos dos Tribunais Regionais Federais:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUXÍLIO-DOENÇA. TUTELA DE URGÊNCIA. INDEFERIMENTO. INSTRUÇÃO PROCESSUAL. RECURSO DO INSS. PROVIMENTO. 1. Não havendo nos autos prova consistente, com elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, é de ser indeferida tutela de urgência em pedido de concessão de auxílio-doença. 2. Na hipótese dos autos, necessária a instrução processual para a devida complementação probatória da alegada incapacidade da parte agravante, mormente perícia médica judicial (TRF-4 - AG: 50417293920184040000 5041729-39.2018.4.04.0000, Relator: ALTAIR ANTONIO GREGÓRIO, Data de Julgamento: 26/02/2019, QUINTA TURMA).
PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUXÍLIO-DOENÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. CONFLITO ENTRE LAUDOS. PERÍCIA MÉDICA NÃO REALIZADA. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. DECISÃO MANTIDA. 1. A antecipação dos efeitos da tutela (atual tutela provisória de urgência) somente poderá ser concedida quando, mediante a existência de prova inequívoca, se convença o juiz da verossimilhança da alegação e ocorrer fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou ficar caracterizado abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (art. 300 do NCPC). 2. O benefício de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez é devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido por lei, fica incapacitado para o seu trabalho ou sua atividade habitual. A Lei 8.213/91, em seu art. 62, informa, ainda, que o segurado não perderá o direito ao benefício até ser dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência. 3. A garantia do benefício, nos moldes pretendidos pela parte autora, depende da comprovação por junta médica oficial do mal que a acomete. 4. In casu, o feito carece de dilação probatória, uma vez que não foi realizada perícia médica no juízo processante. Além disso, os elementos acostados aos autos não se revestem de prova inequívoca a comprovar, de plano, a incapacidade laboral da parte autora. 5. A existência de conflito entre a conclusão da perícia médica realizada pela autarquia previdenciária e de outros laudos particulares quanto à capacidade laborativa da parte autora afasta a prova inequívoca da verossimilhança do direito alegado, uma vez que a solução da controvérsia, nesse caso, reclama produção de prova pericial. Precedentes. 6. Decisão de indeferimento da antecipação de tutela mantida. 7. Agravo de Instrumento desprovido. (AG 0031709-63.2015.4.01.0000, DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO NEVES DA CUNHA, TRF1 - SEGUNDA TURMA, PJe 18/11/2020 PAG.).
Ao teor do exposto, INDEFIRO O ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA PRETENDIDA pelo Requerente, com supedâneo na fundamentação acima.
Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual, deixo de designar audiência de conciliação por tratar-se o réu de ente público federal.
Nos termos da Recomendação Conjunta 01, de 15 de dezembro de 2015, do Conselho Nacional da Justiça, visando primar pela celeridade desta ação e oportunidade de acordo entre as partes, motivo pelo qual determino a realização da prova pericial médica antes da citação e apresentação de contestação.
Para tanto, nomeio o médico perito o Dr. WHEKSCLEY COIMBRA VAZ INOCÊNCIO DA SILVA, CRM 4468/RO, clínico geral com especialização em medicia do trabalho e pós graduado em perícias médicas, que pode ser contatado através do endereço eletrônico periciasmedicasrondonia@gmail.com a fim de que examine o réu.
O prazo para a juntada do laudo pericial é 15 (quinze) dias, a contar da realização do exame técnico.
Advirto o perito que, decorrido o prazo sem a apresentação do documento em epígrafe, não haverá pagamento dos honorários periciais. Em caso de recusa, o(a) médico(a) perito(a) deverá informar nos autos no prazo de 05 (cinco) dias.
Quanto ao valor dos honorários periciais, em atenção aos parâmetros trazidos, a título de sugestão, pelos artigos 25 e 28 da Resolução nº. 305/2014, do Conselho da Justiça Federal (CJF), bem como à presença de maior complexidade da perícia, ao zelo a ser dispensado pela profissional, às diligências que envolvem o ato, ao grau de especialização da expert e ao local de sua realização, aliado, ainda, à época em que restou editado o ato normativo acima indicado, ao indispensável critério de proporcionalidade a informar a decisão judicial neste tocante – de maneira a preservar a justa remuneração do trabalho do (a) perito (a) e evitar, de outra banda, gastos excessivos e desarrazoados ao Poder Público – e, finalmente, às relevantes informações prestadas pelo Juízo federal de 1ª instância, no que toca à questão orçamentária afeta ao tema, fixo os honorários periciais em R$500,00 (quinhentos reais), que deverão ser pagos na forma da Resolução, visto que a parte autora é beneficiária da assistência judiciária gratuita.
Justificação a ser informada na requisição de pagamento de honorários médicos periciais:

a) Além de todas as especificidades consignadas, justificam-se os honorários enquanto o valor mínimo da tabela do CJF (R$ 200,00) depois de descontados os tributos de IR (27,5%) e ISS (aproximadamente 5%) será reduzido para quantia irrisória e incapaz de remunerar o trabalho complexo que será realizado pelo perito, que comprometerá demasiadamente o tempo de avaliação da parte com exame clínico e avaliará todos os documentos médicos e exames apresentados, além de ter que elaborar laudo respondendo a um elevado número de quesitos.
b) Não fosse somente isso, o perito ainda se desloca de sua cidade de residência até esta Comarca para atender exclusivamente às demandas deste juízo, despesa que torna o valor mínimo da tabela do CJF ainda mais inexpressivo frente a demanda que lhe é imposta.
c) Ademais, embora o juízo tenha diligenciado exaustivamente na busca de médicos que aceitem realizar as perícias previdenciárias, a recusa em massa é a resposta dos profissionais da região, ainda que fixados os honorários em R$ 500,00. Com efeito, desde maio de 2017 já foram nomeadas mais de duas dezenas de diferentes médicos da região, de diversas especialidades, tendo a negativa dos profissionais sido a regra desde então, gerando significativo atraso no andamento das ações e onerando ainda mais os processos ao PODER JUDICIÁRIO, enquanto é preciso renovar todos os atos processuais inerentes às novas nomeações, resultando em prejuízo à parte que, beneficiária da justiça gratuita, não tem condições de arcar com o pagamento de uma perícia médica judicial.
d) Veja-se, inclusive, que uma mera consulta com um médico especialista na região chega a custar valor maior que o ora fixado (R$ 500,00), sendo mais um fator que inviabiliza o interesse dos profissionais em realizem complexas perícias previdenciárias judiciais pelo valor mínimo da tabela do CJF, considerando que já houve médico especialista que condicionou a realização da perícia ao pagamento de honorários não inferiores à R$ 1.500,00.
Os fundamentos supracitados deverão constar na requisição perante o sistema AJG/TRF 1ª Região.
Caso o(a) médico(a) nomeado(a) entenda que a perícia em questão é mais complexa e/ou que o valor ora arbitrado se mostra insuficiente e inadequado para a adequada remuneração do serviço prestado, poderá apresentar manifestação fundamentada a respeito, justificando o pedido de majoração, no prazo de 05 (cinco) dias.
O/A Sr.(ª) Médico(a) Perito(a) deverá responder aos quesitos constantes na Recomendação Conjunta nº 1/2015 (anexos), os quais foram elaborados contemplando todas as situações possíveis de análise.
Determino a CPE que inclua o(a) profissional nomeado(a) junto ao sistema PJe, caso tenha cadastro e INTIME-O(A), via sistema, para que informe se aceita a nomeação, no prazo de 05 (cinco) dias.
Para a intimação do(a) médico(a), caso não seja feita pelo sistema, o cartório deverá encaminhar, anexo, esta decisão e o Anexo contendo os quesitos, via e-mail/outro meio adequado.
A perícia será realizada no dia 19/08/2023, às 10:10min, no Laboratório Dom Bosco, localizado na rua 5 de Setembro, nº 4860, B. Centro, CEP 76930-000, Alvorada do Oeste - RO.
Saliento que cabe ao(à) advogado(a) da parte apresentá-la na perícia ou informá-la da data e do local, independentemente de intimação judicial.
Também é incumbência do(a) causídico(a) informar ao periciando que este deverá levar consigo cópias dos seguintes documentos: RG, CPF, comprovante de residência, receituário com medicação em uso, se for o caso, bem como todos os exames originais que porventura tenham sido realizados por outros médicos (raios-X, tomografias, ressonâncias e outros).
Havendo quesitos idênticos ou visando ao mesmo esclarecimento, o (a) senhor (a) perito (a) fica autorizado (a) a respondê-los em bloco, evitando delongas desnecessárias, mas assinalo que todos deverão ser respondidos.
As partes têm o prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação da presente decisão, para arguir impedimento ou suspeição, indicar assistente técnico e apresentar quesitos (incisos I, II e III, do §1º, do artigo 465 do Código de Processo Civil).
Com a juntada do laudo, independente de nova conclusão, CITE-SE e INTIME-SE o INSS, via sistema Pje, para apresentar proposta de acordo ou contestação e impugnação no prazo de 30 (trinta) dias.
Apresentada a manifestação do INSS, INTIME-SE a parte autora via diário da justiça eletrônico, por intermédio do(a) advogado(a), para manifestação em 15 (quinze) dias, após conclusos para julgamento.
Intime-se o/(a) médico(a) perito(a) pelo sistema PJe ou, no caso de impossibilidade, por e-mail, ou outra forma adequada.
Intime-se autor via DJE e INSS por sistema Pje.
Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO DO PERITO VIA SISTEMA PJE/E-MAIL:
PERITO: Dr. WHEKSCLEY COIMBRA VAZ INOCÊNCIO DA SILVA, CRM 4468/RO, clínico geral com especialização em medicia do trabalho e pós graduado em perícias médicas, que pode ser contatado através do endereço eletrônico periciasmedicasrondonia@gmail.com a fim de que examine o réu.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001852-54.2019.8.22.0011
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Auxílio por Incapacidade Temporária
REQUERENTE: LUCIANO SOARES DE OLIVEIRA, LINHA C-04 GLEBA 12, ZONA RURAL LOTE 47 - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: NARA CAROLINE GOMES RIBEIRO, OAB nº RO5316A
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Requisitadas as PRVs (0001688.2023.8.00739 e 0001689.2023.8.00739).
Intimados para se manifestarem sobre o inteiro teor das RPVs expedidas, não houve impugnação das partes.
Portanto, nesta data procedi à assinatura das RPV's no sistema E-PrecWeb.
Determino a baixa dos autos, para aguardar o pagamento no arquivo provisório.

Comunicado o depósito nos autos, sem nova conclusão, expeça-se um alvará para o débito principal e outro para os honorários advocatícios sucumbenciais, com prazo de validade de 30 (trinta) dias, devendo a parte credora comprovar o levantamento em até 10 (dez) dias.
Na hipótese de pedido de transferência eletrônica, ressalto que a parte e o advogado constituído deverá indicar todos os dados bancários, sob pena de expedição de alvará judicial de levantamento.
Em caso de conta bancária em nome do causídico, deverá possuir poderes para receber e dar quitação, já em caso de conta bancária em nome do escritório de advocacia, deverá este estar presente na procuração, na qualidade de outorgado.
Ressalto que somente poderá ser expedido alvará ou transferência para o advogado que assistiu à parte se houver procuração nos autos com poderes para receber valores, alvarás e dar quitação.
Comprovado o levantamento, conclusos para extinção.
Intime-se exequente via DJE e INSS por sistema Pje.
Cumpra-se.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001865-53.2019.8.22.0011
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Auxílio por Incapacidade Temporária, Auxílio-Doença Acidentário, Parcelas de benefício não pagas, Restabelecimento
REQUERENTE: PAULO FERREIRA DE MELO, LINHA 27, POSTE 21 S/N ZONA RURAL - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JEFERSON GOMES DE MELO, OAB nº RO8972
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de sentença proposto por PAULO FERREIRA DE MELO em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Conforme decisão contida ao ID. 92059206, foi expedido Alvará(s) Judicial(is).
Intimada do alvará expedido, a exequente informou o levantamento (ID 93132318).
É o relatório necessário. Decido.
Considerando a informação do pagamento do débito, dá-se por satisfeito o crédito.
Assim, nos termos do art. 924, inciso II, c.c. art. 925, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o cumprimento de sentença pelo pagamento.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquive-se.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, nº 4308, Bairro Centro, CEP 76872-869, Alvorada D'Oeste Processo 7001813-86.2021.8.22.0011
Classe Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Valor da causa R$ 17.519,82dezessete mil, quinhentos e dezenove reais e oitenta e dois centavos
EXEQUENTE: EDIR DE OLIVEIRA PINTO SOUSA, LINHA T 13 KM 12 LOTE 10 - ZONA RURAL - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: UILIAN HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO6805, UELTON HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO8862, NARA CAROLINE GOMES RIBEIRO, OAB nº RO5316A
NÃO DENUNCIADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPA, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 4872 ALTO ALEGRE - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE URUPÁ
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de sentença proposto por EDIR DE OLIVEIRA PINTO SOUSAmovido em face da Prefeitura Municipal de Urupá/RO.
Foram expedidas requisições de pagamento e comprovada a transferência dos valores para a exequente.
Pois bem. DECIDO.
Ante a informação do pagamento integral do débito, dá-se por satisfeita a obrigação.
Por consequência, JULGO EXTINTA a presente execução, nos termos do art. 924, inciso II, c/c. art. 925, ambos do CPC.
Sem custas pela autarquia executada, na forma do inciso I, do art. 5º, da Lei 3.896/2016.
P.R.I.C.
Transitada em julgado, arquivem-se os autos.
Alvorada D'Oeste,17 de julho de 2023
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7002090-73.2019.8.22.0011
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Adicional de Horas Extras
EXEQUENTE: TONY SANDER GOMES DE SOUZA, RUA MARACATIARA 3350 SUMAUMA - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se a presente de execução contra Fazenda Pública.
A(s) Requisição(ões) de Pequeno Valor foi(ram) devidamente depositada(s), tendo a parte exequente pugnado pela extinção do feito.
Posto isso, considerando o cumprimento integral da obrigação, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, nos termos do art. 924, inciso II, c/c. art. 925, ambos do CPC.
Sem custas ou despesas processuais.
Transitada em julgado, nada mais havendo, arquivem-se os autos.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, nº 4308, Bairro Centro, CEP 76872-869, Alvorada D'Oeste Processo: 7001753-50.2020.8.22.0011
Classe: Execução Fiscal
EXEQUENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE URUPÁ
EXECUTADO: CLEONICE LUCIA DE JESUS
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de sentença proposto por PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPA em face de CLEONICE LUCIA DE JESUS.
Foi anexado aos autos, a declaração (ID 93160024), que a executada quitou a CDA nº42/2020, objeto de discussão nesses autos.
Após, o exequente manifestou pela extinção da obrigação.
É o relatório. Decido.
Portanto, adimplida a obrigação, não remanesce qualquer outra matéria para discussão nestes autos.
Assim, com fulcro no art. 924, III do CPC c/c 26 da Lei 6830/80, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO FISCAL.
Considerando a preclusão lógica, o feito transita em julgado nesta data (art. 1.000, parágrafo único do CPC).
Sem custas processuais e honorários advocatícios.
Proceda-se a baixa de eventual restrição do nome do executado junto aos sistemas.
P.R.I. Após as providências necessárias, arquive-se.
Alvorada D'Oeste, 17 de julho de 2023
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7002083-13.2021.8.22.0011
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Enquadramento
EXEQUENTE: IVONE GLORIA DA SILVA, LINHA C5 GLEBA 14, ZONA RURAL LOTE 28 - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: NARA CAROLINE GOMES RIBEIRO, OAB nº RO5316A, UILIAN HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO6805, UELTON HONORATO TRESSMANN, OAB nº RO8862
NÃO DENUNCIADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE URUPÁ
SENTENÇA
Trata-se a presente de execução contra Fazenda Pública.
A(s) Requisição(ões) de Pequeno Valor foi(ram) devidamente depositada(s), tendo a parte exequente pugnado pela extinção do feito.
Posto isso, considerando o cumprimento integral da obrigação, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, nos termos do art. 924, inciso II, c/c. art. 925, ambos do CPC.
Sem custas ou despesas processuais.
Transitada em julgado, nada mais havendo, arquivem-se os autos.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7002032-65.2022.8.22.0011
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Direito de Imagem, Empréstimo consignado, Práticas Abusivas
REQUERENTE: TEREZINHA FATIMA OSS MATURANA, LINHA 15-C, LOTE 26, GLEBA 02 sn ZONA RURAL - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DAIENY PIRES DE JESUS, OAB nº RO11145
REQUERIDO: BANCO PAN S.A., AVENIDA PAULISTA 1374, 16 ANDAR BELA VISTA - 01310-100 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: WILSON BELCHIOR, OAB nº CE17314A, PROCURADORIA BANCO PAN S.A
DESPACHO
Sobreveio aos autos, informação de valores pendentes de levantamento. Ocorre, que esse juízo já deliberou acerca da referida quantia depositada Conta judicial 1824/040/01534282-6, conforme decisão ao ID 92525317.
Dessa forma, cumpra à CPE1G, a parte final " Sobrevindo informação de erro no cumprimento da ordem eletrônica, fica a CPE autorizada a proceder com a expedição de alvará sem necessidade de nova conclusão do processo."
Cumpra-se no prazo de 5 dias.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001455-53.2023.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Abono da Lei 8.178/91
AUTOR: EDVIRGEM MENDES DE SOUZA, RUA MOISÉS RODRIGUES 2035 NOVO HORIZONTE - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCOS ANTONIO ODA FILHO, OAB nº RO4760, LIVIA DE SOUZA COSTA, OAB nº RO7288
REU: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL , RIO MADEIRA 2707, - DE 2671 A 2867 - LADO ÍMPAR EMBRATEL - 76820-763 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Recebo a emenda para processamento.
Trata-se de ação de auxílio doença com conversão em aposentadoria por invalidez com pedido de tutela de urgência, movida por EDVIRGEM MENDES DE SOUZA , em face do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.
O requerente narra que está acometimento de patologias incapacitantes e de alta gravidade, sem capacidade de exercer atividade laborativa, pleiteou o benefício na via administrativa, o indeferimento ocorreu em razão da falta de incapacidade laborativa (ID 93209013).
É o relatório.
Defiro a gratuidade da justiça, ante a comprovação da hipossuficiência, conforme restou comprovado por meio do documento que instruiu a inicial (ID 93209017).
Quanto ao pedido de tutela da parte Autora reivindica que a Autarquia Requerida seja compelida a promover a imediata reimplementação do Auxílio Doença c/c conversão em aposentadoria por invalidez.
Analisando sumariamente a prova carreada aos autos e a argumentação trazida na inicial, verifica-se que o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo não restou bem caracterizado na hipótese, visto que apesar dos fatos narrados na inicial e os documentos anexados aos autos, não logrou êxito perante a Autarquia Ré, conforme demonstrado a decisão indicada supra.
De outro lado, a plausibilidade da argumentação e a probabilidade do direito, ao menos nesta análise sumária, não é suficiente para subsidiar o pleito de urgência, pois não existe nos autos provas robustas que autorizem, com base nos documentos trazidos na exordial, o deferimento do pleito em caráter antecipatório, sendo necessária ao caso em apreço a dilação probatória para melhor subsidiar eventual deferimento do pedido.
Destaca-se, ainda, que o pagamento antecipado de prestações pecuniárias de natureza previdenciária, sem qualquer garantia concreta de cabal e imediato ressarcimento, expõe o patrimônio público a evidente risco de dano irreparável, por ser praticamente irreversível e, assim, carece de amparo legal.
Assim, verifica-se a necessidade de contraditório, análise da incapacidade do autor e demais requisitos para concessão do benefício pretendido.
Nesse sentido, corroboro dos seguintes entendimentos dos Tribunais Regionais Federais:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUXÍLIO-DOENÇA. TUTELA DE URGÊNCIA. INDEFERIMENTO. INSTRUÇÃO PROCESSUAL. RECURSO DO INSS. PROVIMENTO. 1. Não havendo nos autos prova consistente, com elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, é de ser indeferida tutela de urgência em pedido de concessão de auxílio-doença. 2. Na hipótese dos autos, necessária a instrução processual para a devida complementação probatória da alegada incapacidade da parte agravante, mormente perícia médica judicial (TRF-4 - AG: 50417293920184040000 5041729-39.2018.4.04.0000, Relator: ALTAIR ANTONIO GREGÓRIO, Data de Julgamento: 26/02/2019, QUINTA TURMA).
PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUXÍLIO-DOENÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. CONFLITO ENTRE LAUDOS. PERÍCIA MÉDICA NÃO REALIZADA. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. DECISÃO MANTIDA. 1. A antecipação dos efeitos da tutela (atual tutela provisória de urgência) somente poderá ser concedida quando, mediante a existência de prova inequívoca, se convença o juiz da verossimilhança da alegação e ocorrer fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou ficar caracterizado abuso de direito

de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (art. 300 do NCPC). 2. O benefício de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez é devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido por lei, fica incapacitado para o seu trabalho ou sua atividade habitual. A Lei 8.213/91, em seu art. 62, informa, ainda, que o segurado não perderá o direito ao benefício até ser dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência. 3. A garantia do benefício, nos moldes pretendidos pela parte autora, depende da comprovação por junta médica oficial do mal que a acomete. 4. In casu, o feito carece de dilação probatória, uma vez que não foi realizada perícia médica no juízo processante. Além disso, os elementos acostados aos autos não se revestem de prova inequívoca a comprovar, de plano, a incapacidade laboral da parte autora. 5. A existência de conflito entre a conclusão da perícia médica realizada pela autarquia previdenciária e de outros laudos particulares quanto à capacidade laborativa da parte autora afasta a prova inequívoca da verossimilhança do direito alegado, uma vez que a solução da controvérsia, nesse caso, reclama produção de prova pericial. Precedentes. 6. Decisão de indeferimento da antecipação de tutela mantida. 7. Agravo de Instrumento desprovido. (AG 0031709-63.2015.4.01.0000, DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO NEVES DA CUNHA, TRF1 - SEGUNDA TURMA, PJe 18/11/2020 PAG.).

Ao teor do exposto, INDEFIRO O ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA PRETENDIDA pelo Requerente, com supedâneo na fundamentação acima.

Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual, deixo de designar audiência de conciliação por tratar-se o réu de ente público federal.

Nos termos da Recomendação Conjunta 01, de 15 de dezembro de 2015, do Conselho Nacional da Justiça, visando primar pela celeridade desta ação e oportunidade de acordo entre as partes, motivo pelo qual determino a realização da prova pericial médica antes da citação e apresentação de contestação.

Para tanto, nomeio o médico perito o Dr. WHEKSCLEY COIMBRA VAZ INOCÊNCIO DA SILVA, CRM 4468/RO, clínico geral com especialização em medicia do trabalho e pós graduado em perícias médicas, que pode ser contatado através do endereço eletrônico periciasmedicasrondonia@gmail.com a fim de que examine o réu.

O prazo para a juntada do laudo pericial é 15 (quinze) dias, a contar da realização do exame técnico.

Advirto o perito que, decorrido o prazo sem a apresentação do documento em epígrafe, não haverá pagamento dos honorários periciais. Em caso de recusa, o(a) médico(a) perito(a) deverá informar nos autos no prazo de 05 (cinco) dias.

Quanto ao valor dos honorários periciais, em atenção aos parâmetros trazidos, a título de sugestão, pelos artigos 25 e 28 da Resolução nº. 305/2014, do Conselho da Justiça Federal (CJF), bem como à presença de maior complexidade da perícia, ao zelo a ser dispensado pela profissional, às diligências que envolvem o ato, ao grau de especialização da expert e ao local de sua realização, aliado, ainda, à época em que restou editado o ato normativo acima indicado, ao indispensável critério de proporcionalidade a informar a decisão judicial neste tocante – de maneira a preservar a justa remuneração do trabalho do (a) perito (a) e evitar, de outra banda, gastos excessivos e desarrazoados ao Poder Público – e, finalmente, às relevantes informações prestadas pelo Juízo federal de 1ª instância, no que toca à questão orçamentária afeta ao tema, fixo os honorários periciais em R$500,00 (quinhentos reais), que deverão ser pagos na forma da Resolução, visto que a parte autora é beneficiária da assistência judiciária gratuita.

Justificação a ser informada na requisição de pagamento de honorários médicos periciais:

a) Além de todas as especificidades consignadas, justificam-se os honorários enquanto o valor mínimo da tabela do CJF (R$ 200,00) depois de descontados os tributos de IR (27,5%) e ISS (aproximadamente 5%) será reduzido para quantia irrisória e incapaz de remunerar o trabalho complexo que será realizado pelo perito, que comprometerá demasiadamente o tempo de avaliação da parte com exame clínico e avaliará todos os documentos médicos e exames apresentados, além de ter que elaborar laudo respondendo a um elevado número de quesitos.

b) Não fosse somente isso, o perito ainda se desloca de sua cidade de residência até esta Comarca para atender exclusivamente às demandas deste juízo, despesa que torna o valor mínimo da tabela do CJF ainda mais inexpressivo frente a demanda que lhe é imposta.

c) Ademais, embora o juízo tenha diligenciado exaustivamente na busca de médicos que aceitem realizar as perícias previdenciárias, a recusa em massa é a resposta dos profissionais da região, ainda que fixados os honorários em R$ 500,00. Com efeito, desde maio de 2017 já foram nomeadas mais de duas dezenas de diferentes médicos da região, de diversas especialidades, tendo a negativa dos profissionais sido a regra desde então, gerando significativo atraso no andamento das ações e onerando ainda mais os processos ao PODER JUDICIÁRIO, enquanto é preciso renovar todos os atos processuais inerentes às novas nomeações, resultando em prejuízo à parte que, beneficiária da justiça gratuita, não tem condições de arcar com o pagamento de uma perícia médica judicial.

d) Veja-se, inclusive, que uma mera consulta com um médico especialista na região chega a custar valor maior que o ora fixado (R$ 500,00), sendo mais um fator que inviabiliza o interesse dos profissionais em realizem complexas perícias previdenciárias judiciais pelo valor mínimo da tabela do CJF, considerando que já houve médico especialista que condicionou a realização da perícia ao pagamento de honorários não inferiores à R$ 1.500,00.

Os fundamentos supracitados deverão constar na requisição perante o sistema AJG/TRF 1ª Região.

Caso o(a) médico(a) nomeado(a) entenda que a perícia em questão é mais complexa e/ou que o valor ora arbitrado se mostra insuficiente e inadequado para a adequada remuneração do serviço prestado, poderá apresentar manifestação fundamentada a respeito, justificando o pedido de majoração, no prazo de 05 (cinco) dias.

O/A Sr.(ª) Médico(a) Perito(a) deverá responder aos quesitos constantes na Recomendação Conjunta nº 1/2015 (anexos), os quais foram elaborados contemplando todas as situações possíveis de análise.

Determino a CPE que inclua o(a) profissional nomeado(a) junto ao sistema PJe, caso tenha cadastro e INTIME-O(A), via sistema, para que informe se aceita a nomeação, no prazo de 05 (cinco) dias.

Para a intimação do(a) médico(a), caso não seja feita pelo sistema, o cartório deverá encaminhar, anexo, esta decisão e o Anexo contendo os quesitos, via e-mail/outro meio adequado.

A perícia será realizada no dia 19/08/2023, às 10:00min, no Laboratório Dom Bosco, localizado na rua 5 de Setembro, nº 4860, B. Centro, CEP 76930-000, Alvorada do Oeste - RO.

Saliento que cabe ao(à) advogado(a) da parte apresentá-la na perícia ou informá-la da data e do local, independentemente de intimação judicial.

Também é incumbência do(a) causídico(a) informar ao periciando que este deverá levar consigo cópias dos seguintes documentos: RG, CPF, comprovante de residência, receituário com medicação em uso, se for o caso, bem como todos os exames originais que porventura tenham sido realizados por outros médicos (raios-X, tomografias, ressonâncias e outros).

Havendo quesitos idênticos ou visando ao mesmo esclarecimento, o (a) senhor (a) perito (a) fica autorizado (a) a respondê-los em bloco, evitando delongas desnecessárias, mas assinalo que todos deverão ser respondidos.
As partes têm o prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação da presente decisão, para arguir impedimento ou suspeição, indicar assistente técnico e apresentar quesitos (incisos I, II e III, do §1º, do artigo 465 do Código de Processo Civil).
Com a juntada do laudo, independente de nova conclusão, CITE-SE e INTIME-SE o INSS, via sistema Pje, para apresentar proposta de acordo ou contestação e impugnação no prazo de 30 (trinta) dias.
Apresentada a manifestação do INSS, INTIME-SE a parte autora via diário da justiça eletrônico, por intermédio do(a) advogado(a), para manifestação em 15 (quinze) dias, após conclusos para julgamento.
Intime-se o/(a) médico(a) perito(a) pelo sistema PJe ou, no caso de impossibilidade, por e-mail, ou outra forma adequada.
Intime-se autor via DJE e INSS por sistema Pje.
Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO DO PERITO VIA SISTEMA PJE/E-MAIL:
PERITO: Dr. WHEKSCLEY COIMBRA VAZ INOCÊNCIO DA SILVA, CRM 4468/RO, clínico geral com especialização em medicia do trabalho e pós graduado em perícias médicas, que pode ser contatado através do endereço eletrônico periciasmedicasrondonia@gmail.com a fim de que examine o réu.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000502-26.2022.8.22.0011
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Concessão
REQUERENTE: IDALINA ALVES FERREIRA DE SOUSA, ZONA RURAL s/n LINHA C-06, LOTE 50, GLEBA 24 - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LIVIA DE SOUZA COSTA, OAB nº RO7288, DAIENY PIRES DE JESUS, OAB nº RO11145
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL , RIO MADEIRA 2707, - DE 2671 A 2867 - LADO ÍMPAR EMBRATEL - 76820-763 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DESPACHO
1. Recebo o pedido de cumprimento de sentença.
1.1. Arbitro honorários de execução no percentual de 10% sobre o valor do débito, na forma do art. 85, 1º do CPC e RE 420.816/RS, salvo havendo impugnação, caso em que poderão ser majorados.
1.2. Assim, intime-se a parte exequente pelo DJe para, em 05 dias, apresentar novos cálculos com a inclusão dos honorários de execução ora fixados.
2. Após, intime-se o INSS, por meio da Procuradoria Geral Federal, via sistema PJe, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, nos próprios autos, nos termos do art. 535, do CPC.
2.1. Havendo impugnação, INTIME-SE a parte exequente para se manifestar em 10 (dez) dias, após conclusos para decisão.
3. Havendo concordância ou decorrido o prazo sem oposição de impugnação, requisitem-se as RPVs via sistema EprecWeb, uma para o exequente (débito principal) e outra para o advogado (honorários advocatícios), junte-se cópia nos autos e intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem ratificando ou não as informações e valores constantes nas guias, nos termos do art. 11 da Resolução 405/2016 do CJF, ciente de que, nada sendo manifestado, a guia será remetida ao TRF para pagamento tal qual expedida.
3.1. Não havendo oposição, a requisição será assinada pelo Juízo, em gabinete, bem como o processo deverá ser suspenso sem baixa até posterior informação de pagamento.
4. Intime-se exequente via DJE e INSS por sistema PJE.
5. Cumpra-se.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001307-42.2023.8.22.0011
Classe: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil
Assunto: Registro de nascimento após prazo legal
REQUERENTE: MICHELLE PAGANINI, AV. MARECHAL RONDON 4567 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: CAMILA BATISTA FELICI, OAB nº RO4844
REQUERIDO: PRIMEIRO OFICIO DE REGISTRO CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DE CACOAL, AV. DOIS DE JUNHO 2640, - DE 2565 A 2845 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76963-807 - CACOAL - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Cuida-se de ação de retificação de registro civil proposta por Michelle Paganini, devidamente qualificada nos autos.
Em breve síntese, aduziu, que na necessidade de solicitar cópia da certidão de nascimento original, foi comunicada via e-mail pelo Cartório de Registro Civil que seu prenome, o sobrenome de sua genitora, e o local de nascimento estavam divergentes daquela via

encaminhada, constando “MICHELLI”, ao invés de “MICHELLE” quanto ao sobrenome de sua mãe, ao invés de “DANCZUK”, constava “DANOZUK”, e o local de seu nascimento constava “Presidente Médici” ao invés de “Alvorada do Oeste”.
Afirmou que foi orientada a realizar a retificação em juízo em razão das divergências no assento de nascimento da requerente. No mérito, pugnou pela procedência da demanda a fim de determinar que o cartório proceda com a devida retificação do registro de nascimento. Juntou documentos.
O Ministério Público manifestou-se pela procedência do pedido autoral (ID. 93163594).
Nessas condições, vieram-me conclusos.
É o relatório do necessário. DECIDO.
Nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil - CPC, o feito comporta julgamento antecipado, visto que, embora a questão de mérito envolva matérias de direito e de fato, não se vislumbra a necessidade de produção de provas em audiência, ademais, verifica-se que não houve impugnação, portanto, o feito está apto ao julgamento.
A Lei de Registros Públicos estabelece em seu artigo 109 a possibilidade de restaurar, suprir ou retificar assentamento no Registro Civil mediante petição fundamentada e instruída com documentos ou com testemunhas, que o Juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório.
Em análise aos autos em comento, infere-se que os documentos trazidos aos autos são suficientes para identificar exatamente o que deverá ser retificado, a Certidão de Nascimento registrada sob o termo 24.071, fls. 196, do livro A-03 (ID. 92516563), ou seja, não se vislumbra necessidade para alongar o processo com produção de novas provas.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE, os pedidos iniciais, e extingo o feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para:
a) a correção do assento de nascimento quanto ao nome da requerente devendo constar “MICHELLE”;
b) a correção do sobrenome da mãe da requerente devendo constar “DANCZUK”;
c) a correção da cidade de nascimento da requerente devendo constar “ALVORADA DO OESTE”.
Ciência ao Ministério Público.
Sem custas. Sem honorários advocatícios.
Ocorrendo o trânsito em julgado e não havendo outros requerimentos, arquive-se.
P.R.I.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/MANDADO AO 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE CACOAL.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D’Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001421-49.2021.8.22.0011
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Rural (Art. 48/51)
REQUERENTE: MARIA HELENA RODRIGUES LIMA, LINHA C5 LOTE 2-A, ZONA RURAL GLEBA 13 - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: NARA CAROLINE GOMES RIBEIRO, OAB nº RO5316A
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, , - DE 523 A 615 - LADO ÍMPAR - 76900-261 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Requisitadas as PRVs (0001671.2023.8.00739, 0001670.2023.8.00739 e 0001669.2023.8.00739).
Intimados para se manifestarem sobre o inteiro teor das RPVs expedidas, não houve impugnação das partes.
Portanto, nesta data procedi à assinatura das RPV’s no sistema E-PrecWeb.
Determino a baixa dos autos, para aguardar o pagamento no arquivo provisório.
Comunicado o depósito nos autos, sem nova conclusão, expeça-se um alvará para o débito principal e outro para os honorários advocatícios sucumbenciais, com prazo de validade de 30 (trinta) dias, devendo a parte credora comprovar o levantamento em até 10 (dez) dias.
Na hipótese de pedido de transferência eletrônica, ressalto que a parte e o advogado constituído deverá indicar todos os dados bancários, sob pena de expedição de alvará judicial de levantamento.
Em caso de conta bancária em nome do causídico, deverá possuir poderes para receber e dar quitação, já em caso de conta bancária em nome do escritório de advocacia, deverá este estar presente na procuração, na qualidade de outorgado.
Ressalto que somente poderá ser expedido alvará ou transferência para o advogado que assistiu à parte se houver procuração nos autos com poderes para receber valores, alvarás e dar quitação.
Comprovado o levantamento, conclusos para extinção.
Intime-se exequente via DJE e INSS por sistema Pje.
Cumpra-se.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001784-02.2022.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Pessoa com Deficiência
AUTOR: ERENILDA FAGUNDES LIMA, AV CABO BARBOSA 652 SUMAÚMA - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR, OAB nº RO2640
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DESPACHO
Vistos, intime-se o INSS via e-mail pfro@agu.gov.br e pfro.tj@agu.gov.br para providenciar a implantação do benefício.
Intime-se ainda o INSS, via Procuradoria Federal em Rondônia, pelo sistema PJE, para ciência e também para comprovar, em 10 (dez) dias, o cumprimento da decisão, ou justifique a impossibilidade com prova do fato que alegar.
Cumpra-se de imediato, visto tratar-se de verba alimentar.
Decorrido o prazo de 5 (cinco) dias, intime-se a parte autora para informar a respeito e requerer o que entender pertinente.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO POR E-MAIL AO: INSS, VIA e-mail, para providenciar a implantação do benefício e comprove em 10 (dez) dias.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000865-76.2023.8.22.0011
Classe: Divórcio Litigioso
Assunto: Dissolução
REQUERENTE: J. D. A. D., AV. INDEPENDÊNCIA 6074 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: PATRICIA LOPES DE ASSIS, OAB nº RO10396
REQUERIDO: W. D. S. A.
ADVOGADO DO REQUERIDO: JEFERSON GOMES DE MELO, OAB nº RO8972
DESPACHO
O requerido compareceu espontaneamente aos autos, motivo qual, com lastro no art. 239, § 1º, do Código de Processo Civil, considero perfectibilizada sua citação. Ademais, observo que o requerido já se encontra com advogados habilitado nos autos (ID 92225117).
Isso posto, intime-se o requerido via DJE para que no prazo de 15 dias apresente contestação.
Se o requerido alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da requerente, ou qualquer das matérias elencadas no art. 337 do CPC, dê-se vista à parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar impugnação (CPC, art. 350 e 351).
Decorrido o prazo, tornem os autos conclusos para decisão saneadora.
Ressalto que caso haja interesse na designação de nova audiência de conciliação, manifestem-se as partes sem prejuízo das determinações acima.
Pratique-se o necessário.
Cumpra-se.
Intime-se via DJE.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000009-20.2020.8.22.0011
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
REQUERENTE: GEDEAO CANDIDO PEREIRA, LH TN 21 LOTE 211 ZONA RURAL - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ELIANE APARECIDA DE BARROS, OAB nº RO2064, ANA LUISA BARROS DOS SANTOS, OAB nº RO10138, LAVOISIER CONDACK PEREIRA DA SILVA, OAB nº RO10105, EVA CONDACK DIAS PEREIRA DA SILVA, OAB nº RO2273A

REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Considerando a existência de valores em conta judicial vinculada a este juízo oriundos do pagamento do valor remanescente devido (IDs. 79345828 e 83526756).
Neste ato, determinei a expedição alvará eletrônico à Caixa Econômica Federal, em favor de seu advogado constituído e com poderes (ID 33807618) para levantamento dos valores depositados em juízo (Conta Judicial n. 1824 040 1529824-0), com as devidas correções/ rendimentos/atualizações monetárias, devendo a instituição financeira zerar e encerrar as contas.
SERVE A PRESENTE COMO ALVARÁ JUDICIAL ELETRÔNICO:
Conta Judicial: 1824 040 1529824-0.
Favorecido do alvará eletrônico: LAVOISIER CONDACK PEREIRA DA SILVA - OAB RO10105 - CPF: 007.955.162-90 (ADVOGADO)
OBSERVAÇÕES:
1) A parte favorecida deverá comparecer, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, à agência da Caixa Econômica Federal (agência: 1824), localizada na Avenida Marechal Rondon 486, Ji-Paraná/RO, ao caixa presencial, munida de documentos de identificação com foto, para saque do valor creditado.
2) O alvará eletrônico deverá ser sacado em até 30 (trinta) dias, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, sob pena de transferência para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO, que desde já determino.
Sobrevindo informação de erro no cumprimento da ordem eletrônica, fica a CPE autorizada a proceder com a expedição de alvará/ofício de transferência sem necessidade de nova conclusão do processo.
A CPE deverá expedir alvará/oficio de transferência para a devolução dos valores depositados na conta judicial n. 1824/040/1533716-4, para ENERGISA S/A (titular da conta bancária); CNPJ/MF 00.864.214/0001-06; Banco Itaú BBA– Agência 0275 – C. Corrente 08127-1.
Intime-se via DJE.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO/INTIMAÇÃO.
FAVORECIDO(A): LAVOISIER CONDACK PEREIRA DA SILVA - OAB RO10105 - CPF: 007.955.162-90 (ADVOGADO)
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000108-19.2022.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária
AUTOR: JULIO GOMES CRUZ JUNIOR, LINHA C02 LOTE 57 GLEBA 02, ZONA RURAL ZONA RURAL - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NAIRA DA ROCHA FREITAS, OAB nº RO5202
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA PRESIDENTE VARGAS 1.035, - DE 904/905 A 1075/1076 CENTRO - 76900-038 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos em saneamento.
Trata-se de ação de restabelecimento de benefício previdenciário - auxílio doença com conversão para aposentadoria por invalidez.
Consta na inicial, em síntese, que o autor é segurado especial e encontra-se incapacitado de continuar exercendo suas atividades laborativas, mas que ao requerer administrativamente a prorrogação do benefício por incapacidade anteriormente concedido, o requerimento foi indeferido em razão da ausência de incapacidade (ID 67281121).
Sustenta que ainda persiste a incapacidade laborativa definitiva para o trabalho e apresentou exames médicos que comprovam a impossibilidade de trabalhar.
Petição inicial instruída com documentos (ID 67281105 a 67281147).
Na decisão de ID 86610801, deferido o benefício da justiça gratuita, bem como determinada a realização de perícia médica (ID 81787234).
Laudo médico pericial (ID 89823467).
Citado e intimado, o requerido apresentou proposta de acordo em contestação (ID 90558607). No mérito, indicou os requisitos legais dos benefícios por incapacidade e pugnou pela improcedência do pedido inicial, ante a ausência de incapacidade laborativa comprovada mediante perícia médica judicial.
A parte autora recusou a proposta de acordo e apresentou réplica (ID 91713293).

Os autos vieram conclusos. Passo ao saneamento.

Não tendo sido apresentada ao juízo, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito a que alude o art. 357, § 2º do CPC, e considerando que a presente causa não apresenta complexidade em matéria de fato ou de direito, deixo de designar audiência de saneamento em cooperação e passo ao saneamento e organização do feito em gabinete (CPC, art. 357, §§).

Inexistindo questões prejudiciais ou preliminares a serem analisadas, estando o processo em ordem e não se tratando de causa complexa, DECLARO O FEITO POR SANEADO.

Fixo como pontos controvertidos:

i) a existência de incapacidade para o labor, ii) direito ao benefício previdenciário de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, a depender do grau da incapacidade.

Diante do disposto nos art. 357, III, do CPC, distribuo o ônus da prova conforme previsto no artigo 373, incisos I e II, cabendo à parte autora comprovar a existência do fato constitutivo de seu direito e ao réu comprovar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Os meios de prova relevantes para o julgamento da lide são a documental e testemunhal, pelo que, nos termos do artigo 357, II, do CPC, admito a produção dessas provas.

A prova documental já foi produzida, sendo facultado às partes juntarem documentos novos no decorrer da instrução.

Para aferição dos pontos controvertidos acima fixados, determino a produção da prova oral.

Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 08 de novembro de 2023, às 08:20 horas, a ser realizada por videoconferência, por meio do link https:// meet.google.com/coh-guro-cod , para depoimento pessoal do autor e oitiva de testemunhas.

Reforço as partes, advogados e testemunhas podem comparecer à sala de audiências, presencialmente, sendo que a realização e participação por videoconferência é apenas uma faculdade apresentada.

Os participantes da solenidade devem acessar o link fornecido acima, no dia e horário designados, atentando-se que o aplicativo Google Meet (gratuito) deve ser baixado no computador ou smartphone.

Quaisquer dúvidas sobre o acesso à sala virtual de audiências poderão ser dirimidas diretamente com a secretaria do Juízo, através de mensagens de texto no aplicativo WhatsApp, por meio do número (69) 3309-8251.

Por outro lado, no que tange à testemunha arrolada pela parte autora sob ID 92537052.

Caberá ao advogado da autora providenciar a intimação das testemunhas ou trazê-las independentemente de intimação (art. 455, § 2º, do CPC).

A intimação das testemunhas só será realizada via judicial, caso seja frustrada a intimação por carta feita pelo advogado ou diante da necessidade devidamente justificada e comprovada em juízo, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, sob pena de desistência automática da inquirição e preclusão (art. 455, § 4º, I e II, do CPC).

Intime-se o autor pelo DJe e INSS pelo sistema Pje.

Cumpra-se.

Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.

Eduardo Abilio Kerber Diniz

Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Alvorada do Oeste/RO - Vara Única

R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.

Processo: 7002254-67.2021.8.22.0011

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Assunto: Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material, Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação, Liminar

AUTOR: SEBASTIAO PAULINO VENTURA, RUA MONTEIRO LOBATO 3031 TRÊS PODERES - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO AUTOR: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, BEATRIZ BRITO DE OLIVEIRA, OAB nº RO10259, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590

REU: CONAFER CONFEDERACAO NACIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREEND.FAMI. RURAIS DO BRASIL, QUADRA SCS QUADRA 6 BLOCO A 226/234 ASA SUL - 70306-000 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

REU SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO

Intime-se a parte autora para que se manifeste quanto ao decurso do prazo in albis do requerido, no prazo de 10 dias.

Intimem-se via DJE.

Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.

Eduardo Abilio Kerber Diniz

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001186-14.2023.8.22.0011
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Compromisso
EXEQUENTE: ARLENY CORREIA DA SILVA GANANCA, RUA DOS SERINGUEIROS s/n ALTO ALEGRE - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARCOS ANTONIO ODA FILHO, OAB nº RO4760, LIVIA DE SOUZA COSTA, OAB nº RO7288
EXECUTADO: SIMONE MARTINS FALONE PINA, AV CABO BARBOSA 1606 CENTRO - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos;
Nesse ato, efetuei o protocolo de pesquisa junto ao Sistema SISBAJUD, conforme minuta que segue em anexo. Após 5 dias, voltem os autos conclusos para verificação das informações obtidas pelo sistema SISBAJUD.
Cumpra-se.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7002318-48.2019.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária
AUTOR: ROSANGELA DE CARVALHO GOMES, AVENIDA RIO MUQUI 4651 BAIRRO CTG - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: THATY RAUANI PAGEL ARCANJO, OAB nº RO10962
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos em saneamento.
Trata-se de ação de concessão de benefício previdenciário por incapacidade.
Relatou o autor, em síntese, que é segurado da Previdência Social, uma vez que o extrato CNIS demonstra as contribuições.
Narra que solicitou administrativamente o benefício junto ao INSS, qual foi indeferido, razão pela qual requer, ao final, a concessão do benefício de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez.
Petição inicial instruída com documentos (ID 33309961 a 33309966).
Recebida a inicial, deferido o benefício da justiça gratuita, bem como determinada a realização de perícia médica (ID 33527242).
Regularmente citado, o requerido apresentou contestação (ID 34014678) discorrendo acerca dos requisitos necessários para concessão dos benefícios pleiteados.
Laudo médico pericial (ID 86757446).
Os autos vieram conclusos. Passo ao saneamento.
Não tendo sido apresentada ao juízo, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito a que alude o art. 357, § 2º do CPC, e considerando que a presente causa não apresenta complexidade em matéria de fato ou de direito, deixo de designar audiência de saneamento em cooperação e passo ao saneamento e organização do feito em gabinete (CPC, art. 357, §§).
Inexistindo questões prejudiciais ou preliminares a serem analisadas, estando o processo em ordem e não se tratando de causa complexa, DECLARO O FEITO POR SANEADO.
Fixo como pontos controvertidos:
i) a existência de incapacidade para o labor, ii) direito ao benefício previdenciário de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, a depender do grau da incapacidade.
Diante do disposto nos art. 357, III, do CPC, distribuo o ônus da prova conforme previsto no artigo 373, incisos I e II, cabendo à parte autora comprovar a existência do fato constitutivo de seu direito e ao réu comprovar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
Os meios de prova relevantes para o julgamento da lide são a documental e testemunhal, pelo que, nos termos do artigo 357, II, do CPC, admito a produção dessas provas.
A prova documental já foi produzida, sendo facultado às partes juntarem documentos novos no decorrer da instrução.
Para aferição dos pontos controvertidos acima fixados, determino a produção da prova oral.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 08 de novembro de 2023 , às 08:00 horas, a ser realizada por videoconferência, por meio do link https:// meet.google.com/ipt-htaf-aqk , para depoimento pessoal do autor e oitiva de testemunhas.
Reforço as partes, advogados e testemunhas podem comparecer à sala de audiências, presencialmente, sendo que a realização e participação por videoconferência é apenas uma faculdade apresentada.
Os participantes da solenidade devem acessar o link fornecido acima, no dia e horário designados, atentando-se que o aplicativo Google Meet (gratuito) deve ser baixado no computador ou smartphone.
Quaisquer dúvidas sobre o acesso à sala virtual de audiências poderão ser dirimidas diretamente com a secretaria do Juízo, através de mensagens de texto no aplicativo WhatsApp, por meio do número (69) 3309-8251.

FIXO o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que as partes apresentem o rol de testemunhas e dados eletrônicos de todos os participantes da videoconferência, no máximo 3 (três) cada parte, para cada fato a ser provado, nos termos do art. 357, §6º do CPC, sob pena de preclusão e julgamento no estado em que se encontra.
Decorrido o prazo sem o rol de testemunhas, conclusos para julgamento.
Caberá ao advogado da autora providenciar a intimação das testemunhas ou trazê-las independentemente de intimação (art. 455, § 2º, do CPC).
A intimação das testemunhas só será realizada via judicial, caso seja frustrada a intimação por carta feita pelo advogado ou diante da necessidade devidamente justificada e comprovada em juízo, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, sob pena de desistência automática da inquirição e preclusão (art. 455, § 4º, I e II, do CPC).
Intime-se o autor pelo DJe e INSS pelo sistema Pje.
Cumpra-se.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000197-42.2022.8.22.0011
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cheque
EXEQUENTE: JOAO BATISTA DE OLIVEIRA, LINHA 90, KM 05 SUL S/N ZONA RURAL - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANA MODESTO DE ARAUJO, OAB nº RO3122A
EXECUTADO: WESLEY DOS SANTOS SELLERI, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 4441 BAIRRO ALTO ALEGRE - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos;
Nesse ato, efetuei o protocolo de pesquisa junto ao Sistema SISBAJUD, conforme minuta que segue em anexo. Após 5 dias, voltem os autos conclusos para verificação das informações obtidas pelo sistema SISBAJUD.
Cumpra-se.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001035-82.2022.8.22.0011
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Interpretação / Revisão de Contrato, Indenização por Dano Material, Cláusulas Abusivas, Análise de Crédito
REQUERENTE: TEREZINHA RUELLA CARVALHO, RUA CASTRO ALVES Nº 4302 4302 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: OTONIEL BRAZ ODORICO, OAB nº RO8852
REQUERIDOS: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, AVENIDA BARÃO DE TEFÉ 34, RIO DE JANEIRO SAÚDE - 20220-460 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, RUA INÁCIO LUSTOSA 755 SÃO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, AVENIDA GETÚLIO VARGAS 1.420, 5 E 6 ANDAR FUNCIONÁRIOS - 30112-021 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: HELVIO SANTOS SANTANA, OAB nº SP353041, FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289, EVELYSE DAYANE STELMATCHUK, OAB nº PR100778, PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
DESPACHO
Trata-se de cumprimento de sentença ingressado por Terezinha Ruella Carvalho em face de Zurick Minas Brasil Seguros S/A, Sudaseg Seguradora de Danos e Pessoas S/A e Generali Brasil Seguros S/A.
O Banco Santander (Brasil) S/A informou que devido um erro de sistema, foram transferidos valores a mais do que foi solicitado pela ordem judicial, pugnando pela devolução da quantia de R$ 206.205,21.
Logo, uma vez que o Banco Santander possui razão, determino que a CPE faça a transferência da quantia de R$ 206.205,21 com as devidas atualizações para a conta corrente 000713001501, agência 4635, de titularidade do BANCO SANTANDER BRASIL – CNPJ 90400888000142, referente ao protocolo nº 20230006297626, nos termos a petição de ID n. 92474978.
Após, intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito no prazo de 10 dias, bem como intime-se o Banco Santander para que informe acerca do recebimento dos valores no mesmo prazo.
Cumpra-se.
Intimem-se via DJE.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000862-34.2017.8.22.0011
Classe: Averiguação de Paternidade
Assunto: Alimentos, Investigação de Paternidade
REQUERENTE: A. G. B. D. S.
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ABDIEL AFONSO FIGUEIRA, OAB nº RO3092, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: J. X. D. S.
ADVOGADO DO REQUERIDO: ROSE ANNE BARRETO, OAB nº RO3976
DESPACHO
Defiro a habilitação do advogado da parte autora.
Intime-se a parte para requerer o que entender de direito, em 5 (cinco) dias, sob pena retorno dos autos ao arquivo.
Decorrido in albis, arquivem-se os autos.
Cumpra-se.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000448-02.2018.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Financiamento do SUS, Hospitais e Outras Unidades de Saúde, Compulsória
AUTOR: ADEMIR DE SOUZA MARTINELLI, R MONTEIRO LOBATO 4174 CENTRO - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: Estado de Rondônia, MATUZALEM FERREIRA DA SILVA MARTINELLI, R MONTEIRO LOBATO 4174 TRES PODERES - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Compulsando os autos verifico que não houve resposta do ofício enviado ao centro de tratamento Vida Serena. E em consulta ao sistema Sisdejud, verifico que existem valores vinculados aos autos.
Assim, dê-se vista as partes para requerer o entenderem de direito quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Intime-se via PJE.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/EXPEDIENTE DE COMUNICAÇÃO/OFÍCIO
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001483-21.2023.8.22.0011
Classe: Monitória
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
AUTOR: BANCO DO BRASIL, - 76962-050 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES, OAB nº RN5553, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
REU: FRANCISCA EVA DE SOUSA ARRUDA, GLEBA 13 S/N, ZONA RURAL LINHA 60 LOTE 34 - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Trata-se de ação monitória.
Verifiquei que a autora não comprovou o pagamento das custas iniciais no importe de 2% sobre o valor atribuído à causa.
Assim, intime-se a autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento integral das custas processuais, na forma do art. 12, I, da Lei 3.896/2016, sob pena de cancelamento da distribuição.
Decorrido in albis, conclusos para extinção.
Comprovado o pagamento integral, recebo a petição inicial e determino o prosseguimento do feito nos seguintes termos:
CITE-SE a parte requerida, expedindo-se o competente mandado, nos termos do art. 701 do CPC, com prazo de 15 dias, para o cumprimento e pagamento dos honorários advocatícios, que fixo em 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa. Anote-se no mandado que caso a obrigação seja cumprida no prazo supra, a parte requerida ficará isenta do pagamento das custas processuais, conforme art. 701, § 1º, do CPC.
Advirta-se a parte demandada de que ela poderá, no prazo de 15 dias, independentemente de prévia segurança do juízo, oferecer embargos monitórios, conforme artigo 702 do CPC.

Esclareça à parte requerida que no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito da parte requerente, poderá, mediante o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em discussão, mais custas e honorários advocatícios, REQUERER, o parcelamento do restante do débito remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (artigo 701, § 5º, do CPC), advertindo-o de que a opção pelo parcelamento importa em renúncia ao direito de opor embargos (artigo 916, § 6º).
Pratique-se o necessário.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO.
REQUERIDO: FRANCISCA EVA DE SOUZA ARRUDA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 022.231.382-09, residente e domiciliada na LINHA 60 LOTE 34, GLEBA 13, ZONA RURAL, ALVORADA DO OESTE/RO, CEP 76.930-000.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7002000-60.2022.8.22.0011
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer
AUTOR: QUEILA EMERICH BRAGANCA MENENGUCI, AV. CASTELO BRANCO 5491 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: PATRICIA LOPES DE ASSIS, OAB nº RO10396
REU: IAPE - TREINAMENTO E CAPACITACAO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL EIRELI - ME, AV. RIO BRANCO 4966 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, FACULDADES INTEGRADAS DE ARIQUEMES, AVENIDA GUAPORE 3577, - DE 1734 A 1746 - LADO PAR SETOR INSTITUCIONAL - 76870-001 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REU: ELESSANDRA APARECIDA FERRO, OAB nº RO4883
DECISÃO
Recebo o recurso inominado interposto pelo requerido somente no efeito devolutivo, conforme preconiza o artigo 43 da Lei nº. 9.099/1995, eis que presentes os pressupostos para a sua admissibilidade.
Caso a parte recorrida não tenha apresentado as contrarrazões, intime-se para fazê-lo, no prazo legal de 10 (dez) dias, conforme dispõe o artigo 42, §2º, da Lei nº. 9.099/1995.
Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal.
Expeça-se o necessário.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000079-32.2023.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Incapacidade Laborativa Temporária
AUTOR: MARIA CLEIA PEREIRA PRESTES, RUA LEONARDO SLOBODAN 1767, CASA ALTO ALEGRE, URUPÁ- RONDÔNIA - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: DEBORA APARECIDA MARQUES MICALZENZEN, OAB nº RO4988, VALDELICE DA SILVA VILARINO, OAB nº RO5089
REU: I. -. I. N. D. S. S., . ., . - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação previdenciária em que a autora objetiva a concessão de aposentadoria por idade rural.
A parte autora informa concordância com o acordo apresentado pela ré (ID 93332091).
É o breve relato. Fundamento e DECIDO.
A realização do acordo entre as partes representa uma faculdade inerente aos litigantes, devendo o referido acordo ser homologado por este Juízo, tendo em vista a inexistência de óbice que impeça o acordado pelas partes.
Por outro lado, caso não cumprido o acordo o homologado poderá a autora executá-lo, por representar a sentença homologatória um título judicial exequível.
Ante o exposto, HOMOLOGO por sentença o acordo constante no ID 93062115, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Por consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, 'b' do CPC.
Deixo de arbitrar custas e honorários em face da celebração do acordo.
Transitada em julgado nesta data nos termos do art. 1.000, parágrafo único, CPC.
DETERMINAÇÕES:
1. Visando a celeridade, alterei a classe para "cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública".
2. intime-se o INSS via Sistema PJE, por meio da Procuradoria Regional Federal em Rondônia, para que providencie a implantação do benefício, no prazo de 30 dias, devendo comunicar nos autos a implantação, nos termos do acordo homologado.
2.1 . Comprovada a implantação do benefício, intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente o cálculo.

2.2 Com o cálculo, intime-se o INSS para ciência e manifestação em 10 (dez) dias.
2.3 Decorrido tal prazo ou havendo concordência, requisite-se o RPV/Precatório conforme proposta avençada, via sistema EprecWeb.
2.4 Expedida a RPV ou Precatório, a CPE deverá juntar o documento nos autos e, após, intimar as partes via Sistema para que, no prazo de 05 dias, manifestem-se, nos termos da Resolução 405/2026 da CJF, ciente que, no silêncio, a guia será remetida ao TRF 1ª Região e poderá ser devolvida no caso de erro material no preenchimento, atrasando o pagamento.
2.5. Com a comprovação do pagamento da RPV, expeça-se alvará de levantamento de valores, após conclusos para extinção.
3. Intime-se exequente via DJE e INSS por sistema PJe.
4. Cumpra-se.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001487-58.2023.8.22.0011
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
EXECUTADO: GISLAINE MAGGIONI DA PAIXAO, AVENIDA 5 DE SETEMBRO 4603 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Trata-se de execução por quantia certa contra devedor solvente em virtude à dívida oriunda de Cédula de Crédito Bancário n.º 3634901, envolvendo as partes supracitadas.
Verifico que a autora não comprovou o pagamento das custas iniciais no importe de 2% sobre o valor atribuído à causa.
Assim, intime-se a autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento integral das custas processuais, na forma do art. 12, I, da Lei 3.896/2016, sob pena de cancelamento da distribuição.
Decorrido in albis, conclusos para extinção.
Comprovado o pagamento integral, recebo a petição inicial e determino o prosseguimento do feito nos seguintes termos:
Cite-se a parte executada para tomar conhecimento da presente demanda e para que, no prazo de 03 (três) dias, a contar da citação, pague o valor da dívida no importe de R$ 22.154,89 (vinte e dois mil, cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), acrescido de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, além das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, sem prejuízo da majoração na hipótese de oposição de embargos (artigo 829 do Código de Processo Civil).
Havendo o pagamento voluntário e total no prazo assinalado no parágrafo anterior, a parte devedora terá o benefício de redução da verba honorária para a metade da que ora é arbitrada.
Todavia, decorrido o prazo sem pagamento, proceda-se à penhora e à avaliação de tantos bens quanto bastem para garantir a satisfação do crédito exequendo e acessórios. Sendo o caso, o Oficial de Justiça deve efetuar a constrição sobre o(s) bem(ns) indicado(s) pela parte credora na petição inicial.
Caso deseje opor embargos, a parte executada disporá do prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial é a juntada do mandado de citação aos autos (artigo 231 do Código de Processo Civil.
Contudo, se a parte executada, no prazo de oposição dos embargos, reconhecer o crédito da parte exequente e comprovar o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, incluindo custas processuais e honorários advocatícios, poderá requerer o pagamento parcelado do quantum remanescente, em até 06 (seis) vezes, com o acréscimo de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, na forma do artigo 916 do Código de Processo Civil.
Fica o executado advertido que a rejeição dos embargos ou, ainda, o inadimplemento das parcelas poderá acarretar a elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei.
Autorizo o uso das prerrogativas do artigo 212 e seguintes do Código de Processo Civil.
Havendo penhora/arresto, intime-se a parte demandante, através do(a) advogado(a) constituído(a), para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se pretende a hasta pública, adjudicação ou liberação do bem. Decorrido tal prazo in albis, renove-se a conclusão.
Caso a parte exequente requeira a hasta pública, esta deverá ocorrer por meio eletrônico.
Na hipótese de penhora de bem(ns) imóvel(is) e sendo a parte executada casada, intime-se o cônjuge.
Havendo interesse da parte exequente na busca por ativos financeiros, através do SISBAJUD, ou veículos, via RENAJUD, em nome do executado, o pedido deverá ser instruído com o comprovante de recolhimento das custas relativas às diligências vindicadas, nos termos do artigo 17 da Lei nº. 3.896/2016 (Regimento de Custas).
Cumpra-se.
SERVE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/PENHORA/AVALIAÇÃO.
EXECUTADOS: GISLAINE MAGGIONI DA PAIXAO SILVA e RONDINALDO LIMA SILVA, brasileiros, casados entre si, ela servidora/dirigente do serviço público estadual e distrital, portadora da CI-RG n. 1055036 SSDC/RO, inscrita no CPF sob n. 002.465.762-00, ele trabalhador agropecuário, portador da CI-RG n. 1025508 SESDC/RO, inscrito no CPF sob n. 002.465.762 - 00, domiciliados na Avenida 5 de Setembro, n. 4603, bairro Centro, Alvorada D'Oeste – RO, CEP 76.930-000
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001758-04.2022.8.22.0011
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Nota Promissória
REQUERENTE: ROSILENE DIAS DE LIMA, AV. PRINCESA ISABEL 5789 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: REGIANE TROCATE DE PAULA, LINHA 64 S/N, LADO DIREITO DA BR, FAZENDA DO TONI. ZONA RURAL - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Defiro o pedido contido no ID 89160981.
Serve o despacho como ofício à respectiva Agência do Idaron, para que apresente ao Juízo ficha atualizada de semoventes cadastrados no nome e CPF do executado, bem como para que informe a localização dos bovinos, com prazo de 15 (quinze) dias para resposta, a contar do recebimento do ofício.
Havendo semoventes cadastrados em seu nome, desde já, determino ao órgão que proceda o bloqueio da ficha, até posterior deliberação deste Juízo, comunicando as providências adotadas no prazo de resposta.
Com a resposta, INTIME-SE a exequente, pessoalmente, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender pertinente para prosseguimento da execução, sob pena de suspensão, na forma do art. 921 do CPC.
Desde já, havendo bloqueio da ficha, intime-se pessoalmente o executado para, querendo, impugnar no prazo de 15 (quinze) dias.
Em seguida, intime-se a exequente para manifestação em igual prazo, após conclusos para decisão.
Decorrido tal prazo ou havendo manifestação, conclusos.
Cumpra-se.
SERVIRÁ A PRESENTE COMO OFÍCIO VIA E-MAIL E OU CARTA POSTAL:
IDARON, ULSAV DE ALVORADA DO OESTE/RO, AV MAL DEODORO 05439 ST 2, alvorada@idaron.ro.gov.br. (69)3412-2280, (69) 99357-2532 e (69)98411-3908.
ATO SOLICITADO: Solicito que, no prazo de 15 dias, informe a este Juízo se há ficha cadastral em nome da executada REGIANE TROCATE DE PAULA - CPF: 910.012.342-00, promovendo-se o bloqueio de eventual ficha, caso haja semoventes em seu nome.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001486-73.2023.8.22.0011
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 575 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
EXECUTADOS: DAMARCIA APARECIDA AUGUSTA MORONARI, RUA JOSE MARIA PRETES 2686 SUMAUMA - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA, PEDRO MORONARI, RUA JOSE MARIA PRETES 2686 SUMAUMA - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA, PEDRO MORONARI 47074515272, AVENIDA CABO BARBOSA 1739, LOJA CENTRO - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Trata-se de execução por quantia certa contra devedor solvente em virtude à dívida oriunda de Cédula de Crédito Bancário n.º 3759000, envolvendo as partes supracitadas.
Verifico que a autora não comprovou o pagamento das custas iniciais no importe de 2% sobre o valor atribuído à causa.
Assim, intime-se a autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento integral das custas processuais, na forma do art. 12, I, da Lei 3.896/2016, sob pena de cancelamento da distribuição.
Decorrido in albis, conclusos para extinção.
Comprovado o pagamento integral, recebo a petição inicial e determino o prosseguimento do feito nos seguintes termos:
Cite-se a parte executada para tomar conhecimento da presente demanda e para que, no prazo de 03 (três) dias, a contar da citação, pague o valor da dívida no importe de R$13.916,07 (treze mil, novecentos e dezesseis reais e sete centavos), acrescido de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, além das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, sem prejuízo da majoração na hipótese de oposição de embargos (artigo 829 do Código de Processo Civil).
Havendo o pagamento voluntário e total no prazo assinalado no parágrafo anterior, a parte devedora terá o benefício de redução da verba honorária para a metade da que ora é arbitrada.
Todavia, decorrido o prazo sem pagamento, proceda-se à penhora e à avaliação de tantos bens quanto bastem para garantir a satisfação do crédito exequendo e acessórios. Sendo o caso, o Oficial de Justiça deve efetuar a constrição sobre o(s) bem(ns) indicado(s) pela parte credora na petição inicial.

Caso deseje opor embargos, a parte executada disporá do prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial é a juntada do mandado de citação aos autos (artigo 231 do Código de Processo Civil.
Contudo, se a parte executada, no prazo de oposição dos embargos, reconhecer o crédito da parte exequente e comprovar o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, incluindo custas processuais e honorários advocatícios, poderá requerer o pagamento parcelado do quantum remanescente, em até 06 (seis) vezes, com o acréscimo de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, na forma do artigo 916 do Código de Processo Civil.
Fica o executado advertido que a rejeição dos embargos ou, ainda, o inadimplemento das parcelas poderá acarretar a elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei.
Autorizo o uso das prerrogativas do artigo 212 e seguintes do Código de Processo Civil.
Havendo penhora/arresto, intime-se a parte demandante, através do(a) advogado(a) constituído(a), para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se pretende a hasta pública, adjudicação ou liberação do bem. Decorrido tal prazo in albis, renove-se a conclusão.
Caso a parte exequente requeira a hasta pública, esta deverá ocorrer por meio eletrônico.
Na hipótese de penhora de bem(ns) imóvel(is) e sendo a parte executada casada, intime-se o cônjuge.
Havendo interesse da parte exequente na busca por ativos financeiros, através do SISBAJUD, ou veículos, via RENAJUD, em nome do executado, o pedido deverá ser instruído com o comprovante de recolhimento das custas relativas às diligências vindicadas, nos termos do artigo 17 da Lei nº. 3.896/2016 (Regimento de Custas).
Cumpra-se.
SERVE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/PENHORA/AVALIAÇÃO.
EXECUTADOS: PEDRO MORONARI 47074515272 (LOJA PREÇO ÚNICO), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 35.449.014/0001-71, telefone n. (69) 99292-2909, e-mail pedromorona@hotmail.com ou pedromoronai73@gmail.com, com sede na Avenida Cabo Barbosa, n. 1739, bairro Centro, Loja, Urupá – RO, CEP 76.929-000, comarca de Alvorada D'Oeste;
PEDRO MORONARI, brasileiro, casado, vendedor pracista, portador da CNH n. 05893249717 DETRAN/RO, inscrito no CPF n. 470.745.152-72, domiciliado na Rua Jose Maria Pretes, n. 2686, bairro Sumauma, Urupá – RO, CEP 76.929-000, comarca de Alvorada D'Oeste;
DAMARCIA APARECIDA AUGUSTA MORONARI, brasileira, casada, portadora da CNH n. 06376070636 DETRAN/RO, inscrita no CPF n. 485.835.022-34, domiciliada na Rua Jose Maria Pretes, n. 2686, bairro Sumauma, Urupá – RO, CEP 76.929-000.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7002345-26.2022.8.22.0011
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Fornecimento de Energia Elétrica, Obrigação de Fazer / Não Fazer
REQUERENTE: LUCINEIA PIRES DE SOUZA SANTOS, AV. MARECHAL DEODORO DA FONSECA 5672 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ELIETE APARECIDA CEZARIO, OAB nº RO10746, JOSE JAIR RODRIGUES VALIM, OAB nº RO7868, MATHEUS HENRIQUE DOS SANTOS, OAB nº RO12146
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AV. PRINCESA ISABEL 5143 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Intime-se com urgência a parte autora pra que informe, no prazo de 5 dias, se a requerida cumpriu com a obrigação imposta, bem como requeira o que entender de direito.
Intimem-se via DJE.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 0000124-34.2018.8.22.0011
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Assunto: Homicídio Qualificado
AUTORES: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA, MARCOS ROBERTO MARÇAL, - 76872-853 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DENUNCIADOS: DENILSON NUNES LACERDA MAFRA, LH 31 KM 02 DCISSTRITO DE TERRA BOA - 76872-853 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, UILSON NUNES LACERDA, LINHA 31, KM 05, NÃO CONSTA TERRA BOA - 76872-853 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS DENUNCIADOS: JOAO FRANCISCO MATARA JUNIOR, OAB nº RO6226
DESPACHO
Vistos.
Os acusados interpuseram Recurso em Sentido Estrito, pugnando que o mesmo fosse conhecido e, no mérito provido, a fim de reformar a sentença recorrida, para que fosse declarada a impronúncia do acusado Uilson Nunes Lacerda, dando-se por improcedente a denúncia,

em razão da inexistência de suporte probatório mínimo a indicar a autoria do crime imputado a ele, bem como a absolvição sumária do acusado Denilson Nunes Lacerda Mafra por excludente de ilicitude (ID 92488326).
O Ministério Público requereu o desprovimento do Recurso em Sentido Estrito, por carência de fundamentos, mantendo-se na íntegra a sentença de pronúncia para que ambos os recorrentes sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri (ID 93205750).
É o relatório. Decido.
Presentes se encontram a legitimidade e o interesse em recorrer, estando os recorrentes devidamente representados.
No caso dos autos, verifico que não houve nenhuma circunstância nova, seja de fato e/ou de direito, que ensejasse a modificação da decisão combatida e, por isso, deve tal decisão ser mantida.
Encaminhem-se o recurso ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para processamento e julgamento, verificando-se antes a regularidade do processo.
Cumpra-se.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7002288-08.2022.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Protesto Indevido de Título, Assistência Judiciária Gratuita, Indenização do Prejuízo
AUTOR: SILENE NENES DOS SANTOS, RUA LEONARDO SLOBODA 1515 NOVO HORIZONTE - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DARLENE DE ALMEIDA FERREIRA, OAB nº RO1338A
REU: BANCO BRADESCO S.A., - 76980-000 - VILHENA - RONDÔNIA, AVON COSMETICOS LTDA., - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES, OAB nº AC4613, WILSON BELCHIOR, OAB nº CE17314A, BRADESCO, PROCURADORIA DA AVON COSMÉTICOS LTDA
DECISÃO
Considerando a existência de valores em conta judicial vinculada a este juízo, oriundos do pagamento da condenação imposta na sentença de ID 91271433, autorizo o levantamento da referida quantia por meio de seu advogado constituído com poderes (ID 85165878).
In casu, verifico a indicação de conta bancária pela parte autora, razão pela qual, expedi em favor na parte credora o alvará eletrônico na modalidade de transferência, através da ferramenta "alvará eletrônico", pela qual o juízo envia os dados da ordem bancária diretamente ao banco, o valor deverá ser levantado, com as devidas correções/rendimentos/atualizações até a data do saque efetivo, devendo a instituição financeira zerar e encerrar a conta judicial vinculada.
OBSERVAÇÕES:
1) O beneficiário deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação, conforme síntese supracitada.
2) Aguarde-se por cinco 05 (cinco) dias o cumprimento da ordem.
Sobrevindo informação de erro no cumprimento da ordem eletrônica, fica a CPE autorizada a proceder com a expedição de alvará/ofício de transferência sem necessidade de nova conclusão do processo.
Após, nada mais havendo, arquivem-se.
Intime-se via DJE.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO/INTIMAÇÃO.
FAVORECIDO(A): DARLENE DE ALMEIDA FERREIRA - OAB RO0001338A - CPF: 349.026.352-91 (ADVOGADO)
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000866-03.2019.8.22.0011
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Aposentadoria Especial (Art. 57/8), Auxílio por Incapacidade Temporária, Concessão, Restabelecimento, Honorários Advocatícios
REQUERENTE: ROMEU APARECIDO BORTOLAN, LINHA 64, GLEBA 7, KM 21 - SETOR REDENÇÃO LOTE 83 ZONA RURAL - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: REBECA MORENO DA SILVA, OAB nº RO3997A, JOAO FRANCISCO PINHEIRO OLIVEIRA, OAB nº RO1512A
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA MARECHAL RONDON 870, SALA 114 1ANDAR CENTRO - 76900-082 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos, etc.
Considerando que houve concordância pela autora dos cálculos apresentados pela Contadoria desse juízo, homologo os cálculos (ID 91717758).

Expeça-se a RPV, no valor apurado pela contadoria judicial, para pagamento no prazo legal. Realizado o pagamento da RPV, voltem os autos conclusos para sentença de extinção. Decorrido o prazo de pagamento da RPV, certifique-se e voltem os autos conclusos para sequestro.
Aguarde-se o pagamento em arquivo.
Cumpra-se.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001733-88.2022.8.22.0011
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Cartão de Crédito
REQUERENTE: GASPAR ANTONIO GOMES, RUA EMILIO RIBAS S/N ZONA RURAL - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: BEATRIZ BRITO DE OLIVEIRA, OAB nº RO10259, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
REQUERIDO: CONAFER CONFEDERACAO NACIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREEND.FAMI. RURAIS DO BRASIL, SETOR SCS. Q. 06, BLOCO A 226/234, GILBERTO SALOMÃO SETOR DE HABITAÇÕES INDIVIDUAIS SUL - 71615-560 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Trata-se de pedido de penhora de créditos formulado pela exequente.
Em atenção ao art. 835 do CPC, a penhora observará, preferencialmente, bens de maior liquidez, podendo o juiz alterar a ordem de acordo com as circunstâncias do caso concreto.
No caso dos autos, até a presente data foi realizada apenas uma diligência no Sisbajud e não houve outras diligências anteriores nos sistemas à disposição da parte exequente.
Portanto, por ora, indefiro o pedido de penhora formulado pela exequente na petição de ID 91759261.
Ressalta-se que a credora poderá requerer a realização de diligências nos sistemas Renajud, Infojud e SNIPER, além de ter acesso diretamente ao sistema ARISP.
Assim, intime-se a exequente para, no prazo de 10 (dez), promover o andamento do cumprimento de sentença, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção e arquivamento.
Intime-se via DJE.
Cumpra-se.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000538-34.2023.8.22.0011
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Acumulação de Proventos
REQUERENTE: LUCAS CAETANO DE SOUSA, RUA CARLOS CHAGAS 5260 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FABRICE FREITAS DA SILVA, OAB nº RO9487A
REQUERIDO: Estado de Rondônia, - 76872-854 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado (art. 38, caput, da Lei n. 9.099/95).
Fundamento e Decido.
Pelo que se depreende dos autos, a parte autora requereu a extinção do feito, não tendo mais interesse em seu prosseguimento (ID 90364683).
Intimado, o requerido não se manifestou.
Isso posto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA e JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução de mérito, o que faço com lastro nos art. 51 da Lei n. 9.099/95 c.c art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Sem custas e sem honorários de advogado nesta instância (Lei n. 9.099/95, art. 55).
P. R. I.
Oportunamente, arquivem-se.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000099-57.2022.8.22.0011
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Nota de Crédito Comercial, Nota Promissória

REQUERENTE: ANDRADE & OLIVEIRA COM. DE MATERIAIS P/ CONSTRUCAO LTDA - ME, RUA CABO BARBOSA 1.680 CENTRO - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: SANDRO LUCIO DE FREITAS NUNES, OAB nº RO4529A
REQUERIDOS: SAMUEL DIAS BENFICA, RUA LEONARDO SLOBODA 1679, CASA 2, LOCALIZADA NOS FUNDOS DO TERRENO ALTO ALEGRE/ NOVO HORIZONTE - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA, EUGENIA MARIA DA COSTA
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Antes da realização da diligência pleiteada intime-se a parte exequente para apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, o comprovante de pagamento de taxa referente a diligência judicial, nos termos dos art. 2° da Lei n. 3.896/2016.
Intime-se via DJE.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001426-37.2022.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Salário-Maternidade (Art. 71/73)
AUTOR: ROSILDA LOPES CORREA, TRAVESSA T 02 LOTE 22, ZONA RURAL GLEBA 06 - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: NARA CAROLINE GOMES RIBEIRO, OAB nº RO5316A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS opôs EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, em razão de suposta omissão do Juízo, existente na sentença ID 92666629 , em que deixou de decidir sobre a DIB (data do início do benefício) e DIP (data do início do pagamento administrativo).
Instada, a embargada apresentou manifestação favorável aos embargos.
É o breve relatório, DECIDO.
Os embargos foram interpostos dentro do prazo de 05 dias, previstos no artigo 1.023, do Código de Processo Civil.
Os embargos de declaração estão previstos no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, podendo ser interpostos contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material.
Os embargos declaratórios opostos merecem acolhimento, pois houve, de fato, omissão na decisão embargada.
Assim, conheço dos embargos, na forma do artigo 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil, e os ACOLHO o pedido para corrigir a omissão apontada, portanto, determino para que leia-se :Isto posto e por tudo o mais que consta dos autos, com fundamento nos artigos 72 e 73 da Lei 8.213/91, JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais, formulado por ROSILDA LOPES CORREA , em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, para reconhecer o direito da autora em receber o benefício salário maternidade, em razão do nascimento da sua filha MIRIELLY CORREA XAVIER. Condeno o requerido a pagar o benefício de salário-maternidade, no valor de 01 (um) salário-mínimo, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, com correção monetária e juros moratórios conforme Manual de Orientação de Procedimento para os cálculos na Justiça Federal retroativos à data do requerimento administrativo, ocorrido em 13 de outubro de 2017(ID 80295970), bem como, que o salário mínimo, deve corresponder àquela época.
Cumpra-se a r. sentença, mantendo inalterada os demais termos.
Intimem-se.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000009-49.2022.8.22.0011
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Férias
EXEQUENTE: ELIAS JOSE DA COSTA, RUA CARLOS DE LIMA 1519 CENTRO - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JOILSON SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RO3505A, PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A
NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Sentença
Trata-se de cumprimento de sentença que tramita sob o rito do Juizado Especial da Fazenda Pública.
Foram expedidas RPVs (ID 88593841).
A parte exequente informou que os valores foram levantados (ID 92940179).

Pois bem. DECIDO.
Ante a informação do pagamento integral do débito, dá-se por satisfeita a obrigação.
Por consequência, JULGO EXTINTA o presente cumprimento de sentença, nos termos do art. 924, inciso II, c/c. art. 925, ambos do CPC.
Sem custas ou despesas processuais, conforme o artigo 55 da Lei 9.099/95.
P.R.I.C, transitada em julgado, arquivem-se os autos.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001488-43.2023.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Pessoa com Deficiência
AUTORES: BIANCA DE OLIVEIRA, ALVORADA ALVORADA - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA, LIVIA SOFIA TAVORA DE OLIVEIRA, ALVORADA ALVORADA - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
REU: I. -. I. N. D. S. S., - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DESPACHO
Vistos.
Verifico que parte autora requer os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita.
Entretanto, o autor não trouxe elementos concretos de sua condição financeira.
Nesse passo, incumbe a este Juízo exigir que a parte autora junte documentos que permitam a avaliação de sua incapacidade financeira, nos termos do art. 99, §2º do CPC.
Além disso, não basta dizer que é pobre nos termos da lei, deve-se trazer aos autos elementos mínimos a permitir que se avalie tal condição, até mesmo por a jurisdição ser atividade complexa e de alto custo para o Estado.
A concessão indiscriminada dos benefícios da gratuidade tem potencial de tornar inviável o funcionamento da instituição, que também depende de manutenção por meio da receita oriunda de custas processuais.
Nesse sentido, vejamos o entendimento jurisprudencial a respeito:
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014).
Ante o exposto, INTIME-SE o autor a comprovar sua condição financeira (CNIS, certidões negativas de propriedade de imóveis e móveis, extratos bancários dos últimos três meses, etc), no prazo de 15 (quinze) dias.
Não comprovando, deverá, no mesmo prazo, apresentar comprovante de pagamento das custas processuais, conforme determina o art. 12, inc. I, da Lei n. 3.896/2016 (Lei de Custas do TJRO), sob pena de indeferimento e extinção do feito sem resolução do mérito.
Decorrido o prazo in albis ou havendo manifestação, conclusos para decisão.
Intime-se.
Pratique-se o necessário.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001004-62.2022.8.22.0011
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Rural (Art. 48/51)
REQUERENTE: ALDETE SILVA DOS SANTOS, LINHA 52 Lote 14 GLEBA 09 - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, BEATRIZ BRITO DE OLIVEIRA, OAB nº RO10259, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DESPACHO
Vistos.
Recebo o pedido de cumprimento de sentença na forma do artigo 523 do CPC.
1. Arbitro honorários de execução no percentual de 10% sobre o valor do débito, na forma do art. 85, 1º do CPC e RE 420.816/RS, salvo havendo impugnação, caso em que poderão ser majorados.
2. Após, intime-se o INSS, por meio da Procuradoria Geral Federal, via sistema PJe, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, nos próprios autos, nos termos do art. 535, do CPC.

2.1. Havendo impugnação, INTIME-SE a parte exequente para se manifestar em 10 (dez) dias, após conclusos para decisão.
3. Havendo concordância ou decorrido o prazo sem oposição de impugnação, requisitem-se as RPVs via sistema EprecWeb, uma para o exequente (débito principal) e outra para o advogado (honorários advocatícios), junte-se cópia nos autos e intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem ratificando ou não as informações e valores constantes nas guias, nos termos do art. 11 da Resolução 405/2016 do CJF, ciente de que, nada sendo manifestado, a guia será remetida ao TRF para pagamento tal qual expedida.
3.1. Não havendo oposição, a requisição será assinada pelo Juízo, em gabinete, bem como o processo deverá ser suspenso sem baixa até posterior informação de pagamento.
4. Com a informação de pagamento, desde já autorizo a expedição de alvará para levantamento do valor a ser depositado nos autos, devendo ser expedido em nome do(a) exequente e de seu(ua) patrono(a), respectivamente, quanto ao saldo devedor e honorários advocatícios.
4.1 Neste caso, devendo a parte credora comprovar o levantamento em até 05 (cinco) dias, após conclusos para extinção.
5. Intime-se exequente via DJE e INSS por sistema PJE.
6. Cumpra-se.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001033-15.2022.8.22.0011
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Interpretação / Revisão de Contrato, Indenização por Dano Material, Cláusulas Abusivas, Análise de Crédito
REQUERENTE: IVONE MARQUES LARSON NETA MARTELLI, RUA MACHADO DE ASSIS Nº 5110 5110 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: OTONIEL BRAZ ODORICO, OAB nº RO8852
REQUERIDOS: GENERALI BRASIL SEGUROS S A, AVENIDA BARÃO DE TEFÉ 34, RIO DE JANEIRO SAÚDE - 20220-460 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, RUA INÁCIO LUSTOSA 755 SÃO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, AVENIDA GETÚLIO VARGAS 1.420, 5 E 6 ANDAR FUNCIONÁRIOS - 30112-021 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: HELVIO SANTOS SANTANA, OAB nº SP353041, HELVIO SANTOS SANTANA, OAB nº SP353041, EVELYSE DAYANE STELMATCHUK, OAB nº PR100778, FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289, PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
DESPACHO
Defiro o pedido de transferência formulado pela exequente.
Determino transferência da quantia depositada na conta judicial n. 1824 040 01535181 -7 para a conta bancária de titularidade do patrono da exequente, uma vez que possui poderes especiais para receber e dar quitação, consoante ID 78531818.
O beneficiário deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação, conforme síntese supracitada, pelo prazo de 5 (cinco) dias.
Sobrevindo informação de erro no cumprimento da ordem eletrônica, fica a CPE autorizada a proceder com a expedição de alvará sem necessidade de nova conclusão do processo.
Efetivada a transferência, deverá o exequente, no prazo de 10 (dez) dias, atualizar o valor de seu crédito remanescente, mediante apresentação de cálculo.
Após, intimem-se as executadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o débito remanescente, sob pena de penhora e demais atos executórios, conforme interesse da exequente.
Decorrido tal prazo ou havendo manifestação, conclusos.
Intime-se via DJE.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO OFICIO À AGÊNCIA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DE JI-PARANÁ/ALVARÁ JUDICIAL DE TRANSFERÊNCIA
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000533-12.2023.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente
AUTOR: ODILA LINO VALADARES PEREIRA, LINHA 52, KM 06 S/N ZONA RURAL - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FABIANA MODESTO DE ARAUJO, OAB nº RO3122A
REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REU SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Tendo em vista que a perícia já foi designada, conforme decisão de ID 92660807.
Aguarda-se a realização da perícia.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001656-89.2016.8.22.0011
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Anulação
EXEQUENTE: NORTE ACO COMERCIO DE ACO RONDONIA LTDA - ME, AVENIDA CASTELO BRANCO 20906, - DE 20766 A 21046 - LADO PAR NOVO HORIZONTE - 76962-000 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CHARLES BACCAN JUNIOR, OAB nº RO2823
EXECUTADO: WALDYR MALAQUIAS DA SILVA 66804965272, MARIO NEY NUNES 1783 NOVO HORIZONTE - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Os autos vieram conclusos com pedido de expedição da certidão para fins de protesto. Contudo, executar a certidão. é necessário o valor atualizado da dívida.
Assim, intime-se a parte exequente para apresentar planilha de débito atualizada, no prazo de 10 dias. Após, conclusos para deliberações.
Cumpra-se.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7002503-18.2021.8.22.0011
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Férias
EXEQUENTE: CARLOS GOMES RABELO, RUA JOÃO PAULO II 4413 CENTRO - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A, JOILSON SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RO3505A
EXECUTADO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Determino o desentranhamento dos documentos juntados no ID 92157581 e anexos, uma vez que protocolizados equivocadamente e não pertencem aos presentes autos.
Com relação à petição de ID 92157595, intime-se a parte exequente, via DJE, para ciência e manifestação em 5 (cinco) dias.
Decorrido tal prazo ou com manifestação, conclusos para decisão.
Cumpra-se.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001357-73.2020.8.22.0011
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material
AUTOR: ALLIANZE COMERCIAL LTDA - ME, PRAÇA UGOLINO UGOLINI 51 VILA MACENO - 15060-015 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO AUTOR: JEFERSON GOMES DE MELO, OAB nº RO8972
AUTOR: WESLEY CORREA FERREIRA, LINHA 114, KM 02 S/N ZONA RURAL - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: VALDEMAR ALVES DOS REIS JUNIOR, OAB nº SP226299
DESPACHO
Os autos vieram conclusos com pedido de pesquisa via Sistema SNIPER.
Contudo, fazer tais pesquisas é necessário o valor atualizado da dívida eis que a última atualização se deu há aproximadamente 5 meses.
Assim, intime-se a parte exequente para apresentar planilha de débito atualizada, no prazo de 10 dias.
Após, faça-se conclusão na pasta JUD'S.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000368-62.2023.8.22.0011
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente
AUTOR: VALDISSON DE OLIVEIRA NIZA, LINHA TN14, LOTE 58, GLEBA 01 S/N ZONA RURAL - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: LIVIA DE SOUZA COSTA, OAB nº RO7288, DAIENY PIRES DE JESUS, OAB nº RO11145
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA PREFEITO CHIQUILITO ERSE, - DE 2671 A 2867 - LADO ÍMPAR EMBRATEL - 76820-763 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Vistos em saneamento.
Trata-se de ação de implantação de auxílio doença com conversão em aposentadoria por invalidez com pedido de tutela de urgência.
Consta na inicial, em síntese, que o autor é segurado especial e encontra-se incapacitado de continuar exercendo suas atividades laborativas, mas que ao requerer administrativamente a concessão do benefício por incapacidade, o requerimento foi indeferido em razão que não compareceu para realização de exame médico-pericial. (ID 87557166).
Petição inicial instruída com documentos (ID 87557159 a 87557183).
Recebida a inicial, indeferido o pedido de antecipação de tutela e deferido o benefício da justiça gratuita, bem como determinada a realização de perícia médica (ID 87924516).
Laudo médico pericial (ID 90538614).
Citada, a autarquia ré apresentou contestação, alegando que não há comprovação de que a parte autora seja segurada especial e de que tenha realizado trabalho rural em regime de economia familiar pelo tempo de carência mínimo exigido pela lei previdenciária, aduzindo que os documentos apresentados pela interessada não seriam suficientes para comprovar o efetivo labor rural por todo o período de carência (ID 92899971).
A parte autora apresentou impugnação no ID 93318363, afirmando que atende aos requisitos legais e que faz ao benefício previdenciário pretendido.
Os autos vieram conclusos. Passo ao saneamento.
Não tendo sido apresentada ao juízo, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito a que alude o art. 357, § 2º do CPC, e considerando que a presente causa não apresenta complexidade em matéria de fato ou de direito, deixo de designar audiência de saneamento em cooperação e passo ao saneamento e organização do feito em gabinete (CPC, art. 357, §§).
Fixo como pontos controvertidos:
i) a condição de trabalhador rural em regime de economia familiar; ii) condição de segurado especial, iii) a existência de incapacidade para o labor, iv) direito ao benefício previdenciário de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, a depender do grau da incapacidade.
Diante do disposto nos art. 357, III, do CPC, distribuo o ônus da prova conforme previsto no artigo 373, incisos I e II, cabendo à parte autora comprovar a existência do fato constitutivo de seu direito e ao réu comprovar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
Os meios de prova relevantes para o julgamento da lide são a documental e testemunhal, pelo que, nos termos do artigo 357, II, do CPC, admito a produção dessas provas.
A prova documental já foi produzida, sendo facultado às partes juntarem documentos novos no decorrer da instrução.
Para aferição dos pontos controvertidos acima fixados, DEFIRO a produção da prova testemunhal requerida pelas partes, bem como depoimento pessoal do autor.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 08 de novembro de 2023 , às 08:40 horas, a ser realizada por videoconferência, por meio do link https:// meet.google.com/dzi-ytxw-frm , para depoimento pessoal do autor e oitiva de testemunhas.
Reforço as partes, advogados e testemunhas podem comparecer à sala de audiências, presencialmente, sendo que a realização e participação por videoconferência é apenas uma faculdade apresentada.
Os participantes da solenidade devem acessar o link fornecido acima, no dia e horário designados, atentando-se que o aplicativo Google Meet (gratuito) deve ser baixado no computador ou smartphone.
Quaisquer dúvidas sobre o acesso à sala virtual de audiências poderão ser dirimidas diretamente com a secretaria do Juízo, por mensagens de texto no aplicativo WhatsApp, por meio do número (69) 3309-8251.
FIXO o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que as partes apresentem o rol de testemunhas e dados eletrônicos de todos os participantes da videoconferência, no máximo 3 (três), sob pena de preclusão e julgamento no estado em que se encontra.
Decorrido o prazo sem o rol de testemunhas, conclusos para julgamento.
Caberá ao advogado da autora providenciar a intimação das testemunhas ou trazê-las independentemente de intimação (art. 455, § 2º, do CPC).

A intimação das testemunhas só será realizada via judicial, caso seja frustrada a intimação por carta feita pelo advogado ou diante da necessidade devidamente justificada e comprovada em juízo (art. 455, § 4º, incisos I e II, do CPC).
Intime-se o autor pelo DJe e INSS pelo sistema Pje.
Cumpra-se.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000736-42.2021.8.22.0011
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Licença Prêmio
EXEQUENTE: Estado de Rondônia
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A, JOILSON SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RO3505A, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
NÃO DENUNCIADO: JOSE RABELO DE FREITAS, RUA THEOBROMA 1766 NOVO HORIZONTE - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA NÃO DENUNCIADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Conforme decisão exarada no ID 92351240, foi deferido o pagamento do precatório com natureza superpreferencial, bem como, alterada a natureza do comum para alimentar. Após, foi juntado aos autos o Ofício nº 3470 / 2023 - COGESP/PRESI/TJRO, oportunidade em que dou vista ao requerente e nada sendo requerido no prazo de 5 dias, aguarde em arquivamento provisório até o cumprimento total da decisão pelo Ente Público.
Somente então, conclusos.
Cumpra-se. intime-se.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7001115-46.2022.8.22.0011
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente
REQUERENTE: ELIANA ORTEGA PEREIRA, RUA OSMAR MARCELINO DE OLIVEIRA 4535, CASA ALTO ALEGRE - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LIANE SANTA DE MELO COUTINHO, OAB nº RO9691
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AV. 16 DE JUNHO s/n CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DESPACHO
Vistos.
Recebo o pedido de cumprimento de sentença na forma do artigo 523 do CPC.
1. Arbitro honorários de execução no percentual de 10% sobre o valor do débito, na forma do art. 85, 1º do CPC e RE 420.816/RS, salvo havendo impugnação, caso em que poderão ser majorados.
2. Após, intime-se o INSS, por meio da Procuradoria Geral Federal, via sistema PJe, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, nos próprios autos, nos termos do art. 535, do CPC.
2.1. Havendo impugnação, INTIME-SE a parte exequente para se manifestar em 10 (dez) dias, após conclusos para decisão.
3. Havendo concordância ou decorrido o prazo sem oposição de impugnação, requisitem-se as RPVs via sistema EprecWeb, uma para o exequente (débito principal) e outra para o advogado (honorários advocatícios), junte-se cópia nos autos e intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem ratificando ou não as informações e valores constantes nas guias, nos termos do art. 11 da Resolução 405/2016 do CJF, ciente de que, nada sendo manifestado, a guia será remetida ao TRF para pagamento tal qual expedida.
3.1. Não havendo oposição, a requisição será assinada pelo Juízo, em gabinete, bem como o processo deverá ser suspenso sem baixa até posterior informação de pagamento.

4. Com a informação de pagamento, desde já autorizo a expedição de alvará para levantamento do valor a ser depositado nos autos, devendo ser expedido em nome do(a) exequente e de seu(ua) patrono(a), respectivamente, quanto ao saldo devedor e honorários advocatícios.
4.1 Neste caso, devendo a parte credora comprovar o levantamento em até 05 (cinco) dias, após conclusos para extinção.
5. Intime-se exequente via DJE e INSS por sistema PJE.
6. Cumpra-se.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Alvorada do Oeste/RO - Vara Única
R. Vinícius de Moraes, 4308 - Alvorada D'Oeste, RO, CEP 76930-000. Tel de Atend. (Seg. a Sex., 7h-14h): (69) 4020-2288.
Processo: 7000007-89.2016.8.22.0011
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Contribuição sobre Nota Fiscal de Execução de Serviços, Execução Contratual
EXEQUENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPA, JORGE TEIXEIRA 4872 ALTO ALEGRE - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE URUPÁ
EXECUTADO: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA, AVENIDA CABO BARBOSA, 1315, AO DA FABRICA DE MANILHA SUMAUMA - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Os autos vieram conclusos com pedido de pesquisa via Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos - SNIPER, a fim de que se verifique vínculos de pessoas físicas e jurídicas de forma visual.
Contudo, fazer tais pesquisas é necessário o valor atualizado da dívida.
Assim, intime-se a parte exequente para apresentar planilha de débito atualizada, no prazo de 10 dias.
Após, faça-se conclusão na pasta JUD'S.
Alvorada do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eduardo Abilio Kerber Diniz
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76872-869,(69) 34122540
Processo nº : 7000978-30.2023.8.22.0011 Requerente: AUTOR: GEOVACI LEANDRO DE ARAUJO Advogado: Advogado do(a) AUTOR: OTONIEL BRAZ ODORICO - RO8852
Requerido(a): REU: ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, GENERALI BRASIL SEGUROS S A Advogado: Advogado do(a) REU: HELVIO SANTOS SANTANA - SE8318
Advogado do(a) REU: EVELYSE DAYANE STELMATCHUK - PR100778
Advogado do(a) REU: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR - PE23289
Intimação À PARTE RECORRIDA
GEOVACI LEANDRO DE ARAUJO
Avenida Café Filho,, n 4830, ZONA RURAL, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76930-000
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Alvorada D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Alvorada do Oeste - Vara Única
Rua Vinícius de Moraes, 4308, Centro, Alvorada D'Oeste - RO - CEP: 76872-869,(69) 34122540
Processo nº : 7001327-33.2023.8.22.0011 Requerente: AUTOR: GUIOMAR DA SILVA ALMEIDA Advogado: Advogado do(a) AUTOR: MARIA HELENA DE PAIVA - RO3425
Requerido(a): REU: ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. Advogado: Advogado do(a) REU: LARISSA SENTO SE ROSSI - BA16330
Intimação À PARTE REQUERENTE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte requerente intimada a apresentar impugnação à contestação (RÉPLICA) e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 15 dias.
Alvorada D'Oeste, 17 de julho de 2023.

COMARCA DE BURITIS

1ª VARA CÍVEL

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7005120-52.2020.8.22.0021
EXEQUENTE: GERLES DO SACRAMENTO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Despacho
Defiro o pedido de dilação de prazo para a efetivação da quitação da RPV, aguarde-se por mais 20 dias.
No prazo assinalado, a parte Executada fica ciente de que deverá comprovar o pagamento da RPV, sob pena de sequestro de valores.
Outrossim, constatado por este Juízo que a parte formulou novo pedido de dilação de prazo, deverá apresentar documentos hábeis a corroborar o registro para quitação (registro no sistema) municipal e outros pertinentes.
Decorrido o prazo sem manifestação, tornem os autos conclusos para decisão.
Intime-se.
Proceda-se necessário.
Disposições à CPE, sem prejuízo de outros expediente que sejam necessários:
1. Suspende-se os autos pelo prazo de 20 (vinte) dias.
2. Ciência a parte executada, via PJe.
3. Decorrido o prazo sem manifestação, dê-se vista a parte exequente para requerer o que entender de direito. Prazo de 10 (dez) dias.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001651-61.2021.8.22.0021
EXEQUENTE: PATRICIA MENEGARDO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Despacho
Defiro o pedido de dilação de prazo para a efetivação da quitação da RPV, aguarde-se por mais 20 dias.
No prazo assinalado, a parte Executada fica ciente de que deverá comprovar o pagamento da RPV, sob pena de sequestro de valores.
Outrossim, constatado por este Juízo que a parte formulou novo pedido de dilação de prazo, deverá apresentar documentos hábeis a corroborar o registro para quitação (registro no sistema) municipal e outros pertinentes.
Decorrido o prazo sem manifestação, tornem os autos conclusos para decisão.
Intime-se.
Proceda-se necessário.
Disposições à CPE, sem prejuízo de outros expediente que sejam necessários:
1. Suspende-se os autos pelo prazo de 20 (vinte) dias.
2. Ciência a parte executada, via PJe.
3. Decorrido o prazo sem manifestação, dê-se vista a parte exequente para requerer o que entender de direito. Prazo de 10 (dez) dias.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7002741-07.2021.8.22.0021
EXEQUENTE: MARLENE LOPES GOMES
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Despacho
Defiro o pedido de dilação de prazo para a efetivação da quitação da RPV, aguarde-se por mais 20 dias.
No prazo assinalado, a parte Executada fica ciente de que deverá comprovar o pagamento da RPV, sob pena de sequestro de valores.
Outrossim, constatado por este Juízo que a parte formulou novo pedido de dilação de prazo, deverá apresentar documentos hábeis a corroborar o registro para quitação (registro no sistema) municipal e outros pertinentes.
Decorrido o prazo sem manifestação, tornem os autos conclusos para decisão.
Intime-se.
Proceda-se necessário.
Disposições à CPE, sem prejuízo de outros expediente que sejam necessários:

1. Suspende-se os autos pelo prazo de 20 (vinte) dias.
2. Ciência a parte executada, via PJe.
3. Decorrido o prazo sem manifestação, dê-se vista a parte exequente para requerer o que entender de direito. Prazo de 10 (dez) dias.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001950-38.2021.8.22.0021
EXEQUENTE: KATIA CRISTINA GRIGORIO COLOMBI
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Despacho
Defiro o pedido de dilação de prazo para a efetivação da quitação da RPV, aguarde-se por mais 20 dias.
No prazo assinalado, a parte Executada fica ciente de que deverá comprovar o pagamento da RPV, sob pena de sequestro de valores.
Outrossim, constatado por este Juízo que a parte formulou novo pedido de dilação de prazo, deverá apresentar documentos hábeis a corroborar o registro para quitação (registro no sistema) municipal e outros pertinentes.
Decorrido o prazo sem manifestação, tornem os autos conclusos para decisão.
Intime-se.
Proceda-se necessário.
Disposições à CPE, sem prejuízo de outros expediente que sejam necessários:
1. Suspende-se os autos pelo prazo de 20 (vinte) dias.
2. Ciência a parte executada, via PJe.
3. Decorrido o prazo sem manifestação, dê-se vista a parte exequente para requerer o que entender de direito. Prazo de 10 (dez) dias.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003466-93.2021.8.22.0021
EXEQUENTE: ERONI FERREIRA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE BURITIS
ADVOGADO DOS NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Trata-se de ação previdenciária ajuizada por ERONI FERREIRA em desfavor do MUNICIPIO DE BURITIS, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE BURITIS.
Houve informação de pagamento integral dos valores e não há outros requerimentos a serem analisados.
Diante ao exposto, ante a satisfação da obrigação, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fundamento no art. 924, inc. II, do CPC.
Sem custas.
Sentença publicada e registrada pelo sistema, ficando dispensada a intimação das partes porque não sofrerão prejuízos e por medida de economia e celeridade processual.
Transitada em julgado nesta data (artigo 1.000, p. único do CPC).
Disposições ao cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Arquivem-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ALVARÁ.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7002670-34.2023.8.22.0021
AUTOR: SIMONE ANGELA DE MEDEIROS DALLABRIDA
ADVOGADO DO AUTOR: RENATO FIORAVANTE DO AMARAL, OAB nº SP349410
REU: BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
SENTENÇA
Trata-se de ação consumerista.
A autora foi intimada a emendar a inicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (ID 92101272).
A parte autora pleiteou pela dilação do prazo da emenda (ID 92952780), o pedido foi indeferido e determinado o transcurso do prazo em cartório (ID 93103289).

Conforme o art. 321 do CPC determina que o juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado, uma vez que, dispondo o parágrafo único que se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. (art. 321, parágrafo único do CPC).
Nesse sentido tem-se o disposto no art. 290 do CPC que: " Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias".
Extrai-se dos movimentos processuais que a parte autora deixou transcorrer o prazo concedido sem atender a determinação judicial, permanecendo inerte.
Posto isso, INDEFIRO A INICIAL COM EXTINÇÃO do feito sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso I, c/c artigo 330, inciso IV ambos do CPC.
Sem custas e sem honorários.
Sentença publicada e registrada automaticamente no PJe.
Arquive-se.
Disposições ao cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Fica a parte autora intimada via DJe.
2. Arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003121-64.2020.8.22.0021
REPRESENTANTES PROCESSUAIS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, Estado de Rondônia
ADVOGADO DOS REPRESENTANTES PROCESSUAIS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: EDIMAR FRANCISCO DOS SANTOS
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Decisão
A exequente apresentou interesse no veículo FIAT/PÁLIO FIRE de placa NCB3212, razão pela qual determino realização de avaliação e penhora no endereço indicado abaixo.
Caso o bem seja encontrado, proceda-se a penhora e diante da natureza do bem, sendo patente o risco de deterioração, determino a remoção, ficando o exequente nomeado como depositário a partir do seu recebimento.
Caberá ainda à parte exequente entrar em contato diretamente com o Oficial de Justiça para concretização do ato, devendo providenciar os meios necessários para a diligência.
Servirá a presente decisão, em conjunto com o extrato do sistema do RenaJud, como termo de constrição, independentemente de outra formalidade.
Intime-se o executado pessoalmente no ato da diligência ou, na impossibilidade, na pessoa de seu advogado, ou, na ausência, pessoalmente, ao endereço de citação ou último endereço cadastrado nos autos, acerca da penhora, ou ainda na pessoa de seu curador, conforme o caso.
Após a efetivação da medida, no prazo de 10 dias, intime-se a parte exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento.
Deverá, ainda, pesquisar junto aos órgãos administrativos a respeito da existência de débitos ou restrições, de natureza fiscal ou sancionatória, comprovando nos autos.
Por fim, deverá manifestar se deseja a adjudicação e/ou alienação, requerendo e providenciando o necessário para sua efetivação.
Em caso de não localização do bem, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de 15 dias.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Serve a presente como mandado de avaliação e penhora do bem FIAT/PALIO FIRE, Placa NCB3212, de propriedade de EDIMAR FRANCISCO DOS SANTOS, localizado no endereço BR 421, KM 07, LINHA 05, N. 01 ZONA RURAL - 76887-000 - CAMPO NOVO DE RONDÔNIA - RONDÔNIA , instrua com o espelho da pesquisa realizada no sistema RenaJud.
2. Intime-se a exequente desta decisão, via PJe.
3. Cumpridas as determinações acima e decorrido o prazo, retornem os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003405-04.2022.8.22.0021
AUTOR: COMERCIO DE MEDICAMENTOS DOMICIANO LTDA - EPP
ADVOGADOS DO AUTOR: WELLINGTON DE FREITAS SANTOS, OAB nº RO7961, FABIO ROCHA CAIS, OAB nº RO8278
REU: DANIEL BERNARDO DE SOUZA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Considerando o que consta nos autos, a carta de citação de AR restou negativa, motivo pelo qual a parte autora requereu a citação do requerido por meio do Oficial de Justiça.
Assim, a citação deverá ser diligenciada por Oficial de Justiça, devendo comunicar a parte requerida sobre como funciona a audiência por videoconferência, que deve participar com advogado, se tiver, ou, na falta deste, será nomeado Defensor Público que se fará presente durante a audiência.

Designo audiência de conciliação/mediação, agendada de forma automática no sistema PJe, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, na modalidade não presencial, através do contato (69) 9 9984-2111, por meio do aplicatico "whatsapp".
Por ocasião da intimação das partes, estas deverão informar telefone e email para contato ao Oficial de Justiça responsável pela diligência ou peticionando nos autos para informar, caso a citação ocorra via postal (carta) ou mandado. Caso haja advogado cadastrado, este deverá peticionar nos autos a fim de informar seus números de telefone e/ou e-mail para que os conciliadores possam dar início às tratativas visando à realização de acordo.
A audiência será realizada por chamada de vídeo no aplicativo "whatsapp", assim, as partes deverão apresentar nos autos contato telefônico que viabilizem a chamada de vídeo. A não apresentação do contato ou o não atendimento da chamada no dia da audiência ensejará certificação de ausência com todos os efeitos legais da mesma.
Intime-se a parte autora, advertindo-a de que sua ausência poderá ensejar na extinção do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei n. 9.099/95, bem como que, caso não haja acordo, após a apresentação de contestação pelo réu, deverá apresentar, na mesma audiência de conciliação, sua impugnação, acompanhada de documentos e rol de testemunhas, especificando as provas que pretende produzir, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento.
Cite-se e intime-se a parte requerida, com as advertências do procedimento sumaríssimo e para a audiência de conciliação designada, fazendo constar no mandado que, no caso de ausência à audiência de conciliação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial, salvo se do contrário resultar da convicção deste juízo (art. 20 da Lei n. 9.099/95), bem como que, caso não haja acordo, deverá apresentar resposta escrita (contestação) até a audiência de conciliação, acompanhada de documentos e rol de testemunhas, especificando as provas que pretende produzir, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento.
Não sendo encontrado a parte requerida no endereço informado na inicial, intime-se a parte autora para que apresente endereço atualizado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena extinção do feito. Apresentado novo endereço, desde já autorizo a CPE a expedir nova citação, sem a necessidade de retorno dos autos a conclusão.
Disposições a CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Determino a CPE que designe audiência de conciliação de forma automática no sistema PJE, a qual será realizada pelo WhatsApp.
1.2 A solenidade será conduzida pelos conciliadores do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), através do telefone (69) 9.9984-2111.
2. Intime-se o requerente, por meio de seu advogado, caso constituído, acerca da audiência designada, devendo informar telefone e e-mail para contato nos autos.
2.1 Caso a parte seja atendida pela Defensoria Pública ou serviço atermação, intime-se pessoalmente, no endereço abaixo indicado, devendo informar telefone e email para contato ao Oficial de Justiça responsável pela diligência, ou peticionar nos autos.
3. Diligencie-se o Oficial de Justiça para citar e intimar a parte requerida para a audiência designada, nos termos determinados pela Corregedoria deste Tribunal, devendo informar telefone e-email para contato ao responsável pela diligência, ou peticionar nos autos.
4. Não sendo encontrado a parte requerida no endereço informado na inicial, intime-se a parte autora para que apresente endereço atualizado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena extinção do feito. Apresentado novo endereço, desde já autorizo a CPE a expedir nova citação, sem a necessidade de retorno dos autos a conclusão.
5. Após a realização da audiência de conciliação:
5.1 Realizado o acordo, tornem os autos conclusos para sentença de homologação.
5.2 Não havendo acordo, tornem os autos conclusos para sentença.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA/ OFÍCIO
Buritis/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
AUTOR: COMERCIO DE MEDICAMENTOS DOMICIANO LTDA - EPP, CNPJ nº 06289479000104
REU: DANIEL BERNARDO DE SOUZA, CPF nº 08460493253, RUA CAMPO VERDE, LT 13 E 14, QD 44 SN, CONJUNTO DE APARTAMENTOS SETOR 01A - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7002701-54.2023.8.22.0021
AUTOR: ANGELA AMELIA COLOMBI
ADVOGADO DO AUTOR: JOAO CARLOS DE SOUSA, OAB nº RO10287
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Decisão
Recebo a emenda inicial e reconheço a competência deste juízo para processamento do feito.
Versam os autos sobre demanda consumerista, proposta pelo usuário do serviço em desfavor da concessionária de serviço de energia elétrica.
Em relação ao pedido liminar, os requisitos para a concessão da tutela de urgência são juízo de probabilidade do direito e perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, caput, do CPC).
Em casos como o dos autos, onde se postula a anulação do débito, além de aferir-se os pressupostos necessários à concessão da medida, faz-se necessário que se busque afastar, negando ou concedendo a medida, a ocorrência de prejuízos maiores e desnecessários.
É certo que somente após a instrução do feito, inclusive com a análise detida da defesa a ser ofertada nos autos e as demais provas a serem produzidas, poder-se-á aferir se procedem ou não os fatos narrados na inicial. Todavia, ao menos neste momento, o deferimento do pedido tem lugar para se afastar a possibilidade de maiores prejuízos ao requerente.
Demais disso, a concessão da medida é perfeitamente reversível, posto que em caso de improcedência do pedido com a consequente revogação desta decisão, o débito poderá ser reativado.
Diante do exposto, com fundamento no art. 300 do CPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência formulado pelo requerente para determinar que a requerida SE ABSTENHA de incluir, ou se já estiver incluído, EXCLUA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o nome da parte requerente nos órgãos de proteção ao crédito em razão do débito em discussão, sob pena de multa diária no valor de R$250,00

(duzentos e cinquenta reais) até o limite de R$10.000,00 (dez mil reais), bem como que SE ABSTENHA de suspender o fornecimento de energia elétrica no imóvel localizado na Unidade Consumidora n. 20/2169553-1, instalada no imóvel localizado na Rua Vale do Anari, nº 1464, Setor 02, Buritis/RO, ou restabeleça o fornecimento imediatamente, caso já efetuada a suspensão/interrupção.
A presente decisão somente será válida quanto ao débito de energia no valor de R$861,08 (oitocentos e sessenta e um reais e oito centavos), cobrado na fatura referente aos meses de Julho/2023 a Setembro/2023
Deixo de designar a audiência prévia de conciliação prevista no art. 334 do CPC, com fundamento no princípio da razoabilidade, da instrumentalidade das formas e da celeridade processual, haja vista que, segundo a experiência/prática judicial, nas ações movidas em desfavor de instituições bancárias, concessionárias públicas e seguradoras, estas, até mesmo por orientação decorrente de política interna e administrativa, não estão aptas a oferecer proposta de acordo no início do procedimento judicial, restando em sua maioria infrutífera a conciliação e contraproducente ao princípio da duração razoável do processo, o que não impede que em outra fase judicial seja tentada a conciliação entre as partes, não havendo, assim, prejuízo processual ou ao espírito conciliador da nova legislação.
Decorrido o prazo para complementação das custas, prossiga a CPE no cumprimento das determinações seguintes:.
1. Cite-se a parte ré dos termos da ação, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos da prova da citação (CPC, art. 231), sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (CPC, art. 344).
2. Apresentada defesa pelo réu, intime-se o autor para manifestar-se em réplica, em 15 (quinze) dias (CPC, art. 350).
3. Após, intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, em 05 (cinco) dias.
4. Na sequência, conclusos.
Intime-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/ OFÍCIO.
Buritis, 14 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
Número do processo: 7003124-14.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: KELITA BARRETO PESKE
ADVOGADO DO AUTOR: FERNANDO DE OLIVEIRA RODRIGUES, OAB nº RO8731
Polo Ativo: UNITED AIRLINES, INC.
ADVOGADO DO REU: ALFREDO ZUCCA NETO, OAB nº DF39079
Sentença
Trata-se de ação ajuizada por KELITA BARRETO PESKEem face de UNITED AIRLINES, INC.
Determinado a emenda à inicial para recolhimento das custas iniciais, as partes chegaram a um acordo e requereram sua homologação ID 93167463.
Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo entabulado entre as partes, nos termos do apresentado no ID 93167463, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos e, com base no art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil e JULGO EXTINTO o feito.
Sem custas finais ou honorários (art. 8, III, Lei n. 3896/16).
Intime-se a parte requerida para proceder o pagamento das custas iniciais, conforme estabelecido no termo de acordo, a fim de comprovar o pagamento das custas inicias nos termos do artigo 12, inciso I, da Lei 3.896/2016.
Publicação e registro automáticos pelo sistema.
Consistindo a manifestação em ato incompatível com a vontade de recorrer (art. 1.000, parágrafo único, CPC), homologo a renúncia ao direito de recorrer e dou por transitada em julgado esta decisão nesta data, independente de certificação nos autos.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1) Intime-se a parte requerida para comprovar o pagamento das custas processuais no prazo de 15 dias, decorrido o prazo não havendo pagamento inscreva.
2) Após, não havendo outras providências arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7002723-49.2022.8.22.0021
REQUERENTE: VALERIA LOURDES GONZAGA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DORIHANA BORGES BORILLE, OAB nº RO6597A
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Decisão
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/95.
Tratam-se de embargos de declaração opostos por VALERIA LOURDES GONZAGA em face da sentença prolatada nos autos, sob o argumento de que houve omissão no tocante ao pedido de indenização em danos materiais, no valor de R$5.988,00 (cinco mil novecentos e oitenta e oito reais) a título de lucros cessantes.
A embargada, CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA/ENERGISA, não apresentou contrarrazões.

É o relatório.
Decido.
Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil cabível os embargos declaratórios servem para, sanar omissão, contradição, obscuridade e corrigir erro material.
Conheço os embargos interpostos por serem tempestivos.
Com efeito, os embargos em questão merecem acolhimento, uma vez que houve omissão quanto ao pedido de indenização em danos materiais, no valor de R$5.988,00 (cinco mil novecentos e oitenta e oito reais) a título de lucros cessantes.
No caso em tela, a petição inicial protocolada apresentava em um de seus pedidos que a requerida fosse condenada ao pagamento de R$5.988,00 (cinco mil novecentos e oitenta e oito reais) a título de lucros cessantes, referente ao período de 06 meses de vigência do contrato .
Da detida análise dos autos, entendo que a autora da ação, ora embargante, logrou em demonstrar que, devido à pendência existente no cartório, perdeu a vaga de monitora de transporte escolar que havia sido classificada, pois um dos requisitos exigidos era a certidão negativa de protestos .
Nesse sentido, trago o entendimento da Turma Recursal do TJRO:
"Recurso Inominado. Consumidor. Demora na ligação nova de energia elétrica. Configurado. Lucro cessante não comprovado. Dano moral. Devido. Proporcionalidade e razoabilidade. Recurso provido. Sentença parcialmente reformada. 1. A demora no fornecimento de energia elétrica, decorrente de pedido de ligação nova, ocasiona dano moral. 2. O quantum indenizatório deve ser fixado em valor justo e proporcional ao abalo suportado pelo consumidor. 3. Para que haja se configure o lucro cessante é necessário que o autor junte aos autos demonstração efetiva dos valores que deixou de auferir em razão do evento danoso, conforme art. 402 do Código Civil. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7000291-88.2021.822.0022, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Jsé Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 08/04/2022)". [grifo nosso].
Sendo assim, a parte comprovou ter sido classificada no processo seletivo, conforme se observa nos autos (ID 77967339), fazendo jus a indenização à título de lucros cessantes.
Nesse toar, retifico a sentença e consigno a seguinte redação: "Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE pedido formulado na inicial para: a) condenar a requerida ao pagamento de indenização por danos morais ao requerente no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) considerado nesta data, com atualização monetária e juros de mora de 1% ao mês contados desta decisão; b) julgo extinto o feito com resolução do mérito, tanto como aos processos de nº 7002724-34.2022.822.0021, 7002734-78.2022.8.22.0021, 7002732-11.2022.8.22.0021 que tramitam na 1ª e 2ª Vara Genérica distribuídos por conexão, na forma do artigo 487, I, do Código de Processo Civil e declarar inexistente o débito no valor de R$ 3.717,57(três mil setecentos e dezessete reais e cinquenta e sete centavos), como a respectiva baixa junto ao cartório de protestos de títulos(serventia de Buritis/RO); c) e, por fim, condenar a requerida à indenizar a autora no valor de R$5.988,00 (cinco mil novecentos e oitenta e oito reais) a título de lucros cessantes, atualizado monetariamente a partir da data do ocorrido (Súmula 43 do STJ) e acrescido de juros moratórios de 1% ao mês a contar da citação".
No mais, mantenho a sentença como lançada.
Intimem-se as partes.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Intimação da parte autora via DJe, e dos requeridos via Pje.
2. Oportunamente, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7004185-41.2022.8.22.0021
EXEQUENTE: RONICLEIA PEREIRA DA COSTA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Despacho
Defiro o pedido de dilação de prazo para a efetivação da quitação da RPV, aguarde-se por mais 20 dias.
No prazo assinalado, a parte Executada fica ciente de que deverá comprovar o pagamento da RPV, sob pena de sequestro de valores.
Outrossim, constatado por este Juízo que a parte formulou novo pedido de dilação de prazo, deverá apresentar documentos hábeis a corroborar o registro para quitação (registro no sistema) municipal e outros pertinentes.
Decorrido o prazo sem manifestação, tornem os autos conclusos para decisão.
Intime-se.
Proceda-se necessário.
Disposições à CPE, sem prejuízo de outros expediente que sejam necessários:
1. Suspende-se os autos pelo prazo de 20 (vinte) dias.
2. Ciência a parte executada, via PJe.
3. Decorrido o prazo sem manifestação, dê-se vista a parte exequente para requerer o que entender de direito. Prazo de 10 (dez) dias.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7004051-14.2022.8.22.0021
REQUERENTE: ESTER FRANCISCO MOTA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
REQUERIDO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS

SENTENÇA
Diante da concordância do Município quanto aos cálculos apresentados pela parte exequente, HOMOLOGO os valores de ID 90314186, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.
Defiro o pedido de DESTACAMENTO dos honorários contratuais, vedada a possibilidade de expedição de RPV autônomo/individualizado dessa verba, nos termos do art. 13, §2º, da Resolução n. 153/2020-TJRO.
Expeça-se precatório para pagamento do débito, devendo ser preenchido como de natureza alimentar, bem como com o destacamento dos honorários contratuais, conforme requerido.
Requisite-se o pagamento dos honorários sucumbenciais através de RPV, conforme dados bancários indicados nos autos, fixando-se o prazo para pagamento em sessenta dias contados da data da entrega da requisição, sob pena de sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, conforme artigo 13, I, da Lei n. 12.153/09.
Comprovado o recebimento da Requisição de Pequeno Valor e decorrido o prazo de pagamento, fica a parte exequente intimada a se manifestar pelo prosseguimento do cumprimento de sentença, em caso de descumprimento, no prazo de 10 dias, independente de nova intimação.
Caso o pagamento seja realizado mediante depósito judicial, expeçam-se os alvará para levantamento dos valores.
Cumpridos os itens acima, arquive-se os autos em arquivo provisório até a data para liquidação do crédito.
Disposições para o cartório, sem prejuízo de outros expedientes que sejam necessários:
1. Expeça-se precatório para pagamento do débito, devendo ser preenchido como de natureza alimentar, bem como destacado os honorários contratuais do advogado, conforme requerido.
2. Requisite-se o pagamento dos honorários sucumbenciais através de RPV, conforme dados bancários indicados nos autos, fixando-se o prazo para pagamento em sessenta dias contados da data da entrega da requisição, sob pena de sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, conforme artigo 13, I, da Lei n. 12.153/09.
3. Comprovado o recebimento da Requisição de Pequeno Valor e decorrido o prazo de pagamento, fica a parte exequente intimada a se manifestar pelo prosseguimento do cumprimento de sentença, em caso de descumprimento, no prazo de 10 dias, independente de nova intimação.
4. Caso o pagamento seja realizado mediante depósito judicial, expeça-se os alvarás para levantamento dos valores.
5. Cumpridos os itens acima, arquive-se os autos em arquivo provisório até a data para liquidação do crédito.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ OFÍCIO.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7004321-38.2022.8.22.0021
REQUERENTE: LUCIMARA DE OLIVEIRA BRITO
ADVOGADO DO REQUERENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
REQUERIDO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Diante da concordância do Município quanto aos cálculos apresentados pela parte exequente, HOMOLOGO os valores de ID 90334629, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.
Defiro o pedido de DESTACAMENTO dos honorários contratuais, vedada a possibilidade de expedição de RPV autônomo/individualizado dessa verba, nos termos do art. 13, §2º, da Resolução n. 153/2020-TJRO.
Expeça-se precatório para pagamento do débito, devendo ser preenchido como de natureza alimentar, bem como com o destacamento dos honorários contratuais, conforme requerido.
Requisite-se o pagamento dos honorários sucumbenciais através de RPV, conforme dados bancários indicados nos autos, fixando-se o prazo para pagamento em sessenta dias contados da data da entrega da requisição, sob pena de sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, conforme artigo 13, I, da Lei n. 12.153/09.
Comprovado o recebimento da Requisição de Pequeno Valor e decorrido o prazo de pagamento, fica a parte exequente intimada a se manifestar pelo prosseguimento do cumprimento de sentença, em caso de descumprimento, no prazo de 10 dias, independente de nova intimação.
Caso o pagamento seja realizado mediante depósito judicial, expeçam-se os alvará para levantamento dos valores.
Cumpridos os itens acima, arquive-se os autos em arquivo provisório até a data para liquidação do crédito.
Disposições para CPE, sem prejuízo de outros expedientes que sejam necessários:
1. Altere-se a classe processual para cumprimento de sentença.
2. Expeça-se precatório para pagamento do débito, devendo ser preenchido como de natureza alimentar, bem como destacado os honorários contratuais do advogado, conforme requerido.
3. Requisite-se o pagamento dos honorários sucumbenciais através de RPV, conforme dados bancários indicados nos autos, fixando-se o prazo para pagamento em sessenta dias contados da data da entrega da requisição, sob pena de sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, conforme artigo 13, I, da Lei n. 12.153/09.
4. Comprovado o recebimento da Requisição de Pequeno Valor e decorrido o prazo de pagamento, fica a parte exequente intimada a se manifestar pelo prosseguimento do cumprimento de sentença, em caso de descumprimento, no prazo de 10 dias, independente de nova intimação.
5. Caso o pagamento seja realizado mediante depósito judicial, expeça-se os alvarás para levantamento dos valores.
6. Cumpridos os itens acima, arquive-se os autos em arquivo provisório até a data para liquidação do crédito.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ OFÍCIO.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003297-38.2023.8.22.0021
AUTOR: ALAN NUNES RODRIGUES
ADVOGADOS DO AUTOR: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES, OAB nº RO2383, MARIA AMORIM NUNES, OAB nº RO12418
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
Decisão
Recebo a inicial.
Postergo à analise de eventual pedido de gratuidade da justiça para o caso de interposição de recurso, pois trata-se de demanda interposta no Juizado Especial, a qual prescinde de recolhimento de custas iniciais em primeiro grau de jurisdição.
Trata-se de pedido de tutela de urgência com a finalidade de que a requerida se abstenha de interromper o fornecimento da energia elétrica no imóvel, bem como que se abstenha de realizar cobrança referente ao parcelamento de débito de recuperação de consumo no talão de energia na UC do autor.
Para fundamentar o pedido formulado, alega a parte autora que estranhou o valor da fatura do mês de junho de 2023 por ser um valor desproporcional aos valores anteriores, com isso, buscou informações com a empresa ré e lhe foi informado que esse valor é referente a uma recuperação de consumo e que se não pagar a dívida o seu fornecimento de energia seria interrompido ou seu nome negativado no SPC/SERASA. Ademais, são duas multas de recuperação de consumo que está sendo cobrado, uma no Valor de R$1.719,17 (mil setecentos e dezenove reais e dezessete centavos) referente aos meses de 11/2022 a 04/2023 e a outra no valor de R$319,77 (trezentos e dezenove reais e setenta e sete centavos) referente ao período de 06/2022 a 08/2022.
É o relatório.
Em relação ao pedido liminar, os requisitos para a concessão da tutela de urgência são juízo de probabilidade do direito e perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, caput, do CPC).
Em casos como o dos autos, onde se postula a anulação do débito, além de aferir-se os pressupostos necessários à concessão da medida, faz-se necessário que se busque afastar, negando ou concedendo a medida, a ocorrência de prejuízos maiores e desnecessários.
É certo que somente após a instrução do feito, inclusive com a análise detida da defesa a ser ofertada nos autos e as demais provas a serem produzidas, poder-se-á aferir se procedem ou não os fatos narrados na inicial. Todavia, ao menos neste momento, o deferimento do pedido tem lugar para se afastar a possibilidade de maiores prejuízos ao requerente.
Demais disso, a concessão da medida é perfeitamente reversível, posto que em caso de improcedência do pedido com a consequente revogação desta decisão, o débito poderá ser reativado.
Diante do exposto, com fundamento no art. 300 do CPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência formulado pelo requerente para determinar que a requerida SE ABSTENHA de suspender o fornecimento de energia elétrica na UC n°.20/1199173-4, do imóvel localizado na linha 02 0 BR421 KM05 P.16A, Campo Novo de Rondônia/RO, ou restabeleça o fornecimento imediatamente, caso já efetuada a suspensão/interrupção, bem como SE ABSTENHA de realizar cobrança referente ao parcelamento de débito de recuperação de consumo no talão de energia na UC do autor, sob pena de multa diária no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais) até o limite de R$5.000,00 (cinco mil reais).
A presente decisão somente será válida quanto ao débito de energia em relação a diferença de consumo não faturada no valor de R$1.719,17 (mil setecentos e dezenove reais e dezessete centavos) e R$319,77 (trezentos e dezenove reais e setenta e sete centavos).
Desde já, inverto o ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, uma vez que a parte autora é hipossuficiente para provar fato negativo (inexistência de fato constitutivo do débito).
Deixo de designar, por ora, audiência de conciliação/mediação prevista no artigo 334 do Código de Processo Civil, eis que é público e notório que em todas as ações em desfavor da empresa requerida não é firmado acordo, o que redunda em desperdício de tempo e expediente ao cartório.
Por outro lado, caso as partes desejam a inclusão deste processo em pauta própria para sessão de conciliação/mediação, retornem os autos conclusos para designação audiência junto ao setor de conciliação, no prazo de 15 (quinze) dias.
Cite-se a parte requerida para apresentar resposta escrita (contestação), no prazo de 15 (quinze) dias, acompanhada de documentos, especificando as provas que pretende produzir, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial.
Não sendo encontrado a parte requerida no endereço informado na inicial, intime-se a parte autora para que apresente endereço atualizado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena extinção do feito. Apresentado novo endereço, desde já autorizo a CPE a expedir nova citação, sem a necessidade de retorno dos autos a conclusão.
Havendo contestação com assertivas preliminares e/ou apresentação de documentos, intime-se a parte requerente para réplica, no prazo de 10 (dez) dias.
Cumprida as determinações acima, retornem os autos conclusos.
Disposições a CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Cite-se a parte requerida para apresentar resposta escrita (contestação), no prazo de 15 (quinze) dias, acompanhada de documentos, especificando as provas que pretende produzir, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial.
2. Não sendo encontrado a parte requerida no endereço informado na inicial, intime-se a parte autora para que apresente endereço atualizado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena extinção do feito. Apresentado novo endereço, desde já autorizo a CPE a expedir nova citação, sem a necessidade de retorno dos autos a conclusão.
3. Havendo contestação com assertivas preliminares e/ou apresentação de documentos, intime-se a parte requerente para réplica, no prazo de 10 (dez) dias.
4. Cumpridas as determinações acima, tornem os autos conclusos para sentença.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA/ OFÍCIO
AUTOR: ALAN NUNES RODRIGUES, BR 421, KM 05, PA 16A BR 421, ZONA RURAL ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7039896-36.2023.8.22.0001
AUTORIDADES: Ministério Público do Estado de Rondônia, P. -. P. V. -. C. D. P. D. -. D. D. F.
ADVOGADOS DOS AUTORIDADES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, POLÍCIA CIVIL - PORTO VELHO - CENTRAL DE POLÍCIA DIFLAG - DIVISÃO DE FLAGRANTES
FLAGRANTEADO: TARSIS DALPRA DO NASCIMENTO
ADVOGADO DO FLAGRANTEADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
1) Recebo a denúncia oferecida por não verificar presentes as hipóteses do art. 395 do CPP, as quais autorizam a rejeição sumária.
2) Nos termos do artigo 396 do CPP, cite-se o réu para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, ocasião em que poderá arguir preliminares, oferecer documentos, justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as.
3) O Oficial de justiça deve perguntar ao denunciado se possui advogado particular ou se deseja ser representado pela Defensoria Pública, bem como confirmar qual o CPF do denunciado, fazendo constar em sua certidão as referidas informações.
4) Caso o denunciado afirme que deseja ser assistido pela Defensoria Pública:
a) o Oficial de Justiça deverá orientar o réu a dirigirem-se à DPE em 10 dias;
b) deve o cartório criminal enviar imediatamente os autos à DPE.
5) Deve o Oficial de Justiça perquirir o denunciado se o mesmo deseja arrolar testemunhas, devendo informar na ocasião o nome e endereço da(s) testemunha(s).
Restando frustrada a localização do denunciado para citação pessoal, dê-se vista dos autos ao Ministério Público.
Ciência ao Ministério Público e à Defesa.
Cite-se e intime-se o acusado.
Caso necessário, expeça-se carta precatória com urgência.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO
FLAGRANTEADO: TARSIS DALPRA DO NASCIMENTO, RUA DA SAFIRA 969, - DE 1319/1320 A 1415/1416 PARQUE DAS GEMAS - 76875-850 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7002870-41.2023.8.22.0021
AUTOR: ADRIANO JOSE SETTI RIBAS
ADVOGADO DO AUTOR: JOAO CARLOS DE SOUSA, OAB nº RO10287
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Decisão
Recebo a emenda à inicial.
Trata-se de pedido de tutela de urgência com a finalidade de que a requerida restabeleça o fornecimento da energia elétrica no imóvel, bem como que se abstenha de incluir seus dados dos cadastros restritivos de créditos – SPC/SERASA.
Para fundamentar o pedido formulado, alega a parte autora que os funcionários da parte requerida efetuaram o corte da sua energia elétrica, em razão do suposto débito em aberto, com isso, buscou informações com a requerida e informaram que se tratava de uma recuperação de consumo. untou documentos.
É o relatório.
Em relação ao pedido liminar, os requisitos para a concessão da tutela de urgência são juízo de probabilidade do direito e perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, caput, do CPC).
Em casos como o dos autos, onde se postula a anulação do débito, além de aferir-se os pressupostos necessários à concessão da medida, faz-se necessário que se busque afastar, negando ou concedendo a medida, a ocorrência de prejuízos maiores e desnecessários.
É certo que somente após a instrução do feito, inclusive com a análise detida da defesa a ser ofertada nos autos e as demais provas a serem produzidas, poder-se-á aferir se procedem ou não os fatos narrados na inicial. Todavia, ao menos neste momento, o deferimento do pedido tem lugar para se afastar a possibilidade de maiores prejuízos ao requerente.
Demais disso, a concessão da medida é perfeitamente reversível, posto que em caso de improcedência do pedido com a consequente revogação desta decisão, o débito poderá ser reativado.
Diante do exposto, com fundamento no art. 300 do CPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência formulado pelo requerente para determinar que a requerida RESTABELEÇA o fornecimento de energia elétrica na UC n. 2202242-0, localizada na Rua Cravo da Índia, 7765, Buritis/RO, no prazo máximo de 4horas, bem como SE ABSTENHA DE INCLUIR os dados da parte requerente nos órgãos de proteção ao crédito em razão do débito em discussão, sob pena de multa diária no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais) até o limite de R$5.000,00 (cinco mil reais).
A presente decisão somente será válida quanto ao débito de energia em relação a diferença de consumo não faturada no valor de R$908,94.
Desde já, inverto o ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, uma vez que a parte autora é hipossuficiente para provar fato negativo (inexistência de fato constitutivo do débito).
Deixo de designar, por ora, audiência de conciliação/mediação prevista no artigo 334 do Código de Processo Civil, eis que é público e notório que em todas as ações em desfavor da empresa requerida não é firmado acordo, o que redunda em desperdício de tempo e expediente ao cartório.
Cite-se a parte ré dos termos da ação, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 15 dias, a contar da juntada aos autos da prova da citação (CPC, art. 231), sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (CPC, art. 344).
Apresentada defesa pelo réu, intime-se o autor para manifestar-se em réplica, em 15 dias (CPC, art. 350).

Após, intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, em 05 dias.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Cite-se e intime-se a parte requerida, nos termos determinados pela Corregedoria deste Tribunal, com as advertências legais, intimando-a para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, sem prejuízo das sanções do art. 537 do CPC.
2. Fica a parte autora intimada via DJe.
3. Havendo contestação com assertivas preliminares e/ou apresentação de documentos, intime-se a parte autora para impugnar no prazo de 10 dias.
4. Após, intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, em 05 dias.
5. Decorrido o prazo, venham os autos conclusos para sentença.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA/ OFÍCIO.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7004730-48.2021.8.22.0021
AUTOR: JOSE AIRES DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO AUTOR: DORIHANA BORGES BORILLE, OAB nº RO6597A
REU: ALAILSON MACHADO, JOSEFA BATISTA DE ARAUJO FILHA, JAIR DE ALMEIDA PAZ, HELIO ROBERTO DA SILVA, EDUARDO PARDIM, FRANCISCO ALVES DE ARAUJO
ADVOGADO DOS REU: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO, OAB nº RO3831
Despacho
Considerando ter sido FRUTÍFERA a localização de endereços da parte requerida pelo sistema de requisição de informações SISBAJUD e considerando ter sido localizado vários endereços, intime-se a parte autora para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo nos termos do art. 485, III, §1º, do CPC.
Caso solicitada citação/intimação em algum (ns) dos endereços localizados, expeça-se o necessário para fins de citação/intimação.
Nada sendo requerido, voltem os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Disposições ao cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Fica parte intimada via DJe.
1.2 Intime-se via sistema caso a parte seja assistida pela DPE ou ente público.
2. Decorrido o prazo, venham os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7004908-94.2021.8.22.0021
EXEQUENTE: JOSE AUGUSTO FERREIRA FILHO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Trata-se de ação previdenciária ajuizada por JOSE AUGUSTO FERREIRA FILHO em desfavor do MUNICIPIO DE BURITIS.
Houve informação de pagamento integral dos valores e não há outros requerimentos a serem analisados.
Diante ao exposto, ante a satisfação da obrigação, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fundamento no art. 924, inc. II, do CPC.
Sem custas.
Sentença publicada e registrada pelo sistema, ficando dispensada a intimação das partes porque não sofrerão prejuízos e por medida de economia e celeridade processual.
Transitada em julgado nesta data (artigo 1.000, p. único do CPC).
Disposições ao cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Arquivem-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ALVARÁ.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003157-38.2022.8.22.0021
EXEQUENTE: CRISTIANE DE FARIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS

Despacho
Defiro o pedido de dilação de prazo para a efetivação da quitação da RPV, aguarde-se por mais 20 dias.
No prazo assinalado, a parte Executada fica ciente de que deverá comprovar o pagamento da RPV, sob pena de sequestro de valores.
Outrossim, constatado por este Juízo que a parte formulou novo pedido de dilação de prazo, deverá apresentar documentos hábeis a corroborar o registro para quitação (registro no sistema) municipal e outros pertinentes.
Decorrido o prazo sem manifestação, tornem os autos conclusos para decisão.
Intime-se.
Proceda-se necessário.
Disposições à CPE, sem prejuízo de outros expediente que sejam necessários:
1. Suspende-se os autos pelo prazo de 20 (vinte) dias.
2. Ciência a parte executada, via PJe.
3. Decorrido o prazo sem manifestação, dê-se vista a parte exequente para requerer o que entender de direito. Prazo de 10 (dez) dias.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003529-84.2022.8.22.0021
EXEQUENTE: ROSIMERY AZEVEDO ROCHA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SENTENÇA
Diante da concordância do Município quanto aos cálculos apresentados pela parte exequente, HOMOLOGO os valores de ID 90314184, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.
Defiro o pedido de DESTACAMENTO dos honorários contratuais, vedada a possibilidade de expedição de RPV autônomo/individualizado dessa verba, nos termos do art. 13, §2º, da Resolução n. 153/2020-TJRO.
Expeça-se precatório para pagamento do débito, devendo ser preenchido como de natureza alimentar, bem como com o destacamento dos honorários contratuais, conforme requerido.
Requisite-se o pagamento dos honorários sucumbenciais através de RPV, conforme dados bancários indicados nos autos, fixando-se o prazo para pagamento em sessenta dias contados da data da entrega da requisição, sob pena de sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, conforme artigo 13, I, da Lei n. 12.153/09.
Comprovado o recebimento da Requisição de Pequeno Valor e decorrido o prazo de pagamento, fica a parte exequente intimada a se manifestar pelo prosseguimento do cumprimento de sentença, em caso de descumprimento, no prazo de 10 dias, independente de nova intimação.
Caso o pagamento seja realizado mediante depósito judicial, expeçam-se os alvará para levantamento dos valores.
Cumpridos os itens acima, arquive-se os autos em arquivo provisório até a data para liquidação do crédito.
Disposições para o cartório, sem prejuízo de outros expedientes que sejam necessários:
1. Expeça-se precatório para pagamento do débito, devendo ser preenchido como de natureza alimentar, bem como destacado os honorários contratuais do advogado, conforme requerido.
2. Requisite-se o pagamento dos honorários sucumbenciais através de RPV, conforme dados bancários indicados nos autos, fixando-se o prazo para pagamento em sessenta dias contados da data da entrega da requisição, sob pena de sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, conforme artigo 13, I, da Lei n. 12.153/09.
3. Comprovado o recebimento da Requisição de Pequeno Valor e decorrido o prazo de pagamento, fica a parte exequente intimada a se manifestar pelo prosseguimento do cumprimento de sentença, em caso de descumprimento, no prazo de 10 dias, independente de nova intimação.
4. Caso o pagamento seja realizado mediante depósito judicial, expeça-se os alvarás para levantamento dos valores.
5. Cumpridos os itens acima, arquive-se os autos em arquivo provisório até a data para liquidação do crédito.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ OFÍCIO.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003305-15.2023.8.22.0021
REQUERENTE: CLEIDIANE SANTOS DA CRUZ
ADVOGADOS DO REQUERENTE: FABIO ROCHA CAIS, OAB nº RO8278, WELLINGTON DE FREITAS SANTOS, OAB nº RO7961
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO DO REQUERIDO: ENERGISA RONDÔNIA
Decisão
Recebo a inicial.
Postergo à analise de eventual pedido de gratuidade da justiça para o caso de interposição de recurso, pois trata-se de demanda interposta no Juizado Especial, a qual prescinde de recolhimento de custas iniciais em primeiro grau de jurisdição.
Trata-se de pedido de tutela de urgência com a finalidade de que a requerida se abstenha de interromper o fornecimento da energia elétrica no imóvel, bem como que exclua os dados da parte autora dos cadastros restritivos de créditos – SPC/SERASA.
Para fundamentar o pedido formulado, alega a parte autora que após uma tentativa de compra em um comércio local, foi impedido

pois seu nome está negativado junto aos órgãos de proteção ao crédito SPC/SERASA, com isso, buscou informações e descobriu que se tratava de um débito no importe de R$ 6.398.46 (seis mil trezentos e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos), diante da descoberta, a Requerente procurou a Requerida para saber o real motivo da inclusão, sendo que a mesma alegou que o débito tem como origem a irregularidade em seu medidor de energia que parcelado em duas vezes sendo uma no valor de R$1.327.92 (mil trezentos e vinte e sete reais e noventa e dois centavos) e a outra parcela no valor de R$5.070,54 (cinco mil e setenta reais e cinquenta e quatro centavos) referente ao período de 12/2021 à 01/2023.
É o relatório.
Em relação ao pedido liminar, os requisitos para a concessão da tutela de urgência são juízo de probabilidade do direito e perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, caput, do CPC).
Em casos como o dos autos, onde se postula a anulação do débito, além de aferir-se os pressupostos necessários à concessão da medida, faz-se necessário que se busque afastar, negando ou concedendo a medida, a ocorrência de prejuízos maiores e desnecessários.
É certo que somente após a instrução do feito, inclusive com a análise detida da defesa a ser ofertada nos autos e as demais provas a serem produzidas, poder-se-á aferir se procedem ou não os fatos narrados na inicial. Todavia, ao menos neste momento, o deferimento do pedido tem lugar para se afastar a possibilidade de maiores prejuízos ao requerente.
Demais disso, a concessão da medida é perfeitamente reversível, posto que em caso de improcedência do pedido com a consequente revogação desta decisão, o débito poderá ser reativado.
Diante do exposto, com fundamento no art. 300 do CPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência formulado pelo requerente para determinar que a requerida SE ABSTENHA de interromper o fornecimento de energia elétrica na UC n. 20/1129750-4 , localizada na Rodovia 421, s/n, Km 177, poste 36, Campo Novo de Rondônia/RO, bem como QUE EXCLUA os dados da parte requerente nos órgãos de proteção ao crédito em razão do débito em discussão, sob pena de multa diária no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais) até o limite de R$5.000,00 (cinco mil reais).
A presente decisão somente será válida quanto ao débito de energia em relação a diferença de consumo não faturada no valor de R$6.398.46 (seis mil trezentos e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos).
Desde já, inverto o ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, uma vez que a parte autora é hipossuficiente para provar fato negativo (inexistência de fato constitutivo do débito).
Deixo de designar, por ora, audiência de conciliação/mediação prevista no artigo 334 do Código de Processo Civil, eis que é público e notório que em todas as ações em desfavor da empresa requerida não é firmado acordo, o que redunda em desperdício de tempo e expediente ao cartório.
Por outro lado, caso as partes desejam a inclusão deste processo em pauta própria para sessão de conciliação/mediação, retornem os autos conclusos para designação audiência junto ao setor de conciliação, no prazo de 15 (quinze) dias.
Cite-se a parte requerida para apresentar resposta escrita (contestação), no prazo de 15 (quinze) dias, acompanhada de documentos, especificando as provas que pretende produzir, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial.
Não sendo encontrado a parte requerida no endereço informado na inicial, intime-se a parte autora para que apresente endereço atualizado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena extinção do feito. Apresentado novo endereço, desde já autorizo a CPE a expedir nova citação, sem a necessidade de retorno dos autos a conclusão.
Havendo contestação com assertivas preliminares e/ou apresentação de documentos, intime-se a parte requerente para réplica, no prazo de 10 (dez) dias.
Cumprida as determinações acima, retornem os autos conclusos.
Disposições a CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Cite-se a parte requerida para apresentar resposta escrita (contestação), no prazo de 15 (quinze) dias, acompanhada de documentos, especificando as provas que pretende produzir, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial.
2. Não sendo encontrado a parte requerida no endereço informado na inicial, intime-se a parte autora para que apresente endereço atualizado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena extinção do feito. Apresentado novo endereço, desde já autorizo a CPE a expedir nova citação, sem a necessidade de retorno dos autos a conclusão.
3. Havendo contestação com assertivas preliminares e/ou apresentação de documentos, intime-se a parte requerente para réplica, no prazo de 10 (dez) dias.
4. Cumpridas as determinações acima, tornem os autos conclusos para sentença.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA/ OFÍCIO
REQUERENTE: CLEIDIANE SANTOS DA CRUZ, RODOVIA 421 S/N KM 177 POSTE 36 s/n ZONA RURAL - 76887-000 - CAMPO NOVO DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, RUA CORUMBIARA 1820 SETOR 03 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001643-84.2021.8.22.0021
AUTOR: TEREZA PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
REU: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SENTENÇA
Diante da concordância do Município quanto aos cálculos apresentados pela parte exequente, HOMOLOGO os valores de ID 90671859, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Defiro o pedido de DESTACAMENTO dos honorários contratuais, vedada a possibilidade de expedição de RPV autônomo/individualizado dessa verba, nos termos do art. 13, §2º, da Resolução n. 153/2020-TJRO.
Expeça-se precatório para pagamento do débito, devendo ser preenchido como de natureza alimentar, bem como com o destacamento dos honorários contratuais, conforme requerido.
Requisite-se o pagamento dos honorários sucumbenciais através de RPV, conforme dados bancários indicados nos autos, fixando-se o prazo para pagamento em sessenta dias contados da data da entrega da requisição, sob pena de sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, conforme artigo 13, I, da Lei n. 12.153/09.
Comprovado o recebimento da Requisição de Pequeno Valor e decorrido o prazo de pagamento, fica a parte exequente intimada a se manifestar pelo prosseguimento do cumprimento de sentença, em caso de descumprimento, no prazo de 10 dias, independente de nova intimação.
Caso o pagamento seja realizado mediante depósito judicial, expeçam-se os alvará para levantamento dos valores.
Cumpridos os itens acima, arquive-se os autos em arquivo provisório até a data para liquidação do crédito.
Disposições para o cartório, sem prejuízo de outros expedientes que sejam necessários:
1. Expeça-se precatório para pagamento do débito, devendo ser preenchido como de natureza alimentar, bem como destacado os honorários contratuais do advogado, conforme requerido.
2. Requisite-se o pagamento dos honorários sucumbenciais através de RPV/P, conforme dados bancários indicados nos autos, fixando-se o prazo para pagamento em sessenta dias contados da data da entrega da requisição, sob pena de sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, conforme artigo 13, I, da Lei n. 12.153/09.
3. Comprovado o recebimento da Requisição de Pequeno Valor e decorrido o prazo de pagamento, fica a parte exequente intimada a se manifestar pelo prosseguimento do cumprimento de sentença, em caso de descumprimento, no prazo de 10 dias, independente de nova intimação.
4. Caso o pagamento seja realizado mediante depósito judicial, expeça-se os alvarás para levantamento dos valores.
5. Cumpridos os itens acima, arquive-se os autos em arquivo provisório até a data para liquidação do crédito.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ OFÍCIO.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7004159-19.2017.8.22.0021
EXEQUENTE: MAGNO BUCELI RUIZ
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Trata-se de ação previdenciária ajuizada por MAGNO BUCELI RUIZ em desfavor do MUNICIPIO DE BURITIS.
Houve informação de pagamento integral dos valores e não há outros requerimentos a serem analisados.
Diante ao exposto, ante a satisfação da obrigação, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fundamento no art. 924, inc. II, do CPC.
Sem custas.
Sentença publicada e registrada pelo sistema, ficando dispensada a intimação das partes porque não sofrerão prejuízos e por medida de economia e celeridade processual.
Transitada em julgado nesta data (artigo 1.000, p. único do CPC).
Disposições ao cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Arquivem-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ALVARÁ.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003867-92.2021.8.22.0021
EXEQUENTE: NEY NEVES FERNANDES
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Trata-se de ação previdenciária ajuizada por NEY NEVES FERNANDES em desfavor do MUNICIPIO DE BURITIS.
Houve informação de pagamento integral dos valores e não há outros requerimentos a serem analisados.
Diante ao exposto, ante a satisfação da obrigação, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fundamento no art. 924, inc. II, do CPC.

Sem custas.
Sentença publicada e registrada pelo sistema, ficando dispensada a intimação das partes porque não sofrerão prejuízos e por medida de economia e celeridade processual.
Transitada em julgado nesta data (artigo 1.000, p. único do CPC).
Disposições ao cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Arquivem-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ALVARÁ.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7005715-17.2021.8.22.0021
REQUERENTE: LILIANE FERREIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES, OAB nº RO2383
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Despacho
A parte executada efetuou o pagamento parcial do valor apurado pela exequente, contudo, restou um saldo remanescente.
Assim, intime-se a executada para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague à exequente a importância do saldo remanescente apurado na planilha de ID 89544184.
Em caso de pagamento no prazo declinado, voltem os autos conclusos para a expedição de alvará eletrônico.
Decorrido o prazo, não efetuado o pagamento, desde já defiro pesquisa via SISBAJUD para bloqueio dos valores, devendo a parte autora apresentar os cálculos atualizados e após com os cálculos, tornem os autos conclusos.
Disposições para o cartório, sem prejuízo de outros expedientes que sejam necessários:
1. Ficam as partes intimadas via DJe.
2. Intime-se o Exequente desta decisão, ficando ciente de que decorrido o prazo, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independente de nova intimação do devedor, deverá apresentar cálculos atualizados e efetuar pedido de pesquisas via sistema informatizado à disposição do juízo.
3. Sobrevindo o pagamento, retornem os autos conclusos para a expedição de alvará eletrônico.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ ALVARÁ.
Buritis, 14 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001842-72.2022.8.22.0021
REQUERENTE: MARIA DAS GRACAS BASILIO
ADVOGADO DO REQUERENTE: DORIHANA BORGES BORILLE, OAB nº RO6597A
REQUERIDO: CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.
ADVOGADO DO REQUERIDO: PAULO EDUARDO PRADO, OAB nº RO4881
Decisão
O requerente interpôs recurso inominado contra sentença proferida nos autos.
Em que pese o inconformismo do recorrente, sua pretensão não merece análise, ante a intempestividade do recurso interposto.
Com efeito, o recurso inominado deve ser proposto no prazo de 10 (dez) dias, conforme o art. 42 da Lei n. 9.099/95.
Em consulta à aba de expedientes, observa-se que o sistema registrou ciência pela parte autora na data de 15/06/2023, findando-se o prazo para apresentar Recurso em 06/07/2023.
Considerando que a parte recorrente interpôs seu recurso no dia, seu recebimento deve ser obstado.
Desta feita, NÃO RECEBO O RECURSO interposto por ser intempestivo.
Certifique-se o trânsito em julgado.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7002615-20.2022.8.22.0021
REQUERENTE: PAULO FERNANDES DOS SANTOS
ADVOGADO DO REQUERENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
REQUERIDO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SENTENÇA
Diante da concordância do Município quanto aos cálculos apresentados pela parte exequente, HOMOLOGO os valores de ID 91693201, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Defiro o pedido de DESTACAMENTO dos honorários contratuais, vedada a possibilidade de expedição de RPV autônomo/individualizado dessa verba, nos termos do art. 13, §2º, da Resolução n. 153/2020-TJRO.
Expeça-se precatório para pagamento do débito, devendo ser preenchido como de natureza alimentar, bem como com o destacamento dos honorários contratuais, conforme requerido.
Requisite-se o pagamento dos honorários sucumbenciais através de RPV, conforme dados bancários indicados nos autos, fixando-se o prazo para pagamento em sessenta dias contados da data da entrega da requisição, sob pena de sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, conforme artigo 13, I, da Lei n. 12.153/09.
Comprovado o recebimento da Requisição de Pequeno Valor e decorrido o prazo de pagamento, fica a parte exequente intimada a se manifestar pelo prosseguimento do cumprimento de sentença, em caso de descumprimento, no prazo de 10 dias, independente de nova intimação.
Caso o pagamento seja realizado mediante depósito judicial, expeçam-se os alvará para levantamento dos valores.
Cumpridos os itens acima, arquive-se os autos em arquivo provisório até a data para liquidação do crédito.
Disposições para o cartório, sem prejuízo de outros expedientes que sejam necessários:
1. Expeça-se precatório para pagamento do débito, devendo ser preenchido como de natureza alimentar, bem como destacado os honorários contratuais do advogado, conforme requerido.
2. Requisite-se o pagamento dos honorários sucumbenciais através de RPV, conforme dados bancários indicados nos autos, fixando-se o prazo para pagamento em sessenta dias contados da data da entrega da requisição, sob pena de sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, conforme artigo 13, I, da Lei n. 12.153/09.
3. Comprovado o recebimento da Requisição de Pequeno Valor e decorrido o prazo de pagamento, fica a parte exequente intimada a se manifestar pelo prosseguimento do cumprimento de sentença, em caso de descumprimento, no prazo de 10 dias, independente de nova intimação.
4. Caso o pagamento seja realizado mediante depósito judicial, expeça-se os alvarás para levantamento dos valores.
5. Cumpridos os itens acima, arquive-se os autos em arquivo provisório até a data para liquidação do crédito.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ OFÍCIO.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7002771-71.2023.8.22.0021
AUTORES: NICOLY OLIVEIRA CARDOSO, CLAUDIR ANTONIO CARDOSO, FLAVIANA APARECIDA DE OLIVEIRA
ADVOGADO DOS AUTORES: EDUARDO DOUGLAS DA SILVA MOTTA, OAB nº RO7944
REU: GOL LINHAS AÉREAS
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
SENTENÇA
Trata-se de ação consumerista.
A autora foi intimada a emendar a inicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (ID 92097761 .
Conforme o art. 321 do CPC determina que o juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado, uma vez que, dispondo o parágrafo único que se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. (art. 321, parágrafo único do CPC).
Nesse sentido tem-se o disposto no art. 290 do CPC que: " Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias".
Extrai-se dos movimentos processuais que a parte autora deixou transcorrer o prazo concedido sem atender a determinação judicial, permanecendo inerte.
Posto isso, INDEFIRO A INICIAL COM EXTINÇÃO do feito sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso I, c/c artigo 330, inciso IV ambos do CPC.
Sem custas e sem honorários.
Sentença publicada e registrada automaticamente no PJe.
Arquive-se.
Disposições ao cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Fica a parte autora intimada via DJe.
2. Arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Buritis - 1ª Vara Genérica
Processo: 7000388-28.2020.8.22.0021
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: J. Q. D. C. e outros
Advogado do(a) AUTOR: DAVI LUIS VASCONCELOS LORBIESKI - RO11917
REU: M. R. D. P.

INTIMAÇÃO
Fica a parte REQUERENTE, por intermédio de seu advogado, intimada do teor da Decisão ID 93336454:
DECISÃO
Versam os autos sobre ação de guarda e alimentos, proposta por AUTORES: A. Q. P., J. Q. D. C. em face de REU: M. R. D. P.
Em sede de contestação, a parte requerida requereu em reconversão a realização do exame de DNA (ID 35953922), ao final requereu sendo reconhecida a paternidade, a fixação dos alimentos no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), a fixação da guarda compartilhada e a regulamentação das visitas.
Em impugnação (ID 60185669), a parte autora concordou a com realização do exame de DNA.
É o necessário. DECIDO.
Dou por saneado o feito.
Verifico que o único ponto incontroverso paira na realização de prova técnica, a qual se revela apta a suprir a apresentação da declaração alhures mencionada.
Quanto ao custeio do referido exame, considerando-se que as partes são representadas pela DPE e beneficiária da justiça gratuita, determino ao Estado de Rondônia que proceda com o pagamento das despesas pelo referido exame, devendo ser intimado para realizar o pagamento em 15 (quinze) dias, sob pena de bloqueio em conta.
DO CUSTEIO DO EXAME DE DNA PELO ESTADO
Quanto ao particular, em que pese a discussão outrora instalada derredor de quem deveria arcar com o pagamento de honorários periciais, de tradutor ou intérprete nos feitos quando os pagamentos fossem de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, pacificou-se já o entendimento de que tal pagamento incumbe ao ente público a que se encontrar vinculado o tribunal sob o qual tramita o processo.
Com efeito, a Resolução CNJ nº 127 de 15 de março de 2011 estabelecia o seguinte:
Art. 1º Recomenda-se aos Tribunais que destinem, sob rubrica específica, parte de seu orçamento ao pagamento de honorários de perito, tradutor ou intérprete, quando, nos processos de natureza cível, à parte sucumbente no objeto da perícia foi deferido o benefício da justiça gratuita.
No entanto, a esse propósito, a Lei 13.105/2015 – Código de Processo Civil brasileiro –, que entrou em vigor em 18/03/2016, passou a dispor, em seu art. 95, caput e § 3º:
Art. 95. Cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, sendo a do perito adiantada pela parte que houver requerido a perícia ou rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes.
§ 1º O juiz poderá determinar que a parte responsável pelo pagamento dos honorários do perito deposite em juízo o valor correspondente.
§ 3º Quando o pagamento da perícia for de responsabilidade de beneficiário de gratuidade da justiça, ela poderá ser:
I - custeada com recursos alocados no orçamento do ente público e realizada por servidor do Poder Judiciário ou por órgão público conveniado;
II - paga com recursos alocados no orçamento da União, do Estado ou do Distrito Federal, no caso de ser realizada por particular, hipótese em que o valor será fixado conforme tabela do tribunal respectivo ou, em caso de sua omissão, do Conselho Nacional de Justiça.
Logo, tem-se que a nova Lei Processual Civil, ao contrário do que dispunha a anterior Resolução CNJ 127/2011, imputou expressamente aos entes públicos, a que se encontram vinculados os tribunais, o pagamento dos referidos honorários, o que inclui os periciais.
Não bastasse, e não obstante ter persistido ainda alguma polêmica derredor do tema, diante do anterior posicionamento da Corregedoria Geral de Justiça – CGJ do E. TJ/RO, no Parecer 0288/2015 – CONJUR, acerca da responsabilidade dos tribunais a cobertura das despesas havidas com o pagamento de honorários periciais em favor de beneficiário da gratuidade judiciária, quer-nos parecer que, finalmente, o CNJ, através da edição da Resolução CNJ nº 232 de 13/07/2016, pôs termo à controvérsia acerca da melhor interpretação da normativa federal in casu, já que, no art. 2º, § 1º da referida resolução, confirmou os termos da aplicação do disposto no art. 95, § 3º, II do NCPC, ao estabelecer o seguinte:
§ 1º O pagamento dos valores de que trata este artigo e do referente à perícia de responsabilidade do beneficiário da gratuidade da justiça será efetuado com recurso alocados no orçamento da União, do Estado ou do Distrito Federal.
Assim sendo, quer-nos parecer que, até que normativa outra, e mais específica, advenha derredor do tema, a discussão outrora havida, sobre a legitimidade para suportar o pagamento de honorários de perito, tradutor ou intérprete de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, resta superada, porquanto o art. 95, § 3º, II do NCPC, e o art. 2º, § 1º da Resolução CNJ nº 232, de 13/07/2016, imputam-no, agora, ao ente público a que se encontra vinculado o tribunal, e não mais ao próprio Tribunal de Justiça local.
Não fosse suficiente, diante da norma que concretiza o princípio do acesso à justiça, garantindo aos necessitados a gratuidade do processo, deve-se interpretar o art. 100, caput, e § 3º, da Constituição da República, de forma a permitir o adiantamento dos honorários periciais pelo Estado em causas em que o favorecido pela prova seja beneficiário da assistência judiciária gratuita, sem a necessidade de inclusão na ordem de precatórios, tendo em vista se tratar de obrigação de pequeno valor e, outrossim, destinada a dar normal andamento ao processo, o qual, por sua vez, deve cumprir o preceito constitucional de razoável duração, que seria inviabilizado se o pagamento dos honorários periciais pudesse ser postergado para data indefinida.
Nesse sentido já se posicionou o STJ:
RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS PERICIAIS. JUSTIÇA GRATUITA. RESPONSABILIDADE DO ESTADO PELA SUA REALIZAÇÃO. 1. O fato de o beneficiário da justiça gratuita não ostentar, momentaneamente, capacidade econômica de arcar com o adiantamento das despesas da perícia por ele requerida não autoriza, por si só, a inversão do ônus de seu pagamento. 2. O Estado não está obrigado a adiantar as despesas com a realização da prova pericial. 3. Não concordando o perito nomeado em aguardar o final do processo, para o recebimento dos honorários, deve o Juízo a quo nomear outro perito, a ser designado entre técnicos de estabelecimento oficial especializado ou repartição administrativa da entidade pública responsável pelo custeio da prova pericial. Precedentes. 4. Recurso especial provido em parte (STJ, REsp 1.355.519/ES, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/05/2013).
PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. ARTS. 3º, V, E 11 DA LEI 1.060/50, 19 E 33 DO CPC. HONORÁRIOS PERICIAIS. ANTECIPAÇÃO PELO ESTADO, QUANDO O EXAME FOR REQUERIDO POR BENEFICIÁRIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. DESCABIMENTO. REALIZAÇÃO DA PERÍCIA. RESPONSABILIDADE DO ESTADO EM COLABORAÇÃO COM O PODER JUDICIÁRIO. 1. A controvérsia posta em debate diz respeito ao ônus pela antecipação dos honorários do perito em ação em que o autor da demanda, postulante da perícia, é beneficiário da justiça gratuita. 2. O fato de o beneficiário da justiça gratuita não ostentar, momentaneamente, capacidade econômica de arcar com o adiantamento das despesas da perícia por ele requerida, não autoriza, por si só, a inversão do ônus de seu pagamento. 3. Tendo em vista que o perito nomeado não é obrigado a realizar o seu trabalho

gratuitamente, incumbe ao magistrado requisitar ao Estado, a quem foi conferido o dever constitucional de prestar assistência judiciária aos hipossuficientes, o ônus de promover a realização da prova técnica, por meio de profissional de estabelecimento oficial especializado ou de repartição administrativa do ente público responsável pelo custeio da produção da prova, o que deve ocorrer em colaboração com o Poder Judiciário. 4. Recurso especial provido (STJ, REsp 1.245.684/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 16/09/2011).

No mais, diante das previsões normativas expostas, não merece acolhida eventual alegação de que o Estado de Rondônia, por não ter integrado a lide subjacente, não estaria compelido ao respectivo pagamento, e que, assim, a decisão judicial que lhe obriga a pagar honorários seria contra ele ineficaz. Trata-se de obrigação derivada de expresso preceito legal, e há de ser efetivada na via meramente administrativa, como atribuído ao referido ente público, de resto não se tratando de qualquer ônus ou sanção processuais, ou verba derivada de sucumbência do ente devedor.

Do mesmo modo, indefiro o pedido do ID 78267566, no tocante aos valores dos honorários periciais, considerando as peculiaridade do caso em apreço, que o suposto genitor reside em outra cidade e que para as coletas dos materiais genéticos terá custos, o valor atribuído é plausível, conforme informado no ID 77929127.

REALIZAÇÃO DO EXAME DE DNA

RATIFICO a decisão do ID 61887552, no tocante a nomeação do Oficie-se o Laboratório de Análises Clínica Central, com endereço na Avenida Porto Velho, 1170, Centro, Buritis/RO.

O laboratório apresentou o aceite ao encargo e apresentou os valores para realização do exame de DNA, ID 77929127. Em contato telefônico com o laboratório nesta data o mesmo manteve o valor apresentado.

Considerando o tempo de tramitação do feito, oficie-se ao ESTADO para ciência desta decisão e proceder no prazo de 10 dias o pagamento dos honorários periciais, sob pena de sequestro.

Disposições ao cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:

1. Intime-se o Estado de Rondônia para que promova o respectivo depósito judicial dos honorários periciais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de sequestro.

1.1 Ressalte-se que o valor das despesas serão bloqueados nos autos, caso não haja pagamento voluntário da Fazenda Pública responsável, com expedição de alvará de levantamento em favor do nomeado.

1.2 Providenciado o recolhimento dos honorários periciais, solicite-se ao laboratório, no prazo de 05 dias, através do email do perito josenelsonfrasson@hotmail.com, indicação da conta para transferência dos honorários periciais, a designação de data para a realização da colheita de material biológico, ressalto que a data no mínimo 30 dias a contar da comunicação, para que possibilite ao juízo a comunicação e intimação das partes. .

1.3. No mesmo prazo, fica o laboratório intimado para indicar o local, data e horário para coleta do material genético do suposto genitor na Comarca de Ariquemes-RO.

1.4 Intime-se ainda ao Laboratório, que deverá comunicar ao juízo quanto ao envio do material coletado para perícia, para fins de contagem do prazo de entrega do laudo, sob pena de aplicação de multa pelo descumprimento. As respostas deveram ser encaminhadas via email central_bur@tjro.jus.br, Central de atendimento da Comarca de Buritis, devendo constar o número do processo e demais informações, para facilitar a juntada das informações no processo.

1.5 O laboratório tem o prazo de 60 (sessenta) dias para encaminhar ao email central_bur@tjro.jus.br, Central de atendimento da Comarca de Buritis o resultado do exame, devendo este juntar nos autos.

2. Intimem-se as partes, através da DPE, para informar nos autos o telefone, Whatsapp das partes para facilitar a intimação das partes para ciência das datas para realização do exame pericial.

2.1. Com a informação da data, proceda a intimação das partes via Whatsapp, intime-se a DPE e o MP para ciência.

2.2 Ressalte que não obstante, a ausência injustificada da(s) parte(s) poderá ser sancionada (CPC, art. 77, inciso IV) como ato atentatório à dignidade da justiça, pois é dever da(s) parte(s) cumprir(em) com exatidão as decisões judiciais de natureza provisória ou final sem criar embaraços para sua execução.

3. Considerando que o julgamento do pedido depende exclusivamente de prova técnica, não acrescentando eventual produção de prova oral, resta indeferido eventual pedido de designação de audiência de instrução, por não ser meio adequado de prova no caso em comento.

3.1. Fica oportunizado às partes que juntem, até a data da coleta do material genético acima designada, todas as demais provas documentais de que disponham para demonstrar suas alegações.

4 Após realizado o exame e apresentado o resultado, juntando-se nos autos, dê ciência às partes e ao Ministério Público para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, apresentem suas alegações finais.

SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.

Buritis, 14 de julho de 2023.

Pedro Sillas Carvalho

Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica

AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga

7005089-66.2019.8.22.0021

REQUERENTE: MIGUEL PAULINO DOS REIS

ADVOGADOS DO REQUERENTE: ANA ROCHA CAIS, OAB nº RO9629, FABIO ROCHA CAIS, OAB nº RO8278

REQUERIDO: JOSIEL SILVA OLIVEIRA EIRELI

ADVOGADO DO REQUERIDO: JUSTINO ARAUJO, OAB nº RO1038

Despacho

A exequente foi intimada para dar andamento ao cumprimento de sentença, contudo, manteve-se inerte (ID 91583055).

Assim, por não haver prejuízo, determino o arquivamento do feito, sendo facultado seu desarquivamento.

Cumpra-se.
Disposições ao cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Fica parte intimada via DJe.
1.2 Intime-se via sistema caso a parte seja assistida pela DPE ou ente público.
2. Decorrido o prazo, venham os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7002787-93.2021.8.22.0021
EXEQUENTE: VILMA PIRES VENANCIO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Trata-se de ação previdenciária ajuizada por VILMA PIRES VENANCIO em desfavor do MUNICIPIO DE BURITIS.
Houve informação de pagamento integral dos valores e não há outros requerimentos a serem analisados.
Diante ao exposto, ante a satisfação da obrigação, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fundamento no art. 924, inc. II, do CPC.
Sem custas.
Sentença publicada e registrada pelo sistema, ficando dispensada a intimação das partes porque não sofrerão prejuízos e por medida de economia e celeridade processual.
Transitada em julgado nesta data (artigo 1.000, p. único do CPC).
Disposições ao cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Arquivem-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ALVARÁ.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000
Processo : 7001763-06.2016.8.22.0021
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ANA GREGORIO DA SILVA
Advogados do(a) REQUERENTE: MARCELO PERES BALESTRA - RO4650, THADEU FERNANDO BARBOSA OLIVEIRA - RO3245
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 15 dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa.
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000
Processo : 0002268-92.2011.8.22.0021
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA
Advogados do(a) EXEQUENTE: FRANCIELE DE OLIVEIRA ALMEIDA - RO9541, MARCIO MELO NOGUEIRA - RO2827, SELVA SIRIA SILVA CHAVES GUIMARAES - RO5007
EXECUTADO: IGOR RODRIGUES DOS SANTOS
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias.

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7004119-32.2020.8.22.0021
REQUERENTE: NATIVE FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADOS DO REQUERENTE: RENAN DE SOUZA BISPO, OAB nº RO8702, RAFAEL SILVA COIMBRA, OAB nº RO5311, GESSIKA NAYHARA TORRES COIMBRA, OAB nº RO8501A
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, BRADESCO
Despacho
Defiro o pedido da parte exequente.
Neste ato, determinei o bloqueio de valores via Sisbajud, conforme pleiteado pela parte interessada.

Determino o retorno dos autos conclusos, após 05 (cinco) dias. para verificação da resposta e outras providências.
Cumpre esclarecer, que eventual pedido de pesquisa a outro sistema informatizado, será realizada após o retorno da resposta do Sisbajud.
As partes serão intimadas posteriormente quando do desdobramento deste ato.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para caixa Decisão JUD'S. .
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ ALVARÁ.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000
Processo : 7006159-16.2022.8.22.0021
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: IRINEIA C DE OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: DORIHANA BORGES BORILLE - RO0006597A
REU: ELIZANGELA APARECIDA AGAPITO
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000
Processo : 7001701-87.2021.8.22.0021
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: SANTIAGO & SANTIAGO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP
Advogado do(a) AUTOR: SILVIA HELENA FARIA - RO10523
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa.

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001553-76.2021.8.22.0021
REQUERENTE: NATIVE FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADOS DO REQUERENTE: GESSIKA NAYHARA TORRES COIMBRA, OAB nº RO8501A, RAFAEL SILVA COIMBRA, OAB nº RO5311, RENAN DE SOUZA BISPO, OAB nº RO8702
REQUERIDO: CONAFER CONFEDERACAO NACIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREEND.FAMI. RURAIS DO BRASIL
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ALEXANDRE EDUARDO FERREIRA LOPES, OAB nº MG171114, HUDSON ALVES DE OLIVEIRA, OAB nº GO50314
DESPACHO
O pedido de bloqueio de valores via SISBAJUD foi deferido, sendo bloqueado a quantia desejada, tendo sido determinada a transferência para conta judicial, MOTIVO PELO QUAL CONVERTO O BLOQUEIO EM PENHORA.
Dessa forma, intime-se a parte executada a respeito e para eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §2º e §3º do CPC.
Transcorrido o prazo sem impugnação ou em caso de concordância, defiro desde logo, o levantamento/transferência dos valores bloqueados em favor da parte exequente, expedindo-se o necessário, ficando a parte interessada intimada a informar os dados bancários para emissão de Alvará Eletrônico por transferência.
Após, intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias, importando a inércia em arquivamento do feito pela satisfação da obrigação.
Decorrido o prazo, venham os autos conclusos.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:

1) Fica a executada intimada via DJe da penhora de ativos financeiros realizada pelo sistema SISBAJUD, para apresentar eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §2º e §3º CPC.
2) Decorrido o prazo, sem manifestação ou em caso de concordância, expeça-se alvará de levantamento/transferência dos valores bloqueados em favor da parte exequente.
3) Cumpridos os atos acima, intimar a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias.
4) Decorrido o prazo, tornar os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ ALVARÁ.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7004876-89.2021.8.22.0021
EXEQUENTE: ISAIAS MARQUES
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Despacho
Defiro o pedido de dilação de prazo para a efetivação da quitação da RPV, aguarde-se por mais 20 dias.
No prazo assinalado, a parte Executada fica ciente de que deverá comprovar o pagamento da RPV, sob pena de sequestro de valores.
Outrossim, constatado por este Juízo que a parte formulou novo pedido de dilação de prazo, deverá apresentar documentos hábeis a corroborar o registro para quitação (registro no sistema) municipal e outros pertinentes.
Decorrido o prazo sem manifestação, tornem os autos conclusos para decisão.
Intime-se.
Proceda-se necessário.
Disposições à CPE, sem prejuízo de outros expediente que sejam necessários:
1. Suspende-se os autos pelo prazo de 20 (vinte) dias.
2. Ciência a parte executada, via PJe.
3. Decorrido o prazo sem manifestação, dê-se vista a parte exequente para requerer o que entender de direito. Prazo de 10 (dez) dias.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7004164-65.2022.8.22.0021
EXEQUENTE: RONICLEIA PEREIRA DA COSTA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Diante da concordância do Município quanto aos cálculos apresentados pela parte exequente, HOMOLOGO os valores de ID 90334638, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.
Defiro o pedido de DESTACAMENTO dos honorários contratuais, vedada a possibilidade de expedição de RPV autônomo/individualizado dessa verba, nos termos do art. 13, §2º, da Resolução n. 153/2020-TJRO.
Expeça-se precatório para pagamento do débito, devendo ser preenchido como de natureza alimentar, bem como com o destacamento dos honorários contratuais, conforme requerido.
Requisite-se o pagamento dos honorários sucumbenciais através de RPV, conforme dados bancários indicados nos autos, fixando-se o prazo para pagamento em sessenta dias contados da data da entrega da requisição, sob pena de sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, conforme artigo 13, I, da Lei n. 12.153/09.
Comprovado o recebimento da Requisição de Pequeno Valor e decorrido o prazo de pagamento, fica a parte exequente intimada a se manifestar pelo prosseguimento do cumprimento de sentença, em caso de descumprimento, no prazo de 10 dias, independente de nova intimação.
Caso o pagamento seja realizado mediante depósito judicial, expeçam-se os alvará para levantamento dos valores.
Cumpridos os itens acima, arquive-se os autos em arquivo provisório até a data para liquidação do crédito.
Disposições para o cartório, sem prejuízo de outros expedientes que sejam necessários:
1. Expeça-se precatório para pagamento do débito, devendo ser preenchido como de natureza alimentar, bem como destacado os honorários contratuais do advogado, conforme requerido.
2. Requisite-se o pagamento dos honorários sucumbenciais através de RPV, conforme dados bancários indicados nos autos, fixando-se o prazo para pagamento em sessenta dias contados da data da entrega da requisição, sob pena de sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, conforme artigo 13, I, da Lei n. 12.153/09.
3. Comprovado o recebimento da Requisição de Pequeno Valor e decorrido o prazo de pagamento, fica a parte exequente intimada a se manifestar pelo prosseguimento do cumprimento de sentença, em caso de descumprimento, no prazo de 10 dias, independente de nova intimação.
4. Caso o pagamento seja realizado mediante depósito judicial, expeça-se os alvarás para levantamento dos valores.
5. Cumpridos os itens acima, arquive-se os autos em arquivo provisório até a data para liquidação do crédito.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ OFÍCIO.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001301-73.2021.8.22.0021
REQUERENTE: DOMINGOS SAVIO ALMEIDA DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: VALDELICE DA SILVA VILARINO, OAB nº RO5089
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Sentença
Trata-se de ação previdenciária ajuizada por DOMINGOS SAVIO ALMEIDA DE OLIVEIRA em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Houve informação de pagamento integral dos valores e não há outros requerimentos a serem analisados.
Diante ao exposto, ante a satisfação da obrigação, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fundamento no art. 924, inc. II, do CPC.
Isento de custas.
Sentença publicada e registrada pelo sistema, ficando dispensada a intimação das partes porque não sofrerão prejuízos e por medida de economia e celeridade processual.
Transitada em julgado nesta data (artigo 1.000, p. único do CPC).
Disposições ao cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Arquive-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ALVARÁ.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
Número do processo: 7001028-26.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: CUSTODIO GONCALVES DOS SANTOS
ADVOGADOS DO AUTOR: EDSON GILBERTO BODNARD DA SILVA, OAB nº RO12498, BEATRIZ REGINA SARTOR, OAB nº RO9434, TANANY ARALY BARBETO, OAB nº RO5582
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Dispensado o relatório, na forma do art. 38 da Lei n. 9.099/95.
Trata-se de ação ajuizada por CUSTODIO GONCALVES DOS SANTOS em face de ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, sob o argumento de que arcou com gastos referentes à construção de subestação, que foi devidamente aprovada pela requerida, sob o argumento de que arcou com gastos referentes à construção de subestação, que foi devidamente aprovada pela requerida.
A ré, por sua vez, afirma que não tem a obrigação de realizar o ressarcimento imediato dos valores apresentados pela parte autora, bem como tais valores são incabíveis e que não não há nos autos provas de que o requerente despendeu dos valores requeridos na inicial.
É o breve relato.
DECIDO.
As questões discutidas na presente demanda prescindem de outras provas além daquelas já trazidas aos autos. Portanto, o feito comporta o julgamento antecipado do mérito, a teor do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
Antes de adentrar ao mérito, passo à análise das PRELIMINARES arguidas.
A requerida requer pela incompetência do juizado, havendo a necessidade de prova pericial, contudo, no caso em tela não há que se falar em incompetência dos juizados especiais para julgar a demanda, pois foram apresentados pela parte autora documentos hábeis a comprovar a construção da subestação elétrica com recurso próprio. Ademais, a parte requerida possui todo o aparato técnico para impugnar e comprovar, se for o caso, a não utilização de recursos do consumidor para construção da subestação elétrica objeto da lide. Relevante pontuar que o fornecimento de energia elétrica é serviço essencial, sendo responsabilidade da concessionária o dispêndio para o fornecimento do produto.
Nesse sentido:
"JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. PRELIMINAR INCOMPETÊNCIA JUIZADOS. PERÍCIA. DESNECESSIDADE. CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA. SUBESTAÇÃO. RESSARCIMENTO VALORES. RECURSO IMPROVIDO. – A necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência dos Juizados Especiais Cíveis. – É desnecessária a realização de prova pericial para saber se a concessionária de energia elétrica possui ou não o dever de ressarcir despesas realizadas em decorrência da construção de rede elétrica por particular. – Havendo demonstração da realização de gastos para eletrificação, incorporado ao patrimônio da concessionária, devem ser devidamente indenizados, sendo irrelevante a celebração de instrumento formal de transferência de patrimônio, mormente quando ausente hipótese em que a rede elétrica edificada encontra-se no interior da propriedade e que atenda aos interesses exclusivos dos particulares. Turma Recursal, Relator OSNY CLARO DE O. JUNIOR, 7007824-66.2018.822.0002, 04/04/2019".
Portanto, verificada a desnecessidade da produção de prova não há que se falar em incompetência do presente juízo.
Ainda em preliminar a requerida alega ser necessária a realização de audiência de instrução e julgamento, tendo em vista que as alegações da parte autora não condizem com as informações constantes em seus bancos de dados, assim requer pela intimação do autor para que possa prestar depoimento, porém, entendo ser desnecessária a realização da referida audiência, uma vez que já foram acostados aos autos todos os documentos necessários para o deslinde da ação, comportando o feito em julgamento antecipado do mérito.
Por fim, após análise atenta dos autos, vislumbro não prosperar também a preliminar de inépcia da inicial, quando a peça atendeu aos

requisitos dos artigos 319 e 320 do Código de Processo Civil, contendo os fatos, a causa de pedir, o pedido, com especificação suficiente para caracterização da pretensão, seus fundamentos, bem como da narração dos fatos decorre logicamente a conclusão. Além disso, o autor apresentou documentos suficientes para a propositura da demanda, tais como os documentos pessoais, Art, projeto, entre outros.
Por tais razões, REJEITO todas as preliminares.
Assim, ultrapassadas as questões preliminares, passo à análise do MÉRITO.
Trata-se de pedido de obrigação de fazer consistente na incorporação de rede elétrica/subestação particular ao patrimônio da concessionária de serviço público e pagamento de indenização por danos materiais referente às despesas comprovadas com a construção da rede particular de energia elétrica, bem como determinar à requerida que proceda a incorporação da referida rede ao seu patrimônio.
No caso dos presentes autos, a parte autora trouxe prova da construção da rede elétrica e do valor gasto, que equivale ao pedido de danos materiais formulado na exordial.
No que pese a parte autora ter juntado projeto de construção da subestação o qual foi recebido pela requerida, croquis de instalação e localização e ART – anotação de responsabilidade técnica, que, conjuntamente evidenciam ter edificado subestação. Porém, não colacionou recibos de prestadores de serviços (construtores), bem como não comprovou os gastos por ele despendidos, trazendo aos autos somente um orçamento, sendo que a apresentação de três orçamentos garante que o pagamento do dano será no valor mais justo possível.
Assim, o requerente não cuidou em demonstrar os valores gastos com a construção da rede elétrica/subestação, obstando, portanto, o direito à indenização, pois não se desincumbiu do ônus que lhe cabe (art. 373, I, CPC).
No mais, há de se observar que a inversão do ônus da prova não é absoluta, conforme já informado anteriormente, devendo a parte autora trazer aos autos o mínimo de provas para demonstrar o fato constitutivo do seu direito.
Nesse sentido:
"É ônus do autor provar fato constitutivo de seu direito, consoante determina o artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil. O consumidor deve se mostrar minimamente diligente naquilo que estava ao seu alcance probatório. Nas ações que possuem por objeto relações de consumo, o ônus da prova pode ser invertido, não obstante isso, cabe ao autor demonstrar minimamente os fatos constitutivos de seu direito. Inexistindo a comprovação do direito constitutivo da parte autora, deve ser mantida a sentença de improcedência. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7025656-13.2021.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Dalmo Antônio de Castro Bezerra, Data de julgamento: 20/01/2023)".
Como supramencionado, a parte autora não juntou aos autos documentos que demonstrem os valores despendidos para a construção da subestação, motivo pelo qual resta ausente a responsabilização da concessionária quanto aos fatos.
Se a parte autora houvesse feito comprovação suficiente das alegações expendidas, seria certo o dever da concessionária de reparar o dano, o que não ocorreu.
DISPOSITIVO:
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I do CPC, JULGO, por sentença com resolução do mérito, IMPROCEDENTE os pedidos do requerente.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei n. 9.099/95.
Sentença publicada e registrada via Sistema Pje.
Intimem-se.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Ficam as partes intimadas via DJe.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
3.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7004397-67.2019.8.22.0021
EXEQUENTE: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: REGIANE INACIO SEVERINO
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Trata-se de pedido de pesquisa através do sistema PREVJUD.
Defiro o pedido.
Realizada consulta on line junto ao sistema PREVJUD, resultado anexado.
Intime a parte autora para ciência e manifestação, requerendo o que entender de direito no prazo de 10 (dez) dias.
Decorrido o prazo, voltem conclusos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7006971-63.2019.8.22.0021
EXEQUENTE: JOSE DE SOUSA NETO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Trata-se de ação previdenciária ajuizada por JOSE DE SOUSA NETO em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Houve informação de pagamento integral dos valores e não há outros requerimentos a serem analisados.
Diante ao exposto, ante a satisfação da obrigação, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fundamento no art. 924, inc. II, do CPC.
Sem custas.
Sentença publicada e registrada pelo sistema, ficando dispensada a intimação das partes porque não sofrerão prejuízos e por medida de economia e celeridade processual.
Transitada em julgado nesta data (artigo 1.000, p. único do CPC).
Disposições ao cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Arquive-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001650-76.2021.8.22.0021
EXEQUENTE: JESSIMAR OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Despacho
Ante a informação do pagamento, intime-se a parte exequente para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, e, transcorrido o prazo retornem os autos conclusos.
Disposições a CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Fica a parte exequente intimada via DJe.
2. Com as manifestações, retornem os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7005097-72.2021.8.22.0021
REQUERENTE: ERLI ALMEIDA RAMOS
ADVOGADOS DO REQUERENTE: GESSIKA NAYHARA TORRES COIMBRA, OAB nº RO8501A, RAFAEL SILVA COIMBRA, OAB nº RO5311, RENAN DE SOUZA BISPO, OAB nº RO8702
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Despacho
1. Considerando a apresentação dos cálculos pelo(a) exequente, intime-se o executado para se manifestar, podendo IMPUGNAR a execução, no prazo de 30 (trinta) dias (artigo 1-B da Lei n. 9494/97 c/c o artigo 535 do CPC).
2. Desde já, como se trata de execução com valor inferior a sessenta salários mínimos, são devidos honorários advocatícios, independente de impugnação, os quais fixo nesta fase de cumprimento de sentença em 10%, (cabendo ao patrono apresentar planilha incluindo os honorários) (CPC, art. 85, §1º / Recurso Extraordinário n.º 420.816/RS).
2.1 Não havendo impugnação, CERTIFIQUE-SE, a CPE a devida intimação da parte executada, ficando desde já autorizada a expedição de da requisição de pagamento adequada (RPV/Precatório), ao órgão competente, referente aos valores apresentados.
3. Em caso de impugnação, intime-se o(a) exequente para se manifestar no prazo legal.
3.1 CONCORDANDO com os cálculos apresentados pela parte executada, expeça-se o necessário para o pagamento (RPV/Precatório), sem necessidade de retorno dos autos à conclusão.
4. Após a expedição da requisição de pagamento, tornem os autos conclusos para extinção.
4.1 Com a informação de pagamento, desde já autorizo a expedição de alvará para levantamento do valor a ser depositado nos autos, devendo ser expedido em nome do(a) exequente e de seu(ua) patrono(a), respectivamente, quanto ao saldo devedor e honorários advocatícios.
5. NÃO concordando a parte exequente com os cálculos apresentados, remetam-se os autos à contadoria do juízo para apuração do valor devido.
5.1 Na sequência, às partes para manifestação.
Pratique-se e expeça-se o necessário.

SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7004317-35.2021.8.22.0021
AUTOR: CARLOS EVANGELISTA DOS PASSOS
ADVOGADO DO AUTOR: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES, OAB nº RO2383
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Despacho
Intime-se o Executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague à Exequente a importância devida indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescidos de custas, se houver (artigo 513, §2º, CPC).
Decorrido o prazo previsto no artigo 523 do CPC, sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
Não havendo o pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, será acrescido de multa de 10% sobre o valor do débito.
Decorrido o prazo, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independente de nova intimação do devedor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas via sistema informatizado à disposição do juízo.
Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil.
Sobrevindo o pagamento, venham os autos conclusos.
Disposições a CPE, sem prejuízo de outros expedientes que sejam necessários:
1. Ficam as partes intimadas via DJe.
2. Sobrevindo o pagamento, venham os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ ALVARÁ/ OFÍCIO/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7000094-39.2021.8.22.0021
EXEQUENTE: GELZIANE PERRONI DOS SANTOS CALDEIRA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Despacho
Ante a informação do pagamento, intime-se a parte exequente para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, e, transcorrido o prazo retornem os autos conclusos.
Disposições a CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Fica a parte exequente intimada via DJe.
2. Com as manifestações, retornem os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
Número do processo: 7001185-96.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: NOELIR ALVES DE SIQUEIRA
ADVOGADO DO AUTOR: CELSO DOS SANTOS, OAB nº RO1092
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Dispensado o relatório, na forma do art. 38 da Lei n. 9.099/95.
Trata-se de ação ajuizada por NOELIR ALVES DE SIQUEIRA em face de ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, sob o argumento de que arcou com gastos referentes à construção de subestação, que foi devidamente aprovada pela requerida.
A ré, por sua vez, afirma que não tem a obrigação de realizar o ressarcimento imediato dos valores apresentados pela parte autora, bem como tais valores são incabíveis e que não não há nos autos provas de que o requerente despendeu dos valores requeridos na inicial.

É o breve relato.
DECIDO.
As questões discutidas na presente demanda prescindem de outras provas além daquelas já trazidas aos autos. Portanto, o feito comporta o julgamento antecipado do mérito, a teor do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
Antes de adentrar ao MÉRITO, passo à análise das PRELIMINARES arguidas.
A parte requerente requer os efeitos da revelia, pois afirma que a requerida não apresentou contestação dentro do prazo estipulado pelo juízo, entretanto, em consulta à aba de expedientes do PJe a parte poderia se manifestar até a data de 06/06/2023. Dessa forma, visto que a concessionária apresentou sua contestação em 17/05/2023, não há de se falar em revelia.
A requerida requer pela incompetência do juizado, havendo a necessidade de prova pericial, contudo, no caso em tela não há que se falar em incompetência dos juizados especiais para julgar a demanda, pois foram apresentados pela parte autora documentos hábeis a comprovar a construção da subestação elétrica com recurso próprio. Ademais, a parte requerida possui todo o aparato técnico para impugnar e comprovar, se for o caso, a não utilização de recursos do consumidor para construção da subestação elétrica objeto da lide. Relevante pontuar que o fornecimento de energia elétrica é serviço essencial, sendo responsabilidade da concessionária o dispêndio para o fornecimento do produto.
Nesse sentido:
"JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. PRELIMINAR INCOMPETÊNCIA JUIZADOS. PERÍCIA. DESNECESSIDADE. CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA. SUBESTAÇÃO. RESSARCIMENTO VALORES. RECURSO IMPROVIDO. – A necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência dos Juizados Especiais Cíveis. – É desnecessária a realização de prova pericial para saber se a concessionária de energia elétrica possui ou não o dever de ressarcir despesas realizadas em decorrência da construção de rede elétrica por particular. – Havendo demonstração da realização de gastos para eletrificação, incorporado ao patrimônio da concessionária, devem ser devidamente indenizados, sendo irrelevante a celebração de instrumento formal de transferência de patrimônio, mormente quando ausente hipótese em que a rede elétrica edificada encontra-se no interior da propriedade e que atenda aos interesses exclusivos dos particulares. Turma Recursal, Relator OSNY CLARO DE O. JUNIOR, 7007824-66.2018.822.0002, 04/04/2019".
Portanto, verificada a desnecessidade da produção de prova não há que se falar em incompetência do presente juízo.
A requerida alega ainda a ausência de interesse de agir do autor, uma vez que a indenização pleiteada por ele não pode ser realizada antes da conclusão dos planos de universalização, que possui prazo para até 2026. Contudo, tal argumento não merece prosperar. É que embora o Decreto 11.111/2022, que altera o Decreto 9.357/2018, tenha ampliado o prazo para a conclusão do Plano de Universalização "Luz para Todos", em momento algum exclui o direito da parte autora de pleitear o ressarcimento dos valores que entende devido.
Por tais razões, REJEITO todas as preliminares.
Assim, ultrapassadas as questões preliminares, passo à análise do MÉRITO.
Trata-se de pedido de obrigação de fazer consistente na incorporação de rede elétrica/subestação particular ao patrimônio da concessionária de serviço público e pagamento de indenização por danos materiais referente às despesas comprovadas com a construção da rede particular de energia elétrica, bem como determinar à requerida que proceda a incorporação da referida rede ao seu patrimônio.
No caso dos presentes autos, a parte autora trouxe prova da construção da rede elétrica e do valor gasto, que equivale ao pedido de danos materiais formulado na exordial.
Da detida análise dos autos observa-se que o requerente colacionou documentos suficientes para justificar o ajuizamento da presente demanda. Além de juntar aos autos nota fiscal (ID's 88446366 e 88446367), a parte autora juntou projeto de construção da subestação o qual foi recebido pela requerida, croquis de instalação e localização e ART – anotação de responsabilidade técnica, que, conjuntamente evidenciam ter edificado subestação.
Por isso, a requerida deve ser condenada ao ressarcimento dos valores comprovadamente pagos pela parte autora, que totaliza o valor de R$29.328,58 (vinte e nove mil, trezentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos).
Além disso, importante destacar que a concessionária requerida não cuidou em demonstrar se a unidade em questão está ou não incorporada ao seu patrimônio, pois não trouxe aos autos documento formal de incorporação.
Por isso, tratando-se de hipótese que se amolda ao precedente da Corte Rondoniense, a ré deve ser condenada ao ressarcimento dos valores comprovadamente pagos pela parte autora e à incorporação da subestação em comento ao seu patrimônio, caso ainda não tenha incorporado.
É o entendimento pacificado da Corte Rondoniense, in verbis:
"Obrigação de fazer. Preliminar. Cerceamento de defesa. Rejeição. Eletrificação rural. Subestação de energia. Construção. Incorporação. Ressarcimento. Cerceamento de defesa. Ausência. Dano material. Reembolso. Não há falar-se em cerceamento de defesa se as provas que se pretendia produzir não influenciariam no julgamento da causa, considerando os documentos já apresentados nos autos, ditos suficientes à formação do juízo de convencimento do julgador. As redes particulares devem ser incorporadas ao patrimônio da respectiva concessionária de distribuição. São exceções apenas os casos de redes particulares que dispuserem de ato autorizativo do poder concedente para atuarem. Ante a incorporação, é devido o ressarcimento dos valores despendidos com a construção da rede elétrica, sob pena de enriquecimento ilícito da concessionária, notadamente quando há indícios que demonstrem o valor despendido pela parte. (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7031787-67.2022.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 06/03/2023)."
Nesse sentido, há nos autos prova material da construção da rede elétrica/subestação pelo particular, despendendo dos valores necessários, motivo pelo qual a empresa ré deve incorporar esta ao seu patrimônio, bem como deve ressarcir os valores em questão.
Desse modo, com base no princípio da inversão do ônus da prova e da proteção do consumidor, presumo acertado os valores apresentados.
DISPOSITIVO:
Ante o exposto, extingo o feito com resolução de mérito, conforme o disposto no art. 487, I, do CPC, e JULGO PROCEDENTE o pleito aduzido pela parte autora para DECLARAR incorporada ao patrimônio da parte requerida a rede construída pela parte requerente, caso não tenha ainda sido incorporada; por fim, CONDENAR a parte requerida no pagamento, à parte requerente, do importe de R$29.328,58 (vinte e nove mil, trezentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos), a título de danos materiais, referente a construção da rede de energia elétrica/subestação, atualizada monetariamente a partir da data do desembolso (Súmula 43 do STJ) e acrescida de juros moratórios de 1% ao mês a contar da citação (art. 405, Código Civil, c/c art. 161, §1º, Código Tributário Nacional).
Sem custas ou honorários, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95.
Sentença registrada e publicada via Sistema PJe. Intime-se.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:

1. Intime-se as partes.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
3.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003449-57.2021.8.22.0021
EXEQUENTE: WALDIR ALVES DE SOUZA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Trata-se de ação previdenciária ajuizada por WALDIR ALVES DE SOUZA em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Houve informação de pagamento integral dos valores e não há outros requerimentos a serem analisados.
Diante ao exposto, ante a satisfação da obrigação, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fundamento no art. 924, inc. II, do CPC.
Sem custas.
Sentença publicada e registrada pelo sistema, ficando dispensada a intimação das partes porque não sofrerão prejuízos e por medida de economia e celeridade processual.
Transitada em julgado nesta data (artigo 1.000, p. único do CPC).
Disposições ao cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Arquive-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7010278-43.2023.8.22.0002
AUTOR: ERICA SCHIFELBAIN ZEITLO
ADVOGADO DO AUTOR: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR, OAB nº RO2640
REU: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S/A
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
Despacho
Embora o juízo do 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Ariquemes tenha declinado a competência para este juízo sob o fundamento que a parte autora reside em Campo Novo de Rondônia, nota-se que a parte declara na inicial, procuração e declaração de hipossuficiência que reside em Monte Negro/RO e que o comprovante de residência de ID 92923764 está em nome de terceiro.
Diante disso, antes de receber os autos, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, esclarecer se reside em Campo Novo de Rondônia ou Monte Negro, apresentando o respectivo comprovante de residência em nome próprio.
Decorrido o prazo, voltem conclusos.
Intime-se.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga Número do processo: 7003502-72.2020.8.22.0021
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: VANDERLEY JOSE FRELIK
ADVOGADO DO REU: DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES, OAB nº RO2433
Despacho
Tendo em vista o Art. 798-A “Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro”, do Código Penal, suspendo o último despacho e REDESIGNO a solenidade da Audiência de Instrução e Julgamento para a data de 30 de janeiro de 2024 às 11h30 nesta Comarca, de forma presencial. Nada obstante, deve o oficial de justiça certificar os contatos telefônicos

das testemunhas, a fim de possibilitá-los a participarem da audiência por videoconferência, caso assim ocorra, salientando que as partes que não possuem recursos tecnológicos para ingressarem por videoconferência (telefone com internet, whatsapp, gmail, e google meet) deverão comparecer ao fórum presencialmente.
Link para acesso à sala virtual: https:// meet.google.com/owe-fvqr-zze
Caso existam testemunhas residentes em outra Comarca, já serve a presente como carta precatória, caso a intimação não puder ser realizada de maneira mais célere.
Optando pela realização de forma presencial, intime-se PESSOALMENTE as partes e testemunhas para comparecerem na 1ª Vara genérica do Fórum da Comarca de Buritis/RO, localizada na Rua Taguatinga, 1380 - Setor 03 - CEP 76880-000, munidas de documento de identificação com foto, para realização da solenidade, na data e horário designados. Consigno que o não comparecimento das testemunhas poderá ensejar na sua condução coercitiva e imputação do pagamento da diligência.
Optando pela realização de forma virtual, intime-se PESSOALMENTE as partes e testemunhas para comparecerem à Sala de Audiência Virtual a ser realizada na data supracitada pelo aplicativo Google Meet, cujo link será encaminhado por meio do Whatsapp. No ato da intimação, o Oficial de Justiça deverá certificar o contato telefônico atual das partes e testemunhas a fim de viabilizar a realização da solenidade.
Note-se que esclarecimentos acerca da forma de participação na audiência podem ser realizados, antecipadamente, por meio dos tutoriais produzidos pelo TJRO, através dos links: https://www.youtube.com/watch?v=RY5OFw1W3_4 (se participar pelo celular) ou https://www.youtube.com/watch?v=Kf_np1Axo3E (se participar pelo notebook ou desktop).
Consigno ainda que caso não disponham de recursos tecnológicos suficientes para concretização do ato por videoconferência, onde quer que se encontrem, deverão comparecer ao Fórum de Buritis, com antecedência de 15 minutos, devendo o Oficial de Justiça certificar referida circunstância sobre a necessidade de deslocamento ao Fórum. Consigne-se, ainda, que em caso de não localização no endereço indicado, deverá diligenciar com os demais intimando eventual contato telefônico e/ou endereço.
Requisite-se os policiais, informando que serão ouvidos pelo sistema de videoconferência ou de forma presencial, de acordo com a opção do patrono.
Determino que a secretária de gabinete mantenha contato telefônico com o acusado, vítima e testemunhas, para orientá-los a respeito do Sistema de Videoconferência.
Cite(m)-se e intime(m)-se o(s) acusado(s).
Não sendo citado(s) pessoalmente, proceda-se sua(s) citação(ões) por edital.
Havendo necessidade, expeça-se carta precatória.
Ciência ao Ministério Público e à Defesa.
Disposições ao Cartório, sem prejuízo de outros expedientes que forem necessários:
1. MANDADO DE INTIMAÇÃO da parte ré, CLEBSON DIAS MATES , Endereço: alcunha “Neguinho”, brasileiro, casado, autônomo em serviços gerais, RG n° 1068455 SSP/RO, CPF n° 991.634.892-87, filho de Sivaldo Souza Mates e Eunice Alves Dias Mates, nascido aos 13/03/1988, em Jaru/RO, residente e domiciliado na Linha C-14, T-6, braço esquerdo, s/n, Setor 03, Campo Novo de Rondônia/RO.
2. Intimar/requisitar as testemunhas de acusação e defesa arroladas:
2.1- PM FÁBIO ENGELHARDT
2.2- PM THIAGO LUIZ MARTINS DE BRITO
2.3- LEONOR JACINTA DE OLIVEIRA FARIAS - RUA MINISTRO ANDREAZA, 1660, SETOR 2, BURITIS/RO - FONE: (69) 99386-6634
2.4 - VÍTIMA: BERNDINO FARIAS DE ARAÚJO - RUA MINISTRO ANDREAZA, 1660, SETOR 2, BURITIS/RO - FONE: (69) 99386-6634
BURITIS/RO, 17 de Julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
JUIZ DE DIREITO

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7004871-04.2020.8.22.0021
EXEQUENTE: VICENTE BATISTA SANTOS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Despacho
Ante a informação do pagamento, intime-se a parte exequente para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, e, transcorrido o prazo retornem os autos conclusos.
Disposições a CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Fica a parte exequente intimada via DJe.
2. Com as manifestações, retornem os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
Número do processo: 7001523-70.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: JULIO CEZAR DE BARROS
ADVOGADO DO AUTOR: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES, OAB nº RO2383

Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: MICAELLA CAMPOS GONCALVES DE MORAIS, OAB nº PB23978, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Dispensado o relatório, na forma do art. 38 da Lei n. 9.099/95.
Trata-se de ação ajuizada por JULIO CEZAR DE BARROS em face de ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, sob o argumento de que arcou com gastos referentes à construção de subestação, que foi devidamente aprovada pela requerida.
A ré, por sua vez, afirma que não tem a obrigação de realizar o ressarcimento imediato dos valores apresentados pela parte autora, bem como tais valores são incabíveis e que não não há nos autos provas de que o requerente despendeu dos valores requeridos na inicial.
É o breve relato.
DECIDO.
As questões discutidas na presente demanda prescindem de outras provas além daquelas já trazidas aos autos. Portanto, o feito comporta o julgamento antecipado do mérito, a teor do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
As partes são legítimas, não há preliminares ou questões processuais pendentes, passo, pois, à análise do mérito.
Trata-se de pedido de obrigação de fazer consistente na incorporação de rede elétrica/subestação particular ao patrimônio da concessionária de serviço público e pagamento de indenização por danos materiais referente às despesas comprovadas com a construção da rede particular de energia elétrica, bem como determinar à requerida que proceda a incorporação da referida rede ao seu patrimônio.
No caso dos presentes autos, a parte autora trouxe prova da construção da rede elétrica e do valor gasto, que equivale ao pedido de danos materiais formulado na exordial.
A concessionária de energia elétrica não impugnou especificamente os documentos juntados na exordial, limitando-se em dizer que o autor não comprovou a sua versão dos fatos, o que não entendo ser o caso.
Além do recibo, cujo conteúdo evidencia o valor despendido pela parte autora na construção da subestação, sobretudo porque expedidos por empresas atuantes no mercado de distribuição de material elétrico, a parte autora juntou projeto de construção da subestação o qual foi recebido pela requerida, croquis de instalação e localização e ART – anotação de responsabilidade técnica, que, conjuntamente evidenciam ter edificado subestação.
Por isso, a requerida deve ser condenada ao ressarcimento dos valores comprovadamente pagos pela parte autora (ID 89246302), que totaliza o valor de R$27.261,00 (vinte e sete mil duzentos e sessenta e um reais).
Além disso, importante destacar que a concessionária requerida não cuidou em demonstrar que a construção da rede elétrica/subestação atende unicamente o imóvel da parte autora e em seu exclusivo benefício, o que obstaria o direito à indenização, não se desincumbindo do ônus que lhe cabe (art. 373, II, CPC).
Quanto à alegação da requerida de que o valor pedido para o ressarcimento da subestação não deve prosperar, uma vez que o autor concordou expressamente que o valor a ser restituído seria o valor do orçamento a ser entregue pela empresa ré, entendo que tais valores são unilaterais e estão muito abaixo dos valores despendidos pelo autor para a construção da rede elétrica, motivo pelo qual não acolho os valores indicados pela concessionária.
Por isso, tratando-se de hipótese que se amolda ao precedente da Corte Rondoniense, deve ser condenada ao ressarcimento dos valores comprovadamente pagos pela parte autora e à incorporação da subestação em comento ao seu patrimônio.
Insta salientar que a efetiva incorporação da rede elétrica ao patrimônio da concessionária de energia elétrica somente se concretiza mediante processo formal, por iniciativa da empresa, o que não ficou demonstrado neste caso.
É o entendimento pacificado da Corte Rondoniense, in verbis:
"Obrigação de fazer. Preliminar. Cerceamento de defesa. Rejeição. Eletrificação rural. Subestação de energia. Construção. Incorporação. Ressarcimento. Cerceamento de defesa. Ausência. Dano material. Reembolso. Não há falar-se em cerceamento de defesa se as provas que se pretendia produzir não influenciariam no julgamento da causa, considerando os documentos já apresentados nos autos, ditos suficientes à formação do juízo de convencimento do julgador. As redes particulares devem ser incorporadas ao patrimônio da respectiva concessionária de distribuição. São exceções apenas os casos de redes particulares que dispuserem de ato autorizativo do poder concedente para atuarem. Ante a incorporação, é devido o ressarcimento dos valores despendidos com a construção da rede elétrica, sob pena de enriquecimento ilícito da concessionária, notadamente quando há indícios que demonstrem o valor despendido pela parte. (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7031787-67.2022.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 06/03/2023)".
Nesse sentido, há nos autos prova material da construção da rede elétrica/subestação pelo particular, despendendo dos valores necessários, motivo pelo qual a empresa ré deve incorporar esta ao seu patrimônio, bem como deve ressarcir os valores em questão.
Desse modo, com base no princípio da inversão do ônus da prova e da proteção do consumidor, presumo acertado os valores apresentados.
DISPOSITIVO:
Ante o exposto, extingo o feito com resolução de mérito, conforme o disposto no art. 487, I, do CPC, e JULGO PROCEDENTE o pleito aduzido pela parte autora para DECLARAR incorporada ao patrimônio da parte requerida a rede construída pela parte requerente, que ora são objeto de ressarcimento; por fim, CONDENAR a parte requerida no pagamento, à parte requerente, do importe de R$31.534,00 (trinta e um mil quinhentos e trinta e quatro reais) a título de danos materiais, referente a construção da rede de energia elétrica/subestação, atualizada monetariamente a partir da data do desembolso (Súmula 43 do STJ) e acrescida de juros moratórios de 1% ao mês a contar da citação (art. 405, Código Civil, c/c art. 161, §1º, Código Tributário Nacional).
Sem custas ou honorários, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95.
Sentença registrada e publicada via Sistema PJe. Intime-se.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Intime-se as partes.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
3.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001186-81.2023.8.22.0021
REQUERENTE: VALERIA NUNES DE SOUSA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
REQUERIDO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9099/95 c/c art. 27 da lei n. 12.153/09.
As questões discutidas na presente demanda prescindem de outras provas além daquelas já trazidas aos autos. Portanto, o feito comporta o julgamento antecipado do mérito, a teor do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
Não há questões preliminares, pelo que passo à análise do MÉRITO.
Tratam estes autos de Ação Declaratória de Recebimentos de Auxílio Alimentação Cumulada com retroativos em face do Município de Buritis/RO. Aduz a parte requerente que é servidor (a) público (a) do município ocupante do cargo efetivo no Município de Buritis, comprova através do termo de posse e ficha financeira anexada aos autos.
Alegou ainda que recebe auxílio alimentação no valor de R$ 100,00 (cem reais) conforme dispõe a Lei 731/2013. Entretanto, com a vigência da Lei 1421/2019 o auxílio alimentação passou para R$ 300,00 (trezentos reais), razão pela qual pugna pela procedência da demanda, a fim de que seja implementado o valor reajustado, bem como o pagamento do retroativo.
Devidamente citado, o Município de Buritis alegou em sede de contestação que o auxílio alimentação previsto na Lei1.421/2019 se deu em caráter específico em razão da peculiaridade do trabalho desenvolvido pelos servidores do conselho tutelar e servidores da educação atuantes na zona rural.
Pois bem. A parte autora menciona a Lei Municipal nº 731/2013 que aduz em seu art. 1º:
Art. 1º O auxílio alimentação será concedido a todos servidores civis ativos da Administração Pública Municipal Direta, independentemente da jornada de trabalho, mesmo que licenciados para tratamento da própria saúde, em férias ou licença prêmio por assiduidade, de caráter indenizatório, conforme disposto nesta lei.
Parágrafo único: O auxílio alimentação será concedido em pecúnia pago juntamente com o pagamento mensal do servidor, no valor de R$ 100,00 (cem) reais e será concedido a partir do mês de junho de 2013.
A referida lei versa sobre o pagamento do auxílio alimentação que todos os servidores públicos municipais fazem jus, benefício este de caráter indenizatório concedido ao servidor (a) ativo(a) com a finalidade de subsidiar despesas com refeição, realizadas no exercício do cargo público, durante sua jornada de trabalho.
Assevera a parte autora, que Lei posterior, majorou o referido auxílio para o valor de R$ 300,00 (trezentos reais) e que tal valor não teria sido pago desde a vigência.
Analisando o feito minunciosamente, bem como as legislações apresentadas, não merece prosperar as alegações trazidas pela parte autora, pois, como bem comprova a Fazenda Pública, a Lei 731/2013, foi devidamente revogada pela Lei que concedeu a reposição salarial aos servidores Lei.1.015/2016.
A par disso, verifica-se ainda que as Leis n. 510/2010 e nº1.421/2019 tratam-se de normativas para carreiras específicas (membros do conselho tutelar e servidores da zona rural), razão pela qual não enseja a aplicação aos demais servidores de forma indiscriminada.
Dessa forma, conclui-se que o recebimento do auxílio alimentação é um direito subjetivo do servidor e, por isso, independe de requerimento administrativo. Porém, trata-se de benefício instituído em lei, não havendo que se falar em aplicação ao princípio da isonomia, ante a vedação expressa firmada na súmula vinculante nº 37 do STF, vejamos: “Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia”.
Nota-se portanto que à diferente tratamento à classe de servidores quanto à verba indenizatória paga pelo Ente Público, tendo observância ao critério normativo traçado, bem como a especificidade do trabalho desenvolvido, prevalecendo dessa forma o princípio da legalidade.
Portanto, fica claro que a improcedência da demanda é a medida que se impõe.
Resta destacar, em que pese o posicionamento do juízo ter sido outrora pela procedência, em uma nova análise da matéria, restou concluída que a concessão do auxílio pleiteado, encontra-se óbice no princípio da legalidade, onde dispõe que a Administração Pública não pode fazer algo não previsto em Lei, não cabendo ao judiciário, o qual não possui como atividade típica a legislativa, conceder benefícios não regulamentados em lei.
Posto isso, extingo o feito com enfrentamento de mérito, conforme o disposto no art. 487, I, do CPC, e JULGO IMPROCEDENTE o pleito aduzido pela parte autora em desfavor da requerida.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.
Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Novo Código de Processo Civil.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigos 11 e 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao duplo grau de jurisdição, tendo em vista o disposto no art. 11, da Lei nº 12.153/2009.
Registro e publicação automáticos pelo sistema. Intime-se.
Transitada em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Intime-se as partes.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
2.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001192-88.2023.8.22.0021
REQUERENTE: JOAO CARLOS PEREIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
REQUERIDO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9099/95 c/c art. 27 da lei n. 12.153/09.
As questões discutidas na presente demanda prescindem de outras provas além daquelas já trazidas aos autos. Portanto, o feito comporta o julgamento antecipado do mérito, a teor do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
Não há questões preliminares, pelo que passo à análise do MÉRITO.
Tratam estes autos de Ação Declaratória de Recebimentos de Auxílio Alimentação Cumulada com retroativos em face do Município de Buritis/RO. Aduz a parte requerente que é servidor (a) público (a) do município ocupante do cargo efetivo no Município de Buritis, comprova através do termo de posse e ficha financeira anexada aos autos.
Alegou ainda que recebe auxílio alimentação no valor de R$ 100,00 (cem reais) conforme dispõe a Lei 731/2013. Entretanto, com a vigência da Lei 1421/2019 o auxílio alimentação passou para R$ 300,00 (trezentos reais), razão pela qual pugna pela procedência da demanda, a fim de que seja implementado o valor reajustado, bem como o pagamento do retroativo.
Devidamente citado, o Município de Buritis alegou em sede de contestação que o auxílio alimentação previsto na Lei1.421/2019 se deu em caráter específico em razão da peculiaridade do trabalho desenvolvido pelos servidores do conselho tutelar e servidores da educação atuantes na zona rural.
Pois bem. A parte autora menciona a Lei Municipal nº 731/2013 que aduz em seu art. 1º:
Art. 1º O auxílio alimentação será concedido a todos servidores civis ativos da Administração Pública Municipal Direta, independentemente da jornada de trabalho, mesmo que licenciados para tratamento da própria saúde, em férias ou licença prêmio por assiduidade, de caráter indenizatório, conforme disposto nesta lei.
Parágrafo único: O auxílio alimentação será concedido em pecúnia pago juntamente com o pagamento mensal do servidor, no valor de R$ 100,00 (cem) reais e será concedido a partir do mês de junho de 2013.
A referida lei versa sobre o pagamento do auxílio alimentação que todos os servidores públicos municipais fazem jus, benefício este de caráter indenizatório concedido ao servidor (a) ativo(a) com a finalidade de subsidiar despesas com refeição, realizadas no exercício do cargo público, durante sua jornada de trabalho.
Assevera a parte autora, que Lei posterior, majorou o referido auxílio para o valor de R$ 300,00 (trezentos reais) e que tal valor não teria sido pago desde a vigência.
Analisando o feito minunciosamente, bem como as legislações apresentadas, não merece prosperar as alegações trazidas pela parte autora, pois, como bem comprova a Fazenda Pública, a Lei 731/2013, foi devidamente revogada pela Lei que concedeu a reposição salarial aos servidores Lei.1.015/2016.
A par disso, verifica-se ainda que as Leis n. 510/2010 e nº1.421/2019 tratam-se de normativas para carreiras específicas (membros do conselho tutelar e servidores da zona rural), razão pela qual não enseja a aplicação aos demais servidores de forma indiscriminada.
Dessa forma, conclui-se que o recebimento do auxílio alimentação é um direito subjetivo do servidor e, por isso, independe de requerimento administrativo. Porém, trata-se de benefício instituído em lei, não havendo que se falar em aplicação ao princípio da isonomia, ante a vedação expressa firmada na súmula vinculante nº 37 do STF, vejamos: “Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia”.
Nota-se portanto que à diferente tratamento à classe de servidores quanto à verba indenizatória paga pelo Ente Público, tendo observância ao critério normativo traçado, bem como a especificidade do trabalho desenvolvido, prevalecendo dessa forma o princípio da legalidade.
Portanto, fica claro que a improcedência da demanda é a medida que se impõe.
Resta destacar, em que pese o posicionamento do juízo ter sido outrora pela procedência, em uma nova análise da matéria, restou concluída que a concessão do auxílio pleiteado, encontra-se óbice no princípio da legalidade, onde dispõe que a Administração Pública não pode fazer algo não previsto em Lei, não cabendo ao judiciário, o qual não possui como atividade típica a legislativa, conceder benefícios não regulamentados em lei.
Posto isso, extingo o feito com enfrentamento de mérito, conforme o disposto no art. 487, I, do CPC, e JULGO IMPROCEDENTE o pleito aduzido pela parte autora em desfavor da requerida.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.
Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Novo Código de Processo Civil.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigos 11 e 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao duplo grau de jurisdição, tendo em vista o disposto no art. 11, da Lei nº 12.153/2009.
Registro e publicação automáticos pelo sistema. Intime-se.
Transitada em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Intime-se as partes.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
2.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001973-13.2023.8.22.0021
REQUERENTE: ZELIA DA CUNHA LOPES
ADVOGADO DO REQUERENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
REQUERIDO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Relatório dispensado, nos termos do art. 38, da Lei 9.099/95 e 27 da Lei n. 12.153/09.
O processo comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I e II, do CPC, porquanto a matéria fática está evidenciada nos autos e os documentos acostados são suficientes à formação do convencimento deste juízo, sendo dispensável a produção de prova em audiência.
Estão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo, bem como as partes estão regularmente representadas.
Trata-se de ação de obrigação de fazer ajuizada pela parte acima informada em desfavor do MUNICÍPIO DE BURITIS.
Aduz a parte requerente que foi contratada por tempo determinado para exercer a função de professor 30h, porém, ao verificar sua CTPS foi surpreendida com a anotação de ocupação diversa do seu real cargo, conforme comprova através da ficha financeira anexadas aos autos. Requer a condenação da requerida consistente na retificação da CTPS para constar como ocupação “PROFESSOR”.
Devidamente citado, o Município não apresentou contestação.
Nota-se que a parte autora trouxe aos autos a comprovação da sua contratação, a anotação em sua CTPS, bem como o efetivo exercício do cargo de “PROFESSOR 30HS”, demostrado através das fichas financeiras juntadas aos autos.
Portanto, cabia ao requerido fazer prova em contrário do alegado pela autora, entretanto, não trouxe qualquer elemento nos autos capaz de demonstrar a regularidade da anotação na CTPS.
Acerca do ônus do réu em comprovar aos elencados no inciso II do artigo 373, assevera a jurisprudência:
RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECONHECIMENTO DE DESVIO DE FUNÇÃO, COM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DOS VALORES CORRESPONDENTES ÀS DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS E DEMAIS REFLEXOS, RESPEITADA A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL ATÉ A DATA EM QUE CESSOU O DESVIO (JULHO DE 2017). INSURGÊNCIA RECURSAL DE AMBAS AS PARTES. FAZENDA PÚBLICA. SERVIDORA PÚBLICA DO MUNICÍPIO. AUXILIAR DE ENFERMAGEM. DESVIO DE FUNÇÃO CONFIGURADO. PARTE AUTORA QUE COMPROVOU FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO (ART. 373, I DO CPC). DOCUMENTOS E PROVA TESTEMUNHAL QUE COADUNAM COM SUAS ALEGAÇÕES. PARTE RÉ QUE NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR FATOS IMPEDITIVOS, MODIFICATIVOS OU EXTINTIVOS DA PARTE AUTORA, NOS TERMOS DO ART. 373, II DO CPC. AUXILIAR DE ENFERMAGEM QUE EXERCIA ATIVIDADES PRÓPRIAS DO CARGO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM. DIFERENÇAS SALARIAS DEVIDAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 378 DO STJ. RECURSO DA AUTORA. PLEITO DE COBRANÇAS DAS DIFERENÇAS SALARIAIS REFERENTE AOS PERÍODO DE AFASTAMENTO DO FUNCIONÁRIO (FÉRIAS E LICENÇA) COMO DE EFETIVO EXERCÍCIO. APLICAÇÃO DO ART. 82 DA LEI MUNICIPAL (...) PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PRECEDENTES DESTA TURMA RECURSAL. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. (..) Juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais Marco Vinicius Schiebel - (TJPR-4ª Turma Recursal- 0000424-96.2019.8.16.0182 - Curitiba, (TJ - PR -RI 00006999420198160004 Curitiba (Decisão Monocrática, Relator: Leo Henrique Furtado Araujo, Data de Julgamento: 04/08/2021, 4ª Turma Recursal, Data de Publicação: 04/08/2021)
Portanto, conclui-se que, tendo a parte requerente comprovado o equívoco na notação de ocupação do contrato de trabalho realizado com a requerida, imperiosa é a procedência do pedido.
Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.
No mesmo sentido: “O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos” (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).
O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.
Dispositivo:
Ante o exposto JULGO PROCEDENTE os pedidos formulados pela parte autora para CONDENAR o MUNICÍPIO DE BURITIS na obrigação de fazer consistente na retificação da CTPS da parte autora a fim de constar a ocupação inicial como PROFESSOR, no prazo de 15 dias
Por consequências, extingo o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I , do Código de Processo Civil.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigos 11 e 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao duplo grau de jurisdição, tendo em vista o disposto no art. 11, da Lei nº 12.153/2009.

Transitada em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se.
Disposições à CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Fica a parte autora intimada via DJe.
1.1 Intime-se a parte requerida via PJe.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
3.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003282-69.2023.8.22.0021
AUTOR: BRUNA GONCALVES DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: GESSIKA NAYHARA TORRES COIMBRA, OAB nº RO8501A
REPRESENTADO: I. -. I. N. D. S. S.
REPRESENTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Trata-se de ação previdenciária.
Considerando que não houve requerimento administrativo para benefício incapacitante, mas sim para benefício social de amparo social à pessoa portadora de deficiência – LOAS (ID 93205127), intime-se a parte autora para que apresente aos autos o requerimento administrativo pleiteado na inicial, assim como comprove seu domicílio nesta Comarca mediante documento em seu nome ou outro documento hábil a comprovar relação familiar ou jurídica com o titular do comprovante, no prazo de de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial (art. 321, parágrafo único do CPC).
Consigno, ainda, que não será considerado por este juízo como comprovante de endereço, os seguintes documentos: certidão de cadastro eleitoral.
Disposições para a CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1) Fica a parte autora intimada via DJe.
2) Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornar os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
Número do processo: 7001496-87.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: RONALD KAUAN DE SA ROSA, NOAH DE SA ROSA, ANGELA DE SA SILVA ROSA, RONALDO ROSA
ADVOGADO DOS AUTORES: RODRIGO DA SILVA SOUZA, OAB nº RO10784
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c danos morais e tutela de urgência ajuizada por RONALD KAUAN DE SA ROSA, NOAH DE SA ROSA, ANGELA DE SA SILVA ROSA, RONALDO ROSA em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA/ENERGISA, sob o argumento de que sua residência teve o fornecimento de energia elétrica interrompido, situação que perdurou por mais de dois dias, mesmo após comunicarem a requerida quanto à ausência de energia em sua UC.
Por outro lado, a requerida afirma que não há ocorrências de interrupção do serviço na UC em comento, motivo pelo qual não há que se falar em indenização à parte requerente.
É o breve relato.

DECIDO.

Procedo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, por se tratar de matéria exclusivamente de direito e ante a desnecessidade de produção de outras provas.

Antes de adentrar ao mérito

As partes são legítimas, inexistem outras preliminares ou questões processuais pendentes. Passo, pois, à análise do mérito.

O caso em análise se trata de relação de consumo, portanto, o Código de Defesa do Consumidor será o arcabouço legal utilizado para dirimir a presente lide, sem olvidar, logicamente, as demais normas utilizadas ordinariamente.

Oportuno assentir que o caso em tela se trata de inequívoca relação de consumo, tendo em vista que as partes se caracterizam como consumidor e fornecedor, nos termos dos arts. 2° e 3° do CDC, razão pela qual será analisado sob a ótica da legislação consumerista, com a ressalva de que a inversão do ônus probatório, prevista no art. 6º, inciso VIII, CDC, não é absoluta, devendo ser observada a previsão do CPC no que diz respeito à distribuição do ônus da prova, cabendo ao autor comprovar os fatos constitutivos do seu direito e ao réu os fatos modificativos, extintivos e impeditivos do autor (art. 373 do CPC).

Mostra-se adequada a inversão do ônus da prova (art. 6°, VIII), em virtude da verossimilhança dos fatos alegados e da hipossuficiência do consumidor, dada a disparidade técnica e/ou informacional visualizada sobre situação narrada pela parte requerente. Além do mais, o CDC em seus artigos 3º, 4º, VII, 6º, X, e art. 22, caput, disciplina sobre os serviços públicos, exigindo dos órgãos públicos, empresas concessionárias, permissionárias ou qualquer outro tipo do gênero, a obrigação de fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos serviços essenciais, que sejam também contínuos.

A empresa requerida, como prestadora de serviços especialmente contemplada no art. 3º, parágrafo segundo, está submetida às disposições do Código de Defesa do Consumidor. Mister reconhecer, portanto, a cogente aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, com todos seus consectários legais.

Assim, pretende a parte autora que seja indenizada pela requerida, pois, após comunicar que estava sem energia em sua UC a concessionária nada fez para solucionar o problema, que perdurou por cerca de quatro dias.

No que pese as alegações da ré, no sentido de que não há qualquer registro de suspenção ou interrupção no fornecimento de energia no período informado pela parte autora, observa-se que a empresa sequer menciona a respeito da comunicação realizada (ID 89162507), via mensagem. A parte requerente narra que a interrupção do serviço ocorreu em 31/03/2023 e até a data em que entrou com a ação (04/04/2023) o problema não havia sido resolvido, permanecendo mais de 48 (quarenta e oito) horas sem energia .

Nesse sentido, entendo que a requerida não logrou em demonstrar fato excludente de sua responsabilidade, visto que poderia colacionar aos autos documentos que demonstrassem que realmente não houve interrupção do serviço ou que não houve qualquer comunicação de que fosse necessária a solução de algum problema na rede da região

Por outro lado, quanto ao pagamento de indenização por danos morais, é necessário aferir no caso concreto se a situação trazida pela parte pode ser considerada ofensiva a ponto de causar dano moral ou mesmo se esta se insere no conceito de dano moral puro, dispensando eventual prova de sua ocorrência.

Demonstrado, assim, o ato ilícito da ré ao não restabelecer o fornecimento de energia elétrica da UC dos requerentes dentro do prazo legal, deixando de prestar a devida assistência, de forma que ficou por volta de três dias sem o fornecimento de energia. Assim, a concessionária deve ser responsabilizada pelos danos dele advindos.

Nesse sentido, traz a jurisprudência o seguinte entendimento:

“ Apelação Cível. Serviço de Energia Elétrica. Ligação. Pedido Administrativo. Demora. Injustificada. Dano Moral. Configuração. Há a ocorrência de dano moral pela demora injustificada, por parte da concessionária, em realizar a ligação do serviço de energia elétrica, não se atendendo a pedido administrativo. O arbitramento da indenização por dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e o conceito social das partes. (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7002532-61.2022.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 27/01/2023).”

Verifica-se na presente demanda que o restabelecimento de energia não foi realizado em prazo razoável, sendo que a Resolução n. 1.000 da ANEEL dispõe em seu art. V que o prazo para a religação de energia em área rural é de 48 horas:

“Art. 362. A distribuidora deve restabelecer o fornecimento de energia elétrica nos seguintes prazos, contados de forma contínua e sem interrupção:

[...]

V - 48 (quarenta e oito) horas: para religação normal de instalações localizadas em área rural.”

Assim, não há justificativa para as ações da Energisa, ora requerida, sendo os danos morais plenamente cabíveis, porquanto os requerentes não puderam usufruir de serviço essencial.

Pois bem. A reparação do dano moral é feita através de fixação de valor pecuniário conforme o livre e prudente arbítrio do juiz. Deve o julgador pautar-se pelo equilíbrio, de maneira que o valor fixado possa trazer um sentimento de felicidade ao ofendido e de punição ao causador, para que este se sinta desestimulado a praticar novamente a sua conduta ou omissão ilícita.

Nesse sentido, tal reparação também não pode ser em valor exorbitante, acima das condições econômicas do réu ou, de um lado, ser fonte de enriquecimento indevido e, de outro, ser inexpressiva.

Portanto, sopesando-se as circunstâncias apresentadas nos autos, levando-se em consideração as condições do ofendido e do ofensor, bem como a teoria do desestímulo e da proporcionalidade na fixação do dano moral, tenho como razoável que o valor da indenização deva ser arbitrado em R$16.000,00 (dezesseis mil reais), sendo este valor repartido entre os autores. Outrossim, cumpre ressaltar que um valor de indenização menor poderia não cumprir com seu papel punitivo.

Dispositivo:
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I do CPC, JULGO, por sentença com resolução do mérito, PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos do requerentes para RATIFICAR a tutela de urgência concedida; por fim, CONDENAR a requerida no pagamento de indenização por danos morais à parte autora na importância de R$4.000,00 (quatro mil reais), para cada autor, atualizada monetariamente a partir da presente data (Súmula nº 362, do STJ), de acordo com os índices do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (Tabela adotada pelo TJRO) e acrescida de juros moratórios de um por cento ao mês a contar da citação (art. 405, Código Civil, c/c art. 161, §1º, Código Tributário Nacional).
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei n. 9.099/95.
Sentença publicada e registrada via Sistema Pje.
Intimem-se.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Ficam as partes intimadas via DJe.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
3.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7000099-90.2023.8.22.0021
REQUERENTES: CLERIA BARNABE DE SOUZA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de ação proposta por CLERIA BARNABE DE SOUZA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA contra Estado de Rondônia, conforme razões expostas na peça de ingresso.
Foi determinado a parte autora que emendasse a inicial, a fim de apresentar laudo médico fundamentado (ID 89954767).
Deferida, inclusive, a dilação do prazo (ID 91745801), a requerente não cumpriu a determinação (ID 93086361).
Vieram-me os autos conclusos.
É, em essência, o relatório. Fundamento e DECIDO.
Reza o art. 321 do CPC que, verificando o não preenchimento dos requisitos dos artigos 319 e 320 do CPC, o juiz determinará ao autor que emende a inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado, sob pena de indeferimento.
Muito embora a parte autora tenha informado que passará por consulta médica no dia 08/08/2023, requerendo novo prazo para cumprir a emenda, fato é que a parte autora há quase 03 meses queda-se inerte em atender ao comando judicial.
ANTE O EXPOSTO, reconheço que a parte autora não cumpriu a determinação de ID 89954767, razão pela qual INDEFIRO a petição inicial, com fulcro no artigo 485 inciso I e artigo 330, inciso IV, ambos do Código de Processo Civil, e, em consequência, JULGO EXTINTO o feito sem apreciação do mérito.
Sem custas e honorários.
Nada mais havendo, certifique-se a CPE o trânsito em julgado desta e, observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos com as anotações de estilo.
SERVIRÁ A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
P.R.I.C., promovendo-se as baixas devidas no sistema.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001640-32.2021.8.22.0021
EXEQUENTE: EDSONIA DOS REIS LOPES
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
EXECUTADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Despacho
Ante a informação do pagamento, intime-se a parte exequente para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, e, transcorrido o prazo retornem os autos conclusos.
Disposições a CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Fica a parte exequente intimada via DJe.
2. Com as manifestações, retornem os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003317-29.2023.8.22.0021
REQUERENTE: ERITON PEREIRA DE QUEIROZ
ADVOGADO DO REQUERENTE: ANDERSON TIAGO BRITO CAVALCANTE, OAB nº RO13254
REQUERIDOS: CATIENE MAGALHAES DE OLIVEIRA SANTANNA, SANTANNA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Adveio aos autos manifestação da parte requerente pela desistência da ação (ID 93319239).
Ante o exposto, HOMOLOGO o pedido de desistência da presente ação, e em consequência, JULGO, por sentença sem resolução do mérito, EXTINTO O PROCESSO, com fundamento no art. 485, VIII, do CPC.
Sem custas e honorários.
Publicações e Registros automáticos pelo sistema, ficando dispensada a intimação das partes porque não sofrerão prejuízos e por medida de economia e celeridade processual.
Disposições a CPE, sem prejuízo de outros expediente que sejam necessários:
1. Arquivem-se os autos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003411-45.2021.8.22.0021
AUTOR: DANIEL ROSA DE OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADOS DO AUTOR: HELBA GONCALVES BIAGGI, OAB nº RO9295, ALBERTO BIAGGI NETTO, OAB nº RO2740
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Trata-se de embargos de declaração opostos por EOLINDA DE JESUS OLIVEIRA, em face da sentença proferida no ID 78919982 que julgou procedente o pedido inicial e concedeu o auxílio-doença desde o dia seguinte a cessação do benefício em sede administrativa em 08/06/2021 e determinando sua manutenção por no mínimo período de 180 (cento e oitenta) dias a contar da perícia médica judicial (22/01/2021), até a reabilitação profissional da autora, o que será aferido em avaliação médica pericial a ser realizada pelo requerido.
Em suas razões, a embargante aduz que data de cessação fixada na perícia médica seria contado da data do efetivo restabelecimento do benefício, ou alternativamente a partir da data de publicação da r. sentença em 05.07.2022
O embargado deixou transcorrer o prazo sem manifestação.
DECIDO.
Os requisitos para oposição de Embargos de Declaração encontram-se descritos no artigo 1.022 do Código de Processo Civil:
Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:
I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;
II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;
III - corrigir erro material.
Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que:
I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;
II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1o.
No presente caso, analisando as razões do embargante de ID 79238175 não se colhe a existência de qualquer dos vícios mencionados na sentença proferida nos autos, mas apenas de insurgência no que toca as convicções deste Juízo, na medida que constou na sentença proferida nos autos que a manutenção do benefício é por um período mínimo período de 180 (cento e oitenta) dias a contar da perícia médica judicial (22/01/2021), até a reabilitação profissional da autora, o que será aferido em avaliação médica pericial a ser realizada pelo requerido.
Assim, considerando que a embargante objetiva modificar a decisão embargada, extrapolando, assim, o campo delimitado desta via recursal, exigindo recurso processual diverso, qual seja recurso de apelação.
Dessa forma, CONHEÇO os embargos de declaração por serem tempestivos, mas NEGO PROVIMENTO aos mesmos, por não conter qualquer omissão, fica ela mantida tal como lançada, cabendo ao embargante interpor o recurso próprio caso não se conforme com a decisão.
Via de consequência, mantenho a sentença tal como está lançada.
Intimem-se via sistema.
Disposições para o cartório, sem prejuízo de outros expedientes que sejam necessários:
1. Intime-se a parte requerida, via PJe.
2. Havendo recurso de apelação, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante o art. 1.010, § 1°, do CPC e, após, remeter os autos ao TRF1.
3. Com o trânsito em julgado, cumpra-se as demais determinações constante na sentença proferida nos autos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001972-28.2023.8.22.0021
REQUERENTE: LUCIANA BRANDAO DE SOUZA OLIVEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
REQUERIDO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Relatório dispensado, nos termos do art. 38, da Lei 9.099/95 e 27 da Lei n. 12.153/09.
O processo comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I e II, do CPC, porquanto a matéria fática está evidenciada nos autos e os documentos acostados são suficientes à formação do convencimento deste juízo, sendo dispensável a produção de prova em audiência.
Estão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo, bem como as partes estão regularmente representadas.
Trata-se de ação de obrigação de fazer ajuizada pela parte acima informada em desfavor do MUNICÍPIO DE BURITIS.
Aduz a parte requerente que foi contratada por tempo determinado para exercer a função de professor 30h, porém, ao verificar sua CTPS foi surpreendida com a anotação de ocupação diversa do seu real cargo, conforme comprova através da ficha financeira anexadas aos autos. Requer a condenação da requerida consistente na retificação da CTPS para constar como ocupação “PROFESSOR”.
Devidamente citado, o Município não apresentou contestação.
Nota-se que a parte autora trouxe aos autos a comprovação da sua contratação, a anotação em sua CTPS, bem como o efetivo exercício do cargo de “PROFESSOR 30HS”, demostrado através das fichas financeiras juntadas aos autos.
Portanto, cabia ao requerido fazer prova em contrário do alegado pela autora, entretanto, não trouxe qualquer elemento nos autos capaz de demonstrar a regularidade da anotação na CTPS.
Acerca do ônus do réu em comprovar aos elencados no inciso II do artigo 373, assevera a jurisprudência:
RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECONHECIMENTO DE DESVIO DE FUNÇÃO, COM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DOS VALORES CORRESPONDENTES ÀS DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS E DEMAIS REFLEXOS, RESPEITADA A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL ATÉ A DATA EM QUE CESSOU O DESVIO (JULHO DE 2017). INSURGÊNCIA RECURSAL DE AMBAS AS PARTES. FAZENDA PÚBLICA. SERVIDORA PÚBLICA DO MUNICÍPIO. AUXILIAR DE ENFERMAGEM. DESVIO DE FUNÇÃO CONFIGURADO. PARTE AUTORA QUE COMPROVOU FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO (ART. 373, I DO CPC). DOCUMENTOS E PROVA TESTEMUNHAL QUE COADUNAM COM SUAS ALEGAÇÕES. PARTE RÉ QUE NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR FATOS IMPEDITIVOS, MODIFICATIVOS OU EXTINTIVOS DA PARTE AUTORA, NOS TERMOS DO ART. 373, II DO CPC. AUXILIAR DE ENFERMAGEM QUE EXERCIA ATIVIDADES PRÓPRIAS DO CARGO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM. DIFERENÇAS SALARIAS DEVIDAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 378 DO STJ. RECURSO DA AUTORA. PLEITO DE COBRANÇAS DAS DIFERENÇAS SALARIAIS REFERENTE AOS PERÍODO DE AFASTAMENTO DO FUNCIONÁRIO (FÉRIAS E LICENÇA) COMO DE EFETIVO EXERCÍCIO. APLICAÇÃO DO ART. 82 DA LEI MUNICIPAL (...) PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PRECEDENTES DESTA TURMA RECURSAL. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. (..) Juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais Marco Vinicius Schiebel - (TJPR-4ª Turma Recursal- 0000424-96.2019.8.16.0182 - Curitiba, (TJ - PR -RI 00006999420198160004 Curitiba (Decisão Monocrática, Relator: Leo Henrique Furtado Araujo, Data de Julgamento: 04/08/2021, 4ª Turma Recursal, Data de Publicação: 04/08/2021)
Portanto, conclui-se que, tendo a parte requerente comprovado o equívoco na notação de ocupação do contrato de trabalho realizado com a requerida, imperiosa é a procedência do pedido.
Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.
No mesmo sentido: “O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos” (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).
O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.
Dispositivo:
Ante o exposto JULGO PROCEDENTE os pedidos formulados pela parte autora para CONDENAR o MUNICÍPIO DE BURITIS na obrigação de fazer consistente na retificação da CTPS da parte autora a fim de constar a ocupação inicial como PROFESSOR, no prazo de 15 dias
Por consequências, extingo o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I , do Código de Processo Civil.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigos 11 e 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao duplo grau de jurisdição, tendo em vista o disposto no art. 11, da Lei nº 12.153/2009.
Transitada em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se.
Disposições à CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Fica a parte autora intimada via DJe.
1.1 Intime-se a parte requerida via PJe.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
3.2 Nada sendo requerido, arquive-se.

SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
Processo n.: 7005308-74.2022.8.22.0021
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 12.000,00
Última distribuição:22/10/2022
AUTOR: DANIEL JOSE DE SOUZA, CPF nº 14282291249, RUA PRESIDENTE MEDICE 2241 SETOR 02 - 76887-000 - CAMPO NOVO DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: EDUARDO DOUGLAS DA SILVA MOTTA, OAB nº RO7944
RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Intime-se a parte ré para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar manifestação sobre os documentos juntados pela parte autora (art. 437, § 1º, CPC).
Decorrido o prazo, voltem conclusos.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001184-14.2023.8.22.0021
REQUERENTE: ELISANGELA CARLOS
ADVOGADO DO REQUERENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
REQUERIDO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9099/95 c/c art. 27 da lei n. 12.153/09.
As questões discutidas na presente demanda prescindem de outras provas além daquelas já trazidas aos autos. Portanto, o feito comporta o julgamento antecipado do mérito, a teor do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
Não há questões preliminares, pelo que passo à análise do MÉRITO.
Tratam estes autos de Ação Declaratória de Recebimentos de Auxílio Alimentação Cumulada com retroativos em face do Município de Buritis/RO. Aduz a parte requerente que é servidor (a) público (a) do município ocupante do cargo efetivo no Município de Buritis, comprova através do termo de posse e ficha financeira anexada aos autos.
Alegou ainda que recebe auxílio alimentação no valor de R$ 100,00 (cem reais) conforme dispõe a Lei 731/2013. Entretanto, com a vigência da Lei 1421/2019 o auxílio alimentação passou para R$ 300,00 (trezentos reais), razão pela qual pugna pela procedência da demanda, a fim de que seja implementado o valor reajustado, bem como o pagamento do retroativo.
Devidamente citado, o Município de Buritis alegou em sede de contestação que o auxílio alimentação previsto na Lei1.421/2019 se deu em caráter específico em razão da peculiaridade do trabalho desenvolvido pelos servidores do conselho tutelar e servidores da educação atuantes na zona rural.
Pois bem. A parte autora menciona a Lei Municipal nº 731/2013 que aduz em seu art. 1º:
Art. 1º O auxílio alimentação será concedido a todos servidores civis ativos da Administração Pública Municipal Direta, independentemente da jornada de trabalho, mesmo que licenciados para tratamento da própria saúde, em férias ou licença prêmio por assiduidade, de caráter indenizatório, conforme disposto nesta lei.
Parágrafo único: O auxílio alimentação será concedido em pecúnia pago juntamente com o pagamento mensal do servidor, no valor de R$ 100,00 (cem) reais e será concedido a partir do mês de junho de 2013.
A referida lei versa sobre o pagamento do auxílio alimentação que todos os servidores públicos municipais fazem jus, benefício este de caráter indenizatório concedido ao servidor (a) ativo(a) com a finalidade de subsidiar despesas com refeição, realizadas no exercício do cargo público, durante sua jornada de trabalho.
Assevera a parte autora, que Lei posterior, majorou o referido auxílio para o valor de R$ 300,00 (trezentos reais) e que tal valor não teria sido pago desde a vigência.
Analisando o feito minunciosamente, bem como as legislações apresentadas, não merece prosperar as alegações trazidas pela parte autora, pois, como bem comprova a Fazenda Pública, a Lei 731/2013, foi devidamente revogada pela Lei que concedeu a reposição salarial aos servidores Lei.1.015/2016.
A par disso, verifica-se ainda que as Leis n. 510/2010 e nº1.421/2019 tratam-se de normativas para carreiras específicas (membros do conselho tutelar e servidores da zona rural), razão pela qual não enseja a aplicação aos demais servidores de forma indiscriminada.
Dessa forma, conclui-se que o recebimento do auxílio alimentação é um direito subjetivo do servidor e, por isso, independe de requerimento administrativo. Porém, trata-se de benefício instituído em lei, não havendo que se falar em aplicação ao princípio da isonomia, ante a vedação expressa firmada na súmula vinculante nº 37 do STF, vejamos: “Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia”.
Nota-se portanto que à diferente tratamento à classe de servidores quanto à verba indenizatória paga pelo Ente Público, tendo observância ao critério normativo traçado, bem como a especificidade do trabalho desenvolvido, prevalecendo dessa forma o princípio da legalidade.
Portanto, fica claro que a improcedência da demanda é a medida que se impõe.

Resta destacar, em que pese o posicionamento do juízo ter sido outrora pela procedência, em uma nova análise da matéria, restou concluída que a concessão do auxílio pleiteado, encontra-se óbice no princípio da legalidade, onde dispõe que a Administração Pública não pode fazer algo não previsto em Lei, não cabendo ao judiciário, o qual não possui como atividade típica a legislativa, conceder benefícios não regulamentados em lei.
Posto isso, extingo o feito com enfrentamento de mérito, conforme o disposto no art. 487, I, do CPC, e JULGO IMPROCEDENTE o pleito aduzido pela parte autora em desfavor da requerida.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.
Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Novo Código de Processo Civil.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigos 11 e 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao duplo grau de jurisdição, tendo em vista o disposto no art. 11, da Lei nº 12.153/2009.
Registro e publicação automáticos pelo sistema. Intime-se.
Transitada em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Intime-se as partes.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
2.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
Número do processo: 7001778-28.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: DOUGLAS OLIVEIRA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES, OAB nº RO2383
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Dispensado o relatório, na forma do art. 38 da Lei n. 9.099/95.
Trata-se de ação ajuizada por DOUGLAS OLIVEIRA SILVA em face de ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, sob o argumento de que arcou com gastos referentes à construção de subestação, que foi devidamente aprovada pela requerida, sob o argumento de que arcou com gastos referentes à construção de subestação, que foi devidamente aprovada pela requerida.
A ré, por sua vez, afirma que não tem a obrigação de realizar o ressarcimento imediato dos valores apresentados pela parte autora, bem como tais valores são incabíveis e que não não há nos autos provas de que o requerente despendeu dos valores requeridos na inicial.
É o breve relato.
DECIDO.
As questões discutidas na presente demanda prescindem de outras provas além daquelas já trazidas aos autos. Portanto, o feito comporta o julgamento antecipado do mérito, a teor do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
Antes de adentrar ao mérito, passo à análise das PRELIMINARES arguidas.
A requerida requer pela incompetência do juizado, havendo a necessidade de prova pericial, contudo, no caso em tela não há que se falar em incompetência dos juizados especiais para julgar a demanda, pois foram apresentados pela parte autora documentos hábeis a comprovar a construção da subestação elétrica com recurso próprio. Ademais, a parte requerida possui todo o aparato técnico para impugnar e comprovar, se for o caso, a não utilização de recursos do consumidor para construção da subestação elétrica objeto da lide.
Relevante pontuar que o fornecimento de energia elétrica é serviço essencial, sendo responsabilidade da concessionária o dispêndio para o fornecimento do produto.
Nesse sentido:
“JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. PRELIMINAR INCOMPETÊNCIA JUIZADOS. PERÍCIA. DESNECESSIDADE. CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA. SUBESTAÇÃO. RESSARCIMENTO VALORES. RECURSO IMPROVIDO. – A necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência dos Juizados Especiais Cíveis. – É desnecessária a realização de prova pericial para saber se a concessionária de energia elétrica possui ou não o dever de ressarcir despesas realizadas em decorrência da construção de rede elétrica por particular. – Havendo demonstração da realização de gastos para eletrificação, incorporado ao patrimônio da concessionária, devem ser devidamente indenizados, sendo irrelevante a celebração de instrumento formal de transferência de patrimônio, mormente quando ausente hipótese em que a rede elétrica edificada encontra-se no interior da propriedade e que atenda aos interesses exclusivos dos particulares. Turma Recursal, Relator OSNY CLARO DE O. JUNIOR, 7007824-66.2018.822.0002, 04/04/2019”.
Portanto, verificada a desnecessidade da produção de prova não há que se falar em incompetência do presente juízo.
Ainda em preliminar a requerida alega ser necessária a realização de audiência de instrução e julgamento, tendo em vista que as alegações da parte autora não condizem com as informações constantes em seus bancos de dados, assim requer pela intimação do autor para que possa prestar depoimento, porém, entendo ser desnecessária a realização da referida audiência, uma vez que já foram

acostados aos autos todos os documentos necessários para o deslinde da ação, comportando o feito em julgamento antecipado do mérito.
Por fim, após análise atenta dos autos, vislumbro não prosperar também a preliminar de inépcia da inicial, quando a peça atendeu aos requisitos dos artigos 319 e 320 do Código de Processo Civil, contendo os fatos, a causa de pedir, o pedido, com especificação suficiente para caracterização da pretensão, seus fundamentos, bem como da narração dos fatos decorre logicamente a conclusão. Além disso, o autor apresentou documentos suficientes para a propositura da demanda, tais como os documentos pessoais, Art, projeto, entre outros.
Por tais razões, REJEITO todas as preliminares.
Assim, ultrapassadas as questões preliminares, passo à análise do MÉRITO.
Trata-se de pedido de obrigação de fazer consistente na incorporação de rede elétrica/subestação particular ao patrimônio da concessionária de serviço público e pagamento de indenização por danos materiais referente às despesas comprovadas com a construção da rede particular de energia elétrica, bem como determinar à requerida que proceda a incorporação da referida rede ao seu patrimônio.
No caso dos presentes autos, a parte autora trouxe prova da construção da rede elétrica e do valor gasto, que equivale ao pedido de danos materiais formulado na exordial.
Da detida análise dos autos observa-se que o requerente colacionou documentos suficientes para justificar o ajuizamento da presente demanda. Além de juntar aos autos nota fiscal (ID's 89736868), a parte autora juntou projeto de construção da subestação o qual foi recebido pela requerida, croquis de instalação e localização e ART – anotação de responsabilidade técnica, que, conjuntamente evidenciam ter edificado subestação.
Por isso, a requerida deve ser condenada ao ressarcimento dos valores comprovadamente pagos pela parte autora, que totaliza o valor de R$27.127,85 (vinte e sete mil cento e vinte e sete reais e oitenta e cinco centavos).
Além disso, importante destacar que a concessionária requerida não cuidou em demonstrar se a unidade em questão está ou não incorporada ao seu patrimônio, pois não trouxe aos autos documento formal de incorporação.
Quanto à alegação da requerida de que o valor pedido para o ressarcimento da subestação não deve prosperar, uma vez que a autora concordou expressamente que o valor a ser restituído seria o valor do orçamento a ser entregue pela empresa ré, entendo que tais valores são unilaterais e estão muito abaixo dos valores despendidos pela autora para a construção da rede elétrica, motivo pelo qual não acolho os valores indicados pela concessionária.
Por isso, tratando-se de hipótese que se amolda ao precedente da Corte Rondoniense, deve ser condenada ao ressarcimento dos valores comprovadamente pagos pela parte autora, à incorporação da subestação em comento ao seu patrimônio, bem como à instalação de medidor de energia na residência da requerente.
Insta salientar que a efetiva incorporação da rede elétrica ao patrimônio da concessionária de energia elétrica somente se concretiza mediante processo formal, por iniciativa da empresa, o que não ficou demonstrado neste caso.
É o entendimento pacificado da Corte Rondoniense, in verbis:
"Obrigação de fazer. Preliminar. Cerceamento de defesa. Rejeição. Eletrificação rural. Subestação de energia. Construção. Incorporação. Ressarcimento. Cerceamento de defesa. Ausência. Dano material. Reembolso. Não há falar-se em cerceamento de defesa se as provas que se pretendia produzir não influenciariam no julgamento da causa, considerando os documentos já apresentados nos autos, ditos suficientes à formação do juízo de convencimento do julgador. As redes particulares devem ser incorporadas ao patrimônio da respectiva concessionária de distribuição. São exceções apenas os casos de redes particulares que dispuserem de ato autorizativo do poder concedente para atuarem. Ante a incorporação, é devido o ressarcimento dos valores despendidos com a construção da rede elétrica, sob pena de enriquecimento ilícito da concessionária, notadamente quando há indícios que demonstrem o valor despendido pela parte. (APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7031787-67.2022.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Raduan Miguel Filho, Data de julgamento: 06/03/2023)."
Nesse sentido, há nos autos prova material da construção da rede elétrica/subestação pelo particular, despendendo dos valores necessários, motivo pelo qual a empresa ré deve incorporar esta ao seu patrimônio, bem como deve ressarcir os valores em questão e realizar a instalação do medidor de energia na UC da parte autora.
Desse modo, com base no princípio da inversão do ônus da prova e da proteção do consumidor, presumo acertado os valores apresentados.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, extingo o feito com resolução de mérito, conforme o disposto no art. 487, I, do CPC, e JULGO PROCEDENTE o pleito aduzido pela parte autora para DECLARAR incorporada ao patrimônio da parte requerida a rede construída pela parte requerente, que ora são objeto de ressarcimento; RATIFICAR a tutela de urgência concedida, determinando que a requerida instale o medidor de energia elétrica na residência da autora; por fim, CONDENAR a parte requerida no pagamento, à parte requerente, do importe de R$27.127,85 (vinte e sete mil cento e vinte e sete reais e oitenta e cinco centavos), a título de danos materiais, referente a construção da rede de energia elétrica/subestação, atualizada monetariamente a partir da data do desembolso (Súmula 43 do STJ) e acrescida de juros moratórios de 1% ao mês a contar da citação (art. 405, Código Civil, c/c art. 161, §1º, Código Tributário Nacional).
Sem custas ou honorários, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95.
Sentença registrada e publicada via Sistema PJe. Intime-se.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Intime-se as partes.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
3.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7002777-49.2021.8.22.0021
EXEQUENTE: CLEUSA ALVES DOS SANTOS ALVES
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Trata-se de ação previdenciária ajuizada por CLEUSA ALVES DOS SANTOS ALVES em desfavor do MUNICIPIO DE BURITIS.
Houve informação de pagamento integral dos valores e não há outros requerimentos a serem analisados.
Diante ao exposto, ante a satisfação da obrigação, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fundamento no art. 924, inc. II, do CPC.
Sem custas.
Sentença publicada e registrada pelo sistema, ficando dispensada a intimação das partes porque não sofrerão prejuízos e por medida de economia e celeridade processual.
Transitada em julgado nesta data (artigo 1.000, p. único do CPC).
Disposições ao cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Arquivem-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ALVARÁ.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7002915-79.2022.8.22.0021
EXEQUENTE: SIDNEI BALBINO DE ARAUJO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Diante da concordância do Município quanto aos cálculos apresentados pela parte exequente, HOMOLOGO os valores de ID 90254894, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.
Defiro o pedido de DESTACAMENTO dos honorários contratuais, vedada a possibilidade de expedição de RPV autônomo/individualizado dessa verba, nos termos do art. 13, §2º, da Resolução n. 153/2020-TJRO.
Expeça-se precatório para pagamento do débito, devendo ser preenchido como de natureza alimentar, bem como com o destacamento dos honorários contratuais, conforme requerido.
Requisite-se o pagamento dos honorários sucumbenciais através de RPV, conforme dados bancários indicados nos autos, fixando-se o prazo para pagamento em sessenta dias contados da data da entrega da requisição, sob pena de sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, conforme artigo 13, I, da Lei n. 12.153/09.
Comprovado o recebimento da Requisição de Pequeno Valor e decorrido o prazo de pagamento, fica a parte exequente intimada a se manifestar pelo prosseguimento do cumprimento de sentença, em caso de descumprimento, no prazo de 10 dias, independente de nova intimação.
Caso o pagamento seja realizado mediante depósito judicial, expeçam-se os alvará para levantamento dos valores.
Cumpridos os itens acima, arquive-se os autos em arquivo provisório até a data para liquidação do crédito.
Disposições para o cartório, sem prejuízo de outros expedientes que sejam necessários:
1. Expeça-se precatório para pagamento do débito, devendo ser preenchido como de natureza alimentar, bem como destacado os honorários contratuais do advogado, conforme requerido.
2. Requisite-se o pagamento dos honorários sucumbenciais através de RPV, conforme dados bancários indicados nos autos, fixando-se o prazo para pagamento em sessenta dias contados da data da entrega da requisição, sob pena de sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, conforme artigo 13, I, da Lei n. 12.153/09.
3. Comprovado o recebimento da Requisição de Pequeno Valor e decorrido o prazo de pagamento, fica a parte exequente intimada a se manifestar pelo prosseguimento do cumprimento de sentença, em caso de descumprimento, no prazo de 10 dias, independente de nova intimação.
4. Caso o pagamento seja realizado mediante depósito judicial, expeça-se os alvarás para levantamento dos valores.
5. Cumpridos os itens acima, arquive-se os autos em arquivo provisório até a data para liquidação do crédito.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ OFÍCIO.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003275-14.2022.8.22.0021
REQUERENTE: MARIA DAS GRACAS FARIAS MOREIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DORIHANA BORGES BORILLE, OAB nº RO6597A
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, BRADESCO

Decisão
MARIA DAS GRACAS FARIAS MOREIRA opôs embargos de declaração pretendendo a modificação da sentença de ID 80496366.
A embargante alega que a sentença incorreu em contradição, pois o caso em comento se trata de ação para nulidade de contrato de empréstimo consignado na aposentadoria da parte autora, entretanto, a sentença declarou nulo contrato de cartão de crédito.
Diante disso, sustenta que a sentença incorreu em contradição, requerendo o acolhimento dos embargos.
Intimada a requerida apresentou contrarrazões aos embargos.
No mais, a parte requerida interpôs recurso inominado, não sendo apresentada as contrarrazões por parte da requerente.
É o relatório. Decido.
I - DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Desta feita, conheço os embargos, eis que tempestivos, na forma do art. 1.023 do CPC.
Sabe-se que os Embargos de Declaração encontram-se previstos no art. 1.022 do CPC e se prestam a:
"I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;
II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;
III - corrigir erro material.
Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que:
I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;
II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1°."
Consoante dispositivo supra, os embargos de declaração podem ter por objetivo corrigir obscuridade, contradição, omissão ou erros materiais na decisão combatida, não havendo previsão legal na sua utilização para reconsideração da decisão, para cuja finalidade existe recurso próprio.
No que se refere a desconstituição dos débitos, nota-se que houve deliberação correta a respeito do instituto eis que a decisão dada decorreu de constatação de continência entre processos, conforme já fundamentado na sentença. Portanto, os pedidos de desconstituição dos débitos realizados em processos posteriores foram abarcados pelo presente processo.
No caso, resta evidente a incidência do art. 494, inciso I, do Código de Processo Civil que autoriza ao magistrado modificar a sentença quando constatado evidente erro material em seus termos.
Sendo assim, ACOLHO EM PARTE os embargos declaratórios, para retificar a sentença, passando a constar no dispositivo a seguinte redação:
"Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial formulado por REQUERENTE: MARIA DAS GRACAS FARIAS MOREIRA em desfavor do REQUERIDO: Banco Bradesco S.A, nos termos do art. 487, I, do CPC, e por essa razão:
Declarar nulo, com base no 51 do CDC, o contrato de contrato de empréstimo consignado Contrato n. 340528930-1, bem como a cláusula que autoriza o desconto do valor mínimo do referido no benefício previdenciário da autora, devendo a ré se abster de efetuar novos descontos do mínimo, sob pena de multa a ser arbitrada em sede de execução no benefício previdenciário sob o nº. 167.615.219-6.
Determino ainda o cancelamento do contrato de empréstimo consignado, no prazo de 5 dias, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 até o limite de R$ 5.000,00, sem prejuízo de outras medidas que assegurem o resultado prático equivalente.
CONDENAR a requerida ao pagamento do valor descontado indevidamente, de forma simples, atualizado monetariamente desde o ajuizamento da ação, sob o índice determinado pelo E. TJ/RO, e, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação, que será liquidado em fase de cumprimento de sentença;
CONDENAR o requerido a pagar à parte autora o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, que deverão ser atualizados monetariamente sob o índice determinado pelo E. TJ/RO, e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, ambos contados da data de publicação desta decisão, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça no Resp 903.258/RS e Súmula 362;
RATIFICAR a tutela de urgência deferida, tornando-a definitiva.
JULGO IMPROCEDENTE o pedido de repetição de indébito em dobro.
INDEFIRO o pedido de justiça gratuita posto não há nos autos prova da aludida incapacidade financeira, contudo, sem custas e sem honorários nesta instância, por se tratar de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95."
No mais, mantenho a sentença como lançada.
II - DO RECURSO INOMINADO
Recebo o recurso, por ser tempestivo e por ter preparo recolhido.
Considerando que apesar de devidamente intimada a parte recorrida deixou de apresentar contrarrazões nos autos, remetam-se os autos à Turma Recursal com nossas homenagens.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Intimem-se as partes desta decisão.
2. Nada mais havendo, remetam-se os autos à Turma Recursal com nossas homenagens.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Número do processo: 7004418-38.2022.8.22.0021
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FRANCIELE DE OLIVEIRA ALMEIDA, OAB nº RO9541, PROCURADORIA DA SICOOB AMAZÔNIA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA
Polo Passivo: KESIO JULLI DE OLIVEIRA SANTOS, SERGIO SANTOS BERALDO
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Considerando ter sido FRUTÍFERA a localização de endereços da parte requerida pelo sistema de requisição de informações SISBAJUD e SIEL e considerando ter sido localizado vários endereços da mesma, intime-se a parte autora para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo nos termos do art. 485, III, §1º, do CPC.

Caso solicitada citação/intimação em algum (ns) dos endereços localizados, expeça-se o necessário para fins de citação/intimação.
Nada sendo requerido, voltem os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Buritis, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7002526-70.2017.8.22.0021
REQUERENTE: ADENILTON PAULA CORREIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
REQUERIDO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Trata-se de ação previdenciária ajuizada por ADENILTON PAULA CORREIA em desfavor do MUNICIPIO DE BURITIS.
Houve informação de pagamento integral dos valores e não há outros requerimentos a serem analisados.
Diante ao exposto, ante a satisfação da obrigação, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fundamento no art. 924, inc. II, do CPC.
Sem custas.
Sentença publicada e registrada pelo sistema, ficando dispensada a intimação das partes porque não sofrerão prejuízos e por medida de economia e celeridade processual.
Transitada em julgado nesta data (artigo 1.000, p. único do CPC).
Disposições ao cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Arquivem-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ALVARÁ.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
Número do processo: 7002031-16.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: ILVO ANTONIO OPPERMANN
ADVOGADO DO AUTOR: ROSELI ORMINDO DOS SANTOS, OAB nº RO8751
Polo Ativo: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Recebo a emenda à inicial. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita.
Trata-se de ação ordinária objetivando a concessão de aposentadoria por invalidez cumulado com pedido de auxílio-doença e tutela provisória de urgência, pleiteada por ILVO ANTONIO OPPERMANN, em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS. Alega em síntese, ser segurado da previdência social, bem como, ter problemas de saúde, motivo pelo qual encontra-se incapacitado para exercer atividades laborais. Esclarece, que teve seu pedido administrativo de benefício junto ao INSS pendente ainda de análise. Requer, a antecipação da tutela, a fim de que a requerida implante imediatamente o benefício.
É o relatório. Decido.
Em relação ao pedido liminar, os requisitos para a concessão da tutela de urgência são juízo de probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (art. 300, caput, do CPC).
O perigo de dano resta evidente, já que a autora é pessoa economicamente insuficiente, que pretende o recebimento de benefício previdenciário, de caráter alimentar, que aduz ser indispensável para sua sobrevivência e de sua família, a probabilidade do direito invocado, que perpassa a condição de segurada da previdência social (condição não questionada pela Autarquia) e o laudo/relatório médico recomendando afastamento das atividades exercidas pela incapacidade laboral da parte autora.
Assim, os motivos são suficientes para a concessão da tutela de urgência, mormente quando a mesma é absolutamente reversível, como é a hipótese dos autos, não constituindo qualquer risco para o demandado ou terceiros.
É certo que somente após a instrução do feito, inclusive com a análise detida da defesa a ser ofertada nos autos e as demais provas a serem produzidas, poder-se-á aferir se procedem ou não os fatos narrados na inicial. Todavia, ao menos neste momento, o deferimento do pedido tem lugar para se afastar a possibilidade de maiores prejuízos à parte autora.
Diante do exposto, com fundamento no art. 300 do CPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência formulado pela autora para determinar ao INSS que IMPLEMENTE/RESTABELEÇA, no prazo de 15 (quinze) dias, o benefício de auxílio doença em favor da parte autora, até nova deliberação deste Juízo, sem prejuízo do abono natalino.
Para o caso de descumprimento, fixo, desde já, multa diária no valor de R$100,00 (cem reais), até o limite do valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), em caso de descumprimento da presente determinação pela requerida.
Intime-se a requerida, na forma como determinado pela Corregedoria deste Tribunal, para que implemente/restabeleça o benefício concedido a parte autora, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de aplicação de multa em caso de descumprimento.
Deixo de designar audiência prévia de conciliação neste momento processual, eis que ao ente público é vedada a autocomposição (art. 334, §4º, II, do CPC).
A pedido do requerido (Ofício de n. 151/2017 – NUPREV/PFRO/PGF/AGU, de 26/07/2017) inverto o procedimento e determino a realização primeiro da perícia médica.

Considerando que a matéria dos autos necessitam de prova pericial, eis que versa sobre invalidez, designo o dia 11/08/2023, às 11h00min, para avaliação médica que será realizada pelo Dr. Daniel Marques Franco CRM/RO 4233, que nomeio como perito judicial, sendo que a perícia ocorrerá na Avenida Theobroma, 1360, Sala 01, Setor 2, Buritis/RO, sendo que para tanto fixo, desde já, o valor de R$500,00 (Quinhentos reais).
Conste na intimação que a perícia tem, por fim, averiguar se a parte Requerente possui alguma lesão, qual a sua causa, bem como se a mesma é permanente ou temporária e o seu grau de debilidade funcional.
O laudo, que além do exame médico avaliativo do perito deverá responder objetivamente aos quesitos formulados pelas partes e por este juízo, deverá ser apresentado no cartório da Vara, em 30 (trinta) dias após a data agendada pelo perito para realização da perícia.
Saliento que se o perito constatar que o paciente tem direito ao auxílio-doença, deverá fixar o período em que deverá receber o benefício, conforme art. 60, §§8º e 9º da Lei nº 8.213/91, incluído pela Lei nº 13.457/2017.
Fica a parte autora intimada por meio de seu advogado para comparecer/participar ad perícia designada.
Conforme ofício já citado acima, não é necessária a intimação do requerido da perícia designada.
Registro que o não comparecimento/participação da parte autora na data da perícia, sem apresentação de justificativa de sua ausência comprovada mediante documento idôneo, no prazo de 5 dias, após a data da perícia importará em desistência da prova pericial, seguindo-se o feito o seu trâmite normal.
CITE-SE a AUTARQUIA, para apresentar contestação, no prazo legal, ou eventual proposta de acordo, se o caso.
Com a reposta da autarquia, manifeste-se a parte autora em réplica, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, bem como, no mesmo prazo, sobre o laudo pericial anteriormente encartado, ou, se o caso, sobre eventual proposta de acordo.
Com a aceitação da proposta pela parte autora, tornem os autos conclusos para homologação do acordo e não havendo aceitação, venham os autos conclusos para sentença.
Cumpridos os atos acima, não havendo pedido de esclarecimento para o perito, proceda-se a validação e solicite-se do ofício requisitório junto ao sistema AJG da Justiça Federal para realização do pagamento dos honorários periciais, nos termos da Resolução n. 305/2014 do CJF.
Proceda a intimação do Ministério Público, nos casos em que a parte autora, for menor.
Ficam as partes intimadas, via Dje a parte autora e via Pje a Autarquia.
Disposições para o cartório:
1) Intime-se a Autarquia para implementar o benefício concedido a parte autora, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de aplicação de multa em caso de descumprimento.
2) Fica a parte autora intimada via DJe, para comparecer na data e local acima mencionados, para a realização da perícia, munida de todos os exames, bem como para nomear assistente técnico, caso queira, no prazo de 15 dias, a contar da intimação desta decisão. Registra-se que, o não comparecimento da parte autora na data da perícia, sem apresentação de justificativa de sua ausência comprovada mediante documento idôneo, no prazo de 05 dias, após à data da perícia importará em desistência da prova pericial, seguindo-se o feito o seu trâmite normal.
3) Apresentado o laudo, solicite-se o pagamento dos honorários periciais no sistema AGJ da Justiça Federal.
4) Após os laudos, intimem-se as partes para se manifestarem acerca da perícia, no prazo de 15 dias.
5) Somente junto a intimação da perícia, CITE-SE o INSS, para querendo, contestar o pedido no prazo legal, como determina o art. 242, § 3° e artigo 247, inciso III, ambos do CPC.
6) Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, manifeste-se nos autos, oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais, nos termos dos artigos 231 e 335, III com a advertência do art. 344, todos do NCPC.
7) Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos
8) Deverá a escrivania encaminhar os quesitos da parte autora e do juízo.
Buritis, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
QUESITOS DO INSS:
DADOS GERAIS DO PROCESSO
a) Número do processo:
b) Vara: DADOS GERAIS DO(A) PERICIANDO(A)
a) Nome do(a) autor(a):
b) Estado civil:
c) Sexo: d) CPF:
e) Data de nascimento: f) Escolaridade: g) Formação técnico-profissional:
DADOS GERAIS DA PERÍCIA
a) Data do exame:
b) Perito médico judicial e CRM:
c) Assistente técnico do INSS e CRM (caso tenha):
d) Assistente técnico do(a) autor(a) e CRM (caso tenha):
HISTÓRICO LABORAL DO PERICIADO (A)
a) Profissão declarada:
b) Tempo de Profissão:
c) Atividade declarada como exercida:
d) Tempo de Atividade:
e) Descrição da atividade:
f) Experiência laboral anterior:
g) Data declarada de afastamento do trabalho, se tiver ocorrido:
EXAME CLÍNICO E CONSIDERAÇÕES MÉDICO PERICIAIS SOBRE A PATOLOGIA
a) Queixa que o(a) periciado(a) apresenta no ato da perícia

b)Doença, lesão ou deficiência diagnosticada por ocasião da perícia (com CID).
c) Causa provável da(s) doença/moléstia(a)/incapacidade.
d) Doença/moléstia ou lesão decorrem do trabalho exercido? Justifique indicando o agente de risco ou agente nocivo causador.
e) A doença/moléstia ou lesão decorrem de acidente de trabalho? Em caso, positivo, circunstanciar o fato, com data e local, bem como se reclamou assistência médica e/ou hospitalar.
f) Doença/moléstia ou lesão torna o(a) periciado(a) incapacitado(a) para o exercício do último trabalho ou atividade habitual? Justifique a resposta, descrevendo os elementos nos quais se baseou a conclusão.
g) Sendo positiva a resposta ao quesito anterior, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza permanente ou temporária? Parcial ou total?
h) Data provável do início da(s) doença/lesão/moléstia(s) que acomete(m) o(a) periciado(a).
i) Data provável de início da incapacidade identificada. Justifique
j) Incapacidade remonta à data de início da(s) doença/lesão/moléstia(s) ou decorre de progressão ou agravamento dessa patologia? Justifique.
k) É possível afirmar se havia incapacidade entre a data do indeferimento ou da cessação do benefício administrativo e a data da realização da perícia judicial? Se positivo, justificar apontando os elementos para esta conclusão.
l) Caso se conclua pela incapacidade parcial e permanente, é possível afirmar se o(a) periciado(a) está apto para o exercício de outra atividade profissional ou para a reabilitação? Qual atividade?
m) Sendo positiva a existência de incapacidade total e permanente, o(a) periciado(a) necessita de assistência permanente de outra pessoa para as atividades diárias? A partir de quando?
n) Qual ou quais são os exames clínicos, laudos ou elementos considerados para o presente ato médico pericial?
o) O(a) periciado(a) está realizando tratamento? Qual a previsão de duração do tratamento? Há previsão ou foi realizado tratamento cirúrgico? O tratamento é oferecido pelo SUS?
p) É possível estimar qual o tempo e o eventual tratamento necessário para que o(a) periciado(a) se recupere e tenha condições de voltar a exercer seu trabalho ou atividade habitual (data da cessação da incapacidade)?
q) Preste o perito demais esclarecimentos que entenda serem pertinentes para melhor elucidação da causa.
r) Pode o perito afirmar se existe qualquer indício ou sinais de dissimulação ou de exacerbação de sintomas? Responda apenas em caso afirmativo.

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003856-97.2020.8.22.0021
EXEQUENTE: LUSINETE GOMES LEAL
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Trata-se de ação previdenciária ajuizada por LUSINETE GOMES LEAL em desfavor do MUNICIPIO DE BURITIS.
Houve informação de pagamento integral dos valores e não há outros requerimentos a serem analisados.
Diante ao exposto, ante a satisfação da obrigação, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fundamento no art. 924, inc. II, do CPC.
Sem custas.
Sentença publicada e registrada pelo sistema, ficando dispensada a intimação das partes porque não sofrerão prejuízos e por medida de economia e celeridade processual.
Transitada em julgado nesta data (artigo 1.000, p. único do CPC).
Disposições ao cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Arquivem-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ALVARÁ.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7004067-65.2022.8.22.0021
EXEQUENTE: RUDIO MARCOS TAMANINI
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SENTENÇA
Diante da concordância do Município quanto aos cálculos apresentados pela parte exequente, HOMOLOGO os valores de ID 90335658, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.
Defiro o pedido de DESTACAMENTO dos honorários contratuais, vedada a possibilidade de expedição de RPV autônomo/individualizado dessa verba, nos termos do art. 13, §2º, da Resolução n. 153/2020-TJRO.
Expeça-se precatório para pagamento do débito, devendo ser preenchido como de natureza alimentar, bem como com o destacamento dos honorários contratuais, conforme requerido.
Requisite-se o pagamento dos honorários sucumbenciais através de RPV, conforme dados bancários indicados nos autos, fixando-se o prazo para pagamento em sessenta dias contados da data da entrega da requisição, sob pena de sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, conforme artigo 13, I, da Lei n. 12.153/09.

Comprovado o recebimento da Requisição de Pequeno Valor e decorrido o prazo de pagamento, fica a parte exequente intimada a se manifestar pelo prosseguimento do cumprimento de sentença, em caso de descumprimento, no prazo de 10 dias, independente de nova intimação.
Caso o pagamento seja realizado mediante depósito judicial, expeçam-se os alvará para levantamento dos valores.
Cumpridos os itens acima, arquive-se os autos em arquivo provisório até a data para liquidação do crédito.
Disposições para o cartório, sem prejuízo de outros expedientes que sejam necessários:
1. Expeça-se precatório para pagamento do débito, devendo ser preenchido como de natureza alimentar, bem como destacado os honorários contratuais do advogado, conforme requerido.
2. Requisite-se o pagamento dos honorários sucumbenciais através de RPV, conforme dados bancários indicados nos autos, fixando-se o prazo para pagamento em sessenta dias contados da data da entrega da requisição, sob pena de sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, conforme artigo 13, I, da Lei n. 12.153/09.
3. Comprovado o recebimento da Requisição de Pequeno Valor e decorrido o prazo de pagamento, fica a parte exequente intimada a se manifestar pelo prosseguimento do cumprimento de sentença, em caso de descumprimento, no prazo de 10 dias, independente de nova intimação.
4. Caso o pagamento seja realizado mediante depósito judicial, expeça-se os alvarás para levantamento dos valores.
5. Cumpridos os itens acima, arquive-se os autos em arquivo provisório até a data para liquidação do crédito.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ OFÍCIO.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7005156-26.2022.8.22.0021
REQUERENTE: ARTUR MARTINS LOPES
ADVOGADOS DO REQUERENTE: TALLITA RAUANE RAASCH, OAB nº RO9526, HERISSON MORESCHI RICHTER, OAB nº RO3045A, JESSICA FERNANDA DA SILVA BORGES, OAB nº RO9525
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO DO REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546
Sentença
Trata-se de cumprimento de sentença em que houve o adimplemento integral da obrigação.
No que pese o pedido da parte exequente para que a executada efetue o pagamento de saldo remanescente (ID 92395810), este não deve prosperar, uma vez que em cumprimento de sentença (ID 90657291), o valor requisitado pela parte foi equivalente a R$5.310,74 (cinco mil trezentos e dez reais e setenta e quatro centavos), além disso, os valores tragos para o requerimento do saldo remanescente inclui valores não protocolados na petição inicial, tendo em vista que o valor dos danos materiais sofridos, já incluindo a restituição em dobro, equivaliam a R$ R$788,32 (setecentos e oitenta e oito e trinta e dois centavos).
Com isso, vale destacar que a parte executada efetuou o pagamento no valor de R$8.099,34 (oito mil e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos), sendo este maior do que o requerido pela parte exequente, ainda que incluindo os danos materiais (não exigidos em petição de cumprimento de sentença).
Ante o cumprimento da obrigação, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fundamento no art. 924, inc. II, do CPC.
Sem honorários advocatícios nesta fase.
Sem custas processuais.
Sentença publicada e registrada pelo sistema, ficando dispensada a intimação das partes porque não sofrerão prejuízos e por medida de economia e celeridade processual.
Transitada em julgado nesta data (artigo 1.000, p. único do CPC).
Disposições ao cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Nada mais havendo, arquive-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ALVARÁ.
Buritis, 14 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003295-68.2023.8.22.0021
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA
ADVOGADOS DO AUTOR: FRANCIELE DE OLIVEIRA ALMEIDA, OAB nº RO9541, PROCURADORIA DA SICOOB AMAZÔNIA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA
REU: A. J. DA SILVA FABRICA DE PORTAS E JANELAS
REU SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias e sob pena de indeferimento, para comprovar o recolhimento das custas processuais iniciais, nos termos do artigo 12, §1º, da Lei Estadual 3896/2016, no valor correspondente a 2% do valor da ação.
Disposições a CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Fica a parte autora intimada no DJe.
2. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornar os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo: 7002378-49.2023.8.22.0021
Classe: AUTORIZAÇÃO JUDICIAL (1703)
REQUERENTE: K. G. P. D. B. e outros (2)
Advogado do(a) REQUERENTE: EDUARDO DOUGLAS DA SILVA MOTTA - RO7944
REQUERIDO: MP RO - MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA
Intimação AUTOR - SENTENÇA
Fica a PARTE AUTORA intimada, por meio de seu Advogado/Procurador, da sentença proferida.
Buritis-RO, 17 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003709-37.2021.8.22.0021
REQUERENTE: ANTONIO FERNANDES DE SOUZA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOAO CARLOS DE SOUSA, OAB nº RO10287
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, ENERGISA RONDÔNIA
Despacho
Defiro o pedido da parte exequente.
Neste ato, determinei o bloqueio de valores via Sisbajud, conforme pleiteado pela parte interessada.
Determino o retorno dos autos conclusos, após 05 (cinco) dias. para verificação da resposta e outras providências.
Cumpre esclarecer, que eventual pedido de pesquisa a outro sistema informatizado, será realizada após o retorno da resposta do Sisbajud.
As partes serão intimadas posteriormente quando do desdobramento deste ato.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para caixa Decisão JUD'S. .
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ ALVARÁ.
Márcia Regina Gomes Serafim
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000
Processo : 0000746-93.2012.8.22.0021
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: Natiele Lino do Nascimento Silva e outros (2)
Advogado do(a) AUTOR: VINICIUS VECCHI DE CARVALHO FERREIRA - RO4466
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação da Remessa
Ficam as partes intimadas acerca da Certidão de ID-93388786, com remessa dos autos ao TRF1.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
Número do processo: 7004191-82.2021.8.22.0021
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Polo Ativo: TEREZA PEREIRA LIMA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
Polo Passivo: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
DECISÃO
Trata-se de cumprimento de sentença.
Extrai-se dos autos que apesar de intimada para dar andamento ao feito a parte exequente se manteve inerte por mais de 15 dias.
Dessa forma, diante da inércia do credor, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos.
Havendo valores depositados nos autos, junte-se o espelho/extrato da conta.
No mais, aguarde-se em arquivo provisório até posterior manifestação ou atingida a prescrição intercorrente.
Desnecessária a intimação das partes, porquanto não haverá prejuízo.
Arquive-se.
Disposições ao cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1) Arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001975-80.2023.8.22.0021
REQUERENTE: QUEILA PEREIRA SANTOS
ADVOGADO DO REQUERENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
REQUERIDO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Relatório dispensado, nos termos do art. 38, da Lei 9.099/95 e 27 da Lei n. 12.153/09.
O processo comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I e II, do CPC, porquanto a matéria fática está evidenciada nos autos e os documentos acostados são suficientes à formação do convencimento deste juízo, sendo dispensável a produção de prova em audiência.
Estão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo, bem como as partes estão regularmente representadas.
Trata-se de ação de obrigação de fazer ajuizada pela parte acima informada em desfavor do MUNICÍPIO DE BURITIS.
Aduz a parte requerente que foi contratada por tempo determinado para exercer a função de professor 30h, porém, ao verificar sua CTPS foi surpreendida com a anotação de ocupação diversa do seu real cargo, conforme comprova através da ficha financeira anexadas aos autos. Requer a condenação da requerida consistente na retificação da CTPS para constar como ocupação “PROFESSOR”.
Devidamente citado, o Município não apresentou contestação.
Nota-se que a parte autora trouxe aos autos a comprovação da sua contratação, a anotação em sua CTPS, bem como o efetivo exercício do cargo de “PROFESSOR 30HS”, demostrado através das fichas financeiras juntadas aos autos.
Portanto, cabia ao requerido fazer prova em contrário do alegado pela autora, entretanto, não trouxe qualquer elemento nos autos capaz de demonstrar a regularidade da anotação na CTPS.
Acerca do ônus do réu em comprovar aos elencados no inciso II do artigo 373, assevera a jurisprudência:
RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECONHECIMENTO DE DESVIO DE FUNÇÃO, COM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DOS VALORES CORRESPONDENTES ÀS DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS E DEMAIS REFLEXOS, RESPEITADA A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL ATÉ A DATA EM QUE CESSOU O DESVIO (JULHO DE 2017). INSURGÊNCIA RECURSAL DE AMBAS AS PARTES. FAZENDA PÚBLICA. SERVIDORA PÚBLICA DO MUNICÍPIO. AUXILIAR DE ENFERMAGEM. DESVIO DE FUNÇÃO CONFIGURADO. PARTE AUTORA QUE COMPROVOU FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO (ART. 373, I DO CPC). DOCUMENTOS E PROVA TESTEMUNHAL QUE COADUNAM COM SUAS ALEGAÇÕES. PARTE RÉ QUE NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR FATOS IMPEDITIVOS, MODIFICATIVOS OU EXTINTIVOS DA PARTE AUTORA, NOS TERMOS DO ART. 373, II DO CPC. AUXILIAR DE ENFERMAGEM QUE EXERCIA ATIVIDADES PRÓPRIAS DO CARGO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM. DIFERENÇAS SALARIAS DEVIDAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 378 DO STJ. RECURSO DA AUTORA. PLEITO DE COBRANÇAS DAS DIFERENÇAS SALARIAIS REFERENTE AOS PERÍODO DE AFASTAMENTO DO FUNCIONÁRIO (FÉRIAS E LICENÇA) COMO DE EFETIVO EXERCÍCIO. APLICAÇÃO DO ART. 82 DA LEI MUNICIPAL (...) PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PRECEDENTES DESTA TURMA RECURSAL. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. (..) Juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais Marco Vinicius Schiebel - (TJPR-4ª Turma Recursal- 0000424-96.2019.8.16.0182 - Curitiba, (TJ - PR -RI 00006999420198160004 Curitiba (Decisão Monocrática, Relator: Leo Henrique Furtado Araujo, Data de Julgamento: 04/08/2021, 4ª Turma Recursal, Data de Publicação: 04/08/2021)
Portanto, conclui-se que, tendo a parte requerente comprovado o equívoco na notação de ocupação do contrato de trabalho realizado com a requerida, imperiosa é a procedência do pedido.
Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.
No mesmo sentido: “O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos” (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).
O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.
Dispositivo:
Ante o exposto JULGO PROCEDENTE os pedidos formulados pela parte autora para CONDENAR o MUNICÍPIO DE BURITIS na obrigação de fazer consistente na retificação da CTPS da parte autora a fim de constar a ocupação inicial como PROFESSOR, no prazo de 15 dias
Por consequências, extingo o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I , do Código de Processo Civil.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigos 11 e 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao duplo grau de jurisdição, tendo em vista o disposto no art. 11, da Lei nº 12.153/2009.
Transitada em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se.
Disposições à CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Fica a parte autora intimada via DJe.
1.1 Intime-se a parte requerida via PJe.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
3.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7006112-42.2022.8.22.0021
REQUERENTE: LIGIA VANIA RODRIGUES
ADVOGADO DO REQUERENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
REQUERIDO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9099/95 c/c art. 27 da lei n. 12.153/09.
As questões discutidas na presente demanda prescindem de outras provas além daquelas já trazidas aos autos. Portanto, o feito comporta o julgamento antecipado do mérito, a teor do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
Não há questões preliminares, pelo que passo à análise do MÉRITO.
Tratam estes autos de Ação Declaratória de Recebimentos de Auxílio Alimentação Cumulada com retroativos em face do Município de Buritis/RO. Aduz a parte requerente que é servidor (a) público (a) do município ocupante do cargo efetivo no Município de Buritis, comprova através do termo de posse e ficha financeira anexada aos autos.
Alegou ainda que recebe auxílio alimentação no valor de R$ 100,00 (cem reais) conforme dispõe a Lei 731/2013. Entretanto, com a vigência da Lei 1421/2019 o auxílio alimentação passou para R$ 300,00 (trezentos reais), razão pela qual pugna pela procedência da demanda, a fim de que seja implementado o valor reajustado, bem como o pagamento do retroativo.
Devidamente citado, o Município de Buritis alegou em sede de contestação que o auxílio alimentação previsto na Lei1.421/2019 se deu em caráter específico em razão da peculiaridade do trabalho desenvolvido pelos servidores do conselho tutelar e servidores da educação atuantes na zona rural.
Pois bem. A parte autora menciona a Lei Municipal nº 731/2013 que aduz em seu art. 1º:
Art. 1º O auxílio alimentação será concedido a todos servidores civis ativos da Administração Pública Municipal Direta, independentemente da jornada de trabalho, mesmo que licenciados para tratamento da própria saúde, em férias ou licença prêmio por assiduidade, de caráter indenizatório, conforme disposto nesta lei.
Parágrafo único: O auxílio alimentação será concedido em pecúnia pago juntamente com o pagamento mensal do servidor, no valor de R$ 100,00 (cem) reais e será concedido a partir do mês de junho de 2013.
A referida lei versa sobre o pagamento do auxílio alimentação que todos os servidores públicos municipais fazem jus, benefício este de caráter indenizatório concedido ao servidor (a) ativo(a) com a finalidade de subsidiar despesas com refeição, realizadas no exercício do cargo público, durante sua jornada de trabalho.
Assevera a parte autora, que Lei posterior, majorou o referido auxílio para o valor de R$ 300,00 (trezentos reais) e que tal valor não teria sido pago desde a vigência.
Analisando o feito minunciosamente, bem como as legislações apresentadas, não merece prosperar as alegações trazidas pela parte autora, pois, como bem comprova a Fazenda Pública, a Lei 731/2013, foi devidamente revogada pela Lei que concedeu a reposição salarial aos servidores Lei.1.015/2016.
A par disso, verifica-se ainda que as Leis n. 510/2010 e nº1.421/2019 tratam-se de normativas para carreiras específicas (membros do conselho tutelar e servidores da zona rural), razão pela qual não enseja a aplicação aos demais servidores de forma indiscriminada.
Dessa forma, conclui-se que o recebimento do auxílio alimentação é um direito subjetivo do servidor e, por isso, independe de requerimento administrativo. Porém, trata-se de benefício instituído em lei, não havendo que se falar em aplicação ao princípio da isonomia, ante a vedação expressa firmada na súmula vinculante nº 37 do STF, vejamos: “Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia”.
Nota-se portanto que à diferente tratamento à classe de servidores quanto à verba indenizatória paga pelo Ente Público, tendo observância ao critério normativo traçado, bem como a especificidade do trabalho desenvolvido, prevalecendo dessa forma o princípio da legalidade. Portanto, fica claro que a improcedência da demanda é a medida que se impõe.
Resta destacar, em que pese o posicionamento do juízo ter sido outrora pela procedência, em uma nova análise da matéria, restou concluída que a concessão do auxílio pleiteado, encontra-se óbice no princípio da legalidade, onde dispõe que a Administração Pública não pode fazer algo não previsto em Lei, não cabendo ao judiciário, o qual não possui como atividade típica a legislativa, conceder benefícios não regulamentados em lei.
Posto isso, extingo o feito com enfrentamento de mérito, conforme o disposto no art. 487, I, do CPC, e JULGO IMPROCEDENTE o pleito aduzido pela parte autora em desfavor da requerida.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.
Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Novo Código de Processo Civil.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigos 11 e 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao duplo grau de jurisdição, tendo em vista o disposto no art. 11, da Lei nº 12.153/2009.
Registro e publicação automáticos pelo sistema. Intime-se.
Transitada em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Intime-se as partes.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
2.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
Processo n.: 7003083-81.2022.8.22.0021
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Valor da Causa:R$ 45.135,15
Última distribuição:22/06/2022
AUTOR: A. C. F. E. I. S., BANCO SANTANDER SN, BLOCO C, 1 ANDAR SANTO AMARO - 04752-901 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado do(a) AUTOR: RODRIGO FRASSETTO GOES, OAB nº AP3096, GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI, OAB nº AC4254, PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
RÉU: L. C. D. S., ROD 415 KM 11, ZONA RURAL ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Versam os autos sobre ação proposta por AYMORÉ CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A em desfavor de LUCIA CAETANO DA SILVA.
O feito vinha tramitando regularmente, quando sobreveio acordo realizado entre as partes, requerendo a homologação e consequente extinção do feito.
É o breve relatório. Fundamento e decido.
A autocomposição das partes é sempre o melhor caminho para pôr fim à lide, eis que o faz de acordo com a vontade delas. Graças a isso é que o CPC consagrou, no bojo do artigo 3º, § 2º, o princípio da promoção pelo Estado da solução por autocomposição, acolhendo, pois, o disposto na Resolução 125 do CNJ. A conciliação, doravante, passa a ser uma política pública, uma meta do Estado e que deve ser estimulada não só por este, mas também por todos os envolvidos no processo.
Como o pacto celebrado consta com a assinatura dos patronos dos demandantes e por não vislumbrar qualquer irregularidade e/ou vício de consentimento, tomo-o por regular. Ademais, considerando que a avença em referência respeita o melhor interesse das partes, sua homologação é medida que se impõe.
ANTE O EXPOSTO e, por tudo mais que dos autos consta, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo entabulado entre as partes, nos termos da proposta coligida (ID 90553695), para que produza os seus jurídicos e legais efeitos e, com base no art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil JULGO EXTINTO o feito.
Dispensadas as partes do pagamento de eventuais custas processuais remanescentes (art. 90, § 3º, do CPC).
Em não havendo estipulação quanto as despesas processuais, serão elas divididas igualmente entre as partes, na forma do art. 90, § 2º, do Código de Processo Civil.
Cada parte arcará com os honorários de seu advogado.
Sentença transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 1.000, do CPC.
SERVIRÁ A PRESENTE SENTENÇA COMO OFÍCIO/ MANDADO DE AVERBAÇÃO/INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
P. R. I. C. e, oportunamente, arquive-se com as anotações de estilo, promovendo-se as baixas devidas no sistema.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
Número do processo: 7000955-54.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: JOAO ALVES PEREIRA
ADVOGADOS DO AUTOR: RAFAEL SILVA COIMBRA, OAB nº RO5311, RENAN DE SOUZA BISPO, OAB nº RO8702
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de inexigibilidade/nulidade de débito c/c danos morais e tutela de urgência ajuizada por JOAO ALVES PEREIRA em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA/ENERGISA, sob o argumento de que a requerida suspendeu o fornecimento de energia em sua residência, tendo em vista que não realizou o pagamento de fatura referente à recuperação de consumo, que não seguiu os parâmetros estabelecidos pela Resolução da ANEEL.
A ré, por sua vez, afirma que todos os procedimentos por ela efetuados estão de acordo com o que prevê a resolução, motivo pelo qual a suspensão do serviço é devida.
É o breve relato.
DECIDO.
Procedo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, por se tratar de matéria exclusivamente de direito e ante a desnecessidade de produção de outras provas.
As partes são legítimas, inexistem preliminares ou questões processuais pendentes. Passo, pois, à análise do mérito.
O caso em análise se trata de relação de consumo, portanto, o Código de Defesa do Consumidor será o arcabouço legal utilizado para dirimir a presente lide, sem olvidar, logicamente, as demais normas utilizadas ordinariamente.
Estão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo, bem como as partes estão regularmente representadas.
No ponto, ou seja, no tocante à comprovação da existência do débito ou da legitimidade da manutenção da restrição, o ônus probatório recai sobre a parte requerida, tendo em conta que a relação jurídica discutida é manifestamente de consumo. Disto decorre, em síntese, que: uma vez que negado o débito pelo consumidor, e havendo verossimilhança do alegado, inverte-se o ônus da prova, nos moldes do Código

de Defesa do Consumidor (art. 6º, VIII, da Lei nº 8.078/90); a parte requerida detém maior poder econômico e de informação, cabendo a ela manter sob a sua guarda os documentos relativos aos negócios jurídicos realizados com os seus clientes (consumidores), sob pena de arcar com os efeitos decorrentes do risco inerente à atividade, inclusive relativo a eventual contratação indevida (possivelmente fraudulenta) e consequente anotação cadastral irregular.
Assim, pretende a autora a declaração de inexistência do débito referente à cobrança de consumo de energia não faturada e da nulidade da perícia unilateral realizada pela requerida.
A questão discutida nos autos circunscreve-se à aferição de validade de débito oriundo de suposto consumo de energia não faturado oportunamente em razão de suposta irregularidade em relógio medidor.
Este E. Tribunal de Justiça já decidiu reiteradas vezes que para ser considerado válido o débito, é preciso que se demonstrem não só a suposta fraude, mas também a obediência aos procedimentos previstos na Resolução da ANEEL, bem como aos princípios do contraditório e ampla defesa.
No caso, o que se verifica é que a imputação da fraude ao medidor em face da parte autora se baseia apenas na inspeção, no termo de ocorrência de irregularidade, produzidos unilateralmente pela requerida, em desacordo com o disposto na Resolução da ANEEL, o que impede o consumidor de exercer seu direito à ampla defesa e ao contraditório, que pressupõe igualdade na utilização dos meios de defesa.
A parte autora não foi notificada quanto à data de aferição do medidor, isto torna ilegítimo inspeção feita pela requerida, estando aí configurada uma disparidade nos meios de defesas utilizados pela apelante em relação ao consumidor, a requerente, a parte mais vulnerável dessa relação jurídica.
Por outro lado, quanto ao pagamento de indenização por danos morais, é necessário aferir no caso concreto se a situação trazida pela parte pode ser considerada ofensiva a ponto de causar dano moral ou mesmo se esta se insere no conceito de dano moral puro, dispensando eventual prova de sua ocorrência.
No caso em tela, a empresa ré agiu no exercício regular de direito, uma vez que a concessionária pode realizar perícia para aferir eventual irregularidade na medição, todavia, o fato desta não ter observado os requisitos para a sua realização não deve ensejar, por si só, o dever de indenizar o consumidor.
A respeito do que venha a ser dano moral, vejamos a lição de Carlos Roberto Gonçalves sobre o tema:
"[...] Só se deve reputar dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio ao seu bem-estar. (Gonçalves, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 549-550)."
Confira-se, ainda, manifestação de Silvio de Salvo Venosa a respeito da configuração do dano moral:
"Dano moral é o prejuízo que afeta o ânimo psíquico, moral e intelectual da vítima [...] Não é também qualquer dissabor comezinho da vida que pode acarretar a indenização. Aqui, também é importante o critério objetivo do homem médio, o bônus pater famílias: não se levará em conta o psiquismo do homem excessivamente sensível, que se aborrece com fatos diuturnos da vida, nem o homem de pouca ou nenhuma sensibilidade, capaz de resistir sempre às rudezas do destino" (in, Direito Civil responsabilidade civil, 4ª edição. Editora Atlas, p. 39)."
Assim, é necessário aferir no caso concreto se a situação trazida pela parte pode ser considerada ofensiva a ponto de causar dano moral ou mesmo se esta se insere no conceito de dano moral puro, dispensando eventual prova de sua ocorrência.
Na espécie, inexiste prova de que tenha ocorrido interrupção no fornecimento de energia ou inscrição do nome da parte requerente nos órgãos de restrição ao crédito, ou ainda que a parte autora tenha sido submetida à situação vexatória em decorrência dos acontecimentos narrados e, muito menos, que tenha sido destratado ou ofendido por prepostos da requerida.
É certo que a imposição de uma cobrança que o consumidor entende indevida, embora lhe cause transtorno, não pode ensejar, por si só, a configuração do dano moral perseguido pela parte autora.
Desse modo, inexiste nos autos qualquer demonstração de que a conduta da requerida tenha gerado ofensa à moral da autora, pois não há qualquer prova nos autos de que o corte de energia tenha se efetivado ou mesmo que a autora tenha tido seu nome inscrito em cadastro de inadimplentes.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I do CPC, JULGO, por sentença com resolução do mérito, PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da requerente para RATIFICAR a tutela de urgência concedida; DECLARAR a nulidade da perícia no medidor de energia efetuada pela requerida; DESCONSTITUIR o débito em relação a diferença de consumo de energia não faturada, no valor de R$3.355,05 (três mil trezentos e cinquenta e cinco reais e cinco centavos).
JULGO IMPROCEDENTE o pedido contraposto.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei n. 9.099/95.
Sentença publicada e registrada via Sistema Pje.
Intimem-se.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Ficam as partes intimadas via DJe.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
3.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga

Número do processo: 7002271-05.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: MARIA DE LOURDES PAIZANTE
ADVOGADO DO REQUERENTE: MICHELY APARECIDA OLIVEIRA FIGUEIREDO, OAB nº RO9145
Polo Ativo: BANCO BMG S.A.
ADVOGADO DO REQUERIDO: Procuradoria do BANCO BMG S.A
Decisão
Chamo o feito a ordem para revogar o despacho de ID 92174127, eis que estranho ao feito.
Recebo a inicial.
Trata-se de pedido de tutela de urgência com a finalidade de que a requerida suspenda os descontos referente a reserva margem consignável (RMC) referente a benefício n. 141.408.352-9.
Alega a parte autora, que é aposentada e devido sua situação financeira, contratou empréstimo com descontos automáticos em seu benefício, buscando o desconto do benefício em folha de pagamento, por ser a taxa de juros mais baixa. Ademais, alega ainda, que sofre descontos em seu benefício oriundo de um empréstimo da modalidade RMC. Nesse sentido, requer seja concedida a tutela antecipada de urgência para determinar que a requerida suspenda os descontos indevidos de sua conta bancária/ benefício previdenciário.
Em relação ao pedido liminar, os requisitos para a concessão da tutela de urgência são juízo de probabilidade do direito e perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, caput, do CPC).
Em casos como o dos autos, onde se postula a reparação, além de aferir-se os pressupostos necessários à concessão da medida, faz-se necessário que se busque afastar, negando ou concedendo a medida, a ocorrência de prejuízos maiores e desnecessários.
É certo que somente após a instrução do feito, inclusive com a análise detida da defesa a ser ofertada nos autos e as demais provas a serem produzidas, poder-se-á aferir se procedem ou não os fatos narrados na inicial. Todavia, ao menos neste momento, o deferimento do pedido tem lugar para se afastar a possibilidade de maiores prejuízos ao requerente.
Demais disso, a concessão da medida é perfeitamente reversível, posto que em caso de improcedência do pedido com a consequente revogação desta decisão, o débito poderá ser reativado.
Diante do exposto, com fundamento no art. 300 do CPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência formulado pelo requerente para determinar que a requerida SUSPENDA, no prazo de até cinco dias, os descontos referentes a reserva margem consignável (RMC) referente ao benefício n° 141.408.352-9, sob pena de multa diária no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais) até o limite de R$5.000,00 (Cinco mil reais).
Em razão da ser nítida a relação de consumo entre as partes, DEFIRO a inversão do ônus da prova, nos moldes da legislação consumerista.
Dispensada a realização de audiência de conciliação, haja vista a empresa ré ser notoriamente conhecida pela ausência de interesse em conciliar.
Cite-se a requerida, com as advertências legais, intimando-a para apresentar contestação no prazo de quinze dias, sob pena de revelia, bem como para cumprir esta decisão, sem prejuízo das sanções do art. 537 do CPC.
Intime-se o requerente desta decisão.
Disposições a CPE, sem prejuízo de outros expedientes que sejam necessários:
1. Cite-se e intime-se a parte Ré para cumprir esta decisão e contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos determinados pela Corregedoria deste Tribunal.
2. Intime-se o requerente desta decisão.
3. Decorrido o prazo, venham os autos conclusos para sentença.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA/ OFÍCIO.
Buritis, 14 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003321-66.2023.8.22.0021
AUTOR: SIMONE PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: KATIA REGINA BARROS DE SOUZA, OAB nº RO10904
REU: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DESPACHO
Trata-se de ação previdenciária.
Conforme art. 109, §3º da CF/88, as causas previdenciárias cujos interessados não forem moradores de local com sede de Seção Judiciária Federal serão processadas perante a Justiça Comum, desde que o interessado comprove seu domicílio nesta Comarca mediante documento em seu nome ou outro documento hábil a comprovar relação familiar ou jurídica com o titular do comprovante.
Considerando que a comprovação do endereço é requisito indispensável para o ajuizamento da presente demanda, intime-se a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar à inicial, devendo juntar comprovante de residência atualizado (conta de água, luz, ou telefone; cadastro em banco ou correspondências), sob pena de indeferimento da petição inicial (art. 321, parágrafo único do CPC).
Consigno, ainda, que não será considerado por este juízo como comprovante de endereço, os seguintes documentos: certidão de cadastro eleitoral e declaração de próprio punho.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1) Fica a parte autora intimada via DJe.
2) Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornar os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001414-56.2023.8.22.0021
REQUERENTE: CLAUDIA APARECIDA BELISARIO DO NASCIMENTO
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELSON PIZZI JUNIOR, OAB nº RO12213
REQUERIDO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9099/95 c/c art. 27 da lei n. 12.153/09.
As questões discutidas na presente demanda prescindem de outras provas além daquelas já trazidas aos autos. Portanto, o feito comporta o julgamento antecipado do mérito, a teor do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
Não há questões preliminares, pelo que passo à análise do MÉRITO.
Tratam estes autos de Ação Declaratória de Recebimentos de Auxílio Alimentação Cumulada com retroativos em face do Município de Buritis/RO. Aduz a parte requerente que é servidor (a) público (a) do município ocupante do cargo efetivo no Município de Buritis, comprova através do termo de posse e ficha financeira anexada aos autos.
Alegou ainda que recebe auxílio alimentação no valor de R$ 100,00 (cem reais) conforme dispõe a Lei 731/2013. Entretanto, com a vigência da Lei 1421/2019 o auxílio alimentação passou para R$ 300,00 (trezentos reais), razão pela qual pugna pela procedência da demanda, a fim de que seja implementado o valor reajustado, bem como o pagamento do retroativo.
Devidamente citado, o Município de Buritis alegou em sede de contestação que o auxílio alimentação previsto na Lei1.421/2019 se deu em caráter específico em razão da peculiaridade do trabalho desenvolvido pelos servidores do conselho tutelar e servidores da educação atuantes na zona rural.
Pois bem. A parte autora menciona a Lei Municipal nº 731/2013 que aduz em seu art. 1º:
Art. 1º O auxílio alimentação será concedido a todos servidores civis ativos da Administração Pública Municipal Direta, independentemente da jornada de trabalho, mesmo que licenciados para tratamento da própria saúde, em férias ou licença prêmio por assiduidade, de caráter indenizatório, conforme disposto nesta lei.
Parágrafo único: O auxílio alimentação será concedido em pecúnia pago juntamente com o pagamento mensal do servidor, no valor de R$ 100,00 (cem) reais e será concedido a partir do mês de junho de 2013.
A referida lei versa sobre o pagamento do auxílio alimentação que todos os servidores públicos municipais fazem jus, benefício este de caráter indenizatório concedido ao servidor (a) ativo(a) com a finalidade de subsidiar despesas com refeição, realizadas no exercício do cargo público, durante sua jornada de trabalho.
Assevera a parte autora, que Lei posterior, majorou o referido auxílio para o valor de R$ 300,00 (trezentos reais) e que tal valor não teria sido pago desde a vigência.
Analisando o feito minunciosamente, bem como as legislações apresentadas, não merece prosperar as alegações trazidas pela parte autora, pois, como bem comprova a Fazenda Pública, a Lei 731/2013, foi devidamente revogada pela Lei que concedeu a reposição salarial aos servidores Lei.1.015/2016.
A par disso, verifica-se ainda que as Leis n. 510/2010 e nº1.421/2019 tratam-se de normativas para carreiras específicas (membros do conselho tutelar e servidores da zona rural), razão pela qual não enseja a aplicação aos demais servidores de forma indiscriminada.
Dessa forma, conclui-se que o recebimento do auxílio alimentação é um direito subjetivo do servidor e, por isso, independe de requerimento administrativo. Porém, trata-se de benefício instituído em lei, não havendo que se falar em aplicação ao princípio da isonomia, ante a vedação expressa firmada na súmula vinculante nº 37 do STF, vejamos: “Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia”.
Nota-se portanto que à diferente tratamento à classe de servidores quanto à verba indenizatória paga pelo Ente Público, tendo observância ao critério normativo traçado, bem como a especificidade do trabalho desenvolvido, prevalecendo dessa forma o princípio da legalidade.
Portanto, fica claro que a improcedência da demanda é a medida que se impõe.
Resta destacar, em que pese o posicionamento do juízo ter sido outrora pela procedência, em uma nova análise da matéria, restou concluída que a concessão do auxílio pleiteado, encontra-se óbice no princípio da legalidade, onde dispõe que a Administração Pública não pode fazer algo não previsto em Lei, não cabendo ao judiciário, o qual não possui como atividade típica a legislativa, conceder benefícios não regulamentados em lei.
Posto isso, extingo o feito com enfrentamento de mérito, conforme o disposto no art. 487, I, do CPC, e JULGO IMPROCEDENTE o pleito aduzido pela parte autora em desfavor da requerida.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.
Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Novo Código de Processo Civil.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigos 11 e 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao duplo grau de jurisdição, tendo em vista o disposto no art. 11, da Lei nº 12.153/2009.
Registro e publicação automáticos pelo sistema. Intime-se.
Transitada em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Intime-se as partes.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
2.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003289-61.2023.8.22.0021
REQUERENTE: SEBASTIANA PAULA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LILIAN MARIA SULZBACHER, OAB nº RO3225
REQUERIDOS: AGP TECNOLOGIA EM INFORMATICA DO BRASIL LTDA., GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS S.A
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Recebo a inicial. Postergo à analise de eventual pedido de gratuidade da justiça para o caso de interposição de recurso, uma vez que trata-se de demanda interposta no Juizado Especial, a qual prescinde de recolhimento de custas iniciais em primeiro grau de jurisdição.
Desde já, inverto o ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, uma vez que a parte autora é hipossuficiente para provar fato negativo (inexistência de fato constitutivo do débito).
Designo audiência de conciliação/mediação, agendada de forma automática no sistema PJe, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, na modalidade não presencial, através do contato (69) 9 9984-2111, por meio do aplicatico "whatsapp".
Por ocasião da intimação das partes, estas deverão informar telefone e email para contato ao Oficial de Justiça responsável pela diligência ou peticionando nos autos para informar, caso a citação ocorra via postal (carta) ou mandado. Caso haja advogado cadastrado, este deverá peticionar nos autos a fim de informar seus números de telefone e/ou e-mail para que os conciliadores possam dar início às tratativas visando à realização de acordo.
A audiência será realizada por chamada de vídeo no aplicativo "whatsapp", assim, as partes deverão apresentar nos autos contato telefônico que viabilizem a chamada de vídeo. A não apresentação do contato ou o não atendimento da chamada no dia da audiência ensejará certificação de ausência com todos os efeitos legais da mesma.
Intime-se a parte autora, advertindo-a de que sua ausência poderá ensejar na extinção do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei n. 9.099/95, bem como que, caso não haja acordo, após a apresentação de contestação pelo réu, deverá apresentar, na mesma audiência de conciliação, sua impugnação, acompanhada de documentos e rol de testemunhas, especificando as provas que pretende produzir, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento.
Cite-se e intime-se a parte requerida, com as advertências do procedimento sumaríssimo e para a audiência de conciliação designada, fazendo constar no mandado que, no caso de ausência à audiência de conciliação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial, salvo se do contrário resultar da convicção deste juízo (art. 20 da Lei n. 9.099/95), bem como que, caso não haja acordo, deverá apresentar resposta escrita (contestação) até a audiência de conciliação, acompanhada de documentos e rol de testemunhas, especificando as provas que pretende produzir, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento.
Não sendo encontrado a(s) parte requerida(s) no endereço informado na inicial, intime-se a parte autora para que apresente endereço atualizado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena extinção do feito. Apresentado novo endereço, desde já autorizo a CPE a expedir nova citação, sem a necessidade de retorno dos autos a conclusão.
Disposições a CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Determino a CPE que designe audiência de conciliação de forma automática no sistema PJE, a qual será realizada pelo WhatsApp.
1.2 A solenidade será conduzida pelos conciliadores do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), através do telefone (69) 9.9984-2111.
2. Intime-se o requerente, por meio de seu advogado, caso constituído, acerca da audiência designada, devendo informar telefone e e-mail para contato nos autos.
2.1 Caso a parte seja atendida pela Defensoria Pública ou serviço atermação, intime-se pessoalmente, no endereço abaixo indicado, devendo informar telefone e email para contato ao Oficial de Justiça responsável pela diligência, ou peticionar nos autos.
3. Cite-se e intime-se a parte requerida para a audiência designada, nos termos determinados pela Corregedoria deste Tribunal, devendo informar telefone e-email para contato ao Oficial de Justiça responsável pela diligência, ou peticionar nos autos.
4. Não sendo encontrado a(s) parte requerida(s) no endereço informado na inicial, intime-se a parte autora para que apresente endereço atualizado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena extinção do feito. Apresentado novo endereço, desde já autorizo a CPE a expedir nova citação, sem a necessidade de retorno dos autos a conclusão.
5. Após a realização da audiência de conciliação:
5.1 Realizado o acordo, tornem os autos conclusos para sentença de homologação.
5.2 Não havendo acordo, tornem os autos conclusos para sentença.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA/ OFÍCIO
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
REQUERENTE: SEBASTIANA PAULA DA SILVA, CPF nº 58338640204, RUA RIO ALTO 1243, CASA DE COR AZUL SETOR 2 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REQUERIDOS: AGP TECNOLOGIA EM INFORMATICA DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 11068167000453, RUA KANEBO 175, GALPÃO B3 DISTRITO INDUSTRIAL - 13213-090 - JUNDIAÍ - SÃO PAULO, GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS S.A, CNPJ nº 77941490038470, PORTO VELHO 1351 SETOR 03 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga Número do processo: 0000013-15.2021.8.22.0021
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: CLEBSON DIAS MATES
ADVOGADO DO DENUNCIADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

Despacho
Tendo em vista o Art. 798-A “Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro”, do Código Penal, suspendo o último despacho e REDESIGNO a solenidade da Audiência de Instrução e Julgamento para a data de 30 de janeiro de 2024 às 08h30 nesta Comarca, de forma presencial. Nada obstante, deve o oficial de justiça certificar os contatos telefônicos das testemunhas, a fim de possibilitá-los a participarem da audiência por videoconferência, caso assim ocorra, salientando que as partes que não possuem recursos tecnológicos para ingressarem por videoconferência (telefone com internet, whatsapp, gmail, e google meet) deverão comparecer ao fórum presencialmente.
Link para acesso à sala virtual: https:// meet.google.com/wdi-wzgv-hwq
Caso existam testemunhas residentes em outra Comarca, já serve a presente como carta precatória, caso a intimação não puder ser realizada de maneira mais célere.
Optando pela realização de forma presencial, intime-se PESSOALMENTE as partes e testemunhas para comparecerem na 1ª Vara genérica do Fórum da Comarca de Buritis/RO, localizada na Rua Taguatinga, 1380 - Setor 03 - CEP 76880-000, munidas de documento de identificação com foto, para realização da solenidade, na data e horário designados. Consigno que o não comparecimento das testemunhas poderá ensejar na sua condução coercitiva e imputação do pagamento da diligência.
Optando pela realização de forma virtual, intime-se PESSOALMENTE as partes e testemunhas para comparecerem à Sala de Audiência Virtual a ser realizada na data supracitada pelo aplicativo Google Meet, cujo link será encaminhado por meio do Whatsapp. No ato da intimação, o Oficial de Justiça deverá certificar o contato telefônico atual das partes e testemunhas a fim de viabilizar a realização da solenidade.
Note-se que esclarecimentos acerca da forma de participação na audiência podem ser realizados, antecipadamente, por meio dos tutoriais produzidos pelo TJRO, através dos links: https://www.youtube.com/watch?v=RY5OFw1W3_4 (se participar pelo celular) ou https://www.youtube.com/watch?v=Kf_np1Axo3E (se participar pelo notebook ou desktop).
Consigno ainda que caso não disponham de recursos tecnológicos suficientes para concretização do ato por videoconferência, onde quer que se encontrem, deverão comparecer ao Fórum de Buritis, com antecedência de 15 minutos, devendo o Oficial de Justiça certificar referida circunstância sobre a necessidade de deslocamento ao Fórum. Consigne-se, ainda, que em caso de não localização no endereço indicado, deverá diligenciar com os demais intimando eventual contato telefônico e/ou endereço.
Requisite-se os policiais, informando que serão ouvidos pelo sistema de videoconferência ou de forma presencial, de acordo com a opção do patrono.
Determino que a secretária de gabinete mantenha contato telefônico com o acusado, vítima e testemunhas, para orientá-los a respeito do Sistema de Videoconferência.
Cite(m)-se e intime(m)-se o(s) acusado(s).
Não sendo citado(s) pessoalmente, proceda-se sua(s) citação(ões) por edital.
Havendo necessidade, expeça-se carta precatória.
Ciência ao Ministério Público e à Defesa.
Disposições ao Cartório, sem prejuízo de outros expedientes que forem necessários:
1. MANDADO DE INTIMAÇÃO da parte ré, CLEBSON DIAS MATES , Endereço: alcunha “Neguinho”, brasileiro, casado, autônomo em serviços gerais, RG n° 1068455 SSP/RO, CPF n° 991.634.892-87, filho de Sivaldo Souza Mates e Eunice Alves Dias Mates, nascido aos 13/03/1988, em Jaru/RO, residente e domiciliado na Linha C-14, T-6, braço esquerdo, s/n, Setor 03, Campo Novo de Rondônia/RO.
2. Intimar/requisitar as testemunhas de acusação e defesa arroladas:
2.1- PM FÁBIO ENGELHARDT
2.2- PM THIAGO LUIZ MARTINS DE BRITO
2.3- LEONOR JACINTA DE OLIVEIRA FARIAS - RUA MINISTRO ANDREAZA, 1660, SETOR 2, BURITIS/RO - FONE: (69) 99386-6634
2.4 - VÍTIMA: BERNDINO FARIAS DE ARAÚJO - RUA MINISTRO ANDREAZA, 1660, SETOR 2, BURITIS/RO - FONE: (69) 99386-6634
BURITIS/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
JUIZ DE DIREITO
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga

Buritis - 1ª Vara Genérica
7005167-55.2022.8.22.0021
REQUERENTE: QUEILA PEREIRA SANTOS
ADVOGADO DO REQUERENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
REQUERIDO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Trata-se de ação de obrigação de fazer, cumulada com dano moral com pedido de liminar com multa pecuniária pelo não cumprimento.
Após regular tramitação, adveio ao autos, manifestação da parte requerente pela desistência da ação (ID 93082839), sendo que muito embora a parte requerida já tenha sido regularmente citada, não haverá prejuízo, sendo desnecessária a anuência da parte desta, nos termos do Enunciado 90 do Fonaje, ainda que o CPC preveja a necessidade de anuência desta para a desistência da ação após citação.
Ante o exposto, HOMOLOGO o pedido de desistência da presente ação, e em consequência, JULGO, por sentença sem resolução do mérito, EXTINTO O PROCESSO, com fundamento no art. 485, VIII, do CPC.
Sem custas e honorários.
Publicação e Registro automáticos pelo sistema, ficando dispensada a intimação das partes porque não sofrerão prejuízos e por medida de economia e celeridade processual.
Ante o pedido de extinção feito pela Autora, antecipo o trânsito em julgado nesta data.
Disposições para o cartório, sem prejuízo de outros expediente que sejam necessários:
1. Arquivem-se os autos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001148-69.2023.8.22.0021
REQUERENTE: EDILSON DE ARAUJO
ADVOGADO DO REQUERENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
REQUERIDO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9099/95 c/c art. 27 da lei n. 12.153/09.
As questões discutidas na presente demanda prescindem de outras provas além daquelas já trazidas aos autos. Portanto, o feito comporta o julgamento antecipado do mérito, a teor do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
Não há questões preliminares, pelo que passo à análise do MÉRITO.
Tratam estes autos de Ação Declaratória de Recebimentos de Auxílio Alimentação Cumulada com retroativos em face do Município de Buritis/RO. Aduz a parte requerente que é servidor (a) público (a) do município ocupante do cargo efetivo no Município de Buritis, comprova através do termo de posse e ficha financeira anexada aos autos.
Alegou ainda que recebe auxílio alimentação no valor de R$ 100,00 (cem reais) conforme dispõe a Lei 731/2013. Entretanto, com a vigência da Lei 1421/2019 o auxílio alimentação passou para R$ 300,00 (trezentos reais), razão pela qual pugna pela procedência da demanda, a fim de que seja implementado o valor reajustado, bem como o pagamento do retroativo.
Devidamente citado, o Município de Buritis alegou em sede de contestação que o auxílio alimentação previsto na Lei1.421/2019 se deu em caráter específico em razão da peculiaridade do trabalho desenvolvido pelos servidores do conselho tutelar e servidores da educação atuantes na zona rural.
Pois bem. A parte autora menciona a Lei Municipal nº 731/2013 que aduz em seu art. 1º:
Art. 1º O auxílio alimentação será concedido a todos servidores civis ativos da Administração Pública Municipal Direta, independentemente da jornada de trabalho, mesmo que licenciados para tratamento da própria saúde, em férias ou licença prêmio por assiduidade, de caráter indenizatório, conforme disposto nesta lei.
Parágrafo único: O auxílio alimentação será concedido em pecúnia pago juntamente com o pagamento mensal do servidor, no valor de R$ 100,00 (cem) reais e será concedido a partir do mês de junho de 2013.
A referida lei versa sobre o pagamento do auxílio alimentação que todos os servidores públicos municipais fazem jus, benefício este de caráter indenizatório concedido ao servidor (a) ativo(a) com a finalidade de subsidiar despesas com refeição, realizadas no exercício do cargo público, durante sua jornada de trabalho.
Assevera a parte autora, que Lei posterior, majorou o referido auxílio para o valor de R$ 300,00 (trezentos reais) e que tal valor não teria sido pago desde a vigência.
Analisando o feito minunciosamente, bem como as legislações apresentadas, não merece prosperar as alegações trazidas pela parte autora, pois, como bem comprova a Fazenda Pública, a Lei 731/2013, foi devidamente revogada pela Lei que concedeu a reposição salarial aos servidores Lei.1.015/2016.
A par disso, verifica-se ainda que as Leis n. 510/2010 e nº1.421/2019 tratam-se de normativas para carreiras específicas (membros do conselho tutelar e servidores da zona rural), razão pela qual não enseja a aplicação aos demais servidores de forma indiscriminada.
Dessa forma, conclui-se que o recebimento do auxílio alimentação é um direito subjetivo do servidor e, por isso, independe de requerimento administrativo. Porém, trata-se de benefício instituído em lei, não havendo que se falar em aplicação ao princípio da isonomia, ante a vedação expressa firmada na súmula vinculante nº 37 do STF, vejamos: “Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia”.
Nota-se portanto que à diferente tratamento à classe de servidores quanto à verba indenizatória paga pelo Ente Público, tendo observância ao critério normativo traçado, bem como a especificidade do trabalho desenvolvido, prevalecendo dessa forma o princípio da legalidade.
Portanto, fica claro que a improcedência da demanda é a medida que se impõe.
Resta destacar, em que pese o posicionamento do juízo ter sido outrora pela procedência, em uma nova análise da matéria, restou concluída que a concessão do auxílio pleiteado, encontra-se óbice no princípio da legalidade, onde dispõe que a Administração Pública não pode fazer algo não previsto em Lei, não cabendo ao judiciário, o qual não possui como atividade típica a legislativa, conceder benefícios não regulamentados em lei.
Posto isso, extingo o feito com enfrentamento de mérito, conforme o disposto no art. 487, I, do CPC, e JULGO IMPROCEDENTE o pleito aduzido pela parte autora em desfavor da requerida.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.
Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Novo Código de Processo Civil.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigos 11 e 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao duplo grau de jurisdição, tendo em vista o disposto no art. 11, da Lei nº 12.153/2009.
Registro e publicação automáticos pelo sistema. Intime-se.
Transitada em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Intime-se as partes.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
2.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001206-72.2023.8.22.0021
REQUERENTE: NEUZIMAR FERREIRA DE SANTANA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
REQUERIDO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9099/95 c/c art. 27 da lei n. 12.153/09.
As questões discutidas na presente demanda prescindem de outras provas além daquelas já trazidas aos autos. Portanto, o feito comporta o julgamento antecipado do mérito, a teor do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
Não há questões preliminares, pelo que passo à análise do MÉRITO.
Tratam estes autos de Ação Declaratória de Recebimentos de Auxílio Alimentação Cumulada com retroativos em face do Município de Buritis/RO. Aduz a parte requerente que é servidor (a) público (a) do município ocupante do cargo efetivo no Município de Buritis, comprova através do termo de posse e ficha financeira anexada aos autos.
Alegou ainda que recebe auxílio alimentação no valor de R$ 100,00 (cem reais) conforme dispõe a Lei 731/2013. Entretanto, com a vigência da Lei 1421/2019 o auxílio alimentação passou para R$ 300,00 (trezentos reais), razão pela qual pugna pela procedência da demanda, a fim de que seja implementado o valor reajustado, bem como o pagamento do retroativo.
Devidamente citado, o Município de Buritis alegou em sede de contestação que o auxílio alimentação previsto na Lei1.421/2019 se deu em caráter específico em razão da peculiaridade do trabalho desenvolvido pelos servidores do conselho tutelar e servidores da educação atuantes na zona rural.
Pois bem. A parte autora menciona a Lei Municipal nº 731/2013 que aduz em seu art. 1º:
Art. 1º O auxílio alimentação será concedido a todos servidores civis ativos da Administração Pública Municipal Direta, independentemente da jornada de trabalho, mesmo que licenciados para tratamento da própria saúde, em férias ou licença prêmio por assiduidade, de caráter indenizatório, conforme disposto nesta lei.
Parágrafo único: O auxílio alimentação será concedido em pecúnia pago juntamente com o pagamento mensal do servidor, no valor de R$ 100,00 (cem) reais e será concedido a partir do mês de junho de 2013.
A referida lei versa sobre o pagamento do auxílio alimentação que todos os servidores públicos municipais fazem jus, benefício este de caráter indenizatório concedido ao servidor (a) ativo(a) com a finalidade de subsidiar despesas com refeição, realizadas no exercício do cargo público, durante sua jornada de trabalho.
Assevera a parte autora, que Lei posterior, majorou o referido auxílio para o valor de R$ 300,00 (trezentos reais) e que tal valor não teria sido pago desde a vigência.
Analisando o feito minunciosamente, bem como as legislações apresentadas, não merece prosperar as alegações trazidas pela parte autora, pois, como bem comprova a Fazenda Pública, a Lei 731/2013, foi devidamente revogada pela Lei que concedeu a reposição salarial aos servidores Lei.1.015/2016.
A par disso, verifica-se ainda que as Leis n. 510/2010 e nº1.421/2019 tratam-se de normativas para carreiras específicas (membros do conselho tutelar e servidores da zona rural), razão pela qual não enseja a aplicação aos demais servidores de forma indiscriminada.
Dessa forma, conclui-se que o recebimento do auxílio alimentação é um direito subjetivo do servidor e, por isso, independe de requerimento administrativo. Porém, trata-se de benefício instituído em lei, não havendo que se falar em aplicação ao princípio da isonomia, ante a vedação expressa firmada na súmula vinculante nº 37 do STF, vejamos: “Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia”.
Nota-se portanto que à diferente tratamento à classe de servidores quanto à verba indenizatória paga pelo Ente Público, tendo observância ao critério normativo traçado, bem como a especificidade do trabalho desenvolvido, prevalecendo dessa forma o princípio da legalidade. Portanto, fica claro que a improcedência da demanda é a medida que se impõe.
Resta destacar, em que pese o posicionamento do juízo ter sido outrora pela procedência, em uma nova análise da matéria, restou concluída que a concessão do auxílio pleiteado, encontra-se óbice no princípio da legalidade, onde dispõe que a Administração Pública não pode fazer algo não previsto em Lei, não cabendo ao judiciário, o qual não possui como atividade típica a legislativa, conceder benefícios não regulamentados em lei.
Posto isso, extingo o feito com enfrentamento de mérito, conforme o disposto no art. 487, I, do CPC, e JULGO IMPROCEDENTE o pleito aduzido pela parte autora em desfavor da requerida.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.
Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Novo Código de Processo Civil.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigos 11 e 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao duplo grau de jurisdição, tendo em vista o disposto no art. 11, da Lei nº 12.153/2009.
Registro e publicação automáticos pelo sistema. Intime-se.
Transitada em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Intime-se as partes.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
2.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001480-36.2023.8.22.0021
AUTOR: SALVADOR DA SILVA
ADVOGADOS DO AUTOR: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES, OAB nº RO2383, MARIA AMORIM NUNES, OAB nº RO12418
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Decisão
A requerente apresentou embargos de declaração em face à sentença proferida nos autos, alegando contradição na parte dispositiva da sentença quanto à fixação de condenação na desconstituição do débito.
É o breve relato.
Decido.
Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil cabível os embargos declaratório para, sanar omissão, contradição, obscuridade e corrigir erro material.
Da detida análise dos autos, verifica-se que a parte embargante assiste razão, pois, consta na parte dispositiva da sentença erro material, visto que ao invés de ser fixado pelo juízo o valor de R$547,76 (quinhentos e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos), sendo este o pedido protocolado na inicial, consignou-se no dispositivo o valor de R$645,84 (seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos).
No caso, resta evidente a incidência do art. 494, inciso I, do Código de Processo Civil que autoriza ao magistrado modificar a sentença quando constatado evidente erro material em seus termos.
Sendo assim, ACOLHO os embargos declaratórios, para retificar a sentença, passando a constar no dispositivo a seguinte redação:
“Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I do CPC, JULGO, por sentença com resolução do mérito, PROCEDENTE os pedidos da requerente para RATIFICAR a tutela de urgência concedida; DECLARAR a nulidade da perícia no medidor de energia efetuada pela requerida; DESCONSTITUIR o débito em relação a diferença de consumo de energia não faturada, no valor de R$547,76 (quinhentos e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos)”.
No mais, mantenho a sentença como lançada.
Intime-se as partes.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1) Intime-se as partes acerca desta decisão.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7002787-59.2022.8.22.0021
REQUERENTE: MARLENI LOPES DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: AROLDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, OAB nº RO9083
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Despacho
1. Considerando a apresentação dos cálculos pelo(a) exequente, intime-se o executado para se manifestar, podendo IMPUGNAR a execução, no prazo de 30 (trinta) dias (artigo 1-B da Lei n. 9494/97 c/c o artigo 535 do CPC).
2. Desde já, como se trata de execução com valor inferior a sessenta salários mínimos, são devidos honorários advocatícios, independente de impugnação, os quais fixo nesta fase de cumprimento de sentença em 10%, (cabendo ao patrono apresentar planilha incluindo os honorários) (CPC, art. 85, §1º / Recurso Extraordinário n.º 420.816/RS).
2.1 Não havendo impugnação, CERTIFIQUE-SE, a CPE a devida intimação da parte executada, ficando desde já autorizada a expedição de da requisição de pagamento adequada (RPV/Precatório), ao órgão competente, referente aos valores apresentados.
3. Em caso de impugnação, intime-se o(a) exequente para se manifestar no prazo legal.
3.1 CONCORDANDO com os cálculos apresentados pela parte executada, expeça-se o necessário para o pagamento (RPV/Precatório), sem necessidade de retorno dos autos à conclusão.
4. Após a expedição da requisição de pagamento, tornem os autos conclusos para extinção.
4.1 Com a informação de pagamento, desde já autorizo a expedição de alvará para levantamento do valor a ser depositado nos autos, devendo ser expedido em nome do(a) exequente e de seu(ua) patrono(a), respectivamente, quanto ao saldo devedor e honorários advocatícios.
5. NÃO concordando a parte exequente com os cálculos apresentados, remetam-se os autos à contadoria do juízo para apuração do valor devido.
5.1 Na sequência, às partes para manifestação.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga

Número do processo: 7001922-02.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: ANTONIO PIRES DA SILVA
ADVOGADOS DO AUTOR: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES, OAB nº RO2383, MARIA AMORIM NUNES, OAB nº RO12418
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de inexigibilidade/nulidade de débito c/c danos morais e tutela de urgência ajuizada por ANTONIO PIRES DA SILVA em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA/ENERGISA, sob o argumento de que a requerida realizou a cobrança de dívida decorrente de recuperação de consumo, que não seguiu os procedimentos estabelecidos pela Resolução da ANEEL.
A concessionária, em sua defesa, afirma que os procedimentos adotados por ela foram corretos, uma vez que seguiram o que estabelece a mencionada resolução.
É o breve relato.
DECIDO.
Procedo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, por se tratar de matéria exclusivamente de direito e ante a desnecessidade de produção de outras provas.
As partes são legítimas, inexistem preliminares ou questões processuais pendentes. Passo, pois, à análise do mérito.
Oportuno assentir que o caso em tela se trata de inequívoca relação de consumo, tendo em vista que as partes se caracterizam como consumidor e fornecedor, nos termos dos arts. 2° e 3° do CDC, razão pela qual será analisado sob a ótica da legislação consumerista, com a ressalva de que a inversão do ônus probatório, prevista no art. 6º, inciso VIII, CDC, não é absoluta, devendo ser observada a previsão do CPC no que diz respeito à distribuição do ônus da prova, cabendo ao autor comprovar os fatos constitutivos do seu direito e ao réu os fatos modificativos, extintivos e impeditivos do autor (art. 373 do CPC).
Mostra-se adequada a inversão do ônus da prova (art. 6°, VIII), em virtude da verossimilhança dos fatos alegados e da hipossuficiência do consumidor, dada a disparidade técnica e/ou informacional visualizada sobre situação narrada pela parte autora. Além do mais, o CDC em seus artigos 3º, 4º, VII, 6º, X, e art. 22, caput, disciplina sobre os serviços públicos, exigindo dos órgãos públicos, empresas concessionárias, permissionárias ou qualquer outro tipo do gênero, a obrigação de fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos serviços essenciais, que sejam também contínuos.
A empresa requerida, como prestadora de serviços especialmente contemplada no art. 3º, parágrafo segundo, está submetida às disposições do Código de Defesa do Consumidor. Mister reconhecer, portanto, a cogente aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, com todos seus consectários legais.
A controvérsia reside em saber se o procedimento realizado pela requerida se deu de forma regular, a fim de gerar o débito em discussão, decorrente de recuperação de consumo de energia, e se o fato gera danos morais indenizáveis.
No caso dos autos, foi lavrado o TOI (Termo de Ocorrência e Inspeção). A requerida informou que no caso em comento uma amiga do autor acompanhou todo o procedimento realizado, inclusive, assinou o TOI, conforme junta nos autos. Os mesmo documentos demonstram que o autor foi informado acerca da data em que ocorreria a avaliação técnica.
Contudo, no que pese o fato de a requerida ter realizado todo o procedimento de forma correta, cometeu um equivoco quanto à data da avaliação técnica do medidor, sendo que, a princípio, informou que esta ocorreria em 29/06/2022, porém, em verdade, a execução do ensaio de verificação ocorreu em 24/08/2022.
Com isso, não demonstrado que o autor foi informado acerca da alteração da data da perícia, entendo que nesse ponto houve unilateralidade nos procedimentos adotados pela empresa ré.
Assim, é necessário observar que a perícia realizada no medidor, não constitui, nos presentes autos, meio de prova eficaz a comprovar eventual existência de vícios nas medições da unidade consumidora da parte autora, eis que tal documento foi produzido de forma unilateral. Nesse sentido, observa-se que a matéria atinente à perícia do medidor é essencialmente técnica, o que impossibilita o consumidor de contestar os dados apresentados no laudo, ficando a mercê das conclusões nele contidas e de cobranças abusivas.
Dessa forma, não havendo nos autos elementos que atestem, com toda certeza, o suposto vício no medidor de energia elétrica da parte requerente, não poderia a empresa ré proceder à cobrança de valor a título de compensação de consumo não faturado, restando ilícita, por consequência, a cobrança dos valores em comento.
Portanto, não subsistem dúvidas de que a inobservância dos procedimentos específicos tornam irregular a inspeção e fatura consequentemente elaborada.
Nesse sentido há precedente do Egrégio Tribunal de Justiça. Vejamos:
“Processo civil. Declaratória. Inexistência de dívida. Energia Elétrica. Medidor. Perícia unilateral. Cobrança indevida. É inexigível a dívida fundada em perícia unilateral realizada pela fornecedora, pois não é prova hábil a embasar cobrança de débitos. Para que o débito apurado seja considerado válido e exigível, quando alegado irregularidade no aparelho medidor de consumo, é necessário obediência aos procedimentos previstos na Resolução n. 456/00 da ANEEL, bem como aos princípios do contraditório e ampla defesa. (Apelação, Processo nº 0002230-18.2013.822.0019, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 26/07/2017).”
Ora, é sabido que não deve o consumidor fraudar o registro de consumo de energia causando prejuízos patrimoniais à empresa, mas, também, inexiste dúvida de que a ele assiste direito à irrestrita defesa, não podendo haver reconhecimento de débito e aplicação de multa sob a alegação de fraude, sem que antes lhe tenham sido facultadas condições de amplamente defender-se.
Desta forma, existem algumas peculiaridades que afastam a lisura da cobrança, bem como a forma da inspeção feita pelo requerido, razões pelas quais, no caso em epígrafe, não foram observados os direitos assegurados ao consumidor (CDC, art.6º, VIII).
Neste sentido, segue abaixo julgado da Turma Recursal deste Tribunal:
“Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Recuperação de consumo. Perícia unilateral. Ausência de elementos justificadores. Irregularidade. Inexigibilidade do débito. A concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica no Estado de Rondônia deve seguir todos os parâmetros indicados pela agência reguladora, sob pena de nulidade de seus atos. (TJ-RO - RI: 70491272920198220001 RO 7049127-29.2019.822.0001, Data de Julgamento: 18/09/2020).”
Portanto, é possível depreender que a requerida não logrou êxito em afastar a responsabilidade que lhe é imputada nem demonstrou a efetiva regularidade dos procedimentos de apuração e cobrança. De se notar que a requerida não foi capaz de comprovar que o autor foi informado a respeito da data da realização do ato de inspeção, como lhe é de direito.

Ademais, deve-se lembrar que a inversão do dever probatório incube à ré, de forma a demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade. Assim, consoante este juízo vem ponderando ao longo da atividade judicante, a responsabilidade pela manutenção e fiscalização dos equipamentos instalados é da concessionária, nos termos da Resolução n. 1.000/2021 da ANEEL.

Entretanto, a requerida não demonstrou ter preenchido todos esses requisitos. Cumpre destacar que a Lei n° 8.987/95 trata dos serviços públicos executados pelas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, prevendo os direitos e obrigações do consumidor, nos seguintes termos:

"Art. 7º. Sem prejuízo do disposto na Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários: I - receber serviço adequado; II - receber do poder concedente e da concessionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos; III - obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha entre vários prestadores de serviços, quando for o caso, observadas as normas do poder concedente; IV - levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado; V - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço; VI - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços."

Importa dizer que o Código Consumerista prevê o direito fundamental (art. 5°, XXXII, CF) de proteção aos consumidores contra os abusos que possam ser perpetradas por pessoas jurídicas de direito privado ou mesmo pelo próprio poder público. Destarte, os autos revelam falha na prestação do serviço de fiscalização e apuração, manutenção e verificação do medidor de energia elétrica, instalado na unidade consumidora, ferindo o direito de receber serviço adequado.

Outrossim, entendo pela declaração de inexigibilidade do débito, posto que a requerida não foi capaz de comprovar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (CPC, art. 373, II).

A responsabilidade da pessoa jurídica em face dos atos realizados por seus prepostos regula-se pela teoria objetiva, de forma que basta a prova da conduta, do dano e do nexo de causalidade para configurar-se o dever de indenizar.

No caso em tela, a conduta da ENERGISA S/A ficou provada por meio dos documentos que houve a cobrança indevida de recuperação de consumo.

O Art. 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor, dispõe serem "nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou seja, incompatíveis com a boa-fé ou a equidade".

Como se trata de causa consumerista, competia a ENERGISA S/A provar a legalidade dos seus atos. Todavia, NADA PROVOU.

Por outro lado, quanto ao pagamento de indenização por danos morais, é necessário aferir no caso concreto se a situação trazida pela parte pode ser considerada ofensiva a ponto de causar dano moral ou mesmo se esta se insere no conceito de dano moral puro, dispensando eventual prova de sua ocorrência.

No caso em tela, a empresa ré agiu no exercício regular de direito, uma vez que a concessionária pode realizar perícia para aferir eventual irregularidade na medição, todavia, o fato desta não ter observado os requisitos para a sua realização não deve ensejar, por si só, o dever de indenizar o consumidor.

A respeito do que venha a ser dano moral, vejamos a lição de Carlos Roberto Gonçalves sobre o tema:

"[...] Só se deve reputar dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio ao seu bem-estar. (Gonçalves, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 549-550)."

Confira-se, ainda, manifestação de Silvio de Salvo Venosa a respeito da configuração do dano moral:

"Dano moral é o prejuízo que afeta o ânimo psíquico, moral e intelectual da vítima [...] Não é também qualquer dissabor comezinho da vida que pode acarretar a indenização. Aqui, também é importante o critério objetivo do homem médio, o bônus pater famílias: não se levará em conta o psiquismo do homem excessivamente sensível, que se aborrece com fatos diuturnos da vida, nem o homem de pouca ou nenhuma sensibilidade, capaz de resistir sempre às rudezas do destino" (in, Direito Civil responsabilidade civil, 4ª edição. Editora Atlas, p. 39)."

Assim, é necessário aferir no caso concreto se a situação trazida pela parte pode ser considerada ofensiva a ponto de causar dano moral ou mesmo se esta se insere no conceito de dano moral puro, dispensando eventual prova de sua ocorrência.

O requerente aponta em seus pedidos que o dano moral deve se dar em decorrência do corte de energia elétrica, do parcelamento e do desvio produtivo que o caso lhe gerou, tendo que deixar suas atividades cotidianas de lado para resolver o problema.

Na espécie, verifica-se que na narração dos fatos, apesar de constar nos pedidos em indenização por danos morais devido ao corte de energia, a parte autora informa que teve de efetuar o pagamento para evitar que houvesse a suspensão do serviço, bem como inexiste prova de que tenha ocorrido interrupção no fornecimento de energia ou inscrição do nome da parte requerente nos órgãos de restrição ao crédito, ou ainda que a parte autora tenha sido submetida à situação vexatória em decorrência dos acontecimentos narrados e, muito menos, que tenha sido destratado ou ofendido por prepostos da requerida.

É certo que a imposição de uma cobrança que o consumidor entende indevida, embora lhe cause transtorno, não pode ensejar, por si só, a configuração do dano moral perseguido pela parte autora.

Desse modo, inexiste nos autos qualquer demonstração de que a conduta da requerida tenha gerado ofensa à moral do autor, pois não há qualquer prova nos autos de que o corte de energia tenha se efetivado ou mesmo que o autor tenha tido seu nome inscrito em cadastro de inadimplentes.

Por fim, quanto ao pleito de restituição de valores, a própria requerida informou em sua contestação que a parte efetuou o pagamento da dívida, portanto, imperiosa a devolução da importância paga, decorrente da fatura declarada inexigível nesta oportunidade, que deverá ocorrer na forma simples. No caso, o autor efetuou o pagamento de uma faturas cujo o parcelamento de débito referente à recuperação de consumo era equivalente a R$203,64 (duzentos e três reais e sessenta e quatro centavos).

Dispositivo:

Do exposto, na forma do art. 487, inciso I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos aduzidos pelo autor para RATIFICAR a tutela de urgência concedida; DECLARAR a nulidade do termo de ocorrência e inspeção - TOI e da perícia que originaram a cobrança em comento; DESCONSTITUIR o débito referente à recuperação de consumo no valor de R$1.221,82 (mil duzentos e vinte e um reais e oitenta e dois centavos); por fim, CONDENAR na restituição simples do valor de R$203,64 (duzentos e três reais e sessenta e quatro centavos) pago pelo autor, atualizada monetariamente a partir da data do desembolso (Súmula 43 do STJ) e acrescida de juros moratórios de 1% ao mês a contar da citação (art. 405, Código Civil, c/c art. 161, §1º, Código Tributário Nacional).

Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei n. 9.099/95.

Sentença publicada e registrada via Sistema Pje.

Intimem-se.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Ficam as partes intimadas via DJe.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
3.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001193-73.2023.8.22.0021
REQUERENTE: MARLISE DOS SANTOS FURBINO
ADVOGADO DO REQUERENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
REQUERIDO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Sentença
Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9099/95 c/c art. 27 da lei n. 12.153/09.
As questões discutidas na presente demanda prescindem de outras provas além daquelas já trazidas aos autos. Portanto, o feito comporta o julgamento antecipado do mérito, a teor do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
Não há questões preliminares, pelo que passo à análise do MÉRITO.
Tratam estes autos de Ação Declaratória de Recebimentos de Auxílio Alimentação Cumulada com retroativos em face do Município de Buritis/RO. Aduz a parte requerente que é servidor (a) público (a) do município ocupante do cargo efetivo no Município de Buritis, comprova através do termo de posse e ficha financeira anexada aos autos.
Alegou ainda que recebe auxílio alimentação no valor de R$ 100,00 (cem reais) conforme dispõe a Lei 731/2013. Entretanto, com a vigência da Lei 1421/2019 o auxílio alimentação passou para R$ 300,00 (trezentos reais), razão pela qual pugna pela procedência da demanda, a fim de que seja implementado o valor reajustado, bem como o pagamento do retroativo.
Devidamente citado, o Município de Buritis alegou em sede de contestação que o auxílio alimentação previsto na Lei1.421/2019 se deu em caráter específico em razão da peculiaridade do trabalho desenvolvido pelos servidores do conselho tutelar e servidores da educação atuantes na zona rural.
Pois bem. A parte autora menciona a Lei Municipal nº 731/2013 que aduz em seu art. 1º:
Art. 1º O auxílio alimentação será concedido a todos servidores civis ativos da Administração Pública Municipal Direta, independentemente da jornada de trabalho, mesmo que licenciados para tratamento da própria saúde, em férias ou licença prêmio por assiduidade, de caráter indenizatório, conforme disposto nesta lei.
Parágrafo único: O auxílio alimentação será concedido em pecúnia pago juntamente com o pagamento mensal do servidor, no valor de R$ 100,00 (cem) reais e será concedido a partir do mês de junho de 2013.
A referida lei versa sobre o pagamento do auxílio alimentação que todos os servidores públicos municipais fazem jus, benefício este de caráter indenizatório concedido ao servidor (a) ativo(a) com a finalidade de subsidiar despesas com refeição, realizadas no exercício do cargo público, durante sua jornada de trabalho.
Assevera a parte autora, que Lei posterior, majorou o referido auxílio para o valor de R$ 300,00 (trezentos reais) e que tal valor não teria sido pago desde a vigência.
Analisando o feito minunciosamente, bem como as legislações apresentadas, não merece prosperar as alegações trazidas pela parte autora, pois, como bem comprova a Fazenda Pública, a Lei 731/2013, foi devidamente revogada pela Lei que concedeu a reposição salarial aos servidores Lei.1.015/2016.
A par disso, verifica-se ainda que as Leis n. 510/2010 e nº1.421/2019 tratam-se de normativas para carreiras específicas (membros do conselho tutelar e servidores da zona rural), razão pela qual não enseja a aplicação aos demais servidores de forma indiscriminada.
Dessa forma, conclui-se que o recebimento do auxílio alimentação é um direito subjetivo do servidor e, por isso, independe de requerimento administrativo. Porém, trata-se de benefício instituído em lei, não havendo que se falar em aplicação ao princípio da isonomia, ante a vedação expressa firmada na súmula vinculante nº 37 do STF, vejamos: “Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia”.
Nota-se portanto que à diferente tratamento à classe de servidores quanto à verba indenizatória paga pelo Ente Público, tendo observância ao critério normativo traçado, bem como a especificidade do trabalho desenvolvido, prevalecendo dessa forma o princípio da legalidade. Portanto, fica claro que a improcedência da demanda é a medida que se impõe.
Resta destacar, em que pese o posicionamento do juízo ter sido outrora pela procedência, em uma nova análise da matéria, restou concluída que a concessão do auxílio pleiteado, encontra-se óbice no princípio da legalidade, onde dispõe que a Administração Pública não pode fazer algo não previsto em Lei, não cabendo ao judiciário, o qual não possui como atividade típica a legislativa, conceder benefícios não regulamentados em lei.
Posto isso, extingo o feito com enfrentamento de mérito, conforme o disposto no art. 487, I, do CPC, e JULGO IMPROCEDENTE o pleito aduzido pela parte autora em desfavor da requerida.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.
Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Novo Código de Processo Civil.

Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigos 11 e 27, da Lei 12.153/09.
Sentença não sujeita ao duplo grau de jurisdição, tendo em vista o disposto no art. 11, da Lei nº 12.153/2009.
Registro e publicação automáticos pelo sistema. Intime-se.
Transitada em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Intime-se as partes.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
2.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7004802-69.2020.8.22.0021
AUTOR: Banco Bradesco Financiamentos S.A
ADVOGADOS DO AUTOR: ROSANGELA DA ROSA CORREA, OAB nº AC5398, BRADESCO
REU: JOSE ROBERTO DOS SANTOS
REU SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Defiro o pedido de ID 87337231.
Dessa forma, cite-se o requerido, por intermédio do Sr. Oficial de Justiça, no novo endereço fornecido pela parte autora para pagar o débito descrito, no prazo de 05 (cinco) dias, que deverá ser acrescido da verba honorária de dez por cento sobre o débito em aberto, além das custas processuais recolhidas pelo credor ou, caso queira, oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no despacho inicial de ID 52314268.
Disposições para a CPE, sem prejuízo de outros expediente que sejam necessários:
1. Cite-se o requerido, por intermédio do Sr. Oficial de Justiça, no novo endereço declinado: LINHA C 32 KM 40 PA SÃO PAULO, ZONA RURAL BURITIS/RO SÍTIO MARTENDAL C 14, ZONA RURAL, BURITIS/RO, RUA BELEM 105 MADEIRA SETE, BURITIS/RO;
2. Consigne-se que restando infrutífera a diligência, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção, ficando desde já deferida, nova diligência se indicado mais um endereço para citação da parte requerida.
3. Decorrido o prazo, voltem conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/PRECATÓRIA
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga Número do processo: 7003289-66.2020.8.22.0021
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: GEFFERSON TRIVERIO DENNY
REU SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Tendo em vista o Art. 798-A “Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro”, do Código Penal, suspendo o último despacho e REDESIGNO a solenidade da Audiência de Instrução e Julgamento para a data de 30 de janeiro de 2024 às 10h00 nesta Comarca, de forma presencial. Nada obstante, deve o oficial de justiça certificar os contatos telefônicos das testemunhas, a fim de possibilitá-los a participarem da audiência por videoconferência, caso assim ocorra, salientando que as partes que não possuem recursos tecnológicos para ingressarem por videoconferência (telefone com internet, whatsapp, gmail, e google meet) deverão comparecer ao fórum presencialmente.
Link para acesso à sala virtual: https:// meet.google.com/wdi-wzgv-hwq
Caso existam testemunhas residentes em outra Comarca, já serve a presente como carta precatória, caso a intimação não puder ser realizada de maneira mais célere.
Optando pela realização de forma presencial, intime-se PESSOALMENTE as partes e testemunhas para comparecerem na 1ª Vara genérica do Fórum da Comarca de Buritis/RO, localizada na Rua Taguatinga, 1380 - Setor 03 - CEP 76880-000, munidas de documento de identificação com foto, para realização da solenidade, na data e horário designados. Consigno que o não comparecimento das testemunhas poderá ensejar na sua condução coercitiva e imputação do pagamento da diligência.
Optando pela realização de forma virtual, intime-se PESSOALMENTE as partes e testemunhas para comparecerem à Sala de Audiência Virtual a ser realizada na data supracitada pelo aplicativo Google Meet, cujo link será encaminhado por meio do Whatsapp. No ato da intimação, o Oficial de Justiça deverá certificar o contato telefônico atual das partes e testemunhas a fim de viabilizar a realização da solenidade.

Note-se que esclarecimentos acerca da forma de participação na audiência podem ser realizados, antecipadamente, por meio dos tutoriais produzidos pelo TJRO, através dos links: https://www.youtube.com/watch?v=RY5OFw1W3_4 (se participar pelo celular) ou https://www.youtube.com/watch?v=Kf_np1Axo3E (se participar pelo notebook ou desktop).
Consigno ainda que caso não disponham de recursos tecnológicos suficientes para concretização do ato por videoconferência, onde quer que se encontrem, deverão comparecer ao Fórum de Buritis, com antecedência de 15 minutos, devendo o Oficial de Justiça certificar referida circunstância sobre a necessidade de deslocamento ao Fórum. Consigne-se, ainda, que em caso de não localização no endereço indicado, deverá diligenciar com os demais intimando eventual contato telefônico e/ou endereço.
Requisite-se os policiais, informando que serão ouvidos pelo sistema de videoconferência ou de forma presencial, de acordo com a opção do patrono.
Determino que a secretária de gabinete mantenha contato telefônico com o acusado, vítima e testemunhas, para orientá-los a respeito do Sistema de Videoconferência.
Cite(m)-se e intime(m)-se o(s) acusado(s).
Não sendo citado(s) pessoalmente, proceda-se sua(s) citação(ões) por edital.
Havendo necessidade, expeça-se carta precatória.
Ciência ao Ministério Público e à Defesa.
Disposições ao Cartório, sem prejuízo de outros expedientes que forem necessários:
1. MANDADO DE INTIMAÇÃO da parte ré, CLEBSON DIAS MATES , Endereço: alcunha “Neguinho”, brasileiro, casado, autônomo em serviços gerais, RG n° 1068455 SSP/RO, CPF n° 991.634.892-87, filho de Sivaldo Souza Mates e Eunice Alves Dias Mates, nascido aos 13/03/1988, em Jaru/RO, residente e domiciliado na Linha C-14, T-6, braço esquerdo, s/n, Setor 03, Campo Novo de Rondônia/RO.
2. Intimar/requisitar as testemunhas de acusação e defesa arroladas:
2.1- PM FÁBIO ENGELHARDT
2.2- PM THIAGO LUIZ MARTINS DE BRITO
2.3- LEONOR JACINTA DE OLIVEIRA FARIAS - RUA MINISTRO ANDREAZA, 1660, SETOR 2, BURITIS/RO - FONE: (69) 99386-6634
2.4 - VÍTIMA: BERNDINO FARIAS DE ARAÚJO - RUA MINISTRO ANDREAZA, 1660, SETOR 2, BURITIS/RO - FONE: (69) 99386-6634
BURITIS/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7000033-81.2021.8.22.0021
EXEQUENTE: OLDAIR JOSE
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Despacho
Ante a informação do pagamento, intime-se a parte exequente para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, e, transcorrido o prazo retornem os autos conclusos.
Disposições a CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Fica a parte exequente intimada via DJe.
2. Com as manifestações, retornem os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7004947-57.2022.8.22.0021
REQUERENTE: ROSEMERI SANTOS
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JOSE CARLOS SABADINI JUNIOR, OAB nº RO8698, DANIELLI VITORIA SABADINI, OAB nº RO10128
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Despacho
INTIME-SE o INSS para que implante o benefício concedido, no prazo de 30 dias, sob pena de arbitramento de multa diária, no importe de R$50,00 (cinquenta reais) até o limite de R$3.000,00 (três mil reais).
Decorrido o prazo, independentemente de manifestação do INSS, intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito no prazo de 05 dias.
Após, conclusos.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7002049-37.2023.8.22.0021
AUTOR: CARLOS PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADOS DO AUTOR: SILMAR KUNDZINS, OAB nº RO8735, RENATA SANTOS DE MATTOS, OAB nº RO8738

REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: GUSTAVO SOUSA ARAUJO, OAB nº PB31791, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Despacho
Considerando que a parte requerida apresentou contestação estranha ao processo (ID 91496958), intime-se para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente a contestação devida.
Disposições ao cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Intime-se a parte requerida para apresentar resposta escrita (contestação), no prazo de 10 (dez) dias, acompanhada de documentos, especificando as provas que pretende produzir, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial.
2. Havendo contestação com assertivas preliminares e/ou apresentação de documentos, intime-se a parte requerente para réplica, no prazo de 10 (dez) dias.
3. Cumpridas as determinações acima, tornem os autos conclusos para sentença.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7002724-68.2021.8.22.0021
EXEQUENTE: GELSA RELLA DE ALMEIDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Despacho
Ante a informação do pagamento, intime-se a parte exequente para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, e, transcorrido o prazo retornem os autos conclusos.
Disposições a CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Fica a parte exequente intimada via DJe.
2. Com as manifestações, retornem os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga 7002553-14.2021.8.22.0021
AUTOR: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO AUTOR: EDSON ROSAS JUNIOR, OAB nº AM1910, BRADESCO
REU: RAFAEL TAVARES
ADVOGADO DO REU: CASSIA DE ARAUJO SOUZA, OAB nº MT10921O
DESPACHO
Intime-se a parte embargada para, querendo, manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração (art. 1.023, § 2º, CPC).
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO INTIMAÇÃO/MANDADO/PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003853-11.2021.8.22.0021
EXEQUENTE: VALERIA NUNES DE SOUSA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B

NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Despacho
Ante a informação do pagamento, intime-se a parte exequente para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, e, transcorrido o prazo retornem os autos conclusos.
Disposições a CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Fica a parte exequente intimada via DJe.
2. Com as manifestações, retornem os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003268-85.2023.8.22.0021
AUTOR: ANA PAULA DA SILVA OLIVEIRA
ADVOGADOS DO AUTOR: RONICE SANTOS DE FREITAS, OAB nº RO756, ISRAEL FERREIRA DE OLIVEIRA, OAB nº RO7968
REU: TAM LINHAS AÉREAS S/A
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
DESPACHO
Intime-se a parte autora, via DJE, para emendar a peça inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento, a fim de juntar comprovante de residência atualizado em seu nome, que poderá ser uma conta de água, luz, telefone, fatura de cartão de crédito ou correspondência bancária.
Consigno, ainda, que não será considerado por este juízo como comprovante de endereço, os seguintes documentos: certidão de cadastro eleitoral e declaração de próprio punho.
Cumpra-se.
Disposições a CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1) Fica a parte autora intimada via DJe.
2) Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornar os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 1ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7002503-17.2023.8.22.0021
AUTOR: ADEGILSON RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: RENATO PRINCIPE STEVANIN, OAB nº SP346790
REU: BANCO DO BRASIL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
SENTENÇA
Versam os autos sobre ação revisional de contrato bancário proposta por ADEGILSON RODRIGUES DA SILVA em desfavor de BANCO DO BRASIL.
Determinada a emenda da inicial para comprovar o recolhimento das custas processuais, a parte requerente não atendeu à determinação, deixando transcorreu o prazo in albis.
Portanto, deve ser INDEFERIDA A INICIAL e CANCELADA a DISTRIBUIÇÃO.
POSTO ISSO, com fundamento no artigo 290 do Novo Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial e determino que a CPE promova o CANCELAMENTO da DISTRIBUIÇÃO.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

2ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000
Processo : 7001729-55.2021.8.22.0021
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: GILMAR DA SILVA SERGIO
Advogado do(a) AUTOR: OSNI LUIZ DE OLIVEIRA - RO0007252A
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
INTIMAÇÃO AUTOR - CONTRARRAZÕES
Fica a parte AUTORA intimada na pessoa do seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as Contrarrazões Recursais.

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001955-26.2022.8.22.0021
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: JOAO BATISTA DE OLIVEIRA
ADVOGADOS DO REU: PAULO CEZAR RODRIGUES DE ARAUJO, OAB nº RO3182, NEILTON MESSIAS DOS SANTOS, OAB nº RO4387
SENTENÇA
Trata-se de Ação Civil Pública de reparação de dano ambiental c/c ação de fazer e não fazer e indenização por danos morais coletivos com pedido de tutela provisória, movida pelo Ministério Público Estadual em face do requerido JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA, em relação aos fatos objetos do Procedimento Preparatório nº 89/2021, que apurou dano ambiental consistente no desmatamento de floresta objeto de especial preservação.
Em sede de contestação à Ação Civil Pública, o requerido JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA alegou a existência de litispendência por ações ajuizadas antes da presente demanda, cujos processos de n. 1010740-87.2019.4.01.4100, 1005877-54.2020.4.01.4100 e 1001627-80.2017.4.01.41-00.
Por sua vez, o Ministério Público se manifestou pelo reconhecimento da litispendência e extinção do presente feito.
É o necessário. DECIDO.
Como se sabe, para que ocorra a litispendência, é necessário que as ações possuam as mesmas partes, causa de pedir e pedido, nos termos do artigo 337, §§ 1º ao 3º, do Código de Processo Civil, in verbis:
Art. 337 (...) § 1º Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.
§ 2º Uma ação é idêntica a outra quando possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.
§ 3º Há litispendência quando se repete ação que está em curso.
Sem maiores delongas, tais requisitos foram demonstrados pelo requerido, porquanto juntou aos autos ações civis públicas movidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), as quais versam sobre a mesma parte, mesma causa de pedir e mesmo pedidos (1010740-87.2019.4.01.4100, 1005877- 54.2020.4.01.4100 e 1001627-80.2017.4.01.41-00).
Em termos mais precisos, tratam-se dos mesmos danos ambientais que ensejaram a propositura da presente Ação Civil Pública, quais sejam, ocorridos na propriedade rural localizada na Linha Formosa, Km 27, “Fazenda Céu Azul”, Município de Buritis/RO, conforme auto de Infração acostado ao presente feito.
Logo, de rigor a extinção do feito sem resolução de mérito.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, inciso V, do Código de Processo Civil, ante o reconhecimento da litispendência.
Sem condenação em honorários e custas, ante a ausência de má-fé (art. 23-B, §2º, da LIA).
Sentença que não se sujeita ao reexame necessário, nos termos do artigo 17-C, §3º, da Lei nº 8.429/92.
Publicação e Registros automáticos pelo sistema. Intime-se.
Disposições à CPE, sem prejuízo de outros expedientes que sejam necessários:
1. Intime-se a parte requerente, via PJe.
2. Havendo recurso de apelação, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante o art. 1.010, § 1°, do CPC e, após, remeter os autos ao TJRO.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
3.2 Decorrido o prazo sem requerimentos, arquivem-se os autos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7004927-66.2022.8.22.0021
REQUERENTE: JOSE SILVA SANTOS
ADVOGADOS DO REQUERENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A, JOILSON SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RO3505A

REQUERIDOS: Estado de Rondônia, ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de embargos de declaração opostos por ESTADO DE RONDÔNIA em face da sentença prolatada nos autos, sob alegação de omissão na análise da prescrição e pelo não cabimento da devolução em dobro.
É o relatório. DECIDO.
Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil cabível os embargos declaratório para, sanar omissão, contradição, obscuridade e corrigir erro material.
Com efeito, a sentença atacada não contém omissão, contradição, obscuridade ou erro material, sendo assim os embargos manejados estão para além das hipóteses legais.
É de se destacar que este Juízo já firmou seu convencimento, não sendo o caso de se manifestar novamente, assim a via eleita dos embargos não é adequada e cabe ao embargante, caso queira, apresentar o recurso inominado para manifestar seu descontentamento.
Assim, CONHEÇO dos embargos de declaração por serem tempestivos e, no mérito, REJEITO-OS, mantendo hígida a sentença exarada, porquanto não se verificam presentes os pressupostos da omissão, contradição ou ambiguidade.
Via de consequência, mantenho a sentença tal como está lançada.
Intime-se as partes.
Disposições à CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Ficam as partes intimadas via DJe.
1.2 Intime-se o ESTADO via sistema.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
2.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7002278-31.2022.8.22.0021
REQUERENTE: JOSE DIAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DORIHANA BORGES BORILLE, OAB nº RO6597A
REQUERIDO: BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A - BANESPA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Recebo a emenda à inicial. Defiro a gratuidade processual e a inclusão do BANCO OLE CONSIGNADO S.A. CNPJ N° 71.371.686/0001-75 MATRIZ no polo passivo . O processamento desta ocorrerá em segredo de justiça.
Designo audiência de conciliação/mediação, agendada de forma automática no sistema PJe, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, na modalidade não presencial, através do contato (69) 9 9984-2111, por meio do aplicativo “whatsapp”.
Por ocasião da intimação das partes, estas deverão informar telefone para contato ao Oficial de Justiça responsável pela diligência ou peticionando nos autos para informar, caso a citação ocorra via postal (carta) ou mandado. Caso haja advogado cadastrado, este deverá peticionar nos autos a fim de informar seus números de telefone e/ou e-mail para que os conciliadores possam dar início às tratativas visando à realização de acordo.
A audiência será realizada por chamada de vídeo no aplicativo “whatsapp”, assim, as partes deverão apresentar nos autos contato telefônico que viabilizem a chamada de vídeo. A não apresentação do contato ou o não atendimento da chamada no dia da audiência ensejará certificação de ausência com todos os efeitos legais da mesma.
Intime-se a parte autora.
Cite-se e intime-se a parte requerida para participar da audiência.
Não sendo encontrado a(s) parte requerida(s) no endereço informado na inicial, intime-se a parte autora para que apresente endereço atualizado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena extinção do feito. Apresentado novo endereço, desde já autorizo a CPE a expedir nova citação, sem a necessidade de retorno dos autos a conclusão.
Não havendo acordo/composição será aberto o prazo de 15 dias para resposta (art. 335, CPC).
Havendo contestação com assertivas preliminares e/ou apresentação de documentos, intime-se a parte requerente para réplica.
Em seguida, intimem-se as partes, de forma sucessiva, para, querendo, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as e indicando sua finalidade, no prazo de 05 (cinco) dias.
O Ministério Público atuará nos casos em que haja interesse de menores ou idosos.
Cumprida as determinações acima, retornem os autos conclusos.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Determino a CPE que designe audiência de conciliação de forma automática no sistema PJE, a qual será realizada pelo WhatsApp.
1.2 A solenidade será conduzida pelos conciliadores do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), através do telefone (69) 9.9984-2111.
2. Intime-se o requerente, por meio de seu advogado, caso constituído, acerca da audiência designada, devendo informar telefone para contato nos autos.
2.1 Caso a parte seja atendida pela Defensoria Pública, intime-se pessoalmente, no endereço abaixo indicado, devendo informar telefone para contato ao Oficial de Justiça responsável pela diligência, ou peticionar nos autos.

3. Cite-se e intime-se a parte requerida para a audiência designada, nos termos determinados pela Corregedoria deste Tribunal, devendo informar telefone para contato ao Oficial de Justiça responsável pela diligência, ou peticionar nos autos.
4. Não sendo encontrado a(s) parte requerida(s) no endereço informado na inicial, intime-se a parte autora para que apresente endereço atualizado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena extinção do feito. Apresentado novo endereço, desde já autorizo a CPE a expedir nova citação, sem a necessidade de retorno dos autos a conclusão.
5. Após a realização da audiência de conciliação:
5.1 Realizado o acordo, tornem os autos conclusos para sentença de homologação.
5.2 Não havendo acordo, aguarde-se o prazo para contestação.
6. Havendo contestação com assertivas preliminares e/ou apresentação de documentos, intime-se a parte requerente para impugnar, no prazo de 15 dias.
7. Em seguida, intimem-se as partes, de forma sucessiva, para, querendo, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as e indicando sua finalidade, no prazo de 05 (cinco) dias.
8. Cumpridos todos os atos acima, venham os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA/ OFÍCIO
REQUERENTE: JOSE DIAS DE OLIVEIRA, RUA NITEROI S/N SETOR 06 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REQUERIDO: BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A - BANESPA, RUA JOSÉ DE ALENCAR 3022, - DE 2978/2979 A 3272/3273 CAIARI - 76801-154 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Processo: 7000910-50.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Busca e Apreensão
AUTOR: PROCOPIO TEIXEIRA CALDEIRA
ADVOGADO DO AUTOR: SIDNEY GONCALVES CORREIA, OAB nº RO2361A
REQUERIDO: MARLEY DE JESUS SANTOS
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos, etc.
Considerando a apresentação de certidão de inteiro teor atualizado do imóvel, expeça-se mandado de PENHORA/AVALIAÇÃO de 50% do imóvel localizado na Rua Alta Floresta, nº 1527, Setor 02, quadra 32, Lote 87, neste município de Buritis, para garantir a presente execução.
Efetuada a penhora, avaliação e lavrado o respectivo auto, intime-se a parte executada pessoalmente e pelo mesmo mandado (art. 841, CPC), para, querendo, apresente impugnação no prazo de 15 dias.
Observando o disposto no art. 846 do CPC(cumprimento da diligência por dois oficiais e assinatura de duas testemunhas presentes à diligência).
Recaindo a penhora sobre bem imóvel ou direito real sobre imóvel, será intimado também o cônjuge do executado, salvo se forem casados em regime de separação absoluta de bens (art. 842, do CPC).
O executado pode, no prazo de 10 dias contado da intimação da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove que lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente (art. 847,do CPC).
Para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, mediante apresentação de cópia do auto ou do termo, independentemente de mandado judicial (art. 844, do CPC).
Havendo impugnação, intime-se a parte exequente para resposta no mesmo prazo de 15 dias.
Providenciem-se o necessário. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do CPC.
Serve a presente como carta/mandado de penhora/ofício e demais providências necessárias para cumprimento da presente, caso conveniente à escrivania.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
Assinado Digitalmente
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDA, COMO CARTA AR/MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO e DEMAIS ATOS:
Dados para cumprimento:
AUTOR: PROCOPIO TEIXEIRA CALDEIRA, RUA CAFELÂNDIA 1401 SETOR 02 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REQUERIDO: MARLEY DE JESUS SANTOS, RUA ALTA FLORESTA 1527 SETOR 02 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7004259-03.2019.8.22.0021
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: MAISA DA ROCHA SANTOS, TAYLON DA ROCHA PIMENTEL
ADVOGADO DOS ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: EURIANNE DE SOUZA PASSOS BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO3894
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Despacho
Oficie-se ao Banco do Brasil determinando o resgate dos valores depositados na conta judicial vinculado ao presente feito, comprovando nos autos, em 05 (cinco) dias.
Sobrevindo o depósito, expeçam-se novos alvarás para levantamento em favor do requerente.
Com a comprovação de levantamento, venham os autos conclusos para extinção.

Disposições à CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Oficie-se ao Banco do Brasil determinando o resgate dos valores depositados na conta judicial vinculado ao presente feito, comprovando nos autos, em 05 (cinco) dias.
2. Sobrevindo o depósito, expeçam-se novos alvarás para levantamento em favor do requerente.
3. Com a comprovação de levantamento, venham os autos conclusos para extinção.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Número do processo: 7001991-34.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: REGINA GIBIM BEZERRA
ADVOGADO DO AUTOR: FERNANDO DE OLIVEIRA RODRIGUES, OAB nº RO8731
Polo Ativo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de inexigibilidade/nulidade de débito c/c danos morais e tutela de urgência ajuizada por REGINA GIBIM BEZERRA em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA/ENERGISA.
Procedo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, por se tratar de matéria exclusivamente de direito e ante a desnecessidade de produção de outras provas.
O caso em análise se trata de relação de consumo, portanto, o Código de Defesa do Consumidor será o arcabouço legal utilizado para dirimir a presente lide, sem olvidar, logicamente, as demais normas utilizadas ordinariamente.
Estão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo, bem como as partes estão regularmente representadas.
No tocante à comprovação da existência do débito ou da legitimidade da manutenção da restrição, o ônus probatório recai sobre a parte requerida, tendo em conta que a relação jurídica discutida é manifestamente de consumo. Disto decorre, em síntese, que: uma vez que negado o débito pelo consumidor, e havendo verossimilhança do alegado, inverte-se o ônus da prova, nos moldes do Código de Defesa do Consumidor (art. 6º, VIII, da Lei nº 8.078/90); a parte requerida detém maior poder econômico e de informação, cabendo a ela manter sob a sua guarda os documentos relativos aos negócios jurídicos realizados com os seus clientes (consumidores), sob pena de arcar com os efeitos decorrentes do risco inerente à atividade, inclusive relativo a eventual contratação indevida (possivelmente fraudulenta) e consequente anotação cadastral irregular.
Assim, pretende a autora a declaração de inexistência do débito referente à cobrança de consumo de energia, alegando que jamais procedeu qualquer alteração no relógio medidor.
Por outro lado a requerida alega que o débito é devido, sendo que decorreu de efetivo consumo, mas não traz qualquer prova capaz de demonstrar a legitimidade do mesmo.
Este E. Tribunal de Justiça já decidiu reiteradas vezes que para ser considerado válido o débito, é preciso que se demonstrem também a obediência aos procedimentos previstos na Resolução da ANEEL, bem como aos princípios do contraditório e ampla defesa.
No caso, o que se verifica é que a leitura realizada em campo foi feita de forma unilateralmente pela requerida, em desacordo com o disposto na Resolução da ANEEL, o que impede o consumidor de exercer seu direito à ampla defesa e ao contraditório, que pressupõe igualdade na utilização dos meios de defesa.
Por outro lado, quanto ao pagamento de indenização por danos morais, é necessário aferir no caso concreto se a situação trazida pela parte pode ser considerada ofensiva a ponto de causar dano moral ou mesmo se esta se insere no conceito de dano moral puro, dispensando eventual prova de sua ocorrência.
Observa-se no presente processo que o débito discutido nos autos fora objeto de suspensão dos serviços na unidade consumidora, ficando compelida a pagar o débito para ter acesso ao serviço essencial.
No caso em tela, verificada a conduta ilícita da empresa ré, na suspensão dos serviços na unidade consumidora, encontram-se os pressupostos ensejadores da responsabilidade civil.
Nesse sentido:
Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Recuperação de consumo. Perícia unilateral. Ausência de elementos justificadores. Irregularidade. Inexigibilidade do débito. A concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica no Estado de Rondônia deve seguir todos os parâmetros indicados pela agência reguladora, sob pena de nulidade de seus atos. (TJ-RO - RI: 70491272920198220001 RO 7049127-29.2019.822.0001, Data de Julgamento: 18/09/2020).
Com efeito, o constrangimento trazido a parte requerente caracteriza dano moral, porquanto não pode usufruir de serviço essencial.
Pois bem. A reparação do dano moral é feita através de fixação de valor pecuniário conforme o livre e prudente arbítrio do juiz. Deve o julgador pautar-se pelo equilíbrio, de maneira que o valor fixado possa trazer um sentimento de felicidade ao ofendido e de punição ao causador, para que este se sinta desestimulado a praticar novamente a sua conduta ou omissão ilícita.
Nesse sentido, tal reparação também não pode ser em valor exorbitante, acima das condições econômicas do réu ou, de um lado, ser fonte de enriquecimento indevido e, de outro, ser inexpressiva.
Portanto, sopesando-se as circunstâncias apresentadas nos autos, levando-se em consideração as condições do ofendido e do ofensor, bem como a teoria do desestímulo e da proporcionalidade na fixação do dano moral, tenho como razoável que o valor da indenização deva ser arbitrado em R$ 10.000,00 (dez mil reais). Outrossim, cumpre ressaltar que um valor de indenização menor poderia não cumprir com seu papel punitivo.
Em relação ao pedido de repetição do indébito previsto no art. 940 do Código Civil, sua incidência ao presente caso afigura-se flagrantemente inviável, notadamente porque o dispositivo em questão é de clareza solar ao exigir que o credor tenha demandado, em juízo, por dívida já paga. Assim, não restou demonstrado que a parte requerente tenha sido demandada em juízo pela Concessionária Requerida por dívida paga. De mais a mais, para aplicação da penalidade em comento, também deve restar demonstrada a má-fé do credor. Nesse sentido é o verbete sumular 159 da jurisprudência do STF: “Cobrança excessiva, mas de boa fé, não dá lugar às sanções do art. 1.531 do Código Civil (atual art. 940)”.

Igualmente, não se mostra razoável a incidência do art. 42, parágrafo único do CDC (repetição de indébito), notadamente porque o dispositivo refere-se à restituição em dobro do valor pago em excesso, e não do valor total pago. Nesse diapasão, considerando que este julgado não adentrou ao mérito do valor a ser pago a título de recuperação, limitando-se a esclarecer o critério correto a ser adotado em eventual procedimento de recuperação de consumo, não há como se aferir o valor pago em excesso pelo consumidor, pelo que, de rigor, a restituição deve ocorrer na forma simples, é dizer, no importe de R$ 1.240,90 (mil duzentos e quarenta reais e noventa centavos).
Ademais, para a incidência do instituto de repetição de indébito, já restou pacificado na jurisprudência que deve ser demonstrada a má-fé do fornecedor, vejamos:
"Jurisprudência em Teses do STJ (ed. 39). Tese 7: A devolução em dobro dos valores pagos pelo consumidor, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, pressupõe tanto a existência de pagamento indevido quanto a má-fé do credor."
"A devolução em dobro dos valores pagos pelo consumidor pressupõe a existência de pagamento indevido e a má-fé do credor, consoante o entendimento desta Corte. STJ. 4ª Turma. AgInt no REsp 1502471/RS, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, julgado em 29/10/2020."
Do pedido contraposto, improcedente, posto que a recuperação de consumo não atendeu a legislação em vigor e entendimento deste tribunal de que essa norma interna deve ser adaptada mediante interpretação mais favorável ao consumidor.
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I do CPC, JULGO, por sentença com resolução do mérito, PROCEDENTES os pedidos da parte requerente para RATIFICAR a tutela de urgência concedida; DESCONSTITUIR o débito em relação aos valores exorbitantes constantes nos autos, no valor de R$ 1.240,90 (mil duzentos e quarenta reais e noventa centavos), devendo a parte requerida proceder restituição do valor pago (R$ 1.240,90 (mil duzentos e quarenta reais e noventa centavos), não sendo permitida a compensação do valor em faturas futuras; por fim, CONDENAR a requerida no pagamento de indenização por danos morais à parte autora na importância de R$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizada monetariamente a partir da presente data (Súmula nº 362, do STJ), de acordo com os índices do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (Tabela adotada pelo TJRO) e acrescida de juros moratórios de um por cento ao mês a contar da citação (art. 405, Código Civil, c/c art. 161, §1º, Código Tributário Nacional).
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei n. 9.099/95.
Sentença publicada e registrada via Sistema Pje.
Intimem-se.
Disposições para a CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Ficam as partes intimadas via DJe.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
3.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
AUTOR: REGINA GIBIM BEZERRA, RUA 22 DE ABRIL 1621 SETOR 09 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, RUA CORUMBIARA 1820, ENERGISA S/A - BURITIS SETOR 3 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003318-02.2022.8.22.0004
AUTORES: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO, Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADOS DOS AUTORES: MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: EDUARDO FERREIRA DE VASCONCELOS
ADVOGADO DO REU: AROLDO BUENO DE OLIVEIRA, OAB nº PR54249
Sentença
Trata-se de embargos de declaração interposto pelo IBAMA contra decisão que suspendeu o processo e determinou a fiscalização pelo IBAMA, alegando a ocorrência de omissão tendo em vista que o instituto sequer faz parte da lide, não cabendo a este realizar vistorias.
Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença, obscuridade, contradição ou omissão.
No presente caso concreto, observo a ocorrência de erro material.
Ante o exposto, CONHEÇO dos embargos de declaração por serem tempestivos e, no mérito, ACOLHO-OS para corrigir o erro material, passando o seguinte parágrafo da decisão a seguinte redação:
"A Desde já determino que seja oficiada a Sedam, para que realize inspeções na área, a fim de acompanhar bimestralmente se houve alterações na vegetação decorrente da prática de desmatamento. "
No mais, mantenho inalterados os demais termos da decisão.
Intime-se as partes.
Disposições à CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Ficam as partes intimadas via DJe.
2. Com o trânsito em julgado:
2.1 Suspenda-se o feito.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7007048-72.2019.8.22.0021
EXEQUENTE: JANETE FERREIRA SENHORINHO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXECUTADO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO EXECUTADO: DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS, OAB nº RO2013, MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Trata-se de cumprimento de sentença com informação de adimplemento integral da obrigação.
Dessa forma, nesta data, em relação ao valor cabível a Defensoria Pública, expediu-se o alvará eletrônico na modalidade transferência através da ferramenta "alvará eletrônico", pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente ao banco detentor da conta judicial, sem gerar documento novo nos autos, conforme documento anexo.
Decorrido o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da emissão do alvará eletrônico, constatando-se que os valores ainda permanecem disponíveis para levantamento, determino à CPE a juntada aos autos do extrato bancário da conta judicial vinculado ao presente feito, devendo expedir alvará tradicional de saque presencial, com prazo de 30 dias, tornando-se SEM EFEITO o alvará eletrônico anteriormente expedido.
Tendo em vista a ausência de informações bancárias da requerente, expeça-se alvará tradicional de saque presencial, em favor da parte autora para levantamento do montante de R$ 5.853,28 (cinco mil oitocentos e cinquenta e três reais e vinte oito centavos).
Realizado o saque da quantia acima, fica a CPE autorizada a expedir alvará eletrônico para transferência dos valores remanescente em conta em favor de ENERGISA/SA.
Considerando o cumprimento integral da obrigação, com fulcro no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO.
Em caso de condenação em custas processuais, não havendo recolhimento, apesar de intimado para pagamento anteriormente, inscreva-se a parte executada em dívida ativa.
Sentença publicada e registrada pelo sistema, ficando dispensada a intimação das partes porque não sofrerão prejuízos e por medida de economia e celeridade processual.
Transitada em julgado nesta data (artigo 1.000, p. único do CPC).
Com a informação do saldo zerado na conta judicial, arquivem-se os autos.
Disposições à CPE, sem prejuízo de outros expediente que sejam necessários:
1. Fica a parte exequente intimada via DJe.
1.2 Intime-se via sistema caso a parte seja assistida pela DPE ou seja ente público.
2. Decorrido o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da emissão do alvará eletrônico, constatando-se que os valores ainda permanecem disponíveis para levantamento, determino à CPE a juntada aos autos do extrato bancário da conta judicial vinculado ao presente feito, devendo expedir alvará tradicional de saque presencial, com prazo de 30 dias, tornando-se SEM EFEITO o alvará eletrônico anteriormente expedido.
3. Expeça-se alvará tradicional de saque presencial, em favor da parte autora para levantamento do montante de R$ 5.853,28 (cinco mil oitocentos e cinquenta e três reais e vinte oito centavos).
4. Realizado o saque da quantia acima, fica a CPE autorizada a expedir alvará eletrônico para transferência dos valores remanescente em conta em favor de ENERGISA/SA.
5. Em caso de condenação em custas processuais, não havendo recolhimento, apesar de intimado para pagamento anteriormente, inscreva-se a parte executada em dívida ativa.
6. Decorrido o prazo para levantamento do alvará, junte-se o espelho/extrato da conta judicial:
6.1 Em não realizado o levantamento, proceda-se o necessário para transferência dos valores à Conta Única Centralizadora do TJRO e após arquivem-se.
6.2 Com a informação do saldo zerado na conta judicial, arquivem-se os autos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/ ALVARÁ.
Buritis, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Buritis - 2ª Vara Genérica AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000,(69) 32382963 Processo nº : 7003336-35.2023.8.22.0021 Requerente: AUTOR: ANANIAS NUNES DE BRITO Advogado: Advogados do(a) AUTOR: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES - RO2383, MARIA AMORIM NUNES - RO12418
Requerido(a): REU: PAULISTA - SERVICOS DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS LTDA Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: Sala 02 - conciliação Data: 16/08/2023 Hora: 08:00 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
Fone/WhatsApp:
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo

no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência. ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Buritis, 17 de julho de 2023.

Processo: 7004822-94.2019.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Indenização por Dano Moral, Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
AUTOR: ROSENI DE OLIVEIRA RAMOS CATRINQUE
ADVOGADO DO AUTOR: JUNIEL FERREIRA DE SOUZA, OAB nº RO6635
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS, OAB nº RO2013, MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO, OAB nº RO635, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Cuida-se de cumprimento de sentença. O requerimento inicial preenche os requisitos do art. 524 do Código de Processo Civil e art. 52 da Lei 9.099/95.
Defiro desde já aplicação de multa de 10% caso não seja comprovado o pagamento voluntário, conforme previsto no artigo 523, §1º, do Código de Processo Civil e Enunciado 97 do FONAJE, abaixo transcrito:
ENUNCIADO 97 – A multa prevista no art. 523, § 1º, do CPC/2015 aplica-se aos Juizados Especiais Cíveis, ainda que o valor desta, somado ao da execução, ultrapasse o limite de alçada; a segunda parte do referido dispositivo não é aplicável, sendo, portanto, indevidos honorários advocatícios de dez por cento (nova redação – XXXVIII Encontro – Belo Horizonte-MG). Ressalta-se. que são incabíveis a condenação de honorários advocatícios em sede de Juizado Especial, conforme acima exposto e ante a ausência das hipóteses legais do art. 55, da Lei 9.099/95.
Garantido o Juízo, a parte devedora poderá apresentar embargos, nos próprios autos, versando sobre: a) falta ou nulidade da citação no processo, se ele correu à revelia; b) manifesto excesso de execução; c) erro de cálculo; d) causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, superveniente à sentença, conforme previsão do art. 52, inciso IX, da Lei 9.099/95 e Enunciado 97 do FONAJE. Advirta-se, desde já, o(a) executado(a) de que eventuais embargos, deverão ser opostos(as) nos próprios autos, no prazo de 15 (quinze) dias, bem ainda delimitar e demonstrar especificamente os valores impugnados, bem como ser instruídos com os documentos que se fizerem necessário à demonstração do alegado, sob pena de preclusão e de imediato julgamento da impugnação, nos termos do artigo 525, §1º, do CPC.

Cumpre ressaltar, que o disposto no artigo 55 da Lei 9.099/95, se refere tão somente as custas processuais, não abrangendo as demais despesas processuais.
Nesse sentido, caso a parte requeira buscas de informações/bloqueios junto aos sistemas informatizados (Sisbajud, Renajud, Siel, Infojud, Srei, ofícios a instituições entre outros), deverá ficar ciente quanto ao valor da respectiva taxa nos termos do artigo 17 do regimento de custas "Art. 17. O requerimento de buscas de endereços, bloqueio de bens ou quebra de sigilo fiscal, telemático e assemelhados, ainda que por meio eletrônico, deverá ser instruído com comprovante do pagamento da diligência, no valor de R$15,83 (quinze reais e oitenta e três) para cada uma delas", a (s) qual (ais) será (ão) acrescida (s) do montante do preparo em caso de recurso inominado, ou não sendo o caso, será (ão) deduzida (s) quando da expedição de alvará.
Disposições à CPE:
a) INTIME-SE a parte devedora a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, satisfaça a obrigação, adimplindo o montante da condenação, corrigido e atualizado nos termos da sentença, sob pena de aplicação de multa de 10%. A intimação do devedor deverá ser realizada na forma do §4º do art. 513 do Código de Processo Civil, isto é: a) Na pessoa do advogado do devedor, caso o requerimento de cumprimento tenha sido formulado há menos de 1 (um) ano do trânsito em julgado da sentença;
b) Na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço urbano constante dos autos, ou por Oficial de Justiça, caso o requerimento de cumprimento tenha sido formulado há mais de 1 (um) ano do trânsito em julgado da sentença.
c) Caso o devedor seja revel, sua intimação deve ocorrer mediante publicação no DJE, conforme prescrição do art. 346 do Código de Processo Civil, sendo desnecessária a cientificação pessoal. b) Havendo embargos, INTIME-SE a parte exequente para manifestar-se sobre a impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias.
c) Se a divergência versar sobre cálculos, remetam-se os autos à Contadoria para conferência e atualização no prazo de 5 (cinco) dias. Após, intimem-se as partes para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias.
d) Decorrido o prazo para embargos sem manifestação, certifique-se nos autos, e não havendo a satisfação da obrigação, o que deverá ser certificado, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito e para que dê prosseguimento normal ao feito, observando a ordem preferencial disposta no art. 835 do CPC.
e) Caso o credor não esteja sendo assistido por advogado, remetam-se os autos à Contadoria para que atualize os cálculos, no prazo de 5 (cinco) dias.
f) Havendo pagamento, expeça-se o competente alvará judicial em nome da parte e/ou advogado.
g) Posteriormente, por ato ordinatório, INTIME-SE a parte exequente, por meio de seu(s) advogado(s), para informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que de direito, no prazo de 02 (dois) dias, sob pena de aceitação dos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
h) Por fim, mantendo-se inerte a parte exequente, voltem os os autos conclusos para sentença de extinção.
i) Verifique-se o cartório quanto a existência de custas processuais. Havendo valores a serem pagos, notifique-se a parte vencida para comprovar o pagamento no prazo de 05 dias. Com a comprovação de pagamento arquiva-se os autos. Decorrido o prazo sem comprovação do pagamento, oficie-se ao Cartório Distribuidor de Protesto cumprindo com o disposto no art. 35, §2º, da Lei nº 3.896/2016. Após, arquivem-se os autos até a vinda de informações do competente tabelionato de protesto. Havendo informação de pagamento no tabelionato, arquivem-se definitivamente o feito (art. 35, § 4º, Lei nº 3.896/2016). De outra forma, recebendo confirmação da lavratura e registro do protesto, o cartório deverá providenciar a inscrição do débito em dívida ativa (art. 37, Lei nº 3.896/2016), arquivando, após, o presente feito. Ressalte-se que após efetivada a inscrição em dívida ativa, este Juízo não poderá receber qualquer valor a título de pagamento de custas (art. 38, § 3º, Lei nº 3.896/2016). Não havendo custas ou quaisquer outras pendências, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
AUTOR: ROSENI DE OLIVEIRA RAMOS CATRINQUE, CPF nº 79897614249, RUA CHUPINGUAIA, Nº 2778, SETOR 04 2778 RUA CHUPINGUAIA, Nº 2778, SETOR 04 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Processo: 7000324-81.2021.8.22.0021
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Indenização por Dano Material
REQUERENTE: NELSON LUNARDI
ADVOGADO DO REQUERENTE: CRISTIANO MOREIRA DA SILVA, OAB nº RO9947
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Pelo que depreendo os autos, a parte executada adimpliu com o débito integralmente.
Desta feita, JULGO EXTINTA A AÇÃO, com arrimo no artigo 924, II, do Código de Processo Civil, em razão da satisfação da obrigação executada.
Fica a parte exequente intimada a especificar eventual restrição a ser levantada, apontando-se o respectivo ID.
Ante o cumprimento com a obrigação, antecipo o trânsito em julgado nesta data (CPC, art. 1.000, parágrafo único).
P.R.I. e, oportunamente, arquivem-se os autos, promovendo-se as baixas devidas no sistema.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
REQUERENTE: NELSON LUNARDI, CPF nº 64955222234, LINHA 01, KM 18 Lote 12,, GLEBA 06 ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001335-77.2023.8.22.0021
AUTOR: RONALDO ROSA
ADVOGADO DO AUTOR: RODRIGO DA SILVA SOUZA, OAB nº RO10784
REU: BANCO DO BRASIL SA, BANCO DO BRASIL SA, BRASILSEG COMPANHIA DE SEGURO, BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DOS REU: PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A, PROCURADORIA DA BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
Despacho
Recebo a inicial.
Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Compensatória por Danos Morais com Pedido de liminar proposta por RONALDO ROSA, em face deREU: BANCO DO BRASIL SA, BANCO DO BRASIL SA, BRASILSEG COMPANHIA DE SEGURO, BANCO DO BRASIL, ambos qualificados na inicial.
Alega o autor que contratou em 03/03/2020 apólice individual de seguro perante a instituição financeira requerida com validade até 03/03/2025.
Assim, ocorre que durante a vigência do contrato veio ocorrer o sinistro de invalidez permanente total por acidente - IPA, sendo acionado o seguro junto a requerida, todavia, não sendo cumprido a totalidade do capital assegurado, razão pela qual pleiteia em sede liminar para que seja garantido os seu direitos, bem como o ressarcimento dos danos morais pelos prejuízos sofridos.
É relatório. Decido.
Quanto a tutela de urgência, assim preceituam os artigos 300 e 301 do Código de Processo Civil:
Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
Art. 301. A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguração do direito.
Desse modo, para a concessão da liminar é necessária a coexistência dos requisitos legais, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
Ressalte-se que antecipar os efeitos da tutela não se confunde com avançar no mérito ou pré-julgar, ainda que a medida seja indiscutivelmente imprescindível à parte.
Desta forma, em razão de que a concessão da tutela de urgência pretendida implicaria em antecipação do mérito, o que é vedado nesta fase processual, entendo não ser caso de concessão em caráter liminar.
Em sendo assim, INDEFIRO, por ora, o pedido de tutela provisória de urgência nos termos do art. 300 do CPC.
Designo audiência de conciliação/mediação, agendada de forma automática no sistema PJe, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, na modalidade não presencial, através do contato (69) 9 9984-2111, por meio do aplicativo “whatsapp”.
Por ocasião da intimação das partes, estas deverão informar telefone para contato ao Oficial de Justiça responsável pela diligência ou peticionando nos autos para informar, caso a citação ocorra via postal (carta) ou mandado. Caso haja advogado cadastrado, este deverá peticionar nos autos a fim de informar seus números de telefone e/ou e-mail para que os conciliadores possam dar início às tratativas visando à realização de acordo.
A audiência será realizada por chamada de vídeo no aplicativo “whatsapp”, assim, as partes deverão apresentar nos autos contato telefônico que viabilizem a chamada de vídeo. A não apresentação do contato ou o não atendimento da chamada no dia da audiência ensejará certificação de ausência com todos os efeitos legais da mesma.
Intime-se a parte autora.
Cite-se e intime-se a parte requerida para participar da audiência.
Não sendo encontrado a(s) parte requerida(s) no endereço informado na inicial, intime-se a parte autora para que apresente endereço atualizado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena extinção do feito. Apresentado novo endereço, desde já autorizo a CPE a expedir nova citação, sem a necessidade de retorno dos autos a conclusão.
Não havendo acordo/composição será aberto o prazo de 15 dias para resposta (art. 335, CPC).
Havendo contestação com assertivas preliminares e/ou apresentação de documentos, intime-se a parte requerente para réplica.
Em seguida, intimem-se as partes, de forma sucessiva, para, querendo, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as e indicando sua finalidade, no prazo de 05 (cinco) dias.
O Ministério Público atuará nos casos em que haja interesse de menores ou idosos.
Cumprida as determinações acima, retornem os autos conclusos.
Disposições para CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Determino a CPE que designe audiência de conciliação de forma automática no sistema PJE, a qual será realizada pelo WhatsApp.
1.2 A solenidade será conduzida pelos conciliadores do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), através do telefone (69) 9.9984-2111.
2. Intime-se o requerente, por meio de seu advogado, caso constituído, acerca da audiência designada, devendo informar telefone para contato nos autos.
2.1 Caso a parte seja atendida pela Defensoria Pública, intime-se pessoalmente, no endereço abaixo indicado, devendo informar telefone para contato ao Oficial de Justiça responsável pela diligência, ou peticionar nos autos.
3. Cite-se e intime-se a parte requerida para a audiência designada, nos termos determinados pela Corregedoria deste Tribunal, devendo informar telefone para contato ao Oficial de Justiça responsável pela diligência, ou peticionar nos autos.
4. Não sendo encontrado a(s) parte requerida(s) no endereço informado na inicial, intime-se a parte autora para que apresente endereço atualizado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena extinção do feito. Apresentado novo endereço, desde já autorizo a CPE a expedir nova

citação, sem a necessidade de retorno dos autos a conclusão.
5. Após a realização da audiência de conciliação:
5.1 Realizado o acordo, tornem os autos conclusos para sentença de homologação.
5.2 Não havendo acordo, aguarde-se o prazo para contestação.
6. Havendo contestação com assertivas preliminares e/ou apresentação de documentos, intime-se a parte requerente para impugnar, no prazo de 15 dias.
7. Em seguida, intimem-se as partes, de forma sucessiva, para, querendo, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as e indicando sua finalidade, no prazo de 05 (cinco) dias.
8. Cumpridos todos os atos acima, venham os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA/ OFÍCIO
AUTOR: RONALDO ROSA, LINHA-C 10, S/N ZONA RURAL - 76887-000 - CAMPO NOVO DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
REU: BANCO DO BRASIL SA, AVENEDA TANCREDO NEVES s/n SETOR 02 - 76887-000 - CAMPO NOVO DE RONDÔNIA - RONDÔNIA, BANCO DO BRASIL SA, - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA, BRASILSEG COMPANHIA DE SEGURO, , INEXISTENTE - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, BANCO DO BRASIL, , RUA JAMARY 1555 - 76801-917 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
PROCESSO: 0001635-42.2015.8.22.0021
AUTOR: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO AUTOR: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
REU: INSTITUTO BRASILEIRO DE APOIO A MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA, CNPJ nº 04713687000163, ELSON DE SOUZA MONTES, CPF nº 16212851204
ADVOGADOS DOS REU: CLAUDIO ROBERTO NUNES GOLGO, OAB nº RS25345, OSNI LUIZ DE OLIVEIRA, OAB nº RO7252A
VALOR DA CAUSA: R$ 2.376.128,50
SENTENÇA
Trata-se de ação civil pública movida pela Procuradoria do Município de Buritis/RO, em face de ELSON DE SOUZA MONTES, OSNI LUIZ DE OLIVEIRA e CLÁUDIO NUNES GOLGO, por irregularidades na contratação da empresa Instituto brasileiro de Apoio a Modernização Administrativa (IBRAMA), sem a devida licitação.
Efetuada a devida análise dos autos, verifica-se que os fatos ocorreram no ano de 2009 e ação civil pública foi proposta em maio de 2015 (ID. 9913027). Em janeiro de 2018, considerando o decurso do prazo, a parte autora foi intimada para apresentar o valor atualizado do débito (ID. 15603151), tenho sido apresentado ao ID. 17260666.
Posteriormente, em maio de 2018, determinou-se o cumprimento do Despacho de ID. 15603151, consistente na expedição de carta precatória para a notificação dos requeridos.
O requerido OSNI LUIZ DE OLIVEIRA apresentou defesa no ID. 91215293, requerendo o reconhecimento da prescrição intercorrente, nos termos do
art. 23, §4º, inciso I, e §§ 5º e 8º, da Lei nº 14.230/2021 (Lei de Improbidade Administrativa).
Instado acerca da prescrição intercorrente, o Ministério Público manifestou-se pelo reconhecimento da prescrição.
É o breve relatório. Decido.
A lei 8.429/92, que dispõe sobre as sanções por atos de improbidade administrativa, recentemente sofreu importantes alterações com a aprovação da Lei nº 14.230 de 25 de outubro de 2021, incorporando a prescrição intercorrente nas ações de improbidade administrativa, assim entendida, aquela que ocorre após o ajuizamento da ação, quando superados prazos para o acontecimento de certos eventos processuais.
Assim, diz o § 5º do artigo 23 da referida lei, que prescreverá em quatro anos as sanções possíveis por atos de improbidade (metade do prazo de oito anos do caput), se não ocorrida algumas das hipóteses de interrupção do §4º, do artigo 23, que são: ajuizamento da ação de improbidade; publicação da sentença condenatória; publicação de decisão ou acórdão de TJ ou TRF que confirma sentença condenatória ou que reforma sentença de improcedência; publicação de decisão ou acórdão do STJ que confirma acórdão condenatório ou que reforma acórdão de improcedência.
Vejamos:
[...]
Art. 23. A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)
[...]
§ 4º O prazo da prescrição referido no caput deste artigo interrompe-se: (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)
I - pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)
[...]
§ 5º Interrompida a prescrição, o prazo recomeça a correr do dia da interrupção, pela metade do prazo previsto no caput deste artigo.
Da análise da legislação, verifica-se que ocorre a prescrição intercorrente 4 anos após a propositura da ação.
Verifica-se que ação foi proposta em 05/05/2015, restando claro que a presente ação de apuração de ato por improbidade administrativa foi tomada pela prescrição, sendo sua extinção, a medida que se impõe.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO O FEITO ante a prescrição intercorrente, nos termos do artigo 487, inciso II do Código de Processo Civil.

Isento de custas e honorários.
Sentença publicada e registrada automaticamente.
Intimem-se.
Transitada em julgado, arquivem-se.
Disposições à CPE:
1. Intime-se as partes.
2. Nada mais havendo, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Processo: 7005563-32.2022.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Indenização por Dano Material
REQUERENTE: VALCLEIA RODRIGUES
ADVOGADO DO REQUERENTE: GISELE APARECIDA DOS SANTOS, OAB nº RO10284
REQUERIDOS: EBAZAR.COM.BR. LTDA, B. D. B.
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM, OAB nº ES18694, MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419
Sentença
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38, da LF 9.099/95).
Trata-se de ação cobrança indevida proposta VALCLEIA RODRIGUES TESCH em face Banco do Brasil S.A, AGENCIA DE BURITIS-RO e MERCADO LIVRE – EBAZAR.COM.BR. LTDA, onde a parte requerente alega ter sido, realizado descontos indevidos em sua conta corrente no valor de R$25,00 e R$20,00, realizado pelo Mercado Livre o qual não reconhecendo valores descontados.
Foram apresentada contestação, argumentando preliminarmente sobre a ilegitimidade passiva de figurar no polo passivo, colacionando a responsabilidade civil ao comprador, sendo o Ebazar.Com.Br. Ltda Mercado Livre apenas a plataforma, argumenta-se ainda, que trata-se de indeferimento da inicial , tendo em vista que não fora juntada documentos necessários para propositura da ação, somente juntou extrato bancário da conta corrente, é indevido a devolução dos valores da compra, no mais, a respeito do mérito, diz-se não existir dever das partes Requeridas em arcar com o ônus de indenizar tendo em vista que cumpriu com seus deveres, sendo inócuo o pedido de devolução dos valores, danos materiais ou morais. Pugnaram, em suma, pela improcedência da ação.
Em contrapartida, a Requente juntou impugnação a contestação, contra argumentando as preliminares mencionadas, sendo responsabilidade das Requeridas prezar pela segurança das plataformas e transações bancárias.
A questão tratada nos autos dispensa um maior arrazoado jurídico, sendo de deslinde singelo.
O pedido inicial não deve prosperar, por ter sido analisada detidamente as provas colacionadas nos autos, levando ao convencimento deste juízo não houve má prestação de serviço pelas requeridas quanto a utilização do cartão de crédito, e ao verificar a compra através da internet, foram fornecido dados dados pessoais, como cartão e senha, data da validade do cartão de crédito, bem como código de segurança. Portanto, não há de se falar em fraude ou má prestação de serviço.
MÉRITO
A responsabilidade do fornecedor, em regra, é apreciada nos termos do art. 14, do CDC, o qual preconiza:
Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
[...]
§ 2º O serviço não é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.
§ 3° O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:
I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;
II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
Com efeito, a responsabilidade do fornecedor é objetiva, porém não é integral, isto é, não cabe a responsabilização do fornecedor em todas as situações, ainda mais quando há falha na prestação dos serviços não envolvem a regular cadeia de fornecimento dos produtos e serviços. Consoante relato fático, o autor alega que seu cartão foi utilizado e vem efetuando descontos em sua conta corrente.
Por conta disso, destacou a parte autora que foi aberta impugnação, porém não acostou aos autos qualquer resposta da instituição financeira.
Embora o CDC preveja as causas de inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, não é toda ação ajuizada que necessariamente o fornecedor terá que comprovar que não falhou na prestação dos serviços, pois deve haver verossimilhança das alegações e hipossuficiência.
O STJ tem farta jurisprudência sobre o tema, com conclusão de que a instituição financeira, em caso de uso do cartão e da senha do correntista, não tem o dever de reparar os danos.
Nesse sentido:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIBILIDADE DE DÉBITO. CONSUMIDOR. GOLPE DO MOTOBOY. RESPONSABILIDADE CIVIL. USO DE CARTÃO E SENHA. DEVER DE SEGURANÇA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. 1. Ação declaratória de inexigibilidade de débito. 2. Recurso especial interposto em 16/08/2021. Concluso ao gabinete em 25/04/2022. 3. O propósito recursal consiste em perquirir se existe falha na prestação do serviço bancário quando o correntista é vítima do golpe do motoboy. 4. Ainda que produtos e serviços possam oferecer riscos, estes não podem ser excessivos ou potencializados por falhas na atividade econômica desenvolvida pelo fornecedor. 5. Se as transações contestadas forem feitas com o cartão original e mediante uso de senha pessoal do correntista, passa a ser do consumidor a incumbência de comprovar que a instituição financeira agiu com negligência, imprudência ou imperícia ao efetivar a entrega de numerário a terceiros. Precedentes. 6. A jurisprudência deste STJ consigna que o fato de as compras terem sido realizadas no lapso existente entre o furto e a comunicação ao banco não afasta a responsabilidade da instituição financeira. Precedentes. 7. Cabe às administradoras, em parceria com o restante da cadeia de fornecedores

do serviço (proprietárias das bandeiras, adquirentes e estabelecimentos comerciais), a verificação da idoneidade das compras realizadas com cartões magnéticos, utilizando-se de meios que dificultem ou impossibilitem fraudes e transações realizadas por estranhos em nome de seus clientes, independentemente de qualquer ato do consumidor, tenha ou não ocorrido roubo ou furto. Precedentes. 8. A vulnerabilidade do sistema bancário, que admite operações totalmente atípicas em relação ao padrão de consumo dos consumidores, viola o dever de segurança que cabe às instituições financeiras e, por conseguinte, incorre em falha da prestação de serviço. 9. Para a ocorrência do evento danoso, isto é, o êxito do estelionato, necessária concorrência de causas: (i) por parte do consumidor, ao fornecer o cartão magnético e a senha pessoal ao estelionatário, bem como (ii) por parte do banco, ao violar o seu dever de segurança por não criar mecanismos que obstem transações bancárias com aparência de ilegalidade por destoarem do perfil de compra do consumidor. 10. Na hipótese, contudo, verifica-se que o consumidor é pessoa idosa, razão pela qual a imputação de responsabilidade há de ser feita sob as luzes do Estatuto do Idoso e da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, sempre considerando a sua peculiar situação de consumidor hipervulnerável. 11. Recurso especial provido. (STJ - REsp: 1995458 SP 2022/0097188-3, Data de Julgamento: 09/08/2022, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/08/2022).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. SAQUES EM CONTA CORRENTE DA EMPRESA REALIZADOS POR SÓCIO NÃO ADMINISTRADOR. OFENSA AO ART. 489, § 1º, V E VI, DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. USO DE CARTÃO E SENHA DA TITULAR DA CONTA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. DEVER DE GUARDA NÃO OBSERVADO. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO PROVIDO. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, “a responsabilidade da instituição financeira deve ser afastada quando o evento danoso decorre de transações que, embora contestadas, são realizadas com a apresentação física do cartão original e mediante uso de senha pessoal do correntista” (REsp 1.633.785/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 24/10/2017, DJe de 30/10/2017). 2. Hipótese em que o Tribunal de origem, examinando as circunstâncias da causa, considerou que os alegados prejuízos decorrentes dos saques realizados na conta corrente da pessoa jurídica autora decorreriam de sua própria culpa, uma vez que, embora efetuados por sócio não autorizado, foram realizados mediante o uso do cartão físico e respectiva senha. Acórdão em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Súmula 83/STJ. 3. A modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido, a fim de reconhecer que os saques teriam sido realizados mediante simples assinatura do sacador, sem a utilização de cartão e senha, demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ). 4. Agravo interno provido para conhecer do agravo e negar provimento ao recurso especial. (STJ - AgInt no AREsp: 1626902 MG 2019/0352823-3, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 31/08/2020, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/09/2020).

O requerente, apesar das alegações, não conseguiu comprovar que houve fraude na compra, assim, caso não tenha sido ele quem de fato efetuou a compra, como alega, inarredável a conclusão de que deve incidir o inciso II, do art. 14, do CDC, excluindo a responsabilidade por fato de terceiro (eventual estelionatário ou fraudador que conseguiu acesso ao cartão e a senha do correntista).

Conclui-se, pois, que a pretensão do requerente vai de encontro à entendimento consolidado do STJ e, por tal razão, há manifesta improcedência da lide em todos os seus termos.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados por VALCLEIA RODRIGUES TESCH em face de BANCO DO BRASIL S.A., MERCADO LIVRE-EBAZAR.COM.BR LTDA.

Sem custas e honorários, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei n. 9.099/95.

Sentença publicada e registrada via Sistema Pje.

Intimem-se.

Disposições à CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:

1. Ficam as partes intimadas via DJe.

2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.

3. Com o trânsito em julgado:

3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;

3.2 Nada sendo requerido, arquive-se.

SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.

Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023

Pedro Sillas Carvalho

Juiz de Direito

REQUERENTE: VALCLEIA RODRIGUES, CPF nº 85238848234, RUA CHUPINGUAIA 2210 SETOR 04 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

REQUERIDOS: EBAZAR.COM.BR. LTDA, CNPJ nº 03007331000141, AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 3000 n. 3.003,, AV. DAS NAÇÕES UNIDAS, N. 3.003, BONFIM, OSASCO/SP BONFIM - 06233-903 - OSASCO - SÃO PAULO, B. D. B., AVENIDA FOZ DO IGUAÇU 1643 SETOR 03 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Buritis - 2ª Vara Genérica
Endereço: AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000

==========

Processo nº: 7000250-90.2022.8.22.0021 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: NEUZA MARIA TOMAZ ROSA
Advogado do(a) EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES - RO301-B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE BURITIS

INTIMAÇÃO AO REQUERENTE
Finalidade: Por determinação do(a) MM. Juiz(a) de Direito, PEDRO SILLAS CARVALHO, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, NO PRAZO DE 5 (QUINZE) DIAS, manifestar-se.
Buritis/RO, 17 de julho de 2023.

Processo nº: 7003322-51.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Adicional de Horas Extras
Requerente/Exequente:ROMILDA VIANA TERRA, RUA: PARANÁ 1801 SETOR 02 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
Advogado do requerente: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
Requerido/Executado: MUNICIPIO DE BURITIS
Advogado do requerido: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
DECISÃO
Visto.
A fase de cumprimento de uma sentença deve ser promovido nos próprios autos em que o acordo foi homologado e não proposto ação de autônoma de conhecimento.
O art. 523, do CPC, regula a pretensão de cumprimento de sentença de quantia certa, não instituindo que essa seja em ação autônoma. Ao contrário, estabelece que esse cumprimento se faça por requerimento do exequente com os elementos estabelecidos no art. 524, do CPC.
Por economia processual, sabe-se que todo pedido de sentença deve ocorrer nos próprios autos onde se realizou a fase de cognição.
Salienta-se, inclusive, que a Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça deste Estado, por meio do Ofício Circular n. 14/2011-DIVAD/CG de 15/02/2011, determinou que, “como mera fase do processo, o cumprimento de sentença/execução deverá tramitar nos próprios autos, procedendo-se a mera modificação da classe processual no sistema.
Diante disso, determino o arquivamento do feito.
Buritis, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7000900-06.2023.8.22.0021
AUTOR: DERCILIS DE SOUZA PONTES
ADVOGADO DO AUTOR: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES, OAB nº RO2383
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: HUGO CAVALCANTE GUIMARAES, OAB nº PB31561, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, GUSTAVO SOUSA ARAUJO, OAB nº PB31791, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Recebo o recurso, por ser tempestivo e por ter preparo recolhido.
Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo de dez dias, caso ainda não tenham sido apresentadas.
Caso a parte recorrida seja assistida pela DPE ou pelo serviço de atermação, intime-se pessoalmente para apresentar contrarrazões no prazo de dez dias.
Após, remetam-se os autos à Turma Recursal com nossas homenagens.
Disposições à CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Remetam-se os autos à Turma Recursal com nossas homenagens.
1. Fica a parte recorrida intimada via DJe para apresentar contrarrazões no prazo de dez dias, caso ainda não tenham sido apresentadas.
1.2 Caso a parte recorrida seja assistida pela DPE ou pelo serviço de atermação, intime-se pessoalmente para apresentar contrarrazões no prazo de dez dias.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ OFÍCIO/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
AUTOR: DERCILIS DE SOUZA PONTES, CPF nº 69843406249, LINHA 04, RODOVIA 421 ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Processo: 7005223-25.2021.8.22.0021
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Auxílio-Alimentação
EXEQUENTE: ROMILDA VIANA TERRA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
DECISÃO
Compulsando os autos, constato que as partes não se opuseram aos cálculos apresentados pela contadoria judicial. Assim, HOMOLOGO-os (ID 92337637), sendo R$16.035,86 do valor principal e R$2.091,63 dos honorários sucumbenciais. Consequentemente extingo o feito com resolução do mérito, nos termos do 487, III, “b”, do CPC.
Expeça-se Precatório Requisitório para pagamento do valor principal, bem como Requisição de Pequeno Valor – RPV, conforme o solicitado, em face do executado, nos termos do artigo 13, I, da Lei 12.153/09, a ser cumprido no prazo máximo de 60 dias, para pagamento dos honorários sucumbenciais. Ainda, necessário que o ente público (executado), informe ao juízo o pagamento da respectiva requisição, sendo desnecessário a conclusão dos autos.

Desde já, fica a parte exequente intimada para fornecer os dados bancários (conta corrente) e juntar aos autos as cópias necessárias à expedição do RPV (art. 6º, da Resolução nº 153/2020-PR), caso não informados.
Portanto:
a) expeça-se a Requisição de Pequeno Valor, intimando-se o exequente para juntar aos autos documentos necessários para a instruir a RPV/PRECATÓRIO, caso já não juntados;
b) com a expedição e juntada dos documentos, intime-se o ente público para iniciar o procedimento de pagamento da Requisição, extraindo as cópias necessárias diretamente do PJE, iniciando-se prazo para pagamento (60 dias) na data do registro da ciência no PJE;
4 - Com informação do pagamento da RPV, arquivem-se.
5- Sem custas ou honorários (artigo 55 da lei 9.099/95). Intimem-se. Expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
EXEQUENTE: ROMILDA VIANA TERRA, CPF nº 38937557215, RUA: PARANÁ 1801 SETOR 02 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS, RUA ALTO PARAÍSO 1152 SETOR 02 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

Processo: 7003012-45.2023.8.22.0021
Classe: Divórcio Consensual
Assunto: Dissolução
REQUERENTES: R. C. C., E. M.
ADVOGADO DOS REQUERENTES: JOSE MARTINELLI, OAB nº RS29499
SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Trata-se de Ação de Divórcio Consensual ajuizada por ELSON MOULAZ E ROSILENE CRISTINA CASULA MOULAZ devidamente qualificados, alegando, em síntese, que se casaram em 29/03/1997, pelo Regime de Comunhão Parcial de Bens, estando separados de fato, não havendo possibilidade de reconciliação. Da união advieram 02 filhos sendo um menor de idade. Requerem a homologação do divórcio consensual, nos termos da inicial. Juntaram documentos.
Instado, o Ministério Público pugnou pela homologação do acordo avençado.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório, decido.
Os requerentes pedem que seja homologado o acordo constante da inicial, com a consequente decretação do divórcio do casal.
O termo de acordo entabulado entre as partes, constante na inicial, atende às exigências formais do artigo 731 do CPC.
Com o advento da EC 66/2010, denominada Lei do Divórcio, que alterou o art. 226, §6º da CF – que passou a vigorar com a seguinte redação: "Art. 226 §6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio" – foi eliminada a exigência de separação judicial prévia por mais de um ano ou separação de fato por mais de dois anos, para que os casais possam se divorciar.
Ademais, quanto a guarda, alimentos e visitas, verifico que o acordo celebrado não traz prejuízos a terceiro, nem ao infante, resguardando satisfatoriamente seus interesses.
Com isso, estando satisfeitas as exigências legais atinentes a pretensão das partes e evidenciado ser da vontade deles a dissolução do vínculo conjugal, não há razão para não se conceder o pedido.
Ante o exposto, HOMOLOGO por SENTENÇA o acordo firmado entre as partes constante na petição inicial, para que surta seus efeitos legais, DECRETANDO O DIVÓRCIO de ELSON MOULAZ E ROSILENE CRISTINA CASULA MOULAZ, declarando cessados todos os deveres inerentes ao casamento, inclusive o regime matrimonial de bens, voltando o cônjuge virago a utilizar o nomes de solteira, qual seja Rosilene Cristina Casula.
Em consequência, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.
Expeça-se Termo de Guarda do infante Andrei Casula Moulaz em favor da genitora Rosilene Cristina Casula.
Sem custas e honorários em razão da gratuidade da justiça.
Publicação e Registros automáticos pelo PJe, ficando dispensada a intimação das partes desta sentença.
Transitada em julgado nesta data (art. 1.000, parágrafo único, do CPC).
Serve o presente como Mandado de Averbação ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Município e Comarca de Cacoal/RO, para que proceda a margem do assento de casamento a necessária averbação.
Arquivem-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Buritis/RO,segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
REQUERENTES: R. C. C., CPF nº 61907880259, LINHA 12 S/N ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA, E. M., CPF nº 68723431253, LINHA 12 S/N ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

Processo: 7001810-33.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
AUTOR: AFONSO BIANQUINI NETO
ADVOGADO DO AUTOR: SAMARA DE OLIVEIRA SOUZA, OAB nº RO7298
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: GUSTAVO SOUSA ARAUJO, OAB nº PB31791, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/95.

Trata-se de ação de inexigibilidade/nulidade de débito c/c danos morais e tutela de urgência ajuizada por AFONSO BIANQUINI NETO em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA/ENERGISA.
Procedo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, por se tratar de matéria exclusivamente de direito e ante a desnecessidade de produção de outras provas.
O caso em análise se trata de relação de consumo, portanto, o Código de Defesa do Consumidor será o arcabouço legal utilizado para dirimir a presente lide, sem olvidar, logicamente, as demais normas utilizadas ordinariamente.
Estão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo, bem como as partes estão regularmente representadas.
No tocante à comprovação da existência do débito ou da legitimidade da manutenção da restrição, o ônus probatório recai sobre a parte requerida, tendo em conta que a relação jurídica discutida é manifestamente de consumo. Disto decorre, em síntese, que: uma vez que negado o débito pelo consumidor, e havendo verossimilhança do alegado, inverte-se o ônus da prova, nos moldes do Código de Defesa do Consumidor (art. 6º, VIII, da Lei nº 8.078/90); a parte requerida detém maior poder econômico e de informação, cabendo a ela manter sob a sua guarda os documentos relativos aos negócios jurídicos realizados com os seus clientes (consumidores), sob pena de arcar com os efeitos decorrentes do risco inerente à atividade, inclusive relativo a eventual contratação indevida (possivelmente fraudulenta) e consequente anotação cadastral irregular.
Assim, pretende a autora a declaração de inexistência do débito referente à cobrança de consumo de energia, alegando que jamais procedeu qualquer alteração no relógio medidor.
Por outro lado a requerida alega que o débito é devido, sendo que decorreu de efetivo consumo, mas não traz qualquer prova capaz de demonstrar a legitimidade do mesmo.
Este E. Tribunal de Justiça já decidiu reiteradas vezes que para ser considerado válido o débito, é preciso que se demonstrem também a obediência aos procedimentos previstos na Resolução da ANEEL, bem como aos princípios do contraditório e ampla defesa.
No caso, o que se verifica é que a leitura realizada em campo foi feita de forma unilateralmente pela requerida, em desacordo com o disposto na Resolução da ANEEL, o que impede o consumidor de exercer seu direito à ampla defesa e ao contraditório, que pressupõe igualdade na utilização dos meios de defesa.
Por outro lado, quanto ao pagamento de indenização por danos morais, é necessário aferir no caso concreto se a situação trazida pela parte pode ser considerada ofensiva a ponto de causar dano moral ou mesmo se esta se insere no conceito de dano moral puro, dispensando eventual prova de sua ocorrência.
Observa-se no presente processo que o débito discutido nos autos fora objeto de negativação, ficando a parte autora impossibilitada de utilizar-se de seu crédito nos comércios locais.
No caso em tela, verificada a conduta ilícita da empresa ré, consistente na negativação dos dados do autor, encontram-se os pressupostos ensejadores da responsabilidade civil.
Nesse sentido:
Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Recuperação de consumo. Perícia unilateral. Ausência de elementos justificadores. Irregularidade. Inexigibilidade do débito. A concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica no Estado de Rondônia deve seguir todos os parâmetros indicados pela agência reguladora, sob pena de nulidade de seus atos. (TJ-RO - RI: 70491272920198220001 RO 7049127-29.2019.822.0001, Data de Julgamento: 18/09/2020).
Com efeito, o constrangimento trazido a parte requerente caracteriza dano moral, porquanto não pode usufruir de serviço essencial.
Pois bem. A reparação do dano moral é feita através de fixação de valor pecuniário conforme o livre e prudente arbítrio do juiz. Deve o julgador pautar-se pelo equilíbrio, de maneira que o valor fixado possa trazer um sentimento de felicidade ao ofendido e de punição ao causador, para que este se sinta desestimulado a praticar novamente a sua conduta ou omissão ilícita.
Nesse sentido, tal reparação também não pode ser em valor exorbitante, acima das condições econômicas do réu ou, de um lado, ser fonte de enriquecimento indevido e, de outro, ser inexpressiva.
Portanto, sopesando-se as circunstâncias apresentadas nos autos, levando-se em consideração as condições do ofendido e do ofensor, bem como a teoria do desestímulo e da proporcionalidade na fixação do dano moral, tenho como razoável que o valor da indenização deva ser arbitrado em R$ 10.000,00 (dez mil reais). Outrossim, cumpre ressaltar que um valor de indenização menor poderia não cumprir com seu papel punitivo.
Dispositivo:
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I do CPC, JULGO, por sentença com resolução do mérito, PROCEDENTES os pedidos da parte requerente para RATIFICAR a tutela de urgência concedida; DESCONSTITUIR o débito em relação aos valores exorbitantes constantes nos autos, nos valores de R$ 1.025,88 e R$ 846,90; por fim, CONDENAR a requerida no pagamento de indenização por danos morais à parte autora na importância de R$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizada monetariamente a partir da presente data (Súmula nº 362, do STJ), de acordo com os índices do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (Tabela adotada pelo TJRO) e acrescida de juros moratórios de um por cento ao mês a contar da citação (art. 405, Código Civil, c/c art. 161, §1º, Código Tributário Nacional).
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei n. 9.099/95.
Sentença publicada e registrada via Sistema Pje.
Intimem-se.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Ficam as partes intimadas via DJe.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
3.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
AUTOR: AFONSO BIANQUINI NETO, CPF nº 58087524268, SITIO OURO VERDE LINHA 1 SN ZONA RRUAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, RUA: CORUMBIARA 1820 SETOR 03 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

Processo: 7002580-26.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Direito de Imagem, Fornecimento de Energia Elétrica, Liminar
AUTOR: GESIEL DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO AUTOR: JOAO CARLOS DE SOUSA, OAB nº RO10287
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Recebo à inicial com as custas devidamente recolhidas.
Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais com Pedido de Tutela de Urgência Antecipada decorrente da falha de prestação de serviço ajuizada por GESIEL DE OLIVEIRA contra ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, ambos qualificados na inicial, narrando a parte autora, em síntese, que: O autor é residente e domiciliado na Rua Joaquim Nabuco, nº 480, setor 01, Buritis/RO, CEP:76.880-000, onde também é titular da unidade consumidora nº. 20/583845-3 .
Na data de 02/03/2023, o autor foi surpreendido em sua residência pela equipe de funcionários da requerida, onde efetuaram o "CORTE" de energia elétrica de sua unidade consumidora, a qual não informaram o motivo e nem deram nenhum esclarecimento, apenas falaram que o autor deveria buscar informações junto ao escritório da requerido.
Diante do ocorrido o autor foi até o escritório da requerida para sabe o motivo do corte de energia da sua unidade consumidora e a atendente informou que se tratava de uma recuperação de consumo referente aos meses de ABRIL/2022 a SETEMBRO/2022 totalizando 06 (seis) meses.
O valor cobrado pela requerida a título de recuperação de consumo soma o montante de R$759,11 (setecentos e cinquenta e nove reais e onze centavos) de forma unilateral.
Ressalto que o autor não foi comunicado e tão pouco teve conhecimento da vistoria realizada pela empresa requerida, não sendo resguardado ao mesmo a ampla defesa muito menos o contraditório, visto que todo procedimento adotado pela empresa requerida ocorreu fora dos ditames legais.
É o relatório. Decido.
Em relação ao pedido liminar, os requisitos para a concessão da tutela de urgência são juízo de probabilidade do direito e perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, caput, do CPC).
Em casos como o dos autos, onde se postula a anulação do débito, além de aferir-se os pressupostos necessários à concessão da medida, faz-se necessário que se busque afastar, negando ou concedendo a medida, a ocorrência de prejuízos maiores e desnecessários.
Sobre o assunto, há entendimento jurisprudencial concedendo a antecipação da tutela em situações semelhantes.
Vejamos:
EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. TUTELA DE URGÊNCIA. PRESENÇA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS. RECURSO PROVIDO. 1. O ajuizamento de ação na qual se nega a relação contratual e se discute a inexistência de débito, autoriza o
PODER JUDICIÁRIO a conceder a tutela de urgência para exclusão do nome do autor dos cadastros de inadimplentes, até o julgamento final da demanda. 2. Cabe ao banco réu, e não ao consumidor, arcar com os custos e diligências necessárias à exclusão da negativação. 3. Recurso provido.
(TJ-MG - AI: 10000212196737001 MG, Relator: Marcos Lincoln, Data de Julgamento: 09/03/2022, Câmaras Cíveis / 11ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 09/03/2022).
É certo que somente após a instrução do feito, inclusive com a análise detida da defesa a ser ofertada nos autos e as demais provas a serem produzidas, poder-se-á aferir se procedem ou não os fatos narrados na inicial. Todavia, ao menos neste momento, o deferimento do pedido tem lugar para se afastar a possibilidade de maiores prejuízos ao requerente.
Demais disso, a concessão da medida é perfeitamente reversível, posto que em caso de improcedência do pedido com a consequente revogação desta decisão, o débito poderá ser reativado.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 300 do CPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência formulado, para determinar que a Requerida proceda o restabelecimento do fornecimento dos serviços na unidade consumidora no prazo de 05 (cinco) dias, bem como se abstenha de incluir os dados da parte autora nos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária no valor de R$500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais), sem prejuízo de majoração, em caso de descumprimento de quaisquer das ordens.
A presente decisão somente será válida quanto ao débito de energia em relação a diferença de consumo não faturada discutida nos autos.
Em razão da ser nítida a relação de consumo entre as partes, DEFIRO a inversão do ônus da prova, nos moldes da legislação consumerista.
Deixo de designar audiência conciliatória neste primeiro momento, eis que a requerida, de forma notória, adota prática de não efetuar acordo em ações dessa natureza. Contudo, nada obsta que as partes possam requerer posteriormente a audiência conciliatória se assim entenderem conveniente, assim como o próprio magistrado, se viável.
Disposições à CPE:
a) Cite-se a parte requerida dos termos da presente ação, devendo contestar no prazo de 15 dias, sob pena confissão quanto à matéria de fato, especificando desde logo as provas a serem produzidas. Não sendo encontrado a (s) parte requerida (s) no endereço informado na exordial, intime-se a parte autora para que apresente endereço atualizado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena extinção do feito. Apresentado novo endereço, desde já defiro a tentativa de citação, sem a necessidade de retorno dos autos a conclusão;
b) Havendo contestação, faculto a parte autora o prazo de 10 dias para impugnação, devendo, de igual forma, apresentar desde logo as provas que entender de direito.
c) Após, certificado o ocorrido, venham os autos conclusos para eventual análise do mérito.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
AUTOR: GESIEL DE OLIVEIRA, CPF nº 90413555291, RUA JOAQUIM NABUCO 480, ZONA URBANA SETOR 01 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Número do processo: 7002450-36.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: CRISTIANE DENISE MAZUTTI
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELIZANGELA LOPES SOARES DA SILVA, OAB nº RO9854
Polo Ativo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
I-RELATÓRIO:
Dispensado o relatório, nos moldes da lei de regência.
II-FUNDAMENTOS:
Trata-se de ação de concessão do adicional de insalubridade no percentual de 30% bem como o recebimento do retroativo do adicional de insalubridade ajuizada pelo(a) servidor(a) público(a) estadual acima nominado em face do Estado de Rondônia.
Afasto a preliminar de incompetência pela complexidade da causa pois a parte autora já produziu a prova pericial. Também afasto a preliminar de ausência de interesse de agir pois julgo desnecessário o requerido administrativo anterior para a interposição da ação judicial, principalmente porque é de competência do requerido analisar as condições insalubres e proceder ao pagamento do adicional aos seus servidores.
O mérito da ação deve ser julgada procedente.
Não há controvérsia acerca da condição da parte autora, servidora pública exercendo a atividade no Hospital Regional de Buritis.
O laudo pericial, trazido aos autos pela autora, descreve ser insalubre a atividade da autora:
Os servidores públicos que desenvolvem atividades fins, como médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem [...] estão em contato permanente e direto com pacientes, expostos a agentes biológicos, adentram em unidades fechadas e isolamento, fazem jus ao adicional de insalubridade em seu grau máximo.
Assim sendo, a conclusão do laudo foi EXPRESSO no sentido de reconhecer o direito aos agentes dos servidores dos órgãos periciados da Secretaria de Estado da Saúde – SESAU ao recebimento do adicional de insalubridade. Todavia, ainda que ausente o laudo ou mesmo que de fato inválido dada a data de sua realização, não verifica-se nos autos a prescindibilidade de tal perícia, porquanto não há impedimento no reconhecimento da insalubridade, pois decorrente da lei.
A NR15, constante na Portaria n. 3.214/78 do Ministério do Trabalho, estabelece quais as operações e atividades são consideradas insalubres e especifica no anexo n. 14 quais as atividades dentre as que envolvem agentes biológicos, são assim consideradas, in verbis:
“Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infectocontagiante, em:
-hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados);
-hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais);
-contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos;
-laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico);
-gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico);
-cemitérios (exumação de corpos);
-estábulos e cavalariças;
-resíduos de animais deteriorados.”
Outrossim, é pacífico o entendimento de que os servidores, sejam os regidos pelo sistema estatutário ou celetista, têm direito ao adicional de insalubridade caso trabalhem em atividades insalubre (art. 7º, XXIII da Constituição Federal).
Como se vê da norma acima transcrita, o profissional da medicina/saúde mantém contato direto com pacientes e desempenha, portanto, atividade insalubre.
É dos autos que a parte requerente exerce suas atividades em local insalubre, pois labora em hospital e postos de saúde, o que torna a realização de exame pericial desnecessária para sua concessão, tendo em vista o prévio reconhecimento pelo Ministério do Trabalho, de que a atividade exercida é insalubre, razão pela qual é devido o pagamento do adicional requerido.
Ressalto, ainda, que deve ser afastada qualquer alegação do requerido de que a elaboração de laudo pericial sem preenchimento dos requisitos legais o exime da responsabilidade de efetuar o devido pagamento do adicional
. O requerido não realizou os levantamentos para avaliar a insalubridade/periculosidade dos locais de trabalho de seus servidores e não pode agora e em juízo valer-se de sua torpeza.
O laudo pericial apresentado está subscrito por médico do trabalho e inexiste violação aos princípios da ampla defesa e contraditório, haja vista a ciência e oportunidade do requerido manifestar-se nos autos e produzir a devida contraprova do direito sustentado, o que não se desincumbiu. Consequentemente, está comprovado que a parte autora está sujeita a condições insalubridades e tem direito ao recebimento do respectivo adicional em seu grau máximo de 30% (Lei 2.165/2009, art. 1º, § 2º, , I, “c”).
No tocante à retroatividade, ressalte-se que o adicional de insalubridade é condição transitória e a legislação exige a sua comprovação por meio de laudo pericial. Portanto, o pagamento poderá retroagir à data da confecção do laudo.
Majorada ou cessada a condição insalubre, o requerido estará autorizado, desde que amparado em laudo pericial, a aumentar, reduzir o percentual ou interromper o pagamento do adicional. Quanto a base de cálculo utilizável para apuração do adicional de insalubridade, deve ser usado o valor de R$500,00 (quinhentos reais) até dezembro/2017 e a partir de janeiro/2018 o valor de R$600,00 (seiscentos reais) posto que em tal mês entrou em vigor a Lei Estadual n. 3.961/2016 (art. 2º,§ 3º). Transcrevo: Art. 2º. O §3º do artigo 1º, da Lei nº 2.165, de 28 de outubro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 1º. (…) §3º. A insalubridade, periculosidade e penosidade terão como base de cálculo o valor correspondente à R$600,90 (seiscentos reais e noventa centavos), tendo como indexador o percentual correspondente ao aumento geral do Setor Público e/ou outro índice adotado pela Administração Pública.
III- Dispositivo:
Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos feitos por REQUERENTE: CRISTIANE DENISE MAZUTTI em face da ESTADO DE RONDÔNIA para condenar o requerido a: a) reconhecer o direito da parte requerente ao recebimento do adicional de insalubridade em seu percentual máximo, qual seja, 30% sobre o valor base estipulado na legislação (desde a confecção do laudo), nos dois vínculos em que trabalha, até que se elimine, neutralize, majore ou minimize a insalubridade em seu ambiente de trabalho.

b) pagar à requerente o valor retroativo do adicional de insalubridade que será apurado quando do cumprimento de sentença, desde a emissão do laudo , a ser corrigido monetariamente a partir do vencimento mensal das prestações, com incidência de juros moratórios de 0,5% ao mês a contar da citação válida (índices da caderneta de poupança após a citação). Eventual parcela paga administrativamente deverá ser amortizado do montante global, respeitando-se o prazo quinquenal.
A implementação da medida consignada no item "a" deverá ser efetuada no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado do presente provimento condenatório, sob pena de providências.
Eventual pedido de cumprimento de sentença da parte requerente que inclua o item "c" deverá ser apresentado com os cálculos aritméticos e contracheques indicativos do inadimplemento para demonstração do crédito, bem como, comprovação da data de sua implantação para fins do cálculo final.
DECLARO RESOLVIDO o mérito (NCPC 487 I). Sem custas e honorários advocatícios (LJE 55 e LJFP 27).
Desde já indefiro a gratuidade da justiça, ficando desde já a parte interessada que deverá promover o recolhimento do preparo em caso de recurso, sob pena de deserção.
Advirto as partes que a apresentação de embargos meramente protelatórios estão sujeitos à multa prevista no artigo 1.026 do Código de Processo Civil.
Havendo a interposição de recurso, certifique-se a CPE a tempestividade, bem como o recolhimento do preparo, intime-se a parte contrária para apresentação das contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias. Estando presentes todos os requisitos, remetam-se os autos à turma recursal para análise e processamento do recurso.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
REQUERENTE: CRISTIANE DENISE MAZUTTI, RUA CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, N° 2164, SETOR 03, BU 2164 CENTRO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REQUERIDO: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7006147-07.2019.8.22.0021
AUTOR: LUCINEIA TOMAZ BARBOSA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO, OAB nº RO635, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de sentença com informação de adimplemento integral da obrigação.
Ante o cumprimento da obrigação, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fundamento no art. 924, inc. II, do CPC.
Expeça-se alvará/ofício de transferência para levantamento dos valores depositados em favor da DPE, por se tratar de honorários sucumbenciais.
Sem honorários advocatícios nesta fase.
Em caso de condenação em custas processuais, não havendo recolhimento, apesar de intimado para pagamento anteriormente, inscreva-se a parte executada em dívida ativa.
Sentença publicada e registrada pelo sistema, ficando dispensada a intimação das partes porque não sofrerão prejuízos e por medida de economia e celeridade processual.
Transitada em julgado nesta data (artigo 1.000, p. único do CPC).
Nada mais havendo, arquive-se.
Disposições à CPE, sem prejuízo de outros expediente que sejam necessários:
1. Expeça-se alvará/ofício de transferência para levantamento dos valores depositados em favor da DPE.
2. Em caso de condenação em custas processuais, não havendo recolhimento, apesar de intimado para pagamento anteriormente, inscreva-se a parte executada em dívida ativa.
3.. Após, arquivem-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ALVARÁ.
Buritis, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Processo n.: 7001031-15.2022.8.22.0021
Classe: Cumprimento de sentença
Valor da Causa:R$ 30.197,08
Última distribuição:23/02/2022
Autor: ADAUTO JALES PEREIRA, CPF nº 56980388215, ZONA RURAL KM 50, GLEBA BOM FUTURO, SITIO MORRO ALTO TRAVESSÃO SARACURA, RAMAL JATOBÁ LADO ESQUERDO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES, OAB nº RO2383
Réu: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, RUA TEIXEIROPOLIS 1363, ESQUINA COM CORUMBIARIA SETOR 03 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
Advogado do(a) RÉU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
Decisão
Tendo em vista que houve o pagamento parcial nos autos, nesta data determinei a penhora do remanescente, bem como o desbloqueio do excedente.
Disposições para o Cartório:

a) Intime-se parte executada para opor, caso queira e em 5 (cinco) dias, impugnação do valor bloqueado. Não sendo a parte executada encontrada no endereço constante nos autos, intime-se a parte exequente para informar endereço atualizado no prazo de 10 (dez) dias, ficando desde já deferida a intimação em endereço diverso da inicial.
b) Não havendo apresentação de impugnação ou havendo concordância com o bloqueio realizado, certifique-se e expeça-se alvará de levantamento da quantia disponível em prol da parte credora, devendo o cartório proceder a dedução taxas relativa (s) a (s) pesquisa (s) via sistema informatizado.
c) Apresentada impugnação voltem os autos conclusos.
d) Verifique-se o cartório quanto a existência de custas processuais. Havendo valores a serem pagos, notifique-se a parte vencida para comprovar o pagamento no prazo de 05 dias. Com a comprovação de pagamento arquiva-se os autos. Decorrido o prazo sem comprovação do pagamento, oficie-se ao Cartório Distribuidor de Protesto cumprindo com o disposto no art. 35, §2º, da Lei nº 3.896/2016. Após, arquivem-se os autos até a vinda de informações do competente tabelionato de protesto. Havendo informação de pagamento no tabelionato, arquivem-se definitivamente o feito (art. 35, § 4º, Lei nº 3.896/2016). De outra forma, recebendo confirmação da lavratura e registro do protesto, o cartório deverá providenciar a inscrição do débito em dívida ativa (art. 37, Lei nº 3.896/2016), arquivando, após, o presente feito. Ressalte-se que após efetivada a inscrição em dívida ativa, este Juízo não poderá receber qualquer valor a título de pagamento de custas (art. 38, § 3º, Lei nº 3.896/2016). Não havendo custas arquive-se.
e) Satisfeito o crédito exequendo, retornem os autos conclusos para prolação de sentença de extinção (art. 869 do Código de Processo Civil).
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003439-13.2021.8.22.0021
REQUERENTE: FABIO JUNIOR PINTO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JOHNI SILVA RIBEIRO, OAB nº RO7452, PAMELA GLACIELE VIEIRA DA ROCHA, OAB nº RO5353
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de sentença com informação de adimplemento integral da obrigação.
Ante o cumprimento da obrigação, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fundamento no art. 924, inc. II, do CPC.
Sem honorários advocatícios nesta fase.
Em caso de condenação em custas processuais, não havendo recolhimento, apesar de intimado para pagamento anteriormente, inscreva-se a parte executada em dívida ativa.
Sentença publicada e registrada pelo sistema, ficando dispensada a intimação das partes porque não sofrerão prejuízos e por medida de economia e celeridade processual.
Transitada em julgado nesta data (artigo 1.000, p. único do CPC).
Nada mais havendo, arquive-se.
Disposições à CPE, sem prejuízo de outros expediente que sejam necessários:
1. Em caso de condenação em custas processuais, não havendo recolhimento, apesar de intimado para pagamento anteriormente, inscreva-se a parte executada em dívida ativa.
2. Após, arquivem-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ALVARÁ.
Buritis, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7000553-07.2022.8.22.0021
REQUERENTE: SIDIMAR CONCEICAO DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOAO CARLOS DE SOUSA, OAB nº RO10287
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
O pedido de bloqueio de valores via SISBAJUD foi deferido, sendo bloqueado a quantia desejada, tendo sido determinada a transferência para conta judicial, MOTIVO PELO QUAL CONVERTO O BLOQUEIO EM PENHORA.
Dessa forma, intime-se a parte executada a respeito e para eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §2º e §3º do CPC.
Transcorrido o prazo sem impugnação ou em caso de concordância, defiro desde logo, o levantamento/transferência dos valores bloqueados em favor da parte exequente, expedindo-se o necessário, ficando a parte interessada intimada a informar os dados bancários para emissão de Alvará Eletrônico por transferência.
Após, intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias, importando a inércia em arquivamento do feito pela satisfação da obrigação.
Decorrido o prazo, venham os autos conclusos.
Disposições à CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1) Fica a executada intimada via DJe da penhora de ativos financeiros realizada pelo sistema SISBAJUD, para apresentar eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §2º e §3º CPC.

2) Decorrido o prazo, sem manifestação ou em caso de concordância, expeça-se alvará de levantamento/transferência dos valores bloqueados em favor da parte exequente.
3) Cumpridos os atos acima, intimar a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias.
4) Decorrido o prazo, tornar os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ ALVARÁ.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001034-67.2022.8.22.0021
REQUERENTE: CICERO ALVES DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES, OAB nº RO2383
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
Despacho
Nesta data, expediu-se o alvará eletrônico na modalidade transferência através da ferramenta “alvará eletrônico”, pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente ao banco detentor da conta judicial, sem gerar documento novo nos autos, conforme documento anexo.
Decorrido o prazo de 10 (dez) dias, a contar da emissão do alvará eletrônico, constatando-se que os valores ainda permanecem disponíveis para levantamento, determino à CPE a juntada aos autos do extrato bancário da conta judicial vinculado ao presente feito, devendo expedir alvará tradicional de saque presencial, com prazo de 30 dias, tornando-se SEM EFEITO o alvará eletrônico anteriormente expedido.
Considerando o pagamento parcial, intime-se a parte exequente para se manifestar em termos de prosseguimento, apresentando a planilha de cálculo com a descrição do débito atualizada, acrescendo valor dos honorários e custas processuais, no prazo de 15 dias, sob pena de arquivamento.
Disposições à CPE, sem prejuízo de outros expediente que sejam necessários:
1. Fica a parte intimada via DJe.
1.1 Intime-se via sistema caso a parte seja assistida pela DPE ou seja ente público.
2. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias, a contar da emissão do alvará eletrônico, constatando-se que os valores ainda permanecem disponíveis para levantamento, determino à CPE a juntada aos autos do extrato bancário da conta judicial vinculado ao presente feito, devendo expedir alvará tradicional de saque presencial, com prazo de 30 dias, tornando-se SEM EFEITO o alvará eletrônico anteriormente expedido.
3. Decorrido os prazos acima, com ou sem manifestação, tornar os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ ALVARÁ/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003589-57.2022.8.22.0021
REQUERENTE: LEANDRO UILIAN CRUZ DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DORIHANA BORGES BORILLE, OAB nº RO6597A
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
O pedido de bloqueio de valores via SISBAJUD foi deferido, sendo bloqueado a quantia desejada, tendo sido determinada a transferência para conta judicial, MOTIVO PELO QUAL CONVERTO O BLOQUEIO EM PENHORA.
Dessa forma, intime-se a parte executada a respeito e para eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §2º e §3º do CPC.
Transcorrido o prazo sem impugnação ou em caso de concordância, defiro desde logo, o levantamento/transferência dos valores bloqueados em favor da parte exequente, expedindo-se o necessário, ficando a parte interessada intimada a informar os dados bancários para emissão de Alvará Eletrônico por transferência.
Após, intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias, importando a inércia em arquivamento do feito pela satisfação da obrigação.
Decorrido o prazo, venham os autos conclusos.
Disposições à CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1) Fica a executada intimada via DJe da penhora de ativos financeiros realizada pelo sistema SISBAJUD, para apresentar eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §2º e §3º CPC.
2) Decorrido o prazo, sem manifestação ou em caso de concordância, expeça-se alvará de levantamento/transferência dos valores bloqueados em favor da parte exequente.
3) Cumpridos os atos acima, intimar a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias.
4) Decorrido o prazo, tornar os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ ALVARÁ.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Processo: 7001083-74.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Práticas Abusivas, Tutela de Urgência, Análise de Crédito
AUTOR: CLEONICE DA SILVA NASCIMENTO
ADVOGADO DO AUTOR: FERNANDO DE OLIVEIRA RODRIGUES, OAB nº RO8731
REQUERIDO: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: LARISSA SENTO SE ROSSI, OAB nº BA16330, PROCURADORIA BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
Sentença
Vistos.
Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c repetição de indébito c/c danos morais e materiais com pedido de tutela antecipada, ajuizada por CLEONICE DA SILVA NASCIMENTO , contra BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S/A .
Em suma, relata que é beneficiária do INSS e sempre percebeu seu benefício previdenciário em conta vinculada à agência do requerido. Relata que o requerido, sem qualquer contratação prévia, passou a realizar descontos abusivos relativos à "PGTO COBRANÇA BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA" da sua conta bancária, sendo que o débito em sua conta, acima do saldo existente, eram indevidos, sobretudo, porque nunca foram informados ao requerente.
A requerida foi devidamente citada.
Devidamente citada, a ré, apresentou contestação, preliminarmente arguiu ausência de pretensão resistida, afirmando que a autora não buscou resolver a questão administrativamente e arguiu preliminar de Conexão, e no mérito, pugna pela improcedência do pedido.
Veio réplica, reiterando os argumentos esposados na exordial e refutando os argumentos do réu.
Vieram-me os autos conclusos para sentença.
Relatado o feito, passo a decidir.
DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR
A preliminar da falta de interesse de agir ante a ausência da pretensão resistida, não merece prosperar, haja vista o disposto na Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso XXXV, in verbis: "a lei não excluirá da apreciação do
PODER JUDICIÁRIO qualquer hipótese de lesão ou ameaça a direito".
Além do mais, o fato de a parte autora não ter comunicado a Requerida administrativamente, não obsta que a parte ajuíze ação para pleitear o que entender de direito.
Por estas razões, rejeito a preliminar arguida.
Da Conexão
Também não merece prosperar a preliminar de arguida pela parte Requerida, uma vez que, o processo indicado (7001105-35.2023.8.22.0021 7000820-76.2022.8.22.0021) faz referência aos descontos realizados a título de "Tarifas Bancárias" e "RMC - RESERVA DE MARGEN CONSIGNADO "e o processo em apreço é referente aos descontos realizados denominado ""PGTO COBRANÇA BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA", ou seja, não há conexão entre os processos.
Portanto, rejeito a preliminar.
Superadas as preliminares, passo à analise do mérito.
MÉRITO
Tratando-se apenas de matéria de direito, não havendo necessidade de outras provas, deve haver o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I do Código de Processo Civil.
Analisando detidamente os autos, vejo que o pedido da autora se fundamentou no sentido que não autorizou ou contratou os serviços/ produtos do banco, pleiteando a inexistência de débito, restituição dos valores descontados em dobro, indenização por danos morais e tutela de urgência para cessar em definitivo os descontos indevidos.
Em resumo, a autora afirma que foram descontos indevidos em sua conta pelo BANCO requerido.
Analisados os argumentos das partes em cotejo com as provas produzidas nestes autos, tenho que o pedido deve ser julgado procedente em parte.
Incontroverso nos autos o fato de ter sido realizado descontos na conta-corrente da parte autora, conforme documentação apresentada com a Inicial.
Por outro lado, a parte ré se insurge falando que a Autora livremente aderiu referido contrato junto a ré, inexistindo qualquer vício de consentimento na celebração do negócio e que serviço foi prestado pelo fornecedor com observância de todas as regras legais e contratuais existentes no bojo da relação com o consumidor, porém não junta qualquer comprovação documental dos fatos alegados.
Se houve a efetiva contratação do plano de seguro pela autora, deveria a ré em sua defesa ter apresentado os documentos que originaram a transação.
Quando ocorre o pagamento indevido, dá-se o enriquecimento sem causa. Sim, pois quem recebe pagamento a que não tinha direito está, evidentemente, a locupletar-se de forma injusta. Assim, tem obrigação de devolver os valores recebidos indevidamente e de forma repetida.
Portando é direito da autora receber de forma simples aquilo que efetivamente pagou indevidamente e por reconhecida culpa do banco requerido.
DO DANO MORAL
No que se refere ao quantum indenizatório, considerando que a indenização tem a finalidade de proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, devendo evitar o enriquecimento sem causa e servir não como uma punição mas como um desestímulo à repetição do ilícito, tenho que o valor deva ser fixado em R$ 5.000,00.
O desconto indevido de valores não contratado no benefício previdenciário, gera, sem dúvida, desconforto, aflição e transtornos, e tem a extensão suficiente para configurar o dano moral.
No caso em tela, verificada a conduta ilícita da empresa ré, consistente na ausência de contratação, encontram-se os pressupostos ensejadores da responsabilidade civil.
Quanto aos descontos indevidos, colaciono também o seguinte entendimento da Turma Recursal:
"CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DESCONTO INDEVIDO. AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO. ÔNUS DA PROVA. ARTIGO 373, II, CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. PROPORCIONALIDADE

E RAZOABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7000320-16.2022.822.0019, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Cristiano Gomes Mazzini, Data de julgamento: 31/01/2023).”
Pois bem. A reparação do dano moral é feita através de fixação de valor pecuniário conforme o livre e prudente arbítrio do juízo. Deve o julgador pautar-se pelo equilíbrio, de maneira que o valor fixado possa trazer um sentimento de felicidade ao ofendido e de punição ao causador, para que este se sinta desestimulado a praticar novamente a sua conduta ou omissão ilícita.
Nesse sentido, tal reparação também não pode ser em valor exorbitante, acima das condições econômicas do réu ou, de um lado, ser fonte de enriquecimento indevido e, de outro, ser inexpressiva.
Portanto, sopesando-se as circunstâncias apresentadas nos autos, levando-se em consideração as condições do ofendido e do ofensor, bem como a teoria do desestímulo e da proporcionalidade na fixação do dano moral, tenho como razoável que o valor da indenização deva ser arbitrado em R$5.000,00 (cinco mil reais), quantia esta que se tem aplicado pela Turma Recursal do Tribunal de Rondônia.
Dispositivo:
Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I do CPC, JULGO, por sentença com resolução do mérito, PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da requerente para RATIFICAR a tutela de urgência concedida; DESCONSTITUIR o débito referente ao contrato não realizado; CONDENAR a requerida no pagamento de indenização por danos morais à parte autora na importância de R$5.000,00 (cinco mil reais), atualizada monetariamente a partir da presente data (Súmula nº 362, do STJ), de acordo com os índices do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (Tabela adotada pelo TJRO) e acrescida de juros moratórios de um por cento ao mês a contar da citação (art. 405, Código Civil, c/c art. 161, §1º, Código Tributário Nacional); por fim, CONDENAR a requerida ao pagamento na forma simples dos valores indevidamente pagos o valor de R$614,32 (seiscentos e quatorze reais e trinta e dois centavos), corrigidos monetariamente desde a data do desembolso e acrescidos de juros de mora de 1%, a contar da citação, que será liquidado em fase de cumprimento de sentença.
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei n. 9.099/95.
Sentença publicada e registrada via Sistema Pje.
Intimem-se.
Disposições à CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Ficam as partes intimadas via DJe.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
3.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
AUTOR: CLEONICE DA SILVA NASCIMENTO, CPF nº 34363564253, LINHA 02, GLEBA 02 s/n, SÍTIO ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REQUERIDO: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S/A, - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Processo: 7002292-78.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Direito de Imagem, Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Práticas Abusivas, Tutela de Urgência
AUTOR: GESUEL BARBOSA DO NASCIMENTO
ADVOGADO DO AUTOR: FERNANDO DE OLIVEIRA RODRIGUES, OAB nº RO8731
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de inexigibilidade/nulidade de débito c/c danos morais e tutela de urgência ajuizada por GESUEL BARBOSA DO NASCIMENTO em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA/ENERGISA.
Procedo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, por se tratar de matéria exclusivamente de direito e ante a desnecessidade de produção de outras provas.
O caso em análise se trata de relação de consumo, portanto, o Código de Defesa do Consumidor será o arcabouço legal utilizado para dirimir a presente lide, sem olvidar, logicamente, as demais normas utilizadas ordinariamente.
Estão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo, bem como as partes estão regularmente representadas.
No tocante à comprovação da existência do débito ou da legitimidade da manutenção da restrição, o ônus probatório recai sobre a parte requerida, tendo em conta que a relação jurídica discutida é manifestamente de consumo. Disto decorre, em síntese, que: uma vez que negado o débito pelo consumidor, e havendo verossimilhança do alegado, inverte-se o ônus da prova, nos moldes do Código de Defesa do Consumidor (art. 6º, VIII, da Lei nº 8.078/90); a parte requerida detém maior poder econômico e de informação, cabendo a ela manter sob a sua guarda os documentos relativos aos negócios jurídicos realizados com os seus clientes (consumidores), sob pena de arcar com os efeitos decorrentes do risco inerente à atividade, inclusive relativo a eventual contratação indevida (possivelmente fraudulenta) e consequente anotação cadastral irregular.
Assim, pretende a autora a declaração de inexistência do débito referente à cobrança de consumo de energia, alegando que jamais procedeu qualquer alteração no relógio medidor.
Por outro lado a requerida alega que o débito é devido, sendo que decorreu de efetivo consumo, mas não traz qualquer prova capaz de demonstrar a legitimidade do mesmo.
Este E. Tribunal de Justiça já decidiu reiteradas vezes que para ser considerado válido o débito, é preciso que se demonstrem também a obediência aos procedimentos previstos na Resolução da ANEEL, bem como aos princípios do contraditório e ampla defesa.
No caso, o que se verifica é que a leitura realizada em campo foi feita de forma unilateralmente pela requerida, em desacordo com o disposto na Resolução da ANEEL, o que impede o consumidor de exercer seu direito à ampla defesa e ao contraditório, que pressupõe igualdade na utilização dos meios de defesa.

Por outro lado, quanto ao pagamento de indenização por danos morais, é necessário aferir no caso concreto se a situação trazida pela parte pode ser considerada ofensiva a ponto de causar dano moral ou mesmo se esta se insere no conceito de dano moral puro, dispensando eventual prova de sua ocorrência.
Observa-se no presente processo que o débito discutido nos autos fora objeto de negativação, ficando a parte autora impossibilitada de utilizar-se de seu crédito nos comércios locais.
No caso em tela, verificada a conduta ilícita da empresa ré, consistente na negativação dos dados do autor, encontram-se os pressupostos ensejadores da responsabilidade civil.
Nesse sentido:
Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Recuperação de consumo. Perícia unilateral. Ausência de elementos justificadores. Irregularidade. Inexigibilidade do débito. A concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica no Estado de Rondônia deve seguir todos os parâmetros indicados pela agência reguladora, sob pena de nulidade de seus atos. (TJ-RO - RI: 70491272920198220001 RO 7049127-29.2019.822.0001, Data de Julgamento: 18/09/2020).
Com efeito, o constrangimento trazido a parte requerente caracteriza dano moral, porquanto não pode usufruir de serviço essencial.
Pois bem. A reparação do dano moral é feita através de fixação de valor pecuniário conforme o livre e prudente arbítrio do juiz. Deve o julgador pautar-se pelo equilíbrio, de maneira que o valor fixado possa trazer um sentimento de felicidade ao ofendido e de punição ao causador, para que este se sinta desestimulado a praticar novamente a sua conduta ou omissão ilícita.
Nesse sentido, tal reparação também não pode ser em valor exorbitante, acima das condições econômicas do réu ou, de um lado, ser fonte de enriquecimento indevido e, de outro, ser inexpressiva.
Portanto, sopesando-se as circunstâncias apresentadas nos autos, levando-se em consideração as condições do ofendido e do ofensor, bem como a teoria do desestímulo e da proporcionalidade na fixação do dano moral, tenho como razoável que o valor da indenização deva ser arbitrado em R$ 10.000,00 (dez mil reais). Outrossim, cumpre ressaltar que um valor de indenização menor poderia não cumprir com seu papel punitivo.
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I do CPC, JULGO, por sentença com resolução do mérito, PROCEDENTES os pedidos da parte requerente para RATIFICAR a tutela de urgência concedida; DESCONSTITUIR o débito em relação aos valores exorbitantes constantes nos autos, no valor de R$903,16 (novecentos e três reais e dezesseis centavos), ficando desde já determinado o cancelamento do parcelamento; por fim, CONDENAR a requerida no pagamento de indenização por danos morais à parte autora na importância de R$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizada monetariamente a partir da presente data (Súmula nº 362, do STJ), de acordo com os índices do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (Tabela adotada pelo TJRO) e acrescida de juros moratórios de um por cento ao mês a contar da citação (art. 405, Código Civil, c/c art. 161, §1º, Código Tributário Nacional).
0Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei n. 9.099/95.
Sentença publicada e registrada via Sistema Pje.
Intimem-se.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Ficam as partes intimadas via DJe.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
3.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
AUTOR: GESUEL BARBOSA DO NASCIMENTO, CPF nº 63942720272, LINHA 01, GLEBA 02, ROMBEL s/n ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, RUA CORUMBIARA 1820 SETOR 03 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

Processo: 7002673-86.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Dissolução
AUTORES: S. K. P. D., C. D.
ADVOGADO DOS AUTORES: GISELE APARECIDA DOS SANTOS, OAB nº RO10284
REPRESENTADO: M. P.
REPRESENTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos,
Trata-se de ação de divórcio direto consensual proposta por SABRINA KRUGER PEREIRA DALMAZO e CLEOMAR DALMAZO alegando que contraíram matrimônio em 20 de março de 2014, sob regime de comunhão parcial de bens e durante o matrimônio tiveram filho(s), ainda menor(es). Requerem a decretação do divórcio, bem como a homologação do acordo celebrado com relação à guarda, visitas e alimentos. Juntaram documentos.
Parecer do Ministério Público pela homologação do acordo.
Decido.
O pedido de divórcio merece a devida acolhida, considerando presentes e satisfeitas as exigências legais – Art. 1.571, IV e §2º, do art. 1.580, ambos do Código Civil; art. 731 e seguintes do Código de Processo Civil e art. 226, § 6º, da Constituição Federal, pois o casal expressou vontade em dissolver o vínculo conjugal, voltando a requerente a utilizar o nome de solteira.
Dessa forma, verifico que se encontram resguardados satisfatoriamente seus interesses, bem como o filho, portanto, não há óbice à homologação.

Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para decretar o divórcio do casal, com fundamento no art. 226, § 6°, da CF/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional n° 66, de 13 de julho de 2010, declarando cessados todos os deveres inerentes ao casamento, inclusive o regime matrimonial de bens, voltando a requerente a utilizar o nome de solteira, SABRINA KRUGER PEREIRA.
Por fim, HOMOLOGO o acordo em relação à guarda, visitas e alimentos, conforme descrito nos autos, para que surta os devidos efeitos legais e jurídicos.
E, via de consequência, julgo extinto o feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.
Custas não exigíveis ante à gratuidade de justiça concedida aos requerentes.
O benefício da assistência judiciária gratuita é extensível aos emolumentos, custas e selos, conforme o artigo 5º, inciso II, da Lei de Assistência Judiciária Gratuita (Lei n. 3.896/2016).
Cumpre ao interessado imprimir vias desta sentença e apresentá-las à Serventia Extrajudicial competente para fins de averbação da retificação.
Publicação e Registro automáticos pelo PJE. Intime-se.
Ante a preclusão lógica, esta sentença transita em julgado nesta data, em conformidade com o parágrafo único do artigo 1.000, do CPC, dispensando-se a apresentação da certidão de trânsito.
Nada mais havendo, arquive-se.
Disposições para à CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1) Intime-se as partes e arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
AUTORES: S. K. P. D., CPF nº 00810619270, RUA RIO ALTO 1236 SETOR 02 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA, C. D., CPF nº 00502240261, RUA RIO ALTO 1236 SETOR 02 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REPRESENTADO: M. P., . . OLARIA - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Processo: 7001500-27.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Auxílio-Alimentação
REQUERENTE: MAGALY SOTI DA ROSA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELSON PIZZI JUNIOR, OAB nº RO12213
REQUERIDO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SENTENÇA
I- Relatório:
Relatório dispensado, nos termos do art. 38, da Lei 9.099/95.
III- Mérito:
a) Do julgamento antecipado:
O processo comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I e II, do NCPC, porquanto a matéria fática está evidenciada nos autos e os documentos acostados são suficientes à formação do convencimento deste juízo, sendo dispensável a produção de prova em audiência.
Estão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo, bem como as partes estão regularmente representadas.
b) Dos argumentos apresentados:
Tratam estes autos de Ação Declaratória de Recebimentos de Auxílio Alimentação Cumulada com retroativos em face do Município de Buritis/RO. Aduz a parte requerente que é servidor (a) público (a) do município ocupante do cargo efetivo no Município de Buritis, comprova através do termo de posse e ficha financeira anexada aos autos.
Alegou ainda que recebe auxílio alimentação no valor de R$ 100,00 (cem reais) conforme dispõe a Lei 731/2013. Entretanto, com a vigência da Lei 1421/2019 o auxílio alimentação passou para R$ 300,00 (trezentos reais), razão pela qual pugna pela procedência da demanda, a fim de que seja implementado o valor reajustado, bem como o pagamento do retroativo.
Devidamente citado, o Município de Buritis alegou em sede de contestação que o auxílio alimentação previsto na Lei1.421/2019 se deu em caráter específico em razão da peculiaridade do trabalho desenvolvido pelos servidores do conselho tutelar e servidores da educação atuantes na zona rural.
c) Dos fundamentos:
Pois bem. A parte autora menciona a Lei Municipal nº 731/2013 que aduz em seu art. 1º:
Art. 1º O auxílio alimentação será concedido a todos servidores civis ativos da Administração Pública Municipal Direta, independentemente da jornada de trabalho, mesmo que licenciados para tratamento da própria saúde, em férias ou licença prêmio por assiduidade, de caráter indenizatório, conforme disposto nesta lei.
Parágrafo único: O auxílio alimentação será concedido em pecúnia pago juntamente com o pagamento mensal do servidor, no valor de R$ 100,00 (cem) reais e será concedido a partir do mês de junho de 2013.
A referida lei versa sobre o pagamento do auxílio alimentação que todos os servidores públicos municipais fazem jus, benefício este de caráter indenizatório concedido ao servidor (a) ativo(a) com a finalidade de subsidiar despesas com refeição, realizadas no exercício do cargo público, durante sua jornada de trabalho.
Assevera a parte autora, que Lei posterior, majorou o referido auxílio para o valor de R$ 300,00 (trezentos reais) e que tal valor não teria sido pago desde a vigência.
Analisando o feito minunciosamente, bem como as legislações apresentadas, não merece prosperar as alegações trazidas pela parte autora, pois, como bem comprova a Fazenda Pública, a Lei 731/2013, foi devidamente revogada pela Lei que concedeu a reposição salarial aos servidores Lei.1.015/2016.
A par disso, verifica-se ainda que as Leis nº510/2010 e nº1.421/2019 tratam-se de normativas para carreiras específicas (membros do conselho tutelar e servidores da zona rural), razão pela qual não enseja a aplicação aos demais servidores de forma indiscriminada.

Dessa forma, conclui-se que o recebimento do auxílio alimentação é um direito subjetivo do servidor e, por isso, independe de requerimento administrativo. Porém, trata-se de benefício instituído em lei, não havendo que se falar em aplicação ao princípio da isonomia, ante a vedação expressa firmada na súmula vinculante nº 37 do STF, vejamos:
"Não cabe ao PODER JUDICIÁRIO, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia".
Nota-se portanto que à diferente tratamento à classe de servidores quanto à verba indenizatória paga pelo Ente Público, tendo observância ao critério normativo traçado, bem como a especificidade do trabalho desenvolvido, prevalecendo dessa forma o princípio da legalidade.
Portanto, fica claro que a improcedência da demanda é a medida que se impõe.
III- Dispositivo:
Ante o exposto JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados pela parte autora. Por consequências, extingo o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I , do Código de Processo Civil.
Sem custas processuais, honorários advocatícios e reexame necessário, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigos 11 e 27, da Lei 12.153/09.
Fica desde já indeferida da gratuidade da justiça pleiteada pela parte autora em caso de interposição de recurso.
Sentença não sujeita ao duplo grau de jurisdição, tendo em vista o disposto no art. 11, da Lei nº 12.153/2009.
Transitada em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE OFÍCIO/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
REQUERENTE: MAGALY SOTI DA ROSA, CPF nº 01149887222, RUA TAGUATINGA 1375 SETOR 03 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REQUERIDO: MUNICIPIO DE BURITIS, AC BURITIS 2476 SETOR 3 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga

7003275-77.2023.8.22.0021
AUTOR: ARNALDO CORREIA DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: GEDEAO GOMES DE SOUZA, OAB nº RO11024
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DESPACHO
Recebo a inicial. Processe-se com AJG.
Cuida-se de ação previdenciária para concessão de benefício de prestação continuada.
Deixo de designar audiência prévia de conciliação neste momento processual, eis que ao ente público é vedada a autocomposição (art. 334, §4º, II, do CPC).
A pedido do requerido (Ofício de n. 151/2017 – NUPREV/PFRO/PGF/AGU, de 26/07/2017) inverto o procedimento e determino a realização primeiro da perícia médica.
Considerando que a matéria dos autos necessita de prova pericial, designo o dia 11 de agosto, às 11h30min, para avaliação médica que será realizada pelo Dr. Daniel Marques Franco CRM/RO 4233, que nomeio como perito judicial, sendo que a perícia ocorrerá na Avenida Theobroma, 1360, Sala 01, Setor 2, Buritis/RO, sendo que para tanto fixo, desde já, o valor de R$500,00 (Quinhentos reais).
Nomeio como Perita Social para realização da perícia social, MARLETE GOMES DE LIMA n. 4073, a qual deverá responder aos quesitos apresentados pela Autarquia. Fixo os honorários periciais em R$ 500,00 (quinhentos reais), os quais serão custeados pelo Requerido, dada a hipossuficiência da parte autora. O laudo social com as respostas dos quesitos formulados pelas partes, deverão ser entregues no cartório da Vara em até 30 dias, após a nomeação.
A justificativa para arbitramento dos honorários periciais nesse valor se baseia na dificuldade em encontrar profissionais médicos à disposição nesta urbe, somado ao fato que a perícia compreende na consulta médica com a análise de outros exames médicos realizados anteriores, na elaboração de laudo médico pormenorizada, ficando a disposição de prestar esclarecimentos quando ocorrem eventuais impugnações e questionamentos dos advogados das partes, bem como em razão da causa ser de natureza previdenciária, sendo a parte autora beneficiária da justiça gratuita, observados os critérios estabelecidos no art. 28, parágrafo único da Resolução n. CJF-RES-2014/00305, estando abaixo do limite máximo autorizado.
Comunique-o da nomeação através do seu e-mail ou telefone.
O laudo, que além do exame médico avaliativo do perito deverá responder objetivamente aos quesitos formulados pelas partes e por este juízo, deverá ser apresentado no cartório da Vara, em 30 (trinta) dias após a data agendada pelo perito para realização da perícia.
Fica a parte autora intimada por meio de seu advogado para comparecer/participar da perícia designada.
Registro que o não comparecimento/participação da parte autora na data da perícia, sem apresentação de justificativa de sua ausência comprovada mediante documento idôneo, no prazo de 5 dias, após a data da perícia importará em desistência da prova pericial, seguindo-se o feito o seu trâmite normal.
Dispensada a intimação do requerido da perícia designada.
Com a juntada do laudo pericial, proceda-se o registro/inscrição junto ao sistema AJG da Justiça Federal, para realização do pagamento dos honorários periciais, nos termos da Resolução n. 305/2014 do CJF
CITE-SE a AUTARQUIA, para apresentar contestação, no prazo legal, ou eventual proposta de acordo, se o caso.
Com a reposta da autarquia, manifeste-se a parte autora em réplica, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, bem como, no mesmo prazo, sobre o laudo pericial anteriormente encartado, ou, se o caso, sobre eventual proposta de acordo.
Com a aceitação da proposta pela parte autora, tornem os autos conclusos para homologação do acordo e não havendo aceitação, venham os autos conclusos para sentença.
Cumpridos os atos acima, não havendo pedido de esclarecimento para os peritos, proceda-se a validação e solicite-se do ofício requisitório junto ao sistema AJG da Justiça Federal para realização do pagamento dos honorários periciais, nos termos da Resolução n. 305/2014 do CJF.

Proceda a intimação do Ministério Público, nos casos em que a parte autora, for menor.
Disposições para a CPE:
1. Comunicar os peritos nomeados que deverão responder objetivamente aos quesitos formulados pelas partes e por este juízo, devendo entregar o laudo, em 30 (trinta) dias após a perícia, encaminhando os quesitos apresentados.
2. Fica a parte intimada via DJe para comparecer à perícia médica designada acima.
2.1 Advirta-se que o não comparecimento/participação da parte autora na data da perícia, sem apresentação de justificativa de sua ausência comprovada mediante documento idôneo, no prazo de 5 dias, após a data da perícia importará em desistência da prova pericial, seguindo-se o feito o seu trâmite normal.
3. Com a juntada do laudo pericial, proceda-se o registro/inscrição junto ao sistema AJG da Justiça Federal, para realização do pagamento dos honorários periciais, nos termos da Resolução n. 305/2014 do CJF.
4. CITE-SE a Autarquia ré na forma da lei (CPC, artigo 183).
5. Com a reposta da autarquia, manifeste-se a parte autora em réplica, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, bem como, no mesmo prazo, sobre o laudo pericial anteriormente encartado, ou, se o caso, sobre eventual proposta de acordo.
6. Com a aceitação da proposta pela parte autora, tornem os autos conclusos para homologação do acordo e não havendo aceitação, venham os autos conclusos para sentença.
7. Sem prejuízo, não havendo pedido de esclarecimento para os peritos, proceda-se a validação e solicite-se do ofício requisitório junto ao sistema AJG da Justiça Federal para realização do pagamento dos honorários periciais, nos termos da Resolução n. 305/2014 do CJF.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
QUESITOS DO INSS PARA LAUDO SOCIAL:
1. Situação pessoal
Nome do(a) autor(a):
Idade:
Estado civil:
Escolaridade:
Profissão declarada:
Endereço:
1.1) O(a) periciado(a) já exerceu alguma atividade remunerada? Especificar quais e em que empresas. Quando deixou de exercer?
1.2) Qual a formação profissional do periciado, inclusive possíveis cursos profissionalizando dos quais participou?
1.3) Atualmente, o(a) periciado encontra-se desenvolvendo alguma atividade profissional, doméstica, social, de lazer? Especificar. Em caso negativo, esclarecer porque não.
1.4) O(a) periciado(a) está estudando (se menor de 18 anos)? Caso positivo, qual o seu rendimento escolar e como é o relacionamento no âmbito escolar? Caso negativo, porque não está frequentando a escola?
1.5) O(a) periciado(a) possui alguma renda pessoal? Especificar.
2. Situação familiar
Favor, relacionar quais pessoas residem juntamente com o periciado, bem como o grau de parentesco, a idade, a atividade e renda de cada um (consignar CPF e RG de cada um).
2.1) Residem outras pessoas com o periciado que não sejam familiares? Se sim, favor informar a justificativa dada.
2.2) Há familiares próximos do periciado (filhos e/ou pais) que residem em outro endereço? Se sim, favor identificar com dados de identificação.
2.2) O periciado ou o grupo familiar recebem ajuda financeira de terceiros que não residentes na casa? Especificar a origem, valor e periodicidade da ajuda.
3. Condições de moradia e patrimônio familiar
3.1) A casa em que reside é própria? Alugada? Financiada? Cedida? Favor especificar.
3.2) Descrever as condições do imóvel, estado de conservação, quantidade de cômodos, principais móveis e eletrodomésticos com o respectivo estado de conservação.
3.3) Descrever as condições do bairro/setor/linha onde a residência está localizada, como acesso à energia elétrica, água encanada, saneamento básico, pavimentação, equipamentos urbanos, etc.
4. Despesas
4.1) Quais os gastos médios mensais com moradia, água, energia elétrica, telefone, alimentação e transporte? Favor informar se foram apresentadas contas.
4.2) O(a) Periciado(a) ou seus familiares possui algum tipo d despesa extraordinária (excluídas alimentação, vestimenta, moradia, etc)? Especificar a despesa, o seu valor e periodicidade.
5. Conclusão
6. Fotos do imóvel
QUESITOS DO INSS PARA PERÍCIA MÉDICA:
DADOS GERAIS DO PROCESSO
a) Número do processo:
b) Vara:
DADOS GERAIS DO(A) PERICIANDO(A)
a) Nome do(a) autor(a):
b) Estado civil:
c) Sexo:
d) CPF:
e) Data de nascimento:
f) Escolaridade:
g) Formação técnico-profissional:

DADOS GERAIS DA PERÍCIA
a) Data do exame:
b) Perito médico judicial e CRM:
c) Assistente técnico do INSS e CRM (caso tenha):
d) Assistente técnico do(a) autor(a) e CRM (caso tenha):
HISTÓRICO LABORAL DO PERICIADO
a) Profissão declarada:
b) Tempo de Profissão:
c) Atividade declarada como exercida:
d) Tempo de Atividade:
e) Descrição da atividade:
f) Experiência laboral anterior:
g) Data declarada de afastamento do trabalho, se tiver ocorrido:
EXAME CLÍNICO E CONSIDERAÇÕES MÉDICO PERICIAIS SOBRE A PATOLOGIA
a) Queixa que o(a) periciado(a) apresenta no ato da perícia.
b)Doença, lesão ou deficiência diagnosticada por ocasião da perícia (com CID).
c) Causa provável da(s) doença/moléstia(a)/incapacidade.
d) Doença/moléstia ou lesão decorrem do trabalho exercido? Justifique indicando o agente de risco ou agente nocivo causador.
e) A doença/moléstia ou lesão decorrem de acidente de trabalho? Em caso, positivo, circunstanciar o fato, com data e local, bem como se reclamou assistência médica e/ou hospitalar.
f) Doença/moléstia ou lesão torna o(a) periciado(a) incapacitado(a) para o exercício do último trabalho ou atividade habitual? Justifique a resposta, descrevendo os elementos nos quais se baseou a conclusão.
g) Sendo positiva a resposta ao quesito anterior, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza permanente ou temporária? Parcial ou total?
h) Data provável do início da(s) doença/lesão/moléstia(s) que acomete(m) o(a) periciado(a).
i) Data provável de início da incapacidade identificada. Justifique.
j) Incapacidade remonta à data de início da(s) doença/lesão/moléstia(s) ou decorre de progressão ou agravamento dessa patologia? Justifique.
k) É possível afirmar se havia incapacidade entre a data do indeferimento ou da cessação do benefício administrativo e a data da realização da perícia judicial? Se positivo, justificar apontando os elementos
para esta conclusão.
l) Caso se conclua pela incapacidade parcial e permanente, é possível afirmar se o(a) periciado(a) está apto para o exercício de outra atividade profissional ou para a reabilitação? Qual atividade?
m) Sendo positiva a existência de incapacidade total e permanente, o(a) periciado(a) necessita de assistência permanente de outra pessoa para as atividades diárias? A partir de quando?
n) Qual ou quais são os exames clínicos, laudos ou elementos considerados para o presente ato médico pericial?
o) O(a) periciado(a) está realizando tratamento? Qual a previsão de duração do tratamento? Há previsão ou foi realizado tratamento cirúrgico? O tratamento é oferecido pelo SUS?
p) É possível estimar qual o tempo e o eventual tratamento necessário para que o(a) periciado(a) se recupere e tenha condições de voltar a exercer seu trabalho ou atividade habitual (data da cessação da incapacidade)?
q) Preste o perito demais esclarecimentos que entenda serem pertinentes para melhor elucidação da causa.
r) Pode o perito afirmar se existe qualquer indício ou sinais de dissimulação ou de exacerbação de sintomas? Responda apenas em caso afirmativo.

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003336-35.2023.8.22.0021
AUTOR: ANANIAS NUNES DE BRITO
ADVOGADOS DO AUTOR: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES, OAB nº RO2383, MARIA AMORIM NUNES, OAB nº RO12418
REU: PAULISTA - SERVICOS DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Recebo a inicial. Postergo à analise de eventual pedido de gratuidade da justiça para o caso de interposição de recurso, uma vez que trata-se de demanda interposta no Juizado Especial, a qual prescinde de recolhimento de custas iniciais em primeiro grau de jurisdição.
Desde já, inverto o ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, uma vez que a parte autora é hipossuficiente para provar fato negativo (inexistência de fato constitutivo do débito).
Designo audiência de conciliação/mediação, agendada de forma automática no sistema PJe, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, na modalidade não presencial, através do contato (69) 9 9984-2111, por meio do aplicativo “whatsapp”.
Por ocasião da intimação das partes, estas deverão informar telefone para contato ao Oficial de Justiça responsável pela diligência ou peticionando nos autos para informar, caso a citação ocorra via postal (carta) ou mandado. Caso haja advogado cadastrado, este deverá peticionar nos autos a fim de informar seus números de telefone e/ou e-mail para que os conciliadores possam dar início às tratativas visando à realização de acordo.
A audiência será realizada por chamada de vídeo no aplicativo “whatsapp”, assim, as partes deverão apresentar nos autos contato telefônico que viabilizem a chamada de vídeo. A não apresentação do contato ou o não atendimento da chamada no dia da audiência ensejará certificação de ausência com todos os efeitos legais da mesma.
Intime-se a parte autora, advertindo-a de que sua ausência poderá ensejar na extinção do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei n. 9.099/95, bem como que, caso não haja acordo, após a apresentação de contestação pelo réu, deverá apresentar, na mesma audiência de conciliação, sua impugnação, acompanhada de documentos e rol de testemunhas, especificando as provas que pretende produzir, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento.

Cite-se e intime-se a parte requerida, com as advertências do procedimento sumaríssimo e para a audiência de conciliação designada, fazendo constar no mandado que, no caso de ausência à audiência de conciliação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial, salvo se do contrário resultar da convicção deste juízo (art. 20 da Lei n. 9.099/95), bem como que, caso não haja acordo, deverá apresentar resposta escrita (contestação) até a audiência de conciliação, acompanhada de documentos e rol de testemunhas, especificando as provas que pretende produzir, justificando necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento.
Não sendo encontrado a(s) parte requerida(s) no endereço informado na inicial, intime-se a parte autora para que apresente endereço atualizado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena extinção do feito. Apresentado novo endereço, desde já autorizo a CPE a expedir nova citação, sem a necessidade de retorno dos autos a conclusão.
Disposições à CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Determino a CPE que designe audiência de conciliação de forma automática no sistema PJE, a qual será realizada pelo WhatsApp.
1.2 A solenidade será conduzida pelos conciliadores do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), através do telefone (69) 9.9984-2111.
2. Intime-se o requerente, por meio de seu advogado, caso constituído, acerca da audiência designada, devendo informar telefone para contato nos autos.
2.1 Caso a parte seja atendida pela Defensoria Pública ou serviço atermação, intime-se pessoalmente, no endereço abaixo indicado, devendo informar telefone para contato ao Oficial de Justiça responsável pela diligência, ou peticionar nos autos.
3. Cite-se e intime-se a parte requerida para a audiência designada, nos termos determinados pela Corregedoria deste Tribunal, devendo informar telefone e-email para contato ao Oficial de Justiça responsável pela diligência, ou peticionar nos autos.
4. Não sendo encontrado a(s) parte requerida(s) no endereço informado na inicial, intime-se a parte autora para que apresente endereço atualizado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena extinção do feito. Apresentado novo endereço, desde já autorizo a CPE a expedir nova citação, sem a necessidade de retorno dos autos a conclusão.
5. Após a realização da audiência de conciliação:
5.1 Realizado o acordo, tornem os autos conclusos para sentença de homologação.
5.2 Não havendo acordo, tornem os autos conclusos para sentença.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA/ OFÍCIO
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
AUTOR: ANANIAS NUNES DE BRITO, CPF nº 27249255215, RUA ESTRADA DA FAVEIRA 2023 SETOR 01 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REU: PAULISTA - SERVICOS DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS LTDA, CNPJ nº 15245499000174, AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA 1335, AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 1355 JARDIM PAULISTANO - 01452-919 - SÃO PAULO - SÃO PAULO

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7004046-89.2022.8.22.0021
EXEQUENTE: FUNDO DE APOIO AO EMPREENDIMENTO POPULAR DE ARIQUEMES-FAEPAR
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FERNANDO MARTINS GONCALVES, OAB nº RO834, SERGIO GOMES DE OLIVEIRA, OAB nº RO5750A, ALLEN HANNA VIEIRA DE LIMA, OAB nº RO12531
EXECUTADOS: JESSICA PERINI ZEFERINO, JHONATAN SOUZA ZAMBOLIM, JHONATAN SOUZA ZAMBOLIM 52929167220
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
O pedido de bloqueio de valores via SISBAJUD foi deferido, sendo bloqueado parte da quantia desejada, tendo sido determinada a transferência para conta judicial, MOTIVO PELO QUAL CONVERTO O BLOQUEIO EM PENHORA.
Dessa forma, intime-se a parte executada a respeito e para eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §2º e §3º do CPC.
Transcorrido o prazo sem impugnação ou em caso de concordância, defiro desde logo, o levantamento/transferência dos valores bloqueados em favor da parte exequente, expedindo-se o necessário, ficando a parte interessada intimada a informar os dados bancários para emissão de Alvará Eletrônico por transferência.
Após, intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias, importando a inércia em arquivamento do feito pela satisfação da obrigação.
Decorrido o prazo, venham os autos conclusos.
Disposições à CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1) Fica a executada intimada via DJe da penhora de ativos financeiros realizada pelo sistema SISBAJUD, para apresentar eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §2º e §3º CPC.
2) Decorrido o prazo, sem manifestação ou em caso de concordância, expeça-se alvará de levantamento/transferência dos valores bloqueados em favor da parte exequente.
3) Cumpridos os atos acima, intimar a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias.
4) Decorrido o prazo, tornar os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ ALVARÁ.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Processo: 7003320-81.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Rural (Art. 48/51)
AUTOR: JOSE GERALDO FERREIRA
ADVOGADOS DO AUTOR: DEBORA APARECIDA MARQUES MICALZENZEN, OAB nº RO4988, VALDELICE DA SILVA VILARINO, OAB nº RO5089

REU: I. N. D. S. S.
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Defiro a gratuidade pleiteada.
Cite-se o INSS para os termos da presente ação, para querendo, contestar o pedido no prazo legal, como determina o art. 242, § 3° e artigo 247, inciso III, ambos do CPC.
Apresentada a contestação, manifeste-se a parte autora no prazo legal, nos termos dos artigos 231 e 335, III com a advertência do art. 344, todos do NCPC.
Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, manifeste-se nos autos, oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais.
Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação. (NCPC, art. 139, VI), sem olvidar que a parte requerida tem sido relutante na realização de acordos, como se denotam das experiências deste juízo.
Após, voltem os autos conclusos para deliberação.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
AUTOR: JOSE GERALDO FERREIRA, CPF nº 49218425668
REU: I. N. D. S. S., AVENIDA 16 DE JUNHO ESQUINA COM NOROESTE CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

Processo: 7004883-81.2021.8.22.0021
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Auxílio-Alimentação
EXEQUENTE: LUCIA PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
DECISÃO
Compulsando os autos, constato que as partes não se opuseram aos cálculos apresentados pela contadoria judicial. Assim, HOMOLOGO-os (ID 92199688), sendo R$16.744,81 do valor principal e R$2.184,11 dos honorários sucumbenciais. Consequentemente extingo o feito com resolução do mérito, nos termos do 487, III, “b”, do CPC.
Expeça-se Precatório Requisitório para pagamento do valor principal, bem como Requisição de Pequeno Valor – RPV, conforme o solicitado, em face do executado, nos termos do artigo 13, I, da Lei 12.153/09, a ser cumprido no prazo máximo de 60 dias, para pagamento dos honorários sucumbenciais. Ainda, necessário que o ente público (executado), informe ao juízo o pagamento da respectiva requisição, sendo desnecessário a conclusão dos autos.
Desde já, fica a parte exequente intimada para fornecer os dados bancários (conta corrente) e juntar aos autos as cópias necessárias à expedição do RPV (art. 6º, da Resolução nº 153/2020-PR), caso não informados.
Portanto:
a) expeça-se a Requisição de Pequeno Valor, intimando-se o exequente para juntar aos autos documentos necessários para a instruir a RPV/PRECATÓRIO, caso já não juntados;
b) com a expedição e juntada dos documentos, intime-se o ente público para iniciar o procedimento de pagamento da Requisição, extraindo as cópias necessárias diretamente do PJE, iniciando-se prazo para pagamento (60 dias) na data do registro da ciência no PJE;
4 - Com informação do pagamento da RPV, arquivem-se.
5- Sem custas ou honorários (artigo 55 da lei 9.099/95). Intimem-se. Expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
EXEQUENTE: LUCIA PEREIRA DOS SANTOS, CPF nº 34825746268, RUA PADRE MARIO 2881 SETOR 06 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS, RUA ALTO PARAÍSO 1152 SETOR 02 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7000977-49.2022.8.22.0021
REQUERENTES: LUIZ CARLOS CRESQUI, FRANCIELI TATIANA CRESQUI
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: ARLINDO FRARE NETO, OAB nº RO3811, ARNO NOVACK JUNIOR, OAB nº RO11385, RAFAEL SILVA COIMBRA, OAB nº RO5311
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS S.A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
DESPACHO
O pedido de bloqueio de valores via SISBAJUD foi deferido, sendo bloqueado a quantia desejada, tendo sido determinada a transferência para conta judicial, MOTIVO PELO QUAL CONVERTO O BLOQUEIO EM PENHORA.

Dessa forma, intime-se a parte executada a respeito e para eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §2º e §3º do CPC.
Transcorrido o prazo sem impugnação ou em caso de concordância, defiro desde logo, o levantamento/transferência dos valores bloqueados em favor da parte exequente, expedindo-se o necessário, ficando a parte interessada intimada a informar os dados bancários para emissão de Alvará Eletrônico por transferência.
Após, intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias, importando a inércia em arquivamento do feito pela satisfação da obrigação.
Decorrido o prazo, venham os autos conclusos.
Disposições à CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1) Fica a executada intimada via DJe da penhora de ativos financeiros realizada pelo sistema SISBAJUD, para apresentar eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §2º e §3º CPC.
2) Decorrido o prazo, sem manifestação ou em caso de concordância, expeça-se alvará de levantamento/transferência dos valores bloqueados em favor da parte exequente.
3) Cumpridos os atos acima, intimar a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias.
4) Decorrido o prazo, tornar os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ ALVARÁ.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Processo: 7003330-28.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Salário-Maternidade (Art. 71/73)
AUTOR: AMANDA CAMILO BATISTA
ADVOGADO DO AUTOR: JOSE PAULO DE ASSUNCAO, OAB nº RO5271
REU: I. -. I. N. D. S. S.
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Defiro a gratuidade pleiteada.
Cite-se o INSS para os termos da presente ação, para querendo, contestar o pedido no prazo legal, como determina o art. 242, § 3° e artigo 247, inciso III, ambos do CPC.
Apresentada a contestação, manifeste-se a parte autora no prazo legal, nos termos dos artigos 231 e 335, III com a advertência do art. 344, todos do NCPC.
Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, manifeste-se nos autos, oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais.
Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação. (NCPC, art. 139, VI), sem olvidar que a parte requerida tem sido relutante na realização de acordos, como se denotam das experiências deste juízo.
Após, voltem os autos conclusos para deliberação.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
AUTOR: AMANDA CAMILO BATISTA, CPF nº 70219072221, LINHA C-10, KM 77 Lote 48, Gb07 ZONA RURAL - 76887-000 - CAMPO NOVO DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
REU: I. -. I. N. D. S. S., AV. 7 DE SETEMBRO 1044, - DE 3293 A 3631 - LADO ÍMPAR OLARIA - 76801-281 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Buritis - 2ª Vara Genérica AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000,(69) 32382963 Processo nº : 7003166-63.2023.8.22.0021 Requerente: AUTOR: OTELIRO EVARISTO GERONIMO Advogado: Advogados do(a) AUTOR: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES - RO2383, MARIA AMORIM NUNES - RO12418
Requerido(a): REU: BINCLUB SERVICOS DE ADMINISTRACAO E DE PROGRAMAS DE FIDELIDADE LTDA Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: Sala 02 - conciliação Data: 14/08/2023 Hora: 09:00 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
Fone/WhatsApp:
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.

ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Buritis, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000,(69) 32382963
Processo nº : 7000316-70.2022.8.22.0021 Requerente: REQUERENTE: RITA DE CASSIA CABRAL Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: JOAO CARLOS DE SOUSA - RO10287
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
INTIMAÇÃO À PARTE
RITA DE CASSIA CABRAL
Rua Jaru, 2549, Setor 04, Buritis - RO - CEP: 76880-000
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, querendo, apresentar manifestação NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, quanto à impugnação/embargos a execução/cumprimento de sentença.
Buritis, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Buritis - 2ª Vara Genérica
Endereço: AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000
==========
Processo nº: 7004889-88.2021.8.22.0021
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: CELIO ALBERTO
Advogado do(a) EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES - RO301-B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS

ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar as partes para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestarem sobre os cálculos da Contadoria Judicial.
Buritis/RO, 14 de julho de 2023.
Processo: 0003643-26.2014.8.22.0021
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
EXEQUENTE: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: AMAZONMAD INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - ME, WAGNER DE LIMA MARTINS, CLAUDEMIR PEREIRA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
INDEFIRO o pedido de pesquisa via SREI, uma vez que se destina ao cumprimento de ordens judiciais, não se justificando que a pesquisa de imóveis seja realizada por este meio, haja vista que a parte reúne plenas condições de fazê-la diretamente. Ademais, o juízo não possui convênio com tal sistema.
Contudo, a informação acerca de existência de imóvel pode ser obtida, por meio do site eletrônico correspondente (www.registradores.org.br, www.arisp.com.br), sem intervenção do juízo. Verifica-se no site que a parte pode fazer consultas independente de determinação judicial.
No mesmo sentido, Indefiro o pedido de pesquisa via INFOJUD, uma vez que os requeridos não foram citados regularmente.
Sendo assim, manifeste-se o exequente no que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento do feito.
Disposições para CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1) Fica a parte intimada via DJe.
2) Decorrido o prazo, tornar os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ ALVARÁ.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
EXEQUENTE: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADOS: AMAZONMAD INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - ME, CNPJ nº 09601555000163, LINHA C-15, GLEBA 02, LOTE 40, PARTE A, LT 40 SETOR INDUSTRIAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA, WAGNER DE LIMA MARTINS, CPF nº 59384123234, RUA QUINTINO BOCAIUVA s/n, NÃO INFORMADO SETOR 08 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA, CLAUDEMIR PEREIRA, CPF nº 00673262189, - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7005119-67.2020.8.22.0021
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
EXECUTADO: JONAS MERENCIO RODRIGUES
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Trata-se de execução fiscal ajuizada por MUNICIPIO DE BURITIS em face de JONAS MERENCIO RODRIGUES.
A exequente apresentou termo de acordo realizado com o executado, requerendo sua homologação e suspensão do feito.
Decido.
Diante da concordância das partes, HOMOLOGO o acordo apresentado no ID 93222651, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.
Destarte, considerando que o pagamento será realizado de forma parcelada, suspenda-se a execução até o cumprimento integral do parcelamento, retornando os autos conclusos no primeiro dia útil seguinte ao cumprimento do acordo (25/12/2023).
Decorrido o prazo, independente de nova intimação, manifeste-se o exequente esclarecendo se o acordo foi cumprido, sob pena de ser presumido satisfeita a obrigação.
Intime-se.
Aguarde-se em arquivo provisório.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1) Intimar a parte exequente para conhecimento desta decisão.
2) Suspender o feito até 25.12.2023, aguardar em arquivo provisório.
3) Decorrido o prazo de suspensão, independente de manifestação, tornar os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000,(69) 32382963
Processo nº: 7001037-85.2023.8.22.0021.
AUTOR: AMANDA SOUZA DA COSTA.
REU: AGUAS DE BURITIS SANEAMENTO S.A
Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871

INTIMAÇÃO À PARTE REQUERIDA
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Buritis, 14 de julho de 2023.

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
Número do processo: 7000659-32.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: GILDETE MARIA DA SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO DO AUTOR: GEDEAO GOMES DE SOUZA, OAB nº RO11024
Polo Ativo: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Decisão
Tendo em vista a realização do MUTIRÃO INSS, encaminho o presente feito para audiência que será realizada virtualmente no dia 05/09/2023 por vídeochamada no Aplicativo WhatsApp às 10h00min.
Ficam advertidas as partes de que é de sua responsabilidade estar com recursos tecnológicos que permitam a realização do ato, sob pena de assumir o risco de eventuais prejuízos, ressaltando a impossibilidade de renovação do ato.
Caso não tenha sido apresentado, o respectivo rol de testemunha deverá ser juntado aos autos no prazo de 15 (quinze) dias, contados desta decisão (art. 357, §4º, do CPC), podendo a parte indicar duas testemunhas. Não sendo apresentado o rol no prazo determinado, entender-se-á que as partes desistiram da produção da prova testemunhal. Fica dispensado a intimação em casos em que já houver a apresentação.
Ressalto que com a regra do CPC, recai sobre as próprias partes o ônus de providenciar para intimação da(s) testemunha(s), com comprovante de recebimento, nos termos do art. 455, caput e §1º do CPC, uma vez que não demonstrada nenhuma das hipóteses do §4º do referido artigo.
O não comparecimento da parte autora à audiência, implicará na imediata em extinção e arquivamento do feito. Eventual justificativa, deverá ser apresentada até a data da realização da audiência.
Após a instrução, venham os autos conclusos para sentença.
Disposições para a CPE:
1. Fica a parte autora intimada via DJe acerca da audiência designada, bem como para informar com antecedência de 24 horas número de telefone com acesso ao Whastsapp.
1.1. Ressalte-se que o não comparecimento da parte autora à audiência implicará em extinção e arquivamento do feito.
1.2 O respectivo rol deverá ser juntado aos autos no prazo de 15 (quinze) dias, contados desta decisão (art. 357, §4º, do CPC). Não sendo apresentado o rol no prazo determinado, entender-se-á que as partes desistiram da produção da prova testemunhal. Fica dispensado esse comando, caso a parte já tenha informado nos autos.
1.3 Ressalto que com a regra do CPC, recai sobre as próprias partes o ônus de providenciar para intimação da (s) testemunha (s), com comprovante de recebimento, nos termos do art. 455, caput e §1º do CPC, uma vez que não demonstrada nenhuma das hipóteses do §4º do referido artigo.
1.4 Caso a parte seja assistida pela DPE ou ainda MPRO, as testemunhas apresentadas no rol deverão ser intimadas pelo Cartório, uma vez que se trata de hipótese prevista no art. 455, §4º, IV, do CPC. Por ocasião da intimação das partes, estas deverão informar telefone para contato ao Oficial de Justiça responsável pela diligência.
3. Encaminhe-se a sala de audiência.
4. Após a instrução, venham os autos conclusos para sentença.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Buritis - 2ª Vara Genérica AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000,(69) 32382963 Processo nº : 7003025-44.2023.8.22.0021 Requerente: AUTOR: LOENI MARTINS DE MELO Advogado: Advogado do(a) AUTOR: RODRIGO SAMPSON VILAROUCA DE FREITAS LEITE - CE39524
Requerido(a): REU: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A Advogado: Advogado do(a) REU: LOURENCO GOMES GADELHA DE MOURA - PE21233
INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:

Tipo: Conciliação - JEC Sala: Sala 01 - conciliação Data: 14/08/2023 Hora: 09:00 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
Fone/WhatsApp:
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG);
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Buritis, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000
e-mail: interiorfiscaiscpe@tjro.jus.br
Processo: 7004082-34.2022.8.22.0021
Exequente: JOACI AMANTINO DA LAPA
Executado: BANCO ITAU CONSIGNADO S.A
Advogado: Advogado(s) do reclamado: WILSON BELCHIOR
INTIMAÇÃO
Fica a parte Requerente INTIMADA para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto a petição da parte Requerida de ID: 91594422.
Ariquemes/RO, 14 de julho de 2023.

Processo: 0003782-75.2014.8.22.0021
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
EXEQUENTE: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

EXECUTADO: GERALDO RODRIGUES DA SILVA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Conforme art. 924, inciso II, do CPC, extingue-se a execução quando satisfeita a obrigação e pelo que consta nos autos, a Executada cumpriu a obrigação conforme comprovante acostado aos autos, razão pela qual, a extinção do feito pelo total adimplemento da obrigação é medida que se impõe.
Ante ao exposto, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO, considerando a satisfação da obrigação por meio do cumprimento noticiado e comprovado nos autos, com fulcro nos arts. 924 e 925, ambos do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários.
Antecipo o trânsito em julgado nesta data, nos moldes do artigo 1.000, parágrafo único, do CPC.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Buritis/RO,sexta-feira, 14 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
EXEQUENTE: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO: GERALDO RODRIGUES DA SILVA, CPF nº 09366598668, RUA OURO PRETO 20 SETOR 03 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
Número do processo: 7007183-21.2018.8.22.0021
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FRANCIELE DE OLIVEIRA ALMEIDA, OAB nº RO9541
Polo Ativo: ILSON EMIDIO DE OLIVEIRA, JOAO RODRIGUES DO NASCIMENTO
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Defiro o pedido da parte exequente.
Neste ato foram realizadas as pesquisas solicitadas pela parte interessada.
Determino o retorno dos autos conclusos após 05 (cinco) dias, para consolidação das respostas e outras providências.
Cumpre esclarecer que eventual novo pedido de pesquisa a sistema informatizado poderá ser realizado após o retorno das respostas.
Ainda informo que as partes serão intimadas após o desdobramento das pesquisas realizadas.
Buritis, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7002764-84.2020.8.22.0021
AUTOR: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO AUTOR: JURANDYR CAVALCANTE DANTAS NETO, OAB nº SE6101, ENERGISA RONDÔNIA
REU: DIANA MARIA PEREIRA
ADVOGADO DO REU: BARBARA SIQUEIRA PEREIRA, OAB nº RO8318
Despacho
Nesta data, expediu-se o alvará eletrônico na modalidade transferência através da ferramenta “alvará eletrônico”, pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente ao banco detentor da conta judicial, sem gerar documento novo nos autos, conforme documento anexo.
Decorrido o prazo de 10 (dez) dias, a contar da emissão do alvará eletrônico, constatando-se que os valores ainda permanecem disponíveis para levantamento, determino à CPE a juntada aos autos do extrato bancário da conta judicial vinculado ao presente feito, devendo expedir alvará tradicional de saque presencial, com prazo de 30 dias, tornando-se SEM EFEITO o alvará eletrônico anteriormente expedido.
Disposições à CPE, sem prejuízo de outros expediente que sejam necessários:
1. Fica a parte intimada via DJe.
1.1 Intime-se via sistema caso a parte seja assistida pela DPE ou seja ente público.
2. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias, a contar da emissão do alvará eletrônico, constatando-se que os valores ainda permanecem disponíveis para levantamento, determino à CPE a juntada aos autos do extrato bancário da conta judicial vinculado ao presente feito, devendo expedir alvará tradicional de saque presencial, com prazo de 30 dias, tornando-se SEM EFEITO o alvará eletrônico anteriormente expedido.
3. Decorrido os prazos acima, com ou sem manifestação, tornar os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ ALVARÁ/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
Número do processo: 7004188-93.2022.8.22.0021
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: SANDRA REGINA DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: MICHELY APARECIDA OLIVEIRA FIGUEIREDO, OAB nº RO9145

Polo Ativo: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REPRESENTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Decisão
Tendo em vista a realização do MUTIRÃO INSS, encaminho o presente feito para audiência que será realizada virtualmente no dia 05/09/2023 por vídeochamada no Aplicativo WhatsApp às 09h45min.
Ficam advertidas as partes de que é de sua responsabilidade estar com recursos tecnológicos que permitam a realização do ato, sob pena de assumir o risco de eventuais prejuízos, ressaltando a impossibilidade de renovação do ato.
Caso não tenha sido apresentado, o respectivo rol de testemunha deverá ser juntado aos autos no prazo de 15 (quinze) dias, contados desta decisão (art. 357, §4º, do CPC), podendo a parte indicar duas testemunhas. Não sendo apresentado o rol no prazo determinado, entender-se-á que as partes desistiram da produção da prova testemunhal. Fica dispensado a intimação em casos em que já houver a apresentação.
Ressalto que com a regra do CPC, recai sobre as próprias partes o ônus de providenciar para intimação da(s) testemunha(s), com comprovante de recebimento, nos termos do art. 455, caput e §1º do CPC, uma vez que não demonstrada nenhuma das hipóteses do §4º do referido artigo.
O não comparecimento da parte autora à audiência, implicará na imediata em extinção e arquivamento do feito. Eventual justificativa, deverá ser apresentada até a data da realização da audiência.
Após a instrução, venham os autos conclusos para sentença.
Disposições para a CPE:
1. Fica a parte autora intimada via DJe acerca da audiência designada, bem como para informar com antecedência de 24 horas número de telefone com acesso ao Whastsapp.
1.1. Ressalte-se que o não comparecimento da parte autora à audiência implicará em extinção e arquivamento do feito.
1.2 O respectivo rol deverá ser juntado aos autos no prazo de 15 (quinze) dias, contados desta decisão (art. 357, §4º, do CPC). Não sendo apresentado o rol no prazo determinado, entender-se-á que as partes desistiram da produção da prova testemunhal. Fica dispensado esse comando, caso a parte já tenha informado nos autos.
1.3 Ressalto que com a regra do CPC, recai sobre as próprias partes o ônus de providenciar para intimação da (s) testemunha (s), com comprovante de recebimento, nos termos do art. 455, caput e §1º do CPC, uma vez que não demonstrada nenhuma das hipóteses do §4º do referido artigo.
1.4 Caso a parte seja assistida pela DPE ou ainda MPRO, as testemunhas apresentadas no rol deverão ser intimadas pelo Cartório, uma vez que se trata de hipótese prevista no art. 455, §4º, IV, do CPC. Por ocasião da intimação das partes, estas deverão informar telefone para contato ao Oficial de Justiça responsável pela diligência.
3. Encaminhe-se a sala de audiência.
4. Após a instrução, venham os autos conclusos para sentença.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
Número do processo: 7004597-69.2022.8.22.0021
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: ROSALIA APARECIDA DE SOUSA SILVA PEDROSO
ADVOGADOS DO AUTOR: HELBA GONCALVES BIAGGI, OAB nº RO9295, ALBERTO BIAGGI NETTO, OAB nº RO2740
Polo Ativo: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Decisão
Tendo em vista a realização do MUTIRÃO INSS, encaminho o presente feito para audiência que será realizada virtualmente no dia 05/09/2023 por vídeochamada no Aplicativo WhatsApp às 10h15min.
Ficam advertidas as partes de que é de sua responsabilidade estar com recursos tecnológicos que permitam a realização do ato, sob pena de assumir o risco de eventuais prejuízos, ressaltando a impossibilidade de renovação do ato.
Caso não tenha sido apresentado, o respectivo rol de testemunha deverá ser juntado aos autos no prazo de 15 (quinze) dias, contados desta decisão (art. 357, §4º, do CPC), podendo a parte indicar duas testemunhas. Não sendo apresentado o rol no prazo determinado, entender-se-á que as partes desistiram da produção da prova testemunhal. Fica dispensado a intimação em casos em que já houver a apresentação.
Ressalto que com a regra do CPC, recai sobre as próprias partes o ônus de providenciar para intimação da(s) testemunha(s), com comprovante de recebimento, nos termos do art. 455, caput e §1º do CPC, uma vez que não demonstrada nenhuma das hipóteses do §4º do referido artigo.
O não comparecimento da parte autora à audiência, implicará na imediata em extinção e arquivamento do feito. Eventual justificativa, deverá ser apresentada até a data da realização da audiência.
Após a instrução, venham os autos conclusos para sentença.
Disposições para a CPE:
1. Fica a parte autora intimada via DJe acerca da audiência designada, bem como para informar com antecedência de 24 horas número de telefone com acesso ao Whastsapp.
1.1. Ressalte-se que o não comparecimento da parte autora à audiência implicará em extinção e arquivamento do feito.
1.2 O respectivo rol deverá ser juntado aos autos no prazo de 15 (quinze) dias, contados desta decisão (art. 357, §4º, do CPC). Não sendo apresentado o rol no prazo determinado, entender-se-á que as partes desistiram da produção da prova testemunhal. Fica dispensado esse comando, caso a parte já tenha informado nos autos.
1.3 Ressalto que com a regra do CPC, recai sobre as próprias partes o ônus de providenciar para intimação da (s) testemunha (s), com comprovante de recebimento, nos termos do art. 455, caput e §1º do CPC, uma vez que não demonstrada nenhuma das hipóteses do §4º do referido artigo.

1.4 Caso a parte seja assistida pela DPE ou ainda MPRO, as testemunhas apresentadas no rol deverão ser intimadas pelo Cartório, uma vez que se trata de hipótese prevista no art. 455, §4º, IV, do CPC. Por ocasião da intimação das partes, estas deverão informar telefone para contato ao Oficial de Justiça responsável pela diligência.
3. Encaminhe-se a sala de audiência.
4. Após a instrução, venham os autos conclusos para sentença.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7006017-12.2022.8.22.0021
AUTOR: ANA VITORIA SOUSA DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: GEDEAO GOMES DE SOUZA, OAB nº RO11024
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Sentença
A parte autora, qualificada nos autos, ajuizou a presente ação visando obter a condenação da parte requerida, igualmente qualificada, a conceder-lhe o auxílio por incapacidade temporária ou subsidiariamente a aposentadoria rural por incapacidade permanente. Como fundamento de sua pretensão, alega preencher todos os requisitos exigidos pela legislação previdenciária para a percepção do benefício em questão. Com a inicial, juntou procuração e documentos.
Realizada perícia médica.
Devidamente citado, apresentou contestação pela improcedência dos pedidos.
A parte requerente impugnou a contestação.
É o relatório necessário. Decido.
Estão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo, bem como as partes estão regularmente representadas.
Não foram constatadas ilegitimidades, nulidades processuais ou vícios de representação e não há incidentes processuais pendentes de apreciação, sendo possível analisar o mérito do feito.
Nos termos do art. 42 da Lei n. 8.213/91, o benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez será devido ao segurado que, cumprindo a carência exigida, quando for o caso, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade laborativa. In verbis: “Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.”
De acordo com a legislação específica, a concessão da aposentadoria por invalidez pressupõe a comprovação, concomitante, dos seguintes requisitos: (a) incapacidade total e permanente para o exercício de qualquer atividade que seja apta a garantir a sua subsistência; (b) a qualidade de segurado; e (c) o cumprimento da carência de 12 (doze) contribuições mensais (art. 25, I, da Lei 8.213/91), dispensada esta no caso de a incapacidade decorrer de acidente de qualquer natureza ou causa (art. 26, II, primeira parte).
Neste ponto, vale ressaltar que a concessão deste benefício em favor de trabalhador rural independe do cumprimento da carência exigida em lei (artigo 26, III, c/c artigo 39, I, da Lei nº 8.213/91).
Todavia, segundo a legislação de regência (§ 3º do art. 55 da Lei n. 8.213/91) e o disposto nas Súmulas 149 do STJ e 27 do TRF da 1ª Região, a comprovação da atividade rural está ligada à existência de início de prova material.
A condição de segurado da parte autora e o cumprimento da carência mínima exigida para a concessão do benefício são indubitáveis. Desse modo, tenho por incontroversa a condição de segurada da parte autora e o cumprimento da carência exigida.
Sem maiores dilações, o pedido solicitado na exordial não merece prosperar.
Isso porque o laudo pericial acostado aos autos no ID 89395524 concluiu que a parte requerente não se encontra incapacitada total e definitivamente para o trabalho.
Pois bem. O laudo confeccionado pelo perito nomeado denota inexistir incapacidade para o trabalho. Considerando ainda que o laudo do perito encontra-se abarcado pelo manto judicial, especialmente no que tange à garantia do contraditório, deve prevalecer sobre o laudo médico apresentado junto a inicial.
A despeito da irresignação da parte autora, não há necessidade de se indicar, para cada debilidade apresentada, um perito especialista. O perito nomeado por este juízo é capaz de averiguar a existência ou não da alegada incapacidade laborativa.
Ademais, a parte autora foi intimada da nomeação do perito. É esse o momento processual para se insurgir contra a nomeação, e não após a apresentação do trabalho técnico, desfavorável às pretensões autorais. A impugnação, portanto, resta-se preclusa.
Noutro ponto, a pericial produzida nestes autos mostra-se absolutamente inerente à causa de pedir da demanda, tendo sido concluído que a parte autora não se encontra incapaz para a sua atividade habitual em decorrência das patologias alegadas, não cabendo ao Juízo promover sucessivos exames periciais até que se possa justificar o recebimento da prestação previdenciária.
A prova pericial, como qualquer outro meio probatório, não vincula o juiz. Entretanto, em matérias tal como a dos autos, em que a pretensão autoral subsume-se na necessidade de eventual incapacidade para o labor, é inegável que a prova pericial, forjada sob o manto do contraditório, contribui decisivamente para a formação do convencimento do julgador.
Cabe ressaltar que o perito judicial distingue-se pela equidistância das partes, tendo prestado compromisso de bem desempenhar o encargo, merecendo a confiança do juiz, ou seja, há presunção de legitimidade dos laudos oficiais em face dos laudos particulares.
Assim, em que pesem os documentos juntados aos autos, fato é que na perícia judicial não houve a comprovação da incapacidade laborativa da parte autora, requisito indispensável para concessão do benefício.
Posto isto, ausentes os pressupostos necessários para a concessão do benefício pretendido, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL e, via de consequência, declaro extinto o feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.
Revogo eventual tutela de urgência deferida.

Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários sucumbenciais no importe de R$1.000,00, contudo a exigibilidade fica suspensa ante a gratuidade de justiça que ora concedo à parte autora.
Tendo em vista que a parte autora é beneficiária pela "Justiça Gratuita" verifico que os honorários periciais deverão ser pagos pelo TRF1 e, com isso, determino a inclusão dessas despesas processuais no sistema específico daquele Tribunal, pelo Cartório dessa Comarca.
Sem custas por isenção legal.
Esta sentença não está sujeita ao duplo grau de jurisdição, em face do disposto na Súmula 490 do STJ, e no artigo 496, §3º, inciso I, do CPC.
Publicação e Registros automáticos pelo sistema. Intime-se.
Nada mais havendo, arquive-se.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Fica a parte autora intimada por DJe e intime-se a Autarquia via sistema.
2. Requisite-se os honorários do perito e expeça-se o necessário para levantamento dos valores.
3. Havendo recurso de apelação, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante o art. 1.010, § 1°, do CPC e, após, remeter os autos ao TRF1.
4. Com o trânsito em julgado, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003203-03.2017.8.22.0021
AUTOR: VALCIONE LADISLAU DO NASCIMENTO
ADVOGADO DO AUTOR: JUNIEL FERREIRA DE SOUZA, OAB nº RO6635
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: ANA CAROLINE ROMANO CASTELO BRANCO, OAB nº RO5991, JONATHAS COELHO BAPTISTA DE MELLO, OAB nº RO3011, UERLEI MAGALHAES DE MORAIS, OAB nº RO3822, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
O pedido de bloqueio de valores via SISBAJUD foi deferido, sendo bloqueado a quantia desejada, tendo sido determinada a transferência para conta judicial, MOTIVO PELO QUAL CONVERTO O BLOQUEIO EM PENHORA.
Dessa forma, intime-se a parte executada a respeito e para eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §2º e §3º do CPC.
Transcorrido o prazo sem impugnação ou em caso de concordância, defiro desde logo, o levantamento/transferência dos valores bloqueados em favor da parte exequente, expedindo-se o necessário, ficando a parte interessada intimada a informar os dados bancários para emissão de Alvará Eletrônico por transferência.
Após, intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias, importando a inércia em arquivamento do feito pela satisfação da obrigação.
Decorrido o prazo, venham os autos conclusos.
Disposições à CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1) Fica a executada intimada via DJe da penhora de ativos financeiros realizada pelo sistema SISBAJUD, para apresentar eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §2º e §3º CPC.
2) Decorrido o prazo, sem manifestação ou em caso de concordância, expeça-se alvará de levantamento/transferência dos valores bloqueados em favor da parte exequente.
3) Cumpridos os atos acima, intimar a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias.
4) Decorrido o prazo, tornar os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ ALVARÁ.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003573-74.2020.8.22.0021
EXEQUENTE: BURITIS COMERCIO DE PNEUS LTDA - EPP
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DORIHANA BORGES BORILLE, OAB nº RO6597A
EXECUTADO: GILMAR PEREIRA DE OLIVEIRA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Despacho
A diligência requerida para localização do endereço atual do requerido fora realizada, conforme espelho em anexo.
Dessa forma, intime-se a parte requerente para se manifestar acerca dos resultado obtido, no prazo de 15 dias.
Disposições para CPE, sem prejuízo de outros expediente que sejam necessários:
1. Fica a parte autora intimada via DJe.
1.2 Caso a parte autora seja assistida pela Defensoria Pública, intime-a via sistema.
2. Caso indicado em qual endereço pretende diligenciar, fica a CPE autorizado a proceder a distribuição de novo mandado para citação da parte requerida.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/PRECATÓRIA.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
Número do processo: 0015238-16.2013.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA EPP
ADVOGADO DO PROCURADOR: LEVI GUSTAVO ALVES DE FREITAS, OAB nº RO4634
Polo Ativo: VALDEVINO FRANCISCO ALVES
PROCURADOR SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
O pedido de bloqueio de valores via SISBAJUD na modalidade de reiteração programada (Teimosinha) foi deferido.
Assim, determino a suspensão do processo por 30 dias, devendo ao final retornar concluso para caixa/localizador “Decisão JUD’S”, para juntada da pesquisa realizada.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Suspender os autos por 30 (trinta) dias.
2. Decorrido o prazo, tornar os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ ALVARÁ.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
Número do processo: 7004205-32.2022.8.22.0021
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Polo Ativo: VIVIANE ATARA DE QUEIROZ
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Defiro o pedido da parte exequente.
Neste ato foram realizadas as pesquisas solicitadas pela parte interessada.
Determino o retorno dos autos conclusos após 05 (cinco) dias, para consolidação das respostas e outras providências.
Cumpre esclarecer que eventual novo pedido de pesquisa a sistema informatizado poderá ser realizado após o retorno das respostas.
Ainda informo que as partes serão intimadas após o desdobramento das pesquisas realizadas.
Buritis, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Processo: 7000849-47.2022.8.22.0015
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Estaduais
EXEQUENTES: Estado de Rondônia, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: MADEIREIRA BEM DEZ LTDA - ME
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Conforme comprovante que adiante segue, a inscrição no SERASAJUD foi realizada.
Manifeste-se a parte exequente no que entender de direito, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção/arquivamento do feito pela perda superveniente do interesse processual.
Disposições para CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1) Fica a parte intimada via DJe.
2) Decorrido o prazo, tornar os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ ALVARÁ.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
EXEQUENTES: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, CNPJ nº 19907343000162, AVENIDA FARQUAR, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO: MADEIREIRA BEM DEZ LTDA - ME, CNPJ nº 11214734000190, LINHA 03, KM 01 S/N DISTRITO JACINOPOLIS SETOR INDUSTRIAL - 76857-000 - NOVA MAMORÉ - RONDÔNIA

Processo: 7005443-86.2022.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Protesto Indevido de Título
AUTOR: DIEGO MARTINS DUTRA
ADVOGADO DO AUTOR: THAMYRES GONCALVES DE BARROS, OAB nº RO11746
REQUERIDO: R. S. ATIVIDADE DE CONDICIONAMENTO FISICO LTDA
ADVOGADO DO REQUERIDO: JOSIANE SANTOS TROCZINSKI, OAB nº RO12656

SENTENÇA
SENTENÇA
Chamo o feito à ordem. Revogo a decisão retro ID.93318290.
Relatório dispensado na forma da Lei (art. 38 da LF 9.099/95).
Trata-se, em verdade, de ação de rescisão contratual (contrato de prestação de serviços de ACADEMIA X-ONE), com pedido de indenização por danos morais e tutela de urgência decorrentes de cobranças e protesto indevido, conforme pedido inicial e documentação apresentada.
Em sede de contestação, a requerida afirma que efetivamente existia a previsão contratual, não havendo que se falar em falha na prestação dos serviços ou conduta negligente e inidônea por parte da academia. Requereu a improcedência do pedido.
FUNDAMENTAÇÃO
O presente feito comporta julgamento no estado em que se encontra, uma vez que incide à hipótese vertente o disposto do artigo 355, incisos I, do Código de Processo Civil, ante a desnecessidade de produção de outras provas é razão pela qual julgo antecipadamente a lide.
Convém esclarecer que não tendo sido especificada ou justificada qualquer outra prova que impeça o imediato julgamento da causa e sendo o magistrado o destinatário das provas e entendendo este que o processo está em ordem e pronto para julgamento, deve, principalmente na seara dos Juizados, promover a imediata entrega da prestação jurisdicional, medida esta que se impõe no caso em apreço.
Aliás, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça: "'Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz e não mera faculdade assim proceder.' (STJ, 4ª Turma, RE 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU, 17.09.90, pág. 9.153, 2ª col., em., THEOTONIO NEGRÃO, CPC, Ed. Saraiva, 26ª ed., nota n.º 1 ao art. 330, pág. 295)."
Vale destacar também que o feito deve ser analisado à luz do Código de Defesa do Consumidor e aos princípios a ele inerentes, posto que a relação contratual que se estabeleceu entre os litigantes é de inegável consumo, competindo à empresa concessionária de energia elétrica o ônus de fazer prova contrária às alegações do autor.
DO MÉRITO.
Dispõe o artigo 373, I, do CPC, que à parte autora cabe a prova constitutiva do seu direito, correndo o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados. Por outro lado, à parte requerida cabe exibir, de modo concreto, coerente e seguro, os elementos que possam modificar, impedir ou extinguir o direito da parte autora (art. 373, II, do CPC).
No caso em tela o autor informa na exordial que é consumidor dos serviços prestados pela empresa requerida. A requerente, alega que celebrou contrato de adesão em fevereiro de 2020, contratando um plano anual pelo montante de R$79,90, que seriam pagos mensalmente. Afirma que após 3 meses da celebração do contrato, o funcionamento da academia foram suspenso em razão do Decreto n.24919/2020, devido ao lockdown no Estado de Rondônia no combate ao COVID-19. Devido ao Decreto e a suspensão do funcionamento da academia, o autor cancelou as cobranças das parcelas seguintes, e sendo surpreendido por um protesto indevido em seu nome no valor de R$240,00.
Em referido cenário e analisando todo conjunto probatório, tenho como improcedente o pedido inicial, posto que, muito embora houvesse suspendido os atendimentos/funcionamento da academia por força do Decreto n.24919/2020 devido ao combate ao COVID-19, as partes firmaram contrato de fidelidade, sendo a quebra do contrato é devida a cobrança da multa.
Contudo, a autora apenas mencionou na inicial que houve o cancelamento do contrato, não trouxe mais informações que de fato a academia suspendeu por tempo indeterminado os seus atendimentos. Embora o decreto determinasse a suspensão dos serviços, caberia a parte autora cumprir as obrigações descritas nas cláusulas contratuais.
Ainda, nas conversas por aplicativo de celular de mensagens instantâneas juntadas (ID n.8502542), demostra que a cobrança é devida, pois existia entre as partes contrato firmado de fidelidade . Desse modo, não há que se falar em cobrança indevida.
Quanto à alegação da multa por resilição do contrato, autora aduziu que é indevida pois não prosseguiu com a utilização do plano contratual em razão da pandemia Covid-19. Todavia, ainda, no que se refere a cobrança e protesto indevido, a parte autora não apresentou uma explanação clara e objetiva, competia ao autor provar situação diversa, ou seja, demonstrar seu direito à inexistência desse negócio jurídico e o afastamento de sua responsabilização pela dívida lançada em seu nome, a qual ensejou a negativação. Mas o autor não fez isso, pois seu advogado não documentos que comprovam a veracidade dos fatos, isso gera automaticamente a presunção de acerto da tese defensiva, porque repito, está carreada de provas contundentes de fato impeditivo/modificativo do direito do autor.
É bem verdade que nas causas envolvendo direito do consumidor aplica-se a inversão do ônus da prova, mas para tanto é preciso que haja um mínimo de verossimilhança das alegações do autor, coisa que não há no caso em tela.
Como é cediço, a inscrição indevida do nome do consumidor em cadastro de devedores inadimplentes, suportada em dívida por ele impugnada e não comprovada pelo réu, enseja, por si só, indenização por danos morais, desnecessária a comprovação do dano, uma vez que a mera inclusão configura violação a atributos da personalidade, passível de ser indenizado (STJ - Quarta Turma - RESP 204036/RS, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ 23/08/1999, pág. 132). Essa é a regra em direito admitida até os dias atuais.
No caso concreto, em detida análise, se observa que a parte autora NÃO juntou o COMPROVANTE de pagamento da multa contratual, tem em vista que rescindiu o contrato de forma unilateral. Não bastasse isso, no caso em exame, a defesa provou legitimamente a regularidade da dívida lançada no registro negativo e a licitude da manutenção da negativação, pois inexiste até o momento o respectivo pagamento de valor em favor da credora.
Inicialmente, compete ao consumidor empregar verossimilhança em suas alegações e, sobrevindo prova contrária ao seu direito, incumbe-lhe impugná-la por meio de farta documentação, comprovando seu melhor direito. Mas isso o autor não fez no caso concreto em exame e não obstante, deixou de apresentar o mínimo de provas para que fosse aplicado no caso em tela a inversão do ônus da prova.
A única prova existente nos autos é de que o autor foi negativado no protesto em razão de um débito perante a requerida, mas como visto anteriormente, não há nenhuma prova de que esse valor seria indevido. Logo, a negativação se mostrou acertada, em sua origem e, ainda foi mantida licitamente.
Os princípios informadores do Juizado devem prestigiar a simplicidade e favorecer a defesa do consumidor. No entanto, não se pode abrir mão da segurança jurídica e do ônus de o consumidor provar o que alega, ou seja, provar o dano sofrido, a conduta lesiva, a culpa da prestadora do serviço e o nexo de causalidade entre a conduta e o dano.
Nesse contexto, não resta outra alternativa a não ser a improcedência da ação, não incidindo, assim, indenização por danos morais.

Dispositivo:
ANTE O EXPOSTO, com fulcro no art. 487, inciso I, do CPC, JULGO, por sentença com resolução do mérito, IMPROCEDENTES os pedidos formulado na inicial, e consequentemente, revogo definitivamente a liminar concedida na decisão de Id. 51751634.
Sem custas e honorários nesta fase.
Certificado o trânsito em julgado, ao arquivo com as notações de estilo.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
AUTOR: DIEGO MARTINS DUTRA, CPF nº 03253916294, RUA ALTA FLORESTA 1536 SETOR 02 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REQUERIDO: R. S. ATIVIDADE DE CONDICIONAMENTO FISICO LTDA, CNPJ nº 34305884000104, RUA VITÓRIA-RÉGIA 3037, ACADEMIA X ONE SETOR 04 - 76873-503 - ARIQUEMES - RONDÔNIA

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003037-29.2021.8.22.0021
EXEQUENTE: M. D. B. R.
EXEQUENTE SEM ADVOGADO(S)
EXECUTADO: VALDIR FELIX DE SOUZA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Despacho
A diligência requerida para localização do endereço atual do requerido fora realizada, conforme espelho em anexo.
Dessa forma, intime-se a parte requerente para se manifestar acerca do resultado obtido, no prazo de 15 dias.
Disposições para a CPE, sem prejuízo de outros expediente que sejam necessários:
1. Fica a parte autora intimada via DJe.
1.2 Caso a parte autora seja assistida pela Defensoria Pública, intime-a via sistema.
2. Caso indicado em qual endereço pretende diligenciar, fica a CPE autorizada a proceder a distribuição de novo mandado para citação da parte requerida.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/PRECATÓRIA.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Processo: 7005343-34.2022.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Análise de Crédito
AUTOR: PATRICIA PAULA CALAURO ALCANTARA
ADVOGADO DO AUTOR: EDUARDO DOUGLAS DA SILVA MOTTA, OAB nº RO7944
REQUERIDO: ALINE CRISTINA COSTA 00797125256
ADVOGADO DO REQUERIDO: PEDRO MIGUEL ARAUJO PAES FREIRE, OAB nº RO11844
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado, na forma da Lei 9.099/95.
Em razão da natureza jurídica da relação existente entre as partes, a lide deve ser dirimida à luz do Código de Defesa do Consumidor.
É importante frisar que, estando a presente demanda regrada pela lei consumerista, é assegurado ao consumidor a aplicação do instituto da inversão do ônus da prova, previsto no art. 6º, inciso VIII, do referido Codex.
Contudo, o Código de Processo Civil, em seu art. 373, distribuiu esse ônus probatório:
Art. 373. O ônus da prova incumbe:
I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;
II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. (grifei).
Assim, ainda que se analise a demanda sob a ótica consumerista e da inversão do ônus da prova, incumbe à parte autora demonstrar, ao menos, indícios do fato constitutivo do seu direito.
Nestas circunstâncias, a responsabilidade da requerida independe de demonstração de culpa, posto que é objetiva, em virtude do risco profissional. É imperativo que se evidencie o nexo de causalidade entre a conduta e o resultado lesivo, a teor do disposto no artigo 14 da Lei n.º 8.078/90:
Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação de danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre a sua fruição e riscos.
A relação entre as partes é de consumo, regulada pela Lei n.º 8.078/90, na forma do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, sendo a responsabilidade do réu objetiva, devendo se responsabilizar pelos defeitos ou falhas nos serviços prestados, afastando-se tal responsabilidade somente em caso de culpa exclusiva da autora ou de terceiro, o que a ele cabe provar.
O contexto do feito recomenda a inversão do ônus da prova, mesmo porque a prova do fato negativo em questão mostra-se extremamente difícil de ser produzida e seria pouco razoável exigi-la da autora. Feitas tais considerações passo a análise do mérito.
Segundo consta na inicial, a parte autora adquiriu uma máquina para procedimentos estéticos pelo valor total de R$39.970.00 (trinta e nove mil novecentos e setenta reais). Afirma que anuíram um contrato e acordaram entre si, em que parte ré aceitaria a devolução do produto no prazo de 06 (seis) meses, e o ressarcimento do valor pago.
Para amparar o pedido juntou documento conversas pelo watssap, nota fiscal, comprovante de pagamento. Informa a parte autora, que entrou em contato com o requerida e solicitou que fossem tomadas as providências para que as transações fossem canceladas, e solicitou a restituição dos valores pagos.

Devidamente citada, a parte ré apresentou contestação alegando que a autora não juntou documentos que comprovem os fatos narrados na inicial, relata a requerida que sempre foi pautada pela boa-fé e busca a satisfação de seus clientes. No mérito, alegou que inexiste dever de reparação, bem como prova do efetivo prejuízo sofrido. Rebateu o direito à indenização por danos morais. Impugnou a inversão do ônus da prova. Requereu a improcedência do pleito autoral. Juntou documentos.

Do Julgamento Antecipado:

O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento para a produção de novas provas.

Ademais, o Excelso Supremo Tribunal Federal já de há muito se posicionou no sentido de que a necessidade de produção de prova em audiência há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado da lide implique em cerceamento de defesa. A antecipação é legítima se os aspectos decisivos da causa estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do magistrado (RTJ 115/789).

As provas produzidas nos autos não necessitam de outras para o justo deslinde da questão, nem deixam margem de dúvida. Por outro lado, "o julgamento antecipado da lide, por si só, não caracteriza cerceamento de defesa, já que cabe ao magistrado apreciar livremente as provas dos autos, indeferindo aquelas que considere inúteis ou meramente protelatórias" (STJ.- 3ª Turma, Resp 251.038/SP, j. 18.02.2003, Rel. Min. Castro Filho).

Sobre o tema, já se manifestou inúmeras vezes o Colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no exercício de sua competência constitucional de Corte uniformizadora da interpretação de lei federal:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. AUSÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA. LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO. SÚMULA 7 DO STJ. CONVERSÃO DE JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. 1. Não há falar em ofensa ao art. 1.022 do CPC quando as controvérsias postas nos autos foram devidamente enfrentadas pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada e clara, apenas em sentido contrário ao pretendido pela parte recorrente. 2. A jurisprudência do STJ é no sentido de que, sendo o juiz o destinatário da prova, à luz dos princípios da livre apreciação da prova e do livre convencimento motivado, o entendimento pelo julgamento antecipado da lide não acarreta cerceamento de defesa. Precedentes. 3. Modificar a conclusão do Juízo de piso e do Tribunal de origem no sentido de que é desnecessária a produção de outras provas para o julgamento da lide implica reexame de fatos e provas, o que é vedado em face do teor da Súmula 7 do STJ. 4. Conforme a dicção do § 3º do art. 938 do CPC, a possibilidade de conversão do julgamento em diligência decorre da necessidade de produção de prova, o que não se observa na hipótese vertente, na medida em que os documentos colacionados pelas partes foram considerados verídicos e suficientes pelo magistrado para a solução da controvérsia. 5. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no REsp: 1727424 DF 2017/0305029-1, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 03/05/2022, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 12/05/2022).

Embora a parte ré ter alegado que o produto estava inutilizável dado o mau uso e má higienização, caberia a parte ré o ressarcimento dos valores pagos pelo autora. Ressalta-se, por oportuno, que a demora e o descaso na solução do problema, constituem afronta ao direito do consumidor, e que causa dissabor, frustração e um sentimento de falta de consideração, com a ausência de providência da parte requerida que tinha o dever legal de solucionar o problema, situação que excede a normalidade, como no caso presente, em que extrapolou o mero aborrecimento ou simples transtorno. No mais a parte autora juntou comprovante de pagamento da máquina conforme boleto e comprovante em anexo ID. 89930073-83396053.

O dano moral decorre, não do vício do produto em si, mas da conduta desidiosa da parte ré, não solucionando o problema apresentado, impondo ao consumidor verdadeira peregrinação por meses na tentativa de reaver o prejuízo, sem sucesso.

Recurso a que se dá provimento.

TJ-MG - Apelação Cível AC 10000221485089001 MG (TJ-MG)EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO - DANOS MORAIS - VÍCIO OCULTO DE PRODUTO - LAVADORA DE ROUPAS - DESCASO COM O CONSUMIDOR. A existência de vício oculto em lavadora de roupas, que inviabiliza o seu uso, não solucionado pelos vendedores e fornecedores, em total descaso ao consumidor, acarreta obrigação de entrega de produto novo em perfeito funcionamento, bem como indenização por danos morais, fixada em valor suficiente e adequado para compensação dos prejuízos experimentados pelo ofendido e para desestimular-se a prática reiterada da conduta lesiva do ofensor. Data de publicação: 06/09/2022.

Assim, o arbitramento do valor da indenização por danos morais deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir conduta abusiva. Em casos como o presente, razoável fixar o montante em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), quantia capaz de reparar os danos sofridos pelo requerente sem proporcionar-lhe enriquecimento indevido. O valor atende ao disposto no art. 944, do CC, e aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos.

DISPOSITIVO

Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por PATRICIA PAULA CALAURO ALCANTARA em face de ALINE CRISTINA COSTA , para o fim de:

a) CONDENAR a requerida ao pagamento de R$4.000,00 (quatro mil reais) à título de danos morais, com juros legais 1% ao mês (art. 406 do Código Civil c/c art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional), contados a partir da citação e acrescido de correção monetária de acordo com a tabela adotada pelo TJRO, a partir desta data, conforme Súmula 362 do STJ.

b)CONDENAR a parte ré a proceder a restituição do valor pago pelo produto no importe de R$26.550,74 (ID's 83396053-89930074), corrigido monetariamente pela tabela do TJRO (INPC) desde a data do seu desembolso e acrescido de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação.

Por fim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Sem custas e honorários advocatícios, em razão do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

Sentença publicada e registrada automaticamente pelo PJe.

Intimem-se.

Disposições à CPE:.

Após o trânsito em julgado, certifique-se e proceda-se com as baixas de praxe arquivando-se os autos em seguida.

Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
AUTOR: PATRICIA PAULA CALAURO ALCANTARA, CPF nº 99924234200, ZONA URBANA SETOR 03 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REQUERIDO: ALINE CRISTINA COSTA 00797125256, CNPJ nº 25463094000166, AVENIDA MARECHAL RONDON 760, - DE 606 A 828 - LADO PAR CENTRO - 76900-058 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001477-81.2023.8.22.0021
AUTOR: JOSE FERREIRA DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: AROLDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, OAB nº RO9083
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Recebo o recurso, por ser tempestivo e por ter preparo recolhido.
Considerando que houve apresentação de contrarrazões nos autos, remetam-se os autos à Turma Recursal com nossas homenagens.
Disposições à CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Remetam-se os autos à Turma Recursal com nossas homenagens.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ OFÍCIO/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
AUTOR: JOSE FERREIRA DE SOUZA, CPF nº 10712836268, KM 21, GL 01 LINHA 72 61 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AC CACOAL, AVENIDA SÃO PAULO 2775 CENTRO - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003308-67.2023.8.22.0021
EMBARGANTES: J SERAFIM & CIA LTDA - ME, ELZA GOTARDO SERAFIN, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EMBARGANTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
PRISÃO TEMPORÁRIA - 5 DIAS: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO PRISÃO TEMPORÁRIA - 5 DIAS: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
Despacho
Recebo os embargos à execução.
Intime-se a exequente para se manifestar no prazo de 15 dias.
Decorrido o prazo, venham os autos conclusos para sentença.
Disposições à CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Intime-se a parte requerida, no prazo de 15 dias.
4. Decorrido o prazo, retornem-se os autos para sentença.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
Número do processo: 7002128-16.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: ANSELMO PLAKITKEN
ADVOGADO DO AUTOR: SONIA DE MACEDO PLAKITKEN, OAB nº RO4151A
Polo Ativo: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Decisão
Tendo em vista a realização do MUTIRÃO INSS, encaminho o presente feito para audiência que será realizada virtualmente no dia 05 de setembro de 2023 por vídeochamada no Aplicativo WhatsApp às 09h30min.
Ficam advertidas as partes de que é de sua responsabilidade estar com recursos tecnológicos que permitam a realização do ato, sob pena de assumir o risco de eventuais prejuízos, ressaltando a impossibilidade de renovação do ato.
Caso não tenha sido apresentado, o respectivo rol de testemunha deverá ser juntado aos autos no prazo de 15 (quinze) dias, contados desta decisão (art. 357, §4º, do CPC), podendo a parte indicar duas testemunhas. Não sendo apresentado o rol no prazo determinado, entender-se-á que as partes desistiram da produção da prova testemunhal. Fica dispensado a intimação em casos em que já houver a apresentação.

Ressalto que com a regra do CPC, recai sobre as próprias partes o ônus de providenciar para intimação da(s) testemunha(s), com comprovante de recebimento, nos termos do art. 455, caput e §1º do CPC, uma vez que não demonstrada nenhuma das hipóteses do §4º do referido artigo.
O não comparecimento da parte autora à audiência, implicará na imediata em extinção e arquivamento do feito. Eventual justificativa, deverá ser apresentada até a data da realização da audiência.
Após a instrução, venham os autos conclusos para sentença.
Disposições para a CPE:
1. Fica a parte autora intimada via DJe acerca da audiência designada, bem como para informar com antecedência de 24 horas número de telefone com acesso ao Whastsapp.
1.1. Ressalte-se que o não comparecimento da parte autora à audiência implicará em extinção e arquivamento do feito.
1.2 O respectivo rol deverá ser juntado aos autos no prazo de 15 (quinze) dias, contados desta decisão (art. 357, §4º, do CPC). Não sendo apresentado o rol no prazo determinado, entender-se-á que as partes desistiram da produção da prova testemunhal. Fica dispensado esse comando, caso a parte já tenha informado nos autos.
1.3 Ressalto que com a regra do CPC, recai sobre as próprias partes o ônus de providenciar para intimação da (s) testemunha (s), com comprovante de recebimento, nos termos do art. 455, caput e §1º do CPC, uma vez que não demonstrada nenhuma das hipóteses do §4º do referido artigo.
1.4 Caso a parte seja assistida pela DPE ou ainda MPRO, as testemunhas apresentadas no rol deverão ser intimadas pelo Cartório, uma vez que se trata de hipótese prevista no art. 455, §4º, IV, do CPC. Por ocasião da intimação das partes, estas deverão informar telefone para contato ao Oficial de Justiça responsável pela diligência.
3. Encaminhe-se a sala de audiência.
4. Após a instrução, venham os autos conclusos para sentença.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga Processo: 7002915-16.2021.8.22.0021
Classe: Inventário
Assunto: Inventário e Partilha
REQUERENTES: ALESSANDRA AMARO MORAIS, CARLOS AMARO RIBEIRO, AMANDA DE SOUZA RIBEIRO, ANDRESSA DE SOUZA RIBEIRO
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: WEVERTON JEFFERSON TEIXEIRA HERINGER, OAB nº RO2514A, FERNANDA KYONO GRESPAN ISHITANI, OAB nº RO8971
INVENTARIADO: GILMAR RIBEIRO
INVENTARIADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos,
Chamo o feito a ordem, em relação as ultimas declarações do inventário, quanto a destinação das reses de gado informada, visto que 60(sessenta) reses da totalidade de 136(cento e trinta e seis), foram destinadas a liquidação de dívidas ID. 88109587. Assim, determino a manifestação da inventariante esclarecendo quanto ao restante das reses de gado, para o prosseguimento do feito.
Buritis/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
REQUERENTES: ALESSANDRA AMARO MORAIS, CPF nº 87365707291, LH-C50, KM 46, LT 09, GLB 13 s/n ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA, CARLOS AMARO RIBEIRO, CPF nº 06033323238, LH-C50, KM 46, LT 09, GLB 13 S/N ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA, AMANDA DE SOUZA RIBEIRO, CPF nº 01752862210, LH-C50, KM 46, LT 09, GLB 13 S/N ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA, ANDRESSA DE SOUZA RIBEIRO, CPF nº 70591922207, LH-C50, KM 46, LT 09, GLB 13 S/N ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
INVENTARIADO: GILMAR RIBEIRO, CPF nº 35077930244, LH-C50, KM 46, LT 09, GLB 13, S/N S/N ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

Processo: 7001369-57.2020.8.22.0021
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Multas e demais Sanções
EXEQUENTES: Estado de Rondônia, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: MARCOS ROBERTO DE MEDEIROS MARTINS
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Defiro o pedido da parte exequente/requerente.
Promovi consulta junto ao INFOJUD acerca da existência de bens e valores em nome da parte executada, restando frutífera, conforme telas em anexo.
Tendo em vista o caráter sigiloso das informações ora juntadas, doravante, o feito tramitará em segredo de justiça.
Desta feita, manifeste-se a parte exequente o que entender direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito pela perda superveniente do interesse processual.
Disposições para CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1) Fica a parte intimada via DJe.

2) Decorrido o prazo, tornar os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ ALVARÁ.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
EXEQUENTES: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, CNPJ nº 19907343000162, AVENIDA FARQUAR, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO: MARCOS ROBERTO DE MEDEIROS MARTINS, CPF nº 42122295287, AVENIDA RIO BRANCO , SN SETOR 04 - 76887-000 - CAMPO NOVO DE RONDÔNIA - RONDÔNIA

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7002327-77.2019.8.22.0021
EXEQUENTE: UNIDAS SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CAROLINE FERRAZ, OAB nº RO5438
EXECUTADO: MATUSALEM ANTONIO DE MELO
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
O pedido de bloqueio de valores via SISBAJUD foi deferido, sendo bloqueado parte da quantia desejada, tendo sido determinada a transferência para conta judicial, MOTIVO PELO QUAL CONVERTO O BLOQUEIO EM PENHORA.
Dessa forma, intime-se a parte executada a respeito e para eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §2º e §3º do CPC.
Transcorrido o prazo sem impugnação ou em caso de concordância, defiro desde logo, o levantamento/transferência dos valores bloqueados em favor da parte exequente, expedindo-se o necessário, ficando a parte interessada intimada a informar os dados bancários para emissão de Alvará Eletrônico por transferência.
Após, intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias, importando a inércia em arquivamento do feito pela satisfação da obrigação.
Decorrido o prazo, venham os autos conclusos.
Disposições à CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1) Fica a executada intimada via DJe da penhora de ativos financeiros realizada pelo sistema SISBAJUD, para apresentar eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §2º e §3º CPC.
2) Decorrido o prazo, sem manifestação ou em caso de concordância, expeça-se alvará de levantamento/transferência dos valores bloqueados em favor da parte exequente.
3) Cumpridos os atos acima, intimar a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias.
4) Decorrido o prazo, tornar os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ ALVARÁ.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000,(69) 32382963
Processo nº: 7000100-75.2023.8.22.0021 Requerente: REQUERENTE: WELITON COLOMBI Advogado: Advogados do(a) REQUERENTE: ALBERTO BIAGGI NETTO - RO2740, HELBA GONCALVES BIAGGI - RO9295
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a apresentar planilha de cálculos devidamente atualizada, no prazo de 5 (cinco) dias.
Buritis, 14 de julho de 2023.

Número do processo: 7003332-95.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: DEODETE TAVARES
ADVOGADO DO AUTOR: ELSON PIZZI JUNIOR, OAB nº RO12213
Polo Ativo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA

DECISÃO
Recebo a inicial.
Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM RAZÃO DA INTERRUPÇÃO INDEVIDA DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA proposta em face de ENERGISA S/A objetivando via antecipação de tutela o restabelecimento do serviço essencial, haja vista que o corte teria ocorrido supostamente, sem aviso prévio, em razão de uma fatura vencida em 27/06/2023, e paga em 15/07/2023, no valor de R$ 513,61, da UC 20/1261335-2, a parte autora anexou comprovante de pagamento de sua ultima fatura.
Afirma que a requerida efetuou a suspensão do serviço essencial sem aviso prévio.
Portanto, o mérito do processo reside em saber se o corte é ou não legal.
O artigo 300 do Código de Processo Civil prevê que “a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.
Os requisitos da medida encontram-se presentes, uma vez que a parte autora está discutindo fatura de energia elétrica, com poucos dias vencida, que supostamente já foi quitada, bem como houve a interrupção do fornecimento de energia elétrica de seu imóvel sem aviso prévio.
Não há que se falar em irreversibilidade do provimento, uma vez que este se limita no restabelecimento do fornecimento da energia elétrica, podendo referido ato ser praticado pela requerida, em momento posterior, caso seja comprovada a legitimidade de sua conduta.
Assim, com fundamento no artigo 300 do CPC, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA, e via de consequência DETERMINO que a CERON/ENERGISA:
a) PROMOVA O FORNECIMENTO de energia elétrica no imóvel da parte autora, NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (três) HORAS, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais) até o limite de 5 (cinco) mil reais, salvo se houver outros débitos de consumo regular vencidos e já notificados;
Considerando o disposto no art. 2ª da Resolução n. 214/2021-TJRO, alterada pela Resolução n. 246/2022-TJRO c/c Ato n. 994/2022, que criou e instituiu o 2ª Núcleo de Justiça 4.0 com especialização nas demandas judiciais de empresas de distribuição e comercialização de energia elétrica e abrangência sobre a jurisdição de todo o Estado, com a finalidade de assegurar a eficiência de prestação jurisdicional, intime-se a parte autora para no prazo de 10 dias, manifestar-se acerca da remessa do presente feito ao núcleo especializado, devendo a aceitação ser expressa.
Com a aceitação da remessa, encaminhe-se aos autos ao referido núcleo 4.0.
Decorrido o prazo, caso a parte se mantenha inerte ou recuse a remessa do feito, retornem-se os autos para o despacho.
Visando economia processual e celeridade, deixo de designar audiência de conciliação, pois é notório que em todas as ações em trâmite nesta vara em desfavor da Requerida não é firmado acordo, o que redunda em desperdício de tempo e expediente da CPE.
Caso a requerida tenha interesse em realizar a conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo que tiver a fim de que seja submetida à parte autora ou seja designada audiência de conciliação para esse fim.
Disposições à CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Intime-se a parte requerida, para que exclua o nome da requerente no cadastro de restrição de crédito SPC/SERASA e que Abstenha de efetuar futuro desligamento na unidade consumidora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de de multa diária, bem como cite-a para os termos da presente ação, para querendo, contestar o pedido no prazo de 15 (quinze) dias, com a advertência do art. 344, do CPC.
2. Havendo interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá constar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação.
3.Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, manifeste-se nos autos, oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais.
4. Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.
Advirtam-se as partes:
a) As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços, sob pena de se considerar como válida e eficaz a/o carta/mandado de intimação cumprido(a) no endereço constante dos autos (art. 19, § 2º, Lei 9.099/95).
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, sábado, 15 de julho de 2023
Fernanda Pereira Ribeiro
Juiza de Direito Plantonista
AUTOR: DEODETE TAVARES, RUA CACOAL S/N SETOR 02 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
0003617-28.2014.8.22.0021
EXEQUENTE: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: VESLE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)

Despacho
Defiro o pedido da parte exequente.
Neste ato, procedi com a busca de informações no sistema SNIPER em nome do executado, restando frutífera, conforme tela anexa.
Assim, em atenção ao pedido de inclusão via SERAJUD, fica o requerente intimado a apresentar calculo atualizado para dar prosseguimento ao feito.
Disposições para CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1) Fica a parte intimada via DJe.
2) Decorrido o prazo, tornar os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ ALVARÁ.
Buritis, 14 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Buritis - 2ª Vara Genérica
Endereço: AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000
==========
Processo nº: 7005252-75.2021.8.22.0021
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: VIVIAN JOYCE DE OLIVEIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES - RO301-B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar as partes para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestarem sobre os cálculos da Contadoria Judicial.
Buritis/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Buritis - 2ª Vara Genérica
Endereço: AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000
==========
Processo nº: 7004911-49.2021.8.22.0021
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: MARCOS SCHINEIDER
Advogado do(a) EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES - RO301-B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar as partes para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestarem sobre os cálculos da Contadoria Judicial.
Buritis/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Buritis - 2ª Vara Genérica
Endereço: AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000
==========
Processo nº: 7004843-02.2021.8.22.0021
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: VILMA DA COSTA ORDENEZ
Advogado do(a) EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES - RO301-B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar as partes para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestarem sobre os cálculos da Contadoria Judicial.
Buritis/RO, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000,(69) 32382963
Processo nº : 7002647-88.2023.8.22.0021 Requerente: AUTOR: EDLEUZA DO CARMO SILVA Advogado: Advogado do(a) AUTOR: MICHELY APARECIDA OLIVEIRA FIGUEIREDO - RO9145

Requerido(a): REU: BANCO BMG S.A. Advogado: Advogado do(a) REU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE23255
Intimação À PARTE REQUERENTE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte requerente intimada a apresentar impugnação à contestação (RÉPLICA) e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 15 dias.
Buritis, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Buritis - 2ª Vara Genérica
Endereço: AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000
==========
Processo nº: 7005068-22.2021.8.22.0021
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: JOELCI DA COSTA
Advogado do(a) EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES - RO301-B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar as partes para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestarem sobre os cálculos da Contadoria Judicial.
Buritis/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Buritis - 2ª Vara Genérica
Endereço: AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000
==========
Processo nº: 7004897-65.2021.8.22.0021
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: MARCELO OLIVEIRA RODRIGUES
Advogado do(a) EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES - RO301-B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar as partes para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestarem sobre os cálculos da Contadoria Judicial.
Buritis/RO, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000,(69) 32382963
Processo nº : 7002821-97.2023.8.22.0021 Requerente: AUTOR: RAIMUNDO PEREIRA DA CUNHA, SIDNEI CLEBER DA CUNHA Advogado: Advogados do(a) AUTOR: BEATRIZ DE SOUZA PEDROSA - RO13275, LEONARDO HENRIQUE BERKEMBROCK - RO4641
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte requerente intimada a apresentar impugnação à contestação (RÉPLICA) e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 15 dias.
Buritis, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000,(69) 32382963
Processo nº : 7003898-15.2021.8.22.0021 Requerente: REQUERENTE: MARIANA BENTA DORNELA Advogado: Advogados do(a) REQUERENTE: ROBSON CLAY FLORIANO AMARAL - RO6965, SANDRA MIRELE BARROS DE SOUZA - RO6642
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
Intimação PARA LEVANTAMENTO DE ALVARÁ
Por determinação do juízo, fica a parte beneficiada INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Buritis, 14 de julho de 2023.

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7002816-75.2023.8.22.0021
REQUERENTES: W. M. L., J. M. L., J. A. L. M.
ADVOGADO DOS REQUERENTES: DORIHANA BORGES BORILLE, OAB nº RO6597A
REQUERIDO: V. M.
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Recebo a emenda à inicial.
Designo audiência de conciliação/mediação, agendada de forma automática no sistema PJe, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, na modalidade não presencial, através do contato (69) 9 9984-2111, por meio do aplicativo "whatsapp".
Por ocasião da intimação das partes, estas deverão informar telefone para contato ao Oficial de Justiça responsável pela diligência ou peticionando nos autos para informar, caso a citação ocorra via postal (carta) ou mandado. Caso haja advogado cadastrado, este deverá peticionar nos autos a fim de informar seus números de telefone e/ou e-mail para que os conciliadores possam dar início às tratativas visando à realização de acordo.
A audiência será realizada por chamada de vídeo no aplicativo "whatsapp", assim, as partes deverão apresentar nos autos contato telefônico que viabilizem a chamada de vídeo. A não apresentação do contato ou o não atendimento da chamada no dia da audiência ensejará certificação de ausência com todos os efeitos legais da mesma.
Intime-se a parte autora.
Cite-se e intime-se a parte requerida para participar da audiência.
Não sendo encontrado a(s) parte requerida(s) no endereço informado na inicial, intime-se a parte autora para que apresente endereço atualizado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena extinção do feito. Apresentado novo endereço, desde já autorizo a CPE a expedir nova citação, sem a necessidade de retorno dos autos a conclusão.
Não havendo acordo/composição será aberto o prazo de 15 dias para resposta (art. 335, CPC).
Havendo contestação com assertivas preliminares e/ou apresentação de documentos, intime-se a parte requerente para réplica.
Em seguida, intimem-se as partes, de forma sucessiva, para, querendo, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as e indicando sua finalidade, no prazo de 05 (cinco) dias.
O Ministério Público atuará nos casos em que haja interesse de menores ou idosos.
Cumprida as determinações acima, retornem os autos conclusos.
Disposições para CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Determino a CPE que designe audiência de conciliação de forma automática no sistema PJE, a qual será realizada pelo WhatsApp.
1.2 A solenidade será conduzida pelos conciliadores do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), através do telefone (69) 9.9984-2111.
2. Intime-se o requerente, por meio de seu advogado, caso constituído, acerca da audiência designada, devendo informar telefone para contato nos autos.
2.1 Caso a parte seja atendida pela Defensoria Pública, intime-se pessoalmente, no endereço abaixo indicado, devendo informar telefone para contato ao Oficial de Justiça responsável pela diligência, ou peticionar nos autos.
3. Cite-se e intime-se a parte requerida para a audiência designada, nos termos determinados pela Corregedoria deste Tribunal, devendo informar telefone para contato ao Oficial de Justiça responsável pela diligência, ou peticionar nos autos.
4. Não sendo encontrado a(s) parte requerida(s) no endereço informado na inicial, intime-se a parte autora para que apresente endereço atualizado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena extinção do feito. Apresentado novo endereço, desde já autorizo a CPE a expedir nova citação, sem a necessidade de retorno dos autos a conclusão.
5. Após a realização da audiência de conciliação:
5.1 Realizado o acordo, tornem os autos conclusos para sentença de homologação.
5.2 Não havendo acordo, aguarde-se o prazo para contestação.
6. Havendo contestação com assertivas preliminares e/ou apresentação de documentos, intime-se a parte requerente para impugnar, no prazo de 15 dias.
7. Em seguida, intimem-se as partes, de forma sucessiva, para, querendo, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as e indicando sua finalidade, no prazo de 05 (cinco) dias.
8. Cumpridos todos os atos acima, venham os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA/ OFÍCIO
REQUERENTES: W. M. L., RUA RIO BRANCO 2332 SETOR 05 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA, J. M. L., RUA RIO BRANCO 2332 SETOR 05 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA, J. A. L. M., RUA RIO BRANCO 2332 SETOR 05 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REQUERIDO: V. M., LINHA SARACURA, LOTE 02, GLEBA 01, KM 14, SITIO SI, ANTES DO RIO CIPÓ 01 KM, CASA VERDE ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Processo: 7001411-04.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Direito de Imagem, Fornecimento de Energia Elétrica
AUTOR: DOUGLAS PABLO DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: JOAO CARLOS DE SOUSA, OAB nº RO10287
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA

SENTENÇA
Relatório dispensado.
O processo comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC, porquanto a matéria fática está evidenciada nos autos e os documentos acostados são suficientes à formação do convencimento deste juízo, sendo dispensável a produção de prova em audiência
Tratam estes autos de ação indenizatória por morais, em razão de quedas de energia constante.
Inicialmente cumpre frisar que a relação havida entre as partes está sob a égide do Código de Defesa do Consumidor, motivo pelo qual, ante a vulnerabilidade da parte autora, em despacho inicial foi determinado pelo juízo a inversão probatória, conforme prevê o art. 6º, inciso VIII, do CDC, bem como a responsabilidade objetiva da parte requerida, disciplinada no art. 14, do mesmo codex, as quais serão utilizadas como regra de julgamento neste caso.
A parte autora alega, em síntese, alega que, em razão de uma oscilação de energia elétrica ocorridas na região onde está situada sua unidade consumidora, teve início de incêndio em sua residência, bem como ficou sem energia por 3 dias, vindo a perder diversos alimentos, frutas e verduras estocados na geladeira.
De outro lado, a ré alega a preliminar de incompetência do juizado especial alegada pela requerida, argumentando que precisaria de realização de perícia técnica, afasto a preliminar por entender que não se trata de questão complexa, além do que, o Juiz pode, se entender necessário, requisitar ajuda técnica para o deslinde do feito, sem ferir os princípios norteadores do Juizado, conforme preceitua o artigo 35 da Lei 9099/ 95, in verbis.
Art. 35. Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico.
Parágrafo único. No curso da audiência, poderá o Juiz, de ofício ou a requerimento das partes, realizar inspeção em pessoas ou coisas, ou determinar que o faça pessoa de sua confiança, que lhe relatará informalmente o verificado.
Assim, com base no exposto rejeito a preliminar de incompetência deste juizado.
A requerida alegou a preliminar de falta de interesse de agir. A parte autora demonstrou necessidade e adequação da prestação jurisdicional, não podendo haver exclusão de apreciação da presente causa pelo Poder Judiciário, nos termos do inciso XXXV do art. 5º da Constituição da Republica e art. 3º do CPC.
A alegação de obrigatoriedade de uso da plataforma consumidor.gov.br é incabível, uma vez que a ausência de prévio requerimento administrativo não impede o imediato ingresso da demanda em juízo, face ao princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.
Preliminar rejeitada.
A requerida não trouxe aos autos qualquer prova que desconstituísse o direito da autora, pois resta latente nos autos a prova do ocorrido, vindo a queimar o relógio medidor, conforme fotos anexas, deixando a parte autora sem energia por prazo superior ao razoável.
Com efeito, o art. 99 da Resolução n. 456 da ANEEL dispõe que “a concessionária não será responsável por danos causados a pessoas ou bens, decorrentes de defeitos nas instalações internas nas instalações da unidade consumidora, da má utilização e conservação das mesmas ou do uso inadequado da energia, ainda que tenha procedido vistoria”.
No caso em tela, não resta dúvidas do dever de indenizar o autor pelos prejuízos sofridos, pois a ré foi a responsável direta pelo evento danoso, eis que não procedeu a manutenção devida na rede elétrica de sua responsabilidade.
Verifico, no caso sub judice, presentes os requisitos que importam no dever de indenizar, quais sejam, o fato ou a conduta da empresa requerida; a voluntariedade; resultado lesivo e nexo de causalidade entre a conduta e o resultado.
Nesse prisma, em se tratando de relação de consumo, existe a responsabilidade objetiva da requerida de reparar os danos causados a parte requerente (artigo 14 do CDC), decorrentes da falta de cuidado na execução de suas atividades e da falha da prestação de seus serviços, o que desencadeou nas cobranças indevidas.
Destarte, uma grande oscilação de energia seguido de queda certamente causa medo, angústia, sem contar o risco à vida de quem transita na localidade ou está próximo.
Na fixação do valor da indenização, a título de danos morais, são levados em consideração os seguintes fatores: a) extensão do dano; b) grau de culpa do causador; c) capacidade econômica e condição social das partes, além do d) caráter pedagógico da reparação (parâmetros do art. 944, do CC).
Considerando os postulados da compensação e do desestímulo, entendo que o quantum indenizatório não deve ser tão expressivo, de forma que se converta em fonte de enriquecimento a parte requerente e nem tão ínfimo que se torne ineficaz, não servindo a desestimular o requerido a cometer conduta semelhante.
Por todos estes elementos, em especial ao efeito pedagógico que deve possuir este instituto, bem como para estimular a ré a proceder a devida manutenção nas redes elétricas, especialmente na zona rural, entendo que o valor do dano moral deve ser fixado em R$ 8.000,00 (oito mil reais).
Os juros e a correção monetária devem incidir a partir desta data, uma vez que, no arbitramento, foi considerado valor já atualizado.
Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por DOUGLAS PABLO DOS SANTOS em face de ENERGISA, para: Condenar a requerida ao pagamento de indenização moral ao autor, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com juros e correção monetária a partir desta data, segundo tabela do TJRO ,uma vez que na fixação do valor foi considerado montante atualizado.
Assim, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO na forma do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários advocatícios nessa fase.
Disposições para a CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Ficam as partes intimadas via DJe.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
3.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Serve a presente de mandado de intimação.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

AUTOR: DOUGLAS PABLO DOS SANTOS, CPF nº 00825359228, RUA BURITIS 2337, ZONA URBANA SETOR 03 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, RUA TEIXEIROPOLIS 1363 SETOR 03 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7000160-48.2023.8.22.0021
REQUERENTE: REZENDE ANDRADE E LAINETTI SOCIEDADE DE ADVOGADOS
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARCOS DE REZENDE ANDRADE JUNIOR, OAB nº SP188846A, EDUARDO DOUGLAS DA SILVA MOTTA, OAB nº RO7944
EXECUTADO: IRINEU NASCIMENTO GONCALVES
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
O pedido de bloqueio de valores via SISBAJUD foi deferido, sendo bloqueado a quantia desejada, tendo sido determinada a transferência para conta judicial, MOTIVO PELO QUAL CONVERTO O BLOQUEIO EM PENHORA.
Por se tratar de executada revel, em atenção ao disposto no art. 346 do CPC, intime-se a parte executada, via DJe, para eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, aplicando-se por analogia o art. 854, §2º e 3º do CPC.
Decorrido o prazo sem impugnação, DEFIRO desde logo, o levantamento/transferência dos valores bloqueados em favor da parte exequente.
Após, intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias, importando a inércia em arquivamento do feito pela satisfação da obrigação.
Decorrido o prazo, venham os autos conclusos.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1) Fica a parte autora intimada, via DJe, da penhora de ativos financeiros realizada pelo sistema SISBAJUD, para apresentar eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §2º e §3º CPC.
2) Decorrido o prazo de publicação sem manifestação, expeça-se alvará de levantamento/transferência dos valores bloqueados em favor da parte exequente.
3) Cumpridos os atos acima, intimar a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias.
4) Decorrido o prazo, tornar os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ ALVARÁ.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Processo: 7003161-75.2022.8.22.0021
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Base de Cálculo
EXEQUENTE: GABRIELA BRAVIN DE ABREU
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
DECISÃO
Indefiro o pedido retro, ante o decurso do prazo legal para pagamento da (a) requisição (sões) de pequeno valor expedida nos autos.
intime-se a Fazenda Pública para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
EXEQUENTE: GABRIELA BRAVIN DE ABREU, CPF nº 02244583295, LINHA 04, KM 33, GLEBA 33 LINHA 04 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS, RUA ALTO PARAÍSO 1152 SETOR 02 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7005142-96.2022.8.22.0003
REQUERENTE: ADRIAN CAROLINE JOSEFI DE SOUZA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELIZANGELA LOPES SOARES DA SILVA, OAB nº RO9854
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Recebo o recurso, por ser tempestivo e isento quanto ao preparo.
Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo de dez dias, caso ainda não tenham sido apresentadas.
Caso a parte recorrida seja assistida pela DPE ou pelo serviço de atermação, intime-se pessoalmente para apresentar contrarrazões no prazo de dez dias.
Após, remetam-se os autos à Turma Recursal com nossas homenagens.
Disposições à CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Remetam-se os autos à Turma Recursal com nossas homenagens.

1. Fica a parte recorrida intimada via DJe para apresentar contrarrazões no prazo de dez dias, caso ainda não tenham sido apresentadas.
1.2 Caso a parte recorrida seja assistida pela DPE ou pelo serviço de atermação, intime-se pessoalmente para apresentar contrarrazões no prazo de dez dias.
2. Após, remetam-se os autos à Turma Recursal com nossas homenagens.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ OFÍCIO/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
REQUERENTE: ADRIAN CAROLINE JOSEFI DE SOUZA, CPF nº 01032451203, AV. RIO DE JANEIRO, N° 1132, JARDIM ESPERANÇA, CEP 1132 JARDIM ESPERANÇA - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
REQUERIDO: Estado de Rondônia, , - ATÉ 4366 - LADO PAR - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

Processo: 7000091-50.2022.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Descontos Indevidos
REQUERIDO: ALBINO SCHINEIDER
ADVOGADO DO REQUERIDO: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
REQUERENTES: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE BURITIS, MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: RAFAEL HIDESHI MEDEIROS HIROKI, OAB nº RO3867A, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
DESPACHO
Ante à ausência de novos pedidos, determino o arquivamento do feito.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
REQUERIDO: ALBINO SCHINEIDER, CPF nº 30260000272, RUA OLAVO BILAC 533 SETOR 01 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REQUERENTES: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE BURITIS, CNPJ nº 06117440000100, AV. PORTO VELHO 1814 SETOR 02 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA, MUNICIPIO DE BURITIS, RUA ALTO PARAÍSO 1152 SETOR 02 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

Número do processo: 7001504-69.2020.8.22.0021
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: Estado de Rondônia, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Ativo: WANDERSON ALVES FERNANDES
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Intime-se a parte requerida para dar prosseguimento ao feito, manifestando-se quanto ao cálculo apresentado pela requerente (ID. 92795947)
Prazo: 05 (cinco) dias.
Não havendo manifestação ou havendo concordância com o valor apresentado, voltem os autos conclusos para que seja efetuado a restrição de valores via sistema SISBAJUD.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
EXEQUENTES: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, AVENIDA FARQUAR, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO: WANDERSON ALVES FERNANDES, LH 29, KM 11, LT 130 PA BURITI ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

Processo: 7000471-73.2022.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Descontos Indevidos
REQUERIDO: IZABEL MARIA DE MORAIS SALES
ADVOGADO DO REQUERIDO: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
REQUERENTES: MUNICIPIO DE BURITIS, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE BURITIS
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: RAFAEL HIDESHI MEDEIROS HIROKI, OAB nº RO3867A, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
DESPACHO
Ante à ausência de novos pedidos, determino o arquivamento do feito.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
REQUERIDO: IZABEL MARIA DE MORAIS SALES, CPF nº 61664480234, GLEBA 04, LINHA 04 LOTE 12, PA SÃO DOMINGO ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REQUERENTES: MUNICIPIO DE BURITIS, RUA ALTO PARAÍSO 1152 SETOR 02 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE BURITIS, CNPJ nº 06117440000100, AV. PORTO VELHO 1814 SETOR 02 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

Processo: 7001272-96.2016.8.22.0021
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Seguro
AUTOR: LINDALVA APARECIDA DOS SANTOS BORGES
ADVOGADO DO AUTOR: FABIO ANTONIO MOREIRA, OAB nº RO1553
REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADOS DO REU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES, OAB nº AC3592, SEGURADORA LÍDER - DPVAT
Decisão
Expeça-se alvará para levantamento da importância constante nos autos e atualizações em favor do perito Eder Aparecido Bueno,, devendo no prazo de 05 (cinco) dias comprovar nos autos o levantamento, estando desde já autorizada a transferência, acaso seja informada conta bancária. Intime-se pessoalmente, na Rua Elenita Ferreira de Souza, nº906, setor 07, Clínica Pro-Life, Buritis-RO.
Não havendo pendências, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
AUTOR: LINDALVA APARECIDA DOS SANTOS BORGES, CPF nº 71526110920, NÃO INFORMADO km 17, LHC 30, RIO ALTO, KM 17 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, RUA SENADOR DANTAS 74, 5 ANDAR CENTRO - 20031-205 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO

Processo: 7001322-78.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Direito de Imagem, Fornecimento de Energia Elétrica, Liminar
Valor da Causa: R$ 13.036,53
AUTOR: MARTA APARECIDA TERLAN, CPF nº 68847190282, RUA CUJUBIM 2005, ZONA URBANA SETOR 03 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JOAO CARLOS DE SOUSA, OAB nº RO10287
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, RUA TEIXEIROPOLIS 1363 SETOR 03 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ESTEVAO ARAUJO PAIVA DE CASTRO FILHO, OAB nº PB29838, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
ENERGISA RONDÔNIA opôs EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, em razão de suposta omissão do Juízo, existente na sentença, em que julgou procedente o pedido da parte autora no que tange ao dano moral, fundamentando que a suspensão não decorreu em razão do débito discutido nos autos, mas sem é oriundo de fatura vencida no mês de fevereiro.
Devidamente intimada, a parte autora não se manifestou.
É o breve relatório, DECIDO.
Os embargos de declaração estão previstos no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, podendo ser interpostos quando houver, na sentença ou acórdão, erro, obscuridade, contradição ou omissão.
Os embargos declaratórios opostos merecem acolhimento, pois houve, de fato, omissão na decisão embargada, vejamos:
Conforme se verifica na petição inicial, o autor requereu a condenação da requerida em danos morais alegando que a requerida suspendeu o fornecimento dos serviços em sua unidade consumidora em razão do débito oriundo da Recuperação de Consumo.
Todavia, a parte requerida informou nos autos que a suspensão se deu em razão de outro débito, o qual não fora objeto de análise na sentença prolatada.
Pois bem. O Código de Defesa do Consumidor adotou a Teoria da Responsabilidade Civil Objetiva do fornecedor de serviços, nos termos do art. 14 da referida legislação consumerista.
Logo, para o surgimento da responsabilidade civil e consequente dever de reparar, são necessários os seguintes requisitos: 1) defeito na prestação dos serviços; 2) dano patrimonial ou extrapatrimonial ao consumidor; e 3) nexo de causalidade. Todavia, verifica-se que tal requisito não foi atendido, vez que a parte requerida demonstrou que o corte se deu em razão de débito estranho aos autos, fato este não impugnado pela parte autora na réplica a impugnação e contrarrazões aos embargos de declaração.
Diante disso, indevida a condenação da parte requerida em danos morais.
Destarte, conheço dos embargos, na forma do artigo 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil, e os ACOLHO, para modificar a sentença prolatada, a fim de julgar improcedente o pedido de danos morais, conforme fundamentos apresentados acima.
Intimem-se.
Buritis, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001549-68.2023.8.22.0021
AUTOR: SARAH DE OLIVEIRA ALVES
ADVOGADO DO AUTOR: FERNANDO DE OLIVEIRA RODRIGUES, OAB nº RO8731
REU: GOL LINHAS AÉREAS
ADVOGADOS DO REU: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
Despacho
Aguarde-se o prazo de contestação, na forma do despacho inicial.

Disposições ao cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Fica parte intimada via DJe.
1.2 Intime-se via sistema caso a parte seja assistida pela DPE ou ente público.
2. Cumpridos os comandos do despacho inicial, venham os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003323-36.2023.8.22.0021
AUTOR: LUCIA APARECIDA PINTO
ADVOGADOS DO AUTOR: CRISTIANE DE OLIVEIRA DIESEL, OAB nº RO8923, KARIMA FACCIOLI CARAM, OAB nº RO3460A, EDER MIGUEL CARAM, OAB nº RO5368
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Decisão
Recebo a emenda à inicial. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita.
Trata-se de ação previdenciária para concessão de auxílio doença e/ou aposentadoria por invalidez.
Deixo de designar audiência prévia de conciliação neste momento processual, eis que ao ente público é vedada a autocomposição (art. 334, §4º, II, do CPC).
A pedido do requerido (Ofício de n. 151/2017 – NUPREV/PFRO/PGF/AGU, de 26/07/2017) inverto o procedimento e determino a realização primeiro da perícia médica.
Considerando que a matéria dos autos necessita de prova pericial, designo o dia 11/08/2023, às 11h30min, para avaliação médica que será realizada pelo Dr. Daniel Marques Franco CRM/RO 4233, que nomeio como perito judicial, sendo que a perícia ocorrerá na Avenida Theobroma, 1360, Sala 01, Setor 2, Buritis/RO, sendo que para tanto fixo, desde já, o valor de R$500,00 (Quinhentos reais).
A justificativa para arbitramento dos honorários periciais nesse valor se baseia na dificuldade em encontrar profissionais médicos à disposição nesta urbe, somado ao fato que a perícia compreende na consulta médica com a análise de outros exames médicos realizados anteriores, na elaboração de laudo médico pormenorizada, ficando a disposição de prestar esclarecimentos quando ocorrem eventuais impugnações e questionamentos dos advogados das partes, bem como em razão da causa ser de natureza previdenciária, sendo a parte autora beneficiária da justiça gratuita, observados os critérios estabelecidos no art. 28, parágrafo único da Resolução n. CJF-RES-2014/00305, estando abaixo do limite máximo autorizado.
Comunique-o da nomeação através do seu e-mail ou telefone.
O laudo, que além do exame médico avaliativo do perito deverá responder objetivamente aos quesitos formulados pelas partes e por este juízo, deverá ser apresentado no cartório da Vara, em 30 (trinta) dias após a data agendada pelo perito para realização da perícia.
Saliento que se o perito constatar que o paciente tem direito ao auxílio-doença, deverá fixar o período em que deverá receber o benefício, conforme art. 60, §§8º e 9º da Lei nº 8.213/91, incluído pela Lei nº 13.457/2017.
Fica a parte autora intimada por meio de seu advogado para comparecer/participar da perícia designada.
Dispensada a intimação do requerido da perícia designada.
Registro que o não comparecimento/participação da parte autora na data da perícia, sem apresentação de justificativa de sua ausência comprovada mediante documento idôneo, no prazo de 5 dias, após a data da perícia importará em desistência da prova pericial, seguindo-se o feito o seu trâmite normal.
Com a juntada do laudo pericial, proceda-se o registro/inscrição junto ao sistema AJG da Justiça Federal, para realização do pagamento dos honorários periciais, nos termos da Resolução n. 305/2014 do CJF
CITE-SE a AUTARQUIA, para apresentar contestação, no prazo legal, ou eventual proposta de acordo, se o caso.
Com a reposta da autarquia, manifeste-se a parte autora em réplica, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, bem como, no mesmo prazo, sobre o laudo pericial anteriormente encartado, ou, se o caso, sobre eventual proposta de acordo.
Com a aceitação da proposta pela parte autora, tornem os autos conclusos para homologação do acordo e não havendo aceitação, venham os autos conclusos para sentença.
Cumpridos os atos acima, não havendo pedido de esclarecimento para o perito, proceda-se a validação e solicite-se do ofício requisitório junto ao sistema AJG da Justiça Federal para realização do pagamento dos honorários periciais, nos termos da Resolução n. 305/2014 do CJF.
Proceda a intimação do Ministério Público, nos casos em que a parte autora, for menor.
Ficam as partes intimadas, via Dje a parte autora e via Pje a Autarquia.
Disposições para CPE:
1. Comunicar o perito médico nomeado que deverá responder objetivamente aos quesitos formulados pelas partes e por este juízo, devendo entregar o laudo médico, em 30 (trinta) dias após a perícia.
1.1 Deverá a CPE encaminhar os quesitos da parte autora.
2. Fica a parte intimada via DJe para comparecer à perícia médica designada acima.
3. Com a juntada do laudo pericial, proceda-se o registro/inscrição junto ao sistema AJG da Justiça Federal, para realização do pagamento dos honorários periciais, nos termos da Resolução n. 305/2014 do CJF.
4. Intimem-se a parte autora acerca do laudo pericial, no prazo de 15 dias.
5. CITE-SE a Autarquia ré na forma da lei (CPC, artigo 183).
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

QUESITOS DO INSS:
DADOS GERAIS DO PROCESSO
a) Número do processo:
b) Vara:
DADOS GERAIS DO(A) PERICIANDO(A)
a) Nome do(a) autor(a):
b) Estado civil:
c) Sexo:
d) CPF:
e) Data de nascimento:
f) Escolaridade:
g) Formação técnico-profissional:
DADOS GERAIS DA PERÍCIA
a) Data do exame:
b) Perito médico judicial e CRM:
c) Assistente técnico do INSS e CRM (caso tenha):
d) Assistente técnico do(a) autor(a) e CRM (caso tenha):
HISTÓRICO LABORAL DO PERICIADO
a) Profissão declarada:
b) Tempo de Profissão:
c) Atividade declarada como exercida:
d) Tempo de Atividade:
e) Descrição da atividade:
f) Experiência laboral anterior:
g) Data declarada de afastamento do trabalho, se tiver ocorrido:
EXAME CLÍNICO E CONSIDERAÇÕES MÉDICO PERICIAIS SOBRE A PATOLOGIA
a) Queixa que o(a) periciado(a) apresenta no ato da perícia.
b)Doença, lesão ou deficiência diagnosticada por ocasião da perícia (com CID).
c) Causa provável da(s) doença/moléstia(a)/incapacidade.
d) Doença/moléstia ou lesão decorrem do trabalho exercido? Justifique indicando o agente de risco ou agente nocivo causador.
e) A doença/moléstia ou lesão decorrem de acidente de trabalho? Em caso, positivo, circunstanciar o fato, com data e local, bem como se reclamou assistência médica e/ou hospitalar.
f) Doença/moléstia ou lesão torna o(a) periciado(a) incapacitado(a) para o exercício do último trabalho ou atividade habitual? Justifique a resposta, descrevendo os elementos nos quais se baseou a conclusão.
g) Sendo positiva a resposta ao quesito anterior, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza permanente ou temporária? Parcial ou total?
h) Data provável do início da(s) doença/lesão/moléstia(s) que acomete(m) o(a) periciado(a).
i) Data provável de início da incapacidade identificada. Justifique.
j) Incapacidade remonta à data de início da(s) doença/lesão/moléstia(s) ou decorre de progressão ou agravamento dessa patologia? Justifique.
k) É possível afirmar se havia incapacidade entre a data do indeferimento ou da cessação do benefício administrativo e a data da realização da perícia judicial? Se positivo, justificar apontando os elementos para esta conclusão.
l) Caso se conclua pela incapacidade parcial e permanente, é possível afirmar se o(a) periciado(a) está apto para o exercício de outra atividade profissional ou para a reabilitação? Qual atividade?
m) Sendo positiva a existência de incapacidade total e permanente, o(a) periciado(a) necessita de assistência permanente de outra pessoa para as atividades diárias? A partir de quando?
n) Qual ou quais são os exames clínicos, laudos ou elementos considerados para o presente ato médico pericial?
o) O(a) periciado(a) está realizando tratamento? Qual a previsão de duração do tratamento? Há previsão ou foi realizado tratamento cirúrgico? O tratamento é oferecido pelo SUS?
p) É possível estimar qual o tempo e o eventual tratamento necessário para que o(a) periciado(a) se recupere e tenha condições de voltar a exercer seu trabalho ou atividade habitual (data da cessação da incapacidade)?
q) Preste o perito demais esclarecimentos que entenda serem pertinentes para melhor elucidação da causa.
r) Pode o perito afirmar se existe qualquer indício ou sinais de dissimulação ou de exacerbação de sintomas? Responda apenas em caso afirmativo.
QUESITOS PARA AUXÍLIO-ACIDENTE OU CONVERSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE EM AUXÍLIO-DOENÇA (responder somente nestes casos específicos)
a) O(a) periciado(a) é portador(a) de lesão ou perturbação funcional que implique redução de sua capacidade para o trabalho? Qual?
b) Se houver lesão ou perturbação funcional, decorre de acidente de trabalho ou de qualquer natureza? Em caso positivo, indique o agente causador ou circunstancie o fato, com data e local, bem como indique se o(a) periciado(a) reclamou assistência médica e/ou hospitalar?
c) O(a) periciado(a) apresenta sequelas de acidente ou de qualquer natureza, que causam dispêndio de maior esforço na execução da atividade habitual?
d) Se positiva a resposta ao quesito anterior, quais são as dificuldades encontradas pelo(a) periciado(a) para continuar desempenhando suas funções habituais? Tais sequelas são permanentes, ou seja, não passíveis de cura?
e) Houve alguma perda anatômica? Qual? A força muscular está mantida?
f) A mobilidade das articulações está preservada?
g) A sequela ou lesão por ventura verificada se enquadra em algumas das situações discriminadas no Anexo III do Decreto n. 3.048/1999?
h) Face à sequela, ou doença, o(a) periciado(a) está: a) com sua capacidade laborativa reduzida, porém, não impedido de exercer a mesma atividade; b) impedido de exercer a mesma atividade, mas não para outra; c) inválido para o exercício de qualquer atividade?

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003316-44.2023.8.22.0021
EXEQUENTE: CLENEI COUTO SOARES
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: LUIZ ANTONIO PREVIATTI, OAB nº RO213B, SANDRA REGINA DA COSTA, OAB nº RO7926
EXECUTADO: MARCELINO VISOVATI VARGAS
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Intime-se a parte autora, via DJE, para emendar a peça inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento, a fim de juntar documentos pessoais e comprovante de residência atualizado em seu nome, que poderá ser uma conta de água, luz, telefone, fatura de cartão de crédito ou correspondência bancária.
Consigno, ainda, que não será considerado por este juízo como comprovante de endereço, os seguintes documentos: certidão de cadastro eleitoral e declaração de próprio punho.
Assim, intime-se a parte autora, via DJE, para emendar a peça inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento, a fim de comprovar o vínculo com o titular do comprovante de residência digitalizado nos autos ou digitalizar outro comprovante de endereço em seu nome, que poderá ser uma conta de água, luz, telefone, fatura de cartão de crédito ou correspondência bancária em seu nome.
Consigno, ainda, que não será considerado por este juízo como comprovante de endereço, os seguintes documentos: certidão de cadastro eleitoral e declaração de próprio punho.
Disposições para CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1) Fica a parte autora intimada via DJe.
2) Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornar os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7004490-30.2019.8.22.0021
REQUERENTE: CONGEL RESFRIADORES MA LTDA - EPP
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES, OAB nº RO2383
REQUERIDOS: NILSON FARIA ALVERNAZ, LATICINIOS TROPICAL LTDA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Despacho
O pedido de bloqueio de valores via SISBAJUD foi deferido, todavia, restou infrutífera, conforme espelho em anexo.
Intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, importando a inércia em arquivamento do feito.
Decorrido o prazo, venham os autos conclusos.
Disposições para CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1) Fica a parte intimada via DJe.
2) Decorrido o prazo, tornar os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ ALVARÁ.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000
Processo : 7003448-72.2021.8.22.0021
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ELEUZA BERMOND MOREIRA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: MARINALVA DE PAULO - RO5142
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação DAS PARTES - RPV EXPEDIDA
Ficam as partes intimadas, por meio de seu procurador, para se manifestarem sobre a(s) RPV(s) expedida(s) nos autos, sendo que ao término do prazo, não havendo manifestação, o expediente será assinado e enviado para processamento no sistema e-PrecWeb, conforme expedido.
Prazo para manifestação da parte autora: 05 (cinco) dias
Prazo para manifestação da parte requerida (INSS): 10 (dez) dias.

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7003225-51.2023.8.22.0021
AUTOR: SEBASTIAO JOSE DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: JUNIEL FERREIRA DE SOUZA, OAB nº RO6635
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REU SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Trata-se de ação previdenciária.
Intime-se a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar à inicial, devendo apresentar a decisão administrativa referente ao requerimento de benefício formulado no ID. 93042518, sob pena de indeferimento da petição inicial (art. 321, parágrafo único do CPC).
Decorrido o prazo, venham os autos conclusos.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1) Fica a parte autora intimada via DJe.
2) Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornar os autos conclusos.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Processo: 7003201-62.2019.8.22.0021
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Fornecimento de Energia Elétrica, Práticas Abusivas
AUTOR: ANTONIETA VERISSIMO
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS, OAB nº RO2013, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO, OAB nº RO635, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Proceda-se a transferência dos valores disponíveis em favor da Defensoria Pública, vez que trata-se de honorários sucumbenciais.
Após, não havendo pendências, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
AUTOR: ANTONIETA VERISSIMO, RUA PIMENTA BUENO 1610 SETOR 02 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137 INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Sentença
Relatório dispensado, nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/99.
Trata-se de ação de cancelamento de venda e indenização danos morais e materiais, fundada em cancelamento de compra de produto site da requerida.
Procedo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, por se tratar de matéria exclusivamente de direito e ante a desnecessidade de produção de outras provas.
A demandante, na qualidade de consumidora, mostra-se impotente e vulnerável frente à parte demandada. Portanto, se mostra pertinente a aplicação do artigo 4°, I,: " Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;", do CDC, assim como a inversão do ônus da prova do artigo 6º, VIII, CDC:
Art. 6º São direitos básicos do consumidor:
VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;
Cumpre assinalar que tendo em vista tratar-se de relação de consumo, a responsabilidade pelos danos causados ao consumidor é objetiva nos termos do artigo 14 do CDC. Assim, cabia às requeridas fazer provas de suas alegações, ou mesmo, comprovar qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora, no entanto, quedou-se inerte neste sentido. Além do que segue nesse sentido os Tribunais Superiores:
RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - PARCIAL PROCEDÊNCIA - ELETRODOMÉSTICO NÃO ENTREGUE - FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CARACTERIZADA - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - ART. 14 DO CDC - DANO MORAL - CONFIGURAÇÃO - QUANTUM - VALOR ARBITRADO EM DESATENÇÃO AOS PRINCÍPIOS DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - REDUÇÃO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Apesar de defender que não praticou qualquer conduta que pudesse ensejar danos, se a requerida não comprovou a entrega do eletrodoméstico adquirido pela consumidora, caracterizada está a falha na prestação dos serviços, razão de ser condenada ao reembolso dos valores pagos, bem como indenização por danos morais. Arbitrado em valor desarrazoado e para que não se configure em enriquecimento ilícito da parte ofendida, deve o valor dos danos morais ser reduzido, em atenção às especificidades dos autos e em observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.- (N.U 1019799-88.2021.8.11.0003, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, MARILSEN ANDRADE ADDARIO, Segunda Câmara de Direito Privado, Julgado em 26/10/2022, Publicado no DJE 31/10/2022).(grifo nosso).
Os pedidos do autor merecem procedência, pois o requerente teve sua compra cancelada e não houve a devolução dos valores referentes ao pagamento do produto. Assim requer de imediato a devolução dos valores devidamente pagos.
A requerida reconhecem a compra efetuada pela parte autora e, apesar de lançar mão de diversas alegações, não assiste razão a empresa requerida, eis que se a mesma demostra o cancelamento da compra e não demostra o estorno dos valores pagos. A conduta da demandada beira à má-fé, haja vista que além de cancelar a compra unilateralmente, não restituiu ao autor o valor pago pelo produto. Verifica-se que a empresa demandada também nada fez para minimizar com rapidez os danos ou para apresentar uma solução definitiva para o assunto.
A requerida em documentos juntados, demostra o cancelamento da compra, mas não a restituição dos valores pagos, relativos a mercadoria, objeto da lide. Provou a constituição de seu direito trazendo aos autos demonstrativos de suas transações, dentre as quais, a comprovação do valor pago no produto adquirido no site.

No tocante ao pedido de dano moral, houve defeito na prestação do serviço das requeridas que gerou aborrecimentos e transtornos dignos de serem repreendidos, os quais ultrapassaram os meros dissabores da vida cotidiana, tendo em vista a falta de atendimento devido à consumidora e de forma rápida e eficaz.
RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AQUISIÇÃO DE PRODUTO PELA INTERNET. PRODUTO NÃO ENTREGUE. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO 1. A responsabilidade do fabricante e do fornecedor de serviços é objetiva, responde, independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores em decorrência da falha na prestação de serviço, nos termos do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor. (N.U 1035081-72.2021.8.11.0002, TURMA RECURSAL CÍVEL, LUIS APARECIDO BORTOLUSSI JUNIOR, Turma Recursal Única, Julgado em 03/10/2022, Publicado no DJE 07/10/2022)(grifo nosso).
Além do mais quanto ao valor da condenação, a fixação do valor da indenização por dano moral deve ter caráter educativo/preventivo, operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa e a capacidade econômica das partes. Logo, arbitro a indenização por danos morais em R$ 2.000,00(dois mil reais).
DISPOSITIVO:
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I do CPC, JULGO, por sentença com resolução do mérito, PARCIALMENTE PROCEDENTE, ratificando a tutela antecipada e CONDENAR a requerida no pagamento de indenização por danos morais à parte autora na importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais) e no pagamento de R$ 216,71(duzentos e dezesseis reais e setenta e um centavos) por danos materiais, atualizada monetariamente a partir da presente data (Súmula nº 362, do STJ), de acordo com os índices do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (Tabela adotada pelo TJRO) e acrescida de juros moratórios de um por cento ao mês a contar da citação (art. 405, Código Civil, c/c art. 161, §1º, Código Tributário Nacional).
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei n. 9.099/95.
Sentença publicada e registrada via Sistema Pje.
Intimem-se.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Intime-se as partes.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
3.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Processo: 7013852-16.2019.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Multas e demais Sanções
EXEQUENTES: Estado de Rondônia, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: SOUZA E MARTINS COMERCIO DE MADEIRAS LTDA, JORGE MICHAEL MACHADO MARTINS
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Ante à ausência de impugnação, proceda-se a transferência em favor da Fazenda Pública conforme Dare apresentado na manifestação retro.
Após, intime-se a parte exequente, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção por abandono.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
EXEQUENTES: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, CNPJ nº 19907343000162, AVENIDA FARQUAR, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADOS: SOUZA E MARTINS COMERCIO DE MADEIRAS LTDA, CNPJ nº 08191614000100, RUA NOVA UNIAO 1644 SETOR 02 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA, JORGE MICHAEL MACHADO MARTINS, CPF nº 90354516272, PRESIDENTE JUCELINO KUBICHEK 1924 SETOR 02 - 76871-000 - ARIQUEMES - RONDÔNIA

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7001425-22.2022.8.22.0021
REQUERENTE: EDMILSON FERREIRA DIAS FILHO
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOAO CARLOS DE SOUSA, OAB nº RO10287
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
O pedido de bloqueio de valores via SISBAJUD foi deferido, sendo bloqueado a quantia desejada, tendo sido determinada a transferência para conta judicial, MOTIVO PELO QUAL CONVERTO O BLOQUEIO EM PENHORA.
Dessa forma, intime-se a parte executada a respeito e para eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §2º e §3º do CPC.

Transcorrido o prazo sem impugnação ou em caso de concordância, defiro desde logo, o levantamento/transferência dos valores bloqueados em favor da parte exequente, expedindo-se o necessário, ficando a parte interessada intimada a informar os dados bancários para emissão de Alvará Eletrônico por transferência.
Após, intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias, importando a inércia em arquivamento do feito pela satisfação da obrigação.
Decorrido o prazo, venham os autos conclusos.
Disposições à CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1) Fica a executada intimada via DJe da penhora de ativos financeiros realizada pelo sistema SISBAJUD, para apresentar eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §2º e §3º CPC.
2) Decorrido o prazo, sem manifestação ou em caso de concordância, expeça-se alvará de levantamento/transferência dos valores bloqueados em favor da parte exequente.
3) Cumpridos os atos acima, intimar a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de dez dias.
4) Decorrido o prazo, tornar os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/ ALVARÁ.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Processo: 7002191-46.2020.8.22.0021
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Seguro, Acidente de Trânsito, Seguro, Assistência Judiciária Gratuita, Honorários Advocatícios
AUTOR: JOSE APARECIDO DE ALMEIDA
ADVOGADO DO AUTOR: ELIZEU LEITE CONSOLINE, OAB nº RO5712
REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADOS DO REU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES, OAB nº AC3592, SEGURADORA LÍDER - DPVAT
DECISÃO
Expeça-se alvará para levantamento da importância constante nos autos e atualizações em favor do perito Eder Aparecido Bueno, devendo no prazo de 05 (cinco) dias comprovar nos autos o levantamento, estando desde já autorizada a transferência, acaso seja informada conta bancária. Intime-se pessoalmente, na Rua Elenita Ferreira de Souza, nº906, setor 07, Clínica Pro-Life, Buritis-RO.
Não havendo pendências, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
AUTOR: JOSE APARECIDO DE ALMEIDA, CPF nº 32689365200, BR 421, KM 77, LINHA C 10, LOTE 64, GLEBA 07. Lote 64, MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA ZONA RURAL - 76887-000 - CAMPO NOVO DE RONDÔNIA - RONDÔNIA
REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, RUA SENADOR DANTAS 74, 5, 6, 9, 14 E 15 ANDARES CENTRO - 20031-205 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
Número do processo: 7003340-72.2023.8.22.0021
Classe: Carta Precatória Cível
Polo Ativo: J. D. 2. V. C. D. C. D. A.
DEPRECANTE SEM ADVOGADO(S)
Polo Ativo: V. D. A. G.
DEPRECADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Cumpra-se a carta precatória, servindo esta de mandado.
Ficam autorizados os benefícios do artigo 212 e §§ do CPC.
Cumprido o ato, devolva-se à origem com nossos cumprimentos, desnecessária nova conclusão.
Tendo em vista o caráter itinerante das Cartas Precatórias, caso o Sr. Oficial de Justiça certifique que a pessoa a ser citada/intimada tenha mudado de endereço e indique o atual, fica, desde já, determinado, independentemente de nova deliberação, a remessa da presente carta ao juízo da comarca a que se referir o novo endereço, com as baixas e anotações necessárias.
Nesse caso, deverá a CPE, ainda, comunicar o juízo deprecante acerca da remessa.
Outrossim, determino, desde já, a devolução da carta precatória à origem, caso o oficial de justiça certifique que não localizou a pessoa em questão e não decline novo endereço.
DEPRECADO: V. D. A. G., CPF nº 87474395215, RUA CUJUBIM 2144, SETOR 03 CENTRO - 76888-970 - MONTE NEGRO - RONDÔNIA
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Processo: 7004252-74.2020.8.22.0021
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Estaduais
EXEQUENTES: Estado de Rondônia, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: AILTON ALVES DE ALMEIDA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)

DECISÃO
Expeça-se alvará para levantamento da importância constante nos autos e atualizações em favor da Fazenda Pública nos termos requeridos na manifestação retro.
10% do valor deverá ser pago pelo Dare avulso que deverá ser emitido pelo seguinte link: link https://dare.sefin.ro.gov.br/avulso.
O valor remanescente deverá ser pago pelo Dare avulso: https://dare.sefin.ro.gov.br/avulso > órgão PGE – PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO.
Após, intime-se a parte autora para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
EXEQUENTES: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, CNPJ nº 19907343000162, AVENIDA FARQUAR, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
EXECUTADO: AILTON ALVES DE ALMEIDA, CPF nº 67208630291, LH 05 KM 30 LT 89 GB 03 SN ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7002589-90.2020.8.22.0021
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
EXECUTADOS: A. DE SOUZA BATISTA EIRELI ME - ME, ADEMIR DE SOUZA BATISTA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
Despacho
As diligências requeridas para localização do endereço atual do requerido(a) foram realizadas, conforme espelhos em anexo.
Dessa forma, intime-se a parte requerente para se manifestar acerca dos resultados obtidos, no prazo de 15 dias.
Disposições para o cartório, sem prejuízo de outros expediente que sejam necessários:
1. Fica a parte autora intimada via DJe.
1.2 Caso a parte autora seja assistida pela Defensoria Pública, intime-a via sistema.
2. Caso indicado em qual endereço pretende diligenciar, fica o Cartório autorizado a proceder a distribuição de novo mandado para citação da parte requerida.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/PRECATÓRIA.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
Número do processo: 7003341-57.2023.8.22.0021
Classe: Carta Precatória Cível
Polo Ativo: M. D. S. L. D. A.
DEPRECANTE SEM ADVOGADO(S)
Polo Ativo: E. E. D. S.
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Cumpra-se a carta precatória, servindo esta de mandado.
Ficam autorizados os benefícios do artigo 212 e §§ do CPC.
Cumprido o ato, devolva-se à origem com nossos cumprimentos, desnecessária nova conclusão.
Tendo em vista o caráter itinerante das Cartas Precatórias, caso o Sr. Oficial de Justiça certifique que a pessoa a ser citada/intimada tenha mudado de endereço e indique o atual, fica, desde já, determinado, independentemente de nova deliberação, a remessa da presente carta ao juízo da comarca a que se referir o novo endereço, com as baixas e anotações necessárias.
Nesse caso, deverá a CPE, ainda, comunicar o juízo deprecante acerca da remessa.
Outrossim, determino, desde já, a devolução da carta precatória à origem, caso o oficial de justiça certifique que não localizou a pessoa em questão e não decline novo endereço.
REU: E. E. D. S., CPF nº DESCONHECIDO, RODOVIA 460, KM 8 00 MARCO SATÉLITE - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Número do processo: 7002202-70.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: OLIVIA MARCELINA DOS ANJOS
ADVOGADOS DO AUTOR: ALESSANDRO DE JESUS PERASSI PERES, OAB nº RO2383, MARIA AMORIM NUNES, OAB nº RO12418
Polo Ativo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
I - RELATÓRIO

Dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/1995.
II - MÉRITO
Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Dano Moral proposta por OLIVIA MARCELINA DOS ANJOS contra ENERGISA, ambos devidamente qualificados na inicial.
Alega que sempre efetuou os pagamentos em dias dos valores que lhe foram cobrados por parte da Requerida, assim não possibilitando qualquer fato que desabonasse sua integridade financeira ou moral. Ocorre que recebeu em sua residência uma fatura no valor de R$443,11 (quatrocentos e quarenta e três reais e onze centavos), oriundo de recuperação de consumo, o que fora posteriormente parcelado sem o consentimento da parte autora.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, pois a matéria é essencialmente de direito e não requer dilação probatória em sede de audiência. Passo, desta feita, ao julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do CPC.
Ademais, como se sabe, o magistrado é livre na formação da respectiva convicção, podendo, inclusive, indeferir a produção de provas que entender desnecessárias (CPC, art. 370 e 371).
Por outro prisma, o art. 139, inciso II, do CPC, impõe ao magistrado a obrigação de velar pela duração razoável do processo e no caso em tela, não vislumbro a necessidade de maior dilação probatória, entendendo que a causa está suficientemente instruída e apta a ser julgada, o que passo a fazer.
Desta feita, por verificar a presença dos pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido do processo, além de reunidas às condições da ação, passo ao exame de mérito.
Em sede de contestação, defendeu a requerida a regularidade dos procedimentos administrativos adotados, afirmando que possuem guarida em Resoluções da ANEEL, em especial a Resolução 414/2010, sendo a recuperação de consumo um expediente autorizado, devendo ser levado a efeito toda vez que constatada irregularidades no consumo de energia elétrica.
Entretanto, em que pese os argumentos da requerida, não vislumbro obediência às normas consumeristas, de natureza constitucional, as quais não podem ser afastadas por Resoluções de Agências Reguladoras.
Conforme informado pela parte requerida, em sede de contestação, trata-se de recuperação de consumo, na unidade de consumo da parte requerente, e as alegações trazidas por aquela não prosperam, pois o dever de realizar a leitura de forma regular é da própria requerida e, em não fazendo, quer por falhas de ordem técnica, quer por má administração ou por qualquer outro fundamento, que não se impute ao cliente a responsabilidade, deve a requerida suportar os ônus da exploração da atividade empresarial.
Deste modo, não há como acatar a tese da requerida, posto que é sua obrigação a realização da vistoria de forma contínua e regular, não cabendo repassar aos clientes/consumidores os ônus da falha na prestação dos serviços, torna-se indevida cobrança de período retroativo e por estimativa.
Dessa forma, considerando a posição pacificada o TJ/RO, não vejo outra solução a dar ao caso senão julgar procedente o pedido declaratório de nulidade do débito referente a “recuperação de consumo” pela maneira como foi realizada pela concessionária.
Assim, podemos concluir que a efetiva proteção ao consumidor, encontra ressonância no princípio geral da vulnerabilidade que, em última análise, busca garantir o princípio da isonomia, dotando os mais fracos de instrumentos que se lhes permitam litigar em condições de igualdades pelos seus direitos, seguindo a máxima de que a democracia nas relações de consumo significa tratar desigualmente os desiguais na exata medida de suas desigualdades, com o único fito de se atingir a tão almejada justiça social. Ressalte-se que esta vulnerabilidade refere-se não apenas a fragilidade econômica do consumidor, mas também técnica.
Quanto ao dano moral, este por sua vez não merece prosperar.
Sabe-se que o Dano Moral decorrente de má prestação de serviço não é presumido, devendo a parte autora comprovar que foram ultrapassados os limites do mero aborrecimento para que seja fixado e valorado o dano moral em desfavor da parte requerida.
A parte autora, ao passo que logra êxito em demonstrar a cobrança indevida, também corrobora com as informações constantes aos autos de que não houve corte no fornecimento de energia, tão como, não houve a negativação do nome da requerida.
Portanto, não restam evidenciados limites hábeis que ultrapassaram o mero aborrecimento pela cobrança indevida realizada pela requerida que ensejem na decretação e valoração de quantum à título de dano moral.
Ademais, é o entendimento deste Tribunal:
Consumidor. CERON. Recuperação de consumo. Alteração no consumo. Ausência de comprovação. Declaração de inexigibilidade. Simples cobrança indevida. Dano moral. Não ocorrência. 1. A concessionária prestadora de serviço público deve seguir a risca os procedimentos impostos pela agência reguladora, sob pena de nulidade de seus atos. 2. A ausência de demonstração de elementos suficientes para a realização do procedimento de recuperação de consumo, resulta na declaração de inexigibilidade do débito apurado pela concessionária de serviço público. 3. Não há o que se falar em dano moral decorrente de simples cobrança indevida sem qualquer outro desdobramento. RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7002077-07.2019.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator (a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 17/04/2020 (TJ-RO - RI: 70020770720198220001, Relator: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de Julgamento: 17/04/2020)
Diante do exposto, não havendo motivos e desdobramentos que ensejem o contrário, a improcedência dos danos morais é medida que se impõe.
III - DISPOSITIVO
ANTE O EXPOSTO, com fulcro no art. 487, inciso I, do CPC, JULGO, por sentença com resolução do mérito, PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais e, em consequência:
a) RECONHEÇO a ilegitimidade do consumo faturado sob a rubrica “recuperação de consumo”, DECLARANDO inexistente o débito no valor de R$443,11 (quatrocentos e quarenta e três reais e onze centavos), discutida na presente ação, determinando desde já o cancelamento do parcelamento efetuado.
CONFIRMO a liminar deferida em sede de antecipação de tutela, tornando-a definitiva.
Sem custas processuais ou honorários advocatícios, nesta fase, por se tratar de procedimento regido pela Lei 9.099/95.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Disposições para a CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Ficam as partes intimadas via DJe.
2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;

3.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
AUTOR: OLIVIA MARCELINA DOS ANJOS, LINHA 72 km 14, ZONA RURAL ZONA RURAL - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga

Buritis - 2ª Vara Genérica
7001649-04.2015.8.22.0021
AUTOR: JOSE FAUSTINO ESTEVE
ADVOGADO DO AUTOR: ALBERTO BIAGGI NETTO, OAB nº RO2740
REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADOS DO REU: LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO, OAB nº RO5017, SEGURADORA LÍDER - DPVAT
Despacho
Considerando a informação de que há importância depositada nos autos sem destinação, verifica-se que se trata de honorários periciais, portanto, intime-se o(a) perito(a) nomeado(a) nos autos para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar conta bancária para transferência dos valores depositados nos autos.
Com as informações, proceda-se o necessário para levantamento dos valores.
Na inércia ou na impossibilidade de contato, transfira-se a importância para a conta judicial centralizadora, administrada pelo Tribunal de Justiça de Rondônia.
Após, em não havendo pendências, arquive-se.
Disposições à CPE, sem prejuízo de outros expedientes que sejam necessários:
1. Intime-se o(a) perito(a) médico(a) nomeado(a) nos autos, a fim de que informe seus dados bancários para levantamento dos honorários periciais depositados nos autos, no prazo de cinco dias.
2. Com as informações bancárias, proceda-se o necessário para o levantamento dos valores.
3. Na inércia ou na impossibilidade de contato, transfira-se a importância para a conta judicial centralizadora, administrada pelo Tribunal de Justiça de Rondônia.
4. Oportunamente, arquivem-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Processo: 7007222-81.2019.8.22.0021
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
EXECUTADO: JOAO MARTINS
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Indefiro o pedido retro, haja vista que compete a parte interessada promover o regular andamento do feito.
Determino a transferência dos valores para a conta centralizadora até a manifestação da parte interessada.
Após, não havendo pendências, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE BURITIS
EXECUTADO: JOAO MARTINS, CPF nº 24649163234, RUA SÃO LUCAS 2527 SETOR 06 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
7000868-06.2020.8.22.0021
EXEQUENTE: SICOOB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PEDRO ROBERTO ROMAO, OAB nº AM209551
EXECUTADO: VIVIANE DOS SANTOS RIBEIRO
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Sentença
Trata-se de ação de busca e apreensão.
Extrai-se dos autos que, apesar de intimada, a parte autora não promove o andamento do feito há mais de 30 dias.
Assim, a extinção do feito é medida que se impõe ante o abandono a causa.
Posto isto e com fundamento no artigo 485, III, do CPC, declaro extinto o feito, sem resolução do mérito.
Isento de custas finais e honorários.
Publicação e Registros automáticos pelo Dje.
Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquivem-se.

Disposições para o cartório, sem prejuízo de outros expediente que sejam necessários:
1. Arquivem-se os autos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO.
Buritis, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Processo: 7004423-94.2021.8.22.0021
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Auxílio-Alimentação
EXEQUENTE: ALTAIR GONCALVES ASSIS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
DECISÃO
Compulsando os autos, constato que as partes não se opuseram aos cálculos apresentados pela contadoria judicial. Assim, HOMOLOGO-os (ID 91761286), sendo R$15.955,43 do valor principal e R$2.081,14 dos honorários sucumbenciais. Consequentemente extingo o feito com resolução do mérito, nos termos do 487, III, "b", do CPC.
Expeça-se Precatório Requisitório para pagamento do valor principal, bem como Requisição de Pequeno Valor – RPV, conforme o solicitado, em face do executado, nos termos do artigo 13, I, da Lei 12.153/09, a ser cumprido no prazo máximo de 60 dias, para pagamento dos honorários sucumbenciais. Ainda, necessário que o ente público (executado), informe ao juízo o pagamento da respectiva requisição, sendo desnecessário a conclusão dos autos.
Desde já, fica a parte exequente intimada para fornecer os dados bancários (conta corrente) e juntar aos autos as cópias necessárias à expedição do RPV (art. 6º, da Resolução nº 153/2020-PR), caso não informados.
Portanto:
a) expeça-se a Requisição de Pequeno Valor, intimando-se o exequente para juntar aos autos documentos necessários para a instruir a RPV/PRECATÓRIO, caso já não juntados;
b) com a expedição e juntada dos documentos, intime-se o ente público para iniciar o procedimento de pagamento da Requisição, extraindo as cópias necessárias diretamente do PJE, iniciando-se prazo para pagamento (60 dias) na data do registro da ciência no PJE;
4 - Com informação do pagamento da RPV, arquivem-se.
5- Sem custas ou honorários (artigo 55 da lei 9.099/95). Intimem-se. Expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
EXEQUENTE: ALTAIR GONCALVES ASSIS, CPF nº 33107092215, RUA MACHADO DE ASSIS . SETOR 1 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS, RUA ALTO PARAÍSO 1152 SETOR 02 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

Processo: 7000500-26.2022.8.22.0021
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Descontos Indevidos
EXEQUENTE: LUCELENA PEREIRA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE BURITIS, MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADOS DOS NÃO DENUNCIADO: RAFAEL HIDESHI MEDEIROS HIROKI, OAB nº RO3867A, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
DECISÃO
Certifique-se a CPE se houve a expedição das Requisições de Pequeno Valor, caso não conste proceda-se o necessário para as devidas expedições.
Em seguida, suspendam-se o feito pelo prazo de 60 (sessenta) dias.
Decorrido o prazo, intime-se a Fazenda Pública para comprovar o pagamento no prazo de 10 (dez) dias. Após, voltem os autos conclusos para extinção.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
EXEQUENTE: LUCELENA PEREIRA, CPF nº 39010740234
NÃO DENUNCIADO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE BURITIS, CNPJ nº 06117440000100, MUNICIPIO DE BURITIS

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
Número do processo: 7005165-22.2021.8.22.0021
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: NEDITE GONCALVES DO NASCIMENTO
ADVOGADO DO REQUERENTE: JUNIEL FERREIRA DE SOUZA, OAB nº RO6635

Polo Ativo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Defiro o pedido da parte exequente.
Neste ato foram realizadas as pesquisas solicitadas pela parte interessada.
Determino o retorno dos autos conclusos após 05 (cinco) dias, para consolidação das respostas e outras providências.
Cumpre esclarecer que eventual novo pedido de pesquisa a sistema informatizado poderá ser realizado após o retorno das respostas.
Ainda informo que as partes serão intimadas após o desdobramento das pesquisas realizadas.
Buritis, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Processo: 7004700-47.2020.8.22.0021
Classe: Execução Fiscal
Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
EXECUTADO: FABIO JOSE SENN
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Defiro o pedido retro. Expeça-se novo alvará em favor da Fazenda Pública, ficando no mesmo ato intimada para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE BURITIS
EXECUTADO: FABIO JOSE SENN, CPF nº 00577257218, RUA AYRTON SENNA 3048 SETOR 06 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA

Número do processo: 7003982-79.2022.8.22.0021
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: LORENA GOMES DE SOUZA
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DESPACHO
Tendo em vista que não foram localizado dados bancários para expedir alvará eletrônico em favor da parte autora.
Diante disso, determino que, com base no comprovante apresentado pela parte requerida, a CPE promova a expedição de alvará de levantamento em favor da parte exequente ou de seu patrono (se com poderes para tanto). Consigno que nos valores a serem levantados deverão estar inclusos seus respectivos rendimentos, e não somente as importâncias ali descritas, a fim de evitar que eventual remanescente permaneça em conta judicial vinculada aos autos.
Proceda-se a transferência dos valores bloqueados vida Sisbajud em favor de Energisa S/A.
Após, decorrido o período de validade do alvará, verifique-se o saldo da conta, certificando nos autos o levantamento total das quantias apuradas, ou, se for o caso, descrimine-se, na certidão, eventual remanescente.
Pratique-se o necessário.
Após, conclusos para extinção.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Serve a presente como intimação/ofício.
Buritis-RO, 17 de julho de 2023.
Pedro Sillas Carvalho
Juiz(a) de Direito

Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, nº 1380, Bairro Setor 3, CEP 76880-000, Buritis, Rua Taguatinga
Número do processo: 7004011-32.2022.8.22.0021
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: ADELINO ALDINO PONAHT
ADVOGADO DO REQUERENTE: JUNIEL FERREIRA DE SOUZA, OAB nº RO6635
Polo Ativo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Defiro o pedido da parte exequente.
Neste ato foram realizadas as pesquisas solicitadas pela parte interessada.
Determino o retorno dos autos conclusos após 05 (cinco) dias, para consolidação das respostas e outras providências.
Cumpre esclarecer que eventual novo pedido de pesquisa a sistema informatizado poderá ser realizado após o retorno das respostas.
Ainda informo que as partes serão intimadas após o desdobramento das pesquisas realizadas.
Buritis, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito

Processo: 7001690-87.2023.8.22.0021
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
AUTOR: AUREO BACKES KOVALESKI
ADVOGADOS DO AUTOR: IEFERSON RODRIGUES DE PAULA, OAB nº RO12530, RONIERIS CAVALCANTE DE MORAIS, OAB nº RO13290
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Sentença
Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de inexigibilidade/nulidade de débito c/c danos morais e tutela de urgência ajuizada por AUREO BACKES KOVALESKI em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA/ENERGISA.
Procedo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, por se tratar de matéria exclusivamente de direito e ante a desnecessidade de produção de outras provas.
O caso em análise se trata de relação de consumo, portanto, o Código de Defesa do Consumidor será o arcabouço legal utilizado para dirimir a presente lide, sem olvidar, logicamente, as demais normas utilizadas ordinariamente.
Estão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo, bem como as partes estão regularmente representadas.
No tocante à comprovação da existência do débito ou da legitimidade da manutenção da restrição, o ônus probatório recai sobre a parte requerida, tendo em conta que a relação jurídica discutida é manifestamente de consumo. Disto decorre, em síntese, que: uma vez que negado o débito pelo consumidor, e havendo verossimilhança do alegado, inverte-se o ônus da prova, nos moldes do Código de Defesa do Consumidor (art. 6º, VIII, da Lei nº 8.078/90); a parte requerida detém maior poder econômico e de informação, cabendo a ela manter sob a sua guarda os documentos relativos aos negócios jurídicos realizados com os seus clientes (consumidores), sob pena de arcar com os efeitos decorrentes do risco inerente à atividade, inclusive relativo a eventual contratação indevida (possivelmente fraudulenta) e consequente anotação cadastral irregular.
Assim, pretende a autora a declaração de inexistência do débito referente à cobrança de consumo de energia, alegando que jamais procedeu qualquer alteração no relógio medidor.
Por outro lado a requerida alega que o débito é devido, sendo que decorreu de efetivo consumo, mas não traz qualquer prova capaz de demonstrar a legitimidade do mesmo.
Este E. Tribunal de Justiça já decidiu reiteradas vezes que para ser considerado válido o débito, é preciso que se demonstrem também a obediência aos procedimentos previstos na Resolução da ANEEL, bem como aos princípios do contraditório e ampla defesa.
No caso, o que se verifica é que a leitura realizada em campo foi feita de forma unilateralmente pela requerida, em desacordo com o disposto na Resolução da ANEEL, o que impede o consumidor de exercer seu direito à ampla defesa e ao contraditório, que pressupõe igualdade na utilização dos meios de defesa.
Por outro lado, quanto ao pagamento de indenização por danos morais, é necessário aferir no caso concreto se a situação trazida pela parte pode ser considerada ofensiva a ponto de causar dano moral ou mesmo se esta se insere no conceito de dano moral puro, dispensando eventual prova de sua ocorrência.
Observa-se no presente processo que o débito discutido nos autos fora objeto de negativação, ficando a parte autora impossibilitada de utilizar-se de seu crédito nos comércios locais.
No caso em tela, verificada a conduta ilícita da empresa ré, consistente na negativação dos dados do autor, encontram-se os pressupostos ensejadores da responsabilidade civil.
Nesse sentido:
Recurso inominado. Juizado Especial Cível. Recuperação de consumo. Perícia unilateral. Ausência de elementos justificadores. Irregularidade. Inexigibilidade do débito. A concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica no Estado de Rondônia deve seguir todos os parâmetros indicados pela agência reguladora, sob pena de nulidade de seus atos. (TJ-RO - RI: 70491272920198220001 RO 7049127-29.2019.822.0001, Data de Julgamento: 18/09/2020).
Com efeito, o constrangimento trazido a parte requerente caracteriza dano moral, porquanto não pode usufruir de serviço essencial.
Pois bem. A reparação do dano moral é feita através de fixação de valor pecuniário conforme o livre e prudente arbítrio do juiz. Deve o julgador pautar-se pelo equilíbrio, de maneira que o valor fixado possa trazer um sentimento de felicidade ao ofendido e de punição ao causador, para que este se sinta desestimulado a praticar novamente a sua conduta ou omissão ilícita.
Nesse sentido, tal reparação também não pode ser em valor exorbitante, acima das condições econômicas do réu ou, de um lado, ser fonte de enriquecimento indevido e, de outro, ser inexpressiva.
Portanto, sopesando-se as circunstâncias apresentadas nos autos, levando-se em consideração as condições do ofendido e do ofensor, bem como a teoria do desestímulo e da proporcionalidade na fixação do dano moral, tenho como razoável que o valor da indenização deva ser arbitrado em R$ 10.000,00 (dez mil reais). Outrossim, cumpre ressaltar que um valor de indenização menor poderia não cumprir com seu papel punitivo.
Dispositivo:
Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I do CPC, JULGO, por sentença com resolução do mérito, PROCEDENTES os pedidos da parte requerente para RATIFICAR a tutela de urgência concedida; DESCONSTITUIR o débito em relação aos valores exorbitantes constantes nos autos, no valor de R$ 528,80 (quinhentos e vinte oito reais e oitenta centavos); por fim, CONDENAR a requerida no pagamento de indenização por danos morais à parte autora na importância de R$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizada monetariamente a partir da presente data (Súmula nº 362, do STJ), de acordo com os índices do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (Tabela adotada pelo TJRO) e acrescida de juros moratórios de um por cento ao mês a contar da citação (art. 405, Código Civil, c/c art. 161, §1º, Código Tributário Nacional).
Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei n. 9.099/95.
Sentença publicada e registrada via Sistema Pje.
Intimem-se.
Disposições para o cartório, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessários:
1. Ficam as partes intimadas via DJe.

2. Havendo interposição de recurso inominado, deverá o cartório intimar a parte contrária para contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido o prazo, tornar os autos conclusos para decisão.
3. Com o trânsito em julgado:
3.1 Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença;
3.2 Nada sendo requerido, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000,(69) 32382963
Processo nº : 7001939-38.2023.8.22.0021 Requerente: REQUERENTE: AGNA OLIVEIRA RODRIGUES, M. R. R. S. Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: JOAO CARLOS DE SOUSA - RO10287
Requerido(a): REQUERIDO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A. Advogado: Advogados do(a) REQUERIDO: LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884, RODRIGO GIRALDELLI PERI - MS16264
Intimação À PARTE REQUERENTE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte requerente intimada a apresentar impugnação à contestação (RÉPLICA) e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 15 dias.
Buritis, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000,(69) 32382963
Processo nº : 7005369-66.2021.8.22.0021 Requerente: REQUERENTE: ANALICE SILVA BRESSAN Advogado: Advogados do(a) REQUERENTE: FABIO ROCHA CAIS - RO8278, WELLINGTON DE FREITAS SANTOS - RO7961
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
Intimação PARA LEVANTAMENTO DE ALVARÁ
Por determinação do juízo, fica a parte beneficiada INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Buritis, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000,(69) 32382963
Processo nº : 7001339-51.2022.8.22.0021 Requerente: REQUERENTE: JOAO PAULO DA SILVA FAUSTINO Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: DORIHANA BORGES BORILLE - RO0006597A
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
Intimação PARA LEVANTAMENTO DE ALVARÁ
Por determinação do juízo, fica a parte beneficiada INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Buritis, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000,(69) 32382963
Processo nº : 7002751-51.2021.8.22.0021 Requerente: REQUERENTE: FABIO SOARES PAIVA Advogado: Advogados do(a) REQUERENTE: FABIO ROCHA CAIS - RO8278, WELLINGTON DE FREITAS SANTOS - RO7961
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
Intimação PARA LEVANTAMENTO DE ALVARÁ
Por determinação do juízo, fica a parte beneficiada INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Buritis, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000
Processo : 0000610-28.2014.8.22.0021
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ROSANGELA PEREIRA e outros
Advogados do(a) AUTOR: ISABEL MOREIRA DOS SANTOS - RO4171, SANDRA ISLENE DE ASSIS - RO5256
REU: Fundação Universidade do Tocantins Unitins
Advogados do(a) REU: JAX JAMES GARCIA PONTES - MG103539, NAYARA GALLIETA BORGES - TO5249, RAUL MATTEI - TO10.229-B
INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ
Fica a parte autora INTIMADA para dizer quanto ao levantamento do alvará expedido.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000,(69) 32382963
Processo nº : 7004329-15.2022.8.22.0021 Requerente: REQUERENTE: ADVALDO DOS SANTOS FRANCA Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: CELSO DOS SANTOS - RO1092
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
Intimação PARA LEVANTAMENTO DE ALVARÁ
Por determinação do juízo, fica a parte beneficiada INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Buritis, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000,(69) 32382963
Processo nº : 7003807-85.2022.8.22.0021 Requerente: REQUERENTE: MARTINHO FOERSTE Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: FERNANDO DE OLIVEIRA RODRIGUES - RO8731
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
Intimação PARA LEVANTAMENTO DE ALVARÁ
Por determinação do juízo, fica a parte beneficiada INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Buritis, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000,(69) 32382963
Processo nº : 7003830-65.2021.8.22.0021 Requerente: REQUERENTE: GILMARA LANES DA SILVA Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: SIDNEY GONCALVES CORREIA - RO0002361A
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogados do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664, MARIA BEATRIZ ALBUQUERQUE MOURA DE OLIVEIRA - PB20422, RAFAELA INES OLIVEIRA DOS SANTOS - PB26230
Intimação PARA LEVANTAMENTO DE ALVARÁ
Por determinação do juízo, fica a parte beneficiada INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Buritis, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Buritis - 2ª Vara Genérica
AC Buritis, 1380, Rua Taguatinga, Setor 3, Buritis - RO - CEP: 76880-000,(69) 32382963
Processo nº : 7003065-94.2021.8.22.0021 Requerente: REQUERENTE: JANAINA RIBEIRO RICHEN DA SILVA, J. M. R. D. A. C., HEVERTON DE ARAUJO CALADO Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: DORIHANA BORGES BORILLE - RO0006597A
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871

Intimação PARA LEVANTAMENTO DE ALVARÁ
Por determinação do juízo, fica a parte beneficiada INTIMADA a, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, imprimir o alvará judicial expedido em seu favor e a comparecer munido do referido documento à agência da Caixa Econômica Federal, sob pena de encaminhamento para conta única centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia (Provimento 016/2010 PR-TJ/RO).
Buritis, 17 de julho de 2023.

Processo: 7000151-23.2022.8.22.0021
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Descontos Indevidos
EXEQUENTE: ZENI SIQUEIRA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE BURITIS, MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADOS DOS NÃO DENUNCIADO: RAFAEL HIDESHI MEDEIROS HIROKI, OAB nº RO3867A, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
DECISÃO
Indefiro o pedido retro, ante o decurso do prazo legal para pagamento da (a) requisição (sões) de pequeno valor expedida nos autos. intime-se a Fazenda Pública para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
EXEQUENTE: ZENI SIQUEIRA, CPF nº 90404173268, RUA ARACAJU s/n SETOR 08 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
NÃO DENUNCIADO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE BURITIS, CNPJ nº 06117440000100, AV. PORTO VELHO 1814 SETOR 02 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA, MUNICIPIO DE BURITIS

Processo: 7003122-78.2022.8.22.0021
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Base de Cálculo
EXEQUENTE: ENI CASSEMIRA LOPES
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
DECISÃO
Indefiro o pedido retro, ante o decurso do prazo legal para pagamento da (a) requisição (sões) de pequeno valor expedida nos autos. intime-se a Fazenda Pública para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
EXEQUENTE: ENI CASSEMIRA LOPES, CPF nº 94654395172, RUA BARRETO 2365 SETOR 03 - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS

Processo: 7003152-16.2022.8.22.0021
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Assunto: Base de Cálculo
EXEQUENTE: REGIANE LOPES DE SOUZA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES, OAB nº RO301B
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS
DECISÃO
Indefiro o pedido retro, ante o decurso do prazo legal para pagamento da (a) requisição (sões) de pequeno valor expedida nos autos. intime-se a Fazenda Pública para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Buritis/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Pedro Sillas Carvalho
Juiz de Direito
EXEQUENTE: REGIANE LOPES DE SOUZA, CPF nº 01105454274, LINHA C 22 KM 18 P A RIO ALTO KM 18 P A RIO ALTO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE BURITIS

COMARCA DE COSTA MARQUES

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia Costa Marques - Vara Única Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000029-59.2021.8.22.0016
CLASSE: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
EXEQUENTE: DENISVALDO MUNHOZ DA SILVA, AV. MAMORÉ 1087 SETOR 02 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARCIO CALADO DA SILVA, OAB nº RO10945, JORDAN LUIZ MIRANDA HOLANDA, OAB nº RO10573, RODRIGO DA SILVA MIRANDA, OAB nº RO10582
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE COSTA MARQUES, AVENIDA CHIANCA 1381 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado.
Trata-se de cumprimento de sentença, movido em face do Município de Costa Marques/RO.
Remetido os autos à contadoria, apurou-se valor negativo.
Considerando que os valores foram recebidos de boa-fé, por ato do próprio ente, o Município de Costa Marques, não há o dever de restituição.
Nesse sentido:
ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VALORES RECEBIDOS POR ERRO OPERACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO. RESTITUIÇÃO DO MONTANTE RECEBIDO. CARACTERIZAÇÃO DE BOA-FÉ. VERBA DE CARÁTER ALIMENTAR. PRECEDENTES. Esta Corte firmou entendimento no sentido de não ser devida a devolução de verba paga indevidamente a servidor em decorrência de erro operacional da Administração Pública, quando se constata que o recebimento pelo beneficiado se deu de boa-fé, como no caso em análise. Precedentes. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1560973/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/04/2016, DJe 13/04/2016). Grifei.
Considerando, também, que o cálculo efetuado pela contadoria judicial, órgão imparcial e da confiança do juízo, respeitou os parâmetros da decisão, não há outro caminho ao presente processo senão a extinção.
Diante do exposto, homologo os cálculos apresentados, e por consequência, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito, pela perda superveniente do interesse de agir, com fundamento no art. 485, VI, do CPC.
Sem custas e honorários.
Intime-se.
Após o trânsito, não havendo pendências, arquive-se.
Providencie-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
EXEQUENTE: DENISVALDO MUNHOZ DA SILVA, AV. MAMORÉ 1087 SETOR 02 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE COSTA MARQUES, AVENIDA CHIANCA 1381 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 6 de junho de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia Costa Marques - Vara Única Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000487-76.2021.8.22.0016
CLASSE: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
EXEQUENTE: ELIZANGELA PANTOJA DUARTE GOMES, AV. ANTONIO PSURIADAKIS 1548 SETOR 04 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RODRIGO DA SILVA MIRANDA, OAB nº RO10582
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE COSTA MARQUES, AVENIDA CHIANCA 1381 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado.
Trata-se de cumprimento de sentença, movido em face do Município de Costa Marques/RO.
Remetido os autos à contadoria, apurou-se valor negativo.
Considerando que os valores foram recebidos de boa-fé, por ato do próprio ente, o Município de Costa Marques, não há o dever de restituição.
Nesse sentido:
ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VALORES RECEBIDOS POR ERRO OPERACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO. RESTITUIÇÃO DO MONTANTE RECEBIDO. CARACTERIZAÇÃO DE BOA-FÉ. VERBA DE CARÁTER ALIMENTAR. PRECEDENTES. Esta Corte firmou entendimento no sentido de não ser devida a devolução de verba paga indevidamente a servidor em decorrência de erro operacional da Administração Pública, quando se constata que o recebimento pelo beneficiado se deu de boa-fé, como no caso em análise. Precedentes. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1560973/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/04/2016, DJe 13/04/2016). Grifei.

Considerando, também, que o cálculo efetuado pela contadoria judicial, órgão imparcial e da confiança do juízo, respeitou os parâmetros da decisão de Id 90189837, não há outro caminho ao presente processo senão a extinção.
Diante do exposto, homologo os cálculos apresentados, e por consequência, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito, pela perda superveniente do interesse de agir, com fundamento no art. 485, VI, do CPC.
Sem custas e honorários.
Intime-se.
Após o trânsito, não havendo pendências, arquive-se.
Providencie-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
EXEQUENTE: ELIZANGELA PANTOJA DUARTE GOMES, AV. ANTONIO PSURIADAKIS 1548 SETOR 04 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE COSTA MARQUES, AVENIDA CHIANCA 1381 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 6 de junho de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000
Processo : 7000088-18.2019.8.22.0016
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ARILDO DE ANDRADE VENCESLAU
Advogados do(a) REQUERENTE: MARCELO BUENO MARQUES FERNANDES - RO8580, RILDO RODRIGUES SALOMAO - RO0005335A
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA e outros
INTIMAÇÃO PARTES - CÁLCULO CONTADOR
Ficam as PARTES intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se acerca dos cálculos da contadoria judicial.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia Costa Marques - Vara Única Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7001612-79.2021.8.22.0016
CLASSE: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
EXEQUENTE: ALCIONE DA SILVA SANTOS, AVENIDA HASSIB CURY 1825 SETOR 04 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RODRIGO DA SILVA MIRANDA, OAB nº RO10582
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE COSTA MARQUES, AVENIDA CHIANCA 1381 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado.
Trata-se de cumprimento de sentença, movido em face do Município de Costa Marques/RO.
Remetido os autos à contadoria, apurou-se valor negativo.
Considerando que os valores foram recebidos de boa-fé, por ato do próprio ente, o Município de Costa Marques, não há o dever de restituição.
Nesse sentido:
ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VALORES RECEBIDOS POR ERRO OPERACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO. RESTITUIÇÃO DO MONTANTE RECEBIDO. CARACTERIZAÇÃO DE BOA-FÉ. VERBA DE CARÁTER ALIMENTAR. PRECEDENTES. Esta Corte firmou entendimento no sentido de não ser devida a devolução de verba paga indevidamente a servidor em decorrência de erro operacional da Administração Pública, quando se constata que o recebimento pelo beneficiado se deu de boa-fé, como no caso em análise. Precedentes. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1560973/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/04/2016, DJe 13/04/2016). Grifei.
Considerando, também, que o cálculo efetuado pela contadoria judicial, órgão imparcial e da confiança do juízo, respeitou os parâmetros da decisão de Id. 86340221, não há outro caminho ao presente processo senão a extinção.
Diante do exposto, homologo os cálculos apresentados, e por consequência, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito, pela perda superveniente do interesse de agir, com fundamento no art. 485, VI, do CPC.
Sem custas e honorários.
Intime-se.
Após o trânsito, não havendo pendências, arquive-se.
Providencie-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
EXEQUENTE: ALCIONE DA SILVA SANTOS, AVENIDA HASSIB CURY 1825 SETOR 04 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE COSTA MARQUES, AVENIDA CHIANCA 1381 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 6 de junho de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia Costa Marques - Vara Única Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7000478-17.2021.8.22.0016
CLASSE: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
EXEQUENTE: DIONEIA MATIAS DA COSTA, AVENIDA 13 DE SETEMBRO 2015 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RODRIGO DA SILVA MIRANDA, OAB nº RO10582
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE COSTA MARQUES, AVENIDA CHIANCA 1381 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado.
Trata-se de cumprimento de sentença, movido em face do Município de Costa Marques/RO.
Remetido os autos à contadoria, apurou-se valor negativo.
Considerando que os valores foram recebidos de boa-fé, por ato do próprio ente, o Município de Costa Marques, não há o dever de restituição.
Nesse sentido:
ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VALORES RECEBIDOS POR ERRO OPERACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO. RESTITUIÇÃO DO MONTANTE RECEBIDO. CARACTERIZAÇÃO DE BOA-FÉ. VERBA DE CARÁTER ALIMENTAR. PRECEDENTES. Esta Corte firmou entendimento no sentido de não ser devida a devolução de verba paga indevidamente a servidor em decorrência de erro operacional da Administração Pública, quando se constata que o recebimento pelo beneficiado se deu de boa-fé, como no caso em análise. Precedentes. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1560973/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/04/2016, DJe 13/04/2016). Grifei.
Considerando, também, que o cálculo efetuado pela contadoria judicial, órgão imparcial e da confiança do juízo, respeitou os parâmetros da decisão de ID. 87256880, não há outro caminho ao presente processo senão a extinção.
Diante do exposto, homologo os cálculos apresentados, e por consequência, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito, pela perda superveniente do interesse de agir, com fundamento no art. 485, VI, do CPC.
Sem custas e honorários.
Intime-se.
Após o trânsito, não havendo pendências, arquive-se.
Providencie-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
EXEQUENTE: DIONEIA MATIAS DA COSTA, AVENIDA 13 DE SETEMBRO 2015 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE COSTA MARQUES, AVENIDA CHIANCA 1381 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 6 de junho de 2023.
Fábio Batista da Silva
Juiz(a) de direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000
Processo : 7001859-26.2022.8.22.0016
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA - RJ110501
EXECUTADO: SHIRLEY FONSECA MOURA e outros (2)
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS JUD'S Para a realização de consulta aos cadastros dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e assemelhados (verificação de endereços, bens ou valores), fica o EXEQUENTE intimado para apresentar o comprovante de custas CÓDIGO 1007 nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigo 17, sob pena de não realização do ato. Para cada diligência virtual em relação a cada CPF/CNPJ a ser consultado deverá ser apresentado o respectivo comprovante. Junto às custas deve o EXEQUENTE apresentar Planilha de Débito Atualizada caso esta não tenha sido apresentada com a petição. Prazo 05 (cinco dias).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000
Processo : 7001031-93.2023.8.22.0016
Classe : INVENTÁRIO (39)
REQUERENTE: S G T e outros (9)
Advogado do(a) REQUERENTE: FABIO PEREIRA MESQUITA MUNIZ - RO5904
INVENTARIADO: J M T
INTIMAÇÃO AUTOR
Fica a parte AUTORA intimada a emendar a inicial, nos termos da r. decisão.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Costa Marques - Vara Única
Endereço: Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000
Autos nº : 7000603-82.2021.8.22.0016
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Infrator(a): JOSEMAR GOMES FERREIRA
Advogado do(a) AUTOR DO FATO: WELINTON DE LIMA FREITAS - RO11716
Intimação DAS PARTES - AUDIÊNCIA - DJE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecerem à AUDIÊNCIA TELEPRESENCIAL deste processo em dia e hora abaixo mencionados.
Tipo: Instrução e Julgamento Sala: COM - Sala de Instrução e Julgamento Data: 30/08/2023 Hora: 10:00
Costa Marques, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000
Processo : 7012170-29.2019.8.22.0001
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: JOAO OCTAVIO SILVA MORHEB
Advogados do(a) REQUERENTE: MIGUEL GARCIA DE QUEIROZ - RO3320, OCTÁVIA JANE LÉDO SILVA - RO1160
REQUERIDO: Estado de Rondônia e outros (2)
INTIMAÇÃO Fica a parte AUTORA, por meio de seu advogado, no prazo de 5 dias, intimada para ciência do teor da certidão ID. 93336253.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia Costa Marques - Vara Única Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7001321-45.2022.8.22.0016
CLASSE: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: ADRIANE GALLO, RUA ANTÔNIO PSURIADAKIS 1538 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, , - DE 2289/2290 A 2653/2654 - 76962-050 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Diante do cumprimento da obrigação (Id 91185399), a extinção do feito é a medida que se impõe. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil.
Tendo em vista que o feito foi extinto pelo total cumprimento da obrigação, tenho que ocorreu a desistência tácita do prazo recursal, ante a preclusão lógica (art. 1.000, do CPC), motivo o qual a presente decisum transita em julgado nesta data.
Assim, observadas as formalidades legais, sem mais pendências, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.
Publicação e registros automáticos.
Intimem-se. Cumpra-se.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA
REQUERENTE: ADRIANE GALLO, RUA ANTÔNIO PSURIADAKIS 1538 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, , - DE 2289/2290 A 2653/2654 - 76962-050 - CACOAL - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 17 de julho de 2023.
R JOSÉ dos Santos
Juiz(a) de direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia Costa Marques - Vara Única Rua Chianca, nº 1061, Bairro Centro, CEP 76937-000, Costa Marques
AUTOS: 7001671-33.2022.8.22.0016
CLASSE: Execução de Título Extrajudicial

EXEQUENTES: MARLENE SCHAEFER DE CARLI, AV. OLAVO BILAC 278 CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, PAULO DE CARLI, AV. OLAVO BILAC 278 CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: ROSANA FERREIRA SANTOS ALVES, OAB nº RO10584
EXECUTADOS: SIMONE MEDEIROS DE ARRUDA, AV. GUAPORÉ 1929 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA, MARCIO ALVES DE LIMA, AV. GUAPORÉ 1929 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: KARINY JACINTHO BOLDRINI, OAB nº RO11976
DECISÃO
Vistos.
Designo audiência de instrução e julgamento, para o dia 30 de agosto de 2023 às 08horas30minutos, de forma híbrida.
O procedimento a ser observado seguirá a ordem abaixo descrita:
a) será utilizada sala para conferência no Google Meet, cujo link será encaminhado pela secretária(o) do Juízo, com o objetivo de registrar a solenidade, a qual é integrada no sistema gravação de audiências do TJRO, denominado DRS, que automaticamente incluirá a audiência no PJE, nos moldes como já ocorre atualmente;
b) deverão ser habilitados áudio e câmera ao se ingressar no ambiente virtual da audiência, a fim de que a interação seja a mais próxima possível de uma solenidade presencial;
c) para evitar ruídos, o microfone, depois de habilitado, deverá ser mantido desligado e ser ligado tão somente nos momentos em que o participante for efetuar alguma intervenção oral.
Com o link da videoconferência, tanto partes quanto advogados e eventuais testemunhas acessarão e participarão da audiência, por meio da internet, utilizando celular, notebook, computador ou outro equipamento, desde que possua vídeo e áudio regularmente funcionando.
Repise-se que a solenidade virtual ocorrerá pela plataforma de comunicação Google Meet, sendo gravada e disponibilizada por este juízo na aba “audiências” do PJE.
No horário da audiência, partes, advogados e testemunhas deverão estar disponíveis para contato através do e-mail e número de celular informados.
A testemunha será autorizada a entrar na sessão apenas no momento de sua oitiva, bem como as partes, caso haja pedido de depoimento pessoal, sendo indispensável o respeito à incomunicabilidade, sob pena de responsabilização criminal.
Advogados, partes e testemunhas deverão comprovar sua identidade no início da audiência ou de sua oitiva, mostrando o documento oficial com foto, para conferência e registro.
Os advogados da partes, considerando-se os princípios da cooperação e da boa-fé, assumem o compromisso de respeitarem a incomunicabilidade entre as testemunhas, sob pena de responsabilização criminal.
Caso os advogados, partes e testemunham não possam participar da audiência de forma virtual, poderão comparecer presencialmente na sala de audiência do Fórum de Costa Marques/RO.
Cada parte poderá apresentar até 3 (três) testemunhas.
Nos termos do art. 34 da Lei n.º 9.099/95 e art. 455 do CPC, caberá ao causídico da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada sobre o dia, a hora e o local da audiência, ficando dispensada a intimação por este juízo, devendo o advogado juntar ao processo, com, ao menos, 3 (três) dias de antecedência da solenidade, o respectivo comprovante da intimação (CPC, artigo 455, § 1º).
Ficam advertidas as partes de que eventual inércia do advogado em promover a intimação da testemunha implicará em desistência da oitiva respectiva (CPC, art. 455, § 3º).
A intimação judicial das testemunhas somente ocorrerá nos casos previstos no § 3º do art. 455 do CPC, ficando desde já autorizada a expedição da intimação nas hipóteses dos incs. III, IV e V do § 3º do art. 455 do CPC.
Na hipótese do inc. I do § 3º do art. 455 do CPC, fica autorizada a expedição de intimação judicial pela escrivania se o advogado juntar o comprovante da frustração da tentativa de intimação no prazo mínimo de 20 (vinte) dias úteis antes da audiência, para que reste viabilizada a emissão do expediente de intimação pelo cartório. Do contrário, não sendo observado o referido prazo, restará prejudicada a intimação judicial, por ausência de tempo hábil à expedição da intimação e sua efetivação.
Na hipótese do inc. II do § 3º, a devida justificativa pela necessidade de intimação judicial da testemunha deverá ser apresentada conjuntamente com o rol de testemunhas, ou seja, prazo de 15 (quinze) dias contados da intimação deste despacho, a fim de viabilizar a análise tempestiva do requerimento. Nessa hipótese, isto é, havendo pedido de intimação judicial da testemunha devidamente justificado, a escrivania deverá fazer a conclusão imediata dos autos e comunicar ao gabinete para que o pedido seja decido com a brevidade necessária, a se evitar prejuízo à designação da audiência.
Intimem-se. Expeça-se o necessário.
SERVE, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, DE MANDADO/CARTA AR/CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, REMOÇÃO, DE ALVARÁ E DE OFÍCIO - CASO ENTENDA CONVENIENTE A ESCRIVANIA:
EXEQUENTES: MARLENE SCHAEFER DE CARLI, AV. OLAVO BILAC 278 CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, PAULO DE CARLI, AV. OLAVO BILAC 278 CIDADE ALTA - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA

EXECUTADOS: SIMONE MEDEIROS DE ARRUDA, AV. GUAPORÉ 1929 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA, MARCIO ALVES DE LIMA, AV. GUAPORÉ 1929 CENTRO - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
Costa Marques-RO, 17 de julho de 2023.
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz(a) de direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000
Processo : 7000312-48.2022.8.22.0016
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: MARIA DOS SANTOS CONCEICAO
Advogado do(a) REQUERENTE: PAMELA CRISTINA DOS SANTOS NEVES - RO7531
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO - EXPEDIÇÃO RPV Ficam as partes intimadas, por meio de seu procurador, para se manifestarem sobre a(s) RPV(s) expedida(s) nos autos, sendo que ao término do prazo, não havendo manifestação, o expediente será assinado e enviado para processamento no sistema e-PrecWeb, conforme expedido.
Prazo para manifestação da parte autora: 05 (cinco) dias; Prazo para manifestação da parte requerida (INSS): 10 (dez) dias.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000
Processo : 7000754-14.2022.8.22.0016
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: CARLOS FONTOURA DA SILVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: INNOR JUNIOR PEREIRA BOONE - RO7801
REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
Advogados do(a) REU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369, PAULO LEITE DE FARIAS FILHO - RJ113674
INTIMAÇÃO PARTES - RETORNO DO TJ
01) Ficam AS PARTES intimadas a manifestarem-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do retorno dos autos, sob pena de arquivamento.
Advertência: Conforme prevê o art. 31, parágrafo único da Lei 3896/16, o feito poderá ser desarquivado a qualquer momento, desde que apresentado pedido descritivo, acompanhado de planilha dos créditos, de acordo com os arts. 523 e 524 do CPC, visando a intimação da parte adversa ao início do cumprimento de sentença.
02) Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Advertência:
Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Costa Marques - Vara Única
Rua Chianca, 1061, Centro, Costa Marques - RO - CEP: 76937-000
Processo : 7001497-29.2019.8.22.0016
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES - RN5553
REQUERIDO: ADELMO ROSA QUEIROZ e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS
Considerando a necessidade de expedição de 02 (dois) ARs e que houve o recolhimento de apenas um, fica a parte AUTORA intimada para que indique em qual dos dois endereços deseja ver cumprida a diligência ou proceda ao prévio recolhimento das custas para a realização das duas, CÓDIGO 1008.1, conforme estabelecido no art. 19 da Lei 3.896/2016.

COMARCA DE MACHADINHO D´OESTE

1ª VARA CÍVEL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7000758-42.2022.8.22.0019
REQUERENTE: ROSELAINE ABREU MAGALHAES, AVENIDA COSTA E SILVA 2727 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LAUANE MAGALHAES CARBONARI, OAB nº RO11849
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos, etc.
Intime-se a parte executada, na pessoa do seu advogado, via Diário da Justiça (art. 513, § 2º, I, do CPC), para efetuar o pagamento do valor de R$ 55.744,16 (cinquenta e cinco mil, setecentos e quarenta e quatro reais e dezesseis centavos) no prazo de 15 (quinze) dias, a partir de quando, caso não o efetue, passará a incidir sobre o montante da condenação, multa de 10% (dez por cento) e honorários de advogado de 10% (dez por cento), previstas no art. 523, § 1º, ou, ainda, para apresentar impugnação no mesmo prazo, nos termos do art. 525 e seguintes, ambos do CPC.
Em igual prazo, deverá o executado proceder com o cumprimento da obrigação de fazer determinada em sentença, nos termos do art. 536 do CPC, sob pena de aplicação de multa diária pelo descumprimento, nos termos do art. 537 do CPC.
Em não havendo advogado constituído nos autos, intime-se por Carta com Aviso de Recebimento (art. 513, §2º, II, do CPC).
Caso efetue o pagamento através de depósito judicial, desde já autorizo a expedição de alvará/ofício em favor do exequente e do advogado, conforme consta na petição inicial.
Na sequência, façam os autos conclusos para extinção.
Contudo, sendo a parte executada intimada e quedando-se inerte, fica a parte exequente, desde já, intimada a trazer planilha do débito atualizada, com a aplicação da multa e honorários de advogado, comprovante de custas da diligência e os dados pessoais dos executados, para fins de penhora on-line ou outros meios de expropriação.
Intime-se.
Pratique o necessário.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7002565-63.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: MARIA APARECIDA DE LAURO
ADVOGADO DO AUTOR: DANILO WALLACE FERREIRA SOUSA, OAB nº RO6995
Polo Passivo: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DESPACHO
Em consulta ao sistema de custas, verifiquei que, em que pese o comprovante de ID 93077562, as custas iniciais constam como pendentes.
Assim sendo, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para regularização do recolhimento de custas, sob pena de indeferimento da inicial.
Destaco que o valor das custas é equivalente a 2% (dois por cento) no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado para até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo, nos termos do art. 12, inciso I da Lei n. 3.896/2016.
Desse modo, a parte deve informar se há interesse na realização de audiência de conciliação (art. 319, inciso VII, CPC). Em caso negativo, o recolhimento das custas iniciais deverá ser integral.
Após, conclusos.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho

Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Processo n.: 7002580-32.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:
AUTOR: TAKIGAWA COMPANY DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, AV. BRASIL 1412 NOVA BRASILIA - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DAIANE GOMES BEZERRA, OAB nº RO7918
REU: ELUZAI DROGARIA LTDA, AV. GETULIO VARGAS 2585 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 4.543,60

DESPACHO
Vistos.
Cuida-se de ação de cobrança proposta por TAKIGAWA COMPANY DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA em face de ELUZAI DROGARIA LTDA, ambos devidamente qualificados nos autos em epígrafe.
Cite-se a parte requerida para os termos da presente ação, cuja cópia da inicial segue em anexo, bem como para contestar, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 335, III, e com a advertência do art. 344, ambos do CPC.
Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, manifeste-se nos autos, oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção.
Adotadas as providências acima, voltem os autos conclusos para julgamento antecipado da lide ou saneamento do feito.
Pratique o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7000292-82.2021.8.22.0019
AUTOR: MICHELLE DAMACENO DOS REIS, LINHA MA-08, LOTE 117 ZONA RURAL - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: EVANDRO ALVES DOS SANTOS, OAB nº PR52678A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA CANAÃ 2375, - DE 2714 A 3084 - LADO PAR SETOR 01 - 76870-140 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Considerando a informação prestada pelo INSS, dando conta de que houve a implementação do benefício, em favor do exequente, intime-se a parte autora no prazo de 30 dias.
No mesmo ato, deverá apresentar, caso necessário, sua planilha de cálculos atualizada.
Em seguida, intime-se o INSS no prazo de 30 dias.
Por fim, conclusos para deliberação.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO.
Machadinho D´Oeste/RO, 6 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7004287-69.2022.8.22.0019
REQUERENTE: KELLE COSME DE SOUZA, LJ-31 Lote 04 ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: PATRICIA MENDES DE OLIVEIRA FORTES, OAB nº RO4813A
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Vistos.
Diante da inércia da parte executada, homologo os cálculos apresentados, a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos (ID. 90826377 e ID. 90599927).
Expeça-se RPV.
Comprovado o pagamento, expeça-se alvará para levantamento, intimando-se à parte autora e seu advogado para retirá-los, em cartório, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de transferência do valor para Conta Judicial Centralizadora nº 01529904-5 de titularidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Operação 040, Agência 2848, Caixa Econômica Federal.
Intime-se o advogado da parte autora para, igualmente no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que mais entender de direito.
Por fim, conclusos para extinção.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO.
Machadinho D'Oeste quinta-feira, 6 de julho de 2023 às 11:23 .
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7003187-79.2022.8.22.0019
REQUERENTE: LUMAR LOGISTICA LTDA., DA BEIRA LADO E - FUNDOS 6671, SALA B LAGOA - 76812-003 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LUIS SERGIO DE PAULA COSTA, OAB nº RO4558, PAULA THAIS ALVES ISERI, OAB nº RO9816

REQUERIDO: MERCADO CENTRAL COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA, DIOMERO MORAES BORBA 2870 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Defiro o pedido de penhora online de valores por meio do sistema SISBAJUD.
Nesta data, procedi a inclusão da pesquisa de ativos junto ao SISBAJUD na modalidade "Teimosinha", pelo período de 30 (trinta) dias, conforme espelho anexo.
Decorrido o prazo de 30 dias, tornem os autos conclusos para a pasta "Decisão JUD'S".
Intime-se.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7000403-95.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: E & J SERVICOS LTDA - ME
ADVOGADO DO AUTOR: JOAO CAETANO DALAZEN DE LIMA, OAB nº RO6508
Polo Passivo: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE
DECISÃO
Vistos, etc.
Considerando o manifesto interesse na autocomposição, recebo a inicial ante o pagamento de 1% (um por cento) das custas devidas, conforme art. 12, inciso I da Lei Estadual n° 3.896/16 (Regimento de Custas do TJRO).
Cuida-se de ação declaratória c/c desconstitutiva de ato administrativo sancionatório c/c pedido de tutela de urgência proposta por E & J SERVIÇOS LTDA - ME em face do MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE, ambos devidamente qualificados nos autos em epígrafe.
Sustenta o autor, em breve síntese, que celebrou com o Município, em 12 de novembro de 2021, contrato de prestação de serviços para atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP, em sistema de horas-máquinas, instaurado via Processo Administrativo de Despesa n° 6-3486/2021, cujo instrumento de contrato fora registrado administrativamente sob o n° 224/2021, sendo que, pouco tempo após o início dos serviços, a Administração Pública Municipal teria supostamente exarado ordem para que o autor paralisasse a prestação dos serviços a que se obrigou por força da celebração do contrato, tendo como motivo o período chuvoso da Região Amazônica.
Afirma que acatou a ordem e manteve a prestação de serviço paralisada por 06 (seis) meses, tendo como data de início o dia 23/12/2021 e data de retorno prevista para o dia 06/06/2022, mas que, contudo, a ordem de reinício dos serviços somente chegou a seu conhecimento no dia 02/06/2022.
Narra que diante do lapso temporal e em razão do aumento abrupto dos insumos, requisitou ao ente municipal a rescisão amigável do contrato com base no art. 79 da Lei n. 8666/93, tendo sido o pedido indeferido pela autoridade pública municipal (Prefeito), que, logo em sequência, teria editado e publicado termo de rescisão unilateral do Contrato n° 224/2021.
Consta da inicial lhe teria sido oportunizado o direito à defesa prévia quanto ao parecer jurídico, decisão, as penalidades e o termo de rescisão de contrato no âmbito do Processo Administrativo de Despesa n° 6-3486/2021, momento em que apresentou resposta requisitando que não fosse aberto processo administrativo sancionador contra si, entretanto, não logrou êxito em ver o requerimento atendido, tendo a Administração Pública supostamente aplicado o rigorismo da lei, desconsiderando a paralisação dos serviços. Diante disso, pleiteou junto à Administração Municipal o afastamento da sanção por multa pecuniária, bem como a rescisão amigável do contrato n° 224, mas o ente administrativo não acatou o pedido e manteve o ato sancionatório em desfavor da autora, sob o fundamento de não haver ordem escrita por parte da administração.
Por fim, alega que até então não fora notificada acerca da abertura do Processo Administrativo Sancionador - PAS com rito próprio, aduzindo que as decisões exaradas em seu desfavor se deram nos autos do Processo Administrativo de Despesa n° 6-3486/2021.
Em sede de tutela provisória de urgência, requer a suspensão da cobrança/execução do valor da sanção de multa imposta em seu desfavor pela inexecução parcial do contrato n° 224/2021 até o deslinde da causa, proferida nos autos do Processo Administrativo de Despesa n° 6-3486/2021, exigida por meio da Guia de Recolhimento n° 23547/23610, bem como que seja determinado que a parte requerida abstenha-se de promover a negativação ou protesto em razão do referido débito até o deslinde da causa.
É o relatório do necessário. DECIDO.
De acordo com o art. 300 do Código de Processo Civil, o deferimento da tutela de urgência está condicionado à demonstração da probabilidade do direito (fumus boni juris) e do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (periculum in mora).
Embora admissível a concessão de liminar antes de se oportunizar o contraditório, tal solução mostra-se absolutamente excepcional, eis que as informações constantes nos autos são fornecidas de forma unilateral pelo autor. Essa excepcionalidade justifica-se ainda mais quando o objeto da demanda envolve ato administrativo, que, como se sabe, goza de presunção de legitimidade e veracidade.
Por óbvio, tal presunção é relativa e admite prova em contrário, entretanto, no caso dos autos, não há verossimilhança suficiente nesse sentido, mormente porque a controvérsia reside justamente na prolação (ou não) de ordem, por parte da Administração Pública Municipal, para a paralisação dos serviços prestados.
Ademais, a penalidade aplicada pelo Município de Machadinho D'Oeste em face da empresa E & J SERVIÇOS LTDA em razão da inexecução parcial do contrato possui natureza administrativa, e portanto, constitui-se como crédito não tributário, nos termos do art. 2° da Lei 6.830/90 (Lei de Execuções Fiscais):

Art. 2º - Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública aquela definida como tributária ou não tributária na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com as alterações posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
Dessa forma, considerando que a cobrança de multa imposta em Processo Administrativo obedecerá o rito da execução fiscal, torna-se possível, pois, a aplicação por analogia do art. 151, II do Código Tributário Nacional:
"Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:
(...)
II - O depósito do seu montante integral;"
Acerca do tema, a jurisprudência já pacificada do Superior Tribunal de Justiça revela que a suspensão da exigibilidade do crédito não tributário somente é cabível a partir da apresentação de fiança bancária e do seguro garantia judicial, desde que em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido 30% (trinta por cento), conforme previsto no art. 151, inciso II do CTN c/c art. 835, §2° CPC e art. 9°, §3° da Lei n° 6.830/80 (REsp 1.381.254/PR, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, j. 25/06/2019).
Ante todo o exposto, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, por não haver elementos aptos a elidir a presunção de legitimidade do ato administrativo (probabilidade do direito), bem como ausente requisito basilar para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário (fiança bancária ou seguro garantia judicial).
Considerando que o autor informa interesse na autocomposição, DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO a ser realizada pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos – CEJUSC por VIDEOCONFERÊNCIA, ficando a cargo do CEJUSC, definir a plataforma a ser utilizada (WhatsApp ou Hangouts Meet), podendo ser utilizado, pelas partes, aparelho celular, notebook ou computador que possua sistema de vídeo e áudio regularmente funcionando.
Determino à CPE que designe a data e o horário para a realização da solenidade, certificando-se nos autos.
CITE-SE a parte requerida dos termos da presente ação, anexando-se a contrafé, para tomar ciência quanto ao teor desta decisão, bem como da data e do horário designado, a fim de possibilitar a realização da referida audiência. Ato contínuo, intime-se o requerido para informar e-mail e telefone no prazo de 10 (dez) dias a contar de sua intimação e/ou no próprio ato de intimação pelo Sr. Oficial de Justiça, a fim de possibilitar os meios de participação da audiência designada nos autos por videoconferência.
Caso alguma das partes NÃO tenha meios tecnológicos para participar da audiência por videoconferência, deverá entrar em contato com o setor de conciliação mediante os contatos que seguem: via e-mail cejuscmdo@tjro.jus.br e telefone fixo – (69) 3309-8640 e WhatsApp (69) 99916-6721.
Eventual tratativa de acordo deverá constar em ata de audiência, de forma pormenorizada pelo conciliador, a qual dependerá de análise e homologação do magistrado.
Caso não haja acordo entre as partes:
1. Deverá o requerente proceder com o recolhimento das custas adiadas até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, conforme previsão do art. 12, inc. I da Lei Estadual n. 3.896/16 (Regimento de Custas do TJRO).
2. O prazo para contestar a presente ação será de 15 (quinze) dias a contar da audiência de conciliação/mediação, nos termos do art. 335, inciso I, do CPC, sob pena de incorrer nas penalidades do art. 344 do mesmo diploma.
3. Decorrido o prazo ou apresentada a contestação, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, manifeste-se em réplica.
4. Somente então, retornem-se conclusos os autos.
Intime-se.
Cumpra-se.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
AUTOR: E & J SERVICOS LTDA - ME, RUA DANIELA 3320, - ATÉ 6496/6497 APONIÃ - 76824-066 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE, AV CASTELO BRANCO 3150, PREFEITURA CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7000697-50.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: LUIZ CARLOS DA SILVA NASCIMENTO
ADVOGADOS DO AUTOR: VIVIANE MATOS TRICHES, OAB nº RO4695, SIMONI DE MATOS LOPES, OAB nº RO10406
Polo Passivo: MBM PREVIDENCIA PRIVADA
ADVOGADO DO REU: FABRICIO BARCE CHRISTOFOLI, OAB nº RS67502
DESPACHO
Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, informem as provas que pretendem produzir, justificando fundamentada a sua necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento, sendo desconsideradas alegações genéricas.
Havendo interesse na produção probatória, tornem os autos conclusos para Decisão Saneadora.
Não havendo interesse, conclusos para Julgamento.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7001303-15.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: CIRLEI TEREZINHA PEDRALLI DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: MICHELLE CORREIA DA SILVA, OAB nº RO9333
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Altere-se a classe processual para Cumprimento de Sentença.
Intime-se a parte executada para que cumpra a obrigação a que foi condenada, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação de multa diária, nos termos do art. 536, caput e § 1º do CPC.
Após, manifeste-se a parte autora, no prazo de 5 (cinco) dias, requerendo o que de direito.
Por fim, conclusos.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 0000743-47.2012.8.22.0019
Classe: Ação Civil de Improbidade Administrativa
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: CARLOS ROBERTO NALIN, RAIMILSON DOS SANTOS SILVA, MONICA LIMA ARAUJO, GUSTAVO DE ANDRADE NALIN, LUIZ FLAVIO CARVALHO RIBEIRO
ADVOGADOS DOS REU: HALMERIO JOAQUIM CARNEIRO BRITO BANDEIRA DE MELO, OAB nº RO770, PAULO MAYRUNA SIQUEIRA BELEM, OAB nº MT15672O
DESPACHO
Vistos, etc.
Compulsando-se aos autos, verifico que a presente demanda encontra-se em trâmite desde 19 de abril de 2012 (data do ajuizamento), ou seja, há mais de 11 (onze) anos, conforme demonstrado pelo documento de ID. 27298403.
Assim, nos termos do §8° do art. 23 da Lei n° 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), manifeste-se o Ministério Público acerca de eventual prescrição intercorrente da pretensão sancionadora.
Prazo: 30 (trinta) dias.
Com a resposta, conclusos para deliberação.
Intimação via DJe/PJe.
Cumpra-se.
Pratique-se o necessário.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7004002-13.2021.8.22.0019
Classe: Reintegração / Manutenção de Posse
Polo Ativo: LUZIA PEREIRA APOLINARIO
ADVOGADOS DO REQUERENTE: GLEISSON VIANA DE SOUZA, OAB nº RO11454, ORLANDO PEREIRA DA SILVA JUNIOR, OAB nº RO9031
Polo Passivo: SILVIA FEIJO PANIZZI
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ELAINE DE SOUZA NEVES GIMENES, OAB nº RO13518, BRUNA LETICIA GALIOTTO, OAB nº RO10897
Despacho
Vistos, etc.
Chamo o feito à ordem.
Compulsando-se o feito, verifico que a parte autora comprovou o recolhimento das custas iniciais no importe de R$ 1.122,11 (conforme IDs. 66415466; 66415467), todavia, o referido valor se refere a apenas 1% do valor atribuído à causa no sistema PJe.
O artigo 12, inciso I, da Lei Estadual n. 3.896/2016, dispõe que as custas iniciais são devidas no montante de 2% sobre o valor da causa, no momento da distribuição, ficando 1% adiado para até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo.
Considerando que não houve manifesto interesse na conciliação, torna-se necessário que a parte autora proceda com a complementação das custas iniciais.

Ante o exposto, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte autora proceda com a complementação das custas iniciais, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito.
OBS: Código: 1001.2 - Custa inicial adiada (+1%) - Distribuição da ação no 1° grau de jurisdição.
Não comprovado o recolhimento no aludido prazo, conclusos para a pasta “Julgamento Extinção”.
Intime-se via DJe/PJe.
Cumpra-se.
Pratique-se o necessário.
Machadinho D’Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D’Oeste
Número do processo: 7003488-26.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: MARIA JOSE LIMA BRAVIN
ADVOGADOS DO AUTOR: VIVIANE MATOS TRICHES, OAB nº RO4695, SIMONI DE MATOS LOPES, OAB nº RO10406
Polo Passivo: SUDAMERICA CLUBE DE SERVICOS
ADVOGADO DO REU: ANDRE LUIZ LUNARDON, OAB nº PR23304
SENTENÇA
1. Relatório
Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c reparação por danos morais e materiais, repetição de indébito e tutela de urgência movida por MARIA JOSE LIMA BRAVIN em face de SUDAMERICA CLUBE DE SERVICOS. Em síntese, alega a parte requerente que notou haver descontos mensais supostamente indevidos realizados pela requerida no valor de seu benefício, no valor total de R$ 508,60centavos), referentes a empréstimo consignado que afirma não ter contratado junto ao requerido. Requereu a concessão de tutela de urgência para a suspensão dos descontos, pugnando pela declaração de inexistência da relação jurídica e do débito, repetição de indébito e condenação em danos morais.
Citado, o requerido apresentou contestação (ID 84072351) refutando os argumentos da defesa técnica, aduzindo que a requerente teria contratado serviço junto ao requerido, mediante gravação de chamada telefônica juntada aos autos, motivo pelo qual o pedido inicial deve ser julgado improcedente.
A parte autora apresentou impugnação à contestação (ID 85229077).
As partes foram intimadas para produção de provas (ID 85238405), oportunidade em que a parte autora requereu a produção de prova pericial (ID 85793760), enquanto o requerido pugnou pelo julgamento antecipado do feito (ID 85673053).
Determinada a produção de prova pericial (ID 87683639), sua realização restou prejudicada ante à resistência do requerido em realizar o pagamento dos honorários periciais.
Nestas condições me vieram conclusos os autos.
É o relatório. DECIDO.
2. Fundamentação
Versam os autos sobre ação de anulação de negócio jurídico c/c indenização por danos materiais e morais com pedido de antecipação de tutela.
Presentes as condições da ação, os pressupostos de constituição e desenvolvimento da relação processual, interesse processual e da legitimidade das partes, razão pela qual avanço no mérito.
A situação discutida demonstra que a instituição bancária assumiu o risco da contratação de crédito sem aferir a autenticidade da identificação da pessoa que requereu o serviço. Assim, é cabível a extensão da proteção do Código de Defesa do Consumidor ao terceiro (vítima) estranho à relação jurídica contratual.
Há relação de consumo por equiparação, enquadrada na hipótese de responsabilidade (objetiva) pelo fato do serviço, nos termos dos arts. 2o e 14 do CDC e da Súmula n° 479 do STJ cuja redação preconiza que: “As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias”.
Tratando-se de prova de fato positivo, cabia à ré demonstrar a regularidade da contratação do empréstimo consignado pela autora por meio de instrumento contratual por ela assinado, acompanhado de cópias de documentos pessoais, tal como costumeiramente são exigidos para operações desta natureza. A ré, todavia, não se desincumbiu do ônus probatório, limitando-se a alegar a regularidade do negócio jurídico sem demonstrá-la.
A respeito do mérito, depreende-se que o autor argumenta que não solicitou empréstimo junto à requerida. O requerido, por seu turno, aduz que a requerente efetuou a contratação, apresentando gravação de chamada telefônica, onde a requerente supostamente a requerente efetuaria a contratação do serviço.
Havendo a impugnação da veracidade do áudio, cabe àquele que o produziu, in casu, o requerido, comprovar a sua autenticidade, conforme leitura do art. 429, inciso II do CPC, aplicado em analogia à prova em áudio. Tal entendimento é corroborado pelo posicionamento pacífico do STJ a respeito do tema:
PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - IRDR. ART. 256-H DO RISTJ C/C O ART. 1.037 DO CPC/2015. PROCESSAMENTO SOB O RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. CONTRATOS BANCÁRIOS DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS EM FOLHA DE PAGAMENTO. DISTRIBUIÇÃO DE ÔNUS DA PROVA. 1. As questões controvertidas consistem em definir se: 1.1) Independentemente da inversão do ônus da prova - que deve ser decretada apenas nas hipóteses autorizadas pelo art. 6º, VIII, do CDC, segundo avaliação do magistrado no caso concreto -, cabe à instituição financeira/ré, enquanto fato impeditivo e modificativo do direito do consumidor/ autor (CPC, art. 373, II), o ônus de provar que houve a contratação do empréstimo consignado, mediante a juntada do contrato ou de outro documento capaz de revelar a manifestação de vontade do consumidor no sentido de firmar o negócio jurídico; 1.2) o consumidor/ autor, quando alegar que não recebeu o valor do empréstimo, tem o dever de colaborar com a Justiça (CPC, art. 6º) e fazer a juntada

do seu extrato bancário, embora este não deva ser considerado, pelo juiz, como documento essencial para a propositura da ação; 1.3) Nas hipóteses em que o consumidor/autor impugnar a autenticidade da assinatura constante do contrato juntado ao processo, cabe à instituição financeira/ré o ônus de prova essa autenticidade (CPC, art. 429 II), por meio de perícia grafotécnica ou mediante os meios de prova legais ou moralmente legítimos (CPC, art. 369). 2. Recurso especial afetado ao rito do art. 1.036 CPC/2015. (STJ - ProAfR no REsp: 1846649 MA 2019/0329419-2, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 25/08/2020, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 08/09/2020)

O requerido foi instado a providenciar o pagamento dos honorários periciais para a realização do exame pericial. Apesar de juntado um link para o áudio, o mesmo encontra-se inválido. Ademais, o requerido não efetuou o pagamento dos honorários periciais, mesmo sendo intimado a fazê-lo, em flagrante violação ao princípio da cooperação (art. 6º, art. 261, § 3º, ambos do CPC).

Logo, a conclusão da parte requerente torna-se insofismável, uma vez que inexiste prova nos autos de que efetivamente o empréstimo objeto dos autos tenha sido contratado.

Nesse toar, cumpre registrar a necessidade de alinhamento dos valores e princípios organizacionais das empresas com a política de oferta de produtos e de serviços no mercado, a preocupação em relação à forma como a oferta é dirigida ao consumidor apresenta-se como indicativo sensível e revelador dos padrões éticos das relações de consumo. O CDC proíbe práticas baseadas em abusos na oferta e concessão de empréstimos consignados realizadas mediante exposição e fornecimentos indevidos de dados e por intermédio de persistente número de ligações telefônicas.

Tanto é assim, que o Código, em seu argo 6º, traz o rol dos direitos básicos do consumidor, dentre os quais figuram, a liberdade de escolha e os direitos à informação adequada e clara. O Codex, seguindo essa linha, defere proteção contra métodos comerciais coercitivos ou desleais e práticas comerciais abusivas impostas no fornecimento de produtos e serviços, bem como à efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais (art. 6º, inciso IV).

Dispõe o CDC, nos termos do inciso IV, do seu artigo 39 que:

“É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

[...]

IV – prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços”.

Percebe-se que o Código consumerista é cristalino quanto à vedação do fornecedor se prevalecer da idade do consumidor, para impor à contratação de seus produtos ou serviços.

Outrossim, o artigo 52 do CDC estabelece que:

“No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, entre outros requisitos, informá-lo prévia e adequadamente sobre:

I - preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional;

II - montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros;

III - acréscimos legalmente previstos;

IV - número e periodicidade das prestações; e

V - soma total a pagar, com e sem financiamento”.

Tais disposições aparentemente não são cumpridas quando o modo de contratação se consuma por intermédio de ligações telefônicas.

Note-se que a estruturação do CDC conduz, a partir dos direitos nele estatuídos, a um amplo espaço de respeito à pessoa humana, não sendo minimamente aceitável que a privacidade do consumidor seja violada mediante o mau uso dos seus dados pessoais (art. 43), com vistas à prática de condutas que lhe sejam lesivas, a princípios, ainda mais quando extremamente questionável se lhe foram devidamente cientificadas as condições de contratações que rotineiramente conduzem a situação de superendividamento.

Neste sentido, valiosas as lições doutrinárias acerca do tema, ao destacar que contratações por meio de ligações telefônicas infringem os princípios norteadores do CDC, bem como o Estatuto do Idoso, pois “muitos contratam sem a plena capacidade de conhecimento do que se está contratando e a consequência é o grande acúmulo de processos no

PODER JUDICIÁRIO, bem como o sofrimento do contratante em estar vinculado a prejuízos financeiros, que geram muito estresse e comprometem a sua saúde”. Até porque, “nas contratações de empréstimos consignados feitas por telefone é impossível à instituição financeira cumprir todos os requisitos previstos no Código de Defesa do Consumidor, o que gera a vantagem, em favor da instituição, em função da idade e saúde do consumidor e consequentemente a invalidade dos contratos firmados por meio telefônico”. (BARBOSA, Ricardo. Justificava ao Projeto de Lei nº 25/2019, que proíbe as instituições financeiras, no âmbito do Estado da Paraíba, de ofertar e celebrar contrato de empréstimo financeiro com aposentados e pensionistas por meio de ligação telefônica. Disponível em: hp://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/materia/59451_texto_integral.)

Não bastasse isso, verifico que a Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008, veda que contratos de empréstimo consignado em benefícios previdenciários sejam realizados por telefone. Veja-se art. 3º, II, dessa instrução:

Art. 3º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, pagos pela Previdência Social, poderão autorizar o desconto no respectivo benefício dos valores referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito concedidos por instituições financeiras, desde que: (Alterado pela IN INSS/PRESS nº 39, de 18/06/2009).

I - o empréstimo seja realizado com instituição financeira que tenha celebrado convênio com o INSS/Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, para esse fim; (Alterado pela IN INSS/PRESS nº 39, de 18/06/2009).

II - mediante contrato firmado e assinado com apresentação do documento de identidade e/ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH, e Cadastro de Pessoa Física - CPF, junto com a autorização de consignação assinada, prevista no convênio; e (Alterado pela IN INSS/PRESS nº 39, de 18/06/2009).

III - a autorização seja dada de forma expressa, por escrito ou por meio eletrônico e em caráter irrevogável e irretratável, não sendo aceita autorização dada por telefone e nem a gravação de voz reconhecida como meio de prova de ocorrência. (Alterado pela IN INSS/PRESS nº 39, de 18/06/2009). (g.n.)

Em casos análogos, colhe-se da jurisprudência:

EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CONTRATAÇÃO POR TELEFONE. ENGANO. INFORMAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CRÉDITO DISPONÍVEL QUE NÃO FOI COMPREENDIDA PELO IDOSO. CONSUMIDOR COM VULNERABILIDADE AGRAVADA. INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES Nº 28/2008. ILEGALIDADE. 1. É irregular a contratação de empréstimo consignado a aposentados (desconto no benefício previdenciário) por telefone. Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008, art. 3º, III. 2. Além dessa irregularidade, o idoso, pessoa com vulnerabilidade agravada, sequer entendeu que se tratava de um empréstimo. Embora seja cediço que bancos não doam

dinheiro, não é incomum que idosos sejam ludibriados pelas palavras dos funcionários do banco. 3. Adira-se que, além da ilegalidade da forma de contratação, o idoso tinha direito de arrependimento que não foi observado. Mesmo que o prazo de sete dias da data da assinatura tenha sido ultrapassado, no caso, tal prazo deveria ser computado a partir do momento em que o autor soube da natureza da contratação. 4. A devolução dos valores deve ser em dobro. Presume-se a má-fé de um contrato firmado de maneira ilegal, contrário às normas vigentes. 5. Com a devolução de valores, o dano material resta ressarcido. O dano moral, no entanto, não fica configurado, tendo o autor apenas vivenciado um grande aborrecimento. 6. Recurso parcialmente provido. (TJSP; Apelação Cível 1009969-31.2014.8.26.0002; Relator (a): Melo Colombi; Órgão Julgador: 14ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional II - Santo Amaro - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 10/04/2018; Data de Registro: 10/04/2018)

CONTRATO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. IDOSO INTERDITADO. ABSOLUTAMENTE INCAPAZ. CONTRATAÇÃO IRREGULAR, VIA TELEFONE. DANO MORAL. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. 1. O banco agiu com desídia ao contratar vários empréstimos consignados, que superavam a margem consignável do aposentado. 2. É irregular a contratação de empréstimo consignado a aposentados (desconto no benefício previdenciário) por telefone. Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008, art. 3º, III. 3. O banco agiu de forma irregular ao manipular idoso a contratar empréstimos consignados via telefone. Além disso, esse idoso já havia sido interditado, sendo absolutamente incapaz para atos da vida civil. Contratos anulados. 4. A contratação irregular culminou em inclusão do nome do idoso em cadastros de inadimplentes. Dano moral "in re ipsa", mesmo em se tratando de absolutamente incapaz. 5. Cabimento da devolução em dobro dos valores descontados indevidamente. O réu agiu de forma abusiva ao contratar por telefone, manipulando idoso incapaz, não uma, mas cinco vezes, superando sua margem consignável. 6. Recurso provido. (TJ-SP - APL: 09001524320128260506 SP 0900152-43.2012.8.26.0506, Relator: Melo Colombi, Data de Julgamento: 29/03/2017, 14ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/03/2017)

AÇÃO ANULATÓRIA DE CONTRATO CUMULADA COM REPARAÇÃO DE DANOS. Empréstimo contratado por telefone. Negativa da contratação. Ausência de prova de que a autora tenha solicitado o empréstimo Banco-réu que não se desincumbiu do ônus de provar a regularidade na contratação do empréstimo. Sentença reformada. RECURSO PROVIDO. DANO MATERIAL E MORAL. Fraude perpetrada por terceiros que gerou perturbação emocional, transtornos e aborrecimentos, passíveis de indenização. Falha na prestação de serviços. Valor da indenização, por dano moral, fixado em R$ 10.000,00 que se mostra adequado ao caso concreto. Dano material a ser apurado em fase de liquidação de sentença. RECURSO PROVIDO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO DEVOLUÇÃO EM DOBRO. Pedido de devolução em dobro da quantia indevidamente paga pela autora, oriundo de empréstimo não contratado. Cabimento, nos termos do art. 42, parágrafo único do CDC, aplicável ao caso. Valor a ser apurado em liquidação de sentença. RECURSO PROVIDO. (TJ-SP – APL: 00011458320098260323 SP 0001145-83.2009.8.26.0323, Relator: Sérgio Shimura, Data de Julgamento: 14/05/2014, 23ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2014)

DIREITO DO CONSUMIDOR - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS COM DESCONTO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS - FALTA DE INTERESSE DE AGIR - ILEGITIMIDADE ATIVA - IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO - PRELIMINARES REJEITADAS - MÉRITO - APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - INVALIDADE DA CONTRATAÇÃO POR TELEFONE - DANO MORAL COLETIVO - POSSIBILIDADE - NÃO OCORRÊNCIA. [...] 4. Nas contratações de empréstimos consignados feitas por telefone é impossível ao banco cumprir todos os requisitos previstos no Código de Defesa do Consumidor, o que torna inválidos os contratos dessa forma firmados. 5. Na seara das relações de consumo, o que causa o dano moral coletivo é a prática pelo fornecedor de serviço ou produto de ato antijurídico contra determinado segmento da coletividade, ofendendo seus valores extra-patrimoniais, gerando repulsa na comunidade. (TJMG - Apelação Cível 1.0702.06.290587-3/001, Relator(a): Des.(a) Sebastião Pereira de Souza , 16ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 14/08/2013, publicação da súmula em 26/08/2013)

Assim, não restam dúvidas quanto as infrações aos ditames do Código de Defesa do Consumidor, praticadas em razão das odiosas abordagens telefônicas efetuadas aos consumidores idosos, para contratação de empréstimos consignados.

Insta consignar que as medidas necessárias para se evitar que tais falhas ocorram são de exclusiva responsabilidade da parte requerida, a qual deve adotar cautelas para realizar o serviço a contento, garantindo segurança jurídica ao consumidor, nos termos do artigo 5º, caput, da Constituição Federal e artigo 8º da Lei 8.078/90.

Desta feita, comprovada a fraude praticada, o requerido deve arcar com os resultados decorrentes da disponibilização de produtos e serviços a terceiros, pois a responsabilidade decorre do risco do empreendimento, conforme inteligência da Súmula 479 do STJ.

Sendo este o caso, de rigor o reconhecimento da inexistência da relação jurídica entre as partes, cabendo responsabilização por parte da instituição financeira. Nesse sentido:

APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO CUMULADA COM DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. ALEGAÇÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO RECEBIDO PELA AUTORA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INCONFORMISMO DO BANCO REQUERIDO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE NÃO APRESENTOU CONTRATO CELEBRADO ENTRE AS PARTES, POR MEIO DO QUAL PODERIA SE COMPROVAR A ADESÃO A UM CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, COM MARGEM RESERVADA PARA PAGAMENTO DE FATURAS. DANO MORAL CARACTERIZADO. CONFIGURAÇÃO DA LESÃO AO DIREITO DE PERSONALIDADE DA AUTORA, CONSIDERANDO OS DESGASTES EM RAZÃO DE DESCONTO INDEVIDO EM SUA APOSENTADORIA, COM PRIVAÇÃO DE SEU PATRIMÔNIO. MANUTENÇÃO DO VALOR DA COMPENSAÇÃO NO IMPORTE DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), QUANTIA ESTA QUE SE AFIGURA RAZOÁVEL E PROPORCIONAL LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO O SEU CARÁTER COMPENSATÓRIO E PEDAGÓGICO E AS PECULIARIDADES DO CASO EM ANÁLISE. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SP - AC: 10007308420208260198 SP 1000730-84.2020.8.26.0198, Relator: Alberto Gosson, Data de Julgamento: 29/05/2021, 22ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/05/2021). Grifei.

Ademais, o requerido deve ressarcir o dano moral que deu causa, este decorrente de descontos, bem como da falha na prestação do serviço, de modo que os transtornos causados transpassam o simples aborrecimento, consoante entendimento jurisprudencial.

Nesse sentido, colaciono o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:

Cobrança. Descontos indevidos. Empréstimo consignado. Cartão de crédito consignado. Serviço não solicitado. Contrato não apresentado. Ônus do banco. Dano moral. Configuração. Pela dinâmica do ônus da prova, tratando-se de prova de fato negativo, cabe ao apelante comprovar que o consumidor tem conhecimento do contrato de RMC. Não comprovada a relação jurídica que embasa descontos e cobrança por cartão de crédito não solicitado, deve ser declarada a inexigibilidade do débito. Diante da conduta ilícita ou, no mínimo, negligente da instituição financeira, esta deve ser obrigada a ressarcir pelo dano moral que deu causa, este decorrente da falha na prestação do serviço em realizar descontos e cobranças sem que haja respaldo legal para tanto. (TJ-RO - AC: 70011104120198220007 RO 7001110-41.2019.822.0007, Data de Julgamento: 07/05/2020). Grifei.

Gize-se que deve recair sobre o réu o prejuízo causado ao autor, considerando a responsabilidade objetiva decorrente do ramo de atividade desempenhado. A seguradora deve zelar pela lisura dos seus contratos, adotando técnicas e providências capazes de evitar fraudes.

Com isso, é devido o reconhecimento da inexistência do débito contraído em nome do requerente junto à seguradora. Os danos morais vindicados também são cabíveis, tendo em vista os transtornos suportados pela requerente que precisou acionar o judiciário para resolver seu conflito, o que poderia ter sido solucionado pelo requerido.

Para fins de arbitramento destaco o método bifásico adotado pelo STJ, onde inicialmente (1a fase) se analisa o valor básico de indenização e depois (2a etapa) a justaposição desse quantum às peculiaridades do caso concreto (gravidade do fato, culpabilidade do agente, eventual culpa concorrente da vítima, condição econômica das partes). Assim sendo:

(…) QUANTUM INDENIZATÓRIO. CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO EQUITATIVO PELO JUIZ. MÉTODO BIFÁSICO. VALORIZAÇÃO DO INTERESSE JURÍDICO LESADO E CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. O método bifásico, como parâmetro para a aferição da indenização por danos morais, atende às exigências de um arbitramento equitativo, pois, além de minimizar eventuais arbitrariedades, evitando a adoção de critérios unicamente subjetivos pelo julgador, afasta a tarifação do dano, trazendo um ponto de equilíbrio pelo qual se consegue alcançar razoável correspondência entre o valor da indenização e o interesse jurídico lesado, bem como estabelecer montante que melhor corresponda às peculiaridades do caso. 2. Na primeira fase, o valor básico ou inicial da indenização é arbitrado tendo-se em conta o interesse jurídico lesado, em conformidade com os precedentes jurisprudenciais acerca da matéria (grupo de casos). 3. Na segunda fase, ajusta-se o valor às peculiaridades do caso com base nas suas circunstâncias (gravidade do fato em si, culpabilidade do agente, culpa concorrente da vítima, condição econômica das partes), procedendo-se à fixação definitiva da indenização, por meio de arbitramento equitativo pelo juiz (…). (STJ; REsp 1.608.573; Proc. 2016/0046129-2; RJ; Rel. Min. Luis Felipe Salomão; Julg. 13/12/2018; DJE 19/12/2018; Pág. 14838)

O Sodalício Rondoniense, aliás, considera que "O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e o conceito social das partes" (TJRO; Processo nº 7013471-13.2016.822.0002; 2ª Câmara Cível; Relator do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia; Julgamento: 27/02/2019).

De acordo com a linha de entendimento adotada por este magistrado durante a judicatura, e considerando decisões proferidas em casos similares junto a este juízo, mostra-se justa e proporcional a condenação da ré em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de reparação pelos danos extrapatrimoniais.

O valor se considera justificado diante das circunstâncias e da obrigação de indenizar, decorrente da violação de direito da personalidade. Além do fato de o réu ter agido com desprezo, visto que não tomou nenhuma providência para evitar o prejuízo causado.

Nesse sentido:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS - FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - FORNECIMENTO DE INTERNET - MODEM FURTADO- TENTATIVA DE SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA FRUSTRADA - PERDA DE TEMPO ÚTIL DO CONSUMIDOR - DANOS MORAIS CONFIGURADOS - QUANTUM INDENIZATÓRIO - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO 1. Diante da comprovada falha na prestação dos serviços e das tentativas infrutíferas de solucionar o problema administrativamente, a outra conclusão não se chega senão a de que o incômodo sofrido pelo consumidor ultrapassou meros dissabores do cotidiano, motivo pelo qual faz jus à indenização por danos morais. 2. A jurisprudência dos tribunais vem acompanhando a doutrina que reconhece a responsabilidade civil por danos morais em decorrência do desvio produtivo do consumidor, ou pela perda do tempo útil do consumidor. 3. A indenização por danos morais deve proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, sem enriquecimento sem causa, produzindo no ofensor impacto suficiente para dissuadi-lo de igual e semelhante atentado. 4. Recurso conhecido e não provido. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.21.192783-5/001, Relator(a): Des.(a) Shirley Fenzi Bertão , 11ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 27/10/2021, publicação da súmula em 27/10/2021) Grifei.

Destarte, à vista das decisões proferidas neste juízo e analisando as circunstâncias dos autos, mostra-se justa e proporcional a condenação do réu ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) como verba indenizatória.

3. Dispositivo

Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais, propostos por MARIA JOSE LIMA BRAVIN em face de SUDAMERICA CLUBE DE SERVICOS, para DECLARAR a inexistência de relação jurídica entre as partes bem como CONDENAR o requerido a pagar indenização por danos morais, que arbitro em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com incidência de correção monetária partir do arbitramento (Súmula 362 do STJ) e juros a partir do evento danoso (art. 398 do CC e Súmula 54 do STJ) e DETERMINAR a repetição de indébito das parcelas indevidamente descontadas, que deverão ser acrescidos de juros de 1% e corrigidos monetariamente desde efetivo desconto a partir de cada desconto indevido (Súmulas 43 e 54, STJ, art. 398 do CC), que será apurado em fase de liquidação de sentença.

DEFIRO a tutela de urgência pleiteada, para DETERMINAR o cancelamento dos descontos no benefício da parte autora, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação de multa diária por descumprimento, no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), sem prejuízo de eventual majoração, e cujo valor será revertido em favor da parte autora.

Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, no equivalente de 10% do valor atualizado da condenação, o que faço com fulcro no artigo 85, § 2º do CPC.

Declaro extinto o feito com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do CPC.

Transitada esta em julgado, nada sendo requerido, arquivem-se.

P.R.I.C.

Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023

José de Oliveira Barros Filho

Machadinho do Oeste - 1º Juízo

Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

Processo n.: 7012234-70.2018.8.22.0002

Classe: Cumprimento de sentença

Assunto:

EXEQUENTES: NATALIA GOTARDO RIBEIRO, RUA MARABÁ 3340, APTO 202 JARDIM JORGE TEIXEIRA - 76876-572 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, JOAO BATISTA DOS SANTOS, RUA MARABÁ 3340, APTO 202 JARDIM JORGE TEIXEIRA - 76876-572 - ARIQUEMES - RONDÔNIA

ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: ANDREIA ALVES DOS SANTOS, OAB nº RO4878
FLAVIO SILAS SILVA AFFONSO LAMOUNIER, OAB nº RO7226
EXECUTADOS: MARIOSVALDO ROBERTO CALAZANS, AVENIDA RIO BRANCO 3291, APTO 01 JARDIM JORGE TEIXEIRA - 76876-573 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, ROSA RODRIGUES DE OLIVEIRA, AVENIDA RIO BRANCO 3291, APTO 01 JARDIM JORGE TEIXEIRA - 76876-573 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: ELIZEU LEITE CONSOLINE, OAB nº RO5712
Valor da causa:R$ 500.325,12
DESPACHO
Vistos, etc.
Realizado o bloqueio online de valores por meio do SISBAJUD, a consulta restou parcial, vide espelho em anexo.
À Serventia (CPE) para que cumpra com as determinações, observando estritamente os itens que se seguem:
1. INTIME-SE a parte executada por meio de seu advogado via PJe/DJe, para que, querendo apresente impugnação ao bloqueio, no prazo de 5 (cinco) dias, limitando-se exclusivamente às matérias estabelecidas no art. 854, §3º do CPC. Advirto-lhe que na hipótese de inércia ou rejeição da impugnação, a quantia será liberada em favor da parte exequente independentemente de termo ou nova intimação, conforme interpretação do art. 854, §5º do CPC.
2. Decorrido o prazo do executado sem manifestação quanto à penhora, o que deverá ser certificado, INTIME-SE a parte exequente para requerer o que entender de direito, bem como apresentar cálculo atualizado da dívida remanescente e indicar bens à penhora, no prazo de 15 (quinze) dias. Se houver interesse em proceder às pesquisas junto aos convênios à disposição do juízo, deverá a parte exequente apresentar comprovante de pagamento das taxas referente a cada diligência judicial requerida, nos termos do art. 17 da Lei Estadual nº 3896/2016 (Regimento de Custas do TJRO).
3. Por fim, conclusos para a pasta “Decisão Urgente”.
Cumpra-se.
Pratique-se o necessário.
Machadinho D’Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D’Oeste Número do processo: 7002788-16.2023.8.22.0019
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE
Polo Passivo: LOURIVAL SOUZA SANTOS
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
Cite-se o executado por mandado para, no prazo de 05 (cinco) dias pagar a dívida de R$ 3.971,67 (três mil, novecentos e setenta e um reais e sessenta e sete centavos) ou garantir a execução. Em caso de pronto pagamento, fixo honorários de advogado em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.
Não paga a dívida ou não garantida a execução, penhore-se/arreste-se tantos bens quantos bastem à grantia integral da dívida, avaliando-se, no ato, os bens penhorados ou arrestados, nos termos do artigos 7° e 10° da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
A penhora ou arresto de bens deverá obedecer a ordem estabelecida pelo art. 11 da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
Formaliza a penhora ou arresto por qualquer dos meios legais, INTIME-SE o executado IMEDIATAMENTE, nos termos do art. 841 e §§° do Código de Processo Civil. Se a penhora recair sobre bem imóvel, INTIME-SE o cônjuge para tomar conhecimento e NOTIFIQUE-SE eventual terceiro que estiver em sua posse dos termos da presente demanda.
Não havendo interposição de embargos pelo executado no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação da penhora, intime-se o exequente para manifestar-se quanto a avaliação dos bens.
Não localizados o executado ou existência bens penhoráveis, intime-se a parte exequente para se manifestar em 10 (dez) dias, sob pena de suspensão/arquivamento do feito.
Pratique o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Machadinho D’Oeste/RO, 17 de julho de 2023
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D’Oeste
Número do processo: 7001192-94.2023.8.22.0019
Classe: Monitória
Polo Ativo: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI
ADVOGADO DO AUTOR: ELLEN DORACI WACHIESKI MACHADO, OAB nº RO10009
Polo Ativo: HELIO PEREIRA DA SILVA
REU SEM ADVOGADO(S)

SENTENÇA
Vistos, etc.
RELATÓRIO
Cuida-se de ação monitória proposta por COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI em face de HELIO PEREIRA DA SILVA, objetivando o recebimento do valor atualizado de R$ 3.107,63(três mil, cento e sete reais e sessenta e três centavos), decorrente da concessão de Cartão de Crédito – conta cartão n. 756XXXXX199, de bandeira Visa.
A inicial veio instruída com os documentos de praxe.
A parte requerida foi citada (ID 91991755) e deixou transcorrer in albis o prazo para comprovar o pagamento e/ou apresentar embargos.
Em manifestação, a parte autora requereu a constituição do título executivo judicial.
Nessas condições, vieram-me conclusos.
É o relatório do necessário. DECIDO.
FUNDAMENTAÇÃO
Inicialmente, cumpre anotar que o feito já comporta julgamento, razão pela qual promovo o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso II, do CPC.
Depreende-se dos autos que a parte requerida foi efetivamente citada e intimada, contudo, manteve-se inerte e não apresentou embargos monitórios no prazo legal.
De acordo com o art. 700, do CPC, nas ações monitórias, a petição inicial deve ser instruída com prova escrita sem eficácia de título executivo. Portanto, considerando os documentos que instruíram a inicial e a inércia da parte requerida, o pedido deduzido na inicial deve ser julgado procedente.
Nesse sentido: “Em ação monitória é do devedor o ônus de comprovar fato desconstitutivo de direito atestado na prova escrita que subsidia o crédito invocado, sendo certo que sua inércia acarreta o reconhecimento da obrigação” (AC 0004294-83.2012.822.0003 – Apelação, Data do julgamento: 07/05/2015, Relator: Desembargador Gilberto Barbosa).
DISPOSITIVO
Ante todo o exposto, extingo o feito com enfrentamento de mérito (art. 487, inc. I do CPC) e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL para constituir de pleno direito o título executivo judicial e, por consequência, CONDENO parte requerida HELIO PEREIRA DA SILVA ao pagamento do valor de R$ 3.107,63 (três mil, cento e sete reais e sessenta e três centavos) em favor da parte requerente COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI, cujo valor estará sujeito à atualização conforme a tabela do Tribunal de Justiça de Rondônia (INPC) desde o ajuizamento da ação em 29 de Março de 2023, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação em 14 de Junho de 2023.
CONDENO a parte requerida ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência dessa ação monitória, estes últimos fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do §2º do art. 85 do CPC.
Com o trânsito em julgado, intime-se a parte autora para dar prosseguimento ao feito, devendo apresentar demonstrativo de débito atualizado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento.
P.R.I. Cumpra-se.
Machadinho do Oeste/RO, 15 de Julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D’Oeste Número do processo: 7002790-83.2023.8.22.0019
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE
Polo Passivo: CIRO MOTA DUTRA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
Cite-se o executado por mandado para, no prazo de 05 (cinco) dias pagar a dívida de R$ 3.986,56 (três mil, novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e seis centavos) ou garantir a execução. Em caso de pronto pagamento, fixo honorários de advogado em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.
Não paga a dívida ou não garantida a execução, penhore-se/arreste-se tantos bens quantos bastem à grantia integral da dívida, avaliando-se, no ato, os bens penhorados ou arrestados, nos termos do artigos 7° e 10° da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
A penhora ou arresto de bens deverá obedecer a ordem estabelecida pelo art. 11 da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
Formaliza a penhora ou arresto por qualquer dos meios legais, INTIME-SE o executado IMEDIATAMENTE, nos termos do art. 841 e §§° do Código de Processo Civil. Se a penhora recair sobre bem imóvel, INTIME-SE o cônjuge para tomar conhecimento e NOTIFIQUE-SE eventual terceiro que estiver em sua posse dos termos da presente demanda.
Não havendo interposição de embargos pelo executado no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação da penhora, intime-se o exequente para manifestar-se quanto a avaliação dos bens.
Não localizados o executado ou existência bens penhoráveis, intime-se a parte exequente para se manifestar em 10 (dez) dias, sob pena de suspensão/arquivamento do feito.
Pratique o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Machadinho D’Oeste/RO, 17 de julho de 2023
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7002792-53.2023.8.22.0019
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE
Polo Passivo: LAURITA DIAS MOREIRA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
Cite-se o executado por mandado para, no prazo de 05 (cinco) dias pagar a dívida de R$ 3.951,17 (três mil, novecentos e cinquenta e um reais e dezessete centavos) ou garantir a execução. Em caso de pronto pagamento, fixo honorários de advogado em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.
Não paga a dívida ou não garantida a execução, penhore-se/arreste-se tantos bens quantos bastem à grantia integral da dívida, avaliando-se, no ato, os bens penhorados ou arrestados, nos termos do artigos 7° e 10° da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
A penhora ou arresto de bens deverá obedecer a ordem estabelecida pelo art. 11 da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
Formaliza a penhora ou arresto por qualquer dos meios legais, INTIME-SE o executado IMEDIATAMENTE, nos termos do art. 841 e §§° do Código de Processo Civil. Se a penhora recair sobre bem imóvel, INTIME-SE o cônjuge para tomar conhecimento e NOTIFIQUE-SE eventual terceiro que estiver em sua posse dos termos da presente demanda.
Não havendo interposição de embargos pelo executado no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação da penhora, intime-se o exequente para manifestar-se quanto a avaliação dos bens.
Não localizados o executado ou existência bens penhoráveis, intime-se a parte exequente para se manifestar em 10 (dez) dias, sob pena de suspensão/arquivamento do feito.
Pratique o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7002798-60.2023.8.22.0019
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE
Polo Passivo: MARIA ARLETE DA CONCEICAO PEREIRA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Intime-se o município de Machadinho para complementar o endereço constante na inicial, no prazo de 15 dias, a fim de possibilitar o cumprimento positivo do mandado de citação.
Pratique-se o necessário.
Cumpra-se.
Machadinho do Oeste/RO, 13 de Julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7002800-30.2023.8.22.0019
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE
Polo Passivo: MARIA APARECIDA CANDIDO ANDRADE
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Intime-se o município de Machadinho para complementar o endereço constante na inicial, no prazo de 15 dias, a fim de possibilitar o cumprimento positivo do mandado de citação.
Pratique-se o necessário.
Cumpra-se.
Machadinho do Oeste/RO, 13 de Julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Processo n.: 7001478-72.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 6.345,16
Última distribuição:18/04/2023
Autor: ANTONIO PEREIRA DA SILVA, CPF nº 52646114249, LINHA MC 01, GLEBA 04, LOTE 02, P.A. UNIÃO S/N ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: JULIO CESAR RIBEIRO RAMOS, OAB nº RO5518A, ALEANDRA DE ALMEIDA SILVA RAMOS, OAB nº RO11405, HELOISLAYNE AVELINO LUCIANO DA SILVA, OAB nº RO11530
Réu: BANCO PAN S.A., AVENIDA PAULISTA 1374, - DE 612 A 1510 - LADO PAR BELA VISTA - 01310-100 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado do(a) RÉU: WILSON BELCHIOR, OAB nº CE17314A, PROCURADORIA BANCO PAN S.A
Sentença
1. Dispositivo
Vistos.
Cuida-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c tutela de urgência, reparação por danos morais e materiais e repetição de indébito proposta por ANTONIO PEREIRA DA SILVA em face de BANCO PAN S.A., todos devidamente qualificados nos autos em epígrafe.
Aduz a parte autora, em breve síntese, que possui um benefício previdenciário, no valor de um salário mínimo, no qual estão sendo descontados, de forma mensal, o valor de R$ 60,60 (sessenta reais e sessenta centavos) a título de cartão de crédito consignado, tendo como beneficiário o requerido. Aduz ainda que a cobrança é indevida e está lhe causando prejuízos, por ser sua única fonte de renda. Pugnou, em sede liminar, para que os descontos fossem cessados, e, no mérito, pleiteou a condenação dos requeridos ao pagamento de danos materiais, repetição de indébito e danos morais.
Decisão inicial (ID. 90339379).
Contestação (ID. 91675827).
Réplica (ID. 92239953).
Intimadas à produção de provas (ID. 93079691), a parte autora pugnou pelo julgamento antecipado do mérito (ID. 93079691), enquanto o réu requereu depoimento pessoal da parte autora (ID. 93159496)
É o relatório. Decido.
2. Fundamentação
a) Preliminares
Ausência de juntada de extrato: REJEITO a preliminar, uma vez que a parte autora apresentou extratos bancários dos anos de 2022 e 2023 (ID. 89685662 e 89685664).
b) Julgamento antecipado
O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento para a produção de novas provas.
c) Mérito
Superadas as questões preliminares, verifico que estão presentes os pressupostos processuais. As partes são legítimas e estão bem representadas. Desta forma, passo à análise do mérito.
A matéria discutida nos autos possui natureza consumerista, uma vez que aplicam-se as normas do Código de Defesa do Consumidor às instituições financeiras, conforme inteligência da Súmula n. 297 do STJ.
A controvérsia reside na legalidade dos descontos realizados pelo requerido no benefício previdenciário da parte autora, decorrentes de empréstimo consignado supostamente contratado entre as partes.
No mérito, a razão não assiste a parte autora, pois embora tenha negado a contratação de cartão de crédito, resta comprovado nos autos que o contrato foi assinado digitalmente pela parte autora, com biometria facial, acompanhado de seus documentos pessoais, inclusive com utilização de tecnologia de geolocalização que aponta o Distrito de 5º BEC, localidade próxima à residência da autora (ID. 91675830), o que torna evidente a contratação e a licitude dos descontos realizados.
Ademais, conforme extratos juntados pela própria parte autora (ID. 89685662, p. 57, e ID. 89685664, p. 12), os valores descritos no contrato de ID. 91675830 foram efetivamente depositados na conta bancária da requerente em 16/11/2022 e 09/03/2023.
Nada obstante isso, cumpre consignar que, embora o aplicável ao caso a legislação consumerista, o simples fato de tratar-se de relação de consumo não tem condão de relativizar negócio jurídico livre e legalmente pactuado. Para tanto, faz-se necessária a comprovação de eventual ilegalidade, o que não ocorreu na espécie.
À vista disso, é possível consignar que com o avanço tecnológico, não há necessidade de assinatura de próprio punho para validade dos negócios jurídicos e, diante da redução diária do formalismo, as pessoas não mais se individualizam exclusivamente por assinaturas efetuadas à mão, mas também por seus tokens, chaves, logins, senhas, digitais, reconhecimento facial, e demais métodos idôneos admitidos pela legislação.
Dito isso, não há que se falar em inexistência das contratações alegadas na inicial. Vejamos julgados nesta mesma linha:
EMENTA: DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - REPARAÇÃO CIVIL - EMPRÉSTIMOS BANCÁRIO - CONTRATAÇÃO - BIOMETRIA FACIAL - APORTE FINANCEIRO - CONTA CORRENTE. Provada a contratação de empréstimo bancário e seguro, mediante biometria facial, bem como o aporte de numerário em conta corrente regularmente movimentada por seu titular, de todo descabida a pretensão declaratória de inexistência de débito e, consequente, reparação por dano material e moral. TJ-MG - AC: 10000211352117001 MG, Relator: Saldanha da Fonseca, Data de Julgamento: 02/12/2021, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 06/12/2021) (grifei)
AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C.C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. PROVA DA CONTRATAÇÃO REALIZADA MEDIANTE BIOMETRIA FACIAL. VALIDADE. Segundo a prova constante dos

autos, o apelante contratou a cédula de crédito bancário perante o apelado por meio eletrônico, com assinatura por biometria facial, recebeu o valor contratado, sendo lícitos os descontos mensais. - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - MANUTENÇÃO. O apelante falseou a verdade e se valeu da demanda para lograr objetivos ilegais. Art. 80, II e III, do Código de Processo Civil. Imposição de multa correta. Valor bem localizado. – RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SP - AC: 10057999620198260533 SP 1005799-96.2019.8.26.0533, Relator: Carlos Goldman, Data de Julgamento: 12/02/2021, 38ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 12/02/2021) (grifei)
Portanto, havendo expressa adesão do consumidor, não há falar em vício na contratação que possibilite a exclusão de cláusulas que dispõe sobre reserva da margem consignável ou conduta abusiva que enseje o dever de responsabilização e reparação. Motivos pelos quais os pedidos iniciais merecem a improcedência.
Restam prejudicadas as demais linhas de argumentação, uma vez que incompatíveis com o raciocínio adotado por este juízo.
3. Dispositivo
Ante o exposto, e considerando tudo que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE por ANTONIO PEREIRA DA SILVA em face de BANCO PAN S.A., e, via de consequência, EXTINGO o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I do CPC.
CONDENO a parte autora ao pagamento de custas processuais e honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% sobre o valor da causa, cuja exigibilidade ficará sob condição suspensiva de exigibilidade, na forma do art. 98, § 3º do CPC.
Advirto que a oposição de embargos de declaração meramente protelatórios acarretará na aplicação de multa em 2% sobre o valor da causa por litigância de má-fé, revertidos em favor do juízo, na forma dos arts. 79, 80, inciso VI e 81 do CPC.
Havendo recurso da presente decisão, intime-se a parte contrária para contrarrazões em 15 (quinze) dias. Após, independentemente de nova conclusão, remetam-se os autos ao E.TJRO para apreciação do recurso.
P.R.I.C., promovendo-se as baixas devidas no sistema.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO / MANDADO / NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Machadinho D'Oeste, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7002787-31.2023.8.22.0019
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE
Polo Passivo: EDIVAN DA SILVA BRITO
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
Cite-se o executado por mandado para, no prazo de 05 (cinco) dias pagar a dívida de R$ 3.979,67 (três mil, novecentos e setenta e nove reais e sessenta e sete centavos) ou garantir a execução. Em caso de pronto pagamento, fixo honorários de advogado em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.
Não paga a dívida ou não garantida a execução, penhore-se/arreste-se tantos bens quantos bastem à grantia integral da dívida, avaliando-se, no ato, os bens penhorados ou arrestados, nos termos do artigos 7° e 10° da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
A penhora ou arresto de bens deverá obedecer a ordem estabelecida pelo art. 11 da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
Formaliza a penhora ou arresto por qualquer dos meios legais, INTIME-SE o executado IMEDIATAMENTE, nos termos do art. 841 e §§° do Código de Processo Civil. Se a penhora recair sobre bem imóvel, INTIME-SE o cônjuge para tomar conhecimento e NOTIFIQUE-SE eventual terceiro que estiver em sua posse dos termos da presente demanda.
Não havendo interposição de embargos pelo executado no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação da penhora, intime-se o exequente para manifestar-se quanto a avaliação dos bens.
Não localizados o executado ou existência bens penhoráveis, intime-se a parte exequente para se manifestar em 10 (dez) dias, sob pena de suspensão/arquivamento do feito.
Pratique o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7002799-45.2023.8.22.0019
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE
Polo Passivo: SONIA DAS GRACAS MELO NASCIMENTO SILVEIRA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
Cite-se o executado por mandado para, no prazo de 05 (cinco) dias pagar a dívida de R$ 3.765,77 (três mil, setecentos e sessenta e cinco reais e setenta e sete centavos) ou garantir a execução. Em caso de pronto pagamento, fixo honorários de advogado em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.

Não paga a dívida ou não garantida a execução, penhore-se/arreste-se tantos bens quantos bastem à grantia integral da dívida, avaliando-se, no ato, os bens penhorados ou arrestados, nos termos do artigos 7° e 10° da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
A penhora ou arresto de bens deverá obedecer a ordem estabelecida pelo art. 11 da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
Formaliza a penhora ou arresto por qualquer dos meios legais, INTIME-SE o executado IMEDIATAMENTE, nos termos do art. 841 e §§° do Código de Processo Civil. Se a penhora recair sobre bem imóvel, INTIME-SE o cônjuge para tomar conhecimento e NOTIFIQUE-SE eventual terceiro que estiver em sua posse dos termos da presente demanda.
Não havendo interposição de embargos pelo executado no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação da penhora, intime-se o exequente para manifestar-se quanto a avaliação dos bens.
Não localizados o executado ou existência bens penhoráveis, intime-se a parte exequente para se manifestar em 10 (dez) dias, sob pena de suspensão/arquivamento do feito.
Pratique o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7001700-45.2020.8.22.0019
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: Estado de Rondônia, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: CACOAL MOTO SERRAS LTDA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Defiro o pedido retro.
Proceda a CPE com a inclusão do sócio administrador EDES JESUS SANTANA, CPF 498.218.222-15, no polo passivo da ação.
Após, intime-se o Estado para que especifique, no prazo de 10 dias, quais diligências requer.
Com a indicação, conclusos para pasta JUD's.
Pratique-se o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.
Machadinho do Oeste/RO, 17 de Julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Processo n.: 7002818-51.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:
AUTOR: IZABEL FERREIRA DE CARVALHO, LJ 06 Gleba 04 ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: HALMERIO JOAQUIM CARNEIRO BRITO BANDEIRA DE MELO, OAB nº RO770
THALES ANTUNES BANDEIRA DE MELO, OAB nº RO11724
REU: BANCO PAN S.A., - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA BANCO PAN S.A
Valor da causa:R$ 4.267,63
DESPACHO
Vistos, etc.
A declaração de hipossuficiência juntada aos autos, por si só, se reputa insuficiente para demonstrar ausência de recursos a ponto de não ser possível arcar com as custas provenientes do processo judicial.
Assim, é sabido que, para fins de concessão do benefício da gratuidade, a declaração de que não possui condições de pagamento das custas sem prejuízo próprio ou de sua família não é absoluta, a depender de outros elementos que confirmem a declaração. Há que se registrar que a Constituição Federal assegura, nos termos do art. 5º, LXXIV, que " [...]o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".
Neste sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ: "O benefício de assistência judiciária gratuita pode ser concedido mediante declaração da parte de que não pode arcar com as custas e despesas do processo, salientando-se que é possível ao magistrado, com base nos elementos dos autos, analisar se o requerente preenche, ou não, os requisitos legais para a concessão do benefício. (RMS 15.508/RJ, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, julgado em 27.02.2007, DJ 19.03.2007 p. 352)".
Ante todo o exposto, CONCEDO o prazo de 15 (quinze) dias para que a requerente emende a inicial, a fim de efetuar a juntada de documentos que efetivamente comprovem a sua hipossuficiência, tais como: extratos bancários dos últimos 3 (três) meses, declaração do DETRAN, fichas do IDARON e EMATER e assemelhados.
Não sendo possível efetuar a juntada dos documentos solicitados, deverá comprovar o recolhimento integral das custas processuais em 2% (dois por cento) conforme previsão do art. 12, inc. I da Lei Estadual n. 3.896/16 (Regimento de Custas do TJRO), sob pena de indeferimento da inicial.
Decorrido o prazo, conclusos para a pasta "Despacho Emendas".
Intime-se.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Processo n.: 7002823-73.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:
AUTOR: IZABEL FERREIRA DE CARVALHO, LJ 06 Gleba 04 ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: HALMERIO JOAQUIM CARNEIRO BRITO BANDEIRA DE MELO, OAB nº RO770
THALES ANTUNES BANDEIRA DE MELO, OAB nº RO11724
REU: BANCO ITAU CONSIGNADO S.A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
Valor da causa:R$ 11.655,20
DESPACHO
Vistos, etc.
A declaração de hipossuficiência juntada aos autos, por si só, se reputa insuficiente para demonstrar ausência de recursos a ponto de não ser possível arcar com as custas provenientes do processo judicial.
Assim, é sabido que, para fins de concessão do benefício da gratuidade, a declaração de que não possui condições de pagamento das custas sem prejuízo próprio ou de sua família não é absoluta, a depender de outros elementos que confirmem a declaração. Há que se registrar que a Constituição Federal assegura, nos termos do art. 5º, LXXIV, que " [...]o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".
Neste sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ: "O benefício de assistência judiciária gratuita pode ser concedido mediante declaração da parte de que não pode arcar com as custas e despesas do processo, salientando-se que é possível ao magistrado, com base nos elementos dos autos, analisar se o requerente preenche, ou não, os requisitos legais para a concessão do benefício. (RMS 15.508/RJ, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, julgado em 27.02.2007, DJ 19.03.2007 p. 352)".
Ante todo o exposto, CONCEDO o prazo de 15 (quinze) dias para que a requerente emende a inicial, a fim de efetuar a juntada de documentos que efetivamente comprovem a sua hipossuficiência, tais como: extratos bancários dos últimos 3 (três) meses, declaração do DETRAN, fichas do IDARON e EMATER e assemelhados.
Não sendo possível efetuar a juntada dos documentos solicitados, deverá comprovar o recolhimento integral das custas processuais em 2% (dois por cento) conforme previsão do art. 12, inc. I da Lei Estadual n. 3.896/16 (Regimento de Custas do TJRO), sob pena de indeferimento da inicial.
Decorrido o prazo, conclusos para a pasta "Despacho Emendas".
Intime-se.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Processo n.: 7002827-13.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:
AUTOR: MARIA DAS GRACAS ROCHA, AVENIDA PRESIDENTE MÉDICI 2736 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: HALMERIO JOAQUIM CARNEIRO BRITO BANDEIRA DE MELO, OAB nº RO770
THALES ANTUNES BANDEIRA DE MELO, OAB nº RO11724
REU: BANCO PAN S.A., - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA BANCO PAN S.A
Valor da causa:R$ 1.309,56
DESPACHO
Vistos, etc.
A declaração de hipossuficiência juntada aos autos, por si só, se reputa insuficiente para demonstrar ausência de recursos a ponto de não ser possível arcar com as custas provenientes do processo judicial.
Assim, é sabido que, para fins de concessão do benefício da gratuidade, a declaração de que não possui condições de pagamento das custas sem prejuízo próprio ou de sua família não é absoluta, a depender de outros elementos que confirmem a declaração. Há que se registrar que a Constituição Federal assegura, nos termos do art. 5º, LXXIV, que " [...]o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".
Neste sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ: "O benefício de assistência judiciária gratuita pode ser concedido mediante declaração da parte de que não pode arcar com as custas e despesas do processo, salientando-se que é possível ao magistrado, com base nos elementos dos autos, analisar se o requerente preenche, ou não, os requisitos legais para a concessão do benefício. (RMS 15.508/RJ, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, julgado em 27.02.2007, DJ 19.03.2007 p. 352)".
Ante todo o exposto, CONCEDO o prazo de 15 (quinze) dias para que a requerente emende a inicial, a fim de efetuar a juntada de documentos que efetivamente comprovem a sua hipossuficiência, tais como: extratos bancários dos últimos 3 (três) meses, declaração do DETRAN, fichas do IDARON e EMATER e assemelhados.
Não sendo possível efetuar a juntada dos documentos solicitados, deverá comprovar o recolhimento integral das custas processuais em 2% (dois por cento) conforme previsão do art. 12, inc. I da Lei Estadual n. 3.896/16 (Regimento de Custas do TJRO), sob pena de indeferimento da inicial.

Em igual prazo, deverá a parte autora apresentar comprovante de residência em nome próprio, uma vez que o documento juntado aos autos encontra-se em nome de terceiro alheio à lide. Na impossibilidade, deve apresentar, além do comprovante, declaração de residência assinada pelo proprietário, ou contrato de locação.
Decorrido o prazo, conclusos para a pasta “Despacho Emendas”.
Intime-se.
Machadinho D’Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7001315-68.2018.8.22.0019
EXEQUENTE: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: NELSON SOARES, LINHA 59, KM 26, LOTE 228, GLEBA 03 ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D’OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: LUCIANO DOUGLAS RIBEIRO DOS SANTOS SILVA, OAB nº RO3091
DECISÃO
Vistos.
Considerando a manifestação do Parquet (ID. 93052036), assim como visando averiguar a veracidade das alegações da parte executada, que alega a suposta recuperação da área degradada (ID. 87695595), DEFIRO o pedido formulado pelo Ministério Público, para determinar a realização de vistoria in loco pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM).
Orientações à CPE:
1 - Oficie-se para realizar vistoria e elaborar parecer constatando a completa regeneração da área ou não. Concedo o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.
2 - Aguarde-se na CPE a resposta do ofício.
3 - Com a devida apresentação do relatório, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.
4 - Por fim, sobrevindo a manifestação das partes, concluso para deliberação.
Cumpra-se. Pratique o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D’Oeste
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Processo n. 7002499-83.2023.8.22.0019
AUTOR: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD, - 76900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: MARILIA NUNES MACIEL DA SILVA, OAB nº RO9073, COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
REU: WANDERSON CLEYTON PONTES CORREIA, AV. TANCREDO NEVES 4112 BOM FUTURO - 76868-000 - MACHADINHO D’OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
A pretensão visa o cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem em petição devidamente instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (CPC, art. 700).
Cite-se a parte requerida dos termos da presente ação para efetuar o pagamento do valor de R$ 11.668,68(onze mil, seiscentos e sessenta e oito reais e sessenta e oito centavos) no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art. 701, caput).
Conste, ainda, do mandado que, nesse mesmo prazo, a parte ré poderá oferecer embargos independente de garantia do juízo, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, independente de qualquer formalidade. O prazo para embargar contar-se-á a partir da juntada do mandado aos autos, devendo a exequente ser intimada para apresentar os cálculos atualizados (CPC, 701, §2º c/c 702).
Optando o réu pelo pagamento integral ou cumprimento integral da obrigação deverá efetuar também o pagamento de honorários advocatícios de 5% sobre o valor da causa, hipótese em que ficará isento do pagamento de custas processuais (art. 701, §1º, CPC).
Caso a parte ré reconheça o débito, poderá requerer seu parcelamento no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada do presente mandado aos autos, desde que promova o pagamento à vista de 30% (trinta por cento) do débito, mais custas e honorários de advogado, e o saldo remanescente em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês (CPC, art. 916, §6º c/c o art. 701, §5º, CPC), ato que importará em renúncia ao direito de opor embargos.
Em seguida, intime-se a parte autora para que se manifeste, em 05 (cinco) dias, sobre o preenchimento dos pressupostos contidos no item 4, ocasião em que poderá levantar os valores depositados, vindo os autos conclusos para decisão (CPC, 916, §1º).
Enquanto não sobrevier decisão da proposta de parcelamento, o executado deverá depositar as parcelas vincendas (CPC, 916, §2º).
Sendo deferido o parcelamento, os atos executivos serão suspensos.
Havendo oposição de embargos ou reconvenção intime-se o autor para responder em 15 (quinze) dias (art. 702, §5º, CPC).

Decorrido o prazo e havendo inércia do réu, constituo de pleno direito o título executivo judicial, convertendo o mandado inicial em mandado de execução (art. 701, §2º, CPC), devendo a escrivania proceder a alteração da classe do feito para cumprimento de sentença. Neste caso, a parte autora deverá apresentar o cálculo atualizado do débito, acrescido dos honorários fixados inicialmente (5%).
Após a vinda do cálculo intime-se pessoalmente a parte ré para que, no prazo de 15 dias, cumpra a obrigação exigida na inicial, sob pena de multa de 10% e honorários, também de 10% (art. 523, §1º, CPC). Intime-se, ainda, de que caso não efetue o pagamento no prazo legal, poderá oferecer impugnação nos próprios autos, independente de caução, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo para pagamento, independente de nova intimação (art. 525, CPC).
Decorrido o prazo, sem pagamento ou manifestação, intime-se o exequente para apresentar novo demonstrativo discriminado e atualizado do crédito e indicar bens passíveis de penhora, nos termos do art. 523 c/c 524, do CPC.
Expeça-se o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7001887-24.2018.8.22.0019
Classe: Inventário
Polo Ativo: KATIELI DAIANE DE SOUZA FERREIRA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: PATRICIA MENDES DE OLIVEIRA FORTES, OAB nº RO4813A, LORENI HOFFMANN ZEITZ, OAB nº RO7333
Polo Passivo: Espólio de Anderson Cleyton de Araújo
INVENTARIADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
Considerando que o Banco Bradesco apresentou embargos de declaração c/c efeitos infringentes, oportunizo à parte autora o prazo de 05 (cinco) dias para manifestação sobre os embargos opostos ao ID. 90581470, conforme previsão contida no art. 1.023, §2° do Código de Processo Civil.
Intimação via DJe/PJe.
Decorrido o prazo, conclusos para deliberação.
Cumpra-se.
Pratique-se o necessário.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7001716-28.2022.8.22.0019
Classe: Alvará Judicial - Lei 6858/80
Polo Ativo: WHEMERSON DE ALMEIDA MONTEIRO, WILLIAN DE ALMEIDA MONTEIRO, JOAO ANTONIO DE OLIVEIRA MONTEIRO, SIRLENE MARCELO DE OLIVEIRA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: SONIA APARECIDA SALVADOR, OAB nº RO5621
Polo Passivo:
SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Nesta data, inseri os dados bancários do exequente no sistema Alvará Eletrônico, para transferência dos valores solicitados.
O sistema não gera comprovantes, assim, decorrido o prazo de 15 dias, certifique-se se houve a respectiva transferência.
Transcorrido o prazo, efetivada a ordem bancária, e não havendo mais pendências, arquive-se os autos.
Pratique-se o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.
Machadinho do Oeste/RO, 14 de Julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7004607-22.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: JOSE RUBENS RODRIGUES
ADVOGADO DO AUTOR: TIAGO LACHESKI SILVEIRA DE OLIVEIRA, OAB nº PR102510
Polo Passivo: MARCIO MANOEL RODRIGUES, EFRAIN OLIVEIRA DOS SANTOS
REU SEM ADVOGADO(S)

SENTENÇA
Vistos, etc.
Compulsando os autos, verifica-se que a determinação de emenda à inicial exarada por este Juízo não fora cumprida pelo requerente, sendo certo de que o prazo esvaiu-se no dia 17/05/2023, conforme registrado pelo próprio sistema PJe.
Destarte, impõe-se o o indeferimento da inicial e, por consequência, a extinção do feito sem resolução do mérito, dispensando-se, inclusive, a intimação pessoal da parte para suprir a falta, pois, em que pese devidamente intimada a parte para emendar, não atendeu as determinações do Juízo.
Neste sentido, é a jurisprudência já pacificada no âmbito do E. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:
Apelação cível. Extinção do processo sem resolução do mérito Emenda à inicial oportunizada e não cumprida. Ausência de recolhimento de custas. Indeferimento da petição inicial. Ausência de pressupostos do desenvolvimento válido e regular do processo. Desnecessidade de intimação pessoal. Recurso desprovido. O recolhimento das custas processuais trata-se de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Desse modo, como a parte autora foi intimada, por meio de seu procurador, para recolher as custas processuais e deixou de cumprir tal determinação, o processo deve ser extinto com base no art. 485, inc. IV, do CPC. Desnecessária a intimação pessoal da parte autora, ante a regularidade da sua representação judicial. (TJRO - AC 7027877-76.2015.8.22.0001 - RO - 2ª Câmara Cível, Rel. Des. Isaias Fonseca Moraes, DJ 22/10/2020).
TJRO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM EXECUÇÃO. EMENDA À INICIAL. NÃO ATENDIDA. INDEFERIMENTO. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. EXTINÇÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. A ausência de requisito necessário para o regular processamento do feito resulta no indeferimento da petição inicial. Não evidenciadas as características e, se após intimada a parte para emendar, esta não atender à determinação do juízo, deve ser mantido o indeferimento da inicial. O indeferimento da inicial, por ausência de atendimento à determinação de emenda da petição inicial, dispensa a intimação pessoal do autor. (TJRO, Apel. n. 7021533-45.2016.822.0001, 2ª Câmara Cível, Rel.: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, J.: 3/3/2020).
De acordo com o artigo 321 do Código de Processo Civil/2015, “O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado”.
Acrescenta o parágrafo único do referido artigo que “Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial”.
Desta forma, não cumprida a ordem judicial de emenda à inicial, deve a petição inicial ser indeferida e cancelada a distribuição do feito, nos termos do artigo 330, IV e art. 290 do ambos do Código de Processo Civil/2015.
Com efeito, assim disciplina o Artigo 290, do CPC: “Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias.”
A jurisprudência do Tribunal de Justiça dos Estado de Rondônia, encontra-se consolidada nesse sentido, vejamos:
Apelação cível. Ausência de recolhimento de custas iniciais. Indeferimento inicial. Cancelamento de distribuição. Recurso provido. Considerando a inércia da parte autora em recolher as custas iniciais após o indeferimento da gratuidade, deve ser cancelada a distribuição, razão pela qual não é cabível a condenação ao pagamento das despesas processuais. Recurso provido. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7016298-89.2019.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 24/11/2021.
Posto isso, INDEFIRO A INICIAL, com fundamento no art. 321, parágrafo único, c/c art. 330, IV do CPC, e, em consequência, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, I do mesmo Código.
DETERMINO o cancelamento da distribuição do feito, sem a incidência de custas processuais, ante a aplicação do art. 290 do CPC.
Transitada em julgado esta decisão, arquive-se.
P.R.I.
Machadinho D’Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D’Oeste
Número do processo: 7002778-69.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: MANOEL BATISTA DOS SANTOS
ADVOGADOS DO AUTOR: REGINALDO FERREIRA DOS SANTOS, OAB nº RO5947, RONALDO DE OLIVEIRA COUTO, OAB nº RO2761, FLAVIO ANTONIO RAMOS, OAB nº RO4564A
Polo Passivo: SECON ASSESSORIA E ADMINISTRACAO DE SEGUROS LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
Defiro a gratuidade. Anote-se.
Cite-se a parte requerida para os termos da presente ação, cuja cópia da inicial segue em anexo, bem como para contestar, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 335, III, e com a advertência do art. 344, ambos do CPC.
Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, manifeste-se nos autos, oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção.
Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação (CPC, art. 139, VI), sem olvidar que a parte requerida tem sido relutante na realização de acordos, como se denotam das experiências deste juízo.

Adotadas as providências acima, voltem os autos conclusos para julgamento antecipado da lide ou saneamento do feito.
Expeça-se o necessário.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7000793-41.2018.8.22.0019
EXEQUENTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO, RUA DOUTOR JOSÉ ADELINO 4477 COSTA E SILVA - 76803-592 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
EXECUTADO: RAFAEL BIUSSI DE CAMARGO, AV. COSTA E SILVA 2557 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Defiro o pedido de penhora online de valores por meio do sistema SISBAJUD.
Nesta data, procedi a inclusão da pesquisa de ativos junto ao SISBAJUD na modalidade "Teimosinha", pelo período de 30 (trinta) dias, conforme espelho anexo.
Decorrido o prazo de 30 dias, tornem os autos conclusos para a pasta "Decisão JUD'S".
Intime-se.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7003055-27.2019.8.22.0019
REQUERENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI, OURO PRETO DO OESTE 140 JARDIM TROPICAL - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586
REQUERIDO: THIAGO LEMES DE SOUZA, AVENIDA TIRADENTES 3913 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Defiro o pedido de penhora online de valores por meio do sistema SISBAJUD.
Nesta data, procedi a inclusão da pesquisa de ativos junto ao SISBAJUD na modalidade "Teimosinha", pelo período de 30 (trinta) dias, conforme espelho anexo.
Decorrido o prazo de 30 dias, tornem os autos conclusos para a pasta "Decisão JUD'S".
Intime-se.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Número do processo: 7003395-97.2021.8.22.0019
Classe: Guarda de Infância e Juventude
Polo Ativo: REQUERENTE: R. L. N., RUA PINTA SILGO 3713 BOM FUTURO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
Polo Passivo: REQUERIDOS: R. L. D. S., ESPIRITO SANTO 3970 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA, C. G. C. L., ARARA 1898 CUJUBIM - 76864-000 - CUJUBIM - RONDÔNIA
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Orientações à CPE:
1 - Considerando o Despacho ao id. 87781292, assim como a manifestação ministerial retro (ID. 92869607), intime-se as partes para que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, manifestem-se quanto ao relatório do estudo técnico realizado e juntado aos autos.
1.1 - No mesmo prazo, deverão as partes especificarem eventuais provas que pretendam produzir, justificando sua pertinência, ressaltando que serão desconsiderados os pedidos genéricos formulados nesse sentido.

2 - Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, vista ao Ministério Público para apresentação de parecer final.
3 - Pro fim, concluso os autos para deliberação.
Intime-se. Cumpra-se.
Pratique o necessário.
Machadinho D'Oeste 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7001523-13.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: ROGERIO RODRIGUES XAVIER
ADVOGADOS DO AUTOR: THALES ANTUNES BANDEIRA DE MELO, OAB nº RO11724, HALMERIO JOAQUIM CARNEIRO BRITO BANDEIRA DE MELO, OAB nº RO770
Polo Passivo: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO REU: SERVIO TULIO DE BARCELOS, OAB nº RO6673A, JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA, OAB nº AC4270, EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR, OAB nº MA29190, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
DECISÃO
Vistos.
Ante à inércia das partes, retornem os autos à CPE para que se certifique de eventuais pendências.
Após, ao arquivo definitivo.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Processo n.: 7002491-43.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:
AUTOR: MARIA DAS GRACAS PIEDADE, RUA BEM TE VI, Nº 4315 - BAIRRO: CENTRO, NA CIDADE 4315 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: EVANDRO ALVES DOS SANTOS, OAB nº PR52678A
REU: BANCO BMG S.A., - 76804-618 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO, OAB nº PE32766, Procuradoria do BANCO BMG S.A
Valor da causa:R$ 10.000,00
DECISÃO
Vistos, etc.
HOMOLOGO os honorários periciais apresentados pela sra. Perita, uma vez que encontram-se dentro dos valores praticados nesta comarca e aceitos por este juízo.
Intime-se, a parte requerida para que, no prazo de 15 (quinze) dias, deposite em cartório o contrato original, bem como realize o pagamento dos honorários periciais.
Adverte-se ao requerido, que restando prejudicada a produção da prova pericial designada, seja pela não realização do depósito dos honorários periciais ou pela não entrega do contrato original, o processo será julgado no estado em que se encontra.
Comprovada a realização do depósito dos honorários, intime-se o(a) Sr.(a). Perito(a) para que indique a data, horário e local da realização da perícia, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias após a data de realização da perícia designada.
Dê-se ciência do laudo as partes, no prazo comum de 15 (quinze) dias (art. 477, §1°, CPC).
Por fim, retornem os autos conclusos para deliberação.
Cumpra-se. Pratique o necessário.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7002617-93.2022.8.22.0019
REQUERENTE: CLOVIS ROBERTO ZIMERMANN
ADVOGADOS DO REQUERENTE: RONALDO DE OLIVEIRA COUTO, OAB nº RO2761, FLAVIO ANTONIO RAMOS, OAB nº RO4564A
REQUERIDO: DEJAIR CAMARA BERBST, TRAVESSA 08 DE DEZEMBRO 2648 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Defiro o pedido de penhora online de valores por meio do sistema SISBAJUD.
Nesta data, procedi a inclusão da pesquisa de ativos junto ao SISBAJUD na modalidade "Teimosinha", pelo período de 30 (trinta) dias, conforme espelho anexo.
Decorrido o prazo de 30 dias, tornem os autos conclusos para a pasta "Decisão JUD'S".
Intime-se.

SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7000090-08.2021.8.22.0019
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419
Polo Passivo: JUSCILENE SENHORA DOMINGOS GOMES, CARLINHO PEREIRA GOMES, EDSON ANTUNES DA SILVA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: EVANDRO ALVES DOS SANTOS, OAB nº PR52678A
DESPACHO
Vistos.
Nesta data, inseri os dados bancários do exequente no sistema Alvará Eletrônico, para transferência dos valores solicitados. cujo sistema não gera expediente.
Intime-se o exequente para requerer o que entender direito, no prazo de 15 dias, sob pena de suspensão da execução, nos termos do art. 921, III, do CPC.
Pratique-se o necessário.
Cumpra-se.
Machadinho do Oeste/RO, 14 de Julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7002796-90.2023.8.22.0019
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE
Polo Passivo: ADIMAR CANCELA SILVA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
Cite-se o executado por mandado para, no prazo de 05 (cinco) dias pagar a dívida de R$ 5.790,10 (cinco mil, setecentos e noventa reais e dez centavos) ou garantir a execução. Em caso de pronto pagamento, fixo honorários de advogado em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.
Não paga a dívida ou não garantida a execução, penhore-se/arreste-se tantos bens quantos bastem à grantia integral da dívida, avaliando-se, no ato, os bens penhorados ou arrestados, nos termos do artigos 7° e 10° da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
A penhora ou arresto de bens deverá obedecer a ordem estabelecida pelo art. 11 da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
Formaliza a penhora ou arresto por qualquer dos meios legais, INTIME-SE o executado IMEDIATAMENTE, nos termos do art. 841 e §§° do Código de Processo Civil. Se a penhora recair sobre bem imóvel, INTIME-SE o cônjuge para tomar conhecimento e NOTIFIQUE-SE eventual terceiro que estiver em sua posse dos termos da presente demanda.
Não havendo interposição de embargos pelo executado no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação da penhora, intime-se o exequente para manifestar-se quanto a avaliação dos bens.
Não localizados o executado ou existência bens penhoráveis, intime-se a parte exequente para se manifestar em 10 (dez) dias, sob pena de suspensão/arquivamento do feito.
Pratique o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7000553-76.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: SEBASTIAO LANES CORDEIRO
ADVOGADOS DO AUTOR: FERNANDO MARTINS GONCALVES, OAB nº RO834, SERGIO GOMES DE OLIVEIRA, OAB nº RO5750A, ALLEN HANNA VIEIRA DE LIMA, OAB nº RO12531

Polo Passivo: BANCO BMG S.A.
ADVOGADOS DO REU: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO, OAB nº PE32766, Procuradoria do BANCO BMG S.A
DESPACHO
Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, informem as provas que pretendem produzir, justificando fundamentada a sua necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento, sendo desconsideradas alegações genéricas.
Havendo interesse na produção probatória, tornem os autos conclusos para Decisão Saneadora.
Não havendo interesse, conclusos para Julgamento.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7000707-94.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: MOACYR LOPES DE MORAES
ADVOGADOS DO AUTOR: VIVIANE MATOS TRICHES, OAB nº RO4695, SIMONI DE MATOS LOPES, OAB nº RO10406
Polo Passivo: SEBRASEG CLUBE DE BENEFICIOS LTDA
ADVOGADO DO REU: DANIEL GERBER, OAB nº DF47827
DESPACHO
Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, informem as provas que pretendem produzir, justificando fundamentada a sua necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento, sendo desconsideradas alegações genéricas.
Havendo interesse na produção probatória, tornem os autos conclusos para Decisão Saneadora.
Não havendo interesse, conclusos para Julgamento.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7001011-93.2023.8.22.0019
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI, 15 DE NOVEMBRO 140 JARDIM TROPICAL - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ELLEN DORACI WACHIESKI MACHADO, OAB nº RO10009
EXECUTADOS: THAIS NAIARA SILVA LIMA, RUA DOS LÍRIOS 3000 PRIMAVERA - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA, THAIS NAIARA SILVA LIMA, AV. SÃO PAULO 2937, CENTRO CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido realizado pela parte autora pleiteando a realização de pesquisa de valores em nome do executado na modalidade teimosinha de forma permanente.
Em que pesem os argumentos apresentados pelo exequente, apesar da finalidade da demanda ser a satisfação da obrigação, cumpre ao demandante a tarefa de empreender diligências para localizar bens, valores e direitos do devedor passíveis de penhora. Deste modo, o atendimento ao pleito não atenderia aos princípios da razoabilidade e da economia processual, uma vez que ocorreria uma transferência do ônus, que cabe ao exequente, ao
PODER JUDICIÁRIO. Contudo, não fica este juízo isento de aplicações de medidas mais coercitivas para assegurar a satisfação do débito, desde que seja razoável, adequada e devidamente fundamentada. Neste sentido
AGRAVO DE INSTRUMENTO –"TEIMOSINHA" permanente – Descabimento – Funcionalidade própria do sistema SISBAJUD para que a ordem de constrição seja realizada de forma repetida, até a localização dos valores necessários para satisfazer o débito cobrado pela via judicial, durante o prazo máximo de 30 dias – A imposição de bloqueio de conta de forma permanente, além de não contar com amparo legal, transferiria o dever de diligência sobre a execução ao
PODER JUDICIÁRIO e a terceiros (instituições financeiras), na satisfação do interesse privado dos agravantes – Possibilidade de novos bloqueios periódicos caso necessário – Decisão mantida – RECURSO DESPROVIDO. CONCLUSÃO: Decisão mantida – RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SP - AI: 22583275120228260000 SP 2258327-51.2022.8.26.0000, Relator: Jonize Sacchi de Oliveira, Data de Julgamento: 29/11/2022, 24ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2022)
Observa-se ainda que a busca de ativos financeiros não é o único modo de fazer com que o executado cumpra a obrigação, cabendo a parte autora promover os meios necessários na ordem prevista no art. 835, do CPC, recolhendo as custas das diligências, nos termos do art. 17 da Lei 3896/2016.
Cabe ressaltar ainda que a atribuição de proceder buscas de ativos não é responsabilidade do cartório da unidade e sim deste Magistrado.
Antes o exposto, indefiro o pedido de busca de ativos via SISBAJUD de forma permanente, deferindo portanto, a pesquisa pelo período de 30 (trinta) dias.
Procedi nesta data a pesquisa de valores através do sistema SISBAJUD, na modalidade teimosinha, pelo período de 30 dias.
Certificado do decurso de prazo, conclusos para decisão.
Intime-se.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7001509-92.2023.8.22.0019
Classe: Monitória
Polo Ativo: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI
ADVOGADO DO AUTOR: ELLEN DORACI WACHIESKI MACHADO, OAB nº RO10009
Polo Ativo: ANDERSON RUAM GEREMIA MIGUEL
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos, etc.
RELATÓRIO
Cuida-se de ação monitória proposta por COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI em face de ANDERSON RUAM GEREMIA MIGUEL, objetivando o recebimento do valor atualizado de R$ 4.046,72(quatro mil, quarenta e seis reais e setenta e dois centavos), da Contratação de Crédito Automático.
A inicial veio instruída com os documentos de praxe.
A parte requerida foi citada (ID 91987934) e deixou transcorrer in albis o prazo para comprovar o pagamento e/ou apresentar embargos.
Em manifestação, a parte autora requereu a constituição do título executivo judicial.
Nessas condições, vieram-me conclusos.
É o relatório do necessário. DECIDO.
FUNDAMENTAÇÃO
Inicialmente, cumpre anotar que o feito já comporta julgamento, razão pela qual promovo o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso II, do CPC.
Depreende-se dos autos que a parte requerida foi efetivamente citada e intimada, contudo, manteve-se inerte e não apresentou embargos monitórios no prazo legal.
De acordo com o art. 700, do CPC, nas ações monitórias, a petição inicial deve ser instruída com prova escrita sem eficácia de título executivo. Portanto, considerando os documentos que instruíram a inicial e a inércia da parte requerida, o pedido deduzido na inicial deve ser julgado procedente.
Nesse sentido: "Em ação monitória é do devedor o ônus de comprovar fato desconstitutivo de direito atestado na prova escrita que subsidia o crédito invocado, sendo certo que sua inércia acarreta o reconhecimento da obrigação" (AC 0004294-83.2012.822.0003 – Apelação, Data do julgamento: 07/05/2015, Relator: Desembargador Gilberto Barbosa).
DISPOSITIVO
Ante todo o exposto, extingo o feito com enfrentamento de mérito (art. 487, inc. I do CPC) e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL para constituir de pleno direito o título executivo judicial e, por consequência, CONDENO parte requerida ANDERSON RUAM GEREMIA MIGUEL ao pagamento do valor de R$ 4.046,72 (quatro mil, quarenta e seis reais e setenta e dois centavos) em favor da parte requerente COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI, cujo valor estará sujeito à atualização conforme a tabela do Tribunal de Justiça de Rondônia (INPC) desde o ajuizamento da ação em 19 de Abril de 2023, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação em 14 de Junho de 2023.
CONDENO a parte requerida ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência dessa ação monitória, estes últimos fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do §2º do art. 85 do CPC.
Com o trânsito em julgado, intime-se a parte autora para dar prosseguimento ao feito, devendo apresentar demonstrativo de débito atualizado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento.
P.R.I. Cumpra-se.
Machadinho do Oeste/RO, 15 de Julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7000402-18.2020.8.22.0019
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO, RUA MARINGÁ 520, - DE 450 A 804 - LADO PAR NOVA BRASÍLIA - 76908-402 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO, OAB nº RO6338
EXECUTADO: LEILA PAULA DE SOUZA, LH LJ 03, LT 128, GLEBA 01, PA LAJES 128 ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: ELIANE PAULA DE SOUZA ARAUJO, OAB nº RO8754
DECISÃO
Vistos.
Defiro o pedido de penhora online de valores por meio do sistema SISBAJUD.
Nesta data, procedi a inclusão da pesquisa de ativos junto ao SISBAJUD na modalidade "Teimosinha", pelo período de 30 (trinta) dias, conforme espelho anexo.
Decorrido o prazo de 30 dias, tornem os autos conclusos para a pasta "Decisão JUD'S".
Intime-se.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7001990-89.2022.8.22.0019
REQUERENTE: GIMA GILBERTO MIRANDA AUTOMOVEIS LTDA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: WERNOMAGNO GLEIK DE PAULA, OAB nº RO3999, ALLAN BATISTA ALMEIDA, OAB nº RO6222
REQUERIDO: WAGNER WELINGTON DA SILVA TOREZANI, LINHA MA 19 Km 05, LOTE 917 A ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Defiro o pedido de penhora online de valores por meio do sistema SISBAJUD.
Nesta data, procedi a inclusão da pesquisa de ativos junto ao SISBAJUD na modalidade "Teimosinha", pelo período de 30 (trinta) dias, conforme espelho anexo.
Decorrido o prazo de 30 dias, tornem os autos conclusos para a pasta "Decisão JUD'S".
Intime-se.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7002898-49.2022.8.22.0019
REQUERENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI, AVENIDA XV DE NOVEMBRO 140 JARDIM TROPICAL - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELLEN DORACI WACHIESKI MACHADO, OAB nº RO10009
REQUERIDO: IDIMAR DE OLIVEIRA, LH MA 14 LT 234 GB 01 PST 20, SITIO NOVA ESPERANÇA ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de pedido realizado pela parte autora pleiteando a realização de pesquisa de valores em nome do executado na modalidade teimosinha de forma permanente.
Em que pesem os argumentos apresentados pelo exequente, apesar da finalidade da demanda ser a satisfação da obrigação, cumpre ao demandante a tarefa de empreender diligências para localizar bens, valores e direitos do devedor passíveis de penhora. Deste modo, o atendimento ao pleito não atenderia aos princípios da razoabilidade e da economia processual, uma vez que ocorreria uma transferência do ônus, que cabe ao exequente, ao
PODER JUDICIÁRIO. Contudo, não fica este juízo isento de aplicações de medidas mais coercitivas para assegurar a satisfação do débito, desde que seja razoável, adequada e devidamente fundamentada. Neste sentido
AGRAVO DE INSTRUMENTO –"TEIMOSINHA" permanente – Descabimento – Funcionalidade própria do sistema SISBAJUD para que a ordem de constrição seja realizada de forma repetida, até a localização dos valores necessários para satisfazer o débito cobrado pela via judicial, durante o prazo máximo de 30 dias – A imposição de bloqueio de conta de forma permanente, além de não contar com amparo legal, transferiria o dever de diligência sobre a execução ao
PODER JUDICIÁRIO e a terceiros (instituições financeiras), na satisfação do interesse privado dos agravantes – Possibilidade de novos bloqueios periódicos caso necessário – Decisão mantida – RECURSO DESPROVIDO. CONCLUSÃO: Decisão mantida – RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SP - AI: 22583275120228260000 SP 2258327-51.2022.8.26.0000, Relator: Jonize Sacchi de Oliveira, Data de Julgamento: 29/11/2022, 24ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2022)
Observa-se ainda que a busca de ativos financeiros não é o único modo de fazer com que o executado cumpra a obrigação, cabendo a parte autora promover os meios necessários na ordem prevista no art. 835, do CPC, recolhendo as custas das diligências, nos termos do art. 17 da Lei 3896/2016.
Cabe ressaltar ainda que a atribuição de proceder buscas de ativos não é responsabilidade do cartório da unidade e sim deste Magistrado.
Antes o exposto, indefiro o pedido de busca de ativos via SISBAJUD de forma permanente, deferindo portanto, a pesquisa pelo período de 30 (trinta) dias.
Procedi nesta data a pesquisa de valores através do sistema SISBAJUD, na modalidade teimosinha, pelo período de 30 dias.
Certificado do decurso de prazo, conclusos para decisão.
Intime-se.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Processo n. 7001848-51.2023.8.22.0019
AUTOR: MARCIANA GONCALVES DA SILVA, RUA GOIÁS N 3293 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: FLAVIO ANTONIO RAMOS, OAB nº RO4564A, RONALDO DE OLIVEIRA COUTO, OAB nº RO2761, REGINALDO FERREIRA DOS SANTOS, OAB nº RO5947

REU: JONATHAN GUSTAVO CEZANOSKI, RUA ESPÍRITO SANTOS 3808 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
JHONATAHAN GUSTAVO CEZANOSKI, brasileiro, maior, CPF 027.261.411-15, residente e domiciliado na Rua Espirito Santo, 3808, bairro Centro, nesta cidade de Machadinho D'Oeste/RO.
DESPACHO
Vistos, etc.
A pretensão visa o cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem em petição devidamente instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (CPC, art. 700).
Cite-se a parte requerida dos termos da presente ação para efetuar o pagamento do valor de R$ 2.203,74(dois mil, duzentos e três reais e setenta e quatro centavos) no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art. 701, caput).
Conste, ainda, do mandado que, nesse mesmo prazo, a parte ré poderá oferecer embargos independente de garantia do juízo, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, independente de qualquer formalidade. O prazo para embargar contar-se-á a partir da juntada do mandado aos autos, devendo a exequente ser intimada para apresentar os cálculos atualizados (CPC, 701, §2º c/c 702).
Optando o réu pelo pagamento integral ou cumprimento integral da obrigação deverá efetuar também o pagamento de honorários advocatícios de 5% sobre o valor da causa, hipótese em que ficará isento do pagamento de custas processuais (art. 701, §1º, CPC).
Caso a parte ré reconheça o débito, poderá requerer seu parcelamento no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada do presente mandado aos autos, desde que promova o pagamento à vista de 30% (trinta por cento) do débito, mais custas e honorários de advogado, e o saldo remanescente em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês (CPC, art. 916, §6º c/c o art. 701, §5º, CPC), ato que importará em renúncia ao direito de opor embargos.
Em seguida, intime-se a parte autora para que se manifeste, em 05 (cinco) dias, sobre o preenchimento dos pressupostos contidos no item 4, ocasião em que poderá levantar os valores depositados, vindo os autos conclusos para decisão (CPC, 916, §1º).
Enquanto não sobrevier decisão da proposta de parcelamento, o executado deverá depositar as parcelas vincendas (CPC, 916, §2º).
Sendo deferido o parcelamento, os atos executivos serão suspensos.
Havendo oposição de embargos ou reconvenção intime-se o autor para responder em 15 (quinze) dias (art. 702, §5º, CPC).
Decorrido o prazo e havendo inércia do réu, constituo de pleno direito o título executivo judicial, convertendo o mandado inicial em mandado de execução (art. 701, §2º, CPC), devendo a escrivania proceder a alteração da classe do feito para cumprimento de sentença.
Neste caso, a parte autora deverá apresentar o cálculo atualizado do débito, acrescido dos honorários fixados inicialmente (5%).
Após a vinda do cálculo intime-se pessoalmente a parte ré para que, no prazo de 15 dias, cumpra a obrigação exigida na inicial, sob pena de multa de 10% e honorários, também de 10% (art. 523, §1º, CPC). Intime-se, ainda, de que caso não efetue o pagamento no prazo legal, poderá oferecer impugnação nos próprios autos, independente de caução, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo para pagamento, independente de nova intimação (art. 525, CPC).
Decorrido o prazo, sem pagamento ou manifestação, intime-se o exequente para apresentar novo demonstrativo discriminado e atualizado do crédito e indicar bens passíveis de penhora, nos termos do art. 523 c/c 524, do CPC.
Pratique-se o necessário. Intimem-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo: 7002785-61.2023.8.22.0019
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Distribuição: 12 de julho de 2023 às 17:39.
Exequente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI
Advogado: ELLEN DORACI WACHIESKI MACHADO, OAB nº RO10009
Executado: JUNIOR BORBA
Advogado: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Trata-se de Execução de Título Extrajudicial que COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI move em face de JUNIOR BORBA, ambos qualificados nos Autos em epígrafe,
1 - Cite(m)-se a(s) parte(s) executada(s) para, no prazo de 03 (três) dias (CPC, 829), efetuar(em) o pagamento do valor de R$ 2.946,67 atualizados até a data do efetivo pagamento, sob pena de penhora.
2 - Fixo honorários em 10% sobre o valor do débito, advertindo a(às) parte(s) executada(s) de que, no caso de INTEGAL PAGAMENTO, no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 827, § 1º) e ficará isento das custas processuais finais, nos termos do art. 8º, inciso I, da Lei 3.896/2016.
3 - Caso sejam localizados bens no Ato da Citação, ou eventualmente indicados na Inicial, proceda-se com o arresto/penhora nos moldes do art. 830 do CPC.
3.1 - Caso necessário, proceda o Sr. Oficial de Justiça com a Citação por Hora Certa.
4 - Independentemente de garantia do juízo, a(s) parte(s) executada(s) poderá(ão) opor embargos no prazo de 15 dias, de acordo com o que prevê o art. 915, do CPC.
5 - Do mesmo modo, cientifique(m)-se a(s) parte(s) executada(s) sobre os benefícios do art. 916, do CPC, que assim dispõe:
"Art. 916. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês.

§ 1º O exequente será intimado para manifestar-se sobre o preenchimento dos pressupostos do caput, e o juiz decidirá o requerimento em 5 (cinco) dias.
§ 2º Enquanto não apreciado o requerimento, o executado terá de depositar as parcelas vincendas, facultado ao exequente seu levantamento.
§ 3º Deferida a proposta, o exequente levantará a quantia depositada, e serão suspensos os atos executivos.
(...) § 6º A opção pelo parcelamento de que trata este artigo importa renúncia ao direito de opor embargos."
6 - Após o decurso do prazo para pagamento, cumpram-se as providências a seguir:
6.1 - Não havendo pagamento no prazo, e não encontrados bens penhoráveis, tendo em vista a ordem de preferência legal, intime-se a parte exequente para que se manifeste acerca do interesse na realização de diligências, junto aos sistemas SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD.
6.2 - Caso a parte Exequente tenha interesse nas providências indicadas no "Item - 6.1", OBRIGATORIAMENTE, deverá ser feita a juntada dos comprovantes de recolhimento das Taxas respectivas, previstas no Sistema de Controle de Custas do TJRO1, sob o Código 1007, uma para cada diligência, independente de nova intimação, de modo a evitar a prática de intimações desnecessárias pela CPE.
7 - Em seguida, venham os Autos conclusos, se for o caso, para pasta "JUD's".
No cumprimento da ordem, caso realizado por Oficial de Justiça, este deverá certificar eventual proposta de autocomposição, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.
Pratique-se o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.
SIRVA O PRESENTE DESPACHO COMO CARTA/MANDADO
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste/RO
EXECUTADO: JUNIOR BORBA, CPF nº 75101289272, AV. TANCREDO NEVES 3450 BOM FUTURO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
1 - SCC/TJRO - Endereço eletrônico: https://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7002789-98.2023.8.22.0019
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE
Polo Passivo: PEDRO LEONARDO MENDES DE MORAIS
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
Cite-se o executado por mandado para, no prazo de 05 (cinco) dias pagar a dívida de R$ 3.966,93 (três mil, novecentos e sessenta e seis reais e noventa e três centavos) ou garantir a execução. Em caso de pronto pagamento, fixo honorários de advogado em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.
Não paga a dívida ou não garantida a execução, penhore-se/arreste-se tantos bens quantos bastem à grantia integral da dívida, avaliando-se, no ato, os bens penhorados ou arrestados, nos termos do artigos 7° e 10° da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
A penhora ou arresto de bens deverá obedecer a ordem estabelecida pelo art. 11 da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
Formaliza a penhora ou arresto por qualquer dos meios legais, INTIME-SE o executado IMEDIATAMENTE, nos termos do art. 841 e §§° do Código de Processo Civil. Se a penhora recair sobre bem imóvel, INTIME-SE o cônjuge para tomar conhecimento e NOTIFIQUE-SE eventual terceiro que estiver em sua posse dos termos da presente demanda.
Não havendo interposição de embargos pelo executado no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação da penhora, intime-se o exequente para manifestar-se quanto a avaliação dos bens.
Não localizados o executado ou existência bens penhoráveis, intime-se a parte exequente para se manifestar em 10 (dez) dias, sob pena de suspensão/arquivamento do feito.
Pratique o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7002793-38.2023.8.22.0019
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE
Polo Passivo: HORACIO MARTINS DE SOUZA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Vistos, etc.
Cite-se o executado por mandado para, no prazo de 05 (cinco) dias pagar a dívida de R$ 3.908,88 (três mil, novecentos e oito reais e oitenta e oito centavos) ou garantir a execução. Em caso de pronto pagamento, fixo honorários de advogado em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.
Não paga a dívida ou não garantida a execução, penhore-se/arreste-se tantos bens quantos bastem à grantia integral da dívida, avaliando-se, no ato, os bens penhorados ou arrestados, nos termos do artigos 7° e 10° da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
A penhora ou arresto de bens deverá obedecer a ordem estabelecida pelo art. 11 da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
Formaliza a penhora ou arresto por qualquer dos meios legais, INTIME-SE o executado IMEDIATAMENTE, nos termos do art. 841 e §§° do Código de Processo Civil. Se a penhora recair sobre bem imóvel, INTIME-SE o cônjuge para tomar conhecimento e NOTIFIQUE-SE eventual terceiro que estiver em sua posse dos termos da presente demanda.
Não havendo interposição de embargos pelo executado no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação da penhora, intime-se o exequente para manifestar-se quanto a avaliação dos bens.
Não localizados o executado ou existência bens penhoráveis, intime-se a parte exequente para se manifestar em 10 (dez) dias, sob pena de suspensão/arquivamento do feito.
Pratique o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7000164-28.2022.8.22.0019
REQUERENTE: P. F. M., AVENIDA GETÚLIO VARGAS 3028 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: PABLO HENRIQUE MARTINS, OAB nº SP442119, NESTOR NEGRELLI NETO, OAB nº SP195635, LARISSA INES SERENI, OAB nº SP450961
REQUERIDO: H. V., AV. JOAQUIM DOS SANTOS LEBRE 3265 PORTO FELIZ I - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: LAUANE MAGALHAES CARBONARI, OAB nº RO11849
DECISÃO
Vistos.
DETERMINO que seja anotada a penhora no rosto destes autos, tendo em conta o deferimento do pedido nos autos de n. 7003535-34.2021.8.22.0019 (ID. 93245231), assegurando a reserva de eventuais valores obtidos pela parte credora, para satisfação do crédito reclamado (art. 860, CPC).
Orientações à CPE:
1 - Com a averbação no rosto dos autos, intime-se a parte autora, cientificando-lhe da penhora.
2 - No mais, aguarde-se o prazo para a parte autora apresentar a impugnação à contestação.
3 - Ato contínuo, intimem-se as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, especifiquem eventuais provas que pretendam produzir, justificando sua pertinência, ressaltando que serão desconsiderados os pedidos genéricos formulados nesse sentido.
4 - Por fim, façam concluso para saneamento ou julgamento antecipado da lide.
Cumpra-se. Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7003970-08.2021.8.22.0019
AUTOR: JOSE NILTON BATISTA, AV. PRINCESA ISABEL 4644, CASA CENTRO - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DANILO WALLACE FERREIRA SOUSA, OAB nº RO6995
REU: FELIPE - IRMÃO DO AROLDO, AV. PRINCESA ISABEL, ATRÁS DA QUADRA DA ESCOLA BAR TERCEIRA CASA, CASA ROXA ATRÁS DA QUADRA BARTOLOMEU CENTRO - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA, CLEYTON LOPES - CLEITINHO, LINHA 46, KM 67, 2º CASA DEPOIS FAZ. TAMBURI KM 67, 2 CASA LADO ESQUERDO DEPOIS DA FAZ. MARIA TAMBURI ZONA RURAL - 76898-000 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Considerando a manifestação apresentada pela parte autora ao id. 93233061, concedo a dilação do prazo em 20 (vinte) dias para que a parte autora recolha as custas da diligência solicitada e apresente o comprovante nos autos.
Orientações à CPE:
1 - Aguarde-se na CPE até o decurso do prazo concedido;
2 - Transcorrido o prazo sem a manifestação da exequente, intime-a para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se no feito, sob pena de arquivamento dos autos.
3 - Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, façam os autos conclusos para deliberação.
Intime-se. Cumpra-se.

Pratique o necessário.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Processo n.: 0001428-49.2015.8.22.0019
Classe: Execução Fiscal
Assunto:
EXEQUENTE: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: M. DE LURDES FELIX MINIMERCADOS - ME, AV. MARECHAL DEODORO DA FONSECA 2745 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa:R$ 194.558,67
DESPACHO
Vistos, etc.
A pesquisa on-line de valores por meio do SISBAJUD, na modalidade teimosinha, restou infrutífera, conforme espelho em anexo.
Assim, determino que o exequente se manifeste quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias.
Cumpra-se.
Pratique o necessário.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7000329-51.2017.8.22.0019
Classe: Demarcação / Divisão
Polo Ativo: ANGELICA BATISTA NOGUEIRA COSTA, VIRGINIA MADALENA NOGUEIRA, ADRIANA BATISTA NOGUEIRA, ANDREIA BATISTA NOGUEIRA, VALDECI BATISTA NOGUEIRA
ADVOGADO DOS AUTORES: DENILSON DOS SANTOS MANOEL, OAB nº RO7524
Polo Passivo: MARIA DA PENHA MENDES DA CRUZ, DIVINO ALVES DA CRUZ
ADVOGADO DOS REU: DELMARIO DE SANTANA SOUZA, OAB nº RO1531
SENTENÇA
Vistos, etc.
Com o falecimento do requerido Divino Alves da Cruz durante o trâmite da ação, abre-se a necessidade de substituição processual pelo espólio ou pelos seus sucessores, a teor do art. 110 do CPC.
Nesta toada, a parte autora pleiteou a habilitação dos herdeiros no polo ativo da ação (ID. 85226323).
Intimados para manifestação quanto ao pedido, os requeridos mantiveram-se inertes, conforme certificado pelo sistema PJE.
Nos termos do art. 688 do Código de Processo Civil:
"A habilitação pode ser requerida:
I - pela parte, em relação aos sucessores do falecido;
II - pelos sucessores do falecido, em relação à parte."
No caso, consta dos autos a prova do falecimento do requerido Divino Alves da Cruz, no dia 19/03/2022, conforme Escritura Pública de inventário e partilha juntada ao ID. 85226323.
Considerando que não houve impugnação ao pedido, constitui-se a este Juízo o mister de decidir de plano, encerrando o processo incidente de habilitação por meio de sentença (art. 203, §1°, CPC).
Sendo assim, JULGO PROCEDENTE o pedido de habilitação dos sucessores do requerido, nos termos em que pleiteado pela parte autora.
Procedimento isento de custas, despesas processuais e/ou honorários advocatícios.
P.R.I.
À Serventia (CPE) para que cumpra com as determinações, observando estritamente os itens que se seguem:
1. RETIFIQUE-SE o polo passivo da ação para nele constar os sucessores Davi Alves da Cruz, Dalva Alves da Cruz Silva, Vanderlei Alves da Cruz, Sidnei Alves da Cruz e Sidimar Alves da Cruz.
2. Ocorrendo o trânsito em julgado, CERTIFIQUE-SE nos autos a fim de atender o teor do art. 692 do CPC, e, em ato contínuo, INTIME-SE o autor para requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento.
3. Decorrido o prazo, conclusos para a retomada da tramitação dos autos principais.
Cumpra-se.
Pratique-se o necessário.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7000683-37.2021.8.22.0019
EXEQUENTE: MAURINA ANICETO DE OLIVEIRA, LINHA PA BELO HORIZONTE, LINHA 11, S/Nº, POSTE 99, S/N, SÍTIO ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: LARA MARIA MONTEIRO FRANCHI NUNES, OAB nº RO9106, JONATA BRENO MOREIRA SANTANA, OAB nº RO9856, TEREZINHA MOREIRA SANTANA, OAB nº RO6132A
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
SENTENÇA
Vistos.
Diante da concordância das partes, homologo os cálculos apresentados pela contadoria judicial, a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos (ID. 92873881 e ID. 91902920).
Expeça-se RPV.
Intime-se o INSS para comprovar a implementação do benefício em 30 dias.
Comprovado o pagamento, expeça-se alvará para levantamento, intimando-se à parte autora e seu advogado para retirá-los, em cartório, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de transferência do valor para Conta Judicial Centralizadora nº 01529904-5 de titularidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Operação 040, Agência 2848, Caixa Econômica Federal.
Intime-se o advogado da parte autora para, igualmente no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que mais entender de direito.
Por fim, conclusos para extinção.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO.
Machadinho D'Oeste quinta-feira, 6 de julho de 2023 às 11:54 .
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo: 7003060-44.2022.8.22.0019
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: RAQUEL MARIANO MIGUEL
Advogado do(a) AUTOR: MICHELLE CORREIA DA SILVA - RO9333
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação AUTOR - PROSSEGUIMENTO DO FEITO
Fica a PARTE AUTORA intimada para se manifestar em termos de prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento/extinção.
Machadinho D'Oeste-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Processo n.: 7001165-24.2017.8.22.0019
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto:
EXEQUENTE: MERCONORTE DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS LTDA, AVENIDA MARECHAL RONDON 1571, - DE 1571 A 1783 - LADO ÍMPAR CENTRO - 76900-121 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO, OAB nº RO6338
EXECUTADO: SPRICIGO E RIBEIRO AGROPECUARIA LTDA - ME, AVENIDA M CASTELO BRANCO 2873 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa:R$ 61.793,90
DESPACHO
Vistos, etc.
Realizada a pesquisa on-line de valores por meio do SISBAJUD, a diligência restou infrutífera, não sendo encontrados valores em contas do Executado, conforme espelho em anexo.
Assim, determino que o exequente se manifeste quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias.
Cumpra-se.
Pratique o necessário.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7002856-97.2022.8.22.0019
Classe: Execução de Título Extrajudicial

Polo Ativo: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO, OAB nº RO6338, PROCURADORIA DA SICOOB CENTRO - COOPERATIVA DE CRÉDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: ANA CAROLINA DE BRITTO EBELING
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Defiro o pedido retro.
Expeça-se ofício de transferência de valores para conta indicada na petição de ID 93113867.
Após a expedição, tornem os autos conclusos para pasta “Jud’s”.
Pratique-se o necessário. Intime-se
Cumpra-se.
Machadinho do Oeste/RO, 14 de Julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D’Oeste
Processo n.: 7002868-14.2022.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto:
REQUERENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI, AVENIDA XV DE NOVEMBRO 140 JARDIM TROPICAL - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ELLEN DORACI WACHIESKI MACHADO, OAB nº RO10009
REQUERIDOS: CARLOS ALBERTO LOURENCO, AVENIDA TANCREDO NEVES 2888, CASA CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D’OESTE - RONDÔNIA, CARLOS ALBERTO LOURENCO 47092882249, TANCREDO NEVES 2688 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D’OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa:R$ 3.714,09
DESPACHO
Vistos, etc.
A pesquisa on-line de valores por meio do SISBAJUD, na modadidade teimosinha, restou infrutífera, sendo desbloqueados os valores contritos, por serem considerados ínfimos em relação ao total da dívida exequenda, conforme espelho anexo.
Assim, determino que o exequente se manifeste quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias.
Cumpra-se.
Pratique o necessário.
Machadinho D’Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7001010-11.2023.8.22.0019
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI, 15 DE NOVEMBRO 140 JARDIM TROPICAL - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ELLEN DORACI WACHIESKI MACHADO, OAB nº RO10009
EXECUTADOS: THAIS NAIARA SILVA LIMA, RUA DOS LÍRIOS 3000 PRIMAVERA - 76868-000 - MACHADINHO D’OESTE - RONDÔNIA, THAIS NAIARA SILVA LIMA, AV. SÃO PAULO 2937, CENTRO CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D’OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Defiro o pedido de penhora online de valores por meio do sistema SISBAJUD.
Nesta data, procedi a inclusão da pesquisa de ativos junto ao SISBAJUD na modalidade “Teimosinha”, pelo período de 30 (trinta) dias, conforme espelho anexo.
Decorrido o prazo de 30 dias, tornem os autos conclusos para a pasta “Decisão JUD’S”.
Intime-se.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D’Oeste

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D’Oeste
Número do processo: 7001519-39.2023.8.22.0019
Classe: Monitória

Polo Ativo: P. H. DOS SANTOS MAT. PARA CONSTRUCOES EIRELI
ADVOGADO DO AUTOR: ROBSON ANTONIO DOS SANTOS MACHADO, OAB nº RO7353
Polo Ativo: PEDRO LEONARDO MENDES DE MORAIS
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos, etc.
RELATÓRIO
Cuida-se de ação monitória proposta por P.H. DOS SANTOS MAT. PARA CONSTRUÇÕES EIRELI em face de PEDRO LEONARDO MENDES DE MORAIS, objetivando o recebimento do valor atualizado de R$ 4.739,45 (quatro mil, setecentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos) decorrente de vendas de materiais de construção, pagas com cártulas de crédito que não foram quitadas integralmente.
A inicial veio instruída com os documentos de praxe.
A parte requerida foi citada (ID 90322316) e deixou transcorrer in albis o prazo para comprovar o pagamento e/ou apresentar embargos.
Em manifestação, a parte autora requereu a constituição do título executivo judicial (ID 91546969).
Nessas condições, vieram-me conclusos.
É o relatório do necessário. DECIDO.
FUNDAMENTAÇÃO
Inicialmente, cumpre anotar que o feito já comporta julgamento, razão pela qual promovo o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso II, do CPC.
Depreende-se dos autos que a parte requerida foi efetivamente citada e intimada, contudo, manteve-se inerte e não apresentou embargos monitórios no prazo legal.
De acordo com o art. 700, do CPC, nas ações monitórias, a petição inicial deve ser instruída com prova escrita sem eficácia de título executivo. Portanto, considerando os documentos que instruíram a inicial e a inércia da parte requerida, o pedido deduzido na inicial deve ser julgado procedente.
Nesse sentido: “Em ação monitória é do devedor o ônus de comprovar fato desconstitutivo de direito atestado na prova escrita que subsidia o crédito invocado, sendo certo que sua inércia acarreta o reconhecimento da obrigação” (AC 0004294-83.2012.822.0003 – Apelação, Data do julgamento: 07/05/2015, Relator: Desembargador Gilberto Barbosa).
DISPOSITIVO
Ante todo o exposto, extingo o feito com enfrentamento de mérito (art. 487, inc. I do CPC) e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL para constituir de pleno direito o título executivo judicial e, por consequência, CONDENO parte requerida PEDRO LEONARDO MENDES DE MORAIS ao pagamento do valor de R$ 4.739,45 (quatro mil, setecentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos) em favor da parte requerente P. H. DOS SANTOS MAT. PARA CONSTRUCOES EIRELI, cujo valor estará sujeito à atualização conforme a tabela do Tribunal de Justiça de Rondônia (INPC) desde o ajuizamento da ação em 20 de Abril de 2023, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação em 04 de Maio de 2023.
CONDENO a parte requerida ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência dessa ação monitória, estes últimos fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do §2º do art. 85 do CPC.
Com o trânsito em julgado, intime-se a parte autora para dar prosseguimento ao feito, devendo apresentar demonstrativo de débito atualizado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento.
P.R.I. Cumpra-se.
Machadinho do Oeste/RO, 15 de Julho de 2023
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Número do processo: 7004591-68.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: AUTOR: CRISTIANE JESUS DE OLIVEIRA, SÍTIO linha 36 SETOR RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D’OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: PEDRO PAIXAO DOS SANTOS, OAB nº RO1928A
Polo Passivo: REU: ADRIANO APARECIDO DE OLIVEIRA, DAS MARGARIDAS 668, SETOR OESTE CELIDIO MARQUES - 78500-000 - COLÍDER - MATO GROSSO
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
1 - Considerando tratar-se de interesse de menor, com fulcro no art. 178, inc. II, do CPC, e visando evitar nulidades processuais (art. 279, do CPC), vista dos autos ao Ministério Público para que, no prazo de 30 (trinta) dias, ofereça parecer final.
2 - Após a manifestação ministerial, façam os autos conclusos para deliberação.
Cumpra-se. Pratique o necessário.
Machadinho D’Oeste 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D’Oeste Número do processo: 7002795-08.2023.8.22.0019
Classe: Execução Fiscal

Polo Ativo: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE
Polo Passivo: DAVID AUGUSTO PEREIRA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
Cite-se o executado por mandado para, no prazo de 05 (cinco) dias pagar a dívida de R$ 3.905,20 (três mil, novecentos e cinco reais e vinte centavos) ou garantir a execução. Em caso de pronto pagamento, fixo honorários de advogado em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.
Não paga a dívida ou não garantida a execução, penhore-se/arreste-se tantos bens quantos bastem à grantia integral da dívida, avaliando-se, no ato, os bens penhorados ou arrestados, nos termos do artigos 7° e 10° da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
A penhora ou arresto de bens deverá obedecer a ordem estabelecida pelo art. 11 da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
Formaliza a penhora ou arresto por qualquer dos meios legais, INTIME-SE o executado IMEDIATAMENTE, nos termos do art. 841 e §§° do Código de Processo Civil. Se a penhora recair sobre bem imóvel, INTIME-SE o cônjuge para tomar conhecimento e NOTIFIQUE-SE eventual terceiro que estiver em sua posse dos termos da presente demanda.
Não havendo interposição de embargos pelo executado no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação da penhora, intime-se o exequente para manifestar-se quanto a avaliação dos bens.
Não localizados o executado ou existência bens penhoráveis, intime-se a parte exequente para se manifestar em 10 (dez) dias, sob pena de suspensão/arquivamento do feito.
Pratique o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7002116-18.2017.8.22.0019
Classe: Reintegração / Manutenção de Posse
Polo Ativo: JOSE CUNHA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: KATIELI DAIANE DE SOUZA FERREIRA, ANDETSON DE TAL - (APELIDO ANDERSON BETEL)
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: PATRICIA MENDES DE OLIVEIRA FORTES, OAB nº RO4813A
DESPACHO
Vistos, etc.
Considerando a juntada do laudo pericial ao ID. 90325750, INTIMEM-SE as partes se manifestarem sobre o resultado nele emitido no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma delas, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer (CPC, art. 477, §1º).
Caso alguma das partes alegue divergências ou necessidade de esclarecimentos acerca de seu teor, INTIME-SE o perito nomeado, atribuindo-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para esclarecer os pontos apontados.
Por fim, conclusos para deliberação.
Cumpra-se.
Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
REQUERENTE: JOSE CUNHA, AV. FLORIANO PEIXOTO 3711 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDOS: KATIELI DAIANE DE SOUZA FERREIRA, RO-133, LINHA 03 Lotes 05/06, GLEBA 01- KM 50 ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA, ANDETSON DE TAL - (APELIDO ANDERSON BETEL), AV. DIOMERO MORAIS BORBA 4095, EM FRENTE AO DEPOSITO DE GÁS BOM FUTURO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7000925-35.2017.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: SERGIO ANTONIO PEREIRA, NILCE PEREIRA DO VAL
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: ODAIR JOSE DA SILVA, OAB nº RO6662
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos, etc.
Cuida-se de embargos de declaração opostos por ESTADO DE RONDÔNIA em face de suposta omissão decisão de ID 89406289.
Contrarrazões ao ID 89918858.
Decido.

Os embargos de declaração são oponíveis contra decisões eivadas de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, nos termos do art. 1.022 do CPC. Presentes os pressupostos recursais, passo à análise do mérito.
Alega o embargante que a decisão de ID 89406289 foi omissa ao não se manifestar quanto aos honorários advocatícios em fase de execução em seu favor, uma vez que a impugnação à execução foi acolhida ao ID 82582330.
Verifico que assiste razão ao embargante, uma vez, considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que o acolhimento de impugnação ao cumprimento de sentença enseja a condenação da parte vencida ao pagamento de honorários sucumbenciais. Leia-se:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO PROCEDENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 1. A partir do julgamento do REsp 1.028.855/SC, pela Corte Especial, o STJ firmou o entendimento de que é cabível a condenação em honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença, a fim de remunerar os advogados pela prática de atos processuais necessários à promoção ou à impugnação da pretensão executiva nela deduzida. 2. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp: 1128124 SC 2009/0138477-0, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 28/09/2010, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 07/10/2010)
Desta forma, CONHEÇO dos embargos de declaração de ID 89728526, para ACOLHÊ-LOS, modificando a decisão de ID 89406289 para que nela passe a constar:
Homologo os cálculos apresentados pela Contadoria Judicial (ID 84007666). Considerando a procedência da impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pelo executado (ID 82582330), condeno o exequente ao pagamento de honorários de sucumbência, os quais arbitro na razão de 10% sobre o valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § 3º, inciso I do CPC.
No mais, mantenho a decisão por seus próprios fundamentos.
Intimem-se as partes.
Cumpra-se a decisão de ID 89406289 em sua íntegra.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7000605-82.2017.8.22.0019
AUTOR: CLARICE FRANCISCO DOS SANTOS, TRAVESSA 8 DE DEZEMBRO 2633 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: RONALDO DE OLIVEIRA COUTO, OAB nº RO2761, FLAVIO ANTONIO RAMOS, OAB nº RO4564A, BELMIRO ROGERIO DUARTE BERMUDES NETO, OAB nº RO5890
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AC ARIQUEMES 3745, AVENIDA JK SETOR INSTITUCIONAL - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Em atenção ao pedido formulado pelo INSS, registro que mantenho o teor da decisão proferida por este Juízo ao ID 91536109.
Intimem-se no prazo de 05 dias.
Após, ao arquivo.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO.
Machadinho D´Oeste/RO, 7 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7003604-32.2022.8.22.0019
AUTOR: MARIA DO CARMO RODRIGUES LOPES, LINHA TRAVESSÃO C-70, KM 25, GLEBA 01, POSTE 13 lote 23 ZONA RUAL - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RENAN DE OLIVEIRA COSTA, OAB nº RO11850
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA CAMPOS SALES 3132, - DE 3293 A 3631 - LADO ÍMPAR OLARIA - 76801-281 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Preenchidos os requisitos do art. 534 do CPC, recebo o pedido de cumprimento de sentença.
Altere-se a classe processual para CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
1. INTIME-SE o INSS, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, nos próprios autos, impugnar a execução no prazo de 30 (trinta) dias (art. 535, caput do CPC).
2. Em havendo a oferta de impugnação, intime-se o exequente, através de seu advogado/procurador, para manifestação no prazo de 10 (dez) dias.
2.1 Se o exequente concordar com os valores apresentados na impugnação, expeça-se RPV/precatório em favor do exequente, independente de nova decisão.
2.2 Arbitro honorários da fase de cumprimento de sentença em 10% (dez por cento) do valor da execução (art. 85, §§ 2º e 3º, I, CPC), deduzidos os honorários da fase de conhecimento, cujo montante deverá ser acrescido ao débito principal (art. 85, § 13, CPC).
2.3 Não havendo concordância do exequente, encaminhem-se os autos ao contador judicial, após, dê-se vista às partes, somente então promova-se a conclusão do feito.

3. Em caso de concordância ou decorrido o prazo sem manifestação, encaminhem-se os autos ao contador judicial para atualização e proceda-se ao necessário para expedição de RPV/PRECATÓRIO (art. 910, §1º CPC), tornando assim possível o pagamento do valor e disponibilização para o exequente. Nesse caso, não são devidos honorários advocatícios, vez que não terá ocorrido impugnação (art. 85, § 7º, CPC).
4. Expedida a(s) RPV(s), aguarde-se o pagamento pelo prazo legal. (Art.535, §3º, II do CPC).
5. Com a comprovação do cumprimento da(s) RPV(s):
5.1 - Expeça-se o(s) alvará(s) para pagamento dos valores que serão depositados judicialmente, autorizando o saque pelo advogado, desde que ele possua poderes específicos para tanto.
5.2 - Após, intime-se o patrono da parte autora para retirar o(s) alvará(s) expedido(s), podendo fazê-lo via internet, devendo, no prazo de 5 dias, comprovar o levantamento do(s) mesmo(s), sob pena de extinção pelo pagamento.
5.3 - Somente então, venham-me os autos conclusos para prolação de sentença de extinção.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO.
Machadinho D'Oeste quinta-feira, 6 de julho de 2023 às 12:54 .
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7002800-06.2018.8.22.0019
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL, AC ALVORADA DO OESTE, AV. MAL. RONDON, 5117, ROD.BR-429 CENTRO - 76930-970 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
EXECUTADOS: ELAINE PEREIRA DO CARMO DA ROCHA, RUA JOSEFINA GALAFATE VENTURINE 585, TELEFONE 9-9243-2299 JARDIM AURÉLIO BERNARDI - 76907-452 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, JOSIMAR MARCOS DA ROCHA, RUA JOSEFINA GALAFATE VENTURINE 585, TEL./WHATSAPP (69) 9.9243-2299 JARDIM AURÉLIO BERNARDI - 76907-452 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, JOAB MARCOS ROCHA, LINHA SME-15 zona rural GLEBA-03 - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Em relação ao pedido de consulta junto ao sistema INFOJUD, cumpre consignar que o direito à intimidade pode ser relativizado em face de situações excepcionais de notório interesse público que as justifiquem (Princípio da Supremacia do Interesse Público). Com efeito, não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimas, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos na própria Constituição (STF – MS 23.452/RJ, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 15.05.2000.
Destarte, se revela fundamental, no caso em apreço, a "quebra" de sigilo fiscal do executado, em vista da inexistência de outros meios possíveis a se efetivar a investigação de bens da executada. A jurisprudência firmou-se no sentido de que o afastamento do sigilo fiscal da parte executada se admite quando esgotados os demais meios extrajudiciais de localização de bens passíveis de penhora. Neste sentido o Superior Tribunal de Justiça se manifestou:
AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. PROCESSO DE EXECUÇÃO. SIGILO FISCAL. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À RECEITA FEDERAL. MEDIDA EXCEPCIONAL. 1. O STJ firmou entendimento de que a quebra de sigilo fiscal ou bancário do executado para que o exequente obtenha informações sobre a existência de bens do devedor inadimplente é admitida somente após terem sido esgotadas as tentativas de obtenção dos dados na via extrajudicial. 2. Agravo regimental provido. (STJ, 4ª Turma, AgRg no REsp 1135568/PE, Rel. Min. João Otávio de Noronha, J.18/05/2010.)
Nesta senda, pelo que se constata dos autos a parte exequente empreendeu várias das diligências possíveis para localização de bens em nome dos executados, sem obter êxito.
Deste modo, defiro o pedido de requisição de informações atinentes aos bens do executado.
Nesta data procedi à consulta via INFOJUD. O documento foi inserido com sigilo, em razão das informações relativas ao sigilo fiscal dos requeridos.
Providencie o cartório os meios para que os advogados tenham acesso aos arquivos juntados.
As pesquisas RENAJUD restaram negativas, conforme espelhos anexo.
Intime-se a parte exequente para que manifeste quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 15 dias.
Expeça-se o necessário.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7000787-63.2020.8.22.0019
EXEQUENTES: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, AVENIDA FARQUAR, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

EXECUTADOS: WALTER EUGENIO DOS SANTOS, AV. COSTA E SILVA 2708, SUPERMERCADO FAMILIAR CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA, WALTER EUGENIO DOS SANTOS - ME, AV GETULIO VARGAS CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Defiro o pedido de penhora online de valores por meio do sistema SISBAJUD.
Nesta data, procedi a inclusão da pesquisa de ativos junto ao SISBAJUD na modalidade "Teimosinha", pelo período de 30 (trinta) dias, conforme espelho anexo.
Decorrido o prazo de 30 dias, tornem os autos conclusos para a pasta "Decisão JUD'S".
Intime-se.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7002156-92.2020.8.22.0019
REQUERENTE: LOTEADORA BEIRA RIO LTDA - ME
ADVOGADOS DO REQUERENTE: QUILVIA CARVALHO DE SOUSA, OAB nº RO3800, NATALIA AQUINO OLIVEIRA, OAB nº RO9849
REQUERIDO: OSEIAS DE OLIVEIRA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: SUELY GARCIA DA SILVA, OAB nº RO10017, MARCIA APARECIDA DE MELLO ARTUSO, OAB nº RO3987
DECISÃO
Vistos.
Nesta data, procedi a inclusão da pesquisa de ativos junto ao SISBAJUD na modalidade "Teimosinha", pelo período de 30 (trinta) dias, conforme espelho anexo.
Decorrido o prazo de 30 dias, tornem os autos conclusos para a pasta "Decisão JUD'S".
Intime-se.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 0000106-91.2015.8.22.0019
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: BANCO DA AMAZONIA SA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: GILBERTO SILVA BOMFIM, OAB nº RO1727, GUILHERME VILELA DE PAULA, OAB nº RO4715, ROBERTO VENESIA, OAB nº AM1067
Polo Passivo: ASSOC. DE PEQ.PROD.RURAIS DO TRAV. RIO DA ONCA NOVA UNIAO, ROSIVALDO MESSIAS DE CASTRO, ADRIANO ALVES SANTANA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: DENNIS LIMA BATISTA GURGEL DO AMARAL, OAB nº RO7633, NILTOM EDGARD MATTOS MARENA, OAB nº RO361B
DESPACHO
Vistos.
Verifica-se que houve concordância do executado quanto a liberação dos valores bloqueados ao exequente, conforme petição de ID 89323043.
Assim, defiro o pedido de ID 92264332.
Nesta data, inseri os dados bancários do exequente no sistema Alvará Eletrônico, para transferência dos valores solicitados, conforme protocolo em anexo.
Efetiva a transferência, arquive-se os autos.
Pratique-se o necessário.
Cumpra-se.
Machadinho do Oeste/RO, 14 de Julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7002467-15.2022.8.22.0019
AUTOR: AGROCELEIRO COM E REPRESENTACAO DE MAQUINAS E NUTRICAO ANIMAL LTDA
ADVOGADO DO AUTOR: GREISON SALAMON, OAB nº RO1881

REU: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO REU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, BRADESCO
DESPACHO
Vistos, etc.
Intime-se a parte executada, na pessoa do seu advogado, via Diário da Justiça (art. 513, § 2º, I, do CPC), para efetuar o pagamento do valor de 12.972,25 no prazo de 15 (quinze) dias, a partir de quando, caso não o efetue, passará a incidir sobre o montante da condenação, multa de 10% (dez por cento) e honorários de advogado de 10% (dez por cento), previstas no art. 523, § 1º, ou, ainda, para apresentar impugnação no mesmo prazo, nos termos do art. 525 e seguintes, ambos do CPC.
Em não havendo advogado constituído nos autos, intime-se por Carta com Aviso de Recebimento (art. 513, §2º, II, do CPC).
Caso efetue o pagamento através de depósito judicial, desde já autorizo a expedição de alvará/ofício em favor do exequente e do advogado, conforme consta na petição inicial.
Na sequência, façam os autos conclusos para extinção.
Contudo, sendo a parte executada intimada e quedando-se inerte, fica a parte exequente, desde já, intimada a trazer planilha do débito atualizada, com a aplicação da multa e honorários de advogado, comprovante de custas da diligência e os dados pessoais dos executados, para fins de penhora on-line ou outros meios de expropriação.
Intime-se.
Pratique o necessário.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7003020-62.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO AUTOR: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
Polo Passivo: IGOR GONTIJO
ADVOGADOS DO REQUERIDO:
SENTENÇA
Vistos, etc.
RELATÓRIO
Cuida-se de ação de cobrança proposta por BANCO DO BRASIL em face de IGOR GONTIJO, ambos devidamente qualificados nos autos em epígrafe.
Sustenta a requerente que celebrou com o requerido, em 16/07/2020, Proposta/Contrato de Adesão a Produtos e Serviços Pessoa Física (anexo), e, em 08/09/2021, foi contratada a operação nº 975.004.439 (CDC BB CREDITO AUTOMÁTICO), no valor de R$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais), cujo valor do financiamento atingiu R$ 84.808,96 (oitenta e quatro mil, oitocentos e oito reais e noventa e seis centavos), a serem pagos em 60 parcelas. No entanto, a obrigação foi descumprida, ocorrendo o vencimento antecipado da operação, em razão da inadimplência, cujo valor atualizado perfaz a monta de R$ 131.744,60, (cento e trinta e um mil, setecentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos.
A inicial veio instruída com os documentos de praxe.
Decisão inicial (80390936).
Regularmente citado (ID 91399230) , o requerido não apresentou contestação.
Em seguida, a requerente pugnou pela decretação da revelia e pelo julgamento antecipado da lide (ID 92864166).
Nessas condições, vieram-me conclusos.
É o relatório do necessário. DECIDO.
FUNDAMENTAÇÃO
Cuida-se de ação de cobrança.
Conforme se infere no processo, a parte requerida foi regularmente citada, mas permaneceu inerte ao chamamento judicial, levando ao julgamento antecipado da lide, na forma do inciso II do art. 355 do Código de processo Civil.
No mérito, o pedido deve ser julgado procedente, pois em razão da revelia, presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados na petição inicial (art. 344 do CPC), conforme expressa advertência constante no instrumento de citação. A presunção não é absoluta, mas no presente caso, tratando-se exclusivamente de matéria fática, diante dos documentos apresentados, não existem elementos para se formar convicção em contrário, sendo razoável o desfecho pretendido pela parte autora.
Assim, são devidos devidos os valores discriminados e pleiteados pela parte requerente na petição inicial, totalizando o valor de R$ 131.744,59 (cento e trinta e um mil, setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), sendo que o valor deverá ser atualizado desde o ajuizamento da ação, acrescido de juros moratórios a partir da citação.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, extingo o feito com enfrentamento de mérito (art. 487, I do CPC) e JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado por BANCO DO BRASIL em face de IGOR GONTIJO e, em consequência, CONDENO a parte requerida ao pagamento do valor de R$ 131.744,59 (cento e trinta e um mil, setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), cujo valor estará sujeito à atualização conforme a tabela do Tribunal de Justiça de Rondônia (INPC), desde o ajuizamento da ação em 09 de Agosto de 2022, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação em 30 de Maio de 2023.
Por força do princípio da causalidade, CONDENO a parte requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §2°, do CPC.

De modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado. Neste mesmo diapasão, ficam as partes advertidas de que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará à imposição da multa prevista pelo artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo "a quo" (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.
Caso nada mais seja requerido após o trânsito em julgado, certifique-se e, em ato contínuo, arquivem-se os autos.
P.R.I. Cumpra-se.
Machadinho do Oeste/RO, 15 de Julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7003570-57.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: MARLENE MACHADO CORREIA
ADVOGADO DO AUTOR: VIVIANE MATOS TRICHES, OAB nº RO4695
Polo Passivo: SUDAMERICA CLUBE DE SERVICOS
ADVOGADO DO REU: ANDRE LUIZ LUNARDON, OAB nº PR23304
DECISÃO
Vistos, etc.
HOMOLOGO os honorários periciais apresentados pela sra. Perita, uma vez que encontram-se dentro dos valores praticados nesta comarca e aceitos por este juízo.
Intime-se, a parte requerida para que, no prazo de 15 (quinze) dias, deposite em cartório o contrato original, bem como realize o pagamento dos honorários periciais.
Adverte-se ao requerido, que restando prejudicada a produção da prova pericial designada, seja pela não realização do depósito dos honorários periciais ou pela não entrega do contrato original, o processo será julgado no estado em que se encontra.
Comprovada a realização do depósito dos honorários, intime-se o(a) Sr.(a). Perito(a) para que indique a data, horário e local da realização da perícia, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias após a data de realização da perícia designada.
Dê-se ciência do laudo as partes, no prazo comum de 15 (quinze) dias (art. 477, §1°, CPC).
Por fim, retornem os autos conclusos para deliberação.
Cumpra-se. Pratique o necessário.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7001118-16.2018.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: ADENES MARTINS SPADETTO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUCIANO DOUGLAS RIBEIRO DOS SANTOS SILVA, OAB nº RO3091
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos, etc.
Verifico que razão assiste ao executado (ID 87385275), uma vez que o fato de dois votos mencionarem a majoração dos honorários em 1% não acarreta na soma de percentual indicado em cada voto, i.e., não se trata de aumento em 2% nos honorários sucumbenciais.
Desta forma, ACOLHO a impugnação ao cumprimento de sentença, e condeno o exequente ao pagamento de honorários sucumbenciais, na razão de 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 3º, inciso I do CPC.
Considerando o evidente litígio entre as partes, DETERMINO a remessa dos autos à contadoria para apuração do valor devido, utilizando os parâmetros contidos em acordão proferido pelo E.TJRO. (ID. 84837468) quanto aos honorários sucumbenciais.
Com a juntada da planilha, conceda vista as partes para manifestação, com prazo de 15 (quinze) dias.
Por fim, conclusos para deliberação.
Cumpra-se.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7003728-20.2019.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: SINDICATO DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS MUNICIPAIS DE MACHADINHO D'OESTE - ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JOAO DA CRUZ SILVA, OAB nº RO5747A

Polo Passivo: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE, JOSE MARIA DA CONCEICAO DE OLIVEIRA
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE
DESPACHO
Vistos, etc.
Realizado o bloqueio online de valores por meio do SISBAJUD, a consulta restou integralmente positiva, conforme espelho em anexo.
À Serventia (CPE) para que cumpra com as determinações, observando estritamente os itens que se seguem:
1. INTIME-SE a parte executada por meio de seu advogado via PJe/DJe, para que, querendo apresente impugnação ao bloqueio, no prazo de 5 (cinco) dias, limitando-se exclusivamente às matérias estabelecidas no art. 854, §3º do CPC. Advirto-lhe que na hipótese de inércia ou rejeição da impugnação, a quantia será liberada em favor da parte exequente independentemente de termo ou nova intimação, conforme interpretação do art. 854, §5º do CPC;
2. Decorrido o prazo do executado sem manifestação quanto à penhora, certifique-se nos autos, e, em ato contínuo, INTIME-SE a parte exequente para fornecer os dados bancários para a expedição de alvará eletrônico, no prazo de 10 (dez) dias.
3. Havendo impugnação, conclusos para a pasta “Decisão Urgente”, ao passo em que, havendo concordância ou permanecendo inerte o executado, conclusos para a pasta “Despacho Alvará”.
Cumpra-se.
Pratique o necessário.
Machadinho D’Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D’Oeste Número do processo: 7000235-30.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: MARIA DE LOURDES BRITO PAIVA
ADVOGADOS DO AUTOR: THALES ANTUNES BANDEIRA DE MELO, OAB nº RO11724, HALMERIO JOAQUIM CARNEIRO BRITO BANDEIRA DE MELO, OAB nº RO770
Polo Passivo: BANCO ITAU CONSIGNADO S.A
ADVOGADOS DO REU: WILSON BELCHIOR, OAB nº CE17314A, PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
DESPACHO
Defiro o pedido de ID 92908784.
Intime-se a sra. perita a respeito da expedição do alvará judicial eletrônico. Prazo de 5 (cinco) dias.
Após, conclusos para julgamento.
Machadinho D’Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D’Oeste
Número do processo: 7003509-02.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: FRANCISCO SANTINONI
ADVOGADOS DO AUTOR: VIVIANE MATOS TRICHES, OAB nº RO4695, SIMONI DE MATOS LOPES, OAB nº RO10406
Polo Passivo: BANCO DAYCOVAL S/A
ADVOGADOS DO REU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, PROCURADORIA BANCO DAYCOVAL S.A
SENTENÇA
1. Relatório
Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c reparação por danos morais e materiais, repetição de indébito e tutela de urgência movida por FRANCISCO SANTINONI em face de BANCO DAYCOVAL S/A. Em síntese, alega a parte requerente que notou haver descontos mensais supostamente indevidos realizados pela requerida no valor de seu benefício, no valor total de R$ 25,85 (vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos), referentes a empréstimo consignado que afirma não ter contratado junto ao requerido. Requereu a concessão de tutela de urgência para a suspensão dos descontos, pugnando pela declaração de inexistência da relação jurídica e do débito, repetição de indébito e condenação em danos morais.
Despacho inicial (ID 82224337).
Citado, o requerido apresentou contestação (ID 83208229) refutando os argumentos da defesa técnica, aduzindo que a requerente teria contratado serviço junto ao requerido, mediante cédula de crédito bancário n. 50-9304553/21, motivo pelo qual o pedido inicial deve ser julgado improcedente.
A parte autora apresentou impugnação à contestação (ID 83987477).
As partes foram intimadas para produção de provas (ID 84271304), oportunidade em que a parte autora requereu o julgamento antecipado da ação (ID 84629223), enquanto o requerido pugnou pelo julgamento antecipado (ID 78129361).
Determinada a produção de prova pericial (ID 88204565), sua realização restou prejudicada ante à resistência do requerido em realizar o pagamento dos honorários periciais (ID 92007911).
Nestas condições me vieram conclusos os autos.
É o relatório. DECIDO.

2. Fundamentação

Versam os autos sobre ação de anulação de negócio jurídico c/c indenização por danos materiais e morais com pedido de antecipação de tutela.

Presentes as condições da ação, os pressupostos de constituição e desenvolvimento da relação processual, interesse processual e da legitimidade das partes, razão pela qual avanço no mérito.

A situação discutida demonstra que a instituição bancária assumiu o risco da contratação de crédito sem aferir a autenticidade da identificação da pessoa que requereu o serviço. Assim, é cabível a extensão da proteção do Código de Defesa do Consumidor ao terceiro (vítima) estranho à relação jurídica contratual.

Há relação de consumo por equiparação, enquadrada na hipótese de responsabilidade (objetiva) pelo fato do serviço, nos termos dos arts. 2o e 14 do CDC e da Súmula n° 479 do STJ cuja redação preconiza que: “As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias”.

Tratando-se de prova de fato positivo, cabia à ré demonstrar a regularidade da contratação do empréstimo consignado pela autora por meio de instrumento contratual por ela assinado, acompanhado de cópias de documentos pessoais, tal como costumeiramente são exigidos para operações desta natureza. A ré, todavia, não se desincumbiu do ônus probatório, limitando-se a alegar a regularidade do negócio jurídico sem demonstrá-la.

A respeito do mérito, depreende-se que o autor argumenta que não solicitou empréstimo junto à requerida. O requerido, por seu turno, aduz que a requerente efetuou a contratação, apresentando contrato n. 50-9304553/21, supostamente subscrito pela requerente.

Havendo a impugnação da assinatura aposta ao contrato, cabe àquele que produziu o contrato, in casu, o requerido, comprovar a sua autenticidade, conforme leitura do art. 429, inciso II do CPC. Tal entendimento é corroborado pelo posicionamento pacífico do STJ a respeito do tema:

PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - IRDR. ART. 256-H DO RISTJ C/C O ART. 1.037 DO CPC/2015. PROCESSAMENTO SOB O RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. CONTRATOS BANCÁRIOS DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS EM FOLHA DE PAGAMENTO. DISTRIBUIÇÃO DE ÔNUS DA PROVA. 1. As questões controvertidas consistem em definir se: 1.1) Independentemente da inversão do ônus da prova - que deve ser decretada apenas nas hipóteses autorizadas pelo art. 6º, VIII, do CDC, segundo avaliação do magistrado no caso concreto -, cabe à instituição financeira/ré, enquanto fato impeditivo e modificativo do direito do consumidor/autor (CPC, art. 373, II), o ônus de provar que houve a contratação do empréstimo consignado, mediante a juntada do contrato ou de outro documento capaz de revelar a manifestação de vontade do consumidor no sentido de firmar o negócio jurídico; 1.2) o consumidor/autor, quando alegar que não recebeu o valor do empréstimo, tem o dever de colaborar com a Justiça (CPC, art. 6º) e fazer a juntada do seu extrato bancário, embora este não deva ser considerado, pelo juiz, como documento essencial para a propositura da ação; 1.3) Nas hipóteses em que o consumidor/autor impugnar a autenticidade da assinatura constante do contrato juntado ao processo, cabe à instituição financeira/ré o ônus de prova essa autenticidade (CPC, art. 429 II), por meio de perícia grafotécnica ou mediante os meios de prova legais ou moralmente legítimos (CPC, art. 369). 2. Recurso especial afetado ao rito do art. 1.036 CPC/2015. (STJ - ProAfR no REsp: 1846649 MA 2019/0329419-2, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 25/08/2020, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 08/09/2020)

O requerido foi instado a providenciar a juntada do contrato original, bem como o pagamento dos honorários periciais para a realização do exame grafotécnico. Apesar de haver apresentado o documento original, o requerido recusou-se a realizar o pagamento dos honorários periciais, mesmo sendo intimado a fazê-lo (ID 90494761), em flagrante violação ao princípio da cooperação (art. 6º, art. 261, § 3º, ambos do CPC).

Nesse toar, em análise as assinaturas lançadas no documento de identificação (Registro Geral) e procuração, constata-se que são cabalmente divergentes da escrita constante no contrato de empréstimo juntado no ID 83208232.

Assim, aferível ictu oculi que são assinaturas diferentes, sendo prescindível a realização de perícia para tal desiderato, pois a assinatura da requerente diverge claramente daquela aposta ao contrato. Ademais, caberia ao requerido comprovar a autenticidade do documento impugnado (art. 429, inciso II, CPC). Entretanto, ao não efetuar o pagamento dos honorários para a realização do exame pericial, tal possibilidade restou prejudicada.

Desta feita, comprovada a fraude praticada mediante falsidade na assinatura, o banco deve arcar com os resultados decorrentes da disponibilização de produtos e serviços a terceiros, pois a responsabilidade decorre do risco do empreendimento, conforme inteligência da Súmula 479 do STJ.

Sendo este o caso, de rigor o reconhecimento da inexistência da relação jurídica entre as partes, cabendo responsabilização por parte da instituição financeira. Nesse sentido:

APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO CUMULADA COM DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. ALEGAÇÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO RECEBIDO PELA AUTORA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INCONFORMISMO DO BANCO REQUERIDO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE NÃO APRESENTOU CONTRATO CELEBRADO ENTRE AS PARTES, POR MEIO DO QUAL PODERIA SE COMPROVAR A ADESÃO A UM CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, COM MARGEM RESERVADA PARA PAGAMENTO DE FATURAS. DANO MORAL CARACTERIZADO. CONFIGURAÇÃO DA LESÃO AO DIREITO DE PERSONALIDADE DA AUTORA, CONSIDERANDO OS DESGASTES EM RAZÃO DE DESCONTO INDEVIDO EM SUA APOSENTADORIA, COM PRIVAÇÃO DE SEU PATRIMÔNIO. MANUTENÇÃO DO VALOR DA COMPENSAÇÃO NO IMPORTE DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), QUANTIA ESTA QUE SE AFIGURA RAZOÁVEL E PROPORCIONAL LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO O SEU CARÁTER COMPENSATÓRIO E PEDAGÓGICO E AS PECULIARIDADES DO CASO EM ANÁLISE. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SP - AC: 10007308420208260198 SP 1000730-84.2020.8.26.0198, Relator: Alberto Gosson, Data de Julgamento: 29/05/2021, 22ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/05/2021). Grifei.

Ademais, o requerido deve ressarcir o dano moral que deu causa, este decorrente de descontos, bem como da falha na prestação do serviço, de modo que os transtornos causados transpassam o simples aborrecimento, consoante entendimento jurisprudencial.

Nesse sentido, colaciono o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:

Cobrança. Descontos indevidos. Empréstimo consignado. Cartão de crédito consignado. Serviço não solicitado. Contrato não apresentado. Ônus do banco. Dano moral. Configuração. Pela dinâmica do ônus da prova, tratando-se de prova de fato negativo, cabe ao apelante comprovar que o consumidor tem conhecimento do contrato de RMC. Não comprovada a relação jurídica que embasa descontos e cobrança por cartão de crédito não solicitado, deve ser declarada a inexigibilidade do débito. Diante da conduta ilícita ou, no mínimo, negligente da instituição financeira, esta deve ser obrigada a ressarcir pelo dano moral que deu causa, este decorrente da falha na

prestação do serviço em realizar descontos e cobranças sem que haja respaldo legal para tanto. (TJ-RO - AC: 70011104120198220007 RO 7001110-41.2019.822.0007, Data de Julgamento: 07/05/2020). Grifei.

Gize-se que deve recair sobre o réu o prejuízo causado ao autor, considerando a responsabilidade objetiva decorrente do ramo de atividade desempenhado. A seguradora deve zelar pela lisura dos seus contratos, adotando técnicas e providências capazes de evitar fraudes.

Com isso, é devido o reconhecimento da inexistência do débito contraído em nome do requerente junto à seguradora. Os danos morais vindicados também são cabíveis, tendo em vista os transtornos suportados pela requerente que precisou acionar o judiciário para resolver seu conflito, o que poderia ter sido solucionado pelo requerido.

Para fins de arbitramento destaco o método bifásico adotado pelo STJ, onde inicialmente (1a fase) se analisa o valor básico de indenização e depois (2a etapa) a justaposição desse quantum às peculiaridades do caso concreto (gravidade do fato, culpabilidade do agente, eventual culpa concorrente da vítima, condição econômica das partes). Assim sendo:

(…) QUANTUM INDENIZATÓRIO. CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO EQUITATIVO PELO JUIZ. MÉTODO BIFÁSICO. VALORIZAÇÃO DO INTERESSE JURÍDICO LESADO E CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. O método bifásico, como parâmetro para a aferição da indenização por danos morais, atende às exigências de um arbitramento equitativo, pois, além de minimizar eventuais arbitrariedades, evitando a adoção de critérios unicamente subjetivos pelo julgador, afasta a tarifação do dano, trazendo um ponto de equilíbrio pelo qual se consegue alcançar razoável correspondência entre o valor da indenização e o interesse jurídico lesado, bem como estabelecer montante que melhor corresponda às peculiaridades do caso. 2. Na primeira fase, o valor básico ou inicial da indenização é arbitrado tendo-se em conta o interesse jurídico lesado, em conformidade com os precedentes jurisprudenciais acerca da matéria (grupo de casos). 3. Na segunda fase, ajusta-se o valor às peculiaridades do caso com base nas suas circunstâncias (gravidade do fato em si, culpabilidade do agente, culpa concorrente da vítima, condição econômica das partes), procedendo-se à fixação definitiva da indenização, por meio de arbitramento equitativo pelo juiz (…). (STJ; REsp 1.608.573; Proc. 2016/0046129-2; RJ; Rel. Min. Luis Felipe Salomão; Julg. 13/12/2018; DJE 19/12/2018; Pág. 14838)

O Sodalício Rondoniense, aliás, considera que "O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e o conceito social das partes" (TJRO; Processo nº 7013471-13.2016.822.0002; 2ª Câmara Cível; Relator do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia; Julgamento: 27/02/2019).

De acordo com a linha de entendimento adotada por este magistrado durante a judicatura, e considerando decisões proferidas em casos similares junto a este juízo, mostra-se justa e proporcional a condenação da ré em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de reparação pelos danos extrapatrimoniais.

O valor se considera justificado diante das circunstâncias e da obrigação de indenizar, decorrente da violação de direito da personalidade. Além do fato de o réu ter agido com desprezo, visto que não tomou nenhuma providência para evitar o prejuízo causado.

Nesse sentido:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS - FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - FORNECIMENTO DE INTERNET - MODEM FURTADO- TENTATIVA DE SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA FRUSTRADA - PERDA DE TEMPO ÚTIL DO CONSUMIDOR - DANOS MORAIS CONFIGURADOS - QUANTUM INDENIZATÓRIO - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO 1. Diante da comprovada falha na prestação dos serviços e das tentativas infrutíferas de solucionar o problema administrativamente, a outra conclusão não se chega senão a de que o incômodo sofrido pelo consumidor ultrapassou meros dissabores do cotidiano, motivo pelo qual faz jus à indenização por danos morais. 2. A jurisprudência dos tribunais vem acompanhando a doutrina que reconhece a responsabilidade civil por danos morais em decorrência do desvio produtivo do consumidor, ou pela perda do tempo útil do consumidor. 3. A indenização por danos morais deve proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, sem enriquecimento sem causa, produzindo no ofensor impacto suficiente para dissuadi-lo de igual e semelhante atentado. 4. Recurso conhecido e não provido. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.21.192783-5/001, Relator(a): Des.(a) Shirley Fenzi Bertão , 11ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 27/10/2021, publicação da súmula em 27/10/2021) Grifei.

Destarte, à vista das decisões proferidas neste juízo e analisando as circunstâncias dos autos, mostra-se justa e proporcional a condenação do réu ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) como verba indenizatória.

3. Dispositivo

Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais, propostos por FRANCISCO SANTINONI em face de BANCO DAYCOVAL S/A, para DECLARAR a inexistência de relação jurídica entre as partes referentes ao contrato n. 50-9304553/21, bem como CONDENAR o requerido a pagar indenização por danos morais, que arbitro em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com incidência de correção monetária partir do arbitramento (Súmula 362 do STJ) e juros a partir do evento danoso (art. 398 do CC e Súmula 54 do STJ) e DETERMINAR a repetição de indébito das parcelas indevidamente descontadas, que deverão ser acrescidos de juros de 1% e corrigidos monetariamente desde efetivo desconto a partir de cada desconto indevido (Súmulas 43 e 54, STJ, art. 398 do CC), que será apurado em fase de liquidação de sentença.

DEFIRO a tutela de urgência pleiteada, para DETERMINAR a cessação imediata dos descontos no benefício previdenciário da parte autora, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação de multa diária pelo descumprimento, no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), sem prejuízo de eventual majoração. O valor da multa será revertido em favor da parte autora..

Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, no equivalente de 10% do valor atualizado da condenação, o que faço com fulcro no artigo 85, § 2º do CPC.

Declaro extinto o feito com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do CPC.

Transitada esta em julgado, nada sendo requerido, arquivem-se.

P.R.I.C.

Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023

José de Oliveira Barros Filho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7004950-52.2021.8.22.0019
Classe: Execução de Título Extrajudicial

Polo Ativo: COOPERATIVA DE CREDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RODRIGO TOTINO, OAB nº RO6338, PROCURADORIA DA SICOOB CENTRO - COOPERATIVA DE CRÉDITO DO CENTRO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: CRISTIANO DA SILVA MARTINS
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Defiro o pedido retro.
Expeça-se ofício de transferência de valores para conta indicada na petição de ID 93176954.
Oficie-se o IDARON para que encaminhe a este juízo, no prazo de 15 dias, caso haja cadastro, relatório com o saldo de semoventes registrados em nome do executado CRISTIANO DA SILVA MARTINS, CPF 977.174.602-20, bem como a localização de animais, se houver.
Com a resposta, intime-se a parte exequente para manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de cinco (5) dias, apresentando cálculo atualizado do débito.
Pratique-se o necessário.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO AO IDARON.
Machadinho do Oeste/RO, 14 de Julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7004123-07.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: K. R. D. P. M., E. F. D. P. M.
ADVOGADO DOS AUTORES: ALINE SILVA DE SOUZA, OAB nº RO6058
Polo Passivo: A. F. D. P.
ADVOGADOS DO REU: SUELY LEITE VIANA VAN DAL, OAB nº RO8185, DIEGO VAN DAL FERNANDES, OAB nº RO9757
DESPACHO
Vistos, etc.
Em que pese a parte autora já ter se manifestado acerca das provas que deseja produzir, verifico a ausência de intimação do requerido para tanto.
Assim, visando evitar futuras arguições de nulidade, INTIME-SE o requerido para, querendo, e no prazo de 10 (dez) dias, especifique eventuais provas que pretenda produzir, justificando sua necessidade e pertinência, ressaltando que serão desconsiderados os pedidos genéricos formulados nesse sentido.
Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos para saneamento.
Cumpra-se.
Pratique-se o necessário.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7001566-13.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: OTAVINA RAIMUNDA DA CONCEICAO SOUSA
ADVOGADO DO AUTOR: LEIDIANE BERNARDO DA COSTA, OAB nº RO11005
Polo Passivo: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S/A, BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DOS REU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, PROCURADORIA BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, BRADESCO
DESPACHO
Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, informem as provas que pretendem produzir, justificando fundamentada a sua necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento, sendo desconsideradas alegações genéricas.
Havendo interesse na produção probatória, tornem os autos conclusos para Decisão Saneadora.
Não havendo interesse, conclusos para Julgamento.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Processo n.: 7000034-04.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:

AUTOR: FRANCISCO SANTINONI, AVENIDA GETULIO VARGAS 4466 CENTRO - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: VIVIANE MATOS TRICHES, OAB nº RO4695
SIMONI DE MATOS LOPES, OAB nº RO10406
REU: MBM PREVIDENCIA PRIVADA, DOS ANDRADAS 772, CENTRO PORTO ALEGRE - 90020-008 - PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO DO REU: FABRICIO BARCE CHRISTOFOLI, OAB nº RS67502
Valor da causa:R$ 10.698,60
DECISÃO
Vistos, etc.
Cuida-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c tutela de urgência, reparação por danos morais e materiais e repetição de indébito proposta por FRANCISCO SANTINONI em face de MBM PREVIDENCIA PRIVADA, todos devidamente qualificados nos autos em epígrafe.
Aduz a parte autora, em breve síntese, que possui um benefício previdenciário no valor de um salário mínimo, do qual estão sendo descontados, de forma mensal, valores referentes a seguro que não teria contratado, totalizando o montante de R$ 349,30 (trezentos e quarenta e nove reais e trinta centavos). Aduz ainda que a cobrança é indevida e está lhe causando prejuízos, por ser sua única fonte de renda. Pugnou, em sede liminar, para que os descontos fossem cessados, e, no mérito, pleiteou a condenação dos requeridos ao pagamento de danos materiais, repetição de indébito e danos morais.
Decisão inicial (ID. 86159961).
Contestação (ID. 88176357).
Réplica (ID. 89375362).
Intimadas as partes para a produção de provas (ID. 89597656), a parte autora pleiteou a produção de perícia grafotécnica (ID. 89748743), enquanto a requerida pugnou pelo julgamento antecipado do feito (ID. 89970685).
Nessas condições, vieram-me conclusos os autos. É o relatório do necessário.
Compulsando os autos, verifica-se que não se trata de hipótese de extinção ou julgamento antecipado, razão pela qual passo a proferir decisão de saneamento (art. 357, CPC).
Antes de adentrar ao mérito, passo a análise da preliminar arguidas.
1. Delimitação das questões de fato e de direito - distribuição do ônus da prova - produção de prova pericial
Observo que os danos alegados pelo autor se enquadram no chamado defeito ou fato do serviço, previsto no art. 14 do Código de Defesa do Consumidor: “O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.”
Tratando-se de fato do serviço, a inversão do ônus da prova se opera ope legis, é dizer, a própria legislação prevê que, para não ser responsabilizado, caberá ao fornecedor comprovar que tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, ou, a ocorrência de culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (art. 14, §3º, CDC). Verifica-se, portanto, que o ônus da prova fora invertido em favor da autora, por expressa previsão legal.
Sendo assim, em relação ao mérito, fixo como pontos controvertidos:
A existência de relação jurídica entre as partes; A existência de débitos; A veracidade da assinatura aposta no contrato firmado junto à ré; O preenchimento dos requisitos autorizadores da responsabilidade civil. O ônus da prova, quando se tratar de impugnação da autenticidade de assinatura, recai sobre à parte que produziu o documento (art. 429, II, CPC), de modo que, ao caso concreto, a perícia grafotécnica deverá ser custeada pela parte requerida. Neste diapasão, colaciono o seguinte precedente:
APELAÇÃO. CONTRATOS DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADOS. 1) Ação declaratória de inexistência de relação jurídica e de reparação por danos morais. Alegação inicial de que não houve a contratação de dois cartões de crédito com margem consignável e que as assinaturas não são autênticas, foram falsificadas. 2) Relação e consumo. Cabe ao banco (e não ao autor) o ônus da prova quanto à existência e validade dos contratos, em especial acerca da autenticidade da assinatura do autor. Error in procedendo. Sentença anulada, para que o Banco tenha oportunidade de produzir a perícia técnico-grafológica, para provar a existência e validade dos contratos. - Sentença anulada de ofício, com prejuízo do recurso do autor (TJ-SP - AC: 10154664420198260004 SP 1015466-44.2019.8.26.0004, Relator: Edgard Rosa, Data de Julgamento: 20/05/2021, 22ª Câmara de Direito Privado, Data de publicação: 21/05/2021).
Considerando a necessidade de perícia técnica para se chegar ao correto e justo deslinde da causa, DETERMINO a sua produção. Para a realização dos trabalhos periciais, NOMEIO a Sra. PAULA CIUFA MENOSSI, na qualidade de PERITA JUDICIAL GRAFOTÉCNICA, podendo ser encontrada na Rua Bou Gain, n° 3034 (sala 02), Setor 04 - Ariquemes/RO - CEP: 76873-409, FONE: (69) 3535-5461 / (69) 99223-0690, e-mail: paulinha_ciufa@hotmail.com.
Cientifique a expert de sua nomeação, para que informe se aceita o encargo, o valor de seus honorários, atribuindo-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para resposta. Poderão as partes, no 15 (quinze) dias a contar da aceitação do encargo, impugnarem a nomeação, indicarem assistentes técnicos e formularem quesitos.
Intime-se o requerido para que deposite em cartório, no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, na forma do art. 400 do Código de Processo Civil, o documento original assinado pelo autor, bem como para que promova o depósito integral dos honorários periciais.
Oportunamente, adverte-se ao requerido que restando prejudicada a produção da prova pericial designada, seja pela não realização do depósito dos honorários periciais ou pela não entrega do contrato original, o processo será julgado no estado em que se encontra.
Comprovada a realização do depósito dos honorários, intime-se o(a) Sr.(a). Perito(a) para que indique a data, horário e local da realização da perícia, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias após a data de realização da perícia designada.
Dê-se ciência do laudo as partes, no prazo comum de 15 (quinze) dias (art. 477, §1°, CPC).
Por fim, retornem os autos conclusos para deliberação.
2. Saneamento e Organização do Feito
Resolvidas as questões processuais pendentes, delimitadas as questões de fato e definida a distribuição do ônus da prova. DECLARO O FEITO SANEADO E ORGANIZADO (art. 357, CPC).
Cientifiquem-se as partes que, uma vez realizado o saneamento processual, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ao juízo ou de solicitar ajustes na presente decisão, por meio de simples petição sem caráter recursal, no prazo de 05 (cinco) dias, após o qual ocorrerá a estabilização da decisão (art. 357, §1°, CPC).

Solicitados ajustes ou esclarecimentos na presente decisão, conclusos para análise e deliberação.
Decorrido o prazo supracitado in albis, deverá a CPE certificar a estabilidade desta decisão e cumpri-la em sua íntegra.
Intimem-se partes.
Cumpra-se. Pratique o necessário.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7000476-67.2023.8.22.0019
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI, 15 DE NOVEMBRO 140 JARDIM TROPICAL - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ELLEN DORACI WACHIESKI MACHADO, OAB nº RO10009
EXECUTADOS: GUSTAVO AVILA DOS SANTOS, RUA DOS COQUEIROS 3977 UNIÃO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA, MERCADO CENTRAL COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA, AV DIOMERO MORAES BORBA 2870 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
A pesquisa de valores via SISBAJUD (teimosinha) retornou PARCIALMENTE CUMPRIDA, sendo bloqueado o valor de R$ 2,023.39 (dois mil e vinte e três reais e trinta e nove centavos), conforme espelho anexo.
Intime-se o executado para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, § 3°, do CPC.
Decorrido o prazo sem manifestação, fica convertido o bloqueio em penhora, ficando desde já deferido a expedição de alvará ou ofício de transferência de valores.
Assim, determino que o exequente se manifeste quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias.
Expeça-se o necessário.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7002794-23.2023.8.22.0019
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE
Polo Passivo: RAIMUNDA FREIRE DE MENDONCA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
Cite-se o executado por mandado para, no prazo de 05 (cinco) dias pagar a dívida de R$ 8.767,41 (oito mil, setecentos e sessenta e sete reais e quarenta e um centavos) ou garantir a execução. Em caso de pronto pagamento, fixo honorários de advogado em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.
Não paga a dívida ou não garantida a execução, penhore-se/arreste-se tantos bens quantos bastem à grantia integral da dívida, avaliando-se, no ato, os bens penhorados ou arrestados, nos termos do artigos 7° e 10° da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
A penhora ou arresto de bens deverá obedecer a ordem estabelecida pelo art. 11 da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
Formaliza a penhora ou arresto por qualquer dos meios legais, INTIME-SE o executado IMEDIATAMENTE, nos termos do art. 841 e §§° do Código de Processo Civil. Se a penhora recair sobre bem imóvel, INTIME-SE o cônjuge para tomar conhecimento e NOTIFIQUE-SE eventual terceiro que estiver em sua posse dos termos da presente demanda.
Não havendo interposição de embargos pelo executado no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação da penhora, intime-se o exequente para manifestar-se quanto a avaliação dos bens.
Não localizados o executado ou existência bens penhoráveis, intime-se a parte exequente para se manifestar em 10 (dez) dias, sob pena de suspensão/arquivamento do feito.
Pratique o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br

Processo: 7000853-38.2023.8.22.0019
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: GENILDA PEREIRA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: CARINE MARIA BARELLA RAMOS - RO0006279A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação AUTOR
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, a manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da proposta de acordo apresentada pelo requerido. Caso não aceite, fica intimada, em igual prazo, para impugnar a contestação.
Machadinho D'Oeste-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo : 7001218-92.2023.8.22.0019
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: MESSIAS ONORIO DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: EVANDRO ALVES DOS SANTOS - PR0052678A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação PARTES
Ficam as partes, por meio de seu Advogado(a)/procurador, intimadas para, querendo, apresentar outros quesitos e indicar assistentes técnicos.
Prazo: 05 (cinco) dias / Fazenda Pública: 10 (dez) dias.
Machadinho D'Oeste-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo: 7000615-53.2022.8.22.0019
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: MARIA HELENA DE OLIVEIRA ARAUJO
Advogado do(a) AUTOR: VIVIANE MATOS TRICHES - RO4695
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação AUTOR - PROSSEGUIMENTO DO FEITO
Fica a PARTE AUTORA intimada para se manifestar em termos de prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento/extinção.
Machadinho D'Oeste-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Processo : 7004593-38.2022.8.22.0019
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES - RO4875-A
EXECUTADO: PEDRO EDUARDO SEVERINO e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, comprovar o recolhimento das custas da diligência requerida no ID 89978213, bem como requerer o que entender de direito, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo: 7001897-63.2021.8.22.0019
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)

REQUERENTE: SANDRO BROISLER DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: CHARLES AUGUSTO PETRAUSKAS - PR99043
EXCUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Ficam as partes, por meio de seu Advogado(a)/procurador, intimadas para, querendo, apresentar outros quesitos e indicar assistentes técnicos.
Prazo: 15 (quinze) dias / Fazenda Pública: 30 (trinta) dias.
Machadinho D'Oeste-RO, 17 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Processo : 7002792-92.2019.8.22.0019
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) EXEQUENTE: ITALO SCARAMUSSA LUZ - ES9173
EXECUTADO: ANA RAQUEL DA COSTA ANDRADE e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, conforme determinado decisão de ID 91905856, bem como requerer o que entender de direito, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo: 7004900-26.2021.8.22.0019
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: ELIANE TOLEDO MENDONCA
Advogado do(a) EXEQUENTE: CARINE MARIA BARELLA RAMOS - RO0006279A
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação AUTOR - PROSSEGUIMENTO DO FEITO
Fica a parte EXEQUENTE intimada, por seu patrono, para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias, informando se há interesse no feito ou se a obrigação encontra-se satisfeita, sob pena de presunção da quitação da obrigação e arquivamento/extinção do feito.
Machadinho D'Oeste-RO, 17 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7002739-43.2021.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: ANIVALDA RIBEIRO DE FREITAS
ADVOGADO DO AUTOR: ELIANE PAULA DE SOUZA ARAUJO, OAB nº RO8754
Polo Passivo: BANCO BMG S.A.
ADVOGADOS DO REU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, Procuradoria do BANCO BMG S.A
DECISÃO
À CPE para certificação acerca de eventuais pendências.
Nada pendente, arquive-se.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7003892-77.2022.8.22.0019
REQUERENTE: MERCANTIL NOVA ERA LTDA, AV. CONSTITUIÇÃO 1232 TRIÂNGULO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LUIS SERGIO DE PAULA COSTA, OAB nº RO4558, PAULA THAIS ALVES ISERI, OAB nº RO9816
REQUERIDO: MERCADO CENTRAL COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA, AV DIOMERO MORAES BORBA 2870 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Defiro o pedido de penhora online de valores por meio do sistema SISBAJUD.
Nesta data, procedi a inclusão da pesquisa de ativos junto ao SISBAJUD na modalidade "Teimosinha", pelo período de 30 (trinta) dias, conforme espelho anexo.

Decorrido o prazo de 30 dias, tornem os autos conclusos para a pasta “Decisão JUD’S”.
Intime-se.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D’Oeste

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7000790-13.2023.8.22.0019
AUTOR: EUNICE LOUREIRO AZARIAS, LJ-08 Lote 339, PA-LAJES ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D’OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: PATRICIA MENDES DE OLIVEIRA FORTES, OAB nº RO4813A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos e examinados.
I - RELATÓRIO
Trata-se de ação proposta por EUNICE LOURENÇO AZARIAS em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS. Narrou a autora que laborou nas lides rurais por mais de 15 anos, sendo segurada especial da previdência, e que atingiu a idade necessária para que lhe seja concedida aposentadoria rural por idade. Alega que requereu na via administrativa em 06.12.2022 a concessão do benefício, contudo, foi negado sob argumento de falta de comprovação de atividade rural. Juntou documentos.
Despacho inicial (ID 89860253). Deferida a gratuidade judiciária.
Citada, a parte requerida apresentou contestação, que em linhas gerais descreveu os requisitos para a concessão do benefício pleiteado, pugnando ao final pela improcedência do pedido (ID 91523561)
Houve réplica à contestação (ID 91613958).
Instadas a manifestar quanto ao interesse na produção de provas a parte autora pugnou pela oitiva de testemunhas.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório. Fundamento e Decido
II – FUNDAMENTAÇÃO
Não há preliminares a serem apreciadas. Assim, vislumbro presente os pressupostos processuais e as condições da ação necessários ao desenvolvimento válido e regular do processo, não havendo questões preliminares ou prejudiciais de mérito pendentes de serem analisadas, passa-se ao exame do mérito.
De proêmio, destaco que, embora a parte autora tenha manifestado interesse na produção de prova testemunhal, não vislumbro a necessidade de designação de audiência de instrução uma vez que a prova documental coligida ao feito restou suficiente para o livre convencimento deste Juízo.
Além disso, não se olvida que o destinatário final da prova é o Juiz, sendo certo que em casos previdenciários semelhantes esta magistrada tem entendido pela necessidade de produção de prova testemunhal somente quando a prova documental se mostra frágil e/ou descontínuada quanto ao período de carência necessária para a demonstração das atividades rurais, sendo nestes casos necessárias a complementação através da prova testemunhal.
No caso em tela, o acervo documental se mostra suficiente para a análise do pedido. Assim primando pelo atendimento do princípio constitucional quanto a duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII) e por não vislumbrar nenhuma violação ao livre contraditório e ampla defesa, passo ao julgamento antecipado do mérito, nos termos do artigo 355, inciso I, do CPC.
Consoante se depreende dos preceitos trazidos pelos artigos 48, 142 e 143 da Lei n. 8.213/91, a concessão da aposentadoria por idade de empregado rural, segurado obrigatório nos termos do art. 11, I, “a” do mesmo diploma, sujeita-se, tão somente, aos seguintes requisitos: idade mínima de 60 (sessenta) anos, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos, se mulher, e a comprovação do exercício de atividade rural, ainda que descontínuo, durante o período imediatamente anterior ao requerimento do benefício ou do implemento das condições para o benefício, e por tempo igual ao da correspondente carência.
Vislumbra-se, pois, ter o legislador optado por reduzir os parâmetros ordinários do requisito idade, para se lograr aposentadoria, em favor dos trabalhadores rurais, se comparados aos limites contidos no caput do art. 48 da lei de regência. Aliás, a citada sistemática legal, no que se refere aos rurais enquanto segurados obrigatórios, abrange tanto os trabalhadores empregados (art. 11, I, “a”,) como aqueles que desenvolvem atividade rural individualmente ou em regime de economia familiar (art. 11, VII, e par. 1º).
No particular, oportuna a lição de IVAN KERTZMAN, que esclarece que:
“A redução de cinco anos para os trabalhadores rurais abrange todas as categorias de segurados, bastando, para isso, exercer atividade tipicamente rural. Desta forma, estão incluídos os empregados rurais, avulsos rurais, contribuintes individuais rurais e o garimpeiro”; “a carência para concessão deste benefício é de 180 (cento e oitenta) contribuições mensais. A comprovação do efetivo exercício de atividade rural para fins de redução da idade exigida será feita em relação aos meses imediatamente anteriores ao requerimento do benefício, mesmo que de forma descontínua, durante período igual ao da carência exigida”. É dizer: “a carência para os segurados especiais é substituída pela comprovação do exercício de atividade rural por período igual ao número de meses correspondente à carência do benefício requerido”. (in “Curso Prático de Direito Previdenciário”, 2ª edição, pg. 285, editora Podivm).
A jurisprudência pátria já se encontra pacificada, consoante julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça, de que são exemplos os seguintes excertos:
“RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. EXERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL. PERÍODO A SER COMPROVADO. REQUISITOS IDADE E INÍCIO DE PROVA MATERIAL, CORROBORADA POR ROBUSTA PROVA TESTEMUNHAL IDÔNEA E HARMÔNICA, SATISFEITOS. I. O trabalhador rural pode requerer aposentadoria por idade, no valor de 1 (um) salário mínimo, durante o prazo de 15 (quinze) anos contados da promulgação da Lei Federal nº 8.213/91. Para tanto, deverá comprovar o exercício da atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao mês em que cumprir o requisito idade, em número de meses idêntico à carência exigida para a concessão do benefício. II. Não se deve exigir do segurado

rural que continue a trabalhar na lavoura até às vésperas do dia do requerimento do benefício de aposentadoria por idade, quando ele já houver completado a idade necessária e comprovado o tempo de atividade rural em número de meses idêntico à carência do benefício. III. A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação de atividade rural, para efeitos de obtenção de benefício previdenciário, devendo ser acompanhada de um início de prova material (Súmula nº 149 deste e. STJ). IV. Todavia, "é prescindível que o início de prova material abranja necessariamente o número de meses idêntico à carência do benefício no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, desde que a prova testemunhal amplie a sua eficácia probatória ao tempo da carência, vale dizer, desde que a prova oral permita a sua vinculação ao tempo de carência." (AgRg no REsp 945.696/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJe 7/4/2008). Recurso especial provido." (REsp 1115892/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 13/08/2009, DJe 14/09/2009)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADO POR PROVA TESTEMUNHAL. EXISTÊNCIA. COMPROVADO EFETIVO DESEMPENHO DE ATIVIDADE RURAL NO PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO, NOS TERMOS DO ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O trabalhador rural pode requerer aposentadoria por idade, no valor de 1 (um) salário mínimo, durante o prazo de 15 (quinze) anos contados da promulgação da Lei Federal nº 8.213/91. Para tanto, deverá comprovar o exercício da atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao mês em que cumprir o requisito idade, em número de meses idêntico à carência exigida para a concessão do benefício. 2. In casu, há início de prova material corroborado por prova testemunhal no sentido de que o autor efetivamente exerceu atividade rural no período anterior ao do ajuizamento da ação, durante o período de carência. 3. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 695.729/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 29/09/2009, DJe 19/10/2009)

Na hipótese dos autos, observa-se que a requerente nasceu em 26.11.1967 (id 88003095) preenchendo, portanto, o requisito etário em 2022, requerente atingido a idade mínima para se aposentar 55 (cinquenta e cinco) anos.

Demonstrado o preenchimento do primeiro requisito previsto na legislação previdenciária faz-se necessário analisarmos os demais requisitos para obter o benefício vindicado qual seja: comprovar atividade rural durante o período de 180 (cento e oitenta) meses – quinze anos.

Com efeito, atualmente a requerente já conta 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, e as provas trazidas aos autos comprovam satisfatoriamente sua condição de segurada obrigatória enquanto ruralista. Logrou ela comprovar satisfatoriamente sua condição de segurada especial, decorrente do efetivo exercício de atividade rurícola, como lavradora, em regime de economia familiar – já que em condições de mútua dependência e colaboração com os demais membros da família -, desde o casamento até a data do implemento das condições necessárias ao benefício, o que preserva, de igual forma, o requisito atividade rural durante o período de carência legal.

Quanto ao rol documental apto à comprovação do requisito prova material idônea a proporcionar a certeza do fato constitutivo, nos termos do artigo 106 da lei federal nº 8.213/91, a requerente trouxe aos autos os seguintes documentos: Declaração de rebanho, emitida em 11.10.2021; Certidão do TRE, emitida em 11.10.2021; Nota fiscal da venda de produtos, emitida em 23.04.2021; certidão de casamento, na qual consta a profissão de agricultor, lavrada em 07.11.1986; comprovante de endereço rural; declaração de atendimento pela agência EMATER, dando conta de que desde o ano de 2002, atende a unidade familiar; nota fiscal da compra de produtos agrícolas, emitida em 18.10.2022; nota fiscal da venda de leite, emitida em 31.01.2021; 18.02.2020; 31.03.2019; declaração de aptidão do PRONAF, datada de 21.05.2018; nota fiscal da venda de bovinos, emitida em 03.08.2017; nota fiscal da compra de produtos, emitida em 20.04.2016; ficha de matrícual escolar, entre o período de 2000 a 2018; cadastro de marca, datado de 28.04.2004; contrato particular da compra e venda de imóvel, firmado em 25.09.2002; recibo de entrega do ITR, referente ao ano de 2009 a 2022, entre tantos outros, dos quais reconheço como comprovação de atividade rural.

Nesse sentido, entende a jurisprudência dominante que a lista de documentos constantes do artigo 106 da lei federal nº 8.213/91, não ser taxativo, mas meramente exemplificativo, a admitir, pois, integração mediante escritos outros, sinalizadores do exercício de atividade rural.

Tal posicionamento assume higidez constitucional por buscar a preservação do princípio do livre convencimento motivado do juízo, além de prestigiar as particularidades fenomenológicas da vida do ruralista no campo, marcada por agruras, informalidade extrema, dificuldades de toda ordem, e predominante ausência de instrução. Seus trabalhadores costumam laborar em atividades visando à pura subsistência, de maneira que, quando advém-lhes a senilidade, são obrigados a comprovar o labor de toda uma vida, por meio de documentos pouco acessíveis e de importância costumeiramente menosprezada, com vistas a atender às regras do sistema previdenciário em vigor.

Diante de tal contexto, deve o magistrado, em casos tais, valer-se, também, de critérios de razoabilidade e proporcionalidade, bem assim em coro com as máximas da experiência, diante do que ocorrer na realidade pátria costumeira.

Ademais, cumpre ponderar, no tocante à documentação trazida, que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Federal - 1ª Região consolidou-se no sentido de admitir a simples certidão de casamento como prova material relevante para fomentar a concessão do benefício vindicado, desde que dela conste, ao menos, a profissão do marido como trabalhador rural, como ocorre no caso em julgamento, para o início da contagem do tempo aquisitivo. É que, neste caso, a condição de rurícola da esposa é presunção natural que decorre da atividade desenvolvida pelo consorte.

Neste diapasão cito ainda:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE TRABALHO RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. HISTÓRICO ESCOLAR. CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO DOS FILHOS. VALIDADE. PUIL PROVIDO. 1. DOCUMENTOS ESCOLARES DO SEGURADO OU SEUS DESCENDENTES EMITIDOS POR ESCOLA RURAL CONSTITUEM INÍCIO DE PROVA MATERIAL, COMO HÁ MUITO JÁ ASSENTADO POR ESTA TURMA NACIONAL. 2. TAMBÉM AS CERTIDÕES DE NASCIMENTO E CASAMENTO DOS FILHOS, QUE INDIQUEM A PROFISSÃO RURAL DE UM DOS GENITORES, CONFIGURA INÍCIO DE PROVA MATERIAL, COMO ALÍÁS, JÁ DECIDIU O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 3. TESE: CONSTITUEM INÍCIO DE PROVA MATERIAL DA CONDIÇÃO DE TRABALHADOR RURAL: (I) DOCUMENTOS ESCOLARES DO SEGURADO OU SEUS DESCENDENTES EMITIDOS POR ESCOLA RURAL; E (II) CERTIDÕES DE NASCIMENTO E CASAMENTO DOS FILHOS, QUE INDIQUEM A PROFISSÃO RURAL DE UM DOS GENITORES. 4. PUIL PROVIDO. (TNU - Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei (Turma): 50006367320184025005500063673201840250005, Relator: FABIO DE SOUZA SILVA, TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO, Data de Publicação: 23/11/2020) Original sem grifos.

No caso em tela, a prova material encartada ao feito demonstra com clareza que a requerente sempre laborou com atividades campesinas em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, produzindo o suficiente para o próprio sustento, bem como a comprovação de que as atividades rurais se mantém até o presente momento.

Destarte, conclui-se, portanto, que a requerente pode ser enquadrada na categoria de segurado especial, na condição de produtora rural ou assemelhado, desenvolvendo atividade profissional em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, conforme diretrizes do artigo 12, inciso VII, da lei nº 8.212/91.
Concernente ao valor do benefício, nos termos dos arts. 39, inc. I, e 143, da Lei nº 8.213/91, certo é que deverá alçar o de 1 (um) salário mínimo, observando a nova regra de acumulação de benefício, caso a requerente ainda perceba a pensão por morte.
No tocante ao seu termo inicial, é sabido ser devido a partir da data do requerimento administrativo perante a autarquia previdenciária (art. 49 da Lei nº 8.213/91).
Na hipótese dos autos, tem-se protocolo administrativo em 06.12.2022, conforme Id. 88003096, devendo o pagamento do benefício retroagir a tal termo e a regra de acumulação de benefícios a contar da Vigência da Emenda constitucional de nº. 103.
III - DISPOSITIVO.
Diante do quanto exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais da ação proposta pela parte autora e por conseguinte:
1) CONDENO o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL a IMPLANTAR o benefício de aposentadoria por idade de trabalhador rural, à requerente, no importe de 01 (um) salário-mínimo mensal, devido a partir da data do requerimento na via administrativa (dia 06.12.2022 – ID 88003096), inclusive 13º salário,
2) PAGAR os valores retroativos à referida data, no valor do salário-mínimo, cujos valores deverão ser acrescidos de correção monetária e juros de mora nos termos do Manual de orientação de procedimentos para os cálculos na Justiça Federal.
3) Por fim, considerando que restou demonstrada a evidência do direito da parte autora e o perigo de dano, tendo em vista o caráter alimentar do benefício em questão, CONCEDO A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, para determinar que a requerida implante o benefício no prazo de 30 dias. INTIME-SE o requerido para que implante o benefício no prazo de 30 dias.
Deixo de condenar o requerido ao pagamento de custas processuais, uma vez que se trata de autarquia federal que goza de isenção, nos termos do artigo 5º, I, da Lei Estadual nº 3.896/16. No entanto, CONDENO-O ao pagamento dos honorários em favor do advogado da parte autora, os quais fixo em 10% sobre as parcelas vencidas até a sentença, conforme artigo 85, §3º, I, do CPC e Súmula 111 do STJ.
Como o benefício previdenciário em atraso não ultrapassa 1.000 salários-mínimos, esta sentença não está sujeita ao duplo grau de jurisdição do art. 496, I, do CPC. Não se aplicando também a Súmula 490 do STJ por se tratar de simples cálculos que não ultrapassam o valor fixado na norma do art. 496, §3º, I, do CPC.
Havendo recurso, INTIME-SE a parte contrária para contrarrazões no prazo de 15 dias. Se houver, também, recurso adesivo, à parte contrária para contrarrazões. Após, tudo conforme o art. 1.010 e seguintes do CPC, REMETA-SE ao E. TRF1.
De outro lado, não havendo recurso voluntário, CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado e aguarde-se execução por trinta dias. Findo este prazo sem manifestação, arquive-se com as baixas devidas.
P. R. I. C.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO.
Machadinho D'Oeste,17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7001270-88.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: SUZANA PAULA DE SOUZA
ADVOGADO DO AUTOR: CASSIA FRANCIELE DOS SANTOS, OAB nº RO9503A
Polo Passivo: BANCO VOTORANTIM S/A, AV. DAS NAÇÕES UNIDAS 14171, TORRE A, 8º ANDAR, CONJUNTO 82 VILA GERTRUDES - 04794-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA BANCO VOTORANTIM S.A
DESPACHO
Vistos.
Compulsando os autos, verifico não haver comprovação de citação eficaz da parte requerida.
A fim de evitar arguições de nulidade e cerceamento de defesa, CITE-SE o requerido dos termos da presente ação para, querendo, apresentar contestação no prazo legal.
Decorrido o prazo para contestação, deverá a parte autora se manifestar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais.
Ultimadas as providências retro, voltem os autos conclusos para deliberação.
Intimem-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA / MANDADO / OFÍCIO / NOTIFICAÇÃO, ETC.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho

Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Processo n.: 7000849-98.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:
AUTOR: LOURIVAL GODOI DE OLIVEIRA, LINHA TB 05, KM 04, GLEBA TABAJARA 02, CHÁCARA BOA ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DANILO JOSE PRIVATTO MOFATTO, OAB nº RO6559

REU: SEBRASEG CLUBE DE BENEFICIOS LTDA, NOVE DE JULHO 3228, SALA 404 - B JARDIM PAULISTA - 01406-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO, BANCO BRADESCO S.A., - 76872-854 - ARIQUEMES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: SOFIA COELHO ARAUJO, OAB nº DF40407, DANIEL GERBER, OAB nº DF47827, PAULO EDUARDO PRADO, OAB nº RO4881, BRADESCO
Valor da causa:R$ 10.531,50
DECISÃO
Vistos, etc.
Cuida-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c tutela de urgência, reparação por danos morais e materiais e repetição de indébito proposta por LOURIVAL GODOI DE OLIVEIRA em face de SEBRASEG CLUBE DE BENEFICIOS LTDA, BANCO BRADESCO S.A., todos devidamente qualificados nos autos em epígrafe.
Aduz a parte autora, em breve síntese, que possui um benefício previdenciário no valor de um salário mínimo, do qual estão sendo descontados, de forma mensal, valores referentes a seguro que não teria contratado. Aduz ainda que a cobrança é indevida e está lhe causando prejuízos, por ser sua única fonte de renda. Pugnou, em sede liminar, para que os descontos fossem cessados, e, no mérito, pleiteou a condenação dos requeridos ao pagamento de danos materiais, repetição de indébito e danos morais.
Decisão inicial (ID. 89679297).
Contestação do requerido Bradesco (ID. 90669341).
Contestação do requerido SEBRASEG (ID. 90764166).
Réplicas (ID. 91831430 e 91831431).
Intimadas as partes para a produção de provas (ID. 92153280), a parte autora pleiteou a produção de perícia grafotécnica (ID. 92153280).
Os requeridos pugnaram pelo julgamento antecipado (ID. 92798038 e 92949175).
Nessas condições, vieram-me conclusos os autos. É o relatório do necessário.
Compulsando os autos, verifica-se que não se trata de hipótese de extinção ou julgamento antecipado, razão pela qual passo a proferir decisão de saneamento (art. 357, CPC).
Antes de adentrar ao mérito, passo a análise da preliminar arguidas.
1. Questões processuais pendentes/Preliminares/Prejudiciais de Mérito
Ausência de documento essencial (Bradesco): Após análise atenta dos autos, vislumbro não prosperar a preliminar de falta de interesse em agir arguida, quando a peça atendeu aos requisitos dos artigos 319 e 320 do Código de Processo Civil, contendo os fatos, a causa de pedir, o pedido, com especificação suficiente para caracterização da pretensão, seus fundamentos, bem como da narração dos fatos decorre logicamente a conclusão. Além disso, o autor apresentou documentos suficientes para a propositura da demanda, tais como os documentos pessoais e os descontos impugnadas, e sendo assim, REJEITO a preliminar suscitada.
Ilegitimidade passiva do requerido Bradesco: Não assiste razão ao requerido quanto à preliminar de ilegitimidade passiva, tendo em vista que instituições financeiras respondem objetivamente por danos gerados em virtude de fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias, conforme leitura da Súmula n. 479 do STJ, razão pela qual REJEITO a preliminar suscitada. Quanto à denunciação à lide, resta prejudicada, uma vez que a parte denunciada encontra-se devidamente incluída no polo passivo da ação.
Conexão (Bradesco): Não assiste razão ao requerido Bradesco, tendo em vista que o órgão jurisdicional não tem o dever de reunir as causas conexas, tratando-se de mera faculdade judicial (STJ, 5ª Turma, REsp 305.835/RJ, rel. Min. Jorge Scartezzini, j. 03.10.2002, dj 11.11.2002, p. 245), razão pela qual REJEITO a preliminar suscitada.
Impugnação da gratuidade de justiça (Bradesco e SEBRASEG): REJEITO a preliminar, uma vez que a parte autora apresentou documentação suficiente para a comprovação de sua condição de hipossuficiência financeira, fazendo jus ao benefício da gratuidade de justiça concedido nos termos do art. 98 do CPC. Ademais, o requerido não apresentou indícios de alteração na condição financeira da requerente a ponto de consubstanciar sua impugnação à gratuidade.
Falta de interesse de agir – ausência de pretensão resistida (SEBRASEG): Razão não assiste à requerida, uma vez que não há previsão legal de exigência de tratativa por via administrativa. Ademais, exigir que uma pretensão seja resistida administrativamente viola frontalmente o princípio do acesso à justiça, consagrado no art. 5º, inciso XXXV da Constituição Federal, motivo pelo qual REJEITO a preliminar aventada.
Aditamento da inicial (SEBRASEG): Resta prejudicada a preliminar, uma vez que a própria requerida apresentou nos autos o contrato supostamente firmado entre as partes (ID. 90764169).
Inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor (SEBRASEG): A presente ação possui natureza claramente consumerista, em que pesem as alegações em contrário. A requerida amolda-se à condição de fornecedor, por se tratar de pessoa jurídica de direito privado que desenvolve atividade de comercialização de produtos ou prestação de serviços, uma vez que, conforme sua própria descrição, “oferece diversos produtos e serviços aos seus beneficiados em geral” (ID 87083576, p. 7, item 24). Desta forma REJEITO a preliminar suscitada.
Inaplicabilidade da inversão do ônus da prova (SEBRASEG): Os danos alegados pelo autor se enquadram no chamado defeito ou fato do serviço, previsto no art. 14 do Código de Defesa do Consumidor: “O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.” Tratando-se de fato do serviço, a inversão do ônus da prova se opera ope legis, é dizer, a própria legislação prevê que, para não ser responsabilizado, caberá ao fornecedor comprovar que tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, ou, a ocorrência de culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (art. 14, §3º, CDC). Verifica-se, portanto, que o ônus da prova fora invertido em favor da autora, por expressa previsão legal, de modo que REJEITO a preliminar aventada.
2. Delimitação das questões de fato e de direito - distribuição do ônus da prova - produção de prova pericial
Superadas as questões preliminares, em relação ao mérito, fixo como pontos controvertidos:
A existência de relação jurídica entre as partes; A existência de débitos; A veracidade da assinatura aposta no contrato firmado junto à ré; O preenchimento dos requisitos autorizadores da responsabilidade civil. O ônus da prova, quando se tratar de impugnação da autenticidade de assinatura, recai sobre à parte que produziu o documento (art. 429, II, CPC), de modo que, ao caso concreto, a perícia grafotécnica deverá ser custeada pela parte requerida SEBRASEG. Neste diapasão, colaciono o seguinte precedente:
APELAÇÃO. CONTRATOS DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADOS. 1) Ação declaratória de inexistência de relação jurídica e de reparação por danos morais. Alegação inicial de que não houve a contratação de dois cartões de crédito com margem consignável e que as assinaturas não são autênticas, foram falsificadas. 2) Relação e consumo. Cabe ao banco (e não ao autor) o ônus da prova quanto à existência e validade dos contratos, em especial acerca da autenticidade da assinatura do autor. Error in procedendo. Sentença anulada, para que o Banco tenha oportunidade de produzir a perícia técnico-grafológica, para provar a existência e validade dos contratos. -

Sentença anulada de ofício, com prejuízo do recurso do autor (TJ-SP - AC: 10154664420198260004 SP 1015466-44.2019.8.26.0004, Relator: Edgard Rosa, Data de Julgamento: 20/05/2021, 22ª Câmara de Direito Privado, Data de publicação: 21/05/2021).
Considerando a necessidade de perícia técnica para se chegar ao correto e justo deslinde da causa, DETERMINO a sua produção. Para a realização dos trabalhos periciais, NOMEIO a Sra. PAULA CIUFA MENOSSI, na qualidade de PERITA JUDICIAL GRAFOTÉCNICA, podendo ser encontrada na Rua Bou Gain, n° 3034 (sala 02), Setor 04 - Ariquemes/RO - CEP: 76873-409, FONE: (69) 3535-5461 / (69) 99223-0690, e-mail: paulinha_ciufa@hotmail.com.
Cientifique a expert de sua nomeação, para que informe se aceita o encargo, o valor de seus honorários, atribuindo-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para resposta. Poderão as partes, no 15 (quinze) dias a contar da aceitação do encargo, impugnarem a nomeação, indicarem assistentes técnicos e formularem quesitos.
Intime-se o requerido para que deposite em cartório, no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, na forma do art. 400 do Código de Processo Civil, o documento original assinado pelo autor, bem como para que promova o depósito integral dos honorários periciais.
Oportunamente, adverte-se ao requerido que restando prejudicada a produção da prova pericial designada, seja pela não realização do depósito dos honorários periciais ou pela não entrega do contrato original, o processo será julgado no estado em que se encontra.
Comprovada a realização do depósito dos honorários, intime-se o(a) Sr.(a). Perito(a) para que indique a data, horário e local da realização da perícia, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias após a data de realização da perícia designada.
Dê-se ciência do laudo as partes, no prazo comum de 15 (quinze) dias (art. 477, §1°, CPC).
Por fim, retornem os autos conclusos para deliberação.
Resolvidas as questões processuais pendentes, delimitadas as questões de fato e definida a distribuição do ônus da prova. DECLARO O FEITO SANEADO E ORGANIZADO (art. 357, CPC).
Cientifiquem-se as partes que, uma vez realizado o saneamento processual, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ao juízo ou de solicitar ajustes na presente decisão, por meio de simples petição sem caráter recursal, no prazo de 05 (cinco) dias, após o qual ocorrerá a estabilização da decisão (art. 357, §1°, CPC).
Solicitados ajustes ou esclarecimentos na presente decisão, conclusos para análise e deliberação.
Decorrido o prazo supracitado in albis, deverá a CPE certificar a estabilidade desta decisão e cumpri-la em sua íntegra.
Intimem-se partes.
Cumpra-se. Pratique o necessário.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Número do processo: 7002812-44.2023.8.22.0019
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Polo Ativo: AUTOR: A. D. C. N. H. L., AVENIDA DOUTOR AUGUSTO DE TOLEDO 493/495, - ATÉ 589/590 SANTA PAULA - 09541-520 - SÃO CAETANO DO SUL - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO AUTOR: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, OAB nº BA46617, PROCURADORIA DA ADMINSTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
Polo Passivo: REU: G. D. S. N., R BEM TE VI 4427 BOM FUTURO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos, etc.
Conforme dispõe o art. 12, inciso I, da Lei Estadual n. 3.896/2016 (Lei de Custas do TJRO), o valor das custas iniciais é de 2% (dois por cento) sobre o valor dado à causa no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação.
No caso dos autos, verifico que o exequente não manifesta eventual interesse na autocomposição, razão pela qual as custas deverão ser recolhidas em sua integralidade.
Ante todo o exposto, CONCEDO ao exequente o prazo de 15 (quinze) dias para comprovar o pagamento das custas processuais no importe de 2%(dois) sobre o valor da causa, sob pena de indeferimento da petição inicial.
Decorrido o prazo, conclusos para deliberação.
Intime-se.
Machadinho D'Oeste 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste - Email: pvh4civelgab@tjro.jus.br
Processo n. 7001922-13.2020.8.22.0019
Classe Monitória
Assunto Cédula de Crédito Bancário
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI
ADVOGADO DO AUTOR: ROBSON ANTONIO DOS SANTOS MACHADO, OAB nº RO7353
REU: JESUS LACERDA MOREIRA
REU SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Vistos.
Intime-se a autora para se manifestar, no prazo de 15 dias, da contestação por negativa geral.
Após, tornem os autos conclusos para sentença.
Pratique-se o necessário.
Cumpra-se.
Machadinho do Oeste/RO, 15 de Julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Processo n.: 7002825-43.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:
AUTOR: IZABEL FERREIRA DE CARVALHO, LJ 06 Gleba 04 ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: HALMERIO JOAQUIM CARNEIRO BRITO BANDEIRA DE MELO, OAB nº RO770
THALES ANTUNES BANDEIRA DE MELO, OAB nº RO11724
REU: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Valor da causa:R$ 12.528,00
DESPACHO
Vistos, etc.
A declaração de hipossuficiência juntada aos autos, por si só, se reputa insuficiente para demonstrar ausência de recursos a ponto de não ser possível arcar com as custas provenientes do processo judicial.
Assim, é sabido que, para fins de concessão do benefício da gratuidade, a declaração de que não possui condições de pagamento das custas sem prejuízo próprio ou de sua família não é absoluta, a depender de outros elementos que confirmem a declaração. Há que se registrar que a Constituição Federal assegura, nos termos do art. 5º, LXXIV, que " [...]o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".
Neste sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ: "O benefício de assistência judiciária gratuita pode ser concedido mediante declaração da parte de que não pode arcar com as custas e despesas do processo, salientando-se que é possível ao magistrado, com base nos elementos dos autos, analisar se o requerente preenche, ou não, os requisitos legais para a concessão do benefício. (RMS 15.508/RJ, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, julgado em 27.02.2007, DJ 19.03.2007 p. 352)".
Ante todo o exposto, CONCEDO o prazo de 15 (quinze) dias para que a requerente emende a inicial, a fim de efetuar a juntada de documentos que efetivamente comprovem a sua hipossuficiência, tais como: extratos bancários dos últimos 3 (três) meses, declaração do DETRAN, fichas do IDARON e EMATER e assemelhados.
Não sendo possível efetuar a juntada dos documentos solicitados, deverá comprovar o recolhimento integral das custas processuais em 2% (dois por cento) conforme previsão do art. 12, inc. I da Lei Estadual n. 3.896/16 (Regimento de Custas do TJRO), sob pena de indeferimento da inicial.
Decorrido o prazo, conclusos para a pasta "Despacho Emendas".
Intime-se.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7000351-02.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: ELES CORTES MOREIRA
ADVOGADOS DO AUTOR: HENRIK FRANCA LOPES, OAB nº RO7795, RAFAEL SILVA BATISTA, OAB nº RO8472, MIKELE LOPES MACHADO, OAB nº RO12087
Polo Passivo: ANDERSON AZARIAS
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos, etc.
Cuida-se de pedido formulado por Eles Cortes Moreira, no qual pretende obter o parcelamento das custas iniciais em 08 (oito) prestações, bem como a isenção das custas finais em razão do acordo firmado entre as partes no âmbito dos autos n° 7003089-07.2016.8.22.0019.
Pois bem.
O §2° do art. 1° da Lei Estadual n° 4.721/2020 estabelece que a concessão do benefício do parcelamento das custas judiciais está condicionada à efetiva comprovação da impossibilidade, momentânea ou permanente, do contribuinte interessado, em arcar com o pagamento integral das custas processuais em parcela única.
No caso dos autos, entendo pela plausabilidade do pedido de parcelamento de custas porque o requerente forneceu prova factível de que encontra-se impossibilitado de arcar com as custas iniciais em parcela única, conforme extratos bancários coligidos aos IDs. 93225059; 93225058.
No mais, é cediço que a Lei 4.721/2020, que autoriza o parcelamento das custas do serviço forense no âmbito do
PODER JUDICIÁRIO do Estado de Rondônia, foi regulamentada pela Resolução n. 151/2020 do TJRO, a qual disciplinou a quantidade de parcelas de acordo com o valor das custas processuais.

De igual modo, não vislumbro óbice ao deferimento de isenção das custas finais, tendo em vista que se trata hipótese prevista no artigo 8, III da Lei Estadual n° 3.896/16 (Regimento de Custas do TJRO).
Ante todo o exposto, DELIBERO o seguinte:
1. DEFIRO o pedido de isenção de custas finais (1%) o que o faço com fulcro no artigo 8, III da Lei Estadual n° 3.896/16 (Regimento de Custas do TJRO).
2. DEFIRO o parcelamento das custas processuais iniciais (2%) em 08 (oito) prestações iguais e sucessivas, sujeitas à atualização monetária a partir da segunda parcela (art. 5°, inciso III da Resolução n. 151/2020 do TJRO).
2.1. O pagamento da primeira parcela deverá ocorrer em até 48 (quarenta e oito) horas contados da data da intimação, vencendo as demais no mesmo dia dos meses subsequentes (art. 5°, §2° da Resolução n. 151/2020 do TJRO).
2.2. Advirto ao requerente que a mora no pagamento de qualquer parcela no curso do processo acarretará na antecipação do vecimento das parcelas vincendas (art. 7°, parágrafo único, da Resolução n. 151/2020 do TJRO), de modo que, para fins de comprovação, deverá o requerente juntar aos autos o comprovante de pagamento das parcelas de cada mês subsequentes.
3. Determino à CPE que providencie as anotações necessárias no SCCP (Sistema de Controle de Custas Processuais), bem como providencie os boletos bancários para o pagamento das custas parceladas.
Intime-se.
Cumpra-se.
Pratique-se o necessário.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo: 7000908-86.2023.8.22.0019
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Encargo de 20%, Adesão a Programa de Parcelamento de Débito
Distribuição: 13 de julho de 2023 às 17:13.
Exequente: PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
Advogado: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI/RO
Executado: CLEBERSON SILVIO DE CASTRO
Advogado: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Altere a classe para que passe a constar: Execução de Título Extrajudicial.
Trata-se de Execução de Título Extrajudicial, oriunda da aplicação de multa pelo TCE, que a PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI move em face de CLEBERSON SILVIO DE CASTRO, ambos qualificados nos Autos em epígrafe,
1 - Cite(m)-se a(s) parte(s) executada(s) para, no prazo de 03 (três) dias (CPC, 829), efetuar(em) o pagamento do valor de R$ 33.386,22 atualizados até a data do efetivo pagamento, sob pena de penhora.
2 - Fixo honorários em 10% sobre o valor do débito, advertindo a(às) parte(s) executada(s) de que, no caso de INTEGAL PAGAMENTO, no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 827, § 1º) e ficará isento das custas processuais finais, nos termos do art. 8º, inciso I, da Lei 3.896/2016.
3 - Caso sejam localizados bens no Ato da Citação, ou eventualmente indicados na Inicial, proceda-se com o arresto/penhora nos moldes do art. 830 do CPC.
3.1 - Caso necessário, proceda o Sr. Oficial de Justiça com a Citação por Hora Certa.
4 - Independentemente de garantia do juízo, a(s) parte(s) executada(s) poderá(ão) opor embargos no prazo de 15 dias, de acordo com o que prevê o art. 915, do CPC.
5 - Do mesmo modo, cientifique(m)-se a(s) parte(s) executada(s) sobre os benefícios do art. 916, do CPC, que assim dispõe:
"Art. 916. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês.
§ 1º O exequente será intimado para manifestar-se sobre o preenchimento dos pressupostos do caput, e o juiz decidirá o requerimento em 5 (cinco) dias.
§ 2º Enquanto não apreciado o requerimento, o executado terá de depositar as parcelas vincendas, facultado ao exequente seu levantamento.
§ 3º Deferida a proposta, o exequente levantará a quantia depositada, e serão suspensos os atos executivos.
(...) § 6º A opção pelo parcelamento de que trata este artigo importa renúncia ao direito de opor embargos."
6 - Após o decurso do prazo para pagamento, cumpram-se as providências a seguir:
6.1 - Não havendo pagamento no prazo, e não encontrados bens penhoráveis, tendo em vista a ordem de preferência legal, intime-se a parte exequente para que se manifeste acerca do interesse na realização de diligências, junto aos sistemas SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD.
6.2 - Caso a parte Exequente tenha interesse nas providências indicadas no "Item - 6.1", OBRIGATORIAMENTE, deverá ser feita a juntada dos comprovantes de recolhimento das Taxas respectivas, previstas no Sistema de Controle de Custas do TJRO1, sob o Código 1007, uma para cada diligência, independente de nova intimação, de modo a evitar a prática de intimações desnecessárias pela CPE.
7 - Em seguida, venham os Autos conclusos, se for o caso, para pasta "JUD's".
No cumprimento da ordem, caso realizado por Oficial de Justiça, este deverá certificar eventual proposta de autocomposição, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.
Pratique-se o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.

SIRVA O PRESENTE DESPACHO COMO CARTA/MANDADO.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste/RO
EXECUTADO: CLEBERSON SILVIO DE CASTRO, CPF nº 77855990259, RUA MATOGROSSENSE 104 URUPÁ - 76900-297 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
1 - SCC/TJRO - Endereço eletrônico: https://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7000056-67.2020.8.22.0019
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: DER-RO - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ANDREA CRISTINA NOGUEIRA, OAB nº RO1237, PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DER/RO
Polo Passivo: EMPRESA DE TRANSPORTE E TURISMO ASA BRANCA LTDA - ME
ADVOGADOS DO EXECUTADO: CAIO SERGIO CAMPOS MACIEL, OAB nº RO5878A, MARIA GORETH VITORIANO DA SILVA, OAB nº RO160, ROBERTA SIGOLI, OAB nº RO6936A
DESPACHO
Vistos,
Proceda a PENHORA de tantos bens quantos bastem para o pagamento do principal, juros, custas e honorários advocatícios, observando-se a relação de bens impenhoráveis prevista no artigo 833 do CPC, bem como as considerações acima expostas.
Após, AVALIE-SE os bens, INTIMANDO-SE o executado da penhora e do valor da avaliação; bem como para, querendo, oferecer EMBARGOS no prazo de trinta dias, contados da data da intimação da penhora.
Após, encaminhem-se os autos à Exequente para, no prazo de dez dias, se manifestar em termos de efetivo andamento do feito, sob pena de suspensão (art. 40 da LEF).
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE PENHORA/INTIMAÇÃO.
Machadinho do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7000627-38.2020.8.22.0019
Classe: Usucapião
Polo Ativo: SONY DO CARMO BERNADES
ADVOGADO DO AUTOR: MILSON LUIZ NASCIMENTO DA SILVA, OAB nº RO8707
Polo Passivo: GERALDA MARIA VAZ, ANA MARIA VAZ, SONIA MARIA VAZ SOUZA, JOSE VAZ, ANTONIO VAZ ARAUJO
ADVOGADOS DOS REU: VALDENI ORNELES DE ALMEIDA PARANHOS, OAB nº RO4108, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos, etc.
Defiro o pedido de ID. 86224808.
CITEM-SE as requeridas Geralda Maria de Oliveira e Ana Maria Vaz para os termos da presente ação, cuja cópia da inicial segue em anexo, bem como para contestar, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 335, III, e com a advertência do art. 344, ambos do CPC.
Havendo contestação, INTIME-SE a parte autora para se manifestar em réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.
Só então, retornem os para saneamento.
Cumpra-se.
Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA
Machadinho D'Oeste, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
AUTOR: SONY DO CARMO BERNADES, AV. RIO DE JANEIRO 3592, CASA CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDAS: GERALDA MARIA DE OLIVEIRA - RUA PADRE EZEQUIEL RAMIN - n° 6101 - BAIRRO RIOZINHO - CEP 76969-071 - CACOAL - RONDÔNIA - Telefone (69) 99255-3483; ANA MARIA VAZ - RUA TEFÉ, n° 3960, BAIRRO AEROCLUBE - CEP 76811-166 - PORTO VELHO - RONDÔNIA - Telefone (69) 992673811.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7000767-04.2022.8.22.0019
Classe: Usucapião

Polo Ativo: LUZIA NASCIMENTO PEREIRA
ADVOGADO DO AUTOR: LAUANE MAGALHAES CARBONARI, OAB nº RO11849
Polo Passivo: GILMAR CAMPARINI
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
Compulsando os autos, não logrei êxito em localizar o CPF do requerido, impossibilitando a utilização do sistema INFOJUD para obtenção de possíveis endereços.
Dessa forma, concedo à parte autora o prazo de 15 (quinze) dias para fornecê-lo, a fim de possibilitar a diligência solicitada.
Em tempo, deverá informar se o imóvel possui matrícula registrada no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, e, caso positivo, deverá fornecer cópia atualizada da Certidão de Inteiro Teor do imóvel.
Consigne-se que tal medida se faz necessária para averiguar, de fato, quem consta como proprietário registral do imóvel usucapiendo, eis que, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, possui legitimidade para figurar no polo passivo da ação de usucapião aquele em cujo nome estiver registrado o imóvel usucapiendo (Precedente: STJ - REsp 351631/MG).
Intime-se via DJe/PJe.
Cumpra-se.
Pratique-se o necessário.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7004659-18.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: EDSON LUIZ MARTINS
ADVOGADOS DO AUTOR: VIVIANE MATOS TRICHES, OAB nº RO4695, SIMONI DE MATOS LOPES, OAB nº RO10406
Polo Passivo: SUDAMERICA CLUBE DE SERVICOS
ADVOGADO DO REU: ANDRE LUIZ LUNARDON, OAB nº PR23304
SENTENÇA
1. Relatório
Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c reparação por danos morais e materiais, repetição de indébito e tutela de urgência movida por EDSON LUIZ MARTINS em face de SUDAMERICA CLUBE DE SERVICOS. Em síntese, alega a parte requerente receber benefício previdenciário e que, apesar de possuir alguns empréstimos consignados devidamente contratados, não teria contratado nenhum tipo de serviço com a requerida. Ainda assim, notou haver descontos supostamente indevidos realizados pela requerida no valor de seu benefício, no valor total de R$ 487,08 (quatrocentos e oitenta e sete reais e oito centavos). Requereu a concessão de tutela de urgência para a suspensão dos descontos, pugnando pela declaração de inexistência da relação jurídica e do débito, repetição de indébito e condenação em danos morais.

Despacho inicial (ID 85878909).
Citado, o requerido apresentou contestação (ID 91539257) refutando os argumentos da defesa técnica, aduzindo que a requerente teria contratado serviço junto ao requerido, motivo pelo qual o pedido inicial deve ser julgado improcedente.
A parte autora apresentou impugnação à contestação (ID 92917346).
As partes foram intimadas para produção de provas, oportunidade em que ambos pugnaram pelo julgamento antecipado da ação.
Nessas condições vieram-me conclusos.
É o relatório. DECIDO.
2. Fundamentação
a) Do julgamento antecipado
O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento ou outras diligências para a produção de novas provas.
b) Mérito
Versam os autos sobre ação de anulação de negócio jurídico c/c indenização por danos materiais e morais com pedido de antecipação de tutela.
Presentes as condições da ação, os pressupostos de constituição e desenvolvimento da relação processual, interesse processual e da legitimidade das partes, razão pela qual avanço no mérito.
A situação discutida demonstra que a instituição bancária assumiu o risco da contratação de crédito sem aferir a autenticidade da identificação da pessoa que requereu o serviço. Assim, é cabível a extensão da proteção do Código de Defesa do Consumidor ao terceiro (vítima) estranho à relação jurídica contratual.
Há relação de consumo por equiparação, enquadrada na hipótese de responsabilidade (objetiva) pelo fato do serviço, nos termos dos arts. 2o e 14 do CDC e da Súmula n° 479 do STJ cuja redação preconiza que: "As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias".
A respeito do mérito, depreende-se que o autor argumenta que não solicitou produto ou serviço junto à requerida. O requerido, por seu turno, aduz que a requerente efetuou a contratação, porém não apresentou contrato que comprovaria a relação jurídica, e tampouco comprovou a impossibilidade de fazê-lo.

Tratando-se de prova de fato positivo, cabia à ré demonstrar a regularidade da contratação do produto ou serviço pela autora por meio de instrumento contratual por ela assinado, acompanhado de cópias de documentos pessoais, tal como costumeiramente são exigidos para operações desta natureza. A ré, todavia, não se desincumbiu do ônus probatório, limitando-se a alegar a regularidade do negócio jurídico sem demonstrá-la.

Assim, comprovada a fraude praticada, o requerido deve arcar com os resultados decorrentes da disponibilização de produtos e serviços a terceiros, pois a responsabilidade decorre do risco do empreendimento, conforme inteligência da Súmula 479 do STJ.

Sendo este o caso, de rigor o reconhecimento da inexistência da relação jurídica entre as partes, cabendo responsabilização por parte da instituição financeira. Nesse sentido:

APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO CUMULADA COM DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. ALEGAÇÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO RECEBIDO PELA AUTORA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INCONFORMISMO DO BANCO REQUERIDO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE NÃO APRESENTOU CONTRATO CELEBRADO ENTRE AS PARTES, POR MEIO DO QUAL PODERIA SE COMPROVAR A ADESÃO A UM CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, COM MARGEM RESERVADA PARA PAGAMENTO DE FATURAS. DANO MORAL CARACTERIZADO. CONFIGURAÇÃO DA LESÃO AO DIREITO DE PERSONALIDADE DA AUTORA, CONSIDERANDO OS DESGASTES EM RAZÃO DE DESCONTO INDEVIDO EM SUA APOSENTADORIA, COM PRIVAÇÃO DE SEU PATRIMÔNIO. MANUTENÇÃO DO VALOR DA COMPENSAÇÃO NO IMPORTE DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), QUANTIA ESTA QUE SE AFIGURA RAZOÁVEL E PROPORCIONAL LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO O SEU CARÁTER COMPENSATÓRIO E PEDAGÓGICO E AS PECULIARIDADES DO CASO EM ANÁLISE. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SP - AC: 10007308420208260198 SP 1000730-84.2020.8.26.0198, Relator: Alberto Gosson, Data de Julgamento: 29/05/2021, 22ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/05/2021). Grifei.

Ademais, o requerido deve ressarcir o dano moral que deu causa, este decorrente de descontos, bem como da falha na prestação do serviço, de modo que os transtornos causados transpassam o simples aborrecimento, consoante entendimento jurisprudencial.

Nesse sentido, colaciono o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:

Cobrança. Descontos indevidos. Empréstimo consignado. Cartão de crédito consignado. Serviço não solicitado. Contrato não apresentado. Ônus do banco. Dano moral. Configuração. Pela dinâmica do ônus da prova, tratando-se de prova de fato negativo, cabe ao apelante comprovar que o consumidor tem conhecimento do contrato de RMC. Não comprovada a relação jurídica que embasa descontos e cobrança por cartão de crédito não solicitado, deve ser declarada a inexigibilidade do débito. Diante da conduta ilícita ou, no mínimo, negligente da instituição financeira, esta deve ser obrigada a ressarcir pelo dano moral que deu causa, este decorrente da falha na prestação do serviço em realizar descontos e cobranças sem que haja respaldo legal para tanto. (TJ-RO - AC: 70011104120198220007 RO 7001110-41.2019.822.0007, Data de Julgamento: 07/05/2020). Grifei.

Gize-se que deve recair sobre o réu o prejuízo causado ao autor, considerando a responsabilidade objetiva decorrente do ramo de atividade desempenhado. A seguradora deve zelar pela lisura dos seus contratos, adotando técnicas e providências capazes de evitar fraudes.

Com isso, é devido o reconhecimento da inexistência do débito contraído em nome do requerente junto à seguradora. Os danos morais vindicados também são cabíveis, tendo em vista os transtornos suportados pela requerente que precisou acionar o judiciário para resolver seu conflito, o que poderia ter sido solucionado pelo requerido.

Para fins de arbitramento destaco o método bifásico adotado pelo STJ, onde inicialmente (1a fase) se analisa o valor básico de indenização e depois (2a etapa) a justaposição desse quantum às peculiaridades do caso concreto (gravidade do fato, culpabilidade do agente, eventual culpa concorrente da vítima, condição econômica das partes). Assim sendo:

(…) QUANTUM INDENIZATÓRIO. CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO EQUITATIVO PELO JUIZ. MÉTODO BIFÁSICO. VALORIZAÇÃO DO INTERESSE JURÍDICO LESADO E CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. O método bifásico, como parâmetro para a aferição da indenização por danos morais, atende às exigências de um arbitramento equitativo, pois, além de minimizar eventuais arbitrariedades, evitando a adoção de critérios unicamente subjetivos pelo julgador, afasta a tarifação do dano, trazendo um ponto de equilíbrio pelo qual se consegue alcançar razoável correspondência entre o valor da indenização e o interesse jurídico lesado, bem como estabelecer montante que melhor corresponda às peculiaridades do caso. 2. Na primeira fase, o valor básico ou inicial da indenização é arbitrado tendo-se em conta o interesse jurídico lesado, em conformidade com os precedentes jurisprudenciais acerca da matéria (grupo de casos). 3. Na segunda fase, ajusta-se o valor às peculiaridades do caso com base nas suas circunstâncias (gravidade do fato em si, culpabilidade do agente, culpa concorrente da vítima, condição econômica das partes), procedendo-se à fixação definitiva da indenização, por meio de arbitramento equitativo pelo juiz (…). (STJ; REsp 1.608.573; Proc. 2016/0046129-2; RJ; Rel. Min. Luis Felipe Salomão; Julg. 13/12/2018; DJE 19/12/2018; Pág. 14838)

O Sodalício Rondoniense, aliás, considera que “O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e o conceito social das partes” (TJRO; Processo nº 7013471-13.2016.822.0002; 2ª Câmara Cível; Relator do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia; Julgamento: 27/02/2019).

De acordo com a linha de entendimento adotada por este magistrado durante a judicatura, e considerando decisões proferidas em casos similares junto a este juízo, mostra-se justa e proporcional a condenação da ré em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de reparação pelos danos extrapatrimoniais.

O valor se considera justificado diante das circunstâncias e da obrigação de indenizar, decorrente da violação de direito da personalidade. Além do fato de o réu ter agido com desprezo, visto que não tomou nenhuma providência para evitar o prejuízo causado.

Nesse sentido:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS - FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - FORNECIMENTO DE INTERNET - MODEM FURTADO- TENTATIVA DE SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA FRUSTRADA - PERDA DE TEMPO ÚTIL DO CONSUMIDOR - DANOS MORAIS CONFIGURADOS - QUANTUM INDENIZATÓRIO - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO 1. Diante da comprovada falha na prestação dos serviços e das tentativas infrutíferas de solucionar o problema administrativamente, a outra conclusão não se chega senão a de que o incômodo sofrido pelo consumidor ultrapassou meros dissabores do cotidiano, motivo pelo qual faz jus à indenização por danos morais. 2. A jurisprudência dos tribunais vem acompanhando a doutrina que reconhece a responsabilidade civil por danos morais em decorrência do desvio produtivo do consumidor, ou pela perda do tempo útil do consumidor. 3. A indenização por danos morais deve proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, sem enriquecimento sem causa, produzindo no ofensor impacto suficiente para dissuadi-lo de igual e semelhante atentado. 4. Recurso conhecido e não provido. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.21.192783-5/001,

Relator(a): Des.(a) Shirley Fenzi Bertão , 11ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 27/10/2021, publicação da súmula em 27/10/2021) Grifei.
Destarte, à vista das decisões proferidas neste juízo e analisando as circunstâncias dos autos, mostra-se justa e proporcional a condenação do réu ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) como verba indenizatória.
3. Dispositivo
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos mediatos formulados por EDSON LUIZ MARTINS contra SUDAMERICA CLUBE DE SERVICOS, para DECLARAR a inexistência de relação jurídica entre as partes, em nome do requerente e CONDENAR o requerido ao pagamento da restituição, em dobro, das parcelas no valor de R$ 40,59, descontadas indevidamente do benefício previdenciário do autor, provenientes do contrato objeto da demanda, até a data do cumprimento da ordem de tutela antecipada, cuja quantia deve ser apurada em liquidação de sentença, com incidência de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso (Súmula n. 54 do STJ), e correção monetária, a partir do efetivo desconto (Súmula n. 43 do STJ), utilizando-se do índice legal utilizado pelo TJ-RO (INPC), bem como CONDENAR o réu ao pagamento de R$ 5.000,00, à título de indenização por danos morais, a ser corrigido monetariamente também pelo INPC, a partir da data de seu arbitramento (Súmula n. 362, STJ) e com juros de 1% ao mês a partir do evento danoso (Súmula n. 54 do STJ).
CONFIRMO os efeitos da tutela provisória e determinar ao réu que cancele em definitivo o contrato junto ao INSS.
DEFIRO o uso dos valores disponibilizados pelo requerido à requerente para a extinção da obrigação até o limite em que se compensarem, nos termos do art. 368 do Código Civil.
Condeno a parte requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e dos honorários advocatícios, estes que fixo em 10% do valor da condenação, nos termos do § 2°, do art. 85, do CPC.
Declaro extinto o feito com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do CPC.
Transitada esta em julgado, nada sendo requerido, arquivem-se.
P.R.I.C.
Pratique-se o necessário.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7001215-40.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: MOACYR LOPES DE MORAES
ADVOGADOS DO AUTOR: VIVIANE MATOS TRICHES, OAB nº RO4695, SIMONI DE MATOS LOPES, OAB nº RO10406
Polo Passivo: BINCLUB SERVICOS DE ADMINISTRACAO E DE PROGRAMAS DE FIDELIDADE LTDA
ADVOGADO DO REU: DANIEL GERBER, OAB nº DF47827
DESPACHO
Considerando a manifestação do requerido (ID 93280055), ainda que após a decretação da revelia (ID 92968138), converto o julgamento em diligência, a fim de evitar eventuais arguições de nulidade e cerceamento de defesa.
Manifeste-se a parte autora em réplica, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC.
Após, intimem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, informar as provas que pretendem produzir, justificando sua necessidade e pertinência, sendo desconsideradas as alegações genéricas.
Com o pedido de dilação probatória, tornem os autos conclusos para Decisão Saneadora
Havendo interesse no julgamento antecipado, conclusos para Julgamento.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7001699-55.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: EUZA MARQUES DA SILVA
ADVOGADOS DO AUTOR: VIVIANE MATOS TRICHES, OAB nº RO4695, SIMONI DE MATOS LOPES, OAB nº RO10406
Polo Passivo: MBM PREVIDENCIA PRIVADA
ADVOGADO DO REU: FABRICIO BARCE CHRISTOFOLI, OAB nº RS67502
DESPACHO
Intimem-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, informem as provas que pretendem produzir, justificando fundamentada a sua necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento, sendo desconsideradas alegações genéricas.
Havendo interesse na produção probatória, tornem os autos conclusos para Decisão Saneadora.
Não havendo interesse, conclusos para Julgamento.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Processo n.: 7001469-13.2023.8.22.0019

Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 11.364,00
Última distribuição:18/04/2023
Autor: ANTONIO PEREIRA DA SILVA, CPF nº 52646114249, LINHA MC 01, GLEBA 04, LOTE 02, P.A. UNIÃO S/N ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: JULIO CESAR RIBEIRO RAMOS, OAB nº RO5518A, ALEANDRA DE ALMEIDA SILVA RAMOS, OAB nº RO11405, HELOISLAYNE AVELINO LUCIANO DA SILVA, OAB nº RO11530
Réu: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK 2041, - DE 953 AO FIM - LADO ÍMPAR VILA NOVA CONCEIÇÃO - 04543-011 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado do(a) RÉU: LOURENCO GOMES GADELHA DE MOURA, OAB nº BA59917, PROCURADORIA BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
SENTENÇA
1. Dispositivo
Vistos.
Cuida-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c tutela de urgência, reparação por danos morais e materiais e repetição de indébito proposta por ANTONIO PEREIRA DA SILVA em face de BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, todos devidamente qualificados nos autos em epígrafe.
Aduz a parte autora, em breve síntese, que possui um benefício previdenciário, no valor de um salário mínimo, no qual estão sendo descontados, de forma mensal, o valor de R$ 19,00 (dezenove reais), totalizando o montante de R$ 2.682 (dois mil, seiscentos e oitenta e dois reais) a título de empréstimo consignado, tendo como beneficiário o requerido. Aduz ainda que a cobrança é indevida e está lhe causando prejuízos, por ser sua única fonte de renda. Pugnou, em sede liminar, para que os descontos fossem cessados, e, no mérito, pleiteou a condenação dos requeridos ao pagamento de danos materiais, repetição de indébito e danos morais.
Decisão inicial (ID. 90355870).
Contestação (ID. 90609818).
Réplica (ID. 91031278).
Intimadas à produção de provas (ID. 91982650), a parte autora pugnou pelo julgamento antecipado do mérito (ID. 92048027), enquanto o réu quedou-se inerte.
É o relatório. Decido.
2. Fundamentação
a) Preliminares
Falta de interesse de agir – ausência de pretensão resistida: Razão não assiste à requerida, uma vez que não há previsão legal de exigência de tratativa por via administrativa. Ademais, exigir que uma pretensão seja resistida administrativamente viola frontalmente o princípio do acesso à justiça, consagrado no art. 5º, inciso XXXV da Constituição Federal, motivo pelo qual REJEITO a preliminar aventada.
b) Julgamento antecipado
O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento para a produção de novas provas.
c) Mérito
Superadas as questões preliminares, verifico que estão presentes os pressupostos processuais. As partes são legítimas e estão bem representadas. Desta forma, passo à análise do mérito.
A matéria discutida nos autos possui natureza consumerista, uma vez que aplicam-se as normas do Código de Defesa do Consumidor às instituições financeiras, conforme inteligência da Súmula n. 297 do STJ.
A controvérsia reside na legalidade dos descontos realizados pelo requerido no benefício previdenciário da parte autora, decorrentes de empréstimo consignado supostamente contratado entre as partes.
No mérito, a razão não assiste a parte autora, pois embora tenha negado a contratação de cartão de crédito, resta comprovado nos autos que o contrato foi assinado digitalmente pela parte autora, com biometria facial, acompanhado de seus documentos pessoais, inclusive com utilização de tecnologia de geolocalização que aponta o município de Machadinho D'Oeste/RO, localidade próxima à residência da autora (ID. 90609819, p. 23), o que torna evidente a contratação e a licitude dos descontos realizados.
Ademais, o requerido apresentou comprovante de transferência de valores ao ID 90609819, p. 30. Contrastando o comprovante de TED juntado pelo requerido com os extratos juntados pela própria parte autora (ID. 89662522, p. 28), verifico que os valores descritos no contrato de ID. 83988120 foram efetivamente depositados na conta bancária da requerente em 03/02/2021.
Nada obstante isso, cumpre consignar que, embora o aplicável ao caso a legislação consumerista, o simples fato de tratar-se de relação de consumo não tem condão de relativizar negócio jurídico livre e legalmente pactuado. Para tanto, faz-se necessária a comprovação de eventual ilegalidade, o que não ocorreu na espécie.
À vista disso, é possível consignar que com o avanço tecnológico, não há necessidade de assinatura de próprio punho para validade dos negócios jurídicos e, diante da redução diária do formalismo, as pessoas não mais se individualizam exclusivamente por assinaturas efetuadas à mão, mas também por seus tokens, chaves, logins, senhas, digitais, reconhecimento facial, e demais métodos idôneos admitidos pela legislação.
Dito isso, não há que se falar em inexistência das contratações alegadas na inicial. Vejamos julgados nesta mesma linha:
EMENTA: DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - REPARAÇÃO CIVIL - EMPRÉSTIMOS BANCÁRIO - CONTRATAÇÃO - BIOMETRIA FACIAL - APORTE FINANCEIRO - CONTA CORRENTE. Provada a contratação de empréstimo bancário e seguro, mediante biometria facial, bem como o aporte de numerário em conta corrente regularmente movimentada por seu titular, de todo descabida a pretensão declaratória de inexistência de débito e, consequente, reparação por dano material e moral. TJ-MG - AC: 10000211352117001 MG, Relator: Saldanha da Fonseca, Data de Julgamento: 02/12/2021, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 06/12/2021) (grifei)
AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C.C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. PROVA DA CONTRATAÇÃO REALIZADA MEDIANTE BIOMETRIA FACIAL. VALIDADE. Segundo a prova constante dos

autos, o apelante contratou a cédula de crédito bancário perante o apelado por meio eletrônico, com assinatura por biometria facial, recebeu o valor contratado, sendo lícitos os descontos mensais. - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - MANUTENÇÃO. O apelante falseou a verdade e se valeu da demanda para lograr objetivos ilegais. Art. 80, II e III, do Código de Processo Civil. Imposição de multa correta. Valor bem localizado. – RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SP - AC: 10057999620198260533 SP 1005799-96.2019.8.26.0533, Relator: Carlos Goldman, Data de Julgamento: 12/02/2021, 38ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 12/02/2021) (grifei)
Portanto, havendo expressa adesão do consumidor, não há falar em vício na contratação que possibilite a exclusão de cláusulas que dispõe sobre reserva da margem consignável ou conduta abusiva que enseje o dever de responsabilização e reparação. Motivos pelos quais os pedidos iniciais merecem a improcedência.
Restam prejudicadas as demais linhas de argumentação, uma vez que incompatíveis com o raciocínio adotado por este juízo.
3. Dispositivo
Ante o exposto, e considerando tudo que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE por ANTONIO PEREIRA DA SILVA em face de BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, e, via de consequência, EXTINGO o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I do CPC.
REVOGO a tutela antecipada concedida ao ID. 90355870.
CONDENO a parte autora ao pagamento de custas processuais e honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% sobre o valor da causa, cuja exigibilidade ficará sob condição suspensiva de exigibilidade, na forma do art. 98, § 3º do CPC.
Advirto que a oposição de embargos de declaração meramente protelatórios acarretará na aplicação de multa em 2% sobre o valor da causa por litigância de má-fé, revertidos em favor do juízo, na forma dos arts. 79, 80, inciso VI e 81 do CPC.
Havendo recurso da presente decisão, intime-se a parte contrária para contrarrazões em 15 (quinze) dias. Após, independentemente de nova conclusão, remetam-se os autos ao E.TJRO para apreciação do recurso.
P.R.I.C., promovendo-se as baixas devidas no sistema.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO / MANDADO / NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Machadinho D'Oeste, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7001715-82.2018.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: SIRLEI ALMEIDA BELINO
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO EXECUTADO: DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS, OAB nº RO2013, MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO, OAB nº RO635, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Defiro o pedido de ID 93086356.
Intime-se a parte exequente pessoalmente, via oficial de justiça, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se em termos de prosseguimento válido do feito, sob pena de arquivamento.
Após, conclusos.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / NOTIFICAÇÃO, ETC.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 0027293-55.2007.8.22.0019
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: Estado de Rondônia, Estado de Rondônia
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: JOAQUIM MARTINS DA SILVA FILHO
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Visto
Os dados da conta judicial n. 1831 040 01525339-2 foram inseridos quando da confecção, nesta data, do alvará de transferência para conta centralizadora do Tribunal, cujo sistema não gera documento.
Assim, decorrido o prazo de 15 dias, sem que a transferência seja efetivada, conclusos os autos para deliberações.
Em caso de efetivação da ordem, arquive-se os autos, conforme sentença de ID 78060319.
Aguarde-se na CPE.
Cumpra-se.
Machadinho do Oeste/RO, 14 de Julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo: 7002786-46.2023.8.22.0019
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
Distribuição: 12 de julho de 2023 às 17:44.
Exequente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI
Advogado: ELLEN DORACI WACHIESKI MACHADO, OAB nº RO10009
Executado: JUNIOR BORBA
Advogado: SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Trata-se de Execução de Título Extrajudicial que COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI move em face de JUNIOR BORBA, ambos qualificados nos Autos em epígrafe,
1 - Cite(m)-se a(s) parte(s) executada(s) para, no prazo de 03 (três) dias (CPC, 829), efetuar(em) o pagamento do valor de R$ 25.587,89 atualizados até a data do efetivo pagamento, sob pena de penhora.
2 - Fixo honorários em 10% sobre o valor do débito, advertindo a(às) parte(s) executada(s) de que, no caso de INTEGAL PAGAMENTO, no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 827, § 1º) e ficará isento das custas processuais finais, nos termos do art. 8º, inciso I, da Lei 3.896/2016.
3 - Caso sejam localizados bens no Ato da Citação, ou eventualmente indicados na Inicial, proceda-se com o arresto/penhora nos moldes do art. 830 do CPC.
3.1 - Caso necessário, proceda o Sr. Oficial de Justiça com a Citação por Hora Certa.
4 - Independentemente de garantia do juízo, a(s) parte(s) executada(s) poderá(ão) opor embargos no prazo de 15 dias, de acordo com o que prevê o art. 915, do CPC.
5 - Do mesmo modo, cientifique(m)-se a(s) parte(s) executada(s) sobre os benefícios do art. 916, do CPC, que assim dispõe:
“Art. 916. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês.
§ 1º O exequente será intimado para manifestar-se sobre o preenchimento dos pressupostos do caput, e o juiz decidirá o requerimento em 5 (cinco) dias.
§ 2º Enquanto não apreciado o requerimento, o executado terá de depositar as parcelas vincendas, facultado ao exequente seu levantamento.
§ 3º Deferida a proposta, o exequente levantará a quantia depositada, e serão suspensos os atos executivos.
(...) § 6º A opção pelo parcelamento de que trata este artigo importa renúncia ao direito de opor embargos.”
6 - Após o decurso do prazo para pagamento, cumpram-se as providências a seguir:
6.1 - Não havendo pagamento no prazo, e não encontrados bens penhoráveis, tendo em vista a ordem de preferência legal, intime-se a parte exequente para que se manifeste acerca do interesse na realização de diligências, junto aos sistemas SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD.
6.2 - Caso a parte Exequente tenha interesse nas providências indicadas no “Item - 6.1”, OBRIGATORIAMENTE, deverá ser feita a juntada dos comprovantes de recolhimento das Taxas respectivas, previstas no Sistema de Controle de Custas do TJRO1, sob o Código 1007, uma para cada diligência, independente de nova intimação, de modo a evitar a prática de intimações desnecessárias pela CPE.
7 - Em seguida, venham os Autos conclusos, se for o caso, para pasta “JUD’s”.
No cumprimento da ordem, caso realizado por Oficial de Justiça, este deverá certificar eventual proposta de autocomposição, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.
Pratique-se o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.
SIRVA O PRESENTE DESPACHO COMO CARTA/MANDADO
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D’Oeste/RO
EXECUTADO: JUNIOR BORBA, CPF nº 75101289272, AV. TANCREDO NEVES 3450 BOM FUTURO - 76868-000 - MACHADINHO D’OESTE - RONDÔNIA
1 - SCC/TJRO - Endereço eletrônico: https://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/custas/custasInicio.jsf

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D’Oeste Número do processo: 7002791-68.2023.8.22.0019
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE
Polo Passivo: IVANDER ROCHA DO VALE
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
Cite-se o executado por mandado para, no prazo de 05 (cinco) dias pagar a dívida de R$ 3.665,11 (três mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e onze centavos) ou garantir a execução. Em caso de pronto pagamento, fixo honorários de advogado em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.

Não paga a dívida ou não garantida a execução, penhore-se/arreste-se tantos bens quantos bastem à grantia integral da dívida, avaliando-se, no ato, os bens penhorados ou arrestados, nos termos do artigos 7° e 10° da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
A penhora ou arresto de bens deverá obedecer a ordem estabelecida pelo art. 11 da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
Formaliza a penhora ou arresto por qualquer dos meios legais, INTIME-SE o executado IMEDIATAMENTE, nos termos do art. 841 e §§° do Código de Processo Civil. Se a penhora recair sobre bem imóvel, INTIME-SE o cônjuge para tomar conhecimento e NOTIFIQUE-SE eventual terceiro que estiver em sua posse dos termos da presente demanda.
Não havendo interposição de embargos pelo executado no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação da penhora, intime-se o exequente para manifestar-se quanto a avaliação dos bens.
Não localizados o executado ou existência bens penhoráveis, intime-se a parte exequente para se manifestar em 10 (dez) dias, sob pena de suspensão/arquivamento do feito.
Pratique o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7001133-48.2019.8.22.0019
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: BANCO DO BRASIL
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ITALO SCARAMUSSA LUZ, OAB nº BA67070
Polo Passivo: MARCIA APARECIDA SILVA, ABRAAO FARIAS PEREIRA, JOSE DE SOUZA ANDRADE
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: ERICA DA SILVA NASCIMENTO, OAB nº RO9990
DESPACHO
Vistos.
Verifico que na aba "Alvará Eletrônico" não consta os dados das contas n. 1831/040/01576480-0 (R$ 687,72) e 1831/040/01576477-0 (R$ 256,33), para confecção do expediente.
Assim, deixo de expedir o alvará eletrônico e determino que se expeça ofício de transferência dos valores indicados nas conta alhures, bem como nas demais contas vinculadas à presente ação para conta indicada pelo credor.
Pratique-se o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.
Machadinho do Oeste/RO, 14 de Julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7001166-96.2023.8.22.0019
AUTOR: LAUDICEIA CROSKI, LINHA C 04 S/N ÁREA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: BARBARA BARBOSA LIMA, OAB nº RO3387
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Preenchidos os requisitos do art. 534 do CPC, recebo o pedido de cumprimento de sentença.
Altere-se a classe processual para CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
1. INTIME-SE o INSS, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, nos próprios autos, impugnar a execução no prazo de 30 (trinta) dias (art. 535, caput do CPC).
2. Em havendo a oferta de impugnação, intime-se o exequente, através de seu advogado/procurador, para manifestação no prazo de 10 (dez) dias.
2.1 Se o exequente concordar com os valores apresentados na impugnação, expeça-se RPV/precatório em favor do exequente, independente de nova decisão.
2.2 Não havendo concordância do exequente, encaminhem-se os autos ao contador judicial, após, dê-se vista às partes, somente então promova-se a conclusão do feito.
3. Em caso de concordância ou decorrido o prazo sem manifestação, encaminhem-se os autos ao contador judicial para atualização e proceda-se ao necessário para expedição de RPV/PRECATÓRIO (art. 910, §1º CPC), tornando assim possível o pagamento do valor e disponibilização para o exequente. Nesse caso, não são devidos honorários advocatícios, vez que não terá ocorrido impugnação (art. 85, § 7º, CPC).
4. Expedida a(s) RPV(s), aguarde-se o pagamento pelo prazo legal. (Art.535, §3º, II do CPC).
5. Com a comprovação do cumprimento da(s) RPV(s):
5.1 - Expeça-se o(s) alvará(s) para pagamento dos valores que serão depositados judicialmente, autorizando o saque pelo advogado, desde que ele possua poderes específicos para tanto.
5.2 - Após, intime-se o patrono da parte autora para retirar o(s) alvará(s) expedido(s), podendo fazê-lo via internet, devendo, no prazo de 5 dias, comprovar o levantamento do(s) mesmo(s), sob pena de extinção pelo pagamento.
5.3 - Somente então, venham-me os autos conclusos para prolação de sentença de extinção.
Pratique-se o necessário.

SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO.
Machadinho D'Oeste quarta-feira, 12 de julho de 2023 às 11:15 .
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo : 7001804-32.2023.8.22.0019
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: CLAUDINEY FERNANDES DE OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: FABIANA MODESTO DE ARAUJO - RO0003122A
REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação PARTES
Ficam as partes, por meio de seu Advogado(a)/procurador, intimadas para, querendo, apresentar outros quesitos e indicar assistentes técnicos.
Prazo: 05 (cinco) dias / Fazenda Pública: 10 (dez) dias.
Machadinho D'Oeste-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7002827-86.2018.8.22.0019
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI, OURO PRETO DO OESTE 140 JARDIM TROPICAL - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: EDER MIGUEL CARAM, OAB nº RO5368, NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586
REU: MAIDANA & OVELAR COMERCIO DE GAS LTDA - ME, AVENIDA VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO S/N CENTRO - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar demonstrativo atualizado da dívida para viabilizar a busca online de ativos em nome do executado.
Com a juntada, conclusos para a pasta "Decisão JUD'S".
Expeça-se o necessário.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7000614-68.2022.8.22.0019
Classe: Alvará Judicial - Lei 6858/80
Polo Ativo: VITOR RIAN DOS SANTOS SOUZA, IORRANA CAROLAINE DOS SANTOS SOUZA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: DIEGO RUFINO DE LIMA, OAB nº RO11925
Polo Passivo: RONALDO PAULINO DE SOUZA
INTERESSADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Certifique a CPE se o ofício de ID 92068615 foi encaminhado às instituições bancárias.
Em caso negativo, remeta-se o expediente.
Após, com a juntada das informações prestadas pela Caixa e CREDISIS, tornem os autos conclusos para expedição do alvará.
Pratique-se o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.
Machadinho do Oeste/RO, 14 de Julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7003643-39.2016.8.22.0019
EXEQUENTE: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: P. C. S. PEREIRA, AV. GETULIO VARGAS 2703 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: SEVERINO JOSE PETERLE FILHO, OAB nº RO437
DECISÃO
Vistos.
Defiro o pedido de penhora online de valores por meio do sistema SISBAJUD.
Nesta data, procedi a inclusão da pesquisa de ativos junto ao SISBAJUD na modalidade "Teimosinha", pelo período de 30 (trinta) dias, conforme espelho anexo.
Decorrido o prazo de 30 dias, tornem os autos conclusos para a pasta "Decisão JUD'S".
Intime-se.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7003571-42.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: MARLENE MACHADO CORREIA
ADVOGADO DO AUTOR: VIVIANE MATOS TRICHES, OAB nº RO4695
Polo Passivo: PAULISTA - SERVICOS DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS LTDA
ADVOGADOS DO REU: FABIOLA MEIRA DE ALMEIDA BRESEGHELLO, OAB nº SP184674, DENISE DE CASSIA ZILIO, OAB nº SP90949
DESPACHO
Manifeste-se a sra. Perita a respeito da petição de ID 90862668 no prazo de 5 (cinco) dias, no que tange ao valor dos honorários periciais, bem como quanto à possibilidade de realização da perícia em contrato virtual.
Em igual prazo, deve a parte autora manifestar-se a respeito da petição de ID 91488421.
Após, conclusos.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7002101-78.2019.8.22.0019
REQUERENTE: VILMA MARIA DE JESUS SOUZA, LINHA 03 S N, TABAJARA ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: RONALDO DE OLIVEIRA COUTO, OAB nº RO2761, FLAVIO ANTONIO RAMOS, OAB nº RO4564A
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA DOS IMIGRANTES 3360, - DE 3112 A 3528 - LADO PAR LIBERDADE - 76803-850 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
O exequente postulou a fixação de honorários advocatícios nesta fase de execução (ID 93083460).
Na hipótese dos autos, indicado o valor pelo credor, sem oposição do devedor, restaram homologados pelo juiz os cálculos apresentados, de forma que, não se justifica a fixação de honorários advocatícios em desfavor da Fazenda Pública, que não pode ser penalizada pelo fato de se sujeitar ao rito procedimental compulsoriamente traçado pelo Código de Processo Civil para cumprimento das obrigações de pagar.
Nesse sentido, é a jurisprudência recente do TRF da 1ª Região:
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXECUÇÕES DE PEQUENO VALOR. PAGAMENTO MEDIANTE EXPEDIÇÃO DE RPV SEM OPOSIÇÃO DA FAZENDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO DESPROVIDA. 1. Nas execuções contra a Fazenda Pública é indispensável a expedição de precatório ou de RPV para o cumprimento de obrigações de pagar fixadas em sentenças judiciais, razão pela qual o INSS necessariamente fica compelido a se sujeitar à execução pelo rito previsto no art. 100 e §§ da Constituição Federal, não dispondo de outros meios para cumprir voluntariamente a obrigação de pagar diferenças pretéritas voluntariamente. 2. Na hipótese dos autos, indicado o valor pelo credor, sem oposição do devedor, restaram homologados pelo juiz os cálculos apresentados. Desta forma, não se justifica a fixação de honorários advocatícios em desfavor da Fazenda Pública, que não pode ser penalizada pelo fato de se sujeitar ao rito procedimental compulsoriamente traçado pelo Código de Processo Civil para cumprimento das obrigações de pagar. 3. "(...) Se há necessidade de requisição de pagamento, seja mediante precatório, seja mediante RPV, não se justifica a imposição de verba honorária, sem que para isso alguma atividade tenha de ser desenvolvida pelo advogado para colimar o pagamento. (...) (AG 1016480-70.2020.4.01.0000, DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 11/12/2020 PAG.) 4. Apelação desprovida.(AC 0035645-76.2017.4.01.9199, JUIZ FEDERAL SAULO JOSÉ CASALI BAHIA, TRF1 - 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DA BAHIA, e-DJF1 18/10/2021 PAG.) (destaquei).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-D DA LEI N. 9.494/97. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÕES DE PEQUENO VALOR. PAGAMENTO MEDIANTE EXPEDIÇÃO DE RPV. SEM OPOSIÇÃO DA FAZENDA. NÃO INCIDÊNCIA DE HONORÁRIOS. 1. O Supremo Tribunal Federal concluiu, no julgamento do RE 420.816/PR, pela não aplicação do art. 1º-D da Lei n. 9.494/1997 nas hipóteses de execuções que não demandem a expedição de precatório. 2. Porém, a inclusão de verba honorária nas execuções de pequeno valor, ainda que não embargadas, refoge à lógica do sistema constitucional concernente aos pagamentos devidos pela Fazenda Pública em decorrência de sentença judiciária. 3. Tal como no precatório, a requisição de pequeno valor é também exigência constitucional indeclinável na satisfação da dívida da Fazenda Pública em decorrência de sentença judiciária, de modo que não pode a Fazenda fazer o pagamento imediatamente ao trânsito em julgado da sentença. 4. Nesse sentido, tem decidido o Superior Tribunal de Justiça: 3. Com relação ao cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, há previsão específica de isenção de honorários em caso de ausência de impugnação, qual seja, o § 7º do art. 85 do CPC/2015. Portanto, o próprio Código de Processo Civil rege a hipótese de ausência de impugnação, não havendo de se cogitar a aplicação de outra disposição normativa de forma subsidiária.4. Por outro lado, deve-se ressaltar que a previsão legal é incompatível com o procedimento de execução ao qual está sujeita a Fazenda Pública, por não haver possibilidade de adimplemento simultâneo da dívida reconhecida, ante a necessidade de expedição de precatório ou requisição de pequeno valor. (REsp 1691843/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/02/2020, DJe 17/02/2020); 2. Não é cabível a fixação de honorários advocatícios em Execução contra a Fazenda Pública não embargada, quando a parte dá início ao processo executivo antes de possibilitar o cumprimento espontâneo da obrigação pela Fazenda Pública. Precedentes.(AgInt no AREsp 1143706/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 31/08/2020, DJe 17/09/2020) 5. Se há necessidade de requisição de pagamento, seja mediante precatório, seja mediante RPV, não se justifica a imposição de verba honorária, sem que para isso alguma atividade tenha de ser desenvolvida pelo advogado para colimar o pagamento. 6. Assim, deve ser afastada a inclusão de verba honorária em execução de pequeno valor (expedição de RPV) sem oposição da Fazenda Pública aos cálculos apresentados pelo credor. 7. Agravo de instrumento desprovido. (AG 1016480-70.2020.4.01.0000, DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 11/12/2020 PAG.) (destaque nosso).

Desse modo, INDEFIRO o requerimento de fixação de honorários sucumbenciais nesta fase executiva, sem impugnação do INSS.

Por fim, considerando que já houve a expedição de alvará judicial em favor do exequente, determino a remessa dos autos ao arquivo.

Intimem-se.

SERVE A PRESENTE COMO MANDADO.

Machadinho D´Oeste/RO, quarta-feira, 12 de julho de 2023.

José de Oliveira Barros Filho

Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO

Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7003144-45.2022.8.22.0019

AUTOR: MARIA DO CARMO DOS SANTOS, LH TRAVESSÃO, C 66, S/N, POSTE 03 S/N ZONA RURAL - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA

ADVOGADO DO AUTOR: ANTONIO MACHADO DE URZEDO SOBRINHO, OAB nº MG155033

REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA

ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA

SENTENÇA

Vistos.

Cuida-se de ação para concessão de pensão por morte proposta por MARIA DO CARMO DOS SANTOS em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS, ambos devidamente qualificados nos autos. Aduz, em síntese, que foi cônjuge do de cujus sendo dependente do mesmo, afirma que em 04 de maio de 2022 solicitou o benefício via administrativa, restando indeferido, sob o fundamento de falta de qualidade de dependente. Requer, a concessão do benefício no valor de um salário-mínimo a partir de 04 de maio de 2022, data do requerimento administrativo. Juntou documentos.

Decisão (id. 81394477), deferida a gratuidade da justiça.

Citada (id. 81445600), a requerida apresentou contestação (id. 81638293).

A autora apresentou réplica (id. 81819874).

Intimadas as partes para produção de provas, a autora pugnou pela prova testemunhal (id. 84563325), a requerida manteve-se silente.

Decisão saneadora (id. 89933062).

Audiência realizada em 27 de junho de 2023 (id. 92523995).

Nessas condições, vieram-me conclusos.

É o relatório do necessário. DECIDO.

Cuida-se de ação previdenciária em que se objetiva a concessão do benefício pensão por morte.

Encerrada a instrução, merece acolhimento a pretensão da parte requerente. Explico.

Do mérito:

A pensão por morte, benefício previsto no artigo 201, V, da Constituição Federal e regulamentado pela Lei n. 8.213/91, artigos 74 a 79, tem por fim assegurar o sustento dos dependentes do segurado, homem ou mulher, que falecer. Para a sua concessão, é necessário: (1) que o de cujus seja segurado à época em que faleceu, ou que, caso não seja mais segurado à época de seu óbito, tenha preenchido os requisitos para a aposentadoria por idade ou por invalidez, dentro do período em que ostentava a qualidade de segurado; (2) que exista relação de dependência econômica do postulante da pensão com o falecido.

O aludido artigo 74 da Lei 8.213/91 dispõe que:

Art. 74. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997) (Vide Medida Provisória nº 871, de 2019)

I - do óbito, quando requerida em até cento e oitenta dias após o óbito, para os filhos menores de dezesseis anos, ou em até noventa dias após o óbito, para os demais dependentes; (Redação dada pela Medida Provisória nº 871, de 2019)

II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior; (Incluído pela Lei nº 9.528, de 1997)

III - da decisão judicial, no caso de morte presumida. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 1997)

§1o Perde o direito à pensão por morte, após o trânsito em julgado, o condenado pela prática de crime de que tenha dolosamente resultado a morte do segurado. (Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)
§2o Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa. (Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)
§3º (Vide Medida Provisória nº 871, de 2019) (Vigência)
§4º Julgada improcedente a ação prevista no § 3º, o valor retido, corrigido pelos índices legais de reajustamento, será pago de forma proporcional aos demais dependentes, de acordo com as suas cotas e o tempo de duração de seus benefícios. (Incluído pela Medida Provisória nº 871, de 2019)
O artigo 16 da Lei nº 8213/91 relaciona os dependentes do segurado, indicando no inciso I, o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho, de qualquer condição menor de 21 anos ou inválido; no inciso II, os pais; e no inciso III, o irmão, não emancipado de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido.
Eis o teor do dispositivo referido:
Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:
I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)
II - os pais;
III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)
§ 1º A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes.
§ 2º .O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)
§ 3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, de acordo com o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.
§ 4º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada
§ 5º A prova de união estável e de dependência econômica exigem início de prova material contemporânea dos fatos, não admitida a prova exclusivamente testemunhal, exceto na ocorrência de motivo de força maior e ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento. (Incluído pela Medida Provisória nº 871, de 2019)
Note-se que, de acordo com o parágrafo 4º do artigo em referência, a dependência econômica do cônjuge, da(o) companheira(o) e do filho não emancipado é presumida.
Ademais, é vedada a concessão da pensão aos dependentes do segurado, que perder essa qualidade, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.213/91, salvo se preenchidos todos os requisitos para a concessão da aposentadoria.
Assim, basicamente, três são os requisitos para a concessão do benefício: (i) a prova do óbito; (ii) a prova da qualidade de dependente; (iii) prova da qualidade de segurado do de cujus na data do óbito ou o preenchimento de todos os quesitos para a concessão da aposentadoria.
No caso dos autos:
(i) do óbito:
O falecimento do Sr. Almir Ramos dos Santos restou devidamente comprovado nos autos, pela cópia da Certidão de Óbito coligida no ID: 80763390 p. 1.
(ii) da prova da qualidade de dependente:
A qualidade de dependente restou comprovada, através dos documentos apresentados, em especial a certidão de casamento anexa ao ID 80763377 e corroborados pela prova testemunhal produzida em Juízo, conforme ata de audiência anexa.
Comprovada a condição de dependente, é dispensável a prova da dependência econômica, que é presumida, nos termos do art. 16, §4º, da Lei 8.213/91.
(iii) da qualidade de segurado:
A qualidade de segurado do falecido foi demonstrada pelos documentos anexos ao ID 80763390 e seguintes, os quais dão conta de sua atividade rural, como agricultor, que de igual forma, foi corroborado pelos depoimentos das testemunhas, colhidos em Juízo, comprovando sem sombra de dúvida sua qualidade de segurado.
Verificada a data do requerimento administrativo perante a autarquia ré, qual seja, 04.05.2022 (ID: 80763392), e a data do óbito, em 25.11.2016, constato que o benefício pensão por morte é devido a parte autora a partir do pedido, no caso 04.05.2022, de acordo com o que dispõe o artigo 74 da Lei nº 8.213/91:
Art. 74. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)
I - do óbito, quando requerida em até 180 (cento e oitenta) dias após o óbito, para os filhos menores de 16 (dezesseis) anos, ou em até 90 (noventa) dias após o óbito, para os demais dependentes; (Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)
II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior; (Incluído pela Lei nº 9.528, de 1997)
III - da decisão judicial, no caso de morte presumida. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 1997)
A concessão do benefício pleiteado independe do requisito carência, nos termos do artigo 26, inciso I, da Lei Previdenciária, in verbis:
Art. 26. Independe de carência a concessão das seguintes prestações:
I - pensão por morte, salário-família e auxílio-acidente; (Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)
II - auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao RGPS, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e da Previdência Social, atualizada a cada 3 (três) anos, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado; (Redação dada pela Lei nº 13.135, de 2015)
III - os benefícios concedidos na forma do inciso I do art. 39, aos segurados especiais referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei;
IV - serviço social;
V - reabilitação profissional.

VI – salário-maternidade para as seguradas empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)
O valor mensal da pensão por morte será de cem por cento do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento, observado o disposto no art. 33 desta lei (art. 75, Lei 8.213/91).
De acordo com o art. 76 da Lei n. 8.213/91, a concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer inscrição ou habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a contar da data da inscrição ou habilitação.
Por outro lado, dispõe a legislação que o cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício a partir da data de sua habilitação e mediante prova de dependência econômica (art. 76, §1º) e que o cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato que recebia pensão de alimentos concorrerá em igualdade de condições com os dependentes referidos no inciso I do art. 16 da Lei n. 8.231/91 (art. 76, §2º).
Assim, de rigor a concessão do benefício.
Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.
No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).
O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.
Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões dos autos.
DISPOSITIVO
ANTE O EXPOSTO e, considerando tudo que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão deduzida em juízo pela parte autora, para o fim de CONDENAR o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL – INSS a CONCEDER à parte demandante o benefício previdenciário de pensão por morte, desde a data do pedido administrativo, ou seja, 04.05.2022 (ID 80763394).
Por conseguinte, RESOLVO O PROCESSO COM EXAME DO MÉRITO, na forma do artigo 487, inciso I, do CPC.
Quanto à correção monetária, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar as ADIs 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao segundo período, isto é, quanto ao intervalo de tempo compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento. No que concerne a correção anterior a inscrição do precatório, a questão ainda estava pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (RE 870947 RG/SE). No dia 20/09/2017, ao concluir o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 870947, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria dos ministros, seguiu o voto do relator, ministro Luiz Fux, segundo o qual foi afastado o uso da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária dos débitos judiciais da Fazenda Pública, mesmo no período da dívida anterior à expedição do precatório. Em seu lugar, o índice de correção monetária adotado foi o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), considerado mais adequado para recompor a perda de poder de compra. Desse modo, no sentido de cumprir com a decisão do STF, determino sejam os cálculos realizados de acordo com os parâmetros utilizados no site: https://www.jfrs.jus.br/projefweb/ (Correção monetária - Diversos II => [...BTN - INPC (03/91) - UFIR (01/92) - IPCA-E (01/00)], tendo em vista que o programa está de acordo a decisão citada quanto a correção monetária (IPCA-E) ou site https://www.jfrs.jus.br/jusprev2/ (Diversos III => [...BTN – INPC (03/91) - UFIR (01/92) – IPCA-E (01/00) - TR(07/09) – IPCA-E (26/03/15)] * desde que a parcela inicial seja a partir de 26.03.2015, considerando que antes dessa data o programa utiliza a TR entre outras.
Os juros de mora, por sua vez, são devidos no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação - (Súmula n. 204/STJ), até o advento da Lei n. 11.960/2009, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês – ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido –, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação (TRF da 1ª Região – EDAMS0028664-88.2001.4.01.3800/MG, Rel. Desembargadora Federal Neuza Maria Alves da Silva, Segunda Turma, e-DJF1 p. 26 de 06/05/2010).
Com relação aos honorários advocatícios, entendo que estes devem ser fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre as prestações vencidas até a prolação da sentença, nos termos do enunciado da Súmula n. 111 do STJ. Sem custas a luz do disposto no art. 5º,I da Lei Estadual n. 3.896/2016.
Sem reexame.
Sem custas.
Havendo Interposição de recurso de apelação, após cumpridas das formalidades previstas nos §§ 1º e 2º do art. 1.010 do Código de Processo Civil, DETERMINO remessa dos autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região com as homenagens deste Juízo.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Machadinho D'Oeste quarta-feira, 12 de julho de 2023 às 11:15 .
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7002629-10.2022.8.22.0019
REQUERENTE: MARIA APARECIDA RIBEIRO DA SILVA, LINHA MA 28, PA SANTA MARIA 03 LT 62 ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCIA CRISTINA QUADROS DUARTE, OAB nº RO5036A
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AV. DAS NAÇÕES UNIDAS 271, - ATÉ 310 - LADO PAR NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-110 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO

SENTENÇA
Vistos.
Diante da inércia da parte executada, homologo os cálculos apresentados pelo exequente, a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos (ID. 90824538 e ID. 90864755), fixando o valor da execução em R$ 33.728,76 (trinta e três mil setecentos e vinte e oito reais e setenta e seis centavos).
Expeça-se RPV.
Comprovado o pagamento, expeça-se alvará para levantamento, intimando-se à parte autora e seu advogado para retirá-los, em cartório, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de transferência do valor para Conta Judicial Centralizadora nº 01529904-5 de titularidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Operação 040, Agência 2848, Caixa Econômica Federal.
Intime-se o advogado da parte autora para, igualmente no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que mais entender de direito.
Por fim, conclusos para extinção.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO.
Machadinho D'Oeste terça-feira, 11 de julho de 2023 às 10:58 .
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Processo : 7000329-41.2023.8.22.0019
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: MARIA DA PENHA FERNANDES VEIGA
Advogados do(a) REQUERENTE: FLAVIO ANTONIO RAMOS - RO0004564A, RONALDO DE OLIVEIRA COUTO - RO2761
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Fica a parte AUTORA, por meio de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada para ciência e manifestação acerca do ID 93090023 e seguintes.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Processo : 7002133-78.2022.8.22.0019
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: I. E. D. C. C.
Advogados do(a) AUTOR: ELIANE PAULA DE SOUZA ARAUJO - RO8754, MARILUZA FATIMA GOBETTI DA SILVA - SC50219
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7004662-70.2022.8.22.0019
AUTOR: GIRLAINE FERREIRA LOPES SOUZA, LINHA MA-07, GLEBA 02, LOTE 990 s/n, ÁREA RURAL ÁREA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LORENI HOFFMANN ZEITZ, OAB nº RO7333
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, , NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
I. RELATÓRIO
GIRLANE FERREIRA LOPES DE SOUZA ajuizou a presente ação previdenciária em face do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL – INSS, na qual requer a concessão do benefício de auxílio-doença e a sua conversão em aposentadoria por invalidez. Argumenta, em síntese, que possui a condição de segurada especial, tendo em vista que exerceu labor rural, em regime de economia familiar, todavia, se encontra incapacitada de exercer suas atividades habituais, devido ao quadro de doenças que lhe acomete. Aduz ainda que requereu a concessão do benefício, pela via administrativa, contudo, a autarquia negou o pedido. Juntou documentos.
Decisão inicial ao id. 85878073.
A parte requerida foi devidamente citada e apresentou contestação ao id. 90623130 e proposta de acordo.
Réplica ao id. 91356800.
Laudo médico ao id. 89387905.
As partes foram devidamente intimadas para manifestação.
Nessas condições vieram-me conclusos.
É o relatório. Decido.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Trata-se a presente de ação previdenciária para concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença.

De início, cumpre anotar que o processo comporta julgamento no estado em que se encontra, eis que os fatos dependem apenas da análise da prova documental já carreada, conforme dispõe o artigo 355, I, do Código de Processo Civil, valendo ressaltar, inclusive, que no bojo dos autos já reside laudo pericial suficiente, contra o qual não houve irresignação de quaisquer das partes.
O primeiro benefício previdenciário está previsto no art. 18, inciso I, letra a da Lei nº 8.213/91, cujos requisitos de concessão vêm insertos no artigo 42 do mesmo diploma e resumem-se em três itens prioritários, a saber: a real incapacidade do autor para o exercício de qualquer atividade laborativa; o cumprimento da carência; a manutenção da qualidade de segurado.
Por seu turno, o auxílio-doença tem previsão no art. 18, inciso I, letra e da Lei nº 8.213/91, e seus pressupostos estão descritos no art. 59 da citada lei: a incapacidade para o trabalho ou para a atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos; o cumprimento da carência; a manutenção da qualidade de segurado.
Logo, o segurado incapaz, insusceptível de reabilitação para o exercício de qualquer atividade laborativa ou afastado de seu trabalho ou função habitual por mais de 15 (quinze) dias, que tenha uma dessas condições reconhecida em exame médico pericial (art. 42, § 1º e 59), cumprindo a carência igual a 12 contribuições mensais (art. 25, inciso I) e conservando a qualidade de segurado (art. 15) terá direito a um ou outro benefício.
Cinge-se a questão sobre a presença de todos os requisitos para concessão de um dos benefícios, além da qualidade de segurada da parte.
Passo à análise.
I - Qualidade de segurado
A previdência social divide os seus segurados em duas espécies: os obrigatórios e os facultativos.
O artigo 11 da Lei 8.213/1991 prevê como segurado obrigatório:
Art. 11 (…) VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de:
a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade: 1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais; 2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do caput do art. 2º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida;
b) pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e
c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas a e b deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo.
Quanto a comprovação da qualidade de segurada especial, sensível à dificuldade do rurícola na obtenção de prova escrita do exercício de sua profissão, o Superior Tribunal de Justiça já solucionou a matéria, adotando a solução “pro misero”, no sentido de que a exigência legal para a comprovação da atividade laborativa do rurícola resulta num mínimo de prova material, ainda que constituída por dados do registro civil - como em certidão de casamento, ou de nascimento dos filhos e, até mesmo, em assentos de óbito, no caso de pensão. (Precedente: REsp 980.065/SP).
Com efeito, o verbete da Súmula 149 do STJ dispõe que a prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário.
Corolário da exigência de “início” é que não se exige que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício, bastando que o conjunto probatório permita ao julgador, formar convicção acerca da efetiva prestação laboral rurícola.
Como início de prova material da sua condição de segurado especial, o autor juntou aos autos vários documentos, tais como: comprovante de endereço rural; nota fiscal da venda de leite, emitida em 28.02.2021; 30.04.2020; 30.06.2016; 16.09.2014; 31.12.2013; 31.08.2021; 30.04.2022; declaração de aptidão do PRONAF; contrato particular da compra e venda de imóvel rural, firmado em 19.06.2012; 23.04.2021; 03.05.2021, entre outros, dos quais reconheço e entendo desnecessária a produção de prova testemunhal.
Posto isso, entendo como comprovada a qualidade de segurada especial da autora.
II - Cumprimento do período de carência
O trabalhador rural, embora dispensado do pagamento da carência (art. 39, I da mesma lei), deverá sempre comprovar o exercício de atividade rural no período (12 meses). Cabe ressaltar que a lei n. 8.213 só garante ao segurado especial a aposentadoria por idade, por invalidez e auxílio-doença, além do salário-maternidade, incluído pela lei n. 8.861/94.
Art. 25. A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26: I - auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 12 (doze) contribuições mensais; Art. 39. Para os segurados especiais, referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, fica garantida a concessão: I - de aposentadoria por idade ou por invalidez, de auxílio-doença, de auxílio-reclusão ou de pensão, no valor de 1 (um) salário mínimo, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período, imediatamente anterior ao requerimento do benefício, igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido; Logo, é requisito para a sua concessão do benefício a comprovação de atividade rural no período imediatamente anterior de 12 (doze) meses, de acordo com a jurisprudência:
PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ/AUXÍLIO-DOENÇA. PERÍCIA CONCLUSIVA.. QUALIDADE DE SEGURADO. CARÊNCIA. COMPROVADOS. INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE/TEMPORÁRIA PARA O TRABALHO NÃO DEMOSTRADA. AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDO. 1. Agravo retido interposto não conhecido, vez que não reiterado nas razões ou nas contrarrazões da apelação (CPC, art. 523, § 1°). 2. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais; c) a incapacidade parcial e temporária (auxílio-doença) ou permanente e total (aposentadoria por invalidez) para atividade laboral. 3. Comprovada a qualidade de segurado e cumprida a carência. 4. Laudo pericial conclusivo no sentindo de não haver incapacidade laborativa. 5. Apelação desprovida. Agravo retido não conhecido. (AC 0002204-76.2006.4.01.3804 / MG, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI, Rel.Conv. JUIZ FEDERAL CLEBERSON JOSÉ ROCHA (CONV.), SEGUNDA TURMA, e-DJF1 p.320 de 08/05/2013).
Deste modo, tenho como preenchida a carência exigida.
III - Existência de invalidez
Conforme laudo médico anexo ao id. 89387905, a incapacidade da requerente restou comprovada.
O médico perito informou nos autos que a parte autora está acometida de doença incapacitante, a qual teve início em 30.06.2017, sendo portadora de discopatia lombar com radiculopatia e esquizofrenia – CID. 10: M51.1 e F20.0, classificando a incapacidade como total e permanente.

Pelo que consta dos autos, portanto, resta claro que a autora perdeu totalmente a sua capacidade para o trabalho, encontrando-se em situação de total invalidez para o exercício de suas atividades habituais.
Assim, a procedência do pedido do autor se impõe em relação ao pedido de auxílio-doença e sua conversão em aposentadoria por invalidez.
DISPOSITIVO
Em face do exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais, formulados pelo autor em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, para condenar o requerido a: a) na forma de indenização, pagar o valor a que a autora teria direito a título de auxílio-doença, durante o período compreendido entre 08.06.2022 (data do pedido) e 25.04.2023 (dia anterior à citação); b) implementar e pagar mensalmente o benefício de aposentadoria por invalidez, em valor apurado conforme art. 44 da Lei n.º 8.213/91, a partir da citação (26.04.2023), descontando em todo caso, valores recebidos a título de benefício inacumulável, com incidência de juros e correção monetária na forma do Manual de Cálculos da Justiça Federal aplicável aos benefícios previdenciários;
Neste momento processual, determino a intimação do INSS para que comprove a implementação do benefício em favor da parte autora, no prazo de 30 dias.
Consigna-se que as prestações em atraso devem ser pagas de uma só vez, monetariamente corrigidas de acordo com art. 1º-F da Lei 9.494/97, incidindo tal correção desde a data do vencimento de cada parcela em atraso (Súmulas n.s 148 do S.T.J. e 19 do T.R.F. - 1ª Região).
Os juros de mora, por sua vez, são devidos no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação até o advento da Lei n. 11.960/2009 (Súmula n. 204/STJ), a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês – ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido –, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação (TRF da 1ª Região – EDAMS 0028664-88.2001.4.01.3800/MG, Rel. Desembargadora Federal Neuza Maria Alves da Silva, Segunda Turma, e-DJF1 p. 26 de 06/05/2010).
Sem custas, à luz do disposto no art. 5º, inc. III da Lei Estadual nº. 3.896/2016.
Com relação aos honorários advocatícios, entende-se devam ser fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre as prestações vencidas até a prolação da sentença, nos termos do enunciado da Súmula n. 111 do STJ.
Dispensada a remessa necessária à superior instância no caso dos autos, já que o Novo Código de Processo Civil, Lei 13.105/2015, art. 509, incs. I e II e § 2º, passou a definir como líquidas as sentenças que não dependam de arbitramento ou de prova de fato novo mas apenas de simples cálculo matemático, hipótese dos autos, e o art. 496, § 3º, inc. I, do mesmo diploma legal fixou em 1.000 (mil) salários mínimos o teto limite da dispensa de reexame necessário nas sentenças prolatadas contra a União e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; de resto porque, uma vez cotejados o valor do salário mínimo vigente, o valor atual do teto dos benefícios do INSS, e a data de implantação benefício da parte autora, não se afigura minimamente plausível que o valor dos pagamentos retroativos exceda ao equivalente a 1.000 salários mínimos.
De resto, esclareça-se à autarquia previdenciária, desde já, que, durante o lapso temporal correspondente ao trânsito em julgado, poderá ela, caso deseje, ofertar suas contas de liquidação, assim iniciando o que se convencionou denominar execução invertida, mediante a apresentação, nestes mesmos autos, dos cálculos das verbas que entende devidas, conduta que será pelo juízo alçada a cumprimento voluntário do julgado, afastando-se, consequentemente, a incidência de honorários advocatícios em fase de cumprimento de sentença, em atenção, mutatis mutandis, ao disposto no Ofício Circular – CGJ-TJ/RO nº 14/2017.
Em hipótese positiva, apresentados os cálculos pelo INSS, iniciando-se, por óbvio, a execução invertida, independente de posterior deliberação pelo juízo, intime-se, desde logo, a parte beneficiária, por intermédio do patrono constituído nos autos, a manifestar-se expressamente quanto aos cálculos, no prazo de 15 (quinze) dias, desde logo, advertindo-a de que eventual inércia será vista como concordância tácita quanto aos valores apresentados pela Autarquia, ensejando, doravante, a expedição da RPV e/ou precatório, se for o caso, e posterior extinção do feito, nos termos do art. 924 do CPC.
Certificado nos autos o trânsito em julgado da sentença, bem como, in albis, o decurso do prazo para a apresentação dos cálculos da parte devedora em execução, fica intimada a parte credora, desde já, a promover o cumprimento da sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento dos autos.
Com o decurso do prazo, havendo manifestação pela parte credora, retornem conclusos para demais providências.
Caso contrário, arquivem-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO.
Machadinho D'Oeste quarta-feira, 12 de julho de 2023 às 11:15 .
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7000222-02.2020.8.22.0019
REQUERENTE: TATIANE BENTO DE SOUZA LOPES, LINHA MA 05, LT 1.026, GB 02 s/n, AVENIDA SÃO PAULO 3057 CENTRO - 76868-970 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: EVANDRO ALVES DOS SANTOS, OAB nº PR52678A
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AC MACHADINHO DO OESTE 3180, AV. RIO DE JANEIRO CENTRO - 76868-970 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Analisando os autos, verifico que nos termos da sentença anexa ao ID 84416777, o feito foi extinto, ante ao cumprimento integral da medida, uma vez que houve a homologação dos valores apresentados, sem impugnação do INSS (ID 81642563), com a comprovação do pagamento.

Em seguida, a parte exequente apresentou pedido para expedição de RPV quanto aos honorários da fase de execução (ID 84620645). Em decisão proferida por este Juízo, o pedido foi acatado (ID 88181199).
Intimado, o INSS apresentou impugnação, alegando não ser devido o percentual de 10% sobre o valor da execução, por não ter apresentado, naquele momento a respectiva impugnação, ou seja, não houve resistência por parte do executado.
Pois bem.
Ante aos argumentos apresentados, verifico que assiste razão a parte executada. Explico.
Na hipótese dos autos, indicado o valor pelo credor, sem oposição do devedor, restaram homologados pelo juiz os cálculos apresentados (ID 81576407), de forma que, não se justifica a fixação de honorários advocatícios em desfavor da Fazenda Pública, que não pode ser penalizada pelo fato de se sujeitar ao rito procedimental compulsoriamente traçado pelo Código de Processo Civil para cumprimento das obrigações de pagar.
Nesse sentido, é a jurisprudência recente do TRF da 1ª Região:
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXECUÇÕES DE PEQUENO VALOR. PAGAMENTO MEDIANTE EXPEDIÇÃO DE RPV SEM OPOSIÇÃO DA FAZENDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO DESPROVIDA. 1. Nas execuções contra a Fazenda Pública é indispensável a expedição de precatório ou de RPV para o cumprimento de obrigações de pagar fixadas em sentenças judiciais, razão pela qual o INSS necessariamente fica compelido a se sujeitar à execução pelo rito previsto no art. 100 e §§ da Constituição Federal, não dispondo de outros meios para cumprir voluntariamente a obrigação de pagar diferenças pretéritas voluntariamente. 2. Na hipótese dos autos, indicado o valor pelo credor, sem oposição do devedor, restaram homologados pelo juiz os cálculos apresentados. Desta forma, não se justifica a fixação de honorários advocatícios em desfavor da Fazenda Pública, que não pode ser penalizada pelo fato de se sujeitar ao rito procedimental compulsoriamente traçado pelo Código de Processo Civil para cumprimento das obrigações de pagar. 3. "(...) Se há necessidade de requisição de pagamento, seja mediante precatório, seja mediante RPV, não se justifica a imposição de verba honorária, sem que para isso alguma atividade tenha de ser desenvolvida pelo advogado para colimar o pagamento. (...) (AG 1016480-70.2020.4.01.0000, DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 11/12/2020 PAG.) 4. Apelação desprovida.(AC 0035645-76.2017.4.01.9199, JUIZ FEDERAL SAULO JOSÉ CASALI BAHIA, TRF1 - 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DA BAHIA, e-DJF1 18/10/2021 PAG.) (destaquei).
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-D DA LEI N. 9.494/97. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÕES DE PEQUENO VALOR. PAGAMENTO MEDIANTE EXPEDIÇÃO DE RPV. SEM OPOSIÇÃO DA FAZENDA. NÃO INCIDÊNCIA DE HONORÁRIOS. 1. O Supremo Tribunal Federal concluiu, no julgamento do RE 420.816/PR, pela não aplicação do art. 1º-D da Lei n. 9.494/1997 nas hipóteses de execuções que não demandem a expedição de precatório. 2. Porém, a inclusão de verba honorária nas execuções de pequeno valor, ainda que não embargadas, refoge à lógica do sistema constitucional concernente aos pagamentos devidos pela Fazenda Pública em decorrência de sentença judiciária. 3. Tal como no precatório, a requisição de pequeno valor é também exigência constitucional indeclinável na satisfação da dívida da Fazenda Pública em decorrência de sentença judiciária, de modo que não pode a Fazenda fazer o pagamento imediatamente ao trânsito em julgado da sentença. 4. Nesse sentido, tem decidido o Superior Tribunal de Justiça: 3. Com relação ao cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, há previsão específica de isenção de honorários em caso de ausência de impugnação, qual seja, o § 7º do art. 85 do CPC/2015. Portanto, o próprio Código de Processo Civil rege a hipótese de ausência de impugnação, não havendo de se cogitar a aplicação de outra disposição normativa de forma subsidiária.4. Por outro lado, deve-se ressaltar que a previsão legal é incompatível com o procedimento de execução ao qual está sujeita a Fazenda Pública, por não haver possibilidade de adimplemento simultâneo da dívida reconhecida, ante a necessidade de expedição de precatório ou requisição de pequeno valor. (REsp 1691843/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/02/2020, DJe 17/02/2020); 2. Não é cabível a fixação de honorários advocatícios em Execução contra a Fazenda Pública não embargada, quando a parte dá início ao processo executivo antes de possibilitar o cumprimento espontâneo da obrigação pela Fazenda Pública. Precedentes.(AgInt no AREsp 1143706/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 31/08/2020, DJe 17/09/2020) 5. Se há necessidade de requisição de pagamento, seja mediante precatório, seja mediante RPV, não se justifica a imposição de verba honorária, sem que para isso alguma atividade tenha de ser desenvolvida pelo advogado para colimar o pagamento. 6. Assim, deve ser afastada a inclusão de verba honorária em execução de pequeno valor (expedição de RPV) sem oposição da Fazenda Pública aos cálculos apresentados pelo credor. 7. Agravo de instrumento desprovido. (AG 1016480-70.2020.4.01.0000, DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, TRF1 - PRIMEIRA TURMA, PJe 11/12/2020 PAG.) (destaque nosso).
Desse modo, REVOGO a decisão proferida anteriormente (ID 88181199), e via de consequência, INDEFIRO o requerimento de fixação de honorários sucumbenciais nesta fase executiva, pois, sem impugnação do INSS.
Por fim, considerando que já houve a expedição de alvará judicial em favor do exequente, determino a remessa dos autos ao arquivo.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO.
Machadinho D´Oeste/RO, quarta-feira, 06 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Processo : 7001588-71.2023.8.22.0019
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ANA NUNES FERREIRA
Advogado do(a) AUTOR: DANILO JOSE PRIVATTO MOFATTO - RO6559

REU: BANCO BRADESCO S.A. e outros
Advogado do(a) REU: WILSON BELCHIOR - RO6484
Advogado do(a) REU: DANIEL GERBER - RS39879
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7001454-44.2023.8.22.0019
AUTOR: ADINEI FRANCISCO DE SOUZA, AV. TANCREDO NEVES 4776 CENTRO - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JHONATAN APARECIDO MAGRI, OAB nº RO4512
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos em saneador.
Trata-se de Ação Previdenciária ajuizada por ADINEI FRANCISCO DE SOUZA em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, visando a concessão de pensão por morte.
Da necessidade da prova testemunhal.
De acordo com o entendimento da Corte, a prova testemunhal é essencial e indispensável à comprovação da atividade rural, pois se presta a corroborar os inícios da prova material apresentada.
Colaciono o julgado do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, in verbis:
PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUXÍLIO-DOENÇA. SEGURADO ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL. INTERESSE DE AGIR. INÍCIO PROVA MATERIAL. AUSÊNCIA DE PROVA TESTEMUNHAL. NECESSIDADE. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. NOVA INSTRUÇÃO. 1. São três os requisitos para a concessão dos benefícios por incapacidade: 1) a qualidade de segurado; 2) o cumprimento do período de carência; 3) a incapacidade para o trabalho, de caráter permanente (aposentadoria por invalidez) ou temporário (auxílio-doença). 2. O cancelamento/cessação ou indeferimento do benefício pelo INSS é suficiente para que o segurado integre com a ação judicial, não sendo necessário o exaurimento da via administrativa. 3. Para fins de reconhecimento do exercício da atividade rural, é pacífica a jurisprudência no sentido de que, em se tratando de segurado especial (art. 11, inciso VII, da Lei nº 8.213/91), é exigível início de prova material complementado por prova testemunhal idônea a fim de ser verificado o efetivo exercício da atividade rurícula, individualmente ou em regime de economia familiar. 4. A prova testemunhal é essencial à comprovação da atividade rural, pois se presta a corroborar os inícios de prova material apresentados. É prova que, segundo o entendimento desta Cortes, é necessário e indispensável à adequada solução do processo. 5. O rigor na análise do início de prova material para a comprovação do labor rural deve ser mitigado, de sorte que o fato de a reduzida prova documental não abranger todo o período postulado não significa que a prova seja exclusivamente testemunhal quanto aos períodos faltantes. 6. Levando-se em consideração a necessidade da produção de prova testemunhal para a comprovação da atividade campesina, e a ausência de prejuízo na oitiva, se faz obrigatória a designação de audiência de instrução e julgamento. Hipótese em que deve ser anulada a sentença, a fim de que seja reaberta a instrução e oportunidade a produção de prova testemunhal, para comprovação da condição de segurada especial da parte autora. (TRF-4 - AC: 50234971820019404999 5023497-18.2019.40.04.9999, Relator: FERNANDO QUADROS DA SILVA, Data de Julgamento: 14/07/2020, TURMA REGIONAL SUPLEMENTAR DO PR).
Não tendo sido apresentada ao juízo, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito a que alude o art. 357, § 2º do CPC, e não demonstrando, a presente causa, complexidade em matéria de fato ou de direito, deixo de designar audiência de saneamento em cooperação, e de logo passo ao saneamento e organização do feito em gabinete (CPC, art. 357, §§).
Não há preliminares a serem apreciadas. As partes são legítimas, e estão adequadamente representadas nos autos, inexistindo, por ora, outras questões processuais a serem abordadas.
Instadas a sugerir pontos controvertidos e a especificar provas a produzir, a parte requerida quedou-se inerte e a parte autora arrolou testemunhas.
Fixo os seguintes pontos controvertidos da demanda: i) a condição de dependente do requerente, no tempo e na forma prescrita em lei; ii) a qualidade de segurado do falecido, nos termos da lei.
Nesse mesmo sentido, especifico, doravante, os meios de provas cuja produção será admitida nos autos, quais sejam: a) prova documental nova, assim concebida a juntada de documentos inexistentes ou inacessíveis no momento da propositura da ação (autor) ou apresentação da contestação (réu); b) prova testemunhal, c) depoimento pessoal das partes, ao critério do juízo, por entender que são suficientes ao deslinde do feito, nos moldes dos arts. 357, inc. II e 385 do CPC.
Diante do disposto nos arts. 357, III e 373 e §§ do CPC, passo a definir a distribuição do ônus da prova no presente feito, da maneira seguinte: a) à parte autora cumprirá provar os fatos referentes aos itens “a”, “b”, “c” e “d” dos pontos controvertidos fixados; b) à parte requerida, por sua vez, cumprirá produzir contraprova apta a descaracterizar os requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado, correspondentes aos pontos controvertidos já fixados.
Designo audiência de instrução e julgamento, de forma PRESENCIAL para o dia 22.08.2023, às 09h30min.
A Audiência designada nos autos poderá ser feita de FORMA ONLINE, caso haja manifestação expressa das partes e o respectivo deferimento do Juízo, nos termos do art. 3º, da RES. do CNJ nº 354/2020, com redação da Res. 481/2022 do CNJ.
Intimem-se as partes.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO.
Machadinho D´Oeste/RO, 12 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D’Oeste

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7000996-95.2021.8.22.0019
AUTOR: N. L. D. A., LINHA TRAVESSÃO C66, LT 63, KM 23 LT 63, ZONA RURAL ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ROSANE DA CUNHA, OAB nº RO6380
REU: I. B. D. A., TRAVESSÃO C66, LT 63 63 ZONA RURAL - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA, E. D. R., AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Sentença
Vistos.
1. Relatório
Cuida-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Internação e pedido de antecipação de tutela em face do Estado de Rondônia, a fim de promover a internação de Ivanete Bispo de Araújo, sua irmã para fins de tratamento psiquiátrico. Narra em síntese ser portadora de esquizofrenia paranóide com um quadro de deficiência mental leve (CID. F.20.0; F.20.8; F71), fazendo o uso de diversos medicamentos. Aduz ainda que por tal motivo, sua irmã se mostra agressiva, profere ameaça aos genitores, idosos, se recusa a fazer o tratamento com a medicação, o que vem lhe causando grande transtorno. Deste modo, requer a internação da requerida, de modo a realizar o tratamento necessário. Juntou documentos.
Decisão inicial ao ID 59402901, determinando a citação do Estado de Rondônia, o que foi devidamente cumprido.
Em seguida, ante a inércia do requerido, a parte autora apresentou novo pedido, sendo deferido por este Juízo, visando a internação compulsória da parte requerida, em clínica especializada (ID 60188376).
A Defensoria Pública apresentou Contestação por negativa Geral ao ID 60199673.
O Estado de Rondônia por sua vez, apresentou sua Contestação, requerendo a improcedência do pedido e/ou prorrogação do prazo para cumprimento da medida (ID 60617981).
Interposição de Agravo de Instrumento ao ID 60617988.
Em julgamento, o Tribunal confirmou o teor da decisão liminar, negando provimento ao recurso apresentado pelo Estado de Rondônia (ID 76267613).
Relatório interprofissional ao ID 84843062.
As partes foram intimadas, ocasião em que o requerido apresentou pedido de improcedência da ação.
Intimado, o Ministério Público pugna pela procedência parcial do pedido, a fim de que ocorra o acompanhamento pela equipe do CAPS (ID 87680276).
O autor por sua vez, apresentou pedido para acompanhamento pelo centro de atenção psicossocial (ID 92175740).
2. Fundamentação
Considerando que o feito encontra-se em ordem, foram arguidas preliminares que serão analisadas nesta oportunidade, não há irregularidades a serem sanadas, passo a julgá-lo.
Com efeito, analisando os autos em comento já há elementos suficientes para resolução da demanda, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado do mérito conforme determinar o art. 355, I do CPC.
Pois bem.
O artigo 6° da CRFB estabelece que a saúde é um direito fundamental, isto vem na esteira do artigo 5° que define como direito fundamento a vida.
Além disso o próprio artigo 3 da Declaração Universal dos Direitos Humanos traz o direito a vida como um direito básico humano.
O artigo 196 da CRFB88 define:
A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
Portanto, a CRFB88 determina a saúde como sendo um direito de todos e um dever do Estado, significando que o Estado como entidade, trouxe para si este dever e que através dos tributos recolhidos dos cidadãos deverá prestar assistência àqueles que precisarem.
Analisando os autos, em especial o Relatório Interprofissional anexo ao ID 84843062, verifico que houve a indicação de tratamento pelo centro especializado deste Município, sendo descartada a hipótese de internação da mesma.
Deste modo, em que pese as alegações do autor, tenho no presente caso que não se faz necessária a medida pleiteada, pois, o tratamento através de medicamentos e acompanhamentos já torna suficiente no presente caso. Contudo, em atenção ao pedido apresentado pela parte autora, no que tange ao tratamento psicossocial, verifico que não demanda atenção do Judiciário, de modo que a mesma pode buscar, pela via administrativa tal medida.
Neste ponto, destaco que nos termos da lei 10.216/2001, a internação compulsória é a última ratio, devendo ser exaurido todos os meios menos gravosos a parte.
Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia possui o seguinte entendimento:
Agravo de instrumento. Internação compulsória. Direito à saúde. Tratamento psiquiátrico. Esquizofrenia paranoide. Medida extrema. Laudo médico. Necessidade do tratamento. Comprovação. Ausência. Medidas alternativas. Recursos extra-hospitalares. Preferência. Precedentes desta Corte. Recurso provido. A internação compulsória trata-se de medida excepcional, que deve ser indicada somente quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes, conforme determina a lei. A responsabilidade pelo desenvolvimento de política de saúde e promoção de ações de saúde não é exclusiva do Estado, exigindo-se também a participação da sociedade e da família do necessitado no tratamento de sua saúde, mormente se sofrer de doença relacionada a transtornos mentais e mudança de humor. Não se mostra razoável a pretensão de internação compulsória só pelo fato de o paciente possuir doença mental (esquizofrenia paranoide). Ao contrário, os doentes mentais necessitam, na maioria das vezes, de apoio da família, e não do seu afastamento, em clínicas de recuperação. Se os laudos médicos limitam-se a informar que o interditando é portador de transtornos mentais com mudança repentina de humor e necessita de tratamento médico, sem apresentar justificativa para aplicação de medida extrema de internação compulsória, esta deve ser indeferida, retirando a responsabilidade do Estado. AGRAVO DE INSTRUMENTO, Processo nº 0808206-15.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator (a) do Acórdão: Des. Roosevelt Queiroz Costa, Data de julgamento: 21/10/2022 (TJ-RO - AI: 08082061520228220000, Relator: Des. Roosevelt Queiroz Costa, Data de Julgamento: 21/10/2022) (destaque nosso).

Dessa forma, diante da ausência de provas apresentadas aos autos, não há como aferir que a internação compulsória seja a melhor medida indicada ao presente caso, devendo outros meios serem adotados.
DISPOSITIVO
Posto isso, considerando o que dos autos constam, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida por NIVALDO LIMA DE ARAÚJO em face do ESTADO DE RONDÔNIA e IVANETE BISPO DE ARAÚJO e, via de consequência, declaro extinto o processo, com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, inc. I do Código de Processo Civil.
Sem custas e honorários advocatícios.
Sentença registrada automaticamente no sistema e publicada. Intimem-se.
Transitada em julgado, adotadas as providências de praxe, arquive-se.
De modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que, ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e rejeitado nos limites em que foi formulado.
Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, de que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2o, do Novo Código de Processo Civil.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo “a quo” (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.
Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO.
Machadinho D’Oeste sexta-feira, 7 de julho de 2023 às 11:08 .
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D’Oeste

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7002134-63.2022.8.22.0019
AUTOR: LUCIMAR DOS SANTOS SOARES, LINHA MP 173 s/n, KM 30 ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D’OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CASSIA FRANCIELE DOS SANTOS, OAB nº RO9503A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos em saneador.
Trata-se de Ação Previdenciária ajuizada por LUCIMAR DOS SANTOS SOARES em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, visando a concessão de aposentadoria por incapacidade, sob alegação de ser agricultora.
Da necessidade da prova testemunhal.
De acordo com o entendimento da Corte, a prova testemunhal é essencial e indispensável à comprovação da atividade rural, pois se presta a corroborar os inícios da prova material apresentadas.
Colaciono o julgado do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, in verbis:
PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUXÍLIO-DOENÇA. SEGURADO ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL. INTERESSE DE AGIR. INÍCIO PROVA MATERIAL. AUSÊNCIA DE PROVA TESTEMUNHAL. NECESSIDADE. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. NOVA INSTRUÇÃO. 1. São três os requisitos para a concessão dos benefícios por incapacidade: 1) a qualidade de segurado; 2) o cumprimento do período de carência; 3) a incapacidade para o trabalho, de caráter permanente (aposentadoria por invalidez) ou temporário (auxílio-doença). 2. O cancelamento/cessação ou indeferimento do benefício pelo INSS é suficiente para que o segurado integre com a ação judicial, não sendo necessário o exaurimento da via administrativa. 3. Para fins de reconhecimento do exercício da atividade rural, é pacífica a jurisprudência no sentido de que, em se tratando de segurado especial (art. 11, inciso VII, da Lei nº 8.213/91), é exigível início de prova material complementado por prova testemunhal idônea a fim de ser verificado o efetivo exercício da atividade rurícula, individualmente ou em regime de economia familiar. 4. A prova testemunhal é essencial à comprovação da atividade rural, pois se presta a corroborar os inícios de prova material apresentados. É prova que, segundo o entendimento desta Cortes, é necessário e indispensável à adequada solução do processo. 5. O rigor na análise do início de prova material para a comprovação do labor rural deve ser mitigado, de sorte que o fato de a reduzida prova documental não abranger todo o período postulado não significa que a prova seja exclusivamente testemunhal quanto aos períodos faltantes. 6. Levando-se em consideração a necessidade da produção de prova testemunhal para a comprovação da atividade campesina, e a ausência de prejuízo na oitiva, se faz obrigatória a designação de audiência de instrução e julgamento. Hipótese em que deve ser anulada a sentença, a fim de que seja reaberta a instrução e oportunidade a produção de prova testemunhal, para comprovação da condição de segurada especial da parte autora. (TRF-4 - AC: 50234971820019404999 9 5023497-18.2019.40.04.9999, Relator: FERNANDO QUADROS DA SILVA, Data de Julgamento: 14/07/2020, TURMA REGIONAL SUPLEMENTAR DO PR).
Não tendo sido apresentada ao juízo, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito a que alude o art. 357, § 2º do CPC, e não demonstrando, a presente causa, complexidade em matéria de fato ou de direito, deixo de designar audiência de saneamento em cooperação, e de logo passo ao saneamento e organização do feito em gabinete (CPC, art. 357, §§).
Não há preliminares a serem apreciadas. As partes são legítimas, e estão adequadamente representadas nos autos, inexistindo, por ora, outras questões processuais a serem abordadas.
Instadas a sugerir pontos controvertidos e a especificar provas a produzir, a parte requerida quedou-se inerte e a parte autora arrolou testemunhas.
Fixo os seguintes pontos controvertidos da demanda: a) a parte autora exerce ou já exerceu a atividade rurícola?; b) em caso afirmativo, quais os períodos de atividade exercida? c) foram cumpridos os períodos de carência legal?; c) reside a parte autora, ou já residiu, na zona rural do município? Quais os períodos respectivos?; d) o imóvel rural respectivo é explorado em regime de economia familiar?.

Nesse mesmo sentido, especifico, doravante, os meios de provas cuja produção será admitida nos autos, quais sejam: a) prova documental nova, assim concebida a juntada de documentos inexistentes ou inacessíveis no momento da propositura da ação (autor) ou apresentação da contestação (réu); b) prova testemunhal, c) depoimento pessoal das partes, ao critério do juízo, por entender que são suficientes ao deslinde do feito, nos moldes dos arts. 357, inc. II e 385 do CPC.
Diante do disposto nos arts. 357, III e 373 e §§ do CPC, passo a definir a distribuição do ônus da prova no presente feito, da maneira seguinte: a) à parte autora cumprirá provar os fatos referentes aos itens “a”, “b”, “c” e “d” dos pontos controvertidos fixados; b) à parte requerida, por sua vez, cumprirá produzir contraprova apta a descaracterizar os requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado, correspondentes aos pontos controvertidos já fixados.
Designo audiência de apresentação, de forma PRESENCIAL para o dia 22.08.2023, às 09h00min.
A Audiência designada nos autos poderá ser feita de FORMA ONLINE, caso haja manifestação expressa das partes e o respectivo deferimento do Juízo, nos termos do art. 3º, da RES. do CNJ nº 354/2020, com redação da Res. 481/2022 do CNJ.
Intimem-se as partes.
Expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO.
Machadinho D´Oeste/RO, 6 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D’Oeste

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D’Oeste - RO - CEP: 76868-000
Processo : 7000171-83.2023.8.22.0019
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ANA PAULA DE SOUZA LIMA
Advogado do(a) AUTOR: VIVIANE MATOS TRICHES - RO4695
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Fica a parte AUTORA, por meio de seu advogado, no prazo de 05 (cinco), intimada para ciência e manifestação acerca do ID 91551677 e seguintes.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D’Oeste - RO - CEP: 76868-000
Processo : 7001814-76.2023.8.22.0019
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: E. M. R.
Advogado do(a) AUTOR: BRUNA LETICIA GALIOTTO - RO10897
REU: Estado de Rondônia e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D’Oeste - RO - CEP: 76868-000
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo : 7002177-63.2023.8.22.0019
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: MOACIR RITTER
Advogado do(a) AUTOR: ALAN CESAR SILVA DA COSTA - RO7933
REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação PARTES
Ficam as partes, por meio de seu Advogado(a)/procurador, intimadas para, querendo, apresentar outros quesitos e indicar assistentes técnicos.
Prazo: 05 (cinco) dias / Fazenda Pública: 10 (dez) dias.
Machadinho D’Oeste-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D’Oeste Número do processo: 7000702-43.2021.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: S. L. G.
ADVOGADO DO AUTOR: IRINEU RIBEIRO DA SILVA, OAB nº RO133A

Polo Passivo: C. A. D. S., E. M. D. S.
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos, etc.
Trata-se de medida cautelar de sequestro de bens incidental ajuizada por Sandra Lúcia Gonçalves em face de Edimilson Maturana da Silva e Cleidiane Antonia da Silva, todos devidamente qualificados nos autos em epígrafe.
Sustenta a requerente, em breve síntese, que fora determinada a conexão do presente feito com os autos principais (autos n° 7000706-17.2020.8.22.0019), entretanto, a serventia cartorária deste Juízo não teria adotado as cautelas de praxe para associar os autos para decisão conjunta, razão pela qual quer que a decisão seja reconsiderada.
Pois bem.
Em que pese os argumentos apresentados, verifico que a demanda principal foi julgada improcedente, constando trânsito em julgado no dia 09/03/2023, conforme certificado pelo próprio sistema PJe naqueles autos.
Neste caminho, não há que se falar em reconsideração, tendo em vista que com a publicação da sentença incidem ocorre preclusão consumativa, incidindo o princípio da inalterabilidade da sentença, admitindo-se a modificação do julgado tão somente, em casos excepcionalíssimos, para corrigir inexatidões materiais, para retificar cálculos ou por meio de embargos de declaração, conforme previsão contida no art. 494, I e II do CPC. (Precedentes: STJ - AgInt nos EDcl no AREsp: 243408 MG 2012/0217626-2, Relator: Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Data de Julgamento: 06/02/2018, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/02/2018; REsp: 248805 SP 2000/0014981-0, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 02/03/2004, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: --> DJ 05/04/2004 p. 303).
Sem maiores digressões, a meu ver, ante a improcedência da demanda principal, e por consectário lógico, o trânsito em julgado daquela, esvaiu-se a utilidade da presente demanda, mormente porque se deferida feriria a coisa julgada, violando, assim, o disposto no art. 5, XXXVI, CF/88.
Assim, a extinção do feito sem resolução do mérito é a medida de direito, conforme previsto no art. 485, V do Código de Processo Civil. Vejamos:
“Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) V - reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada;”
Ante todo o exposto, extingo o feito sem resolução do mérito (art. 485, V, do CPC) por perda superveniente do objeto ante a existência de coisa julgada nos autos principais.
Pelo princípio da causalidade, CONDENO a parte autora ao pagamento das custas processuais finais em 1% (um por cento) sobre o valor atribuído à causa, nos termos do art. 12, III da Lei Estadual n° 3.896/16 (Regimento de Custas do TJRO)
Certificado o trânsito em julgado, e, nada sendo requerido, intime-se para recolhê-las no prazo de 15 (quinze) dias contados da intimação, nos termos do art. 14 da Lei Estadual n° 3.896/16 (Regimento de Custas do TJRO).
P.R.I.C.
Machadinho D’Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D’Oeste Número do processo: 7000598-17.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: RAIMUNDO NONATO BISPO DE MORAES
ADVOGADO DO AUTOR: LEIDIANE BERNARDO DA COSTA, OAB nº RO11005
Polo Passivo: BANCO DA AMAZONIA SA
ADVOGADOS DO REU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, PROCURADORIA DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A
DECISÃO
À CPE para que certifique quanto a eventuais pendências.
Após, arquive-se.
Machadinho D’Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7001368-10.2022.8.22.0019
AUTOR: WILSON JOSE DA SILVA, RUA RORAIMA s/n, CHÁCARA SÃO JOSÉ ZONA CHACAREIRA - 76868-000 - MACHADINHO D’OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DANILO JOSE PRIVATTO MOFATTO, OAB nº RO6559
REU: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A, RUA LÍBERO BADARÓ 377 - andar 18, - LADO ÍMPAR CENTRO - 01009-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO REU: EDUARDO REIS DE MENEZES, OAB nº RJ162449
DESPACHO
Vistos, etc.
Altere-se a classe processual para Cumprimento de Sentença.
Intime-se a parte executada, na pessoa do seu advogado, via Diário da Justiça (art. 513, § 2º, I, do CPC), para efetuar o pagamento do valor de R$ 8.157,02 no prazo de 15 (quinze) dias, a partir de quando, caso não o efetue, passará a incidir sobre o montante da condenação, multa de 10% (dez por cento) e honorários de advogado de 10% (dez por cento), previstas no art. 523, § 1º, ou, ainda, para apresentar impugnação no mesmo prazo, nos termos do art. 525 e seguintes, ambos do CPC.
Em não havendo advogado constituído nos autos, intime-se por Carta com Aviso de Recebimento (art. 513, §2º, II, do CPC).

Caso efetue o pagamento através de depósito judicial, desde já autorizo a expedição de alvará/ofício em favor do exequente e do advogado, conforme consta na petição inicial.
Na sequência, façam os autos conclusos para extinção.
Contudo, sendo a parte executada intimada e quedando-se inerte, fica a parte exequente, desde já, intimada a trazer planilha do débito atualizada, com a aplicação da multa e honorários de advogado, comprovante de custas da diligência e os dados pessoais dos executados, para fins de penhora on-line ou outros meios de expropriação.
Intime-se.
Pratique o necessário.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7003007-63.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: JOVITA SILVA DAMASCENO
ADVOGADOS DO AUTOR: VIVIANE MATOS TRICHES, OAB nº RO4695, SIMONI DE MATOS LOPES, OAB nº RO10406
Polo Passivo: COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDENCIA DO SUL
ADVOGADO DO REU: PAULO ANTONIO MULLER, OAB nº PR30741
SENTENÇA
1. Relatório
Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c reparação por danos morais e materiais, repetição de indébito e tutela de urgência movida por JOVITA SILVA DAMASCENO em face de COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDENCIA DO SUL. Em síntese, alega a parte requerente receber benefício previdenciário e que, apesar de possuir alguns empréstimos consignados devidamente contratados, não teria contratado nenhum tipo de serviço com a requerida. Ainda assim, notou haver descontos supostamente indevidos realizados pela requerida no valor de seu benefício, no valor total de R$ 139,50 (cento e trinta e nove reais e cinquenta centavos). Requereu a concessão de tutela de urgência para a suspensão dos descontos, pugnando pela declaração de inexistência da relação jurídica e do débito, repetição de indébito e condenação em danos morais.
A presente ação fora originariamente proposta em face de múltiplos requeridos nos autos 7001643-27.2020.8.22.0019.

Despacho inicial (ID 80334351, p. 401-403).
Citado, o requerido apresentou contestação (ID 80334351, p. 174-191) refutando os argumentos da defesa técnica, aduzindo que a requerente teria contratado serviço junto ao requerido, motivo pelo qual o pedido inicial deve ser julgado improcedente.
A parte autora apresentou impugnação à contestação (ID 80334351, p. 115-120).
As partes foram intimadas para produção de provas (ID. 80334351, p. 108), oportunidade em que ambos pugnaram pelo julgamento antecipado da ação (ID. 80334351, p. 100-101, 95).
A tentativa de conciliação restou infrutífera (ID. 80334351, p. 24-25).
Determinado o desmembramento da ação nos autos originários (ID. 80334351, p. 6-8).
Decisão de saneamento e organização do feito (ID. 86523189).
Nessas condições vieram-me conclusos.
É o relatório. DECIDO.
2. Fundamentação
a) Do julgamento antecipado
O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento ou outras diligências para a produção de novas provas.
b) Mérito
Versam os autos sobre ação de anulação de negócio jurídico c/c indenização por danos materiais e morais com pedido de antecipação de tutela.
Presentes as condições da ação, os pressupostos de constituição e desenvolvimento da relação processual, interesse processual e da legitimidade das partes, razão pela qual avanço no mérito.
A situação discutida demonstra que a instituição bancária assumiu o risco da contratação de crédito sem aferir a autenticidade da identificação da pessoa que requereu o serviço. Assim, é cabível a extensão da proteção do Código de Defesa do Consumidor ao terceiro (vítima) estranho à relação jurídica contratual.
Há relação de consumo por equiparação, enquadrada na hipótese de responsabilidade (objetiva) pelo fato do serviço, nos termos dos arts. 2o e 14 do CDC e da Súmula n° 479 do STJ cuja redação preconiza que: "As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias".
A respeito do mérito, depreende-se que o autor argumenta que não solicitou produto ou serviço junto à requerida. O requerido, por seu turno, aduz que a requerente efetuou a contratação, porém não apresentou contrato que comprovaria a relação jurídica, e tampouco comprovou a impossibilidade de fazê-lo.
Tratando-se de prova de fato positivo, cabia à ré demonstrar a regularidade da contratação do produto ou serviço pela autora por meio de instrumento contratual por ela assinado, acompanhado de cópias de documentos pessoais, tal como costumeiramente são exigidos para operações desta natureza. A ré, todavia, não se desincumbiu do ônus probatório, limitando-se a alegar a regularidade do negócio jurídico sem demonstrá-la. Não obstante, os documentos juntados pela requerida sob a pretensão de comprovar a contratação (ID. 80334351, p. 210-215) não possuem qualquer tipo de assinatura, física, digital ou eletrônica, que possa demonstrar a declaração de vontade da parte autora na contratação.

Assim, comprovada a fraude praticada, o requerido deve arcar com os resultados decorrentes da disponibilização de produtos e serviços a terceiros, pois a responsabilidade decorre do risco do empreendimento, conforme inteligência da Súmula 479 do STJ.

Sendo este o caso, de rigor o reconhecimento da inexistência da relação jurídica entre as partes, cabendo responsabilização por parte da instituição financeira. Nesse sentido:

APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO CUMULADA COM DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. ALEGAÇÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO RECEBIDO PELA AUTORA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INCONFORMISMO DO BANCO REQUERIDO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE NÃO APRESENTOU CONTRATO CELEBRADO ENTRE AS PARTES, POR MEIO DO QUAL PODERIA SE COMPROVAR A ADESÃO A UM CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, COM MARGEM RESERVADA PARA PAGAMENTO DE FATURAS. DANO MORAL CARACTERIZADO. CONFIGURAÇÃO DA LESÃO AO DIREITO DE PERSONALIDADE DA AUTORA, CONSIDERANDO OS DESGASTES EM RAZÃO DE DESCONTO INDEVIDO EM SUA APOSENTADORIA, COM PRIVAÇÃO DE SEU PATRIMÔNIO. MANUTENÇÃO DO VALOR DA COMPENSAÇÃO NO IMPORTE DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), QUANTIA ESTA QUE SE AFIGURA RAZOÁVEL E PROPORCIONAL LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO O SEU CARÁTER COMPENSATÓRIO E PEDAGÓGICO E AS PECULIARIDADES DO CASO EM ANÁLISE. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SP - AC: 10007308420208260198 SP 1000730-84.2020.8.26.0198, Relator: Alberto Gosson, Data de Julgamento: 29/05/2021, 22ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/05/2021). Grifei.

Ademais, o requerido deve ressarcir o dano moral que deu causa, este decorrente de descontos, bem como da falha na prestação do serviço, de modo que os transtornos causados transpassam o simples aborrecimento, consoante entendimento jurisprudencial.

Nesse sentido, colaciono o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:

Cobrança. Descontos indevidos. Empréstimo consignado. Cartão de crédito consignado. Serviço não solicitado. Contrato não apresentado. Ônus do banco. Dano moral. Configuração. Pela dinâmica do ônus da prova, tratando-se de prova de fato negativo, cabe ao apelante comprovar que o consumidor tem conhecimento do contrato de RMC. Não comprovada a relação jurídica que embasa descontos e cobrança por cartão de crédito não solicitado, deve ser declarada a inexigibilidade do débito. Diante da conduta ilícita ou, no mínimo, negligente da instituição financeira, esta deve ser obrigada a ressarcir pelo dano moral que deu causa, este decorrente da falha na prestação do serviço em realizar descontos e cobranças sem que haja respaldo legal para tanto. (TJ-RO - AC: 70011104120198220007 RO 7001110-41.2019.822.0007, Data de Julgamento: 07/05/2020). Grifei.

Gize-se que deve recair sobre o réu o prejuízo causado ao autor, considerando a responsabilidade objetiva decorrente do ramo de atividade desempenhado. A seguradora deve zelar pela lisura dos seus contratos, adotando técnicas e providências capazes de evitar fraudes.

Com isso, é devido o reconhecimento da inexistência do débito contraído em nome do requerente junto à seguradora. Os danos morais vindicados também são cabíveis, tendo em vista os transtornos suportados pela requerente que precisou acionar o judiciário para resolver seu conflito, o que poderia ter sido solucionado pelo requerido.

Para fins de arbitramento destaco o método bifásico adotado pelo STJ, onde inicialmente (1a fase) se analisa o valor básico de indenização e depois (2a etapa) a justaposição desse quantum às peculiaridades do caso concreto (gravidade do fato, culpabilidade do agente, eventual culpa concorrente da vítima, condição econômica das partes). Assim sendo:

(…) QUANTUM INDENIZATÓRIO. CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO EQUITATIVO PELO JUIZ. MÉTODO BIFÁSICO. VALORIZAÇÃO DO INTERESSE JURÍDICO LESADO E CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. O método bifásico, como parâmetro para a aferição da indenização por danos morais, atende às exigências de um arbitramento equitativo, pois, além de minimizar eventuais arbitrariedades, evitando a adoção de critérios unicamente subjetivos pelo julgador, afasta a tarifação do dano, trazendo um ponto de equilíbrio pelo qual se consegue alcançar razoável correspondência entre o valor da indenização e o interesse jurídico lesado, bem como estabelecer montante que melhor corresponda às peculiaridades do caso. 2. Na primeira fase, o valor básico ou inicial da indenização é arbitrado tendo-se em conta o interesse jurídico lesado, em conformidade com os precedentes jurisprudenciais acerca da matéria (grupo de casos). 3. Na segunda fase, ajusta-se o valor às peculiaridades do caso com base nas suas circunstâncias (gravidade do fato em si, culpabilidade do agente, culpa concorrente da vítima, condição econômica das partes), procedendo-se à fixação definitiva da indenização, por meio de arbitramento equitativo pelo juiz (…). (STJ; REsp 1.608.573; Proc. 2016/0046129-2; RJ; Rel. Min. Luis Felipe Salomão; Julg. 13/12/2018; DJE 19/12/2018; Pág. 14838)

O Sodalício Rondoniense, aliás, considera que “O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e o conceito social das partes” (TJRO; Processo nº 7013471-13.2016.822.0002; 2ª Câmara Cível; Relator do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia; Julgamento: 27/02/2019).

De acordo com a linha de entendimento adotada por este magistrado durante a judicatura, e considerando decisões proferidas em casos similares junto a este juízo, mostra-se justa e proporcional a condenação da ré em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de reparação pelos danos extrapatrimoniais.

O valor se considera justificado diante das circunstâncias e da obrigação de indenizar, decorrente da violação de direito da personalidade. Além do fato de o réu ter agido com desprezo, visto que não tomou nenhuma providência para evitar o prejuízo causado.

Nesse sentido:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS - FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - FORNECIMENTO DE INTERNET - MODEM FURTADO- TENTATIVA DE SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA FRUSTRADA - PERDA DE TEMPO ÚTIL DO CONSUMIDOR - DANOS MORAIS CONFIGURADOS - QUANTUM INDENIZATÓRIO - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO 1. Diante da comprovada falha na prestação dos serviços e das tentativas infrutíferas de solucionar o problema administrativamente, a outra conclusão não se chega senão a de que o incômodo sofrido pelo consumidor ultrapassou meros dissabores do cotidiano, motivo pelo qual faz jus à indenização por danos morais. 2. A jurisprudência dos tribunais vem acompanhando a doutrina que reconhece a responsabilidade civil por danos morais em decorrência do desvio produtivo do consumidor, ou pela perda do tempo útil do consumidor. 3. A indenização por danos morais deve proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, sem enriquecimento sem causa, produzindo no ofensor impacto suficiente para dissuadi-lo de igual e semelhante atentado. 4. Recurso conhecido e não provido. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.21.192783-5/001, Relator(a): Des.(a) Shirley Fenzi Bertão , 11ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 27/10/2021, publicação da súmula em 27/10/2021) Grifei.

Destarte, à vista das decisões proferidas neste juízo e analisando as circunstâncias dos autos, mostra-se justa e proporcional a condenação do réu ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) como verba indenizatória.

3. Dispositivo
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos mediatos formulados por JOVITA SILVA DAMASCENO contra COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDENCIA DO SUL, para DECLARAR inexistente o débito proveniente dos documentos de ID. 80334351, p. 210-215, em nome do requerente e CONDENAR o requerido ao pagamento da restituição, em dobro, das parcelas no valor de R$ 20,60, descontadas indevidamente do benefício previdenciário do autor, provenientes do contrato objeto da demanda, até a data do cumprimento da ordem de tutela antecipada, cuja quantia deve ser apurada em liquidação de sentença, com incidência de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso (Súmula n. 54 do STJ), e correção monetária, a partir do efetivo desconto (Súmula n. 43 do STJ), utilizando-se do índice legal utilizado pelo TJ-RO (INPC), bem como CONDENAR o réu ao pagamento de R$ 5.000,00, à título de indenização por danos morais, a ser corrigido monetariamente também pelo INPC, a partir da data de seu arbitramento (Súmula n. 362, STJ) e com juros de 1% ao mês a partir do evento danoso (Súmula n. 54 do STJ).
CONFIRMO os efeitos da tutela provisória e determinar ao réu que cancele em definitivo o contrato junto ao INSS.
Condeno a parte requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e dos honorários advocatícios, estes que fixo em 10% do valor da condenação, nos termos do § 2°, do art. 85, do CPC.
Declaro extinto o feito com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do CPC.
Transitada esta em julgado, nada sendo requerido, arquivem-se.
P.R.I.C.
Pratique-se o necessário.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7003397-33.2022.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: GERALDO MARTINUZO FILHO
ADVOGADO DO REQUERENTE: BRUNA LETICIA GALIOTTO, OAB nº RO10897
Polo Passivo: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, BRADESCO
DESPACHO
Manifeste-se a parte executada quanto à petição de ID 93189841. Prazo de 5 (cinco) dias.
Após conclusos.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7000031-49.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: MARIA MADALENA DE SOUSA
ADVOGADOS DO AUTOR: VIVIANE MATOS TRICHES, OAB nº RO4695, SIMONI DE MATOS LOPES, OAB nº RO10406
Polo Passivo: MBM PREVIDENCIA PRIVADA
ADVOGADO DO REU: FABRICIO BARCE CHRISTOFOLI, OAB nº RS67502
SENTENÇA
1. Relatório
Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c reparação por danos morais e materiais, repetição de indébito e tutela de urgência movida por MARIA MADALENA DE SOUSA em face de MBM PREVIDENCIA PRIVADA. Em síntese, alega a parte requerente receber benefício previdenciário e que, apesar de possuir alguns empréstimos consignados devidamente contratados, não teria contratado nenhum tipo de serviço com a requerida. Ainda assim, notou haver descontos supostamente indevidos realizados pela requerida no valor de seu benefício, no valor total de R$ 207,60 (duzentos e sete reais e sessenta centavos). Requereu a concessão de tutela de urgência para a suspensão dos descontos, pugnando pela declaração de inexistência da relação jurídica e do débito, repetição de indébito e condenação em danos morais.

Despacho inicial (ID 86160059).
Citado, o requerido apresentou contestação (ID 88176388) refutando os argumentos da defesa técnica, aduzindo que a requerente teria contratado serviço junto ao requerido, motivo pelo qual o pedido inicial deve ser julgado improcedente.
A parte autora apresentou impugnação à contestação (ID 91852146).
As partes foram intimadas para produção de provas, oportunidade em que ambos pugnaram pelo julgamento antecipado da ação.
Nessas condições vieram-me conclusos.
É o relatório. DECIDO.
2. Fundamentação
a) Do julgamento antecipado
O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento ou outras diligências para a produção de novas provas.

b) Mérito

Versam os autos sobre ação de anulação de negócio jurídico c/c indenização por danos materiais e morais com pedido de antecipação de tutela.

Presentes as condições da ação, os pressupostos de constituição e desenvolvimento da relação processual, interesse processual e da legitimidade das partes, razão pela qual avanço no mérito.

A situação discutida demonstra que a instituição bancária assumiu o risco da contratação de crédito sem aferir a autenticidade da identificação da pessoa que requereu o serviço. Assim, é cabível a extensão da proteção do Código de Defesa do Consumidor ao terceiro (vítima) estranho à relação jurídica contratual.

Há relação de consumo por equiparação, enquadrada na hipótese de responsabilidade (objetiva) pelo fato do serviço, nos termos dos arts. 2o e 14 do CDC e da Súmula n° 479 do STJ cuja redação preconiza que: "As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias".

A respeito do mérito, depreende-se que o autor argumenta que não solicitou apólice de seguro junto à requerida. O requerido, por seu turno, aduz que a requerente efetuou a contratação, porém não apresentou contrato que comprovaria a relação jurídica, e tampouco comprovou a impossibilidade de fazê-lo.

Tratando-se de prova de fato positivo, cabia à ré demonstrar a regularidade da contratação do seguro pela autora por meio de instrumento contratual por ela assinado, acompanhado de cópias de documentos pessoais, tal como costumeiramente são exigidos para operações desta natureza. A ré, todavia, não se desincumbiu do ônus probatório, limitando-se a alegar a regularidade do negócio jurídico sem demonstrá-la. Ademais, o documento que pretende comprovar a contratação (ID 88176394) não possui nenhum tipo de assinatura, manual, virtual, por impressão digital, ou de qualquer outro tipo, que se possa atribuir à autora, de modo que não há evidência de declaração livre e desimpedida de vontade pela parte autora de contratar o referido seguro.

Desta feita, comprovada a fraude praticada mediante falsidade na assinatura, o banco deve arcar com os resultados decorrentes da disponibilização de produtos e serviços a terceiros, pois a responsabilidade decorre do risco do empreendimento, conforme inteligência da Súmula 479 do STJ.

Sendo este o caso, de rigor o reconhecimento da inexistência da relação jurídica entre as partes, cabendo responsabilização por parte da instituição financeira. Nesse sentido:

APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO CUMULADA COM DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. ALEGAÇÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO RECEBIDO PELA AUTORA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INCONFORMISMO DO BANCO REQUERIDO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE NÃO APRESENTOU CONTRATO CELEBRADO ENTRE AS PARTES, POR MEIO DO QUAL PODERIA SE COMPROVAR A ADESÃO A UM CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, COM MARGEM RESERVADA PARA PAGAMENTO DE FATURAS. DANO MORAL CARACTERIZADO. CONFIGURAÇÃO DA LESÃO AO DIREITO DE PERSONALIDADE DA AUTORA, CONSIDERANDO OS DESGASTES EM RAZÃO DE DESCONTO INDEVIDO EM SUA APOSENTADORIA, COM PRIVAÇÃO DE SEU PATRIMÔNIO. MANUTENÇÃO DO VALOR DA COMPENSAÇÃO NO IMPORTE DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), QUANTIA ESTA QUE SE AFIGURA RAZOÁVEL E PROPORCIONAL LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO O SEU CARÁTER COMPENSATÓRIO E PEDAGÓGICO E AS PECULIARIDADES DO CASO EM ANÁLISE. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SP - AC: 10007308420208260198 SP 1000730-84.2020.8.26.0198, Relator: Alberto Gosson, Data de Julgamento: 29/05/2021, 22ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/05/2021). Grifei.

Ademais, o requerido deve ressarcir o dano moral que deu causa, este decorrente de descontos, bem como da falha na prestação do serviço, de modo que os transtornos causados transpassam o simples aborrecimento, consoante entendimento jurisprudencial.

Nesse sentido, colaciono o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:

Cobrança. Descontos indevidos. Empréstimo consignado. Cartão de crédito consignado. Serviço não solicitado. Contrato não apresentado. Ônus do banco. Dano moral. Configuração. Pela dinâmica do ônus da prova, tratando-se de prova de fato negativo, cabe ao apelante comprovar que o consumidor tem conhecimento do contrato de RMC. Não comprovada a relação jurídica que embasa descontos e cobrança por cartão de crédito não solicitado, deve ser declarada a inexigibilidade do débito. Diante da conduta ilícita ou, no mínimo, negligente da instituição financeira, esta deve ser obrigada a ressarcir pelo dano moral que deu causa, este decorrente da falha na prestação do serviço em realizar descontos e cobranças sem que haja respaldo legal para tanto. (TJ-RO - AC: 70011104120198220007 RO 7001110-41.2019.822.0007, Data de Julgamento: 07/05/2020). Grifei.

Gize-se que deve recair sobre o réu o prejuízo causado ao autor, considerando a responsabilidade objetiva decorrente do ramo de atividade desempenhado. A seguradora deve zelar pela lisura dos seus contratos, adotando técnicas e providências capazes de evitar fraudes.

Com isso, é devido o reconhecimento da inexistência do débito contraído em nome do requerente junto à seguradora. Os danos morais vindicados também são cabíveis, tendo em vista os transtornos suportados pela requerente que precisou acionar o judiciário para resolver seu conflito, o que poderia ter sido solucionado pelo requerido.

Para fins de arbitramento destaco o método bifásico adotado pelo STJ, onde inicialmente (1a fase) se analisa o valor básico de indenização e depois (2a etapa) a justaposição desse quantum às peculiaridades do caso concreto (gravidade do fato, culpabilidade do agente, eventual culpa concorrente da vítima, condição econômica das partes). Assim sendo:

(…) QUANTUM INDENIZATÓRIO. CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO EQUITATIVO PELO JUIZ. MÉTODO BIFÁSICO. VALORIZAÇÃO DO INTERESSE JURÍDICO LESADO E CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. O método bifásico, como parâmetro para a aferição da indenização por danos morais, atende às exigências de um arbitramento equitativo, pois, além de minimizar eventuais arbitrariedades, evitando a adoção de critérios unicamente subjetivos pelo julgador, afasta a tarifação do dano, trazendo um ponto de equilíbrio pelo qual se consegue alcançar razoável correspondência entre o valor da indenização e o interesse jurídico lesado, bem como estabelecer montante que melhor corresponda às peculiaridades do caso. 2. Na primeira fase, o valor básico ou inicial da indenização é arbitrado tendo-se em conta o interesse jurídico lesado, em conformidade com os precedentes jurisprudenciais acerca da matéria (grupo de casos). 3. Na segunda fase, ajusta-se o valor às peculiaridades do caso com base nas suas circunstâncias (gravidade do fato em si, culpabilidade do agente, culpa concorrente da vítima, condição econômica das partes), procedendo-se à fixação definitiva da indenização, por meio de arbitramento equitativo pelo juiz (…). (STJ; REsp 1.608.573; Proc. 2016/0046129-2; RJ; Rel. Min. Luis Felipe Salomão; Julg. 13/12/2018; DJE 19/12/2018; Pág. 14838)

O Sodalício Rondoniense, aliás, considera que "O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e o conceito social das partes" (TJRO; Processo nº 7013471-13.2016.822.0002; 2ª Câmara Cível; Relator do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia; Julgamento: 27/02/2019).

De acordo com a linha de entendimento adotada por este magistrado durante a judicatura, e considerando decisões proferidas em casos similares junto a este juízo, mostra-se justa e proporcional a condenação da ré em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de reparação pelos danos extrapatrimoniais.
O valor se considera justificado diante das circunstâncias e da obrigação de indenizar, decorrente da violação de direito da personalidade. Além do fato de o réu ter agido com desprezo, visto que não tomou nenhuma providência para evitar o prejuízo causado.
Nesse sentido:
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS - FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - FORNECIMENTO DE INTERNET - MODEM FURTADO- TENTATIVA DE SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA FRUSTRADA - PERDA DE TEMPO ÚTIL DO CONSUMIDOR - DANOS MORAIS CONFIGURADOS - QUANTUM INDENIZATÓRIO - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO 1. Diante da comprovada falha na prestação dos serviços e das tentativas infrutíferas de solucionar o problema administrativamente, a outra conclusão não se chega senão a de que o incômodo sofrido pelo consumidor ultrapassou meros dissabores do cotidiano, motivo pelo qual faz jus à indenização por danos morais. 2. A jurisprudência dos tribunais vem acompanhando a doutrina que reconhece a responsabilidade civil por danos morais em decorrência do desvio produtivo do consumidor, ou pela perda do tempo útil do consumidor. 3. A indenização por danos morais deve proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, sem enriquecimento sem causa, produzindo no ofensor impacto suficiente para dissuadi-lo de igual e semelhante atentado. 4. Recurso conhecido e não provido. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.21.192783-5/001, Relator(a): Des.(a) Shirley Fenzi Bertão , 11ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 27/10/2021, publicação da súmula em 27/10/2021) Grifei.
Destarte, à vista das decisões proferidas neste juízo e analisando as circunstâncias dos autos, mostra-se justa e proporcional a condenação do réu ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) como verba indenizatória.
3. Dispositivo
Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais, propostos por MARIA MADALENA DE SOUSA em face de MBM PREVIDENCIA PRIVADA, para DECLARAR a inexistência de relação jurídica entre as partes, bem como CONDENAR o requerido a pagar indenização por danos morais, que arbitro em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com incidência de correção monetária partir do arbitramento (Súmula 362 do STJ) e juros a partir do evento danoso (art. 398 do CC e Súmula 54 do STJ) e DETERMINAR a repetição de indébito em dobro das parcelas indevidamente descontadas, que deverão ser corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso (Súmulas n. 43 e 54 do STJ), que será apurado em fase de liquidação de sentença.
CONFIRMO a tutela de urgência concedida em decisão inicial.
Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, no equivalente de 10% do valor atualizado da condenação, o que faço com fulcro no artigo 85, § 2º do CPC.
Declaro extinto o feito com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do CPC.
Transitada esta em julgado, nada sendo requerido, arquivem-se.
P.R.I.C.
Pratique-se o necessário.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Processo n.: 7003905-76.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:
AUTOR: ANTONIO CARDOSO FERREIRA, SETOR CHACAREIRO s/n ZONA RURAL - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: VIVIANE MATOS TRICHES, OAB nº RO4695
SIMONI DE MATOS LOPES, OAB nº RO10406
REU: UNIMED SEGUROS SAUDE S/A, - 76847-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA, OAB nº AL16983
Valor da causa:R$ 11.506,76
DECISÃO
Vistos, etc.
HOMOLOGO os honorários periciais apresentados pela sra. Perita, uma vez que encontram-se dentro dos valores praticados nesta comarca e aceitos por este juízo.
Intime-se, a parte requerida para que, no prazo de 15 (quinze) dias, deposite em cartório o contrato original, bem como realize o pagamento dos honorários periciais.
Adverte-se ao requerido, que restando prejudicada a produção da prova pericial designada, seja pela não realização do depósito dos honorários periciais ou pela não entrega do contrato original, o processo será julgado no estado em que se encontra.
Comprovada a realização do depósito dos honorários, intime-se o(a) Sr.(a). Perito(a) para que indique a data, horário e local da realização da perícia, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias após a data de realização da perícia designada.
Dê-se ciência do laudo as partes, no prazo comum de 15 (quinze) dias (art. 477, §1°, CPC).
Por fim, retornem os autos conclusos para deliberação.
Cumpra-se. Pratique o necessário.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Processo n.: 7002414-97.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes

AUTOR: MIRTES DIAS CHAVES OLIVEIRA, LINHA MC 03, KM 35, LOTE 1073ES216 0000, ZONA RURAL LINHA MC 03, KM 35, LOTE 1073ES216 - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: VALDENI ORNELES DE ALMEIDA PARANHOS, OAB nº RO4108
REU: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Valor da causa: R$ 5.219,24
DECISÃO
Vistos.
Recebo a inicial mediante o pagamento das custas.
Cuida-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c reparação por danos morais e materiais, repetição de indébito e tutela de urgência promovida por MIRTES DIAS CHAVES OLIVEIRA em face de BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, todos devidamente qualificados nos autos.
A parte autora requer tutela provisória de urgência, a fim de que seja determinada a exclusão de seus dados dos sistemas de proteção de crédito.
Passo a analisar o pedido, no que toca à tutela de urgência.
A probabilidade do direito sobre o qual se baseia o pedido da tutela de urgência decorre do fato de que a parte autora afirma que o débito cobrado é indevido, pois, não contraiu nenhuma dívida com o requerido.
O perigo de dano, por sua vez, dispensa maior comprovação, uma vez que é notório o dano causado pela inscrição do nome em cadastro de inadimplentes de maneira indevida.
Por último, há de se considerar que a providência pretendida não se apresenta irreversível, de maneira que o pedido atende aos requisitos estabelecidos pela legislação processual (art. 300, §3º, CPC).
Ante o exposto, DEFIRO o pedido de tutela de urgência formulado pela parte autora, determinando a imediata exclusão do nome da parte autora no cadastro de inadimplentes, bem como se abster de proceder novas inclusões decorrentes da dívida discutida nestes autos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.
Certifique-se o decurso do prazo.
Havendo descumprimento desta ordem judicial, fixo multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), sem prejuízo de eventual majoração.
Por se tratar de relação de consumo, decreto a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC.
Deixo de designar a audiência prévia de conciliação prevista no art. 334, do NCPC, com fundamento no princípio da razoabilidade, da instrumentalidade das formas e da celeridade processual, haja vista que, segundo a experiência prática judicial, nas ações movidas em desfavor de instituições bancárias, CERON, seguradoras e empresas de telefonia, estas, até mesmo por orientação decorrente de política interna e administrativa, não estão aptas a oferecer proposta de acordo, principalmente no início do procedimento judicial, restando em sua maioria infrutífera à conciliação, o que não impede que em outra fase processual seja designada nova oportunidade para conciliação entre as partes, não havendo, assim, prejuízo processual.
Cite-se a parte requerida dos termos da ação, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 15 dias, a contar da juntada aos autos da prova da citação (art. 231, CPC), sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344, CPC).
Apresentada defesa pelo réu, intime-se a parte autora para manifestar-se em réplica, em 15 dias (art. 350, CPC).
Por fim, conclusos para deliberação.
Expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Processo n.: 7001467-43.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Valor da Causa:R$ 7.291,20
Última distribuição:18/04/2023
Autor: ANTONIO PEREIRA DA SILVA, CPF nº 52646114249, LINHA MC 01, GLEBA 04, LOTE 02, P.A. UNIÃO S/N ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado do(a) AUTOR: JULIO CESAR RIBEIRO RAMOS, OAB nº RO5518A, ALEANDRA DE ALMEIDA SILVA RAMOS, OAB nº RO11405, HELOISLAYNE AVELINO LUCIANO DA SILVA, OAB nº RO11530
Réu: BANCO ITAU CONSIGNADO S.A, ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA 100, TORRE CONCEIÇÃO, 5 ANDAR PARQUE JABAQUARA - 04344-902 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado do(a) RÉU: HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO, OAB nº PE1189, PROCURADORIA ITAU UNIBANCO S.A.
Sentença
1. Dispositivo
Vistos.
Cuida-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c tutela de urgência, reparação por danos morais e materiais e repetição de indébito proposta por ANTONIO PEREIRA DA SILVA em face de BANCO ITAU CONSIGNADO S.A, todos devidamente qualificados nos autos em epígrafe.
Aduz a parte autora, em breve síntese, que possui um benefício previdenciário, no valor de um salário mínimo, no qual estão sendo descontados, de forma mensal, o valor de R$ 53,80 (cinquenta e três reais e oitenta) a título de empréstimo consignado, tendo como beneficiário o requerido. Aduz ainda que a cobrança é indevida e está lhe causando prejuízos, por ser sua única fonte de renda. Pugnou, em sede liminar, para que os descontos fossem cessados, e, no mérito, pleiteou a condenação dos requeridos ao pagamento de danos materiais, repetição de indébito e danos morais.

Decisão inicial (ID. 89933084).
Contestação (ID. 90717112).
Réplica (ID. 91495291).
Intimadas à produção de provas (ID. 92041422), a parte autora pugnou pelo julgamento antecipado do mérito (ID. 92088924), enquanto o réu quedou-se inerte.
É o relatório. Decido.
2. Fundamentação
a) Julgamento antecipado
O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento para a produção de novas provas.
b) Mérito
Não havendo questões preliminares, verifico que estão presentes os pressupostos processuais. As partes são legítimas e estão bem representadas. Desta forma, passo à análise do mérito.
A matéria discutida nos autos possui natureza consumerista, uma vez que aplicam-se as normas do Código de Defesa do Consumidor às instituições financeiras, conforme inteligência da Súmula n. 297 do STJ.
A controvérsia reside na legalidade dos descontos realizados pelo requerido no benefício previdenciário da parte autora, decorrentes de empréstimo consignado supostamente contratado entre as partes.
No mérito, a razão não assiste a parte autora, pois embora tenha negado a contratação de cartão de crédito, resta comprovado nos autos que o contrato foi assinado digitalmente pela parte autora, com biometria facial, acompanhado de seus documentos pessoais, inclusive com utilização de tecnologia de geolocalização que aponta o município de Ariquemes, localidade próxima à residência da autora (ID. 90717121 e 90717122), o que torna evidente a contratação e a licitude dos descontos realizados.
Ademais, conforme extratos juntados pela própria parte autora (ID. 89657758, p. 15), os valores descritos no contrato de ID. 90717121 foram efetivamente depositados na conta bancária da requerente em 04/04/2022.
Nada obstante isso, cumpre consignar que, embora o aplicável ao caso a legislação consumerista, o simples fato de tratar-se de relação de consumo não tem condão de relativizar negócio jurídico livre e legalmente pactuado. Para tanto, faz-se necessária a comprovação de eventual ilegalidade, o que não ocorreu na espécie.
À vista disso, é possível consignar que com o avanço tecnológico, não há necessidade de assinatura de próprio punho para validade dos negócios jurídicos e, diante da redução diária do formalismo, as pessoas não mais se individualizam exclusivamente por assinaturas efetuadas à mão, mas também por seus tokens, chaves, logins, senhas, digitais, reconhecimento facial, e demais métodos idôneos admitidos pela legislação.
Dito isso, não há que se falar em inexistência das contratações alegadas na inicial. Vejamos julgados nesta mesma linha:
EMENTA: DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - REPARAÇÃO CIVIL - EMPRÉSTIMOS BANCÁRIO - CONTRATAÇÃO - BIOMETRIA FACIAL - APORTE FINANCEIRO - CONTA CORRENTE. Provada a contratação de empréstimo bancário e seguro, mediante biometria facial, bem como o aporte de numerário em conta corrente regularmente movimentada por seu titular, de todo descabida a pretensão declaratória de inexistência de débito e, consequente, reparação por dano material e moral. TJ-MG - AC: 10000211352117001 MG, Relator: Saldanha da Fonseca, Data de Julgamento: 02/12/2021, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 06/12/2021) (grifei)
AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C.C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. PROVA DA CONTRATAÇÃO REALIZADA MEDIANTE BIOMETRIA FACIAL. VALIDADE. Segundo a prova constante dos autos, o apelante contratou a cédula de crédito bancário perante o apelado por meio eletrônico, com assinatura por biometria facial, recebeu o valor contratado, sendo lícitos os descontos mensais. - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - MANUTENÇÃO. O apelante falseou a verdade e se valeu da demanda para lograr objetivos ilegais. Art. 80, II e III, do Código de Processo Civil. Imposição de multa correta. Valor bem localizado. – RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SP - AC: 10057999620198260533 SP 1005799-96.2019.8.26.0533, Relator: Carlos Goldman, Data de Julgamento: 12/02/2021, 38ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 12/02/2021) (grifei)
Portanto, havendo expressa adesão do consumidor, não há falar em vício na contratação que possibilite a exclusão de cláusulas que dispõe sobre reserva da margem consignável ou conduta abusiva que enseje o dever de responsabilização e reparação. Motivos pelos quais os pedidos iniciais merecem a improcedência.
Restam prejudicadas as demais linhas de argumentação, uma vez que incompatíveis com o raciocínio adotado por este juízo.
3. Dispositivo
Ante o exposto, e considerando tudo que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE por ANTONIO PEREIRA DA SILVA em face de BANCO ITAU CONSIGNADO S.A, e, via de consequência, EXTINGO o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I do CPC.
REVOGO a tutela antecipada concedida ao ID. 89933084.
CONDENO a parte autora ao pagamento de custas processuais e honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% sobre o valor da causa, cuja exigibilidade ficará sob condição suspensiva de exigibilidade, na forma do art. 98, § 3º do CPC.
Advirto que a oposição de embargos de declaração meramente protelatórios acarretará na aplicação de multa em 2% sobre o valor da causa por litigância de má-fé, revertidos em favor do juízo, na forma dos arts. 79, 80, inciso VI e 81 do CPC.
Havendo recurso da presente decisão, intime-se a parte contrária para contrarrazões em 15 (quinze) dias. Após, independentemente de nova conclusão, remetam-se os autos ao E.TJRO para apreciação do recurso.
P.R.I.C., promovendo-se as baixas devidas no sistema.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO / MANDADO / NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Machadinho D'Oeste, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7002776-02.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: MANOEL BATISTA DOS SANTOS
ADVOGADOS DO AUTOR: REGINALDO FERREIRA DOS SANTOS, OAB nº RO5947, RONALDO DE OLIVEIRA COUTO, OAB nº RO2761, FLAVIO ANTONIO RAMOS, OAB nº RO4564A
Polo Passivo: Bradesco Seguros S/A
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA BRADESCO SEGUROS S/A
DESPACHO
Vistos, etc.
Defiro a gratuidade. Anote-se.
Cite-se a parte requerida para os termos da presente ação, cuja cópia da inicial segue em anexo, bem como para contestar, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 335, III, e com a advertência do art. 344, ambos do CPC.
Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, manifeste-se nos autos, oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção.
Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação (CPC, art. 139, VI), sem olvidar que a parte requerida tem sido relutante na realização de acordos, como se denotam das experiências deste juízo.
Adotadas as providências acima, voltem os autos conclusos para julgamento antecipado da lide ou saneamento do feito.
Expeça-se o necessário.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7002372-24.2018.8.22.0019
EXEQUENTE: SEBASTIAO XAVIER DOS REIS, TRAVESSA LUIZ ENIO RIGOLON 2883 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: CARINE MARIA BARELLA RAMOS, OAB nº RO6279A
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença apresentado por SEBASTIÃO XAVIER REIS em face do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.
Consta nos autos que houve o pagamento do PRECATÓRIO. Contudo, o INSS apresentou nos autos, decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal, nos autos da execução fiscal de nº. 1012581-15.2022.4.01.4100, na qual o magistrado deferiu o pedido de penhora no rosto desta ação previdenciária, no limite da execução, qual seja, o montante de R$ 40.818,10 (quarenta mil oitocentos e dezoito reais e dez centavos), decisão proferida em 11.01.2023 (ID 87002259).
O exequente foi intimado e nada disse sobre este ponto, apresentando tão somente o pedido de expedição de alvará judicial para levantamento de valores (ID 92308632).
Deste modo, considerando que houve o cumprimento da obrigação, ante ao pagamento do débito, conforme comprovante anexo ao ID 92145970 e, ainda, o teor da decisão da Justiça Federal (ID 87002259), determino o seguinte:
Expeça-se alvará judicial em favor da parte exequente, na pessoa de sua advogada, nos termos da petição anexa ao ID 92308632, quanto ao pagamento do PRECATÓRIO de ID 92145970) devendo ser reservado o valor correspondente a R$ R$ 40.818,10 (quarenta mil oitocentos e dezoito reais e dez centavos), valor este oriundo da ação de execução fiscal de nº. 1012581-15.2022.4.01.4100, com determinação de penhora no rosto dos autos.
O valor de R$ 40.818,10 (quarenta mil oitocentos e dezoito reais e dez centavos), deverá permanecer em conta judicial.
Oficie-se ao TRF 1ª Região informando a disponibilidade dos valores penhorados, bem como, para que indique conta para transferência e/ou outro meio para compensação.
Com as informações, desde já determino o cumprimento da ordem.
Por fim, não havendo pendências, façam os autos conclusos para extinção.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Machadinho D´Oeste/RO, 4 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7001154-19.2022.8.22.0019
AUTOR: SIDINEI FONSECA DE OLIVEIRA, MP 35, LOTE 225, GLEBA 02 02 ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LEVI GUSTAVO ALVES DE FREITAS, OAB nº RO4634

REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Feito saneado ao ID 91318406.
Defiro o pedido de prova testemunhal (ID 92580416).
Designo audiência de instrução e julgamento, de forma PRESENCIAL para o dia 22.08.2023, às 08h30min.
A Audiência designada nos autos poderá ser feita de FORMA ONLINE, caso haja manifestação expressa das partes e o respectivo deferimento do Juízo, nos termos do art. 3º, da RES. do CNJ nº 354/2020, com redação da Res. 481/2022 do CNJ.
Intime-se o autor para que apresente o rol de testemunhas no prazo legal.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO.
Machadinho D´Oeste/RO, 6 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Processo : 7001807-84.2023.8.22.0019
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: IVAMARA SOUZA DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: KAMILA RODRIGES DE SOUSA - RO11486
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Fica a parte REQUERENTE intimada, no prazo de 05 dias, para manifestação quanto aos Embargos de Declaração apresentados.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Processo : 7001724-05.2022.8.22.0019
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: EUZEBIO OLIVEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: PATRICIA MENDES DE OLIVEIRA FORTES - RO0004813A
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL e outros
INTIMAÇÃO Fica a parte AUTORA, por meio de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada para ciência e manifestação acerca do ID 93315486 e seguintes.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Processo : 7000420-34.2023.8.22.0019
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: CLAUDICEIA FERREIRA PEGO
Advogado do(a) AUTOR: MARCIA CRISTINA QUADROS DUARTE - RO0005036A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Processo : 7003291-71.2022.8.22.0019
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ABRAAO FARIAS PEREIRA
Advogados do(a) AUTOR: ELIANE PAULA DE SOUZA ARAUJO - RO8754, VINICIUS ALEXANDRE SILVA - RO0008694A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, a manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da proposta de acordo apresentada pelo INSS. Caso não aceite, fica intimada, em igual prazo, para impugnar a contestação.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo: 7000607-76.2022.8.22.0019
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: JOAO PAULO CAETANO DAMASCENO
Advogado do(a) REQUERENTE: PATRICIA MENDES DE OLIVEIRA FORTES - RO0004813A
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação AUTOR - PROSSEGUIMENTO DO FEITO
Fica a PARTE AUTORA intimada para se manifestar em termos de prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento/extinção.
Machadinho D'Oeste-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo: 7001641-57.2020.8.22.0019
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: LUZIA DE SOUZA MARTINS
Advogados do(a) REQUERENTE: JONATA BRENO MOREIRA SANTANA - RO9856, LARA MARIA MONTEIRO FRANCHI NUNES - RO9106, TEREZINHA MOREIRA SANTANA - RO0006132A
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação AUTOR - PROSSEGUIMENTO DO FEITO
Fica a parte autora intimada para ciência e manifestação acerca do ID 93101688 e seguintes.
Prazo: 05 (cinco) dias.
Machadinho D'Oeste-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Processo : 7001698-70.2023.8.22.0019
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: CRISTIANA ULIANA
Advogado do(a) AUTOR: SILVELENY SERENINI - RO8752
REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
Advogado do(a) REU: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES - RO5369
INTIMAÇÃO AUTOR - RÉPLICA Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo: 7003106-67.2021.8.22.0019
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: IZAURA BATISTA ARAUJO SANTOS
Advogados do(a) REQUERENTE: DEBORA APARECIDA MARQUES MICALZENZEN - RO4988, VALDELICE DA SILVA VILARINO - RO5089
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu Advogado/Procurador, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados de ID 93112205, no prazo de 05 (cinco) dias.
Machadinho D'Oeste-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo : 7001038-13.2022.8.22.0019

Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: LOURIVAL DOS SANTOS
Advogados do(a) REQUERENTE: MARCELO BUENO MARQUES FERNANDES - RO8580, RILDO RODRIGUES SALOMAO - RO0005335A
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação PARTES - DOCUMENTOS JUNTADOS
Ficam as PARTES intimadas, por meio de seus Advogados/Procuradores, a apresentarem manifestação acerca dos documentos juntados ID 92824953.
Prazo: 5 dias .
Machadinho D'Oeste-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo : 7004140-43.2022.8.22.0019
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: MAURILIO SANTOS DE MELO
Advogado do(a) AUTOR: CAIQUE VINICIUS CASTRO SOUZA - SP403110
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação PARTES - DOCUMENTOS JUNTADOS
Ficam as PARTES intimadas, por meio de seus Advogados/Procuradores, a apresentarem manifestação acerca dos documentos juntados ID 93141378.
Prazo: 5 dias .
Machadinho D'Oeste-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7002797-75.2023.8.22.0019
Classe: Execução Fiscal
Polo Ativo: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE
Polo Passivo: JOAQUIM NOGUEIRA MARQUES MERCEARIA - ME
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
Cite-se o executado por mandado para, no prazo de 05 (cinco) dias pagar a dívida de R$ 2.379,21 (dois mil, trezentos e setenta e nove reais e vinte e um centavos) ou garantir a execução. Em caso de pronto pagamento, fixo honorários de advogado em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.
Não paga a dívida ou não garantida a execução, penhore-se/arreste-se tantos bens quantos bastem à grantia integral da dívida, avaliando-se, no ato, os bens penhorados ou arrestados, nos termos do artigos 7° e 10° da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
A penhora ou arresto de bens deverá obedecer a ordem estabelecida pelo art. 11 da Lei n° 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
Formaliza a penhora ou arresto por qualquer dos meios legais, INTIME-SE o executado IMEDIATAMENTE, nos termos do art. 841 e §§° do Código de Processo Civil. Se a penhora recair sobre bem imóvel, INTIME-SE o cônjuge para tomar conhecimento e NOTIFIQUE-SE eventual terceiro que estiver em sua posse dos termos da presente demanda.
Não havendo interposição de embargos pelo executado no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação da penhora, intime-se o exequente para manifestar-se quanto a avaliação dos bens.
Não localizados o executado ou existência bens penhoráveis, intime-se a parte exequente para se manifestar em 10 (dez) dias, sob pena de suspensão/arquivamento do feito.
Pratique o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7001656-02.2015.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: Oi Móvel S.A
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ROBSON ANTONIO DOS SANTOS MACHADO, OAB nº RO7353, Procuradoria da OI S/A
Polo Passivo: E. R. DA SILVA - ME
ADVOGADO DO REPRESENTADO: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO, OAB nº RO635
DESPACHO
Considerando a inércia da parte executada, manifeste-se a parte exequente (Oi Móvel S.A.), no prazo de 5 (cinco) dias, em termos de prosseguimento do feito.
Após, conclusos.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7002777-84.2023.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: MANOEL BATISTA DOS SANTOS
ADVOGADOS DO AUTOR: REGINALDO FERREIRA DOS SANTOS, OAB nº RO5947, RONALDO DE OLIVEIRA COUTO, OAB nº RO2761, FLAVIO ANTONIO RAMOS, OAB nº RO4564A
Polo Passivo: PAULISTA - SERVICOS DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS LTDA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos, etc.
Defiro a gratuidade. Anote-se.
Cite-se a parte requerida para os termos da presente ação, cuja cópia da inicial segue em anexo, bem como para contestar, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 335, III, e com a advertência do art. 344, ambos do CPC.
Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, manifeste-se nos autos, oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção.
Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação (CPC, art. 139, VI), sem olvidar que a parte requerida tem sido relutante na realização de acordos, como se denotam das experiências deste juízo.
Adotadas as providências acima, voltem os autos conclusos para julgamento antecipado da lide ou saneamento do feito.
Expeça-se o necessário.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7002177-97.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: SEBASTIAO RODRIGUES DE ABREU
ADVOGADO DO AUTOR: ERICA DA SILVA NASCIMENTO, OAB nº RO9990
Polo Passivo: BANCO DO BRASIL S.A
ADVOGADOS DO REU: EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR, OAB nº MA29190, FABRICIO DOS REIS BRANDAO, OAB nº AP11471, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
DESPACHO
Vistos, etc.
A parte autora requer a extinção e arquivamento do feito (ID 91414049).
O art. 485, § 4º do CPC estabelece que, uma vez oferecida contestação, o autor não poderá desistir da ação sem consentimento do réu.
Considerando que houve a oferta de contestação nos presentes autos (ID 79941887), manifeste-se o requerido, no prazo de 5 (cinco) dias, a respeito do pedido de desistência da ação formulado pela parte autora no ID 91414049.
Após, conclusos.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Processo : 7000046-18.2023.8.22.0019
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: DISTRIBUIDORA EBENEZER LTDA - ME
Advogado do(a) AUTOR: NILTON LEITE JUNIOR - RO8651
REU: JOSE ROELA DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO AO RÉU - CUSTAS
Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais. O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa Estadual.
A guia para pagamento deverá ser gerada no endereço eletrônico: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf
Advertência:
1) Caso a parte autora seja beneficiária da Justiça Gratuita, caberá também a parte requerida o recolhimento das custas iniciais em sua totalidade.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
ÓRGÃO EMITENTE: Machadinho do Oeste - 1º Juízo
EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo: 20 dias)
DE: NILSE PEREIRA DA SILVA CPF: 631.687.072-87, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR o(a) Requerido(a) acima qualificado(a) nos termos dos artigos 335 e 344 do CPC, cientificada(s) que terá(ão) o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar contestação. O prazo de defesa inicia-se a partir do término do prazo do edital.
ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiros os fatos articulados pela parte Autora.
OBSERVAÇÃO: Caso não tenha condições de constituir advogado particular, deverá procurar a Defensoria Pública. Em caso de revelia, será nomeado curador especial nos termos do art. 257, IV do CPC. A presente ação pode ser consultada pelo endereço eletrônico http://pjeconsulta.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça)
Processo:7001276-32.2022.8.22.0019
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Requerente: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD CNPJ: 05.914.254/0001-39
Requerido: NILSE PEREIRA DA SILVA CPF: 631.687.072-87
DECISÃO ID 92907328: "(...) Vistos Ante a inexistência de novas informações acerca do atual paradeiro da parte requerida, cite-se por edital, com prazo de 20 dias, mediante publicação no Diário Oficial da Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, no prazo de 15 dias. Caso não seja apresentada resposta à pretensão, desde já nomeio curador especial à parte requerida na pessoa de quaisquer dos representantes da Defensoria Pública Estadual que deverá ser intimado a oferecer a resposta (CPC, art. 72, inciso II). Expeça-se o necessário. Intime-se. (...)
Sede do Juízo: Fórum Cível, Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000, e-mail: cpe1civmdo@tjro.jus.br
Machadinho D'Oeste, 6 de julho de 2023.
Técnico Judiciário
(assinado digitalmente)
Data e Hora
Validade: 31/08/2023, conforme estabelece o Art. 22, inciso I, letras "a" e "b", da Instrução Presidencial Nº 001/2012 – PR, publicada no DJE nº 031 de 15/02/2012.
a
Caracteres
1974
Preço por caractere
0,02451
Total (R$)
48,38

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Processo : 7000960-87.2020.8.22.0019
Classe : DESAPROPRIAÇÃO (90)
AUTOR: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) AUTOR: JURANDYR CAVALCANTE DANTAS NETO - SE6101
REU: JOÃO LOPES DOS SANTOS e outros
Advogado do(a) REU: MICHELLE CORREIA DA SILVA - RO9333
INTIMAÇÃO PARTES - LAUDO PERICIAL
Ficam AS PARTES intimadas a manifestarem-se, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca do laudo pericial apresentado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7000840-10.2021.8.22.0019
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, ITALO SCARAMUSSA LUZ, OAB nº BA67070, EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR, OAB nº MA29190, FABRICIO DOS REIS BRANDAO, OAB nº AP11471, GUILHERME PEREIRA DOLABELLA BICALHO, OAB nº DF29145
Polo Passivo: CLAUDINEIA BOENOS, GILBERTO KOCHEM, IDAURO PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: ERICA DA SILVA NASCIMENTO, OAB nº RO9990
DESPACHO
Vistos.
Defiro o pedido de ID 93079855.
Proceda o cartório com a vinculação dos novos patrono aos autos.
Tendo em vista o transcurso do prazo requerido, intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar cálculo atualizado da dívida, necessário para realização de pesquisa SISBAJUD, oportunidade em que deverá providenciar o pagamento da taxa prevista no art. 17 da Lei 3896/2016.
Viabilize ainda o necessário para citação da executada CLAUDINEIA BOENOS, uma vez que não foi localizada no endereço informado.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.
Machadinho do Oeste/RO, 17 de Julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Processo n.: 7004440-39.2021.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto:
REQUERENTES: L. P. D. S., AV. 23 DE AGOSTO 5188 CENTRO - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA, A. D. S. S., AV. 23 DE AGOSTO, 5188 CENTRO - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXCUTADO: E. D. S. S., AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3704, OFICINA CIRCUITO MOTOS CENTRO - 76929-000 - URUPÁ - RONDÔNIA
EXCUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa:R$ 6.234,13
DESPACHO
Vistos, etc.
Em atendimento a petição de ID n. 92109275, procedi a busca de ativos em nome do executado na seguinte ordem:
a) SISBAJUD - Não foram encontrados valores passíveis de penhora nas contas do executado, restando infrutífera a diligência, conforme espelho em anexo.
b) RENAJUD - Não foi efetuada a restrição do veículo encontrado, uma vez que já constam outras restrições impostas a este, restando infrutífera a diligência.
c) INFOJUD - Não foram encontrados registros de declarações de imposto de renda junto ao banco de dados da Receita Federal, conforme comprovante anexo.
d) SERASAJUD - Proceda a inclusão do nome do executado ELIO DE SOUZA SANTOS - CPF: 801.637.692-49 no sistema SERASAJUD.
e) Expeça-se ofício ao IDARON e ao Cartório de Registro de Imóveis de Machadinho do Oeste para informar a existência de bens em nome do executado ELIO DE SOUZA SANTOS - CPF: 801.637.692-49.
f) Indefiro o pedido de expedição de ofício ao DETRAN de Mirante da Serra, uma vez que tal diligência pode ser promovida pela parte, considerando que tais informações podem ser obtidas pela via administrativa.
Ante o exposto, intime-se o exequente para se manifestar pela efetividade da execução, no prazo de 15 (quinze) dias.
Cumpra-se.
Pratique o necessário.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7000470-02.2019.8.22.0019
AUTORES: A. G. F. S. A., RUA RONDÔNIA 2555 TRAVESSA DOS IPÊS - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA, G. F. D. S., RUA RONDÔNIA 2555 TRAVESSA DOS IPÊS - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: ROBERTA SIGOLI, OAB nº RO6936A
REU: A. F. L. D. S., RUA AMAZONAS 3343 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

DECISÃO
Vistos.
INDEFIRO o pedido de ID. 68390708, dado que não cabe ao Poder Judiciário diligenciar eventuais dados de imóveis junto ao Cartório de Registro de Imóveis. especialmente em razão de que a providência pode ser acessada e solicitada pela própria parte por meio do site eletrônico correspondente: https://www.registradores.org.br.
Outrossim, intimada para recolher a custa da diligência solicitada, a parte autora quedou-se inerte, razão pela qual não merece ser acolhido o requerimento.
No mais, considerando que a parte requerida suscitou o interesse na realização da audiência de conciliação, e a parte autora quedou-se silente quanto a realização dessa, bem como o que ficou consignado no Despacho ao id. 91173205, e, além disso, visando solucionar o litígio da melhor forma, bem como a previsão legal de sempre buscar a solução consensual dos conflitos, inclusive por estímulo do magistrado (art. 3º, §3º, do Código de Processo civil), DETERMINO a designação da audiência de conciliação/mediação, devendo a CPE marcar e informar a data em que ocorrerá a solenidade, a ser realizada conforme disponibilidade de pauta pelo CEJUSC.
A audiência será na modalidade não presencial (arts. 193 e 334, § 7º, CPC; art. 3º, §1º, inc. IV, da Resolução CNJ 354/2020; Lei 11.419/06; art. 2º Lei 13.994/20).
As partes deverão informar seus números de telefone e/ou e-mail, no prazo de 15 (quinze) dias, para que os conciliadores possam dar início às tratativas visando à realização de acordo, que ocorrerá através do aplicativo Whatsapp. Ficam as partes, desde já, intimadas a fazê-lo.
Cabe aos advogados a incumbência de informar as partes sobre a data designada para a audiência.
Em caso de dúvidas, as partes podem entrar em contato através do email e telefone/whatsapp do Cejusc: cejuscmdo@tjro.jus.br; (69) 3309-8640. Caso ambas as partes estejam impossibilitadas de participar da audiência por videoconferência, ambas poderão utilizar os meios mencionados acima para prestar informações.
As disposições referentes à eventual tratativa de acordo deverão constar em ata de audiência de forma pormenorizada pelo conciliador, a qual dependerá de análise e homologação do magistrado.
Ciência ao Ministério Público.
Intime-se. Cumpra-se.
Pratique-se o necessário.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Número do processo: 7003609-88.2021.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: AUTOR: VICENTE SOARES DE SOUZA, LINHA MA 13 s/n, GLEBA 02 ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: REU: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO DO OESTE, AC MACHADINHO DO OESTE s/n, PAÇO MUNICIPAL CENTRO - 76868-970 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA, Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, Fazenda Nacional - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL DO ESTADO DE RONDONIA
ADVOGADOS DOS REU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
DESPACHO
Vistos.
Orientações à CPE:
1 - Considerando a devolução do feito a este Juízo (ID. 93265201), intime-se a parte autora para acerca do cumprimento da liminar deferida, bem como para requerer o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.
1.1 - Caso a parte autora manifeste-se no sentido de ainda não ter ocorrido o cumprimento da liminar por parte dos requeridos, façam os autos conclusos URGENTE para realização do sequestro nas contas dos requeridos.
2 - Com a manifestação da parte autora, intime-se os requeridos para manifestarem-se no prazo de 15 (quinze) dias.
3 - Decorrido o prazo, façam os autos conclusos para deliberação.
Intime-se. Cumpra-se.
Pratique o necessário.
Machadinho D'Oeste 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7000096-44.2023.8.22.0019
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI
ADVOGADO DO EXEQUENTE: ELLEN DORACI WACHIESKI MACHADO, OAB nº RO10009
Polo Passivo: RONIVAN EUGENIO DE OLIVEIRA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Vistos.
Conforme espelho SISBAJUD em anexo, há bloqueado R$ 911,44 (novecentos e onze reais e quarenta e quatro centavos).
Assim, intime-se o executado para informar, no prazo de 05 dias, se aceita os termos da contraposta de ID 91543672, que segue em anexo.
Na oportunidade, certifique o número de telefone do executado bem como o número de conta bancária para devolução do remanescente.
Pratique-se o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Machadinho do Oeste/RO, 17 de Julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7001070-57.2018.8.22.0019
REQUERENTE: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REQUERIDO: CICERO SANTANA, RUA T-17 Não informado VALE DO PARAÍSO - 76908-770 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Tendo em vista os novos endereços localizados através das diligências realizadas pelos Sistemas vinculados ao Juízo, DEFIRO o pedido do Ministério Público (ID. 91709496).
Orientações à CPE:
1 - Intime-se a parte executada via carta com AR, no seguinte endereço: Rua Luiz Alberto Tomasi Soares, nº 2659, Bairro Jardim Greenville, Machadinho D'Oeste/RO, CEP: 76.868-000.
1.1 - Caso retorne negativo AR, deverá a intimação ocorrer via Oficial de Justiça, no seguinte endereço: Linha TB 14, LT 176, KM 45, s/N, CEP: 76.868-000, Machadinho D'Oeste/RO.
2 - Deverá ser dado ciência a parte executada da sentença proferida dos autos (ID. 28752979), para que seja integralmente cumprida no prazo de 30 (trinta) dias.
3 - Transcorridos todos prazos acima, manifeste-se o credor, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que entender de direito.
4 - Decorrido os prazo, com ou sem manifestação, façam os autos conclusos para deliberação.
Intime-se. Cumpra-se.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/MANDADO/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Processo n.: 7003562-85.2019.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto:
EXEQUENTES: MARCILENE DE SOUZA PEREIRA, LINHA MA 18 12, GLEBA 01 PAT 28773 ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA, KHAUAN GUSTAVO PEREIRA DOS SANTOS, LINHA MA 18 12, GLEBA 1 PAT 28773 ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
EXCUTADO: CLEBER ANTONIO DOS SANTOS, RUA MARIA CERON VOLPE 1200, BLOCO B, RESIDENCIAL VILA TONINHO VILA TONINHO - 15077-020 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SÃO PAULO
ADVOGADO DO EXCUTADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Valor da causa:R$ 5.653,80
DESPACHO
Vistos, etc.
Em atendimento a petição de ID n. 91136278, procedi a busca de ativos em nome do executado na seguinte ordem:
a) SISBAJUD - Não foram encontrados valores passíveis de penhora nas contas do executado, restando infrutífera a diligência, conforme espelho em anexo.
b) RENAJUD - Não foi efetuada a restrição do veículo encontrado, uma vez que já constam outras restrições impostas a este, restando infrutífera a diligência.
c) INFOJUD - Não foram encontrados registros de declarações de imposto de renda junto ao banco de dados da Receita Federal, conforme comprovante anexo.
d) SERASAJUD - Proceda a inclusão do nome do executado CLEBER ANTONIO DOS SANTOS - CPF: 281.500.938-26 no sistema SERASAJUD.

Ante o exposto, intime-se o exequente para se manifestar pela efetividade da execução, no prazo de 15 (quinze) dias.
Cumpra-se.
Pratique o necessário.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Processo n.: 7004000-09.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:
AUTOR: FAGNER SANTOS GONCALVES, AV-PRESIDENTE DUTRA 3726, CASA CENTRO - 76867-000 - VALE DO ANARI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JOAB ALEXANDRE GAVA DOS SANTOS, OAB nº RJ224522
REU: RAPHAEL AMERICO ARAUJO RODRIGUES, AVENIDA DOM PEDRO I 907 CAETANO - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa:R$ 18.120,00
SENTENÇA
Vistos, etc.
Compulsando os autos, verifica-se que a determinação de emenda à inicial exarada por este Juízo não fora cumprida pelos requerentes, sendo certo de que o prazo esvaiu-se no dia 09 de maio de 2023, conforme registrado pelo próprio sistema PJe.
Destarte, impõe-se o o indeferimento da inicial e, por consequência, a extinção do feito sem resolução do mérito, dispensando-se, inclusive, a intimação pessoal da parte para suprir a falta, pois, em que pese devidamente intimada a parte para emendar, não atendeu as determinações do Juízo.
Neste sentido, é a jurisprudência já pacificada no âmbito do E. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:
Apelação cível. Extinção do processo sem resolução do mérito Emenda à inicial oportunizada e não cumprida. Ausência de recolhimento de custas. Indeferimento da petição inicial. Ausência de pressupostos do desenvolvimento válido e regular do processo. Desnecessidade de intimação pessoal. Recurso desprovido. O recolhimento das custas processuais trata-se de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Desse modo, como a parte autora foi intimada, por meio de seu procurador, para recolher as custas processuais e deixou de cumprir tal determinação, o processo deve ser extinto com base no art. 485, inc. IV, do CPC. Desnecessária a intimação pessoal da parte autora, ante a regularidade da sua representação judicial. (TJRO - AC 7027877-76.2015.8.22.0001 - RO - 2ª Câmara Cível, Rel. Des. Isaias Fonseca Moraes, DJ 22/10/2020).
TJRO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM EXECUÇÃO. EMENDA À INICIAL. NÃO ATENDIDA. INDEFERIMENTO. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. EXTINÇÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. A ausência de requisito necessário para o regular processamento do feito resulta no indeferimento da petição inicial. Não evidenciadas as características e, se após intimada a parte para emendar, esta não atender à determinação do juízo, deve ser mantido o indeferimento da inicial. O indeferimento da inicial, por ausência de atendimento à determinação de emenda da petição inicial, dispensa a intimação pessoal do autor. (TJRO, Apel. n. 7021533-45.2016.822.0001, 2ª Câmara Cível, Rel.: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, J.: 3/3/2020).
De acordo com o artigo 321 do Código de Processo Civil/2015, "O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado".
Acrescenta o parágrafo único do referido artigo que "Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial".
Desta forma, não cumprida a ordem judicial de emenda à inicial, deve a petição inicial ser indeferida e cancelada a distribuição do feito, nos termos do artigo 330, IV e art. 290 do ambos do Código de Processo Civil/2015.
Com efeito, assim disciplina o Artigo 290, do CPC: "Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias."
A jurisprudência do Tribunal de Justiça dos Estado de Rondônia, encontra-se consolidada nesse sentido, vejamos:
Apelação cível. Ausência de recolhimento de custas iniciais. Indeferimento inicial. Cancelamento de distribuição. Recurso provido. Considerando a inércia da parte autora em recolher as custas iniciais após o indeferimento da gratuidade, deve ser cancelada a distribuição, razão pela qual não é cabível a condenação ao pagamento das despesas processuais. Recurso provido. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7016298-89.2019.822.0002, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 24/11/2021.
A matéria também foi enfrentada pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ, no julgamento REsp 1906378/MG, de relatoria da Ministra NANCY ANDRIGHI:
RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS INICIAIS. CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO. CITAÇÃO. INTIMAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RESPONSABILIDADE DO AUTOR PELO PAGAMENTO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. AUSÊNCIA. 1- Recurso especial interposto em 14/08/2020 e concluso ao gabinete em 24/11/2020. 2- O propósito recursal consiste em dizer se: a) nos termos do art. 290 do CPC, o cancelamento da distribuição pelo não recolhimento das custas iniciais exige a prévia citação ou intimação do réu; e b) o cancelamento da distribuição impõe ao autor a obrigação de arcar com os ônus de sucumbência. 3- O cancelamento da distribuição, a teor do art. 290 do CPC, prescinde da citação ou intimação da parte ré, bastando a constatação da ausência do recolhimento das custas iniciais e da inércia da parte autora, após intimada, em regularizar o preparo. 4- A extinção do processo sem resolução do mérito com fundamento no art. 290 e no inciso IV do art. 485, ambos do CPC, em virtude do não recolhimento das custas iniciais não implica a condenação do autor ao pagamento dos ônus sucumbenciais, ainda que, por erro, haja sido determinada a oitiva da outra parte. 5- Recurso especial provido. (REsp 1906378/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/05/2021, DJe 14/05/2021).
Posto isso, INDEFIRO A INICIAL, com fundamento no art. 321, parágrafo único, c/c art. 330, IV do CPC, e, em consequência, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, I do mesmo Código.

DETERMINO o cancelamento da distribuição do feito, sem a incidência de custas processuais, ante a aplicação do art. 290 do CPC.
Transitada em julgado esta decisão, arquive-se.
P.R.I.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7002202-52.2018.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI, S. M. D. E. D. V. D. A. R. P. S. S. M.
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI/RO
DESPACHO
Vistos, etc.
Defiro o pedido de ID. 76564042.
Concedo aos executados Prefeitura Municipal de Vale do Anari e Secretaria Municipal de Educação do Vale do Anari o prazo de 90 (noventa) dias para:
1. Depositarem em conta judicial o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) provenientes da incidência de multa diária, sob pena de sequestro de valores.
2. Cumprirem com a obrigação imposta em sentença, sob pena de multa diária de R$ 2.000,00 (dois mil reais) até o limite de R$ 100.000,00 (cem mil reais), sem prejuízo de eventual majoração.
Decorrido o prazo sem o cumprimento das obrigações, conceda vista ao Ministério Público, atribuindo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar os dados do(s) executados para as diligências SISBAJUD.
Intimem-se.
Cumpra-se.
Pratique-se o necessário.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7002237-07.2021.8.22.0019
REQUERENTE: P. G. G. R., LH TB 03, S/N, POSTE 21 s/n ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: T. A. D. S., 1ª TRAVESSA SÃO MIGUEL 46, APTO 106 AFOGADOS - 50850-275 - RECIFE - PERNAMBUCO
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
DEFIRO o pedido da parte autora (ID. 92408881) e determino que a CPE proceda da seguinte forma:
1 - À CPE deverá instrumentalizar o necessário à expedição de Carta Precatória à uma das varas da Família da Comarca de Santa Vitória/MG, a fim do Juízo Deprecado proceder com a citação pessoal do requerido, através de Oficial de Justiça, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome ciência do feito e apresente contestação, nos termo da Decisão inicial ao id. 59325201;
2 - Junte-se à carta precatória a Decisão inicial (ID. 59325201);
3 - Aguarde-se na CPE até o retorno da precatória;
4 - Com o cumprimento da determinação, independente de nova conclusão, intime-se a parte autora para manifesta-se, no prazo de 10 (dez) dias;
5 - Por fim, concluso para deliberação.
Intime-se. Cumpra-se.
Expeça-se o necessário.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
Requerido: TARCISIO ANTONIO DE SANTANA, CPF: 106.951.674-05
Residente e domiciliado em: Av. Minas Gerais, nº 847, casa, bairro Centro, CEP: 38.320-000, Santa Vitória/MG
Finalidade: citação pessoal do requerido.
Anexo: Decisão inicial de id. 59325201.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7001977-90.2022.8.22.0019
Classe: Embargos à Execução
Polo Ativo: HOMELANDIA GOMES DA COSTA
ADVOGADO DO EMBARGANTE: ROSANE DA CUNHA, OAB nº RO6380

Polo Passivo: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI
ADVOGADO DO EMBARGADO: ROBSON ANTONIO DOS SANTOS MACHADO, OAB nº RO7353
DESPACHO
Vistos.
Cumpra-se a CPE o despacho de ID 91107529.
Após, tornem os autos conclusos.
Pratique-se o necessário.
Cumpra-se.
Machadinho do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Processo : 7002626-55.2022.8.22.0019
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: L. F. IMPORTS LTDA.
Advogado do(a) EXEQUENTE: JOSE NONATO DE ARAUJO NETO - RO0006471A
EXECUTADO: DALMO DE OLIVEIRA COUTO JUNIOR
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7000186-91.2019.8.22.0019
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: EVERALDO DE FREITAS
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JANIO TEODORO VILELA, OAB nº RO6051, MILTON RICARDO FERRETTO, OAB nº RO571A
Polo Ativo: DALMO DE OLIVEIRA COUTO
ADVOGADO DO EXECUTADO: EZEQUIAS CRUZ DE SOUZA, OAB nº RO9740
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de Execução de Título Extrajudicial opostos por EVERALDO DE FREITAS em face de DALMO DE OLIVEIRA COUTO
Compulsando os autos, verifica-se ao ID. 88196029, que as partes entabularam acordo extrajudicial, devidamente homologado nos autos principais (nº 7000925-30.2020.8.22.0019), e, por consequência, desejam a extinção do feito por perda do objeto.
Diante do exposto, acolho a pretensão das partes e JULGO EXTINTO o presente feito ante a perda do objeto, o que faço com lastro no artigo 485, VI do CPC.
Considerando a preclusão lógica, o feito transita em julgado nesta data (CPC, artigo 1.000).
Custas finais dispensadas (art. 90, §3º, CPC).
Arquive-se, observando as disposições legais.
P.R.I. Cumpra-se.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Processo : 7003314-22.2019.8.22.0019
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: SICOOB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: PEDRO ROBERTO ROMAO - SP209551

EXECUTADO: LEILA PAULA DE SOUZA
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 0001692-03.2014.8.22.0019
Classe: Usucapião
Polo Ativo: OFELIA MAIA VILAS BOAS, JOSE VILAS BOAS
ADVOGADOS DOS AUTORES: KARINA PERPETUA MAGALHAES DE FREITAS, OAB nº RO6974, CARLOS EDUARDO FERREIRA LEVY, OAB nº RO6930, BARBARA PASTORELLO KREUZ, OAB nº RO7812, ANA PAULA HEMANN MARIANO, OAB nº RO6433, GABRIEL ELIAS BICHARA, OAB nº RO6905, CLAUDIA ALVES DE SOUZA, OAB nº RO5894, JULIANO DIAS DE ANDRADE, OAB nº RO5009, ADRIANA KLEINSCHMITT PINTO, OAB nº RO5088, MARIA CRISTINA DALL AGNOL, OAB nº RO4597A, LEONARDO HENRIQUE BERKEMBROCK, OAB nº RO4641, JOSE ASSIS DOS SANTOS, OAB nº RO2591
Polo Passivo: NEUZA LIMA DOS SANTOS, SILVIO CELSO CASARIN, EDSON LOURENCO SICHINEL
ADVOGADOS DOS REU: BRUNO ALVES DA SILVA CANDIDO, OAB nº RO5825, CORINA FERNANDES PEREIRA, OAB nº RO2074
DECISÃO
Vistos, etc.
Cuidam-se de embargos de declaração manejados pelos executados José Vilas Boas e Ofélia Maia Vilas Boas, para sanar a existência de omissão apontada na sentença de ID. 89527360.
Devidamente intimados, os requeridos manifestaram-se pelo não acolhimento dos embargos de declaração (ID. 90919045).
O recurso deve ser admitido e provido, conforme se dessume do seguinte:
a) omissão (art. 1.022, II, do CPC): os embargantes sustentam que este Juízo, ao extinguir a execução por meio da sentença embargada, teria incorrido em omissão por não fixar honorários advocatícios em favor do advogado de seu advogado, razão pela qual pleiteiam a respectiva fixação, nos termos do art. 85, §1°, do CPC.
Assiste razão aos embargantes, eis que a sentença ora atacada, de fato, encontra-se eivada pelo vício de omissão neste ponto em específico. Desta forma, deve ser acrescido no teor do "decisum" o que se dessume a seguir:
FUNDAMENTAÇÃO:
Depreende-se dos autos que os exequentes pleitearam o cumprimento de sentença em 24/10/2022, apresentando como valor a ser executado a monta de R$ 244.647,53 (duzentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e sete reais e cinquenta e três centavos), conforme petição e cálculos juntados aos IDs. 83356554; 83356555.
Em consequência, os executados/embargantes apresentaram impugnação ao cumprimento de sentença suscitando excesso de execução, momento em que reconheceram como devido o valor de R$ 124.532,14 (cento e vinte e quatro mil, quinhentos e trinta e dois reais e quatorze centavos), conforme petição de ID. 88731931.
Em resposta, os exequentes informaram que embasou o pedido de cumprimento de sentença foi realizado de forma equivocada, conforme petição de ID. 89282178.
Pois bem.
Como é cediço, em incidente processual de impugnação ao cumprimento de sentença, somente são cabíveis honorários advocatícios em caso de acolhimento da impugnação, com a consequente extinção do feito executório.
Trata-se de exata hipótese presente no caso concreto, mormente pelo fato de os próprios exequentes reconheceram excesso de execução alegado pelos executados, tornando-se necessário, pois, a fixação de honorários advocatícios em razão do acolhimento da impugnação, observando-se as disposições do art. 85, §1° do Código de Processo Civil.
Por fim, estes deverão ser fixados sob o valor pleiteado em excesso pelos exequentes, por reputarem-se como motivo ensejador da impugnação.
DISPOSITIVO:
CONDENO os exequentes ao pagamento de honorários advocatícios em favor do advogado dos executados, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor do excesso de execução, observados, especialmente os qualitativos de grau de zelo do profissional, o trabalho realizado e o tempo exigido, conforme art. 85, §§1° e 2°, do Código de Processo Civil.
Diante do exposto, conheço do recurso e dou-lhe provimento para sanar a omissão apontada, mantendo-se inalterados os demais termos da sentença.
Intimem-se.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7004817-37.2016.8.22.0002
Classe: Interdito Proibitório
Polo Ativo: JOSE CARLOS DA SILVA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ALEX SOUZA DE MORAES SARKIS, OAB nº RO1423, FRANCISCO ARMANDO FEITOSA LIMA, OAB nº RO3835
Polo Passivo: Fulano de tal, JORGE ANTONIO HAASE, AILTON ROCHA DA SILVA, ADENILDA DA CONCEIÇÃO DA COSTA, REGINALDO CARVALHO PINTO
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: CARLOS ERNESTO JOAQUIM SANTOS JUNIOR, OAB nº RO9562

SENTENÇA
Vistos, etc.
1. Relatório
Trata-se de Interdito Proibitório c/c pedido liminar proposto por JOSÉ CARLOS DA SILVA em face de AILTON ROCHA DA SILVA, JORGE ANTONIO HAASE, ADENILDA DA CONCEIÇÃO DA COSTA e REGINALDO CARVALHO PINTO, todos devidamente qualificados nos autos em epígrafe.
Aduziu-se, em breve síntese, que: É possuidor, desde março de 2015, da área rural localizada na Linha 8ª, Lote 45, Cujubim/RO, com área de 69,421 alqueires de terra, adquirida por meio de contrato de compra e venda firmado com Dinori José Gonçalves; que o antigo possuidor do imóvel já estava na posse do bem há vários anos antes de vendê-lo para o autor; que o autor mantém a posse de boa-fé e sem qualquer contestação, zelando e cuidando do imóvel rural, tendo realizado benfeitorias (construção de cercas, curral, casas, pastagem, etc); que em 07 de Março de 2016 houve ameaça de invasão com intensa depredação do patrimônio, fatos estes relatados por intermédio do Registro de Ocorrência n° 2302/2016 DP Ariquemes/RO; que o imóvel do autor não foi o único atacado, mas também, outros 10 (dez) lotes vizinhos.
Pleiteou-se, em sede liminar, a concessão do competente mandado proibitório, nos termos do art. 567 do CPC, com a respectiva fixação de multa cominatória em face de eventuais transgressores. No mérito, pleiteou-se a confirmação da liminar, no intuito de lhe assegurar de nova ameaça de turbação ou esbulho iminente.
A inicial veio instruída com os documentos de praxe.
Decisão inicial, deferida a liminar pleiteada (ID. 3800000).
Os requeridos Ailton Rocha da Silva, Jorge Antônio Haase, Adenilda Conceição da Costa e Reginaldo Carvalho Pinto compareceram espontaneamente em Juízo e apresentaram contestação (ID. 4602440).
Réplica (ID. 5330837).
Intimadas as partes para a produção de provas (ID. 5819699), o autor requereu a produção de prova testemunhal, juntada de documentos e tomada de depoimento pessoal (ID. 6440899), e os requeridos mantiveram-se inertes (ID. 6770295).
Constatada a ocorrência de esbulho, determinou-se a reintegração de posse da área litigiosa (ID. 8840401).
Ordens de reintegração de posse devidamente cumpridas (ID. 10403082; 10848949).
Audiência de Instrução e Julgamento realizada em 06/04/2017 (ID. 9517394).
Declínio de competência para a Comarca de Machadinho D'Oeste/RO (ID. 21633630).
Ofício do INCRA informando que a área não pertence a União e não foi desapropriada para fins de reforma agrária (ID. 44923564).
Certidão do Oficial de Justiça dizendo que intimou o autor, que atualmente o local encontra-se pacificado e que não houveram outras tentativas de invasão. (ID. 76528999).
Parecer final pelo Ministério Público, manifestando-se pela procedência dos pedidos iniciais (ID. 88494189).
Nessas condições, vieram-me conclusos.
É o relatório do necessário. DECIDO.
2. Fundamentação
Antes de adentrar no mérito da ação, passo à análise das questões pendentes, até então pendentes de apreciação.
Da preliminar de inépcia da inicial por ausência de delimitação da área objeto da demanda: Os requeridos alegam, em síntese que, o contrato de compra e venda de direito de posse de imóvel rural juntado aos autos não traz qualquer delimitação da localização do bem, ou em outras palavras, que não há qualquer descrição física concreta da faixa de terreno da qual o autor alega ser possuidor. Entretanto, não lhes assiste a razão, eis que a área encontra-se devidamente delimitada como Linha 8ª, Lote 45, Município de Machadinho D'Oeste/RO, com área de 69,42 alqueires, tendo possibilitado, inclusive, o cumprimento das ordens liminares em sentido reintegratório exaradas pelo Juízo, e, desse modo, AFASTO a preliminar suscitada.
Do pedido de gratuidade judiciária formulado pelos requeridos: Sabe-se que a autodeclaração de hipossuficiência não goza de presunção absoluta e deve estar acompanhada de outros documentos a fim de corroborar a alegação, sendo certo que, ao caso dos autos, não foram acostadas aos autos provas suficientes para comprovar a hipossuficiência alegada, de modo que o indeferimento da benesse é a medida que se impõe. Neste sentido, já se decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: "Os benefícios da gratuidade da justiça são concedidos à parte que não tem condições de suportar as despesas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e da família. Não comprovada a hipossuficiência da parte, o indeferimento do benefício da gratuidade da justiça é medida que se impõe."(AGRAVO DE INSTRUMENTO 0801392-94.2016.822.0000, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 2ª Câmara Cível, julgado em 12/07/2017). Ante todo o exposto, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça.
Superadas as questões processuais pendentes, adentro ao mérito.
Após atenta análise aos autos, verifico que a demanda deve ser julgada procedente. Vejamos.
De início, consigne-se que em que pese ter sido pleiteada a conversão do feito em demanda reintegratória, há notícia nos autos de que o autor atualmente encontra-se no exercício da posse da área litigiosa, de modo que a concessão de nova ordem reintegratória não lhe traria proveito algum. Dessa forma, a concessão do interdito proibitório tal como pleiteado em sede exordial reputa-se como medida adequada para o caso concreto.
O artigo 554 do Código de Processo Civil consagra o princípio da fungibilidade das ações possessórias, não vedando que se conheça do pedido e outorgue tutela possessória diversa, desde que os requisitos legais estejam comprovados. Vale dizer, pode o Juiz conceder a tutela possessória adequada, de acordo com a situação fática apresentada no caso concreto, independentemente da ação possessória proposta.
Como requisito inerente à concessão do interdito proibitório, o artigo 567 do CPC prevê que "o possuidor direto ou indireto que tenha justo receio de ser molestado na posse poderá requerer ao juiz que o segure da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório, em que se comine ao réu determinada pena pecuniária caso transgrida o preceito".
No compulsar dos autos, verifica-se que a prova da posse, do justo receio e da efetiva turbação encontravam-se presentes quando da propositura da demanda, eis que devidamente comprovados através do contrato de compra e venda (ID 3723381); dos Boletins de Ocorrência (IDs 3723511) e das fotos registradas no local (IDs 3723522), respectivamente.
Aqui, importante mencionar o depoimento das testemunhas, as quais foram ouvidas em Juízo no dia 06/04/2017, em especial as informações trazidas pelo Sr. Leuri José Gonçalves, no sentido de que reside na linha há mais de 12 (doze) anos e que os invasores "atacaram" a linha toda, sendo certo que, em relação à José Carlos (autor) afirma que o mesmo detinha a posse da área por aproximadamente 04 (quatro) anos; Sra. Neliane Prado de Oliveira, no sentido de que detinha posse de área na linha há mais de 08 (oito) anos, mas que José Carlos veio depois, sustentando, por fim, que as invasões teriam ocorrido no final de fevereiro de 2016.

Infere-se, pois, que as provas coligidas nos autos encontram-se em clara sinergia com os fatos narrados pelo autor em sua peça inicial, no sentido de que detinha a posse mansa e pacífica do imóvel rural, vindo a perdê-la somente com a perpetração do esbulho por parte dos invasores.

Destarte, diante da situação fática narrada e de todos os documentos coligidos nos autos, entendo que os requeridos não lograram êxito em se desincumbir de seu ônus probatório (art. 373, II, CPC), ou seja, não trouxeram elementos aptos à ilidir a posse exercida pelo autor, pelo contrário, limitaram-se a questionar a validade do negócio jurídico firmado pelo requerente.

Ora, sabe-se que em ação possessória, discute-se apenas a situação jurídica de posse relativa às partes em litígio, sendo, por isso, estranho aos lindes da via eleita qualquer discussão que fuja deste escopo.

Considerando, pois, que o interdito proibitório configura-se como ação de natureza eminentemente possessória - de caráter preventivo - para impedir que se efetive eventual turbação ou esbulho, o possuidor ameaçado de sofrê-los previne o atentado, obtendo mandado judicial para segurar-se da violência iminente, sendo certo que, ao caso concreto, o autor preenche todos os requisitos elencados em lei, instigando a intervenção do Poder Judiciário a fim de garantir proteção preventiva ao direito possessório.

Neste sentido, já se decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:

INTERDITO PROIBITÓRIO - REQUISITOS - POSSE ANTERIOR - COMPROVAÇÃO - PROCEDÊNCIA. O possuidor que tenha justo receio de ser turbado em sua posse, poderá ingressar com Medida Preventiva que assegure a manutenção do imóvel, contudo, deverá estar demonstrada a prova do exercício de sua posse antes do ajuizamento da ação, a ameaça da suposta turbação e o justo receito de ser efetivada a ameaça. (Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Processo n° 0000897-09.2014.8.22.0000, DJe 03/07/2018).

Ação de interdito proibitório. Requisitos. Posse anterior. Comprovada. O interdito proibitório é a ação que objetiva a proteção preventiva da posse, sendo que incumbe ao autor provar tanto a sua posse quanto a turbação ou esbulho praticado pelo réu. Comprovado por documentos idôneos a efetiva posse da autora, e a intenção do requerido de turbação ou esbulho sobre o imóvel, o pedido deve ser julgado procedente. (TJ-RO - AC: 70209338720178220001 RO 7020933-87.2017.822.0001, Data de Julgamento: 14/12/2020) (destaque nosso).

Pelos motivos elencados acima, a procedência da demanda é a medida que se impõe.

Prejudicadas as demais questões dos autos, visto que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.

No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).

3. Dispositivo

Ante todo o exposto, extingo o feito com enfrentamento de mérito (art. 487, I, CPC) e JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado por JOSÉ CARLOS DA SILVA em face de AILTON ROCHA DA SILVA, JORGE ANTONIO HAASE, ADENILDA DA CONCEIÇÃO DA COSTA e REGINALDO CARVALHO PINTO, o que faço para:

a) CONFIRMAR a liminar concedida ao ID. 3800000.

b) CONCEDER o interdito proibitório, determinando a proibição de ingresso e permanência dos requeridos e demais pessoas que se encontrarem no imóvel rural denominado "Linha 8ª, Lote 45, Município de Machadinho D'Oeste/RO, com área de 69,421 alqueires", bem como a abstenção da prática de qualquer ato de esbulho ou turbação na posse do autor, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (um mil reais) até o limite de R$ 100.000,00 (cem mil reais) em caso de descumprimento.

c) CONDENAR os requeridos, solidariamente, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa, nos termos do art. 85, §2° do Código de Processo Civil.

Expeça-se o competente mandado proibitório, constando todas as advertências ora listadas.

Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e acolhido/rejeitado nos limites em que foi formulado. Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente protelatória lhes sujeitará à imposição da multa prevista pelo art. 1.026, §2° do Código de Processo Civil.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo admissibilidade a ser exercido pelo juízo a quo, sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.

Ocorrendo o trânsito em julgado e nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos, observando-se as exigências de praxe.

Ciência ao Ministério Público.

P.R.I.

Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023

José de Oliveira Barros Filho

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Machadinho do Oeste - 1º Juízo

Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7001774-02.2020.8.22.0019

Classe: Procedimento Comum Cível

Polo Ativo: Estado de Rondônia, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

ADVOGADO DOS AUTORES: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

Polo Passivo: GILSO JOSE DE ARAUJO RAMOS

ADVOGADOS DO REU: RONALDO DE OLIVEIRA COUTO, OAB nº RO2761, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

DESPACHO
Vistos.
Intime-se o executado para se manifestar da petição do exequente de ID 91663548, no prazo de 10 dias.
Após, tornem os autos conclusos.
Pratique-se o necessário.
Cumpra-se.
Machadinho do Oeste/RO, 17 de Julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7003048-64.2021.8.22.0019
AUTOR: TATIANE DA SILVA NEGREIRO, ALTEMAR DUTRA 3757 DAS NAÇÕES - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: LEILA SOARES DE OLIVEIRA, OAB nº RO10559, ELAINE CRISTINA BARBOSA DOS SANTOS FRANCO, OAB nº RO1627
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Nesta data efetuei a pesquisa via sistema SISBAJUD, conforme espelho anexo.
Intime-se o executado para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, § 3°, do CPC.
Decorrido o prazo sem manifestação, fica convertido o bloqueio em penhora, ficando desde já deferido a expedição de alvará ou ofício de transferência de valores.
Expeça-se o necessário.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7000043-68.2020.8.22.0019
AUTOR: MARIA APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA, RUA MARIO COVAS Nº 3119 3119 5º BEC - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ROSANE DA CUNHA, OAB nº RO6380
REU: Sabemi Seguradora SA, RUA SETE DE SETEMBRO 515, - ATÉ 998/999 CENTRO HISTÓRICO - 90010-190 - PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS DO REU: JULIANO MARTINS MANSUR, OAB nº RJ113786, PROCURADORIA DA SABEMI SEGURADORA S/A
SENTENÇA
1. Relatório
Vistos.
Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais e repetição de indébito proposta por MARIA APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA contra Sabemi Seguradora SA, ambos devidamente qualificados nos autos. Narra a parte autora que foi surpreendida com descontos mensais do saldo de seu benefício previdenciário, tendo como beneficiário a requerida, o que segundo alega vem lhe causando prejuízos de toda ordem. Afirma não ter contratado nenhum produto ou serviço com a requerida que poderia ensejar a cobrança. Pugna pela cessação dos descontos, repetição de indébito e indenização por danos morais.
A tutela provisória foi deferida sob ID 33852492.
Citada, a parte requerida apresentou contestação sob ID 34779872. No mérito, afirma que a parte autora teria contratado junto ao réu seguro contra acidentes pessoais, conforme apólice que alega ter sido assinada pelo requerente de livre e espontânea vontade. Defende a validade do contrato e impugna o dano moral pretendido. Ao final, requer a improcedência do pedido autoral.
A parte requerente apresentou sua réplica sob ID 35585597, negou a assinatura do contrato apresentado nos autos e reiterou os fatos constantes da inicial.
Julgado parcialmente o pedido (ID 36165117), a sentença foi desconstituída após interposição de recurso (ID 51106631).
Em decisão proferida sob ID 52548203, foi determinada a realização de perícia grafotécnica, invertendo-se o ônus do pagamento para o banco requerido.
O laudo pericial técnico foi disponibilizado sob ID 76942340.
Intimadas sobre o laudo, as partes se manifestaram (IDs 77119061 e 77781524).
Laudo complementar ao ID 84632977.
Nessas condições vieram-me conclusos.
É o relatório. Decido.
2. Fundamentação
No presente caso concreto, a questão de mérito dispensa a produção de prova em audiência, pois sua análise depende exclusivamente da produção de prova técnica, a qual já foi produzida e encontra-se acostada aos autos, razão pela qual passo ao julgamento do feito, na forma do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.
Insurge-se a parte requerente contra apólice de seguro juntada ao ID 34779873, que resultou nos descontos mensais diretamente de seu benefício previdenciário.

A controvérsia deverá ser analisada à luz do Código de Defesa do Consumidor e dos princípios a ele inerentes, eis que inegável a relação de consumo existente entre os demandantes, nos termos da Súmula n. 297 do STJ.
Desse modo, considerando a inversão do ônus da prova decretada em sede de antecipação de tutela, cabia ao réu, a toda evidência, comprovar a existência do débito apontado nos autos, bem como de que o contrato de empréstimo ora impugnado havia sido, de fato, contratado pelo requerente.
Para tanto, verifica-se que o réu juntou cópia de um contrato supostamente subscrito pelo o autor sob ID 34779873, que prevê a contratação de uma apólice de seguro.
Ocorre que, ao confrontar o aludido contrato com as conclusões extraídas do laudo pericial grafotécnico juntado sob ID 76942340 - Pág. 32, verifica-se a ocorrência de evidente fraude praticada por terceiros, uma vez que as assinaturas lá apostas não são compatíveis com as assinaturas colhidas no material grafotécnico.
Nesse sentido, inclusive, concluiu o senhor perito que: "(...) a assinatura questionada presente no documento questionado elencado no corpo deste laudo, em nome de MARIA APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA emitido por SABEMI SEGURADORA, em 09/122016, é não convergente com o grafismo padrão examinado e não pertencente ao punho escritor da senhora MARIA APARECIDA DOS SANTOS e portanto é INAUTÊNTICA".
Portanto, havendo prova irrefutável de que a parte autora não foi a responsável pela contratação do empréstimo firmado junto ao réu, impõe-se, ao caso em análise, a declaratória de inexistência do débito indicado na inicial e todas as obrigações daí decorrentes, como por exemplo, a devolução dos valores indevidamente descontados, a ser restituída em dobro, independentemente do elemento volitivo do fornecedor que procedeu à cobrança, conforme tese já fixada pelo STJ, a qual passo a transcrever:
A restituição em dobro do indébito (parágrafo único do artigo 42 do CDC) independe da natureza do elemento volitivo do fornecedor que cobrou valor indevido, revelando-se cabível quando a cobrança indevida consubstanciar conduta contrária à boa-fé objetiva. STJ. Corte Especial. EAREsp 676608/RS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 21/10/2020.
Ainda nesse sentido, tem o E.TJRO decidido que descontos em benefício previdenciário referentes a empréstimos não contratados pelo beneficiário caracterizam conduta de má-fé, devendo a devolução dos valores indevidamente descontados se dar de forma dobrada, na forma do art. 42, § único do CDC. Nesse sentido:
Responsabilidade civil. Inexistência de débito. Empréstimo consignado. Benefício previdenciário. Desconto indevido. Engano justificável. Caracterização. Ausência. Restituição em dobro. Manutenção. Dano moral. Valor. Minoração. Quantia depositada indevidamente. Devolução. Cabimento. Correção monetária. Reputa-se má-fé a conduta da instituição financeira que efetua descontos no benefício previdenciário da consumidora, referentes a empréstimos não contratados, e deve ser mantido o ressarcimento em dobro dos valores indevidamente descontados. O desconto indevido em benefício previdenciário, de valores decorrentes de empréstimo consignado sem comprovação da aceitação da parte, constitui ato ilegal e dá ensejo à condenação por danos morais, cujo valor indenizatório deve ser minorado para adequação ao caso concreto. Os valores depositados indevidamente na conta da consumidora devem ser devolvidos à instituição financeira apenas com correção monetária, com o fim de evitar o enriquecimento ilícito. (TJ-RO - AC: 70007179120168220017 RO 7000717-91.2016.822.0017, Data de Julgamento: 18/06/2020)
Analisando-se os extratos dos benefícios juntados, verifica-se que foram realizados 11 descontos no valor de R$ 24,00, 12 descontos no valor de R$ 24,72, e 11 parcelas no valor de 27,39, cuja soma totaliza R$ 861,93, impondo-se ao requerido a sua restituição em dobro, sem prejuízos daquelas outras parcelas que tenham sido descontadas até o efetivo cumprimento da liminar que determinou a sua suspensão.
Do mesmo modo, como a parte ré não tomou a devida cautela, dando causa à má prestação de serviço, deve ser responsabilizada pelos danos morais causados à parte autora, nos termos do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor.
Assim, cumpre ao juízo fixar quais foram os danos e o quantum devido como forma de recomposição, tendo em vista que a dor e angústia sofrida não tem valor estimado, mas pode ser ressarcida monetariamente como forma de compensação.
Na hipótese dos autos, tenho que o dano moral é presumido, pois os descontos indevidos impuseram lesão à dignidade humana da parte autora, a qual, inegavelmente, sentiu-se angustiada por figurar como devedora em um empréstimo que não fez, bem como por ter sofrido descontos mensais indevidos em seu benefício previdenciário, que tem natureza de verba salarial.
Nesse sentido já decidiu o TJRO:
Apelação Cível. Empréstimo consignado. Descontos em benefício previdenciário. Relação jurídica não comprovada. Perícia realizada. Falha de serviço. Devolução de valores. Forma dobrada. Dano moral configurado. Valor da indenização. Recurso improvido. Comprovada a ilegitimidade da contratação do empréstimo, considerada a perícia que concluiu não ser autêntica a assinatura, gera o direito à declaração de inexigibilidade do contrato e à reparação pelos danos suportados. A realização de descontos ilegitimamente importa na restituição dos valores, de forma dobrada, quando evidenciada a conduta injustificável. Constatada a negligência da instituição financeira em proceder à contratação com terceiro fraudador, deve haver o reconhecimento do dano moral. Suficiente para o equilíbrio da reparação, a quantia atribuída à condenação não merece alteração. (APELAÇÃO CÍVEL 7020863-31.2021.822.0001, Rel. Des. Sansão Saldanha, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 1ª Câmara Cível, julgado em 14/04/2023.)
No que tange ao valor do ressarcimento por danos, a jurisprudência tem entendido que deve ser fixado um quantum que sirva de alento para a vítima e, ao mesmo tempo, de desestímulo ao infrator, para que este não volte a incorrer na mesma conduta. Assim, como não foi provada a extensão do dano, tenho por satisfatória a fixação de indenização no importe de R$ 5.000,00.
3. Dispositivo
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos mediatos formulados por MARIA APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA contra Sabemi Seguradora SA, para CONFIRMAR os efeitos da tutela provisória e determinar ao réu que cancele em definitivo o contrato junto ao INSS, DECLARAR inexistente o débito proveniente do contrato de n. 942200, em nome do requerente e CONDENAR o Banco requerido ao pagamento da restituição, em dobro, das parcelas descontadas indevidamente do benefício previdenciário do autor, provenientes do contrato objeto da demanda, até a data do cumprimento da ordem de tutela antecipada, cuja quantia deve ser apurada em liquidação de sentença, com incidência de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso (Súmula n. 54 do STJ), e correção monetária, a partir do efetivo desconto (Súmula n. 43 do STJ), utilizando-se do índice legal utilizado pelo TJ-RO (INPC), bem como CONDENAR o réu ao pagamento de R$ 5.000,00, à título de indenização por danos morais, a ser corrigido monetariamente também pelo INPC, a partir da data de seu arbitramento (Súmula n. 362, STJ) e com juros de 1% ao mês a partir do evento danoso (Súmula n. 54 do STJ).
Condeno a parte requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e dos honorários advocatícios, estes que fixo em 10% do valor da condenação, nos termos do § 2°, do art. 85, do CPC.
Declaro extinto o feito com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do CPC.

Registra-se que o contrato original objeto da perícia, fica à disposição do requerido, para retirada.
Transitada em Julgado, oportunamente, arquivem-se os autos.
Intime-se.
Machadinho D'Oeste 17 de julho de 2023 .
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7001330-37.2018.8.22.0019
Classe: Embargos de Terceiro Cível
Polo Ativo: LAZARO BARBOSA PARDINHO
ADVOGADOS DO EMBARGANTE: PEDRO HENRIQUE GOMES PETERLE, OAB nº RO6912, RODRIGO PETERLE, OAB nº RO2572, SEVERINO JOSE PETERLE FILHO, OAB nº RO437, LUCIENE PETERLE, OAB nº RO2760
Polo Passivo: bernardo alimentos industria e comercio ltda
ADVOGADO DO EMBARGADO: PABLO EDUARDO MOREIRA, OAB nº RO6281
DESPACHO
Vistos.
Intime-se o embargante para se manifestar sobre o pedido de ID 91473478, no prazo de 10 dias.
Após, tornem os autos conclusos.
Pratique-se o necessário.
Cumpra-se.
Machadinho do Oeste/RO, 17 de Julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7000938-24.2023.8.22.0019
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL DE RONDONIA - SICOOB OUROCREDI, 15 DE NOVEMBRO 140 JARDIM TROPICAL - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ELLEN DORACI WACHIESKI MACHADO, OAB nº RO10009
REU: CLAUDECIR FERREIRA DA SILVA, RUA RECIFE 2391 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre os endereços encontrados em pesquisa SISBAJUD, conforme espelho anexo, a fim de dar prosseguindo no feito.
Expeça-se o necessário.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7000163-43.2022.8.22.0019
AUTOR: P. F. M., AVENIDA GETÚLIO VARGAS 3028 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: PABLO HENRIQUE MARTINS, OAB nº SP442119, NESTOR NEGRELLI NETO, OAB nº SP195635, LARISSA INES SERENI, OAB nº SP450961
REU: H. V., AV. JOAQUIM DOS SANTOS LEBRE 3265 PORTO FELIZ I - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: LAUANE MAGALHAES CARBONARI, OAB nº RO11849
DECISÃO
Vistos.
DETERMINO que seja anotada a penhora no rosto destes autos, tendo em conta o deferimento do pedido nos autos de n. 7003535-34.2021.8.22.0019 (ID. 93245244), assegurando a reserva de eventuais valores obtidos pela parte credora, para satisfação do crédito reclamado (art. 860, CPC).
No que concerne ao pedido da parte autora para que seja deferida a quebra do sigilo fiscal e bancário da parte requerida (ID. 93123628), imperioso destacar que a quebra dos referidos sigilos é medica excepcional, sendo incabível para o caso dos autos, ante a falta de comprovação da referida excepcionalidade, isto é, o seu deferimento revela-se como medida excessiva e desproporcional quando se leva em consideração o direito fundamental constante no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal.
Nesse sentido:
Agravo de instrumento. Ação de alimentos. Quebra de sigilo bancário. Medida excepcional. Inocorrência. A quebra de sigilo bancário é medida excepcional e apenas se justifica se houver elementos concretos que indiquem sua necessidade. (TJ-RO - AI: 08045199820208220000 RO 0804519-98.2020.822.0000, Data de Julgamento: 07/10/2020).

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE CONVIVÊNCIA E ENCARGO ALIMENTÍCIO - REQUERIMENTO DE QUEBRA DOS SIGILOS BANCÁRIO E FISCAL - INDEFERIMENTO - MEDIDA EXCEPCIONAL - RECURSO DESPROVIDO. A quebra do sigilo bancário é medida de caráter excepcional, apenas cabível quando há provas robustas de situação justificadora. (TJ-MG - AI: 25704186320228130000, Relator: Des.(a) Pedro Aleixo, Data de Julgamento: 27/04/2023, 4ª Câmara Cível Especializada, Data de Publicação: 02/05/2023). Grifei

Sendo assim, considerando a desproporcionalidade da medida pleiteada e a ausência da essencialidade, por ora, INDEFIRO o pedido de quebra do sigilo fiscal e bancário.

Orientações à CPE:

1 - Com a averbação no rosto dos autos, intime-se a parte autora, cientificando-lhe da penhora.

2 - Intime-se a parte autora para apresentar contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias, aos embargos de declaração opostos pela parte requerida (ID. 92928683).

3 - No mais, aguarde-se a realização da audiência de instrução designada para o dia 09/08/2023 (ID. 92703268).

Cumpra-se. Pratique-se o necessário.

SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.

Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.

José de Oliveira Barros Filho

Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Machadinho do Oeste - 1º Juízo

Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 7004820-89.2016.8.22.0002

Classe: Interdito Proibitório

Polo Ativo: VANESSA ANDRADE CAMPOS

ADVOGADOS DO REQUERENTE: ALEX SOUZA DE MORAES SARKIS, OAB nº RO1423, FRANCISCO ARMANDO FEITOSA LIMA, OAB nº RO3835

Polo Passivo: Fulano de Tal e outros, JORGE ANTONIO HAASE, REGINALDO CARVALHO PINTO, AILTON ROCHA DA SILVA, CLEIDES MENDES VIANA, GERALDINA OLIVEIRA ROSA, SIDINEI ALVES DE SOUZA, IZABEL ALVES LIMA, JOAO BATISTA HAASE, ADAILTON GONCALVES DE SOUZA, JORGE PAULO SENHORINHO

ADVOGADO DOS REQUERIDOS: EVANDRO ALVES DOS SANTOS, OAB nº PR52678A

SENTENÇA

Vistos, etc.

1. Relatório

Trata-se de Interdito Proibitório c/c pedido liminar proposto por VANESSA ANDRADE CAMPOS em face de AILTON ROCHA DA SILVA, JORGE ANTONIO HAASE, REGINALDO CARVALHO PINTO, IZABEL ALVES LIMA, JOÃO BATISTA HAASE, CLEIDES MENDES VIANA, GERALDINA OLIVEIRA ROSA, ADAILTON GONÇALVES DE SOUZA, JORGE PAULO SENHORINHO e SIDNEI ALVES DE SOUZA, todos devidamente qualificados nos autos em epígrafe.

Aduziu-se, em breve síntese, que: É possuidora, desde 11 de janeiro de 2009, da área rural localizada na Linha 8ª, Lotes 15 e 16, Área Sol Nascente, no Município de Cujubim/RO, com área de 21 (vinte e um) alqueires, adquirida por meio de contrato de compra e venda firmado com Nilson Amaral de Andrade; que o antigo proprietário do imóveis já estava na posse do bem há vários anos antes de vendê-los para a autora; que a autora mantém a posse de boa-fé e sem qualquer contestação, zelando e cuidando do imóvel rural, tendo realizado benfeitorias (construção de cercas, curral, casas, pastagem, etc); que em 07 de Março de 2016 houve ameaça de invasão com intensa depredação do patrimônio, fatos estes relatados por intermédio do Registro de Ocorrência n° 2302/2016 DP Ariquemes/RO; que o imóveis não foram os únicos a serem atacados, mas também, outros 10 (dez) lotes vizinhos.

Pleiteou-se, em sede liminar, a concessão do competente mandado proibitório, nos termos do art. 567 do CPC, com a respectiva fixação de multa cominatória em face de eventuais transgressores. No mérito, pleiteou-se a confirmação da liminar, no intuito de lhe assegurar de nova ameaça de turbação ou esbulho iminente.

A inicial veio instruída com os documentos de praxe.

Decisão inicial, deferida a liminar pleiteada (ID. 3799874).

Os requeridos Ailton Rocha da Silva, Jorge Antonio Haase, Adenilda Conceição da Costa e Reginaldo Carvalho Pinto compareceram espontaneamente em Juízo e apresentaram contestação (ID. 4602485).

Réplica (ID. 5330816).

Intimadas as partes para a produção de provas (ID. 5819546), a parte autora manifestou interesse na produção de prova testemunhal e documental (ID. 6441196), enquanto os requeridos mantiveram-se inertes (ID. 6771790).

Pedido de conversão do Interdito em Reintegração de Posse c/c pedido liminar (ID. 8087917), devidamente acolhido pelo Juízo (ID. 8944464).

Audiência de Instrução e Julgamento realizada em 06/04/2017, tendo sido homologado o pedido de exclusão da requerida Adenilda da Conceição da Costa (ID. 9517599).

Declinada a competência à Comarca de Machadinho D'Oeste/RO (ID. 23507713).

Intimação para produção de provas (ID. 33180129).

Instado, o Ministério Público manifestou-se pela procedência dos pedidos iniciais (ID. 88297315

Nessas condições, vieram-me conclusos.

É o relatório do necessário. DECIDO.

2. Fundamentação

Antes de adentrar no mérito da ação, passo à análise das questões pendentes, até então pendentes de apreciação.

Da preliminar de inépcia da inicial por ausência de caracterização da área objeto do litígio: Os requeridos alegam, em síntese que, o contrato de compra e venda de direito de posse de imóvel rural juntado aos autos não traz qualquer delimitação da localização do bem,

ou em outras palavras, que não há qualquer descrição física concreta da faixa de terreno da qual o autor alega ser possuidor. Entretanto, não lhes assiste a razão, eis que a área encontra-se devidamente delimitada como Linha 8ª, Lotes 15 e 16, Município de Machadinho D'Oeste/RO, com área de 21 alqueires, e, desse modo, AFASTO a preliminar suscitada.

Do pedido de gratuidade judiciária formulado pelos requeridos: Deixo de analisar o pedido, porquanto já indeferido pela 1ª Câmara Cível do TJRO em sede do Agravo de Instrumento n° 0801231-45.2020.8.22.0000 (ID. 41869392).

Superadas as questões processuais pendentes, adentro ao mérito.

Após atenta análise aos autos, verifico que a demanda deve ser julgada procedente. Vejamos.

De início, consigne-se que em que pese ter sido pleiteada a conversão do feito em demanda reintegratória, há notícia nos autos de que o autor atualmente encontra-se no exercício da posse da área litigiosa, de modo que a concessão de nova ordem reintegratória não lhe traria proveito algum. Dessa forma, a concessão do interdito proibitório tal como pleiteado em sede exordial reputa-se como medida adequada para o caso concreto.

O artigo 554 do Código de Processo Civil consagra o princípio da fungibilidade das ações possessórias, não vedando que se conheça do pedido e outorgue tutela possessória diversa, desde que os requisitos legais estejam comprovados. Vale dizer, pode o Juiz conceder a tutela possessória adequada, de acordo com a situação fática apresentada no caso concreto, independentemente da ação possessória proposta.

Como requisito inerente à concessão do interdito proibitório, o artigo 567 do CPC prevê que "o possuidor direto ou indireto que tenha justo receio de ser molestado na posse poderá requerer ao juiz que o segure da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório, em que se comine ao réu determinada pena pecuniária caso transgrida o preceito".

No compulsar dos autos, verifica-se que a prova da posse, do justo receio e da efetiva turbação encontravam-se presentes quando da propositura da demanda, eis que devidamente comprovados através do contrato de compra e venda (ID 3725187), do Boletim de Ocorrência (IDs 3725385) e das fotos registradas no local (IDs 3725411), respectivamente.

Aqui, importante mencionar o depoimento dos autores e dos réus, os quais foram ouvidos em Juízo no dia 06/04/2017, em especial as informações trazidas pelo Sr. José Carlos da Silva (vizinho da autora), no sentido de que no sentido de que comprou um lote de terra na região em 2013, e que além da invasão de sua terra, invadiram as terras dos vizinhos; a Sra. Vanessa Andrade Campos (autora), no sentido de que, na data da audiência, já possuía a "propriedade" há 08 (oito) anos e que nela realizou benfeitorias; que em março de 2016 houve a invasão, e que desde a ocorrência dos fatos não teria tido mais acesso à área; que a terra de vizinhos também foram invadidas, incluindo a do Sr. José Carlos; Ailton Rocha da Silva (réu), no sentido de que estavam acampados na parte de fora das áreas; que chegaram outras pessoas fazendo barulho e que aproveitaram e entraram junto às áreas; que por volta de março de 2016 adentraram as terras, e que já tinha 04 (quatro) anos que estavam acampados nas proximidades, sendo certo que após ocupar as terras, o grupo teria feito casas para morar e realizado plantações; Sra. Neliane Prado de Oliveira (testemunha), no sentido de que detinha posse de área na linha há mais de 08 (oito) anos, que a invasão ocorreu em meados do fim de fevereiro para o começo de março de 2016; que quando foi para a terra, a autora Vanessa já se encontrava lá, sendo certo que esta já teria feito a casa, estava fazendo cerca, e que sempre comparecia ao local.

Infere-se, pois, que as provas coligidas nos autos encontram-se em clara sinergia com os fatos narrados pela autora em sua peça inicial, no sentido de que detinha a posse mansa e pacífica do imóvel rural, vindo a perdê-la somente com a perpetração do esbulho por parte dos invasores.

Diante da situação fática narrada e de todos os documentos coligidos nos autos, entendo que os requeridos não lograram êxito em se desincumbir de seu ônus probatório (art. 373, II, CPC), ou seja, não trouxeram elementos aptos à ilidir a posse exercida pelo autor, pelo contrário, limitaram-se a questionar a validade do negócio jurídico firmado pelo requerente.

Ora, sabe-se que em ação possessória, discute-se apenas a situação jurídica de posse relativa às partes em litígio, sendo, por isso, estranho aos lindes da via eleita qualquer discussão que fuja deste escopo.

Considerando, pois, que o interdito proibitório configura-se como ação de natureza eminentemente possessória - de caráter preventivo - para impedir que se efetive eventual turbação ou esbulho, o possuidor ameaçado de sofrê-los previne o atentado, obtendo mandado judicial para segurar-se da violência iminente, sendo certo que, ao caso concreto, o autor preenche todos os requisitos elencados em lei, instigando a intervenção do Poder Judiciário a fim de garantir proteção preventiva ao direito possessório.

Neste sentido, já se decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:

INTERDITO PROIBITÓRIO - REQUISITOS - POSSE ANTERIOR - COMPROVAÇÃO - PROCEDÊNCIA. O possuidor que tenha justo receio de ser turbado em sua posse, poderá ingressar com Medida Preventiva que assegure a manutenção do imóvel, contudo, deverá estar demonstrada a prova do exercício de sua posse antes do ajuizamento da ação, a ameaça da suposta turbação e o justo receito de ser efetivada a ameaça. (Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Processo n° 0000897-09.2014.8.22.0000, DJe 03/07/2018).

Ação de interdito proibitório. Requisitos. Posse anterior. Comprovada. O interdito proibitório é a ação que objetiva a proteção preventiva da posse, sendo que incumbe ao autor provar tanto a sua posse quanto à turbação ou esbulho praticado pelo réu. Comprovado por documentos idôneos a efetiva posse da autora, e a intenção do requerido de turbação ou esbulho sobre o imóvel, o pedido deve ser julgado procedente. (TJ-RO - AC: 70209338720178220001 RO 7020933-87.2017.822.0001, Data de Julgamento: 14/12/2020) (destaque nosso).

Pelos motivos elencados acima, a procedência da demanda é a medida que se impõe.

Prejudicadas as demais questões dos autos, visto que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.

No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).

3. Dispositivo

Ante todo o exposto, extingo o feito com enfrentamento de mérito (art. 487, I, CPC) e JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado por VANESSA ANDRADE CAMPOS em face de AILTON ROCHA DA SILVA, JORGE ANTONIO HAASE, REGINALDO CARVALHO PINTO, IZABEL ALVES LIMA, JOÃO BATISTA HAASE, CLEIDES MENDES VIANA, GERALDINA OLIVEIRA ROSA, ADAILTON GONÇALVES DE SOUZA, JORGE PAULO SENHORINHO e SIDNEI ALVES DE SOUZA, o que faço para:

a) CONFIRMAR a liminar concedida ao ID. 3799874.
b) CONCEDER o interdito proibitório, determinando a proibição de ingresso e permanência dos requeridos e demais pessoas que se encontrarem no imóvel rural denominado “Linha 8ª, Lotes 15 e 16, Área Sol Nascente, no Município de Cujubim/RO, com área de 21 (vinte e um) alqueires”, bem como a abstenção da prática de qualquer ato de esbulho ou turbação na posse do autor, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (um mil reais) até o limite de R$ 100.000,00 (cem mil reais) em caso de descumprimento.
c) CONDENAR os requeridos, solidariamente, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa, nos termos do art. 85, §2° do Código de Processo Civil.
Expeça-se o competente mandado proibitório, constando todas as advertências ora listadas.
Por fim, de modo a evitar o ajuizamento de embargos de declaração, registre-se que ficam preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha de raciocínio adotada, observando que o pedido foi apreciado e acolhido/rejeitado nos limites em que foi formulado. Por consectário lógico, ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente protelatória lhes sujeitará à imposição da multa prevista pelo art. 1.026, §2° do Código de Processo Civil.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo admissibilidade a ser exercido pelo juízo a quo, sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.
Ocorrendo o trânsito em julgado e nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos, observando-se as exigências de praxe.
Ciência ao Ministério Público.
P.R.I.
Machadinho D’Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Processo n. 7000797-10.2020.8.22.0019
EXEQUENTES: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, AVENIDA FARQUAR, - DE 2882 A 3056 - LADO PAR PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADOS: MARIO GARCIA, RODOVIA MT 206, KM 06, VILA TRÊS FRONTEIRAS 0, GUATÁ ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D’OESTE - RONDÔNIA, MADECAAOBI INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI - ME, RUA DAS CORDONIAS - N:S/N - COMPL:QUADRA 18 BOM FUTURO - 76868-000 - MACHADINHO D’OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos, etc.
Ante o esgotamento das vias para localização do executado, CITE-SE POR EDITAL, nos termos do art. 8° da Lei 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
O edital de citação será afixado na sede do Juízo, publicado uma só vez no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, com o prazo de 30 (trinta) dias, e conterá, apenas, a indicação da exequente, o nome do devedor, a quantia devida, a natureza da dívida, a data e o número da inscrição no Registro da Dívida Ativa, o prazo e o endereço da sede do Juízo. (art. 8°, IV da Lei 6.830/80).
Deverá constar no edital a intimação do executado para realizar, no prazo de 5 (cinco) dias, o pagamento do débito no importe de R$ 19.199,22 (dezenove mil, cento e noventa e nove reais e vinte e dois centavos) ou oferecer, no mesmo prazo, bens à penhora como garantia à execução. (art. 9 da Lei 6.830/80).
Decorrido o prazo estabelecido no edital, e não havendo resposta do citando, fica nomeada a Defensoria Pública para atuar como curadora do citando, na forma do art. 72, inciso II do CPC.
Transcorrido o prazo sem manifestação da parte promovida, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.
Após, conclusos para deliberação.
Expeça-se o necessário. Cumpra-se.
Machadinho D’Oeste/RO, 17 de julho de 2023
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D’Oeste
Número do processo: 7001226-74.2020.8.22.0019
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: BANCO DO BRASIL
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA, OAB nº BA25419
Polo Passivo: MARCELINO FERREIRA DE FREITAS, DEGAIR FERREIRA DE FREITAS
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)

DECISÃO
Vistos.
Diante da certidão em que o Sr. Oficial certificou que o requerido não foi citado porque não localizou o citando.
Pois bem. Salienta-se que para a citação por hora certa, é pré-requisito a suspeita de ocultação do requerido, o que não ficou demonstrado nas consignações feitas pelo Sr. Oficial de Justiça.
É importante observar que, ao juiz não compete determinar que a citação se faça por hora certa, ao Oficial de Justiça é que compete verificar se é caso ou não de aplicação do art. 252 do CPC, pois há dois requisitos a serem preenchidos, qual sejam, a ocorrência de duas diligências frustradas para a localização do réu e a desconfiança de que o réu esteja se ocultando maliciosamente.
A análise do preenchimento desses requisitos fica a cargo, apenas, do oficial de justiça no caso concreto.
Assim é a jurisprudência:
"AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL - BEM MÓVEL - CITAÇÃO COM HORA CERTA - DETERMINAÇÃO PELO JUIZ - IMPOSSIBILIDADE - INTELIGÊNCIA DO ART. 227 DO CPC - AGRAVO IMPROVIDO. Não incumbe ao juiz da causa determinar que a citação se faça com hora certa; ao oficial de justiça é que compete verificar se é caso ou não de aplicação do artigo 227 do Código de Processo Civil". (TJ-SP - AI: 747838020118260000 SP 0074783-80.2011.8.26.0000, Relator: Renato Sartorelli, Data de Julgamento: 29/06/2011, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 05/07/2011).
Portanto, não compete ao juiz determinar que a citação se faça com hora certa. A suspeita de ocultação do citando, pressuposto fundamental para que a citação assim se realize, só pode fundar-se num juízo emitido pelo meirinho encarregado da diligência citatória e não pelo juiz.
Só aquele, tendo tentado sem êxito o cumprimento do mandado, é que pode indicar os fatos evidenciadores de que o citando vem tentando evitar o cumprimento do mandado.
Sendo assim, INDEFIRO o requerimento para citação por hora certa.
Tendo em vista que o oficial não encontrou o requerido, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que de direito, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito.
Pratique o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.
Machadinho D'Oeste/RO 17 de julho de 2023
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste 0001425-94.2015.8.22.0019- Execução Fiscal
EXEQUENTES: Estado de Rondônia, Estado de Rondônia
EXECUTADO: C. R. COSTA DA SILVA LIMA - EPP, AVENIDA GETÚLIO VARGAS 2702 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
O entendimento do STJ é no sentido de que, em situações como a ora apreciada, há presunção de que houve dissolução irregular da empresa, o que autoriza o redirecionamento da execução para as pessoas dos sócios, em razão da responsabilidade tributária prevista pelo artigo 135 do Código Tributário Nacional.
Assim dispõe o Enunciado nº 435, da Súmula do STJ: "presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixa de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente".
Neste sentido:
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. CERTIDÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA. PRESUNÇÃO DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR. REDIRECIONAMENTO. POSSIBILIDADE. ACÓRDÃO EMBARGADO EM SINTONIA COM A RECENTE JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SOBRE O TEMA. ARESTO APONTADO COMO PARADIGMA QUE REPRESENTA ENTENDIMENTO ISOLADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 168/STJ.
1. Acórdão embargado que adota a tese segundo a qual a certidão do oficial de justiça que atesta o não funcionamento da empresa no seu domicilio fiscal faz presumir sua dissolução irregular e, portanto, permite o redirecionamento da execução fiscal aos sócios, nos termos da Súmula 435/STJ.
2. Constatado que o entendimento consignado pelo acórdão embargado observou a atual orientação jurisprudencial de ambas as Turmas de compõem a Primeira Seção sobre a matéria, aplica-se, na espécie, a Súmula 168/STJ: "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado".
3. Agravo regimental não provido. (STJ, AgRg nos EREsp 1339995 / BA, Relator: Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, Dje 21/03/2013).
Ante o exposto, defiro o pedido de redirecionamento da execução fiscal para a pessoa do(s) sócio(s)-administrador indicado(s) ao ID. 92278669. Promovam-se as anotações. Pratique-se o necessário.
1) CITE-SE o sócio executado dos termos da presente ação, com base nos artigos 8º e seguintes da Lei de Execução Fiscal para, em (05) cinco dias, pagar a dívida descrita ou garantir a execução, nos termos do art. 9º da L.E.F., sob pena de serem-lhe penhorados bens suficientes para assegurar a totalidade do débito.
2) Decorrido o prazo sem o pagamento ou a garantia, proceda-se à penhora, ou ao arresto (art. 830, CPC), se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar. Havendo penhora INTIME-A da mesma e CIENTIFIQUE-A de que a partir da intimação ou da data da assinatura do respectivo termo fluirá o prazo de 30 (trinta) dias para opor, querendo, EMBARGOS DO DEVEDOR. Em se tratando da penhora sobre bens imóveis, se casado, INTIME-SE o cônjuge, bem como providencie o registro em local próprio e, posteriormente, realize-se a avaliação dos bens e da penhora sobre os mesmos.
3) Não sendo localizado o executado e presentes uma das situações do art. 256 do CPC, desde já determino a citação via edital. Transcorrido o prazo, o feito deverá ser encaminhado a Defensoria Pública para que indique profissional para manifestar-se como Curador Especial.

4) Havendo penhora de bens suficientes para garantir a dívida e, transcorrido o prazo para embargos, designem-se datas para realização de vendas judiciais.
5) Defiro ao Sr. Oficial de Justiça a excepcionalidade contida no art. 212, §2º do CPC.
Pratique-se o necessário. Intime-se.
Cumpra-se.
Machadinho do Oeste/RO, 17 de Julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Processo n. 7003764-57.2022.8.22.0019
EMBARGANTE: AGNALDO MIRANDA MACHADO, LINHA 15 Lote 61, GLEBA 02 ZONA RURAL - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EMBARGANTE: ANA VICTORIA CARDOSO LUZ, OAB nº MT29567O, DOUGLAS LUIS DA SILVA TORRES, OAB nº MT18105O
EMBARGADO: BANCO DO BRASIL, QUADRA 4, BLOCO C, LOTE 32, EDIFÍCIO SEDE III SETOR BANCÁRIO SUL - 70070-140 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS DO EMBARGADO: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
SENTENÇA
Vistos.
RELATÓRIO
AGNALDO MIRANDA MACHADO opôs EMBARGOS À EXECUÇÃO (autos nº 7002188-29.2022.822.0019) em face do BANCO DO BRASIL S.A, todos devidamente qualificados nos autos.
Aduziu, em breve síntese, que pactuou com o embargado a nota de crédito pignoratícia n. 40/00818-8 no valor de R$ 78.540,00 (setenta e oito mil, quinhentos e quarenta reais), para pagamento em 7 prestações anuais e sucessivas, vencíveis nas datas de 01/11/2018 a 01/11/2014. Ocorre que a partir de 01/11/2021 o autor veio a entrar em mora pois teve prejuízos em seus negócios, razão pela qual veio a se endividar e não conseguiu cumprir com o pagamento da 4ª parcela. Informa que tentou por diversas formas a renegociação/ repactuação de seu contrato, mas foi negado esse direito quando a parte requerida lhe impõe valores altos dos quais são inviáveis conforme a capacidade financeira do embargante. Juntou documentos.
Os embargos foram recebidos sem efeito suspensivo.
O embargado, devidamente intimado, quedou-se inerte.
Intimadas as partes para indicarem provas a produzir, nada requereram.
Nessas condições, vieram-me conclusos.
É o relatório do necessário. DECIDO.
FUNDAMENTAÇÃO
Trata-se de Embargos à Execução onde o embargantes postula o acolhimento dos embargos para determinar a inexequibilidade do título em razão da propositura da ação declaratória n. 7003761-05.2022.822.0019, por dependência da ação de execução n. 7002188-29.2022.822.0019, cujo objetivo é a alteração do cronograma de pagamento da operação de crédito rural, em que os fundamentos do pedido estão lastreados no art. 14 da lei 8.829/1965, do Manual de Crédito Rural, e da Súmula 198 do Superior Tribunal de Justiça.
Conveniente e oportuno o julgamento no estado que se encontra o presente, razão pela qual reputo desnecessária a produção de outras provas, nos termos do artigo 355, inc. I, do Código de Processo Civil.
Verifica-se que o direito que fundamenta o presente pedido está relacionado à ação declaratória modificadora de cronograma de pagamento protocolada sob o n. 7003761-05.2022.8.22.0019, distribuída em 10 de Outubro de 2022.
Ocorre que, em consulta aqueles autos, verifica-se que a inicial foi indeferida, com fundamento no art. 321, parágrafo único, c/c art. 330, IV, ambos do CPC.
Sendo assim, não havendo direito a dar amparo às pretensões do autor, a improcedência dos pedidos iniciais é medida que se impõe.
DISPOSITIVO
Diante do exposto, e por tudo mais nos autos constam, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE os EMBARGOS À EXECUÇÃO opostos por AGUINALDO MIRANDA MACHADO em face da pretensão executória contida nos autos de nº 7002188-29.2022.8.22.0019 aforados por BANCO DO BRASIL S.A.
Arcarão os sucumbentes/embargantes com o pagamento das custas e despesas processuais.
Fica intimada a parte vencida para proceder com o pagamento das custas, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de protesto e inscrição em dívida ativa.
Sob todas as análises, registre-se que a oposição de embargos declaratórios meramente protelatórios ensejará a aplicação de multa (art. 1.026, §2º, CPC).
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.
Ocorrendo o trânsito em julgado, translade-se cópia da presente sentença para a ação de execução de título extrajudicial de nº 7002188-29.2022.8.22.0019, procedendo às baixas e comunicações pertinentes.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
P.R.I. Cumpra-se.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS FILHO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 7004142-13.2022.8.22.0019
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: ANTONIO FREIRE DO NASCIMENTO
ADVOGADO DO AUTOR: GUSTAVO SILVERIO DA FONSECA, OAB nº ES16982
Polo Ativo: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADOS DO REU: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
SENTENÇA
1. Relatório
Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais, ajuizada por ANTONIO FREIRE DO NASCIMENTO em desfavor de AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., todos qualificados nos autos em epígrafe, na qual pleiteia a reparação em danos materiais e morais.
Narra, em síntese que comprou passagem aérea junto a requerida, tendo como data de partida o dia 02/07/2022 às 18h50min, com trajeto de Goiânia/GO para Porto Velho/RO com conexão em São Paulo/SP, com previsão de chegada à 01h05min. Alega que o voo entre São Paulo e Porto Velho, planejado para decolagem às 22h40min, foi cancelado de forma unilateral e sem qualquer justificativa. Com isso, a passagem do requerente teria sido remarcada para as 23h05min, adicionando uma nova conexão em Cuiabá, com chegada apenas às 13h05min, totalizando um atraso superior a 12 horas em relação ao horário original de chegada. Requer indenização por danos materiais e morais. Juntou documentos.
Citada, a parte requerida apresentou contestação no ID 87521628, alegando preliminar de prevalência do Código Brasileiro de Aeronáutica em detrimento do Código de Defesa do Consumidor e de ilegitimidade passiva. No mérito, afirma não haver falha na prestação dos serviços, uma vez que o cancelamento do voo se deu em razão readequação da malha aérea, e que o requerente teria sido informado das alterações com antecedência. Pugnou pelo julgamento improcedente da ação.
Réplica ao ID 89485610.
Intimadas para a produção de provas (ID 91072521), as partes pugnaram pelo julgamento antecipado do feito (ID 91173287 e 91259665).
Nestas condições me vieram conclusos os autos.
É o relatório. Decido.
2. Fundamentação
a) Das Preliminares
Aplicação do Código Brasileiro de Aeronáutica
Pugna o requerido pela aplicação do Código Brasileiro de Aeronáutica em detrimento do Código de Defesa do Consumidor, sob a alegação de que ações que versem sobre transporte aéreo deveriam ser analisadas à luz da Convenção de Montreal ou na Lei n. 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), por se tratar de legislação especial.
Entretanto, em se tratando de questões que versem sobre a responsabilidade civil de companhias aéreas em decorrência da má prestação de serviços, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento jurisprudencial de que, após a entrada em vigor do Código de Defesa do Consumidor, a matéria se subordina a este, e não mais é regulada pela Convenção de Varsóvia e suas posteriores modificações (Convenção de Haia e Convenção de Montreal) ou pelo Código Brasileiro de Aeronáutica. Nesse sentido:
CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRANSPORTE AÉREO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. (1) RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. (2) VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO INEXISTENTE. PRETENSÃO DE CONFERIR CARÁTER INFRINGENTE AO RECURSO ACLARATÓRIO. (3) CONVENÇÕES INTERNACIONAIS. INAPLICABILIDADE. PREVALÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PRECEDENTES. RESPONSABILIDADE DA RÉ CONFIGURADA. (4) DEVER DE INDENIZAR RECONHECIDO. (5) QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO COM RAZOABILIDADE. (6) HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE ATENDEM AOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO ART. 20, § 3º, DO CPC. REFORMA DO JULGADO. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DESTA CORTE. 1. As disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. 2. Inexiste violação do art. 535 do CPC quando o Tribunal a quo se manifesta clara e fundamentadamente acerca dos pontos indispensáveis para o desate da controvérsia, sendo desnecessário rebater uma a uma as razões suscitadas pelas partes. 3. A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de que a responsabilidade civil das companhias aéreas em decorrência da má prestação de serviços após a entrada em vigor da Lei nº 8.078/90 não é mais regulada pela Convenção de Varsóvia e suas posteriores modificações (Convenção de Haia e Convenção de Montreal) ou pelo Código Brasileiro de Aeronáutica, subordinando-se ao Código de Defesa do Consumidor. 4. O Tribunal local, soberano na análise do acervo fático-probatório dos autos, reconheceu o dever de a companhia aérea indenizar seu cliente ante a má prestação de serviços, com base nas provas dos autos. A reforma de tal entendimento atrai o óbice da Súmula nº 7 do STJ. 5. O valor da indenização fixada em R$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo Tribunal local não destoa dos aceitos por esta Corte para casos semelhantes, devendo ser mantido conforme fixado, porquanto atende ao caráter pedagógico da medida, sem, contudo, ensejar o enriquecimento ilícito da parte. 6. Ressalvadas as hipóteses de valores irrisórios ou exorbitantes, investigar os motivos que firmaram a convicção do magistrado na fixação dos honorários bem como promover a sua modificação, quer para majorá-los quer para reduzi-los, demanda o reexame do substrato fático dos autos, o que é defeso ao STJ em face do teor da Súmula 7/STJ (AgRg no REsp 953.900/PR, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, DJe 27/4/10). 7. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no AREsp: 607388 RJ 2014/0290262-3, Relator: Ministro MOURA RIBEIRO, Data de Julgamento: 16/06/2016, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/06/2016)
Ante o exposto, REJEITO a preliminar suscitada.
Ilegitimidade passiva
Afirma o requerido ser parte ilegítima para figurar no polo passivo, uma vez que os requeridos teriam adquirido as passagens mediante agência de viagens, não tendo firmado contrato de compra e venda diretamente com a empresa Azul.

Entretanto, a agência de viagem se limita apenas a venda de passagens, sendo o cancelamento de voo ato exclusivo da companhia aérea. Assim, havendo falha no cumprimento do contrato de transporte aéreo, não há que se falar em responsabilidade da agência de viagem ou turismo, recaindo o ônus exclusivamente sobre a companhia aérea. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRANSPORTE AÉREO. INEXECUÇÃO DO SERVIÇO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. AGÊNCIA DE TURISMO. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM RECONHECIDA. 1. A jurisprudência deste Tribunal admite a responsabilidade solidária das agências de turismo apenas na comercialização de pacotes de viagens. 2. No caso, o serviço prestado pela agência de turismo foi exclusivamente a venda de passagens aéreas, circunstância que afasta a sua responsabilidade pelo efetivo cumprimento do contrato de transporte aéreo e autoriza o reconhecimento da sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da ação indenizatória decorrente de cancelamento de voo. 3. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp: 1453920 CE 2012/0117453-8, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 09/12/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/12/2014).

Pelos motivos acima, REJEITO a preliminar.

b) Do julgamento antecipado

O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz diligências para a produção de novas provas.

Ademais, o Excelso Supremo Tribunal Federal já de há muito se posicionou no sentido de que a necessidade de produção de prova em audiência há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado da lide implique em cerceamento de defesa. A antecipação é legítima se os aspectos decisivos da causa estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do magistrado [(RTJ 115/789) (STF-RESP- 101171 - Relator : Ministro Francisco Rezek)].

A esse respeito, confira-se:

“O propósito de produção de provas não obsta ao julgamento antecipado da lide, se os aspectos decisivos da causa se mostram suficientes para embasar o convencimento do magistrado” (Supremo Tribunal Federal RE96725 RS - Relator: Ministro Rafael Mayer)

As provas produzidas nos autos não necessitam de outras para o justo deslinde da questão, nem deixam margem de dúvida. Por outro lado, “o julgamento antecipado da lide, por si só, não caracteriza cerceamento de defesa, já que cabe ao magistrado apreciar livremente as provas dos autos, indeferindo aquelas que considere inúteis ou meramente protelatórias” (STJ.- 3ª Turma, Resp 251.038/SP, j. 18.02.2003 , Rel. Min. Castro Filho).

c) Do mérito

A responsabilidade civil das companhias aéreas em virtude da má prestação de serviços, inclusive em casos de atrasos de voos e cancelamentos, subordina-se ao Código de Defesa do Consumidor, acarretando responsabilidade objetiva do transportador.

A propósito:

Apelação cível. Transporte aéreo. Cancelamento de voo. Condições climáticas. Não comprovado. Danos morais. Configuração. Responsabilidade objetiva da companhia aérea. Quantum indenizatório. Manutenção. Recurso desprovido. As empresas de transporte aéreo devem responder pelos defeitos na prestação dos serviços, pois embora o cancelamento do voo tenha se dado em razão de condições climáticas desfavoráveis, deixou o consumidor amargar horas além do horário previsto para o embarque, quedando-se inerte em prestar informações corretas e precisas. Mantém-se o valor da indenização a título de danos morais quando fixado com razoabilidade e proporcional ao dano experimentado.(TJ-RO - AC: 70428661420208220001 RO 7042866-14.2020.822.0001, Data de Julgamento: 15/10/2021)

Nesse passo, deve-se destacar que a responsabilidade do fornecedor pelos danos causados ao consumidor, independe de culpa e somente pode ser afastada caso aquele comprove a inexistência de defeito no serviço ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro. É o que dispõe o art. 14 do CDC:

Art. 14 O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

[...]

§ 3º. O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Ademais, cumpre salientar que incide ao caso a inversão do ônus da prova, diante da constatação de hipossuficiência do consumidor, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC, de modo que, efetivamente, incumbia a parte ré a obrigação de comprovar eventual excludente de sua responsabilidade, o que não ocorreu.

No caso dos autos, não há dúvida acerca da má prestação do serviço pela empresa de transporte. De fato, confessou que houve o cancelamento do voo, devido de readequação da malha aérea no dia 18/05/2022, 45 dias antes do embarque, e alega que o requerente teria sido notificado por e-mail da alteração do voo. Entretanto, não fez prova de que houve notificação antecedente e eficaz do requerente em relação à readequação da malha viária, limitando-se a juntar prints de telas de sistemas internos da requerida, sem condão probatório. É cediço que, no âmbito do processo civil, cabe ao réu comprovar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 373, inciso I, CPC). Analisando o contexto dos autos, verifico que a empresa requerida não se desincumbiu do ônus probatório que lhe incumbia, de modo que a procedência dos pedidos autorais é medida que se impõe.

Assim, irretorquível os transtornos causados a parte autora, com a modificação da sua rotina e planos, diante do cancelamento injustificado do voo contratado. A propósito, confira-se:

CONSUMIDOR. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO DE VÔO. DANO MORAL. CONFIGURADO. REVISÃO DO VALOR DA CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. QUANTUM RAZOÁVEL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 83/STJ. PRECEDENTES 1. Em virtude de cancelamento de vôo em contrato de transporte aéreo, fica configurado o dano moral merecedor de reparação econômica. 2. Mostra-se razoável a fixação em R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) para reparação do dano moral pelo ato ilícito configurado, consideradas as circunstâncias do caso e as condições econômicas das partes. 3. Este Sodalício Superior altera o valor indenizatório por dano moral apenas nos casos em que o valor arbitrado pelo acórdão recorrido for irrisório ou exorbitante, situação que não se faz presente. 4. A empresa aérea não apresentou argumento novo capaz de modificar a conclusão alvitrada, que se apoiou em entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça. Incidência da Súmula nº 83 do STJ. 5. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no AREsp: 584804 SP 2014/0240489-2, Relator:

Ministro MOURA RIBEIRO, Data de Julgamento: 18/11/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/11/2014)

No mesmo sentido, colhe-se da jurisprudência:

"Ação de indenização por danos morais. Cancelamento de voo. Falha mecânica. O cancelamento do voo nacional acarretou transtornos ao passageiro com atraso de quase treze horas para chegar ao destino final. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Prestação de serviços inadequada importando em responsabilidade objetiva da companhia aérea (art. 14, do CDC). Autor adquiriu passagem aérea de Manaus/Brasília e teve o voo cancelado por alegado problema técnico. Falha na prestação de serviço. Fortuito interno. Fato inerente ao próprio risco da atividade empresarial do transporte aéreo. Inocorrência de caso fortuito ou força maior a excluir a responsabilidade civil da transportadora. Dano moral evidenciado na hipótese. Indenização arbitrada em consonância com os critérios da razoabilidade e proporcionalidade. Sentença mantida. Recurso negado." (TJSP, 13ª Câm. Dir.Privado, Apel. 1017994-88.2018.8.26.0003, rel. Des. Francisco Giaquinto, julg. 12.03.2019).

Recurso Inominado. Consumidor. Contrato de Transporte Aéreo. Alteração da Malha Aérea. Excludente não Configurada. Danos Morais Configurados. Indenização Devida. Quantum Compensatório. Redução. Adequação a Proporcionalidade e Razoabilidade. 1 - O atraso injustificado do voo previamente contratado pelo consumidor é capaz de gerar dano moral. 2 - A mera alegação de readequação na malha aérea não afasta a responsabilidade da empresa. 3 - A fixação do quantum da indenização por danos morais deve levar em consideração os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) o mais adequado para reparar os abalos suportados pelo consumidor. (TJ-RO - RI: 70048979620198220001 RO 7004897-96.2019.822.0001, Data de Julgamento: 08/08/2019)

O Superior Tribunal de Justiça assentou o entendimento de que o dano moral por atraso e/ou cancelamento de voo possui natureza in re ipsa, isto é, decorre do próprio fato, dispensando-se comprovação a existência do dano. Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE NÃO VERIFICADAS. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO INDENIZATÓRIA. COMPANHIA AÉREA. CONTRATO DE TRANSPORTE. OBRIGAÇÃO DE RESULTADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS. ATRASO DE VOO. PASSAGEIRO DESAMPARADO. PERNOITE NO AEROPORTO. ABALO PSÍQUICO. CONFIGURAÇÃO. CAOS AÉREO. FORTUITO INTERNO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. 1. A postergação da viagem superior a quatro horas constitui falha no serviço de transporte aéreo contratado e gera o direito à devida assistência material e informacional ao consumidor lesado, independentemente da causa originária do atraso. 2. O dano moral decorrente de atraso de voo prescinde de prova e a responsabilidade de seu causador opera-se in re ipsa em virtude do desconforto, da aflição e dos transtornos suportados pelo passageiro. 3. Ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada. 4. Embargos de declaração rejeitados. (STJ - EDcl no REsp: 1280372 SP 2011/0193563-5, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 19/03/2015, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 31/03/2015)

O entendimento é corroborado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme julgado que abaixo se colaciona:

Responsabilidade civil. Transporte aéreo. Cancelamento de voo. Ajuste na malha aérea. Danos morais configurados. Sucumbência mínima. Súmula 326 STJ. Recurso parcialmente provido. Contratempos e percalços enfrentados pelo consumidor em decorrência de cancelamento de voo constituem hipóteses de dano moral in re ipsa, isto é, inerente ao próprio fato. Mantém-se o quantum indenizatório fixado quando não se revela exacerbado e desproporcional ao caso. Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca (Súmula 326 STJ). (TJ-RO - AC: 70093287620198220001 RO 7009328-76.2019.822.0001, Data de Julgamento: 30/09/2020)

No que tange ao quantum indenizatório, a jurisprudência tem entendido que deve ser fixado um valor que sirva de alento para a vítima e, ao mesmo tempo, de desestímulo ao infrator, para que este não volte a incorrer na mesma conduta. Não deve ser irrisória a ponto de não cumprir o seu caráter punitivo pedagógico, nem excessiva aponto de caracterizar enriquecimento sem causa. Assim, como não foi provada a extensão do dano, tenho por satisfatória a fixação de indenização no importe de R$ 5.000,00 a título de dano moral.

3. Dispositivo

Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos aduzidos por ANTONIO FREIRE DO NASCIMENTO em desfavor de AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., para CONDENAR a requerida ao pagamento do valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de indenização por danos morais, com incidência de correção monetária partir do arbitramento (Súmula 362 do STJ) e juros a partir do evento danoso (art. 398 do CC e Súmula 54 do STJ), bem como CONDENAR a requerida ao ressarcimento das despesas com a compra de novas passagens suportadas pelos autores, bem como a devolução do valor das passagens compradas e não utilizadas em virtude do cancelamento do voo.

Via de consequência, EXTINGO o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I do CPC.

CONDENO a requerida ao pagamento de custas e honorários sucumbenciais, os quais arbitro em 10% sobre o valor da condenação.

Após o trânsito em julgado, nada sendo requerido, arquivem-se os autos.

Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023

José de Oliveira Barros Filho

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste Número do processo: 0001936-68.2010.8.22.0019
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia, Estado de Rondônia, OLIVAL RODRIGUES GONCALVES FILHO, MARLUCIA CHIANCA DE MORAIS
ADVOGADOS DOS EXEQUENTES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: ROCHAEL BORGES PIRES, FRANCISCO DAS CHAGAS LEITE RIBEIRO
ADVOGADO DOS EXECUTADOS: LUCIANO DOUGLAS RIBEIRO DOS SANTOS SILVA, OAB nº RO3091
DECISÃO
Vistos, etc.
No âmbito do julgamento do Tema de Repercussão Geral n° 1199, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que a norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa - é irretroativa, em virtude do art 5°, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada, nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes.
Compulsando os autos, verifico que a a certificação do trânsito em julgado da sentença condenatória na data de 16/06/2020 (ID. 58754606, fl. 34), ou seja, a coisa julgada já havia sido perfectibilizada antes mesmo da superveniência da lei mais benéfica, evidenciando a impossibilidade de retroação em benefício do executado.
Ante todo o exposto, REJEITO a questão de ordem apresentada ao ID. 73481929 pelo executado Francisco das Chagas Leite Ribeiro, consubtanciada na retroatividade e a aplicabilidade imeditada da Lei n° 14.230/2021.
No mais, REMETAM-SE os autos à Contadoria Judicial para elaboração dos cálculos, conforme já determinado ao ID. 61810842.
Intime-se.
Cumpra-se.
Pratique-se o necessário.
Machadinho D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7004403-12.2021.8.22.0019
AUTOR: SICOOB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA, QUADRA CRS 513 BLOCO A Lojas 05 e 06 ASA SUL - 70380-510 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO DO AUTOR: PEDRO ROBERTO ROMAO, OAB nº AM209551
REU: VALDILENE KOELHERT DE LIMA, RUA BELÉM 3284 UNIÃO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de apelação interposta contra a Sentença (ID. 88356391) na qual foi extinto o processo sem resolução do mérito com fundamento no art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil.
A apelante requer que se exerça o juízo de retratação, conforme possibilita o art. 485, § 7o, do Código de Processo Civil.
§ 7º Interposta a apelação em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terá 5 (cinco) dias para retratar-se.
Nessas condições, vieram-me conclusos. Decido.
A apelante de fato não foi intimada pessoalmente para dar andamento válido ao feito, conforme determina o § 1º, do art. 485, do CPC, de forma que perfeitamente possível a continuidade do processo mediante juízo de retratação, conforme possibilita a norma transcrita.
A retratação não causa qualquer prejuízo à ré, ora apelada, inclusive porque a mesma até o momento não foi sequer citada.
Lembro que o Código de Processo Civil consagra o princípio da cooperação entre as partes:
Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
Ao exposto, com fundamento no art. 485, § 7o, do Código de Processo Civil, exerço o juízo de retratação, ficando sem efeito a sentença na qual foi extinto o processo sem resolução do mérito.
Orientações à CPE:
1 - Intimem-se e aguarde-se o decurso do prazo para recurso contra essa decisão.
2 - Decorrido, intime-se a parte autora para dar andamento válido ao feito, no prazo de 15 (quinze) dias.
3 - Por fim, façam os autos conclusos para deliberação.

Intime-se. Cumpra-se.
Pratique-se o necessário.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Processo n. 7000269-10.2019.8.22.0019
REQUERENTE: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REQUERIDO: DANIEL PINTO DA SILVA, AV. ACIR JOSÉ DAMASCENO 4523 - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: RODRIGO REIS RIBEIRO, OAB nº RO1659A
DECISÃO
Vistos.
O Ministério Público manifestou-se pugnando pela expedição de ofício ao IBAMA e à SEDAM, com o fim de verificar se foi encaminhado algum Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD) em nome do executado (ID. 93268975).
Pois bem.
Considerando a Sentença proferida neste feito, assim como o decurso do prazo sem a manifestação da parte executada, informando o cumprimento da obrigação, tem-se por necessário o encaminhamento dos ofícios requeridos pelo Parquet, tendo em conta que trata-se de informação necessária ao deslinde do feito.
Deste modo, DEFIRO O PEDIDO ministerial retro, ficando à CPE, desde já, encarregada de proceder da seguinte forma:
1 – EXPEDIR ofício para o IBAMA e para a SEDAM, requisitando informações quanto a eventual pedido de aprovação de PRADA em nome da parte executada, qual seja: DANIEL PINTO DA SILVA;
1.1 – Concedo o prazo de 30 (trinta) dias para resposta;
2 – Deverá o processo aguardar na CPE até que sobrevenha resposta;
3 – Com o retorno dos ofícios e suas respostas, intime-se o Ministério Público, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, manifeste-se;
4 – Por fim, adotadas todas as providências acima detalhadas, retornem os autos para deliberação do juízo.
Intime-se. Cumpra-se.
Pratique o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIA.
Machadinho D´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Machadinho do Oeste - 1º Juízo Número do processo: 7000436-85.2023.8.22.0019
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Polo Ativo: AUTOR: Banco Bradesco Financiamentos S.A, - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA, OAB nº AL6557, BRADESCO
Polo Passivo: REU: MARCOS JOHNNY GOMES VAZ, RUA RECIFE 2500 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
HOMOLOGO por sentença o pedido de desistência manifestado pela parte requerente (ID. 76577827) para os fins do art. 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil.
Em consequência, com fundamento no art. 485, VIII, do mesmo diploma legal, JULGO EXTINTA sem resolução do mérito, a presente ação.
Considerando que o feito foi extinto pela vontade do interessado, tenho que ocorreu a desistência tácita do prazo recursal (art. 1.000, parágrafo único, do CPC).
Sem custas ante o art. 8, inc. III, Lei 3.896/2016 - Regimento de Custas TJRO.
Se não houver pendências, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.
Cumpra-se. Pratique o necessário.
P.R.I.
Machadinho D'Oeste 17 de julho de 2023
José de Oliveira Barros Filho
Juiz de Direito

2ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Machadinho do Oeste - 2º Juízo Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000,(69) Processo nº : 7000194-29.2023.8.22.0019
Requerente: REQUERENTE: LUCIANA DA SILVA DE PAULA Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: BRUNA LETICIA GALIOTTO - RO10897
Requerido(a): REQUERIDO: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA - MG108112
INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: NUCOMED - SALA 01 Data: 01/09/2023 Hora: 12:00, a ser realizada por VIDEOCONFERÊNCA pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, via whatsapp ou hangouts meet. Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
Fone/WhatsApp: (69) 3581-3719
e-mail cejuscmdo@tjro.jus.br
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG);
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Machadinho D'Oeste, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000,(69)
Processo nº: 7004730-54.2021.8.22.0019.
REQUERENTE: ANA PAULA CARLOS SANTOS REYES.
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A.
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERIDA
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Machadinho D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Machadinho do Oeste - 2º Juízo Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000,(69) Processo nº : 7001553-14.2023.8.22.0019 Requerente: AUTOR: MONTEIRO & SARTORI LTDA - EPP Advogado: Advogados do(a) AUTOR: FLAVIO ANTONIO RAMOS - RO0004564A, REGINALDO FERREIRA DOS SANTOS - RO5947, RONALDO DE OLIVEIRA COUTO - RO2761
Requerido(a): REU: JULIANA DOS ANJOS MACHADO Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: NUCOMED - SALA 01 Data: 01/09/2023 Hora: 09:30 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG);
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório,

deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Machadinho D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000,(69)
Processo nº: 7002453-65.2021.8.22.0019.
REQUERENTE: REGIANE DOS SANTOS SILVA.
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogados do(a) REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO5546, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERIDA
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, acerca da indisponibilidade de seus ativos financeiros realizada e, querendo, para se manifestar em 5 dias úteis, nos termos do art. §3°, do art. 854, do CPC.
Machadinho D'Oeste, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Machadinho do Oeste - 2º Juízo Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000,(69) Processo nº : 7002672-44.2022.8.22.0019
Requerente: REQUERENTE: CLAUDIO ALVES DOS SANTOS Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: ELIANE PAULA DE SOUZA ARAUJO - RO8754
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664
INTIMAÇÃO DAS PARTES
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestarem acerca do retorno dos autos da Turma Recursal.
Machadinho D'Oeste, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - ro - cep 76868-000, Fone: (69) 3309-8622, e-mail mdo1criminal@tjro.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO
RÉU/DENUNCIADO: EDILSON RIBEIRO DA SILVA - CPF: 000.855.122-73 (REQUERIDO)
filho de Dejanira Ferreira da Silva, nascido em 15/01/1978, atualmente em lugar incerto ou não sabido.
Processo : 7002660-93.2023.8.22.0019
Classe : MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA) - CRIMINAL (1268)
Autor : Ministério Público do Estado de Rondônia e outros
Requerido : EDILSON RIBEIRO DA SILVA
Finalidade: INTIMAR o requerido, acima qualificado, dos termos da Decisão que concedeu medidas protetivas em favor de ROSILENE SERAFIM RODRIGUES.
DECISÃO: "[…] Vistos.
Rosilene Serafim Rodrigues, qualificada nos autos, requer a fixação de medidas protetivas ao argumento de que teme pela ofensa à sua integridade física, moral e psicológica, sendo que compareceu perante a autoridade policial nesta data, declarando que seu ex companheiro/esposo Edilson Ribeiro da Silva, não aceita o fim do relacionamento e fica lhe ameaçando.
A vítima pretende que lhe sejam concedidas as medidas protetivas determinando que o requerido seja afastado e proibido de qualquer aproximação da requerente pela distância mínima a ser fixada e proibido de manter contato com ela.
Relatei. Decido.
O artigo 33 da Lei 11.340/2006 dispõe: "Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher [...]".
A rigor, consoante dispõe o art. 7º da lei n. 11.340/2006, constituem formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e

limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; [...]V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. Vale registrar também que, nos crimes cometidos no âmbito familiar, já que comumente ocorrem sem a presença de testemunhas, a palavra da vítima tem especial relevância. Deveras, em crimes de violência doméstica a palavra da vítima deve ser considerada como de maior peso diante do modo e do meio em que se desenvolvem os fatos, em regra, distante de testemunhas.
Diante ao exposto, nos termos do art. 18, I; art. 19 e art. 22 todos da Lei n. 11.340/2006, evidenciada, em Juízo de cognição sumária, a prática de violência doméstica e familiar contra mulher, com indícios de materialidade e autoria e, para salvaguardar a integridade física da ofendida, fixo medidas protetivas, PELO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, nos seguintes termos:
1- Determino que o requerido fique proibido de se aproximar da ofendida no limite mínimo de 200(duzentos) metros de distância, ou ainda manter contato com a mesma por qualquer meio de comunicação;
2- Não poderá o Requerido frequentar lugares que a ofendida tenha que necessariamente frequentar, tais como: trabalho, escola e outros, a fim de que a integridade física e psicológica da mesma seja preservada.
3- Seja AFASTADO da residência em que convive com a vítima, devendo o Sr. Oficial de Justiça acompanhá-lo para retirar os seus pertences pessoais.
Intime-se o infrator, cientificando-o de que o descumprimento das medidas protetivas de urgência ensejará o cometimento de crime disciplinado no artigo 24-A, da Lei 11.340/2006, sem prejuízo de outras sanções cabíveis ao caso, inclusive ser preso, para garantir a integridade física e moral da vítima e seus familiares.
Notifique-se a ofendida (art. 21, Lei 11.340/2006), por e-mail, whattsapp, ou outro meio eletrônico disponível.
Oficie-se à SEMTAS (Creas) para as providências cabíveis.
Cumpra-se.
Após a efetiva intimação do requerido determino o arquivamento destes autos, entretanto, vindo informação de descumprimento da medida no prazo acima mencionado, voltem os autos conclusos.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO/TERMO DE COMPROMISSO, DEVENDO O OFICIAL DE JUSTIÇA CUMPRIR O MANDADO NO PLANTÃO, por meio eletrônico, inclusive.
Caso necessário o cumprimento pessoal do mandado, o Oficial de Justiça fica, desde já, autorizado a ingressar no domicílio da vítima ou do infrator, a qualquer hora do dia, para cumprir o presente mandado, podendo, em caso de última necessidade, solicitar apoio policial para seu fiel cumprimento."
Machadinho do Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000,(69)
Processo nº : 7000566-46.2021.8.22.0019 Requerente: REQUERENTE: OZELI GONCALVES DE SOUSA ABREU Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO GONCALVES DOS SANTOS - RO5471
Requerido(a): REQUERIDO: BANCO BMG S.A. Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE23255
INTIMAÇÃO À PARTE
OZELI GONCALVES DE SOUSA ABREU
Linha Travessão C-70, S/N, S/N, Linha Travessão C-70, S/N, Vale do Anari - RO - CEP: 76867-000
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, querendo, apresentar manifestação NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, quanto à impugnação/embargos a execução/cumprimento de sentença.
Machadinho D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000,(69)
Processo nº : 7001680-49.2023.8.22.0019 Requerente: AUTOR: FRANCISCO FERNANDES FILHO Advogado: Advogado do(a) AUTOR: PAULA CLAUDIA OLIVEIRA SANTOS VASCONCELOS - RO0007796A
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Machadinho D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000,(69)
Processo nº : 7004174-18.2022.8.22.0019 Requerente: REQUERENTE: APARECIDA MELHO DA PENHA Advogado: Advogado do(a)

REQUERENTE: MARCIA CRISTINA QUADROS DUARTE - RO0005036A
Requerido(a): REQUERIDO: HUGHES TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: CAROLINA DE ROSSO AFONSO - SP0195972A
Intimação À PARTE RECORRIDA
APARECIDA MELHO DA PENHA
Linha C 05, KM 52, Lote 98, Cedro Jequitibá, Zona Rural, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Machadinho D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000,(69)
Processo nº : 7000470-94.2022.8.22.0019 Requerente: REQUERENTE: SIDNEY GONCALVES Advogado: Advogados do(a) REQUERENTE: JURACI ALVES DOS SANTOS - RO10517, LETICIA VITORIA SANTOS DANTAS - RO12069, PEDRO RODRIGUES DE SOUZA - RO10519, THIAGO APARECIDO MENDES ANDRADE - RO9033
Requerido(a): REQUERIDO: BANCO BMG S.A. Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE23255
INTIMAÇÃO À PARTE
SIDNEY GONCALVES
GB 02, S/N, lote 154, Linha MP 17, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, querendo, apresentar manifestação NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, quanto à impugnação/embargos a execução/cumprimento de sentença.
Machadinho D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76868-000, Machadinho D'Oeste
Número do processo: 2000140-56.2020.8.22.0019
Classe: Termo Circunstanciado
Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polo Passivo: SIDNEIA SILVA DA CUNHA
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: CASSIA FRANCIELE DOS SANTOS, OAB nº RO9503A
Vistos.
Intime-se a Defesa para que, no prazo de 30 dias, comprove a homologação do PRADA, pelo órgão competente.
Havendo resposta, vista ao Ministério Público.
Cumpra-se.
Machadinho D´Oeste/RO, 14 de julho de 2023.
Decyo Allyson Sarmento Ferreira
Juiz de Direito

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Endereço: Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Autos nº : 7002622-18.2022.8.22.0019
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Infrator(a): FERNANDO DI CARLO DIAS
Advogado do(a) REU: DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES - RO2433
Intimação DAS PARTES - DJE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a apresentar alegações finais no prazo legal.
Como acessar a audiência por videoconferência:
1. Caso não tenha o aplicativo Google Meet baixado no celular/notebook deverá baixá-lo (segue um link com passo a passo de como fazer https://www.youtube.com/watch?v=RY5OFw1W3_4&feature=youtu.be);
2. Deverá no dia e horário agendados acessar o link acima descrito para participar da audiência;
3. Deverá ter a cautela de manter o equipamento utilizado para acesso com baterias carregadas;
4. Em caso de impossibilidade de participação, isso deverá ser informado com antecedência ou até o momento do início da audiência.
5. Caso a parte tenha dúvidas de como acessar poderá buscar esclarecimentos por intermédio do contato/fone: (69) 3309 8622 – WhatsApp.
6. Caso no dia da audiência o distanciamento social já tenha se encerrado, a audiência será realizada de forma presencial no Fórum da Comarca.
Machadinho D'Oeste, 17 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Endereço: Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Autos nº : 2000163-02.2020.8.22.0019
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Infrator(a): JANILTON TAVARES DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR DO FATO: MICHELLE CORREIA DA SILVA - RO9333
Intimação DAS PARTES - DJE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a),a fim de que realize a juntada do protocolo de plano de recuperação da área degradada, pelo orgão da SEDAM, conforme transação penal ofertada, no prazo de 10 (dez) dias.
Machadinho D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Machadinho do Oeste - 2º Juízo Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000,(69) Processo nº : 7001574-87.2023.8.22.0019 Requerente: AUTOR: MONTEIRO & SARTORI LTDA - EPP Advogado: Advogados do(a) AUTOR: FLAVIO ANTONIO RAMOS - RO0004564A, REGINALDO FERREIRA DOS SANTOS - RO5947, RONALDO DE OLIVEIRA COUTO - RO2761
Requerido(a): REU: RODRIGO DE AZEVEDO Advogado: INTIMAÇÃO AO REQUERENTE
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a informar endereço para citação do réu, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, eis que o endereço informado na petição é o mesmo do ar negativo juntado aos autos.
Machadinho D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000,(69)
Processo nº : 7001368-73.2023.8.22.0019 Requerente: AUTOR: LAERCIO ANESIO Advogado: Advogado do(a) AUTOR: PEDRO RIOLA DOS SANTOS JUNIOR - RO2640-A
Requerido(a): REU: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE23255
Intimação À PARTE RECORRIDA
LAERCIO ANESIO
Liha C-60 KM 01, Chácara, Zona Rural, Vale do Anari - RO - CEP: 76867-000
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Machadinho D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000,(69)
Processo nº : 7001914-02.2021.8.22.0019 Requerente: REQUERENTE: ELIAS NASCIMENTO DE ALMEIDA Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO GONCALVES DOS SANTOS - RO5471
Requerido(a): REQUERIDO: BANCO BMG S.A. Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA - MG108112
INTIMAÇÃO À PARTE
ELIAS NASCIMENTO DE ALMEIDA
RUA DOS PIONEIROS, 3191, 5 BEC, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, querendo, apresentar manifestação NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, quanto à impugnação/embargos a execução/cumprimento de sentença.
Machadinho D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000,(69)
Processo nº : 7002141-21.2023.8.22.0019 Requerente: AUTOR: CLEIDE VIDAL DE AGUIAR Advogado: Advogado do(a) AUTOR: BRUNA LETICIA GALIOTTO - RO10897
Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação À PARTE REQUERENTE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte requerente intimada a apresentar impugnação à contestação (RÉPLICA) e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 15 dias.
Machadinho D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000,(69)
Processo nº : 7000561-24.2021.8.22.0019 Requerente: REQUERENTE: APARECIDA DE FATIMA RIZZO NUNES Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO GONCALVES DOS SANTOS - RO5471
Requerido(a): REQUERIDO: BANCO BMG S.A. Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE23255
INTIMAÇÃO À PARTE
APARECIDA DE FATIMA RIZZO NUNES
RUA TIRADENTES, 4954, CENTRO, Vale do Anari - RO - CEP: 76867-000
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, querendo, apresentar manifestação NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, quanto à impugnação/embargos a execução/cumprimento de sentença.
Machadinho D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Machadinho do Oeste - 2º Juízo Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000,(69) Processo nº : 7001583-49.2023.8.22.0019 Requerente: AUTOR: MONTEIRO & SARTORI LTDA - EPP Advogado: Advogados do(a) AUTOR: FLAVIO ANTONIO RAMOS - RO0004564A, REGINALDO FERREIRA DOS SANTOS - RO5947, RONALDO DE OLIVEIRA COUTO - RO2761
Requerido(a): REU: CARLOS LOPES DA FONSECA Advogado: INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: NUCOMED - SALA 01 Data: 05/09/2023 Hora: 08:00, a ser realizada por VIDEOCONFERÊNCA pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, via whatsapp ou hangouts meet. Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
Fone/WhatsApp: (69) 3581-3719
e-mail cejuscmdo@tjro.jus.br
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do Poder Judiciário; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de

ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Machadinho D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000,(69)
Processo nº : 7002233-96.2023.8.22.0019 Requerente: AUTOR: CARLOS ROBERTO SANTANA Advogado: Advogados do(a) AUTOR: HALMERIO JOAQUIM CARNEIRO BRITO BANDEIRA DE MELO - RO770, THALES ANTUNES BANDEIRA DE MELO - RO11724
Requerido(a): REU: EGONCRED - SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA. Advogado: Advogado do(a) REU: EVELYSE DAYANE STELMATCHUK - PR100778
Intimação À PARTE REQUERENTE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte requerente intimada a apresentar impugnação à contestação (RÉPLICA) e indicar as provas que pretende produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra, no prazo de 15 dias.
Machadinho D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Machadinho do Oeste - 2º Juízo
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000,(69)
Processo nº : 7001372-47.2022.8.22.0019 Requerente: REQUERENTE: NELSON LORBIESKI Advogado: Advogado do(a) REQUERENTE: SERGIO FERNANDO CESAR - RO7449
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
INTIMAÇÃO À PARTE
NELSON LORBIESKI
Linha MP3 1101, KM46, Lote 01, lote 1, ZONA RUAL, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria INTIMADA a, querendo, apresentar manifestação NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, quanto à impugnação/embargos a execução/cumprimento de sentença.
Machadinho D'Oeste, 17 de julho de 2023.

COMARCA DE NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1491, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br, Setor 003, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76958-000
Processo : 7001479-25.2021.8.22.0020
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: WADISON FARLAN MOREIRA DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS - RO5822
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Fica a parte autora, por meio de seu advogado, no prazo de 05 dias, intimada para comprovar o levantamento do alvará.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1491, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br, Setor 003, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76958-000
Processo : 7001233-92.2022.8.22.0020
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: PAMELA CRISTINA MESSIAS NASCIMENTO
Advogado do(a) REQUERENTE: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS - RO5822
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Fica a parte autora, por meio de seu advogado, no prazo de 05 dias, intimada para comprovar o levantamento do alvará.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1491, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br, Setor 003, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76958-000
Processo : 7001129-03.2022.8.22.0020
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: DEYVANIR PIRES MARQUES
Advogado do(a) REQUERENTE: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS - RO5822
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Fica a parte autora, por meio de seu advogado, no prazo de 05 dias, intimada para comprovar o levantamento do alvará.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1491, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br, Setor 003, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76958-000
Processo : 7001480-10.2021.8.22.0020
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ENEIAS SANTANA DOS REIS
Advogado do(a) REQUERENTE: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS - RO5822
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Fica a parte autora, por meio de seu advogado, no prazo de 05 dias, intimada para comprovar o levantamento do alvará.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br Processo n.: 7001481-24.2023.8.22.0020
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Fornecimento de Energia Elétrica
AUTOR: LUIZ JOSE FERREIRA, LINHA 138 S/N ZONA RURAL - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: RENAN GONCALVES DE SOUSA, OAB nº RO10297
RUAN GOMES ARTIOLI, OAB nº RO10835L
REU: E. R. -. D. D. E. S., AC CENTRAL DE PORTO VELHO, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 234 CENTRO - 78900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa:R$ 13.699,41
DECISÃO
Trata-se de ação de declaratória de nulidade de ato administrativo c/c inexigibilidade de débito com pedido e dano morais, que a parte autora em sede de tutela urgência, requer seja determinado que a requerida se abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica em sua residência, bem como suspenda a inscrição do nome nos cadastros de proteção ao crédito.
Enfatiza, a requerente, que em março de 2023, recebeu uma fatura em valor muito além da sua média de consumo.
Aprecio o pedido liminar.

No caso vertente, em sede de cognição sumária, vê-se que a requerida cobrou em desfavor da requerente um débito de R$ 3.386,21(três mil trezentos e oitenta e seis reais e vinte e um centavos) e outra no valor de R$ 313,20 (trezentos e treze reais e vinte centavos) referente ao suposto gasto mensal, cuja a leitura da segunda fora realizada pela média anual.
Há que se ressaltar que o perigo da demora resta bem evidenciado no caso em comento, sendo corroborrado pela notificação de suspensão do fornecimento da energia elétrica nas faturas.
Nesse passo, subsistindo questionamento do valor cobrado referente as supostas diferenças vai muito além da média de consumo das faturas anteriores, vislumbro a presença da fumaça do bom direito.
Em principio, o corte, nas circunstâncias expostas na inicial, extrapola os limites da razoabilidade, e não pode ser utilizado como meio de compelir o consumidor ao pagamento de valor excessivo diante do histórico de consumo, e que passa agora a ser discutido judicialmente, conforme entendimento do STJ (REsp. 209652 ES 1999/0029864-0).
Ademais, o perigo da demora decorre dos notórios problemas que sucedem da ausência de energia elétrica em uma residência, eis que trata-se de serviço essencial.
Posto isso, DEFIRO o pedido liminar para DETERMINAR que a requerida, SUSPENDA qualquer determinação de corte de energia elétrica do imóvel do requerente, situado na Linha 138, S/N, Lado Norte, zona rural, Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, nesta comarca, desde que pagos mensalmente continuem a ser os valores cobrados nas faturas dos meses subsequentes, bem como suspenda a inscrição do nome do autor dos cadastros de proteção ao crédito referente as faturas discutidas nos autos, a saber, março 2023, nos valores de e R$ 3.386,21(três mil trezentos e oitenta e seis reais e vinte e um centavos) e outra no valor de R$ 313,20 (trezentos e treze reais e vinte centavos) respectivamente. Outrossim, em sede liminar, fica a requerida obrigada a efetuar a troca do medidor da residência do autor no prazo de 15 dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 300,00, até o limite de R$ 5.000,00.
De mais a mais, cumpre anotar ainda que a presente ação envolve relação de consumo, sendo o caso de aplicação da teoria finalista mitigada. Neste norte, observa-se ainda, que há verossimilhança das alegações, bem como hipossuficiência da parte autora diante da empresa requerida, por tais razões, inverto o ônus da prova, consoante o disposto no art. 6º, VIII do CDC.
A CEJUSC/CPE para que designe audiencia de conciliação.
A parte autora fica intimada para audiência por meio de seu causídico.
Cite-se e intime-se a parte ré para que compareça na audiência de conciliação designada, consignando-se a advertência de que a sua ausência implicará em revelia, aceitação dos fatos articulados na inicial como verídicos, e o julgamento imediato do processo, conforme art. 3º, VIII do Provimento Conjunto nº 001/ 2017 – TJ RO.
Outrossim, deverá a requerida ser informada que a contestação deverá ser apresentada até a audiência de conciliação, conforme art. 4º, IV, do Provimento Conjunto nº 001/2017 – TJRO.
Serve a presente como citação, intimação, ofício.
Pratique-se o necessário.
Nova Brasilândia d´Oeste, 16 de julho de 2023.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1491, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br, Setor 003, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76958-000
Processo : 7000195-11.2023.8.22.0020
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ROSA DE ALCANTARA LOURO
Advogado do(a) AUTOR: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS - RO5822
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa, ID 92925414.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1491, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br, Setor 003, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76958-000
Processo : 7000417-13.2022.8.22.0020
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: JAQUELINE DE OLIVEIRA GONCALVES
Advogado do(a) REQUERENTE: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS - RO5822
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO - AUTOR Fica a parte autora, por meio de seu advogado, no prazo de 05 dias, intimada para comprovar o levantamento do alvará.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1491, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br, Setor 003, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76958-000
Processo : 7000375-61.2022.8.22.0020
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: NIVALDO FERREIRA DOS SANTOS
Advogado do(a) REQUERENTE: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS - RO5822
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Fica a parte autora, por meio de seu advogado, no prazo de 05 dias, intimada para comprovar o levantamento do alvará.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1491, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br, Setor 003, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76958-000
Processo : 7003139-30.2016.8.22.0020
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ODILON BONFA
Advogado do(a) REQUERENTE: LIGIA VERONICA MARMITT - RO4195-A
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Finalidade: Intimação das partes, por intermédio de seu advogado/procuradoria, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias para o autor e de 10 (dez) dias para a autarquia requerida, acerca da regularidade dos dados informados nas requisições expedidas nos autos.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1491, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br, Setor 003, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76958-000
Processo : 7001291-61.2023.8.22.0020
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: MARILENE GONCALVES DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS - RO5822
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa, ID 93227626.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1491, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br, Setor 003, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76958-000
Processo : 7002593-96.2021.8.22.0020
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ROBERTO DONIZETI RODRIGUES
Advogado do(a) REQUERENTE: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS - RO5822
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Fica a parte autora, por meio de seu advogado, no prazo de 05 dias, intimada para comprovar o levantamento do alvará.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1491, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br, Setor 003, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76958-000
Processo : 7000405-96.2022.8.22.0020
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: MARILZA SILVA CORES
Advogado do(a) REQUERENTE: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS - RO5822
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Fica a parte autora, por meio de seu advogado, no prazo de 05 dias, intimada para comprovar o levantamento do alvará.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1491, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br, Setor 003, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76958-000
Processo : 7001048-54.2022.8.22.0020
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: SUELEN ALVES NEVES GUMES
Advogado do(a) EXEQUENTE: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS - RO5822
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Fica a parte autora, por meio de seu advogado, no prazo de 05 dias, intimada para comprovar o levantamento do alvará.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Av. Príncipe da Beira , 1491 - Setor 13 - Nova Brasilândia D'Oeste/RO - CEP 76.958-000 - Fone (0xx69) 3309-8671 – e-mail: nbo1civel@tjro.jus.br
Processo n.: 7001473-47.2023.8.22.0020
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária
AUTOR: MARCOS ANTONIO ALVES RODRIGUES, RUA JOSÉ CARLOS BUENO 4496 SETOR 14 - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: JAKSON JUNIOR SERAFIM CAETANO, OAB nº RO6956

EDSON VIEIRA DOS SANTOS, OAB nº RO4373
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DESPACHO
Ante a declaração de insuficiência de recursos para pagamento das despesas processuais, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, mas caso fique comprovado durante a instrução processual que a parte autora possui condições financeiras para arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento próprio, arcará com o pagamento do décuplo das custas e ainda ficará sujeita a multa por litigar de má-fé, sem olvidar-se da responsabilidade criminal por falsear a verdade.
Quanto ao pedido de tutela de urgência, esta resta indeferido, uma vez que não estão preenchidos todos seus requisitos, já que a verba, conforme entendimento recente do STJ, é irrepetível. Logo não há possibilidade de reversão.
Cite-se a requerida para querendo apresentar resposta, bem como as provas que deseja produzir, justificando a pertinência destas sob pena de indeferimento. Após, intime-se a parte autora para querendo apresentar impugnação no prazo legal, oportunidade em que poderá indicar as provas que pretende produzir.
Considerando que a matéria dos autos necessitam de prova pericial, eis que versa sobre invalidez, nomeio como perita judicial a Dra Gizeli Fabiana de Oliveira Lima, CRM 3771, a qual realizará a perícia no dia 12/08/2023, às 14h40min., que servirá escrupulosamente, independentemente de compromisso (artigo 422 do Código de Processo Civil), no seguinte endereço:Avenida Treze de Maio, nº 2106, Bairro Centro, JEITO DE SER CLÍNICA DE PSICOLOGIA, Nova Brasilândia d'Oeste/RO, CEP: 76858-000 Telefone para contato: (69) 9 9370-6344.
Intime-se o perito via e-mail: periciasmedicasemedicinadotrab@gmail.com acerca da nomeação, encaminhando-se os quesitos a serem apresentados pelas partes, bem como informando que o processo estará disponível para consulta (Processo Judicial Eletrônico – PJE) no site www.tjro.jus.br.
Intime-se a parte autora para, querendo, apresentar os quesitos, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão - artigo 465, §1º, III do CPC/2015. Os quesitos do INSS já estão depositados em cartório.
Consigne-se que a parte Requerente deverá comparecer à perícia acima designada, munida de seus documentos e exames que entender pertinente, no afã de corroborar o seu quadro clínico - a fim de viabilizar o diagnóstico do Douto Perito e facilitar a resolução do litígio.
Sendo a perícia realizada concedo prazo de 30 (trinta) dias para que o perito a apresente em juízo o laudo (artigo 465, caput, CPC/2015).
Com a juntada do laudo, intimem-se as partes para se manifestar do laudo pericial e após tornem-me conclusos.
Atento aos parâmetros trazidos, a título de sugestão, pelas Resoluções nº 558/07 e 541/2007 do CJF, bem assim à ausência de maior complexidade da perícia, ao zelo a ser dispensado pelo profissional perito, às diligências que envolvem o ato, ao grau de especialização do perito e ao local de sua realização, aliado, finalmente, à época em que restou editada a citada resolução, ao indispensável critério de proporcionalidade a informar a decisão judicial neste tocante - de maneira a preservar a justa remuneração do trabalho do profissional e evitar, de outra banda, gastos excessivos e desarrazoados ao poder público -, e, finalmente, às relevantes informações prestadas pelo juízo federal de 1ª instância, no que toca à questão orçamentária afeta ao tema, fixo os honorários periciais em R$ 500,00 (quinhentos reais), a serem pagos na forma das referidas Resoluções, visto ser a parte Requerente beneficiária da assistência judiciária gratuita. Nesse sentido:
[…] Nos casos em que a parte Autora, a quem incumbe o pagamento dos honorários periciais, é beneficiária da justiça gratuita, não se pode exigir que a parte contrária assuma tal despesa, pois o ônus da assistência judiciária gratuita é do Estado. (TRF-5 - AG: 1915420144059999, Relator: Desembargador Federal Geraldo Apoliano, Data de Julgamento: 10/06/2014, Terceira Turma, Data de Publicação: 25/06/2014).
Por oportuno, consigno que, após manifestação das partes acerca do laudo médico, o que deverá ser devidamente certificado, a escrivania deverá encaminhar ofício ao Núcleo Judiciário da Justiça Federal em Porto Velho/RO, solicitando a efetivação do pagamento dos honorários periciais, à luz do expresso nos arts. 3º e 4º da Resolução n. 541/2007 do Conselho de Justiça Federal.
Providenciem-se o necessário.
Fica a parte autora intimada por meio de seu advogado para comparecer na perícia designada.
Serve a presente como mandado de citação/intimação e ofício.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 14 de julho de 2023.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1491, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br, Setor 003, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76958-000
Processo : 7000105-37.2022.8.22.0020
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: SILVANDA MENDES PEIXOTO
Advogado do(a) AUTOR: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS - RO5822
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Fica a parte autora, por meio de seu advogado, no prazo de 05 dias, intimada para comprovar o levantamento do alvará.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1491, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br, Setor 003, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76958-000
Processo : 7000790-44.2022.8.22.0020
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ELISANGELA FERREIRA VIEIRA
Advogado do(a) REQUERENTE: JOAO HELIO SOARES DA CRUZ - RO10119
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

INTIMAÇÃO AUTOR - ALVARÁ EXPEDIDO
Fica a parte autora INTIMADA acerca do ALVARÁ JUDICIAL expedido, devendo proceder a retirada do expediente sob ID 93136758, bem como efetuar seu levantamento no prazo de validade e comprovar nos autos sob pena dos valores serem transferidos para a Conta Centralizadora.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br Processo: 7001501-49.2022.8.22.0020
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Pessoa com Deficiência
REQUERENTE: VICENTE SALAZAR DOS SANTOS, CPF nº 87982960278, RUA VICTOR BARRETO 5940 CENTRO - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JONATAS DA SILVA ALVES, OAB nº RO6882
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Despacho
Vistos
Preenchidos os requisitos do art. 534 do CPC, recebo o pedido de cumprimento de sentença.
Altere-se a classe processual para CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
1. INTIME-SE o INSS, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, nos próprios autos, impugnar a execução no prazo de 30 (trinta) dias (art. 535, caput do Novo CPC).
2. Em havendo a oferta de impugnação, intime-se o exequente, através de seu advogado/procurador, para manifestação no prazo de 10 (dez) dias.
2.1 Se o exequente concordar com os valores apresentados na impugnação, expeça-se RPV/precatório em favor do exequente, independente de nova decisão. Nesse caso, arbitro honorários da fase de cumprimento de sentença em 10% (dez por cento) do valor da execução (art. 85, §§ 2º e 3º, I, CPC), deduzidos os honorários da fase de conhecimento, cujo montante deverá ser acrescido ao débito principal (art. 85, § 13, CPC).
2.2 Não havendo concordância do exequente, encaminhem-se os autos ao contador judicial, após, dê-se vista às partes, somente então promova-se a conclusão do feito.
3. Em caso de concordância ou decorrido o prazo sem manifestação, encaminhem-se os autos ao contador judicial para atualização e proceda-se ao necessário para expedição de RPV/PRECATÓRIO (art. 910, §1º CPC), tornando assim possível o pagamento do valor e disponibilização para o exequente. Nesse caso, não são devidos honorários advocatícios, vez que não terá ocorrido impugnação (art. 85, § 7º, CPC).
4. Expedida a(s) RPV(s), aguarde-se pelo prazo de 60 dias. (Art.535, §3º, II do CPC).
5. Com a comprovação do cumprimento da(s) RPV(s):
5.1 - Expeça-se o(s) alvará(s) para pagamento dos valores que serão depositados judicialmente, autorizando o saque pelo advogado, desde que ele possua poderes específicos para tanto.
5.2 - Após, intime-se o patrono da parte autora para retirar o(s) alvará(s) expedido(s), podendo fazê-lo via internet, devendo, no prazo de 5 dias, comprovar o levantamento do(s) mesmo(s), sob pena de extinção pelo pagamento.
5.3 - Somente então, venham-me os autos conclusos para prolação de sentença de extinção.
Pratique-se o necessário.
Nova Brasilândia do Oeste-RO, 17 de julho de 2023.
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito
ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Processo: 7000166-92.2022.8.22.0020
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
AUTOR: NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
AUTOR: MARCIA MADALENA MORETTI
Advogados do(a) AUTOR: ALLEXANDHER ALVES MORETTI - RO10149, ROGER ANDRES TRENTINI - RO7694
ATO ORDINATÓRIO
Fica a parte requeria, através de seu advogado, intimada do retorno dos autos, bem como requeira o que entender de direito para prosseguimento ao feito.
Nova Brasilândia D'Oeste, 17 de julho de 2023
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única Processo nº: 7000840-36.2023.8.22.0020
Classe: Procedimento Comum Cível Assunto: Direito de Imagem, Substituição do Produto, Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, Indenização por Dano Material, Produto Impróprio
AUTOR: SOLANGE ALMEIDA FREIRE
ADVOGADO DO AUTOR: ROBSON AMARAL JACOB, OAB nº RO3815A
REU: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA, AVENIDA HYUNDAI 777 ÁGUA SANTA - 13413-900 - PIRACICABA - SÃO PAULO

COMETA JI PARANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA - ME, AVENIDA MARECHAL RONDON 1400, - DE 1218 A 1500 - LADO PAR CENTRO - 76900-100 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
D E S P A C H O
1. Gratuidade deferida em grau de recurso.
2. A concessão da tutela de urgência está a depender, além de elementos que evidenciem a probabilidade do direito, do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo (art. 300, CPC/2015).
Assim a parte autora não comprovou os requisitos do art. 300, do CPC, não há falar aqui no deferimento da providência inaudita altera parte.
3. Cite-se a parte requerida para, nos termos do art. 334 do CPC, comparecer à audiência de conciliação que ocorrerá na Central de Conciliação - CEJUSC, devendo as partes se fazer acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º), ou ainda em audiência na modalidade de vídeo conferência, hipótese na qual a audiência designada deverá ser realizada pelo CEJUSC por Videoconferência de acordo com o ato nº 09/2020, devendo as partes, caso não tenham informado o contato telefônico até o presente momento, informar imediatamente para a realização do ato.
Caso as partes prefiram e optem pela realização da solenidade na modalidade presencial, devem informar a CEJUSC.
A CPE: Agende-se data para audiência de conciliação. Após, certifique-se, intime-se a parte autora via Sistema Eletrônico, e encaminhando como anexo à parte requerida.
A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa do seu advogado (art. 334, § 3º, CPC/2015).
O prazo para contestar, 15 dias, fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º).
Este despacho servirá como carta/mandado, assim, neste ato, vossa senhoria está sendo citada para comparecer à audiência e apresentar sua defesa, ficando advertidas as partes que o não comparecimento na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
Adverte-se a parte requerida que, se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC/2015).
4. Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para manifestar-se em réplica, no prazo de 15 dias.
5. Após, autorizo que à CPE proceda a intimação de ambas as partes, no prazo de 05 dias, para que digam se pretendem produzir provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.
6. Sem pedido de especificação de provas, volvam conclusos para julgamento; se efetuado pedido de produção de provas, volvam conclusos para saneador.
COMETA JI-PARANÁ COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA (HYUNDAI JI-PARANÁ), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 04.234.444/0001-42, estabelecida na avenida Mal Rondon, 1400, Bairro Centro, CEP: 76.900-100
HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMÓVEIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 10.394.422/0001-42, estabelecida na avenida Hyundai, 777, Água Santa, CEP: 13.413- 900, Piracicaba/S
Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023 .
Denise Pipino Figueiredo
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br 7001045-65.2023.8.22.0020
Procedimento Comum Cível Salário-Maternidade (Art. 71/73), Assistência Judiciária Gratuita, Honorários Advocatícios, Liminar
AUTOR: VANEIDE DAIANA ALVES MULLER ADVOGADO DO AUTOR: NATACHA GABRIELA DA SILVA KURDT, OAB nº RO13185
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
SENTENÇA
RELATÓRIO
Trata-se de Ação Previdenciária movida por VANEIDE DAIANA ALVES MULLER em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, objetivando a concessão do beneficio de salário-maternidade.
Menciona que no dia 07.11.2021 teve seu filho e por isso protocolou pedido administrativo junto ao requerido, na data de 22.03.2022, para o recebimento de salário-maternidade.
Enfatiza que o beneficio foi negado, sob o fundamento que a requerente não comprovou a qualidade de segurada especial.
Destaca, contudo, preencher todos os requisitos para o recebimento do salário maternidade, pois ê trabalhadora rural desde a adolescência, motivo pela qual postula judicialmente a concessão do mesmo.
Com a inicial vieram mandato e documentos.
Deferida a gratuidade judiciária.
Citado, o INSS, apresentou resposta e proposta de acordo.
A parte autora apresentou impugnação à contestação, bem como não aceitou a proposta apresentada.
É o relatório. Decido.
FUNDAMENTAÇÃO
Cuida-se de ação visando a concessão de salário-maternidade.
O artigo 71 da Lei 8.213/91 confere o direito ao beneficio de salário-maternidade ora pretendido á segurada, ou seja, a mãe.
A requerente postula o recebimento do salário maternidade, asseverando atendidos os pressupostos de lei.
O salário-maternidade é o beneficio previdenciário pago a segurada gestante durante o período de afastamento de suas atividades, no prazo de vinte e oito dias antes e noventa e um dias após o parto.

No Plano de Benefícios da Previdência Social (Lei n° 8.213/91) as regras para concessão desse beneficio foram disciplinadas nos artigos 71 a 73, sendo devido somente à segurada empregada, à trabalhadora avulsa e à empregada doméstica, com duração de cento e vinte dias, podendo ter inicio no período entre vinte e oito dias antes do parto, e a data da ocorrência deste.
A Lei nº 8.861, de 25.03.1994, estendeu à segurada especial o direito à percepção de salário-maternidade previsto no art. 71 da Lei de Benefícios, fixando o valor em um salário mínimo, desde que comprovado o exercício da atividade rural nos últimos doze meses imediatamente anteriores à data do inicio do beneficio, mesmo que de forma descontinua.
Por sua vez, a Lei n º 9.876, de 26.11.1999, estendeu o salário maternidade a todas as seguradas da Previdência Social, criando regras próprias em relação a valor e ao prazo de carência para a segurada contribuinte individual e especial.
No caso da segurada especial, é exigido o cumprimento de 10 meses de carência, o qual, para a segurada especial equivale à comprovação do exercício de atividade rural em regime de economia familiar pelo período de 10 meses. Nesse sentido, dispõe o artigo 93, § 2º do Decreto nº 3.048/99.
Assim, no caso em tela, em se tratando a demandante de segurada especial, insta verificar se restou comprovado o efetivo labor rural em regime de economia familiar nos 10 meses imediatamente anteriores ao parto.
Pois bem. No caso em diapasão vejo estar comprovada à condição de segurada especial da requerente.
Há nos autos documentos que identificam a requerente com o labor agrícola em regime de economia familiar, conforme se observa dos documentos juntados nos autos, eis que a própria autarquia ofertou proposta de acordo.
Assim, considerando os aspectos acima tecidos, porquanto bem confirmou a condição de segurada especial da requerente, necessário se faz a procedência do pedido inicial, eis que a maternidade, de igual forma, findou demonstrada pela certidão de nascimento acostada nos autos, e sequer é ponto controvertido.
Finalmente, a carência própria ao gozo do beneficio previdenciário pleiteado restou atendida, como bem delineia as provas carreadas aos autos.
Nessa perspectiva, a pretensão deduzida merece total acolhimento.
DISPOSITIVO
Diante do exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido, para condenar o requerido Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao pagamento do salário maternidade à requerente VANEIDE DAIANA ALVES MULLER , no valor de 04 salários mínimos vigentes na data do indeferimento do requerimento administrativo (22.03.2022) devidamente corrigidos.
Quanto à correção monetária, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar as ADIs 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao segundo período, isto é, quanto ao intervalo de tempo compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento. No que concerne a correção anterior a inscrição do precatório, a questão ainda estava pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (RE 870947 RG/SE). No dia 20/09/2017, ao concluir o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 870947, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria dos ministros, seguiu o voto do relator, ministro Luiz Fux, segundo o qual foi afastado o uso da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária dos débitos judiciais da Fazenda Pública, mesmo no período da dívida anterior à expedição do precatório. Em seu lugar, o índice de correção monetária adotado foi o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), considerado mais adequado para recompor a perda de poder de compra. Desse modo, no sentido de cumprir com a decisão do STF, determino sejam os cálculos realizados de acordo com os parâmetros utilizados no site: https://www.jfrs.jus.br/projefweb/ (Correção monetária - Diversos II => [...BTN - INPC (03/91) - UFIR (01/92) - IPCA-E (01/00)], tendo em vista que o programa está de acordo a decisão citada quanto a correção monetária (IPCA-E) ou site https://www.jfrs.jus.br/jusprev2/ (Diversos III => [...BTN – INPC (03/91) - UFIR (01/92) – IPCA-E (01/00) - TR(07/09) – IPCA-E (26/03/15)] * desde que a parcela inicial seja a partir de 26.03.2015, considerando que antes dessa data o programa utiliza a TR entre outras.
Os juros de mora, por sua vez, são devidos no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação - (Súmula n. 204/STJ), até o advento da Lei n. 11.960/2009, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês – ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido –, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação (TRF da 1ª Região – EDAMS0028664-88.2001.4.01.3800/MG, Rel. Desembargadora Federal Neuza Maria Alves da Silva, Segunda Turma, e-DJF1 p. 26 de 06/05/2010).
Com relação aos honorários advocatícios, entendo que estes devem ser fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre as prestações vencidas até a prolação da sentença, nos termos do enunciado da Súmula n. 111 do STJ. Sem custas a luz do disposto no art. 5º,I da Lei Estadual n. 3.896/2016.
Sem reexame.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO E OFÍCIO.
Havendo Interposição de recurso de apelação, após cumpridas das formalidades previstas nos §§ 1º e 2º do art. 1.010 do Novo Código de Processo Civil, DETERMINO remessa dos autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região com as homenagens deste Juízo.
P.R.I.C.
Nova Brasilândia D'Oeste segunda-feira, 17 de julho de 2023
Denise Pipino Figueiredo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br Processo n.: 7000557-47.2022.8.22.0020
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto:Rural (Art. 48/51)
REQUERENTE: JOSE FERREIRA, LINHA 114 Km 08 LADO NORTE - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: EDSON VIEIRA DOS SANTOS, OAB nº RO4373
JAKSON JUNIOR SERAFIM CAETANO, OAB nº RO6956
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Valor da causa:R$ 14.544,00

DECISÃO
Determino a expedição da RPVs, conforme o caso.
Após o pagamento, expeça-se alvará judicial para levantamento dos valores em nome da parte e/ou advogado, se procuração autorizar.
Confirmado o levantamento e não havendo outras pendências, tornem os autos conclusos para extinção.
I.C.
Nova Brasilândia d´Oeste, 17 de julho de 2023.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Av. Príncipe da Beira , 1491 - Setor 13 - Nova Brasilândia D'Oeste/RO - CEP 76.958-000 - Fone (0xx69) 3309-8671 – e-mail: nbo1civel@tjro.jus.br
Processo n.: 7001484-76.2023.8.22.0020
Classe: Divórcio Litigioso
Assunto:Dissolução
REQUERENTE: M. D. C. T. B., AV. DR. MIGUEL VIEIRA FERREIRA, n 5192 CENTRO - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS, OAB nº RO5822
REQUERIDO: F. L. D. A.
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Emende a inicial para que a parte autora junte comprovante de endereço e documentos de hipossuficiência.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/OFICIO.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br Processo n.: 7001814-10.2022.8.22.0020
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto: Desconto em folha de pagamento
REQUERENTE: SIRLENE ALVES DE SOUZA SILVA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: FABIANA CRISTINA CIZMOSKI, OAB nº RO6404
MATHEUS DUQUES DA SILVA, OAB nº RO6318
REQUERIDOS: Estado de Rondônia, SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
Valor da causa:R$ 12.315,87
DECISÃO
Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO solicitando a suspensão do feito.
Intimado a parte contrária, apresentou contrarrazões.
Vieram-me os autos conclusos.
É o breve relatório. Decido.
O prazo para interpor embargos de declaração consoante teor do artigo 1.023 do CPC é de cinco dias a contar da intimação da decisão impugnada, verbis:
Art. 1.023. Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo.
Os embargos são tempestivos, razão pela qual os recebo, conheço e passo a analisá-lo.
Pois bem.
Certo é que os embargos de declaração, cujos pressupostos estão relacionados no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, visam eliminar contradição, obscuridade, suprir omissão ou corrigir erro material a respeito de questão jurídica que de especial relevância para o desate da lide.
Logo, os embargos declaratórios são, portanto, apelos de integração, não se prestando como instrumento adequado quando a parte pretende a reforma de sentença. O julgador pode apenas aclarar a decisão anterior, não proferir outra em seu lugar, cuja atribuição cabe ao Tribunal correspondente.
Ora, o mero inconformismo do vencido com a decisão, não desafia a interposição de embargos de declaração como sucedâneo do recurso cabível. Nesse sentido, a prestigiada jurisprudência do Egrégio STJ:
"EMENTA. Não pode ser conhecido recurso que, sob o rótulo de embargos declaratórios, pretende substituir a decisão recorrida por outra. Os embargos declaratórios são apelos de integração – não de substituição". (ED no REsp 30.938-8, 23.3.94, 1ª Turma STJ, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, in DJU 2.5.94, p. 9968).
E ainda, nesse caminho são os precedentes do TJRO:
Processual civil. Embargos de declaração. Inexistência de omissão. Erro material corrigido. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver na decisão embargada erro material, omissão, obscuridade ou contradição, conforme art. 1.022 do CPC/15, não se prestando à rediscussão do mérito. Havendo erro material, retifica-se por meio dos Embargos de Declaração. Embargos de Declaração,

Processo nº 0004960-44.2013.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 18/10/2017
Posto isso, conheço dos embargos de declaração, na forma do artigo 1.022, do Código de Processo Civil, mas OS REJEITO, por não se encontrar eivada de nenhum dos vícios a sentença objurgada, a mantendo como está lançada.
Deixo de fixar multa condenatória em razão de não estar evidenciado que os embargos foram manifestamente protelatórios.
Intime-se.
Nova Brasilândia d´Oeste, 17 de julho de 2023.
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Av. Príncipe da Beira , 1491 - Setor 13 - Nova Brasilândia D'Oeste/RO - CEP 76.958-000 - Fone (0xx69) 3309-8671 – e-mail: nbo1civel@tjro.jus.br
Processo n.: 7001994-94.2020.8.22.0020
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto:Defeito, nulidade ou anulação, Obrigação de Fazer / Não Fazer
REQUERENTE: ADECI FRAMHOLZ BUGE, RUA PRÍNCIPE DA BEIRA 1417 SETOR 13 - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LETICIA SANTOS CORBOLIN, OAB nº RO10574
EDSON VIEIRA DOS SANTOS, OAB nº RO4373
REQUERIDO: HIGOR DOMINGUES FERRANDO, RUA PAU FERRO 3010, - DE 1380 A 1520 - LADO PAR COHAB - 76807-724 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: JOSE BRUNO CECONELLO, OAB nº RO1855
DECISÃO
1. Defiro o pedido de ID 91740406.
2. Proceda-se à PENHORA e REMOÇÃO do veículo abaixo relacionado, suficientes à quitação integral da dívida AVALIANDO-O e DEPOSITANDO-O, em poder do credor (§ 1º do art. 840, CPC), salvo recusa.
a) FORD/ECOSPORT XLS1.6 FLEX, ano 2006/2006, placa NBT7161 .
Endereço: Rua Pau Ferro, n. 3010, bairro Cohab Floresta, cidade de Porto Velho/RO.
2.1 Efetivada a penhora e avaliação, INTIME-SE a parte executada da presente, cientificando-lhe que, querendo, poderá, no prazo de 10 dias, contados da intimação da penhora, requerer a SUBSTITUIÇÃO do bem penhorado, desde que comprove que lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente (art. 847, CPC), atentando-se para incumbência prevista no §2º do dispositivo aludido.
2.2 A parte interessada deverá fornecer os meios necessários para cumprimento da ordem.
3. Efetivada a penhora e avaliação, INTIMAR a parte executada da presente, bem como para cientificar-lhe que, querendo, no prazo de 10 dias, contados da intimação da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove que lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente (art. 847, CPC), atentando-se para incumbência prevista no parágrafo único, do art. 847, §2º do CPC, ou impugne-a, no prazo de 15 dias.
4. Concretizada a penhora e, decorrido o prazo para eventual impugnação, intime-se o(a) exequente para dizer se tem interesse na adjudicação do(s) bem(ns) penhorado(s) (CPC, art. 876), ou em não havendo interesse na ADJUDICAÇÃO, se manifestar quanto a designação de hasta pública ou ainda indicar outro(s) bem(ns) à penhora, caso não tenha interesse no(s) bem(ns) penhorado(s).
4.1 Prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena de suspensão e arquivamento do processo.
5. Havendo pedido de ADJUDICAÇÃO, intime-se o executado para manifestação em 05 dias (art. 876, §1º c/c art. 877 do CPC).
6. Apresentada eventual impugnação pela parte executada, intime-se a parte exequente para apresentação de RESPOSTA, no prazo de 15 dias.
7. Não sendo localizado o bem, nos termos do § 2º do art. 847 combinado com o inciso V, do art. 774, ambos do CPC, o (a) Sr. Oficial(a) de Justiça INTIMARÁ a parte executada para que, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da intimação, INDIQUE onde se encontram os bens sujeitos à execução e, em se tratando de bem imóvel, exiba prova de sua propriedade, sob pena de multa no percentual de 10% (dez) por cento sobre o valor atualizado da dívida, nos termos do art. 774, parágrafo único do CPC.
8. Havendo indicação, proceda-se a respectiva penhora, avaliação e remoção, atentando-se o Sr. Oficial de Justiça, quando da diligência, quanto aos tidos como impenhoráveis, (art. 833, inciso II, CPC), ficando desde já deferido o auxílio de força policial em caso de resistência (art. 846, §2º do CPC), praticando-se todos os atos supra.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SIRVA O PRESENTE DE MANDADO DE PENHORA, REMOÇÃO, AVALIAÇÃO E INTIMAÇÃO.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br Número do processo: 7000717-55.2020.8.22.0016
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: J. S. M.
ADVOGADO DO REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: M. M. D. B.
ADVOGADO DO REQUERIDO: MARCIO ANTONIO PEREIRA, OAB nº RO1615A

DESPACHO
Trata-se de cumprimento de sentença, onde a parte autora alega que o requerido não está cumprindo as determinações, visto que não consegue fazer contato com seus filhos.
Intimado, o Ministério Público requereu a realização de estudo psicossocial, para verificar se o acordo está sendo cumprido, com os apontamentos e sugestões que o profissional entender pertinentes.
Determinações à CPE:
1. Conforme petição de renúncia de ID 90876383, promova a exclusão dos patronos da parte requerida.
2. Remeta os autos ao NUPS para realização do estudo.
3. Com a juntada do relatório, intimem-se as partes para manifestação.
SERVE O PRESENTE COMO INTIMAÇÃO / OFÍCIO.
Nova Brasilândia D´Oeste - RO, 14 de julho de 2023.
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br Número do processo: 7001482-09.2023.8.22.0020
Classe: Arrolamento Comum
Polo Ativo: NAIARA LOPES CHAVES, SIDENILDO DA SILVA, JEFERSON LOPES CHAVES
ADVOGADO DOS REQUERENTES: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS, OAB nº RO5822
Polo Passivo: SOLANGE LOPES DA SILVA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Recebo os autos para processamento.
Trata-se de Arrolamento Comum – (CPC, art. 664 e parágrafos).
Indefiro o pedido de gratuidade processual, tendo em vista que o pagamento das custas processuais são de responsabilidade do espólio. Portanto, deverão ser recolhidas ao final, quando da liquidação patrimonial.
Defiro o recolhimento das custas processuais ao final.
A autora da herança SOLANGE LOPES DA SILVA, falecida em 23.05.2021 tendo deixado dois filhos vivos e o companheiro, conforme certidão de óbito.
Nomeio inventariante o(a) senhor(a) JEFERSON LOPES CHAVES, cabendo-lhe, independentemente de assinatura de termo de compromisso, apresentar, no prazo de 20 dias, com suas declarações, a atribuição de valor ao(s) bem(ns) do espólio e o plano da partilha.
Prestadas as primeiras declarações, momento em que já haverá a relação de bens que compõem o espólio, DETERMINO a retificação do valor da causa, nos moldes do art. 291 do CPC.
Processe-se o arrolamento, providenciando-se o inventariante, se ainda não fez, nos termos do art. 664 do CPC: a) declarações; b) avaliação dos bens; c) plano de partilha ou pedido de adjudicação; d) vista do Fisco; e) pagamento dos tributos ou certidão de isenção da Fazenda Pública; f) certidões fiscais Federal, Estadual e Municipal; g) o recolhimento, se houver, das taxas judiciárias e impostos; h) certidão de inteiro teor da matrícula do imóvel objeto do espólio ou certidão negativa emitida pelo CRI, bem como documentos pessoais dos demais herdeiros.
Ao que parece, o monte mor é constituído apenas do bem descrito: Um consórcio perante a YAMARA ADM de Consórcio LTDA, de uma motocicleta FACTOR 150 UBS NACIONAL YAMARA, contrato 2722612, Serie E, Grupo 006445, cota 0152-00, avaliado em R$ 16.727,00 (dezesseis mil, setecentos e vinte e sete reais).
Cite(m)-se os herdeiros (CPC, art. 626, caput), se não estiverem constituídos pelo mesmo procurador, para se manifestarem sobre as primeiras declarações, avaliações e partilha, no prazo do art. 627 do CPC.
A Fazenda Pública, no prazo de 15 (quinze) dias, após a vista de que trata o art. 627 do CPC, informará ao Juízo, de acordo com os dados que constam de seu cadastro imobiliário, o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações (CPC, art. 629).
A secretaria deverá observar:
a) apresentado o plano de partilha, se todos os herdeiros estiverem de acordo, intimem-se as partes e o Ministério Público, se houver herdeiro ou interessado incapaz;
b) apresentadas as quitações fiscais, voltem conclusos para homologação da partilha, conforme o plano do inventariante (CPC, art. 664, caput); e
c) Se houver impugnação de qualquer das partes ou o Ministério Público impugnar a estimativa, o Oficial de Justiça deverá avaliar os bens em 10 dias – CPC.
Intimem-se e cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
Nova Brasilândia do Oeste/RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito
REQUERENTES: NAIARA LOPES CHAVES, RO 010 KM 38 LADO SUL 0000 ZONA RURAL - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA, SIDENILDO DA SILVA, RO 010 KM 38, SUL 0000 ZONA RURAL - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA, JEFERSON LOPES CHAVES, RO 010 KM 38 SUL 0000 ZONA RURAL - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDO: SOLANGE LOPES DA SILVA, PARTE FALECIDA 0000 ZONA RURAL - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
R$ 16.727,00

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br
Procedimento Comum Cível
7000371-87.2023.8.22.0020
AUTOR: REGINALDO FERREIRA FARIA, LINHA 126 (11) S/N, KM 5,5 LADO NORTE ZONA RURAL - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: JOAO HELIO SOARES DA CRUZ, OAB nº RO10119
REU: ENERGISA, AC CENTRAL DE PORTO VELHO 234, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 2701 CENTRO - 78900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: MICAELLA CAMPOS GONCALVES DE MORAIS, OAB nº PB23978, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Relatório
Trata-se de ação de restituição de valores investidos para construção de rede de eletrificação rural, movida por REGINALDO FERREIRA FARIA em face de ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
O requerente alega a construção de uma subestação de energia elétrica de 10KVA com Padrão Bifásico, custando o valor de R$ 15.005,76 (quinze mil e cinco reais e setenta e seis centavos) para ter energia em sua propriedade rural, vez que apresentou projeto (ID 87588425) e laudo técnico de aterramento (ID 87588426), na ocasião, aprovado nos critérios estabelecidos pelas normas da própria requerida.
Destaca, ainda, a necessidade de ser ressarcido com os gastos para a construção da referida obra, tendo sido revelada a importância de 15.005,76 (quinze mil e cinco reais e setenta e seis centavos), em materiais adquiridos para a instalação, bem como em mão de obra especializada.
Devidamente citada, a requerida contestou pugnando pela total improcedência dos pedidos elencados pelo requerente.
Intimado para apresentar a réplica à contestação, o requerente se manifestou enfatizando a presença dos documentos acostados nos autos que ensejariam a indenização por dano material.
Relatei.
Pois bem.
Decido.
PASSO À ANÁLISE DO MÉRITO.
A parte autora aduz que é proprietária do imóvel rural e que construiu com seus próprios recursos uma subestação de rede elétrica de 10 KVA tendo desembolsado a quantia de R$ 15.005,76 (quinze mil e cinco reais e setenta e seis centavos), para a construção, todavia, não houve a restituição dos valores gastos, motivo pelo qual requer a correspondente indenização pelos danos materiais suportados.
A requerida apresentou contestação arguindo, as normas que devem ser aplicadas ao caso, a ausência de provas e do dever de indenizar, necessidade de efetiva comprovação dos gastos, bem como que deve ser levado em consideração o cálculo apresentado, ante a depreciação da subestação, em caso de ressarcimento.
Não assiste razão a parte requerida, pois há provas suficientes nos autos a amparar o alegado direito da parte autora, visto que apresentou projeto, ART da obra, documentos do imóvel, mas principalmente notas fiscais dos produtos e serviços realizados que demonstram, por seu próprio conteúdo, o real ônus na realização da obra.
Ademais, ao presente caso aplica-se a Resolução nº 229/2006 da ANEEL que determinou às concessionárias prestadoras do serviço de energia que incorporassem aos seus patrimônios as redes particulares, mas com o necessário ressarcimento dos recursos investidos.
Art. 2º. Para os efeitos desta Resolução serão considerados os seguintes conceitos e definições: […]
III- Redes particulares: instalações elétricas, em qualquer tensão, inclusive subestações, utilizadas para o fim exclusivo de prover energia elétrica para unidades de consumo de seus proprietários e conectadas em sistema de distribuição de energia. (grifo nosso).
A Resolução 229/2006 efetivamente traduz obrigatoriedade na incorporação: "As distribuidoras devem incorporar todas as redes particulares referidas no caput até 31 de dezembro de 2015" (artigo 8-A §2º).
Considerando a relação entabulada entre as partes, que é de consumo, e presente a hipossuficiência do consumidor, caberia à concessionária provar os seguintes fatos: a) se houve ou não, formalmente ou de fato, a incorporação; b) se já realizada ou pendente ou que, de fato, não incorporou a rede porque esta é restrita à propriedade do autor e que não faz uso dela para atender demanda de outros consumidores, hipóteses que afastaria a possibilidade da incorporação (Resolução 229/2006, art. 4º).
A produção desta prova estava ao alcance da parte requerida, entretanto, não o fez.
Pelo contrário, há nos autos prova material da construção da subestação pelo particular e a informação, sem prova em contrário, de que a manutenção da rede é feita pela concessionária e prestadora de serviços terceirizada.
Assim, já decorreu o prazo limite para a requerida proceder à incorporação formal, por isso, deverá ser compelida a fazê-lo e a ressarcir a parte requerente.
ENERGIA ELÉTRICA. RELAÇÃO DE CONSUMO. INCORPORAÇÃO RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 229. ANEEL. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PROVA DOS GASTOS REALIZADOS. INDENIZAÇÃO DEVIDO. Diante da discussão quanto ao dever de indenizar relativo a construção de rede elétrica por particular, não há de se falar em prescrição do dever de indenizar, uma vez que este somente se estabelece após a incorporação. Diante dos gastos comprovados pelo particular referente à expansão da rede, cabível a restituição dos valores, quando a concessionária não comprova a incorporação da rede, mas os conjunto probatória comprova que já ocorreu de fato, sem o pagamento da devida indenização, nos termos da Resolução 229/2006 ? ANEEL. (TJRO. Turma Recursal - Ji-Paraná. Recurso Inominado 1001321-41.2012.822.0003, Relatora Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima. Julgamento em 17/03/2014)
Nossa jurisprudência é no sentido de reconhecer o direito à incorporação, restando comprovada a realização dos gastos:
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS. NÃO OCORRÊNCIA. REJEIÇÃO. CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA. SUBESTAÇÃO. RESSARCIMENTO VALORES. REEMBOLSO DEVIDO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. Havendo demonstração da realização de gastos para eletrificação pelo particular, incorporado de fato ao patrimônio da concessionária e por esta utilizado, deve ser devidamente indenizado.

(TJ-RO - RI: 70035427920188220003 RO 7003542-79.2018.822.0003, Data de Julgamento: 06/06/2019)
CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA. SUBESTAÇÃO. RESSARCIMENTO VALORES. REEMBOLSO DEVIDO. SENTENÇA REFORMADA. Havendo demonstração da realização de gastos para eletrificação pelo particular, incorporado de fato ao patrimônio da concessionária e por esta utilizado, deve ser devidamente indenizado.
(TJ-RO - RI: 70004002820188220016 RO 7000400-28.2018.822.0016, Data de Julgamento: 19/02/2019)
Reconhecido o direito à incorporação, passo a analisar o pedido de restituição dos valores despendidos com a construção, que é responsabilidade da requerida com base na Resolução 229/2006 da ANEEL.
A requerida sustenta que o valor da restituição deve seguir os parâmetros por ela apresentados, pois não houve comprovação por meio de notas fiscais. No entanto, como bem apresentado e sustentado pela jurisprudência, à concessionária cabe indenizar os gastos realizados pelo particular e que ao patrimônio dela foi incorporado, encontrando-se devidamente comprovado nos autos por meio das notas fiscais de ID nº 87588422.
Desse modo, com base no princípio da inversão do ônus da prova e da proteção do consumidor, presumo acertados os valores apresentados e entendo que restou comprovado o efetivo gasto com construção da subestação.
A respeito das provas, aliás, insta pontuar que, no caso destes autos, é eminentemente documental (art. 944, do CC), não havendo falar em prova testemunhal, o que nos autos restou suficiente para o conhecimento e procedência do pedido autoral.
DISPOSITIVO.
Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por REGINALDO FERREIRA FARIA em face de ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A , para o fim de:
a) CONDENAR A PARTE REQUERIDA a restituir o valor gasto pela parte autora na construção de rede de eletrificação rural, no montante de R$ 15.005,76 (quinze mil e cinco reais e setenta e seis centavos), corrigido monetariamente do desembolso pelos índices determinados pela Corregedoria Geral da Justiça e acrescido dos juros de 1% ao mês, a contar da data da citação (art. 405, do Código Civil);
b) Declarar formalmente incorporada a rede de eletrificação rural da parte requerente ao patrimônio da requerida.
Por fim, DECLARO EXTINTO o processo com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso I, do CPC.
Custas e honorários advocatícios pela sucumbente, sendo que as custas finais deverão incidir sobre o valor da condenação. Arbitro os honorários de advogados em 10% (dez por cento) do valor da condenação.
Sentença registrada e publicada automaticamente pelo Pje.
Havendo pedido de cumprimento de sentença, proceda-se a intimação da parte requerida, nos termos do artigo 523 do CPC.
Havendo apelação antes do trânsito em julgado, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias.
Com as contrarrazões ou certificado o decurso do prazo sem a respectiva apresentação, remetam-se os autos à instância superior para julgamento do recurso.
Intimem-se as partes.
Cumpra-se.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
Cumpra-se.
Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Setor 13, Nova Brasilândia do Oeste/RO, CEP: 76.958-000
Fone: (69) 3309-8671 E-mail: nbo1civel@tjro.jus.br
Cumprimento de sentença
7001995-11.2022.8.22.0020
REQUERENTE: ANDRESSA MARCELINA REGO ADVOGADOS DO REQUERENTE: LETICIA SANTOS CORBOLIN, OAB nº RO10574, RUA CANÃA 1447 SETOR 14 - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA, EDSON VIEIRA DOS SANTOS, OAB nº RO4373
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
SENTENÇA
Satisfeita a obrigação, extingo o processo nos termos do art. 924, inc. II c/c art. 925, do CPC/2015.
Oportunamente, arquivem-se.
Nova Brasilândia D'Oeste 17 de julho de 2023
Denise Pipino Figueiredo
Juiz (a) de Direito
ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Processo: 7001258-76.2020.8.22.0020
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
APELANTE: JURACI MARQUES JUNIOR
Advogado do(a) APELANTE: JURACI MARQUES JUNIOR - RO2056
APELADO: OSORIO DE ALMEIDA NASCIMENTO COSTA
Advogado(s) do reclamado: LUCIANO APARECIDO CACCIA
Advogado do(a) APELADO: LUCIANO APARECIDO CACCIA - SP103408

ATO ORDINATÓRIO
Ficam as partes, através de seus advogados, intimadas do retorno dos autos bem como requeiram o que entenderem de direito para prosseguimento ao feito.
Nova Brasilândia D'Oeste, 17 de julho de 2023

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br Autos n. 7000799-69.2023.8.22.0020 - 1ª Vara Cível de Vilhena/RO.
Classe:Monitória
Protocolado em: 24/04/2023
AUTOR: ADILSON RAMOS DE OLIVEIRA, AV. ALBINO SARTORELLI 3685 CRISTO REI - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: BRUNA BARBOSA DA SILVA, OAB nº RO10035
REU: L. NOUGUEIRA CEREAIS ME - ME, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 3618, SETOR 14 CENTRO - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Procedi pesquisas pelos sistemas SISBAJUD, RENAJUD e NFOJUD em nome da parte executada, as quais restaram infrutíferas, conforme documentos anexos.
Intime-se o exequente para, no prazo de 5 dias, indicar bens passíveis de penhora e impulsionar o feito, sob pena de suspensão (CPC, art. 921, III).
Pratique-se o necessário.
Nova Brasilândia D´Oeste - RO, 14 de julho de 2023.
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br
AUTOS: 7001483-91.2023.8.22.0020
CLASSE: Carta Precatória Cível
DEPRECANTE: SICOOB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA, CONDOMÍNIO ESTÂNCIA MESTRE D'ARMAS V 05/06, QUADRA 513, BLOCO A, LOJA 05 E 06 SETOR RESIDENCIAL MESTRE D'ARMAS (PLANALTINA) - 73380-500 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO DO DEPRECANTE: PEDRO ROBERTO ROMAO, OAB nº AM209551
DEPRECADO: WALDIVINO LUCENA ALMEIDA, LINHA, 16 118, LADO NORTE ZONA RURAL - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
DEPRECADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Cumpra-se, servindo cópia como mandado.
Após cumprido o ato, devolva-se com nossas homenagens.
Tendo em vista o caráter itinerante das Cartas Precatórias, caso o Oficial de Justiça certifique que a pessoa a ser citada/intimada tenha mudado de endereço e indique o atual, fica desde já determinado, independentemente de nova deliberação, a remessa da presente carta ao juízo da comarca a que se referir o novo endereço, com as baixas e anotações necessárias.
Nesse caso, deverá a escrivania, ainda, comunicar o juízo deprecante quanto à remessa.
Determino também, desde já, a devolução da carta precatória à origem, caso o oficial de justiça certifique que não localizou a pessoa em questão e não decline novo endereço.
Nova Brasilândia D'Oeste- RO, 17 de julho de 2023.
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Av. Príncipe da Beira , 1491 - Setor 13 - Nova Brasilândia D'Oeste/RO - CEP 76.958-000 - Fone (0xx69) 3309-8671 – e-mail: nbo1civel@tjro.jus.br
Processo n.: 7001168-63.2023.8.22.0020
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto:Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária
AUTOR: DAVID KISTER, LINHA 126 (13), KM 19 S/N ZONA RURAL - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RILDO RODRIGUES SALOMAO, OAB nº RO5335A
REU: I. -. I. N. D. S. S., RUA PRESIDENTE VARGAS 1035, - ATÉ 764/765 CENTRO - 76900-020 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Ante a declaração de insuficiência de recursos para pagamento das despesas processuais, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, mas caso fique comprovado durante a instrução processual que a parte autora possui condições financeiras para arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento próprio, arcará com o pagamento do décuplo das custas e ainda ficará sujeita a multa por litigar de má-fé, sem olvidar-se da responsabilidade criminal por falsear a verdade.
Quanto ao pedido de tutela de urgência, esta resta indeferido, uma vez que não estão preenchidos todos seus requisitos, já que a verba, conforme entendimento recente do STJ, é irrepetível. Logo não há possibilidade de reversão.
Cite-se a requerida para querendo apresentar resposta, bem como as provas que deseja produzir, justificando a pertinência destas sob pena de indeferimento. Após, intime-se a parte autora para querendo apresentar impugnação no prazo legal, oportunidade em que poderá indicar as provas que pretende produzir.
Serve a presente como mandado de citação/intimação e ofício.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Denise Pipino Figueiredo
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Setor 13, Nova Brasilândia do Oeste/RO, CEP: 76.958-000
Fone: (69) 3309-8671 E-mail: nbo1civel@tjro.jus.br
Número do processo: 7002513-35.2021.8.22.0020
Classe: Mandado de Segurança Cível
Autor: JACKSON DE SOUZA LEITE
ADVOGADO DO IMPETRANTE: ELIELTON CARVALHO, OAB nº RO10889
Réu: M. N. P. P. D. C. M. D. N. B. D.
ADVOGADO DO IMPETRADO: TIAGO SCHULTZ DE MORAIS, OAB nº RO6951A
DESPACHO
Vistos.
Arquive-se.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Denise Pipino Figueiredo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br Número do processo: 7001097-95.2022.8.22.0020
Classe: Cumprimento de sentença
Polo Ativo: NADIR DA SILVA DE QUEIROZ
ADVOGADO DO REQUERENTE: PATRICIA SCHULTZ DE MORAIS, OAB nº RO9744
Polo Passivo: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DESPACHO
Intime-se a autarquia para corrigir a data de cessação do benefício, sendo ela de 18 (dezoito) meses, a contar da data da efetiva implantação do benefício, conforme determinação da sentença de ID 83001451, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa.
Nova Brasilândia D´Oeste - RO, 14 de julho de 2023.
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única Rua Príncipe da Beira, 1491, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br, Setor 003, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76958-000,(69) 34182599 Processo nº : 7001481-24.2023.8.22.0020 Requerente: AUTOR: LUIZ JOSE FERREIRA Advogado: Advogados do(a) AUTOR: RENAN GONCALVES DE SOUSA - RO10297, RUAN GOMES ARTIOLI CAYRES - RO10835
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: CEJUSC - Conciliação JEC e Cível Comum Data: 28/08/2023 Hora: 09:30 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
Fone: (69) 3309-8690
E-mail: cejuscnbo@tjro.jus.br
CONTATO COM O CARTÓRIO LOCAL:
Fone: (69) 3309-8671 OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível

durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência. ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Nova Brasilândia D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br Número do processo: 7001399-66.2018.8.22.0020
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Polo Ativo: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES, OAB nº RO4594
Polo Passivo: GLADSTONE RODRIGUES GOMES, LEIDIANE ROLIM GOMES, ANDERSON ROLIM GOMES
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
A obrigação foi satisfeita e os valores devidamente levantados.
Dessa forma, conforme petição da parte autora em ID 92273042, declaro extinta a obrigação, nos moldes do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.
Não havendo pendências, arquivem-se os autos.
Nova Brasilândia D´Oeste - RO, 14 de julho de 2023.
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br PROCESSO: 7001479-54.2023.8.22.0020
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível

AUTOR: ELAINE MARIA DOS REIS
ADVOGADO DO AUTOR: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS, OAB nº RO5822
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
VALOR ATUALIZADO DO DÉBITO: R$ 10.000,00
DECISÃO
Vistos.
Recebo a inicial. Postergo a análise de eventual pedido de gratuidade da justiça para o caso de interposição de recurso, uma vez que trata-se de demanda interposta no Juizado Especial, a qual prescinde de recolhimento de custas iniciais em primeiro grau de jurisdição.
Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por dano moral com pedido de tutela de urgência ajuizada em face de ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A onde a parte autora pretende o fornecimento de energia elétrica em seu imóvel.
Segundo consta na inicial a Requerente é a legítima proprietária do imóvel localizado no distrito de Migrantinópolis, no município de Novo Horizonte do Oeste - RO, conforme contrato de compra e venda anexo. O referido imóvel foi alugado (contrato anexo), e aduz a requerente que foi solicitada a ativação de relógio - OS 21475401, todavia a ligação de energia não foi efetivada, assim, houve distrato do contrato. Alega ainda que após o ocorrido, requerente continuou solicitando a ligação da unidade consumidora (protocolos 21475401 - 32712291 – 9108722214 – 150186243) e apesar de seu esforço a requerida não realizou a ligação.
Sendo assim, requer a tutela de urgência para o fornecimento de energia elétrica.
Consoante art. 300, caput, do Novo Código de Processo Civil, “A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.
No presente caso, entendo que a probabilidade do direito reside no fato de que restou demonstrado que a parte requerente é proprietária do imóvel e que solicitou a ligação da energia no local há mais de 50 dias, sendo que até a presente data a Concessionária Requerida não providenciou o fornecimento de energia elétrica junto à Unidade Consumidora da parte autora sem qualquer justificativa plausível.
E, por sua vez, o perigo de dano se evidencia no fato de que o serviço de fornecimento de energia elétrica é considerado serviço essencial, é dizer, de salutar importância para a dignidade do consumidor, sendo que o não fornecimento de energia e/ou suspensão do serviço somente é considerado lícito em casos de extrema excepcionalidade, além de que a autora demonstrou o prejuízo advindo no atraso da ligação.
Por fim, cumpre ressaltar que a concessão da medida não se traduz em provimento irreversível, o que demonstra o cabimento do pedido.
Ante o exposto, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA e, por consequência, DETERMINO que a parte requerida promova o necessário para ligação da energia elétrica na propriedade da requerente (Rua Mário Covas, n. 3225 - Cidade alta - Migrantinópolis - RO), no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais) até o limite de 5.000,00 (cinco mil reais).
Intime-se a parte requerida para cumprimento da presente.
Pois bem.
Ante a petição inicial, de acordo com a Lei dos Juizados Especiais, a designação de audiência conciliatória é medida que se impõe.
Assim, cite-se e intime-se a parte requerida, por meio de Carta AR ou Mandado Judicial, advertindo-a da disposição inserta no art.20 da Lei n° 9.099/95, para que compareça à audiência de conciliação a ser designada.
Determino à CPE para designar audiência de CONCILIAÇÃO, certificando no sistema, bem como, intimando as partes sobre a data.
Agende-se a audiência de conciliação no sistema PJE.
Ainda, conste no expediente que a realização de um acordo pode ser a melhor maneira de pôr fim a um conflito.
Aplica-se ao caso o CDC, tendo em vista a existência de relação de consumo entre as partes, considerando ainda os fatos ocorridos e a vulnerabilidade técnica, econômica e jurídica da parte autora perante a parte requerida, decreto a inversão do ônus da prova.
Advirta-se à parte requerida de que, caso não seja composta a transação em audiência, o prazo para contestar contar-se-á da data da audiência de conciliação.
Havendo tempo disponível, caso deseje, a parte autora poderá realizar impugnação na audiência conciliatória.
Intime-se a parte autora, por meio de seu patrono, para que compareça à solenidade, advertindo-a dos termos do art. 51, I da Lei dos Juizados Especiais e do disposto no Enunciado nº 28 do Fonaje.
Fica ciente a parte de que a audiência será realizada de forma não presencial por meio do emprego de recursos tecnológicos disponíveis, com transmissão de som e imagem em tempo real (WhatsApp, Google Meet, Hangouts, etc).
Sendo assim, devem as partes informarem caso não possuam recursos técnicos para realização do ato, tais como celular com câmeras, internet, etc. Em se tratando de citação por meio de Mandado Judicial, desde já determino que o (a) Oficial (a) de Justiça certifique a possibilidade/impossibilidade técnica da parte requerida, certificando.
Saliente-se as partes que, caso não informe a impossibilidade/possibilidade da audiência por videoconferência, o silêncio será entendido como desinteresse de participar do ato, ao passo que o processo seguirá de acordo com o procedimento da Lei 9099/95.
Serve a presente de Mandado/Carta de Citação/Intimação.
Cumpra-se.
AUTOR: ELAINE MARIA DOS REIS, RUA MESSIAS RODRIGUES 3380, MIGRANTINOPOLIS CENTRO - 76956-000 - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Nova Brasilândia D’Oeste- RO, 17 de julho de 2023.
Denise Pipino Figueiredo Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única Rua Príncipe da Beira, 1491, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br, Setor 003, Nova Brasilândia D’Oeste - RO - CEP: 76958-000,(69) 34182599 Processo nº : 7001479-54.2023.8.22.0020 Requerente: AUTOR: ELAINE MARIA DOS REIS Advogado: Advogado do(a) AUTOR: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS - RO5822
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:

Tipo: Conciliação - JEC Sala: CEJUSC - Conciliação JEC e Cível Comum Data: 28/08/2023 Hora: 10:00 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
Fone: (69) 3309-8690
E-mail: cejuscnbo@tjro.jus.br
CONTATO COM O CARTÓRIO LOCAL:
Fone: (69) 3309-8671 OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG);
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Nova Brasilândia D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única Rua Príncipe da Beira, 1491, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br, Setor 003, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76958-000,(69) 34182599 Processo nº : 7001524-92.2022.8.22.0020 Requerente: REQUERENTE: ROBERTO ALVES PEREIRA Advogado: Advogados do(a) REQUERENTE: LORENA JHULIAN CASSIANO DE OLIVEIRA - RO11444, PATRICIA LUANA MACHADO - RO7571
Requerido(a): REQUERIDO: ROBERTO ALVES DE LIMA Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: CEJUSC - Conciliação JEC e Cível Comum Data: 28/08/2023 Hora: 10:30 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:

Fone: (69) 3309-8690
E-mail: cejuscnbo@tjro.jus.br
CONTATO COM O CARTÓRIO LOCAL:
Fone: (69) 3309-8671 OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG);
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Nova Brasilândia D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, 1491, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br, Setor 003, Nova Brasilândia D'Oeste - RO - CEP: 76958-000,(69) 34182599
Processo nº : 7001417-14.2023.8.22.0020 Requerente: EXEQUENTE: MOVEIS MARTINI LTDA - ME Advogado: Advogado do(a) EXEQUENTE: DEBORAH LAUVERS GARCIA GORZA - RO13297
Requerido(a): EXECUTADO: SILVANA DE MELO Advogado:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a apresentar planilha de cálculos devidamente atualizada e requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.
Nova Brasilândia D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Av. Príncipe da Beira , 1491 - Setor 13 - Nova Brasilândia D'Oeste/RO - CEP 76.958-000 - Fone (0xx69) 3309-8671 – e-mail: nbo1civel@tjro.jus.br
Processo n.: 7002368-76.2021.8.22.0020
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto:Enriquecimento sem Causa, Seguro, Direito de Imagem, Direito de Imagem, Honorários Advocatícios, Liminar
REQUERENTE: LEONILDA JORGE DA SILVA, RUA FREI CANECA 1984 SETOR 14 - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195
REQUERIDOS: ACE SEGURADORA S.A., AVENIDA SETE DE SETEMBRO 4698, 21 ANDAR SALAS 2103/2104 BATEL - 80240-000 - CURITIBA - PARANÁ, CHUBB SEGUROS BRASIL S.A., AVENIDA REBOUÇAS 3970, - DE 1763 A 2593 - LADO ÍMPAR PINHEIROS - 05401-300 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: PAULO EDUARDO PRADO, OAB nº RO4881
DESPACHO
Intime o exequente para que apresente manifestação quanto a impugnação apresentada.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/OFICIO.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Setor 13, Nova Brasilândia do Oeste/RO, CEP: 76.958-000
Fone: (69) 3309-8671 E-mail: nbo1civel@tjro.jus.br
Processo n.: 7001103-39.2021.8.22.0020
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Direito de Imagem, Direito de Imagem, Indenização por Dano Material, Turismo, Honorários Advocatícios
REQUERENTE: IRENE PATRICIA SALES DA SILVA, RUA BARÃO DO RIO BRANCO 2350 SETOR 13 - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195
VINICIUS DE SOUZA CAVALCANTE, OAB nº RO10817
REQUERIDO: GOL LINHAS AÉREAS S.A, PRAÇA SENADOR SALGADO FILHO CENTRO - 20021-340 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
Sentença COM ALVARÁ
Tendo em vista que o executado quitou o débito, extingo o feito, o que faço com fundamento no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Determino a expedição de alvará devendo a instituição bancária conveniada observar os seguintes dados:

ALVARÁ JUDICIAL
FAVORECIDO: REQUERENTE: IRENE PATRICIA SALES DA SILVA, CPF nº 01059515288e/ou ADVOGADOS DO REQUERENTE: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195, VINICIUS DE SOUZA CAVALCANTE, OAB nº RO10817.
FINALIDADE: Proceder ao levantamento e/ou retirada do valor constante nos autos e seus rendimentos de conta, existentes na conta judicial vinculada a este Juízo, nº 3577 / 040 / 01506309-2 junto à caixa Econômica Federal devendo encerrar esta conta judicial ao final.
PRAZO DE VALIDADE: 30 dias (art. 447 das Diretrizes Gerais Judiciais), em caso de expiração do prazo deverá o favorecido peticionar novo alvará, em até 05 dias, sob pena de encaminhamento dos valores à conta centralizadora deste tribunal.
Recomenda-se que a parte favorecida levante os valores no prazo de 5 dias a fim de otimizar os trâmites finais do processo. Para tanto deve imprimir esta decisão e dirigir-se à agência da Caixa Econômica Federal portando documentos pessoais.
Intime-se via sistema PJE.
P. R. I., arquivem-se os autos, com as cautelas devidas.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br 7000253-14.2023.8.22.0020
Procedimento Comum Cível Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária, Honorários Advocatícios, Liminar
AUTOR: MARILIZA DE MATOS ADVOGADO DO AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
I - RELATÓRIO.

AUTOR: MARILIZA DE MATOS já qualificado nos autos, move a presente ação previdenciária em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, reivindicando a concessão do benefício auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez alegando, para tanto, ser segurado da previdência social, já que, quando sadio, exercia atividade laboral.
Aduz a autora que padece de doença incapacitante, fato esse não reconhecido pelo réu, pois indeferiu seu pedido de concessão de auxílio-doença alegando que não foi constatada em perícia médica administrativa incapacidade laboral.
A ação foi recebida, sendo indeferido o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, determinada a citação do requerido e designado perícia médica.
Citada, a autarquia ofereceu contestação. Sem preliminar. No mérito aduziu que o autor não preenche os requisitos para concessão do benefício vindicado, pois não foi comprovado em perícia médica incapacidade laboral.
Laudo médico pericial juntado nos autos.
A parte autora apresentou impugnação à contestação.
Intimadas, as partes apresentaram manifestação quanto ao laudo pericial.
Vieram os autos conclusos.
É o breve relatório. DECIDO.
II – FUNDAMENTAÇÃO.
O feito comporta julgamento antecipado, uma vez que, nos termos do art. 355, I, do CPC, embora a questão de mérito envolva matérias de direito e de fato, não se vislumbra a necessidade de produção de provas em audiência.
Nesse sentido, os seguintes julgados:
Não caracteriza cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide quando não for necessária a produção de prova em audiência (STJ, 3ª Turma, REsp 829.255/MA, Rel. Ministro Sidnei Beneti, j. em 11/5/2010, DJe 18/6/2010).
O julgamento antecipado da lide não implica cerceamento de defesa, se desnecessária a instrução probatória, máxime se a matéria for exclusivamente de direito. O artigo 131, do CPC, consagra o princípio da persuasão racional, habilitando-se o magistrado a valer-se do seu convencimento, à luz dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto constantes dos autos, rejeitando diligências que delongam desnecessariamente o julgamento, atuando em consonância com o princípio da celeridade processual (STJ, 1ª Turma, AgRg nos EDcl no REsp 1136780/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, j. em 6/4/2010, DJe 3/8/2010).
Pois bem.
Tutela a autora a concessão do benefício de auxílio doença ou aposentadoria por invalidez, porém, para percepção dos referidos benefícios, se faz necessário o preenchimento dos requisitos elencados nos artigos 42, caput e 59 da Lei 8.213/91, vejamos:
Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.
Art. 59. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
Assim, para obter o benefício de aposentadoria por invalidez são necessários três requisitos, quais sejam: a) qualidade de segurado, b) período de carência, c) ser considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.
E para obter o benefício de auxílio doença são necessários três requisitos: a) qualidade de segurado, b) período de carência, c) ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 dias consecutivos.
Logo, passo à análise do pressuposto à concessão do benefício vindicado.
Incapacidade.
Para que se analise tal prerrogativa, há de se saber o nível ou se realmente existe a suposta incapacidade, para tanto deve-se usar laudo de médico perito, profissional que goza do conhecimento técnico necessário para que se afira o alcance da enfermidade e/ou deficiência que acometeu o segurado.
Quanto a esse tipo de prova leciona Cândido Rangel Dinamarco:
A prova pericial é adequada sempre que se trate de exames fora do alcance do homem dotado de cultura comum, não especializado em temas técnicos ou científicos, como são as partes, os advogados e o juiz. O critério central para a admissibilidade desse meio de prova é traçado pelas disposições conjugadas a) do art. 145 do CPC, segundo o qual 'quando a prova depender de conhecimento técnico ou científico, o juiz será assistido por perito' e b) do art. 335, que autoriza o juiz a valer-se de sua experiência comum e também da eventual experiência técnica razoavelmente acessível a quem não é especializado em assuntos alheios ao direito, mas ressalva os casos em que é de rigor a prova pericial. Onde termina o campo acessível ao homem de cultura comum ou propício às presunções judiciais, ali começa o das periciais. (in "Instituições de Direito Processual Civil", vol III, 4ª ed., Malheiros: São Paulo, 2004, p.586).
Portanto, o juiz ao se ver confrontado com tal situação, deve se amparar neste tipo de prova, pois se trata de algo robusto e técnico, auferido por profissional àquela área de conhecimento que foge do campo de especialização do magistrado.
O laudo pericial detectou que a autora não está incapacitada para as atividades laborativas, vejamos:
CONCLUSÃO A Requerente é portadora de diabetes e hipertensão arterial que corresponde ao CIDs I10 e E10. Da Capacidade Laboral: a Requerente está APTA PARA O TRABALHO para a função declarada. INEXISTE INCAPACIDADE LABORAL ATUAL
Nesse sentindo, entende os tribunais superiores:
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. NÃO COMPROVAÇÃO DA INCAPACIDADE. Não demonstrado que a parte autora encontra-se a incapacitada para o trabalho, inviável a concessão do benefício de auxílio doença. (AC nº 9999 SC 0010244-63.2010.404.9999, TRF 4ª. Relator: Revisor, Data de Julgamento: 19/01/2011, SEXTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 24/01/2011. Destaquei).
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE DE TRABALHO. CANCELAMENTO DO BENEFÍCIO. PRESCRIÇÃO. NÃO-OCORRÊNCIA.RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.1. Tendo em vista a natureza transitória do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez, uma vez constatada a recuperação da capacidade laborativa do obreiro, deve ser cancelado o pagamento do benefício, mesmo quando percebido por mais de cinco anos consecutivos. Precedentes.2. Recurso especial conhecido e provido. (STJ. Resp. 460331/AL. Órgão Julgador: 5ª Turma. Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima. DJ 11/12/2006, p. 405. Destaquei). Assim, não restou comprovada a incapacidade do autor para exercer atividade laboral. Logo, não se encontram preenchidos os requisitos necessários para a concessão do benefício vindicado.

Nesta oportunidade, consigno que não caracteriza-se cerceamento de defesa o fato deste juízo não determinar a realização de nova perícia, já que este tipo de prova já foi realizada nos autos, não cabendo oportunizar nova avaliação médica, até porque a perícia citada foi contundente para o deslinde do feito, esclarecendo que a parte autora não possui qualquer incapacidade laboral.
No que tange à alegada contradição das provas constantes nos autos e o laudo pericial, também não prosperam. O autor fundamenta sua irresignação com base em laudo médico pericial realizado unilateralmente. A perícia realizada nestes autos foi feita, através de profissional nomeado pelo Juízo. A prova pericial realizado sob o crivo do contraditório possui especial valoração sobre os demais laudos apresentados, unilateralmente pela autor. Não se quer dizer com isso que não possuem valor probatório. Nem de longe!.
O que se quer ressaltar, é que a perícia médica foi feita por profissional de confiança deste Juízo e com expertise na área. Ademais, a prova técnica é mais recente que os laudos acostados na inicial pelo autor.
Assim, afasto a alegação supra.
Por fim, restando superados os argumentos deduzidos no processo que, em tese, seriam capazes de infirmar convicção no julgamento, tendo em vista que, em campo de fundamentação o que se preza são os substratos fáticos que orientam o pedido do requerente (Enunciado n. 1 da ENFAM), tenho por esgotada a motivação, impondo-se a improcedência do pedido inicial.
Ademais, as discussões sobre o requisito de condição de segurado do regime geral de previdência social mostram-se desnecessárias, tendo em vista o não preenchimento de requisito primordial à concessão do benefício pleiteado, qual seja, incapacidade para o exercício de atividade laboral.
Portanto, a ausência de incapacidade laborativa implica em improcedência do pedido inicial.
III – CONCLUSÃO
Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado por AUTOR: MARILIZA DE MATOSem face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, o que faço com lastro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil.
Em razão da sucumbência, CONDENO o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% do valor da causa, na forma do artigo 85, caput e §2º, do Código de Processo Civil. Observando-se os §§ 2º e 3º do art.98 do mesmo Codéx., entretanto, em razão de ser beneficiário da gratuidade processual fica o ônus sobrestado
Caso haja recurso, considerando o disposto no art. 1.010 do Código de Processo Civil, visando a celeridade processual, determino a imediata intimação da parte contrária para as contrarrazões e, em seguida, remetam-se os autos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Requisite-se o pagamento dos honorários periciais.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após, com as cautelas de praxe, arquive-se.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO/OFICIO.
Nova Brasilândia D'Oeste-RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br Número do processo: 7000077-06.2021.8.22.0020
Classe: Procedimento Comum Cível
Polo Ativo: H. M. D. S.
ADVOGADO DO AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195
Polo Passivo: J. P. D. A.
ADVOGADO DO REU: CRISLEY NAIARA HELBE DE JESUS, OAB nº RO11741
DESPACHO
A parte requerida apresentou proposta de acordo para pagar os valores determinados em sentença, e requereu a realização de audiência de conciliação caso não fosse aceito.
Intimada, a parte autora não concordou com o acordo apresentado.
Dessa forma, determino à CPE, que designe audiência de conciliação.
Nova Brasilândia D´Oeste - RO, 14 de julho de 2023.
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Setor 13, Nova Brasilândia do Oeste/RO, CEP: 76.958-000
Fone: (69) 3309-8671 E-mail: nbo1civel@tjro.jus.br
Número do processo: 7001385-09.2023.8.22.0020
Classe: Procedimento Comum Cível
Autor: UILSON LEAL ALVES
ADVOGADO DO AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195
Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO

SENTENÇA
Vistos, etc...
Acolho o pedido de desistência. Com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC/2015, homologo, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, o pedido de desistência formulado pela parte autora.
A sentença transita em julgado nesta data ante a preclusão lógica.
Arquive-se imediatamente.
Arquivem-se.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Av. Príncipe da Beira , 1491 - Setor 13 - Nova Brasilândia D'Oeste/RO - CEP 76.958-000 - Fone (0xx69) 3309-8671 – e-mail: nbo1civel@tjro.jus.br
Processo n.: 7002116-39.2022.8.22.0020
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto:Direito de Imagem, Direito de Imagem
REQUERENTE: ADRIANO VARGAS DE MENEZES, RUA THOMÉ DE SOUZA 2267, CIDADE CENTRO - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195
REQUERIDO: NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE, - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA
DESPACHO
Intime a parte autora para que justifique a pertinência da realização da prova testemunhal.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/OFICIO.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br Processo nº: 7001073-72.2019.8.22.0020
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material, Indenização por Dano Material, Honorários Advocatícios
Requerente/Exequente:LIGIA VERONICA MARMITT, AV TANCREDO NEVES 3018 CENTRO - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA, UESLEY GUEDES PEREIRA, AV TANCREDO NEVES 3018 CENTRO - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado do requerente: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195
Requerido/Executado: CONDOMINIO DO MARULHOS MURO ALTO RESORT, AVENIDA RUA FREDERICO LOYO 00, GLEBA 06, STUDIO 06, PORTO DE GALINHAS BAIRRO PRAIA DE MURO ALTO - 55590-000 - IPOJUCA - PERNAMBUCO, BOOKING.COM BRASIL SERVIÇOS DE RESERVA LTDA, AVENIDA PAULISTA 287, - ATÉ 609 - LADO ÍMPAR - ANDAR 8, CONJ 81 E 82 BELA VISTA - 01311-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Advogado do requerido:
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a parte executada para, no prazo de 10 dias úteis, efetuar o pagamento do saldo remanescente da dívida, sob pena de bloqueio judicial de seus ativos financeiros.
Atendida a determinação, voltem os autos conclusos para sentença de extinção e liberação do numerário em prol do credor.
Decorrido o prazo para o pagamento do saldo remanescente, voltem os autos conclusos para efetivação da penhora on line.
Cumpra-se.
Nova Brasilândia do Oeste/RO, 17 de julho de 2023
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Av. Príncipe da Beira , 1491 - Setor 13 - Nova Brasilândia D'Oeste/RO - CEP 76.958-000 - Fone (0xx69) 3309-8671 – e-mail: nbo1civel@tjro.jus.br
Processo n.: 7001494-57.2022.8.22.0020
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assunto:Honorários Advocatícios, Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação, Liminar , Acidente de Trânsito, Multas e demais Sanções
REQUERENTE: JOSE RAMOS, LINHA 13, KM 03 LADO SUL S/N, SITIO ZONA RURAL - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195

REQUERIDO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA AUTÁRQUICA DO DETRAN/RO
DESPACHO
Mantenha os autos conclusos ate o julgamento do agravo.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/OFICIO.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br
Av. Príncipe da Beira , 1491 - Setor 13 - Nova Brasilândia D'Oeste/RO - CEP 76.958-000 - Fone (0xx69) 3309-8671 – e-mail: nbo1civel@tjro.jus.br
Processo n.: 7001828-62.2020.8.22.0020
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Aposentadoria por Incapacidade Permanente, Auxílio por Incapacidade Temporária, Honorários Advocatícios, Liminar
REQUERENTE: EDJANE MOREIRA DE SOUZA, LINHA 122 KM 20 LADO SUL SN ZONA RURAL - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Sentença COM ALVARÁ
Tendo em vista que o executado quitou o débito, extingo o feito, o que faço com fundamento no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Determino a expedição de alvará devendo a instituição bancária conveniada observar os seguintes dados:
_____
ALVARÁ JUDICIAL
FAVORECIDO: REQUERENTE: EDJANE MOREIRA DE SOUZA, CPF nº 76839044220e/ou ADVOGADO DO REQUERENTE: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195.
FINALIDADE: Proceder ao levantamento e/ou retirada do valor constante nos autos e seus rendimentos de conta, existentes na conta judicial vinculada a este Juízo, nº 1000128335632 e conta de n. 500128335625, do Banco do Brasil S.A, Agência 4200, devendo encerrar esta conta judicial ao final.
PRAZO DE VALIDADE: 30 dias (art. 447 das Diretrizes Gerais Judiciais), em caso de expiração do prazo deverá o favorecido peticionar novo alvará, em até 05 dias, sob pena de encaminhamento dos valores à conta centralizadora deste tribunal.
Recomenda-se que a parte favorecida levante os valores no prazo de 5 dias a fim de otimizar os trâmites finais do processo. Para tanto deve imprimir esta decisão e dirigir-se à agência da Banco do Brasil S.A,portando documentos pessoais.
Intime-se via sistema PJE.
P. R. I., arquivem-se os autos, com as cautelas devidas.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br
Processo: 7001306-30.2023.8.22.0020
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Acidente de Trabalho - Ressarcimento ao Erário
AUTOR: ISABEL MARIA DA SILVA RODRIGUES
ADVOGADO DO AUTOR: CEZAR BENEDITO VOLPI, OAB nº RO533A
REU: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Acerca do pedido de gratuidade judiciária, muito se discute quanto a melhor interpretação do art. 98, visto a presença de antinomia jurídica entre a referida lei e a Carta Magna.
Isto porquê a lei prevê que a parte fará jus aos benefícios de assistência judiciária gratuitamente, mediante afirmação de que não está em condições de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios (art. 98 do CPC).
A Constituição Federal, por sua vez, assegura o direito de assistência jurídica gratuita àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos.
Certo é que as disposições da Lei n. 1.060 de 1950 vem tendo nova interpretação com o advento da Constituição Federal de 1988, da qual extrai-se em seu artigo 5º, inciso LXXIV, que deve a parte interessada em obter os benefícios da assistência jurídica integral e gratuita, comprovar a insuficiência de seus recursos financeiros.
O CPC, em seu art. 99, §3º, diz presumir-se verdadeira a alegação de hipossuficiência quando deduzida por pessoa física.
A leitura do aludido dispositivo, no entanto, deve ser feita em consonância com o texto da Carta Magna, sob pena de ser tido por inconstitucional.

Logo, não basta dizer que é pobre nos termos da lei, deve-se trazer aos autos elementos mínimos a permitir que o magistrado avalie tal condição.
A jurisdição é atividade complexa e de alto custo para o Estado. A concessão indiscriminada dos benefícios da gratuidade tem potencial de tornar inviável o funcionamento da instituição, que tem toda a manutenção de sua estrutura (salvo folha de pagamento) custeado pela receita oriunda das custas judiciais e extrajudiciais.
Não é justo, portanto, que tendo condições de custear a demanda, o jurisdicionado imponha tal custo àquele que não está demandando.
Assim, pela nova leitura dos dispositivos constitucionais e legais, o direito de assistência integral gratuita prevista nas normas infralegais não é absoluto. Ou seja: sendo pessoa física ou jurídica, há sim a necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo da própria existência. Nesse sentido:
TJRO. AGRAVO INTERNO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. DITAMES CONSTITUCIONAIS. Tendo o agravo de instrumento o escopo de atacar decisão que, diante dos documentos acostados aos autos, nega a concessão das benesses da gratuidade da justiça, deve a parte demonstrar a sua hipossuficiência financeira, não sendo suficiente a simples declaração de pobreza. (Agravo em Agravo de Instrumento n. 0008881-26.2013.8.22.0000, Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 16/10/2013)
STJ. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 329.910/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)
Ademais, o Código de Processo Civil em seu art. 99 §2º determina que não se convencendo o juiz de que a parte faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos, antes de indeferir o pedido.
Isso posto, intime-se a parte autora, via advogado, para emendar a inicial a fim de comprovar a alegação de incapacidade financeira mediante a apresentação de comprovante de renda hábil para atestar suas alegações, ante ou comprove o pagamento das custas iniciais, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento.
Após, conclusos
Após, conclusos para despacho inicial.
Nova Brasilândia D´Oeste - RO, data da assinatura.
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br Procedimento Comum Cível
7000202-03.2023.8.22.0020
AUTOR: CARLOS BENEDITO MORAIS, CPF nº 28301820225, LH 130, KM 130, LD NORTE S/N ZONA RURAL - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
I - RELATÓRIO
AUTOR: CARLOS BENEDITO MORAIS, já qualificado nos autos, move a presente ação previdenciária em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, reivindicando a concessão do benefício intitulado auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez alegando, para tanto, ser segurado da previdência social, já que, quando sadio, exercia atividade laboral.
Aduz a parte autora que padece de doença incapacitante decorrente de suas atividades no trabalho.
A ação foi recebida, sendo deferida a Justiça Gratuita, indeferida a antecipação de tutela e designado perícia médica.
Laudo médico anexo aos autos.
Citada, a Autarquia apresentou contestação, oportunidade na qual apresentou proposta de acordo.
Intimada, apresentou réplica à contestação, rejeitando a proposta de acordo.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório, DECIDO.
II – FUNDAMENTAÇÃO
O feito comporta julgamento antecipado, uma vez que, nos termos do art. 355, I, do CPC, embora a questão de mérito envolva matérias de direito e de fato, não se vislumbra a necessidade de produção de provas em audiência.
Nesse sentido, os seguintes julgados:
Não caracteriza cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide quando não for necessária a produção de prova em audiência (STJ, 3ª Turma, REsp 829.255/MA, Rel. Ministro Sidnei Beneti, j. em 11/5/2010, DJe 18/6/2010).
O julgamento antecipado da lide não implica cerceamento de defesa, se desnecessária a instrução probatória, máxime se a matéria for exclusivamente de direito. O artigo 131, do CPC, consagra o princípio da persuasão racional, habilitando-se o magistrado a valer-se do seu convencimento, à luz dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto constantes dos autos, rejeitando diligências que delongam desnecessariamente o julgamento, atuando em consonância com o princípio da celeridade processual (STJ, 1ª Turma, AgRg nos EDcl no REsp 1136780/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, j. em 6/4/2010, DJe 3/8/2010).

Pois bem.
Tutela a autora a concessão do benefício de auxílio doença ou aposentadoria por invalidez, porém, para percepção dos referidos benefícios, se faz necessário o preenchimento dos requisitos elencados nos artigos 42, caput e 59 da Lei 8213/91, vejamos:
Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.
Art. 59. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
Assim, para obter o benefício de aposentadoria por invalidez são necessários três requisitos, quais sejam: a) qualidade de segurado, b) período de carência, C) ser considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.
E para obter o benefício de auxílio-doença são necessários três requisitos: a) qualidade de segurado, b) período de carência, c) ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 dias consecutivos.
Logo, passo à análise do pressuposto à concessão do benefício vindicado.
Qualidade de Segurado.
A questão dos autos cinge-se apenas quanto a incapacidade da autora, pois teve seu beneficio negado por falta de incapacidade, e ainda vinha recebendo o período imediatamente anterior o benefício até a data de 15.02.2022, quando teve seu benefício cessado, id 75347849.
Ademais, o INSS apresentou proposta de acordo.
Assim restou comprovada a qualidade de segurado da parte autora.
Incapacidade.
Para que se analise tal prerrogativa, há de se saber o nível ou se realmente existe a suposta incapacidade, para tanto deve-se usar laudo de médico perito, profissional que goza do conhecimento técnico necessário para que se meça o alcance da enfermidade e/ou deficiência que acometeu o segurado.
Quanto a esse tipo de prova leciona Cândido Rangel Dinamarco:
A prova pericial é adequada sempre que se trate de exames fora do alcance do homem dotado de cultura comum, não especializado em temas técnicos ou científicos, como são as partes, os advogados e o juiz. O critério central para a admissibilidade desse meio de prova é traçado pelas disposições conjugadas a) do art. 145 do CPC, segundo o qual 'quando a prova depender de conhecimento técnico ou científico, o juiz será assistido por perito' e b) do art. 335, que autoriza o juiz a valer-se de sua experiência comum e também da eventual experiência técnica razoavelmente acessível a quem não é especializado em assuntos alheios ao direito, mas ressalva os casos em que é de rigor a prova pericial. Onde termina o campo acessível ao homem de cultura comum ou propício às presunções judiciais, ali começa o das periciais. (in "Instituições de Direito Processual Civil", vol III, 4ª ed., Malheiros: São Paulo, 2004, p.586).
Portanto, o juiz ao se ver confrontado com tal situação, deve se amparar neste tipo de prova, pois se trata de algo robusto e técnico, auferido por profissional àquela área de conhecimento que foge do campo de especialização do magistrado.
No caso em análise, o laudo pericial detectou que: "Diante o exposto e exame físico, o periciado não tem condições físicas totais para o exercício da atividade agrícola no presente momento devido a sua limitação lombar e algias. Desta forma, apresenta incapacidade parcial e temporária com período pré-determinado de 12 meses para reabilitação e retorno para o exercício da atividade rural."
Assim, a patologia da autora é suscetível de recuperação/reabilitação, dando-lhe afastamento com termino pelo período de 12 meses, conforme laudo pericial.
Em que pese o pedido de aposentadoria por invalidez, conforme art. 42, "caput", da Lei 8.213/91, faz-se necessário a incapacidade total e permanente do segurado, o que não é o caso dos autos, conforme o laudo médico.
Os requisitos para a concessão da aposentadoria por invalidez, como dito acima, são: a existência de incapacidade laborativa, em grau e intensidade suficientes para impossibilitar o segurado a prover o seu sustento, além de insuscetível de reabilitação; a carência mínima prevista no art. 25, I, da Lei 8.213/91; e a manutenção da qualidade de segurado na época do surgimento da incapacidade.
Logo, não tendo sido constatada a incapacidade total e permanente para o desempenho de atividades laborativas, não há direito a obtenção de aposentadoria por invalidez.
Destarte, pelos aspectos apresentados no laudo, nota-se que a parte autora preenche os requisitos para a percepção de auxílio-doença, já que constatada a incapacidade temporária desta.
Deste modo, de acordo com o laudo médico feito em juízo dentro dos ditames legais é cabível ao autor o benefício de auxílio-doença, já que restou provado nos autos que esta possui incapacidade temporária, suscetível de recuperação/reabilitação. Neste sentido:
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA. INCAPACIDADE TOTAL E TEMPORÁRIA. 1. Concedida a tutela específica para implantação do benefício, é cabível o recurso de apelação e imperativo o seu recebimento apenas no efeito devolutivo. 2. O benefício de auxílio doença é devido ao segurado incapacitado por moléstia que inviabilize temporariamente o exercício de sua profissão. Já a aposentadoria por invalidez exige que o segurado seja considerado incapaz e insusceptível de convalescença para o exercício de ofício que lhe garanta a subsistência. 3. Laudo pericial conclusivo pela existência de incapacidade total e temporária. 4. Preenchidos os requisitos, faz jus o autor à percepção do benefício de auxílio doença. 3. Nos termos do Art. 85 c/c Art. 322, §§ 1º e 2º, do CPC, os honorários advocatícios devem observar as disposições contidas nos §§ 2º, 3º, I, e 4º do Art. 85, do CPC. 4. A autarquia previdenciária está isenta das custas e emolumentos, nos termos do Art. 4º, I, da Lei 9.289/96, do Art. 24-A da Lei 9.028/95, com a redação dada pelo Art. 3º da MP 2.180-35/01, e do Art. 8º, § 1º, da Lei 8.620/93. 5. Remessa oficial, havida como submetida, e apelação desprovidas. (TRF-3 - Ap: 00215536420174039999 SP, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL BAPTISTA PEREIRA, Data de Julgamento: 14/05/2019, DÉCIMA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA:22/05/2019)
Apelação cível. Previdenciário. Auxílio-doença. Incapacidade total e temporária. Possibilidade de reabilitação. Conversão em aposentadoria por invalidez. Impossibilidade. 1. Se o laudo pericial conclui pela incapacidade total e temporária para o trabalho, mas admite a possibilidade de melhora com tratamento médico, é cabível tão somente o restabelecimento do auxílio-doença. 2. Havendo possibilidade de reabilitação para outra atividade que garanta o sustento do segurado, não há falar em aposentadoria por invalidez, pois não atendidos requisitos para a concessão desse benefício. 3. Apelo não provido. (TJ-RO - APL: 70002441920178220002 RO 7000244-19.2017.822.0002, Data de Julgamento: 27/03/2019)
AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE LABORAL TEMPORÁRIA. PERÍCIA JUDICIAL. É devido o restabelecimento do auxílio-doença, quando a prova dos autos permite concluir que a segurada está temporariamente incapacitada para o trabalho (9999 SC 0012168-12.2010.404.9999, TRF 4ª Região, Relator: RÔMULO PIZZOLATTI, DJ: 11/01/2011, 5ª TURMA, DP: D.E. 20/01/2011).

Registro, que o INSS vem chamando a atenção para a data da cessação do benefício, pelo motivo de que auxílios doenças por vezes se tornam “aposentadorias por invalidez” já que não tem data para cessação.
Realmente o caráter do auxílio-doença é temporário, pois serve para amparar o segurado que momentaneamente não consiga, por alguma incapacidade física, exercer alguma atividade laborativa que seja capaz de prover-lhe subsistência, porém, é cediço que por vezes até mesmo para o perito que realiza a perícia judicial é difícil avaliar o tempo de recuperação do periciando, sendo que de fato estipular uma data fim ao benefício é inviável.
Logo, visando não tornar o auxílio-doença um benefício permanente, desde já fica determinado que o INSS acompanhe o quadro clínico do autor e/ou proceda, caso necessário, o processo de reabilitação profissional, visando reingresso do autor no mercado de trabalho e fim do auxílio-doença, que poderá ocorrer por meio administrativo desde que respeitado o devido processo legal para tanto.
Esclareço, que tal decisão, visa sobre tudo atender os princípios basilares da previdência, obedecendo o fim para a qual a mesma foi criada, disposto no art. 3º da lei 8212/91, onde dita-se que esta tem por objetivo assegurar ao segurado meios indispensáveis de manutenção por incapacidade, que neste caso é temporária, devendo a previdência assistir-lhe tão somente até a data da cessação desta, sob pena de se desfigurar o objetivo maior da previdência e, desviar a função do dinheiro público, pelo qual esta é mantida.
DOS ATRASADOS.
Estes lhes são devidos desde a data da cessação do benefício, verifico no Id. 75347849 que o benefício foi mantido até 15.02.2022, assim entende-se como data da cessação 15.02.2022, visto que o requerimento de prorrogação foi protocolado na via administrativa antes da cessação.
DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA.
Considerando-se o reconhecimento dos requisitos necessários para a concessão do benefício e o pedido de antecipação da tutela, bem como, atentando que a dita antecipação visa a fornecer à parte autora a satisfação de sua pretensão antes ou no momento da fase decisória, a despeito de recurso voluntário com efeito suspensivo ou reexame necessário, desde que, obviamente, estejam preenchidos os requisitos do artigo 300 do CPC.
Sob essa perspectiva, encontram-se presentes os requisitos da tutela antecipatória, pois não seria razoável obrigar a autora, que já preenche as condições para a percepção do benefício, consoante acima exposto, a aguardar o trânsito em julgado da sentença.
Outrossim, o benefício previdenciário requerido neste procedimento possui natureza eminentemente alimentar, cuja falta de pagamento, por si só, constitui prejuízo que se renova a cada dia, pois aquilo que faz falta hoje não haverá como ser suprido amanhã.
Assim, concedo a ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA a fim de determinar que o requerido estabeleça a parte autora o benefício de auxílio-doença, a contar da data da sentença.
O réu deverá informar este Juízo do cumprimento desta decisão em até 30 dias após o recebimento da intimação/ofício
III – CONCLUSÃO
Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por AUTOR: CARLOS BENEDITO MORAIS em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, o que faço com lastro no art. 18, I, “e”, c/c o art. 59, ambos da Lei n. 8.213/91, como consequência, condeno o INSS a CONCEDER o benefício de auxílio-doença ao autor, da data da cessação do benefício 15.02.2022 com término em 12 meses a contar de efetiva implantação, inclusive com abono natalino descontando benefícios já recebidos e inacumuláveis, podendo o benefício ser prorrogado / cessado e/ou convertido em aposentadoria por invalidez pela autarquia, desde que respeitado o devido processo legal.
Determino ainda que pague a título de retroativo o benefício de auxílio-doença desde a data da cessação 15.02.2022
Concedo ainda, a ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA a fim de determinar que o requerido implemente a autora o benefício de auxílio-doença, a contar da data da sentença.
Ante as informações do perito no laudo médico judicial, de que a patologia é suscetível de recuperação, advirto a autora que deverá fazer o tratamento médico necessário para sua recuperação/reabilitação, sob pena de seu comportamento consistir em agir de má-fé.
O valor do benefício deverá obedecer ao disposto no art. 61 da Lei n. 8.213/91.
O valor das parcelas vencidas deverá ser corrigido pelo IPCA-e e os juros segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança, na forma do disposto no art. 1º-F da Lei no 9.494/97, modificado pelo art. 5º da Lei n. 11.960/2009.
Por consequência, declaro extinto o processo com julgamento do mérito, nos termos do artigo 487, I do CPC.
Diante da singeleza da causa, arbitro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor das prestações vencidas até a data desta decisão, observando a data da concessão dos efeitos da tutela, consoante os critérios constantes do art. 85, § 3º, § 2º, I do CPC, e em conformidade com o enunciado da Súmula n. 111 do STJ.
Esta sentença não está sujeita ao reexame necessário, dado que a condenação é de valor certo não excedente a 1.000 (mil) salários mínimos (art. 496, § 3º, I do CPC).
Sem custas.
Intimem-se.
Intime-se, com urgência, INSS por meio de sua Procuradoria Federal no estado de Rondônia para, no prazo de 30 (trinta) dias, implantar o benefício concedido, sob pena de incorrer em sanções legais.
Transitado em julgado e nada sendo requerido, arquivem-se com as baixas devidas.
Havendo apelação antes do trânsito em julgado, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo legal.
Com as contrarrazões ou certificado o decurso do prazo sem a respectiva apresentação, remetam-se os autos à instância superior para julgamento do recurso.
Em caso de cumprimento de sentença determino o uso do programa/planilha do Jusprev e/ou Projef Web.
Cumpra-se.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO.
SIRVA A PRESENTE DE OFÍCIO À AADJ/INSS PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito
Nova Brasilândia do Oeste, 17 de julho de 2023

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D’Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br
Av. Príncipe da Beira , 1491 - Setor 13 - Nova Brasilândia D’Oeste/RO - CEP 76.958-000 - Fone (0xx69) 3309-8671 – e-mail: nbo1civel@tjro.jus.br
Processo n.: 7001368-07.2022.8.22.0020

Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Concessão, Honorários Advocatícios, Liminar
REQUERENTE: JAINE FERMIANA DO CARMO, LINHA 144, KM 01 LADO SUL S/N, SITIO ZONA RURAL - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Sentença COM ALVARÁ
Tendo em vista que o executado quitou o débito, extingo o feito, o que faço com fundamento no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Determino a expedição de alvará devendo a instituição bancária conveniada observar os seguintes dados:

_____

ALVARÁ JUDICIAL
FAVORECIDO: REQUERENTE: JAINE FERMIANA DO CARMO, CPF nº 55663869204e/ou ADVOGADO DO REQUERENTE: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195.
FINALIDADE: Proceder ao levantamento e/ou retirada do valor constante nos autos e seus rendimentos de conta, existentes na conta judicial vinculada a este Juízo, nº 2100128335013 e conta de n. 2100128335013 do Banco do Brasil S.A, Agência 4200, devendo encerrar esta conta judicial ao final.
PRAZO DE VALIDADE: 30 dias (art. 447 das Diretrizes Gerais Judiciais), em caso de expiração do prazo deverá o favorecido peticionar novo alvará, em até 05 dias, sob pena de encaminhamento dos valores à conta centralizadora deste tribunal.
Recomenda-se que a parte favorecida levante os valores no prazo de 5 dias a fim de otimizar os trâmites finais do processo. Para tanto deve imprimir esta decisão e dirigir-se à agência do Banco do Brasil S.A portando documentos pessoais.
Intime-se via sistema PJE.
P. R. I., arquivem-se os autos, com as cautelas devidas.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br
Av. Príncipe da Beira , 1491 - Setor 13 - Nova Brasilândia D'Oeste/RO - CEP 76.958-000 - Fone (0xx69) 3309-8671 – e-mail: nbo1civel@tjro.jus.br
Processo n.: 7000489-39.2018.8.22.0020
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Salário-Maternidade (Art. 71/73), Honorários Advocatícios
REQUERENTE: ROSIMEIRE ROCHA MOREIRA, LINHA 138 KM 03 LADO NORTE sn, LADO NORTE ZONA RURAL - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Sentença COM ALVARÁ
Tendo em vista que o executado quitou o débito, extingo o feito, o que faço com fundamento no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Determino a expedição de alvará devendo a instituição bancária conveniada observar os seguintes dados:
ALVARÁ JUDICIAL
FAVORECIDO: REQUERENTE: ROSIMEIRE ROCHA MOREIRA, CPF nº 03336691265e/ou ADVOGADO DO REQUERENTE: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195.
FINALIDADE: Proceder ao levantamento e/ou retirada do valor constante nos autos e seus rendimentos de conta, existentes na conta judicial vinculada a este Juízo, nº 2100128335014 e conta de n. 4200128335546 , do Banco do Brasil S.A, Agência 4200, devendo encerrar esta conta judicial ao final.
PRAZO DE VALIDADE: 30 dias (art. 447 das Diretrizes Gerais Judiciais), em caso de expiração do prazo deverá o favorecido peticionar novo alvará, em até 05 dias, sob pena de encaminhamento dos valores à conta centralizadora deste tribunal.
Recomenda-se que a parte favorecida levante os valores no prazo de 5 dias a fim de otimizar os trâmites finais do processo. Para tanto deve imprimir esta decisão e dirigir-se à agência do Banco do Brasil S.A, portando documentos pessoais.
Intime-se via sistema PJE.
P. R. I., arquivem-se os autos, com as cautelas devidas.
Nova Brasilândia d´Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juíza de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única Processo: 7001889-49.2022.8.22.0020
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Direito de Imagem, Honorários Advocatícios, Liminar
Requerente (s): LIGIA VERONICA MARMITT, CPF nº 76878414253, - 76930-000 - ALVORADA D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado (s): LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195

Requerido (s): ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, 13 DE MAIO, CENTRO SETOR 13 - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
Advogado (s): EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664
ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Tratam-se de embargos de declaração opostos por LIGIA VERONICA MARMITT, em face da sentença de ID 86259636.
Alega erro material na sentença, que julgou improcedente os pedidos, pois o titular a conta de energia é seu ex-marido. Juntou documentos comprobatórios.
Intimada, a parte embargada requereu a rejeição dos embargos.
DECIDO.
Os embargos são próprios e tempestivos, motivo pelo qual os conheço.
Sabe-se que, a despeito de os embargos de declaração em regra visarem afastar obscuridade, suprir omissão ou eliminar contradição existente no julgado, eles podem adquirir caráter infringente, segundo entendimento pacífico do STJ, quando houver um evidente descompasso entre a decisão e o contexto fático-jurídico da causa (1ª Turma, EDcl nos EDcl no AgRg no Ag 314.971/ES, rel. Min. Luiz Fux, j. em 24/11/2004, DJ 31/5/2004, p. 219).
É o que se constata no caso vertente. Analisando os autos constata-se que razão assiste a embargante, pois o imóvel ficou em sua propriedade após o divórcio.
Desse modo, conheço dos embargos, na forma do artigo 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil, e os ACOLHO, para anular a sentença proferida em ID 86259636.
Passo à sentença.
Trata-se de ação de indenização por danos morais com pedido de antecipação da tutela, ajuizada em razão de demora no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica.
Dispensado o relatório, nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.
FUNDAMENTAÇÃO
A preliminar de ilegitimidade passiva já foi debatida, assim, as partes são legítimas, inexistindo preliminares ou questões processuais pendentes.
Passo, pois, à análise do mérito.
Oportuno assentir que o feito deve ser analisado à luz do Código de Defesa do Consumidor e aos princípios a ele inerentes, posto que a relação contratual que se estabeleceu entre os litigantes é inegavelmente de consumo, competindo à empresa concessionária de energia elétrica o ônus operacional e administrativo, bem como o conhecimento técnico necessário e as ações de fiscalização para garantir serviço satisfatório e regularidade dos relógios medidores da energia fornecida.
Conforme dispõe o art. 14 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pelos danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços. Por defeitos na prestação do serviço, a Lei Consumerista traz a premissa da segurança esperada quando da contratação. Ao caso, ainda, cabe a inversão do ônus da prova, diante da hipossuficiência técnica da parte autora, nos moldes do art. 6º, inciso VII do CDC.
Todavia, a inversão do ônus probatório, prevista no art. 6º, inciso VIII, CDC, não é absoluta, devendo ser observada a previsão do Código de Processo Civil, no que diz respeito à distribuição do ônus da prova, cabendo ao autor comprovar os fatos constitutivos do seu direito e ao réu os fatos modificativos, extintivos e impeditivos do autor (art. 373 do CPC). Dispõe o art. 362, V da Resolução n. 1.000/2021 da ANEEL que:
Art. 362. A distribuidora deve restabelecer o fornecimento de energia elétrica nos seguintes prazos, contados de forma contínua e sem interrupção:
V - 48 horas: para religação normal de instalações localizadas em área rural.
A requerida sustenta em sua contestação, que a suspensão no fornecimento de energia ocorreu por situações climáticas adversas, mas que prestou os devidos atendimentos.
No entanto, analisando o conjunto probatório, é possível analisar que houve uma demora no reestabelecimento de energia, que ultrapassou o limite estabelecido no art. 362, V da Resolução n. 1.000/2021 da ANEEL. Visto que o fornecimento foi interrompido em 28/09/2022, a parte ingressou com a ação em 30/09/2022, e no dia 04/10/2022 foi deferida a tutela de urgência determinando o fornecimento de energia.
Desse modo, verifica-se que a requerida falhou na prestação do serviço, pela qual considero abusiva e ilegal a sua demora no restabelecimento, violando direito da parte autora à prestação de serviço público essencial de modo adequado, eficiente, seguro e contínuo (artigo 22 do CDC). Comprovado, no caso, o pedido para a ligação e o atraso, não havendo qualquer fato impeditivo para cumprimento, ônus que competia a concessionária (art. 373, II do CPC e art. 6º do CDC).
Quanto ao pedido de indenização por dano moral, tratando-se de serviço essencial, o dano moral se afigura in re ipsa, ou seja, dispensa a prova do dano. Nesse sentido, colhe-se jurisprudência conforme a seguir:
Apelação cível. Falha na prestação dos serviços. Fatura. Fornecimento de energia. Corte indevido. Danos morais. Configuração. Quantum indenizatório. Manutenção. Recurso não provido. A falha na prestação dos serviços pela concessionária de energia elétrica que resulta na interrupção indevida dos serviços causa ao consumidor transtornos que ultrapassam o simples aborrecimento, configurando ofensa moral. Ausente norma em sentido estrito que indique, de forma objetiva, como fixar a reparação por prejuízo imaterial, o valor fixado pela instância ordinária deve ser mantido quando arbitrado em observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. (TJ-RO - APL: 70020715620178220005 RO 7002071-56.2017.822.0005, Data de Julgamento: 01/04/2019).
CONSUMIDOR. SOLICITAÇÃO DE LIGAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. DEMORA PARA PROCEDER A DISPONIBILIZAÇÃO DO SERVIÇO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. PROPORCIONALIDADE. 1 – Incontroversa nos autos a falha na prestação do serviço público essencial estará evidenciado o abalo moral ao consumidor, que merece ser indenizado. 2 – O quantum indenizatório deve ser justo e razoável ao abalo sofrido pelo consumidor. (RECURSO INOMINADO CÍVEL 7012208-09.2017.822.0002, Rel. Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: Turma Recursal - Porto Velho, julgado em 17/09/2019).
Assim, considerando a prova da conduta da requerida, o dano e o nexo de causalidade, conclui-se pela responsabilidade da requerida em indenizar a parte autora pelos danos morais sofridos. Constatado o dano, faz-se necessária a quantificação da verba indenitária.

Para tanto, a indenização deve ser fixada em termos razoáveis, não se justificando que a reparação venha a se constituir em enriquecimento indevido, devendo o arbitramento operar-se com moderação, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, valendo-se do bom senso, atendendo à realidade da vida, notadamente à situação econômica atual e às peculiaridades de cada caso, cuja quantia será atribuída na parte dispositiva.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, nos termos do art. 38, caput, parágrafo único da Lei n. 9.099/95 e do art. 487, I, do CPC, resolvo o mérito e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial para confirmar a tutela concedida no ID 82623199 e condenar a requerida ao pagamento de indenização por danos morais a parte autora, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) com correção monetária pela tabela do TJRO (INPC) e juros simples de 1% ao mês, ambos a partir do seu arbitramento.
Sem custas e honorários, haja vista tratar-se de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei n. 9.099/95.
Fica a parte vencida ciente da obrigação de pagar o valor determinado no prazo de 15 (quinze) dias, imediatamente após o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, nos moldes do artigo 52, incisos III e IV, LF 9.099/95, e Enunciado Cível FOJUR nº 05, sob pena de incidência da multa legal de inadimplência de 10%, nos termos dos arts. 52, caput, Lei n. 9.099/95, e 523, §1º, CPC/2015).
Com o trânsito em julgado, nada sendo requerido em até 15 dias, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/OFÍCIO.
Nova Brasilândia D´Oeste - RO, 13 de julho de 2023.
{orgao_julgador.magistrado}
Juiz(a) de Direito

Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br
7001342-43.2021.8.22.0020
REQUERENTE: SIMONIA FLEGLER DE ANDRADE
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195, VINICIUS DE SOUZA CAVALCANTE, OAB nº RO10817
REQUERIDO: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ANDRE NOLETO DE MATOS, OAB nº RR1508
DESPACHO
Intime-se a parte requerida para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar conta bancária para a devolução dos valores depositado nos autos, conforme certidão de extrato da conta judicial
Com as informações, expeça-se alvará para transferência ou alvará para levantamento dos valores.
Na inércia em reaver o valor depositado, transfira para a conta judicial centralizadora, administrada pelo Tribunal de Justiça de Rondônia.
Após, em não havendo pendências, arquive-se.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Disposições para a CPE, sem prejuízo de outros expediente que sejam necessários:
1. Fica a parte executada intimada via DJe.
2. Com as informações, expeça-se alvará para transferência ou alvará para levantamento dos valores.
3. Nada sendo requerido, transfira para a conta judicial centralizadora, administrada pelo Tribunal de Justiça de Rondônia.
4. Oportunamente, arquivem-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO.
Nova Brasilândia do Oeste/RO, 17 de julho de 2023.
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Bairro Setor 003, CEP 76958-000, Nova Brasilândia D'Oeste, novabrasilandiacpe@tjro.jus.br Processo nº: 7000230-68.2023.8.22.0020
Classe: Divórcio Litigioso
REQUERENTES: L. A. P., D. P. D. E. D. R.
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DANIELI CRISTINE MARZAROTTO, OAB nº RO8178, ALICE SIRLEI MINOSSO, OAB nº RO1719A, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDO: A. S.
ADVOGADO DO REQUERIDO: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195
DESPACHO
Vistos e examinados.
1. Intimem-se as partes para que especifiquem as provas que ainda pretendem produzir, justificando a pertinência e necessidade de produção, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 357 do CPC/2015).
Nova Brasilândia d´Oeste RO, 17 de julho de 2023
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Nova Brasilândia do Oeste - Vara Única
Rua Príncipe da Beira, nº 1491, Setor 13, Nova Brasilândia do Oeste/RO, CEP: 76.958-000

Processo nº: 7000306-92.2023.8.22.0020 Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Rural (Art. 48/51)
AUTOR: ALBERTINA EZEQUIEL DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS, OAB nº RO5822
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
D E S P A C H O
Vistos.
Chamo o feito à ordem para tornar sem efeito o despacho proferido no Id 88976145.
Trata-se de ação de conversão de benefício por incapacidade em aposentadoria por idade rural.
Recebo a inicial e defiro a gratuidade da justiça à autora, visto que comprovou a insuficiência de recursos financeiros, nos termos do art. 98 do CPC.
Cite-se o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, por meio de seus procuradores, com as advertências legais (Art. 183, do CPC), via sistema PJE, para apresentar sua defesa ou sua proposta de acordo (conforme estabelece o inciso I, do art. 2°, da Recomendação Conjunta n. 1, do CNJ).
Apresentada a contestação com preliminares e documentos ou a proposta de acordo, dê-se vistas à parte autora para réplica e dizer sobre o interesse na produção de outras provas, em 15 (quinze) dias, conforme o art. 437, §1°, do CPC.
Após, voltem os autos conclusos.
Libere-se a pauta de audiência.
Cumpra-se.
Nova Brasilândia do Oeste/RO, 17 de julho de 2023 .
Denise Pipino Figueiredo
Juiz (a) de Direito
ATA DE AUDIÊNCIA
AUDIÊNCIA REALIZADA EM : 13 DE JULHO DE 2023
JUIZA DE DIREITO : DENISE PIPINO FIGUEIREDO

AUTOS N. : 7000674-04.2023.8.22.0020
TIPIFICAÇÃO : PROCESSO DA ÁREA CÍVEL
REQUERENTE : ANA PAULA DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO : VINICIUS DE SOUZA CAVALCANTE
REQUERIDO : INSS
Audiência realizada de forma híbrida, com a presença física da Juíza ao Fórum e telepresencial para as demais partes, posto que não houve objeção.
As partes informadas de que a oitiva das testemunhas e o conteúdo das postulações das partes terão registro audiovisual, conforme “link” constante no sistema de processo eletrônico.
Foram realizadas oitivas das testemunhas. A Advogada da parte autora aduziu alegações finais remissivas. O requerido teve preclusa a oportunidade de oferecer suas finais alegações.
Pela juíza foi proferida o seguinte ato judicial:
I - DA SENTENÇA
I – RELATÓRIO
Trata-se de Ação Previdenciária movida por ANA PAULA DOS SANTOS SILVA em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, objetivando a concessão do benefício de salário-maternidade.
Menciona que no dia 16.12.2022 teve seu filho e por isso protocolou pedido administrativo junto ao requerido, na data de 11.01.2023, para o recebimento de salário-maternidade.
Enfatiza que o benefício foi negado, sob o fundamento que a requerente não comprovou a qualidade de segurada especial.
Destaca, contudo, preencher todos os requisitos para o recebimento do salário maternidade, pois é trabalhadora rural desde a adolescência, razão pela qual postula judicialmente a concessão do mesmo.
Com a inicial vieram mandato e documentos.
Deferida a gratuidade judiciária.
Citado, o INSS, apresentou resposta negando a qualidade de segurado especial.
Designada audiência de instrução e julgamento, forma ouvidas as testemunhas arroladas e apresentada alegações finais.
É o relatório. Decido.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Cuida-se de ação visando a concessão de salário-maternidade.
O artigo 71 da Lei 8.213/91 confere o direito ao benefício de salário-maternidade ora pretendido à segurada, ou seja, à mãe.
A requerente postula o recebimento do salário maternidade, asseverando atendidos os pressupostos de lei.
O salário-maternidade é o benefício previdenciário pago à segurada gestante durante o período de afastamento de suas atividades, no prazo de vinte e oito dias antes e noventa e um dias após o parto.
No Plano de Benefícios da Previdência Social (Lei n.º 8.213/91) as regras para concessão desse benefício foram disciplinadas nos artigos 71 a 73, sendo devido somente à segurada empregada, à trabalhadora avulsa e à empregada doméstica, com duração de cento e vinte dias, podendo ter início no período entre vinte e oito dias antes do parto, e a data da ocorrência deste.
A Lei n.º 8.861, de 25.03.1994, estendeu à segurada especial o direito à percepção de salário-maternidade previsto no art. 71 da Lei de Benefícios, fixando o valor em um salário mínimo, desde que comprovado o exercício da atividade rural nos últimos doze meses imediatamente anteriores à data do início do beneficio, mesmo que de forma descontínua.
Por sua vez, a Lei n.º 9.876, de 26.11.1999, estendeu o salário maternidade a todas as seguradas da Previdência Social, criando regras próprias em relação a valor e ao prazo de carência para a segurada contribuinte individual e especial.
No caso da segurada especial, é exigido o cumprimento de 10 meses de carência, o qual, para a segurada especial equivale à comprovação do exercício de atividade rural em regime de economia familiar pelo período de 10 meses. Nesse sentido, dispõe o artigo 93, § 2.º do Decreto n.º 3.048/99.

Assim, no caso em tela, em se tratando a demandante de segurada especial, insta verificar se restou comprovado o efetivo labor rural em regime de economia familiar nos 10 meses imediatamente anteriores ao parto.
Pois bem. No caso em diapasão vejo estar comprovada à condição de segurada especial da requerente.
Há nos autos documentos que identificam a requerente com o labor agrícola em regime de economia familiar.
Ademais, na audiência realizada nesta data, as testemunhas confirmaram que a autora de fato exerce atividade rural em regime de economia familiar, os quais foram uníssonos em afirmar que a demandante sempre exerceu o labor agrícola, inclusive no período antecedente a sua gravidez.
Assim, considerando os aspectos acima tecidos, porquanto bem confirmou a condição de segurada especial da requerente, necessário se faz a procedência do pedido inicial, eis que a maternidade, de igual forma, findou demonstrada pela certidão de nascimento acostada nos autos, e sequer é ponto controvertido.
Finalmente, a carência própria ao gozo do benefício previdenciário pleiteado restou atendida, como bem delineia as provas carreadas aos autos.
Nessa perspectiva, a pretensão deduzida merece total acolhimento.
III – DISPOSITIVO
Diante do exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido, para condenar o requerido Instituto Nacional do Seguro Social – INSS ao pagamento do salário maternidade à requerente ANA PAULA DOS SANTOS SILVA , no valor de 04 salários mínimos vigentes a data do requerimento administrativo (11.01.2023) devidamente corrigidos.
Quanto à correção monetária, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar as ADIs 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao segundo período, isto é, quanto ao intervalo de tempo compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento. No que concerne a correção anterior a inscrição do precatório, a questão ainda estava pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (RE 870947 RG/SE). No dia 20/09/2017, ao concluir o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 870947, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria dos ministros, seguiu o voto do relator, ministro Luiz Fux, segundo o qual foi afastado o uso da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária dos débitos judiciais da Fazenda Pública, mesmo no período da dívida anterior à expedição do precatório. Em seu lugar, o índice de correção monetária adotado foi o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), considerado mais adequado para recompor a perda de poder de compra. Desse modo, no sentido de cumprir com a decisão do STF, determino sejam os cálculos realizados de acordo com os parâmetros utilizados no site: https://www.jfrs.jus.br/projefweb/ (Correção monetária - Diversos II => [...BTN - INPC (03/91) - UFIR (01/92) - IPCA-E (01/00)], tendo em vista que o programa está de acordo a decisão citada quanto a correção monetária (IPCA-E) ou site https://www.jfrs.jus.br/jusprev2/ (Diversos III => [...BTN – INPC (03/91) - UFIR (01/92) – IPCA-E (01/00) - TR(07/09) – IPCA-E (26/03/15)] * desde que a parcela inicial seja a partir de 26.03.2015, considerando que antes dessa data o programa utiliza a TR entre outras.
Os juros de mora, por sua vez, são devidos no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação - (Súmula n. 204/STJ), até o advento da Lei n. 11.960/2009, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês – ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido –, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação (TRF da 1ª Região – EDAMS0028664-88.2001.4.01.3800/MG, Rel. Desembargadora Federal Neuza Maria Alves da Silva, Segunda Turma, e-DJF1 p. 26 de 06/05/2010).
Com relação aos honorários advocatícios, entendo que estes devem ser fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre as prestações vencidas até a prolação da sentença, nos termos do enunciado da Súmula n. 111 do STJ. Sem custas a luz do disposto no art. 5º,I da Lei Estadual n. 3.896/2016.
A presente sentença não é ilíquida uma vez que os critérios par apuração do montante estão especificados na sentença, tratando-se, portanto, de mero calculo aritmético. Ademais, a razão de ser do reexame necessário é para apurar se o valor a ser pago ultrapassa o montante de mil salários mínimos hipótese essa que não se afigura na presente já que a parte antemão renuncia eventual valor superior ao teto. Sentença publicada em audiência com prazo recursal iniciando na presente data. Registre-se.
Havendo Interposição de recurso de apelação, após cumpridas das formalidades previstas nos §§ 1º e 2º do art. 1.010 do Novo Código de Processo Civil, DETERMINO remessa dos autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região com as homenagens deste Juízo.
DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
1. Após o trânsito em julgado, o exequente deverá apresentar cálculo atualizado acompanhado de demonstrativo do débito elaborado em consonância com o parágrafo único do artigo 798 do CPC.
2. Na sequencia, Intime-se a executada na forma do art. 535 do Novo Código de processo Civil, para, querendo, impugnar a execução, no prazo de 30 (trinta) dias.
3. Desde já arbitro honorários nesta nova fase em 10% (dez por cento) os honorários advocatícios, observas dos os precedentes abaixo citados
Especificamente acerca dos honorários devidos em execução, faço contar que, conforme recente decisão do STJ (AREsp 630.235-RS) e STF (RE 501.340 e RE 472.194), restou sedimentado que nas execuções contra a Fazenda Pública, são devidos os honorários nos seguintes termos: a) se o pagamento for por precatório, somente são devidos os honorários dessa fase se houver impugnação e esta for rejeitada; b) se o pagamento for por RPV, são devidos os honorários dessa fase independentemente de impugnação c) Exceção: a Fazenda Pública não terá que pagar honorários advocatícios caso tenha sido adotada a chamada “execução invertida.
4. Decorrido o prazo sem impugnação aos cálculos, certifique-se nos autos e intime-se o exequente para atualização do débito, incluindo-se o valor dos honorários sucumbenciais desta fase, se houver. Após, expeça-se RPV/Precatório, conforme o caso. Havendo pagamento, expeça-se o competente alvará judicial em nome da parte e/ou advogado, se instrumento de procuração autorizar, para levantamento dos valores (em caso de execução invertida, indevido os honorários da fase de execução).
5. Havendo impugnação, intime-se o exequente para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias. Se concordar com os cálculos do INSS, conclusos para homologação e consequentemente expedição de requisições de pagamento. Se não concordar, vistas dos autos a contadoria do Juízo para realização da conta. Vindo da contadoria, vistas as partes para manifestação em 05 (cinco) dias e conclusos.
Ficam as partes dispensadas de assinatura em razão da audiência ter sido realizada por videoconferência.
NADA MAIS, encerrou-se esta audiência, eu,____, Beatriz Dadalto, Secretária de Gabinete, digitei a presente ata, por determinação, conferindo-a e subscrevendo-a.
Juíza de Direito
ATA DE AUDIÊNCIA
AUDIÊNCIA REALIZADA EM : 13 DE JULHO DE 2023
JUIZA DE DIREITO : DENISE PIPINO FIGUEIREDO

AUTOS N. : 7000890-62.2023.8.22.0020
TIPIFICAÇÃO : PROCESSO DA ÁREA CÍVEL
REQUERENTE : LUIZ GUEDES
ADVOGADA : ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS
REQUERIDO : INSS
Audiência realizada de forma híbrida, com a presença física da Juíza ao Fórum e telepresencial para as demais partes, posto que não houve objeção.
Foram realizadas oitivas das testemunhas, em separado. O(a) Advogado(a) da parte autora aduziu alegações finais remissivas. O requerido teve preclusa a oportunidade de oferecer suas finais alegações.
Pela juíza foi proferida o seguinte ato judicial:
I - DA SENTENÇA
LUIZ GUEDES, qualificada(o) na inicial, ajuíza ação previdenciária, pelo rito ordinário, em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, igualmente qualificada(o), aduzindo, em síntese, que sempre laborou na lida do campo, em regime de economia familiar e adimpliu todos os requisitos para a concessão de aposentadoria por idade. Pugnou pela produção de provas, gratuidade processual, tutela de urgência e ao final, a procedência do(s) pedido(s).
Citado o INSS apresentou resposta na forma de contestação, alegando que não há provas de que o autor adimpliu os requisitos para concessão da aposentadoria.
Realizada audiência de instrução e julgamento, encerrada a instrução processual, a parte autora apresentou alegações finais remissivas. É o relatório. DECIDO.
Trata-se de pedido para a concessão de benefício previdenciário de aposentadoria por idade em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
Presentes os pressupostos processuais e condições da ação, volto ao mérito.
O ponto fulcral da demanda consiste em apurar a respeito do adimplemento dos requisitos para a concessão do benefício previdenciário pleiteado na exordial.
Prefacialmente, cumpre dizer que a qualidade de segurado e a carência mínima exigida para concessão do benefício postulado restaram configuradas nos autos, a teor do exigido no art. 48 da Lei nº 8.213/91. Assim, consigno que, no mérito, o pedido é procedente.
A idade miníma exigida para a aposentação (art. 48, PAR. 1º da Lei 8.213/91) resta evidenciada pelos documentos juntados nos autos. Basta, portanto, averiguar a qualidade de segurado especial.
De feito, houve a comprovação, por parte da Requerente, de seu efetivo exercício rurícola, ainda que de forma descontínua, pelo prazo exigido em lei. Os documentos juntados demonstram que a parte autora adimpliu o prazo de carência e vem exercendo ha mais de quinze anos atividade rural, corroborando o exercício de atividade agrícola e qualidade de segurado especial, por período superior ao exigido - 180 (cento e oitenta) meses -, com base no expresso nos artigos 142 e 143 da Lei n. 8.213/91.
A prova testemunhal colida nesta oportunidade corrobora com os documentos juntados, confirmando que o(a) demandante é segurado(a) especial e atende aos parâmetros estabelecidos pela lei previdenciária para o deferimento do pedido formulado nestes autos.
Quando da análise de pedidos que envolvem o segurado especial, não pode o magistrado ater-se a mera subsunção do fato a norma e exigir formalismo exacerbado, como, por exemplo, o longo lastro documental quanto ao tempo de exercício da atividade especial. O julgador deve adotar visão holística e aprofundar-se na realidade da vida do campo, isto é, a presença massiva de informalidade e a ausência cronológica de documentos contáveis que lastreiam o lapso temporal mínimo para a concessão do benefício pleiteado. Não se trata de uma empresa rural ou qualquer outra entidade em que a ritualística formal esteja presente, tampouco exigida pelo ordenamento jurídico. É dizer, deve analisar a matéria a partir de todas as provas constantes nos autos sem criar embaraços desnecessários ou transformar o rito probante em diabólico. Pensar de modo contrário, é infligir o direito fundamental de acesso a justiça, impedir que os mais necessitados possam vindicar do Estado a concretização, respeito e fomentação de seus direitos, principalmente, os chamados direitos sociais de cunho prestacional. Portanto, entendo estarem comprovados os requisitos legais para o deferimento do pedido: idade mínima exigida, e condição de segurada especial durante a carência.
Consigno, por oportuno, que o valor do benefício é de um salário mínimo, nos termos do art. 143 da Lei n. 8.213/91.
Relativamente ao termo inicial para o recebimento do benefício, entendo que deve se dar a partir de 04.11.2022, data do requerimento administrativo.
DISPOSITIVO.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para CONDENAR o requerido INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS a efetivar a APOSENTADORIA RURAL POR IDADE a parte requerente LUIZ GUEDES a partir de 04.11.2022 data do requerimento administrativo, no valor de 1 (um) salário mínimo, inclusive o 13º salário
No mais, em atenção ao Ofício Circular n. 017/2012/GB/PR, a fim de atender o contido na Recomendação Conjunta n. 04, de 17/05/12, do Conselho Nacional de Justiça, cito as seguintes informações para a implantação do benefício:
Nome do Segurado: LUIZ GUEDES;
Benefício Concedido/Data de Início do Benefício: Aposentadoria rural por idade a partir de 04.11.2022;
Renda Mensal Inicial: 1 salário-mínimo.
Quanto à correção monetária, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar as ADIs 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao segundo período, isto é, quanto ao intervalo de tempo compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento. No que concerne a correção anterior a inscrição do precatório, a questão ainda estava pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (RE 870947 RG/SE). No dia 20/09/2017, ao concluir o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 870947, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria dos ministros, seguiu o voto do relator, ministro Luiz Fux, segundo o qual foi afastado o uso da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária dos débitos judiciais da Fazenda Pública, mesmo no período da dívida anterior à expedição do precatório. Em seu lugar, o índice de correção monetária adotado foi o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), considerado mais adequado para recompor a perda de poder de compra. Desse modo, no sentido de cumprir com a decisão do STF, determino sejam os cálculos realizados de acordo com os parâmetros utilizados no site: https://www.jfrs.jus.br/projefweb/ (Correção monetária - Diversos II => [...BTN - INPC (03/91) - UFIR (01/92) - IPCA-E (01/00)], tendo em vista que o programa está de acordo a decisão citada quanto a correção monetária (IPCA-E) ou site https://www.jfrs.jus.br/jusprev2/ (Diversos III => [...BTN – INPC (03/91) - UFIR (01/92) – IPCA-E (01/00) - TR(07/09) – IPCA-E (26/03/15)] * desde que a parcela inicial seja a partir de 26.03.2015, considerando que antes dessa data o programa utiliza a TR entre outras.

Os juros de mora, por sua vez, são devidos no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação - (Súmula n. 204/STJ), até o advento da Lei n. 11.960/2009, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês – ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido –, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação (TRF da 1ª Região – EDAMS0028664-88.2001.4.01.3800/MG, Rel. Desembargadora Federal Neuza Maria Alves da Silva, Segunda Turma, e-DJF1 p. 26 de 06/05/2010).

Com relação aos honorários advocatícios, entendo que estes devem ser fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre as prestações vencidas até a prolação da sentença, nos termos do enunciado da Súmula n. 111 do STJ. Sem custas a luz do disposto no art. 5º,I da Lei Estadual n. 3.896/2016.

A presente sentença não é ilíquida uma vez que os critérios par apuração do montante estão especificados na sentença, tratando-se, portanto, de mero calculo aritmético. Ademais, a razão de ser do reexame necessário é para apurar se o valor a ser pago ultrapassa o montante de mil salários mínimos hipótese essa que não se afigura na presente já que a parte antemão renuncia eventual valor superior ao teto. Sentença publicada em audiência com prazo recursal iniciando na presente data. Registre-se.

Havendo Interposição de recurso de apelação, após cumpridas das formalidades previstas nos §§ 1º e 2º do art. 1.010 do Novo Código de Processo Civil, DETERMINO remessa dos autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região com as homenagens deste Juízo.

Implementação do benefício

SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO E OFÍCIO.

Preenchidos os requisitos previstos no art. 300 do CPC (benefício atual e de caráter alimentar), pois confirmada a incapacidade laboral da parte autora e a imprescindibilidade do benefício para o sustento diário, antecipo a Tutela de Urgência no momento. Determino o cumprimento imediato da sentença, com base nos Arts. 513 caput e art. 497 do Código de Processo Civil. Nestes termos, para fins de celeridade processual e efetivação do comando, proceda a parte autora a entrega/remessa da presente para os e-mails: elabdj.gexptv@inss.gov.br - apsdj26001200@inss.gov.br, com os respectivos documentos necessários, e no prazo de 05 dias comprove nos autos a entrega, cabendo ao INSS efetuar a implantação em até 30 dias do protocolo. Serve a presente como ofício.

II – DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

1. Após o trânsito em julgado, o exequente deverá apresentar cálculo atualizado acompanhado de demonstrativo do débito elaborado em consonância com o parágrafo único do artigo 798 do CPC.

2. Na sequência, Intime-se a executada na forma do art. 535 do Novo Código de processo Civil, para, querendo, impugnar a execução, no prazo de 30 (trinta) dias.

3. Desde já arbitro honorários nesta nova fase em 10% (dez por cento) os honorários advocatícios, observados os precedentes abaixo citados.

Especificamente acerca dos honorários devidos em execução, faço contar que, conforme recente decisão do STJ (AREsp 630.235-RS) e STF (RE 501.340 e RE 472.194), restou sedimentado que nas execuções contra a Fazenda Pública, são devidos os honorários nos seguintes termos: a) se o pagamento for por precatório, somente são devidos os honorários dessa fase se houver impugnação e esta for rejeitada; b) se o pagamento for por RPV, são devidos os honorários dessa fase independentemente de impugnação c) Exceção: a Fazenda Pública não terá que pagar honorários advocatícios caso tenha sido adotada a chamada “execução invertida.

4. Decorrido o prazo sem impugnação aos cálculos, certifique-se nos autos e intime-se o exequente para atualização do débito, incluindo-se o valor dos honorários sucumbenciais desta fase, se houver. Após, expeça-se RPV/Precatório, conforme o caso. Havendo pagamento, expeça-se o competente alvará judicial em nome da parte e/ou advogado, se instrumento de procuração autorizar, para levantamento dos valores (em caso de execução invertida, indevido os honorários da fase de execução).

5. Havendo impugnação, intime-se o exequente para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias. Se concordar com os cálculos do INSS, conclusos para homologação e consequentemente expedição de requisições de pagamento. Se não concordar, vistas dos autos a contadoria do Juízo para realização da conta. Vindo da contadoria, vistas as partes para manifestação em 05 (cinco) dias e conclusos.

Ficam as partes dispensadas de assinatura em razão da audiência ter sido realizada por videoconferência.

NADA MAIS, encerrou-se esta audiência, eu,____, Beatriz Dadalto, Secretária de Gabinete, digitei a presente ata, por determinação, conferindo-a e subscrevendo-a.

Juíza de Direito

ATA DE AUDIÊNCIA

AUDIÊNCIA REALIZADA EM : 13 DE JULHO DE 2023

JUIZA DE DIREITO : DENISE PIPINO FIGUEIREDO

AUTOS N. : 7000466-20.2023.8.22.0020

TIPIFICAÇÃO : PROCESSO DA ÁREA CÍVEL

REQUERENTE : LECI MARTINS DE SOUZA

ADVOGADA : ADRIANA BEZERRA DOS SANTOS

REQUERIDO : INSS

Audiência realizada de forma híbrida, com a presença física da Juíza ao Fórum e telepresencial para as demais partes, posto que não houve objeção.

Foram realizadas oitivas das testemunhas, em separado. O(a) Advogado(a) da parte autora aduziu alegações finais remissivas. O requerido teve preclusa a oportunidade de oferecer suas finais alegações.

Pela juíza foi proferida o seguinte ato judicial:

I - DA SENTENÇA

LECI MARTINS DE SOUZA, qualificada(o) na inicial, ajuíza ação previdenciária, pelo rito ordinário, em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, igualmente qualificada(o), aduzindo, em síntese, que sempre laborou na lida do campo, em regime de economia familiar e adimpliu todos os requisitos para a concessão de aposentadoria por idade. Pugnou pela produção de provas, gratuidade processual, tutela de urgência e ao final, a procedência do(s) pedido(s).

Citado o INSS apresentou resposta na forma de contestação, alegando que não há provas de que o autor adimpliu os requisitos para concessão da aposentadoria.

Realizada audiência de instrução e julgamento, encerrada a instrução processual, a parte autora apresentou alegações finais remissivas.

É o relatório. DECIDO.

Trata-se de pedido para a concessão de benefício previdenciário de aposentadoria por idade em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Presentes os pressupostos processuais e condições da ação, volto ao mérito.

O ponto fulcral da demanda consiste em apurar a respeito do adimplemento dos requisitos para a concessão do benefício previdenciário pleiteado na exordial.

Prefacialmente, cumpre dizer que a qualidade de segurado e a carência mínima exigida para concessão do benefício postulado restaram configuradas nos autos, a teor do exigido no art. 48 da Lei nº 8.213/91. Assim, consigno que, no mérito, o pedido é procedente.

A idade miníma exigida para a aposentação (art. 48, PAR. 1º da Lei 8.213/91) resta evidenciada pelos documentos juntados nos autos. Basta, portanto, averiguar a qualidade de segurado especial.

De feito, houve a comprovação, por parte da Requerente, de seu efetivo exercício rurícola, ainda que de forma descontínua, pelo prazo exigido em lei. Os documentos juntados demonstram que a parte autora adimpliu o prazo de carência e vem exercendo ha mais de quinze anos atividade rural, corroborando o exercício de atividade agrícola e qualidade de segurado especial, por período superior ao exigido - 180 (cento e oitenta) meses -, com base no expresso nos artigos 142 e 143 da Lei n. 8.213/91.

A prova testemunhal colida nesta oportunidade corrobora com os documentos juntados, confirmando que o(a) demandante é segurado(a) especial e atende aos parâmetros estabelecidos pela lei previdenciária para o deferimento do pedido formulado nestes autos.

Quando da análise de pedidos que envolvem o segurado especial, não pode o magistrado ater-se a mera subsunção do fato a norma e exigir formalismo exacerbado, como, por exemplo, o longo lastro documental quanto ao tempo de exercício da atividade especial. O julgador deve adotar visão holística e aprofundar-se na realidade da vida do campo, isto é, a presença massiva de informalidade e a ausência cronológica de documentos contáveis que lastreiam o lapso temporal mínimo para a concessão do benefício pleiteado. Não se trata de uma empresa rural ou qualquer outra entidade em que a ritualística formal esteja presente, tampouco exigida pelo ordenamento jurídico. É dizer, deve analisar a matéria a partir de todas as provas constantes nos autos sem criar embaraços desnecessários ou transformar o rito probante em diabólico. Pensar de modo contrário, é infligir o direito fundamental de acesso a justiça, impedir que os mais necessitados possam vindicar do Estado a concretização, respeito e fomentação de seus direitos, principalmente, os chamados direitos sociais de cunho prestacional. Portanto, entendo estarem comprovados os requisitos legais para o deferimento do pedido: idade mínima exigida, e condição de segurada especial durante a carência.

Consigno, por oportuno, que o valor do benefício é de um salário mínimo, nos termos do art. 143 da Lei n. 8.213/91.

Relativamente ao termo inicial para o recebimento do benefício, entendo que deve se dar a partir de 23.09.2022, data do requerimento administrativo.

DISPOSITIVO.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para CONDENAR o requerido INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS a efetivar a APOSENTADORIA RURAL POR IDADE a parte requerente LECI MARTINS DE SOUZA a partir de 23.09.2022 data do requerimento administrativo, no valor de 1 (um) salário mínimo, inclusive o 13º salário.

No mais, em atenção ao Ofício Circular n. 017/2012/GB/PR, a fim de atender o contido na Recomendação Conjunta n. 04, de 17/05/12, do Conselho Nacional de Justiça, cito as seguintes informações para a implantação do benefício:

Nome do Segurado: LECI MARTINS DE SOUZA;

Benefício Concedido/Data de Início do Benefício: Aposentadoria rural por idade a partir de 23.09.2022;

Renda Mensal Inicial: 1 salário-mínimo.

Quanto à correção monetária, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar as ADIs 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao segundo período, isto é, quanto ao intervalo de tempo compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento. No que concerne a correção anterior a inscrição do precatório, a questão ainda estava pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (RE 870947 RG/SE). No dia 20/09/2017, ao concluir o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 870947, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria dos ministros, seguiu o voto do relator, ministro Luiz Fux, segundo o qual foi afastado o uso da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária dos débitos judiciais da Fazenda Pública,

mesmo no período da dívida anterior à expedição do precatório. Em seu lugar, o índice de correção monetária adotado foi o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), considerado mais adequado para recompor a perda de poder de compra. Desse modo, no sentido de cumprir com a decisão do STF, determino sejam os cálculos realizados de acordo com os parâmetros utilizados no site: https://www.jfrs.jus.br/projefweb/ (Correção monetária - Diversos II => [...BTN - INPC (03/91) - UFIR (01/92) - IPCA-E (01/00)], tendo em vista que o programa está de acordo a decisão citada quanto a correção monetária (IPCA-E) ou site https://www.jfrs.jus.br/jusprev2/ (Diversos III => [...BTN – INPC (03/91) - UFIR (01/92) – IPCA-E (01/00) - TR(07/09) – IPCA-E (26/03/15)] * desde que a parcela inicial seja a partir de 26.03.2015, considerando que antes dessa data o programa utiliza a TR entre outras.

Os juros de mora, por sua vez, são devidos no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação - (Súmula n. 204/STJ), até o advento da Lei n. 11.960/2009, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês – ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido –, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação (TRF da 1ª Região – EDAMS0028664-88.2001.4.01.3800/MG, Rel. Desembargadora Federal Neuza Maria Alves da Silva, Segunda Turma, e-DJF1 p. 26 de 06/05/2010).

Com relação aos honorários advocatícios, entendo que estes devem ser fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre as prestações vencidas até a prolação da sentença, nos termos do enunciado da Súmula n. 111 do STJ. Sem custas a luz do disposto no art. 5º,I da Lei Estadual n. 3.896/2016.

A presente sentença não é ilíquida uma vez que os critérios par apuração do montante estão especificados na sentença, tratando-se, portanto, de mero calculo aritmético. Ademais, a razão de ser do reexame necessário é para apurar se o valor a ser pago ultrapassa o montante de mil salários mínimos hipótese essa que não se afigura na presente já que a parte antemão renuncia eventual valor superior ao teto. Sentença publicada em audiência com prazo recursal iniciando na presente data. Registre-se.

Havendo Interposição de recurso de apelação, após cumpridas das formalidades previstas nos §§ 1º e 2º do art. 1.010 do Novo Código de Processo Civil, DETERMINO remessa dos autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região com as homenagens deste Juízo.

Implementação do benefício

SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO E OFÍCIO.

Preenchidos os requisitos previstos no art. 300 do CPC (benefício atual e de caráter alimentar), pois confirmada a incapacidade laboral da parte autora e a imprescindibilidade do benefício para o sustento diário, antecipo a Tutela de Urgência no momento. Determino o cumprimento imediato da sentença, com base nos Arts. 513 caput e art. 497 do Código de Processo Civil. Nestes termos, para fins de celeridade processual e efetivação do comando, proceda a parte autora a entrega/remessa da presente para os e-mails: elabdj.gexptv@inss.gov.br - apsdj26001200@inss.gov.br, com os respectivos documentos necessários, e no prazo de 05 dias comprove nos autos a entrega, cabendo ao INSS efetuar a implantação em até 30 dias do protocolo. Serve a presente como ofício.

II – DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

1. Após o trânsito em julgado, o exequente deverá apresentar cálculo atualizado acompanhado de demonstrativo do débito elaborado em consonância com o parágrafo único do artigo 798 do CPC.

2. Na sequência, Intime-se a executada na forma do art. 535 do Novo Código de processo Civil, para, querendo, impugnar a execução, no prazo de 30 (trinta) dias.

3. Desde já arbitro honorários nesta nova fase em 10% (dez por cento) os honorários advocatícios, observados os precedentes abaixo citados.

Especificamente acerca dos honorários devidos em execução, faço contar que, conforme recente decisão do STJ (AREsp 630.235-RS) e STF (RE 501.340 e RE 472.194), restou sedimentado que nas execuções contra a Fazenda Pública, são devidos os honorários nos seguintes termos: a) se o pagamento for por precatório, somente são devidos os honorários dessa fase se houver impugnação e esta for rejeitada; b) se o pagamento for por RPV, são devidos os honorários dessa fase independentemente de impugnação c) Exceção: a Fazenda Pública não terá que pagar honorários advocatícios caso tenha sido adotada a chamada “execução invertida.

4. Decorrido o prazo sem impugnação aos cálculos, certifique-se nos autos e intime-se o exequente para atualização do débito, incluindo-se o valor dos honorários sucumbenciais desta fase, se houver. Após, expeça-se RPV/Precatório, conforme o caso. Havendo pagamento, expeça-se o competente alvará judicial em nome da parte e/ou advogado, se instrumento de procuração autorizar, para levantamento dos valores (em caso de execução invertida, indevido os honorários da fase de execução).

5. Havendo impugnação, intime-se o exequente para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias. Se concordar com os cálculos do INSS, conclusos para homologação e consequentemente expedição de requisições de pagamento. Se não concordar, vistas dos autos a contadoria do Juízo para realização da conta. Vindo da contadoria, vistas as partes para manifestação em 05 (cinco) dias e conclusos.

Ficam as partes dispensadas de assinatura em razão da audiência ter sido realizada por videoconferência.

NADA MAIS, encerrou-se esta audiência, eu,____, Beatriz Dadalto, Secretária de Gabinete, digitei a presente ata, por determinação, conferindo-a e subscrevendo-a.

Juíza de Direito

COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI

1ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Presidente Médici - Vara Única
Endereço: Av. Castelo Branco, 2667, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
==========
Processo nº: 7000674-46.2023.8.22.0006 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (14695)
REQUERENTE: JACILDA DO NASCIMENTO SANTOS
Advogados do(a) REQUERENTE: CAROLINE COSTA CARNEIRO - RO10965, VALTER CARNEIRO - RO2466-A
REQUERIDO: IPERON - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO ESTADO DE RONDONIA
Intimação AO REQUERENTE
Por determinação do(a) MM. Juiz(a) de Direito, deste Juizado Especial da Fazenda Pública, fica Vossa Senhoria intimada para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar impugnação à contestação.
Presidente Médici/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Presidente Médici - Vara Única
Endereço: Av. Castelo Branco, 2667, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
==========
Processo nº: 7001948-50.2020.8.22.0006 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: LUCIELDA CARNEIRO BARRETO
Advogados do(a) EXEQUENTE: CECILIA TERESA CONDI BREVIGLIERI - RO9271, VALTAIR DE AGUIAR - RO5490
NÃO DENUNCIADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Intimação AO EXEQUENTE (VIA DJE)
Finalidade: Intimar a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar sobre a petição apresentada pela parte executada ID nº 92845913.
Presidente Médici/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Presidente Médici - Vara Única
Endereço: Av. Castelo Branco, 2667, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
==========
Processo nº: 7000048-61.2022.8.22.0006
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: ADAILZA DE SOUZA MELO
Advogado do(a) EXEQUENTE: JOILSON SANTOS DE ALMEIDA - RO0003505A
NÃO DENUNCIADO: ESTADO DE RONDÔNIA
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar a parte exequente para informar se houve pagamento da RPV expedida nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Presidente Médici/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Presidente Médici - Vara Única
Endereço: Av. Castelo Branco, 2667, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
==========
Processo nº: 7001917-30.2020.8.22.0006
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: VERONICA CLAUDIA ALVES DA ROCHA
Advogados do(a) EXEQUENTE: CECILIA TERESA CONDI BREVIGLIERI - RO9271, VALTAIR DE AGUIAR - RO5490
NÃO DENUNCIADO: ESTADO DE RONDÔNIA
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar a parte exequente para informar se houve pagamento da RPV expedida nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Presidente Médici/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Presidente Médici - Vara Única
Endereço: Av. Castelo Branco, 2667, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000

==========
Processo nº: 7000939-53.2020.8.22.0006
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: DULCINERI PAPALEO COSTA MOREIRA
Advogados do(a) EXEQUENTE: AGNYS FOSCHIANI HELBEL - RO0006573A, THAYSA SILVA DE OLIVEIRA - RO0006577A
NÃO DENUNCIADO: ESTADO DE RONDÔNIA
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar a parte exequente para informar se houve pagamento da RPV expedida nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Presidente Médici/RO, 14 de julho de 2023.

Comarca de Presidente Presidente Médici/RO - Cartório Cível
Rua Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 – Fone: (69) 3309-8171 - E-Mail: pme1civel@tjro.jus.br
Processo nº: 7001136-37.2022.8.22.0006.
AUTOR: CICERO JOSE BESERRA.
REU: BANCO BMG S.A.
Advogado do(a) REU: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO - PE32766
Intimação À PARTE REQUERIDA (VIA DJE)
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Presidente Médici, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Presidente Médici - Vara Única
Endereço: Av. Castelo Branco, 2667, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
==========
Processo nº: 7001959-11.2022.8.22.0006 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (14695)
REQUERENTE: CLAUCIA GOMES MARTINS
Advogados do(a) REQUERENTE: JOSE IZIDORO DOS SANTOS - RO4495, ROBISMAR PEREIRA DOS SANTOS - RO5502
REQUERIDO: ESTADO DE RONDÔNIA
Intimação AO REQUERENTE (VIA DJE)
Finalidade: Considerando que a parte requerida apresentou recurso em face à r. sentença, promovo a intimação da parte autora para, em 10 (dez) dias, apresentar contrarrazões.
Presidente Médici/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Presidente Médici - Vara Única
Endereço: Av. Castelo Branco, 2667, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
==========
Processo nº: 7001957-12.2020.8.22.0006
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: ERICA MENDES ANCHIETA BEZERRA
Advogados do(a) EXEQUENTE: CECILIA TERESA CONDI BREVIGLIERI - RO9271, VALTAIR DE AGUIAR - RO5490
NÃO DENUNCIADO: ESTADO DE RONDÔNIA
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar a parte exequente para informar se houve pagamento da RPV expedida nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Presidente Médici/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Presidente Médici - Vara Única
Endereço: Av. Castelo Branco, 2667, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
==========

Processo nº: 7001229-68.2020.8.22.0006
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: AMILTON GOMES DE PAULA
Advogado do(a) EXEQUENTE: PAULO ROBSON SOUZA PAULA - RO9942
NÃO DENUNCIADO: ESTADO DE RONDÔNIA
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar a parte exequente para informar se houve pagamento da RPV expedida nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Presidente Médici/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Presidente Médici - Vara Única
Endereço: Av. Castelo Branco, 2667, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
==========
Processo nº: 7001386-07.2021.8.22.0006
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: MARCOS ROBERTO DA SILVA CEZAR
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARILENE RAIMUNDA CAMPOS - RO9018
NÃO DENUNCIADO: ESTADO DE RONDÔNIA
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar a parte exequente para informar se houve pagamento da RPV expedida nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Presidente Médici/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Presidente Médici - Vara Única
Endereço: Av. Castelo Branco, 2667, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
==========
Processo nº: 7000945-60.2020.8.22.0006 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: ELIZABETH VIEIRA
Advogados do(a) EXEQUENTE: AGNYS FOSCHIANI HELBEL - RO0006573A, THAYSA SILVA DE OLIVEIRA - RO0006577A
NÃO DENUNCIADO: ESTADO DE RONDÔNIA
Intimação AO EXEQUENTE (VIA DJE)
Finalidade: Intimar a parte exequente para informar se houve pagamento da RPV expedida nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Presidente Médici/RO, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de Presidente Médici - Vara Única
Endereço: Av. Castelo Branco, 2667, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
==========
Processo nº: 7000427-02.2022.8.22.0006
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: SEBASTIAO MARTINS PRADO
Advogados do(a) EXEQUENTE: JOILSON SANTOS DE ALMEIDA - RO0003505A, PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR - RO0002394A
NÃO DENUNCIADO: ESTADO DE RONDÔNIA
ATO ORDINATÓRIO
Finalidade: Intimar a parte exequente para informar se houve pagamento da RPV expedida nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Presidente Médici/RO, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.
PROCESSO: 7000545-80.2019.8.22.0006
SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDOS: LUCIANE NUNES LOPES DO COUTO, CPF nº 91184673934, FABIO LUIZ NUNES LOPES, CPF nº 27191257253, MARIA DE LOURDES MIRANDA OLIVEIRA, CPF nº 13967606287
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: SARA GESSICA GOUBETI MELOCRA, OAB nº RO5099A, WELINTON DE LIMA FREITAS, OAB nº RO11716, EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA, OAB nº RO11524
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de Ação de Inventário, ambas partes acima já qualificadas e regularmente representadas nos autos.

Os autores, FABIO LUIZ NUNES LOPES e LUCIANE NUNES LOPES apresentaram embargos de declaração, alegando obscuridade referente ao valor da causa e, consequentemente, a multa. No caso, verifica-se que objetiva modificar a decisão embargada, extrapolando, assim, o campo delimitado desta via recursal, exigindo recurso processual diverso, qual seja recurso inominado.

É cediço que os embargos de declaração têm a finalidade de esclarecer, tornar claro o julgado, sem lhe modificar, em princípio, sua substância. Não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões e esclarecer obscuridades porventura encontradas.

Sobre este tema, afirmam Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Nery que:

"Os EDcl têm finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições. Não têm caráter substitutivo da decisão embargada, mas sim integrativo ou aclaratório. Como regra, não têm caráter substitutivo, modificador ou infringente do julgado" (Código de Processo Civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 1045).

Nesse sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

"Rediscutir, pois as questões apreciadas, com o reforço ou inovação argumentativa, constitui delírio na via processual declaratória. A motivação do convencimento do Juiz não impõe que expresse razões versando todos os argumentos delineados pelas partes, por mais importantes possam lhes parecer" (Embargos de Declaração no REsp 38.344 PR. Relator Ministro Milton Luiz Pereira).

Ainda, os embargos de declaração não se prestam a corrigir possíveis erros de julgamento. STF. Plenário. RE 194662 Ediv-ED-ED/BA, rel. orig. Min. Sepúlveda Pertence, red. p/ o acórdão Min. Marco Aurélio, julgado em 14/5/2015 (Info 785).

Verifico, ademais, que os embargos são meramente protelatórios, eis que manifestamente incabíveis.

Estabelece o CPC:

Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

III - corrigir erro material.

No presente caso não houve nenhuma das hipóteses citadas acima.

Neste sentido:

Embargos de declaração. Omissão. Inexistência. Não havendo contradição, omissão ou obscuridade, que são os três vícios que se corrigem mediante embargos declaratórios, não se admite o recurso, por não se prestarem os embargos ao simples reexame da causa. (TJ-RO - AC: 70193974120178220001 RO 7019397-41.2017.822.0001, Data de Julgamento: 07/06/2019)

A parte requer a reanálise do quantum indenizatório. Para reanálise da indenização deveria a parte propor recurso próprio.

À toda evidência, deve o embargante ser penalizado com a multa prevista no Código de Processo Civil, porquanto adequada ao caso, vejamos.

Art. 1.026. Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.

...

§ 2º Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa.

Neste sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. OFENSA À HONRA. EXISTÊNCIA. VERIFICAÇÃO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. ENUNCIADO 7 DA SÚMULA DO STJ. DANO MORAL IN RE IPSA. INDENIZAÇÃO. REVISÃO. NÃO CABIMENTO. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. CARÁTER PROTELATÓRIO. MULTA MANTIDA. 1. O Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, entendeu pela ocorrência do dano moral. A revisão do citado entendimento esbarraria no óbice do verbete 7 da Súmula/STJ. 2. Esta Corte tem jurisprudência pacífica no sentido de que o simples ato de inscrever, indevidamente, o nome da pessoa, física ou jurídica, em cadastros de inadimplência, acarreta dano moral in re ipsa. 3. Admite a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, excepcionalmente, em recurso especial, reexaminar o valor fixado a título de indenização por danos morais, quando ínfimo ou exagerado. Hipótese, todavia, em que o valor foi estabelecido na instância ordinária, atendendo às circunstâncias de fato da causa, de forma condizente com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. 4. Não caracterizada qualquer omissão, contradição ou obscuridade, no julgado proferido nos embargos opostos na origem, considerando-os meramente protelatórios, mantida a multa aplicada na origem. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no REsp: 1269426 SC 2011/0183721-8, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 12/11/2013, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 06/12/2013)

Ademais, nada impede, em análises futuras, que a parte requerida seja condenada também em litigância de má-fé. Neste sentido já analisou o STJ em recurso repetitivo:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM INTUITO MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIO. CUMULAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 538 DO CPC COM INDENIZAÇÃO POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, PREVISTA NO ART. 18, § 2º, DO MESMO DIPLOMA. CABIMENTO, POR SE TRATAR DE SANÇÕES QUE TÊM NATUREZAS DIVERSAS. 1. Para fins do art. 543-C do CPC: A multa prevista no artigo 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil tem caráter eminentemente administrativo - punindo conduta que ofende a dignidade do tribunal e a função pública do processo -, sendo possível sua cumulação com a sanção prevista nos artigos 17, VII e 18, § 2º, do Código de Processo Civil, de natureza reparatória. 2. No caso concreto, recurso especial não provido. (REsp 1250739/PA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 04/12/2013, DJe 17/03/2014)

Pelo exposto, rejeito os embargos de declaração.

Por conseguinte, determino a CPE para que retifique o valor da causa, devendo constar: R$ 37.970,16 (trinta e sete mil novecentos e setenta reais e dezesseis centavos), conforme últimas declarações apresentadas pelos Requerentes no id. 77673979.

Restituo o prazo para eventual recurso.

Decorrido o prazo, torne os autos conclusos para decisão.

Intimem-se.

Pratique-se o necessário.

SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, OFÍCIO, PRECATÓRIA.

Presidente Médici segunda-feira, 17 de julho de 2023

Marisa de Almeida

Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.
PROCESSO: 7000686-65.2020.8.22.0006
AUTORES: LUSIA ROSA RUAS, CPF nº 31231560282, CRISTINA APARECIDA ROSA RUAS, CPF nº 29000823234, MARIA DE LOURDES ROSA ONORIO, CPF nº 19105444268, ELIZETE ROSA RUAS MEDRADES, CPF nº 66939259287, VANILDO LEOLINO RUAS, CPF nº 13957660297, VALDETE LEOLINO RUAS, CPF nº 13893599215, VALDIR LEOLINO RUAS, CPF nº 23908157234, JOSE CARLOS LEOLINO RUAS, CPF nº 27190188215
ADVOGADOS DOS AUTORES: PEDRO FELIPE DE OLIVEIRA MIRANDA, OAB nº RO9489, ELISANGELA DE OLIVEIRA TEIXEIRA MIRANDA, OAB nº RO1043, cibele moreira do nascimento cutulo, OAB nº RO6533
REU: GILMAR DE CASTRO, CPF nº 58817077291
ADVOGADOS DO REU: DAIANE TAUA GOMES DE SOUSA DUTRA, OAB nº RO10403, GILVAN DE CASTRO ARAUJO, OAB nº RO4589
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de ação declaratória de nulidade de negócio jurídico de doação.
Conforme os termos da decisão de id. 91675751, foi rejeitada a preliminar de impugnação da justiça gratuita. No mesmo ato, foi acolhida em parte a preliminar arguida pelo requerido, chamando o feito à ordem para regularizar o polo passivo da demanda.
Foi determinado a intimação dos requerentes para incluírem no polo passivo da demanda a cônjuge do requerido, Sra. Claudionice Leolino de Araújo Castro.
Na petição de id. 91933273, o requerido opôs embargos de declaração, alegando que, após acolher a preliminar de citação do seu cônjuge, o feito deveria ser extinto sem resolução do mérito.
Intimado, os requerentes oporão embargos de declaração, sustentando padece de contradição, pois, segundo estes, o imóvel alvo da presente foi transferido ao requerido por doação, assim, o requerido e sua esposa são casados sob o regime de comunhão parcial de bens, e, segundo o art. 1.659, exclui-se da comunhão de bens os bens obtidos através de doação ou sucessão. Portanto, não há que se falar na inclusão do cônjuge do requerido no polo passivo da demanda.
Decido.
Inicialmente, cumpre esclarecer que os presentes embargos preenchem todos os pressupostos de admissibilidade, motivo pelo qual deve ser conhecido.
O art. 1.022 do Código de Processo Civil dispõe o seguinte:
art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:
I – esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;
II – suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;
III – corrigir erro material;
1. Dos embargos oposto pelo requerido
Nos embargos encartado no id. 91933273, o requerido requer a extinção do feito sem resolução do mérito alegando que por não incluir a sua cônjuge no polo passivo há nulidade absoluta para tramitação do feito.
Analisando os autos e o pleito, verifico que não existe nenhum vício, ora mencionado pelo embargante, mas, apenas entendimento contrário.
Como exposto na decisão de id. 91675751, foi acolhida parcialmente a preliminar ora arguida pelo embargante, sendo o feito chamado a ordem a fim de regularizar o polo passivo da demanda.
Desta forma, na decisão embargada, a nulidade foi reconhecida, sendo os autores intimados para sanarem o vício, devendo no ato de sua intimação, regularizarem o polo passivo a fim de incluir sua esposa.
Como já apresentado no id. 92697456, os autores já apresentaram a qualificação do cônjuge do requerido, sendo que a mesma será integrada no polo passivo e será devidamente citada/intimada para apresentar contestação, etc.
Destaco que a parte pretende reforma da decisão o qual não compreende nenhuma das hipóteses do artigo 1.022 do Código de Processo Civil.
Não se observam vícios a serem sanadas, mormente diante da fundamentação contida na própria decisão.
Portanto, conheço e rejeito os embargos de id. 91933273 e mantenho inalterados os termos da decisão de id. 91675751.
2. Dos embargos opostos pelos autores
Nos embargos de id. 92185604, os requerentes informam que a decisão ora embargada contém contradição quanto a determinação de inclusão da Cônjuge do requerido no polo passivo da demanda.
Compulsando os autos, verifica-se que o requerido casou-se em 20/07/1996, tendo sido transferido o bem imóvel em debate somente em 03/06/2019.
Depreende-se que os documentos acostado nos autos demonstram que a posse do imóvel objeto da lide está sendo exercida tanto pelo requerido com pela sua cônjuge, assim, tendo o objetivo de reconhecer, constituir ou extinguir o ônus sobre o imóvel de um dos cônjuges é necessária sua integração na ação.
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. AÇÃO POSSESSÓRIA. COMPOSSE. UNIÃO ESTÁVEL. I – Restando evidente a composse, o cônjuge ou companheiro do réu deve compor o polo passivo da ação possessória, em litisconsórcio passivo necessário, nos termos do art. 73, §§ 2º e 3º, do CPC. II - Recurso provido. (TJ-MG - AI: 27517298420228130000, Relator: Des.(a) Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 31/05/2023, 20ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 01/06/2023)
Os presentes embargos demonstram, apenas, inconformidade quanto às razões jurídicas e a solução adotada na decisão.
Não se observam vícios a serem sanadas, mormente diante da fundamentação contida na própria decisão, visto que a fundamentação dos embargos não compreende nenhuma das hipóteses do art. 1.022 do CPC.
Diante o exposto, por não ver configurado qualquer hipótese prevista no artigo 1.022 do CPC, conheço e rejeito os embargos e mantenho inalterados os termos da decisão embargada.

3. Proceda à CPE com a inclusão da Sra. Claudionice Leolino de Araújo Castro no polo passivo da demanda e cumpram-se os itens 1.1. e seguintes da decisão de id. 91675751.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, OFÍCIO, PRECATÓRIA.
Presidente Médici segunda-feira, 17 de julho de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.
AUTOS: 7000240-37.2017.8.22.0016
CLASSE: Guarda de Infância e Juventude
REQUERENTES: M. D. D. P. E. S., NOVA BRASILIA 2688 CENTRO - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA, M. F. D. S., AV. SÃO JOÃO BATISTA 1242 CENTRO - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: JEFFERSON DIEGO DA SILVA, OAB nº RO8574A, VALTER CARNEIRO, OAB nº RO2466
REQUERIDOS: M. S. D. S., RUA VITÓRIA RÉGIA 1539, - ATÉ 5345/5346 FLORESTA - 76806-096 - PORTO VELHO - RONDÔNIA, M. F. D. S., AV. 13 DE MAIO 2511, PODENDO SER ENCONTRADO NA UNIDADE PRISIONAL SETOR 03 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: YASMIM VANESSA FROES FONSECA, OAB nº RO11988, BRENDA CAROLINE CAMILO ULCHOA DE ALMEIDA, OAB nº RO9853, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
I – RELATÓRIO
Cuida-se de ação de guarda formulado por MESSIAS FELIZ DA SILVA e MARIA DAS DORES PEREIRA E SILVA em face de MONICA SILVA DOS SANTOS e MARCOS FELIX DA SILVA.
Sustentam os requerentes que são avós paternos da criança, Ana Clara Felix dos Santos, filha comum dos requeridos. Aduzem que desde do ano 2019, exercem a guarda da criança e que a mesma encontra-se bem-adaptada no convívio familiar, assim requerem a procedência da ação para que seja decretada a guarda unilateral da infante.
Nos termos da decisão de id. 33676809, foi deferido a guarda provisória da menor em favor dos requerentes e deferido a visitação dos genitores/requeridos de forma livre. No mesmo ato, foi determinado a readequação dos polos da demanda e intimado as partes para manifestarem.
Termo de guarda assinado (id. 34049015).
Na decisão de id. 53336165, foi designado audiência de conciliação.
Conforme a ata de audiência de id. 55022465, a conciliação designada restou parcialmente frutífera, ficando acordado o direito de convivência e a prestação de alimentos por parte do requerido Marcos Feliz da Silva. Além disso, as partes concordaram que a menor, Ana Clara Félix dos Santos, ficaria sob a guarda provisória dos avós paternos até decisão judicial definitiva.
A requerida manifestou interesse em permanecer com a guarda das filhas (Ana Clara Félix dos Santos e Victória Cibelly Félix dos Santos), pelo que requereu o prosseguimento do feito e a revogação da guarda provisória concedida nos autos (id. 57763183).
Considerando as manifestações foi designado a realização de estudo psicossocial com as partes (id. 75107998).
Nos ids. 76608536 e 76608536 foram acostados os estudos realizados. O estudo constatou interesse dos requerentes em exercerem a guarda da menor Ana Clara. O Assistente Social, pontuou que a menor (Ana Clara), apresentou sinais de medo e certa insegurança em relação ao seu padrasto. Já em relação a menor Victória, foi constatado que a mesma reside e está sob os cuidados da genitora/requerida Mônica Silva dos Santos. Sugeriu-se a realização de estudo com a requerida Mônica, junto ao seu núcleo familiar.
Intimados, os autores requereram o prosseguimento do feito. Já o requerido, Sr. Marcos Félix, pugnou pela realização de estudo psicossocial junto à residência da requerida, Sra. Mônica Silva dos Santos (id. 78979354).
O Ministério Público manifestou pela remessa dos autos a competência da Comarca de Porto Velho/RO em relação à guarda de fato da adolescente Victória Cibelly Felix dos Santos, considerando que ela reside naquele município. Na mesma oportunidade pugnou pela realização do estudo psicossocial na residência da requerida Mônica. (id. 79627492).
Considerando que a guarda da menor Victória está sendo exercido pela genitora/requerida Mônica e ambas residem na Comarca de Porto Velho/RO, foi deferido o pedido ministerial e determinado a remessa dos autos à Comarca de Porto Velho, para processar somente em relação a guarda da adolescente Victória (id. 80640818).
Expedido carta precatória para a Comarca de Porto Velho para realizar estudo psicossocial com a requerida Mônica e seu núcleo familiar (id. 82314181).
No id. 84165507, foi acostado o estudo realizado na residência da requerida. Na oportunidade, os profissionais constataram nenhum fatos impeditivos que incapacitasse a requerida de exercer suas funções parentais (id. 84165507).
Intimado as partes para manifestação, os autores pugnaram pela designação de audiência de instrução e julgamento (id. 84613534). A requerida Mônica requereu a revogação da guarda provisória da menor Ana Clara ora concedida em favor dos avós paternos (id. 85533134). O requerido Marcos Félix manifestou pela manutenção da guarda nos termos acordados pelos requerentes no id. 55022465.
O Ministério Público manifestou pela regulamentação da guarda da menor Ana Clara de forma unilateral em favor da requerida Mônica Silva, afirmando que, diante dos estudos psicossociais, não há informações impeditivas em desfavor da genitora e não há a existência de informações de situação de risco na relação da criança com o padrasto (id. 86905769).
Na decisão de id. 87683634 foi decretado a guarda da menor Ana Clara de forma unilateral em favor da requerida Mônica (id. 87683634).
Os autores opuseram embargos de declaração em face da decisão prolatada (id. 87817521).
Nos termos da decisão de id. 88190979 os embargos foram acolhidos determinando a revogação da decisão de id. 87683634, mantendo os termos da decisão de id. 33676809. Na mesma oportunidade, encaminharam-se os autos ao NUPS para realizar um novo estudo psicossocial com os autores e seu âmbito familiar.

Estudos psicossociais acostados nos ids. 89131345 e 89132558, dando conta do interesse na guarda e a inexistência de elementos que desqualifiquem o exercício de guarda por parte dos autores, sugerindo-se a realização de visitas de forma flexível a ser fixado por este juízo, para fins de promoção de vínculo com o núcleo familiar materno.

Intimados para manifestarem a respeito do estudo realizado, os autores pugnaram pela procedência da ação (id. 89444052).

A requerida Mônica impugnou os estudos juntados, requereu a realização de audiência de instrução e julgamento e a realização de novo estudo psicossocial para analisar se a menor está sob alienação parental dos avós (id. 89637876).

O requerido Marcos manifestou pela manutenção do exercício da guarda pelos avós paternos, tendo em vista a adaptação da criança no lar avoengo (id. 89880793).

Intimado, o Parquet reiterou a sua manifestação no id. 86905769, pleiteando pelo indeferimento da realização de novo estudo psicossocial e audiência de instrução; deferimento de visitas em favor dos avós e genitor; e pelo acompanhamento da família materna junto ao CREAS por seis meses (id. 89947060).

Na decisão de id. 91502732, foi indeferido a realização de novo estudo psicossocial. No ato, as partes foram intimados para justificarem a necessidade e pertinência da audiência de instrução.

Os autores pugnam pela realização da solenidade a fim de ouvir a menor (id. 91807214).

A requerida requereu o indeferimento do pedido dos autores, em relação a oitiva da menor (id. 92059647).

O requerido Marcos Felix da Silva, pleiteou pela oitiva da menor em sede de audiência de instrução (id. 92362639).

É o relato. Decido.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Do julgamento antecipado de lide

O feito comporta julgamento antecipado, pois a matéria fática veio comprovada por documentos, evidenciando-se despicienda a designação de audiência de instrução ou a produção de outras provas desta forma, passo ao julgamento antecipada da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do CPC.

Desta forma, é desnecessária realizar audiência de instrução e julgamento para ouvir, tão somente, a adolescente. Durante a instrução processual, a mesma foi ouvida perante o NUPS em estudos psicossociais, assim, é desnecessário ouvir a menor em audiênica, causando, em evetual deferimento do pedido, grande constrangimento a mesma.

Além do mais, as partes sequer arrolaram outras testemunhas, sendo que incumbia as partes o ônus da prova para comprovarem suas alegações, assim, indefiro o pedido de designação de audiência de instrução.

Assim, não sendo arguido preliminares, passo analisar o mérito da demanda.

II.II – Do mérito.

Primeiramente, vale ressaltar que qualquer decisão em processo judicial de guarda deve primar pelo interesse e bem-estar da criança ou adolescente objeto do presente litígio.

A esse respeito, a doutrina brasileira assevera que: "(…) O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente tem por escopo salvaguardar "uma decisão judicial do maniqueísmo ou do dogmatismo da regra, que traz sempre consigo a ideia do tudo ou nada." (PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Dicionário de direito de família e sucessões. São Paulo: Saraiva, 2015, p.588)

Vale destacar que a Constituição Federal consagrou a doutrina da proteção integral e prioritária das crianças e dos adolescentes, segundo a qual, tais "pessoas em desenvolvimento" devem receber total amparo e proteção das normas jurídicas, da doutrina, jurisprudência, enfim de todo o sistema jurídico.

O artigo 227, da Constituição Federal, estabelece que, "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Em complementação, o artigo 229, da Lei Magna, reza que,"os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade".

Os presentes autos versam sobre ação de guarda na qual os requerentes, avós paternos, da adolescente Ana Clara Felix dos Santos, visam a conversão da guarda provisória para definitiva, concedendo direito de visita a requerida, genitora da criança.

Consta nos autos que a adolescente convivia com a genitora/requerida, junto com a sua irmã. Segundo os requerentes, em comum acordo com o genitores, a adolescente passou a residir com eles durante o curso da ação de guarda. Afirmam ainda que a requerida deixava a adolescente por longos tempos com os autores e após certo tempo voltava e levava a criança.

Verifica-se que o processo se iniciou de forma voluntária, sendo consenso das partes a concessão guarda provisória da criança em favor da progenitora, diante da situação apresentada à época, sendo que a guarda ficaria com a avó paterna até que os fatos fossem apurados, tudo no intuito de resguardar a criança.

Até a presente data a adolescente convive com seus avós paternos, sendo estabelecido nos próprios autos a regulamentação de visitas em favor da genitora, como forma desta reaproximar e manter vínculos afetivos com a sua filha.

Observa-se que, ante a complexidade da causa, os autos foram remetidos inúmeras vezes ao NUPS, a fim de averiguar as condições das partes em exercerem a guarda e visitas da criança, bem como avaliar eventual situação de risco que poderia ser causado em desfavor da criança.

Foram juntados os relatórios dos estudos psicossociais, conforme os ids. 76608536, 76608536, 84165507, 89131345 e 89132558.

Nos relatórios juntados nos ids. 76608536 e 76608536, nota-se que desde a ruptura do relacionamento dos requeridos, os requerentes assumiram com as netas (Ana Clara e Victória), passando posteriormente a tomada de responsabilidade de forma integral, em substituição das figuras parentais, havendo na época aparente anuência dos envolvidos. Constatou ainda que a menor, Victória, irmã da Ana Clara, voltou ao lar materno, tendo os requerentes ingressado com a presente ação para manter a guarda da Ana Clara.

Expedido carta precatória, foi juntado relatório do estudo psicossocial realizado junta a requerida (id. 84165507). Durante o estudo, a requerida narrou ao NUPS que sua relação iniciou-se quando ela tinha 16 anos e depois de dois anos ficou grávida da sua primeira filha (Victória). Informou ainda que após o nascimento desta, engravidou da sua segunda filha (Ana Clara), momento em que se separou do requerido e passou a morar com seus pais, ficando as crianças sob sua guarda. Em 2019, informou que o atual companheiro teve problemas com a justiça e foi detido e por ser policial penal, foi transferido para um presídio na capital. Mudou-se para Porto Velho/RO e decidiu deixar as filhas com os avós, acreditando que depois poderia pegá-las novamente. O Sr. Marcos então entrou com pedido de guarda das filhas. Lembrou que no período que as filhas estavam sob a guarda dos avós sempre fazia contato com elas por meio de ligação telefônica e WhatsApp. Na tentativa de pegar as filhas novamente, rememorou que se dirigiu à cidade de Presidente Médice e foi impedida pelos avós de trazê-las consigo, tendo em vista que eles detinham a guarda delas provisoriamente.

Nota-se que em todos os relatórios foi averiguado pelas equipes do NUPS que tanto os autores quanto a requerida não possuem impedimentos para exercerem a guarda da adolescente.
Contudo, mesmo tendo condições favoráveis, o sistema de guarda e visitação exercida pelas partes (guarda provisória em favor da requerente e visitas pela requerida) não atende o melhor interesse da criança, tendo em vista que a menor está perdendo de forma gradual o contato com a sua genitora e todos os familiares maternos, principalmente da sua irmã, Victória.
Destaca-se dos relatórios as dificuldades da requerida em manter um convívio maternal com sua filha, visto que os desentendimentos estão causando a perda da sua qualificação de mãe na vida da sua filha. Observa-se que não foi apurado nos autos qualquer indicativo que desabonasse a requerida em exercer a guarda natural da sua filha.
Pelos elementos de convicção produzidos nos autos, principalmente o parecer técnico, elaborado pelos profissionais do NUPS deste juízo, verifica-se que a requerida está apta a atender de maneira satisfatória as necessidades básicas e emocionais da menor.
Como bem apontado pelo Ministério Público, por mais não existem dúvidas de que a convivência com os avós paternos seja benéfica para a criança, a requerida não perdeu ou teve suspenso seu poder familiar, de modo que, como detentora natural desse poder, o exercício da guarda por ela é a medida que melhor atende ao princípio do melhor interesse da criança.
Além disso, durante os estudos psicossociais não foi constatado a existência de risco em relação ao padrasto. O que restou confirmado nos autos é que o requerido, Sr. Marcos, o mesmo que início com a presente ação, não deseja exercer guarda das filhas, visto que o mesmo concorda com o exercício da guarda pelos avós paternos, mesmo residindo na mesma casa.
Neste víeis, os avós não exercem o papel de pais, com exclusividade, desde o nascimento da criança, mas somente por determinado período em dos conflitos entre os requeridos/genitores que impediam o oferecimento de um ambiente adequado, o qual não existe mais.
Portanto, os conflitos existentes à época não podem ser utilizados pelos requerentes como forma de manter a guarda da criança, principalmente considerando que a genitora, ora requerida, possui plena capacidade para exercê-la.
Desse modo, a reversão do exercício da guarda pela requerida é a medida que melhor atende ao princípio do melhor interesse da criança, uma vez que ela é a detentora natural do poder familiar.
Por ora, a menor deverá realizar acompanhamento psicológico para enfrentamento das divergências das partes, as quais deverão cooperar no sentido de estabelecerem diálogo em relação a criança, que encontra-se passando por uma fase bastante traumática desde do seu nascimento.
Com relação ao pedido de alimentos pugnado pela requerida na petição de id. 82584926, vejo que o pleito deve ser analisado em autos apartados, visto que a questão demanda o processo de conhecimento para aferição do binômio necessidade/possibilidade do alimentante e alimentado.
III – DISPOSITIVO
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados por MESSIAS FELIZ DA SILVA e MARIA DAS DORES PEREIRA E SILVA em face de MONICA SILVA DOS SANTOS e MARCOS FELIX DA SILVA, para:
a) REVOGAR a tutela antecipada de guarda provisória concedida na decisão de id. 33676809, em favor dos requerentes;
b) CONCEDER A GUARDA UNILATERAL da adolescente, Ana Clara Felix dos Santos, em favor da requerida MONICA SILVA DOS SANTOS, devendo os requerentes entregarem a criança à requerida, com todos os seus pertences pessoais (documentos, roupas, brinquedos e etc.), bem como, fixo como residência da menor o lar materno.
Determino o encaminhamento da adolescente para atendimento psicológico, a ser realizado pelo CAPS da Comarca de Porto Velho/RO, pelo prazo de 03 meses.
Por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
DEFIRO os benefícios da justiça gratuita as partes.
Condeno os requerentes no pagamento das custas processuais e honorários sucumbenciais, os quais fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC, ficando a sua exigibilidade suspensa em razão do deferimento da justiça gratuita.
Registra-se que a oposição de embargos declaratórios meramente protelatórios ensejará aplicação de multa, nos termos do artigo 1.026, § 2º, do CPC.
P. R. I.
Transitado em julgado, arquive-se.
Serve a presente como carta/mandado/ofício e demais comunicações necessárias, caso conveniente à escrivania.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, OFÍCIO, PRECATÓRIA.
Presidente Médici-RO, 17 de julho de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.
AUTOS: 7000465-77.2023.8.22.0006
CLASSE: Guarda de Infância e Juventude
REQUERENTES: E. D. L. G., AVENIDA IPIRANGA 1054 CUNHA E SILVA - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA, R. E. D. L. T. M., AVENIDA IPIRANGA 1054 CUNHA E SILVA - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: ANA MARIA ALVES, OAB nº RO7987
REQUERIDO: L. H. S. T. M., LINHA 124 Lote 12, REFERÊNCIA - ASSOCIAÇÃO DOS CHACAREIROS TRAVESSÃO DA 5 IRMÃOS - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Vistos.
Trata-se de Ação de Guarda c/c Regulamentação de Visitas e Alimentos ajuizada por ELAINE DE LIMA GOMES na qualidade de representante legal/tutora de RIAN EDESIO DE LIMA TAVORA MICHEWSKI menor impúbere, em face de LUIZ HENRIQUE SILV ATAVORA MICHEWSKI, pretendendo a fixação de alimentos provisórios de 30% (trinta por cento) do salário-mínimo vigente.
Foi realizada audiência de conciliação, que restou infrutífera (id. 91040937).
Decorrido o prazo, as partes não se manifestaram.
Portanto, dê-se vista a parte autora para continuidade do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do processo.
Com a manifestação da parte autora, vista ao Ministério Público e na sequência, conclusos.
Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, OFÍCIO, PRECATÓRIA.
Presidente Médici-RO, 17 de julho de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.
AUTOS: 7000978-45.2023.8.22.0006
CLASSE: Outros procedimentos de jurisdição voluntária
REQUERENTE: J. A. D. F., LH 1, KM 08 S/N ZONA RURAL - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: FRANCISCO RODRIGUES DE MOURA, OAB nº RO3982, EDNA FERREIRA DE PASMO, OAB nº RO8269
REQUERIDO: E. G. A., LH1 KM 08 S/N ZONA RURAL - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Trata-se de HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO DE SUBSTITUIÇÃO DE CURATELA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, interposto por JOAQUIM ALVES DE FARIAS.
A considerar a nova Lei nº 13.146/2015, que deu nova redação a dispositivos do Código Civil, e que conferiu apenas a incapacidade relativa aos curatelados e especificamente para certos atos ou à maneira de os exercer (art. 4º, III, do Código Civil), a teor do art. 1.772 do Código Civil, impôs à parte autora, nas ações de curatela, que o pedido deva ser ESPECÍFICO.
No presente caso, o autor Joaquim Alves alega não estar mais apto ao exercício da curadoria que exerce sob a Sra. Eliane Gomes Alves.
Desse modo, deverá o requerente ESPECIFICAR os atos para os quais está limitado ao exercício de curador legal.
Prazo: 15 (quinze) dias para cumprimento.
Com a manifestação do autor, vistas ao MP para manifestação, após, concluso para deliberação.
Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, OFÍCIO, PRECATÓRIA.
Presidente Médici-RO, 17 de julho de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.
AUTOS: 7001278-12.2020.8.22.0006
CLASSE: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: PEDRO DIAS DE ALMEIDA, BR 364 KM 20 LOTE 103-B ZONA RURAL - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: CECILIA TERESA CONDI BREVIGLIERI, OAB nº RO9271, VALTAIR DE AGUIAR, OAB nº RO5490
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GEORGE OTTAVIO BRASILINO OLEGARIO, OAB nº PB15013, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Trata-se de liquidação de Sentença, no qual se objetiva apurar o ‘’quantum debeatur’’, para início da fase de cumprimento do título executivo judicial.
Em decisão de id. 90757469, foi declarado o valor de R$ 62.737,45 (sessenta e dois mil setecentos e trinta e sete reais e quarenta e cinco centavos) como o montante líquido do valor da causa.
As partes se manifestaram, apresentando parecer e sustentando o valor que entenderam por direito, resultando em divergência nos valores comunicados.
Assim, visando a resolução da controvérsia referente ao cálculo, determino a remessa dos autos à contadoria judicial para apresentação de cálculo atualizado da obrigação proferido em sentença.
Juntados os cálculos, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo de 10 (dez) dias.
Na sequência, conclusos.
Pratique-se o necessário.

SERVE O PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, OFÍCIO, PRECATÓRIA.
Presidente Médici-RO, 17 de julho de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3309-8171
Processo n°: 7000921-27.2023.8.22.0006
EXEQUENTE: JOSE ADRIANO DE MEDEIROS & CIA LTDA - ME
Advogados do(a) EXEQUENTE: DIEGO MELLERO VIANA - RO13199, FLAVIO MATHEUS VASSOLER - RO10015
EXECUTADO: MAGNO VIEIRA GOMES
INTIMAÇÃO AO REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada a se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS sob pena de arquivamento.
Presidente Médici, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.
AUTOS: 7000568-21.2022.8.22.0006
CLASSE: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: IRACINA BARBOSA DA SILVA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: PAULO ROGERIO DOS SANTOS, OAB nº RO10109, FLAVIO MATHEUS VASSOLER, OAB nº RO10015
REQUERIDO: BANCO BMG S.A., AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 3477, - DE 3253 AO FIM - LADO ÍMPAR ITAIM BIBI - 04538-133 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ANA TEREZA DE AGUIAR VALENCA, OAB nº PE33980, ARTHUR LUIZ MARTINS RIBEIRO ROMA, OAB nº PE48734, FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO, OAB nº PE32766, Procuradoria do BANCO BMG S.A
DESPACHO
Vistos.
Trata-se de Cumprimento de Sentença de Iracina Barbosa as Silva em face de Banco BMG S.A..
Determinado à parte Exequente que apresente Extrato bancário do mês de Março de 2023 no Despacho de ID 91997325.
A mesma apresentou a petição de ID 92419829 em que alega não haver sentido na determinação emanada por este Juízo em seu Despacho supracitado vez que a inclusão do contrato foi em 04/02/2017 e a cessação dos descontos ocorreu em 29/04/2022, conforme comprovação id. 76499390, também que o comprovante do TED n. 269934525, no valor de R$ 1.053,50 (um mil, cinquenta e três reais e cinquenta centavos) é do ano de 29/08/2016, e a data da inclusão do contrato discutido nos autos foram incluídos no benefício previdenciário “aposentadoria por idade” em 04/02/2017, conforme id. 75722642, seguido de que não faz jus o Requerido querer compensar valores que não faz parte do contrato discutido nos autos, pois a transferência pode ter sido derivado de uma outra operação bancária já quitada pela Requerente, não se opôs em relação a compensação dos comprovantes de Ted’S n. 293045931, no valor de R$ 379,11 (trezentos e setenta e nove reais e onze centavos) datado em 08/08/2019, e o de n. 389003100, no valor de R$ 710,15 (setecentos e dez reais e quinze centavos), datado em 25/11/2021 e, por fim, arguiu ao Juízo que seja indeferido da compensação do TED n. 2699345225, no valor de R$ 1.053,50 (um mil, cinquenta e três reais e cinquenta centavos), datado em 29/08/2016, bem como seja os autos encaminhados a contadoria para a confecção dos cálculos.
É o relatório, decido.
Analisando-se os autos verifica-se que a primeira inclusão pelo requerido foi em 26/08/2016, conforme a petição de id 76499390, não em 04/02/2017, esta data se quer aparece na petição referida pela parte autora.
Ante ao exposto, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, presente o extrato do período solicitado por este juízo e comprove com meios cabíveis qual a outra operação bancária já quitada pela requerente que originou a transferência no exato valor do Ted em questão, para que este seja desconsiderado, bem como apresente os cálculos, vez que a contadoria judicial só é acionada em caso de divergência de valores apresentados por ambas as partes.
Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, OFÍCIO, PRECATÓRIA.
Presidente Médici-RO, 17 de julho de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.
PROCESSO: 7000182-88.2022.8.22.0006
REQUERENTE: AGRINALDO ROBERTO MOREIRA, CPF nº 17333318168
ADVOGADOS DO REQUERENTE: DENISE JORDANIA LINO DIAS, OAB nº RO10174L, LUCIANO DA SILVEIRA VIEIRA, OAB nº RO1643
REQUERIDO: CONAFER CONFEDERACAO NACIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREEND.FAMI. RURAIS DO BRASIL, CNPJ nº 14815352000100
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)

DECISÃO
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença.
Intimada para impugnar a apreensão dos valores da execução (id. 91949278), a Executada quedou-se inerte.
Assim, pugna a parte Exequente pela expedição de alvará eletrônico para levantamento dos valores bloqueados.
É o breve relatório, decido.
Considerando que houve bloqueio via SISBAJUD dos valores da condenação, procedi nesta data a transferência da quantia para conta vinculada a este juízo.
CONVERTO o bloqueio em PENHORA, sem necessidade de termo (Art.854 § 5).
Nesta data EXPEDI ORDEM JUDICIAL ELETRÔNICA (alvará eletrônico) à Caixa Econômica Federal, em favor da advogada constituída, para transferência dos valores depositados em juízo, com as devidas correções/rendimentos/atualizações monetárias, devendo a instituição financeira zerar e encerrar as contas.
Na modalidade transferência o juízo envia os dados da ordem diretamente ao banco detentor da conta judicial, sem gerar documento novo nos autos.
OBSERVAÇÕES:
1) A parte favorecida deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação.
2) O alvará eletrônico deverá ser cumprido em até 30 (trinta) dias, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente.
3) Zerada a conta judicial, o que deverá ser certificado, intime-se o exequente para manifestar do levantamento, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção pela presunção da quitação.
4) Sobrevindo informação de erro no cumprimento da ordem eletrônica, fica a CPE autorizada a proceder com a expedição de alvará sem necessidade de nova conclusão do processo.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, OFÍCIO, PRECATÓRIA.
Presidente Médici segunda-feira, 17 de julho de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.
AUTOS: 7000789-67.2023.8.22.0006
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: EURICO GOMES FONSECA FILHO, AV. DOM BOSCO 1930 CENTRO - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: VALTER CARNEIRO, OAB nº RO2466, CAROLINE COSTA CARNEIRO, OAB nº RO10965
REU: GOL LINHAS AÉREAS S.A, PRAÇA SENADOR SALGADO FILHO s/n, ENTRE OS EIXOS 46-48/O-P. SALA DE GERÊNCIA BACK OF CENTRO - 20021-340 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS DO REU: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO, OAB nº RJ95502, PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
SENTENÇA
Vistos.
I- RELATÓRIO.
A parte Autora, EURICO GOMES FONSECA FILHO propôs AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS C/C DANOS MORAIS, em face de GOL LINHAS AÉREAS S.A.
Na Petição inicial (ID 90567587), foram narrados os fatos que causaram o aborrecimento da parte autora, tais como atraso de quatro dias sendo que a única assistência fornecida pela empresa foi o transfer do aeroporto para o hotel no primeiro dia, e todas as demais despesas foram pagas pelo próprio autor e quando o mesmo procurou a empresa buscando assistência, lhe foi dito que por se tratar do destino inicial do voo, se presumiria que ele morasse lá, não lhe sendo cabível as devidas assistências.
Em contestação (ID 92780173) a parte requerida alegou, preliminarmente, ausência da pretensão resistida, utilização do judiciário para fomento da indústria do dano moral e incompetência territorial absoluta do juízo. No mérito, mencionou as condições meteorológicas como caso de força maior, a banalização do instituto do dano moral, a inexistência de provas, danos morais descabidos, ausência de danos materiais e a impossibilidade de inversão do ônus da prova. Na conclusão pugnou pela improcedência dos pedidos autorais e extinção do processo com julgamento do mérito, e por último, que as notificações sejam direcionadas ao seu patrono.
Foi realizada audiência de conciliação, porém esta restou infrutífera sem acordo entre as partes conforme a ata de audiência sob ID 92880705.
Na réplica à contestação (ID 92887561), o polo ativo impugnou as preliminares, impugnou o mérito e pediu pelo recebimento de sua impugnação à contestação.
Este é o relatório, passo a decidir.
II- FUNDAMENTAÇÃO
O feito comporta julgamento antecipado, nos moldes do artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, porquanto inexistem outras provas a serem produzidas além daquelas já existentes nos autos.
O Superior Tribunal de Justiça, como corolário do princípio da razoável duração do processo entende não ser faculdade, mas dever do magistrado julgar antecipadamente o feito sempre que o caso assim o permitir: “Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder.” (STJ, 4a. Turma, RESp 2.833-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU de 17.09.90, p. 9.513).
II.I- PRELIMINARES
Em contestação a demandada alegou ausência da pretensão resistida e utilização do judiciário para fomento da indústria do dano moral alegando, em suma, que o autor não procurou resolver o problema por vias administrativas antes dos meios judiciais, que demandas como estas podem ser resolvidas administrativamente e que processos como este inflam o sistema judiciário sem necessidade.

Entretanto, não há nada que obrigue alguém à esgotar as vias administrativas e só então procurar os meios judiciais para solucionar problemas como do caso em tela, desta forma NÃO ACOLHO esta preliminar.
Alegou também incompetência territorial absoluta do juízo devido o autor não apresentar comprovante de endereço atualizado em seu nome. Porém o autor já havia juntado certidão de casamento para esclarecer a titularidade no comprovante de residência (ID 91571836).
Dispõe, inclusive, o mesmo Art. 4° da Lei 9.099/95:
Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro:
I - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;
II - do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita;
III - do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.
Ante ao exposto e fundamentada a esta decisão, AFASTO esta preliminar.
II.II – MÉRITO.
Já de antemão ficam devidamente classificadas as partes, autora como consumidor e requerida como fornecedor, neste caso, do serviço de transporte aéreo. A base para se firmar tais medidas é do Código de Defesa do Consumidor, que dispõe:
Art. 2° Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
Art. 3° Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
§ 1° Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.
§ 2° Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
Classificando-se as partes de acordo com esta Lei, aqui faz jus a inversão do ônus da prova como consta no Art. 6° da mesma:
Art. 6º São direitos básicos do consumidor:
(. . .)
VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;
Desta forma, fica invertido o ônus da prova.
Fica comprovado nos autos que o atraso se deu por condições meteorológicas, entretanto isto não exime a requerida da responsabilidade de indenizar a parte autora, visto que o entendimento jurisprudencial é que o atraso de voo por mau tempo configura caso fortuito interno, logo é devida a indenização por este fato. Segue o entendimento jurisprudencial:
“De acordo com o professor Pablo Stolze, a diferença entre caso fortuito interno e externo é aplicável, especialmente, nas relações de consumo. O caso fortuito interno incide durante o processo de elaboração do produto ou execução do serviço, não eximindo a responsabilidade civil do fornecedor. Já o caso fortuito externo é alheio ou estranho ao processo de elaboração do produto ou execução do serviço, excluindo a responsabilidade civil.”
https://www.jusbrasil.com.br/noticias/qual-a-diferenca-entre-caso-fortuito-externo-e-interno/158317 – acesso em 10/07/2023 às 08h e 51 min.
APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. MAU TEMPO. CANCELAMENTO DO VOO. ATRASO DE MAIS DE 8 HORAS. EXCLUDENTE DO DEVER DE INDENIZAR NÃO DEMONSTRADA. DANO MORAL CONFIGURADO. VERBA COMPENSATÓRIA QUE SE MANTÉM, À MINGUA DE RECURSO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO. ART. 405 DO CÓDIGO CIVIL. Incumbe ao fornecedor do serviço conduzir o consumidor no tempo previsto ao seu destino, sob pena de configurar-se a responsabilidade objetiva do transportador. Atrasos em voo, em razão de mau tempo, que configura fortuito interno. Risco inerente à atividade desenvolvida. Responsabilidade com fundamento na Teoria do Risco do Empreendimento. Falha na prestação de serviço consubstanciada em longa espera sem que as passageiras recebessem integral assistência. Inegável dever de compensar os danos morais decorrentes do evento danoso. Verba compensatória fixada aquém do montante adequado a compensar os aborrecimentos experimentados, razão pela qual não merece redução. Termo inicial de contagem dos juros moratórios a partir da citação. Conhecimento e desprovimento do recurso.
(TJ-RJ - APL: 00447015320198190203, Relator: Des(a). ROGÉRIO DE OLIVEIRA SOUZA, Data de Julgamento: 20/08/2021, SEXTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 26/08/2021)
Além da questão do atraso no voo, deve ser apreciado também o fato de ausência de assistência ao Autor no tempo que este estava aguardando o voo. Este comprova nos autos despesas com hospedagem e alimentação. Ante ao exposto e a inércia da requerida quanto a esta alegação passo a presumir esta como verdadeira, resultando na obrigação da reparação dos danos materiais sofridos pelo autor.
Fala-se pela parte requerida, em sua contestação, quanto ao dano moral, no descabimento e até mesmo em sua ausência, entretanto sua procedência já foi fundamentada neste mérito. No tangente ao descabimento, o Autor pede o quanto ele, subjetivamente, julga como justo para reparar os danos sofridos e cabe ao juízo definir este valor, baseando-se nos devidos critérios.
Analisado o mérito, passo a decidir.
III- DISPOSITIVO.
Ante ao exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE os Pedidos de EURICO GOMES FONSECA FILHO em face de GOL LINHAS AÉREAS S.A. para o fim de:
a) Condenar a requerida a pagar o valor de R$ 1.277,37 (mil duzentos e
setenta e sete reais e trinta e sete centavos), a título de DANOS MATERIAIS, a ser atualizado monetariamente sob o índice determinado pelo E. TJ/RO, e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, ambos contados desde a data de publicação da sentença, conforme entendimento do STJ no REsp. 903.258/RS e Súmula 362;
b) Condenar a requerida a pagar o valor de R$4.000,00 (quatro mil reais), a título de DANOS MORAIS, a ser atualizado monetariamente sob o índice determinado pelo E. TJ/RO, e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, ambos contados desde a data de publicação da sentença, conforme entendimento do STJ no REsp. 903.258/RS e Súmula 362;

Por conseguinte, DECLARO EXTINTO o processo, COM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Deixo de condenar em custas e honorários sucumbenciais, por força do artigo 55 da Lei 9.099.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, OFÍCIO, PRECATÓRIA.
Presidente Médici-RO, 17 de julho de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.
PROCESSO: 7000602-30.2021.8.22.0006
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: RONALDO PEREIRA DE OLIVEIRA, CPF nº 56917023272, EDILSON FERREIRA DE ALENCAR, CPF nº 49776380263
ADVOGADO DOS REU: VALTER CARNEIRO, OAB nº RO2466
DECISÃO
Vistos.
Cuida-se de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, proposta pelo Ministério Público do Estado de Rondônia em face de EDILSON FERREIRA DE ALENCAR e RONALDO PEREIRA DE OLIVEIRA.
As partes foram intimadas para adequarem o rol de testemunhas, em respeito ao limite legal.
O Ministério Público apresentou rol de testemunhas no id. 92399146, sendo três testemunhas para cada um dos dois fatos apontados:
A) Prestarão depoimento sobre o processo de sindicância, sobre as diárias concedidas aos Requeridos, sobre o intuito da viagem realizada e sobre a linha telefônica não desativada após o furto: 1 – Luis Carlos Nasaré do Nascimento; 2 – Margarete Lúcia Bazzi; 3 – Gerlinda Prochnow.
B) Prestarão depoimento sobre a ausência de adesivo identificador no veículo, ausência de seguro do veículo e sobre os cuidados dispendidos com o patrimônio municipal: 1 – Sandro Silva Secorun; 2 – Elias Vicente dos Anjos; 3 – Leomira França Lopes.
Os requeridos apresentaram rol no id. 92411809, com três testemunhas: 1 – Sérgio da Silva Cézar; 2 – Deputado Estadual Laerte Gomes; e 3 – Ex-Deputada Federal Mariana de Carvalho.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório. DECIDO.
Homologo os róis apresentados, eis que condizem com os parâmetros legais.
Houve, ainda, pedido de intimação das testemunhas que são servidores públicos, mediante requisição ao chefe da repartição.
O art. 455, § 4º, inciso III, do Código de Processo Civil, prevê:
Art. 455. Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.
§ 4º A intimação será feita pela via judicial quando:
III - figurar no rol de testemunhas servidor público ou militar, hipótese em que o juiz o requisitará ao chefe da repartição ou ao comando do corpo em que servir;
Portanto, expeça-se o necessário para intimação e requisição, ao chefe da repartição da Prefeitura Municipal, das testemunhas: Luis Carlos Nasaré do Nascimento; Margarete Lúcia Bazzi; Gerlinda Prochnow; Sandro Silva Secorun; Elias Vicente dos Anjos; Leomira França Lopes; e Sérgio da Silva Cézar.
No mais, entendo viável ao presente caso aplicar o art. 221 do Código de Processo Penal, ainda que mediante analogia, em relação à testemunha qualificada como Deputado Estadual. O referido artigo assegura às autoridades com prerrogativa de foro o direito de serem inquiridas em local, dia e hora previamente ajustados com o juiz, quando os ocupantes dos referidos cargos participarem do processo na qualidade de testemunhas.
Portanto, expeça-se ofício à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, para, no prazo de 5 (cinco) dias, informarem a possibilidade de participação do Deputado Estadual Laerte Gomes, na qualidade de testemunha em audiência de instrução, no dia 22 de agosto de 2023, às 09h00, sendo possível a participação virtual. Caso negativo, deverão ser informadas possíveis datas e horários para análise, ajuste e deliberação do Juízo.
Em seguida, considerando a proximidade da solenidade, tornem os autos imediatamente conclusos para deliberação.
Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, OFÍCIO, PRECATÓRIA.
Presidente Médici segunda-feira, 17 de julho de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.
PROCESSO: 7001289-70.2022.8.22.0006
EXEQUENTES: ALINE DOS REIS VIEIRA, CPF nº 96014504249, LUCAS VIEIRA SAITO, CPF nº 07264574261
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: SARA GESSICA GOUBETI MELOCRA, OAB nº RO5099A
EXECUTADO: UNIMED SEGUROS SAUDE S/A, CNPJ nº 04487255000181
ADVOGADO DO EXECUTADO: THIAGO PESSOA ROCHA, OAB nº PE29650A

DECISÃO
Vistos.
Trata-se de Cumprimento Provisório de Sentença.
Os autos foram arquivados definitivamente.
Porém o Requerido Peticionou pugnando por devolução dos valores depositados indevidamente.
É a breve síntese dos fatos.
Entretanto este não é o meio coreto para lograr êxito em seu objetivo, pois o interessado deve fazer o pedido de devolução junto à coordenadoria junto às receitas do FUJU que é a unidade competente para instauração, apreciação e processamento do pedido administrativo de devolução de valores, tal como na INSTRUÇÃO N. 009/2010-PR:
Art. 7º. A Coordenadoria das Receitas do FUJU – COREF será a unidade competente para a instauração, apreciação e processamento do procedimento administrativo de devolução de valores.
Art. 8º. O Requerimento de Devolução de Receitas deverá ser entregue:
I – no juízo de origem, quando se tratar de devolução de custas judiciais no âmbito de primeiro grau;
Assim, qualquer pedido deve ser direcionado ao COREF não neste feito.
Arquive-se os autos novamente.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, OFÍCIO, PRECATÓRIA.
Presidente Médici segunda-feira, 17 de julho de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.
AUTOS: 7000621-02.2022.8.22.0006
CLASSE: Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular
QUERELANTE: EDILSON FERREIRA DE ALENCAR, RUA DA PAZ 3430 LINO ALVES TEIXEIRA - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO QUERELANTE: ROSE ANNE BARRETO, OAB nº RO3976
QUERELADO: MAURO LACERDA, AURELIO BERNARDI 729, CASA COLINA PARK - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO QUERELADO: ADERCIO DIAS SOBRINHO, OAB nº RO3476A
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de queixa-crime promovida por Edilson Ferreira de Alencar, Prefeito do Município de Presidente Médici, em face de Mauro Lacerda, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia.
Aduz o querelante que o querelado, mediante publicação de matéria informativa no endereço eletrônico do SINTERO teria imputado a ele a prática do crime de ameaça. Constou ainda que na reunião realizada na sede da Prefeitura Municipal de Presidente Médici em 13 de abril de 2022, o querelado verbalizou que “o áudio do prefeito na data anterior teria tons ameaçadores”. Na mesma oportunidade o querelante consignou em ata que não se tratava de palavras ameaçadoras, mas de determinações ao controle interno para auditoria nas folhas de ponto dos profissionais da educação.
Intimado, o querelante juntou aos autos os áudios com os supostos dizeres caluniosos proferidos pelo querelado.
O Ministério Público manifestou pela ausência de materialidade do crime de ameaça (id. 80516411).
Apresentada defesa preliminar pelo querelado em petição de id. 83321009, na qual pugna pela rejeição da queixa-crime, em decorrência da inexistência de “dolo específico”, pois as supostas críticas teriam sido conduzidas à administração pública municipal.
Realizada audiência de conciliação (id. 90892348), esta restou infrutífera.
Vieram-me os autos conclusos para deliberação acerca do recebimento da queixa-crime.
É o relatório. DECIDO.
Pois bem, a honra objetiva é o conceito que a sociedade tem sobre a pessoa, ou seja, sua credibilidade. Já a honra subjetiva diz respeito à autoestima, é o sentimento de cada um a respeito de seus atributos físicos, intelectuais, morais e demais dotes da pessoa.
É certo que o dolo da difamação consiste na vontade livre e consciente de imputar, por qualquer forma que seja (escrita, oral e gestual) fato desonroso a alguém, verdeiro ou não; o animus difamandi consiste no desejo de se macular a honra do ofendido. Já no crime de injúria a vontade de praticar a conduta deve vir acompanhada de dolo (animus injuriandi) que consiste na vontade livre e consciente de ofender a honra do sujeito passivo atingindo seus atributos morais (dignidade), físicos, intelectuais ou mesmo sociais (decoro).
Para a caracterização do crime de calúnia é necessária a imputação a alguém de fato definido como crime, sabendo o autor da calúnia ser falsa a atribuição. Devem estar presentes, simultaneamente, a imputação de fato determinado e qualificado como crime; o elemento normativo do tipo, consistente na falsidade da imputação; e o elemento subjetivo do tipo, o animus caluniandi.
Contudo, as condutas descritas na queixa-crime que se traduziram em publicação no site do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia, na 9ª Sessão Ordinária do dia 18/04/2022 da tribuna do Poder Legislativo Municipal, e áudios do WhatsApp, não se amoldam às figuras típicas dos crimes de calúnia, injúria ou difamação na medida que ausente o elemento subjetivo do tipo.
O Ministério Público, inclusive, manifestou pela ausência de materialidade do crime de ameaça. Neste sentido, se não há ameaça, não há calúnia (imputar fato criminoso).
Ademais, as supostas falas utilizadas e descritas é de duvidável dolus malus, assim não vislumbro o dolo na conduta do querelado, mas tão-só, e apenas, o “animus criticandi” e/ou “narrandi”. Assim, não existindo, portanto, nenhum crime contra a honra.
Vejamos os seguintes julgados:
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CRIME CONTRA A HONRA. CALÚNIA E DIFAMAÇÃO. DOLO ESPECÍFICO. NÃO CONFIGURADO. JUSTA CAUSA. AUSÊNCIA. QUEIXA-CRIME REJEITADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Os crimes contra a honra reclamam, para a sua configuração, além do dolo, um fim específico, que é a intenção de macular a honra alheia. 2. Inexistente o dolo específico, ou seja, a intenção de ofender, caluniar e injuriar - elementos subjetivos dos respectivos tipos, vale dizer, identificado que o

agente praticou o fato com animus criticandi, não há falar em crime de injúria, calúnia ou difamação. 3. Recurso conhecido e não provido. (TJ-DF 00046672120188070004 DF 0004667-21.2018.8.07.0004, Relator: J.J. COSTA CARVALHO, Data de Julgamento: 01/10/2020, 1ª Turma Criminal, Data de Publicação: Publicado no PJe : 08/10/2020 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)

"Os crimes contra a honra reclamam, para a sua configuração, além do dolo, um específico, que é a intenção de macular a honra alheia. Inexiste o dolo específico – a intenção de ofender injuriar - , elementos subjetivos dos respectivos tipos, vale dizer, o agente praticou o fato ora com animus narrandi, ora com animus criticandi, não há falar em crime de injúria ou difamação" (STJ – HC 43955/BA, Rel. Min. Paulo Medina, 6ª Turma, DJ 23/10/2006, p.357).

PETIÇÃO 5.735 DISTRITO FEDERAL - RELATOR : MIN. LUIZ FUX EMENTA: PENAL. QUEIXA-CRIME. CALÚNIA E DIFAMAÇÃO. DOLO. AUSÊNCIA. MERA INTERPRETAÇÃO PESSOAL DE FATOS PÚBLICOS. ANIMUS NARRANDI. FALTA DE JUSTA CAUSA. REJEIÇÃO DA QUEIXA-CRIME.

Ementa: AUSÊNCIA ANIMUS DIFAMANDI E ANIMUS INJURIANDI. ATIPICIDADE DA CONDUTA. Na espécie, ainda que se reconheça a existência de críticas (animus criticandi) à atividade desenvolvida pelo querelante, não se pode perder de perspectiva a orientação de que "A denúncia deve estampar a existência de dolo específico necessário à configuração dos crimes contra a honra, sob pena de faltar-lhe justa causa, sendo que a mera intenção de caçoar (animus jocandi), de narrar (animus narrandi), de defender (animus defendendi), de informar ou aconselhar (animus consulendi), de criticar (animus criticandi) ou de corrigir (animus corrigendi) exclui o elemento subjetivo e, por conseguinte, afasta a tipicidade desses crimes" […] (HC 234.134/MT, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 16/11/2012). ORDEM CONHECIDA E CONCEDIDA.

Noutro norte, destaca-se o aparente conflito entre a defesa da honra subjetiva e a garantia da liberdade de pensamento, expressão e crítica resguardada pela Constituição Federal/88.

Sobre as liberdades garantidas pela CF/88, o art. 220 dita que "a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição", ressaltando-se a redação de seu parágrafo 2º, segundo o qual "é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística".

É princípio republicado em um Estado democrático de direito tecer críticas a homens que ocupam cargos públicos. Trilhando a doutrina de Matilde Zavala de Gonzales, citada por Antônio Jeová Santo, in Dano Moral Indenizável, 1997, pg. 142:

"As pessoas sem notoriedade e que não exercem a atividade pública merece proteção à honra em maior latitude que aquelas outras que por uma razão ou outra, estão mais sujeitas a um controle rígido da sociedade, pela natureza da atividade que livremente escolheram.

Registre-se que o querelante é Prefeito desta Comarca, o que não implica dizer que os homens considerados públicos não mereçam ter a honra tutelada e garantida contra-ataques, mas que a proteção tem que ser mais débil, flébil, em razão dos seguintes argumentos:

a) preservação do direito de crítica, como essencial ao sistema republicano;

b) a frequente operatividade de interesses gerais, prioritários, que justificam o que poderia ser considerada ofensa contra a honra de pessoa que tem sob seu encargo transcendentes compromissos comunitários;

c) a aceitação de uma função pública traz em si uma tácita submissão à crítica das demais pessoas. O sujeito se coloca em uma vitrina sujeita a inspeção e controle pelos interessados na administração dos assuntos da sociedade. A função pública oferece um flanco inevitável à supervisão e a possíveis ataques a seus afazeres. Trata-se de assumir os riscos, sendo previsível a crítica, inclusive aquela que pareça injusta." - sublinhado editado.

Neste sentido:

Apelação – Queixa Crime – suposto crime de difamação praticado contra o Prefeito Municipal de Araçoiaba da Serra – utilização de rede social (Facebook) para lançar questionamento sobre determinada licitação para compra de caixas d'água, aventando possível irregularidade - difamação ao postar mensagens depreciativas ao primeiro, em seu perfil em rede social – Rejeição da Queixa Crime na sentença ora recorrida – Sentença que deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos - inexistência de indícios mínimos e necessários capazes de revelar a viabilidade de instauração de um processo crime - inexistência de dolo específico de crime contra a honra – questionamentos contra figura pública que não extrapola o limite do razoável – pessoa pública que deve ter limite mais elástico de tolerância com questionamentos, ainda que infundados – ausência de justa causa para o início da ação penal – ingresso com representação junto ao Ministério Público constitui direito do cidadão, não configurando crime contra a honra – RECURSO IMPROVIDO – Rejeição mantida – Sucumbência em 10% sobre o valor da causa. (TJ-SP - APR: 10021804320228260602 Sorocaba, Relator: Diogo Correa de Morais Aguiar, Data de Julgamento: 20/04/2023, Data de Publicação: 20/04/2023)

Cabe ressaltar que o Supremo Tribunal Federal reconhece critérios particulares para aferir ofensas à honra baseados na maior ou menor exposição pública da pessoa ofendida, tendo em vista que "ao dedicar-se à militância política, o homem público aceita a inevitável ampliação do que a doutrina italiana costuma chamar a zona di iluminabilit, resignando-se a uma maior exposição de sua vida e de sua personalidade aos comentários e à valoração do público, em particular, dos seus adversários" (HC 78.426- 6-SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, 1 ª Turma, DJ de 7.5.1999).

Diante de tais considerações, seguir com o processamento e julgamento do querelado Mauro Lacerda em razão dos fatos narrados não seria técnico em razão da ausência do elemento subjetivo, e configuraria verdadeira censura aos direitos e garantias relacionados à liberdade de expressão, pensamento e manifestação do querelado em um contexto democrático.

Nesse passo, conveniente conferir o entendimento jurisprudencial:

"... 7. Ao assegurar ampla liberdade à manifestação do pensamento, à criação, à expressão e à informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, o art. 220, caput, da Constituição Brasileira reverbera um dos sustentáculos dos regimes democráticos... o núcleo essencial e irredutível do direito fundamental à liberdade de expressão do pensamento compreende não apenas os direitos de informar e de ser informado, mas também os direitos de ter, de emitir opiniões e de fazer críticas... 20. Com efeito, é inevitável – e mesmo desejável, do ponto de vista da transparência – que os agentes públicos tenham a higidez das suas atividades escrutinada tanto pela imprensa quanto pelos cidadãos, que podem exercer livremente os direitos de informação, opinião e crítica... 21. Nesse contexto, ressalto que afirmações destemperadas, descuidadas, irrefletidas e até mesmo profundamente equivocadas, embora não desejáveis, são passíveis de ocorrer em um debate... Àquelas manifestações não almejadas estende-se, necessariamente, o escopo da proteção constitucional à liberdade de expressão, a despeito de seu desvalor intrínseco, sob pena de se desencorajarem pensamento e imaginação, em contradição direta com a Página 5 de 7 Documento assinado via Token digitalmente por MELINA CASTRO MONTOYA FLORES, em 29/03/2021 14:03. Para verificar a assinatura acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 38502741.345b786d.f139f19c.8df2806c diretriz insculpida no art. 220, caput, da Carta da República. 22. Por oportunas, além da célebre expressão creditada a Voltaire – "posso não concordar com nenhuma palavras do que dizes, mas defenderei até a morte o direito de dizê-las" –, rememoro as ponderações do Justice Brennan, da Suprema Corte dos Estados Unidos, no paradigmático caso New York Times vs Sullivan, no sentido de que a garantia

de proteção conferida pela Constituição às aludidas liberdades de expressão e de imprensa se funda no "princípio de que o debate de questões públicas deve ser irrestrito, robusto e aberto, e que ele bem pode incluir ataques ao governo e a funcionários públicos que sejam veementes, cáusticos e às vezes desagradavelmente contundentes... 24. Esses aspectos ficaram muito bem delineados no julgamento do caso Lingens v. Austria pela Corte Europeia de Direitos Humanos que, já em 1986, considerou incompatível com as liberdades de expressão e de imprensa asseguradas na Convenção Europeia de Direitos Humanos a imposição de sanção pelo Estado demandado – Áustria –, com base na legislação doméstica de "proteção da reputação", ao uso de expressões tais como "oportunista vil", "imoral" e "indigno", que, embora possam, em princípio, ferir a reputação de alguém, foram direcionadas a agente público..." (Rcl 43190 / DF, Relatora Min. Rosa Weber, Julgamento: 30.11.2020).
"... 1. A Democracia não existirá e a livre participação política não florescerá onde a liberdade de expressão for ceifada, pois esta constitui condição essencial ao pluralismo de ideias, que por sua vez é um valor estruturante para o salutar funcionamento do sistema democrático. 2. A livre discussão, a ampla participação política e o princípio democrático estão interligados com a liberdade de expressão, tendo por objeto não somente a proteção de pensamentos e ideias, mas também opiniões, crenças, realização de juízo de valor e críticas a agentes públicos, no sentido de garantir a real participação dos cidadãos na vida coletiva... 5. O direito fundamental à liberdade de expressão não se direciona somente a proteger as opiniões supostamente verdadeiras, admiráveis ou convencionais, mas também aquelas que são duvidosas, exageradas, condenáveis, satíricas, humorísticas, bem como as não compartilhadas pelas maiorias. Ressalte-se que, mesmo as declarações errôneas, estão sob a guarda dessa garantia constitucional..." (ADI 4451, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, Dje 06.3.2019).
Não desponta dos autos comprovação do elemento subjetivo indispensável aos tipos penais correspondentes às imputações contida na exordial, pois, os elementos de convicção existentes nos autos, não demonstram a presença do animus diffamandi vel injuriandi, tornando o fato atípico.
Isto posto, com fundamento no art. 395, III, do Código de Processo Penal, REJEITO a queixa-crime e determino o arquivamento destes autos.
Ciência às partes e ao MP.
Proceda a CPE1G os registros e anotações pertinentes.
P.R.I.C.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, OFÍCIO, PRECATÓRIA.
Presidente Médici-RO, 17 de julho de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Processo : 7001475-93.2022.8.22.0006
Classe : MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)
IMPETRANTE: JOAO VALDIVINO DOS SANTOS
Advogado do(a) IMPETRANTE: CLEDERSON VIANA ALVES - RO1087
IMPETRADO: MUNICIPIO DE PRESIDENTE MEDICI - RO
INTIMAÇÃO PARTES - RETORNO DO TJ
Ficam AS PARTES intimadas a manifestarem-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do retorno dos autos, sob pena de arquivamento.
Advertência: Conforme prevê o art. 31, parágrafo único da Lei 3896/16, o feito poderá ser desarquivado a qualquer momento, desde que apresentado pedido descritivo, acompanhado de planilha dos créditos, de acordo com os arts. 523 e 524 do CPC, visando a intimação da parte adversa ao início do cumprimento de sentença.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.
AUTOS: 7001338-14.2022.8.22.0006
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTOR: MARIA DAS GRACAS BIJOS, RUA VALDEMAR FERNANDES 3432, CASA LINO ALVES TEIXEIRA - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FLAVIO MATHEUS VASSOLER, OAB nº RO10015
REU: BANCO SAFRA S A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: LUCIANA MARTINS DE AMORIM AMARAL SOARES, OAB nº PE26571A
DESPACHO
Vistos.
Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos materiais e morais e pedidos de tutela provisória de urgência ajuizada por MARIA DAS GRAÇAS BIJOS contra BANCO SAFRA S A.
Em decisão de id. 91502785, foi determinado a intimação do perito Lucas Queiroz de Oliveira para realização de perícia sob o contrato assinado digitalizado apresentado pelo réu.
O perito aceitou o cargo, bem como alegou que há possibilidade de realização da perícia no contrato juntado aos autos (id.91615502).
A parte ré se manifestou em petição de id. 91814784 requerendo que seja determinado a impossibilidade da realização de perícia grafotécnica e o prosseguimento do feito, em razão da baixa qualidade da resolução das cópias juntadas.
A autora apresentou os quesitos a serem respondidos pela perícia (id. 92000227).
Em manifestação de id. 92000245, reiterou o pedido pela realização da perícia grafotécnica, bem como requereu a apresentação do contrato original pela parte requerida.

Portanto, considerando manifestação do perito nomeado, alegando a possibilidade da realização da perícia no contrato digitalizado, juntado aos autos, ratifico a decisão de id. 91502785.
Tudo cumprido, conclusos para julgamento.
Pratique-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, OFÍCIO, PRECATÓRIA.
Presidente Médici-RO, 17 de julho de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3309-8171
Processo n°: 7001863-93.2022.8.22.0006
REQUERENTE: ANTONIO NOGUEIRA PRESTES
Advogados do(a) REQUERENTE: DAIANE TAUA GOMES DE SOUSA DUTRA - RO10403, GILVAN DE CASTRO ARAUJO - RO4589
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Presidente Médici, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.
AUTOS: 7001055-59.2020.8.22.0006
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTOR: ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS, LINHA 128, LOTE 21-A, GLEBA 03, ESTRELA DE RONDÔNIA ZONA RURAL - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: ROSE ANNE BARRETO, OAB nº RO3976
REU: FILOMENA FLORENTINA FERREIRA PINTO, EDISON FERREIRA PINTO, LINHA BOM JESUS, SN RURAL - 85790-000 - CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PARANÁ
ADVOGADOS DOS REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
I - Relatório
Trata-se de ação de usucapião, ajuizada por ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS em face de EDISON FERREIRA PINTO e FILOMENA FLORENTINA FERREIRA PINTO, ambos qualificados nos autos.
A parte autora informou que exerce a posse mansa e pacífica, de forma livre e desembaraçada e a justo título sobre parte do imóvel rural, denominado Lote de Terra Rural n. 46 (quarenta e seis), Gleba 03 (três), Gleba D'Jaru Uaru, PF/JOP (FFF), Setor Muqui, com área de 75,6491 ha (setenta e cinco hectares, sessenta e quatro ares e noventa e um centiares) denominado Sítio Boa União, localizado neste município de Presidente Médici/RO.
Alegou que ocupa parte do imóvel rural descrito no item 01, assim descriminada Lote de Terra Rural n. 46-B (quarenta e seis "C"), Gleba 03 (três), Gleba D'Jaru Uaru – Setor Muqui, cuja a área é de 24,7728 ha (vinte e quatro hectares, setenta e sete ares e vinte e oito centiares), localizado no município de Presidente Médici/RO. Considerando o desmembramento da área usucapienda, permaneceu a área remanescente do imóvel usucapiendo, sendo: Lote de Terra Rural n. 46 (quarenta e seis), Gleba: 03 (três), Gleba D'Jaru Uaru, Setor: Muqui, Projeto Fundiário Jarú Ouro Preto, com área de 50,8691 ha (cinquenta hectares, oitenta e seis ares e noventa e um centiares), localizado no município de Presidente Médici/RO.
Desde a data de 02 de Dezembro de 2014, o requerente informou que exerce a posse mansa e pacífica, de forma livre e desembaraçada e a justo título, sobre a área rural descrita no item '01.01', portanto, com 05 (cinco) anos e 08 (oito) meses de posse, tendo adquirido o imóvel de por cessão de direitos de posse de Giomar Pinheiro de Castro e sua esposa Rosangela de Fátima Babolim Castro, Lindomar Pinheiro de Castro e Eloisa Figueiredo de Castro.
Anteriormente a posse do imóvel usucapiendo passar pertencer ao requerente, foram realizadas as seguintes transferências de posse:
Os Senhores GIOMAR PINHEIRO DE CASTRO e sua esposa ROSANGELA DE FÁTIMA BABOLIM CASTRO; LINDOMAR PINHEIRO DE CASTRO e ELOISA FIGUEREDO DE CASTRO exerceram a posse mansa e pacífica, de forma livre e desembaraçada, tendo recebido a posse por sucessão hereditária de sua genitora ONILIA FIGUÊIREDO DE CASTRO CÂNDIDO.
A Sra. Onilia Figuêiredo de Castro Cândido, exerceu a posse mansa e pacífica, de forma livre e desembaraçada, com animus dominis incialmente sobre a totalidade do imóvel usucapiendo e já próximo ao seu falecimento exerceu a posse somente da área usucapienda, tendo adquirido a área total do imóvel descrito no item '01.01' de EDISON FERREIRA PINTO, contudo, os herdeiros da Sra. Onilia Figuêiredo de Castro Cândido não localizaram o contrato de compra e venda do imóvel, mas existem documentos comprobatórios de sua posse desde o ano de 1990.
A área usucapienda, nos fundos e na lateral direita, é ocupada pelo Sr. JOSE SERGIO DE SOUZA, e na Lateral esquerda, de propriedade do requerente, conforme se faz prova pela Escritura Pública de Cessão de Direitos Hereditários lavrado às lavrada às folhas 001/003 do Livro 59-E, em 06/06/2018.
Os confrontantes JOSE SERGIO DE SOUZA reconhece por meio de termo de anuência que as pessoas de ONILIA FIGUÊIREDO DE CASTRO CÂNDIDO, GIOMAR PINHEIRO DE CASTRO sua esposa ROSANGELA DE FÁTIMA BABOLIM CASTRO; LINDOMAR PINHEIRO DE CASTRO; ELOISA FIGUEREDO DE CASTRO e o requerente, como legítimos possuidores da área usucapienda e informam que têm conhecimento de que os mesmos têm a posse do imóvel acima descrito que somada ultrapassa o período de 30 (trinta) anos.
Com a inicial, juntou documentos.

Recebida a inicial, determinou-se a citação dos réus, confinantes do imóvel, bem como para que se cientificasse as Fazendas Públicas e Ministério Público acerca de eventual interesse no feito ((ID 11213034).
Cientificadas, o Estado de Rondônia, Fazenda Nacional, Município de Presidente Médici e Advocacia Geral da União, todos manifestaram desinteresse no feito.
A Defensoria Pública foi nomeada como curador especial, a qual apresentou contestação por negativa geral.
Foi realizado diligências a fim de localizar os réus, sendo efetuado buscas nos sistemas disponíveis ao
PODER JUDICIÁRIO, no entanto, resultaram infrutíferas.
Foi dispensado a notificação do confrontante José Sergio de Souza, tendo em vista que o mesmo já apresentou termo de anuência.
Os réus foram citados por edital, o qual não se manifestaram.
Dispensada a audiência de conciliação, nos termos do art. 34, §5º do CPC, tendo em vista que os requeridos encontram-se em lugar incerto e não sabido
A Defensoria Pública se manifestou informando que não possui provas, no exercício da curadoria especial.
Vieram os autos conclusos
É o breve relatório. decido.
II - Fundamentação
II.I - Da Justiça gratuita
De antemão, analiso o pedido de justiça gratuita interposto pela parte autora.
A Lei 1.060/50, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, trazia em seu art. 4º que a parte seria beneficiada com a assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não estaria em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família e ainda, que se presumia pobre, até prova em contrário, quem afirmasse essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.
No entanto, tal dispositivo foi revogado pela Lei n. 13.105 de 2015, Código de Processo Civil, o qual assim dispõe:
Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.
Art. 99. (...)
§ 3o Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.
Em que pese o art. 99, § 3º estabelecer a presunção de insuficiência quando alegada em favor de pessoa natural, a própria Constituição Federal estabelece, no artigo 5º, LXXIV, que a assistência jurídica integral e gratuita será concedida para aqueles que comprovarem insuficiência de recursos.
Neste sentido, a parte pode juntar a declaração do IDARON, do DETRAN, do Cartório de Imóveis, dentre outros, os quais, juntos, podem embasar o pedido de gratuidade.
Compulsando os autos, verifico que a parte autora juntou documentos capazes de demonstrar sua incapacidade financeira, assim, DEFIRO o pedido de justiça gratuita interposto por ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS.
II.II - Do imóvel usucapiendo
A priori, cumpre consignar que a usucapião define-se como modo originário de aquisição de propriedade e de outros direitos reais, pela posse prolongada e qualificada por requisitos estabelecidos em lei. É modo originário de se adquirir uma propriedade, pois não há relação pessoal entre um precedente e um subsequente sujeito de direito.
A pretensão exposta na exordial encerra a modalidade da usucapião extraordinária, instituto previsto no art. 1.238, e seu parágrafo único, do Código Civil, in verbis:
Art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boafé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.
Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo.
Ela não representa um ataque ao direito de propriedade, mas um tributo à posse, pois, para ser possível o seu alcance, exige-se do possuidor a detenção por um longo período, exercendo-se esse direito contra outrem que, embora tendo título de propriedade, abandonou o imóvel, deixou que outro o ocupasse e lhe conferisse função social e econômica mais relevante.
A declaração de domínio se faz mediante a demonstração, de forma concomitante, dos pressupostos temporal, atinente a posse ininterrupta por mais de 15 anos, e da natureza mansa e pacífica da posse, dispensando justo título e boa-fé.
Compulsando os autos, verifica-se uma cadeia sucessória, superior a dez anos, consoante dos contratos de compra e venda acostados ao feito, onde demonstra que o autor adquiriu o imóvel de Giomar Pinheiro de Castro e sua esposa Rosangela de Fátima Babolim Castro, Lindomar Pinheiro de Castro e Eloisa Figueiredo de Castro que por sua vez, recebeu a posse por sucessão hereditária de sua genitora ONILIA FIGUÊIREDO DE CASTRO CÂNDIDO.
Desde o ano de 1990, por meio de documentos comprobatórios, denota-se que Sra. Onilia exerceu a posse mansa e pacífica, de forma livre e desembaraçada, com animus dominis incialmente sobre a totalidade do imóvel usucapiendo, ainda, próximo ao seu falecimento, exerceu a posse somente da área usucapienda, tendo adquirido a área total do imóvel de EDISON FERREIRA PINTO.
Soma-se a isto, o fato dos réus e os confinantes nunca terem contestado o feito.
Ademais, em relação ao imóvel, a parte autora afirma que ocupa e o possui como se dona fosse, de forma pacífica e ininterrupta, sem oposição de quem quer que seja, desde a sua aquisição, mantendo a posse até os dias de hoje.
Têm-se comprovado, portanto, o lapso temporal exigido para a prescrição aquisitiva por parte de quem eventualmente reclame a propriedade.
Por fim, frise-se ainda, que os antigos proprietários do imóvel foram citados e, seguindo orientação da Súmula 391 do STF, os vizinhos de lote, sendo que nenhum deles apresentou oposição ao pedido realizado na exordial.
Vislumbro, portanto, que a posse foi exercida de forma mansa e pacífica, não havendo notícia de interrupção.
III - Dispositivo
Ante o exposto, com base no art. 1.241 do Código Civil, JULGO PROCEDENTE os pedidos constantes na inicial e, em consequência:
a) Declaro que a parte autora, ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS, mediante usucapião, é o legítimo proprietário do imóvel rural denominado Lote de Terra Rural n. 46 (quarenta e seis), Gleba: 03 (três), Gleba D'Jaru Uaru, Setor: Muqui, Projeto Fundiário Jarú Ouro Preto, com área de 50,8691 ha (cinquenta hectares, oitenta e seis ares e noventa e um centiares), localizado no município de Presidente Médici/RO.

b) Expeça-se mandado para inscrição no registro de imóveis, devendo ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Médici/RO, através da expedição de competente carta de sentença, determinando-se a abertura da matrícula para registro da área usucapienda, e averbando-se a devida ocorrência na matrícula nº 2896 Livro 2RG, (art. 167, "II", 2, da Lei nº 6.015/73).
c) Concedo a justiça gratuita a parte autora, nos termos da Lei n. 13.105 de 2015, Código de Processo Civil.
Por conseguinte, RESOLVO O MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Sem custas aos réus.
Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.
Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, OFÍCIO, PRECATÓRIA.
Presidente Médici-RO, 17 de julho de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000 - Fone:(69)3309-8171
Processo n°: 7001462-94.2022.8.22.0006
REQUERENTE: EDELTIDE FRANCISCA DE SOUZA
Advogado do(a) REQUERENTE: FLAVIO MATHEUS VASSOLER - RO10015
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A.
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Presidente Médici, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.
AUTOS: 7001093-66.2023.8.22.0006
CLASSE: Divórcio Consensual
REQUERENTES: A. E. D. C., AV. SETE DE SETEMBRO 588, CASA CENTRO - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA, R. J. D. S., AV. MARECHAL DEODORO 1173, CASA LINO ALVES TEIXEIRA - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REQUERENTES: PAULO ROGERIO DOS SANTOS, OAB nº RO10109
SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
Cuida-se de ação consensual de divórcio formulado por RICARDO JOSE DA SILVA e ADRIANA EUGÊNIO DA CONCEIÇÃO DA SILVA.
Considerando haver interesse de menor, intimado, o Ministério Público manifestou pela homologação do acordo firmado entre as partes.
Decido.
Trata-se de ação consensual de divórcio.
Com efeito, desde o advento da Emenda Constitucional n.º 66, que deu nova roupagem ao artigo 226, parágrafo 6º, da Constituição Federal, não mais se exige prévia separação de fato para haver o decreto de divórcio. Basta que haja a insuportabilidade da vida em comum.
A referida norma é de aplicabilidade imediata e não impõe condições ao reconhecimento do pedido de divórcio, sejam de natureza subjetiva, relegadas para eventual fase posterior a discussão sobre culpa, ou objetivas, como o transcurso do tempo.
No caso em apreço, as partes estão separadas, de fato, e não mais desejam manter o vínculo matrimonial.
Desta forma, o requerimento satisfaz às exigências legais, pouco importando ao deslinde da causa a desgastante perquirição de culpa porventura imputável a qualquer dos envolvidos pelo insucesso do matrimônio, cediço não existir, no mais das vezes, um único e só culpado pelo fim do casamento.
Em outras palavras, a decretação do divórcio é inquestionável, pois a vida em comum e o amor dos envolvidos já terminou de há muito, não havendo que se falar em continuidade do matrimônio, uma vez que somente ele poderia ajudar a superar eventuais brigas e desentendimentos ocasionais, frutos de atritos na convivência diária.
Noto, a par disso, que os autores estão devidamente assistidos e assinaram a petição inicial, manifestando concordância com os termos nela redigidos.
III – DISPOSITIVO
Diante do exposto, nos termos do artigo 487, inciso III, "b", do Novo Código de Processo Civil, HOMOLOGO por sentença o acordo com as cláusulas apresentadas na petição inicial de id. 92597650, para que surta os efeitos legais, o que faço para DECRETAR o divórcio entre as partes, dissolvendo o vínculo matrimonial e declarar cessado o regime patrimonial de bens.
A autora Adriana voltará a usar o nome de solteiro, qual seja: Adriana Eugênio da Conceição.
Averbe-se o divórcio no Cartório de Registro Civil onde se realizou a solenidade de matrimônio, conforme a certidão de casamento anexa ao feito.
Em consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea b, do Código de Processo Civil.
Sem custas e honorários, ante o deferimento da justiça gratuita.
Essa sentença servirá como mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil, se necessário.
Sentença transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 1.000, do CPC.
P. R. I.

Oportunamente, arquive-se com as anotações de estilo, promovendo-se as baixas devidas no sistema.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, OFÍCIO, PRECATÓRIA.
Presidente Médici-RO, 17 de julho de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.
PROCESSO: 7001362-42.2022.8.22.0006
AUTOR: PAULO DA SILVA LEITE, CPF nº 22567321420
ADVOGADOS DO AUTOR: EDNA FERREIRA DE PASMO, OAB nº RO8269, FRANCISCO RODRIGUES DE MOURA, OAB nº RO3982
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença.
Ante a inércia da Executada para efetuar o pagamento da obrigação, este Juízo procedeu com o bloqueio dos valores da condenação via SISBAJUD (id. 92528725).
Intimada, a parte Autora requereu a expedição de alvará para levantamento do saldo bloqueado e a intimação da parte Executada para pagamento de pena de multa (id. 92539510).
Por fim, a Executada manifestou nos autos em concordância com os valores bloqueados (id. 93172927).
É o breve relatório, decido.
Deixo de intimar a Executada para o pagamento de multa, tendo em vista que os valores bloqueados baseiam-se nos cálculos apresentados pela Exequente no id. 90830136, já com a incidência de multa em 10% (dez por cento) no valor de R$ 780,18 (setecentos e oitenta reais e dezoito centavos).
Considerando que houve bloqueio via SISBAJUD dos valores da condenação, procedi nesta data a transferência da quantia para conta vinculada a este juízo.
CONVERTO o bloqueio em PENHORA, sem necessidade de termo (Art.854 § 5).
Conforme orientação do TJRO, deverá ser priorizada a opção para crédito em conta a fim de agilizar o cumprimento das ordens digitais, assim, a transferência de valores para a conta do credor em vez de saque na agência, o que inclusive será processado pelo sistema recentemente implantando exclusivamente para tal finalidade – Alvará Eletrônico.
Desse modo, fica intimada a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar os dados bancários para o fim de transferência dos valores, ressaltando que poderá indicar conta do favorecido de qualquer instituição bancária.
Com a vinda da informação, voltem conclusos na pasta “despacho alvará”.
Em caso de inércia, deverá a CPE proceder com o necessário para o envio dos valores à Conta Centralizadora gerida pelo Tribunal de Justiça e, após, arquivar os autos.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, OFÍCIO, PRECATÓRIA.
Presidente Médici segunda-feira, 17 de julho de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.
AUTOS: 7000950-14.2022.8.22.0006
CLASSE: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: VITORIA JUSTINIANA DE ALMEIDA, RUA MARINGÁ 2913, CASA CENTRO - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FLAVIO MATHEUS VASSOLER, OAB nº RO10015
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, RUA JOSÉ DE ALENCAR, - DE 2322/2323 A 2637/2638 CENTRO - 76801-036 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença.
Com a anuência da parte Executada aos valores bloqueados em seus ativos financeiros (ID. 92986118), este Juízo efetuou a conversão do bloqueio em penhora (ID. 93207390).
Intimado, o Exequente apresentou dados bancários requerendo a transferência dos valores depositados em conta judicial (ID. 93232839).
É o relatório, decido.
Fica expedido alvará eletrônico na modalidade transferência através da ferramenta “alvará eletrônico”, pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente ao banco detentor da conta judicial, sem gerar documento novo nos autos. O beneficiário deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação, conforme síntese supracitada.
Aguarde-se por cinco 05 (cinco) dias o cumprimento da ordem.
Zerada a conta judicial, estará o processo apto ao arquivamento quanto a este ponto.

Sobrevindo informação de erro no cumprimento da ordem eletrônica, fica a CPE autorizada a proceder com a expedição de alvará sem necessidade de nova conclusão do processo.
Considerando que houve a satisfação da obrigação, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, OFÍCIO, PRECATÓRIA.
Presidente Médici-RO, 17 de julho de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.
AUTOS: 7001781-96.2021.8.22.0006
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTOR: ADILSON RODRIGUES DA SILVA, ZONA RURAL S/N BR 364, LOTE 12 AA - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: LUCIANO DA SILVEIRA VIEIRA, OAB nº RO1643, DENISE JORDANIA LINO DIAS, OAB nº RO10174L
REU: MUNICIPIO DE PRESIDENTE MEDICI - RO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI
SENTENÇA
Vistos.
1 - RELATÓRIO
Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais movida por Adilson Rodrigues da Silva em face do Município de Presidente Médici. Relata que na data de 22 de agosto de 2021 tomou conhecimento que havia fogo se alastrando por pasto no interior de seu imóvel rural. Alega que o fogo, atrelado ao período de seca, ocasionou diversos prejuízos financeiros ao demandante.
Realizada audiência de conciliação esta restou infrutífera (id. 65790425).
A parte requerida devidamente citada apresentou contestação sem preliminares. No mérito alegou que a área a que se refere a parte autora é destinada ao depósito de resíduos vegetais (id. 6868219).
A parte requerente se manifestou nos autos rechaçando as alegações apresentadas pela parte requerida. Ao final, requereu a designação de audiência de instrução e julgamento (id. 75020163).
Intimadas acerca das provas que pretendam produzir as partes se manifestaram pela realização de audiência de instrução e julgamento para a oitiva das testemunhas arroladas (id. 80166993 e 81058228).
Laudo de perícia criminal juntado no id. 80059053, que concluiu que houve a "queimada na vegetação que abrangeu uma área de aproximadamente 15,60 hectares, sendo o provável foco de princípio de incêndio no depósito de entulhos localizado na Linha-122, se propagando para demais áreas adjacentes."
A decisão saneadora de id. 82315096 fixou os pontos controvertidos e designou audiência de instrução.
Realizada a instrução (id. 89417933), foi colhido o depoimento do autor e ouvidas quatro testemunhas.
A parte autora apresentou alegações finais por memoriais no id. 90696403, e o requerido no id. 90996694.
Vieram-me os autos conclusos para julgamento.
É o relatório. DECIDO.
2 - FUNDAMENTAÇÃO
As partes são legítimas e encontram-se regularmente representadas.
Não há preliminares ou questões processuais pendentes de análise, bem como inexiste pedidos de produção de outras provas além das que se encontram nos autos.
Procedo à análise do mérito.
A Constituição Federal assegura a todos, conforme apregoado no inciso V do Art. 5º, "o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;".
Seguindo a linha previamente estabelecida pela carta magna, o Código Civil Brasileiro, estabelece:
Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.
Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
A controvérsia gira em torno do sistema de responsabilidade civil a ser adotado no caso dos autos, se o da responsabilidade civil subjetiva, fundado na teoria da culpa, ou se o da responsabilidade civil objetiva, fundado na teoria do risco.
A Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, §6º, consagrou a teoria do risco administrativo, respondendo o Município, objetivamente, pelos danos que causar a terceiros, desde que estabelecido o nexo de causalidade entre o ato da Administração e o prejuízo, que assim prevê:
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
[…]
§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
O art. 37, §6º da Constituição Federal não baniu do ordenamento jurídico a possibilidade de que para a responsabilização do ente público seja utilizado o sistema da responsabilidade civil subjetiva. Entretanto, estabeleceu que, em regra, deve ser utilizado o sistema da responsabilidade civil objetiva, não fazendo distinção se conduta fora comissiva ou omissiva.
O artigo 43 do Código Civil conduziu a legislação civil infraconstitucional à teoria do risco administrativo para embasar a responsabilidade civil do Estado, determinando a incidência da responsabilidade civil objetiva para a responsabilização das pessoas jurídicas de direito público.

Não obstante, há na doutrina brasileira corrente, capitaneada pelo jurista Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, 15ª ed., Malheiros Editores, ps. 871-872), sustentando que aos atos omissivos da administração pública tem aplicabilidade a Teoria da Culpa Administrativa ou Culpa Anônima, pela qual o dever de indenizar depende da prova da falta de um serviço que deveria ter sido prestado, ou que foi prestado de modo deficiente ou a destempo.

Dispensa-se, no entanto, a individuação da culpa, ou seja, "não precisa ser provada negligência, imprudência, imperícia de um agente público determinado (por isso, às vezes, é utilizada a expressão 'culpa anônima' em referência a essa modalidade de responsabilidade subjetiva)" (ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Administrativo Descomplicado. 18.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Fosense; São Paulo: Método, 2010. pág. 731).

Assim, a responsabilidade subjetiva da Administração, somente deve ser adotada quando a inação do Município se apresenta como causa direta e imediata da ocorrência do dano, razão pela qual deve o lesado provar que a falta do serviço (culpa anônima) concorreu para o dano.

Destarte, quando o Município estiver na condição de garante (ou de guardião) e, por omissão sua, cria situação propícia para a ocorrência do evento, em situação que tinha o dever de agir para impedi-lo, a omissão estatal se erige em causa direta e adequada para a ocorrência do dano, devendo, pois, ser utilizado o sistema da responsabilidade objetiva.

No caso, tratando-se de local licenciado para os fins de depósito de resíduos, o dever de agir do Município é evidente, pois deve atuar/agir de forma a preservar os bens de seus cidadãos, impondo-se a adoção da teoria do risco (responsabilidade objetiva) para eventual responsabilização do ente municipal.

O Supremo Tribunal Federal tem estabelecido os seguintes requisitos, para a configuração da responsabilidade objetiva do Município, a saber: a) o dano; b) a ação administrativa; c) e o respectivo nexo causal; esclarecendo que a mesma pode ser excluída, total, ou parcialmente, por culpa da vítima (STF, RE 178806, DJ 30.06.95), bem como pelo caso fortuito, ou força maior (STF, RE 109615, DJ 02.08.96), ou por fato de terceiros ou da natureza (STJ, REsp 44500, DJ 09.09.02).

Pelo extrato fático probatório, tais requisitos foram atendidos.

Conforme demonstrado pelas provas documentais colacionadas e bem esclarecido pelos depoimentos das testemunhas ouvidas na audiência de instrução, não havia fiscalização ou manutenção devida na área, o que era incontestavelmente de responsabilidade do Município.

Colhido o depoimento do autor, o mesmo contou que estava em outra propriedade, e chegou por volta de meio dia, e mais ou menos às duas horas da tarde o vizinho foi até ele avisar que estava pegando fogo na propriedade. Disse que chamou o sogro e o cunhado, e correram para apagar o fogo. Outros vizinhos também ajudaram, se não os danos seriam maiores. Afirma que teve danos na propriedade e de APPs-Ambiental. Conta que tinha um vizinho, Djalma, que vendeu a terra, por causa de fogo constante, lixos, entulho, animal morto, sofá, etc, que eram depositados na propriedade do requerido. Disse que já apagou fogo outras vezes naquele local, para não ir para sua propriedade, mas que dessa vez adentrou. Não sabe quem colocou fogo.

Ouvida a testemunha Jackson Rosa Garcia, afirmou que tem propriedade de frente à do autor, e viu o fogo começando. Disse que nesse dia não ajudou a apagar o fogo, mas que outras cinco a seis vezes já apagou fogo naquela região. Não viu quem colocou o fogo, mas que começou desde a porteira do entulho. Afirma que já viu umas três ou quatro vezes o caminhão da prefeitura levando entulho e galho, e a carretinha de reciclagem, e que desde já avistava o fogo. Disse que demorou cerca de uma hora para o fogo chegar na propriedade do autor. Acrescentou que populares também levavam lixos, e que raramente a Prefeitura dá manutenção no local. Afirma que a Prefeitura estava construindo uma guarita para fiscalizar.

Ouvida a testemunha José de Assis, disse que estava a serviço (ajudante geral, há sete anos) ao lado da laminadora que fica perto do local, e que viu o fogo começando (meio dia para frente) e indo para o lado deles. Disse que já presenciou fogo na região outras vezes, e que não sabe dizer quem colocou o fogo. Afirmou que não tinha vigilância no local, e que não viu ninguém da Prefeitura indo ao local para fins de manutenção. Disse que soube que o fogo atingiu áreas de APP do autor. Conta que do local do serviço dava para ver pessoas da comunidade levando várias coisas, lixos, entulhos. Acredita que demorou cerca de 40 minutos para o fogo chegar até a propriedade do autor. Disse que as pessoas jogam lixo na frente, na estrada, e que a enchente também arrastam mais os lixos para a estrada.

A testemunha Milton Caetano de Souza disse que mora perto do entulho da Prefeitura. Contou que ajudou a combater o fogo no dia dos fatos, e que o fogo já foi perto do seu próprio curral. Afirma que o fogo começou no local de entulho da prefeitura, que não tinha vigilância no local, e que as pessoas também colocavam lixo no local. Narrou que soube que já teve outros incêndios no local. Disse que já viu caminhão da Prefeitura depositando galhos de árvore, aterro de casa, madeira velha. Que num período de dois anos já viu a área pegar fogo duas vezes. Narra que já viu máquina da Prefeitura tirando o entulho do meio da passagem, mas sem manutenção dentro da área.

A testemunha Fabio Silva do Carmo Lopes afirmou que tomou conhecimento do fato na segunda-feira e que foi até o local e constatou que as atividades de contenção que haviam feito não tinham surtido efeito, e que tinha sido causado o incêndio. Questionou na região, mas ninguém soube dizer o autor do incêndio. Disse que todas as vezes que identificam foco de fogo, vão com a máquina para conter, e que fazem limpeza esporádica para colocação de podas vegetais. Recebeu reclamações de incêndios outras vezes, mas somente depois de ocorrido ou quando o fogo está em proporções que não conseguem conter. Disse que andarilhos ou drogados tem colocado fogo para conseguir tirar fio de cobre. Acrescentou que os fatos geralmente acontecem fora do horário de expediente. Aduziu que costumam passar semanalmente na frente do local, e vão em diligência sempre que há reclamação ou atividade suspeita. Acredita que o Município não é negligente na fiscalização, mas que utiliza os artifícios que tem. Narrou que desde quando o local foi licenciado para essa finalidade, todos os anos ocorreu foco de incêndio. Contou que as ações mitigadoras do Município não surtiram efeito, e agora está sendo instalada a guarita. Afirmou que no dia dos fatos não tinha fiscalização, por não ser dia útil, mas que no dia seguinte foi até o local. Contou que a Prefeitura já usou divulgação de carro de som, panfletagem e todos os outros meios possíveis para alertar a população que aquele não era local para jogar lixo.

Ainda, colacionou-se aos autos o laudo pericial criminal no id. 80059053, que concluiu que houve a "queimada na vegetação que abrangeu uma área de aproximadamente 15,60 hectares, sendo o provável foco de princípio de incêndio no depósito de entulhos localizado na Linha-122, se propagando para demais áreas adjacentes." Além dos documentos: Boletim de Ocorrência, Laudo Pericial da EMATER – RO, carta imagem, que corrobaram com as demais provas contidas nos autos.

Os depoimentos colhidos na audiência de instrução deixaram claro que já houve fogo naquele local. Inclusive, a testemunha Fábio, Secretário Ambiental da Prefeitura, declarou que já receberam reclamações de incêndio outras vezes, e acrescentou que no dia do ocorrido, de fato, não tinha nenhum tipo de fiscalização no local, por não ser dia útil. Ademais, se "desde quando o local foi licenciado para essa finalidade, todos os anos ocorreu foco de incêndio", conforme narrado pelo Secrtário, e se era de conhecimento público a situação precária que o local costumava ficar, é curioso o porquê da instalação da guarita somente agora.

Pois, em que pese ter sido alegado que o Município utiliza “os artifícios que tem”, que utiliza da vigilância dos próprios vizinhos do local, e que tentou conscientização da população com divulgação de carro de som e panfletagem, é cediço que as medidas eram claramente insuficientes por parte do responsável, principalmente considerando a ocorrência constante de incêndio. Ou seja, no presente caso, o fato pode ser considerado previsível e evitável, e ainda assim houve omissão de tomada de medida eficaz para a situação.

Os fatos acontecerem fora do horário de expediente, e não ter fiscalização por não ser dia útil, não exime o réu da sua responsabilidade, uma vez que a omissão pela não aplicação de medidas específicas e suficientes, criou a situação propícia para a ocorrência do evento.

Assim, considerando a prova da falta de um serviço que deveria ter sido prestado, ou que foi prestado de modo deficiente ou a destempo, configura-se o dever de indenizar.

Desta forma, o Município, responde objetivamente pelos danos ocasionados aos cidadãos em razão da sua omissão na fiscalização e manutenção da área, devendo responder pelos danos ocasionados, posto que criou situação propícia para que os danos ocorressem.

Assim, há nexo de causalidade entre a conduta da parte ré e os danos experimentados pela parte autora, devendo o réu responder pelos danos sofridos pelo autor.

DO DANO MATERIAL

A parte autora requer a condenação do réu ao pagamento do valor do prejuízo com a aquisição de arames e estacas, de R$ 7.992,00 (sete mil novecentos e noventa e dois reais), conforme orçamentos, bem como em relação ao perímetro de pastagem de aproximadamente 3,4 ha, no valor de R$ 25.901,37 (vinte e cinco mil novecentos e um reais com trinta e sete centavos), conforme parecer técnico, totalizando R$ 33.893,37 (trinta e três mil oitocentos e noventa e três reais com trinta e sete centavos).

As fotografias apresentadas, bem como laudo da EMATER produzido pela parte autora foram corroborados pelo laudo pericial criminal realizado no feito, somado ao B.O. e carta de imagem via satélite, e ainda ao depoimento das testemunhas ouvidas em Juízo, comprovando, assim, os danos à área do demandante.

Assim, deve ser acolhido o pedido de pagamento do valor dos prejuízos comprovados, nos moldes postulados pelo autor na exordial, cujo valor importa em R$ 33.893,37 (trinta e três mil oitocentos e noventa e três reais com trinta e sete centavos).

Os valores supra devem ser corrigidos monetariamente desde a data do fato e com a incidência de juros de mora a partir da citação, até o seu efetivo pagamento.

De acordo com as teses 810 do STF e 905 do STJ, deve ser aplicado ao caso juros de mora segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança (0,5%) ao mês e correção monetária com base no IPCA-E.

DO DANO MORAL

A ocorrência de dano moral no caso é indiscutível.

O autor, com as provas produzidas, comprovou que houve diversos alertas e avisos as autoridades acerca dos incêndios constantes e a necessidade de manutenção da área, e ainda assim houve negligência na manutenção e fiscalização, gerando o ocorrido, tendo o demandante que vivenciar os prejuízos decorrentes da omissão por parte da Administração Pública, que não envidaram esforços necessários para evitar que os fatos narrados nos autos viessem e voltassem a ocorrer, somente tomando medidas paliativas (construção da guarita) após os danos sofridos pelo autor.

Frise-se que além da perda de bem material, o autor vivenciou aflições e angústias que ultrapassam o mero aborrecimento ou o dissabor das situações que cotidianamente todos os cidadãos estão sujeitos e experimentarem, diante da extensão do dano evitável porém ocorrido, e que poderia inclusive ter tomado proporções ainda maiores.

Para a fixação do dano moral, o magistrado deve se ater com prudência aos ditames contidos nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, evitando o enriquecimento fácil, mas simultaneamente estipulando um montante que tenha significância para os lesados e não se mostre irrisório para o infrator.

Neste sentido:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS – INCÊNDIO OCASIONADO POR ROMPIMENTO DO CABO DE ALTA TENSÃO – RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO – PREJUÍZO PATRIMONIAL DEMONSTRADO – REPARAÇÃO DEVIDA – DANO MORAL CONFIGURADO – MONTANTE EXCESSIVO – REDUÇÃO NECESSÁRIA – JUROS MORATÓRIOS – TERMO INICIAL – A PARTIR DO EVENTO DANOSO – SÚMULA 54 STJ – SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – NÃO OCORRÊNCIA – PARTE AUTORA DECAIU EM MENOR PARTE DOS PEDIDOS – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. A parte demandada, na qualidade de concessionária de energia elétrica, é prestadora de serviço público, respondendo objetivamente pelos danos causados em decorrência de defeito na prestação dos serviços prestados, na forma do artigo 37, § 6º, da CF e do artigo 14, caput, do CDC. Comprovado que o incêndio que destruiu parte da propriedade da autora teve origem pelo rompimento do cabo de alta tensão da linha de transmissão de energia, a concessionária tem o dever de indenizar os danos materiais e morais decorrentes desse fato. O valor da indenização por dano moral deve ser arbitrado em consonância com princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, promovendo de modo justo a compensação do ofendido e a punição do ofensor. Mostrando-se excessivo o quantum indenizatório, deve ser reduzido. Na hipótese dos autos, tratando-se de responsabilidade civil extracontratual, o termo inicial dos juros de mora deve se dar a partir do evento danoso, nos termos da súmula 54 do STJ. A aplicação da sucumbência recíproca não é cabível quando a autora apenas decaiu de parte mínima dos pedidos, devendo a ré suportar integralmente os ônus sucumbenciais. (TJ-MT - AC: 10030230620188110007 MT, Relator: ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, Data de Julgamento: 12/08/2020, Terceira Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 13/08/2020)

Dentro destes balizamentos e atenta ainda as condições pessoais do autor e ponderando os danos infligidos e os reflexos individuais, fixo a indenização por danos morais para em R$ 10.000,00 (dez mil reais), valor este já atualizado até a presente data e que deverão sofrer incidência de correção monetária com base no IPCA-E e juros de 0,5% ao mês até o seu efetivo pagamento.

Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1o, inciso IV, do aludido artigo.

No mesmo sentido: “O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos” (STJ - 1a Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).

O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.

Prejudicadas ou irrelevantes as demais questões.
3 - DISPOSITIVO
Posto isso, com fundamento no art. 37, §6º, da CF, arts. 186, 927 do Código Civil e 373, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais para:
A) CONDENAR o réu ao pagamento de indenização por danos materiais no importe de R$ 33.893,37 (trinta e três mil oitocentos e noventa e três reais com trinta e sete centavos), corrigidos monetariamente desde a data do fato e com a incidência de juros de mora a partir da citação;
B) CONDENAR o réu ao pagamento de danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada autor, com correção monetária e juros de mora a partir desta data;
C) ESTABELECER que a correção monetária deverá observar os índices do IPCA-E e juros de 0,5% ao mês;
D) CONDENAR o réu ao pagamento de honorários de sucumbência no importe de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §2º, do CPC;
E) EXTINGUIR o feito, com resolução do mérito, de acordo com o art. 487, I, do CPC.
Custas pro rata, devendo-se observar que o Município é isento do recolhimento de custas.
Sentença sujeita ao reexame necessário, nos termos do art. 496, §3º, III, CPC, posto que a condenação em face do município ultrapassa a quantia de 100 salários-mínimos.
Publicação e registro via sistema PJE.
Intimação das partes com advogados constituídos via DJe.
À CPE:
Intime-se via PJE o Município.
Em caso de recurso, desnecessária conclusão. Intime-se para contrarrazões no prazo de 15 dias e, após, remetam-se os autos ao segundo grau.
Decorrido o prazo para recurso voluntário, remetam-se os autos ao TJRO para o reexame necessário.
Após o trânsito em julgado, altere-se a classe e notifiquem-se as partes para, no prazo de 15 dias, comprovar o recolhimento das custas processuais pendentes (§1º do art. 35 do Regimento de Custas).
Decorrido in albis o prazo supra, expeça-se certidão do débito, encaminhando-a ao Tabelionato de Protesto de Títulos, acompanhada da presente sentença (§2º do art. 35, Lei 3.896/2016), consignando as informações do §3º do art. 35 e do art. 36 do Regimento de Custas.
Requerido em qualquer tempo, mediante comprovação de pagamento, emissão da declaração de anuência (art. 38 do Regimento de Custas), fica desde já deferido, independentemente de conclusão.
Informado o pagamento das custas ou inscrito o valor em dívida ativa e ausentes outros requerimentos, arquivem-se.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, OFÍCIO, PRECATÓRIA.
Presidente Médici-RO, 17 de julho de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.
AUTOS: 7000514-21.2023.8.22.0006
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: MARIA DAS GRACAS VENANCIO DA SILVA, LINHA 7 S/N ASSENT CHICO MENDES, ZONA RURAL - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA, OAB nº AM1292
REU: TELEFÔNICA BRASIL S/A (VIVO),
ADVOGADOS DO REU: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES, OAB nº GO29320, PROCURADORIA DA TELEFÔNICA BRASIL S/A
DESPACHO
Vistos.
A Requerente interpôs Recurso Inominado (ID. 92865640).
A parte autora requer a gratuidade da justiça, entretanto, não há prova de que o pagamento das custas e despesas processuais possa trazer dificuldades financeiras para sua sobrevivência ou de sua família.
A Lei 1.060/50, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, trazia em seu art. 4º que a parte seria beneficiada com a assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não estaria em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família e ainda, que se presumia pobre, até prova em contrário, quem afirmasse essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.
No entanto, tal dispositivo foi revogado pela Lei nº 13.105 de 2015, novo Código de Processo Civil, o qual assim dispõe:
Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.
Art. 99. (...)
§ 3o Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.
Em que pese o art. 99, § 3º estabelecer a presunção de insuficiência quando alegada em favor de pessoa natural, a própria Constituição Federal estabelece, no artigo 5º, LXXIV, que a assistência jurídica integral e gratuita será concedida para aqueles que comprovarem insuficiência de recursos. Isso significa que não basta apenas alegar a insuficiência financeira, sendo necessário a prova do estado de miserabilidade.
Salienta-se que deve o juízo agir com máxima cautela para não conceder a justiça gratuita a pessoas que, aos olhos da lei, não possam ser consideradas hipossuficientes. Seria irregular a concessão de benefício de assistência judiciária gratuita àqueles que não demonstram cabalmente a insuficiência financeira para o exercício do direito, embora com dificuldades (e dificuldade não é sinônimo de impossibilidade).

Compulsando os autos, verifico que a parte autora não juntou documentos suficiente para demonstrar sua incapacidade financeira.
Neste sentido, esclareço que a parte poderá juntar a declaração do IDARON, do DETRAN, do Cartório de Imóveis, dentre outros, os quais, juntos, podem embasar o pedido de gratuidade.
1. Intime-se a parte recorrente para, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar a sua hipossuficiência, apresentando os documentos informados, ou apresentar o recolhimento do preparo recursal, sob pena de deserção.
2. Com a apresentação dos documentos, tornem os autos conclusos para deliberação.
3. Com o recolhimento do preparo, considerando que a Requerida apresentou contrarrazões (ID. 93220936), REMETAM-SE os autos à E. Turma Recursal, com as homenagens de praxe.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, OFÍCIO, PRECATÓRIA.
Presidente Médici-RO, 17 de julho de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.
PROCESSO: 7001168-08.2023.8.22.0006
AUTOR: ANISIO VICENTE DA SILVA, CPF nº 04583213204
ADVOGADOS DO AUTOR: BEATRIZ BRITO DE OLIVEIRA, OAB nº RO10259, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
REU: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO DO REU: BRADESCO
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO, PEDIDO LIMINAR E DANOS MORAIS proposta por ANISIO VICENTE DA SILVA em face do BANCO BRADESCO S/A, ambas partes já qualificadas nos autos.
Postergo a análise do Pedido de Justiça Gratuita.
Concedo a Tutela de Urgência para fins de suspensão dos descontos realizados na conta bancária da requerida denominados “TARIFAS BANCÁRIAS”, com base no Art. 300 do CPC, mais especificamente em seu § 2°, para que a Requerida providencie e comprove junto a este processo, no prazo de 10 (dez) dias contados da sua intimação sob pena de multa diária de R$ 300,00 até o limite de dez dias-multa, em caso de descumprimento.
Os documentos que instruem a inicial e as alegações declinadas nela evidenciam a plausibilidade do direito e a verossimilhança das alegações. No mais, o perigo da demora está presente no fato de serem realizados descontos supostamente indevidos na conta do Autor mensalmente, legitimando o deferimento da tutela, contudo, cabe dizer que a medida não trará nenhum prejuízo ao Requerido, já que no caso de improcedência do pedido, a Requerida poderá tomar todas as medidas legais para o recebimento de seu crédito.
Inverto o ônus da prova, nos termos do art. 6, VIII do Código de Defesa do Consumidor, para melhor oportunizar a parte Requerida na produção de provas.
Visando economia processual e celeridade, deixo de designar audiência de conciliação, pois é notório que em todas as ações em trâmite nesta vara em desfavor da Requerida não é firmado acordo, o que redunda em desperdício de tempo e expediente da escrivania.
Caso a Requerida tenha interesse em realizar a conciliação, DETERMINO que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo que tiver a fim de que seja submetida à parte
Requerente ou seja designada audiência de conciliação para esse fim.
Disposições para CPE, sem prejuízos de outros expedientes que sejam necessário.
a) Cite-se a parte Requerida para os termos da presente ação, para querendo, contestar o pedido, no prazo de 15 (quinze) dias, com a advertência do art. 344 do Código de Processo Civil.
b) Havendo interesse da parte Requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá constar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação.
c) Decorrido o prazo para contestação, INTIME-SE a parte Requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, manifeste-se nos autos, oportunidade em que: I – Havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado.; II – Havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais.
d) Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, OFÍCIO, PRECATÓRIA.
Presidente Médici segunda-feira, 17 de julho de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.
PROCESSO: 7000692-09.2019.8.22.0006
REQUERENTE: WILSON MARCON, CPF nº 31697402020
ADVOGADOS DO REQUERENTE: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA, OAB nº RO1032A, VALTAIR DE AGUIAR, OAB nº RO5490
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GEORGE OTTAVIO BRASILINO OLEGARIO, OAB nº PB15013, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO

Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença.
Intimada para impugnar a apreensão dos valores da execução (id.92528821), a Executada quedou-se inerte.
Assim, pugna a parte Exequente pela expedição de alvará eletrônico para levantamento dos valores bloqueados.
É o breve relatório, decido.
Considerando que houve bloqueio via SISBAJUD dos valores da condenação, procedi nesta data a transferência da quantia para conta vinculada a este juízo.
CONVERTO o bloqueio em PENHORA, sem necessidade de termo (Art.854 § 5).
Nesta data EXPEDI ORDEM JUDICIAL ELETRÔNICA (alvará eletrônico) à Caixa Econômica Federal, em favor da advogada constituída, para transferência dos valores depositados em juízo, com as devidas correções/rendimentos/atualizações monetárias, devendo a instituição financeira zerar e encerrar as contas.
Na modalidade transferência o juízo envia os dados da ordem diretamente ao banco detentor da conta judicial, sem gerar documento novo nos autos.
OBSERVAÇÕES:
1) A parte favorecida deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação.
2) O alvará eletrônico deverá ser cumprido em até 30 (trinta) dias, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente.
3) Zerada a conta judicial, o que deverá ser certificado, intime-se o exequente para manifestar do levantamento, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção pela presunção da quitação.
4) Sobrevindo informação de erro no cumprimento da ordem eletrônica, fica a CPE autorizada a proceder com a expedição de alvará sem necessidade de nova conclusão do processo.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, OFÍCIO, PRECATÓRIA.
Presidente Médici segunda-feira, 17 de julho de 2023
Marisa de Almeida
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo: 7000240-37.2017.8.22.0016
Classe: GUARDA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE (1420)
REQUERENTE: M. F. D. S. e outros
Advogados do(a) REQUERENTE: JEFFERSON DIEGO DA SILVA - RO8574, VALTER CARNEIRO - RO2466-A
REQUERIDO: M. F. D. S. e outros
Advogados do(a) REQUERIDO: BRENDA CAROLINE CAMILO ULCHOA DE ALMEIDA - RO9853, YASMIM VANESSA FROES FONSECA - RO11988
INTIMAÇÃO PARTES - SENTENÇA
Ficam as PARTES intimadas, por meio de seu Advogado/Procurador, da sentença proferida.
Presidente Médici-RO, 17 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.
AUTOS: 7001605-54.2020.8.22.0006
CLASSE: Monitória
AUTOR: BENJAMIN JOSE LOPES, RUA JOSÉ M. GUIMARÃES 222 CID NOBRE - 37925-000 - PIUMHI - MINAS GERAIS
ADVOGADO DO AUTOR: DENISE JORDANIA LINO DIAS, OAB nº RO10174L
REU: MARIA DE LOURDES DE LAIA LACERDA, LINHA 132, LOTE N°. 06, GLEBA 03, SETOR MUQUI ZONA RURAL - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA, AGNALDO ANTONIO FARIA, LINHA 132, LOTE N°. 06, GLEBA 03, SETOR MUQUI ZONA RURAL - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS REU: ELAINE VIEIRA DOS SANTOS DEMONER, OAB nº RO7311

SENTENÇA

Vistos.

1 - Relatório

Trata-se de Ação Monitória interposta por BENJAMIN JOSE LOPES em face de MARIA DE LOURDES DE LAIA LACERDA e AGNALDO ANTONIO FARIA.

Alega a parte requerente ter firmado contrato de compra e venda de gado juntamente com os requeridos, sendo tal contrato oriundo de uma dívida dos requeridos perante o genitor do autor.

A parte requerida se comprometeu a pagar a dívida na importância de 540 (quinhentos e quarenta) cabeças de gado, em 06 (seis) parcelas de 90 (noventa) cabeças de bezerros nelores machos, compreendendo em espécie no valor vigente do mercado local, tendo por forma de garantia 06 (seis) notas promissórias no valor de R$ 92.700,00 (noventa e dois mil e setecentos reais) cada inclusas.

No entanto, a primeira parcela do contrato venceu no dia 20 de agosto de 2020, sendo que os requeridos não cumpriram com sua obrigação perante o autor, não restando alternativa a este, senão pleitear judicialmente pela satisfação de seu débito, declarando o seu vencimento antecipado.

A audiência de conciliação restou infrutífera (id. 54397229).

Os executados apresentaram embargos à ação monitória c/c pedido de efeito suspensivo, oportunidade em que requereram a procedência do embargo, sendo declarada a nulidade absoluta do contrato e, consequentemente declarar a inexigibilidade das 06 notas promissórias firmadas pelo embargante Agnaldo Antônio Faria em favor do embargado Benjamin Lopes como garantia do contrato absolutamente nulo (id. 55024323).

A parte exequente apresentou impugnação aos embargos à ação monitória, requerendo a total improcedência das preliminares abordadas pelos requeridos, bem como da matéria de mérito, nos moldes apresentados nesta defesa (id. 56382422).

Em audiência de instrução, foi determinado alegações finais por memoriais (id. 87987444).

A parte autora apresentou alegações finais, oportunidade em que requereu a procedência da pretensão, com o vencimento antecipado do contrato, constituindo de pleno direito o título executivo judicial, sem prejuízo da condenação dos vencidos ao pagamento das custas, das despesas processuais e dos honorários advocatícios, que devem ser arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor atribuído à causa (id. 89037641).

Os executados apresentaram alegações finais, ocasião em que a procedência dos embargos (id. 89596071).

É o relatório. Decido.

2 - Fundamentação

Trata-se de ação monitória em que o autor pretende receber crédito fundamentado em 540 (quinhentos e quarenta) cabeças de gado, em 06 (seis) parcelas de 90 (noventa) cabeças de bezerros nelores machos, compreendendo em espécie no valor vigente do mercado local, tendo por forma de garantia 06 (seis) notas promissórias no valor de R$ 92.700,00 (noventa e dois mil e setecentos reais) cada inclusas.

2.1 - Da justiça gratuita

De antemão, analiso o pedido de justiça gratuita interposto pela parte requerida.

A Lei 1.060/50, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, trazia em seu art. 4º que a parte seria beneficiada com a assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não estaria em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família e ainda, que se presumia pobre, até prova em contrário, quem afirmasse essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

No entanto, tal dispositivo foi revogado pela Lei n. 13.105 de 2015, novo Código de Processo Civil, o qual assim dispõe:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

Art. 99. (...)

§ 3o Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

Em que pese o art. 99, § 3º estabelecer a presunção de insuficiência quando alegada em favor de pessoa natural, a própria Constituição Federal estabelece, no artigo 5º, LXXIV, que a assistência jurídica integral e gratuita será concedida para aqueles que comprovarem insuficiência de recursos.

Neste sentido, a parte pode juntar a declaração do IDARON, do DETRAN, do Cartório de Imóveis, dentre outros, os quais, juntos, podem embasar o pedido de gratuidade.

Compulsando os autos, verifico que a parte requerida não juntou nenhum documento capaz de demonstrar sua incapacidade financeira, assim, INDEFIRO o pedido de justiça gratuita interposto por Agnaldo Antônio Faria e Maria de Lourdes de Laia Lacerda Faria.

2.2 - Da não nulidade contratual

A parte requerida alegou não reconhecer o aludido débito, argumentando que não possuem qualquer dívida com o requerente e, consequentemente, não devem absolutamente nada.

Em embargos apresentados, fundamentaram a alegação mencionando que na primeira cláusula do referido documento revela que o requerente, Sr. Benjamin José Lopes, se apresentou como suposto cessionário de crédito de seu genitor Sírio Gonçalves Lopes decorrente de um contrato de Parceria de Arrendamento de gado firmado entre eles e o Sr. Sírio Gonçalves Lopes.

No entanto, informaram que o requerente nunca apresentou contrato de cessão de crédito, onde uma parte (cedente), no caso o genitor, Sr. Sírio, transferisse para outra parte (cessionária), Sr. Benjamin, crédito que possui com um terceiro (devedor), no caso, os requeridos. Diante disso, afirmou que o pagamento de qualquer valor ao requerente se tornou temerário, sem qualquer garantia de que a parte requerida estaria liquidando a dívida original contraída perante o Sr. Sírio Gonçalves Lopes.

Todavia, verifica-se que o processo está adequadamente em ordem. A petição inicial preenche os requisitos dos artigos 319 e 320, do Código de Processo Civil, e os documentos utilizados para instruí-la são suficientes para amparar os fatos narrados e o pedido realizado.

É válido ressaltar que a finalidade da ação monitória é alcançar a formação de título executivo judicial de modo mais rápido do que na ação condenatória convencional, sendo necessário, para intentá-la, a existência de documento escrito sem eficácia de título executivo que comprove o crédito pleiteado.

Neste sentido, disciplina o artigo 700 e seu inciso I do CPC que a:

Art. 700. A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz:

I - o pagamento de quantia em dinheiro;

II - a entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel;

III - o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer.

Tal documento escrito, exigido pela lei, deve ser merecedor de fé quanto à sua autenticidade e eficácia probatória.

As condições da ação devem ser aferidas in status assertionis, sendo que, no presente caso, restaram devidamente demonstradas, ou seja, as partes são legítimas e estão bem representadas.

Outrossim, o interesse de agir restou comprovado, sendo a tutela jurisdicional necessária e a via escolhida adequada.

Portanto, observa-se que estão presentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válidos do processo, além de reunidas as condições da ação.

Para que um negócio jurídico seja válido, é necessário a presença dos requisitos essenciais elencados no artigo 104, do Código Civil, vejamos:

Art. 104. A validade do negócio jurídico requer:

I - agente capaz;

II - objeto lícito, possível, determinado ou determinável;

III - forma prescrita ou não defesa em lei.

Denota-se que no contrato de compra e venda em questão, está lícito e explicativo.

Referente a alegação da parte requerida de que não possui vínculo contratual com o requerente, Sr. Benjamin, torna totalmente contraditório, pois o contrato, assinado por partes plenamente capazes, consta na primeira cláusula que se tratava de fruto do pagamento der um contrato entre os requeridos e o Sr. Sírio Gonçalves Lopes, o qual especificou que o valor seria transferido ao seu filho (requerente). Além disto, extrai-se da cláusula segunda que o débito deveria ser depositado na conta da parte requerente (inclusive, detalhando a conta corrente). Ademais, as partes eram cientes de que o não cumprimento das cláusulas acarretaria em ações cíveis e criminais, como destaca o parágrafo único.

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO MONITÓRIA - TEORIA DA APARÊNCIA - ÔNUS DA PROVA - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇAÕ DE FATOS IMPEDITIVOS, MODIFICATIVOS OU EXTINTIVOS DO DIREITO DO AUTOR - SENTENÇA MANTIDA. - A Teoria da Aparência nos negócios jurídicos, aceita pelo Direito pátrio, tem por finalidade preservar a segurança e a lealdade das relações jurídicas, resguardando a boa-fé nos contratos - Ausente demonstração de qualquer vício, dolo, coação ou fraude na manifestação de vontade, apresenta-se válido o negócio jurídico celebrado por pessoa que auxiliava o sócio na administração do negócio e, em razão da relação de confiança estabelecida, assinou a ficha cadastral em nome da sociedade empresária - Ausente impugnação específica dos documentos anexados aos autos, estes se presumem válidos e suficientes para sustentar o pleito autoral - A ação monitória deve ser julgada procedente se a parte ré não comprova nenhum fato impeditivo, extintivo ou modificativo do direito do autor (art. 373, II, CPC/2015). (TJ-MG - AC: 10000211040399001 MG, Relator: Juliana Campos Horta, Data de Julgamento: 21/07/2021, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 26/07/2021).

Portanto, conclui-se que o negócio jurídico em questão goza de agentes capazes, objeto lícito, possível e determinado, bem como está expresso em forma prescrita e não defesa em lei, tornando-o então plenamente válido para a propositura da presente ação monitória, não havendo fatores impeditivos que ensejasse o indeferimento dos pedidos constantes na inicial.

3 - Dispositivo

Diante do exposto, conforme determina o § 2º do art. 701 do Código de Processo Civil JULGO PROCEDENTE A AÇÃO MONITÓRIA proposta por BENJAMIN JOSE LOPES contra MARIA DE LOURDES DE LAIA LACERDA, AGNALDO ANTONIO FARIA, e CONSTITUO em título executivo judicial.

Indefiro o pedido de justiça gratuita interposto por Maria de Lourdes de Laia Lacerda e Agnaldo Antônio Faria.

Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios, este que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, com fulcro no art. 85, § 2º do mesmo Códex.

4 - Das providências posteriores

Transcorrido o prazo de recurso, intime-se e requeira a parte autora a execução, na forma adequada, apresentando o demonstrativo atualizado do débito.

Caso pleiteada a execução, altere-se a classe para cumprimento de sentença, prosseguindo-se da seguinte forma:

Intime-se pessoalmente o executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir espontaneamente a obrigação fixada no título executivo judicial, para pagamento da quantia atualizada pelo exequente, sob pena de ser acrescida automaticamente multa de 10%, e honorários advocatícios no valor de 10%, ambos sobre o valor do débito, nos termos do art. 523, § 1º, do CPC.

O Oficial de Justiça deverá certificar proposta de acordo por qualquer das partes, na ocasião dos atos de comunicação que lhe couber, conforme determina o art. 154, VI, do CPC.

Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, desde já determino a efetivação de penhora e avaliação dos bens do executado (CPC, art. 523, §3º).

Transcorrido o prazo acima, poderá o executado interpor impugnação nos próprios autos no prazo de 15 dias, independentemente de nova intimação (CPC, art. 525), observando-se que a interposição do ato não impede a prática dos atos executivos e expropriatórios, nos termos do art. 525, §6º, do CPC, salvo exceções e observados os requisitos legais.

Sirva este despacho como mandado/carta para os devidos fins.

Publique-se. Intimem-se e cumpra-se.

Pratique-se o necessário.

SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, OFÍCIO, PRECATÓRIA.

Presidente Médici-RO, 17 de julho de 2023.

Marisa de Almeida

Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça

Presidente Médici - Vara Única

Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.

AUTOS: 7000928-63.2016.8.22.0006

CLASSE: Cumprimento de sentença

EXEQUENTE: ALAIR DA CRUZ DUTRA, NA LINHA 180, KM 17, LADO NORTE km 17 ZONA RURAL - 76948-000 - CASTANHEIRAS - RONDÔNIA

ADVOGADOS DO EXEQUENTE: IZALTEIR WIRLES DE MENEZES MIRANDA, OAB nº RO6867, RONILSON WESLEY PELEGRINE BARBOSA, OAB nº RO4688, MAYARA APARECIDA KALB, OAB nº RO5043A

EXECUTADO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137 INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

ADVOGADO DO EXECUTADO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828

DESPACHO

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença.

Diante da notícia da existência de resíduo de valor na conta judicial, intimem-se as partes para, no prazo improrrogável de 5 dias úteis, indicarem a quem pertence os respectivos valores e, a quem pertencer, deverá fornecer seus dados pessoais e bancários para viabilizar a transferência, sob pena de tal quantia ser transferida para conta centralizadora do TJRO.

Fornecido os dados, expeça-se o necessário para transferência bancária do valor disponível na conta judicial, com seus acréscimos financeiros, para conta-corrente indicada pela respectiva parte, com a posterior digitalização do comprovante da transação bancária nos autos.

Não atendida a determinação, proceda-se a transferência do resíduo de valor disponível na conta judicial para conta centralizadora do TJRO, com a certificação nos autos, atentando-se ao disposto no artigo 278, § 4º das DGJs.

Destaco que a prática adotada não causa prejuízo aos interessados, considerando que os valores reclamados poderão ser resgatados, após autorização judicial (artigo 278, § 5º, DGJs).

Destarte, expeça-se Alvará Judicial para que os valores depositados em conta judicial sejam transferidos para a conta judicial centralizadora de titularidade do Tribunal de Justiça de Rondônia (CNPJ. 04.293.700/0001-72), consignando-se que, após a transferência, a conta judicial deve ser bloqueada, impedindo-se qualquer movimentação financeira que gere ônus ou bônus, até que decorra o prazo estipulado pelo Banco Central para a sua extinção.

Certificado nos autos que a conta judicial encontra-se “zerada”, retornem os autos ao arquivo.
Expeça-se/Pratique-se o necessário.
SERVE DE INTIMAÇÃO, CARTA, MANDADO, OFÍCIO__/2023.
Presidente Médici-RO, 17 de julho de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, nº 2667, Bairro Centro, CEP 76916-000, Presidente Médici, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, fone: (69) 3309-8171.
AUTOS: 7001003-58.2023.8.22.0006
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: JOSE DIAS BARBOSA, LINHA 03, LOTE 28 S/N ZONA RURAL - 76916-000 - PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de ação indenizatória para restituição de valores investidos com construção de rede de eletrificação rural proposta por JOSE DIAS BARBOSA em desfavor de ENERGISA RONDÔNIA – DISTRIBUIDORA DE ENERGISA S/A, ambos qualificados nos autos.
Petição inicial instruída com documentos (ID 92011691).
Recebida a inicial e determinada a citação da parte requerida para apresentar defesa (ID 93192239).
A parte requerida promoveu a juntada de acordo entabulado entre as partes (ID 88273599).
Vieram os autos conclusos para homologação.
É o relatório. Fundamento e DECIDO.
As partes estão regularmente representadas.
A autocomposição representa a livre manifestação da vontade das partes.
No caso dos autos, verifico que houve transação entre as partes, motivo pelo qual o acordo deve ser homologado e o processo extinto, com resolução do mérito.
Ante o exposto, HOMOLOGO por sentença o acordo entre as partes no (ID 93192239), para que produza seus jurídicos e legais efeitos, e JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso III, alínea “b”, do CPC.
Em razão da desistência do prazo recursal e consequente preclusão lógica prevista no § único do art. 1.000 do CPC, transitada em julgado automaticamente a sentença nesta data.
Em caso de descumprimento do acordo, caberá à parte requerente, após o trânsito em julgado, requerer o cumprimento de sentença, nos termos do art. 523 e seguintes do CPC.
Sem custas finais e remanescentes, nos termos do art. 90, § 3°, do CPC, c/c art. 8°, inciso II, da Lei n. 3.896/2016.
Sem honorários advocatícios.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Após, arquivem-se os autos.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA, MANDADO, OFÍCIO, PRECATÓRIA.
Presidente Médici-RO, 17 de julho de 2023.
Marisa de Almeida
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Processo : 7001007-32.2022.8.22.0006
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)

REQUERENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
Advogados do(a) REQUERENTE: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS - RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE - RO1586
REQUERIDO: GEISIANE ZANGALLI DE SOUZA
Intimação AUTOR - IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Fica a parte AUTORA intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar manifestação acerca da impugnação ao cumprimento de sentença apresentada.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Processo : 7000628-57.2023.8.22.0006
Classe : MONITÓRIA (40)AUTOR: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
Advogado do(a) AUTOR: ESTEVAO FERREIRA DA SILVA - RO9406
REU: ELIANA MARTINS
Intimação AUTOR - CUSTAS
Fica a parte AUTORA intimada para complementar o valor das custas, CÓDIGO 1008.9. Prazo: 05 dias. Para comprovar o pagamento de custas (CÓDIGO 1015) para distribuição da Carta Precatória (a ser distribuída dentro do Estado de Rondônia), conforme art. 30 da Lei nº 3.896, de 24 de agosto de 2016 e Provimento Corregedoria nº 008/2017 (DJ 072 de 20/04/2017).
Valor da Diligência requerida pela parte autora: 404,96
Valor da Diligência recolhida pela parte autora: 109,45
Assim, a parte deve recolher a diferença do valor a fim de atingir o valor integral da diligência requisitada. Boleto em anexo.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo: 7000465-77.2023.8.22.0006
Classe: GUARDA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE (1420)
REQUERENTE: R. E. D. L. T. M. e outros
Advogado do(a) REQUERENTE: ANA MARIA ALVES - RO7987
REQUERIDO: L. H. S. T. M.
Intimação AUTOR - PROSSEGUIMENTO DO FEITO
Fica a PARTE AUTORA intimada para se manifestar em termos de prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento/extinção.
Presidente Médici-RO, 17 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Presidente Médici - Vara Única
Av. Castelo Branco, 2667, presidentemedicicpe@tjro.jus.br, Centro, Presidente Médici - RO - CEP: 76916-000
Processo : 7000420-73.2023.8.22.0006
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: ALCI LOURENCO DA SILVA e outros
Advogado do(a) EXEQUENTE: JOZIMAR CAMATA DA SILVA - RO7793
EXECUTADO: MARCOS DOS SANTOS FERREIRA e outros
Advogados do(a) EXECUTADO: JOAO VALDIVINO DOS SANTOS - RO2319, TECIANA MECHORA DOS SANTOS - RO0005971A
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

COMARCA DE SANTA LUZIA D´OESTE

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, santaluziacpe@tjro.jus.br, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Processo : 7001581-19.2022.8.22.0018
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
AUTOR: JOCILENE DAS GRACAS WILL
Advogado do(a) AUTOR: EVALDO ROQUE DINIZ - RO10018
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO Fica a PARTE AUTORA intimada para se manifestar em termos de prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento/extinção.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, santaluziacpe@tjro.jus.br, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Processo : 7000787-61.2023.8.22.0018
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: MARIA DAS GRACAS FARIA ELEUTERIO
Advogado do(a) AUTOR: EVALDO ROQUE DINIZ - RO10018
REU: BANCO ITAU CONSIGNADO S.A
INTIMAÇÃO AUTOR/RÉU - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA
Designada AUDIÊNCIA de conciliação por meio de videoconferência nos Termos do Provimento 018/2020-CG, ficam os respectivos patronos intimados da designação para que participem da solenidade e assegurem que seu constituinte também compareça. Ficam ainda os patronos intimados da Decisão ID 91054140 que contém todas as informações e advertências necessárias para a realização da solenidade, ficando a seu encargo informar à parte todo o necessário:
DATA E HORA DA AUDIÊNCIA: 10/08/2023 10:00

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, santaluziacpe@tjro.jus.br, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Processo : 7003335-04.2019.8.22.0017
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: SICOOB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
Advogado do(a) EXEQUENTE: PEDRO ROBERTO ROMAO - SP209551
EXECUTADO: LUIZ ROBERTO TAVARES SOBRINHO
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Cumprimento de sentença
7002461-11.2022.8.22.0018
REQUERENTE: A M L COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CARLOS GOMES 535 CENTRO - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: FRANCIELI RITICEL MALOVINI, RUA DOS IMIGRANTES 33 CENTRO - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
A parte executada satisfez a obrigação exigida por meio desta demanda, razão pela qual extingo a execução, o que faço com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil.
Sentença transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 1.000, do CPC.
Dispensada a intimação.
Arquivem-se.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Execução de Título Extrajudicial
7001105-44.2023.8.22.0018
EXEQUENTE: LOJA BRASIMOVEIS LTDA - ME, CNPJ nº 10497632000328
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CLAUDIA FERRARI, OAB nº RO8099A, KATHIA JULIA DA SILVA OLIVEIRA, OAB nº RO9537
EXECUTADO: RAILSON DA SILVA VACA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Recebo a ação para processamento.
Retifico de ofício o valor da causa para R$825,47, conforme cálculo apresentado.
1. À CPE para que designe audiência de conciliação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
A audiência será realizada por videoconferência pelo Cejusc de Santa Luzia D'Oeste, por meio do aplicativo Google Meet, de modo que as partes deverão baixar o referido aplicativo no celular, computador, notebook ou tablet, para fins de participação na solenidade virtual.
2. INTIME-SE a parte exequente, por meio de seu advogado, via PJE, advertindo-a que seu não comparecimento a qualquer audiência do processo ensejará extinção e arquivamento do mesmo. Assim como, na oportunidade, fica a parte exequente intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar número de contato com whatsapp ou endereço eletrônico (parte e advogado) para participação da reunião e recebimento das demais comunicações necessárias.
3. CITE-SE a parte executada para que tome conhecimento da presente execução e, no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação, pague a dívida acrescida de juros e correção monetária. Caso a dívida não seja paga em 3 (três) dias, prazo que decorrerá da assinatura do mandado de citação, certifique-se o decurso de prazo.
3.1 Proceda-se, ainda: A) INTIMAÇÃO da parte executada para que forneça ao Oficial de Justiça seu número de contato via whatsapp ou endereço eletrônico para participação da reunião e recebimento das demais comunicações necessárias para a realização da audiência virtual, sendo que o Oficial deverá certificar nos autos os dados fornecidos ou a recusa; B) INTIMAÇÃO para participar da audiência de conciliação virtual designada.
3.2 Caso a citação seja via Carta de Intimação, fica a parte executada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, fornecer número de seu contato com whatsapp ou endereço eletrônico para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias, por meio dos números 3309-8590 ou 3309-8591 (Cejusc).
4. No dia e horário agendados, todas as partes deverão estar online e em ambiente ao máximo silencioso para uma melhor comunicação, com vídeo e áudios habilitados (computador ou smartphone), munidos de documentos de identificação pessoal com foto.
5. Consigno que há possibilidade de utilização da sala passiva. Anoto que a utilização da sala passiva é excepcional apenas para quem não disponha de recursos tecnológicos para participar da audiência, podendo nesse caso se dirigir a sede da comarca onde será disponibilizada sala com recursos para sua oitiva.
6. Advirta à parte executada que havendo necessidade de assistência por Defensor Público, deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, diretamente na Defensoria Pública de seu domicilio (69) 3434-2228 e 99286-8083 (Art. 221, XIII - Diretrizes Gerais Judiciais).
7. Advirtam-se as partes: (Art. 7º do Provimento Corregedoria nº 18/2020)
I - os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42 da Lei nº 9099/95);
II - as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a/o carta/mandado de intimação cumprido(a) no endereço constante dos autos;
III - as partes deverão buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV - se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V - deverão estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO;
VI - deverão acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurarão que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII - a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil);
IX - nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
X - a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XI - a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte executada, poderá dar início à fase de atos expropriatórios;
XII - durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIII - se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial.

Mais informações sobre as audiências virtuais poderão ser obtidas por meio dos números 3309-8590 e 3309-8591 (Cejusc).
Outras deliberações:
8. Sendo frutífera a audiência de conciliação, retornem os autos conclusos para homologação.
9. Não comparecendo a parte exequente à audiência, retornem os autos conclusos para extinção;
10. Não sendo frutífera a conciliação, a parte executada poderá opor embargos no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da audiência. Apresentados os embargos, intime-se a parte exequente para manifestação e retornem conclusos.
11. Não comparecendo a parte executada à audiência ou não apresentados os embargos, o cálculo devera ser atualizado. Caso a parte exequente tenha advogado constituído, intime-a para atualizar o cálculo em 5 (cinco) dias. Não tendo advogado constituído, encaminhem-se os autos à Contadoria e retornem os autos conclusos para consulta via Bacenjud e Renajud.
12. Não restando frutífera a consulta ou não sendo localizado veículo, expeça-se mandado de penhora e avaliação.
Penhore-se e avalie-se tantos bens quanto forem suficientes para quitar o débito.
Para a tentativa de penhora, caso a parte executada não indique bens e na hipótese de não serem encontrados bens penhoráveis em seu poder/residência/estabelecimento, deverá o Oficial de Justiça diligenciar a tantos órgãos e entidades competentes para registros de existência e movimentação de bens móveis (IDARON, Junta Comercial, Prefeitura, etc, exceto DETRAN) quantos forem possíveis a fim de esgotar todas as diligências que possam ser empregadas na tentativa de encontrar bens do devedor, de tudo certificando pormenorizadamente nos autos.
Inexistindo bens penhoráveis, DESCREVER os bens que guarnecem a residência ou estabelecimento da parte executada (art. 836, §1º do CPC).
Se a penhora recair sobre bem imóvel, intime-se o cônjuge para tomar conhecimento, bem como INTIME-SE a parte exequente para que junte em 05 (cinco) dias a Certidão de Inteiro Teor atualizada do referido imóvel.
Após, providencie-se o registro da penhora junto à respectiva matrícula, observando o disposto nos Provimentos da Corregedoria Geral de Justiça deste tribunal (021/2015-CG e 011/2016-CG), que regulamentam a utilização da Central de Registro de Imóveis Eletrônica.
Se penhorado semovente, OFICIE-SE à agência do IDARON competente, para que registre na respectiva ficha a penhora realizada pelo Oficial de Justiça, devendo o IDARON responder o Ofício em 15 (quinze) dias.
Efetivada a penhora, INTIME-SE a parte executada da possibilidade de oferecer EMBARGOS à execução.
Havendo penhora e decorrido o prazo de embargos, INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se pretende a hasta pública, adjudicação ou a liberação do bem. Decorrido tal prazo, sem manifestação da exequente, renove-se a conclusão para extinção e baixa da penhora.
Caso o exequente requeira a hasta pública, esta ocorrerá por meio eletrônico.
Caso a parte exequente queira ficar como depositária dos bens, deverá acompanhar as diligências do Oficial de Justiça. Do contrário, ficará a parte executada como fiel depositários de eventuais bens penhorados (840, § 2º do CPC).
13. Consigno que NÃO SERÃO DEFERIDOS PEDIDOS DE SERASAJUD, suspensão/apreensão de CNH, suspensão de CPF, bloqueios de cartões de crédito e apreensão de passaporte, seja porque tais medidas não se revertem ao fim precípuo da execução, revelando-se desproporcionais e desarrazoadas, seja pela ausência de servidores e de sistema de controle eficiente para garantir a celeridade necessária ao procedimento.
Caso não se localize bens penhoráveis da parte executada, intime-se a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, indicar bens à penhora ou outro procedimento para continuidade da execução, sob pena de extinção e arquivamento dos autos.
14. Fica autorizado o uso das prerrogativas do art. 212 e ss. do CPC.
Serve o presente como Ofício/Carta/Mandado de Intimação/Citação, Avaliação e Penhora.
Santa Luzia D'Oeste/RO, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Número do processo: 7002042-88.2022.8.22.0018
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: GENI VIEIRA DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: EVALDO ROQUE DINIZ, OAB nº RO10018
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Recebo o recurso, por ser próprio e tempestivo.
Contrarrazões já apresentadas pela parte recorrida (ID 92180959).
Assim, encaminhem-se os autos à Turma Recursal para apreciação, com as nossas sinceras homenagens.
Cumpra-se.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Número do processo: 7000052-28.2023.8.22.0018
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Polo Ativo: TAINARA PAVEZI GREGORIO
ADVOGADO DO AUTOR: SAVIO ALEHANDRO ALMEIDA ROSA, OAB nº RO11929
Polo Passivo: BANCO BRADESCO SA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A
DESPACHO
Vistos.
Recebo o recurso, por ser próprio e tempestivo.
Nos termos do art. 332, § 4º do CPC, intime-se a parte recorrida para, caso queira, ofereça resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias.
Após, encaminhem-se os autos à Turma Recursal para apreciação, com as nossas sinceras homenagens.
Serve a presente como intimação.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, santaluziacpe@tjro.jus.br, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Processo : 7000983-65.2022.8.22.0018
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) EXEQUENTE: ITALO SCARAMUSSA LUZ - ES9173
EXECUTADO: LUZINETE GUIMARAES COSTA CANDIDO e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - DISTRIBUIR PRECATÓRIA
Fica a parte AUTORA intimada a retirar a Carta Precatória e comprovar a distribuição em 10 (dez) dias, ficando a seu encargo o recolhimento das custas perante o juízo deprecado, conforme a legislação do respectivo Tribunal, bem como o acompanhamento da diligência, devendo manter este Juízo informado quanto ao estágio/andamento da referida carta precatória.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, santaluziacpe@tjro.jus.br, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Processo : 7000803-49.2022.8.22.0018
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL
Advogado do(a) EXEQUENTE: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES - RN5553
EXECUTADO: THIAGO SANTOS CARDOSO e outros
INTIMAÇÃO AUTOR - CUSTAS REPETIÇÃO DE ATO
Fica a parte AUTORA intimada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda ao prévio recolhimento das custas da diligência, CÓDIGO 1008.1, conforme estabelecido no art. 19 da Lei 3.896/2016.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, santaluziacpe@tjro.jus.br, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Processo : 7000130-22.2023.8.22.0018
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: IVAN MARCELO DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: EVALDO ROQUE DINIZ - RO10018, LUAN FELIPE DA CRUZ - RO11846
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogados do(a) REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - MS5871
Intimação PARTES - PROVAS
Ficam AS PARTES intimadas para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca de quais provas pretendem produzir, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, santaluziacpe@tjro.jus.br, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Processo : 7001103-74.2023.8.22.0018
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: DIVINO MENDES DE OLIVEIRA
Advogado do(a) AUTOR: SUELEN NEVES DOS SANTOS - RO11928
REU: SECON PRESTADORA DE SERVICOS GERAIS LTDA
INTIMAÇÃO AUTOR - AR NEGATIVO Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca do AR negativo. Para a repetição da diligência (remessa de AR), o requerente/exequente deve apresentar o comprovante de pagamento da taxa, código 1008.1, para cada carta-AR, em relação a cada executado/requerido, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de não realização do ato.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, santaluziacpe@tjro.jus.br, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Processo : 7000599-05.2022.8.22.0018
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: MARIA HELENA PEREIRA DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: EVALDO ROQUE DINIZ - RO10018
REU: BANCO ITAU CONSIGNADO S.A
Advogado do(a) REU: LARISSA SENTO SE ROSSI - BA16330
INTIMAÇÃO PARTES - LAUDO PERICIAL
Ficam AS PARTES intimadas a manifestarem-se, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca do laudo pericial apresentado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Número do processo: 7002618-81.2022.8.22.0018
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: ALMIR DOS REIS BORGES
ADVOGADO DO AUTOR: ALBINO MELO SOUZA JUNIOR, OAB nº RO4464
Polo Passivo: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A.
ADVOGADOS DO REU: LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
Vistos.
Em consulta ao sistema de custas, constatei que o preparo foi devidamente recolhido e apresentado o comprovante pela recorrente.
Assim, recebo o recurso, por ser próprio e tempestivo.
Nos termos do art. 332, § 4º do CPC, intime-se a parte recorrida para, caso queira, ofereça resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias.
Após, encaminhem-se os autos à Turma Recursal para apreciação, com as nossas sinceras homenagens.
Serve a presente como intimação.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Monitória
7001468-31.2023.8.22.0018
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS DO AUTOR: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
REU: ALINE KRAUSE ANGELO
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
À CPE, para designar audiência de conciliação, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, a ser realizada por sistema de vídeo pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC.
CITE-SE a parte requerida, expedindo mandado para que o requerido pague o débito assinalado na inicial, bem como o valor dos honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa (CPC, art. 701), no prazo de 15 dias.
Advirta-se o requerido de que, se efetuar o pagamento do débito e dos honorários no prazo assinalado, ficará automaticamente isento do pagamento das custas processuais (CPC, artigo 701, § 1º). Do contrário, poderá ser condenado ao pagamento da referida despesa também. Caso haja o pagamento no prazo de 15 dais, retire-se de pauta a audiência designada.
Na oportunidade, intime-se o requerido de que poderá opor embargos nos próprios autos, no prazo de 15 dias, a contar da audiência de conciliação .
INTIME-SE a parte requerente quanto à audiência designada, bem como para que forneça nos autos, seu número de whatsapp e também de seu advogado.
Caso, a citação seja via Carta com AR, fica a parte requerida INTIMADA a fornecer número de seu contato via whatsapp ou endereço eletrônico para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias, por meio do número (69) 3309-8590 e 3309-8591. Prazo: 5 dias.
Para tanto, no dia e horário agendados, todas as partes deverão estar on line e em ambiente ao máximo silencioso para uma melhor comunicação, com vídeo e áudios habilitados (computador ou smartphone), munidos de documentos de identificação pessoal com foto.
Advirta a requerida que havendo necessidade de assistência por defensor público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, diretamente na Defensória Pública de seu domicilio (69) 3434-2228 e 99286-8083. (Art. 221, XIII - Diretrizes Gerais Judiciais).
Consigno que o cartório deverá observar as determinações do Provimento n. 18/2020-CGJ (art. 2º) para proceder as intimações.
Havendo diligência negativa, intime-se a parte interessada para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias (Diretrizes Gerais Judiciais , art. 33, XI).

Indicado novo endereço, reitere-se a citação conforme art. 33, IV das Diretrizes Gerais Judiciais.
Caso a parte exequente requeira buscas de endereços via SISBAJUD, INFOJUD ou INFOSEG (prévias à citação por Edital), deverá comprovar nos autos que já efetuou pesquisas no sistema PJE com o fito de obter, em outros processos porventura existentes em nome da parte requerida/executada, endereços atualizados, sob pena da pesquisa ser realizada pela escrivania, porém mediante pagamento das custas respectivas, o que desde já fica deferido, bem como, sendo o caso, deverá comprovar o recolhimento das demais diligências requeridas, nos termos do artigo 17 da Lei 3.896/2016- Lei de Custas.
Sendo opostos embargos, fica desde já suspensa a eficácia do mandado de pagamento até o julgamento em primeiro grau (CPC, artigo 702, § 4º). Devendo a escrivania certificar tal situação.
Na hipótese de serem opostos embargos, intime-se a parte autora para responder em 15 (quinze) dias (CPC, artigo 702, § 5º).
Decorrido o prazo sem pagamento, sem acordo e sem embargos, fica desde já e, independentemente de qualquer outra formalidade, constituído de pleno direito o título executivo judicial, prosseguindo o feito na forma do Título II do Livro I da Parte Especial do CPC (cumprimento de sentença), devendo a escrivania certificar tal situação.
Nessa hipótese, constituído de pleno direito o título executivo judicial e se tratando de obrigação de pagar quantia certa, intime-se a parte autora para apresentar planilha de cálculos atualizada em 05 (cinco) dias.
Apresentados os cálculos atualizados, intime-se o requerido para cumprir a obrigação, pagando o valor atualizado do título constituído no prazo de 15 (quinze) dias, podendo o pagamento ser feito por meio de depósito judicial vinculado a este processo, sob pena de inclusão de multa de 10% do valor da condenação e de honorários para a fase de cumprimento da sentença também em 10% do valor da condenação (CPC, artigo 523, § 1º).
A modalidade de intimação deverá ser observada pela escrivania de acordo com o que determina o artigo 513, § 2º e §3º, do CPC.
Advirta-se o requerido de que, após decorrido o prazo para cumprimento do pagamento acima assinalado, começará a fluir o prazo, também de 15 dias, para que, caso queira, apresente impugnação ao pedido de cumprimento de sentença nos próprios autos (CPC, artigo 525).
Havendo impugnação, certifique-se a tempestividade e retornem conclusos para análise quanto ao recebimento, nos termos do § 4º e seguintes do artigo 525 do CPC.
Decorrido o prazo e não havendo comprovação do pagamento e nem impugnação do requerido, intime-se a parte exequente para atualização do valor, com inclusão da multa de 10% e dos honorários desta fase de cumprimento de sentença fixados em 10%, bem como, para requerer o que de direito em 5 dias.
Caso a parte exequente requeira a busca por ativos financeiros via SISBAJUD, de veículos via RENAJUD e de bens via INFOJUD, em nome da parte executada, sendo o caso, deverá comprovar o recolhimento das diligências requeridas, nos termos do artigo 17 da Lei 3.896/2016- Lei de Custas.
Restando infrutíferas as diligências acima, EXPEÇA-SE MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO de tantos bens quanto bastem para garantir a satisfação do crédito e acessórios e, sendo o caso, deverá o Oficial de Justiça efetuar a penhora sobre os bens indicados pelo credor na inicial, INTIMANDO-SE A PARTE EXECUTADA do prazo de 15 dias para impugnar a penhora, a contar da ciência do ato, sendo que a impugnação à penhora pode ser manejado por simples petição, dentro dos autos da execução (art. 917, §1º, CPCP/2015).
Na hipótese de serem penhorados bens imóveis e sendo a parte requerida casada, INTIME-SE O CÔNJUGE. Se o imóvel estiver na posse de terceiros, INTIME-SE O TERCEIRO POSSUIDOR.
No caso de penhora de imóvel, INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE para que junte em cinco dias a Certidão de Inteiro Teor atualizada do referido imóvel.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC/2015 e seguintes.
Caso a parte executada não seja encontrada para citação, ARRESTEM-SE E AVALIEM-SE tantos bens quantos bastem para garantir a execução (Art. 830 do CPC).
Se penhorado/arrestado semoventes PROVIDENCIE O OFICIAL DE JUSTIÇA, junto à agencia do IDARON competente, o registro na respectiva Ficha a penhora/arresto realizada certificando-se o necessário.
Havendo penhora/arresto, INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE, através do patrono constituído, para no prazo de 05 (cinco) dias informar se pretende a hasta pública, adjudicação ou a liberação do bem. Decorrido tal prazo, sem manifestação da exequente, renove-se a conclusão.
Caso o exequente requeira a hasta pública do bem penhorado, esta ocorrerá por meio eletrônico.
Desde já fica consignado que não sendo encontrados bens penhoráveis, o processo será suspenso por 1 ano, sendo que o termo inicial da prescrição intercorrente será a ciência da primeira tentativa infrutífera de localização do devedor ou de bens penhoráveis, conforme disposição expressa do art 921, §1º, §2º e §4º do CPC.
Se requerido pelo exequente, EXPEÇA-SE certidão de que a execução foi admitida pelo juízo observando-se o disposto no art. 828 do CPC, sendo que eventuais averbações em registros competentes deverão ser realizadas às suas expensas, bem como, que deverá informar o Juízo em 10 dias (art. 828, §1º do CPC). Da mesma forma, fica advertida quanto aos parágrafos subsequentes do mencionado artigo.
Consigno, por fim, que NÃO SERÃO DEFERIDOS PEDIDOS DE SERASAJUD, suspensão/apreensão de CNH, suspensão de CPF, bloqueios de cartões de crédito e apreensão de passaporte, seja porque tais medidas não se revertem ao fim precípuo da execução, revelando-se desproporcionais e desarrazoadas, seja pela ausência de servidores e de sistema de controle eficiente para garantir a celeridade necessária ao procedimento.
Quanto à audiência de conciliação, nos termos do Art. 7º do Provimento da Corregedoria nº 18/2020, advirtam-se as partes:
I - As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a/o carta/mandado de intimação cumprido(a) no endereço constante dos autos;
II - Deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e/ou Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
III - Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
IV - Deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO;
V - Deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;

VI - A falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone das partes e ou de seus advogados, no horário da audiência, poderá implicar na aplicação de multa.
VII - Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
VIII - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial.
Maiores informações sobre as audiências virtuais poderão ser obtidas por meio dos números 3309-8590 e 3309-8591 (CEJUSC-SLO).
As partes ficam cientes de que será utilizado o aplicativo Google Meets, o qual deverá ser baixado no computador, notebook, tablet ou celular para fins de participar da solenidade virtual.
Disponibiliza-se o link https://meet.google.com/atq-atfe-hzq que deverá ser utilizado pela(s) parte(s) para acesso à audiência.
É vedado a(s) parte(s) ingressar(em) na sala da audiência antes ou depois do dia e horário designado para a audiência de conciliação, devendo ser utilizado o link somente no momento de sua audiência.
SIRVA A PRESENTE DE CARTA PRECATÓRIA/CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/PENHORA/ARRESTO E AVALIAÇÃO.
Cumpra-se.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Procedimento do Juizado Especial Cível
7000656-86.2023.8.22.0018
AUTOR: SUELI GOMES DOS SANTOS, CPF nº 01093370181, RUA ANTONIO FONSECA s/n CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: SARAH GABRIELA FIGUEIRA JOCA BATISTA, OAB nº RO12752, FLAVIO LUIS DOS SANTOS, OAB nº RO2238A
REU: ELEICAO 2022 PAULO JOSE DA SILVA DEPUTADO ESTADUAL, CNPJ nº 47493504000154, MATO GROSSO 3577 UNIAO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA, PAULO JOSE DA SILVA, CPF nº 56706715204, RUA MATO GROSSO 3577, AVENIDA SÃO PAULO 3057 CENTRO - 76868-970 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos
Recebo a ação para processamento.
1. À CPE para que designe audiência de conciliação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
A audiência será realizada por videoconferência pelo Cejusc de Santa Luzia D'Oeste, por meio do aplicativo Google Meet, de modo que as partes deverão baixar o referido aplicativo no celular, computador, notebook ou tablet, para fins de participação na solenidade virtual.
2. INTIME-SE a parte autora, por meio de seu advogado(a), via PJE, advertindo-a que seu não comparecimento a qualquer audiência do processo ensejará extinção e arquivamento do mesmo. Assim como, na oportunidade, fica a parte autora intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar seu número de contato com whatsapp ou endereço eletrônico (parte e advogado) para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias.
3. Proceda-se: A) a CITAÇÃO da parte requerida, de todos os termos da ação que tramita nesta vara; B) INTIMAÇÃO para que a mesma forneça ao oficial de justiça seu número de contato via whatsapp ou endereço eletrônico para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias para a realização da audiência virtual, sendo que o Oficial deverá certificar nos autos os dados fornecidos ou a recusa; C) INTIMAÇÃO da parte requerida para participar da audiência de conciliação virtual, ocasião em que, não havendo acordo, poderá apresentar a contestação no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada, assim como, requerer provas, indicar testemunhas, com sua completa qualificação, justificando o objetivo da(s) prova(s) requerida(s), sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra.
4. Caso a citação seja via Carta de Intimação, fica a parte requerida intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, fornecer seu número de contato com whatsapp ou endereço eletrônico para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias, por meio dos números 3309-8590 ou 3309-8591 (Cejusc).
5. No dia e horário agendados, todas as partes deverão estar online e em ambiente ao máximo silencioso para uma melhor comunicação, com vídeo e áudios habilitados (computador ou smartphone), munidos de documentos de identificação pessoal com foto.
6. Consigno que há possibilidade de utilização da sala passiva. Anoto que a utilização da sala passiva é excepcional apenas para quem não disponha de recursos tecnológicos para participar da audiência, podendo nesse caso se dirigir a sede da comarca onde será disponibilizada sala com recursos para sua oitiva.
7. Advirto a parte requerida que havendo necessidade de assistência por defensor público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, diretamente na Defensória Pública de seu domicilio (69) 3434-2228 e 99286-8083 (Art. 221, XIII - Diretrizes Gerais Judiciais).
8. Ressalto que se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada.
9. Advirtam-se as partes: (Art. 7º do Provimento Corregedoria nº 18/2020)
I - Os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42 da Lei nº 9099/95);
II - As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a/o carta/mandado de intimação cumprido(a) no endereço constante dos autos;

III - deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV - se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou pelos números 3309-8591 ou 3309-8590.
V - deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO;
VI - deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII - a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil);
IX - tratando-se a parte requerida de pessoa jurídica e havendo relação de consumo, desde já inverto o ônus da prova;
X - nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XI - a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XII - a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
XIII - durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da Lei n. 9.099/95).
Maiores informações sobre as audiências virtuais poderão ser obtidas por meio dos números 3309-8591 ou 3309-8590 (CEJUSC).
SIRVA O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, santaluziacpe@tjro.jus.br, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000,(69) 34342439
Processo nº : 7000872-81.2022.8.22.0018 Requerente: REQUERENTE: DEBORA FREDRICHSEN 74326015268 Advogado: Advogados do(a) REQUERENTE: CLAUDIA FERRARI - RO0008099A, KATHIA JULIA DA SILVA OLIVEIRA - RO9537
Requerido(a): REQUERIDO: MICHELI ALENCAR PASCOAL Advogado:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, para, em 05 (cinco) dias apresentar cálculo atualizado, sob pena de ser considerado o constante nos autos, bem como, no mesmo prazo, indicar medidas expropriatórias eficazes, sob pena de arquivamento.
Santa Luzia D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Execução de Título Extrajudicial
7001336-71.2023.8.22.0018
EXEQUENTE: J P DE OLIVEIRA EIRELI, CNPJ nº 16595585000170, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 2654 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: DHANDARA DE SOUZA DO NASCIMENTO, OAB nº RO11383
EXECUTADO: KESNEI SOUZA INACIO, RUA BARÃO DO RIO BRANCO 2221 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Recebo a ação para processamento.
1. À CPE para que designe audiência de conciliação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
A audiência será realizada por videoconferência pelo Cejusc de Santa Luzia D'Oeste, por meio do aplicativo Google Meet, de modo que as partes deverão baixar o referido aplicativo no celular, computador, notebook ou tablet, para fins de participação na solenidade virtual.
2. INTIME-SE a parte exequente, por meio de seu advogado, via PJE, advertindo-a que seu não comparecimento a qualquer audiência do processo ensejará extinção e arquivamento do mesmo. Assim como, na oportunidade, fica a parte exequente intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar número de contato com whatsapp ou endereço eletrônico (parte e advogado) para participação da reunião e recebimento das demais comunicações necessárias.

3. CITE-SE a parte executada para que tome conhecimento da presente execução e, no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação, pague a dívida acrescida de juros e correção monetária. Caso a dívida não seja paga em 3 (três) dias, prazo que decorrerá da assinatura do mandado de citação, certifique-se o decurso de prazo.
3.1 Proceda-se, ainda: A) INTIMAÇÃO da parte executada para que forneça ao Oficial de Justiça seu número de contato via whatsapp ou endereço eletrônico para participação da reunião e recebimento das demais comunicações necessárias para a realização da audiência virtual, sendo que o Oficial deverá certificar nos autos os dados fornecidos ou a recusa; B) INTIMAÇÃO para participar da audiência de conciliação virtual designada.
3.2 Caso a citação seja via Carta de Intimação, fica a parte executada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, fornecer número de seu contato com whatsapp ou endereço eletrônico para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias, por meio dos números 3309-8590 ou 3309-8591 (Cejusc).
4. No dia e horário agendados, todas as partes deverão estar online e em ambiente ao máximo silencioso para uma melhor comunicação, com vídeo e áudios habilitados (computador ou smartphone), munidos de documentos de identificação pessoal com foto.
5. Consigno que há possibilidade de utilização da sala passiva. Anoto que a utilização da sala passiva é excepcional apenas para quem não disponha de recursos tecnológicos para participar da audiência, podendo nesse caso se dirigir a sede da comarca onde será disponibilizada sala com recursos para sua oitiva.
6. Advirta à parte executada que havendo necessidade de assistência por Defensor Público, deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, diretamente na Defensoria Pública de seu domicilio (69) 3434-2228 e 99286-8083 (Art. 221, XIII - Diretrizes Gerais Judiciais).
7. Advirtam-se as partes: (Art. 7º do Provimento Corregedoria nº 18/2020)
I - os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42 da Lei nº 9099/95);
II - as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a/o carta/mandado de intimação cumprido(a) no endereço constante dos autos;
III - as partes deverão buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV - se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V - deverão estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO;
VI - deverão acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurarão que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII - a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil);
IX - nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
X - a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XI - a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte executada, poderá dar início à fase de atos expropriatórios;
XII - durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIII - se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial.
Mais informações sobre as audiências virtuais poderão ser obtidas por meio dos números 3309-8590 e 3309-8591 (Cejusc).
Outras deliberações:
8. Sendo frutífera a audiência de conciliação, retornem os autos conclusos para homologação.
9. Não comparecendo a parte exequente à audiência, retornem os autos conclusos para extinção;
10. Não sendo frutífera a conciliação, a parte executada poderá opor embargos no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da audiência. Apresentados os embargos, intime-se a parte exequente para manifestação e retornem conclusos.
11. Não comparecendo a parte executada à audiência ou não apresentados os embargos, o cálculo devera ser atualizado. Caso a parte exequente tenha advogado constituído, intime-a para atualizar o cálculo em 5 (cinco) dias. Não tendo advogado constituído, encaminhem-se os autos à Contadoria e retornem os autos conclusos para consulta via Bacenjud e Renajud.
12. Não restando frutífera a consulta ou não sendo localizado veículo, expeça-se mandado de penhora e avaliação.
Penhore-se e avalie-se tantos bens quanto forem suficientes para quitar o débito.
Para a tentativa de penhora, caso a parte executada não indique bens e na hipótese de não serem encontrados bens penhoráveis em seu poder/residência/estabelecimento, deverá o Oficial de Justiça diligenciar a tantos órgãos e entidades competentes para registros de existência e movimentação de bens móveis (IDARON, Junta Comercial, Prefeitura, etc, exceto DETRAN) quantos forem possíveis a fim de esgotar todas as diligências que possam ser empregadas na tentativa de encontrar bens do devedor, de tudo certificando pormenorizadamente nos autos.
Inexistindo bens penhoráveis, DESCREVER os bens que guarnecem a residência ou estabelecimento da parte executada (art. 836, §1º do CPC).
Se a penhora recair sobre bem imóvel, intime-se o cônjuge para tomar conhecimento, bem como INTIME-SE a parte exequente para que junte em 05 (cinco) dias a Certidão de Inteiro Teor atualizada do referido imóvel.
Após, providencie-se o registro da penhora junto à respectiva matrícula, observando o disposto nos Provimentos da Corregedoria Geral de Justiça deste tribunal (021/2015-CG e 011/2016-CG), que regulamentam a utilização da Central de Registro de Imóveis Eletrônica.

Se penhorado semovente, OFICIE-SE à agência do IDARON competente, para que registre na respectiva ficha a penhora realizada pelo Oficial de Justiça, devendo o IDARON responder o Ofício em 15 (quinze) dias.
Efetivada a penhora, INTIME-SE a parte executada da possibilidade de oferecer EMBARGOS à execução.
Havendo penhora e decorrido o prazo de embargos, INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se pretende a hasta pública, adjudicação ou a liberação do bem. Decorrido tal prazo, sem manifestação da exequente, renove-se a conclusão para extinção e baixa da penhora.
Caso o exequente requeira a hasta pública, esta ocorrerá por meio eletrônico.
Caso a parte exequente queira ficar como depositária dos bens, deverá acompanhar as diligências do Oficial de Justiça. Do contrário, ficará a parte executada como fiel depositários de eventuais bens penhorados (840, § 2º do CPC).
13. Consigno que NÃO SERÃO DEFERIDOS PEDIDOS DE SERASAJUD, suspensão/apreensão de CNH, suspensão de CPF, bloqueios de cartões de crédito e apreensão de passaporte, seja porque tais medidas não se revertem ao fim precípuo da execução, revelando-se desproporcionais e desarrazoadas, seja pela ausência de servidores e de sistema de controle eficiente para garantir a celeridade necessária ao procedimento.
Caso não se localize bens penhoráveis da parte executada, intime-se a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, indicar bens à penhora ou outro procedimento para continuidade da execução, sob pena de extinção e arquivamento dos autos.
14. Fica autorizado o uso das prerrogativas do art. 212 e ss. do CPC.
Serve o presente como Ofício/Carta/Mandado de Intimação/Citação, Avaliação e Penhora.
Santa Luzia D'Oeste/RO, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Procedimento do Juizado Especial Cível
7001541-03.2023.8.22.0018
AUTOR: A. B. DE ANDRADE - ME, AV TANCREDO NEVES 3682 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: KELLY CRISTINE BENEVIDES DE BARROS, OAB nº RO3843, FLAGSON GAMBART SANTANA, OAB nº RO10586, MARTA LINA DE FREITAS, OAB nº RO11177, FLAVIA LUTIENE ARAUJO RABELO, OAB nº RO9029
REU: ALINE DE JESUS LIGIERO, RUA WANDERLEI DALLA COSTA 2630, APARTAMENTO 02 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a parte autora para apresentar emenda à inicial, devendo:
a) juntar o contrato social e o documento pessoal do representante legal da empresa;
b) esclarecer se as peças foram devolvidas pela requerida;
c) adequar os pedidos, pois não se amoldam ao rito da ação de cobrança.
Prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 320 c/c 321, parágrafo único, do CPC.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Número do processo: 7000414-98.2021.8.22.0018
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Polo Ativo: ARLINDO XAVIER DE OLIVEIRA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
Polo Passivo: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Intimar a parte requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar sobre a petição apresentada pela parte requerida no ID nº 91154113.
Após, voltem os autos conclusos para extinção.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Número do processo: 7000802-64.2022.8.22.0018
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública

Polo Ativo: SIRLEY DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: CRISTIAN QUEIROZ DE SOUZA, OAB nº RO11951
Polo Passivo: ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, Estado de Rondônia
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289, PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Recebo o recurso, por ser próprio e tempestivo.
Contrarrazões já apresentadas pela parte recorrida (ID 91490465).
Assim, encaminhem-se os autos à Turma Recursal para apreciação, com as nossas sinceras homenagens.
Cumpra-se.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
7000701-27.2022.8.22.0018
Procedimento do Juizado Especial Cível
MARIZA LIMA FERREIRA, LINHA 188 KM 5, ZONA RURAL ZONA RURAL - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
PAULO CESAR DA SILVA, OAB nº RO4502
MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA D OESTE, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 2370 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO OESTE
DECISÃO
Vistos.
O requerido interpôs recurso inominado.
Presentes os requisitos de admissibilidade, recebo o recurso no efeito devolutivo, conforme art. 43 da Lei n. 9.099/95.
Contrarrazões já apresentadas pela parte recorrida.
Assim, encaminhem-se os autos à Turma Recursal para apreciação, com as nossas sinceras homenagens.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
7000705-64.2022.8.22.0018
Procedimento do Juizado Especial Cível
SIVAIR JOSE ALVES, LINHA 45 ESQ. C/ LINHA 176 KM 08 ZONA RURAL - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
PAULO CESAR DA SILVA, OAB nº RO4502
MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA D OESTE, AVENIDA SETE DE SETEMBRO 2370 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO OESTE
DECISÃO
Vistos.
O requerido interpôs recurso inominado.
Presentes os requisitos de admissibilidade, recebo o recurso no efeito devolutivo, conforme art. 43 da Lei n. 9.099/95.
Contrarrazões já apresentadas pela parte recorrida.
Assim, encaminhem-se os autos à Turma Recursal para apreciação, com as nossas sinceras homenagens.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7001353-10.2023.8.22.0018
REQUERENTES: DENILSON PEREIRA DOS SANTOS, LINHA P30 KM 6, ASSENTAMENTO TCHÊ GUEVARA ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, AV BRASIL 2548 CENTRO - 76950-970 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

REQUERIDO: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986, PALÁCIO RIO MADEIRA PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Tendo em vista os princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 c/c art. 2º da Lei 9.099/95), deixo de designar a solenidade conciliatória, porque em todas as ações em trâmite, nesta vara, contra a fazenda pública, a audiência restou frustrada pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação específica que regulamente a Lei 12.153/09.
Ademais, conforme entendimento firmado no Encontro Estadual dos Juizados Especiais de Rondônia, é desnecessária a audiência quando se verificar, pela natureza da matéria, não haver nenhum prejuízo: "Prescindem da sessão de conciliação, que alude o art. 16 da Lei 9.099/95, as ações de massa propostas perante o Juizado Especial Cível, sempre que a matéria nelas versada for essencialmente de direito e a composição entre as partes já se tenha revelado inócua em casos idênticos."
Tal enunciado está em perfeita harmonia com os princípios norteadores da Lei 9.099/95, quais sejam, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 2º), que também se aplicam ao Juizado Especial da Fazenda Pública por força do art. 27 da Lei 12.153/2009.
Assim, tratando-se os autos de discussão de matéria de direito, CITE-SE e INTIME-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da Lei 12.153/09.
Caso haja interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação, deverá consignar expressamente na contestação.
Com a juntada da contestação, INTIME-SE a parte autora para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.
Caso não sejam arroladas testemunhas, ou tratar-se de matéria exclusivamente de direito, voltem conclusos para julgamento antecipado da lide.
A parte requerida, caso queira ouvir testemunhas, deverá arrolá-las junto com a contestação, sob pena de preclusão.
Do mesmo modo, caso a parte autora queira ouvir testemunhas, deverá apresentar rol no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da intimação desta decisão, caso não o tenha feito na inicial, sob pena de preclusão.
SIRVA O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Execução de Título Extrajudicial
7001393-89.2023.8.22.0018
EXEQUENTE: TALITA PACHECO HENRIQUE - ME, CNPJ nº 24818472000114, AVENIDA CUIABÁ 3342, - DE 3202 A 3468 - LADO PAR JARDIM CLODOALDO - 76963-652 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: THIAGO JOFRE RODRIGUES, OAB nº RO10881
EXECUTADOS: RONAN REIS DE LIMA 00700265210, GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 2302 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA, RONAN REIS DE LIMA, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 2302, ESQU AV. TANCREDO NEVES CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Recebo a ação para processamento.
1. À CPE para que designe audiência de conciliação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
A audiência será realizada por videoconferência pelo Cejusc de Santa Luzia D'Oeste, por meio do aplicativo Google Meet, de modo que as partes deverão baixar o referido aplicativo no celular, computador, notebook ou tablet, para fins de participação na solenidade virtual.
2. INTIME-SE a parte exequente, por meio de seu advogado, via PJE, advertindo-a que seu não comparecimento a qualquer audiência do processo ensejará extinção e arquivamento do mesmo. Assim como, na oportunidade, fica a parte exequente intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar número de contato com whatsapp ou endereço eletrônico (parte e advogado) para participação da reunião e recebimento das demais comunicações necessárias.
3. CITE-SE a parte executada para que tome conhecimento da presente execução e, no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação, pague a dívida acrescida de juros e correção monetária. Caso a dívida não seja paga em 3 (três) dias, prazo que decorrerá da assinatura do mandado de citação, certifique-se o decurso de prazo.
3.1 Proceda-se, ainda: A) INTIMAÇÃO da parte executada para que forneça ao Oficial de Justiça seu número de contato via whatsapp ou endereço eletrônico para participação da reunião e recebimento das demais comunicações necessárias para a realização da audiência virtual, sendo que o Oficial deverá certificar nos autos os dados fornecidos ou a recusa; B) INTIMAÇÃO para participar da audiência de conciliação virtual designada.
3.2 Caso a citação seja via Carta de Intimação, fica a parte executada intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, fornecer número de seu contato com whatsapp ou endereço eletrônico para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias, por meio dos números 3309-8590 ou 3309-8591 (Cejusc).
4. No dia e horário agendados, todas as partes deverão estar online e em ambiente ao máximo silencioso para uma melhor comunicação, com vídeo e áudios habilitados (computador ou smartphone), munidos de documentos de identificação pessoal com foto.
5. Consigno que há possibilidade de utilização da sala passiva. Anoto que a utilização da sala passiva é excepcional apenas para quem não disponha de recursos tecnológicos para participar da audiência, podendo nesse caso se dirigir a sede da comarca onde será disponibilizada sala com recursos para sua oitiva.

6. Advirta à parte executada que havendo necessidade de assistência por Defensor Público, deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, diretamente na Defensoria Pública de seu domicilio (69) 3434-2228 e 99286-8083 (Art. 221, XIII - Diretrizes Gerais Judiciais).
7. Advirtam-se as partes: (Art. 7º do Provimento Corregedoria nº 18/2020)
I - os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42 da Lei nº 9099/95);
II - as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a/o carta/mandado de intimação cumprido(a) no endereço constante dos autos;
III - as partes deverão buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV - se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
V - deverão estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO;
VI - deverão acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurarão que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII - a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil);
IX - nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
X - a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XI - a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte executada, poderá dar início à fase de atos expropriatórios;
XII - durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIII - se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial.
Mais informações sobre as audiências virtuais poderão ser obtidas por meio dos números 3309-8590 e 3309-8591 (Cejusc).
Outras deliberações:
8. Sendo frutífera a audiência de conciliação, retornem os autos conclusos para homologação.
9. Não comparecendo a parte exequente à audiência, retornem os autos conclusos para extinção;
10. Não sendo frutífera a conciliação, a parte executada poderá opor embargos no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da audiência. Apresentados os embargos, intime-se a parte exequente para manifestação e retornem conclusos.
11. Não comparecendo a parte executada à audiência ou não apresentados os embargos, o cálculo devera ser atualizado. Caso a parte exequente tenha advogado constituído, intime-a para atualizar o cálculo em 5 (cinco) dias. Não tendo advogado constituído, encaminhem-se os autos à Contadoria e retornem os autos conclusos para consulta via Bacenjud e Renajud.
12. Não restando frutífera a consulta ou não sendo localizado veículo, expeça-se mandado de penhora e avaliação.
Penhore-se e avalie-se tantos bens quanto forem suficientes para quitar o débito.
Para a tentativa de penhora, caso a parte executada não indique bens e na hipótese de não serem encontrados bens penhoráveis em seu poder/residência/estabelecimento, deverá o Oficial de Justiça diligenciar a tantos órgãos e entidades competentes para registros de existência e movimentação de bens móveis (IDARON, Junta Comercial, Prefeitura, etc, exceto DETRAN) quantos forem possíveis a fim de esgotar todas as diligências que possam ser empregadas na tentativa de encontrar bens do devedor, de tudo certificando pormenorizadamente nos autos.
Inexistindo bens penhoráveis, DESCREVER os bens que guarnecem a residência ou estabelecimento da parte executada (art. 836, §1º do CPC).
Se a penhora recair sobre bem imóvel, intime-se o cônjuge para tomar conhecimento, bem como INTIME-SE a parte exequente para que junte em 05 (cinco) dias a Certidão de Inteiro Teor atualizada do referido imóvel.
Após, providencie-se o registro da penhora junto à respectiva matrícula, observando o disposto nos Provimentos da Corregedoria Geral de Justiça deste tribunal (021/2015-CG e 011/2016-CG), que regulamentam a utilização da Central de Registro de Imóveis Eletrônica.
Se penhorado semovente, OFICIE-SE à agência do IDARON competente, para que registre na respectiva ficha a penhora realizada pelo Oficial de Justiça, devendo o IDARON responder o Ofício em 15 (quinze) dias.
Efetivada a penhora, INTIME-SE a parte executada da possibilidade de oferecer EMBARGOS à execução.
Havendo penhora e decorrido o prazo de embargos, INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se pretende a hasta pública, adjudicação ou a liberação do bem. Decorrido tal prazo, sem manifestação da exequente, renove-se a conclusão para extinção e baixa da penhora.
Caso o exequente requeira a hasta pública, esta ocorrerá por meio eletrônico.
Caso a parte exequente queira ficar como depositária dos bens, deverá acompanhar as diligências do Oficial de Justiça. Do contrário, ficará a parte executada como fiel depositários de eventuais bens penhorados (840, § 2º do CPC).
13. Consigno que NÃO SERÃO DEFERIDOS PEDIDOS DE SERASAJUD, suspensão/apreensão de CNH, suspensão de CPF, bloqueios de cartões de crédito e apreensão de passaporte, seja porque tais medidas não se revertem ao fim precípuo da execução, revelando-se desproporcionais e desarrazoadas, seja pela ausência de servidores e de sistema de controle eficiente para garantir a celeridade necessária ao procedimento.
Caso não se localize bens penhoráveis da parte executada, intime-se a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, indicar bens à penhora ou outro procedimento para continuidade da execução, sob pena de extinção e arquivamento dos autos.

14. Fica autorizado o uso das prerrogativas do art. 212 e ss. do CPC.
Serve o presente como Ofício/Carta/Mandado de Intimação/Citação, Avaliação e Penhora.
Santa Luzia D'Oeste/RO, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000135-44.2023.8.22.0018
REQUERENTE: ANDREIA DE SOUZA GONCALVES
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000198-69.2023.8.22.0018
REQUERENTE: JOLMARA APARECIDA MENDES
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000306-98.2023.8.22.0018
REQUERENTE: FRANCISCA MARIA FRANCO DE ARAUJO
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000344-13.2023.8.22.0018
REQUERENTE: JEUNES SILVA GOMES
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000127-67.2023.8.22.0018
REQUERENTE: ADAO DE SOUZA PEREIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954

REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, santaluziacpe@tjro.jus.br, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000,(69) 34342439
Processo nº : 7000983-02.2021.8.22.0018 Requerente: REQUERENTE: LUIZ GABRIEL DONA Advogado: Advogados do(a) REQUERENTE: JULIANO GOMES ANTUNES - RO11753, RODRIGO FERREIRA BARBOSA - RO8746
Requerido(a): REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogados do(a) REQUERIDO: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664, RAFAELA INES OLIVEIRA DOS SANTOS - PB26230
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
Santa Luzia D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Cumprimento de sentença
7001673-65.2020.8.22.0018
REQUERENTE: LUIZ CARLOS PEREIRA, CPF nº 34897038200, AV. NOVO ESTADO 1945 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: TORQUATO FERNANDES COTA, OAB nº RO558A
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Por ser o dinheiro o bem de primeira ordem preferencial em sede de execução, com espeque no art. 835 do CPC e visando menor dispêndio, e ainda, atendendo aos princípios de celeridade, efetividade e economia processual, DEFIRO o pedido e procedo a imediata consulta, via sistema SISBAJUD, quanto a ativos financeiros porventura existentes em nome do devedor.
Procedi à consulta ao sistema SISBAJUD em desfavor de REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, a qual restou frutífera, conforme Detalhamento de Ordem Judicial anexo.
Intime-se a parte executada, para, querendo, apresentar embargos no prazo de 5 (cinco) dias.
Decorrido o prazo, nada manifestado, expeça-se alvará da importância constante nos autos e atualizações em favor da parte exequente, ou de seu advogado, desde que este possua poderes específicos para tanto, estando, desde já, autorizada a transferência, caso seja informada conta bancária.
Após, renove-se a conclusão para extinção pelo pagamento.
Serve a presente como intimação
Santa Luzia D'Oeste/RO, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Processo n. 7000879-73.2022.8.22.0018
REQUERENTE: LUCIANO FARIAS RIBEIRO, CPF nº 01106276280, LINHA P04 C105 e 110 ZONA RURAL - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: DIEGO HENRIQUE NEVES ROSA, OAB nº RO8483
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4177, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 43.500,00
SENTENÇA
Vistos.
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Fundamentação
Preliminarmente
A lide comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, inciso II, do Código de Processo Civil.
Sem preliminares arguidas, passo à análise do mérito.
Mérito
Trata-se de ação de INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS C/C DANOS MORAIS promovida por LUCIANO FARIAS RIBEIRO em face de ENERGISA RONDÔNIA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
Extrai-se dos fatos narrados que houve a queda de um poste de fiação elétrica com fios de alta tensão em seu pasto, ocasião em que alguns dos semoventes pertencentes ao autor foram eletrocutados e vieram a óbito, conforme se extrai das imagens em anexo (ID 76732624).
Na hipótese, trata-se de típica relação de consumo, nos termos do artigo 22, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, devendo, portanto, incidir as regras dispostas na legislação consumerista, de modo a evitar eventuais desequilíbrios entre as partes, dada a hipossuficiência do consumidor em relação ao fornecedor.
Ademais, a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica está sujeita aos ditames do artigo 37, §6º, da Constituição Federal, de modo que sua responsabilidade é objetiva, tal qual a da Administração Pública, bastando ao lesado demonstrar o nexo causal entre o ato lesivo e o dano experimentado, prescindindo a investigação da culpa por parte da prestadora do serviço, pois está sujeita ao risco administrativo inerente a ele.
Logo, a Energisa somente estaria isenta de responsabilidade se tivesse logrado comprovar a ocorrência de força maior ou que o fato tivesse ocorrido por culpa exclusiva da própria vítima, ônus do qual não se desincumbiu, nos moldes do artigo 373, II, do CPC.
Cumpre observar ainda, acerca da responsabilidade da manutenção da rede elétrica, no caso concreto, é da empresa requerida, nos termos do art. 14, II da Resolução 414 da ANEEL.
Art. 14. O ponto de entrega é a conexão do sistema elétrico da distribuidora com a unidade consumidora e situa-se no limite da via pública com a propriedade onde esteja localizada a unidade consumidora, exceto quando: (Redação dada pela REN ANEEL 418, de 23.11.2010)
(...) II – a unidade consumidora, em área rural, for atendida em tensão secundária de distribuição, caso em que o ponto de entrega se situará no local de consumo, ainda que dentro da propriedade do consumidor, observadas as normas e padrões a que se referem a alínea "a" do inciso I do art. 27;
A parte autora logrou êxito em demonstrar o defeito na prestação do serviço de energia elétrica, visto que incontroversa a do fio de alta tensão em sua propriedade rural, bem como a morte dos animais em razão da descarga de energia elétrica por ele propagada.
Segundo o requerente, solicitou a troca e ou manutenção do referido poste pela empresa requerida, mas não foram tomadas as devidas providências (ID 76731237).
Diante disso, verifica-se que o fato ocorreu devido à falta de manutenção do poste pela concessionária, pois estava podre, e com os fios de alta tensão já caídos, e, embora acionada para conserto, manteve-se inerte.
Assim, configurada a responsabilidade por ineficiência do serviço, na forma do art. 22, parágrafo único, c/c art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que demonstrado o nexo causal entre a morte dos animais por eletrocussão e a falta de manutenção no poste de energia elétrica.
Sobre a responsabilidade da Concessionária em casos análogos é a posição de Nosso Tribunal:
Apelação cível. Queda de fio de alta-tensão. Manutenção da rede de distribuição. Eletrocussão. Morte bovinos. Responsabilidade objetiva da concessionária. Indenização por danos materiais e lucros cessantes. Recurso desprovido. A responsabilidade da concessionária é indiscutivelmente ampla, alcançando serviços de instalação, manutenção e segurança nas redes de transmissão de energia elétrica. Ao permitir a instalação de rede elétrica privada, tem obrigação de fiscalizar e manter a regularidade dos serviços, de forma que havendo falha nesse sentido, deve ser arcar com indenização pelos danos materiais causados a terceiros. A morte de semoventes por eletrocussão causa danos materiais e lucros cessantes, quando efetivamente demonstrados.
(TJ-RO - AC: 00000559220158220015 RO 0000055-92.2015.822.0015, Data de Julgamento: 05/09/2019)
Por conseguinte, reconhecida a responsabilidade civil da demandada, surge o dever de indenizar pelos danos materiais ocasionados, a teor do disposto nos art. 14 e art. 22, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor.
Com efeito, tenho que a parte autora comprovou satisfatoriamente a presença do fato danoso e do nexo de causalidade a ensejar na responsabilidade da requerida ao presente feito. Veja-se que as fotos acostadas à inicial demonstram a queda no fio de energia elétrica, que acabou por atingir 3 (três) semoventes de propriedade do requerente, os quais vieram a óbito; outrossim, o autor comprova, consoante Declaração de consumo próprio/óbito (ID 76732603), bem como o exercício da atividade pecuária.
Verifico que também restou demonstrado o gasto com hora máquina, para realização da cova dos animais (ID 76732627), conforme recibo de ID 76732630.
De outra banda a demandada em nenhum momento produziu prova acerca das excludentes de sua responsabilidade, devendo, assim, responder pelos danos causados ao consumidor.

Neste norte, entendo que a prova produzida é suficiente a demonstrar o nexo causal e a responsabilidade da concessionária de energia ao presente feito.
Passo, pois, à análise dos pedidos de cunho indenizatório.
Em relação ao dano moral, entendo que a conduta da empresa requerida não foi apta a gerar dano moral indenizável à parte autora, pois os dissabores experimentados pelo autor não são suficientes para ocorrer severo abalo psicológico que enseje o dever de indenizar.
Lado outro, restou comprovado que o fato gerador da morte do bovino e da aferição de ganhos ocorreu em virtude da queda do fio de alta tensão e descarga elétrica emitida pela rede de energia administrada pela requerida, impondo o dever de indenizar prejuízos experimentados pelo autor.
Nesse prisma, deverá a demandada alcançar à parte autora os danos materiais e danos emergentes sofridos, todavia, em que pese reconhecer o direito da parte autora, tem-se que esta não comprou efetivamente o dano material sofrido decorrente da morte dos semoventes, quais sejam, 2 (dois) bovinos e 1 (um) equino.
Com efeito, a parte pugnou por R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) a título de danos materiais com base na morte dos semoventes supra qualificados, bem como pugnou por R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) por dano na modalidade de Lucro Cessante.
Em que pese ter mensurado o prejuízo sofrido na peça exordial, não se demonstrou efetivamente o dano material sofrido, sendo que este não se presume e deve ser evidenciado o efetivo decréscimo patrimonial alegado. Outrossim, aplica-se o mesmo entendimento no que tange aos Lucros Cessantes.
Vejamos o entendimento do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:
EMENTA: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS - PROMOÇÃO EM SHOPPING - COMPRA DE PRODUTOS EM NOME DE TERCEIRA PESSOA - SORTEIO DE VEÍCULO - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA E TITULARIDADE DA COMPRA - DEFICIENCIA PROBATÓRIA - ART. 373, I DO CPC/2015 - INOBSERVÂNCIA - IMPROCEDÊNCIA. Ausente a comprovação da relação jurídica entre as partes e titularidade da compra que deu origem ao bilhete sorteado em promoção de Shopping Center, não há que se falar em responsabilização da recebedora do prêmio. O dano material não se presume, deve ser comprovado, não havendo que se falar em dever de indenizar quando não evidenciado o efetivo decréscimo patrimonial. Verificando-se que as provas produzidas nos autos, não apresentam a densidade pretendida pela autora, para fins de responsabilizar a parte demandada, impõe-se julgar improcedentes os pedidos. É ônus do autor a demonstração dos fatos constitutivos de seus direitos, a teor do que dispõe o art. 373, I do CPC/2015.
(TJ-MG - AC: 10024110886157001 Belo Horizonte, Relator: Baeta Neves, Data de Julgamento: 10/11/2021, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 11/11/2021)
Portanto, em relação à indenização por dano material acerca da morte do equino e aos lucros cessantes pleiteados, entendo que estes não restaram demonstrados.
Destaca-se, inclusive, que se oportunizou a parte juntar documentos que comprovassem o valor real quanto aos danos materiais pleiteados (ID 84251152), ainda assim, a parte autora não foi capaz de demonstrar o prejuízo material suportado em razão do falecimento do equino.
No que tange à análise dos lucros cessantes, conforme já explanado, estes não podem ser presumidos, sendo imprescindível a efetiva comprovação do prejuízo para que se arbitre indenização a este título.
Entretanto, em relação aos bovinos falecidos, depreende-se que a parte juntou aos autos Tabela de Preços emitida pela Emater/RO, demonstrando que o preço médio do Bezerro de Corte em Alto Alegre dos Parecis está na média de R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), mais a mais, destaca-se que foi efetivamente comprovada a morte de dois semoventes bovinos, cujo peso não foi especificado, entretanto, demonstrou-se que a faixa etária dos bovinos seria 1 bovino entre 7 a 12 meses e o outro entre 13 a 24 meses, razão pela qual os bovinos se enquadram no preço descrito e totalizam o importe de R$ 5.400,00 a título de danos materiais.
Restou, outrossim, demonstrado que o requerente teve gastos com hora máquina para enterrar os animais, tendo sido devidamente comprovado o valor gasto de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), conforme ID 76732630.
Desta forma, a autora faz jus ao recebimento de R$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais) a título de danos materiais, os quais incidirão correção monetária pelo índice determinado pela Corregedoria da Justiça a contar do evento danoso, e juros de mora, a partir da citação.
Dispositivo
Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, com base no art. 487, inc. I do Código de Processo Civil, ao efeito de CONDENAR a requerida ao pagamento de danos materiais no importe de R$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais).
Sobre os valores apurados deverá incidir correção monetária pelo índice determinado pela Corregedoria da Justiça a contar do evento danoso, e juros de mora, a partir da citação.
Sem custas.
Intimem-se.
Ficam as partes intimadas para, havendo interposição de recurso com pedido de justiça gratuita, comprovar a hipossuficiência, apresentando comprovante de rendimentos (declaração de imposto de renda, 3 últimos contracheques e, caso receba algum benefício, extrato junto ao INSS), independentemente de intimação, sob pena de deserção. Advirto, ainda, que não será admitida simples declaração para fins de comprovação da hipossuficiência.
Com o trânsito em julgado, altere-se a classe processual para cumprimento de sentença. Nada sendo requerido no prazo de 5 (cinco) dias, arquivem-se.
Havendo pedido de cumprimento de sentença:
a) proceda-se a intimação da parte executada, nos termos dos arts. 523 e 525 do CPC.
b) com a intimação, aguarde-se o prazo de 15 (quinze) dias para pagamento voluntário e, após, aguarde-se o prazo 15 (quinze) dias para impugnação.
c) decorridos os prazos, sem impugnação ou informação de satisfação da obrigação, intime-se a exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, atualizar o débito e requerer o que de direito.
Santa Luzia d'Oeste, 15 de setembro 2021.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000137-14.2023.8.22.0018

REQUERENTE: ANIELE MARTINS DE SOUZA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: “Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil”.
Leia-se: “Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil”.
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D’Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D’Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000159-72.2023.8.22.0018
REQUERENTE: DHELLY DAYANE DE PAULA VARGEM
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: “Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil”.
Leia-se: “Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil”.
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D’Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000181-33.2023.8.22.0018
REQUERENTE: VERA LUCIA MENDES BEBER
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000188-25.2023.8.22.0018
REQUERENTE: ELOIRIO MARQUES DOS SANTOS
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000186-55.2023.8.22.0018
REQUERENTE: CARMEN DE JESUS DE PAULA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar,

em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000343-28.2023.8.22.0018
REQUERENTE: CELMA MARIA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se da presente, bem como intime-se o requerido da sentença proferida.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Procedimento do Juizado Especial Cível
7001381-75.2023.8.22.0018
AUTOR: GILMAR SELES DA SILVA, AVENIDA ALBINO SARTORELLI 3743 BAIRRO CRISTO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de termo de acordo entabulado entre as partes.
Considerando que o objetivo da conciliação é propagar uma cultura voltada para a paz social e o diálogo, desestimulando a conduta da litigiosidade e, em atenção aos princípios da economia, celeridade e simplicidade processual, HOMOLOGO O ACORDO celebrado entre as partes, conforme o descrito no termo juntado aos autos, para que surta os efeitos da lei, com base no parágrafo único do art. 22 da Lei 9.099/95, e via de consequência, JULGO EXTINTO o feito com resolução do mérito, com fundamento no art. 487, inciso III, alínea "b", do CPC.
Sem custas ou honorários advocatícios (art. 55 da Lei n. 9.099/95).
Sentença publicada automaticamente pelo PJe.
A sentença fica transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica (art. 1.000, do CPC).

Ciência às partes via advogados.
Altere-se a classe processual para cumprimento de sentença e, após, arquivem-se.
Havendo pedido de cumprimento de sentença:
a) proceda-se a intimação da parte executada, nos termos dos artigos 523 e 525 do CPC.
b) com a intimação, aguarde-se o prazo de 15 (quinze) dias para pagamento voluntário e, após, aguarde-se o prazo 15 (quinze) dias para impugnação.
c) decorridos os prazos, sem impugnação ou informação de satisfação da obrigação, intime-se a exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, atualizar o débito e requerer o que de direito.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Santa Luzia do Oeste - Vara Única Dom Pedro I, santaluziacpe@tjro.jus.br, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000,(69) 34342439 Processo nº : 7001909-46.2022.8.22.0018 Requerente: AUTOR: ROZIMAR ROSA SANTOS, AILTON DOS SANTOS Advogado: Advogado do(a) AUTOR: VINICIUS DE SOUZA CAVALCANTE - RO10817
Requerido(a): REU: DARCI PEDRO DA ROSA JUNIOR Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: NUCOMED - S. de conciliação 1 - Whatsapp 3309-8590 Data: 29/08/2023 Hora: 09:00 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
Fone/WhatsApp:
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.
ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG);
ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer

de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Santa Luzia D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, santaluziacpe@tjro.jus.br, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000,(69) 34342439
Processo nº: 7000249-80.2023.8.22.0018.
AUTOR: JOAO NUNES GONCALVES.
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogados do(a) REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664, GUILHERME ULYSSES DE OLIVEIRA - PB30113, MARIA BEATRIZ ALBUQUERQUE MOURA DE OLIVEIRA - PB20422, MICAELLA CAMPOS GONCALVES DE MORAIS - PB23978
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERIDA
Por força e em cumprimento do juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, por intermédio de seu advogado, cumprir espontaneamente a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuando o pagamento do valor, obrigatoriamente junto a Caixa Econômica Federal (Provimento 001/2008 PR TJ/RO c/c Art. 840, I, do CPC), conforme Planilha de Cálculo anexa, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor apresentado da dívida, conforme disposto no art. 523, § 1º, do Código de Processual Civil.
ADVERTÊNCIAS: 1) O VALOR DA CONDENAÇÃO OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER DEPOSITADO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROVIMENTO 001/2008 PR TJ/RO C/C ART. 840, I DO CPC), COM A DEVIDA E TEMPESTIVA COMPROVAÇÃO NO PROCESSO, SOB PENA DE SER CONSIDERANDO INEXISTENTE O PAGAMENTO REALIZADO ATRAVÉS DE OUTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO CONJUNTO N.º 006/2015-PR-CG, PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ESTADUAL N.º 115/2015, INCIDINDO, INCLUSIVE, AS PENAS PREVISTAS NO ARTIGO 475-J DO CPC, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTAS EM LEI. 2) OS PRAZOS PROCESSUAIS NESTE JUIZADO ESPECIAL, INCLUSIVE NA EXECUÇÃO, CONTAM-SE DO DIA SEGUINTE À INTIMAÇÃO, SALVO CONTAGEM A PARTIR DE INTIMAÇÃO PELO DIÁRIO DA JUSTIÇA, QUE OBEDECE REGRA PRÓPRIA. 3) AS PARTES DEVERÃO COMUNICAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES DOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, SOB PENA DE SE CONSIDERAR COMO VÁLIDA E EFICAZ A/O CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO CUMPRIDO(A) NO ENDEREÇO CONSTANTE DOS AUTOS (ART. 19, § 2º, LF 9.099/95).
Santa Luzia D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Procedimento do Juizado Especial Cível
7001610-35.2023.8.22.0018
AUTOR: SUSANA CANDIDO DA ROCHA, CPF nº 47046104204, RUA GETULIO VARGAS 09 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CRISTIAN MARCEL CALONEGO SEGA, OAB nº RO9428
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AC CACOAL 2775, AVENIDA SÃO PAULO 2775 CENTRO - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos
Recebo a ação para processamento.
No que se refere à Tutela de Urgência, o artigo 300 do Código de Processo Civil define que "A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo".
Noticia a parte autora que teve a interrupção do fornecimento de energia elétrica em sua residência em 11/07/2023. Aduz que a interrupção de fornecimento da energia elétrica se fez ilegal, uma vez que o ato foi fundamentado em uma divida não devida pela prática de suposto "gato" no medidor.
O caso versa efetivamente sobre relação de consumo e sobre bem considerado essencial nas relações cotidianas (energia elétrica), o que, por si só, já justifica a concessão da tutela reclamada para determinar que a requerida restabeleça a energia elétrica na residência da parte autora, no endereço declinado na inicial.
Deste modo, em atenção às informações prestadas pela parte autora de que houve suspensão no fornecimento de energia elétrica em sua residência, assim como aos documentos apresentados, verifico presentes os requisitos necessários para a concessão da tutela antecipada pleiteada, visto que a interrupção do serviço de fornecimento de energia elétrica se traduz em dano de difícil reparação a qualquer indivíduo, sendo que essa concessão não se traduz em provimento irreversível para a requerida.
Posto isso, estando presentes os requisitos autorizadores, DEFIRO a tutela antecipada pretendida, para determinar à requerida que restabeleça a energia elétrica na unidade consumidora 20/1310339-5, no prazo de 04 (quatro) horas, a contar da hora da intimação, sob pena de multa diária de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais), até o limite do R$3.000,00 (três mil reais).
Outrossim, determino que a empresa requerida, até o deslinde da ação, abstenha-se de realizar cobranças dos débitos descritos na inicial, bem como se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica na residência/unidade consumidora da autora (UC 20/1074992-7), sob pena de multa nos mesmos termos supra.
Outras deliberações:
1. À CPE para que designe audiência de conciliação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

A audiência será realizada por videoconferência pelo Cejusc de Santa Luzia D'Oeste, por meio do aplicativo Google Meet, de modo que as partes deverão baixar o referido aplicativo no celular, computador, notebook ou tablet, para fins de participação na solenidade virtual.
2. INTIME-SE a parte autora, por meio de seu advogado(a), via PJE, advertindo-a que seu não comparecimento a qualquer audiência do processo ensejará extinção e arquivamento do mesmo. Assim como, na oportunidade, fica a parte autora intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar seu número de contato com whatsapp ou endereço eletrônico (parte e advogado) para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias.
3. Proceda-se: A) a CITAÇÃO da parte requerida, de todos os termos da ação que tramita nesta vara; B) INTIMAÇÃO para que a mesma forneça ao oficial de justiça seu número de contato via whatsapp ou endereço eletrônico para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias para a realização da audiência virtual, sendo que o Oficial deverá certificar nos autos os dados fornecidos ou a recusa; C) INTIMAÇÃO da parte requerida para participar da audiência de conciliação virtual, ocasião em que, não havendo acordo, poderá apresentar a contestação no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada, assim como, requerer provas, indicar testemunhas, com sua completa qualificação, justificando o objetivo da(s) prova(s) requerida(s), sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra.
4. Caso a citação seja via Carta de Intimação, fica a parte requerida intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, fornecer seu número de contato com whatsapp ou endereço eletrônico para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias, por meio dos números 3309-8590 ou 3309-8591 (Cejusc).
5. No dia e horário agendados, todas as partes deverão estar online e em ambiente ao máximo silencioso para uma melhor comunicação, com vídeo e áudios habilitados (computador ou smartphone), munidos de documentos de identificação pessoal com foto.
6. Consigno que há possibilidade de utilização da sala passiva. Anoto que a utilização da sala passiva é excepcional apenas para quem não disponha de recursos tecnológicos para participar da audiência, podendo nesse caso se dirigir a sede da comarca onde será disponibilizada sala com recursos para sua oitiva.
7. Advirto a parte requerida que havendo necessidade de assistência por defensor público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, diretamente na Defensória Pública de seu domicilio (69) 3434-2228 e 99286-8083 (Art. 221, XIII - Diretrizes Gerais Judiciais).
8. Ressalto que se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada.
9. Advirtam-se as partes: (Art. 7º do Provimento Corregedoria nº 18/2020)
I - Os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42 da Lei nº 9099/95);
II - As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a/o carta/mandado de intimação cumprido(a) no endereço constante dos autos;
III - deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV - se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou pelos números 3309-8591 ou 3309-8590.
V - deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO;
VI - deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII - a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil);
IX - tratando-se a parte requerida de pessoa jurídica e havendo relação de consumo, desde já inverto o ônus da prova;
X - nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XI - a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XII - a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
XIII - durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da Lei n. 9.099/95).
Maiores informações sobre as audiências virtuais poderão ser obtidas por meio dos números 3309-8591 ou 3309-8590 (CEJUSC).
SIRVA O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 17 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, santaluziacpe@tjro.jus.br, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000,(69) 34342439
Processo nº : 7000409-08.2023.8.22.0018 Requerente: AUTOR: LEONARDO DE SOUZA FRITZ Advogado: Advogados do(a) AUTOR: KARLA LOYSE BRAZ RAMOS PETERSEN - RO12301, MATHEUS RODRIGUES PETERSEN - RO10513, RAQUEL BRAZ ODORICO RAMOS - RO10330

Requerido(a): REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Advogado: Advogados do(a) REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA - PB23664, ESTEVAO ARAUJO PAIVA DE CASTRO FILHO - PB29838
Intimação À PARTE RECORRIDA
LEONARDO DE SOUZA FRITZ
Rua Ozias de Oliveira, 2701, Centro, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
Santa Luzia D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000255-87.2023.8.22.0018
REQUERENTE: MARIA HELENA FELISBETO BATISTA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se da presente, bem como intime-se o requerido da sentença proferida.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 14 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000287-92.2023.8.22.0018
REQUERENTE: SILVANY ALVES DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se da presente, bem como intime-se o requerido da sentença proferida.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 14 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000292-17.2023.8.22.0018
REQUERENTE: VERA LUCIA DALLA COSTA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Processo n. 7002676-21.2021.8.22.0018
AUTORES: GEISIELE FERREIRA RODRIGUES, CPF nº 05025339278, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 2590 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA, VALDINEI FERREIRA DE SOUZA, CPF nº 70278983227, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 2590 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS AUTORES: SUELEN NEVES DOS SANTOS, OAB nº RO11928, RUI BARBOSA CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA, BRUNA BARBOSA DA SILVA, OAB nº RO10035
REU: 123 VIAGENS E TURISMO LTDA., CNPJ nº 26669170000157, RUA DOS AIMORÉS 1017, - DE 801/802 A 1758/1759 FUNCIONÁRIOS - 30140-071 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS, TAM LINHAS AÉREAS S/A, CNPJ nº 02012862000160, RUA ÁTICA n 673, 6 anda, - DE 483/484 AO FIM JARDIM BRASIL (ZONA SUL) - 04634-042 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DOS REU: RODRIGO SOARES DO NASCIMENTO, OAB nº MG129459, FABIO RIVELLI, OAB nº BA34908, AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBTSCHEK, - ATÉ 951 - LADO ÍMPAR VILA NOVA CONCEIÇÃO - 04543-010 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Valor da causa: R$ 30.859,42
SENTENÇA
Vistos.
Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais ajuizada por GEISIELE FERREIRA RODRIGUES e VALDINEI FERREIRA DE SOUZA em face de 123 VIAGENS E TURISMO LTDA e LATAM LINHAS AÉREAS S/A.
Inicialmente, denota-se que a decisão de ID 84963102 havia anulado a Sentença de ID 78143281 em razão de ter sido exarada sem que a requerida 123 VIAGENS E TURISMO LTDA tivesse sido citada.
Insta salientar, que a referida sentença foi anulada somente com o fito de suprir a falta de citação que poderia ensejar eventual causa de nulidade, entretanto, mesmo após a regularização da citação e da concessão de novo prazo, a empresa requerida 123 VIAGENS E TURISMO LTDA quedou-se inerte.
Pois bem.
Importante esclarecer que as empresas aéreas são consideradas prestadoras de serviços, de modo que estão submetidas às disposições do Código de Defesa do Consumidor, o qual versa expressamente sobre o assunto no art. 3º, § 2º.
A relação entre as partes é de consumo, regulada pela Lei 8.078/90, na forma do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, sendo a responsabilidade da parte requerida objetiva, devendo responsabilizar-se pelos defeitos ou falhas nos serviços prestados, afastando-se tal responsabilidade somente em caso de culpa exclusiva da parte requerente ou de terceiro, o que a ele cabe provar.
O contexto do feito recomendou a inversão do ônus da prova, mesmo porque a prova do fato negativo em questão mostra-se extremamente difícil de ser produzida e seria pouco razoável exigi-la ad requerente. Assim, a inversão do ônus da prova milita em favor dos autores.
Antes da análise do mérito, necessário analisar, novamente, as preliminares arguidas.
Preliminar - Falta de interesse processual
A parte requerida Latam Linhas Aéreas S/A alegou em contestação que os autores deveriam ter buscado exaurir os meios administrativos. No entanto, com base no princípio da inafastabilidade da jurisdição presente na Constituição Federal em seu artigo 5º, XXXV, não há

necessidade de o consumidor esgotar os meios administrativos para então buscar a via judicial, tendo em vista que as esferas são independentes.

Assim, por tal fundamento, rejeito a preliminar.

Preliminar – Justiça gratuita

Os autores apresentaram, na inicial, preliminar de justiça gratuita, no entanto, é necessário esclarecer que as ações processadas nos Juizados Especiais Cíveis são regidas pelo princípio da gratuidade procedimental, conforme descrito no art. 54, da Lei nº 9099/1995: "o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas". Portanto, o procedimento em 1º grau nos Juizados Especiais é gratuito, não havendo incidência de custas, tampouco condenação em honorários advocatícios. À vista disso, rejeito a preliminar apontada, podendo o pedido ser analisado oportunamente em caso de interposição de recurso.

Breve síntese

Os autores, na inicial, informaram que contraíram matrimônio em 26/02/2021 e em 24/04/2021 adquiriram passagens aéreas para viagem de lua de mel, sendo a compra foi realizada pelo site da requerida 123 Viagens e Turismo LTDA e a viagem tendo como data prevista de 10 a 17/09/2021.

Alegaram que, como residem em Santa Luzia do Oeste/RO e o voo sairia de Porto Velho/RO, foram para a capital com dois dias de antecedência para evitarem contratempos, porém no dia anterior à viagem (09/09/2021), por volta das 17 horas, ao tentarem fazer o check-in, tiveram a informação de que o voo previsto para 10/09/2021 às 02h00min havia sido antecipado para 09/09/2021 às 16 horas.

Segundo os autores, foram até o aeroporto, contudo os guichês da requerida Latam estavam fechados e em contato com a requerida 123 Viagens e Turismo a única alternativa que tiveram foi a reacomodação para o voo do dia 12/09/2021.

Argumentam que não receberam notificação acerca da antecipação do voo, mesmo tendo indicados email e telefone para contato e também que já haviam reservado sete diárias de apartamento, com check-in para 10/09/2021 e check-out para 17/09/2021, motivo pelo qual buscaram, em contato com as requeridas, o reembolso das duas diárias não utilizadas, mas os informaram da necessidade de arcarem com as despesas e posteriormente solicitar ressarcimento.

A parte requerida Latam Linha Aéreas S/A argumentou que a alteração do voo ocorreu em 28/04/2021, por motivo de força maior, haja vista que as modificações da malha aérea se deram por reprogramação comercial devido a pandemia do Covid-19, bem como que informaram os autores quanto à alteração através de email e SMS em 06/05/2021, não tendo estes sofrido danos, pois foram reacomodados.

Em sede de impugnação os autores informaram que desconhecem o email e telefone informados pela empresa requerida, pois são distintos dos cadastrados no ato da compra.

Passo à análise do mérito.

Dos danos materiais

Os autores pretendem o ressarcimento de R$359,42 relativo a duas diárias de apartamento em Maceió/AL (dias 10 e 11/09/2021), bem como de R$500,00 referente a alimentação e hospedagem em Porto Velho/RO.

Salienta-se que a presente demanda está sendo analisada à luz do Código de Defesa do Consumidor, e que foi deferida a inversão do ônus da prova, ficando estabelecido que a prova incumbe à requerida, o que não exime a parte autora de comprovar de forma mínima sua pretensão.

Verifica-se que as empresas requeridas não trouxeram comprovação de ressarcimento dos autores por outra via, além de não terem apresentado provas da prévia notificação acerca da alteração, uma vez que o telefone e email indicados na peça contestatória nada trazem relação com os autores, sendo o DDD do telefone 71.

No entanto, também os autores apenas apresentaram recibo referente às duas diárias de apartamento em Maceió/AL conforme documento de ID nº 65116629. Ao passo que não comprovaram os gastos com hospedagem e alimentação em Porto Velho/RO, sendo que os próprios autores informaram que não possuem recibos/notas.

Portanto, entendo pela procedência parcial do pedido de ressarcimento pelo dano material sofrido no valor de R$359,42 (trezentos e cinquenta e nove reais e quarenta e dois centavos), o que ficou demonstrado aos ID nº 65116629.

Dos danos morais

Pleiteia, ainda, os autores a indenização por dano moral, ante os transtornos sofridos quanto à viagem de lua de mel, uma vez que agiram com descaso e não buscaram solucionar o impasse, reacomodando-os em um voo dois dias após o efetivamente contratado e sem amparo, haja vista que estava em cidade distante de sua residência.

As requeridas não comprovaram fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito dos autores.

Considerando a aplicação do CDC no presente caso, importa reconhecer a aplicação do artigo 6º, inciso VI, do referido diploma: "são direitos básicos do consumidor:[…] VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos".

Assim, "não indenizar o dano moral é deixar sem sanção um direito, ou uma série de direitos. A indenização, por menor e mais insuficiente que seja, é a única sanção para os casos em que se perdem ou se têm lesados a honra, liberdade, a amizade, a afeição, e outros bens morais mais valiosos de que os econômicos". (RE n.º 97.097, Min. Oscar Corrêa, RTJ 108/287).

Dessa forma, entendo assistir razão os autores neste pedido, pois planejaram com antecedência a lua de mel, tendo se deslocado para cidade distante 500Km de sua residência e não foram notificados acerca da alteração do voo, razão pela qual necessitaram esperar por dois dias para reacomodação, o que não pode ser comparado a meros aborrecimentos rotineiros, pois o fato certamente causa dor e constrangimento ao consumidor, ferindo-lhe em muito sua esfera moral.

Configurada a responsabilidade em indenizar, passemos à análise do quantum indenizatório, o qual deve pautar-se nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, como bem reforça nosso Tribunal:

Apelação cível. Indenização. Danos morais. Transporte aéreo. Cancelamento do voo. Alegação de alteração de malha viária. Fato de terceiro. Ausência de comprovação. Falta de assistência. Manutenção da sentença. É ônus da companhia aérea, a qual cancela voo sem justificar adequadamente sua razão, responder pelos danos experimentados pelos passageiros, até porque eles não decorrem do alegado motivo de força maior ou de caso fortuito, mas do despreparo logístico e da política desidiosa da empresa, bem como pela responsabilidade objetiva disciplinada pela lei consumerista. O valor indenizatório deve proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, produzindo, nos causadores do mal, impacto suficiente para dissuadi-los de igual procedimento, forçando-os a adotar uma cautela maior, diante de situações como a descrita nestes autos. (TJRO – 1ª Câmara Cível, APL 00087608020138220005 RO 0008760-80.2013.822.0005, Rel. Moreira Chagas, p. em 30.07.2015) (Grifo nosso)

A indenização tem dois objetivos claros, que são sanar o prejuízo sofrido pelos requerentes para que tenham alguma resposta dada a situação ilegal a qual submeteram-se, e caráter punitivo e pedagógico que visa punir a ilegalidade e admoestar a empresa a sanar suas irregularidades.

Cabe a ressalva que apesar do valor não servir como causa de enriquecimento ilícito, este deve sanar as dores sofridas, que afetam a normalidade e causam dor ao ofendido, machucando a moral do experimentante, e maculando sua honra perante a sociedade.
Deste modo, também é dever do
PODER JUDICIÁRIO tentar prevenir novos litígios, mesmo que para isto tenha de impor sanções mais drásticas ao ofensor, para que se cumpra integralmente os dois papéis da indenização ao dano de cunho moral, ainda mais nos casos em que a ofensa se dá a pessoa idosa.
Em atenção a isto e visando cumprir ambos os intuitos da indenização por dano moral, de acordo com o grau da ofensa e a capacidade econômica do ofensor, entendo ser justo, razoável, necessário e suficiente que a indenização seja fixada no valor de R$10.000,00 (dez mil reais), sendo R$5.000,00 (cinco mil reais) para cada autor.
DISPOSITIVO.
Ante todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por GEISIELE FERREIRA RODRIGUES e VALDINEI FERREIRA DE SOUZA em face de 123 VIAGENS E TURISMO LTDA e LATAM LINHAS AÉREAS S/A para o fim de
a) CONDENAR as requeridas pelos danos materiais no valor de R$359,42 (trezentos e cinquenta e nove reais e quarenta e dois centavos), os quais deverão ser corrigidos monetariamente pelos índices determinados pela Corregedoria Geral da Justiça desde o desembolso e acrescida dos juros de 1%, ao mês a partir da citação (art. 405, do CC).
b) CONDENAR as requeridas ao pagamento de R$10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais, sendo R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada autor, devendo ser corrigido monetariamente e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, ambos a partir desta decisão (Súmula nº 362 – STJ).
Por fim, DECLARO EXTINTO o processo com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso I, do CPC.
Intimem-se as partes.
Sem custas e sem honorários advocatícios na primeira instância dos Juizados Especiais Cíveis (art. 54, caput, e art. 55, caput, ambos da Lei n. 9.099/95).
Oportunamente, insta salientar que a requerida TAM LINHAS AÉREAS S/A promoveu o pagamento de 50% do valor da condenação ao ID 79203375, sendo que a parte autora já fez o levantamento destes valores.
Sentença registrada e publicada automaticamente pelo Pje.
Havendo pedido de cumprimento de sentença, proceda-se a intimação da parte requerida, nos termos do artigo 523 do CPC.
Se do trânsito em julgado decorrer 05 (cinco) dias sem requerimento de cumprimento de sentença, arquive-se.
SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA.
Cumpra-se.
Santa Luzia do Oeste/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000308-68.2023.8.22.0018
REQUERENTE: SANDRA REGINA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se da presente, bem como intime-se o requerido da sentença proferida.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública

7000182-18.2023.8.22.0018
REQUERENTE: SIRLEI SANTOS MIRANDA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000193-47.2023.8.22.0018
REQUERENTE: FRANCIELE COELHO SATURNINO
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000350-20.2023.8.22.0018
REQUERENTE: ROSILENE PESSOA DOS SANTOS
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.

Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Procedimento do Juizado Especial Cível
7001153-03.2023.8.22.0018
AUTOR: AGOPECUÁRIA GD LTDA-ME, AAV. TANCREDO NEVES 3497 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: TORQUATO FERNANDES COTA, OAB nº RO558A
REU: FIDELCINO LIMA BORGES, LINHA P-38 km 14 ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a parte autora para apresentar emenda à inicial, devendo juntar a integralidade da duplicata de ID. 91102523, p. 2.
Prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 320 c/c 321, parágrafo único, do CPC.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000205-61.2023.8.22.0018
REQUERENTE: LEIDIANE DOS SANTOS
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se da presente, bem como intime-se o requerido da sentença proferida.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000206-46.2023.8.22.0018
REQUERENTE: LEONICE DE ARRUDA CASTORINO
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Número do processo: 7002108-68.2022.8.22.0018
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: CELIA CRISTINA DE OLIVEIRA REIS
ADVOGADO DO AUTOR: EVALDO ROQUE DINIZ, OAB nº RO10018
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Em consulta ao sistema de custas, constatei que o preparo foi devidamente recolhido e apresentado o comprovante pela recorrente.
Assim, recebo o recurso, por ser próprio e tempestivo.
Contrarrazões já apresentadas pela parte recorrida (ID 92180968).
Assim, encaminhem-se os autos à Turma Recursal para apreciação, com as nossas sinceras homenagens.
Cumpra-se.
Serve a presente como intimação.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento Comum Cível
7000215-08.2023.8.22.0018
AUTOR: JAILDA LOPES DA COSTA OLIVEIRA, CPF nº 71163735272, LINHA 180, KM 05, LADO SUL s/n, CASA ZONA RURAL - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390, AV. RIO BRANCO 4539 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, MATHEUS RODRIGUES PETERSEN, OAB nº RO10513
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Vistos.
AUTOR: JAILDA LOPES DA COSTA OLIVEIRAingressou com ação previdenciária em face REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
Recebida a ação e devidamente citado, o INSS apresentou proposta de acordo, tendo a parte requerente aceitado r. proposta.
Assim, HOMOLOGO o acordo entabulado entre as partes, cujos termos encontram-se definidos na peça de ID 89750980 e, como consequência, extingo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, b, do CPC.

Intime-se o INSS para implantação do benefício, nos termos do acordo entabulado.
Consigne-se o prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento das determinações supra.
Requisite-se o pagamento do valor do acordo ora homologado através de RPV, observando as normas contidas no Manual de Procedimentos Relativos aos Pagamentos de Precatórios e Requisições de Pequeno valor na Justiça Federal.
Determino ainda intimação, no prazo comum da cinco dias nos termos do Art. 11 da Resolução 405/2016 de 09.06.2016 do CJF, o qual transcrevo: “Tratando-se de precatórios ou RPVs, o juiz da execução, antes do encaminhamento ao tribunal, intimará as partes do teor do ofício requisitório.”.
Expedida a(s) RPV(s), aguarde-se pelo prazo de 60 dias. (Art. 535, §3º, II do CPC).
1- Com a comprovação do cumprimento da(s) RPV(s):
1.1- Expeça-se o(s) alvará(s) para pagamento dos valores que serão depositados judicialmente, autorizando o saque pelo advogado, desde que ele possua poderes específicos para tanto.
1.2- Após, intime-se o patrono da parte autora para retirar o(s) alvará(s) expedido(s), podendo fazê-lo via internet, devendo, no prazo de 5 dias, comprovar o levantamento do(s) mesmo(s), sob pena de extinção pelo pagamento.
Sem custas processuais e sem honorários advocatícios.
Após cumprimento das deliberações, arquivem-se os autos.
SIRVA-SE ESTA DECISÃO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO.
domingo, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D’Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Execução de Título Extrajudicial 7001502-06.2023.8.22.0018
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO DO SUDOESTE DE RONDONIA LTDA - CREDISIS SUDOESTE/RO, RUA BARÃO DO MELGAÇO 4799 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, PROCURADORIA DA CrediSIS Sudoeste/RO - COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO DO SUDOESTEDE RONDÔNIA LTDA
EXECUTADOS: RONAN REIS DE LIMA, RUA VANDERLEI DALA COSTA 2593 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D’OESTE - RONDÔNIA, RONAN REIS DE LIMA 00700265210, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 2302 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D’OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
À CPE, para designar audiência de conciliação, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, a ser realizada por sistema de vídeo pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC.
CITE-SE a parte executada para que tome conhecimento da presente execução e, no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação, pague o valor da dívida atualizada acrescida de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, custas e honorários advocatícios, os quais ficam fixados em 10% (dez por cento) sobre o débito atualizado, salvo em caso de embargos, os quais poderão ser elevados (art. 829 do Código de Processo Civil/2015) e INTIME-SE-À quanto à audiência de conciliação designada, devendo o oficial de justiça, certificar o número do whatsapp no momento da citação/intimação ou justificar a impossibilidade.
Havendo o pagamento voluntário e total no prazo mencionado no parágrafo anterior, a parte devedora terá o benefício de redução da verba honorária para a metade da que ora é arbitrada.
Caso deseje opor embargos, a parte executada disporá do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da audiência de conciliação designada, caso reste prejudicada ou infrutífera. No prazo de embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá a parte executada requerer seja admitido a pagar o restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês , na forma do artigo 916 CPC/2015.
Fica o executado advertido que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar a elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei.
INTIME-SE a parte exequente quanto a audiência designada, bem como para que forneça nos autos, seu número de whatsapp e também de seu advogado no prazo de 5 dias.
Caso, a citação seja via Carta com AR, fica a parte requerida INTIMADA a fornecer número de seu contato via whatsapp ou endereço eletrônico para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias, por meio do número (69) 3309-8590 e 3309-8591. Prazo: 5 dias.
Para tanto, no dia e horário agendados, todas as partes deverão estar online e em ambiente ao máximo silencioso para uma melhor comunicação, com vídeo e áudios habilitados (computador ou smartphone), munidos de documentos de identificação pessoal com foto.
Advirta a requerida que havendo necessidade de assistência por defensor público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, diretamente na Defensória Pública de seu domicilio (69) 3434-2228 e 99286-8083. (Art. 221, XIII - Diretrizes Gerais Judiciais).
Consigno que o cartório deverá observar as determinações do Provimento n. 18/2020-CGJ (art. 2º) para proceder as intimações.
Havendo diligência negativa, intime-se a parte interessada para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias (Diretrizes Gerais Judiciais , art. 33, XI).
Indicado novo endereço, reitere-se a citação conforme art. 33, IV das Diretrizes Gerais Judiciais.
Caso a parte exequente requeira buscas de endereços via SISBAJUD, INFOJUD ou INFOSEG (prévias à citação por Edital), deverá comprovar nos autos que já efetuou pesquisas no sistema PJE com o fito de obter, em outros processos porventura existentes em nome da parte requerida/executada, endereços atualizados, sob pena da pesquisa ser realizada pela escrivania, porém mediante pagamento das custas respectivas, o que desde já fica deferido, bem como, sendo o caso, deverá comprovar o recolhimento das demais diligências requeridas, nos termos do artigo 17 da Lei 3.896/2016- Lei de Custas.

Decorrido o prazo sem pagamento, sem acordo e sem embargos, intime-se a parte exequente para atualizar o cálculo e requerer o que de direito.
Caso a parte exequente requeira a busca por ativos financeiros via SISBAJUD, de veículos via RENAJUD, em nome da parte executada, sendo o caso, deverá comprovar o recolhimento das diligências requeridas, nos termos do artigo 17 da Lei 3.896/2016- Lei de Custas. Se necessário, a serventia judicial poderá intimar a parte para comprovar tal recolhimento (Art. 33 das Diretrizes).
Não recolhidas as custas para as diligências (se cabíveis), o processo deverá vir concluso para suspensão por 1 ano, sendo que o termo inicial da prescrição intercorrente será a ciência da primeira tentativa infrutífera de localização do devedor ou de bens penhoráveis, conforme disposição expressa do art. 921, §1º, §2º e §4º do CPC.
Restando infrutíferas as diligências acima, EXPEÇA-SE MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO de tantos bens quanto bastem para garantir a satisfação do crédito e acessórios e, sendo o caso, deverá o Oficial de Justiça efetuar a penhora sobre os bens indicados pelo credor na inicial, ou outros, caso aqueles não sejam encontrados, INTIMANDO-SE A PARTE EXECUTADA do prazo de 15 dias para impugnar a penhora, a contar da ciência do ato, sendo que a impugnação à penhora pode ser manejado por simples petição, dentro dos autos da execução (art. 917, §1º, CPCP/2015).
Na hipótese de serem penhorados bens imóveis e sendo a parte requerida casada, INTIME-SE O CÔNJUGE. Se o imóvel estiver na posse de terceiros, intime-se o terceiro possuidor.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC/2015 e seguintes.
Caso a parte executada não seja encontrada para citação, ARRESTE-SE tantos bens quantos bastem para garantir a execução (Art. 830 do CPC).
Ainda, caso o bem penhorado seja imóvel, INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE para que junte em cinco dias a Certidão de Inteiro Teor atualizada do referido imóvel.
Se penhorado/arrestado bem imóvel, PROVIDENCIE A ESCRIVANIA o registro da penhora/arresto junto à respectiva matrícula, observando o disposto nos Provimentos da Corregedoria Geral de Justiça deste tribunal, 021/2015-CG e 011/2016-CG, que regulamentam a utilização da Central de Registro de Imóveis Eletrônica.
Se penhorado/arrestado veículo, PROVIDENCIE A ESCRIVANIA o registro da penhora/arresto junto ao RENAJUD.
Se penhorado/arrestado semovente, providencie o Oficial de Justiça, junto à agencia do IDARON competente, o registro na respectiva Ficha a penhora/arresto realizada certificando-se o necessário.
Havendo penhora/arresto, INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE, através do patrono constituído, para no prazo de 05 (cinco) dias informar se pretende a hasta pública, adjudicação ou a liberação do bem. Decorrido tal prazo, sem manifestação da exequente, renove-se a conclusão.
Caso o exequente requeira a hasta pública do bem penhorado, esta ocorrerá por meio eletrônico.
Desde já fica consignado que não sendo encontrados bens penhoráveis, o processo será suspenso por 1 ano, sendo que o termo inicial da prescrição intercorrente será a ciência da primeira tentativa infrutífera de localização do devedor ou de bens penhoráveis, conforme disposição expressa do art 921, §1º, §2º e §4º do CPC.
Se requerido pelo exequente, EXPEÇA-SE certidão de que a execução foi admitida pelo juízo observando-se o disposto no art. 828 do CPC, sendo que eventuais averbações em registros competentes deverão ser realizadas às suas expensas, bem como, que deverá informar o Juízo em 10 dias (art. 828, §1º do CPC). Da mesma forma, fica advertida quanto aos parágrafos subsequentes do mencionado artigo.
Consigno, por fim, que NÃO SERÃO DEFERIDOS PEDIDOS DE SERASAJUD, suspensão/apreensão de CNH, suspensão de CPF, bloqueios de cartões de crédito e apreensão de passaporte, seja porque tais medidas não se revertem ao fim precípuo da execução, revelando-se desproporcionais e desarrazoadas, seja pela ausência de servidores e de sistema de controle eficiente para garantir a celeridade necessária ao procedimento.
Indefiro a quebra de sigilo fiscal (INFOJUD), vez que após o advento da Constituição Federal, o dever de informar dos órgãos fiscais ficou bastante limitado, visando resguardar o direito individual do cidadão, e, principalmente, a intimidade e a segurança jurídica, justificando-se apenas no interesse público, o que não é o caso dos autos.
Quanto à audiência de conciliação, nos termos do Art. 7º do Provimento da Corregedoria nº 18/2020, advirtam-se as partes:
I - As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a/o carta/mandado de intimação cumprido(a) no endereço constante dos autos;
II - Deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e/ou Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
III - Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
IV - Deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO;
V - Deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VI - A falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone das partes e ou de seus advogados, no horário da audiência, poderá implicar na aplicação de multa.
VII - Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
VIII - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial.
Maiores informações sobre as audiências virtuais poderão ser obtidas por meio dos números 3309-8590 e 69 3309-8591 (CEJUSC-SLO).
SIRVA A PRESENTE DE CARTA PRECATÓRIA/CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/PENHORA/ARRESTO E AVALIAÇÃO.
Cumpra-se.
Santa Luzia D'Oeste,16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Procedimento do Juizado Especial Cível
7001028-35.2023.8.22.0018
AUTOR: WELYTON MATOZO DOS SANTOS, LINHA P-44, KM 4,5 S/N ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AC ALTO PARAÍSO, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3628 CENTRO - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a parte autora novamente para apresentar emenda à inicial, devendo juntar as notas fiscais ou 03 (três) orçamentos referente ao pagamento da construção da subestação.
Prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 320 c/c 321, parágrafo único, do CPC.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento Comum Cível
7000910-59.2023.8.22.0018
VALOR DA CAUSA: R$ 15.500,00
AUTOR: MARCOS ANTONIO CARDIM, CPF nº 38602067291, LINHA P 70 KM 03 ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: EVALDO ROQUE DINIZ, OAB nº RO10018
REU: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DECISÃO
Vistos.
Recebo a emenda à inicial e, por consequência, a ação para processamento.
Defiro o benefício da justiça gratuita pois houve requerimento expresso nesse sentido e a parte autora juntou declaração em que afirma ser pessoa hipossuficiente, o que, face à ausência de indicativos quanto à posse de condições financeiras de arcar com os custos do processo, deve ser acolhida em prestígio ao princípio da boa-fé material (art. 164 do CC) e processual (art. 5º do CPC). No entanto, caso fique comprovado que a parte autora possui condições financeiras para arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento próprio, arcará com o pagamento do décuplo das custas, sem olvidar-se da responsabilidade criminal.
À CPE para que designe audiência de conciliação junto ao CEJUSC, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
A audiência de conciliação será realizada por videoconferência pelo CEJUSC, por meio do aplicativo Google Meet.
O aplicativo Google Meet deverá ser baixado no computador, notebook, tablet ou celular, para fins de participação na solenidade virtual.
Ante a presunção de hipossuficiência técnica da parte autora frente à ré e o seu direito de demandar em igualdade de condições frente às grandes empresas, bem como diante do fato ocorrido e levando-se ainda em consideração a situação social e econômica das partes, DECRETO desde já a inversão do ônus da prova. No entanto, tal medida não é absoluta e por conseguinte, não exime a parte requerente de trazer provas que estejam ao seu alcance e que demonstrem de fato a existência de seu direito, pois a inversão não implica na pré-condenação da empresa ré.
Diante dos fatos narrados e do documento acostado com a inicial verifico que há indícios de descontos indevidos discutido nos autos.
Assim, pendente discussão judicial acerca desse desconto, com possibilidade de êxito, é de se conceder liminar para suspender os descontos da parte consumidora, bem como evitar qualquer cadastro de restrição de crédito, tais como SPC e Serasa. Posteriormente se ocorrer prova da dívida, o requerido poderá, a qualquer momento, reinscrevê-la, sem que a exclusão concedida lhe acarrete qualquer dano.
Por conseguinte, presentes os requisitos do artigo 300 do CPC e diante do exposto, concedo a liminar solicitada na inicial, para determinar que a empresa requerida, suspenda os descontos discutido nos autos , no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da juntada nos autos da intimação, sob pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais) por desconto indevido.
1 - Intimem-se as partes quanto à concessão da tutela de urgência.
2 - INTIME-SE a parte autora, por meio de seu advogado, via PJE OU pessoalmente, se representado pela Defensoria Pública Estadual, advertindo-a que seu não comparecimento injustificado poderá incorrer em multa. Assim como, na oportunidade, fica intimado, para que informem número de contato via whatsapp ou endereço eletrônico (parte e advogado) para acesso à reunião e as demais comunicações necessárias. Prazo: 5 dias.
3 - Proceda-se: A) a CITAÇÃO da parte requerida, de todos os termos da ação que tramita nesta vara; B) INTIMAÇÃO para que a mesma forneça ao oficial de justiça ou nos autos, seu número de contato via whatsapp ou endereço eletrônico para acesso à reunião e as demais comunicações necessárias para a realização da audiência virtual; C) INTIMAÇÃO da parte requerida para PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO VIRTUAL, ocasião em que, não havendo acordo, poderá apresentar a CONTESTAÇÃO em até 15 dias a contar da audiência de conciliação, assim como, requerer provas, indicar testemunhas, com sua completa qualificação, justificando o objetivo da(s) prova(s) requerida(s), sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra. Se necessário depreque-se o ato.

4 - Caso, a citação seja via Carta com AR, fica a parte requerida INTIMADA a fornecer número de seu contato via whatsapp ou endereço eletrônico para acesso à reunião e as demais comunicações necessárias, por meio do número (69) 3309-8590 e 3309-8591. Prazo: 5 dias.
Para tanto, no dia e horário agendados, todas as partes deverão estar online e em ambiente ao máximo silencioso para uma melhor comunicação, com vídeo e áudios habilitados (computador ou smartphone), munidos de documentos de identificação pessoal com foto.
5 - Advirta a parte requerida que havendo necessidade de assistência por defensor público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, diretamente na Defensória Pública de seu domicilio (69) 3434-2228 e 99286-8083. (Art. 221, XIII - Diretrizes Gerais Judiciais).
6 - Consigno que o cartório deverá observar as determinações do Provimento n. 18/2020-CGJ (art. 2º) para proceder as intimações.
Proceda-se a intimação do Ministério Público e da Defensoria Pública.
7 - Advirtam-se as partes: (Art. 7º do Provimento Corregedoria nº 18/2020)
I - As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a/o carta/mandado de intimação cumprido(a) no endereço constante dos autos;
II - Deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
III - Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
IV - Deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO;
V - Deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VI - A falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone das partes e ou de seus advogados, no horário da audiência, poderá implicar na aplicação de multa.
VII - Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
VIII - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial.
Maiores informações sobre as audiências virtuais poderão ser obtidas por meio do número 3309-8590 e 3309-8591 (CEJUSC-SLO).
Santa Luzia D'Oeste,14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Processo n. 7001549-77.2023.8.22.0018
AUTOR: JOSE MARIA FONSECA, CPF nº 20668929120, LINHA 176 km 04 ZONA RURAL - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: TORQUATO FERNANDES COTA, OAB nº RO558A
REU: I. -. I. N. D. S. S., AVENIDA CAMPOS SALES 3132, - DE 3293 A 3631 - LADO ÍMPAR OLARIA - 76801-281 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 14.544,00
DESPACHO
Vistos.
Compulsando os autos, verifico que os autos não foram instruídos com a petição inicial, comprovante de endereço e indeferimento administrativo da autarquia previdenciária.
Desta forma, intime-se o autor, no prazo de 15 (quinze) dias a título de emenda inicial, para juntar aos autos as peças supra descritas, sob pena de indeferimento.
Pratique-se o necessário. Cumpra-se
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO
Santa Luzia do Oeste/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Procedimento Comum Cível
7001296-89.2023.8.22.0018
AUTOR: LEONICE FELICIANO DA SILVA, LINHA P 42, KM 02 sn ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: VINICIUS DE SOUZA CAVALCANTE, OAB nº RO10817
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO

DESPACHO
Vistos.
A parte autora requer a concessão da assistência judiciária gratuita. No entanto não há prova de que o pagamento das custas e despesas processuais possa trazer dificuldades financeiras para sua sobrevivência ou de sua família, bem como não há provas da renda mensal da parte autora.
No entanto, é possível determinar a comprovação da necessidade do pretenso beneficiário, tendo em vista o dever de cooperação de todos sujeitos do processo (art. 6º do CPC) e ainda, a própria Constituição Federal estabelece, no artigo 5º, LXXIV, que a assistência jurídica integral e gratuita será concedida para aqueles que comprovarem insuficiência de recursos.
Ademais, verifico que a parte autora também não juntou seu comprovante de endereço.
Assim, a título de emenda da inicial, intime-se a parte autora para:
A) juntar documentos que comprovem sua renda (ex. declaração de imposto de renda, extrato conta, carteira de trabalho) a fim de comprovar sua hipossuficiência ou realizar o pagamento das custas.
B) juntar comprovante de endereço atual (últimos 3 meses) em seu nome ou outro documento hábil a comprovar relação familiar ou jurídica com o titular do comprovante.
Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Cumpra-se.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 14 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Alvará Judicial - Lei 6858/80
7001569-68.2023.8.22.0018
REQUERENTES: VANDERLEI CARLOS DA SILVA, AV AFONSO PENA 4462 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA, VALDIR JOSE DA SILVA, AVENIDA AFONSO PENA 4305 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA, VALDEMIR LUIS DA SILVA, AVENIDA AYRTON SENNA DA SILVA 267, - DE 280 A 932 - LADO PAR MENINO JESUS - 78550-001 - SINOP - MATO GROSSO, SILVANA MARIA DA SILVA, RUA GRAJAU 3076 CENTRO - 76974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RONDÔNIA, EVANIO APARECIDO DA SILVA, AVENIDA DOM PEDRO I 3475 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA, ELZA MARIA DA SILVA, AVENDA PRESIDENTE PRUDENTE 4417 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA, MARIA APARECIDA BARBOZA DA SILVA, AVENIDA CASTELO BRANCO 3947 JARDIM AMÉRICA - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, AV BRASIL 2548 CENTRO - 76950-970 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
INTERESSADO: JOSE CASSIMIRO DA SILVA, AVENIDA CASTELO BRANCO 3947, CASA CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
INTERESSADO SEM ADVOGADO(S)

Despacho INICIAL
Vistos.
Recebo a ação para processamento.
Ante os documentos anexos aos autos, CONCEDO OS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, mas caso fique comprovado durante a instrução processual que a parte autora possui condições financeiras para arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento próprio, arcará com o pagamento do décuplo das custas e ainda ficará sujeita a multa por litigar de má-fé, sem olvidar-se da responsabilidade criminal por falsear a verdade.
MARIA APARECIDA BARBOZA DA SILVA e outros ajuizaram o presente procedimento para concessão de ALVARÁ JUDICIAL com vista à obtenção do levantamento de saldo do benefício do INSS e uma motocicleta, todos em nome do de cujus JOSÉ CASSIMIRO DA SILVA, falecido em 04/05/2023.
Sustenta a parte autora que é viúva do requerido, ainda, que este deixou filhos sucessores, todos já habilitados e qualificados nos presentes autos.
A priori, dê-se vistas ao Ministério Público, vez que é necessária a ciência deste em processos de jurisdição voluntária, nos termos do art.721 do CPC. Prazo: 30 (trinta) dias.
Cumpra-se.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste,14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000164-94.2023.8.22.0018
REQUERENTE: ZIM ESTEVES DE SOUZA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954

REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: “Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil”.
Leia-se: “Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil”.
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D’Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000222-97.2023.8.22.0018
REQUERENTE: MARCELA FERNANDA BRANCO LOPES
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: “Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil”.
Leia-se: “Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil”.
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D’Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000256-72.2023.8.22.0018
REQUERENTE: MARIETE DAS GRACAS LEAO MARTINS
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.

Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000275-78.2023.8.22.0018
REQUERENTE: MARLUCE NEVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se da presente, bem como intime-se o requerido da sentença proferida.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 14 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000288-77.2023.8.22.0018
REQUERENTE: SILVIA RACHID
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.

Assim, onde se lê: “Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil”.
Leia-se: “Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil”.
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se da presente, bem como intime-se o requerido da sentença proferida.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D’Oeste, 14 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D’Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000325-07.2023.8.22.0018
REQUERENTE: TANIA MARIA PERES GONCALVES
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: “Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil”.
Leia-se: “Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil”.
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se da presente, bem como intime-se o requerido da sentença proferida.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D’Oeste, 14 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D’Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000322-52.2023.8.22.0018
REQUERENTE: ZENAIDE MARIA DE BARROS WEISS
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: “Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil”.
Leia-se: “Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil”.
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento Comum Cível 7002271-48.2022.8.22.0018
AUTOR: ADRIELE NEGRI ROSA, CPF nº 07949175265, LINHA P-36, KM 6.5 S/N, ASSENTAMENTO CHE GUEVARA ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: BRUNA BARBOSA DA SILVA, OAB nº RO10035
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Sentença
I - RELATÓRIO.
Trata-se de ação previdenciária movida por AUTOR: ADRIELE NEGRI ROSAem face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, reivindicando o benefício de salário-maternidade, alegando, para tanto, ser segurada especial do regime geral de previdência social.
Aduz a autora que preenche os requisitos para a concessão do benefício de salário maternidade, não sendo reconhecido pelo réu quando indeferiu seu pedido administrativamente.
Citada, a autarquia apresentou proposta de acordo, sendo esta rejeitada pela parte autora, em virtude de não considerá-la vantajosa.
Proferida a decisão designando audiência de instrução e julgamento.
Na audiência de instrução e julgamento, foram ouvidas testemunhas arroladas pela parte autora. O INSS não compareceu a solenidade, ainda que intimado.
É o relatório. DECIDO.
II - FUNDAMENTAÇÃO.
O caso em tela abrange todas as provas necessárias ao deslinde da controvérsia, sendo as partes capazes, não havendo nenhum ato passível de nulidade, passo ao julgamento do mérito.
De proêmio, registro que o direito à licença-maternidade, com a percepção de salário-maternidade, traduz-se, para mãe, como a consagração do princípio da dignidade da pessoa humana. Representa medida de proteção à gestante, a qual tem respeitadas suas limitações físicas para prosseguir trabalhando; à genitora, dando-lhe condições de dispensar, ao filho, a atenção e os cuidados que requer em seus primeiro dias de vida; e ao recém-nascido, objeto destes cuidados, tudo sem prejuízo da remuneração pelos dias em que permanecer afastada de suas atividades laborativas.
A requerente pretende a concessão do benefício salário-maternidade. O requerido, administrativamente, negou o pedido da autora sob a alegação de "falta de período de carência anterior ao nascimento" .
Como é cediço, o salário-maternidade surgiu como benefício previdenciário após o advento da Lei nº 6.136/74, editada em atendimento ao comando da Constituição de 1967, reiterada pela Emenda Constitucional nº 01/69, que atribuía à Previdência Social a proteção à maternidade.
A Constituição de 1988, por sua vez, conferiu à licença-maternidade, bem como ao salário-maternidade – substitutivo de sua remuneração no período de gozo da licença – status de direito fundamental, com todas as garantias que lhe são inerentes. Assim dispõe a Carta Magna:
Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
(...)
XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
No plano infraconstitucional, encontra-se disciplinado na Lei n. 8.213/91, em seu artigo 71, consistindo em remuneração devida a qualquer segurada gestante durante 120 dias, com início no período de 28 dias antes do parto e a data de ocorrência deste.
Eis o teor do dispositivo aludido:
"Art. 71. O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade".
Ademais, no que se refere ao período de carência, à segurada especial deve comprovar o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, nos 10 (dez) meses imediatamente anteriores ao do benefício, conforme estabelecido pelo Decreto Lei 3.048/99. Veja-se:
Art. 93. O salário-maternidade é devido à segurada da previdência social, durante cento e vinte dias, com início vinte e oito dias antes e término noventa e um dias depois do parto, podendo ser prorrogado na forma prevista no § 3o
(...)
§ 2o Será devido o salário-maternidade à segurada especial, desde que comprove o exercício de atividade rural nos últimos dez meses imediatamente anteriores à data do parto ou do requerimento do benefício, quando requerido antes do parto, mesmo que de forma descontínua, aplicando-se, quando for o caso, o disposto no parágrafo único do art. 29.
Nesse passo, observe-se que são dois os requisitos que a Lei estipula para que a autora faça jus ao benefício pleiteado: 1) comprovação de que a segurada esteja prestas a dar à luz ou que isto já se tenha verificado; 2) comprovação do efetivo exercício da atividade rural 10 (dez) meses, ainda que de forma descontínua e imediatamente anteriores ao do início do benefício.
Basta, portanto, que a parte autora prove ter trabalhado no campo, em qualquer tipo de atividade própria ou típica do meio rural, no período de 10 meses anteriores ao pleito administrativo, para que se lhe reconheça o direito à percepção do referido benefício.
A comprovação do exercício da atividade rurícola satisfaz-se com o início de prova material, não exigindo a lei prova plena, de sorte que sua contemporaneidade deve ser interpretada de modo harmônico com o conjunto probatório dos autos.
No presente caso, a autora juntou documentos que atestam sua qualidade de segurada, sendo estes, contrato de comodato, consulta pública à Redesim pelo SINTEGRA, Declaração de Aptidão ao Pronaf- DAP e notas fiscais de vendas de produtos agropecuários e de compra de insumos agrícolas.
A autora também comprovou o nascimento de sua filha, Isadora Rosa Firmino, nascida em 01/12/2021.
Dessa forma, verifica-se que as provas documentais demonstram que a autora exercia atividade rural, em economia familiar, nos dez meses anteriores ao parto, ainda que de forma descontínua.
Tais elementos podem servir como início razoável de prova material, já que são documentos que se coadunam com as alegações e se entrelaçam entre si, formando um arcabouço de provas no afã de atestar a qualidade de rurícola da autora.

Corroborando com as provas documentais acostadas aos autos, as testemunhas ouvidas em juízo foram unânimes em afirmar que conhecem a parte autora e que de fato, a mesma exerce o labor rural em regime de economia familiar, há pelo menos 10 meses.
Saliente-se que o valor do salário mínimo deverá ser o da época do nascimento da menor.
O benefício devido ao segurado da Previdência Social tem natureza alimentar, assim, conforme dispõe o artigo 100 da Constituição Federal e artigo 128 da Lei n. 8.213/91, devem ser quitadas imediatamente, não se lhe aplicando a ordem de preferência por precatório.
Esclareço, ainda, que é entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentário sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio, cumprindo-se os termos do artigo 489 do CPC, não infringindo o disposto no §1º, inciso IV, do aludido artigo.
No mesmo sentido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (STJ - 1ª Turma, AI 169.073 SPAgRg, Rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v. u., DJU 17.8.98, p. 44).
O Código de Processo Civil previu que o julgador deve exercer o convencimento motivado e fundamentado, mantendo o entendimento de que nem todas as questões suscitadas pelas partes precisam ser enfrentadas, salvo se estiverem aptas para infirmar a conclusão do julgado.
III - DISPOSITIVO.
Isto posto, e por tudo o mais que consta dos autos, JULGO PROCEDENTES , o pedido formulado por AUTOR: ADRIELE NEGRI ROSA , para CONDENAR o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, a pagar à autora o salário-maternidade, retroativamente, a partir da data do parto, ocorrido em 01/12/2021, sendo devidas 04 (quatro) parcelas no valor de 1 (um) salário mínimo vigente à época. conforme quadro-síntese abaixo, o qual é utilizado pelo sistema de inteligência artificial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS:
Quadro-síntese de parâmetros Espécie: B80 CPF: AUTOR: ADRIELE NEGRI ROSA, CPF nº 07949175265 DIB: 01/12/2021 DIP: Não se aplica DCB:
[Em caso de reabilitação profissional (nova profissão, art. 89 da Lei n. 8.213/1991), escrever a palavra REABILITAÇÂO, e não incluir a data. Caso não se escreva "reabilitação" ou a data estimada para o fim do benefício, serão aplicados 120 dias (art. 60, §9º da Lei 8.213/1991). Aposentadoria e auxílio-acidente não têm DCB, devendo ficar vazia a célula também.]
DII: Não se aplica Cidade de Pagamento: Santa Luzia D'Oeste
Somente para B80 - Salário-maternidade Período considerado rural: 2018-2021 *O fato gerador do B80 é a data de nascimento da criança.Por conseguinte, declara-se extinto o processo com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, I, do CPC.
Fixo os honorários sucumbenciais em 10% (dez por cento) do valor da condenação, em favor do advogado da parte autora.
Atualizações por correção monetária e juros específicos de dívida da Fazenda Pública.
Transitado em julgado e nada sendo requerido, arquivem-se com as baixas devidas.
Havendo apelação antes do trânsito em julgado, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo legal.
Com as contrarrazões ou certificado do decurso do prazo sem a respectiva apresentação, remetem-se os autos à instância superior para julgamento do recurso.
Esta sentença não está sujeita ao reexame necessário, dado que a condenação é de valor certo não excedente a 1.000(mil) salários-mínimos (art. 496, § 3º, I do CPC).
IV - DAS PROVIDÊNCIAS DA CPE
a) Intime-se diretamente a requerida, na pessoa de seu procurador, via PJe, para conhecimento desta sentença e implantação (ou confirmação) do BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO reconhecido como de direito. Prazo da implantação: 30 (tinta) dias, já considerando a prerrogativa do prazo em dobro.
b) Verifique-se se já foi feito o pagamento dos honorários periciais pelo Sistema de Assistência Judiciária Gratuita - AJG (da Justiça Federal), certificando-se nos autos.
c) Caso advenha informação de que o BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO não foi implantando no prazo de 30 (trinta) dias, deverá a CPE enviar e-mail para pfro.tj@agu.gov.br, conforme método de trabalho entabulado nos autos do Processo SEI n. 0002428-47.2023.8.22.8800. Deverá constar no assunto do e-mail: PREVIDENCIÁRIO - nome completo do beneficiário(a), CPF, código e nome de benefício. Em anexo, faz-se necessário o envio de cópia desta sentença. Certifique-se, nos autos, quanto ao envio do e-mail.
Ressalte-se que a intimação, neste caso, deve ser feita somente por e-mail, repita-se, não deve ser feita intimação do INSS por PJe, já que criaria embaraços administrativos à autarquia, pela duplicidade de intimação (e-mail e PJe). Desta forma, não há necessidade de nova conclusão do processo para análise do juízo. Nesta hipótese, a CPE fica autorizada a proceder a remessa do e-mail diretamente.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
Santa Luzia d Oeste, 14 de julho de 2023

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
7001450-78.2021.8.22.0018
EXEQUENTE: SIRLENE EVANGELISTA DOS ANJOS, LINHA P38, KM 04 ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

DECISÃO
Vistos.
Houve a efetiva implantação do benefício na folha salarial da parte autora.
Com a obrigação satisfeita, a parte exequente pugnou pelo pagamento dos retraotivos.
Pois bem.
No caso em julgamento, tem-se que a condenação é de valor que sujeita ao pagamento via Precatório, ou seja, o valor da execução excede o valor do maior benefício do regime geral de previdência social (Lei ordinária municipal n. 897/2015 do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO).
Assim, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução (art. 535, CPC), ficando advertida de que caso não apresente impugnação, será requisitado o pagamento do valor referente ao débito (Art. 535, §3º do CPC).
Fica advertida a parte executada que "[...] se alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, cumprirá à executada declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição" (art. 535, §2ª, do CPC).
Havendo apresentação de impugnação, intime-se a parte exequente para manifestação no prazo legal, após, tornem-me os autos conclusos.
Decorrido o prazo sem a apresentação de impugnação, ou havendo concordância pela parte executada quanto aos valores demandado, requisite-se o(s) pagamento(s) do valor principal através de Precatório/RPV.
Consigno que antes de realizar a expedição do precatório, deverá atender o que dispõe os §§ 9º e 10º, do art. 100 da CF/88, ficando desde já INTIMADA a Fazenda Pública Municipal a apresentar débitos com a Fazenda Pública, em nome da parte Autora/Exequente, no prazo de 30 dias, sob pena de perda do direito de abatimento em Precatório.
Expedido a ordem de Precatório/RPV, arquive-se o feito enquanto aguarda o pagamento.
Caso seja necessário, providencie a escrivania a intimação da parte credora para que forneça os documentos necessários para instruírem o expediente.
No que concerne ao destaque dos honorários contratuais cumpre informar que integram o valor principal devido, e não podem ser pleiteados de maneira autônoma, de modo que o advogado, após o destaque, receba por RPV se o crédito principal é pago por precatório, devendo dele ser destacados tão somente por ocasião do depósito, a teor do disposto no art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94 – EOAB.
Assim, se o pagamento do principal for feito por precatório ou por RPV, da mesma forma serão pagos os honorários contratuais. Frise-se que este entendimento não viola a Súmula Vinculante 47, uma vez que esta não contempla os honorários contratuais, consoante jurisprudência do STF.
Defiro o destaque dos honorários advocatícios contratuais conforme percentual contratado, desde que apresentado contrato de honorários até 05 (cinco) dias da intimação desta decisão.
Intime-se.
Cumpra-se.
SIRVA-SE ESTA DECISÃO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Número do processo: 7002254-12.2022.8.22.0018
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Polo Ativo: NATALINO MOZER
ADVOGADO DO AUTOR: CLAUDIA JULIANA KRONBAUER TABARES, OAB nº RO6440
Polo Passivo: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Em consulta ao sistema de custas, constatei que o preparo foi devidamente recolhido e apresentado o comprovante pela recorrente.
Recebo o recurso, por ser próprio e tempestivo.
Contrarrazões já apresentadas pela parte recorrida (ID 91779702).
Assim, encaminhem-se os autos à Turma Recursal para apreciação, com as nossas sinceras homenagens.
Cumpra-se.
Serve a presente como intimação.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Número do processo: 7002118-15.2022.8.22.0018
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: ROSANGELA FARIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO
Vistos.
Recebo o recurso, por ser próprio e tempestivo.
Contrarrazões já apresentadas pela parte recorrida (ID 92690526).
Assim, encaminhem-se os autos à Turma Recursal para apreciação, com as nossas sinceras homenagens.
Cumpra-se.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Execução de Título Extrajudicial 7001436-26.2023.8.22.0018
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, A AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
EXECUTADO: ELOR PASSOS NETO DA SILVA, SÍTIO LINHA P 34, KM 05 S/N ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
À CPE, para designar audiência de conciliação, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, a ser realizada por sistema de vídeo pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC.
CITE-SE a parte executada para que tome conhecimento da presente execução e, no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação, pague o valor da dívida atualizada acrescida de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, custas e honorários advocatícios, os quais ficam fixados em 10% (dez por cento) sobre o débito atualizado, salvo em caso de embargos, os quais poderão ser elevados (art. 829 do Código de Processo Civil/2015) e INTIME-SE-À quanto à audiência de conciliação designada, devendo o oficial de justiça, certificar o número do whatsapp no momento da citação/intimação ou justificar a impossibilidade.
Havendo o pagamento voluntário e total no prazo mencionado no parágrafo anterior, a parte devedora terá o benefício de redução da verba honorária para a metade da que ora é arbitrada.
Caso deseje opor embargos, a parte executada disporá do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da audiência de conciliação designada, caso reste prejudicada ou infrutífera. No prazo de embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá a parte executada requerer seja admitido a pagar o restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês , na forma do artigo 916 CPC/2015.
Fica o executado advertido que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar a elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei.
INTIME-SE a parte exequente quanto a audiência designada, bem como para que forneça nos autos, seu número de whatsapp e também de seu advogado no prazo de 5 dias.
Caso, a citação seja via Carta com AR, fica a parte requerida INTIMADA a fornecer número de seu contato via whatsapp ou endereço eletrônico para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias, por meio do número (69) 3309-8590 e 3309-8591. Prazo: 5 dias.
Para tanto, no dia e horário agendados, todas as partes deverão estar on line e em ambiente ao máximo silencioso para uma melhor comunicação, com vídeo e áudios habilitados (computador ou smartphone), munidos de documentos de identificação pessoal com foto.
Advirta a requerida que havendo necessidade de assistência por defensor público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, diretamente na Defensória Pública de seu domicilio (69) 3434-2228 e 99286-8083. (Art. 221, XIII - Diretrizes Gerais Judiciais).
Consigno que o cartório deverá observar as determinações do Provimento n. 18/2020-CGJ (art. 2º) para proceder as intimações.
Havendo diligência negativa, intime-se a parte interessada para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias (Diretrizes Gerais Judiciais , art. 33, XI).
Indicado novo endereço, reitere-se a citação conforme art. 33, IV das Diretrizes Gerais Judiciais.
Caso a parte exequente requeira buscas de endereços via SISBAJUD, INFOJUD ou INFOSEG (prévias à citação por Edital), deverá comprovar nos autos que já efetuou pesquisas no sistema PJE com o fito de obter, em outros processos porventura existentes em nome da parte requerida/executada, endereços atualizados, sob pena da pesquisa ser realizada pela escrivania, porém mediante pagamento das custas respectivas, o que desde já fica deferido, bem como, sendo o caso, deverá comprovar o recolhimento das demais diligências requeridas, nos termos do artigo 17 da Lei 3.896/2016- Lei de Custas.
Decorrido o prazo sem pagamento, sem acordo e sem embargos, intime-se a parte exequente para atualizar o cálculo e requerer o que de direito.
Caso a parte exequente requeira a busca por ativos financeiros via SISBAJUD, de veículos via RENAJUD, em nome da parte executada, sendo o caso, deverá comprovar o recolhimento das diligências requeridas, nos termos do artigo 17 da Lei 3.896/2016- Lei de Custas. Se necessário, a serventia judicial poderá intimar a parte para comprovar tal recolhimento (Art. 33 das Diretrizes).
Não recolhidas as custas para as diligências (se cabíveis), o processo deverá vir concluso para suspensão por 1 ano, sendo que o termo inicial da prescrição intercorrente será a ciência da primeira tentativa infrutífera de localização do devedor ou de bens penhoráveis, conforme disposição expressa do art. 921, §1º, §2º e §4º do CPC.
Restando infrutíferas as diligências acima, EXPEÇA-SE MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO de tantos bens quanto bastem para garantir a satisfação do crédito e acessórios e, sendo o caso, deverá o Oficial de Justiça efetuar a penhora sobre os bens indicados pelo

credor na inicial, ou outros, caso aqueles não sejam encontrados, INTIMANDO-SE A PARTE EXECUTADA do prazo de 15 dias para impugnar a penhora, a contar da ciência do ato, sendo que a impugnação à penhora pode ser manejado por simples petição, dentro dos autos da execução (art. 917, §1º, CPCP/2015).
Na hipótese de serem penhorados bens imóveis e sendo a parte requerida casada, INTIME-SE O CÔNJUGE. Se o imóvel estiver na posse de terceiros, intime-se o terceiro possuidor.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC/2015 e seguintes.
Caso a parte executada não seja encontrada para citação, ARRESTE-SE tantos bens quantos bastem para garantir a execução (Art. 830 do CPC).
Ainda, caso o bem penhorado seja imóvel, INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE para que junte em cinco dias a Certidão de Inteiro Teor atualizada do referido imóvel.
Se penhorado/arrestado bem imóvel, PROVIDENCIE A ESCRIVANIA o registro da penhora/arresto junto à respectiva matrícula, observando o disposto nos Provimentos da Corregedoria Geral de Justiça deste tribunal, 021/2015-CG e 011/2016-CG, que regulamentam a utilização da Central de Registro de Imóveis Eletrônica.
Se penhorado/arrestado veículo, PROVIDENCIE A ESCRIVANIA o registro da penhora/arresto junto ao RENAJUD.
Se penhorado/arrestado semovente, providencie o Oficial de Justiça, junto à agencia do IDARON competente, o registro na respectiva Ficha a penhora/arresto realizada certificando-se o necessário.
Havendo penhora/arresto, INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE, através do patrono constituído, para no prazo de 05 (cinco) dias informar se pretende a hasta pública, adjudicação ou a liberação do bem. Decorrido tal prazo, sem manifestação da exequente, renove-se a conclusão.
Caso o exequente requeira a hasta pública do bem penhorado, esta ocorrerá por meio eletrônico.
Desde já fica consignado que não sendo encontrados bens penhoráveis, o processo será suspenso por 1 ano, sendo que o termo inicial da prescrição intercorrente será a ciência da primeira tentativa infrutífera de localização do devedor ou de bens penhoráveis, conforme disposição expressa do art 921, §1º, §2º e §4º do CPC.
Se requerido pelo exequente, EXPEÇA-SE certidão de que a execução foi admitida pelo juízo observando-se o disposto no art. 828 do CPC, sendo que eventuais averbações em registros competentes deverão ser realizadas às suas expensas, bem como, que deverá informar o Juízo em 10 dias (art. 828, §1º do CPC). Da mesma forma, fica advertida quanto aos parágrafos subsequentes do mencionado artigo.
Consigno, por fim, que NÃO SERÃO DEFERIDOS PEDIDOS DE SERASAJUD, suspensão/apreensão de CNH, suspensão de CPF, bloqueios de cartões de crédito e apreensão de passaporte, seja porque tais medidas não se revertem ao fim precípuo da execução, revelando-se desproporcionais e desarrazoadas, seja pela ausência de servidores e de sistema de controle eficiente para garantir a celeridade necessária ao procedimento.
Indefiro a quebra de sigilo fiscal (INFOJUD), vez que após o advento da Constituição Federal, o dever de informar dos órgãos fiscais ficou bastante limitado, visando resguardar o direito individual do cidadão, e, principalmente, a intimidade e a segurança jurídica, justificando-se apenas no interesse público, o que não é o caso dos autos.
Quanto à audiência de conciliação, nos termos do Art. 7º do Provimento da Corregedoria nº 18/2020, advirtam-se as partes:
I - As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a/o carta/mandado de intimação cumprido(a) no endereço constante dos autos;
II - Deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e/ou Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
III - Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
IV - Deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO;
V - Deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VI - A falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone das partes e ou de seus advogados, no horário da audiência, poderá implicar na aplicação de multa.
VII - Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
VIII - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial.
Maiores informações sobre as audiências virtuais poderão ser obtidas por meio dos números 3309-8590 e 69 3309-8591 (CEJUSC-SLO).
SIRVA A PRESENTE DE CARTA PRECATÓRIA/CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/PENHORA/ARRESTO E AVALIAÇÃO.
Cumpra-se.
Santa Luzia D'Oeste,16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Processo n. 7000780-40.2021.8.22.0018
EXEQUENTE: DARCI RODRIGUES VIANA, CPF nº 41898044287, AV. CASTELO BRANCO 3331 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: IZALTEIR WIRLES DE MENEZES MIRANDA, OAB nº RO6867
EXECUTADO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS, AV. AFONSO PENA 3370 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
Valor da causa: R$ 12.504,02

DECISÃO
Vistos.
No caso em julgamento, tem-se que a condenação é de valor que sujeita ao pagamento via Precatório, ou seja, o valor da execução excede o valor do maior benefício do regime geral de previdência social (Lei ordinária municipal n. 897/2015 do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO).
Verifico que a Fazenda Pública já foi intimada e não se manifestou para impugnar a execução (art. 535, CPC).
Considerando que o prazo decorreu sem a apresentação de impugnação, HOMOLOGO os cálculos apresentados aos IDs 86022678 e 86022677.
1) Assim, requisite-se o(s) pagamento(s) do valor principal através de Precatório/RPV.
2) Consigno que antes de realizar a expedição do precatório, deverá atender o que dispõe os §§ 9º e 10º, do art. 100 da CF/88, ficando desde já INTIMADA a Fazenda Pública Municipal a apresentar débitos com a Fazenda Pública, em nome da parte Autora/Exequente, no prazo de 30 dias, sob pena de perda do direito de abatimento em Precatório.
3) Expedido a ordem de Precatório/RPV, arquive-se o feito enquanto aguarda o pagamento.
4) Caso seja necessário, providencie a escrivania a intimação da parte credora para que forneça os documentos necessários para instruírem o expediente.
No que concerne ao destaque dos honorários contratuais cumpre informar que integram o valor principal devido, e não podem ser pleiteados de maneira autônoma, de modo que o advogado, após o destaque, receba por RPV se o crédito principal é pago por precatório, devendo dele ser destacados tão somente por ocasião do depósito, a teor do disposto no art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94 – EOAB.
Assim, se o pagamento do principal for feito por precatório ou por RPV, da mesma forma serão pagos os honorários contratuais. Frise-se que este entendimento não viola a Súmula Vinculante 47, uma vez que esta não contempla os honorários contratuais, consoante jurisprudência do STF.
Defiro o destaque dos honorários advocatícios contratuais conforme percentual contratado, desde que apresentado contrato de honorários até 05 (cinco) dias da intimação desta decisão.
Intime-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO
Santa Luzia do Oeste/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Número do processo: 7002759-37.2021.8.22.0018
Classe: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Polo Ativo: MARILUCI TOFFOLI
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: FELIPE WENDT, OAB nº RO4590, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A
Polo Passivo: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
No caso em julgamento, tem-se que a condenação é de valor que sujeita ao pagamento via Precatório, ou seja, o valor da execução excede o valor do maior benefício do regime geral de previdência social (Lei ordinária municipal n. 897/2015 do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO).
Verifico que a Fazenda Pública já foi intimada e não se manifestou para impugnar a execução (art. 535, CPC).
Considerando que o prazo decorreu sem a apresentação de impugnação, HOMOLOGO os cálculos apresentados ao ID 84941209.
1) Assim, requisite-se o(s) pagamento(s) do valor principal através de Precatório/RPV, devendo destacar a verba honorária conforme requerido, bem como o recolhimento da verba de contribuição previdenciária.
2) Consigno que antes de realizar a expedição do precatório, deverá atender o que dispõe os §§ 9º e 10º, do art. 100 da CF/88, ficando desde já INTIMADA a Fazenda Pública Municipal a apresentar débitos com a Fazenda Pública, em nome da parte Autora/Exequente, no prazo de 30 dias, sob pena de perda do direito de abatimento em Precatório.
3) Expedido a ordem de Precatório/RPV, arquive-se o feito enquanto aguarda o pagamento.
4) Caso seja necessário, providencie a escrivania a intimação da parte credora para que forneça os documentos necessários para instruírem o expediente.
No que concerne ao destaque dos honorários contratuais cumpre informar que integram o valor principal devido, e não podem ser pleiteados de maneira autônoma, de modo que o advogado, após o destaque, receba por RPV se o crédito principal é pago por precatório, devendo dele ser destacados tão somente por ocasião do depósito, a teor do disposto no art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94 – EOAB.
Assim, se o pagamento do principal for feito por precatório ou por RPV, da mesma forma serão pagos os honorários contratuais. Frise-se que este entendimento não viola a Súmula Vinculante 47, uma vez que esta não contempla os honorários contratuais, consoante jurisprudência do STF.
Defiro o destaque dos honorários advocatícios contratuais conforme percentual contratado, desde que apresentado contrato de honorários até 05 (cinco) dias da intimação desta decisão.
Intime-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO
Santa Luzia do Oeste/RO, 16/07/2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Termo Circunstanciado
7001094-15.2023.8.22.0018
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: ROGERIO ADRIANO DA ROSA, SEPS 712 912 COND GRAND VILLE BLOCO A 423, APARTAMENTO ASA SUL - 70390-125 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO DO AUTOR DO FATO: IVAN DOUGLAS BAPTISTA CARDOSO, OAB nº RO7320
SENTENÇA
Tendo em vista que o promovido AUTOR DO FATO: ROGERIO ADRIANO DA ROSA, aceitou a proposta ofertada pelo representante do Ministério Público (ID 92028020), HOMOLOGO a transação penal consistente em prestação pecuniária por meio de sentença, conforme infere-se do texto dos §§ 3º, 4º e 5º do artigo 76 da Lei nº 9.099/95, interpretados sistematicamente.
O não cumprimento da pena importará em prosseguimento do feito.
Por outro lado a pena cumprida não importará em reincidência, sendo apenas registrada para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de 5 (cinco) anos, tudo em conformidade com o disposto no art. 76, § 4º, da Lei 9.099/95.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Ciência ao representante do Ministério Público.
Intime-se a parte promovida via Defensoria Publica.
Aguarde-se o cumprimento.
Pratique o necessário.
SIRVA A PRESENTE DE MANDADO.
Santa Luzia D'Oeste/RO, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento Comum Cível
7001412-95.2023.8.22.0018
AUTOR: AMANDA ALARCON DA SILVA ALVES
ADVOGADO DO AUTOR: VINICIUS DE SOUZA CAVALCANTE, OAB nº RO10817
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Vistos.
A parte autora requer a concessão da assistência judiciária gratuita. No entanto, não há prova de que o pagamento das custas e despesas processuais possa trazer dificuldades financeiras para sua sobrevivência ou de sua família, bem como não há provas da renda mensal da parte autora.
Todavia, é possível determinar a comprovação da necessidade do pretenso beneficiário, tendo em vista o dever de cooperação de todos sujeitos do processo (art. 6º do CPC) e ainda, a própria Constituição Federal estabelece, no artigo 5º, LXXIV, que a assistência jurídica integral e gratuita será concedida para aqueles que comprovarem insuficiência de recursos.
Assim, a título de emenda da inicial, intime-se a parte autora para juntar documentos que comprovem sua renda (ex. declaração de imposto de renda, extrato conta, carteira de trabalho) a fim de comprovar sua hipossuficiência ou realizar o pagamento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Cumpra-se.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br 7001014-51.2023.8.22.0018
Indenização por Dano Material, Repetição do Indébito
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: JOSE CASSIMIRO DA SILVA
ADVOGADO DO AUTOR: RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390
REU: ABAMSP - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE AUXILIO MUTUO AO SERVIDOR PUBLICO
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Cuida-se de ação de restituição de valores com reparação por danos morais em que, no curso do processo, informou-se o óbito da parte autora (ID´s 91341475 e 91345778).

Assim, considerando que no caso em exame, o procedimento adotado não comporta prosseguimento em caso de falecimento do autor, a extinção é medida de rigor.
Ao propósito, a Lei 9.099/95, art. 51, inc. V, assim dispõe:
V - quando, falecido o autor, a habilitação depender de sentença ou não se der no prazo de trinta dias;
Posto isto, JULGO EXTINTO o presente sem resolução do mérito - medida mais acertada - visto que falecido a parte autora, nos termos do art. 51, inc. V da Lei 9.099/95, e art. 485, IV do CPC, subsidiário.
Assim decreta-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Após, arquivem-se os autos.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento Comum Cível 7001482-20.2020.8.22.0018
REQUERENTE: REINALDO ALVES COSTA, AV. PADRE ANCHIETA 3374 3374 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: EVALDO ROQUE DINIZ, OAB nº RO10018
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, LINHA P 26 km 05 ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Vistos.
À CPE: Retifique-se a classe da ação para Cumprimento de Sentença.
De início, insta salientar que conforme já esclarecido em outros processos demandados em face do INSS, não há necessidade das partes atualizarem o valor a todo tempo. Caso o valor do cálculo apresentado junto com a inicial da fase de cumprimento de sentença esteja correto, será homologado e a partir daí, as expedições serão atualizadas conforme Manual de Cálculo da Justiça Federal.
No caso em julgamento, tem-se que a condenação é de valor que não se sujeita ao pagamento via precatório, pretendendo o pagamento via RPV. Desta feita, cabível condenação de honorários advocatícios concernentes a fase de execução, pelos quais, fixo os honorários para esta fase, em 10% do valor total da execução (art. 85, §§ 2º e 3º, I, CPC).
Intimem-se a Fazenda Pública para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução (art. 535, CPC), ficando advertida de que caso não apresente impugnação, será requisitado o pagamento do valor referente ao débito. (Art. 535, §3º do CPC).
Havendo apresentação de impugnação, intime-se a parte exequente para manifestação no prazo legal, após, tornem-me os autos conclusos.
Decorrido o prazo sem a apresentação de impugnação, ou havendo concordância pela parte executada quanto aos valores demandado, requisite-se o(s) pagamento(s) (principal/honorários), através de RPV, observando as normas contidas no Manual de Procedimentos Relativos aos Pagamentos de Precatórios e Requisições de Pequeno valor na Justiça Federal.
No que concerne ao destaque dos honorários contratuais cumpre informar que integram o valor principal devido e não podem ser pleiteados de maneira autônoma, de modo que o (a) advogado (a), após o destaque, receberá por RPV, devendo dele ser destacados tão somente por ocasião do depósito, a teor do disposto no art. 22, § 4º, da Lei n. 8.906/94 – EOAB.
Diante disso, considerando o disposto no art. 22, §4º da Lei n. 8.906/94, defiro o destacamento dos honorários contratuais a ser destacado do momento do depósito do precatório/RPV, no percentual de 30 % definido no contrato, desde que este esteja anexado ao processo.
A escrivania deve destacar o percentual de 30% do RPV/Precatório e não o valor indicado pelo(a) patrono (a).
INDEFIRO eventual pedido de destacamento do valor referente aos honorários contratuais dissociados do principal, posto que o Supremo Tribunal Federal já assentou a inviabilidade de expedição de RPV ou de precatório para pagamento de honorários contratuais dissociados do principal a ser requisitado, vejamos:
EMENTA Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. Processual Civil. Honorários advocatícios contratuais. Destaque da verba após a expedição de requisição de pagamento do valor principal. Impossibilidade. Súmula Vinculante nº 47. Inaplicabilidade. Precedentes. 1. Segundo a firme jurisprudência da Corte, a Súmula Vinculante nº 47 não alcança os honorários contratuais resultantes do contrato firmado entre advogado e cliente, não abrangendo aquele que não fez parte do acordo. 2. O Supremo Tribunal Federal já assentou a inviabilidade de expedição de RPV ou de precatório para pagamento de honorários contratuais dissociados do principal a ser requisitado, à luz do art. 100, § 8º, da Constituição Federal. 3. Inviável, em recurso extraordinário, a análise da legislação infraconstitucional. 4. Agravo regimental não provido. 5. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC, pois não houve prévia fixação de honorários advocatícios na causa. (STF - ARE: 1374239 RJ 0000535-67.2019.4.02.0000, Relator: DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 27/06/2022, Primeira Turma, Data de Publicação: 09/08/2022). Grifos nossos.
Determino ainda intimação, no prazo comum da cinco dias nos termos do Art. 11 da Resolução 405/2016 de 09.06.2016 do CJF, o qual transcrevo: "Tratando-se de precatórios ou RPVs, o juiz da execução, antes do encaminhamento ao tribunal, intimará as partes do teor do ofício requisitório.".
Enviada a(s) RPV(s), aguarde-se pelo prazo de 60 dias. (Art.535, §3º, II do CPC).
1- Com a comprovação do cumprimento da(s) RPV(s):
1.1- Expeça-se o(s) alvará(s) para pagamento ou transferência dos valores que serão depositados judicialmente, autorizando o saque pelo advogado, desde que ele possua poderes específicos para tanto.
1.2- Após, intime-se o patrono da parte autora para indicar conta bancária a receber a transferência ou retirar o(s) alvará(s) expedido(s), podendo fazê-lo via internet, devendo, no prazo de 5 dias, comprovar o levantamento do(s) mesmo(s), sob pena de extinção pelo pagamento.
Oportunamente, venham-me os autos conclusos para prolação de sentença de extinção.

SIRVA-SE ESTA DECISÃO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Cumpra-se.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Execução de Título Extrajudicial 7001402-51.2023.8.22.0018
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, A AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
EXECUTADO: IZABELA CASTILHO BARBOSA, AVENIDA TANCREDO NEVES 3260 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
À CPE, para designar audiência de conciliação, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, a ser realizada por sistema de vídeo pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC.
CITE-SE a parte executada para que tome conhecimento da presente execução e, no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação, pague o valor da dívida atualizada acrescida de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, custas e honorários advocatícios, os quais ficam fixados em 10% (dez por cento) sobre o débito atualizado, salvo em caso de embargos, os quais poderão ser elevados (art. 829 do Código de Processo Civil/2015) e INTIME-SE-À quanto à audiência de conciliação designada, devendo o oficial de justiça, certificar o número do whatsapp no momento da citação/intimação ou justificar a impossibilidade.
Havendo o pagamento voluntário e total no prazo mencionado no parágrafo anterior, a parte devedora terá o benefício de redução da verba honorária para a metade da que ora é arbitrada.
Caso deseje opor embargos, a parte executada disporá do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da audiência de conciliação designada, caso reste prejudicada ou infrutífera. No prazo de embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá a parte executada requerer seja admitido a pagar o restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês , na forma do artigo 916 CPC/2015.
Fica o executado advertido que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar a elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei.
INTIME-SE a parte exequente quanto a audiência designada, bem como para que forneça nos autos, seu número de whatsapp e também de seu advogado no prazo de 5 dias.
Caso, a citação seja via Carta com AR, fica a parte requerida INTIMADA a fornecer número de seu contato via whatsapp ou endereço eletrônico para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias, por meio do número (69) 3309-8590 e 3309-8591. Prazo: 5 dias.
Para tanto, no dia e horário agendados, todas as partes deverão estar online e em ambiente ao máximo silencioso para uma melhor comunicação, com vídeo e áudios habilitados (computador ou smartphone), munidos de documentos de identificação pessoal com foto.
Advirta a requerida que havendo necessidade de assistência por defensor público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, diretamente na Defensória Pública de seu domicilio (69) 3434-2228 e 99286-8083. (Art. 221, XIII - Diretrizes Gerais Judiciais).
Consigno que o cartório deverá observar as determinações do Provimento n. 18/2020-CGJ (art. 2º) para proceder as intimações.
Havendo diligência negativa, intime-se a parte interessada para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias (Diretrizes Gerais Judiciais , art. 33, XI).
Indicado novo endereço, reitere-se a citação conforme art. 33, IV das Diretrizes Gerais Judiciais.
Caso a parte exequente requeira buscas de endereços via SISBAJUD, INFOJUD ou INFOSEG (prévias à citação por Edital), deverá comprovar nos autos que já efetuou pesquisas no sistema PJE com o fito de obter, em outros processos porventura existentes em nome da parte requerida/executada, endereços atualizados, sob pena da pesquisa ser realizada pela escrivania, porém mediante pagamento das custas respectivas, o que desde já fica deferido, bem como, sendo o caso, deverá comprovar o recolhimento das demais diligências requeridas, nos termos do artigo 17 da Lei 3.896/2016- Lei de Custas.
Decorrido o prazo sem pagamento, sem acordo e sem embargos, intime-se a parte exequente para atualizar o cálculo e requerer o que de direito.
Caso a parte exequente requeira a busca por ativos financeiros via SISBAJUD, de veículos via RENAJUD, em nome da parte executada, sendo o caso, deverá comprovar o recolhimento das diligências requeridas, nos termos do artigo 17 da Lei 3.896/2016- Lei de Custas. Se necessário, a serventia judicial poderá intimar a parte para comprovar tal recolhimento (Art. 33 das Diretrizes).
Não recolhidas as custas para as diligências (se cabíveis), o processo deverá vir concluso para suspensão por 1 ano, sendo que o termo inicial da prescrição intercorrente será a ciência da primeira tentativa infrutífera de localização do devedor ou de bens penhoráveis, conforme disposição expressa do art. 921, §1º, §2º e §4º do CPC.
Restando infrutíferas as diligências acima, EXPEÇA-SE MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO de tantos bens quanto bastem para garantir a satisfação do crédito e acessórios e, sendo o caso, deverá o Oficial de Justiça efetuar a penhora sobre os bens indicados pelo credor na inicial, ou outros, caso aqueles não sejam encontrados, INTIMANDO-SE A PARTE EXECUTADA do prazo de 15 dias para impugnar a penhora, a contar da ciência do ato, sendo que a impugnação à penhora pode ser manejado por simples petição, dentro dos autos da execução (art. 917, §1º, CPCP/2015).

Na hipótese de serem penhorados bens imóveis e sendo a parte requerida casada, INTIME-SE O CÔNJUGE. Se o imóvel estiver na posse de terceiros, intime-se o terceiro possuidor.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC/2015 e seguintes.
Caso a parte executada não seja encontrada para citação, ARRESTE-SE tantos bens quantos bastem para garantir a execução (Art. 830 do CPC).
Ainda, caso o bem penhorado seja imóvel, INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE para que junte em cinco dias a Certidão de Inteiro Teor atualizada do referido imóvel.
Se penhorado/arrestado bem imóvel, PROVIDENCIE A ESCRIVANIA o registro da penhora/arresto junto à respectiva matrícula, observando o disposto nos Provimentos da Corregedoria Geral de Justiça deste tribunal, 021/2015-CG e 011/2016-CG, que regulamentam a utilização da Central de Registro de Imóveis Eletrônica.
Se penhorado/arrestado veículo, PROVIDENCIE A ESCRIVANIA o registro da penhora/arresto junto ao RENAJUD.
Se penhorado/arrestado semovente, providencie o Oficial de Justiça, junto à agencia do IDARON competente, o registro na respectiva Ficha a penhora/arresto realizada certificando-se o necessário.
Havendo penhora/arresto, INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE, através do patrono constituído, para no prazo de 05 (cinco) dias informar se pretende a hasta pública, adjudicação ou a liberação do bem. Decorrido tal prazo, sem manifestação da exequente, renove-se a conclusão.
Caso o exequente requeira a hasta pública do bem penhorado, esta ocorrerá por meio eletrônico.
Desde já fica consignado que não sendo encontrados bens penhoráveis, o processo será suspenso por 1 ano, sendo que o termo inicial da prescrição intercorrente será a ciência da primeira tentativa infrutífera de localização do devedor ou de bens penhoráveis, conforme disposição expressa do art 921, §1º, §2º e §4º do CPC.
Se requerido pelo exequente, EXPEÇA-SE certidão de que a execução foi admitida pelo juízo observando-se o disposto no art. 828 do CPC, sendo que eventuais averbações em registros competentes deverão ser realizadas às suas expensas, bem como, que deverá informar o Juízo em 10 dias (art. 828, §1º do CPC). Da mesma forma, fica advertida quanto aos parágrafos subsequentes do mencionado artigo.
Consigno, por fim, que NÃO SERÃO DEFERIDOS PEDIDOS DE SERASAJUD, suspensão/apreensão de CNH, suspensão de CPF, bloqueios de cartões de crédito e apreensão de passaporte, seja porque tais medidas não se revertem ao fim precípuo da execução, revelando-se desproporcionais e desarrazoadas, seja pela ausência de servidores e de sistema de controle eficiente para garantir a celeridade necessária ao procedimento.
Indefiro a quebra de sigilo fiscal (INFOJUD), vez que após o advento da Constituição Federal, o dever de informar dos órgãos fiscais ficou bastante limitado, visando resguardar o direito individual do cidadão, e, principalmente, a intimidade e a segurança jurídica, justificando-se apenas no interesse público, o que não é o caso dos autos.
Quanto à audiência de conciliação, nos termos do Art. 7º do Provimento da Corregedoria nº 18/2020, advirtam-se as partes:
I - As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a/o carta/mandado de intimação cumprido(a) no endereço constante dos autos;
II - Deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e/ou Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
III - Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
IV - Deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO;
V - Deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VI - A falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone das partes e ou de seus advogados, no horário da audiência, poderá implicar na aplicação de multa.
VII - Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
VIII - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial.
Maiores informações sobre as audiências virtuais poderão ser obtidas por meio dos números 3309-8590 e 69 3309-8591 (CEJUSC-SLO).
SIRVA A PRESENTE DE CARTA PRECATÓRIA/CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/PENHORA/ARRESTO E AVALIAÇÃO.
Cumpra-se.
Santa Luzia D'Oeste,16 de julho de 2023
Santa Luzia D'OesteAna Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento Comum Cível
7001469-16.2023.8.22.0018
AUTOR: ADRIANA PEREIRA DE SOUZA GONCALVES, CPF nº 05617825208, LINHA P-38 KM 07 S/N, SÍTIO ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: GEOVANI ALVES MOREIRA, OAB nº RO12829
REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, CNPJ nº 29979036091863, AVENIDA NAÇÕES UNIDAS, - DE 411 A 605 - LADO ÍMPAR NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - 76804-175 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Despacho INICIAL

Vistos.
Concedo os benefícios da assistência judiciária gratuita, mas caso fique comprovado durante a instrução processual que a parte autora possui condições financeiras para arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento próprio, arcará com o pagamento do décuplo das custas e ainda ficará sujeita a multa por litigar de má-fé, sem olvidar-se da responsabilidade criminal por falsear a verdade.
Cite-se o INSS para contestar no prazo de 30 dias.
Nos termos do art. 6º do CPC (Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva), art. 370 (Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito) e primeira parte do art. 375 (O juiz aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece), determino ao INSS juntar nos autos o DOSSIÊ PREVIDENCIÁRIO e CNIS do autor, independente de contestar o feito.
O INSS deverá observar o art. 1.º, inciso III, da Recomendação n.º 1 de 15/12/2015, do CNJ, juntando aos autos o processo administrativo, com a contestação.
Com a contestação, intimem-se a parte autora para, querendo, impugnar no prazo legal.
SIRVA O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO E OU INTIMAÇÃO.
Cumpra-se.
Santa Luzia D' Oeste, 16/07/2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Monitória
7001500-36.2023.8.22.0018
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS DO AUTOR: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
REU: ROSEMILDO GUEDES MACHADO
REU SEM ADVOGADO(S)
Despacho INICIAL
Vistos.
INTIME-SE a parte autora para emendar a inicial, comprovando o pagamento das custas, observando-se que, por ser execução de titulo extrajudicial, o recolhimento dos 2% das custas iniciais deve ser comprovado na propositura da ação. Prazo 15 dias sob pena de indeferimento da inicial.
Não comprovado o pagamento das custas iniciais pela parte autora, retire-se de pauta a audiência designada, promovendo seu cancelamento junto ao sistema PJE e, renove-se a conclusão para extinção.
Comprovado o pagamento das custas, à CPE, para designar audiência de conciliação, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, a ser realizada por sistema de vídeo pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC.
CITE-SE a parte requerida, expedindo mandado para que o requerido pague o débito assinalado na inicial, bem como o valor dos honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa (CPC, art. 701), no prazo de 15 dias.
Advirta-se o requerido de que, se efetuar o pagamento do débito e dos honorários no prazo assinalado, ficará automaticamente isento do pagamento das custas processuais (CPC, artigo 701, § 1º). Do contrário, poderá ser condenado ao pagamento da referida despesa também. Caso haja o pagamento no prazo de 15 dais, retire-se de pauta a audiência designada.
Na oportunidade, intime-se o requerido de que poderá opor embargos nos próprios autos, no prazo de 15 dias, a contar da audiência de conciliação .
INTIME-SE a parte requerente quanto à audiência designada, bem como para que forneça nos autos, seu número de whatsapp e também de seu advogado.
Caso, a citação seja via Carta com AR, fica a parte requerida INTIMADA a fornecer número de seu contato via whatsapp ou endereço eletrônico para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias, por meio do número (69) 3309-8590 e 3309-8591. Prazo: 5 dias.
Para tanto, no dia e horário agendados, todas as partes deverão estar on line e em ambiente ao máximo silencioso para uma melhor comunicação, com vídeo e áudios habilitados (computador ou smartphone), munidos de documentos de identificação pessoal com foto.
Advirta a requerida que havendo necessidade de assistência por defensor público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, diretamente na Defensória Pública de seu domicilio (69) 3434-2228 e 99286-8083. (Art. 221, XIII - Diretrizes Gerais Judiciais).
Consigno que o cartório deverá observar as determinações do Provimento n. 18/2020-CGJ (art. 2º) para proceder as intimações.
Havendo diligência negativa, intime-se a parte interessada para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias (Diretrizes Gerais Judiciais , art. 33, XI).
Indicado novo endereço, reitere-se a citação conforme art. 33, IV das Diretrizes Gerais Judiciais.
Caso a parte exequente requeira buscas de endereços via SISBAJUD, INFOJUD ou INFOSEG (prévias à citação por Edital), deverá comprovar nos autos que já efetuou pesquisas no sistema PJE com o fito de obter, em outros processos porventura existentes em nome da parte requerida/executada, endereços atualizados, sob pena da pesquisa ser realizada pela escrivania, porém mediante pagamento das custas respectivas, o que desde já fica deferido, bem como, sendo o caso, deverá comprovar o recolhimento das demais diligências requeridas, nos termos do artigo 17 da Lei 3.896/2016- Lei de Custas.
Sendo opostos embargos, fica desde já suspensa a eficácia do mandado de pagamento até o julgamento em primeiro grau (CPC, artigo 702, § 4º). Devendo a escrivania certificar tal situação.
Na hipótese de serem opostos embargos, intime-se a parte autora para responder em 15 (quinze) dias (CPC, artigo 702, § 5º).
Decorrido o prazo sem pagamento, sem acordo e sem embargos, fica desde já e, independentemente de qualquer outra formalidade, constituído de pleno direito o título executivo judicial, prosseguindo o feito na forma do Título II do Livro I da Parte Especial do CPC (cumprimento de sentença), devendo a escrivania certificar tal situação.

Nessa hipótese, constituído de pleno direito o título executivo judicial e se tratando de obrigação de pagar quantia certa, intime-se a parte autora para apresentar planilha de cálculos atualizada em 05 (cinco) dias.
Apresentados os cálculos atualizados, intime-se o requerido para cumprir a obrigação, pagando o valor atualizado do título constituído no prazo de 15 (quinze) dias, podendo o pagamento ser feito por meio de depósito judicial vinculado a este processo, sob pena de inclusão de multa de 10% do valor da condenação e de honorários para a fase de cumprimento da sentença também em 10% do valor da condenação (CPC, artigo 523, § 1º).
A modalidade de intimação deverá ser observada pela escrivania de acordo com o que determina o artigo 513, § 2º e §3º, do CPC.
Advirta-se o requerido de que, após decorrido o prazo para cumprimento do pagamento acima assinalado, começará a fluir o prazo, também de 15 dias, para que, caso queira, apresente impugnação ao pedido de cumprimento de sentença nos próprios autos (CPC, artigo 525).
Havendo impugnação, certifique-se a tempestividade e retornem conclusos para análise quanto ao recebimento, nos termos do § 4º e seguintes do artigo 525 do CPC.
Decorrido o prazo e não havendo comprovação do pagamento e nem impugnação do requerido, intime-se a parte exequente para atualização do valor, com inclusão da multa de 10% e dos honorários desta fase de cumprimento de sentença fixados em 10%, bem como, para requerer o que de direito em 5 dias.
Caso a parte exequente requeira a busca por ativos financeiros via SISBAJUD, de veículos via RENAJUD e de bens via INFOJUD, em nome da parte executada, sendo o caso, deverá comprovar o recolhimento das diligências requeridas, nos termos do artigo 17 da Lei 3.896/2016- Lei de Custas.
Restando infrutíferas as diligências acima, EXPEÇA-SE MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO de tantos bens quanto bastem para garantir a satisfação do crédito e acessórios e, sendo o caso, deverá o Oficial de Justiça efetuar a penhora sobre os bens indicados pelo credor na inicial, INTIMANDO-SE A PARTE EXECUTADA do prazo de 15 dias para impugnar a penhora, a contar da ciência do ato, sendo que a impugnação à penhora pode ser manejado por simples petição, dentro dos autos da execução (art. 917, §1º, CPCP/2015).
Na hipótese de serem penhorados bens imóveis e sendo a parte requerida casada, INTIME-SE O CÔNJUGE. Se o imóvel estiver na posse de terceiros, INTIME-SE O TERCEIRO POSSUIDOR.
No caso de penhora de imóvel, INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE para que junte em cinco dias a Certidão de Inteiro Teor atualizada do referido imóvel.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC/2015 e seguintes.
Caso a parte executada não seja encontrada para citação, ARRESTEM-SE E AVALIEM-SE tantos bens quantos bastem para garantir a execução (Art. 830 do CPC).
Se penhorado/arrestado semoventes PROVIDENCIE O OFICIAL DE JUSTIÇA, junto à agencia do IDARON competente, o registro na respectiva Ficha a penhora/arresto realizada certificando-se o necessário.
Havendo penhora/arresto, INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE, através do patrono constituído, para no prazo de 05 (cinco) dias informar se pretende a hasta pública, adjudicação ou a liberação do bem. Decorrido tal prazo, sem manifestação da exequente, renove-se a conclusão.
Caso o exequente requeira a hasta pública do bem penhorado, esta ocorrerá por meio eletrônico.
Desde já fica consignado que não sendo encontrados bens penhoráveis, o processo será suspenso por 1 ano, sendo que o termo inicial da prescrição intercorrente será a ciência da primeira tentativa infrutífera de localização do devedor ou de bens penhoráveis, conforme disposição expressa do art 921, §1º, §2º e §4º do CPC.
Se requerido pelo exequente, EXPEÇA-SE certidão de que a execução foi admitida pelo juízo observando-se o disposto no art. 828 do CPC, sendo que eventuais averbações em registros competentes deverão ser realizadas às suas expensas, bem como, que deverá informar o Juízo em 10 dias (art. 828, §1º do CPC). Da mesma forma, fica advertida quanto aos parágrafos subsequentes do mencionado artigo.
Consigno, por fim, que NÃO SERÃO DEFERIDOS PEDIDOS DE SERASAJUD, suspensão/apreensão de CNH, suspensão de CPF, bloqueios de cartões de crédito e apreensão de passaporte, seja porque tais medidas não se revertem ao fim precípuo da execução, revelando-se desproporcionais e desarrazoadas, seja pela ausência de servidores e de sistema de controle eficiente para garantir a celeridade necessária ao procedimento.
Quanto à audiência de conciliação, nos termos do Art. 7º do Provimento da Corregedoria nº 18/2020, advirtam-se as partes:
I - As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a/o carta/mandado de intimação cumprido(a) no endereço constante dos autos;
II - Deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e/ou Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
III - Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
IV - Deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO;
V - Deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VI - A falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone das partes e ou de seus advogados, no horário da audiência, poderá implicar na aplicação de multa.
VII - Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
VIII - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial.
Maiores informações sobre as audiências virtuais poderão ser obtidas por meio dos números 3309-8590 e 3309-8591 (CEJUSC-SLO).
SIRVA A PRESENTE DE CARTA PRECATÓRIA/CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/PENHORA/ARRESTO E AVALIAÇÃO.
Cumpra-se.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000158-87.2023.8.22.0018
REQUERENTE: COACY ANACLETO DE OLIVEIRA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000168-34.2023.8.22.0018
REQUERENTE: ZENILDA COSTENARO DUARTE
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000187-40.2023.8.22.0018

REQUERENTE: ELAINE DUARTE ALVES
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000196-02.2023.8.22.0018
REQUERENTE: IVANETE MARQUES DE ARAUJO
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000211-68.2023.8.22.0018
REQUERENTE: IZAIAS JOVINO
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.

Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se da presente, bem como intime-se o requerido da sentença proferida.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Processo n. 7001119-33.2020.8.22.0018
EXEQUENTE: PAULO CESAR DA SILVA, CPF nº 06608569807, AVENIDA BRASIL 2367, ESCRITÓRIO CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PAULO CESAR DA SILVA, OAB nº RO4502
EXECUTADO: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 1.173,98
DESPACHO
Vistos.
Intime-se o executado, no prazo de 10 (dez) dias, para que informe ou comprove nos autos o pagamento da RPV expedida ao ID 53309099, sob pena de sequestro.
Transcorrido in albis o prazo, intime-se o exequente para que junte demonstrativo atualizado do cálculo, observando a súmula vinculante 17 e art. 1º-F, da Lei n. 9.494/97, considerando que não incidem juros de mora sobre as requisições (RPV ou precatório) durante o prazo de pagamento. Os juros voltam a correr a partir do vencimento, caso não pago.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO
Santa Luzia do Oeste/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
7001109-52.2021.8.22.0018
EXEQUENTE: ELISANDRA DE SOUZA, AVENIDA DOM PEDRO I 2312 ALTO ALEGRE DOS PARECIS - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
No caso em julgamento, tem-se que a condenação é de valor que sujeita ao pagamento via Precatório, ou seja, o valor da execução excede o valor do maior benefício do regime geral de previdência social (Lei ordinária municipal n. 897/2015 do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO).
Verifico que a Fazenda Pública já foi intimada e não se manifestou para impugnar a execução (art. 535, CPC).
Considerando que o prazo decorreu sem a apresentação de impugnação, HOMOLOGO os cálculos apresentados ao ID 79354466.
1) Assim, requisite-se o(s) pagamento(s) do valor principal através de Precatório/RPV.
2) Consigno que antes de realizar a expedição do precatório, deverá atender o que dispõe os §§ 9º e 10º, do art. 100 da CF/88, ficando desde já INTIMADA a Fazenda Pública Municipal a apresentar débitos com a Fazenda Pública, em nome da parte Autora/Exequente, no prazo de 30 dias, sob pena de perda do direito de abatimento em Precatório.
3) Expedido a ordem de Precatório/RPV, arquive-se o feito enquanto aguarda o pagamento.
4) Caso seja necessário, providencie a escrivania a intimação da parte credora para que forneça os documentos necessários para instruírem o expediente.

No que concerne ao destaque dos honorários contratuais cumpre informar que integram o valor principal devido, e não podem ser pleiteados de maneira autônoma, de modo que o advogado, após o destaque, receba por RPV se o crédito principal é pago por precatório, devendo dele ser destacados tão somente por ocasião do depósito, a teor do disposto no art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94 – EOAB.
Assim, se o pagamento do principal for feito por precatório ou por RPV, da mesma forma serão pagos os honorários contratuais. Frise-se que este entendimento não viola a Súmula Vinculante 47, uma vez que esta não contempla os honorários contratuais, consoante jurisprudência do STF.
Defiro o destaque dos honorários advocatícios contratuais conforme percentual contratado, desde que apresentado contrato de honorários até 05 (cinco) dias da intimação desta decisão.
Intime-se.
Cumpra-se.
SIRVA-SE ESTA DECISÃO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Processo n. 7002489-13.2021.8.22.0018
EXEQUENTE: DULCELENE GOMES LEAL EBERT, CPF nº 81510187200, LINHA P48 km 04 ZONA RURAL - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, RUA ABÍLIO FREIRE DOS SANTOS 152 DOIS DE ABRIL - 76900-842 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, RUA RIO BRANCO 1258 PRINCESA ISABEL - 76964-084 - CACOAL - RONDÔNIA, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
EXECUTADO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS, AFONSO PENA 3370 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
Valor da causa: R$ 10.415,22
DECISÃO
Vistos.
No caso em julgamento, tem-se que a condenação é de valor que sujeita ao pagamento via Precatório, ou seja, o valor da execução excede o valor do maior benefício do regime geral de previdência social (Lei ordinária municipal n. 897/2015 do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO).
Verifico que a Fazenda Pública já foi intimada e não se manifestou para impugnar a execução (art. 535, CPC).
Considerando que o prazo decorreu sem a apresentação de impugnação, HOMOLOGO os cálculos apresentados ao ID 84935182.
1) Assim, requisite-se o(s) pagamento(s) do valor principal através de Precatório/RPV, devendo destacar a verba honorária conforme requerido, bem como o recolhimento da verba de contribuição previdenciária.
2) Consigno que antes de realizar a expedição do precatório, deverá atender o que dispõe os §§ 9º e 10º, do art. 100 da CF/88, ficando desde já INTIMADA a Fazenda Pública Municipal a apresentar débitos com a Fazenda Pública, em nome da parte Autora/Exequente, no prazo de 30 dias, sob pena de perda do direito de abatimento em Precatório.
3) Expedido a ordem de Precatório/RPV, arquive-se o feito enquanto aguarda o pagamento.
4) Caso seja necessário, providencie a escrivania a intimação da parte credora para que forneça os documentos necessários para instruírem o expediente.
No que concerne ao destaque dos honorários contratuais cumpre informar que integram o valor principal devido, e não podem ser pleiteados de maneira autônoma, de modo que o advogado, após o destaque, receba por RPV se o crédito principal é pago por precatório, devendo dele ser destacados tão somente por ocasião do depósito, a teor do disposto no art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94 – EOAB.
Assim, se o pagamento do principal for feito por precatório ou por RPV, da mesma forma serão pagos os honorários contratuais. Frise-se que este entendimento não viola a Súmula Vinculante 47, uma vez que esta não contempla os honorários contratuais, consoante jurisprudência do STF.
Defiro o destaque dos honorários advocatícios contratuais conforme percentual contratado, desde que apresentado contrato de honorários até 05 (cinco) dias da intimação desta decisão.
Intime-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO
Santa Luzia do Oeste/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
7001975-31.2019.8.22.0018
EXEQUENTES: JOSE LUIZ PEREIRA DE MATOS, CPF nº 21460388100, AVENIDA SENADOR OLAVO PIRES 2420 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA, FRANCISCA RODRIGUES GUEDES, CPF nº 32714505104, AVENIDA SENADOR OLAVO

PIRES 2264 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA, BRUNA TAINA GUEDES MATOS, CPF nº 01984475231, AVENIDA SENADOR OLAVO PIRES 1821 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA, BRUNO LUIZ GUEDES MATOS, CPF nº 88810844220, R: OLAVO PIRES 2420 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS EXEQUENTES: RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390, 01 01, 01 01 - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vistos.
Trata-se de impugnação ao cumprimento de sentença, por meio do qual a parte executada sustenta excesso de execução.
Pois bem.
A fim de evitar eventuais nulidades encaminhe-se os autos para a Contadoria Judicial, para a realização dos cálculos observando as determinações constante na sentença/Acórdão.
Com a apresentação dos cálculos pela contadoria judicial, intimem-se as partes para caso queiram impugnar no prazo de 05 (cinco) dias.
Decorrido o prazo venham-me os autos conclusos .
SIRVA-SE ESTA DECISÃO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Cumpra-se.
Santa Luzia D'Oeste/RO, data certificada.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Cumprimento de sentença
7002419-59.2022.8.22.0018
REQUERENTE: ANNY KELY VINHAL CASAGRANDE, LINHA 75 S/N ZONA RURAL - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
REQUERIDO: MUNICIPIO DE PARECIS, - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PARECIS
Vistos.
Retifique-se a classe da ação para Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública.
No caso em julgamento, tem-se que a condenação é de valor que sujeita ao pagamento via RPV, ou seja, o valor da execução não excede o valor do maior benefício do regime geral de previdência social (Lei ordinária municipal nº 609/2016 c/c nº 784/2020 do Município de Parecis/RO).
1) Assim, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução (art. 535, CPC), ficando advertida de que caso não apresente impugnação, será requisitado o pagamento do valor referente ao débito (Art. 535, §3º do CPC).
Fica advertida a parte executada que "[...] se alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, cumprirá à executada declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição" (art. 535, §2ª, do CPC).
2) Havendo apresentação de impugnação, intime-se a parte exequente para manifestação no prazo legal, após, tornem-me os autos conclusos.
3) Decorrido o prazo sem a apresentação de impugnação, ou havendo concordância pela parte executada quanto aos valores demandado, requisite-se o(s) pagamento(s) do valor principal através de Precatório/RPV, devendo destacar a verba honorária conforme requerido, bem como o recolhimento da verba de contribuição previdenciária.
4) Consigno que antes de realizar a expedição do precatório, deverá atender o que dispõe os §§ 9º e 10º, do art. 100 da CF/88, ficando desde já INTIMADA a Fazenda Pública Municipal a apresentar débitos com a Fazenda Pública, em nome da parte Autora/Exequente, no prazo de 30 dias, sob pena de perda do direito de abatimento em Precatório.
5) Expedido a ordem de Precatório/RPV, arquive-se o feito enquanto aguarda o pagamento.
6) Caso seja necessário, providencie a escrivania a intimação da parte credora para que forneça os documentos necessários para instruírem o expediente.
No que concerne ao destaque dos honorários contratuais cumpre informar que integram o valor principal devido, e não podem ser pleiteados de maneira autônoma, de modo que o advogado, após o destaque, receba por RPV se o crédito principal é pago por precatório, devendo dele ser destacados tão somente por ocasião do depósito, a teor do disposto no art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94 – EOAB.
Assim, se o pagamento do principal for feito por precatório ou por RPV, da mesma forma serão pagos os honorários contratuais. Frise-se que este entendimento não viola a Súmula Vinculante 47, uma vez que esta não contempla os honorários contratuais, consoante jurisprudência do STF.
Defiro o destaque dos honorários advocatícios contratuais conforme percentual contratado, desde que apresentado contrato de honorários até 05 (cinco) dias da intimação desta decisão.
Intime-se.
Cumpra-se.
SIRVA-SE ESTA DECISÃO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Procedimento do Juizado Especial Cível
7000975-54.2023.8.22.0018
AUTOR: JOSE NUNES PEREIRA, LINHA P 34 ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: EVALDO ROQUE DINIZ, OAB nº RO10018
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AC ALTO PARAÍSO, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 3628 CENTRO - 76862-000 - ALTO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Recebo o recurso, por ser próprio e tempestivo.
Deixo de atribuir efeito suspensivo, pois não comprovada a probabilidade da ocorrência de dano grave ou de difícil reparação (art. 43 da Lei 9.099/95).
Contrarrazões já apresentadas pela parte recorrida.
Assim, encaminhem-se os autos à Turma Recursal para apreciação, com as nossas sinceras homenagens.
Cumpra-se.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Processo n. 7001470-98.2023.8.22.0018
AUTOR: IMPLEMENTOS AGRICOLAS OLIVEIRA LTDA - EPP, CNPJ nº 04004410000161
ADVOGADOS DO AUTOR: DANIEL REDIVO, OAB nº RO3181, JOAO CARLOS DA COSTA, OAB nº RO1258
REU: EDMILSON KRAMER, CPF nº 66428327287, LINHA 50, KM 08 s/n ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 28.928,18
DECISÃO
Vistos.
INTIME-SE a parte autora para emendar a inicial, comprovando o pagamento das custas, observando-se que, por ser execução de titulo extrajudicial, o recolhimento dos 2% das custas iniciais deve ser comprovado na propositura da ação. Prazo 15 dias sob pena de indeferimento da inicial.
Não comprovado o pagamento das custas iniciais pela parte autora, retire-se de pauta a audiência designada, promovendo seu cancelamento junto ao sistema PJE e, renove-se a conclusão para extinção.
Comprovado o pagamento das custas, à CPE, para designar audiência de conciliação, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, a ser realizada por sistema de vídeo pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC.
CITEM-SE a parte executada para que tome conhecimento da presente execução e, no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação, para que pague o valor da dívida atualizada acrescida de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, custas e honorários advocatícios, os quais ficam fixados em 10% (dez por cento) sobre o débito atualizado, salvo em caso de embargos, os quais poderão ser elevados (art. 829 do Código de Processo Civil/2015).
Havendo o pagamento voluntário e total no prazo mencionado no parágrafo anterior, a parte devedora terá o benefício de redução da verba honorária para a metade da que ora é arbitrada.
Todavia, decorrido o prazo sem pagamento, PROCEDA-SE A PENHORA E AVALIAÇÃO de tantos bens quanto bastem para garantir a satisfação do crédito e acessórios e, sendo o caso, deve o Oficial de Justiça efetuar a penhora sobre os bens indicados pelo credor na inicial..
Caso deseje opor embargos, a parte executada disporá do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do mandado de citação (artigo 231 CPC/2015). Contudo, se nesse prazo de embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá a parte executada requerer seja admitido a pagar o restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês , na forma do artigo 916 CPC/2015.
Fica o executado advertido que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar a elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC/2015 e seguintes.
Havendo penhora/arresto, intime-se a parte exequente, através do patrono constituído, para no prazo de 05 (cinco) dias informar se pretende a HASTA PÚBLICA, ADJUDICAÇÃO OU A LIBERAÇÃO DO BEM. Decorrido tal prazo, sem manifestação da exequente, renove-se a conclusão.
Caso o exequente requeira a hasta pública, esta ocorrerá por meio eletrônico.
Na hipótese de serem penhorados bens imóveis e sendo a parte requerida casada, intime-se o cônjuge.
Caso a parte exequente requeira a busca por ativos financeiros via BACENJUD e de veículos via RENAJUD em nome do executado, sendo o caso, deverá comprovar o recolhimento das diligências requeridas, nos termos do artigo 17 da Lei 3.896/2016- Lei de Custas.
Quanto à audiência de conciliação, nos termos do Art. 7º do Provimento da Corregedoria nº 18/2020, advirtam-se as partes:

I - As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a/o carta/mandado de intimação cumprido(a) no endereço constante dos autos;
II - Deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e/ou Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
III - Se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação;
IV - Deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO;
V - Deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VI - A falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone das partes e ou de seus advogados, no horário da audiência, poderá implicar na aplicação de multa.
VII - Durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
VIII - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial.
Maiores informações sobre as audiências virtuais poderão ser obtidas por meio dos números 3309-8590 e 3309-8591 (CEJUSC-SLO).
As partes ficam cientes de que será utilizado o aplicativo Google Meets, o qual deverá ser baixado no computador, notebook, tablet ou celular para fins de participar da solenidade virtual.
Disponibiliza-se o link https://meet.google.com/atq-atfe-hzq que deverá ser utilizado pela(s) parte(s) para acesso à audiência.
É vedado a(s) parte(s) ingressar(em) na sala da audiência antes ou depois do dia e horário designado para a audiência de conciliação, devendo ser utilizado o link somente no momento de sua audiência.
SIRVA A PRESENTE DE CARTA PRECATÓRIA/CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/PENHORA/ARRESTO E AVALIAÇÃO.
Cumpra-se.
Santa Luzia do Oeste/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
7000441-47.2022.8.22.0018
EXEQUENTE: THIAGO PIRES CAPELINI, RUA JOSÉ ALMEIDA E SILVA 2398 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: SALVADOR LUIZ PALONI, OAB nº SP81050, RONIELLY FERREIRA DESIDERIO, OAB nº RO9944
NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia, RUA GETÚLIO VARGAS, - DE 4021/4022 AO FIM SÃO JOÃO BOSCO - 76803-808 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Vistos.
Trata-se de Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública.
O requerido manifestou concordância com cálculo da parte exequente.
Assim, requisite-se o pagamento do valor principal através de RPV.
Expedida a ordem de RPV, arquive-se o feito enquanto aguarda o pagamento.
Caso seja necessário, intime-se parte credora para que forneça os documentos necessários para instruírem o expediente.
Ciência às partes
SIRVA A PRESENTE COMO INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 14 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Cumprimento de sentença
7002703-72.2019.8.22.0018
REQUERENTE: JANDIR JOSE DE SOUZA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ANA PAULA DOS SANTOS OLIVEIRA, OAB nº RO9447
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Vistos.
Trata-se de fase de cumprimento de sentença em face do INSS e que, após a expedição das RPV's, veio informação do falecimento da parte exequente.
Fora juntada a certidão de óbito, entretanto não houve a habilitação dos herdeiros com os documentos pessoais e respectivas procurações.
É certo que, com o falecimento da parte, deve ser promovida a sucessão processual, por intermédio do espólio, devidamente representado por seu inventariante, ou pelos sucessores do de cujus, caso não iniciado o inventário de seus bens, na forma dos arts. 110 c/c 313, I, §§ 1º e 2º, I do Código de Processo Civil.

Ocorre que não há nos autos informação quanto a existência de inventário.
Nos termos do art. 1.829 do C.C., há uma ordem na sucessão. In verbis:
Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:
I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;
II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;
III - ao cônjuge sobrevivente;
(...)
Assim, os autos devem ser suspensos até que seja regularizado o polo ativo da demanda, devendo todos os herdeiros do autor serem habilitados no polo ativo ou, existindo inventário, o inventariante.
Saliente-se que a suspensão do processo em razão do falecimento de uma das partes é automática e se inicia no momento da ocorrência do fato, somente retomando seu curso após a habilitação dos sucessores.
O Superior Tribunal de Justiça já manifestou sua orientação no sentido de que o ato do juiz que determina a suspensão do processo por falecimento da parte possui natureza meramente declarativa, retroagindo ao momento do óbito.
Nesse passo, embora suspensos os autos, deverá a parte autora providenciar o necessário para habilitar eventual inventariante ou os herdeiros do requerente (artigos 687, 688, I e 690 do CPC), no prazo de 60 dias, sob pena de extinção e arquivamento.
Intime-se a parte exequente, via advogado, para juntar documentos pessoais dos herdeiros e respectivas procurações ad judicia em favor do advogado habilitado.
Com a juntada da documentação acima relacionada, vistas ao INSS para manifestar-se sobre a sucessão processual.
No tocante ao pedido de expedição da RPV dos honorários de sucumbência, defiro-o nos termos lançado no id 92537757.
Referente aos honorários contratuais, alega a patrona que fora realizado contrato de forma verbal impossibilitando junta-lo aos autos, afirma ainda ter o percentual de 30%.
Deste modo INDEFIRO o pedido de destacamento dos honorários contratuais considerando a ausência de contrato assinado pelo de cujus.
Intimem-se.
Cumpra-se.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 14 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000218-60.2023.8.22.0018
REQUERENTE: JACQUELINE DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se da presente, bem como intime-se o requerido da sentença proferida.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 14 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000229-89.2023.8.22.0018

REQUERENTE: MARIA DA PENHA DE PAULA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000274-93.2023.8.22.0018
REQUERENTE: MARINEIDE JOSEFA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000289-62.2023.8.22.0018
REQUERENTE: SIMONE PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento Comum Cível 7000152-80.2023.8.22.0018
AUTOR: FABIO BARBOSA DA SILVA, CPF nº 00996152237, RUA DOM PEDRO I 3070 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: EVALDO ROQUE DINIZ, OAB nº RO10018
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Vistos.
AUTOR: FABIO BARBOSA DA SILVA ingressou com ação previdenciária em face REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
Recebida a ação e devidamente citado, o INSS apresentou proposta de acordo, tendo a parte requerente aceitado a proposta.
Assim, HOMOLOGO o acordo entabulado entre as partes, cujos termos encontram-se definidos na peça de Id 89059252 e, como consequência, extingo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, b, do CPC.
Intime-se o INSS para implantação do benefício, nos termos do acordo entabulado.
Consigne-se o prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento das determinações supra.
Requisite-se o pagamento do valor do acordo ora homologado através de RPV, observando as normas contidas no Manual de Procedimentos Relativos aos Pagamentos de Precatórios e Requisições de Pequeno valor na Justiça Federal.
Determino ainda intimação, no prazo comum da cinco dias nos termos do Art. 11 da Resolução 405/2016 de 09.06.2016 do CJF, o qual transcrevo: "Tratando-se de precatórios ou RPVs, o juiz da execução, antes do encaminhamento ao tribunal, intimará as partes do teor do ofício requisitório.".
Expedida a(s) RPV(s), aguarde-se pelo prazo de 60 dias. (Art. 535, §3º, II do CPC).
1- Com a comprovação do cumprimento da(s) RPV(s):
1.1- Expeça-se o(s) alvará(s) para pagamento dos valores que serão depositados judicialmente, autorizando o saque pelo advogado, desde que ele possua poderes específicos para tanto.
1.2- Após, intime-se o patrono da parte autora para retirar o(s) alvará(s) expedido(s), podendo fazê-lo via internet, devendo, no prazo de 5 dias, comprovar o levantamento do(s) mesmo(s), sob pena de extinção pelo pagamento.
2 - Requisite-se o pagamento do perito no sistema AJG
Sem custas processuais e sem honorários advocatícios.
Após cumprimento das deliberações, arquivem-se os autos.
Sentença transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica.
SIRVA-SE ESTA DECISÃO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO.
sexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Cumprimento de sentença 7000072-19.2023.8.22.0018
REQUERENTE: ROSANGELA MARIA ALVES JARDIM, AVENIDA MARECHAL RONDON 3868, RUA TANCREDO NEVES 3494 CENTRO - 76952-970 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ALLAN SHINKODA SILVA, OAB nº RO10682
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO

Vistos.
À CPE: Retifique-se a classe da ação para Cumprimento de Sentença.
Verifica-se que houve nos autos comprovação da implantação do benefício da parte autora.
De início, insta salientar que conforme já esclarecido em outros processos demandados em face do INSS, não há necessidade das partes atualizarem o valor a todo tempo. Caso o valor do cálculo apresentado junto com a inicial da fase de cumprimento de sentença esteja correto, será homologado e a partir daí, as expedições serão atualizadas conforme Manual de Cálculo da Justiça Federal.
No caso em julgamento, tem-se que a condenação é de valor que se sujeita ao pagamento via precatório. Posto isso, nesta fase por ser o valor da execução excedente a 60 salários mínimos não há que se falar em fixação de honorários de execução, isso porque, o Poder Público, nestes casos não pode adimplir a obrigação de forma espontânea, uma vez que deve estrita obediência ao regime constitucional de precatórios.
Intimem-se a Fazenda Pública para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução (art. 535, CPC), ficando advertida de que caso não apresente impugnação, será requisitado o pagamento do valor referente ao débito. (Art. 535, §3º do CPC).
Havendo apresentação de impugnação, intime-se a parte exequente para manifestação no prazo legal, após, tornem-me os autos conclusos.
Decorrido o prazo sem a apresentação de impugnação, ou havendo concordância pela parte executada quanto aos valores demandado, requisite-se o(s) pagamento(s) (principal/honorários), através de RPV, observando as normas contidas no Manual de Procedimentos Relativos aos Pagamentos de Precatórios e Requisições de Pequeno valor na Justiça Federal.
No que concerne ao destaque dos honorários contratuais cumpre informar que integram o valor principal devido e não podem ser pleiteados de maneira autônoma, de modo que o (a) advogado (a), após o destaque, receberá por RPV, devendo dele ser destacados tão somente por ocasião do depósito, a teor do disposto no art. 22, § 4º, da Lei n. 8.906/94 – EOAB.
Diante disso, considerando o disposto no art. 22, §4º da Lei n. 8.906/94, defiro o destacamento dos honorários contratuais a ser destacado do momento do depósito do precatório/RPV, no percentual de 30 % definido no contrato, desde que este esteja anexado ao processo.
A escrivania deve destacar o percentual de 30% do RPV/Precatório e não o valor indicado pelo(a) patrono (a).
INDEFIRO eventual pedido de destacamento do valor referente aos honorários contratuais dissociados do principal, posto que o Supremo Tribunal Federal já assentou a inviabilidade de expedição de RPV ou de precatório para pagamento de honorários contratuais dissociados do principal a ser requisitado, vejamos:
EMENTA Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. Processual Civil. Honorários advocatícios contratuais. Destaque da verba após a expedição de requisição de pagamento do valor principal. Impossibilidade. Súmula Vinculante nº 47. Inaplicabilidade. Precedentes. 1. Segundo a firme jurisprudência da Corte, a Súmula Vinculante nº 47 não alcança os honorários contratuais resultantes do contrato firmado entre advogado e cliente, não abrangendo aquele que não fez parte do acordo. 2. O Supremo Tribunal Federal já assentou a inviabilidade de expedição de RPV ou de precatório para pagamento de honorários contratuais dissociados do principal a ser requisitado, à luz do art. 100, § 8º, da Constituição Federal. 3. Inviável, em recurso extraordinário, a análise da legislação infraconstitucional. 4. Agravo regimental não provido. 5. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC, pois não houve prévia fixação de honorários advocatícios na causa. (STF - ARE: 1374239 RJ 0000535-67.2019.4.02.0000, Relator: DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 27/06/2022, Primeira Turma, Data de Publicação: 09/08/2022). Grifos nossos.
Determino ainda intimação, no prazo comum da cinco dias nos termos do Art. 11 da Resolução 405/2016 de 09.06.2016 do CJF, o qual transcrevo: “Tratando-se de precatórios ou RPVs, o juiz da execução, antes do encaminhamento ao tribunal, intimará as partes do teor do ofício requisitório.”.
Enviada a(s) RPV(s), aguarde-se pelo prazo de 60 dias. (Art.535, §3º, II do CPC).
1- Com a comprovação do cumprimento da(s) RPV(s):
1.1- Expeça-se o(s) alvará(s) para pagamento ou transferência dos valores que serão depositados judicialmente, autorizando o saque pelo advogado, desde que ele possua poderes específicos para tanto.
1.2- Após, intime-se o patrono da parte autora para indicar conta bancária a receber a transferência ou retirar o(s) alvará(s) expedido(s), podendo fazê-lo via internet, devendo, no prazo de 5 dias, comprovar o levantamento do(s) mesmo(s), sob pena de extinção pelo pagamento.
Oportunamente, venham-me os autos conclusos para prolação de sentença de extinção.
SIRVA-SE ESTA DECISÃO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Cumpra-se.
Santa Luzia D’Oeste, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D’Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000210-83.2023.8.22.0018
REQUERENTE: DANIELA DA SILVA GAMARRA DOMINGUES
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.

Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000227-22.2023.8.22.0018
REQUERENTE: MARCLEIDE SIQUEIRA DE MELO PAZA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se da presente, bem como intime-se o requerido da sentença proferida.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 14 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000324-22.2023.8.22.0018
REQUERENTE: VANESSA KELY PEJARA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".

Leia-se: “Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil”.
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D’Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000342-43.2023.8.22.0018
REQUERENTE: ANA CRISTINA MOREIRA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: “Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil”.
Leia-se: “Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil”.
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D’Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Processo: 7002369-33.2022.8.22.0018
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Invalidez Permanente
AUTOR: FABIANA FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO DO AUTOR: JANTEL RODRIGUES NAMORATO, OAB nº RO6430
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DECISÃO
Com o falecimento da parte autora, abre-se a possibilidade de substituição processual pelo espólio ou pelos seus sucessores, a teor do art. 110 do CPC. Outrossim, o art. 689 do mesmo diploma legal consigna a possibilidade de habilitação nos autos da ação principal.
Reputo desnecessária a suspensão do processo, vez que já houve pedido expresso de habilitação com a juntada dos documentos competentes.
Ressalta-se que o falecimento da autora está comprovado pela certidão de óbito (ID. 87360102), inclusive consta averbado na referida certidão o nome dos 3 (três) filhos e o nome do companheiro supérstite.
A qualidade de sucessores resta comprovada pelos documentos pessoais acostados aos autos.
Portanto, resta-se pendente a citação do requerido para se manifestar quanto ao pedido de habilitação nos autos no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 690 do Código de Processo Civil.
1) Desta forma, intime-se o INSS para se manifestar quanto ao pedido de habilitação dos herdeiros no prazo de 10 (dez) dias.
2) Após, conclusos para saneamento dos autos.
Pratique-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.
Santa Luzia D’Oeste, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D’Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000330-29.2023.8.22.0018

REQUERENTE: MARZELENE BATISTA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Procedimento do Juizado Especial Cível
7001548-92.2023.8.22.0018
AUTOR: PEDRINHO MARCOLIN, CPF nº 44981295987, LINHA P 40, LOTE 225-B1, KM 06, SÍTIO BELA VISTA ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
AUTOR SEM ADVOGADO(S)
REU: CONAFER CONFEDERACAO NACIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREEND.FAMI. RURAIS DO BRASIL, CNPJ nº 14815352000100, Q SHIS QI 05, BLOCO F, SALA 203 E 205 SETOR DE HABITAÇÕES INDIVIDUAIS SUL - 71615-560 - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos
Recebo a ação para processamento.
No que se refere à Tutela de Urgência, o artigo 300 do Código de Processo Civil define que "a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo".
Verifica-se dos autos a probabilidade do direito que decorre da informação de que os descontos possivelmente são indevidos e efetuados diretamente no benefício previdenciário da parte autora, o que pode ser traduzido em perigo de dano, pois sabe-se que há diversas implicações, especialmente de ordem financeira, uma vez que se trata de valor utilizado para sua subsistência.
Ademais, a concessão da tutela não se apresenta irreversível, de maneira que o pedido atende aos requisitos estabelecidos pela legislação processual (art. 300, §3º, CPC).
Desta forma, ante a existência dos pressupostos legais previstos no artigo 300, do CPC, DEFIRO a tutela de urgência para determinar que o CONAFER requerido, no prazo de 05 (cinco) dias, se abstenha de proceder qualquer desconto no benefício da parte autora (aposentadoria por idade, NB 194.600.001-6), conforme descrito na inicial, até decisão final deste processo, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais) por cada desconto mensal efetuado.
Tratando-se a parte requerida de pessoa jurídica e havendo relação de consumo, desde já inverto o ônus da prova.
1. À CPE para que designe audiência de conciliação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
A audiência será realizada por videoconferência pelo Cejusc de Santa Luzia D'Oeste, por meio do aplicativo Google Meet, de modo que as partes deverão baixar o referido aplicativo no celular, computador, notebook ou tablet, para fins de participação na solenidade virtual.
2. INTIME-SE a parte autora, pessoalmente, via PJE, advertindo-a que seu não comparecimento a qualquer audiência do processo ensejará extinção e arquivamento do mesmo. Assim como, na oportunidade, fica a parte autora intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar seu número de contato com whatsapp ou endereço eletrônico (parte e advogado) para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias.
3. Proceda-se: A) a CITAÇÃO da parte requerida, de todos os termos da ação que tramita nesta vara; B) INTIMAÇÃO para que a mesma forneça ao oficial de justiça seu número de contato via whatsapp ou endereço eletrônico para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias para a realização da audiência virtual, sendo que o Oficial deverá certificar nos autos os dados fornecidos ou a recusa; C) INTIMAÇÃO da parte requerida para participar da audiência de conciliação virtual, ocasião em que, não havendo acordo, poderá apresentar a contestação no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada, assim como, requerer provas, indicar testemunhas, com sua completa qualificação, justificando o objetivo da(s) prova(s) requerida(s), sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra.
4. Caso a citação seja via Carta de Intimação, fica a parte requerida intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, fornecer seu número

de contato com whatsapp ou endereço eletrônico para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias, por meio dos números 3309-8590 ou 3309-8591 (Cejusc).
5. No dia e horário agendados, todas as partes deverão estar online e em ambiente ao máximo silencioso para uma melhor comunicação, com vídeo e áudios habilitados (computador ou smartphone), munidos de documentos de identificação pessoal com foto.
6. Consigno que há possibilidade de utilização da sala passiva. Anoto que a utilização da sala passiva é excepcional apenas para quem não disponha de recursos tecnológicos para participar da audiência, podendo nesse caso se dirigir a sede da comarca onde será disponibilizada sala com recursos para sua oitiva.
7. Advirto a parte requerida que havendo necessidade de assistência por defensor público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, diretamente na Defensória Pública de seu domicilio (69) 3434-2228 e 99286-8083 (Art. 221, XIII - Diretrizes Gerais Judiciais).
8. Ressalto que se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada.
9. Advirtam-se as partes: (Art. 7º do Provimento Corregedoria nº 18/2020)
I - Os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42 da Lei nº 9099/95);
II - As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a/o carta/mandado de intimação cumprido(a) no endereço constante dos autos;
III - deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV - se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou pelos números 3309-8591 ou 3309-8590.
V - deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO;
VI - deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII - a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil);
IX - tratando-se a parte requerida de pessoa jurídica e havendo relação de consumo, desde já inverto o ônus da prova;
X - nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XI - a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XII - a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
XIII - durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da Lei n. 9.099/95).
Maiores informações sobre as audiências virtuais poderão ser obtidas por meio dos números 3309-8591 ou 3309-8590 (CEJUSC).
SIRVA O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 14 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br 7000619-59.2023.8.22.0018
Procedimento Comum Cível
AUTOR: JOAO MARTINS DA SILVA, LINHA P. 34 ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: EVALDO ROQUE DINIZ, OAB nº RO10018
REU: BANCO BRADESCO S.A., , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: WILSON BELCHIOR, OAB nº CE17314A, BRADESCO
DECISÃO
Vistos.
A parte autora apresentou réplica à contestação alegando que não assinou nenhum contrato e que não teve conhecimento de nenhuma contratação.
Posto isso, considero imprescindível a realização de perícia grafotécnica.
1) INTIME-SE a parte requerida para depositar na Secretaria do Juízo o original do contrato de empréstimo consignado, objeto da presente ação, para possibilitar a realização da perícia deferida, no prazo de 10 (dez) dias.
1.1) Caso a parte ré requeira que a perícia seja realizada através do contrato em formato digital (PDF), deverá se atentar quanto à resolução/qualidade do contrato juntado, de modo que colacione aos autos documento apto a ser periciado. Após, INTIME-SE o perito para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias quanto à possibilidade da realização da perícia em documento digital.
1.2) Caso o perito informe a impossibilidade de realização da perícia por meio digital (PDF), INTIME-SE a parte requerida para depositar na Secretaria do Juízo os documentos originais, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra.

Depositado o contrato original ou informada a possibilidade da realização de perícia por meio de documento digital, INTIME-SE o expert para que, em 5 (cinco) dias, informe se os documentos presentes nos autos são aptos para a realização da perícia, bem como em eventual ausência de documentos, indique quais são estes para que as partes os forneçam (art. 465, §2 º CPC).
Sendo depositado o contrato, desde já nomeio como perita do Juízo a Expert IRENE RODRIGUES SILVA, grafotécnica e papiloscopista, com endereço localizado na Av. Goiânia, n. 4229, Bairro Beira Rio, no município de Rolim de Moura/RO, Telefone: (69) 98409-1040, E-mail: irenecartorio@gmail.com, a qual, aceitando o encargo, funcionará doravante como perita do juízo.
Ressalto que o perito servirá escrupulosamente, independente de compromisso, sendo que, para o desempenho de sua função precisará atender aos requisitos do art. 473 do CPC, a saber, apresentar laudo que contenha: "I - a exposição do objeto da perícia; II - a análise técnica ou científica realizada pelo perito; III - a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou; IV - resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público".
Arbitro desde já o valor dos honorários periciais em R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).
Considerando que se trata de ação em que a parte autora alega que não assinou contrato e que o ônus da prova é da parte requerida em provar a autenticidade das assinaturas, em razão da previsão legal do art. 429, inciso II, do CPC, incumbe à parte requerida o pagamento dos honorários periciais.
2) INTIME-SE a parte requerida para o pagamento dos honorários fixados no prazo de 5 (cinco) dias.
3) INTIME-SE o perito para informar data para a realização da perícia, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, a fim de viabilizar a intimação das partes, bem como que deverá entregar o laudo em até 30 (trinta) dias, contados do início da realização dos trabalhos (art. 477, CPC).
4) Informada a data da perícia, INTIMEM-SE as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem os quesitos e indicarem assistente técnico, o qual comparecerá à perícia por iniciativa da parte independente de intimação judicial, bem como, para arguir algum impedimento ou suspeição do perito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão (art. 465, I, CPC).
5) Encaminhe-se cópia dos quesitos apresentados pelas partes ao Expert.
6) Com a juntada do laudo, INTIMEM-SE as partes para manifestar no prazo comum de 15 (quinze) dias.
Pratique-se e expeça-se o necessário.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO/CARTA/OFÍCIO.
Santa Luzia D'Oeste, 14 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento Comum Cível
7001486-52.2023.8.22.0018
AUTOR: ANTONIO PRASNIESKI NETO, CPF nº 51309556920, LINHA P-44, C/ 126, LOTE SD ST XIPINGAL, 0 ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: SUELEN NEVES DOS SANTOS, OAB nº RO11928
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Vistos.
Inicialmente, se necessário, providencie a escrivania, a alteração da competência de Varas Cíveis para Fazenda Pública.
Ante o Princípio da Cooperação Processual, desde já ficam os advogados cientes de que as Ações Previdenciárias tem como competência a Fazenda Pública, devendo ser observado tal situação nas próximas distribuições junto ao PJE.
O pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, é uma medida que atende diretamente à pretensão de direito material do autor, antes da sentença final de mérito, desde que, segundo disposto no artigo 294, do CPC/2015, haja prova inequívoca quanto à verossimilhança da alegação e a possibilidade de ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação.
Em que pese presumível o dano de difícil reparação por tratar-se de verba alimentar, é certo que tal requisito isolado não autoriza a concessão da tutela.
No presente caso, a autora não juntou aos autos provas que ensejam a concessão, em se tratando de benefício de aposentadoria por idade ao trabalhador rural, necessária se faz a produção de prova de que além da idade mínima, a parte autora preencha outros requisitos legais, tais como a condição de segura especial do INSS, o que ainda não restou comprovado.
Acrescenta-se, assim, que o risco de dano que enseja antecipação é o risco concreto, e não o hipotético ou eventual; atual, ou seja, o que se apresenta iminente no curso do processo; e grave, vale dizer, o potencialmente apto a fazer perecer ou a prejudicar o direito afirmado pela parte.
Logo, o ônus da prova de que o ato administrativo é ilegal incumbe a quem alega. Enquanto isso não ocorrer, o ato vai produzindo normalmente os seus efeitos, sendo considerado válido seja no revestimento formal, seja no seu próprio conteúdo.
Nesse diapasão, num juízo de cognição sumária da inicial e documentos apresentados, constato que não restou comprovado de plano a ilegalidade no ato praticado pela autarquia federal que possa justificar a concessão da tutela pleiteada, uma vez que os atos administrativos revestem-se de presunção de legitimidade.
Assim, diante da ausência dos requisitos exigidos pelo art. 300, do CPC/2015, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.
Cite-se o INSS para contestar no prazo de 30 dias.
Nos termos do art. 6º do CPC (Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva), art. 370 (Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito) e primeira parte do art. 375 (O juiz aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece), determino ao INSS juntar nos autos o DOSSIÊ PREVIDENCIÁRIO e CNIS do autor, independente de contestar o feito.
O INSS deverá observar o art. 1.º, inciso III, da Recomendação n.º 1 de 15/12/2015, do CNJ, juntando aos autos o processo administrativo, com a contestação.

Com a contestação, intimem-se a parte autora para, querendo, impugnar no prazo legal.
SIRVA O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO E OU INTIMAÇÃO.
Cumpra-se.
Santa Luzia D' Oeste, data certificada.
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Processo n. 7000630-59.2021.8.22.0018
EXEQUENTE: VALMIR LEITE DA SILVA, CPF nº 82517568200, ZONA RURAL Gleba 04 LINHA P-34 - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: IZALTEIR WIRLES DE MENEZES MIRANDA, OAB nº RO6867
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS, AV. AFONSO PENA 3370 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
Valor da causa: R$ 3.086,20
DECISÃO
Vistos.
No caso em julgamento, tem-se que a condenação é de valor que sujeita ao pagamento via RPV, ou seja, o valor da execução não excede o valor do maior benefício do regime geral de previdência social (Lei ordinária municipal n. 897/2015 do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO).
Verifico que a Fazenda Pública já foi intimada e não se manifestou para impugnar a execução (art. 535, CPC).
Considerando que o prazo decorreu sem a apresentação de impugnação, HOMOLOGO os cálculos apresentados aos IDs 84055400 e 84057152.
1) Assim, requisite-se o(s) pagamento(s) do valor principal através de Precatório/RPV.
2) Consigno que antes de realizar a expedição do precatório, deverá atender o que dispõe os §§ 9º e 10º, do art. 100 da CF/88, ficando desde já INTIMADA a Fazenda Pública Municipal a apresentar débitos com a Fazenda Pública, em nome da parte Autora/Exequente, no prazo de 30 dias, sob pena de perda do direito de abatimento em Precatório.
3) Expedido a ordem de Precatório/RPV, arquive-se o feito enquanto aguarda o pagamento.
4) Caso seja necessário, providencie a escrivania a intimação da parte credora para que forneça os documentos necessários para instruírem o expediente.
No que concerne ao destaque dos honorários contratuais cumpre informar que integram o valor principal devido, e não podem ser pleiteados de maneira autônoma, de modo que o advogado, após o destaque, receba por RPV se o crédito principal é pago por precatório, devendo dele ser destacados tão somente por ocasião do depósito, a teor do disposto no art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94 – EOAB.
Assim, se o pagamento do principal for feito por precatório ou por RPV, da mesma forma serão pagos os honorários contratuais. Frise-se que este entendimento não viola a Súmula Vinculante 47, uma vez que esta não contempla os honorários contratuais, consoante jurisprudência do STF.
Defiro o destaque dos honorários advocatícios contratuais conforme percentual contratado, desde que apresentado contrato de honorários até 05 (cinco) dias da intimação desta decisão.
Intime-se.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO
Santa Luzia do Oeste/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br 7000690-95.2022.8.22.0018
EXEQUENTE: JOSE CARLOS FERMINO FARIAS, AVENIDA COMPAGNONI 3584 CRISTO REI - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: MAICON HENRIQUE MORAES DA SILVA, OAB nº RO5741A
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS, AFONSO PENA 3370, PREFEITURA CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DESPACHO
No cumprimento de sentença, para a elaboração e análise dos cálculos, necessário primeiro a implantação do direito reconhecido judicialmente.
Devido ao fato de se estar dispondo de direito eminente de caráter público na presente demanda, oportunizar-se-á, novamente, o executado em cumprir a obrigação judicialmente imposta sem que haja a necessidade de sanções.
1) Assim, intime-se o executado para que proceda incontinente a implantação da vantagem pessoal descrita na sentença, no prazo de até 30 dias, sob pena de aplicação de multa ao agente administrativo responsável pelo ato.
2) Após a implantação, independente de novo despacho, conclusos para deliberação sobre os retroativos e cálculos apresentados.

Por derradeiro, insta salientar que o prazo para impugnar os cálculos apresentados não é mais cabível à Fazenda Pública, segundo a inteligência do artigo 507 do Código de Processo Civil.
Cópia do presente serve de intimação.
Santa Luzia do Oeste, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Processo n. 7002420-44.2022.8.22.0018
REQUERENTE: EVA ALVES DA SILVA, CPF nº 42594014249, AVENIDA CARLOS GOMES 1110 CENTRO - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, RUA ABÍLIO FREIRE DOS SANTOS 152 DOIS DE ABRIL - 76900-842 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, LINHA KAPA 76 KM 45 ZONA RURAL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590
REQUERIDO: MUNICIPIO DE PARECIS, - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PARECIS
Valor da causa: R$ 4.364,19
DECISÃO
Vistos.
Retifique-se a classe da ação para Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública.
No caso em julgamento, tem-se que a condenação é de valor que sujeita ao pagamento via RPV, ou seja, o valor da execução não excede o valor do maior benefício do regime geral de previdência social (Lei ordinária municipal nº 609/2016 c/c nº 784/2020 do Município de Parecis/RO).
1) Assim, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução (art. 535, CPC), ficando advertida de que caso não apresente impugnação, será requisitado o pagamento do valor referente ao débito (Art. 535, §3º do CPC).
Fica advertida a parte executada que "[...] se alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, cumprirá à executada declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição" (art. 535, §2ª, do CPC).
2) Havendo apresentação de impugnação, intime-se a parte exequente para manifestação no prazo legal, após, tornem-me os autos conclusos.
3) Decorrido o prazo sem a apresentação de impugnação, ou havendo concordância pela parte executada quanto aos valores demandado, requisite-se o(s) pagamento(s) do valor principal através de Precatório/RPV, devendo destacar a verba honorária conforme requerido, bem como o recolhimento da verba de contribuição previdenciária.
4) Consigno que antes de realizar a expedição do precatório, deverá atender o que dispõe os §§ 9º e 10º, do art. 100 da CF/88, ficando desde já INTIMADA a Fazenda Pública Municipal a apresentar débitos com a Fazenda Pública, em nome da parte Autora/Exequente, no prazo de 30 dias, sob pena de perda do direito de abatimento em Precatório.
5) Expedido a ordem de Precatório/RPV, arquive-se o feito enquanto aguarda o pagamento.
6) Caso seja necessário, providencie a escrivania a intimação da parte credora para que forneça os documentos necessários para instruírem o expediente.
No que concerne ao destaque dos honorários contratuais cumpre informar que integram o valor principal devido, e não podem ser pleiteados de maneira autônoma, de modo que o advogado, após o destaque, receba por RPV se o crédito principal é pago por precatório, devendo dele ser destacados tão somente por ocasião do depósito, a teor do disposto no art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94 – EOAB.
Assim, se o pagamento do principal for feito por precatório ou por RPV, da mesma forma serão pagos os honorários contratuais. Frise-se que este entendimento não viola a Súmula Vinculante 47, uma vez que esta não contempla os honorários contratuais, consoante jurisprudência do STF.
Defiro o destaque dos honorários advocatícios contratuais conforme percentual contratado, desde que apresentado contrato de honorários até 05 (cinco) dias da intimação desta decisão.
Intime-se.
Cumpra-se.
SIRVA-SE ESTA DECISÃO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000133-74.2023.8.22.0018
REQUERENTE: ADAUTO COSTA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954

REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000290-47.2023.8.22.0018
REQUERENTE: VALDIRENE SIMOES DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000162-27.2023.8.22.0018
REQUERENTE: VANDERLAI ALVES DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.

Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000368-41.2023.8.22.0018
REQUERENTE: MARCOS ROBERTO DA SILVA, LINHA P06, 13, CASINHAS s/n ZONA RURAL - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FIAMA RAMOS DE SOUZA, OAB nº RO11756
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Intime-se a parte autora novamente para apresentar emenda à inicial, devendo juntar comprovante de endereço atual (últimos 3 meses), em seu nome ou outro documento hábil a comprovar relação familiar ou jurídica com o titular do comprovante.
Prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 320 c/c 321, parágrafo único, do CPC.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
7000925-33.2020.8.22.0018
EXEQUENTE: EDNA ALVES DA ROCHA, RUA AFONSO PENA 3826 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR, OAB nº RO2394A, JOILSON SANTOS DE ALMEIDA, OAB nº RO3505A
NÃO DENUNCIADO: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença em que há a informação de pagamento do débito pelo executado.
Posto isso, JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, do CPC.
Sem custas.
Sentença transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 1.000, do CPC.
Arquivem-se.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Cumprimento de sentença
7002053-20.2022.8.22.0018
REQUERENTE: SUELI ESTER DE FREITAS SIMINHUK, KAPA ZERO S/N KM 40 - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A, FELIPE WENDT, OAB nº RO4590

REQUERIDO: MUNICIPIO DE PARECIS, - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PARECIS
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença.
Intime-se a Fazenda Pública para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução (art. 535, CPC), ficando advertida de que caso não apresente impugnação, será requisitado o pagamento do valor referente ao débito (Art. 535, §3º do CPC).
Fica advertida a parte executada que "[...] se alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, cumprirá à executada declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição" (art. 535, §2ª, do CPC).
Havendo apresentação de impugnação, intime-se a parte exequente para manifestação no prazo legal e, após, tornem-me os autos conclusos.
Decorrido o prazo sem a apresentação de impugnação, ou havendo concordância pela parte executada quanto aos valores demandado, requisite-se o(s) pagamento(s) do valor principal através RPV, bem como o recolhimento da contribuição social.
Expedida a ordem de RPV, arquive-se o feito enquanto aguarda o pagamento.
Caso seja necessário, intime-se a parte credora para que forneça os documentos necessários para instruírem o expediente.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Procedimento do Juizado Especial Cível
7000259-27.2023.8.22.0018
AUTOR: KAREN CRISTINA BARROS ROCHA, RUA JORGE TEIXEIRA OLIVEIRA 2035 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390
REQUERIDOS: CENTRO DE EDUCACAO DE ROLIM DE MOURA LTDA, 25 DE AGOSTO 6961, AVENIDA 25 DE AGOSTO 4698 SAO CRISTOVAO - 76940-971 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA, AV. 25 DE AGOSTO 6961 SÃO CRISTOVÃO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: DANIEL CIDRAO FROTA, OAB nº CE19976, ANDRE RODRIGUES PARENTE, OAB nº CE15785, NELSON BRUNO DO REGO VALENCA, OAB nº CE15783, MARCIO RAFAEL GAZZINEO, OAB nº CE23495
DECISÃO
Vistos.
A parte autora e a requerida SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA interpuseram recurso inominado.
Recebo os recursos, por serem próprios e tempestivos.
Deixo de atribuir efeito suspensivo, pois não comprovada a probabilidade da ocorrência de dano grave ou de difícil reparação (art. 43 da Lei 9.099/95).
Nos termos do art. 332, § 4º do CPC, intimem-se as recorridas para, caso queiram, ofereçam resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias.
Após, encaminhem-se os autos à Turma Recursal para apreciação, com as nossas sinceras homenagens.
Serve a presente como intimação.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS Santa Luzia do Oeste - Vara Única Dom Pedro I, santaluziacpe@tjro.jus.br, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000,(69) 34342439 Processo nº : 7001426-79.2023.8.22.0018 Requerente: AUTOR: TEREZINHA DE JESUS CARDOSO Advogado: Advogado do(a) AUTOR: MATHEUS RODRIGUES PETERSEN - RO10513
Requerido(a): REU: LEOMAR LEITE DE SOUZA Advogado: INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: NUCOMED - S. de conciliação 1 - Whatsapp 3309-8590 Data: 29/08/2023 Hora: 08:30 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
Fone/WhatsApp:
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO:
1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência.

ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); Santa Luzia D'Oeste, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, santaluziacpe@tjro.jus.br, Santa Luzia D'Oeste - RO - CEP: 76950-000
Processo : 7002012-58.2019.8.22.0018
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ROSINEIA MILBRATZ
Advogado do(a) AUTOR: MARCIO SUGAHARA AZEVEDO - RO4469
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - RPV E PRECATÓRIO CADASTRADOS Fica a parte REQUERENTE intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca das RPVs/PRECATÓRIOS cadastrados.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
7001425-02.2020.8.22.0018
NÃO DENUNCIADO: MARA SILVIA DE PAIVA JESUS, AVENIDA CARLOS GOMES 167 CENTRO - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: DIEGO HENRIQUE NEVES ROSA, OAB nº RO8483
EXEQUENTE: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO EXEQUENTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Conforme decisão anterior, intime-se o executado para, querendo, impugnar os cálculos da contadoria no prazo de 5 (cinco) dias.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 14 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Cumprimento de sentença
7000300-96.2020.8.22.0018
REQUERENTE: MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA, CPF nº 49793225220, LINHA P34 - KM 01 S/N ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: MARCIO SUGAHARA AZEVEDO, OAB nº RO4469
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AV BRASIL 3374 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Vistos.
Cuida-se de cumprimento de sentença.
Considerando que a parte exequente não se opôs ao valor depositado pelo executado, pugnando pela expedição do alvará para levantamento do valor que já encontra-se depositado.
Sendo assim, expeça-se alvará para levantamento da importância informada nos autos, em favor do exequente ou de seu advogado, desde que este possua poderes específicos para tanto, estando desde já autorizada a transferência, acaso seja informada conta bancária.
Intime-se o patrono da parte exequente para retirar o(s) alvará(s) expedido(s), podendo fazê-lo via internet, bem como comprovar seu levantamento no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento do feito.
Efetuado o levantamentos pelo exequente, tornem os autos concluso para extinção.
Intimem-se
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Cumpra-se.
Santa Luzia D'Oeste, data certificada.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000228-07.2023.8.22.0018
REQUERENTE: MARIA CRISTINA POSSE
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se da presente, bem como intime-se o requerido da sentença proferida.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 14 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000223-82.2023.8.22.0018
REQUERENTE: MARCILEIDE LEITE DE SOUZA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se da presente, bem como intime-se o requerido da sentença proferida.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 14 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000148-43.2023.8.22.0018
REQUERENTE: CLAUDIO ROBERTO GONCALVES
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 14 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Processo n. 7000669-85.2023.8.22.0018
AUTOR: DANIEL INACIO DA SILVA, CPF nº 45916438672, LINHA P-70 KM 1,5 ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: JANTEL RODRIGUES NAMORATO, OAB nº RO6430, RUA DOM PEDRO I 2427 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA, RONALDO BOEK SILVA, OAB nº RO10833
REU: I. -. I. N. D. S. S., AV. RIO BRANCO 4466 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Valor da causa: R$ 15.624,00
DESPACHO
Vistos.
O INSS ofereceu proposta de acordo no documento de ID 89242989.
Instada, a parte autora apresentou contraproposta de acordo e pugnou pela intimação da autarquia previdenciária para se manifestar acerca da referida proposta.

Pois bem.
Intime-se o INSS para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se acerca da contraproposta de acordo ofertada pelo autor.
Pratique-se o necessário. Cumpra-se
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO
Santa Luzia do Oeste/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000219-45.2023.8.22.0018
REQUERENTE: LORENILZA DA HORA MELO
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Ação Penal - Procedimento Ordinário
0000354-55.2018.8.22.0018
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REU: LUTERO ROSA DO PARAISO, AV. DOS PIONEIROS 413 CENTRO - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: DAIANE GLOWASKY, OAB nº RO7953, - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA, EDER JUNIOR MATT, OAB nº RO3660A
DECISÃO
Vistos.
Regularmente intimado para apresentação das alegações finais, a defesa do réu quedaram-se inerte (ID 82946950).
Acerca do abandono de causa, o Código de Processo Penal determina em seu artigo 265: "O defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicado previamente o juiz, sob pena de multa de dez a cem salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis" (grifou-se). Além da multa, referido dispositivo faz referência às demais sanções cabíveis em relação ao advogado, entre as quais a prevista na Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, artigo 34, XI, c/c artigos 35, I e 36, I).
As alegações finais, por se constituir em peça indispensável, não é dado ao mandatário eximir-se de ofertá-la. Assim, renove-se vista ao causídico para que apresente memoriais defensivos em favor do acusado, no prazo de 05 (cinco) dias. Permanecendo inerte novamente os advogados Eder Junior Matt (OAB/RO 3660) e Daiane Glowasky (OAB/RO 7953) e nesta oportunidade, aplico desde já multa fixada em 10 salários mínimos, revestida em favor do Estado de Rondônia. Devem ser intimados para efetuarem o pagamento da multa no prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido o prazo sem o adimplemento, inscreva-se em dívida ativa. Ainda, comunique-se à Ordem dos Advogados do Brasil para conhecimento e providências que o caso requerer, pois inadmite-se que o defensor possa abandonar o processo, senão por motivo imperioso, comunicando previamente ao juiz da causa.
Transcorrido o prazo legal sem apresentação, intime-se pessoalmente o acusado sobre a desídia do seu patrono para, querendo, em 24 horas constituir advogado de sua inteira confiança.

[...] O réu tem o direito de escolher o seu próprio defensor. Essa liberdade de escolha traduz, no plano da persecutio criminis, específica projeção do postulado da amplitude de defesa proclamado pela Constituição. Cumpre ao magistrado processante, em não sendo possível ao defensor constituído assumir ou prosseguir no patrocínio da causa penal, ordenar a intimação do réu para que este, querendo, escolha outro Advogado. Antes de realizada essa intimação - ou enquanto não exaurido o prazo nela assinalado - não é lícito ao juiz nomear defensor dativo sem expressa aquiescência do réu." (RTJ 142/477, Rel. Min. CELSO DE MELLO).
Expirado o prazo sem indicação de advogado, desde já nomeio um dos Defensores Públicos atuantes nesta comarca para assistir o réu.
Encaminhe-se os autos.
Cumpra-se.
Pratique-se o necessário.
Intime-se.
SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste,14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000231-59.2023.8.22.0018
REQUERENTE: EDSON LUIZ DOS SANTOS FILHO
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se da presente, bem como intime-se o requerido da sentença proferida.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 14 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000285-25.2023.8.22.0018
REQUERENTE: SANDRA PAIXAO DA COSTA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".

Leia-se: “Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil”.
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se da presente, bem como intime-se o requerido da sentença proferida.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D’Oeste, 14 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D’Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000310-38.2023.8.22.0018
REQUERENTE: AUREA LUZ DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: “Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil”.
Leia-se: “Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil”.
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D’Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000328-59.2023.8.22.0018
REQUERENTE: REINALDO ESPIRITO SANTO
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: “Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil”.
Leia-se: “Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil”.
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se da presente, bem como intime-se o requerido da sentença proferida.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D’Oeste, 14 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Número do processo: 7000518-56.2022.8.22.0018
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: SILVINA MARIA DE ALENCAR
ADVOGADOS DO REQUERENTE: DANIEL DE PADUA CARDOSO DE FREITAS, OAB nº RO5824, MARIA STELLA MARINHO SETTE, OAB nº RO10585
Polo Passivo: SUDASEG SEGURADORA DE DANOS E PESSOAS S/A, ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S/A, IPERON - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO ESTADO DE RONDONIA, Estado de Rondônia
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR, OAB nº PE23289, BRUNO MARIO DA SILVA, OAB nº PR82064, EVELYSE DAYANE STELMATCHUK, OAB nº PR100778, PROCURADORIA ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Despacho
Vistos.
Recebo o recurso, por ser próprio e tempestivo.
Contrarrazões já apresentadas pela parte recorrida (ID 91510757).
Assim, encaminhem-se os autos à Turma Recursal para apreciação, com as nossas sinceras homenagens.
Cumpra-se.
Santa Luzia D'Oeste, 14 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Cumprimento de sentença
7001523-79.2023.8.22.0018
REQUERENTE: ANA CAROLINA OLIVEIRA GUEDES MEMORIA, AVENIDA MALAQUITA 3205, apto 04, - DE 3155 A 3369 - LADO ÍMPAR NOVA ESPERANÇA - 76961-655 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ANA CAROLINA OLIVEIRA GUEDES MEMORIA, OAB nº RO11965
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA JOSÉ DE ALENCAR 2613, - DE 2727/2728 A 2967/2968 CENTRO - 76801-064 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
O presente processo não é de competência do Juizado Especial.
Assim, à CPE para que promova as correções de fluxo e competência para que os autos tramitem na Vara Cível.
Após, retornem conclusos.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Procedimento do Juizado Especial Cível
7001551-47.2023.8.22.0018
EXEQUENTE: CONECTIVA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE LTDA - ME
ADVOGADO DO EXEQUENTE: IZALTEIR WIRLES DE MENEZES MIRANDA, OAB nº RO6867
EXECUTADO: RAYANE MICHELE OLIVEIRA SANTOS, AV NOVO ESTADO 2761 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a parte autora para apresentar emenda à inicial, devendo retificar o cálculo apresentado e o valor da causa, para incluir como data de início dos juros a data de vencimento do título.
Esclareço que o título apresentado venceu no ano de 2022, porém, no cálculo apresentado consta o ano de 2020 como data inicial da incidência dos juros, resultando em quantia superior à devida.
Advirto à exequente que a prática proposital de atos prejudiciais à parte executada culminará em sanção por litigância de má-fé e ato atentatório a dignidade da justiça.
Prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 320 c/c 321, parágrafo único, do CPC.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Execução de Título Extrajudicial
7002517-78.2021.8.22.0018
EXEQUENTE: VALDIR FERREIRA ROCHA, RUA 03 51, DISTRITO NOVO PARAISO - 76977-000 - SÃO FELIPE D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: VITOR FERRARI SOSSAI, OAB nº RO11503
EXECUTADO: LINDOMAR ALVES VITOR, RUA 07 DE SETEMBRO 579, AO LADO DO QUARTEL DA POLICIA MILITAR CENTRO - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXECUTADO: GECILENE ANTUNES FAUSTINO, OAB nº RO2474
SENTENÇA
Vistos.
LINDOMAR ALVES VITOR, qualificado nos autos, opôs EMBARGOS À EXECUÇÃO em face de VALDIR FERREIRA ROCHA alegando, em síntese, que comprou um lote de terra do embargante, porém, este não lhe entregou o imóvel, razão pela qual não efetuou o pagamento ora executado, caracterizando-se a exceção do contrato não cumprido.
Instado a manifestar-se, o embargado impugnou os embargos, alegando que o negócio jurídico referente à venda do imóvel não possui relação com o título executado, tanto que o contrato de compra e venda e a nota promissória possuem valores diferentes.
É o relatório. Decido.
Tratando-se de matéria eminentemente de direito, que prescinde, portanto, de produção de provas, passo ao julgamento antecipado do mérito, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil.
A tese do embargante não merece acolhida.
Ficou devidamente demonstrado, diante do título que fundamenta a presente execução, que a parte embargada efetivamente possui um crédito com a embargante.
Além disso, quando da apresentação dos embargos, não houve negativa da parte executada/embargante quanto à existência da dívida, mas tão somente no que se refere ao suposto descumprimento de um contrato por parte do embargado.
Todavia, a execução não é embasada contrato, mas sim em uma nota promissória, título de crédito dotado de autonomia e que, em regra, independe de comprovação da origem da dívida para sua execução.
A nota promissória apresentada preenche os requisitos de certeza, liquidez e exigibilidade, e confirma suficientemente a obrigação e o crédito objeto do pedido executório, inexistindo elementos capazes de infirmá-lo.
No caso, estão presentes todos os requisitos essenciais à nota promissória: denominação nota promissória expressa, promessa pura e simples de pagar quantia determinada, época do pagamento; lugar do pagamento; pessoa a quem ou à ordem de quem deve ser paga e assinatura do emitente (subscritor).
A autenticidade da nota promissória é inquestionável, pois foi firmada pelo executado, sendo devidamente assinada por este, inclusive com reconhecimento de firma.
Ainda, embora o embargante alegue que a nota promissória decorra de contrato de compra e venda de um lote de terra, o referido contrato sequer possui o mesmo valor do título que embasa a execução.
Ademais, apesar de defender que não pagou a dívida pois o exequente não lhe entregou o imóvel, o embargante ofereceu como garantia da execução o exato imóvel objeto do contrato que alega não ter sido cumprido pelo embargado, qual seja, um "lote de terral rural, denominado lote n. 03, localizado no assentamento Boa Esperança, sendo uma fração ideal de meio alqueire, ou seja, uma área de 1,2100 (uma hectare e vinte e um ares), cujo endereço é linha 10, km 17, no Município de Parecis" (ID. 70840766), o que demonstra a irrazoabilidade de sua tese.
Assim, a parte embargante não produziu nenhum demonstrativo que fosse capaz de comprovar suas alegações ou modificar, impedir ou extinguir o direito do exequente.
Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os embargos à execução opostos por LINDOMAR ALVES VITOR e em face de VALDIR FERREIRA ROCHA.
Condeno o embargante ao pagamento das custas processuais, nos termos do art. 55, parágrafo único, II, da Lei 9.099/95.
Publicação e registro automáticos.
Intimem-se.
Com o trânsito em julgado, certifique-se.
SIRVA A PRESENTE COMO INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000138-96.2023.8.22.0018
REQUERENTE: CHAIANE DE PAULA VARGEM
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000184-85.2023.8.22.0018
REQUERENTE: SERGIO LUCIANE NEVES DE MIRANDA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000195-17.2023.8.22.0018
REQUERENTE: GECIMAR NEVES VITAL
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar,

em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000197-84.2023.8.22.0018
REQUERENTE: IVANILDA MARIA DE SOUZA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
7000807-86.2022.8.22.0018
Procedimento do Juizado Especial Cível
GERALDO LUIZ DA SILVA, LINHA P34/KM 04,5 S/N ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
FELIPE WENDT, OAB nº RO4590, ROSANA FERREIRA PONTES, OAB nº RO6730, EBER COLONI MEIRA DA SILVA, OAB nº RO4046A
MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS, AVENIDA AFONSO PENA 3.370 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO
Vistos.
O requerido interpôs recurso inominado.
Presentes os requisitos de admissibilidade, recebo o recurso no efeito devolutivo, conforme art. 43 da Lei n. 9.099/95.
Contrarrazões já apresentadas pela parte recorrida.
Assim, encaminhem-se os autos à Turma Recursal para apreciação, com as nossas sinceras homenagens.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
7002521-81.2022.8.22.0018
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
ANA LUCIA DA SILVA PORTO MACIEL, LINHA 184 s/n ZONA RURAL - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ALVARO MARCELO BUENO, OAB nº RO6843A
Estado de Rondônia
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
A parte requerente apresentou prestação de contas (ID. 91439553).
Considerando a anuência do Estado, HOMOLOGO a prestação de contas apresentada pela parte autora.
Ainda, recebo o recurso interposto pelo requerido (ID. 91075609), no efeito devolutivo, pois presentes os requisitos de admissibilidade.
Contrarrazões já apresentadas pela parte recorrida.
Assim, encaminhem-se os autos à Turma Recursal para apreciação, com as nossas sinceras homenagens.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Procedimento do Juizado Especial Cível
7000691-46.2023.8.22.0018
AUTOR: PAULO CANDIDO DA ROSA, LINHA P-34, KM 2,5 S/N ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: KESIA SILVA OLIVEIRA, OAB nº PB25948, MICAELLA CAMPOS GONCALVES DE MORAIS, OAB nº PB23978, EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Recebo o recurso, por ser próprio e tempestivo.
Contrarrazões já apresentadas pela parte recorrida.
Assim, encaminhem-se os autos à Turma Recursal para apreciação, com as nossas sinceras homenagens.
Cumpra-se.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Execução de Título Extrajudicial
7001243-11.2023.8.22.0018
EXEQUENTE: AGOPECUÁRIA GD LTDA-ME, AAV. TANCREDO NEVES 3497 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: TORQUATO FERNANDES COTA, OAB nº RO558A
EXECUTADO: RUI FERNANDES FRAGA, LINHA 180, SUL KM05 ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
Cancele-se a audiência de conciliação designada.
A parte executada satisfez a obrigação exigida por meio desta demanda, razão pela qual extingo a execução, o que faço com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil.
Sentença transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 1.000, do CPC.
Dispensada a intimação.
Arquivem-se.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Procedimento do Juizado Especial Cível
7000853-41.2023.8.22.0018
AUTORES: JOSE ERNESTO DE OLIVEIRA, CPF nº 16223152272, LINHA P-34, KM 2.5 S/N ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA, ROSILENE FREITAS DE OLIVEIRA DOS SANTOS, CPF nº 81737211220, LINHA P-34, KM 2.5 s/n ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA, KAMILA DE ALMEIDA NEVES OLIVEIRA, CPF nº 90829565272, LINHA P-34 KM 2.5 ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA, ELIANE DA SILVA MOURA, CPF nº 91706149204, LINHA P-34 KM 2.5 ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: BRUNA BARBOSA DA SILVA, OAB nº RO10035
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: EDUARDO QUEIROGA ESTRELA MAIA PAIVA, OAB nº PB23664, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos
Recebo a ação para processamento.
1. À CPE para que designe audiência de conciliação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
A audiência será realizada por videoconferência pelo Cejusc de Santa Luzia D'Oeste, por meio do aplicativo Google Meet, de modo que as partes deverão baixar o referido aplicativo no celular, computador, notebook ou tablet, para fins de participação na solenidade virtual.
2. INTIME-SE a parte autora, por meio de seu advogado(a), via PJE, advertindo-a que seu não comparecimento a qualquer audiência do processo ensejará extinção e arquivamento do mesmo. Assim como, na oportunidade, fica a parte autora intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar seu número de contato com whatsapp ou endereço eletrônico (parte e advogado) para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias.
3. Proceda-se a CITAÇÃO e INTIMAÇÃO da parte requerida (Via sistema), de todos os termos da ação que tramita nesta vara, bem como para participar da audiência de conciliação virtual, ocasião em que, não havendo acordo, poderá apresentar a contestação no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada, assim como, requerer provas, indicar testemunhas, com sua completa qualificação, justificando o objetivo da(s) prova(s) requerida(s), sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra.
4. Fica a parte requerida intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, fornecer seu número de contato com whatsapp ou endereço eletrônico para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias, por meio dos números 3309-8590 ou 3309-8591 (Cejusc).
5. No dia e horário agendados, todas as partes deverão estar online e em ambiente ao máximo silencioso para uma melhor comunicação, com vídeo e áudios habilitados (computador ou smartphone), munidos de documentos de identificação pessoal com foto.
6. Consigno que há possibilidade de utilização da sala passiva. Anoto que a utilização da sala passiva é excepcional apenas para quem não disponha de recursos tecnológicos para participar da audiência, podendo nesse caso se dirigir a sede da comarca onde será disponibilizada sala com recursos para sua oitiva.
7. Advirto a parte requerida que havendo necessidade de assistência por defensor público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, diretamente na Defensória Pública de seu domicilio (69) 3434-2228 e 99286-8083 (Art. 221, XIII - Diretrizes Gerais Judiciais).
8. Ressalto que se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada.
9. Advirtam-se as partes: (Art. 7º do Provimento Corregedoria nº 18/2020)
I - Os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42 da Lei nº 9099/95);
II - As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a/o carta/mandado de intimação cumprido(a) no endereço constante dos autos;
III - deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV - se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou pelos números 3309-8591 ou 3309-8590.
V - deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO;
VI - deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII - a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil);
IX - tratando-se a parte requerida de pessoa jurídica e havendo relação de consumo, desde já inverto o ônus da prova;
X - nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XI - a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XII - a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;

XIII - durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da Lei n. 9.099/95).
Maiores informações sobre as audiências virtuais poderão ser obtidas por meio dos números 3309-8591 ou 3309-8590 (CEJUSC).
SIRVA O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Cumprimento de sentença
7000840-47.2020.8.22.0018
REQUERENTE: FOLOZINA MENDES DE OLIVEIRA, LINHA P-30, CHÁCARA BOA VISTA ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: MARCIO ANTONIO PEREIRA, OAB nº RO1615A, NEIRELENE DA SILVA AZEVEDO, OAB nº RO6119
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AV. BRASIL 3374 CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
Vistos.
À CPE: Retifique-se a classe da ação para Cumprimento de Sentença.
De início, insta salientar que conforme já esclarecido em outros processos demandados em face do INSS, não há necessidade das partes atualizarem o valor a todo tempo. Caso o valor do cálculo apresentado junto com a inicial da fase de cumprimento de sentença esteja correto, será homologado e a partir daí, as expedições serão atualizadas conforme Manual de Cálculo da Justiça Federal.
No caso em julgamento, tem-se que a condenação é de valor que não se sujeita ao pagamento via precatório, pretendendo o pagamento via RPV. Desta feita, cabível condenação de honorários advocatícios concernentes a fase de execução, pelos quais, fixo os honorários para esta fase, em 10% do valor total da execução (art. 85, §§ 2º e 3º, I, CPC).
Intimem-se a Fazenda Pública para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução (art. 535, CPC), ficando advertida de que caso não apresente impugnação, será requisitado o pagamento do valor referente ao débito. (Art. 535, §3º do CPC).
Havendo apresentação de impugnação, intime-se a parte exequente para manifestação no prazo legal, após, tornem-me os autos conclusos.
Decorrido o prazo sem a apresentação de impugnação, ou havendo concordância pela parte executada quanto aos valores demandado, requisite-se o(s) pagamento(s) (principal/honorários), através de RPV, observando as normas contidas no Manual de Procedimentos Relativos aos Pagamentos de Precatórios e Requisições de Pequeno valor na Justiça Federal.
No que concerne ao destaque dos honorários contratuais cumpre informar que integram o valor principal devido e não podem ser pleiteados de maneira autônoma, de modo que o (a) advogado (a), após o destaque, receberá por RPV, devendo dele ser destacados tão somente por ocasião do depósito, a teor do disposto no art. 22, § 4º, da Lei n. 8.906/94 – EOAB.
Diante disso, considerando o disposto no art. 22, §4º da Lei n. 8.906/94, defiro o destacamento dos honorários contratuais a ser destacado do momento do depósito do precatório/RPV, no percentual de 30 % definido no contrato, desde que este esteja anexado ao processo.
A escrivania deve destacar o percentual de 30% do RPV/Precatório e não o valor indicado pelo(a) patrono (a).
INDEFIRO eventual pedido de destacamento do valor referente aos honorários contratuais dissociados do principal, posto que o Supremo Tribunal Federal já assentou a inviabilidade de expedição de RPV ou de precatório para pagamento de honorários contratuais dissociados do principal a ser requisitado, vejamos:
EMENTA Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. Processual Civil. Honorários advocatícios contratuais. Destaque da verba após a expedição de requisição de pagamento do valor principal. Impossibilidade. Súmula Vinculante nº 47. Inaplicabilidade. Precedentes. 1. Segundo a firme jurisprudência da Corte, a Súmula Vinculante nº 47 não alcança os honorários contratuais resultantes do contrato firmado entre advogado e cliente, não abrangendo aquele que não fez parte do acordo. 2. O Supremo Tribunal Federal já assentou a inviabilidade de expedição de RPV ou de precatório para pagamento de honorários contratuais dissociados do principal a ser requisitado, à luz do art. 100, § 8º, da Constituição Federal. 3. Inviável, em recurso extraordinário, a análise da legislação infraconstitucional. 4. Agravo regimental não provido. 5. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC, pois não houve prévia fixação de honorários advocatícios na causa. (STF - ARE: 1374239 RJ 0000535-67.2019.4.02.0000, Relator: DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 27/06/2022, Primeira Turma, Data de Publicação: 09/08/2022). Grifos nossos.
Determino ainda intimação, no prazo comum da cinco dias nos termos do Art. 11 da Resolução 405/2016 de 09.06.2016 do CJF, o qual transcrevo: "Tratando-se de precatórios ou RPVs, o juiz da execução, antes do encaminhamento ao tribunal, intimará as partes do teor do ofício requisitório.".
Enviada a(s) RPV(s), aguarde-se pelo prazo de 60 dias. (Art.535, §3º, II do CPC).
1- Com a comprovação do cumprimento da(s) RPV(s):
1.1- Expeça-se o(s) alvará(s) para pagamento ou transferência dos valores que serão depositados judicialmente, autorizando o saque pelo advogado, desde que ele possua poderes específicos para tanto.
1.2- Após, intime-se o patrono da parte autora para indicar conta bancária a receber a transferência ou retirar o(s) alvará(s) expedido(s), podendo fazê-lo via internet, devendo, no prazo de 5 dias, comprovar o levantamento do(s) mesmo(s), sob pena de extinção pelo pagamento.

Oportunamente, venham-me os autos conclusos para prolação de sentença de extinção.
SIRVA-SE ESTA DECISÃO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Cumpra-se.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento Comum Cível 7001978-78.2022.8.22.0018
AUTOR: CARMINDA ALVES DE BESSA, CPF nº 34048332287, LINHA P. 34 KM 06 ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: EVALDO ROQUE DINIZ, OAB nº RO10018
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Verifica-se nos autos que o pedido em exordial trata-se de benefício assistencial BPC-LOAS, entretanto ao ser agendada perícia médica em decisão de id 82694526, foram determinados quesitos de Auxilio doença Previdenciário.
Denota-se que os quesitos respondidos não contemplavam as questões necessárias para análise do pedido acerca do BPC-LOAS, motivo pelo qual se faz necessária realização de nova perícia.
Assim, nomeio como perito o Dr. Wheksley Coimbra Vaz Inôcencio da Silva CPF 879.840.322-20, endereço Clínica Onmed - Avenida Cuiabá, n. 2145, Centro, Cacoal - RO a fim de que examine a parte autora PRESENCIALMENTE e responda aos quesitos judiciais e aos formulados pelas partes, devendo apresentá-los nos autos no prazo de 10 (dez) dias. Em caso de haver quesitos idênticos ou visando o mesmo esclarecimento, fica autorizado o senhor perito respondê-los em bloco, evitando delongas desnecessárias.
Em atenção aos parâmetros trazidos, a título de sugestão, pelas Resoluções nº 558/07, nº 541/2007 do CJF, bem como o disposto nos artigos 25 e 28, § único, da Resolução nº 305/2014 do CJF, bem assim à presença de maior complexidade da perícia, ao zelo a ser dispensado pelo profissional perito, às diligências que envolvem o ato, ao grau de especialização do perito e ao local de sua realização, aliado, finalmente, à época em que restou editada a citada resolução, ao indispensável critério de proporcionalidade a informar a decisão judicial neste tocante - de maneira a preservar a justa remuneração do trabalho do profissional e evitar, de outra banda, gastos excessivos e desarrazoados ao poder público -, e, finalmente, às relevantes informações prestadas pelo juízo federal de 1ª instância, no que toca à questão orçamentária afeta ao tema, anoto que no caso do perito nomeado nestes autos há que se destacar que ante a falta de profissionais para desempenhar o ato que residam ou que já atendem nesta Comarca, o nobre perito nomeado se dispôs a alugar uma sala e se deslocar a Santa Luzia do Oeste para realização da referida pericia razão pela qual, FIXO OS HONORÁRIOS PERICIAIS EM R$ 400,00 (QUATROCENTOS REAIS), a serem pagos na forma das referidas Resoluções, visto ser a parte Requerente beneficiária da assistência judiciária gratuita.
Advirto o perito que se não realizar a juntada do laudo pericial no prazo estabelecido (10 dias) não haverá o pagamento dos honorários periciais.
A perícia será realizada presencialmente no dia 26/08/2023, às 10h50min, sendo o atendimento realizado apenas no horário designado, para que não ocorra aglomeração de pessoas.
Saliento que cabe ao advogado(a) da parte apresentá-la na perícia ou informá-la da data e do local da perícia, independentemente de intimação judicial. O advogado deverá orientar a parte que a perícia será realizada de forma presencial no endereço indicado.
A parte autora deverá levar consigo, cópia dos seguintes documentos: RG, CPF, comprovante de residência, receituário com medicação em uso, se for o caso, bem como todos os exames originais, que por ventura tenham sido realizados por outros médicos (raios-x, tomografias, ressonâncias e outros), ficando o advogado ciente de que deverá informar a parte.
A parte deverá comparecer no local da perícia utilizando máscara de proteção de nariz e boca, visando a proteção de sua saúde e das demais pessoas que estiverem no local.
Ressalta-se que o perito deve responder todos os quesitos presentes no laudo judicial e realizar a sua complementação quando determinado/solicitado em caso de dúvida ou divergência, conforme art. 477, §2°, I, CPC.
Após a vinda do laudo médico pericial, cite-se o INSS para contestar no prazo de 30 dias e intime-o para que, na mesma oportunidade se manifeste acerca do laudo pericial.
Com a contestação, intime-se a parte autora para, querendo, impugnar, no prazo de 15 dias e, na mesma oportunidade se manifestar a respeito do laudo pericial.
Cumpra-se.
SIRVA O PRESENTE COMO MANDADO.
SIRVA O PRESENTE COMO OFÍCIO PARA A PERITA MÉDICA.
Oficio nº
Quesitos do Juízo Para Perícia Médica (LOAS)
LAUDO MÉDICO PERICIAL
BENEFÍCIO ASSISTENCIAL À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA
IDENTIFICAÇÃO Processo nº:
Local, data e hora: _____, _____/_____/_____, às_ ____h____.
Nome:
Sexo:
( )M ( )F
Data Nascimento:
_____/_____/_____
Profissão atual:
Profissão anterior:

Empregado ( ) Desempregado ( )
Estado Civil:
Naturalidade:
Escolaridade: ( ) Ensino fundamental completo ( ) Ensino fundamental incompleto
( ) Ensino médio completo ( ) Ensino médio incompleto
( ) Ensino superior completo ( ) Ensino superior incompleto
( ) Não alfabetizado ( ) Sabe apenas assinar o nome
( ) Outra:
Endereço:
Telefone(s):
Cidade:
Estado:
CEP:
RG:
CPF:
Nome e registro do Perito Judicial:
Houve assistente técnico?
Da parte autora ( ) SIM ( ) NÃO Nome: CRM nº
Da parte ré ( ) SIM ( ) NÃO Nome: CRM nº
HISTÓRICO:
EXAME CLÍNICO:
QUESITOS:
1. No que se refere ao domínio Funções e Estruturas do Corpo, o(a) periciando(a) apresenta mudanças fisiológicas e/ou anatômicas (deficiência)?
( ) SIM ( ) NÃO
2. Qual o tipo de deficiência/impedimento (físico, mental, intelectual ou sensorial) do(a) periciando(a)?
3. Com base na documentação, exames, relatórios apresentados, literatura médica, experiência pessoal ou profissional, qual a data estimada do início da deficiência/impedimento?
4. A deficiência/impedimento apresentado é de longo prazo, ou seja, produz efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos?
5. A deficiência/impedimento prejudica o desenvolvimento físico e mental do(a) periciando(a)?
6. O(A) periciando(a) encontra-se em igualdade de condições com as demais pessoas para participar plena e efetivamente da sociedade? Em caso negativo, a dificuldade decorre da deficiência/impedimento ou de barreiras diversas? Em que medida?
7. No que se refere ao domínio Atividade e Participação, o(a) periciando(a) tem
dificuldade para a execução de tarefas?
Em caso positivo, quais, por exemplo?
8. Outros esclarecimentos que entenda necessários:
Perito do Juízo
Médico - CRM/RO nº ____
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de direito
16 de julho de 202312:56

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Procedimento do Juizado Especial Cível
7001171-24.2023.8.22.0018
AUTOR: AGOPECUÁRIA GD LTDA-ME, AAV. TANCREDO NEVES 3497 CENTRO - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: TORQUATO FERNANDES COTA, OAB nº RO558A
REU: CLAUDINEI MARIO DE OLIVEIRA, LINHA P-44 km 4,5 ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Intimada para juntar a integralidade da duplicata de ID. 91147404, p. 4, a parte autora juntou a mesma duplicata acostada no ID. 91147404, p. 2.
Assim, intime-se a parte autora para apresentar emenda à inicial, devendo juntar a integralidade da duplicata de ID. 91147404, no valor de trezentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos.
Prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 320 c/c 321, parágrafo único, do CPC.
SIRVA A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 14 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Procedimento do Juizado Especial Cível

7001361-84.2023.8.22.0018
AUTOR: EDUARDO MONEQUI, CPF nº 02122253240, LINHA P42, KM 03 S/N, SITIO ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: WASHINGTON FELIPE NOGUEIRA, OAB nº RO10776
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos
Recebo a ação para processamento.
Ante a presunção de hipossuficiência técnica da parte autora frente ao requerido, e o seu direito de demandar em igualdade de condições frente às grandes empresas, bem como diante do fato ocorrido e levando-se ainda em consideração a situação social e econômica das partes, decreto desde já a inversão do ônus da prova.
1. À CPE para que designe audiência de conciliação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
A audiência será realizada por videoconferência pelo Cejusc de Santa Luzia D'Oeste, por meio do aplicativo Google Meet, de modo que as partes deverão baixar o referido aplicativo no celular, computador, notebook ou tablet, para fins de participação na solenidade virtual.
2. INTIME-SE a parte autora, por meio de seu advogado(a), via PJE, advertindo-a que seu não comparecimento a qualquer audiência do processo ensejará extinção e arquivamento do mesmo. Assim como, na oportunidade, fica a parte autora intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar seu número de contato com whatsapp ou endereço eletrônico (parte e advogado) para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias.
3. Proceda-se: A) a CITAÇÃO da parte requerida, de todos os termos da ação que tramita nesta vara; B) INTIMAÇÃO para que a mesma forneça ao oficial de justiça seu número de contato via whatsapp ou endereço eletrônico para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias para a realização da audiência virtual, sendo que o Oficial deverá certificar nos autos os dados fornecidos ou a recusa; C) INTIMAÇÃO da parte requerida para participar da audiência de conciliação virtual, ocasião em que, não havendo acordo, poderá apresentar a contestação no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada, assim como, requerer provas, indicar testemunhas, com sua completa qualificação, justificando o objetivo da(s) prova(s) requerida(s), sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra.
4. Caso a citação seja via Carta de Intimação, fica a parte requerida intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, fornecer seu número de contato com whatsapp ou endereço eletrônico para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias, por meio dos números 3309-8590 ou 3309-8591 (Cejusc).
5. No dia e horário agendados, todas as partes deverão estar online e em ambiente ao máximo silencioso para uma melhor comunicação, com vídeo e áudios habilitados (computador ou smartphone), munidos de documentos de identificação pessoal com foto.
6. Consigno que há possibilidade de utilização da sala passiva. Anoto que a utilização da sala passiva é excepcional apenas para quem não disponha de recursos tecnológicos para participar da audiência, podendo nesse caso se dirigir a sede da comarca onde será disponibilizada sala com recursos para sua oitiva.
7. Advirto a parte requerida que havendo necessidade de assistência por defensor público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, diretamente na Defensória Pública de seu domicilio (69) 3434-2228 e 99286-8083 (Art. 221, XIII - Diretrizes Gerais Judiciais).
8. Ressalto que se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada.
9. Advirtam-se as partes: (Art. 7º do Provimento Corregedoria nº 18/2020)
I - Os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42 da Lei nº 9099/95);
II - As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a/o carta/mandado de intimação cumprido(a) no endereço constante dos autos;
III - deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV - se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou pelos números 3309-8591 ou 3309-8590.
V - deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO;
VI - deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;
VIII - a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil);
X - nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XI - a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XII - a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
XIII - durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;

XIV - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da Lei n. 9.099/95). Maiores informações sobre as audiências virtuais poderão ser obtidas por meio dos números 3309-8591 ou 3309-8590 (CEJUSC).
SIRVA O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 14 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000200-39.2023.8.22.0018
REQUERENTE: JOSE ANTONIO DE ARAUJO JUNIOR
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Monitória
7001233-69.2020.8.22.0018
AUTOR: JULMIR LAZAROTTO
ADVOGADO DO AUTOR: MANAIRA FREITAS LAZAROTTO, OAB nº RO9577
REU: PAULO SERGIO DA SILVA, ELOIR NESTLEHNER
ADVOGADO DOS REU: GABRIEL FELTZ, OAB nº RO5656
Cumpra-se a parte final da decisão de Id 63777468: " Decorrido o prazo sem manifestação, desde já nomeio um dos defensores públicos atuantes nesta Comarca para promover a defesa da parte executada/requerida. (Art. 72, II do CPC). Dê-se vista oportunamente."
Intime-se a DPE para atuar como curadora especial da parte executada citada por edital. Prazo 30 dias.
SIRVA A PRESENTE DE MANDADO
Santa Luzia D'Oeste, 14 de julho de 2023.
Juíza de Direito
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Processo n. 7001619-94.2023.8.22.0018
AUTORES: EURIDES DE LIMA, CPF nº 01623785804, LINHA P-44, KM 2.5 s/n ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA, MAURO DE LIMA, CPF nº 56886837249, LINHA P-44, KM 2.5 s/n ZONA RURAL - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DOS AUTORES: BRUNA BARBOSA DA SILVA, OAB nº RO10035
REU: MARILZA DE LIMA, CPF nº 94894019272, AV. MATO GROSSO 5056 SANTA FELICIDADE - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 207.430,30

DECISÃO
Vistos.
Denota-se em consulta ao documento de matrícula do imóvel que 50% pertence ao viúvo meeiro, sr. EURIDES DE LIMA, e que o restante do imóvel foi fracionado entre os 4 (quatro) filhos: MAURO DE LIMA, MARILZA DE LIMA, MARLENE DE LIMA BATISTA e MARLI DE LIMA, no quinhão de 12,5% para cada herdeiro.
Narra o autor que a opção por divisão do condomínio surgiu ante a desavenças familiares junto à requerida MARILZA DE LIMA, ocasião em que afirmou que o autor Mauro possui procuração pública para representar as condôminas Marlene e Marli no presente feito.
Todavia, ressalto que a referida procuração pública não foi acostada nos autos.
Assim, intime-se a parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias, para promover a emenda à inicial devendo juntar a procuração pública que o permite representar as condôminas MARLENE DE LIMA BATISTA e MARLI DE LIMA nos presentes autos, sob pena de a ação ser recebida no estado em que se encontra.
Pratique-se o necessário. Cumpra-se
SERVE A PRESENTE DE MANDADO/INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO
Santa Luzia do Oeste/RO, sexta-feira, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000212-53.2023.8.22.0018
REQUERENTE: ESTER CATIA HELL
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000139-81.2023.8.22.0018
REQUERENTE: CLARICE BUENO DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.

No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 14 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Procedimento do Juizado Especial Cível
7001525-49.2023.8.22.0018
AUTOR: EDLEUZA SOBREIRA PEREIRA, CPF nº 66134650200, AVENIDA VESCENLAU BRAS, 3179 3179 AVENIDA VESCENLAU BRAS, 3179 - 76952-000 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FRANCISCA JUSARA DE MACEDO COELHO SILVA, OAB nº RO10215
REU: GOL LINHAS AÉREAS S.A, PRAÇA SENADOR SALGADO FILHO eixos 46-48/O-P, AEROPORTO SANTOS DUMONT TÉRREO CENTRO - 20021-340 - RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA DA GOL LINHAS AÉREAS SA
DESPACHO
Vistos
Recebo a ação para processamento.
1. À CPE para que designe audiência de conciliação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
A audiência será realizada por videoconferência pelo Cejusc de Santa Luzia D'Oeste, por meio do aplicativo Google Meet, de modo que as partes deverão baixar o referido aplicativo no celular, computador, notebook ou tablet, para fins de participação na solenidade virtual.
2. INTIME-SE a parte autora, por meio de seu advogado(a), via PJE, advertindo-a que seu não comparecimento a qualquer audiência do processo ensejará extinção e arquivamento do mesmo. Assim como, na oportunidade, fica a parte autora intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar seu número de contato com whatsapp ou endereço eletrônico (parte e advogado) para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias.
3. Proceda-se: A) a CITAÇÃO da parte requerida, de todos os termos da ação que tramita nesta vara; B) INTIMAÇÃO para que a mesma forneça ao oficial de justiça seu número de contato via whatsapp ou endereço eletrônico para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias para a realização da audiência virtual, sendo que o Oficial deverá certificar nos autos os dados fornecidos ou a recusa; C) INTIMAÇÃO da parte requerida para participar da audiência de conciliação virtual, ocasião em que, não havendo acordo, poderá apresentar a contestação no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada, assim como, requerer provas, indicar testemunhas, com sua completa qualificação, justificando o objetivo da(s) prova(s) requerida(s), sob pena de indeferimento da prova e julgamento do feito no estado em que se encontra.
4. Caso a citação seja via Carta de Intimação, fica a parte requerida intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, fornecer seu número de contato com whatsapp ou endereço eletrônico para recebimento do link de acesso à reunião e as demais comunicações necessárias, por meio dos números 3309-8590 ou 3309-8591 (Cejusc).
5. No dia e horário agendados, todas as partes deverão estar online e em ambiente ao máximo silencioso para uma melhor comunicação, com vídeo e áudios habilitados (computador ou smartphone), munidos de documentos de identificação pessoal com foto.
6. Consigno que há possibilidade de utilização da sala passiva. Anoto que a utilização da sala passiva é excepcional apenas para quem não disponha de recursos tecnológicos para participar da audiência, podendo nesse caso se dirigir a sede da comarca onde será disponibilizada sala com recursos para sua oitiva.
7. Advirto a parte requerida que havendo necessidade de assistência por defensor público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, diretamente na Defensória Pública de seu domicilio (69) 3434-2228 e 99286-8083 (Art. 221, XIII - Diretrizes Gerais Judiciais).
8. Ressalto que se a parte autora desejar se manifestar sobre as preliminares e documentos juntados na resposta terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência realizada.
9. Advirtam-se as partes: (Art. 7º do Provimento Corregedoria nº 18/2020)
I - Os prazos processuais no juizado especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 42 da Lei nº 9099/95);
II - As partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a/o carta/mandado de intimação cumprido(a) no endereço constante dos autos;
III - deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Google Meet de seu celular ou no computador, a partir do link fornecido na comunicação;
IV - se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou pelos números 3309-8591 ou 3309-8590.
V - deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO;
VI - deverá acessar o ambiente virtual com o link fornecido na data e horário agendados para realização da audiência;
VII - assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transigir;

VIII - a pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá apresentar no processo, até a abertura da audiência de conciliação, instrução e julgamento, carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil);
IX - tratando-se a parte requerida de pessoa jurídica e havendo relação de consumo, desde já inverto o ônus da prova;
X - nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado;
XI - a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais;
XII - a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado, no horário da audiência, poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial;
XIII - durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial;
XIV - Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato será registrado na ata de audiência e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da Lei n. 9.099/95).
Maiores informações sobre as audiências virtuais poderão ser obtidas por meio dos números 3309-8591 ou 3309-8590 (CEJUSC).
SIRVA O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7001553-17.2023.8.22.0018
REQUERENTE: EDSON MOREIRA, RUA 07 DE SETEMBRO 1978 SETOR CHACAREIRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA D OESTE, A. 07 DE SETEMBRO 2370 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO OESTE
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a parte autora para emendar a inicial, devendo juntar termo de posse, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único do CPC.
Sendo juntado o termo de posse, desde já recebo a inicial.
Tendo em vista os princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade (art. 27 da Lei 12.153/09 c/c art. 2º da Lei 9.099/95), deixo de designar a solenidade conciliatória, porque em todas as ações em trâmite, nesta vara, contra a fazenda pública, a audiência restou frustrada pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação específica que regulamente a Lei 12.153/09.
Ademais, conforme entendimento firmado no Encontro Estadual dos Juizados Especiais de Rondônia, é desnecessária a audiência quando se verificar, pela natureza da matéria, não haver nenhum prejuízo: "Prescindem da sessão de conciliação, que alude o art. 16 da Lei 9.099/95, as ações de massa propostas perante o Juizado Especial Cível, sempre que a matéria nelas versada for essencialmente de direito e a composição entre as partes já se tenha revelado inócua em casos idênticos."
Tal enunciado está em perfeita harmonia com os princípios norteadores da Lei 9.099/95, quais sejam, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 2º), que também se aplicam ao Juizado Especial da Fazenda Pública por força do art. 27 da Lei 12.153/2009.
Assim, tratando-se os autos de discussão de matéria de direito, CITE-SE e INTIME-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 9º e 7º da Lei 12.153/09.
Caso haja interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação, deverá consignar expressamente na contestação.
Com a juntada da contestação, INTIME-SE a parte autora para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.
Caso não sejam arroladas testemunhas, ou tratar-se de matéria exclusivamente de direito, voltem conclusos para julgamento antecipado da lide.
A parte requerida, caso queira ouvir testemunhas, deverá arrolá-las junto com a contestação, sob pena de preclusão.
Do mesmo modo, caso a parte autora queira ouvir testemunhas, deverá apresentar rol no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da intimação desta decisão, caso não o tenha feito na inicial, sob pena de preclusão.
SIRVA O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br
Email: slovungab@tjro.jus.br - Telefone: (69) 3309-8551 (WhatsApp)
Cumprimento de sentença

7001950-47.2021.8.22.0018
REQUERENTE: PAETA CONFECCOES E ACESSORIOS EIRELI - ME, AVENIDA BRASIL 2425 CENTRO - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ANA PAULA DOS SANTOS OLIVEIRA, OAB nº RO9447
REQUERIDO: MICHELI ALENCAR PASCOAL, CHÁCARA SETOR -02, KM01 , S/N ZONA RURAL - 76950-000 - SANTA LUZIA D'OESTE - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença (arts. 523 e 525 do CPC).
1- Intime-se a parte executada para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague, voluntariamente, o valor atualizado e discriminado do débito, sob pena de aplicação de multa de 10% sobre o valor e demais cominações legais, nos termos do art. 523 do CPC, e regular execução da sentença, com os devidos atos expropriatórios.
Advirta-se a parte executada de que, após decorrido o prazo acima assinalado para cumprimento voluntário da obrigação de pagar, começará a fluir o prazo, também de 15 (quinze) dias, para que, caso queira, apresente impugnação ao pedido de cumprimento de sentença nos próprios autos (CPC, artigo 525).
Havendo impugnação, intime-se a parte exequente para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias.
Caso o pagamento do valor executado seja efetuado, tornem os autos conclusos.
2- Decorrido o prazo da impugnação, não havendo informação de satisfação da obrigação nos autos, dê prosseguimento à execução.
3- Desde já, defiro o pedido de consulta via Sisbajud.
Considerando o disposto no art. 835, I e art. 854, ambos do CPC, decreto a indisponibilidade de eventuais ativos financeiros porventura existentes em nome do executado (bloqueio de valores on line via SISBAJUD).
3.1- Confeccione-se minuta Sisbajud REQUERIDO: MICHELI ALENCAR PASCOAL.
Aguarde-se por 05 (cinco) dias respostas das instituições bancárias/financeiras.
Com resposta positiva, desde já consigno que será convolado em penhora, devendo imediatamente ser intimada a parte executada, para, querendo, interpor embargos.
3.2- Nada sendo informado, ou havendo bloqueio de quantia irrisória, DEFIRO o pedido de consulta e bloqueio via sistema RENAJUD, requerido pela parte exequente.
Encontrado o veículo em nome da parte executada, proceda-se a restrição de transferência.
Após, intime-se a exequente para indicar a localização do veículo, para penhora, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de liberação da restrição.
4- Não sendo frutífera a consulta, expeça-se Mandado de Penhora e Avaliação.
Penhore-se e avalie-se tantos bens quanto forem suficientes para quitar o débito.
Para a tentativa de penhora, caso o executado não indique bens e na hipótese de não serem encontrados bens penhoráveis em seu poder/residência/estabelecimento, deverá o Oficial de Justiça diligenciar a tantos órgãos e entidades competentes para registros de existência e movimentação de bens móveis (IDARON, Junta Comercial, Prefeitura, Registro de Imóveis, etc) quantos forem possíveis a fim de esgotar todas as diligências que possam ser empregadas na tentativa de encontrar bens do devedor, de tudo certificando, pormenorizadamente, nos autos.
Não será necessária consulta ao DETRAN, pois, em havendo tal necessidade, o Juízo valer-se-á do sistema RENAJUD.
Inexistindo bens penhoráveis, DESCREVER os bens que guarnecem a residência ou estabelecimento da parte executada (art. 836, §1º do CPC).
Se a penhora recair sobre bem imóvel, intime-se o cônjuge para tomar conhecimento, bem como proceda-se com o registro da penhora/arresto junto à respectiva matrícula, observando o disposto nos Provimentos da Corregedoria Geral de Justiça deste tribunal, 021/2015-CG e 011/2016-CG, que regulamentam a utilização da Central de Registro de Imóveis Eletrônica.
4.1- Caso não se localize bens penhoráveis da parte executada, intime-se a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, indicar bens à penhora ou outro procedimento para continuidade da execução, sob pena de extinção e arquivamento dos autos.
5- Efetivada a penhora, intime-se a parte executada da possibilidade de oferecer embargos no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da assinatura do auto de penhora, nos termos do art. 52, inciso IX da Lei 9.099/95.
5.1- Havendo penhora e decorrido o prazo de embargos, intime-se a parte exequente para manifestar acerca da penhora realizada, no prazo de 05 (cinco) dias, indicando o que requer para o caso, podendo, inclusive, requerer a adjudicação do bem, sob pena de extinção e liberação da penhora.
Caso a parte exequente queira ficar como depositária dos bens, deverá acompanhar as diligências do Oficial de Justiça. Do contrário, ficará a parte executada como fiel depositária de eventuais bens penhorados (840, § 2º do CPC).
Consigno, por fim, que não serão deferidos pedidos de Serasajud e suspensão/apreensão de CNH, suspensão de CPF, bloqueios de cartões de crédito e, ainda, apreensão de passaporte, por ausência de razoabilidade e plausabilidade jurídica na medida.
Não sendo localizados bens e não havendo indicação de outras medidas expropriatórias eficazes, tornem os autos para extinção.
SIRVA A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
7001360-07.2020.8.22.0018
EXEQUENTE: EDEMILSON GOMES DA SILVA, KM 9, FD IGREJA, PT9, ZONA RURAL S/N LINHA P 04 - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: GREYCY KELI DOS SANTOS, OAB nº RO8921, ALESSANDRA LIMA TABALIPA, OAB nº RO10939
NÃO DENUNCIADO: MUNICIPIO DE PARECIS, RUA JAIR DIAS 150 CENTRO - 76979-000 - PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PARECIS
DECISÃO
Vistos.
No caso em julgamento, tem-se que a condenação é de valor que sujeita ao pagamento via precatório, ou seja, o valor da execução excede o valor do maior benefício do regime geral de previdência social (Lei ordinária municipal nº 609/2016 c/c nº 784/2020 do Município de Parecis/RO).
Conforme se verifica, os cálculos já foram homologados (ID 60648398), bastando tão somente a requisição de pagamento, portanto, requisite-se o(s) pagamento(s) do valor principal através de Precatório.
Consigno que antes de realizar a expedição do precatório, deverá atender o que dispõe os §§ 9º e 10º, do art. 100 da CF/88, ficando desde já INTIMADA a Fazenda Pública Municipal a apresentar débitos com a Fazenda Pública, em nome da parte Autora/Exequente, no prazo de 30 dias, sob pena de perda do direito de abatimento em Precatório.
Expedido a ordem de Precatório, arquive-se o feito enquanto aguarda o pagamento.
Caso seja necessário, providencie a escrivania a intimação da parte credora para que forneça os documentos necessários para instruírem o expediente.
Intime-se.
Cumpra-se.
SIRVA-SE ESTA DECISÃO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia D'Oeste, 16 de julho de 2023.
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
Santa Luzia do Oeste - Vara Única
Dom Pedro I, nº , Bairro , CEP 76950-000, Santa Luzia D'Oeste, santaluziacpe@tjro.jus.br Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
7000309-53.2023.8.22.0018
REQUERENTE: APARECIDA MARIA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LUIS CARLOS NOGUEIRA, OAB nº RO6954
REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
DECISÃO EMBARGOS
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora, requerendo seja sanado erro material no dispositivo da sentença.
Vieram-me os autos conclusos.
Eis o relatório. Decido.
Conheço os embargos, na forma do artigo 1.022, III e 1.023 do Código de Processo Civil, e acolho-os, pelos seguintes fundamentos.
Os embargos de declaração têm, por regra, a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, decisão ou despacho, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões, esclarecer obscuridades e corrigir erro material.
No presente caso, constatei flagrante erro material no que tange à resolução do mérito da sentença exarada, razão pela qual ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela parte autora.
Assim, onde se lê: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Leia-se: "Por fim, JULGO EXTINTO o feito COM resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil".
Por derradeiro, ressalto que a sentença permanece inalterada em seus demais termos.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO.
Santa Luzia do Oeste, 16 de julho de 2023
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres
Juiz (a) de Direito

COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7001052-87.2019.8.22.0023
EXEQUENTE: WILSON GUEDES DA SILVA, CPF nº 64391302268
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JULIAN CUADAL SOARES, OAB nº RO2597, MARIANA DONDE MARTINS, OAB nº RO5406, ADRIANA DONDE MENDES, OAB nº RO4785A
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DESPACHO
Consoante pleito de id. n. 92415617 e certidão de id. n. 93215061, ainda há valor a ser levantado pela parte autora, mais precisamente a RPV de id. n. 62803059.
Diante disso, a CPE para que expeça novo alvará judicial do valor constante em id. n. 62803059.
Restando comprovado nos autos que não houve o levantamento dos valores, determino, independente de nova conclusão, que a escrivania proceda a transferência da quantia para a conta centralizadora.
Com a comprovação do levantamento do alvará pela parte autora, arquive-se.
Cumpra-se e arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
EXEQUENTE: WILSON GUEDES DA SILVA, CPF nº 64391302268, RUA TANCREDO NEVES 4401 CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA PRESIDENTE VARGAS 616, - ATÉ 764/765 CENTRO - 76900-020 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7002233-21.2022.8.22.0023
AUTOR: ANTONIO VALTER SHERMAN, CPF nº 30020182953
ADVOGADOS DO AUTOR: GLAUCIA ELAINE FENALI, OAB nº RO5332A, TATIANE BRAZ DA COSTA, OAB nº RO5303A
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: LARISSA SENTO SE ROSSI, OAB nº BA16330, BRADESCO
DESPACHO
Defiro o pedido de gratuidade de justiça.
O recurso é adequado e foi interposto dentro do prazo legal (art. 41 e art. 42 da Lei 9.099/95), porquanto tempestivo.
Portanto, presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo o presente recurso apenas no efeito devolutivo (art. 43 da Lei 9.099/95).
Intime-se a parte recorrida para apresentar suas contrarrazões. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal com nossas homenagens de estilo.
Intimem-se. Pratique-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: ANTONIO VALTER SHERMAN, CPF nº 30020182953, ZONA RURAL, S/N, POSTE 04 A LH EIXO LH 02, - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A., - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br

Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000039-14.2023.8.22.0023
REQUERENTE: E. B. D. F. B., CPF nº 72660031215
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: S. S. D. S., CPF nº DESCONHECIDO
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Considerando a manifestação ministerial, determino a intimação da vítima, no prazo de 05 (cinco) dias, para que informe se deseja prorrogar as medidas protetivas deferidas, sob pena de arquivamento.
Deverá o servidor responsável pela intimação via WhatsApp ou o(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça responsável pela intimação pessoal, CERTIFICAR nos autos ou no mandado.
Pratique-se e cumpra-se o necessário.
SERVE O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: E. B. D. F. B., CPF nº 72660031215, LINHA 10, KM 02, PROXIMO AO TANQUE DE LEITE NI - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: S. S. D. S., CPF nº DESCONHECIDO, LINHA 10, KM 2,5, PORTO MURTINHO ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7001019-58.2023.8.22.0023
EXEQUENTE: CONECTIVA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE LTDA - ME, CNPJ nº 07987315000113
ADVOGADO DO EXEQUENTE: IZALTEIR WIRLES DE MENEZES MIRANDA, OAB nº RO6867
EXECUTADO: CLAUDINEIA DOS SANTOS, CPF nº 94257841249
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado na forma da lei.
Tratando-se de direito disponível e sendo as partes capazes, HOMOLOGO O ACORDO de vontades celebrado entre as partes o qual será regido pelas cláusulas e condições indicadas nos termos do documento de id. n. 93034294, para que surta seus jurídicos e legais efeitos de direito.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com fundamento na alínea ‘b’, inciso III, artigo 487, do Código de Processo Civil c/c art. 22, §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.099/95.
Sem custas e sem honorários nesta instância.
Considerando o acordo celebrado, falta interesse jurídico em recorrer e, nos termos do art. 1000 do CPC, antecipa-se o trânsito em julgado, pelo que determino o imediato arquivamento.
P.R.I
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
EXEQUENTE: CONECTIVA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE LTDA - ME, CNPJ nº 07987315000113
EXECUTADO: CLAUDINEIA DOS SANTOS, CPF nº 94257841249, LINHA 029 KM 09 0101 ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7001039-49.2023.8.22.0023
EXEQUENTE: GEOVANE CESAR DA SILVA, CPF nº 01072546205
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: ROBERTA TIBURCIO DA SILVA FARIA, OAB nº RO9937, CRISTIANO PAULA MOREIRA, OAB nº RO11418
EXECUTADO: ACRECIA MARQUES DO PRADO, CPF nº 82859604200
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA

Vistos.
Relatório dispensado nos termos do art. 38, caput, da Lei n. 9.099/95.
Decido.
O objeto da pretensão inicial fora alcançado pelo adimplemento da obrigação pela parte requerida, sem que ofertasse nos autos contestação acerca dos fatos.
Considerando que o pagamento ocorreu após a citação da parte requerida, não há que se falar em extinção do processo sem análise do mérito. Portanto, não resta outra alternativa, senão o acolhimento do pedido inicial.
Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e por conseguinte, JULGO EXTINTO o feito com resolução de mérito, na forma do art. 487, inciso I, do CPC c/c art. 924 do CPC, ante a manifestação da parte autora quanto ao pagamento integral do débito.
Sem custas e honorários advocatícios, na forma da Lei.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Cumprindo o que for necessário, arquivem-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
EXEQUENTE: GEOVANE CESAR DA SILVA, CPF nº 01072546205, RODOVIA BR 429, KM 100, Km 100, poste 7, POSTE 79, ZONA RURAL ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
EXECUTADO: ACRECIA MARQUES DO PRADO, CPF nº 82859604200, RUA SÃO PAULO n 3076 CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7002182-44.2021.8.22.0023
REQUERENTE: JOSEFINA DOS SANTOS FERREIRA, CPF nº 27008096291
ADVOGADOS DO REQUERENTE: TATIANE BRAZ DA COSTA, OAB nº RO5303A, GLAUCIA ELAINE FENALI, OAB nº RO5332A
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: ITALO SCARAMUSSA LUZ, OAB nº BA67070, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
DECISÃO
1- Consta citação válida do executado para pagamento.
2- Realizado o bloqueio online de valores por meio do Sisbajud, a consulta do valor de R$ 15.821,00 restou positiva. Sendo assim, determinei sua transferência para conta judicial na Caixa Econômica Federal, agência 4473. Como a constrição independe da nomeação de depositário fiel, CONVERTO o bloqueio em PENHORA.
3 - Intime-se a parte executada, por meio de seu advogado (ou por carta-AR, caso não possua patrono - Art. 854, §2º do NCPC), para que, querendo apresente impugnação à penhora, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, limitando-se exclusivamente às matérias estabelecidas no Art. 854, §3º do mesmo Código.
Advirto a parte executada que na hipótese de inércia ou rejeição da impugnação, a quantia liberada em favor da parte exequente independentemente de termo ou nova intimação, conforme interpretação do art. 854, §5º do NCPC.
4 - Restando infrutífera a tentativa de intimação do executado por carta e/ou mandado, expeça-se edital de intimação, visto que é obrigação do executado manter seu endereço atualizado nos autos, conforme determinam os artigos 77, V e 274, parágrafo único do CPC.
5 - Apresentada impugnação ao bloqueio, dê-se vistas a parte contrária para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias.
6 - Decorrido o prazo do executado sem manifestação quanto à penhora, o que deverá ser certificado, expeça-se alvará para levantamento dos valores bloqueados em favor do exequente.
7 - Feito o levantamento, tornem conclusos para extinção.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: JOSEFINA DOS SANTOS FERREIRA, CPF nº 27008096291, PARANÁ 4735 CIDADE ALTA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA, RUA DOM PEDRO II 607, - DE 607 A 825 - LADO ÍMPAR CAIARI - 76801-151 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000978-33.2019.8.22.0023
REQUERENTE: JESSICA NATALIA LIANDRO, CPF nº 06191217692
ADVOGADO DO REQUERENTE: FABRICIA UCHAKI DA SILVA, OAB nº RO3062
REQUERIDO: Estado de Rondônia
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO
Vistos.
Altere-se a classe para “cumprimento de sentença”.
Intime-se a Fazenda Pública para no prazo de 30 (trinta) dias, querendo, nos próprios autos, impugnar a execução, conforme disposto no art. 535 do diploma processual civil.
Em caso de impugnação, certifique-se a tempestividade e intime-se o exequente a manifestar-se no prazo legal, vindo os autos, após, conclusos para decisão.
Não sendo impugnada, expeça-se o devido requisitório de pagamento (RPV ou precatório).
Fica a parte exequente intimada por meio de seu representante judicial, via DJE, para apresentar os documentos necessários para instruírem o expediente, inclusive a conta bancária, no prazo de 10 (dez) dias, caso ainda não tenha sido apresentada.
Caso haja pedido de destaque dos honorários advocatícios contratuais na Requisição de Pequeno Valor ou Precatório do crédito principal, com fundamento na Súmula Vinculante n. 47, STF, desde já, defiro o pedido, contanto que seja apresentado o contrato de prestação de serviços devidamente assinado pelos contratantes.
Os honorários sucumbenciais, se existentes, serão pagos por RPV.
Certificada a expedição regular da Requisição de Pequeno Valor ou Precatório, devem os autos irem para o arquivo provisório até sobrevir informação de seu pagamento.
Comprovado o pagamento e nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias.
Intime-se. Cumpra-se. Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: JESSICA NATALIA LIANDRO, CPF nº 06191217692, RUA CHICO MENDES 4445 CIDADE ALTA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: Estado de Rondônia, AVENIDA FARQUAR 2986 PEDRINHAS - 76801-470 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7002150-39.2021.8.22.0023
REQUERENTE: JEANE OLIVEIRA SILVA, CPF nº 01508036217
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: ALISON TEIXEIRA BOFFI, CPF nº 02132873232
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Por ser o dinheiro o bem de primeira ordem preferencial em sede de execução, com espeque no art. 835 do CPC e visando menor dispêndio, e ainda, atendendo aos princípios de celeridade, efetividade e economia processual, DEFIRO o pedido e procedo a imediata consulta, via sistema SISBAJUD, quanto a ativos financeiros porventura existentes em nome do devedor.
Procedi à consulta ao sistema SISBAJUD em desfavor de ALISON TEIXEIRA BOFFI, a qual restou infrutífero o bloqueio de valores, conforme Detalhamento de Ordem Judicial anexo.
Intime-se a parte exequente para indicar medida expropriatória eficaz no prazo de cinco dias, sob pena de extinção.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: JEANE OLIVEIRA SILVA, CPF nº 01508036217, DOM JOAO VI 3034 CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: ALISON TEIXEIRA BOFFI, CPF nº 02132873232, RUA INETGRACAO NACIONAL, AVENIDA TANCREDO NEVES 3654 CIDADE ALTA - 76935-970 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7001486-71.2022.8.22.0023
REQUERENTE: DENAIR BORGUES FERNANDES, CPF nº 34953833287
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA

SENTENÇA
Vistos etc.
Dispensado o relatório, na forma do artigo 38 da Lei nº 9.099/95, fundamento e decido em atenção aos princípios da INFORMALIDADE e SIMPLICIDADE insculpidos no art. 2º da Lei 9.099/95.
O Autor ajuizou a presente ação contra a Requerida, alegando que recebeu uma fatura contendo um débito no valor de R$ 674,97 (seiscentos e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos) referente a suposta recuperação de consumo. Requereu a antecipação da tutela para que não fosse suspenso o fornecimento de sua energia até a solução da demanda. No mérito, requer a declaração de inexistência do débito.
A antecipação da tutela foi concedida (id 79597602).
A Requerida, em defesa, afirmou que verificou irregularidade no medidor de energia, por ocasião de uma inspeção realizada na UC do Autor. Por esta razão foi procedida a recuperação de consumo.
O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, devendo a prestação jurisdicional ser entregue, pois a matéria é de fato e de direito, sendo que as partes já instruíram com as respectivas peças processuais (inicial, contestação e a respectiva impugnação).
A presente demanda deve ser analisada à luz do Código de Defesa do Consumidor e aos princípios a ele inerentes, posto que a relação contratual que se estabeleceu entre os litigantes é inegavelmente de consumo, competindo à empresa concessionária de energia elétrica o ônus operacional e administrativo, bem como o conhecimento técnico necessário e as ações de fiscalização para garantir serviço satisfatório e regularidade dos “relógios medidores” da energia fornecida.
Analisando a documentação apresentada nos autos pela Requerida, a inspeção que constatou uma suposta irregularidade na medição do consumo da UC da Autora, não foi realizada de acordo com o que preceitua a resolução nº 414/2010 da ANEEL, pois a Requerida não trouxe aos autos nenhuma prova que demonstrasse a existência da irregularidade apontada.
É cediço que a recuperação de consumo deve se basear em vários elementos para constatação de irregularidades e não somente na perícia ou na simples declaração contida no TOI. O fato carecia de laudo técnico e histórico de consumo de energia, para verificar se houve variação de consumo antes e depois da inspeção, ou fotografias mostrando um suposto desvio de energia; o que não consta nos autos. A respeito, temos o seguinte julgado:
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL RECURSO. RECURSO INOMINADO. FATURAS DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS. POSSIBILIDADE RECUPERAÇÃO DESDE QUE PRESENTES OUTROS ELEMENTOS ALÉM DA PERÍCIA UNILATERAL PARA CONSTATAÇÃO DA IRREGULARIDADE EM MEDIÇÃO PRETÉRITA. INSCRIÇÃO INDEVIDA CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1. É possível que a concessionária de serviço público proceda a recuperação de consumo de energia elétrica em razão da constatação de inconsistências no consumo pretérito, desde que haja outros elementos suficientes para demonstrar a irregularidade na medição, a exemplo do histórico de consumo, levantamento carga, variações infundadas de consumo, entre outros; 2. É ilegítima a recuperação de consumo quando ausente a comprovação de irregularidade de medição no período recuperado em razão da inexistência de outros elementos capazes de indicar a irregularidade na medição pretérita, ou quando baseada exclusivamente em perícia unilateral. (Recurso Inominado, Processo nº 1000852-67.2014.822.0021, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) Juíza Euma Mendonça Tourinho, Data de julgamento 16/03/2016).
Portanto, ante a falta de comprovação da existência da alegada irregularidade, a declaração de inexigibilidade do débito proveniente da recuperação alegada pela Requerida, é a medida que se impõe.
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, dou por extinto o feito, com resolução de mérito, para DECLARAR a inexigibilidade do débito no valor de R$ 674,97 (seiscentos e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos), lançada na unidade consumidora 20/515863-9, no nome de DENAIR BORGES FERNADES a título de recuperação de consumo.
Torno definitiva a antecipação da tutela anteriormente concedida.
Sem custas e sem honorários nesta instância, por se tratar de decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995.
Após o trânsito em julgado, arquive-se.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: DENAIR BORGUES FERNANDES, CPF nº 34953833287, RUA PRINCESA ISABEL 3749 CIDADE BAIXA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AV. TANCREDO NEVES 3710 CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7001084-53.2023.8.22.0023
AUTOR: JUSSARA CAMARGO DE SOUZA, CPF nº 02090280255
ADVOGADOS DO AUTOR: JULIANO ROSS, OAB nº MT4743, CARLOS ALBERTO VIEIRA DA ROCHA, OAB nº RO4741
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO

SENTENÇA
Trata-se de AÇÃO PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE SALÁRIO MATERNIDADE RURAL, ajuizada por JUSSARA CAMARGO DE SOUZA em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS).
A parte requerida propôs acordo em id. 92668110, tendo a autora aceitado em id. 93146712.
Vieram os autos conclusos.
É o sucinto relatório. DECIDO.
Assim, considerando que as partes entabularam acordo e que este respeita o seu melhor interesse, sua homologação é medida que se impõe.
Ante o exposto, HOMOLOGO O ACORDO realizado entre as partes, nos termos do documento de Id. 92668110 para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.
Por conseguinte, EXTINGO com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil.
Em caso de descumprimento, poderá a parte autora requerer o desarquivamento com o consequente pedido de prosseguimento do feito.
Com fundamento no art. 8º, inciso III, da Lei n. 3.896/2016, isento o pagamento das custas finais.
Sentença transitada em julgado nesta data, por força do 1.000, parágrafo único, do CPC.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Pratique-se o necessário.
Após, arquivem-se, com as baixas devidas.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: JUSSARA CAMARGO DE SOUZA, CPF nº 02090280255, ROD. 377, LINHA 02, 2º TRAVESSÃO, KM 1,5 S/N ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7001096-67.2023.8.22.0023
REQUERENTE: REGINA BRAUN RODRIGUES, CPF nº 03340008230
ADVOGADO DO REQUERENTE: RAQUEL BRAZ ODORICO RAMOS, OAB nº RO10330
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
Vistos.
A requisição foi expedida.
Intimados para se manifestarem sobre o inteiro teor da RPV expedida, não houve impugnação das partes.
Portanto, foi realizada nesta data a assinatura das RPV’s no sistema E-PrecWeb.
Determino a baixa dos autos em cartório/CPE, para aguardar o pagamento no arquivo provisório.
Comunicado o depósito judicial por meio de Ofício, junto ao sistema E-PrecWeb, EXPEÇA-SE ALVARÁ, devendo a parte credora comprovar o levantamento em até 10 (dez) dias.
Comprovado o levantamento, conclusos para extinção.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: REGINA BRAUN RODRIGUES, CPF nº 03340008230, LINHA 06 S/Nº, KM 13, PT 110 s/n. ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7002513-89.2022.8.22.0023
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO GUAPORE
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CLEVERSON PLENTZ, OAB nº RO1481, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
EXECUTADO: DAVID CAMARA DUTRA, CPF nº 69016020225
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
À vista do erro certificado na expedição do alvará eletrônico, neste ato, faço a expedição de novo alvará eletrônico conforme os dados apresentados pelo exequente:

Banco do Brasil
Ag. n. 4125-4
Conta corrente: n. 5193-4
Titular: Cléverson Plentz
CPF.:021.533.249-04
Valor: R$ 92,18.
Aguarde-se 5 dias para efetivação do depósito.
Zerada a conta judicial, independentemente de nova conclusão, arquive-se em definitivo, IMEDIATAMENTE.
Sobrevindo erro no alvará ou inconsistências, basta simples petição do exequente para que os autos sejam imediatamente desarquivados para decisão.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO GUAPORE, AV. BRASIL 1997, TESTADA COM A RUA INTEGRAÇÃO NACIONAL CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
EXECUTADO: DAVID CAMARA DUTRA, CPF nº 69016020225, RUA SAO PAULO 4156 CIDADE ALTA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, 3932, Cidade Baixa, São Francisco do Guaporé - RO - CEP: 76935-000
Processo : 7002129-29.2022.8.22.0023
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: M. L. G. C. e outros
Advogados do(a) AUTOR: ADRIANA DONDE MENDES - RO0004785A, MARIANA DONDE MARTINS - RO5406
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa ID-93338312.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, 3932, Cidade Baixa, São Francisco do Guaporé - RO - CEP: 76935-000
Processo : 7002114-60.2022.8.22.0023
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ARIVALDO BEZERRA DOS SANTOS
Advogados do(a) AUTOR: PAMELA EVANGELISTA DE ALMEIDA - RO7354, RUBIA GOMES CACIQUE - RO5810
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - CONTRARRAZÕES
Fica a parte AUTORA intimada na pessoa do seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as Contrarrazões Recursais.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7001135-98.2022.8.22.0023
APELANTE: SMAILLEY STENZEL, CPF nº 00974175218
ADVOGADOS DO APELANTE: RODRIGO FERREIRA BARBOSA, OAB nº RO4088390, ALAN CARLOS DELANES MARTINS, OAB nº RO10173
APELADO: J. D. V. C. D. S. F. D. G.
APELADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Trata-se de ação de restituição de bem apreendido, qual seja, o CAMINHÃO VOLKSWAGEN, MODELO 8.100, PLACA: CRH 0148, CHASSI 9BWV2TL54WRB12340, RENAVAM 713399040, COR: BRANCA, ANO 1998, MODELO, 1999.
O pedido foi indeferido em id. 78699271, decisão a qual a parte autora interpôs recurso de apelação (id. 78898035), que restou prejudicado conforme id. 92509276.
Sobreveio certidão de trânsito em julgado. (id. 92509283)
Portanto, considerando que o feito encontra-se sentenciado, sem novos requerimentos determino o arquivamento, em conformidade a decisão de id. 78699271.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
APELANTE: SMAILLEY STENZEL, CPF nº 00974175218, RUA BOA VISTA 1718, - DE 1710/1711 A 2127/2128 VALPARAÍSO - 76908-702 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA
APELADO: J. D. V. C. D. S. F. D. G.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000340-58.2023.8.22.0023
REQUERENTE: R & L ARTIGOS DE OPTICA LTDA - ME, CNPJ nº 15387072000100
ADVOGADOS DO REQUERENTE: DHORDINES EDUARDO SZUPKA BORBA, OAB nº RO11718, AKAWHAN DYOGO ODORICO OLIVEIRA, OAB nº RO8582
REQUERIDO: ANTONIO DE CARVALHO LEAL JUNIOR, CPF nº 03287783203
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
A Exequente requer o bloqueio de valores via SISBAJUD na modalidade “teimosinha”.
Defiro o pedido da parte exequente, para que a reiteração dure 30 (trinta) dias. Competirá à parte interessada reiterar os pedidos de bloqueio e penhora de bens, enquanto considerar tal medida hábil ao cumprimento da obrigação.
Aguarde-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta, e após, faça-se conclusão dos autos na data de 17/08/2023 para conferência do resultado (Conclusos em JUD’S).
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: R & L ARTIGOS DE OPTICA LTDA - ME, CNPJ nº 15387072000100, AV. TANCREDO NEVES 3532 CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: ANTONIO DE CARVALHO LEAL JUNIOR, CPF nº 03287783203, AV. SÃO FRANCISCO 4515 CIDADE ALTA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7002215-97.2022.8.22.0023
AUTOR: LOURDES BEZERRA DOS SANTOS, CPF nº 54531586204
ADVOGADOS DO AUTOR: GLAUCIA ELAINE FENALI, OAB nº RO5332A, TATIANE BRAZ DA COSTA, OAB nº RO5303A
REU: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO REU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, BRADESCO
DESPACHO
Defiro o pedido de gratuidade de justiça.
O recurso é adequado e foi interposto dentro do prazo legal (art. 41 e art. 42 da Lei 9.099/95), porquanto tempestivo.
Portanto, presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo o presente recurso apenas no efeito devolutivo (art. 43 da Lei 9.099/95).
Intime-se a parte recorrida para apresentar suas contrarrazões. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal com nossas homenagens de estilo.
Intimem-se. Pratique-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: LOURDES BEZERRA DOS SANTOS, CPF nº 54531586204, CHACAREIRO s/n,, (RUA SÃO FRANCISCO, A ESQUERDA ANTES DA LINHA 1) RUA MANAUS - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REU: BANCO BRADESCO S.A., , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000339-73.2023.8.22.0023
AUTOR: R & L ARTIGOS DE OPTICA LTDA - ME, CNPJ nº 15387072000100
ADVOGADOS DO AUTOR: DHORDINES EDUARDO SZUPKA BORBA, OAB nº RO11718, AKAWHAN DYOGO ODORICO OLIVEIRA, OAB nº RO8582
REQUERIDO: IVANIL APARECIDO DE OLIVEIRA, CPF nº 85120111220
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)

SENTENÇA
Relatório dispensado na forma da lei (art. 38 da Lei 9.099/95).
Trata-se de Ação de Cobrança, onde a parte requerida foi citada/intimada, no entanto, não apresentou contestação, tampouco compareceu à audiência conciliatória, onde a parte autora requereu a decretação da revelia.
Pois bem.
Passo a fundamentar e decidir em homenagem ao princípio da informalidade e simplicidades, consoante art. 2º da Lei n. 9.099/95.
Consta nos autos manifestação da parte requerida no id. n. 93138527, sendo que deixou de comparecer à audiência de conciliação designada, conforme id. n. 93138527.
É cediço que a Lei n. 9.099/1995, em seu art. 20 estabelece que a ausência do réu na audiência de conciliação e/ou de instrução e julgamento, realizadas nos Juizados Especiais Cíveis, conduz à decretação de sua revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos articulados pelo autor, salvo se o contrário não resultar do convencimento judicial diante do contexto fático e jurídico revelado nos autos.
Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. (Lei. 9.099/1995)
Diante do exposto, DECRETO A REVELIA DA PARTE REQUERIDA, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na peça exordial.
Os fatos narrados na inicial, bem como as provas carreadas aos autos, dão ensejo suficiente para instrução do processo e prolação de sentença, uma vez que consta nos autos duplicata, tendo como sacador a parte autora, e sacado a parte demandada, a fim de, constituir título executivo.
Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na inicial para condenar a parte demandada, a pagar a quantia de R$ 1.678,13 (mil seiscentos e setenta e oito reais e treze centavos) em favor da parte autora, conforme consta na exordial.
Os juros e correção monetária a partir do vencimento da cártula de crédito.
Por fim, EXTINGO O FEITO, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I do CPC.
Fica a parte requerida ciente de que deverá pagar o valor ao qual foi condenada no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% sobre o valor da condenação (Art. 523 do CPC e Enunciado 106 do FONAJE).
Sem custas e honorários.
Intimem-se as partes (tendo advogado cadastrado no sistema, fica intimado via diário).
Oportunamente arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: R & L ARTIGOS DE OPTICA LTDA - ME, CNPJ nº 15387072000100, AV. TANCREDO NEVES 3532 CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: IVANIL APARECIDO DE OLIVEIRA, CPF nº 85120111220, RUA BENJAMIN n. 15, CEL. 69 98426-7314 VISTA ALEGRE DO ABUNÃ - 76846-000 - VISTA ALEGRE DO ABUNÃ (PORTO VELHO) - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000240-40.2022.8.22.0023
REQUERENTE: ELIANI SLIVINISKI DA SILVA, CPF nº 05097735161
ADVOGADOS DO REQUERENTE: DHORDINES EDUARDO SZUPKA BORBA, OAB nº RO11718, AKAWHAN DYOGO ODORICO OLIVEIRA, OAB nº RO8582
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA, OAB nº DF45892, ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
O requerimento inicial preenche os requisitos do art. 524 do Código de Processo Civil e art. 52 da Lei 9.099/95, razão pela qual recebo a petição de cumprimento de sentença.
Disposições a serem seguidas pelo cartório:
1) Altere-se a classe judicial para cumprimento de sentença.
2) INTIME-SE a parte devedora a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, satisfaça a obrigação, adimplindo o montante da condenação, corrigido e atualizado nos termos da sentença, sob pena de aplicação de multa de 10% prevista no artigo 523, §1º, do Código de Processo Civil e Enunciado 97 do FONAJE, abaixo transcrito:
ENUNCIADO 97 – A multa prevista no art. 523, § 1º, do CPC/2015 aplica-se aos Juizados Especiais Cíveis, ainda que o valor desta, somado ao da execução, ultrapasse o limite de alçada; a segunda parte do referido dispositivo não é aplicável, sendo, portanto, indevidos honorários advocatícios de dez por cento (nova redação – XXXVIII Encontro – Belo Horizonte-MG). A intimação do devedor deverá ser realizada na forma do art. 513, §4º, do Código de Processo Civil, isto é:
a) na pessoa do advogado do devedor, caso o requerimento de cumprimento tenha sido formulado há menos de 1 (um) ano do trânsito em julgado da sentença;
b) na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço urbano constante dos autos, ou por Oficial de Justiça, caso o requerimento de cumprimento tenha sido formulado há mais de 1 (um) ano do trânsito em julgado da sentença.
c) caso o devedor seja revel, sua intimação deve ocorrer mediante publicação no DJE, conforme prescrição do art. 346 do Código de Processo Civil, sendo desnecessária a cientificação pessoal.
Desde que garantido o Juízo, a parte devedora poderá apresentar embargos, nos próprios autos, versando sobre: a) falta ou nulidade da citação no processo, se ele correu à revelia; b) manifesto excesso de execução; c) erro de cálculo; d) causa impeditiva, modificativa ou

extintiva da obrigação, superveniente à sentença, conforme previsão do art. 52, inciso IX, da Lei 9.099/95 e Enunciado 117 do FONAJE.
Advirta-se, desde já, o(a) executado(a) de que eventuais embargos, deverão ser opostos(as) nos próprios autos, no prazo de 15 (quinze) dias, bem ainda delimitar e demonstrar especificamente os valores impugnados, bem como ser instruídos com os documentos que se fizerem necessário à demonstração do alegado, sob pena de preclusão e de imediato julgamento da impugnação, nos termos do artigo 525, §1º, do CPC.
3) Apresentada manifestação pela parte executada, INTIME-SE a parte exequente para manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias.
3.1) Caso exista discordância entre as partes exclusivamente quanto aos valores devidos, encaminhem-se os autos ao Contador Judicial para elaboração minuciosa do valor devido, no prazo de 15 (quinze) dias e, após, intimem-se as partes para que se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias.
3.2) Somente deverá ser feita conclusão para análise do Juízo se não houver concordância de ambas as partes em relação aos cálculos apresentados pelo Contador Judicial ou se forem oferecidos embargos, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95. Caso contrário cumpra-se os demais itens.
4) Decorrido o prazo sem manifestação da parte executada, certifique-se nos autos e, não havendo a satisfação da obrigação, o que também deverá ser certificado, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito e para que dê prosseguimento normal ao feito, observando a ordem preferencial disposta no art. 835 do CPC, advertindo-a, desde já, que não sendo indicados bens passíveis de penhora ou localizados valores nas contas da parte executada (através de consulta ao sistema SISBAJUD), o processo será extinto, independentemente de intimação, com base no artigo 53, §4º, da Lei 9.099/95.
4.1) Caso o credor não esteja sendo assistido por advogado, remetam-se os autos à Contadoria Judicial para que atualize os cálculos, no prazo de 5 (cinco) dias.
4.2) Poderá a parte exequente, nesta oportunidade, efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do Juízo (SISBAJUD, RENAJUD e assemelhados), hipótese em que os autos serão feitos conclusos para análise do pedido.
5) Havendo pagamento, considerando o disposto no art. 20, do Ato Conjunto n. 20/2020 - PR/CGJ, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique os dados bancários (agência, conta e número de CPF/CNPJ do titular da conta) para transferência de valores, ao invés do saque presencial através de alvará judicial.
6) Indicada a conta, pratique-se o necessário para a transferência de valores.
7) Efetuado a transferência dos valores, por ato ordinatório, INTIME-SE a parte exequente, para informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de aceitação dos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação e extinção do feito, nos termos do art. 924, II, do CPC.
Cumpridas todas as providências determinadas, façam os autos conclusos para sentença de extinção.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: ELIANI SLIVINISKI DA SILVA, CPF nº 05097735161, RUA RONALDO ARAGÃO S/N CIDADE BAIXA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000680-02.2023.8.22.0023
AUTOR: NEUZIANE CAROLINA DA SILVA, CPF nº 72912030234
AUTOR SEM ADVOGADO(S)
REU: IOLITA PERES LOPES, CPF nº 01058627112
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Intime-se o requerido para manifestar ciência da sentença de id. 92788147.
Aguarde-se o decurso de prazo para interposição do recurso cabível.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: NEUZIANE CAROLINA DA SILVA, CPF nº 72912030234, RIO MADEIRA 4040 CIDADE BAIXA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REU: IOLITA PERES LOPES, CPF nº 01058627112, RUA MARINGÁ 4409 N/I - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br

Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7002163-38.2021.8.22.0023
REQUERENTE: J. S. J., CPF nº 28381513200
ADVOGADOS DO REQUERENTE: GLAUCIA ELAINE FENALI, OAB nº RO5332A, TATIANE BRAZ DA COSTA, OAB nº RO5303A
REQUERIDO: B. B. S.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: Nelson Willians Fratoni Rodrigues, OAB nº RO4875A, BRADESCO
SENTENÇA
Vistos.
O próprio requerente peticionou requerendo que os valores remanescentes fossem penhorados/depositados (id. n. 90710037).
Consta nos autos depósito integral da dívida em resposta ao cumprimento de sentença (id. n. 91270545).
DIANTE DISSO, JULGO EXTINTA a execução nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Neste ato, faço a expedição do alvará eletrônico conforme os dados apresentados pelo exequente:
Beneficiária: Tatiane Braz da Costa - CPF 948.138.502-78
Instituição bancária: Banco do Brasil (Nº001) - Agência 4125-4 - Conta Corrente 14.103-8.
Valor: R$ 614,66.
Aguarde-se 5 dias para efetivação do depósito.
Sem custas e honorários.
Transitado em julgado nesta data (art. 1.000 Código de Processo Civil).
Intime-se o exequente, dando conta da expedição do presente alvará.
Zerada a conta judicial, independentemente de nova conclusão, arquive-se em definitivo, IMEDIATAMENTE.
Sobrevindo erro no alvará ou inconsistências, basta simples petição do exequente para que os autos sejam imediatamente desarquivados para decisão.
P.R.I.
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: J. S. J., CPF nº 28381513200, LINHA 05, KM 2 s/n ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: B. B. S., BANCO BRADESCO S.A. s/n, RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7001735-22.2022.8.22.0023
AUTOR: CICERA ALVES DA SILVA FELIPE, CPF nº 71100229272
ADVOGADOS DO AUTOR: GLAUCIA ELAINE FENALI, OAB nº RO5332A, TATIANE BRAZ DA COSTA, OAB nº RO5303A
REU: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO REU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, BRADESCO
DESPACHO
Defiro o pedido de gratuidade de justiça.
O recurso é adequado e foi interposto dentro do prazo legal (art. 41 e art. 42 da Lei 9.099/95), porquanto tempestivo.
Portanto, presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo o presente recurso apenas no efeito devolutivo (art. 43 da Lei 9.099/95).
Intime-se a parte recorrida para apresentar suas contrarrazões. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal com nossas homenagens de estilo.
Intimem-se. Pratique-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: CICERA ALVES DA SILVA FELIPE, CPF nº 71100229272, CHICO MENDES 2401 BAIRRO ALTO ALEGRE - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REU: BANCO BRADESCO S.A., - 76804-120 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7001685-93.2022.8.22.0023
AUTOR: FRANCISCA DA CRUZ, CPF nº 35176628287
ADVOGADOS DO AUTOR: GLAUCIA ELAINE FENALI, OAB nº RO5332A, TATIANE BRAZ DA COSTA, OAB nº RO5303A

REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, BRADESCO
DESPACHO
Defiro o pedido de gratuidade de justiça.
O recurso é adequado e foi interposto dentro do prazo legal (art. 41 e art. 42 da Lei 9.099/95), porquanto tempestivo.
Portanto, presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo o presente recurso apenas no efeito devolutivo (art. 43 da Lei 9.099/95).
Intime-se a parte recorrida para apresentar suas contrarrazões. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal com nossas homenagens de estilo.
Intimem-se. Pratique-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: FRANCISCA DA CRUZ, CPF nº 35176628287, RONDONIA 3903 CIDADE BAIXA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A., - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000581-71.2019.8.22.0023
REQUERENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS DO REQUERENTE: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, GEISIELI DA SILVA ALVES, OAB nº RO9343, ANA PAULA SANCHES, OAB nº RO9705, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
REQUERIDOS: CRIVELARI - COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI - ME, POLIANA COLACO VILARIM
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Por ser o dinheiro o bem de primeira ordem preferencial em sede de execução, com espeque no art. 835 do CPC e visando menor dispêndio, e ainda, atendendo aos princípios de celeridade, efetividade e economia processual, DEFIRO o pedido e procedo a imediata consulta, via sistema SISBAJUD, quanto a ativos financeiros porventura existentes em nome do devedor.
Procedi à consulta ao sistema SISBAJUD em desfavor de CRIVELARI - COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI - ME, POLIANA COLACO VILARIM, a qual restou infrutífero o bloqueio de valores, conforme Detalhamento de Ordem Judicial anexo.
Intime-se a parte exequente para indicar medida expropriatória eficaz no prazo de cinco dias, sob pena de suspensão da execução nos termos do art. 921, §1º, do CPC.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
REQUERIDOS: CRIVELARI - COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI - ME, RUA MANAUS 3041 ALTO ALEGRE - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, POLIANA COLACO VILARIM, RUA MANAUS 2524 CIDADE BAIXA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000740-09.2022.8.22.0023
REQUERENTE: GUAPORE COMERCIO DE MOVEIS ELETRODOMESTICO LTDA - ME, CNPJ nº 23747956000157
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: FERNANDA PEREIRA CAVALVANTE VIEIRA, CPF nº 05242434252
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos, etc.
Determinei a penhora on-line, via sistema SISBAJUD, que resultou parcialmente cumprida, a qual a transferência já foi realizada para conta vinculada a este Juízo, conforme detalhamento em anexo.
Desse modo, determino a INTIMAÇÃO da parte executada para, querendo, impugnar a apreensão em 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 854, §3º, do CPC c/c art. 1º, caput, do Provimento n. 68/CNJ, de maio de 2018 que assim estabelece que assim estabelece: “Art.

1º, caput: As decisões, monocráticas e colegiadas, que deferem pedido de levantamento de depósito condicionam-se necessariamente à intimação da parte contrária para, querendo, apresentar impugnação ou recurso."
Apresentada impugnação, venham os autos conclusos para decisão.
Em caso de não apresentação de impugnação, o que deverá ser certificado pela escrivania, levante-se o valor em favor do exequente- atendendo o dispositivo estabelecido no art. 1º, §1º, do Provimento n. 68/CNJ, de maio de 2018: "§1º O levantamento somente poderá ser efetivado 2 (dois) dias úteis após o esgotamento do prazo para recurso." ficando, desde já, intimado para informar o saldo remanescente, acompanhado de cálculos, e requerendo o que entender de direito em 05 (cinco) dias, sob pena de suspensão do feito, nos termos do artigo 921,III, do CPC.
Intimem-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: GUAPORE COMERCIO DE MOVEIS ELETRODOMESTICO LTDA - ME, CNPJ nº 23747956000157, AV. TANCREDO NEVES 3259 CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: FERNANDA PEREIRA CAVALVANTE VIEIRA, CPF nº 05242434252, RUA MARECHAL CÂNDIDO S/N, EM FRENTE BICICLETARIA CIDADE BAIXA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, 3932, Cidade Baixa, São Francisco do Guaporé - RO - CEP: 76935-000,(69) 33098821
Processo n°: 7001113-06.2023.8.22.0023
AUTOR: BELARMINA LOPES CARNEIRO ROCHA
Advogados do(a) AUTOR: GLAUCIA ELAINE FENALI - RO0005332A, TATIANE BRAZ DA COSTA - RO5303
REU: BANCO BRADESCO S.A.
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte requerente intimada a apresentar impugnação à contestação, no prazo de 15(quinze) dias.
São Francisco do Guaporé, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000433-55.2022.8.22.0023
AUTOR: C. R. COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME, CNPJ nº 09484464000357
ADVOGADO DO AUTOR: JOSE MARIA DA SILVA, OAB nº RO7857
REU: DANIEL LOURENCO DOS SANTOS, CPF nº 81555903215
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos,
Compulsando os autos, verifico que a parte demandante informa o descumprimento, por parte do(a) demandado(a), da obrigação assumida no âmbito do acordo pactuado, requerendo, assim, o prosseguimento do feito e consequente execução.
Defiro o pedido. Prossiga-se na execução.
Diante disso, EXPEÇA-SE carta/mandado de intimação da requerida para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove nos autos o pagamento do valor apurado pela parte credora, sob pena de incidência de multa de 10% ad valorem (art. 523 do CPC) e prosseguimento da execução.
Decorrido o prazo assinalado sem o esperado pagamento, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar planilha atualizada do crédito exequendo para possibilitar tentativa de penhora online via SISBAJUD.
CUMPRA-SE.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, sábado, 15 de julho de 2023 Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: C. R. COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME, CNPJ nº 09484464000357, AV TANCREDO NEVES 3009 CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REU: DANIEL LOURENCO DOS SANTOS, CPF nº 81555903215, AVENIDA TANCREDO NEVES 3217, S/C CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br

PROCESSO: 7000410-75.2023.8.22.0023
AUTOR: JOANA FERREIRA DOS SANTOS, CPF nº 82505365253
ADVOGADOS DO AUTOR: GLAUCIA ELAINE FENALI, OAB nº RO5332A, TATIANE BRAZ DA COSTA, OAB nº RO5303A
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: WILSON BELCHIOR, OAB nº CE17314A, BRADESCO
DECISÃO
Vistos.
Defiro a concessão dos benefícios da justiça gratuita em favor da parte autora.
O recurso é adequado e foi interposto dentro do prazo legal (art. 41 e 42 da Lei 9.099/95), porquanto tempestivo.
Portanto, presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo o presente recurso apenas no efeito devolutivo (art. 43 da Lei 9.099/95).
Intime-se a parte contraria para apresentar suas contrarrazões.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, sábado, 15 de julho de 2023 Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: JOANA FERREIRA DOS SANTOS, CPF nº 82505365253, RONALDO ARAGÃO 4259 CIDADE BAIXA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A., , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76801-006 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7001290-67.2023.8.22.0023
REQUERENTES: U. R. F., D. P. D. E. D. R.
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDOS: R. B. M., CPF nº 69605351234, A. C. D. C., CPF nº 01469141205, L. P. C. M., CPF nº 05895368263
REQUERIDOS SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Recebo a ação.
Processe-se em segredo de justiça.
Defiro a gratuidade de justiça, com fulcro no artigo 98 do Código de Processo Civil.
Trata-se de ação de investigação de paternidade biológica cumulada com retificação do assento de nascimento.
Determino à Central de Processos Eletrônicos que proceda com nova designação de audiência de Conciliação, adotando-se a pauta automática do PJE, bem como o cumprimento dos atos processuais de Comunicação.
1. CITE-SE o réu e INTIMEM-SE as partes para comparecerem à audiência de conciliação/mediação, para a possibilidade de autocomposição da lide, nos termos do artigo 334, caput, do Código de Processo Civil. Na ocasião, deverá o oficial de justiça solicitar número de telefone, apto a receber videochamada, as partes.
1.1 Ficam as partes desde já advertidas que deverão participar ao ato de conciliação, ou se fazer representar por procurador com poderes específicos para negociar e transigir, acompanhadas de seus respectivos advogados/defensores e que a ausência injustificada à solenidade implicará em ato atentatório à dignidade da justiça, com aplicação de multa ao faltoso de até 2% calculada sobre a vantagem econômica pretendida ou valor da causa (art. 334, §8º, 9º e 10 do CPC).
1.2 As partes deverão portar seus documentos de identificação válidos e de seus dados bancários por ocasião da audiência para fins de verificação, bem como para remessa de fotos dos respectivos documentos, caso necessário.
2. Na audiência, poderão as partes acordar quanto ao reconhecimento da paternidade, quanto à realização de exame pericial de DNA e demais deliberações.
2.1 Não concordando o requerido em realizar o exame de DNA, advirta-se que sua recusa implicará em presunção de paternidade (Súmula 301 do STJ, artigos 231 e 232 do Código Civil e artigo 2º-A, parágrafo único, da Lei de Investigação de Paternidade - Lei n. 8.560/1992). A mesma consequência resultará no caso do requerido, devidamente intimado, deixar de comparecer à audiência.
2.2 Após realizada a audiência de conciliação, em caso de acordo entre as partes, abra-se vistas ao Ministério Público para se manifestar e após, venham conclusos.
2.3 O prazo para contestar, 15 (quinze) dias, fluirá da data da realização da audiência de conciliação acima designada, ou, caso o requerido manifeste o desinteresse na realização, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da audiência (art. 334, §5º).
2.4 Anoto que, não tendo condições de constituir advogado, a parte requerida deverá procurar a Defensoria Pública da sua cidade (artigo 69, §§ 2º e 3º, das DGJ).
3. Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para manifestar-se em réplica, no prazo de 15 dias.
4. Após, proceda à intimação de ambas as partes para que digam, no prazo de 05 dias, se pretendem produzir provas, indicando os pontos controvertidos e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento.
5. Sem pedido de especificação de provas, tornem conclusos para julgamento; se efetuado pedido de produção de provas, volvam conclusos para saneador.
6. Intime-se o Ministério Público a intervir no feito, com fulcro no artigo 178, II do Código de Processo Civil.
Cite-se. Intimem-se.

SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, sábado, 15 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTES: U. R. F., RODOVIA BR-377 km 20, 3KM ANTES DO PORTO ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, D. P. D. E. D. R., AV SÃO PAULO S Nº S/Nº BAIRRO CIDADE BAIXA FORUM - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDOS: R. B. M., CPF nº 69605351234, RUA TRAVESSA 40 2234 SETOR 4 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA, A. C. D. C., CPF nº 01469141205, PORTO MURTINHO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, L. P. C. M., CPF nº 05895368263, RUA PRESIDENTE COSTA E SILVA 2743, PRÓXIMO A GELO DO VALE BAIRRO CIDADE A - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
São Francisco do Guaporé - Vara Única Fone: (69) 3309-8821 - sfg1civel@tjro.jus.br
Processo: 7001376-38.2023.8.22.0023
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Indenização por Dano Material
Parte autora: AUTOR: FLORENCIO KISTER
Advogado da parte autora: ADVOGADOS DO AUTOR: TATIANE BRAZ DA COSTA, OAB nº RO5303A, GLAUCIA ELAINE FENALI, OAB nº RO5332A
Parte requerida: REU: ENERGISA
Advogado da parte requerida: REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos etc.
Cuida-se de ação proposta perante os Juizados Especiais Cíveis conforme fatos narrados na inicial / queixa apresentada a este juízo.
Sabe-se que os juizados especiais cíveis se orientam pelos princípios da informalidade e celeridade, tanto que nas causas de até 20 salários mínimos as partes não precisam se verem representadas por advogados (art. 9º da Lei 9.099/95).
Por essa razão é que não se aplicam os rigores do quanto previstos no art. 319 a 321 do CPC na análise das peça/queixas iniciais apresentadas aos juizados. Devendo os autores, em especial aqueles assistidos por advogados, estarem atentos à eventual defeito da peça inicial, e corrigirem-na até a apresentação da resposta em forma de contestação, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, ou declinação de competência, conforme o caso. Portanto, ausência de comprovação de residência, instrumento procuratório, nota fiscal, contrato etc deverá ser sanado com a juntada dos referidos documentos até a data, inclusive, da audiência de conciliação/ instrução e julgamento.
Forte nessas premissas e com esteio no art. 2º da Lei 9.099/95 c/c art. 4º e 5º do CPC c/c art. art. 5º, inciso LXXVIII da CF88, bem como nas diretrizes enunciadas pelo Conselho Nacional de Justiça, verifica-se que não há qualquer nulidade na elaboração de despacho padrão para causas deste tipo.
Ante o breve relato, decido:
Determino à Central de Processos Eletrônicos que proceda com a designação de audiência de Conciliação, adotando-se a pauta automática do PJE, bem como o cumprimento dos atos processuais de Comunicação.
Cite-se e intimem-se nos termos da lei, bem como do Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017 (DJE nº 104, de 08/06/2017, pág. 01/03). Advirta-se à parte requerente que sua ausência injustificada quanto à audiência designada, implicará em extinção do feito, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95.
Eventual pedido de antecipação de tutela, deixo para analisar após prévia oitiva da parte contrária que deverá ser intimada para apresentar informações no prazo de 5 dias, decorrido o prazo, deve a CPE fazer conclusão dos autos para decisão.
A teor do art. 33 da Lei 9.099/95: “Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.” Portanto, autor e réu podem juntar todas e quaisquer provas, ainda que sejam documentos novos, que entender necessário na aludida audiência. Precedentes: TJSC, RECURSO CÍVEL n. 5001444-57.2021.8.24.0016, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Marco Aurelio Ghisi Machado, Segunda Turma Recursal - Florianópolis (Capital), j. Tue Apr 26 00:00:00 GMT-03:00 2022). TJ-PR - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos - Recurso Inominado: RI 0027425-63.2015.8.16.0031 PR 0027425-63.2015.8.16.0031 (Acórdão). Enunciado 10 – FONAJE;
CÓPIAS DA PRESENTE SERVIRÃO DE COMUNICAÇÃO.
OBSERVAÇÃO: Há vasta jurisprudência no sítio do E.TJRO sobre o tema tratado na presente ação. Disponível em: http://webapp.tjro.jus.br/juris/consulta/detalhesJuris.jsf?ementa=a%E7%E3o&fe=null acessado em 17/04/2023, às 9h57. Portanto, um grande indicativo de que a conciliação poderá ser a melhor solução para ambas as partes, considerando o quanto previsto no arts. 926 e 927 do CPC.
São Francisco do Guaporé/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz Substituto
AUTOR: FLORENCIO KISTER, CPF nº 41845790782, RUA CAMPOS SALES 3219 CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REU: ENERGISA, CNPJ nº 00864214000106, AC CENTRAL DE PORTO VELHO 234, AVENIDA PRESIDENTE DUTRA 2701 CENTRO - 78900-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé Número do processo: 7001379-90.2023.8.22.0023

Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: IVANIR APARECIDA DE JESUS DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ANTHONY HENRIK WEBLER, OAB nº RO10953
Polo Passivo: MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO GUAPORE
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
DECISÃO
Vistos etc.
Cuida-se de ação proposta perante os Juizados Especiais da Fazenda conforme fatos narrados na inicial / queixa apresentada a este juízo.
Aplica-se subsidiariamente aos juizados especiais da Fazenda, conforme art. 27 da Lei 12.153/2009, os princípios da informalidade e celeridade, previstos no art. 2º da Lei 9.099/95.
Por essa razão é que não se aplicam os rigores do quanto previstos no art. 319 a 321 do CPC na análise das peça/queixas iniciais apresentadas aos juizados. Devendo os autores, em especial aqueles assistidos por advogados, estarem atentos à eventual defeito da peça inicial, e corrigirem-na até a apresentação da resposta em forma de contestação, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, ou declinação de competência, conforme o caso.
Forte nessas premissas e com esteio no art. 2º da Lei 9.099/95 c/c art. 4º e 6º do CPC c/c art. art. 5º, inciso LXXVIII da CF88, bem como nas diretrizes enunciadas pelo Conselho Nacional de Justiça, verifica-se que não há qualquer nulidade na elaboração de despacho padrão para causas deste tipo.
Ante o breve relato, decido:
Por se tratar de matéria exclusivamente de direito, deixo de designar a audiência de conciliação.
Eventual pedido de antecipação de tutela, deixo para analisar após prévia oitiva da parte contrária que deverá ser intimada para apresentar informações no prazo de 5 dias, decorrido o prazo, com ou sem resposta, deve a CPE fazer conclusão dos autos para decisão.
CITE-SE a Fazenda Pública para responder a presente ação, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova que porventura possua, no prazo de 30 dias contados da ciência (artigos 7º e 9º da Lei n.12.153/09).
Após, intime-se a parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 dias.
Nada mais havendo, façam os autos conclusos para sentença.
CÓPIAS DA PRESENTE SERVIRÃO DE COMUNICAÇÃO.
São Francisco do Guaporé/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7001374-68.2023.8.22.0023
REQUERENTE: T. M. R., CPF nº 01314038265
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: F. W. C., CPF nº 02082712281
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Trata-se de pedido formulado por TAYNARA MELO ROCHA de concessão de medidas protetivas de urgência em face de FAGNER WILHELME CARNEIRO, consistentes em a) proibição de se aproximar da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância e b) proibição de manter contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação.
A requerente narrou, em síntese, que seu ex-companheiro, no momento do término, lhe ameaçou dizendo “vou pegar uma pistola com um amigo”.
Frisou que o requerido é conhecido por aplicar golpes e estelionatos, sendo que foi vítima dele.
Motivos pelos quais não se sente segura e requereu as medidas protetivas.
O pedido foi encaminhado a este Juízo por meio do Ofício 110/2023 em id. 93319283 - Pág. 1.
Eis o breve relatório. DECIDO.
O art. 33 da Lei 11.340/2006 dispõe que, “Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher [...]”.
A rigor, consoante dispõe o art. 7º da lei n. 11.340/2006, constituem formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: (...) II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018)
No caso em apreço, pelas declarações afloram ameaça.
É possível a incidência da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) nas relações entre nora e sogra. Isso porque, de acordo com o art. 5º, III, da Lei 11.340/2006, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.
Da análise do dispositivo citado, infere-se que o objeto de tutela da Lei é a mulher em situação de vulnerabilidade, não só em relação ao cônjuge ou companheiro, mas também qualquer outro familiar ou pessoa que conviva com a vítima, independentemente do gênero

do agressor. Nessa mesma linha, entende a jurisprudência do STJ que o sujeito ativo do crime pode ser tanto o homem como a mulher, desde que esteja presente o estado de vulnerabilidade caracterizado por uma relação de poder e submissão.
Precedentes citados: HC 175.816-RS, Quinta Turma, DJe 28/6/2013; e HC 250.435-RJ, Quinta Turma, DJe 27/9/2013. HC 277.561-AL, Rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 6/11/2014.
Assim, diante da gravidade dos possíveis fatos cometidos pela representada, por cautela, de uma análise superficial dos fatos, hei por bem deferir as Medidas Protetivas que visam evitar que o mal maior aconteça. Porquanto, as medidas protetivas visam resguardar a integridade física da vítima.
Isso posto, nos termos do art. 18, I; art. 19 e art. 22 da Lei n. 11.340/2006, evidenciada, em Juízo de cognição sumária, a prática de violência doméstica e familiar contra a Taynara Melo Rocha, e aplico ao requerido Fagner Wilherme Carneiro, as seguintes medidas protetivas de urgência, pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada com pedido no fórum:
I - proibição de se aproximar da ofendida, dos filhos (exceto os filhos em comum devendo ser auxiliado por interposta pessoa), de seus familiares e das testemunhas, no mínimo distância de 200 metros;
II - proibição de manter contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação.
Providências:
a) Intime-se a requerida, com urgência, cientificando-o de que o não cumprimento das medidas acima caracterizará o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência, tipificado no artigo 24-A, da Lei n. 11.343/06, cuja pena é de detenção de 03 (três) meses a 02 (dois) anos, a ação penal é pública incondicionada e, no caso de prisão em flagrante pela prática do referido delito, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança. E ainda, em caso de descumprimento, outras medidas poderão ser adotadas, como a decretação da prisão preventiva do agressor.
b) Considerando a vigência da Lei Estadual n. 5.165/2021, e atendendo ao pedido formulado pela Diretoria da OAB - Subseção de São Francisco do Guaporé, determino ainda que o Sr. Oficial de Justiça oriente a requerente a respeito do Programa Mulher Protegida, e que para maiores informações e formulação do pedido ela deve se dirigir ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.
Ciência ao Ministério Público.
Notifique-se a Delegacia de Polícia Local acerca das medidas de proteção ora concedidas.
No mais, não havendo recurso ou pendências, arquivem-se os autos.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, sexta-feira, 14 de julho de 2023 Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: T. M. R., CPF nº 01314038265, RUA TIRADENTES 4945, FUNDO DA ESCOLA REGINA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: F. W. C., CPF nº 02082712281, LINHA 108 KM 04 4 AREA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
São Francisco do Guaporé - Vara Única Fone: (69) 3309-8821 - sfg1civel@tjro.jus.br
Processo: 7001358-17.2023.8.22.0023
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer, Análise de Crédito
Parte autora: REQUERENTE: MARINALDO CAMARGOS DA MOTA
Advogado da parte autora: REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
Parte requerida: REQUERIDO: RENE CONCEICAO DOS SANTOS
Advogado da parte requerida: REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos etc.
Cuida-se de ação proposta perante os Juizados Especiais Cíveis conforme fatos narrados na inicial / queixa apresentada a este juízo.
Sabe-se que os juizados especiais cíveis se orientam pelos princípios da informalidade e celeridade, tanto que nas causas de até 20 salários mínimos as partes não precisam se verem representadas por advogados (art. 9º da Lei 9.099/95).
Por essa razão é que não se aplicam os rigores do quanto previstos no art. 319 a 321 do CPC na análise das peça/queixas iniciais apresentadas aos juizados. Devendo os autores, em especial aqueles assistidos por advogados, estarem atentos à eventual defeito da peça inicial, e corrigirem-na até a apresentação da resposta em forma de contestação, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, ou declinação de competência, conforme o caso. Portanto, ausência de comprovação de residência, instrumento procuratório, nota fiscal, contrato etc deverá ser sanado com a juntada dos referidos documentos até a data, inclusive, da audiência de conciliação/ instrução e julgamento.
Forte nessas premissas e com esteio no art. 2º da Lei 9.099/95 c/c art. 4º e 5º do CPC c/c art. art. 5º, inciso LXXVIII da CF88, bem como nas diretrizes enunciadas pelo Conselho Nacional de Justiça, verifica-se que não há qualquer nulidade na elaboração de despacho padrão para causas deste tipo.
Ante o breve relato, decido:
Determino à Central de Processos Eletrônicos que proceda com a designação de audiência de Conciliação, adotando-se a pauta automática do PJE, bem como o cumprimento dos atos processuais de Comunicação.
Cite-se e intimem-se nos termos da lei, bem como do Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017 (DJE nº 104, de 08/06/2017, pág. 01/03). Advirta-se à parte requerente que sua ausência injustificada quanto à audiência designada, implicará em extinção do feito, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95.
Eventual pedido de antecipação de tutela, deixo para analisar após prévia oitiva da parte contrária que deverá ser intimada para apresentar informações no prazo de 5 dias, decorrido o prazo, deve a CPE fazer conclusão dos autos para decisão.
A teor do art. 33 da Lei 9.099/95: “Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.” Portanto, autor e réu podem juntar todas e quaisquer provas, ainda que sejam documentos novos, que entender necessário na aludida audiência. Precedentes: TJSC, RECURSO CÍVEL n. 5001444-57.2021.8.24.0016, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Marco Aurelio Ghisi Machado, Segunda

Turma Recursal - Florianópolis (Capital), j. Tue Apr 26 00:00:00 GMT-03:00 2022). TJ-PR - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos - Recurso Inominado: RI 0027425-63.2015.8.16.0031 PR 0027425-63.2015.8.16.0031 (Acórdão). Enunciado 10 – FONAJE;
CÓPIAS DA PRESENTE SERVIRÃO DE COMUNICAÇÃO.
OBSERVAÇÃO: Há vasta jurisprudência no sítio do E.TJRO sobre o tema tratado na presente ação. Disponível em: http://webapp.tjro.jus.br/juris/consulta/detalhesJuris.jsf?ementa=a%E7%E3o&fe=null acessado em 17/04/2023, às 9h57. Portanto, um grande indicativo de que a conciliação poderá ser a melhor solução para ambas as partes, considerando o quanto previsto no arts. 926 e 927 do CPC.
São Francisco do Guaporé/RO, sábado, 15 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz Substituto
REQUERENTE: MARINALDO CAMARGOS DA MOTA, CPF nº 62769421204, BR 429 KM 118, LH 7 SITIO TRÊS ESTRELAS GB CONCEICAO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: RENE CONCEICAO DOS SANTOS, CPF nº 00689503229, AV. SALVADOR 4100 BAIRRO OLÍMPICOS - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 0000027-90.2021.8.22.0023
REQUERENTES: M. P. D. E. D. R., P. -. P. C. D. E. D. R., CNPJ nº 01664910000131
ADVOGADO DOS REQUERENTES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DESCLASSIFICAÇÃO DE DELITO: A. A. -. S. -. N. A., CPF nº 11111111111
DESCLASSIFICAÇÃO DE DELITO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de representação pela quebra de sigilo e dados telefônicos.
A ordem foi devidamente cumprida.
Instado, o Ministério Público pugnou pelo arquivamento do presente feito, conforme id. 93006944.
Pois bem.
Assim, considerando que o feito atingiu o seu objeto, determino o arquivamento.
Proceda a CPE/escrivania as comunicações necessárias, bem como pela juntada de cópia ao procedimento investigatório ou ação penal correspondente.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, sábado, 15 de julho de 2023 Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTES: M. P. D. E. D. R., - 76997-000 - CEREJEIRAS - RONDÔNIA, P. -. P. C. D. E. D. R., CNPJ nº 01664910000131
DESCLASSIFICAÇÃO DE DELITO: A. A. -. S. -. N. A., CPF nº 11111111111

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, 3932, Cidade Baixa, São Francisco do Guaporé - RO - CEP: 76935-000,(69) 33098821
Processo n°: 7000224-86.2022.8.22.0023
AUTOR: JOSEFA GILZA DA CRUZ SANTOS
Advogados do(a) AUTOR: GLAUCIA ELAINE FENALI - RO0005332A, TATIANE BRAZ DA COSTA - RO5303
REQUERIDO: CONFEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte requerente intimada a apresentar impugnação à contestação, no prazo de 15(quinze) dias.
São Francisco do Guaporé, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7001992-68.2022.8.22.0016
AUTOR: Banco Bradesco Financiamentos S.A
ADVOGADOS DO AUTOR: ROSANGELA DA ROSA CORREA, OAB nº AC5398, BRADESCO
REU: JAIR FERNANDES NUNES, CPF nº 11569158215

REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Em que pese a parte autora ter postulado pela intimação do requerido no endereço indicado em id. n. 91059524, é possível extrair dos autos que restou certificado em id. n. 88713445 que houve o falecimento da parte demandada e que o veículo objeto da presente ação é objeto de inventário.
Diante disso, a CPE para que intime a parte autora para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, sábado, 15 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: Banco Bradesco Financiamentos S.A, NÚCLEO CIDADE DE DEUS s/n, PRÉDIO PRATA, 4 ANDAR VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
REU: JAIR FERNANDES NUNES, CPF nº 11569158215, LINHA 04 B KM 27 27, CASA SITIO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7002393-15.2023.8.22.0022
AUTOR: DISTRIBUIDORA EBENEZER LTDA - ME, CNPJ nº 04707839000115
ADVOGADO DO AUTOR: SIDNEY DA SILVA PEREIRA, OAB nº RO8209A
REU: GELO DO VALE COMERCIO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ nº 36210118000191
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos etc.
Recebo os autos para processamento.
Cuida-se de ação proposta perante os Juizados Especiais Cíveis conforme fatos narrados na inicial.
Sabe-se que os juizados especiais cíveis se orientam pelos princípios da informalidade e celeridade, tanto que nas causas de até 20 salários mínimos as partes não precisam se verem representadas por advogados (art. 9º da Lei 9.099/95).
Por essa razão é que não se aplicam os rigores do quanto previstos no art. 319 a 321 do CPC na análise das peças/queixas iniciais apresentadas aos juizados. Devendo os autores, em especial aqueles assistidos por advogados, estarem atentos à eventual defeito da peça inicial, e corrigirem-na até a apresentação da resposta em forma de contestação, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, ou declinação de competência, conforme o caso. Portanto, ausência de comprovação de residência, instrumento procuratório, nota fiscal, contrato etc deverá ser sanado com a juntada dos referidos documentos até a data, inclusive, da audiência de conciliação/ instrução e julgamento.
Forte nessas premissas e com esteio no art. 2º da Lei 9.099/95 c/c art. 4º e 5º do CPC c/c art. art. 5º, inciso LXXVIII da CF88, bem como nas diretrizes enunciadas pelo Conselho Nacional de Justiça, verifica-se que não há qualquer nulidade na elaboração de despacho padrão para causas deste tipo.
Ante o breve relato, decido:
Determino à Central de Processos Eletrônicos que proceda com a designação de audiência de Conciliação, adotando-se a pauta automática do PJE, bem como o cumprimento dos atos processuais de Comunicação.
Cite-se e intimem-se nos termos da lei, bem como do Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017 (DJE nº 104, de 08/06/2017, pág. 01/03). Advirta-se à parte requerente que sua ausência injustificada quanto à audiência designada, implicará em extinção do feito, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95.
Eventual pedido de antecipação de tutela, deixo para analisar após prévia oitiva da parte contrária que deverá ser intimada para apresentar informações no prazo de 5 dias, decorrido o prazo, deve a CPE fazer conclusão dos autos para decisão.
A teor do art. 33 da Lei 9.099/95: “Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.” Portanto, autor e réu podem juntar todas e quaisquer provas, ainda que sejam documentos novos, que entender necessário na aludida audiência. Precedentes: TJSC, RECURSO CÍVEL n. 5001444-57.2021.8.24.0016, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Marco Aurelio Ghisi Machado, Segunda Turma Recursal - Florianópolis (Capital), j. Tue Apr 26 00:00:00 GMT-03:00 2022). TJ-PR - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos - Recurso Inominado: RI 0027425-63.2015.8.16.0031 PR 0027425-63.2015.8.16.0031 (Acórdão). Enunciado 10 – FONAJE;
CÓPIAS DA PRESENTE SERVIRÃO DE COMUNICAÇÃO.
OBSERVAÇÃO: Há vasta jurisprudência no sítio do E.TJRO sobre o tema tratado na presente ação. Disponível em: http://webapp.tjro.jus.br/juris/consulta/detalhesJuris.jsf?ementa=a%E7%E3o&fe=null acessado em 17/04/2023, às 9h57. Portanto, um grande indicativo de que a conciliação poderá ser a melhor solução para ambas as partes, considerando o quanto previsto no arts. 926 e 927 do CPC.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, sábado, 15 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: DISTRIBUIDORA EBENEZER LTDA - ME, CNPJ nº 04707839000115, AV. 15 DE NOVEMBRO 4425 - 76850-000 - GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
REU: GELO DO VALE COMERCIO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ nº 36210118000191, GUAPORE 3829 CIDADE ALTA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, 3932, Cidade Baixa, São Francisco do Guaporé - RO - CEP: 76935-000
Processo : 7001217-95.2023.8.22.0023
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: S. P. K. e outros
Advogado do(a) AUTOR: TIAGO DO CARMO MENDES - RO11023
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO PARTES - PERÍCIA
Ficam AS PARTES intimadas, no prazo de 05 (cinco) dias, para se manifestarem acerca da petição do Perito Judicial ID-93355990, bem como tomar ciência da data e local da realização da perícia, e para indicarem assistente técnico e apresentarem quesitos, nos termos da Decisão ID-93035577.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, 3932, Cidade Baixa, São Francisco do Guaporé - RO - CEP: 76935-000
Processo : 7000797-90.2023.8.22.0023
Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: P. C. G. O.
Advogados do(a) AUTOR: GLAUCIA ELAINE FENALI - RO0005332A, TATIANE BRAZ DA COSTA - RO5303
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa ID-93346485 e seguintes.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000022-12.2022.8.22.0023
EXEQUENTE: ANA CELIA DE SOUZA PEDROSO, CPF nº 01388191229
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: RILDO RODRIGUES SALOMAO, OAB nº RO5335A, MARCELO BUENO MARQUES FERNANDES, OAB nº RO8580
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
A requisição foi expedida.
Intimados para se manifestarem sobre o inteiro teor da RPV expedida, não houve impugnação das partes.
Portanto, foi realizada nesta data a assinatura das RPV's no sistema E-Prec Web.
Determino a baixa dos autos em cartório, para aguardar o pagamento no arquivo provisório.
Comunicado o depósito judicial por meio de Ofício, junto ao sistema E-Prec Web, EXPEÇA-SE ALVARÁ, devendo a parte credora comprovar o levantamento em até 10 dias.
Comprovado o levantamento, conclusos para extinção.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, sábado, 15 de julho de 2023 Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
EXEQUENTE: ANA CELIA DE SOUZA PEDROSO, CPF nº 01388191229, LINHA 04-C, KM 01 S/N ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, RUA PRESIDENTE VARGAS 1035, - ATÉ 764/765 CENTRO - 76900-020 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7001371-16.2023.8.22.0023
RECORRENTES: R. V. D. P. C., K. D. P. C., I. F. D. P., D. P. D. E. D. R.
ADVOGADOS DOS RECORRENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
RECORRIDO: R. F. C., CPF nº 00306409208
RECORRIDO SEM ADVOGADO(S)

DESPACHO
Defiro a gratuidade processual.
A execução de alimentos, por força do disposto no art. 528 do CPC, deverá seguir o rito previsto para o CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA, previsto no art. 523 e seguintes, ambos do Código de Processo Civil.
Assim, INTIME-SE a (s) parte (s) executada (s) para que tome conhecimento do presente cumprimento de sentença e, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da intimação, sob pena de aplicação de multa de 10% (Art. 523 do CPC) para que pague o valor atualizado de R$ 2.213,82, mais correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, custas (se houver) e honorários advocatícios, os quais ficam fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor total (principal mais multa, esta se for o caso), salvo em caso de impugnação, os quais poderão ser elevados.
Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem pagamento, venham os autos para penhora on-line ante a natureza alimentar da obrigação, sem prejuízo de expedir mandado de penhora.
Caso deseje opor embargos, a parte executada disporá do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do mandado de intimação, nos termos do art. 525 do CPC.
Consigno ainda, que em cumprimento ao provimento nº 003/2012-CG o Oficial (a) de Justiça deverá alertar o Requerido que não tendo condições de constituir advogado, o Estado lhe assegurará o direito através da Defensoria Pública. Para tanto, em havendo interesse, deverá comparecer, imediatamente e antes do decurso do prazo de 15 (quinze) dias, portando este documento e demais que acompanham.
Para as diligências a serem cumpridas nessa Comarca, autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do CPC e respectivos parágrafos.
No mais, não encontrado o executado no endereço constante na exordial, intime-se a parte autora para fornecer o endereço correto. Vindas as informações, cite-se.
Em caso de pedido ou informação de desconhecimento do endereço, venham os autos concluso para pesquisa.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, sábado, 15 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
RECORRENTES: R. V. D. P. C., RUA RONALDO ARAGÃO 3123 BAIRRO CIDADE B - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, K. D. P. C., RUA RONALDO ARAGÃO 3123 BAIRRO CIDADE B - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, I. F. D. P., RUA RONALDO ARAGÃO 3123 CIDAE BAIXA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, D. P. D. E. D. R., AV SÃO PAULO S Nº S/Nº BAIRRO CIDADE BAIXA FORUM - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
RECORRIDO: R. F. C., CPF nº 00306409208, TRAVESSÃO 224 SUL, TRAIRA MAGR s/n NÃO CADASTRADO - 68138-000 - PLACAS - PARÁ

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS São Francisco do Guaporé - Vara Única Rua São Paulo, 3932, Cidade Baixa, São Francisco do Guaporé - RO - CEP: 76935-000,(69) 33098821
Processo nº 7001376-38.2023.8.22.0023 AUTOR: FLORENCIO KISTER Advogados do(a) AUTOR: GLAUCIA ELAINE FENALI - RO0005332A, TATIANE BRAZ DA COSTA - RO5303
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: SFG - Sala de Conciliação n. 01 Data: 16/08/2023 Hora: 09:00 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
Contatos da Central de Atendimento para consulta ou manifestação no processo (segunda a sexta-feira, de 7h às 14h):
Telefone: (69) 3309-8831
E-mail: seat_sfg@tjro.jus.br
Balcão virtual: https://meet.google.com/zfq-qctw-kpv
Presencial: Fórum de São Francisco do Guaporé - Endereço: Av. São Paulo esq c/ Ronaldo Aragão, Centro, São Francisco do Guaporé, CEP: 76935-000
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO: 1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência. ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e

art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG);
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
Tel: (69) 3309-8840
E-mail: cejuscsfg@tjro.jus.br
Sala Virtual: https://meet.google.com/zfq-qctw-kpv
São Francisco do Guaporé, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000332-81.2023.8.22.0023
REQUERENTE: R & L ARTIGOS DE OPTICA LTDA - ME, CNPJ nº 15387072000100
ADVOGADOS DO REQUERENTE: AKAWHAN DYOGO ODORICO OLIVEIRA, OAB nº RO8582, DHORDINES EDUARDO SZUPKA BORBA, OAB nº RO11718
REQUERIDO: CELIA GOMES DE OLIVEIRA, CPF nº 69431981220
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
HOMOLOGO por sentença para que surtam seus jurídicos e legais efeitos o acordo efetivado pelas partes extrajudicialmente (id. n. 92781406).
Nesse sentido, indefiro pedido de suspensão do feito para aguardar o cumprimento do acordo realizado vez que referido pedido contraria os princípios orientadores dos Juizados Especiais. Além disso, em caso de descumprimento da obrigação, o autor poderá desarquivar os autos através da interposição de petição, sem qualquer prejuízo.
Assim, julgo EXTINGO o feito com resolução do mérito na forma do art. 487, III do CPC.
Libere-se eventual bem penhorado.
Sem custas e sem verbas honorárias.
Publique-se.
Registre-se.
Após, arquivem-se, independentemente do trânsito em julgado e de intimação.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, sábado, 15 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: R & L ARTIGOS DE OPTICA LTDA - ME, CNPJ nº 15387072000100, AV. TANCREDO NEVES 3532 CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: CELIA GOMES DE OLIVEIRA, CPF nº 69431981220, AV. BOA VISTA 4271, (69) 98478-8686 CENTRO - 76940-000 - ROLIM DE MOURA - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000980-61.2023.8.22.0023
AUTOR: ALEX ANDRADE DE FREITAS, CPF nº 61190667215
AUTOR SEM ADVOGADO(S)
REU: VAGNER MIRANDA DA SILVA, CPF nº 69261636268
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Considerando a Certidão de id. 92907591, na qual consta o requerimento de nova data para audiência de Conciliação e pedido de citação/intimação do requerido na Prefeitura do Município de Costa Marques, tendo em vista tratar-se do prefeito daquele município.
Determino à Central de Processos Eletrônicos que proceda com nova designação de audiência de Conciliação, adotando-se a pauta automática do PJE, bem como o cumprimento dos atos processuais de Comunicação.
Cite-se e intimem-se nos termos da lei, bem como do Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria nº 001/2017 (DJE nº 104, de 08/06/2017, pág. 01/03). Advirta-se à parte requerente que sua ausência injustificada quanto à audiência designada, implicará em extinção do feito, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, sábado, 15 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: ALEX ANDRADE DE FREITAS, CPF nº 61190667215, AV. GUAPORÉ 3820, AUTO ELÉTRICA DO BICUDO CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REU: VAGNER MIRANDA DA SILVA, CPF nº 69261636268, RIO CABIXI 1396 SETOR 02 - 76937-000 - COSTA MARQUES - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7001372-98.2023.8.22.0023
AUTOR: ANTENOR FERREIRA DE OLIVEIRA, CPF nº 47861991253
ADVOGADOS DO AUTOR: MARIANA DONDE MARTINS, OAB nº RO5406, JULIAN CUADAL SOARES, OAB nº RO2597, ADRIANA DONDE MENDES, OAB nº RO4785A
REU: I. -. I. N. D. S. S.
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
ANTENOR FERREIRA DE OLIVEIRA ajuizou a presente ação previdenciária, cumulada com pedido de antecipação dos efeitos da tutela em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, pugnando pelo restabelecimento de auxílio-doença c.c conversão em aposentadoria por invalidez. Para tanto, sustenta que é segurado da Autarquia e que está acometido de doença incapacitante.
É o breve relatório. DECIDO.
O Código de Processo Civil estabelece que “a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.
Consoante a nova sistemática do Código de Processo Civil de 2015, a tutela provisória de urgência pode ter natureza antecipada (art. 303 do CPC) ou cautelar (art. 305 do CPC).
No caso dos autos, a parte requerente formula pretensão consistente em tutela provisória de urgência de natureza antecipada.
Os requisitos indispensáveis para a concessão dos benefícios de aposentadoria por invalidez ou de auxílio-doença são:
a) qualidade de segurado da Previdência Social;
b) carência de 12 (doze) contribuições mensais, salvo nas hipóteses previstas no art. 26, II, da Lei 8.213/91;
c) comprovação de incapacidade para o exercício de atividade que garanta a subsistência (art. 42, § 1º e § 2º, da Lei 8.213/91), devendo essa incapacitação ser definitiva, para a aposentadoria por invalidez, e temporária, no caso do auxílio-doença.
No caso em tela, num exame perfunctório, entendo que a parte autora logrou êxito em demonstrar a probabilidade do direito invocado, bem como o perigo de dano ao resultado útil do processo.
No que se refere a probabilidade do direito invocado (qualidade de segurado), o requerente acostou aos autos a comunicação da decisão de cessação do benefício de aposentadoria por invalidez (id. n. 93291603).
O perigo de dano ao resultado útil do processo é evidenciado por meio do laudo médico datado de 06/07/2023 (id. n. 93291602), informando que o autor está incapacitado por tempo indeterminado para o exercício de suas atividades laborativas braçais.
Observa-se do documento de id. n. 93291603 que no dia 18/03/2022 a parte requereu a prorrogação do benefício, o qual foi negado sob a justificativa de não ter sido reconhecido direito à prorrogação. O benefício restou cessado, portanto, em 10/07/2023 e já em 13/07/2023 ajuizou a presente ação.
Ante o exposto, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA, determinando ao INSS que efetue imediatamente o RESTABELECIMENTO do benefício de auxílio-saúde em favor de ANTENOR FERREIRA DE OLIVEIRA, número do benefício 635.088.132-3.

Intime-se o INSS para dar IMEDIATO cumprimento à presente decisão. Prazo de 10 (dez) dias.
Defiro o benefício da gratuidade judiciária.
Diante da necessidade de bem instruir a presente demanda, determino a realização da perícia médica e, para funcionar como perito do juízo, nomeio o médico Jhonny Silva Rodrigues – CRM/RO 2054, fixando, desde já, honorários no importe de R$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) a serem pagos pela Justiça Federal nos termos do art. 25, parágrafo único, da resolução n. 305 de 07 de outubro de 2014, após a conclusão definitiva da perícia.
Ressalto que os honorários periciais foram fixados em R$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), uma vez que a prova pericial é imprescindível para o deslinde do feito, o trabalho será realizado em uma comarca que está localizada em uma região de difícil acesso, e há um número reduzido de profissionais empenhados e credenciados que se deslocam até São Francisco do Guaporé, para realizarem o encargo.
Caso os honorários sejam fixados em quantia inferior ao estabelecido por este Juízo, não haverá interesse dos profissionais em realizar o encargo que lhes é atribuído, o que prejudicará o desenvolvimento do processo, violando, assim, o princípio da duração razoável do processo.
Por fim, esclareço que os valores fixados, em nada violam a Resolução n. 305/2014, do Conselho da Justiça Federal, uma vez que o juízo deve ponderar os critérios indicados com a excepcionalidade do local, dificuldade de localização de médicos, e o pequeno valor presente na referida resolução, que desde 2014 se mantém inalterada apesar da inflação. Por fim, há de se observar a duração razoável do processo, o que torna necessária o arbitramento de valores condizentes com o trabalho realizado, garantindo o regular trâmite do feito.
Assim, ante a importância da perícia para o deslinde da causa, o zelo dos profissionais que atuam na região do Vale do Guaporé, que realizam o encargo em tempo hábil, contribuindo para a duração razoável do processo, a fixação dos honorários periciais na quantia de R$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) é medida que se impõe.
Providencie-se contato telefônico com o perito, que deverá designar data, horário e local para realização da perícia, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a fim de que haja tempo hábil para intimar as partes e seus patronos.
Com a vinda das informações pelo médico, intime-se o INSS e a parte autora para indicarem assistente técnico e apresentarem quesitos.
Na mesma oportunidade, caso seja possível, o INSS deverá juntar aos autos cópia do processo administrativo (incluindo eventuais perícias administrativas) e/ou informes dos sistemas informatizados relacionados às perícias médicas realizadas.
Encaminhem-se os quesitos formulados pelas partes ao perito, para resposta.
O laudo deverá ser apresentado em Juízo, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de realização da perícia.
Após a juntada do laudo médico, que reconheceu a (in)capacidade da parte autora, cite-se o INSS para, querendo, apresentar contestação no prazo de 30 (trinta) dias – art. 335, caput, c/c art. 183, ambos do CPC -, devendo, na oportunidade, informar se há possibilidade de acordo, indicando os seus termos.
Com a contestação, caso sejam apresentadas matérias preliminares ou juntada de documentos novos, intime-se a parte autora para, querendo, impugnar, no prazo de 15 (quinze) dias – artigos 350 e 351 do CPC.
Em seguida, intimem-se as partes para em 5 dias especificarem as provas que pretendem produzir, indicando necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento.
Caso haja pedido de prova testemunhal, deverá a parte interessada, no prazo acima, depositar o rol de testemunhas nos autos.
Havendo apenas pedido de produção de prova testemunhal pelas partes, ao Cartório para designar audiência de instrução e julgamento.
Registre-se que se deve proceder em conformidade com o estabelecido no art. 357, § 5º e art. 455, ambos do CPC, ou seja, cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada, do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.
O número de testemunhas arroladas não poderá ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato – art. 357, § 6º do CPC.
Ressalto que a intimação só será feita pela via judicial quando:
a) restar comprovada que a tentativa de intimação prevista no art. 455, § 1º do CPC foi frustrada, devendo tal comprovação ocorrer em tempo hábil para que o Juízo promova a intimação;
b) sua necessidade for devidamente demonstrada;
c) figurar no rol de testemunhas servidor público ou militar, hipótese em que o juiz requisitará ao chefe da repartição ou ao comando do corpo em que servir;
d) a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública; ou
e) a testemunha for uma daquelas previstas no art. 454 do CPC.
Caso qualquer das partes apenas venha juntar documentos (prova documental), dê-se vistas a parte contrária para se manifestar em 5 dias. Em seguida, intimem-se as partes para apresentarem alegações finais no prazo comum de 15 dias. Após, retornem os autos conclusos para sentença.
Em relação a perícia, seguem os quesitos a serem respondidos pelo expert em total observância à recomendação conjunta n. 01/2015 do Conselho Nacional de Justiça:
I – Dados gerais do processo
a) Número do processo
b) Vara
II – Dados gerais do(a) periciando(a)
a) Nome do(a) autor(a)
b) Estado Civil
c) Sexo
d) CPF
e) Data de Nascimento
f) Escolaridade
g) Formação técnico-profissional
III – Dados gerais da perícia
a) Data do Exame
b) Perito Médico Judicial/Nome e CRM
c) Assistente Técnico do INSS/Nome, matrícula e CRM (caso tenha acompanhado o exame)

d) Assistente Técnico do Autor/Nome e CRM (caso tenha acompanhado o exame)
IV – Histórico Laboral do(a) Periciado (a)
a) Profissão declarada
b) Tempo de profissão
c) Atividade declarada como exercida
d) Tempo de atividade
e) Descrição da atividade
f) Experiência laboral anterior
g) Data declarada de afastamento do trabalho, se tiver ocorrido
V – Exame clínico e considerações médico-periciais sobre a patologia
1. O periciando é portador de alguma enfermidade/patologia? Se positivo, qual a natureza, gravidade, extensão e estágio evolutivo? É possível determinar o início?
2. Caso o periciando esteja incapacitada, essa incapacidade é: temporária ou permanente? Total ou parcial?
3. O periciando apresenta alteração das faculdades mentais com grave perturbação da vida orgânica e social?
4. A doença incapacita o periciando para a sua atividade habitual ou para o exercício de qualquer outra atividade que lhe garanta a subsistência?
5. Em caso de incapacidade temporária, essa incapacidade é suscetível de recuperação ou reabilitação? Sim ou não? Para o exercício da atividade que exercia antes e/ou para o exercício de qualquer outra atividade? Qual a data estimada para que o periciando esteja curada da enfermidade?
6. Em sendo afirmativo o item anterior (05), há indicação de cuidados médicos ou terapias? Qual sua natureza e provável duração?
Cite-se. Intimem-se. Pratique-se e expeça-se o necessário. Em sendo o caso, requisite-se e/ou depreque-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, sábado, 15 de julho de 2023 Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: ANTENOR FERREIRA DE OLIVEIRA, CPF nº 47861991253
REU: I. -. I. N. D. S. S., RUA PRESIDENTE VARGAS 1035, - DE 904/905 A 1075/1076 CENTRO - 76900-038 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000430-03.2022.8.22.0023
EXEQUENTE: ARLINDO VILELA DE OLIVEIRA, CPF nº 14294265191
ADVOGADO DO EXEQUENTE: THATY RAUANI PAGEL ARCANJO, OAB nº RO10962
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DECISÃO
A requisição foi expedida.
Intimados para se manifestarem sobre o inteiro teor da RPV expedida, não houve impugnação das partes.
Portanto, foi realizada nesta data a assinatura das RPV's no sistema E-Prec Web.
Determino a baixa dos autos em cartório, para aguardar o pagamento no arquivo provisório.
Comunicado o depósito judicial por meio de Ofício, junto ao sistema E-Prec Web, EXPEÇA-SE ALVARÁ, devendo a parte credora comprovar o levantamento em até 10 dias.
Comprovado o levantamento, conclusos para extinção.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, sábado, 15 de julho de 2023 Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
EXEQUENTE: ARLINDO VILELA DE OLIVEIRA, CPF nº 14294265191, AVENIDA PARANÁ 4715 CIDADE ALTA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7002281-77.2022.8.22.0023
AUTOR: JULIO CESAR DOS SANTOS THEMOTEO, CPF nº 69437882215
ADVOGADOS DO AUTOR: DHORDINES EDUARDO SZUPKA BORBA, OAB nº RO11718, AKAWHAN DYOGO ODORICO OLIVEIRA, OAB nº RO8582
REQUERIDO: EDNALDO DA ROCHA LIMA, CPF nº 78437318220
ADVOGADO DO REQUERIDO: ANATIELI DE PAULA TORTORA GOMES, OAB nº PR92446

DECISÃO
Vistos.
Cuida-se de cumprimento de sentença.
O requerimento inicial preenche os requisitos do art. 524 do Código de Processo Civil e art. 52 da Lei 9.099/95.
Defiro desde já aplicação de multa de 10% caso não seja comprovado o pagamento voluntário, conforme previsto no artigo 523, §1º, do Código de Processo Civil e Enunciado 97 do FONAJE, abaixo transcrito:
ENUNCIADO 97 – A multa prevista no art. 523, § 1º, do CPC/2015 aplica-se aos Juizados Especiais Cíveis, ainda que o valor desta, somado ao da execução, ultrapasse o limite de alçada; a segunda parte do referido dispositivo não é aplicável, sendo, portanto, indevidos honorários advocatícios de dez por cento (nova redação – XXXVIII Encontro – Belo Horizonte-MG). Ressalta-se. que são incabíveis a condenação de honorários advocatícios em sede de Juizado Especial, conforme acima exposto e ante a ausência das hipóteses legais do art. 55, da Lei 9.099/95.
Garantido o Juízo, a parte devedora poderá apresentar embargos, nos próprios autos, versando sobre: a) falta ou nulidade da citação no processo, se ele correu à revelia; b) manifesto excesso de execução; c) erro de cálculo; d) causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, superveniente à sentença, conforme previsão do art. 52, inciso IX, da Lei 9.099/95 e Enunciado 97 do FONAJE. Advirta-se, desde já, o(a) executado(a) de que eventuais embargos, deverão ser opostos(as) nos próprios autos, no prazo de 15 (quinze) dias, bem ainda delimitar e demonstrar especificamente os valores impugnados, bem como ser instruídos com os documentos que se fizerem necessário à demonstração do alegado, sob pena de preclusão e de imediato julgamento da impugnação, nos termos do artigo 525, §1º, do CPC.
Cumpre ressaltar, que o disposto no artigo 55 da Lei 9.099/95, se refere tão somente as custas processuais, não abrangendo as demais despesas processuais.
Nesse sentido, caso a parte requeira buscas de informações/bloqueios junto aos sistemas informatizados (Sisbajud, Renajud, Siel, Infojud, Srei, ofícios a instituições entre outros), deverá ficar ciente quanto ao valor da respectiva taxa nos termos do artigo 17 do regimento de custas, a (s) qual (ais) será (ão) acrescida (s) do montante do preparo em caso de recurso inominado, ou não sendo o caso, será (ão) deduzida (s) quando da expedição de alvará.
Disposições à CPE:
a) INTIME-SE a parte devedora a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, satisfaça a obrigação, adimplindo o montante da condenação, corrigido e atualizado nos termos da sentença, sob pena de aplicação de multa de 10%. A intimação do devedor deverá ser realizada na forma do §4º do art. 513 do Código de Processo Civil, isto é: a) Na pessoa do advogado do devedor, caso o requerimento de cumprimento tenha sido formulado há menos de 1 (um) ano do trânsito em julgado da sentença;
b) Na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço urbano constante dos autos, ou por Oficial de Justiça, caso o requerimento de cumprimento tenha sido formulado há mais de 1 (um) ano do trânsito em julgado da sentença.
c) Caso o devedor seja revel, sua intimação deve ocorrer mediante publicação no DJE, conforme prescrição do art. 346 do Código de Processo Civil, sendo desnecessária a cientificação pessoal. b) Havendo embargos, INTIME-SE a parte exequente para manifestar-se sobre a impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias.
c) Se a divergência versar sobre cálculos, remetam-se os autos à Contadoria para conferência e atualização no prazo de 5 (cinco) dias. Após, intimem-se as partes para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias.
d) Decorrido o prazo para embargos sem manifestação, certifique-se nos autos, e não havendo a satisfação da obrigação, o que deverá ser certificado, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, atualizar o débito e para que dê prosseguimento normal ao feito, observando a ordem preferencial disposta no art. 835 do CPC.
e) Caso o credor não esteja sendo assistido por advogado, remetam-se os autos à Contadoria para que atualize os cálculos, no prazo de 5 (cinco) dias.
f) Havendo pagamento, expeça-se o competente alvará judicial em nome da parte e/ou advogado.
g) Posteriormente, por ato ordinatório, INTIME-SE a parte exequente, por meio de seu(s) advogado(s), para informar a satisfação do crédito e/ou requerer o que de direito, no prazo de 02 (dois) dias, sob pena de aceitação dos valores depositados como sendo o pagamento integral da obrigação.
h) Por fim, mantendo-se inerte a parte exequente, voltem os autos conclusos para sentença de extinção.
i) Verifique-se o cartório quanto a existência de custas processuais. Havendo valores a serem pagos, notifique-se a parte vencida para comprovar o pagamento no prazo de 05 dias. Com a comprovação de pagamento arquive-se os autos. Decorrido o prazo sem comprovação do pagamento, oficie-se ao Cartório Distribuidor de Protesto cumprindo com o disposto no art. 35, §2º, da Lei nº 3.896/2016. Após, arquivem-se os autos até a vinda de informações do competente tabelionato de protesto. Havendo informação de pagamento no tabelionato, arquivem-se definitivamente o feito (art. 35, § 4º, Lei nº 3.896/2016). De outra forma, recebendo confirmação da lavratura e registro do protesto, o cartório deverá providenciar a inscrição do débito em dívida ativa (art. 37, Lei nº 3.896/2016), arquivando, após, o presente feito. Ressalte-se que após efetivada a inscrição em dívida ativa, este Juízo não poderá receber qualquer valor a título de pagamento de custas (art. 38, § 3º, Lei nº 3.896/2016). Não havendo custas ou quaisquer outras pendências, arquive-se.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, sábado, 15 de julho de 2023 Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: JULIO CESAR DOS SANTOS THEMOTEO, CPF nº 69437882215, LINHA 26, S/N, KM 05, POSTE 52, s/n ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: EDNALDO DA ROCHA LIMA, CPF nº 78437318220, LINHA 95 KM 05 s/n ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, 3932, Cidade Baixa, São Francisco do Guaporé - RO - CEP: 76935-000
Processo : 7000121-79.2022.8.22.0023
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)

EXEQUENTE: CREISIANE DOS SANTOS GONCALVES
Advogado do(a) EXEQUENTE: CARLOS ALBERTO VIEIRA DA ROCHA - MT11101-O
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTIMAÇÃO EXEQUENTE - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte EXEQUENTE intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados pela parte adversa ID-93346113 e seguintes.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS São Francisco do Guaporé - Vara Única Rua São Paulo, 3932, Cidade Baixa, São Francisco do Guaporé - RO - CEP: 76935-000,(69) 33098821
Processo nº 7002393-15.2023.8.22.0022 AUTOR: DISTRIBUIDORA EBENEZER LTDA - ME Advogado do(a) AUTOR: SIDNEY DA SILVA PEREIRA - RO8209
REU: GELO DO VALE COMERCIO DE BEBIDAS LTDA
INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências do NUCOMED, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: SFG - Sala de Conciliação n. 01 Data: 16/08/2023 Hora: 10:00 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
Contatos da Central de Atendimento para consulta ou manifestação no processo (segunda a sexta-feira, de 7h às 14h):
Telefone: (69) 3309-8831
E-mail: seat_sfg@tjro.jus.br
Balcão virtual: https://meet.google.com/zfq-qctw-kpv
Presencial: Fórum de São Francisco do Guaporé - Endereço: Av. São Paulo esq c/ Ronaldo Aragão, Centro, São Francisco do Guaporé, CEP: 76935-000
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO: 1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência. ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da

respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG);
CONTATO COM O SETOR RESPONSÁVEL PELAS AUDIÊNCIAS - NUCOMED:
Tel: (69) 3309-8840
E-mail: cejuscsfg@tjro.jus.br
Sala Virtual: https://meet.google.com/zfq-qctw-kpv
São Francisco do Guaporé, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000961-60.2020.8.22.0023
EXEQUENTE: ERIVELTON OSOWSKI DE ALMEIDA, CPF nº 01710904208
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Defiro o requerimento da parte exequente.
Determino a expedição de novo alvará judicial, em favor da parte autora/advogado, caso tenha poderes especiais, para levantamento do valor depositado em conta judicial vinculada aos autos, com seus acréscimos financeiros.
Intime-se a parte exequente da expedição do alvará, bem como, para comprovar nos autos o levantamento no prazo de 5 dias.
Após o saque a conta judicial deverá ser bloqueada para que não gere bônus ou ônus até que decorra o prazo estabelecido pelo Banco Central do Brasil para a sua extinção.
Comprovado o levantamento e não havendo resíduo de valor na conta judicial ou qualquer outra pendência que impeça o regular arquivamento do feito, arquivem-se os autos, conforme comando da sentença extintiva já proferida.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
EXEQUENTE: ERIVELTON OSOWSKI DE ALMEIDA, CPF nº 01710904208, CHICO MENDES 3355 CIDADE BAIXA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7001209-55.2022.8.22.0023
AUTOR: M. D. P. M. D. S., CPF nº 64650162220
ADVOGADOS DO AUTOR: GLAUCIA ELAINE FENALI, OAB nº RO5332A, TATIANE BRAZ DA COSTA, OAB nº RO5303A
REQUERIDO: B. B. S.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: PAULO EDUARDO PRADO, OAB nº RO4881, BRADESCO
DECISÃO
Vistos.
Defiro a gratuidade de justiça a parte recorrente.
O recurso é próprio e tempestivo. Assim, recebo o petitório apenas no efeito devolutivo, nos moldes do art. 43 da Lei 9.099/95.
Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias.
Após, encaminhem-se os autos à Turma Recursal para apreciação, com as nossas sinceras homenagens.
Cumpra-se. Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: M. D. P. M. D. S., CPF nº 64650162220, KM 12, ZONA RURAL NA LINHA 12 - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: B. B. S., BANCO BRADESCO S.A. s/n, RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé

Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 1000398-76.2017.8.22.0023
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
CONDENADOS: LODOVICO LACERDA LIMA, CPF nº 01439307296, TIAGO APARECIDO OLIVEIRA RAMOS
ADVOGADOS DOS CONDENADOS: JOSE SILVA DA COSTA, OAB nº RO6945, RAISSA KARINE DE SOUZA, OAB nº RO9103, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de Ação Penal proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA em face de LODOVICO LACERDA LIMA e TIAGO APARECIDO OLIVEIRA RAMOS.
O Parquet juntou a certidão de óbito do acusado TIAGO APARECIDO OLIVEIRA RAMOS, requerendo a extinção da punibilidade (id. n. 93238634)
É o relatório. Fundamento. DECIDO.
É sabido que a morte do agente é uma das causas de extinção da punibilidade, com base no art. 107, inciso I, do Código Penal.
Além disso, prevê o art. 62 do mesmo diploma que o Juiz declarará a extinção da punibilidade com a juntada da certidão de óbito.
Verifico que a certidão de óbito do acusado foi juntada no id. n. 93238930.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, nos termos do art. 107, inciso I, do Código Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de TIAGO APARECIDO OLIVEIRA RAMOS.
Proceda-se à baixa de eventuais mandados de prisão expedidos em seu desfavor.
Requisite-se a devolução, sem cumprimento, de eventuais cartas precatórias expedidas.
Transitado em julgado nesta data, em virtude da preclusão lógica.
Ciência ao Ministério Público e a Defesa.
P.R.I.
Ademais, considerando que o Ministério Público informou a realização do protesto da multa penal em desfavor de LODOVICO LACERDA LIMA (id. n. 90644567), suspendo o feito por 01 (um) ano, a fim de aguardar eventual informação de pagamento.
Decorrido o prazo, vistas ao Ministério Público para que se manifeste quanto ao pagamento e/ou prescrição, no prazo de 05 (cinco) dias.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia
CONDENADOS: LODOVICO LACERDA LIMA, CPF nº 01439307296, JOSE DO PATROCINIO 2266, - DE 2222/2223 A 2514/2515 CENTRO - 76963-740 - CACOAL - RONDÔNIA, TIAGO APARECIDO OLIVEIRA RAMOS, RUA ATRÁS DO BAR DO PESTANA, 512 CIDADE BAIXA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000040-33.2022.8.22.0023
EXEQUENTE: MAICON ARNILDO SCHIRMER, CPF nº 00454445288
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: AKAWHAN DYOGO ODORICO OLIVEIRA, OAB nº RO8582, DHORDINES EDUARDO SZUPKA BORBA, OAB nº RO11718
EXECUTADO: EDSON DE OLIVEIRA PINTO, CPF nº 01176701118
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Por ser o dinheiro o bem de primeira ordem preferencial em sede de execução, com espeque no art. 835 do CPC e visando menor dispêndio, e ainda, atendendo aos princípios de celeridade, efetividade e economia processual, DEFIRO o pedido e procedo a imediata consulta, via sistema SISBAJUD, quanto a ativos financeiros porventura existentes em nome do devedor.
Procedi à consulta ao sistema SISBAJUD em desfavor de EDSON DE OLIVEIRA PINTO, a qual restou infrutífero o bloqueio de valores, conforme Detalhamento de Ordem Judicial anexo.
Intime-se a parte exequente para indicar medida expropriatória eficaz no prazo de cinco dias, sob pena de extinção.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
EXEQUENTE: MAICON ARNILDO SCHIRMER, CPF nº 00454445288, BR 429, KM 269 ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
EXECUTADO: EDSON DE OLIVEIRA PINTO, CPF nº 01176701118, AV. RONDÔNIA, NA P50, SAÍDA PARA PORTO ROLIM S/N, EMPRESA DE MÓVEIS PLANEJADOS (ARTS MÓVEIS) CENTRO - 76954-000 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000352-12.2022.8.22.0022
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DENUNCIADO: JEVERSON EMILIO DE BARROS
ADVOGADO DO DENUNCIADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DESPACHO
Suspendo o feito a fim de aguardar o pagamento da pena de multa ou a prescrição.
Ressalto que a cada 01 (um) ano, deverá ser dada vistas ao Ministério Público para que informe se ocorreu o pagamento da multa penal e/ou prescrição.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
DENUNCIADO: JEVERSON EMILIO DE BARROS, FORMOSA 3275, CASA CENTRO - 76919-000 - MINISTRO ANDREAZZA - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000096-32.2023.8.22.0023
REQUERENTE: A. ANDRADE DE FREITAS EIRELI, CNPJ nº 29686290000150
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: OLIVIO MAICON DOLINSKI FRANCISCO, CPF nº 93765649287
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Ao solicitar o bloqueio eletrônico em contas bancárias pertencentes ao executado, via Sisbajud, não foram localizados valores.
Manifeste-se a parte autora para que dê prosseguimento ao feito, requerendo o que for de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.
Consigno, desde já, que pedidos de pesquisas eletrônicas devem estar acompanhados dos comprovantes de pagamentos de suas respectivas taxas, conforme previsto na Lei de Custas, sob pena de indeferimento.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos para deliberação.
Pratique-se o necessário
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: A. ANDRADE DE FREITAS EIRELI, CNPJ nº 29686290000150, AV. GUAPORÉ 3820 CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: OLIVIO MAICON DOLINSKI FRANCISCO, CPF nº 93765649287, LINHA 09,S/N, LR 88 C GB 08 REMANESCENTE S/N ÁREA RURAL DE CACOAL - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7001164-51.2022.8.22.0023
AUTOR: WILEIMAR WIL GOMES, CPF nº 70362092249
ADVOGADOS DO AUTOR: JULIANO ROSS, OAB nº MT4743, CARLOS ALBERTO VIEIRA DA ROCHA, OAB nº RO4741
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA

SENTENÇA
Trata-se de e AÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE RESTABELECIMENTO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA COM CONVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, ajuizada por WILEIMAR WIL GOMES em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS).
A parte requerida propôs acordo em id. 92479525, tendo a autora aceitado em id. 93147709.
Vieram os autos conclusos.
É o sucinto relatório. DECIDO.
Assim, considerando que as partes entabularam acordo e que este respeita o seu melhor interesse, sua homologação é medida que se impõe.
Ante o exposto, HOMOLOGO O ACORDO realizado entre as partes, nos termos do documento de Id. 92479525 para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.
Por conseguinte, EXTINGO com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil.
Em caso de descumprimento, poderá a parte autora requerer o desarquivamento com o consequente pedido de prosseguimento do feito.
Com fundamento no art. 8º, inciso III, da Lei n. 3.896/2016, isento o pagamento das custas finais.
Sentença transitada em julgado nesta data, por força do 1.000, parágrafo único, do CPC.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Pratique-se o necessário.
Após, arquivem-se, com as baixas devidas.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: WILEIMAR WIL GOMES, CPF nº 70362092249, AVENIDA PARANÁ 4271 CIDADE ALTA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AVENIDA MARECHAL RONDON 1035, - DE 870 A 1158 - LADO PAR CENTRO - 76900-082 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7001772-49.2022.8.22.0023
AUTOR: MARIA ANA BATISTA, CPF nº 88329127249
ADVOGADOS DO AUTOR: GLAUCIA ELAINE FENALI, OAB nº RO5332A, TATIANE BRAZ DA COSTA, OAB nº RO5303A
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, BRADESCO
DESPACHO
Defiro o pedido de gratuidade de justiça.
O recurso é adequado e foi interposto dentro do prazo legal (art. 41 e art. 42 da Lei 9.099/95), porquanto tempestivo.
Portanto, presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo o presente recurso apenas no efeito devolutivo (art. 43 da Lei 9.099/95).
Intime-se a parte recorrida para apresentar suas contrarrazões. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal com nossas homenagens de estilo.
Intimem-se. Pratique-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: MARIA ANA BATISTA, CPF nº 88329127249, LINHA 02 s/n ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A., - 76870-970 - ARIQUEMES - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7002145-80.2022.8.22.0023
AUTOR: JOSILENE DA SILVA SANTOS, CPF nº 53515374272
ADVOGADOS DO AUTOR: GLAUCIA ELAINE FENALI, OAB nº RO5332A, TATIANE BRAZ DA COSTA, OAB nº RO5303A
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, BRADESCO
DESPACHO
Defiro o pedido de gratuidade de justiça.
O recurso é adequado e foi interposto dentro do prazo legal (art. 41 e art. 42 da Lei 9.099/95), porquanto tempestivo.

Portanto, presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo o presente recurso apenas no efeito devolutivo (art. 43 da Lei 9.099/95).
Intime-se a parte recorrida para apresentar suas contrarrazões. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal com nossas homenagens de estilo.
Intimem-se. Pratique-se o necessário. Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: JOSILENE DA SILVA SANTOS, CPF nº 53515374272, KM 100, ZONA RURAL BR 429 - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A., - 76801-018 - JUARA - MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7001362-54.2023.8.22.0023
DEPRECANTE: 2. V. D. C. D. H.
DEPRECANTE SEM ADVOGADO(S)
REU: JEAM CARLOS ALBUQUERQUE SILVA, CPF nº 81051506387
REU SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
1- Trata-se de carta precatória oriunda do Juízo de Humaitá/AM.
2- Cumpra-se o ato solicitado.
3- Tendo em vista o caráter itinerante das Cartas Precatórias, caso o Oficial de Justiça certifique que a pessoa a ser citada/intimada tenha mudado de endereço e indique o atual, fica desde já determinado, independentemente de nova deliberação, a remessa da presente carta ao juízo da comarca a que se referir o novo endereço, com as baixas e anotações necessárias.
3.1- Nesse caso, deverá a serventia comunicar ao juízo deprecante quanto à remessa.
4- Determino também, desde já, a devolução da carta precatória à origem, caso o oficial de justiça certifique que não localizou a pessoa em questão e não decline novo endereço.
5- Cumprido o ato, devolva-se a carta precatória ao juízo deprecante com nossas homenagens.
Cumpra-se, praticando e expedindo o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
DEPRECANTE: 2. V. D. C. D. H., RUA MONTEIRO 2443 CENTRO - 69800-000 - HUMAITÁ - AMAZONAS
REU: JEAM CARLOS ALBUQUERQUE SILVA, CPF nº 81051506387, RUA MACAPÁ 3570 ALTO ALEGRE - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7001684-45.2021.8.22.0023
EXEQUENTE: NELSON LUIZ PLANTIKOW DAMACENO, CPF nº 83081402700
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: DIOGO ROGERIO DA ROCHA MOLETTA, OAB nº RO3403, MAYARA DOS SANTOS AURELIANO, OAB nº RO8882
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
A parte autora foi intimada a comprovar o levantamento do alvará, no entanto, deixou transcorrer o prazo em branco, assim, presume-se que inexistem pendências.
DIANTE DISSO, JULGO EXTINTA a execução nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Zerada a conta judicial, independentemente de nova conclusão, arquive-se em definitivo, IMEDIATAMENTE.
P.R.I.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
EXEQUENTE: NELSON LUIZ PLANTIKOW DAMACENO, CPF nº 83081402700, LINHA 95 PT39, TRAVESSÃO PÉ DE GALINHA ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000809-07.2023.8.22.0023
AUTOR: JO COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI - ME, CNPJ nº 24751522000193
AUTOR SEM ADVOGADO(S)
REU: DIEGO LEOPOLDINO LEITE, CPF nº 93710178215
REU SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado na forma da lei.
Tratando-se de direito disponível e sendo as partes capazes, HOMOLOGO O ACORDO de vontades celebrado entre as partes o qual será regido pelas cláusulas e condições indicadas nos termos da ata de audiência conciliação de id. n. 90286887, para que surta seus jurídicos e legais efeitos de direito.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com fundamento na alínea 'b', inciso III, artigo 487, do Código de Processo Civil c/c art. 22, §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.099/95.
Sem custas e sem honorários nesta instância.
Considerando o acordo celebrado, falta interesse jurídico em recorrer e, nos termos do art. 1000 do CPC, antecipa-se o trânsito em julgado, pelo que determino o imediato arquivamento.
P.R.I
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: JO COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI - ME, CNPJ nº 24751522000193, AVENIDA TANCREDO NEVES 2884, N.I CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REU: DIEGO LEOPOLDINO LEITE, CPF nº 93710178215, RUA PADRE ADOLFO RHOL 688, - ATÉ 364/365 CASA PRETA - 76907-578 - JI-PARANÁ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000925-13.2023.8.22.0023
REQUERENTE: LOIDE EDUARDA DE ARAUJO, CPF nº 13983105220
ADVOGADOS DO REQUERENTE: GLENDA ESTELA SILVA DE ARAUJO, OAB nº RO7487, DAYANE RODRIGUES BATISTA, OAB nº RO4854A
REQUERIDOS: NATHALIA LAZARO CAMPOS, CPF nº 02405534207, MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO GUAPORE
ADVOGADO DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
SENTENÇA
Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade de Registro Público de Imóvel localizado no Setor 05, Quadra 32, lote 07, (Rua São Paulo, nº 5188, Cidade Alta, São Francisco do Guaporé/RO), herdado pela parte autora Loide Eduarda de Araújo, em razão do espólio de Iracy Pereira dos Santos de Araújo.
Este juízo verificou que há nos autos de n. 7000522-78.2022.8.22.0023, as mesmas partes, tratando-se de ação anulatória referente ao mesmo imóvel.
Nesse contexto, não há qualquer novidade nestes autos que não possam ser tratados no processo antecedente.
Assim, considerando a existência de dois processos que tramitam neste Juízo com as mesmas partes, pedido e causa de pedir, resta caracterizada a ocorrência de litispendência, nos termos do art. 337, §3º, do CPC.
Ante o exposto, com fundamento no art. 485, V do Código de Processo Civil, julgo EXTINTO sem resolução de mérito, diante da litispendência configurada.
Sem custas e honorários advocatícios.
Intime-se as partes para ciência da sentença.
Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se.
P.R.I.

SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: LOIDE EDUARDA DE ARAUJO, CPF nº 13983105220, RUA SÃO PAULO 01 CIDADE ALTA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDOS: NATHALIA LAZARO CAMPOS, CPF nº 02405534207, TANC NEVES 3548 CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO GUAPORE, AV. BRASIL 1997, TESTADA COM A RUA INTEGRAÇÃO NACIONAL CENTRO - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7001957-24.2021.8.22.0023
REQUERENTE: M. P. D. E. D. R.
ADVOGADO DO REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
REQUERIDO: L. F. D. S., CPF nº 61555606172
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Analisando os autos verifico que ainda estão presentes os requisitos legais autorizadores do decreto da prisão preventiva, vez que evidenciada a materialidade do crime e existência de indícios da autoria, tanto que a denúncia foi recebida.
Assim, ainda há a necessidade de sua prisão cautelar para viabilizar a instrução criminal e assegurar a aplicação da lei penal e para evitar fuga do requerido.
Cite-se o acusado para, no prazo de 10 (dez) dias, responder por escrito a acusação, podendo invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretendem produzir e arrolar testemunhas.
Intimem-se, ainda, que, transcorrido o prazo assinalado sem apresentação de resposta, fica desde já intimada a Defensora Pública que atua nesta comarca, para oferecê-la em igual prazo.
No mais, proceda-se a escrivania a juntada de antecedentes atualizados do acusado da comarca em que possui cadastro no Sistema de Automação Processual – SAP. Na oportunidade deverá proceder ainda a juntada das folhas de antecedentes expedidas pelo INI/RO, SSP/RO.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
REQUERENTE: M. P. D. E. D. R., NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA
REQUERIDO: L. F. D. S., CPF nº 61555606172, PRINCESA ISABEL 2950 ALTO ALEGRE - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000597-88.2020.8.22.0023
EXEQUENTE: NELI ALVES DA CRUZ QUEVEDO, CPF nº 40913210200
ADVOGADO DO EXEQUENTE: RUBIA GOMES CACIQUE, OAB nº RO5810
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO EXECUTADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos, etc.
Conforme se denota dos autos, houve a satisfação integral do débito pelo pagamento da RPV, e o levantamento dos valores (id.93334658).
Em consulta ao sistema Prevjud também foi constatado que o benefício foi implementado.
Ante o exposto, considerando o pagamento do débito, JULGO EXTINTO o presente feito nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Antecipo o trânsito em julgado nesta data, nos moldes do art. 1.000, parágrafo único, do CPC.
Sem custas.

Arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
EXEQUENTE: NELI ALVES DA CRUZ QUEVEDO, CPF nº 40913210200, LINHA 04 B 2,5 S/N ZONA RURAL - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000439-62.2022.8.22.0023
AUTOR: P. N. P., CPF nº 57563098291
ADVOGADOS DO AUTOR: TATIANE BRAZ DA COSTA, OAB nº RO5303A, GLAUCIA ELAINE FENALI, OAB nº RO5332A
REU: B. B. S.
ADVOGADOS DO REU: LARISSA SENTO SE ROSSI, OAB nº BA16330, BRADESCO
DECISÃO
Vistos.
Defiro a gratuidade de justiça a parte recorrente.
O recurso é próprio e tempestivo. Assim, recebo o petitório apenas no efeito devolutivo, nos moldes do art. 43 da Lei 9.099/95.
Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias.
Após, encaminhem-se os autos à Turma Recursal para apreciação, com as nossas sinceras homenagens.
Cumpra-se. Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTOR: P. N. P., CPF nº 57563098291, CASTANHEIRA s/n., CIDADE BAIXA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REU: B. B. S., BANCO BRADESCO S.A. s/n, RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Francisco do Guaporé - Vara Única
Rua São Paulo, nº 3932, Bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000, São Francisco do Guaporé
Cartório Criminal - Fone: (69) 3309-8822 - sfg1criminal@tjro.jus
Central de Atendimento: Fone: (69) 3309-8821 - sfgcac@tjro.jus.br
Cejusc: Fone: (69) 3309-8840 - cejuscsfg@tjro.jus.br
PROCESSO: 7000178-97.2022.8.22.0023
AUTORIDADES: Ministério Público do Estado de Rondônia, D. D. P. C. D. S. F. D. G.
ADVOGADO DOS AUTORIDADES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
FLAGRANTEADO: SILVIA DE AZEVEDO LIMA
ADVOGADO DO FLAGRANTEADO: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Considerando a juntada do comprovante de cadastro realizado junto ao SEEU, referente ao ANPP, suspendo o feito até 17/07/2024.
Em caso de descumprimento do ANPP pelo indiciado, o Ministério Público deverá informar este Juízo para analisar eventual rescisão do acordo (art. 28-A, §10, do CPP).
Caso venha informações acerca do cumprimento integral da obrigação, tornem os autos conclusos para eventual extinção da punibilidade (art. 28-A, §13, do CPP).
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA
São Francisco do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023 Robson JOSÉ dos Santos
Juiz (a) de Direito
AUTORIDADES: Ministério Público do Estado de Rondônia, NÃO INFORMADO, RUA RIO ALTO, S/N, SETOR 02 NÃO INFORMADO - 76880-000 - BURITIS - RONDÔNIA, D. D. P. C. D. S. F. D. G., AV BRASIL 3742 CIDADE BAIXA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
FLAGRANTEADO: SILVIA DE AZEVEDO LIMA, RUA AMAPÁ 3067 CIDADE BAIXA - 76935-000 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

1ª VARA CÍVEL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
São Miguel do Guaporé - Vara Única Fórum Geral, 1a Vara Cível, sala 647, 6º andar, Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé,
Processo:7002651-25.2023.8.22.0022
Classe:Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Contratos Bancários
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
EXECUTADO: MARCIO JOSE DE OLIVEIRA SIQUEIRA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa: R$ 24.319,08
DESPACHO
Vistos
Cite(m)-se a(s) parte(s) executada(s) mediante mandado a ser cumprido por Oficial de Justiça para que no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da citação/intimação, efetue(m) o pagamento da dívida posta em execução, que deverá ser acrescida dos honorários advocatícios, sendo estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor total do débito, ou para que sejam nomeados bens à penhora, ficando desde já advertida(s) a(s) parte(s) executada(s) que no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias úteis o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade (art. 827, §1º, CPC/2015).
Não efetuado o pagamento no prazo, o que deverá ser certificado pelo Oficial de Justiça, deverá ser promovida a penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para quitação integral do débito (art. 829, § 1º do CPC/2015), devendo ser observado o disposto nos arts. 833 e 835, CPC/2015, lavrando-se o respectivo auto de penhora com a intimação da(s) parte(s) executada(s).
Acaso não seja encontrado(s) o(s) executado(s) pelo Oficial de Justiça, este deverá proceder o arresto de tantos bens quanto bastem para garantir a execução, descrevendo pormenorizadamente o ocorrido, nos termos do art. 830 do CPC/2015.
No prazo dos embargos, a parte executada pode reconhecer o crédito do exequente, e requerer, desde que comprovado o depósito de 30% do valor da execução acrescidos de custas e honorários, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas as subsequentes de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 916 CPC). Nesta hipótese, o credor deverá ser intimado para se manifestar quanto ao depósito e logo em seguida os autos virão conclusos para decisão.
Se o endereço da parte executada for em outra comarca, fica desde já autorizado a expedição de carta precatória, nos termos acima, após o recolhimento das custas pertinentes.
OBSERVAÇÃO: A parte executada poderá, independentemente de penhora, depósito ou caução, se opor à execução por meio de embargos (art. 914, CPC/2015) que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis pelo sistema do processo digital (PJe), contados da juntada do mandado aos autos, na forma do inciso II do art. 231, CPC/2015.
As informações do processo poderão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
CUMPRA-SE SERVINDO-SE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO/NOTIFICAÇÃO OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO.
São Miguel do Guaporé - RO, 17 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Citação de:
EXECUTADO: MARCIO JOSE DE OLIVEIRA SIQUEIRA, ÁREA LINHA 14,59 S/N KM 08 SUL - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
OBSERVAÇÃO:
Sr(a). Oficial(a) de Justiça o presente poderá ser cumprido nos dias e horários estabelecidos no artigo 212 e seus parágrafos, do CPC/2015.
Caso não tenha condições de constituir advogado, deverá procurar o Defensor Público da Comarca, junto a Defensoria Pública do Estado, localizada à Av. Gov. Jorge Teixeira, 1722 - Embratel, Porto Velho - RO. Por fim, o processo acima mencionado poderá ser consultado via endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Processo n.: 7002412-21.2023.8.22.0022
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Compra e Venda
Valor da causa: R$ 1.716,00 (mil e setecentos e dezesseis reais)
Parte autora: DIRCELENE GOMES BACELAR, LINHA 41 KM 04 ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: AMARILDO GOMES FERREIRA, OAB nº RO4204A, - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, ELIS KARINE BOROVIEC FERREIRA, OAB nº RO8866, RUA DOM BOSCO 2230 CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
Parte requerida: INLARON INDUSTRIAS DE LATICINIOS DE RONDONIA LTDA, BR 429 GLEBA 01 LOTE 21 Lote 21 ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA

REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Ante a petição inicial, de acordo com a Lei dos Juizados Especiais, a designação de audiência conciliatória é medida que se impõe.
Assim, determino a CPE para designar audiência de conciliação, certificando no sistema, bem como, intimando as partes sobre a data. A solenidade será realizada de forma Virtual.
Após, cite-se e Intime-se a parte requerida, por meio de Mandado Judicial, NO ENDEREÇO DA FILIAL DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, advertindo-a da disposição inserta no art. 20 da Lei nº 9.099/95, para que compareça à audiência de conciliação designada.
Agende-se a audiência de conciliação no sistema PJE.
Ainda, conste no expediente que a realização de um acordo pode ser a melhor maneira de pôr fim a um conflito.
Advirta-se à parte requerida de que, caso não seja composta a transação em audiência, o prazo para contestar contar-se-á da data da audiência de conciliação.
Intime-se a parte autora, por meio de contato telefônico ou mandado judicial, havendo patrono, será intimada por seu advogado, advertindo-a dos termos do art. 51, I da Lei dos Juizados Especiais e do disposto no Enunciado nº 28 e 126 do Fonaje, bem como, a comparecer à audiência munida do título de crédito original guerreado nos autos .
Fica ciente a parte de que a audiência poderá ser realizada de forma não presencial por meio do emprego de recursos tecnológicos disponíveis, com transmissão de som e imagem em tempo real (WhatsApp, Google Meet, Hangouts, etc).
Sendo assim, devem as partes informarem caso não possuam recursos técnicos para realização do ato, tais como celular com câmeras, internet, etc. Em se tratando de citação por meio de Mandado Judicial, desde já determino que o (a) Oficial (a) de Justiça certifique a possibilidade/impossibilidade técnica da parte requerida, certificando.
Saliente-se as partes que, caso não informe a impossibilidade/possibilidade da audiência por videoconferência, o silêncio será entendido como desinteresse de participar do ato, ao passo que o processo seguirá de acordo com o procedimento da Lei 9099/95.
Serve a presente de Mandado de Citação/Intimação.
Cumpra-se.
São Miguel do Guaporé/RO, 17 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, , fone: (69) 3309-8171.
AUTOS: 7003026-70.2016.8.22.0022
CLASSE: Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S.A, BANCO BRADESCO S.A. s/n, PRÉDIO NOVÍSSIMO, 4 ANDAR VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: CELSO MARCON, OAB nº AC3266, CARLA PASSOS MELHADO, OAB nº RO187329, JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR, OAB nº AC45445, BRADESCO
EXECUTADO: AMARILDO DE ALCANTARA DA SILVA, RUA ANGELIM 2041 PLANALTO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Analisando os autos, verifica-se que já houve tentativa de citação da parte executada no endereço indicado pela parte autora no ID: 89559321.
O endereço Rua Angelim, nº 2041, Bairro Planalto, na cidade de São Miguel do Guaporé/RO, CEP: 76.932-000, já fora diligenciado com resultado negativo, conforme carta AR devolvida no ID: 87982043 - pag. 2.
Assim, INTIME-SE a parte para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de suspensão e arquivamento.
Intime-se.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO / CITAÇÃO / INTIMAÇÃO / CARTA / /PRECATÓRIA
São Miguel do Guaporé-RO, 17 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: 3642-26607004535-26.2022.8.22.0022
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: EDILAINE MOREIRA DO NASCIMENTO
Advogados do(a) AUTOR: ADRIELE DOS SANTOS SILVA - RO10820, JURACI MARQUES JUNIOR - RO2056, VICTOR HUGO FORCELLI - RO11083
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Ficam AS PARTES intimadas, por meio de seus respectivos advogados para ciência da data e local da realização da perícia:
Data: 24/07/2023, às 14h (por ordem de chegada).
Endereço: Clínica Marins - Avenida Capitão Silvio, 770, Centro - São Miguel do Guaporé/RO - CEP 76932-000

Obs. A parte autora deverá comparecer à perícia, portando documentos pessoais (RG, CPF, COMPROV. DE RESIDÊNCIA), bem como exames e laudos que possua, especialmente os mais recentes.
Prazo: 05 (cinco) dias / Fazenda Pública: 10 (dez) dias.
São Miguel do Guaporé/RO, 17 de julho de 2023.
WELLISSON JHONATAN DE OLIVEIRA
Técnico(a) Judiciário(a)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, PROCESSO: 7000503-12.2021.8.22.0022
CLASSE: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
EXEQUENTE: LORENCO DOS SANTOS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por LORENÇO DOS SANTOS em face do INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, ambos qualificados nos autos.
É dos autos que o débito já fora pago (ID 93247285).
A parte exequente já se manifestou pela satisfação da obrigação.
É o necessário relatório. DECIDO.
Diante do cumprimento da obrigação, com fulcro no art. 924, II, do CPC, declaro extinta a execução.
Publique-se. Registre-se.
Após, arquive-se, independente de trânsito em julgado e intimação das partes.
EXEQUENTE: LORENCO DOS SANTOS, CPF nº 98911686204, LINHA 106 KM 06 LADO NORTE SN ZONA RURAL - 76958-000 - NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RONDÔNIA
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
São Miguel do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
JUIZ(A) DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, 7002654-77.2023.8.22.0022
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
REQUERENTE: VALDINEZ SOARES DO NASCIMENTO, CPF nº 09713852893, RUA SÃO PAULO, ESQ. C. TIRADENTES 762 BELA VISTA - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: FIAMA RAMOS DE SOUZA, OAB nº RO11756
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, AVENIDA JORGE TEIXEIRA 935 CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS
DESPACHO
Vistos.
Recebo a ação para processamento.
Excetuando-se à regra processual, no presente caso não será designada audiência de conciliação, tendo em vista que recente entendimento firmado no Encontro Estadual dos Juizados Especiais de Rondônia, estabeleceu a desnecessidade de audiência, quando se verificar, pela natureza da matéria, não haver qualquer prejuízo. Confira:
Prescindem da sessão de conciliação, que alude o art. 16 da lei 9.099/95, as ações de massa propostas perante o Juizado Especial Cível, sempre que a matéria nelas versada for essencialmente de direito e a composição entre as partes já se tenha revelado inócua em casos idênticos.
Tal enunciado está em perfeita harmonia com os princípios norteadores da Lei n° 9.099/95, quais seja, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 2º), que também se aplicam ao Juizado Especial da Fazenda Pública por força do art. 27 da Lei 12.153/2009.
Deste modo, considerando o caso dos autos, se constata que a não realização de audiência de conciliação não trará qualquer prejuízo às partes, tampouco, violará direito à ampla defesa ou contraditório, posto que para esse resguardo o Juízo fixará prazo para a parte requerida apresentar defesa.
Ressalto que, caso as partes tenham interesse na realização da audiência de conciliação, basta requerer nos autos sua designação.
Portanto, cite-se o requerido para apresentar resposta, no prazo de quinze dias.
Consigne-se ainda que a parte requerida deverá apresentar a documentação que disponha para esclarecimento da causa.
Vindo a contestação, intime-se à parte autora para se manifestar, no prazo de 15 dias.
Após, volvam-me conclusos para sentença.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Serve a presente de Mandado Intimação/Citação.
segunda-feira, 17 de julho de 2023São Miguel do Guaporé
Eliezer Nunes Barros
Juiz (a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Processo n.: 7038693-39.2023.8.22.0001
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Protesto Indevido de Título, Fornecimento de Energia Elétrica
AUTOR: VANDERLEI DE SOUZA VIEIRA, RUA MASSARANDUBA 2091 CRISTO REI - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARIZA MENEGUELLI, OAB nº RO8602
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AC CACOAL 2775, AVENIDA SÃO PAULO 2775 CENTRO - 76968-899 - CACOAL - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ENERGISA RONDÔNIA
Valor da causa:R$ 11.085,80
DESPACHO
Vistos.
Extrai-se dos autos que a procuração juntada nos autos foi outorgada em 08 de Maio de 2019 (id.92265424).
Em razão desse contexto, verificando o juiz, o decurso de tempo desde a outorga da procuração, é possível exigir que seja apresentação de instrumento atualizado.
Assim, faz-se necessária a juntada de instrumento procuratório devidamente atualizado. Nesse norte, DETERMINO à parte autora que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente procuração atualizada.
Decorrido o prazo, conclusos os autos independentemente de manifestação.
São Miguel do Guaporé/RO, 17 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, VARA CRIMINAL
Processo n.: 7004291-97.2022.8.22.0022
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto: Furto Qualificado
Valor da causa: R$ 0,00 ()
Parte autora: Ministério Público do Estado de Rondônia, - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Parte requerida: ROBERTO LEAL SARAIVA, RUA PIRACICABA s/n DISTRITO DE SANTANA DO GUAPORÉ - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Vieram os autos conclusos com base no artigo 269-C, §2º, das Diretrizes Gerais Judicias.
Trata-se de ação penal em que ROBERTO LEAL SARAIVA foi condenado(a) com incurso nas penas do artigo 155, §4°, do Código Penal, sendo aplicada pena definitiva em 02 de reclusão e 10 dias-multa, à razão de 1/30 do salário-mínimo vigente à época do fato para cada dia-multa, havendo o trânsito em para o Ministério Público em 03/04/2023, conforme certidão ID 89966432.
Considerando o teor da manifestação do órgão ministerial (ID 92286463) e em consonância com o art. 269-C, §2º, das Diretrizes Gerais Judiciais, aguarde-se, com os presentes autos na condição de “suspensos por determinação judicial”, eventual pagamento da pena de multa até o dia 03/04/2025, prazo prescricional estabelecido a partir da pena privativa de liberdade aplicada, conforme determina o art. 114, II, do Código Penal, considerando que a multa tem natureza de pena, nos termos do art. 32, inciso III, do Código Penal.
Não sendo o caso de adimplemento do pagamento até a data acima especificada, o que deverá ser certificado, fica declarada, desde logo, extinta a pena de multa, pela prescrição, com fulcro nos artigos 107, III e 109, VI do CP, devendo aludida extinção ser comunicada ao E. TRE/RO e os presentes autos arquivados, com as baixas e anotações pertinentes, conforme orienta o Provimento n. 011/2021/ CGJ/TJRO.
Diligencie-se pelo necessário.
CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO OFÍCIO/CARTA/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO OU OUTRAS CORRESPONDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
São Miguel do Guaporésegunda-feira, 17 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Processo n.: 7002653-92.2023.8.22.0022
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Indenização por Dano Material, Obrigação de Fazer / Não Fazer
Valor da causa: R$ 5.397,83 (cinco mil, trezentos e noventa e sete reais e oitenta e três centavos)
Parte autora: CESAR MIAZZI, AVENIDA SÃO PAULO 2161 TERRA NOVA - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: TIAGO GOMES CANDIDO, OAB nº RO7858

Parte requerida: LILIA MICAELE MARCAL NUNES, RUA 15 DE NOVEMBRO 2511 CRISTO REI - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Ante a petição inicial, de acordo com a Lei dos Juizados Especiais, a designação de audiência conciliatória é medida que se impõe.
Assim, determino a CPE para designar audiência de conciliação, certificando no sistema, bem como, intimando as partes sobre a data. A solenidade será realizada de forma Virtual.
Após, cite-se e Intime-se a parte requerida, por meio de Mandado Judicial, advertindo-a da disposição inserta no art. 20 da Lei nº 9.099/95, para que compareça à audiência de conciliação designada.
Agende-se a audiência de conciliação no sistema PJE.
Ainda, conste no expediente que a realização de um acordo pode ser a melhor maneira de pôr fim a um conflito.
Advirta-se à parte requerida de que, caso não seja composta a transação em audiência, o prazo para contestar contar-se-á da data da audiência de conciliação.
Intime-se a parte autora, por meio de contato telefônico ou mandado judicial, havendo patrono, será intimada por seu advogado, advertindo-a dos termos do art. 51, I da Lei dos Juizados Especiais e do disposto no Enunciado nº 28 e 126 do Fonaje, bem como, a comparecer à audiência munida do título de crédito original guerreado nos autos .
Fica ciente a parte de que a audiência poderá ser realizada de forma não presencial por meio do emprego de recursos tecnológicos disponíveis, com transmissão de som e imagem em tempo real (WhatsApp, Google Meet, Hangouts, etc).
Sendo assim, devem as partes informarem caso não possuam recursos técnicos para realização do ato, tais como celular com câmeras, internet, etc. Em se tratando de citação por meio de Mandado Judicial, desde já determino que o (a) Oficial (a) de Justiça certifique a possibilidade/impossibilidade técnica da parte requerida, certificando.
Saliente-se as partes que, caso não informe a impossibilidade/possibilidade da audiência por videoconferência, o silêncio será entendido como desinteresse de participar do ato, ao passo que o processo seguirá de acordo com o procedimento da Lei 9099/95.
Cumpra-se.
Serve a presente de Mandado de Citação/Intimação.
São Miguel do Guaporé/RO, 17 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Processo: 7002648-70.2023.8.22.0022
Classe Processual: Procedimento Comum Cível
Assunto: Cláusulas Abusivas, Análise de Crédito
Valor da Causa: R$ 10.000,00
AUTOR: MARLI ARANTES FERNANDES, CPF nº 36184551949, LH 82 ZONA RURAL - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MIKAELE RICARTE DE OLIVEIRA SILVA, OAB nº RO10124
REU: BANCO BMG S.A., - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: Procuradoria do BANCO BMG S.A
DESPACHO
Vistos
1. Defiro a gratuidade processual.
2. Deixo de designar a audiência prévia de conciliação prevista no artigo 334, do Código de Processo Civil, com fundamento no princípio da razoabilidade, da instrumentalidade das formas e da celeridade processual, haja vista que, segundo a experiência prática judicial, nas ações movidas em desfavor de instituições bancárias, CERON, seguradoras e empresas de telefonia, estas, até mesmo por orientação decorrente de política interna e administrativa, não estão aptas a oferecer proposta de acordo, principalmente no início do procedimento judicial, restando em sua maioria infrutífera a conciliação, o que não impede que em outra fase processual seja designada nova oportunidade para conciliação entre as partes, não havendo, assim, prejuízo processual.
3. Cite-se a parte requerida dos termos da ação, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 15 dias, a contar da juntada aos autos da prova da citação (art. 231, CPC), sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344, CPC).
4. Apresentada defesa pelo réu, intime-se a autora para manifestar-se em réplica, em 15 dias (art. 350, CPC).
5. Somente então venham conclusos para decisão saneadora ou julgamento antecipado da lide.
SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/CARTA/ MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/PRECATÓRIA.
São Miguel do Guaporé-RO, 17 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, 7002652-10.2023.8.22.0022
Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: NERVAL FRANCISCO LIMA
ADVOGADOS DO AUTOR: EDILSON CRISPIN DIAS, OAB nº RO12149, VAGNER GULARTE PEREIRA, OAB nº RO9724
REU: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO DO REU: BRADESCO

R$ 42.600,00
DESPACHO
Vistos.
Por meio da presente demanda a parte autora pretende a declaração de inexistência e ou nulidade da contratação de empréstimo com reserva de margem consignada e da reserva da margem consignada realizada junto à instituição de crédito requerida. Afirma que não contratou o empréstimo consignado.
Assim, intime-se a parte autora para que emende a inicial, anexando aos autos o extrato bancário referente à conta corrente de sua titularidade, relativo ao período que o referido empréstimo foi creditado em sua conta (dezembro de 2022).
Prazo: 15 dias, sob a consequência de indeferimento.
Intime-se.
São Miguel do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, PROCESSO: 7002532-69.2020.8.22.0022
CLASSE: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
EXEQUENTE: PETRINA MARIA DOS ANJOS
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por PETRINA MARIA DOS ANJOS, em face do INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, ambos qualificados nos autos.
É dos autos que o débito já fora pago.
A parte exequente já se manifestou pela satisfação da obrigação (93248464).
É o necessário relatório. DECIDO.
Diante do cumprimento da obrigação, com fulcro no art. 924, II, do CPC, declaro extinta a execução.
Publique-se. Registre-se.
Após, arquive-se, independente de trânsito em julgado e intimação das partes.
EXEQUENTE: PETRINA MARIA DOS ANJOS, CPF nº 00185445250, LINHA 90 KM 13 LADO SUL SN ZONA RURAL - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
São Miguel do Guaporé, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
JUIZ(A) DE DIREITO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
São Miguel do Guaporé - Vara Única PROCESSO: 7002640-93.2023.8.22.0022
CLASSE: Monitória
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS DO AUTOR: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
REU: SANDRO NOGUEIRA TERRIM 00279476299
REU SEM ADVOGADO(S) R$ 6.728,88
Valor:
DESPACHO
Vistos.
Cumpridos os requisitos do art. 700, § 2º, CPC/2015, defiro a expedição de mandado de pagamento (infra disposto), determinando-se a citação/intimação da parte requerida para que comprove nos autos o cumprimento da obrigação, cujo débito deverá ser acrescido de honorários advocatícios fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, anotando-se que em caso de cumprimento voluntário da obrigação, no prazo de 15 dias, a parte requerida restará isenta do pagamento das custas processuais.
OBSERVAÇÃO: A parte requerida poderá ofertar, caso queira, embargos à monitória nos próprios autos, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da juntada da carta/mandado de citação/intimação nos autos, o qual independerá de prévia segurança do juízo, podendo a parte requerida alegar todas as matérias de defesa aplicáveis ao procedimento comum (art. 336/337, CPC/2015).
ADVERTÊNCIA: Em caso de não cumprimento da obrigação e não havendo interposição de embargos, constituir-se-á, de pleno direito o título executivo judicial, observando-se, no que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial do CPC/2015.
SIRVA CÓPIA DESTE DESPACHO COMO CARTA/MANDADO E DEMAIS COMUNICAÇÕES.
São Miguel do Guaporé/RO, 17 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO
Citação de :REU: SANDRO NOGUEIRA TERRIM 00279476299, AVENIDA CAPITÃO SILVIO 485, SALA A CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
FINALIDADE: CITAR a parte requerida para que PAGUE a dívida no valor de R$ 6.728,88, no prazo de 15 (quinze) dias conforme art. 701 do CPC/2015, podendo oferecer embargos no mesmo prazo (art. 702 do CPC/2015).

ADVERTÊNCIA: O prazo para apresentação de defesa ou cumprimento do mandado de pagamento, além do pagamento de honorários advocatícios é de quinze dias, contados da data da juntada do aviso de recebimento/mandado nos autos. Não sendo apresentado embargos à monitória, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
OBSERVAÇÃO: Caso a parte ré cumpra o pagamento no prazo de 15 dias úteis, contados da juntada do aviso de recebimento ao processo, ficará isenta das custas processuais (art. 701, §1º, CPC/2015). Caso não tenha condições de constituir advogado, deverá procurar o Defensor Público da Comarca, junto a Defensoria Pública do Estado, localizada à rua Padre Chiquinho 913, Pedrinhas, Porto Velho/RO. Por fim, o processo acima mencionado poderá ser consultado via endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé,

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, , fone: (69) 3309-8171.
AUTOS: 7003187-75.2019.8.22.0022
CLASSE: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: GERCY DIAS LOPES, BR-429, KM 25 S/N ZONA RURAL - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: JURANDYR CAVALCANTE DANTAS NETO, OAB nº SE6101
REQUERENTE: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: GERALDO DA MOTA VAZ JUNIOR, OAB nº RO9824, ENERGISA RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de ação de constituição de servidão administrativa por utilidade pública em fase de cumprimento de sentença proposta por GERCY DIAS LOPES em face da ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, ambas partes já qualificadas e regularmente representadas.
Intimada a parte autora para dar prosseguimento ao feito, manteve-se inerte.
Assim, diante da satisfação da obrigação, dou por cumprida a obrigação e, consequentemente, JULGO EXTINTO o feito com fulcro no art. 924, II do Código de Processo Civil.
Oportunamente, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO / OFÍCIO / CARTA / PRECATÓRIA
São Miguel do Guaporé-RO, 17 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: 3642-26607001152-06.2023.8.22.0022
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: WILMA SOARES MARIN
Advogado do(a) AUTOR: HELIO RODRIGUES DOS SANTOS - RO7261
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Ficam AS PARTES intimadas, por meio de seus respectivos advogados para ciência da data e local da realização da perícia:
Data: 24/07/2023, às 14h (por ordem de chegada).
Endereço: Clínica Marins - Avenida Capitão Silvio, 770, Centro - São Miguel do Guaporé/RO - CEP 76932-000
Obs. A parte autora deverá comparecer à perícia, portando documentos pessoais (RG, CPF, COMPROV. DE RESIDÊNCIA), bem como exames e laudos que possua, especialmente os mais recentes.
Prazo: 05 (cinco) dias / Fazenda Pública: 10 (dez) dias.
São Miguel do Guaporé/RO, 17 de julho de 2023.
WELLISSON JHONATAN DE OLIVEIRA
Técnico(a) Judiciário(a)
Processo: 7003164-61.2021.8.22.0022
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Valor da causa: R$ 56.529,27, cinquenta e seis mil, quinhentos e vinte e nove reais e vinte e sete centavos
REQUERENTE: ZULEIDE ANTONIOLLI, AVENIDA CACOAL 256 CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: AMARILDO GOMES FERREIRA, OAB nº RO4204A, ELIS KARINE BOROVIEC FERREIRA, OAB nº RO8866
REQUERIDO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO GUAPORE/RO, 1061 CRISTO REI AV. SÃO PAULO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERIDO: ROZANE INEZ VICENSI, OAB nº RO3865A
DESPACHO
Defiro a gratuidade judiciária, uma vez que o recorrente preencheu os requisitos para sua concessão, referente ao recurso inominado de ID 91944962.

O recurso é adequado e foi interposto dentro do prazo legal (art. 41 e art. 42 da Lei 9.099/95), porquanto tempestivo.
Portanto, presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo o recurso inominado interposto pela requerente no efeito devolutivo, conforme preconiza o artigo 43 da Lei n. 9.099/95.
A parte autora apresentou suas contrarrazões.
Assim, remetam-se os autos à Turma Recursal.
Intimem-se.
São Miguel do Guaporé, 17 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
São Miguel do Guaporé - Vara Única Processo: 7002644-33.2023.8.22.0022
Classe Processual: Procedimento Comum Cível
Assunto: Aposentadoria Especial (Art. 57/8)
Valor da causa: R$ 15.840,00
AUTOR: AMARILDO GRASSI
ADVOGADOS DO AUTOR: DIONEI GERALDO, OAB nº RO10420, NEIDE SKALECKI DE JESUS GONCALVES, OAB nº RO283A
REU: I. -. I. N. D. S. S.
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
DESPACHO
Vistos.
Recebo a inicial e defiro a gratuidade judiciária, nos termos do art. 98 do CPC.
Tramite-se com prioridade, mediante requerimento expresso da parte, por se tratar de pessoa com idade superior a 60 anos, nos termos do art. 1.048, inciso I, da lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil).
A presente ação previdenciária é movida por AMARILDO GRASSI objetivando a concessão de aposentadoria rural por idade em desfavor do INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, e pleiteia, ainda, a antecipação de tutela de urgência.
Alega a parte autora, em síntese, que é segurado da autarquia previdenciária, na qualidade de segurado especial, e que preenche todos os requisitos pertinentes à concessão de aposentadoria rural por idade.
O autor relata que requereu junto à autarquia ré a concessão do benefício ora perseguido e, assim, aduz que ao realizar o requerimento apresentou ao INSS documentos suficientes a fazer prova da sua alegada condição, no entanto, o requerido teria indeferido administrativamente o pedido, justificando a decisão pelo fato de não ter sido reconhecido o direito ao benefício, em função da falta de comprovação efetiva da satisfação dos requisitos pertinentes.
Diante do aludido indeferimento, o autor entende fazer jus à aposentadoria por idade na qualidade de trabalhador rural, motivo pelo qual promove a presente ação e requer, preliminarmente, a antecipação dos efeitos da tutela de urgência.
Prossigo com a análise da medida liminar invocada.
A tutela de urgência antecipada, medida excepcional prevista no ordenamento jurídico brasileiro, serve para adiantar, no todo ou em parte, os efeitos da tutela pretendida, em casos que haja o risco de restar prejudicado o direito perseguido se provido somente ao final, com a sentença de mérito. O art. 300 do CPC prevê, para concessão de tal, a necessária presença dos requisitos autorizadores, sendo estes traduzidos pela probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, sendo ainda necessária a ausência de irreversibilidade dos efeitos concedidos.
Em análise detida dos autos, verifico que, apesar do robusto bojo probatório constituído nos presentes autos, não restou demonstrado e comprovado a presença dos elementos necessários a justificar a concessão do pedido liminar formulado no petitório inaugural, uma vez que não ficou evidente, de plano, situação concreta de perigo de dano ao autor, tampouco foi evidenciada eventual ilegalidade no ato praticado pela Autarquia Ré.
A parte autora justifica o pedido liminar alegando a presença, também, do perigo de dano/ risco ao resultado útil do processo em função da própria natureza da ação previdenciária, tendo em vista que é notório o fato de que, por se tratar de processo judicial, o que possui prazos e procedimentos exigidos, tais contendas tendem a demandarem considerável tempo, no entanto, o simples percurso temporal típico de ações judiciais não é fato suficiente para substanciar um cenário de perigo iminente de dano ao autor, sendo necessário corroborar a alegada situação com elementos concretos que permitam ao juízo evidenciar a real e efetiva vulnerabilidade socioeconômica do requerente.
Acrescenta-se assim que o risco de dano que enseja a antecipação da tutela, justamente por se tratar de medida excepcional, é o risco concreto, e não o hipotético ou eventual; destaca-se ainda, o atual, ou seja, o que se apresenta iminente no decurso do processo; e grave, vale dizer, aquele potencialmente apto a fazer perecer ou a prejudicar o direito invocado pela parte.
Quanto ao elemento fumus boni iuris, por outro lado, este não restou configurado no caso em tela, visto que a Autora alega a ocorrência de irregularidade no ato praticado pela autarquia ré ao indeferir o pedido pela benesse previdenciária, contudo, conforme se observa do comunicado de decisão juntado aos autos (ID. 93290491), o indeferimento foi motivado pela não comprovação do período de exercício de atividade rural exigido pela lei, bem como não logrou a requerente em comprovar a carência mínima pertinente, mediante análise dos dados pelo INSS, ou seja, a autarquia ré constatou a não satisfação de requisito necessário para que haja a concessão do benefício perseguido, portanto, não vislumbro, ao menos nesta fase de cognição sumária dos fatos, evidente ilegalidade no ato praticado pela autarquia federal que possa justificar a concessão da presente tutela suscitada, uma vez que os atos administrativos são revestidos de presunção de legitimidade.
Nesse sentido, corrobora o entendimento do jurista e professor Hely Lopes Meirelles, que conduz à inteligência de que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração (art. 37 da CF) (...) Direito Administrativo. 30ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 158).
Desta forma, restando ausentes os requisitos previstos no art. 300 do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano real ao requerente, torna-se imperioso o indeferimento do pedido de tutela de urgência antecipada, haja visto a necessidade de dilação probatória na análise da conduta da autarquia ré quanto a negativa ao benefício perseguido.

Ante o teor do exposto, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ora pretendida pela parte requerente, com supedâneo na fundamentação acima.
Em razão do indeferimento administrativo e como o réu não está comparecendo nas audiências designadas pelo juízo sob a justificativa do reduzido quadro de procuradores, vislumbro que não terá interesse na composição antes da instrução processual, que será tentada caso sinalize em sua resposta, mas que nessa fase preliminar serviria apenas como obstáculo à tempestiva e razoável duração do processo.
Dessa forma, cite-se o réu para, querendo, contestar o pedido nos termos do art. 183 do CPC, bem como juntar aos autos cópia do processo administrativo, conforme pontuado na Recomendação Conjunta n. 1, de 15/12/2015 do CNJ.
Não sendo apresentada a contestação no prazo legal, certifique-se.
Ofertada a contestação com assertivas preliminares ou juntada de documentos novos, intime-se a parte Autora para, querendo, IMPUGNAR, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, do CPC.
Por fim, apresentada ou não a impugnação - Intimem-se as partes a especificarem os meios de provas que pretendem produzir e caso queiram, sugiram os pontos controvertidos da demanda – no prazo comum de 10 (dez) dias.
Em seguida tornem concluso para saneamento ou julgamento.
Cite-se. Intimem-se.
Pratique-se o necessário. Cumpra-se.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 e §§ do NCPC.
SIRVA A PRESENTE DE CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO E DEMAIS COMUNICAÇÕES.
São Miguel do Guaporé/RO, 17 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé,

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: 3642-26607000960-73.2023.8.22.0022
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: DIRCELIO MORO
Advogado do(a) AUTOR: ROBSON MARINHO DE CASTRO - RO8740
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Ficam AS PARTES intimadas, por meio de seus respectivos advogados para ciência da data e local da realização da perícia:
Data: 24/07/2023 às 09h. Por ordem de chegada.
Endereço: Clínica Marins - Avenida Capitão Silvio, 770, Centro - São Miguel do Guaporé/RO - CEP 76932-000
Obs. A parte autora deverá comparecer à perícia, portando documentos pessoais (RG, CPF, COMPROV. DE RESIDÊNCIA), bem como exames e laudos que possua, especialmente os mais recentes.
Prazo: 05 (cinco) dias / Fazenda Pública: 10 (dez) dias.
São Miguel do Guaporé/RO, 17 de julho de 2023.
WELLISSON JHONATAN DE OLIVEIRA
Técnico(a) Judiciário(a)
Comarca de São Miguel do Guaporé - 1ª Vara Criminal
Endereço: Av. São Paulo, 1395, Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 Telefone/WhattsApp: (69) 3309-8772 - E-mail - smg1criminal@tjro.jus.br - Sala Virtual: https://meet.google.com/ubn-ebbe-ahq
EDITAL DE CITAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
(Prazo: 15 dias)
Processo : 0001823-32.2015.8.22.0022
Classe : AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMÁRIO (10943)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DENUNCIADO: ANTONIO DUARTE DA SILVA, brasileiro, nascido aos 31/01/1973, natural de Miranda/MS, filho de Catarina Duarte da Silva e José Alves da Silva, RG n° 755.040 SSP/MS, inscrito no CPF nº 613.811.521-04, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Assunto do Processo: [Furto]
Finalidade: 1 - CITAR o denunciado acima qualificado para defender-se na Ação Penal supra, movida pelo Ministério Público do Estado de Rondônia contra o mesmo por infração ao artigo 155, caput, do Código Penal Brasileiro. 2 - NOTIFICÁ-LO para apresentar resposta nos termos dos art. 396 e 396-A do CPP, no prazo de 10 (dez) dias por meio de seu(s) advogado(s), e que na ausência de resposta, será nomeada a Defensoria Pública para oferecê-la, a qual está situada na Avenida Presidente Vargas com a Rua Pinheiro Machado, nº 176, bairro Centro, tel. (69) 3642-1465, nesta cidade.
Sede do Juízo: Fórum Juiz Anísio Garcia Martin, Av. São Paulo, 1395, Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 Telefone: (69) 4020-2287.
São Miguel do Guaporé, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: 3642-26607000245-31.2023.8.22.0022
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ALVIDIA BORGES CORREA MARCHESINI
Advogado do(a) AUTOR: FABIANA MODESTO DE ARAUJO - RO0003122A

REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Ficam AS PARTES intimadas, por meio de seus respectivos advogados para ciência da data e local da realização da perícia:
Data: 24/07/2023 às 09h. Por ordem de chegada.
Endereço: Clínica Marins - Avenida Capitão Silvio, 770, Centro - São Miguel do Guaporé/RO - CEP 76932-000
Obs. A parte autora deverá comparecer à perícia, portando documentos pessoais (RG, CPF, COMPROV. DE RESIDÊNCIA), bem como exames e laudos que possua, especialmente os mais recentes.
Prazo: 05 (cinco) dias / Fazenda Pública: 10 (dez) dias.
São Miguel do Guaporé/RO, 17 de julho de 2023.
WELLISSON JHONATAN DE OLIVEIRA
Técnico(a) Judiciário(a)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: 3642-26607004514-50.2022.8.22.0022
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: JAILSON FERREIRA SAMPAIO
Advogado do(a) AUTOR: ROBSON MARINHO DE CASTRO - RO8740
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Ficam AS PARTES intimadas, por meio de seus respectivos advogados para ciência da data e local da realização da perícia:
Data: 24/07/2023, às 14h (por ordem de chegada).
Endereço: Clínica Marins - Avenida Capitão Silvio, 770, Centro - São Miguel do Guaporé/RO - CEP 76932-000
Obs. A parte autora deverá comparecer à perícia, portando documentos pessoais (RG, CPF, COMPROV. DE RESIDÊNCIA), bem como exames e laudos que possua, especialmente os mais recentes.
Prazo: 05 (cinco) dias / Fazenda Pública: 10 (dez) dias.
São Miguel do Guaporé/RO, 17 de julho de 2023.
WELLISSON JHONATAN DE OLIVEIRA
Técnico(a) Judiciário(a)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: 3642-26607004615-87.2022.8.22.0022
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: POLIANA DA COSTA LIMA
Advogado do(a) AUTOR: THATY RAUANI PAGEL ARCANJO - RO10962
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Ficam AS PARTES intimadas, por meio de seus respectivos advogados para ciência da data e local da realização da perícia:
Data: 24/07/2023 às 09h. Por ordem de chegada.
Endereço: Clínica Marins - Avenida Capitão Silvio, 770, Centro - São Miguel do Guaporé/RO - CEP 76932-000
Obs. A parte autora deverá comparecer à perícia, portando documentos pessoais (RG, CPF, COMPROV. DE RESIDÊNCIA), bem como exames e laudos que possua, especialmente os mais recentes.
Prazo: 05 (cinco) dias / Fazenda Pública: 10 (dez) dias.
São Miguel do Guaporé/RO, 17 de julho de 2023.
WELLISSON JHONATAN DE OLIVEIRA
Técnico(a) Judiciário(a)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: 3642-26607001788-69.2023.8.22.0022
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: VALCIR NICOLAU
Advogado do(a) AUTOR: THATY RAUANI PAGEL ARCANJO - RO10962
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Ficam AS PARTES intimadas, por meio de seus respectivos advogados para ciência da data e local da realização da perícia:
Data: 24/07/2023 às 09h. Por ordem de chegada.
Endereço: Clínica Marins - Avenida Capitão Silvio, 770, Centro São Miguel do Guapoé/RO - CEP 76932-000
Obs. A parte autora deverá comparecer à perícia, portando documentos pessoais (RG, CPF, COMPROV. DE RESIDÊNCIA), bem como exames e laudos que possua, especialmente os mais recentes.
Prazo: 05 (cinco) dias / Fazenda Pública: 10 (dez) dias.
São Miguel do Guaporé/RO, 17 de julho de 2023.
WELLISSON JHONATAN DE OLIVEIRA
Técnico(a) Judiciário(a)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: 3642-26607001370-34.2023.8.22.0022
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: GILMAR FERNANDES
Advogado do(a) AUTOR: FABIANA MODESTO DE ARAUJO - RO0003122A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Ficam AS PARTES intimadas, por meio de seus respectivos advogados para ciência da data e local da realização da perícia:
Data: 24/07/2023 às 09h. Por ordem de chegada.
Endereço: Clínica Marins - Avenida Capitão Silvio, 770, Centro - São Miguel do Guaporé/RO - CEP 76932-000
Obs. A parte autora deverá comparecer à perícia, portando documentos pessoais (RG, CPF, COMPROV. DE RESIDÊNCIA), bem como exames e laudos que possua, especialmente os mais recentes.
Prazo: 05 (cinco) dias / Fazenda Pública: 10 (dez) dias.
São Miguel do Guaporé/RO, 17 de julho de 2023.
WELLISSON JHONATAN DE OLIVEIRA
Técnico(a) Judiciário(a)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: 3642-26607000668-88.2023.8.22.0022
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: CLAUDETE JOSE CONT DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: DEBORA CORREIA - RO9743, LETICIA VITORIA DOS ANJOS - RO9330
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Ficam AS PARTES intimadas, por meio de seus respectivos advogados para ciência da data e local da realização da perícia:
Data: 24/07/2023 às 09h. Por ordem de chegada.
Endereço: Clínica Marins - Avenida Capitão Silvio, 770, Centro - São Miguel do Guaporé/RO - CEP 76932-000
Obs. A parte autora deverá comparecer à perícia, portando documentos pessoais (RG, CPF, COMPROV. DE RESIDÊNCIA), bem como exames e laudos que possua, especialmente os mais recentes.
Prazo: 05 (cinco) dias / Fazenda Pública: 10 (dez) dias.
São Miguel do Guaporé/RO, 17 de julho de 2023.
WELLISSON JHONATAN DE OLIVEIRA
Técnico(a) Judiciário(a)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: 3642-26607000675-80.2023.8.22.0022
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: JOSUEL DINIZ DA CRUZ
Advogado do(a) AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT - RO4195-A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Ficam AS PARTES intimadas, por meio de seus respectivos advogados para ciência da data e local da realização da perícia:
Data: 24/07/2023, às 14h (por ordem de chegada).
Endereço: Clínica Marins - Avenida Capitão Silvio, 770, Centro - São Miguel do Guaporé/RO - CEP 76932-000
Obs. A parte autora deverá comparecer à perícia, portando documentos pessoais (RG, CPF, COMPROV. DE RESIDÊNCIA), bem como exames e laudos que possua, especialmente os mais recentes.
Prazo: 05 (cinco) dias / Fazenda Pública: 10 (dez) dias.
São Miguel do Guaporé/RO, 17 de julho de 2023.
WELLISSON JHONATAN DE OLIVEIRA
Técnico(a) Judiciário(a)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: 3642-26607004200-07.2022.8.22.0022
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: LIFANI MACEDO DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT - RO4195-A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Ficam AS PARTES intimadas, por meio de seus respectivos advogados para ciência da data e local da realização da perícia:
Data: 24/07/2023 às 09h. Por ordem de chegada.
Endereço: Clínica Marins - Avenida Capitão Silvio, 770, Centro São Miguel do Guapoé/RO - CEP 76932-000

Obs. A parte autora deverá comparecer à perícia, portando documentos pessoais (RG, CPF, COMPROV. DE RESIDÊNCIA), bem como exames e laudos que possua, especialmente os mais recentes.
Prazo: 05 (cinco) dias / Fazenda Pública: 10 (dez) dias.
São Miguel do Guaporé/RO, 17 de julho de 2023.
WELLISSON JHONATAN DE OLIVEIRA
Técnico(a) Judiciário(a)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: 3642-26607004035-57.2022.8.22.0022
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: LUIZ CARLOS DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: EVILYN EMAELI ZANGRANDI SILVA - RO9248
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Ficam AS PARTES intimadas, por meio de seus respectivos advogados para ciência da data e local da realização da perícia:
Data: 24/07/2023 às 09h. Por ordem de chegada.
Endereço: Clínica Marins - Avenida Capitão Silvio, 770, Centro - São Miguel do Guaporé/RO - CEP 76932-000
Obs. A parte autora deverá comparecer à perícia, portando documentos pessoais (RG, CPF, COMPROV. DE RESIDÊNCIA), bem como exames e laudos que possua, especialmente os mais recentes.
Prazo: 05 (cinco) dias / Fazenda Pública: 10 (dez) dias.
São Miguel do Guaporé/RO, 17 de julho de 2023.
WELLISSON JHONATAN DE OLIVEIRA
Técnico(a) Judiciário(a)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: (69) 3642-2660
e-mail: cpe1civsmg@tjro.jus.br
Processo : 7004227-87.2022.8.22.0022
Classe : BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
AUTOR: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO JURUENA SICREDI UNIVALES MT
Advogados do(a) AUTOR: ANDRE LUIZ CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO - MT12560/O, MARCELO ALVARO CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO - MT15445/O, MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA RIBEIRO - MS4466
REU: ANDRE ALVES DE MACEDO
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: 3642-26607003934-20.2022.8.22.0022
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: DESIRENE MARQUES DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: LIGIA VERONICA MARMITT - RO4195-A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Ficam AS PARTES intimadas, por meio de seus respectivos advogados para ciência da data e local da realização da perícia:
Data: 24/07/2023, às 14h (por ordem de chegada).
Endereço: Clínica Marins - Avenida Capitão Silvio, 770, Centro - São Miguel do Guaporé/RO - CEP 76932-000
Obs. A parte autora deverá comparecer à perícia, portando documentos pessoais (RG, CPF, COMPROV. DE RESIDÊNCIA), bem como exames e laudos que possua, especialmente os mais recentes.
Prazo: 05 (cinco) dias / Fazenda Pública: 10 (dez) dias.
São Miguel do Guaporé/RO, 17 de julho de 2023.
WELLISSON JHONATAN DE OLIVEIRA
Técnico(a) Judiciário(a)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: 3642-26607001812-97.2023.8.22.0022
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: SANTINA CAPOEIRA
Advogado do(a) AUTOR: JOAO FRANCISCO MATARA JUNIOR - RO6226-A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação

Ficam AS PARTES intimadas, por meio de seus respectivos advogados para ciência da data e local da realização da perícia:
Data: 24/07/2023 às 09h. Por ordem de chegada.
Endereço: Clínica Marins - Avenida Capitão Silvio, 770, Centro São Miguel do Guapoé/RO - CEP 76932-000
Obs. A parte autora deverá comparecer à perícia, portando documentos pessoais (RG, CPF, COMPROV. DE RESIDÊNCIA), bem como exames e laudos que possua, especialmente os mais recentes.
Prazo: 05 (cinco) dias / Fazenda Pública: 10 (dez) dias.
São Miguel do Guaporé/RO, 17 de julho de 2023.
WELLISSON JHONATAN DE OLIVEIRA
Técnico(a) Judiciário(a)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: 3642-26607004624-49.2022.8.22.0022
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ELIENE RODRIGUES SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: MARCOS UILLIAN GOMES RIBEIRO - RO0008551A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Ficam AS PARTES intimadas, por meio de seus respectivos advogados para ciência da data e local da realização da perícia:
Data: 24/07/2023 às 09h. Por ordem de chegada.
Endereço: Clínica Marins - Avenida Capitão Silvio, 770, Centro São Miguel do Guapoé/RO - CEP 76932-000
Obs. A parte autora deverá comparecer à perícia, portando documentos pessoais (RG, CPF, COMPROV. DE RESIDÊNCIA), bem como exames e laudos que possua, especialmente os mais recentes.
Prazo: 05 (cinco) dias / Fazenda Pública: 10 (dez) dias.
São Miguel do Guaporé/RO, 17 de julho de 2023.
WELLISSON JHONATAN DE OLIVEIRA
Técnico(a) Judiciário(a)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: 3642-26607001530-59.2023.8.22.0022
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: A. A. P.
Advogado do(a) AUTOR: GERALDO DA MOTA VAZ JUNIOR - RO9824
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Ficam AS PARTES intimadas, por meio de seus respectivos advogados para ciência da data e local da realização da perícia:
Data: 24/07/2023, às 14h (por ordem de chegada).
Endereço: Clínica Marins - Avenida Capitão Silvio, 770, Centro - São Miguel do Guaporé/RO - CEP 76932-000
Obs. A parte autora deverá comparecer à perícia, portando documentos pessoais (RG, CPF, COMPROV. DE RESIDÊNCIA), bem como exames e laudos que possua, especialmente os mais recentes.
Prazo: 05 (cinco) dias / Fazenda Pública: 10 (dez) dias.
São Miguel do Guaporé/RO, 17 de julho de 2023.
WELLISSON JHONATAN DE OLIVEIRA
Técnico(a) Judiciário(a)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: 3642-26607001052-51.2023.8.22.0022
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: ELITA TUDEIA DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: THATY RAUANI PAGEL ARCANJO - RO10962
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Ficam AS PARTES intimadas, por meio de seus respectivos advogados para ciência da data e local da realização da perícia:
Data: 24/07/2023, às 14h (por ordem de chegada).
Endereço: Clínica Marins - Avenida Capitão Silvio, 770, Centro - São Miguel do Guaporé/RO - CEP 76932-000
Obs. A parte autora deverá comparecer à perícia, portando documentos pessoais (RG, CPF, COMPROV. DE RESIDÊNCIA), bem como exames e laudos que possua, especialmente os mais recentes.
Prazo: 05 (cinco) dias / Fazenda Pública: 10 (dez) dias.
São Miguel do Guaporé/RO, 17 de julho de 2023.
WELLISSON JHONATAN DE OLIVEIRA
Técnico(a) Judiciário(a)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Processo: 7000670-39.2015.8.22.0022
Classe: Execução de Título Extrajudicial

Assunto: Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA, CNPJ nº 04902979000144, BANCO DA AMAZÔNIA 800 CAMPINA - 66017-901 - BELÉM - PARÁ
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: MICHEL FERNANDES BARROS, OAB nº RO1790, ALINE FERNANDES BARROS, OAB nº RO2708
EXECUTADOS: MAURI VIDAL RIBEIRO, LINHA 90, KM 03 ZONA RURAL - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, MAILSON PINHEIRO LOPES, CPF nº 03590233125, BR 429, KM 25A, GLEBA 02, SENTIDO ALVORADO ZONA RURAL - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS EXECUTADOS: VILMA BARRETO MONARIN, OAB nº RO4138, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Por ser o dinheiro o bem de primeira ordem preferencial em sede de execução, com espeque no art. 835 do CPC e visando menor dispêndio, e ainda, atendendo aos princípios de celeridade, efetividade e economia processual, DEFIRO o pedido e procedo a imediata consulta, via sistema SISBAJUD, quanto a ativos financeiros porventura existentes em nome do devedor.
Procedi à consulta ao sistema SISBAJUD em desfavor do EXECUTADOS: MAURI VIDAL RIBEIRO, MAILSON PINHEIRO LOPES, CPF nº 03590233125,
Considerando ter sido parcialmente frutífera o bloqueio, conforme Detalhamento de Ordem Judicial anexo, procedi nesta data a transferência da quantia à Agência da Caixa Econômica Federal local.
Converto o bloqueio em penhora.
Intime-se a parte executada para se manifestar quanto à penhora, nos termos do artigo 854, § 3º do CPC/2015, no prazo de 5 dias. Expeça-se carta de intimação caso a parte executada não possua patrono constituído nos autos, do contrário, considerar-se-á intimada da publicação deste no Diário da Justiça ou será intimada pelo PJE.
Apresentada impugnação, venham os autos conclusos para decisão.
Em caso de não apresentação de impugnação, expeça-se alvará em favor do Exequente/e ou seu patrono desde que com poderes nos autos.
Por fim, intime-se a parte autora para impulsionar o feito no prazo de 5 dias, quanto ao saldo remanescente.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
São Miguel do Guaporé- RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Processo: 7002750-29.2022.8.22.0022
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cédula de Crédito Bancário
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP, 775 775 CENTRO - 76970-000 - PIMENTA BUENO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS, OAB nº RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
EXECUTADO: MAGNO DIELSO GRASSI MEIRA, CPF nº 02550171209, LINHA 86 KM 10, SUL, SUL ZONA RURAL - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
DECISÃO
Vistos.
Por ser o dinheiro o bem de primeira ordem preferencial em sede de execução, com espeque no art. 835 do CPC e visando menor dispêndio, e ainda, atendendo aos princípios de celeridade, efetividade e economia processual, DEFIRO o pedido e procedo a imediata consulta, via sistema SISBAJUD, quanto a ativos financeiros porventura existentes em nome do devedor.
Procedi à consulta ao sistema SISBAJUD em desfavor do EXECUTADO: MAGNO DIELSO GRASSI MEIRA, CPF nº 02550171209,
Considerando ter sido parcialmente frutífera o bloqueio, conforme Detalhamento de Ordem Judicial anexo, procedi nesta data a transferência da quantia à Agência da Caixa Econômica Federal local.
Converto o bloqueio em penhora.
Intime-se a parte executada para se manifestar quanto à penhora, nos termos do artigo 854, § 3º do CPC/2015, no prazo de 5 dias. Expeça-se carta de intimação caso a parte executada não possua patrono constituído nos autos, do contrário, considerar-se-á intimada da publicação deste no Diário da Justiça ou será intimada pelo PJE.
Apresentada impugnação, venham os autos conclusos para decisão.
Em caso de não apresentação de impugnação, expeça-se alvará em favor do Exequente/e ou seu patrono desde que com poderes nos autos.
Por fim, intime-se a parte autora para impulsionar o feito no prazo de 5 dias, quanto ao saldo remanescente.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
São Miguel do Guaporé- RO, segunda-feira, 17 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: (69) 3642-2660 e-mail: cpe1civsmg@tjro.jus.br
Processo : 7001728-33.2022.8.22.0022

Classe : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: C. A. S. G.
Advogados do(a) AUTOR: KARINY JACINTHO BOLDRINI - RO11976, MARCOS ROGERIO GARCIA FRANCO - SP268666
REU: S. G. A.
Intimação AUTOR - AUDIÊNCIA
Fica a parte AUTORA, por intermédio de seu advogado(a), a comparecer a audiência de conciliação deste processo a ser realizada por videoconferência, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - Família Sala: VARA CÍVEL - CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO Data: 19/10/2023 Hora: 10:00

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: (69) 3642-2660
e-mail: cpe1civsmg@tjro.jus.br
Processo : 7002040-09.2022.8.22.0022
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
Advogados do(a) AUTOR: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS - RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE - RO1586
REU: JOSE RODRIGUES NOVAIS
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, 7002661-40.2021.8.22.0022
EXEQUENTE: HELENA MARIA AVELINO ROSA, CPF nº 38679477249, S/N S/N ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: JOZIMEIRE BATISTA DOS SANTOS, OAB nº RO8838, PAULO ROBSON SOUZA PAULA, OAB nº RO9942, SILVIA LETICIA CUNHA E SILVA CALDAS, OAB nº RO2661
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, AC ALTA FLORESTA DO OESTE, AVENIDA MATO GROSSO 4202 CENTRO - 76954-970 - ALTA FLORESTA D'OESTE - RONDÔNIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por EXEQUENTE: HELENA MARIA AVELINO ROSA em face de INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, ambos qualificados nos autos.
É dos autos que o débito já fora pago.
A parte exequente já se manifestou pela satisfação da obrigação.
É o necessário relatório. DECIDO.
Diante do cumprimento da obrigação, com fulcro no art. 924, II, do CPC, declaro extinta a execução.
P.R. Após, arquive-se, independente de trânsito em julgado e intimação das partes.
São Miguel do Guaporé, 16 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé,
Processo: 7003496-91.2022.8.22.0022
Classe: Termo Circunstanciado
Assunto: Crimes de Trânsito
AUTORIDADE: Ministério Público do Estado de Rondônia
ADVOGADO DO AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AUTOR DO FATO: EDILSON MATIAS DE SOUZA
AUTOR DO FATO SEM ADVOGADO(S)
Sentença HOMOLOGATÓRIA
Vistos.
Relatório dispensado, nos termos do §3º do art. 81 da Lei 9.099/95.
É dos autos que o infrator aceitou o beneficio da Suspensão Condicional do Processo oferecida pelo Representante do Ministério Público, requerendo sua homologação.
Acolhendo a proposição ministerial aceita pelo suposto autor do fato e pelo seu defensor, Homologo o benefício oferecido e, por consequência, suspendo o processo por dois anos, submetendo o suposto infrator a período de prova, sob as condições apresentadas em audiência, tudo em conformidade com o art. 89, da Lei 9.099/95. Fica ciente o acusado, de que nos termos do referido codex, a suspensão será revogada se o beneficiário descumprir as condições impostas ou vier a ser processado por outro crime.
Determino a escrivania que espeça os referidos boletos bancários nos termos convencionados, bem como, encaminhe para o infrator através do meio mais célere possível.

Expirado o prazo sem revogação, certifique-se o cumprimento, colha-se parecer ministerial, então, tornem conclusos.
Havendo descumprimento injustificado, intime-se o infrator a justificar-se, colha-se parecer ministerial e tornem conclusos.
Cumpra-se.
São Miguel do Guaporé-RO, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Processo: 7000897-48.2023.8.22.0022
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cheque
EXEQUENTE: OURO VERDE NUTRICAO ANIMAL LTDA - EPP, CNPJ nº 07069724000130, AC PARECIS, LINHA 105, KM 40, LADO DIREITO CENTRO - 76979-970 - PARECIS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: VIVIANI RAMIRES DA SILVA, OAB nº RO1360
EXECUTADO: GEDIONE ANGERIO SANTOS COSTA, CPF nº 02908179270, LINHA 01, KM 05, LOTE 39, SITIO SÃO JOSÉ, SETOR PLANALTO ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
EXECUTADO SEM ADVOGADO(S)
SENTENÇA OURO VERDE NUTRICAO ANIMAL LTDA - EPP ajuizou a presente execução de título extrajudicial, em face de GEDIONE ANGERIO SANTOS COSTA, visando o recebimento o recebimento da quantia inicial de R$ 4.433,10, relativo a cédula de crédito.
No decorrer da ação, as partes informaram que firmado acordo, oportunidade em que requereram a homologação (id. 93176569).
É o breve relatório. Decido.
Ante a transação entabulada entre pelas partes, HOMOLOGO O ACORDO, com base no art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil.
Custas finais isenta, em razão do acordo entabulado.
Se houver restrições, liberem-se.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se, com as baixas devidas.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
São Miguel do Guaporé- RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé,
Processo n.: 7002423-50.2023.8.22.0022
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Duplicata
AUTOR: DISTRIBUIDORA EBENEZER LTDA - ME
ADVOGADO DO AUTOR: SIDNEY DA SILVA PEREIRA, OAB nº RO8209A
REU: M. M. S. COMERCIO DE BEBIDAS E GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME, CNPJ nº 11159048000163, AVENIDA JORGE FRANCA SHINAYDER 75 CENTRO - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Vistos.
Recebo a inicial para processamento.
Determino à CPE que designe audiência de conciliação, certificando-se nos autos.
Com a designação da audiência, intime-se a parte autora por meio de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º).
Cite-se o requerido para comparecer na audiência de conciliação, acompanhado de advogado(a) ou Defensor(a) Público(a), cientificando-o de que o prazo de 15 (quinze) dias para contestação começará a fluir a partir da audiência de conciliação acima designada, caso não haja acordo, conforme preceitua o artigo 335, inciso I do CPC/2015, sob pena de revelia. Esclareço que o prazo será contato em dias úteis.
Conste no mandado de citação e intimação a seguinte advertência: Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação, sob pena de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revestida em favor da União ou do Estado. (art. 334, § 8º CPC/2015).
Fica a parte autora, desde já, intimada que no prazo de até 5 (cinco) dias, depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo, proceda com a complementação das custas iniciais, devendo considerar o montante de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa.
Incumbe ao oficial de Justiça, no cumprimento da diligência, certificar proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes, no momento da citação e intimação (CPC/2015, art. 154, VI).
Se houver certificado proposta de transação nos mandados, intime-se a parte contrária para manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, sem prejuízo do andamento regular do processo, valendo seu silêncio como recusa (CPC/2015, art. 154, parágrafo único).
Caso não haja acordo e o requerido apresente contestação alegando qualquer das matérias enumeradas no art. 337 e/ou fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora, intime-se a autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, impugnar e manifestar interesse na produção de prova, nos termos dos artigos 348 e 350 do CPC.
SERVE o presente de MANDADO/PRECATÓRIA/CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e demais comunicações.
Pratique-se o necessário.
São Miguel do Guaporé/RO, 16 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, PROCESSO: 7002621-87.2023.8.22.0022
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: EDNA MARIA BERNARDO
ADVOGADO DO AUTOR: GLAUCIA ELAINE FENALI, OAB nº RO5332A
REU: BANCO BMG S.A., - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
VALOR ATUALIZADO DO DÉBITO: R$ 7.062,20
DECISÃO
Recebo a inicial.
Cuida-se de Obrigação de Fazer c/c pedido de Tutela de Urgência, ajuizada por EDNA MARIA BERNARDO em face de BANCO BMG S.A..
Alega a parte autora, em síntese que, ao tentar realizar compras no comércio local, foi informada de que o seu nome estava inscrito nos órgãos de proteção ao crédito.
Com isso, após averiguar a origem do suposto débito, verificou que a requerida, indevidamente, negativou seu nome razão de uma dívida já paga.
É o breve relatório. DECIDO.
Em análise a certidão emitida que acompanha o pedido, verifico que realmente o nome da parte autora encontra-se inserido junto aos cadastros de inadimplentes em virtude da cobrança discutida na presente demanda.
Pois bem. O art. 300 do NCPC estabelece que “a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.
Outrossim, consoante a nova sistemática do Código de Processo Civil de 2015, a tutela de urgência pode ter natureza antecipada (art. 303 do NCPC) ou cautelar (art. 305 do NCPC).
Examinandos os argumentos aduzidos na inicial, bem como às provas que instruem o pedido, verifico estarem presentes os requisitos necessários à concessão da tutela de urgência, tendo em vista a manutenção dos dados do requerente junto aos bancos de dados de inadimplentes, enquanto se discute a legalidade da cobrança, é capaz de causar dano irreparável ao consumidor.
Além disso, a medida não possui natureza irreversível.
Desta forma, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA postulado na inicial.
INTIME-SE a parte demandada para providenciar a exclusão do requerente do órgãos de proteção ao crédito SCPC, SERASA e SPC, referente à dívida tratada nestes autos, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de 20 (vinte) dias-multa.
No mais, de acordo com a Lei dos Juizados Especiais, a designação de audiência conciliatória é medida que se impõe.
Assim, cite-se e intime-se a parte requerida via AR, advertindo-a da disposição inserta no art. 20 da Lei n° 9.099/95, para que APRESENTE NOS AUTOS NUMERO DE TELEFONE COM WHATSAPP ou compareça à audiência de conciliação a ser designada.
Determino à CPE para designar audiência de CONCILIAÇÃO, certificando no sistema, bem como, intimando as partes sobre a data.
Agende-se a audiência de conciliação no sistema PJE.
Ainda, conste no expediente que a realização de um acordo pode ser a melhor maneira de pôr fim a um conflito.
Advirta-se à parte requerida de que, caso não seja composta a transação em audiência, o prazo para contestar contar-se-á da data da audiência de conciliação.
Havendo tempo disponível, caso deseje, a parte autora poderá realizar impugnação na audiência conciliatória.
Intime-se a parte autora, por AR, para que compareça à solenidade, virtual ou presencial, advertindo-a dos termos do art. 51, I da Lei dos Juizados Especiais e do disposto no Enunciado nº 28 do Fonaje.
Fica ciente a parte de que a audiência será realizada de forma não presencial por meio do emprego de recursos tecnológicos disponíveis, com transmissão de som e imagem em tempo real (WhatsApp, Google Meet, Hangouts, etc).
Sendo assim, devem as partes informarem caso não possuam recursos técnicos para realização do ato, tais como celular com câmeras, internet, etc. Em se tratando de citação por meio de Mandado Judicial, desde já determino que o (a) Oficial (a) de Justiça certifique a possibilidade/impossibilidade técnica da parte requerida, certificando.
Saliente-se as partes que, caso não informe a impossibilidade/possibilidade da audiência por videoconferência, o silêncio será entendido como desinteresse de participar do ato, ao passo que o processo seguirá de acordo com o procedimento da Lei 9099/95.
Serve a presente de Mandado/Carta de Citação/Intimação.
Cumpra-se.
São Miguel do Guaporé- RO, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: 3642-26607000385-75.2017.8.22.0022
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: VANILDA RODRIGUES
Advogados do(a) AUTOR: ANDREIA FERNANDA BARBOSA DE MELLO - RO3167, JURACI MARQUES JUNIOR - RO2056, LIGIA VERONICA MARMITT - RO4195-A
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Fica a parte autora intimada para ciência e manifestação acerca do ID 93238941 e seguintes.
Prazo: 05 (cinco) dias.
São Miguel do Guaporé/RO, 14 de julho de 2023.
WELLISSON JHONATAN DE OLIVEIRA
Técnico(a) Judiciário(a)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, , fone: (69) 3309-8171.
AUTOS: 7002477-16.2023.8.22.0022
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTOR: WITTALON GHABRIEL SILVA BARRETO, BR 429, KM 10 S/N, SENTIDO SÃO MIGUEL ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: NEIDE SKALECKI DE JESUS GONCALVES, OAB nº RO283A, DIONEI GERALDO, OAB nº RO10420
REU: LATAM AIRLINES GROUP S/A, AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO 6490, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA LATAM AIRLINES GROUP S/A
DECISÃO
Vistos.
Trata-se de ação de indenização por danos morais proposta por WITTALOW CHABRIEL SILVA BARRETO, menor impúbere, representado por sua genitora MICHELENE SILVA DE ANDRADE, em face da LATAM AIRLINES GROUP S/A, ambas parte já qualificadas nos autos.
Recebo a inicial e concedo as benesses da Justiça Gratuita.
Determino a designação de audiência de conciliação a ser realizada pelo CEJUSC desta Comarca. A realização do ato será por videoconferência, nos termos do art. 3, §1º, IV da Resolução do CNJ nº 534/2020, alterada pela Resolução nº 481/2022.
Cite-se a parte requerida e intime-se a autora para que, nos termos do art. 334 do Código de Processo Civil, compareçam à audiência de conciliação por meio eletrônico, representadas por advogados(as) ou Defensor(a) Público(a) (art. 334, §9º do Código de Processo Civil).
Advirto às partes de que o não comparecimento à audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até 2% (dois por cento) do valor da causa (art. 334, §8º do Código de Processo Civil). A presença do advogado não supre a exigência de comparecimento pessoal do(a) autor(a).
Caso não haja acordo, o prazo 15 (quinze) dias para contestar terá início no dia posterior ao da audiência ou, caso a parte requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação deste pedido (art. 355, I e II do Código de Processo Civil).
A manifestação de desistência deverá ser apresentada com antecedência mínima de 10 (dez) dias antes da audiência (art. 334, §5º do Código de Processo Civil).
Apresentada ou não a contestação, dê-se vista à parte autora para manifestação, pelo prazo de 15 (quinze) dias.
Após, conclusos para decisão saneadora ou julgamento.
Intime-se.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO / CITAÇÃO / INTIMAÇÃO / CARTA / /PRECATÓRIA
São Miguel do Guaporé-RO, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, 7000550-83.2021.8.22.0022
EXEQUENTE: LOURDES FELIX MARQUES, CPF nº 04997138266, LINHA 40 P 06 KM 01 SN ZONA RURAL - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por EXEQUENTE: LOURDES FELIX MARQUES em face de INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, ambos qualificados nos autos.
É dos autos que o débito já fora pago.
A parte exequente já se manifestou pela satisfação da obrigação.
É o necessário relatório. DECIDO.
Diante do cumprimento da obrigação, com fulcro no art. 924, II, do CPC, declaro extinta a execução.
P.R. Após, arquive-se, independente de trânsito em julgado e intimação das partes.
São Miguel do Guaporé, 16 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Processo: 7004332-64.2022.8.22.0022
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Duplicata
Requerente (s): L K SCHNEIDER COMERCIO DE VARIEDADES, CNPJ nº 46240715000112, FLAMBOYANT 194, SALA B CENTRO - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
Advogado (s): EVILYN EMAELI ZANGRANDI SILVA, OAB nº RO9248
Requerido (s): ISRAEL DE SOUZA SANTOS, CPF nº 70357979206, LINHA 02 03, ASSENTAMENTO ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
Advogado (s): SEM ADVOGADO(S)

SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei n. 9.099/95.
Realizadas diligências, não foram encontrados bens do devedor.
A parte autora, intimada, se manifestou pela extinção do feito, ante a ausência de bens penhoráveis.
Em tais casos a lei permite a extinção do feito de imediato, evitando-se sua eternização, sem prejuízo às partes e à própria justiça (art. 53, § 4º, da LJE), até porque é vedada a suspensão do processo em sede de Juizado Especial.
Frise-se que não há prejuízo efetivo para a parte, posto que poderá ingressar com novo cumprimento de sentença, antes da ocorrência da prescrição, caso encontrados bens.
Posto isso, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 53, §4º, da Lei 9.099/95, independentemente de nova intimação pessoal da parte (art. 51, §1º, Lei 9.099/95).
Sentença registrada automaticamente e publicada via PJE. Intime-se.
Nada mais havendo, arquive-se.
SERVE O PRESENTE COMO MANDADO / CARTA / OFÍCIO / PRECATÓRIA.
São Miguel do Guaporé/RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, PROCESSO: 7000964-13.2023.8.22.0022
CLASSE: Procedimento Comum Cível
AUTOR: MARTA APARECIDA CANDIDA PERES
ADVOGADO DO AUTOR: ROBSON MARINHO DE CASTRO, OAB nº RO8740
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de Ação Previdenciária com pedido de Auxílio Doença e eventual conversão em Aposentadoria por Invalidez proposto por MARTA APARECIDA CANDIDA PERES contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Após a citação e realização da perícia, o INSS apresentou proposta de acordo para pôr fim à lide, com a qual anuiu a parte autora.
ANTE AO EXPOSTO, por vislumbrar os pressupostos legais, HOMOLOGO O ACORDO firmado entre as partes para que produza seus efeitos jurídicos e legais e, via de consequência, julgo extinto o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, “b” do CPC.
Intime-se para implantação do benefício nos moldes do acordo, em 30 (trinta) dias, servindo de ofício à APSADJ/INSS.
Requisite-se os honorários periciais do(a) médico(a) nomeado(a).
Após a apresentação dos cálculos e concordância de ambas as partes, as quais deverão ser intimadas para tal, expeça-se RPV para o pagamento do crédito retroativo devido à parte requerente e dos honorários,
Com a comprovação do depósito judicial do valor requisitado, expeça-se alvará e intime-se a parte autora, via advogado, para fins de levantamento.
Sendo a manifestação das partes incompatível com o direito de recurso, DECLARO o trânsito em julgado para esta data, conforme parágrafo único do art. 1000 do CPC.
Sem custas, a luz do disposto no art. 3º, inciso III, da Lei Estadual n. 3.896/2016.
Publique-se. Intime-se. E, após o cumprimento das determinações, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO.
São Miguel do Guaporé- RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: (69) 3642-2660
e-mail: cpe1civsmg@tjro.jus.br
Processo : 7002874-12.2022.8.22.0022
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: ASSOCIACAO DE CREDITO CIDADAO DE RONDONIA
Advogado do(a) EXEQUENTE: KARINA DA SILVA SANDRES - RO4594-A
EXECUTADO: D O DE SOUZA e outros (3)
Intimação AUTOR - MANDADO NEGATIVO
Fica a parte AUTORA intimada a manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.
1) Caso queira o desentranhamento do mandado ou apresente novo endereço, deverá a parte proceder o recolhimento de custas de acordo com a diligência requisitada, tabela abaixo.
2) Solicitações de buscas on line e assemelhados deverão vir acompanhadas de custas CÓDIGO 1007 nos termos do art. 17 da Lei 3.896/2016.
3) O boleto para pagamento deve ser gerado no link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pages/guiaRecolhimento/guiaRecolhimentoEmitir.jsf, exceto se beneficiado(s) pela concessão da justiça gratuita.
CODIGO 1008.2: Diligência Urbana Comum/Simples
CODIGO 1008.3: Diligência Urbana Composta
CODIGO 1008.4: Diligência Rural Comum/Simples
CODIGO 1008.5: Diligência Rural Composta
CODIGO 1008.6: Diligência Liminar Comum/Simples
CODIGO 1008.7: Diligência Liminar Composta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000
Processo nº : 7000726-91.2023.8.22.0022
Requerente: DIONEI GERALDO
Advogado do(a) REQUERENTE: DIONEI GERALDO - RO10420
Requerido(a): AMAZON SERVICOS DE VAREJO DO BRASIL LTDA.
Advogado do(a) REQUERIDO: GUILHERME KASCHNY BASTIAN - SP266795
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
São Miguel do Guaporé, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000
e-mail: ijcpepvh@tjro.jus.br
Processo : 7001004-92.2023.8.22.0022
Classe : PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO (12070)
AUTOR: Sob sigilo
REQUERIDO: Sob sigilo
Advogados do(a) REQUERIDO: EDILSON CRISPIN DIAS - RO12149, WELLINGTON DA SILVA GONCALVES - RO5309
Intimação RÉU
Fica a parte REQUERIDA intimada, por meio de seu Advogado, a tomar ciência da decisão ID 93194783.
Prazo: 5 dias .
São Miguel do Guaporé-RO, 14 de julho de 2023.
Técnico(a) Judiciário(a)
(assinado digitalmente por ordem do Juiz de Direito)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone:(69) 3642-2660 e-mail: cpe1civsmg@tjro.jus.br
Processo : 7001559-57.2019.8.22.0020
Classe : SEPARAÇÃO LITIGIOSA (141)
REU: M. R. C. B.
Advogado do(a) REU: LUIS CARLOS RETTMANN - RO5647
AUTOR: L. C. D. P. I.
Intimação AUTOR
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção e arquivamento.
Processo: 7004286-75.2022.8.22.0022
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Valor da causa: R$ 28.662,00, vinte e oito mil, seiscentos e sessenta e dois reais
AUTOR: CLAUDINEA LIMA SUARES, AVENIDA LAURENTINO LUIZ CARAGNATTO 63 CENTRO - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MARCOS UILLIAN GOMES RIBEIRO, OAB nº RO8551A
REU: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AVENIDA DOUTOR MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES 939, 9 ANDAR ALPHAVILLE INDUSTRIAL - 06460-040 - BARUERI - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
DESPACHO
O recurso é adequado e foi interposto dentro do prazo legal (art. 41 e art. 42 da Lei 9.099/95), porquanto tempestivo.
Portanto, presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo o recurso inominado interposto pelo requerido no efeito devolutivo, conforme preconiza o artigo 43 da Lei n. 9.099/95.
Intime-se a parte autora para apresentar suas contrarrazões.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal.
Intimem-se.
São Miguel do Guaporé, 16 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7001567-86.2023.8.22.0022

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: JOAB FERREIRA, CPF nº 04562846216
AUTOR SEM ADVOGADO(S)
REU: INLARON INDUSTRIAS DE LATICINIOS DE RONDONIA LTDA
ADVOGADO DO REU: EDILSON STUTZ, OAB nº RO309B
DESPACHO
Vistos.
Nesta data EXPEDI ORDEM DE TRANSFERÊNCIA JUDICIAL ELETRÔNICA à Caixa Econômica Federal, para transferência dos valores depositados na referida conta judicial, devendo a instituição financeira zerar e encerrar as contas.
Conta Judicial: Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal, Agência: 4473, Nº da conta: 1518113-0, Saldo: R$ 344,69
Favorecido (s) do alvará eletrônico: JOAB FERREIRA, CPF: 045.628.462-16 Instituição Financeira: 756, Agência: 3337, Nº da conta: 57068-0;
Após, comprovado a transferência, determino o imediato arquivamento dos autos.
No mais, com o levantamento, não há pendência de crédito.
Isto posto, julgo EXTINTO o presente feito, em razão do pagamento integral do débito por parte do executado, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Com o trânsito em julgado, arquive-se.
Cumpra-se.
São Miguel do Guaporé-RO, 16/07/2023.
Eliezer Nunes Barros
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, PROCESSO: 7002626-12.2023.8.22.0022
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: JOSE GERALDO DOS ANJOS
ADVOGADOS DO AUTOR: ADMIR TEIXEIRA, OAB nº RO2282A, TIAGO GOMES CANDIDO, OAB nº RO7858
REU: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 580 CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
VALOR ATUALIZADO DO DÉBITO: R$ 23.153,96
DECISÃO
Vistos.
A parte requerente JOSE GERALDO DOS ANJOS, pleiteia ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c reparação de danos morais com pedido de tutela antecipada em face de ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
A concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional constitui direito que depende da demonstração dos critérios legais, podendo a qualquer tempo ser revogada ou modificada.
No caso em exame, o pedido de abstenção de suspender o fornecimento de energia elétrica decorre de falha na prestação dos serviços, pela cobrança da existência de diferença de consumo, tese sustentada pela parte autora, que alega poder vir a sofrer dano em decorrência de eventual desligamento do fornecimento de energia elétrica ou inscrição do seu nome nos órgão de proteção ao crédito.
A antecipação de tutela pretendida deve ser deferida, pois a discussão dos débitos em juízo, mesmo com as limitações próprias do início do conhecimento, implica na impossibilidade do desligamento, inclusive porque a energia elétrica é tida como bem essencial à vida de qualquer ser humano.
Os requisitos legais para a concessão antecipada da tutela jurisdicional, especialmente a verossimilhança da alegação, estão presentes nos autos.
Há de se considerar, ainda, que há fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação para a parte autora diante da essencialidade do serviço, sendo que, caso ao final venha a ser julgado improcedente o pedido e utilizado o serviço, poderá haver a cobrança, por parte da requerida, pelos meios ordinários.
Ante o exposto, com fulcro no art. 300 do CPC, DEFIRO A TUTELA ANTECIPADA reclamada e, por via de consequência, DETERMINO à empresa requerida que se ABSTENHA de efetuar o corte/interrupção no fornecimento de energia no imóvel da parte requerente, e de efetivar qualquer restrição creditícia nas empresas arquivistas referente ao débito impugnado na inicial (fatura) e até final solução da demanda, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais) até o limite de R$ 2.000,00 (dois mil reais), sem prejuízo dos pleitos contidos na inicial, de elevação de astreintes e de determinação de outras medidas judiciais que se façam necessárias, sendo que novos débitos poderão ser cobrados normalmente, inclusive com eventual desligamento em caso de inadimplência.
Caso já tenha ocorrido quaisquer das ações temidas pela parte demandante (corte ou restrição creditícia), fica fixado o prazo de 24 (vinte e quatro horas) para o restabelecimento dos serviços regulares de fornecimento de energia elétrica, e de 10 (dez) dias, para a efetiva baixa/retirada da restrição de crédito efetivada.
Assim, CITE-SE a requerida por meio do sistema PJe, para contestar a presente ação, no prazo de quinze dias. Ficando advertida de que, o prazo para contestar contar-se-á da data da intimação, conforme Enunciado 13 do Fonaje.
Aplica-se ao caso o Código de Defesa do Consumidor, tendo em vista a existência de relação de consumo entre as partes, considerando ainda os fatos ocorridos e a vulnerabilidade técnica, econômica e jurídica da parte autora perante a parte requerida, decreto a inversão do ônus da prova.
Consigne-se ainda que a parte requerida deverá apresentar a documentação que disponha para esclarecimento da causa.
A citação não conterá a petição inicial e demais documentos, pois a parte requerida poderá ter acesso ao inteiro teor dos documentos juntamente com a inicial por meio do sítio eletrônico do PJE, qual seja: http://pje.tjro.jus.br, informando o referido número dos autos supra, nos termos do art. 6º da Lei n. 11.419 de 19 de dezembro de 2006, cumprindo ao que dispõe por conseguinte a Resolução de nº 185 de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça (Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe), em seu art. 20. Trata-se de

seguimento aos intuitos de racionalizar os recursos orçamentários e adoção a instrumentos tecnológicos aptos a permitir a adequação do PODER JUDICIÁRIO aos princípios da proteção ambiental, substituindo os autos em meio físico pelo meio eletrônico, como mecanismo de celeridade e qualidade na prestação jurisdicional.
Após, intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 15 dias.
Cumpra-se.
São Miguel do Guaporé- RO, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros Juiz(a) de Direito

Processo: 7000371-81.2023.8.22.0022
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Valor da causa: R$ 13.092,00, treze mil, noventa e dois reais
AUTOR: NATALINO DOS SANTOS, AVENIDA TANCREDO NEVES 1360 - - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FABIO DE PAULA NUNES DA SILVA, OAB nº RO8713
REU: BANCO BRADESCO S.A., BANCO BRADESCO S.A. s/n, RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADOS DO REU: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, BRADESCO
DESPACHO
Defiro a gratuidade judiciária, uma vez que o recorrente preencheu os requisitos para sua concessão, referente ao recurso inominado de ID 91945096.
O recurso é adequado e foi interposto dentro do prazo legal (art. 41 e art. 42 da Lei 9.099/95), porquanto tempestivo.
Portanto, presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo o recurso inominado interposto pelo requerido no efeito devolutivo, conforme preconiza o artigo 43 da Lei n. 9.099/95.
A parte autora apresentou suas contrarrazões.
Assim, remetam-se os autos à Turma Recursal.
Intimem-se.
São Miguel do Guaporé, 16 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
São Miguel do Guaporé - Vara Única PROCESSO: 7002352-48.2023.8.22.0022
CLASSE: Monitória
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS DO AUTOR: NOEL NUNES DE ANDRADE, OAB nº RO1586, PROCURADORIA DA SICOOB CREDIP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL RONDONIENSE
REU: FABIO CRISTIANO MOREIRA
REU SEM ADVOGADO(S)
Valor: R$ 12.234,14
DESPACHO
Vistos.
Cumpridos os requisitos do art. 700, § 2º, CPC/2015, defiro a expedição de mandado de pagamento (infra disposto), determinando-se a citação/intimação da parte requerida para que comprove nos autos o cumprimento da obrigação, cujo débito deverá ser acrescido de honorários advocatícios fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, anotando-se que em caso de cumprimento voluntário da obrigação, no prazo de 15 dias, a parte requerida restará isenta do pagamento das custas processuais.
OBSERVAÇÃO: A parte requerida poderá ofertar, caso queira, embargos à monitória nos próprios autos, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da juntada da carta/mandado de citação/intimação nos autos, o qual independerá de prévia segurança do juízo, podendo a parte requerida alegar todas as matérias de defesa aplicáveis ao procedimento comum (art. 336/337, CPC/2015).
ADVERTÊNCIA: Em caso de não cumprimento da obrigação e não havendo interposição de embargos, constituir-se-á, de pleno direito o título executivo judicial, observando-se, no que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial do CPC/2015.
SIRVA CÓPIA DESTE DESPACHO COMO CARTA/MANDADO E DEMAIS COMUNICAÇÕES.
São Miguel do Guaporé/RO, 16 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO
Citação de :REU: FABIO CRISTIANO MOREIRA, SÍTIO LINHA T 02 S/N ZONA RURAL, KM 03 - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
FINALIDADE: CITAR a parte requerida para que PAGUE a dívida no valor de R$ 12.234,14, no prazo de 15 (quinze) dias conforme art. 701 do CPC/2015, podendo oferecer embargos no mesmo prazo (art. 702 do CPC/2015).
ADVERTÊNCIA: O prazo para apresentação de defesa ou cumprimento do mandado de pagamento, além do pagamento de honorários advocatícios é de quinze dias, contados da data da juntada do aviso de recebimento/mandado nos autos. Não sendo apresentado embargos à monitória, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
OBSERVAÇÃO: Caso a parte ré cumpra o pagamento no prazo de 15 dias úteis, contados da juntada do aviso de recebimento ao processo, ficará isenta das custas processuais (art. 701, §1º, CPC/2015). Caso não tenha condições de constituir advogado, deverá procurar o Defensor Público da Comarca, junto a Defensoria Pública do Estado, localizada à rua Padre Chiquinho 913, Pedrinhas, Porto Velho/RO. Por fim, o processo acima mencionado poderá ser consultado via endereço eletrônico: http://www.tjro.jus.br/inicio-pje.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé,

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Processo: 7002620-05.2023.8.22.0022
Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Assunto: Alienação Fiduciária
AUTOR: BANCO HYUNDAI CAPITAL BRASIL S. A, AVENIDA 7 DE SETEMBRO 1.251, - DE 890 A 1182 - LADO PAR CENTRO - 69005-141 - MANAUS - AMAZONAS
ADVOGADOS DO AUTOR: ANTONIO SAMUEL DA SILVEIRA, OAB nº DF36999, PROCURADORIA BANCO HYUNDAI CAPITAL BRASIL S.A
REU: ERONIDES FERREIRA DOS SANTOS, CPF nº 97286168215, ROD RO 481 ZONA RURAL KM9 - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIAREU: ERONIDES FERREIRA DOS SANTOS, CPF nº 97286168215, ROD RO 481 ZONA RURAL KM9 - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
R$ 72.812,32
DECISÃO
Trata-se de Ação de Busca e Apreensão de bem dado em garantia de alienação fiduciária com pedido liminar.
O requerente anexou ao pedido cópia do contrato de alienação fiduciária, demonstrou o descumprimento contratual ou a mora pela parte devedora e requereu a concessão da liminar (art. 2º, do DL 911/69).
Assim, presentes os requisitos legais DEFIRO o pedido, liminarmente, para determinar a busca e apreensão do veículo Marca HYUNDAI Modelo CRETA ACTION 1.6 16V, Ano fabricação 2021, Chassi 9BHGA811BNP267994, Placa RSZ8G00, Cor PRATA e Renavam nº 001285439462.
Expeça-se mandado de busca e apreensão depositando-se o bem com o requerente ou pessoa a quem venha indicar (que deverá ser identificado), mediante termo de compromisso de fazer boa guarda.
Executada a liminar, cite-se e intime-se a parte devedora (devedor-fiduciante) para, no prazo de cinco (5) dias pagar a integralidade da dívida pendente, conforme valores apresentados pelo credor-fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus (§2º, do art. 3º, do DL 911/69).
Caso não haja pagamento, deverá ficar ciente a parte requerida que consolidar-se-á a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, ficando o órgão de trânsito autorizado a expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou terceiro por ele indicado, livre de ônus da propriedade fiduciária (art. 3º, Decreto-lei 911/69).
A parte devedora terá o prazo de 15 para apresentar contestação, independentemente do prazo de 5 dias concedido para o pagamento.
Se houver a apreensão do bem, os autos deverão vir conclusos para levantamento da restrição, conforme o disposto no art. 3º, § 9º do Dec. Lei 911/69.
Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, fica facultado ao credor, requerer nestes autos a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva (art. 4º, do Decreto-Lei n. 911/69).
Fica a parte autora advertida de que sendo julgada improcedente a presente ação, e tendo ocorrido alienação do bem descrito na inicial, o autor será condenado ao pagamento de multa, em favor do devedor fiduciante, equivalente a 50% do valor originalmente financiado, devidamente atualizado, conforme disposição do Art. 3º, §6º, do Decreto-Lei nº 911.
Cumpra-se.
CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO/PRECATÓRIA/OFÍCIO.
São Miguel do Guaporé, 16 de julho de 2023 .
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé,

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
São Miguel do Guaporé - Vara Única Processo: 7002636-56.2023.8.22.0022
Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Desconto em folha de pagamento
Valor da causa: R$ 10.398,60
AUTOR: NELSON HONORIO
ADVOGADO DO AUTOR: MIKAELE RICARTE DE OLIVEIRA SILVA, OAB nº RO10124
REU: UNIVERSO ASSOCIACAO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DOS REGIMES GERAL DA PREVIDENCIA SOCIAL
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Verifica-se nos autos que o comprovante de endereço apresentado é de titularidade de pessoa estranha ao feito.
Logo, para que efetivamente haja a comprovação de domicílio residencial da parte autora faz se necessário a comprovação do vínculo com o titular do comprovante anexado nos autos.
Assim, intime-se a parte autora, via DJE, para emendar a peça inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento, a fim de juntar documento para comprovação do vínculo com o titular do comprovante de residência ou digitalizar outro comprovante de endereço em seu nome, que poderá ser uma conta de água, luz, telefone, fatura de cartão de crédito ou correspondência bancária em seu nome.
Com ou sem a emenda, voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.

SERVE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA
São Miguel do Guaporé/RO, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé,

Processo: 7001258-65.2023.8.22.0022
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Valor da causa: R$ 17.746,60, dezessete mil, setecentos e quarenta e seis reais e sessenta centavos
AUTOR: VANUSA LOIOLA DIAS DOS SANTOS, AVENIDA FLAMBOYANT 1030 CENTRO - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: GLAUCIA ELAINE FENALI, OAB nº RO5332A
REU: BANCO BRADESCO S.A., , - DE 8834/8835 A 9299/9300 - 76800-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REU: LARISSA SENTO SE ROSSI, OAB nº BA16330, BRADESCO
DESPACHO
O recurso é adequado e foi interposto dentro do prazo legal (art. 41 e art. 42 da Lei 9.099/95), porquanto tempestivo.
Portanto, presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo o recurso inominado interposto pelo requerido no efeito devolutivo, conforme preconiza o artigo 43 da Lei n. 9.099/95.
Remetam-se os autos à Turma Recursal.
Intimem-se.
São Miguel do Guaporé, 16 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Processo n.: 7002641-78.2023.8.22.0022
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Direito de Imagem, Direito de Imagem, Indenização por Dano Material
Valor da causa: R$ 15.339,80 (quinze mil, trezentos e trinta e nove reais e oitenta centavos)
Parte autora: GESIRLEI DA SILVA MOREIRA, RUA PRESBÍTERO JOSÉ VIANA 2651 CRISTO REI - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: TIAGO GOMES CANDIDO, OAB nº RO7858
Parte requerida: LOJAS RIACHUELO SA, LEAO XIII 500, R SOROR ANGELICA751 JARDIM SAO BENTO - 02526-000 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Ante a petição inicial, de acordo com a Lei dos Juizados Especiais, a designação de audiência conciliatória é medida que se impõe.
Assim, determino a CPE para designar audiência de conciliação, certificando no sistema, bem como, intimando as partes sobre a data. A solenidade será realizada de forma Virtual.
Após, cite-se e Intime-se a parte requerida, por meio de Carta AR, advertindo-a da disposição inserta no art. 20 da Lei nº 9.099/95, para que compareça à audiência de conciliação designada.
Agende-se a audiência de conciliação no sistema PJE.
Ainda, conste no expediente que a realização de um acordo pode ser a melhor maneira de pôr fim a um conflito.
Advirta-se à parte requerida de que, caso não seja composta a transação em audiência, o prazo para contestar contar-se-á da data da audiência de conciliação.
Intime-se a parte autora, por meio de contato telefônico ou mandado judicial, havendo patrono, será intimada por seu advogado, advertindo-a dos termos do art. 51, I da Lei dos Juizados Especiais e do disposto no Enunciado nº 28.
Fica ciente a parte de que a audiência poderá ser realizada de forma não presencial por meio do emprego de recursos tecnológicos disponíveis, com transmissão de som e imagem em tempo real (WhatsApp, Google Meet, Hangouts, etc).
Sendo assim, devem as partes informarem caso não possuam recursos técnicos para realização do ato, tais como celular com câmeras, internet, etc. Em se tratando de citação por meio de Mandado Judicial, desde já determino que o (a) Oficial (a) de Justiça certifique a possibilidade/impossibilidade técnica da parte requerida, certificando.
Saliente-se as partes que, caso não informe a impossibilidade/possibilidade da audiência por videoconferência, o silêncio será entendido como desinteresse de participar do ato, ao passo que o processo seguirá de acordo com o procedimento da Lei 9099/95.
Cumpra-se.
Serve a presente de Mandado de Citação/Intimação.
São Miguel do Guaporé/RO, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: 3642-2660
7003029-15.2022.8.22.0022
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ANA MARIA PRADO
Advogado do(a) AUTOR: EVILYN EMAELI ZANGRANDI SILVA - RO9248
REPRESENTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Ficam as partes intimadas a se manifestarem sobre o laudo pericial apresentado.
Prazo: 15 (quinze) dias / Fazenda Pública: 30 (trinta) dias.
São Miguel do Guaporé-RO, 17 de julho de 2023.
WELLISSON JHONATAN DE OLIVEIRA
Técnico(a) Judiciário(a)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Processo n.: 7004164-62.2022.8.22.0022
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Cobrança de Aluguéis - Sem despejo
REQUERENTE: ENEIAS MENDES DE OLIVEIRA 99271133234, AVENIDA FLAMBOYANT 319 CENTRO - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
REQUERENTE SEM ADVOGADO(S)
REQUERIDO: TATIANA APARECIDA ALVES, AV INTEGRACAO NACIONAL 1, APTO 02 CENTRO - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
REQUERIDO SEM ADVOGADO(S)
Valor da causa:R$ 4.550,00
Sentença
Vistos etc.
Relatório dispensado na forma da lei.
Tratando-se de direito disponível e sendo as partes capazes, HOMOLOGO O ACORDO de vontades celebrado entre as partes o qual será regido pelas cláusulas e condições indicadas no Contrato de renegociação de dívida juntado anteriormente (ID93246486), para que surta seus jurídicos e legais efeitos de direito.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com fundamento na alínea 'b' do inciso III do artigo 487 do Código de Processo Civil e no parágrafo único do art. 22 da Lei nº 9.099/95.
Sem custas e sem honorários nesta instância.
Intime-se.
Considerando o acordo celebrado, falta interesse jurídico em recorrer e, nos termos do art. 1000 do CPC, antecipa-se o trânsito em julgado, pelo que determino o imediato arquivamento.
SIRVA-SE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO
São Miguel do Guaporé/RO, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé,
Processo n.: 7002515-28.2023.8.22.0022
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Cheque
AUTOR: GLEYSON CARDOSO FIDELIS RAMOS
ADVOGADO DO AUTOR: GLEYSON CARDOSO FIDELIS RAMOS, OAB nº RO6891
REU: JULIO CORREA FERREIRA, CPF nº 01025514211, RUA JOSÉ LOURENÇO 2863 NOVO ORIENTE - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
Despacho
Vistos.
Recebo a inicial para processamento.
Determino à CPE que designe audiência de conciliação, certificando-se nos autos.
Com a designação da audiência, intime-se a parte autora por meio de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º).
Cite-se o requerido para comparecer na audiência de conciliação, acompanhado de advogado(a) ou Defensor(a) Público(a), cientificando-o de que o prazo de 15 (quinze) dias para contestação começará a fluir a partir da audiência de conciliação acima designada, caso não haja acordo, conforme preceitua o artigo 335, inciso I do CPC/2015, sob pena de revelia. Esclareço que o prazo será contato em dias úteis.
Conste no mandado de citação e intimação a seguinte advertência: Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação, sob pena de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revestida em favor da União ou do Estado. (art. 334, § 8º CPC/2015).
Incumbe ao oficial de Justiça, no cumprimento da diligência, certificar proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes, no momento da citação e intimação (CPC/2015, art. 154, VI).
Se houver certificado proposta de transação nos mandados, intime-se a parte contrária para manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, sem prejuízo do andamento regular do processo, valendo seu silêncio como recusa (CPC/2015, art. 154, parágrafo único).
Caso não haja acordo e o requerido apresente contestação alegando qualquer das matérias enumeradas no art. 337 e/ou fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora, intime-se a autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, impugnar e manifestar interesse na produção de prova, nos termos dos artigos 348 e 350 do CPC.

SERVE o presente de MANDADO/PRECATÓRIA/CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO e demais comunicações.
Pratique-se o necessário.
São Miguel do Guaporé/RO, 16 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7000933-61.2021.8.22.0022
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: MARIA DE LURDES SILVA, CPF nº 65170040253
ADVOGADO DO AUTOR: JOAO FRANCISCO MATARA JUNIOR, OAB nº RO6226
REU: BANCO BMG S.A.
ADVOGADOS DO REU: FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA, OAB nº MG108112, Procuradoria do BANCO BMG S.A
DESPACHO
Vistos.
Considerando que há valores vinculados a estes autos, os quais pertencem a requerida, nesta data EXPEDI ORDEM DE TRANSFERÊNCIA JUDICIAL ELETRÔNICA à Caixa Econômica Federal, para transferência dos valores depositados na referida conta judicial, devendo a instituição financeira zerar e encerrar as contas.
Conta Judicial: Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal, Agência: 4473, Nº da conta: 1515886-4, Saldo: R$ 1.058,56
Favorecido (s) do alvará eletrônico: BANCO BMG S.A., CPF/CNPJ: 61186680000174, Instituição Financeira: , Agência: , Nº da Conta:
Após, comprovado a transferência, determino o imediato arquivamento dos autos.
Cumpra-se.
São Miguel do Guaporé-RO, 16/07/2023.
Eliezer Nunes Barros
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, , fone: (69) 3309-8171.
AUTOS: 7000019-36.2017.8.22.0022
CLASSE: Cumprimento de sentença
REQUERENTES: LORRUAMA SUELEN VIANNA DE SOUZA FRANCO, AV FLAMBOYANT S/N CENTRO - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, ENRIQUE JOAQUIM THOMAZ, LINHA 24 KM 05 ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, JOSE RIVALDO DOS SANTOS, LINHA 06 KM 30 ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, AUGUSTO FERNANDES DE OLIVEIRA, LINHA 120 KM 02 ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, VAGNER ALVES MODESTO, LINHA 14 KM 02 ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, LAERCIO BUENO DO PRADO, LINHA 14 KM 05 ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, CLAUDINEI DE SOUZA, RUA IPIRANGA S/N CENTRO - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, IRACI ALEXANDRINO PINATTI, AVENIDA TABOCA S/N CENTRO - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, CLAUDECIL MOURA GRANJEIRO, LINHA 108 KM 18 ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, GENIVAL LUIZ DOS SANTOS, RUA JOSE SOARES 465 CIDADE ALTA - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, APARECIDA NONCHARCHI DO PRADO, LINHA 14 KM 05 ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, NADIR VIANA DE SOUZA, AV FLAMBOYANT S/N CENTRO - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, BENEIR MACEDO DA SILVA, LINHA 14 KM 03 ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, CREUZA MELO DE OLIVEIRA, AVENIDA TABOCA S/N CENTRO - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, JOSE FERNANDES ALVES, LINHA 10 KM 05 ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, ZILDA REGINA GOMES LISBOA SILVA, RUA RUI BARBOSA 29 CIDADE ALTA - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, SERMA FERREIRA GUEDES, LINHA 108 KM 15 ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, MARIUZA RIBEIRO BARBOSA JORDAO, LINHA 108 KM 02 ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, FLORIANO MAGESKI DE SOUZA, AVENIDA TABOCA S/N CENTRO - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, ROMILDA DA SILVA PEREIRA, RUA JOSE SOARES S/N CENTRO - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, LUCINEIDE LOPES FARIAS EVANGELISTA, AVENIDA TABOCA S/N CENTRO - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, EZEQUIEL DE ABREU RIBEIRO, AVENIDA TABOCA S/N CENTRO - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA, PEDRO BARBOZA, AVENIDA GABRIEL BARBOZA S/N QUADRA 24 - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: RONAN ALMEIDA DE ARAUJO, OAB nº RO2523, JAIRO REGES DE ALMEIDA, OAB nº RO7882
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137 INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA, OAB nº RO7828, ENERGISA RONDÔNIA
DECISÃO
Vistos.
Compulsando os autos, verifica-se que já houve decisão determinando o cumprimento da obrigação imposta na sentença, consistente em efetuar a ligação e fornecimento do serviço de energia elétrica na residência dos autores conforme decisão de ID: 77345432.
Foi concedida suspensão do feito por 180 (cento oitenta) dias. Decorrido o prazo, os autores comunicaram nos autos que até o momento a requerida não cumpriu com a obrigação.
Diante os fatos, INTIME-SE a parte requerida por meio de seu procurador manifestar acerca das questões indicadas pelos autores na petição retro, no prazo de 10 (dez) dias.
Decorrido o prazo, ciência ao Ministério Público para manifestação.
Após, voltem os autos conclusos para deliberação.

Intime-se.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA / PRECATÓRIA
São Miguel do Guaporé-RO, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Processo: 7003185-08.2019.8.22.0022
Classe: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JURANDYR CAVALCANTE DANTAS NETO, OAB nº SE6101, ENERGISA RONDÔNIA
REQUERIDO: APARECIDO MARQUES GARCIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: RONAN ALMEIDA DE ARAUJO, OAB nº RO2523, MARIA CRISTINA BATISTA CHAVES, OAB nº RO4539, ROSA GRAZIELE OLIVEIRA SOUZA, OAB nº RO11401
DECISÃO
Vistos.
Considerando que a parte requerida concordou com os valores já depositados pela parte autora, nesta data EXPEDI ORDEM JUDICIAL ELETRÔNICA (alvará eletrônico) à Caixa Econômica Federal, em favor da requerida e/ou de seu(s) advogado(s) constituído(s) para levantamento dos valores depositados em juízo.
Conta Judicial: 01510434-9, Agência 4473, Caixa Econômica Federal.
Favorecido do alvará eletrônico: ROSA GRAZIELE OLIVEIRA SOUZA, inscrita no CPF nº 000.725.272-26, Conta Corrente: 24254-3, Agência 2292-6, Banco do Brasil.
Doutro lado, tendo em vista que não houve impugnação quanto ao pedido de cumprimento de sentença id 88661818, deixei reservado do valor da indenização o importe de R$ 4.754,33 para pagamento dos honorários advocatícios em favor da advogado da parte autora.
Dito isto, intime-se o advogado da parte autora para apresentar seus dados bancários para expedição do alvará eletrônico.
Por fim, expeça-se alvará em favor do perito judicial para levantamento dos honorários pericias, cujos valores estão depositados na conta judicial 01513239-3.
Comprovada a transferência, tornem conclusos para sentença de extinção.
São Miguel do Guaporé,16 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

Processo: 7004667-83.2022.8.22.0022
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Valor da causa: R$ 10.626,00, dez mil, seiscentos e vinte e seis reais
REQUERENTE: IVO LEWANDOWSKI, AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1091-C CRISTO REI - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: NEIDE SKALECKI DE JESUS GONCALVES, OAB nº RO283A, DIONEI GERALDO, OAB nº RO10420
REQUERIDO: SUDAMERICA CLUBE DE SERVICOS, RUA INÁCIO LUSTOSA 761 SÃO FRANCISCO - 80510-000 - CURITIBA - PARANÁ
ADVOGADO DO REQUERIDO: ANDRE LUIZ LUNARDON, OAB nº PR23304
DESPACHO
Vistos
Defiro a gratuidade da justiça.
O recurso é adequado e foi interposto dentro do prazo legal (art. 41 e art. 42 da Lei 9.099/95), porquanto tempestivo.
Portanto, presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo o recurso inominado interposto pelo requerido no efeito devolutivo, conforme preconiza o artigo 43 da Lei n. 9.099/95.
A parte recorrida já apresentou as contrarrazões.
Remetam-se os autos à Turma Recursal.
Intimem-se.
São Miguel do Guaporé, 16 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, PROCESSO: 7002541-26.2023.8.22.0022
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: PEDRO GIMENES
ADVOGADO DO AUTOR: GLAUCIA ELAINE FENALI, OAB nº RO5332A
REU: BANCO BRADESCO S.A., AV. CIDADE DE DEUS s/n, NÃO CONSTA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
VALOR ATUALIZADO DO DÉBITO: R$ 12.317,38
DECISÃO
Vistos.
Recebo a inicial. Postergo à analise de eventual pedido de gratuidade da justiça para o caso de interposição de recurso, uma vez que trata-se de demanda interposta no Juizado Especial, a qual prescinde de recolhimento de custas iniciais em primeiro grau de jurisdição.

Trata-se de Ação de Inexistência de Débito c/c Danos Morais c/c Repetição de Indébito com pedido de Tutela de Urgência proposta por PEDRO GIMENES contra BANCO BRADESCO S.A., ambos qualificados na inicial. Alega a requerente que é cliente do banco réu desde que começou a receber o benefício do INSS (aposentadoria), ainda, discorre que faz o uso da conta bancária apenas para receber seu benefício mensal e realizar saque por meio de cartão eletrônico.
Ocorre que o banco réu tem feito a cobrança de diversas tarifas bancárias "Cesta Bradesco Expresso", na qual as tarifas variam a cada mês. Destaca ainda que o benefício recebido pela requerente é sua única fonte de renda, sendo o que mantém suas necessidades básicas, razão pela qual ingressou com a presente ação, tencionado o ressarcimento pelo dano em carácter punitivo pelo dano sofrido.
Cuida-se de ação na qual se formula pedido de tutela de urgência antecipada, para suspensão de descontos realizados na conta corrente da parte autora, referentes à tarifa bancária de cesta de serviços denominada "TARIFA BANCÁRIA CESTA B. EXPRESSO 3 – TARIFA EMISSÃO EXTRATO – BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA – ENCARGOS LIMITE DE CRED – IOF S/ UTILIZAÇÃO LIMITE, SEGURO PRESTAMISTA, PADRONIZADO PRIORITÁRIOS I".
É o relatório. Decido.
Quanto a tutela de urgência, assim preceituam os artigos 300 e 301 do Código de Processo Civil:
Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
Art. 301. A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguração do direito.
Desse modo, para a concessão da liminar é necessária a coexistência dos requisitos legais, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
Sabemos que essas tarifas de cestas de serviços correspondem a pacotes que incluem serviços bancários variados para atender as necessidades de clientes de diferentes perfis.
Na abertura da conta bancária, o consumidor opta por um dos pacotes ou cestas de serviços oferecidos pelas instituições financeiras, que inclui saques, transferências, extratos, cheques e outros, com preço pré-determinado, o que vem a ser economicamente mais vantajosa que o pagamento individual de cada serviço.
Em um exame superficial nos extratos juntados, constata-se que os descontos ocorrem desde o ano de 2019, de modo que não se vislumbra um dos requisitos para a concessão da tutela pretendida, qual seja o perigo de dano.
A questão é que a parte requerente nega a contratação da cesta de serviços, todavia, inexiste nos autos informações de que buscou a instituição financeira a fim de resolver administrativamente a questão.
É legítima a pretensão de não permanecer obrigado por um pacote bancário do qual não tem mais interesse, ainda mais quando em discussão a existência ou não de sua contratação, entretanto, em sede de cognição sumária, não cabe determinar (inaudita autera pars) os descontos, sobremaneira porque são realizados a mais de 4 anos e somente agora pleiteia-se cancelamento.
Diante disso, impõe-se, neste momento, presumir legais os descontos efetuados pela entidade, visto que não há elementos que evidenciem a existência de conduta maliciosa por parte da requerida a justificar a pretensa suspensão dos descontos até aqui ocorridos.
Outrossim, deferir a antecipação da tutela nos moldes em que pleiteada, sem o contraditório, seria antecipar o próprio mérito do pedido, o que contraria a previsão legal.
Logo, no caso em tela, não há possibilidade jurídica para a concessão da antecipação pretendida, razão pela qual, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela nos termos do art. 300 do CPC.
No mais, Tendo em vista estar claro a relação de consumo entre as partes, defiro a inversão do ônus da prova, de acordo com o art. 6º, inciso VIII, da lei 8.078/1990.
Quanto à designação de audiência de conciliação, deixo de designar no presente momento, pois recentemente, diversas demandas da mesma natureza, inclusive tendo como o requerido, não tiveram conciliação entre as partes, o que denota a ausência de interesse de autocomposição entre as partes.
Deste modo, por celeridade e economicidade, deixo de marcar audiência de conciliação, ficando consignado que não impede a realização futura, caso haja interesse das partes.
Cite-se a parte ré, para que no prazo de 15 dias, possa contestar o feito, sob pena de revelia.
Com a apresentação de contestação, vistas a Autora pelo mesmo prazo, para apresentar réplica.
Após, tornem os autos conclusos para sentença.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE CARTA/OFÍCIO/MANDADO.
São Miguel do Guaporé- RO, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Processo n.: 7002414-88.2023.8.22.0022
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Compra e Venda
Valor da causa: R$ 1.007,46 (mil, sete reais e quarenta e seis centavos)
Parte autora: SIMONE SCHADE DE OLIVEIRA, LINHA 41 KM 01 ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ELIS KARINE BOROVIEC FERREIRA, OAB nº RO8866, RUA DOM BOSCO 2230 CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, AMARILDO GOMES FERREIRA, OAB nº RO4204A
Parte requerida: INLARON INDUSTRIAS DE LATICINIOS DE RONDONIA LTDA, BR 429 GLEBA 01 LOTE 21 Lote 21 ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA

REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Ante a petição inicial, de acordo com a Lei dos Juizados Especiais, a designação de audiência conciliatória é medida que se impõe.
Assim, determino a CPE para designar audiência de conciliação, certificando no sistema, bem como, intimando as partes sobre a data. A solenidade será realizada de forma Virtual.
Após, cite-se e Intime-se a parte requerida, por meio de Mandado Judicial, NO ENDEREÇO DA FILIAL DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, advertindo-a da disposição inserta no art. 20 da Lei nº 9.099/95, para que compareça à audiência de conciliação designada.
Agende-se a audiência de conciliação no sistema PJE.
Ainda, conste no expediente que a realização de um acordo pode ser a melhor maneira de pôr fim a um conflito.
Advirta-se à parte requerida de que, caso não seja composta a transação em audiência, o prazo para contestar contar-se-á da data da audiência de conciliação.
Intime-se a parte autora, por meio de contato telefônico ou mandado judicial, havendo patrono, será intimada por seu advogado, advertindo-a dos termos do art. 51, I da Lei dos Juizados Especiais e do disposto no Enunciado nº 28 e 126 do Fonaje, bem como, a comparecer à audiência munida do título de crédito original guerreado nos autos .
Fica ciente a parte de que a audiência poderá ser realizada de forma não presencial por meio do emprego de recursos tecnológicos disponíveis, com transmissão de som e imagem em tempo real (WhatsApp, Google Meet, Hangouts, etc).
Sendo assim, devem as partes informarem caso não possuam recursos técnicos para realização do ato, tais como celular com câmeras, internet, etc. Em se tratando de citação por meio de Mandado Judicial, desde já determino que o (a) Oficial (a) de Justiça certifique a possibilidade/impossibilidade técnica da parte requerida, certificando.
Saliente-se as partes que, caso não informe a impossibilidade/possibilidade da audiência por videoconferência, o silêncio será entendido como desinteresse de participar do ato, ao passo que o processo seguirá de acordo com o procedimento da Lei 9099/95.
Serve a presente de Mandado de Citação/Intimação.
Cumpra-se.
São Miguel do Guaporé/RO, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000
Processo n°: 7003121-90.2022.8.22.0022
AUTOR: BELMIRIA BORCHARTT DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: ROBSON MARINHO DE CASTRO - RO8740
REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
São Miguel do Guaporé, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: (69) 3642-2660
e-mail: cpe1civsmg@tjro.jus.br
Processo : 7000254-61.2021.8.22.0022
Classe : CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado do(a) REQUERENTE: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - RO7828
REQUERENTE: INACIO GOMES NETO
Advogados do(a) REQUERENTE: LETICIA VITORIA DOS ANJOS - RO9330, MARCOS UILLIAN GOMES RIBEIRO - RO0008551A
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 15 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS São Miguel do Guaporé - Vara Única Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000,(69) 36422660
Processo nº 7002621-87.2023.8.22.0022 AUTOR: EDNA MARIA BERNARDO Advogado do(a) AUTOR: GLAUCIA ELAINE FENALI - RO0005332A
REU: BANCO BMG S.A. INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUDIÊNCIA PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017 Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, ficam as partes intimadas, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), acerca da AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências da CEJUSC, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: (JEC) Juizado Especial Cível-Conciliação -Sala 01 Data: 28/08/2023 Hora: 08:00 Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO: 1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência. ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG);
São Miguel do Guaporé, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: (69) 3642-2660
e-mail: cpe1civsmg@tjro.jus.br
Processo : 7002767-65.2022.8.22.0022
Classe : MONITÓRIA (40)
AUTOR: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
Advogados do(a) AUTOR: EDER TIMOTIO PEREIRA BASTOS - RO2930, NOEL NUNES DE ANDRADE - RO1586
REU: CLEZIO LIMA SOARES
INTIMAÇÃO AUTOR - DOCUMENTOS JUNTADOS Fica a parte AUTORA intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar manifestação acerca dos documentos juntados.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000
Processo n°: 7002741-77.2016.8.22.0022

REQUERENTE: TOZZO COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - EPP
Advogados do(a) REQUERENTE: ANDRE BONIFACIO RAGNINI - RO1119, GISELE BATISTA COSTA - RO12746, MILTON RICARDO FERRETTO - RO571-A
REQUERIDO: ZILOMAR JACO MISSIO
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, endereço completo da parte Requerida, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.
São Miguel do Guaporé, 17 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: (69) 3642-2660
e-mail: cpe1civsmg@tjro.jus.br
Processo : 7002081-39.2023.8.22.0022
Classe : TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)
REQUERENTE: JOSE CARLOS DA SILVA
Advogado do(a) REQUERENTE: MARLI QUARTEZANI SALVADOR - RO5821
REQUERIDO: BANCO XP S.A e outros (3)
Advogados do(a) REQUERIDO: CATARINA OLIVEIRA DE ARAUJO COSTA - RJ109085, LUIZ HENRIQUE OLIVEIRA DO AMARAL - RJ52759, MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA - RJ110501
Advogado do(a) REQUERIDO: NOEL NUNES DE ANDRADE - RO1586
INTIMAÇÃO AUTOR - AR NEGATIVO Fica a parte AUTORA intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca do AR negativo. Para a repetição da diligência (remessa de AR), o requerente/exequente deve apresentar o comprovante de pagamento da taxa, código 1008.1, para cada carta-AR, em relação a cada executado/requerido, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de não realização do ato.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: (69) 3642-2660
e-mail: cpe1civsmg@tjro.jus.br
Processo : 7001098-45.2020.8.22.0022
Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)
EXEQUENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda
Advogados do(a) EXEQUENTE: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS - SP156187, PEDRO ROBERTO ROMAO - SP209551, ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - RO8599
EXECUTADO: ALTAMIR GOMES DE ANICESIO
INTIMAÇÃO AUTOR - PROMOVER ANDAMENTO
Fica a parte AUTORA intimada a promover o regular andamento/se manifestar no feito no prazo de 05 dias, sob pena de extinção/ suspensão e arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000
Processo nº : 7001090-34.2021.8.22.0022
Requerente: FRANCISCA PROCOPIO FREIRE
Advogado do(a) AUTOR: JOAO FRANCISCO MATARA JUNIOR - RO6226-A
Requerido(a): BANCO BMG S.A.
Advogado do(a) REU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE23255
Intimação À PARTE REQUERENTE/REQUERIDA
Finalidade: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar manifestação acerca dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos.
São Miguel do Guaporé, 17 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de São Miguel do Guaporé - Vara Única
Endereço: Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000
==========
Processo nº: 7001450-95.2023.8.22.0022 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (14695)
REQUERENTE: MARCIA APARECIDA BARBOSA
Advogados do(a) REQUERENTE: AMARILDO GOMES FERREIRA - RO4204, ELIS KARINE BOROVIEC FERREIRA - RO8866
REQUERIDO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO GUAPORE/RO

ATO ORDINATÓRIO
(INTIMAÇÃO)
Promovo a intimação da parte autora para, em 5 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.
São Miguel do Guaporé/RO, 14 de julho de 2023.
FRANKLLYN SOUSA DE MELLO
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000
Processo nº 7002460-77.2023.8.22.0022
EXEQUENTE: M G DO PRADO & CIA LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: ERNANDES DE OLIVEIRA ROCHA - RO10201
EXECUTADO: CLAUDECIR GOMES DE SOUZA
Intimação DA PARTE - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte intimada, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecer à AUDIÊNCIA POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências da CEJUSC, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: (JEC) Juizado Especial Cível-Conciliação -Sala 01 Data: 22/08/2023 Hora: 09:00
Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO: 1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência. ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG);
São Miguel do Guaporé, 14 de julho de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de São Miguel do Guaporé - Vara Única
Endereço: Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000
==========
Processo nº: 7001173-16.2022.8.22.0022 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: RONALDO DA MOTA VAZ
Advogado do(a) EXEQUENTE: GERALDO DA MOTA VAZ JUNIOR - RO9824
EXECUTADO: ESTADO DE RONDÔNIA
ATO ORDINATÓRIO
(INTIMAÇÃO)
Promovo a intimação da parte autora para, em 5 (cinco) dias, informar se houve ou não o pagamento da RPV expedida no feito.
São Miguel do Guaporé/RO, 14 de julho de 2023.
FRANKLLYN SOUSA DE MELLO
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de São Miguel do Guaporé - Vara Única
Endereço: Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000
==========
Processo nº: 7002485-95.2020.8.22.0022 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (14695)
REQUERENTE: LINDAURA BARBOZA DO NASCIMENTO
Advogado do(a) REQUERENTE: LIGIA VERONICA MARMITT - RO4195-A
REQUERIDO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO GUAPORE/RO
Advogado do(a) REQUERIDO: ROZANE INEZ VICENSI - RO0003865A
ATO ORDINATÓRIO
(INTIMAÇÃO)
Promovo a intimação da parte autora para, em 5 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.
São Miguel do Guaporé/RO, 14 de julho de 2023.
FRANKLLYN SOUSA DE MELLO
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000
Processo nº 7002462-47.2023.8.22.0022
EXEQUENTE: M G DO PRADO & CIA LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: ERNANDES DE OLIVEIRA ROCHA - RO10201
EXECUTADO: THAYS NAYANE FELISBINO DE ARAUJO
Intimação DA PARTE - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte intimada, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecer à AUDIÊNCIA POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências da CEJUSC, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: (JEC) Juizado Especial Cível-Conciliação -Sala 01 Data: 22/08/2023 Hora: 09:30
Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO: 1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www. acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência. ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos

de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG);
São Miguel do Guaporé, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000
Processo nº 7002463-32.2023.8.22.0022
EXEQUENTE: M G DO PRADO & CIA LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: ERNANDES DE OLIVEIRA ROCHA - RO10201
EXECUTADO: VANDERLEI RODRIGUES PRADO
Intimação DA PARTE - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte intimada, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecer à AUDIÊNCIA POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências da CEJUSC, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: (JEC) Juizado Especial Cível-Conciliação - Sala 02 Data: 28/08/2023 Hora: 10:00
Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO: 1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência. ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo,

que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG);
São Miguel do Guaporé, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000
Processo nº 7002461-62.2023.8.22.0022
EXEQUENTE: M G DO PRADO & CIA LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: ERNANDES DE OLIVEIRA ROCHA - RO10201
EXECUTADO: THATIANE DOS SANTOS BARROS
Intimação DA PARTE - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte intimada, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecer à AUDIÊNCIA POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências da CEJUSC, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: (JEC) Juizado Especial Cível-Conciliação - Sala 02 Data: 28/08/2023 Hora: 09:30
Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO: 1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência. ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9° X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG);

11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG);
São Miguel do Guaporé, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000
Processo n°: 7001398-36.2022.8.22.0022
EXEQUENTE: PAIVA & SANTOS LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: EVILYN EMAELI ZANGRANDI SILVA - RO9248
EXECUTADO: JOSE CARLOS BARBOSA
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, importando a inércia em arquivamento do feito pela satisfação da obrigação.
São Miguel do Guaporé, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7002332-91.2022.8.22.0022
Classe: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: VALTER BRAUN, CPF nº 82673403272
ADVOGADO DO REQUERENTE: GLAUCIA ELAINE FENALI, OAB nº RO5332A
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: LARISSA SENTO SE ROSSI, OAB nº BA16330, BRADESCO
DESPACHO
Vistos.
Intime-se a parte executada para cumprir a obrigação de fazer, no prazo de 15 dias.
Após, intime-se a parte exequente para se manifestar quanto ao depósito realizado nos autos.
Cumpra-se.
São Miguel do Guaporé-RO, 16/07/2023.
Eliezer Nunes Barros
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Processo: 7001131-30.2023.8.22.0022
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Indenização por Dano Material, Defeito, nulidade ou anulação, Análise de Crédito
AUTOR: ANA MARIA DANIEL
ADVOGADO DO AUTOR: ROBSON MARINHO DE CASTRO, OAB nº RO8740
REU: BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS DO REU: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES, OAB nº RN5553, PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
SENTENÇA
Vistos.
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.
A parte autora ajuizou ação declaratória de nulidade de contrato de crédito consignado c/c restituição de valores em dobro e indenização por dano moral com pedido de tutela de urgência antecipada.
Inicialmente, afasto a impugnação à gratuidade, uma vez que o feito tramita no Juizado Especial, sendo isento de custas neste grau de jurisdição.

A requerida também aduz em preliminar a ilegitimidade de parte, pois o contrato discutido teve sua origem em instituição bancária diversa, todavia, tal alegação não prospera, uma vez que com a portabilidade o banco requerido sub-rogou-se nas obrigações da instituição originária.
Alega a requerida haver necessidade de comparecimento pessoal da parte autora para esclarecimento dos fatos quanto a contratação.
Todavia, a arguição deve ser rejeitada, pois, tratando-se de demanda em que se discute a contratação de negócio jurídico precipuamente formal, a comprovação dos fatos e do direito ocorre sobretudo por meio de documentos, de forma que o depoimento pessoal da parte autora, no presente caso, não contribuiria para a resolução da demanda.
Assim, ultrapassada as questões preliminares, passo à análise do mérito.
O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, não havendo a necessidade de produção de outras provas além daquelas já existentes nos autos.
Longe de configurar qualquer cerceamento de defesa ou de ação, o julgamento antecipado da lide revela o cumprimento do mandamento constitucional insculpido no art. 5º, inciso LXXVIII, que garante a todos a razoável duração do processo.
Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito cumulada com repetição de indébito e reparação de danos morais, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela.
No mérito propriamente dito, entende-se que a pretensão do autor é improcedente.
Isso porque, a instituição financeira juntou o contrato ao ID 91029382 e ID 91029378, comprovando a existência da contratação do serviço “empréstimo consignado” , por meio de portabilidade oriunda do Banco Itaú.
Por outro lado, a parte autora, intimada para impugnar, quedou-se inerte e não questionou os documentos juntados pela parte requerida na contestação.
Desta feita, comprovado o fato de que a autora solicitou o serviço, não resta alternativa senão reconhecer a improcedência do pedido inicial em decorrência da não comprovação das alegações contidas na exordial.
Assim, resta afastado o pedido de dano moral e de repetição do indébito dos valores descontados.
Devidamente comprovado, pelos motivos acima expostos, que a parte autora não assiste razão em suas alegações, revoga-se a tutela provisória de urgência anteriormente concedida e determina-se a improcedência da ação.
DISPOSITIVO
Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado na inicial. REVOGO A TUTELA ANTERIORMENTE DEFERIDA e, EXTINGO o feito com resolução de mérito, o que faço com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Indefiro eventual requerimento de publicação em nome de determinado advogado pois as intimações devem ser realizadas na pessoa do causídico que, a teor do disposto nos arts. 2º e 5º da Lei 11.419/2006, tem a atribuição de efetuar o próprio cadastro junto ao PJE.
Sem custas nesta instância, conforme disposto no art. 55 da Lei 9.099/95.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Oportunamente arquivem-se os autos digitais.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO.
SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, domingo, 16 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, , fone: (69) 3309-8171.
AUTOS: 7002169-14.2022.8.22.0022
CLASSE: Cumprimento de sentença
REQUERENTE: PEDRO AZARIAS ALVES, LINHA 18, LOTE 60, KM 02 S/N ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JEFFERSON WILLIAN DALLA COSTA, OAB nº RO6074, JOAQUIM JOSE DA SILVA FILHO, OAB nº SP139081
REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REQUERIDO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA - PF/RO
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de ação previdenciária proposta por PEDRO AZARIAS ALVES em face do INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, ambas partes já qualificadas e regularmente representadas nos autos.
A parte autora comunicou nos autos o levantamento do alvará e requereu a extinção e arquivamento do feito (ID: 92645533).
Diante da satisfação da obrigação, dou por cumprida a obrigação e consequentemente, JULGO EXTINTO o feito com fulcro no art. 924, II do Código de Processo Civil.
Oportunamente, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO / OFÍCIO / CARTA / PRECATÓRIA
São Miguel do Guaporé-RO, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Processo n.: 7002281-46.2023.8.22.0022
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Indenização por Dano Material

Valor da causa: R$ 51.352,90 (cinquenta e um mil, trezentos e cinquenta e dois reais e noventa centavos)
Parte autora: SERGIO RIFICKI, LINHA 82, KM 01 lado norte ZONA RURAL - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: CAMILA GHELLER, OAB nº RO7738
Parte requerida: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK 580 CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA
DESPACHO
Vistos.
Trata-se de ação proposta por SERGIO RIFICKI, em face de ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, pretendendo a condenação da requerida em danos materiais.
Considerando que a requerida possui a política de não fazer qualquer espécie de acordo, em se tratando de ações desta natureza, tornando assim, os atos processuais dispendiosos e desnecessários, bem como, se constata que a não realização de audiência de conciliação não trará qualquer prejuízo às partes, tampouco, violará direito à ampla defesa ou contraditório, posto que para esse resguardo o Juízo fixará prazo para a parte requerida apresentar defesa.
Assim, CITE-SE a requerida por meio do sistema PJe, para contestar a presente ação, no prazo de quinze dias. Ficando advertida de que, o prazo para contestar contar-se-á da data da intimação, conforme Enunciado 13 do Fonaje.
Aplica-se ao caso o Código de Defesa do Consumidor, tendo em vista a existência de relação de consumo entre as partes, considerando ainda os fatos ocorridos e a vulnerabilidade técnica, econômica e jurídica da parte autora perante a parte requerida, decreto a inversão do ônus da prova.
Consigne-se ainda que a parte requerida deverá apresentar a documentação que disponha para esclarecimento da causa.
A citação não conterá a petição inicial e demais documentos, pois a parte requerida poderá ter acesso ao inteiro teor dos documentos juntamente com a inicial por meio do sítio eletrônico do PJE, qual seja: http://pje.tjro.jus.br, informando o referido número dos autos supra, nos termos do art. 6º da Lei n. 11.419 de 19 de dezembro de 2006, cumprindo ao que dispõe por conseguinte a Resolução de nº 185 de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça (Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe), em seu art. 20. Trata-se de seguimento aos intuitos de racionalizar os recursos orçamentários e adoção a instrumentos tecnológicos aptos a permitir a adequação do PODER JUDICIÁRIO aos princípios da proteção ambiental, substituindo os autos em meio físico pelo meio eletrônico, como mecanismo de celeridade e qualidade na prestação jurisdicional.
Após, intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 15 dias.
Cumpra-se.
São Miguel do Guaporé, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Processo n.: 7002374-09.2023.8.22.0022
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Análise de Crédito
Valor da causa: R$ 8.584,72 (oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e setenta e dois centavos)
Parte autora: VALDECIR SANTANA, LINHA 94, KM 04, LADO NORTE S/N ZONA RURAL - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FABIO DE PAULA NUNES DA SILVA, OAB nº RO8713
Parte requerida: ABAMSP - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE AUXILIO MUTUO AO SERVIDOR PUBLICO, EDIFÍCIO CARTACHO 530, RUA DOS CAETÉS 530 CENTRO - 30120-908 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Ante a petição inicial, de acordo com a Lei dos Juizados Especiais, a designação de audiência conciliatória é medida que se impõe.
Assim, determino a CPE para designar audiência de conciliação, certificando no sistema, bem como, intimando as partes sobre a data. A solenidade será realizada de forma Virtual.
Após, cite-se e Intime-se a parte requerida, por meio de Carta AR, advertindo-a da disposição inserta no art. 20 da Lei nº 9.099/95, para que compareça à audiência de conciliação designada.
Agende-se a audiência de conciliação no sistema PJE.
Ainda, conste no expediente que a realização de um acordo pode ser a melhor maneira de pôr fim a um conflito.
Advirta-se à parte requerida de que, caso não seja composta a transação em audiência, o prazo para contestar contar-se-á da data da audiência de conciliação.
Intime-se a parte autora, por meio de contato telefônico ou mandado judicial, havendo patrono, será intimada por seu advogado, advertindo-a dos termos do art. 51, I da Lei dos Juizados Especiais e do disposto no Enunciado nº 28.
Fica ciente a parte de que a audiência poderá ser realizada de forma não presencial por meio do emprego de recursos tecnológicos disponíveis, com transmissão de som e imagem em tempo real (WhatsApp, Google Meet, Hangouts, etc).
Sendo assim, devem as partes informarem caso não possuam recursos técnicos para realização do ato, tais como celular com câmeras, internet, etc. Em se tratando de citação por meio de Mandado Judicial, desde já determino que o (a) Oficial (a) de Justiça certifique a possibilidade/impossibilidade técnica da parte requerida, certificando.
Saliente-se as partes que, caso não informe a impossibilidade/possibilidade da audiência por videoconferência, o silêncio será entendido como desinteresse de participar do ato, ao passo que o processo seguirá de acordo com o procedimento da Lei 9099/95.
Cumpra-se.
Serve a presente de Mandado de Citação/Intimação.
São Miguel do Guaporé/RO, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Processo n.: 7002448-63.2023.8.22.0022
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Direito de Imagem, Obrigação de Fazer / Não Fazer
Valor da causa: R$ 10.848,21 (dez mil, oitocentos e quarenta e oito reais e vinte e um centavos)
Parte autora: JOSE CABRAL DE SOUZA, LINHA 202, GLEBA 28, LOTE 21, KM 32 S/N, SÍTIO ZONA RURAL - 76923-000 - VALE DO PARAÍSO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: RAJIV MORENO GONCALVES DIAS, OAB nº RO6993, RUA JOÃO PAULO I 0856 LIERDADE - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA, INDHIANNA MORENA ESTHER GONCALVES DIAS, OAB nº RO6530A, RUA CAFÉ FILHO 136-A, ESCRITÓRIO UNIÃO - 76920-000 - OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA, MAURA ESTER FONSECA DIAS, OAB nº RO9674
Parte requerida: INLARON INDUSTRIAS DE LATICINIOS DE RONDONIA LTDA, ZONA RURAL LOTE 218, INDUSTRIA BR 429 GLEBA 01 LOTE 218 - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Ante a petição inicial, de acordo com a Lei dos Juizados Especiais, a designação de audiência conciliatória é medida que se impõe.
Assim, determino a CPE para designar audiência de conciliação, certificando no sistema, bem como, intimando as partes sobre a data. A solenidade será realizada de forma Virtual.
Após, cite-se e Intime-se a parte requerida, por meio de Mandado Judicial, NO ENDEREÇO DA FILIAL DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, advertindo-a da disposição inserta no art. 20 da Lei nº 9.099/95, para que compareça à audiência de conciliação designada.
Agende-se a audiência de conciliação no sistema PJE.
Ainda, conste no expediente que a realização de um acordo pode ser a melhor maneira de pôr fim a um conflito.
Advirta-se à parte requerida de que, caso não seja composta a transação em audiência, o prazo para contestar contar-se-á da data da audiência de conciliação.
Intime-se a parte autora, por meio de contato telefônico ou mandado judicial, havendo patrono, será intimada por seu advogado, advertindo-a dos termos do art. 51, I da Lei dos Juizados Especiais e do disposto no Enunciado nº 28 e 126 do Fonaje, bem como, a comparecer à audiência munida do título de crédito original guerreado nos autos .
Fica ciente a parte de que a audiência poderá ser realizada de forma não presencial por meio do emprego de recursos tecnológicos disponíveis, com transmissão de som e imagem em tempo real (WhatsApp, Google Meet, Hangouts, etc).
Sendo assim, devem as partes informarem caso não possuam recursos técnicos para realização do ato, tais como celular com câmeras, internet, etc. Em se tratando de citação por meio de Mandado Judicial, desde já determino que o (a) Oficial (a) de Justiça certifique a possibilidade/impossibilidade técnica da parte requerida, certificando.
Saliente-se as partes que, caso não informe a impossibilidade/possibilidade da audiência por videoconferência, o silêncio será entendido como desinteresse de participar do ato, ao passo que o processo seguirá de acordo com o procedimento da Lei 9099/95.
Serve a presente de Mandado de Citação/Intimação.
Cumpra-se.
São Miguel do Guaporé/RO, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, 7001938-89.2019.8.22.0022
EXEQUENTE: ALINE EUFRAZIO LOUBAKA, CPF nº 00971265275, LH 78, KM 01, SUL ZONA RURAL - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por EXEQUENTE: ALINE EUFRAZIO LOUBAKA em face de INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, ambos qualificados nos autos.
É dos autos que o débito já fora pago.
A parte exequente já se manifestou pela satisfação da obrigação.
É o necessário relatório. DECIDO.
Diante do cumprimento da obrigação, com fulcro no art. 924, II, do CPC, declaro extinta a execução.
P.R. Após, arquive-se, independente de trânsito em julgado e intimação das partes.
São Miguel do Guaporé, 16 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, 7000568-70.2022.8.22.0022

EXEQUENTE: RONISON GUSTAVO GUEDES AMARAL, CPF nº 00602654262, LINHA 74 KM 16, LADO SUL ZONA RURAL - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO EXEQUENTE: DIONEI GERALDO, OAB nº RO10420, NEIDE SKALECKI DE JESUS GONCALVES, OAB nº RO283A
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por EXEQUENTE: RONISON GUSTAVO GUEDES AMARAL em face de INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, ambos qualificados nos autos.
É dos autos que o débito já fora pago.
A parte exequente já se manifestou pela satisfação da obrigação.
É o necessário relatório. DECIDO.
Diante do cumprimento da obrigação, com fulcro no art. 924, II, do CPC, declaro extinta a execução.
P.R. Após, arquive-se, independente de trânsito em julgado e intimação das partes.
São Miguel do Guaporé, 16 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, 7000327-62.2023.8.22.0022
Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
REQUERENTES: WAVELLY MATHEUS CAMARGO, RUA DOM BOSCO 0, 2° CASA DEPOIS DA IGREJINHA NOVO ORIENTE - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, AV SÃO PAULO 1126 BAIRRO CRISTO REI - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
REQUERIDOS: MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DO GUAPORE, AVENIDA SÃO PAULO 1.490 CRISTO REI - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, Estado de Rondônia, AVENIDA DOS IMIGRANTES - DE 31 3503, - DE 3129 A 3587 - LADO ÍMPAR COSTA E SILVA - 76803-611 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Sentença Vistos, etc.
Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95 c/c art. 27 da Lei 12.153/2009.
Considerando a satisfação da obrigação, JULGO EXTINTO por sentença o feito, nos termos do art. 924, inciso II, do Novo Código de Processo Civil.
Não havendo interesse recursal, nas modalidades necessidade e utilidade, certifique-se de imediato o trânsito em julgado desta.
Providencie-se o necessário e arquive-se.
São Miguel do Guaporé- , domingo, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, PROCESSO: 7002042-42.2023.8.22.0022
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: ADELIA CALENTE TASSINARI
ADVOGADO DO AUTOR: FABIO DE PAULA NUNES DA SILVA, OAB nº RO8713
REU: BANCO BMG S.A., - 76801-000 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
VALOR ATUALIZADO DO DÉBITO: R$ 23.279,34
DECISÃO
Recebo a inicial.
Postergo a analise do pedido da gratuidade da justiça em caso de eventual interposição de recurso, uma vez que trata-se de demanda interposta no Juizado Especial, a qual prescinde de recolhimento de custas iniciais.
Trata-se de ação consumerista ajuizada em face de BANCO BMG S.A. onde alega a parte autora possuir contrato de empréstimo consignado com o REU: BANCO BMG S.A., ocorre que ao analisar seu benefício percebeu que havia inúmeros descontos, decorrentes de um contrato de cartão de crédito com reserva de margem consignável, realizados pelo réu que, indevidamente e sem autorização, utilizou sua margem consignável para cartão de crédito e passou a realizar descontos em seu benefício previdenciário, os quais significam a retirada de valores em um cartão de crédito, conduta que afigura-se ilegítima.
O pedido de tutela provisória de urgência (antecipada), em juízo de probabilidade sumário, o magistrado deve constatar provada a probabilidade do direito do autor, o risco de dano, e a reversibilidade do provimento, nos termos do artigo 300 caput e §3º do CPC. Muito embora o autor alegue jamais ter solicitado tal serviço, pelo que se extrai dos autos, trata-se de cartão de crédito com reserva de margem consignável (RMC), de modo que o fumus boni iuris dependeria de prova do desconhecimento da parte autora acerca do tipo de negócio que celebrou com o banco requerido, bem como de que a única quantia recebida seja oriunda de transferência bancária via TED e não de saques realizados durante a vigência do contrato.
Portanto, pelos documentos juntados aos autos não se pode concluir, ao menos em juízo perfunctório, pela nulidade do negócio jurídico celebrado e, por conseguinte, que os descontos são indevidos. Por outro lado, a matéria não é novidade neste Juízo e em diversas vezes constatou-se que o banco réu realiza contratos dessa natureza (RMC), enquanto os consumidores acreditam trata-se de simples empréstimo consignado.

Desse modo, indefiro, o pedido de tutela de urgência.
Assim, não há como, sem o contraditório, aferir a probabilidade do direito discutido, requisito estabelecido pelo art. 300 do CPC. E mais, o atendimento do pedido formulado autorizaria o comprometimento do benefício previdenciário com outro encargo financeiro, constituindo risco inverso à parte ré quanto ao uso da margem de consignação prevista em lei, destinada, atualmente, a garantia do contrato vigente.
No mais, Tendo em vista estar claro a relação de consumo entre as partes, defiro a inversão do ônus da prova, de acordo com o art. 6º, inciso VIII, da lei 8.078/1990.
Quanto à designação de audiência de conciliação, deixo de designar no presente momento, pois recentemente, diversas demandas da mesma natureza, inclusive tendo como o requerido, não tiveram conciliação entre as partes, o que denota a ausência de interesse de autocomposição entre as partes.
Deste modo, por celeridade e economicidade, deixo de marcar audiência de conciliação, ficando consignado que não impede a realização futura, caso haja interesse das partes.
Cite-se a parte ré, para que no prazo de 15 dias, possa contestar o feito, sob pena de revelia.
Com a apresentação de contestação, vistas a Autora pelo mesmo prazo, para apresentar réplica.
Após, tornem os autos conclusos para sentença.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE CARTA/OFÍCIO/MANDADO.
São Miguel do Guaporé- RO, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, PROCESSO: 7002635-71.2023.8.22.0022
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
REQUERENTE: JOSUE BOECHAT POUBET
ADVOGADOS DO REQUERENTE: NEIDE SKALECKI DE JESUS GONCALVES, OAB nº RO283A, DIONEI GERALDO, OAB nº RO10420
REQUERIDOS: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DE ALAGOAS, CNPJ nº 04302189000128, MENINO MARCELO 99 CIDADE UNIVERSITÁRIA - 57083-410 - MACEIÓ - ALAGOAS, DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO, - 76993-000 - COLORADO DO OESTE - RONDÔNIA
VALOR ATUALIZADO DO DÉBITO: R$ 10.293,47
DECISÃO
Vistos.
A parte requerente JOSUE BOECHAT POUBET, pleiteia ação anulatória de infração de trânsito c/c reparação de danos materiais e morais, com pedido de tutela antecipada em face de DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DE ALAGOAS, DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO, pretendendo a condenação do requerido a cancelamento de auto de infração.
Requer tutela de urgência no sentido de anulação do auto referenciado.
É a síntese.
DECIDO.
A Lei 12.153/2009 prevê em seu art. 3º a possibilidade de concessão de providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.
Logo, a possibilidade de antecipação de tutela contra o poder público é indiscutível.
No entanto, observo ainda que alegue a parte autora a verossimilhança de seu direito e urgência do pedido, nos termos do art. 300 do CPC, é necessário a comprovação do direito alegado.
No caso dos autos, o autor não trouxe aos autos provas convincentes para determinação da anulação do auto de infração neste momento processual, pois, para tal procedimento é necessário mais provas.
Deste modo, entendendo que o feito necessita de maiores provas para levar ao convencimento deste juízo, seja em cognição sumária ou exauriente, INDEFIRO a concessão de tutela de urgência requerida na petição inicial.
Excetuando-se à regra processual, no presente caso não será designada audiência de conciliação, tendo em vista que recente entendimento firmado no Encontro Estadual dos Juizados Especiais de Rondônia, estabeleceu a desnecessidade de audiência, quando se verificar, pela natureza da matéria, não haver qualquer prejuízo. Confira:
Prescindem da sessão de conciliação, que alude o art. 16 da lei 9.099/95, as ações de massa propostas perante o Juizado Especial Cível, sempre que a matéria nelas versada for essencialmente de direito e a composição entre as partes já se tenha revelado inócua em casos idênticos.
Tal enunciado está em perfeita harmonia com os princípios norteadores da Lei n° 9.099/95, quais seja, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 2º), que também se aplicam ao Juizado Especial da Fazenda Pública por força do art. 27 da Lei 12.153/2009.
Deste modo, considerando o caso dos autos, se constata que a não realização de audiência de conciliação não trará qualquer prejuízo às partes, tampouco, violará direito à ampla defesa ou contraditório, posto que para esse resguardo o Juízo fixará prazo para a parte requerida apresentar defesa.
Ressalto que, caso as partes tenham interesse na realização da audiência de conciliação, basta requerer nos autos sua designação.
Portanto, cite-se o requerido para apresentar resposta, no prazo de quinze dias, advertindo-o que não haverá prazo diferenciado para a pratica de qualquer ato, nos termos do art. 7º da Lei 12.153/2009..
Consigne-se ainda que a parte requerida deverá apresentar a documentação que disponha para esclarecimento da causa.
Vindo a contestação, intime-se à parte autora para se manifestar, no prazo de 15 dias.
Após, volvam-me conclusos.
Serve a presente de Mandado Intimação/Citação e Carta Precatória.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
São Miguel do Guaporé- RO, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000
Processo n°: 7003004-02.2022.8.22.0022
AUTOR: MARIA ABADIA DE SA CEZAR
Advogado do(a) AUTOR: MARCOS UILLIAN GOMES RIBEIRO - RO0008551A
REU: BANCO BRADESCO S.A.
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias, conforme despacho ID 91615775.
São Miguel do Guaporé, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000
Processo n°: 7003479-55.2022.8.22.0022
REQUERENTE: JONAS BISS
Advogado do(a) REQUERENTE: FABIO DE PAULA NUNES DA SILVA - RO8713
REQUERIDO: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE (VIA DJE)
FINALIDADE: Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, a informar se a obrigação se encontra satisfeita, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de presumir quitado o débito e arquivamento do feito.
São Miguel do Guaporé, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000
Processo nº : 7004305-81.2022.8.22.0022
Requerente: AMANDA ANTUNES DE PAULA
Advogados do(a) AUTOR: ADRIANO FONSECA QUEIROZ - RO0004039A, CAMILA FONSECA QUEIROZ - RO6415
Requerido(a): SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA
Advogado do(a) REQUERIDO: MARCIO RAFAEL GAZZINEO - CE23495
Intimação À PARTE RECORRIDA
FINALIDADE: Por determinação do juízo, fica Vossa Senhoria intimada para, no prazo legal, apresentar as Contrarrazões Recursais.
São Miguel do Guaporé, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé,
Processo n.: 7004451-25.2022.8.22.0022
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Rural (Art. 48/51)
AUTOR: FLORISVALDO SOARES DE OLIVEIRA
ADVOGADOS DO AUTOR: HEDYCASSIO CASSIANO, OAB nº RO9540, ANA PAULA BRITO DE ALMEIDA, OAB nº RO9539
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO DO REU: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
Sentença
Vistos.
I – RELATÓRIO
FLORISVALDO SOARES DE OLIVEIRA, já qualificado nos autos, ajuizou a presente ação em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, postulando a concessão de aposentadoria por idade na qualidade de trabalhador rural.
Para tanto afirma que desde tenra idade desempenha atividade na lavoura e que já possui mais de 60 (sessenta) anos de idade, satisfazendo assim todos os requisitos exigidos para concessão do beneficio ora pleiteado.
Com a inicial, juntou procuração e documentos pertinentes.
O feito foi recebido para processamento, com o deferimento da gratuidade de justiça e determinação de citação da autarquia.
Devidamente citado, o requerido apresentou proposta de acordo juntamente com contestação em ID86126903.
Os argumentos do requerido foram impugnados pela autora(ID87120342.
A parte autora não aceitou a proposta de acordo apresentada pelo INSS.
Brevemente relatado. Fundamento e decido.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Trata-se de pedido de aposentadoria por idade como segurado especial, com amparo nos artigos 11, VII, 26, III, 39, I e 48, todos da Lei nº 8.213/91.

Nos termos do artigo 48 e §§ da Lei nº 8.213/91 e 183 do Decreto 3.048/99 (Regulamento da Previdência Social), a aposentadoria por idade de rurícola, no valor de 01 (um) salário mínimo, independentemente de carência, é devida apenas aos segurados especiais que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, com ou sem auxílio eventual de terceiros, que comprovem o exercício de atividade rural em período igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício (Art. 48, § 2º da Lei 8.213/91), conforme tabela progressiva do art. 142 da Lei 8.213/91, e a idade mínima exigida (60 ou 55 anos, se homem ou mulher, respectivamente).
Ademais o art. 11, VII, da Lei 8.213/1991 assim dispõe, com grifo nosso:
Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:
(…)
VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de: (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008);
a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade: (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).
1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).
2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do caput do art. 2º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008);
b) pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008);
c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas a e b deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo.(Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).
§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes.
Isto posto, a concessão da aposentadoria por idade rural está condicionada ao preenchimento dos seguintes requisitos:
A) qualidade de segurado consistente na comprovação de exercício de atividade rural individualmente ou em regime de economia familiar, com ou sem eventual auxílio de terceiros, em área de até 4 (quatro) módulos fiscais (em caso de atividade agropecuária que é a mais comum);
B) idade mínima de 55 (cinquenta e cinco) anos, se mulher e 60 (sessenta) anos, se homem e;
C) o efetivo exercício de atividade rural, no período imediatamente anterior ao requerimento, em número de meses correspondente à carência do benefício requerido que, no caso da aposentadoria por idade, deve observar a tabela progressiva descrita no art. 142 da Lei 8.213/91.
CASO CONCRETO: Feitas tais considerações, observo que neste caso a parte autora cumpriu o requisito etário, vez que completou 60 (sessenta) anos em 2015 (nascimento em 02/06/1955).
Assim, considerando que o requerimento foi protocolado em 22/10/2020, a parte autora deve demonstrar o exercício de atividade rural pelo tempo de carência que é de 180 (cento e oitenta) meses, nos termos da tabela progressiva prevista no Art. 142 da Lei nº 8.213/91.
Pois bem.
Para fins de comprovação do labor rural, o autor juntou contrato particular de compra e venda de imóvel rural(ID84773438) de 2004, cadastro do agricultor familiar em ID84773440 de 2013, cadastro junto ao IDARON de 2012 em ID84773443, declaração de união estável de 2015(ID84773448), notas fiscais datadas de 2003, 2007, 2012, 2013, 2014, 2015, 2020, declaração de atividade rural em ID84774722 de 2015, guias de trânsito animal, referente a venda e aquisição de semoventes, os quais, analisados em conjunto e considerando que foram produzidos em data anterior ao requerimento do benefício, constituem lastro probatório material suficiente quanto ao efetivo exercício de atividade rural em regime de economia familiar.
As provas documentais se mostram suficiente, inclusive foi motivo de oferta de proposta de acordo por parte do INSS, o que considero reconhecimento do pedido, pois, caso não tivesse cumprido os requisitos para concessão da aposentadoria rural por idade, certamente a parte ré não iria ofertar o acordo.
Deste modo, considerando que restou satisfeita a prova da idade exigida para o segurado especial, bem como a condição da qualidade de segurado, a medida que se impõe é a procedência do pedido.
O benefício será devido a contar do requerimento administrativo, qual seja, 22/10/2020.
Quanto ao cálculo dos juros e correção monetária o STF, apreciando o tema 810 da repercussão geral a partir do RE nº 870947, fixou as seguintes teses, nos termos do voto do Relator:
1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; e 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina.
Com isto, segundo o voto vencedor, os benefícios previdenciários devem ter as parcelas vencidas atualizadas monetariamente segundo o IPCA-E, a partir da vigência da Lei nº 11.960/09. No período que antecede à vigência do citado diploma legal, a correção monetária se fará nos termos do Manual de Cálculos da Justiça Federal. Os juros de mora, por sua vez, são aplicados conforme metodologia e índices do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, simples de 1% ao mês, a contar da citação, até jun/2009 (Decreto 2.322/1987), até abr/2012 simples de 0,5% e, a partir de mai/2012, mesmo percentual de juros incidentes sobre os saldos em caderneta de poupança (Lei 11.960/2009).
III – DISPOSITIVO
Assim, por todo o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão deduzida em juízo por FLORISVALDO SOARES DE OLIVEIRA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL e, via de consequência, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fulcro no art. 487, I do CPC, para o efeito de:

1) CONDENAR o INSS a lhe conceder aposentadoria rural por idade no valor de 01 (um) salário-mínimo mensal, desde a data de entrada do requerimento administrativo indevidamente indeferido, qual seja, 22/10/2020.
2) CONDENAR o INSS, ao pagamento das prestações vencidas de uma só vez, monetariamente corrigidas de acordo com art. 1º-F da Lei 9.494/97 e (RE) 870947, incidindo tal correção desde a data do vencimento de cada parcela em atraso (Súmulas n.s 148 do S.T.J. e 19 do T.R.F. - 1ª Região). Deve ser utilizado o site- https://www.jfrs.jus.br/projefweb/ (Correção monetária - Diversos II => [...BTN - INPC (03/91) - UFIR (01/92) - IPCA-E (01/00)] ou site https://www.jfrs.jus.br/jusprev2/ (Diversos III => [...BTN – INPC (03/91) - UFIR (01/92) – IPCA-E (01/00) - TR(07/09) – IPCA-E (26/03/15)] * desde que a parcela inicial seja a partir de 26.03.2015, considerando que antes dessa data o programa utiliza a TR entre outras. Os juros de mora, por sua vez, são devidos no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação - (Súmula n. 204/STJ), até o advento da Lei n. 11.960/2009, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês – ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido –, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação (TRF da 1ª Região – EDAMS 0028664-88.2001.4.01.3800/MG, Rel. Desembargadora Federal Neuza Maria Alves da Silva, Segunda Turma, e-DJF1 p. 26 de 06/05/2010).
Ainda, presentes os requisitos do artigo 300 do Código de Processo Civil, ANTECIPO OS EFEITOS DA TUTELA de mérito para determinar que o requerido passe a pagar o benefício de um salário mínimo à parte requerente no prazo de 30 (trinta dias).
A autarquia ré, uma vez sucumbente, arcará com o pagamento dos honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre valor das prestações vencidas até a data da prolação da sentença, nos termos do artigo 85, § 2°, do CPC.
Sem custas visto que a vencida é autarquia, nos termos do art. 5º, inciso I da Lei Estadual n. 3.896/2016.
Decisão não sujeita ao reexame necessário, nos termos do art. 496, § 3º, I do Código de Processo Civil.
Havendo apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, Art. 1.010, § 1º).
Na hipótese do apelado interpor apelação adesiva, intime-se a apelante para apresentar contrarrazões à apelação adesiva, também em 15 (quinze) dias (CPC, Art. 1.010, § 2º). Após, remetam-se os autos ao Tribunal competente para julgamento do recurso (CPC, Art. 1.010, § 3º)
Publique-se. Registre-se.
Intimem-se as partes.
Certificado o trânsito em julgado, intimem-se as partes para manifestação, em 05 (cinco) dias. Decorrido o prazo sem manifestação, arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA DE INTIMAÇÃO PARA QUE O REQUERIDO CUMPRA A TUTELA CONCEDIDA SUPRA.
Pratique-se o necessário.
São Miguel do Guaporé/RO, 16 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, PROCESSO: 7002500-59.2023.8.22.0022
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: IVONE BATISTA DE SOUZA
ADVOGADOS DO AUTOR: ROBSON MARINHO DE CASTRO, OAB nº RO8740, MIRIELI PRIORE MOREIRA, OAB nº RO13293
REU: BANCO PAN S.A., AVENIDA PAULISTA 1374, 16 ANDAR BELA VISTA - 01310-100 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
VALOR ATUALIZADO DO DÉBITO: R$ 9.833,68
DECISÃO
Recebo a inicial.
Postergo a analise do pedido da gratuidade da justiça em caso de eventual interposição de recurso, uma vez que trata-se de demanda interposta no Juizado Especial, a qual prescinde de recolhimento de custas iniciais.
Trata-se de ação consumerista ajuizada em face de BANCO PAN S.A. onde alega a parte autora que buscou um contrato de empréstimo consignado com o Banco, ocorre que ao analisar seu benefício percebeu que havia inúmeros descontos, decorrentes de um contrato de cartão de crédito com reserva de margem consignável, realizados pelo réu que, indevidamente e sem autorização, utilizou sua margem consignável para cartão de crédito e passou a realizar descontos em seu benefício previdenciário, os quais significam a retirada de valores em um cartão de crédito, conduta que afigura-se ilegítima.
O pedido de tutela provisória de urgência (antecipada), em juízo de probabilidade sumário, o magistrado deve constatar provada a probabilidade do direito do autor, o risco de dano, e a reversibilidade do provimento, nos termos do artigo 300 caput e §3º do CPC. Muito embora o autor alegue jamais ter solicitado tal serviço, pelo que se extrai dos autos, trata-se de cartão de crédito com reserva de margem consignável (RMC), de modo que o fumus boni iuris dependeria de prova do desconhecimento da parte autora acerca do tipo de negócio que celebrou com o banco requerido, bem como de que a única quantia recebida seja oriunda de transferência bancária via TED e não de saques realizados durante a vigência do contrato.
Portanto, pelos documentos juntados aos autos não se pode concluir, ao menos em juízo perfunctório, pela nulidade do negócio jurídico celebrado e, por conseguinte, que os descontos são indevidos. Por outro lado, a matéria não é novidade neste Juízo e em diversas vezes constatou-se que o banco réu realiza contratos dessa natureza (RMC), enquanto os consumidores acreditam trata-se de simples empréstimo consignado.
Desse modo, indefiro, o pedido de tutela de urgência.
Assim, não há como, sem o contraditório, aferir a probabilidade do direito discutido, requisito estabelecido pelo art. 300 do CPC. E mais, o atendimento do pedido formulado autorizaria o comprometimento do benefício previdenciário com outro encargo financeiro, constituindo risco inverso à parte ré quanto ao uso da margem de consignação prevista em lei, destinada, atualmente, a garantia do contrato vigente.
No mais, Tendo em vista estar claro a relação de consumo entre as partes, defiro a inversão do ônus da prova, de acordo com o art. 6º, inciso VIII, da lei 8.078/1990.
Quanto à designação de audiência de conciliação, deixo de designar no presente momento, pois recentemente, diversas demandas da mesma natureza, inclusive tendo como o requerido, não tiveram conciliação entre as partes, o que denota a ausência de interesse de autocomposição entre as partes.

Deste modo, por celeridade e economicidade, deixo de marcar audiência de conciliação, ficando consignado que não impede a realização futura, caso haja interesse das partes.
Cite-se a parte ré, para que no prazo de 15 dias, possa contestar o feito, sob pena de revelia.
Com a apresentação de contestação, vistas a Autora pelo mesmo prazo, para apresentar réplica.
Após, tornem os autos conclusos para sentença.
Cumpra-se.
SERVE A PRESENTE DE CARTA/OFÍCIO/MANDADO.
São Miguel do Guaporé- RO, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Processo: 7000554-86.2022.8.22.0022
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Honorários Advocatícios, Tutela de Urgência
REQUERENTE: OLAVIO MIRANDA DE SOUZA, CPF nº 14019078149, LINHA 94, KM 10 S/N ZONA RURAL - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REQUERENTE: LIGIA VERONICA MARMITT, OAB nº RO4195
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A., AV SAO PAULO 530 CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERIDO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI, OAB nº RO5546, BRADESCO
SENTENÇA
Vistos.
Conforme se denota dos autos, houve a satisfação integral do débito e levantamento do alvará expedido.
Ante ao exposto, considerando o pagamento do débito, JULGO EXTINTA a presente ação, nos termos do art. 924, inciso II, do CPC. .
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Após, arquivem-se os autos.
São Miguel do Guaporé- RO, domingo, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Processo n.: 7002465-02.2023.8.22.0022
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Bancários
Valor da causa: R$ 30.000,00 (trinta mil reais)
Parte autora: FRANCISCO DA COSTA OLIVEIRA, AV. AEROPORTO S/N CRISTO REI - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MIKAELE RICARTE DE OLIVEIRA SILVA, OAB nº RO10124
Parte requerida: BANCO DO BRASIL, - 76962-050 - CACOAL - RONDÔNIA, SERVICES ASSESSORIA E COBRANCAS - EIRELI, MARECHAL DEODORO 314, ANDAR 6 CONJ 601 A 606 CENTRO - 80010-010 - CURITIBA - PARANÁ
ADVOGADO DOS REU: PROCURADORIA DO BANCO DO BRASIL S/A
DESPACHO
Vistos.
Ante a petição inicial, de acordo com a Lei dos Juizados Especiais, a designação de audiência conciliatória é medida que se impõe.
Assim, determino a CPE para designar audiência de conciliação, certificando no sistema, bem como, intimando as partes sobre a data. A solenidade será realizada de forma Virtual.
Após, cite-se e Intime-se as partes requeridas, por meio de Carta AR, advertindo-a da disposição inserta no art. 20 da Lei nº 9.099/95, para que compareça à audiência de conciliação designada.
Agende-se a audiência de conciliação no sistema PJE.
Ainda, conste no expediente que a realização de um acordo pode ser a melhor maneira de pôr fim a um conflito.
Advirta-se à parte requerida de que, caso não seja composta a transação em audiência, o prazo para contestar contar-se-á da data da audiência de conciliação.
Intime-se a parte autora, por meio de contato telefônico ou mandado judicial, havendo patrono, será intimada por seu advogado, advertindo-a dos termos do art. 51, I da Lei dos Juizados Especiais e do disposto no Enunciado nº 28.
Fica ciente a parte de que a audiência poderá ser realizada de forma não presencial por meio do emprego de recursos tecnológicos disponíveis, com transmissão de som e imagem em tempo real (WhatsApp, Google Meet, Hangouts, etc).
Sendo assim, devem as partes informarem caso não possuam recursos técnicos para realização do ato, tais como celular com câmeras, internet, etc. Em se tratando de citação por meio de Mandado Judicial, desde já determino que o (a) Oficial (a) de Justiça certifique a possibilidade/impossibilidade técnica da parte requerida, certificando.
Saliente-se as partes que, caso não informe a impossibilidade/possibilidade da audiência por videoconferência, o silêncio será entendido como desinteresse de participar do ato, ao passo que o processo seguirá de acordo com o procedimento da Lei 9099/95.
Cumpra-se.
Serve a presente de Mandado de Citação/Intimação.
São Miguel do Guaporé/RO, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: (69) 3642-2660 e-mail: cpe1civsmg@tjro.jus.br
Processo : 7001549-65.2023.8.22.0022
Classe : DIVÓRCIO LITIGIOSO (12541)
REQUERENTE: A. R.
Advogado do(a) REQUERENTE: LUCIANO GONCALVES LIMA - RO12332
REQUERIDO: I. P. R.
Intimação AUTOR
Fica a parte AUTORA, por intermédio de seu advogado(a), a comparecer a audiência de conciliação deste processo a ser realizada por videoconferência, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - Família Sala: VARA CÍVEL - CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO Data: 28/09/2023 Hora: 08:30.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CPE - CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
Comarca de São Miguel do Guaporé - Vara Única
Endereço: Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000
==========
Processo nº: 7001157-38.2017.8.22.0022 (Processo Judicial eletrônico - PJe)
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (12078)
EXEQUENTE: JOSE RIBEIRO DOS SANTOS
Advogados do(a) EXEQUENTE: FABIO DE PAULA NUNES DA SILVA - RO8713, GERALDO DA MOTA VAZ JUNIOR - RO9824, RONALDO DA MOTA VAZ - RO0004967A
NÃO DENUNCIADO: MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DO GUAPORE
ATO ORDINATÓRIO
(INTIMAÇÃO)
Promovo a intimação da parte autora para, em 5 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, nos termos do r. despacho ID 91615858.
São Miguel do Guaporé/RO, 14 de julho de 2023.
FRANKLLYN SOUSA DE MELLO
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000
Processo nº 7002459-92.2023.8.22.0022
EXEQUENTE: M G DO PRADO & CIA LTDA - ME
Advogado do(a) EXEQUENTE: ERNANDES DE OLIVEIRA ROCHA - RO10201
EXECUTADO: ANTONIO PEDRO DA SILVA
Intimação DA PARTE - AUDIÊNCIA
PROVIMENTO CONJUNTO 001/2017 - publicação DJE 104 - dia 08/06/2017
Por força e em cumprimento ao disposto deste Juízo, fica a parte intimada, por intermédio de(a) seu(a) patrono(a), a comparecer à AUDIÊNCIA POR VIDEOCONFERÊNCIA DESIGNADA, na sala de audiências da CEJUSC, conforme informações abaixo:
Tipo: Conciliação - JEC Sala: (JEC) Juizado Especial Cível-Conciliação -Sala 01 Data: 22/08/2023 Hora: 08:30
Devido a videoconferência, deve a parte informar número de telefone, de preferência com o aplicativo whatsapp e Hangouts Meet, para posterior comunicação, ou a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência da realização da audiência.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA USAR O RECURSO TECNOLÓGICO: 1. deverá buscar orientação, assim que receber a intimação, sobre como acessar os aplicativos whatsapp e Hangouts Meet de seu celular ou no computador, a partir do link www.acessoaowhatsapp.com (art. 9° III, Prov. 01/2020-CG); 2. deverá estar com o telefone disponível durante o horário da audiência, para atender as ligações do
PODER JUDICIÁRIO; (art. 9° V, Prov. 01/2020-CG); 3. atualizar o aplicativo no celular ou no computador; 4. certificar-se de estar conectado a internet de boa qualidade no horário da audiência; 5. certificar-se de que o aparelho telefônico esteja com bateria suficiente; 6. manter-se em local onde esteja isolado e em silêncio para participar da audiência. ADVERTÊNCIAS GERAIS: 1. o advogado da parte deverá comunicar a ela da audiência por videoconferência e lhe orientar sobre o que fazer para participar da audiência (art. 3°, § 1°, Prov. 01/2020-CG); 2. as partes deverão comunicar eventuais alterações dos respectivos endereços físicos ou eletrônicos e telefones, sob pena de se considerar como válida e eficaz a carta de intimação enviada ou o mandado de intimação cumprido no endereço constante dos autos (art. 9° II, Prov. 01/2020-CG); 3. se tiver algum problema que dificulte ou impeça o acesso à audiência virtual, deverá fazer contato com a unidade judiciária por petição ou outro meio indicado no instrumento de intimação; (art. 9° IV, Prov. 01/2020-CG); 4. assegurará que na data e horário agendados para realização da audiência, seu procurador e preposto acessem o ambiente virtual com o link fornecido, munidos de poderes específicos para transacionar; (art. 9° VII, Prov. 01/2020-CG); 5. pessoa jurídica que figurar no polo passivo da demanda deverá comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento munida de carta de preposto, sob pena de revelia, nos moldes dos arts. 9º, § 4º, e 20, da Lei n. 9.099/1995, sendo que os atos constitutivos, contratos sociais e demais documentos de comprovação servem para efetiva constatação da personalidade jurídica e da regular representação em juízo (art. 45, Código Civil, e art. 75, VIII, Código de Processo Civil), sob pena de revelia; (art. 9° VIII, Prov. 01/2020-CG); 6. em se tratando de pessoa jurídica e relação de consumo, fica expressamente consignada a possibilidade e advertência de inversão do ônus da prova; (art. 9° IX, Prov. 01/2020-CG); 7. nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado; (art. 9°

X, Prov. 01/2020-CG); 8. a falta de acesso a audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerente e ou seu advogado poderá implicar na extinção e arquivamento do processo, que somente poderá ser desarquivado mediante pagamento de custas e despesas processuais; (art. 9° XI, Prov. 01/2020-CG); 9. a falta de acesso à audiência de conciliação por videoconferência e o não atendimento injustificado de ligações que forem realizadas para o telefone da parte requerida e ou seu advogado poderá ser classificado pelo magistrado como revelia, reputando-se verdadeiros os fatos narrados no pedido inicial; (art. 9° XII, Prov. 01/2020-CG); 10. durante a audiência de conciliação por videoconferência a parte e seu advogado deverão estar munidos de documentos de identificação válidos e de posse de seus dados de seus dados bancários, a fim de permitir a instrumentalização imediata e efetivação de eventual acordo, evitando-se o uso da conta judicial; (art. 9° XIII, Prov. 01/2020-CG); 11. se na hipótese do inciso anterior o ausente justificar a impossibilidade por motivo razoável e manifestar desejo ter outra oportunidade de conciliação, poderá ser agendada nova audiência virtual; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); ADVERTÊNCIAS QUANTO A PRAZOS: 1. os prazos processuais no Juizado Especial, inclusive na execução, contam-se da data da intimação ou ciência do ato respectivo (art. 9° I, Prov. 01/2020-CG); 2. nos processos dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XIV, Prov. 01/2020-CG); 3. nos processos dos Juizados Especiais, se a parte requerente desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, preliminares, hipóteses do art. 350, do CPC ou documentos juntados com a defesa, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia posterior ao da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG); 4. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, a contestação e demais provas, inclusive a indicação de testemunhas, com sua completa qualificação (nome completo, CPF e endereço) e objetivo probatório, deverão ser apresentadas no processo eletrônico dentro do prazo previsto no mandado; (art. 9° XVI, Prov. 01/2020-CG); 5. nos processos estranhos ao rito dos Juizados Especiais, se alguma das partes desejar se manifestar sobre o que ocorreu até o final da audiência, terá prazo até às 24 (vinte e quatro) horas do dia da audiência por videoconferência realizada; (art. 9° XVII, Prov. 01/2020-CG); 6. Se não comparecer na audiência virtual alguma das partes, qualquer de seus advogados e ou outros profissionais que devem atuar no processo, o fato deverá ser registrado na ata de audiência, que será juntada no processo e, em seguida, movimentado para deliberação judicial (art. 23, da lei n° 9.099/95). (art. 9° XVIII, Prov. 01/2020-CG); 7. havendo necessidade de assistência por Defensor Público, a parte deverá solicitar atendimento, no prazo de até 15 (quinze) dias antes da audiência de conciliação, à sede da Defensoria Pública da respectiva Comarca. (art. 9° XV, Prov. 01/2020-CG);
São Miguel do Guaporé, 14 de julho de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, 1395, , Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO - CEP: 76932-000 - Fone: 3642-26607004541-33.2022.8.22.0022
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: GEICIANE AMANCIO DA SILVA
Advogados do(a) AUTOR: ESTEFANI APARECIDA MOUZA - RO10197, JAIRO REGES DE ALMEIDA - RO7882
REU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Intimação
Fica a parte AUTORA intimada, por meio de seu advogado, a manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da proposta de acordo apresentada pelo requerido.
São Miguel do Guaporé/RO, 14 de julho de 2023.
WELLISSON JHONATAN DE OLIVEIRA
Técnico(a) Judiciário(a)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Processo n.: 7002401-89.2023.8.22.0022
Classe: Mandado de Segurança Cível
Assunto: Serviços Hospitalares
IMPETRANTES: TAUANE RAISSA DE ARAUJO, AV PRESIDENTE VAGAS 2080 BAIRRO PLANALTO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, AV SÃO PAULO 1126 BAIRRO CRISTO REI - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS IMPETRANTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
IMPETRADOS: MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DO GUAPORE, AVENIDA SÃO PAULO 1.490 CRISTO REI - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA, Estado de Rondônia, AVENIDA DOS IMIGRANTES - DE 31 3503, - DE 3129 A 3587 - LADO ÍMPAR COSTA E SILVA - 76803-611 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS IMPETRADOS: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Valor da causa:R$ 0,00
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de ALVARÁ JUDICIAL PARA INTERRUPÇÃO DE GRAVIDEZ COM PEDIDO LIMINAR movido por TAUANE RAÍSSA DE ARAÚJO, brasileira, solteira, do lar, portadora do RG nº 1781344 SESDC/RO, inscrita no CPF nº 05803960292 residente e domiciliada na Av. Presidente Vagas nº 2080, bairro Planalto, CEP: 76.932-000, São Miguel do Guaporé - RO telefone (69) 999566373, sem endereço eletrônico, assistida pela Defensoria Pública do Estado de Rondônia.
Em síntese, narra a requerente que se encontra com idade gestacional de 25 semanas e que o feto apresenta um quadro de acranea/ anencefalia (quadro considerado incompatível com a vida humana) - CID. Q000, conforme laudo médio anexo aos autos do presente processo. Face a gravidade do caso, é necessária a interrupção da gravidez com brevidade, cuja forma e procedimento serão discutidos pelo grupo de médicos obstétricos, a fim de garantir a integridade física da gestante.

Ministério Público apresentou parecer no id 92909627.
É o relatório.
Fundamento e decido.
Ressalta-se, de início, que a discussão sobre interrupção de gravidez é extremamente delicada, seja do ponto de vista social, ético/moral, jurídico e, sobretudo, emocional/sentimental de todos envolvidos na tomada de decisão, em especial os pais.
No caso dos autos, a requerente alega estar grávida e restou constatado, consoante laudo médico, precedido de exame de ultrassom-morfológico de rastreamento fetal, ser o feto anencéfalo (ID92666994), incompatível com a vida.
Levando em consideração estritamente o aspecto jurídico, que é o que nos cabe apreciar no presente caso, apego-me à decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento da ADPF nº 54, em que se estendeu pela possibilidade de aborto para além da hipótese contida no art. 128, do Código Penal, a fim de incluir o caso de feto anencefálico.
Ao analisar os fundamentos que ensejaram a tomada de decisão pela Suprema Corte, verifico que restou delineado a possibilidade de interrupção do estágio gestacional no caso de feto anencéfalo, pois não há possibilidade de desenvolvimento da vida, seja durante todo o período da via intrauterina ou extrauterina.
A discussão foi até o Supremo Tribunal Federal pelo fato de que a interrupção da gestação, em tese, poderia acarretar possível responsabilidade penal. Todavia, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o tema, decidiu pela possibilidade de interrupção da gravidez, caso seja constatado ser o caso de feto anencéfalo, a exemplo do caso em análise.
Quanto à necessidade de autorização judicial, verifica-se que logo após o julgamento do referido tema pelo Supremo Tribunal Federal, o Conselho Federal de Medicina editou a Resolução nº 1.989/2012, fixando as diretrizes básicas, sobre o diagnóstico de anencefalia para a antecipação terapêutica do parto e outras providências.
Vejamos parte do teor da resolução:
Art. 1º Na ocorrência do diagnóstico inequívoco de anencefalia o médico pode, a pedido da gestante, independente de autorização do Estado, interromper a gravidez.(grifo nosso)
Art. 3º Concluído o diagnóstico de anencefalia, o médico deve prestar à gestante todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados, garantindo a ela o direito de decidir livremente sobre a conduta a ser adotada, sem impor sua autoridade para induzi-la a tomar qualquer decisão ou para limitá-la naquilo que decidir:
§1º É direito da gestante solicitar a realização de junta médica ou buscar outra opinião sobre o diagnóstico.
§2º Ante o diagnóstico de anencefalia, a gestante tem o direito de: I – manter a gravidez;
II – interromper imediatamente a gravidez, independente do tempo de gestação, ou adiar essa decisão para outro momento.
§3º Qualquer que seja a decisão da gestante, o médico deve informá-la das consequências, incluindo os riscos decorrentes ou associados de cada uma.
§4º Se a gestante optar pela manutenção da gravidez, ser-lhe-á assegurada assistência médica pré-natal compatível com o diagnóstico.
§5º Tanto a gestante que optar pela manutenção da gravidez quanto a que optar por sua interrupção receberão, se assim o desejarem, assistência de equipe multiprofissional nos locais onde houver disponibilidade.
§6º A antecipação terapêutica do parto pode ser realizada apenas em hospital que disponha de estrutura adequada ao tratamento de complicações eventuais, inerentes aos respectivos procedimentos.
É ponto incontroverso que a parte autora manifestou seu interesse em interromper a gravidez, tendo, inclusive, ajuizado a presente ação.
Ocorre que, conforme entendimento pacífico do STF, bem como de acordo com a resolução do Conselho Federal de Medicina, sendo identificado a anencefalia no feto, bem como existindo o interesse da gestante de interromper a gravidez, não é necessária a intervenção judicial, para que seja atendido o desejo da parte interessada.
Ou seja, é um direito que deve ser assegurado, tendo em vista existir permissivo jurídico que assegura a efetivação desta medida.
Ainda que a parte autora tenha buscado o
PODER JUDICIÁRIO, para que seja garantido este direito, a meu juízo, falta-lhe interesse de agir, pois não há nos autos qualquer documento comprobatório da negativa por parte da Unidade Básica de Saúde em realizar o atendimento. A efetivação do direito pleiteado pela autora independe da intervenção judicial, cabendo a parte interessada apresentar formalmente pedido na via extrajudicial.
Sabe-se que o interesse de agir consubstancia-se no binômio necessidade utilidade, sendo esta – necessidade – no sentido de que a jurisdição tem de ser encarada como última forma de solução de conflitos; e, aquela – utilidade –, quando o processo puder propiciar ao demandante o resultado favorável pretendido.
Ressalto que, mesmo na vigência do CPC de 2015, o interesse de agir ainda continua sendo pressuposto processual, conforme art. 17: "Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
No caso, a carência de interesse de agir reside na ausência de necessidade (indisponibilidade da prestação jurisdicional), tendo em vista que não houve negativa por parte da unidade de saúde em realizar o procedimento, ao menos não há comprovação nos autos neste sentido.
Não restou demonstrado nos autos qualquer impedimento para que a autora, na condição da de grávida de feto com diagnóstico de anencefalia, tivesse seu interesse na interrupção da gravidez negado pelas autoridades em saúde pública. É dizer, não há litiogisidade a atrair a necessidade de prestação jurisdicional para solucionar a causa posta em análise.
Pontuo, por fim, que o Próprio Ministério Público, titular da ação penal, conforme ordenamento constitucional vigente, deixou claro a impossibilidade de eventual persecução penal, caso a autora insista na realização do procedimento de interrupção da gravidez, considerando o diagnóstico de anencefalia constatado.
Posto isso, DECLARO extinto o feito, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil.
Sem custas e sem honorários, vez que a parte autora é beneficiária da justiça gratuita.
Intime-se a parte autora e o Ministério Público.
Homologo de plano eventual pedido de renúncia ao prazo recursal.
P.R.I. Após, com o trânsito em julgado, arquive-se.
São Miguel do Guaporé/RO, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, - e-mail: cpefamilia@tjro.jus.brProcesso: 7000255-12.2022.8.22.0022
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: CELICO FERREIRA GUEDES, CPF nº 46812245968
ADVOGADO DO AUTOR: ROBSON MARINHO DE CASTRO, OAB nº RO8740
REQUERIDO: BANCO BMG S.A.
ADVOGADOS DO REQUERIDO: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO, OAB nº PE32766, Procuradoria do BANCO BMG S.A
SENTENÇA
Vistos.
É dos autos que a executada apresentou embargos à execução, ao argumento que o valor que depositou nos autos está correto.
Após, houve bloqueio de valores no valor apresentado pelo autor.
Então, o autor manifestou-se, concordando com os embargos, entendendo devido o valor depositado pelo banco réu.
Assim, julgo Procedente os Embargos a execução proposto.
Considerando que há dois valores vinculados aos autos, neste ato expedi alvará judicial em nome do autor para quantia que lhe cabe, bem como alvará de transferência judicial para devolução dos valores pertencentes ao banco réu.
EXPEDI ORDEM DE ALVARÁ JUDICIAL à Caixa Econômica Federal, em favor da exequente e/ou de seu(s) advogado(s) constituído(s) para levantamento dos valores depositados em juízo, com as devidas correções/rendimentos/atualizações monetárias, devendo a instituição financeira zerar e encerrar as contas.
Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal, Agência: 4473, Nº da conta: 1516708-1, Saldo: R$ 8.019,93, Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal, Agência: 4473, Nº da conta: 1516911-4, Saldo: R$ 11.475,06
Favorecido do alvará eletrônico: CELICO FERREIRA GUEDES, CPF/CNPJ: 46812245968, Valor: R$ 8.019,93, BANCO BMG S.A., CPF/CNPJ: 61186680000174, Instituição Financeira: , Agência: , Nº da Conta:
OBSERVAÇÕES:
1) A parte favorecida deverá comparecer, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, à agência da Caixa Econômica Federal (agência: 4473), ao caixa presencial, munida de documentos de identificação com foto, para saque do valor creditado.
2) O alvará eletrônico deverá ser sacado em até 30 (trinta) dias, a partir do primeiro dia útil posterior à assinatura deste expediente, sob pena de transferência para conta única e centralizadora do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme Provimento 016/2010 PR-TJ/RO, que desde já determino.
Havendo levantamento, deverá a parte beneficiária comprovar em juízo o levantamento.
Após, comprovado o saque, determino o imediato arquivamento dos autos.
No mais, com o levantamento, não há pendência de crédito.
Isto posto, julgo EXTINTO o presente feito, em razão do pagamento integral do débito por parte do executado, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Com o trânsito em julgado, arquive-se.
Cumpra-se.
São Miguel do Guaporé-RO, 16/07/2023.
Eliezer Nunes Barros
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, 7001790-39.2023.8.22.0022
AUTOR: BELMIRIA BORCHARTT DA SILVA, CPF nº 42170826220, RUA RUI BARBOSA 408 - - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: ROBSON MARINHO DE CASTRO, OAB nº RO8740, MIRIELI PRIORE MOREIRA, OAB nº RO13293
REU: BANCO PAN S.A., AVENIDA PAULISTA 1374, 16° ANDAR BELA VISTA - 01310-100 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
Sentença
Vistos.
Trata-se de ação de inexigibilidade de débito cumulada com indenização por danos morais e repetição de indébito proposta por BELMIRIA BORCHARTT DA SILVA em face de BANCO PAN S.A.., na qual a parte requerente, alega, em síntese, que não realizou contrato com a requerida.
PRELIMINAR
A preliminar de falta de interesse de agir ante a ausência de pretensão resistida deve ser rejeitada, pois o fato da autora não ter formulado requerimento administrativo, não obsta que a parte ajuíze ação para pleitear o que entender de direito.
Rejeito ora apreciada, tendo em vista que nos presentes autos existe a relação de nexo e causa necessária entre o autor, a requerida e a presente demanda.
A presente lide versa sobre a celebração ou não do referido contrato, e de tal forma, para a escorreita solução da lide, faz-se imperiosa a produção de prova pericial técnica, para comprovar a autenticidade dos documentos juntados, eis que o autor afirma não reconhecer o contrato assinado.
Com efeito, latente a incompetência dos Juizados Especiais quanto ao julgamento de causas de maior complexidade, como a hipótese dos presentes autos, sendo imperativo legal estabelecido pela Lei nº. 9.099/95. Partindo do disposto nos artigos 2º e 3º da lei em comento, resta patente que os Juizados Especiais são dotados de competência tão somente para o julgamento de causas de “menor complexidade”, aqui abarcadas as causas que não demandam dilação probatória circunstanciada para a correta solução da lide. Confira-se o teor dos dispositivos em comento:

Art. 2º. O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.
Art. 3º. O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade (...).
Nos presentes autos, não há que se falar em causa de menor complexidade porque, como visto, o debate ora travado envolve a análise de eventual falsificação de assinatura e documentos, que só pode ser apurado mediante a realização de perícia técnica especializada.
A complexidade caracterizada afasta a possibilidade de tramitação das ações desta natureza junto aos Juizados Especiais Cíveis.
Neste sentido:
EMENTA: AÇÃO INDENIZATÓRIA - INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ANAIS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA CONTRATUAL -NECESSIDADE DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA - COMPLEXIDADE DA CAUSA - INCOMPETÊNCIA JUIZADO ESPECIAL - EXTINÇÃO DO FEITO DE OFÍCIO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. 1 - Havendo a negativa da autoria da assinatura firmada no documento apresentado pela ré, que deu causa à inclusão de seus dados nos anais de proteção ao crédito, necessário se faz a produção de prova grafotécnica 2 - Refoge à alçada do Juizado Especial Cível a causa referente à negativa de assinatura de documentos, haja vista a complexidade da matéria probatória decorrente da necessidade de prova pericial grafotécnica (art. 3º, caput da Lei nº 9.099/95). 3 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada, para declarar a extinção do feito, de ofício, com o reconhecimento da complexidade da causa. Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE CONHECERAM DO RECURSO E DECLARARAM EXTINTO O PROCESSO EM RAZÃO DA INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. RECURSO CÍVEL INOMINADO 1383/2012 - Classe: II-1 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP. Protocolo Número/Ano: 1383 / 2012. Julgamento: 10/7/2012. . Relator(a): Exmo(a). Sr(a). DR. YALE SABO MENDES(grifei).
In casu, verifica-se que o feito está em fase adiantada, tendo em vista que já foi produzido provas importantes para um julgamento de mérito justo e efetivo (art. 6, NCPC).
Por regra, este feito deveria ser extinto, ocasião em que a demanda seria protocolada novamente no juízo competente (Comum).
No entanto, cumpre esclarecer que em grande parte do país já está ativo o processo judicial eletrônico – PJE, onde busca virtualizar os processos, deixando-os mais céleres e econômicos, dentre outras vantagens.
Assim, buscando maior celeridade e economia processual, considerando que as partes têm o direito de obter a solução integral do mérito em tempo razoável, não se faz necessário extinguir este procedimento, compelindo ao autor ter que protocolar seu pedido novamente, para assim alcançar a solução da demanda.
Neste sentido o entendimento recente do Superior Tribunal de Justiça:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DEVER DE REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO COMPETENTE E PROCESSO ELETRÔNICO. Implica indevido obstáculo ao acesso à tutela jurisdicional a decisão que, após o reconhecimento da incompetência absoluta do juízo, em vez de determinar a remessa dos autos ao juízo competente, extingue o feito sem exame do mérito, sob o argumento de impossibilidade técnica do Judiciário em remeter os autos para o órgão julgador competente, ante as dificuldades inerentes ao processamento eletrônico. De fato, a declaração de incompetência absoluta do juízo tem por consequência a remessa dos autos àquele competente para a apreciação da lide, consoante disposto na legislação processual civil. Nesse contexto, o legislador reconheceu a necessidade de serem observados os princípios da celeridade e economia processual, sendo desnecessário o ajuizamento de uma nova ação, com todos os custos a ela inerentes. Diante disso, o argumento de impossibilidade técnica do Judiciário em remeter os autos para o juízo competente, ante as dificuldades inerentes ao processamento eletrônico, não pode ser utilizado para prejudicar o jurisdicionado. Precedente citado: REsp 1.091.287-RS, Quarta Turma, DJe 19/11/2013. REsp 1.526.914-PE, Rel. Min. Diva Malerbi (Desembargadora convocada do TRF da 3ª Região), julgado em 21/6/2016, DJe 28/6/2016.
Ante o exposto, com fulcro nos arts. 64, §3º c/c 67, ambos do CPC e art. 3º, da Lei 9.099/95, DECLARO de ofício, a incompetência deste Juizado para o seguimento da causa, ante a complexidade do feito, eis que o mérito da questão se resume na efetiva comprovação da contratação, o qual, necessitará de perícia grafotécnica, para uma cognição exauriente do Juízo.
Via de consequência, primando pela economia e celeridade processual, mantenho as provas já produzidas nestes autos. Assim, primando pela economia e celeridade processual, DETERMINO a redistribuição destes autos ao juízo competente, qual seja Vara Cível Comum desta Comarca.
Intime-se a parte autora para, caso ache necessário, regularizar o feito no prazo de quinze dias. Tendo em vista que os autos tramitarão sob o rito ordinário, em igual prazo retifique sua petição inicial, requerendo o que entender pertinente, adequando os pedidos ao rito comum.
Intime-se as partes desta sentença.
Após a redistribuição, decorrido o prazo citado, encaminhem os autos conclusos.
São Miguel do Guaporé, 16 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Processo n.: 7002472-91.2023.8.22.0022
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Indenização por Dano Material
Valor da causa: R$ 39.476,00 (trinta e nove mil, quatrocentos e setenta e seis reais)
Parte autora: IVANILDO RODRIGUES, LINHA 94, GLEBA 08, LOTE 25-A S/N ZONA RURAL - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO AUTOR: SANDRO ANDAM DE BARROS, OAB nº RO4424A, RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO 464, - DE 383/384 A 569/570 JARDIM SAÚDE - 76964-220 - CACOAL - RONDÔNIA, AILTON FELISBINO TEIXEIRA, OAB nº RO4427A
Parte requerida: ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, AVENIDA DOS IMIGRANTES 4137, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR INDUSTRIAL - 76821-063 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADO DO REU: ENERGISA RONDÔNIA

DESPACHO
Vistos.
Trata-se de ação proposta por IVANILDO RODRIGUES, em face de ENERGISA RONDONIA- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Considerando que a requerida possui a política de não fazer qualquer espécie de acordo, em se tratando de ações desta natureza, tornando assim, os atos processuais dispendiosos e desnecessários, bem como, se constata que a não realização de audiência de conciliação não trará qualquer prejuízo às partes, tampouco, violará direito à ampla defesa ou contraditório, posto que para esse resguardo o Juízo fixará prazo para a parte requerida apresentar defesa.
Assim, CITE-SE a requerida por meio do sistema PJe, para contestar a presente ação, no prazo de quinze dias. Ficando advertida de que, o prazo para contestar contar-se-á da data da intimação, conforme Enunciado 13 do Fonaje.
Aplica-se ao caso o Código de Defesa do Consumidor, tendo em vista a existência de relação de consumo entre as partes, considerando ainda os fatos ocorridos e a vulnerabilidade técnica, econômica e jurídica da parte autora perante a parte requerida, decreto a inversão do ônus da prova.
Consigne-se ainda que a parte requerida deverá apresentar a documentação que disponha para esclarecimento da causa.
A citação não conterá a petição inicial e demais documentos, pois a parte requerida poderá ter acesso ao inteiro teor dos documentos juntamente com a inicial por meio do sítio eletrônico do PJE, qual seja: http://pje.tjro.jus.br, informando o referido número dos autos supra, nos termos do art. 6º da Lei n. 11.419 de 19 de dezembro de 2006, cumprindo ao que dispõe por conseguinte a Resolução de nº 185 de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça (Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe), em seu art. 20. Trata-se de seguimento aos intuitos de racionalizar os recursos orçamentários e adoção a instrumentos tecnológicos aptos a permitir a adequação do PODER JUDICIÁRIO aos princípios da proteção ambiental, substituindo os autos em meio físico pelo meio eletrônico, como mecanismo de celeridade e qualidade na prestação jurisdicional.
Após, intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 15 dias.
Cumpra-se.
São Miguel do Guaporé, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, 7002841-90.2020.8.22.0022
EXEQUENTE: ROSEMAR MARIA RUVIARO, CPF nº 68757042268, LINHA 102, KM 06, LOTES 15 E 17 S/N ZONA RURAL - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO EXEQUENTE: FABIANA MODESTO DE ARAUJO, OAB nº RO3122A
NÃO DENUNCIADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, - 76890-000 - JARU - RONDÔNIA
ADVOGADO DO NÃO DENUNCIADO: PROCURADORIA FEDERAL EM RONDÔNIA
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença movido por EXEQUENTE: ROSEMAR MARIA RUVIARO em face de INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, ambos qualificados nos autos.
É dos autos que o débito já fora pago.
A parte exequente já se manifestou pela satisfação da obrigação.
É o necessário relatório. DECIDO.
Diante do cumprimento da obrigação, com fulcro no art. 924, II, do CPC, declaro extinta a execução.
P.R. Após, arquive-se, independente de trânsito em julgado e intimação das partes.
São Miguel do Guaporé, 16 de julho de 2023
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, 7000873-20.2023.8.22.0022
AUTOR: ATAIDE JOSE COELHO, CPF nº 60245131272, LINHA 103, KM 01 S/N ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: FABIO DE PAULA NUNES DA SILVA, OAB nº RO8713
REU: BANCO BMG S.A., CONDOMÍNIO SÃO LUIZ 1830, AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK 1830 VILA NOVA CONCEIÇÃO - 04543-900 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
ADVOGADOS DO REU: MARCIO MELO NOGUEIRA, OAB nº RO2827, ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO, OAB nº PE23255A, Procuradoria do BANCO BMG S.A
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de ação declaratória de nulidade contratual c/c indenização por danos morais, repetição do indébito e pedido de tutela de urgência, ajuizada por AUTOR: ATAIDE JOSE COELHO em face do REU: BANCO BMG S.A.
A justiça gratuita foi deferida, conforme decisão de id 88662154.
Recebida a petição inicial, foi indeferida a antecipação dos efeitos da tutela, conforme decisão de id 88697498.
Devidamente citado, o requerido apresentou contestação com pedido contraposto ao id 89750330.
Foi realizada audiência de conciliação, a qual restou infrutífera, conforme ata de audiência de id. 91148609.
Ao id 92413352 o autor apresentou impugnação à contestação.
Intimadas a produzir provas, ambas as partes pugnaram pelo julgamento antecipado.

É o relatório. Passo a decidir.

A parte requerente alegou que procurou a parte requerida para realização de um empréstimo consignado tradicional, porém ao invés disto foi realizado uma contratação de cartão de crédito com reserva de margem consignável (RMC). Aduz que é pessoa de pouca instrução e escolaridade, e que nunca quis contratar cartão de crédito algum e, ainda que fosse sua intenção, o réu jamais prestou qualquer informação sobre a RMC. Argumenta ainda que jamais utilizou o cartão de crédito ou os serviços disponibilizados. Ademais, alega que está sendo descontado do seu benefício mensalmente uma taxa.

Desnecessária a produção de outras provas, vieram os autos conclusos para julgamento.

1- Preliminares e prejudiciais de mérito

1.1- Da falta de interesse de agir

Aduz a requerida preliminar de interesse de agir, sob o argumento de que a parte autora não pleiteou, administrativamente, a resolução da lide, razão pela qual, o feito deve ser extinto, sem resolução do mérito.

Porém, aludida preliminar não merece guarida, considerando a desnecessidade da autora no esgotamento das vias administrativas, para, só então acionar o Judiciário.

Assim, tendo a parte autora a opção de ajuizar demanda, desde que preenchidos os pressupostos legais, ainda que inexistente pretensão resistida, o afastamento da preliminar em questão é a medida mais acertada.

1.2- Da prejudicial de mérito (prescrição)

O requerido arguiu preliminar de prescrição, tendo em vista que a data do primeiro desconto ocorreu em 13/05/2016 e a ação distribuída em 10/03/2023.

No presente caso, há controvérsia quanto à modalidade de contrato firmado entre as partes, se se trata de contrato de empréstimo ou contrato de cartão de crédito consignado. Independente da modalidade, dúvidas não há que se trata de contrato de trato sucessivo, tendo em vista que até a propositura da presente demanda os descontos estavam sendo realizados diretamente no benefício da parte autora, de modo que a violação alegada se renova a cada desconto, não havendo que se falar em prescrição. Rejeito a prejudicial suscitada.

Ademais, o STJ já decidiu que “a discussão acerca da cobrança indevida de valores constantes de relação contratual e eventual repetição de indébito não se enquadra no conceito de enriquecimento ilícito, seja porque a causa jurídica, em princípio, existe (relação contratual prévia em que se debate a legitimidade da cobrança), seja porque a ação de repetição de indébito é ação específica; por essa razão, aplica-se a prescrição decenal e não a trienal. Precedentes”. (STJ – AgInt no REsp 1.820.408 – PR - Terceira Turma – Relatora Ministra Nancy Andrighi – Data do Julgamento 28/10/2019).

Assim, por se tratar de negócio que segue gerando descontos mensalmente (relação jurídica de trato sucessivo), afigura-se possível o pedido de anulação no momento em que realizado pelo demandante.

Dito isso, REJEITO as preliminares arguidas.

DO MÉRITO

A relação contratual entre as partes se mostra incontroversa, tendo em vista que parte autora não nega a realização de contrato de empréstimo junto à requerida, muito embora em modalidade diversa da efetivamente concedida.

O Banco réu juntou contrato constando assinatura à rogo da parte autora, que não foi impugnado.

É sabido que é direito do consumidor estar expressamente ciente de todo teor da transação efetuada, sem qualquer dúvida ou embaraço.

Muito embora a parte requerida tenha apresentado vários fundamentos apontados como legitimadores da validade jurídica do negócio realizado entre as partes, entendo que houve erro no tocante ao objeto do contrato e, consequentemente, viciou a declaração de vontade declarada pelo autor ao assinar o contrato de cartão de crédito consignado.

Pelos documentos juntados pela própria requerida, é possível constatar que a parte autora firmou contrato de cartão de crédito consignado como se fosse contrato de empréstimo. Verifica-se que em vez de a parte requerida fornecer o empréstimo consignado conforme solicitado pelo autor, preferiu conceder o valor pleiteado por meio de saque de limite de cartão de crédito, visando maior lucratividade.

Não há dúvidas de que a parte autora aceitou proposta de empréstimo consignado, tanto que o contrato juntado pela parte autora foi firmado no ano de 2016, mas certamente só foi questionado após perceber que os descontos não cessaram.

Na planilha de pagamentos juntada aos autos pela requerida ao id. 88039281 não consta nenhuma compra realizada pela parte autora, mas tão somente o saque de valor do limite disponibilizado, o que deixa claro que o autor não sabia que se tratava de contração de cartão de crédito e sim de empréstimo.

O autor acreditava que estava pagando as parcelas do empréstimo, quando na verdade estava pagando tão somente o valor do pagamento mínimo por meio de margem consignável. É por essa razão que os valores das parcelas descontadas no contracheque do autor não são fixos, ou seja, varia de acordo o pagamento mínimo do cartão de crédito com reserva de margem consignável (RMC), que altera continuamente por causa dos juros.

A atitude da parte requerida em efetuar o saque do limite do cartão de crédito como se fosse empréstimo é abusiva e eivada de vício, vez que o consumidor, nunca termina de pagar a dívida.

Como o valor sacado do limite do cartão não é quitado de imediato, o saldo devedor nunca diminui. Na verdade, a tendência é aumentar, pois nos moldes em que o “empréstimo” foi concedido, só será descontado do benefício da parte autora o valor referente ao pagamento mínimo da fatura. Isso, inicialmente, parece se tratar de empréstimo, mas, na verdade, é uma dívida impagável.

Tanto é assim, que a parte autora só descobriu que não se tratava de empréstimo após o pagamento por quase seis anos das parcelas do valor da margem consignável (RMC).

Essa modalidade de empréstimo se mostra abusiva, também pelo fato de que impõe ao consumidor, não só o pagamento dos juros embutidos no montante do empréstimo, mas também o pagamento mínimo do cartão de crédito através dos descontos em folha de pagamento.

Na realidade, o consumidor paga mensalmente parte da dívida, porém continua devendo cada vez mais, mês a mês, aumentando sua dívida, sendo flagrante violação do disposto no artigo 51 , IV e § 1º , III do CDC.

O Código de Defesa do Consumidor traz normas de ordem pública exatamente porque o legislador considerou o consumidor como a parte vulnerável na relação contratual. No caso em tela, restou claro que a requerida concedeu empréstimo diverso do pretendido pela parte autora, que por certo lhe causou dano de ordem material e moral.

Dos danos materiais

A melhor solução para o caso é transformar o crédito concedido por meio da reserva de margem consignável em empréstimo consignado, para pagamento do débito inicial, deduzindo-se os valores já descontados a título de reserva de crédito consignado, o que deve ser aferido na fase de cumprimento de sentença.

Do dano moral

Tem-se no presente caso que a parte autora foi enganada pelo preposto da instituição requerida, tendo sido induzida a sacar valor do limite do cartão de crédito, que possui juros impraticáveis.

Para além disso, após descobrir que se tratava de saque do limite do cartão e não empréstimo, como ofertado inicialmente, as instituições requeridas se recusaram a corrigir a injustiça praticada, insistindo na continuidade da cobrança, que não tem fim.

Toda situação narrada nos autos, é capaz de gerar constrangimentos e aborrecimentos que superam o mero dissabor. Também é certo que própria situação em si enseja incômodos decorrentes das providências notoriamente dificultosas para a resolução da celeuma.

Configurado o dano, resta perquirir acerca do valor a ser arbitrado a título de indenização.

Com relação à fixação do valor da indenização por dano moral, em sintonia com o entendimento sedimentado no âmbito da Turma Recursal do TJRO (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7006761-89.2021.822.0005, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz José Augusto Alves Martins, Data de julgamento: 08/12/2022), arbitro a indenização por danos morais em R$ 5.000,00.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, julgo procedente em parte os pedidos da inicial, por conseguinte:

a) declaro rescindido o contrato mencionado na inicial e juntado na contestação pela parte requerida;

b) converto o contrato do cartão consignado (RMC) em empréstimo consignado, que deverá ter como valor de parcela o valor do RMC usado no contrato em análise e como taxa de juros a taxa que o banco requerido praticava na data da contratação para empréstimo consignado de beneficiário do INSS ou servidor público (conforme situação da parte autora), informação de juros que pode ser acessada junto ao Banco Central;

c) caso na fase de cumprimento, após a adequação do item “a” verificar-se pagamento a maior pela parte autora, deverá a parte requerida devolver de forma dobrada o valor eventualmente pago a mais;

d) caso após a adequação do item “a” verificar-se pagamento a menor pela parte autora, autorizo compensação com outro crédito da autora;

e) condeno a parte requerida a pagar indenização por danos morais à parte autora, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), mais juros mensais de 1% desde a citação e correção monetária a partir da data desta decisão.

Como corolário, resolvo o mérito e extingo o processo, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil.

Condeno a requerida, ainda, ao pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios, estes que arbitro em 10% sobre o valor da condenação, com base no art. 85, §2º do CPC.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Considerando que na sentença há condenação em obrigação de fazer, intime-se a parte requerida, por carta com AR.

P. R. I.C. Oportunamente, arquivem-se.

São Miguel do Guaporé, 16 de julho de 2023

Eliezer Nunes Barros

Juiz(a) de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça

São Miguel do Guaporé - Vara Única

Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, , fone: (69) 3309-8171.

AUTOS: 7000249-05.2022.8.22.0022

CLASSE: Cumprimento de sentença

REQUERENTE: VALDEMIR RODRIGUES MARREIRO, LINHA 10, KM 06 LADO NORTE ZONA RURAL - 76934-000 - SERINGUEIRAS - RONDÔNIA
ADVOGADOS DO REQUERENTE: JAIRO REGES DE ALMEIDA, OAB nº RO7882, ESTEFANI APARECIDA MOUZA, OAB nº RO10197
REQUERIDOS: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S/A, BANCO BRADESCO S.A., BANCO BRADESCO S.A. Sem número, RUA BENEDITO AMÉRICO DE OLIVEIRA, S/N VILA YARA - 06029-900 - OSASCO - AMAPÁ
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PAULO EDUARDO PRADO, OAB nº RO4881, EDSON ROSAS JUNIOR, OAB nº AM1910, PROCURADORIA BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, BRADESCO
SENTENÇA
Vistos.
Expedido nesta data Alvará Judicial Eletrônico na modalidade transferência através da ferramenta “Alvará Eletrônico”, pela qual o juízo envia os dados da ordem diretamente ao banco detentor da conta judicial, sem gerar documento novo nos autos.
O beneficiário deverá aguardar a disponibilização dos valores na conta bancária indicada em sua manifestação, conforme síntese supracitada.
Aguarde-se por cinco 05 (cinco) dias o cumprimento da ordem.
Zerada a conta judicial, estará o processo apto ao arquivamento quanto a este ponto.
Sobrevindo informação de erro no cumprimento da ordem eletrônica, fica a CPE autorizada a proceder com a expedição de alvará sem necessidade de nova conclusão do processo.
Considerando que houve a satisfação da obrigação, JULGO EXTINTO A EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Pratique-se o necessário.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ JUDICIAL ELETRÔNICO / CARTA / MANDADO / OFÍCIO / PRECATÓRIA.
São Miguel do Guaporé-RO, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Número do processo: 7001335-74.2023.8.22.0022
Classe: Procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública
Polo Ativo: JOAO FRANCISCO MACHADO, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REQUERENTES: DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA, DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA
Polo Passivo: MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, Estado de Rondônia
ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
SENTENÇA
A parte autora requereu o arquivamento dos autos, uma vez que houve o cumprimento da decisão judicial
Portanto, adimplida a obrigação, não remanesce qualquer outra matéria para discussão nestes autos.
Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO com fulcro no artigo 487, do Código de Processo Civil.
Publique-se. Intimem-se. Arquive-se.
16 de julho de 2023São Miguel do Guaporé
Eliezer Nunes Barros
Juízo de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Processo n.: 7001750-57.2023.8.22.0022
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto:Indenização por Dano Material, Transporte Aéreo, Atraso de vôo, Cancelamento de vôo
AUTOR: ROSIMEIRE DOS SANTOS RODRIGUES, AVENIDA CAPITÃO SILVIO 00 CENTRO - 76932-000 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: LUANA GOMES DOS SANTOS, OAB nº RO8443
REU: LUPORTE TURISMO LTDA - ME, AVENIDA CANAÃ 3237, - DE 3271 A 3437 - LADO ÍMPAR SETOR 03 - 76870-503 - ARIQUEMES - RONDÔNIA, COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A, AVENIDA PAULISTA 1337, 4 ANDAR BELA VISTA - 01311-200 - SÃO

PAULO - SÃO PAULO, AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRA S.A., AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO, AVENIDA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA 6490 AEROPORTO - 76803-970 - PORTO VELHO - RONDÔNIA
ADVOGADOS DOS REU: HELISON FRANCISCA DE PAULA, OAB nº RJ224648, RODRIGO GIRALDELLI PERI, OAB nº MS16264, PAULA RUIZ DE MIRANDA BASTOS, OAB nº DF40723, LUCIANA GOULART PENTEADO, OAB nº DF39280, JOSÉ CARLOS FOGACA, OAB nº RO2960, PROCURADORIA DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
Valor da causa:R$ 13.962,53
Sentença
Vistos etc.
Relatório dispensado na forma da lei.
Tratando-se de direito disponível e sendo as partes capazes, HOMOLOGO O ACORDO de vontades celebrado entre a requerente e a Compania Panamena de Aviacion S/A o qual será regido pelas cláusulas e condições indicadas no termo de conciliação juntado anteriormente, para que surta seus jurídicos e legais efeitos de direito.
Aguarde-se o prosseguimento do feito quanto as demais requeridas Azul Linhas Aéreas S/A e Luporte Turismo Ltda – ME.
Intime-se.
Cumpra-se.
SIRVA-SE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO
São Miguel do Guaporé/RO, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça de Rondônia
São Miguel do Guaporé - Vara Única
Av.São Paulo, nº 1395, Bairro Cristo Rei, CEP 76932-000, São Miguel do Guaporé, Processo n.: 7002516-13.2023.8.22.0022
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto: Exclusão de associado
Valor da causa: R$ 11.425,92 (onze mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e noventa e dois centavos)
Parte autora: CLEODIANO GALAO, LH 82, AVENIDA CAPITÃO SÍLVIO 301 ZONA RURAL - 76932-970 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
ADVOGADO DO AUTOR: MIKAELE RICARTE DE OLIVEIRA SILVA, OAB nº RO10124
Parte requerida: SINDICATO NACIONAL DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DA UNIAO GERAL DOS TRABALHADORES, RUA AGUIAR DE BARROS 144 BELA VISTA - 01316-020 - SÃO PAULO - SÃO PAULO
REU SEM ADVOGADO(S)
DESPACHO
Vistos.
Ante a petição inicial, de acordo com a Lei dos Juizados Especiais, a designação de audiência conciliatória é medida que se impõe.
Assim, determino a CPE para designar audiência de conciliação, certificando no sistema, bem como, intimando as partes sobre a data. A solenidade será realizada de forma Virtual.
Após, cite-se e Intime-se a parte requerida, por meio de Carta AR, advertindo-a da disposição inserta no art. 20 da Lei nº 9.099/95, para que compareça à audiência de conciliação designada.
Agende-se a audiência de conciliação no sistema PJE.
Ainda, conste no expediente que a realização de um acordo pode ser a melhor maneira de pôr fim a um conflito.
Advirta-se à parte requerida de que, caso não seja composta a transação em audiência, o prazo para contestar contar-se-á da data da audiência de conciliação.
Intime-se a parte autora, por meio de contato telefônico ou mandado judicial, havendo patrono, será intimada por seu advogado, advertindo-a dos termos do art. 51, I da Lei dos Juizados Especiais e do disposto no Enunciado nº 28.
Fica ciente a parte de que a audiência poderá ser realizada de forma não presencial por meio do emprego de recursos tecnológicos disponíveis, com transmissão de som e imagem em tempo real (WhatsApp, Google Meet, Hangouts, etc).
Sendo assim, devem as partes informarem caso não possuam recursos técnicos para realização do ato, tais como celular com câmeras, internet, etc. Em se tratando de citação por meio de Mandado Judicial, desde já determino que o (a) Oficial (a) de Justiça certifique a possibilidade/impossibilidade técnica da parte requerida, certificando.
Saliente-se as partes que, caso não informe a impossibilidade/possibilidade da audiência por videoconferência, o silêncio será entendido como desinteresse de participar do ato, ao passo que o processo seguirá de acordo com o procedimento da Lei 9099/95.
Cumpra-se.
Serve a presente de Mandado de Citação/Intimação.
São Miguel do Guaporé/RO, 16 de julho de 2023.
Eliezer Nunes Barros
Juiz de Direito

SERVENTIAS DE REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA

EDITAIS DE PROCLAMAS E PROTESTO

COMARCA DE PORTO VELHO

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 054355 - Livro nº D-147 - Folha nº 62
Faço saber que pretendem se casar: EDMILSON PEREIRA DE SOUZA, divorciado, brasileiro, operador de máquinas, nascido em Aripuanã-MT, em 10 de Julho de 1983, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Luiz Pereira de Souza - aposentado - naturalidade: e Margarida Pereira de Souza - do lar - naturalidade: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e UÉRICA CORREIA SIQUEIRA DE SOUZA, divorciada, brasileira, operadora de caixa, nascida Mirassol D Oeste-MT, em 1 de Setembro de 1985, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Bento Alves Siqueira - sitiante - naturalidade: não informada e Eva Lucia Correia Siqueira de Souza - do lar - naturalidade: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de Comunhão Parcial de Bens. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 14 de Julho de 2023
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 054356 - Livro nº D-147 - Folha nº 63
Faço saber que pretendem se casar: ALMIR SOARES PEDROSA, solteiro, brasileiro, funcionário público estadual, nascido no Rio de Janeiro-RJ, em 21 de Março de 1967, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Marcolino José Pedrosa - policial civil - já falecido - naturalidade: e Ideralda Soares Pedrosa - do lar - já falecida - naturalidade: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e MARINEZ ALVES MARTINS, solteira, brasileira, professora, nascida no Porto Velho-RO, em 14 de Setembro de 1974, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Manoel de Souza Martins - vigilante - já falecido - naturalidade: não informada e Nadir Alves Martins - do lar - já falecida - naturalidade: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 14 de Julho de 2023
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 054357 - Livro nº D-147 - Folha nº 64
Faço saber que pretendem se casar: JEFFERSON DE SENA CORRÊA, solteiro, brasileiro, estudante, nascido em Óbidos-PA, em 17 de Janeiro de 1998, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de José Pinto Corrêa - vigilante - já falecido - naturalidade: Óbidos - e Joanilce de Sena Corrêa - do lar - naturalidade: Óbidos - Pará -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e ALESSANDRA FERREIRA MEIRA, solteira, brasileira, estudante, nascida em Manaus-AM, em 16 de Junho de 2001, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Charles Meira Jaty - pedreiro - naturalidade: Santarém - Pará e Andrea Ferreira do Vale - doméstica - falecida em 15/11/2019 - naturalidade: Santarém - Pará -; pretendendo passar a assinar: ALESSANDRA FERREIRA MEIRA CORRÊA; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 14 de Julho de 2023
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 054358 - Livro nº D-147 - Folha nº 65
Faço saber que pretendem se casar: IRAILTON SOUZA BRAGA JÚNIOR, solteiro, brasileiro, pintor de veículo, nascido em Porto Velho--RO, em 29 de Outubro de 1992, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Irailton Souza Braga - já falecido - naturalidade: Porto Velho - e Vanderléia Brito Teixeira - naturalidade: Porto Velho - Rondônia -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e TAIANE CUNHA FERREIRA, solteira, brasileira, vendedora, nascida em Porto Velho-RO, em 25 de Março de 1989, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Adamor da Silva Ferreira - naturalidade: não informada e Maria do Socorro Bernardino da cunha - naturalidade: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 14 de Julho de 2023
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 054359 - Livro nº D-147 - Folha nº 66
Faço saber que pretendem se casar: ÊNIO SOARES DE MOURA, divorciado, brasileiro, funcionário público estadual, nascido em Caiçara-RS, em 9 de Julho de 1960, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Benício Alves de Moura - já falecido - naturalidade: e Suely Soares de Moura - já falecida - naturalidade: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e CLAUDIA APARECIDA RODRIGUES, solteira, brasileira, autônoma, nascida em Paranavaí-PR, em 25 de Abril de 1976, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Sebastião Antônio Rodrigues - aposentado - naturalidade: não informada e Maria Antônia Rodrigues - aposentada - naturalidade: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de Comunhão Parcial de Bens. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 14 de Julho de 2023
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 054360 - Livro nº D-147 - Folha nº 67
Faço saber que pretendem se casar: VENCESLAU GOMES FILHO, divorciado, brasileiro, pedreiro, nascido em Penalva-MA, em 2 de Julho de 1959, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Venceslau Gomes - naturalidade: não informada e Benedita de Jesus Sousa Gomes - naturalidade: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e CLEONICE RIBEIRO DA SILVA, solteira, brasileira, do lar, nascida em Porto Velho-RO, em 10 de Janeiro de 1963, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Antonio Ribeiro da Silva - já falecido - naturalidade: não informada e Sebastiana Prestes dos Santos - já falecida - naturalidade: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 14 de Julho de 2023
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

1º TABELIONATO DE PROTESTO

1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TITULOS E DOCUMENTOS
AV. CARLOS GOMES,1223 - Salas 412/414 - 4º Andar Porto Shopping - Centro CEP. 76.801-123 - Porto Velho/RO - Fone/Fax: (69) 3223-8524
Tabeliã Interina: Francielli Bertolett
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS, localizado no endereço acima, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 1210198
Devedor: LUIZ CARLOS ALVES
CPF/CNPJ: 246.069.449-00

Protocolo: 1210211
Devedor: ANTONIO CASTRO DOS SANTOS ME
CPF/CNPJ: 14.069.461/0001-25

Protocolo: 1210215
Devedor: TEMPO AUTO PECAS CONST. E IMUN
CPF/CNPJ: 14.016.207/0001-69

Protocolo: 1210328
Devedor: JACO DE SOUZA ALBUQUERQUE
CPF/CNPJ: 350.251.152-72

Protocolo: 1210404
Devedor: VITOR S DOS SANTOS SOBRINHO ME
CPF/CNPJ: 17.721.950/0001-08

Protocolo: 1210462
Devedor: I E N COM DE ALIM E MEDI LTDA
CPF/CNPJ: 14.856.474/0001-44

Protocolo: 1210484
Devedor: TELMA MARIA RIBEIRO DE SOUZA
CPF/CNPJ: 106.878.232-34

Protocolo: 1210486
Devedor: JANDIR EUCLIDES WITT
CPF/CNPJ: 524.604.449-15

Protocolo: 1210491
Devedor: SORAIA DA SILVA GONCALVES
CPF/CNPJ: 713.015.692-91

Protocolo: 1210516
Devedor: LUDESMAR DO CARMO COUTEIRO
CPF/CNPJ: 115.256.902-30

Protocolo: 1210518
Devedor: JORGE MARCELINO DA SILVA
CPF/CNPJ: 139.136.205-59

Protocolo: 1210529
Devedor: LUCAS BARBOSA DA SILVA
CPF/CNPJ: 887.934.192-87

Protocolo: 1210532
Devedor: FRANCISCO MARCIO A DE MOURA
CPF/CNPJ: 895.595.251-15

Protocolo: 1210539
Devedor: CLEOPATRA CASA DO CAMARAO LTDA
CPF/CNPJ: 29.565.080/0001-04

Protocolo: 1210540
Devedor: CLEOPATRA CASA DO CAMARAO LTDA
CPF/CNPJ: 29.565.080/0001-04

Protocolo: 1210563
Devedor: FRANCISCO LOPES DE OLIVEIRA
CPF/CNPJ: 711.580.732-91

Protocolo: 1210610
Devedor: GUARUBA INDUSTRIA E COMERCIO D
CPF/CNPJ: 35.113.294/0001-42

Protocolo: 1210638
Devedor: ELZA DE SENA
CPF/CNPJ: 839.037.712-87

(18 Apontamentos).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 18/07/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 20/07/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

PORTO VELHO, 17/07/2023

Francielli Bertolett - Tabeliã Interina1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TITULOS E DOCUMENTOS
AV. CARLOS GOMES,1223 - Salas 412/414 - 4º Andar Porto Shopping - Centro CEP. 76.801-123 - Porto Velho/RO - Fone/Fax: (69) 3223-8524
Tabeliã Interina: Francielli Bertolett
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS, localizado no endereço acima, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 1208931
Devedor: ROSILENE GONCALVES SANTOS 7725
CPF/CNPJ: 38.230.816/0001-84

Protocolo: 1209106
Devedor: ELIAS COSTA COMARCIO DE HORTIF
CPF/CNPJ: 24.845.635/0001-58

Protocolo: 1209123
Devedor: VIAS URBANAS LTDA
CPF/CNPJ: 22.864.282/0001-08

Protocolo: 1209142
Devedor: VIAS URBANAS LTDA
CPF/CNPJ: 22.864.282/0001-08

Protocolo: 1209180
Devedor: ELIAS COSTA COMARCIO DE HORTIF
CPF/CNPJ: 24.845.635/0001-58

Protocolo: 1209181
Devedor: 45.641.575 CAROLAINE MONTEIRO
CPF/CNPJ: 45.641.575/0001-21

Protocolo: 1209201
Devedor: ELIAS COSTA COMARCIO DE HORTIF
CPF/CNPJ: 24.845.635/0001-58

Protocolo: 1209203
Devedor: M DA S COSTA LTDA
CPF/CNPJ: 23.883.020/0001-53

Protocolo: 1209212
Devedor: MARCELO JOSE XIMENES
CPF/CNPJ: 522.652.342-49

Protocolo: 1209213
Devedor: ANTONIO BARROSO DA SILVA
CPF/CNPJ: 028.252.362-68

Protocolo: 1209246
Devedor: A TRAPPEL R GOMES SERVICOS
CPF/CNPJ: 45.245.619/0001-02

Protocolo: 1209369
Devedor: ELIAS COSTA COMARCIO DE HORTIF
CPF/CNPJ: 24.845.635/0001-58

Protocolo: 1209430
Devedor: TRA - LOGISTICA LTDA
CPF/CNPJ: 09.534.919/0003-00

Protocolo: 1209503
Devedor: ANNIELY FABIANA PEREIRA ROQUE
CPF/CNPJ: 017.097.212-78

Protocolo: 1209592
Devedor: CARINE DE SOUSA GOMES
CPF/CNPJ: 947.016.792-91

Protocolo: 1209860
Devedor: JOSE MARCOS DE LIMA SILVA
CPF/CNPJ: 875.442.104-72

Protocolo: 1209870
Devedor: JOSE MARCOS DE LIMA SILVA
CPF/CNPJ: 875.442.104-72

Protocolo: 1209881
Devedor: JOSE MARCOS DE LIMA SILVA
CPF/CNPJ: 875.442.104-72

Protocolo: 1209891
Devedor: JOSE MARCOS DE LIMA SILVA
CPF/CNPJ: 875.442.104-72

Protocolo: 1209954
Devedor: MARMORARIA LIDER LTDA
CPF/CNPJ: 10.340.379/0001-32

Protocolo: 1210016
Devedor: MARIA MAURA MAIA CAVALCANTE
CPF/CNPJ: 220.660.472-87

(21 Apontamentos).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 18/07/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 19/07/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

PORTO VELHO, 17/07/2023

Francielli Bertolett - Tabeliã Interina1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TITULOS E DOCUMENTOS
AV. CARLOS GOMES,1223 - Salas 412/414 - 4º Andar Porto Shopping - Centro CEP. 76.801-123 - Porto Velho/RO - Fone/Fax: (69) 3223-8524
Tabeliã Interina: Francielli Bertolett
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS, localizado no endereço acima, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 1208010
Devedor: GILMAR DA SILVA RIBEIRO
CPF/CNPJ: 862.776.692-49

Protocolo: 1208129
Devedor: MANOEL ALMEIDA SANTOS
CPF/CNPJ: 623.729.712-04

Protocolo: 1208141
Devedor: MARIA MARCIA FERNANDES NUNES
CPF/CNPJ: 468.384.731-00

Protocolo: 1208244
Devedor: ADEMILSON AUGUSTO GUERREIRO
CPF/CNPJ: 618.426.212-20

Protocolo: 1208245
Devedor: ADEMILSON AUGUSTO GUERREIRO
CPF/CNPJ: 618.426.212-20

Protocolo: 1208246
Devedor: ADEMILSON AUGUSTO GUERREIRO
CPF/CNPJ: 618.426.212-20

Protocolo: 1208331
Devedor: CLEVERSON DA SILVA SANTANA
CPF/CNPJ: 162.005.272-53

Protocolo: 1208397
Devedor: MARCELO DE SOUZA SILVA
CPF/CNPJ: 702.029.312-34

Protocolo: 1208398
Devedor: MARCELO DE SOUZA SILVA
CPF/CNPJ: 702.029.312-34

Protocolo: 1208399
Devedor: MARCELO DE SOUZA SILVA
CPF/CNPJ: 702.029.312-34

Protocolo: 1208424
Devedor: RAFAEL PEREIRA DA SILVA
CPF/CNPJ: 981.917.482-15

Protocolo: 1208426
Devedor: ELEIZA SOUZA COSTA
CPF/CNPJ: 338.082.013-04

Protocolo: 1208462
Devedor: LINCOLN ALEXANDRE CASTRO
CPF/CNPJ: 848.492.151-49

Protocolo: 1208612
Devedor: DURVAL ALMEIDA MONTEIRO
CPF/CNPJ: 060.828.902-72

Protocolo: 1208653
Devedor: FRANCISCO CAETANO DA FROTA
CPF/CNPJ: 204.848.442-53

Protocolo: 1208655
Devedor: FRANCISCO CAETANO DA FROTA
CPF/CNPJ: 204.848.442-53

Protocolo: 1208669
Devedor: ANDREA GOMES DE SOUZA
CPF/CNPJ: 420.824.042-34

Protocolo: 1208670
Devedor: ANDREA GOMES DE SOUZA
CPF/CNPJ: 420.824.042-34

Protocolo: 1208674
Devedor: ISABELLE SOUZA VIEIRA
CPF/CNPJ: 006.989.073-02

Protocolo: 1208691
Devedor: VALTEIR PEREIRA DA SILVA
CPF/CNPJ: 313.247.891-15

Protocolo: 1208709
Devedor: PLACIDA OLIVEIRA
CPF/CNPJ: 974.005.992-91

Protocolo: 1208995
Devedor: C C ANDRADE COMERCIO ATACADIST
CPF/CNPJ: 31.228.096/0004-16

Protocolo: 1208996
Devedor: C C ANDRADE COMERCIO ATACADIST
CPF/CNPJ: 31.228.096/0004-16

Protocolo: 1210071
Devedor: VALTER VIANELO
CPF/CNPJ: 203.409.152-34

(24 Apontamentos).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 18/07/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 19/07/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

PORTO VELHO, 17/07/2023

Francielli Bertolett - Tabeliã Interina1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TITULOS E DOCUMENTOS
AV. CARLOS GOMES,1223 - Salas 412/414 - 4º Andar Porto Shopping - Centro CEP. 76.801-123 - Porto Velho/RO - Fone/Fax: (69) 3223-8524
Tabeliã Interina: Francielli Bertolett
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS, localizado no endereço acima, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 1208172
Devedor: LUIZ PAULO AQUINO CALIXTO
CPF/CNPJ: 519.102.922-49

Protocolo: 1208179
Devedor: LUIZ PAULO AQUINO CALIXTO
CPF/CNPJ: 519.102.922-49

Protocolo: 1208203
Devedor: LUIZ PAULO AQUINO CALIXTO
CPF/CNPJ: 519.102.922-49

Protocolo: 1208214
Devedor: LUIZ PAULO AQUINO CALIXTO
CPF/CNPJ: 519.102.922-49

Protocolo: 1208252
Devedor: JOAO DE OLIVEIRA SOUZA
CPF/CNPJ: 617.261.682-04

Protocolo: 1208425
Devedor: ELEIZA SOUZA COSTA
CPF/CNPJ: 338.082.013-04

Protocolo: 1208427
Devedor: ELEIZA SOUZA COSTA
CPF/CNPJ: 338.082.013-04

Protocolo: 1208726
Devedor: MARCOS ALVES
CPF/CNPJ: 688.451.112-53

Protocolo: 1208727
Devedor: MARCOS ALVES
CPF/CNPJ: 688.451.112-53

Protocolo: 1208738
Devedor: JOSILEIDE DE JESUS SILVA
CPF/CNPJ: 651.984.502-78

Protocolo: 1208752
Devedor: MATEUS RODRIGUES DE ALMEIDA -
CPF/CNPJ: 20.155.704/0001-40

Protocolo: 1208782
Devedor: FIAMA LOPES DE SOUZA
CPF/CNPJ: 970.570.882-72

Protocolo: 1208787
Devedor: GIGLIANE BRASIL REIS
CPF/CNPJ: 650.028.142-04

Protocolo: 1208791
Devedor: JORDY DO NASCIMENTO CUBA 00123
CPF/CNPJ: 34.979.128/0001-60

Protocolo: 1208806
Devedor: PALOMA SILVA DOS SANTOS RODRIG
CPF/CNPJ: 47.812.402/0001-54

Protocolo: 1208819
Devedor: W29 DISTRIBUIDORA DE CARNES LT
CPF/CNPJ: 45.595.767/0001-49

Protocolo: 1208820
Devedor: W29 DISTRIBUIDORA DE CARNES LT
CPF/CNPJ: 45.595.767/0001-49

Protocolo: 1208858
Devedor: DEH BEER - COMERCIO VAREJ. DE
CPF/CNPJ: 31.674.798/0001-80

Protocolo: 1208860
Devedor: L F VENTURELLE
CPF/CNPJ: 33.135.285/0001-27

Protocolo: 1208905
Devedor: ANA ALVES PEDROSA DA COSTA
CPF/CNPJ: 821.903.802-00

Protocolo: 1208999
Devedor: GANESH LOGISTICA E DISTRIBUICA
CPF/CNPJ: 07.987.185/0003-80

Protocolo: 1209049
Devedor: MARIA JEANE DOS SANTOS DIAS
CPF/CNPJ: 587.119.882-15

(22 Apontamentos).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 18/07/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 19/07/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

PORTO VELHO, 17/07/2023

Francielli Bertolett - Tabeliã Interina1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TITULOS E DOCUMENTOS
AV. CARLOS GOMES,1223 - Salas 412/414 - 4º Andar Porto Shopping - Centro CEP. 76.801-123 - Porto Velho/RO - Fone/Fax: (69) 3223-8524
Tabeliã Interina: Francielli Bertolett
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS, localizado no endereço acima, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 1209384
Devedor: XB - DISTRIBUIDORA LTDA
CPF/CNPJ: 16.416.944/0001-84

Protocolo: 1209400
Devedor: DULCIMAR ALVES DA CUNHA NETA 9
CPF/CNPJ: 40.551.425/0001-03

Protocolo: 1209401
Devedor: DULCIMAR ALVES DA CUNHA NETA 9
CPF/CNPJ: 40.551.425/0001-03

Protocolo: 1209418
Devedor: BIG UTILIDADES E PRESENTES LTD
CPF/CNPJ: 02.672.212/0007-36

Protocolo: 1209473
Devedor: BIG UTILIDADES E PRESENTES LTD
CPF/CNPJ: 02.672.212/0007-36

Protocolo: 1209535
Devedor: M E ROSA CENTRO AVANCADO DE AN
CPF/CNPJ: 12.302.037/0001-53

Protocolo: 1209556
Devedor: UNIAO ASSESSORIA EMP.LTDA - ME
CPF/CNPJ: 11.699.013/0001-17

Protocolo: 1209557
Devedor: UNIAO ASSESSORIA EMP.LTDA - ME
CPF/CNPJ: 11.699.013/0001-17

Protocolo: 1209574
Devedor: UNIAO ASSESSORIA EMP.LTDA - ME
CPF/CNPJ: 11.699.013/0001-17

Protocolo: 1209577
Devedor: UNIAO ASSESSORIA EMP.LTDA - ME
CPF/CNPJ: 11.699.013/0001-17

Protocolo: 1209606
Devedor: UNIAO ASSESSORIA EMP.LTDA - ME
CPF/CNPJ: 11.699.013/0001-17

Protocolo: 1209618
Devedor: CONSTRUTORA AMPERES LTDA
CPF/CNPJ: 08.434.462/0001-29

Protocolo: 1209639
Devedor: ARTUR LUIZ RIBEIRO DE LIMA
CPF/CNPJ: 479.062.602-44

Protocolo: 1209649
Devedor: CONSTRUTORA AMPERES LTDA
CPF/CNPJ: 08.434.462/0001-29

Protocolo: 1209656
Devedor: CONSTRUTORA AMPERES LTDA
CPF/CNPJ: 08.434.462/0001-29

Protocolo: 1209756
Devedor: TRES MARIAS TRANSPORTES LTDA.
CPF/CNPJ: 05.085.385/0001-50

Protocolo: 1209757
Devedor: TRES MARIAS TRANSPORTES LTDA.
CPF/CNPJ: 05.085.385/0001-50

Protocolo: 1209758
Devedor: TRES MARIAS TRANSPORTES LTDA.
CPF/CNPJ: 05.085.385/0001-50

Protocolo: 1209999
Devedor: TAVARES RECUPERADORA DE AUTOMO
CPF/CNPJ: 07.265.196/0001-95

(19 Apontamentos).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 18/07/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 19/07/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

PORTO VELHO, 17/07/2023

Francielli Bertolett - Tabeliã Interina1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TITULOS E DOCUMENTOS
AV. CARLOS GOMES,1223 - Salas 412/414 - 4º Andar Porto Shopping - Centro CEP. 76.801-123 - Porto Velho/RO - Fone/Fax: (69) 3223-8524
Tabeliã Interina: Francielli Bertolett
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS, localizado no endereço acima, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 1209236
Devedor: GUSTAVO NEVES GUSMAO
CPF/CNPJ: 357.129.978-78

Protocolo: 1209280
Devedor: SANDRA HELENA BORDIM VALTERLAN
CPF/CNPJ: 30.568.622/0001-81

Protocolo: 1209311
Devedor: LV COMERCIO DE ROUPAS LTDA
CPF/CNPJ: 30.485.629/0001-30

Protocolo: 1209333
Devedor: 45.874.566 JULIANE BELARMINO D
CPF/CNPJ: 45.874.566/0001-80

Protocolo: 1209345
Devedor: PURUS PESCADOS LTDA
CPF/CNPJ: 34.048.933/0001-70

Protocolo: 1209346
Devedor: PURUS PESCADOS LTDA
CPF/CNPJ: 34.048.933/0001-70

Protocolo: 1209347
Devedor: PURUS PESCADOS LTDA
CPF/CNPJ: 34.048.933/0001-70

Protocolo: 1209365
Devedor: NATAL BALBINO DA SILVA 7840071
CPF/CNPJ: 33.874.862/0001-00

Protocolo: 1209368
Devedor: INTERLOC SERVICOS E REPRESENTA
CPF/CNPJ: 02.662.283/0001-62

Protocolo: 1209383
Devedor: XB - DISTRIBUIDORA LTDA
CPF/CNPJ: 16.416.944/0001-84

Protocolo: 1209457
Devedor: FARMACIA PRECO BAIXO DE ROLIM
CPF/CNPJ: 19.199.201/0001-98

Protocolo: 1209483
Devedor: PURUS PESCADOS LTDA
CPF/CNPJ: 34.048.933/0001-70

Protocolo: 1209496
Devedor: POLPAS CRISTAL DA AMAZONIA LTD
CPF/CNPJ: 29.092.190/0001-04

Protocolo: 1209516
Devedor: ANDERSON CARVALHO VIANA E OUTR
CPF/CNPJ: 016.794.212-39

(14 Apontamentos).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 18/07/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 19/07/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

PORTO VELHO, 17/07/2023

Francielli Bertolett - Tabeliã Interina1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TITULOS E DOCUMENTOS
AV. CARLOS GOMES,1223 - Salas 412/414 - 4º Andar Porto Shopping - Centro CEP. 76.801-123 - Porto Velho/RO - Fone/Fax: (69) 3223-8524
Tabeliã Interina: Francielli Bertolett
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS, localizado no endereço acima, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 1207928
Devedor: JESUS CARLOS DE MENEZES
CPF/CNPJ: 677.513.772-91

Protocolo: 1208199
Devedor: DANIELI FERRARO DE SOUZA
CPF/CNPJ: 027.507.602-40

Protocolo: 1208200
Devedor: DANIELI FERRARO DE SOUZA
CPF/CNPJ: 027.507.602-40

Protocolo: 1208201
Devedor: DANIELI FERRARO DE SOUZA
CPF/CNPJ: 027.507.602-40

Protocolo: 1208385
Devedor: IRENE LIMA DE AGUIAR
CPF/CNPJ: 213.388.128-07

Protocolo: 1208430
Devedor: FELIPE HENRIQUE VIEIRA DOS SAN
CPF/CNPJ: 024.969.232-52

Protocolo: 1208507
Devedor: VALDEMIRO FERREIRA DA SILVA
CPF/CNPJ: 683.152.522-91

Protocolo: 1208544
Devedor: HUDSON NUNES DE JESUS
CPF/CNPJ: 686.823.442-20

Protocolo: 1208756
Devedor: ANA MARIA ALMEIDA PACHECO
CPF/CNPJ: 772.776.352-72

Protocolo: 1208928
Devedor: RODOLFO NERY TEIXEIRA BARBOSA
CPF/CNPJ: 933.472.432-34

Protocolo: 1208944
Devedor: ESPACO DO BANHO E AROMAS LTDA
CPF/CNPJ: 01.512.104/0238-65

Protocolo: 1209134
Devedor: ELLEN CRISTINA DA SILVA RODRIG
CPF/CNPJ: 46.131.433/0001-87

Protocolo: 1209178
Devedor: GRAZIELA APARECIDA CAMARGO CHA
CPF/CNPJ: 44.845.484/0001-45

Protocolo: 1209185
Devedor: GRAZIELA APARECIDA CAMARGO CHA
CPF/CNPJ: 44.845.484/0001-45

Protocolo: 1209224
Devedor: FRANCISCO NUNES NETO
CPF/CNPJ: 424.590.958-72

Protocolo: 1209458
Devedor: GRAZIELA APARECIDA CAMARGO CHA
CPF/CNPJ: 44.845.484/0001-45

Protocolo: 1209500
Devedor: L C DOS SANTOS & CIA LTDA
CPF/CNPJ: 36.207.902/0001-40

Protocolo: 1209514
Devedor: ANDERSON CARVALHO VIANA E OUTR
CPF/CNPJ: 016.794.212-39

Protocolo: 1209515
Devedor: ANDERSON CARVALHO VIANA E OUTR
CPF/CNPJ: 016.794.212-39

(19 Apontamentos).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 18/07/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 19/07/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

PORTO VELHO, 17/07/2023

Francielli Bertolett - Tabeliã Interina1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TITULOS E DOCUMENTOS
AV. CARLOS GOMES,1223 - Salas 412/414 - 4º Andar Porto Shopping - Centro CEP. 76.801-123 - Porto Velho/RO - Fone/Fax: (69) 3223-8524
Tabeliã Interina: Francielli Bertolett
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS, localizado no endereço acima, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 1208158
Devedor: EMANUELLY ARIELLO FERREIRA DA
CPF/CNPJ: 705.879.592-40

Protocolo: 1208521
Devedor: JOSIEL AGUIAR SOUZA
CPF/CNPJ: 009.114.792-10

Protocolo: 1208581
Devedor: HERBERTE ARAUJO DA SILVA
CPF/CNPJ: 934.874.362-72

Protocolo: 1208593
Devedor: JULIO COSTA FERREIRA
CPF/CNPJ: 338.997.111-49

Protocolo: 1208885
Devedor: KAPPA CONSTRUCOES, COMERCIO E
CPF/CNPJ: 05.386.751/0001-01

Protocolo: 1209559
Devedor: ADVALDO DA SILVA GONZGA
CPF/CNPJ: 720.321.202-59

Protocolo: 1209631
Devedor: NEYLSON ALCIDES AYRES DA SILVA
CPF/CNPJ: 018.573.741-26

Protocolo: 1209646
Devedor: ALISSON DE SOUZA XIMENES
CPF/CNPJ: 669.541.422-04

Protocolo: 1209664
Devedor: AUDISLAURO CONCEICAO R.DE LIMA
CPF/CNPJ: 028.314.222-72

Protocolo: 1209670
Devedor: DAYANE LACERDA DE MELO
CPF/CNPJ: 824.363.712-53

Protocolo: 1209717
Devedor: ANGELA MARIA ERDTMANN
CPF/CNPJ: 615.271.142-87

Protocolo: 1209723
Devedor: NEUSA SILVEIRA PEREIRA
CPF/CNPJ: 072.577.368-55

Protocolo: 1209732
Devedor: MARIA ALVES DE SOUSA
CPF/CNPJ: 080.149.222-04

Protocolo: 1209825
Devedor: JOSE ROBERTO DA SILVA
CPF/CNPJ: 483.067.384-20

Protocolo: 1209904
Devedor: ALEX SOUZA DA SILVA
CPF/CNPJ: 760.557.872-53

Protocolo: 1209928
Devedor: SELECILDO PAULO DA SILVA
CPF/CNPJ: 614.996.332-20

Protocolo: 1209929
Devedor: SELECILDO PAULO DA SILVA
CPF/CNPJ: 614.996.332-20

Protocolo: 1209930
Devedor: SELECILDO PAULO DA SILVA
CPF/CNPJ: 614.996.332-20

Protocolo: 1209931
Devedor: SELECILDO PAULO DA SILVA
CPF/CNPJ: 614.996.332-20

Protocolo: 1210017
Devedor: CISNE RONDONIA COMERCIO E SERV
CPF/CNPJ: 11.897.171/0001-81

Protocolo: 1210140
Devedor: IVAN DA CONCEICAO MALTA
CPF/CNPJ: 203.150.582-34

(21 Apontamentos).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 18/07/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 19/07/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

PORTO VELHO, 17/07/2023

Francielli Bertolett - Tabeliã Interina1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TITULOS E DOCUMENTOS
AV. CARLOS GOMES,1223 - Salas 412/414 - 4º Andar Porto Shopping - Centro CEP. 76.801-123 - Porto Velho/RO - Fone/Fax: (69) 3223-8524
Tabeliã Interina: Francielli Bertolett
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS, localizado no endereço acima, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 1208251
Devedor: VERA LUCIA BASTOS NOGUEIRA
CPF/CNPJ: 350.262.782-72

Protocolo: 1208333
Devedor: TAMILA AUXILIADORA BERALDO
CPF/CNPJ: 904.383.612-53

Protocolo: 1208624
Devedor: CLAUDEMIR IZIDORO DA SILVA
CPF/CNPJ: 524.053.542-68

Protocolo: 1208698
Devedor: PAULO CARLOS DOS SANTOS
CPF/CNPJ: 325.642.282-91

Protocolo: 1209002
Devedor: JOSUE ALVES ALFAIATARIA LTDA
CPF/CNPJ: 32.117.804/0001-61

Protocolo: 1209059
Devedor: ILMA CESARIO DUARTE
CPF/CNPJ: 992.213.902-25

Protocolo: 1209278
Devedor: C G LIMA COMERCIO E SERVICOS L
CPF/CNPJ: 36.567.789/0001-04

Protocolo: 1209701
Devedor: CARLOS ANDRE DA SILVA
CPF/CNPJ: 611.565.312-68

Protocolo: 1209948
Devedor: ALEX SANDRO RODRIGO VAILATTE
CPF/CNPJ: 227.198.288-07

(9 Apontamentos).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 18/07/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 19/07/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

PORTO VELHO, 17/07/2023

Francielli Bertolett - Tabeliã Interina1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TITULOS E DOCUMENTOS
AV. CARLOS GOMES,1223 - Salas 412/414 - 4º Andar Porto Shopping - Centro CEP. 76.801-123 - Porto Velho/RO - Fone/Fax: (69) 3223-8524
Tabeliã Interina: Francielli Bertolett
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS, localizado no endereço acima, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 1209501
Devedor: ANGILENE DE O. SANTOS EIRELI -
CPF/CNPJ: 27.249.115/0001-70

Protocolo: 1209501
Devedor: ANGILENE DE OLIVEIRA SANTOS
CPF/CNPJ: 639.619.892-49

Protocolo: 1209987
Devedor: GIZELE VANUSA DE SOUZA
CPF/CNPJ: 977.174.362-72

Protocolo: 1209987
Devedor: G. V. DE SOUZA CONSTRUCOES
CPF/CNPJ: 11.174.511/0001-46

(2 Apontamentos).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 18/07/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 19/07/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

PORTO VELHO, 17/07/2023

Francielli Bertolett - Tabeliã Interina1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TITULOS E DOCUMENTOS
AV. CARLOS GOMES,1223 - Salas 412/414 - 4º Andar Porto Shopping - Centro CEP. 76.801-123 - Porto Velho/RO - Fone/Fax: (69) 3223-8524
Tabeliã Interina: Francielli Bertolett
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS, localizado no endereço acima, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 1208096
Devedor: FABIOLA CATHERINE ZUCCHELLO
CPF/CNPJ: 099.079.519-51

Protocolo: 1208315
Devedor: KAREN CAROLINE DE FELIPE
CPF/CNPJ: 001.740.212-32

Protocolo: 1208901
Devedor: 38.460.148 EMILLY SASHA LAZARI
CPF/CNPJ: 38.460.148/0001-81

Protocolo: 1209207
Devedor: CILAS DE SOUSA SILVA
CPF/CNPJ: 944.210.052-15

Protocolo: 1209342
Devedor: LUCAS HENRIQUE RODRIGUES 03154
CPF/CNPJ: 26.195.165/0001-50

Protocolo: 1209344
Devedor: M G DE MATOS LTDA
CPF/CNPJ: 45.522.262/0001-54

Protocolo: 1209601
Devedor: THICIANE PAZ MENACHO
CPF/CNPJ: 713.862.622-34

Protocolo: 1209642
Devedor: JOSE DOS SANTOS COSTA
CPF/CNPJ: 497.533.042-34

Protocolo: 1210040
Devedor: CHACARAS AREIA BRANCA EMPREEND
CPF/CNPJ: 27.635.113/0001-10

Protocolo: 1210041
Devedor: CHACARAS AREIA BRANCA EMPREEND
CPF/CNPJ: 27.635.113/0001-10

Protocolo: 1210042
Devedor: CHACARAS AREIA BRANCA EMPREEND
CPF/CNPJ: 27.635.113/0001-10

Protocolo: 1210043
Devedor: CHACARAS AREIA BRANCA EMPREEND
CPF/CNPJ: 27.635.113/0001-10

Protocolo: 1210044
Devedor: CHACARAS AREIA BRANCA EMPREEND
CPF/CNPJ: 27.635.113/0001-10

(13 Apontamentos).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 18/07/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 19/07/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

PORTO VELHO, 17/07/2023

Francielli Bertolett - Tabeliã Interina1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TITULOS E DOCUMENTOS
AV. CARLOS GOMES,1223 - Salas 412/414 - 4º Andar Porto Shopping - Centro CEP. 76.801-123 - Porto Velho/RO - Fone/Fax: (69) 3223-8524
Tabeliã Interina: Francielli Bertolett
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS, localizado no endereço acima, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 1208619
Devedor: EXPEDITO ALVES DA SILVA
CPF/CNPJ: 779.329.512-91

Protocolo: 1210121
Devedor: RIBEIRO E QUEIROZ SERVICOS MED
CPF/CNPJ: 14.756.734/0001-00

Protocolo: 1210122
Devedor: RIBEIRO E QUEIROZ SERVICOS MED
CPF/CNPJ: 14.756.734/0001-00

Protocolo: 1210123
Devedor: RIBEIRO E QUEIROZ SERVICOS MED
CPF/CNPJ: 14.756.734/0001-00

Protocolo: 1210124
Devedor: RIBEIRO E QUEIROZ SERVICOS MED
CPF/CNPJ: 14.756.734/0001-00

Protocolo: 1210125
Devedor: RIBEIRO E QUEIROZ SERVICOS MED
CPF/CNPJ: 14.756.734/0001-00

Protocolo: 1210126
Devedor: RIBEIRO E QUEIROZ SERVICOS MED
CPF/CNPJ: 14.756.734/0001-00

Protocolo: 1210127
Devedor: RIBEIRO E QUEIROZ SERVICOS MED
CPF/CNPJ: 14.756.734/0001-00

Protocolo: 1210128
Devedor: RIBEIRO E QUEIROZ SERVICOS MED
CPF/CNPJ: 14.756.734/0001-00

(9 Apontamentos).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 18/07/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 19/07/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

PORTO VELHO, 17/07/2023

Francielli Bertolett - Tabeliã Interina1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TITULOS E DOCUMENTOS
AV. CARLOS GOMES,1223 - Salas 412/414 - 4º Andar Porto Shopping - Centro CEP. 76.801-123 - Porto Velho/RO - Fone/Fax: (69) 3223-8524
Tabeliã Interina: Francielli Bertolett
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS, localizado no endereço acima, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 1208520
Devedor: YURE NEVES PESSOA DE LIMA
CPF/CNPJ: 057.484.912-22

Protocolo: 1209663
Devedor: ABNER DONADON.
CPF/CNPJ: 653.784.152-68

Protocolo: 1209669
Devedor: MARIA SUELI FERREIRA DA SILVA
CPF/CNPJ: 653.120.402-82

Protocolo: 1209763
Devedor: RONILTON MORETI DE SOUZA
CPF/CNPJ: 927.116.002-97

Protocolo: 1209764
Devedor: SERGILDO DA SILVA BARBOSA
CPF/CNPJ: 725.031.812-87

Protocolo: 1209840
Devedor: CORINA MENDES DE LIMA
CPF/CNPJ: 916.061.872-87

(6 Apontamentos).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 18/07/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 19/07/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

PORTO VELHO, 17/07/2023

Francielli Bertolett - Tabeliã Interina1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TITULOS E DOCUMENTOS
AV. CARLOS GOMES,1223 - Salas 412/414 - 4º Andar Porto Shopping - Centro CEP. 76.801-123 - Porto Velho/RO - Fone/Fax: (69) 3223-8524
Tabeliã Interina: Francielli Bertolett
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS, localizado no endereço acima, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 1210623
Devedor: L . C . PONCE IMPORTACAO E EXP
CPF/CNPJ: 06.847.807/0001-40

Protocolo: 1210624
Devedor: L . C . PONCE IMPORTACAO E EXP
CPF/CNPJ: 06.847.807/0001-40

Protocolo: 1210625
Devedor: L . C . PONCE IMPORTACAO E EXP
CPF/CNPJ: 06.847.807/0001-40

Protocolo: 1210626
Devedor: L . C . PONCE IMPORTACAO E EXP
CPF/CNPJ: 06.847.807/0001-40

Protocolo: 1210627
Devedor: L . C . PONCE IMPORTACAO E EXP
CPF/CNPJ: 06.847.807/0001-40

(5 Apontamentos).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 18/07/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 31/07/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

PORTO VELHO, 17/07/2023

Francielli Bertolett - Tabeliã Interina1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TITULOS E DOCUMENTOS
AV. CARLOS GOMES,1223 - Salas 412/414 - 4º Andar Porto Shopping - Centro CEP. 76.801-123 - Porto Velho/RO - Fone/Fax: (69) 3223-8524
Tabeliã Interina: Francielli Bertolett
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS, localizado no endereço acima, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 1210396
Devedor: AUTO POSTO POSSAMAI LTDA
CPF/CNPJ: 05.927.452/0001-37

Protocolo: 1210401
Devedor: JANILDO GREGORIO DOS REIS.
CPF/CNPJ: 497.658.682-00

Protocolo: 1210407
Devedor: EDERALDO LUIZ SPINARDI
CPF/CNPJ: 763.040.609-63

Protocolo: 1210414
Devedor: SERGIO DE AZEVEDO FORTES
CPF/CNPJ: 517.055.752-34

Protocolo: 1210421
Devedor: ANGELA MARIA CORREIA DA LUZ
CPF/CNPJ: 017.955.871-48

Protocolo: 1210426
Devedor: JEOVA PEREIRA DE MORAIS
CPF/CNPJ: 780.177.694-15

Protocolo: 1210429
Devedor: EXPEDITO FERREIRA DE SOUZA
CPF/CNPJ: 039.321.412-53

Protocolo: 1210431
Devedor: TONIA MARA MIRANDA DE FREITAS
CPF/CNPJ: 408.505.792-87

Protocolo: 1210472
Devedor: COOPERATIVA AGROSSUSTENTAVEL D
CPF/CNPJ: 14.070.598/0001-08

Protocolo: 1210475
Devedor: DILSON FERREIRA DE BRITO JUNIO
CPF/CNPJ: 669.640.912-20

Protocolo: 1210476
Devedor: EVANDRO CRUZ MACEDO DE SOUSA -
CPF/CNPJ: 14.604.269/0001-91

Protocolo: 1210477
Devedor: LUIS ANTONIO BALESTIELLI
CPF/CNPJ: 885.927.152-53

(12 Apontamentos).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 18/07/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 20/07/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

PORTO VELHO, 17/07/2023

Francielli Bertolett - Tabeliã Interina

1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TITULOS E DOCUMENTOS
AV. CARLOS GOMES,1223 - Salas 412/414 - 4º Andar Porto Shopping - Centro CEP. 76.801-123 - Porto Velho/RO - Fone/Fax: (69) 3223-8524
Tabeliã Interina: Francielli Bertolett
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS, localizado no endereço acima, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 1210179
Devedor: JOSE ALMEIDA AZEVEDO
CPF/CNPJ: 34.786.976/0001-53

Protocolo: 1210180
Devedor: PATRICIA BASONI OLIVEIRA 71589
CPF/CNPJ: 39.684.090/0001-12

Protocolo: 1210199
Devedor: MATHEUS COSTA PINHEIRO BASTOS
CPF/CNPJ: 044.273.282-10

Protocolo: 1210200
Devedor: LUIS HENRIQUE EVANGELISTA
CPF/CNPJ: 036.090.982-52

Protocolo: 1210201
Devedor: OSMARINA SOUZA DOS SANTOS
CPF/CNPJ: 107.290.542-68

Protocolo: 1210202
Devedor: JULIANA DE SOUSA DA SILVA
CPF/CNPJ: 050.817.582-80

Protocolo: 1210203
Devedor: BRENDA LAIANE
CPF/CNPJ: 066.286.892-71

Protocolo: 1210204
Devedor: BRENDA LAIANE
CPF/CNPJ: 066.286.892-71

Protocolo: 1210205
Devedor: CLAUDINEIA NOGUEIRA BORGES
CPF/CNPJ: 070.410.308-73

Protocolo: 1210206
Devedor: EMANUELLE GONCALVES COSTA
CPF/CNPJ: 040.600.982-13

Protocolo: 1210214
Devedor: MARIA JOSE DE OLIVEIRA
CPF/CNPJ: 583.299.602-00

Protocolo: 1210234
Devedor: MADALENA MADEIRAS LTDA
CPF/CNPJ: 13.742.629/0001-59

Protocolo: 1210573
Devedor: L & L INDUSTRIA E COMERCIO DE
CPF/CNPJ: 07.605.701/0001-01

(13 Apontamentos).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 18/07/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 20/07/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

PORTO VELHO, 17/07/2023

Francielli Bertolett - Tabeliã Interina1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TITULOS E DOCUMENTOS
AV. CARLOS GOMES,1223 - Salas 412/414 - 4º Andar Porto Shopping - Centro CEP. 76.801-123 - Porto Velho/RO - Fone/Fax: (69) 3223-8524
Tabeliã Interina: Francielli Bertolett
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS, localizado no endereço acima, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 1210245
Devedor: SUELY DA SILVA PAULA PAIXAO
CPF/CNPJ: 607.278.702-97

Protocolo: 1210246
Devedor: DIEGO RUDIELI SCHEFFER
CPF/CNPJ: 876.681.812-53

Protocolo: 1210250
Devedor: JOSE DA SILVA
CPF/CNPJ: 372.864.635-00

Protocolo: 1210265
Devedor: INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIR
CPF/CNPJ: 04.465.569/0001-83

Protocolo: 1210279
Devedor: PAULO CEZAR RODRIGUES
CPF/CNPJ: 230.966.242-91

Protocolo: 1210286
Devedor: FLAVIO HENRIQUE SOLTOVSKI
CPF/CNPJ: 529.355.822-68

Protocolo: 1210333
Devedor: JOSUE CORREA PONCE
CPF/CNPJ: 614.971.772-00

Protocolo: 1210336
Devedor: FABIO DA SILVA BERMEU
CPF/CNPJ: 833.104.952-72

Protocolo: 1210370
Devedor: AELITON BARBOSA ROSA
CPF/CNPJ: 814.883.002-91

Protocolo: 1210372
Devedor: SUELY DA SILVA PAULA PAIXAO
CPF/CNPJ: 607.278.702-97

Protocolo: 1210374
Devedor: JOSE DA SILVA
CPF/CNPJ: 372.864.635-00

Protocolo: 1210385
Devedor: ATHIE ALVES FERNANDES PARAGUAS
CPF/CNPJ: 486.342.712-34

Protocolo: 1210395
Devedor: RODRIGO FURTADO SANTANA
CPF/CNPJ: 053.569.303-64

(13 Apontamentos).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 18/07/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 20/07/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

PORTO VELHO, 17/07/2023

Francielli Bertolett - Tabeliã Interina

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE PORTO VELHO/RO

Of. 950-SRI/2023
EDITAL DE INTIMAÇÃO
(NEGÓCIO FIDUCIÁRIO)
A Registradora Substituta do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Porto Velho/RO, nos termos do art. 26 da Lei 9.514/97, intima o(a) Sr(a). TANIA REGINA MARTINS DOS SANTOS, CPF nº 409.810.702-30, a comparecer na serventia acima citada, situada na Rua João Goulart, nº 3653, Bairro São João Bosco, Porto Velho/RO, CEP: 76.803-824, entre o horário de 09:00 às 15:00 horas dos dias úteis de segunda a sexta-feira, e no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste Edital para PAGAMENTO (purgação da mora) dos valores devidos em atraso, bem como os que vencerem até a data do pagamento, acrescido das despesas legais, referentes ao Instrumento Negocial n° 144441428666, garantido por alienação fiduciária, registrada sob o R-10, na data de 11/02/2021, da Matrícula nº 55.845 do Livro 02 Reg. Geral desta serventia, referente ao imóvel denominado: Apartamento nº 603 do Bloco C do 5º Pavimento do Condomínio Residencial "Montville", situado à Avenida dos Imigrantes nº 5857, Bairro Rio Madeira, sob pena de vencimento antecipado de toda a dívida, a consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor e imediata execução da dívida através de leilão extrajudicial do imóvel. Dado e passado nesta cidade de Porto Velho/RO, em 13 de julho de 2023. A Registradora Substituta.
Maclicia Arielle Pereira da Rocha Vidotto
Registradora Substituta
Ato nº 001/2023

Of. 944-SRI/2023
EDITAL DE INTIMAÇÃO
(NEGÓCIO FIDUCIÁRIO)
A Registradora Substituta do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Porto Velho/RO, nos termos do art. 26 da Lei 9.514/97, intima o(a) Sr(a). LUCINARA FREITAS ASSUMPCAO DE CARVALHO, CPF nº 786.193.432-20, a comparecer na serventia acima citada, situada na Rua João Goulart, nº 3653, Bairro São João Bosco, Porto Velho/RO, CEP: 76.803-824, entre o horário de 09:00 às 15:00 horas dos dias úteis de segunda a sexta-feira, e no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste Edital para PAGAMENTO (purgação da mora) dos valores devidos em atraso, bem como os que vencerem até a data do pagamento, acrescido das despesas legais, referentes ao Instrumento Negocial n° 1053194-2, garantido por alienação fiduciária, registrada sob o R- 13, na data de 27/07/2021, da Matrícula nº 21.644 do Livro 02 Reg. Geral desta serventia, referente ao imóvel denominado: Lote de terras urbano nº 16, Quadra 5, Setor nº 15. Loteamento Jardim Acapu, Bairro Cuniã, situado na cidade de Porto Velho, sob pena de vencimento antecipado de toda a dívida, a consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor e imediata execução da dívida através de leilão extrajudicial do imóvel. Dado e passado nesta cidade de Porto Velho/RO, em 12 de julho de 2023. A Registradora Substituta.
Maclicia Arielle Pereira da Rocha Vidotto
Registradora Substituta
Ato nº 001/2023

Of. 922-SRI/2023
EDITAL DE INTIMAÇÃO
(NEGÓCIO FIDUCIÁRIO)
A Registradora Substituta do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Porto Velho/RO, nos termos do art. 26 da Lei 9.514/97, intima o(a) Sr(a). FRANCISCO DAS CHAGAS SAMPAIO DE CARVALHO, CPF nº 408.915.932-68, a comparecer na serventia acima citada, situada na Rua João Goulart, nº 3653, Bairro São João Bosco, Porto Velho/RO, CEP: 76.803-824, entre o horário de 09:00 às 15:00 horas dos dias úteis de segunda a sexta-feira, e no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste Edital para PAGAMENTO (purgação da mora) dos valores devidos em atraso, bem como os que vencerem até a data do pagamento, acrescido das despesas legais, referentes ao Instrumento Negocial n° 1053194-2, garantido por alienação fiduciária, registrada sob o R- 13, na data de 27/07/2021, da Matrícula nº 21.644 do Livro 02 Reg. Geral desta serventia, referente ao imóvel denominado: Lote de terras urbano nº 16, Quadra 5, Setor 15, Loteamento Jardim Acapu, Bairro Cuniã, sob pena de vencimento antecipado de toda a dívida, a consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor e imediata execução da dívida através de leilão extrajudicial do imóvel. Dado e passado nesta cidade de Porto Velho/RO, em 11 de julho de 2023. A Registradora Substituta.
Maclicia Arielle Pereira da Rocha Vidotto
Registradora Substituta
Ato nº 001/2023

Of. 947-SRI/2023
EDITAL DE INTIMAÇÃO
(NEGÓCIO FIDUCIÁRIO)
A Registradora Substituta do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Porto Velho/RO, nos termos do art. 26 da Lei 9.514/97, intima o(a) Sr(a). CLAUDINEIA ARAÚJO DE SOUZA SANTANA, CPF nº 071.944.896-43, a comparecer na serventia acima citada, situada na Rua João Goulart, nº 3653, Bairro São João Bosco, Porto Velho/RO, CEP: 76.803-824, entre o horário de 09:00 às 15:00 horas dos dias úteis de segunda a sexta-feira, e no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste Edital para PAGAMENTO (purgação da mora) dos valores devidos em atraso, bem como os que vencerem até a data do pagamento, acrescido das despesas legais, referentes ao Instrumento Negocial n° 144440502758, garantido por alienação fiduciária, registrada sob o R-09, na data de 14/05/2014, da Matrícula nº 34.006 do Livro 02 Reg. Geral desta serventia, referente ao imóvel denominado: Lote de terras urbano nº 44, Quadra 7, Loteamento Conj. Res. Rio Trombetas, sob pena de vencimento antecipado de toda a dívida, a consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor e imediata execução da dívida através de leilão extrajudicial do imóvel. Dado e passado nesta cidade de Porto Velho/RO, em 12 de julho de 2023. A Registradora Substituta.
Maclicia Arielle Pereira da Rocha Vidotto
Registradora Substituta
Ato nº 001/2023

Of. 943-SRI/2023
EDITAL DE INTIMAÇÃO
(NEGÓCIO FIDUCIÁRIO)
A Registradora Substituta do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Porto Velho/RO, nos termos do art. 26 da Lei 9.514/97, intima o(a) Sr(a). CARLOS EDUARDO FERREIRA, CPF nº 942.942.918-34, a comparecer na serventia acima citada, situada na Rua João Goulart, nº 3653, Bairro São João Bosco, Porto Velho/RO, CEP: 76.803-824, entre o horário de 09:00 às 15:00 horas dos dias úteis de segunda a sexta-feira, e no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste Edital para PA-GAMENTO (purgação da mora) dos valores devidos em atraso, bem como os que vencerem até a data do pagamento, acrescido das despesas legais, referentes ao Instrumento Negocial n° 106328005314, garantido por alienação fiduciária, registrada sob o R- 08, na data de 08/04/2009, da Matrícula nº 20.731 do Livro 02 Reg. Geral desta serventia, referente ao imóvel denominado: Lote de terras urbano nº 40, Quadra 14, Setor 12, sob pena de vencimento antecipado de toda a dívida, a consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor e imediata execução da dívida através de leilão extrajudicial do imóvel. Dado e passado nesta cidade de Porto Velho/RO, em 12 de julho de 2023. A Registradora Substituta.
Maclicia Arielle Pereira da Rocha Vidotto
Registradora Substituta
Ato nº 001/2023

Of. 948-SRI/2023
EDITAL DE INTIMAÇÃO
(NEGÓCIO FIDUCIÁRIO)
A Registradora Substituta do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Porto Velho/RO, nos termos do art. 26 da Lei 9.514/97, intima o(a) Sr(a). NEY LUIZ SANTANA, CPF nº 636.616.246-87, a comparecer na serventia acima citada, situada na Rua João Goulart, nº 3653, Bairro São João Bosco, Porto Velho/RO, CEP: 76.803-824, entre o horário de 09:00 às 15:00 horas dos dias úteis de segunda a sexta-feira, e no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste Edital para PAGAMENTO (purgação da mora) dos valores devidos em atraso, bem como os que vencerem até a data do pagamento, acrescido das despesas legais, referentes ao Instrumento Negocial n° 144440502758, garantido por alienação fiduciária, registrada sob o R-09, na data de 14/05/2014, da Matrícula nº 34.006 do Livro 02 Reg. Geral desta serventia, referente ao imóvel denominado: Lote de terras urbano nº 44, Quadra 7, Loteamento Conj. Res. Rio Trombetas, sob pena de vencimento anteci-pado de toda a dívida, a consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor e imediata execução da dívida através de leilão extrajudicial do imóvel. Dado e passado nesta cidade de Porto Velho/RO, em 12 de julho de 2023. A Registradora Substituta.
Maclicia Arielle Pereira da Rocha Vidotto
Registradora Substituta
Ato nº 001/2023

Of. 943-SRI/2023
EDITAL DE INTIMAÇÃO
(NEGÓCIO FIDUCIÁRIO)
A Registradora Substituta do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Porto Velho/RO, nos termos do art. 26 da Lei 9.514/97, intima o(a) Sr(a). CARLOS EDUARDO FERREIRA, CPF nº 942.942.918-34, a comparecer na serventia acima citada, situada na Rua João Goulart, nº 3653, Bairro São João Bosco, Porto Velho/RO, CEP: 76.803-824, entre o horário de 09:00 às 15:00 horas dos dias úteis de segunda a sexta-feira, e no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste Edital para PA-GAMENTO (purgação da mora) dos valores devidos em atraso, bem como os que vencerem até a data do pagamento, acrescido das despesas legais, referentes ao Instrumento Negocial n° 106328005314, garantido por alienação fiduciária, registrada sob o R- 08, na data de 08/04/2009, da Matrícula nº 20.731 do Livro 02 Reg. Geral desta serventia, referente ao imóvel denominado: Lote de terras urbano nº 40, Quadra 14, Setor 12, sob pena de vencimento antecipado de toda a dívida, a consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor e imediata execução da dívida através de leilão extrajudicial do imóvel. Dado e passado nesta cidade de Porto Velho/RO, em 12 de julho de 2023. A Registradora Substituta.
Maclicia Arielle Pereira da Rocha Vidotto
Registradora Substituta
Ato nº 001/2023

Of. 924-SRI/2023
EDITAL DE INTIMAÇÃO
(NEGÓCIO FIDUCIÁRIO)
A Registradora Substituta do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Porto Velho/RO, nos termos do art. 26 da Lei 9.514/97, intima o(a) Sr(a). ALESSANDRA DE SOUZA MELO DOBRE, CPF nº 634.566.722-68, a comparecer na serventia acima citada, situada na Rua João Goulart, nº 3653, Bairro São João Bosco, Porto Velho/RO, CEP: 76.803-824, entre o horário de 09:00 às 15:00 horas dos dias úteis de segunda a sexta-feira, e no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste Edital para PAGAMENTO (purgação da mora) dos valores devidos em atraso, bem como os que vencerem até a data do pagamento, acrescido das despesas legais, referentes ao Instrumento Negocial n° 155550016200, garantido por alienação fiduciária, registrada sob o R- 04, na data de 22/03/2010, da Matrícula nº 54.988 do Livro 02 Reg. Geral desta serventia, referente ao imóvel denominado: Lote de Terras Urbano nº 0159, situado na Quadra nº 083, Setor nº 12, à Rua Arruda Fontes Cabral, nº 971, Bairro Agenor Martins de Carvalho, na cidade de Porto Velho-RO, sob pena de vencimento antecipado de toda a dívida, a consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor e imediata execução da dívida através de leilão extrajudicial do imóvel. Dado e passado nesta cidade de Porto Velho/RO, em 11 de julho de 2023. A Registradora Substituta.
Maclicia Arielle Pereira da Rocha Vidotto
Registradora Substituta
Ato nº 001/2023

2º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 61-D FOLHA: 112 TERMO: 12125
Faz saber que pretendem casar-se, sob o COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS os noivos: ANDREWS SOUZA e KERLA OLIVEIRA DA SILVA. Ele, brasileiro, solteira, com a profissão de engenheiro florestal, natural de Porto Velho-RO, nascido em 26 de junho de 1971, residente na Avenida Jatuarana, residencial rio bonito, 9B, ap 101, n° 5695, Floresta, Porto Velho, RO, filho de OSVALDO SOUZA, residente e domiciliado na cidade de Porto Velho-RO e MARIA DAS GRAÇAS SOUZA, residente e domiciliada na cidade de Porto Velho-RO. Ela, brasileira, solteira, com a profissão de microempreendedor, natural de Porto Velho-RO, nascida em 03 de março de 1979, residente na Avenida Jatuarana, residencial rio bonito, 9B, ap 101, n° 5695, Floresta, Porto Velho, RO, filho de FRANCISCO MOURA DA SILVA, residente e domiciliado na cidade de , Porto Velho-RO e MARIA MADALENA PEREIRA OLIVEIRA, residente e domiciliada na cidade de Porto Velho-RO. E que após o casamento pretendemos chamar-se: ANDREWS SOUZA (SEM ALTERAÇÃO) e KERLA OLIVEIRA DA SILVA (SEM ALTERAÇÃO). Apresentaram os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado no prazo legal, em cartório.
Porto Velho/RO, 29 de junho de 2023.
Danubia do Nascimento Souza Ferreira
Escrevente Autorizada

HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 61-D FOLHA: 138 TERMO: 12151
Faz saber que pretendem casar-se, sob o COMUNHÃO PARCIAL DE BENS os noivos: GERALDO SANTOS DE MORAIS JUNIOR e MARIA JOANA PENEDO DE OLIVEIRA. Ele, brasileiro, divorciado, com a profissão de autônomo, natural de Ariquemes-RO, nascido em 25 de setembro de 1984 , residente na Rua Jardins, 1227, Bairro Novo, cond. Hortência, Casa 214, Porto Velho, RO, filho de GERALDO SANTOS DE MORAIS, residente e domiciliado na cidade de Porto Velho-RO e LUCIMAR DA COSTA LIMA, residente e domiciliada na cidade de Porto Velho-RO. Ela, brasileira, divorciada, com a profissão de assistente fiscal, natural de Cruzeiro do Sul-AC, nascido em 24 de junho de 1986, residente na Rua Jardins, 1227, Bairro Novo, cond. Hortência, Casa 214, Porto Velho, RO, filho de MARIA FRANCISCA PENEDO DE OLIVEIRA, residente e domiciliado na cidade de Porto Velho-RO e MARIA FRANCISCA PENEDO DE OLIVEIRA, residente e domiciliada na cidade de Porto Velho-RO. E que após o casamento pretendemos chamar-se: GERALDO SANTOS DE MORAIS JUNIOR (SEM ALTERAÇÃO) e MARIA JOANA PENEDO DE OLIVEIRA (SEM ALTERAÇÃO). Apresentaram os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado no prazo legal, em cartório.
Porto Velho/RO, 13 de julho de 2023.
Letícia Pimentel Ferreira
Escrevente Autorizada

HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 61-D FOLHA: 139 TERMO: 12152
Faz saber que pretendem casar-se, sob o COMUNHÃO PARCIAL DE BENS os noivos: JOSÉ MARIA RODRIGUES e MARLY TEREZINHA MAZOCCO. Ele, brasileiro, solteiro, com a profissão de motorista, natural de Rolim de Moura-RO, nascido em 04 de dezembro de 1976, residente na Rua México, n° 2832, Nova Porto Velho, Porto Velho, RO, filho de LUDIMILA RODRIGUES DE OLIVEIRA, residente e domiciliada na cidade de Costa Marques-RO. Ela, brasileira, divorciada, com a profissão de autônoma, natural de Faxinal dos Guedes-SC, nascida em 24 de julho de 1963, residente na Rua México, n° 2832, Nova Porto Velho, Porto Velho, RO, filho de ADELINO MAZOCCO (FALECIDO HÁ 55 ANOS), e ANA MAZOCCO (FALECIDA HÁ 25 ANOS). E que após o casamento pretendemos chamar-se: JOSÉ MARIA RODRIGUES (SEM ALTERAÇÃO) e MARLY TEREZINHA MAZOCCO (SEM ALTERAÇÃO). Apresentaram os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado no prazo legal, em cartório.
Porto Velho/RO, 14 de julho de 2023.
Letícia Pimentel Ferreira
Escrevente Autorizada

2º TABELIONATO DE PROTESTO

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 2º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE PORTO VELHO-RO, localizado à Rua Dom Pedro II, 637, salas 905 e 907, 9º Andar Edifício Centro Empresarial Porto Velho - Centro, CEP. 76.801-151, em Porto Velho-RO, Fone 69 3224-4402 / 98446-3440, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 627905
Devedor: BRUNA ALMEIDA DO NASCIMENTO , CPF/CNPJ: 000.903.422-67

Protocolo: 628104
Devedor: DAIANE FERREIRA DE MELO CAMPOS, CPF/CNPJ: 948.888.842-34

Protocolo: 628223
Devedor: PAULO HENRIQUE RODRIGUES , CPF/CNPJ: 019.009.712-40

Protocolo: 628257
Devedor: JANILDE QUARESMA DE CARVALHO O, CPF/CNPJ: 576.931.372-20

Protocolo: 628258
Devedor: JANILDE QUARESMA DE CARVALHO O, CPF/CNPJ: 576.931.372-20

Protocolo: 628259
Devedor: JANILDE QUARESMA DE CARVALHO O, CPF/CNPJ: 576.931.372-20

Protocolo: 628344
Devedor: FRANCISCO DA SILVA MOURA , CPF/CNPJ: 960.273.632-15

Protocolo: 628345
Devedor: FRANCISCO DA SILVA MOURA , CPF/CNPJ: 960.273.632-15

Protocolo: 628346
Devedor: FRANCISCO DA SILVA MOURA , CPF/CNPJ: 960.273.632-15

Protocolo: 628376
Devedor: TERCIA FERREIRA DE ARAUJO CAST, CPF/CNPJ: 421.729.002-06

Protocolo: 628382
Devedor: ELIANE DA SILVA OLIVEIRA , CPF/CNPJ: 039.713.472-07

Protocolo: 628415
Devedor: VERA LUCIA BASTOS NOGUEIRA , CPF/CNPJ: 350.262.782-72

Protocolo: 628417
Devedor: VERA LUCIA BASTOS NOGUEIRA , CPF/CNPJ: 350.262.782-72

Protocolo: 628418
Devedor: VERA LUCIA BASTOS NOGUEIRA , CPF/CNPJ: 350.262.782-72

Protocolo: 628419
Devedor: VERA LUCIA BASTOS NOGUEIRA , CPF/CNPJ: 350.262.782-72

Protocolo: 628420
Devedor: VERA LUCIA BASTOS NOGUEIRA , CPF/CNPJ: 350.262.782-72

Protocolo: 628421
Devedor: VERA LUCIA BASTOS NOGUEIRA , CPF/CNPJ: 350.262.782-72

Protocolo: 628442
Devedor: DOUGLAS ABRANTES VIANA CHAVES , CPF/CNPJ: 940.021.852-49

Protocolo: 628484
Devedor: JULIA MARIA FERNANDES FREITAS , CPF/CNPJ: 080.411.416-17

Protocolo: 628498
Devedor: MARIA EDNA SANTIAGO , CPF/CNPJ: 152.063.862-00

Protocolo: 628531
Devedor: MARCONI VIEIRA , CPF/CNPJ: 640.637.472-04

Protocolo: 628532
Devedor: MARCONI VIEIRA , CPF/CNPJ: 640.637.472-04

Protocolo: 628556
Devedor: DOUGLAS ABRANTES VIANA CHAVES , CPF/CNPJ: 940.021.852-49

Protocolo: 628557
Devedor: RODOLFO AURELIANO SANGUINO , CPF/CNPJ: 420.808.432-49

Protocolo: 628558
Devedor: JOSE RIBAMAR SANTOS MAIA , CPF/CNPJ: 916.004.562-00

Protocolo: 628569
Devedor: TATIANE NASCIMENTO DA SILVA , CPF/CNPJ: 997.127.922-34

Protocolo: 628570
Devedor: DOUGLAS ABRANTES VIANA CHAVES , CPF/CNPJ: 940.021.852-49

Protocolo: 628579
Devedor: TATIANE NASCIMENTO DA SILVA , CPF/CNPJ: 997.127.922-34

Protocolo: 628580
Devedor: JOAO PEDRO MARQUES DOS SANTOS , CPF/CNPJ: 058.058.872-66

Protocolo: 628595
Devedor: JOSINEIDE GONCALVES DA SILVA , CPF/CNPJ: 737.427.674-53

Protocolo: 628596
Devedor: JOSINEIDE GONCALVES DA SILVA , CPF/CNPJ: 737.427.674-53

Protocolo: 628597
Devedor: JOSINEIDE GONCALVES DA SILVA , CPF/CNPJ: 737.427.674-53

Protocolo: 628647
Devedor: HELIO SILVA DE MELO NETO , CPF/CNPJ: 836.246.512-34

Protocolo: 628675
Devedor: VALMIR RODRIGUES PIMENTA , CPF/CNPJ: 795.540.402-53

Protocolo: 628693
Devedor: RODRIGO DA SILVA ROCHA , CPF/CNPJ: 027.530.682-83

Protocolo: 628699
Devedor: BRUNO LEIVI VALE VAITEROSCKI D, CPF/CNPJ: 025.903.592-09

Protocolo: 628701
Devedor: FRANCISCO DE ASSIS ALEXANDRE R, CPF/CNPJ: 021.683.042-70

Protocolo: 628727
Devedor: SIDNEY ROQUE MILANI , CPF/CNPJ: 349.078.662-91

Protocolo: 628779
Devedor: RODRIGO CARROCIA , CPF/CNPJ: 312.855.128-63

Protocolo: 628781
Devedor: EUDES SOUZA FROES , CPF/CNPJ: 245.785.092-49

Protocolo: 628785
Devedor: RICARDO DA COSTA PEREIRA , CPF/CNPJ: 724.784.462-00

Protocolo: 628786
Devedor: RICARDO DA COSTA PEREIRA , CPF/CNPJ: 724.784.462-00

Protocolo: 628800
Devedor: JEFFERSON WENDLING TREVISAN , CPF/CNPJ: 015.283.872-44

Protocolo: 628801
Devedor: JEFFERSON WENDLING TREVISAN , CPF/CNPJ: 015.283.872-44

Protocolo: 628812
Devedor: OTAVIO FIALHO DE MOURA , CPF/CNPJ: 103.483.778-86

Protocolo: 628818
Devedor: ROSIANE CARVALHO DE JESUS , CPF/CNPJ: 757.856.172-34

Protocolo: 628841
Devedor: ANA MARIA C DOS SANTOS SILVA , CPF/CNPJ: 106.752.562-91

Protocolo: 628851
Devedor: PEDRO DE CARVALHO , CPF/CNPJ: 249.777.642-34

Protocolo: 628852
Devedor: PEDRO DE CARVALHO , CPF/CNPJ: 249.777.642-34

Protocolo: 628853
Devedor: PEDRO DE CARVALHO , CPF/CNPJ: 249.777.642-34

Protocolo: 628907
Devedor: T. L. L. COELHO LTDA , CPF/CNPJ: 34.803.332/0001-26

Protocolo: 628931
Devedor: DILSON VIEIRA SOBRAL , CPF/CNPJ: 555.692.859-20

Protocolo: 628940
Devedor: ESPACO DO BANHO E AROMAS LTDA , CPF/CNPJ: 01.512.104/0238-65

Protocolo: 628941
Devedor: ESPACO DO BANHO E AROMAS LTDA , CPF/CNPJ: 01.512.104/0238-65

Protocolo: 628942
Devedor: ESPACO DO BANHO E AROMAS LTDA , CPF/CNPJ: 01.512.104/0238-65

Protocolo: 628943
Devedor: ESPACO DO BANHO E AROMAS LTDA , CPF/CNPJ: 01.512.104/0238-65

Protocolo: 628951
Devedor: A S BRASIL LTDA , CPF/CNPJ: 43.494.423/0001-18

Protocolo: 628966
Devedor: VINICIUS TAKAO TAZO GASPAR 038, CPF/CNPJ: 42.481.995/0001-08

Protocolo: 628985
Devedor: AMAURI EVARISTO PARADELA 58980, CPF/CNPJ: 31.367.934/0001-90

Protocolo: 628986
Devedor: AMAURI EVARISTO PARADELA 58980, CPF/CNPJ: 31.367.934/0001-90

Protocolo: 628995
Devedor: R. H. REIS COMERCIO LTDA , CPF/CNPJ: 12.077.803/0001-23

Protocolo: 628999
Devedor: GEOVANE RIBEIRO DA SILVA 06948, CPF/CNPJ: 41.307.801/0001-81

Protocolo: 629067
Devedor: SUPERMERCADO BRASILEIRO LTDA , CPF/CNPJ: 34.718.379/0001-91

Protocolo: 629087
Devedor: JORDY DO NASCIMENTO CUBA 00123, CPF/CNPJ: 34.979.128/0001-60

Protocolo: 629107
Devedor: SUZANA CRISTINA BROGIO BERSSAN, CPF/CNPJ: 24.765.457/0001-55

Protocolo: 629124
Devedor: GANESH LOGISTICA E DISTRIBUICA, CPF/CNPJ: 07.987.185/0003-80

Protocolo: 629138
Devedor: GANESH LOGISTICA E DISTRIBUICA, CPF/CNPJ: 07.987.185/0003-80

Protocolo: 629140
Devedor: G T SALES COMERCIO DE MADEIRAS, CPF/CNPJ: 15.761.533/0001-63

Protocolo: 629165
Devedor: ESPACO DO BANHO E AROMAS LTDA , CPF/CNPJ: 01.512.104/0238-65

Protocolo: 629166
Devedor: ESPACO DO BANHO E AROMAS LTDA , CPF/CNPJ: 01.512.104/0238-65

Protocolo: 629209
Devedor: JOSE EUFRASIO RIBEIRO , CPF/CNPJ: 264.527.906-68

Protocolo: 629222
Devedor: ANTONIO MARIA DOS SANTOS DA SI, CPF/CNPJ: 161.664.502-49

Protocolo: 629223
Devedor: ADAILTON DE MELO GUIMARAES , CPF/CNPJ: 072.717.947-00

Protocolo: 629229
Devedor: ANTONIO COSME DE ARAUJO CAVALC, CPF/CNPJ: 161.905.482-53

Protocolo: 629255
Devedor: CICERO JOAO DA SILVA , CPF/CNPJ: 24.032.233/0001-34

Protocolo: 629259
Devedor: CICERO JOAO DA SILVA , CPF/CNPJ: 24.032.233/0001-34

(76 Apontamentos).
E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 18/07/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 19/07/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

Porto Velho 17/07/2023
TAMIRIS NUNES DUALIBI - TABELIÃ TITULAR

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente Edital, o 2º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE PORTO VELHO-RO, localizado à Rua Dom Pedro II, 637, salas 905 e 907, 9º Andar Edifício Centro Empresarial Porto Velho - Centro, CEP. 76.801-151, em Porto Velho-RO, Fone 69 3224-4402 / 98446-3440, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder título apontado para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 630395
Devedor: SAMANTHA SULAMITA SOARES , CPF/CNPJ: 000.258.152-37

(1 Apontamentos).
E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 18/07/2023, na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, por não terem sido encontrados, intimados para todos os fins de direito, cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 31/07/2023 (prazo limite), se antes não forem evitados. Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas no Tabelionato.

Porto Velho 17/07/2023
TAMIRIS NUNES DUALIBI - TABELIÃ TITULAR

3º TABELIONATO DE PROTESTO

COMARCA DE PORTO VELHO
3º TABELIONATO DE PROTESTO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Pelo presente edital, o 3º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS - TABELIONATO FACHIN, localizado à Rua Dom Pedro II, 637, salas 505 e 507 (5º andar) Edifício Centro Empresarial Porto Velho, fone 69 3211 4141 - Centro, em PORTO VELHO-RO, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas e que não foi possível realizar a intimação no endereço indicado pelo Apresentante, que tem em seu poder títulos apontados para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 414519
Devedor: RAIMUNDO DANIEL PSOBRINHO CPF/CNPJ: 079.648.112-15
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 414558
Devedor: ELAINE DE OLIVEIRA NORONHA CRUZ CPF/CNPJ: 340.968.502-25
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 414697
Devedor: RAINEI ROGER PEREIRA FERREIRA CPF/CNPJ: 839.057.312-15
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 414701
Devedor: R B RIBEIRO JUNIOR MATERIAL DE CONSTRUCA CPF/CNPJ: 48.673.092/0001-05
(Motivo: RECUSADO)

Protocolo: 414702
Devedor: YCARO JOSE MARTINS LIMA CPF/CNPJ: 994.600.502-63
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 414712
Devedor: TALISMAR DO NASCIMENTO PINHEIRO CPF/CNPJ: 11.581.102/0001-64
(Motivo: RECUSADO)

Protocolo: 414714
Devedor: ANTENOR DE MOURA MARQUES CPF/CNPJ: 143.181.801-15
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 414718
Devedor: EDSON FERREIRA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 487.030.608-53
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 414754
Devedor: TIGRE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA ME CPF/CNPJ: 22.190.795/0001-80
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 414755
Devedor: TIGRE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA ME CPF/CNPJ: 22.190.795/0001-80
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 414756
Devedor: TIGRE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA ME CPF/CNPJ: 22.190.795/0001-80
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 414757
Devedor: TIGRE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA ME CPF/CNPJ: 22.190.795/0001-80
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 414772
Devedor: FRANCISCA LOPES DOS SANTOS CPF/CNPJ: 142.884.512-72
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 414809
Devedor: REGINALDO GIRELLI MACHADO CPF/CNPJ: 478.819.252-72
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 414821
Devedor: ELISSON FELIPE FRANCO FIGUEIRA LIMA CPF/CNPJ: 38.102.112/0001-26
(Motivo: DESCONHECIDO NO ENDEREÇO)

Protocolo: 414831
Devedor: ALDENORA FERREIRA PORTELA CPF/CNPJ: 599.508.892-00
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 414832
Devedor: ALDENORA FERREIRA PORTELA CPF/CNPJ: 599.508.892-00
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 414833
Devedor: ALDENORA FERREIRA PORTELA CPF/CNPJ: 599.508.892-00
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 414834
Devedor: ALDENORA FERREIRA PORTELA CPF/CNPJ: 599.508.892-00
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 414835
Devedor: ALDENORA FERREIRA PORTELA CPF/CNPJ: 599.508.892-00
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 414836
Devedor: ALDENORA FERREIRA PORTELA CPF/CNPJ: 599.508.892-00
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 414878
Devedor: JESSICA SILVA DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 986.868.362-91
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 414879
Devedor: JESSICA SILVA DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 986.868.362-91
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 414880
Devedor: JESSICA SILVA DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 986.868.362-91
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 414901
Devedor: UBIRATAN SANTOS DE JESUS CPF/CNPJ: 012.422.775-95
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 414902
Devedor: UBIRATAN SANTOS DE JESUS CPF/CNPJ: 012.422.775-95
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 414931
Devedor: EDNA BRITO DA SILVEIRA CPF/CNPJ: 438.336.402-00
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 414941
Devedor: EDNA BRITO DA SILVEIRA CPF/CNPJ: 438.336.402-00
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 414942
Devedor: EDNA BRITO DA SILVEIRA CPF/CNPJ: 438.336.402-00
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 414943
Devedor: EDNA BRITO DA SILVEIRA CPF/CNPJ: 438.336.402-00
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 414962
Devedor: WALLISON RAWDRY SENA LEMES CPF/CNPJ: 011.704.672-88
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 414963
Devedor: WALLISON RAWDRY SENA LEMES CPF/CNPJ: 011.704.672-88
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 414964
Devedor: WALLISON RAWDRY SENA LEMES CPF/CNPJ: 011.704.672-88
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 414965
Devedor: WALLISON RAWDRY SENA LEMES CPF/CNPJ: 011.704.672-88
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 414966
Devedor: WALLISON RAWDRY SENA LEMES CPF/CNPJ: 011.704.672-88
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415025
Devedor: PAULO HENRIQUE FERREIRA DE FREITAS CPF/CNPJ: 005.269.292-27
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 415026
Devedor: PAULO HENRIQUE FERREIRA DE FREITAS CPF/CNPJ: 005.269.292-27
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 415027
Devedor: PAULO HENRIQUE FERREIRA DE FREITAS CPF/CNPJ: 005.269.292-27
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 415028
Devedor: PAULO HENRIQUE FERREIRA DE FREITAS CPF/CNPJ: 005.269.292-27
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 415029
Devedor: PAULO HENRIQUE FERREIRA DE FREITAS CPF/CNPJ: 005.269.292-27
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 415030
Devedor: DALTEIR BRASIL DA SILVA CPF/CNPJ: 029.293.144-19
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 415031
Devedor: DALTEIR BRASIL DA SILVA CPF/CNPJ: 029.293.144-19
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 415032
Devedor: DALTEIR BRASIL DA SILVA CPF/CNPJ: 029.293.144-19
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 415061
Devedor: SILVINHO PALHETA DA COSTA CPF/CNPJ: 545.141.422-04
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415066
Devedor: CLARA DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA CPF/CNPJ: 30.712.687/0002-30
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415078
Devedor: EDMAR MAIA DA SILVA JUNIOR 02719422231 CPF/CNPJ: 45.157.878/0001-73
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415082
Devedor: ARIELE MARQUES PEREIRA 03139406223 CPF/CNPJ: 48.281.037/0001-61
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415102
Devedor: ANA CASSIA DA SILVA DUQUEZA CPF/CNPJ: 011.305.922-19
(Motivo: NÃO EXISTE O Nº INDICADO)

Protocolo: 415104
Devedor: GABRIEL RIGO DOS SANTOS CPF/CNPJ: 043.381.902-21
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 415190
Devedor: ROGERIO DE SIQUEIRA RODRIGUES CPF/CNPJ: 003.106.512-04
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415191
Devedor: ROGERIO DE SIQUEIRA RODRIGUES CPF/CNPJ: 003.106.512-04
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415227
Devedor: RONIVALDO MASCARENHAS DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 645.833.335-87
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415253
Devedor: LUSIMAR ALVES DA SILVA CPF/CNPJ: 096.680.838-06
(Motivo: NÃO EXISTE O Nº INDICADO)

Protocolo: 415254
Devedor: LUSIMAR ALVES DA SILVA CPF/CNPJ: 096.680.838-06
(Motivo: NÃO EXISTE O Nº INDICADO)

Protocolo: 415325
Devedor: MERCADO SACOLA CHEIA LTDA CPF/CNPJ: 17.450.150/0001-08
(Motivo: RECUSADO)

Protocolo: 415326
Devedor: MERCADO SACOLA CHEIA LTDA CPF/CNPJ: 17.450.150/0001-08
(Motivo: RECUSADO)

Protocolo: 415330
Devedor: CELSO ANTONIO GONCALVES PEREIRA 94106584 CPF/CNPJ: 36.782.649/0001-59
(Motivo: NÃO EXISTE O Nº INDICADO)

Protocolo: 415331
Devedor: CELSO ANTONIO GONCALVES PEREIRA 94106584 CPF/CNPJ: 36.782.649/0001-59
(Motivo: NÃO EXISTE O Nº INDICADO)

Protocolo: 415385
Devedor: FURTUNATO COMPANY COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPF/CNPJ: 38.485.319/0003-99
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415402
Devedor: 38.357.405 FRANCISCO FABIO DA SILVA CPF/CNPJ: 38.357.405/0001-54
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415406
Devedor: HELO ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI CPF/CNPJ: 24.502.136/0001-68
(Motivo: DESCONHECIDO NO ENDEREÇO)

Protocolo: 415420
Devedor: RAFAEL SILVA PAMPLONA CPF/CNPJ: 017.406.082-32
(Motivo: NÃO EXISTE O Nº INDICADO)

Protocolo: 415421
Devedor: RAMOS & COUTO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME CPF/CNPJ: 05.435.147/0002-09
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 415430
Devedor: SMASHEL FERNANDO DO NASCIMENTO ROSA 017745132 CPF/CNPJ: 40.443.273/0001-25
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 415440
Devedor: TRIMAQ COMERCIO E SERVICOS DE PECAS PARA TRAT CPF/CNPJ: 12.462.323/0001-86
(Motivo: RECUSADO)

Protocolo: 415449
Devedor: A S COMERCIO DE VEICULOS NOVOS E USADOS LTDA CPF/CNPJ: 18.484.494/0001-92
(Motivo: RECUSADO)

Protocolo: 415455
Devedor: CLARA DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA CPF/CNPJ: 30.712.687/0002-30
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415456
Devedor: VALTEMIR DA SILVA LIMA 59335041220 CPF/CNPJ: 30.211.202/0001-43
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 415460
Devedor: MAIARA JESSICA PEREIRA DE ARAUJO 02037673221 CPF/CNPJ: 28.117.454/0001-66
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415461
Devedor: CEZAR DUARTE BARBOSA 74887645287 CPF/CNPJ: 45.699.738/0001-27
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415462
Devedor: ALDAIR DE LIMA DA SILVA 02643905121 CPF/CNPJ: 27.424.482/0001-63
(Motivo: DESCONHECIDO NO ENDEREÇO)

Protocolo: 415465
Devedor: TAINARA N DA SILVA CPF/CNPJ: 44.023.221/0001-50
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415466
Devedor: TAINARA N DA SILVA CPF/CNPJ: 44.023.221/0001-50
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415469
Devedor: MARCOS G MUNHOZ CPF/CNPJ: 44.493.589/0001-82
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415486
Devedor: N.D.DA SILVA NOVARETTI CPF/CNPJ: 29.906.673/0001-97
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 415487
Devedor: ESSENCE ODONTOLOGIA PREVENTIVA LTDA CPF/CNPJ: 30.611.963/0001-92
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415495
Devedor: CENTER LESTE FONSECA LTDA CPF/CNPJ: 15.920.191/0001-87
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415506
Devedor: V. M. G. MACHADO - ME CPF/CNPJ: 29.171.111/0001-42
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 415518
Devedor: GILMAR JEFERSON CAETANO DA SILVA COSTA 920385 CPF/CNPJ: 46.115.774/0001-69
(Motivo: NÃO EXISTE O Nº INDICADO)

Protocolo: 415520
Devedor: KAPPA CONSTRUCOES, COMERCIO E TRANSPORTES IMP CPF/CNPJ: 05.386.751/0001-01
(Motivo: NÃO EXISTE O Nº INDICADO)

Protocolo: 415535
Devedor: FARMACIA PRECO BAIXO DE ROLIM DE MOURA LTDA CPF/CNPJ: 19.199.201/0001-98
(Motivo: DESCONHECIDO NO ENDEREÇO)

Protocolo: 415541
Devedor: AIESKA MACIEL DA SILVA 01762490102 CPF/CNPJ: 35.013.943/0001-33
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 415542
Devedor: ALBERT SOARES DE SOUZA 99397102591 CPF/CNPJ: 45.297.965/0001-26
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415574
Devedor: MONICA CRISTINA RODRIGUES LIMA 60019698330 CPF/CNPJ: 45.805.894/0001-25
(Motivo: DESCONHECIDO NO ENDEREÇO)

Protocolo: 415586
Devedor: M. F. DOS REIS LTDA CPF/CNPJ: 20.351.373/0001-14
(Motivo: RECUSADO)

Protocolo: 415605
Devedor: ARDENAS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA CPF/CNPJ: 39.694.095/0001-26
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415623
Devedor: M. F. DOS REIS LTDA CPF/CNPJ: 20.351.373/0001-14
(Motivo: RECUSADO)

Protocolo: 415634
Devedor: BOMBAY IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA CPF/CNPJ: 37.012.394/0002-99
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415641
Devedor: FABRICA DE GELO SOUZA LTDA - EPP CPF/CNPJ: 22.850.804/0001-12
(Motivo: RECUSADO)

Protocolo: 415680
Devedor: ANTONIO CARLOS AIDAR PEREIRA CPF/CNPJ: 048.030.548-00
(Motivo: RECUSADO)

Protocolo: 415696
Devedor: MIRIAM ALVES CAVALCANTE TEIXEIRA CPF/CNPJ: 196.141.282-91
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415700
Devedor: WGS CABELEIREIROS E SERVICOS DE ESTETICA LTDA CPF/CNPJ: 30.190.363/0001-06
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415701
Devedor: MARCOS XAVIER DA SILVA CPF/CNPJ: 348.767.072-00
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415761
Devedor: VIAS URBANAS LTDA CPF/CNPJ: 22.864.282/0001-08
(Motivo: RECUSADO)

Protocolo: 415771
Devedor: PANIFICADORA NORDESTE LTDA CPF/CNPJ: 02.767.006/0001-14
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415772
Devedor: PANIFICADORA NORDESTE LTDA CPF/CNPJ: 02.767.006/0001-14
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415791
Devedor: MARINA VENTURA DA SILVA 02547202263 CPF/CNPJ: 42.511.385/0001-00
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415794
Devedor: MARINA VENTURA DA SILVA 02547202263 CPF/CNPJ: 42.511.385/0001-00
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415805
Devedor: MARINA VENTURA DA SILVA 02547202263 CPF/CNPJ: 42.511.385/0001-00
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415825
Devedor: B L C COMERCIO DE COSMETICOS LTDA CPF/CNPJ: 36.461.463/0001-06
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415855
Devedor: JOSE VENANCIO DE MEDEIROS CPF/CNPJ: 045.440.238-40
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415857
Devedor: ITAHY MENDES PESSOA CPF/CNPJ: 196.653.691-72
(Motivo: DESCONHECIDO NO ENDEREÇO)

Protocolo: 415859
Devedor: DIEGO FREIRE DO AMARAL CPF/CNPJ: 032.265.822-59
(Motivo: RECUSADO)

Protocolo: 415864
Devedor: MARINO NUNES DE BRITO CPF/CNPJ: 192.187.962-91
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415869
Devedor: CEZARIO LASDISLAU DE CASTRO CPF/CNPJ: 230.944.352-20
(Motivo: RECUSADO)

Protocolo: 415872
Devedor: MARIA ALCILENE RODRIGUES DE QUEIROZ CPF/CNPJ: 834.424.722-53
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 415874
Devedor: LUIZ HENRIQUE DA SILVA DUARTE CPF/CNPJ: 025.277.872-31
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415875
Devedor: EDIVALDO PRESTES VELOSO CPF/CNPJ: 855.499.752-20
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415876
Devedor: THIAGO DOS SANTOS TEZZARI CPF/CNPJ: 790.128.332-72
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 415878
Devedor: MICHELE DE OLIVEIRA TORRES CPF/CNPJ: 023.722.042-38
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415880
Devedor: JOANA DARC CAVALCANTE DA SILVA CPF/CNPJ: 191.744.032-49
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415886
Devedor: MARLENE RAMOS SILVA MACHADO CPF/CNPJ: 220.261.772-87
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 415889
Devedor: MARIA CLEIDIANE BRAGA BARROSO CPF/CNPJ: 833.780.142-53
(Motivo: NÃO EXISTE O Nº INDICADO)

Protocolo: 415932
Devedor: 22.187.333 INGRID CRISTINA FERREIRA DE OLIVEI CPF/CNPJ: 22.187.333/0001-04
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 415938
Devedor: SAMIA MARIA LIMA GASSI 04714163205 CPF/CNPJ: 34.824.206/0001-58
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE/FORA DO PERÍMETRO URBANO)

Protocolo: 415940
Devedor: MIRIAN RIBEIRO DA SILVA 01694767230 CPF/CNPJ: 35.762.303/0001-26
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE/FORA DO PERÍMETRO URBANO)

Protocolo: 416017
Devedor: WINNER UTILIDADES LTDA CPF/CNPJ: 04.301.835/0004-85
(Motivo: RECUSADO)

Protocolo: 416018
Devedor: WINNER UTILIDADES LTDA CPF/CNPJ: 04.301.835/0004-85
(Motivo: RECUSADO)

Protocolo: 416026
Devedor: KI BOMBOM DA AMAZONIA ALIMENTOS LTDA CPF/CNPJ: 27.390.382/0001-63
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416068
Devedor: ALUDOM COMERCIO DE ESQUADRIAS DE ALUMINIO LTD CPF/CNPJ: 07.589.688/0001-36
(Motivo: NÃO EXISTE O Nº INDICADO)

Protocolo: 416085
Devedor: B L C COMERCIO DE COSMETICOS LTDA CPF/CNPJ: 36.461.463/0001-06
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416103
Devedor: KELLEN GALIMBERTI DA SILVA CPF/CNPJ: 33.825.330/0002-56
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416142
Devedor: GANESH LOGISTICA E DISTRIBUICAO LTDA CPF/CNPJ: 07.987.185/0003-80
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 416172
Devedor: PEDRO CAETANO CPF/CNPJ: 028.110.162-01
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416208
Devedor: ELIAS COSTA VIEIRA CPF/CNPJ: 072.677.638-63
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416218
Devedor: MARCOS SUEL DA SILVA COSTA CPF/CNPJ: 010.467.282-02
(Motivo: DESCONHECIDO NO ENDEREÇO)

Protocolo: 416223
Devedor: ADILSON SILVA OLIVEIRA CPF/CNPJ: 237.942.753-49
(Motivo: DESCONHECIDO NO ENDEREÇO)

Protocolo: 416226
Devedor: MARIA REGINILCE RIBEIRO CPF/CNPJ: 084.488.762-53
(Motivo: NÃO EXISTE O Nº INDICADO)

Protocolo: 416227
Devedor: LUANDA ABRANCHES W DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 768.635.302-87
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416228
Devedor: MARIA ALVES ROMUALDO CPF/CNPJ: 203.637.702-59
(Motivo: NÃO EXISTE O Nº INDICADO)

Protocolo: 416232
Devedor: KATIA GABRIEL DA SILVA CPF/CNPJ: 006.256.682-27
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE/FORA DO PERÍMETRO URBANO)

Protocolo: 416234
Devedor: LEOMAR THOMAZ MUNDLER CPF/CNPJ: 016.566.172-00
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE/FORA DO PERÍMETRO URBANO)

Protocolo: 416238
Devedor: ELISANGELA BELARMINO DA SILVA CPF/CNPJ: 773.641.552-87
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416243
Devedor: MARCONE RIBEIRO FERREIRA CPF/CNPJ: 612.810.852-00
(Motivo: (Motivo: DESCONHECIDO NO ENDEREÇO)

Protocolo: 416248
Devedor: EDINA MARIA DE LIMA CPF/CNPJ: 381.384.253-34
(Motivo: DESCONHECIDO NO ENDEREÇO)

Protocolo: 416251
Devedor: HEMERSON LABORDA BEZERRA CPF/CNPJ: 012.688.962-76
(Motivo: AUSENTE)

Protocolo: 416256
Devedor: JOSE AUGUSTO KURILO. CPF/CNPJ: 418.968.582-87
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE/FORA DO PERÍMETRO URBANO)

Protocolo: 416263
Devedor: MASSA FALIDA DE GONCALVES INDUSTRIA E COMERCI CPF/CNPJ: 06.225.625/0009-95
(Motivo: LOCAL FECHADO)

Protocolo: 416264
Devedor: MASSA FALIDA DE GONCALVES INDUSTRIA E COMERCI CPF/CNPJ: 06.225.625/0009-95
(Motivo: LOCAL FECHADO)

Protocolo: 416265
Devedor: ELIEL DE SOUZA SANCHES CPF/CNPJ: 575.867.482-68
(Motivo: NÃO EXISTE O Nº INDICADO)

Protocolo: 416270
Devedor: MARILUCIA SOUZA DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 312.206.732-34
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416272
Devedor: IDEAL LOCADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA CPF/CNPJ: 11.432.814/0001-11
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416274
Devedor: UNIAO ASSESSORIA EMP.LTDA - ME. CPF/CNPJ: 11.699.013/0001-17
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416275
Devedor: ACREMAQ TRANSPORTES E SERVICOS LTDA CPF/CNPJ: 11.443.543/0001-08
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416281
Devedor: VALTEIR FERREIRA SANTIAGO CPF/CNPJ: 688.295.072-53
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416286
Devedor: DARLINDO ALVES PANTOJA CPF/CNPJ: 040.533.202-59
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416290
Devedor: RODRIGO PALOMARES DE SOUSA CPF/CNPJ: 315.540.588-05
(Motivo: NÃO EXISTE O Nº INDICADO)

Protocolo: 416292
Devedor: ROGELIO ROCHA BARROS CPF/CNPJ: 843.603.302-78
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416295
Devedor: RUDIMAR BORGES DO AMARAL CPF/CNPJ: 305.565.622-91
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416301
Devedor: LUIZA VELOSO MARTINS CPF/CNPJ: 114.342.792-00
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416303
Devedor: CASSYUS CLAY AZEVEDO RODRIGUES CPF/CNPJ: 695.331.132-00
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416304
Devedor: CARLOS ALEXANDRE BARROSO PASSOS CPF/CNPJ: 700.280.442-15
(Motivo: DESCONHECIDO NO ENDEREÇO)

Protocolo: 416310
Devedor: UNIAO ASSESSORIA EMP.LTDA - ME. CPF/CNPJ: 11.699.013/0001-17
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416316
Devedor: JUNIOR LIMA RIBEIRO CPF/CNPJ: 862.918.902-91
(Motivo: NÃO EXISTE O Nº INDICADO)

Protocolo: 416320
Devedor: PSA FINANCE ARREND MERCANTIL SA CPF/CNPJ: 03.502.968/0001-04
(Motivo: DESCONHECIDO NO ENDEREÇO)

Protocolo: 416327
Devedor: DANTAS E VASCONCELOS - LTDA ME CPF/CNPJ: 10.543.324/0001-20
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416351
Devedor: GEONILSON MAGALHAES DA SILVA CPF/CNPJ: 040.416.402-10
(Motivo: NÃO EXISTE O Nº INDICADO)

Protocolo: 416352
Devedor: SAM - COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO L CPF/CNPJ: 15.855.042/0001-81
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416354
Devedor: SUELI IRES BOLSONI P.PIMENTEL CPF/CNPJ: 478.325.502-44
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416361
Devedor: ADILSON DE SOUZA OLIVEIRA CPF/CNPJ: 634.552.502-20
(Motivo: RUA DESCONHECIDA)

Protocolo: 416362
Devedor: ADRIANO DOS SANTOS PEREIRA CPF/CNPJ: 934.590.331-34
(Motivo: DESCONHECIDO NO ENDEREÇO)

Protocolo: 416369
Devedor: GILSON NUNES DE ASSIS CPF/CNPJ: 434.553.872-68
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416370
Devedor: DARLINDO ALVES PANTOJA CPF/CNPJ: 040.533.202-59
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416371
Devedor: UNIAO ASSESSORIA EMP.LTDA - ME. CPF/CNPJ: 11.699.013/0001-17
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416372
Devedor: UNIAO ASSESSORIA EMP.LTDA - ME. CPF/CNPJ: 11.699.013/0001-17
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416373
Devedor: UNIAO ASSESSORIA EMP.LTDA - ME. CPF/CNPJ: 11.699.013/0001-17
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416376
Devedor: DANIEL MORAES DE SOUZA CPF/CNPJ: 139.420.182-68
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416385
Devedor: MARIA DOS SANTOS FERNANDES CPF/CNPJ: 422.345.572-91
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE/FORA DO PERÍMETRO URBANO)

Protocolo: 416405
Devedor: JOSE ANTONIO M.NASCIMENTO CPF/CNPJ: 220.869.782-00
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416408
Devedor: VALDIVO CAROBA DA SILVA CPF/CNPJ: 251.289.572-68
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416412
Devedor: MAURICIO DANSER BARBOSA CPF/CNPJ: 589.502.142-53
(Motivo: DESCONHECIDO NO ENDEREÇO)

Protocolo: 416418
Devedor: APARECIDO CIMONIDE SOUZA CPF/CNPJ: 628.093.189-72
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416424
Devedor: JOSE SERGIO RODRIGUES SERRAO CPF/CNPJ: 011.418.883-19
(Motivo: NÃO EXISTE O Nº INDICADO)

Protocolo: 416425
Devedor: GETULIO MARTINS BARRETO CPF/CNPJ: 599.688.852-15
(Motivo: DESCONHECIDO NO ENDEREÇO)

Protocolo: 416429
Devedor: MARLICY SILVA FERNANDES CPF/CNPJ: 602.067.802-49
(Motivo: DESCONHECIDO NO ENDEREÇO)

Protocolo: 416431
Devedor: ANTONIO BEZERRA VIANA CPF/CNPJ: 608.078.732-68
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416441
Devedor: CONSTRUTORA AMPERES LTDA CPF/CNPJ: 08.434.462/0001-29
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416448
Devedor: LENILCE DO SOCORRO SIQUEIRA CPF/CNPJ: 408.563.132-20
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416488
Devedor: THIAGO SILVA MARQUES CPF/CNPJ: 003.973.152-95
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416490
Devedor: JOZERALDO LOPES DE CARVALHO CPF/CNPJ: 139.636.002-68
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416499
Devedor: MARIA ANTONIA VIEIRA DE MORAES CPF/CNPJ: 595.202.132-87
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416507
Devedor: LAIO MATHEUS LANG CHAVES DOS SANTOS 001708262 CPF/CNPJ: 34.867.567/0001-81
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416509
Devedor: BALA DE GENGIBRE DA AMAZONIA LTDA CPF/CNPJ: 04.255.003/0001-27
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416511
Devedor: RONDON PALACE HOTEL LTDA CPF/CNPJ: 04.381.505/0001-02
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416514
Devedor: INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS TOP LTDA CPF/CNPJ: 04.465.569/0001-83
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE/ FORA DO PERÍMETRO URBANO)

Protocolo: 416515
Devedor: JOSE MARCILIO FERREIRA 07200763403 CPF/CNPJ: 32.877.927/0001-09
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416550
Devedor: TRES MARIAS TRANSPORTES LTDA. CPF/CNPJ: 05.085.385/0001-50
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416566
Devedor: TRES MARIAS TRANSPORTES LTDA. CPF/CNPJ: 05.085.385/0001-50
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416580
Devedor: ADEMILDE DIAS CORREIA CPF/CNPJ: 592.308.002-87
(Motivo: NÃO EXISTE O Nº INDICADO)

Protocolo: 416613
Devedor: LINDOMAR BARBOSA DA SILVA CPF/CNPJ: 691.786.402-10
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE/ FORA DO PERÍMETRO URBANO)

Protocolo: 416614
Devedor: CARVOARIA LEAO LIMITADA CPF/CNPJ: 17.178.545/0001-95
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416615
Devedor: CARVOARIA LEAO LIMITADA CPF/CNPJ: 17.178.545/0001-95
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416616
Devedor: BALA DE GENGIBRE DA AMAZONIA LTDA CPF/CNPJ: 04.255.003/0001-27
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416617
Devedor: BALA DE GENGIBRE DA AMAZONIA LTDA CPF/CNPJ: 04.255.003/0001-27
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416618
Devedor: BALA DE GENGIBRE DA AMAZONIA LTDA CPF/CNPJ: 04.255.003/0001-27
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416619
Devedor: BALA DE GENGIBRE DA AMAZONIA LTDA CPF/CNPJ: 04.255.003/0001-27
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416620
Devedor: BALA DE GENGIBRE DA AMAZONIA LTDA CPF/CNPJ: 04.255.003/0001-27
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416638
Devedor: VICTOR SADECK FILHO CPF/CNPJ: 061.568.782-20
(Motivo: DESCONHECIDO NO ENDEREÇO)

Protocolo: 416639
Devedor: VICTOR SADECK FILHO CPF/CNPJ: 061.568.782-20
(Motivo: DESCONHECIDO NO ENDEREÇO)

Protocolo: 416640
Devedor: VICTOR SADECK FILHO CPF/CNPJ: 061.568.782-20
(Motivo: DESCONHECIDO NO ENDEREÇO)

Protocolo: 416641
Devedor: VICTOR SADECK FILHO CPF/CNPJ: 061.568.782-20
(Motivo: DESCONHECIDO NO ENDEREÇO)

Protocolo: 416642
Devedor: VICTOR SADECK FILHO CPF/CNPJ: 061.568.782-20
(Motivo: DESCONHECIDO NO ENDEREÇO)

Protocolo: 416643
Devedor: VICTOR SADECK FILHO CPF/CNPJ: 061.568.782-20
(Motivo: DESCONHECIDO NO ENDEREÇO)

Protocolo: 416644
Devedor: VICTOR SADECK FILHO CPF/CNPJ: 061.568.782-20
(Motivo: DESCONHECIDO NO ENDEREÇO)

Protocolo: 416653
Devedor: FERREIRA E IURCZAKI LTDA CPF/CNPJ: 07.859.276/0001-79
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416654
Devedor: FERREIRA E IURCZAKI LTDA CPF/CNPJ: 07.859.276/0001-79
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416655
Devedor: FERREIRA E IURCZAKI LTDA CPF/CNPJ: 07.859.276/0001-79
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416656
Devedor: FERREIRA E IURCZAKI LTDA CPF/CNPJ: 07.859.276/0001-79
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416657
Devedor: FERREIRA E IURCZAKI LTDA CPF/CNPJ: 07.859.276/0001-79
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416658
Devedor: FERREIRA E IURCZAKI LTDA CPF/CNPJ: 07.859.276/0001-79
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416659
Devedor: FERREIRA E IURCZAKI LTDA CPF/CNPJ: 07.859.276/0001-79
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416660
Devedor: FERREIRA E IURCZAKI LTDA CPF/CNPJ: 07.859.276/0001-79
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416661
Devedor: FERREIRA E IURCZAKI LTDA CPF/CNPJ: 07.859.276/0001-79
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416664
Devedor: R.C DE CASTRO DISTRIBUIDORA DE GAS E AGUA EIR CPF/CNPJ: 17.150.067/0001-05
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416683
Devedor: DULCILEIA GUIMARAES CALDEIRA RODRIGUES CPF/CNPJ: 457.606.242-53
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416685
Devedor: CLEUDA ARINO DO NASCIMENTO CPF/CNPJ: 443.780.682-49
(Motivo: NÃO EXISTE O Nº INDICADO)

Protocolo: 416686
Devedor: CLEUDA ARINO DO NASCIMENTO CPF/CNPJ: 443.780.682-49
(Motivo: NÃO EXISTE O Nº INDICADO)

Protocolo: 416690
Devedor: SANTINI E FILHOS LTDA CPF/CNPJ: 06.284.109/0001-84
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416691
Devedor: SANTINI E FILHOS LTDA CPF/CNPJ: 06.284.109/0001-84
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416692
Devedor: SANTINI E FILHOS LTDA CPF/CNPJ: 06.284.109/0001-84
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416705
Devedor: IDEVALDO D ORAZIO CPF/CNPJ: 015.295.048-64
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE/FORA DO PERÍMETRO URBANO)

Protocolo: 416793
Devedor: RIBEIRO E QUEIROZ SERVICOS MEDICOS LTDA CPF/CNPJ: 14.756.734/0001-00
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416794
Devedor: RIBEIRO E QUEIROZ SERVICOS MEDICOS LTDA CPF/CNPJ: 14.756.734/0001-00
(Motivo: MUDOU-SE)

Protocolo: 416842
Devedor: RODRIGO DALTOE BERCI CPF/CNPJ: 061.175.269-70
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 18/07/2023 na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, intimados para todos os fins de direito cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 19/07/2023 se antes não forem evitados. Informações para Quitação de títulos das 9 as 15 horas, no Tabelionato.
PORTO VELHO, 17 de julho de 2023.
(224 apontamentos)
Priscila Damschi Dolfini - 2ª Tabelia Substituta

COMARCA DE PORTO VELHO
3º TABELIONATO DE PROTESTO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Pelo presente edital, o 3º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS - TABELIONATO FACHIN, localizado à Rua Dom Pedro II, 637, salas 505 e 507 (5º andar) Edifício Centro Empresarial Porto Velho, fone 69 3211 4141 - Centro, em PORTO VELHO-RO, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas e que não foi possível realizar a intimação no endereço indicado pelo Apresentante, que tem em seu poder títulos apontados para protesto, com as seguintes características:

Protocolo: 416852
Devedor: A MELHO SILVA LTDA CPF/CNPJ: 28.164.276/0001-24
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416870
Devedor: ALEXANDRE FREITAS DA SILVA CPF/CNPJ: 349.142.932-34
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416871
Devedor: LAURINDO VAZ DOMICIANO NETO CPF/CNPJ: 787.704.329-53
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416872
Devedor: GABRIEL DE SOUZA OLIVEIRA CPF/CNPJ: 028.177.762-40
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416873
Devedor: WILLIANS JOHN LIMA DAMASCENA CPF/CNPJ: 023.852.682-80
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416874
Devedor: JOSIELTON RIBEIRO DO SANTOS CPF/CNPJ: 022.874.372-90
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 416875
Devedor: RICARDO DE LIMA PAVAO CPF/CNPJ: 033.496.642-61
(Motivo: ENDEREÇO INSUFICIENTE)

Protocolo: 417278
Devedor: FUTURE INDUSTRIA DE COUROS LTDA CPF/CNPJ: 04.509.941/0001-06
(Motivo: MUDOU-SE)

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 18/07/2023 na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, intimados para todos os fins de direito cientificando-os de que os protestos serão lavrados em 20/07/2023 se antes não forem evitados. Informações para Quitação de títulos das 9 as 15 horas, no Tabelionato.
PORTO VELHO, 17 de julho de 2023.
(8 apontamentos)
Priscila Damschi Dolfini - 2ª Tabelia Substituta

4º TABELIONATO DE PROTESTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE RONDÔNIA
4º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS E OUTROS DOCUMENTOS DE DÍVIDA
RUA D. PEDRO II, Nº 637,CENTRO EMPRESARIAL, 9º ANDAR, SALAS 901/903, BAIRRO CAIARI, PORTO VELHO
TELEFONE: (69) 3229-2135
Roberto Nogueira Mota - Tabelião Interino
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Pelo presente EDITAL, o 4° TABELIONATO DE PROTESTO DE PORTO VELHO/RO, faz saber às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas e que não foi possível a intimação no endereço indicado pelo apresentante, que tem em seu poder títulos apontados para protesto, com as seguintes características:

Protocolo:362974
Devedor :32.999.878 LETICIA DANI
CPF/CNPJ :32.999.878/0001-79

Protocolo:362550
Devedor :40.967.081 MATHEUS ALVE
CPF/CNPJ :40.967.081/0001-18

Protocolo:362549
Devedor :47.892.676 FRANCISCO AL
CPF/CNPJ :47.892.676/0001-09

Protocolo:362977
Devedor :ALAN CHARLES REGO CAVAL
CPF/CNPJ :42.502.984/0001-59

Protocolo:363227
Devedor :ALBERTO KELLY DA SILVA
CPF/CNPJ :42.100.596/0001-41

Protocolo:362944
Devedor :ALINNY FABIANA B MADEIR
CPF/CNPJ :826.612.782-49

Protocolo:362731
Devedor :ANDRE CARLOS P DA SILVA
CPF/CNPJ :635.614.762-87

Protocolo:362732
Devedor :ANDRE CARLOS P DA SILVA
CPF/CNPJ :635.614.762-87

Protocolo:362529
Devedor :ANDREA LUCIANA VIANA CA
CPF/CNPJ :409.745.292-49

Protocolo:362586
Devedor :ANDREI ARCANJO PINHEIRO
CPF/CNPJ :021.340.452-48

Protocolo:362530
Devedor :ANTONIO CARLOS CARDOSO
CPF/CNPJ :469.384.860-34

Protocolo:363225
Devedor :ARDENAS DISTRIBUIDORA D
CPF/CNPJ :39.694.095/0001-26

Protocolo:363314
Devedor :ARNALDO DE OLIVEIRA BAR
CPF/CNPJ :953.359.511-68

Protocolo:362829
Devedor :BARAO DE SERRO AZUL TRA
CPF/CNPJ :31.332.176/0018-12

Protocolo:362830
Devedor :BARAO DE SERRO AZUL TRA
CPF/CNPJ :31.332.176/0018-12

Protocolo:362565
Devedor :CARLOS HENRIQUE DA COST
CPF/CNPJ :42.111.354/0001-53

Protocolo:362519
Devedor :CELIA DAUREA ALVES DE S
CPF/CNPJ :808.323.772-87

Protocolo:362604
Devedor :CLEUCIRLEY BARROSO DE O
CPF/CNPJ :722.960.382-04

Protocolo:362940
Devedor :COMERCIAL FRECHEIRINHA
CPF/CNPJ :22.868.525/0001-86

Protocolo:362968
Devedor :COMERCIAL SAO JOSE LTDA
CPF/CNPJ :05.923.875/0003-40

Protocolo:362969
Devedor :COMERCIAL SAO JOSE LTDA
CPF/CNPJ :05.923.875/0003-40

Protocolo:362970
Devedor :COMERCIAL SAO JOSE LTDA
CPF/CNPJ :05.923.875/0003-40

Protocolo:363332
Devedor :DANIELA BATISTA FELIX D
CPF/CNPJ :730.653.742-34

Protocolo:362482
Devedor :DANIELE DE SOUZA FIGUEI
CPF/CNPJ :013.941.432-06

Protocolo:362691
Devedor :DANIELLE SOUZA SANTOS
CPF/CNPJ :023.876.552-06

Protocolo:362537
Devedor :DEOCLEMAR EUSTAQUIO SAN
CPF/CNPJ :387.061.481-15

Protocolo:362533
Devedor :DIEGO JUSTINIANO DIEZ
CPF/CNPJ :885.113.402-20

Protocolo:362547
Devedor :DROGARIA PREMIUM LTDA
CPF/CNPJ :47.252.310/0001-67

Protocolo:363310
Devedor :EDVALDO EDILSON SILVA L
CPF/CNPJ :33.040.899/0001-25

Protocolo:362546
Devedor :ELISANGELA LIMOEIRO LAB
CPF/CNPJ :39.807.435/0001-88

Protocolo:363214
Devedor :ELLAS BELLAS BOUTIQUE L
CPF/CNPJ :13.371.805/0001-93

Protocolo:362985
Devedor :ENZO REPRESENTACOES E N
CPF/CNPJ :41.648.026/0001-28

Protocolo:362512
Devedor :ERIC HENRIQUE LOPES ARA
CPF/CNPJ :685.839.662-49

Protocolo:363295
Devedor :EUNICE PINHEIRO DE OLIV
CPF/CNPJ :29.983.843/0001-37

Protocolo:362563
Devedor :EVELYN CORDEIRO TERAMOT
CPF/CNPJ :977.059.852-68

Protocolo:363292
Devedor :FARMACIA PRECO BAIXO DE
CPF/CNPJ :19.199.201/0001-98

Protocolo:363293
Devedor :FARMACIA PRECO BAIXO DE
CPF/CNPJ :19.199.201/0001-98

Protocolo:363294
Devedor :FARMACIA PRECO BAIXO DE
CPF/CNPJ :19.199.201/0001-98

Protocolo:363309
Devedor :FARMACIA PRECO BAIXO DE
CPF/CNPJ :19.199.201/0001-98

Protocolo:363146
Devedor :FERNANDA EDUARDO GOMES
CPF/CNPJ :734.813.002-04

Protocolo:362516
Devedor :FERNANDO MARTINS BARBOS
CPF/CNPJ :052.929.002-22

Protocolo:362527
Devedor :FERNANDO MARTINS BARBOS
CPF/CNPJ :052.929.002-22

Protocolo:362675
Devedor :FRANCINETE DO ROSARIO D
CPF/CNPJ :692.017.222-49

Protocolo:362545
Devedor :FRANCISMEIRE FONSECA DA
CPF/CNPJ :47.254.450/0001-74

Protocolo:362504
Devedor :FRANCISNETE PEREIRA AVE
CPF/CNPJ :832.611.412-04

Protocolo:363208
Devedor :G T SALES COMERCIO DE M
CPF/CNPJ :15.761.533/0001-63

Protocolo:363308
Devedor :GEANE DOS SANTOS DA SIL
CPF/CNPJ :32.498.306/0001-06

Protocolo:362964
Devedor :GENILZA VANDERLEIA FREI
CPF/CNPJ :23.939.045/0001-21

Protocolo:363322
Devedor :GILSON MACEDO DIAS
CPF/CNPJ :090.914.082-00

Protocolo:362528
Devedor :GISELE VIEIRA LIMA
CPF/CNPJ :007.755.802-28

Protocolo:362561
Devedor :GLACES ALVES RODRIGUES
CPF/CNPJ :149.455.682-00

Protocolo:363147
Devedor :IDALINA FERRER DOS SANT
CPF/CNPJ :726.329.768-04

Protocolo:362854
Devedor :IMPAX IMPORTACAO E EXPO
CPF/CNPJ :26.454.459/0001-59

Protocolo:362515
Devedor :IRENE ROCHA DE MORAIS
CPF/CNPJ :437.916.892-15

Protocolo:362990
Devedor :ISAAC FREITAS DA SILVA
CPF/CNPJ :42.142.704/0001-49

Protocolo:362503
Devedor :JAILSON DIONATA FERREIR
CPF/CNPJ :980.655.212-15

Protocolo:362544
Devedor :JAIQUESSON GUILHERME DE
CPF/CNPJ :47.118.126/0001-29

Protocolo:362536
Devedor :JESSICA ELIZABETH F RIB
CPF/CNPJ :989.913.102-49

Protocolo:362603
Devedor :JOAO BATISTA FERREIRA D
CPF/CNPJ :326.525.932-34

Protocolo:362690
Devedor :JOAO CLOSS JUNIOR
CPF/CNPJ :119.954.089-72

Protocolo:362706
Devedor :JOSE CARLOS DA SILVA FE
CPF/CNPJ :386.471.762-00

Protocolo:362709
Devedor :JOSE CARLOS DA SILVA FE
CPF/CNPJ :386.471.762-00

Protocolo:363315
Devedor :JOSE CELIO PEDROSA
CPF/CNPJ :730.089.232-91

Protocolo:362560
Devedor :KELLY CRISTINA TORRES D
CPF/CNPJ :41.589.299/0001-49

Protocolo:363133
Devedor :M. DO S. P. DA SILVA BE
CPF/CNPJ :03.948.632/0001-70

Protocolo:362995
Devedor :MARCOS AURELIO MELO PIN
CPF/CNPJ :422.082.202-00

Protocolo:362888
Devedor :MARIA ELIANE DE S ALMEI
CPF/CNPJ :851.051.202-72

Protocolo:362520
Devedor :MARIA JOSE MATEUS GOMES
CPF/CNPJ :422.413.912-04

Protocolo:362558
Devedor :MICHELLE OLIVEIRA CAVAL
CPF/CNPJ :47.798.008/0001-09

Protocolo:362634
Devedor :N. B. DA SILVA
CPF/CNPJ :07.930.813/0001-20

Protocolo:363246
Devedor :N. M. ELIZIARIO
CPF/CNPJ :41.190.920/0001-05

Protocolo:363247
Devedor :N. M. ELIZIARIO
CPF/CNPJ :41.190.920/0001-05

Protocolo:363320
Devedor :NATALIA DOS SANTOS SILV
CPF/CNPJ :702.393.582-79

Protocolo:363271
Devedor :PANIFICADORA NORDESTE L
CPF/CNPJ :02.767.006/0001-14

Protocolo:362782
Devedor :PAULO OSCAR FREITAS SIL
CPF/CNPJ :754.085.382-49

Protocolo:362518
Devedor :PAULO SILVA DE ARAUJO
CPF/CNPJ :901.308.802-30

Protocolo:363013
Devedor :PURUS PESCADOS LTDA
CPF/CNPJ :34.048.933/0001-70

Protocolo:363043
Devedor :PURUS PESCADOS LTDA
CPF/CNPJ :34.048.933/0001-70

Protocolo:363259
Devedor :PURUS PESCADOS LTDA
CPF/CNPJ :34.048.933/0001-70

Protocolo:363261
Devedor :R. N. T. FERNANDES SUPE
CPF/CNPJ :34.926.291/0001-65

Protocolo:363262
Devedor :R. N. T. FERNANDES SUPE
CPF/CNPJ :34.926.291/0001-65

Protocolo:362577
Devedor :RAFAEL DE OLIVEIRA NOGU
CPF/CNPJ :022.749.872-03

Protocolo:363317
Devedor :RAIMUNDA RIBEIRO
CPF/CNPJ :162.830.582-72

Protocolo:362532
Devedor :RAIMUNDO PAIXAO DE OLIV
CPF/CNPJ :422.785.622-15

Protocolo:362491
Devedor :RAISSA RODRIGUES SOARES
CPF/CNPJ :023.624.332-26

Protocolo:362678
Devedor :REGINEY DE CASTRO TAVAR
CPF/CNPJ :665.155.562-68

Protocolo:362500
Devedor :RICARDO DOS ANJOS RODRI
CPF/CNPJ :377.657.522-00

Protocolo:362617
Devedor :ROBERTO CLAUDIO DE OLIV
CPF/CNPJ :409.068.172-34

Protocolo:362905
Devedor :ROSIANE FERREIRA DA SIL
CPF/CNPJ :37.590.896/0001-16

Protocolo:362572
Devedor :RUBENS AZEVEDO RODRIGUE
CPF/CNPJ :677.879.162-49

Protocolo:363002
Devedor :SOLOTECH ENGENHARIA E S
CPF/CNPJ :34.222.194/0001-91

Protocolo:362502
Devedor :SUELEN LIMA REIS
CPF/CNPJ :017.892.682-57

Protocolo:362786
Devedor :TAINA CAMELO DO NASCIME
CPF/CNPJ :043.405.352-06

Protocolo:363113
Devedor :VERA LUCIA ALEXANDRE
CPF/CNPJ :289.909.862-49

Protocolo:363107
Devedor :VERDE AMAZONIA IND. E C
CPF/CNPJ :19.678.293/0001-99

Protocolo:362501
Devedor :WALDEMIR PINTO LAGOS
CPF/CNPJ :285.911.782-20

Protocolo:363248
Devedor :WINNER UTILIDADES LTDA
CPF/CNPJ :04.301.835/0004-85

Protocolo:363264
Devedor :WINNER UTILIDADES LTDA
CPF/CNPJ :04.301.835/0004-85

Quantidade: 98

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 18/07/2023 na forma legal e afixado em lugar público da Serventia, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, intimados para todos os fins de direito, certificando-os de que os protestos serão lavrados em 19/07/2023, se antes não forem evitados. Informações para Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas, no Tabelionato.

Porto Velho 17/07/2023

JESSICA PRISCILLA PASSOS DE LIMA>Tabeliã Substituta

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE RONDÔNIA
4º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS E OUTROS DOCUMENTOS DE DÍVIDA
RUA D. PEDRO II, Nº 637,CENTRO EMPRESARIAL, 9º ANDAR, SALAS 901/903, BAIRRO CAIARI, PORTO VELHO
TELEFONE: (69) 3229-2135
Roberto Nogueira Mota - Tabelião Interino
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Pelo presente EDITAL, o 4° TABELIONATO DE PROTESTO DE PORTO VELHO/RO, faz saber às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas e que não foi possível a intimação no endereço indicado pelo apresentante, que tem em seu poder títulos apontados para protesto, com as seguintes características:

Protocolo:364776
Devedor :ARTUR JORGE MELQUIADES
CPF/CNPJ :520.681.024-04

Protocolo:364775
Devedor :EDICLEI SANTOS DE MORAI
CPF/CNPJ :033.685.602-47

Quantidade: 2
E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado em 18/07/2023 na forma legal e afixado em lugar público da Serventia, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, intimados para todos os fins de direito, certificando-os de que os protestos serão lavrados em 01/08/2023, se antes não forem evitados. Informações para Quitação de títulos das 9:00 às 15:00 horas, no Tabelionato.
Porto Velho 17/07/2023
JESSICA PRISCILLA PASSOS DE LIMA>Tabeliã Substituta

5º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

5º OFICIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE PORTO VELHO-RO
ROBERTA DE FARIAS FEITOSA
LIVRO D-012 FOLHA 044 TERMO 003344
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.344
157586 01 55 2023 6 00012 044 0003344 14
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: GEORGE AMILTON DA SILVA CARNEIRO, de nacionalidade brasileiro, de profissão advogado, de estado civil divorciado, natural de Fortaleza-CE, onde nasceu no dia 01 de dezembro de 1968, residente e domiciliado à Av Amazonas, N° 2020, Nova Porto velho, em Porto Velho-RO, filho de JOSÉ MOACY CARNEIRO e de FRANCISCA ANESITA DA SILVA; e ANA CLAUDIA MARTINS GUEDES de nacionalidade brasileira, de profissão psicóloga, de estado civil solteira, natural de Conceição do Araguaia-PA, onde nasceu no dia 06 de setembro de 1980, residente e domiciliada à Avenida Amazonas, 2026, Nova Porto Velho, em Porto Velho-RO, filha de MOISES GUEDES e de MARIA ALDACY LOPES MARTINS. O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a adotar o nome de GEORGE AMILTON DA SILVA CARNEIRO e a contraente continuou a adotar o nome de ANA CLAUDIA MARTINS GUEDES. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser publicado no Jornal Diário da Justiça.
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Roberta de Farias Feitosa
Tabeliã/Oficiala

5º OFICIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE PORTO VELHO-RO
ROBERTA DE FARIAS FEITOSA
LIVRO D-012 FOLHA 045 TERMO 003345
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.345
157586 01 55 2023 6 00012 045 0003345 12
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ROGERIO SANTOS PRADO, de nacionalidade brasileiro, de profissão Caminhoneiro, de estado civil solteiro, natural de Cariacica-ES, onde nasceu no dia 08 de maio de 1976, residente e domiciliado à Rua São Paulo, 2650, Roque, em Porto Velho-RO, filho de RUBENS FERREIRA DO PRADO e de MARIA IZABBEL DO PRADO; e ELIANE CASTRO DE OLIVEIRA de nacionalidade brasileira, de profissão estoquista, de estado civil solteira, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 23 de fevereiro de 1972, residente e domiciliada à Rua São Paulo, 2650, Roque, em Porto Velho-RO, filha de JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA SILVA e de MARIA LOPES DE CASTRO. O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a adotar o nome de ROGERIO SANTOS PRADO e a contraente passou a adotar o nome de ELIANE CASTRO DE OLIVEIRA PRADO. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser publicado pela imprensa local.
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Roberta de Farias Feitosa
Tabeliã/Oficiala

5º OFICIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE PORTO VELHO-RO
ROBERTA DE FARIAS FEITOSA
LIVRO D-012 FOLHA 046 TERMO 003346
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.346
157586 01 55 2023 6 00012 046 0003346 10
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: HARON DE OLIVEIRA BARBOSA DA ROSA, de nacionalidade brasileiro, de profissão empresário, de estado civil solteiro, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 24 de outubro de 1992, residente e domiciliado à Rua Piaba, 6070, Lagoa, em Porto Velho-RO, CEP: 76.812-110, , filho de APARECIDO BARBOSA DA ROSA e de ANTONEIDE ALVES DE OLIVEIRA; e JÉSSICA MESQUITA REDA de nacionalidade brasileira, de profissão autônoma, de estado civil solteira, natural de Rio Branco-AC, onde nasceu no dia 13 de novembro de 1996, residente e domiciliada à Rua Piaba, 6069, Lagoa, em Porto Velho-RO, , filha de JUCELITO REDA e de VANUSA MESQUITA REDA. O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a adotar o nome de HARON DE OLIVEIRA BARBOSA DA ROSA e a contraente passou a adotar o nome de JÉSSICA MESQUITA REDA BARBOSA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser publicado no Jornal Diário da Justiça.
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Roberta de Farias Feitosa
Tabeliã/Oficiala

5º OFICIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE PORTO VELHO-RO
ROBERTA DE FARIAS FEITOSA
LIVRO D-012 FOLHA 047 TERMO 003347
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.347
157586 01 55 2023 6 00012 047 0003347 19
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: JOACENNE PRESSOIR, de nacionalidade Haitiano, de profissão pedreiro, de estado civil solteiro, natural de Haiti - HAITI, onde nasceu no dia 29 de janeiro de 1988, residente e domiciliado à Rua Linha Progresso, 4446, Ronaldo Aragão, em Porto Velho-RO, filho de JOACHIM PRESSOIR e de CÉLIMÉNE CHARLES; e LOUISINETTE AIMÉ de nacionalidade Haitiana, de profissão operadora de caixa, de estado civil solteira, natural de Haiti - HAITI, onde nasceu no dia 02 de janeiro de 1987, residente e domiciliada à Rua Linha Progresso, 4446, Ronaldo Aragão, em Porto Velho-RO, filha de EDNER AIMÉ e de CLAIRE ODETTE CAPRICE. O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a adotar o nome de JOACENNE PRESSOIR e a contraente passou a adotar o nome de LOUISINETTE AIMÉ PRESSOIR. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser publicado no Jornal Diário da Justiça.
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Roberta de Farias Feitosa
Tabeliã/Oficiala

5º OFICIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE PORTO VELHO-RO
ROBERTA DE FARIAS FEITOSA
LIVRO D-012 FOLHA 048 TERMO 003348
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.348
157586 01 55 2023 6 00012 048 0003348 17
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: JACIR RIGOLON, de nacionalidade brasileiro, de profissão aposentado, de estado civil divorciado, natural de Pereira Barreto-SP, onde nasceu no dia 28 de outubro de 1953, residente e domiciliado à Rua Jacy Paraná, 2742, Apartamento 202, Roque, em Porto Velho-RO, CEP: 76.804-430, , filho de SEZINANDO RIGOLON e de ILMA MORIAL RIGOLON; e SILVÂNIA MARIA AGUIAR GOIS de nacionalidade brasileira, de profissão aposentada, de estado civil divorciada, natural de Caucaia-CE, onde nasceu no dia 17 de fevereiro de 1960, residente e domiciliada à Rua Jacy Paraná, 2742, Apartamento 202, Roque, em Porto Velho-RO, CEP: 76.804-430, , filha de JOSÉ PIO DE GOIS DOMINGOS e de FRANCISCA DE AGUIAR GOIS. O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a adotar o nome de JACIR RIGOLON e a contraente passou a adotar o nome de SILVÂNIA MARIA AGUIAR GOIS RIGOLON. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser publicado pela imprensa local.
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Roberta de Farias Feitosa
Tabeliã/Oficiala

5º OFICIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE PORTO VELHO-RO
ROBERTA DE FARIAS FEITOSA
LIVRO D-012 FOLHA 049 TERMO 003349
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.349
157586 01 55 2023 6 00012 049 0003349 15
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: NEYDSON ANDRÉ MONTEIRO MIRANDA, de nacionalidade brasileiro, de profissão Gestor, de estado civil solteiro, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 21 de setembro de 1997, residente e domiciliado à Rua Perci Holder, 3963, Cidade do Lobo, em Porto Velho-RO, CEP: 76.810-510, , filho de FRANCIÉDSON DE OLIVEIRA MIRANDA e de MARILY SILVESTRE MONTEIRO MIRANDA; e MARIA VITÓRIA CLEY VIEIRA de nacionalidade brasileira, de profissão Assistente Administrativo, de estado civil solteira, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 26 de setembro de 2000, residente e domiciliada à Rua Perci Holder, 3963, Cidade do Lobo, em Porto Velho-RO, CEP: 76.810-510, , filha de JORGE CLEY VIEIRA DA SILVA e de JOICE SILVA DOS ANJOS. O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a adotar o nome

de NEYDSON ANDRÉ MONTEIRO MIRANDA e a contraente continuou a adotar o nome de MARIA VITÓRIA CLEY VIEIRA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser publicado pela imprensa local.
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Roberta de Farias Feitosa
Tabeliã/Oficiala

5º OFICIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE PORTO VELHO-RO
ROBERTA DE FARIAS FEITOSA
LIVRO D-012 FOLHA 050 TERMO 003350
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.350
157586 01 55 2023 6 00012 050 0003350 85
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: IURI FERMIN FERNANDES, de nacionalidade brasileiro, de profissão servidor público, de estado civil solteiro, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 08 de dezembro de 1996, residente e domiciliado à Rua Buenos Aires, 2340, Embratel, em Porto Velho-RO, filho de EDUARDO ANTÔNIO LEAL FERNANDES e de TEREZINHA DO SOCORRO MENDES FERMIN; e GABRIELA BEGNIS MOTTA MEDEIROS de nacionalidade brasileira, de profissão servidora pública, de estado civil solteira, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 22 de julho de 1997, residente e domiciliada à Rua Buenos Aires, 2340, Embratel, em Porto Velho-RO, filha de MARCOS ANTÔNIO SILVEIRA DE MEDEIROS e de MARIANE BEGNIS MOTTA. O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a adotar o nome de IURI FERMIN FERNANDES e a contraente continuou a adotar o nome de GABRIELA BEGNIS MOTTA MEDEIROS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser publicado no Jornal Diário da Justiça.
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Roberta de Farias Feitosa
Tabeliã/Oficiala

5º OFICIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE PORTO VELHO-RO
ROBERTA DE FARIAS FEITOSA
LIVRO D-012 FOLHA 051 TERMO 003351
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.351
157586 01 55 2023 6 00012 051 0003351 83
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: MARLON RUDIERO ARAÚJO FREITAS, de nacionalidade brasileiro, de profissão vendedor, de estado civil solteiro, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 16 de junho de 1993, residente e domiciliado à Rua Vitória do Palmar, n° 6974, Bairro Aeroclube, em Porto Velho-RO, filho de WALDECY PEREIRA DE FREITAS e de MARINALVA LIRA DE ARAUJO; e BHÁRBARA SAMYRIA DOS SANTOS BRITO de nacionalidade brasileira, de profissão autônoma, de estado civil divorciada, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 07 de junho de 2001, residente e domiciliada à Rua Contra Baixo, 6205, Castanheira, em Porto Velho-RO, filha de JARISSON BARBOSA DOS SANTOS e de MARIA FRANCISCA BRITO DOS SANTOS. O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a adotar o nome de MARLON RUDIERO ARAÚJO FREITAS e a contraente continuou a adotar o nome de BHÁRBARA SAMYRIA DOS SANTOS BRITO. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser publicado no Jornal Diário da Justiça.
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Roberta de Farias Feitosa
Tabeliã/Oficiala

5º OFICIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE PORTO VELHO-RO
ROBERTA DE FARIAS FEITOSA
LIVRO D-012 FOLHA 052 TERMO 003352
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.352
157586 01 55 2023 6 00012 052 0003352 81
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: FRANCISCO DE ASSIS PAES KARANTINO, de nacionalidade brasileiro, de profissão Contabilista, de estado civil solteiro, natural de Guajara-Mirim-RO, onde nasceu no dia 21 de agosto de 1979, residente e domiciliado à Avenida Guaporé, 4392, Igarapé, em Porto Velho-RO, filho de FRANCISCO KARANTINO e de MARIA EMILIA PAES KARANTINO; e ANA PAULA FERREIRA MACIEL DA SILVA de nacionalidade brasileira, de profissão assistente social, de estado civil solteira, natural de Russas-CE, onde nasceu no dia 03 de outubro de 1984, residente e domiciliada à Avenida Guaporé, 4392, Igarapé, em Porto Velho-RO, filha de FRANCISCO PAULO DA SILVA e de ROSA FERREIRA MACIEL DA SILVA. O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a adotar o nome de FRANCISCO DE ASSIS PAES KARANTINO e a contraente continuou a adotar o nome de ANA PAULA FERREIRA MACIEL DA SILVA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser publicado no Jornal Diário da Justiça.
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Roberta de Farias Feitosa
Tabeliã/Oficiala

5º OFICIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE PORTO VELHO-RO
ROBERTA DE FARIAS FEITOSA
LIVRO D-012 FOLHA 053 TERMO 003353
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.353
157586 01 55 2023 6 00012 053 0003353 81
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: DEUSIMAR DA SILVA MESQUITA, de nacionalidade brasileiro, de profissão farmacêutico, de estado civil divorcia-

do, natural de Lábrea-AM, onde nasceu no dia 14 de dezembro de 1965, residente e domiciliado à Rua Francisco Manoel da Silva, 6243, Aponiã, em Porto Velho-RO, filho de RAIMUNDO NONATO DA SILVA e de ISABEL RAULINDA DA SILVA; e ANTONIA RODRIGUES NETA de nacionalidade brasileira, de profissão assistente administrativa, de estado civil divorciada, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 21 de dezembro de 1971, residente e domiciliada à Rua Francisco Manoel da Silva, 6243, Aponiã, em Porto Velho-RO, filha de AMÂNCIO RODRIGUES DA SILVA e de FRANCISCA PEREIRA DA SILVA. O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a adotar o nome de DEUSIMAR DA SILVA MESQUITA e a contraente continuou a adotar o nome de ANTONIA RODRIGUES NETA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser publicado no Jornal Diário da Justiça.
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Roberta de Farias Feitosa
Tabeliã/Oficiala

5º OFICIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE PORTO VELHO-RO
ROBERTA DE FARIAS FEITOSA
LIVRO D-012 FOLHA 054 TERMO 003354
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.354
157586 01 55 2023 6 00012 054 0003354 88
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: VICTOR HENRIQUE DA SILVA LOPES, de nacionalidade brasileiro, de profissão Auxiliar de Farmácia, de estado civil solteiro, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 27 de outubro de 2001, residente e domiciliado à Rua Projetada, 33, Aeroclube, em Porto Velho-RO, , filho de JOSENILTON MESQUITA LOPES e de JANETE MARIA DA SILVA; e ELLEN VITORIA BALONECK DIAS de nacionalidade brasileira, de profissão estagiaria, de estado civil solteira, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 26 de outubro de 2001, residente e domiciliada à Rua Projetada, 33, Aeroclube, em Porto Velho-RO, , filha de WALDECI RIBEIRO DIAS e de ELIANA BALONECK DA SILVA. O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a adotar o nome de VICTOR HENRIQUE DA SILVA LOPES e a contraente continuou a adotar o nome de ELLEN VITORIA BALONECK DIAS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser publicado pela imprensa local.
Porto Velho-RO, 14 de julho de 2023.
Roberta de Farias Feitosa
Tabeliã/Oficiala

COMARCA DE JI-PARANÁ

1° OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS

LIVRO D-060 FOLHA 001
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 33.093
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: PAULO RENATO DOS SANTOS LIMA, divorciado, residente e domiciliado em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar o nome de PAULO RENATO DOS SANTOS LIMA, filho de AMARILDO JOSÉ LIMA e de ROSANGELA PEVIDOR DOS SANTOS; e PATRICIA BRASQUI SCHUENG, divorciada, residente e domiciliada em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar no nome de PATRICIA BRASQUI SCHUENG, filha de SERGIO ROGEL SCHUENG e de EDNÉIA BRASQUI. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-RO, 14 de julho de 2023.
Josiane Basilio Neres
Escrevente Autorizada

LIVRO D-060 FOLHA 001
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 33.093
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: PAULO RENATO DOS SANTOS LIMA, divorciado, residente e domiciliado em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar o nome de PAULO RENATO DOS SANTOS LIMA, filho de AMARILDO JOSÉ LIMA e de ROSANGELA PEVIDOR DOS SANTOS; e PATRICIA BRASQUI SCHUENG, divorciada, residente e domiciliada em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar no nome de PATRICIA BRASQUI SCHUENG, filha de SERGIO ROGEL SCHUENG e de EDNÉIA BRASQUI. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-RO, 14 de julho de 2023.
Josiane Basilio Neres
Escrevente Autorizada

LIVRO D-060 FOLHA 002
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 33.094
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: MATEUS QUIDAS FROLICH, solteiro, residente e domiciliado em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar o nome de MATEUS QUIDAS FROLICH, filho de GILMAR AZEVEDO FROLICH e de LUCILENE APOLINÁRIO GUIDA; e FRANCILVANIA COSTA MEMÓRIA, solteira, residente e domiciliada em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar no nome de FRANCILVANIA COSTA MEMÓRIA, filha

de FRANCILEUDO MEDEIROS MEMÓRIA e de SILVANA VASQUE DA COSTA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-RO, 14 de julho de 2023.
Josiane Basilio Neres
Escrevente Autorizada

LIVRO D-060 FOLHA 002
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 33.094
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: MATEUS QUIDAS FROLICH, solteiro, residente e domiciliado em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar o nome de MATEUS QUIDAS FROLICH, filho de GILMAR AZEVEDO FROLICH e de LUCILENE APOLINÁRIO GUIDA; e FRANCILVANIA COSTA MEMÓRIA, solteira, residente e domiciliada em Ji-Paraná-RO, continuou a adotar no nome de FRANCILVANIA COSTA MEMÓRIA, filha de FRANCILEUDO MEDEIROS MEMÓRIA e de SILVANA VASQUE DA COSTA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-RO, 14 de julho de 2023.
Josiane Basilio Neres

Escrevente Autorizada

1º TABELIONATO DE PROTESTO

COMARCA DE JI-PARANÁ - ESTADO DE RONDÔNIA
Av. Mal. Rondon, 870, Centro, CEP: 76900-082 - Telefone: (69) 99208-7602

Horário de atendimento: De Segunda a Sexta-Feira das 9:00 às 15:00 horas
E D I T A L D E P R O T E S T O Nº 5271
Pelo presente EDITAL, o Tabelionato de protesto desta comarca de , Estado de localizado à , nos termos do art. 15 da Lei 9.492 de 10/09/97, faz saber as pessoas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Protocolo	Devedor	Documento	Vencimento
00.480.510	CLEVERSON LUIZ MORIS	CPF 469.003.142-87	20/07/2023
00.480.511	PABLO GONCALVES FERNANDES VALENTE	CPF 633.797.402-68	20/07/2023
00.480.512	COOLPEZA SERVIAOS DE LIMPEZA URBANA LTDA	CNPJ 02.293.982/0001-82	20/07/2023
00.480.513	GEYSA ANTONIA SANTIAGO SILVA	CPF 329.546.201-10	20/07/2023
00.480.514	MARCELA ARAUJO AMORIM	CPF 715.605.991-20	20/07/2023
00.480.515	LAURA MONTERO MELGAR	CPF 534.920.052-68	20/07/2023
00.480.516	VALDIR RODRIGUES VIEIRA	CPF 385.948.032-49	20/07/2023
00.480.517	THIAGO HENRIQUE RAMOS GONCALVES	CPF 963.189.882-20	20/07/2023
00.480.518	ALINE BATISTA DE LIMA	CPF 012.554.702-16	20/07/2023
00.480.519	WILLIAM LOPES PEREIRA	CPF 287.632.498-98	20/07/2023
00.480.520	JULIANO CARNOSKI.	CPF 699.395.192-49	20/07/2023
00.480.521	JOSE PALAHV GAVIAO	CPF 683.966.782-00	20/07/2023
00.480.522	EDNA SEVILHA CUERDA CORDEIRO	CPF 162.016.982-72	20/07/2023
00.480.523	CESAR CAMPOS SILVA	CPF 612.646.872-49	20/07/2023
00.480.524	GERALDO ZORO	CPF 578.642.682-34	20/07/2023
00.480.525	VILCIMAR DOS ANJOS	CPF 705.645.902-15	20/07/2023
00.480.526	EDSON MARCOS ANCILIERO	CPF 386.288.302-78	20/07/2023
00.480.527	JOAO ADEMIR MALLMANN	CPF 467.139.649-15	20/07/2023
00.480.529	CLAUDINEI DEGASPERI RIBEIRO	CPF 631.780.872-49	20/07/2023
00.480.530	JOSE CARLOS ROBERTO PINHEIRO	CPF 326.321.342-34	20/07/2023
00.480.531	ANDREA CRISTINA RODRIGUES OLIVEIRA	CPF 794.235.742-20	20/07/2023
00.480.532	VANICE ANA TEIXEIRA	CPF 723.246.512-20	20/07/2023
00.480.533	THOMAZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	CNPJ 10.908.726/0001-80	20/07/2023
00.480.535	ORLAN PEREIRA DA SILVA	CPF 909.452.122-91	20/07/2023
00.480.536	C R DOS SANTOS JUNIOR & CIA LTDA - ME	CNPJ 06.699.162/0001-46	20/07/2023
00.480.537	NESTOR FERDINAND SANTOS ARAGAO	CPF 520.563.922-91	20/07/2023
00.480.538	IVANA PANTOJA DE FIGUEIREDO	CPF 949.493.522-53	20/07/2023
00.480.539	FRANCISCO DORLY AZEVEDO SOARES	CPF 066.592.762-20	20/07/2023
00.480.540	C R DOS SANTOS JUNIOR & CIA LTDA - ME	CNPJ 06.699.162/0001-46	20/07/2023
00.480.541	DURVAL B T MENDES JUNIOR	CPF 442.151.504-34	20/07/2023
00.480.542	ROSALINA RODRIGUES RAMOS TEIXEIRA	CPF 554.942.181-04	20/07/2023
00.480.543	PAULO CESAR ALIENDRE DE ANDRADE	CPF 631.846.302-00	20/07/2023

00.480.545	HELOISA OLIVEIRA LIMA 03536906273	CNPJ 41.065.678/0001-30	20/07/2023
00.480.546	ADENILTON DE SOUZA XAVIER 01798686244	CNPJ 30.716.441/0001-55	20/07/2023
00.480.548	THATIANE DA SILVA E SILVA 70409064220	CNPJ 43.453.692/0001-36	20/07/2023
00.480.549	L S FILHOS LTDA	CNPJ 05.916.036/0001-33	20/07/2023
00.480.551	WZK HOLDING LTDA	CNPJ 26.512.120/0001-61	20/07/2023
00.480.554	MARCELO LOPES DE CARVALHO	CPF 796.169.762-49	20/07/2023
00.480.555	FAMA FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA	CNPJ 14.419.259/0001-86	20/07/2023
00.480.558	DUDAS P. TRANSPORTES LTDA	CNPJ 07.510.413/0001-65	20/07/2023
00.480.559	FERRARY MATERIAIS DE CONSTRUCAO E CONSTRUTORA	CNPJ 14.231.789/0001-04	20/07/2023
00.480.561	S D LOPES COMERCIO DE VEICULOS LTDA	CNPJ 23.248.482/0001-07	20/07/2023
00.480.562	D. C. DE SOUZA COMPENSADOS	CNPJ 11.774.243/0001-01	20/07/2023
00.480.563	GERALDO MARTINS DE SOUSA	CPF 191.566.182-04	20/07/2023
00.480.564	R. A. DE OLIVEIRA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LT	CNPJ 28.675.055/0001-10	20/07/2023
00.480.565	CENTRALNORTE SERVICOS E COMERCIO LTDA	CNPJ 02.098.616/0001-72	20/07/2023
00.480.566	CENTRALNORTE SERVICOS E COMERCIO LTDA	CNPJ 02.098.616/0001-72	20/07/2023
00.480.568	ALEX SANT ANA DE LANDRA	CPF 985.704.552-91	20/07/2023
00.480.569	OLIVERSON FRANCISCO MARCAL	CPF 221.083.862-20	20/07/2023
00.480.570	EDRIANO GUEDES CRISTINO LTDA	CNPJ 06.173.681/0001-76	20/07/2023
00.480.571	ADRIANA FRANCISCO ANTUNES	CPF 761.153.302-97	20/07/2023
00.480.572	RAFAEL OLIVEIRA COSTA	CPF 022.232.992-02	20/07/2023
00.480.573	REGINALDO DA CONCEICAO PEREIRA DA SILVA	CPF 012.568.221-24	20/07/2023
00.480.574	RAIMUNDO NONATO FRANCA DA SILVA	CPF 706.804.342-91	20/07/2023
00.480.575	C R DOS SANTOS JUNIOR & CIA LTDA - ME	CNPJ 06.699.162/0001-46	20/07/2023
00.480.576	ARAUJO & FRANCISCHINI LTDA ME	CNPJ 07.513.860/0001-78	20/07/2023
00.480.577	ANGELICA DO NASCIMENTO CARVALHO	CPF 036.760.002-18	20/07/2023
00.480.578	C R DOS SANTOS JUNIOR & CIA LTDA - ME	CNPJ 06.699.162/0001-46	20/07/2023
00.480.579	C R DOS SANTOS JUNIOR & CIA LTDA - ME	CNPJ 06.699.162/0001-46	20/07/2023
00.480.580	C R DOS SANTOS JUNIOR & CIA LTDA - ME	CNPJ 06.699.162/0001-46	20/07/2023
00.480.581	COOLPEZA SERVIAOS DE LIMPEZA URBANA LTDA	CNPJ 02.293.982/0001-82	20/07/2023
00.480.582	CENTRALNORTE SERVICOS E COMERCIO LTDA	CNPJ 02.098.616/0001-72	20/07/2023
00.480.583	THOMAZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	CNPJ 10.908.726/0001-80	20/07/2023
00.480.584	JOSE MARIA DOS SANTOS	CPF 622.335.211-53	20/07/2023
00.480.585	MARIA NASCIMENTO ASSAD	CPF 067.108.278-79	20/07/2023
00.480.586	BRUNO SOUZA DE MORAES	CPF 851.047.872-49	20/07/2023
00.480.587	MAGNO WILSON DA SILVA NOGUEIRA	CPF 847.428.012-53	20/07/2023
00.480.588	ADRIANO JUNIOR DOS SANTOS VANI	CPF 003.864.812-10	20/07/2023
00.480.589	THIAGO ALCANTARA DE BRITO	CPF 016.912.552-11	20/07/2023
00.480.590	ANTONIO PANONTIN SOBRINHO	CPF 672.340.978-72	20/07/2023
00.480.591	ANTONIO FELEZARDO ME	CNPJ 08.781.968/0001-04	20/07/2023
00.480.592	POLAR COMERCIO DE FRIOS LTDA - ME	CNPJ 34.739.870/0001-07	20/07/2023
00.480.593	FUHRMANN E CIA LTDA	CNPJ 84.615.772/0001-28	20/07/2023
00.480.594	DENIVALDO XAVIER DE SOUZA	CPF 327.463.932-04	20/07/2023
00.480.595	FERNANDO BATISTA DE ABREU PEREIRA	CPF 028.178.509-04	20/07/2023
00.480.596	JOSE CARLOS DOS SANTOS	CPF 326.588.262-49	20/07/2023
00.480.598	AVANDEVE ANTONIO DOS SANTOS	CPF 315.767.452-87	20/07/2023
00.480.599	CLOVES RIBEIRO DA SILVA	CPF 347.715.816-49	20/07/2023
00.480.600	LUCAS H DE SIQUEIRA GONCALVES	CPF 098.531.239-40	20/07/2023
00.480.601	SELCO PEREIRA	CPF 664.911.342-53	20/07/2023
00.480.607	BEIRA RIO COMARTCIMENTO LTDAME	CNPJ 13.510.679/0001-00	20/07/2023
00.480.608	CENTRALNORTE SERVICOS E COMERCIO LTDA	CNPJ 02.098.616/0001-72	20/07/2023
00.480.609	CENTRALNORTE SERVICOS E COMERCIO LTDA	CNPJ 02.098.616/0001-72	20/07/2023
00.480.611	SILVANO DE MATOS	CPF 663.967.942-68	20/07/2023
00.480.612	DIEGO ARAUJO DA SILVA	CPF 014.918.622-38	20/07/2023
00.480.613	CLAUDINEI CALDEIRA DE SOUZA	CPF 686.360.162-15	20/07/2023
00.480.614	JOSUE DOS ANJOS MOURA	CPF 698.641.442-00	20/07/2023
00.480.615	JOSE AURELIANO DA SILVA JUNIOR	CPF 031.322.521-40	20/07/2023
00.480.616	VALDENI DA CONCEICAO	CPF 009.220.592-50	20/07/2023
00.480.617	VALDENI DA CONCEICAO	CPF 009.220.592-50	20/07/2023
00.480.618	JOSE VANDERLEI NUNES FERNANDES	CPF 457.500.094-91	20/07/2023
00.480.619	WILLIAN COSME SOUZA	CPF 012.347.362-41	20/07/2023

00.480.620	MARIA GABRIELLA PEREIRA GOMES	CPF 982.546.772-04	20/07/2023
00.480.621	HIAGO GOMES DAMACENA	CPF 043.869.172-50	20/07/2023
00.480.624	LEONARDO MENDES DOS REIS	CPF 991.125.312-00	20/07/2023
00.480.625	SOLANGE ALVES DE SOUZA	CPF 628.774.292-53	20/07/2023
00.480.626	REGINALDO BEZERRA MARTINS	CPF 904.418.932-87	20/07/2023
00.480.628	THIAGO GUARI DE SOUZA	CPF 031.964.432-48	20/07/2023
00.480.629	TELMA SHOCKNESS	CPF 161.866.052-72	20/07/2023
00.480.630	FLAVIA MARIA DE JESUS	CPF 025.822.621-88	20/07/2023
00.480.631	MAX WILDS RAMOS DA SILVA	CPF 025.304.272-08	20/07/2023
00.480.632	ANILTON APELGREN LANA	CPF 013.731.232-65	20/07/2023
00.480.634	JOSE DE JESUS MELO	CPF 592.825.252-87	20/07/2023
00.480.635	JOSE DE JESUS MELO	CPF 592.825.252-87	20/07/2023
00.480.636	JOSE DE JESUS MELO	CPF 592.825.252-87	20/07/2023
00.480.637	CHARLES GOMES DE OLIVEIRA	CPF 312.991.562-15	20/07/2023
00.480.638	GEOVANE GONCALVES PRESTES.	CPF 800.460.962-72	20/07/2023
00.480.639	JOSE DE JESUS MELO	CPF 592.825.252-87	20/07/2023
00.480.640	CLOVIS BERNARDINO JUNIOR	CPF 004.656.552-38	20/07/2023
00.480.641	CANDIDA HELENA MELO DE SANTANA	CPF 861.321.722-20	20/07/2023
00.480.642	JACKSON HENRIQUE DOS SANTOS	CPF 989.722.862-49	20/07/2023
00.480.643	JACKSON HENRIQUE DOS SANTOS	CPF 989.722.862-49	20/07/2023
00.480.645	LEONARDO SILVA KIKO	CPF 048.736.722-79	20/07/2023
00.480.646	ADRIANO OLIVEIRA DOS SANTOS	CPF 797.990.272-68	20/07/2023
00.480.647	ANDERSON VIEIRA DOS SANTOS	CPF 017.449.022-40	20/07/2023
00.480.648	FRANCISCO PEREIRA PEDROSO	CPF 251.499.209-59	20/07/2023
00.480.649	NARAIYKIN GARIMYA SURUI	CPF 706.700.132-34	20/07/2023
00.480.652	LEONARDO AUGUSTO SILVA FERNANDES	CPF 035.401.572-98	20/07/2023
00.480.653	EDILENE BARBOSA GOMES	CPF 002.474.242-26	20/07/2023
00.480.655	LEONARDO SILVA KIKO	CPF 048.736.722-79	20/07/2023
00.480.657	JOAO FIUZA DA ROCHA ALVES	CPF 176.833.507-96	20/07/2023
00.480.658	FABRICIO DOS SANTOS SILVA	CPF 036.706.522-30	20/07/2023
00.480.659	ROBSON TERRA APOLINARIO	CPF 012.048.462-51	20/07/2023
00.480.660	JOSE VANDERLEI NUNES FERNANDES	CPF 457.500.094-91	20/07/2023
00.480.662	EDUARDO JOSE DE OLIVEIRA	CPF 612.687.472-20	20/07/2023
00.480.665	FERNANDES CE EMPREENDIMENTOS DE MOTEIS LTDA	CNPJ 13.538.393/0001-33	20/07/2023
00.480.666	FERNANDES CE EMPREENDIMENTOS DE MOTEIS LTDA	CNPJ 13.538.393/0001-33	20/07/2023
00.480.667	PAULO SERGIO DA SILVA	CPF 058.825.768-06	20/07/2023
00.480.668	SAMUEL RIBEIRO DO NASCIMENTO	CPF 767.811.192-49	20/07/2023
00.480.669	CLAUDILAINE DE MORAIS NOGUEIRA ROCHA	CPF 016.509.912-74	20/07/2023
00.480.670	ALINE JHENIFER DUARTE MARCOLINO DA SILVA	CPF 019.243.632-59	20/07/2023
00.480.671	VANESSA GRACIANO DE SOUZA RODRIGUES	CPF 024.945.792-01	20/07/2023
00.480.673	ILDO VIEIRA BORGES	CPF 898.797.082-53	20/07/2023
00.480.677	ADRIANO ALVES DE SOUZA	CPF 001.961.452-79	20/07/2023
00.480.678	EDIVANIA MARIA DE MORAES CORREIA	CPF 814.460.392-34	20/07/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi lavrado o presente EDITAL, afixado na sede deste Tabelionato, ficando os responsáveis pelos documentos intimados a comparecerem neste Tabelionato, até a data de vencimento indicada, impreterivelmente até às 15:00 horas, para efetuarem os pagamentos ou manifestarem suas recusas, sob pena de lavratura de protesto.

/, 17 de julho de 2023

2º TABELIONATO DE PROTESTO

COMARCA: JI-PARANÁ
ÓRGÃO EMITENTE: 2º TABELIONATO DE PROTESTO DE JI-PARANÁ
2º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE JI-PARANÁ ESTADO DE RONDÔNIA FELLIPE VILAS BÔAS FRAGA AV. MARECHAL RONDON, Nº 870, SALA 12, TÉRREO, CENTRO, CEP 76900-082 FONE: (69) 3421-4953
EDITAL DE INTIMAÇÕES Nº 3315/2023 Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Ji-Paraná/RO, localizado na Av. Marechal Rondon, Nº 870, Sala 12, Térreo, Centro, nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Devedor: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON CPF/CNPJ: 05.914.650/0001-66 Protocolo: 110377 Data Limite Para Comparecimento: 31/07/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das das 9:00 horas às 15:00 horas, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Ji-paraná-RO, 17 de Julho de 2023 MICHELE SOUZA DEJALMA TABELIÃ SUBSTITUTA

COMARCA: JI-PARANÁ
ÓRGÃO EMITENTE: 2º TABELIONATO DE PROTESTO DE JI-PARANÁ
2º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE JI-PARANÁ ESTADO DE RONDÔNIA FELLIPE VILAS BÔAS FRAGA AV. MARECHAL RONDON, Nº 870, SALA 12, TÉRREO, CENTRO, CEP 76900-082 FONE: (69) 3421-4953
EDITAL DE INTIMAÇÕES Nº 3312/2023 Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Ji-Paraná/RO, localizado na Av. Marechal Rondon, Nº 870, Sala 12, Térreo, Centro, nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: A DE MEDEIROS ALVES CPF/CNPJ: 06.267.724/0001-82 Protocolo: 109914 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: ADAILSON RAPOSO DA SILVA CPF/CNPJ: 860.947.002-44 Protocolo: 110005 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: ADAILSON RAPOSO DA SILVA CPF/CNPJ: 860.947.002-44 Protocolo: 110006 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: ALEXANDRE ANDRADE ALVES CPF/CNPJ: 28.816.212/0001-60 Protocolo: 109870 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: ALINE VIVIANE RUEDA CPF/CNPJ: 000.951.862-20 Protocolo: 110035 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: ALISSON BRAGA GOMES CPF/CNPJ: 000.397.572-00 Protocolo: 109872 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: ALVINO MOREIRA CABRAL JUNIOR CPF/CNPJ: 676.463.606-00 Protocolo: 109956 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: ANDREA MODAS LTDA CPF/CNPJ: 05.906.607/0001-59 Protocolo: 110032 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: ANTONIO JOSE FUHRMANN CPF/CNPJ: 422.681.682-04 Protocolo: 109887 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: AURO AMARAL DA SILVA CPF/CNPJ: 204.605.382-68 Protocolo: 109906 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: AVELINO INDUSTRIA E COMERCIO DE IMPLEMENTOS R CPF/CNPJ: 63.613.269/0001-63 Protocolo: 109907 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: BALLMANN RESTAURANTES EIRELI CPF/CNPJ: 08.708.062/0001-64 Protocolo: 109978 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: BRASIL FLORESTA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEI CPF/CNPJ: 10.479.854/0002-37 Protocolo: 109915 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: CAR INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRO E ACO LTDA CPF/CNPJ: 13.425.508/0001-83 Protocolo: 110003 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: CENTRALNORTE SERVICOS E COMERCIO LTDA CPF/CNPJ: 02.098.616/0001-72 Protocolo: 109892 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: CESAR CAMPOS SILVA CPF/CNPJ: 612.646.872-49 Protocolo: 109851 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: CLAUDINEI DOS ANJOS CPF/CNPJ: 688.370.542-20 Protocolo: 109995 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: CONSTRURB LTDA CPF/CNPJ: 34.466.706/0001-65 Protocolo: 109866 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: COOLPEZA SERVIAOS DE LIMPEZA URBANA LTDA CPF/CNPJ: 02.293.982/0001-82 Protocolo: 109883 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: COOLPEZA SERVIAOS DE LIMPEZA URBANA LTDA CPF/CNPJ: 02.293.982/0001-82 Protocolo: 109884 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: COOLPEZA SERVIAOS DE LIMPEZA URBANA LTDA CPF/CNPJ: 02.293.982/0001-82 Protocolo: 109878 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: COOLPEZA SERVIAOS DE LIMPEZA URBANA LTDA CPF/CNPJ: 02.293.982/0001-82 Protocolo: 109864 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: D DOS SANTOS BORGHI CPF/CNPJ: 41.731.932/0001-91 Protocolo: 110031 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: D RICARDO EIRELI CPF/CNPJ: 37.842.786/0001-02 Protocolo: 109960 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: DARSONIA APARECIDA RODRIGUES MENDES CPF/CNPJ: 221.407.862-20 Protocolo: 109943 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: DEGIANE ANDRADE SILVA CPF/CNPJ: 029.376.092-60 Protocolo: 109977 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: DIESLEY DA SILVA NOVAIS CPF/CNPJ: 020.002.982-73 Protocolo: 109848 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: ELTROM CEARENSE GOMES CPF/CNPJ: 113.951.502-06 Protocolo: 109925 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: FABIO LEANDRO DE VARGAS CPF/CNPJ: 659.496.502-63 Protocolo: 109888 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: FABRICIO REPRESENTACOES LTDA CPF/CNPJ: 08.648.623/0001-87 Protocolo: 109959 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: FREDERICO DO VALE CASTRO CPF/CNPJ: 001.831.382-52 Protocolo: 109924 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: FUHRMANN E CIA LTDA CPF/CNPJ: 84.615.772/0001-28 Protocolo: 109869 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: G F GIORDANO COMERCIO VAREJISTA DE MOVEI CPF/CNPJ: 40.913.419/0001-59 Protocolo: 110036 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: GENOVEVA RODRIGUES DOS SANTOS PONTES CPF/CNPJ: 290.329.112-87 Protocolo: 109862 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: GEOMETRIA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA CPF/CNPJ: 03.738.581/0001-51 Protocolo: 109891 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: GF DE LIMA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO L CPF/CNPJ: 35.915.242/0001-90 Protocolo: 110030 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: GODINHO REPRESENTACOES COMERCIAIS EIRELI CPF/CNPJ: 15.751.293/0001-16 Protocolo: 109920 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: GODINHO REPRESENTACOES COMERCIAIS EIRELI CPF/CNPJ: 15.751.293/0001-16 Protocolo: 109916 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: GODINHO REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA CPF/CNPJ: 15.751.293/0001-16 Protocolo: 109918 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: GODINHO REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA CPF/CNPJ: 15.751.293/0001-16 Protocolo: 109917 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: GODINHO REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA CPF/CNPJ: 15.751.293/0001-16 Protocolo: 109919 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: GOIOVEL CENTRO AUTOMOTIVO LTDA CPF/CNPJ: 10.867.200/0001-08 Protocolo: 110013 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: GOIOVEL CENTRO AUTOMOTIVO LTDA CPF/CNPJ: 10.867.200/0001-08 Protocolo: 110012 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: GV CENTRO DE MANUTENCAO DE VEICULO EIRELI CPF/CNPJ: 34.376.495/0001-70 Protocolo: 109945 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: H e M SEMI JOIAS LTDA CPF/CNPJ: 22.160.061/0001-59 Protocolo: 110007 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: H. M. BALBI SERVICOS E COMERCIO LTDA CPF/CNPJ: 84.579.556/0001-74 Protocolo: 109859 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: I J E PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA CPF/CNPJ: 36.602.172/0001-82 Protocolo: 110037 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: ISABEL APARECIDA MOREIRA CPF/CNPJ: 315.801.492-00 Protocolo: 109998 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: ISRAEL CANDIDO DE SOUZA CPF/CNPJ: 242.470.812-68 Protocolo: 109858 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: JEFFERSON CARLOS SANTOS SILVA CPF/CNPJ: 656.189.125-20 Protocolo: 110002 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: JOIRTON SEBASTIAO CAETANO CPF/CNPJ: 640.037.367-53 Protocolo: 109996 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: JOSE ALVES GUEDES CPF/CNPJ: 312.884.804-15 Protocolo: 109957 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: KYARAH SALES BARBOSA CPF/CNPJ: 823.676.552-00 Protocolo: 110029 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: LEANDRO KIKO CPF/CNPJ: 010.903.662-05 Protocolo: 109880 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: LENICE APARECIDA RODRIGUES CPF/CNPJ: 599.787.242-49 Protocolo: 109930 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: LEONARDO SILVA KIKO CPF/CNPJ: 048.736.722-79 Protocolo: 110024 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: LUCIANA DE SOUZA LEMOS CPF/CNPJ: 922.976.172-91 Protocolo: 109867 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: LUIZ FERNANDO F DO NASCIMENTO CPF/CNPJ: 015.674.572-07 Protocolo: 110023 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: M P MODENA EIRELI CPF/CNPJ: 40.256.162/0001-00 Protocolo: 110026 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: MAGNO WILSON DA SILVA NOGUEIRA CPF/CNPJ: 847.428.012-53 Protocolo: 109895 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: MARCELO GOMES DE OLIVEIRA REPRESENTACOES CPF/CNPJ: 23.152.220/0001-36 Protocolo: 109980A Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: MARCELO GOMES DE OLIVEIRA REPRESENTACOES CPF/CNPJ: 23.152.220/0001-36 Protocolo: 109982A Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: MARCELO GOMES DE OLIVEIRA REPRESENTACOES CPF/CNPJ: 23.152.220/0001-36 Protocolo: 109983A Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: MARCELO GOMES DE OLIVEIRA REPRESENTACOES CPF/CNPJ: 23.152.220/0001-36 Protocolo: 109984A Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: MARCELO GOMES DE OLIVEIRA REPRESENTACOES CPF/CNPJ: 23.152.220/0001-36 Protocolo: 109985A Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: MARCELO GOMES DE OLIVEIRA REPRESENTACOES CPF/CNPJ: 23.152.220/0001-36 Protocolo: 109988A Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: MARCELO GOMES DE OLIVEIRA REPRESENTACOES CPF/CNPJ: 23.152.220/0001-36 Protocolo: 109986A Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: MARCELO GOMES DE OLIVEIRA REPRESENTACOES CPF/CNPJ: 23.152.220/0001-36 Protocolo: 109987A Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: MARCELO GOMES DE OLIVEIRA REPRESENTACOES CPF/CNPJ: 23.152.220/0001-36 Protocolo: 109981A Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: MARINALDO MAIA PINTO CPF/CNPJ: 810.726.192-53 Protocolo: 109861 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: MAURICIO RIBEIRO DE SOUZA CPF/CNPJ: 007.476.142-02 Protocolo: 109954 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: MORENO & CIA LTDA ME CPF/CNPJ: 11.049.039/0001-10 Protocolo: 109863 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: MORENO & CIA LTDA ME CPF/CNPJ: 11.049.039/0001-10 Protocolo: 109879 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: NORDESTINOS ASSOCIADOS CPF/CNPJ: 13.610.973/0001-94 Protocolo: 109961 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: NORDESTINOS ASSOCIADOS CPF/CNPJ: 13.610.973/0001-94 Protocolo: 109962 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: NORDESTINOS ASSOCIADOS CPF/CNPJ: 13.610.973/0001-94 Protocolo: 109963 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: NORTEFLORA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS L CPF/CNPJ: 12.958.986/0002-77 Protocolo: 109910 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: NORTEFLORA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS L CPF/CNPJ: 12.958.986/0002-77 Protocolo: 109909 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: OLIVAS REPRESENTACOES LTDA CPF/CNPJ: 02.741.954/0001-80 Protocolo: 110004 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: OZIEL DE MIRANDA GOMES CPF/CNPJ: 514.596.982-15 Protocolo: 109921 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: OZIEL DE MIRANDA GOMES CPF/CNPJ: 514.596.982-15 Protocolo: 109922 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: OZIEL DE MIRANDA GOMES CPF/CNPJ: 514.596.982-15 Protocolo: 109923 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: P. C. SILVA COUROS CPF/CNPJ: 07.770.912/0001-91 Protocolo: 109912 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: P. L. DE S. PROVIN e CIA LTDA CPF/CNPJ: 84.645.126/0001-03 Protocolo: 109932 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: PABLO GONCALVES FERNANDES VALENTE CPF/CNPJ: 633.797.402-68 Protocolo: 109904 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: PABLO GONCALVES FERNANDES VALENTE CPF/CNPJ: 633.797.402-68 Protocolo: 109896 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: PADRAO FORMACAO DE CONDUTORES DE VEICULOS EIR CPF/CNPJ: 03.302.147/0001-24 Protocolo: 109958 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: PAULO ROBERTO RIBEIRO CPF/CNPJ: 802.413.792-53 Protocolo: 109881 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: POLAR COMERCIO DE FRIOS LTDA ME CPF/CNPJ: 34.739.870/0001-07 Protocolo: 109868 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: PRESBITERIO VALE DO RIO MACHADO CPF/CNPJ: 63.787.683/0001-99 Protocolo: 110022 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: R T TRANSPORTES LTDA CPF/CNPJ: 05.864.331/0001-93 Protocolo: 109972 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: R T TRANSPORTES LTDA CPF/CNPJ: 05.864.331/0001-93 Protocolo: 109976 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: R T TRANSPORTES LTDA CPF/CNPJ: 05.864.331/0001-93 Protocolo: 109973 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: R T TRANSPORTES LTDA CPF/CNPJ: 05.864.331/0001-93 Protocolo: 109971 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: R. T. TRANSPORTES LTDA ME CPF/CNPJ: 05.864.331/0001-93 Protocolo: 109974 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: R. T. TRANSPORTES LTDA ME CPF/CNPJ: 05.864.331/0001-93 Protocolo: 109975 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: REMER COM DE MADEIRAS LTDA CPF/CNPJ: 07.422.284/0001-53 Protocolo: 109913 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: RONAN ROCHA BRITO CPF/CNPJ: 523.916.122-49 Protocolo: 110028 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: RV DIAS COMERCIO DE CONFECCAES LTDA CPF/CNPJ: 41.829.413/0001-60 Protocolo: 109877 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: S. BARBOSA CONSTRUCOES LTDA CPF/CNPJ: 25.258.861/0001-03 Protocolo: 109953 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: SIGMA FABRICACAO E COM DE COLCHOES LTDA CPF/CNPJ: 22.867.118/0001-54 Protocolo: 110027 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: SOARES e GODOY COMERCIO E REPRESENTACAO DE BR CPF/CNPJ: 29.818.231/0001-99 Protocolo: 110001 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: SOARES E GODOY REPRESENTACAO LTDA CPF/CNPJ: 29.818.231/0001-99 Protocolo: 109999 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: SOARES E GODOY REPRESENTACAO LTDA CPF/CNPJ: 29.818.231/0001-99 Protocolo: 110000 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: SOLAUTO REPRESENTACOES LTDA CPF/CNPJ: 34.734.285/0001-06 Protocolo: 109936 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: SOLAUTO REPRESENTACOES LTDA CPF/CNPJ: 34.734.285/0001-06 Protocolo: 109935 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: SOUTO REPRESENTACOES DE ALIMENTOS LTDA CPF/CNPJ: 29.365.289/0001-24 Protocolo: 109876 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: THEMP S PRODUCOES E EVENTOS EIRELI CPF/CNPJ: 23.287.090/0001-49 Protocolo: 109967 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: THIAGO ALCANTARA DE BRITO CPF/CNPJ: 016.912.552-11 Protocolo: 109900 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: VALDIR RODRIGUES VIEIRA CPF/CNPJ: 385.948.032-49 Protocolo: 109899 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: VALDIVAN ALVES DOS SANTOS CPF/CNPJ: 017.284.303-05 Protocolo: 109853 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: WAGNER DAVISSON FARIA CPF/CNPJ: 792.554.852-53 Protocolo: 109890 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: WAGNER DAVISSON FARIA CPF/CNPJ: 792.554.852-53 Protocolo: 109860 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: WESLEY PAULO DA CONCEICAO CPF/CNPJ: 836.697.282-87 Protocolo: 109926 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das das 9:00 horas às 15:00 horas, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Ji-paraná-RO, 17 de Julho de 2023 MICHELE SOUZA DEJALMA TABELIÃ SUBSTITUTA

COMARCA: JI-PARANÁ
ÓRGÃO EMITENTE: 2º TABELIONATO DE PROTESTO DE JI-PARANÁ
2º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE JI-PARANÁ ESTADO DE RONDÔNIA FELLIPE VILAS BÔAS FRAGA AV. MARECHAL RONDON, Nº 870, SALA 12, TÉRREO, CENTRO, CEP 76900-082 FONE: (69) 3421-4953

EDITAL DE INTIMAÇÕES Nº 3313/2023 Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Ji-Paraná/RO, localizado na Av. Marechal Rondon, Nº 870, Sala 12, Térreo, Centro, nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Devedor: ADINEIA RIBEIRO DA SILVA CPF/CNPJ: 729.475.942-15 Protocolo: 110091 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: AGUIA EMP DE TRANSP E TUR LTDA CPF/CNPJ: 05.881.916/0001-11 Protocolo: 110076 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: AGUIA EMP DE TRANSP E TUR LTDA CPF/CNPJ: 05.881.916/0001-11 Protocolo: 110046 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: AGUIA EMP DE TRANSP E TUR LTDA CPF/CNPJ: 05.881.916/0001-11 Protocolo: 110047 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: AGUIA EMP DE TRANSP E TUR LTDA CPF/CNPJ: 05.881.916/0001-11 Protocolo: 110075 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ALBINO CESAR OLIVEIRA NOTARIO CPF/CNPJ: 510.873.162-00 Protocolo: 110073 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ALEXANDRE MEDEIROS PEREIRA CPF/CNPJ: 004.612.192-71 Protocolo: 110118 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ALINE CARVALHO DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 021.983.652-35 Protocolo: 110079 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ALLMILK INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIM CPF/CNPJ: 36.847.741/0001-50 Protocolo: 110133 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ALLMILK INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIM CPF/CNPJ: 36.847.741/0001-50 Protocolo: 110132 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ANTONIO SERGIO DOS ANJOS SANTOS CPF/CNPJ: 474.226.371-53 Protocolo: 110084 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ANTONIO TAPA GAVIAO CPF/CNPJ: 390.483.062-72 Protocolo: 110092 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ASP DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO CPF/CNPJ: 25.188.513/0001-07 Protocolo: 110129 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ASP DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO CPF/CNPJ: 25.188.513/0001-07 Protocolo: 110127 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ASP DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO CPF/CNPJ: 25.188.513/0001-07 Protocolo: 110128 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ASP DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO CPF/CNPJ: 25.188.513/0001-07 Protocolo: 110130 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: C R DOS SANTOS JUNIOR & CIA LTDA ME CPF/CNPJ: 06.699.162/0001-46 Protocolo: 110114 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: C R DOS SANTOS JUNIOR & CIA LTDA ME CPF/CNPJ: 06.699.162/0001-46 Protocolo: 110121 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: C R DOS SANTOS JUNIOR & CIA LTDA ME CPF/CNPJ: 06.699.162/0001-46 Protocolo: 110113 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: C.S.C COMERCIO E SERVICO DE PRODUCOES E EVENT CPF/CNPJ: 35.831.216/0001-83 Protocolo: 110131 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CARLOS VALERIO DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 419.057.252-72 Protocolo: 110065 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CENTRALNORTE SERVICOS E COMERCIO LTDA CPF/CNPJ: 02.098.616/0001-72 Protocolo: 110069 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CENTRALNORTE SERVICOS E COMERCIO LTDA CPF/CNPJ: 02.098.616/0001-72 Protocolo: 110068 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CENTRALNORTE SERVICOS E COMERCIO LTDA CPF/CNPJ: 02.098.616/0001-72 Protocolo: 110070 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CHRISTIELLY M DE AZEVEDO CPF/CNPJ: 727.525.052-72 Protocolo: 110117 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CLEMENCIA PRATES DA SILVA CPF/CNPJ: 098.429.487-22 Protocolo: 110056 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CONSTRUTORA OURO VERDE LTDA CPF/CNPJ: 04.218.548/0001-63 Protocolo: 110101 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CONSTRUTORA OURO VERDE LTDA CPF/CNPJ: 04.218.548/0001-63 Protocolo: 110111 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CONSTRUTORA OURO VERDE LTDA CPF/CNPJ: 04.218.548/0001-63 Protocolo: 110089 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: D. S. S. MORENO ME CPF/CNPJ: 20.264.296/0001-65 Protocolo: 110179 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: DANIEL FREITAS DOS SANTOS LTDA CPF/CNPJ: 14.174.873/0001-25 Protocolo: 110088 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: DAVI VIEIRA CPF/CNPJ: 627.634.402-82 Protocolo: 110097 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: DENILSON MANZAPUN ZORO CPF/CNPJ: 916.945.072-20 Protocolo: 110099 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: EDIVALDO SOUZA GOMES CPF/CNPJ: 485.977.592-91 Protocolo: 110107 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ELIEZER CORREIA SILVA CPF/CNPJ: 025.766.412-29 Protocolo: 110186 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: EUNICE MELIN DA SILVA CPF/CNPJ: 774.444.692-53 Protocolo: 110106 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: FERNANDA PEREIRA A DE SOUZA CPF/CNPJ: 034.487.311-02 Protocolo: 110109 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ILMA LUCIA DA SILVA MOREIRA CPF/CNPJ: 204.088.972-87 Protocolo: 110059 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JAIRO PEREIRA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 350.057.852-72 Protocolo: 110185 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JAIRO PEREIRA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 350.057.852-72 Protocolo: 110184 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JORGE MUNIZ BARRETO JUNIOR CPF/CNPJ: 000.319.119-27 Protocolo: 110057 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JULIANA DA SILVA VIDAL CPF/CNPJ: 968.225.462-00 Protocolo: 110051 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JUSSARA CRISTINA BIANQUI CPF/CNPJ: 825.787.882-00 Protocolo: 110067 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: N AGUIAR FERREIRA LTDA CPF/CNPJ: 33.071.741/0001-12 Protocolo: 110187 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ODEMIR JOSE DA SILVA CPF/CNPJ: 839.486.192-04 Protocolo: 110038 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: PATRICK SANTANA SOARES CPF/CNPJ: 971.235.442-34 Protocolo: 110112 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: PAULO CESAR ALIENDRE DE ANDRADE CPF/CNPJ: 631.846.302-00 Protocolo: 110062 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: PEDRO LUIS SALES CPF/CNPJ: 352.836.536-68 Protocolo: 110085 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: R e R GESSO LTDA CPF/CNPJ: 39.269.046/0001-46 Protocolo: 110143 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: R. DA SILVA DISTRIBUIDORA ME CPF/CNPJ: 14.208.538/0001-09 Protocolo: 110048 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: RAYANNE ROCHA DA SILVA CPF/CNPJ: 997.391.352-34 Protocolo: 110090 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: RODRIGO APARECIDO BIERENDE CPF/CNPJ: 739.925.182-72 Protocolo: 110081 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ROSALVA DE MELO RODRIGUES CPF/CNPJ: 350.734.462-91 Protocolo: 110050 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SEBASTIO DA CONCEIO OLIVEIRA CPF/CNPJ: 285.870.492-91 Protocolo: 110072 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SOELLY KUIBIDA COSTA CPF/CNPJ: 162.636.422-20 Protocolo: 110058 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SOELLY KUIBIDA COSTA CPF/CNPJ: 162.636.422-20 Protocolo: 110064 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SOUZA MONTAGEM E TRANSPORTE EIRELI CPF/CNPJ: 24.424.902/0001-13 Protocolo: 110142 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SOUZA MONTAGEM E TRANSPORTE EIRELI CPF/CNPJ: 24.424.902/0001-13 Protocolo: 110141 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SOUZA MONTAGEM E TRANSPORTE EIRELI CPF/CNPJ: 24.424.902/0001-13 Protocolo: 110140 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: THIAGO HUDSON ALVES FERNANDES CPF/CNPJ: 523.761.332-20 Protocolo: 110077 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: TRANSPORTES BATISTA LTDA CPF/CNPJ: 15.074.810/0001-60 Protocolo: 110134 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: VANILTON DOS SANTOS SALOMAO CPF/CNPJ: 701.020.662-72 Protocolo: 110040 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: W. R. L. DA SILVA RESTAURANTE E LANCHONETE EI CPF/CNPJ: 38.009.891/0001-10 Protocolo: 110156 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das das 9:00 horas às 15:00 horas, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Ji-paraná-RO, 17 de Julho de 2023 MICHELE SOUZA DEJALMA TABELIÃ SUBSTITUTA

COMARCA: JI-PARANÁ
ÓRGÃO EMITENTE: 2º TABELIONATO DE PROTESTO DE JI-PARANÁ
2º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE JI-PARANÁ ESTADO DE RONDÔNIA FELLIPE VILAS BÔAS FRAGA AV. MARECHAL RONDON, Nº 870, SALA 12, TÉRREO, CENTRO, CEP 76900-082 FONE: (69) 3421-4953
EDITAL DE INTIMAÇÕES Nº 3314/2023 Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Ji-Paraná/RO, localizado na Av. Marechal Rondon, Nº 870, Sala 12, Térreo, Centro, nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: APARECIDO DA SILVA LIMA CPF/CNPJ: 327.075.922-34 Protocolo: 110041 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: COMERCIAL CANOAS COMERCIO DE AREIA LTDA CPF/CNPJ: 05.786.157/0001-08 Protocolo: 110066 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: COOLPEZA SERVIAOS DE LIMPEZA URBANA LTDA CPF/CNPJ: 02.293.982/0001-82 Protocolo: 110039 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: COOLPEZA SERVIAOS DE LIMPEZA URBANA LTDA CPF/CNPJ: 02.293.982/0001-82 Protocolo: 110098 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: COOLPEZA SERVIAOS DE LIMPEZA URBANA LTDA CPF/CNPJ: 02.293.982/0001-82 Protocolo: 110053 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DEMETRIO BIDA JUNIOR CPF/CNPJ: 325.541.502-06 Protocolo: 110103 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ELIAS JOSE DA SILVA CPF/CNPJ: 519.616.871-00 Protocolo: 110049 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FARIAS COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA CPF/CNPJ: 11.501.787/0001-91 Protocolo: 110105 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FRIGORIFICO TANGARA LTDA CPF/CNPJ: 07.141.937/0001-26 Protocolo: 110110 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FUHRMANN e CIA LTDA CPF/CNPJ: 84.615.772/0001-28 Protocolo: 110164 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: GEOMETRIA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA CPF/CNPJ: 03.738.581/0001-51 Protocolo: 110078 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: HM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CPF/CNPJ: 22.150.708/0001-61 Protocolo: 110161 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: IGOR SOARES DA ROSA CPF/CNPJ: 769.421.982-34 Protocolo: 110115 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JEOVANILDO MARTINS DOS SANTOS CPF/CNPJ: 812.774.072-15 Protocolo: 110071 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JEOVANILDO MARTINS DOS SANTOS CPF/CNPJ: 812.774.072-15 Protocolo: 110055 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOEL DE SOUZA CPF/CNPJ: 350.003.762-34 Protocolo: 110119 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOSE MARIA FERREIRA CPF/CNPJ: 481.902.251-20 Protocolo: 110086 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JURANDIR FERREIRA LEITE CPF/CNPJ: 703.966.202-72 Protocolo: 110042 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARIA LOURDES GALDINA ALVES CPF/CNPJ: 271.889.732-53 Protocolo: 110102 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARILIA NETO DA COSTA CPF/CNPJ: 950.483.322-53 Protocolo: 110100 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: NATIVIDADE & CIA LTDA CPF/CNPJ: 05.850.749/0001-41 Protocolo: 110108 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ROSALINA RODRIGUES RAMOS TEIXEIRA CPF/CNPJ: 554.942.181-04 Protocolo: 110060 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SERGIO GONCALVES DE SOUZA CPF/CNPJ: 168.913.548-46 Protocolo: 110165 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SONIA LEMOS DA ROSA CPF/CNPJ: 456.847.312-87 Protocolo: 110083 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SONIA LEMOS DA ROSA CPF/CNPJ: 456.847.312-87 Protocolo: 110045 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SUPERMERCADOS BOM DIA LTDA CPF/CNPJ: 14.871.209/0001-35 Protocolo: 110122 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SUPERMERCADOS BOM DIA LTDA CPF/CNPJ: 14.871.209/0001-35 Protocolo: 110052 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: THAIS SANTOS DAVILA CPF/CNPJ: 691.849.172-53 Protocolo: 110120 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: UNIVERSAL RENOVADORA DE PNEUS LTDA EPP CPF/CNPJ: 01.682.312/0001-95 Protocolo: 110104 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: VALDEIR MARIANO DO PRADO CPF/CNPJ: 848.679.732-20 Protocolo: 110061 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das das 9:00 horas às 15:00 horas, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Ji-paraná-RO, 17 de Julho de 2023 MICHELE SOUZA DEJALMA TABELIÃ SUBSTITUTA

COMARCA DE ARIQUEMES

1º TABELIONATO DE PROTESTO

COMARCA: ARIQUEMES
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE ARIQUEMES
TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE ARIQUEMES ESTADO DE RONDÔNIA DR MARCELO LESSA DA SILVA - TABELIÃO DE PROTESTO RUA FORTALEZA, N 2178 - SETOR 03 - CEP 76870-505, FONE: (69) 3535-4155
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Ariquemes/RO, localizado na Rua: Fortaleza, 2178 - Setor 03, nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: ABELARDO DOS SANTOS DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 457.143.202-04 Protocolo: 250067 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ADEMAR DA SILVA ROCHA CPF/CNPJ: 720.553.322-87 Protocolo: 249172 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ADEMAR DA SILVA ROCHA CPF/CNPJ: 720.553.322-87 Protocolo: 249174 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ADEMAR DA SILVA ROCHA CPF/CNPJ: 720.553.322-87 Protocolo: 249173 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ADEMAR DA SILVA ROCHA CPF/CNPJ: 720.553.322-87 Protocolo: 249171 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ADILSON FERBANI CPF/CNPJ: 137.427.898-05 Protocolo: 250105 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ADILSON FERBANI CPF/CNPJ: 137.427.898-05 Protocolo: 250106 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: AGUINALDO GILMAR TAVARES CPF/CNPJ: 940.227.982-20 Protocolo: 249420 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ALCIDES JOSE AUGUSTO GUIMARAES CPF/CNPJ: 265.185.206-63 Protocolo: 249489 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ALCIONE MOCHINSKI CPF/CNPJ: 385.575.332-68 Protocolo: 249994 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ALCIONE MOCHINSKI CPF/CNPJ: 385.575.332-68 Protocolo: 249877 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ALESSANDRO CARDERARI CPF/CNPJ: 686.993.792-34 Protocolo: 249965 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ALEXANDRE CHACON DE AZEVEDO CPF/CNPJ: 497.500.202-78 Protocolo: 250335 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: AMAZONIA COMERCIO E ATACADO DE GENEROS ALIMEN CPF/CNPJ: 19.369.225/0002-29 Protocolo: 250042 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: AMAZONIA COMERCIO E ATACADO DE GENEROS ALIMEN CPF/CNPJ: 19.369.225/0002-29 Protocolo: 249987 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: AMAZONIA COMERCIO E ATACADO DE GENEROS ALIMEN CPF/CNPJ: 19.369.225/0002-29 Protocolo: 249889 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ANA LUCIA DA SILVA FERREIRA CPF/CNPJ: 914.882.302-34 Protocolo: 249980 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ANTENOR FRANCISCO DA SILVA CPF/CNPJ: 725.601.348-53 Protocolo: 249694 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ANTENOR FRANCISCO DA SILVA CPF/CNPJ: 725.601.348-53 Protocolo: 249692 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ANTONIO CARLOS PEREIRA DE CASTRO CPF/CNPJ: 030.654.546-29 Protocolo: 250125 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ANTONIO CARLOS PEREIRA DE CASTRO CPF/CNPJ: 030.654.546-29 Protocolo: 250124 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ANTONIO CARLOS PEREIRA DE CASTRO CPF/CNPJ: 030.654.546-29 Protocolo: 250123 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ANTONIO LUIZ DE GOVEIA CPF/CNPJ: 012.526.388-09 Protocolo: 249925 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ANTONIO MARCOS ALVES CONSTANTINO CPF/CNPJ: 944.804.944-72 Protocolo: 249876 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ANTONIO MARCOS ALVES CONSTANTINO CPF/CNPJ: 944.804.944-72 Protocolo: 249995 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: APARECIDA DE JESUS DOS ANJOS CPF/CNPJ: 178.942.041-53 Protocolo: 250269B Data Limite Para Comparecimento: 31/07/2023
Devedor: APARECIDO DA SILVA OCANHA CPF/CNPJ: 149.504.562-53 Protocolo: 249847 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ARGENTINO RODRIGUES PIRES CPF/CNPJ: 806.441.127-00 Protocolo: 249897 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ARGENTINO RODRIGUES PIRES CPF/CNPJ: 806.441.127-00 Protocolo: 249951 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: AUGUSTO ARRUDA CPF/CNPJ: 197.200.339-91 Protocolo: 250320 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: BARBOSA & CAMPOS LTDA ME CPF/CNPJ: 10.213.328/0001-40 Protocolo: 249731 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: BARBOSA & CAMPOS LTDA ME CPF/CNPJ: 10.213.328/0001-40 Protocolo: 249734 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: BARBOSA & CAMPOS LTDA ME CPF/CNPJ: 10.213.328/0001-40 Protocolo: 249733 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: BARBOSA & CAMPOS LTDA ME CPF/CNPJ: 10.213.328/0001-40 Protocolo: 249732 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: BENEDITO AUGUSTO CARDOSO CPF/CNPJ: 241.091.851-49 Protocolo: 250049 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: BRASIL COMERCIO SERRAS LTDA CPF/CNPJ: 12.599.867/0001-94 Protocolo: 249441 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CARLOS ALBERTO THEMONTES CPF/CNPJ: 001.841.627-69 Protocolo: 249438 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CARLOS MAGNO CASTRO CPF/CNPJ: 731.681.227-34 Protocolo: 249404 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CARLOS MONTEIRO ESPER CPF/CNPJ: 014.281.022-30 Protocolo: 250397 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: CARLOS RODRIGUES DE SOUZA CPF/CNPJ: 586.011.122-34 Protocolo: 249923 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CATIA SIMONE PEREIRA MELO CPF/CNPJ: 408.571.582-87 Protocolo: 250435 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: CELIO TEIXEIRA DE AGUIAR CPF/CNPJ: 456.931.452-04 Protocolo: 249747 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CELSO BATISTA FERREIRA CPF/CNPJ: 514.167.272-72 Protocolo: 250077 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CIMENPAR DISTRIBUIDORA DE CIMENTO LTDA CPF/CNPJ: 34.746.230/0001-16 Protocolo: 250044 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CLAUDEMIR JOSE DE SOUZA CPF/CNPJ: 966.930.372-91 Protocolo: 249835 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CLAUDINEI NUNES DE CAMARGO CPF/CNPJ: 601.170.280-53 Protocolo: 250279 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: CLEIDSON DUTRA CPF/CNPJ: 199.023.588-37 Protocolo: 250450 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: CRISTALINO BATISTA DO NASCIMENTO CPF/CNPJ: 582.144.102-15 Protocolo: 249737 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CRISTIANO CORREIA DE SOUZA CPF/CNPJ: 719.085.791-53 Protocolo: 249906 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CRISTIANO CORREIA DE SOUZA CPF/CNPJ: 719.085.791-53 Protocolo: 249966 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CUNHA e LOCH LTDA CPF/CNPJ: 17.223.627/0001-04 Protocolo: 250138 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: D. S. COMERCIO, IMPORTACAO E SERVICOS PUBLICI CPF/CNPJ: 33.742.886/0001-06 Protocolo: 249594 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: D.R. PEREIRA MERCADO EIRELI CPF/CNPJ: 28.537.029/0001-26 Protocolo: 250200 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DALILA MAULAZ TREVIZAM CPF/CNPJ: 249.804.158-30 Protocolo: 249686 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DANIEL FRUTUOSO FIGUEIREDO JUNIOR CPF/CNPJ: 543.140.701-53 Protocolo: 249469 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DAVI PEREIRA LIMA CPF/CNPJ: 000.449.772-47 Protocolo: 249888 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DAVID MENEGILDO CPF/CNPJ: 237.454.952-68 Protocolo: 249639 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: DAVID MENEGILDO CPF/CNPJ: 237.454.952-68 Protocolo: 249636 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DAVID MENEGILDO CPF/CNPJ: 237.454.952-68 Protocolo: 249635 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DAVINO DOS SANTOS SILVA CPF/CNPJ: 420.509.102-82 Protocolo: 250196 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DAVINO DOS SANTOS SILVA CPF/CNPJ: 420.509.102-82 Protocolo: 250197 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DILSON CALDATO NETO CPF/CNPJ: 011.706.182-43 Protocolo: 249911 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DIOGO ALMEIDA DA SILVEIRA CPF/CNPJ: 888.812.962-68 Protocolo: 249884 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DIONEIDE LEMES TRISCH CPF/CNPJ: 796.141.672-20 Protocolo: 249464 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DIONEIDE LEMES TRISCH CPF/CNPJ: 796.141.672-20 Protocolo: 250071 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DIONES BRITO DE SOUZA CPF/CNPJ: 962.735.182-20 Protocolo: 249930 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DISTRIBUIDORA POLAR LTDA CPF/CNPJ: 11.073.337/0001-45 Protocolo: 250093 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DO BOM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA CPF/CNPJ: 11.919.208/0001-25 Protocolo: 249898 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DO BOM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA CPF/CNPJ: 11.919.208/0001-25 Protocolo: 249976 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DOURADINA TRANSPORTE DE CARGAS LTDA CPF/CNPJ: 33.875.205/0001-70 Protocolo: 250103 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: E. M. DE MOURA & CIA LTDA ME CPF/CNPJ: 17.791.379/0001-06 Protocolo: 249917 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: EDINA DOS SANTOS INÁCIO CPF/CNPJ: 934.547.162-68 Protocolo: 249722 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: EDINEUSA ROMILO PEDRACA CPF/CNPJ: 421.601.032-68 Protocolo: 249973 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: EDITH VITORINO DE O COSTA CPF/CNPJ: 586.039.212-53 Protocolo: 250429 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: EDSON FERREIRA SOARES CPF/CNPJ: 611.318.572-91 Protocolo: 249997 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: EDSON FERREIRA SOARES CPF/CNPJ: 611.318.572-91 Protocolo: 249875 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: EDSON RODRIGUES CAVALCANTE CPF/CNPJ: 347.913.453-04 Protocolo: 250066 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: EDUARD DE OLIVEIRA MOTTA CPF/CNPJ: 655.884.872-49 Protocolo: 249708 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: EDUARDO DA SILVA CARTAXO CPF/CNPJ: 389.669.722-68 Protocolo: 249399 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: EDUARDO DA SILVA CARTAXO CPF/CNPJ: 389.669.722-68 Protocolo: 249916 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: EDUARDO DA SILVA CARTAXO CPF/CNPJ: 389.669.722-68 Protocolo: 249949 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: EDUARDO RODRIGUES SILVA CPF/CNPJ: 045.999.366-69 Protocolo: 249738 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ELOISIO ANTONIO DA SILVA CPF/CNPJ: 360.973.816-20 Protocolo: 249744 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ELOISIO ANTONIO DA SILVA CPF/CNPJ: 360.973.816-20 Protocolo: 249745 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: EMANUEL FERREIRA DA COSTA CPF/CNPJ: 646.091.032-49 Protocolo: 249370 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ENERGISA CPF/CNPJ: 05.914.650/0001-66 Protocolo: 250270 Data Limite Para Comparecimento: 31/07/2023
Devedor: ENI DA SILVA LOPES CPF/CNPJ: 710.465.342-20 Protocolo: 250095 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ERICO QUINATTO CPF/CNPJ: 420.843.182-20 Protocolo: 249999 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ERICO QUINATTO CPF/CNPJ: 420.843.182-20 Protocolo: 249870 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ERNAN SANTANA AMORIM CPF/CNPJ: 670.803.752-15 Protocolo: 249427 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ESTHEFANY VAZ DA CRUZ CPF/CNPJ: 987.313.352-68 Protocolo: 250234 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ESTHEFANY VAZ DA CRUZ CPF/CNPJ: 987.313.352-68 Protocolo: 250233 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: EVALDO DE ALMEIDA SANTOS CPF/CNPJ: 386.520.482-15 Protocolo: 249705 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: F. QUINTANAS SERVICOS E LOCACAO CPF/CNPJ: 33.011.666/0001-02 Protocolo: 250092 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FABIANO GOMES DE SOUZA CPF/CNPJ: 002.609.132-19 Protocolo: 250336 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: FELIPE MANOEL DE ALCANTARA PEREIRA CPF/CNPJ: 276.278.619-34 Protocolo: 249485 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FERNANDA GOMES BEVILAQUA CPF/CNPJ: 996.050.662-20 Protocolo: 249771 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FERNANDA GOMES BEVILAQUA CPF/CNPJ: 996.050.662-20 Protocolo: 249778 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FERNANDA GOMES BEVILAQUA CPF/CNPJ: 996.050.662-20 Protocolo: 249773 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FERNANDA GOMES BEVILAQUA CPF/CNPJ: 996.050.662-20 Protocolo: 249774 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FERNANDA GOMES BEVILAQUA CPF/CNPJ: 996.050.662-20 Protocolo: 249777 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FERNANDA GOMES BEVILAQUA CPF/CNPJ: 996.050.662-20 Protocolo: 249776 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FERNANDA GOMES BEVILAQUA CPF/CNPJ: 996.050.662-20 Protocolo: 249775 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FERNANDA GOMES BEVILAQUA CPF/CNPJ: 996.050.662-20 Protocolo: 249769 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FERNANDA GOMES BEVILAQUA CPF/CNPJ: 996.050.662-20 Protocolo: 249772 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FERNANDA GOMES BEVILAQUA CPF/CNPJ: 996.050.662-20 Protocolo: 249770 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: FERNANDA GOMES BEVILAQUA CPF/CNPJ: 996.050.662-20 Protocolo: 249779 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FERNANDA SOARES DA SILVA B ALVES CPF/CNPJ: 828.292.502-06 Protocolo: 250101 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FLAVIA FERREIRA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 849.544.932-34 Protocolo: 250038 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FRANCISCO APARECIDO DE A DA COSTA CPF/CNPJ: 696.736.322-00 Protocolo: 250073 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FRANCISCO FEITOSA LIMA CPF/CNPJ: 878.082.003-44 Protocolo: 250479 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: GELSON FLOR CPF/CNPJ: 754.209.612-53 Protocolo: 250389 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: GILSON RODRIGUES DOS REIS CPF/CNPJ: 632.559.102-00 Protocolo: 249659 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: GILSON RODRIGUES DOS REIS CPF/CNPJ: 632.559.102-00 Protocolo: 249661 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: GILSON RODRIGUES DOS REIS CPF/CNPJ: 632.559.102-00 Protocolo: 249660 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: GILSON TETSUO KAMIYA CPF/CNPJ: 326.796.532-20 Protocolo: 250030 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: GILVAN ROSA DE AGUIAR CPF/CNPJ: 687.242.842-20 Protocolo: 249859 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: HELAINE CRISTINA DE AVILA CPF/CNPJ: 042.736.026-95 Protocolo: 250347 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: HELIO TOMASINI DA SILVA CPF/CNPJ: 712.826.962-20 Protocolo: 250050 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: IGOR RODRIGUES DOS SANTOS CPF/CNPJ: 918.658.591-68 Protocolo: 250399 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: ILSON PINAFFI CPF/CNPJ: 168.359.219-00 Protocolo: 249411 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: IRACEMA FRANCISCA PEREIRA CPF/CNPJ: 312.938.082-53 Protocolo: 250198 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ISAIAS DOS SANTOS GUEDES CPF/CNPJ: 544.429.742-68 Protocolo: 249945 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ISAIAS DOS SANTOS GUEDES CPF/CNPJ: 544.429.742-68 Protocolo: 249909 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ISPERDITO NEVES DA SILVA CPF/CNPJ: 356.521.106-78 Protocolo: 249743 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: IVANETE ARAUJO DO AMARAL CPF/CNPJ: 556.852.006-25 Protocolo: 249669 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: IVANETE ARAUJO DO AMARAL CPF/CNPJ: 556.852.006-25 Protocolo: 249668 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: IVANETE ARAUJO DO AMARAL CPF/CNPJ: 556.852.006-25 Protocolo: 249667 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: IVÂNIA BATISTA FIDELIS CPF/CNPJ: 731.003.312-49 Protocolo: 249739 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: IVOMAR TRISCH CPF/CNPJ: 997.587.412-68 Protocolo: 249935 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: IVONE CHAVES ALVES CPF/CNPJ: 597.614.312-15 Protocolo: 249681 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: IZAIAS FERREIRA DA COSTA CPF/CNPJ: 20.148.903/0001-21 Protocolo: 250091 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JAMARY INDUSTRIA E COMERCIO DE SANEANTES LTDA CPF/CNPJ: 10.377.100/0001-95 Protocolo: 250040 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JAMEX INDUSTRIA COMERCIO E EXP CPF/CNPJ: 33.073.549/0001-65 Protocolo: 249808 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JAZON DAVID NETO CPF/CNPJ: 082.478.971-72 Protocolo: 249929 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JESUINO BARBOSA PRATISSOLI CPF/CNPJ: 623.689.072-20 Protocolo: 249366 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOAO BATISTA DA C.SANTIAGO CPF/CNPJ: 052.704.302-82 Protocolo: 249419 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOAO BATISTA DA C.SANTIAGO CPF/CNPJ: 052.704.302-82 Protocolo: 249385 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOÃO FRANCISCO DA SILVA CPF/CNPJ: 115.493.432-20 Protocolo: 249702 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOAO NOGUEIRA VAZ CPF/CNPJ: 308.570.829-49 Protocolo: 250430 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: JOAO VICTOR FERNANDES DOS SANTOS CPF/CNPJ: 045.445.622-01 Protocolo: 249849 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOCIANE DA PENHA TAMANINI CPF/CNPJ: 751.009.242-68 Protocolo: 249758 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JONAS VICENTE CPF/CNPJ: 049.899.588-70 Protocolo: 249699 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOSE CARLOS FRANCISCO DOS SANTOS CPF/CNPJ: 702.170.072-52 Protocolo: 250054 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOSE CARLOS GHISLERI JUNIOR CPF/CNPJ: 619.995.392-49 Protocolo: 250098 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOSE KUBOTANI CPF/CNPJ: 240.179.819-68 Protocolo: 250013 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOSE PAULO DE ASSUNÇÃO CPF/CNPJ: 009.279.151-46 Protocolo: 249725 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOSE PAULO DE ASSUNÇÃO CPF/CNPJ: 009.279.151-46 Protocolo: 249724 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOSE TOSCHI FERNANDES CPF/CNPJ: 070.150.979-15 Protocolo: 249932 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOSE VALTER MORONI CPF/CNPJ: 421.073.182-04 Protocolo: 250045 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOSIMAR PEREIRA DE LIMA CPF/CNPJ: 001.835.332-08 Protocolo: 250376 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: JOSINEIA TAVARES DA SILVA CPF/CNPJ: 934.809.382-72 Protocolo: 250205 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOSINEIA TAVARES DA SILVA CPF/CNPJ: 33.440.737/0001-84 Protocolo: 250205A Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JULIANA SILVA DE ARAUJO CPF/CNPJ: 961.079.282-00 Protocolo: 249418 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: L P DA SILVA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI CPF/CNPJ: 33.589.874/0001-85 Protocolo: 249591 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: LARISSA FELCHAK FOLLADOR CPF/CNPJ: 047.806.239-79 Protocolo: 250295 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: LEANDRO VIEIRA DE ALMEIDA CPF/CNPJ: 032.233.189-76 Protocolo: 250303 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: LOURIVAL SABINO DE SOUZA CPF/CNPJ: 059.357.842-20 Protocolo: 249409 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: LUCAS CAETANO FARIAS OLIVEIRA CPF/CNPJ: 534.320.962-91 Protocolo: 250342 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: LUCAS ELIAS LIMA CPF/CNPJ: 957.263.652-91 Protocolo: 249956 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: LUCELIA ITERNIS DE MIRANDA CPF/CNPJ: 497.509.682-04 Protocolo: 250037 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: LUCIMARA APARECIDA DA SILVA CPF/CNPJ: 386.234.712-53 Protocolo: 250231 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: LUCIMARA APARECIDA DA SILVA CPF/CNPJ: 386.234.712-53 Protocolo: 250232 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: M A M LOPES ME CPF/CNPJ: 03.899.745/0001-22 Protocolo: 249936 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: M GR MINERACAO GERAL DE R. LTDA EPP CPF/CNPJ: 19.768.760/0001-71 Protocolo: 250000 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: M GR MINERACAO GERAL DE R. LTDA EPP CPF/CNPJ: 19.768.760/0001-71 Protocolo: 249863 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: M. A. DA CRUZ NETO MINIMERCADO EPP CPF/CNPJ: 04.119.672/0001-71 Protocolo: 249894 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MADERIQUE INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS CPF/CNPJ: 34.466.045/0001-78 Protocolo: 249866 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MAGNOLIA SANTOS RIBEIRO CPF/CNPJ: 003.581.052-18 Protocolo: 250025 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MAIDI TERESINHA MAYER CPF/CNPJ: 400.395.609-53 Protocolo: 249961 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MANOEL RIBEIRO DA SILVA CPF/CNPJ: 860.864.728-15 Protocolo: 249719 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARCELO PRATES COUTO CPF/CNPJ: 068.857.237-54 Protocolo: 250378 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: MARCIA MARIA DE SOUZA CPF/CNPJ: 689.534.292-34 Protocolo: 249764 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARCIO JOSE DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 892.924.482-34 Protocolo: 250390 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: MARCIO LUIZ ALEXANDRE CPF/CNPJ: 050.273.216-43 Protocolo: 249514 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARIA ANTONIA DA SILVA CPF/CNPJ: 498.781.909-00 Protocolo: 249757 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARIA APARECIDA JOANA ALVES CPF/CNPJ: 709.956.992-91 Protocolo: 249637 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARIA APARECIDA JOANA ALVES CPF/CNPJ: 709.956.992-91 Protocolo: 249638 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARIA DAS GRAAAS PEREIRA LOPES CPF/CNPJ: 386.683.272-91 Protocolo: 250072 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARIA DO CARMO LEITE CPF/CNPJ: 191.349.752-68 Protocolo: 249750 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARIA JOANA FERREIRA DE ALMEIDA CPF/CNPJ: 077.702.258-33 Protocolo: 250425 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: MARIA JOSE RIBEIRO DOS SANTOS GONZAGA CPF/CNPJ: 364.281.915-04 Protocolo: 249401 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARIA LIDIA DE ARAUJO CARDOSO CPF/CNPJ: 638.077.772-53 Protocolo: 250007 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARIA LIDIA DE ARAUJO CARDOSO CPF/CNPJ: 638.077.772-53 Protocolo: 249878 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARTA TEIXEIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 419.877.212-68 Protocolo: 249751 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MATOS e PAGLIARI LTDA CPF/CNPJ: 34.306.123/0001-77 Protocolo: 250114 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MATOS TRANSPORTES E COMERCIO A VAREJO DE PECA CPF/CNPJ: 30.275.797/0001-09 Protocolo: 249515 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MATOS TRANSPORTES E COMERCIO A VAREJO DE PECA CPF/CNPJ: 30.275.797/0001-09 Protocolo: 249516 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MAURO LUIZ FROZZA CPF/CNPJ: 661.933.469-53 Protocolo: 249984 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MAURO LUIZ FROZZA CPF/CNPJ: 661.933.469-53 Protocolo: 250034 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MAURO LUIZ FROZZA CPF/CNPJ: 661.933.469-53 Protocolo: 249880 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MAX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CPF/CNPJ: 05.628.444/0001-90 Protocolo: 250192 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MAX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CPF/CNPJ: 05.628.444/0001-90 Protocolo: 250190 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MAX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CPF/CNPJ: 05.628.444/0001-90 Protocolo: 250193 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MAX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CPF/CNPJ: 05.628.444/0001-90 Protocolo: 250191 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MESSIAS VITORINO DE OLIVEIRA JUNIOR CPF/CNPJ: 221.235.202-68 Protocolo: 249453 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MILTON FERREIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 585.797.372-49 Protocolo: 250019 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MILTON FERREIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 585.797.372-49 Protocolo: 249871 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MIRIAM TOLEDO CHISTO CPF/CNPJ: 665.134.052-20 Protocolo: 248743 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MIRIAM TOLEDO CHISTO CPF/CNPJ: 665.134.052-20 Protocolo: 248747 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MIRIAM TOLEDO CHISTO CPF/CNPJ: 665.134.052-20 Protocolo: 248744 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MIRIAM TOLEDO CHISTO CPF/CNPJ: 665.134.052-20 Protocolo: 248736 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MIRIAM TOLEDO CHISTO CPF/CNPJ: 665.134.052-20 Protocolo: 248746 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MIRIAM TOLEDO CHISTO CPF/CNPJ: 665.134.052-20 Protocolo: 248745 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MIRIAM TOLEDO CHISTO CPF/CNPJ: 665.134.052-20 Protocolo: 248742 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MIRIAM TOLEDO CHISTO CPF/CNPJ: 665.134.052-20 Protocolo: 248735 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MIRIAM TOLEDO CHISTO CPF/CNPJ: 665.134.052-20 Protocolo: 248741 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MIRIAM TOLEDO CHISTO CPF/CNPJ: 665.134.052-20 Protocolo: 248740 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: MIRIAM TOLEDO CHISTO CPF/CNPJ: 665.134.052-20 Protocolo: 248737 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MIRIAM TOLEDO CHISTO CPF/CNPJ: 665.134.052-20 Protocolo: 248739 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MIRIAM TOLEDO CHISTO CPF/CNPJ: 665.134.052-20 Protocolo: 248738 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MIRIAM TOLEDO CHISTO CPF/CNPJ: 665.134.052-20 Protocolo: 248748 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MIRIAM TOLEDO CHISTO CPF/CNPJ: 665.134.052-20 Protocolo: 248733 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MIRIAM TOLEDO CHISTO CPF/CNPJ: 665.134.052-20 Protocolo: 248734 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MIRIAN GOMES RODRIGUES CPF/CNPJ: 030.299.451-38 Protocolo: 249763 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MOISES ISIDIO SILVA CPF/CNPJ: 787.555.492-68 Protocolo: 250068 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: NADIR LUIZ MARCON CPF/CNPJ: 422.762.509-25 Protocolo: 250274 Data Limite Para Comparecimento: 31/07/2023
Devedor: NATAN DE SOUZA DA SILVA CPF/CNPJ: 053.623.682-81 Protocolo: 249766 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: NATANAEL BOBIKA DE SOUZA CPF/CNPJ: 668.010.012-72 Protocolo: 249957 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: NATANAEL DA SILVA SANTOS CPF/CNPJ: 034.724.572-28 Protocolo: 249644 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: NELSON DOS PRAZERES IZIDRO CPF/CNPJ: 277.031.692-34 Protocolo: 249511 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: NELSON DOS PRAZERES IZIDRO CPF/CNPJ: 277.031.692-34 Protocolo: 249740 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: NILTON CAMARA GARCIA CPF/CNPJ: 972.741.782-53 Protocolo: 249767 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: NILTON CAMARA GARCIA CPF/CNPJ: 972.741.782-53 Protocolo: 249768 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: NORANDIR JORDAO CPF/CNPJ: 312.533.181-15 Protocolo: 249895 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: NORANDIR JORDAO CPF/CNPJ: 312.533.181-15 Protocolo: 249960 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ODAIR JOSE DOMINGOS CPF/CNPJ: 386.824.002-00 Protocolo: 249861 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: OLIVEIRA & CHERQUE LTDA EPP CPF/CNPJ: 84.553.015/0001-77 Protocolo: 249727 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: OSNI RODRIGUES MACHADO CPF/CNPJ: 498.235.662-91 Protocolo: 249405 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: OTICA NACIONAL LTDA ME CPF/CNPJ: 05.680.451/0001-30 Protocolo: 249873 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: OTICA NACIONAL LTDA ME CPF/CNPJ: 05.680.451/0001-30 Protocolo: 250017 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: PATRICIA FERRASSO SANTOS CPF/CNPJ: 713.340.412-53 Protocolo: 250026 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: PAULO DE SOUZA FRANCISCO CPF/CNPJ: 506.504.166-00 Protocolo: 249363 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: PAULO SERGIO TABORDA CPF/CNPJ: 871.604.202-68 Protocolo: 249360 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: POLYART COMERCIO E SERVLTDA CPF/CNPJ: 00.742.922/0001-74 Protocolo: 249934 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: R. DE A. SANTOS SERVICOS DE TRANSPORTES CPF/CNPJ: 37.485.568/0001-50 Protocolo: 250157A Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: RAFAEL DE AZEVEDO MATIAS CPF/CNPJ: 018.964.492-39 Protocolo: 250332 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: RAIMUNDO ALVES DE VASCONCELOS CPF/CNPJ: 730.802.412-15 Protocolo: 249799 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: RAIMUNDO JOSE DE ARAUJO CPF/CNPJ: 029.956.648-05 Protocolo: 249974 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: RENAN DA VEIGA CPF/CNPJ: 045.853.862-03 Protocolo: 249800 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: RENAN PEREIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 900.541.992-04 Protocolo: 250079 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: RENATA GOMES PAIVA DA CRUZ CPF/CNPJ: 19.577.290/0001-69 Protocolo: 249595 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: RENATO DA SILVA DEMELLAS CPF/CNPJ: 002.216.741-28 Protocolo: 249933 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: RODRIGO DE FELIPPE CPF/CNPJ: 629.308.772-00 Protocolo: 250028 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ROGERIO SPAGNOL CPF/CNPJ: 616.767.302-06 Protocolo: 249726 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: RONIVALDO DE ARRUDA SANTOS CPF/CNPJ: 528.375.132-53 Protocolo: 250157 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ROQUE CORREIA RAMOS CPF/CNPJ: 503.730.051-72 Protocolo: 249476 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ROSENILDA CARDOZO DE TOLEDO CPF/CNPJ: 845.160.112-04 Protocolo: 249634 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ROSICLEIA IANOSKI DA SILVA CPF/CNPJ: 007.172.652-77 Protocolo: 249915 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ROSICLEIA IANOSKI DA SILVA CPF/CNPJ: 007.172.652-77 Protocolo: 249943 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: RUDI ROBERTO HILARIO CPF/CNPJ: 632.847.312-53 Protocolo: 250440 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: S L BATISTA LTDA CPF/CNPJ: 84.550.086/0001-16 Protocolo: 250183 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: S L BATISTA LTDA CPF/CNPJ: 84.550.086/0001-16 Protocolo: 250184 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: S L BATISTA LTDA CPF/CNPJ: 84.550.086/0001-16 Protocolo: 250186 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: S L BATISTA LTDA CPF/CNPJ: 84.550.086/0001-16 Protocolo: 250188 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: S L BATISTA LTDA CPF/CNPJ: 84.550.086/0001-16 Protocolo: 250187 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: S L BATISTA EIRELI CPF/CNPJ: 84.550.086/0001-16 Protocolo: 250185 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: S. A. BARBARA ME CPF/CNPJ: 10.803.893/0001-67 Protocolo: 250048 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SABRINA DE PAULA CPF/CNPJ: 015.119.782-28 Protocolo: 250100 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SANDRO DE ARAUJO NASCIMENTO CPF/CNPJ: 010.580.032-59 Protocolo: 249862 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SANDRO DE ARAUJO NASCIMENTO CPF/CNPJ: 010.580.032-59 Protocolo: 250002 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SERGIO FERNANDO DE ALMEIDA CPF/CNPJ: 030.102.192-96 Protocolo: 249641 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SERGIO FERNANDO DE ALMEIDA CPF/CNPJ: 030.102.192-96 Protocolo: 249642 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: SIDNEI LIMA DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 972.718.100-72 Protocolo: 249730 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SIDNEI LIMA DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 972.718.100-72 Protocolo: 249729 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SIDNEI LIMA DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 972.718.100-72 Protocolo: 249728 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SILEIA GOMES DE LIMA PEREIRA CPF/CNPJ: 478.803.687-87 Protocolo: 250194 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SIRLAINE MARIA DA SILVA CPF/CNPJ: 860.524.462-34 Protocolo: 249693 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: TC PEREIRA DOS SANTOS MINERACAO E COM CPF/CNPJ: 31.599.903/0001-64 Protocolo: 249821 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: TEREZINHA BEZERRA DA SILVA CPF/CNPJ: 592.637.171-68 Protocolo: 250305 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: TIN SHED MINERAIS EIRELI CPF/CNPJ: 22.210.109/0001-96 Protocolo: 249554 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: TRANSPORTADORA DE CARGAS NUNES LTDA CPF/CNPJ: 19.225.263/0001-27 Protocolo: 250165 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: TRANSPORTADORA DE CARGAS NUNES LTDA CPF/CNPJ: 19.225.263/0001-27 Protocolo: 250166 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: TRANSPORTADORA DE CARGAS NUNES LTDA CPF/CNPJ: 19.225.263/0001-27 Protocolo: 250167 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: TRANSPORTADORA LIMA EIRELI CPF/CNPJ: 29.459.051/0001-68 Protocolo: 249581 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: TRANSPORTADORA LIMA EIRELI CPF/CNPJ: 29.459.051/0001-68 Protocolo: 249580 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: TRANSPORTADORA LIMA EIRELI CPF/CNPJ: 29.459.051/0001-68 Protocolo: 249585 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: TRANSPORTADORA LIMA EIRELI CPF/CNPJ: 29.459.051/0001-68 Protocolo: 249587 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: TRANSPORTADORA LIMA EIRELI CPF/CNPJ: 29.459.051/0001-68 Protocolo: 249588 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: VAGNER ALMEIDA VOITENA CPF/CNPJ: 783.523.552-87 Protocolo: 249964 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: VAGNER ALVES FERREIRA CPF/CNPJ: 917.068.742-00 Protocolo: 250159 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: VAGNER ALVES FERREIRA CPF/CNPJ: 917.068.742-00 Protocolo: 250158 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: VALCICLEI TOZZI ALBERTON CPF/CNPJ: 36.442.454/0001-60 Protocolo: 250189A Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: VALCICLEI TOZZI ALBERTON CPF/CNPJ: 011.667.982-40 Protocolo: 250189 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: VALDENIR ARMINI CPF/CNPJ: 953.241.192-53 Protocolo: 249926 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: VELCI GARBINATO CPF/CNPJ: 192.148.802-63 Protocolo: 249856 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: VENANCIO ALVES DE ALMEIDA CPF/CNPJ: 146.428.082-72 Protocolo: 250281 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: VITORIA DE SOUZA VIEIRA CPF/CNPJ: 063.258.202-23 Protocolo: 249322 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: VITORIA DE SOUZA VIEIRA CPF/CNPJ: 063.258.202-23 Protocolo: 249321 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: VITORIA DE SOUZA VIEIRA CPF/CNPJ: 063.258.202-23 Protocolo: 249320 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: W.M.T COMERCIO DE PEDRAS E MINERIOS EIRELI CPF/CNPJ: 21.060.758/0001-95 Protocolo: 250206 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: WAGNER DOS SANTOS ROSSI E WANIA S. CPF/CNPJ: 857.551.506-30 Protocolo: 249723 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: WALTER DE CAMPOS CPF/CNPJ: 789.731.202-04 Protocolo: 250417 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: ZILDA RODRIGUES BARBOSA DE LIMA CPF/CNPJ: 697.645.812-34 Protocolo: 249433 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ZILDA RODRIGUES BARBOSA DE LIMA CPF/CNPJ: 697.645.812-34 Protocolo: 249393 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 9:00 horas às 15:00 horas, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) na(s) data(s) limite(s) para comparecimento consignado(s) acima. , caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Ariquemes-RO, 17 de Julho de 2023 KAWAN JEFERSON PEREIRA SAMPAIO TABELIÃO SUBSTITUTO

ERRATA: Retificação de editais publicados no Diário da Justiça de nº 130 no dia 17/07/2023: Para que conste e chegue ao conhecimento de todos interessados, principalmente, das partes devedoras dos protocolos 248733, 248734, 248735, 248736, 248737, 248738, 248739, 248740, 248741, 248742, 248743, 248744, 248745, 248746, 248747, 248748; o mesmo está sendo republicado neste Edital, sendo intimado para comparecimento nas datas definidas, respeitando-se o prazo legal, em substituição da publicação anterior por ter ocorrido erro material quanto a data de comparecimento. Desta forma, para os protocolos elencados nesta Errata passa a vigorar a data de comparecimento estipulada neste Edital, tornando sem efeitos qualquer disposição diversa em publicações anteriores.

COMARCA DE CACOAL

2° OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS

Estado de Rondônia
Município e Comarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2289 - Bairro Centro - (69)-3441-4269 -
cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
095794 01 55 2023 6 00028 043 0002543 37
Faço saber que pretendem casar-se os contraentes: WALISSON DE SOUZA FELIX, de nacionalidade brasileira, autônomo, viúvo, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 10 de dezembro de 1990, residente e domiciliado em Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de WALISSON DE SOUZA FELIX, filho de Ananias Felix e de Célia de Souza; E ILDA DE JESUS LEAL, de nacionalidade brasileira, diarista, divorciada, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 01 de novembro de 1976, residente e domiciliada em Cacoal-RO, continuou a adotar no nome de ILDA DE JESUS LEAL, filha de Vicente Barbosa Leal e de Joana de Jesus Ferreira. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).

1º TABELIONATO DE PROTESTO

COMARCA: CACOAL
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE CACOAL
1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE CACOAL ESTADO DE RONDÔNIA MARIA JULIETA RAGNINI - TABELIÃ DE PROTESTO RUA SÃO LUIZ, nº 1064, CENTRO, CEP 76963-884, FONE: (69) 3441-4985 ou (69) 98449-4985
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o 1º Tabelionato de Protesto de Cacoal/RO, localizado na Rua São Luiz, nº 1064 Centro, Cacoal-RO, CEP 76963-884, Tel (69) 3441-4985 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Devedor: ADALTO BATISTA DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 990.988.652-91
Protocolo: 68044
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ROBSON LUIS DA FONSECA CPF/CNPJ: 271.604.752-91
Protocolo: 68045
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: PAULO CEZAR DE LIMA CPF/CNPJ: 012.027.452-37
Protocolo: 68047
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ARILDO COSTA RIBEIRO CPF/CNPJ: 419.162.122-04
Protocolo: 68048
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: PAMELA BATISTA CPF/CNPJ: 050.361.701-64
Protocolo: 68049
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: RONI GLESI ZORDENONI CPF/CNPJ: 917.395.432-20
Protocolo: 68050
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ALAN DOS SANTOS VALLOTO CPF/CNPJ: 664.291.372-87
Protocolo: 68051
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: NATALI SILVA CPF/CNPJ: 876.765.672-20
Protocolo: 68056
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: PAMELA BATISTA CPF/CNPJ: 050.361.701-64
Protocolo: 68057
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: DAYANE OLIVEIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 30.711.914/0001-21
Protocolo: 68061
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: MARCIO FERREIRA BINET CPF/CNPJ: 668.567.522-53
Protocolo: 68064
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: CLEOBOLO DA SILVA GOMES CPF/CNPJ: 645.973.692-87
Protocolo: 68065
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ANTONIO CARLOS DE LIMA. CPF/CNPJ: 340.604.212-00
Protocolo: 68066
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: JOSE CLAUDINEI SILVA SANTOS CPF/CNPJ: 010.345.621-00
Protocolo: 68070
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: EUNICE VITORIA DE CARVALHO CPF/CNPJ: 282.209.862-04
Protocolo: 68071
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: GIDEAO FRANCISCO DA SILVA CPF/CNPJ: 630.399.402-44
Protocolo: 68072
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: OLACIR FRANCISCO DA SILVA CPF/CNPJ: 419.331.252-68
Protocolo: 68075
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: MARLLON RAFFAEL LACERDA CPF/CNPJ: 006.483.082-94
Protocolo: 68078
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: VALDIOBERTO LUIZ DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 204.277.432-49
Protocolo: 68080
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: MARCIO FERREIRA BINET CPF/CNPJ: 668.567.522-53
Protocolo: 68082
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: EUNICE VITORIA DE CARVALHO CPF/CNPJ: 282.209.862-04
Protocolo: 68085
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: JOSE CLAUDINEI SILVA SANTOS CPF/CNPJ: 010.345.621-00
Protocolo: 68087
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ELETRO MOTORES LIDER LTDA CPF/CNPJ: 12.545.363/0001-91
Protocolo: 68088
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: FRANCISCO NUNES DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 692.804.102-10
Protocolo: 68090
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: RILDO DOS SANTOS LOPES CPF/CNPJ: 627.706.672-20
Protocolo: 68092
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: PAULO RIBEIRO DOS SANTOS CPF/CNPJ: 282.228.902-63
Protocolo: 68093
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: MARLENE GOMES DOS SANTOS CPF/CNPJ: 326.791.302-00
Protocolo: 68096
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: DEJINALDO DOS SANTOS CPF/CNPJ: 282.340.222-53
Protocolo: 68098
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: JAYR DOS SANTOS JUNIOR CPF/CNPJ: 997.610.922-91
Protocolo: 68099
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: MACHADO COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA CPF/CNPJ: 05.594.098/0001-76
Protocolo: 68100
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: MARCIA ROCHA DUBIANI CPF/CNPJ: 798.284.502-91
Protocolo: 68101
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: NEIR RIBEIRO DE LIMA CPF/CNPJ: 583.327.902-04
Protocolo: 68102
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: RONDONIA CONFECCOES LTDA CPF/CNPJ: 20.649.762/0003-92
Protocolo: 68109
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: JOSIMAR PEREIRA LEAL.. CPF/CNPJ: 318.775.832-00
Protocolo: 68120
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: JOSIMAR PEREIRA LEAL.. CPF/CNPJ: 318.775.832-00
Protocolo: 68121
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: JOSIMAR PEREIRA LEAL.. CPF/CNPJ: 318.775.832-00
Protocolo: 68122
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ALEXANDRE JOSE DA SILVA CPF/CNPJ: 350.086.952-15
Protocolo: 68125
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ALEXANDRE JOSE DA SILVA CPF/CNPJ: 350.086.952-15
Protocolo: 68126
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ANDERSON MOREIRA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 748.590.992-49
Protocolo: 68127
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: CEZAR LUIZ NUNES CPF/CNPJ: 348.708.652-20
Protocolo: 68129
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: CEZAR LUIZ NUNES CPF/CNPJ: 348.708.652-20
Protocolo: 68130
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: CEZAR LUIZ NUNES CPF/CNPJ: 348.708.652-20
Protocolo: 68131
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: JOAO CARLOS GONZALES RIBEIRO CPF/CNPJ: 367.489.439-49
Protocolo: 68132
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: MARLENE GOMES DOS SANTOS CPF/CNPJ: 326.791.302-00
Protocolo: 68133
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ANDRE LUIZ SOUZA DA SILVA CPF/CNPJ: 023.877.912-23
Protocolo: 68134
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ANDRE LUIZ SOUZA DA SILVA CPF/CNPJ: 023.877.912-23
Protocolo: 68135
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: CEZAR LUIZ NUNES CPF/CNPJ: 348.708.652-20
Protocolo: 68136
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: MARCELINO TESCH CPF/CNPJ: 936.223.412-20
Protocolo: 68140
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: GIVANILDO DOS SANTOS LANGA CPF/CNPJ: 678.136.822-20
Protocolo: 68141
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: LIDIANE DOS SANTOS BRATTI CPF/CNPJ: 40.561.962/0001-34
Protocolo: 68142
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: GABRIEL DE MORAIS LIMA CPF/CNPJ: 048.895.182-82
Protocolo: 68145
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: MELQUIA DE LIMA SANTOS CPF/CNPJ: 017.924.612-75
Protocolo: 68146
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ROSILENE SANTOS DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 40.242.048/0001-20
Protocolo: 68157
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: EMERSON CUENTRO RAMOS CPF/CNPJ: 731.346.602-10
Protocolo: 68158
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: J. S. SILVERIO EIRELI CPF/CNPJ: 41.071.235/0001-51
Protocolo: 68167
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ADEGILDO ARISTIDES FERREIRA CPF/CNPJ: 004.198.263-00
Protocolo: 68168
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ADEGILDO ARISTIDES FERREIRA CPF/CNPJ: 004.198.263-00
Protocolo: 68169
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ADEGILDO ARISTIDES FERREIRA CPF/CNPJ: 004.198.263-00
Protocolo: 68170
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: RAIMUNDO ARNALDO BRITO BRANDAO CPF/CNPJ: 336.526.861-87
Protocolo: 68178
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ELIEL PEREIRA CPF/CNPJ: 283.785.802-10
Protocolo: 68179
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ROZIVALDO PEREIRA MARCHIORI CPF/CNPJ: 043.188.582-60
Protocolo: 68180
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: TEREZINHA APARECIDA GONCALVES CPF/CNPJ: 623.114.682-00
Protocolo: 68184
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: YURI ROSA PIRES CPF/CNPJ: 016.684.762-31
Protocolo: 68186
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: YURI ROSA PIRES CPF/CNPJ: 22.913.660/0001-04
Protocolo: 68186A
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: YURI ROSA PIRES CPF/CNPJ: 016.684.762-31
Protocolo: 68187
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: YURI ROSA PIRES CPF/CNPJ: 22.913.660/0001-04
Protocolo: 68187A
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: JEITO DE VESTIR UNIFORMES E BORDADOS EIRELI M CPF/CNPJ: 01.483.110/0001-14
Protocolo: 68188
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: NEUSA PINTO PINHEIRO DAMACENO CPF/CNPJ: 633.170.799-91
Protocolo: 68189
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: YURI ROSA PIRES CPF/CNPJ: 016.684.762-31
Protocolo: 68190
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: YURI ROSA PIRES CPF/CNPJ: 22.913.660/0001-04
Protocolo: 68190A
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: YURI ROSA PIRES CPF/CNPJ: 016.684.762-31
Protocolo: 68191
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: YURI ROSA PIRES CPF/CNPJ: 22.913.660/0001-04
Protocolo: 68191A
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: YURI ROSA PIRES CPF/CNPJ: 016.684.762-31
Protocolo: 68192
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: YURI ROSA PIRES CPF/CNPJ: 22.913.660/0001-04
Protocolo: 68192A
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: YURI ROSA PIRES CPF/CNPJ: 016.684.762-31
Protocolo: 68193
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: YURI ROSA PIRES CPF/CNPJ: 22.913.660/0001-04
Protocolo: 68193A
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: MARIA LUZIA DA SILVA CPF/CNPJ: 312.873.442-91
Protocolo: 68194
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: JUNIOR COMERCIO DE SOM E ACESSORIOS LTDA CPF/CNPJ: 13.747.976/0001-74
Protocolo: 68195
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: MONITORE SERVICOS DE MONITORAMENTO DE SEGUR CPF/CNPJ: 29.460.721/0001-66
Protocolo: 68196
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: MONITORE SERVICOS DE MONITORAMENTO DE SEGUR CPF/CNPJ: 29.460.721/0001-66
Protocolo: 68197
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: MONITORE SERVICOS DE MONITORAMENTO DE SEGUR CPF/CNPJ: 29.460.721/0001-66
Protocolo: 68198
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: VANESSA ESTER SOUZA MENDES CPF/CNPJ: 045.731.432-03
Protocolo: 68199
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: EDUARDO PIGNATARI ROQUE CPF/CNPJ: 261.361.918-06
Protocolo: 68202
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: DELEON PINHEIRO DE SOUZA CPF/CNPJ: 914.705.792-00
Protocolo: 68224
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: SO VITORIA COMERCIO DE CONFECCOES LTDA CPF/CNPJ: 19.907.570/0001-98
Protocolo: 68228
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: SO VITORIA COMERCIO DE CONFECCOES LTDA CPF/CNPJ: 19.907.570/0001-98
Protocolo: 68229
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ANDRE GUSTAVO DOS ANJOS SILVA ME CPF/CNPJ: 27.317.048/0002-65
Protocolo: 68230
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: GILDO TRIGUEIRO DA SILVA CPF/CNPJ: 924.664.352-68
Protocolo: 68232
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ANDERSON KOIKE CHERRI CPF/CNPJ: 478.914.672-34
Protocolo: 68235
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ADEMIR DA SILVA MATTOS CPF/CNPJ: 667.696.122-91
Protocolo: 68236
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ILAN JEFFERSON DA SILVA ARAUJO CPF/CNPJ: 638.823.612-04
Protocolo: 68237
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JJ IND E COM DE PROD AGROP LTDA ME CPF/CNPJ: 15.336.111/0001-40
Protocolo: 68240
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JOSE NILTON N.SANTOS CPF/CNPJ: 602.288.222-20
Protocolo: 68241
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: GILMAR GARCIA CPF/CNPJ: 732.130.477-91
Protocolo: 68243
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JOSEMAR ANTONIO SANTOS CPF/CNPJ: 030.831.438-77
Protocolo: 68247
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ANDRE GUSTAVO DOS ANJOS SILVA ME CPF/CNPJ: 27.317.048/0002-65
Protocolo: 68252
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: GILDO TRIGUEIRO DA SILVA CPF/CNPJ: 924.664.352-68
Protocolo: 68253
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JJ IND E COM DE PROD AGROP LTDA ME CPF/CNPJ: 15.336.111/0001-40
Protocolo: 68257
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ILAN JEFFERSON DA SILVA ARAUJO CPF/CNPJ: 638.823.612-04
Protocolo: 68258
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ADEMIR DA SILVA MATTOS CPF/CNPJ: 667.696.122-91
Protocolo: 68259
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: MARIA DE FATIMA RAYMUNDO CPF/CNPJ: 340.093.291-49
Protocolo: 68262
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: EDUARDO APARECIDO DIGLIO CPF/CNPJ: 851.364.842-68
Protocolo: 68263
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JOSE NILTON N.SANTOS CPF/CNPJ: 602.288.222-20
Protocolo: 68264
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: SO VITORIA COMERCIO DE CONFECCOES LTDA CPF/CNPJ: 19.907.570/0001-98
Protocolo: 68266
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: SO VITORIA COMERCIO DE CONFECCOES LTDA CPF/CNPJ: 19.907.570/0001-98
Protocolo: 68267
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: EDIUTON SARAIVA DA SILVA CPF/CNPJ: 901.628.032-49
Protocolo: 68276
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: RICARDO MARTINS VIZOTTO CPF/CNPJ: 007.755.542-27
Protocolo: 68278
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: DELEON PINHEIRO DE SOUZA CPF/CNPJ: 914.705.792-00
Protocolo: 68279
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: APARECIDO RODRIGUES SOUZA CPF/CNPJ: 414.498.628-45
Protocolo: 68280
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JJ IND E COM DE PROD AGROP LTDA ME CPF/CNPJ: 15.336.111/0001-40
Protocolo: 68283
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ZERADO COMERCIO DE VEICULOS LTDA CPF/CNPJ: 08.617.935/0001-23
Protocolo: 68284
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ADAIANE DA SILVA CPF/CNPJ: 013.749.962-03
Protocolo: 68289
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: FLAVIO L ALVES CONSTRUTORA LTDA CPF/CNPJ: 00.953.493/0001-84
Protocolo: 68300
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JONAS FELIX DA SILVA CPF/CNPJ: 188.868.172-15
Protocolo: 68302
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ZERADO COMERCIO DE VEICULOS LTDA CPF/CNPJ: 08.617.935/0001-23
Protocolo: 68304
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: APARECIDO DE JESUS CPF/CNPJ: 339.813.022-49
Protocolo: 68307
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ALESSANDRA MOURA DA SILVA CPF/CNPJ: 011.214.272-94
Protocolo: 68310
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CLAUDIANO DOMICIOLI CPF/CNPJ: 605.878.732-72
Protocolo: 68311
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: DELICIA CAIPIRA IND. DE ALIMENTOS DA AMAZONIA CPF/CNPJ: 05.021.744/0001-06
Protocolo: 68316
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: D'PAULA COMERCIO DE COSMATICOS LTDA CPF/CNPJ: 32.162.303/0001-05
Protocolo: 68317
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ALIMENTOS DA HORA LTDA CPF/CNPJ: 14.784.269/0001-10
Protocolo: 68318
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: H. G. BIAL CPF/CNPJ: 12.104.703/0001-49
Protocolo: 68322
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: DINAMICA COM DE MAT DE CONST E SERV DE TERRAP CPF/CNPJ: 28.017.823/0001-49
Protocolo: 68323
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: IRACEMA FERREIRA RIBEIRO CPF/CNPJ: 567.893.006-00
Protocolo: 68325
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: DAYANE OLIVEIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 30.711.914/0001-21
Protocolo: 68329
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CLEITON FERREIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 011.495.301-54
Protocolo: 68330
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CLEOBOLO DA SILVA GOMES CPF/CNPJ: 645.973.692-87
Protocolo: 68333
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: VISAO MATERIAL PARA CONSTRUCAO EIRELI CPF/CNPJ: 10.208.711/0001-00
Protocolo: 68338
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: HERICA SOARES DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 256.708.378-27
Protocolo: 68378
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: PRIME CAR SERVICOS DE FUNILARIA LTDA CPF/CNPJ: 31.732.895/0001-82
Protocolo: 68382
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: PRIME CAR SERVICOS DE FUNILARIA LTDA CPF/CNPJ: 31.732.895/0001-82
Protocolo: 68383
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: PRIME CAR SERVICOS DE FUNILARIA LTDA CPF/CNPJ: 31.732.895/0001-82
Protocolo: 68384
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: HELEM MITISSI NASCIMENTO GUTIERRES CPF/CNPJ: 312.834.972-04
Protocolo: 68393
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CARLOS ANTONIO SOUZA OLIVEIRA CPF/CNPJ: 606.750.982-20
Protocolo: 68397
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: LAUDECI MARIA DA SILVA RESENDE CPF/CNPJ: 289.619.192-53
Protocolo: 68398
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: LAUDECI MARIA DA SILVA RESENDE CPF/CNPJ: 289.619.192-53
Protocolo: 68399
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ALINE SILVA SARTORO CPF/CNPJ: 006.525.352-32
Protocolo: 68421
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: UNIVERSO ENXOVAIS LTDA CPF/CNPJ: 46.635.391/0001-11
Protocolo: 68428
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: UNIVERSO ENXOVAIS LTDA CPF/CNPJ: 46.635.391/0001-11
Protocolo: 68429
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: UNIVERSO ENXOVAIS LTDA CPF/CNPJ: 46.635.391/0001-11
Protocolo: 68430
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: UNIVERSO ENXOVAIS LTDA CPF/CNPJ: 46.635.391/0001-11
Protocolo: 68431
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: UNIVERSO ENXOVAIS LTDA CPF/CNPJ: 46.635.391/0001-11
Protocolo: 68432
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: UNIVERSO ENXOVAIS LTDA CPF/CNPJ: 46.635.391/0001-11
Protocolo: 68433
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: DIFERON EIRELLI CPF/CNPJ: 28.739.948/0001-82
Protocolo: 68437 - para fins falimentares
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ARIADINA MAKAYA DA SILVA CPF/CNPJ: 078.869.282-88
Protocolo: 68440
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: PAMELA BATISTA CPF/CNPJ: 050.361.701-64
Protocolo: 68455
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: PAULO CEZAR DE LIMA CPF/CNPJ: 012.027.452-37
Protocolo: 68459
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: PAULO RIBEIRO DOS SANTOS CPF/CNPJ: 282.228.902-63
Protocolo: 68461
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: MICHEL FIGUEIREDO YUNES CPF/CNPJ: 325.447.902-53
Protocolo: 68466
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: PAMELA BATISTA CPF/CNPJ: 050.361.701-64
Protocolo: 68470
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: EVALDO JOSE LIMOES GUIDOTTI CPF/CNPJ: 534.666.400-91
Protocolo: 68477
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: ANTONIO CONCEICAO S CHAVES CPF/CNPJ: 339.363.586-72
Protocolo: 68480
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: SERGIO ROBERTO DE MORAIS CPF/CNPJ: 599.148.232-20
Protocolo: 68481
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: JOSEMAR ANTONIO SANTOS CPF/CNPJ: 030.831.438-77
Protocolo: 68487
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: RECONDICIONADORA DE PNEUS CELMO LTDA EPP CPF/CNPJ: 15.827.025/0001-30
Protocolo: 68490
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: WILLIAM LIZARTE SALA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 896.512.862-53
Protocolo: 68496
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: ROBSON ALVES RODRIGUES CPF/CNPJ: 882.326.892-34
Protocolo: 68499
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: GILMAR GARCIA CPF/CNPJ: 732.130.477-91
Protocolo: 68502
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: LINDEBERGE MIGUEL ARCANJO CPF/CNPJ: 219.826.942-20
Protocolo: 68504
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: IRACEMA FERREIRA RIBEIRO CPF/CNPJ: 567.893.006-00
Protocolo: 68510
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: GERSON RODRIGUES CPF/CNPJ: 640.518.462-53
Protocolo: 68511
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: ALMIR NARAYAMOGA SURUI CPF/CNPJ: 499.366.972-00
Protocolo: 68517
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: VALMIR FONSECA NETTO CPF/CNPJ: 619.136.932-87
Protocolo: 68523
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: WISLEY KENEDY DA SILVA CPF/CNPJ: 282.241.832-20
Protocolo: 68524
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: JUSIELE CONCEICAO COSTA CPF/CNPJ: 008.630.702-99
Protocolo: 68527
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: VALDINEI MOREIRA DE MORAIS CPF/CNPJ: 885.396.101-59
Protocolo: 68530
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: CARLOS MARCELO BLOCK CPF/CNPJ: 632.779.641-91
Protocolo: 68538
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: . . BRUNA RAIANE FERREI CPF/CNPJ: 49.309.493/0001-35
Protocolo: 68543
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: JOSILEY JUNIOR GODOI MOREIRA CPF/CNPJ: 029.949.132-32
Protocolo: 68341
Data Limite Para Comparecimento: 28/07/2023

Devedor: JOSILEY JUNIOR GODOI MOREIRA CPF/CNPJ: 029.949.132-32
Protocolo: 68342
Data Limite Para Comparecimento: 28/07/2023

Devedor: GEANE CRISTINA BRITO DA SILVA SANTOS CPF/CNPJ: 061.896.051-17
Protocolo: 68446
Data Limite Para Comparecimento: 31/07/2023

Devedor: KAMILLY VITORIA MARTINS VIEIRA CPF/CNPJ: 054.474.901-46
Protocolo: 68447
Data Limite Para Comparecimento: 31/07/2023

Devedor: MARCIA FERNANDES MARTINS CPF/CNPJ: 034.305.221-02
Protocolo: 68448
Data Limite Para Comparecimento: 31/07/2023

Devedor: ALLINE CRISTINA PAULA CPF/CNPJ: 903.941.782-20
Protocolo: 68572
Data Limite Para Comparecimento: 31/07/2023

Devedor: ALLINE CRISTINA PAULA CPF/CNPJ: 41.897.764/0001-09
Protocolo: 68572A
Data Limite Para Comparecimento: 31/07/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 9:00 às 15:00, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Cacoal-RO, 18 de Julho de 2023 DREICIELLE T. DE M. BORCHARDT ESCREVENTE AUTORIZADA

COMARCA DE CEREJEIRA

CEREJEIRAS

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Portugal, 2401. Liberdade, CEP 76997-000 – CEREJEIRAS-RO, Telefone (69) 3342-3146 Maria Bernardeti Cavatti – TABELIÃ – ATO N º 209/2009/TJ/RO
LIVRO D-023 FOLHA 177 TERMO 006877
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 6.877
MATRÍCULA 095828 01 55 2023 6 00023 177 0006877 51
Faço saber que pretendem casar-se, pelo regime de Comunhão Parcial de Bens, e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: EDSON RODRIGO FAQUINELO, de nacionalidade brasileira, agricultor, solteiro, natural de Santo Antonio do Sudoeste-PR, onde nasceu no dia 01 de fevereiro de 1978, portador da Cédula de Identidade nº 69721850/SSP/PR - Expedido em 12/11/1993 inscrito no CPf/MF 023.627.579-86 residente e domiciliado na Linha 5, da 3ª para 4ª Eixo, Km 4,5, Zona Rural, em Cerejeiras-RO, CEP: 76.997-000, , filho de MARIO MILANI FAQUINELO e de SEMILDA TERESINHA FAQUINELO; e TATIELE NICHIO SANTOS de nacionalidade brasileira, financeiro, solteira, natural de Colorado do Oeste-RO, onde nasceu no dia 04 de maio de 1995, portadora da Cédula de identidade nº 1203548/SESDEC/RO - Expedido em 08/05/2013, inscrita CPf/MF017.749.542-14, residente e domiciliada na Linha 5, 3ª para 4ª Eixo, Km 4,5, Zona Rural, em Cerejeiras-RO, CEP: 76.997-000, , filha de LEONEL DA SILVA SANTOS e de CLEIDE NICHIO. Em virtude do casamento, ele continuou a adotar o nome de EDSON RODRIGO FAQUINELO e ela passou a adotar o nome de TATIELE NICHIO SANTOS FAQUINELO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
Cerejeiras-RO, 14 de julho de 2023.
Maria Bernardeti Cavatti
Oficiala e Tabeliã

COMARCA DE ESPIGÃO D´OESTE

ESPIGÃO D´OESTE

COMARCA: ESPIGÃO D'OESTE
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE ESPIGÃO D'OESTE
TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE ESPIGÃO D`OESTE ESTADO DE RONDÔNIA HÉLIO KOBAYASHI - TABELIÃO DE PROTESTO RUA INDEPENDÊNCIA, ESQ CEARÁ, Nº 2169, CENTRO TELEFONE: (69) 3481-2539 (WhatsApp)
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Espigão D'Oeste-RO, localizado na Rua Independêcia, Esq. Ceará, Nº 2169, Espigão D`Oeste-RO, CEP 76974000 Tel. (69) 3481-2539 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Devedor: ADRIELE NIENKE PLASTER CPF/CNPJ: 024.559.902-90
Protocolo: 25295
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: A. S. HONORIO LTDA CPF/CNPJ: 31.688.510/0001-27
Protocolo: 25329
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: TORNEARIA DO HELIAO LTDA CPF/CNPJ: 04.988.133/0001-79
Protocolo: 25343
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 08:00 às 16:00, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Espigão D'Oeste-RO, 17 de Julho de 2023 NORMA SUELI BARBOZA KOBAYASHI TABELIÃ SUBSTITUTA

COMARCA: ESPIGÃO D'OESTE
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE ESPIGÃO D'OESTE
TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE ESPIGÃO D`OESTE ESTADO DE RONDÔNIA HÉLIO KOBAYASHI - TABELIÃO DE PROTESTO RUA INDEPENDÊNCIA, ESQ CEARÁ, Nº 2169, CENTRO TELEFONE: (69) 3481-2539 (WhatsApp)
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Espigão D'Oeste-RO, localizado na Rua Independêcia, Esq. Ceará, Nº 2169, Espigão D`Oeste-RO, CEP 76974000 Tel. (69) 3481-2539 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Devedor: ANTONIO ALBERTO DE TOLEDO RODRIGUES CPF/CNPJ: 211.439.789-00
Protocolo: 25268
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: MARIA APARECIDA DE SOUZA CPF/CNPJ: 652.649.242-87
Protocolo: 25318
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: V. F. DE SOUZA MADEIRAS LTDA CPF/CNPJ: 11.766.646/0001-09
Protocolo: 25331
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: LUCIANO DE VITO JUNIOR CPF/CNPJ: 003.941.172-98
Protocolo: 25341
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: LUCIANO DE VITO JUNIOR CPF/CNPJ: 003.941.172-98
Protocolo: 25348
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ABDIEL MANOEL XAVIER DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 007.070.842-88
Protocolo: 25355
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: EVANDRO GERKE CPF/CNPJ: 716.412.622-49
Protocolo: 25366
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: OSVALDO FERREIRA DE JESUS CPF/CNPJ: 114.860.742-00
Protocolo: 25367
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: EVANDRO GERKE CPF/CNPJ: 716.412.622-49
Protocolo: 25369
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: THALYTA GARBRECH DA CONCEICAO CPF/CNPJ: 050.249.852-81
Protocolo: 25389
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: L C BERNARDES MADEIRAS EPP CPF/CNPJ: 17.900.443/0001-31
Protocolo: 25392
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: L C BERNARDES MADEIRAS EPP CPF/CNPJ: 17.900.443/0001-31
Protocolo: 25393
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: L C BERNARDES MADEIRAS EPP CPF/CNPJ: 17.900.443/0001-31
Protocolo: 25394
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: L C BERNARDES MADEIRAS EPP CPF/CNPJ: 17.900.443/0001-31
Protocolo: 25395
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: L C BERNARDES MADEIRAS EPP CPF/CNPJ: 17.900.443/0001-31
Protocolo: 25396
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: L C BERNARDES MADEIRAS EPP CPF/CNPJ: 17.900.443/0001-31
Protocolo: 25397
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: DIEGO FABIANO GONCALVES CPF/CNPJ: 005.489.392-50
Protocolo: 25403
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: DAVID AUGUSTO BORGES CPF/CNPJ: 643.519.982-53
Protocolo: 25422
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

Devedor: COOPERATIVA AGRO INDUSTRIAL DE ESPIGAO DO OES CPF/CNPJ: 05.161.597/0001-70
Protocolo: 25426
Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 08:00 às 16:00, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Espigão D'Oeste-RO, 17 de Julho de 2023 NORMA SUELI BARBOZA KOBAYASHI TABELIÃ SUBSTITUTA

COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM

1º TABELIONATO DE PROTESTO

COMARCA: GUAJARÁ-MIRIM
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE GUAJARÁ-MIRIM
TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE GUAJARÁ-MIRIM ESTADO DE RONDÔNIA ENEIDE OLIVEIRA CAVALCANTE - TABELIÃ DE PROTESTO AV. QUINTINO BOCAIUVA, Nº 495 - CENTRO - CEP 76850-000, FONE: (69) 3541-2075
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Guajará-mirim-RO, localizado na Av Quintino bocaiuva, N 495, Centro, Guajará-Mirim-RO, CEP 76850000 Tel. (69) 3541-2075 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Devedor: JOSE CARLOS MEDANI CPF/CNPJ: 409.321.502-25
Protocolo: 265770
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: SOLIANE COSTA CORDEIRO CPF/CNPJ: 797.111.972-00
Protocolo: 265821
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: BARBARA APARECIDA MOREIRA VIANA CPF/CNPJ: 001.582.632-51
Protocolo: 265836
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ANTONIO BATISTA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 048.404.451-68
Protocolo: 266561
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: MARILENE FERREIRA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 925.465.362-49
Protocolo: 266389
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ZELIA IGNACIA DE FREITAS CPF/CNPJ: 081.800.831-87
Protocolo: 266564
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: NILZA VISINTIM DE MORAIS CPF/CNPJ: 478.463.562-91
Protocolo: 266391
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: DARCI ANTONIO ABATI CPF/CNPJ: 203.613.942-68
Protocolo: 266360
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: WAGNER PINTO DA SILVA CPF/CNPJ: 509.471.686-72
Protocolo: 266639
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ALTINO ALVES DE SOUZA CPF/CNPJ: 576.331.002-06
Protocolo: 266684
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: PLACIDO JOAQUIM DOS ANJOS CPF/CNPJ: 408.011.102-97
Protocolo: 266587
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: FRANCISCA MERCES GOMES DO NASCIMENTO CPF/CNPJ: 106.612.632-15
Protocolo: 266772
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ELOIDE CANUTO GOMES CPF/CNPJ: 021.970.062-15
Protocolo: 266729
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: RILDO LIMA QUEIROZ. CPF/CNPJ: 239.003.932-49
Protocolo: 266751
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: BOA VISTA COMERCIO E SERVICOS IMPORTACAO E CPF/CNPJ: 04.348.121/0001-80
Protocolo: 266679
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: BOA VISTA COMERCIO E SERVICOS IMPORTACAO E CPF/CNPJ: 04.348.121/0001-80
Protocolo: 266637
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: HUMBERTO SALAZAR CASTRO CPF/CNPJ: 316.996.692-87
Protocolo: 266744
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ELIZANGELA DA COSTA CPF/CNPJ: 001.128.882-59
Protocolo: 266805
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ANA MARIA DE CASTRO RAMALHO DANTAS CPF/CNPJ: 815.014.042-53
Protocolo: 266595A
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: RONNIE VON DANTAS VIEIRA CPF/CNPJ: 049.336.424-27
Protocolo: 266595
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: RONNIE VON DANTAS VIEIRA CPF/CNPJ: 049.336.424-27
Protocolo: 266596
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ANTONIO DE OLIVEIRA BRANCO CPF/CNPJ: 349.409.952-91
Protocolo: 266750
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: F M DA SILVA EIRELI CPF/CNPJ: 39.713.651/0001-64
Protocolo: 266793
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ADRIANO CARDOSO DA SILVA CPF/CNPJ: 629.249.822-00
Protocolo: 266771
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ISAIAS DAMASCENO CPF/CNPJ: 242.397.552-04
Protocolo: 266755
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: KEKY ROSBERG MOURA DA SILVA CPF/CNPJ: 781.549.102-25
Protocolo: 266788
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ELASIO ANTUNES PINTO CPF/CNPJ: 201.206.722-00
Protocolo: 266789
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: RAILTON CABRAL ALMEIDA CPF/CNPJ: 012.583.912-01
Protocolo: 266769
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: GEISIELE PEREIRA EDUARDA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 716.395.272-49
Protocolo: 266367
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: G. B. SALES ME CPF/CNPJ: 00.972.106/0002-38
Protocolo: 266761
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: M. MUND COM. E REP IMP E EXP ME CPF/CNPJ: 10.491.277/0001-18
Protocolo: 266718
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: M. MUND COM. E REP IMP E EXP ME CPF/CNPJ: 10.491.277/0001-18
Protocolo: 266745
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: DANIEL EGUEZ LAIRANA CPF/CNPJ: 385.706.962-72
Protocolo: 266742
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CARMEM MAIDA CAYAMI V. CARDOSO CPF/CNPJ: 315.497.212-91
Protocolo: 266652
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: W & G DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA CPF/CNPJ: 02.669.742/0002-10
Protocolo: 266716
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JULIA CASLOW RESKY CPF/CNPJ: 325.819.202-20
Protocolo: 266778
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: LUCIANA ALVES ALT CPF/CNPJ: 421.598.902-78
Protocolo: 266764
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: DAVI VIEIRA DE FREITAS CPF/CNPJ: 044.295.042-02
Protocolo: 266779
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ANDERSON OLIVEIRA HAFFERMANN CPF/CNPJ: 617.102.882-72
Protocolo: 266654
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: VF AGROFERRAGENS COMERCIO DE FERRAGENS E FERR CPF/CNPJ: 41.174.851/0001-38
Protocolo: 266794
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ADAO ALVES LEITE CPF/CNPJ: 888.616.602-82
Protocolo: 266566
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: GLAUCO CALAZANS CHORE CPF/CNPJ: 681.814.932-49
Protocolo: 266631
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: GLAUCO CALAZANS CHORE CPF/CNPJ: 681.814.932-49
Protocolo: 266641
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ALEXSANDRO DINIZ NUNES CPF/CNPJ: 009.538.972-57
Protocolo: 266576
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ALEXSANDRO DINIZ NUNES CPF/CNPJ: 009.538.972-57
Protocolo: 266577
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ROMINSON GUIMARAES SANTOS CPF/CNPJ: 012.951.042-45
Protocolo: 266713
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ROMINSON GUIMARAES SANTOS CPF/CNPJ: 012.951.042-45
Protocolo: 266746
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: EDER JOAQUIM NOCO DE SANTANA CPF/CNPJ: 525.129.752-15
Protocolo: 266624
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: MARIA LUIZA DA SILVA CLYMACO CPF/CNPJ: 106.611.742-04
Protocolo: 266722
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ALCILENE MENDES NOGUEIRA CPF/CNPJ: 999.048.962-91
Protocolo: 266642
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ANTONIA LUIZA BELEM DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 113.443.692-00
Protocolo: 266787
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: W. FLORIANO COM. E SERVICOS ME CPF/CNPJ: 19.000.532/0001-57
Protocolo: 266730
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: W. K IMPORTAAAO E EXPORTAAAO LTDA CPF/CNPJ: 20.766.676/0001-06
Protocolo: 266758
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: EDIVALDO RODRIGUES CPF/CNPJ: 497.587.212-91
Protocolo: 266625
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: FABRICIO GOMES SAVEDRA CPF/CNPJ: 040.465.842-38
Protocolo: 266608
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: MICAELE MESQUITA GOMES CPF/CNPJ: 008.571.452-66
Protocolo: 266759
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: LUIS GUSTAVO DA SILVA GOMES CPF/CNPJ: 036.859.232-42
Protocolo: 266539
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CRISTIANO FERREIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 486.162.493-20
Protocolo: 266774
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CLAUDERLETH LIMA CPF/CNPJ: 138.922.072-91
Protocolo: 266674
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: SILVANO LOPES DOS REIS CPF/CNPJ: 755.927.702-00
Protocolo: 266459
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: MARIA DA CONCEICAO DE SOUZA AQUINO CPF/CNPJ: 242.059.662-53
Protocolo: 266449
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: RONALD FERNANDES DE ALMEIDA CPF/CNPJ: 402.763.093-91
Protocolo: 266636
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: FRANCISCO SOARES FERREIRA CPF/CNPJ: 139.223.192-20
Protocolo: 266665
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ASSOCIACAO ATLETICA BANCO DO BRASIL CPF/CNPJ: 05.893.516/0001-26
Protocolo: 266613
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: FREDE JUNIOR LEITE DA SILVA CPF/CNPJ: 021.458.462-39
Protocolo: 266630
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: E. e M. CONTABILIDADE LTDA CPF/CNPJ: 16.755.468/0001-26
Protocolo: 266588
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: IZABEL DE FREITAS MENDES CPF/CNPJ: 908.244.662-68
Protocolo: 266688
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: IZABEL DE FREITAS MENDES CPF/CNPJ: 908.244.662-68
Protocolo: 266689
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ELISIO ANTUNES PINTO CPF/CNPJ: 927.884.671-68
Protocolo: 266650
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: F. C. DE SOUZA SAMPAIO ME CPF/CNPJ: 63.611.800/0001-69
Protocolo: 266524
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: DEIVES GUANACOMA VILHEGAS CPF/CNPJ: 385.697.792-91
Protocolo: 266653
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: SIMONE ROCHA MARTINS CPF/CNPJ: 708.509.762-00
Protocolo: 266550
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: MARIA RODRIGUES DE SOUZA CPF/CNPJ: 349.270.692-49
Protocolo: 266451
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CLAUDINEI DE SOUZA ZEFERINO CPF/CNPJ: 026.998.462-36
Protocolo: 266556
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 09:00 às 15:00, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Guajará-mirim-RO, 17 de Julho de 2023 ENEIDE OLIVEIRA CAVALCANTE TABELIÃ DE PROTESTO

NOVA MAMORÉ

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2.943
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: MÁRIO LOBAK DA SILVA, de nacionalidade brasileiro, agricultor, divorciado, natural de Farol-PR, onde nasceu no dia 24 de setembro de 1969, residente e domiciliado à Rua Esmaralda Azul, 4946, Distrito de Nova Dimensão, em Nova Mamoré-RO, CEP: 76.857-000, filho de JOSÉ JOAQUIM DA SILVA e de ADAIR LOBAK DA SILVA; e MARINA ALAIDE DA SILVA de nacionalidade brasileira, agricultora, solteira, natural de Presidente Médici-RO, onde nasceu no dia 02 de setembro de 1980, residente e domiciliada à Rua Esmaralda Azul, 4946, Distrito de Nova Dimensão, em Nova Mamoré-RO, CEP: 76.857-000, filha de LUIZ JOSÉ DA SILVA e de ALAIDE ALVES DE LIMA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
Nova Mamoré-RO, 17 de julho de 2023.
Roseli Merten
Tabeliã e Oficiala

COMARCA DE JARU

OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS

LIVRO D-059 FOLHA 066 TERMO 019649
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 19.649
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: SAMUEL RAIMUNDO GARCIA, de nacionalidade brasileiro, Pedreiro, solteiro, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 06 de novembro de 1980, residente e domiciliado à Av. Dom Pedro I, 4029, Jardim Eldorado, em Jaru-RO, CEP: 76.890-000, , filho de PEDRO RAIMUNDO GARCIA e de MARIA BENEDITA ROSA GARCIA; e JOCASSIA DOS SANTOS NERIS de nacionalidade brasileira, Vendedora, solteira, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 27 de fevereiro de 1988, residente e domiciliada à Av. Dom Pedro I, 4029, Jardim Eldorado, em Jaru-RO, CEP: 76.890-000, , filha de VALDIR DA SILVA NERIS e de MARIA HELENA DOS SANTOS NERIS, determinando que o regime de bens a viger a partir do mesmo seja o de Comunhão Parcial de Bens.
Que após o casamento, o declarante, continuou a adotar o nome de SAMUEL RAIMUNDO GARCIA.
Que após o casamento, a declarante, continuou a adotar o nome de JOCASSIA DOS SANTOS NERIS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume deste Ofício e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (www.tjro.jus.br - Provimento 007/2011-CG).
Jaru-RO, 14 de julho de 2023.
Elza dos Santos Lacerda
Oficiala e Tabeliã

1º TABELIONATO DE PROTESTO

COMARCA: JARU
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE JARU
1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE JARU ESTADO DE RONDÔNIA ANA ANGÉLICA DOS SANTOS MELQUISEDEC - TABELIÃ DE PROTESTO Rua Rio de Janeiro, 3135, Sala 1, Galeria Florata, Setor 2, Jaru-RO, CEP 7689000 Tel. (69)3521-6495
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Jaru-RO, localizado na Rua Rio de Janeiro, 3135, Sala 1, Galeria Florata, Setor 2, Jaru-RO, CEP 7689000 Tel. (69)3521-6495 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Devedor: LUCIANO PACHECO DA SILVA CPF/CNPJ: 000.977.232-40
Protocolo: 212416
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: FERNANDIS DE SOUZA DEMETRIO CPF/CNPJ: 599.659.752-72
Protocolo: 212755
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: FLAVIO PEREIRA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 004.892.862-32
Protocolo: 212756
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: EDMAR BARBOZA GONZAGA CPF/CNPJ: 724.666.262-68
Protocolo: 212279
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ANTENOR GUILHEM RAMOS CPF/CNPJ: 705.259.948-15
Protocolo: 212516
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ANTENOR GUILHEM RAMOS CPF/CNPJ: 705.259.948-15
Protocolo: 212515
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: UANDERSON ANDRADE TEIXEIRA CPF/CNPJ: 874.330.952-68
Protocolo: 212863
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: CLAUDINEI NASCIMENTO CPF/CNPJ: 728.442.482-68
Protocolo: 212866
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: BR e UK FLORESTAL LTDA CPF/CNPJ: 24.583.799/0001-54
Protocolo: 212908
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 09:00 às 15:00, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Jaru-RO, 17 de Julho de 2023 ANA ANGÉLICA DOS SANTOS MELQUISEDEC TABELIÃ DE PROTESTO

COMARCA: JARU
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE JARU
1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE JARU ESTADO DE RONDÔNIA ANA ANGÉLICA DOS SANTOS MELQUISEDEC - TABELIÃ DE PROTESTO Rua Rio de Janeiro, 3135, Sala 1, Galeria Florata, Setor 2, Jaru-RO, CEP 7689000 Tel. (69)3521-6495
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Jaru-RO, localizado na Rua Rio de Janeiro, 3135, Sala 1, Galeria Florata, Setor 2, Jaru-RO, CEP 7689000 Tel. (69)3521-6495 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Devedor: FERNANDIS DE SOUZA DEMETRIO CPF/CNPJ: 599.659.752-72
Protocolo: 212938
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CLAUDINEI NASCIMENTO CPF/CNPJ: 728.442.482-68
Protocolo: 212947
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: FLAVIO PEREIRA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 004.892.862-32
Protocolo: 212935
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ELAINE DA SILVA SOUSA CPF/CNPJ: 27.668.376/0001-25
Protocolo: 212966
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ELAINE DA SILVA SOUSA CPF/CNPJ: 27.668.376/0001-25
Protocolo: 212965
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ROCHA & SERAFIM LTDA ME CPF/CNPJ: 07.819.874/0001-14
Protocolo: 212951
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CANAA INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA CPF/CNPJ: 15.828.064/0014-77
Protocolo: 212956
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JEAN CARLOS DOS SANTOS CPF/CNPJ: 723.517.805-15
Protocolo: 212942
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: F I P DE ARAUJO ME CPF/CNPJ: 22.279.212/0001-92
Protocolo: 212949
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: MARCOS ANTUNES DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 857.099.569-53
Protocolo: 212945
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ALFREDO MARQUES ANDRADE FRANCA CPF/CNPJ: 598.117.652-00
Protocolo: 212926
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: IRACI MARIA DE SOUZA CPF/CNPJ: 817.931.112-00
Protocolo: 212940
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: J N SANTOS NASCIMENTO CPF/CNPJ: 30.609.880/0001-69
Protocolo: 212943
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: IVAN FERREIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 006.311.656-14
Protocolo: 212937
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: IVAN FERREIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 006.311.656-14
Protocolo: 212948
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: PAULO CESAR DA SILVA MORAES CPF/CNPJ: 609.014.462-20
Protocolo: 212970
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: PAULO SERGIO MELO DOS SANTOS CPF/CNPJ: 834.968.312-00
Protocolo: 212971
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: A L NOGUEIRA ME CPF/CNPJ: 20.601.698/0001-08
Protocolo: 212932
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: PATRICK RIBEIRO SILVA CPF/CNPJ: 686.115.602-72
Protocolo: 212978
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ARISTEU BRASIL CPF/CNPJ: 112.263.661-04
Protocolo: 212980
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: LUCIMAR DA SILVA DE JESUS CPF/CNPJ: 778.499.572-53
Protocolo: 212976
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: LEVI PEREIRA DE PAULA CPF/CNPJ: 662.584.482-91
Protocolo: 212973
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: PAMELA PACHECO SANTOS CPF/CNPJ: 006.055.022-85
Protocolo: 212972
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ANDREIA DE VITO CPF/CNPJ: 744.363.762-49
Protocolo: 212969
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JOSE BASILIO SOARES CPF/CNPJ: 152.138.542-49
Protocolo: 212981
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ADSON VINICIUS DE OLIEVIRA SANTOS CPF/CNPJ: 041.689.712-60
Protocolo: 212979
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JOSEANE CLAUS DE ARAUJO CPF/CNPJ: 800.379.762-49
Protocolo: 212974
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: VINICIUS RODRIGUES BERNADINO CPF/CNPJ: 049.458.132-80
Protocolo: 212933
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: LUCILENE GOMES DA SILVA CPF/CNPJ: 983.796.662-91
Protocolo: 212931
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: LUIZ FERREIRA ALVES CPF/CNPJ: 078.838.892-49
Protocolo: 212939
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: LUIZ CARLOS FERREIRA SANTANA CPF/CNPJ: 909.792.062-00
Protocolo: 212950
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: SANTOS FRANCISCO DA SILVA CPF/CNPJ: 218.126.246-20
Protocolo: 212955
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JONAS ROSA DA SILVA CPF/CNPJ: 042.635.052-98
Protocolo: 212957
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 09:00 às 15:00, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Jaru-RO, 17 de Julho de 2023 ANA ANGÉLICA DOS SANTOS MELQUISEDEC TABELIÃ DE PROTESTO

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

OURO PRETO DO OESTE

ALTERAÇÃO DE PRENOME Nº 019
Faço saber que, nos termos do artigo 56 da Lei 6.015/73, ERIVELTO SOARES, de nacionalidade brasileira, natural de Ouro Preto do Oeste/RO, nascido no dia 21/05/1981, filho de NADIR SOARES, optou pela alteração do prenome, passando a chamar-se: ERIVELTON SOARES, em substituição ao anteriormente adotado, permanecendo inalterados os demais dados constantes do registro. Lavro o presente Edital em lugar de costume e publicado pela imprensa. Ouro Preto do Oeste-RO, 14 de julho de 2023. Sandra Figueiredo de Abreu Silva-Escrevente.

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 01696
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Separação de Bens Obrigatória, nos termos do artigo 1.641, inciso II , nos termos do artigo 258, inciso II do Código Civil Brasileiro e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: GERCI ALVES, de nacionalidade brasileira, divorciado, residente e domiciliado em Ouro Preto do Oeste/RO, continuará a adotar o nome de GERCI ALVES, filho de SEBASTIÃO PEDRO ALVES e de OTILIA JOSÉ JANUÁRIO; e NELI DE SALES MARINHO de nacionalidade brasileira, viúva, residente e domiciliada em Ouro Preto do Oeste/RO, continuará a adotar no nome de NELI DE SALES MARINHO, filha de AGENOR DE SALES e de ALVERINA SOUZA DE SALES. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa. Certifico que o edital será publicado em meio eletrônico.
Ouro Preto do Oeste-RO, 13 de julho de 2023.
Verônica Pimentel Nascimento Brongel
Escrevente

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 01697
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ADEMILTON ALBINO DE OLIVEIRA, de nacionalidade brasileira, divorciado, residente e domiciliado na Rua Rio Madeira, 1202, Bairro Dom Bosco na Cidade de Ji-Paraná/RO, continuará a adotar o nome de ADEMILTON ALBINO DE OLIVEIRA, filho de SEBASTIÃO ALBINO DE SOUZA e de MARIA CECILIA DE SOUZA; e MARINALVA MARIA FABRICANTE de nacionalidade brasileira, divorciada, residente e domiciliada na Rua Neyde Farias de Amaral, 142, Bairro Residencial Colina Park, nesta Cidade de Ouro Preto do Oeste/RO, continuará a adotar no nome de MARINALVA MARIA FABRICANTE, filha de SEBASTIÃO RAIMUNDO FABRICANTE e de ALZERINA MARIA FABRICANTE. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa. Envio cópia ao Oficial do Registro Civil competente, para ser afixado no Ofício do domicílio e residência do contraente, para os efeitos do artigo 1.527 do Código Civil Brasileiro.
Certifico que o edital será publicado em meio eletrônico.
Ouro Preto do Oeste-RO, 13 de julho de 2023.
Verônica Pimentel Nascimento Brongel
Escrevente

COMARCA: OURO PRETO DO OESTE
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE OURO PRETO DO OESTE
TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE OURO PRETO DO OESTE ESTADO DE RONDÔNIA MARIA ELIZABETH DIAS FERREIRA - TABELIÃ DE PROTESTO Av. Daniel Comboni, 1338 B, União, Ouro Preto do Oeste-RO, CEP 76920000 Tel. (69)3461-3866
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Ouro Preto Do Oeste-RO, localizado na Av. Daniel Comboni, 1338 B, União, Ouro Preto do Oeste-RO, CEP 76920000 Tel. (69)3461-3866 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Devedor: MARIA GEIUSA DA SILVA CPF/CNPJ: 39.577.613/0001-21
Protocolo: 171660
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: PLAUTINO UBIRATAN ALVES BECAVELO CPF/CNPJ: 46.273.661/0001-91
Protocolo: 171461
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: SONICLEITON ESTEVAM MIRANDA CPF/CNPJ: 28.503.286/0001-47
Protocolo: 171481
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ALMINDA APARECIDA DE LIMA CPF/CNPJ: 409.691.342-15
Protocolo: 171376
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ANA AUGUSTA RIBEIRO CPF/CNPJ: 28.609.598/0001-30
Protocolo: 171328
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: VENANCIO PEDRO DE FARIAS CPF/CNPJ: 43.215.587/0001-69
Protocolo: 171429
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: AMANDA CABRAL MACHADO CPF/CNPJ: 43.523.830/0001-06
Protocolo: 171455
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: SILVIA LUIZ CPF/CNPJ: 653.486.721-49
Protocolo: 171541
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: SILVIA LUIZ CPF/CNPJ: 653.486.721-49
Protocolo: 171557
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: GILSON GONCALVES DOS SANTOS CPF/CNPJ: 482.981.746-15
Protocolo: 171564
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: EBER DE ALMEIDA LIMA CPF/CNPJ: 089.692.213-87
Protocolo: 171625
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: MADALENA MARTINS DA SILVA CPF/CNPJ: 682.481.642-68
Protocolo: 171636
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: MICHAEL WILLIAN SILVA DE LANA DE ALMEIDA CPF/CNPJ: 035.057.522-31
Protocolo: 171651
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: FABIANO DA SILVA FRAGA CPF/CNPJ: 819.602.802-44
Protocolo: 171657
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: M. C. ARAUJO LTDA CPF/CNPJ: 22.828.212/0001-02
Protocolo: 171658
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: M. C. ARAUJO LTDA CPF/CNPJ: 22.828.212/0001-02
Protocolo: 171659
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 09:00 às 15:00, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Ouro Preto Do Oeste-RO, 17 de Julho de 2023 TAUANA BROSEGHINI VAZ ESCREVENTE AUTORIZADA

COMARCA: OURO PRETO DO OESTE
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE OURO PRETO DO OESTE
TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE OURO PRETO DO OESTE ESTADO DE RONDÔNIA MARIA ELIZABETH DIAS FERREIRA - TABELIÃ DE PROTESTO Av. Daniel Comboni, 1338 B, União, Ouro Preto do Oeste-RO, CEP 76920000 Tel. (69)3461-3866
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Ouro Preto Do Oeste-RO, localizado na Av. Daniel Comboni, 1338 B, União, Ouro Preto do Oeste-RO, CEP 76920000 Tel. (69)3461-3866 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Devedor: VINICIUS GONCALVES DOS SANTOS CPF/CNPJ: 152.637.997-05
Protocolo: 171410
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: J V RODRIGUES CARLOS CPF/CNPJ: 29.713.133/0001-97
Protocolo: 171440
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: DANIELLY ALVES MENDES CPF/CNPJ: 028.985.032-07
Protocolo: 171448
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: AQUILA CARLOS FONTES CPF/CNPJ: 30.405.467/0001-82
Protocolo: 171463
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: MIRANTE GAS LTDA CPF/CNPJ: 21.119.240/0001-80
Protocolo: 171526
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: GUILHERME DE SOUZA SILVA CPF/CNPJ: 705.069.242-54
Protocolo: 171536
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ZEDEQUIAS MARTINS DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 686.229.292-72
Protocolo: 171537
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: LINDEMBERGUE JOSE N DA SILVA CPF/CNPJ: 456.816.942-91
Protocolo: 171542
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: VALDELINO DO NASCIMENTO ARAUJO CPF/CNPJ: 386.581.002-00
Protocolo: 171544
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: OSMAR LOPES DA SILVEIRA CPF/CNPJ: 429.051.926-15
Protocolo: 171546
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: NEIDE SANTOS NASCIMENTO CPF/CNPJ: 44.063.838/0001-08
Protocolo: 171549
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ELY RAPOSA BRAGA CPF/CNPJ: 208.035.911-87
Protocolo: 171550
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: LINDEMBERGUE JOSE N DA SILVA CPF/CNPJ: 456.816.942-91
Protocolo: 171553
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JOEL MIGUEL DA SILVA CPF/CNPJ: 723.876.452-00
Protocolo: 171554
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: GILMAR XAVIER PERY CPF/CNPJ: 981.659.252-53
Protocolo: 171555
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ELY RAPOSA BRAGA CPF/CNPJ: 208.035.911-87
Protocolo: 171558
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: DIEGO PEREIRA CPF/CNPJ: 000.961.602-09
Protocolo: 171561
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: WALDECI CLEMENTE NEVES CPF/CNPJ: 279.772.422-49
Protocolo: 171562
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: MAILZA GARCIA DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 975.319.872-87
Protocolo: 171563
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: EVANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA CPF/CNPJ: 015.088.932-17
Protocolo: 171565
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CLAUDIO MACENA DA SILVA CPF/CNPJ: 386.712.632-15
Protocolo: 171591
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: WALDECI CLEMENTE NEVES CPF/CNPJ: 279.772.422-49
Protocolo: 171592
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: WALDECI CLEMENTE NEVES CPF/CNPJ: 279.772.422-49
Protocolo: 171605
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: FARMACIA PRECO BAIXO DE OURO PRETO DO OESTE L CPF/CNPJ: 19.199.445/0001-70
Protocolo: 171608
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: FARMACIA PRECO BAIXO DE OURO PRETO DO OESTE L CPF/CNPJ: 19.199.445/0001-70
Protocolo: 171609
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JOAO PAULO LEOCADIO CPF/CNPJ: 658.623.412-34
Protocolo: 171612
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: GILMAR XAVIER PERY CPF/CNPJ: 981.659.252-53
Protocolo: 171614
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JOEL MIGUEL DA SILVA CPF/CNPJ: 723.876.452-00
Protocolo: 171615
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: FRANCISCO SILVIO DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 595.426.672-72
Protocolo: 171616
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: NILTON CESAR FERREIRA DE SOUSA CPF/CNPJ: 019.275.722-90
Protocolo: 171617
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: NOADIA DA SILVA GONDRIGE CPF/CNPJ: 015.763.152-40
Protocolo: 171618
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: IVANIR FERREIRA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 312.287.202-15
Protocolo: 171624
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: OLA GAS LTDA CPF/CNPJ: 16.912.380/0001-70
Protocolo: 171630
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: EDIRONE GOMES CPF/CNPJ: 560.660.402-78
Protocolo: 171631
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: NILTON CESAR FERREIRA DE SOUSA CPF/CNPJ: 019.275.722-90
Protocolo: 171632
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: WASHINGTON FERNANDES DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 865.900.572-49
Protocolo: 171634
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: N J SOARES BARBOZA CPF/CNPJ: 22.836.746/0001-72
Protocolo: 171637
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ELIEL MARCOS FREIRE DA SILVA CPF/CNPJ: 052.292.157-47
Protocolo: 171655
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: GUILHERME DE SOUZA SILVA CPF/CNPJ: 705.069.242-54
Protocolo: 171690
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ZEDEQUIAS MARTINS DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 686.229.292-72
Protocolo: 171691
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: MAILZA GARCIA DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 975.319.872-87
Protocolo: 171696
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: DIEGO PEREIRA CPF/CNPJ: 000.961.602-09
Protocolo: 171697
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: WALDECI CLEMENTE NEVES CPF/CNPJ: 279.772.422-49
Protocolo: 171699
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: WASHINGTON FERNANDES DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 865.900.572-49
Protocolo: 171708
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: N J SOARES BARBOZA CPF/CNPJ: 22.836.746/0001-72
Protocolo: 171713
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 09:00 às 15:00, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Ouro Preto Do Oeste-RO, 17 de Julho de 2023 TAUANA BROSEGHINI VAZ ESCREVENTE AUTORIZADA

COMARCA DE PIMENTA BUENO

PIMENTA BUENO

LIVRO D-030 FOLHA 254 TERMO 013344
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 13.344
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
CHARLES DARLIN DE ALMEIDA BRITO, de nacionalidade brasileira, de profissão vaqueiro, de estado civil solteiro, natural de Rolim de Moura-RO, onde nasceu no dia 29 de agosto de 1995, residente e domiciliado à Av. São Luiz, 1872, Nova Pimenta, em Pimenta Bueno-RO, CEP: 76.971-000, , filho de ENDOCARDO BRITO e de SOLANGE DE ALMEIDA, sendo que após o casamento passou a adotar o nome de CLARLES DARLIN DE ALMEIDA BRITO; e JÉSSICA SILVA FONTES de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Pimenta Bueno-RO, onde nasceu no dia 31 de dezembro de 1996, residente e domiciliada à Av. São Luiz, 1872, Nova Pimenta, em Pimenta Bueno-RO, CEP: 76.970-000, , filha de OSVALDO FONTES e de MARINETE AFONSO DA SILVA, sendo que após o casamento continuou a adotar o nome de JÉSSICA SILVA FONTES. O regime a adotado pelos nubentes é o da Comunhão Parcial de Bens
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Pimenta Bueno-RO, 14 de julho de 2023.
Lenise Hentschke
Tabeliã e Oficiala

LIVRO D-030 FOLHA 255 TERMO 013345
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 13.345
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:^al
ELY CANDIDO DE MATOS, de nacionalidade brasileira, de profissão aposentada, de estado civil viúvo, natural de Cambaratinga, em Ibitinga-SP, onde nasceu no dia 31 de agosto de 1940, residente e domiciliado na Rua Travessa Antonio Ferro, 119, Apedia, em Pimenta Bueno-RO, CEP: 76.970-000, filho de FRANCISCO CANDIDO DE MATOS e de MARIA ROSA DE MATOS, sendo que após o casamento continuou a adotar o nome de ELY CANDIDO DE MATOS; e DALVA DE OLIVEIRA CORDEIRO de nacionalidade brasileira, de profissão aposentada, de estado civil viúva, natural de Santa Maria do Suaçuí-MG, onde nasceu no dia 05 de maio de 1946, residente e domiciliada na Rua Travessa Antonio Ferro, 119, Apedia, em Pimenta Bueno-RO, CEP: 76.970-000, filha de JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA e de MARCELINA PEREIRA DE FREITAS, sendo que após o casamento continuou a adotar o nome de DALVA DE OLIVEIRA CORDEIRO. O regime a adotado pelos nubentes é o da Separação de Bens Obrigatória, nos termos do artigo 1.641, incisos I e II do Código Civil Brasileiro ^al
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Pimenta Bueno-RO, 14 de julho de 2023.
Lenise Hentschke
Tabeliã e Oficiala

LIVRO D-030 FOLHA 256 TERMO 013346
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 13.346
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:^al
LUCAS HENRIQUE NUNES SOUZA, de nacionalidade brasileira, de profissão encarregado de produção, de estado civil divorciado, natural de Pimenta Bueno-RO, onde nasceu no dia 27 de abril de 1998, residente e domiciliado à Av. Antonio R. De Lima, 1385, Seringal,

em Pimenta Bueno-RO, CEP: 76.970-000, , filho de JOSÉ ALAIM DE SOUZA e de APARECIDA NUNES DE ANDRADE SOUZA, sendo que após o casamento continuou a adotar o nome de LUCAS HENRIQUE NUNES SOUZA; e SUELEN SILVA FONTES de nacionalidade brasileira, de profissão vigilante, de estado civil solteira, natural de Pimenta Bueno-RO, onde nasceu no dia 19 de julho de 2000, residente e domiciliada à Av. Antonio R. De Lima, 1385, Seringal, em Pimenta Bueno-RO, CEP: 79.970-000, , filha de OSVALDO FONTES e de MARINETE AFONSO DA SILVA, sendo que após o casamento continuou a adotar o nome de SUELEN SILVA FONTES. O regime a adotado pelos nubentes é o da Comunhão Parcial de Bens ^al
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.^
Pimenta Bueno-RO, 14 de julho de 2023.
Lenise Hentschke
Tabeliã e Oficiala

LIVRO D-030 FOLHA 257 TERMO 013347
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 13.347
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
VANTUIL DOS SANTOS, de nacionalidade brasileira, de profissão Tec. de Instalação de Linhas comunicação de daddos, de estado civil viúvo, natural de Pancas-ES, onde nasceu no dia 19 de fevereiro de 1966, residente e domiciliado à Av. Simão Bolivar, 184, Jardim das Oliveiras, em Pimenta Bueno-RO, CEP: 76.970-000, filho de OSVALDO BERNARDP DOS SANTOS e de LUZIA GONÇALVES DOS SANTOS, sendo que após o casamento continuou a adotar o nome de VANTUIL DOS SANTOS; e VALQUÍRIA DA ROCHA MOREIRA de nacionalidade brasileira, de profissão professora, de estado civil divorciada, natural de Duque de Caxias-RJ, onde nasceu no dia 15 de novembro de 1975, residente e domiciliada à Av. Simão Bolivar, 184, Jardim das Oliveiras, em Pimenta Bueno-RO, CEP: 76.970-000, filha de PEDRO BONIFACIO MOREIRA e de MERCEDES DA ROCHA MOREIRA, sendo que após o casamento continuou a adotar o nome de VALQUÍRIA DA ROCHA MOREIRA. O regime a adotado pelos nubentes é o da Comunhão Parcial de Bens ^al
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Pimenta Bueno-RO, 17 de julho de 2023.
Lenise Hentschke
Tabeliã e Oficiala

LIVRO D-030 FOLHA 258 TERMO 013348
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 13.348
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:^al
GILBERTO FERREIRA LIMA, de nacionalidade brasileira, de profissão motorista, de estado civil divorciado, natural de Marabá-PA, onde nasceu no dia 18 de outubro de 1976, residente e domiciliado à Rua Jose do Patrocinio, 184, Seringal, em Pimenta Bueno-RO, CEP: 76.970-000, filho de ERONIDES FERREIRA DE LIMA e de LINA FERREIRA DE LIMA, sendo que após o casamento continuou a adotar o nome de GILBERTO FERREIRA LIMA; e FLAVIA KEROLAYNE LIMA VILHENA de nacionalidade brasileira, de profissão micro-empreendedora, de estado civil divorciada, natural de Manaus-AM, onde nasceu no dia 26 de dezembro de 1995, residente e domiciliada à Rua Ricardo Franco, 389, Jardim das Oliveiras, em Pimenta Bueno-RO, CEP: 76.970-000, filha de BERNARDO VILHENA e de JOSEFA LIMA DE ANDRADE, sendo que após o casamento continuou a adotar o nome de FLAVIA KEROLAYNE LIMA VILHENA. O regime a adotado pelos nubentes é o da Comunhão Parcial de Bens ^al
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Pimenta Bueno-RO, 17 de julho de 2023.
Lenise Hentschke
Tabeliã e Oficiala

COMARCA: PIMENTA BUENO
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE PIMENTA BUENO
1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE PIMENTA BUENO ESTADO DE RONDÔNIA ARACI MENDES DE BRITO LIMA - TABELIÃ DE PROTESTO Avenida Rotary Clube, 581 - Pioneiros - Pimenta Bueno, CEP 76970000 TEL. (69)3451-2869
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Tabelionato de Protesto de Pimenta Bueno/RO, localizado na Av. Presidente Dutra, 582, Sala E, Pioneiro, Pimenta Bueno, CEP 76970000 Tel. (69)3451-2869 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Devedor: VALTER JOSE PEREIRA BAGATIN CPF/CNPJ: 570.063.692-15
Protocolo: 271890
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ROSICLEI DOS SANTOS BOA SORTE CPF/CNPJ: 939.007.081-34
Protocolo: 271900
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ROSICLEI DOS SANTOS BOA SORTE CPF/CNPJ: 939.007.081-34
Protocolo: 271913
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: JOSE NEVES DA COSTA CPF/CNPJ: 113.467.522-49
Protocolo: 271917
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: EDSON DA SILVA CPF/CNPJ: 615.351.172-49
Protocolo: 271918
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: CEM AMBIENTAL E FERRAGENS LTDA CPF/CNPJ: 17.632.916/0001-67
Protocolo: 271957
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ANASTACIO BORGUI DE SOUZA CPF/CNPJ: 861.387.662-53
Protocolo: 271966
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ROBERTO ROMAQUE DO NASCIMENTO CPF/CNPJ: 769.840.012-34
Protocolo: 271967
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: FATIMA PYGSALAP ZORO CPF/CNPJ: 725.135.602-30
Protocolo: 271968
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: EMERSON FURIS LAUREANO CPF/CNPJ: 468.776.492-49
Protocolo: 271969
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CERAMICA ROMANA LTDA CPF/CNPJ: 03.479.587/0001-51
Protocolo: 271970
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: LEORI NUNES DA SILVA CPF/CNPJ: 526.239.809-00
Protocolo: 271973
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: MARCIO SANTOS OLIVEIRA CPF/CNPJ: 029.318.042-31
Protocolo: 271974
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: EDSON WILSON MATEUS CPF/CNPJ: 008.978.062-04
Protocolo: 271976
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JANDIRA FERNANDES CPF/CNPJ: 814.406.502-68
Protocolo: 271977
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: DILMA BENTO RODRIGUES CPF/CNPJ: 667.916.502-49
Protocolo: 271978
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ANDRE LUIS NOGUEIRA CPF/CNPJ: 000.490.492-32
Protocolo: 271979
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: RENATO ALEXANDRE DE MEIRELES CPF/CNPJ: 29.534.466/0001-59
Protocolo: 271982
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JOSE MACEDO SOBRINHO CPF/CNPJ: 469.197.322-20
Protocolo: 271985
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: MARINETE AP EVANGELISTA DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 893.766.682-00
Protocolo: 271986
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: GENTIL LOURENCO CPF/CNPJ: 496.987.619-34
Protocolo: 271987
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: R N DIST PECAS ACESS AUT LTDA ME CPF/CNPJ: 11.209.985/0001-86
Protocolo: 271988
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JOSE LEAL CPF/CNPJ: 656.438.602-87
Protocolo: 271989
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JORGE LUIZ STANCOVIK DE BARROS CPF/CNPJ: 841.353.282-53
Protocolo: 271990
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: LUCINEIA KALOTE CPF/CNPJ: 617.019.712-91
Protocolo: 271991
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CEREALISTA CAMILA LTDA CPF/CNPJ: 04.525.205/0001-41
Protocolo: 271992
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: MIYABARA VEICULOS LTDA CPF/CNPJ: 11.368.364/0001-45
Protocolo: 271993
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: VALDECI ROSA DE SOUZA CPF/CNPJ: 172.689.232-87
Protocolo: 271994
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CLAUDENICE DE OLIVEIRA MACHADO CPF/CNPJ: 917.450.122-49
Protocolo: 271995
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ODILEI BEZERRA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 705.435.182-72
Protocolo: 271998
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: MARIA APARECIDA SILVA MATOS CPF/CNPJ: 497.678.952-72
Protocolo: 272000
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CEREALISTA CAMILA LTDA CPF/CNPJ: 04.525.205/0001-41
Protocolo: 272001
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CEREALISTA CAMILA LTDA CPF/CNPJ: 04.525.205/0001-41
Protocolo: 272002
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CEREALISTA CAMILA LTDA CPF/CNPJ: 04.525.205/0001-41
Protocolo: 272003
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: FABRICIO ROGERIO GREGIO CPF/CNPJ: 629.353.991-53
Protocolo: 272004
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JOSE ALEXANDRO BATISTA CPF/CNPJ: 546.732.162-53
Protocolo: 272009
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: GENAIR FIGUEREDO DA SILVA CPF/CNPJ: 010.291.862-78
Protocolo: 272012
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ROSANE DE FATIMA DA ROCHA VENC CPF/CNPJ: 628.761.632-68
Protocolo: 272016
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 09:00 às 15:00, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Pimenta Bueno-RO, 17 de Julho de 2023 ARACI MENDES DE BRITO LIMA TABELIÃ DE PROTESTO

SÃO FELIPE D'OESTE

LIVRO D-004 FOLHA 262 TERMO 001162
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1.162
Faço saber que pretendem CONVERTER A UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO CIVIL e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: CLAUDEIR BESERRA GOES, de nacionalidade brasileira, agricultor, solteiro, natural de Pimenta Bueno-RO, onde nasceu no dia 09 de março de 1984, residente e domiciliado na Linha 45, Km 12, Lote 291, Zona Rural, em São Felipe D'Oeste-RO, CEP: 76.977-000, portador da C.I. RG n. 918148-SESDEC/RO - Expedido em 17/05/2004, inscrito no CPF/MF sob n. 897.138.262-72, filho de EUCLIDES GOES e de MARIA LUCIMAR GOES; e LEILIANE AMADA DA SILVA de nacionalidade brasileira, do lar, solteira, natural de Pimenta Bueno-RO, onde nasceu no dia 07 de julho de 1994, residente e domiciliada na Linha 45, Km 12, Lote 291, Zona Rural, em São Felipe D'Oeste-RO, CEP: 76.977-000, portadora da C.I. RG n. 1404421-SESDEC/RO - Expedido em 11/02/2004, inscrita no CPF/MF sob n. 024.995.962-36, filha de JOSÉ ORLANDO DA SILVA e de CLARICE AMADA DA SILVA. Certifico, ainda, que o regime de bens do casamento dos pretendentes será o de Comunhão Parcial de Bens, e, que o contraente, continuará a adotar o nome de CLAUDEIR BESERRA GOES e a contraente, continuará a adotar o nome de LEILIANE AMADA DA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justica Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (www.tjro.jus.br - Provimento n. 007/2011-CG). São Felipe D'Oeste-RO, 14 de julho de 2023. (a) Fernando Jânio Degam, Registrador.

LIVRO D-004 FOLHA 261 TERMO 001161
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1.161
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ADEMIR
GOMES GUEDES, de nacionalidade brasileira, funcionário público municipal, divorciado, natural de Iporã-PR, onde nasceu no dia 20 de julho de 1971, residente e
domiciliado na Av. Coronel Jorge Teixeira de Oliveira, 110, Centro, em São Felipe D'Oeste-RO, CEP: 76.977-000, portador da C.I. RG n. 400.632-SESP/RO - Expedido
em 01/08/1989, inscrito no CPF/MF sob n. 478.847.112-49, filho de GERALDO GOMES GUEDES e de MARIA LEONICE SAMUEL GUEDES; e AVANI TELES BARRETO OLIVEIRA de nacionalidade brasileira, aposentada, viúva, natural de Itamarajú-BA, onde nasceu no dia 05 de janeiro de 1956, residente e domiciliada na Av. Coronel Jorge Teixeira de Oliveira, 110, Centro, em São Felipe D'Oeste-RO, CEP: 76.977-000, portadora da C.I. RG n. 388747-SESDEC/RO - Expedido em 14/11/2022, inscrita no CPF/MF sob n. 316.873.262-15, filha de ANISIA TELES BARRETO. Certifico, ainda que o regime de bens do casamento dos pretendentes será o de Separação de Bens Obrigatória, nos termos do artigo 1.641, inciso I do Código Civil Brasileiro e o contraente, continuará a adotar o nome de ADEMIR GOMES GUEDES e a contraente, passará a adotar o nome de AVANI TELES BARRETO GUEDES.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justica Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (www.tjro.jus.br - Provimento n. 007/2011-CG). São Felipe D'Oeste-RO, 13 de julho de 2023. (a) Fernando Jânio Degam, Registrador.

COMARCA DE ROLIM DE MOURA

ROLIM DE MOURA

COMARCA: ROLIM DE MOURA
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE ROLIM DE MOURA
1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE ROLIM DE MOURA ESTADO DE RONDÔNIA SAMUEL LOPES DE CARVALHO JÚNIOR - TABELIÃO DE PROTESTO AV. NORTE SUL, Nº 5963, SALA B, PLANALTO, CEP 76940-000, FONE: (69) 3442-3273
EDITAL DE INTIMAÇÕES Nº 133/2023 Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Rolim De Moura-RO, localizado na Av. Norte Sul, Nº 5963, Sala B, Planalto, Fone: (69) 3442-3273 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Devedor: ROBERTO MACEDO FURTADO CPF/CNPJ: 751.436.662-87 Protocolo: 54671 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CELSON DA SILVA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 984.124.002-59 Protocolo: 54570 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: D. B. DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA CPF/CNPJ: 38.174.429/0001-78 Protocolo: 54615 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOEL BARBOSA DE SOUZA CPF/CNPJ: 419.077.282-87 Protocolo: 54627 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FABIO HENRIQUE FRANCISCO PINHO CPF/CNPJ: 885.005.601-00 Protocolo: 54635 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: EDIVANIA GOMES DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 949.077.572-04 Protocolo: 54638 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: RENATO CUSTODIO DA SILVA CPF/CNPJ: 823.318.802-63 Protocolo: 54665 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CASCALHEIRA PRIMAVERA LTDA CPF/CNPJ: 04.487.810/0001-75 Protocolo: 54669 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: AGROPECUARIA RM LTDA CPF/CNPJ: 05.062.574/0001-08 Protocolo: 54623 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: OSVALDO DE SOUZA CAOBELI CPF/CNPJ: 745.671.102-00 Protocolo: 54624 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: AGROPECUARIA RM LTDA CPF/CNPJ: 05.062.574/0001-08 Protocolo: 54645 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: RICARDO APARECIDO GOMES DOS SANTOS CPF/CNPJ: 331.185.028-94 Protocolo: 54657 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SUPERMERCADOS TRENTO DE RONDONIA LTDA CPF/CNPJ: 08.923.813/0001-65 Protocolo: 54666 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SUPERMERCADOS TRENTO DE RONDONIA LTDA CPF/CNPJ: 08.923.813/0001-65 Protocolo: 54673 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MATEUS NATAL SAMPAIO CPF/CNPJ: 019.863.007-73 Protocolo: 54628 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ALTINO OLIMPIO DA SILVA CPF/CNPJ: 204.614.029-04 Protocolo: 54629 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: KLYNCY DA SILVA CPF/CNPJ: 610.563.813-29 Protocolo: 54630 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ROSANGELA EVANGELISTA GUIMARAES CPF/CNPJ: 251.048.228-93 Protocolo: 54633 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ALTINO OLIMPIO DA SILVA CPF/CNPJ: 204.614.029-04 Protocolo: 54636 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MATEUS NATAL SAMPAIO CPF/CNPJ: 019.863.007-73 Protocolo: 54637 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CELSO JUNIO FERNANDES SOUZA CPF/CNPJ: 017.025.232-92 Protocolo: 54661 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: KALIANE FAGUNDES DE ASSIS MARCOS CPF/CNPJ: 012.675.352-02 Protocolo: 54685 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: R. N. DA COSTA PACHECO CPF/CNPJ: 14.290.843/0001-84 Protocolo: 54676 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: LOURIVAL DA COSTA CORDEIRO CPF/CNPJ: 106.392.172-49 Protocolo: 54670 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: GELSON SOUSA MOTTA CPF/CNPJ: 264.853.036-34 Protocolo: 54648 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MANOEL RODRIGUES PEREIRA CPF/CNPJ: 051.816.822-00 Protocolo: 54618 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: PAULO ROBERTO MERES KLUSCA CPF/CNPJ: 40.889.657/0001-76 Protocolo: 54614A Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: PAULO ROBERTO MERES KLUSKA CPF/CNPJ: 219.808.882-72 Protocolo: 54614 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: TANIA MEIRE DE LIMA CPF/CNPJ: 906.677.002-34 Protocolo: 54509 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: VITURINO JOSE TRES CPF/CNPJ: 174.108.437-72 Protocolo: 54519 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: CARLOS ANTONIO SABINO CPF/CNPJ: 656.781.762-34 Protocolo: 54579 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: ESPOLIO DE CLAUDINEI NICOLETE DA SILVA CPF/CNPJ: 782.495.032-87 Protocolo: 54591 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: CLAUDIO PEDRO DOS SANTOS CPF/CNPJ: 191.489.762-53 Protocolo: 54594 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: COMERCIO DE CEREAIS NOVA ESTRELA LTDA ME CPF/CNPJ: 05.762.749/0001-90 Protocolo: 54597 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: MARCIO JOSE ALVES PANSINI CPF/CNPJ: 715.868.302-87 Protocolo: 54601 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: JATOBA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. CPF/CNPJ: 10.692.097/0001-02 Protocolo: 54749 Data Limite Para Comparecimento: 31/07/2023
Devedor: LAUDIL PINHEIRO DOS SANTOS CPF/CNPJ: 765.621.232-91 Protocolo: 54749A Data Limite Para Comparecimento: 31/07/2023
Devedor: OSVALDO NANCIR DA SILVA CPF/CNPJ: 283.220.969-68 Protocolo: 54750C Data Limite Para Comparecimento: 31/07/2023
Devedor: NELI DA SILVA CPF/CNPJ: 730.435.912-91 Protocolo: 54750B Data Limite Para Comparecimento: 31/07/2023
Devedor: MOISES DA SILVA CPF/CNPJ: 251.077.392-53 Protocolo: 54750A Data Limite Para Comparecimento: 31/07/2023
Devedor: JOSE LEVI DA SILVA CPF/CNPJ: 271.945.742-68 Protocolo: 54750 Data Limite Para Comparecimento: 31/07/2023
Devedor: RUTH NADIR DA SILVA PONTES CPF/CNPJ: 875.635.419-34 Protocolo: 54750D Data Limite Para Comparecimento: 31/07/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das das 9:00 horas às 15:00 horas, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Rolim De Moura-RO, 17 de Julho de 2023
SAMUEL LOPES DE CARVALHO JÚNIOR TABELIÃO DE PROTESTO

COMARCA DE VILHENA

1° OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS

LIVRO D-050 FOLHA 038 TERMO 016438
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 16.438
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: FERNANDO BARBOSA DOS SANTOS, solteiro, residente e domiciliado em Vilhena-RO, , filho de LINDALVA BARBOSA DOS SANTOS; Ela: FABIANA SILVA DOS SANTOS, solteira, residente e domiciliada em Vilhena-RO, filha de JOSÉ ANTUNES DOS SANTOS e de MARISA DA SILVA DOS SANTOS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Vilhena-RO, 12 de julho de 2023.
Carolina Cantuária Neiva Flores
Tabeliã Substituta

LIVRO D-050 FOLHA 039 TERMO 016439
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 16.439
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: IVO DOMINGOS THOMAZ, viúvo, residente e domiciliado em Vilhena-RO, , filho de JOSÉ THOMAZ e de MARIA JOANA THOMAZ; Ela: MARTA DE SOUZA LAU, divorciada, residente e domiciliada em Vilhena-RO, filha de JOSÉ RAIMUNDO LAU e de MARIA MARTINS DE SOUZA LAU. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Vilhena-RO, 12 de julho de 2023.
Carolina Cantuária Neiva Flores
Tabeliã Substituta

LIVRO D-050 FOLHA 040 TERMO 016440
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 16.440
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: ECLESIO FERREIRA DE MELO, solteiro, residente e domiciliado em Vilhena-RO, , filho de AMÓS FERREIRA PINTO e de EVANILDE FERREIRA PINTO; Ela: MARIA DORINILCE SILVA OLIVEIRA, solteira, residente e domiciliada em Vilhena-RO, filha de MANOEL DUQUE DE OLIVEIRA e de MARIA LOURDES DA SILVA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Vilhena-RO, 12 de julho de 2023.
Carolina Cantuária Neiva Flores
Tabeliã Substituta

LIVRO D-050 FOLHA 041 TERMO 016441
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 16.441
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: PAULO DE LIMA ALVES, divorciado, residente e domiciliado em Vilhena-RO, , filho de TIAGO ALVES e de ANILDA DE LIMA ALVES; Ela: MARIA MADALENA DOS SANTOS LIMA, divorciada, residente e domiciliada em Vilhena-RO, filha de OVIDIO BRITO DOS SANTOS e de RITA GOMES DOS SANTOS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Vilhena-RO, 17 de julho de 2023.
Carolina Cantuária Neiva Flores
Tabeliã Substituta

LIVRO D-050 FOLHA 042 TERMO 016442
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 16.442
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: RENATO SILVA LOPES, divorciado, residente e domiciliado em Vilhena-RO, , filho de LEONARDO LOPES e de REGINA DA SILVA SOUZA; Ela: DOLORES GONÇALVES DOS SANTOS, divorciada, residente e domiciliada em Vilhena-RO, filha de ANTÔNIO GONÇALVES LEITE e de ADINALVA MARIA DOS SANTOS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Vilhena-RO, 17 de julho de 2023.
Carolina Cantuária Neiva Flores
Tabeliã Substituta

LIVRO D-050 FOLHA 043 TERMO 016443
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 16.443
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: WELLITON OLIVEIRA FERREIRA, divorciado, residente e domiciliado em Vilhena-RO, , filho de IVÂNIA OLIVEIRA FERREIRA; Ela: PATRICIA DA SILVA MOURA, divorciada, residente e domiciliada em Vilhena-RO, filha de GILVAN SEBASTIÃO DE MOURA e de EUNICE LINO DA SILVA MOURA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Vilhena-RO, 17 de julho de 2023.
Carolina Cantuária Neiva Flores
Tabeliã Substituta

LIVRO D-050 FOLHA 044 TERMO 016444
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 16.444
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: DEIVIT BISPO DA SILVA, divorciado, residente e domiciliado em Vilhena-RO, , filho de SILVIO BISPO DA ROCHA e de RAIMUNDA JERÔNIMO DA SILVA; Ela: VALCICLEIA LIMA DA SILVA, solteira, residente e domiciliada em Vilhena-RO, filha de PEDRO PONTES DA SILVA e de MARIA VERA LUCIA FERREIRA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Vilhena-RO, 17 de julho de 2023.
Carolina Cantuária Neiva Flores
Tabeliã Substituta

LIVRO D-050 FOLHA 045 TERMO 016445
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 16.445
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: FELYPE BORGES DE SOUZA, solteiro, residente e domiciliado em Vilhena-RO, , filho de LUCINEI SANTI SOUZA e de LUCIENE BORGES DE OLIVEIRA; Ela: THAINA SILVA FONTINELE DE SOUSA, solteira, residente e domiciliada em Vilhena-RO, filha de RAIMUINDO FONTINELE DE SOUSA e de MARIA INES SILVA SOUSA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Vilhena-RO, 17 de julho de 2023.
Carolina Cantuária Neiva Flores
Tabeliã Substituta

LIVRO D-050 FOLHA 046 TERMO 016446
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 16.446
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: VALTER GOMES, divorciado, residente e domiciliado em Vilhena-RO, , filho de FRANCISCO GOMES NETO e de MARIA APARECIDA DE SOUZA GOMES; Ela: MARIA APARECIDA DE SOUZA, divorciada, residente e domiciliada em Vilhena-RO, filha de OTAVIO JOSÉ DE SOUZA e de ELENA MARIANO DA SILVA DE SOUZA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Vilhena-RO, 17 de julho de 2023.
Carolina Cantuária Neiva Flores
Tabeliã Substituta

LIVRO D-050 FOLHA 047 TERMO 016447
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 16.447
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: MARCOS GOMES DA SILVA, solteiro, residente e domiciliado em Vilhena-RO, , filho de FRANCISCO DIAS DA SILVA e de MARIA GOMES DA SILVA; Ela: ELIANE JULIO DA SILVA, divorciada, residente e domiciliada em Vilhena-RO, filha de ELIAS JULIO DA SILVA e de JUDITH DA SILVA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Vilhena-RO, 17 de julho de 2023.
Carolina Cantuária Neiva Flores
Tabeliã Substituta

LIVRO D-050 FOLHA 048 TERMO 016448
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 16.448
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: GUILHERME VARGAS MESSIAS, solteiro, residente e domiciliado em Vilhena-RO, , filho de JOSÉ DA SILVA MESSIAS e de LOURDES VARGAS MESSIAS; Ela: SIMONE ABRANTE LUCATTO, solteira, residente e domiciliada em Vilhena-RO, filha de CARLOS LUCATTO e de ALZIRA ABRANTE FERREIRA LUCATTO. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Vilhena-RO, 17 de julho de 2023.
Carolina Cantuária Neiva Flores
Tabeliã Substituta

LIVRO D-050 FOLHA 049 TERMO 016449
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 16.449
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: WALHITON DE ALMEIDA DOS ANJOS, solteiro, residente e domiciliado em Vilhena-RO, , filho de JOSE DIAS DOS ANJOS FILHO e de CARMEM SILVA DE ALMEIDA SANTOS DOS ANJOS; Ela: GÉSSICA FIGUEIRA ABRANCHES, solteira, residente e domiciliada em Vilhena-RO, filha de REGINALDO ROSA ABRANCHES e de MARLUCE FIGUEIRA NUNES. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Vilhena-RO, 17 de julho de 2023.
Carolina Cantuária Neiva Flores
Tabeliã Substituta

LIVRO D-050 FOLHA 050 TERMO 016450
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 16.450
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: ERYCK GABRIEL GARATE DASA CHAGAS, solteiro, residente e domiciliado em Vilhena-RO, , filho de LUDISNEY

COSTA DAS CHAGAS e de MARYLINNE SOUZA GARATE; Ela: ANA CLARA SOUZA MLAK, solteira, residente e domiciliada em Vilhena-RO, filha de JERRY DE SOUZA AQUINO e de LUZINETE MLAK FERREIRA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Vilhena-RO, 17 de julho de 2023.
Carolina Cantuária Neiva Flores
Tabeliã Substituta

LIVRO D-050 FOLHA 051 TERMO 016451
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 16.451
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: JOHNNY GUTIERREZ REA JUNIOR, solteiro, residente e domiciliado em Vilhena-RO, , filho de JOHNNY GUTIERREZ REA e de ANNE DORADO ROSAS; Ela: LUAINE BEATRIZ DE OLIVEIRA PEREIRA, solteira, residente e domiciliada em Colorado do Oeste-RO, filha de Odenes Antônio Pereira e de Maria de Fátima Santos Oliveira Pereira. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Vilhena-RO, 17 de julho de 2023.
Carolina Cantuária Neiva Flores
Tabeliã Substituta

1º TABELIONATO DE PROTESTO

COMARCA: VILHENA
ÓRGÃO EMITENTE: 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE VILHENA
VILHENA - ESTADO DE RONDÔNIA 1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS GERALDO FLÁVIO MATTER - Tabelião de Protesto Av. Major Amarante, 3191, Centro - fone (69) 3321-3992 cel 98473-5252 - Oi protestovilhena@gmail.com
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Vilhena-RO, localizado na Av. Major Amarante, 3191, Centro - fone(69)3321-3992 cel 98473-5252 - Oi nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: ADEMIR CORREA CPF/CNPJ: 615.237.202-04 Protocolo: 523235 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: AGUINALDO CEZAR LOPES CPF/CNPJ: 280.519.631-72 Protocolo: 523154 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ALTINO VICENTE CPF/CNPJ: 612.613.512-15 Protocolo: 523180 Data Limite Para Comparecimento: 27/07/2023
Devedor: AMARILDO OLIVEIRA JUNIOR CPF/CNPJ: 002.958.852-97 Protocolo: 523255 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ANA CARLA ANDREOLA RUTTMANN CPF/CNPJ: 709.532.602-91 Protocolo: 523140 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ANGELO MARIANO DONADON JUNIOR CPF/CNPJ: 260.749.168-10 Protocolo: 523182 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: BRUNA LUAZA DA ROSA PERAZZOLI CPF/CNPJ: 891.217.592-00 Protocolo: 523252 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CAIO FERREIRA DE SOUZA CPF/CNPJ: 39.808.082/0001-30 Protocolo: 523167 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CARLOS ALBERTO CELSO CPF/CNPJ: 744.240.769-20 Protocolo: 523190 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CAROLINE SCHULTZ VIZELLI CPF/CNPJ: 027.777.752-65 Protocolo: 523196 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CLAUDINEI GIUSTI CPF/CNPJ: 640.182.022-53 Protocolo: 523253 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CLAUDIO GAZARO CPF/CNPJ: 030.257.949-41 Protocolo: 523211 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: COMERCIAL E DISTRIBUIDORA GOLFETTO EI CPF/CNPJ: 07.223.751/0001-16 Protocolo: 523260 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: COMFLORESTA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRA L CPF/CNPJ: 08.989.579/0001-79 Protocolo: 523143 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CORREIA E LOCATELLI LTDA EPP CPF/CNPJ: 17.939.151/0001-02 Protocolo: 523148 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DANIEL RAMOS GARCIA CPF/CNPJ: 499.657.786-04 Protocolo: 523200 Data Limite Para Comparecimento: 27/07/2023
Devedor: DANILO WALLACE GOMES MACEDO CPF/CNPJ: 039.844.302-56 Protocolo: 523141 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DARCI PEDRO DA ROSA CPF/CNPJ: 488.148.909-78 Protocolo: 523151 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DAVI DA SILVA COELHO CPF/CNPJ: 904.675.742-00 Protocolo: 523228 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DEBORA SOARES SANTOS CPF/CNPJ: 467.757.731-53 Protocolo: 523231 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DEMILSON FERREIRA VILELA CPF/CNPJ: 284.473.951-20 Protocolo: 523197 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DIOGENES SANTINI CPF/CNPJ: 079.561.932-49 Protocolo: 523237 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: EDER CARDIN ARRIGO CPF/CNPJ: 830.639.782-72 Protocolo: 523223 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: EDER CARDIN ARRIGO CPF/CNPJ: 830.639.782-72 Protocolo: 523229 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: EDINEIA MARTINS DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 718.807.712-68 Protocolo: 523244 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ELIAS MURCILIO DA SILVA CPF/CNPJ: 276.947.392-15 Protocolo: 523210 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ELIQUEISON RIBEIRO DOS SANTOS CPF/CNPJ: 000.041.612-62 Protocolo: 523179 Data Limite Para Comparecimento: 27/07/2023
Devedor: ELISON ANTUNES BERNARDO CPF/CNPJ: 027.430.892-45 Protocolo: 523259 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ENERTEX IND. E COM. DE BATERIAS LTDA CPF/CNPJ: 14.605.901/0001-11 Protocolo: 523181 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ENERTEX IND. E COM. DE BATERIAS LTDA CPF/CNPJ: 14.605.901/0001-11 Protocolo: 523157 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ENERTEX IND. E COM. DE BATERIAS LTDA CPF/CNPJ: 14.605.901/0001-11 Protocolo: 523155 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ESCAVASUL TERRAPLENAGEM LTDA CPF/CNPJ: 08.975.582/0001-33 Protocolo: 523146 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FABIANO PAULO DALLA VECCHIA CPF/CNPJ: 749.483.182-72 Protocolo: 523241 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FANTIN COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CPF/CNPJ: 26.049.344/0001-89 Protocolo: 523132 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FRANCISCA VERLANIA LIMA DE SOUZA CPF/CNPJ: 662.349.052-34 Protocolo: 523178 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: GAUCHINHO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA CPF/CNPJ: 34.779.462/0001-70 Protocolo: 523130 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: GERALDO GONCALVES DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 427.202.736-00 Protocolo: 523220 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: GERALDO GONCALVES DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 427.202.736-00 Protocolo: 523215 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: IESA INST.DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZONIA S/C CPF/CNPJ: 04.398.722/0001-05 Protocolo: 523219 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: IND. E COM. ARGAMASSA ARGAMAZO CPF/CNPJ: 04.822.307/0001-29 Protocolo: 523164 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ITAMAR DORNELES DE MIRANDA CPF/CNPJ: 563.853.662-00 Protocolo: 523256 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: IVANEI DORNELES CPF/CNPJ: 589.088.039-04 Protocolo: 523135 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: IVONY COELHO ALBUQUERQUE CPF/CNPJ: 599.296.932-20 Protocolo: 523214 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JAILSON ANTONIO BELLAVER CPF/CNPJ: 604.343.501-25 Protocolo: 523159 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JANETE ALVES DA SILVA CPF/CNPJ: 847.195.249-15 Protocolo: 523149 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JARBAS GOMES DE FREITAS JUNIOR CPF/CNPJ: 526.751.902-25 Protocolo: 523261 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JHONATAN DE ALVARENGA MALAQUIAS CPF/CNPJ: 017.142.762-95 Protocolo: 523240 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOCIMAR BARBOSA CPF/CNPJ: 804.895.242-49 Protocolo: 523173 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOSE APARECIDO DE SOUZA LEITE CPF/CNPJ: 204.045.732-15 Protocolo: 523205 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOSE APARECIDO VIEIRA FILHO CPF/CNPJ: 013.593.771-07 Protocolo: 523245 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOSE IRINEU MUNDIN DA SILVA CPF/CNPJ: 295.870.851-91 Protocolo: 523239 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOSÉ MARIA BATISTA DO NASCIMENTO CPF/CNPJ: 420.917.642-72 Protocolo: 523225 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOSILAINE SILVA TAVARES CPF/CNPJ: 871.926.402-04 Protocolo: 523145 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: KELLI ALVES PEREIRA CPF/CNPJ: 867.429.572-04 Protocolo: 523204 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: LUCIANO VILHALBA LOPES CPF/CNPJ: 006.750.192-30 Protocolo: 523150 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: LUZIA APARECIDA SIQUEIRA CPF/CNPJ: 727.508.392-20 Protocolo: 523263 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: M S GOMES LTDA CPF/CNPJ: 09.463.269/0001-89 Protocolo: 523139 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MAP TERRAP E TRANSP LTDA EPP CPF/CNPJ: 84.706.423/0001-11 Protocolo: 523195 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MAP TERRAP E TRANSP LTDA EPP CPF/CNPJ: 84.706.423/0001-11 Protocolo: 523172 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MAP TERRAP E TRANSP LTDA EPP CPF/CNPJ: 84.706.423/0001-11 Protocolo: 523186 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MAP TERRAP E TRANSP LTDA EPP CPF/CNPJ: 84.706.423/0001-11 Protocolo: 523147 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MAP TERRAP E TRANSP LTDA EPP CPF/CNPJ: 84.706.423/0001-11 Protocolo: 523187 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARCIO RODRIGUES CPF/CNPJ: 577.714.302-44 Protocolo: 523194 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARCOS ALEXANDRE DE MORAIS CPF/CNPJ: 646.473.312-53 Protocolo: 523188 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARCOS HENRIQUE DA SILVA MALACHIAS CPF/CNPJ: 20.041.377/0001-04 Protocolo: 523257 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARCOS OLIVEIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 929.309.562-91 Protocolo: 523137 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARCOS OLIVEIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 929.309.562-91 Protocolo: 523158 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARIA DAS NEVES SANTOS NASCIMENTO CPF/CNPJ: 612.821.462-20 Protocolo: 523192 Data Limite Para Comparecimento: 27/07/2023
Devedor: MARIA NILZA RIBAS PIZZARIA LTD CPF/CNPJ: 49.749.859/0001-97 Protocolo: 523160 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: MARIO CARLOS DE MIRANDA CPF/CNPJ: 028.471.089-04 Protocolo: 523209 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARIO GONCALVES DE SOUZA CPF/CNPJ: 408.211.702-44 Protocolo: 523185 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARLI ROMERO JARDIM FUZETTI CPF/CNPJ: 183.425.072-20 Protocolo: 523218 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARLI ROMERO JARDIM FUZETTI CPF/CNPJ: 183.425.072-20 Protocolo: 523217 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MONICA BAPTISTA DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 687.271.862-53 Protocolo: 523224 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: NATANIEL PERIM SCHOCKNESS JUNIOR CPF/CNPJ: 664.806.982-15 Protocolo: 523138 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: NOGUEIRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS EIR CPF/CNPJ: 27.905.602/0001-44 Protocolo: 523131 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: O. DRBRAWOLHY COMERCIO DE CARNE ME CPF/CNPJ: 13.003.361/0001-33 Protocolo: 523176 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: OJENIO BELINI CPF/CNPJ: 663.782.739-87 Protocolo: 523183 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: OSMAR ALVES DE LIMA CPF/CNPJ: 056.312.817-83 Protocolo: 523142 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: OSMAR ALVES DE LIMA CPF/CNPJ: 056.312.817-83 Protocolo: 523156 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: PATRICIA LARA DE CAMPOS CPF/CNPJ: 595.593.492-87 Protocolo: 523202 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: PAULINA DA SILVA CPF/CNPJ: 056.998.552-89 Protocolo: 523262 Data Limite Para Comparecimento: 27/07/2023
Devedor: PAULO FERREIRA DE SOUZA. CPF/CNPJ: 503.543.291-20 Protocolo: 523177 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: PAULO RODRIGUES DA PENHA CPF/CNPJ: 106.549.172-72 Protocolo: 523227 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: POSTO V LTDA CPF/CNPJ: 21.647.728/0001-80 Protocolo: 523175 Data Limite Para Comparecimento: 27/07/2023
Devedor: RAFAEL PESSOA DE SOUSA CPF/CNPJ: 988.245.032-68 Protocolo: 523242 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: REGIANE PORFIRIO DA SILVA BARRETO CPF/CNPJ: 704.057.862-04 Protocolo: 523246 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: REINALDO DE ALMEIDA PEREIRA CPF/CNPJ: 595.607.032-34 Protocolo: 523233 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: REINALDO DE ALMEIDA PEREIRA CPF/CNPJ: 595.607.032-34 Protocolo: 523232 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: RESTAURANTE & LANCHONETE PIMENTA DOCE LTDA ME CPF/CNPJ: 13.618.320/0001-51 Protocolo: 523193 Data Limite Para Comparecimento: 27/07/2023
Devedor: RESTAURANTE & LANCHONETE PIMENTA DOCE LTDA ME CPF/CNPJ: 13.618.320/0001-51 Protocolo: 523152 Data Limite Para Comparecimento: 27/07/2023
Devedor: ROBERTO MORAES DE SOUZA CPF/CNPJ: 579.206.302-82 Protocolo: 523243 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ROGÉRIO ALVES DA SILVA ME CPF/CNPJ: 04.294.231/0001-06 Protocolo: 523216 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ROGERIO RODRIGUES DOS SANTOS ME CPF/CNPJ: 09.388.344/0001-94 Protocolo: 523191 Data Limite Para Comparecimento: 27/07/2023
Devedor: RONALDO ALVES DA SILVA CPF/CNPJ: 351.481.442-20 Protocolo: 523170 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: RUDSON DEGOBI PAUL CPF/CNPJ: 680.121.282-68 Protocolo: 523247 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: RUDSON DEGOBI PAUL CPF/CNPJ: 680.121.282-68 Protocolo: 523248 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: RUTE PEREIRA MACKOVIAK CPF/CNPJ: 162.977.172-49 Protocolo: 523238 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: RUY TAVARES FLORENTINO CPF/CNPJ: 014.868.872-10 Protocolo: 523222 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SANDRA REGINA BRAZ DE ARAUJO CPF/CNPJ: 569.228.762-53 Protocolo: 523249 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SANTOS AVILA FAB COM ESTOF LT CPF/CNPJ: 42.813.489/0001-60 Protocolo: 523162 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SILVA COSMETICOS LTDA CPF/CNPJ: 12.215.366/0001-67 Protocolo: 523133 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SILVAN VIEIRA DE FREITAS CPF/CNPJ: 317.702.072-87 Protocolo: 523213 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SINIZIO BELMONT CPF/CNPJ: 178.354.291-87 Protocolo: 523136 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: T F TRANSPORTES E COM LTDAME CPF/CNPJ: 10.958.060/0001-75 Protocolo: 523144 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: T F TRANSPORTES E COM LTDAME CPF/CNPJ: 10.958.060/0001-75 Protocolo: 523153 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: T S A AMAZONIA LOGISTICA LTDA CPF/CNPJ: 33.720.962/0001-74 Protocolo: 523199 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: T S A AMAZONIA LOGISTICA LTDA CPF/CNPJ: 33.720.962/0001-74 Protocolo: 523171 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: TEOFILO MACIEL PAULINO DA SILVA CPF/CNPJ: 686.696.152-15 Protocolo: 523254 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: TEREZA PEREIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 203.794.552-34 Protocolo: 523207 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: VALDIR ALVES DE SOUZA CPF/CNPJ: 769.962.129-87 Protocolo: 523236 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: VALMIR DE FARIAS JUNIOR CPF/CNPJ: 006.125.922-51 Protocolo: 523221 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: VANDERLEI AMAURI GRAEBIN CPF/CNPJ: 242.002.122-34 Protocolo: 523198 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: VICTO EDUARDO FERREIRA AMARAL CPF/CNPJ: 008.602.972-09 Protocolo: 523226 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: WILSON LENO DA SILVA CPF/CNPJ: 750.156.682-87 Protocolo: 523174 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: YARA CRISTINA RUIZ GUIMARAES CPF/CNPJ: 017.422.942-94 Protocolo: 523201 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 9:00 às 15:00, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Vilhena-RO, 17 de Julho de 2023 GERALDO FLÁVIO MATTER TABELIÃO DE PROTESTO

2º TABELIONATO DE PROTESTO

COMARCA: VILHENA
ÓRGÃO EMITENTE: 2º TABELIONATO DE PROTESTO DE VILHENA
2º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS MUNCÍPIO DE VILHENA ESTADO DE RONDÔNIA DIRLEI HORN - TABELIÃO DE PROTESTO AV. MAJOR AMARANTE, Nº 4119, SALA 204, CENTRO EMP. CAPRA, CENTRO, CEP 76980-075, FONE: (69) 3322-9985 EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Vilhena-RO, localizado na Av. Major Amarante, 4119, Sala 204, Emp. CAPRA Centro - fone(69)3322-9985 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: ADEMIR CORREA CPF/CNPJ: 615.237.202-04 Protocolo: 96076 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: AIRTON RAMOS DE MORAIS CPF/CNPJ: 276.975.922-15 Protocolo: 95888 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ALEX ALVES DE MELO CPF/CNPJ: 750.302.172-15 Protocolo: 96230 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: ALISSON FERNANDES VIEIRA CPF/CNPJ: 892.815.432-49 Protocolo: 96119 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ANA PAULA VARGAS V SCHREINER CPF/CNPJ: 064.410.571-23 Protocolo: 96027 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ANTONIO CARLOS B DE FRANCA CPF/CNPJ: 078.023.664-53 Protocolo: 95895 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ARAUJO E TAVARES LTDA CPF/CNPJ: 48.054.058/0001-44 Protocolo: 96096 - para fins falimentares Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CARLOS ALBERTO CELSO CPF/CNPJ: 744.240.769-20 Protocolo: 96101 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CPF/CNPJ: 386.466.922-72 Protocolo: 96020 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CESPEDES MARGARIDA PEDRAZA CPF/CNPJ: 326.060.522-34 Protocolo: 96058 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CICERO ANTONIO ARAUJO MORAES CPF/CNPJ: 606.753.732-04 Protocolo: 96138 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: CLAUDINEI GIUSTI CPF/CNPJ: 640.182.022-53 Protocolo: 96029 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CLEBER DA SILVA CPF/CNPJ: 007.902.072-06 Protocolo: 95973 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CLEITON MARTINS FERRAZ CPF/CNPJ: 739.940.302-34 Protocolo: 96244 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: D MARIANO PEREIRA LTDA CPF/CNPJ: 30.094.611/0001-07 Protocolo: 95979 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DEBORA MACHADO MELQUIDE SHAFFER CPF/CNPJ: 714.838.962-34 Protocolo: 96220 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: DELVI VARELA DE JESUS CPF/CNPJ: 002.493.552-21 Protocolo: 96267 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: DOMINGOS APARECIDO PERONI CPF/CNPJ: 572.477.819-04 Protocolo: 96113 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: EDINEIA MARTINS DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 718.807.712-68 Protocolo: 96088 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: EDUARDO DA SILVA CPF/CNPJ: 167.605.268-21 Protocolo: 95881 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: EVERTON FERREIRA DE ALMEIDA CPF/CNPJ: 010.942.351-80 Protocolo: 95991 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: F E F SANTOS LTDA CPF/CNPJ: 48.773.026/0001-07 Protocolo: 96129 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: F E F SANTOS LTDA CPF/CNPJ: 48.773.026/0001-07 Protocolo: 96130 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FABIO GEBAULA CUSTODIO CPF/CNPJ: 003.878.792-00 Protocolo: 96008 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FERNANDA PLANER CPF/CNPJ: 867.452.802-30 Protocolo: 96182 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: FREDERICO DA COSTA LAITZ CPF/CNPJ: 336.163.788-00 Protocolo: 95950 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FREDERICO DA COSTA LAITZ HAMBURGUERIA CPF/CNPJ: 30.276.858/0001-44 Protocolo: 95950A Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: GERALDO SILVA LOPES CPF/CNPJ: 312.453.582-00 Protocolo: 96049 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: GILMAR APARECIDO DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 315.859.142-15 Protocolo: 96045 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: GUILHERME RIPKE CPF/CNPJ: 289.938.612-34 Protocolo: 96061 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: HELIO ANTONIO DOS SANTOS CPF/CNPJ: 433.145.466-53 Protocolo: 96144 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: HELOIZA DE OLIVEIRA Q NETA CPF/CNPJ: 617.210.501-91 Protocolo: 96141 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: IVONY COELHO ALBUQUERQUE CPF/CNPJ: 599.296.932-20 Protocolo: 96057 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: IZAIAS DE SOUZA PEREIRA CPF/CNPJ: 469.183.702-78 Protocolo: 96006 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JAMES SOUSA NASCIMENTO CPF/CNPJ: 939.535.261-20 Protocolo: 96009 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JHONATA WENVER RODRIGUES MONTOVANI CPF/CNPJ: 028.756.552-13 Protocolo: 96000 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JHONATAN DE ALVARENGA MALAQUIAS CPF/CNPJ: 017.142.762-95 Protocolo: 96081 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JOAO BATISTA LAVINHA RIBEIRO CPF/CNPJ: 456.972.642-91 Protocolo: 96145 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: JOAO FLAVIO PELIZZA CPF/CNPJ: 667.129.719-34 Protocolo: 96115 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOELMO BORDIGNON CPF/CNPJ: 303.070.589-72 Protocolo: 96231 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: JOSE BATISTA CASTILHO CPF/CNPJ: 459.361.456-20 Protocolo: 96033 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOSE DE OLIVEIRA LOPES CPF/CNPJ: 162.966.722-68 Protocolo: 96109 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOSE SEVERINO DA SILVA CPF/CNPJ: 162.890.302-30 Protocolo: 96208 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: JOSIMAR OSCAR RODRIGUES CPF/CNPJ: 058.602.947-86 Protocolo: 96246 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: KATHLEEN SIMOES SILVA CPF/CNPJ: 012.224.982-86 Protocolo: 96222 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: L.P.P. DA SILVA & CIA LTDA EPP CPF/CNPJ: 18.074.760/0001-09 Protocolo: 96021 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: LEONIR APARECIDA VARGAS CPF/CNPJ: 631.608.382-34 Protocolo: 96249 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: LOLAHETE ENAWENE CPF/CNPJ: 049.410.741-30 Protocolo: 95877 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: LUCIANE MATEUS VEIGA CPF/CNPJ: 584.801.452-34 Protocolo: 96005 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARIA ADRIANA DA SILVA CPF/CNPJ: 845.145.902-15 Protocolo: 96149 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: MARIA DA PENHA DE PAULA CPF/CNPJ: 470.494.722-04 Protocolo: 96227 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: MARIZA FACINI CARVALHO CPF/CNPJ: 632.758.132-34 Protocolo: 96116 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARIZA FACINI CARVALHO CPF/CNPJ: 632.758.132-34 Protocolo: 96108 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MATEUS MORAES BATTAGLIA. CPF/CNPJ: 311.834.718-07 Protocolo: 95996 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MGA ENTREGAS DE ENCOMENDAS LTDA CPF/CNPJ: 97.554.517/0002-45 Protocolo: 96127 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MILTON LEANDRO DA SILVA CPF/CNPJ: 241.969.322-15 Protocolo: 96047 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: NATANIEL PERIM SCHOCKNESS JUNIOR CPF/CNPJ: 664.806.982-15 Protocolo: 96110 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: NOEL APARECIDO SOARES PEREIRA CPF/CNPJ: 528.242.091-00 Protocolo: 96031 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: PAULO CESAR ARANDA NONATO CPF/CNPJ: 009.592.471-06 Protocolo: 95998 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: PONTUAL CONSTRUTORA E SERVICOS EIRELI CPF/CNPJ: 02.205.692/0001-30 Protocolo: 95977 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: RAQUEL SIMONE DOLENKEI CPF/CNPJ: 28.326.707/0001-01 Protocolo: 95999 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: REINALDO BARBOSA DE SOUZA CPF/CNPJ: 647.778.202-20 Protocolo: 96128 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ROBINSON BOHAC DE HARO CPF/CNPJ: 017.530.678-80 Protocolo: 96059 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: RODOTEC TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA CPF/CNPJ: 11.509.356/0001-71 Protocolo: 96111 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ROGERIO ALVES DA SILVA CPF/CNPJ: 325.933.172-72 Protocolo: 96022 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ROGERIO ALVES DA SILVA CPF/CNPJ: 325.933.172-72 Protocolo: 96002 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ROGÉRIO ALVES DA SILVA ME CPF/CNPJ: 04.294.231/0001-06 Protocolo: 96060 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: RONALDO ALVES DA SILVA CPF/CNPJ: 351.481.442-20 Protocolo: 96019 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: RONEIDE ARAUJO DOS SANTOS CPF/CNPJ: 640.280.202-63 Protocolo: 96243 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: ROSANGELA GOMES CPF/CNPJ: 593.252.752-87 Protocolo: 96065 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ROSIVANIA SANTANA DA SILVA CPF/CNPJ: 523.768.422-04 Protocolo: 96118 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SILDOMAR WRUCH CPF/CNPJ: 696.062.002-30 Protocolo: 96117 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SILVESTRE PINHEIRO DE ANDRADE CPF/CNPJ: 177.638.942-53 Protocolo: 96070 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SUELEM G DE MELO CPF/CNPJ: 005.223.622-65 Protocolo: 96028 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: T F TRANSPORTES E COM LTDAME CPF/CNPJ: 10.958.060/0001-75 Protocolo: 96162 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: TEREZINHA DE FATIMA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 270.051.942-68 Protocolo: 96067 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: THIAGO ALEXANDRE HIROSHI DE OLIVEIRA NAMPO CPF/CNPJ: 967.281.912-91 Protocolo: 96085 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: TRANSJULIA TRANSPORTES LTDA CPF/CNPJ: 84.644.517/0001-03 Protocolo: 96120 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: TRANSJULIA TRANSPORTES LTDA CPF/CNPJ: 84.644.517/0001-03 Protocolo: 96103 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: VALDENES DELFINO DE SOUZA CPF/CNPJ: 183.354.702-00 Protocolo: 96190 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: VILMA DIAS DE ALENCAR CPF/CNPJ: 692.628.372-91 Protocolo: 95987 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: VILMAR NOGUEIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 011.013.417-69 Protocolo: 95995 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: W. R. COLCHOES E ELETRODOMESTICOS LTDA CPF/CNPJ: 01.141.329/0001-35 Protocolo: 96181 Data Limite Para Comparecimento: 20/07/2023
Devedor: WALAKOLI ENAWENE CPF/CNPJ: 066.511.631-40 Protocolo: 95883 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: WESLEY PAULO LOPES DE ARAUJO CPF/CNPJ: 878.936.492-91 Protocolo: 95992 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 9:00 às 15:00, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Vilhena-RO, 17 de Julho de 2023 DIRLEI HORN TABELIÃO DE PROTESTO

COMARCA DE ALVORADA D´OESTE

ALVORADA D´OESTE

COMARCA: ALVORADA DO OESTE
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE ALVORADA DO OESTE
OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS DA COMARCA DE ALVORADA DO OESTE ESTADO DE RONDÔNIA MILTON ALEXANDRE SIGRIST - TABELIÃO DE PROTESTO RUA GUIMARÃES ROSA, N. 4896, CENTRO - FONE: (69) 3412-2122 E-MAIL: rialvorada@gmail.com
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Alvorada Do Oeste-RO, localizado na Rua Guimaraes Rosa, N. 4896, Centro - Fone: (69) 3412-2122 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: GENECI FRANCISCO SIMOES. CPF/CNPJ: 786.100.362-00 Protocolo: 51465 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: JOSE WALTER DA SILVA CPF/CNPJ: 449.374.909-15 Protocolo: 51461 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: JOSE WALTER DA SILVA CPF/CNPJ: 449.374.909-15 Protocolo: 51464 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: PABLO DE MORAES CPF/CNPJ: 005.605.272-33 Protocolo: 51462 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: PVH COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA CPF/CNPJ: 02.270.215/0001-58 Protocolo: 51468 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: RONICEZ DE JESUS SILVA CPF/CNPJ: 018.542.152-05 Protocolo: 51458 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: S. SILVA DE OLIVEIRA & CIA LTDA EPP CPF/CNPJ: 13.035.051/0001-09 Protocolo: 51463 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: VALDENILSON CEZAR DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 649.734.252-49 Protocolo: 51467 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das das 8:00 horas às 15:00 horas, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Alvorada Do Oeste-RO, 17 de Julho de 2023
BRUNO DA SILVA CAMPOS ESCREVENTE AUTORIZADO

COMARCA DE BURITIS

BURITIS

LIVRO D-027 FOLHA 075
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 7.775
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, os contraentes: CARLOS ALESSANDRO DA SILVA, de nacionalidade Brasileiro, torneiro mecânico, solteiro, natural de Governador Jorge Teixeira-RO, onde nasceu no dia 10 de novembro de 1997, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.496.588/SESDEC/RO - Expedido em 09/10/2015, inscrito no CPF/MF 703.288.472-59, residente e domiciliado na Rua Jorge Teixeira, 2722, Setor 06, em Buritis-RO, CEP: 76.880-000, filho de JOSÉ CARLOS DA SILVA e de ELIANA RODRIGUES; e ROSIANE LEITE PESKE de nacionalidade brasileira, camareira, divorciada, natural de Ouro Preto do Oeste-RO, onde nasceu no dia 03 de outubro de 1989, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.072.641/SESDEC/RO - Expedido em 08/08/0207, inscrita no CPF/MF 001.872.642-95, residente e domiciliada na Rua Jorge Teixeira, 2722, Setor 06, em Buritis-RO, CEP: 76.880-000, filha de JOSÉ TAVIANO PESKE e de EVA LEITE PESKE, continuou a adotar o nome de ROSIANE LEITE PESKE. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia www.tjro.jus.br (Provimento 0007/2011-CG)
Buritis-RO, 14 de julho de 2023.
Flavia Berlanda
Escrevente Autorizada

LIVRO D-027 FOLHA 074
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 7.774
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, os contraentes: PETTERSON RODRIGUES FANECO, de nacionalidade Brasileiro, técnico em manutenção, solteiro, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 08 de novembro de 1999, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.303.599/SESDEC/RO, inscrito no CPF/MF 029.979.862-30, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna, 1585, Setor 01, em Buritis-RO, CEP: 76.880-000, filho de FABIO ALVES FANECO e de LAUANDA GOMES RODRIGUES; e NATHALIA CRISTIANE DE OLIVEIRA ABEGG de nacionalidade brasileira, agrônoma, solteira, natural de Espigão D`Oeste-RO, onde nasceu no dia 28 de julho de 1999, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.375.854/SESDEC/RO, inscrita no CPF/MF 553.019.242-49, residente e domiciliada na Rua Barreto, 2190, Setor 03, em Buritis-RO, CEP: 76.880-000, filha de CRISTIANO MARCOS ABEGG e de ELIANE NEVES DE OLIVEIRA, continuou a adotar o nome de NATHALIA CRISTIANE DE OLIVEIRA ABEGG. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o

na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia www.tjro.jus.br (Provimento 0007/2011-CG).
Buritis-RO, 14 de julho de 2023.
Flavia Berlanda
Escrevente Autorizada

COMARCA: BURITIS
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE BURITIS
TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE BURITIS ESTADO DE RONDÔNIA DORCELENE TRINDADE DE SOUZA FONTOURA Rua Cacaulândia , Nº 1309, Setor 02, Buritis-RO, CEP 76880-000 FONE (69) 3238-2614
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Buritis-RO, localizado na Rua Cacaulândia , Nº 1309, Setor 02, Buritis-RO, CEP 76880-000, TEL (69) 3238-2614 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Devedor: A. DA SILVA TAVARES LTDA CPF/CNPJ: 08.639.834/0001-53
Protocolo: 72587
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: A. DA SILVA TAVARES LTDA CPF/CNPJ: 08.639.834/0001-53
Protocolo: 72586
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ALEX SOUSA MONTES CPF/CNPJ: 712.295.822-15
Protocolo: 72628
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: BENICIO BISPO DE ARAUJO CPF/CNPJ: 198.159.729-87
Protocolo: 72612
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: C.S. DO PRADO COMERCIO DE FERRAGENS LTDA CPF/CNPJ: 17.494.072/0001-35
Protocolo: 72617
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: CAMILO SOARES MOTA CPF/CNPJ: 419.894.222-68
Protocolo: 72625
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: CARLOS F. DE FIGUEIREDO CPF/CNPJ: 761.839.981-68
Protocolo: 72623
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: CARLOS F. DE FIGUEIREDO CPF/CNPJ: 761.839.981-68
Protocolo: 72652
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: CELSO CAIANA DA SILVA CPF/CNPJ: 799.519.292-49
Protocolo: 72512
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: CLEITON NOGUEIRA FERREIRA CPF/CNPJ: 042.560.312-19
Protocolo: 72554
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: E.F DA SILVA JUNIOR ME CPF/CNPJ: 10.175.853/0001-18
Protocolo: 72603
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ELIETE FERREIRA DE SOUZA CPF/CNPJ: 369.209.672-00
Protocolo: 72651
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ELIETE FERREIRA DE SOUZA CPF/CNPJ: 369.209.672-00
Protocolo: 72620
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: FABIANO SALES DOS SANTOS CPF/CNPJ: 925.968.602-44
Protocolo: 72639
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: FABIANO SANTOS GOLTARA CPF/CNPJ: 001.086.242-00
Protocolo: 72635
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: FABIANO SANTOS GOLTARA CPF/CNPJ: 001.086.242-00
Protocolo: 72630
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: GISELLE GUALBERTO BIANQUINI CPF/CNPJ: 730.254.532-49
Protocolo: 72606
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: GREICIELI SILVEIRA DUTRA CPF/CNPJ: 047.205.491-01
Protocolo: 72624
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: HELENA PEREIRA DOS SANTOS MARQUES CPF/CNPJ: 697.613.022-53
Protocolo: 72647
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: HEMERSON BARBOSA DA SILVA CPF/CNPJ: 012.539.972-33
Protocolo: 72646
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: I. M. ALVES DA SILVA CPF/CNPJ: 17.884.280/0001-40
Protocolo: 72645
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: JOAO PAULO VIEIRA SILVA CPF/CNPJ: 002.005.442-41
Protocolo: 72644
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: JOAO ROSA DA SILVA CPF/CNPJ: 190.536.652-34
Protocolo: 72637
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: M. J. DE SOUSA ALVES LTDA CPF/CNPJ: 39.883.942/0001-09
Protocolo: 72595
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: M. V. MAGALHAES REFRIGERACOES ME CPF/CNPJ: 08.596.731/0001-53
Protocolo: 72609
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: MARALUCIA ANA FONSECA CPF/CNPJ: 191.452.682-15
Protocolo: 72608
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: N. F. DA SILVA LTDA CPF/CNPJ: 10.712.323/0001-61
Protocolo: 72573
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: P. C. T. LOPES LTDA CPF/CNPJ: 84.572.346/0001-54
Protocolo: 72633
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: PAULO ALFONSO FARIAS SEVILHA CPF/CNPJ: 003.518.192-31
Protocolo: 72607
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: PAULO DE SOUZA BATISTA CPF/CNPJ: 340.993.792-72
Protocolo: 72616
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: PAULO GALDINO JACINTO CPF/CNPJ: 027.318.688-48
Protocolo: 72648
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ROMERO VIEIRA VASCONCELOS CPF/CNPJ: 040.047.206-64
Protocolo: 72615
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: VALDINEI PEREIRA GOMES CPF/CNPJ: 698.954.062-15
Protocolo: 72605
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: VALMIR PAIZANTE DE SOUZA CPF/CNPJ: 422.516.802-68
Protocolo: 72613
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: WALDICLEY DA SILVA NASCIMENTO CPF/CNPJ: 009.499.232-06
Protocolo: 72611
Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023

Devedor: ADEGA DE BEBIDAS MONTE NEGRO LTDA ME CPF/CNPJ: 09.032.704/0001-10
Protocolo: 72678
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ALDAIR ALVES DA ROCHA CPF/CNPJ: 633.526.302-59
Protocolo: 72672
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: AMERICO SEBASTIAO DA SILVA CPF/CNPJ: 962.651.242-34
Protocolo: 72690
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CARLOS PEREIRA DE MELO CPF/CNPJ: 341.083.192-49
Protocolo: 72670
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: CLARI TEREZINHA DE SOUZA CPF/CNPJ: 203.101.532-04
Protocolo: 72667
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: D. M. DA SILVA DE SA ME CPF/CNPJ: 08.899.871/0001-09
Protocolo: 72715
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: D. M. DA SILVA DE SA ME CPF/CNPJ: 08.899.871/0001-09
Protocolo: 72714
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: DISTRIBUIDORA J J LTDA ME CPF/CNPJ: 19.813.174/0001-00
Protocolo: 72711
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: E.F DA SILVA JUNIOR ME CPF/CNPJ: 10.175.853/0001-18
Protocolo: 72681
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: EDILENE SILVA DOS REIS CPF/CNPJ: 703.533.362-20
Protocolo: 72656
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ELIAS OUVIDIO NICOLAU CPF/CNPJ: 676.330.562-15
Protocolo: 72677
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ELIEZER BATISTA DE SOUZA CPF/CNPJ: 689.365.832-04
Protocolo: 72691
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: FABIANO SALES DOS SANTOS CPF/CNPJ: 925.968.602-44
Protocolo: 72719
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: GILCELIO RODRIGUES DE PAULA CPF/CNPJ: 01.751.902/0001-22
Protocolo: 72696
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: GILCELIO RODRIGUES DE PAULA CPF/CNPJ: 01.751.902/0001-22
Protocolo: 72698
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: GILCELIO RODRIGUES DE PAULA CPF/CNPJ: 01.751.902/0001-22
Protocolo: 72699
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: GILCELIO RODRIGUES DE PAULA CPF/CNPJ: 01.751.902/0001-22
Protocolo: 72697
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: GISAMARA FARIA CPF/CNPJ: 864.110.632-49
Protocolo: 72689
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: GISELLE GUALBERTO BIANQUINI CPF/CNPJ: 730.254.532-49
Protocolo: 72687
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: HELENA PEREIRA DOS SANTOS MARQUES CPF/CNPJ: 697.613.022-53
Protocolo: 72718
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: HEMERSON BARBOSA DA SILVA CPF/CNPJ: 012.539.972-33
Protocolo: 72717
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JOAO PAULO VIEIRA SILVA CPF/CNPJ: 002.005.442-41
Protocolo: 72673
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JOSE EDUARDO FERNANDES PEREIRA CPF/CNPJ: 807.051.202-44
Protocolo: 72679
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JOSIMAR DE OLIVEIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 007.292.512-41
Protocolo: 72661
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: LATICINIOS TROPICAL LTDA CPF/CNPJ: 05.807.202/0001-63
Protocolo: 72702
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: LATICINIOS TROPICAL LTDA CPF/CNPJ: 05.807.202/0001-63
Protocolo: 72701
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: LATICINIOS TROPICAL LTDA CPF/CNPJ: 05.807.202/0001-63
Protocolo: 72703
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: LATICINIOS TROPICAL LTDA CPF/CNPJ: 05.807.202/0001-63
Protocolo: 72700
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: LUIZ CARLOS PEREIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 644.235.819-49
Protocolo: 72712
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: MARALUCIA ANA FONSECA CPF/CNPJ: 191.452.682-15
Protocolo: 72688
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: MARCOS ROBERTO DA SILVA CPF/CNPJ: 999.363.802-15
Protocolo: 72682
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: MP TRANSPORTE E TURISMO LTDA ME CPF/CNPJ: 09.006.191/0001-73
Protocolo: 72713
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: NEWTON SANTOS CPF/CNPJ: 634.248.782-00
Protocolo: 72664
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: OBRAPRIMA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA CPF/CNPJ: 04.110.536/0001-10
Protocolo: 72710
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: OSVALDO REIS FILHO CPF/CNPJ: 432.200.106-87
Protocolo: 72668
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: PAULO ALFONSO FARIAS SEVILHA CPF/CNPJ: 003.518.192-31
Protocolo: 72686
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: RAFAEL ORTIZ CAMACHO CPF/CNPJ: 917.643.602-06
Protocolo: 72662
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: VALDINEI PEREIRA GOMES CPF/CNPJ: 698.954.062-15
Protocolo: 72716
Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: ENERGISA DE RONDONIA CENTRAIS ELETRICAS DO CPF/CNPJ: 05.914.650/0001-66
Protocolo: 72709
Data Limite Para Comparecimento: 27/07/2023

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 08:00 às 16:00, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Buritis-RO, 17 de Julho de 2023 ROMULO ALVES DOS SANTOS ESCREVENTE AUTORIZADO

COMARCA DE COSTA MARQUES

COSTA MARQUES

COMARCA: COSTA MARQUES
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE COSTA MARQUES
TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE COSTA MARQUES ESTADO DE RONDÔNIA LUCAS GERASEEV PINHEIRO MACHADO - TABELIÃO DE PROTESTO AV. CHIANCA, Nº 1900, CENTRO, CEP 76937-000, FONE: (69) 3198-0112
EDITAL DE INTIMAÇÕES Nº 611/2023 Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Costa Marques-RO, localizado na Av. Chianca, nº 1900, Centro, Fone: (69) 3651-3712 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: ALVORADA VAREJO E TRASNPORTES LTDA CPF/CNPJ: 10.476.736/0001-94 Protocolo: 12351 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ALVORADA VAREJO E TRASNPORTES LTDA CPF/CNPJ: 10.476.736/0001-94 Protocolo: 12346 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ANA PAULA DIAS DOS SANTOS CPF/CNPJ: 044.853.252-29 Protocolo: 12365 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DANIEL BUENO DA SILVA CPF/CNPJ: 327.470.472-53 Protocolo: 12343 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ELENTON DOMINGOS PONHE CPF/CNPJ: 047.889.482-14 Protocolo: 12366 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: EMANUEL GUSTAVO FRANCA FERNANDES CPF/CNPJ: 040.898.622-05 Protocolo: 12372 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: EMANUEL GUSTAVO FRANCA FERNANDES CPF/CNPJ: 040.898.622-05 Protocolo: 12370 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: HEBAR RIBEIRO MONTEIRO CPF/CNPJ: 659.158.442-00 Protocolo: 12360 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JACO FRANCISCO DO CARMO CPF/CNPJ: 692.405.902-34 Protocolo: 12344 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOAO HILARIO MIRANDA RUIZ CPF/CNPJ: 219.838.522-87 Protocolo: 12350 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MADEIREIRA ROSANA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTD CPF/CNPJ: 09.475.221/0001-90 Protocolo: 12334 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MANOEL GOMES DE AMORIM CPF/CNPJ: 315.439.952-68 Protocolo: 12369 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARCEL MIRANDA CPF/CNPJ: 698.698.632-72 Protocolo: 12340 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MARIA IZIS DORIGHETO CPF/CNPJ: 022.605.857-36 Protocolo: 12355 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MICHEL JUNIOR CAMPANHONNI CPF/CNPJ: 665.442.972-91 Protocolo: 12364 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: NEIL FELIX PORTELA CPF/CNPJ: 408.001.132-68 Protocolo: 12345 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: REGINALDO MOREIRA CPF/CNPJ: 653.993.822-53 Protocolo: 12333 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ROSIMARE LAIA DA SILVA CPF/CNPJ: 658.694.272-15 Protocolo: 12356 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ROSIMEIRE SILVA LUTES CPF/CNPJ: 041.481.492-47 Protocolo: 12353 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: RUTH HELLEN HURTADO CPF/CNPJ: 052.256.972-24 Protocolo: 12371 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SABRINA KELLY BECALLI DA SILVA. CPF/CNPJ: 025.290.642-02 Protocolo: 12339 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: SAO BENEDITO INDUSTRIA ALIMENTICIA LTDA ME CPF/CNPJ: 07.222.004/0001-63 Protocolo: 12341 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 09:00 as 15:00, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Costa Marques-RO, 17 de Julho de 2023 MARTA MARIA MIRANDA DE ALMEIDA ESCREVENTE AUTORIZADA

COMARCA DE MACHADINHO D´OESTE

MACHADINHO D´OESTE

COMARCA: MACHADINHO D'OESTE
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE MACHADINHO D'OESTE
TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE MACHADINHO D' OESTE ESTADO DE RONDÔNIA LILIAN MARIZA PUERTA LULA MACIEL - TABELIÃ DE PROTESTO RODOVIA RO 133 N 2682 - CEP 78.868-000, FONE: (69) 3581-3227
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Machadinho D'oeste-RO, localizado na Rodovia RO 133 nº 2682, 78868-000 MACHADINHO D'OESTE - RO [69] 3581.3227 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: ADMILSON FERREIRA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 485.937.612-91 Protocolo: 30101 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: AMANCIO MENDONCA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 080.344.602-06 Protocolo: 30102 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ANDREIA GOMES ALECRIM LOURIDO CPF/CNPJ: 011.817.462-21 Protocolo: 30079 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ARLINDO GONCALVES DANIEL CPF/CNPJ: 068.760.136-34 Protocolo: 30064 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ARLINDO GONCALVES DANIEL CPF/CNPJ: 068.760.136-34 Protocolo: 30057 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: AVELINO RIBEIRO DE JESUS CPF/CNPJ: 663.132.442-49 Protocolo: 30119 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CETTACC SERVICOS DE ENSINO DE ESPORTES LTDA CPF/CNPJ: 34.349.052/0001-90 Protocolo: 30112 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CETTACC SERVICOS DE ENSINO DE ESPORTES LTDA CPF/CNPJ: 34.349.052/0001-90 Protocolo: 30113 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: CLEITON ANTONIO DA SILVA CPF/CNPJ: 685.770.102-44 Protocolo: 30022 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DALINE TEODORO CARVALHO CPF/CNPJ: 45.207.419/0001-57 Protocolo: 30133 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DECIO ALTAIR SCHURMANN CPF/CNPJ: 431.570.929-87 Protocolo: 30097 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ELIESIO DOS SANTOS CPF/CNPJ: 610.378.692-49 Protocolo: 30021 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ERIC ALEXANDRE MENDES DE QUEIROZ CPF/CNPJ: 702.445.712-01 Protocolo: 30148 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FELIPE EUGENIO BATISTA CPF/CNPJ: 809.312.862-04 Protocolo: 30031 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FELIPE EUGENIO BATISTA CPF/CNPJ: 809.312.862-04 Protocolo: 30060 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FLORISVALDO GONCALVES DE SOUZA CPF/CNPJ: 203.944.542-00 Protocolo: 30062 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FLORISVALDO GONCALVES DE SOUZA CPF/CNPJ: 203.944.542-00 Protocolo: 30058 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: FRANCISCO DUARTE CPF/CNPJ: 048.675.991-15 Protocolo: 30125 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: GILBERTO PEREIRA CERQUEIRA CPF/CNPJ: 071.565.517-52 Protocolo: 30130 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023

Devedor: JAIME TORRES CPF/CNPJ: 175.763.779-68 Protocolo: 30061 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JORCENILDO ALVES SILVA CPF/CNPJ: 408.575.222-72 Protocolo: 30128 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JOSE DE OLIVEIRA FONTAO CPF/CNPJ: 131.109.678-71 Protocolo: 30104 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JUCINEIDE RAMOS DE F PEREIRA CPF/CNPJ: 011.111.074-24 Protocolo: 29617 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JUCINEIDE RAMOS DE F PEREIRA CPF/CNPJ: 011.111.074-24 Protocolo: 29510 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: LATICINIOS RIO BELEM LTDA CPF/CNPJ: 06.346.821/0001-60 Protocolo: 30053 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: LATICINIOS RIO BELEM LTDA CPF/CNPJ: 06.346.821/0001-60 Protocolo: 30054 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: LINDIOMAR PEREIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 614.974.522-87 Protocolo: 30019 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: LUCIA DIONISIO NUNES CPF/CNPJ: 591.852.792-34 Protocolo: 30100 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MADEMIRO INDUSTRIALIZACAO DE PRODUTOS DA FLOR CPF/CNPJ: 07.162.562/0001-80 Protocolo: 30138 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: MAURO JANUARIO PEREIRA CPF/CNPJ: 497.709.182-53 Protocolo: 30124 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: NIVALDO BARBOSA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 162.168.142-49 Protocolo: 29757 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: OSIAS SILVA DE ASSIS CPF/CNPJ: 736.652.582-00 Protocolo: 30030 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: OSIAS SILVA DE ASSIS CPF/CNPJ: 736.652.582-00 Protocolo: 30075 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ROSIVALDO ROCHA BUDNIAK CPF/CNPJ: 497.750.652-91 Protocolo: 30120 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 08:00 às 15:00, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Machadinho D'oeste-RO, 17 de Julho de 2023 VALDINEI MOREIRA PEIXOTO ESCREVENTE AUTORIZADA

COMARCA DE NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE

NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE

LIVRO D-016 FOLHA 165 TERMO 004166
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.166
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ANEZIO MIRANDA DA SILVA, de nacionalidade brasileiro, de profissão agricultor, de estado civil divorciado, natural de Barra de São Francisco-ES, onde nasceu no dia 08 de dezembro de 1967, residente e domiciliado na Linha 126, Km 3,5, lado sul, zona rural, em Nova Brasilândia D' Oeste-RO, CEP: 76.958-000, , filho de ARLINDO MIRANDA DA SILVA e de MARIA MIRANDA DA SILVA; e LOURECI DA SILVA PINTO de nacionalidade brasileira, de profissão agricultora, de estado civil viúva, natural de São José do Peixe-MG, onde nasceu no dia 16 de fevereiro de 1963, residente e domiciliada na Linha 126, Km 3,5, lado sul, zona rural, em Nova Brasilândia D' Oeste-RO, CEP: 76.958-000, , filha de JOÃO CAMILO DA SILVA e de ELZIRA MADALENA DA SILVA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Nova Brasilândia D' Oeste-RO, 14 de julho de 2023.
Elton Roger Prado Vieira
Tabelião e Oficial Substituto

COMARCA: NOVA BRASILÂNDIA DOESTE
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE NOVA BRASILÂNDIA DOESTE
TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE/ESTADO DE RONDÔNIA MARIA PEREIRA GONÇALVES DANILUCCI - TABELIÃ DE PROTESTO RUA MATO GROSSO N. 2135 SETOR 13 - FONE: (69) 3418-2371 E-MAIL: CARTDANILUCCI@HOTMAIL.COM
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Nova Brasilândia Doeste-RO, localizado na Rua Mato Grosso n. 2135 Setor 13 - Fone: (69) 3418-2371 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: ADRIANA DO PRADO CPF/CNPJ: 893.787.252-87 Protocolo: 11882 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: GILBERTO DA SILVA PORTUGAL CPF/CNPJ: 688.110.982-20 Protocolo: 11876 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: SOLANGE CONCEICAO DE FREITAS PORTUGAL CPF/CNPJ: 816.219.812-15 Protocolo: 11877 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das das 8:00 horas às 16:00 horas, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Nova Brasilândia Doeste-RO, 17 de Julho de 2023 DEBORA RAMBO SILVA TABELIÃ SUBSTITUTA

COMARCA: NOVA BRASILÂNDIA DOESTE
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE NOVA BRASILÂNDIA DOESTE
TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE/ESTADO DE RONDÔNIA MARIA PEREIRA GONÇALVES DANILUCCI - TABELIÃ DE PROTESTO RUA MATO GROSSO N. 2135 SETOR 13 - FONE: (69) 3418-2371 E-MAIL: CARTDANILUCCI@HOTMAIL.COM
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Nova Brasilândia Doeste-RO, localizado na Rua Mato Grosso n. 2135 Setor 13 - Fone: (69) 3418-2371 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: ALBERTO TEODORO DE MELO. CPF/CNPJ: 103.578.661-34 Protocolo: 11889 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ALDORI MAY CPF/CNPJ: 113.962.372-91 Protocolo: 11897 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: DIRLEI CARNEIRO FARIAS CIRINO CPF/CNPJ: 934.626.892-15 Protocolo: 11903 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: GEALIS LOPES DE JESUS CPF/CNPJ: 027.480.902-84 Protocolo: 11890 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: GILMAR ANTONIO DE SOUZA CPF/CNPJ: 669.077.562-34 Protocolo: 11911 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: IVANILDO APARECIDO LOPES MAGALHAES CPF/CNPJ: 711.628.522-91 Protocolo: 11908 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: JONILSON DO CARMO SILVA CPF/CNPJ: 961.775.432-00 Protocolo: 11891 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: LANDRI RADDATZ CPF/CNPJ: 606.586.812-49 Protocolo: 11898 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: OTAVIO ALVES PORTUGAL NETO CPF/CNPJ: 771.586.522-20 Protocolo: 11902 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: OTAVIO ALVES PORTUGAL NETO CPF/CNPJ: 771.586.522-20 Protocolo: 11901 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: REGINALDO FIRMINO PARREIRA CPF/CNPJ: 722.285.712-53 Protocolo: 11906 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: TRANSPORTE PLANALTO EIRELI EPP CPF/CNPJ: 10.889.696/0001-02 Protocolo: 11894 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: UANDERSON RODRIGUES COIMBRA CPF/CNPJ: 755.098.732-72 Protocolo: 11886 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das das 8:00 horas às 16:00 horas, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Nova Brasilândia Doeste-RO, 17 de Julho de 2023 DEBORA RAMBO SILVA TABELIÃ SUBSTITUTA

COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI

PRESIDENTE MÉDICI

LIVRO D-002 FOLHA 223
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 374.
095893 01 55 2023 6 00002 223 0000374 52
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: JULIVAR DE JESUS SOUZA, de nacionalidade brasileiro, Agricultor, solteiro, natural de MEDEIROS NETO-BA, onde nasceu no dia 18 de dezembro de 1978, residente e domiciliado à Avenida DAS PALMEIRAS, 795, em CASTANHEIRAS-RO, , filho de PAULO SOUZA DE JESUS e de MARIA DE JESUS SOUZA; e ROSELIZA GONÇALVES DA SILVA de nacionalidade brasileira, Agricultor, solteira, natural de Jaguaré-ES, onde nasceu no dia 06 de setembro de 1981, residente e domiciliada à Avenida das Palmeiras, 795, em Castanheiras-RO, , filha de JOSE GONÇALVES DA SILVA e de MARIA DIONECIA DA SILVA. O regime de bens a viger a partir do mesmo seja o de Comunhão Parcial de Bens.
Que após o casamento, o declarante, continuou a adotar o nome de JULIVAR DE JESUS SOUZA.
Que após o casamento, a declarante, continuou a adotar o nome de ROSELIZA GONÇALVES DA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Castanheiras-RO, 13 de julho de 2023.
Rogério Fernandes Virginio
Oficial Titular do Registro Civil

LIVRO D-016 FOLHA 094 TERMO 007830
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 7.830
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: LUCAS GLEIDSON FERNANDES DA SILVA, de nacionalidade brasileiro, vendedor, solteiro, natural de Serra-ES, onde nasceu no dia 11 de junho de 1995, residente e domiciliado à Rua Juscelino Kubischek, 3358, Lino Alves Teixeira, em Presidente Médici-RO, CEP: 76.916-000, , filho de ODINIL FERREIRA DA SILVA e de ROSALINA FERNANDES DA SILVA; e MARIA PAULA DE CAMPOS GONÇALVES de nacionalidade brasileira, auxiliar de escritório, solteira, natural de Paranaguá-PR, onde nasceu no dia 21 de maio de 2002, residente e domiciliada à Av. Ipiranga, 1072, Cunha e Silva, em Presidente Médici-RO, CEP: 76.916-000, , filha de SEBASTIÃO JOSÉ GONÇALVES e de MARILSA APARECIDA DE CAMPOS GONÇALVES. Eles, após o casamento, passaram a usar

os nomes: LUCAS GLEIDSON FERNANDES DA SILVA e MARIA PAULA DE CAMPOS GONÇALVES. Pretendem adotar o regime da Comunhão Parcial de Bens.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Presidente Médici-RO, 17 de julho de 2023.

Tabelionato de Protestos de Títulos
COMARCA DE PRESIDENTE MEDICI - ESTADO DE RONDÔNIA
CNPJ 84.652.064/0001-67
Av Ji-Parana, 1701, Centro, CEP: 76916-000 - Telefones: (69) 3471-3404
E-mail cartorio_arruda@hotmail.com
Tabeliã Rosalina de Jesus Arruda
Horário de atendimento: De Segunda a Sexta-Feira das 8:00 às 16:00 horas
E D I T A L D E P R O T E S T O Nº 708
Pelo presente EDITAL, o Tabelionato de protesto desta comarca de Presidente Medici, Estado de Rondônia localizado à Av Ji-Parana, 1701, Centro, CEP: 76916-000, nos termos do art. 15 da Lei 9.492 de 10/09/97, faz saber as pessoas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Protocolo	Devedor	Documento
00.054.033	NELSON EVANGELISTA BATISTA	CPF 668.427.199-68
00.054.034	ELCIMAR BASTOS DA SILVA	CPF 048.646.692-28
00.054.035	NELSON EVANGELISTA BATISTA	CPF 668.427.199-68

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi lavrado o presente EDITAL, afixado na sede deste Tabelionato, ficando os responsáveis pelos documentos intimados a comparecerem neste Tabelionato, até o dia 18/07/2023, impreterivelmente até às 16:00 horas, para efetuarem os pagamentos ou manifestarem suas recusas, sob pena de lavratura de prostesto.

Presidente Medici/ Rondônia, 17 de julho de 2023

Rosalina de Jesus Arruda
Tabeliã

Tabelionato de Protestos de Títulos
COMARCA DE PRESIDENTE MEDICI - ESTADO DE RONDÔNIA
CNPJ 84.652.064/0001-67
Av Ji-Parana, 1701, Centro, CEP: 76916-000 - Telefones: (69) 3471-3404
E-mail cartorio_arruda@hotmail.com
Tabeliã Rosalina de Jesus Arruda
Horário de atendimento: De Segunda a Sexta-Feira das 8:00 às 16:00 horas
E D I T A L D E P R O T E S T O Nº 707
Pelo presente EDITAL, o Tabelionato de protesto desta comarca de Presidente Medici, Estado de Rondônia localizado à Av Ji-Parana, 1701, Centro, CEP: 76916-000, nos termos do art. 15 da Lei 9.492 de 10/09/97, faz saber as pessoas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:

Protocolo	Devedor	Documento
00.054.216	JOSUEL DA SILVA	CPF 078.839.782-68
00.054.217	ROSSONI & COSTA CONSTRUCAO E INSTALACAO LTDA	CNPJ 14.562.507/0001-43
00.054.220	SIDNEY MENDES RODRIGUES	CPF 610.453.302-72
00.054.223	ROMARIO BEZERRA DA SILVA	CPF 031.461.942-95
00.054.224	LEONE APARECIDO SANT ANNA	CPF 898.256.592-20
00.054.225	JOSE ESTEVES GOMES	CPF 107.790.001-53
00.054.226	ODENIR ALVES PEREIRA	CPF 390.465.592-20
00.054.228	PAMELA SUYANE PESSOA BAIA	CPF 953.593.542-91
00.054.229	THIAGO RAFAEL ALVES - ME	CNPJ 13.399.325/0001-30
00.054.237	GEIZA CORREA DA COSTA	CPF 931.633.711-91

E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi lavrado o presente EDITAL, afixado na sede deste Tabelionato, ficando os responsáveis pelos documentos intimados a comparecerem neste Tabelionato, até o dia 19/07/2023, impreterivelmente até às 16:00 horas, para efetuarem os pagamentos ou manifestarem suas recusas, sob pena de lavratura de prostesto.

Presidente Medici/ Rondônia, 17 de julho de 2023

Rosalina de Jesus Arruda
Tabeliã

COMARCA DE SANTA LUZIA D´OESTE

SANTA LUZIA D´OESTE

COMARCA: SANTA LUZIA D'OESTE
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE SANTA LUZIA D'OESTE
ÚNICO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS INTERDIÇÕES E TUTELAS, REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS, REGISTRO DE PROTESTO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, TABELIONATO DE NOTAS SERVENTIA DE SANTA LUZIA D'OESTE ESTADO DE RONDÔNIA BEL. JOSÉ OSVALDO ARRUDA - TABELIÃO DE PROTESTO RUA DOM PEDRO I, N° 2426, CENTRO FONE: (69) 3434-2505 E-MAIL: E-MAIL:CARTORIOARRUDASLO@GMAIL.COM
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Santa Luzia D'oeste-RO, localizado na Rua Dom Pedro I, n. 2426 - Fone: (69) 3434-2505 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: ANTONIO SOARES DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 035.806.508-90 Protocolo: 10880 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: ELITE DO NASCIMENTO MORAIS CPF/CNPJ: 227.331.751-49 Protocolo: 10878 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
Devedor: INEIS DE FATIMA TREVISAN CPF/CNPJ: 771.615.561-04 Protocolo: 10883 Data Limite Para Comparecimento: 19/07/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 7:30 às 15:00 horas, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Santa Luzia D'oeste-RO, 17 de Julho de 2023
MAYCON HEYGGI HIRANO ESCREVENTE AUTORIZADO

COMARCA: SANTA LUZIA D'OESTE
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE SANTA LUZIA D'OESTE
ÚNICO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS INTERDIÇÕES E TUTELAS, REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS, REGISTRO DE PROTESTO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, TABELIONATO DE NOTAS SERVENTIA DE SANTA LUZIA D'OESTE ESTADO DE RONDÔNIA BEL. JOSÉ OSVALDO ARRUDA - TABELIÃO DE PROTESTO RUA DOM PEDRO I, N° 2426, CENTRO FONE: (69) 3434-2505 E-MAIL: E-MAIL:CARTORIOARRUDASLO@GMAIL.COM
EDITAL DE INTIMAÇÕES Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de Santa Luzia D'oeste-RO, localizado na Rua Dom Pedro I, n. 2426 - Fone: (69) 3434-2505 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: ALESSANDRO ALMEIDA DE PAULA CPF/CNPJ: 683.227.802-06 Protocolo: 10840 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: ANTONIO SOARES DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 035.806.508-90 Protocolo: 10846 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: CLAUDEMIR ANTONIO ALVES DOS REIS CPF/CNPJ: 822.482.902-25 Protocolo: 10854 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: DAMACENA TRANSPORTES LTDA CPF/CNPJ: 28.069.429/0001-54 Protocolo: 10844 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: ELITE DO NASCIMENTO MORAIS CPF/CNPJ: 227.331.751-49 Protocolo: 10849 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: G. DIRR LIMA FILHO EIRELI CPF/CNPJ: 32.112.292/0001-40 Protocolo: 10835 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: GENIVALDO VIEIRA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 699.353.272-72 Protocolo: 10842 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: JOSE FLORENCIO SEABRA CPF/CNPJ: 091.733.581-34 Protocolo: 10847 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: LEANDRO ENEIAS DA SILVA CPF/CNPJ: 702.789.322-31 Protocolo: 10832 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: MARILENE DA COSTA CPF/CNPJ: 825.895.852-68 Protocolo: 10851 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: NILSON JOSE DA SILVA CPF/CNPJ: 622.177.982-00 Protocolo: 10837 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: NILSON JOSE DA SILVA CPF/CNPJ: 622.177.982-00 Protocolo: 10841 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: POSTO DE MOLAS ALTO ALEGRE LTDA CPF/CNPJ: 10.782.794/0001-46 Protocolo: 10839 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: RENALDO AVELINO DA SILVA CPF/CNPJ: 288.113.802-00 Protocolo: 10845 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: RENALDO AVELINO DA SILVA CPF/CNPJ: 288.113.802-00 Protocolo: 10838 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: RUBENS TEIXEIRA CPF/CNPJ: 282.150.529-91 Protocolo: 10836 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: UMBELINO ALFONSO DE LIMA CPF/CNPJ: 272.368.202-10 Protocolo: 10850 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: VALDEMIR ANDRETTA CPF/CNPJ: 408.406.112-34 Protocolo: 10855 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
Devedor: WILSON DE QUADROS CPF/CNPJ: 010.231.502-71 Protocolo: 10852 Data Limite Para Comparecimento: 18/07/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 7:30 às 15:00 horas, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. Santa Luzia D'oeste-RO, 17 de Julho de 2023
MAYCON HEYGGI HIRANO ESCREVENTE AUTORIZADO

PARECIS

OFICIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
Av. Carlos Gomes, n.º 585 – Centro, CEP – 76.979-000 – Fone/Fax (69) 9 8101-3368.
Município de Parecis – Comarca de Santa Luzia D'Oeste – Estado de Rondônia.
Maria Aparecida Pereira - Oficial Tabeliã Titular
LIVRO D-003 FOLHA 083 TERMO 000783
EDITAL DE PROCLAMAS
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: GLEYDSON DE SOUZA LIMA e DAMARIS RIBEIRO DA SILVA
ELE, brasileiro, auxiliar de produção, solteiro, natural de Alta Floresta D'Oeste-RO, onde nasceu no dia 27 de dezembro de 2003, residente e domiciliado na Linha 80, Km 06, Zona Rural, em Parecis-RO, CEP: 76.979-000, filho de DIVINO MARTINS LIMA e de MARINETE CESARIO DE SOUZA;
ELA, brasileira, auxiliar de produção, solteira, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 13 de abril de 2002, residente e domiciliada à Rua Jose Rodrigues, 85, Centro, em Parecis-RO, CEP: 76.979-000, filha de LUIZ CARLOS DA SILVA e de SANDRA DA SILVA RIBEIRO.
O Regime adotado é o da "Comunhão Parcial de Bens".
Que após o casamento o declarante manterá o nome de GLEYDSON DE SOUZA LIMA e a declarante manterá o nome de DAMARIS RIBEIRO DA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e enviada cópia para ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal do Estado de Rondônia (www.tjro.jus.br).
Parecis-RO, 14 de julho de 2023.
Bruno de Paula Nascimento
Tabelião Substituto

COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

COMARCA: SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE SAO FRANCISCO DO GUAPORE ESTADO DE RONDÔNIA FLÀVIO VIOLATO BENTEO - TABELIÃO DE PROTESTO Rua. Duque de Caxias, 3420, Cidade Alta, Sao Franciso do Guapore-RO, CEP 76935000 Tel. (69)3197-0202
EDITAL DE INTIMAÇÕES Nº 83/2023 Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de São Francisco Do Guaporé-RO, localizado na R. Duque de Caxias, 3420 - Cidade Alta - São F do Guaporé cep 76935-000 (69) 3621.2978 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: ADRIAN SIQUEIRA DE SOUZA CPF/CNPJ: 041.930.452-50 Protocolo: 12878 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: ADRIAN SIQUEIRA DE SOUZA CPF/CNPJ: 041.930.452-50 Protocolo: 12875 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: ADRIAN SIQUEIRA DE SOUZA CPF/CNPJ: 041.930.452-50 Protocolo: 12880 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: ALEX ANDRADE DE FREITAS CPF/CNPJ: 611.906.672-15 Protocolo: 12841 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: ALYSSON ELOY MINGARELI DE SOUZA CPF/CNPJ: 42.892.358/0001-16 Protocolo: 12947 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: ALYSSON ELOY MINGARELI DE SOUZA CPF/CNPJ: 034.499.302-73 Protocolo: 12936 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: APARECIDO MOURA SILVA CPF/CNPJ: 083.718.868-70 Protocolo: 12863 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: APARECIDO SAMPAIO DA SILVA CPF/CNPJ: 729.247.562-00 Protocolo: 12858 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: BRUNO VICENTE MARTINS CPF/CNPJ: 008.714.632-02 Protocolo: 12864 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: CIRINEU BARBOSA DA SILVA CPF/CNPJ: 242.434.502-34 Protocolo: 12865 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: CLEONES APARECIDO ALVES TEIXEIRA CPF/CNPJ: 838.359.462-34 Protocolo: 12879 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: FRANCISCO JOSE DA SILVA FILHO CPF/CNPJ: 015.130.182-48 Protocolo: 12882 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: FRANCISCO JOSE DA SILVA FILHO CPF/CNPJ: 015.130.182-48 Protocolo: 12881 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: FRANCISCO JOSE DA SILVA FILHO CPF/CNPJ: 015.130.182-48 Protocolo: 12876 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: FRANCISCO JOSE DA SILVA FILHO CPF/CNPJ: 015.130.182-48 Protocolo: 12877 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: GENECI VICENTE SANTANA CPF/CNPJ: 007.544.646-44 Protocolo: 12954 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: GENECI VICENTE SANTANA CPF/CNPJ: 007.544.646-44 Protocolo: 12952 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: JOAO BATISTA BORGUES FERNANDES CPF/CNPJ: 004.469.892-58 Protocolo: 12838 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: JOICE PRESTES RODRIGUES CPF/CNPJ: 030.750.652-50 Protocolo: 12889 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023

Devedor: K C CARACIOLY CAPARROZ METALURGICA ME CPF/CNPJ: 03.299.818/0001-45 Protocolo: 13009 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: K C DOS SANTOS COMBUSTIVEIS AUTOMOTIVO LTDA CPF/CNPJ: 25.154.850/0001-75 Protocolo: 13019 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: K C DOS SANTOS COMBUSTIVEIS AUTOMOTIVO LTDA CPF/CNPJ: 25.154.850/0001-75 Protocolo: 13020 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: LIDIANE BATISTA MORAES CPF/CNPJ: 015.732.372-21 Protocolo: 12851 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: MARCIO ROSA DE MOURA CPF/CNPJ: 641.517.862-87 Protocolo: 12906 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: MARCIO ROSA DE MOURA CPF/CNPJ: 641.517.862-87 Protocolo: 12907 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: MAURO VARGAS CPF/CNPJ: 387.077.052-04 Protocolo: 12844 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: QUEZIA FERREIRA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 971.640.542-15 Protocolo: 12849 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: SILVIO JOSE SELHORST CPF/CNPJ: 620.569.059-49 Protocolo: 12861 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: SONIA MARIA DUTRA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 692.608.422-04 Protocolo: 12856 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: SONIA MARIA GODOI DUARTE CPF/CNPJ: 312.502.382-34 Protocolo: 12908 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: VALDECI DOS SANTOS OLIVEIRA CPF/CNPJ: 524.454.459-49 Protocolo: 12850 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: VALDIRENE TOSCANO CPF/CNPJ: 067.107.839-95 Protocolo: 12835 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: VALTER COELHO AGUIAR CPF/CNPJ: 824.870.222-72 Protocolo: 12859 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: WALLISON DE ABREU . CPF/CNPJ: 959.307.282-91 Protocolo: 12860 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: WILLIAN ALVES FERREIRA CPF/CNPJ: 033.497.982-09 Protocolo: 12888 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: WILLIAN ALVES FERREIRA CPF/CNPJ: 033.497.982-09 Protocolo: 12852 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 09:00 às 15:00, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. São Francisco Do Guaporé-RO, 14 de Julho de 2023 KELVIN KENID DE SOUZA COSTA ESCREVENTE

COMARCA: SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE SAO FRANCISCO DO GUAPORE ESTADO DE RONDÔNIA FLÀVIO VIOLATO BENTEO - TABELIÃO DE PROTESTO Rua. Duque de Caxias, 3420, Cidade Alta, Sao Franciso do Guapore-RO, CEP 76935000 Tel. (69)3197-0202
EDITAL DE INTIMAÇÕES Nº 82/2023 Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de São Francisco Do Guaporé-RO, localizado na R. Duque de Caxias, 3420 - Cidade Alta - São F do Guaporé cep 76935-000 (69) 3621.2978 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: . . ELTON MENDES FERNANDES CPF/CNPJ: 42.404.849/0001-70 Protocolo: 12899 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: ANAEL FERREIRA BASTOS CPF/CNPJ: 634.588.702-10 Protocolo: 12941 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: CAMILO LUIZ DA SILVA CPF/CNPJ: 035.129.068-00 Protocolo: 12998 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: CELSO NUNES DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 826.178.302-25 Protocolo: 12902 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: CHOPERIA VELHO TEXAS LTDA CPF/CNPJ: 42.400.613/0001-66 Protocolo: 13006 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: ELISEU JOSE CICHOSKI CPF/CNPJ: 488.087.179-68 Protocolo: 12970 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: FRANCISCO JOSE FERREIRA NETO CPF/CNPJ: 734.002.202-30 Protocolo: 12965 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: FRANCISCO JOSE FERREIRA NETO CPF/CNPJ: 734.002.202-30 Protocolo: 12964 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: FRANCISCO JOSE FERREIRA NETO CPF/CNPJ: 734.002.202-30 Protocolo: 12963 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: FRANCISCO JOSE FERREIRA NETO CPF/CNPJ: 734.002.202-30 Protocolo: 12961 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: FRANCISCO JOSE FERREIRA NETO CPF/CNPJ: 734.002.202-30 Protocolo: 12962 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: GENECI VICENTE SANTANA CPF/CNPJ: 007.544.646-44 Protocolo: 12953 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: GEOVANI OLIVEIRA EGUEZ CPF/CNPJ: 011.349.452-13 Protocolo: 12950 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: GIUCILENE FERREIRA DE SOUZA CPF/CNPJ: 033.124.382-25 Protocolo: 12943 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: JOAQUIM LUIZ DE PAULO CPF/CNPJ: 687.536.912-53 Protocolo: 12905 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: JOSE LUIZ LOPES NETO CPF/CNPJ: 907.451.912-15 Protocolo: 12993 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: JOSIELLE GUIRRA BANDEIRA CPF/CNPJ: 009.748.992-16 Protocolo: 12944 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: JOSSEMIR SETTI RIBAS CPF/CNPJ: 679.800.072-04 Protocolo: 12933 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: NATALIA MIRIAN LOPES DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 015.567.152-93 Protocolo: 12934 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: NATALINA DA PENHA BRAGA E SILVA CPF/CNPJ: 409.146.152-20 Protocolo: 12972 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023

Devedor: NATALINA DA PENHA BRAGA E SILVA CPF/CNPJ: 409.146.152-20 Protocolo: 12971 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: NATALINA DA PENHA BRAGA E SILVA CPF/CNPJ: 409.146.152-20 Protocolo: 12973 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: RICHARD BUTZSKE POGERE CPF/CNPJ: 032.789.732-59 Protocolo: 12942 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: ROBSON MARCONDES DE SANTANA CPF/CNPJ: 249.715.068-02 Protocolo: 12949 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: SHEILA FERREIRA RIBEIRO BILAC CPF/CNPJ: 953.079.902-00 Protocolo: 12948 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: SILVIA MARIA DE OLIVEIRA LOPES CPF/CNPJ: 767.621.732-68 Protocolo: 12930 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: VALDECIR PEIXOTO GOMES CPF/CNPJ: 730.451.792-15 Protocolo: 12904 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: YRISTEU JOSE DE SOUZA CPF/CNPJ: 022.552.912-23 Protocolo: 12937 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das 09:00 às 15:00, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. São Francisco Do Guaporé-RO, 14 de Julho de 2023 KELVIN KENID DE SOUZA COSTA ESCREVENTE

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

COMARCA: SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ÓRGÃO EMITENTE: TABELIONATO DE PROTESTO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS SERVENTIA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ-RO JOSÉ APARECIDO FERNANDES - TABELIÃO DE PROTESTO Rua Dom Bosco, n. 2060, centro, FONE: (69) 3642-1651
EDITAL DE INTIMAÇÕES Nº 82/2023 Pelo presente edital, o Cartório de Protesto da Comarca de São Miguel Do Guaporé-RO, localizado na Rua Dom Bosco, n. 2060, centro, CEP 76932-000, FONE (69) 3642-1651 nos termos do Artigo 15, da Lei 9492/1997 c/c § 5º do Artigo 277 das DGE, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, que tem em seu poder títulos apontados para protesto com as seguintes características:
Devedor: . . MARINA ZAIAS RODRIGUES CPF/CNPJ: 31.348.759/0001-93 Protocolo: 49457 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: ADRIANA DE BARROS SOUZA CPF/CNPJ: 863.882.662-15 Protocolo: 49548 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: ALFRANIO CARDOSO OLIVEIRA CPF/CNPJ: 569.813.172-49 Protocolo: 49536 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: ANTONIO JOAQUIM SOUZA SANTOS CPF/CNPJ: 059.740.542-53 Protocolo: 49512 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: ANTONIO JOAQUIM SOUZA SANTOS CPF/CNPJ: 059.740.542-53 Protocolo: 49513 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: BRUNO GROENER ALVES CPF/CNPJ: 011.467.752-29 Protocolo: 49523 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: CDC SUPERMERCADO LTDA CPF/CNPJ: 10.653.324/0002-63 Protocolo: 49470 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: CDC SUPERMERCADO LTDA CPF/CNPJ: 10.653.324/0002-63 Protocolo: 49473 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: CDC SUPERMERCADO LTDA CPF/CNPJ: 10.653.324/0001-82 Protocolo: 49474 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: CDC SUPERMERCADO LTDA CPF/CNPJ: 10.653.324/0001-82 Protocolo: 49464 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: CDC SUPERMERCADO LTDA CPF/CNPJ: 10.653.324/0002-63 Protocolo: 49468 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: CDC SUPERMERCADO LTDA CPF/CNPJ: 10.653.324/0001-82 Protocolo: 49467 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: CDC SUPERMERCADO LTDA CPF/CNPJ: 10.653.324/0001-82 Protocolo: 49466 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: CDC SUPERMERCADO LTDA CPF/CNPJ: 10.653.324/0001-82 Protocolo: 49455 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: CELINE MARQUES PESSOA OLIVEIRA CPF/CNPJ: 312.656.692-87 Protocolo: 49532 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: CLAUDETE CANDIDA PEREIRA CPF/CNPJ: 698.404.152-04 Protocolo: 49482 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: CLAUDINEI RODRIGUES DE SOUZA CPF/CNPJ: 556.444.142-72 Protocolo: 49549 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: CLEBER GOMES DOS REIS CPF/CNPJ: 923.160.182-20 Protocolo: 49485 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: CLEBER SILVA E MOURA CPF/CNPJ: 087.741.017-81 Protocolo: 49518 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: DEVANIR ANTONIO DA SILVA CPF/CNPJ: 151.433.769-04 Protocolo: 49502 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: DEVANIR ANTONIO DA SILVA CPF/CNPJ: 151.433.769-04 Protocolo: 49501 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: DIEGO GABRIEL ANDRADE DA SILVA CPF/CNPJ: 033.736.982-86 Protocolo: 49550 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: DIEGO GABRIEL ANDRADE DA SILVA CPF/CNPJ: 033.736.982-86 Protocolo: 49551 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: DIEGO GABRIEL ANDRADE DA SILVA CPF/CNPJ: 033.736.982-86 Protocolo: 49552 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: DIOGO GABRIEL LEMOS POMPEU CPF/CNPJ: 033.284.772-17 Protocolo: 49525 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: DIRCIRENE SOUZA DE FARIAS PESSOA CPF/CNPJ: 585.582.762-34 Protocolo: 49531 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: EDILSON CRISPIN DIAS CPF/CNPJ: 351.380.172-68 Protocolo: 49519 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: ELITON CRESPIM SCHEUFFELE TAVEIRA CPF/CNPJ: 033.586.052-48 Protocolo: 49480 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: ERICA SANTOS DE BONI CPF/CNPJ: 018.967.452-02 Protocolo: 49528 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: FRANCISCO MANOEL CORREIA CPF/CNPJ: 390.577.639-15 Protocolo: 49445 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: GILBERTO LUIZ VICENSI CPF/CNPJ: 612.671.719-87 Protocolo: 49524 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: GISELE RENATA DE CASTRO CPF/CNPJ: 965.453.301-44 Protocolo: 49547 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: GUSTAVO STEDILE CAMPOS CPF/CNPJ: 683.788.232-53 Protocolo: 49527 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: IVO CORREIA DE MELO JUNIOR CPF/CNPJ: 288.068.242-87 Protocolo: 49486 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023

Devedor: J E BREMENKAMP COMERCIO DE MOVEIS LTDA CPF/CNPJ: 40.353.827/0001-01 Protocolo: 49533 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: KAROLYNE DE ARAUJO DOS SANTOS CPF/CNPJ: 053.975.782-90 Protocolo: 49492 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: MAGNO ROBERTO DE CASTRO CPF/CNPJ: 612.801.512-34 Protocolo: 49530 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: MARCOS STEFANINI DE FREITAS CPF/CNPJ: 942.827.222-15 Protocolo: 49481 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: MARLI TRINDADE STACK VEDOY CPF/CNPJ: 587.875.932-20 Protocolo: 49500 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: MAYARA GONCALVES DE SOUSA CPF/CNPJ: 40.693.938/0001-59 Protocolo: 49456 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: MESQUITA & SOUZA LTDA CPF/CNPJ: 12.250.922/0001-36 Protocolo: 49529 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: NELI BOARIA CPF/CNPJ: 399.207.802-78 Protocolo: 49503 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: R. BOLSON REPRESENTACAES LTDA CPF/CNPJ: 03.729.020/0001-96 Protocolo: 49460 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: S JOSE GLORIA LTDA CPF/CNPJ: 16.912.721/0001-08 Protocolo: 49458 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: S JOSE GLORIA LTDA CPF/CNPJ: 16.912.721/0001-08 Protocolo: 49459 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: SILVIO SERGIO GALVAO CPF/CNPJ: 676.904.083-20 Protocolo: 49521 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: SUCESSO PRESTADORA DE SERVICOS DE APOIO ADMIN CPF/CNPJ: 29.069.401/0001-80 Protocolo: 49479 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: TIAGO DA SILVA PEREIRA CPF/CNPJ: 041.660.702-07 Protocolo: 49493 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: V BARROS PINHEIRO LTDA ME CPF/CNPJ: 09.293.307/0001-00 Protocolo: 49462 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: VIVIANE FERREIRA MOURA CPF/CNPJ: 45.813.459/0001-42 Protocolo: 49461 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: WAGNER FELIPE DINIZ RIBEIRO CPF/CNPJ: 006.027.482-40 Protocolo: 49522 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: ZENAIDE DE FREITAS CPF/CNPJ: 290.390.532-00 Protocolo: 49526 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
Devedor: ZENILDO VICENTE DA SILVA CPF/CNPJ: 856.317.012-00 Protocolo: 49483 Data Limite Para Comparecimento: 17/07/2023
E, para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma da lei, ficando o(s) responsável(eis) pelo(s) documento(s), intimado(s) a comparecer(em) no tabelionato das das 8:00 horas às 15:00 horas, para efetuar(em) o pagamento antes do(s) protesto(s), que será(ão) registrado(s) com base na data limite para comparecimento, caso o(s) devedor(es) não pague(m), ou suste(m) judicialmente. Afixado em lugar público na Serventia nesta data. São Miguel Do Guaporé-RO, 14 de Julho de 2023 VANESSA CRISTINA DA ROCHA ESCREVENTE AUTORIZADA

SERINGUEIRAS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS - ESTADO DE RONDÔNIA REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
AV. JORGE TEIXEIRA N. 159-A CENTRO, CEP: 76934-000, FONE: (69) 3623 2515, E-MAIL: cartorioseringueiras@hotmail.com
Cleony de Fatima Almeida de Oliveira Azevedo. Oficiala Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
LIVRO D-008 FOLHA 0016 TERMO 001323
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: WILLIANS DIONE LOTÉRIO FÁVERO, de nacionalidade brasileiro, lavrador, declarou-se solteiro, maior e capaz, natural de Maraba-PA, onde nasceu no dia 25 de maio de 2002, residente e domiciliado na Localidade Linha 12, Km 05, Zona Rural, em Seringueiras--RO, CEP: 76.934-000, , filho de IVO HARMATIUK e de VALDILENE APARECIDA FÁVERO LOTÉRIO; e_ GRAZIELLE SANTOS DA SILVA, de nacionalidade brasileira, lavradora, declarou-se solteira, maior e capaz, natural de Rolim de Moura-RO, onde nasceu no dia 25 de outubro de 2006, residente e domiciliada na Localidade Linha 12, Km, 05, Zona Rural, em Seringueiras-RO, CEP: 76.934-000, , filha de CLAUDINEI APARECIDO DA SILVA e de MARTA GOMES DOS SANTOS. A ser realizado sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa. Seringueiras, 17 de Julho de 2023. Cleony de Fatima Almeida de Oliveira Azevedo. Oficiala Tabeliã
Seringueiras, 17 de abril de 2023.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS - ESTADO DE RONDÔNIA REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
AV. JORGE TEIXEIRA N. 159-A CENTRO, CEP: 76934-000, FONE: (69) 3623 2515, E-MAIL: cartorioseringueiras@hotmail.com
Cleony de Fatima Almeida de Oliveira Azevedo. Oficiala Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
LIVRO D-008 FOLHA 0015 TERMO 001322
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: NILSON PEREIRA DA SILVA, de nacionalidade brasileiro, agricultor, declarou-se divorciado, maior e capaz, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 11 de outubro de 1979, residente e domiciliado na Linha 28, Km 02, Zona Rural, em Seringueiras-RO, , filho de PEDRO PEREIRA DA SILVA e de MARIA JOANA; e_ KÉSIA DE SOUZA RUELLA, de nacionalidade brasileira, Agricultora, declarou-se divorciada, maior e capaz, natural de Seringueiras-RO, onde nasceu no dia 07 de outubro de 2001, residente e domiciliada na Linha 30, Km 0, Zona Rural, em Seringueiras-RO, , filha de JOSÉ RUELLA e de MARTA DO CARMO SOUZA RUELLA. A ser realizado sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa. Seringueiras, 17 de Julho de 2023. Cleony de Fatima Almeida de Oliveira Azevedo. Oficiala Tabeliã
Seringueiras, 17 de abril de 2023.